00100.223958/2025-13

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 188, TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Setembro de 2025 7

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 53

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 89

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 138

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 179

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2025 224

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Outubro de 2025 261

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 311

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Outubro de 2025 330

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 335

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 445

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 510

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 527

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Agosto de 2025 (em conjunto com a 19ª Reunião da CCT)**(Vide item 1.10)**

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Setembro de 2025 564

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Setembro de 2025 599

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 616

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 644

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.223958/2025-13

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 660

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 695

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 723

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 754

Ata da 43ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de Outubro de 2025 (em conjunto com a 25ª Reunião da CCT) 759

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 785

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2025 818

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 846

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Abril de 2025 872

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Abril de 2025 923

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Abril de 2025 949

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Abril de 2025 1010

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Abril de 2025 1050

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 1097

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Abril de 2025 1117

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Maio de 2025 1154

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2025 1241

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Maio de 2025 1286

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Maio de 2025 1323

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Maio de 2025 1363

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2025 1442

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Maio de 2025 1480

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2025 1556

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Junho de 2025 1628

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Junho de 2025 1720

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Junho de 2025 1753

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Junho de 2025 1833
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Junho de 2025 1879
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Julho de 2025 1929
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 1973
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Julho de 2025 2008
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Julho de 2025 2087
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Julho de 2025 2131
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 2180
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 2223
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Agosto de 2025 2287
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Agosto de 2025 2338
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2025 2405
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Agosto de 2025 2455
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 2516
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 2572
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Agosto de 2025 2619
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 2688
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Agosto de 2025 2734
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 2833
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 2838
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Setembro de 2025 2900
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2025 2946
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 2982
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Setembro de 2025 3012

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 3067
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 3112

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Setembro de 2025 3120

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 3139

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 3184

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 3248

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 3258

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 3283

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 3372

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 3436

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 3463

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 3469

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Julho de 2025 3514

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Agosto de 2025 3526

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Agosto de 2025 3550

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 3572

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Agosto de 2025 3597

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de Agosto de 2025 (em conjunto com a 26ª Reunião da CE) 3603

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2025 3639

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de Outubro de 2025 (em conjunto com a 43ª Reunião da CE)**(Vide item 1.3)**

1.11 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 3670

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 3701

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 3717

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as presidências da Senadora Leila Barros e da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Beto Faro, Pedro Chaves e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Romário e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 14/2025 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 76/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater sobre o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre as mulheres. **Participantes:** Helena Ferreira Moura, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos em Álcool e Drogas - ABEAD; Juliana Ferreira, Assessora de Advocacy da ACT Promoção da Saúde; Marcelo Kimati Dias, Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; José Mauro Braz de Lima, Neurocientista e professor associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ; Graziella Santoro, Presidente da Associação Alcoolismo Feminino - AAF; Nara Denilse de Araújo, Diretora de Prevenção e Reinserção Social da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça; e Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha, Diretora-Adjunta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Vital Strategies. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos. Sejam muito bem-vindos à nossa Comissão de Assuntos Sociais!

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 14 e 76, de 2025 - CAS, de minha autoria e de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre as mulheres.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, na Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet. Nós já temos algumas perguntas aqui interessantes; nós vamos aguardar as nossas debatedoras aqui para tratarmos.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados e convidadas, especialistas e demais participantes, declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, convocada para debater uma questão que exige nossa atenção e compromisso, que é o aumento do consumo abusivo de bebidas alcoólicas entre as mulheres.

Este debate é fruto do requerimento feito por mim, pela Senadora Damares e pelo Senador Flávio Arns, aprovado por esta Comissão, e tem como objetivo chamar a atenção do Parlamento e da sociedade para uma realidade cada vez mais preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O consumo abusivo de álcool é responsável por inúmeros impactos sociais, econômicos e de saúde pública. Segundo estudo realizado pela Fiocruz, o custo do consumo de bebidas alcoólicas para o Brasil foi de R$18,8 bilhões em 2019, somando despesas diretas e indiretas.

Dados do Vigitel revelam que, entre 2006 e 2023, a frequência do consumo abusivo de bebidas alcoólicas subiu de 7,8% para 15,2% entre as mulheres, enquanto se manteve praticamente estável entre os homens; ou seja, o que antes era visto como um problema predominantemente masculino, hoje atinge, de forma crescente e acelerada, o público feminino.

No recorte por capitais brasileiras, os números impressionam. Em Salvador, mais de 21% das mulheres relataram consumo abusivo em 2023. Aqui no Distrito Federal, nossa capital, esse índice chegou a 20,5%.

É preciso ressaltar que não existe nível seguro de consumo de álcool para a saúde. A Organização Mundial de Saúde alerta que mesmo doses leves aumentam o risco de câncer, em especial o de mama. As mulheres ainda apresentam maior vulnerabilidade biológica, atingem níveis mais altos de alcoolemia e desenvolvem doenças com menor quantidade e em menor tempo do que os homens. Além disso, enfrentam o peso do estigma social e, muitas vezes, perdem rapidamente suas redes de apoio quando o problema se instala.

Durante a gravidez, o alerta é ainda mais forte. Não existe consumo seguro de álcool na gestação. Mesmo pequenas doses podem causar abortamento, prematuridade ou a síndrome alcoólica fetal. Diante desses dados, torna-se evidente a importância de reconhecermos o alcoolismo feminino como um problema de saúde pública que demanda políticas específicas, ações de prevenção, tratamento e, sobretudo, informação clara à população.

O Brasil já assumiu metas internacionais, como o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis, que prevê a redução em 10% da prevalência do consumo abusivo até 2030. Para alcançar esse objetivo, precisamos enfrentar as causas, combater a publicidade, que é abusiva, direcionada às mulheres e adotar medidas eficazes, como as do pacote Safer da OMS, que envolve tributação, restrição de *marketing* e acesso ampliado ao tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, não poderia deixar de registrar a aprovação, na semana passada, nesta mesma Comissão, do parecer favorável da Senadora Damares Alves ao PL 2.880, de 2023, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de estratégia de saúde direcionada à mulher alcoolista. Espero, o quanto antes, que possamos aprovar a matéria em Plenário e enviar para sanção presidencial. Nós vamos tratar disso e vamos colocar, não só a Senadora Damares como Relatora, eu agora, como requerente dessa iniciativa, mas, mais do que isso, é uma prioridade da nossa Bancada Feminina, já deixo registrado aqui a todas.

Por fim, eu quero agradecer às convidadas e aos convidados que aceitaram estar conosco hoje, representantes de associações, da sociedade civil, da academia e do poder público, todos com experiências e visões que enriquecerão este debate.

Esta audiência é um passo fundamental para compreendermos melhor o fenômeno do alcoolismo entre as mulheres e, principalmente, para avançarmos na construção de respostas legislativas e de políticas públicas que protejam a saúde, a dignidade e, claro, o futuro de todas nós brasileiras.

Declaro, portanto, iniciados os trabalhos desta audiência pública e convido os presentes a contribuírem com suas análises e reflexões, para que possamos avançar juntos nessa luta tão necessária.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Perdão, são tantas pastas, de tantas reuniões, de tantas Comissões, que às vezes eu me embolo um pouquinho aqui.

Eu vou convidar, inicialmente, para sentar-se aqui comigo no dispositivo, para fazer o uso da palavra: a Sra. Graziella Santoro, que é Presidente da Associação Alcoolismo Feminino (AAF); (*Palmas.*) A Sra. Helena Ferreira Moura, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas; (*Palmas.*) A Sra. Juliana Ferreira, Assessora de Advocacy da ACT Promoção da Saúde; (*Palmas.*) A Sra. Luciana Monteiro Vasconcelos Sardinha, que é Diretora-Adjunta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Vital Strategies; (*Palmas.*) E o Sr. Marcelo Dias, Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marcelo, vou pedir para o senhor ficar para a próxima mesa. Perdão. Fui orientada agora. Obrigada.

Gostaria de registrar a presença também da D. Nara de Araújo, Diretora de Prevenção e Reinserção Social da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça, que fará parte da próxima mesa, e do Sr. José Mauro Braz de Lima, neurocientista e professor associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Sejam todos muito bem-vindos. O Dr. Mauro, o José Mauro vai estar por videoconferência.

Eu vou passar a palavra agora – já primeiramente agradecendo a esta mesa aqui brindada, uma mesa toda feminina; sejam todas muito bem-vindas – para a Dra. Graziella Santoro, que é Presidente da Associação Alcoolismo Feminino.

Seja muito bem-vinda, Dra. Graziella.

A SRA. GRAZIELLA SANTORO (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todas e a todos.

É uma honra estar aqui. Agradeço imensamente à Senadora Leila e ao seu assessor, Yoram, que ajudou tanto a gente.

Eu sou Graziella, eu sou Presidente, estou Presidente da Associação Alcoolismo Feminino, uma associação... Eu vou falar um pouco sobre a associação, mas, antes de mais nada, eu quero dizer que eu sou uma alcoolista, eu sou uma mulher que tem transtorno por uso de álcool. É uma condição mental, assim como é a depressão, assim como é o transtorno de ansiedade, o transtorno afetivo bipolar.

O transtorno por uso de álcool tem tratamento. E esta é a primeira coisa que eu gostaria de falar: que eu não tenho vergonha de dizer que eu sou uma alcoolista, que eu tenho um transtorno por uso de álcool, porque esse estigma precisa ser rompido na nossa sociedade.

A segunda coisa de que eu queria falar, como mulher, é que eu sofri violência sexual estando alcoolizada. Eu não lembro. Eu acordei e, quando eu acordei, eu me dei conta de que eu tinha sido abusada sexualmente, estando alcoolizada.

E eu falo essas duas coisas, porque a grande maioria das mulheres – espero que muitas estejam assistindo e ouvindo aqui, que esta audiência chegue a muitas mulheres – se culpam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque estão doentes com um transtorno mental e comportamental e se culpam por terem sido violentadas estando alcoolizadas, e a gente precisa muito falar sobre a violência associada ao consumo de álcool.

Então, dito isso, eu vou apresentar rapidamente um pouquinho do trabalho que a gente realiza e vou deixar a parte mais técnica para as minhas colegas. Antes, eu coloquei ali o uso da tecnologia no tratamento, porque o trabalho que a gente realiza é 100% virtual. Inclusive, a gente está disponível para todo o Governo brasileiro para "parceirar" no modelo de atuação que a gente realiza, que é 100% virtual.

Pode passar, por favor. Estou nervosa, gente. Desculpe.

Nós já acolhemos mais de 2,3 mil mulheres de todo o Brasil. Nós já acolhemos brasileiras que hoje residem na Europa, Estados Unidos, Canadá, Irlanda, Europa, enfim. E nós chegamos e estamos acolhendo mulheres de Portugal e de Angola. Isto é um orgulho: poder alcançar outros países e levar tratamento num modelo nosso, brasileiro, para fora do país.

Só para mostrar para vocês, das 2,3 mil mulheres, mais ou menos – já deve estar em 2,5 mil –, todas essas que vocês estão vendo ali no mapinha são alcoolistas em recuperação na nossa associação e são alcoolistas não anônimas. Elas resolveram sair do anonimato para falar e para romper esse estigma, "Eu não posso ter vergonha de falar do meu transtorno. Eu não posso ter vergonha de pedir ajuda pelo alcoolismo, por estar doente". Infelizmente, são só 50 mulheres, mas já são 50 mulheres! E elas vão para as redes sociais e elas falam do transtorno, de como afetou a família delas, os filhos, e isso é muito potente, porque é isso que engaja outras mulheres a buscarem ajuda também.

A gente trabalha com uma metodologia humanizada, científica e apoiada em tecnologias, como eu já falei. E a primeira frase que a mulher recebe, ouve, quando ela chega para a gente, é: "Deixe-nos amá-la enquanto você não consegue", porque realmente elas chegam muito, muito, muito destruídas.

Aqui é um pouquinho do nosso *site*, para quem for buscar ajuda. Eu não vou me estender aqui, mas é só para mostrar que a porta de entrada é o nosso *site* ou é o nosso Instagram. A gente trabalha com esse guia para a sobriedade e, em breve, estaremos lançando um livro, que é o guia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentado para a sobriedade, explicando cada passo que está ali, que é baseado em ciência, o que uma mulher que tem o transtorno por uso de álcool, que acha que tem, precisa fazer para poder alcançar a sobriedade, que é uma coisa tão bacana. Eu estou sóbria há 17 anos, e a minha vida hoje é maravilhosa, é muito melhor do que eu jamais sonhei. Então, esse guia é o norteador do nosso trabalho.

O nosso trabalho é isso aí que vocês estão vendo; é tudo virtual. A gente tem mais de 11 terapias em grupo. E o que é legal nesse modelo é que ele foi construído com todas as alcoolistas. A gente não criou nada; a gente construiu a partir das demandas. "Grazi, olha, eu fui abusada. Dá pra a gente falar sobre sexualidade ou sobre violência contra a mulher?" Criamos terapias em grupo para falar sobre isso. Dependência emocional, dependência financeira... Então, a gente tem grupo de empoderamento, a gente tem grupo para falar de dependência emocional. Perdas e luto: muitas mulheres são mães e cuidadoras de seus pais. A grande maioria das mulheres são cuidadoras de seus pais, e elas passam por essa situação do luto, da perda da sua própria autonomia, porque ela está ali vivendo o cuidado com os filhos, o cuidado com os pais, então a gente fala... E o próprio luto de ter que parar de consumir bebidas alcoólicas, né? Que para elas, inicialmente, é – para mim também foi – muito difícil.

Então, a gente tem todo um modelo: são mais de 11 terapias em grupo; a gente tem parceria com a clínica Evolução, que é da Selene Barreto, esposa do Dr. José Mauro; a Dra. Julia Pascoal; uma equipe de psicólogas, terapeutas, educadora financeira; até professora de inglês a gente tem – elas vão pedindo, a gente vai criando para elas, né? Tudo de forma virtual.

E esse trabalho, gente, eu tenho certeza de que – eu vou me emocionar... Eu tenho certeza de que muitas estão assistindo agora, mas ele é realizado por mais de 50 voluntárias, todas alcoolistas, todas em recuperação na nossa associação. Nosso trabalho só funciona porque essas voluntárias existem. Então, eu sou muito grata, muito grata por não estar sozinha nessa luta.

E a gente tem reuniões de Troca. O Troca é o Tempo Reservado para Olhar com Carinho e Atenção para mim, para a minha sobriedade, para minha vida. Porque normalmente as mulheres não param para ter... Elas não separam um tempo para elas. Elas têm tempo para cuidar de todo mundo, menos delas. Então, a gente reserva esse tempo de duas horinhas para elas poderem falar das dificuldades, não só relacionadas ao consumo de álcool, mas da vida, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são as terapias de que eu já falei; aqui, as profissionais, sendo que todas têm especialização em dependência química. A gente tem um grupo dedicado só a mulheres negras; a gente está voltando, retomando um grupo para a comunidade LGBTQIAPN+; tem grupo para familiares, de que eu não falei. Enfim...

E nós já ganhamos, já fomos premiadas duas vezes por fazermos um trabalho baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – Objetivos 3, 5 e 18: saúde e bem-estar; empoderamento de meninas e mulheres; e equidade racial. Então, esse é o nosso segundo selo de reconhecimento.

E ali é uma agenda. A gente tem uma comunidade virtual pelo WhatsApp, e ali a gente vai colocando todas as informações. Hoje são mais de 350 mulheres acolhidas em todo o Brasil e fora do país.

Aqui é o perfil, né? Quando a mulher chega à nossa associação, ela preenche um cadastro. E aí a gente consegue, através dessa análise, ir melhorando o acolhimento, a recuperação, o tratamento.

Hoje a grande maioria é heterossexual. Um detalhe muito importante ali: mais de 80% têm histórico de alcoolismo na família – acredito que talvez a Abead vá falar. O transtorno por uso de álcool tem uma predisposição genética. Eu sou filha de alcoolista. Minha mãe era alcoolista. Então, eu já vim ao mundo... Isso é uma coisa que eu falo muito para as mulheres que chegam: eu já vim ao mundo com a predisposição genética. Não tenho nem culpa de ter vindo com a predisposição, né? Porque culpa, eu vou falar sempre, é o carro chefe da dor de todas essas mulheres que têm esse transtorno.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. GRAZIELLA SANTORO – Vou falar mais rápido, gente.

A cirurgia bariátrica... Eu acho que esse é um ponto fundamental também. Não sei se minhas colegas vão falar, mas isso é assustador, assim, sabe? Assustador. Trinta e seis por cento – 36% – das mulheres que estão em tratamento com a gente fizeram cirurgia bariátrica. É assustador isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pior: tiveram reganho de peso. Pior: são as que mais têm ideação suicida. Das cinco mulheres que nós perdemos para essa doença, quatro tinham feito cirurgia bariátrica.

Aqui são as organizações internacionais que nos apoiam. A Organização Pan-Americana da Saúde nos apoia desde o início. Eu tive a oportunidade de falar ali com grandes feras – o presidente mundial do AA, a Dra. Maristela Monteiro –, num *webinar*, falando do trabalho que a gente fala que é pioneiro aqui no Brasil, é inovador. A gente agora representa a Issup aqui no Brasil também, e a Movendi.

A parceria com várias universidades para a gente é muito importante – universidades, faculdades; doutorados, mestrados. Quanto mais pessoas quiserem estudar e falar sobre isso, a gente está superdisponível a colaborar.

E há outras organizações.

E aqui um pouquinho do que a gente faz presencialmente. Isso são alguns encontros. Vocês podem ver que tem muitas sem máscara, tem outras com máscaras. Todas são alcoolistas – todas. A gente faz, agora em outubro... Em 3, 4 e 5 de outubro, a gente vai ter a nossa convenção com quase cem mulheres, num final de semana inteiro reunidas. Vai ser muito legal.

Aqui é o que a gente faz: a gente visita comunidades terapêuticas, a gente visita clínicas, a gente faz café da manhã, a gente faz almoço, a gente faz jantar, faz festa de Natal. Então, a gente está sempre aqui. A PUC Rio sempre nos convida para falar para as suas alunas de Psicologia.

E é isso. A gente tem essa frase que vai nos direcionar em 2026, da Clarice Lispector, que é: "Depois do medo vem o mundo", porque falar sobre alcoolismo, falar sobre esse transtorno por uso de álcool, ajudar mulheres a perderem o medo, a não serem oprimidas, pela própria família muitas vezes, no trabalho... Elas têm muito medo, como eu já tive, mas, depois que elas perdem o medo, com certeza vem o mundo e vem uma vida muito, muito, muito melhor para elas.

E eu sou muito grata por esse pontapé inicial. Eu tenho certeza de que a gente vai conseguir colocar, fazer o Brasil ser referência no tratamento de mulheres alcoolistas. E eu conto demais com todos vocês e com a senhora, Senadora.

Enfim, muito obrigada. Muito obrigada por me ouvirem. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos, Grazi. Seu relato aqui, seu depoimento, sua história de vida e essa sua força. É inspirador mesmo ver esse trabalho lindo que a AAF tem feito.

A sede é no Rio?

A SRA. GRAZIELLA SANTORO (*Fora do microfone*.) – A sede é em BH.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, é em BH – perdão.

A SRA. GRAZIELLA SANTORO – Mas a gente tem filial no Rio. É porque, como é tudo virtual...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Certo.

A SRA. GRAZIELLA SANTORO – ... a gente fundou só para ter o CNPJ, mas não tem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Entendi.

A SRA. GRAZIELLA SANTORO – Ainda não temos um espaço físico, mas a sede...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E qualquer uma pode entrar?

A SRA. GRAZIELLA SANTORO – Qualquer pessoa. Qualquer mulher, né?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, que bom que nós estamos promovendo esta audiência pública. Como você falou, certamente inúmeras mulheres agora estão olhando esse seu depoimento, a apresentação do trabalho da Associação Alcoolismo Feminino, e, enfim, é uma porta, uma janela, aliás, que se abre para todas vocês que estão nos acompanhando aqui.

Obrigada pela participação, Grazi.

A SRA. GRAZIELLA SANTORO – Obrigada a você.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, eu vou passar a palavra agora para a Helena Ferreira Moura, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos em Álcool e Drogas (Abead).

Seja bem-vinda, Helena.

A SRA. HELENA FERREIRA MOURA (Para expor.) – Boa tarde.

Muito obrigada pelo convite, obrigada por promover este debate tão importante.

Eu queria começar...

Eu aponto para onde? Para cá?

Ótimo!

Eu queria começar falando desse manual que foi lançado pela nossa associação, que é "Nada sobre nós, sem nós!", que é um relato importante sobre vários aspectos de fatores de risco para o desenvolvimento do alcoolismo em mulheres, de fatores de como prevenir, como tratar, algumas diretrizes para a formação de políticas públicas, itens que não podem faltar. Então, é um manual bem completo. E eu sugiro muito; fica como uma sugestão de literatura. Muito do que eu vou falar aqui, inclusive, eu tirei desse material.

Nós temos a questão do contexto, que já foi trazido aqui pela Senadora Leila no início da nossa audiência, de que a gente tem percebido um aumento do consumo. A gente não está falando aqui do aumento de alcoolismo, e sim de um aumento de consumo, mas isso por si só fala como um fator de risco, porque, quanto mais mulheres há bebendo, maior o risco, maior o valor, a quantidade de mulheres que depois podem acabar desenvolvendo o transtorno.

E, aí, o que eu queria ressaltar aqui para vocês é como as mulheres têm uma série de especificidades que vão exigir estratégias de prevenção, de tratamento. O cuidado precisa ter uma série de especificidades para que as necessidades delas sejam atendidas.

É sempre importante falar que o álcool tem múltiplos rostos, desde a cantora *pop* famosa, do mundo do *rock*, alternativa e tudo mais, até a dona de casa, mãe de família, a D. Nenê. Ela não era... Cito porque eu acho que é uma boa representação de uma mãe de família. Não me lembro de ter alcoolismo nela na série, mas é para vocês verem que às vezes é a pessoa que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos imagina. E é justamente um dos casos mais difíceis, muitas vezes, de a gente tratar, porque é aquela mãe de família, preocupada com seus filhos, preocupada com o marido e que não tem um comportamento assim, que chame a atenção, no sentido de não corresponder ao que a sociedade espera dela, mas é uma mulher que muitas vezes bebe escondido, sente muita vergonha disso e não se sente à vontade de procurar um atendimento exatamente por conta disso, por conta dessa vergonha, e por uma característica muito feminina de sempre achar que "Não; dos meus problemas eu cuido. Eu vou conseguir enfrentar isso sozinha". E há a pobre menina rica, que está todo mundo acompanhando aí na novela. Então, atinge diferentes classes sociais, diferentes etnias, diferentes perfis de comportamento.

E o que a gente tem de especificidade? É muito comum ter muita vergonha de procurar tratamento, porque se sentem julgadas. É muito comum: "Não, eu não posso ir para o tratamento porque eu preciso cuidar dos meus filhos". E é interessante porque, sempre que nós falamos em saúde, as mulheres sempre tendem a adoecer mais, tendem a ter uma melhor adesão ao tratamento, as mulheres procuram mais os postos de saúde do que os homens, mas não é o que a gente vê no caso do alcoolismo, em razão de todas essas peculiaridades e, também, porque sempre que a gente fala do acompanhamento de um transtorno que é crônico, que vai precisar de muitas idas ao atendimento, que vai precisar de um acompanhamento que, pelo menos no início, costuma ser mais intensivo, as mulheres, muitas vezes, têm essa dificuldade porque: "Nossa, mas com quem eu vou deixar meu filho? Como é que eu vou deixar de cuidar da casa?" – querem assumir todas essas responsabilidades.

Há um medo muito grande de perder a guarda das crianças. A gente não vê isso acontecer com os homens; às vezes, tem um caso de alcoolismo, de violência doméstica, mas ainda assim não se tira, não se separa esse pai da família, mas, com as mães, não. E as mulheres costumam ter uma rede de apoio mais frágil que a dos homens, no sentido de que é muito comum chegar para nós no atendimento no consultório, no Capes, um homem alcoolista com três gerações diferentes de mulheres da família: vai a filha, vai a esposa, vai a mãe, todas elas oferecendo esse cuidado. As mulheres, geralmente, não têm esse tipo de apoio, mas eu gostei muito da apresentação da AAF porque mostra um aspecto importante, uma peculiaridade importante do tratamento da mulher, que merece investimento: oferecer um local em que seja possível você ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma formação de um grupo, uma formação de um vínculo social novo – isso é superimportante, mais para mulheres do que para homens.

E, falando do organismo das mulheres, tem aquilo que nós chamamos de efeito telescópio. O que é isso? Mesmo uma quantidade menor da substância, por um período de consumo menor... Por exemplo, às vezes, um homem precisa de 10 ou 15 anos para desenvolver um alcoolismo mais grave. Na mulher, esse percurso é muito mais curto e, mesmo em doses menores, os danos para o organismo e o risco de se desenvolver o transtorno por uso de álcool é maior.

E aí eu aproveito aqui para falar da questão da bariátrica, que eu não tinha incluído na apresentação, mas que, de fato, é um tópico importante. A cirurgia bariátrica, principalmente a que usa aquela técnica do *bypass*, muda a forma de o álcool ser absorvido e metabolizado. O efeito do álcool é como se se virasse uma chave: a mulher está bebendo e, de uma hora para outra, é como se ela ficasse muito intoxicada, muito alcoolizada, perdendo o controle sobre o consumo. Então, muitas reportam que, mesmo com uma quantidade menor de álcool, elas têm um resultado que é totalmente imprevisível. Antes era: "Não, eu sei que eu não posso passar de duas doses, que eu já começo a passar vergonha"; depois da bariátrica, esse parâmetro se perde e a chance de isso acabar acarretando, depois, outros transtornos é maior.

Tem também a questão, claro, da preocupação que a gente tem que ter com os efeitos do consumo da substância para lactação e gestação, a síndrome alcoólica fetal – em seguida vai ser abordado esse tema aqui também –, e algumas vulnerabilidades adicionais: é muito comum que as mulheres que desenvolvem algum tipo de adição, seja por álcool, até mesmo por outras substâncias, venham de um histórico de violência doméstica, tenham sofrido violência na infância, tenham sofrido ou estejam sofrendo violência do marido em casa; é muito comum a gente ver uma associação com transtorno de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, muitas vezes em razão desses abusos. Isso exige que o tratamento seja integrado, que aquele tratamento, além de tratar o alcoolismo, tenha que abordar o trauma, tenha que abordar a ansiedade, a depressão. E isso, infelizmente, é uma coisa que... Nós ainda não temos muitos serviços que oferecem isso. Se nós formos ver os Caps (Centros de Atenção Psicossocial), eles são separados em Caps Transtorno Mental e Caps AD, quando o ideal é que nos dois ambientes se tenha habilidade técnica para tratar tanto de um transtorno, quanto de outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é que as mulheres falam? Isto aqui já é um outro estudo que eu peguei. O que é que as mulheres reportam como sendo dificuldade? Então, a responsabilidade familiar, o medo de perder a guarda, a questão de terem pouco apoio dos maridos. Sentem-se muito desconfortáveis de ter outros homens junto, participando do tratamento. Por que é que isso acontece? Muitas vezes, os homens que chegam ao tratamento estão ali, às vezes, até por um pedido da Justiça, porque, por exemplo, foram enquadrados na Lei Maria da Penha. Então são homens que, em casa, cometem a violência doméstica. São homens que, às vezes, já cometeram violência sexual contra outras mulheres. E aí, eu vou reunir ali, numa terapia de grupo, com as pessoas tratando, falando dos seus traumas, das suas situações, uma pessoa que foi abusada ao lado de um abusador. Então elas, em geral, não se sentem à vontade para isso.

Então o ideal, assim como a gente tem falado até do vagão do metrô, de ter um só para mulheres, o tratamento do alcoolismo em mulheres também é importante de a gente pensar em modelos como esse.

A questão do estigma mais forte e o fato de ter uma prevalência maior, é mais frequente a gente achar uma comorbidade psiquiátrica numa mulher do que num homem. E isso exige esse tratamento integrado, que é um recurso mais complexo de tratamento.

E o que é que acontece hoje? A gente fala de alcoolismo de um modo geral. Até então, de fato, a gente só via o alcoolismo muito mais nos homens, agora a gente está vendo que o consumo de álcool está aumentando nas mulheres. E que desde sempre, houve um percentual dessas mulheres que já sofriam com alcoolismo, mas que ficavam escondidas em casa, em razão de tudo isso que eu estou explicando. Então precisa levar em conta que elas têm filhos, que elas estão gestantes. E a própria equipe que vai prestar esse atendimento precisa estar preparada para isso, porque é difícil para nós, isso é importante ser muito franco consigo mesmo, mas é difícil você, por exemplo, estar num serviço, você ver uma mãe com uma barriga de nove meses e estar alcoolizada, não é? É difícil presenciar isso, é difícil lidar com isso, mas é importante que essa pessoa também seja acolhida, também seja ouvida, e não estigmatizada e rechaçada ainda mais.

Então os programas de prevenção precisam ser amplos, porque a gente, no caso, falando aqui de mulheres, vai ter toda a questão da mídia, porque a mídia, às vezes, começa a se direcionar mais para as mulheres. Então tem todo esse cuidado também. Mas tem também uma questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem que pensar tudo aquilo que previne abuso, tudo aquilo que previne misoginia, tudo aquilo que pode levar, pode fazer com que uma mulher sofra agressões e abusos ao longo da vida. Então, quando a gente fala em políticas de gênero, quando a gente fala em proteção, a segurança, a saúde da mulher, eu também estou falando de prevenção de transtorno por uso de álcool em mulheres.

Então a necessidade de adaptação dos tratamentos. Isso inclui ter leito em hospital geral. Alcoolismo, em geral, costuma ser muito... A síndrome de abstinência do álcool, quando grave, requer hospitalização, porque a mortalidade pode chegar a 25%. É muito alta. A gente não pode tratar isso em casa, a gente não pode tratar isso num centro de saúde, tá? Tem que ser hospital. Pensando que, às vezes, essa mulher pode estar gestante, pode estar no período puerperal, então precisa ter uma maternidade integrada, então precisa ter um serviço ginecológico integrado também, porque a mulher já está ali gastando o tempo dela longe dos filhos para um atendimento psicológico, ainda vai ter que depois pegar outra fila, outra ficha para ir ao atendimento ginecológico. Isso pode acabar fazendo com que ela tenha que escolher entre um e outro. Então, quanto mais eu integrar isso, maior a chance de participação e adesão.

E começar a treinar já desde a faculdade, psicologia, todos os profissionais que serão futuramente profissionais de saúde precisam ter esse treinamento, para depois, quando chegarem à ponta, não terem esse olhar do preconceito, esse olhar estigmatizante.

Era isso. Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dra. Helena. Grata pelas suas exposições e esclarecimentos aqui.

O e-Cidadania está, pessoal, bombando. Nós temos algumas mensagens aqui, perguntas, enfim, e comentários, mas eu vou deixar mais entre a primeira e a segunda mesa.

Eu vou passar agora a palavra para Juliana Ferreira, que é Assessora de *Advocacy* da ACT Promoção da Saúde.

A SRA. JULIANA FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes, a quem nos acompanha na transmissão *online*. Na pessoa da Senadora Leila Barros, gostaria de cumprimentar toda a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Juliana Ferreira. Atualmente eu sou Assessora de *Advocacy* para o Projeto do Álcool na ACT Promoção da Saúde, que é uma organização não governamental que atua, já há 18 anos, na prevenção dos fatores de risco das doenças crônicas não transmissíveis. De forma mais específica, a gente atua no controle do tabaco e do álcool, na promoção da alimentação saudável e, de forma mais lateralizada, com a promoção da atividade física e tentar diminuir a poluição do ar, que são os fatores de risco hoje reconhecidos pelo Ministério da Saúde e pela OMS.

Nossa atuação é baseada em ações de *advocacy*. Então, nessa incidência política dentro do poder público, para a aprovação de políticas públicas efetivas. Também ações de comunicação em mídias sociais e mídias de massa e em produção de conhecimento para trazer sempre um arcabouço científico e acadêmico para a nossa atuação aqui dentro.

Hoje eu vou trazer um pouco a respeito das estratégias de *marketing* direcionado ao público feminino e o papel da regulação da publicidade e a relação dele com esse aumento de consumo que temos identificado entre o público feminino.

Para contextualizar, eu trago aqui o Pacote Safer, que foi introduzido pela Senadora na abertura da nossa audiência pública, que é um pacote técnico da OMS para apoiar governos na redução do uso do álcool e também reduzir os seus impactos, tanto sanitários, quanto sociais e econômicos. Cada letrinha desta representa uma ação. Então a gente tem desde restrição à publicidade, medidas contra a direção sob efeito de álcool, a facilitação na triagem, intervenção breve e o tratamento.

E é nos dois últimos que eu acredito que é onde o Brasil tem uma janela de oportunidade muito significativa neste momento, que é aplicar proibições e restrições abrangentes à publicidade, ao patrocínio e à promoção de bebidas alcoólicas e aumentar o preço do álcool por meio de impostos específicos e políticas de preço, como a gente está aí em vias de ter uma reforma tributária já efetiva nos próximos anos.

Por outro lado, a gente encara um aumento do *gender washing*, ou, em uma tradução livre, o feminismo de fachada, que é manifestado quando a organização aparenta uma preocupação com a igualdade de gênero, mas não adota medidas efetivas para corrigir as lacunas dessa questão. O autor aqui citado também traz uma ilustração em que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, que é de equidade de gênero, vai num sentido oposto desse *gender washing*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não foca em medidas realmente efetivas. A gente fica ali traçando alguns movimentos para maquiar essa tentativa de uma equidade de gênero, mas não está focando em medidas realmente efetivas para reduzir essa iniquidade.

Por outro lado, também, isso se tornou uma prática de *marketing* para essas empresas, essas instituições, essas indústrias, com a qual visam promover a venda desses produtos e serviços e também uma gestão de reputação, tentando moldar essa legitimidade e credibilidade da empresa no ambiente em que ela se encontra para melhorar a imagem corporativa, principalmente nesse contexto de ESG que a gente tem observado no meio corporativo.

Agora, já afunilando a nossa temática para o consumo de álcool entre mulheres, eu trouxe aqui alguns dados gerais. A gente já tem dado de que o álcool é a principal causa de morte e invalidez entre pessoas de 15 a 49 anos. Ele mata duas pessoas por hora e, anualmente, chegam-se a 105 mil mortes atribuíveis ao álcool. E, na parte financeira, o impacto para o país é de cerca de R$20,6 bilhões por ano e, desse total, R$1,1 bilhão se refere aos custos diretos com o SUS.

A nossa sociedade já está entendendo a problemática do álcool. Então, sete a cada dez brasileiros, de acordo com o último Datafolha encomendado pela ACT, concordam com a restrição de propaganda de cerveja na televisão, nas redes sociais e em eventos. Todos os entrevistados eram maiores de 18 anos.

Ainda sobre a restrição de publicidade, também é preciso proteger as crianças e os adolescentes. Na *PeNSE* de 2019, 34,6% dos entrevistados já tinham experimentado a primeira dose de álcool antes dos 14 anos de idade.

Trazendo o recorte de gênero agora para esses dados, dessas 105 mil mortes que foram atribuídas ao álcool, 14% delas ocorreram entre mulheres e, em mais de 60% dessas mortes de mulheres causadas pelo álcool, os registros fatais estão relacionados a doenças cardiovasculares e a vários tipos de cânceres.

O consumo de álcool entre mulheres dobrou em menos de duas décadas: saiu de 7,7%, em 2006, para 15,2%, em 2023. Essa foi uma pesquisa da UFMG. E, ainda, quando as mulheres não estão sentindo as consequências diretas do consumo, quando são elas mesmas que estão consumindo, elas ainda sofrem com as consequências indiretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Instituto Sou da Paz trouxe que a arma de fogo se mantém como o principal meio utilizado no assassinato de mulheres no Brasil há quase uma década. Cerca de 2 mil mulheres são mortas no país a cada ano e, em metade dessas mortes, ou seja, cerca de mil, as mulheres foram mortas por parceiros íntimos que usavam bebidas alcoólicas.

Então, o problema é muito maior do que o que a gente consegue imaginar, sem falar que parte desses dados ainda podem ser subnotificados, passando pela questão da vergonha em buscar tratamento, em buscar ajuda.

E agora a gente se volta para as estratégias de *marketing* que a indústria do álcool, durante anos, teve, usando as mulheres num lugar de sexualização, num lugar ali de serventia, visto que o público-alvo desses produtos era o público masculino.

Então, elas estavam ali para servirem de atração, para que esses homens se sentissem instigados a comprar essas bebidas alcoólicas. A gente pode pensar que aquelas propagandas são muito antigas, mas, dez anos atrás, a gente teve uma propaganda da cerveja *Skol* durante o Carnaval, que trazia a seguinte frase: "Esqueci o não em casa", fazendo alusão a que não se negassem investidas sexuais, que podem acontecer durante os festejos carnavalescos, a ponto de a própria Conar – isso também é algo que a gente precisa destacar, porque a indústria é autorregulada no que tange à publicidade de álcool – pedir, decretar a retirada dessa propaganda do ar, e eles reverteram para "Não deu jogo? Tira o time de campo. Neste carnaval, respeite", mas foi preciso toda uma mobilização nacional, foi preciso que não pegasse tão bem para que eles refizessem essa propaganda. Ali tem também, "Você está esperando o que para ter a primeira vez com uma devassa?". Uma brincadeira. Quem é a devassa? É a cerveja ou é a mulher que está ali fotografada? E para piorar, em 2010, 2011, "É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra". Então aqui ainda tem a intersecção do recorte de gênero e raça, sexualizando a mulher negra em prol da publicidade e do lucro dessas indústrias.

Mas, obviamente, a discussão social a respeito do feminismo foi avançando e a indústria, que não é boba nem nada, também foi avançando nesse sentido. Então, depois de vários anos trazendo uma imagem estereotipada feminina, as marcas começaram a se desconstruir e colocar propagandas para esse público que antes era sexualizado, agora, no lugar de consumidor direto. Então, elas saíram, as mulheres saíram do papel de objeto para um papel de igualdade de compra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com os homens, né? Então, a gente já vê aí que, em vez do Johnnie Walker, tem a Jane Walker; *my body, my rules* – meu corpo, minhas regras –, no bolso do *short* do desenho, e que a gente passa por essa mudança no diálogo com essas mulheres.

Agora, a publicidade de álcool ultrapassa o limite dos *outdoors*, dos comerciais televisivos e chega à palma das nossas mãos. E a chegada do *marketing* de bebidas alcoólicas nas redes sociais revela uma preocupação também com o controle, pois o algoritmo pode exibir esses anúncios para menores de idade. Estão frequentemente associadas ao esporte, como é ali o S.A.B., que é uma brincadeira com...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA FERREIRA – Ai, vou tentar terminar.

... Sociedade Anônima da Brahma, uma brincadeira aí com alguns times que têm se tornado sociedade anônima de futebol. Então, traz esse apelo para o torcedor de que, você comprando essa Brahma, parte desse dinheiro vai ser revertido para o seu time do coração.

As marcas emergentes... Quando eles não estão fazendo *marketing* para as próprias marcas, estão trazendo o Zé Delivery, por exemplo, que é um aplicativo exclusivo de entrega de bebidas alcoólicas.

Há também a associação ao *lifestyle* agora, desses garotos-propagandas.

Antes a gente só via os garotos-propagandas nos próprios comerciais. Agora a marca está integrada no estilo de vida deles. E o *marketing* vai tomando essas novas proporções.

Também trago aqui um exemplo do *remake* de Vale Tudo, que está no ar. A gente, como a Dra. Helena trouxe, tem a personagem emblemática da Heleninha Roitman, que, tanto na primeira versão quanto nessa, sofre com as consequências do alcoolismo. Só que, ao mesmo tempo, os espectadores são surpreendidos com a propaganda do Zé Delivery na mesma novela.

Então, no dia 26/08/2025, a gente tem o Cauã Reymond ali fazendo, numa cena com a Débora Bloch, que interpreta a Odete Roitman, uma propaganda ali do Zé Delivery. Três dias depois, uma cena superemocionante da Heleninha Roitman no A.A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que devemos fazer a partir desse cenário? Regular para que esses ambientes se tornem mais saudáveis, para que a nossa população tenha decisões mais saudáveis.

A gente tem a Lei 9.294, de 1996, que regula as restrições de propaganda de diversos produtos e também do álcool. Mas para essa lei, só são reconhecidas como bebida alcoólica aquelas que estão acima de 13% de teor alcoólico, deixando de fora dessa restrição cerca de 90% do mercado, porque inclui cervejas que estão abaixo dessa gradação alcoólica, algumas ICEs, champanhes, alguns vinhos.

E essa lei está prestes a fazer 30 anos, então também não inclui mídias sociais, por exemplo, por isso que a gente é bombardeado de propaganda de bebida alcoólica o tempo todo nas nossas mídias sociais. Então, é urgente fazer uma atualização dessa lei, porque já mudaram muito as propagandas e a publicidade desses produtos que estavam previstos.

E, nesse sentido, o que o Senado Federal pode fazer? Aqui na Casa, a gente tem o Projeto de Lei 2.502, de 2023, de autoria do Senador Styvenson Valentim, que visa trazer essa correção da lei de 1996. Então, pela proposta do texto sai dos 13% de teor alcoólico para 0,5% de teor alcoólico. Com isso, praticamente todas as bebidas – eu acredito que não tenha nenhuma abaixo desse teor alcoólico – teriam as mesmas restrições que as bebidas hoje mais alcoólicas têm, que é a questão de horário e outras mais. E também o mesmo projeto de lei tem algumas sugestões de advertência em rótulo, que também é uma iniciativa interessante.

Qual é o problema? Esse PL está parado na CTFC desde o dia 18 de março de 2025 aguardando relatoria. É a primeira Comissão, então ele ainda não tramitou, não passou por nenhuma outra, não temos nenhum parecer, seja ele favorável ou contrário ao PL, e em seguida, saindo da CTFC, ele passa pela CCT e finaliza aqui na CAS, nessa referida Comissão na qual estamos falando hoje. Então, acredito que essa é uma oportunidade que o Senado Federal tem para fazer a diferença nesse cenário de consumo entre mulheres.

E, por fim, sobre a reforma tributária, a gente já tem um Imposto Seletivo aprovado, que prevê maior taxação para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Atualmente o texto está sendo finalizado pelo Poder Executivo, o texto que vai prever as alíquotas desse Imposto Seletivo. E é importante que sejam aprovadas aqui nesta Casa alíquotas realmente efetivas a ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzir o consumo de bebidas alcoólicas e também reverter esse cenário de consumo por mulheres.

Para finalizar, eu trago alguns pontos aqui. As propagandas atualmente têm enxergado as mulheres como um público em potencial. Comparado aos homens, o consumo ainda é menor entre mulheres, mas está em crescimento, então é um mercado a ser atingido. É um lugar onde eles podem aumentar sua margem de lucro. As mulheres, como já bem citado, concentram o cuidado de também quem sofre suas consequências pelo uso do álcool, então até quando não são elas que estão em tratamento, são elas que estão dando apoio ao tratamento de seus maridos, de seus pais, de seus filhos. Aí a importância da regulação, tributação majorada e restrição de publicidade compõem as práticas mais custo-efetivas para reduzir o consumo de produtos nocivos. É necessário impedir a normalização do álcool, porque assim a gente olha para a saúde dessas mulheres também. E a gente não pode deixar que a indústria se utilize de uma pauta tão louvável para lucrar em cima da saúde dessas mulheres, porque consumo não significa emancipação e a gente precisa trazer isso.

Muito obrigada. É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação, Juliana, que trouxe dados, enfim, todas as anteriores também, a Dra. Graziella, a Helena. Assim, é muito interessante, porque vocês estão abrindo um leque de oportunidades.

Saber que o Senador Styvenson já apresentou um projeto... Eu estava olhando aqui para a minha assessora, eu falei: "Olha, vamos apresentar um projeto". Mas, se já temos esse projeto e já está na CTFC, então a gente tem que tratar com o Presidente da Comissão para ver se a gente, enfim, começa a dar o *start* logo no processo de apreciação desse PL 2.502, de 2023, do Senador aqui na Casa. Obrigada pela sugestão e por essa informação importante.

Eu vou passar a palavra agora para a Luciana Sardinha, Diretora-Adjunta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Vital Strategies.

Seja muito bem-vinda, Luciana! Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA MONTEIRO VASCONCELOS SARDINHA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Obrigada, Senadora. Eu acho de extrema importância reunir pessoas de tantas vozes diferentes no mesmo lugar, para que a gente possa discutir um problema que já é um problema de saúde pública. Além de ser uma questão social, é um problema de saúde pública.

Na Vital, a gente trabalha com informação para poder agir. Agir de que forma? Em políticas públicas estruturadas, para que a gente tenha bons resultados na área da saúde e em questões sociais, porque uma coisa está absolutamente ligada à outra.

Aqui há algumas informações. A gente já foi aqui discutindo nas outras falas, e o álcool é responsável por mais de 200 doenças e lesões. E aqui a gente tem doenças de todos os tipos. A gente fala muito em doenças do fígado, cirrose, porque está muito evidente, mas tem inúmeras doenças. Além disso, tem as questões das lesões, dos sinistros de trânsito, das violências. Então a gente não está falando só de doenças; a gente está falando também de problemas que estão para além das doenças, que causam doenças.

E tem a questão do impacto na saúde mental. A Graziella começou falando sobre isso. É um impacto que se agrava ainda mais quando a gente pensa em pessoas, e aí tanto homens quanto mulheres, que já têm uma predisposição a problemas de saúde mental. Isso é muito potencializado com a questão do consumo abusivo do álcool e mesmo com o consumo do álcool. E é um fator de risco; é um fator de risco para tantas doenças, como a gente já falou aqui, mas ele é um fator de risco negligenciado. E por quê? Porque, no Brasil, a gente vê o álcool como socialmente aceito. Então é o bar no final do dia para relaxar, são as festas, são os agrupamentos, e sempre se pensa no álcool para o benefício disso.

Eu vou chegar mais ao fim falando da questão da reforma tributária. A gente vem escutando, inclusive na imprensa, que a gente vai tirar a diversão do brasileiro, que vai aumentar a cervejinha do brasileiro, que a gente não quer mais que o brasileiro tenha essas distrações ou que ele se junte a outros, e a ideia não é essa. É um fator de risco. Ele é um fator de risco importante para as doenças crônicas não transmissíveis, assim como as doenças transmissíveis. A gente vê a questão das violências domésticas, as questões das violências sexuais e o quanto que isso aumenta a questão do HIV positivo; das doenças transmitidas por pessoas, como por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, a tuberculose, entre outras. Tudo isso está muito relacionado a esse fator de risco que hoje é tão socialmente aceito.

Então eu acho que o nosso trabalho, enquanto sociedade civil, enquanto Governo, enquanto Legislativo, é trabalhar para mostrar os problemas advindos deste fator de risco. Como a Juliana já mencionou antes, a gente tem aí pelo menos 105 mil mortes por ano atribuíveis diretamente ao álcool. E mais de 80% dessas doenças estão relacionadas a doenças cardiovasculares, digestivas, a alguns tipos de câncer e às lesões, como eu falei, tanto de sinistros de trânsito como de violências em geral. De quatro em cada dez, ou seja, 40% dessas mortes estão relacionadas a essas lesões, como eu mencionei.

Há outros impactos importantes, como o impacto econômico, tanto na área da saúde quanto de assistência social. A gente pensa, por exemplo, naquela pessoa que se alcoolizou e no dia seguinte vai trabalhar, o que a gente chama aí de presenteísmo. Ela está lá, mas ela não está fazendo aquilo que deveria ou como ela faria sem estar com a ressaca, como é muito normalizado. "Ah, está só com ressaca, se divertiu ontem." Então, parte-se da diversão e por isso ela tem um trabalho a menos ou ela não flui como deveria. E isso custa para os cofres públicos. A gente tem aí quase 20 bilhões diretamente relacionados. A gente pode mudar o foco para a atenção à saúde, a promoção da saúde, a mais equipamentos na área da saúde. Então, o custo disso, direto e indireto, é muito alto. E a população mais afetada sempre é aquele público mais vulnerável, tanto dos mais jovens quanto das mulheres. E aí é como já foi colocado aqui, quanto à mulher, tanto pelo fato de ela estar alcoolizada quanto por ela sofrer violências daqueles que estão alcoolizados.

Voltando ao que eu não mencionei, a gente realizou um estudo de mortes em 2019 e a gente observou que houve um aumento ali depois da pandemia de quase 20% nas mortes diretamente relacionadas – e aí tem os CIDs relacionados – ao consumo do álcool. Isso vinha numa curva estável por décadas e, de repente, da pandemia em diante, a gente tem esse aumento. Para chegar à morte, a essa questão final aí, a gente tem um processo. São essas pessoas que estão sofrendo, são famílias que estão sofrendo, é o gasto público, são muitas coisas envolvidas. Então, a gente realmente precisa prestar atenção nisso.

Aqui um dado do inquérito que a gente realizou em 2023, só para a gente ter uma noção de como está isso no Brasil. Em torno de 41% costuma consumir bebida alcoólica, que fala que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no último ano consumiu, praticamente metade da população acima de 18 anos; 22% tiveram pelo menos um episódio de consumo abusivo – a mulher, quatro doses num único episódio e o homem, cinco doses –; 7% beberam em três dias ou mais numa mesma semana nos últimos seis meses. Então, a gente já tem aí um em cada dez já fazendo consumo de pelo menos três vezes por semana. E 4% já apresentam, a partir de um diagnóstico que a gente faz de uma escala, um consumo tão presente que já se mostra como um provável dependente. Então a gente já tem aí 4% da população adulta brasileira.

Aqui dados que a gente já mencionou antes aqui na mesa, já foram abordados. O consumo das mulheres continua em ascensão, a gente pode olhar aí nesse gráfico que os homens, de 2006 a 2023, praticamente não mudam, é uma curva, é uma linha estável, e as mulheres dobram, de 2006 a 2023, simplesmente dobram. Então, as mulheres ainda têm um consumo menor? Têm, mas nesse crescimento aí a gente vai chegar a passar muito rapidamente, infelizmente, se a gente não agir também com muita rapidez.

Se a gente observar essas informações por idade, elas se concentram ali entre 18 e 44 anos – é a idade economicamente ativa. Então, são pessoas que estão saindo do mercado, já estão instáveis dentro do mercado de trabalho, já deixam de produzir dentro do Brasil. Então, existe um impacto econômico aí. E a gente observa que é a partir de nove anos de escolaridade, seria aí o ensino médio. Então a gente não está concentrado em pessoas de 12 anos ou mais, que já estão ali na faculdade, se a gente relacionar à idade, 25 anos ou um pouco mais, a gente já começa desde aquelas mulheres que estão ali no ensino médio.

A gente precisa de estratégias, cada lugar é um lugar, né? Então aqui a gente tem aí, como a Senadora começou dizendo, que o Distrito Federal é o quinto que mais consome, Salvador, Maceió, são os que mais consomem, outros menos, mas, mesmo os que estão com menor prevalência, como Manaus, já são 17%. Então, ou seja, praticamente duas mulheres em cada dez já estão consumindo de forma abusiva.

E do que a gente precisa para atuar aí nesse cenário? A gente precisa de dados sempre oportunos, estratificados; de diferentes entes trabalhando juntos, que eu acho que é o que estamos fazendo aqui hoje, acredito que essa é uma iniciativa muito importante, e de agendas de enfrentamento, principalmente dos determinantes sociais. Então a questão da vulnerabilidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de renda, de escolaridade, de local de moradia e de interiorização do alcoolismo, isso está muito evidente. Então a gente precisa focar onde a gente mais precisa, inverter essa prioridade. Porque...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA MONTEIRO VASCONCELOS SARDINHA – ... a gente começou a pensar nisso quando veio da pandemia. A gente precisa ter um foco naqueles que são mais vulneráveis.

E em que a gente pode agir efetivamente e muito rapidamente? A adoção do Imposto Seletivo já está dada, mas agora a gente precisa de alíquotas que sejam suficientes, porque quanto maior o valor, menor o consumo. Então ele é diretamente relacionado, a gente precisa ter alíquotas que realmente aumentem esse preço ali da loja para o consumo. Políticas regulatórias, sem interferência da indústria, isso é muito importante, sem o interesse comercial. Não permitir, de maneira alguma, a participação da indústria, como a gente viu aí em muitos casos que a Juliana expôs, que estão diretamente dizendo que estão fazendo uma autorregulação e que a gente está vendo que não funciona. Então a gente precisa de uma política que seja transparente.

E aqui, para finalizar, eu acho importante, porque sempre tem uma fala da indústria dizendo que: "Nossa, vamos perder vendas, esse consumo... tem trabalhadores nas fábricas, vai beber, vai todo mundo para a rua e tudo". O que eu quero deixar é que o desenvolvimento econômico não deve, em hipótese alguma, se sobrepor à saúde e ao bem-estar da população brasileira. Por isso a importância das informações baseadas em evidências para indução de políticas públicas consistentes, eficazes no combate desse importante problema de saúde pública.

Eu agradeço. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A Dra. Juliana é o *lobby*, o *lobby* é forte aqui dentro desta Casa. Está até minha assessoria ali olhando, porque a gente falar de autorregulação, desculpa, é uma piada, né? É uma piada, assim, é um tapa na cara da sociedade. E vou te falar que aqui dentro desta Casa nós somos muito coniventes, nós deixamos muitas vezes passar a boiada. E eu tenho vergonha disso, não tem minha digital, eu falo isso com muita tranquilidade. Tanto que teve projetos aqui que trataram do tabaco. Eu enfrentei o *lobby*, nós aprovamos aqui um projeto muito importante do Senador José Serra sobre mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restrições de publicidade, de apresentação do produto em estabelecimentos. E nós enfrentamos um *lobby* forte aqui dentro da Casa, mas, enfim, conseguimos aprovar. Está lá na Câmara parado, claro, né? Mas aqui a gente tem trabalhado muito nesse sentido.

E assim, os dados são estarrecedores. Eu vou mais longe, Dra. Juliana. Quando a senhora fala do ensino médio, não é, são os últimos anos do ensino fundamental. Falo isso com muita tranquilidade, porque eu tenho um filho já nos últimos anos do ensino fundamental. Em festas – festas de 15 anos, festas de 14 anos –, os jovens, tanto meninas quanto meninos, já estão provando, experimentando álcool. Entendeu? É muito sério o que vocês estão passando de dados aqui. Inclusive, nós vamos fazer uma fala, fruto desta audiência, já na próxima sessão. Amanhã, quero ir para o púlpito para falar um pouquinho do que vocês trouxeram de números, alertar e falar do projeto do Styvenson. Acho que nós temos que começar a fazer um trabalho mesmo, um movimento mesmo, de fora, já trazendo vocês para dentro da Casa, para tentar conscientizar cada Senador e Senadora da importância de tratarmos desse tema aqui dentro da Casa. Obrigada pela participação, Dra. Juliana.

Eu gostaria de encerrar essa primeira parte aqui, essa primeira mesa, já agradecendo à Dra. Graziella Santoro, Helena Ferreira Moura, Juliana Ferreira – está faltando mais alguém, gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A Luciana, claro! Desculpa, mas não está aqui, gente. A Luciana não coloquei, Dra. Luciana Sardinha. Desculpa, doutora. Meninas, muito obrigada! Gratidão mesmo.

Agora vamos para a segunda mesa, já agradecendo a participação aqui das quatro mulheres incríveis, que trouxeram muitos números, dados e inúmeros alertas com relação às causas dos danos do álcool à saúde pública dos nossos jovens, das meninas e das nossas mulheres.

Agora vou chamar aqui para compor a segunda mesa o Marcelo Dias, que é Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde; Nara de Araújo, Diretora de Prevenção e Reinserção Social da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça; e o Prof. José Mauro Braz de Lima, Neurocientista e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor Associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ, por videoconferência. Sejam bem-vindos, por favor. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra, vou citar aqui algumas perguntas. Ao final da fala dos nossos expositores, vou dar pelo menos dois a três minutos para todos que estiveram aqui compondo as mesas, para finalizarem sua participação. Eu vou passar as perguntas aqui, caso queiram dar resposta, ao final.

Amanda, do Ceará: "Quais são as motivações que levam as mulheres ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas?", já foi falado aqui também.

Ana, de Goiás: "Quais as consequências do abuso do álcool durante a adolescência para o desenvolvimento psicossocial da mulher?".

Bruna, de Mato Grosso: "Como a rede de atenção básica de saúde pode ser fortalecida para identificar casos precocemente?".

Felipe, de São Paulo: "Como deixar o álcool menos atrativo para menores de idade, [...] [considerando a influência] das redes sociais [...]?", também foi falado.

Lauro, do Rio Grande do Sul: "A flexibilização penal para a embriaguez [...] atende às liberdades individuais ou [...] ao *lobby* da indústria das bebidas?".

Comentários. Samuel, do Rio Grande do Sul: "O aumento do consumo abusivo de álcool entre mulheres é cultural, precisamos de redes de apoio no SUS!".

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Políticas sobre consumo de álcool têm que ser voltadas a todos os gêneros. As mulheres apenas estão se igualando aos homens". É um problema social.

Bom, eu vou passar a palavra para o Sr. Marcelo Dias, que é o Diretor do Departamento de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo, Doutor.

O SR. MARCELO KIMATI DIAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora. Quero parabenizá-la pela iniciativa; essa é uma pauta importantíssima. A gente também está acompanhando esse aumento dessas mudanças, do ponto de vista epidemiológico, em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao aumento de consumo de álcool entre as mulheres. De fato, nós somos bastante sensíveis em relação a isso do ponto de vista das políticas públicas.

Vou utilizar aqui meus dez minutos falando um pouco sobre o campo assistencial que a gente tem dentro do campo de álcool e outras drogas, falando principalmente na questão de álcool e de álcool entre as mulheres. Acho que, da maior parte da pauta da discussão epidemiológica, a Nara vai falar um pouquinho, então a gente vai combinar um pouco aqui.

Então, primeiro, quero dizer que a Rede de Atenção Psicossocial é composta principalmente dos serviços de saúde mental, que são os serviços territoriais, mas que têm uma especialização no campo de cuidados aos usuários de álcool e outras drogas. Ela tem tido uma expansão, ao longo desses últimos três anos, que é bastante significativa. Entretanto, como eu vou apresentar, o número de atendimentos que a gente tem feito em relação ao uso de álcool e outras drogas, principalmente entre mulheres, tem crescido desproporcionalmente.

Tem um dado importante aqui: quero dizer que nós temos, hoje, 3.061 serviços de saúde mental no país, sendo que não são só serviços voltados para usuários de álcool e outras drogas, mas serviços... Esses Caps I e Caps AD III também fazem atendimento para usuários de álcool e outras drogas, não só serviços específicos – os Caps AD. É importante dizer isso, porque esse é um modelo de atenção importante para municípios de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes, mas nós precisamos de serviços que façam algum tipo de assistência para usuários de álcool e outras drogas.

Essa rede teve uma expansão, ao longo dos últimos dois anos, de mais de 10%. E é importante dizer que, ainda que nós tenhamos tido uma expansão... Este aqui é um gráfico falando da ampliação do número de atendimentos dentro da Rede de Atenção Psicossocial. Na verdade, a Rede de Atenção Psicossocial envolve não só os serviços de saúde mental, mas um conjunto de serviços que se organizam dentro de uma rede que se chama Raps.

Esse gráfico mostra a expansão ao longo desses últimos anos, e, principalmente dentro desse período pós-pandemia – esta primeira linha são os atendimentos que são realizados nessa rede especializada –, a gente vê que, a partir de 2020, a gente tem um aumento muito grande, quase exponencial, sendo que, nos últimos dois anos, a gente teve um aumento entre 21% e 22%, que foi proporcional ao aumento de acesso a usuários do sexo masculino e a usuários do sexo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feminino. Durante esse período da pandemia, a gente vê que teve uma diminuição significativa do número de atendimentos, o que foi em função de a rede ter funcionado de uma forma bastante irregular durante esse período.

Tem duas observações que eu acho que são importantes.

A primeira é que é interessante saber que, na medida em que a gente tem uma expansão da rede, o número de atendimentos aumenta também. Isso parece intuitivo, mas não é tanto, por exemplo, quando a gente fala de atendimentos femininos.

Então, vou corroborar toda a discussão que foi feita aqui em relação a estigma e procura de serviços de saúde mental de álcool e outras drogas por mulheres, que é muito mais difícil. Ao contrário, como diz a representante da Abead, do que a gente vê em outras áreas da saúde, em que a procura feminina é desproporcionalmente maior, no caso de álcool e outras drogas, as mulheres tendem a procurar menos, desproporcionalmente menos por conta da questão de estigma.

Como foi dito aqui já mais de uma vez, a gente chama isso de "barreira de acesso", e esse é um fenômeno que tem que ser enfrentado. É um grande desafio tanto do ponto de vista de estigma quanto do ponto de vista de qualificação dos serviços de saúde.

É interessante dizer aqui também que, ainda que uma grande parte do número de atendimentos seja realizado dentro dos serviços da atenção primária, nós temos o maior número de atendimentos sendo realizado dentro dos serviços especializados.

Tem dois pontos aí que eu acho que são importantes.

Esse gráfico não diz respeito especificamente a mulheres, ele diz respeito a homens e mulheres. E nós temos de aumentar a nossa capacidade diagnóstica nos serviços de atenção à saúde de uma forma geral, porque, muitas vezes, existe um subdiagnóstico, mesmo porque, no caso de mulheres, elas mais dificilmente procuram serviços especificamente em relação à questão de álcool e outras drogas. Então, identificar esses casos, fazer a abordagem e fazer acolhimento para essas pessoas são muito importantes em todos os pontos da rede, não só na Rede de Atenção Psicossocial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão é que, na Rede de Atenção Psicossocial, essas pessoas, quando elas chegam, já têm o diagnóstico ou, então, têm uma forte suspeita em relação a esse diagnóstico ou têm agravos relacionados a esse tipo de problema.

Quando a gente fala sobre o número de atendimentos que são realizados dentro dos Centros de Atenção Psicossocial, tem uma outra questão, um outro fenômeno que a gente vê bastante no período do pós-pandemia. É que existe um aumento desproporcional de uso de álcool associado a outras drogas, que está representado nessa linha maior.

Então, essa linha laranja, que normalmente são problemas relacionados a álcool, normalmente tem uma ascensão paralela a problemas relacionados a álcool associado a outras drogas, mas a gente tem uma abertura dessa diferença. Isso indica que existe, cada vez mais, associação de álcool com outras drogas por pessoas que procuram serviços de saúde mental.

Isso implica em dois fenômenos: ou que essas pessoas estão procurando os serviços quando o fenômeno, o problema fica mais grave ou que existe, de fato, do ponto de vista epidemiológico, uma associação cada vez mais frequente de álcool com outras drogas.

Em relação ao atendimento de mulheres que são atendidas dentro da Rede de Atenção Psicossocial, principalmente dos serviços de saúde mental, a gente vê essa mesma configuração. Ainda que 27% dos atendimentos dentro dos Caps sejam relacionados ao uso de álcool, exclusivamente ao uso de álcool, a gente tem um número que é mais do que o dobro de mulheres que procuram serviços com problemas relacionados a álcool associado a outras drogas.

Então, temos aí um problema que não diz respeito só ao uso de álcool, mas à associação dele com outras substâncias, numa situação de gravidade suficiente para que essas pessoas procurem um serviço especializado ainda que exista todo esse estigma, toda essa dificuldade, todas essas barreiras de acesso para a procura.

Dentro desse perfil de procura dos serviços de saúde mental para mulheres que têm problemas com álcool e outras drogas, a gente vê uma distribuição que corresponde, principalmente, a mulheres entre 40 e 49 anos e entre 50 e 59 anos. E existe uma lógica dentro da procura de serviços de saúde mental em problemas relacionados a álcool e outras drogas que está associada à questão do estigma. Normalmente essa procura se dá não só quando o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparece, mas também quando a pessoa começa a ter agravos. Foi dito aqui, em mais de uma ocasião, em relação à mortalidade relacionada a álcool.

É importante dizer que essa mortalidade não diz respeito especificamente a problemas relacionados diretamente ao uso de álcool, como intoxicação, ao uso de álcool com outras substâncias, enfim, mas com problemas que aparecem de forma crônica. Então, nós temos cardiopatia, hipertensão associada a isso, insuficiência renal, insuficiência hepática, temos problemas de várias ordens. E normalmente, nessa faixa etária em que a pessoa procura problema, entre os 40 e os 59 anos, o que a gente vê é que a grande maioria das mulheres que procura normalmente já tem algum tipo de agravo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO KIMATI DIAS – Já existe algum tipo de problema clínico relacionado ao uso de álcool, no caso, ou problemas relacionados a álcool ou outras drogas. Então, essa é uma procura tardia, Senadora, é uma procura que acontece num momento em que já existe algum tipo de problema relacionado.

Nós temos também um predomínio de procura de mulheres negras atendidas dentro do Sistema Único de Saúde. Isso diz respeito a uma dependência do Sistema Único de Saúde e um aumento de prevalência, que está associado também a condições socioeconômicas. Então, isso é importante dizer. E esse conjunto de informações nos dá um alerta de que são pessoas que são mais vulneráveis socialmente, que têm mais dependência de serviços públicos, que elas procuram mais tardiamente e que estão associadas a essa mortalidade aumentada relacionada ao uso de substância.

Enfim, nós temos vários desafios relacionados a essa política, como a Nara vai falar. É uma política que tem que ter um caráter intersetorial, tem que envolver não só questões de saúde, mas de assistência. Eu acho que já foi bastante salientado aqui que ações de prevenção têm de ter uma certa especificidade. Eu acho que essa questão de comunicação em relação a essas pessoas terem acesso aos serviços de saúde e estarem acessíveis a medidas e políticas de prevenção é uma questão de comunicação importante. E é preciso pensar a lógica de redução de danos como uma lógica que tem que estar presente no Sistema Único de Saúde, de se fazer acolhimento a essas pessoas de uma forma irrestrita. Não pode existir uma condição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção de abstinência para que essas pessoas procurem ajuda. Eu acho que já foi colocado, em várias falas aqui, que o mais importante é esse alerta. Identificou algum tipo de problema, por maior que seja o estigma, por maior que sejam os problemas associados, procure ajuda.

E, finalmente, esse é um dado que vai ser corroborado aqui, queria dizer que as barreiras de acesso são um fenômeno que a gente encontra mundialmente – e eu acho que a Nara vai usar esse mesmo dado, que é um dado da UNODC –: um entre sete homens diagnosticados com uso de substância está em tratamento; e uma mulher entre dezoito que têm problemas está em tratamento. Então, isso implica a necessidade de ampliação de campanhas educativas com recorte de gênero como um ponto importante.

Eu queria salientar que, dentro dessa expansão do número de atendimentos que a gente tem para mulheres com problemas de álcool e outras drogas, isso nos dá uma notícia importante: que é importante fazer uma expansão da rede, é importante abrir novos serviços. Existe uma resposta da sociedade em relação à procura. E a forma com que a gente tem para conseguir de fato prestar uma assistência, um cuidado a todas essas mulheres é fazendo uma expansão da rede.

É isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Marcelo.

Bom, eu vou passar a Presidência, o comando desta audiência pública para a Senadora Eudócia.

Nós temos a Senadora Damares também, que foi a Relatora do 2.880, que foi aprovado aqui na CAS.

Amigas, eu quero dizer para vocês duas: nós temos pela frente um grande desafio. É um tema que é absolutamente invisibilizado – a gente está dando agora voz – e é uma estatística estarrecedora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você, Damares, que foi a Relatora agora, teve a possibilidade de se aprofundar; e a Dra. Eudócia, porque é médica e sabe desse dia a dia aí nas clínicas, nos hospitais do Brasil inteiro, dessa realidade. Mas é preocupante, quando a gente fala do alcoolismo feminino, ao ver que em um em cada sete homens está sendo tratado, e, na verdade, há essa barreira enorme com relação às mulheres: uma em cada dezoito. Por estigma, por inúmeras dificuldades, ela não procura porque existe uma barreira enorme social para que essa mulher busque o tratamento. É muito, muito sério.

O bom de tudo é que trouxeram para nós algumas alternativas – depois acho que é importante nós conversarmos com a nossa bancada –, dentre elas é um projeto que está tramitando aqui, do Senador Styvenson, o 2.528, que trata justamente sobre o teor alcoólico, para a gente de fato trazer barreiras e limitações com relação à propaganda, enfim, à tributação e tudo, e também dar luz à questão do teor alcoólico. O que nós temos hoje na legislação é que a dificuldade... que existe uma barreira para vender, que é até 13%. Para baixo não tem, e 90% das bebidas alcoólicas estão bem abaixo desse teor alcoólico, e justamente são essas a que têm acesso as mulheres, os jovens, enfim. Nós temos um grande desafio aqui.

Gente, eu quero demais agradecer. Eu estou saindo agora, porque eu vou para – você também está voltando, né? – a CPMI do INSS. Trocaram novamente a sessão de hoje. Mas eu quero agradecer demais o que eu ouvi aqui. Estou voltando para o meu gabinete, para essa relação com a nossa bancada, com sangue nos olhos, para a gente tratar isso com muita responsabilidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Exatamente. Vocês mexeram comigo e certamente com toda a bancada.

A Dra. Eudócia vai comandar o restante da audiência pública. Agradeço a V. Exa., que é a nossa Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e à Damares, que também já tem conhecimento, por ter sido Relatora do 2.880.

Obrigada, obrigada mesmo. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero dar uma boa tarde a todos aqui presentes. Quero parabenizar a Senadora Leila Barros pela brilhante iniciativa desta reunião tão importante sobre o alcoolismo nas mulheres, na área feminina.

E agora, dando continuidade, eu vou passar a palavra...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Tem muita gente acompanhando esta audiência *online*, não sei se vocês têm ideia de como foi muito bem recebida pela sociedade.

Só para lembrar a quem está acompanhando, todos os palestrantes, os expositores trouxeram uma apresentação riquíssima – eu estou vendo aqui que é material de curso de pós-graduação –, e todo esse material fica à disposição da sociedade. Quem está nos acompanhando, depois, pode baixar esse material. E parabéns aos expositores que tiveram esse zelo, esse carinho de trazer a apresentação, porque isso é muito bom. Depois de uma audiência dessas, pesquisadores buscam, assim como estudantes, médicos, instituições, a sociedade. Então, eu quero começar aqui, antes de a senhora passar a palavra, elogiando os expositores pela forma como vieram a esta audiência, tão preparada e com tanto zelo, para nos ajudar neste debate.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem colocado, Senadora Damares. Grata pela colocação.

Agora eu passo a palavra à Dra. Nara Denilse de Araújo, que é Diretora de Prevenção e Reinserção Social da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça.

A senhora, Dra. Nara, tem dez minutos para a exposição.

A SRA. NARA DENILSE DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom, Senadora, na sua pessoa eu quero cumprimentar aqui os demais participantes da mesa e também cumprimentar as colegas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiveram participando com as apresentações anteriores. Várias representações aqui têm mantido um diálogo muito forte, muito próximo com a Senad e fizeram várias falas extremamente importantes. Acho que as informações que foram trazidas são extremamente importantes para um tema que ainda hoje, infelizmente, é muito invisibilizado – infelizmente –, mas é extremamente relevante para o campo da saúde pública e das políticas públicas, especialmente para a Política Nacional sobre Drogas.

Em nome da Secretária Marta Machado, eu quero agradecer o convite para que a Senad estivesse aqui hoje, participando desse diálogo, e parabenizar a Comissão pela iniciativa.

Bom, acho que, diante do que já foi exposto, eu não vou me deter muito aos primeiros eslaides, porque as colegas que fizeram a exposição antes, na primeira rodada, já abordaram vários dos temas que eu traria aqui.

Mas eu acho que vale reforçar, dentro daquilo que a Luciana, da Vital, trouxe: embora seja um fator de risco para lesões, sinistros de trânsito, violências – diferentes formas de violência –, embora o uso ou consumo de álcool esteja associado a vários fatores de risco e agravos na saúde, ainda assim eu acho que, a gente pensando do meu lugar de fala hoje como Diretora de Prevenção e Reinserção Social, pensar a política pública relacionada à resposta do Estado ao consumo de álcool é pensar que estamos falando de uma substância que é lícita, que é de alta exposição – a ACT trouxe aqui as questões de *marketing* e da propaganda, de altíssima exposição –, de altíssima disponibilidade, de fácil acesso e que ainda apresenta normas sociais de aceitação e permissividade.

Então é nesse contexto que a gente precisa pensar a prevenção, e esse contexto torna a prevenção muito mais desafiadora para a política pública.

Então esses dados já foram apresentados. A própria Senadora abriu a sessão trazendo os dados e registrando que, embora – mulheres, em relação ao consumo, o número de mulheres que fazem o consumo – a prevalência do consumo entre mulheres seja menor relacionada à prevalência entre homens, a gente tem aí uma tendência de crescimento nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o que eu queria destacar – porque também esses dados já foram aqui abordados e abordados também por Kimati – é que eu acho que vale trazer... Eu queria fazer dois destaques aqui.

O primeiro é que a colega da Vital trouxe uma média ali de 104 mil óbitos por ano, aproximadamente, relacionados ou atribuíveis ao uso do álcool. E aí quando a gente olha para o dado de 2022, a partir do levantamento da Unifesp, que teve o apoio da Senad, o III Lenad, que foi divulgado este ano e está disponível na página do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, nós tivemos, no ano de 2022, 1.438 mulheres que faleceram devido a quadros de saúde agravados atribuíveis ao consumo de álcool. Ou seja, é um número que, quando nós olhamos para uma média de 104 mil, ele pode parecer um número pequeno; entretanto, quando pensamos num país ainda muito desigual, quando olhamos para a perspectiva de gênero, os impactos desses óbitos são enormes, né? São mulheres que possivelmente são responsáveis pelo sustento da família, são mulheres que são responsáveis pelo cuidado, e essa ainda é uma atribuição delegada às mulheres, infelizmente, diante de um quadro de desigualdade de gênero que a gente vive na nossa sociedade. Então, o impacto na família, o impacto na comunidade acaba sendo muito maior, e a gente precisa olhar para isso.

Para além disso, eu acho que também eu gostaria de destacar a questão das interseccionalidades. E aí, quando a gente olha para o número de óbitos ou de mortes atribuíveis exclusivamente ao álcool em 2022, a gente tem uma relação ali, entre mulheres, de que 70% desses óbitos foram de mulheres negras. Então, a gente olhar para essas interseccionalidades também é importante quando a gente pensa a resposta do Estado a essa questão.

Então, aqui, também a gente fala sobre isso, e eu vou passar.

Antes de falar sobre as ações de prevenção, já foi mencionado aqui – mas é importante reforçar – que as ações de prevenção, as ações de reinserção social que a Senad propõe, como Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, elas precisam estar vinculadas ou precisam estar contextualizadas em uma situação de desigualdade de gênero. Então, todos os elementos associados à desigualdade de gênero no campo socioeconômico, as violências também, as diferentes formas de violência de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu acho que cabe retomar o que a Helena trouxe, da Abead: que as mulheres acabam sendo vítimas dessa violência desde muito cedo. Então, considerar os impactos disso para a saúde, para a saúde mental e para sua relação com o uso de substâncias, incluindo o uso de álcool, tudo isso precisa ser considerado quando a gente pensa numa proposta de ações de prevenção, numa resposta na perspectiva da prevenção, e todos os estereótipos associados também – isso já foi mencionado por outras falas que me antecederam –, os estereótipos de gênero.

Kimati traz esse dado que demonstra muito claramente, muito concretamente, o quanto essas barreiras que vão sendo construídas em cima de estereótipos de gênero vão impactando o acesso dessas mulheres aos serviços. A gente tem aí esse dado estarrecedor do Relatório Mundial sobre Drogas do UNODC de que uma em cada dezoito mulheres, quando tem demandas relacionadas ao uso de substâncias, consegue acesso a um serviço de atenção à saúde, enquanto, entre homens, um em cada sete. Então, realmente é um dado que faz a gente olhar para todas essas barreiras. E eu retomo aqui o que a colega Helena, da Abead, trouxe: culpa e vergonha, responsabilidade com os filhos, rede de apoio mais frágil, o medo de perder a guarda das crianças, todas essas crenças normativas que nós temos, relacionadas à questão de gênero, vão construindo e reforçando barreiras de acesso.

A Senad também tem trabalhado numa perspectiva de promoção de acesso a direitos. E quando falamos em prevenção, acho que vale destacar como é que a Senad tem proposto uma política nacional de prevenção, uma política nacional de prevenção que pense a promoção de sistemas territoriais – e multissetoriais. Acho que a gente olhar para contextos, a gente pensar que as pessoas hoje convivem em contextos que são diversos, olhar para esses contextos e fazer uma escuta, uma perspectiva horizontal de diálogo com esses contextos e considerar esses contextos na resposta é extremamente importante. Então, são sistemas que precisam ser territoriais, multissetoriais, pensando numa perspectiva mais ampliada da prevenção com base em evidência em contextos que são de desigualdades sociais e econômicas.

E quando falamos de uma prevenção ampliada, essa perspectiva ampliada da prevenção é a de que o uso da substância precisa ser considerado com um conjunto de outros fatores, com um conjunto de outros elementos contextuais, como incidência de conflitos, seja em sala de aula, seja na comunidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Territórios que são muito mais afetados por conflitos têm especificidades que precisam ser olhadas – a incidência de *bullying*, por exemplo. E, aí, quando a gente fala das diferentes formas de violência desde a infância, como é a prática de *bullying* hoje no ambiente escolar, que é vivenciado por essas crianças, inclusive pelas mulheres....

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NARA DENILSE DE ARAÚJO – ... como a incidência de conflitos comunitários, a exclusão por questões raciais, a exclusão por questões de gênero, a exclusão por orientação sexual, a exclusão por barreiras de acesso a capital cultural, vulnerabilidade habitacional e vulnerabilidade climática. Então, pensar a prevenção numa perspectiva ampliada é pensar em todos esses elementos.

Como é que a Senad tem respondido? Temos respondido em ações territoriais, e aí nós temos duas iniciativas importantes que eu vou destacar aqui, que é o Comunidades que Cuidam, um sistema que busca uma estratégia para mapear vulnerabilidades na comunidade e mobilizar atores locais para ações preventivas baseadas em evidência, e o Pipa – Territórios Preventivos, que é uma experiência inspirada numa iniciativa global do Escritório da ONU sobre Drogas e Crime, que propõe desenho, implementação, monitoramento e avaliação de modelos de sistemas locais de prevenção.

Além disso, a perspectiva da prevenção vem sendo trabalhada pensando em investimento público em estratégias com respaldo científico, valorização da complexidade de matizes epistemológicas e metodológicas dentro do espectro "baseado em evidência", participação social, técnica e intersetorial, e vulnerabilidades mediante desigualdades de oportunidades.

Então, já vou passar.

E as ações que nós temos desenvolvido. Desenvolvemos um guia de prevenção, pensando no monitoramento dessas ações, então, como gestores estaduais, municipais podem trabalhar a prevenção com base em evidência, que indicadores precisam ser considerados e como essa prevenção pode ser monitorada tanto quanto às ações, ao processo de adesão, de fidelidade e de qualidade de implementação, como também à extensão, o alcance de metas que precisam ser preestabelecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um comitê científico que é composto hoje por especialistas qualificados, especializados e independentes, que atuam de forma voluntária. O trabalho é pautado pela promoção, desenvolvimento e consolidação da perspectiva brasileira sobre ciência da prevenção. E inclui novas questões de pesquisa, novas metodologias para uso de dados desagregados por raça, gênero, e perspectivas teóricas e diversas das áreas de conhecimento.

Temos uma plataforma digital sobre prevenção ampliada que também traz informações... A ideia é um espaço que sirva de referência de informações sobre prevenção tanto do uso do álcool quanto de outras drogas; informar os públicos mais diversos sobre diretrizes, planos de ação e estratégias de prevenção do Governo Federal; oferecer ferramentas, recursos educativos e informações para qualificar a oferta das ações de prevenção; e ser uma oferta de monitoramento e visualização de dados, além de um espaço de aproximação entre a ciência e a prática da prevenção. Então, a gente tem aí o QR *code* e ali o endereço para acesso à página.

E muito rapidamente, eu acho que vale mencionar, porque muito se investe em informações, e aí pensando em campanhas, enfim, é muito importante, porque isso consome um valor alto de recurso público. Então, o que nós teríamos de evidência nesse campo? O uso da mídia em estratégias de prevenção deve ser compreendido como um componente complementar. Embora seja relevante, ele é complementar na política pública de saúde e de segurança social. Então, a sua efetividade vai estar condicionada à integração com outras ações preventivas e à adoção de abordagens baseadas em evidência e adequação das mensagens aos diferentes públicos. Gestores e organizações devem considerar a comunicação como uma ferramenta estratégica de mobilização social, educação e fortalecimento de atitudes protetivas. Então, informações sobre ações de comunicação com base em evidência também estão disponíveis na nossa plataforma.

E, por fim, a Senad tem trabalhado numa perspectiva de acesso a direitos na Política sobre Drogas. Então, estamos aí com a implantação em uma discussão muito próxima com a saúde, a implantação dos Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social. Eles foram originalmente desenvolvidos como parte do Plano Nacional Ruas Visíveis, que foi esse conjunto de ações do Governo Federal, lançado em 2023, para pessoas em situação de vulnerabilidade social agravada. Entretanto, hoje a gente vem trabalhando com uma perspectiva de uma rede, com uma metodologia que se baseia em evidências, pensando que iniciativas voltadas à redução do uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemático de drogas são mais efetivas quando priorizam o acesso a direitos e a mitigação de vulnerabilidades com um olhar mais integral para as demandas que essas pessoas apresentam.

Então, a ideia é ter uma equipe multidisciplinar, composta aí por assistentes sociais, psicólogos ou terapeutas ocupacionais, profissionais jurídicos, especialistas em redução de danos e, no campo jurídico também, educadores jurídicos, que vão poder fazer uma escuta qualificada das demandas que essas pessoas trazem e poder fazer essa ponte com a rede de serviços do SUS, do Suas, com acesso à Justiça, enfim, atendendo, de uma forma mais ampla, a população.

Então, todas essas ações de prevenção e de inserção social que a Senad vem desenvolvendo são transversalizadas pelo que nós temos hoje como estratégia de acesso a direitos para mulheres na política sobre drogas. Então, todos os elementos e as especificidades de mulheres são consideradas em cada uma dessas estratégias que a Senad vem conduzindo, a partir da estratégia que foi lançada em março de 2023, que hoje segue como uma ação transversal e que nós buscamos em todas as nossas ações, inclusive na produção e análise de dados.

Eu mencionei aqui que o nosso Observatório de Informações sobre Drogas, o Obid, foi relançado agora, no primeiro semestre. Ele tem uma página específica com dados e análises de dados, trazendo um recorte de gênero, para que a gente possa pensar políticas que sejam mais adequadas para os públicos que são diferenciados no campo da política sobre drogas.

Então, já passei bastante do meu tempo, agradeço. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns. Parabéns, Dra. Nara Denilse, pela brilhante explanação. Realmente fez a diferença no nosso conhecimento em relação a essas drogas que são tidas como lícitas e, consequentemente, acessíveis, bastante acessíveis.

Parabéns.

Agora eu passo a palavra ao Dr. José Mauro Braz de Lima. Ele vai fazer sua explanação através de videoconferência. Ele é Neurocientista e Professor Associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Com a palavra o Dr. José Mauro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MAURO BRAZ DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, quero agradecer esse honroso convite de poder ter participado até agora desse brilhante encontro, que também é da mais alta oportunidade: falar das questões relacionadas ao uso, ao abuso e à dependência de bebidas alcoólicas.

Nesse ponto, destaco o problema do aumento do alcoolismo entre as mulheres e também trago algumas questões sobre quando a mulher está grávida, quer dizer, o consumo de álcool durante a gravidez, que é uma das mais importantes causas – fora as causas genéticas – de deficiência cognitiva e comportamental na idade escolar, entre as crianças de modo geral, tá?

Mas fiquei esse tempo escutando todos os colegas brilhantes, a começar pela Dra. Graziella, que falou do alcoolismo feminino e que me deu também uma satisfação grande, tendo me convidado para falar – acho que foi no ano passado – exatamente sobre esse tema – o aumento de consumo de álcool entre as mulheres.

Então, essa é uma das temáticas mais relevantes, mais importantes, embora não tenha merecido o devido destaque. Isso é curioso porque o alcoolismo é um problema sério no Brasil, no mundo de um modo geral. Tanto que a ONU tem essa recomendação do enfrentamento das consequências do uso e abuso de álcool. Eu nem falo das outras drogas, mas o álcool é a principal droga, é uma droga tóxica, é uma droga metabólica, é uma droga que mexe com o metabolismo oxidativo, depressora do sistema nervoso e depressora de todo o funcionamento celular.

Então, quando me falaram, eu realmente só tive conhecimento da minha participação agora recentemente, porque nós estamos saindo de um congresso internacional da Abead. Aliás, um brilhante congresso, um congresso que no Rio de Janeiro aconteceu na semana passada, trazendo 800 pessoas, 800 inscritos no congresso – o que para um congresso dessa natureza, no momento atual, é um número expressivo. Ele foi presidido pela Dra. Selene, que conseguiu vários apoios e fez esse sucesso no congresso da Abead, do qual eu tive também o enorme prazer de participar com várias falas.

Bom, voltando à questão de hoje, dentro desses dez minutos, eu quero apenas destacar algumas questões. Achei bastante interessante, porque todas as apresentações foram ricas e foram plenas de informações importantes para a reflexão, para uma grande reflexão. E como falou também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu agradeço o convite à Senadora Leila, à Senadora Damares, e ao Senador Flávio, que estão nessa empreitada de atenção ao álcool, sobretudo entre as mulheres. Agradecendo e elogiando também essa iniciativa, eu quero dizer também do meu lugar de fala, eu sou professor de Medicina, médico neurologista e tenho uma experiência grande. Quando eu entrei para a universidade, pode colocar aí há mais de quatro décadas, uma das questões que me atraiu na faculdade foi o centro de pesquisa, e que é importante. Então, nesses mais de 40 anos, eu fui trabalhar em hospital psiquiátrico, onde eu fiquei 20 anos como neurologista e clínico, fiquei 20 anos numa emergência psiquiátrica, diarista, e trabalhava ao mesmo tempo no hospital universitário como professor de Neurologia. E o Instituto de Neurologia é vizinho do Hospital Pinel e vizinho do Instituto de Psiquiatria, quer dizer, dois grandes centros de saúde mental ou de psiquiatria.

E vale dizer que, na nossa experiência, experiência chamada baseada em evidência, quando nós estamos numa emergência psiquiátrica, mais da metade... De cada três casos, dois que aparecem na emergência estão relacionados aos problemas ligados ao álcool e outras drogas, principalmente álcool. No hospital também, como o Pinel, que tem sua enfermaria, ou como no Instituto de Psiquiatria, e eu fiquei ali mais de 40 anos vizinho dessas duas instituições, também é o mesmo perfil. Então nós estamos diante de uma situação que a gente vê muito a questão da saúde mental, mas eu costumo dizer, quando montamos, quando criamos um programa acadêmico... Um programa acadêmico de álcool e drogas, vale dizer – um parêntese –, é um programa que está trazendo a questão do ensino de graduação e pós-graduação universitária, traz a pesquisa, apoios para fazer as linhas de pesquisa e aí gerar artigos, trabalhos e teses, teses essas que vão ser usadas a nível de mestrado, doutorado, pós-doutorado na área de álcool e drogas. Então, vocês podem imaginar, nesses 40 anos, o número de trabalhos e de teses pelos quais eu passei; por isso também aumentou muito a experiência, aprendendo com os alunos.

Então, foram dezenas de teses, e a ideia dessas teses abrange os vários aspectos não só de saúde mental, de doença, mas também as questões de distúrbios comportamentais e de distúrbios cognitivos. E aí, então, a gente vê que o problema do álcool e das drogas, sobretudo do álcool, não pode ficar, não deve ficar... Ele passa do limite em que é atendido pela questão do conceito de saúde mental. Então, eu tenho problema de álcool e droga no trânsito, uma das principais causas de morte na juventude; de 20 a 40 anos, a primeira causa de morte é acidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trânsito em jovens e com álcool no meio. Há os problemas ligados à violência urbana, mas pode ser à violência doméstica – e aí doméstica pega a criança, pega o infanticídio, pega também as mulheres. Hoje é visto isso de maneira trágica: a causa de feminicídio é o álcool no meio.

Essa questão do álcool no meio não é nada nova, porque, na literatura, existem por vários autores relatos desse fato, né? Vem até a figura em psiquiatria que a gente chama de delírio do ciúme, que se chama síndrome de Otelo, em que muitas vezes o companheiro, sob efeito do álcool, cisma persecutoriamente e agride a mulher, que, às vezes vai a óbito, levando, então, à questão do feminicídio.

Então, essa abordagem passa também pelo alcoolismo nas empresas – nós fizemos alguns trabalhos –, pelo alcoolismo na população feminina carcerária... Trabalhamos também com a questão do aspecto jurídico, que chamo de "tribunal especial de droga", que em outros países é bem avançado; e com jovens adolescentes em conflito com a lei. Bom, então, essa abertura mostra que o alcoolismo, que o uso e abuso de álcool deve ser, como foi feita esta audiência pública, uma questão mais intensa, mais constante. E, como eu tenho 40 anos de observação, eu vejo, às vezes, com certa frustração, que as coisas não avançaram como deveriam. Quer dizer, está faltando alguma revisão, por mais que tenham trabalhos fantásticos, como o trabalho do alcoolismo feminino, como os trabalhos da Senad...

Eu estava na criação da Senad. A Senad foi criada em 1998. Então, vocês imaginam... Foi criada com todo o empenho; na época, foi assinada na ONU, numa sessão da ONU, e com todo recurso. Então, virou realmente um passo importante. Mas, apesar disso, estamos precisando – eu falo isso na altura desses mais de 40 anos – de algumas coisas mais integradas.

Então, por exemplo, a questão da prevenção. Eu vejo que, no alcoolismo e nas drogas – eu também trabalho como Diretor Médico de uma clínica que é especializada em atender pessoas com álcool e drogas –, a gente vai vendo que a prevenção precisa passar pela educação. É mudança de cultura, mudança de paradigmas, porque mudou o mundo. Quando a gente estabeleceu os pilares do problema do álcool e das drogas, da dependência química, isso foi lá por meados do século passado, nos anos 50, 60, 70, foi muito bom. A Abead, da qual eu sou membro, foi criada em 1978. Quer dizer, trouxe enormes contribuições, mas há que se mudar, sobretudo em políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, eu vejo algumas coisas que chamaram a atenção. Por exemplo, vou falar um pouquinho da SAF, mas eu queria dizer que a questão do aumento do consumo de bebida alcoólica entre as mulheres aconteceu porque houve aumento de consumo de bebida alcoólica entre jovens. Quando nós olhamos para isso...

Então, na trajetória do tempo, eu só cito essa lei. A Lei 9.294, que foi citada, trouxe um nível de teor alcoólico de 13,5%. Isso é um engodo. Eu fico, assim, espantado, mas até hoje não se discutiu isso, não se trouxe isso, porque não existe esse 13,5%. Talvez seja muito chocante falar isso, mas é que toda bebida alcoólica, uma dose de cerveja, um copo, uma tulipa, uma taça de vinho, uma dose de uísque, vodca, ou cachaça, uma caipirinha, na sua dose padrão, está escrito desde o século passado que, apesar de a cerveja ser 5%, o vinho ser 11%, 12%, e a cachaça, o uísque e a vodka serem 40%, todas as doses padrão têm a mesma quantidade de álcool puro, que é em torno de 16ml, 17ml de álcool puro por dose padrão, por recipiente, o que corresponde, em massa, a 12g, 13g, 14g de álcool puro.

Então, esse 13... Eu estive em Brasília algumas vezes tentando entender isso, e isso foi um engodo, não está escrito em lugar nenhum que haja esse nível, essa taxa de teor alcoólico. Até hoje eu não encontrei nenhuma referência para uma bebida alcoólica ter teor alcoólico de 13%, isso é absurdo, tá? Isso é um absurdo para mim, que comecei a investigar e procurar isso. Então, isso, em 1996, foi uma forma enganosa de dizer que a cerveja é uma bebida leve. E o que é que houve? Dizer que cerveja é uma bebida leve abria a porta, como foi falado aí muito bem, para o *marketing* dizer que cerveja pagaria até uma taxa relacionada, equiparada a uma bebida como um refrigerante.

Então, isso é importante, e é muito grande, que eu acho que é a falha do nosso conhecimento. Não se investigou isso, porque não existe esse padrão de 13,5%, e isso foi divulgado, e isso ficou na literatura. Então, o que é que houve? Dos anos 2000 para cá, 2000 até 2023, a produção de bebida aumentou muito. A de cerveja, que é mais fácil a gente medir, passou de 2 bilhões de litros/ano para quase 20 bilhões de litros/ano. Em 20 anos, aumentou quase 1.000%. E a população brasileira, nesses 20 anos, cresceu 35%, de 150 milhões, segundo o IBGE, em 2000, até hoje com 210 milhões de pessoas. Então, aumentou 35%. E o aumento é só de cerveja, não falo nem das outras bebidas, mas de cerveja. Então, esse aumento de quase 1.000% está muito afeito ao consumo, sobretudo, por jovens e mulheres – jovens e mulheres. Não foi nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos dez anos, isso foi nos últimos 20 anos. E aumentou essa produção porque a indústria não perdeu a oportunidade, com seu *marketing* fantástico, com seu poder econômico, de poder aumentar baseando em que cerveja é bebida leve. Então, está aí a cerveja sendo droga, sendo a bebida para sustentar o *show*, para sustentar as festas e tudo, e até o Carnaval.

Então, eu só estou falando isso para dar uma contribuição muito modesta, muito simples, e dizer que, dentro do aumento de consumo de bebida alcoólica entre as mulheres, uma das consequências muito deletérias e muito importantes é a síndrome alcoólica fetal.

Então eu peço desculpa por ter trazido essas questões e me coloco à disposição para tudo que for possível perguntar sobre álcool.

A questão de eu não ter trazido nenhuma demonstração é porque eu realmente não estava preparado, mas fica aqui então a indicação de um livro sobre SAF, que está aí à disposição, e um livro de alcoologia, que está até hoje disponível na Amazon, por exemplo, nessas formas de poder pegar através da internet.

Mas eu me coloco à disposição, então. Essa bagagem que a gente traz de quase 40 anos de ter coordenado um programa acadêmico de ensino, pesquisa, extensão e atendimento ambulatorial sobre álcool e outras drogas é que juntou o que a gente poderia chamar de baseado em evidências, né?

E não deixo de parabenizar todas as apresentações e os avanços que tivemos, sobretudo, nas pesquisas avançadas hoje da Senad, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, mas a prevenção tem que ser trabalhada antes. Não, a gente não pode cair no modelo médico de tratar a doença só quando ela é grave. E se comparar o alcoolismo ao diabetes, eu não posso esperar o diabético chegar em fase final, porque o tratamento vai ser terrível e de pouco sucesso. O alcoolismo devia ser então tratado muito fortemente entre jovens, nas escolas, e aí eu tinha que empoderar os professores, empoderar os municípios para trazer essa cultura e estudar bem, porque a indústria não quer outra coisa senão vender. Então, não adianta esperar que movimento qualquer vai ser feito se a indústria não for também trabalhada. Trabalhada não no sentido de acabar com o álcool, como podia ser: "Ah, vamos tirar a droga de cena". Não dá, o álcool faz parte da cultura humana, desde a antiguidade está presente, o que nós temos que cuidar é de nós mesmos, cuidar para minimizar o máximo. E seguir alguns exemplos de países mais avançados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tratam disso de forma mais holística, mais integrada. Se a gente for esperar o alcoolista ficar alcoólatra/dependente, não vai dar resultado.

Então, existem mil formas de fazer. A minha última palavra é: estava na hora do Brasil criar uma força-tarefa nacional. Uma força-tarefa porque o problema é de nível nacional, é de um flagelo nacional. E o álcool está entre as cinco prioridades de saúde dos governos e da ONU, que vai entrar por várias formas entre as prioridades para combater a doença e a mortalidade relacionada ao abuso e à dependência.

Então, eu agradeço a oportunidade e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. José Mauro, muito grata pela sua participação. Excelente explanação, o senhor está de parabéns. Concordo que temos que ter uma força-tarefa. Por isso que estamos aqui, neste momento, unindo forças, unindo conhecimentos para que possamos – Dr. Marcelo, Dra. Nara, Dra. Juliana, Graziella, Dra. Luciana e demais que me antecederam – dar as mãos para, de uma vez por todas, minimizarmos de forma drástica e eficaz o número de pacientes dependentes do álcool, pois cada vez mais aumenta o número de mortes por consequência do uso excessivo do álcool.

Então, quero agradecer a todos, mais uma vez, que contribuíram para esta audiência pública. Repito: Dra. Graziella Santoro, Dra. Helena Ferreira Moura, que não teve como participar ativamente; Dra. Juliana Ferreira, Dra. Luciana Monteiro, Dr. Marcelo Kimati. Corrigindo, a Dra. Helena Ferreira participou, porém teve que se ausentar um pouco mais cedo. À Dra. Nara Denilse, com sua exposição belíssima, parabéns! E, agora, o Dr. José Mauro Braz de Lima.

Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos vocês aqui presentes.

(*Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Romário, Wilder Morais, Jaime Bagattoli, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Beto Faro, Pedro Chaves e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dra. Eudócia, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 126, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 6 (substitutivo), e pela prejudicialidade das Emendas nº 1-T a 5-T. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2158, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda n° 6-CAS (substitutivo). Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6172, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2336, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5228, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), substituiu Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2460, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Cuidados Paliativos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2621, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CAS (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1901, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para prever o direito dos alunos a pelo menos duas refeições diárias completas, atendendo-se, integralmente, à ingestão diária recomendada de proteína, vitaminas e minerais para cada faixa etária contemplada." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 74, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "Os Riscos da Exposição de Trabalhadores ao Benzeno"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 77, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater a criação de Políticas Nacionais de Enfrentamento ao Retinoblastoma." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 78, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3669/2023, que "institui o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett"." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 79, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública conjunta CDH-CAS, objeto do REQ 75/2025 - CAS, seja ampliada a discussão para incluir a Colestase Intra-hepática Familiar Progressiva (PFIC), uma doença hepática rara que afeta a saúde de crianças e suas famílias, bem como requer a inclusão de convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. e Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: cópia do Ofício nº 1, de 2025, do cidadão Antiógenes José Freitas Cordeiro, o qual encaminha sugestão de projeto de lei sobre a realização de exames médicos anuais preventivos para pessoas aposentadas.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 1 e 8, Projetos de Lei nºs 126, de 2025, e 1.901, de 2022, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senadores Flávio Arns e Teresa Leitão, para reexame.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2025

- Terminativo -

Institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 6 (substitutivo), e pela prejudicialidade das Emendas nº 1-T a 5-T.

Observações:

1- Em 10/09/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1901, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para prever o direito dos alunos a pelo menos duas refeições diárias completas, atendendo-se, integralmente, à ingestão diária recomendada de proteína, vitaminas e minerais para cada faixa etária contemplada.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa., Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sobre o item nº 1, que é de autoria da colega Senadora Dra. Eudócia, foi solicitada, de fato, a retirada de pauta. Eu só solicito que seja reencaminhado para reexame do relatório, também já falei com a Secretaria nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... de acordo, inclusive, com a Dra. Eudócia e com um amplo entendimento aí que se pretende buscar nesse sentido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só um esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Só um esclarecimento: é aquele que trata das vacinas para o câncer?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – É esse. É esse.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Nós temos hoje um item aí que vai ser bem polêmico. Eu queria pedir inversão de pauta, o meu item é o sétimo, em cinco minutos eu leio o relatório. Queria pedir inversão de pauta. O meu é o sétimo. Em dez minutos eu concluo, menos que isso, porque vai ter o do supermercado que vai levar a manhã toda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador, eu estou vendo que já tem discordância aí do Senador Humberto Costa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas eu leio em dez, cinco minutos. Cinco minutos, pode cravar. Eu leio em cinco minutos, sem nenhum problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concedida a inversão de pauta, vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2621, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Plínio Valério para a leitura do seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Vai ser rápido.

O projeto, com redação aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, é composto de três artigos.

O primeiro anuncia seu escopo.

O art. 2º acrescenta um inciso XII ao §4º do art. 18 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, prevendo que, no âmbito das ações e serviços de saúde destinados à pessoa com deficiência, seja assegurada a distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

O art. 3º é a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação da lei em que se converter o projeto.

O autor da proposta justifica a distribuição pelo SUS do cordão de fita com desenhos de girassóis como forma de identificar, de maneira visível, pessoas com deficiências ocultas, como autismo, surdez e baixa visão, visando a facilitar o reconhecimento de seus direitos e a garantir a assistência necessária em situações do cotidiano, como o uso de vagas preferenciais e atendimento prioritário. Destaca que o uso do cordão poderia prevenir abordagens constrangedoras e permitir apoio em momentos críticos. O texto ressalta que a medida não criaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despesa obrigatória, pois a distribuição ocorreria dentro das disponibilidades orçamentárias discricionárias do SUS e teria baixo impacto financeiro, já que muitos já adquirem o cordão no mercado.

Análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições...

Em relação à constitucionalidade, também está tranquilo.

Adentrando o mérito, o cordão com desenhos de girassóis é um acessório destinado a identificar pessoas com deficiências ocultas.

Sob a ótica da atenção à saúde, o cordão de girassóis permite...

Eu não tenho problema em ficar ouvindo barulho. Fico preocupado com quem está me ouvindo falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu pediria um pouco de silêncio, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A minha preocupação é com quem está me ouvindo falar. Eu leio sem nenhum problema. Agora, não sei se estão ouvindo.

Sob a ótica da atenção à saúde, o cordão de girassóis permite antecipar situações – é importante – que exigem intervenções diferenciadas por parte dos profissionais de saúde, prevenindo crises de ansiedade, episódios de estresse e outros agravos relacionados à exposição a ambientes inadequados. O símbolo funciona como um sinal de alerta para que equipes de saúde e demais serviços públicos estejam atentos às necessidades específicas do usuário, possibilitando resposta rápida e adequada em emergências ou no atendimento rotineiro.

A distribuição do cordão pelo SUS – esta é a questão – é, antes de tudo, uma medida de promoção da saúde, alinhada aos princípios constitucionais e ao conceito da Organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundial da Saúde, que define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social.

A medida apresenta baixo impacto orçamentário e favorece o bem-estar social e psicológico das pessoas com deficiência oculta. O fornecimento do cordão pode ser operacionalizado de forma simples nas unidades básicas ou especializadas de saúde e em campanhas educativas, fortalecendo a percepção da população e dos profissionais sobre a importância da empatia e do respeito às diferenças.

Assim, o projeto reforça a missão do SUS, um sistema voltado à construção de uma sociedade mais justa e saudável.

A técnica legislativa está perfeita.

Eu vou, então, ao voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.621, de 2023, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.621, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 2º O inciso XI do § 4º do art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 18. .....
> § 4º.....
> XI – oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos, fórmulas nutricionais e cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde'".

Eis aí o nosso relatório, Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, eu declaro encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2158, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- Em 27/05/2025, 11/06/2025 e 09/07/2025, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.

2- Em 10/09/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

3- Em 15/09/2025, foi apresentada a Emenda nº 5, de autoria do Senador Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

A matéria está em discussão.

Consulto se algum Senador tem alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Eu tenho uma complementação de voto.

Posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Com a palavra V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, do Senador Efraim Filho, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.

Relatório.

Após a leitura do relatório inicial do PL 2.158, de 2023, e de seu adendo, por esta Comissão de Assuntos Sociais, foi concedida vista coletiva aos membros deste Colegiado, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Neste período, foi apresentada a Emenda nº 5 – CAS, de autoria do Senador Dr. Hiran, a qual propõe vedar a constituição de marcas próprias de medicamentos por parte das farmácias, drogarias, bem como de mercados, supermercados, hipermercados e congêneres.

Análise.

A Emenda nº 5 – CAS, apresentada pelo ilustre Senador Dr. Hiran, tem por objetivo evitar que a ampliação da comercialização de medicamentos em supermercados seja acompanhada da criação de linhas exclusivas de marcas próprias, o que, em tese, poderia gerar concentração de mercado e enfraquecer a atuação dos laboratórios farmacêuticos já consolidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor ressalta que a introdução de grandes redes supermercadistas nesse segmento representaria alteração de grande vulto na estrutura do mercado farmacêutico nacional, uma vez que tais agentes, em razão de seu poder de compra, capacidade de negociação com fornecedores e acesso direto ao consumidor, poderiam alcançar posição dominante em detrimento da indústria já instalada.

Sob a ótica da indústria farmacêutica, a proposta encontra respaldo, pois a vedação à constituição de marcas próprias impediria que supermercados, farmácias e drogarias exercessem pressão adicional sobre preços e margens, situação que poderia comprometer investimentos em pesquisa e desenvolvimento, além de dificultar mecanismos de rastreabilidade e de farmacovigilância. Ademais, a medida mitigaria riscos de concentração econômica, resguardando a atuação de pequenas e médias farmácias frente ao poder de barganha das grandes redes de varejo.

Por outro lado, representantes do varejo se posicionam contrariamente à restrição, argumentando que ela limitaria a livre iniciativa, reduziria a concorrência e retiraria dos consumidores a possibilidade de acesso a medicamentos de menor preço por meio de marcas próprias. Acrescentam, ainda, que a proposta poderia gerar desequilíbrio regulatório, na medida em que não se aplica indistintamente a todos os agentes do setor.

Ressaltam, ademais, que marcas próprias de medicamentos já são realidade em diversos países, sendo produzidas por laboratórios tradicionais ou fabricantes autorizados e devidamente fiscalizados pelas autoridades competentes. A principal diferença consiste em que esses produtos levam a marca do estabelecimento comercial, e não da indústria farmacêutica, o que, segundo seus defensores, reduz custos relacionados a *marketing* e publicidade, permitindo preços mais acessíveis ao consumidor.

Essas posições contrastantes evidenciam a controvérsia da matéria. Trata-se de questão de alta complexidade, que envolve aspectos de política concorrencial, defesa do consumidor e regulação sanitária, não devendo, portanto, ser enfrentada por meio de emenda pontual. Ao contrário, e ressaltando o que já foi disposto no relatório inicial e em seu adendo, impõe-se debate aprofundado em projeto de lei autônomo, instruído por análises técnicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros órgãos do Governo, bem como de entidades representativas da indústria, do varejo e da sociedade civil.

Essa é a análise.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, pela rejeição das Emendas nº 1, 3 e 5 – CAS, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2 – CAS, nos termos do substitutivo abaixo, que se segue.

Então, Sr. Presidente, nós mantivemos, em termos gerais, o relatório anterior. Eu entendo que esse relatório que nós fizemos procurou, e eu acredito que conseguiu, contemplar os diversos posicionamentos, os diversos legítimos interesses que havia e, como tal, eu acredito que ele deveria se limitar, se cingir ao que foi apresentado por nós como relatório.

Primeiro, o tema das marcas próprias hoje é regulado, entre outros temas, pela Anvisa. A Anvisa...

Nossa! Está um barulho, Presidente. Desculpe aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A Anvisa já tem uma resolução hoje que proíbe a existência, a adoção de marcas próprias de medicamentos por quem quer que seja. Só uma outra resolução da Anvisa poderia fazer essa mudança.

Eu, pessoalmente, tenho uma visão muito crítica sobre esse furor legiferante que nós temos aqui de que tudo tem que ir para a lei, como data de se dar vacina a uma criança, tudo, tudo, tempo de se oferecer a primeira consulta para alguma coisa, que são questões de gestão. Eu acho que esse tema é um tema de gestão.

Pessoalmente, eu sou contrário à adoção de marcas próprias. Eu acho que – não me imiscuindo no tema da concorrência do benefício ou não ao consumidor, mas do ponto de vista da rastreabilidade, da farmacovigilância – nós temos aí a possibilidade de um enfraquecimento da aplicação das normas.

E eu entendo que todo mundo deveria fazer a seguinte conta: por exemplo, os supermercados, com o projeto que está aqui, garantem a possibilidade de vender não só os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos que são isentos de prescrição, que era a proposta original, como poderão vender todos os medicamentos. Então, um interesse que os supermercados tinham foi aqui garantido.

As farmácias, as redes de farmácias, que estão mais interessadas nessa questão do medicamento de marca, tiveram um ganho importante, porque imaginem se a gente passasse a ter venda em supermercado de medicamentos isentos de prescrição, nas gôndolas dos supermercados. Isso traria um prejuízo – estou falando só economicamente –, um prejuízo gigantesco para as farmácias e para as redes de farmácias.

Então, estão muito bem-atendidos por esse projeto, muito bem-atendidos!

Os farmacêuticos, que estavam preocupados com a possibilidade de se vender remédio em supermercado, na gôndola e sem necessidade de farmacêutico ou com farmacêutico à distância, também foram beneficiados com esse relatório. E a indústria também, porque existe já a resolução da Anvisa. Esse projeto, essa lei, do nosso querido Efraim, vai, sem dúvida, estimular a venda de medicamentos no Brasil, a ampliação do acesso, uma concorrência maior. Então, a indústria está bem contemplada.

O que é que eu faria como sugestão? Obviamente, se o Astronauta Marcos Pontes fizer o destaque, pode ser votada aqui a emenda dele proibindo a comercialização de medicamentos com marca própria. Mas eu acho que o mais adequado poderia ser até o próprio Senador apresentar um projeto. Nós fizemos três audiências públicas; veio todo mundo aqui, de todo canto. Esse tema – marca própria – em nenhum momento entrou no debate propriamente dito; quer dizer, como é que agora, no final, sem que a gente tenha acumulado sobre esse tema, a gente vai fazer? V. Exa., como Presidente da Comissão, poderia, se alguém apresentar esse projeto... O Astronauta pode apresentar, eu posso me aliar a ele na apresentação, assinar junto com ele. Nós fazemos toda uma discussão sobre isso, audiência pública, vamos aprofundar e, no final, nós podemos tomar uma decisão.

Então, é esse o relatório, e eu agradeço a atenção de todos, todos os que nos procuraram – quero agradecer – com ideias, com sugestões. Nós podemos depois complementar essa discussão com um debate específico sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senador Humberto.

Passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu me inscrevi, Presidente, primeiro para celebrar a minha concordância com o raciocínio do Senador Humberto Costa. Isso não é muito comum, não! (*Risos.*) Eu não tenho esse nível de entendimento, especialmente no campo da medicina e mesmo da política, que ele tem.

Mas, é lógico, essa discussão... Veja bem, o que é que propôs o Senador Efraim? Facilitar o acesso. Esse é o escopo. Aí vêm as ramificações, os desdobramentos.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – E reduzir preço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Facilitar o acesso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – A concorrência reduz o preço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É lógico, se há mais portas acessíveis, a disputa, reza o capitalismo, deve resultar em algum benefício para o consumidor. Se ele já está doente, se ele tiver uma vantagenzinha, uma vantagem financeira, isso é uma coisa muito séria.

Então, esse é o escopo. E, nesse sentido, nós estamos alterando uma lei que tem 52 anos de vigência – quer dizer, não é uma coisa de improviso – e três audiências públicas, como foi mencionado. Ou seja, o que é que se discutiu? Pode vender remédio na farmácia? "Alto lá! Que tipo de remédio?" Até que se derivou...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Na farmácia não, no supermercado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No supermercado, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi um erro psicológico apenas. (*Risos.*)

Em sua homenagem, foi um momento para reabilitar o seu doutorado.

Mas, então, só para concluir, eu acho que é sensato, se discutiu e, hoje, o que nós estamos tendo, na prática, resumindo numa frase, é mais farmácias em supermercados. É isso. Farmácia completa, com todos os seus requisitos, responsabilidades, em nome da saúde pública, que é um dever de todos nós, institucional e legalmente, preservar.

Aí vem a questão da marca. A marca... Olha, a gente nem sabe, às vezes, o valor da marca. O que vale mais? O nome Coca-Cola ou o produto?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É a marca.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É claro que é a marca. Então, é uma concorrência diferente. Envolve não farmacêuticos, químicos, pessoas que merecem até o Prêmio Nobel da vida, da medicina, da paz. Eu cito como exemplo essa Katalin Karikó, do RNA mensageiro – né? –, a pioneira da pesquisa do RNA mensageiro, que valeu para a vacina do covid e vale hoje nas mais famosas pesquisas sobre câncer. Então, nós estamos saindo do campo de tornar acessível um bem, que pode salvar uma vida ou melhorar a condição de vida, e temos todo o empenho de facilitar o acesso das pessoas, inclusive físico – inclusive o acesso físico.

Agora vem a marca. A marca é coisa de marqueteiro. É coisa de *marketing*. É um outro assunto. É um corpo – se me permite dizer – estranho ao escopo do projeto do Senador Efraim. Digo isso com todo o respeito, tanto aos que propuseram abrir quanto aos que propuseram restringir. É uma outra discussão. E vai envolver se for apresentado um projeto nesse sentido, vai haver outras inspirações, né? Seria bom ter uma marca de um grande supermercado associada à Aspirina? Não sei.

Se alguém já assistiu ao filme sobre – é uma série – o cachorro pastor alemão que é herdeiro do fundo de quem criou a Aspirina alemã, o pastor alemão é o herdeiro, já está na sexta geração do pastor alemão. É um filme escandaloso. Você imagina a mordomia que é oferecida a esse pastor alemão, a esse cachorro. Isso é verídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer que é outro assunto e acho que nós poderíamos... Não se trata de rejeitar, mas de tratar do foco principal, que foi o acesso. Então eu concordo com as palavras do Relator e faço até um apelo para que todos reflitamos sobre isso. Este é um progresso; o outro é um assunto estranho ao escopo do projeto inicial.

É a minha intervenção. Eu agradeço pela oportunidade e peço desculpas se me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. nunca se alonga demais, Senador Esperidião Amin.

Continua em discussão a matéria.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Teresa Leitão, com a palavra V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Serei breve.

Quero destacar um aspecto que me convenceu a mudar a posição inicial de ser contra o projeto quando fui procurada pelos interessados, que é tirar a venda em gôndolas e garantir a presença do farmacêutico. Por que isso? Nós somos um país muito adepto da automedicação. É um telefonema: "Eu tomei esse remédio. Toma também que vai dar certo para ti". A gente aqui tem vários médicos que sabem como isso ocorre no dia a dia. Claro que isso é um hábito já bem arraigado, e tem que ter muita educação médica, muita orientação para a gente superar, mas pelo menos pela lei não. É um diálogo do senso comum com a lei, que é uma coisa da dinâmica social que não se vence de uma canetada só.

Mas acho que o relatório do Senador Humberto Costa conseguiu, de fato, sintetizar a medida proposta, as preocupações e toda a gama de argumentos que foram trazidos pelas diversas entidades. Vou votar com muita tranquilidade favoravelmente ao relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, submeto-o à votação nominal.

O painel está aberto para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero fazer uma indagação a V. Exa. A votação é nominal. Quem vota com o relatório do Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vota "sim"; quem vota contrariamente vota "não".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Disponha. (*Pausa.*)

Eu sei que o Senador Humberto Costa foi convencido pelos altos argumentos técnicos, científicos e médicos do conhecimento e da proficiência que tem o Senador Esperidião Amin, o conhecimento médico. Ele falou até de RNA mensageiro, já pensou? (*Risos.*) (*Pausa.*)

Posso encerrar a votação?

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Houve 13 votos a favor; nenhum contra.

Nenhuma abstenção.

Portanto, a matéria foi aprovada, o projeto, nos termos da Emenda nº 6-CAS (Substitutiva).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretária-Geral da Mesa para providências cabíveis. (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dou início ao turno suplementar e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Matéria encerrada.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pela ordem, só para agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pela ordem, V. Exa., Senador Efraim Filho, autor desta importante matéria.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Meu caro Presidente, Senador Marcelo Castro, e Relator, Senador Humberto Costa, primeiramente, meus agradecimentos e meus parabéns pela condução que a CAS deu a um tema de alta envergadura!

Não tenho dúvida, Presidente, de que este tema traz um protagonismo para esta Comissão para poder abordar um tema sobre o que há anos ou até há décadas o Brasil já se debruçava.

E cada um de nós que tem a experiência de poder viajar, de conhecer mercados da Europa, dos Estados Unidos, vê esse mesmo sentimento que o projeto traz acontecendo em cada país, claro com suas nuances e suas peculiaridades.

Mas o escopo do projeto é exatamente aquilo que foi falado pelo Senador Esperidião Amin: primeiro, melhorar o acesso às pessoas. Hoje, a mobilidade urbana é um tema da vida real de todos nós. Você, quando procura se deslocar para fazer compras, por exemplo, quer ver a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de poder fazer tudo ao mesmo tempo, tudo junto; e não ter que ir à padaria em um lugar, ter que ir ao supermercado em outro lugar, ter que ir à farmácia em outro lugar, ter que ir ao açougue em outro lugar.

É por isso que hoje esses centros comerciais ganham essa relevância – claro, com a leitura que foi dada pelo Senador Humberto Costa, que é diferente da minha, mas eu soube acolher – de levar a instalação completa das farmácias, que, como ele disse, se transformou num jogo de ganha-ganha. Foi bom para os supermercados, porque a regra inicial era apenas os medicamentos isentos de prescrição. Foi bom para as farmácias, porque ganharam uma regra que preserva as suas regras sanitárias. Foi bom para o consumidor, porque o consumidor, em tese, passa a ter mais concorrência, e mais concorrência, pela lei do mercado, leva à queda de preços, porque o preço do medicamento hoje, ele influi na vida das famílias, dos aposentados, é um preço alto no orçamento. E foi essa sensibilidade que a CAS teve.

Por último, no tema que o Senador Humberto trouxe sobre a questão de marcas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... a minha emenda inicial era de vedação, mas o argumento que ele trouxe me pareceu plausível. Isso é um tema para ser discutido num projeto apartado, porque ele traz uma outra discussão. E o risco que corre o pau corre o machado, né? Você pode ter uma emenda a favor da proibição, mas amanhã pode vir uma emenda a favor da liberação de um tema que está sendo discutido na Anvisa. Então, eu acho que cabe a esta Comissão aguardar a forma como isso vai ser resolvido e selecionado.

Eu fico muito feliz de a gente poder ter avançado no tema, quebrado dogmas, quebrado paradigmas, evoluído para um sentimento 2.0, alinhado com aquilo que é o moderno hoje, que é praticado. Não estamos criando nenhuma jabuticaba tupiniquim, não é nada típico de brasileiro querendo dar jeitinho em nada, muito pelo contrário. A gente está copiando – e bem copiado – boas práticas que deram certo no exterior e que voltam agora.

Então, Senador Humberto, queria lhe agradecer, meus parabéns! Presidente Marcelo Castro, parabéns pela sua... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela sua serenidade na condução do debate, sua tolerância, sua paciência, ouvindo todos os setores! Fico feliz que os setores tenham convergido. Quem viu esse projeto começar aqui e vê hoje, de certo modo, como a gente disse, o ganha-ganha – Conselho de Farmácia com os farmacêuticos que têm novas oportunidades de emprego, os supermercados que ganham o mercado, as farmácias que ganharam a regra sanitária para que elas possam ir para dentro, e a indústria que com mais vendas ganha mais –, vê hoje esse projeto chegando a uma convergência, à unanimidade. Eu acho que a gente está se especializando em unanimidade. Foi assim no devedor contumaz, lá no Plenário, foi assim nesse projeto aqui. Eu acho que este é o trabalho do Parlamento, buscar soluções mediadas para avançar.

Eu lhe agradeço pelo tempo e pela tolerância para a gente poder fazer esse registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Efraim, agradeço as palavras de V. Exa. dirigidas a esta Presidência, ao tempo em que parabenizo V. Exa. pela iniciativa dessa matéria tão importante. E um cumprimento e os parabéns especialmente ao Senador Humberto Costa, que foi paciente, que foi tolerante, que articulou, que ouviu todos os segmentos...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Sereno.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... sereno. Fizemos três audiências públicas, até que chegamos a um consenso ao ponto de votarmos aqui por unanimidade. Isso reflete a maturidade e que aqui prevalece o interesse público nesta Comissão. Eu acho que a Comissão merece um alto parabéns distribuído a todos! (*Palmas*.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E vamos baixar o preço dos medicamentos, que é isso que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero comunicar aos ACEs e os ACS que estão aqui, que vêm de uma luta muito grande, há muito tempo, com várias conquistas já conseguidas aqui no Parlamento, que o relatório do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wellington Fagundes já está pronto, foi apresentado e nós iremos pautar para a próxima sessão, que será quarta-feira, impreterivelmente. Está bom assim? (*Pausa.*)

Ninguém bateu palmas. (*Risos.*) (*Palmas.*)

É porque não está muito bom.

Vamos ao próximo item: item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6172, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao Projeto.*

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia.

E teremos como Relatora *ad hoc* a nossa Senadora Damares Alves.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu só peço...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço a todos que façam silêncio. A sessão continua.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Colegas, eu sou uma senhorinha, eu leio muito baixo. Todo mundo que está aqui no plenário me ajude. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa., Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por ser a CAS a única Comissão temática, Presidente, incumbida de se pronunciar sobre o projeto de lei, também é necessária a análise da matéria sob o prisma de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposta.

A proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde – que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional. Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os requisitos de juridicidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Por obséquio, eu vou ter que suspender a sessão, porque com esta zoada que está aqui não é possível.

Espere um pouco aí, Senadora Damares. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

São só dois minutos, enquanto o Senador Wellington Fagundes, gentilmente, atende o eleitorado dele ali e, em seguida, a gente volta à normalidade.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a Senadora Damares para fazer a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Os requisitos de juridicidade foram observados, e, em relação à técnica legislativa, a proposição observou os ditames da Lei Complementar 95, de 1998.

Quanto ao mérito...

Gente, está difícil. Vou esperá-los saírem, Presidente. (*Pausa.*)

Quanto ao mérito, acreditamos que o projeto materializa uma ação legítima do Estado. A seleção das tecnologias que são ofertadas pelo Sistema Único de Saúde depende de um processo de avaliação realizado pela Conitec, cujos pareceres subsidiam a decisão final, a cargo da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo Industrial da Saúde, do Ministério da Saúde.

Atualmente, a Lei nº 8.080, de 1990, estabelece em seu art. 19-R, *caput*, que a incorporação, a exclusão e a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, serão efetuadas mediante a instauração de processo administrativo que deverá ser concluído em até 180 dias, admitida a prorrogação por 90 dias.

No âmbito do Decreto nº 7.646, de 2011, recentemente alterado pelo Decreto nº 11.161, de 2022, o prazo de 180 dias também é estabelecido para a oferta da respectiva tecnologia incorporada ao SUS. Da leitura das normas, significa dizer, com isso, que uma nova tecnologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaria disponível para a população em até um ano, desde sua submissão para análise de incorporação até a efetiva disponibilização ao público-alvo.

Entretanto, como bem expôs a Senadora Mara Gabrilli na justificação do PL e reiterado no parecer do Senador Confúcio Moura, não é incomum que o prazo de 180 dias para oferta da nova tecnologia incorporada seja descumprido. Dessa forma, é possível verificar que o PL nº 6.172, ao incluir na Lei Orgânica da Saúde o prazo para oferta de tecnologia incorporada ao SUS, faz com que uma nova política pública regulamentada no plano infralegal seja transformada em lei por este Congresso Nacional. E aí vão ter que cumprir, porque agora é lei.

Registra-se, por fim, que a Lei n. 14.758, de 2023, prevê que, a partir da publicação da decisão de incorporar uma nova tecnologia em oncologia, as áreas técnicas terão o prazo máximo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Rapaz, hoje aqui o negócio está agitado, viu? Por favor. A oradora está na tribuna.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... de 180 dias para efetivar sua oferta no SUS.

Com a aprovação do projeto de lei, a política pública irá beneficiar milhões de pessoas – inclusive eu –, muitas delas com alguma condição rara de saúde que dependem do SUS – eu dependo de remédios de lá também – para receber um tratamento minimamente satisfatório.

Dessa forma, por ser de relevância social, peço o apoio dos ilustres membros desta Comissão para a aprovação do Projeto de Lei nº 6.172, de 2023, novas tecnologias incorporadas no prazo certo, sem ninguém ficar adiando, adiando, adiando.

Dessa forma, Presidente, sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.172, de 2023.

Esse é o voto, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão o relatório da Senadora Dra. Eudócia, que teve como Relatora *ad hoc* a Senadora Damares. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco o projeto em votação nominal.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero comunicar à Comissão que há uns requerimentos aqui. Então, para a gente poder ganhar tempo, enquanto a gente faz a votação nominal, espera o quórum, eu vou colocar o requerimento em votação. É o item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 74, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "Os Riscos da Exposição de Trabalhadores ao Benzeno".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do seu requerimento. (*Pausa.*)

Com a palavra V. Exa., Senador Paulo Paim, para o seu requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidente, agradeço muito a V. Exa. Inclusive estão nos chamando da CCJ, e nós queremos estar aqui durante as votações para depois ir para lá.

Requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema "Os Riscos da Exposição de Trabalhadores ao Benzeno".

Propomos para essa audiência pública a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

- representante do Ministério da Saúde;

- representante do Ministério Público do Trabalho;

- representante do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul;

- representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre e Triunfo;

- representante da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo;

- representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho;

- representante da Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho.

A justificativa, Presidente, é meia página.

O benzeno é uma substância química altamente tóxica, classificada como cancerígena para humanos pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer. A exposição ao benzeno representa sérios riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente em ambientes industriais.

A Norma Regulamentadora nº 9, que trata do programa de gerenciamento de riscos, dispõe que o benzeno é considerado um agente químico perigoso, causa morte e deve ser identificado e avaliado em qualquer ambiente de trabalho onde possa estar presente. Já a Norma Regulamentadora nº 15, que trata das atividades insalubres, classifica o benzeno como uma substância cancerígena, sem limite seguro de exposição estabelecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os principais profissionais expostos ao benzeno são aqueles que atuam em atividades ligadas à manipulação, produção, transporte ou uso de produtos derivados do petróleo, solventes e substâncias químicas industriais.

Concluindo, atualmente foram retomadas as discussões sobre a possibilidade de se estabelecer um limite de tolerância ao benzeno. Considerando todos os riscos inerentes aos trabalhadores expostos a essa substância, propomos, então, por fim, a realização de uma audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de ampliar o debate sobre o tema.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como já deu quórum, eu vou encerrar a votação.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – SIM, 10 votos; NÃO, 1 voto.

Nenhuma abstenção.

A matéria foi aprovada. (*Pausa.*)

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD).

Observações: *Em 28/05/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

A Relatoria é do Senador Renan Calheiros, com Relatoria *ad hoc* do Senador Fernando Dueire.

A matéria está em está em discussão. Já foi lido o relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Fernando Dueire é Relator *ad hoc*. A matéria já foi lida e está em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Eu sei que já foi lido, já houve pedido de vista, mas eu tenho aqui uma demanda do pessoal do Ministério Público do Trabalho: se não seria possível retirar o projeto de pauta para que houvesse uma discussão ainda um pouco maior com o Relator. Enfim, se for possível... Se não for possível, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu acredito que sim, se...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Claro, claro. Claro, Senador. Na verdade, esse projeto tem um apelo muito grande: é emprego, tanto na entrada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto na saída. Mas com sua ponderação e tentando sempre buscar entendimentos e aperfeiçoamento do projeto, eu não acredito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A gente vota na semana que vem.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Se puder na próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Certo. Então fica retirado de pauta...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Só para registrar, Presidente, eu respeito...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só registrar que eu acredito que é um projeto que é interessante. Ele dialoga com os nem-nem, quem nem estuda, quem nem trabalha.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Isso, isso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E a gente esperar mais uma semana para ouvir o Ministério Público do Trabalho sobre o tema que eles já deviam ter trazido... O que é que o Ministério Público do Trabalho quer trazer? Eu quero saber, mas já devia ter sido comunicado, já devia ter encaminhado para a gente. O projeto não entrou ontem na pauta. Então, a ponderação do Senador Humberto é acolhida por respeito, mas eu acho que há leniência por parte do Ministério Público do Trabalho em demorar tanto tempo para se trazer uma contribuição que seja sobre um tema que a gente já devia estar votando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Eu concordo. Eu concordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem nenhuma dúvida, Senador Efraim, mas fica pautado para a próxima sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Acho que vale a ponderação do Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não vai ter prejuízo para nenhuma das partes.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Em respeito a ele nós vamos considerar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Mecias, com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero ir na mesma linha do Senador Efraim e do Senador Fernando Dueire, que é o Relator.

Logicamente, V. Exa. já concedeu, obviamente, por respeito merecido pelo Senador Humberto, mas é uma matéria que já está aqui para ser votada há muito tempo, e certamente, se o Ministério Público do Trabalho tivesse com alguma ação de alguém lá, ele não daria um tempo: ele já daria pela perda da causa, já aplicaria uma multa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só dão tempo para os outros, né? (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É, o tempo só é necessário para eles; para as demais pessoas, a ninguém, eles não dão tempo. Não dão tempo: um minuto já está fora de prazo. E essa é uma matéria importante, porque cerca de 10 milhões de jovens, que podem ser chamados como os nem-nem, estão à espera dessa votação. É algo dos dois lados, todo mundo esperando isso. E a nossa Comissão não pode deixar de atender um apelo social tão grande.

Mas eu entendo, e o Senador Humberto, sem dúvida, levantou uma causa a que, por ele, é devido esse respeito, mas que isso não possa ultrapassar da próxima semana, Sr. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sr. Presidente, me permite...? É só uma fala...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Eu até faria um apelo para ver se o Senador Humberto não reavalia esse pedido.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixem-me falar uma coisa...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, que pediu primeiro; e em seguida a Senadora Damares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar o Senador Fernando Dueire. Já tivemos projetos em Plenário para ser votados, e eu fiz um apelo semelhante e não quis fazer hoje – o Humberto é que fez. Eu digo: "Não, não vou fazer isso porque eu já fiz para ele diversas vezes". Fiz um apelo em Plenário, e, com a sensibilidade que ele tem, ele concordou e construímos um entendimento.

Por isso, eu cumprimento o Senador Humberto e também V. Exa., e entendo a razão dos colegas Senadores, mas a sensibilidade de V. Exa. nos move a estar sempre caminhando ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem dúvida, Senador Paulo Paim, todos estão com a razão, mas, uma semana a mais, eu acho que não vai trazer maiores prejuízos. (*Risos.*)

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu ia ficar brava, muito brava agora, mas os procuradores do trabalho me deram um toque, aqui atrás, de que há uma dúvida sobre as pessoas com deficiência. Então, tendo essa dúvida, eu não vou ficar brava. Mas eu já falei para eles aqui: uma semana para a gente resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na semana que vem eu quero ajudar nessa votação, quero estar aqui. Se o Renan não puder vir, nem o Fernando, eu quero ser a Relatora *ad hoc,* e a gente vai votar esse projeto semana que vem.

Ouviram, procuradores?

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora, item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 77, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação de Políticas Nacionais de Enfrentamento ao Retinoblastoma.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Ele não está... (*Pausa.*)

Senadora Damares, V. Exa. está subscrevendo o requerimento do Senador Flávio Arns?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, eu passo a palavra a V. Exa. para fazer a defesa, a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeremos a realização de uma audiência pública com o objetivo de debater a criação de políticas nacionais de enfrentamento ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retinoblastoma. E ele traz aqui as instituições e os profissionais que estariam na audiência pública para fazer o debate.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento à aprovação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último requerimento, item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 79, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública conjunta CDH-CAS, objeto do REQ 75/2025 - CAS, seja ampliada a discussão para incluir a Colestase Intra-hepática Familiar Progressiva (PFIC), uma doença hepática rara que afeta a saúde de crianças e suas famílias, bem como requer a inclusão de convidada que especifica.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

V. Exa. tem a palavra para fazer a leitura do seu requerimento, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, estou requerendo que seja ampliada a discussão de uma audiência pública já aprovada pelo Requerimento 70, de 2025, para a gente discutir nesta audiência também a colestase intra-hepática familiar progressiva, uma doença hepática rara que afeta a saúde de crianças e de suas famílias, bem como requer a inclusão de uma convidada que estou especificando aqui no requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a proposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Lembro que hoje, às 14h, teremos reunião nesta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, que altera a Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e seis minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Romário, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Ciro Nogueira, Weverton, Pedro Chaves e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 18/2025 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 19/2025 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), REQ 30/2025 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 31/2025 - CAS, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 2294/2024, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2294, de 2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina". **Participantes:** Denise Pires de Carvalho, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes; Toufic Anbar Neto, Diretor da Faculdade de Medicina em São José do Rio Preto - FACERES; Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina - APM; Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM; Gonzalo Vecina Neto, Professor da FSP/USP e da EAESP/FGV; e Elizabeth Regina Nunes Guedes, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP e Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 18, 19, 30 e 31, de 2025, da CAS, de autoria das Senadoras Teresa Leitão e Zenaide de Maia e dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Humberto Costa, Paulo Paim e Nelsinho Trad, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, como a Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e o Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Bom, vamos convidar as autoridades que foram convidadas para vir a esta audiência pública, começando pela Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – seja bem-vinda, Denise; o Sr. Gonzalo Vecina Neto – vai ser por videoconferência –; o Sr. Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida, Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM)... (*Pausa.*)

Diz-se que ele está aqui, mas deve ter saído, vamos aguardar. Toufic Anbar Neto, Diretor da Faculdade de Medicina em São José do Rio Preto (Faceres) – pois não, seja bem-vindo –; o Sr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina (APM) (*Palmas.*) Seja bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Elizabeth Regina Nunes Guedes, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), que também será por videoconferência.

E vamos registrar a presença aqui – que nos honra – do Dr. Luiz Ovando, que é Deputado Federal pelo Progressistas do Mato Grosso do Sul – porque se não disser Mato Grosso do Sul eles ficam com uma raiva danada! (*Risos.*)

Bom, então, vamos iniciar a nossa audiência pública.

O Dr. Toufic Anbar Neto pede para ser o primeiro a falar, porque tem um compromisso de que não conseguiu se desvencilhar. Então, nós vamos passar a palavra para... é Tofic a pronúncia?

O SR. TOUFIC ANBAR NETO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Toufic Anbar Neto.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. TOUFIC ANBAR NETO (Para expor.) – Obrigado.

Exmo. Presidente, Senador Marcelo Castro, Senadoras, Senadores, muito obrigado pela oportunidade. Profa. Denise Pires de Carvalho, Profa. Elisabeth Guedes, cumprimentando-as, cumprimento todos os demais presentes.

Eu sou Toufic Anbar Neto, médico cirurgião geral, que milita no ensino de Medicina há 25 anos; eu dirijo uma faculdade de Medicina há 14 anos e estudo avaliação há 20 anos, especializando-me no assunto.

Muito já se discutiu aqui o porquê de um exame. Hoje, eu proponho falar de como fazer o exame e quero falar sobre o desenho de uma prova, como está sendo proposta. Minha preocupação é direta: subestima-se o tamanho, o custo e a complexidade técnica de um exame que pretende aferir a competência clínica real do futuro médico.

Peço que imaginem a seguinte cena: eu entrego a um estudante o manual de uma bicicleta, ele estuda o manual, decora, faz a prova e tira 10. Eu lhe dou a bicicleta para pedalar, ele vai conseguir pedalar? Provavelmente não. Na mesma linha, eu peço que se lembrem de como é que se obtém uma carteira de motorista, a CNH. Você faz a prova teórica e faz a prova prática, com o examinador ao seu lado, no veículo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medicina é muito mais exigente do que esses exemplos. Não basta saber, é preciso saber fazer e saber ser. É por isso que uma prova teórica, em uma única edição, não captura o que verdadeiramente importa para a segurança do paciente e para a qualidade do cuidado.

Eu faço um breve parêntese para falar sobre o que é competência na educação. Ela congrega três dimensões: o conhecimento, que é o conhecimento sobre a teoria; as habilidades, muitas delas motoras e comunicacionais, por exemplo, examinar um paciente, dar um ponto; e a atitude, que é a ética, o profissionalismo e a responsabilidade com a segurança do paciente. Uma prova teórica só mede a primeira dimensão; ela não mede a destreza para realizar procedimentos nem o componente atitudinal, que sustenta a prática clínica diária.

Por que um megaexame prático nacional é inviável? Se quisermos avaliar habilidades e atitudes com honestidade, falamos de estruturas como estações clínicas padronizadas, pacientes padronizados, examinadores treinados, rubricas calibradas, controle de qualidade, análise psicométrica – psicometria é a ciência que estuda, entre outras coisas, avaliações, garantindo sua qualidade e sua precisão.

Agora, vamos colocar isso na escala brasileira. As vagas existentes atualmente, quando maturadas, darão 42 mil formandos por ano, número que pode crescer com os repetentes e a expansão de vagas; ou seja, é uma experiência minimamente justa?

Para oferecer um exame justo, precisaríamos de uma modelagem conservadora. Fazer 200 locais de prova, cada um com dez a doze circuitos, oito a dez minutos por estação e dois dias de aplicação; mobilizaria um pessoal por polo, com dezenas de pessoas, entre examinadores, pacientes padronizados, equipe de apoio, TI, segurança e coordenação. Em escala nacional, estamos falando de 6 a 7 mil profissionais por edição; ou seja, com o custo disso, somando diárias, passagens, aluguel de espaços, infraestruturas, seguros, TI, impressão, treinamento, banco de estações, chegaremos à casa de mais de R$100 milhões por edição. E os reprovados retornam na edição seguinte, possivelmente.

Então, em poucos anos, nós teremos um exame com mais de 100 mil pessoas fazendo a prova. E a pergunta é inevitável: quem que vai pagar por isso? Os próprios recém-formados, num exame que custaria, no mínimo, R$4 mil por inscrição? Lembrando que o da OAB é R$320, mas é uma prova eminentemente teórica; a prova prática tem um custo bem maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas edições anuais? Três, igual a OAB, como foi tão dito aqui? Ninguém tocou nesse assunto até agora.

Há um segundo ponto. Quem deve conceber, aplicar e responder por um exame dessa natureza? Conselhos profissionais têm papel essencial de fiscalizar o exercício ético da profissão. Já o desenho e a execução de avaliações educacionais em larga escala demandam banco de itens, estações, pré-testes, calibração, análise psicométrica, isso tudo sob o olhar de uma auditoria independente. Assumir a responsabilidade por um exame e terceirizar o seu núcleo técnico não resolve o problema, pelo contrário, cria zonas cinzentas de responsabilidade e transparência. Exame de alto impacto exige padrões públicos, métricas claras, mapa de pergunta, definição de desempenho por métodos reconhecidos e prestação de contas sobre validade e confiabilidade.

O que nós aprendemos com experiências já vividas? No Brasil, já vimos provas gerando altas reprovações. Isso não prova por si que o exame é bom, pode apontar falhas na construção, conteúdo e uso dos resultados. A análise de provas feitas por conselhos regionais já apontou exames com 54% de perguntas inválidas, inadequadas para avaliar qualquer item. Em avaliação, o que importa é a validade, se a prova realmente mede o que se propõe e melhora o que importa, que é o cuidado do paciente. Um exame apressado e centralizado corre o risco de punir o egresso sem transformar a prática assistencial.

O caminho viável e responsável seria o teste de progresso seriado, feito por quem é do ramo, com matriz clínica robusta, mapa de prova e corte definido por um método reconhecido, além do pilar prático descentralizado com auditoria externa, avaliação clínica aplicada nas escolas sob padrão nacional e auditorias independentes, para garantir comparabilidade. Ainda teríamos um terceiro pilar que é a integração com a residência e o sistema de saúde, para alinhar competências avaliadas à porta de entrada da residência e necessidades reais do SUS, para que a avaliação induza uma formação melhor.

Para encerrar, eu digo a V. Exas. que não tememos exames difíceis. O nosso receio é exame mal feito, caro, instável e injusto que coloque em risco o futuro do recém-formado sem melhorar a vida do paciente. Eu sou contra a prática do "aprova primeiro e a gente vê o que faz depois". Temos que evitar debates baseados em generalizações, contação de causos e omissões.

Senhores, cuidado com o que pedem, vocês correm risco de serem atendidos. Se o exame for mal concebido, quem paga a conta é o jovem médico, as famílias e sobretudo o cidadão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa de cuidado seguro e competente. Trago esse alerta e esse caminho à consideração de V. Exas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, agradeço a colaboração do Dr. Toufic.

Vamos ao primeiro da lista, que é a Dra. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Confederação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito boa tarde.

Eu gostaria de iniciar saudando o Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; o Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica, aqui presente, Prof. Rodrigo Cariri; Prof. Gonzalo Vecina, professor da USP; Prof. Toufic Anbar Neto, Diretor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto; Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina; Profa. Elizabeth Guedes, Presidente da Anup; Deputado Federal Luiz Ovando, aqui também presente; todos os demais Parlamentares e todos os que nos assistem.

É uma honra enorme participar hoje desta audiência, Senador. Na realidade, eu me formei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Medicina, há 38 anos, e sou professora da mesma universidade, da minha *alma mater*, da universidade que foi a primeira escola médica deste país, há 35 anos. Fui Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro até o início de 2023, quando fui convidada, pelo Ministro da Educação Camilo Santana, para assumir a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. Mas, um ano depois, o Ministro Camilo me pediu que assumisse a Presidência da Capes, essa autarquia que é responsável pelo aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, pela acreditação, aprovação e também pela permanência, através da avaliação, de todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* do nosso país. Na época, eu disse ao Ministro Camilo que estava sendo presenteada, porque durante esses 35 anos como professora, formei muitos mestres e doutores, além de muitos médicos no nível da graduação.

A Capes é um exemplo de um Brasil que deu certo, que continua dando certo e que continuará dando certo na formação de mestres e doutores, baseada sempre na avaliação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os programas. São hoje 4.659 programas de pós-graduação que formam 25 mil doutores por ano, mais de 65 mil mestres e há, no sistema, 420 mil matrículas nos mestrados e doutorados do nosso país.

Neste momento, enquanto eu estou aqui, alguns comitês estão trabalhando lá na Capes. A Capes tem a excelência que tem porque a Capes é como nós, nós avaliadores. E quem são os avaliadores dos programas de pós-graduação? Os orientadores permanentes dos programas de pós-graduação, cientistas brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil que atuam na formação de mestres e doutores.

Como eu disse antes, formamos muitos mestres, formamos muitos doutores, mas quem avalia a pós-graduação não são os egressos, não são os mestres e doutores. A avaliação, como muito bem ressaltado pelo Prof. Toufic, depende de como é feita, de qual é a comissão responsável. Eu não tenho dúvidas de que a atividade de formação e a atividade de avaliação devem passar por profissionais altamente qualificados e formadores de pessoas no nível da graduação ou da pós-graduação, que são os professores envolvidos na formação.

Digo isso porque nós estamos hoje discutindo o Exame Nacional de Proficiência, o Projeto de Lei nº 2294, que pretende trazer a avaliação para medir o nível de domínio de uma pessoa sobre determinado assunto.

Em primeiro lugar, a Medicina não é um determinado assunto. É muito difícil avaliarmos, como o professor ressaltou, o que seriam aptidões e habilidades no campo médico por uma prova, mesmo por uma prova prática e uma prova teórica. Não é trivial.

A avaliação é uma ciência, é um campo de conhecimento que deve lançar mão de pessoas altamente qualificadas para que possamos, através das políticas de avaliação, tomar decisões. Não é trivial decidir o futuro, de qualquer pessoa que seja, através de uma simples prova, e prova essa que, segundo o projeto de lei, pretende ser realizada e organizada por uma entidade de classe.

O Ministério da Educação, que é o Ministério ao qual a Capes está vinculada, essa autarquia que avalia os cursos de pós-graduação do país, é um Ministério que também tem uma outra autarquia ligada a ele, que é o Inep. Capes e Inep são duas instituições fundamentais para avaliação da graduação e da pós-graduação no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, tramitando no Parlamento do nosso país, um Projeto de Lei Complementar que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), que pretende, para muitos, ser o SUS da educação; é um sistema que leva em consideração o papel do Ministério da Educação, junto aos entes federados, de maneira tripartite, como faz o nosso Sistema Único de Saúde. E esse Sistema Nacional de Educação, já aprovado aqui no Senado, que sofreu alterações no âmbito da Câmara dos Deputados, agora aprovado, e que retorna ao Senado para que seja aprovado finalmente – o autor é o Senador Flávio Arns e o Relator é o Deputado Rafael Brito –, traz, no seu art. 36, que os padrões de qualidade da educação superior, definidos na forma da lei, integram – não vou citar todos os artigos e todos os incisos – a avaliação nacional da educação superior em nível de graduação, e que a avaliação nacional da educação superior em nível de graduação afere periodicamente os padrões de qualidade da oferta educacional por meio de indicadores.

Está aí o Inep, que faz isso há mais de 20 anos através dos Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). E a União, por intermédio do MEC, coordenará o processo de avaliação da educação nacional, junto com os estados, com o Distrito Federal, com os municípios e demais instâncias previstas. Parágrafo único desse artigo. O Inep e a Capes subsidiarão o MEC na formulação de políticas educacionais e são responsáveis por realizar a avaliação da educação nacional no âmbito de suas respectivas competências.

Por falar em competência, qual deveria ser o órgão a medir a competência para a atuação profissional, se não esses órgãos que regulam a formação, os cursos de graduação, e que têm todas as prerrogativas e toda a sabedoria, através da ciência da avaliação, para avaliar qualquer profissional que seja?

As entidades de classe deveriam promover debates, como é o caso do Conselho Federal de Medicina, também dos Conselhos Regionais de Medicina, importantíssimos para o nosso país, cuja atribuição seria de promover debates sobre a adequação da atuação profissional, se a atuação profissional está sendo feita da maneira correta, os preceitos da ética profissional, da conduta médica ou da má conduta médica. Os registros médicos devem ser eternos no nosso país? Os especialistas não deveriam se atualizar? O papel da formação continuada na atuação médica não deveria ser revisto pelos conselhos de classe? Quando um registro profissional deveria ser cassado? Essa é outra questão, mas que não é abordada nesse projeto de lei, que pretende apenas coibir que jovens concluintes de cursos médicos possam exercer a sua profissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e poder se tornar bons médicos no futuro, através dos programas de especialização, como a residência médica que nós temos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO – Eu tenho algumas perguntas para terminar, Senador.

Uma delas é o que acontecerá com os formandos que não forem aprovados, caso essa prova seja aprovada aqui no Parlamento? Quantas vezes esses formandos poderiam repetir o exame? O que eles fariam enquanto isso? Haveria proliferação de cursinhos preparatórios para essas provas? Elas seriam cobradas? Qual o valor dessas provas? Como a prova seria calibrada, uma vez que os médicos em exercício, segundo o projeto de lei, não se submeteriam à prova? Qual seria a nota de corte? Como uma entidade de classe poderia ser responsável, se muitos profissionais sequer se atualizam no nosso país? A prova seria fonte de recursos para a entidade médica? E, por último, não menos importante, essa prova teria questões ideologizadas? Qual seria a resposta correta caso a entidade de classe perguntasse para os médicos recém-formados a conduta sobre vacinas? Porque nós vimos essas entidades serem contra a vacinação, tomarem, sinceramente, atitudes anticiência, não sei se essa entidade será uma boa entidade para realizar exames, seja qual exame for, para medir uma atividade que é tão baseada em ciência e que depende de evidências científicas. Será uma prova baseada na experiência daquele profissional apenas, sem levar em consideração os recentes avanços da medicina? Será uma prova baseada no antibiótico que nós aprendemos a prescrever há 40 anos, quando nos formamos, ou será uma prova baseada em evidências?

A pesquisa à qual eu fui apresentada, que foi feita pela Frente Parlamentar Mista de Medicina, diz que a classe médica apoia a realização dessa prova de proficiência e que 90% dos médicos brasileiros defendem o exame. Eu deixo aqui a última pergunta nesta audiência: quantos desses médicos aceitariam passar por esse exame?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo aqui a participação da Dra. Denise, passo a palavra ao próximo convidado, que é o Sr. Gonzalo Vecina Neto, que o fará através da internet, à distância.

V. Sa. tem a palavra, Dr. Vecina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GONZALO VECINA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar, particularmente, o Presidente da Comissão, o Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar os demais representantes presentes nesta discussão, cumprimentar a Profa. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Capes, cumprimentar as demais autoridades legislativas presentes aqui no nosso Plenário.

Eu, como a Profa. Denise já mencionou, também estou formado há 48 anos e labuto na área da saúde pública, na Faculdade de Saúde Pública, aqui da USP, desde 1988. E, quando fui convidado para esta honrosa posição de discutir essa questão da avaliação dos nossos futuros médicos, eu lembrei que eu sou um pouco filho de um momento semelhante a este. Em 1972, quando eu entrei na faculdade de Medicina, o Brasil estava formando alguma coisa em torno de 3 mil médicos por ano. Dez anos depois, próximo aos anos 80, nós passamos a formar 9 mil médicos, saímos de 3 mil médicos para 9 mil médicos: houve uma explosão de faculdades de Medicina naquele período, na medida em que médicos estavam faltando e uma série de providências foram tomadas pela ditadura na época para ver se conseguíamos aumentar o número de médicos. Nós saímos de 3 mil para 9 mil, assim como hoje nós estamos dando um salto imenso na formação de médicos também.

Tivemos esta discussão naquele tempo: em que nós vamos nos formar? Eu, no caso, me formei numa faculdade... Eu entrei na quarta turma da Faculdade de Medicina de Jundiaí, que era uma autarquia municipal, e após a formatura fiz a residência, mas a situação era muito semelhante. Nós, hoje, temos falta de médicos, continuamos tendo falta de médicos e temos um problema de distribuição; o problema de distribuição dos médicos vai ser muito mais complexo de ser resolvido.

O Carlos Gentile de Mello, lá naquela época, no início dos anos 70, fez um estudo relacionando a presença de médicos em cidades onde houvesse agências bancárias, e a correlação foi próxima a um, ou seja, onde tem agência bancária tem médico, o que significa que os médicos preferem ir aonde existe uma estrutura para sustentar uma vida com boa qualidade, nada além disso. E o que nós vamos ter que conseguir fazer para levar os médicos aos nossos rincões é estabelecer condições de vida e da prática da saúde para que eles se estabeleçam nos nossos rincões.

De qualquer maneira, eu me perguntei muito sobre o objetivo desse PL 2.294, de 2024, que quer resolver o problema da má formação dos médicos. O problema é a má formação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos, e o remédio que está sendo proposto é algo semelhante ao que os advogados fazem com o exame da Ordem. No Exame da Ordem, nós temos que um advogado, que fez um curso de cinco anos, em tempo parcial, chega ao final do curso, faz o Exame da Ordem e não passa. O que vai acontecer com esse advogado, que não vai poder exercer a advocacia? Ele tem muitas oportunidades alternativas para realizar a sua atividade técnica ou mesmo uma profissão qualquer. Um médico formado, depois de 6 anos de um curso integral, vai fazer o quê? Vai fazer cursinho para fazer o próximo exame.

Nós estamos vitimizando os alunos pela incapacidade dos cursos de Medicina, que eles frequentaram, de conseguir realizar uma boa formação. Nós estamos vitimizando os alunos das faculdades de Medicina pela incompetência também do Estado de realizar a regulação da oferta de cursos e a regulação da boa qualidade desses cursos, ou seja, nós estamos usando um remédio errado. Nós não temos que vitimizar os alunos. Nós temos que fechar as faculdades que não funcionam. E, para tomar essa decisão, nós temos que conseguir montar um sistema de avaliação das faculdades, que nós vamos ter que avaliar. A solução, portanto, é uma solução que não sei se é mais difícil ou menos difícil. Depois de ouvir o Prof. Toufic falar e descrever o tipo de dificuldades para realizar o exame, eu não sei o que é mais complicado.

Uma coisa é certa: nós tivemos, devido à incapacidade do Estado brasileiro de segurar de forma adequada a criação de novas faculdades, um enxame de faculdades abertas sem as devidas condições e com ações judiciais. O Judiciário não cometeu nenhum crime, o Judiciário simplesmente cumpriu o que a lei determinava e, como a lei era uma lei incompleta, inadequada, o que o Judiciário fez não tem nenhum erro. O que nós temos é que corrigir esses erros a partir de agora. Então, os órgãos de regulação, principalmente o MEC e o Ministério da Saúde, têm que retomar esse jogo, junto com as instituições que a Profa. Denise muito bem já mencionou.

Qual é o remédio? O remédio é constituir comissões técnicas para a análise das condições de funcionamento dos cursos que estão sendo oferecidos. Esse é o remédio. Isto é que tem que ser proposto nessa lei: tem que criar um sistema de avaliação contínuo de todas as faculdades que estão funcionando no Brasil. Esse sistema não acontece de vez em quando, ele acontece de forma contínua, com grupos técnicos que tenham a capacidade para fazer a análise de funcionamento dessas faculdades, para saber se elas têm hospitais, escolas, se tem centros de saúde para formação na atenção primária desses profissionais que estão nas suas faculdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, tem que verificar o resultado do trabalho dessas faculdades fazendo os exames seriados, como já foi mencionado também aqui pelo Prof. Toufic, o teste de progresso seriado. Tem que fazer, pelo menos, no segundo ano, no quarto ano e no sexto ano. Haverá reprovados? Haverá reprovados – e tem que ser dada uma possibilidade de continuidade para esses reprovados – mas, certamente, não será a quantidade de reprovados que nós vamos ter com este exame da ordem realizado pelo Conselho Federal de Medicina, que, como já demonstrado também pela professora Denise, é absolutamente incompetente para realizar esse tipo de atividade.

Então, constituir comissões para avaliação técnica das condições em que os cursos estão sendo oferecidos e fazer os testes de progresso variado são as alternativas que eu consigo enxergar para não usar um remédio absolutamente inadequado. Não se trata de punir os alunos que estão recebendo um tipo de formação que, por falta de capacidade do Estado de regular essas atividades, vão ser reprovados. Acho fundamental que essas faculdades sejam adequadamente avaliadas e, se mal avaliadas, que se tenha uma estrutura legal que dê suporte a mandar fechá-las, a conseguir que elas sejam fechadas. Por quê? Porque não deveriam estar funcionando. Para isso, o suporte legal tem que ser adequado, para que o Judiciário não tenha que tomar decisões que mantenham essas instituições que estão funcionando de maneira inadequada abertas.

Essas são as minhas contribuições, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero agradecer a participação do Dr. Gonzalo Vecina.

Vamos agora ao próximo, que é o Sr. Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida, Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Residência Médica.

Com a palavra V. Sa.

O SR. RODRIGO CARIRI CHALEGRE DE ALMEIDA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde, demais colegas da mesa. Agradeço a oportunidade.

Queria dizer que, num primeiro momento, eu vou aqui apresentar algumas informações genéricas sobre o Sistema Nacional da Comissão e colocar um pouco da minha opinião como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário-Executivo e como professor da Universidade Federal de Pernambuco, médico de família e comunidade, Doutor em saúde pública.

Meu doutorado foi sobre políticas de educação e políticas de saúde, sobre quando elas se encontram para produzir inclusão social, redução de desigualdade e desenvolvimento. Então, as posições que eu vou apresentar aqui não retratam, necessariamente, Senador, a posição do plenário da comissão, que é um plenário heterogêneo, com 16 representações. Eu, enquanto secretário, trago aqui informações sobre a residência médica no Brasil e, quando me posicionar acerca do teste de proficiência, eu o estarei fazendo como professor e pesquisador do campo.

Então, um breve sobrevoo sobre a residência médica no país.

Nós temos, atualmente... Isto é o retrato da nossa gestão: na comissão, do ano passado para cá, nós tivemos um crescimento de 8%, de 1.037 instituições para 1.120 instituições. Atualmente temos 1.120 instituições que oferecem programas de residência médica no Brasil. Com essa distribuição regional, o senhor pode ver que, apesar do crescimento, que é significativo, de 8% em um ano, a gente não reduziu absolutamente em nada as desigualdades.

Permita-me falar especialmente, com muito carinho, do Piauí, que para nós é um estado importantíssimo no cenário nacional, em relação àquilo que os que me antecederam comentaram, que há escassez e má distribuição de profissionais.

O Piauí, apesar de ser um estado com talentos e com grandes referências nacionais da medicina, hoje dispõe de praticamente um número abaixo da média nacional em todas as especialidades, além do fato de não ter várias especialidades que possam ter formações no Estado do Piauí.

Esse é o número total de programas. Eram 7,3 mil, aproximadamente, em 2024. Passamos para 7.875 e os senhores podem constatar que a distribuição entre Regiões também permanece a mesma. O crescimento foi de 8%.

Aqui é uma breve comparação do que a gente tinha em número de instituições, num passado recente, e de programas, respectivamente em laranja e em verde, nos anos anteriores, e o crescimento que a gente acabou de demonstrar nos últimos anos.

Aqui está detalhado o número de vagas autorizadas e de vagas ocupadas. Nós crescemos 6,7% em termos de vagas autorizadas e 8,2% em termos de ocupadas. Então, nós crescemos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que na autorização, na ocupação de vagas, e temos atualmente 19 mil residentes de acesso direto no Brasil, o que é um elemento que vem sendo perseguido pelo Governo Federal para atacar a questão da falta de qualificação de profissionais no Brasil

E é sobre isso que eu queria concentrar a minha fala a partir de agora.

Aqui é a distribuição por ano e aqui, o financiamento. Hoje o Ministério da Saúde é o principal financiador, com 20 mil bolsas e, nesta distribuição aqui por ano, você vê que, a partir de 2009, o Ministério da Saúde passa a assumir o protagonismo na oferta de bolsas de residência, honrando o princípio constitucional e suas atribuições legais de ordenar a formação de recursos humanos.

Acho que isso também é algo que precisava ser destacado no debate. Pelo que eu saiba, esse artigo da Constituição continua vigendo e diz que é responsabilidade do SUS esse ordenamento.

É importante dizer que o Ministério da Saúde não faz sozinho. As secretarias estaduais e municipais também têm um papel importante nesse sentido.

A gente vê, e aqui eu começo a chamar a atenção de vocês – esse gráfico está se tornando bastante recorrente no debate –, o crescimento do número de escolas, de cursos e de estudantes que estão se formando. Em 2023, eram 32 mil. Agora, 36 mil.

A nossa projeção, Senador, é de que a gente estabilize na ordem dos 60 mil egressos por ano.

E a gente tem ainda aqui, em 2024, 17 mil e, como eu mostrei, 19 mil vagas de residentes de acesso direto. Dezenove, vamos dizer 20, para 60 são 40 mil de estoque de médicos sem residência no Brasil hoje.

Então, isso é o que nos preocupa e o que a política pública aponta é para a necessidade do crescimento da residência médica. Isso, sim, é o que acompanha...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Hoje quantos estão se formando e quantos tem de egressos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CARIRI CHALEGRE DE ALMEIDA – Formaram-se, em 2023, 32 mil. O número de 2024 a gente ainda não tem. O Inep ainda não o produziu. Ele deve ser em torno de 36 mil. E entram 56.

A gente imagina que isso deva se estabilizar, porque – eu vou falar mais adiante... Com tudo o que foi feito por parte do Governo para que a gente interrompesse essa abertura desordenada de cursos, a gente imagina que deva se estabilizar em torno de 60 mil egressos/ano.

E essa é a nossa meta e referência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Desses 60 mil que são formados, quantos fazem residência?

O SR. RODRIGO CARIRI CHALEGRE DE ALMEIDA – Hoje são 19 mil de acesso direto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Quarenta mil não fazem residência?

O SR. RODRIGO CARIRI CHALEGRE DE ALMEIDA – Quarenta mil daqui a seis anos, porque, hoje, formam 36 mil; e, hoje, são 20 mil, aproximadamente, que estão nesse...

Para comparar internacionalmente, a gente tem meia vaga de residência por egresso no Brasil, enquanto na OCDE tem 1,2. Então, para o nosso entendimento, o desafio hoje, uma vez que a gente aponta para a estabilidade no número de egressos da graduação, é ampliar a residência para perseguir esse indicador.

Também é interessante observar a experiência internacional, para ver que os outros países desenvolvidos e com sistemas universais consideram a formação médica uma continuidade, sem interrupção entre a graduação e após, no exercício profissional, como muito bem falou a Profa. Denise.

Os países que fazem avaliação de proficiência e licenciamento também fazem o relicenciamento, de cinco em cinco anos ou de dez em dez anos, por princípio de coerência e ética. Se eu estou avaliando o egresso, eu também devo avaliar quem já está formado; e devo permanecer avaliando não só o médico generalista, como também cada um dos especialistas.

O que a gente persegue hoje é constituir um ambiente formativo que começa no ensino médio, que conta com um processo de admissão no ensino superior, que radicalizou, no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da democratização, que é o Enem, um modo de graduação que autoriza, no Brasil, desde 1958, o exercício vitalício da profissão, sem licenciamento e sem recertificação; ou seja, o profissional pode sair direto da graduação para o mercado de trabalho, com autorização para o exercício irrestrito. Nisso ninguém quer mexer.

Em vários países do mundo, nós vamos ter um licenciamento parcial. Então, eu autorizo quem concluiu apenas a graduação a fazer determinadas...

Boa tarde, minha Senadora!

A gente autoriza a fazer determinadas práticas, por exemplo, atuação na atenção primária, mas não autoriza todo o exercício profissional, sem a devida avaliação.

Então, a gente trabalha para a universalização também do acesso à residência. Hoje, nós temos uma grande prova nacional feita pela Ebserh, que é o Enare, e temos a residência médica como outra porta para o mercado de trabalho, essa mais certificada; mas o senhor sabe tão bem quanto eu que a residência médica, hoje, no Brasil, também não avalia o egresso. O concluinte do programa de residência entra no mercado e tem autorização vitalícia também para o exercício da especialidade. Também não estamos tratando disso nesta matéria.

Portanto, a ideia de uma avaliação pontual, nesse preciso momento da linha formativa, interrompe, na minha opinião, Senador, um debate e uma construção de uma política pública consistente da formação de médicos.

Assim como os que apresentaram antes de mim, eu acho que o instrumento, como foi dito pelo Prof. Gonzalo, é um tratamento inadequado para o problema. Eu tenho um problema e ele é reconhecido por todos, mas eu estou propondo uma medida que não atende ao problema. Ela pode, como disse o Prof. Toufic, também piorar o problema, porque aqui a gente vai criar uma outra linha de fuga, que, além do mercado de trabalho, são os bacharéis da Medicina que não têm opção do exercício profissional.

Então, nós vamos, indiscutivelmente, apostar no aumento do exercício ilegal da medicina com uma medida como essa, sem atacar os outros elementos da cadeia formativa, das etapas formativas, que são necessários, e sem atacar os problemas que a gente já conhece, como a má distribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente sempre deve... Perdoe-me, mas eu acho que usar o exemplo do Piauí é muito interessante para pensar uma medida como essa como ela atende ao problema de escassez e má distribuição de médicos para o Estado do Piauí. Esse exame que está sendo proposto vai ajudar a população do Piauí, vai ajudar Floriano, vai ajudar o pessoal de Parnaíba, vai ajudar o pessoal do interior a ter mais acesso à saúde? Esse é o propósito e essa é a motivação original dessa medida?

Para concluir, eu queria dizer que no âmbito da residência nós estamos desenvolvendo um sistema, a exemplo do Sinar, o Sistema Nacional de Avaliação de Residências, que presume um instrumento específico de avaliação de cada programa, um teste de progresso para a residência e uma avaliação prática, mas isso vai ser construído e conduzido pela Comissão Nacional, até que tenhamos maturidade avaliativa, Senador, para poder trazer o debate para o Congresso Nacional e ousar pensar em alguma legislação que dê conta disso. Então, este é um disciplinamento interno da Comissão Nacional avaliativo, que permite às instituições conhecerem melhor os residentes que estão se formando e aos próprios residentes saberem de suas capacidades, antes de pensar em punir exclusivamente os residentes e os alunos.

Para concluir, eu queria chamar a atenção para que... Primeiro, gostaria de elogiar, Senador, a condução que o senhor vem fazendo e o debate democrático que a gente vem instalando. Acho que caminhamos para a construção de alguns consensos de que de fato é preciso fazer alguma avaliação. Ninguém discute isso. A questão está entre quem vai fazer e quais são os seus propósitos.

Hoje nós firmamos um consenso em torno de uma agenda pública de qualificação do exercício profissional e de avaliação, com revisão das diretrizes curriculares, com a criação do Enamed e a retomada dos editais para abertura de curso, o que reduz a abertura indiscriminada de curso de graduação, revisão dos processos de judicialização, o que freou a abertura de novas escolas, revisão dos instrumentos avaliativos dos Sinaes, o que aponta para a diretriz daquilo que o Gonzalo falou, que é fechar curso, diminuir a entrada de curso que não tem condições de funcionamento e a institucionalização do sistema de avaliação de residência.

A medida da instalação de um teste de proficiência neste momento – na minha opinião, Senador, eu posso estar equivocado – interrompe essa agenda pública e aposta em um instrumento minimalista para resolver um problema extremamente complexo e pode –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanho o Prof. Toufic –, pode oferecer muito mais riscos, tanto à categoria e à profissão quanto ao sistema de saúde.

Muitíssimo obrigado. Eu concluo aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a participação do Dr. Rodrigo Cariri Chalegre de Almeida, vamos ao próximo convidado que é o Dr. Antonio José Gonçalves, Presidente da Associação Paulista de Medicina (APM).

V. Sa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (Para expor.) – Boa tarde a todos. É uma satisfação muito grande estar aqui. Agradeço ao Senador pelo empenho. Esta audiência pública realmente torna muito mais democrático este debate.

Eu sou professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, faço 50 anos de formado, achei que era o médico mais velho, mas o Senador me corrigiu aqui que ele tem 51, então, ele está ganhando de mim. (*Risos.*)

Bom, eu represento aqui a Associação Paulista de Medicina, que hoje é uma senhora vetusta de 95 anos, está fazendo este ano. Nós temos 25 mil associados em todo o estado, 70 regionais. Está aí a nossa distribuição geográfica no estado, abrangemos praticamente todo o estado. Os nossos pilares fundamentais são dois: a boa formação do médico e o atendimento de qualidade à nossa população.

Aqui a gente vê a taxa de crescimento do número de médicos e da população geral, então a gente vê que a taxa de médicos vem subindo progressivamente, que é o gráfico em azul ali em cima, nós não temos um *pointer* que aponta ali, desculpem, mas embaixo é o crescimento da população. Isso se acentuou depois do Programa Mais Médicos, em 2013.

Aqui é a evolução do número de cursos de graduação em Medicina, então houve realmente, em 20 anos, de 2004 até agora, um crescimento de 305 cursos, considerando 448 cursos até hoje, então aproximadamente 15 cursos por ano, mais do que um curso por mês. Então é impossível você ter corpo docente, você ter infraestrutura para dar conta dessa necessidade de professores, de hospitais e de infraestrutura para formar bem esses alunos. Então esse dado já diz que a formação dos nossos alunos de Medicina realmente tem muitos problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente mostra a evolução em termos de escolas públicas e privadas. O que aconteceu foi um aumento exagerado de escolas privadas. A qualidade é inaceitável, porque, na última avaliação do Enade, de 2023, nós vemos que foram avaliadas 308 escolas, só seis obtiveram a nota máxima, que é a nota 5, metade delas notas 1, 2 e 3. Então veja, o aumento foi de 60% nas escolas públicas e mais de 500% nas escolas privadas. Isso mostra claramente a mercantilização na medicina. Vejam ali no gráfico da esquerda, a Afya, que é um grupo educacional, tem 23 mil alunos de Medicina. Façam a conta, senhores: na média, R$12 mil cada um, é uma movimentação de dinheiro extremamente grande e isso prejudica a formação. O objetivo de uma escola médica, em primeiro lugar, eu, como professor universitário há 44 anos, acho que tem que ser a formação do médico. A mercantilização, o dinheiro, vem depois. Isso é importante, mas é secundário. Primeiro a gente tem que pensar efetivamente na boa formação do médico.

Aqui é uma historinha do Exame Nacional de Proficiência. Ele está aí há 18 anos, passou por 11 projetos na Câmara Federal, todos andando. Agora foi aprovado um requerimento de urgência do Deputado Dr. Luizinho, foi aprovado agora, no 16 de julho passado, e aqui está caminhando esse Projeto de Lei 2.294, que já foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação e Cultura. O Senador Dr. Hiran, que presidiu essa Comissão, conseguiu aprovar esse projeto por unanimidade na Comissão de Educação e Cultura, e agora nós estamos nesta audiência pública, que é o momento atual desse projeto.

Eu acho que é interessante a gente colocar as diferenças do Exame Nacional de Proficiência, que nós estamos propondo e somos favoráveis, e do Enamed. O Enamed foi lançado 15 dias depois de que foi solicitada esta audiência, que demorou quatro meses para ser marcada, foi lançado pelos Ministérios de Educação e da Saúde. Ele vai substituir o Enade, que é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, no caso nosso, para Medicina, e vai ser integrado ao Enare. Aliás, o Enare vai ser agora, no dia 19 de outubro, se não me falha a memória, e tem 87 mil candidatos inscritos – acho que o Cariri pode me corrigir se eu estiver errado.

Então, veja, no Enamed, mesmo se os alunos forem reprovados nesse exame, eles vão obter o registro profissional e vão atender os pacientes, isso arrisca a população. Por outro lado, o Exame Nacional de Proficiência é feito em vários países. Nos Estados Unidos da América, que é o exemplo aí, o médico não consegue o seu registro antes da residência médica. Então, não são seis anos, são seis mais quatro, ou cinco, ou seis. É um período muito mais longo de formação, dada a complexidade e a responsabilidade da profissão médica. Então, isso tem que ser anotado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui com muita ênfase, para que a gente não se esqueça disso. E os médicos que forem reprovados não vão obter o registro profissional.

O Prof. Gonzalo é um amigo meu de longa data, eu o admiro muito, mas, com todo o respeito, permito-me discordar dele. A vitimização dos alunos. Eu pergunto: e a vitimização dos pacientes? Como é que fica? Fechar escolas. Eu tenho lá uma escola com 150 alunos por ano, vai fechar a escola. Nós não vamos vitimar os alunos dessa escola fechada ou eles vão para as outras escolas, que já estão com excesso de alunos? Como é que nós vamos resolver esse problema?

Então, veja, eu também não acho que um exame só é a solução imediata, mas nós temos seis anos para regulamentar isso. Nós temos tempo para regulamentar, nós temos tempo para avaliar isso e nós temos, inclusive, comissões de avaliação, que vão apontar para a escola, através do teste de progresso, a que nós somos absolutamente favoráveis, para que essa escola corrija os rumos – ela corrija –, para que ela possa melhorar o ensino e ela possa formar médicos que, efetivamente, vão dar qualidade à nossa assistência médica, que, aliás, é muito boa, de maneira geral, mesmo no SUS, com alguns problemas, mas ela é uma assistência de muito boa qualidade. Temos problemas no SUS, com certeza, mas eu acho que o médico melhor formado vai ajudar, inclusive, a melhorar isso.

Acho que a especialização já foi colocada. Eu coloco este gráfico aqui da esquerda, que mostra a evolução do número de alunos: 280 mil, de 2018 a 2024. Foi de 160 mil para 280 mil, arredondando os números. E embaixo, ali em marrom, é a residência médica. Quando eu me formei, em 1975, era inimaginável um médico graduado não fazer a residência médica, que é, realmente, a cereja do bolo, que é onde o médico se especializa, onde ele consegue, realmente, atingir um nível adequado para atender a população com qualidade. Ele se torna um especialista ali.

Veja, o Prof. Cariri também já colocou as vagas autorizadas de residência, estão ali no gráfico da direita. Em 2024, que é a última coluna, são 24 mil autorizadas, mas só 19 mil ocupadas. Então, nós temos quase 5 mil vagas não ocupadas. E aqui estão as especialidades que têm esse problema.

Então, vejam, eu acho que nós temos com as sociedades de especialidade, que são afiliadas à Associação Médica Brasileira... São 54 sociedades. E existem programas de residência símile, que são credenciados e fiscalizados pelas sociedades de especialidade. Nós temos quase 5 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

médicos se especializando, mas são programas de residência símile. Não são essas especializações inadequadas, essas pós-graduações que são de 300, 400, 500 horas, mas com uma carga horária similar à residência médica, com 2,88 mil horas anuais.

Então, essas, sim, podem ser aprovadas. Por que não usar esse orçamento que já está aí para fazer com que as sociedades de especialidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES – ... e isso pode ser feito daqui a pouco, no ano que vem se quiser. Essas vagas ociosas; passar para as sociedades de especialidade para financiar esses 4 mil médicos que estão fazendo essa especialização sem receber bolsa nenhuma, e muitos deles pagando para fazer essa especialização.

Eu já estou finalizando.

Então, a situação vai se agravar com esse número de...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade.

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES – Muito obrigado, Senador.

Então, veja, um outro aspecto é a carreira de Estado – acho que foi colocado aqui. Esta é a demografia médica nacional: nós temos uma distribuição, no Distrito Federal, de 6,28 – naquele gráfico ali em cor-de-rosa, ali no meio –; e, no Maranhão, 1,27. Se a gente for pegar regiões longínquas da Amazônia, isso é menor ainda. Tem regiões que não têm nem 0,5 médico por mil habitantes, e o recomendado pela Organização Mundial de Saúde são três médicos por mil habitantes.

Então, vejam, a projeção é de que nós teremos 1,15 milhão de médicos em 2035, daqui a dez anos. Vai dar 5,25 médicos para cada mil habitantes. É uma pletora enorme. E o pior disso: não é só o número; é a qualidade. Vão ser médicos mal formados. E nós temos responsabilidade nisso, senhores. Então, nós precisamos não de mais médicos, mas de melhores médicos e uma distribuição mais racional. E isso só vai ser conseguido com uma carreira de Estado, sem dúvida alguma. Nós temos problemas. Temos também dois projetos, pelo menos, de carreiras de Estado no Parlamento, e acho que essa vai ser a nossa próxima briga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para finalizar, urge a aprovação desse projeto de lei, e os motivos que eu digo são os seguintes: vai proteger a população contra o médico mal formado; vai obrigar que o médico estude mais para ser aprovado; vai melhorar o nível dos nossos médicos, que vão atender melhor, vão pedir menos exames, vão fazer diagnósticos mais precisos e mais rápidos, o que vai dar qualidade e economia para o nosso sistema de saúde, que já é subfinanciado.

O exame de proficiência é feito na maioria dos países. Os países desenvolvidos que têm uma qualidade profissional, uma qualidade médica adequada, todos eles fazem o exame de proficiência. Por que nós temos que ser diferentes? Por que vamos penalizar a nossa população? Os alunos vão ter que voltar para a escola, os que não forem aprovados. A escola tem que assumir a responsabilidade que ela teve quando abriu, quando pediu autorização para o MEC para funcionar. E as escolas com alto percentual de reprovação vão ser fechadas. Só que elas vão ter uma oportunidade de se corrigir através do teste do progresso. Não vai ser de imediato.

E, mesmo se aprovado, ainda vão se formar daqui a seis anos... Nós temos seis anos para regulamentar isso, gente! Então, nós temos tempo para fazer isso de uma maneira adequada.

E eu concordo com a Profa. Denise: acho que a avaliação da Capes, o processo de avaliação da Capes é um dos melhores que nós temos no país. Eu coordenei a pós-graduação da Santa Casa durante cinco anos, na época do Francisco Sampaio, e realmente é uma avaliação das mais sérias que existem no país. Foi por isso que a nossa pós-graduação cresceu, e nós formamos um número significativo de doutores, embora insuficiente ainda, né?

Então, veja – só para finalizar –, segundo a Datafolha, 95% da população aprova o teste. E eu acho que, se esta é realmente a Casa do povo, e eu tenho certeza absoluta de que é, ela tem que ouvir a voz do povo, tem que ouvir esse clamor da sociedade por uma qualidade melhor, por médicos que realmente sejam bem formados, possam atender melhor os pacientes e melhorar o nosso sistema de saúde.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a participação do Dr. Antonio José Gonçalves, vamos à última convidada, que é a Sra. Elizabeth Regina Nunes Guedes, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e Conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), que está à distância, remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Sa., Dra. Elizabeth.

A SRA. ELIZABETH REGINA NUNES GUEDES (*Por videoconferência*.) – Eu estou sem som.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, o som está bom aqui.

A SRA. ELIZABETH REGINA NUNES GUEDES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, é? Desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode falar.

A SRA. ELIZABETH REGINA NUNES GUEDES (*Por videoconferência*.) – ... é porque não estou vendo vocês. Poderia, por favor, pedir à mesa para ligar a câmera também porque eu não estou conseguindo acesso?

Pronto. Agora, sim.

Muito obrigada, Senador. Quero desejar uma boa tarde a todos, agradecer esta oportunidade de mais uma vez estar aqui com os senhores, debatendo um assunto tão relevante. Quero cumprimentar minha colega Denise, Profa. Denise, Presidente da Capes, e, na pessoa dela, quero cumprimentar a todos que me antecederam.

Senador, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que eu e o Senador Hiran temos muitas coisas em comum, assim como o Senador Nelsinho, a própria Senadora Teresa Leitão; nós temos militado em muitas causas comuns entre nós, então, estamos alinhados.

Em relação à questão do exame de proficiência, eu temo que eu tenha uma divisão com o nosso querido Senador Hiran. Falo não como Conselheira, mas falo como ex-Presidente da Anup e autora da ADC 81, que, justamente, veio fazer com que a farra da abertura de cursos de Medicina por liminar fosse pelo menos interrompida com a medida cautelar dada pelo Ministro Gilmar Mendes.

O Conselho Federal de Medicina não entrou como *amicus curiae* nessa ação. Então, para mim causa muita estranheza que ele tenha problemas com a abertura de novos cursos, quando a Anup ficou ali sozinha, com a AMB, tentando impedir essa enxurrada de absurdos que nós temos visto com essas aberturas de cursos por liminares. E aí nós temos que, mais uma vez, louvar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação do MEC, que não só organizou a fila de entrada, como fez todas as portarias necessárias e criou o padrão decisório que nos tem permitido indeferir muitos desses pedidos.

Queria, Senador, também dizer ao senhor que tudo na vida deveria responder a uma necessidade. Esse exame de proficiência está respondendo a que necessidade? Certamente não é à necessidade de melhoria da educação médica, porque a educação médica não se mede testando alunos.

Nós temos hoje o Ministério da Educação ativamente estudando e trabalhando nessa questão – já foi avisado, já foi anunciado o Enamed. As diretrizes populares nacionais, das quais eu tive a honra de ser a Relatora, junto com a Conselheira Ludhmila Hajjar, já colocaram o exame do quarto ano. Então, nós acreditamos que o teste de progresso, esse sim, é capaz de acompanhar a evolução do aluno. Esse teste de proficiência vai ser mais um cartório, mais uma fábrica de cursinhos preparatórios para alunos recém-formados. E nós temos o MEC ativamente também no exame anual e censitário.

O exame de proficiência não faz nada pela educação médica: ele culpabiliza o aluno e não resolve o problema da formação, que é o curso, que é a falta de estrutura, que é a falta de vagas para estágio, perdão, para internato, que é a falta de laboratórios, de campos de prática, enfim, dos convênios todos com o SUS, que precisam ser feitos, porque a gente sabe que a formação médica é estruturante em relação ao SUS, ou que o SUS é estruturante em relação à formação médica.

E o exame de proficiência, na verdade, vai simplesmente dizer, "olha, você tem as competências ou você não tem as competências". Eu vou criar um subgrupo de alunos não aprovados, com o que vamos criar um problema novo, que é um problema que nós não temos hoje, e com o Enamed, nós deixaremos de ter, porque esse aluno vai ser testado ao longo do curso, e eu vou ter a oportunidade, Senador, de entrar onde importa, que é dentro da estrutura dos cursos que estão formando esses médicos, bem formados ou mal formados.

Uma prova de proficiência não descredencia ninguém, não limpa, não higieniza o ambiente e nem garante que nós teremos melhores alunos, haja vista o que acontece com a OAB. O que foi que a OAB fez em relação ao número de cursos de Direito? Absolutamente nada. Se o senhor levanta uma pedra, hoje tem um curso de Direito ali embaixo, sendo feito, com a diferença de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o aluno que não tem a carteirinha da OAB tem outras ocupações como advogado. E no caso da medicina, nós temos uma situação totalmente diferente.

Eu acho, com todo respeito, que o exame de proficiência é isso. Ele vai ser um cartório, vai ser um puxadinho na avaliação, quando nós temos o Saeme, que já é uma coisa maravilhosa, que qualifica os cursos e que deveria ser o foco do trabalho do Conselho Federal de Medicina, e não...

E nós temos notado também – e aí, quero, sempre com o maior respeito, porque eu sou bem recebida no Conselho Federal de Medicina, temos tido discussões ali muito profícuas – que há um excesso de ativismo no conselho hoje, usurpando funções de regulação e de avaliação que são próprias do MEC, como foi agora a última resolução, que quer disciplinar campo de estágio, quer disciplinar coordenadores.

Então nós estamos vivendo um momento, eu acho que de confusão de papéis. Acho que o conselho federal está perdendo um pouco o seu foco como órgão de representação da categoria profissional, e não um órgão que vai interferir na avaliação.

Os colegas que me antecederam já exploraram esses argumentos de uma forma muito competente, e eu volto a dizer ao senhor, Senador, que o exame de proficiência é um exame tardio, sem nenhuma indicação, sem nenhum farol. Só vale a pena você fazer uma avaliação se ela for um farol para o futuro, se ela se refletir na melhoria dos processos, na melhoria da formação médica, na melhoria do que está ocorrendo nas relações de internato, de residência.

A gente teve aqui o colega que mostrou a defasagem das vagas de residência, mas isso não tem nada a ver também só com a avaliação dos alunos, não é? E eu acho que o Inep tem tido uma atitude corajosa," de enfrentar, punir e prometer a redução de vagas e a suspensão de vestibulares.

Nós temos que ser muito práticos nas nossas medidas avaliativas. O exame da ordem, como o exame de proficiência de medicina, não terá nenhum efeito prático sobre as escolas. Ele vai simplesmente separar um conjunto de alunos e dizer, "você aprendeu, você não aprendeu", e as fábricas de malfeitos e as fábricas de bem-feitos continuarão funcionando normalmente, porque sobre elas não haverá nenhum controle.

Então eu quero propugnar aqui, Senador, com o maior respeito, pela rejeição desse projeto do teste de proficiência pelo Conselho Federal de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se, de todo, ele for necessário, o local não é no Conselho Federal de Medicina, é dentro do Inep, é no Inep que vai se fazer isso, e não dentro de um conselho de classe que inclusive... São médicos maravilhosos, tenho certeza disso, muitos deles professores, mas o Inep tem uma máquina de pesquisadores, de pessoas que estudam avaliação, que são profissionais na tarefa de montar esse processo avaliativo.

Então eu vou encerrar minha fala, é uma fala breve. O último sempre é meio... O último fica sempre prejudicado, porque senão fica repetindo demais, mas eu queria dizer ao senhor que eu acho que esse projeto de lei é um erro, ele usurpa atividades de avaliação e de regulação... De regulação são através das resoluções, mas, de avaliação, são do Inep e do MEC. O Enamed está aí, vai ser aplicado, censitariamente, anualmente, vão fazer o exame para o Enare também.

Então eu acho que ou isso é inevitável e o local dele não é o Conselho Federal de Medicina – é dentro do MEC –, ou, se ele for evitável, eu acho que o Brasil vai agradecer, porque nós teremos menos um cartório e menos uma burocracia que não vai iluminar a melhoria da educação médica no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Chegamos à última convidada do dia, que foi a Dra. Elisabeth.

Eu pergunto aos presentes se gostariam de usar a palavra. (*Pausa.*)

Dr. Luiz Ovando, V. Exa. tem a palavra.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS. Para expor.) – Senador...

Alô...

Senador Marcelo Castro, Presidente desta audiência pública, na sua pessoa eu quero saudar a todos os médicos presentes e também a Senadora e os convidados.

Eu quero me apresentar aqui inicialmente: eu sou Luiz Ovando, nome Parlamentar, Dr. Luiz Ovando, sou de Mato Grosso do Sul, médico, graduado há 50 anos, professor aposentado do curso de Medicina. Nós somos da mesma época, Dr. Antonio, de formatura – 1975, agora dia 20 de dezembro completamos 50 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu sou de 1974.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS) – Então você é mais velho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Até agora eu sou o campeão aqui.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS) – Você é o campeão aí, Marcelo.

Desde então, estou ativo e continuo atuando ainda no consultório – nas horas vagas, mas de forma regular.

Eu quero aqui, rapidamente, colocar uma situação que nós estamos vendo.

Há prós e contras na apresentação de vários. O que a gente percebe é que o MEC é muito pouco citado aqui, Profa. Denise, e é o grande responsável por essa crise que nós estamos vivendo.

Nós vimos o Prof. Gonzalo falando que, quando ele entrou na escola, em 1972, eu já era acadêmico de terceiro ano de Medicina, naquele ano, quando ele se formou, foram 3 mil, e, depois, passados dez anos, 9 mil.

E aqui é sempre bom a gente relembrar que, por ocasião do Governo Dilma, nos seis anos, foram instaladas 151 escolas médicas neste país, e a gente sempre questiona se há a verdadeira condição de orientação adequada ao aluno. Recentemente nós escrevemos um artigo, está publicado na *Gazeta do Povo*, sobre como diploma não mede competência.

Eu sempre fui contra esse exame que está sendo debatido aqui porque eu sempre acreditei na faculdade médica, nos professores, mas eu cheguei a um ponto em que não dá mais para segurar. Por quê? Porque o MEC não assume o seu papel. E eu vou dizer por quê.

Eu fui Relator de um projeto de lei na Comissão de Seguridade Social e Família, que foi desdobrada, agora é Comissão de Saúde, a Comissão de Seguridade Social e Família ficou à parte. Esse projeto visava reduzir... Houve um consenso – direita, esquerda, centro – e todo mundo optou e votou favoravelmente por limitar o EaD de cursos envolvendo saúde, vários, nove ou dez, em torno de 20% da carga horária. Nós tivemos várias reuniões, inclusive com o pessoal do MEC forçando a barra para que isso não fosse aprovado. Aprovamos, mandamos à frente e está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parado, há dois anos, na Comissão de Constituição e Justiça. E agora, através de um documento do MEC, soltaram uma nota proibindo o EaD. Mas, ao mesmo tempo, nós tivemos aqui o Enamed.

Eu sou professor do curso de Medicina, trabalho com aluno há muito tempo, fui coordenador do Programa de Residência em Clínica Médica na Santa Casa por 20 anos, e tinha alunos. E o que acontece à beira do leito? Aluno não vai mais à beira do leito. O professor, Toufic, prefere ficar no ar-condicionado, em torno de uma mesa, discutindo teoria e evidências científicas, o que é lamentável. Aqueles alunos mais brilhantes, o pessoal pega e diz assim: "Ó, você vai preparar para o Enade". E o MEC aceita aquilo tranquila e serenamente. E aí a escola tem classificação x, mas na hora que vai para uma avaliação geral, nós temos aí em torno de 8 mil alunos com nota um e dois saindo no mercado, sem condição.

O que aconteceu? Eu, quando me formei, o meu professor levava era no centro cirúrgico, tinha que aprender. Quando saímos, nós fomos mandados para o interior. Com 26 anos, depois de três, quatro anos, já em prática constante, sem residência médica, nós conseguíamos fazer cesárea, conseguíamos fazer parto, conseguíamos puncionar lombar e fazer peridural e raqui, conseguíamos fazer uma laparotomia baixa, inclusive para resolver problemas, reduzir fratura, tratar criança, insuficiência cardíaca, pneumonia e assim por diante. Hoje o indivíduo fica na cidade. E o que está acontecendo, lá no meu estado? Nós levantamos, rapidamente, uma cidade. Eles andam, por semana, 27 mil quilômetros – por semana – levando paciente.

Hampton e Peterson, já em 1975, publicaram um trabalho dizendo que história clínica e exame físico resolvem, diagnosticamente, 80% dos casos. Hoje nós estamos tendo alunos saindo sem condição, aglomerados em cidades. Vitória tem 18 médicos por mil habitantes. Brasília não deve ser diferente, deve ter em torno de seis, sete por mil habitantes.

No meu estado, quando eu me formei, era um médico para cada 2 mil habitantes. Hoje nós temos no estado, de uma maneira geral, 3,5 médicos para mil habitantes no interior e, em Campo Grande, um pouco mais, em torno de seis.

E a viagem continua. Nós não estamos resolvendo... Então, o que nós vamos fazer?

O MEC não está fechando escolas, como o senhor disse, Antonio. Se fechar escola, nós vamos penalizar o aluno também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a única forma é fazer com que a sociedade, aquele que vai buscar o conhecimento, como é o aluno, avalie, pelos resultados, aquela determinada escola e diga: "Eu não vou para essa escola, porque depois eu vou ter problema". Quem deveria fazer isso era o MEC. E o MEC não faz. E agora nós estamos com o Enamed, que é mais um disfarce, é mais uma acomodação para não se pôr o dedo na ferida.

Nós temos aí mais de 50 escolas médicas, Profa. Denise, autorizadas sem condição. No meu estado, vai começar uma escola médica na cidade de Dourados com prova de admissão pelo computador – o indivíduo a faz em casa.

Então, nós chegamos a uma vulgarização e a uma banalização em que não se justifica esse tipo de discurso, falando: "Não, nós vamos penalizar o aluno, porque não vai ser...". E a população? E esse mesmo aluno, no dia em que ele terminar, vai fazer o quê?

Então, eu me coloco aqui favoravelmente a esse curso, que, é claro, não pode ser num estalo de dedos. Diploma não mede competência. A avaliação, como o senhor disse, Prof. Toufic, tem que ser ampla, tem que ser inclusive emocional, se for possível. É fundamental que seja assim. Não é simplesmente a teoria e a prática, mas a prática tem que fazer parte. Como abordar o paciente? Quais são as hipóteses diagnósticas mais frequentes? Isso tudo tem que constar desse programa.

E quem vai fazer isso? Vai levar tempo? Vai levar tempo. Vai ser o Conselho Federal de Medicina? Que seja o conselho, fiscalizado, ou que sejam outras instituições, inclusive o MEC, participando. Agora, o MEC é o grande responsável por isso até então. E isso não é de hoje.

Quando o Prof. Gonzalo e o Sr. Dr. Antonio falavam: "O que nós queremos do médico?"... Eu participei de muitas aulas, inclusive, do Prof. Clementino Fraga Filho, que vocês devem conhecer, buscando o médico que resolve o problema. E nós continuamos nessa luta. E, até hoje, nós não conseguimos resolver o problema, e o problema está cada vez pior. E, agora, nós estamos numa situação... Numa encruzilhada.

É preciso fazer alguma coisa, caso contrário, nós não teremos médicos resolutivos, porque a residência está tendo, inclusive, problema, Prof. Rodrigo, com a diferença salarial: na residência de 60 horas ganhando R$4.109, ao passo que, na residência que exige 39 horas, que é a residência da saúde da família, ganham-se dez mil, seiscentos e alguma coisa – 5,5 vezes mais! –, mostrando que o aluno tem que ficar folgado e que, na verdade, o residente tradicional é o que mais trabalha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e o cara não está querendo mais, porque há cursos que ele pode pegar, aí coloca o título lá em cima, e a avaliação realmente não tem sido à altura. Então, ele não vai para a residência, porque trabalha muito e ele não está preparado; ele vai para cursos paralelos, e, lamentavelmente, o Governo está achando que está fazendo grande coisa, mas não está cobrando.

Eu gostaria... Eu tenho perguntado isso e não acho ninguém para responder! A resolubilidade do que sai do programa de estratégia de saúde da família, ou... Quantos vão resolver, quantos voltam para solucionar? A gente não tem esses dados. Eu fui ao TCU para saber disso. Ninguém sabe; é uma incógnita! Mas o programa está aí colocado, com essa diferença salarial, e o pessoal indo. Eu acho que é um chamariz, mas tem que haver uma exigência maior e uma carga horária muito mais exigente para que, verdadeiramente, a gente possa ter solução futura.

Era isso, Sr. Senador. Muito obrigado pela oportunidade.

Quero aqui, só para terminar... Chamaram-me a atenção aqui porque foi falado pela Dra. Elizabeth que o CFM não faz parte do *amicus curiae* – isso é um termo jurídico; com meu filho, de vez em quando, eu converso... Aqui eu fui alertado para corrigir isso, porque o CFM faz parte desse *amicus curiae*, conforme a ADC 81.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, eu gostaria de pedir pela ordem, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jayme...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... nossa ilustre e querida Senadora Teresa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... V. Exa. tem a palavra, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Só prestando atenção nas palavras do Deputado Dr. Luiz, em relação a essa discussão nesta audiência pública, eu só quero fazer uma pequena observação a V. Exa., Deputado, em relação à questão de médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz um comparativo aqui em relação a Dourados, Três Lagoas e Campo Grande, a capital do nosso querido Mato Grosso do Sul. É bom que você deixa muito bem esclarecida também aqui nesta audiência pública a questão da distribuição de médicos no Brasil, Senador Marcelo Castro. Eu venho lá do Mato Grosso, fui três vezes Prefeito, Governador do estado, duas vezes Senador da República. Talvez a facilidade, talvez até a má formação acadêmica dos nossos médicos seja pelo fato de que há uma má distribuição, e com isso houve, até certo ponto... Facilitaram, como ele bem disse aqui: no Governo Dilma Rousseff, 151 novos cursos de Medicina surgiram no Brasil.

Por outro lado, é bom que se esclareça não só da má formação, nós temos que ver também com muito carinho e responsabilidade, sobretudo dos nossos órgãos públicos, particularmente do nosso conselho regional de medicina, a picaretagem que também está havendo muito – é bom que se esclareça aqui – em relação aos cursos de Medicina, na medida em que, pelo que eu tenho percebido hoje, passaram muitos profissionais descompromissados com a boa prática, visando muito dinheiro. Também isso são dados, são informações que eu tenho, porque muitas vezes eu fico perplexo, estarrecido e, sobretudo, indignado de ver a prática de alguns médicos.

Todavia, eu acho que esses cursos que foram criados e estão criando mais, novos, com essa possibilidade é com a visão, talvez, de levar também o médico a comunidades nos mais longínquos e distantes municípios de nosso país.

Para que vocês tenham conhecimento – V. Exa., Marcelo, que é médico também –, nós temos cidade do Mato Grosso, das 142 cidades, que não tem médico, por incrível que pareça. O cidadão vai em cima da carroceria de uma caminhonete, em uma ambulância caindo aos pedaços, e quando chega lá aonde ele gostaria e o paciente já chega praticamente morto. Anda 400km de distância, e o cidadão, muitas vezes, chega até já falecido, é só botar no caixão e voltar para trás.

Então, é um assunto extremamente importante, a questão desta lei que está sendo proposta para ser aprovada aqui no Senado Federal, que é a da proficiência, e eu espero que daqui saiamos conscientes da nossa responsabilidade, votando aquilo que é melhor para o nosso país.

Nós não podemos soltar aí os maus profissionais. Na pandemia, lamentavelmente, o que morreu de brasileiro por falta de médicos competentes, de médicos que, muitas vezes, não tinham nem se formado ainda, que estavam no quinto ano de Medicina e já estavam nos hospitais tentando entubar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho dois irmãos médicos, eu tenho sobrinho médico, sobrinha médica etc, etc., tem um caminhão de médicos lá. De vez em quando eu mesmo chamo na moral algum deles lá e falo: "amigo, faça um serviço com responsabilidade", sobretudo, com amor ao próximo. Porque só pensam em querer mais construir não sei o quê, e etc., crescer, visando só a questão financeira.

De forma que eu espero aqui, Marcelo, Senador Marcelo e demais presentes aqui, que eu acho que são pessoas extremamente competentes para discutir essa matéria, que façamos com certeza também justiça, não muito para o céu e muito menos para a terra. Façamos uma lei em que possamos dar segurança e, sobretudo, dar oportunidade para que o cidadão brasileiro mais distante dos grandes centros deste país também tenha assistência médica.

Essa é minha pequena observação, e espero que nós possamos votar essa matéria com a maior brevidade possível. Com certeza, já está se arrastando aqui na Casa há algum tempo, eu mesmo já participei como membro titular desta Comissão de vários debates aqui e espero que possamos aprimorar melhor ainda este projeto de lei para atender à necessidade, sobretudo, das pessoas humildes que dependem dos postos das unidades de saúde do serviço público.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra agora à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar todos os convidados e as convidadas, a presencial e a remota.

Vou inicialmente repetir o que eu disse na última audiência, Senador Marcelo Castro, porque V. Exa. não estava. Eu tive o prazer de presidir a segunda das três audiências que realizamos nesta Comissão. A audiência foi proposta por mim, em um momento, Denise, de extrema tensão nesta Comissão, porque o projeto chegou para ser aprovado e, eu tive a ousadia de dizer que não estava pronta para votar. Não participei da discussão na Comissão de Educação – foi na legislatura passada talvez ou, então, em um momento em que eu não estava. Hoje, eu presido a Comissão e desde que eu a presido não chegou nada deste porte para votarmos lá. Porque eu não sou da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área e muitos disseram isso a mim naquele momento, colegas Senadores: "você não é da área". Estava cheio isso daqui porque ia ser votado, aprovado e comemorado.

Eu quero ressaltar que o Senador Marcelo Castro, da área, médico, foi um parceiro. Juntamente com os outros dois Senadores médicos, Dr. Humberto Costa, Dr. Rogério Carvalho, que disseram que, sim, tínhamos que discutir.

Eu não estava fazendo um juízo de valor, apenas dizendo que a matéria é complexa e que não poderia ser votada de supetão.

Acho que foi um benefício, uma riqueza que esta Comissão nos proporcionou, a quem é da área e a quem não é da área.

Eu me coloco na área também. Sabe, Presidente, por quê? Porque eu sou professora, e o que eu vi e percebi, em todas as quase 20 participações aqui, se não me engano – se não foram 20, foi um pouco mais ou um pouco menos, mas foram três audiências, algumas com seis pessoas, outras com oito pessoas –, foram mais de duas dezenas de especialistas, de pessoas com vivência na área da saúde, de pessoas com perspectivas diferenciadas, de concepções, de pensamentos, de vivências. Foi muito enriquecedor.

A Presidência teve o cuidado de organizar as escutas com as diversas posições, não apenas posições ortodoxas, fechadas, "eu sou contra o projeto", ou posições "eu sou favorável ao projeto".

Não, o que nós vimos aqui, Senador, foram momentos de muita reflexão, momentos de reconhecimento do grave problema que o Brasil enfrenta e momentos também de perspectivas, momentos de soluções anunciadas, que não são soluções mágicas.

Tudo, na dinâmica social que a gente vive hoje, ou quase tudo é transitório. O avanço da ciência e da tecnologia tem-nos imposto isto: quase tudo é transitório.

Aí eu me pergunto: qual é o problema mais focal que eu vi de todos? É o problema da formação, que é nosso, né, Denise? Nós lutamos por ele há quantas dezenas de anos, há quantos Planos Nacionais de Educação – há um próximo para chegar aqui, está chegando –, que tem a ver com exercício profissional, tem a ver com identidade da profissão escolhida, tem a ver com valorização do fazer profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a profissão está ligada ao acompanhamento, à avaliação, ao monitoramento, a reposicionamentos, a redireções.

E aí eu pergunto, Presidente: uma prova de proficiência vai resolver? Essa é a minha dúvida, além de uma dúvida que eu tenho também em relação ao papel dos conselhos profissionais.

Nós lidamos, na minha profissão, com um problema seriíssimo de um Conselho profissional de Educação Física, que tem o direito de fiscalizar o exercício da profissão de educação física, mas, paralelamente a isso, você tem o professor concursado para exercer o magistério de educação física, que não é regido e nem fiscalizado pelo conselho. É regido pelo Estatuto do Magistério.

Aí vejam as contradições e os dramas que a gente enfrenta nisso: o papel do conselho, o papel do estatuto, o papel do gestor público da educação municipal ou da educação estadual.

Então, fica a mim uma pergunta e uma lacuna a respeito do que é fiscalizar o exercício de uma profissão, papel central dos conselhos profissionais, e o que é interferir na formação a ponto de impedir que alguém formado, ou bem formado, ou malformado, possa exercer essa profissão?

Acho que foi de uma riqueza muito grande, todos a que eu assisti – peço desculpas até porque cheguei atrasada por causa de outra atividade e não pude assistir a todos, mas é preciso fazer alguma coisa,, eu diria que é preciso fazer muitas coisas, e a gente está centralizando, centrando tudo na força de uma prova de proficiência. Acho que é essa a reflexão que a gente tem que fazer.

No mais, Senador Marcelo, muito obrigada por ter compreendido a minha angústia naquele dia. Temos enfrentado quem veio aqui para comemorar a aprovação do projeto. Não sei se ele vai ser aprovado ou não. Eu dou muito valor ao processo, muito valor, muito mais valor ao processo do que ao produto.

O processo foi muito rico e esperamos que possa iluminar o produto, iluminar esse resultado, e trazer o que for melhor para o exercício da medicina que, por tabela, é o melhor para o atendimento da população.

Então, V. Exa. está de parabéns pela condução – dividimos com o Dr. Hiran as coordenações e estamos, a meu ver, muito mais preparados do que estávamos há alguns meses, algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semanas atrás, para a votação – e pelo que aconteceu daquele período para cá e com algumas medidas tomadas pelo MEC.

O MEC é muito requerido, é muito cobrado, eu compreendo – e acho que deve ser –, mas compreendo também que o MEC e o Ministério da Saúde, como aqui a gente percebeu, nas audiências passadas, não estão parados. Estão refletindo, estão produzindo, estão também querendo melhorar o exercício da medicina no país.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a participação de V. Exa., Senadora Teresa Leitão.

Passo agora ao Deputado Eduardo Velloso.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC. Para expor.) – Boa tarde, Senador Marcelo, boa tarde a todos que compõem a Mesa.

Eu vim hoje aqui debater sobre a proficiência médica.

Como médico, formado na Universidade Federal do Amazonas... Sou do Norte do Brasil, do Estado do Acre – talvez um dos estados com a pior distribuição de médicos do Brasil – e, ao longo desses anos – estou formado desde 2002 –, desde que me formei, venho observando... Naquela época, tive a oportunidade de fazer um curso federal – não existia no Acre, fiz no Amazonas. Tive a oportunidade, também, de passar em Roraima, e optei pelo Amazonas.

Sabemos da dificuldade do acesso em si de um cidadão para ter uma formação médica e da dificuldade de concentração desses médicos, que talvez seja um dos propósitos de qualquer Governo, levar médicos onde não se tem médicos, principalmente naquelas cidades com mais de 50 mil habitantes.

O Acre hoje tem apenas duas cidades acima de 50 mil, ou seja, dos 22 municípios, 20 não têm mais de 50 mil e sabemos da dificuldade que é se fixar um médico lá.

E aí foram criados vários programas do Governo, para que isso, de alguma forma, fosse minimizado, mas, mesmo assim, até hoje, nós observamos que essa distribuição dos médicos no Brasil é o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foram se criando várias faculdades, a princípio eu acho que até mesmo para suprir essa dificuldade; e nós não observamos, ao longo desses anos, nos locais que realmente precisam, essa fixação do médico. Eu falo com propriedade do meu estado. Hoje, lá no meu estado, nós temos a faculdade federal, temos uma faculdade particular, na capital, e uma no interior. E, nessa cidade do interior, já não tem o médico especialista, conforme gostaríamos que tivesse, mas tem uma faculdade lá.

E nós observamos, ao longo desses anos, que, aqui, no Brasil, foram se abrindo várias faculdades, a princípio para tentar suprir isso de alguma forma. E o que está sendo observado? Está sendo observado que a concentração desses médicos não está se fixando nesses locais mais distantes, talvez por não ter um plano nacional de cargos e salários, talvez por essa dificuldade de municípios darem um salário digno.

Hoje, no Estado do Acre, nós perdemos por volta de dois profissionais por mês que vão embora do estado. Hoje, não tem emprego para médico lá e falta médico; e nós temos três faculdades de Medicina. Ao longo desses anos, aumentou, como mostra aqui, em 506% o questionamento de erro médico; e isso bota em xeque a formação. E aí, quando se bota em xeque, vão surgindo vários tipos de curso. Tem o de pós-graduação, tem curso sem ser de pós-graduação, tem o do final de semana. Isso aí é para deixar o médico, de alguma forma, às vezes – como é que eu falo para vocês? –, realizando um exame a mais, fazendo algo que ele começou; a estética está muito em evidência, e aí vai misturando. E, hoje, nós observamos que algo tem que ser feito.

E, aqui, seguindo o exame de proficiência, seguindo os países mais desenvolvidos, eu acho que isso, talvez, Senadora, não se resolva do dia para a noite, meu Deputado, mas eu tenho certeza de que as faculdades vão começar a olhar melhor a qualificação que elas vão fazer com os estudantes que elas detêm. Não tem outra forma de você melhorar a não ser cobrando.

Parabenizo, aqui, os Senadores que estão à frente disso. O Senador Hiran é o Relator, não é isso, Senadora?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Isso!

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC) – O Senador Hiran é o Relator, é oftalmologista, assim como eu também sou oftalmologista; e sabemos dessas dificuldades. E quero, aqui, falar que também sou a favor disso, para que, de alguma forma, nós tenhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

médicos de melhor qualidade em todo o Brasil, porque essa dificuldade que nós passamos lá no Estado do Acre, de fixar o nosso médico, está muito grande.

Hoje, o salário no Estado do Acre... Meu pai é mineiro, foi para lá 52 anos atrás. Teoricamente, com o salário que ele ganhava, comprava dois carros. Hoje a gente não paga a parcela de um carro. Então, mudou muito, e não tem espaço.

O plantão que é pago lá é menor que o de Brasília, parece que vai subindo, vem de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, e o plantão vai aumentando. Então, essa fixação do médico lá também precisa da valorização do profissional naquela ponta, nem que seja por auxílio a cidades com menos de 50 mil habitantes. Algo também tem que ser feito em conjunto a isso, senão nós não vamos conseguir fixar o profissional lá.

Então, essa é uma preocupação que eu tenho. O nosso estado hoje tem três faculdades de Medicina. Inclusive, na cidade de Cruzeiro do Sul, é um mercado, conforme foi falado aqui, bilionário. Eles estão dando esse local de moradia para a pessoa estudar lá na faculdade particular. Foi comprado um terreno, e está em construção, então, daqui a um ou dois anos, o aluno que for de fora para morar lá terá – já inclusa na mensalidade da faculdade – a moradia para o estudante ficar lá.

Então, algo tem que ser feito, temos que repensar, porque... Não sei se é verdade ou não, quando se tem esses aportes, essas fusões de faculdades, um estudante de Medicina dizem que vale mais de 20 milhões numa bolsa de valores. Então, nós temos que estar atentos a isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC) – São 22 milhões?

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – São 2 milhões.

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC) – Como?

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (*Fora do microfone.*) – São 2 milhões, hoje abaixou para 1 milhão.

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC) – Ah, já baixou para 1 milhão... Mas, enfim, algo tem que ser feito para melhorar a qualidade de acesso, que essa é a preocupação que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos como médicos e Parlamentares, melhorar o acesso das pessoas, principalmente as que usam o Sistema Único de Saúde.

Era isso que eu tinha para falar, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Um dos nossos convidados aqui, o Dr. Toufic, pede a palavra.

O SR. TOUFIC ANBAR NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

O exame de ordem nos Estados Unidos – no modelo que existe, Senador, existe desde 1992 – são três etapas. E o que acontece? O que se observa nos Estados Unidos? Hoje, o gasto com saúde nos Estados Unidos é da ordem de 17,8% do PIB, e, até 2032, atingirá 20% do PIB dos Estados Unidos. Agora, a expectativa de vida nos Estados Unidos é quatro anos inferior a todos os outros países da OCDE.

Então, nós trabalhamos na Faceres, na nossa faculdade, com o conceito ampliado do papel da escola médica na sociedade, porque a escola ter um bom desempenho numa prova é uma coisa. Agora, qual o papel social da escola? O quanto ela altera os indicadores de saúde da população? Qual o impacto que ela tem na comunidade dela?

E aí, o que acontece? Nos Estados Unidos, temos 33 anos no modelo atual de prova, são três provas teóricas, e os indicadores sociais dos Estados Unidos são péssimos, em comparação com os outros países desenvolvidos.

Em uma breve observação sobre carreira de Estado, seriam necessários 200 mil médicos para preencher todas as possíveis vagas de uma carreira de Estado. A minha preocupação não é o escopo do nosso debate hoje, senão eu teria trazido mais números, mas são 200 mil médicos e minha preocupação é onde arrumar um médico para seguir a carreira de Estado, porque eu acho que seria uma possível solução, Deputado e o Senador que falou do estado dele também, mas me preocupa também de onde sairia o financiamento para custear esse médico na carreira de Estado e a progressão dele na carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quero cumprimentar o Deputado Luiz Ovando, permita-me chamá-lo de professor, porque o senhor deu aula para dois primos meus, o Rodrigo e o Rafael Anbar, lá em Campo Grande.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (Bloco/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Os gêmeos?

O SR. TOUFIC ANBAR NETO – Os gêmeos. Exatamente.

É só, Senador. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

A Dra. Denise Pires pede a palavra também.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, eu gostaria de saudar todos que se manifestaram depois da mesa, o Senador Jayme Campos, o Deputado Eduardo Velloso, a Senadora Teresa Leitão e o Deputado Luiz Ovando, mas eu pedi para comentar porque pretendo ser mais clara na minha conclusão final.

O Enamed é um exame nacional que foi lançado neste ano, no mês de abril, Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica, sob responsabilidade do Inep. E ele será um exame, sim, obrigatório para todos os estudantes que concluirão o curso de Medicina e, neste ano, haverá a primeira prova do Enamed.

O Governo e o Ministério da Educação, através do Ministro Camilo Santana, estão extremamente preocupados com todas as questões levantadas e têm agido no sentido de atuar para que a população tenha cada vez mais contato com profissionais muito bem formados.

Infelizmente, havia falta de regulação com relação à criação das escolas médicas, houve uma moratória em 2018 que não impediu a criação de escolas médicas, é importante ressaltar escolas essas que foram criadas devido à judicialização.

Então, estamos no Ministério da Educação trabalhando para que essa regulação, inclusive do ensino à distância – que foi ampliado e foi citado pelo Deputado, foi ampliado de maneira exorbitante no Brasil –, que ele também pudesse ser regulamentado através de um novo decreto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidencial que faz com que os profissionais da área da saúde – como médicos, enfermeiros, dentre outros – e também os professores não possam mais ser formados em cursos 100% EaD.

Trouxe esses exemplos para mostrar a seriedade com a qual a equipe do Ministério da Educação está trabalhando, mas quero concluir que a Capes é responsável pela avaliação dos cursos de pós-graduação e faz isso com excelência – por isso o Brasil é um dos países que mais produz conhecimento no mundo –, mas quem avalia não são os egressos, não são os profissionais, mestres e doutores; quem avalia são os professores, docentes, orientadores dos programas de pós-graduação.

Então, eu falei isso durante a minha fala e ressalto agora que a prova para concluintes do curso de Medicina, como por exemplo o Enamed, deve ser feita como é feita essa prova – o professor citou – nos Estados Unidos da América. Não é uma prova realizada pelo equivalente ao Conselho Federal de Medicina americano. Quem realiza a prova é o Conselho Nacional de Examinadores Médicos. O Conselho Nacional de Examinadores Médicos americano teria como equivalente no Brasil uma Comissão Nacional de Avaliadores de Cursos Médicos, que deve ter a sua localização no Inep, que é a estrutura, que é a autarquia do Ministério da Educação que deve ser a responsável pela avaliação não só da formação, mas também dos concluintes. Tem feito, através do Enade, agora a Prova Nacional Docente, o Enamed.

Por último, a grande questão com relação a esse PL é a atribuição equivocada ao conselho de formação, que não é um conselho de formação profissional, é um conselho para atuação profissional, porque é essa a atribuição das entidades de classe, como é o Conselho Federal de Medicina, como são os Conselhos Regionais de Medicina. Está equivocado o PL porque, mesmo no âmbito, ressalto mais uma vez, do Sistema Nacional de Educação, que será votado aqui em breve, essa questão é uma atribuição do Ministério da Educação, através das suas autarquias.

Muito obrigada mais uma vez, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós que agradecemos.

Dra. Teresa Leitão, eu pediria a V. Exa., se possível, para me substituir, porque eu não pensei que fosse estender tanto, e eu tenho uma audiência agora no Ministério da Educação, às 16h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Já está nos finalmentes, não?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já está nos finalmentes, mas ainda tem três inscritos aqui. (*Risos.*)

Então, eu concedo a palavra ao Dr. Antonio José Gonçalves, que a solicitou. Depois disso, Dra. Teresa, tem o Dr. Gonzalo Vecina e o Dr. Rodrigo Cariri.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vai dar tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vai, sim. (*Risos.*)

V. Sa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu só queria dizer para a Senadora Teresa Leitão que, quando ela solicitou a audiência pública, quando foi apresentado o projeto pela primeira vez aqui na Casa, eu fiquei muito chateado, mas hoje eu vejo, pelas próprias palavras dela, a importância disso. Eu acho que nós conseguimos esclarecer melhor os Senadores para que votem com mais consciência e com mais conhecimento de causa em um projeto tão importante como esse.

Depois da solicitação da audiência, eu tive a oportunidade de comparecer à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lá são 96 Deputados, apenas um deles é médico – são dois médicos, mas um está de licença médica. A Deputada Bruna Furlan me convidou para ir lá e nós fizemos uma apresentação parecida com essa, de 20 minutos, e deu para a gente depreender a falta de conhecimento do Parlamento da situação do ensino médico no nosso país. Existe realmente essa falta de conhecimento. Então, Senadora, eu acho que a sua solicitação de audiência foi extremamente bem-vinda, e eu acredito que os Parlamentares que vão votar agora vão votar com muito mais conhecimento de causa – e eu espero que votem favoravelmente. Nós conseguimos, inclusive, na Assembleia Legislativa de São Paulo, um espaço para fazer um seminário sobre ensino médico, que vai ser feito agora em novembro. A Deputada Bruna Furlan já fez o requerimento e vai haver esse seminário. Na segunda-feira, eu devo fazer o programa junto com esse Deputado médico que é de São José dos Campos, para a gente poder discutir isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais profundamente e fornecer algum subsídio para os Deputados do Estado de São Paulo, porque tem lá 13... o número de residentes e tem um terço dos programas de residência médica e um terço das escolas também. São 80 escolas só no Estado de São Paulo.

Então, veja, o exame de proficiência pode ser que não seja perfeito, mas a gente tem que começar de alguma maneira, eu concordo com o Deputado. Eu acho que o teste do progresso pode ser implantado junto também e vai ajudar as escolas a melhorarem. As escolas têm que assumir sua responsabilidade quando elas aceitaram, quando elas pediram para ter alunos. Se tem que ter aluno, eles têm que ter uma boa formação. Então nós temos que exigir isso. E eu acho que, na hora em que as escolas souberem que vai existir uma avaliação do egresso, elas vão melhorar – elas vão melhorar. Quantas escolas nós conseguimos fechar no nosso país até hoje? Nenhuma, zero escolas. Zero escolas foram fechadas, não é fácil fazer isso. Então, veja, pode ser que não seja o melhor remédio, mas, às vezes, a gente dá um remédio que não é o melhor, mas resolve o problema. Pode demorar um pouquinho mais para o doente ficar curado, mas vai resolver o problema.

Então eu queria deixar esta última fala concluindo que a gente é favorável. Eu também fui por muito tempo contrário a isso, mas hoje não há mais condições.

Só um último exemplo: os Estados Unidos, que têm 400 milhões de habitantes, formam 28 mil médicos por ano, dados de 2022 – 28 mil médicos. Nós estamos formando... vamos chegar a 60 mil, palavra do Dr. Cariri. Como é que nós vamos fazer isso? Com metade da população, como é que nós vamos administrar isso? Como é que vai ficar essa formação? Então isso nós temos que levar em consideração. São dados concretos, absolutamente relevantes e que têm que ser considerados por esta Casa, para que a gente possa tomar a melhor decisão possível para a nossa população. Eu espero que isso aconteça.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Antonio.

O Deputado quer dois segundinhos para complementar o pensamento anterior.

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco/UNIÃO - AC. Para expor.) – Isso. É só para deixar registrado que nós defendemos, sim, que o CFM faça fiscalização preventiva, em defesa da boa prática médica, da qualidade do atendimento da saúde. Como autarquia federal, nós temos todas as qualificações para exercer essa prerrogativa. Nós não queremos resolver o problema da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação médica – isso aí, sim, fica com o Ministério da Educação –; o que nós queremos é prevenir que maus profissionais, profissionais mal formados atendam a nossa população. É só isso que nós queremos. Era isso que eu queria deixar registrado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Vou passar a palavra agora, de forma remota, para o Dr. Gonzalo Vecina.

O SR. GONZALO VECINA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, muito obrigado, Senadora.

Eu queria recuperar aqui a importância da ação reguladora do Estado. Estive trabalhando, durante muitos anos, com vigilância sanitária, e a vigilância sanitária tem esta responsabilidade: no lugar do Estado, buscar garantir a segurança sanitária dos medicamentos que são consumidos pela população. É função da regulação sanitária garantir a segurança sanitária dos produtos, é função do Ministério da Educação garantir que os cursos sejam adequadamente realizados.

Agora, partir da premissa de que o Ministério da Educação não está fazendo o que deve fazer e que nós vamos fazer isso através do Conselho Federal de Medicina, são dois erros. E o segundo erro, que é entregar ao Conselho Federal de Medicina, pode ser que termine no mesmo lugar em que o primeiro erro está terminando. Então, o que nós temos que garantir é que nós tenhamos um melhor funcionamento dos órgãos que fazem a regulação da educação no Brasil. E o órgão que deve fazer a regulação do produto final é o Ministério da Educação.

Dr. Antonio, com todo o respeito que temos, eu acho que nós estamos punindo os alunos e não punindo as faculdades. Eu acho que as faculdades é que têm que ser punidas, e temos que garantir que os alunos sejam bem formados. Não quero que os alunos sejam mal formados e vão atender a nossa população, mas não é o Conselho Federal de Medicina que vai fazer isso; não é, porque não é ele que deve fazer. Quem deve fazer é o Ministério da Educação dentro de um Estado que se supõe democrático e em que a distribuição dos Poderes deve existir: o Legislativo faz uma coisa, o Executivo faz outra e o Judiciário uma terceira; e, quando o Legislativo falha, o Judiciário toma parte. E é por causa disso que nós tivemos uma explosão de cursos de Medicina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos a sua participação, Dr. Gonzalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o último integrante da mesa que pediu a inscrição, o Dr. Rodrigo Cariri. E, finalizando a nossa audiência, eu vou passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

O SR. RODRIGO CARIRI CHALEGRE DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria concluir dizendo que eu estive na Universidade Federal de Pernambuco, durante os anos de 2019 a 2022, e presenciei, como pesquisador da área da educação, acho que o retrato da realidade que o Deputado Luiz Ovando está apresentando, de um Ministério da Educação completamente omisso. Nesse caso, eu concordo integralmente com o Deputado, porque nós tivemos situações em que tínhamos ministro indicado com currículo falso, que precisou ser desindicado, e tivemos ministro indicado e tomado posse com currículo falso, e boa parte da sociedade brasileira não tinha absolutamente nenhuma observação a fazer.

Nesse período, de fato, é difícil para qualquer pesquisador localizar alguma política pública que tenha partido do Ministério da Educação e, quando se trata de educação na saúde, esse componente de interface entre os dois sistemas, aí, sim, é que a gente não vai ver absolutamente nenhuma política, mas essa realidade mudou. Desde 2023, o Governo abriu a agenda para discutir a avaliação e já se apresentou com medidas concretas de reformulação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, alterou instrumentos, como eu falei na minha apresentação, incluiu o Enade, virando o Enamed agora, para os cursos de Medicina, com regularidade anual. Então, todas as sinalizações foram ofertadas no sentido objetivo e material de uma mudança de postura.

Senadora, eu realmente faço votos de que a gente avance numa agenda de consenso de que é necessário, sim, haver avaliação, é necessária, sim, a preocupação com a qualidade dos médicos formados, mas isso não pode ser bravata ou ser contraditório com a pulsão ou a demanda para a abertura de cursos, que muitas vezes acontece por parte da própria Casa aqui, do Congresso Nacional. Há muitos Parlamentares que defendem essa abertura. É preciso fazer o encontro dos dois discursos.

Eu acho que o caminho prudente entre esses dois caminhos é o que se está alinhando de atribuição formal ao Ministério da Educação, o que lhe cabe, e a construção de uma avaliação multidimensional, porque a consequência da instituição por lei de um exame de proficiência que é puramente teórico, a repercussão disso diante do que está sendo apresentado aqui, a repercussão disso dentro do ambiente escolar é: as escolas vão abrir mão dos campos de prática,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do compromisso com o ensino na beira do leito, do compromisso do ensino ético e humanístico do paciente para ensinar a fazer prova. Fazer prova é uma competência. Brasília é o centro nacional e internacional dos concurseiros. Então, a gente sabe que, quando eu tenho um concurso, ele disciplina todo o processo formativo anterior. Se eu disser que agora para ser médico eu vou ter que passar em uma prova, ninguém mais estará preocupado com o estágio, com dar plantão, com fazer parto, com fazer cirurgia; todo mundo vai se preocupar somente em passar na prova.

Nesse caso, é como se eu estivesse usando um antimalárico – antimalárico que é um remédio para tratar malária – para tratar um vírus. Esse equívoco no Brasil a gente não comete mais. A gente sabe que vírus não tem remédio para tratar e que cloroquina trata malária, não trata covid. Então, dizer que, porque a gente não tem outra alternativa, vamos utilizar a alternativa pior é usar cloroquina para tratar covid. É um negacionismo educacional, da mesma forma como é um negacionismo político, e essa época eu acho que a gente já superou. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Rodrigo.

Senadora Zenaide, eu não tinha visto o pedido de inscrição de uma das nossas convidadas. Vou conceder a palavra primeiro a ela e, depois, passo para a senhora.

Sra. Elizabeth Guedes, que também está *online*.

A SRA. ELIZABETH REGINA NUNES GUEDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, querida Senadora Teresa Leitão, com quem convivo de forma muito harmoniosa no Fórum Nacional de Educação e tem o seu mandato profundamente dedicado à educação.

Eu vou ser muito breve porque o Dr. Gonzalo e as pessoas que me antecederam foram muito completas no comentário que eu gostaria de fazer.

Concordo com o Dr. Gonzalo quando diz que os dois erros serão acumulados e vão resultar no mesmo resultado de hoje, que é nenhum. Nós precisamos ter esse exame, o Enamed, censitário, anual, como lembrou a nossa Profa. Denise, sendo realizado pelo Inep, com instrumentos novos, como também foi dito pelo meu antecessor agora – os instrumentos foram todos revistos por comissões de especialistas, que são todos coordenadores de cursos médicos e do Basis, do Inep –; com instrumentos novos, com uma nova prova, com uma nova forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliar e, principalmente, com a avaliação da parte prática, que será feita no teste de progresso. Quero lembrar os senhores que, no quarto ano, nós passaremos a ter uma prova, como foi definido nas DCNs de Medicina que estão para ser homologadas pelo Ministro. Então, nós estamos falando de um teste de progresso, da possibilidade de corrigir a rota daquele aluno que não está aprendendo, da possibilidade de iluminar mantenedores sérios com possibilidade de melhorar os seus projetos pedagógicos, o seu campo de prática, enfim, o seu curso de uma maneira geral, e vamos colocar essa prova no lugar onde ela deve estar.

O dever do Estado é o dever de fiscalizar, acompanhar. Inclusive ele é constitucional, está na Constituição que a educação superior tem que ser acompanhada, avaliada e regulada pelo MEC. Então o lugar dessa prova, nossa Senadora Teresa Leitão, é no Ministério de Educação, dentro do Inep, utilizando os instrumentos de avaliação que estão revistos, e mais: as regras regulatórias e os padrões decisórios definidos pela Seres, que tem sido ativa no impedimento da abertura de novos cursos e de ampliação de vagas.

Então eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui. Peço, de novo, aos Senadores que rejeitem esse projeto, que não haja aprovação do exame de proficiência. E, se ele for acontecer, que ele aconteça no lugar certo, que é dentro do Ministério da Educação.

Obrigada e até a próxima. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Elizabeth Guedes, pela sua contribuição.

Agora passo para a última Senadora inscrita, médica, Dra. Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Quero aqui cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, nossa Profa. Denise Pires, Dr. Antonio José Gonçalves, Rodrigo Cariri, Toufic.

A coisa salutar que eu acho do advento do Projeto de Lei 2.294 é que chamou a atenção da sociedade. Era hora de se discutir.

Agora, gente, querer dizer que é o Conselho Federal de Medicina quem vai dizer que você é médico ou não, isso é a função do MEC. Se o MEC estava falhando, esse projeto veio a tempo, e já foi visto isso aqui, o Enamed, essa avaliação, que já foi feita. Eu sou médica da Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. A gente tinha essa passagem, e não terminava a turma toda, porque muitos alunos eram reprovados e repetiam a matéria.

Nós temos que acabar, neste país, com esta história: se algo não está funcionando, nós vamos cortar caminho e botar outra instituição, que não é a responsabilidade do Conselho Federal de Medicina. Eu cito isso aqui porque está tão presente, Profa. Denise, Dr. Rodrigo, que aqui estão querendo aprovar, eu sei que o assunto não é aqui, essa horizontalidade. Eles querem aprovar a legalidade do cigarro eletrônico, e a desculpa é porque não tem policiais rodoviários federais nem federais para inibir o contrabando de cigarro eletrônico. Quer dizer, não é por aí.

O papel da gente aqui, de todos que estão aqui é: vamos cobrar do Ministério da Educação e Cultura o que é de direito dele. Não vamos abrir mão.

Aqui surgiu essa questão da proficiência médica, mas foi falado com o Dr. Rodrigo: você imagine se todo mundo pensasse só... Porque o aluno hoje quer ir para a prática mesmo antes de ter tido a teoria. Se tiver um *staff* que o leva, ele já quer ficar olhando pelo visor as cirurgias. Mas, se tivesse essa função, que não é do Conselho Federal de Medicina; é do MEC... E nós, esta Casa aqui, o Congresso, temos obrigação de ficar cobrando esse acontecimento, como a gente passou a cobrar o Revalida, que passou anos sem ser feito.

Por isso, como já foi feito esse histórico, eu já venho acompanhando que abriram muitas universidades, e cabe a isso... Inclusive, iam abrir uma no Rio Grande do Norte, e parece que foi suspensa... O Supremo. É por isso que aqui... Eu mostro que aqui se reclama muito da Justiça, se diz que o Supremo interfere nos outros Poderes: se não se resolve aqui, é claro que vai aparecer outro poder tentando resolver.

Sou contra esse exame de proficiência. Isso não é a solução nem é o papel do conselho. É bom a gente mostrar isso para a população, porque fica dando a entender: "Ela é a favor de médicos que não sabem de nada, que estão se formando sem saber". Não é verdade, gente. O que a gente precisa é cobrar dos órgãos competentes, porque é o Estado brasileiro que tem a obrigação de ver que tipo de profissional... Como se falou aqui da Anvisa. É assim que funciona, não é cortando caminho e apresentando uma proposta que não tem nada a ver para a solução.

Eu espero que a gente não deixe aprovar algo, no mínimo, esdrúxulo.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Zenaide.

A Senadora foi a última inscrita, fazendo as honras da Casa.

Eu quero agradecer a presença de todos – desta vez, de todas também, as nossas duas convidadas.

Encerramos, com isso, a terceira audiência do ciclo que aprovamos. A princípio seria uma, mas foi tão desafiador que realizamos a segunda, chegamos à terceira, com momentos de calmaria, com momentos de tensão, mas acho que isso é bom para o processo, enriquece.

E a palavra que foi dita aqui por vários é de que o que a gente construiu e acumulou pode ser conteúdo suficiente para se buscar um consenso, para se buscar um consenso que tenha como foco o atendimento de qualidade à população. Dão-se muitos exemplos dos Estados Unidos. A cada vez, em uma Comissão, se dão exemplos. Ontem mesmo eu tive um debate na CAE sobre isso. Sempre se dão exemplos dos Estados Unidos, mas um país que tem SUS não precisa pedir licença a ninguém.

O Brasil construiu o Sistema Único de Saúde, graças a vocês, médicos, aos médicos-sanitaristas da reforma sanitária. É tanta coisa que este país produz em nome e em defesa da boa medicina. Então não vamos jogar fora a criança com a água do banho. Vamos produzir novos elementos, novas condições para que a gente consiga, de fato, qualificar cada vez mais os nossos profissionais naquilo que lhe é dever. E cada qual com a sua atribuição.

Eu também já fui conselheira. A minha profissão não tem conselho e nós somos contra ter conselho de professores, porque nós temos uma gama muito grande de regulamentações na área de educação, Zenaide. Começa logo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A divisão das competências na educação é federativa, é regime de colaboração. Nós estamos agora aprovando o Sistema Nacional de Educação, na semana que vem, provavelmente. Então, quem regula a nossa profissão? É o Estado. E somos avaliados da hora que entramos na sala de aula até a hora que saímos. E, agora, vamos ter a prova docente para nos ajudar, mais ainda, a qualificar a nossa experiência.

Então, parabéns a todos e a todas que aqui vieram dar sua contribuição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 14 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Romário, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5228, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), substituiu Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n° 2-CAS (de redação) e nº 3-CAS (de redação), ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD), e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento n° 83, de 2025-CAS, de urgência para matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2336, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAS (substitutivo). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 84, de 2025-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CAS, de urgência para matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2472, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o lúpus e a epilepsia na lista de doenças que acarretam dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por incapacidade." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAE-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1271, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar a quantidade de dias que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, em caso de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2460, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Cuidados Paliativos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2992, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1018, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Prevenção à Insegurança Alimentar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 78, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3669/2023, que “institui o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett”." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 80, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de homenagear o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comemorado no mês de outubro." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional"." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 82, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2563/2021, que "institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal"." **Autoria:** Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 83, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5228/2019 (Substitutivo-CD), que "institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 84, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2336/2023, que "dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 984/2025, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2.189/2025, que trata de relatório de auditoria operacional realizado com o objetivo de avaliar os aspectos de qualidade sobre a formulação, implementação e avaliação do Programa Bolsa Família.

- Cópia do Ofício nº 43/2025, da Ouvidoria do Senado Federal, o qual encaminha moção da Câmara Municipal do Rio dos Cedros, em Santa Catarina, que apoia a sustentação da Resolução nº 258/2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que versa sobre o aborto, e apoia a tramitação do Projeto de Lei nº 1.904/2024, que visa impedir que o aborto seja reconhecido como direito, sem previsão de limite de tempo gestacional, durante todos os nove meses de gravidez, até o momento do parto.

- Cópia do Ofício nº 101/2025, da Câmara de Vereadores de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, o qual encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei nº 8.413/2017, que dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatoriedade da assistência do sindicato na homologação das rescisões de contrato de trabalho.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais e nas matérias terminativas.

Informo que os itens 7 e 8, Projetos de Lei nºs 2.992/2022 e 1.018/2024, foram retirados de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Paula Lobato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2992, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1018, DE 2024

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Prevenção à Insegurança Alimentar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5228, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta e ressalvada a supressão dos arts. 441-N a 441-Y da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5228, de 2019 (Substitutivo-CD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1- Em 28/05/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Em 28/09/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Humberto Costa (pendente de relatório).

O Relator é o Senador Renan Calheiros, e o Senador Fernando Dueire será o Relator *ad hoc*.

Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão e passo a palavra ao Relator, para se manifestar sobre a emenda apresentada pelo Senador Humberto.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, recebi a nobre missão de ser Relator *ad hoc* do Projeto 5.228, de 2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de realocação de pessoal.

O Relator oficial, como V. Exa., Presidente Marcelo Castro, colocou com propriedade, é o nosso Presidente Renan Calheiros, que apresentou voto favorável com emendas de redação e de supressão, conforme lido e divulgado anteriormente, como V. Exa. expressou.

Quanto ao voto relativo à emenda apresentada, visto o compromisso que fiz com o Presidente Renan e sendo *ad hoc*, rejeito a emenda apresentada.

Hoje, no papel de *ad hoc*, confirmo o voto já oferecido sem alterações.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, submeto-a à aprovação, que será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, da CAS, de redação; Emenda nº 2, da CAS, de redação, ressalvada a supressão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos arts. 441-N a 441-Y da CLT, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5.228, de 2019, Substitutivo da Câmara dos Deputados e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai a Plenário.

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1271, DE 2024

- Terminativo -

Altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar a quantidade de dias que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, em caso de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – ... pedindo licença ao nobre e querido Senador Paim, com relação ao PL 1.271, que foi votado agora há pouco, eu peço a V. Exa. e ao Plenário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, foi outro. O 1.271 é o que eu vou relatar.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Ah, sim, é o primeiro, é item 1, é o 5.228, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exato.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Eu peço a V. Exa., com anuência dos colegas, para que nós possamos colocá-lo em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento do Senador Fernando Dueire à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será encaminhado ao Plenário, em regime de urgência.

Então, com a palavra o Senador Paulo Paim para fazer o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, Senador Marcelo Castro, esse projeto é do Senador Chico Rodrigues. Ele vem trabalhando com esse tema, conversou muito, muito comigo. Ele quer apenas garantir o que já existe para os servidores públicos e outros setores, inclusive da área privada. Eu fiz o relatório, Sr. Presidente, com esse compromisso, entendendo que os trabalhadores, no seu conjunto, têm que ter assegurado esse direito.

Não fiz nenhuma emenda. Reconheço como um grande projeto. Falei ontem, inclusive, com o Senador Chico Rodrigues, e disse que V. Exa. o tinha pautado para hoje e que gostaria muito que ele fosse aprovado, pela grandeza do projeto, não importa quem é o autor.

Se V. Exa. permitir, eu vou direto à análise. O projeto é simples.

No mérito, somos favoráveis à aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ampliação do período de licença demonstra sensibilidade às necessidades emocionais dos trabalhadores, permitindo que estes lidem de forma mais adequada com as consequências práticas e psicológicas da perda de entes queridos. Com isso, o impacto negativo no desempenho e na saúde do trabalhador é reduzido, ao mesmo tempo que condições mais humanas para o retorno às atividades laborais são asseguradas.

Além disso, é imprescindível corrigir uma desigualdade histórica existente, como eu comentei de forma improvisada, entre trabalhadores celetistas e servidores públicos – notadamente aqueles regidos pela Lei nº 8.112, de 1990 –, visto que não há razão para que os primeiros tenham direito a uma licença de apenas dois dias e os outros a uma licença por morte de familiar de oito dias. Nesse sentido, o projeto de lei do Senador Chico Rodrigues promove maior equidade e justiça social entre esses regimes de trabalho quanto ao tema, reconhecendo a relevância do luto como uma questão universal que afeta todos os trabalhadores de maneira similar.

Importante ressaltar, ainda, que, ao incentivar práticas mais humanizadas e empáticas no ambiente de trabalho, a proposição contribui para o fortalecimento das relações entre empregadores e empregados, o que, consequentemente, gera reflexos positivos em áreas cruciais da gestão de pessoas, como retenção de talentos e motivação dos trabalhadores. No mais, é certo que o suporte em situações delicadas favorece a construção de um ambiente melhor para todos.

Mediante o exposto, Sr. Presidente, sou pela aprovação na íntegra do projeto do Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação nominal. (*Pausa.*)

O painel está aberto. Podem iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sr. Presidente, enquanto está... Eu só vou fazer aqui um resuminho para as pessoas entenderem o projeto, porque tenho em mãos até que o senhor resolva...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.?

Presidente, eu faço um resumo do projeto, que eu sintetizei também já no relatório.

O PL 1.271, de 2024, de autoria do Senador Chico Rodrigues, que não se encontra aqui porque está um trânsito enorme – ele me ligou aqui agora fazendo um apelo a todos os Senadores para que votem –, é um dos melhores projetos que ele apresentou, no meu entendimento, viu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está preso no trânsito porque choveu hoje em Brasília, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Exato, choveu em Brasília. Ele pediu que eu justificasse a V. Exa. e aos pares que ele está vindo e ele quer votar, no mínimo votar.

O PL do Senador, o 1.271, de 2024, de autoria do Senador Chico Rodrigues, altera a CLT para garantir a quantidade de dias que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço em caso de mortes, ou seja... mas só em caso de familiares. Atualmente, a CLT prevê o afastamento por até dois dias seguidos; muitos empregadores já dão uma semana. Mas, enfim, é em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que vive sob a dependência econômica deste empregado.

Porém, esse prazo – o de hoje, que é de dois dias –, muitas vezes, é insuficiente para se lidar adequadamente com toda a situação da morte. E a morte é um caminho que todos nós encontraremos um dia. Inclusive nos casos em que o falecido residia distante do familiar. Os servidores públicos federais, regidos pela Lei 8.112, já possuem o prazo diferenciado de oito dias de afastamento, incluídos os casos de falecimento dos parentes mais próximos. Os professores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também possuem esse prazo estendido, pela própria CLT, que possibilita o afastamento por nove dias – inclusive um dia a mais –, e já pela CLT.

Assim, o PL corrige a distorção entre os trabalhadores celetistas e servidores públicos – e outras exceções positivas que existem –, visto que ambos precisam de um prazo adequado para lidar com a perda de familiares. E, naturalmente, com os sentimentos envolvidos no processo de luto.

Nesse sentido, aqui eu só estou reiterando e convidando a todos os nossos pares, Senadores e Senadoras, que votem favoravelmente, pela importância da aprovação do 1.271. O Senador Chico Rodrigues é o autor, e aqui na Comissão de Assuntos Sociais ele é terminativo. É claro que o debate continua em outras instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sras. e Srs. Senadores, enquanto os colegas estão votando, nós poderíamos ir adiantando aqui a pauta.

Tem um requerimento aqui de autoria da Senadora Jussara, o item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 78, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3669/2023, que "institui o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett".

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Passo a palavra à nobre Senadora para a leitura do seu requerimento.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito a aprovação do Requerimento nº 78, de minha autoria, para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.669, de 2023, que institui o mês de outubro como mês de conscientização da síndrome de Rett, que é uma mutação genética que afeta o desenvolvimento do cérebro em meninas.

E solicito ainda, Sr. Presidente, que seja colocado como extrapauta o Requerimento nº 82, também de minha autoria, para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.563, de 2021, que institui em âmbito nacional o Julho Neon como mês da saúde bucal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos votar os dois requerimentos em conjunto: o requerimento de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.563, de 2021, que institui em âmbito nacional o Julho Neon como mês da saúde bucal, e o outro requerimento para a síndrome de Rett.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 82, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2563/2021, que "institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal".

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Ambos os requerimentos foram aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 10 é o Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 80, de 2025, não terminativo, do qual eu sou o autor.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 80, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de homenagear o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE), comemorado no mês de outubro.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para encaminhar.) – Como o requerimento é da minha autoria, eu passo à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de homenagear o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE), comemorado no mês de outubro.

O evento tem por finalidade reconhecer a relevância desses profissionais à promoção da saúde e à prevenção de doenças em todo o país, bem como discutir os desafios enfrentados na consolidação e valorização de suas carreiras.

Sugere-se para a audiência pública a participação das seguintes autoridades e representantes: Presidente Nacional da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Conacs); representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); Parlamentares da Frente Parlamentar pela Defesa dos ACS e dos ACEs; demais autoridades e especialistas a serem posteriormente definidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este requerimento, senhoras e senhores, tem, como eu disse, a finalidade de reconhecer a relevância desses profissionais à promoção da saúde e à prevenção de doenças em todo o país.

Submeto à votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro ao PL 1.271, de autoria do Senador Chico Rodrigues, que teve uma brilhante relatoria do Senador Paulo Paim.

Ninguém sai inteiro da morte, sobretudo de familiares próximos, como companheiros, companheiras, pais, madrastas ou padrastos, filhos, enteados, menores sob guarda ou tutela e irmãos. É oportuno, é correto e é justo. Portanto, eu já votei "sim" e acredito, Senador Paim, que esse projeto será aprovado com louvor nesta Comissão.

Ele é terminativo, e, portanto, a partir disso, nós vamos ter um encaminhamento diretamente à Mesa, aguardando o prazo regimental, para que efetivamente nós possamos fazer com que o Senado e esta Comissão façam uma entrega à sociedade brasileira de um item extremamente relevante e importante para as pessoas que passam pelo dissabor de ter um companheiro, uma companheira, um filho, um enteado morto.

Ampliar de dois para oito dias é justo, é correto, e é extremamente meritório o projeto apresentado pelo Senador Chico Rodrigues, com a brilhante relatoria de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sras. e Srs. Senadores, item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2460, DE 2022

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Programa Nacional de Cuidados Paliativos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

O Senador Otto Alencar pediu para a Senadora Jussara fazer o relatório aqui *ad hoc*.

O relatório é favorável ao projeto e à Emenda nº 1, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra à nobre Senadora Jussara Lima para fazer o relatório *ad hoc*.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O projeto se encontra dentro dos limites da competência do Poder Legislativo federal, ao estabelecer diretrizes amplas e direitos dos pacientes e de suas famílias. Ao dispor sobre normas gerais, sem se aprofundar em questões específicas sobre a estrutura e a forma de prestação dos serviços de saúde, evita-se a invasão da competência do Poder Executivo e de outros entes federados, respeitando integralmente o texto constitucional. Assim, promovem-se a uniformidade e a equidade na oferta de cuidados paliativos em todo o território nacional, ao passo que se permite a necessária flexibilidade e autonomia para que estados, Distrito Federal e municípios adaptem os aspectos específicos da efetiva prestação dos serviços à sua realidade local.

No mérito, a instituição por lei do Programa Nacional de Cuidados Paliativos no Brasil representa um marco de grande importância para o sistema de saúde nacional. Na esteira da recente publicação da Política Nacional de Cuidados Paliativos, posta em vigor pela Portaria do Gabinete do Ministro da Saúde nº 3.681, de 7 de maio de 2024, o texto do projeto estabelece diretrizes para o cuidado de pacientes com doenças ou outras condições de saúde que ameaçam ou limitam a continuidade da vida, assegurando uma abordagem humanizada e centrada no paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exemplo de outros países que há tempos já editaram regulamentações consolidadas na área, o Brasil dá um grande passo para garantir a dignidade e a qualidade de vida de seus cidadãos. Em todo o mundo, os cuidados paliativos têm sido reconhecidos como parte essencial dos sistemas de saúde de qualidade.

O índice desenvolvido por um periódico para medir a qualidade dos cuidados paliativos em vários países, na edição publicada em 2015, já apontava o Reino Unido como "o melhor país do mundo para morrer, seguido pela Austrália e Nova Zelândia". O Reino Unido alcançou a primeira posição graças às suas políticas nacionais abrangentes, à integração dos cuidados paliativos ao Serviço Nacional de Saúde e à força do movimento *hospice*, voltado para a assistência de pacientes com doenças avançadas e terminais. Na mesma avaliação, os Estados Unidos ficaram em 9º lugar; Espanha, em 23º; Chile, em 27º; Argentina ficou na 32ª posição; Uruguai, na 39º; e o Brasil ocupava a 42ª posição no *ranking*, atrás de todos esses países e de outros, como África do Sul, Uganda e Mongólia. O índice utiliza cinco categorias principais para determinar a qualidade dos cuidados paliativos: ambiente de saúde e cuidados paliativos, recursos humanos, acessibilidade aos cuidados, qualidade dos cuidados e engajamento da comunidade.

Estudo mais recente, de uma escola de Medicina, publicado em 2023, classificou os países com base na qualidade dos cuidados de fim de vida. Esse estudo avaliou 81 países em 13 indicadores-chave importantes para pacientes e cuidadores, como manejo da dor, suporte emocional e qualidade do ambiente de saúde. Confirmou-se o Reino Unido como o país com a melhor qualidade de cuidados paliativos em todo o mundo, e o Brasil ficou apenas na 79ª posição entre os 81 países avaliados.

De fato, o Brasil enfrenta desafios em áreas essenciais para o desenvolvimento de cuidados paliativos eficazes, como o subfinanciamento do sistema de saúde, fragilidades na formação de profissionais e incipiente conscientização da população e das equipes de saúde. A implementação de políticas públicas abrangentes, como as observadas no Reino Unido, que priorizem o investimento em infraestrutura, o treinamento de profissionais de saúde e campanhas de conscientização, certamente contribuiria para melhorar a qualidade dos cuidados paliativos no país. No contexto brasileiro, a ausência de regulamentação específica contribui para a demora na evolução dos cuidados paliativos no âmbito do sistema de saúde, bem como para um acesso desigual e muitas vezes inadequado a esses cuidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, um dos aspectos mais relevantes do projeto está na abordagem humanizada e centrada no paciente. Ao priorizar a prevenção e o alívio do sofrimento físico, psicológico, social e espiritual, o projeto busca tratar o paciente de maneira integral, reconhecendo a importância de abordar todas as dimensões do ser e do sofrimento humano.

A proposta valoriza a vida e reconhece a morte como um processo natural, combatendo a obstinação terapêutica e possibilitando que o processo da morte e do morrer transcorra sem sofrimento desnecessário. Isso é essencial para assegurar que os pacientes com doenças graves possam viver de maneira digna.

Além disso, o projeto reconhece o papel fundamental que a família desempenha no apoio ao paciente, estendendo os cuidados paliativos aos familiares e aos cuidadores. Esse apoio tem o potencial de reduzir a carga emocional das famílias, melhorando a qualidade de vida tanto do paciente quanto de seus entes queridos. A proposição destaca, ainda, a importância de um sistema de apoio que inclua aspectos psicológicos, sociais e espirituais no cuidado do paciente. O apoio psicológico e emocional para pacientes e familiares é essencial para lidar com os desafios e o sofrimento associados às doenças graves.

Além disso, asseguram-se direitos básicos aos pacientes, tais como o acesso a cuidados paliativos integrais, o direito à informação sobre seu estado clínico, a participação nas decisões acerca de seus cuidados, a privacidade e a confidencialidade dos dados pessoais, e a proteção da autonomia decisória por meio de diretivas antecipadas. Nesse ponto, o projeto trará a devida segurança jurídica a instrumentos que já são usados no Brasil, mas aos quais falta a força da lei federal para garantir sua aplicação, como é o caso do testamento vital e do mandato duradouro.

O testamento vital permite a uma pessoa registrar previamente, por escrito, suas preferências sobre cuidados futuros, tratamentos e procedimentos desejados ou indesejados, caso se torne incapaz de tomar decisões por si mesma, como em casos de inconsciência por doença terminal ou estado vegetativo permanente. Com o mandato duradouro, a pessoa designa um representante específico para tomar decisões em seu lugar nessas situações.

O reconhecimento legal das diretivas antecipadas valoriza a autonomia da pessoa sobre o próprio corpo e garante que as preferências de cuidados de saúde sejam respeitadas em situações em que ela não possa se comunicar. Também dá respaldo aos profissionais e instituições de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aplicar com segurança os princípios éticos dos cuidados paliativos, sempre em benefício dos próprios pacientes.

A ênfase na interdisciplinaridade, com diferentes áreas do conhecimento colaborando para alcançar um objetivo comum, é fundamental para a prestação de cuidados paliativos de qualidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Isso garante que os pacientes recebam tratamento abrangente e coordenado, envolvendo médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, entre outros profissionais.

O acompanhamento de indicadores de qualidade e desempenho dos serviços associados ao programa, conforme recomendações técnicas e evidências científicas, assegura que a qualidade dos cuidados paliativos seja constantemente avaliada e aprimorada. Assim, os serviços prestados estarão alinhados com as melhores práticas e padrões internacionais. A intenção de ampliar progressivamente o acesso aos cuidados paliativos em todos os níveis de atenção à saúde permite que um número maior de pacientes possa se beneficiar desses cuidados, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Isso é fundamental para reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

A educação dos profissionais de saúde, por meio de atividades direcionadas à aquisição de conhecimentos e habilidades específicas, contribui para a criação de uma força de trabalho bem preparada para oferecer cuidados paliativos de qualidade, beneficiando diretamente os pacientes. A previsão do direito à visita virtual por videochamada, nos casos em que a presença física da família não é possível, demonstra uma adaptação às tecnologias mais modernas, proporcionando conforto emocional aos pacientes e a seus familiares, mesmo em situações adversas.

Em suma, a existência de um programa nacional de cuidados paliativos no Brasil é de grande importância para garantir assistência adequada aos pacientes com doenças ameaçadoras da vida. A lei em que se converter o projeto certamente contribuirá para mitigar as desigualdades existentes, aliviar o sofrimento e promover dignidade na morte e no morrer, refletindo um avanço na saúde pública e nos direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre destacar, entretanto, que alguns dispositivos do art. 8º do projeto, em especial os incisos IV e V, estabelecem obrigações que podem gerar custos adicionais para o Sistema Único de Saúde, sem a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro ou a previsão de fontes de custeio. Para adequar a proposição às normas de responsabilidade fiscal e à sustentabilidade financeira do SUS, propõe-se explicitar as leis a que se referem e restringir a aplicação desses dispositivos ao ambiente hospitalar, de modo a limitar o alcance da obrigação e reduzir os impactos financeiros, sem prejudicar a finalidade assistencial da medida.

Com relação à emenda apresentada será acatada a emenda apresentada pelo Senador Magno Malta, a qual reforça a vedação à eutanásia e ao suicídio assistido, em consonância com a legislação penal vigente.

Voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.460, de 2022, com Emenda nº 1 e a seguinte emenda...

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a relatoria da Senadora Jussara, coloco a matéria em discussão.

Senadora Eudócia com a palavra, para discutir a matéria.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Presidente, Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar, na sua pessoa, todos os colegas Senadores e Senadoras aqui presentes.

Quero parabenizar a autoria do Senador Otto Alencar e a relatoria da Senadora Jussara.

Parabéns pela sua brilhante relatoria, minha querida Senadora Jussara!

Eu quero fazer um comentário aqui, eu quero discutir esse tema por se tratar de um tema de extrema relevância, que é a questão dos cuidados paliativos com os pacientes, na grande maioria das vezes, oncológicos. Nós temos que lutar, Senadora Jussara, para que os nossos pacientes não cheguem até a necessidade de receber cuidados paliativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que isso aconteça, nós temos que fomentar, nós temos que nos debruçar sobre a questão de políticas públicas para que o diagnóstico do câncer seja o mais precoce possível, para que os nossos pacientes do SUS tenham acesso a terapias avançadas, para que, oportunamente, esses pacientes possam receber as terapias devidas no tempo devido, e para que não se chegue ao ponto de esses pacientes terem que ser submetidos a cuidados paliativos.

Mas, uma vez chegando a esse estágio, tudo o que você colocou, Senadora Jussara, sobre essa equipe multidisciplinar, de terapeutas, de psicólogos, de médicos, tanto oncologistas como médicos generalistas, e sobre ser importante que acompanhem o paciente, isso é de suma importância, porque o paciente que está em cuidados paliativos tem um comprometimento não só físico, como emocional e psicológico. Então, ele precisa dos seus entes queridos.

Por isso aqueles entes queridos que trabalham têm realmente a necessidade de se ausentar do seu trabalho para cuidar do seu paciente, do seu ente querido.

Então, era essa a consideração que eu queria fazer e, mais uma vez, parabenizá-la, Senadora Jussara, pelo seu brilhante relatório.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, submeto-a à votação.

A votação é simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS.

A matéria vai a Plenário.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós estamos em votação nominal do PL 1.271, de autoria do Senador Chico Rodrigues.

Eu vou encerrar a votação e concedo a palavra a V. Exa. para fazer os comentários.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, mesmo não sendo membro da Comissão, eu quero, aqui, deixar a minha gratidão ao Senador Paulo Paim pela relatoria deste importante projeto, até porque...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aprovado, por 14 votos. Nenhum voto contrário. (*Palmas.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, V. Exa., Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Na verdade, a gente entende que é necessário que haja tratamento equânime entre o trabalhador da iniciativa privada e o trabalhador do serviço público.

Então, V. Exa. deve ter acompanhado que, nesse projeto da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), tinha que haver esse alinhamento, até porque, na perda de um ente querido, o sentimento é comum para qualquer um dos servidores dos segmentos a que me referi aqui agora, do público e do privado.

A relatoria irretocável do Senador Paulo Paim mostrou exatamente a sua sensibilidade, ele que é uma das expressões mais importantes deste Congresso Nacional, especialmente nesta área trabalhista. Ele dedica a sua vida praticamente a esta causa, entre tantas outras, lógico, mas, nessa daí, ele realmente se debruça com muito conhecimento e com muita competência.

Quero dizer que fiquei extremamente satisfeito com a unanimidade da aprovação deste projeto. As famílias, aqueles que eventualmente venham a perder um desses entes queridos aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais nos referimos no conteúdo do projeto estarão agora também beneficiados. Obviamente, apesar de ser terminativo aqui na CAS, ele vai para a Câmara dos Deputados.

No entanto, nós – eu, juntamente com o Senador Paulo Paim – vamos fazer essa vigília com os Srs. Deputados e Deputadas Federais para que possam, num lapso de tempo mais curto possível, fazer a sua avaliação, a sua análise, o seu relatório, levando, consequentemente, à aprovação.

Nós entendemos que há necessidade de que haja unidade no essencial. O que é unidade no essencial? É exatamente esse tratamento equânime.

Eu percebo aqui a satisfação também da Senadora Eudócia, que mostrou exatamente esse carinho pelo projeto, entendendo também a importância dele, o Senador Laércio.

Portanto, é praticamente unanimidade. Praticamente não, foi unanimidade, na análise, na avaliação, no acompanhamento e na votação, este projeto.

Fico muito satisfeito.

Senador Paulo Paim, nós somos parceiros de longa jornada, desde 1990. Portanto, lá se vão, sei lá, quase 35 anos de parceria na Câmara dos Deputados, depois aqui no Senado. Separamo-nos há algum tempo, quando eu fui Vice-Governador e Governador, mas voltamos a nos encontrar aqui na Câmara Alta do país. E eu sempre admirando as suas posições, os seus pronunciamentos, mas, acima de tudo, a sua defesa. Esse mandato, para ele, é um manto que, na verdade, abriga todos os interesses nos quais ele confia.

Portanto, Senador Paulo Paim, mais uma vez, amigo, muito obrigado pela relatoria, pela dedicação e, obviamente, por me dar esta grande alegria hoje.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Valeu, parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizo o Senador Chico Rodrigues pela grande iniciativa de um projeto tão abrangente, tão importante sobre algo a que a gente precisa estar atento, porque, como disse o Senador Paulo Paim, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inevitável, todos nós um dia chegaremos lá e precisamos, quando formos morrer, de uma forma mais digna e dos cuidados necessários.

Vamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2472, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o lúpus e a epilepsia na lista de doenças que acarretam dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por incapacidade.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes de fazer a leitura do meu relatório, eu queria cumprimentar o Senador Chico Rodrigues e o Senador Paulo Paim pelo projeto aprovado.

Senador Paim, na forma das pessoas que têm alguém na tutela ou na guarda, a gente já viu casos de grandes injustiças. E o senhor e o Senador Chico Rodrigues fizeram essa correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns! Parabéns! Quando se perde alguém que está sob a nossa tutela, a dor é tão grande como um filho.

Então, Senador Chico Rodrigues, Senador Paulo Paim, parabéns por esse projeto. Eu preciso elogiar o Chico Rodrigues, Senador Paim, quando eu chego em Roraima e eu o elogio, eu ganho tanto abraço, sabe? Então, eu tenho que elogiar. Mas os dois estão entregando hoje uma matéria extraordinária.

E também a Jussara, na questão dos cuidados paliativos. Inclusive, Eudócia, nós temos um trabalho sobre cuidados paliativos aqui no DF. Queria muito que você conhecesse. Vou levar você e a Jussara para conhecerem o programa que existe aqui.

Presidente, eu vou ao relatório do Projeto de Lei 2.472. Eu peço permissão para ir direto à análise.

Ele já passou pela CAE, foi discutido, foi aprovado por unanimidade, mas, como ele é terminativo, nesta Comissão eu tenho que também analisar os aspectos jurídicos, constitucionais e regimentais. Eu já falo que não há nenhum óbice quanto a esses aspectos.

No mérito, Presidente, o projeto almeja garantir maior assistência e proteção aos trabalhadores acometidos pelo lúpus e pela epilepsia. Se aprovada a matéria, tais segurados estarão isentos do cumprimento do período de carência para a concessão do auxílio por incapacidade temporária e da aposentadoria por invalidez. Dessa forma, a medida trará mais justiça social a esses trabalhadores ao possibilitar-lhes usufruir de benefícios que os auxiliarão no enfrentamento de suas doenças.

Segundo o Ministério da Saúde, em torno de 2 milhões de brasileiros convivem com a epilepsia, sendo que 25% são portadores da condição em estágio grave. Na maioria dos casos, a epilepsia não incapacita o indivíduo para o trabalho, sendo possível manter a doença controlada por meio de tratamento. No entanto, uma pequena parcela se vê incapacitada para o trabalho, enfrentando maiores dificuldades em inserir-se e manter-se no mercado de trabalho. Esse projeto dirige-se para esse grupo de trabalhadores que necessitam requerer o auxílio-doença com mais frequência ou aposentar-se antecipadamente por incapacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O lúpus, uma doença autoimune crônica, assim como a epilepsia, em alguns casos pode se tornar incapacitante para o trabalho. Não vemos motivo para que ambas as doenças não figurem junto às demais constantes do rol do art. 151 da Lei nº 8.213, de 1991, afinal, todas elas colocam o acometido em uma mesma condição: incapacitante para o trabalho, com orçamento onerado por elevados custos de tratamento e desgaste emocional. Assim, o projeto possibilita que esses segurados possam acessar os benefícios previdenciários que permitirão enfrentar, com menos dificuldade, a situação em que se encontram.

É oportuno destacar, outrossim, a atuação da proposição em reduzir as disparidades de gênero e raça que decorrem da incidência desigual das doenças, especialmente o lúpus. Neste caso, há maior incidência do lúpus em mulheres e negros, grupos que já são mais vulneráveis socialmente.

Como coloca o autor do projeto na sua justificativa, "O lúpus pode ocorrer em qualquer idade". Inclusive, Presidente, nós tivemos, no ano passado, uma audiência pública aqui na Comissão sobre lúpus, e uma das expositoras foi a menina Sophia, de oito anos. E essa menina deu um *show* aqui nesta Comissão. Foi um dos vídeos mais acessados que a gente teve no Senado. E eu quero mandar um abraço para a Sossô, nossa querida Sophia. A avó veio junto com ela, e uma das formas como eles têm enfrentado o lúpus é com uma alimentação saudável. Ela faz todo um trabalho nas redes sociais, desafiando mais crianças a terem uma alimentação saudável. Um abraço para a Sossô! Ela nos desafiou para que matérias como essa fossem aprovadas aqui na Comissão. Sossô tinha só oito anos quando veio a esta Comissão.

O lúpus pode ocorrer em qualquer idade, no nascimento ou na décima década da vida, porém, cerca de 60% dos casos acontecem na faixa etária de 13 a 40 anos. É predominantemente mais comum entre as mulheres – na infância, as meninas são três vezes mais acometidas que os meninos. Na segunda, terceira e quarta décadas da vida, as mulheres respondem por 90 a 95% dos casos [de lúpus] e, a partir da quinta década, a proporção cai àquela característica da infância.

Os negros e asiáticos são populações de risco – são três vezes mais acometidos que os caucasianos. A incidência é de 6 novos casos por 100.000 pessoas por ano, entre a população de menor risco e de 35 por 100.000 pessoas por ano, nas populações de maior risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, cabe ressaltar que a concessão tanto de auxílio por incapacidade temporária quanto da aposentadoria por invalidez permanece como na regra geral, condicionada à realização de perícia médica, de forma que a proposição apenas trata de reduzir o ônus suportado pelos portadores das referidas doenças ao isentá-los da carência para fazer jus ao benefício.

Além disso, cabe destacar o baixo impacto financeiro da medida. De acordo com os dados do Ministério da Previdência Social, do total dos auxílios por incapacidade temporária de natureza previdenciária concedidos em 2023, somente 0,23% foram direcionados à epilepsia e só 0,15% para lúpus. Portanto, espera-se que o referido impacto seja absorvido sem maiores problemas pelos cofres públicos.

Por fim, inexiste óbice ao acolhimento da Emenda 1, da CAE, que somente adapta a terminologia da proposição ao disposto na Emenda à Constituição Federal 103, de 2019, apelidada de "reforma da previdência".

Por tudo isso, e contando que o Governo aqui vai ajudar a aprovar, nesta manhã, eu peço, e o meu voto é pela aprovação do PL 2.472, de 2022, com a emenda da CAE, fazendo-se justiça às pessoas acometidas de lúpus e epilepsia.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

Senadora Eudócia com a palavra para discuti-la.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Mais uma vez, bom dia a todos aqui presentes

Eu quero parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, por mais um brilhante projeto de lei, esse projeto de lei que inclui lúpus e epilepsia na lista de doenças que acarretam dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por incapacidade. E eu quero parabenizá-la, Senadora Damares, pela brilhante relatoria. Você, como sempre, cuidadosa – não é? – nos seus relatos e nas suas autorias também dos projetos de lei. Eu a admiro muito por se debruçar sobre cada caso que vai ajudar a nossa população brasileira. E, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim, você dispensa comentários, uma vez que você acabou de colocar que já são 35 anos de vida pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – São 39.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – São 39, desculpe-me.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não, não, não...

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quatro anos a mais do que eu coloquei, quase 40.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Serão 40 no ano que vem

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns!

Não, mas você deve continuar – viu? – aqui, com todo o seu entusiasmo e com todo o seu compromisso com o povo brasileiro, com certeza. Eu rogo a Deus por isto: que você continue aqui lutando pelo povo brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero fazer uma consideração da importância desse projeto de lei colocando essa dispensa de prazo de carência para concessão desses benefícios, porque o lúpus, Senadora Damares, e a epilepsia são doenças gravíssimas – gravíssimas. O lúpus é uma doença autoimune, como você bem relatou, e, se você não tiver uma condução dessa situação patológica com critério, a maioria dos pacientes vão a óbito. Eles têm que ser muito bem cuidados, muito bem acompanhados. E muitos deles têm que faltar ao trabalho, muitos deles, em muitos casos, têm que ficar indo nas consultas médicas ou sendo hospitalizados. E, por esse motivo, para fazer jus a esse caso, nada mais importante do que, justamente, esse auxílio-doença. E para epilepsia, do mesmo jeito. E nós sabemos que tem muitos pacientes epilépticos que têm o mal convulsivo e que têm que ficar se hospitalizando com uma periodicidade muito grande.

Então é realmente muito importante esse projeto de lei, mais uma vez repito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como você colocou, Senadora Damares, somente 0,23% dos pacientes com epilepsia receberam auxílio-doença, e apenas 0,15% para lúpus. Isso é praticamente zero. Inadmissível.

Então, que os nossos pares, que os nossos colegas Senadores e Senadoras entendam a importância desse projeto de lei que o Senador Paulo Paim oportunamente e de uma forma brilhante pensou e redigiu – foi autor. E você, Senadora Damares, também de uma forma brilhante foi a Relatora.

Que a gente possa de uma forma com unanimidade também, Senador Paulo Paim, votar favoravelmente, uma vez que ele é terminativo aqui na CAS e depois indo para a Câmara dos Deputados.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão.

Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, Senador Marcelo Castro, eu não poderia deixar de dizer algumas palavras com muita rapidez aqui a esses queridos Senadores e Senadoras – querido V. Exa. também, viu? –, Senadora Damares, Senadora Eudócia, que falou agora, Senador Chico Rodrigues, aqui ao meu lado, e a nossa referência, principalmente em questão da educação, Senadora Professora Dorinha.

Sabe que no passado eu tinha... Eu tenho as minhas referências independentemente de partido. A minha referência na educação era o Cristovam Buarque E hoje eu confesso que, quando o tema é educação, eu não voto sem saber a sua opinião, porque sei muito, muito que... Tanto que o nome dela é Professora Dorinha, né? O Prof. é bonito e Dorinha ainda é muito bonito. Professora Dorinha lembra muito as professoras do meu tempo lá do Grupo Escolar Maguary, no interior do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul.

Presidente, eu queria muito, muito agradecer à Relatora, Senadora Damares, pelo brilhante relatório. Tem dados aqui que eu comentava, e olha o que eu venho perseguindo esse projeto há uns 20 anos já – eu apresento, perde, arquiva, e eu insisto de novo. E agora, felizmente, caiu na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua mão. E V. Exa. cita dados que eu não citei, porque eu fiz uma fala, antes de a senhora chegar, sobre inclusive a comunidade negra, né? A senhora reforçou essa visão. Não é que aqui a gente acha que só temos que olhar para negro, para índio, para quilombola, para deficiente, porque a gente olha muito para essa área, para criança, para a luta das mulheres e mesmo para a luta LGBT, mas nós temos que relatar os fatos, e foi o que a senhora fez. E esse projeto vem nesse sentido.

Por isso, minha querida Relatora, eu tenho me debruçado, como eu disse, há muito tempo... Já teve uma vez em que eu tinha aprovado, e era só o lúpus, hein? Tinha conseguido aprovar, foi derrubado já lá no veto – lá no veto. Tinha aprovado, foi derrubado, e eu voltei a insistir, porque eu sou meio teimoso quando eu acho que a causa é justa, né?

Senadora Damares, o relatório foi brilhante. Eu vou colocar com certeza este projeto quando eu estiver já em outros campos... Eu não digo que eu tenha morrido, não; outros porque eu não vou parar de trabalhar. Quando eu estiver atuando em outras áreas, quero falar muito deste projeto do lúpus e da epilepsia. Eu vi muito menino, muita criança dando aquele ataque, e eles ficam numa situação, digamos, muito, muito preocupante para os pais.

E quero dizer para a senhora que não é só este, mas também, por questão de justiça, o projeto do Chico Rodrigues, que aprovamos, hoje, aqui, de melhor cuidar da vida e da morte, porque é um caminho natural que todos nós vamos fazer. Simplesmente ampliou o projeto do Chico, que eu tive a alegria de relatar, de dois para oito, o que já é no serviço público, e outras categorias também já tem. Então, eu acho que é um dia importante.

Eu sei que todos querem ir para a CCJ, para o debate que está acontecendo lá, eu também quero ir para lá. Então, eu o cumprimento por ter pautado a matéria, Senador Marcelo Castro.

V. Exa., como a Senadora Damares, não tem freio para as boas propostas. Todas as propostas que são boas V. Exas. colocam em votação. Bom, se é muito ruim, nós vamos até não botar para ajudar o autor, né? (*Risos.*)

Mas, como as propostas são boas, vêm aqui a voto.

E obrigado, obrigado a todos aqui. Obrigado a toda a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Para discutir, Presidente Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, V. Exa. tem a palavra para discutir a matéria, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Eu preparei um pequeno resumo, exatamente, primeiro, pelo projeto em si. Lúpus e epilepsia são duas doenças que são recorrentes na nossa sociedade. A Dra. Eudócia é médica e conhece mais do que todos nós o aspecto realmente das doenças.

Quero aqui deixar o registro do relatório da Senadora Damares. Não é preciso também fazer muita apologia à sua competência, à sua dedicação a esses temas que são caros para a nossa sociedade.

Portanto, aos dois – principalmente ao autor, Senador Paim, que tem esse olhar clínico para essas demandas que alcançam a sociedade, e, da mesma forma, para a Senadora Damares – eu quero deixar aqui o meu elogio e o meu reconhecimento. Tenho certeza de que isso também é feito por todos os nossos colegas Senadores e Senadoras.

A Senadora Dorinha, que está aqui presente também, como já se falou, é a referência da educação no Congresso Nacional hoje e entende todas essas questões que diretamente estão envolvidas também com a questão do segmento escolar, porque isso acontece e, obviamente, deixa-se de frequentar a aula, criam-se problemas de aprendizado, enfim. E esses benefícios propostos aqui são absolutamente justos e dever do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vou submetê-la à votação nominal. (*Pausa.*)

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Estamos aqui com o item 2 da pauta, projeto não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós estamos em votação nominal, vamos aproveitar para ganhar tempo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 23/09/2025, foi apresentado Relatório reformulado pela Senadora Professora Dorinha Seabra.

Concedo a palavra à nobre Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores.

Eu não quis interromper para não atrasar o processo de discussão do projeto anterior, mas queria lembrar – e acho que todos que estão aqui sabem – principalmente o quanto isso afeta a vida escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nós temos muitos casos na educação que deixam de frequentar... Muitos professores são acometidos por doenças e principalmente ficam sem atendimento e sem assistência.

Então, parabéns pelo cuidado. Acredito que não vamos ter dificuldade em avançar com o projeto para que ele seja garantido como direito.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente. Fui informada de que eu tenho que ler, porque houve pedido de vista. Então, houve um grupo de trabalho, e o texto foi acordado, inclusive com o Governo, em relação a esse tema da profissionalização. Então, eu vou direto à análise.

Compete à Comissão... Então, toda a questão de juridicidade e adequação foi tratada no projeto. Sobre a constitucionalidade, é competência da União tratar sobre direito do trabalho, nos termos do art. 22, inciso I, e a proposição não está contida no rol de matérias de iniciativa privativa da Presidência da República. Quanto à juridicidade, isso está completamente atendido, de acordo com a Lei Complementar nº 95.

Quanto ao mérito, destaca-se que o reconhecimento do condutor de ambulância como integrante da área da saúde é socialmente relevante. Trata-se de um profissional cuja atuação é indissociável da lógica de funcionamento dos serviços de urgência e emergência médica. Em seu cotidiano, o condutor lida com situações extremas, que exigem não apenas habilidade na condução do veículo, mas também sensibilidade, preparo emocional e domínio de rotinas básicas de apoio à equipe de saúde, entre outras competências. Nesse sentido, enfatiza-se que o exercício dessa profissão, além da mencionada relevância social, tem alto potencial lesivo, uma vez que, em situações de atendimento a ocorrências, está sujeito a exceções a normas de trânsito, como ultrapassar limites de velocidade para garantir o atendimento rápido. Portanto, é importante um treinamento rigoroso para que o profissional esteja plenamente capacitado para enfrentar essas situações de forma adequada.

Ademais, a partir do diálogo com o Poder Executivo, propomos um substitutivo ao texto que deve tornar sua trajetória neste Congresso Nacional mais segura e célere.

No substitutivo, o art. 1º passou a estabelecer que o condutor de ambulância é o profissional que atua na condução de veículos terrestres de transporte de pacientes, resgate,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suporte básico ou avançado de vida, tipificados em ato do Poder Executivo, excluídas motocicletas e os profissionais registrados como socorristas e resgatistas.

O art. 2º detalha de forma minuciosa as atribuições do condutor, incluindo a condução compatível com o quadro clínico do paciente, a manutenção básica do veículo, o apoio aos procedimentos de suporte básico de vida, o contato com a central de regulação médica, o cumprimento de protocolos do Ministério da Saúde, o conhecimento da malha viária e a participação de capacitações periódicas.

O art. 3º define requisitos mínimos, como idade superior a 21 anos, ensino médio completo, habilitação específica, comprovação de treinamento nos termos do Código de Trânsito Brasileiro e outros requisitos que venham a ser estabelecidos por ato do Executivo.

O art. 4º reconhece os condutores de ambulância como profissionais de saúde exclusivamente para fins de acumulação de cargos prevista no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal.

O art. 5º prevê o registro obrigatório desses trabalhadores nos sistemas oficiais, sob código correspondente à profissão.

O art. 6º mantém o prazo de 60 meses, a partir da entrada em vigor desta lei, para adequação aos requisitos legais.

Essas alterações sugeridas pelo Poder Executivo representam um importante aperfeiçoamento do projeto.

O novo texto traz maior precisão normativa ao definir, de forma clara, quem pode ser considerado condutor de ambulância. Ao excluir motocicletas, socorristas e resgatistas, evita-se sobreposição de categorias e assegura-se que a lei se concentre especificamente nos profissionais responsáveis pela condução de veículos destinados ao transporte de pacientes.

Outro avanço relevante é a descrição minuciosa das atribuições do condutor. O rol de responsabilidades previsto na proposta do Executivo não apenas valoriza a profissão como também garante padrões nacionais de conduta, reforçando a segurança do paciente, da equipe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do próprio profissional. Essa listagem contribui para dar visibilidade às múltiplas dimensões da atividade, que vai muito além da direção do veículo.

As mudanças também aprimoram os requisitos de ingresso e permanência na carreira, equilibrando exigências de escolaridade, idade e capacitação técnica com a possibilidade de atualização periódica por meio da regulamentação do Executivo.

Por fim, destaca-se a previsão de reconhecimento dos condutores como profissionais de saúde apenas para fins de acumulação de cargos, o que evita interpretações equivocadas e preserva a coerência com a Constituição Federal.

Consideramos que as mudanças que propomos vão ao encontro do projeto original, bem como do parecer já aprovado na CAE.

Pelo exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.336, de 2023, bem como da Emenda nº 1, da CAE, na forma do substitutivo apresentado. Eu creio que não é necessário ler o substitutivo, porque eu já apresentei todo o resumo dos diferentes artigos, e ele é de conhecimento de todos, uma vez que está disponível para leitura. Eu já apresentei todo o resumo no próprio texto.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar mais uma vez a Professora Dorinha pelo brilhante relatório.

Os condutores de ambulância, Senadora Dorinha, são uma categoria que vem, há anos, insistindo pela aprovação deste projeto. Eles cumprem um papel fundamental. Quando o pessoal se sente mal, seja em casa, seja na colônia, seja dentro de uma fábrica, quem é que você quer chamar, quem é que você quer que vá à sua casa? A ambulância. E eles estão sempre de plantão, claro, num rodízio adequado. E este projeto é um sonho da categoria.

Por isso, eu não poderia deixar, neste momento, Senadora Dorinha, de elogiar o projeto e de elogiar o sindicato deles, que é de abrangência nacional. Eles são verdadeiros heróis, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento mais difícil em que nós precisamos, pois, muitas vezes, eles têm que até ser parteiros, ser auxiliares de enfermagem... Se ele puder ajudar, ele vai ajudar! E assim eles fazem, não é? Então, é mais do que justo.

Para mim, hoje é um dia emocionante nesta Comissão, porque este projeto eu acompanho há muito tempo, eles andam para lá e para cá... Ele caiu nas mãos perfeitas, que são as de V. Exa., para que este relatório seja aprovado, hoje, por unanimidade.

E a notícia boa que eu recebi aqui, Senadora Dorinha: este projeto está acordado com o Governo, está acordado com todos os segmentos.

E, por isso, se V. Exa. entender e todos no Plenário entenderem, eu vou pedir urgência ao projeto para que ele seja votado rapidamente. São muitos anos e anos de luta, mas caiu em muito boas mãos com a Relatora Professora Dorinha.

Senador Marcelo, quero só cumprimentá-lo – não falei antes. V. Exa. também é médico, como a Dra. Eudócia é médica. E por isso essa sensibilidade que vocês têm de pautar matérias como esta hoje, aqui. Estamos fazendo uma homenagem a toda a saúde do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, Senador Paulo Paim.

Com a palavra a Senadora Eudócia, para discutir a matéria.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Quero cumprimentá-la e parabenizá-la, Senadora Professora Dorinha, pela sua brilhante relatoria. Você realmente fez um relatório completo e muito decisivo. Custa até acreditar que demorou tanto para que essa profissão, nesses detalhes que você descreveu, fosse reconhecida, porque os condutores de ambulância, Senador Paulo Paim, como você bem colocou, são praticamente paramédicos. Como você colocou, eles fazem partos, eles ajudam os pacientes que estão graves, eles ajudam a família desde a tirar o paciente de dentro de casa até levá-lo ao hospital. Então, esses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muitas vezes, vão levar no colo para que cheguem lá na maca.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, desse jeito – desse jeito, Senador.

Quando eu fui gestora – eu fui Prefeita durante oito anos – na minha querida cidade de Ibateguara, na Zona da Mata de Alagoas, Senador Paulo Paim, enquanto gestora, enquanto Prefeita dessa cidade, muitas vezes, eram os motoristas das ambulâncias que faziam, Senadora Damares, os primeiros socorros. Eram eles, principalmente aqueles que trabalham na zona rural. Então, isso acontece muito em Alagoas, porque lá nós temos muitas cidades que têm a zona rural extensa.

Então, eu quero aqui parabenizar, mais uma vez, a Professora Dorinha e peço que os nossos colegas Senadores e Senadoras...

Eu acho que vai ser nominal, Presidente. Não vai ser? (*Pausa.*)

Então, tá. Então, do mesmo jeito, continuo pedindo esse apoio aos nossos colegas Senadores e Senadoras, para votar favoravelmente, simbolicamente, e pedindo, Sr. Presidente, urgência, para que esse projeto possa tramitar com a maior urgência possível.

E aqui eu quero parabenizar cada condutor de ambulância de cada estado e de cada cidade do nosso querido Brasil, em especial da minha querida Alagoas e, de Alagoas, em especial da minha querida cidade de Ibateguara.

Um grande abraço a todos, muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Continua em discussão.

A palavra ao Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente quero saudar aqui a nossa Relatora Professora Dorinha. Já foi dito aqui, apenas quero reforçar a sensibilidade da mulher; ela traz esse olhar diferenciado sobre situações que precisam ter essa visão de valorizar a vida. E aí, Dorinha, no seu relatório, a gente tem aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que eu já percebi que os demais Senadores, inclusive o Presidente Marcelo Castro, reconhecem: há uma demanda.

É incrível como existem temas que parecem micro, mas que dialogam com a vida real das pessoas. Eles dialogam com um sentimento do dia a dia que a gente percebe e em que se pergunta por que demorou tanto para ter essa valorização, esse reconhecimento, nessa ressignificação da função de condutor de ambulância, porque é claro que vai muito mais além do que simplesmente precisar ter uma habilidade diferenciada num veículo que anda, muitas vezes, em alta velocidade, em ultrapassagens, tem pontos cegos, é de um tamanho que gera uma desvantagem nesse trânsito do dia a dia nas cidades. Precisa-se ter equilíbrio emocional, isso na função de condutor.

E aí você vai para um outro ponto, que é exatamente a função de ele ser um apoio à equipe de saúde. Ele precisa ter esse conhecimento das rotinas básicas do tratamento de saúde, para poder ser, ali, um homem a mais, uma pessoa a mais, para ajudar a salvar vidas.

Então, eu, durante o exercício do meu mandato, recebi diversas demandas desses condutores de ambulância de toda a Paraíba, a quem deixo um abraço. Tenho reconhecimento, valorizo e voto a favor do parecer da Senadora Professora Dorinha, a favor da valorização da função do condutor de ambulância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... cumprimento a todos e V. Exa.

Só lembro o Presidente nacional dessa entidade, que é o Alex Douglas. Acho que ele fez contato com todo mundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

Ela vai agora falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria também dizer que eu fui pesquisar – porque eu não tinha aqui, nos meus papéis – quem é o autor do projeto, que é um belo projeto, e eu descobri... Vem da Câmara, e está anunciado aqui... Os Senadores tinham falado... Que é o Deputado Vermelho.

Tem nada a ver comigo... (*Risos.*)

É o Deputado Federal Vermelho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só por curiosidade: ele é vermelho por fora ou por dentro?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu acho que é...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Só por fora, só por fora. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E tem que fazer justiça, viu? O Deputado Vermelho é do PL! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Brincadeiras à parte, vamos continuar com a discussão.

Concedo a palavra à nobre Relatora, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer, é... O texto avançou muito, em relação a todo o processo de regulamentação.

Nós, nos nossos estados, sabemos da importância que tem o condutor de ambulância, porque – pelo próprio modelo de atendimento da saúde, a atenção básica nos municípios – há necessidade de deslocamento para os centros de maior atendimento, de atendimento de média e alta complexidade.

Quero cumprimentar aqui a Deputada Soraya Santos, que é uma parceira desse projeto e, ao mesmo tempo, foi quem me apresentou e pediu que nós assumíssemos essa relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Soraya, que o texto, por ter sido alterado, a partir da discussão, vai voltar para a Câmara. Então, nós devemos votar.

Já foi pedido pelo Senador Paim que seja dada urgência para votar em Plenário, mas o texto, agora, aqui, é acordado com o próprio Governo. Então, nós não vamos ter dificuldade em que ele se transforme em lei.

E eu quero citar a Abramca, que é a Associação Brasileira dos Condutores de Ambulância, na pessoa do seu Presidente, o Alex Douglas, e a todos os SINDCONAMs, que são os sindicatos de condutores de ambulância de todos os estados e do Distrito Federal, ou seja, de todo o Brasil. Então, em nome deles, eu gostaria de saudar esses profissionais, cuja determinação todos nós conhecemos.

No meu estado, não é incomum ter um condutor de ambulância que vira Vereador, que vira, às vezes, até Prefeito, dada... Então, tem muitos casos, porque a atuação deles vai muito além do dia a dia profissional, de fazer o trabalho, e agora, com essa regulamentação, mais do que reconhecer o direito aqui, a gente assegura formação permanente, atualização, o que é competência dele e o que não é e como tanto os estados quanto os municípios podem atuar para essa qualificação profissional.

No meu estado não é incomum ter um Carlinho da ambulância, um Flavinho da ambulância, alguém que acaba assumindo uma liderança profissional, porque eles não têm hora para o trabalho e a própria dedicação.

Então, eu faço essa homenagem, em nome da Abramca e dos SINDCONAMs, que são os sindicatos espalhados no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e submeto-a à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado e passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3, da CAS, substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Submeto a urgência à votação, que foi requerida pelo Senador Paulo Paim.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

E vou encerrar a votação do item 3 da pauta, projeto de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria da Senadora Damares.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – SIM 15 votos favoráveis; nenhum voto contrário.

Nenhuma abstenção.

Tudo isso graças ao relatório da Senadora Damares.

Convoco para o dia 1º de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Magno Malta, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda do Senador Jorge Seif, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Romário, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 185, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), substituiu Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento n° 86, de 2025-CAS, de urgência para matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2425, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a igualdade na prestação da Assistência Social aos migrantes." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4974, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4261, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito do consumidor de planos de saúde a requerer a portabilidade de carências para qualquer plano, da mesma operadora ou de outra operadora, de maior ou menor valor ou cobertura e cria critérios para migração." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 759, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos para uso profissional por motoristas de aplicativos (de transporte remunerado privado individual de passageiros), mototaxistas e motoboys." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3743, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 759, de 2022, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3743, de 2023. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2578, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Revoga as Leis nºs 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), 5.890, de 8 de junho de 1973, e 6.367, de 19 de outubro de 1976, e dispositivos do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4540, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incentivar a realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e idosas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CAS (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 663, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional"." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 86, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLP 185/2024, que "regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal" **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Srs. Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 2, 3 e 8 – Projetos de Lei nºs 2.425, de 2020; 4.974, de 2023; e 663, de 2024 – foram retirados de pauta a pedido dos Relatores – Senadores Paulo Paim, Leila Barros e Ana Paula Lobato.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2425, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a igualdade na prestação da Assistência Social aos migrantes.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores, com voto favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4974, DE 2023

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH, e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Esporte e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com pareceres favoráveis ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Será realizada uma única votação para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 663, DE 2024

- Não terminativo -

Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.)

Vamos ao item 6 da pauta, ditado pela presença do nobre Senador Mecias de Jesus.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2578, DE 2023

- Não terminativo -

Revoga as Leis nºs 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), 5.890, de 8 de junho de 1973, e 6.367, de 19 de outubro de 1976, e dispositivos do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mecias de Jesus para a leitura do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Marcelo.

Senador Marcelo Castro, é uma satisfação estar aqui. Quero agradecer a V. Exa., inicialmente, por me confiar a relatoria dessas matérias.

O relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 2.578, de 2023, do Deputado Federal Fausto Santos Jr., que revoga as Leis nºs 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), 5.890, de 8 de junho de 1973, e 6.367, de 19 de outubro de 1976, e dispositivos do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966.

O projeto, consoante se depreende de sua ementa, revoga os atos normativos que regiam a previdência social anteriormente à edição das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

A matéria foi encaminhada a esta CAS.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 22, XXIII, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre seguridade social, o que coloca a matéria escopo do PL nº 2.578, de 2023 na esfera normativa do mencionado ente federado.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos tribunais superiores, motivo pelo qual aos parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Não se exige, ainda, a edição de lei complementar para veicular a questão no ordenamento jurídico nacional, motivo pelo qual a lei ordinária é a roupagem adequada do PL nº 2.578, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CAS a prerrogativa de examinar o tema do PL nº 2.578, de 2023.

No mérito, a proposição merece ser aprovada.

A Lei nº 3.807, de 1960 (com as alterações promovidas pelas Leis nºs 5.890, de 1973, e 6.367, de 1976), disciplinava a previdência social brasileira, até a edição do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), normatizado pelas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, que regem a proteção social do trabalhador que labora em território nacional. O Decreto-Lei nº 72, de 1976, por sua vez, criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), substituído posteriormente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As Leis nº 8.212 e 8.213, de 1991, quando de sua edição, determinaram a revogação de eventuais disposições a elas contrárias, consoante se depreende de seus arts. 105 e 156, respectivamente, abaixo transcritos:

> Art. 105. Revogam-se as disposições em contrário.
> Art. 156. Revogam-se as disposições em contrário.

Mencionadas cláusulas revogatórias (redigidas de maneira ampla e genérica) atendem ao disposto no art. 2º, §1º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O referido decreto-lei disciplinava, à época, a revogação de lei anterior por nova lei que disciplinasse a mesma matéria no ordenamento jurídico nacional, da seguinte forma:

> Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
> § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Percebe-se, Sr. Presidente, assim, que as mencionadas normas já se encontram revogadas desde a edição das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. Entretanto, para o público em geral, a ausência de revogação expressa de tais normas pode ocasionar confusão no momento de interpretar as disposições que regem a concessão dos benefícios da previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social, motivo por que é de todo conveniente que as normas elencadas no art. 1º do Projeto de Lei nº 2.578, de 2023, sejam revogadas de maneira cristalina, nos termos previstos na proposição em exame.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.578, de 2023, de autoria do Deputado Fausto Santos Jr.

É o nosso relatório e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 4540, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para incentivar a realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e idosas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mecias de Jesus para a leitura do seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Marcelo. Mais uma vez, obrigado pela deferência de me designar Relator de tão importante matéria que é o projeto de lei de autoria do Deputado Zé Haroldo Cathedral, do meu querido Estado de Roraima.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei 4.540, de 2023. Ele modifica o art. 2º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para incluir o incentivo à realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e idosas entre as diretrizes da referida política pública.

O início da vigência do diploma legal eventualmente originado pelo projeto está fixado para a data de sua publicação.

A proposição, de autoria do Deputado Zé Haroldo Cathedral, foi previamente apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que opinou por sua aprovação. Após análise por esta CAS, ela seguirá para a deliberação do Plenário do Senado Federal.

Análise.

Antes, Sr. Presidente, a matéria não recebeu emendas.

A apreciação do Projeto de Lei 4.540 por esta Comissão encontra fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, que confere à CAS competência para opinar sobre matéria relacionada à proteção e defesa da saúde.

Ressalte-se que os aspectos formais da proposição já foram examinados pela CDH, que não identificou impedimentos de natureza jurídica, constitucional ou de técnica legislativa à aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao mérito, é preciso esclarecer que o TEA é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por diferenças na comunicação e na interação social, além de presença de interesses restritos ou comportamentos repetitivos. Embora o diagnóstico costume ser realizado na infância, muitas pessoas chegam à vida adulta e até à velhice sem nunca terem recebido um diagnóstico formal. Isso se deve, em grande parte, à falta de informações em décadas passadas, quando o autismo era pouco conhecido e frequentemente confundido com outras condições. Com o aumento da conscientização e os avanços técnicos na área da saúde, cada vez mais adultos e idosos têm buscado avaliação diagnóstica, encontrando respostas para dificuldades que marcaram suas trajetórias.

Trata-se de um contingente significativo de pessoas.

Nos Estados Unidos, levantamento realizado em 2017 estimou que 2,2% dos adultos entre 18 e 84 anos, ou aproximadamente 5,44 milhões de pessoas, viviam com TEA. Outro estudo, realizado no Reino Unido, apontou que 89% dos autistas entre 40 e 59 anos e 97% daqueles com 60 anos ou mais não tinham diagnóstico, perdendo o acesso a apoios fundamentais.

No Brasil, em maio de 2025, o IBGE divulgou dados oficiais sobre TEA no país: 2,4 milhões de brasileiros – com 2 anos ou mais de idade – declaram terem sido diagnosticados com TEA por algum profissional de saúde, o que representa 1,2% da população nessa faixa etária. Certamente esse percentual não corresponde à realidade, em vista do subdiagnóstico na população adulta.

Para muitos adultos, receber o diagnóstico de autismo em fases mais avançadas da vida representa tanto um alívio quanto um desafio. O alívio está no fato de compreenderem melhor suas características, comportamentos e dificuldades que antes eram vistos como "falhas pessoais". Por outro lado, o diagnóstico tardio pode trazer à tona sentimento de frustração por não terem recebido apoio adequado e tempestivo ao longo da vida.

Além disso, a ausência de diagnóstico precoce pode ter resultado em trajetórias educacionais ou profissionais mais complicadas, com episódios de exclusão social e dificuldades de adaptação em ambientes pouco acolhedores para a neurodiversidade. Não são raros os casos de adultos com TEA que foram equivocadamente diagnosticados com transtorno de ansiedade, depressão ou até mesmo esquizofrenia, o que impediu seu acesso a intervenções apropriadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os adultos autistas apresentam grande diversidade em suas vivências. Alguns têm alto grau de autonomia e independência, enquanto outros necessitam de suporte significativo em atividades do dia a dia. O ambiente de trabalho pode ser especialmente desafiador para o adulto com TEA, em virtude de possíveis dificuldades em lidar com normas sociais implícitas, sobrecarga sensorial e problemas de comunicação. Nos relacionamentos interpessoais, a manutenção de vínculos afetivos pode ser dificultada por diferenças de comunicação, mas muitos adultos autistas encontram em comunidades neurodiversas espaços de acolhimento.

A literatura científica sobre autismo em idosos ainda é incipiente, mas vem crescendo progressivamente nos últimos anos. À medida que a expectativa de vida aumenta, torna-se essencial compreender como o envelhecimento afeta pessoas no espectro. Assim como ocorre com indivíduos neurotípicos, idosos autistas podem apresentar declínio de memória e atenção. Nada obstante, suas rotinas estruturadas e interesses específicos muitas vezes funcionam como fatores de proteção, ajudando-os na manutenção de habilidades cognitivas. No campo da saúde física, observa-se que esses idosos podem enfrentar dificuldades significativas para acessar serviços médicos, seja pelas barreiras de comunicação, seja pela sobrecarga sensorial dos ambientes hospitalares, seja ainda pela falta de preparo das equipes para lidar com a neurodiversidade.

Ademais, o envelhecimento frequentemente está associado à perda de vínculos e ao aumento da solidão, realidade que pode se tornar ainda mais marcante em pessoas com TEA quando não existem redes de apoio ou grupos comunitários que favoreçam a inclusão. A compreensão dessas questões é fundamental para a formulação de políticas públicas que assegurem um envelhecimento digno e saudável a essa população.

Por isso, é fundamental promover a educação da sociedade por meio de campanhas de conscientização sobre o autismo em todas as fases da vida, o que contribui para o combate aos preconceitos e para a promoção da aceitação. À medida que a compreensão sobre o espectro se amplia, é essencial que a sociedade ofereça condições dignas para que essas pessoas possam viver de forma plena. O diagnóstico tardio, embora desafiador, pode abrir portas para o autoconhecimento e o acesso a apoios antes inexistentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do mérito indiscutível do Projeto de Lei 4.540, de 2023, resta-nos apenas aplaudir seu autor pela nobre iniciativa e oferecer nossa contribuição para o aperfeiçoamento da matéria. Nesse sentido, sugerimos ajuste de redação para o inciso IX, a ser acrescido ao art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, de modo a harmonizar seu texto com aqueles dos demais incisos desse artigo.

Meu voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 4.540, de 2023, com a seguinte emenda:

"'Art. 2º .....

IX – incentivo à investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e em pessoas idosas.....' (NR)"

É o relatório, parecer e voto, Sr. Presidente, fazendo aqui uma menção e o meu aplauso ao autor da matéria, Deputado Zé Haroldo Cathedral.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, agradecendo a contribuição do Senador Mecias, submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada, e o relatório passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 185, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regulamenta a aposentadoria especial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, estabelecida pelo § 10 do artigo 198 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes/Fernando Dueire

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 08/07/2025, foi realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instrução da matéria.

2- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.

O Senador Fernando Dueire gentilmente concordou em fazer a relatoria *ad hoc*.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire para fazer a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora Jussara, Sr. Senador Mecias, senhoras e senhores, agradeço esta oportunidade, Presidente Marcelo Castro, porque esta é uma matéria a que me associo e que acredito ser de grande justiça.

Vou direto ao relatório, cumprimentando o Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador Wellington Fagundes.

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 185, de 2024, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo. A proposição regulamenta a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate às endemias (ACE), prevista no §10 do art. 198 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 120, de 2022. Os requisitos previstos no texto são 52 anos de idade e 20 anos de efetivo exercício, se homem, e 50 anos de idade e 20 anos de efetivo exercício, se mulher, com integralidade e paridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em que foi aprovado, e à CAS.

Não houve apresentação de emendas no prazo regimental.

Da análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão pronunciar-se sobre proposições atinentes à seguridade social, previdência e proteção e defesa da saúde. A matéria enquadra-se diretamente nesse campo, uma vez que trata de aposentadoria especial de categorias que integram a linha de frente do Sistema Único de Saúde.

Do ponto de vista constitucional, não se identificam quaisquer vícios. A iniciativa se ancora no §10 do art. 198 da Constituição Federal, que conferiu direito expresso a essa aposentadoria especial. A escolha da lei complementar como veículo normativo é pertinente, já que esse é o instrumento usado em casos semelhantes.

Do ponto de vista do mérito, a proposta reconhece a relevância de duas categorias essenciais para a efetividade do SUS. Os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias exercem atividades que exigem esforço físico contínuo, ampla mobilidade territorial e contato cotidiano com situações de risco, incluindo doenças infectocontagiosas. São trabalhadores que não apenas prestam atendimento, mas atuam como elo fundamental entre a população e os serviços de saúde pública. A proteção previdenciária diferenciada que ora se propõe se justifica: trata-se de garantir condições dignas de aposentadoria a servidores cuja atividade, pelo desgaste peculiar, tende a reduzir a capacidade laboral em idade inferior à da média da população.

Importa ressaltar que a uniformidade da regra em âmbito nacional evita fragmentação normativa e reforça a segurança jurídica. Essa centralização protege os trabalhadores e assegura que o direito seja aplicado de modo equânime em todo o território nacional.

A principal controvérsia que existe em relação a esta matéria está justamente neste ponto, de que já pude tratar na Comissão de Assuntos Econômicos, em que fui igualmente relator do PLP: é se cabe ao Congresso ou aos entes subnacionais regulamentar essa modalidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentadoria, já que a reforma previdenciária de 2019 colocou como regra a competência dos entes para deliberar sobre previdência dos seus servidores.

Ressalto mais uma vez que a natureza dos profissionais de que trata o PLP é de outro tipo. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias têm sua admissão por meio de processo seletivo simplificado e não por concurso público, conforme regra do art. 37, II. Essa exceção foi criada pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006, que acrescentou o §4º ao art. 198 da Constituição, permitindo a contratação via processo seletivo público. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu essa singularidade na ADI nº 5.554, sob relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso. Nessa ocasião, firmou-se a tese de que a EC nº 51 estabeleceu exceção constitucional ao concurso público, cabendo ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável a esses profissionais. Portanto, é legítimo que o Parlamento trate, em caráter excepcional, da aposentadoria especial dessas categorias. Afinal, o §5º do art. 198 já atribui à lei federal a disciplina do regime jurídico, do piso salarial, das diretrizes de carreira e da regulamentação da atividade dos ACSs e ACEs. De modo coerente, também deve ser lei federal a definir a aposentadoria especial prevista no §10. Além disso, como já argumentamos, essa solução se mostra conveniente, porque evita a fragmentação normativa entre milhares de municípios, o que poderia aumentar a rotatividade de profissionais e comprometer a continuidade de ações de saúde em todo o território brasileiro.

Sr. Presidente, ex-Ministro da Saúde e médico, um homem de extrema sensibilidade, acredito que, com muita satisfação, o senhor presida no momento deste voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizo o Senador Fernando Dueire pela relatoria *ad hoc* desta matéria. O Relator original é o Senador Wellington Fagundes, que foi Relator também na CAE.

Submeto a matéria à discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mecias de Jesus, com a palavra para discutir a matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, sem dúvida é uma matéria de grande relevância.

Eu quero aproveitar para parabenizar o Senador Veneziano Vital do Rêgo, autor da matéria, e o Senador Wellington Fagundes, que fez um brilhante relatório, ainda agora muito mais brilhante depois da leitura clara e eficiente do Senador Fernando Dueire.

Eu gostaria de fazer uma pergunta: este projeto, depois desta Comissão, vai a outra Comissão ou vai ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vai ao Plenário.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vai ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, eu gostaria de requerer a V. Exa. e ao Plenário urgência a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aprovado. Perfeitamente. (*Palmas.*)

Continua em discussão a matéria.

Senadora Jussara Lima, com a palavra, nossa conterrânea.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Isso mesmo.

Bom dia, Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro; Senador Fernando Dueire; Senador Mecias de Jesus; Senador Zequinha; e todos aqui presentes.

Gostaria de cumprimentar os piauienses que estão aqui. (*Palmas.*)

É uma honra e um prazer muito grande, dizendo da importância deste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senador Veneziano, que é o autor, e também a relatoria do Senador Wellington Fagundes, como também o nosso querido Senador Fernando Dueire, por quem eu tenho muito carinho e apreço.

Senador Marcelo, eu também gostaria de pedir urgência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Zequinha Marinho gostaria de se manifestar?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Neste momento, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ainda não.

Deputado Castro Neto, V. Exa. gostaria de se manifestar sobre esta matéria tão importante para a saúde pública brasileira?

O SR. CASTRO NETO (Bloco/PSD - PI) – Gostaria, Senador Marcelo. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria de cumprimentar V. Exa., Presidente desta Comissão tão importante; a nossa Senadora Jussara; o autor do projeto, Deputado Veneziano; o Relator, Wellington Fagundes; todos os Senadores que estão aqui presentes; e principalmente os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias do Brasil e do Piauí (*Palmas.*), que estão aqui em massa aguardando ansiosamente a aprovação deste projeto tão importante, que é necessário, que é importante, que precisa ser feito, mas, acima de tudo, que é um reconhecimento das pessoas que trabalham com o povo em todo o Brasil.

Eu sou Deputado e estou aqui hoje numa Comissão do Senado justamente para ressaltar a importância que o PLP 185 tem para reconhecer e dar dignidade aos agentes de saúde e aos agentes de endemias. Contem com o meu apoio incondicional e total neste assunto na Câmara dos Deputados, porque aqui é a primeira parte da luta, que continua e vai para a Câmara. E lá vocês já têm um Deputado, um guerreiro, que sou eu, o Deputado Castro Neto, para defender com unhas e dentes tudo o que vocês precisarem.

Parabéns! Aqui, estamos perto de celebrar essa magnífica vitória hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito, Senador Marcelo, para pedir urgência também para que vá a Plenário esta matéria tão importante. (*Palmas.*)

Parabéns a todos que fazem parte dessa luta digna e bonita! Parabéns e muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Neto.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, o seu prestígio está grande na categoria. Eu estava aqui olhando, agora há pouco: nós nos encontramos na semana passada ou há 15 dias e nos falamos ali, quando eu fiz uma imagem e a joguei nas redes, e, só nas minhas redes, já foram mais de 260 mil visualizações (*Palmas.*), mais de 16 mil curtidas, com lá comentários já chegando a quase 3 mil, para mostrar a força que essa categoria tem. Tudo isso é orgânico de uma categoria bem conduzida pela Conacs, que é a Confederação Nacional dos Agentes...

Eu tenho a alegria de participar dessa luta há 32 anos. Fui o primeiro advogado da categoria no meu estado, que é a Bahia. E tenho também o orgulho grande de fazer parte dessa luta desde quando eu era Deputado Estadual.

E o Deputado Hildo Rocha está ali, uma figura extraordinária que trabalhou muito para essa luta.

E quero aqui, como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, comemorar este momento. Eu vejo um sentimento de unidade nesta Casa. Eu queria agradecer muito a cada Senador, a cada Senadora.

E, pela Conacs, da nossa querida Ilda que está ali, com minha amiga Ruth, da Bahia (*Palmas.*), quero dizer que a categoria é muito agradecida.

E eu não tenho dúvida de que nós estamos dando um passo importante para valorizar a atenção básica. Se hoje nós temos aqui no Brasil um grande problema com os hospitais, é porque a gente ainda não está fazendo o dever de casa no que diz respeito... Há um esforço até muito grande do Governo Federal. Eu vejo isso com o Padilha fazendo um esforço grande, mas tem que ser ampliado. Esse esforço começa com a abertura da porteira, da caminhada, do começo, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porta de entrada da atenção básica, que é lá com os agentes comunitários de saúde e de endemias no dia a dia das comunidades. Nós precisamos votar este projeto, valorizar essa categoria, esses homens e mulheres, e precisamos ampliar, inclusive, o número de agentes comunitários de saúde e de endemias em todo o Brasil.

Contamos com o Senador Marcelo Castro, contamos com cada Senador e cada Senadora desta digníssima Casa. Eu queria aqui agradecer.

Que venha a vitória! Viva os agentes comunitários de saúde e de endemias de todo o país! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Zequinha Marinho, com a palavra, por favor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Quero cumprimentar toda a turma que aqui está, ávida pela aprovação deste projeto. Que ele possa dar um passo importante hoje.

Posso contar uma história que ficou lá para trás, mas que faz dó... Os antigos agentes de endemia, no caso, da antiga Sucam... Lembram-se desse nome?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, pois é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já foi a CEM (Companhia de Erradicação da Malária).

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Nesse tempo, nem eu nem o Senador Zequinha Marinho éramos nascidos. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com certeza, não é? Mas tudo bem.

Eu quero só lembrar da luta desse povo. Muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas existiu, viu? (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... a simplicidade no manuseio do medicamento, do defensivo, do veneno naquele tempo fez com que esse pessoal se intoxicasse e fosse morrendo um a um. Lá no meu estado, sofreu, sofreu, sofreu....

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Naquela época, usavam o DDT.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – DDT, não é? Tinha mais outros...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, muitos outros perigosíssimos.

E esses agentes não tiveram a compreensão do Congresso Nacional. Tentei de todas as formas, com projeto de lei lá na Câmara – eu fui Deputado Federal, era vizinho de V. Exa. lá. Hoje, eu fico muito feliz, porque é um sonho dessa turma, dessa nova geração conseguir o reconhecimento de que é necessária uma aposentadoria especial, porque se trata de um assunto extremamente importante. É claro que hoje as condições de trabalho são um tanto diferentes, talvez menos vulneráveis na questão da saúde, mas merecem.

Estamos juntos, vamos votar, enfim, fazer a coisa acontecer.

Muito obrigado.

Parabéns a eles todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a nossa amiga querida Deputada Fernanda Pessoa. (*Palmas.*)

A SRA. FERNANDA PESSOA (Bloco/UNIÃO - CE) – Quero aqui dar o meu cordial bom-dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar este grande Senador Marcelo Castro, que tem feito um grande trabalho nesta Casa; cumprimentar também e parabenizar todos os Senadores pela votação deste projeto. Quero aqui parabenizar o Senador Veneziano pelo projeto e cumprimentar também o Senador Wellington Fagundes pela relatoria, o nosso amigo Fernando também, que aqui fez parte dessa relatoria, a minha amiga Jussara e todos os Senadores aqui.

Quero dizer que hoje, Senador, é um dia de muita alegria, de muita satisfação. Eu digo isso, porque conheço os agentes de saúde de perto, porque foram criados no Governo Tasso Jereissati do meu estado. Então, é com muito orgulho que estou aqui hoje para poder participar em nome da Ilda Angélica, essa guerreira que leva esse grande trabalho dos agentes de saúde.

E quero dizer que estava mais do que na hora de a gente fazer justiça à aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde.

Espero que esta matéria esteja em breve na Câmara para a gente poder votar também.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra à nobre Deputada Carla Dickson.

A SRA. CARLA DICKSON (Bloco/UNIÃO - RN) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, é uma honra estar aqui no Senado e uma honra maior poder ver a conquista da Conacs, que para mim é a verdadeira representante dos agentes de saúde e endemias do Brasil. (*Palmas.*) A Conacs esteve em todos os momentos importantes.

Inclusive, eu tive o privilégio, juntamente com a minha amiga ex-Deputada Carmen Zanotto, no mandato passado, de dar os braços a vocês para a Emenda Constitucional 120 ser aprovada. Inclusive, na emenda constitucional constam a aposentadoria especial e também a insalubridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Palmas.*), que é o nosso próximo passo, só que, para uma emenda constitucional poder funcionar, ela tem que ser regulamentada. E o Senado, aqui nesta Comissão, faz um gesto de hombridade, um gesto de honra, um gesto de reconhecimento ao profissional que está na ponta, ao profissional que pega sol, que tem risco também de todas as intoxicações que foram faladas aqui. Tinha mais no passado, mas ainda tem a questão do câncer de pele, tem a questão da periculosidade em relação a lugares que tem boca de fumo, tem a questão da violência, e eu sei que vocês sofrem violência em bairros mais perigosos.

Eu quero me juntar aos colegas Deputados que estão aqui e fazer coro com eles dizendo que sim, que vocês podem contar ou continuar contando com a nossa voz na Câmara Federal, quando for para lá, no que precisarem. Terminando aqui a aposentadoria especial, nós encabeçaremos a insalubridade.

Eu deixo aqui um carinho especial para meu amigo Cosmo, agente de saúde, Presidente do Sindas-RN. Sou do Rio Grande do Norte, e foi uma honra estar com vocês no encontro Norte-Nordeste, lá no Rio Grande do Norte, e ver a força. Um Senador falou aqui: "Como eles têm força", e é verdade, Senador Marcelo Castro. É um grupo unido. E a Conacs, há mais de 20 anos, vem levantando essa bandeira e fazendo ouvir, nos quatro cantos do Brasil, a importância dos agentes de saúde e endemias para a saúde pública, para o início de tudo, porque são eles que pegam na mão do paciente e que vão relatar no postinho de saúde que tem um acamado, que tem alguém que precisa de visita domiciliar. Nós precisamos honrar cada vez mais esses profissionais.

Parabéns, Ilda Angelica, pela sua luta, pela sua voz; e parabéns a todos os agentes de saúde e endemias do Brasil e do meu Rio Grande do Norte. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou conceder a palavra à nobre Deputada Alice Portugal, baiana. (*Palmas.*)

Aliás, os baianos estão em maioria aqui, hoje.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Para expor.) – Senador Marcelo Castro, não poderia ser diferente, sob a sua batuta, um momento histórico como este aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, os meus colegas Deputados e Deputadas; agradecer a V. Exa. essa gentileza de conceder a fala aos Deputados – muito obrigada –; e dizer que os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, no curso de 15 anos, 16 anos, têm conseguido estruturar a sua carreira, a garantir uma compreensão da sociedade e o reconhecimento do Estado brasileiro sobre o valor, a importância dessa categoria para o Sistema Único de Saúde. É a porta de entrada o trabalho que eles realizam. Eu os chamo sempre de exército civil do SUS, porque são lideranças comunitárias, são pessoas da área que as famílias reconhecem, que se espelham na realidade da nossa gente, que entram na casa das pessoas, que vão a locais inóspitos – muitas vezes, onde nem a polícia entra, o agente comunitário entra –, que levaram vacinas sobre riachos, que levaram assistência na pandemia e que, portanto, merecem ter os direitos trabalhistas integralmente reconhecidos.

A insalubridade é algo básico que nós não deveríamos nem estar mais discutindo, porque eles estão sujeitos às endemias. Quem vai enfrentar o mosquito da dengue enfrenta também sobre a sua pele; quem vai enfrentar a esquistossomose para liberar do caramujo riachos do Norte e do Nordeste brasileiro, *idem*. São moléstias esquecidas, mas que continuam matando. Esses são os agentes de combate às endemias.

E os agentes comunitários é que verificam essa realidade concreta da vida cotidiana. É o idoso sem mobilidade, sem possibilidade de ir ao posto de saúde; é uma criança prematura que precisa ser hidratada; é a verificação da assistência farmacêutica, se o medicamento está sendo usado dentro dos parâmetros. Então, meu respeito integral aos agentes comunitários de saúde.

E de fato é uma categoria que merece aposentadoria especial, porque é penoso, é sob sol, é andando, é enfrentando barreiras. E são mulheres e homens, especialmente mulheres.

Então, eu quero parabenizar a Conacs. (*Palmas.*)

A Conacs tem, sob o seu comando, Ilda Angelica e esta diretoria espetacular.

Quero abraçar meus companheiros da Bahia e dizer que não há dúvida: a grande insígnia de que a união faz a força é que tem levado os agentes comunitários de saúde a vencer seus limites e ganhar nossos corações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada ao Senado; obrigada, Senador Marcelo Castro. E, na Câmara, vamos fazer uma grande corrente suprapartidária para fazer esse reconhecimento que, afinal de contas, é em respeito a eles e ao nosso povo.

Muito obrigada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tendo todos os presentes discutido a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E, como houve o requerimento de urgência, eu submeto esse requerimento de urgência à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Está aprovada a urgência, e a matéria vai ao Plenário do Senado.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Este momento, como disse a Deputada Alice Portugal, é realmente um momento histórico dos agentes de combate às endemias e dos agentes comunitários de saúde pela sua luta de tantos anos, de tantas décadas. Foi citado aqui o nome da nossa querida amiga Carmen Zanotto, da Câmara dos Deputados (*Palmas.*) , Senador Zequinha Marinho, com quem tantas lutas nós travamos juntos em defesa dos ACS e dos ACEs.

Quando eu fui Ministro da Saúde, privilegiei esta categoria à medida que pude. De todas as leis que favorecem essa categoria nós temos estado à frente, por entendermos que um dos pilares mais importantes para a saúde pública brasileira é o trabalho que esses heróis brasileiros fazem, que são os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero fazer aqui uma menção àqueles que estiveram à frente: Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Palmas.*) , que foi o autor da matéria; Senador Wellington Fagundes, acabei de citar o seu nome (*Palmas.*) , que foi o Relator na CAE e aqui na CAS; Senador Fernando Dueire, que gentilmente se prontificou a ser o Relator *ad hoc* (*Palmas.*) ; Senador Mecias de Jesus; Senador Zequinha Marinho, que estão presentes (*Palmas.*) ; e os Deputados Federais que estão aqui: Castro Neto (*Palmas.*) , que falou comigo várias vezes sobre esse assunto – não precisa dizer que é o meu filho Castro Neto (*Palmas.*) que estará empenhado quando voltar para a Câmara, acredito que como todos os outros Deputados que estão aqui empenhados em trabalhar para que seja aprovado lá –; Deputado Zé Neto, da Bahia, que tem uma longa história ligada (*Palmas.*) à defesa dos ACS; Deputado Hildo Rocha (*Palmas.*) , que várias vezes tratou comigo dessa matéria; e Deputados que estão aqui: Senadora... Deputada – olhem, já estou chamando de Senadora – Carla Dickson, Deputada Fernanda Pessoa, Deputada Alice Portugal e nossa queridíssima Senadora Jussara, que se pronunciou aqui (*Palmas.*) , e agora, que chegou por último, Deputado Júlio Cesar. (*Palmas.*)

Júlio Cesar, a matéria já está aprovada, a urgência já está aprovada, mas você foi o único que não falou. Se você quiser, o microfone está à sua disposição.

É bom você já ir treinando, não é?

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI. Para expor.) – Olhem, desde quando foi criada essa ação na saúde do Brasil, eu acompanho essa classe tão importante para a saúde do Brasil.

Aqui no Brasil, pelos dados que eu já tenho, mais de 300 mil... São 300 mil?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Quatrocentos mil. Já cresceu.

E, lá no Piauí, em torno de 9 mil, chegando a 10 mil.

Eu e Marcelo, tem os projetos do interesse da classe que nós defendemos há mais de 12 anos, e eles sabem disso, mas nós temos que avançar, vamos avançar, e esse projeto está aqui, com certeza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Não, aqui no Senado.

Foi aprovada a urgência, e, aí, nós vamos acompanhar... Quando chegar à Câmara, da classe, vou inclusive trabalhar para ser o Relator, para defender essa grande causa da saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Deputado Júlio Cesar.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou passar a palavra ao Senador Wilder Morais, antes perguntando se tem algum ACS ou algum ACE do Acre.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não é possível, rapaz; o glorioso Estado do Acre...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O Acre é tão pertinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Peço ao Senador Veneziano que venha à mesa aqui, por favor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, primeiro, também quero cumprimentar aqui o Senador Petecão. Ele sempre pergunta: "Alguém conhece o Acre? Tem alguém do Acre?". É porque o Acre é ali, é bem pertinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero cumprimentar os agentes, aqui, do meu Estado de Goiás. Tenho muita honra.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – E aqui a gente tem a oportunidade, Presidente, de receber os 246 municípios, até pela posição geográfica do nosso gabinete em Brasília.

Quero dizer que participamos dessa causa o tempo inteiro e, no Estado de Goiás, temos um Prefeito que nos orgulha muito, que é agente comunitário, que é da nossa cidade aqui de Corumbá: Chico Vaca.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Então, tenho uma satisfação grande de, como parceiro dos agentes comunitários, dizer que estamos nessa empreitada e que, graças a Deus, já foi aprovado aqui o regime também de urgência. Que a Câmara, agora, possa fazer esse grande papel, que é tão importante para o nosso Brasil.

Um abraço e parabéns a cada um dos agentes que estão conosco aqui, hoje.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra ao nobre Senador Petecão, grande representante do Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Senador Marcelo, primeiro quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Eu penso que nós estamos apenas fazendo justiça com o povo que ajuda, e ajuda muito, na saúde deste país.

Eu sou do Acre. Eu perguntei, mas eu sei o quanto, com certeza, os nossos agentes lá estão comemorando neste momento, né? Quantas vezes eu recebi comissões lá na minha casa, no meu escritório, pedindo que a gente apoiasse o projeto. Eu sou membro aqui da Comissão. O Wilder é de Goiás, que de Goiás vem até de bicicleta. Eu quero ver o cabra vindo do Acre. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que hoje não só o Acre ou Goiás, mas o Brasil todo está comemorando, porque essa não é uma vitória de vocês: essa é uma vitória nossa, de pessoas que conhecem o trabalho de vocês. Nós estamos apenas reconhecendo esse trabalho maravilhoso que vocês prestam ao nosso país.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E, para encerrar com chave de ouro, nós vamos conceder a palavra ao autor do projeto, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Minhas senhoras, meus senhores, meus queridos colegas, agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias, minhas saudações, nosso bom dia.

Nós estávamos aqui na hora aprazada, no aguardo do nosso querido merecedor de todos os nossos registros congratulatórios pelo trabalho que fez, pela eficiência que demonstrou mais uma vez e pela celeridade que se permitiu dar à apreciação dessa matéria, o Senador Wellington Fagundes, que lamentavelmente não pôde aqui estar entre nós em razão de outras obrigações que estava a cumprir.

E eu fui à CCJ, como os senhores e as senhoras bem o sabem – as terças e quartas-feiras são dois dias em que somos muito absorvidos em diversas das nossas Comissões. Para lá tive que me dirigir em razão de cumprir a leitura de dois relatórios, ao tempo que sabia que estávamos prestes a concluir o momento formal, procedimental de apreciação desta proposta que eu tive a grandiosa satisfação de poder subscrever como seu autor, ao lado de outros tantos companheiros e companheiras que demonstraram a sensibilidade e o alcance de entendê-la como mais do que justificada. Literalmente corri para dizer da minha satisfação.

Este momento requer alguns necessários agradecimentos, breves agradecimentos.

Pela justeza de todo um processo que transcorreu, é necessário que nós agradeçamos ao Presidente Renan Calheiros (*Palmas.*) , que, no instante em que nós formalizamos a matéria, entendeu de colocá-la sem perdas ao debate, sem perdas de que nós pudéssemos instruí-la

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através dos mecanismos de que nós dispomos – no caso, audiências públicas – e de imediato designou o Senador Wellington Fagundes – e eu aqui volto a fazer as menções que são pertinentes, oportunas e plenamente justificadas ao trabalho que o Senador Wellington garantiu, apresentando o seu relatório. Chega a esta Comissão; e aí a felicidade que nós temos de poder tê-la, Comissão, sendo presidida por uma figura sensível: afinal de contas, é do universo da área de saúde o nosso Doutor, psiquiatra, Senador Marcelo Castro.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – E aí, em face dessas inúmeras atribuições, Marcelo sabia que garantir a manutenção da celeridade... E é importante que se diga que dar velocidade a essa apreciação não tolhe o bom debate, não tolheu o bom debate daqueles que, por ventura, achavam necessárias algumas abordagens e aprimoramentos, aperfeiçoamentos da tese que nós sustentamos.

Então, eu quero agradecer ao meu Presidente, amigo e particular irmão, Marcelo Castro. Quero agradecer ao Senador Fernando Dueire, que foi designado para fazer a leitura *ad hoc* na ausência do nosso prestigiado Senador Wellington Fagundes. Agradeço a você, meu irmão Fernando Dueire, a todos os demais outros companheiros, Senadores e Senadoras, aos senhores e senhoras, e aos colegas Parlamentares Deputados Federais que nos prestigiam.

Marcelo, eu tenho muita relação direta. Quem foi Prefeito, como eu tive a honra, meu Senador Petecão, de ser da minha amada Rainha da Borborema, Campina Grande, por oito anos, sabe exatamente definir a importância dessas pessoas, homens e mulheres que se dedicam... E não são chavões quando nós nos apresentamos a falar sobre eles, sobre os sacrifícios, sobre a dedicação, sobre o denodo, sobre as exposições que eles se permitem fazer no dia a dia. Então, aqui poderíamos nos alongar a fazer menções, notadamente em ambientes inóspitos no sentido, entendamos, das distâncias, das dificuldades de deslocamentos, como são os nossos estados lá da Região Norte.

Na audiência pública, nós ficamos aqui impressionados. Alguns registros, Marcelo, davam conta de agentes cruzando com cobras, enfim, coisas que pensamos não existir, mas é a nossa realidade, é a realidade desse gigante Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico feliz, porque, em 2005, quando nós assumimos em Campina Grande a prefeitura, fomos responsáveis, durante esse período de oito anos, por realizar concursos públicos, garantir a alguns dos agentes que ainda não tinham o reconhecimento à efetividade, que, por força de terem participado de processos seletivos, nós garantimos.

E chegamos à condição, como Deputado Federal – eu e você lá estávamos – ao lado de uma das figuras mais importantes daquela Casa, o nosso decano, Dr. Deputado Júlio Cesar, quiçá futuro companheiro nosso na próxima legislatura, meu querido Senador Mecias. Nós tratávamos sobre demandas entre as quais a do salário, do piso salarial dos agentes. Foi uma luta de 11 anos e que foi conquistada aqui. Eu acho que 11 anos ou mais anos, minha Presidenta Ilda Angélica, querida amiga, Presidente muito competente na manutenção dessa unidade. Depois, conquistamos também... Eu tive a oportunidade, ao lado de todos vocês, de relatar o projeto de reconhecimento das atividades dos agentes comunitários e dos agentes de endemias, atividades da saúde, que permitiu, portanto, que eles tivessem dois vínculos funcionais. Foi uma nova conquista. E agora partimos para a terceira, que é exatamente o reconhecimento à aposentadoria deles.

Então, eu agradeço a confiança de todos vocês. Saibam que esta Casa, este Colegiado, à unanimidade, dá uma demonstração de sensibilidade e de reconhecimento.

E partamos para as próximas fases, que é exatamente a de podermos levar ao nosso Colegiado pleno, o Plenário da Casa, e depois entregarmos às atribuições da Câmara Federal.

Muito grato. Parabéns a todos vocês, porque a união faz a...

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, vamos continuar aqui nossa Comissão.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Chegou aqui agora, neste momento, o nosso grande Relator, Senador Wellington Fagundes (*Palmas.*), que foi o Relator na Comissão de Economia. Ele vai se pronunciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Gente, ser Parlamentar também tem muitas vantagens, né? A gente sempre admira quem está no Executivo, mas uma oportunidade como essa de estar aqui, Senador Marcelo Castro, Senador Veneziano e todos os nossos Senadores e Senadoras, é uma oportunidade única, porque nós estamos aqui fazendo justiça social, justiça com aqueles que estão no dia a dia, junto das famílias brasileiras, visitando casa a casa, nas periferias, principalmente aquelas que mais precisam da atenção do Estado, com a saúde preventiva.

Eu estava agora lá na casa do Presidente Davi com o Embaixador da Arábia Saudita. O Senador Esperidião Amin também estava lá conosco. Eu presido o Grupo Brasil-Arábia Saudita. Lá estávamos conversando assuntos extremamente importantes para o Brasil, para os nossos estados, principalmente para Mato Grosso, que é o maior exportador das *commodities* agrícolas para a Arábia Saudita. A Arábia Saudita tem uma balança comercial muito expressiva com o Brasil e, para o Brasil, extremamente importante porque é muito positiva – só no ano passado, aumentou em US$6 bilhões.

O estado do Presidente Davi, o Amapá, tem a perspectiva que representa agora o petróleo, porque a licença ambiental deve estar saindo nos próximos dias. Então, há essa possibilidade para um estado com 97% do território protegido, com toda a vegetação nativa, mas às vezes está lá o povo passando necessidade, porque o nosso Brasil tem o compromisso de fazer a preservação, e esse custo da preservação, principalmente na Amazônia, quem tem que pagar? Somos nós. E ainda vêm nos acusar, às vezes, da questão da depredação e outras situações ambientais. Mas não se faz preservação, não se faz conservação, principalmente no mundo de hoje, sem ciência, sem tecnologia e sem investimento.

Por isso, nós estávamos tratando lá, em função da COP 30, que teremos agora... Estava presente conosco também o Presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte). Inclusive, já ficou definido para o dia 14, Senador Marcelo – e V. Exa. é nosso convidado –, para estarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntos num grande evento, num jantar na CNT, para tratar dos assuntos, cada um, dos interesses dos seus estados.

E aqui falo isso porque nós estamos falando de economia, de investimentos grandiosos para o Brasil, mas a coisa é especial, porque nós estamos falando de investimentos mais grandiosos ainda, que é cuidar do ser humano. Por isso, Senador Veneziano, eu quero aqui parabenizá-lo. Já que V. Exa. é o autor do projeto e a mim coube apenas relatar a sua ideia, o seu trabalho, eu quero agradecer a oportunidade a Deus também de estar aqui, porque fui Relator lá na Comissão de Assuntos Econômicos, conseguimos fazer um trabalho extremamente grandioso de convencimento dos nossos pares. A agradeço a oportunidade também de estar aqui.

Quero agradecer aqui, de público, ao Presidente Renan Calheiros, daquela Comissão, e agora, aqui, ao Presidente, Senador Marcelo Castro, por ter a oportunidade de também relatar esse projeto. Na condição de Líder do Bloco Vanguarda, eu me coloquei nesta Comissão, para poder estar aqui relatando.

Então, eu quero agradecer, Senador Veneziano, o seu trabalho, a nossa parceria aqui e em outras tantas oportunidades. V. Exa. é um Senador dos mais respeitados – juntamente com o Senador Marcelo Castro –, experientes, influentes, foi por duas vezes Vice-Presidente e, na condição de Vice-Presidente, também faz parte da Mesa Diretora.

Senador Marcelo Castro, eu quero também agradecer a V. Exa. por me designar Relator e por estarmos aqui, neste momento, para atender essa classe de homens e mulheres que visitam as nossas famílias e vão muito além do trabalho deles como agentes de saúde em endemias; eles vão na área social, eles entram na família, eles fazem um trabalho de sustentação da família.

Um grande problema que nós vivemos no Brasil hoje, infelizmente, é o crime organizado, que está entrando nas nossas famílias. Por isso, o papel de vocês de ajudar o Estado brasileiro nos problemas que temos na área social, na área da saúde...

Eu estava falando agora com o Presidente que, só de acidentes de trânsito no Brasil, hoje, morre-se mais do que em muitas guerras, mais de 40 mil pessoas, e mais: por feminicídio – vejo aqui mulheres do meu estado hoje também –, com volumes... É o segundo estado, me parece, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil em feminicídio, Senadora – V. Exa. está até de branco aqui. Nós precisamos de paz, não é? Precisamos de paz.

Então, eu quero aqui encerrar a minha parte, falar em nome... Eu precisaria aqui... Não posso deixar de falar o nome da nossa Presidente Ilda...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e da Marina.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Marina é da minha cidade, Rondonópolis.

Esse movimento, esse trabalho de vocês, que começou no Ceará e depois foi para o Mato Grosso, o segundo estado, e exatamente para a minha cidade, Rondonópolis, com um grande companheiro seu, do MDB, nosso ex-Prefeito de Rondonópolis, ex-Deputado Federal, ex-Senador e ex-Governador Carlos Bezerra, a quem eu quero aqui também render as minhas homenagens... (*Palmas.*) ... pelo grande trabalho que ele fez para o meu estado, em todas essas funções que ocupou.

E ele disse que agora, Senador Marcelo Castro – o Deputado Carlos Bezerra, o Carlos Bezerra, que eu falo que é um caçador de talentos –, Deus já deu oportunidade para ele de tudo, e ele precisava se dedicar um pouquinho para a família. Disse que agora, então, ele iria vagabundear. (*Risos.*)

Então, eu não sei se Deus vai nos permitir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Esse verbo aí é novo! (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... esse espaço na vida, porque o nosso trabalho aqui é um sacerdócio, né? E o Senador Marcelo Castro disse que só vai sair daqui no dia em que o povo tirá-lo ou Deus tirá-lo, porque ele tem aqui na sua vida o sacerdócio de estar aqui no Congresso Nacional, como Senador, muito bem representando o seu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano que vem, nós teremos eleições, e aí, para esse trabalho que nós estamos fazendo aqui, sendo candidato ou não sendo candidato, nós precisamos de vocês. Precisamos de vocês (*Palmas.*) , cada um no seu estado, não para fazer politicagem, mas para fazer a política de conscientização do eleitor, para saber escolher os melhores para este país, desde o Presidente da República aos nossos Governadores, Senadores – dois terços do Senado serão renovados, Senadora –, Deputados Federais e Deputados Estaduais. Portanto, eleições extremamente importantes para o futuro do Brasil.

O Senador Veneziano acho que está no meio do mandato, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Não, no final. Eu também, no final.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não? Quem aqui está no meio do mandato (*Risos.*) , dos que estão aqui? Só eu?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Todos... Todos vamos à luta, viu? O Senador Zequinha Marinho, Mecias de Jesus...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu não quero voltar. Eu quero ir para o meu estado para ser Governador!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, olha, eu quero pedir a vocês, realmente, na importância que representa o trabalho de vocês, que estão visitando casa a casa no dia a dia, que ajudem o Brasil. Nós estamos passando por momentos de dificuldade e passaremos momentos de dificuldade no ano que vem também. E aí nós precisamos eleger os melhores para o Brasil, independentemente de partido, de cor ideológica – claro que eu vou sempre pedir para o meu partido, mas, independentemente disso, precisamos escolher os melhores.

E por isso eu quero agradecer aqui ao Senador Marcelo e a todos que serão, ou que seremos, candidatos, exatamente para que a gente possa ajudar nesse processo eleitoral do ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vem também, para que a gente tenha um Presidente ou uma Presidenta, um Governador, Governadoras... A presença da mulher é extremamente importante. Inclusive, eu fui autor de um projeto para que 30% das vagas do Legislativo sejam ocupadas por mulheres. E o Senador Marcelo Castro também, que foi o Relator aqui extremamente importante da lei eleitoral, pode falar um pouquinho, depois, sobre isso também.

Mas nós queremos a participação das mulheres na vida pública brasileira, cada vez mais, porque 50% ou 52% dos eleitores são mulheres. Então, é importante que a mulher participe porque a mulher tem a sensibilidade humana. Eu falo que só Deus deu a ela essa capacidade de gerar um filho, então a mulher tem sensibilidade porque representa, principalmente, a estabilidade de uma família.

Então, eu encerro aqui, agradecendo a Deus e quero dar a notícia para vocês também. Acabo de vir da casa do Presidente Davi e ele já assumiu o compromisso de colocar hoje na pauta...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... aquilo que foi definido por esta Comissão e aprovado também, para que, em regime de urgência urgentíssima, pudesse ser votado hoje no Plenário do Senado da República.

Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou passar a palavra à Senadora Zenaide Maia, que a solicita também para falar sobre o assunto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E na condição de médica também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente Marcelo Castro, nosso Senador Veneziano, pelo projeto, já parabenizando, Senador Wellington Fagundes, pela relatoria, e a todos que fazem aqui os agentes comunitários de saúde e de endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui vou falar de SUS, que esse SUS, que essa pérola nos dão de presente esses trabalhadores, agentes de endemia e agentes comunitários de saúde, é justíssimo, porque, se a gente for falar como médico, eles são quem primeiro veem o doente e, muitas vezes, as doenças são infecciosas. E digo mais, os agentes de endemia, como médica, muitas vezes quem trazia o diagnóstico eram os agentes de endemia. A gente suspeitando de algo como o calazar, aí o agente dizia: "Dra. Zenaide, está aí, o cara tem cachorro com calazar". Então, o diagnóstico ali era dado por esses agentes. Esses agentes que estão presentes na casa das pessoas, salvando vidas, Petecão. É isso que eles fazem.

E aposentadoria especial, sim, porque, quando foi feita a reforma da previdência, praticamente deixaram de existir as aposentadorias especiais. Isso aqui é a regulamentação, justamente essa regulamentação, para que os agentes de saúde e de endemias tenham uma aposentadoria especial, porque eles se expõem mais do que qualquer trabalhador da saúde. E o fato de antes não considerar, só se fosse enfermagem, médico e enfermeira, deixava de lado aquele que está na linha de frente, quem tem o primeiro contato com o paciente e sem ter nem diagnóstico, sem nenhuma segurança.

Então, parabenizo os agentes comunitários de saúde, os agentes de endemia, Veneziano e todos que estamos aqui. É claro que nós vamos defender, sim, não só aqui, mas no Plenário também. Parabéns para vocês!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, então, agradecendo aqui aos nossos queridos e às nossas queridas agentes comunitários de saúde, agentes combate às endemias.

Esta pauta está encerrada, eu vou dar continuidade aqui à Comissão de Constituição e Justiça.

Porque a união...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Um grande abraço a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 759, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos para uso profissional por motoristas de aplicativos (de transporte remunerado privado individual de passageiros), mototaxistas e motoboys.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3743, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 759, de 2022, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3743, de 2023.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Relator *ad hoc*: Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mecias de Jesus, Relator *ad hoc*, para fazer a leitura do relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero mais uma vez cumprimentar V. Exa., cumprimentar os colegas Senadores aqui, na pessoa do Senador Wellington Fagundes.

Vamos estar torcendo para que V. Exa. seja eleito Governador do seu estado, porque certamente o seu estado terá um grande Governador, com experiência, com trânsito e, sobretudo, com competência e lealdade ao seu povo.

Portanto, vou estar torcendo para que V. Exa. seja eleito o Governador, faça um grande Governo – e eu tenho certeza de que o fará.

Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 759, de 2022, do Senador Zequinha Marinho, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para a aquisição de veículos para uso profissional por motorista de aplicativos de transporte remunerado, privado e individual de passageiros, mototaxistas e *motoboys*; e o Projeto de Lei nº 3.743, do Senador Cleitinho, que altera a Lei nº 8.989, de 1995, para instituir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis por motoristas que prestem esse serviço.

O Projeto de Lei nº 759, de 2022, em seu art. 1º, amplia o regime de isenção do IPI para abranger, além dos automóveis de passeio, as motocicletas e motonetas de fabricação nacional com motor de cilindradas não superior a 250.

Acresce ao rol de beneficiários da isenção do *caput* os profissionais de motofrete e os motoristas de aplicativo que exerçam transporte remunerado privado individual de passageiros. Insere o §8º, que estende a isenção de IPI aos equipamentos de segurança previstos no art. 139-A do Código de Trânsito Brasileiro. No art. 4º, inciso II, estende a manutenção do crédito do IPI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no desembaraço aduaneiro a motocicletas com origem em países do Mercosul, assim como já ocorre com os automóveis.

Altera ainda o art. 7º, de forma a prever a esses profissionais o direito da transferência do desconto em caso de falecimento ou incapacitação, como já ocorre com os taxistas. Por fim, o art. 2º estabelece vigência da lei na data de sua publicação.

Já o PL nº 3.743, de 2023, em seu art. 1º, amplia o rol de beneficiários da isenção do IPI para incluir os motoristas profissionais que comprovem ter realizado mais de 10 mil corridas e mais de 5 anos de atuação como condutores autônomos de passageiros, desde que destinem o automóvel à categoria de aluguel.

Nas justificações, ambos os autores apontam que se propõem a eliminar uma distinção tributária injusta que favorece taxistas em detrimento de outros profissionais de transporte.

O Projeto de Lei nº 759, de 2022, foi recebido pelo Plenário em 30 de março de 2022 e foi distribuído inicialmente para análise nesta Comissão. Em 8 de agosto de 2023, foi determinada a tramitação conjunta daquela matéria com o Projeto de Lei nº 3.743, de 2023, nos termos do art. 48, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal. Após a análise pela Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Assuntos Econômicos decidirá sobre as matérias, em apreciação terminativa.

Conforme o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais apreciar matérias relativas às condições de exercício de profissões. Os projetos ora examinados tratam, justamente, do principal instrumento de trabalho de motoristas de aplicativo, mototaxistas e entregadores, razão pela qual a análise deste colegiado se impõe.

Quanto à constitucionalidade, o Imposto sobre Produtos Industrializados é de competência federal, nos termos do art. 153, IV, da Constituição Federal. Além disso, a proposição não está contida no rol de matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, cabendo, portanto, iniciativa parlamentar. Quanto à juridicidade, as matérias estão em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto dos projetos se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, primeiramente, a ampliação da isenção do IPI a essas categorias corrige injustiça tributária: tais profissionais prestam serviços de transporte de forma análoga aos taxistas, que já são beneficiados. Manter essa distinção fiscal significa uma injustiça para contribuintes que exercem atividades similares, mas estão sujeitos a tratamento tributário distinto. Assim, ao equiparar o tratamento tributário, a proposta concretiza o princípio constitucional da isonomia.

Em segundo lugar, a redução dos tributos sobre o veículo de trabalho favorece a modernização da frota e garante maior proteção a condutores, entregadores, usuários dos serviços de transporte e aos demais cidadãos. Carros e motocicletas de modelos mais recentes dispõem de sistemas de segurança mais avançados e têm menor risco de falha mecânica, propiciando às famílias brasileiras maior confiança de que seus familiares retornarão ao lar com segurança. A medida, portanto, valoriza a vida e reforça o direito social ao transporte.

Cumpre ainda destacar que, durante a pandemia, o transporte por aplicativo e o serviço de entrega em motocicleta funcionaram como um verdadeiro colchão social. A flexibilidade para ingressar na atividade – bastando dispor de um veículo – permitiu a milhares de trabalhadores recompor a renda perdida em setores paralisados. O encarecimento dos automóveis e das motocicletas ameaça essa porta de entrada de baixo custo ao mercado de trabalho: quanto mais alto o investimento inicial exigido, menos atrativa se torna essa alternativa. A isenção do IPI tem o efeito de fomentar essa flexibilidade, garantindo emprego e renda digna a chefes de família que encontram nesse ofício um meio imediato de sustento honesto.

Por fim, quanto aos critérios de comprovação do exercício profissional para obtenção do benefício, a própria redação do art. 1º da Lei 8.989, de 1995 – mantida pelas proposições –, já exige comprovação da atividade. Assim, cabe à regulamentação detalhar os documentos e prazos exigidos, à semelhança do que ocorre hoje com os taxistas. É desnecessária, portanto, a inclusão legal de requisitos específicos quanto ao tempo de serviço ou número de corridas, como proposto no PL nº 3.743, de 2023.

Mesmo reconhecendo o valor e a importância do PL nº 3.743, de 2023, somos levados a declarar a sua prejudicialidade, pela precedência que deve ser dada ao projeto de lei mais antigo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando em tramitação conjunta, conforme dispõe o art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

A Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 73/2024, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, se encontra presente.

Pelo exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 759, de 2022, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.743, embora reconhecendo a sua importância.

E aproveito, Sr. Presidente Marcelo Castro, para parabenizar o autor da matéria, o Senador Zequinha Marinho. Faz justiça aqui o Senador Zequinha Marinho ao prever a isenção do imposto, o IPI, para os motoristas de aplicativos, mototáxis, entregadores, enfim.

Os taxistas têm esse benefício de isenção de IPI, e é justo – e eu parabenizo o Senador Zequinha Marinho pela proposta – beneficiar os mototaxistas de todo o país com a presente lei.

O nosso relatório aqui *ah doc* feito pela Senadora Damares Alves, a quem eu rendo minhas homenagens... A Senadora Damares fez um relatório brilhante, logicamente propondo a aprovação do projeto de lei do Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu acho superantipático, mas tenho que fazer. Eu tenho que pedir vista, porque eu estou aqui em contato com o pessoal, os assessores lá do Amazonas, e isto é um pouco delicado em relação à Zona Franca, mas eu trago na próxima sessão com absoluta certeza.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedida...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Concedida vista coletiva à matéria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de concordar com a vista coletiva, mas também quero registrar aqui a importância de podermos aprovar este projeto de autoria do Senador Zequinha Marinho, que é também o nosso Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Mototaxistas.

Eu falo, Senador Mecias de Jesus, porque conheço muito bem essa categoria. A minha cidade natal, Rondonópolis, foi uma das cidades precursoras do mototáxi do Brasil. Inclusive, acredito que lá teve a primeira ou a segunda lei municipal do Brasil que reconheceu a profissão e organizou dos mototáxis do Brasil.

Falando aqui, eu quero lembrar o nome do ex-mototaxista Mário Mototáxi; também do ex-Vereador João Garcia, o João Mototáxi; e do Marcélio Guia, que é o Marcélio Ribeiro. E eu falo isso por causa da importância que essa categoria teve na minha cidade em discutir a questão social também, junto com os taxistas. E aí eu falo do Presidente do Sindicato dos Taxistas de Rondonópolis, que é o Dito Vieira, o Sr. Dito Vieira – família Vieira muito tradicional da Vila Operária.

E todos eles merecem realmente, tanto o taxista como o motoentregador, enfim, toda essa categoria... São pais e mães de família que, de forma autônoma, trabalham no Brasil afora. Aí é no Brasil inteiro, grandes centros, pequenos centros... Inclusive, estimulam a indústria do Amazonas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí é que está o meu problema, porque isto vai permitir a importação de motocicleta com isenção do IPI. Aí vai prejudicar o maior polo que nós temos no PIM, que é exatamente a fabricação de motocicleta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E eu estive presente, inclusive, no Amazonas, visitando a indústria. Portanto, claro, se a gente puder ter todo o cuidado de proteger a indústria brasileira, isso também é fundamental.

Eu faço aqui o registro... E agradeço muito a oportunidade de homenagear, Senador Zequinha Marinho, através da sua iniciativa, todos esses homens e mulheres que trabalham sol a sol, na chuva, enfim, procurando... Em vez de irem para o mundo da criminalidade, estão lá trabalhando, sem carteira de trabalho assinada, mas gerando emprego. Hoje, são profissionais... A maioria deles é de empresas individuais que trabalham Brasil afora. Por isso, eu registro o meu apoio, Senador Zequinha, ao seu projeto e espero que esse seu projeto possa também solucionar essa questão da Zona Franca de Manaus, para a gente poder garantir a nossa indústria brasileira, que também gera muito emprego.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Zequinha e eu somos parceiros antigos, estamos sempre na mesma causa e vamos encontrar a solução – né, Zequinha? Quarta-feira, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Quero agradecer à Senadora Damares pelo relatório que fez, também ao meu colega Mecias de Jesus aqui não só pela exposição do relatório, por ter comparecido e atendido ao pedido dela – muito obrigado –, mas também pela manifestação de apoio. Quem conhece esse segmento da atividade do mototáxi, do motofretista, também do Uber, do aplicativo – falo Uber, porque é o mais popular, foi quem chegou primeiro... Mas, especialmente, aqui, o pessoal da moto tem uma função social importantíssima, não tem jeito. Entrou para a vida da sociedade: é alimento, é encomenda, é tudo, é gente na garupa, indo para o trabalho. E a gente não pode privilegiar uma classe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Até na atividade rural: hoje eles vão tocar a vaca de moto, não é mais a cavalo. (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu odeio esse negócio de tocar vaca de moto. Monta no cavalo e vai lá, cabra. A moto não pode pular um pau, não pode fazer não sei o quê... Depois sobra para eu consertar. Então, pega o burro, o cavalo e vai lá.

Mas o que fazer com essa turma? Quer dizer, uma turma que tem um poderzinho aquisitivo maior já tem o benefício. O que eles querem é apenas uma isonomia com aqueles que podem e que têm hoje o benefício da isenção, se bem que o IPI parece que desaparece em 2027, pela reforma tributária, mas até lá dá para fazer alguma coisa ainda.

Então, eu queria aqui... Eu sei que, quando você mexe em tributo e tira um pouquinho daquilo ali, e é o caso de Manaus, do nosso amigo Valério... Mas vamos achar uma saída que possa contribuir, porque, se você pode conceder para quem tem mais condição, não pode deixar de conceder para quem tem menos condições. É uma questão de bom senso, uma questão de poder entender essa necessidade e como isso ajuda em casa, como isso faz a diferença. A gente tem tantos problemas a superar, e esse é só um. Temos mais uns dez – viu, meu Presidente? Tem mais um monte de outros projetos de lei que com certeza chegarão por aqui tratando da necessidade dessa classe trabalhadora, que são milhões Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Convoco para o dia 8 de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2025, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatorze minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimento REQ 78/2025 - CAS, de autoria Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3669, de 2023, que "institui o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett". **Participantes:** Lauda Santos, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras - FEBRARARAS; Antonette El Husny, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica - SBGM; Fernando Regla Vargas, Diretor do Comitê Científico da Associação Brasileira de Síndrome de Rett/Abre-te; Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; Letícia Sampaio, Médica do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP; Têmis Maria Félix, Chefe do Serviço de Genética Médica do Hospital de Clinicas de Porto Alegre - HCPA; Fernando Freitas, Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do DF - ASSEJUS; Denise Marinho Trindade, Presidente da Associação Brasileira de Síndrome de Rett -Abre-te; Simone Barros de Oliveira; Jaqueline Zeferino; e Lidianne Bezerra Martins de Souza. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Jussara Lima
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/03

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 78, de 2025, da CAS, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 3.669, de 2023, que institui o mês de outubro como Mês de Conscientização da Síndrome de Rett.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Convido a fazer parte da mesa: o Sr. Fernando Regla Vargas, Diretor do Comitê Científico da Associação Brasileira de Síndrome de Rett (Abre-te), e a Sra. Lauda Santos, Vice-Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas). (*Pausa.*)

Os outros convidados estão por videoconferência: Letícia Sampaio, Médica do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Têmis Maria Félix, Chefe do Serviço de Genética Médica do Hospital de Clinicas de Porto Alegre; Antonette, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica; e Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Sr. Fernando Freitas, Presidente da Associação dos Servidores da Justiça Federal e do MP. (*Pausa.*)

Convido também a Sra. Jaqueline Zeferino para fazer parte da mesa. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Fernando Regla Vargas, Diretor do Comitê Científico da Associação Brasileira de Síndrome de Rett.

A SRA. FERNANDO REGLA VARGAS (Para expor.) – Alô, alô. Vocês me escutam? Perfeito.

Bom dia a todas, a todos, a todes.

Meu nome é Fernando Regla Vargas e vou fazer uma autodescrição sumária: eu sou um homem branco, estatura mediana, cabelo curto e óculos, estou com uma camisa branca e uma calça azul. Eu sou médico, tenho formação em Pediatria e em Genética Médica e atuo principalmente em Genética Médica desde 1989. Eu sou Pesquisador Titular em Saúde Pública do Instituto Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, Professor de Genética Médica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e – é uma honra – faço parte, como Diretor Científico, da Associação Brasileira de Síndrome de Rett.

Muito mais importante que a minha filiação profissional aqui, o motivo que me traz a esta Casa hoje é a síndrome de Rett, aqui representada pela Associação Brasileira de Síndrome de Rett, na pessoa da Presidente, a Sra. Denise Marinho Trindade, que está aqui, e também da Sra. Simone Barros, que está aqui também, mãe de uma pessoa com síndrome de Rett e patrocinadora inicial da submissão do Projeto de Lei 3.669, de 2023, que cria o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett no Brasil, que está em discussão nesta Casa no dia de hoje.

A síndrome de Rett é um distúrbio do desenvolvimento com impacto devastador, que afeta quase todos os aspectos da vida de uma pessoa, aí incluída a capacidade de falar, a capacidade de andar, a capacidade de comer e até mesmo de respirar.

Rapidamente sobre a história, essa doença foi descrita originalmente por um médico austríaco, que se chamava Andreas Rett, em meados da década de 60, através da observação de duas meninas que tinham um quadro muito típico. O Dr. Rett publicou essas observações em uma revista de pediatria de língua alemã, e, por esse motivo, a doença permaneceu praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecida da comunidade acadêmica mundial até meados da década de 80, quando uma equipe de médicos suecos identificou várias pacientes do sexo feminino com essa doença na Suécia e na Noruega. A partir daí, o reconhecimento dessa doença pela comunidade médica – a gente pode avaliar – é razoavelmente recente, porque foi aí que ela passou a ser conhecida.

Desde então, um número crescente de casos de síndrome de Rett tem sido identificado. Eu, pessoalmente, tenho acompanhado pacientes com síndrome de Rett desde o começo da década de 90, e, ao longo das últimas décadas, eu tive a oportunidade de atender um número crescente de pessoas e de testemunhar mais e mais pessoas com síndrome de Rett que foram identificadas no Brasil. Acompanhei a identificação do gene causador da doença, que foi no final dos anos 90, o que possibilitou, entendendo a causa, entender os mecanismos do desenvolvimento da doença e principalmente o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o tratamento dessa doença, que é tão impactante.

A doença acomete majoritariamente meninas. Em mais de 90% dos casos, ela acomete o sexo feminino, só que os homens também podem ter síndrome de Rett, e, nos homens, no sexo masculino, a doença é frequentemente mais grave e mais precoce.

Também é importante salientar que é uma doença que acomete qualquer grupo racial ou étnico que – pode apresentar síndrome de Rett –, ou seja, a incidência, a prevalência dessa doença é uniforme em diferentes populações.

Os sintomas costumam iniciar entre 6 e 18 meses, quando os pais começam a perceber que os filhos perdem marcos, etapas do desenvolvimento e habilidades já adquiridas, como, por exemplo: abanar, mandar beijo, segurar uma colher. Logo depois desse período inicial de regressão, aparecem outros sintomas muito típicos, que são a perda de habilidades motoras que a criança já tinha; a perda do uso voluntário, do uso proposital das mãos; a perda de habilidades linguísticas, da linguagem e de comunicação; e aparecem movimentos repetitivos, que a gente chama de estereotipias, principalmente nas mãos.

Além disso, ao longo da infância e da vida adulta, essas pessoas são acometidas de outros problemas que são muito frequentes, como epilepsia, distúrbios de deglutição, distúrbios da respiração, distúrbios do sono, problemas ósseos, como osteoporose, como escoliose, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito frequentes nessas pessoas. Dito isso, é importante a gente deixar claro que cada pessoa com síndrome de Rett é uma pessoa e cada quadro é um quadro.

Em função dessa história, porque a história da evolução da doença é muito típica, da forma clássica da doença, a síndrome de Rett é considerada um diagnóstico clínico, ou seja, o diagnóstico envolve a avaliação por um médico, que vai observar os sintomas precoces de alterações no desenvolvimento da infância com base em critérios que já existem, que já são definidos por especialistas, e por testes genéticos que vão confirmar essa condição. É muito, muito, muito importante o diagnóstico precoce; fazer esse diagnóstico cedo na vida é muito importante para poder oferecer tratamento e suporte eficazes. Então, o diagnóstico precoce é muito importante. Infelizmente o que acontece é que pessoas com síndrome de Rett frequentemente recebem diagnósticos que são incorretos ou que são muito tardios, porque nos estágios iniciais a doença compartilha outros sintomas, com outros quadros, por exemplo: autismo, paralisia cerebral, epilepsia. Então, tem muitas meninas e pacientes diagnosticados erroneamente, equivocadamente, ou sem diagnóstico.

Atualmente, estima-se que essa doença ocorre em mais ou menos 1 a cada 10 mil nascimentos. Estima-se que mais ou menos 9 mil pessoas com síndrome de Rett vivem hoje nos Estados Unidos. Se a gente usar essa mesma taxa de prevalência, pressupondo que a frequência da doença é igual em diferentes populações, é possível estimar que a cada três a cinco dias nasce uma criança com síndrome de Rett no Brasil. E também é possível estimar que, no Brasil, devem existir mais ou menos 6 mil pessoas com síndrome de Rett, que vivem com síndrome de Rett, e, muito importante, muitas delas ainda sem diagnóstico, o que implica que estão sem a devida atenção, sem a possibilidade de acesso aos cuidados necessários.

Com relação à sobrevida, é muito importante a gente salientar uma coisa: a sobrevida das pessoas com síndrome de Rett pode ser bastante preservada. Salvo doenças ou complicações, indivíduos com síndrome de Rett podem viver até a idade adulta e além, requerem cuidados por toda a vida. A prova disso é a presença da Profa. Jaqueline Zeferino, que está aqui, que é irmã da Adriana, que é uma pessoa com síndrome de Rett, com 53 anos, que atualmente é a pessoa mais idosa, mais velha com síndrome de Rett diagnosticada no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1999, final da década de 90, foi estabelecida a causa da síndrome de Rett, foi identificado o gene que causa, que é um gene que chama MECP2. Esse gene é importante para o desenvolvimento do cérebro e para ativar ou desativar outros genes do genoma. Quando esse gene não funciona corretamente, ocorrem problemas na diferenciação dos neurônios do sistema nervoso central, com impacto em todo o organismo. Essas mutações que acontecem nesse gene são aleatórias. E é muito importante também a gente salientar aqui que elas não são causadas por nada que o pai ou a mãe fizeram. Não existe relação com algum evento anterior na gravidez, são eventos aleatórios. Na grande maioria das vezes, essas mutações ocorrem espontaneamente, o que faz com que ela seja genética, mas, na grande maioria das vezes, não é herdada, embora seja de causa genética. Ela pode ser herdada numa pequena proporção dos casos.

A identificação da causa da doença possibilitou o desenvolvimento de modelos animais com a doença. E isso foi fundamental para entender os sintomas da doença, principalmente em modelo de camundongo. E isso possibilitou entender duas coisas que são fundamentais, pelo menos no modelo animal: primeiro, os sintomas são reversíveis, o que é superimportante; segundo, a síndrome de Rett não é uma doença neurodegenerativa, ou seja, os neurônios não morrem. O que acontece é que eles ficam congelados, ficam parados no final da diferenciação dos neurônios, mas eles estão lá, quiescentes, não é uma doença que degenera neurônios. Esse conceito tem muitas implicações, seja na tomada de decisões clínicas no contexto, por exemplo, numa UTI ou numa intercorrência clínica, seja no desenvolvimento de opções de tratamento, ou seja, saber que os sintomas são reversíveis e que a doença não é neurodegenerativa.

Rapidamente com relação ao tratamento, atualmente ainda não existe uma cura definitiva. Existem muitas estratégias de tratamento que se concentram no controle dos sintomas, por meio de uma abordagem que é abrangente, como a equipe multidisciplinar para melhorar a qualidade de vida. Essa abordagem requer acesso a terapias de apoio de tratamento e acompanhamento com várias especialidades médicas. Atualmente, existe um tratamento aprovado pela agência reguladora dos Estados Unidos e do Canadá, específico para a síndrome de Rett, que é um fármaco que foi desenvolvido baseado nas pesquisas em modelos animais.

Então, para concluir, Senadora, outubro é o Mês Internacional de Conscientização da Síndrome de Rett. É um momento dedicado para compartilhar histórias, para promover a compreensão e, principalmente, para reunir apoio para avanços contínuos na pesquisa e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento da síndrome de Rett. Hoje é um dia muito importante para a síndrome de Rett no Brasil porque estamos aqui reunidos, e a criação do Mês de Conscientização sobre a Síndrome de Rett vai ser um divisor de águas para a conscientização sobre a doença, para a difusão do conhecimento, para melhor atenção à saúde, para a possibilidade de desenvolvimento de pesquisa sobre essa doença no Brasil, ou seja, sobre vários, vários aspectos. Também é um momento para avaliar e propor estratégias para mitigar o impacto econômico e emocional para todas as pacientes, para os familiares, para as pessoas e para os profissionais de saúde envolvidos no cuidado dessas pessoas.

Eu finalizo com o reconhecimento público à atuação da Associação Brasileira de Síndrome de Rett (Abre-te), das mães, dos familiares, dos amigos de pessoas com síndrome de Rett, que construíram essa associação, que mantêm essa associação, que dedicaram seu tempo e seus esforços para melhorar o diagnóstico, melhorar a atenção à saúde, a qualidade da vida das pessoas portadoras dessa doença que é tão impactante.

Finalmente, eu agradeço a oportunidade de estar neste púlpito para defender essa causa que é tão importante e coloco-me à disposição de V. Sas. para informações adicionais.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discursar.) – Obrigada, Dr. Fernando, pelos esclarecimentos tão pertinentes a respeito da doença de Rett.

Gostaria de convidar a Sra. Denise Marinho Trindade para fazer parte aqui da mesa, Presidente da Abre-te.

Prezados membros da mesa, autoridades aqui presentes, estimados profissionais de saúde, representantes de associações e, principalmente, queridas famílias e pacientes que nos honram com sua presença, a síndrome de Rett é um distúrbio neurológico raro e complexo, com reflexos no neurodesenvolvimento, tem base genética e afeta majoritariamente meninas. Segundo se sabe até aqui, a síndrome de Rett inicialmente não gera problemas cognitivos e motores. Assim, o paciente parece ter um desenvolvimento aparentemente normal. Porém, com o tempo, há uma regressão em habilidades como a fala, o uso intencional das mãos se perde e surgem movimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repetitivos, dificuldades motoras, convulsões e outros desafios que impactam profundamente a vida dos pacientes, de seus familiares e de seus cuidadores. Ressalto que é uma causa de nós mulheres também, porque os dados demonstram que a síndrome de Rett afeta muito mais as meninas. De fato, raramente meninos são diagnosticados com essa síndrome.

Nosso objetivo aqui hoje é muito claro: dar visibilidade à causa e contribuir para formar uma rede de apoio e de conhecimento. Também se espera que seja um passo inicial para desdobramentos legais e institucionais em prol dos pacientes e de suas famílias.

São inúmeras as frentes relativas ao tratamento da síndrome de Rett e que precisam de investimento duradouro e de apoio institucional.

Nesse sentido, é fundamental que haja ampliação dos estudos clínicos e acadêmicos para aprimorar tanto o diagnóstico quanto o tratamento. Também é fundamental que haja apoio da sociedade em geral e do Estado, para reconhecer e para lidar de forma adequada com os pacientes e com as suas famílias.

Estou certa de que as exposições e as discussões de hoje vão contribuir fortemente para alicerçar a política pública relativa a doenças tidas como raras, a fim de garantir tratamento eficaz e humano aos pacientes, às famílias e aos profissionais de saúde especializados.

Muito obrigada.

Eu passo a palavra agora... (*Pausa.*)

Passo a palavra agora à Dra. Lauda Santos.

A SRA. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Obrigada pelo convite. Na sua pessoa, cumprimento os demais membros da mesa.

Vou fazer a minha audiodescrição. Sou uma mulher branca, cabelos loiros, na altura dos ombros. Estou usando um blazerzinho bege e uso óculos.

Bom, estou aqui representando as políticas públicas de doenças raras, uma vez que eu sou Vice-Presidente e Cofundadora da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras.

Vamos lá. Como é que eu mudo isso aqui, gente? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos falar das estatísticas no Brasil, qual é o nosso cenário, contexto atual. Segundo os dados, existem 13 milhões de brasileiros convivendo com algum tipo de doença rara, abrangendo aproximadamente 8 mil doenças distintas. Aqui no Distrito Federal, considera-se, segundo os dados estatísticos da Secretaria de Saúde, que 5% da população do Distrito Federal tem alguma condição rara, ou seja, 140 mil pessoas.

Como já foi dito aqui na mesa, a Rett afeta majoritariamente as meninas. Aqui tem várias delas presentes, inclusive, a filha da Lidiane, a Larissa, é uma criança com diagnóstico de Rett, e a gente atua em rede aqui no Distrito Federal.

Grande parte desses pacientes enfrentam diagnóstico tardio, dificuldade nos acessos de tratamento e pouca presença nas agendas públicas. A gente enfrenta essa dificuldade da invisibilidade, né, gente? No caso de Rett, no Brasil, ainda não há tratamento registrado na Anvisa, nem protocolo clínico de diretrizes terapêuticas, o que é um fator complicador. E o que a gente enfrenta? Nós enfrentamos o diagnóstico tardio e a falta também de atendimento integral especializado, porque, quando a gente fala de doença rara, a gente precisa de um atendimento, de um acolhimento nos hospitais com vários profissionais de saúde; não adianta só o médico fechar o diagnóstico, precisa de muito mais. E a grande maioria também tem *home care*, não é, Lidi? Então a gente sabe as dificuldades. A baixa capacitação de profissionais de saúde para identificar os sintomas, os sinais e os sintomas da síndrome de Rett, a falta de visibilidade das doenças raras nas prioridades governamentais... E isso, gente, nos torna bastante invisíveis, espero que mude, urgentemente, essa visão com relação às doenças raras.

Quais são as propostas prioritárias de políticas públicas com evidências? A gente preconiza que precisa ter evidência nas doenças raras. Então, vamos lá.

Sobre o fortalecimento na política nacional de doenças raras, eu vou colocar duas coisas: a evidência e quais são os passos. A evidência é que países com políticas nacionais estruturadas apresentam maior diagnóstico precoce e qualidade de vida para os pacientes. E quais são os passos?

A ampliação dos centros de referência, a integração multiprofissional e a base nacional do banco de dados epidemiológicos. A gente não tem um banco de dados, então a gente não sabe dizer qual é o quantitativo de pacientes com síndrome de Rett.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Capacitação contínua de profissionais de saúde. Qual é a evidência? Treinamento contínuo é melhor para a detecção precoce e manejo adequado, porque, uma vez que esses profissionais de saúde passarem por constantes treinamentos, com certeza eles vão atender com melhor qualidade os pacientes que procuram a rede de atendimento. E quais são essas ações? Cursos de atualizações e protocolos clínicos para as doenças raras. A gente já propôs uma capacitação para os profissionais de saúde aqui do Distrito Federal, e a gente estava... A nossa esperança era que essa capacitação de profissionais do Sistema Único de Saúde aqui do Distrito Federal reverberasse por outros estados, que o Brasil tornasse isso uma política nacional, que seria, para a gente, o país de Alice, o mundo de Alice, seria perfeito para nós, o mundo ideal.

Falando de incentivos fiscais e regulatórios para medicamentos órfãos, a gente já sabe que há dificuldade de ter o tratamento, de ter esse direito garantido para o paciente, e a gente precisa ter a evidência – de novo: a evidência. Exclusividade de mercado, créditos fiscais e redução de taxas aceleram o desenvolvimento ao acesso. A proposta: adoção de modelos regulamentares semelhantes aos Estados Unidos e à União Europeia, com incentivos específicos para a pesquisa e produção.

Programas de apoio psicossocial e inclusão são extremamente importantes, porque, a partir do diagnóstico, a gente precisa desse apoio psicossocial e também de inclusão. A gente tem esse enfrentamento com as doenças raras, porque muitas delas são excludentes, então, a gente precisa que se pense de uma forma inclusiva. Quais são as evidências? O apoio integral, incluindo aspectos sociais e psicológicos, aumenta o bem-estar do paciente e dos familiares, porque não adoece só o paciente, não é só ele que tem o diagnóstico; toda a família faz parte desse cenário. Então, a gente precisa pensar que a família bem-assistida com certeza vai conseguir melhor atender o seu ente querido que tem o diagnóstico.

A gente precisa muito, gente, e isso é evidente, ter o estímulo à pesquisa científica. Por quê? Porque a parceria público-privado e o financiamento público aumentam a inovação das terapias para as doenças raras. De novo, a gente continua um pouco na invisibilidade e na falta dessas garantias.

O que nós queremos aqui propor às Excelências, aos Exmos. Parlamentares? Mobilização para fortalecer a legislação e garantir um orçamento adequado. A gente não vê os Parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando assim: "Nós vamos ter uma reserva de Orçamento para atender as doenças raras". Como a gente não tem a mobilização dentro...

Eu falo isso, gente, porque eu acompanho dia a dia as demandas dentro do Ministério da Saúde e não vejo... Por exemplo, agora tem o Programa Agora Tem Especialistas, os doentes raros não estão incluídos no programa, por incrível que pareça. E a gente já solicitou uma audiência para fazer esta proposição para o Ministério da Saúde: a inclusão dos pacientes raros no programa Agora Tem Especialistas, porque nós precisamos de especialistas, né?

Priorizar debates e audiências públicas que incluam a voz do paciente. A gente precisa que o paciente faça parte disto aqui, desta composição da mesa, que ele fale por ele. Quando tem essa condição de falar, que ele tenha voz na mesa de debates sobre a garantia de direitos para esses pacientes.

Apoiar a legislação que facilita os medicamentos órfãos e amplia o acesso ao diagnóstico e tratamento. E a gente fala de novo aqui: a síndrome de Rett não tem tratamento; então, se tem uma alternativa que é órfã, a gente precisa ter essa garantia para o paciente.

Agradeço aqui e nos colocamos à disposição para um diálogo, lembrando que o futuro das políticas públicas para as doenças raras depende da atuação conjunta de Parlamentares, pacientes e especialistas. Hoje nós contamos aqui com o Dr. Fernando... Acho que são dois Fernandos, né? Nós temos uma dupla de Fernandos aqui, que estão aqui representando a parte dos especialistas, um na área jurídica e o outro na área médica. Estamos abertos a colaborar para avançar na garantia dos direitos, acesso e qualidade de vida.

Pensem nisso, e vamos fazer uma política que realmente nos contemple. Vamos sair da invisibilidade. Hoje nós tivemos aqui... Infelizmente, Senadora, a gente fala que aqui é a Casa do Povo, e lamentavelmente a Lidiane, que é da Abre-te aqui do Distrito Federal, com quem a gente trabalha em rede – de novo –, teve dificuldade de acessar o Senado com um material informativo que é de extrema importância: um *banner* para identificar que aqui é a plenária, que está acontecendo um debate da síndrome de Rett; cartaz. Gente, qual é o impedimento disso? Todas as vezes em que nós estivemos aqui no Senado Federal, em outras audiências públicas, a gente não teve essa restrição. O Guilherme trouxe a revista que fala sobre as políticas de saúde dentro do Distrito Federal e foi barrado; queriam segurar as revistas. Estamos com um material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informativo aqui dentro numa caixa de descarte na entrada do Senado Federal. Isso me entristece muito, porque isso – de novo, gente – nos torna invisíveis. Então, a gente precisa ter voz.

E isso é importante a gente falar aqui, Senadora, porque isso não chega até a senhora. E o nosso papel é esse. A gente está fazendo política pública, e a gente faz isso com muita ética, sabe? Com muita transparência. E esse papel que a gente, que o terceiro setor desenvolve, não é só no Distrito Federal, é no Brasil inteiro, é um trabalho perfeito. Então, sugiro rever quais são as proibições dentro desta Casa que nos impedem de reverberar, de mostrar nossa voz.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Lauda Santos, pelos seus esclarecimentos a respeito dessa doença, que passa a fazer parte de doenças raras.

E eu quero me comprometer aqui a marcar uma audiência lá no Ministério da Saúde. Inclusive, amanhã eu vou estar com o Ministro Alexandre Padilha, lá no meu Estado do Piauí, e vou pessoalmente conversar com ele sobre esse assunto. E, logo depois, eu entro em contato com a senhora.

A SRA. LAUDA SANTOS – Eu quero, inclusive, Senadora, propor à senhora, vendo tudo isso, de a gente escrever um projeto de lei – que, depois, se a senhora me permitir, eu gostaria de deixar com a senhora – minutado por nós pacientes, por nós associações, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Tudo bem, com o maior prazer.

Com relação à entrada de *banners* e de propagandas, realmente não é permitido aqui no Senado, mas quando se faz uma solicitação prévia, aí, sim, a gente permite aqui, o pessoal aqui da Comissão dá o o.k. para que dê entrada. Eu acredito que você não pediu, não? Não foi você? Quem foi?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Não foi informado que há necessidade, porque em outros momentos, a gente já trouxe e entrou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Foi, não é? Mas é por conta de tudo que já aconteceu, do 8 de janeiro e outras coisas mais. É preciso também preservar a vida de muitas pessoas. Claro que não é o caso de vocês, entendeu? Mas da próxima vez, com certeza, vai dar tudo certo, está bom? É só marcar previamente e dizer que vai trazer o material que a gente permite, está bom?

Então eu quero passar a palavra agora para a Dra. Letícia Sampaio, que está por videoconferência. Ela é médica do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Com a palavra a Dra. Letícia Sampaio.

A SRA. LETÍCIA SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Acho que vocês estão me escutando, não é?

Vou fazer uma breve descrição. Sou uma pessoa branca, de cabelos claros, estou usando um blêizer branco e uma camisa marrom.

Prezada Senadora, Sras. e Srs. Parlamentares e demais participantes desta audiência, é uma honra para mim representar aqui o Instituto da Criança e do Adolescente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo nesta audiência pública que discute o Projeto de Lei 3.669, de 2023, que propõe instituir o mês de outubro como Mês de Conscientização da Síndrome de Rett.

Eu sou neurologista infantil e epileptologista também. Eu não vou falar sobre a doença da síndrome de Rett, que é uma doença rara, de que o Dr. Fernando e os demais já falaram muito bem. Mas o que eu tenho para falar, brevemente, é que, no Instituto da Criança, nós acompanhamos de perto famílias que convivem com essa realidade. E vemos diariamente a importância de se ter uma rede estruturada de atenção, desde o diagnóstico precoce, passando pelo acesso às terapias de reabilitação, controle das crises epilépticas, apoio nutricional e psicológico e também, muito importante, o acolhimento às famílias, que são as verdadeiras protagonistas no cuidado dessas crianças que vão se tornar adultos, não é?

Eu acho que a criação de um mês de conscientização, como propõe esse projeto, é muito importante, é uma estratégia para dar visibilidade para a síndrome de Rett, ampliar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento da população – porque eu acho que isso acaba trazendo também o diagnóstico precoce, estimular a formação dos profissionais de saúde, fomentar as pesquisas científicas e favorecer a formulação de políticas públicas que possam melhorar o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e ao acompanhamento dessas crianças com a síndrome de Rett.

A gente vê, com base na experiência internacional, que essas campanhas são ferramentas poderosas que podem fortalecer as redes de apoio, reduzir o estigma, e, sobretudo, impulsionar os avanços científicos e terapêuticos. Então, acho que, no caso da síndrome de Rett, que é uma doença rara, isso é um chamado urgente.

A gente sabe, como já foi falado aqui, que não dispomos de cura, mas tem pesquisas promissoras em andamento que podem vir a ajudar a mudar o curso dessa doença no futuro. Então, nós, do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas, damos todo o nosso apoio à aprovação desse projeto. E que a gente possa participar da condução de protocolos de tratamento que possam ajudar os pacientes com a síndrome de Rett, dando maior visibilidade e também esperança para as famílias.

Muito obrigada.

Era isso o que eu tinha para falar para vocês e estou aqui à disposição também.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Dra. Letícia, por todo esse apoio. Por ser essa médica tão conceituada. Os nossos agradecimentos.

Vou passar também agora a palavra para a Dra. Têmis Maria Félix, que também está por videoconferência.

Com a palavra a Dra. Têmis...

A SRA. TÊMIS MARIA FÉLIX (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Só um minutinho.

... Chefe do Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Dra. Têmis.

A SRA. TÊMIS MARIA FÉLIX (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Obrigada, Senadora Jussara Lima.

Eu vou fazer minha audiodescrição: eu sou uma mulher branca, de cabelos acinzentados. Eu estou vestindo uma camisa azul-claro, uso óculos avermelhados e estou com fone de ouvido na cabeça. Eu estou aqui em Porto Alegre e estou representando, então, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Atualmente eu sou Chefe do Serviço de Genética Médica, e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre é um dos serviços de referência em doenças raras, habilitado pelo Ministério da Saúde desde 2016.

Eu cumprimento a Senadora, cumprimento também os demais membros da mesa, em especial o Dr. Natan Monsores, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Eu gostaria de iniciar... Eu acho que o Dr. Fernando, meu colega Fernando Vargas facilitou bastante a nossa fala, já descrevendo, falando sobre a síndrome de Rett, sobre a história da síndrome de Rett, sua descrição, suas manifestações clínicas e o quanto essa condição, na realidade, afeta o desenvolvimento infantil e o desenvolvimento dessas pessoas que apresentam síndrome de Rett. Essa condição é devastadora, muitas vezes, por uma questão de comprometimento neurológico importante, com crises convulsivas, às vezes de difícil controle, como a Dra. Letícia acabou de salientar, e ela exige, muitas vezes, um diagnóstico precoce.

Hoje nós sabemos que a síndrome de Rett muitas vezes não tem o diagnóstico precoce pela falta de reconhecimento dos sinais e sintomas precocemente.

Então, um Projeto de Lei como este, o 3.669, que institui outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett, vai trazer uma maior visibilidade sobre a síndrome de Rett, podendo proporcionar maior educação aos profissionais de saúde e também àqueles outros profissionais que atuam em equipes multidisciplinares no atendimento desses indivíduos com síndrome de Rett.

Nós sabemos que o diagnóstico precoce é fundamental porque vai contribuir com um melhor manejo dessa condição que hoje não tem... Existem muitas pesquisas em relação à síndrome de Rett, mas sabemos que é uma condição que não tem cura. Existe, como o Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando falou, um medicamento que já está aprovado nos Estados Unidos e no Canadá, entretanto, aqui no Brasil, nós não temos ainda nenhum medicamento, mas existem muitas pesquisas que estão em andamento sobre a síndrome de Rett. Nós precisamos, realmente, fazer o reconhecimento precoce, um atendimento multidisciplinar desses indivíduos, o manejo adequado dos sinais e sintomas, um grande manejo multidisciplinar desses pacientes, para dar melhor qualidade de vida a esses indivíduos e suas famílias.

Então, eu o parabenizo pela proposta deste Projeto 3.669, para que nós tenhamos um mês de conscientização. Que nós possamos trabalhar não só em outubro, mas também ao longo do ano, para obtermos uma conscientização maior sobre a síndrome de Rett e, assim, a gente consiga fazer diagnóstico precoce e manejo adequado para que esses pacientes e suas famílias tenham melhor qualidade de vida.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Têmis, por todos os seus esclarecimentos.

Passo a palavra agora ao Dr. Fernando Freitas, Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal.

Com a palavra, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO FREITAS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senadora Jussara, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades da mesa e as autoridades presentes, bem como os servidores da Casa e o povo que nos assiste.

A audiência de hoje, para nós, é um marco, Senadora Jussara. Quis o destino que a senhora estivesse na Presidência desta audiência, sendo socióloga, ou seja, um olhar mais humano, ligado à antropologia, e também sendo a primeira Vereadora eleita em sua cidade, uma mulher Vereadora, a primeira mulher Vereadora eleita na cidade de Fronteiras, Piauí. Esse fato é importante porque a gente busca marcos, marcos principalmente de mudanças positivas.

A Associação dos Servidores da Justiça integra todos os servidores do Judiciário da União aqui no Distrito Federal e do Ministério Público. Quando eu e o Alan, que é o nosso Coordenador do Núcleo de Inclusão, assumimos a nossa associação, Senadora, nós nos deparamos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inúmeros pedidos de servidores que não tinham – olha, eu estou falando de servidores públicos na capital do país –, que não tinham a inclusão de sua deficiência ou a de seus filhos. Aqui cito o exemplo da Aline – trabalhei com a Aline no Fórum de Taguatinga –, que tem a Carolzinha, e a Aline trouxe a demanda para nós. E aí eu quero me dirigir aos presidentes de associações: é importante que a gente faça uma luta para além do sofrimento solitário e da resignação diária de cada mãe.

Senadora, fizemos uma reunião, e o Núcleo de Inclusão, na pessoa do Alan, fez o levantamento: em 90% dos casos do núcleo familiar, quem abdica de sua vida própria para cuidar do filho com autismo, do filho ou pessoa com deficiência é a mãe. A mãe abdica da vida profissional.

Encontramos no nosso tribunal mães que não assumiam função de chefia porque, por diversas vezes, tinham que se ausentar para cuidar do filho e aí essas mães não podiam assumir função de chefia. Uma mãe, em prantos, nos disse: "Não é que eu não queira exercer a minha liderança. Eu tenho formação para isso. É porque, quando eu tenho que me ausentar para a terapia do meu filho... Quando eu tenho que lutar para que ele tenha um tratamento, eu tenho que me ausentar do trabalho, e aí os gestores não veem isso com bons olhos. Preferem colocar uma pessoa que se dedique integralmente".

O maior medo dessas mães sabe qual é, Senadora Jussara? O maior medo das mães que a gente atende no Núcleo de Inclusão é o de falecerem, porque elas falam assim: "Olha, quando eu falecer, quem vai cuidar do meu filho? Quem vai cuidar do meu filho?".

Portanto, a evolução da medicina é importante, mas ela precisa passar, Senadora, pela evolução da sociedade. E aí a pergunta é: por que um mês de consciência? Consciência para quê? Consciência para que os Parlamentares – e aí eu parabenizo a Senadora Jussara –, tragam o tema para a Casa do povo. Consciência para que todos os secretários de saúde, ministros de saúde e agentes públicos da saúde comecem a entender que, se a saúde não contempla o todo, ela é deficitária, porque deficiente mesmo é a ausência de políticas públicas para todos.

Nós temos no Distrito Federal 140 mil pessoas com essa síndrome. Se a rede pública de saúde não consegue – são doenças raras – dar o diagnóstico precoce para que esse quadro seja minimizado, para que os impactos sejam minimizados, nós falhamos no nosso projeto de nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insculpido na Constituição da República, que prega o bem-estar social de todos nós – de todos nós. E é por isso que é preciso ter um mês.

Nesta Casa, Senadora, recentemente se aprovou a lei da fibromialgia. Resistiram em reconhecer a fibromialgia como deficiência, e esta lei, na relatoria do Senador Fabiano Contarato, a reconheceu como tal. Ainda assim, hoje nós estamos lutando para que as perícias reconheçam isso. E há peritos que dizem que isso não é doença, que isso é um distúrbio psicológico.

A nossa luta é diária. É cotidiana. É lutar contra a doença, um inimigo invisível, para o qual, até o momento, não tem tratamento. Mas, sobretudo, é lutar contra o preconceito, o preconceito que advém do desconhecimento.

É por isso que a legislação, Senadora, não pode andar descompassada com os tratamentos. É preciso que o SUS avance, que a rede particular de saúde avance, mas é preciso que o arcabouço legislativo também avance no mesmo sentido.

Outrora, eu discutia num debate, Senadora, com um profissional da área da saúde, e ele disse assim: "Todo mundo agora quer ser reconhecido como deficiente para ter cota no concurso, para ter passe livre no transporte". E eu disse a ele assim: "O senhor trocaria a sua saúde por esse passe livre? O senhor trocaria a saúde de suas pernas, para o senhor poder andar, por esse passe livre?". Porque eu pergunto a todos, a todas as pessoas com deficiência: "O que você faria para ter uma vida com saúde, plena, perfeita no exercício?". E a resposta é: "Tudo". Ninguém escolheu ter uma deficiência; ninguém escolheu! Se pudesse escolher, certamente todos escolheriam... Eu não quero acreditar que as dificuldades por que cada um passa, as agruras diárias de não poder fazer o exercício da cidadania plena... Eu não acredito que alguém queira direito para justificar isso. O direito é porque a gente precisa fazer uma reparação e dar melhor condição de vida e cidadania a essas pessoas! Não é privilégio, é dar cidadania!

Por exemplo, o Alan chegou aqui hoje e o Senado, Senadora, ofertou a ele uma cadeira. O Alan faz... Ofertou-lhe a cadeira. Tenho certeza de que a estada do Alan hoje, nesta Casa, foi muito mais agradável e inclusiva. E isto é o papel desta Comissão, isto é o papel das entidades: é fomentar o debate, é não deixar que a chama da igualdade – no princípio mais amplo da Constituição, que é a igualdade aos iguais e as desigualdades para os desiguais... É tratar dentro da proporcionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado, esta Casa tem um papel de protagonismo. Enquanto a gente vê, Senadora, diversos pedidos do setor do agro, do setor da segurança pública, há uma luta silenciosa nos lares de várias mulheres brasileiras. Essa doença vem com uma informação: ela atinge mais meninas.

Eu acompanho a vida da Aline; ela trabalhou comigo. Não queiramos tratar esses espaços como privilégios, mas como espaços de construção, de visibilidade e de direito. É o que nós queremos a todos, a todas as mães, a todos os familiares, porque muito se fala, Doutor, da pessoa com deficiência, Senadora, mas ninguém fala da família que muda a rotina. Imaginem aqui – eu estava lendo um artigo sobre isso – o impacto do diagnóstico da síndrome na família. Muitos falaram: "Meu chão caiu, minha vida acabou". Uma mãe de São Paulo relatava que o primeiro pensamento dela foi abandonar tudo e largar, e ela teve uma rede de apoio.

É isso, Senadora. Talvez, para além do mês de outubro ser o da conscientização, seja esta audiência o pontapé inicial para que a gente possa dizer que a gente vai lutar coletivamente. Hoje, a gente não luta pelo direito de uma parcela, mas nós lutamos para que essa parcela seja também o nosso todo na luta.

É essa a contribuição da Assejus.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dr. Fernando, pelos seus esclarecimentos.

Realmente, como mulher e como mãe, eu sei da importância de tudo isso que já foi aqui falado e comentado. A mãe realmente é quem abdica muitas vezes de todas essas coisas. Eu, como mãe, fico me colocando também no lugar de todas vocês, mães que estão aqui, que têm os filhos com essas doenças raras, especialmente no tema que nós estamos aqui colocando, que é a síndrome de Rett.

Digo a vocês que nós estamos juntas nessa luta, vamos marcar esta audiência. E a gente vai lá, não é, Dra. Lauda? Não é, Denise?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Aqui o Dr. Fernando, os dois doutores: o Dr. Fernando Freitas e o Dr. Fernando Vargas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos lá conversar com o Ministro ou com algum outro diretor do Ministério da Saúde, falar da importância das doenças raras no nosso país.

Passo a palavra agora para a Dra. Antonette, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica. Ela está por videoconferência.

Com a palavra a Dra. Antonette.

A SRA. ANTONETTE EL HUSNY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia.

Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade, em nome da nossa Sociedade de Médicos Geneticistas do Brasil. Estou muito honrada, representando os mais de 300 médicos geneticistas. Em parte, já fui muito contemplada pelas falas dos meus colegas, o Dr. Fernando Vargas, a Dra. Têmis.

Vou me descrever também. Eu sou uma mulher branca, de cabelos escuros e longos. Estou com uma blusa clara.

Para além da minha sociedade, eu também represento os médicos do Norte. Eu estou falando de Belém, onde todos os problemas que a gente já ouviu dos colegas – de lidar com o acesso ao diagnóstico de doença rara, a dificuldade de profissionais, a necessidade de capacitação de profissionais –, aqui no Norte, são acentuados pela escassez de profissional, de serviço.

De certa forma, a gente entende que a aprovação desse projeto vai ao encontro dos nossos anseios, enquanto sociedade médica. A gente entende que os geneticistas têm um papel importante no atendimento e no cuidado das pessoas com síndrome de Rett. É uma condição genética e, junto com o grupo de doenças raras, de que também muito já se falou, possivelmente subdiagnosticada, os exames diagnósticos não são muito acessíveis.

A gente entende que conscientizar, aumentar a visibilidade para a condição favorece busca de cuidado, melhor acesso, melhora o diagnóstico, possibilita que os profissionais também tenham esse olhar mais amplo para diagnósticos de doenças raras, que podem estar no meio de doenças comuns que, às vezes, estão sendo assistidas parcialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, eu queria só registrar o apoio da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica a esse projeto. Entendo que já fui bem contemplada pela fala dos outros médicos e também satisfeita com a apresentação e a fala dos colegas.

Agradeço mais uma vez, cumprimento as autoridades e fico aqui também à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Antonette, pelas suas palavras a respeito da síndrome de Rett.

Gostaria de passar a palavra agora para Simone Barros de Oliveira.

A SRA. SIMONE BARROS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia para todos.

Eu me chamo Simone Barros, sou mãe da Letícia, de dez anos, com síndrome de Rett, administradora. Fui representante estadual no Rio de Janeiro pela Abre-te. Hoje, faço parte, como membra, da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB Barra da Tijuca, embaixadora do Instituto Atravessamentos.

Bem, é com profunda alegria, orgulho e responsabilidade que eu ocupo hoje esta tribuna nesta Casa que representa o povo brasileiro para defender a aprovação desse PL 3.669, de 2023, que propõe instituir outubro como o Mês Nacional de Conscientização da Síndrome de Rett.

Falo aqui como mãe, como mulher, como cidadã. Falo como a precursora desse PL, representando tantas famílias brasileiras que, assim como eu, convivem diariamente com a realidade dessa síndrome, ainda invisível, sim, para muitos, mas intensamente vivida por todos nós.

Dentre as ações que eu já realizei no Rio de Janeiro, destaco algumas que impactaram muito, de muita importância: a iluminação do Cristo Redentor; fiz uma ação muito especial no Clube de Regatas Vasco da Gama, onde minha filha entrou em campo, com a camisa da associação, onde a gente teve realmente uma repercussão muito grande. Foi um gesto simbólico, mas de um impacto gigantesco, porque representou tantas outras crianças, jovens e também adultos invisibilizados.

Mas essa luta não é só minha, é de outras mães, em todos os cantos deste país, que se levantavam com coragem, com garra, com resiliência, resistência e muito, muito amor. Mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exaustas, não desanimamos, porque somos mães que lutam por visibilidade, por respeito, por dignidade. Lutamos pelo que a nossa Constituição já garante: direitos iguais, sem distinção de cor, credo, condição física ou intelectual.

E por isso esse PL é urgente. Instituir o Mês Nacional de Conscientização da Síndrome de Rett significa tirar muitas famílias da invisibilidade diante do poder público federal. Significa abrir espaços para campanhas oficiais de diagnóstico precoce, inclusão escolar, formação de profissionais de saúde e educação, apoio a famílias e incentivo à pesquisa. É criar uma base legal para políticas públicas reais. A aprovação desse PL é mais do que um símbolo, é um ato de justiça, de reconhecimento e de humanidade. É dar voz a quem não pode falar e apoio a quem cuida.

Hoje, eu quero agradecer por estar aqui, por representar não só a minha filha, Letícia, mas todas as pessoas com síndrome de Rett e suas famílias. E faço um apelo singelo e muito sincero: digam sim a essa causa, digam sim à visibilidade, digam sim à empatia, digam sim à vida.

E encerro com uma frase que eu carrego nesta camisa que estou vestindo neste momento, e neste momento eu quero apresentar a vocês a Letícia. (*Pausa.*)

Essa frase fala: "Ela não fala, mas o seu olhar diz tudo."

É pela Letícia e por todas as pessoas que não podem falar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Simone Barros de Oliveira, por todos os seus esclarecimentos, já que você vive toda essa situação com a sua filha, que nos deixa bastante emocionadas. Fico aqui pensando: "Meu Deus, precisamos encontrar uma forma, de ajudar essas famílias, de ajudar essas mães, essas meninas".

Estava observando aqui de longe a... Como se chama? A Carol.

Ela, realmente, com o olhar... Eu estava observando, com o olhar... E fiquei muito emocionada observando daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer, sim, muito, por estar aqui participando junto com todos vocês, porque, confesso, também, que desconhecia um pouco a respeito dessa doença. Agora, isso está me deixando mais confortável, no sentido de compreender melhor.

E vamos à luta. Vamos à luta todos juntos, porque é assim que a gente consegue, realmente, chegar a um objetivo.

Quero passar, agora, a palavra para Denise Marinho Trindade, Presidente da Associação Brasileira de Síndrome de Rett (Abre-te).

A SRA. DENISE MARINHO TRINDADE (Para expor.) – Bom dia, Exma. Senadora, Senadores, autoridades presentes, famílias e apoiadores dessa causa tão importante.

Em respeito às pessoas com deficiência visual, vou fazer a minha autodescrição.

Sou a Denise Marinho Trindade. Sou mãe da Dandara, de 14 anos e, atualmente, Presidente da Abre-te. Sou uma mulher negra, baixa, estou levemente maquiada, tenho um cabelo curto, com um tom aloirado e um penteado bem estilizado. Uso brincos, colar, bracelete dourado, uma sandália preta e estou vestindo uma calça social num tom lilás e essa blusa roxa, roxo escuro, que é a camisa da Abre-te. E, nessa camisa, tem os dizeres, em laranja: síndrome de Rett; o símbolo do DNA e da borboleta, que representa a nossa causa; o nome da Abre-te, com a logo; e a frase da nossa campanha "Sou único, assim como você".

Então, em nome da Associação Brasileira de Síndrome de Rett (Abre-te), agradeço imensamente por este espaço.

Represento aqui uma instituição que, há 35 anos, luta por dignidade, informação e visibilidade para centenas de famílias brasileiras.

A Abre-te nasceu da experiência de pais, a Ísis Riechelmann e o Sr. Cláudio. Eles receberam o diagnóstico da filha e, naquele tempo, a Rett era quase desconhecida no Brasil. E, infelizmente, o desconhecimento, ainda hoje, causa sofrimento e atraso no diagnóstico e no cuidados dessas pessoas.

Hoje, atuamos nacionalmente com mais de 800 famílias que são apoiadas. Nós temos 60 voluntários, que receberam o diagnóstico – desculpa, gente, é emoção, tá? –, entre eles médicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terapeutas, advogados, familiares. Nós promovemos o acolhimento, a orientação, materiais acessíveis, campanhas de apoio direto, sempre com o objetivo claro: reduzir o abandono, a desinformação e o isolamento que tantas famílias enfrentam.

Apesar de rara, a Rett não é invisível para quem vive com ela. A cada três a cinco dias, nasce uma criança com Rett aqui no Brasil, e, na maioria dos casos, as famílias enfrentam esse diagnóstico sozinhas. Por isso, pedimos o apoio ao PL 3.669, de 2023, que propõe o reconhecimento oficial do mês de outubro como Mês Nacional da Síndrome de Rett.

Nós realizamos o Outubro Roxo com as campanhas da associação e agora precisamos da força institucional desta Casa para que se torne política pública com impacto real o diagnóstico precoce, a capacitação profissional e o apoio às famílias.

Falando de uma forma bem clara, as pessoas com síndrome de Rett... Gostaria que vocês imaginassem uma pessoa que tem Parkinson, que tem Alzheimer, que tem paralisia cerebral, que tem um autismo; essa é uma pessoa com a síndrome de Rett.

Neste ano, a nossa campanha traz o tema: "Sou único, assim como você!". Cada pessoa Rett merece respeito, inclusão e cuidado. Reconhecer o mês de outubro é transformar invisibilidade em direitos.

Em nome das famílias brasileiras, eu peço que digam "sim" a essa causa tão importante.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada pelas suas palavras, Dra. Denise Marinho Trindade, que é mãe de uma adolescente com a síndrome de Rett.

Eu gostaria de passar a palavra para Jaqueline Zeferino.

A SRA. JAQUELINE ZEFERINO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas que estão nos assistindo, nos ouvindo.

Meu nome é Jaqueline Zeferino, eu sou uma mulher de baixa estatura, parda, de cabelos encaracolados dourados, também uso acessórios dourados: argolas, uma correntinha e um pingente de búzio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou irmã de Adriana Zeferino, que é a pessoa hoje mais velha no país com síndrome de Rett, com 53 anos; também sou a responsável legal da Didi, como assim a conhecemos pelo Brasil, e também cuidadora da Adriana.

Eu digo que tudo que sei sobre o amor eu aprendi com a Adriana e com a minha mãe, porque, quando eu nasci, a Adriana já existia, então, eu nasci num lar atípico e de mulheres.

Eu agradeço muito a fala do senhor, Fernando.

O Dr. Fernando trouxe algo muito importante em que a gente também precisa pensar quando a gente pensa num projeto de lei que vai discutir e aprovar, assim a gente espera, o mês de outubro como o Mês de Conscientização da Síndrome de Rett, porque a síndrome de Rett atravessa mulheres, atravessa sobretudo a vida de mulheres. E nós, cuidadoras parentais, cuidadoras informais, sofremos muitos desafios e muitos impactos na nossa vida profissional, como já foi falado pelo Dr. Fernando, na vida pessoal, na vida afetiva, porque nós vivemos um amor incondicional que enfrenta desafios diários.

Eu também sou Doutora em Educação, antropóloga, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. Enfrento, no âmbito da minha vida profissional, tudo que já foi falado também pelo Dr. Fernando, que é uma dificuldade de assumir cargos de liderança e de chefia pela quantidade de dias em que eu preciso me ausentar para os cuidados da Adriana, enfrento dificuldades em acessar o direito à licença para acompanhamento de saúde da minha irmã, porque, embora eu tenha a curatela definitiva dela, ela seja a minha dependente legal, a orientação de algumas instituições federais, como a minha, é a de que, por a Adriana não estar declarada no meu Imposto de Renda, eu não tenho o direito de acessar o acompanhamento à saúde e a redução de carga horária. Então, é um entendimento jurídico bastante restrito, que pensa como cuidado apenas o cuidado financeiro.

Então, é muito importante que a gente avance para a discussão do cuidado parental, porque isso atravessa a nós mulheres de uma forma muito dolorosa, porque a gente não se vê em outra condição a não ser a de abdicar da nossa vida profissional para o cuidado. Esse é o momento, inclusive, em que eu me encontro, após 15 anos de universidade, por não conseguir a licença e a redução de carga horária, o horário especial, para cuidar da Adriana, que é a mais velha do país, então, a cada dia que passa ela exige mais cuidado. Obviamente, nós temos uma rede muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pequena de apoio, mas temos essa rede. Essa rede é ineficiente para que a gente concilie a vida social, a vida profissional e a vida do cuidado. Então, o mês de outubro também é um mês muito importante para que a gente conscientize as instituições e dê esse apoio às famílias e às mulheres cuidadoras.

Nós enfrentamos também algo que já foi falado aqui na mesa, que é o adoecimento precoce. Muitas de nós adoecemos durante o cuidado. Eu mesma desconheço uma cuidadora, pelo menos do meu círculo de pessoas que lidam no dia a dia com a síndrome de Rett, que não adoeceu. E não é incomum que essas pessoas faleçam antes das pessoas de que cuidam. E sim, o nosso grande medo é morrer. Então, viver com medo da morte e pensar em quem vai cuidar da pessoa que a gente mais ama é algo devastador, que nos afeta profundamente.

Então, pensar políticas públicas para as mulheres e meninas com síndrome de Rett é de extrema importância e também para as suas famílias, sobretudo para as mulheres cuidadoras.

Uma outra questão muito importante, que também já foi falada, mas eu gostaria de frisar novamente, é o diagnóstico precoce e a formação de todo o sistema de saúde para esse diagnóstico. Como pesquisadora – há mais de 20 anos sou pesquisadora –, já com esse olhar de pesquisa, em uma viagem pelo Brasil, eu visitei uma Apae e vi uma pessoa muito parecida com a minha irmã, com uma estereotipia da mão que eu não tinha visto para além da Adriana. E eu perguntei: "O que tem essa menina?". E aí me responderam: "Síndrome de Rett". A partir daí começou a minha busca, pela primeira vez eu ouvi falar na síndrome de Rett, porque a minha irmã tinha um diagnóstico equivocado há mais de 30 anos de paralisia cerebral e autismo. E eu conheci a Associação Brasileira de Síndrome de Rett, pela internet nessa época, e a partir daí a nossa vida mudou, mesmo sem um diagnóstico específico, né? O diagnóstico veio muito tardiamente, há menos de cinco anos nós temos o diagnóstico de síndrome de Rett confirmado da Adriana. Então, volto a dizer que o diagnóstico muda todo o manejo e muda não apenas a vida dessas meninas e mulheres, como as nossas vidas também, de cuidadoras parentais.

E por último, pensar em políticas públicas para as meninas adolescentes e mulheres adultas. A minha irmã já é uma mulher adulta, com um comportamento e um olhar de criança, que sempre teve, mas é uma mulher adulta que vivenciou e vivencia no seu corpo o envelhecimento de uma mulher adulta. Então, nós enfrentamos a dificuldade de não ter uma equipe médica especializada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em síndrome de Rett que atenda uma pessoa adulta, uma pessoa adolescente. Então, a gente também fica descoberta nesse sentido.

E agradeço a escuta, porque como também já foi falado na mesa, é muito importante que a gente saia da invisibilidade, e que a nossa existência possa ser resguardada e garantida enquanto cidadãos, cidadãs exercendo o nosso direito pleno à vida e ao cuidado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Dra. Jaqueline Zeferino, pelas suas palavras, por todo o seu conhecimento a respeito da síndrome de Rett.

Passo a palavra agora para Lidianne Bezerra Martins de Souza.

A SRA. LIDIANNE BEZERRA MARTINS DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu vou fazer minha autodescrição também, para que todos possam estar incluídos na nossa audiência.

Eu sou uma mulher branca, de cabelos negros, tenho 1,60m, uso óculos, estou com brincos dourados também, e um pouquinho gordinha. (*Risos.*)

Eu sou mãe da Larissa – eu sou Lidianne, mãe da Larissa –, que tem 13 anos.

Larissa recebeu o diagnóstico com três anos de idade. Então, não foi um diagnóstico tão precoce quanto nós gostaríamos, mas também não foi tão tardio quanto o da Adriana, né? Esse testemunho da Jaqueline nos mostra a importância de nós falarmos sobre os sinais e sintomas.

Eu acho que eu posso começar a falar aqui usando já a fala da Jaqueline, porque há dez anos, desde quando a Larissa recebeu o diagnóstico, eu faço parte da Abre-te e eu vejo a importância de se falar sobre sinais, sintomas, para que nós tenhamos o diagnóstico cada vez mais precoce. Muitas crianças que nós recebemos na associação tiveram diagnósticos inicialmente errados, como o da Adriana, em decorrência do desconhecimento da sociedade médica, e hoje elas receberam um diagnóstico correto. E eu sei que a associação, a Abre-te, faz parte dessa história, né, Denise? Nós sabemos que, cada vez que nós falamos sobre sinais e sintomas, cada vez que nós colocamos o tema da síndrome de Rett nas redes sociais, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas, e o trabalho em rede com a Lauda, como ela falou, aqui no Distrito Federal... Nós sempre tentamos falar sobre a síndrome de Rett nos eventos, para mostrar a sua importância.

A síndrome de Rett, como o Dr. Fernando falou, é a segunda maior causa de deficiência em meninas. Então, é notório que nós temos um subdiagnóstico. Nós temos hoje menos de mil diagnósticos aqui no Brasil. E já estudos do exterior falam que no Brasil provavelmente nós temos mais de 3 mil pessoas com síndrome de Rett. Então, nós temos menos de um terço dos diagnósticos. Isso mostra que nós temos muito o que fazer.

Aqui no Distrito Federal, nós temos políticas públicas um pouco melhores para as doenças raras, diferentemente de todo o nosso país. Nós já temos um mês de conscientização da síndrome de Rett, uma lei distrital, que foi escrita pelo nosso então Deputado Cláudio Abrantes, um grande apoiador da nossa causa. E nós queremos que este momento seja realmente um marco para todo o país, porque, a partir do momento em que nós temos um mês de conscientização no âmbito federal, nós conseguimos alcançar instâncias municipais, estaduais.

Nós temos testemunhos de famílias dos municípios, principalmente do Nordeste, de como é difícil para eles conseguirem políticas públicas, conseguirem o direito ao tratamento das crianças, pela falta de conhecimento. Então, aqui no Distrito Federal já é difícil, imagina nos municípios mais distantes, né? Nós temos essa necessidade.

Contemplando a fala também do Dr. Fernando Freitas, eu sou servidora pública da Secretaria de Saúde do Distrito Federal há 15 anos. Quando a minha filha recebeu o diagnóstico, a Larissa, eu estava exercendo um cargo de chefia na secretaria. Já tinha uma formação superior, estava exercendo um cargo de chefia, e eu entreguei o cargo para cuidar da minha filha plenamente, porque ela precisava – era início de um diagnóstico, ninguém sabia o que era. E quando eu voltei – tirei uma licença dentro dos direitos ali me ofertados – da licença, não pude mais aceitar o convite, digamos assim, porque a gente precisa cuidar das nossas crianças.

E de certa forma, em algumas horas, a gente acaba sofrendo um pouco de preconceito, porque nos ausentamos bastante, tanto para as terapias quanto para as internações, e às vezes recebemos cobranças de que... Uma vez uma determinada chefia falou: "A gente precisa do serviço dela, e ela não está aqui". Então, é bem difícil essa falta de empatia da grande maioria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a importância do mês de conscientização da síndrome de Rett em âmbito federal, que é o que nós estamos discutindo aqui agora, vem porque nós vamos alcançar, como eu falei, outras instâncias, do âmbito federal para todas as outras.

A capacitação profissional é um ponto muito, muito necessário que seja falado. Nós, mães, familiares, estamos nos capacitando para cuidar dos nossos filhos e das outras crianças, porque não temos profissionais. A minha formação inicial foi matemática, porque sempre gostei da área de exatas, mas, ao me deparar com o diagnóstico da minha filha e a falta de profissionais que conheciam como cuidar de pacientes com doenças raras, principalmente a síndrome de Rett, que é a nossa realidade, fiz um curso de fisioterapia, uma pós-graduação na fisioterapia neurológica, que é uma das grandes deficiências, e hoje estou terminando a pós-graduação em doenças raras, porque a gente precisa de profissionais capacitados.

Nós temos outras mães que estão cursando fisioterapia, terapia ocupacional... Temos a Gisele, que está aqui presente e que é dentista. Os pais, as famílias, os profissionais, os filhos, os irmãos estão se capacitando para cuidar, pela falta de profissionais. Mas isso é algo que a gente precisa expandir. Por quê? Porque não são só as pessoas com síndrome de Rett que precisam de cuidados, né? Aqui eu quero pontuar essa importância para que a gente alcance tanto a capacitação profissional quanto os diagnósticos precoces, cada vez mais. Nós precisamos falar sobre políticas públicas, falar sobre as necessidades, capacitar os profissionais e evidenciar, como a Lauda falou, as nossas necessidades, além de colocar também as políticas públicas em prática. O que a gente sempre fala é que nós precisamos de política de Estado, porque vai ser algo fixo. Independentemente da rotatividade dentro dos Parlamentos, dentro da Presidência, nós vamos ter uma política fixa para os pacientes com doenças raras, e assim da síndrome de Rett também.

Eu quero agradecer a presença de todas as mães aqui do Distrito Federal e das mães que vieram de fora. É muito difícil para nós trazermos nossas crianças, e nós temos aqui hoje a Carol, que está representando as nossas meninas, e também a Cecília, que é a nossa paciente diagnosticada mais recentemente aqui no Distrito Federal. O diagnóstico dela foi com um ano e oito meses. Isso, para nós, traz uma alegria pelo fato de que temos sempre relatos de diagnóstico tardio. Então, o diagnóstico precoce faz toda a diferença. A terapia está direcionada, os profissionais estão conhecendo a síndrome de Rett. Por mais que nós não tenhamos uma cura, uma medicação, nós temos uma primeira droga órfã que está vindo dos Estados Unidos. Alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes estão começando a recebê-la por via judicial. E aí a gente contempla a fala da Lauda, com relação a criar os protocolos de diretrizes de tratamento. O PCDT é fundamental para que a gente consiga isso. E, para a gente chegar a tudo que a gente contempla, esta audiência pública é o pontapé inicial.

A fala está um pouco embargada porque a gente fica emocionada. É algo com que nós sonhamos há muito tempo. Aqui no Distrito Federal, nós temos agora também uma vitória muito grande que é a construção do Centro de Referência de Doenças Raras, também uma luta antiga. Nós temos profissionais supercapacitados que atendem nossas filhas no centro de referência, mas que dividem sala. Essa é uma realidade aqui da capital do país – imaginem em outros estados. Nós temos profissionais que conhecem e precisam dividir sala porque não tem o espaço. Então, quando a Lauda fala sobre a criação de centro de referência, é centro de referência que tenha espaço e contemple as necessidades dos nossos filhos.

O nosso prédio vai sair, a nossa licitação aqui no Distrito Federal, graças a Deus, foi aprovada. Já temos verba de alguns Parlamentares, e essa discussão que a Senadora Jussara vai ter com o Ministro da Saúde é fundamental para que isso não seja uma realidade só de Brasília, mas de outros estados, porque nossos filhos precisam desses atendimentos.

Larissa hoje tem 13 anos. Nós começamos nessa jornada... Com um ano e dois meses, ela começou com os sintomas e, com três anos, recebeu o diagnóstico. Então, há dez anos, a gente sabe que ela tem síndrome de Rett, luta e busca melhores terapias. Há dez anos, a gente luta por políticas públicas. Já vimos muitas coisas melhorarem, mas precisamos de muito mais.

No mês de outubro, a Abre-te sempre faz ações. Quero agradecer, porque liberaram a entrada do cartaz e do *banner*. (*Palmas.*)

Eu trouxe aqui... Esse é o nosso cartaz da campanha do ano passado, que a gente fez. Eu o trouxe para mostrar que todo ano a gente inova com as nossas campanhas. Então, a gente escolhe, às vezes, imagens das nossas crianças, do nosso banco de dados, autorizadas pelos pais. Sempre colocamos sinais e sintomas para que todos possam conhecer... Esses cartazes são afixados por todo o país, nas unidades básicas de saúde... Os pais e familiares levam os cartazes para serem colocados nas unidades, nos hospitais, nas clínicas. É um trabalho conjunto. Só que nós familiares somos poucos e precisamos que vocês nos apoiem, precisamos que esta audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública contemple realmente o que nós viemos pleitear, para que mais e mais informação seja contemplada.

Essa é a nossa campanha desse ano, como a Denise falou: "Sou o único, assim como você". Aqui no Distrito Federal, nós temos quase 30 pacientes com síndrome de Rett diagnosticados. Aqui nós temos 20 delas, do nosso banco de imagem, autorizado, como eu coloquei. Alguns pais ainda são mais reservados e a gente respeita, certo? Então, aqui nós estamos... Nós sempre colocamos os sinais e sintomas, a foto das meninas. Nós temos aqui a Monique, que é a nossa paciente que tem mais idade aqui no Distrito Federal, tem 32 anos; nós temos a Gisele, que está aqui; a Luísa, com 21 anos; a Carol vai fazer 15. Então, a síndrome de Rett afeta as crianças, as pessoas com síndrome de Rett, na infância, na adolescência, na juventude.

Uma grande preocupação, além de, como já foi dito, com a morte, é com o fato de que as nossas meninas vão crescer. Pediatras sabem cuidar dos nossos filhos, porque surge na primeira infância, mas e os médicos, os clínicos médicos? Quando a Larissa interna, os médicos falam: "Ela já tem 13 anos. Lidianne, a Larissa não vai internar na UTI pediátrica mais, porque ela já tem 13 anos". Eu falo: "Não, ela vai ficar aqui até os 18, porque ela é um bebê, apesar de ter 13 anos".

Então, nós precisamos de políticas públicas melhores, nós precisamos de profissionais mais capacitados para os nossos filhos. A qualidade de vida e a longevidade das pessoas com síndrome de Rett e das pessoas com doenças raras vai do momento em que elas recebem as terapias necessárias, os tratamentos adequados. Então, nós precisamos pensar em tudo isso. A qualidade de vida e a longevidade vem do tratamento adequado, de terapias contínuas. E tudo isso vai ser contemplado a partir daqui, eu tenho certeza de que nós vamos alcançar mais e mais pessoas e direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Lidianne, pelos seus esclarecimentos e por também ser mãe de uma adolescente com síndrome de Rett.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, por videoconferência.

Com a palavra, Dr. Natan.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Jussara; bom dia a todas as pessoas presentes aí na plenária; bom dia aos colegas que estão nos acompanhando aqui também de forma virtual.

Eu gostaria de fazer também minha audiodescrição. Eu sou um homem de pele clara, com cabelo castanho, barba grisalha, uso óculos e, no momento, estou com uma camisa verde.

Tenho muita coisa para trazer, para informar aqui a todas as mães e pais de pessoas com Rett aí na plenária. Então, a gente tem feito, aqui na Coordenação-Geral de Doenças Raras, uma série de esforços coordenados, com diversos segmentos sociais, com diversos segmentos profissionais também, no sentido de melhorar, no sentido de atender uma série de necessidades das comunidades de pacientes com doenças raras.

Eu gosto sempre de lembrar que a Coordenação-Geral de Doenças Raras é nova, a gente está caminhando para completar três anos de existência e, nesse ínterim, nesses três anos, a gente assumiu um desafio enorme, que é o desafio de melhorar a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

Nesse sentido, a gente precisou encarar uma série de desafios que são comuns a muitas das doenças raras. Então, há a escassez de serviços de referência. E, com muito orgulho e não com vaidade, a gente fala sempre isto nos eventos: que a gente pegou um cenário de descoordenação, de não integração de serviços e começou a fazer um trabalho sistemático de organização e expansão dessa rede. Então, hoje já temos um volume expressivo de serviços que atendem pessoas com doenças raras, mas certamente esse número de 37 serviços está muito longe daquilo que é necessário para atender todas as necessidades de quem é afetado por uma doença rara, as famílias que vivem com doenças raras, no Brasil.

Temos trabalhado em uma câmara técnica instituída pela coordenação também, no sentido de debater as lacunas necessárias, enfim, os temas necessários para algum grau de atualização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da Política de Doenças Raras. Entre esses temas, passa, por exemplo, a questão da transição de cuidados, que foi citada, inclusive, há pouco, na fala que me antecedeu. Muitas das pessoas com doenças raras hoje, em razão da dedicação das suas mães, das suas famílias e também do apoio que vem do setor de genética médica, do setor dos profissionais de saúde que apoiam e dos serviços, hoje conseguem alcançar idades mais avançadas, têm expectativa de vida maior, e a gente já sabe, a gente está ciente de que grande parte dos serviços hoje de doenças raras atende quase que exclusivamente crianças, são poucos que atendem adultos com um pouquinho mais de propriedade ou com uma organização um pouquinho maior do modelo de trabalho, mas este é um tema que a gente vai precisar trabalhar, este é um tema em que a gente vai precisar avançar bastante: como é que o cuidado pediátrico avança para um cuidado adulto na rede SUS.

Para isso há uma necessidade que já foi dita aqui, por diversas vezes, e que acaba aparecendo, que é a necessidade de desenvolver uma diretriz de um cuidado voltado para as pessoas que vivem com síndrome de Rett, assim como outras doenças do neurodesenvolvimento, doenças que também são neurodegenerativas, enfim, uma série de condições que vão afetar o sistema nervoso dessas pessoas e que vão repercutir na forma de espectro autista ou de outras deficiências intelectuais.

Então, a gente tem feito, dentro do Departamento de Atenção Especializada e Temática, um trabalho de aproximação, de integração também de ações da Coordenação de Doenças Raras com a Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência, que é a nossa coordenação irmã e vizinha. Então, várias ações no sentido de prover melhorias na rede também, de prover cuidado às pessoas com autismo, às pessoas com deficiência intelectual têm sido feitas de maneira simultânea entre a Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência e a Coordenação de Doenças Raras.

Um outro avanço que eu posso trazer aqui, que foi reiteradamente trazido pela fala das mães, pela fala dos colegas profissionais de saúde, é a questão do diagnóstico precoce, do diagnóstico molecular para essa condição.

E aí é importante dizer que agora, no mês de setembro, depois de um ano, dois anos de planejamento, organização, aquisição de equipamentos e, enfim, capacitação do nosso polo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente começa a ofertar, dentro do Sistema Único de Saúde, sequenciamento de nova geração, quer dizer, a capacidade, agora, que é ofertada para os serviços de referência em doenças raras, que vão, agora, poder encaminhar as suas amostras, encaminhar o material biológico dos pacientes com suspeita, por exemplo, de síndrome de Rett ou de outras deficiência intelectuais, ou de outros quadros que passam pelo espectro do autismo também, doenças de neurodesenvolvimento, e encaminhar esse material lá para o Instituto Nacional de Cardiologia, que passa a ser o nosso primeiro *hub*, o nosso primeiro laboratório de referência nacional para sequenciamento de nova geração. Então, a partir, agora, do mês de setembro, a gente começa a ofertar essa capacidade de diagnóstico molecular para a rede do SUS.

Estamos trabalhando, nesse momento, na pactuação disso, quer dizer, na forma como os diferentes estados vão ter acesso a esse serviço, mas já estamos com o piloto rodando, coletando amostras, começando a fazer os primeiros sequenciamentos, para poder atender a essa necessidade, que não estava coberta no rol de procedimentos do Sistema Único de Saúde.

E, por fim, para encerrar minha fala, dando respostas aqui positivas para as demandas da comunidade de pessoas com doenças raras, em particular a Abre-te, há a questão do registro de pacientes. Eu vou aproveitar aqui a presença de Dra. Têmis também.

Então, o Ministério da Saúde tem fomentado ações de coleta de informação, de registro de informação das pessoas que vivem com doenças raras no Brasil, um belíssimo projeto tem sido conduzido por Dra. Têmis, aqui, com diversas universidades federais, com diversos serviços de referência em doenças raras. E esse trabalho serve agora de base, ele nos forneceu as bases necessárias, do ponto de vista de conjunto mínimo de dados, como é que a coleta de informações de pacientes deve ocorrer, para que a gente faça, agora, a implementação de um registro brasileiro de pessoas com doenças raras.

Então, veja, a integração pesquisa-serviço acontecendo de um modo vivo e dinâmico dentro do SUS, para que agora, no próximo ano, 2026, a gente comece a lançar as diretrizes para a formulação, para a estruturação desse grande registro brasileiro.

Então, é com muito orgulho que eu também, como professor universitário e pesquisador do campo, trago essa informação. Então, pesquisa se vertendo agora em serviço, e a gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve as primeiras reuniões, inclusive, com as equipes de saúde digital do Datasus, para poder avançar com essa questão do registro.

Então, nessa pequena existência, existência de dois anos e dez meses da Coordenação de Doenças Raras, a gente já consegue, com toda potência, trazer soluções. Ainda estamos longe do ideal, mas são as sementinhas que a gente começa a plantar, dentro do Sistema Único de Saúde, para resolver esses problemas históricos, para que a gente saia desse cenário de sensação de abandono que as pessoas com doenças raras têm, para mostrar que "olha, o Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde, ele consegue, sim, ofertar respostas positivas e diretivas para a vida, para a saúde das pessoas que vivem com doenças raras no Brasil".

Então, eu deixo aqui, em nome do Ministro Padilha, em nome da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, a nossa abertura, enquanto Ministério da Saúde, para receber as mães, as famílias que estão no auditório também, para conversar lá no Ministério da Saúde.

E para esta Casa também, Senadora, a gente está à disposição para o diálogo, o diálogo democrático, e manifestamos aqui o nosso apoio à criação deste mês de conscientização.

Para todas as doenças raras, a questão de educação e conscientização é extremamente importante. Então, achamos extremamente salutar a criação deste mês, e a gente se soma, enquanto Ministério da Saúde, nesse processo de educação em saúde também, de formação, capacitação, alerta aos profissionais de saúde para identificação da síndrome de Rett na nossa atenção básica e na nossa atenção especializada.

Então, um grande abraço e agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Quero agradecer aqui ao Dr. Natan Monsores de Sá e dizer para o Dr. Natan que ele realmente ficou por último pela importância que ele tem em nos ajudar e nos orientar.

Eu já pediria aqui, de antemão, que o senhor nos reservasse um tempinho para nos receber aí no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Por videoconferência*.) – Claro, Senadora, com o maior prazer, a gente recebe a senhora e pode receber também as mães e a Associação Brasileira de Síndrome de Rett.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – E que dia o senhor poderia nos receber? (*Risos.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Por videoconferência*.) – Senadora, com a provocação da sua assessoria, a gente mobiliza aqui a agenda para recebê-los na próxima semana, se for preciso.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Ótimo. Pode ser na terça ou na quarta-feira.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Por videoconferência*.) – Maravilha. É só nos provocar. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Pois muito obrigada, Dr. Natan. Sei que o senhor vai nos orientar muito bem e vai também – eu acredito, já que o senhor é um conhecedor de todo esse assunto com relação às doenças raras – segurar nas nossas mãos em relação a tudo isso.

Eu quero aqui agradecer a todos vocês por este momento tão importante. Quero prestar aqui, no encerramento aqui desta audiência pública sobre a síndrome de Rett, os meus sinceros agradecimentos a todos os que construíram esta audiência: ao autor dessa valorosa proposição, meu colega e amigo Senador Romário; às autoridades dos órgãos de saúde pública; aos profissionais de instituições de saúde e de ensino e de pesquisa; aos servidores desta Comissão; a todos cidadãos e cidadãs que nos acompanharam na nossa TV Senado; e em especial às famílias corajosas que compartilharam suas vidas conosco.

Quero especialmente declarar a minha admiração pelas famílias e pelos responsáveis. Não há dúvida de que o impacto sobre as famílias é grande, não há dúvida. Por esse motivo, todos vocês, familiares que estão aqui ou que estão assistindo à TV Senado, merecem meu encarecido apoio por sua coragem, por sua persistência e paciência e, portanto, por sua demonstração inequívoca de amor incondicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a história de vidas concretas nos impacta mais e nos ensina muito vivamente sobre a situação dramática gerada por essa enfermidade. Restou evidente que há muito a ser feito. Quero crer que sairão todos daqui com um senso de compromisso, com uma disposição de contribuir, com uma sensibilidade genuína para as urgências das doenças raras em geral e, em particular, da síndrome de Rett.

Para finalizar, todos sabem que doenças raras merecem a atenção maior do poder público e da sociedade em geral. E o motivo é simples: doenças raras não são enfermidades com apelo mercadológico ou com grande apelo político. Então, vamos juntos trabalhar para aprimorar as políticas públicas relativas às doenças raras.

Muito obrigada a todos e a todas.

Está encerrada esta audiência pública do Projeto de Lei nº 3.669, de 2023.

Eu gostaria de falar aqui para vocês que eu vou falar com o Presidente desta Comissão, da CAS, que é o Senador Marcelo Castro, por sinal meu conterrâneo e amigo, para que seja pautado aqui esse PL logo, logo, bem próximo, acho que na próxima semana, daqui a uns dez dias, para que seja pautado. Este PL, aqui no Senado, é terminativo. Sendo pautado aqui – e eu creio que vai dar certo –, ele vai para a Câmara.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

Voltem todos para casa com Deus. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Senador Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 26/2025 - CAS, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir o uso de saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos internados na UTI Neonatal. **Participantes:** Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde; Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Letícia Pereira de Brito Sampaio, Médica Neurologista Infantil no Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Carla Serrano Bilynskyj, Médica Neonatologista pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP; Gabriel Fernando Todeschi Variane, Fundador do Instituto Protegendo Cérebros, Salvando Futuros; e Michele Manzoni. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/06

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento 26, de 2025, da CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública com o objetivo de discutir o uso de saúde digital para prevenir sequelas neurológicas em recém-nascidos internados na UTI neonatal.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal Senado*, da Rádio Senado, e contará com serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, ou pelo e-Cidadania, por meio do portal, em www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. E já informo aos nossos expositores que estão chegando perguntas e comentários. O assunto chamou a atenção do Brasil.

Nós temos hoje convidados ilustres, estamos muito felizes com a presença de todos vocês.

Eu chamo, para compor a mesa comigo, Fernando Augusto Marinho dos Santos Figueira, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde.

Dr. Fernando, que alegria, viu? Já mande um abraço para o nosso Ministro. É um prazer estar com o senhor aqui.

Chamo também, para compor a mesa, Letícia Pereira de Brito Sampaio, que fará a exposição dela de forma *online* – Letícia, seja bem-vinda –, Médica Neurologista Infantil do Instituto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Dra. Letícia, que honra, viu? Que honra tê-la conosco nessa manhã.

Convido, para compor a mesa também, Carla Serrano Bilynskyj, Médica Neonatologista – falei certo, né, Doutora? – da Universidade Federal de São Paulo. Bem-vinda, Dra. Carla. Que alegria tê-la conosco! A Dra. Carla também fará a sua participação via *online*.

Convido também Gabriel Fernando Todeschi Variane, fundador do Instituto Protegendo Cérebros e Salvando Futuros. Obrigada, Gabriel. Prazer. Gabriel fará a sua participação de forma presencial. Obrigada por estar conosco.

E também Michele Manzoni. A Michele é uma convidada especial que vai compartilhar a sua história conosco. Obrigada, Michele.

E também compõe a nossa mesa a Anna Paula Feminella – Dra. Anna Paula, que alegria tê-la conosco –, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Dra. Anna Paula, obrigada, viu? Dá um abraço na nossa Ministra. Obrigada pela participação. O ministério tem sempre colaborado muito, nos ajudado muito no Senado, em todas as Comissões.

Obrigada, Doutora. Obrigada, Secretária.

O tema que provocou esta audiência pública nasce a partir de rodas de conversa com o Instituto Protegendo Cérebros e das nossas discussões todas recentes, especialmente sobre os prematuros.

Dra. Anna Paula, vamos celebrar a nova lei sancionada pelo Presidente Lula na semana passada, de que eu tive a honra de ser autora: a lei que amplia a licença-maternidade no país. A licença-maternidade agora passa a contar a partir do momento em que o bebê sai do hospital, e não mais a partir do parto. Quantos bebês ficam dias, semanas e até meses no hospital? E, na hora em que eles saem do hospital, que vão para casa, é a hora em que eles mais precisam da mãe, e a mãe está voltando da licença-maternidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que o Brasil estava maduro para essa decisão. É um tema que vinha sendo discutido há mais de 20 anos nos bastidores do Congresso, mas havia uma rejeição, havia um certo "Ah, ninguém mais vai empregar mulheres". Não! Hoje a gente já tem essa compreensão de que os direitos podem ser garantidos sem o medo de correr o risco de perder o emprego.

E nós conseguimos! Eu estou muito feliz. Uma semana da lei em vigor e já tem muitas mães celebrando.

Nós estamos nos aproximando também do nosso novembro – o novembro inteiro dedicado a campanhas para a prematuridade. Então, esta audiência faz parte de uma série de debates sobre prematuridade, sobre bebês, sobre a saúde dos bebês, sobre esse universo neonatal. Então, essa é uma audiência de muitas que vão acontecer até o final de novembro.

Nós vamos ouvir os nossos expositores. Cada um tem dez minutos para falar. E eu queria deixá-los muito à vontade. Estou com três médicas e com uma Secretária Nacional *online*. Aqui na mesa também temos autoridades. O que eu vou dizer é o seguinte: se precisarem fazer a exposição – eu imagino como é que está a agenda da Secretária Anna Paula hoje ou das nossas médicas – e precisarem se ausentar depois da exposição, fiquem à vontade. E, se chegarem perguntas direcionadas às senhoras ou aos senhores, a gente encaminha via *e-mail*. Tudo bem assim? Mas, se ficarem até o final, depois das suas falas, ainda daremos mais três a cinco minutos de considerações finais e agradecimentos. Então, seria interessante ficarem até o final, mas a gente conhece a agenda e as emergências aí na área médica, que acontecem a todo instante.

Nesse sentido, nós vamos ouvir primeiro – eu acho que por uma questão de a gente entender o que está acontecendo e, a partir da fala dele, a sociedade médica e a sociedade civil podem fazer o contraponto – o Dr. Fernando Augusto Marinho dos Santos, Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde.

Dr. Fernando, obrigada por estar conosco.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente eu queria cumprimentar a Senadora Damares, na pessoa da qual parabenizo o Congresso por estar nos chamando enquanto representantes aqui do Ministério da Saúde para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir um tema que é tão rico e tão prioritário dentro da pauta que tem sido executada pelo Ministro Alexandre Padilha, particularmente dentro da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, pelo Secretário Mozart Sales, e dentro do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência, em que a Rede Alyne, que é uma evolução da Rede Cegonha, preconiza, então, que se desenhe e que se mapeie uma política mais equitativa de distribuição de recurso, com objetivos muito explícitos de melhorar os indicadores de atenção materno-infantil, com foco em diminuição de mortalidade materna, com foco em diminuição de mortalidade infantil, principalmente a mortalidade perinatal.

Cumprimento também o Gabriel – o Gabriel é meu colega médico.

E aí eu já abro colchete aqui, Senadora, para me apresentar.

Eu também sou médico. Embora não atue na área pediátrica, eu sou cirurgião cardiovascular. Estou aqui no Ministério da Saúde, com muita honra, coordenando esse departamento. Mas tive a felicidade de conhecer o Gabriel há três ou quatro anos, porque eu estava trabalhando, em serviço num hospital lá no Nordeste brasileiro, em Recife, e fomos apresentados. E quero dizer que, desde o primeiro instante, me encantou a tecnologia. E tivemos a sorte e a felicidade de, há três semanas – não é, Gabriel? –, termos um despacho no Ministério da Saúde sobre o tema. E houve um compromisso nosso de chamar o Gabriel, bem como outros entes que porventura possam colaborar, para o trabalho de discussão de ações e que minimamente a gente possa ter a oportunidade também de apresentar o que o ministério tem desenvolvido no âmbito da Rede Alyne. Então, já deixo o meu conflito de interesse por conhecer o Gabriel e entender a seriedade e o potencial dessa tecnologia que está posta.

Cumprimento também a Michele. É um prazer, Michele, tê-la aqui como representação popular. Ela é a mãe de uma criança que foi beneficiada por um cuidado adequado. E que isso sirva de espelho, para que possa ser expandido para outras crianças que porventura possam se beneficiar.

Aproveito para cumprimentar também as pessoas que estão aqui nos acompanhando *online*, principalmente a Anna Paula, nossa colega do Executivo, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; a Dra. Letícia, minha colega médica, neurologista infantil do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde eu tive o prazer de concluir meu Doutorado em Ciências Médicas – então me sinto copartícipe, colega seu de brasão –; e a colega médica, também, Carla Serrano Bilyinskyj, que é médica neonatologista.

E aprendi, Senadora, que existe espaço e direito de fala. Então, gostaria muito de escutar o Gabriel e a Carla enquanto especialistas. Embora eu seja médico, não sou especialista em neonatologia.

Acho que é importante a gente falar um pouco sobre o que tem sido feito em relação à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. E, justamente, no primeiro eixo dessa política, preconiza-se a promoção de uma atenção humanizada ao recém-nascido, com incentivo ao aleitamento materno, entre outros aspectos.

Dentro de um componente mais amplo, foi desenhado um modelo de estratégia chamado QualiNEO. E essa estratégia QualiNEO versa sobre medidas de neuroproteção, através de reanimação neonatal adequada; o Método Canguru, particularmente, da instituição de onde fui formado como médico e como gestor, que é empregado já há 40 anos. E a gente fica muito satisfeito com o resultado. E observe que não é necessariamente, Senadora... Tecnologia é algo que transcende o tecnológico. A metodologia do Canguru tem zero fio, zero *chip*, zero inteligência artificial e zero energia elétrica. É calor humano. E a gente observa a diferenciação na qualidade, na evolução desses pacientes quando são acompanhados em séries de longo prazo.

Inserido ainda nessa estratégia do QualiNEO, o Programa de Reanimação Neonatal preconiza uma padronização nos protocolos assistenciais de unidades de terapia intensiva, que são fundamentais, obviamente, para a redução do dano neurológico. Esse programa, que é uma parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria, vai tratar – e trata já – de toda diretriz que capacita os diferentes profissionais.

E faço um apelo para que a gente expanda a capacitação além do médico. Sendo filho de enfermeira, sei qual é a significância da avaliação multiprofissional dentro do cuidado de medicina intensiva, especialmente no cuidado de medicina intensiva pediátrico, e como é importante que a gente tenha, nesse ambiente, um ambiente plural, dominado, inclusive, por mulheres, o que significa que a gente já herda, naturalmente, uma essência materna desse cuidado, e não é à toa que isso mexe e é tão pujante na atenção pediátrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também inserido na estratégia QualiNEO, no seu passo 7... A gente já falou do Método Canguru e das medidas neuroprotetoras, e, para além do pensamento e do monitoramento do EEG, que tem o seu espaço – e a gente pode debater um pouco sobre ele –, a gente também entende que o contato pele a pele, o controle da dor e do estresse neonatal, esse tripé é um componente importante como medidas de neuroproteção.

Ainda na estratégia QualiNEO, existem medidas indiretas para a proteção cerebral. E aí eu paro para fazer um adendo: toda medida a gente pode dividir em medida terapêutica e medida diagnóstica. Acho que isso é muito relevante – não é, Gabriel, Michele, Carla, que também está nos acompanhando, e a outra colega? Qualquer medida que venha a despertar ou a aumentar a sensibilidade e a especificidade de métodos diagnósticos, por si só, não é terapêutica – isso está muito posto –, o que significa que, quando a gente pensa na linha de atenção e de cuidado e na prevenção dos cuidados, principalmente das sequelas hipoxêmicas ou dos eventos que podem provocar uma desmodulação negativa, a gente tem que imaginar que esse neonatal muito provavelmente está sendo alvo de injúrias desde o período pré-natal. Então, toda a linha de atenção e de cuidado tem que ser resguardada, primeiro, numa gestação preferencialmente planejada, dentro de um ambiente fisiológico estruturado, onde foi oferecido, durante todo o período da gestação, o cuidado pré-natal.

E eu já considero esse elemento como o mais importante, estatisticamente comprovado, e mais significativo para que a gente previna o dano neurológico ou qualquer outro tipo de dano perinatal, ou seja, a atenção pré-natal adequada: estabelecer um número mínimo de consultas, estabelecer um número mínimo de intervenções clínicas para que a gente possa ter uma gestação que culmine com algo que é natural, que é o parto. Que a gente não confunda a gestação com doença, porque não o é; se fosse, nós não teríamos, como temos, uma sociedade ainda em crescimento e que depende de uma gestação planejada e de uma criança saudável.

Então, eu deixo este como um primeiro alento: qualquer outra medida diagnóstica, por si só, não é terapêutica. Não é a implementação de uma medida diagnóstica que vai promover a ação. Um componente, como, por exemplo, medidas preventivas no pré-natal, já se prova como sendo eficaz, eu diria até mais eficaz do que qualquer controle de dano. Muitas vezes, quando a gente interfere lá na frente e insere um ambiente de UTI neonatal... E este é um ponto de reflexão: o quanto nós, enquanto saúde, gastamos em atenção neonatal altamente especializada, com alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, e, se houvesse um investimento... E é fruto e objetivo deste Governo mudar essa ótica sem perder a atenção do altamente especializado, mas olhar que a atenção pré-natal é preponderante até mesmo para diminuir a necessidade de impacto financeiro na atenção pós-natal. Então, eu deixo essa ressalva.

Mas, falando da atenção pós-natal, é alvo da estrutura QualiNEO, por exemplo, a aplicação precoce do Cpap e o suporte respiratório adequado, o controle rigoroso do uso do oxigênio...

E aí eu lembro que a hiperóxia, o uso do oxigênio de forma exagerada, principalmente naquelas modalidades de capacete neonatal – olha que eu não sou pediatra; vocês vão me corrigindo, viu, Carla? – também pode ser danosa, inclusive com lesão de retina.

... bem como a adoção de práticas seguras para o paciente e a prevenção de eventos adversos.

Então, a Rede Alyne, dentro do eixo da atenção pediátrica neonatal, incorpora esse conceito do cuidado com o protocolo integrado e com a visão multiprofissional.

E a gente entende, particularmente, que, no bojo de tudo que está se pensando na atenção pré-natal, na atenção perinatal e nos protocolos da atenção pós-natal imediata da QualiNEO, temos uma série de ações que já oferecem um programa bastante efetivo de proteção para o controle cerebral.

Obviamente, estamos aqui abertos para aprender – então, nos colocamos numa posição de humildade – o que mais pode ser discutido, sob uma ótica de racionalidade, de custo-efetividade e, principalmente, de qual é o caminho para a inserção de novas tecnologias na atenção perinatal, ao mesmo tempo respeitando o Legislativo e agradecendo a ele. E que esse casamento do ideário legislativo com a competência do Executivo seja próspero, para que a gente possa, junto, elaborar os protocolos.

E, mais uma vez, eu reitero o convite, que já foi feito, para o Gabriel – e sou eu que estou devendo a formalização, mas vai ser feita agora em outubro – para que a gente revise e revisite o plano nacional de atenção pediátrica. E eu quero contar muito com a ajuda de vocês e quero contar muito com a ajuda das mães que tiveram, por vezes, o sabor ou o dissabor de sofrer com suas crianças que tiveram algum dano neurológico que, eventualmente, podia ser evitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Particularmente, em relação ao tema desta sessão, como eu disse, há uns quatro anos, eu tive a oportunidade de conversar com o Gabriel. A gente chegou a recebê-los lá em Recife; a gente aprofundou-se mais sobre o tema; e a gente entende que é um tipo de solução em que, *a priori*, sob larga escala, a gente tem que avaliar, com muita parcimônia, qual é a capacidade de resolubilidade, sob uma ótica plena, sob uma ótica, primeiro, de maturidade assistencial e tecnológica dos vários leitos e vários perfis de UTIs neonatais que existem no Brasil.

Semana passada, Senadora, eu estive em Minas Gerais, Pará e Amazonas. E foi muito rico a gente sair de Brasília e conhecer os vários brasis dentro do nosso Brasil, entendendo que não existe uma solução única para este Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA – A visão regional é absolutamente necessária. E, por isso mesmo, rogo, pelo princípio da universalidade, da equidade e da integralidade do SUS, que inserções de tecnologias têm que obedecer à lógica da capacidade e da competência de que isso seja uma política universal. Por vezes, a gente pode pensar que uma tecnologia pode atender a um nicho – e eu não tenho dúvida nenhuma de que porventura possa atender –, mas, por outro lado, ela pode deixar de atender a um componente importante, em que outras medidas, talvez mais custo-efetivas, surtiriam ou possam vir a surtir mais efeito.

Como eu vi que já estourou o meu tempo, Senadora, eu tenho ainda mais alguns pontos que são mais técnicos, nos quais eu não me aventuraria, embora esteja à disposição para discutir com os colegas médicos também, em relação à revisão sistemática, aos achados de literatura sobre o uso mais amplo das tecnologias, que, volto a repetir, são encantadoras.

E o nosso sentimento, enquanto Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde, no qual a Rede Alyne está inserida – então tem sido fruto da nossa discussão –, o sentimento do Ministério da Saúde é que estamos, absolutamente, abertos e dispostos a discutir, em alto nível, como, quando e para quem essas tecnologias podem e devem ser utilizadas.

E me coloco à disposição e, mais uma vez, como ouvinte, para também aprender neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Fernando.

Eu já ia perguntar de onde é esse sotaque, mas o senhor já deixou claro que é de Pernambuco.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (*Fora do microfone*.) – De Recife.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

E ele traz, Secretária Anna Paula, o nosso grande desafio quando estamos na gestão: descobrir como é difícil cuidar de uma nação tão diversa e tão múltipla. E eu faço questão de lembrar, a todo instante, ao público que me acompanha, aos Parlamentares: o que acontece aqui em Brasília não acontece na Ilha de Marajó, Dra. Anna Paula; não acontece em São Gabriel da Cachoeira; não acontece em Cruzeiro do Sul, no Acre. Nós temos um país extremamente diverso, desigual, mas a gente não pode fechar os olhos para o que o mundo está fazendo. O mundo está avançando em tecnologia, e a gente também precisa avançar nessa área.

Mas falar de tecnologia... E aí, Dr. Gabriel, é tão ruim o que eu vou falar aqui, mas como é que eu vou falar de tecnologia para mães que ainda não têm o básico, o arroz e o feijão, lá no Norte; para mães que, durante a gravidez, ainda não têm o básico?

Então, a gente tem muitos desafios enquanto nação, mas esses desafios não nos desanimam, não; pelo contrário, eles nos fazem caminhar, e a gente está vendo aí o Ministério da Saúde apresentando propostas. E a Dra. Anna Paula, no gargalo que nós temos com a tecnologia para o bebezinho, para o pré-natal, para a neonatal... A Dra. Anna Paula tem lá os gargalos com a tecnologia assistiva. Então, é muito diverso, mas a gente não pode fugir do debate.

Eu quero fazer aqui um comentário que eu já tinha que ter feito no início. Em dezembro do ano passado, eu me mandei para a Ucrânia, junto com o Deputado Bilynskyj. E, no momento mais complicado da guerra, eis que estava eu e o Deputado... Foi uma viagem muito complicada, porque são vários trechos, e tinha um trecho de 9h de trem à noite. Para vocês entenderem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidade que foi esse percurso, teve autoridades diplomáticas da Polônia que não entraram no trem com a gente, tipo: "Agora é por conta e risco". Mas nós tínhamos uma missão: as crianças da Ucrânia que estavam sendo sequestradas pela Rússia. E o Deputado Bilynskyj tem um amor muito grande por criança. Eu tenho uma relação com ele – e ele tem compromisso com a proteção da infância – e eu tive que ouvir, na viagem inteira no trem, sobre tecnologia para prevenção de sequelas neurológicas em bebês. E eu: "Deputado, o que o senhor tem a ver com isso? O senhor é um delegado". "Não, mas eu quero, e nós precisamos falar...". Aí eu descubro que a Dra. Carla Serrano, que está aqui com a gente, médica neonatologista, é esposa do Deputado. Está explicado – está explicado! O que você fez com ele por anos, ele fez comigo numa noite, dentro de um trem. Tem que debater – tem que debater!

Parabéns, Doutora, pela influência que está tendo no Parlamento, porque o Deputado ousou, Dr. Fernando, apresentar, em 2024, o Projeto de Lei 4.727, Secretária, de 2024, sobre o qual vale muito a pena a secretaria se debruçar. Esse projeto cria o Programa Nacional de Proteção Cerebral para Prevenção de Sequelas Neurológicas em Bebês. Já aconteceram audiências públicas na Câmara por causa desse projeto de lei. Inclusive, ele agora foi devolvido para a Relatora, que tinha apresentado um parecer, que está reformulando o parecer dela, e esse projeto vai chegar aqui ao Senado. De acordo com a decisão da Câmara, eu vou lutar para ser Relatora do projeto aqui no Senado – agora, eu entendi também, além do amor às crianças, Dra. Carla, o desespero do Deputado –, para a gente fazer também esse debate aqui no Senado.

Na sequência, vamos ouvir a Dra. Anna Paula Feminella, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Obrigada pela participação, Doutora.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Bom dia a todas e todos.

Aqui quem fala é Anna Paula Feminella. Sou uma mulher branca, de meia idade, cabelo curto, escuro, está virado para o lado. Estou com óculos de grau, batom vermelho, um blêizer azul marinho e sou uma mulher cadeirante – uso cadeira de rodas – e também mãe. Tive a experiência de ser uma mãe cadeirante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar a Senadora Damares e todos os Senadores aí presentes, da Comissão, que nos saúdam com essa oportunidade de diálogo sobre um tema tão importante para as nossas existências. A deficiência ainda precisa ser reconhecida como uma variável fundamental para a efetividade de toda e qualquer política pública. Enquanto Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a gente se coloca aqui à disposição para contribuir com este debate.

Quero saudar o Dr. Gabriel, aí presente, e o Dr. Fernando, que nos antecedeu na sua fala, essa importante fala que representa o compromisso do Ministro da Saúde – do Ministério da Saúde –, Alexandre Padilha, do Secretário Mozart, e de tantos profissionais, como o Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, nosso grande parceiro Arthur Medeiros, que colabora muito para o desenvolvimento dessa pauta pela perspectiva de direitos humanos.

É importante apontar, como disse a Senadora Damares, essa conquista da lei de ampliação da licença-maternidade e reconhecer que o Brasil ainda tem uma dívida para garantir que esses cuidados do bebê sejam também divididos com os pais. Então, a questão da deficiência e a relação da paternidade é muito importante. Muitas vezes, quando nasce uma criança com deficiência, essa família se desestrutura, os cuidados ficam sobrecarregados em cima da mãe, e a gente precisa, sim, ter uma legislação que consolide esse compromisso também dos pais, que essa licença-paternidade seja ampliada. Hoje em dia, eu acho que é uma das... Só tem cinco dias, a gente tem projetos de lei importantes para a gente ampliar e distribuir esse cuidado na condição de bebês recém-nascidos, não só aqueles com algum comprometimento neurológico, mas também todas as crianças. Então, esse é o nosso pedido. Eu sei que o Supremo Tribunal Federal deu prazo para o Legislativo resolver essa situação até julho. E eu não sei em que situação está, Senadora Damares, mas é importante a gente agregar também os pais nesse cuidado. A gente tem aí esse compromisso.

Enquanto Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a gente entende a importância de agregar tecnologias para promover análise, a partir do uso de inteligência artificial, de dados, e diagnósticos cada vez mais precisos e precoces, reconhecendo esse mérito da modalidade tanto para reduzir as deficiências – os riscos de deficiência ou de sequelas permanentes neurológicas –, mas também para continuidade desse monitoramento das crianças que ficam com alguma sequela neurológica ou motora permanente, que já são consideradas, por força da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da nossa Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Inclusão, que completou recentemente dez anos, pessoas com deficiência, ou seja, pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nesse contexto, esta questão é premente: refletir sobre as oportunidades de se integrarem as crianças nessas condições, tanto garantindo as condições de diminuição dos riscos de uma sequela permanente, mas também, havendo esse comprometimento neurológico, dar devida atenção e pontuação da condição específica desse indivíduo, desse recém-nascido.

Então, pensar essa perspectiva da Convenção e da LBI é pensar numa mudança de paradigma: considerar usar as tecnologias em saúde como avanços para garantia de direitos humanos; reconhecer tantas políticas necessárias, como a Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei 15.069, de 2024, que promove o reconhecimento, a redução e a redistribuição do trabalho não remunerado do cuidado, realizado primordialmente por mulheres; promover o enfrentamento das múltiplas desigualdades estruturais no acesso ao direito ao cuidado, de modo a reconhecer a diversidade de quem cuida e de quem é cuidado, porque muitas mulheres com deficiência também são cuidadoras – mulheres e homens também, mas especialmente as mulheres são cuidadoras. Então, pensar nessa perspectiva do papel dos direitos humanos nessa agenda é fundamental.

Nesse sentido, eu achei muito pertinente, Senadora, falar sobre as demandas de tecnologia assistiva, tecnologias assistivas que atendam também aos domicílios e, para isso, tecnologias assistivas que cuidem também da saúde de quem é cuidadora, de quem é cuidador, que efetivem esses direitos tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado, percebendo a ética do cuidado como primordial, ou seja, o direito de construir essa autonomia, desde o diagnóstico precoce, para a gente conseguir entrar com políticas públicas efetivas para esse público, é fundamental. Então, a efetivação desses direitos é fundamental.

Deixe-me ver aqui outros tópicos.

O acolhimento qualificado às mães cuidadoras muitas vezes é ainda precário em muitos territórios. É importante apontar os desafios dos territórios mais vulnerabilizados. Eu tive a minha filha há 13 anos, com uma gravidez de risco, e a gente encontrou também muitos desafios, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mulher com deficiência, cadeirante, parturiente, tendo os cuidados de perceber que, mesmo na nossa capital do Brasil, a gente ainda encontra profissionais não capacitados para fazer o devido atendimento tanto às crianças com alguma condição neurológica, às crianças com deficiência, ou a mães, cuidadores e familiares, que têm o direito de cuidar também. Então, a formação continuada de profissionais em distintas equipes de saúde é fundamental e, nesse sentido, o Ministério da Saúde tem avançado muito. Tenho acompanhado isso.

Na semana passada, se não me engano, foi feita a aula inaugural do Curso de Especialização da Rede de Cuidados em Saúde à Pessoa com Deficiência. Então, são 270 novos profissionais do SUS e servidores públicos atuando nessa agenda de inclusão no espaço da saúde da pessoa com deficiência, entendendo que essa agenda não pode se restringir à saúde especializada, mas também à atenção primária em saúde, porque muitas vezes é já na porta do posto de saúde que nos é negado o direito. Então, o desenvolvimento de estratégias intersetoriais para superar esses desafios é fundamental.

Por isso, a gente tem lançado aí a campanha de combate ao capacitismo, junto com o Ministério da Saúde, a Escola Nacional de Saúde Pública, e quer tornar cada vez mais público e popularizado o debate sobre o que é capacitismo e o quanto o capacitismo, ou seja, a discriminação em razão da deficiência, ainda está internalizado em muitas instituições, sejam públicas, sejam privadas, porque a gente vive numa sociedade cuja cultura ainda privilegia a corponormatividade. O desafio é superar essa ideia de que existe um corpo normal; e todos os outros, as outras pessoas que fogem desses padrões corporais ou comportamentais, ficam mais vulnerabilizados pela estrutura social em que vivemos, e não pelo próprio impedimento em si. Então, apontar que essas sequelas neurológicas que podem chegar a algum impedimento de ordem cognitiva acabam vulnerabilizando pelas estruturas sociais em que a gente vive.

E a gente tem que falar de um grande tabu, que é a violência sexual contra pessoas com deficiência intelectual, que a gente tem ainda presente e subnotificada na nossa sociedade.

Então finalizo aqui, agradecendo a oportunidade e nos colocando à disposição para darmos continuidade e atuarmos conjuntamente nessa agenda tão fundamental e valorosa, em que tanto o Executivo como o Judiciário e o Legislativo estão mobilizados.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretária, obrigada. É automático esse alerta de 15 segundos, mas eu sou bem generosa. Se a senhora quiser continuar, fique à vontade.

Secretária, a minha sugestão é que o ministério, especialmente a secretaria, acompanhe a tramitação do projeto, porque construir uma política nacional sem a participação da secretaria, eu acho temeroso. Eu fui a Ministra da pasta e eu sei que é uma secretaria, gente, que não tem dinheiro. Ai se a gente pudesse ter todo o dinheiro que a gente quer nessa secretaria, não é, Secretária? Mas é a secretaria da articulação, é a secretaria das grandes discussões, é a secretaria em que estão, lá dentro, os grandes pensadores.

Então, eu sugeriria, Secretária, quem sabe até já um encontro com a Relatora do projeto. Está em fase inicial, dá para a gente trazer todas as adequações ao PL e já começar a discussão certinha na Câmara, para, quando chegar ao Senado, a gente fazer só a revisão.

Secretária, eu quero agradecer muito.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (*Por videoconferência.*) – A nossa assessoria parlamentar está aí presente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ANNA PAULA FEMINELLA (*Por videoconferência.*) – ... e com certeza a gente vai acompanhar, sim.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretária, obrigada pela participação. A senhora fique à vontade se precisar se retirar. E, se chegar alguma pergunta direcionada à senhora, eu envio depois. Muito obrigada.

Na sequência vamos ouvir Letícia Pereira de Brito Sampaio, Médica Neurologista Infantil do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Letícia, seja bem-vinda. Muito obrigada por gastar esse seu tempo precioso conosco hoje de manhã.

A SRA. LETÍCIA PEREIRA DE BRITO SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Acho que vocês estão me escutando bem. Muito obrigada pelo convite para estar aqui.

Eu vou me apresentar. Eu sou uma pessoa branca, de cabelos claros, estou com uma blusa marrom, uma corrente dourada e óculos.

É um prazer, Sras. e Srs. Senadores e demais participantes. Eu agradeço o convite, em nome da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil, para participar desta audiência e debater um pouco desse tema que é muito relevante: o uso das tecnologias nas unidades de terapia intensiva neonatal para a prevenção de sequelas neurológicas.

Então, já fui apresentada. Eu sou neurologista infantil, trabalho no Instituto da Criança e eu vejo muito as consequências dessas intercorrências que acontecem no período neonatal com nossas crianças. É principalmente isso que me move para estar aqui e ver se a gente consegue uma evolução nesse sentido.

O nosso país tem avançado muito na sobrevida dos recém-nascidos mais graves e, hoje, a mortalidade neonatal é menor do que há duas décadas, por exemplo, mas o desafio que se impõe é a qualidade dessa sobrevivência das nossas crianças. As crianças nascem prematuras, com hipóxia perinatal, infecção, malformação do sistema nervoso central e, muitas vezes, sobrevivem, mas com risco elevado de desenvolver epilepsia, paralisia cerebral, distúrbios cognitivos e do neurodesenvolvimento. Isso traz um impacto muito grande na vida da criança e de todo mundo que está em volta dessa criança. Então, é nesse contexto que o conceito da UTI neonatal neurológica traz uma proposta que vai aliar neurofisiologia, tecnologia da informação, para garantir o monitoramento cerebral contínuo, remoto e integrado dessas crianças.

As lesões cerebrais neonatais são dinâmicas. Muitas ocorrem nas primeiras horas ou nos primeiros dias de vida e podem ser minimizadas ou revertidas se identificadas precocemente; mas, na prática, o que acontece é que muitos desses eventos vão passar despercebidos porque o cérebro do recém-nascido não se manifesta clinicamente como o de uma criança maior ou o de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um adulto. Então, as crises epilépticas, que vão trazer muitos danos, podem ser sutis e os sinais de sofrimento cerebral são mais inespecíficos. Então, a monitorização eletroencefalográfica contínua, com a oximetria cerebral e a integração desses sinais da plataforma digital com plataformas inteligentes vão permitir que mais e mais crianças sejam avaliadas, levando à detecção precoce das crises epilépticas, da hipóxia, das flutuações metabólicas cerebrais, e isso vai permitir, em tempo real, intervenções mais rápidas para ajuste de ventilação, tratamento de crise, medicações que podem reverter ou tornar esse dano cerebral menor.

Eu acho que experiências internacionais, de outros países, já nos mostram que isso reduz os riscos das sequelas neurológicas em longo prazo, e eu acho que o impacto clínico é muito importante. Então, isso vai criar uma base de dados muito grande também para pesquisa científica e inovação contínua, então a gente vai poder identificar padrões, prever desfechos, desenvolver protocolos de neuroproteção personalizado para as diferentes partes do nosso país, que, como todo mundo já falou aqui, é muito extenso, é muito diferente, há diferentes regiões, e a gente vai ter muitas realidades diferentes. Eu acho que isso tem que ser adaptado para cada realidade, mas eu acho que, um pouquinho em cada realidade, isso vai acabar ajudando muito.

A gente sabe que o cérebro do recém-nascido é plástico, mas é também vulnerável. Então, cada minuto de atraso do diagnóstico de uma crise epiléptica, de uma hipóxia, de uma disfunção metabólica, vai significar uma diferença muito grande no potencial de desenvolvimento da criança.

Eu acho que é muito importante esse projeto e acho que a minha parte aqui é falar principalmente desse segmento, porque depois a gente acaba vendo as crianças, acompanhando a dificuldade na vida dessas crianças que apresentam uma sequela neurológica muito grande pelas intercorrências no período neonatal. Então, é aí que a gente tem que investir de uma forma mais robusta.

É isso o que eu tinha para falar para vocês. Eu agradeço o espaço aqui.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Letícia. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou uma pergunta aqui, Dra. Letícia, que está um tanto direcionada à senhora.

Veio do Ronyzi, do Espírito Santo, e eu não sei se a senhora consegue responder: "Quais marcadores neurológicos devem ser priorizados no monitoramento digital contínuo para intervenção precoce em UTIs neonatais?".

A senhora tem como responder?

A SRA. LETÍCIA PEREIRA DE BRITO SAMPAIO (*Por videoconferência*.) – Sim. Na UTI neonatal, principalmente a monitorização, a neurofisiologia – o eletroencefalograma contínuo desses pacientes – e a oximetria cerebral. Então, é o monitoramento eletroencefalográfico contínuo e a oximetria cerebral por espectroscopia de infravermelho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Obrigada pela sua participação.

Nós vamos continuar este debate. Como ele está mais avançado lá na Câmara, a gente vai acompanhar o debate na Câmara, mas também trazendo as discussões aqui para o Senado.

Obrigada, Doutora, por ter participado conosco. Se puder ficar até o final, vai ser uma alegria, mas eu conheço a agenda de uma médica numa segunda de manhã, então a senhora fique bem à vontade se precisar nos deixar.

Na sequência, vamos ouvir a mulher responsável por todo esse barulho, a Dra. Carla Serrano Bilynskyj, Médica Neonatologista pela Universidade Federal de São Paulo.

Dra. Carla, eu já descobri que, quando a gente quer grandes mudanças no Brasil, a gente tem de se aproximar do Congresso. Como ninguém quis casar comigo lá atrás, eu vim ser assessora, e, como assessora, eu acabei influenciando muitas decisões no Congresso. Muitas leis que estão em vigor nos últimos 26 anos têm a minha participação intelectual. Como eu nunca consegui casar com um Parlamentar, fiquei como assessora, e agora eu virei Parlamentar. Mas você foi muito esperta, casou com um Parlamentar aguerrido para mudar muita coisa na sua área. Que Deus te abençoe!

Vamos ouvir a Dra. Carla Serrano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARLA SERRANO BILYNSKYJ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Graças a Deus! Exma. Senadora Damares, é um prazer estar falando aqui. Você é uma mulher muito aguerrida também, por quem eu nutro profunda admiração. Estou muito honrada em participar desta audiência pública.

Queria cumprimentar os colegas da mesa, em especial o Dr. Gabriel Variane, que foi meu colega de plantão por muitos anos. Trabalhamos juntos, lado a lado. Ele é uma figura inteligentíssima, que vai ter muito a contribuir aqui na nossa discussão.

Eu vou começar a minha fala dizendo que eu vou tirar um pouco dos jargões médicos para a gente tornar a discussão mais palatável, para dar para entender, já que o Senado é a Casa do povo.

Quando a gente fala de bebês prematuros, a prematuridade é definida como o nascimento ocorrido antes das 37 semanas de gestação. Então, a gente classifica como prematuridade todos os bebês que nascem abaixo de 37 semanas. Esses bebês não estavam prontos para nascer ainda, então tem uma série de repercussões que a própria prematuridade pode causar nesses bebês – e daí eu vou chegar a falar das lesões neurológicas que podem acontecer. E o nosso público-alvo de maior risco dentro da UTI neonatal são os prematuros extremos. E aí, a palavra "extremo" é: a gente classifica o bebê como extremo quando nasceu abaixo de 28 semanas, ou seja, eles são muito pequenininhos, muito frágeis, e segundos ou minutos de injúria podem tornar esse bebê vulnerável para ter uma sequela permanente.

A magnitude dos nascimentos prematuros resulta sendo a principal causa de óbito entre crianças menores de cinco anos. No Brasil, entre os anos de 2012 a 2022 – ou seja, nessa amostra de dez anos que a gente tem de dados populacionais –, foram registrados quase 32 milhões de nascimentos. Desses 32 milhões, um total de 3,5 milhões são bebês prematuros, o que dá uma taxa de quase 12% de nascimentos de bebês prematuros entre os nascidos vivos.

Esse perfil de pacientes específico, os prematuros, conta com uma maior taxa de mortalidade, porque eles possuem fatores de risco inerentes à própria prematuridade, como maior chance de infecção, e daí pode dar origem a uma sepse, que é uma infecção grave, então, eles são mais vulneráveis na parte da imunidade, pois eles não têm imunidade nenhuma. Estão vulneráveis também em relação às sequelas neurológicas, já que podem apresentar hemorragia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cerebral justamente pela fragilidade vascular que o cérebro do prematuro apresenta, e aí, essa hemorragia cerebral pode dar origem a um quadro convulsivo, por exemplo, e pela própria instabilidade hemodinâmica causada pela prematuridade. Então, o bebê, quando nasce, tem que fazer uma série de adaptações da vida dentro do útero da mãe para a vida extrauterina, para a vida fora, no mundo aqui fora, e essa adaptação pode gerar uma série de instabilidades – cardíaca, pulmonar – e também dar origem a quadros convulsivos.

Isso foi em relação à prematuridade.

Tem um outro quadro, que eu vou explicar para vocês, que é de fundamental importância para a gente saber por que é que a tecnologia ajuda a gente a prevenir sequela neurológica: ele se chama asfixia perinatal.

A asfixia acontece quando o bebê fica sem oxigenação nos momentos que antecedem o parto, durante o parto ou minutos após o parto. Estima-se que, no Brasil, aproximadamente 20 mil crianças nasçam com falta de oxigenação cerebral em um período de um ano. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), essa condição ocupa a terceira causa de morte neonatal, representando 23% dos óbitos de recém-nascidos – isso em nível mundial –, além de a asfixia perinatal estar entre as principais causas de lesão cerebral permanente nos bebês nascidos a termo, ou seja, além de 37 semanas, os bebês que estavam prontos para nascer.

Dentre as sequelas neurológicas, a gente pode destacar déficits que entram como consequência desse agravo no início da vida, como paralisia cerebral, deficiência cognitiva, cegueira e surdez. O sistema nervoso central é o mais acometido no recém-nascido com asfixia perinatal. Sendo assim, o monitoramento neurológico apresenta máxima importância dentro da UTI neonatal, e aí engloba tanto a avaliação clínica do neonatologista beira-leito, olhando para aquele bebê de risco, quanto a tecnologia da neuromonitorização cerebral, já que a asfixia é a principal causa de crise convulsiva no período neonatal, chegando a representar de 40% a 60% da etiologia das crises. Então, em 40% a 60% dos casos de crise convulsiva, a origem está na asfixia perinatal.

Nos recém-nascidos, a presença da crise epiléptica é de difícil diagnóstico: cerca de 80% dos casos de crise convulsiva são subclínicos. E o que isso significa? Significa que o pediatra está ali, olhando o bebê na incubadora ou no berço, e a gente não consegue perceber que o bebê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está convulsionando. Isso é muito sério, porque, no período neonatal, a crise se manifesta diferentemente de, por exemplo, na fase de lactente, que é um bebê um pouco mais velhinho, ou na primeira infância, ou na adolescência, ou na fase adulta. No período neonatal, o bebê pode não apresentar nenhum movimento, não mexer o olho, não mexer um dedo; ele pode ficar quieto, mas estar convulsionando. E a convulsão, quando prolongada ou mesmo um insulto, pode gerar sequelas neurológicas irreversíveis.

Aí a gente está falando não só do impacto para a vida daquele indivíduo, que deve ser protegida, mas também do impacto familiar, porque o cuidador dessa criança, provavelmente, não vai conseguir mais trabalhar, não vai conseguir gerar renda para a família, porque uma criança com paralisia cerebral demanda uma atenção enorme em relação à família e também em relação ao impacto previdenciário, já que daí essa criança vai, por exemplo, ter múltiplas internações, vai ter que fazer múltiplas terapias de reabilitação e daí a gente está falando do impacto previdenciário em relação ao SUS.

Portanto, aqui eu defendo, como parte fundamental do manejo do recém-nascido com asfixia, a aplicação do protocolo de monitorização cerebral contínua, porque permite uma avaliação precisa da atividade elétrica cerebral e isso ajuda o neonatologista tanto na prevenção da crise quanto na medicalização de uma forma correta da crise.

O que acontece na prática? Quando a gente olha um movimento estranho do bebê, o neonatologista acha que está convulsionando, não tem como ter certeza, porque está sem a monitorização cerebral, a gente acaba medicando. Só que, em muitos casos, a gente supermedica, porque aquele movimento que o bebê fez não era necessariamente uma crise convulsiva. Então, a gente age na prevenção, no tratamento correto e na diminuição das sequelas, porque você impede que o bebê entre numa crise, continue convulsionando, destruindo os seus neurônios e futuramente tendo sequelas neurológicas.

Eu acho que a minha fala aqui englobou as causas da necessidade da monitorização neurológica e eu espero, de verdade, como causa de vida, da minha vida profissional, que essa discussão avance.

Eu queria, mais uma vez, agradecer à Senadora Damares por propiciar essa discussão tão rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Carla. Muito obrigada.

Tem uma pergunta aqui direcionada à senhora, mas acho que a senhora já respondeu em toda a sua fala: "Como a saúde digital pode integrar o cuidado neonatal ao pós-alta [já não está falando mais do bebê lá no hospital] para prevenir e reduzir sequelas neurológicas em recém-nascidos?".

Quer falar ainda sobre isso, Doutora?

A SRA. CARLA SERRANO BILYNSKYJ (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Eu acho que acabei contemplando isso na minha fala, mas o pensamento é o seguinte: quando a gente tem como aliado a neuromonitorização cerebral, a gente consegue fazer com que, quando aquele bebê entra em crise, a gente perceba mais rápido, pois cada vez que ele entra em crise, mais neurônio é destruído, ou seja, maior a chance desse bebê ter sequelas. Então, a tecnologia ajuda a prevenir e a tratar melhor, diminuindo as sequelas a longo prazo, e esse bebê pode ter uma maior qualidade de vida, já que a gente conseguiu diagnosticar e tratar o quanto antes as crises.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Carla.

A pergunta que eu lhe fiz veio da Sara, de Goiás.

Tem uma outra da Geciely, de Santa Catarina, que também seria direcionada à senhora, mas eu acho que a senhora já respondeu: "Como incluir a fisioterapia e a terapia ocupacional nessa pauta?".

Eu acho que é óbvio, tendo tecnologia eles serão os profissionais que vão ser treinados para a aplicação da tecnologia.

Obrigada, Doutora, pela participação.

Na sequência, nós vamos ouvir agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel, eu posso fazer uma inversão? A gente vai ouvir a Michele sobre os desafios dela e aí quem sabe, na fala dela, você também traz alguma coisa para a sua fala. Pode ser assim? (*Pausa.*)

A gente ouve o Gabriel no final. Ele me pediu dois minutos a mais. Gabriel, eu vou te dar cinco a mais, fique tranquilo. Cinco, está bom?

Então, nós vamos ouvir uma mãe que passou por uma experiência, a Michele Manzoni, a experiência do tema que nós estamos discutindo na nossa pauta hoje, que é o uso da tecnologia para prevenir sequelas neurológicas lá na fase neonatal.

Bem-vinda, Michele, e obrigada por compartilhar sua história com a gente.

A SRA. MICHELE MANZONI (Para expor.) – Eu que agradeço.

Primeiramente, é uma honra estar aqui, poder contar um pouquinho da nossa história.

Eu tive uma gravidez de risco, eu tive descolamento de placenta já no início, com sete semanas. No final da gestação, eu evoluí com pressão alta. Foi aí que eu conheci o Dr. Gabriel, na Santa Casa de São Paulo. O Isaac nasceu sedado, porque eu fui sedada. Já no parto, ele teve uma hemorragia intracraniana grau I; ele foi para a UTI neonatal, e lá ele evoluiu com diversas complicações.

Eu prometi que não ia me emocionar, mas ouvindo os profissionais falando de tudo que eu vivi é um pouco forte para mim. Então, peço desculpa se eu me emocionar um pouco.

Então, o Isaac, após essa hemorragia, teve uma sepse tardia. O Dr. Gabriel e o Dr. Maurício cuidavam do Isaac na Santa Casa de São Paulo. Após isso, ele teve uma enterocolite, apodreceu uma partezinha do intestino dele, teve que abordar. Após tudo isso, ele foi melhorando, a gente já estava praticamente indo embora – no total, ele ficou quatro meses internado –, e foi quando ele teve uma nova infecção, que foi a meningite. Nesse momento, foi quando o Dr. Gabriel entrou, eu lembro exatamente, no quarto com toda aquela aparelhagem, e eu fiquei pensando ali: meu Deus, o que está acontecendo? O Dr. Gabriel colocou aqueles eletrodos, tudo, na cabecinha dele, e ficou horas ali monitorando o Isaac, horas, horas, horas. E eu só orando a Deus, pedindo para Deus ajudar. O desfecho final, assim, para encurtar, Isaac teve meningite, ficou muito grave, recebeu esse monitoramento, convulsionou, fez clônus. Essa hemorragia, que era grau I, foi para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grau III, com dilatação de ventrículo. Então, tinha grandes chances de eu perder meu filho ali naquela UTI.

E o que eu posso falar como experiência: eu tenho um filho hoje de oito anos, com paralisia cerebral, com uma deficiência auditiva; porém, uma criança funcional. É uma criança que vai para a escola sozinha de transporte, é uma criança que faz jiu-jítsu desde os dois anos de idade, que só vem evoluindo, evoluindo, evoluindo.

Como foi abordado aqui, eu agradeço, porque eu tenho a oportunidade de continuar. Eu trabalho, eu sigo a minha vida. E o Isaac vem apresentando cada vez mais evolução no seu tratamento.

Então, assim, a minha gratidão pelo monitoramento cerebral, pela tecnologia digital é o quê? É a gente, a mãe atípica, falando como mãe atípica, é você sair do hospital com uma criança especial; porém, essa criança tem poder de evolução, tem o poder de fala, porque para uma mãe é extremamente importante a criança ir para a escola e conseguir falar o que acontece, né?

Então, a gente está falando de uma criança que consegue se proteger. Diante de tudo por que ele passou, eu tenho uma criança que consegue se proteger, evoluir, ser feliz, mesmo com paralisia cerebral, mesmo com TDAH, mesmo surdo parcialmente de um ouvidinho. Então, por tudo isso, eu sou grata ao monitoramento cerebral, e eu recebi isso no SUS.

Então, assim, se a gente puder... A nossa história só de está aqui e mostrar que é real, que isso é real, que isso pode acontecer e que, assim, cada momento do Isaac de evolução, como segurar o pescocinho... Para a gente, mãe atípica, são coisas, assim, fundamentais: engatinhar, andar, falar e ter desenvolvimento neurológico.

Acho que eu só posso finalizar agradecendo a essa pessoa que está do meu lado, que me aguentou quatro meses na UTI, o Dr. Maurício –, e por nossos caminhos terem se cruzado.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô, Michele, eu quero que você imagine quantas mães estão nos acompanhando agora e se viram em você, tá? Você vir contar a sua história e dizer... Como é o nome do menino?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MICHELE MANZONI – Isaac.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isaac – que nome lindo! Como o Isaac está bem!

Isso me emociona muito. Você é daqui de Brasília?

A SRA. MICHELE MANZONI – Não, não. Sou de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você veio de São Paulo para compartilhar sua história com o Brasil?

A SRA. MICHELE MANZONI – Vim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que incrível! Que incrível! Muito obrigada, Michele.

A SRA. MICHELE MANZONI – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O recado para as mães, lá na ponta – não é, Dr. Fernando? –: ânimo, vai dar certo.

A SRA. MICHELE MANZONI – Vai dar certo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se a gente tiver um Dr. Gabriel por perto, uma Dra. Carla, um Dr. Fernando, Letícia, vai dar certo.

A SRA. MICHELE MANZONI – Eu falo que, assim, é muito complexo, não é? Porque você vê um bebezinho ali no leito tão pequenininho e você pensa só em salvar a vida dele. E esse monitoramento cerebral, não; é salvar com qualidade, né? Salvar com individualidade. Eu creio profundamente que o Isaac, quando ele for adulto, vai ter a autonomia dele, mesmo com tudo por que ele passou. Então, é um desfecho completamente diferente, por um olhar específico, por um atendimento específico.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isaac é o menino que está conosco aqui no Plenário?

A SRA. MICHELE MANZONI – Está, ele estava sentadinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, eu acho que ele saiu um pouquinho com...

A SRA. MICHELE MANZONI – Ali está ele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele está ali?

Mas antes de a gente... Venha cá, Isaac! Venha cá, Isaac! Vamos conhecer o Isaac, Brasil? (*Palmas.*)

É o Isaac aqui! Oi, Isaac! Gente, olhem só que coisa mais linda! Obrigada, Isaac! Obrigada pelo abraço! Fale "oi" aqui.

Oi!

O SR. ISAAC – Oi. Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que coisa linda! Olhe só, gente, que coisa mais linda! Valeu a pena, não valeu, Doutor?

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE – Valeu a pena, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu a pena, né? Valeu a pena. Ô, Isaac!

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE – Ele é a razão do porquê.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isaac, que lindo que você é! Obrigada por ter vindo aqui ao Senado. Aqui tem muita gente boa, sabia? Também tem gente chata, tá? (*Risos.*)

Mas tem muita gente boa. Você é muito lindo, lindo! Que Deus te abençoe, Isaac!

O SR. ISAAC – Amém.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém! Ele falou amém! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ai, que lindo, Isaac! Que lindo! Vá passear, vá brincar lá fora. Vá atrás dos chatos. Perturbe a vida dos chatos lá fora.

Bom, gente, que alegria!

Obrigada, Michele, por ter trazido o Isaac.

A SRA. MICHELE MANZONI – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Eu acho que foi o ponto alto da audiência – Dr. Fernando está aqui, ó, emocionado.

Obrigada mesmo, Michele.

A SRA. MICHELE MANZONI – Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na sequência, vamos ouvir agora Gabriel Fernando Todeschi Variane, fundador do instituto Protegendo Cérebros, Salvando Futuros, e que está, assim, gente, batendo na nossa porta, batendo: "Vamos pensar, vamos repensar, vamos ajudar essas crianças a terem qualidade de vida, como o Isaac". Olhe só.

Parabéns, Dr. Gabriel. Parabéns! Nós estamos com uma expectativa muito grande para ouvi-lo.

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE (Para expor.) – O coração bateu até mais forte depois de ver o Isaac.

Bom, em primeiro lugar, queria agradecer – estou muito honrado – a Senadora Damares Alves por promover essa discussão no dia de hoje.

Também queria falar, celebrar a extensão da licença maternidade. Eu acho que todos nós que trabalhamos com neonatologia sabemos da importância vital desse ganho no nosso país.

Cumprimento o Dr. Fernando Figueira – realmente é um prazer muito grande reencontrá-lo e ter essa discussão de altíssimo nível no dia de hoje, mais uma vez –; a Dra. Anna Paula Feminella, muito obrigado pela sua fala; a Dra. Letícia, a Dra. Carla, a Michele. E tenho a certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que é a nossa razão, é o nosso motivo, o porquê, acho que é o que todos nós estamos promovendo.

E, para fazer a minha fala, nesses 12 minutinhos que eu pedi, eu queria falar que eu fico muito entusiasmado de enxergar que essa discussão está sendo feita da forma mais correta possível, unindo Legislativo, Executivo e a sociedade civil, para que a gente consiga entender quais são os caminhos mais adequados para o nosso Brasil de tantos brasis e o que a gente pode fazer pelas nossas crianças.

Muito obrigado pela oportunidade.

Na minha apresentação, a gente vai falar de saúde digital para prevenção de sequelas neurológicas em recém-nascidos. E eu começo contando uma história real, também de uma família, de uma mãe chamada Natasha. A Natasha estava grávida pela primeira vez, de seu filho Bento, com a expectativa do dia mais feliz da vida dela...

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES (*Fora do microfone*.) – Cada vez eu aprendo mais.

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE – Só que, ao nascimento, quando Bento nasceu, o Bento não chorou, ele não respirou. Na verdade, dentro do primeiro dia de vida, ele teve uma parada cardiorrespiratória de 37 minutos, e aquele que deveria ser o dia mais feliz da vida de Natasha virava uma verdadeira tragédia, em que ela tinha a notícia de que ele teria um altíssimo risco de morte, e, se sobrevivesse, teria altíssimo risco de paralisia cerebral, deficiência cognitiva, cegueira ou surdez.

A gente está contando uma história. A verdade é que, todos os anos, no mundo, mais de 10 milhões de recém-nascidos vão ter altíssimo risco de lesão neurológica permanente. E, quando eu falo de uma criança com lesão neurológica permanente, isso traz um impacto brutal – social e também econômico.

Quando a gente fala do econômico, é absolutamente devastador. A gente tem dados, por exemplo, americanos, lá do CDC, estimando que o custo de vida de crianças que evoluem com deficiência nos Estados Unidos é na casa dos US$67 bilhões. O Brasil tem um benefício superimportante, relevante, que prevê um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência, em que crianças... Aqui, em 2023, por exemplo, teve um custo de R$48 bilhões, em que crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e adolescentes são uma fatia muito representante, na qual o problema neonatal é muito importante. Isso é um custo indireto, porque, se a gente falar em custo direto em saúde, tem dados estimando que o custo de uma criança com deficiência severa chega a ser 150 vezes maior do que o de uma criança sem deficiência.

De onde vem tanto impacto? Vem de várias frentes. Como bons pediatras, a gente lembra muito do comparativo de necessidades. Cuidar de crianças sem deficiência é muito diferente de cuidar de crianças com deficiência severa, e tudo isso tem um impacto. A gente sempre gosta de fazer o *brainstorming:* no fim do dia, quem perde quando uma criança tem lesão grave? A verdade é que todos perdem. Perdem, obviamente, os pacientes; mas também os hospitais, com piores desfechos; é uma das principais causas de judicialização da medicina no mundo inteiro; o sistema de saúde aumentando custo e com ineficiência; a Previdência com maior custo de auxílios e menos contribuintes; o Governo com mortalidade infantil e menor produtividade. Mas, de verdade: todos nós perdemos quando menos crianças podem ler, aprender e contribuir.

E, para entender esse cenário, qual que é a abordagem para esse problema? Com certeza não existe uma bala de prata. A abordagem é complexa, e a fala do Dr. Fernando foi perfeita em relação a toda essa complexidade. Tudo isso começa lá do começo, desde o pré-natal adequado, à assistência adequada ao nascimento e ao tratamento especializado na UTI. E não termina na UTI, ainda tem o acompanhamento e a reabilitação. Então, é um problema complexo que deve ser visto dessa forma.

Aqui no Brasil, a gente tem realmente pilares muito, muito importantes. O Dr. Fernando trouxe muito bem isso. A Rede Alyne faz um trabalho glamouroso, é realmente muito importante, e o impacto disso Brasil afora... A Estratégia QualiNEO melhora, de forma ativa, a qualidade da assistência neonatal no nosso país. E o Programa de Reanimação Neonatal vem, realmente, capacitando milhares e milhares de profissionais que literalmente atendem milhões de crianças ali no primeiro minuto de suas vidas. Então, todo esse trabalho é fundamental.

E, quando a gente fala de crianças de risco, qual é o maior grupo? Aí, a gente vai fechando um pouquinho, olhando o funil. Existem vários diagnósticos dentro da UTI: são os bebês com asfixia, os prematuros, os que têm cardiopatia congênita, infecções, como, por exemplo, a meningite. Isso representa aproximadamente de 20% a 30% dos bebês internados em uma UTI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que esse grupo representa, sozinho, uma importantíssima causa de mortalidade, morbidade e sequelas, e esse custo é muito elevado a longo prazo.

Hoje, o mundo vem trabalhando com uma estratégia, com certeza, complementar a todo o trabalho que precisa ser feito e que já é feito de forma muito bonita no nosso país, que é esse conceito de cuidados neurocríticos neonatais. Literalmente, é o que eles chamam de criação de unidades de cuidado neurocrítico ou UTIs neurológicas, com protocolos clínicos cada vez mais padronizados, metodologias específicas e muita educação e treinamento. É uma abordagem 360 graus.

Nesse sentido específico, em cuidados neurocríticos neonatais, existem algumas metodologias que as nossas colegas, Dra. Letícia e Dra. Carla, trouxeram muito bem e que trazem um impacto muito grande na UTI neonatal para essa população, que são as questões de monitoramento cerebral, seja com a eletroencefalografia contínua, que vê a atividade elétrica, seja com o método chamado espectroscopia de infravermelho, que a gente chama de Nirs, que vê a oxigenação do cérebro, independentemente da oximetria de pulso. E tem também um tratamento muito específico para bebês com asfixia, que seria um caso mais parecido, por exemplo, com o do Bento, que a gente contou aqui no começo da apresentação, chamado hipotermia terapêutica, que é resfriar o corpinho da criança, dentro das seis primeiras horas de vida, para 33,5 graus. Isso, comprovadamente, em nível máximo de evidência, reduz o risco de morte ou de sequelas neurológicas de forma muito importante, naquela que é a terceira principal causa de morte em bebês e, certamente, uma das principais causas de sequelas.

Mas muito se falou em monitoramento cerebral durante esta audiência, e qual é a importância disso? A gente lembra, como a Dra. Carla e a Dra. Letícia trouxeram muito bem, que, em nenhum outro momento da vida, se convulsiona tanto quanto no período neonatal. Quanto mais crises, maior o risco de lesão neurológica permanente. Só que, em 80%, 90% das vezes, quando um bebezinho tem convulsão, como as conexões são imaturas, ele não pisca o olho, não mexe o dedo; é impossível saber se está convulsionando ou não. E muitos bebês têm movimentos inespecíficos, que parecem convulsão, mas não são, e acabam recebendo Gardenal de forma ampla, indiscriminada, por vezes, o que também tem repercussões muito ruins no neurodesenvolvimento. E sim, tratar adequadamente melhora, e a gente tem evidências sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. E tem outros métodos, como a questão ali de ver a oxigenação cerebral, que tudo isso é importante.

Se a gente trouxer... Isso aqui é um nível de assistência bastante especializado, verdade seja dita. Mas onde que entra... Aqui, só um pouquinho, aliás, antes de mergulhar em saúde digital, vou dar um exemplo para ficar claro: esse aqui é um bebezinho que tinha nascido superbem lá na Santa Casa de São Paulo. Começou a fazer movimento sugestivo de crise, vai para a UTI para monitorizar.

Esse traçado que a gente está enxergando, dessas ondinhas espiculadas, eu falo que é uma convulsão. Mas eu quero que vocês vejam o bebê. E, se a gente observar bem atentamente a criança, a gente consegue ver que ela faz esses abalos no bracinho esquerdo, na perninha esquerda. E, se eu mostrar para o time da UTI neonatal esse tipo de movimento – tecnicamente a gente chama de clônico focal –, as pessoas vão falar: "Gabriel, isso daí tem muita cara de convulsão neonatal" – eles teriam medicado e acertado em cheio.

Esse bebê recebe o anticonvulsivante. Quinze minutos depois de receber o Gardenal, que é o tratamento correto, a gente vê o traçado: é muito parecido. Ele está tendo uma nova crise epiléptica, mas, dessa vez, percebam que ele não pisca o olho, não mexe o dedo. É impossível, literalmente impossível saber se essa criança está convulsionando, sim ou não, a menos que ela esteja sendo monitorizada. Só que, se eu não tratar essa crise, é muito possível/provável que ele continue tendo novas crises. Essas crianças entram em estados de mal epiléptico que podem durar horas, e eu digo 6 horas, 12 horas... Até, a gente vê casos de 48 horas seguidas com o bebê tendo crise e aumentando exponencialmente o risco de uma lesão neurológica – aqui, potencialmente evitável; e a palavra "evitável" é muito importante.

E onde é que se encaixa essa saúde digital nesse contexto?

Bom, saúde digital é a aplicação de tecnologias e ferramentas digitais no campo da saúde para melhorar o acesso, a eficiência e os cuidados em saúde. Tem um conceito muito amplo, desde telessaúde, registros eletrônicos, inteligência artificial, monitoramento remoto... Literalmente é uma estratégia para reduzir as distâncias, para levar a assistência especializada a centros distantes, com diferentes quantidades de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu queria compartilhar um pouquinho da experiência que o nosso grupo tem em saúde digital – por exemplo, lá na Santa Casa de São Paulo e até mesmo para múltiplos hospitais no país –, que vai desde fazer esse teleneuromonitoramento, utilizar inteligência artificial para ajudar no exame, até mesmo à tecnologia, que está evoluindo até com holografia dentro da UTI.

Isto daqui é tudo o que dá para fazer com esse tipo de assistência.

Nesse sentido, eu queria compartilhar a experiência do nosso grupo: são mais de 50 hospitais no país e trabalhos, projetos internacionais, monitorizando desde os Estados Unidos, Inglaterra e até mesmo à Índia. São mais de 1 milhão de horas de monitoramento. Hoje, o Brasil tem descrita a maior experiência em neuromonitoramento neonatal do mundo, com mais de 17 mil crianças monitoradas.

Qual é o grande racional? O que dá para fazer com esse tipo de abordagem? A gente pode integrar informações à beira-leito do monitoramento cerebral e até de outros monitores, levar toda essa informação para um sistema, por exemplo, de nuvem, com tecnologia que consegue integrá-la, enfim, e ter profissionais bastante especializados levando a assistência.

No fim do dia, eu teria aqui, por exemplo, um bebezinho com asfixia. Ele está com a temperatura do corpo a 33,5 graus, e aqui eu consigo ver todo o monitoramento. Toda essa informação vai para uma central com especialistas 24x7, responsáveis por avaliar, por fazer monitoramento e assistência especializada, levando assistência a diferentes locais.

A gente gosta de falar que medicina precisa, com certeza, de evidência. Todo esse trabalho de saúde digital aqui do Brasil tem publicações em mais de 20 jornais científicos, alguns de bastante renome – a gente vai explicar um pouquinho – e premiações também em tecnologia brasileira, desde *hackathon* global da Microsoft, a premiação global entre mais de 1,5 mil projetos, de 23 países, até prêmios globais, como aquele, por exemplo, da KPMG. Enfim, é tecnologia também brasileira ganhando repercussão no mundo.

Só para mostrar evidência científica, porque isso é muito importante, muito recentemente, nosso grupo publicou no *The Lancet* uma experiência de sete anos, com mais de 11 mil crianças, sobre como pode ser construído esse modelo de saúde digital para levar essa assistência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzindo – algo que é muito importante! – a variabilidade do cuidado. A gente mostrou que, nessa experiência de mais de 11 mil crianças e, de longe, a maior experiência descrita no mundo, as alterações do monitoramento são muito comuns em vários grupos: são bebês com convulsões, são bebês com asfixia, prematuros, cardiopatas... Elas são sempre muito prevalentes.

Em um outro jornal bastante, bastante reconhecido, o *JAMA*, basicamente a gente levou a experiência de 32 hospitais brasileiros, com 832 crianças que tiveram asfixia e que foram para hipotermia, em que o monitoramento eletrográfico foi determinante em 89% dos casos de crise convulsiva. A gente tem literatura internacional e grande literatura nacional também falando da importância desse trabalho.

Em um outro trabalho, ainda aqui nacional, um sistema bem bacana de tele-educação, trazendo a experiência e educação de profissionais da Stanford em 12 hospitais públicos em nosso país, a gente encontrou em uma subanálise que seis faziam neuromonitoramento e seis não faziam. Os centros que não faziam neuromonitoramento, como eles estão muito cegos, é muito difícil. Se o bebê faz um movimento atípico, frequentemente eu vou acabar medicando. Eles utilizaram mais que o dobro, na verdade, foram 27% *versus* 68% da medicação, trazendo uma acurácia muito, muito menor. Tudo isso é evidência científica publicada em grandes periódicos internacionais.

E, como conclusão rápida da questão da evidência, a gente sabe que a alteração visualizada durante o monitoramento é muito comum nesses bebês de risco e desempenha um papel chave no cuidado, ele muda a conduta. Os avanços em saúde digital possibilitam prestação de cuidados neurocríticos neonatais, levando assistência altamente especializada a centros distantes e com diferentes disponibilidades de recurso.

E, nesse sentido, a gente ainda tem, eu acho, também alguns ganhos muito grandes. Tem regiões, por exemplo, do Estado de São Paulo, que tiveram uma associação de mortalidade neonatal e, por consequência, mortalidade infantil, associada a essa implementação, que é treinamento, cuidado e monitoramento. Existe legislação no Município de São Paulo, que é esse programa de proteção cerebral para prevenção de sequelas neurológicas, que eu acho que também estimulou um pouco toda essa conversa e que, em ampla escala no município, foi adotado esse modelo de atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para realmente finalizar nos últimos minutinhos da nossa apresentação, a gente gosta de falar muito sobre esse conceito. Isso daqui está totalmente alinhado com saúde baseada em valor, as pessoas falam muito que saúde não tem preço, definitivamente tem um custo e precisa ser utilizado o recurso da forma mais inteligente. A gente acredita que qualquer estratégia que seja incrementada deveria ter esses cinco grandes objetivos: melhorar o desfecho, melhorar a experiência do paciente e do profissional de saúde e reduzir o custo, levando maior equidade.

Só trazendo um pouquinho pelo tempo, eu queria trazer talvez o pilar mais chamativo, que é a questão, ou um dos mais importantes, da redução de custo. Implantar cuidado neurocrítico está associado à redução no curtíssimo, no médio e com certeza no longo prazo. Como? Desde reduzir tempo de internação, bebês com menos lesões neurológicas ficam menos tempo internados, redução do uso de medicação desnecessária, anticonvulsivante na alta, judicialização, questão de *homecare* e, com certeza, a maior economia possível é reduzir o número de crianças que evoluem com lesão neurológica a longo prazo, a gente está falando de assistência por 5, 10, 20, 30, 40, 50 anos para essas crianças.

Nesse sentido, eu queria trazer uma experiência do setor privado e, concomitante, do setor público, mostrando um pouquinho do potencial de redução de custo. Vou trazer, colocar um pouquinho da implantação, a experiência de um grupo de Goiânia, que aplicou em ampla escala em cinco maternidades, por exemplo, lá de Goiânia, uma tecnologia específica, que é essa questão de neuroproteção com monitoramento cerebral e com saúde digital. E, olha que interessante, eles começaram lá no final de 2021 e enxergaram uma redução muito interessante no tempo de internação, de 5,7 dias por paciente por ano. Isso deu estimado, ali no grupo, cerca de 5,3 mil diárias, uma economia estimada, falando só em redução de tempo de internação de diária, na casa ali, por exemplo, de R$20 milhões. Isso, naturalmente, são dados interessantes, mas dados estimados, mas isso nos setores privado e público, obviamente, são muito diferentes.

Então, a gente trouxe um grupo de duas maternidades públicas, lá da região do Estado de São Paulo, que implementaram exatamente ali num *timeline* muito parecido, também ali no final de 2021, trazendo até a metade de 2025. A gente conseguiu enxergar também uma redução desse tempo de internação de 11 dias por paciente por ano, diárias estimadas evitadas de 7,8 mil, uma economia também bastante significativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a pergunta é: por quê? Eu acho que, sempre quando você mostra um dado de forma geral, a gente tem que mergulhar no dado e enxergar o que realmente está acontecendo.

E o que a gente vem encontrando de forma bastante consistente em múltiplos hospitais é que vem tendo uma redução do número de pacientes crônicos. Aqueles pacientes, quando eles têm muita lesão cerebral, ficam centenas de dias internados, por vezes 200, 300, 400, 500. Quando a gente consegue reduzir o número de bebês que têm sequela mais grave, ao reduzir o número de pacientes crônicos, a gente consegue também reduzir, de forma geral, o tempo de internação. E essa é a economia no segundo zero, porque a verdadeira, a gente lembra, o maior impacto de todos vem em prevenir que essas crianças tenham uma sequela mais importante, os desfechos mais complexos.

A gente gosta muito desta frase que diz: "Quando cada real investido evita despesas futuras, isso daqui não é gasto, na verdade, é estratégia".

E o outro pilar em que eu queria tocar rapidamente é a questão da equidade. A gente verdadeiramente acredita em saúde digital promovendo equidade. Desse trabalho que, aqui no Brasil, por exemplo, já monitorizou desde maternidades privadas e públicas no Município de São Paulo a maternidade pública importante em Roraima, que já monitorizou bebês na Índia e já monitorizou bebês na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. A ideia é literalmente reduzir disparidades entre os centros com diferentes quantidades de recurso.

No fim do dia, as pessoas chamam um pouquinho a gente de missionário, a gente acredita muito, quando a gente acredita que esse trabalho vai ter um impacto real. E eu acredito que juntos, e somente juntos, como sociedade civil, Poder Legislativo, Executivo e todas as pessoas que acreditem na importância, a gente pode mudar milhões de histórias de vida. Cada vida que você impacta são mais duas, que depois são mais duas, que geram, quando fazem os milhares é difícil de contabilizar o número de vidas impactadas.

Só que, como todas as vidas importam, talvez vocês estejam se perguntando como é que ficou o Bento. Depois de 37 minutos de parada, Bento recebeu essa tecnologia, fez hipotermia, ele tinha ali o traçado quase que isoelétrico depois da parada, voltou cheio de crises, recuperou, teve sua evolução na UTI neonatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao fim dessa história, eu deixo para o Bento contar, quando ele tinha seis anos de vida, para ele contar um pouquinho para gente. Esse vídeo tem um som.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE – Depois de uma parada de 37 minutos, o que a gente mais ouviu naquela UTI, dos profissionais, enfim, das pessoas de uma forma em geral, era: "Meu Deus, é impossível que essa criança fique bem". Lembre-se de que o impossível não era um fato, era só uma opinião.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Gabriel, essa sua última frase: "O impossível não era um fato, era só uma opinião"... Fantástico!

Dr. Gabriel, eu quero agradecer, mas eu precisava voltar na sua fala. O senhor foi muito inteligente quando o senhor trouxe custos, porque a resistência do Fernando aqui, e do Governo, e é o papel deles, é sempre dizer: "Isso é muito caro, nós temos outras necessidades!".

Por exemplo, Dr. Fernando e Dr. Gabriel, a gente está recebendo comentários da internet, aí tem um comentário aqui, ó: "A intenção é muito boa, mas acredito que esse investimento poderia ser aplicado na melhoria do SUS, que hoje ainda é deficitário".

São nesse nível os comentários: "Vocês estão falando de tecnologia, se a gente não tem a dipirona ali na esquina ainda?". Então, assim, mas o senhor traz um fator muito importante.

O que investirmos em tecnologia agora pode reverter em benefícios para a União. O senhor traz diminuição de tempo de leito, o senhor traz diminuição de custo de outros tratamentos, mas eu vou pedir para o senhor começar a pensar um pouco além.

Se essa criança estiver bem, essa mãe vai voltar para o mercado de trabalho, essa mãe vai produzir e vai gerar renda. Aí o Estado não vai ter custo com o BPC, o Estado não vai ter custo com essa mãe, porque essa mãe vai gerar renda. E se essa criança estiver bem, como é o caso do Isaac, o Isaac está ali, gente, interagindo com tudo que é aplicativo no celular e a mãe está me falando que ele já está sendo alfabetizado, está bem na escola, daqui a pouco vai estar lendo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, assim, muito boa, mas já está na fase silábica e respondendo muito bem. Daqui a pouco o Isaac também está no mercado de trabalho, por que não?

Então, quando você alocar o custo, coloca esse custo a longo prazo também. A diminuição dos gastos da União com benefícios sociais, com o cuidado com essa família, porque essa família vai estar bem, porque hoje essa mãe pode trabalhar. O Isaac fica bem até com os chatos aqui no Senado, vocês viram a interação dele com todo mundo aqui.

Então, eu acho que a gente tem que pensar também, a longo prazo, de que o que nós vamos investir em tecnologia neonatal agora nós vamos estar beneficiando lá na frente os cofres da União. Então, Dr. Fernando, não é caro, é investimento, não é caro.

Parabéns, Doutor.

Mas eu tenho mais umas perguntas aqui para você, já te direciono, Gabriel: "Quais tecnologias digitais já mostraram resultados positivos na prevenção de sequelas em bebês prematuros?".

Na sua fala, você já abordou, mas eu vou repetir.

"Há um plano para assegurar a interoperabilidade e a segurança dos dados sensíveis dos recém-nascidos [...]?".

Uma outra pergunta que chegou para você, Dr. Gabriel: áreas distantes, essas tecnologias podem ser usadas na medicina distante?

Por exemplo, a criança estar muito longe numa aldeia. É possível de lá fazer o monitoramento usando essa tecnologia e você, lá em São Paulo, dentro da sua clínica, acompanhar essa criança?

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE (Para expor.) – Perfeito.

Eu acho que as duas perguntas são extremamente pertinentes, Senadora.

Começando sobre a interoperabilidade. Com certeza, eu acho que, quando a gente fala em saúde digital, existem muitas oportunidades e muitos desafios que, com certeza, são interessáveis. Quando a gente fala em interoperabilidade, é importante que esse sistema esteja integrado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentes monitores, a diferentes sistemas e, com certeza, sistemas de saúde como prontuários eletrônicos, isso é muito importante e extremamente factível.

A gente vem hoje trabalhando, literalmente, interoperabilidade com conexão com o prontuário eletrônico e, por exemplo, um incrível número de equipamentos que conseguem exportar os dados em tempo real e, através de um sistema de aplicações que rodam em nuvem, a gente consegue não somente visualizar, mas integrar essas informações e até enxergar um pouquinho melhor quando eu conecto, por exemplo, a questão de pressão arterial, de saturação de oxigênio com atividade elétrica, com oxigenação cerebral, eu consigo enxergar tudo mais. Então, é possível, é um desafio, naturalmente, precisa ser trabalhado, precisa ser alvo, mas com certeza é factível.

Quando a gente fala em segurança, privacidade dos dados e segurança, isso daqui sempre foi, eu acho, um dos maiores pilares, uma das maiores preocupações de todo o nosso trabalho, desde a segurança desses dados de privacidade. Hoje, em nosso sistema, com certeza, a gente preconiza a criação desses sistemas não só condizentes com a LGPD, mas também com parâmetros internacionais, como o HIPAA, nos Estados Unidos, o GDPR, que é lá da Europa. Inclusive, um dos grandes desafios

Inclusive um dos grandes desafios, imagina como é que a gente conseguiu levar esse tipo de volume de assistência para monitorizar, para um grupo brasileiro ter acesso a dados de um paciente da Universidade de Stanford, ou na Índia, ou em Londres, por exemplo. E tudo isso é endereçável e precisa ser dessa forma. É uma discussão muito séria, mas é totalmente factível. E a gente conta, por exemplo, com grandes parcerias, porque conseguem nos auxiliar nessa frente.

Em relação à distância, eu acho que a tecnologia entra justamente. Hoje, com o acesso, por exemplo, à internet, obviamente isso é possível. Mas sistemas de satélite, por exemplo, permitem que realmente você tenha conexões de alta velocidade em pontos distantes. Desse trabalho específico sobre que a gente está conversando aqui no dia de hoje, naturalmente eu preciso ter uma UTI que esteja equipada com aquele sistema e que tenha uma conexão. Então eu precisaria de um centro com uma UTI neonatal, e aí, para fazer todo o treinamento, tanto da equipe à beira leito, e também ali os sistemas eletrônicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente está falando, se a gente for falar de saúde digital de uma forma mais ampla, realmente é muito factível. Hoje a gente tem um trabalho muito interessante de conectar sistemas de realidade – a gente chama – imersiva. Isso vai evoluir muito com sistemas de óculos que permitem – óculos como o nosso, por exemplo –, que permitem que eu me conecte, eu posso estar numa aldeia distante, desde que eu tenha uma conexão, pode ser via satélite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esses óculos já existem, doutor?

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE – Os óculos existem. Realmente as grandes, enfim, as tais das *big techs*, Meta, Microsoft e outras empresas hoje vêm trabalhando nisso que elas chamam de realidade imersiva, que permite, eu acho que isso tem um potencial gigante e, com certeza, não só na neonatologia, que permite que eu leve a atenção especializada literalmente ali à ponta. E essa é uma discussão muito mais ampla, mas que é igualmente entusiasmante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, mais uma pergunta. As duas perguntas que eu fiz anteriormente ao senhor vieram de Frederico, de São Paulo, e de Raíssa, do Mato Grosso. Quero agradecer a participação das pessoas que estão *online* conosco.

Quando você fala de tecnologia, a gente já pensa em custo altíssimo. Mas nós temos tecnologia nacional em todo esse sistema?

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE – Sim, a gente tem. Tem um exemplo: nosso grupo trabalha com tecnologia 100% desenvolvida nacionalmente, promovendo literalmente essa extração de dados, interoperabilidade. E muito desses resultados que a gente mostrou, com as publicações científicas, são, sim, de tecnologia desenvolvida aqui no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Obrigada, Dr. Gabriel.

Dr. Gabriel, sua fala é desafiadora e provocadora. E incômoda também, porque se eu posso deixar o Isaac daquele jeito por falta de um aparelho, eu vou destinar Isaac a uma vida vegetativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e uma mãe desesperada, uma mãe que interrompe carreira, uma família inteira, porque a família inteira adoece. Então, assim, é uma fala sua bem provocadora – bem provocadora.

Nós vamos para o final da nossa audiência, e é este o momento em que eu devolvo a palavra aos expositores que ainda estão presentes para cinco minutos mais de considerações finais, agradecimentos. Mas eu vou passar a palavra primeiro para o Fernando, que foi o primeiro a falar, Dr. Fernando.

Nós temos duas perguntas direcionadas ao senhor. A primeira: "Haverá treinamento para profissionais e técnicos? Como será desenvolvida a métrica de [...] [inteligência artificial] para avaliar seguranças e riscos [de novas tecnologias sendo absorvidas]?".

A outra, Doutor... Essa que eu fiz agora é de Luciana, de São Paulo.

Aí nós temos uma de Raíssa, do Mato Grosso, Raíssa está participando ativamente: "Como será garantida a formação e a infraestrutura digital em UTIs de regiões mais pobres [é o que nós estamos discutindo aqui], evitando iniquidade no cuidado?".

Então eu devolvo essas duas perguntas e o senhor fica à vontade para seus cinco minutos para agradecimentos e considerações finais.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (Para expor.) – Senadora Damares, obrigado. Agradeço a todos os que tiveram a oportunidade, também, de expor suas ideias.

É a terceira vez que eu vejo a apresentação do Gabriel. Gabriel, está ficando melhor cada vez que eu escuto. O seu *pitch,* a sua linguagem.

Quero agradecer também à Luciana, de São Paulo, e a Raíssa do Mato Grosso. Acredito que na minha resposta aqui, nas minhas provocações, de alguma maneira isso vai estar abordado.

Como médico, como Doutor em Medicina – e tendo muita vontade, aqui, com um público tão seleto – eu acho que a avaliação de desfecho, principalmente de desfecho duro, Gabriel, é um dos grandes desafios da ciência.

Considerando a multivariabilidade de elementos que compõem um desfecho como, por exemplo, mortalidade – considerando esse um desfecho duro –, e entendendo o componente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altamente complexo do que é um pré-natal, um perinatal e um pós-natal imediato, já se levanta um grande desafio. E eu fiquei muito feliz quando você usou o termo bala de prata. É muito pouco provável, Senadora Damares, todos que estão nos escutando, que exista uma única solução que vá mudar todo o desfecho.

Quando a gente está vendo o Isaac, quando a gente está vendo o Bento, eu fico seguro de que foi um trabalho de equipe, de que foi o trabalho de um time, com várias intervenções, várias intervenções: do terapeuta ocupacional, do fisioterapeuta, do médico, que, óbvio, deve ter tido um papel significativo do monitoramento cerebral.

Mas, como médico e doutor, a gente tem que se ater aos fatos. Então, eu coloco isso como sendo algo a ser desenvolvido: a avaliação de desfecho duro e de desfecho *soft,* que é uma linguagem que eu sei que você compartilha, o *hard* e o *soft,* quando a gente busca elementos científicos dentro de uma publicação – e o parabenizo pelos jornais que você atingiu, o *Jama*, publicações de altíssimos fatores de impacto –, carece de um aprofundamento.

Por quê? Sob a ótica da evidências científicas, Senadora, a gente entende que as metanálises são aquelas de mais alto impacto, como todos vocês sabem. O que existe hoje, de mais recente e novo, publicado, é uma metanálise da Cochrane que não conseguiu avaliar com uma forte evidência científica que o uso – e eu deixo muito claro – amplo e irrestrito dessa tecnologia, isoladamente, mude desfecho duro.

Fico feliz de ter visto aquele dado da maternidade que mostrou 0%, nesse momento, de pacientes crônicos, mas, obviamente, isso precisa ser esmiuçado sob uma ótica epidemiológica, sob que vários outros elementos de incremento na qualidade assistencial foram ali inseridos, o próprio perfil de entrada do paciente naquela rede. E isso não é nenhum demérito, muito pelo contrário, eu acho que isso é mais um ponto para que a gente sente, comece e converse.

Estou muito feliz de estar no Ministério da Saúde. A senhora sabe, Senadora, que é o maior orçamento dos ministérios, o que significa que na lógica financeira –, desde que aliada a um princípio de custo-efetividade, mesmo que aquela efetividade de custo não esteja inserida na pasta, quando a gente vê a diminuição de impacto orçamentário na Previdência Social e em todos aqueles outros elementos que circundam o custo público – a gente acredita, sim, que vale a pena, que é papel e responsabilidade do Ministério da Saúde intervir nisso para gerar esse custo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetividade para a lógica pública, porque um estado mais superavitário, mais eficiente na gestão de custos, no final das contas, tem mais recurso para a saúde. Então, quanto a isso, eu fico muito tranquilo de acreditar que o Ministério da Saúde é apoiador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA – ... dessa modalidade de pensamento custo-efetivo, desde que ele se prove custo-efetivo.

E, ainda, do ponto de vista científico, a gente tem dois ensaios clínicos sobre o uso de Nirs em oximetria cerebral – até lhe contei que eu fui um dos primeiros a usar Nirs lá em Pernambuco –: o Cosgod e o SafeBoosC, em que também não houve uma evidência científica robusta para o tratamento guiado pelo monitoramento de oximetria cerebral sob a evidência de desfecho clínico duro. Obviamente, o debate científico é em outra seara, não aqui, mas eu faço questão de colocar um posicionamento estritamente técnico, nada político, do bom debate científico.

E aí eu queria deixar pactuado, e como proposta, para que isso evolua como projeto de lei, junto ao Executivo, ao Ministério da Saúde – ele sabe porque eu já o convidei, estou reafirmando o convite –: que, primeiro, a gente precisa estabelecer protocolos clínicos de espaço de uso, considerando a variabilidade de perfis de UTIs neonatais, até para que a gente preserve o benefício que, porventura, possa existir. E eu acredito piamente que existe uma população restrita, em ambientes de UTI, com capacitação profissional. A gente está falando da Santa Casa de São Paulo, onde seu filho teve essa graça e esse benefício de ser bem atendido. Acredite, é uma UTI já consagrada do ponto de vista de assistência neonatal.

Então, eu acho que há necessidade de um protocolo operacional bem definido, em que a gente possa começar por ambientes onde existe uma maturidade de recurso humano e tecnológico, para minimamente haver a interpretação e a tomada de decisão, porque – volto a repetir – isso não é uma medida terapêutica, é uma medida diagnóstica. A partir do momento do diagnóstico, há de se ter a ação interventora terapêutica, que vai, sim, gerar o benefício clínico que a gente está aqui vendo, bem como... E isso vai exigir uma análise.

Só para se ter ideia da complexidade, são 120 macrorregiões de saúde no Brasil, com toda a sua variabilidade; e política pública tem que se fazer sob a ótica do benefício mais amplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível. Então, cabe o apoio de vocês na identificação dessas 120 macrorregiões no Brasil, de quais seriam aquelas que têm essa capacidade instalada, para que se possa extrair o pressuposto melhor benefício.

Falando de treinamento, é óbvio, Luciana, lá de São Paulo, que, para além da mera instalação de uma tecnologia que vai envolver máquina, que vai envolver comunicação de internet de alta fidelidade, que vai envolver comunicação reversa – porque o dado tem que ir para a central, e a central tem que ser apta para ativar quem vai administrar o medicamento, ou não, lá na ponta –, isso exige capacitação e treinamento. Então, um capítulo à parte da instalação dessa e qualquer outra tecnologia baseia-se na capacidade de a gente educar e treinar. Isso é fundamental.

A própria Raíssa também falou sobre formação. UTIs diversas, Raíssa, estão postas nessa discussão, em 120 macrorregiões. Vai ter UTI que não vai ter neonatologista de plantão; vai ter UTI neonatal no Brasil que não vai ter neonatologista, que o diga um neuropediatra, porque nós sabemos – a colega da sociedade estava aqui presente – como é uma especialidade subdimensionada. A gente precisa olhar, investir numa melhor formação justamente daqueles profissionais que são mais carentes do ponto de vista de amplitude.

E, concluindo, para além de tudo que foi posto, quando a gente identificar que macrorregiões, que perfis de UTIs e que ambientes poderão ter maior benefício, é óbvio, pela probidade financeira e administrativa, que a gente precisa, sim, fazer um cálculo de impacto orçamentário.

Pensando no impacto do custo e, obviamente, colocando nessa conta o impacto da eventual diminuição de custos futuros, seja no "d" zero, como você muito bem colocou, seja no "d" tardio, que vai gerar até uma diminuição de impacto de BPC.

De antemão, fica então este recado, este pedido do Ministério da Saúde: que vocês possam trabalhar junto as estratégias de reanimação neonatal, a estratégia do QualiNEO, para que possam nos ajudar a definir protocolos nacionais de prevenção, diagnóstico precoce, e uma redefinição e uma revisitação técnico-científica de todos os trabalhos, para que a gente possa, realmente, buscar os desfechos duros, que são aqueles... Os desfechos duros são aqueles que vão provar o benefício real, numa análise multivariada, identificando, dentro da multivariada, qual foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o elemento univariado que deu e que provou uma diminuição de desfecho duro com mortalidade, como sequela neurológica grave, com um "p" significativo menor do que 0,05.

Essa é a pergunta de algumas centenas de milhões de reais, quando a gente fala em investimento em saúde pública. A gente tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA – ... que pensar em desfecho duro.

Eu estou entendendo, já, que esse aviso não é de carinho, já é para concluir.

E, por fim, que bom que vocês já estão pensando em integração com a RNDS, que bom que nunca se avançou tanto em saúde digital como a gente tem avançado neste Governo porque para toda e qualquer tecnologia tem que ter este pensamento casado: toda tecnologia tem que pensar sob a lógica da interoperabilidade, sob a lógica do SUS Digital, que tem sido tão amplamente implementado.

E deixo, por fim, um pedido e um recado, que, por mais que a gente invista em alta complexidade na atenção especializada, é pouco provável que, para a atenção neonatal e materna, uma medida de fortalecimento da atenção primária consiga ser tão eficaz. É importante a gente manter um olho na atenção primária, uma qualificação na atenção primária.

E, Gabriel, mais uma vez, muito obrigado, mais uma aula em que eu aprendi. Senador Damares, obrigado por ter tido essa oportunidade de compartilhar este momento com vocês. O nome da senhora... D. Michele, parabéns pelo Isaac, viu? O Isaac já me abandonou de novo aqui, mas eu bati na mão dele, já, está bom?

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Fernando, mas, antes de o senhor sair, o Isaac vai te dar um abraço para amolecer mais seu coração ainda. O Ministério da Saúde a gente tem que trazer para perto do coração. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Fernando, obrigada. O senhor trouxe as ponderações necessárias e a gente entende os desafios. É muito fácil eu ficar do lado de cá cobrando, mas eu já estive do lado de lá...

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (*Fora do microfone*.) – Eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e fui cobrada.

Quem passa pela gestão e por uma máquina tão pesada que é o serviço público nacional, que a gente foi deixando, foi deixando, foi deixando... Como é burocrático. Como é burocrático um documento chegar na sala dele; ele passa por diversos lugares até chegar a ele. E a gente conhece, a gente reconhece o empenho do Ministro Padilha. O Ministro Padilha... Eu tenho um carinho e um respeito muito grande por ele.

E sucesso para vocês...

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... mas a gente vai continuar este debate aqui no Senado.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que... Eu quero mais Isaacs, eu quero mais Micheles, eu quero mais Gabriéis. A gente vai continuar este debate.

E aí, Dr. Fernando, o dinheiro é aqui.

O SR. FERNANDO AUGUSTO MARINHO DOS SANTOS FIGUEIRA (*Fora do microfone*.) – Hã-hã.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não tem tecnologia sem dinheiro. Quem faz o Orçamento da União é esta Casa, e talvez esteja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na hora de a gente começar a mudar um pouco a lógica do Orçamento da União, a gente começar a falar sobre isso e começar a evitar gastos desnecessários em outras áreas. Não é da área da saúde que eu estou falando, porque todo gasto na saúde é necessário, mas a gente vê aí alguns gastos, a nível nacional, que poderiam estar sendo investidos no seu departamento, por exemplo.

São as minhas angústias, e é nesta Casa. Eu acho que a mudança da lógica como um todo, do Orçamento da União, precisa acontecer. Precisamos ter coragem de falar sobre isso.

Obrigada.

Nós vamos agora ouvir, para considerações finais, acho que a Dra. Carla já desconectou, não é? Então... Já saiu. Vamos ouvir Michele, a sua fala final, seus agradecimentos.

A SRA. MICHELE MANZONI (Para expor.) – Então eu queria agradecer, mais uma vez, pelo desfecho final do Isaac.

E falar um pouco como profissional, porque eu sou fisioterapeuta. E vi e vejo muitos pacientes numa UTI pediátrica com sequelas muito maiores que as do meu filho e com condições maiores, financeiramente falando, e que não chegaram ao resultado final do Isaac. Então eu queria reforçar que realmente o monitoramento cerebral, uma equipe empenhada, pensando no futuro muda realmente o futuro de uma criança especial.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Michele.

Está *online* com a gente, esteve a Liliam, de São Paulo, que fez o seguinte comentário: "Importante considerar o aumento de leitos e profissionais, além de aperfeiçoamento dos médicos e enfermeiros atuais".

Andrily, do Paraná: "Com o uso de um modelo de saúde digital, é possível agregar uma série de tecnologias para promover a análise inteligente dos dados".

Fagner, do Pará: "A saúde digital em UTIs neonatais fortalece a prevenção de sequelas neurológicas e aprimora a qualidade e a eficiência do cuidado neonatal".

Denise, do Paraná: "Considero [...] [bem] relevante o uso de novas tecnologias na prevenção de sequelas, [...] [mas] a humanização desse cuidado [também é importante]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio, de São Paulo: "A intenção é muito boa, mas acredito que esse investimento poderia ser aplicado na melhoria do SUS, que hoje ainda é deficitário!".

Dr. Gabriel, para considerações finais, agradecimentos, respostas. Fique à vontade.

O SR. GABRIEL FERNANDO TODESCHI VARIANE (Para expor.) – Não, na verdade, eu acho que a minha consideração é de muito agradecimento e de ter a oportunidade de promover esta discussão.

E reforço que fico muito entusiasmado, Dr. Fernando, com os próximos passos, que são de literalmente ter essa discussão em conjunto, tanto do ponto de vista científico, do ponto de vista econômico, do ponto de vista clínico e assistencial, junto.

Agradeço mais uma vez, Senadora Damares, pela oportunidade de também discutir toda essa importante pauta com o Legislativo.

Michele, você e o Isaac eu acho que representam o grande motivo desta discussão, repeti isso algumas vezes. E com certeza, tem muita gente, em várias instâncias, olhando para a saúde neonatal. Tem tanta coisa boa realizada, já realizada no nosso país, e eu realmente admiro demais tudo que já vem sendo feito de forma muito, muito bonita. A estratégia QualiNEO, a Rede Alyne, o programa, todos esses, a gente é colega, é amigo, discute intensamente.

E ter a oportunidade de ter essa discussão de forma aprofundada, de forma que seja factível, que estude, de forma gradual, o impacto de toda essa metodologia, eu acho que é a grande razão.

Eu não poderia deixar de agradecer, está nesta sala aqui com a gente, o Dr. Maurício Magalhães. O Dr. Maurício Magalhães é o Chefe da Santa Casa, da UTI Neonatal da Santa Casa de São Paulo, que foi a primeira pessoa, desde quando eu era aluno da faculdade, que me ensinou sobre neuroproteção, que me ensinou sobre essa paixão. E com certeza, não poderia deixar de agradecer, porque o senhor, com certeza, é um dos mentores, senão o mentor mais importante da minha vida. Obrigado também por estar aqui neste dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós estamos chegando ao encerramento. Eu já podia encerrar, mas o Dr. Maurício acompanhou a gente desde o início, e eu acho que ele pediu para falar um pouquinho.

Cinco minutos para o Dr. Maurício – tudo bem, expositores?

Dr. Maurício, obrigada por ter vindo de longe participar desta reunião de audiência pública. E, acredite, é o pontapé inicial de um grande debate aqui dentro do Senado.

Dr. Maurício, que honra tê-lo conosco!

O SR. MAURÍCIO MAGALHÃES (Para expor.) – Obrigado.

Senadora Damares, muito obrigado. Dr. Fernando, muito obrigado pelo espaço de cinco minutos.

Eu sou um médico pediatra neonatologista há 40 anos. Eu vivo há 40 anos dentro de uma UTI neonatal, vendo essas crianças, cuidando dessas crianças, vendo a evolução delas e me doía muito entregar para uma família uma criança em cujo cérebro eu não estava enxergando o que estava acontecendo. Eu tinha um monitor cardíaco, tinha um monitor de saturação e de pressão arterial. E o cérebro? O cérebro eu ia enxergar quando eu acompanhasse essa criança lá no ambulatório de seguimento. É aí que eu vou enxergar o que aconteceu.

Hoje, com essa tecnologia, desde 2013, a gente consegue enxergar, em tempo real, no momento exato, o que está acontecendo com a função desse cérebro; e, se estiver piorando a função cerebral, eu posso ver, eu posso enxergar. Então, muda muito o tratamento à beira leito, muda totalmente o tratamento à beira leito.

Hoje, os médicos que usam essa... Vamos chamar de tecnologia. Não é só tecnologia, é educação continuada, é aperfeiçoamento – não é só tecnologia. Então, hoje eu consigo ver e mudar o destino das crianças fazendo isso.

Eu queria só deixar realmente aí o meu parecer sobre isso, porque eu acho... Parabéns pela sessão de vocês. E quero falar para vocês que existe a Newborn Brain Society, que é a principal sociedade mundial de neuroproteção e de neuromonitoramento. Até o ano passado, o Presidente da Newborn Brain Society era o Dr. Mohamed El-Dib, da Universidade de Harvard, mas foi eleito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um novo Presidente da Newborn Brain Society. Esse novo Presidente da Newborn Brain Society é o Dr. Gabriel Variane. Por quê? Porque o mundo está olhando para o Brasil. O que nós estamos fazendo? A gente está mudando a vida de muitas crianças.

Então, muito obrigado. Vamos em frente, porque realmente a gente tem muito a fazer, e isso vai mudar a vida das crianças, da família e da sociedade.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Maurício, que bom que o senhor falou, o senhor trouxe tanto ânimo. Eu estava tão triste, e o senhor trouxe tanta esperança na sua fala.

Eu estava triste, Isaac! Gente, o Isaac conseguiu nos achar no YouTube. Vocês acreditam nisso? Ele foi no YouTube e nos achou. Você o viu no YouTube, foi, Isaac? Ó, lá! (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, que incrível!

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que menino incrível, que menino incrível!

E o senhor nos trouxe esperança com a sua fala, de que o mundo está vendo o que nós estamos fazendo aqui. E a gente pode, doutor, investir em pesquisa; essas pesquisas, essas novas tecnologias, com esses novos meninos que estão chegando na universidade para desenvolver tecnologia nossa, nacional, a gente pode depois exportar, para não só salvar os nossos meninos, as nossas famílias, mas também exportar tecnologia.

Obrigada, Dr. Maurício. Quarenta anos numa UTI neonatal. Quantas histórias, quantas vidas salvas e quantas angústias, né? Porque o senhor devolveu crianças, sem o senhor saber o que tinha lá dentro do cérebro. Que fala incrível!

E vou dizer uma coisa, Doutor. Se eu estivesse presa hoje, a um problema, numa cadeira de rodas, e tivesse a consciência de que um aparelho poderia ter me tirado de lá, eu estaria muito brava. Acho que é o que muitas mães estão sentindo: "Será que um aparelhinho não teria salvado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a vida do meu filho e dado qualidade de vida?". Acho que a gente deixa essa mensagem hoje, mas vamos deixar uma mensagem de esperança – né, Dr. Fernando? Estamos avançando.

Issac, depois você dá um abraço bem apertado aqui no tio, tá? Esse tio precisa de um abraço.

Vocês entenderam, né? (*Risos.*)

A gente sai daqui, hoje, com esperança e felizes.

E quero agradecer à Secretaria e ao Presidente desta Comissão, que é o nosso Senador Marcelo Castro.

Esta Comissão tem ex-Ministros da Saúde membros desta Comissão, provocar este debate aqui é mais que necessário. Temos aqui pais e avós que têm pessoas na família que estão com problemas que poderiam, quem sabe, ter sido evitados. Nós temos ex-Governadores nesta Comissão.

Esta é a Comissão do debate, é a Comissão... O que vocês trouxeram aqui, com certeza, vai ser compartilhado com os gabinetes. Os gabinetes estão *online* nos assistindo, e Senadores do estado estão acompanhando a audiência.

Só quero agradecer a todos vocês: à Secretaria, pela organização; e ao Dr. Fernando, por ter ficado até aqui, o que mostra o compromisso do Ministério da Saúde com a pauta. Obrigada, Dr. Fernando.

Entendendo que o objetivo da audiência foi alcançado e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2425, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a igualdade na prestação da Assistência Social aos migrantes." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 - CRE - CAS. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4261, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito do consumidor de planos de saúde a requerer a portabilidade de carências para qualquer plano, da mesma operadora ou de outra operadora, de maior ou menor valor ou cobertura e cria critérios para migração." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3436, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, para incluir a garantia de assistência fisioterapêutica aos pacientes submetidos a cirurgia de mastectomia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1739, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Complementar n° 60, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar os valores de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 663, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Reconhece o Sistema Único de Saúde (SUS) como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 81, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 126/2025, que "institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional"." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 85, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da PEC 19/2024 na Valorização dos Profissionais de Enfermagem e no Fortalecimento do Sistema de Saúde." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 87, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Prematuridade em foco: para quem chega antes, o que vem depois?"." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 88, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a grave situação envolvendo a circulação de bebidas alcoólicas adulteradas, em especial com a adição de metanol, e as alternativas para garantir a rastreabilidade e segurança no consumo, incluindo a discussão sobre a retomada de um sistema semelhante ao antigo SICOBE, desta vez modernizado, com recursos tecnológicos que permitam ao consumidor verificar, por meio de seu celular, a procedência e a regularidade do produto adquirido." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 89, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 88/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 91, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Vamos à pauta.

Senador Nelsinho.

O Senador Paulo Paim é o Relator...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Do projeto da Mara Gabrilli.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... do item 1.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. Vou fazer em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2425, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a igualdade na prestação da Assistência Social aos migrantes.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores, com voto favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, é um projeto da nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que nos representa muito bem, inclusive na ONU, quando tratamos desses temas. A Senadora apenas faz um ajuste na lei dos imigrantes e eu queria, se V. Exa. permitir, fazer uma síntese do projeto.

O PL 2.425, de 2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, dispõe sobre a igualdade na prestação da assistência social aos imigrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei 8.742, de 1993, trata da organização da assistência social, e, em seu art. 4º, estabelece que a atividade será regida por alguns princípios como o da universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a ampla divulgação dos projetos assistenciais.

O projeto visa, simplesmente, acrescentar um princípio no art. 4º da referida lei, a fim de garantir igualdade de direitos do imigrante residente no Brasil, para que ele possa acessar os serviços de atendimento de assistência social, sem nenhuma discriminação em relação à nacionalidade e à condição migratória.

O PL também garante a adaptação do sistema de acesso à documentação da qual o imigrante dispõe.

O projeto tramitou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e foi relatado pelo Senador Humberto Costa, que acertadamente acrescentou uma emenda para realizar ajustes necessários ao texto, como, por exemplo, substituir a palavra "migrante" por "imigrante residente", que é a palavra certa, mais adequada ao objetivo da proposta.

Nesse sentido, apresentei relatório favorável na íntegra, que foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores.

Reitero a importância da aprovação do PL 2.425, de 2020, que ampara os imigrantes residentes no Brasil e garante a eles o acesso à assistência social sem discriminação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Eu sei que a votação será nominal. Eu tenho – e sou obrigado a registrar – um debate e uma votação hoje, talvez, lá na Comissão de Constituição e Justiça, sobre a questão da redução da jornada. E eu queria muito assistir à abertura, quando o Relator – vai ser talvez o item 1 da pauta –, Rogério Carvalho, dará o seu parecer. Ele fez um brilhante relatório. E eu vou participar dos debates lá, de forma democrática, na construção do melhor para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito, Senador Paulo Paim.

Em discussão, o relatório do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Nada a acrescentar de bom, mas para dizer como é prazeroso votar no projeto da nossa companheira Mara, relatado pelo Paim e presidido pelo senhor. Como é bom estar aqui hoje.

Só para dizer que o voto, claro, será "sim".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bondade sua, Senador Plínio Valério.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu sei que é votação nominal, eu poderei votar pelo aplicativo ali na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com certeza, pode votar pelo aplicativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado à parceria dos pares aqui, ao Nelsinho, meu querido que já colocou seu...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e submeto-a à votação nominal. (*Pausa.*)

O painel está aberto.

Os Senadores podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu queria combinar com os nobres colegas para a gente adiantar a pauta. Enquanto os Senadores estão fazendo a votação nominal, que a gente possa ir tratando as outras matérias, principalmente os requerimentos que tem aqui, de autoria do Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, como o senhor abriu e como eu tenho que sair, o Governo me pediu muito... Eu já falei com o nosso querido amigo, o Senador Veneziano: no item 5, o Governo queria conversar um pouco mais com o Senador Veneziano.

Eu pediria vista, então. Há concordância de parte do meu grande amigo aqui, parceiro. Então, fica o pedido de vista.

Claro, ele vai ler o relatório, mas fica assegurado o pedido de vista, e eu vou para a outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Senador Paim.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 10 da pauta.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Eu vou pedir para o Senador Paim – eu sei que V. Exa. está com pressa – só para ver o enunciado, porque eu gostaria da opinião de V. Exa. e do Senador Veneziano, pelo grande prestígio que V. Exas. têm perante esta Casa e a sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 88, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a grave situação envolvendo a circulação de bebidas alcoólicas adulteradas, em especial com a adição de metanol, e as alternativas para garantir a rastreabilidade e segurança no consumo, incluindo a discussão sobre a retomada de um sistema semelhante ao antigo SICOBE, desta vez modernizado, com recursos tecnológicos que permitam ao consumidor verificar, por meio de seu celular, a procedência e a regularidade do produto adquirido.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, para a leitura do seu requerimento.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento se faz baseado nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

Requer audiência pública, no objeto do Requerimento 88, de 2025, com o objetivo de debater a grave situação envolvendo a circulação de bebidas alcoólicas adulteradas, em especial com adição de metanol.

Convidamos para esta audiência pública: representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa, da Receita Federal, da Secretaria Nacional do Consumidor, da Polícia Federal; o Vice-Ministro de Indústria e Comércio – eu vou explicar depois – da República Dominicana, Ramón Pérez Fermín; a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; a Associação Brasileira de Bebidas; a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas; e o Presidente do Sindicerv, Sr. Márcio Maciel.

Por que a República Dominicana está nessa história? Lá tinha centenas de mortes por mês com intoxicação de metanol – eu fui pesquisar o assunto –, e eles resolveram isso a partir do momento em que instalaram um sistema de rastreabilidade. Eram 300 mortes, caíram para zero. Não tem mais. Será que isso é verdade? Vamos fazer audiência pública para a gente poder discutir.

É esse o teor do requerimento da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu proponho, Senador Marcelo Castro, Presidente, em face dos famigerados boletins que a gente era acostumado a ver da covid toda manhã – "morreu tanto", "tem tanto infectado"... Agora, está tendo boletim da intoxicação do metanol. Podem ligar o rádio de manhã cedo, CBN, Band News: "Boletim do dia tal". Isso é um absurdo. Nós temos que estancar isso de uma vez por todas.

Sugeriria, na próxima quarta-feira, nesta Comissão, que V. Exa., com a anuência do Plenário, pudesse abrir o espaço para a gente fazer este debate aqui. E vários Senadores já me falaram que vão estar aqui presentes, porque está pairando uma interrogação muito grande na cabeça de todo mundo sobre esse assunto.

Era isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, me permite, já que...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um instantinho, Senador Paulo Paim.

O Requerimento nº 11 é do mesmo teor, ele apenas faz o aditamento de mais alguns nomes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já deu os nomes das pessoas.

Então, serão votados conjuntamente os Requerimentos 10 e 11.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Quarta-feira, em vez de a gente fazer uma sessão deliberativa, com a anuência de todos, nós faremos uma audiência pública para debater esse tema tão premente que se tem hoje.

(É o seguinte o item aprovado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 89, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 88/2025 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS))

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, por isso que eu tinha pedido a palavra pela ordem. Esse tema é tão importante e tão marcante no Brasil todo que parece que foi telepatia: eu tive a mesma iniciativa que V. Exa. Parabéns a V. Exa., que está aprovando neste momento. E o requerimento que casualmente eu tenho aqui é muito semelhante. É que V. Exa. não tomou conhecimento, nem o Presidente, porque eu ia botar extrapauta. Falei na tribuna ontem sobre esse tema. Mas, na minha proposta, a única diferença que teria, se V. Exa. concordar – está na pauta também da Comissão de Direitos Humanos –, é que nós faríamos uma única audiência. Só queremos a audiência. Então, eu aprovo lá – o senhor aprovou aqui – e fica combinado que é na quarta-feira. E nós estaremos todos juntos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quarta-feira, às 9h, a gente faz a audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Na quarta-feira.

Eu já informo a data lá hoje. Hoje, às 11h, vamos votar lá.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, Senador Nelsinho. Parabéns pela...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – E evitem caipirinha...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, poderíamos... V. Exa. poderia...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só um segundo, Senador Veneziano. Tem um requerimento aqui da Senadora Eudócia que o Senador Nelsinho Trad vai subscrever.

Então, item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 87, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Prematuridade em foco: para quem chega antes, o que vem depois?".

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, também subscritor do requerimento, para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para encaminhar.) – Fui informado de que a nossa colega, Dra. Eudócia, foi acometida de uma crise de labirintite. Tomara que ela se recupere logo.

Então, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater o tema "Prematuridade em foco: para quem chega antes, o que vem depois?", com os seguintes convidados: Sra. Suellen Sátiro; Dra. Sonia Venancio; Dra. Lilian Sadeck; Dra. Claudia Valente; Dr. Eder Gatti; e Sra. Denise Suguitani.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o requerimento à aprovação dos nobres pares.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar os valores de enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Marcelo Castro, pela sua atenção e, evidentemente, pela sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

designação para que nós pudéssemos trabalhar um tema de importância e de alcance extraordinário para milhares de senhoras e senhores empreendedores brasileiros.

Já foi feita a antecipação do pedido de vista por parte do Governo, através do nosso nobre amigo, estimado Senador Paulo Paim, e V. Exa. regimentalmente já o concedeu. Nós vamos aprimorar e discutir nesses próximos dias para, quem sabe, na próxima semana, pela relevância da matéria, podermos trazer à deliberação e a voto.

Na análise, Sr. Presidente, nós fizemos aqui as abordagens formais, iniciais, a respeito da sua juridicidade, da sua pertinência, da sua constitucionalidade, todos esses pontos vencidos por ter o projeto o atendimento a cada um dos mesmos. E aí eu parto em seguida para o quarto parágrafo.

No tocante às exigências de responsabilidade fiscal, o projeto da nobre companheira emedebista Sra. Senadora Ivete não compromete diretamente as receitas da União, uma vez que o MEI é regime simplificado que já possui carga tributária reduzida. A ampliação dos limites pode, inclusive, favorecer a formalização de atividades econômicas, com impacto positivo na arrecadação em médio prazo, Senador Paulo Paim.

No mérito, o PLP nº 60, do atual ano, apresenta proposta equilibrada e necessária para atualização do regime do MEI, que não sofre quaisquer alterações substanciais desde 2018 – passados, portanto, sete anos sem quaisquer atualizações.

Quanto à elevação do limite de faturamento, a medida se justifica pela defasagem acumulada dos valores frente à inflação do período. O limite atual de R$81 mil foi fixado por lei complementar de 2016, com vigência a partir de 2018. Considerando a variação do IPCA no período, a atualização proposta para R$140 mil representa adequação necessária para manutenção do poder aquisitivo dos limites originalmente estabelecidos.

A criação de faixa intermediária de contribuição, com alíquota de 8% sobre o salário mínimo para MEIs com receita entre R$81 mil e R$140 mil, segue precedente já estabelecido pela Lei Complementar 188, do ano de 2021, para transportadores autônomos de cargas. Esta graduação evita descontinuidade abrupta na carga tributária e mantém a atratividade do regime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à ampliação do número de senhoras e senhores empregados, permitir até dois empregados representa evolução natural do instituto, considerando que muitas atividades econômicas demandam suporte mínimo para operação eficiente. A manutenção da limitação salarial preserva o caráter social do regime e evita distorções competitivas.

A instituição de correção automática pelo IPCA constitui avanço significativo, eliminando a necessidade de intervenções legislativas periódicas, como essa que nós estamos propondo a fazer, e assegurando manutenção do valor real dos limites ao longo do tempo. O mecanismo proposto, com divulgação até janeiro de cada ano, oferece previsibilidade aos contribuintes e segurança jurídica.

A proposta preserva os princípios fundamentais do MEI: simplicidade, baixa carga tributária e facilidade de cumprimento das suas obrigações. A ampliação gradual, tanto de limites quanto de empregados, evita rupturas no sistema e permite adaptação progressiva.

A medida alinha-se às políticas públicas de formalização da economia e pode contribuir significativamente para a redução da informalidade, especialmente em atividades que naturalmente demandam pequeno quadro de funcionários.

Cabe registrar que, com a reforma tributária, o regime do MEI deverá ser adaptado ao novo sistema tributário. Contudo, as alterações propostas mantêm compatibilidade com a transição prevista e podem facilitar a adaptação futura.

Por fim, achamos oportuno registrar na ementa da proposição a expressão, abrimos aspas, “Super MEI”, fechamos aspas, pela qual a iniciativa legislativa ficou conhecida. Para tanto, apresentamos singelíssima emenda de redação ao texto.

Voto.

Ante ao que nós expusemos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 60, de 2025, com a emenda de redação a que já fizemos alusão, saudando a iniciativa, repito, da nossa querida e distinta Senadora Ivete da Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como dissemos no início, Senador Marcelo Castro, já garantida vista por pedido do Senador Paulo Paim, vamos trabalhar para que o mais breve possível possamos voltar a fazer o debate sobre essa matéria.

Obrigado, Senador Marcelo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa.

Esse amigo me permita que eu diga para ele: amigo para sempre, porque ele entendeu que eu queria muito votar com ele hoje já, mas, com o pedido do Governo, ele foi sensível para que... Já acertei, eles vão te chamar para conversar, e nem precisaria, porque ele é tão conhecido que o Governo todo vai procurá-lo.

Eu agradeço, Presidente.

Como lá na CCJ atrasou, o meu item era para ser o número um, mas pode ser o último. Então, vou ficar aqui trabalhando com V. Exa. É um prazer estar sob a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O prazer é nosso, Senador Paulo Paim. Prazer e honra grande.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concedida vista do projeto, o que, aliás, vem de acordo com o desejo da autora, Senadora Ivete da Silveira, que gostaria de estar presente na aprovação desse projeto. Sendo assim, muito provavelmente.... Ela não pôde vir hoje, teve uma indisposição. Certamente, no dia de aprovar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi pensando nela que eu pedi vista.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu recebi aqui – está em minhas mãos e deve estar também no seu conhecimento – um requerimento, apresentado pela nobre Senadora Mara Gabrilli, solicitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma audiência pública. E ela fez um pedido para que eu pudesse fazer a leitura do mesmo. Pergunto a V. Exa. se o faço neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Requerimento extrapauta de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 91, de 2025, da CAS, apresentado pela Senadora Mara Gabrilli e subscrito pelo Senador Veneziano. (*Pausa.*)

Então, não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 91, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para encaminhar.) – É bem rapidinho, Senador Marcelo, Senador Fernando Dueire, saudando a sua chegada.

A Senadora Mara Gabrilli, nossa estimada e querida companheira, requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do nosso Regimento, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir ações e desafios do desenvolvimento em saúde, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de novas tecnologias, metodologias e serviços no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde para o benefício da saúde e qualidade de vida da população brasileira, propondo para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa; representante da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos; representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades; representante do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos; representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); a Dra. Tatiana Sampaio, bióloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Bruno Drummond, pessoa com lesão medular e participante de estudo experimental com produto inovador brasileiro.

São esses os convidados sugeridos no requerimento pela Senadora autora Mara Gabrilli, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Eu vou encerrar a votação – porque já deu quórum – do item 1 da pauta.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Resultado da votação: 10 SIM, nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

A matéria foi aprovada com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Como não tem mais nenhum Relator presente, convoco para o dia 15 de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, audiência pública, para discutir a questão da adulteração das bebidas alcoólicas, especialmente as destiladas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Fabiano Contarato, Leila Barros, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação das indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Relatoria/Coordenação das sugestões de indicações na CAS: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, 150 indicações, conforme planilha anexa. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8330494205

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/09

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações a programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais RP8, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dados das emendas.

Emenda nº 60060003. Ação 2E89: Incremento temporário do custeio do serviço de atenção primária à saúde para cumprimento de metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

Emenda nº 60060004. Ação 2E90: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas. Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

A coordenação e a relatoria das indicações na CAS ficaram a cargo desta Presidência.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à leitura do relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 2010, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006–CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN, compete a esta Comissão apresentar indicações para execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (Lei nº 15.121/2025).

Na LOA de 2025, esta Comissão apresentou emendas RP-8 nas programações:

2E89 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas (Emenda 60060003);

2E90 – Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (Emenda 60060004).

Em 28/08/2025, foi realizada a primeira reunião destinada à deliberação de indicações desta Comissão, com a aprovação de 2.124 indicações.

Em 11/09/2025, foi realizada a segunda reunião destinada à deliberação de indicações desta Comissão, com a aprovação de 251 indicações e cancelamento de seis, em decorrência de impedimento técnico ou erro material.

Posteriormente, no período de 11/09 a 09/10/2025, foram apresentadas 194 indicações, listadas no Anexo I, para apreciação desta Comissão.

Ademais, foi solicitado pelos respectivos autores o cancelamento de 22 indicações aprovadas nas reuniões anteriores, em decorrência de impedimento técnico ou erro material. Tais solicitações serão oportunamente analisadas e submetidas à apreciação deste Colegiado.

É o relatório.

Quanto ao mérito, após análise, foram selecionadas 150 indicações, as quais constam do Anexo II.

Voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo II.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão.

Com a palavra, Senadora Dra. Eudócia, para discutir a matéria.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. Quero colocar aqui a importância desta sessão em que estamos votando essas emendas de Comissão, chamadas RP-8, para que os nossos estados e os nossos municípios brasileiros possam ter acesso a essas emendas que vão agregar às políticas públicas na área da saúde.

Então, quero aqui enfatizar que, para Alagoas, estou enviando, depois da nossa aprovação, Presidente Marcelo Castro, um valor de R$16 milhões: uma parte PAB, outra parte MAC. Então, só para mostrar a importância dessas emendas de Comissão.

Quero, dessa forma, parabenizar o Sr. Presidente por ter agilizado essa votação para o dia de hoje e todos os colegas Senadores e Senadoras. E também quero colocar a importância da missão oficial que eu farei na próxima semana, para o Reino Unido e para a Rússia, missão essa que visa a fazer um intercâmbio de conhecimento, intercâmbio científico da vacina contra o câncer, da vacina terapêutica contra o câncer, que é a vacina RNA mensageiro, que está sendo estudada, com um avanço bem maior em relação a todos os outros países, no Reino Unido e na Rússia.

Para se ter noção, Presidente, na Rússia, eles já estão fazendo, em 5 mil pacientes oncológicos, essa vacina, que ainda é pesquisa, mas eles querem, em curto espaço de tempo – eles falam em torno de 60 dias... E eles colocarão, para toda a população russa, essa vacina RNA mensageiro, que é uma vacina terapêutica contra o câncer e que é mais uma medicação de terapia avançada contra o câncer. Nós não podemos ficar para trás, então, o meu intuito é conversar com os pesquisadores do Instituto Gamaleya, na Rússia, e também visitar as universidades de Oxford e Cambridge, no Reino Unido, e trazer essa biotecnologia aqui para o nosso país.

É isso, Presidente.

Muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, quero parabenizar a Senadora Eudócia por essa iniciativa tão alvissareira, e esperamos que tenha êxito esse novo ramo de pesquisa baseado no RNA mensageiro, que é um ramo novo que se abre, de oportunidade para as vacinas – são as vacinas, hoje, mais revolucionárias. Desejamos êxito e esperamos que V. Exa. traga boas notícias lá dos países, da Inglaterra – Reino Unido – e Rússia, aqui para nós.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Submeto a planilha constante do Anexo II à votação, com as indicações feitas pelos Parlamentares no sistema Sinec, nos termos do relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

As indicações estão aprovadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Weverton, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 3, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 53 e 102 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, contrário à proposta, restando, consequentemente, prejudicadas as emendas oferecidas. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, contrário à Proposta, restando prejudicadas as emendas oferecidas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 680, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4809, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência." **Autoria:** Comissão de Segurança Pública. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, acatando parcialmente as Emendas nºs 1 e 2, com 9 emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 3. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1630, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2231, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir a realização de sustentação oral no julgamento de habeas corpus e no de agravo interno interposto contra decisão monocrática que extinguir habeas corpus ou lhe negar seguimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 6. São seis itens hoje.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 53 e 102 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, contrário à proposta, restando, consequentemente, prejudicadas as emendas oferecidas.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Foram recebidas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro; nº 2, de autoria do Senador Carlos Portinho; e nº 3, de autoria do Senador Magno Malta;

- Foi recebido voto em separado, de autoria do Senador Jorge Seif, favorável à Proposta nos termos do Substitutivo que apresenta.

A relatoria é do Senador Alessandro Vieira, a quem eu passo a palavra para a leitura do seu voto.

Quero, antes do início da fala, dizer aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que vou cumprir rigorosamente o Regimento e as deliberações do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, que é soberana para tomar as suas decisões. Portanto, não haverá absolutamente nenhum tipo de atropelamento daquilo que está pré-estatuído no Regimento do Senado Federal.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro agradeço a V. Exa. pela confiança para exercer essa missão aqui no Senado.

Passo ao relatório.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, tendo como primeiro signatário o Deputado Celso Sabino, que altera os arts. 53 e 102 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares.

A proposição, publicamente conhecida como PEC da blindagem, altera a Constituição para, essencialmente, determinar que os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.

Ademais, estabelece que a deliberação sobre essa licença dar-se-á pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva, devendo ocorrer em até 90 dias do recebimento da ordem do Supremo Tribunal Federal.

Além disso, a proposta prevê que, no caso de prisão em flagrante de Parlamentar, a decisão da Casa sobre a manutenção da prisão também será tomada por voto secreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, a PEC nº 3, de 2021, estende aos presidentes nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional o foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.

A proposta recebeu emendas. Agora, há instantes, chegou mais uma emenda do Senador Magno Malta; Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro e outros membros, condicionando a licença prévia apenas no caso de crime contra a honra, bem como de qualquer imputação fundada exclusivamente em opiniões, palavras e votos de Parlamentar; e a Emenda nº 2, do Senador Carlos Portinho, que reproduz o texto da emenda do Senador Moro, mas transfere a competência de julgamento de Deputados e Senadores em relação a crimes comuns para o Superior Tribunal de Justiça.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão analisar a proposta de emenda à Constituição, nos termos do art. 356 do Regimento Interno.

A imunidade parlamentar é uma garantia existente, em diferentes formatos, em todos os países democráticos do mundo. Esta imunidade, antes de ser um direito dos membros do Parlamento, deve ser entendida como prerrogativa do próprio Parlamento enquanto instituição.

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho, nos seus *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, volume 2, p. 45, "essas garantias são dadas aos Parlamentares, mas em prol do Legislativo. Configuram, pois, prerrogativas e não privilégios".

O Supremo Tribunal Federal tem vasta jurisprudência sobre a matéria. Veja-se, por exemplo, a decisão do Ministro Luís Roberto Barroso, quando do julgamento de embargos de declaração no Recurso Extraordinário 443.953:

> A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a imunidade parlamentar material incide de forma absoluta quanto às declarações proferidas no recinto do Parlamento e os atos praticados em local distinto escapam à proteção absoluta da imunidade somente quando não guardarem pertinência com o desempenho das funções do mandato parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Esta Corte entende que, embora indesejáveis, as ofensas pessoais proferidas no âmbito da discussão política, respeitados os limites trazidos pela própria Constituição, não são passíveis de reprimenda judicial. Imunidade que se caracteriza como proteção adicional à liberdade de expressão, visando a assegurar a fluência do debate público e, em última análise, a própria democracia.

Aqui, Sr. Presidente, o Presidente atual do Supremo – e essa é a consolidada jurisprudência da Corte – explica que a crítica ácida, a crítica dura, a palavra – mesmo que ofensiva no contexto de debate político – proferida por Parlamentar está abrigada pela imunidade prevista na Constituição.

Essencialmente, colegas Senadores e Senadoras, existem dois tipos de imunidade: o primeiro tipo corresponde à chamada imunidade material ou substantiva, também conhecida como inviolabilidade Parlamentar. Trata-se da impossibilidade de os legisladores serem punidos pelas palavras, opiniões e votos emitidos no exercício do mandato. A imunidade aqui se caracteriza como uma verdadeira irresponsabilidade jurídica, tanto civil como criminal, dos Parlamentares em tudo o que diz respeito à sua atuação legislativa, ou seja, não podem eles nunca ser processados por atos característicos da atividade Parlamentar, porquanto não existe o crime respectivo. Não é crime quando o Parlamentar, no uso das suas funções, no exercício do mandato, vinculado à atividade política, exerce uma palavra, uma frase, uma expressão crítica mais dura.

O art. 53 é absolutamente textual sobre isso, o art. 53 da Constituição brasileira:

> Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal também já se manifestou diversas vezes. Veja-se, por exemplo, a decisão em sede de Agravo Regimental na Petição 11.953, cujo Relator foi o Ministro André Mendonça:

> A imunidade parlamentar material assegurada pelo art. 53, *caput*, da Constituição protege as palavras, opiniões e votos de parlamentares sempre que houver nexo de causalidade com o exercício da atividade legislativa, abrangendo manifestações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> proferidas em ambiente legislativo ou fora dele, incluindo postagens em redes sociais, desde que relacionadas diretamente com a atividade política.

E no Agravo Regimental na Petição 8.999, relatado pelo Ministro Dias Toffoli, se repete o contexto:

> A imunidade material consagrada no art. 53 da Constituição da República protege o exercício do mandato parlamentar. Sua *ratio* [a sua razão] é a garantia da independência do congressista. Assim, neste caso concreto, o ato é inviolável, porquanto praticado pelo congressista, conquanto [mesmo que seja] fora do recinto do parlamento, em conexão com o exercício de seu mandato.

Mas reafirma o próprio Supremo que essa imunidade material não é absoluta, quando se afasta do contexto de atividade parlamentar. E aí cito decisão tomada na Petição 8.242, Relator Ministro Gilmar Mendes:

> A garantia da imunidade parlamentar, que deve ser compreendida de forma extensiva para a garantia do adequado desempenho de mandatos parlamentares, não alcança os atos que sejam praticados sem claro nexo de vinculação recíproca do discurso com o desempenho das funções parlamentares (teoria funcional) ou nos casos em que [...] [se tenta utilizar essa imunidade] para a prática de flagrantes abusos, usos criminosos, fraudulentos ou ardilosos.

O segundo tipo de imunidade é a imunidade processual ou adjetiva, que assegura que os Parlamentares não podem ser presos ou processados criminalmente, sem autorização da respectiva Casa Legislativa.

Neste ponto, conforme seu próprio nome identifica, trata-se de uma imunidade exclusivamente processual. Esta, diversamente da material, não exclui a existência do crime, apenas impõe condições – a licença da respectiva Casa Legislativa – para que o Parlamentar seja processado. Sem a ocorrência dessas condições, o processo fica paralisado. Continuará, entretanto, inclusive com a sustação dos prazos prescricionais durante a paralisação, quando o Deputado ou Senador perder essa condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até a edição da Emenda Constitucional nº 35, de 20 de dezembro de 2001, portanto, já passados mais de 24 anos, a Constituição brasileira previa a existência desses dois tipos de imunidade para os membros do Congresso Nacional, de forma ampla.

A Emenda 35 manteve intocada a inviolabilidade ou imunidade material, promovendo, entretanto, alteração na imunidade processual, estabelecendo que ela somente existirá por ação da Casa a que pertence o Parlamentar, provocada por iniciativa de partido político. Além disso, a emenda eliminou a possibilidade de imunidade processual, no caso de crimes ocorridos antes da diplomação do Deputado ou Senador.

E aí cito aqui os §§3º, 4º e 5º, do art. 53.

> § 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.
> § 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.
> § 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

A PEC sob análise, a PEC da blindagem, na prática, busca recriar a imunidade processual em termos ainda mais benéficos do que aqueles que existiam na Constituição originária para detentores de mandato parlamentar.

Assim, se aprovada a proposição, teremos, como principal alteração, o retorno a essa situação anterior, restabelecendo a regra de que os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não podem ser processados criminalmente, independentemente do tipo de crime ou da data em que foi cometido, sem prévia licença de sua Casa, pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros da Casa respectiva.

A única alteração, nesse ponto, é que nessa PEC, a PEC da blindagem, se diz que esse prazo para deliberação não será mais de 45 dias, mas, sim, de até 90 dias. Não é expresso, entretanto, se está falando de um prazo próprio ou impróprio, ou seja, se o cumprimento ou não do prazo gerará algum tipo de consequência prática e que consequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é importante registrar, Sr. Presidente e colegas, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... na regra passada, não raro se fazia apenas o engavetamento da solicitação. Não se tinha a rejeição da autorização para processar o Parlamentar: se engavetava, e o processo não andava. Funcionou muito bem de 1988 a 2001, fortalecendo cada vez mais a impunidade do Brasil.

Ao mesmo tempo, não há, de forma explícita, previsão sobre o que ocorrerá com o prazo prescricional se não houver deliberação, o que é extremamente preocupante, uma vez que se pode entender até que a não deliberação vai permitir que o prazo prescricional siga fluindo. Repito: o texto da proposta de emenda diz que, feita a suspensão pela Casa, paralisa o prazo prescricional, mas o texto não diz que, se for apenas o engavetamento, esse prazo vai continuar fluindo, favorecendo o criminoso.

Além disso, a proposição retorna, no caso da prisão de Parlamentar por crime inafiançável, a exigência de voto secreto para que a Casa Legislativa decida pelo tema. Esse voto secreto, Sr. Presidente, foi extinto pela Emenda Constitucional 35, de 2001, e depois pela Emenda Constitucional 76, salvo engano.

Ademais, é explicitado que cabe ao Supremo Tribunal Federal o deferimento de medidas cautelares de natureza pessoal ou real em desfavor dos Deputados e Senadores, o que, em tese, poderia levar ao entendimento de que esse deferimento depende de decisão do Pleno da Corte.

Aqui é um ponto muito importante, eu peço a atenção dos colegas.

Em relação à constitucionalidade da proposta, temos as seguintes considerações.

Quanto à constitucionalidade formal, ainda que não caiba a uma Casa arguir a tramitação feita pela outra, cabe registrar que esta PEC 3 está sendo contestada, já neste momento, no Supremo Tribunal Federal por vários Deputados em razão da sua tramitação e aprovação bastante tumultuadas; mas essa é uma questão que cabe à Casa vizinha.

Por outro lado, quanto à constitucionalidade material, é importante, a essa altura, sublinhar que o contexto de confecção da PEC 3, de 2021, denota a sua real motivação, diametralmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oposta àquilo que, alegadamente, deseja implementar, ou seja, exteriormente a PEC faz crer que almeja um determinado resultado, quando, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço aos senhores assessores silêncio para que nós possamos ouvir o Senador Alessandro Vieira, por obséquio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Retomo: ou seja, esta PEC, exteriormente, faz crer que almeja um determinado resultado, quando, em verdade, o que se procura é exatamente o inverso. Dito de forma absolutamente clara, para a compreensão da Casa e de quem nos acompanha: a PEC que formalmente aponta ser um instrumento de defesa do Parlamento é, na verdade, um golpe fatal na sua legitimidade, visto que configura portas abertas para a transformação do Legislativo em abrigo seguro para criminosos de todos os tipos. Essa é uma PEC que definitivamente abre as portas do Congresso Nacional para o crime organizado.

Trata-se do chamado desvio de finalidade, patente no presente caso, uma vez que o real objetivo da proposta não é o interesse público – e tampouco a proteção do exercício da atividade parlamentar –, mas, sim, atender aos anseios escusos de figuras públicas que pretendem impedir ou, ao menos, retardar investigações criminais que possam vir a prejudicá-los.

Sobre a aplicabilidade do desvio de finalidade ao âmbito legislativo, confira-se a doutrina de Caio Tácito. E aí faço a citação do doutrinador reconhecido, que explica que você não pode ter um ato formalmente destinado para uma finalidade considerado válido, visto que o conteúdo desse ato se destina a um sentido totalmente oposto, não é?

O próprio Supremo Tribunal Federal, em diversos precedentes, invocou a vedação ao desvio de finalidade como imperativo para declarar a inconstitucionalidade de normas. Por exemplo, a ADPF 218, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, em que foi declarada a inconstitucionalidade de dispositivo de uma legislação editada pelo Município de Ponte Nova, Minas Gerais, porquanto se tinha ali como uma das principais razões de decidir a ocorrência de desvio de finalidade. Naquele caso, a finalidade aparente da lei era legislar sobre interesses locais, municipais, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção de meio ambiente, mas, ao fim e ao cabo, aquela legislação tentava impedir a aplicação de legislação de competência privativa da União.

Voltando aqui para a intitulada PEC da blindagem, é fato que, se a proteção originalmente prevista na Constituição Federal de 1988 objetivava salvaguardar o múnus público de mandatários, para que pudessem debater, votar e fiscalizar de modo independente, sem receio de perseguições ou retaliações por parte de outros Poderes, o que faz a proposta em comento é justamente subverter essa ordem. Sob aparência de constitucionalidade, o que efetivamente se pretende com a PEC da blindagem não é dar condições plenas aos Parlamentares para exercerem sua atividade-fim, mas, sim, blindá-los dos processos e das penas por cometimento de crimes das mais variadas espécies.

A história dos anos posteriores à promulgação da atual Constituição é bastante ilustrativa. Em 13 anos de vigência do texto constitucional, até o advento da Emenda 35, de 2001, apenas um, entre quase 300 pedidos de investigação, foi aprovado pela Câmara dos Deputados – contra o Deputado, à época, Jabes Rabelo, acusado de receptação de veículo roubado. Observe-se que já tinham rejeitado abertura de processo contra esse mesmo Deputado por tráfico internacional de entorpecentes.

Não à toa, aquele estado de coisas absolutamente inconstitucional exigiu a promulgação de referida emenda à Carta Maior, como medida urgente de moralização. Antes dela, repita-se, a necessidade de licença prévia das Casas funcionava, de fato, como ardil para perpetuar a impunidade de Parlamentares, mediante recusas ou meros engavetamentos dos pedidos feitos pela Justiça.

Atualmente, diante da não exigência de licença prévia da Câmara ou do Senado para autorizar a apuração criminal contra Parlamentares, fato é que o número de investigados em inquéritos ou que figuram como réus em processos penais é estimado em mais de duas centenas, entre os quase 600 Parlamentares brasileiros, um aumento significativo se comparado ao período de impunidade anterior à Emenda 35, o que aponta que essa emenda – a Emenda 35 – teve sucesso em reduzir a impunidade no Brasil, mesmo que ela ainda esteja tão presente na nossa nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a PEC em comento materializa um vício insanável de desvio de finalidade, o qual compromete a própria higidez do ato normativo. O referido instituto do desvio de finalidade é transposto da seara administrativa, para o qual foi precipuamente desenhado, para a análise de constitucionalidade da norma que se pretende ver incorporada ao texto constitucional.

Nesse sentido, o poder constituinte derivado reformador, o poder que nós exercemos de reforma posterior à Constituição, ao apresentar a proposta de emenda à Constituição sob exame, que é a PEC da blindagem, desnatura toda a teleologia das imunidades parlamentares, valendo-se da excepcionalidade de uma emenda à Constituição para satisfazer interesses particulares espúrios.

Ora, tal desvio de finalidade é flagrante e se descortina através da desconexão entre os meios propostos e o fim pretensamente legítimo. A proteção de mandatos parlamentares, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, não é compatível com a criação de obstáculos para a investigação de crimes como, por exemplo, homicídio, corrupção passiva, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Quando se tentava investigar crimes dessa natureza no passado, não se tinha andamento. E esta Casa, este Congresso teve a coragem lá em 2001 de corrigir esse erro. Estamos tentando retroceder o erro 24 anos.

Ao contrário, Sr. Presidente, a apuração desses eventuais ilícitos penais cometidos por Parlamentares fortalece sobremaneira a legitimidade do Parlamento. O Parlamento não pode tolerar que as prerrogativas dos seus representantes se transformem em privilégio pessoal a servir de escudo para bandido contra a justa responsabilização criminal.

O ato normativo objeto deste parecer, apesar de formalmente uma emenda ao texto constitucional, é, materialmente, um ato de autoproteção de um grupo abrigado no Parlamento e não tem os predicados de generalidade e abstração, que devem ser observados no devido processo legislativo. Em outras palavras, a finalidade aparente de proteção do mandato serve apenas como uma desculpa, como uma justificativa inócua para seu objetivo real, qual seja, o de garantir a impunidade plena para Parlamentares e presidentes de partidos políticos.

Cuida-se, Sr. Presidente, de vício insanável, que macula a própria gênese do ato normativo, pelo que se pode dizer que a proposta padece da chamada inconstitucionalidade material chapada, na medida em que uma proposta de emenda à Constituição, que deve ter finalidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excepcional e que deve ter primeira grandeza, torna-se expediente para subverter os princípios fundamentais consagrados na própria Carta Magna, como isonomia e moralidade.

No mérito, a PEC nº 3, de 2021, representa grave retrocesso em relação ao que decidiu o Congresso Nacional quando da votação da PEC nº 2, de 1995, que foi transformada na já múltiplas vezes citada Emenda Constitucional 35. Essa Emenda 35 se apresentou como uma das mais importantes alterações constitucionais no sentido de corrigir o estatuto dos membros do Congresso Nacional e assegurar a redução da impunidade. Efetivamente, a alteração do instituto da imunidade parlamentar foi um passo imprescindível para a recuperação do prestígio do Poder Legislativo, ao extirpar a possibilidade de se confundir o indispensável instituto da imunidade parlamentar, que é uma garantia do Poder Legislativo, existente em todas as democracias do mundo, com a impunidade pura e simples.

Aquela emenda constitucional separou, corretamente, a chamada imunidade material da imunidade processual.

Retornar à imunidade processual existente anteriormente à Emenda 35 representa, assim, permitir a plena impunidade de Deputados, Senadores, presidentes de partidos e, por simetria, Deputados Estaduais e Distritais, o que, certamente, se choca com o interesse público.

Além disso, a PEC nº 3, PEC da blindagem, também representa um gigantesco passo atrás no tocante à transparência, ao exigir voto secreto para a deliberação sobre autorização para que Parlamentares sejam processados e para que a Casa Legislativa resolva sobre os casos de prisão em flagrante. Trata-se aqui de anular a importante decisão tomada pelo Congresso Nacional na PEC 43, que se converteu na Emenda Constitucional 76, de novembro de 2013, que aboliu a votação secreta para os casos de perda de mandato de Deputado ou Senador, ou apreciação de veto. Essa Emenda 76 representou outro importante avanço na transparência da atividade parlamentar.

Em outras circunstâncias históricas, a adoção do voto secreto no processo legislativo, em outros momentos da vida parlamentar, foi justificada com o argumento de que era necessário proteger o detentor do mandato parlamentar das pressões oriundas de diversas instituições detentoras de poder político e administrativo, como o Executivo, e daquelas pressões oriundas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entes dotados de poder econômico, ou ainda nos processos de cassação de mandato, por conta das possíveis pressões de colegas Parlamentares.

Veja, no exame do veto presidencial aposto a algum projeto de lei, o voto secreto, na legislação anterior, seria necessário para proteger o Parlamentar de eventuais represálias do Executivo. Já nos processos de cassação de Parlamentar, o voto secreto seria justificado para evitar o constrangimento de o Parlamentar votar pela cassação de um colega seu.

Na realidade, Sr. Presidente – e essa realidade evolui com o tempo –, no nosso país e no mundo, na presente quadra histórica, essas objeções foram todas superadas, as quais, ao seu modo e no seu tempo, tiveram seu mérito e sua oportunidade. Hoje, diante da presença maior e mais expressiva da cidadania no acompanhamento das atividades do Congresso Nacional, podemos entender e afirmar que o controle social da atuação parlamentar contribui para o aprimoramento da atuação do Poder Legislativo. Os nossos eleitores têm o pleno direito de saber como votamos, até para que possam exercer o seu digno e justo controle social.

A Emenda 76, de 2013, ao tornar abertas e públicas deliberações do Congresso Nacional, revelou as necessárias transparência e publicidade que devem reger a vida pública e, evidentemente, o funcionamento das instituições do Estado. Ao mesmo tempo, ela contribuiu para a vigilância cidadã e a sindicabilidade, pela sociedade, sobre a atividade do Congresso Nacional, dos Deputados Federais e dos Senadores da República – e, sempre por simetria, Estaduais e Distritais.

Parece-nos clara, então, a necessidade de distinguir o direito ao voto secreto que a Constituição e as leis asseguram ao cidadão/eleitor, muitas vezes hipossuficiente, com essa pretensão de voto secreto no Parlamento, voto proferido por representante eleito. A esse respeito nos valemos de decisão tomada no seio de uma cautelar, na ADPF 378, do relator Ministro Edson Fachin, futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, escolhido relator pelo atual Presidente Roberto Barroso:

> Nesse caso, não se pode invocar como justificativa para o voto secreto a necessidade de garantir a liberdade e a independência dos congressistas, afastando a possibilidade de ingerências indevidas. Se a votação secreta pode ser capaz de afastar determinadas pressões, ao mesmo tempo, ela enfraquece o controle popular sobre os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes, em violação aos princípios democrático, representativo e republicano [fundamentais, cláusulas pétreas da Constituição do nosso país].

Cabe ao eleitor, assim, o direito pleno ao sigilo de voto. Ao representante político, salvo raríssimas exceções, cabe a aplicação, em regra, de princípios de publicidade e democracia, que obrigam o Parlamentar a prestar contas do seu comportamento ao eleitor e à sociedade.

Prever, assim, o voto secreto em deliberações sobre abertura de processo criminal, como pretende fazer a PEC nº 3, PEC da blindagem, se traduz não apenas em uma agressão ao princípio constitucional da publicidade, assegurado no *caput* do art. 37 da Carta Magna, como em violação da própria ideia da democracia representativa, que obriga o representante a prestar contas ao representado, em decorrência do talvez principal, mais importante e primeiro artigo da nossa Constituição, que estatui que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de [seus] representantes eleitos".

No que se refere à ampliação do foro por prerrogativa aos presidentes de partidos políticos, Sr. Presidente, trata-se de providência totalmente desarrazoada, na medida em que está estendendo este foro para dirigentes de entidades de direito privado, que não exercem função estatal. Temos, aqui, uma verdadeira distorção do instituto, que, doutrinariamente, se destina a ocupantes de elevados cargos públicos. Efetivamente – e aí novamente me socorro da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal –, na Petição 11.318, "a doutrina aponta para o duplo escopo do foro especial [o foro privilegiado]: de um lado, evitar pressões externas sobre o órgão julgador e, de outro, proteger a dignidade de determinados cargos públicos, garantindo tranquilidade e autonomia ao seu titular. São duas perspectivas que, reunidas, servem de justificação para a prerrogativa de foro", e elas não estão presentes, obviamente, para presidente de partido, mais ainda quando nós temos, neste momento, presidentes de partidos sujeitos e investigações e, eventualmente, a processos criminais.

Vale ainda comentar que se pode considerar que o exercício do mandato já é suficientemente protegido pela Constituição, com a imunidade material garantida e com o direito de a Casa Legislativa sustar os processos que entender abusivos.

Aí cito um exemplo concreto, Sr. Presidente: há pouquíssimos dias, a Casa vizinha suspendeu parcialmente os processos referentes ao Deputado Federal Alexandre Ramagem, que teve os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos referentes a atos praticados por ele, após a sua diplomação, suspensos por decisão da Casa Legislativa respectiva, que é a Câmara dos Deputados.

Com isso tudo, observa-se que o objetivo real da PEC da blindagem é proteger autores de crimes graves, como corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, tráfico de entorpecentes e infiltração cada vez mais na atividade de milícias e facções no nosso país. Isso configura um absolutamente claro desvio de finalidade e, por consequência, uma absoluta inconstitucionalidade chapada.

De tudo isso, observa-se que a PEC 3, PEC da Blindagem, não pode avançar nesta Casa, por configurar-se como um gigantesco passo atrás em toda a luta da sociedade brasileira de décadas para assegurar a moralidade na vida pública e o fim da impunidade.

E diga-se, Presidente, estamos muito longe do ideal. Continuamos muito longe do ideal. A corrupção e a impunidade ainda permeiam a sociedade brasileira.

Não podemos confundir prerrogativas com proteção àquele que comete crimes. A sociedade brasileira grita em sentido diametralmente oposto, ou seja, ela almeja o fim da impunidade, como as amplas manifestações públicas sinalizaram no último domingo.

No tocante às Emendas de nºs 1, 2 e 3, elas restam prejudicadas, conforme o art. 301 do Regimento Interno do Senado. Na medida em que o parecer é pela rejeição, não é necessário fazer apreciação das emendas.

Entretanto, em respeito aos seus subscritores e também a quem nos acompanha, que precisa receber informação de qualidade, para firmar seu entendimento, nós também nos manifestamos quanto ao mérito das emendas apresentadas, de forma contrária, uma vez que não nos parece caber a distinção no caso de crimes contra a honra de forma absoluta. Existe jurisprudência farta e antiga sobre a matéria – citei em vários pontos desse voto, desse relatório –, estabelecendo a não aplicabilidade da imunidade material a pronunciamentos difamantes, injuriosos ou caluniosos que não tenham vínculo com a atividade parlamentar.

A narrativa segundo a qual a atividade parlamentar se encontra cerceada no Brasil não se sustenta em fatos, o que se pode demonstrar objetivamente. Compulsando as falas públicas de inúmeros Parlamentares federais, dentre eles ilustres membros desta Comissão, é muito fácil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar fartos registros de críticas contundentes a atos praticados por membros do Supremo Tribunal Federal proferidas na tribuna, em entrevistas ou em redes sociais.

Da mesma forma, Sr. Presidente e colegas, se encontram presentes atos concretos: pedidos de CPI, pedidos de *impeachment*, votos contrários à indicação de ministros, votos contrários à condução ou recondução de Procurador-Geral da República, sem que se tenha registro de nenhum tipo de processo criminal ou admoestação por conta desse legítimo exercício da atividade parlamentar.

E aí, citaria exemplos, mas, a pedido do meu amigo Esperidião Amin, não vou citar nominalmente, porque são muitos, mas aqui, nesta fileira, seguramente todos já proferiram discursos duríssimos com relação a decisões de ministros, a condutas de ministros, e nenhum dos que estão aqui sentados responde a processo por isso. Nenhum. Nem aqui, nem na outra Casa.

Por outro lado, analisando os raros casos de Parlamentares federais objetos de denúncias ou de processos exclusivamente por crime contra a honra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... verifica-se que, em regra... E um levantamento feito por colegas, Sr. Presidente, aponta algo em torno de 40 Parlamentares federais que teriam processos por crime contra a honra em tramitação. Analisando esses casos, verifica-se que, em regra, esses fatos, que viraram procedimentos, se referem a condutas absolutamente apartadas da atividade parlamentar ou que ultrapassam largamente o patamar da crítica ácida, e vou citar três exemplos, só para fins ilustrativos.

O Deputado André Janones, que pertence ao autodenominado campo progressista. Ele responde a uma queixa-crime apresentada pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, porque ele afirmou, entre outras coisas, que Bolsonaro é assassino, miliciano, ladrão de joias, ladrãozinho, bandido fujão, entre outras ofensas.

Já os Deputados Gilvan da Federal e Gustavo Gayer, do chamado campo conservador, respondem a queixas-crime apresentada pela Deputada Federal Gleisi Hoffmann, hoje Ministra, por afirmações como "deve ser uma prostituta do caramba" ou "Lula ofereceu Gleisi Hoffmann como um cafetão oferece sua funcionária em uma negociação entre gangues".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todo respeito, parece-me absolutamente impossível atrelar tais agressões ao legítimo exercício do mandato parlamentar, mas, argumentando por absurdo, como se diz em direito, de toda sorte há proteção já garantida na Constituição para opiniões, palavras e votos dos Parlamentares e, além disso, há garantia da sustação posterior: mesmo para esses casos aberrantes, caso ocorra a provocação de partido político e a aprovação por maioria da Casa Legislativa respectiva, é possível a sustação do processo, conforme já diz o §3º do art. 53 da Constituição Federal, o que reforça a completa inutilidade prática das emendas apresentadas. Essa garantia já existe.

E, um pouquinho adiante, Sr. Presidente, no formato redigido estaríamos garantindo a inviolabilidade para o Parlamentar federal, estadual, distrital, que, eventualmente no trânsito, numa bebedeira num bar, numa festa, numa academia, ofende as pessoas, agride as pessoas, sem vinculação nenhuma com o exercício do mandato. Isso não faz absolutamente nenhum sentido – absolutamente nenhum sentido.

Já a hipótese de mudança do foro de julgamento de Parlamentares federais, referida tangencialmente na Emenda 2, do Senador Portinho, foge completamente à finalidade da presente PEC e já é objeto de discussão em outras propostas de emendas, inclusive a famosa emenda pelo fim do foro, que é uma defesa pública do Senado, salvo engano, desde o início do mandato do nosso colega Alvaro Dias. Então, deve ter quase uma década ou mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Votada por unanimidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pronto! E votada por unanimidade.

Então, também por esse motivo, afasto a sua pertinência no mérito e afasto a sua viabilidade.

O Senador Magno Malta apresentou agora, de última hora, uma emenda. Como já disse, não há necessidade de fazer uma análise profunda da emenda, porque o voto é pela rejeição plena.

E passo, Sr. Presidente, ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela inconstitucionalidade, injuridicidade e rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, restando, consequentemente, prejudicadas as emendas oferecidas à proposição, conforme o art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal.

E faço, Sr. Presidente, um último registro, em homenagem a V. Exa., que é digno representante do Sertão baiano, usando as palavras de Guimarães Rosa, na voz do personagem Riobaldo: "O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que [...] [a vida] quer da gente é coragem". V. Exa. teve a coragem cívica de pautar com a urgência devida essa matéria absurda, e confio que o Plenário desta Comissão também terá a coragem de rejeitar a PEC da blindagem, virando esta página triste do nosso Legislativo e homenageando a nítida vontade popular brasileira, que clama por mais justiça.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Alessandro Vieira, e o parabenizo pelo relatório.

É regimental se observar o voto em separado.

O nobre Senador Jorge Seif apresentou um voto em separado, e eu concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para que ele possa se pronunciar a respeito da iniciativa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, muito bom dia ao senhor e aos nossos nobres colegas.

Primeiramente, eu preciso parabenizar o Senador Alessandro Vieira pelo voto.

Realmente, a partir de uma demanda do Parlamento e de queixas de vários Parlamentares que sofrem não só pressões por parte do Supremo Tribunal Federal por falas e votos e, inclusive, são retaliados através de redes sociais, que hoje é o nosso palanque digital... Eu não consigo rodar os 295 municípios da Santa e bela Catarina, e os catarinenses me acompanham através das minhas redes sociais.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar o Relator, Alessandro Vieira. Nós precisamos estar atentos às vozes das ruas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu retiro o meu voto em separado, porém, eu faço um apelo, como já fiz aí ao seu lado: que o senhor paute a nossa PEC 2.024, que é exatamente a demanda, se não de todos, da grande maioria dos Parlamentares e que é um reforço somente do art. 53, que já diz expressamente que nenhum Parlamentar pode ser processado ou censurado por suas palavras e votos.

O texto constitucional, Sr. Presidente, já me parece claríssimo, olhe como é: "quaisquer". Então, inclusive, se eu usar, num momento de insanidade, uma expressão forte ou se cometer alguma arbitrariedade, nós precisamos mudar a PEC 53, a palavra "quaisquer" tem que mudar para algumas palavras, porque hoje o texto constitucional já deveria nos proteger, mas me parece que alguns membros do Supremo Tribunal Federal riscaram esse artigo.

E, Sr. Presidente, eu também preciso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Omar... Aliás, obrigado, Otto.

Eu preciso também reconhecer que a população – e não falo de esquerda, falo direita, esquerda e centro – tem entrado em contato conosco, e nós precisamos estar sensíveis às vozes das ruas. Se tem uma parte boa nessa PEC que foi proposta pelos nobres colegas da Câmara Federal, infelizmente, foi recheada com componentes que envenenam a massa. Eu concordo com a liberdade dos Parlamentares, o povo nos elege justamente para nós defendermos pontos de vista, bandeiras, valores, ideias; no entanto, é inacreditável que voto secreto, por exemplo, volte a esta Casa para ser discutido.

Aproveito, Sr. Presidente, para pedir o voto do nobre Relator Alessandro Vieira para a nossa PEC nº 71, de 2023, que dá transparência em todos os votos do Legislativo, até para autoridades. Eu concordo com o que ele falou 100%, o povo quer saber como é que eu voto. O senhor sabe se eu votei a favor ou contra o Flávio Dino? Não sabe. O senhor sabe se eu votei a favor ou contra o Zanin? Não sabe. Por que isso? Se existe o princípio de publicidade e o princípio de transparência na vida pública, eu rogo a todos os colegas aqui da CCJ que subscrevam a nossa PEC nº 71, para que cada voto de cada Parlamentar, representante legítimo dos estados e do povo brasileiro, seja conhecido da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, caminhando para o final, solicito a V. Exa., respeitosamente: retiro o meu voto em separado, por entender que o processo já está contaminado, e peço a gentileza a V. Exa. para que paute a PEC nº 5, de 2024, de autoria do Senador Jorge Seif, para a devida relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a compreensão de V. Exa.

Sem nenhuma dúvida, dentro do que está previsto, nós pautaremos a proposta de V. Exa., como já pautamos as de tantos outros Senadores.

O Senador Alessandro Vieira pede a palavra para fazer talvez um contraponto ao que V. Exa. falou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas um brevíssimo comentário, agradecendo a compreensão do Senador Seif, com a retirada do voto em separado, garantindo o meu apoio para a PEC que aqui encerra hipóteses quaisquer que tenhamos de voto em segredo, voto velado, porque somos representantes Parlamentares.

E por último, Sr. Presidente, quero repetir um ponto específico do relatório, que deve ser compreendido por todos. Nós já temos as ferramentas constitucionais para combater eventuais abusos de entendimento do Judiciário no tocante à atividade parlamentar. Já é absolutamente, plenamente possível, mediante provocação do respectivo partido político, ouvida a maioria, em voto aberto, ouvida a maioria da Casa Legislativa, sustar o andamento. Então, se algum Parlamentar federal compreende que é afetado por um entendimento equivocado da Justiça e está sendo processado injustamente por crime contra a honra, quando na verdade, apenas exerceu seu mandato, ele tem a ferramenta pronta.

E aí se pergunta, por que é que não usa? Usaram agora com relação a Alexandre Ramagem, como exemplifiquei. Podemos usar para qualquer caso. A Constituição foi sábia na Emenda 35. Ela deixou todos os instrumentos à disposição. Eventualmente falta coragem ou competência para usar, mas já estão lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agradeço e reitero o apreço a Jorge Seif.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem de inscrição, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão. Eu inscrevi exatamente pela chegada. Quem chegou primeiro aqui foi o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar todos os colegas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu gostaria, Presidente Otto, em primeiro lugar, de parabenizá-lo pela sua pontualidade, que é uma coisa que virou realmente uma regra aqui da CCJ, graças à sua Presidência. Parabenizo-o por isso.

Mas antes de fazer a minha fala, eu queria fazer uma consulta aqui aos colegas, se for possível. Existe uma expectativa enorme da sociedade brasileira para que seja enterrada essa PEC.

Quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira pelo relatório.

E eu pergunto se a gente poderia, por aclamação – não sei –, fazer agora essa votação, que acredito até que vai ser simbólica. E depois faríamos aqui as manifestações. Eu escrevi algumas sugestões. Se for possível. Se não for...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não? Então está bom.

Então eu vou... Então eu queria primeiramente, Presidente, manifestar meu voto contrário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Srs. Senadores e Senadoras, eu estarei aqui na maior paciência até o último inscrito para falar. Não tem nenhum problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu vou, em primeiro lugar, manifestar meu voto contrário, desde o primeiro momento. Na semana passada ainda, lá na Câmara dos Deputados, quando estava sendo deliberado, tive acesso ao texto, foi público. E eu já vi ali que erraram na mão. A diferença entre o veneno e o remédio é a dose.

Então poderia até ter um objetivo nobre, como a gente compreende hoje. Eu acredito que nós vivemos um sistema de chantagem aqui entre alguns ministros do STF – sobre isso, inclusive, saíram matérias públicas –, e em algumas votações, interferência direta com relação a posicionamento de Parlamentares, mas não tem o menor cabimento, em pleno século XXI, no Brasil, a gente ter voto secreto para admissibilidade de processo contra Parlamentares. Isso não faz o menor sentido.

E eu quero aqui também dizer que ampliar o foro privilegiado para dono de partido vai completamente contra os anseios da sociedade, porque o próprio Senado Federal votou, há sete anos, uma PEC do Senador Alvaro Dias por unanimidade, para que a gente acabasse com o fim do foro privilegiado. O que é que significa isso, Senador Fernando Dueire? Que os processos que estão nas mãos de ministros do Supremo, seja de Senador, seja de Deputado, seja de correligionários, saiam das mãos desses 11 ministros e vão para as instâncias inferiores, inclusive primeira instância. Por que nós temos que ser diferentes da população? Não tem cabimento isso.

E esse fim do foro privilegiado, onde é que ele está parado? Na Câmara dos Deputados, há sete anos. O Senado já fez o seu papel com relação a isso.

Outra coisa é com relação a essa ampliação para dono de partido, para presidente de partido, que não é Parlamentar, que não foi eleito pelo povo. Então, não tem o menor fundamento. Por isso, eu acredito que esta PEC precisa ser enterrada hoje.

Eu quero também falar o seguinte – é importante que se diga –: além de esta PEC ser inoportuna e inadmissível neste momento, nós não podemos dizer... e temos que ter o antídoto correto, que eu acredito ser o fim do foro privilegiado ou o *impeachment* de ministro de Supremo – o remédio está aqui –, porque o caso do Marcos do Val, um colega nosso, que tirou licença agora, é um caso que constrange as pessoas de bem. O Senador Marcos do Val é uma vítima exatamente desse processo. Acredito que nós precisamos corrigir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro colega meu, Parlamentar do Partido Novo – que, diga-se de passagem, votou contra esse projeto na Câmara em peso e conseguiu o voto aberto, conseguiu um destaque para deixar o voto transparente, mas aí, numa manobra regimental da Câmara horas depois, se voltou o voto secreto –, o Deputado Marcel van Hattem, está sendo processado, está sendo processado por uma fala na tribuna da Câmara dos Deputados, exercendo o seu mandato.

Aqui, conversando com colegas em alguns momentos, tempos sombrios que a gente vive, muitas vezes, na tribuna, você fica perguntando "Pode falar isso? Não pode?", devido ao momento que a gente vive de ditadura no Brasil. Nós não estamos numa democracia.

Mas, aqui, esse projeto vai totalmente contra os anseios legítimos da sociedade brasileira. Nós precisamos de transparência.

Foi muito bem entregue esse projeto nas mãos do Senador Alessandro Vieira, que, desde o início do mandato aqui, é um defensor... Inclusive, o Senador Alessandro Vieira, muito firme também em projetos de transparência aqui desde o início, foi autor da CPI da Lava Toga, e, diga-se de passagem, precisamos voltar neste momento com a mesma coragem que tivemos no início do mandato, é algo fundamental.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero colocar também que esse projeto, hoje, em que o senhor está tendo a liderança... E eu assisti, lhe dei os parabéns. Na hora em que a Câmara votou, o senhor foi o pioneiro, o senhor deu uma entrevista a grandes veículos de comunicação, dizendo: "Olha, isso é inadmissível. Temos o dever de analisar, mas por mim a gente enterra". O senhor foi firme e eu lhe dei os parabéns naquele momento, porque esse tipo de manobra realmente é algo que não colabora para nossa sociedade que quer transparência.

O Senador Jorge Seif está com um projeto, Presidente, nas suas mãos, na CCJ, que falta o senhor indicar o Relator. É a PEC 71, de 2023, que veda o voto secreto em todas as deliberações do Legislativo – todas – e está parada desde 2023. Eu tenho certeza de que o senhor não sabia disso. E eu queria lhe pedir para indicar um Relator, um Relator que você acredita, que V. Exa. acredita, que vai dar o andamento correto para que a gente tenha votação transparente. A sociedade precisa saber o que é que cada Parlamentar está fazendo aqui. Então, eu lhe peço que dê essa mesma agilidade, que o senhor está dando hoje nesta PEC da blindagem – eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem outro nome; da maneira como está é PEC da blindagem mesmo –, que o senhor dê essa velocidade na questão do voto aberto, porque é questão de transparência.

Eu lhe faço esse apelo, para que a gente possa fazer mais outro golaço aqui na CCJ, não ficar só em discurso e que a gente possa efetivar na prática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Girão, sem nenhuma dúvida, V. Exa. foi um dos primeiros a me dar apoio logo que tomamos a iniciativa. Aliás, já lá atrás, há mais de três meses, ou dois meses atrás, tentaram essa iniciativa, eu estive lá em reunião com o meu partido e me manifestei contra; não por um ato político, mas um ato de preservar, o Colegiado, tanto do Senado quanto da Câmara, de uma contaminação com uma matéria dessa natureza.

Então, eu tomei essa iniciativa, porque eu acho que elevar prerrogativa de foro para Presidente de partido é uma coisa que me parece... E não tem, em outro Parlamento do mundo, uma iniciativa dessa natureza.

Senador Sergio Moro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

V. Exa. pode só falar pelo menos os próximos dez inscritos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, eu vou falar sim: Senador Sergio Moro; depois Senador Contarato, depois Senador Kajuru; o Senador Omar Aziz; V. Exa., Senadora Eliziane Gama; Senador Rogério Carvalho; Senador Humberto Costa; Senador Esperidião Amin – pela ordem de inscrição –; Mara Gabrilli; Senador Portinho; Senador Bittar; Senador Jayme Campos; Senadora Zenaide; Senadora Soraya; Senador Eduardo Braga; Senador Izalci e Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, posso falar agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

Não, V. Exa. foi o último aqui.

O Senador Oriovisto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero lhe dizer...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, Senador Oriovisto. Me desculpe, eu não li o seu nome. Vou colocar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Houve um engano sério com o meu nome aí, Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou colocar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogerio Marinho, a gente podia fazer aqui uma deferência a quem foi Presidente, que é o nobre Senador Renan Calheiros, mas ele sempre segue aquilo que é regimental.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Eu queria que V. Exa. me inscrevesse e quero cumprimentá-lo, mais uma vez, e queria lembrar aos companheiros e companheiras desta Comissão que, às 11h, nós vamos ter na CAE uma reunião extraordinária para votarmos o projeto de isenção do Imposto de Renda, projeto do Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Renan Calheiros, parabenizo V. Exa., inclusive porque o projeto contém também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto sobre lucro e dividendos, que é um projeto que eu tenho aqui na Casa, foi relatado pelo Senador Kajuru, e nós não tivemos na época votos para aprovar. Espero que agora esta Casa tenha juízo e possa aprovar o projeto sobre lucros e dividendos, imposto sobre lucro e dividendos.

Parabenizo V. Exa.

Senador Sergio Moro.

Desculpe aí a interferência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Presidente Otto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Renan, por favor...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Presidente, para inscrever o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

Depois...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Houve certamente um equívoco aí na ordem, mas eu vou respeitar o que está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas V. Exa... Bom, posso antecipar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. é o oitavo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Da próxima vez eu vou tomar mais cuidado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu nunca votei contra V. Exa., não sou de Santa Catarina, nunca lhe fiz mal nenhum. Essa discriminação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Por quê...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... é porque eu sou baiano, sou do Nordeste e V. Exa. é de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A pergunta é: por que me odeias tanto se eu nunca fiz nada para te ajudar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é. (*Risos.*) Pois é. É isso mesmo.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Bem, primeiro, Presidente Otto Alencar, quero também elogiar V. Exa. por colocar este projeto em votação rapidamente. Também aqui registro o meu elogio e cumprimento o Senador Alessandro Vieira pela sua veemência nas suas manifestações.

Senador Otto, não teve ninguém, modéstia à parte, aqui neste país que colocou mais ladrões do Erário ou gente que cometeu crimes de corrupção, seja pagando propina, seja recebendo propina, agentes públicos, dirigentes de empreiteiras, do que essa pessoa que aqui fala. O meu comprometimento com o combate à corrupção, com a integridade e honestidade do trato da coisa pública é revelado aqui pelo meu histórico.

Desde o início, quando essa PEC da blindagem foi colocada em público, na semana passada, eu me manifestei contrariamente a ela. A minha esposa, Deputada Federal Rosangela Moro, participou da votação e votou contra essa PEC em todos os momentos, inclusive apoiou aquele destaque do Deputado Federal van Hattem para restabelecer o voto aberto, que depois foi derrubado. E ela votou contra essa manobra depois na própria Câmara Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando esse texto chegou aqui semana passada, eu me manifestei também veementemente contra. Nós não podemos aqui retroceder. Essa PEC... Essa mudança da Constituição que nós tivemos lá por volta do ano 2000, provocado pelo caso de triste memória do Deputado Federal da Motosserra, Hildebrando Pascoal, foi um avanço e permitiu que em processos, em investigações represadas que jamais andavam em relação a Parlamentares que cometiam ilícitos – que é uma minoria, evidentemente, mas é uma minoria poderosa – houvesse uma mudança de quadro. E, desde então, se pôde prosseguir com investigações, se pôde prosseguir com processos em relação a esse tema.

Então, nós aprovarmos a mudança como veio da Câmara seria um retrocesso inaceitável, seria confundir imunidade com impunidade. E nós temos aí que rejeitar essa PEC. E nessa linha, eu concordo totalmente com o Relator do projeto pelo voto da rejeição, e essa vai ser a minha posição nesse caso.

Mas eu diria que apenas nós evitarmos o retrocesso não é suficiente para nós darmos uma resposta à sociedade. E há uma série de pautas que são de fundamental importância que nós precisaríamos resgatar na agenda Parlamentar, seja aqui do Senado, seja da Câmara, para que nós pudéssemos, sim, dar uma resposta efetiva para a sociedade, porque, na verdade, como a gente olha o cenário geral do país hoje, o combate e a prevenção à corrupção estão extremamente tímidos. Não se ouve praticamente de casos de investigações robustas, salvo talvez a que está sendo desenvolvida, hoje, na CPMI do INSS, nesse grave escândalo do roubo dos aposentados e pensionistas do INSS; e as investigações que existem ou foram feitas no passado foram vítimas de, a meu ver, injustificáveis anulações, com base em questões que ninguém entende, ninguém acredita. E não me refiro aqui apenas às condenações da Lava Jato, mas também a processos da Operação Zelotes, a processos da Operação Greenfield, além de casos do passado, como a Operação Castelo de Areia.

Então, o que eu rogaria aqui: vamos aproveitar o momento cívico que esta Casa estabelece e vamos aprovar lá o fim do foro privilegiado. Já foi aprovado aqui no Senado, está lá na Câmara, precisa ser colocado em pauta. Esse, sim, seria um avanço fundamental, para que nós pudéssemos, de fato, dar uma resposta à sociedade e não apenas impedir um retrocesso.

Do outro lado, também precisaríamos, Presidente, resgatar a prisão em segunda instância, que foi um avanço ali em 2016, na época da Lava Jato. Infelizmente foi revista pelo Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal em 2019, o que colocou em liberdade uma série de ladrões do Erário, bandidos, não só pessoas responsáveis por crimes de corrupção, mas também por outros crimes.

E, se não tivermos uma Justiça, um aparato de Justiça eficiente, nós não vamos a nenhum lugar. Destaco, aqui, também um passo que, a meu ver, seria de fundamental importância: nós aprovarmos melhores garantias para a autonomia da Polícia Federal, para que nós transformássemos a nossa Polícia Federal em uma espécie de FBI, cujo diretor, lá nos Estados Unidos, tem um mandato, sim, fixo, para realizar o seu trabalho com autonomia e impedir muitas vezes direcionamento dessas investigações.

Então, tem muito que pode ser feito, e, se a gente quer de fato separar, colocar um muro entre o mundo do crime e o mundo da política, não basta nós rejeitarmos essa PEC da blindagem.

Agora, eu tomo a liberdade aqui, de início, de discordar respeitosamente do Relator em relação à questão da imunidade material. Eu não vejo que ela está sendo estritamente respeitada no contexto atual. A Constituição de 1988 é clara, no art. 53, ao estabelecer que os Parlamentares são invioláveis por seus votos, palavras e opiniões. É uma tradição que é antiga e que foi construída na Inglaterra. E não é um privilégio; aqui, sim, é um instrumento fundamental, para que o Parlamentar possa representar o seu eleitor e representar a população, sem medo de ser processado, seja civil ou criminalmente, por eventualmente fazer uma crítica veemente, fazer uma crítica pesada ao Governo, aos poderosos de plantão e a outras instituições. E, quando a gente vai olhar no detalhe – eu não tenho esses dados exatos, mas me passaram –, há cerca de 40 processos, investigações e ações penais por crimes contra a honra, só contra Deputados da Câmara dos Deputados. E aí, certamente, quando se vai examinar os casos, existem alguns aberrantes, como os que foram relatados pelo Relator, muito propriamente.

E aqui as pessoas me conhecem, embora eu tenha entrado nesta Casa há pouco tempo, eu não sou daqueles que ofende. Eu não uso palavras de baixo calão, mesmo quando faço críticas pesadas ou críticas veementes a outras instituições, mas, ao lado desses casos aberrantes com os quais ninguém concordaria, com a utilização da palavra, existem outros que já são mais alarmantes. Destaco aqui caso do Deputado Nikolas Ferreira, que denominou o Presidente da República de ladrão – e não vou entrar no mérito dessa questão, mas denominar políticos de desonestos, de terem cometido crimes é algo que faz parte do debate político veemente –, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Federal Van Hatten, que denominou um delegado da Polícia Federal como um abusador da sua autoridade, que respondem lá a inquéritos.

Então, a grande questão aqui é em relação a crimes contra a honra unicamente. Jamais defenderei, jamais teria a possibilidade de defender proteção aqui legal, jurídica a crimes comuns, a quem comete corrupção, a quem é investigado por pertinência a organização criminosa, tráfico de drogas ou crimes hediondos, mas em relação a crimes contra a honra, de fato, a garantia hoje existe, mas fragilizada.

Certamente, concordo também que existe um mecanismo já previsto na Constituição com que a Casa respectiva pode sustar o processo, mas ele não tem sido utilizado. Talvez, a falha esteja apenas em nós mesmos, mas talvez precisássemos aí de um novo desenho institucional. Apesar disso, ficou aqui claro que o debate nessa PEC está contaminado. Não há condições de discutir com serenidade esse tema da imunidade parlamentar material nesse projeto. Eu apresentei, junto com vários pares, uma emenda, cujo objetivo era muito claro: reduzir a abrangência da proteção apenas para crimes contra a honra, deixando claro, inclusive, que, quanto a crimes comuns, nós não toleraríamos qualquer espécie de outra proteção.

Penso que poderíamos avançar, mas o Relator não a acolheu. Não vou insistir na PEC neste momento, mas rogo aqui a esta Casa que nós possamos discutir esse tema, com a devida liberdade e com a devida serenidade, em outro momento. Agora, nesse ponto, de fato, e como eu apontei desde o início, Senador Eduardo Girão, quando essa PEC foi colocada e como minha esposa igualmente se posicionou, devemos uma resposta imediata à sociedade em rejeitar a PEC da blindagem, sepultando-a, mas lembrando que a nossa missão como Casa Parlamentar, se nós, de fato, temos um compromisso com o combate ao crime, não pode se esgotar na rejeição desta emenda. E aí, sim, fim do foro privilegiado, volta da prisão em segunda instância e discutir a autonomia da Polícia Federal.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 20 inscritos. Eu pediria que os Senadores pudessem se limitar a cinco minutos no máximo para que nós pudéssemos apreciar a matéria.

Senador Oriovisto com a palavra – depois, o Senador Fabiano Contarato e, depois, o Senador Kajuru.

Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, parabenizá-lo pela sua postura desde o início de se colocar contra a aberração que foi esta PEC.

Quero também parabenizar o Relator, o Senador Alessandro. Eu acompanhei atentamente linha por linha a leitura do parecer, um parecer primoroso, detalhado, que exaure o assunto e que deixa claro a possibilidade do avanço de a bandidagem tomar conta dos Parlamentos do nosso país se esta aberração fosse aprovada.

Não vou usar nem cinco minutos, Sr. Presidente. Já me manifestei antes contra esta PEC e novamente me manifesto contra a PEC da blindagem. Registro já o meu voto aprovando o parecer do Senador Alessandro que enterra este assunto e peço mesmo aos colegas que esta Comissão possa dar uma resposta à sociedade aprovando este parecer por unanimidade – unanimidade!

A Câmara dos Deputados, que merece todo o nosso respeito, cometeu um engano terrível: pedir a este Senado que aprove extensão de foro privilegiado quando nós aprovamos aqui por unanimidade o fim do foro privilegiado no projeto do Senador Alvaro Dias. Seria pedir ao Senado, que aprovou por unanimidade o fim do foro privilegiado, que revertesse sua opinião e estendesse isso a presidentes de partidos, um pedido descabido, uma afronta a este Senado!

Além disso, além de estar parado lá na Câmara o fim do foro privilegiado já há sete ou oito anos, também encontra-se parado lá o fim das decisões monocráticas que nós aprovamos aqui neste Senado. Nós temos que colocar regras para o Supremo e não tirar as regras que estão sobre nós. Nós trabalhamos com regras, nós trabalhamos respeitando a lei e nós queremos que todos os Poderes da República trabalhem respeitando as leis. O Brasil não merece ter onze Supremos Tribunais Federais, o Brasil merece e precisa ter um Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... a PEC já aprovada por este Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – ... que está parada na Câmara continua parada, ou seja, a Câmara age de forma a permitir nenhuma limitação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e, ao mesmo tempo, quer que não haja nenhuma regra, nenhuma limitação para eles mesmos. É o império da não lei, da não regra, da não ordem.

Sr. Presidente, eu termino parabenizando novamente V. Exa. e o Senador Alessandro por este excelente trabalho e registro aqui meu voto de apoio para que se enterre definitivamente esta absurda PEC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. E V. Exa. lembrou muito bem: nós votamos e aprovamos no Senado o fim das prerrogativas, o fim do foro privilegiado. Tem mais de sete anos isso, me parece que a Presidência era do Senador Renan ou do Senador Eunício...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Presidência era do Senador Renan.

Tem muito tempo que aprovamos, está na Câmara, e o que acontece? Recentemente, quase colocavam para votar para tirar alguém que estava no Supremo para voltar para a 1ª Instância. Então, é conveniência, não é compromisso com a sociedade para combater o crime do colarinho branco. Se aprovarmos o fim da prerrogativa de foro, nós vamos acabar muito com o crime do colarinho branco.

Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exa. pela agilidade e compromisso com a população brasileira por ter pautado essa PEC hoje, ao passo que quero cumprimentar o Relator, meu querido Senador Alessandro Vieira, que, com serenidade, com equilíbrio, com técnica jurídica, com constitucionalidade, construiu um relatório.

Mas, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer um agradecimento aos meus pais. O meu pai, motorista de ônibus, e minha mãe, semialfabetizada, me deram educação. Eu estou falando isso porque, quando eu vejo o Parlamentar defendendo imunidade parlamentar para quem pratica crime.... A liberdade de expressão não pode ser utilizada para a prática de crime. É simples assim.

Se a Câmara dos Deputados, o Conselho de Ética e o Conselho de Ética deste Senado fossem altivos quando um Parlamentar chama quem quer que seja de ladrão, aí, sim, nós não precisaríamos... Agora, qual é o nexo causal entre eu proferir uma palavra dessas, ofendendo outra pessoa, praticando crime? Porque os crimes contra a honra estão lá no art. 138, calúnia; no art. 139, difamação; e 140.

Então, eu volto a falar que, graças a Deus, meu pai, motorista de ônibus, me deu educação, porque jamais os meus colegas me ouviram proferir qualquer palavra para atacar, para praticar crime – faço aqui essa ressalva.

Essa PEC tem que ser sepultada de uma vez por todas, e eu faço um apelo para que seja uma votação por aclamação e à unanimidade para nem sequer caber recurso para ir para o Plenário. Isso foi um escárnio com a população brasileira! E eu vou pontuar o porquê: ela viola o art. 5º da Constituição Federal, que diz que todos somos iguais perante a lei. O que me faz diferente de um trabalhador, de um motorista de ônibus, de um pedreiro, de uma professora? Isso viola a separação dos Poderes no art. 2º: "Os Poderes são independentes e harmônicos entre si". Nós sabemos que, pela Constituição Federal, o Parlamentar somente pode ser preso em flagrante de crime inafiançável. Eu fico imaginando um crime de corrupção praticado em concurso de pessoas entre um político, seja ele Deputado ou Senador, e uma pessoa comum. A pessoa comum vai responder e vai ser condenada, e nós, aqui, no voto secreto, vamos enterrar aquela apuração. Olha, isso é um escárnio, isso é uma vergonha, isso é um acinte com a população brasileira! E quem defende esse tipo de proposta de emenda à Constituição tem que efetivamente olhar nos olhos da população. Isso não é razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, o que essa proposta de emenda faz? No caso de prisão hoje, como é? Autua-se em flagrante de crime inafiançável, remete para esta Casa, e esta Casa resolve no voto público. O meu eleitor tem direito de saber em quem eu votei, se votei para manter a prisão, por exemplo, de um Parlamentar que praticou estupro, corrupção, corrupção ativa, passiva, peculato... E nós, aqui na surdina, na forma camuflada, sorrateira e corporativista, vamos falar que não cabe prisão em flagrante.

Esse processo... Como que ela muda também o processo? Hoje o processo se inicia no Supremo, e nós aqui podemos sustar no voto público. O que a PEC faz? Voto secreto. Voto secreto, minha gente! Como que eu explico isso para a população do Espírito Santo? Como que eu explico falando assim: "Olha, teve uma votação secreta para manter ou não a prisão de um Senador por corrupção ativa, e, no voto secreto, nós sepultamos aquela apuração".

Agora, ampliar? O que nós tínhamos que acabar era com o foro privilegiado, que já acabamos, pelo menos na parte do Senado. Ele amplia para os presidentes de nacionais de partido. Meu Deus do céu! Onde que estava? Com todo o respeito à Câmara dos Deputados, mas isso que aconteceu, isso só contribui para que a população criminalize ainda mais a política.

Eu tenho muito orgulho de ser Senador, mas, antes de ser Senador, eu sou delegado de polícia e professor com muito orgulho. Essas são missões da minha vida.

Então, será que aqui vale um mea-culpa? O que nós, Parlamentares, estamos fazendo para que essa caixa de ressonância chegue até a população, e a população tenha que se mobilizar para falar: "Olha, eu sou contra a PEC da blindagem, que eu nem chamo de PEC da blindagem, eu chamo de PEC da impunidade e PEC de estímulo à criminalidade".

A regra é clara: quem nada deve, nada teme. Se eu praticar qualquer ato ilícito, eu tenho que responder como qualquer outra pessoa, é uma responsabilidade penal, civil ou administrativa, porque eu não sou melhor do que ninguém. Essa é uma determinação constitucional.

Quando se volta a falar na imunidade parlamentar com relação à opinião, palavras e votos, isso já está na Constituição Federal. Agora nós sempre temos que ter como premissa que a imunidade parlamentar não pode ser utilizada como escudo protetivo para a prática de crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, a PEC ainda vai além, ela proíbe a expedição de medida cautelar probatória. Quer dizer, não pode se fazer uma interceptação telefônica, não pode ser feita uma quebra de sigilo bancário ou fiscal – a certeza da impunidade.

Eu fiz um resgate aqui, Senador Jayme Campos: de 1981 até 2001, Kajuru, quando o voto era secreto, de 151 pedidos de autorização, apenas dois foram autorizados. Quer dizer, já é difícil você condenar um político por corrupção; quando se condena, coloca-se em prisão domiciliar – quando se condena, coloca-se em prisão domiciliar, e os pobres estão morrendo e dormitando nos presídios.

Olha, por que nós não aprovamos aqui o fim dos...

(*Soa a campainha.*)

... penduricalhos, o fim dos supersalários, o fim da escala 6x1? Mas não, nós vamos nos debruçar sobre aquele comportamento na surdina, camuflado, sorrateiro, aviltante, cruel, que é um acinte para à população brasileira. Eu acho que é um acinte àquele trabalhador, àquela professora, àquele guarda municipal.

Eu, pelo menos, percorri o meu Estado do Espírito Santo com a cabeça erguida, na certeza de que essa PEC jamais teria a minha digital, porque para mim é muito cara – é muito cara – a premissa constitucional, em que, no art. 5º, está expressamente escrito, desde o dia 5 de outubro de 1988, que todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, da cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência ou cargos públicos.

Eu não me sinto melhor do que ninguém e eu tenho que ter responsabilidade, porque o meu pai, motorista de ônibus, a minha mãe semialfabetizada sempre me deu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... aqueles princípios que passam pela ética, porque não tem nenhum ordenamento jurídico...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... que se sobreponha a qualquer norma jurídica, se não for em cima de um comportamento ético e moral.

Então, eu faço aqui um apelo, para concluir: que nós votemos por aclamação e que não tenha a possibilidade de ter recurso para o Plenário desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Jorge Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas.

Eu vou em uma ferida: jornalista, que é o que sou. Jornalista vai exigir autorização do seu sindicato ou da sua Associação Brasileira de Imprensa para ser processado, Relator Alessandro Vieira. Portanto, eu entrei na minha ferida, porque o seu relatório é, inquestionavelmente, insofismavelmente, exímio e não há, rigorosamente, nenhuma palavra a discordar dele.

Senador Seif – não sei se se encontra ainda aqui –, de Santa Catarina: o Senador Seif falou sobre voto secreto. O senhor não estava aqui; Girão estava. Começo de nosso mandato. Eu já cheguei criando confusão na época, porque eu pedi o microfone e falei que não votaria secreto. O Presidente Davi queria o voto secreto. Girão me acompanhou e disse "Eu também não vou", e nós mostramos o nosso voto na época.

Portanto, Seif, fique tranquilo. Eu sou totalmente favorável a que também se aprove, hoje mesmo, o fim do voto secreto, porque nada é secreto na minha vida. Na época, eu até contei – as mulheres não vão gostar, talvez, mas eu contei –: eu, com dez anos de idade, peguei o meu pai em flagrante traindo a mamãe, e eu dedurei à mamãe: "Mamãe, papai tem uma amante". Então com o Kajuru não tem *off*, não tem segredo.

Então, é claro que eu sou favorável.

E, por fim...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... Senador Moro, o senhor coloca a questão do foro privilegiado. Além de tudo, a gente prestaria uma homenagem a um homem público que fez história neste Congresso Nacional, chamado Alvaro Dias.

Lá vem o Amin dizendo que eu estou bajulando. Mas não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E aí vem falar da tatuagem...

Mas é verdade: uma homenagem o foro privilegiado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não foi isso que o Amin... o Amin... A maioria está dizendo que não gostaria de ter um filho como V. Exa (*Risos.*), com essa alma de garçom, de entregar na bandeja o pai. Alma de garçom, entregar na bandeja o pai.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E, Presidente Mourão, eu ouvi; eu ouvi. Eu te conheço.

Mas, para terminar...

Então, gente, seria tão bom para o Brasil, porque, quando você se arrepende de um erro – àquele que antes votava a favor da PEC da blindagem –, é tão bonito! Eu não vou aqui criticar: "Ah, mudou de opinião". E daí? Mudou de opinião, pronto, acabou. É isso que é importante.

E a gente, hoje, teria um dia consagrado. Para que esperar amanhã? Vamos hoje mesmo realizar.

E apenas, Senador Oriovisto, o senhor esqueceu uma declaração histórica sua, quando o senhor, o Ronaldo Caiado e eu estávamos conversando, o senhor dizendo que há um tripé aqui no Congresso Nacional, que, sendo votado, a gente faria história. O senhor falou da decisão monocrática, o senhor falou do foro privilegiado e o senhor falou também da minha humilde PEC pelo fim da reeleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, hoje é um dia que vai mudar muito a nossa imagem no Brasil, a imagem do Senado Federal.

E eu não tenho nada contra a Câmara, tenho muitos amigos e muitas amigas lá, mas, aqui no cafezinho, o apelido da Câmara sabe qual que é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É "rodoviária". E o nosso apelido é "aeroporto". Então que ela continue rodoviária, e que a gente tenha hoje uma atitude de aeroporto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Kajuru.

Com a palavra a Senadora Eliziane; depois, o Senador Rogério Carvalho; e, depois, o Senador Omar Aziz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Parlamentares, Relator, Senador Alessandro Vieira...

Eu queria, inicialmente, Presidente, cumprimentar o Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, que encaminhou prontamente essa PEC à CCJ. Todo o Brasil acompanhou a manifestação, que ocorreu, na verdade, depois da votação na Câmara dos Deputados. Houve uma verdadeira mobilização nacional imediatamente após a votação da Câmara dos Deputados. E aí, a partir de então, o Brasil, em todos os cantos deste país, acabou fazendo vários atos, que ocorreram precisamente no último domingo. E V. Exa., já no primeiro momento, manifestou ser contrário à PEC. A posição de V. Exa., como Presidente desta Comissão, acabou criando uma força muito grande do sentido do resultado que nós estamos acompanhando hoje aqui – claramente nós teremos o sepultamento desta PEC, né?

E a escolha de V. Exa. do Relator apontou exatamente para isso, porque todos nós sabemos que o relatório não seria diferente, considerando a trajetória, a vida proba e a luta pelo combate à corrupção do nosso colega Senador Alessandro Vieira, que é o que nós estamos acompanhando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero também trazer os meus cumprimentos ao Senador Jorge Seif e ao Senador Moro, exatamente porque eles retiraram as emendas, tanto o voto em separado quanto a emenda. Porque, por ser uma PEC, a emenda do Senador Moro, sendo aprovada, apresentando-se o destaque e sendo aprovada, na verdade, começaria a PEC do zero; e o projeto, a meta que nós temos, que é o sepultamento, essa nós não alcançaríamos. Então, a postura deles, na verdade, dá a este Plenário a possibilidade de sepultar uma PEC que nasceu com o objetivo de criar um muro de impunidade e criar, na verdade, uma nova casta no Brasil, que seria uma casta daqueles que podem cometer crimes e estariam fora dos rigores da lei.

O nosso Prof. Contarato declarou aqui de forma clara: o art. 5º da Constituição estabelece que todos nós somos iguais perante a lei, não é? E esta PEC criaria, na verdade... Eu não diria um foro privilegiado, ela criaria um superforo privilegiado e separaria a classe política do restante do Brasil, podendo cometer crime e ficando totalmente fora dos rigores da lei.

A manifestação brasileira, Presidente, criou um coro importante. Quando o Brasil foi para as ruas, e eu via...

É claro que a esquerda, o movimento, o campo progressista brasileiro tomou conta do Brasil, mas, para além disso, a gente viu a sociedade brasileira presente contra essa PEC, a PEC da blindagem, ou a PEC da bandidagem, ou a PEC do fim do mundo, ou a PEC do absurdo, sei lá – foram várias nomenclaturas dadas a essa PEC, dada a barbaridade do que ela, sendo aprovada, poderia provocar de fato.

E não tem remédio para essa PEC, não tem remédio. Lembra-me, por exemplo, o Chico Buarque, quando diz que o que não tem conserto nunca terá. Então, não adianta uma emenda, não adianta um penduricalho, porque o que nós realmente precisamos é sepultar de vez e tentar retomar o mínimo de confiança no Congresso brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A gente vê que há uma verdadeira descrença generalizada no Congresso do país. Em toda avaliação que é feita da opinião pública, isso é colocado de forma clara. E essa PEC aprofundaria, recrudesceria ainda mais essa desconfiança no Parlamento brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A luta pelo combate à corrupção é o que nós precisamos encampar nesta Casa. A luta pelo fim da impunidade é o que nós precisamos encampar nesta Casa. E a impunidade é o combustível para a perpetuação do crime. A representação política brasileira tem o dever moral e o dever legal, considerando que é a representação do povo, de estar com uma postura ilibada, sendo submetido aos rigores da lei e, portanto, tendo uma postura proba, que é o que nós precisamos ter.

Portanto, Presidente, parabéns a V. Exa., pela sua posição rápida e imediata, e parabéns ao relatório, que não foi nenhuma surpresa para nós, o relatório que foi apresentado hoje aqui neste Plenário.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, depois ao Senador Omar, depois ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero cumprimentar V. Exa., que prontamente colocou em discussão essa matéria, e quero também cumprimentar o Relator pelo excelente relatório e pela brilhante defesa daquilo que o povo brasileiro defende, que é garantir que aqueles que cometerem crimes sejam punidos.

Quero também cumprimentar todos os Parlamentares que me antecederam, porque eu sinto que há um caminho de consenso, no dia de hoje, de a gente enterrar essa PEC, da qual, eu diria, poderíamos cravar aqui o título de PEC da bandidagem, porque ela favorece o cometimento de crimes e cria no Congresso Nacional um ambiente para proteger praticantes de diversos tipos de crimes.

Nós estamos vendo uma operação feita pela Receita Federal que abrange segmentos diversos da sociedade, como setor financeiro, empresas comerciais que comercializam combustíveis e denúncias contra presidentes de partidos, uma série de questões gravíssimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagine, se essa PEC é aprovada, o quanto o Congresso Nacional poderia ou abrigaria cometedores de crimes que são muito sofisticados.

Portanto, acho que nós temos a responsabilidade de chamar o feito à ordem. E no dia de hoje, aqui nesta Comissão, como sugeriu o Senador Fabiano Contarato, que a gente derrote essa PEC da impunidade, da blindagem, da bandidagem, seja lá o nome que a gente queira dar. Tudo é coisa ruim, Senador, Presidente Jayme Campos, tudo é coisa ruim.

Assim, eu acho que a gente deveria, em resposta e numa tentativa de resgatar a nossa moral junto à sociedade... Porque é isso que está em discussão. Este Parlamento não pode patrocinar iniciativas dessa natureza, que desabonam e que reforçam uma tese de que este lugar é um lugar que só trabalha para manter privilégios, certo? E esse é o verdadeiro "sistemão" que a gente precisa combater, o "sistemão" dos privilégios. E a gente viu, na semana passada, o "sistemão" dos privilégios se organizar, e mais de 300 Parlamentares na Câmara dos Deputados votaram para manter e ampliar privilégios daqueles que querem impunemente cometer ou caminhar na vida sem prestar contas para ninguém.

Portanto, cabe a nós todos, independentemente aqui de qualquer matiz ideológica, cabe a todos nós refazermos esse curso e mostrar que o Senado da República, que o Congresso Nacional tem compromisso com o povo e que não vai patrocinar a ampliação de privilégios que se confundem com o cometimento de crime e a impunidade.

E eu quero aqui dizer que isso serve para tudo. Como disse o Senador Fabiano Contarato e como disse o próprio Relator, só é punido, geralmente, maciçamente, ou seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... a maior parte das pessoas que recebem alguma punição recebem punição porque cometeram algum delito, não é? Ser processado não necessariamente quer dizer cometer crime. Agora, eu quero dizer, por exemplo: eu nunca fui processado, nem sequer processado, porque desferi uma palavra violenta, agressiva contra outras pessoas. Então é preciso que as pessoas também saibam qual é o seu limite, para não extrapolar o limite e passar a ser uma agressão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Pois é, para não passar a ser uma agressão. Nós não podemos viver num ambiente democrático, num ambiente harmônico, se as pessoas agridem moralmente, caluniam, praticam injúria contra outras pessoas. Isso não pode ficar impune. Qualquer tentativa de garantir essa liberdade violenta contra as pessoas, eu acho que isso também... acho não, isso não pode ficar impune, e essas pessoas precisam pagar pelos seus erros.

Como também nós não podemos, porque são colegas nossos, Senador Otto Alencar, não garantir que essas pessoas também sejam punidas. Quando um Parlamentar indica e estimula que pessoas possam agredir outras, elas não têm imunidade e elas não agiram de boa-fé. E elas precisam ser responsabilizadas por esse tipo de atos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Então nós não podemos aqui patrocinar esse tipo de coisa e achar que isso é normal, porque o outro é adversário. O outro ser adversário não justifica qualquer tipo de ação ou qualquer ação, por mais violenta que seja; como não se justifica alguém vir a esta Casa numa semana e, na outra, colocar um caminhão-tanque para explodir num aeroporto e ser tratado como uma pessoa que tinha um lado político e era só uma questão de manifestação política. Essas coisas não dialogam com a convivência harmônica, pacífica numa sociedade democrática.

Portanto, todos esses crimes devem ser punidos, e não é esta Casa e eu acredito que não somos nós que vamos patrocinar uma PEC dessa natureza.

Portanto, eu declaro meu voto contra e faço um clamor para que nós não deixemos sequer ir para o Plenário do Senado, votando por unanimidade no voto do Senador Alessandro Vieira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Omar (*Fora do microfone.*) e, depois, o Senador Esperidião Amin; em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiro V. Exa., como um bom baiano, deu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

golpe de capoeira em mim. Era para eu falar bem antes, mas tudo bem. Este tempo não está contando, porque eu estou só fazendo uma reclamação.

E também, Sr. Presidente, após a minha fala, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz, eu nunca dei rasteira em nenhum colega meu aqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Um golpe de capoeira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Rasteira, rasteira.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Golpe de capoeira.

Sr. Presidente, tem vários Senadores que querem falar, e Senadoras também, e acho justo que todos falem, se posicionem, mas, como nós temos outras atividades, V. Exa. poderia abrir só para votar e só abrir o resultado depois que todo mundo falar, para que a gente possa votar e ir para outras Comissões, porque tem uma matéria tão importante para a população brasileira que é a questão do Imposto de Renda, que nós vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. então pede o voto nominal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nominal, nominal. Vai ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu autorizo a Mesa a abrir a votação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Logo após eu falar, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. tem a palavra, e abro a votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, já me tomaram um minuto, e não pode.

Sr. Presidente, eu quero aqui dizer a V. Exa., primeiro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Meu colega Omar, eu peço – me desculpe a interrupção – sua licença para que V. Exa. oriente, porque o voto tem que ser "sim" para a aprovação do relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

Quem vota "sim" vota com o Relator...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... vota para rejeitar a matéria.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, primeiro eu quero aqui parabenizar o Presidente do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre, que ouviu o clamor dos Líderes na quarta-feira passada. E todos se manifestaram: primeiro fui eu, como Líder do PSD; depois o Líder do PT, Rogério Carvalho; depois o Líder do MDB, Senador Eduardo Braga; Senador Amin, pelo PP; Senador Magno Malta, pelo PL; Senador Líder Girão, pelo Novo; vários Líderes – se eu tiver me esquecido de alguém, me desculpe – pedindo ao Presidente Davi Alcolumbre que encaminhasse à Comissão de Constituição e Justiça e não levasse essa matéria diretamente ao Plenário. O Presidente Davi, quero aqui parabenizá-lo por ter seguido o nosso pedido e ter encaminhado; e V. Exa., Presidente Otto, por ter dado celeridade e entregado a relatoria para uma pessoa que eu conheço bem, que é o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandro Vieira, e não esperava outro relatório que não fosse esse. Quero parabenizá-lo, Alessandro, pelo seu relatório.

E quero dizer que eu estou há muito tempo aqui no Senado, eu estou no segundo mandato só. Tem outras pessoas que estão há mais tempo do que eu. Eu nunca vi uma PEC ter tantos apelidos como essa teve. A PEC era a PEC das prerrogativas, daí virou PEC da bandidagem, PEC da picaretagem, PEC da imoralidade, PEC da impunidade, PEC do escudo parlamentar, PEC do PCC, PEC do escudo da corrupção, PEC dos intocáveis – intocáveis.

Quando um cidadão brasileiro, que não tem direito muitas vezes a uma certidão de nascimento, e nós temos direito a passaporte vermelho... Acham que nós temos poucas prerrogativas. E vem uma PEC dessa, e, felizmente, o consenso praticamente é unanimidade dos Senadores é derrubar essa PEC agora, e ela não ir nem a Plenário para a gente discutir mais isso e tocar o Brasil, porque tem muitas coisas importantes que estão sendo colocadas para trás para estar se discutindo o art. 53 da Constituição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E a Constituição, Senador Jayme Campos, que V. Exa. também se posicionou no dia, pelo União Brasil, a Constituição em 1988, nós estávamos com uma democracia incipiente. Era cheia de dedos. Assim mesmo, porque já tinham sido cassados muitos Parlamentares na ditadura, porque falavam, se posicionavam contra, foram cassados e exilados, e se fez o art. 53, para que um Parlamentar, no exercício da sua função, pudesse se expressar e tivesse direito ao voto secreto, exclusivamente para que não fosse perseguido depois em relação... Nós acabamos com o voto secreto. Ficou só para as autoridades, que é votada no Senado Federal com voto secreto. Não tem mais voto secreto para mais nada.

Mas o que mais me chama a atenção, Sr. Presidente, é que essa pauta em 2017 nós a votamos, que foi a PEC 10, foi votada aqui, acabando com o foro. Nós votamos à unanimidade do Senado, e não andou. Nós temos matérias tão importantes para votar que a população brasileira... E dizer que domingo teve uma movimentação de esquerda, de extrema ou coisa parecida, isso é mentira. Esse é um pensamento que está na extrema esquerda, está na extrema direita e está no centro. Nem todos concordam com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá aqui para dizer que essa PEC é ideológica, não é ideológica. Essa PEC é imoral – não é ideológica – ela é imoral! Até porque um Senador da República não tem o direito de expor a família de ninguém. Teve um Senador aqui, do Senado Federal, que deu endereço, mostrou a foto das filhas de um ministro para as pessoas perseguirem essas pessoas. Isso é direito democrático para um Senador fazer? Essa pessoa tem que responder, porque é um crime o que ela está fazendo. Isso aí não é o Parlamento – isso é crime.

Por isso, Senador Alessandro Vieira, vou votar, e recebi, Senador Otto, primeiro uma ligação sua dizendo: "Meu Líder, eu não voto a favor dessa PEC". Petecão me ligou. Falei com o Angelo Coronel, falei com a Eliziane, falei com o Irajá, falei com a Jussara, falei com o Lucas, falei com a Mara Gabrilli, falei com o Nelsinho Trad, falei com o Rodrigo Pacheco e falei com a Senadora Zenaide. Todos, o partido inteiro se posiciona contra essa PEC. E eu, como Líder do PSD – e me orgulho muito de ser Líder do meu partido –, encaminho o voto "sim" ao relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião Amin; depois, a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Portinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Otto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe, desculpe. Depois do Senador Esperidião Amin, é o Senador Humberto Costa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – O senhor me inscreveu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Inscrevi, mas tem uma lista grande. O senhor chegou depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu não vou mais reclamar da ordem de inscrição e acho que o senhor faz bem em respeitar o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está registrado. Vale o escrito. Não é essa uma regra que o Senador Marcelo Castro ergueu de jogos e diversões, na condição de psicoterapia? Vale o escrito.

Eu separei aqui a minha fala em cinco pontos que eu pretendo que sejam os mais concisos possíveis.

Primeiro, a regra que eu procuro cumprir, quando faço críticas, é a regra de Santo Agostinho: deve-se bater no pecado, não no pecador. Pecadores somos todos nós. Agora, um pecado ou um erro pode ser batido e batido à exaustão, principalmente quando não é corrigido. Eu vou voltar a esse assunto.

O Senador Sergio Moro, de todas as homenagens que ele recebeu, e eu subscrevi a emenda dele, mudou a Linha do Equador. Um dos poetas que acompanhou o Maurício de Nassau percebeu, naquela época, no século XVII, que só se prendia pobre, preto e índio; os outros jamais foram presos. O Sergio Moro conseguiu movimentar a Linha do Equador. E esta PEC quer movimentar a Linha do Equador, mas em sentido contrário, porque, infelizmente, foram plantados no seu corpo três fatores diabolicamente premeditados, porque no mesmo dia ia ser votada a urgência para a anistia. Nós temos que entender as circunstâncias. Isso aí entrou como parte da votação da urgência da anistia, que agora estão chamando de dosimetria.

Por isso é que eu quero fazer aqui uma associação. O Senador Alessandro Vieira sabe da minha admiração pelo seu trabalho como Senador, como cidadão, e o meu profundo respeito ao seu voto, mas, explique-me uma coisa: como é que invadiram a Casa e o gabinete do Marcos do Val e impuseram-lhe uma multa de R$50 milhões? – R$50 milhões, e fizeram inscrever na conta corrente dele, o que é um crime financeiro, porque ele não tem limite para receber um crédito desse, e com as correções devidas, sem inquérito. Sabe por que fizeram? O senhor me respondeu, em parte: porque existe um inquérito que cobre todos os outros, de que o Senador Líder do Governo no Congresso na época nos advertiu, que isso era pior do que o AI-5, Senador Randolfe, e é mesmo.

Então, ele entrou nessa música, nesse baile, porque existe, há seis anos e meio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... há seis anos e meio, abuso de poder, deboche inclusive ao nosso esforço aqui, com o tal Inquérito 4.781, que foi criado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por quem? Bota blindagem nisso. Isso é que é blindagem! Foi criado pelo então Presidente do Supremo, Ministro Toffoli, que designou, sem sorteio, com base num artigo do Regimento Interno – olha bem o grau do abuso –, o Ministro Alexandre de Moraes, que é o Juiz do Brasil desde então.

É nesse clima que foi ressuscitada a PEC 3, de 2021. Ela foi feita quando o Bolsonaro era Presidente. Essa PEC não foi feita agora. Ela foi apresentada em 2021, senhores. Quem a tirou da toca e infelizmente vestiu-a mal foi a circunstância que nós estamos vivendo. Nós estamos vivendo sob a égide da inquisição. Inquisitoriais são os procedimentos do 4.781. Até o Presidente que está saindo do Supremo disse: "Não, vai acabar, vai acabar", mas é bom a gente ter poder, né? Poder discricionário: passou na porta, chama para cá. Existe maior blindagem ofensiva do que esta? Seis anos e meio. É um mandato, porque começou em março de 2019. E é isso que nós não temos a coragem de enfrentar.

O senhor falou da "vaza toga"...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – "Vaza toga" já foi apresentada com número suficiente.

Por isso, concluo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, não, não é para concluir, não. V. Exa. não acha que, aprovando-se na Câmara a PEC do fim das decisões monocráticas, não resolveria isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor permite?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Permito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estão criando mais uma monocrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A ADPF... O senhor veja...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Primeiro, nós aprovamos aqui, está na Câmara, a Câmara nunca aprovou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor veja: mas o Supremo está criando mais uma monocrática. A ADPF que está sob a responsabilidade do Ministro Gilmar Mendes, que, generosamente, agora, coloca que qualquer invasão ao seu gabinete, ou ao do Marcos do Val, ou à casa dele tem que ser autorizada pela Corte, não explicita se é pelo Plenário ou se é monocrática. Está se encaminhando para dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Câmara precisa aprovar isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É agora, está sendo feito agora isso. Isso está sendo feito agora, nessa ADPF.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei. Eu estou acompanhando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o senhor veja bem: ele autoriza a invasão do seu gabinete ou do seu escritório pela Polícia Federal, *ad referendum*, em uma semana, ou seja, primeiro ataca e depois não faz nada, porque ninguém sabe qual foi o resultado, Senador Jayme Campos, da incursão da Polícia Federal, em junho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... junho de 2023, à Casa e ao gabinete do Senador Marcos do Val. Ninguém sabe se tinha alguma muamba, se tinha dinheiro, se tinha arma. Portanto, impunemente, blindagem é isso.

E, para concluir, também está sob a responsabilidade do Ministro Gilmar Mendes... Aliás, essa primeira já teve voto. Já passou de cinco ou seis, já ganhou maioria essa da incursão a domicílio ou escritório. O que está sob a guarda do Ministro Gilmar Mendes é uma ADPF para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionar o quórum para abrir o *impeachment* de Ministro. Isso é blindagem. Acham que maioria absoluta é pouco. O que se pede é maioria de dois terços para abrir o processo de *impeachment*. Isso é que é a blindagem que está acontecendo neste momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu concluo para dizer o seguinte: eu vou votar "sim", porque esta PEC foi contaminada por três... daquilo que eu aprendi no Piauí – essa expressão um pouco tosca, mas ela define bem –, catinga de vaca molhada. O sujeito botava o terno de domingueira, Senador, de linho trançado, e ia para a missa, encostava numa vaca molhada, aquilo não saía mais. Tem três. Nesse caso, tem a inclusão de presidente de partido, o voto secreto e a generalização da sua cobertura, ou seja, abrangendo não crimes ligados ou situações ligadas ao exercício do mandato, e, sim, a outras coisas, a banditismo, inclusive. Por isso, eu vou votar "sim". Mas não posso deixar de dizer que no mesmo dia se votou a urgência para a anistia.

E quero relembrar que, em 1988, durante a votação da Constituição, o Deputado carioca Carlos Alberto Caó, que é considerado o pai de toda a luta contra o racismo – confere? –, do PDT do Rio de Janeiro, apresentou a seguinte emenda: "Constitui crime inafiançável, imprescritível, insuscetível do benefício da anistia, a ação de grupos armados civis e militares contra a ordem constitucional e o Estado democrático". Portanto, a previsão é que ficasse proibida a anistia para crimes tais. Acontece que isso foi votado nominalmente. Já que vamos ter uma votação nominal, e votar nominalmente é muito bom, porque ficam os nomes registrados. E eu quero me congratular com o Presidente Lula, porque ele votou contra isto, contra a proibição da concessão da anistia em caso de crimes que se podem hoje chamar de golpe de Estado. Votação de Luiz Inácio Lula da Silva merece o meu aplauso. E, por isso, sou contra este projeto e sou a favor da anistia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, Senador Esperidião Amin.

Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando ao Senador Esperidião Amin que, lá no Sertão da Bahia, se diz o seguinte: só não muda de opinião quem não as tem.

Senador Humberto Costa. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Do Lula? Porque eu não mudei de opinião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu acho que hoje é um dia histórico para o Senado Federal.

Eu quero começar parabenizando V. Exa., Senador Otto Alencar, por ter colocado de imediato esta PEC para ser votada.

Hoje é um dia que vai marcar um posicionamento do Senado contra a impunidade e em favor da defesa da Constituição.

Depois daquelas enormes manifestações do último domingo e de pesquisas que mostraram que mais de 80% da população são contra esta proposta, a mim parece e é claro que a máscara caiu. Aqui, obviamente, as pessoas tiveram essa chance de mudar de opinião, mas é claro que a extrema direita deste país patrocinou esta proposta. E eu digo que a máscara caiu, porque o discurso da extrema direita, ao longo destes últimos anos, foi o discurso – e hoje se mostra a hipocrisia – contra o sistema, contra a corrupção, contra os privilégios, sempre com a recusa de discutir os temas de grande interesse da população, como agora com a isenção do Imposto de Renda – e parabéns, Senador Renan Calheiros, a Câmara está lá enrolando a proposta que foi mandada pelo Governo, temos que votar aqui a proposta que V. Exa. relata. Eles não se preocupam com nada que diga respeito à vida da população brasileira e respaldaram esta proposta que cria no Brasil cidadãos de primeira categoria.

Disse muito bem aqui o Senador Contarato, lembrando que a Constituição brasileira diz que todos são iguais perante a lei. E esta proposta, se aprovada, criaria cidadãos de primeira categoria, que seríamos nós, e o restante da população, muitas vezes, não tem direito nem ao processo legal. Na periferia, os negros, as mulheres, os LGBTs são muitas vezes assassinados sem a possibilidade de sequer ter direito a responder a um processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se pretendia com isto era que houvesse uma licença prévia para que alguém fosse processado, era a criação de uma proteção mútua para os Parlamentares, apostando no corporativismo. E coisas absolutas, absurdas! Por exemplo, até mesmo para prisão em flagrante – em flagrante! – por crimes inafiançáveis teriam que ter uma licença prévia para que o Parlamentar pudesse ter a consecução daquela prisão em flagrante.

E aí, por exemplo, quais são os crimes inafiançáveis? Vejam bem! Se o Parlamentar tivesse incorrido em crime de racismo, de tortura, de tráfico de drogas, de terrorismo e também em crimes como ação de grupos armados civis ou militares, para que ele tivesse a aplicação daquela medida cautelar, seria necessário o voto secreto da maioria dos seus pares. Quem concorda com isso?! E a extrema direita concordou e defendeu isso!

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agora, não está com coragem de votar, mas defendeu isso – votou e comemorou! Até Pai Nosso rezaram lá na Câmara dos Deputados!

Então, a máscara efetivamente caiu, e nós precisamos enterrar...

Outra coisa, a hipocrisia: defenderam o fim do foro, porque os responsáveis pelo golpe estavam sendo julgados lá no Supremo Tribunal Federal e agora estende o foro a presidente de partido. Isso é um absurdo, principalmente num país como o nosso, em que a legislação partidária permite que as pessoas se perpetuem no poder! Vamos medir... Os presidentes de partido que existem hoje há quantos anos são presidentes de partido? Isso é um verdadeiro absurdo! A figura da imunidade foi criada para o exercício de uma função pública e não para a atividade que é exercida pelos presidentes de partidos políticos.

Então, eu entendo que essa proposta precisa ser efetivamente rejeitada até porque ela não é só para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... o Parlamento federal; ela vale para os Parlamentos estaduais, os Deputados Estaduais, os Vereadores... Hoje, o crime organizado forma advogados para defender os seus aliados, coloca gente no Ministério Público,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Justiça, investindo durante décadas para formar essas pessoas. Para eleger um Vereador, basta ter um pouquinho de dinheiro; para eleger um Deputado Estadual, é parecido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, o crime organizado iria correr para isso.

Imagine o caso daquele Parlamentar no Rio de Janeiro que dormiu em cima de uma montanha de R$5 milhões. Será que aquele cidadão seria preso se os demais colegas pudessem votar secretamente para isso?

Então, V. Exa. está de parabéns, e o Senado hoje vai decretar o fim dessa proposta indecente, mas a coisa mais importante, no meu ponto de vista, é que realmente a máscara da extrema direita caiu no nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senadora Mara Gabrilli, pelo sistema remoto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Senadoras e Senadores.

Eu quero parabenizar o nobre Senador Alessandro Vieira pelo brilhante relatório e pela coerência em ouvir os apelos da população brasileira. Quero parabenizar também o meu querido Senador, nosso Presidente, Otto Alencar, a quem tanto admiro pela coragem e pela conduta sempre tão republicana.

É extremamente simbólico o Senado rejeitar prontamente essa proposta hoje de alterar a nossa Constituição e promover um retrocesso que envergonha todo o país. Aprovar essa matéria, mesmo que com eventuais mudanças, como alguns defenderam, é claramente uma falta de respeito ao eleitor brasileiro, ao povo brasileiro, que, desde o início, manifestou sua indignação contra essa PEC e a impunidade que vem sendo crescente na nossa política brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomar o voto secreto já é um acinte. Além disso, essa PEC 3, aprovada pelos Deputados, quer resgatar a possibilidade de Parlamentares barrarem a abertura de processo criminal contra seus colegas da Câmara ou do Senado. É um desrespeito tamanho que a PEC vem sendo chamada popularmente, como já disse nosso colega, com um monte de apelidos: bandidagem, blindagem, etc.

Cidadãs e cidadãos brasileiros lutaram muito para revogar o dispositivo da Constituição de 1988 que a PEC quer agora retomar à força. Não custa lembrar um pouquinho da nossa história: 253 Parlamentares foram blindados entre 1988 e 2001, quando finalmente o Congresso aprovou uma mudança tão relevante. Repito, Sr. Presidente: 253 processos foram travados contra Deputados ou Senadores por crimes de corrupção, homicídio, tentativa de assassinato e diversos horrores que chocaram toda a sociedade.

Eu costumo dizer que nós, pessoas públicas, temos que dar exemplo, exemplo de boa conduta, exemplo de transparência, exemplo de saber ganhar e de saber perder, como é em qualquer democracia, e dar exemplo de respeito às diferenças, ao contraditório e, sobretudo, de respeito às leis. A gente tem que lembrar qual é o legado que vamos deixar e o que nós, que somos temporários por aqui, vamos ensinar às novas gerações com esse tipo de proposta. Vamos mostrar que os políticos servem para mudar as regras sempre a nosso favor, de acordo com as conveniências do momento? Isso não é correto. E a gente pode dizer, com muita humildade e tranquilidade, que a gente tem que entrar na política com uma força de vontade imensa para transformar a qualidade de vida da população mais vulnerável.

Assim, eu não consigo vislumbrar um único benefício que essa PEC da Blindagem traria à população que luta para ver um trabalho digno e pagar suas contas, que luta para ter escola de qualidade para os seus filhos, que busca uma cidade melhor para todos.

Minha única certeza sempre foi a de que legislar é um exercício de saber ouvir, e nada poderia ser feito aqui, no Parlamento, sem consultar a sociedade civil. A população foi em peso às ruas pedir que enterremos essa proposta, e o relatório do Senador Alessandro Vieira foi certeiro nesse sentido.

A gente não foi eleito para sermos coniventes com crimes ou com desvios éticos. Os cidadãos brasileiros já se cansaram de acompanhar a impunidade, a corrupção e a normatização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de práticas que podem causar ainda mais danos ao nosso país. Os brasileiros clamam por proteção e critérios mais rígidos, não só para elegibilidade, mas especialmente para continuidade de mandatos de políticos que usam seu mandato como escudo para cometer todo tipo de crime. Não podemos compactuar com essa impunidade.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Alessandro Vieira pelo brilhante relatório. Conte com o meu apoio e, com muita honra e satisfação, seu relatório já teve meu voto favorável, a favor da rejeição da PEC 3, da bandidagem ou da blindagem, como queiram chamar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Mara Gabrilli e parabenizo-a.

Com a palavra o Senador Carlos Portinho, depois o Senador Renan Calheiros, depois o Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein? Então, o Senador Eduardo Braga em seguida. Carlos Portinho... Todos estão inscritos; depois é V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Depois deles sou eu aqui, estou na relação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, V. Exa. é depois. O Bittar chegou, se inscreveu primeiro.

Senador Eduardo Braga.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos estão inscritos, e eu vou ficar até o final aqui. Se for para amanhecer o dia, a gente amanhece aqui, não tem nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Otto Alencar, meu colega Alessandro, pelo seu relatório...

Quando esse projeto passou na Câmara, eu me lembro, a imprensa, eu estava num compromisso, até a imprensa me procurou, e eu disse "ação e reação", o que não significa que eu estava avaliando o mérito, é óbvio, apenas a constatação de que hoje, no Brasil, as coisas acontecem em reação, e, geralmente, essas reações são extremas.

O meu colega, agora, que fez uso da palavra mostrou isso – da base do Governo. Sua reação foi completamente despropositada e extremada, e eu explico.

Essa PEC passou na Câmara dos Deputados com os votos do Governo, Senador Humberto Costa. O PT deu 12 votos, o Solidariedade, PV e Cidadania deram 7 votos nessa PEC, o Avante, 6, o Podemos, 14, o PSB, 9, e eu poderia dizer outros partidos aqui da base, para ficar só nesses.

Essa PEC não é da esquerda ou da direita, como quis dizer, ou da extrema. Essa PEC é um absurdo para o país!

Essa PEC, nós aqui, como Casa Alta... O Senado é a Casa Alta porque, geralmente, ele pega essas bolas "quadradas", põe no chão, e a gente delibera com sensatez – na maioria das vezes.

Se 80%, diz a pesquisa, são contra a PEC, mais um indício de que isso não é da esquerda ou da direita. Vamos parar de narrativas inverídicas.

A máscara cai quando a gente faz a conta da votação na Câmara e vê que a base do Governo, se não tivesse votado... A base do Governo Lula, se não tivesse votado a favor dessa PEC, ela teria derrubado a PEC. Então, eles foram para as ruas contra eles mesmos; contra a decisão que eles tomaram.

Então, vamos deixar isso de lado. Vamos parar de fazer plataforma política em cima da desgraça do povo.

Essa PEC é uma indecência. Essa PEC não representa, e nenhum de nós, seja de que partido for, vai estar aqui para defender bandido. Ninguém vai defender bandido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O caso citado, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, é emblemático: um membro do Comando Vermelho, que alçou uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio. É com isso que a gente tem que se preocupar em evitar, porque essa PEC não contribui em nada. Por isso ela é indecente.

Eu apresentei uma emenda para marcar a posição do que a gente já votou aqui, que está na Câmara dos Deputados, que é o fim do foro privilegiado. Isso é uma pauta que nos une e era isso que a Câmara dos Deputados teria que ter enfrentado. Se não é em primeira instância, que se coloque no STJ. O que não dá é, realmente, muitos colegas aqui viverem chantageados pelo STF, e isso é um fato verdadeiro, que todos conhecem e é publicado na imprensa – e eles também não fazem nem mais questão de esconder isso.

Isso é inadmissível, porque isso quebra a harmonia, o equilíbrio e a independência dos Poderes que estão lá na nossa Constituição.

Agora, esse não é o remédio.

A emenda do Senador Sergio Moro também marcou a posição, para deixar claro o que era, na essência, que nós discutíamos aqui, não através de um projeto, mas discutíamos, que é preservar, valorizar o que diz a Constituição, que são as prerrogativas parlamentares, no que diz respeito ao direito de fala, a não ser criminalizada a opinião de um Parlamentar, seja da tribuna ou na sua extensão, que são as redes sociais, onde ele fala com o eleitor e com o povo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E meu único reparo ao relatório do Senador Alessandro. Ele tem toda razão; quando há denúncia de um Parlamentar são provocadas as Casas para que se manifestem. Isso já está lá, isso acontece. O problema é o drible nisso que deu o STF, porque ele não denuncia mais. Ele, em sede de inquérito, em sede de investigação, adotou, sim, medidas restritivas, busca e apreensão sobre Parlamentares em razão de suas opiniões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E isso é o dever de todos nós aqui defendermos, porque isso vale em qualquer Governo, sabe por quê? Porque essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prerrogativa está na Constituição. E o que a emenda do Senador Sergio Moro fazia era praticamente desenhá-la. E a gente vai precisar, em futuro próximo, voltar a isso. Vai ter que desenhar o que já está na Constituição para que seja cumprido, Senador Otto. Porque foi, em sede de inquérito, que o Senador Marcos do Val – goste dele ou não, concorde com os seus argumentos ou não, ele é um Parlamentar de mandato que representa o Espírito Santo – sofreu busca e apreensão. Ele foi alijado das redes sociais, foi calado, foi censurado, e a gente não pode admitir isso, como eu não admitiria se fosse qualquer colega de qualquer partido que fosse. Isso aconteceu com o Deputado Carlos Jordy e com outros inúmeros. E a gente está falando de criminalização de opinião, o que infelizmente nos levou à censura no país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E isso é repugnável, repugnante, é tão indecente quanto essa PEC.

Mas não é o erro que justifica outro. Então, como Líder do PL, oriento a bancada a votar "sim" com o relatório. Vamos enterrar esse monstro, porque esse é o papel da Casa Alta, esse é o papel que nos cabe.

E o momento de a gente se manifestar é agora. Eu não me intrometo em assuntos da Câmara dos Deputados. Acompanho, mas eu respeito a autonomia de cada Parlamentar. Mas aqui é o momento de a gente se manifestar, e o voto é por enterrar esse monstro que a sociedade não quer. E não é bandeira de extrema direita e também não é bandeira de extrema esquerda, porque, se pegar a votação, infelizmente, na Câmara, foram muitos Parlamentares de todos os partidos, de Governo e de oposição que votaram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aqui também muitos Parlamentares, em unanimidade, vão derrubar essa proposta, que ela não tem cor e não tem partido.

Chega!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga; depois, o Senador Bittar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Eu agradeço a V. Exa., Presidente Otto Alencar, e também agradeço ao Senador Renan Calheiros, pela permuta.

Colegas Senadoras, colegas Senadores, essa PEC é, sinceramente, uma PEC que desrespeita o povo brasileiro. Ela já recebeu inúmeros apelidos, e nós não podemos dar guarida a uma PEC que desmoraliza o mandato popular. Essa PEC desmoraliza o mandato popular, e o MDB, Sr. Presidente, imediatamente à aprovação desta PEC na Casa da Câmara dos Deputados Federais, se manifestou em nota oficial, em nome de todos os 12 Parlamentares do MDB.

O meu voto hoje aqui será sucinto, será ler a posição do nosso partido, em nota oficial, diante da PEC da imoralidade, da PEC da bandidagem, da PEC da blindagem.

> O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), principal partido responsável pelo resgate da democracia brasileira e protagonista da Constituição Cidadã de 1988, manifesta sua firme e inabalável oposição à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 03/2021, conhecida como PEC da Blindagem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) –

> Consideramos esta proposta como impunidade absoluta e um imenso retrocesso para a democracia e a transparência pública.
> Em total desrespeito ao nosso compromisso permanente com o fortalecimento das instituições democráticas, que não admite qualquer erosão, é inconcebível transformar a imunidade parlamentar em impunidade universal e desmedida. Além de minar a transparência pública, essa medida estabelece um precedente perigosíssimo.
> A Constituição que o MDB ajudou a promulgar é clara ao afirmar que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aprovação desta PEC implodiria a igualdade, criando castas ao blindar deputados e senadores [e presidentes de partido, Sr. Presidente, que nem mandato popular têm] de investigação ou processo criminal. É inadmissível instituir privilégios incompatíveis com uma democracia livre, onde o Parlamento já possui exceções que a população não tem. Diante da gravidade da situação, a bancada do MDB no Senado se posiciona firmemente contra a PEC 03/2021. Nossos membros na Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar pela inconstitucionalidade da proposta e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ...

caso chegue ao plenário, se posicionar contra, em defesa intransigente da democracia, da transparência e da Justiça.
Assinado [Senadores do MDB, assinado] Senador Eduardo Braga, Líder do MDB no Senado Federal.

Esta nota foi pública e o parecer do eminente Senador Alessandro Vieira nos representa nesta Comissão de Constituição e Justiça. E eu queria aqui publicamente cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, que, cumprindo com o compromisso com a Constituição, com a transparência e com a ética, dá parecer para que, aqui nesta CCJ, nós enterremos esta PEC da bandidagem, esta PEC da blindagem.

E quero, ao encerrar, cumprimentar V. Exa., Presidente Otto Alencar, porque fazendo justiça a V. Exa., se o MDB foi o primeiro partido a sair com uma nota posicionando-se oficialmente e fechando questão na bancada, V. Exa. foi o primeiro Parlamentar do Senado da República a se posicionar e a declarar publicamente que, aqui nesta CCJ, esta PEC não prosperaria.

E tenho certeza de que, quando abrir aquele painel, nós teremos 27 "sim", pela Constituição brasileira, que nós juramos respeitar, pela transparência, pela ética e pelo respeito ao povo que representamos na Casa Parlamentar Alta do país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. as palavras. É, realmente o MDB foi o primeiro partido a se posicionar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficialmente. E também a contribuição dada pelo MDB, com o Relator, o Senador Alessandro Vieira.

Senador Marcio Bittar.

Todos terão direito aqui. Foram muitos Senadores que se inscreveram. Eu estou seguindo aqui a...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para discutir.) – Presidente Otto Alencar, primeiro, quero dizer "não" ao voto secreto. A primeira Assembleia do Brasil que aboliu o voto secreto foi a Assembleia acriana, com o apoio inclusive do Sérgio Petecão, que era Vice-Presidente à época. Isso, em 1995. Portanto, o projeto, de minha autoria, com todo o carinho que eu tenho à Bahia, mas não foi a Assembleia baiana, nem a carioca. A primeira Assembleia que aboliu o voto secreto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... foi a Assembleia do Acre, e o projeto é de minha autoria. Portanto, "não" ao voto secreto.

"Não" ao crime comum. Não tem cabimento corrupção, assalto, estupro, assassinato, poder ter aqui, no Congresso Nacional, alguém do crime organizado sendo blindado. Portanto, "não".

E "não" também a dirigente partidário que não tem mandato parlamentar, que incluíram nessa PEC.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou acompanhar o eminente Relator Alessandro Vieira, votando a favor do relatório.

Agora, lamentando, lamentando que nós estejamos colocando para debaixo do tapete o fato de que o Supremo Tribunal Federal, de que ministros do Supremo Tribunal Federal oferecem medo a Senadores e a Deputados Federais. É uma hipocrisia negarmos aqui, neste debate, que tem Senadores e Deputados Federais que não se posicionam em determinadas matérias, que não assinam determinados assuntos, não porque não concordam, mas porque entendem que estão contrariando interesses de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta, faz um acerto, combina uma matéria e volta atrás. E toda vez que ele combina uma votação, matérias envolvendo a família dele vêm a público, e ele volta atrás. Ora, Sr. Presidente, se o Presidente da Câmara Federal, queira Deus que eu esteja errado, mas se o Presidente da Câmara Federal mostra temor de contrariar alguns ministros do Supremo Tribunal Federal, e os demais? Ora, quando o Paulinho, eminente Deputado Federal, ao lado do ex-Presidente Michel Temer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... ao lado do ex-Presidente da Câmara Federal Aécio Neves, ex-Governador, diz que está fazendo um projeto que não é o da anistia, que teve aprovação no projeto de urgência – não, criou outro, a tal da dosimetria –, e diz que aquilo já está combinado com ministro do Supremo Tribunal Federal... Ora, se isso não é uma invasão de competência, se isso não demonstra um poder agachado, com medo de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal, o que é?

Então, Sr. Presidente, voto com o Relator Alessandro Vieira, mas lamentando que o Congresso Nacional perde mais uma vez a oportunidade de dar um freio de arrumação no exagero de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

E, para terminar, com a sua natural compreensão... Dizem que baiano, quando vai... A primeira vez que eu fui à Bahia, o camarada de uma balsa que ia nos levar lá ao passeio, disse: "Olha, vocês descem aí, tem uma hora para visitar a ilha e depois voltar, mas não se preocupem, não, porque é uma hora de baiano".

Veja, é preciso acabar com a hipocrisia. Ainda bem que o Líder que me antecedeu, Eduardo Braga, não foi no mesmo rumo do Líder Humberto, porque, senão, eu teria que dizer que, assim como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... alguém votou no projeto lá, o MDB votou também.

Vou fazer uma pergunta, Sr. Presidente. Quando o Líder Humberto menciona aqui "extrema direita", "extrema esquerda", me diz uma coisa: o Deputado Paulo Guedes é extrema direita? O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Odair Cunha, o Deputado Merlong Solano, o Deputado Leonardo Monteiro, Kiko Celeguim, Jilmar Tatto, Florentino Neto, Flávio Nogueira, Dr. Francisco, Dilvanda Faro, Alfredinho e Airton Faleiro são da extrema direita? Porque são todos do PT. E todos votaram a favor dessa PEC.

Portanto, não venha aqui o Líder Humberto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... querer transformar uma discussão que está convergindo... Porque o entendimento aqui, Sr. Presidente, com a sua liderança, é que criaram um monstrengo na Câmara e o Senado da República, como Casa revisora, está enterrando esse monstrengo. Isso não dá para diminuir numa discussão hipócrita de que foi um grupo apenas que votou nessa matéria na Câmara Federal. Não, não foi um grupo: foram 311 votos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ... praticamente de todas as colorações políticas partidárias da Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Para concluir, quero lamentar mais uma vez que a discussão, sob a nossa ótica, que limita o poder de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal sobre esta Casa, vai ficar para uma próxima oportunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Efraim Filho, como Líder; depois a Senadora Zenaide; depois o Senador Randolfe; depois a Senadora Soraya.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – E Rogerio! O senhor esqueceu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está inscrito, está inscrito. É porque tem muita... Eu estou seguindo aqui. São 23 inscritos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Senador Otto...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Senador Otto...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... sem querer atrapalhar o meu conterrâneo, mas, da próxima vez, seria importante que V. Exa., na condução tão serena, pudesse registrar que os Líderes teriam vez. Por exemplo, eu sou Líder...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa., então, como Líder, pode sim...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, não, não, não vou interromper o meu irmão, o meu amigo Senador Efraim, mas alguns outros Líderes, se soubessem dessa precedência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é próprio do Líder, o Regimento atende isso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mas, enfim, tudo bem.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É o Regimento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, querido, eu conheço o Regimento, mas, para essa discussão, não foi estabelecido assim. Até porque o Senador Eduardo Braga poderia ter falado como primeiro, né? É só um singelo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele falou como Líder, ele pediu como Líder.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, querido, ele foi na lista que o senhor fez. Mas não vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não, ele pediu. Ele veio aqui e pediu como Líder.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, tudo bem. É apenas para que, nas próximas vezes, nós entendamos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, se o Senador Efraim conceder, ele pode antecipar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, não, não, não, em absoluto. Eu só queria fazer esse registro, porque senão eu teria, já há algum tempo, feito o pedido.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Eu sei que o Senador Veneziano é extremo conhecedor do Regimento, e o Regimento não precisa ser a cada momento relembrado. E agradeço ao Presidente, Senador Otto Alencar, por ter cumprido o Regimento, até porque a votação está em aberto e cumpre a nós, como Líder do União Brasil, fazer a orientação da bancada. E é importante, num tema como esse, um tema que a sociedade brasileira discute e, por estar discutindo, quer saber como pensa e como age cada Senador.

A orientação do União Brasil é contra a PEC. O voto é contrário à PEC e a favor do relatório do Senador Alessandro Vieira. Porque há aí uma mistura de conceitos. Existem abusos? Existem excessos? Todo mundo percebe que existem, mas a proteção às prerrogativas não pode se confundir com a impunidade. E o que contaminou este debate para ter uma reação tão severa da população é a percepção de que essa é uma PEC que favorece a impunidade, e de impunidade o Brasil está cansado. E a classe política não pode se entender como um patamar acima ou um patamar diferenciado.

É essa preservação de liberdades, inclusive até a liberdade de falar, que é própria do Parlamento e tem sido contestada, não pode significar que a impunidade para o cometimento de crimes possa estar de alguma forma vinculada a essa votação.

É nesse sentido que nós orientamos a favor da matéria, lamentando também, muitas vezes, a hipocrisia de quem pertence a partidos, bancadas que, lá na Câmara, votaram a favor e agora vem de alguma forma rechaçar, como se isso fosse exclusivo de um campo político ou outro. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que essa reação do Senado dá a exata dimensão de que ainda não se perdeu um vínculo de escutar a voz rouca das ruas, e escutar a voz rouca das ruas hoje é dizer "não" à impunidade e por isso a orientação, Sr. Presidente, do União Brasil é o voto contrário à PEC e a favor do relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Peço desculpas ao Senador Veneziano.

Senador Veneziano, V. Exa. tem a palavra. Eu lhe peço desculpas, realmente errei.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, não, querido, mais uma vez eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu errei aqui no encaminhamento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, em absoluto, meu Presidente. Inclusive, antes de mim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas V. Exa. pode...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... está a Senadora Soraya Thronicke. Eu só fiz uma ponderação, porque todos os Líderes fazem-se presentes na Comissão de Constituição e Justiça. Se assim fosse... E todos são conhecedores do Regimento tanto quanto o Senador Efraim. Então, eu não achei correto, porque sabedor de que já estavam inscritos, nós pudéssemos manter... Mas nada contra a sua condução.

E a mim me parece que, não na condição de Líder, eu estou inscrito depois da Senadora Soraya e eu quero ouvi-la.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim. O Senador Eduardo Braga, Líder do partido de V. Exa., veio aqui e pediu para encaminhar como Líder. Depois veio o Senador Renan Calheiros da mesma forma. Então eu atendi ao apelo dos dois, um ex-Presidente e o Líder do partido de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E não dava para atender só ao MDB, né, Sr. Presidente? O União Brasil também tem o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu tenho um apreço muito grande e respeito pelo Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Eu sei disso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, se V. Exa. quiser falar, pode.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Não, a Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Zenaide e então a Senadora Soraya, porque antes é a Senadora Zenaide.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Eu fico depois das meninas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Gostei de "as meninas". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O problema foi a ordem de chegada.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente Otto Alencar, do meu partido, que vi que se manifestou logo, eu queria dizer que a Senadora Zenaide, também, quando viu a aprovação na Câmara, não em cadeia nacional, mas em todos os meios de comunicação do Estado, já deixei claro que era contra essa PEC.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria dizer o seguinte, essa PEC chamou tanta atenção da população que a maioria nunca disse PEC nº 3, ela já era "da blindagem", "da bandidagem", como se falou. Eu diria que isso é uma PEC para transformar o Congresso Nacional e presidentes de partido nos intocáveis, aquele que pode cometer qualquer erro, qualquer crime. Nunca esqueçam, gente, que, quando a gente comete erros aqui, em votações, seja no que for, nós não estamos prejudicando só a nós, e sim aos mais de 200 milhões de habitantes deste país. Este não é o papel do Congresso Nacional: mudar a Constituição para criar os intocáveis. Isso não é o papel. O nosso papel aqui e nosso dever é aprovar projetos de lei, de emenda à Constituição que beneficiem nossa população.

Se a gente for falar em violência contra os Parlamentares, perto da violência contra a população mais pobre deste país... E a gente tem este diagnóstico, que a maioria das mortes, seja de mulheres, seja de homens, são de mulheres e de homens negros e de periferias. E nós todos aqui sabemos que a única prevenção, a principal, é uma educação pública de qualidade, em tempo integral. Eu sou médica, meu colega ali é médico também e sabe que nós temos o diagnóstico da violência. A menor violência ainda é contra a gente.

Mas eu sempre digo, Randolfe e todos que estão me ouvindo, quando a gente tem algum colega, Otto, que tem a execração pública, que comete erros, não pense que é só ele que vai ser visto com olhar de censura pela sociedade brasileira, mas sim todos nós, ou seja, não devemos ficar felizes quando alguns dos colegas que a gente vê aqui... Não existe forte sem momentos de fraqueza, mas a gente não tem o direito de fraquejar, porque quando nós fraquejamos aqui no Congresso, nós prejudicamos não é A, B ou C, nós prejudicamos homens e mulheres deste país.

"Não" a essa PEC; "sim" ao relatório do nosso colega aqui, Alessandro Vieira, que a gente sabe que foi um relatório perfeito. E eu, como médica, nunca fico feliz com um sepultamento, mas hoje eu ficarei muito feliz se a gente conseguir sepultar essa coisa esdrúxula, essa coisa cruel, essa coisa falsa que estavam querendo aqui mudar, na nossa Constituição, para aprovar.

Voto a favor do Relator e voto contra essa PEC.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya, depois Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Pode falar...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Presidente, os meus cumprimentos, o meu reconhecimento ao que todas as Sras. e Srs. Senadores têm feito por uma questão de justiça e de justeza aos atos e às participações que nós tivemos na semana passada. E, quando eu faço essa menção, é porque V. Exa. foi um dos mais altivos, nos primeiros instantes em que tomamos conhecimento de uma verdadeira aberração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – V. Exa. chegou inclusive a dizer que, se dependesse pessoalmente de V. Exa., não se permitiria vê-la tramitando, o que regimentalmente poderia ser possível. Mas a gente também entendeu que, até para que pudéssemos, de forma categórica e eloquente, posicionar o Senado Federal em relação a essa matéria, o Presidente Davi Alcolumbre, ouvindo a todos os colegas que se expuseram naquela noite de terça-feira, se eu não estiver enganado, sugeriu que nós trouxéssemos à CCJ e *incontinenti*, na semana vindoura, como está acontecendo, nós haveríamos de fazer este debate. Então, o meu abraço, o meu reconhecimento à sua eloquente disposição de dizer, de maneira muito inconteste, da posição pessoal e da posição como condutor, Presidente da Comissão.

Ponto dois, V. Exa. também, neste Colegiado, integrado por 27 Sras. e Srs. Parlamentares – todos, indiscutivelmente, com capacidade para relatar a matéria –, teve a felicidade de poder designar uma figura que é altamente sensível, um conhecedor, um profundo estudioso no campo do direito. Eu quero saudar a sua iniciativa ao designar o nosso colega membro do MDB, o Senador Alessandro Vieira, que fez um parecer exímio, extremamente didático, extremamente preciso, para que não houvesse e não suscitadas fossem quaisquer dúvidas em relação a essa matéria.

Para qualquer nome, para qualquer adjetivo que possa negativar, que possa repulsar aquilo a que nós assistimos da Câmara, o Aurélio não nos é ainda suficiente. Seja a PEC da bandidagem – apropriada –, seja a PEC da blindagem – apropriada –, seja a PEC da impunidade, seja a PEC do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vale-tudo, todas essas adjetivações são apropriadas para o que nós vimos, Senador Marcelo Castro.

Eu tomei um susto. Sinceramente, eu não chegava a acreditar tanto que possível seria produzir-se uma proposta legislativa com tamanho deboche, como nós vimos ter sido erigida em termos de ideia, por parte da Câmara dos Deputados, valendo salientar o respeito que nós temos, porque, igual a nós, o direito de voto e de opinião tem também o Parlamentar que integra a Câmara dos Deputados, mas nós não podemos concordar, principalmente quando observamos que foi um tapa na face da sociedade brasileira.

A pretensão de se constituir uma supercasta de homens e mulheres que, porventura dotados e dotadas, Senadora Soraya e Senadoras presentes, de condições materiais, poderiam se escudar em mandatos, sejam esses mandatos no Congresso Nacional ou em quaisquer outras Casas Legislativas, é algo acintoso, é algo indecente, é algo indecoroso que não poderia ter deixado de ter, já no Senado, diga-se de passagem, na quarta-feira, todos aqueles que aqui estão a colocar as suas digitais votando "sim" pelo relatório do Senador Alessandro e rejeitando de forma uníssona, creio eu, essa matéria – nós assim o fizemos. E, em seguida, nós tivemos também a bastante efetiva e eloquente posição adotada nas mobilizações Brasil afora no último domingo.

Eu fiquei estarrecido e li várias vezes a matéria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... Senador Otto, porque eu imaginava, e eu falava com os meus colegas, companheiros de trabalho, e eu dizia: "Mas será que, diante de toda essa agressão e violência, os senhores e senhoras não fizeram alguma exceção?". Estão colocados os crimes, sejam estes o feminicídio, o homicídio qualificado, o estupro, enfim, todos... pedofilia, todos, sem exceção, estariam ou estão no rol daquelas ações perpetradas por quem poderia estar se escudando e protegido pelo espírito corporativista a que muitas vezes nós assistimos.

Mas, enfim, venturosamente, sepultada está esta matéria, que servirá como exemplo para que as Casas Legislativas tenham a atenção devida e se preocupem muito mais com as suas imagens. Então, eu posiciono, como já o fez o Senador Líder Eduardo Braga, em nome dos 12 Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Sras. Parlamentares do MDB, votamos "sim", fazendo as devidas e merecidas homenagens a V. Exa. e ao Senador Alessandro Vieira.

Muito grato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano Vital do Rêgo, e quero dizer a V. Exa. que assisti ao vídeo que V. Exa. fez lá em Campina Grande, no meio do povo, defendendo, sem dúvida nenhuma, que essa matéria não fosse aprovada. Parabéns a V. Exa.!

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Senador Veneziano, antes de V. Exa. sair... É que eu concordo: quando a gente pensa que já viu de tudo, não, ainda tem mais. A cara de pau é algo impressionante. Eu pensei que eu já tivesse visto todas as excrescências aqui. E é inacreditável. Parabéns!

Sr. Presidente Otto Alencar, parabenizo V. Exa., parabenizo também o Presidente Davi Alcolumbre, com quem eu falei, conversei, nesse final de semana, sobre a coragem. Realmente, Guimarães Rosa cabe bem aqui, Relator Alessandro Vieira – o que a vida quer da gente é coragem, e não covardia. E o que mais me alegrou é ver que algo que eu já vinha raciocinando acerca da tal polarização confirmou-se: não há exatamente uma polarização neste país. O que há, e foi provado aqui, tanto na votação dessa fatídica PEC, em que tivemos Parlamentares de várias ideologias votando a favor, como nas ruas... As ruas estavam repletas do povo brasileiro. Agora, sim, uma pauta que une todos nós, que é a pauta pela honestidade, pelo respeito.

As ruas estavam pintadas das cores de todos os partidos – todos! –, mas o mais interessante é que havia um consenso: as cores da bandeira do Brasil. Esta, sim, única; esta, sim, de todos nós: a bandeira com verde, amarelo, branco e azul, anil, de todos os brasileiros. E eu vim até com uma roupa listrada de vermelho para lembrar que aqueles que mais bradavam que a nossa bandeira jamais seria vermelha – e jamais será vermelha, isso nunca nem sequer foi ameaçado –, os que sempre bradaram essa mentira, foram eles que começaram a pintar de listrada a nossa bandeira. Eu posso andar de listrado de vermelho, posso usar qualquer cor, mas eu não posso listrar nem pintar a nossa bandeira de vermelho. E o próprio Senador Girão tem um projeto de lei para tornar crime – porque é uma contravenção, se não me engano – qualquer aviltamento à nossa bandeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e agora mais do que nunca precisamos fazer renascer, retirar das gavetas esse projeto de lei, porque pintar, listrar a nossa bandeira de vermelho eu não admito! Então, parabéns a todos os brasileiros que, de uma forma espontânea, se uniram em prol da dignidade!

Esta PEC, além de toda a excrescência dela, veio com uma novidade surreal que é blindar presidentes de partido. Para mim, isso tem nome, sobrenome e CPF – nome, sobrenome e CPF! Queira ter alguma imunidade, que também não é extrema e não é absoluta, vá para a urna! Não vem, não! É fácil, não é? É fácil ter poder, chegar lá e querer cometer todo o tipo de atrocidade.

Quero relembrar algo aqui que também foi colocado... Só um minuto está faltando para mim?!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Meu Deus! Eu tenho dez, eu acho que não foram me dados dez...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foram cinco minutos, mas eu sempre tenho tolerância, sobretudo com V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ô Presidente, eu quero terminar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sobretudo com V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... lembrando que, entre as demais excrescências propostas, foi uma para... Nós já temos liberdade de expressão como qualquer cidadão e aqui nós temos ainda imunidade parlamentar, que não é absoluta, mas queriam liberar também para um Parlamentar poder dizer a qualquer momento para uma mulher que não a estupraria, porque ela não merece, e outras excrescências.

Eu estive na ONU, neste ano, num evento das mulheres – nós os três Poderes: eu, representando o Poder Legislativo; Renata Gil, o Poder Judiciário; e também a representação do Poder Executivo, com o Ministério das Mulheres. Naquele momento, eu disse o seguinte, Presidente... É coisa que eu nunca tive coragem de falar aqui, porque eu não quero aqui falar os palavrões, mas eu fui xingada de uma forma horrorosa, como várias Senadoras já foram, de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os nomes, desde alcoviteira e tudo mais. Eu fui xingada por um pseudojornalista de nomes abjetos e ajuizei uma ação. Lá na ONU, eu contei os nomes, eu relatei os nomes, e foi muito interessante a reação dos tradutores em japonês, em indiano, porque eles não acreditavam que eu estava falando aqueles palavrões todos lá.

Mas aqui eu não vou falar, só que eu quero lembrar o seguinte: foi uma mulher, uma juíza em 1º grau que disse que era liberdade de expressão do pseudojornalista. Ao recorrer, eu disse aos membros da câmara recursal o seguinte: "Pois eu gostaria hoje de ir à tribuna, de ir para as redes sociais, de ir para todo canto xingar essa juíza de todos os nomes que ela permitiu que eu fosse xingada. O que aconteceria comigo?".

Fabiano Contarato disse aqui que o pai dele não teve educação suficiente, educação à altura, porque não teve instrução, mas sabedoria e educação é algo inato, é algo que não se compra. Não adianta ter o maior título do mundo e ser uma pessoa mal-educada e insensata.

Então, imagine... Eu tenho liberdade de expressão, como qualquer ser humano, como qualquer cidadão, e ainda imunidade parlamentar, mas nunca faria isso.

Parabéns ao povo brasileiro que mostrou que, sim, há algo muito maior que nos une, e parabéns ao Senador Alessandro Vieira!

Quero lembrar aqui, por último, Presidente, que o voto secreto em autoridades nos traz a segurança de não sermos perseguidos. Então, há certa contradição. Estão falando da perseguição do Judiciário, mas o voto nas autoridades é embasado no princípio do voto secreto, que é o voto das urnas, para evitar o voto de cabresto, diferentemente deste caso de absolver e liberar um bandido, um pedófilo aqui dentro desta Casa. E como nós iríamos, eu, minha amiga Eliziane, a Ana Paula... Eu não tenho recurso de crime organizado para competir nas urnas com o crime organizado. Isso aqui seria tomado de vez pelo crime organizado.

A última diferença: uma coisa é enterrar a PEC, o que nós faremos hoje, e...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... outra coisa é engavetá-la. Enterrando essa proposta, ela não virá tão cedo, porque isso é impedido pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, coisas que pessoas que só leem quatro linhas têm que ler mais, pois ela não tem só quatro linhas.

Parabéns a todos nós que vamos entregar uma resposta digna à população brasileira!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Agradeço a gentileza de V. Exa.

Quero iniciar a minha fala aqui parabenizando o Senador Alessandro pelo relatório e dizer que, antes de entrarmos no tema, é importante nos debruçarmos sobre a narrativa que está sendo feita.

Alguns que me antecederam falam, até com certa eloquência, que este é um projeto de um espectro político que foi barrado pelo outro espectro político. A direita apresentou um projeto, e a esquerda o barrou. Não é verdade. E, quando eu falo assim, eu me fio em fatos. Basta observar os Deputados e as suas respectivas filiações na Câmara dos Deputados que votaram contra ou a favor da PEC: tem do PSB, tem do PT, tem do PL, tem do MDB, né? Tem de todos os partidos.

Vários Deputados entenderam que era uma reação que deveria ocorrer contra a hipertrofia de um Poder sobre o outro, ou seja, a invasão de prerrogativas.

Acredito que erraram na dosagem, e o medicamento, quando é dado em excesso, termina sendo veneno. Por exemplo, eu sou contra o voto secreto, com uma única exceção: na votação do Presidente desta Casa, porque nós, quando disputamos a Presidência – e falo com a experiência pessoal –, o que é legítimo, o que é democrático, passado o processo eleitoral, fomos perseguidos. O Presidente que se elegeu não teve a altura para entender que era necessário distribuir a proporcionalidade do tamanho de cada bancada nesta Casa, nas Presidências das Comissões ou na composição da Mesa Diretora. Essa é a única exceção.

Acho até que o voto secreto, quando se julga uma autoridade aqui e se diz, por exemplo: "Ó, vamos votar aqui no Ministro do STF ou no Procurador-Geral da República", é um voto forte, porque é alguém que vai, ao longo de da vitalidade do seu mandato – quer dizer, até ele morrer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, julgar, eventualmente, os Srs. Parlamentares. Eu, particularmente, abri mão da condição de voto secreto. Eu disse aqui que votei contra o Ministro Zanin e disse que votei contra o Ministro Dino. Apesar de o voto ser secreto, eu abri mão dessa prerrogativa, porque eu entendi que nenhum dos dois poderia ter sido Ministro do Supremo Tribunal Federal, o primeiro porque era advogado pessoal do atual Presidente, e o segundo porque tinha uma ação contra o ex-Presidente, não teria isenção para fazer o julgamento do Presidente, como de fato não teve. Prerrogativa minha: o voto é secreto, a prerrogativa é minha, e eu abri mão dessa prerrogativa.

Então, não me sinto confortável com o voto secreto, tampouco com blindar Parlamentares e blindar presidentes de partidos políticos, excessos que, certamente, não deveriam ter sido acolhidos pelo processo, pelo projeto.

Porém, o que a PEC determina é a volta à Constituinte originária. Então, se há aqui atentado à vida, à bandidagem, então vamos chamar de bandidos todos os Constituintes originários, a começar por Ulysses Guimarães, tá? O que se fez nessa PEC, o cerne dessa PEC, com as exceções que eu acabei de elencar, é a volta à Constituinte originária, de 1988. Então, são todos bandidos? Todos aqueles, inclusive Lula, que era Constituinte, é bandido?

Bom, dito isso, eu quero dizer que, da mesma maneira como a sociedade se mobilizou e foi para as ruas, indignada com a PEC da prerrogativa ou da blindagem, a população está mobilizada há muito, há quase dois anos, indignada com a injustiça e com a perseguição que um espectro da sociedade está sofrendo, e eu não vejo a mesma repercussão por parte dos veículos de imprensa. O número de pessoas que foi para as ruas na Avenida Paulista foi muito maior em várias oportunidades. Eu não vi essa homenagem ao povo nas ruas; agora está acontecendo. Aliás, com muitos artistas que são beneficiados pela Lei Rouanet.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu tenho certeza de que V. Exa. vai ter a mesma benevolência comigo que teve com os aqueles que me antecederam.

Bom, dito isso, nós estamos diante de um grave atentado à democracia. Eu chamo a atenção, inclusive, do Presidente da CCJ, o eminente, ilustre, esclarecido Senador Otto Alencar, e de um dos nossos decanos aqui, um dos Senadores mais importantes, que é o Senador Jayme Campos. Veja, qual é o princípio da democracia liberal? – inclusive do nosso Relator, o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandro. Qual é o princípio da democracia liberal, o básico que todos defendem? Separação dos Poderes, equilíbrio entre os Poderes, independência entre os Poderes.

Pois muito bem, este Senado da República, que deveria fazer o seu papel, não o faz.

Nós temos aqui um requerimento, com 29 Srs. Senadores, que pede uma investigação do "vaza toga".

É um absurdo o que foi vazado! Conversas não republicanas entre assessores do Sr. Alexandre de Moraes com membros do TSE, nas quais se pede que se use a criatividade para se encontrarem provas para se atingir um adversário. Nós queremos investigar isso!

Vinte e nove Srs. Senadores perguntaram ao Sr. Presidente da Casa se é possível usar a lei para a gente investigar o que está acontecendo. É o "vaza toga"!

Aí, nós temos hoje... Vamos falar de blindagem ou de bandidagem?

Tem a ADPF nº 1.260. Os senhores sabem que tem a ADPF 1.260, proposta pela Associação dos Magistrados do Brasil e pelo Solidariedade, que é a linha auxiliar, hoje, do Judiciário?

Vocês sabem o que é que eles propõem aqui? Mudar o rito do *impeachment* dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal. E, no processo que é colocado aqui, da ADPF, está o Sr. Gilmar Mendes, que abriu vista para a Procuradoria-Geral da República.

Hoje, o Poder que não pode ser fiscalizado, que está acima de todos nós, é o Supremo Tribunal Federal! Hoje, ele...

A ADPF diz o seguinte, que só quem vai poder oferecer denúncia é o Procurador-Geral da República; ou seja, os Srs. Senadores não poderão oferecer denúncia! Os cidadãos brasileiros não poderão oferecer denúncia de afastamento de ministros!

A AMB diz que é necessário que nós tenhamos cuidado na questão da recepção da Lei de 1950, do julgamento dos Srs. Ministros. Vocês estão atentos a isso?

A diminuição do poder deste Parlamento, do Senado da República, que é a Casa revisora, que deveria ser, dentro do princípio da democracia liberal, o Poder que modera e é moderado, o peso e o contrapeso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pois vejam, senhores.

A nossa indignação não pode ser seletiva... V. Exa. me dê só mais um minuto, que eu concluo.

A nossa indignação não pode ser seletiva, porque, senão, nós seremos objeto de fancaria, de zombaria, de descrédito!

Quando eu vejo aqui as pessoas falando que a Constituição não é cumprida, têm razão! Ou vocês acham que é normal a gente assistir, todos os dias, pelos jornais, ou ler nos jornais e pelos meios de comunicação que uma determinada ação parlamentar, aqui nesta Casa, foi paralisada pela vontade de um ministro do Supremo Tribunal Federal, como aconteceu, por exemplo, com o Relator designado pelo Deputado Hugo Motta, para julgar a questão da anistia, que anunciou que estava parando tudo porque Alexandre de Moraes mandou, ou orientou, ou pediu?

Senhores, vamos nos dar ao respeito!

Estou votando favoravelmente, nobre Senador Alessandro Vieira, mas querendo dizer aos senhores aqui que ou nós nos damos ao respeito, ou ninguém mais nos respeitará.

E está aí qualquer pesquisa de opinião pública: nós somos a instituição menos respeitada da República, menos respeitada da República.

Então, vamos fazer a nossa parte, para mudar essa página.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues. Depois, o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, o Senador Izalci saiu, depois voltou, o Senador Jayme também. Então, eu vou, depois do Senador Randolfe, dar a palavra ao Senador Flávio Arns e vou mesclando aí, depois, o Izalci, para todos falarem com liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Randolfe, depois o Senador Flávio Arns. Tem o Senador Paim também, que está inscrito, tem o Senador Magno Malta... Eu vou ouvir a todos. Não tem problema.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – O senhor não citou meu nome não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. também está inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, meus cumprimentos ao Presidente Davi Alcolumbre pelo encaminhamento dado a essa proposta de emenda constitucional para tramitar por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Na sequência, Presidente Otto, meus cumprimentos a V. Exa. por ter logo, de pronto, de imediato, manifestado sua posição, que será a posição majoritária, creio neste momento, por unanimidade desta Comissão, de rejeição desta PEC.

Por fim, também aqui cumprimento o meu caríssimo Senador Alessandro Vieira não somente pelo relatório, mas pelo fato de que, no relatório, apontou a inconstitucionalidade da matéria. E, apontando a inconstitucionalidade da matéria, impede-se qualquer artifício que se possa fazer para se recorrer desta proposta ao Plenário do Senado Federal.

Presidente, é importante destacar que a posição dos colegas Parlamentares, dos colegas Deputados é lamentável de todos os pontos de vista e de quaisquer partidos que tenham sido e votaram favoravelmente a esta PEC. Mas é importante dar os nomes devidos aos bois como eles são. Como essa proposta foi parida lá na Câmara dos Deputados? Ela foi parida de uma articulação, de uma proposta que estava arquivada há algum tempo, em favor da tramitação também da proposta de anistia que o principal partido de oposição defendia lá na Câmara dos Deputados. Então é importante resgatar, da Câmara dos Deputados, a orientação partidária, para dar o nome, como se deve, de como e quem foi responsável pela elaboração e encaminhamento de votação desta PEC, que é lamentável em todos os sentidos.

Eu fico feliz, meu querido Senador Otto, meu querido Senador Jayme, que nós vamos votar por aclamação e não vai ter emendas, embora ontem tenha surgido uma proposta de emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que relativizava, que mantinha viva... Em outras palavras, que criava uma blindagem não inteira, mas pela metade. Em outras palavras, que criava uma blindagem nutella e não uma blindagem raiz; ou seja, era a proposta para blindar em absoluto a manifestação de opinião dos Parlamentares.

Presidente, me permita recorrer rapidamente à história em relação a isso.

Em 1968, um Parlamentar, na véspera do Sete de Setembro, se pronunciou na Câmara dos Deputados dizendo o seguinte – abro aspas –: "Todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista, que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia." O nome desse Parlamentar é Márcio Moreira Alves. Ele foi cassado pela ditadura, e esse pronunciamento serviu como um artifício, como um álibi para o Ato Institucional nº 5. Naquele momento, se vivia sob um regime de exceção e, à luz da Constituição, do próprio regime, de 1967, não existia a imunidade material para opinião, palavras e votos inerente ao mandato parlamentar.

A Constituição de 1988... E quando desconecta a lei que surge da realidade histórica, falseia-se a verdade. A Constituição de 1988 foi promulgada sob essa realidade, sob o peso dessa realidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Por isso incluiu o art. 53, instituindo a imunidade material relacionada à opinião, palavra e voto.

Imunidade material não é imunidade absoluta, porque a Constituição, na sua sabedoria, também diz que não existe nenhum direito absoluto nem para os cidadãos. No art. 5º da Constituição, que inclusive essa PEC fere, diz que todos são iguais perante a lei, mas nenhum dos direitos do art. 5º é absoluto, porque se o fosse, um daqueles direitos, inclusive o de liberdade de expressão, ofenderia outros direitos, como a honra da pessoa. Por isso, Sr. Presidente, a Constituição é sábia em dizer que a imunidade é material, a imunidade, inclusive a dos Parlamentares, é material, mas não é absoluta. E não é absoluta, porque, Sr. Presidente, veja, um Parlamentar não pode dizer para uma Deputada, abre aspas: "Eu não lhe estupro porque você não merece", fecha aspas. Um Parlamentar não pode declarar o seguinte, abre aspas: "Através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto, você não vai mudar nada neste país. Só vai mudar, se um dia partirmos para uma guerra civil e fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando com o Sr. Fernando Henrique Cardoso", fecha aspas. Um Parlamentar não pode fazer isso. Um Parlamentar não pode fazer apologia, um Parlamentar e ninguém pode fazer apologia à morte de quem quer que seja, em qualquer momento, em qualquer circunstância. Por isso que a imunidade é material, mas não é absoluta.

Um Parlamentar, e já concluindo, Sr. Presidente, não pode dizer o seguinte, abre aspas: "Nesse tempo, abriram-se-me os olhos para dois perigos que eu mal conhecia pelos nomes e que de nenhum modo se me apresentavam nitidamente na sua horrível significação para a existência do povo germânico: o marxismo e o judaísmo", fecha aspas. Se o Parlamento alemão, em 1929, tivesse tomado providência contra um Parlamentar de bigodinho chamado Adolf Hitler, por ter pronunciado isso, talvez nós não tivéssemos o genocídio e as atrocidades que perpetraram na Alemanha de 1933 até 1945.

Por isso que a Constituição, na sua sabedoria, disse que a imunidade é material, para opinião, palavra e voto, circunscrita ao mandato, mas nunca é absoluta. Por isso que é absurdo qualquer tipo de meia blindagem. Seja a blindagem total, seja a blindagem inteira, seja a blindagem pela metade; que elas sejam sepultadas nesta Comissão de Constituição e Justiça. Seja a blindagem raiz, seja a blindagem nutella, que ela seja encerrada aqui nesta CCJ.

Meus cumprimentos, Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, Senador Randolfe Rodrigues, pelo conhecimento e pela capacidade de expressar aquilo que o povo brasileiro sente na sua alma, que é o direito de se respeitar as pessoas. Acho que a liberdade vai até o limite da lei; ultrapassou o limite da lei, todos nós teremos que ser responsabilizados.

Senador Flávio Arns, depois o Senador Jayme, que estava inscrito e voltou agora, depois o nosso Senador Paulo Paim, aí vem depois o Izalci, que chegou, o Petecão, e o último aqui, lamentavelmente, é a Augusta, depois do Magno, a Augusta, mas vou ouvir a todos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Agradeço, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, logo após a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados, no dia seguinte, eu já me manifestava dizendo que era radicalmente contra a PEC aprovada naquela Casa, inclusive usando palavras que foram utilizadas hoje aqui no Plenário. É uma excrecência, é uma aberração e afrontava aquilo que o povo acha mais importante: lisura, transparência, honestidade, combate ao crime e combate aos criminosos.

E é isso que a gente viu na manifestação nas ruas no último domingo. Isso uniu o povo brasileiro de todas as tendências. Essa é uma bandeira do país, do povo, dizendo: queremos transparência, queremos cidadãos, não de primeira classe e de segunda classe, mas nós queremos que todos respeitem, conforme o próprio Presidente acabou de dizer, os limites da legislação.

Então é um momento importante do Senado Federal, em que nós estamos eliminando, enterrando essa PEC já na Comissão de Constituição e Justiça. Esse é o apelo que foi feito e que eu repito. Queremos aprovar o relatório do Senador Alessandro Vieira, que mostrou todos esses problemas, do ponto de vista constitucional, legal, dos anseios, aprovando o relatório, para dar fim à PEC. E que possamos, como Senado, como país, nos debruçar sobre aquilo que interessa, de fato, ao povo brasileiro.

Eu quero enaltecer o papel do Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que remeteu imediatamente a PEC para a Comissão; enaltecer o papel do nosso Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, que, já no dia seguinte, se manifestava, dizendo ser totalmente contra e queria encerrar esse assunto, enterrar esse assunto na própria Comissão; e enaltecer sobremaneira o relatório, que deve ser lido e relido pela população, pelos juristas, por todas as pessoas interessadas no tema, do Senador Alessandro Vieira.

O apelo que eu faço, repetindo outras pessoas, é que seja isso tudo aprovado por unanimidade, para mostrar para o povo brasileiro que o Senado é contra iniciativas que violem princípios defendidos pelas pessoas no país todo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Jayme, que estava inscrito, voltou, depois o Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Otto Alencar, ilustre e eminente Senador Alessandro Vieira, Relator desta matéria, que eu entendo uma das mais importantes, nos últimos anos, que esta Casa está votando, eu tenho certeza absoluta de que o Senado Federal tem votado leis extremamente importantes para o país.

Esta aqui, desde o primeiro dia, quando eu ouvi falar que estava tramitando lá na Câmara, por sinal, antes mesmo de chegar aqui esta PEC, nós tínhamos notícia, eu fui um dos primeiros que me manifestei. Após a palavra do querido amigo Senador Otto, que já tinha se manifestado contrário, eu fui talvez o segundo ou terceiro que me manifestei diante do que eu acho que... Expressei o seguinte e falei: isso aqui é um escárnio, um escárnio, um desrespeito ao cidadão brasileiro, que nos confiou, nos outorgou o mandato, para bem representá-lo a nível de Senado, a nível de Câmara, e lamentavelmente votaram essa PEC, e eu verdadeiramente confesso, no alto dos meus 74 anos de idade, que nunca tinha visto uma matéria tão assim fora de qualquer procedimento que possamos ter dentro do processo legal na legislação brasileira.

Nós não podemos pactuar, querido Senador Alessandro, com os retrocessos do Brasil. É um papel, como se percebe muito bem, de autodefesa que estão fazendo na autorregulação, que amplia também alguns privilégios.

É inconcebível quando se vota uma PEC dessa na Câmara, que vem para cá, protegendo até presidente de agremiação partidária. E acho que um assunto que também tem que ser tratado com a maior rapidez possível também pelo Congresso é a questão desses partidos. Nós temos 34 partidos, se não me falha a memória, e hoje já no TSE há a previsibilidade... já pediram mais 38 criações de novas siglas partidárias.

Eu, particularmente, tenho a sensação absoluta de que... Quando nós temos de forma consciente, responsável o nosso papel, e estamos votando aqui, enterrando nesta Comissão essa PEC, talvez a sociedade brasileira volte a acreditar em relação ao Parlamento brasileiro. Alguém disse aqui, um dos nossos Senadores, que, diante da opinião pública, há um discreto... pelo fato, muitas vezes, de pessoas que não têm compromisso, que são irresponsáveis, que querem se proteger de atos ilícitos que têm praticado ou querem praticar votarem uma matéria como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira que quero apenas aqui cumprimentar o Senador Otto Alencar, V. Exa. que foi um dos primeiros a declarar de público que jamais, em tempo algum, essa matéria ia ser votada e aprovada nesta Comissão, pela consciência de todos nós, mas sobretudo pela sua forma reta como sempre agiu nesta Casa aqui, como Parlamentar, representando o seu querido povo do Estado da Bahia e, particularmente, representando também o povo brasileiro.

Eu, particularmente, estou muito feliz de aqui votar "sim", favorável ao relatório do grande e eminente Senador do Estado de Sergipe, querido amigo Alessandro Vieira. E todas as suas manifestações aqui, que eu acompanho, têm sido de forma sensata, coerente e, sobretudo, respeitosa com aquelas pessoas que lhe confiaram para bem representá-lo aqui no Senado Federal.

De maneira que eu quero registrar, prazerosamente, como um homem que tem seis mandatos já, sem falsa modéstia, a minha trajetória, a minha biografia, como três vezes Prefeito, Governador do meu estado e, sobretudo, como Senador da República no segundo mandato, que eu me sinto contemplado com o seu relatório perfeito, e eu imagino que todos nós aqui vamos votar "sim", favorável a esse relatório, que enterra por vez esta PEC, que é um escárnio, que é uma excrescência, que lamentavelmente foi aprovada lá na Câmara dos Deputados.

Parabéns, Senador Otto. Parabéns, Senador Davi Alcolumbre, que de imediato encaminhou para esta Comissão. E, se todas as matérias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... relevantes como essa fossem aprovadas nessa velocidade aqui, talvez nós estaríamos bem na frente, não só na CCJ, mas em outras Comissões.

Eu acabei de votar uma matéria lá na CDH, para que 5% de três concursos da loteria esportiva sejam destinados para os abrigos dos velhos do Brasil, ou seja, para a casa de acolhimento para as pessoas idosas. São projetos relevantes, interessantes, e sobretudo nós estamos atendendo, de fato, o anseio da sociedade brasileira. Portanto, diante do envelhecimento da nossa população, nós temos que nos preocupar também com os nossos idosos.

Parabéns, Senador Otto. Parabéns, Senador Alessandro. Tenham certeza de que esta data, este momento é histórico para registro nos *Anais do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Otto Alencar, vou tentar ficar nos cinco minutos. É um compromisso.

Senador Alessandro Vieira, eu cumprimento a ambos.

Relatório impecável, postura do nosso Presidente, permitiu inclusive, Senador Otto Alencar, que, ao participar em debate nos estados, a gente falasse do senhor, que matou no peito, como a gente fala no futebol, jogou no chão e disse: "Essa não vai para lugar nenhum, vai ficar aqui". E assim o fez.

Presidente, eu tive um debate na Rádio Guaíba, digo até a jornalista Taline. E lá estavam outros Parlamentares. Eu disse, por conhecer os Parlamentares, conheço a Comissão, estou aqui há 40 anos. E a fala do Otto Alencar... Eu disse lá, está gravado, 99,9% de votos contra essa PEC. E tudo aponta que será à unanimidade, errei por um décimo. Mas mostra que eu confiei no bom senso dos nossos pares.

Sr. Presidente, o movimento realizado no dia 21 de setembro, início da primavera, com certeza mais de 2 milhões de pessoas nas ruas do Brasil, e aqui eu tenho que concordar com algumas manifestações: "Se alguém acha que era só a esquerda, está errado". Estavam lá setores das mais variadas áreas – eu vi, eu vi – negando essa PEC, que eu chego a dizer que é um crime de lesa-pátria.

E vi depois muitos Parlamentares, muitos Parlamentares pedindo perdão por terem votado da forma como votaram – muitos. E não é desse ou daquele partido, eu diria de quase todos os partidos pedindo perdão. Não todos, mas de todos os partidos pedindo perdão pelo voto.

Sr. Presidente, me permita que eu diga, não foi só no Brasil, o mundo estava olhando para cá. Tomo a liberdade e cito aqui países como Londres, Portugal, França, Alemanha, onde houve grandes manifestações contra a posição da Câmara dos Deputados.

A PEC cria privilégios injustificáveis. Eu tenho que citar dois, como o fim do voto secreto, que protege todos os Parlamentares, de Vereador a Senador, e ainda os presidentes de partido. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falo com tranquilidade, porque eu fui um dos autores da PEC que acabou com o voto secreto. Um dos... Um dos autores, porque eles aproximaram todas que iam nesse mesmo sentido.

Presidente, e aqui eu vou terminando neste um e quarenta que eu tenho ainda, com a PEC da blindagem, a PEC da bandidagem, como o povo assim a apelidou... Essa PEC eu tenho certeza de que hoje aqui – hoje –, aqui na CCJ, irá para uma cova profunda, não tem velório, porque, se tivesse velório, nós teríamos que ter que estar com ela no Plenário. Que ela seja enterrada definitivamente sem velório.

E termino, Sr. Presidente, cumprimentando meu amigo João Coser...

E termino, Sr. Presidente, cumprimentando meu amigo João Coser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou terminar nesse minuto.

... Deputado Estadual e foi Prefeito de Vitória, foi também Deputado Federal, está aqui ao meu lado. E vou usar uma frase que foi dele, porque ele não pode falar, diz ele: "É a maior mobilização da nossa geração no Estado do Espírito Santo". Assim está comprovado que quando há o rufar dos tambores nas ruas e o grito do povo, muda o rumo da história. Vida longa à democracia. Vai ser muito bom poder olhar para esse painel e ver votação por unanimidade contra essa PEC. É isso, Presidente.

Deixei 11 segundos ali ainda para o que vai falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que desejar, Senador.

Agora o Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras. Esse é um momento importante. Quero cumprimentar o Senador Alessandro.

Fico muito à vontade com relação ao assunto de hoje porque é um assunto que precisa fazer algumas ligações históricas. A Constituição reza – aliás, a finada, o país não tem Constituição; tudo é relativo e tudo é conforme a oportunidade – que temos três Poderes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmônicos entre si. E entre os três, o que mais poder tem é o Senado. Aqui nessa bancada da CCJ, eu vi desfilar candidatos indicados por Presidentes que se tornaram ministros e estão na Suprema Corte, excetuando o decano Gilmar Mendes e excetuando o André Mendonça e o Nunes, que eu não votei. Nos outros todos eu estava sentado aqui, Senador Alessandro, olhando para eles e ouvindo a manifestação de todos.

O assunto que está em voga agora foi uma desconstrução do art. 53 da Constituição. Eu ouvi discursos bonitos aqui, mas já ouvi as mesmas pessoas falarem algo ao contrário. Aí você sai citando um cabedal de coisas e citando países, suas Constituições e faz uma jogada de palavras para poder se apoderar do tema moralidade. Não, e tem alguns que fizeram um discurso aqui tão inflamados que eles são os pais da moralidade agora. É uma narrativa de que eles são contra o crime organizado. Ora, vocês se esqueceram do petrolão? Vocês se esqueceram do mensalão? Vocês se esqueceram de tudo isso, do roubo à Petrobras, de quem estava preso e quem não estava preso? E esses ministros que passaram por aqui, muitos deles foram demonizados.

Vamos para Alexandre de Moraes.

Alguns oradores que estavam sentados aqui, porque já foram embora, tomaram aqui para si a demonização de Alexandre de Moraes – e eles estavam certos: ele era tudo aquilo que eles estavam dizendo –, mas hoje eles são amigos. Alexandre de Moraes não tem o mínimo respeito pelo art. 53 da Constituição.

A mim entristece muito perceber que os outros que, em determinado momento, defendiam a Constituição com unhas e dentes... E eu falo de ativismo judicial desde 2004, 2005, mas hoje não é mais ativismo judicial: tem uma Suprema Corte que manda, é uma ditadura da toga mesmo e é verdade que nós temos Deputados morrendo de medo. O Presidente da Câmara é chantageado; e o Presidente desta Casa, também. Eles não fazem nada sem consultar o Supremo, sem consultar Alexandre de Moraes. Aliás, não só o Parlamento, que também não existe, porque, se a Constituição do Brasil estivesse em vigor, se o art. 53 estivesse em vigor plenamente, porque oportunamente ele é usado da forma como as pessoas precisam para aquele momento da sua vida... E os mais inflamados são aqueles que estão indo para a reeleição, aqueles que estão indo para a reeleição tomaram conta desse tema. Eles são os moralistas, eles são os donos agora da proteção a esta Casa e da proteção ao povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, as ruas estavam cheias". Poxa, com Lei Rouanet, têm que estar mesmo; com *show*, têm que estar mesmo. O mamatório da cultura se mostrou domingo que está eficiente, valente e nas ruas.

Eu sempre votei contra. Eu fiz uma emenda, assim... Como o projeto, a proposta está encerrada... Eu sempre votei aberto, em todas as situações: seja Ministro, seja o que for, sempre dei nome e votei aberto. A proposição do voto aberto, assim, é a coisa mais importante. Era a votação... era a queda do voto aberto... E a minha emenda era exatamente aí, porque parece que a gente está aqui tentando reconstruir o art. 53 da Constituição.

Então, alguns Deputados de todos os partidos – não é porque foi do PT, do PSB, sei lá... Todos os partidos que tiveram os seus membros e Deputados que votaram não precisam ser demonizados aqui, porque eles sabem que alguns estão debaixo da proteção do Supremo Tribunal Federal, porque fazem parte do espectro político em que o Supremo se meteu, porque o Brasil hoje é governado por um consórcio de perversos, e o Supremo faz parte disso. Tem uns que estão protegidos por esse consórcio; ah, esses demonizaram os outros. E eu estou me referindo aqui a gente do PMDB, a gente do PT, do PSDB, que estão sob nenhuma proteção. Muitos deles estão lá no Supremo.

Eu lembro – e encerro – o caso Aécio Neves e Delcídio do Amaral. Aécio Neves agora se levantou também, como um paladino conciliador da direita – me engana que eu gosto, me engana que eu gosto, né, Doutor? Aécio Neves... Pelo amor de Deus, o túmulo do avô deve estar todo arrebentado, tentando se virar lá dentro. Aécio Neves, pelo amor de Deus, mamãe me acorde. E fico assim impressionado também, porque só eu defendo o Temer, que é chamado de golpista. O PMDB não o defende, mas eu vou para a tribuna e defendo. Agora vejo o Temer também se levantar. Eu nem sabia, se levantou junto com o Aécio. Eles agora vão acalmar o Brasil. Eles dois agora vão resolver o Brasil. Olha que coisa encantadora!

Quando o Aécio Neves foi pego no telefonema com o Joesley, naquele esquema de R$2 milhões, "Eu vou mandar meu primo, porque, se delatar, a gente manda matar", o Supremo já tinha ativismo judicial, mas respeitava a Constituição. Mandou parar, o Senado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Presidente era Renan Calheiros, mandou para o Senado, e o Senado foi quem votou, a Casa foi quem votou. Pois bem. Inclusive eu votei com o pedido do Supremo, porque cometeu o crime mesmo.

Delcídio do Amaral: a Suprema Corte mandou para o Senado, para o Senado decidir, porque é isso que diz a Constituição. O Senado decidiu. Também votei para ficar preso e perder o mandato. Foi pego em crime, dizendo que ia levar o Nestor Cerveró num avião para o interior da Espanha. Nestor Cerveró descendo num avião no interior, a pessoa pensa que é um óvni que parou e desceu ali um ET, sei lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Crime também, mas veio para esta Casa.

E agora eu quero fazer uma ressalva para a Câmara dos Deputados e encerro. Não se esqueçam: Alexandre de Moraes violou o art. 53, Petecão. No caso Daniel Silveira, se o art. 53 estivesse em voga, não haveria essas violações e muitos desses Deputados desesperados porque estão sem cobertura da Constituição. Ele violou e mandou prender Daniel, mas mandou para a Câmara. Aqui a gente tem que fazer uma ressalva. Ele mandou para a Câmara: "Ó, está violado, estou mandando aí para ver se vocês concordam ou não concordam comigo". A Câmara concordou com ele; ajudou a violar, a destruir o art. 53.

Então, estou a cavaleiro, porque sempre votei aberto em ministro, tudo, eu sempre votei aberto, meus votos são conhecidos, e a minha emenda era nesse sentido.

Quero parabenizar V. Exa. e jamais... Agora, nós não podemos demonizar quem não está sob a cobertura da Constituição, que são esses Deputados desesperados, e de todos os partidos, desesperados, porque aqueles que estão debaixo da bota do rei, esses têm a proteção do Supremo. Eu vi um Senador aqui que fez um discurso tão importante, porque ele é intelectual, é constitucionalista, um líder, falou tanta coisa bonita, mas é o cara que mais esculhambou o Alexandre de Moraes. Ele não falou mentira, ele falou verdade, mas hoje é amiguinho, está sob a proteção do rei.

Então, o art. 53 é relativo. Não é relativo, senhores! O art. 53 é o que está na Constituição, mas infelizmente essa finada está sepultada e a maioria desses trezentos e tantos Deputados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... está sem proteção nenhuma, morrem de medo. Nós temos Senador aqui que tem medo, V. Exa. sabe disso. Nós temos Senador aqui que morre de medo. Nós temos Senador aqui que é chantageado. Ligaram do Supremo, ele já se encolhe, porque deve ter um BO por lá. Agora, comigo não é desse jeito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ou resgatamos o art. 53 da Constituição, sem tentar relativizar, porque é isso que diz... Aí sim nós estaremos todos protegidos no nosso direito de exercer o nosso mandato. Porque, sem isso, para que ser Deputado, para que ser Senador, se eu posso falar uma coisa e monocraticamente Alexandre pode mandar invadir minha Casa? É isso que eles querem!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Petecão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, eu vou pedir só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. estava na frente, mas saiu. Aí eu estou botando os que estavam inscritos. Logo depois dele é V. Exa.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, é só apenas uma pequena observação em complemento ao que o Senador Magno Malta está falando.

Sobre o art. 53, como em regra a lei funciona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não se ativa por si. Ele exige que um partido político solicite e que a Casa vote. E me parece – posso estar enganado – que não temos nenhuma solicitação de suspensão de processos feita pelo PL, que é o partido de V. Exa. E esse é o ponto da coisa. A Constituição já traz a garantia. Se alguém eventualmente está matando a força do art. 53, são os próprios Parlamentares.

E eu tenho lá no meu Sergipe um ditado – sei que o Senador Otto conhece –: quem não aguenta com o peso do pote não pegue na rodilha. Para ser Parlamentar, tem que ter coragem, tem que ter ficha-limpa. Quem tem rabo preso, de fato, não pode fazer enfrentamento com ninguém. Então, esse é um problema de raiz, não é um problema de justiça.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E é o rabo preso que fez com que o Parlamento se acovardasse diante não do Supremo, mas de Alexandre de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, obrigado aí pela oportunidade. Eu nem acreditava mais que eu ia falar, mas chegou a minha hora. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olhe, Senador Petecão, V. Exa. foi um dos últimos a chegar para inscrição...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu estou lhe agradecendo, eu estou lhe agradecendo, eu estou lhe agradecendo.

Presidente, na verdade, eu gostaria apenas de ser bem breve.

Quando este projeto começou a tramitar lá na Câmara, nós acompanhamos, fizemos questão de acompanhar. Eu vi muita gente interessada pelo projeto, e aí chama atenção. Quando a Câmara aprovou, eu confesso que, para mim, foi até uma surpresa, porque o projeto tem uma dimensão muito ruim. Eu liguei ao Líder do meu partido, o Senador Omar Aziz, eu conversei com V. Exa., uma pessoa que eu sempre consulto, uma das lideranças do PSD. Perguntei ao senhor o que achava deste projeto, e o senhor disse: "Olhe, isso é um absurdo, não tem o meu apoio". E eu me manifestei, através das minhas redes sociais, dizendo que jamais iria votar a favor desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com certeza, essas manifestações que nós vimos hoje aqui no Senado... Aqui não tem nenhum Senador fazendo favor, não. Eu acho que é a nossa obrigação votar contra esse projeto! Eu fiquei muito feliz quando a relatoria caiu na mão do colega Senador Alessandro Vieira, porque eu conheço a sua competência, quando fui Presidente da Comissão de Segurança, conheço a sua postura e sabia que jamais ele ia compactuar com este projeto – jamais!

Agora, o que nós não podemos... "Ah, mas o PMDB lá na Câmara votou..." Está aqui: ele é do PMDB... do MDB. Qual o problema nisso? Do PSD, lá na Câmara, vários Parlamentares também votaram. E aqui eu vi o Senador Omar Aziz dando a informação de que 100% da Bancada do PSD irá votar contra este projeto.

Eu penso que aqui nós demos um grande passo. Como eu disse, eu não estou falando aqui como nenhum paladino da moralidade. Agora, ouvi atentamente os colegas e não quero acreditar... Quando eu botei nas minhas redes sociais, recebi alguns comentários contrários, uns se dizendo de direita, outros se dizendo de esquerda, falando muito dessa relação com o Supremo.

Eu convivi com o Bolsonaro, fui Deputado, e jamais o Bolsonaro iria compactuar com um projeto desses. Da mesma forma, eu penso que o Presidente Lula não compactuaria com um projeto desses. O problema é que tem muitos colegas lá na Câmara com o bicho na reta. E usar de um artifício desses... A imagem da Câmara ficou muito ruim.

Graças a Deus – graças a Deus –, o nosso Senado vai cumprir um papel importante, porque, pelo que eu ouvi aqui de todos os colegas, esse projeto vai morrer aqui na CCJ, na Comissão que o senhor preside. Nós não podemos, de forma alguma, nem pensar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... em levar esse projeto ao Plenário.

Então, Sr. Presidente, ficam aqui os meus parabéns a V. Exa., que conduziu isso aqui, e, mais uma vez, quero parabenizar o colega Senador Alessandro Vieira.

Nós temos outros projetos importantes. Agorinha, eu recebi informação e votei o projeto que isenta o cidadão que ganha até R$5 mil, e isso vai ajudar muito – muito. É sobre isso que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que nos pautar, é com isso que temos que nos preocupar, porque a informação que chega é que lá na Câmara estão segurando esse projeto. O colega Eduardo Braga apresentou uma proposta, e nós temos que dar a maior celeridade possível nisso. Esse projeto ajuda mais de 90% da população do meu estado, que é um estado pobre e precisa desse benefício.

Então, era isso, Presidente.

Muito obrigado.

Parabéns pela condução, e estamos juntos para votar contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Senadora Augusta Brito; depois, a Senadora Teresa Leitão; e, por último, para concluir a discussão, o Senador Flávio Bolsonaro.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero falar aqui deste momento, que para mim é um momento verdadeiramente histórico e necessário, não só para o Senado Federal, para a CCJ, mas sobretudo para que a gente realmente prove e mostre para sociedade brasileira que os Parlamentares do Senado Federal estão realmente atentos e não estão usando nenhum tipo de legislação para se beneficiar. Eu acho que é um momento histórico por esse motivo.

Parabenizo o nosso Presidente, que teve realmente essa rapidez e essa dedicação, tratando-se de um momento necessário, para que fosse feito dessa forma.

Da mesma forma, o nosso querido Relator, que, de uma forma técnica e também meritosa, usando todos os argumentos que têm que ser usados da Constituição, pronuncia-se aqui e faz com que eu acredite que a gente possa derrubar na CCJ, hoje, essa PEC da blindagem.

Quero aqui agora, como Líder do PT, dizer que, desde a semana passada, o PT e a Bancada do PT, também por unanimidade, já se tinham se manifestado contrariamente a essa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço permissão também, de forma rápida, pelo adiantado da hora – o Presidente já estava se levantando e fazendo exercício –, para ler aqui dois parágrafos que tem na nossa nota do PT que eu achei interessantes para fazer um comentário.

Aqui, na nossa nota, está falando que "é um verdadeiro atentado contra os princípios republicanos consagrados pela Constituição Cidadã [...]. Ela afronta, de modo direto, o [...] [que é tratado no] artigo 5º [da Constituição], que estabelece que todos são iguais perante a lei. Ao criar privilégios injustificáveis para parlamentares, subverte-se a lógica elementar do Estado Democrático de Direito: o mandato não é um salvo-conduto para a impunidade".

Quando eu li essa parte da nota do PT, meu querido Líder Randolfe, eu fiquei pensando e preocupada, e ontem fiz um pronunciamento também lá no Plenário. Se essa PEC da blindagem conseguisse ser aprovada – o que não vai ser –, o que significaria essa impunidade a Parlamentares que cometessem violência contra nós mulheres, né? A que ponto seria necessário que a gente tivesse, a partir daí, voto secreto para que se pudesse ser processado ou, muito menos, abrir um processo sobre essas condutas. Eu estou dando esse exemplo, que para mim fala muito do que o Randolfe também já mencionou aqui anteriormente.

Então, é com muita responsabilidade que o partido das trabalhadoras e trabalhadores já, além de se manifestar... Todos os Parlamentares individualmente se manifestaram, também como bancada, a gente teve todo um trabalho e uma preocupação em fazer com que essa votação de hoje acontecesse também o mais rápido possível.

Eu queria só aqui agradecer ao Presidente, mais uma vez, parabenizar também o nosso querido Relator e dizer que hoje é um momento histórico no Senado. A gente vai derrubar essa PEC da blindagem. Agora há pouco, na CAE, nós conseguimos também aprovar um projeto de redução de Imposto de Renda.

E só um dado rapidamente – eu sei que não é o tema agora –: nós temos dados do IBGE que correspondem a 86% dos brasileiros...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... com carteira assinada os que vão ter esse benefício da redução do Imposto de Renda, 100%. No meu Estado do Ceará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso corresponde a 95% das pessoas que têm carteira assinada. Então, fico muito feliz que o Senado verdadeiramente está fazendo o seu dever, o seu papel e sua obrigação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Augusta Brito. Parabenizo V. Exa. pelo voto contra essa PEC e passo a palavra à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu não faço parte desta Comissão, estava coordenando uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, por isso não acompanhei toda a discussão, mas fiz questão de vir aqui presenciar o *gran finale*, porque eu acho que ele vai acontecer, né?

Quando o Senado começou a se posicionar, depois da sua posição, foi na plenária de quarta-feira. Na sessão de quarta-feira, nós começamos a dar os primeiros passos para montar este momento que nós estamos vivendo agora. Porque essa PEC, Sras. e Srs. Senadores, já nasceu errada. Independentemente do mérito, um processo de tanta abrangência não pode ser fruto de pequenos grupos, ou de grupos que querem chantagear, ou de grupos que querem mostrar uma força momentânea de acordo com a conjuntura, Senador Alessandro. Eu acho que isso já desabona o processo, o mérito e qualquer ação meritória que possa envolver essa PEC.

Paralelamente a isso, como dizia o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a voz rouca das ruas nos chamou a atenção. E a voz rouca das ruas tem força. Ela dá a este momento de hoje um corte de legitimidade muito forte e a sintonia que precisa existir entre o Poder Legislativo, entre os Parlamentares, que aqui representam o povo, e o próprio povo.

Eu acho que foi um momento muito forte, e, falando ainda outro dito popular, Senador Alessandro Vieira, igual ao da rodilha, tem um que diz assim: "Quem não pode com a formiga não atice o formigueiro".

O formigueiro foi atiçado, em uma determinada parte, por entidades, sim, por instituições, sim, mas em uma grande parte também de maneira espontânea, rebelando-se contra nós, e nós temos que ter muita atenção a esse grito, porque pode não ser somente por essa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa PEC pode ter sido o desaguadouro de um inconformismo, de uma negação da política que atrapalha a democracia e prejudica as instituições. Por isso é que ela também tem esse aspecto, esta posição tem esse aspecto pedagógico também.

A política vale, a política presta, a vida presta, se a gente der valor ao que a gente faz na vida e na política!

Finalmente, sobre o relatório.

Recebi o relatório, Senador, ontem, com a seguinte observação de um assessor: "Relatório histórico para o momento que a gente vive". Li atentamente.

Quero destacar três aspectos do seu relatório.

É um relatório cuidadoso, irretocável nos aspectos técnicos e jurisdicionais, fazendo menção a tudo que se fala e que diz respeito à nossa "impunidade" parlamentar.

Impunidade não é imunidade. As palavras até se parecem, mas têm um significado absolutamente diverso. E V. Exa. foi muito feliz nesse aspecto.

Também não descuida, Presidente, dos aspectos éticos; os aspectos éticos, que são iluminados pelos aspectos técnicos e jurídicos, mas que dizem muito da prática parlamentar, da nossa prática...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... política e da ética do Parlamento.

No minuto que me falta, o parágrafo final, Senador, onde V. Exa. faz uma homenagem ao Senador Otto Alencar, nas palavras de Riobaldo, e eu quero lê-las de novo, fazendo uma homenagem, evidentemente, repetindo a sua homenagem ao Senador Otto Alencar, também o homenageando e desejando que todos nós sejamos contagiados por aquilo que Riobaldo, *Grande Sertão: Veredas*, no Sertão baiano, de onde vem o Senador Otto Alencar... Que a gente possa também se sentir parte dessa homenagem, votando pela rejeição a essa PEC.

> O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenhamos coragem de rejeitar essa PEC!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão. Agradeço as palavras de V. Exa. e passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Boa tarde.

Se tudo tivesse normal no Brasil, essa PEC jamais estaria sendo votada aqui agora. E a maior prova de que nós não vivemos mais numa democracia plena está aqui, salta aos olhos de quem quiser, basta deixar a hipocrisia de lado. Hoje, a realidade é que você tem a esquerda autorizada a mentir, perseguir, com discurso de ódio, com facadas, com tiros, e a direita censurada de falar, de espernear e de defender os seus próprios direitos ou de denunciar abusos de autoridade.

A realidade hoje é que você tem um núcleo da PF do Governo Lula que parou de perseguir bandido e persegue político de direita. Criaram um novo núcleo para ficar analisando as postagens em redes sociais, porque são perigosíssimas para a democracia. Enquanto isso, quem roubou os aposentados do INSS está aí livre, leve e solto, a própria AGU do Governo tira sindicato de parentes de Lula de investigação, e está todo mundo achando que está tudo bem no país. É a esquerda, é Deputado de esquerda do PT que pode cuspir no de direita no Plenário, e não acontece nada; é uma Deputada de esquerda que pode dar soco nas partes íntimas de outro Deputado de direita, e não acontece nada...

Esse é o país, Presidente, em que pedir mais segurança nas urnas virou atentado contra o Estado democrático de direito, e, se recorrer, toma multa de milhões, como nunca antes visto na história de eleições neste país.

Essa é a democracia em que um Ministro do Supremo é confrontado no aeroporto de Roma e, quando volta para o Brasil, bota as pessoas como investigadas por atentado contra o Estado democrático de direito. A própria vítima instaura um processo, determina cautelares, manda quebrar sigilo, censura, bloqueia bens, e ele mesmo julga e condena.

Esse é o país onde um Ministro do Supremo, em pleno julgamento transmitido ao vivo, pode antecipadamente declarar que um projeto de lei tramitando aqui na Casa é inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nem sabe qual o texto do projeto de lei da anistia e já fala que é inconstitucional, como uma ameaça à autonomia desse Parlamento. E, pior: a imprensa tratando com a maior naturalidade. O Ministro do Supremo liga para o Presidente da Câmara para tirar satisfação sobre qual o texto da anistia, e está todo mundo achando normal.

Eu acabei de ouvir aqui, Presidente, que discutir essa PEC que nós estamos discutindo aqui já é um crime de lesa-pátria. Olha só aonde é que a gente está chegando: você discutir um projeto de lei, uma PEC aqui virou crime de lesa-pátria!

Da mesma forma como quando Eduardo Bolsonaro vai para o exterior denunciar os abusos de Alexandre de Moraes, em vez de tomarmos providências para investigar os abusos, não; o próprio suposto ofendido, ele mesmo instaura um processo, e o denunciante vira investigado.

De igual forma, Eduardo Tagliaferro fez denúncias gravíssimas de manipulação de processo judicial. A PGR foi provocada. Fez alguma coisa? Não. E nem fará. Em vez de se investigar, sabe o que faz, Presidente Otto Alencar? Coloca Eduardo Tagliaferro de investigado.

Está tudo normal no Brasil, está tudo normal.

Está tudo normal um ex-Presidente da República ser julgado por cinco Ministros, sendo que três são seus inimigos publicamente declarados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estão defendendo o Estado democrático de direito?! Onde?

Eu vou ler aqui um trecho, à época em que um Senador, hoje da base do Governo, fala sobre o inquérito das *fake news*, indignado, porque a então Procuradora da República Raquel Dodge opina pelo arquivamento do inquérito, porque é claramente inconstitucional, não foi motivado, não foi provocado pelo Ministério Público Federal, como manda a lei. Olha o que esse Senador falou: "O nível de esgarçamento, principalmente com a manifestação recente agora de não considerar a manifestação da PGR, não deixa outra alternativa, a não ser o que eu e o Senador Alessandro Vieira, e outros Senadores acabaram de tomar, interpor mais um pedido de *impeachment* em relação ao Ministro Alexandre de Moraes". Mas agora o Alexandre de Moraes está sendo útil para o Governo, está sendo muito útil, está querendo dizimar a direita. E olha, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma matéria, aqui do Poder 360, estou só lendo aqui, olha o que esse mesmo Senador fala agora, em 2022 – perdão, Presidente, deixe-me achar aqui –: "Hoje, esse inquérito das *fake news* e o dos atos antidemocráticos são os últimos instrumentos de defesa da democracia brasileira e de combate às hostes criminosas de Bolsonaro e de seus lacaios".

Não é à toa que nós estamos discutindo essa PEC aqui hoje, Presidente. E a maior prova de que a hipocrisia está reinando neste debate é ver o PT dizendo que é contra a corrupção. O chefe deles era o Presidente do Governo mais corrupto da história deste país. O que se está discutindo aqui é a blindagem, sim, uma blindagem de uma categoria de pessoas acima da lei, porque Alexandre de Moraes cometeu vários crimes, vários crimes de responsabilidade, expressos na Lei 1.079, mas há uma blindagem aqui neste Senado para que nada aconteça, Presidente. E, como nós só vemos Parlamentares por suas opiniões, palavras e votos sendo perseguidos, é que se chegou ao ponto de se buscar um remédio constitucional para, no mínimo, esta Casa poder voltar a andar de cabeça erguida, poder falar o que pensa, para parar um Parlamentar de subir numa tribuna e ter medo do que fala, porque pode virar investigado imediatamente, e só está funcionando para atacar um lado. Mas, enquanto está sendo útil para perseguir a direita, está tudo bem. Mas o mundo dá a volta rápido. Isso aqui não é ameaça, isso é história – isso é história. Isso vai acontecer em algum momento.

Como foram faladas e citadas aqui várias frases, eu quero encerrar aqui também com vários poemas, vários ditados populares. Eu gosto sempre de citar a Bíblia, gosto de pegar alguns versículos e contextualizar para o que está acontecendo aqui hoje, não sem antes dizer que hoje a gente parece que está aqui criando, no Senado Federal, a bancada da síndrome de Estocolmo, aqueles que parecem que se apaixonam pelos seus algozes: ontem era algoz, hoje é "parça". E o que é que diz aqui o Provérbios 26, Senador Magno Malta, V. Exa. aqui, que é pastor, vê se se enquadra neste contexto, Provérbios 26, versículos 27 e 28: "Quem coloca uma armadilha para os outros acaba caindo nela", "Quem rola uma pedra será esmagado por ela", "Quem odeia fere os outros com mentiras; as palavras bajuladoras causam desgraças".

Então o que nós estamos fazendo aqui, Presidente, é evitar ainda mais desgraça, porque este país não pode mais continuar pagando um custo tão alto para garantir a impunidade de Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para agradecer a manifestação do Senador Flávio Bolsonaro, que me permite fazer esta reflexão histórica. No ano de 2019, em fevereiro, logo que entramos aqui, eu comecei a trabalhar, e trabalhamos fortemente, juntamente com 32 Senadores, colocamos de pé um pedido de CPI para apurar a conduta individual de determinados ministros das Cortes Superiores brasileiras. Ficou chamada de CPI da Toga.

E logo mais adiante, no mês de abril de 2019, eu apresentei um pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes e do Ministro Dias Toffoli, por conta da instauração, na minha visão, ilegal, do inquérito das *fake news*, milícias digitais, e esse nome foi se desdobrando ao longo dos anos.

Esses dois atos, essas duas ações não foram à frente. E a principal voz, nesta Casa, contrária a esse procedimento era do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É mentira...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Os atos estão aí, está tudo documentado, não é? Graças a Deus, a história é uma grande professora e documenta as coisas. À época, tivemos falas do Senador Flávio Bolsonaro, do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro. Na tribuna, nosso saudoso Senador Major Olimpio, a ex-Senadora Selma, a Senadora Soraya, que ainda está aqui conosco na Casa, referiram o fato de terem sido convocados pelo Presidente à época, Presidente Bolsonaro, para reverterem seus votos no tocante à CPI.

Então, ao falar sobre hipocrisia, é preciso que cada um de nós coloque a mão na sua própria consciência. E ninguém é isento de erro. Como o senhor disse muito bem, o dito popular baiano, e os ditos populares nos socorrem bem às vezes: "Só não muda de ideia quem não as tem". Então é natural que você tenha uma mudança de opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é natural tentar se aplicar uma narrativa quando ela não corresponde aos fatos, repito, documentados. Tudo o que eu falo aqui está plenamente documentado.

E um segundo ponto, que eu acho que merece uma profunda reflexão. Esta Casa tem um papel fundamental, o Senado da República tem um papel fundamental para o equilíbrio entre os Poderes. Mas eu fico escutando Parlamentares falando de abusos do Supremo, de abusos do Supremo, e eu vou aos autos buscar o que concretamente fizeram contra algum abuso, e não encontro nada. Como é que eu posso dizer que o art. 53 não funciona se o partido não pede a suspensão dos processos? Porque, de fato, aqui ou lá, você tem processos instaurados que me parecem indevidos. E a Constituição já assegura.

E por que é que isso não acontece, Sr. Presidente? De novo, usando a linguagem popular, para ser mais claro para quem nos escuta: quem tem rabo preso não aguenta essa discussão. Quem tem medo de investigação não aguenta fazer um enfrentamento correto com o Judiciário. Prefere as narrativas. Narrativa, qualquer um faz. Qualquer um faz. Falar, até papagaio fala. Fazer, faz quem tem coragem e capacidade. Por isso a referência que fiz, elogiosa, à coragem de V. Exa.

Por isso, faço questão, Sr. Presidente, de registrar que este é um momento histórico, e não é o primeiro, não será o último, com fé em Deus, onde você tem, aqui na Comissão, a orientação pública de PT e PL favoráveis ao relatório, pelo encerramento dessa PEC, que é absurda, vergonhosa.

Muito recentemente, aprovamos uma legislação inovadora de proteção à criança e ao adolescente no ambiente digital, o ECA Digital. E novamente as duas Casas, quase que por unanimidade, aprovaram, o que prova que é possível, sim, superar essa barreira de polarização, desde que se tenha coragem e capacidade para fazer o enfrentamento.

Então, esse, acho que é o ponto só de registro. Entenderem-se os momentos, ter-se consciência e coragem de abrir mão de uma conveniência de oportunidade e pensar no nosso país.

E, de fato – concordo com várias falas –, o nosso país precisa revisar a sua relação entre os Poderes. Falo sobre isso desde o início do mandato. Agora, só por conveniência, fica difícil. A gente tem que trabalhar com convicção e qualidade, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu fui citado pejorativamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Randolfe pediu a palavra, mas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, Presidente... Só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio...

Senador Alessandro, ter vida limpa é dever de cada um de nós, dos Parlamentares, não ter ao longo da sua trajetória nem denúncia nem responder por nenhum processo. Eu acho que isso... É só ter o compromisso com a lei. Eu vou fazer 40 anos de política o ano que vem. Fui Governador, três vezes secretário, Conselheiro de Tribunal de Contas, duas vezes Senador e nunca tive o desprazer de ser denunciado pelo Ministério Público, nem responder a nenhum processo. Fiz minha obrigação, cumpri a minha missão do eleitor e da confiança que o eleitor me deu. Então, cumprir a lei, ter vida limpa é dever; não é favor absolutamente. É um dever que a pessoa tem de cumprir a lei.

Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para explicação pessoal.) – Presidente, só para não deixar as mentiras no ar, primeiro, com relação à CPI da Lava Toga, eu sempre falei – busque nos documentos – que eu acreditava numa autocontenção do Supremo, isso em 2019, que não veio, infelizmente não veio. Todas as pontes foram tentadas, todos os diálogos foram tentados, mas hoje eu enxergo que já havia algo premeditado para chegarmos até o ponto a que chegamos hoje.

Segundo, essa questão de um partido não motivar o Plenário para analisar se autoriza ou não o início de um processo judicial, como se os partidos não tivessem feito nada, também é mentira. O próprio PL, o próprio Novo agiram dessa forma com relação a Daniel Silveira, com relação a Carla Zambelli, com relação a Alexandre Ramagem. Só que não adianta, não adianta, porque o Supremo vai e, ilegal e inconstitucionalmente, simplesmente estupra a Constituição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpreta do jeito que melhor convém e atropela este Congresso Nacional, atropela 594 Parlamentares, com uma decisão monocrática, com uma canetinha.

Então, é sobre isso que nós estamos falando. Então, se nós não nos dermos o respeito, se nós não tivermos o mínimo de condição aqui de ter uma atuação independente – e eu falo aqui como alguém que é ficha limpa, que não tem absolutamente nada contra mim, em mais de 20 anos de atuação de vida pública, com muita tranquilidade... Algo precisa ser feito, porque, se depender da autocontenção do Supremo, isso já ficou provado que não vem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E lembrando que muitos dos abusos ocorrem em fase de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – É um rápido pela ordem, que diz respeito inclusive a outro aspecto, de uma fala que eu ouvi aqui.

Presidente, em 1968 – recorro novamente à história –, três artistas brasileiros, dois baianos, lideraram...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meus conterrâneos e contemporâneos: Caetano e Gil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... uma passeata contra a ditadura de então.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E não tinha Lei Rouanet, não tinha Lei Rouanet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – E não tinha. Foi uma das mais expressivas manifestações que se teve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tinha uma porrada de policiais, tinha o Exército batendo na gente nas ruas de Salvador, apanhando muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Então, Presidente, em 1978, três artistas brasileiros lideraram uma manifestação que foi uma das mais expressivas manifestações contra a ditadura, a chamada Passeata dos Cem Mil: Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano.

Após a passeata, o ditador de então, Marechal Costa e Silva, chamou os artistas de vagabundos, os que lideravam aquela manifestação.

Eu ouvi nesta Comissão hoje ofensas quase iguais sobre o codinome de *fake news* de Lei Rouanet aos mesmos três: Gilberto Gil, Caetano, Chico Buarque, agora associado a outros tantos, como Djavan, Lenine e outros, que junto com o povo brasileiro estiveram nas ruas no último domingo e são os principais responsáveis pelo fim dessa proposta de Emenda à Constituição absurda – da blindagem – no dia de hoje.

Eu me socorro a um outro artista brasileiro, para dizer que eu estou vendo aqui, eu vi algumas declarações nesta Comissão, tal qual eu vi: "Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo o museu de grandes novidades".

Viva o povo brasileiro que foi para as ruas no último domingo e viva a cultura e os músicos deste país. E tem que saudar a coerência e agradecer a Gil, Caetano e a Chico por, nos últimos 60 anos, terem continuado nas ruas ao lado do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., e essa menção é muito correta e real, porque tanto Gilberto Gil como Caetano Veloso é da minha geração da Bahia, e eles lutaram muito contra o regime de força, o regime ditatorial e tiveram essa coragem de enfrentar e contribuíram muito para a volta da democracia.

Queria agradecer e saudar a presença da Deputada Fernanda Melchionna, muito obrigado por ter, ao lado da Sâmia, nos trazer 1,5 milhão de assinaturas contra esta PEC, esta proposta de emenda à Constituição. A luta das duas Senadoras orgulha o Brasil, orgulha também os seus estados.

Quero saudar aqui a presença de um grande amigo lá da Bahia, Deputado Ricardo Rodrigues, da região de Irecê, região do feijão, região da Bahia muito próspera. E, como não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum outro Senador ou Senadora para debater o tema, está encerrada a discussão, e eu determino a abertura do painel para vermos o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovada por unanimidade a proposta, o relatório do Senador Alessandro Vieira. (*Palmas.*)

São 26 votos favoráveis.

Nenhum voto contra.

Eu quero esclarecer que o Presidente só vota em caso de empate, portanto, não foram 27 votos, mas eu voto "sim" ao relatório do Senador Alessandro Vieira. Tenho o compromisso – é bom esclarecer aos Srs. Senadores e Senadoras –, tenho o compromisso com o Presidente da Casa, o Senador Davi Alcolumbre, para que esta proposta de emenda à Constituição seja encaminhada ao Plenário do Senado Federal para, de igual forma, ser apreciada, deliberada e, sem dúvida nenhuma, aprovada como foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça pela maioria dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Quero agradecer a compreensão do Senador Carlos Portinho, Senador Magno Malta, Senador Flávio Bolsonaro, que se manifestaram de alguma forma com críticas ao relatório, mas todos concordaram em votar, em votar o relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não, não critiquei não, fiz até emenda. Tira a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A emenda, sim, desculpa, a emenda. Mas todos concordaram com a votação.

Portanto, vamos agora ao Plenário do Senado Federal com o compromisso do Presidente Davi Alcolumbre de encerrar hoje essa votação e, sem dúvida nenhuma, rejeitar essa proposta de emenda à Constituição.

Eu quero encerrar a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade e, no mérito, contrário à proposta, restando prejudicadas as emendas oferecidas à matéria.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Está encerrada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Tem o PL dos taxistas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpe...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque ele tem que ser em dois turnos, então é um hoje e outro na semana que vem. Eu não vou nem discordar do meu amigo Randolfe, que admitiu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A proposta dos taxistas é terminativa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É terminativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone.*) – É o 680, então vamos direto para o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então eu passo a... Não está encerrada a sessão. A votação é nominal – a votação é nominal.

Eu passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, depois de entendimento com o nobre Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 680, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;

- Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/08/2025, a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório;

- Em 09/09/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Carlos Portinho;

- Votação nominal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – Presidente, passo então direto para o voto, porque esta Comissão de Constituição e Justiça produziu muito no dia de hoje e contribuiu muito para o Brasil. Então, passo para o voto.

Agradeço as contribuições do caríssimo Senador Carlos Portinho, que foi fundamental para ajustarmos e melhorarmos o projeto.

Então, passando direto para o voto, diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... do Projeto de Lei nº 680, de 2024, e no mérito, pela sua aprovação da forma do substitutivo que é de conhecimento de todas as Sras. e Srs. Senadores.

Só completando, a Emenda 3, de autoria do Senador Portinho, propõe incluir os §§ 5º e 6º ao art. 16 do PL 680, de 2024, permitindo a sessão ou transferência de outorga em caso de impossibilidade ou falecimento do titular. Apesar da boa intenção do autor, trata-se de emenda apresentada ao substitutivo parlamentar e pode ser regimentalmente não admitida, razão pela qual se reconhece a prejudicialidade.

Mas eu quero, assim... Boa parte das alterações e a melhoria do texto se devem ao Senador Portinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu quero que prestar as homenagens.

O parecer, Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Randolfe por ter lido e à grande contribuição que deu o Senador Carlos Portinho.

Determino à Secretária da mesa que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está em votação o substitutivo oferecido. A matéria é terminativa, com votação nominal.

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

Chamo a atenção dos Senadores e das Senadoras, porque essa matéria é terminativa, com voto nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alerto os Srs. Senadores e Senadoras que estão nos seus gabinetes de que podem votar, através do aparelho celular, a matéria, para que possamos ter no mínimo 14 votos para a aprovação em caráter terminativo dessa matéria, que é de interesse de todos os taxistas do Brasil – estão aqui representados da minha capital, Salvador, e de todos os rincões do Brasil –, pelo valor que representam os taxistas que conduzem as pessoas com responsabilidade. São os verdadeiros trabalhadores no dia a dia das nossas cidades. Portanto, é importante que todos os Senadores e Senadoras possam votar para aprovarmos essa matéria em caráter terminativo.

Alerto os Senadores e Senadoras que estão nos gabinetes de que nós precisamos ter no mínimo 14 votos para aprovar essa matéria. Temos até agora dez votos.

Solicito à Mesa que possa ligar para os Senadores membros desta Comissão, para que possamos aprovar esse projeto que vai atender aos taxistas do Brasil, que estão reunidos, hoje, aqui, com seus representantes, nessa expectativa de aprovarmos essa matéria, que teve a contribuição do nosso Senador Carlos Portinho. Sendo carioca, eu o chamo sempre de novo Carlos Lacerda, pela competência, pela capacidade, por ser um Senador guerreiro, que representa muito bem o Estado do Rio de Janeiro, estado tão querido por todos nós. (*Pausa.*)

Chamo a atenção dos representantes dos taxistas, porque nós já temos votos suficientes para aprovar a matéria. (*Pausa.*)

Estamos aguardando que outros Senadores e Senadoras possam votar para... Já são 17 votos, mas estou sendo prudente, para que tenhamos segurança total para a aprovação do projeto. (*Pausa.*)

Com 18, 19 votos no painel, determino a abertura, para termos o resultado.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovado o projeto por 18 votos favoráveis.

Nenhum voto contra. (*Palmas.*)

Está aprovado aquilo que desejavam os nossos taxeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, e a matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a apreciar, está encerrada esta sessão histórica, que enterra, de uma vez por todas, a PEC nº 3, a chamada PEC da blindagem.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1° DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Irajá, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Eduardo Girão, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4809, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência." **Autoria:** Comissão de Segurança Pública. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, acatando parcialmente as Emendas nºs 1 e 2, com 9 emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 3. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 4-CCJ a 12-CCJ, acatando parcialmente as Emendas nºs 1 e 2, e contrário à Emenda nº 3. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 680, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação da Emenda nº 5-S e da Emenda nº 6-S. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, em turno suplementar, e as Emendas nºs 5-S-CCJ e 6-S-CCJ. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 528, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 315, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1- CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** A Comissão aprova o Requerimento nº 48, de 2025-CCJ, de iniciativa das Senadoras Mara Gabrilli e Eliziane Gama, para a realização de Audiência Pública para instruir a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3181, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 48, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1473/2025, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição"." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 30ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de sete itens.

Pergunto ao Senador Flávio Bolsonaro, que é o Relator de um projeto do Senador Fabiano Contarato que teve encaminhado um requerimento para uma audiência pública, da Senadora Mara Gabrilli e da Senadora Eliziane Gama, se será possível apreciar o requerimento, ou se V. Exa. deseja que a matéria seja avaliada hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, bom dia; bom dia a todos.

Sendo bem franco, Presidente, o tema do projeto de lei do Senador Contarato é um assunto sobre que eu acredito que todos já têm opinião formada. Na verdade, eu sou a favor da redução da maioridade penal, o que seria para mim o ideal. Em algum momento, eu acho que o Congresso vai ter que enfrentar esse tema no Plenário, positivamente ou negativamente.

O projeto do Senador Fabiano Contarato faz uma coisa intermediária, ele aumenta a possibilidade de penas para as sanções a menores infratores. E aí há o requerimento das duas Senadoras. A Senadora Mara Gabrilli me ligou, perguntando se eu poderia fazer audiência pública. Eu falei, "Senadora, o autor do projeto é o Senador Fabiano Contarato, converse com ele. Da minha parte, eu não vejo problema".

Eu entendo Senadores que queiram discutir mais determinados assuntos, mas com toda a franqueza, Presidente, eu, como Relator, não vejo a necessidade de se fazer uma audiência pública sobre o tema, porque, assim, nada vai somar na instrução do meu relatório. Agora, em respeito às Senadoras autoras do projeto – eu até conversei com a Secretaria da Mesa –, eu sugeriria que o próprio autor conversasse – o autor do projeto, Contarato – com as Senadoras.

Se não houver problema, e em ele dizendo que não há problema, eu só quero adiantar também que eu não vou presidir uma audiência pública como essa. Se as autoras do requerimento quiserem presidir a audiência pública, ou o próprio autor do projeto quiser presidir esta audiência pública... até porque a relação dos convidados são pessoas que, obviamente, são contra o tema. Quer dizer, o tema é tão conhecido, tão debatido, que, dependendo de quem você está indicando, você já sabe como é que eles vão se posicionar aqui.

Então, assim, eu não vou ser convencido nesse tema, especificamente. Eu deixo a critério de V. Exa.: se quiser retirar de pauta, ou então, esperar que o Senador Fabiano Contarato chegue, já que ele deu presença aqui no painel, para que ele dê a condução...

Então, em respeito ao autor do projeto e aos autores do requerimento de audiência pública, eu peço a V. Exa. que sobreste por enquanto essa decisão, e, se ninguém chegar, a gente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirar de pauta até que se chegue num consenso ou não. Da minha parte, se quiser votar o requerimento aqui agora nominalmente, para ver quem é a favor e quem é contra, também não me oponho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio, eu vou aguardar a presença do Senador Fabiano Contarato.

Essa matéria já foi apreciada na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ela já veio aqui para a Comissão de Constituição e Justiça, foi retirada de pauta, e me parece uma matéria já madura...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais uma coisa, Presidente, se me permite um aparte: na Comissão de Direitos Humanos, em que eu fui Relator dessa matéria também, eu levantei a questão de esse projeto não passar pela Comissão de Segurança Pública, que, obviamente, pelo tema, teria que passar por lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu concordei com o Senador Fabiano Contarato no sentido de que não passasse pela Comissão de Segurança, para que não atrasasse ainda mais o andamento desse projeto, para que, na sequência, esse projeto fosse direto a Plenário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aguardar...

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me uma sugestão de encaminhamento.

Eu me disponho a presidir uma audiência pública sobre o tema na próxima terça-feira, se V. Exa. designar, para que a gente possa, já na quarta, retomar a pauta e votação. Eu não vejo problema em fazer audiência pública desde que ela aconteça na próxima terça-feira. As pessoas vão fazer a exposição das suas razões...

É um tema que o Brasil discute há muito tempo: como enfrentar a questão de atos infracionais praticados por adolescentes, e cada vez mais graves e cooptados por facções?

Então, se V. Exa. entender por essa condução, na terça-feira, estou à sua disposição para presidir uma audiência pública sobre o tema para que, na quarta, a gente o retome.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se o Senador Flávio Bolsonaro concordar, eu vou colocar o requerimento em votação, aprova-se o requerimento, audiência pública na terça e votação na quarta, como um dos itens principais da pauta.

Concordam?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele vai presidir, vai presidir. O Senador Alessandro Vieira será o Presidente da audiência pública na próxima terça-feira, às 9h. (*Pausa.*)

Pode ser à tarde. De manhã, já tem uma reunião marcada. Então, pode ser às 14h, terça-feira, audiência pública, e, na quarta-feira, será um dos itens da pauta a ser votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento que está sendo proposto pela Senadora Mara Gabrilli e pela Senadora Eliziane Gama.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Audiência pública, às 14h da próxima terça-feira, e votação na quarta-feira, como um dos principais itens da pauta para votação, sob a relatoria do Senador Flávio Bolsonaro.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4809, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência.

Autoria: Comissão de Segurança Pública

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, acatando parcialmente as Emendas nºs 1 e 2, com 9 emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 3.

Observações:

- Em 27/08/2025, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Sergio Moro; e a Emenda nº 3, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator é o Senador Alessandro Vieira, a quem eu passo a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, este projeto já teve seu relatório lido. É um projeto que trata do endurecimento penal, alinhado com aquilo que a Casa vem fazendo ao longo dos últimos anos, procurando dar uma resposta legislativa, particularmente para crimes praticados com violência.

Foi concedida vista coletiva, salvo engano a pedido da Liderança do Governo, e a gente espera ter a oportunidade agora de, efetivamente, votar e aprovar este projeto, que é fundamental para que o Estado brasileiro consiga dar passos seguros no sentido de combater de forma efetiva o crime violento no Brasil.

E aproveito, Sr. Presidente, para comunicar aos colegas que, na próxima semana, teremos a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai cuidar de analisar o crime organizado e facções no Brasil. Essa Comissão está pendente apenas de indicação e peço o apoio de V. Exa., indicação dos integrantes do PSD e do PP, para que a gente possa dar partida nisso, que é importantíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo a palavra a V. Exa. para o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O relatório já foi lido, acho que é para encaminhar para voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já foi lido.

Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu acho que esse projeto atende aos anseios da sociedade para dar uma resposta à escalada que a gente tem visto do crime organizado e do crime violento no país. É um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi feito na CSP, projeto bem construído, com várias colaborações de integrantes da CSP, inclusive aqui do Senador Flávio Bolsonaro. Foi bem relatado pelo Senador Alessandro Vieira, que acolheu algumas sugestões muito pontuais que nós realizamos. Agradeço ao Senador por isso.

E, no fundo, não tem mágica para enfrentar a criminalidade. Não existe nenhuma medida legislativa que possa ser aprovada que vá resolver todos os problemas, até porque não é uma questão só de lei, é uma questão de aplicação da lei, e isso envolve uma atuação cotidiana das forças de segurança, seja policiais, também as forças preventivas. Isso envolve também uma administração da Justiça diferenciada, que seja sensível à problemática da escalada da criminalidade.

Mas é inegável que esse projeto é um passo na direção certa, especialmente ao regulamentar, fazer alterações na parte de regime de cumprimento de pena – pena já superior a seis anos passa a ser cumprida em regime fechado, isso é importante no nosso país –, ao estabelecer também que só pode haver progressão de regime para quem for condenado por crime de organização criminosa se houver a demonstração de que não existe mais esse vínculo associativo. Ou seja, enquanto houver o vínculo associativo, a pessoa é membro de organização criminosa, por que se vai conceder a ela progressão de regime? Ele é condenado lá, vamos supor, a 16 anos, se ele ficar membro do PCC, enquanto ele ficar membro do PCC, ele tem que ficar todo o tempo na cadeia. Ele tem que fazer uma escolha de vida de deixar o mundo do crime. E aí, sim, ele merece ter um benefício prisional de ir para um regime menos gravoso.

Agora, é preciso também que os juízes apliquem a legislação. Nós aprovamos aqui ano passado a obrigatoriedade da volta do exame criminológico para a progressão de regime e, ao que me consta, isso não vem sendo aplicado com o necessário rigor pelo Judiciário. Aliás, parte do Judiciário entende que tem que ter uma política de celas abertas. E, a meu ver, isso é absolutamente equivocado, considerando a realidade brasileira.

Do outro lado também, registro aqui um ponto importante: da previsão de regras mais rigorosas para decretação da prisão preventiva, deixando abertas maiores possibilidades da sua decretação, inclusive talvez aqui contribuindo para fechar uma porta em relação à audiência de custódia. Nós já aprovamos projeto nesta Casa para tornar mais rigorosa, para dificultar a soltura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em audiência de custódia de criminosos perigosos, de criminosos em relação aos quais haja elementos que apontem habitualidade delitiva, reiteração delitiva, ou de pessoas que já tenham sido liberadas anteriormente em audiência de custódia. Então, é um projeto positivo, projeto que pode aí contribuir para a melhoria da segurança pública deste país.

Eu entendo, particularmente, que mudanças na legislação infraconstitucional são muito mais relevantes hoje do que mudanças na Constituição. A própria PEC da segurança que tramita lá na Câmara dos Deputados pode ter até elementos positivos, mas o que a gente precisa mesmo é mexer na legislação infraconstitucional e na nossa prática do dia a dia. Hoje, essa PEC está com a relatoria do Deputado Mendoncinha, que é do União Brasil, que está tentando melhorar o texto para chegar aí a um bom resultado.

Enfim, há muito a fazer nesta matéria e há um anseio geral da sociedade para que haja mais rigor no tratamento da criminalidade. Não podemos concordar com essa visão, que a meu ver é predominante no âmbito do Governo Federal, de o criminoso ser uma vítima da sociedade. Aliás, nós temos ouvido aí há quantos meses se falar que vai ter um projeto antimáfia a ser apresentado que não vem, porque tem contradições e divergências dentro do próprio Governo.

Sobre a própria questão da audiência de custódia, se me permite aqui, Senador Otto Alencar, nós aprovamos aqui medidas para tornar mais rigorosa a soltura, para evitar a soltura – são 40% –, projeto que foi apresentado pelo então Senador Flávio Dino no curto período em que ele ficou no Senado. Quando deixou o ministério e antes de assumir o Supremo Tribunal Federal, ele preparou um projeto, eu relatei esse projeto, que foi aprovado aqui à unanimidade. Sabe por que esse projeto não anda na Câmara dos Deputados? Porque o Ministro da Justiça atual, Ricardo Lewandowski, é contra, pois ele é contra dificultar solturas em audiência de custódia. E aí fica muito difícil, vejam, quando o Ministro do atual Governo atua contra um projeto que foi feito pelo Ministro da Justiça anterior do mesmo Governo. É a única explicação que eu vejo para esses projetos que tornam mais difícil a soltura em audiência de custódia não chegarem a um término. Já foi aprovado na Câmara... Aqui, no Senado, a gente tem dificuldade, a base do Governo gera dificuldade muitas vezes, mas nós aprovamos aqui no Senado com o apoio da base do Governo o projeto, que está lá na Câmara e não é aprovado. Qual é a mão invisível que está trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra esse projeto? É a do atual Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Aliás, foi ele que implementou a audiência de custódia lá atrás, sem que houvesse previsão legal. Ela não é um mal em si, é relevante que alguém que seja preso em flagrante seja levado ao juiz para que haja uma decisão se permanece ou não permanece preso, mas há necessidade de ajustes na estrutura legislativa que prevê essa soltura ou manutenção em prisão, porque hoje há uma soltura em excesso, de cerca de 40% dos casos. Então, mais esse projeto aqui ajuda a resolver o problema.

Vamos ver, no entanto, Senador Bolsonaro e Senador Alessandro Vieira, se o Governo vai apoiar isso para tramitação célere. Se o Governo quiser, aprova isso aí em uma semana; se o Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski quiser realmente resolver a questão da segurança pública e diminuir a soltura em audiência de custódia, é só abraçar esse projeto ou abraçar o projeto do Dino, que está lá na Câmara. Por que não abraça o projeto do Dino, que é do colega dele? Ao contrário, é contra.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, bom dia.

Eu ouso dizer que esse texto, assim que entrar em vigor na nossa legislação, vai ser um divisor de águas na segurança pública do Brasil. E eu vou explicar por quê, rapidamente, aqui, nos pontos principais que esse projeto altera.

Ele foi feito por servidores da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, por magistrados que têm atuação também em varas criminais, apontando quais são os gargalos. E a ideia principal, Presidente, desse projeto, que está assinado pela Comissão de Segurança Pública e que, como o Senador Moro disse, foi feito a várias mãos, inclusive as minhas também – e agradeço ao Senador Alessandro Vieira pelo relatório –, é fazer algo que também é inédito, que é a compilação dos pontos principais em um único projeto de lei, para que tudo tramite em conjunto e seja aprovado ao mesmo tempo, para que diversas medidas entrem em vigor, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementando a outra, para que nós não caiamos nesse grande problema que temos hoje de vários projetos de lei que alteram o Código Penal, o Código de Processo Penal ou a legislação penal em geral, todos aguardando ou sendo apensados a um projeto de lei do Senador Sarney, que fazia uma grande reforma do Código Penal. Então, o Congresso acabou perdendo o *timing* de fazer essas alterações. Então, da forma como está colocado nesse projeto de lei, eu acredito que são os principais gargalos que nós temos hoje na legislação e que vão permitir que marginais perigosos fiquem de fato presos por mais tempo em função dos crimes que cometem.

Por exemplo, Presidente, entre as principais mudanças desse Projeto 4.809, que a gente está chamando de pacote de anticrimes violentos, em primeiro, é com relação à audiência de custódia, porque cria-se aqui o instituto da conduta criminosa habitual. Então, numa audiência de custódia, um juiz, um magistrado vai ter mais um requisito para que, caso entenda que é útil para manter um marginal que comete crimes de forma reiterada, ele não tenha sua prisão relaxada e ele possa responder a esse crime preso, reduzindo drasticamente a sensação de insegurança, porque a gente sabe que não são raras as vezes em que um marginal é pego roubando um celular, é preso e, às vezes, no mesmo dia, é preso mais uma vez, roubando um celular. E parece ser um crime pequeno, Presidente, mas não é, porque, não raras vezes também, um simples furto de celular evolui para um latrocínio, para um roubo seguido de morte, por qualquer razão. Nós vimos recentemente aquele caso em São Paulo de um ciclista: o marginal chegou para roubar o seu celular, acho que ele nem entendeu o que houve, e tomou um tiro, e veio a falecer, algo que chocou todo o nosso país.

Uma outra coisa que se altera aqui, e que eu acho importante, é o que cria o crime autônomo do uso de fuzil, por exemplo. Isso aqui é uma resposta ao entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça de absorver o crime de porte ilegal de fuzil pelo crime de tráfico de drogas. Qual foi a decisão do STJ? Alguém foi preso por tráfico de drogas, foi preso portando um fuzil, ilegalmente, é óbvio. E, em vez de ele responder pelos dois crimes, ele responde só pelo crime de tráfico de drogas com o agravante de estar usando esse fuzil, porque o STJ entendeu – pasmem, senhoras e senhores – que esse é um instrumento de trabalho de um traficante. Não, e o pior é que é sério. Então a gente cria esse crime autônomo de uso de fuzil, porte de fuzil, ilegal, de 10 a 20 anos, e também cria o aumento da pena do crime de comércio internacional dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arma de fogo de uso de calibre proibido, com a pena de 16 a 24 anos, sendo hoje de 8 a 12 anos. Então a gente está majorando essa dosimetria.

Cria-se também o crime autônomo de roubo de carga, com previsão de pena de 6 a 12 anos, mais um crime que, muitas vezes, é enquadrado de uma forma mais branda pela legislação.

Um outro ponto, aumenta-se a pena do roubo cometido com violência. Então, se ocorre lesão corporal grave, a pena passa a ser de 10 a 20 anos, atualmente ela é de 7 a 12 anos.

Nova causa de aumento da pena de crime de extorsão ao se impor a contratação de serviços ou aquisição de mercadorias. Isso aqui é a principal atividade das milícias hoje em dia. E aqui também, com relação à milícia privada, há um aumento da pena para reclusão de 6 a 12 anos, com essa nova alteração que nós também estamos fazendo nesse texto, com o regime inicial do cumprimento de pena, para quem for condenado a 6 ou mais anos, começando a cumprir essa pena em regime fechado. Atualmente, a partir de 8 anos é que se inicia o cumprimento da pena em regime fechado, e, como a gente está mudando essa dosimetria para crime de milícia privada, qualquer miliciano que for condenado por esse crime vai começar a cumprir a pena em regime fechado.

Um outro ponto importante, a resistência qualificada. Amplia-se o conceito para que sejam enquadradas situações como uso de barricadas ou uso de terceiros como escudo humano, que hoje a pena é de um a três anos, ou atear fogo em obstáculos, que hoje é uma pena de dois a quatro anos. Então isso aqui virou uma prática, infelizmente, comum também em todo o país, nessa nova modalidade de prática de crimes por organizações criminosas de domínio de território.

Um outro ponto importante, quando o crime de resistência à execução do ato legal é cometido com violência, o infrator vai responder também pela violência, o que não ocorre hoje.

Para o crime de receptação, que foi aqui alterado pelo Relator, o Senador Alessandro Vieira, o aumento da pena para dois a seis anos, que atualmente é de um a quatro anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então são medidas que, em sendo aprovadas de maneira conjunta, eu não tenho dúvida de que vão manter esses marginais perigosos, desde o momento em que são presos, para que não sejam colocados em liberdade, e também terão penas muito maiores para cumprirem, o que eu não tenho nenhuma dúvida que vai inibir e muito esses crimes violentos em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, cumprimento todos os Senadores aqui presentes.

Ouvindo aqui toda a leitura do relatório e as explicações do Senador Flávio Bolsonaro, eu me sinto contemplado com o debate.

Veja, o debate, quando ele é feito sobre aquilo que está posto, e a gente não fica fulanizando este *versus* aquele e vai para o objeto, acho que a gente tem uma vantagem enorme na construção de entendimento. Então, hoje nós temos um entendimento sobre a pertinência, sobre a relevância desta matéria, porque, na medida em que você inova e cria novos institutos, seja em que setor for, ao longo do tempo você precisa aperfeiçoar e trazer os casos concretos para dentro da norma, para que ela seja aplicada com menos discricionariedade.

Parte de um problema que a gente vive na aplicação da lei, inclusive na normatização ou na concessão, ou no estabelecimento de regras, ou mesmo de normatizações, ou mesmo de concessão de licença, seja lá em que área for, é o excesso de discricionariedade, e, na medida em que você vai aperfeiçoando, baseado numa experiência de vida real, você diminui essa discricionariedade.

Aqui, também me chama a atenção a necessidade de diferenciar os tipos penais, porque, se você junta tudo, às vezes não cria e não dá a gravidade daquilo que fora cometido de forma criminosa. Ou seja: esse crime é mais grave; então, um traficante que, além de traficar, porta uma arma de uso exclusivo de determinados forças, ali tem uma série de outros componentes de agravo, o que, em si, deve ser considerada uma infração penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, Presidente, eu quero aqui me colocar favoravelmente ao texto e pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Não há nenhum outro Senador ou Senadora para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 4, da CCJ; 2, da CCJ; e contrário à Emenda 3.

A matéria vai ao Plenário.

Pergunto ao Senador Alessandro Vieira...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Presidente, primeiro, quero agradecer novamente a condução de V. Exa. e registrar que, mais uma vez, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado consegue a aprovação de uma matéria importante, em consenso entre a oposição e o Governo, uma demonstração de que é possível, sim, fazer boa política, desde que as pautas sejam de verdadeiro interesse do Brasil; e, segundo, pedir urgência para o Plenário, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem...

Esse projeto já está com a urgência pronta, e eu falei ontem com o Presidente Davi, porque... E havia já um consenso de que, assim que fosse aprovado aqui na CCJ o relatório do Senador Alessandro Vieira, ele já pautaria. Então, ele se comprometeu a pautar já na terça-feira que vem esse projeto, e acho que não tem nem a necessidade de votar, porque, como tem essa urgência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela maioria dos Líderes e já há esse compromisso do Presidente de pautar na próxima terça-feira, todos estamos contemplados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, já que tem um requerimento de urgência, está dispensável, não é?

O item...

O Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Não, só quero registrar aqui que não é a primeira matéria que a gente aprova em consenso. E a gente percebe que tem uma sensibilidade tanto da base do Governo como da oposição em relação à necessidade de endurecimento da legislação penal. Só que aqui me permito dizer novamente que parece que o Governo Lula padece de uma esquizofrenia, porque tudo que a gente faz aqui para endurecer a legislação não tem o apoio do Ministério da Justiça, né? Foi o projeto lá da audiência de custódia, que já foi aprovado, que já mencionei, inclusive, que era do ex-Ministro Flávio Dino, não tem o apoio lá do Governo para ser aprovado na Câmara. Vamos ver como é que vai ser esse projeto, ou se a gente vai encaminhar isso para Câmara e vai ficar lá tendo a oposição disfarçada do Governo. Porque na hora que vai para votar, a base do Governo é sensível.

Ontem eu participei de um debate, na Globo News, com o Deputado Rubens Pereira. Parece que a gente concorda em tudo, inclusive na necessidade de endurecimento da legislação penal. Mas por que isso não é efetivado? Por que isso não vai adiante? Sinceramente, o que a gente vê é que, nos bastidores, o atual Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski tem, a meu ver, resistência em aceitar modificações no regime de audiência de custódia e trabalha contra. Não tem outra explicação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Amin e Senador Carlos Portinho também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em respeito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele vai concordar comigo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em respeito ao meu decano... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria pedir o aplauso de todos pelo aniversário da Senadora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Acho que não exagerei, né?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não poderia ter melhor intervenção.

Quero elogiar o Senador Alessandro, todo o empenho também do Senador Flávio desde a Comissão de Segurança Pública. A gente precisa buscar aqui no Senado – e esse é um exemplo – o que nos une, né? O que nos divide tem muita coisa. Vamos deixar um pouquinho de lado e vamos para o que nos une.

Esse é um projeto de segurança pública verdadeiro, que reúne diversas questões que no dia a dia das cidades tem sido um desespero para a população. A questão desse prende e solta, prende e solta, prende e solta dos crimes habituais, o Senador Flávio defendeu muito bem na Comissão de Segurança Pública e novamente aqui. Portar fuzil, uma discussão que... É tão comum o tema: se é de uso restrito, não pode estar nas ruas das cidades. Eu posso falar do Rio de Janeiro, que agora, há poucos dias, num domingo de sol, já anunciou o que será o verão se o Governo do estado não tomar atitudes com inteligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da segurança pública, a gente pode botar cinco vezes mais recursos, mas, se a gente não tiver uma legislação mais rigorosa, um Poder Judiciário que cumpra a lei como ela está, da maneira como ela está e não como ele queria que fosse, e não tiver estratégia no combate por parte das forças de segurança – que não é só a polícia militar, é a polícia civil, é a Polícia Federal, é a Polícia Rodoviária Federal... O projeto trata aqui de roubo de carga, que também a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado em outro projeto trouxe o mesmo tema, que certamente vai cair, porque já está tratado aqui nesse, mas que é fundamental, são as nossas rodovias. Os crimes acontecem em rodovias federais que cortam o Estado do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, principalmente, no caso do meu estado.

Então, se não tiver inteligência, mas se não tiver também uma lei mais rigorosa, mais clara, que não permita margem para interpretação de juízes que parece que não vivem nesse mundo, que pegam um cara com não sei quantos quilos de droga e soltam o cara no dia seguinte... Ninguém aguenta mais isso, a sociedade não compreende o Judiciário. É o que eu tenho dito: deixemos as outras questões do STF de lado, mas vamos encarar o Judiciário. E eu sou advogado. A sociedade não compreende o Poder Judiciário. Fato. Quando a gente fala em autocontenção, em autorreflexão, pelo amor de Deus, como é que pode soltar um cara que tem mais de 180 passagens por roubo de celular? Não precisava desenhar numa lei isso, mas o Poder Judiciário exige cada vez mais que nós desenhemos. Não é só legislar; é legislar e desenhar.

Está muito bem desenhado esse projeto. Parabéns ao Senador Alessandro Vieira, que, aliás, faz jus aos elogios em todos os seus relatórios – quero deixar claro. Parabéns, Senador Otto, que o colocou em pauta; ao Senador Flávio, ao Senador Rogério Carvalho, que bem nos disse aqui o que nos une; aos Senadores Sergio Moro, Esperidião Amin, Izalci, a todos desta Comissão, Veneziano, que ajudaram a aprovar esse projeto. E vamos aprová-lo também no Plenário do Senado na semana que vem, para dar uma resposta clara, objetiva.

E vamos pedir ao Presidente Davi Alcolumbre que converse com o Presidente da Câmara, Senador Amin, para que ele paute também lá o mais rápido, em regime de urgência lá, porque é fruto de consenso esse projeto.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está aprovada, com requerimento de urgência para o Plenário do Senado Federal.

Recebemos várias mensagens de Câmaras de Vereadores e de Assembleias, e eu vou escolher uma para ler, a que vem da Câmara de Vereadores do Município de Restinga Sêca, no Rio Grande do Sul, pela qual o Sr. Presidente manda uma mensagem parabenizando a Comissão de Constituição e Justiça pela votação unânime na PEC da blindagem. É assinada pelo Presidente Mauro França da Costa e é de autoria do Vereador Abel Oliveira dos Santos.

Eu faço esse registro porque foram várias mensagens nesse sentido e eu quero parabenizar os Senadores e Senadoras todos que nos ajudaram na aprovação dessa matéria.

Vamos ao item 3.

Ele é da relatoria do Senador Eduardo Braga, mas o Senador Eduardo Braga me ligou ontem à noite, dizendo que estava exausto depois de aprovar a proposta da reforma tributária, a 108, e que ele não tinha mais nenhuma condição de comparecer pela manhã no grau de exaustão em que ele estava e pediu para que o Senador Veneziano Vital do Rêgo pudesse, *ad hoc*, ler o relatório de um projeto de autoria do Senador Romário, que dispõe sobre o sistema braile nas campanhas eleitorais dos candidatos a cargos majoritários.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre o uso de panfletos em sistema Braille nas campanhas eleitorais dos candidatos aos cargos majoritários.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Eu acho que é um projeto meritório do Senador Romário.

Eu passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor me permite, o Eduardo Braga está explorando o Senador Veneziano, a quem ele declarou que faz discurso rebuscado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O relatório do Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, os meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa., bom dia a todos os nossos companheiros e companheiras.

Quero saudar efusivamente a nossa aniversariante, que Deus possa permitir bênçãos abundantes e dadivosas por um longo período de sua vida. V. Exa., Senadora Dorinha, sabe o quanto nós a estimamos e o quanto reconhecemos todos os seus predicados, como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinária mulher representante do dia a dia da política tocantinense e do nosso país. Nossas saudações, tudo de bom, saúde e paz.

Presidente, quero agradecer a V. Exa. De fato, ontem à noite, ao término das nossas atividades bastante profícuas, quando nós entendemos a necessidade premente de avançar em relação à reforma tributária, estando à frente um grande colega que demonstrou nesses dois últimos anos um conhecimento de causa indiscutível, nosso Senador Eduardo Braga, ele me ligava, dizendo que tinha falado com V. Exa. e pedindo que nós pudéssemos, mesmo na sua ausência, ter a designação de um companheiro, e assim V. Exa. o fez. Eu fico feliz por essa deferência.

Peço permissão à Presidência e aos meus companheiros para que partamos à leitura da análise.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 101 do nosso regimento, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência. Além do mais, como determina o art. 101, inciso II, alínea "d", do regimento, emitir parecer, quanto ao mérito, em matéria de direito eleitoral.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser privativa da União a competência para legislar sobre direito eleitoral, nos termos do art. 22, inciso I, da nossa Constituição.

Ademais, trata-se de matéria a ser veiculada por lei em sentido formal, por não se tratar de tema de competência exclusiva do nosso Congresso Nacional.

Ainda sob o prisma da constitucionalidade formal, inexiste reserva de iniciativa sobre a matéria, de maneira que é constitucional a deflagração do processo legislativo por membro deste Congresso.

Além do mais, a proposição atende plenamente ao requisito da juridicidade, ao inovar no ordenamento jurídico e ser dotada de abstração e generalidade.

No tocante à regimentalidade, a tramitação do PLS também é isenta de quaisquer vícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, quanto à constitucionalidade material, o PLS é igualmente hígido.

Mérito.

O próprio Código Eleitoral, de 1965, já traz em seu bojo normas aplicáveis ao exercício da cidadania do eleitor com deficiência visual, desde o alistamento até o voto. O vetusto diploma legal, por exemplo, em seu art. 150, inciso II, veicula a possibilidade de o eleitor assinalar as antigas cédulas em papel pelo sistema braile.

No mesmo sentido, a interpretação dada à legislação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é sensível às pessoas com deficiência. Podemos citar, a título de ilustração, os deveres constitucionais de alistamento e voto, dispostos no art. 14, §1º, da Lei Maior. A esse respeito, o art. 15 da Resolução TSE nº 23.659, de 2021, que "dispõe sobre a gestão do Cadastro Eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos", estatui o seguinte: "Não estará sujeita às sanções legais decorrentes da ausência de alistamento e do não exercício do voto a pessoa com deficiência para quem seja impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento daquelas obrigações eleitorais".

Persiste, todavia, importante lacuna a respeito da propaganda eleitoral impressa destinada às pessoas com deficiência visual, lacuna essa que será preenchida pelo texto do projeto de lei em tela.

De outra banda, entendemos que a Emenda nº 1-CDH é pertinente. O texto original pode conduzir ao entendimento de que todo e qualquer candidato necessita fornecer os impressos, mesmo aqueles que dispõem de poucos recursos de campanha. A emenda, por sua vez, impõe que a oferta de folhetos ou volantes pelo método braile será uma parcela do total dos que forem produzidos pelo candidato.

Por outro lado, referida emenda utiliza o termo regulamento para se referir à norma infralegal que disporá sobre a proporção de impressos destinados a eleitores com deficiência visual. Essa expressão é pouco usual na legislação, pois, ao invés de denotar resolução do Tribunal Superior Eleitoral, remete à ideia de decreto regulamentar editado pelo Poder Executivo na forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do seu art. 84, inciso IV, da nossa Constituição. Por isso, entendemos mais apropriado o termo "resolução do Tribunal Superior Eleitoral", a exemplo do art. 15, inciso IV, da Lei das Eleições.

Ademais, verificamos que o projeto de lei pode ser aperfeiçoado à luz do conjunto de normas que estruturam o processo democrático e garantem a plena eficácia dos direitos políticos. Nesse contexto, propomos emenda que disciplina o marco temporal de aferição da idade mínima constitucional para fins de elegibilidade, de modo a harmonizar a legislação eleitoral com a interpretação já consolidada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A emenda que ora apresentamos estabelece com clareza as datas de aferição da idade mínima em função do cargo em disputa. Para o Poder Executivo, fixa-se a data da posse, em respeito à regra geral prevista na Constituição. Para as Câmaras Municipais, mantém-se o marco já vigente da data-limite para o pedido de registro, considerando-se a idade mínima de 18 anos para o cargo de Vereador. Por fim, para as demais Casas Legislativas, propõe-se a aferição na posse presumida, a ocorrer no prazo de até 90 dias da eleição da Mesa Diretora, de forma a impedir manipulações regimentais que possam distorcer a regra constitucional.

Essa inovação confere maior segurança jurídica ao processo eleitoral, pois uniformiza tratamento que hoje se mostra disperso e sujeito a interpretações divergentes. A jurisprudência recente do TSE, como no Recurso Contra Expedição de Diploma – e aí nós citamos o número, o relator e o ano, 2023 –, reconheceu a legitimidade de normas regimentais das Casas Legislativas para dispor sobre a data da posse, admitindo, assim, variações que podem impactar a aferição da idade mínima. A previsão legal ora sugerida no PLS elimina, de uma vez por todas, a possibilidade de soluções casuísticas, garante objetividade na aplicação do requisito constitucional e reforça a soberania popular ao assegurar que a vontade do eleitorado não seja frustrada por controvérsias formais.

Registre-se, ademais, que redação idêntica já foi apreciada por esta CCJ quando da análise do projeto de novo Código Eleitoral, o que atesta sua adequação técnica e política. Referimo-nos à regra disposta no §2º do art. 154 do substitutivo de S. Exa. o Senador colega Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, portanto, de medida simples, mas de grande alcance, que fortalece a coerência do sistema normativo e assegura tratamento isonômico a todos os candidatos, independentemente do cargo pleiteado ou da Casa Legislativa de destino.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo que nós expusemos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 528, do ano de 2015, e, quanto ao seu mérito, por sua aprovação, bem como da Emenda nº 1-CDH, na forma do substitutivo que V. Exas., senhoras e senhores, têm em tela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só relembrando que essa matéria passou pela Comissão de Direitos Humanos. De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, art. 282, se aprovado o substitutivo, será submetido a turno suplementar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu só queria pedir vista, se possível, desse...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio Bolsonaro, para discutir.

Está aberta a discussão.

Depois, o Senador Carlos Portinho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – É que eu queria pedir vista desse projeto, rapidamente, por duas razões, que, sinceramente, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está pedindo vista, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas só para justificar.

Porque traz essa inovação com relação à idade mínima para a posse de alguns cargos eletivos, né? E eu, sinceramente, não entendi a distinção aqui, porque "a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade será aferida na data: I – da posse, para [...] cargos do Poder Executivo" e, no III, também a data "da posse presumida, para [...] demais Casas Legislativas", exceto as Câmaras Municipais, o que é regulado aqui pelo inciso II. E no inciso II, para as Câmaras Municipais, em vez de ser a data da posse, coloca-se o "limite para o pedido do registro", ou seja, a data em que um candidato a Vereador pode... Assim, alguém, para concorrer ao cargo de Vereador, tem que ter 18 anos na data do registro da sua candidatura – eu não entendi a lógica disso.

E eu tenho certeza de que não foi a intenção do Relator nem do autor, mas coincidentemente eu conheço um pouco essa matéria, porque o Vereador mais novo da história do Brasil chama-se Carlos Bolsonaro. Ele foi eleito com 17 anos de idade no Rio de Janeiro, em outubro de 2000; fez 18 anos em dezembro de 2000; e tomou posse em fevereiro de 2001. Não sem antes o TSE dar uma resposta a uma consulta feita pelo então Deputado Jair Bolsonaro, em que o TSE afirma que a data a ser observada para vereança é de 18 anos na data da posse. Assim, esse projeto está indo contra um entendimento do próprio TSE, que eu não sei se foi alterado de lá para cá. Então, essa é uma primeira justificativa pela qual eu peço vista para entender o porquê dessa distinção, se é na data da posse para uns e na data do registro da candidatura para outros.

Em segundo lugar, Presidente, é uma coisa que eu sempre reclamei aqui – eu tenho certeza de que vários colegas vão concordar. Por que é que a gente, mais uma vez, está deixando algo para ser definido em resolução do TSE? Por que não se faz um debate aqui para nós estabelecermos qual é o percentual de material que tem que ser impresso em braile nas eleições majoritárias para fazer panfleto ou volantes? Porque, assim, se o TSE fala: "Olha, 50% do material que você vai panfletar na rua tem que ser em braile", a gente vai reclamar que é um exagero, mas vai ficar mais uma vez a critério da Justiça Eleitoral. Ou se eles entendem que, sei lá, é 0,1%, é 1% do material que você imprimir de panfleto, 1% tem que ter a impressão em braile.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então por que a gente não faz aqui, já coloca, faz uma emenda, sei lá, faz um consenso aqui de qual é o percentual razoável para atender a essa inclusão das pessoas que são surdas-mudas, os deficientes visuais, para a gente imprimir o material na quantidade correta para esse público, porque é importante que a gente faça, lembrando aqui somente que deve ser uma coisa bem mais cara de você imprimir, fazer um panfleto em braile, em vez de um panfleto que não seja em braile, mas acho que é um custo que vale a pena para a gente promover a inclusão.

Então, por essas duas razões, Presidente, eu queria pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu faço o coro ao Senador Flávio, é exatamente essa questão. Peço aqui ao meu querido Veneziano que, nessa vista, a gente possa refletir sobre esses dois pontos. O primeiro é por uma lógica, a gente precisa ter uma uniformização. O advogado eleitoral vai ficar doido: um é na data do registro, outro é 90 dias depois, outro é na data da posse, suposta posse. Assim, Veneziano, meu querido Senador Veneziano, eu não tenho nem opinião formada, mas eu queria só pensar nessa uniformização. Se ele fizer 18 anos ou a data limite que precise no ano das eleições, estou dentro; se for tudo 90 dias depois das eleições, para não ficar à mercê de uma manobra de data de posse, porque a gente tem que tomar cuidado porque aí adia a data de posse para o cara ter 18 anos, botar tudo 90 dias depois das eleições, também estou de acordo. Agora, que a gente possa unificar e que valha para todo o Parlamento, não que tenha uma regra para vereança diferente de uma regra para as câmaras estaduais e para o Congresso Nacional. São todos Parlamentares, na verdade, uns da cidade, outros do estado, outros federais. A gente precisa dessa uniformização para facilitar.

Eu, como advogado eleitoral, vou falar que jogar ainda por cima para resolução a questão do braile, por quê? Vamos definir aqui, é 10%, é 20%. Qual é o percentual de eleitores, talvez seja melhor, eu não sei, mas fazer uma pesquisa, qual é o percentual de eleitores que têm deficiência visual? Ah, eles são, sei lá, estou chutando, 15%, 20%, então coloca lá 15%, 20% de material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o terceiro ponto, além dos dois colocados pelo Flávio, e aí é um apelo ao nosso Presidente Otto Alencar para que a gente também não tenha um desgaste, uma discussão sem fim aqui e o projeto pare: depois de aprovado esse, que a gente consiga levar a Plenário todos aqueles que tratam de eleição. A gente tem um Código Eleitoral, a gente tem uma PEC já aprovada na CCJ, os dois estão parados na Mesa do Senado. Vamos aprovar esse na semana depois da vista, mas vamos pedir um esforço para o Presidente Davi colocar, ganha-se e perde-se no voto. O que não dá é para a gente ter uma discussão, gastar energia, aprovar regras mais objetivas, que foi isso que a gente fez nessas três propostas, duas que estão lá paradas na Mesa do Senado e não avançarmos, porque senão é só desgaste aqui.

Então eu peço, faço esse apelo a todos e ao Presidente Otto, que, depois de aprovar essa matéria, que é importante, uniformizando, que é o que eu peço, sem jogar para resolução, pelo amor de Deus, a gente resolve aqui qual é o percentual, numa lógica, que vão a Plenário as três matérias que dizem respeito às eleições. Não vão valer para as próximas, provavelmente já vai ter passado o prazo da anualidade, mas que valha para as outras seguintes e a gente possa avançar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, posso pedir uma parte aqui ao Senador?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo aniversário. Inclusive, vou inverter a pauta, o item 7, como talvez um presente pequeno, que deveria ser bem maior, para que V. Exa. possa relatar o item 7 da pauta com uma prioridade, mas passo a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada pelo carinho. E já me ajuda bastante, sim, esse presente de poder relatar o item 7.

Eu só queria apresentar uma sugestão, logicamente com o pedido de vista. Eu acho que tem que uniformizar para todas as funções a mesma... Eu gostaria de sugerir o mês da posse, porque, na educação, a gente lida muito com essa questão da idade. Permitir que uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre na alfabetização até dia 31 ao dia 1º. Não é um dia, dois dias, que influenciam na maturidade da pessoa.

Então, na educação, a gente lida com essa questão desse intervalo. Eu acho que o mês da posse, ele já, do cargo, lógico, ele uniformiza e dá... Não vai ter ninguém tendo que adiar, antecipar um dia, aumentar um dia em relação a isso.

Quanto à questão do material, o material é um material mais caro, de difícil produção, em braile. E, ao mesmo tempo, ninguém vai querer um material jogado fora. Então, eu acho que é possível colocar uma regra de acordo com o percentual da população de cada lugar, porque a Pnad dá isso em termos gerais, a gente tem como obter dados. Pensar, talvez, nesse percentual de acordo com os dados do município ou de acesso.

O acesso hoje à pessoa com deficiência visual não é só com o braile, você tem vários modelos de acesso. Tem a gravação, tanto que nós, quando produzimos material político, a gente tem que escolher uma forma de acordo com a deficiência, mas você tem alternativas.

Eu acho que o princípio é o princípio da inclusão. E, já que é o braile, eu penso que é possível, através do próprio TRE local, definir o percentual de material, porque é variado. Não adianta, numa cidade que não tem ninguém com deficiência visual, o candidato a Vereador, por exemplo, ter que produzir material que não será consumido.

Se pudesse pensar nessa regra que pudesse ser definida de acordo com o local, com o logradouro, é uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

E o Senador Esperidião Amin, que mudou de posição, agora está na retaguarda, ele sempre fica aqui na primeira fila... O Senador Moro também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para reforçar o que o próprio Senador Portinho falou. Eu acho que, independentemente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrar em vigor a regra nesta próxima eleição, ou na seguinte, na subsequente, eu acho que seria interessante se aprimorar um exame de cadastro de necessidades especiais.

Isso deveria, Professora Dorinha, reiterando aqui meus cumprimentos pelo seu aniversário, isso deveria, inclusive, fazer parte da identificação da pessoa, porque não é invadir os dados pessoais, é garantir que uma necessidade especial seja tratada adequadamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Muito rapidamente também, achei interessante o projeto, mas sugeriria, na esteira do Senador Portinho e da Senadora Dorinha, que houvesse uma uniformização nos critérios, para não ficar um critério para um, um critério para o outro. Talvez essa sugestão da Senadora Dorinha, feita agora do mês da posse, seja a mais oportuna para a resolução dessa questão.

E em relação ao braile nos panfletos, eu só fico na dúvida... assim, nós tentamos cada vez mais reduzir... Há uma reclamação do preço das eleições, do sistema eleitoral, e isso é uma medida que eleva os custos, é certo, para atender aí uma necessidade especial, mas também existem outros meios, a própria propaganda sonora acaba sendo mais efetiva, talvez, para atingir pessoas, alcançar pessoas com deficiência visual do que panfletos em braile.

Mas enfim, seria talvez interessante colocar algum critério aqui para evitar também uma delegação excessiva do poder regulamentar ao TSE, que pode acertar na regulamentação, mas pode também, eventualmente, editar uma resolução que gere muitas dificuldades práticas para a propaganda eleitoral no momento oportuno, que acaba sendo arcado pelo financiamento público, no mais das vezes.

Então, talvez fosse o caso de... A vista é realmente oportuna, para que se possa pensar, talvez, em aprimorar de alguma forma o projeto, sem embargo de reconhecer aqui as virtudes dele e as boas intenções do autor e do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedida a vista, passo ao item 7:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3181, DE 2025

- Não terminativo -

Cria funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

É um projeto da relatoria da Professora Dorinha Seabra, que já passou na Câmara dos Deputados e vem do Superior Tribunal de Justiça.

Com a palavra V. Exa., Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Vou direto à análise, Sr. Presidente.

De acordo com a disposição do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ deve examinar as matérias que lhe são submetidas.

O art. 96, II, da Constituição Federal confere aos Tribunais Superiores competência privativa para iniciar o processo legislativo dos projetos que versem sobre a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.

O PL nº 3.181, de 2025, atende plenamente a essa regra de iniciativa reservada, tendo em vista que o seu autor é o Superior Tribunal de Justiça. Podemos registrar, dessarte, que a proposição em exame se amolda às normas e princípios constitucionais pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O exame da juridicidade da proposta revela que as medidas nela previstas se encontram aptas para uma inserção harmônica no ordenamento jurídico em geral e nas normas que disciplinam a organização do Poder Judiciário da União, em particular. Com respeito à regimentalidade da proposição, de igual maneira, não se verificam embaraços ao seguimento de sua tramitação.

No mérito, somos favoráveis ao projeto.

O PL nº 3.181, de 2025, mostra-se juridicamente adequado e fiscalmente responsável, ao propor a criação de 330 funções comissionadas de nível FC-6 no quadro de pessoal do STJ, todas destinadas aos gabinetes de ministros. A medida atende a uma necessidade concreta da Corte, consistente na valorização e retenção de servidores qualificados para o exercício de atividades de alta complexidade, com reflexos diretos na celeridade e na qualidade da prestação jurisdicional.

Do ponto de vista orçamentário, a proposta não implica aumento do limite de despesas primárias, estando integralmente compatível com o teto orçamentário do STJ e com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, os impactos financeiros encontram-se dimensionados e absorvidos no planejamento orçamentário do Tribunal, sem necessidade de suplementações.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 3.181, de 2025.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Rogerio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, este projeto cria cargos em comissão, novos cargos lá na estrutura do STJ, e nós estamos num momento em que vemos o tamanho superlativo dos orçamentos do Judiciário, que têm crescido ano a ano, e também tem crescido o que nós chamamos de ativismo judiciário, tem crescido o que a gente tem chamado de excesso de judicialização, que tem travado a economia brasileira, que tem gerado instabilidade e insegurança jurídica. É claro que necessariamente o que eu estou falando aqui não tem a ver, de uma forma direta, com a questão de criação de cargos, mas tem a ver com o funcionamento do Judiciário brasileiro.

Estou inclinado a pedir vista do processo, para que eu possa me debruçar sobre ele e verificar se, de fato, a estrutura do Superior Tribunal de Justiça, que é uma estrutura grande, é uma estrutura potente, de fato, tem necessidade desse acréscimo tão substancial de novos cargos em comissão.

Isso é agravado com o fato de que nós estamos, evidentemente, sob um regime de catástrofe, do ponto de vista fiscal. O nosso Instituto Fiscal Independente mostrou, há pouco tempo, que nós vamos crescer provavelmente 11 pontos percentuais da dívida em relação ao PIB. Quando nós assistimos a ações reiteradas do Governo Federal, no sentido de propor novos programas, quase todos eles com viés eleitoral, com viés populista, que não têm sustentabilidade e principalmente não têm contrapartida de receitas – ou seja, você pressiona ainda mais a questão fiscal, aumenta a dívida pública, impede a diminuição da taxa Selic e penaliza a economia como um todo –, é necessário que nós tenhamos mais cuidado na apreciação de projetos como este.

Claro que a Profa. Dorinha faz um excelente relatório, faz o seu trabalho como Parlamentar, debruça-se sobre o tema, verifica a questão da juridicidade, a questão da constitucionalidade, mas eu gostaria de ter mais um tempo, pelo menos mais uma semana, para, observando esse projeto – já fui orientado aqui pelo nosso assessor de que isso não vai gerar nenhum prejuízo do ponto de vista formal de prazo –, na próxima semana, a gente, com maior segurança, possa votá-lo.

Então, eu peço vista do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora Dorinha quer...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Não, é... Bom, é regimental, e eu não sei se tem alguma implicação funcional, porque, ontem, houve um pedido em relação a esse tema, tanto que foi feita essa inclusão.

Ao mesmo tempo, em particular, lógico, vejo que a decisão da solicitação dos cargos é privativa do tribunal, uma vez que o fato de nós termos várias preocupações com o funcionamento do Judiciário, assim como temos também com o próprio Legislativo, desde que dentro do orçamento, do previsto e sem suplementação, penso que é uma questão até de respeito institucional.

Então, é a minha visão, uma vez que acho que as questões muito pertinentes que o Senador Rogerio Marinho coloca em relação à questão do Judiciário – ativismo, superposições de papéis – não se afetam neste tema que está sendo discutido, porque ele atende legalmente o critério de solicitação feito aqui, uma vez que está dentro da previsão e dentro do orçamento do próprio tribunal.

Era só nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Pedido de vista coletiva... A matéria será pautada na próxima reunião, na próxima quarta-feira, para essa observação.

O Senador Angelo Coronel pede a retirada do item 4 da pauta. Eu atendo, como pede, a retirada.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 315, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.)

E o próximo... O Senador Veneziano Vital do Rêgo não está presente? (*Pausa.*)

Mas ele volta? (*Pausa.*)

Então, com a presença do Senador Randolfe Rodrigues, em turno suplementar... e acho que em acordo com o Senador Carlos Portinho, o Projeto de Lei 680, de 2024, terminativo. Eu passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues. É o projeto dos taxistas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É a dobradinha.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Só um registro rápido. A gente vê aí o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até que enfim a dobradinha Portinho e Randolfe.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ...e Randolfe, organizados aí ambos com o mesmo tom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Com a mesma ênfase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nada é impossível, está vendo? Nada é impossível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Só para lhe dizer que não é a primeira, viu?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não é a primeira... (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – O Marinho que se cuide.

Sr. Presidente, vêm à análise desta Comissão de Constituição e Justiça as Emendas nº 5-S e nº 6-S, apresentadas em turno suplementar, ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 680, de 2024, de autoria de S. Exa. o Senador Weverton.

Na 30ª Reunião, Extraordinária, da CCJ, realizada em 24 de setembro do corrente ano, a Comissão aprovou o relatório de minha autoria, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 680.

Tendo em vista a aprovação do projeto nos termos do substitutivo, ficou a matéria sujeita a turno suplementar e foi aberto prazo para emendas em turno suplementar até o final da discussão, conforme preconiza o Regimento Interno do Senado Federal.

Em 25 de setembro, foi apresentada a Emenda nº 5-S, de autoria S. Exa. o Senador Carlos Portinho e, em 26 de setembro, S. Exa. apresentou a Emenda nº 6-S.

Entendemos que a Emenda nº 5-S, de autoria do Senador Carlos Portinho, deve ser acolhida. A proposição confere maior segurança jurídica e relevância social ao prever que, em situações de impossibilidade absoluta de continuidade da atividade, seja admitida a indicação de terceiro pelo próprio outorgado ou por seus familiares em caso de falecimento. A medida assegura a manutenção do serviço e, ao mesmo tempo, protege a subsistência da família do taxista, garantindo meios de preservação da renda diante da morte do profissional. Trata-se, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de solução que harmoniza a tutela do interesse coletivo com a dignidade da entidade familiar, em consonância com os princípios constitucionais da função social e da proteção da família.

Entendemos ainda que a Emenda nº 6-S, de autoria do Senador Portinho, deve também ser acolhida. A proposta confere prazo razoável de seis meses para que os taxistas em atraso com vistoria ou renovação da licença regularizem sua situação, evitando sanções imediatas e desproporcionais. A medida prestigia os princípios da razoabilidade e da eficiência da administração pública (art. 37, *caput*, Constituição Federal), assegurando a continuidade da prestação do serviço.

Diante desse exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação das Emendas 5-S e 6-S, ambas apresentadas em turno suplementar, ao Substitutivo ao PL 680, de 2025.

Feita a leitura, este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Preciso fazer um registro e um agradecimento ao Senador Randolfe, que, durante toda a tramitação deste projeto, foi muito solícito ao setor, que acompanha aqui todas as sessões, esperando a sua aprovação, e que certamente fará o mesmo na Câmara, mas não só por receber o setor, Senador Randolfe, por também compartilhar a discussão do texto e o seu aperfeiçoamento comigo.

Eu pude endereçar algumas sugestões já acatadas, e estas últimas duas, a Emenda 5-S e a Emenda 6-S, são fundamentais e contaram com a sensibilidade do Senador Randolfe, na medida em que a gente não pode desconsiderar que, enquanto o taxista está na sua jornada diária, existe uma família em casa, cujo sustento depende da sua força de trabalho. Sendo esse taxista homem ou mulher, sendo o chefe da família que está em casa homem ou mulher, é importante reconhecer o direito da herdeira, do herdeiro, da viúva, quando do seu passamento. E, com relação a outra emenda, que é um ajuste realmente necessário e acatado, isso vai dar chance àqueles que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ociosos há algum tempo, porque não fizeram sua vistoria, porque estão com problema financeiro, porque precisam consertar o seu táxi: que eles ganhem seis meses para fazê-lo e possam se adequar, assim, a essa legislação, garantindo os seus direitos. Muito obrigado, Senador Randolfe, pela sua sensibilidade em incluir isso no texto.

E por essa parceria eu agradeço a toda a CCJ e peço a aprovação deste projeto, que certamente trará segurança, segurança jurídica aos profissionais autônomos, aos motoristas de táxi. E falo especialmente aos da minha cidade que prestam um serviço essencial como concessionários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

E eu agradeço a V. Exa., Senador Portinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Senadora Dorinha, Senador Izalci, Senador Alessandro, como seria bom se o Senado tivesse este comportamento todo dia, toda hora, toda hora: entendimento, conversa, sem extremismo, sem reações, que pudéssemos contribuir bastante para o Brasil. Como seria bom! Parabéns, Portinho, parabéns, Senador Randolfe. Sabem por quê? Porque isto nos deixa feliz: a conversa, o entendimento, Senador Otto. E nós somos da política, não adianta a gente dizer... A gente é da política, a política é para fazer mesmo o entendimento. É o entendimento. Fico feliz! Que matérias como esta se repitam várias vezes, que a gente possa ter entendimento, independentemente de posições políticas e ideológicas, que seja para o bem da sociedade brasileira e para o bem do nosso país.

Parabéns aos dois.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o que nos une, é isso que a gente tem que buscar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero agradecer ao Senador Omar Aziz neste momento ternura. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Amor e ternura. Acho que vai subir até um fundo musical aqui, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É a inspiração da Bahia, Presidente, inspiração da Bahia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Presidente Otto escolheu a dedo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – São os bons ventos da Bahia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... escolheu a dedo a pauta. Ele alcançou o objetivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – São os bons ventos da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não havendo...

A Senadora Dorinha deseja discutir a matéria ou não? (*Pausa.*)

Não.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, eu consulto os Srs. Senadores e Senadoras sobre se podemos realizar votação única para o substitutivo e as emendas, nos termos do parecer. É terminativo e é matéria por votação nominal. (*Pausa.*)

Se todos concordam, nós vamos fazer a abertura do painel para votação.

Está aberta a votação no painel, para votação dos Srs. Senadores e Senadoras.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha Seabra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma manifestação. Eu acabei de receber um vídeo sobre o qual não sei nem que palavras utilizar.

Uma Vereadora do interior do Amazonas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vi. Lamentável.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... fez um pronunciamento lamentável – Betinha é o nome dela; Elizabeth, mas Betinha –, em que ela na tribuna coloca que a mulher merece apanhar, na ideia de que a mulher dá causa e é justificável ela apanhar. E depois ela ainda continua piorando a situação, porque ela diz que, em muitos casos, a mulher simula a agressão. Ela dá esse entendimento.

Então, não é o fato da... Quer dizer, é gravíssimo imaginarmos que homem ou mulher tenham esse entendimento, e uma pessoa que deveria representar não só as mulheres, porque nós estamos aqui... Eu tive milhares de votos de colegas, de homens. Então, essa é a nossa representação enquanto ser humano.

Eu não poderia deixar de mencionar o meu repúdio em imaginar uma questão que vem da educação, do berço, da formação. Eu sei que em... Acho que nem... Nunca imaginei poder ouvir isso de uma tribuna, com uma Vereadora falando isso, em que ela justifica que a mulher merece apanhar – até acredita nisso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu ia até sugerir, Senador Otto, à Senadora Dorinha, que puxa essa iniciativa, a gente poder fazer uma moção de repúdio e aprovar, nesta tarde, no Plenário. Eu fiquei escandalizado com o que eu vi. Não sei nem como é que os colegas não a interditaram, não a impicharam, porque aí que está... O Parlamentar tem o direito de fala, mas ele também sofre as consequências. Abriria um processo no Conselho de Ética e sofre as consequências. É assim que eu penso: não é lá no STF, não; é lá no Conselho de Ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha sugestão, Senadora Dorinha, é que a gente possa hoje levar a Plenário uma nota de repúdio ou uma moção de repúdio que seja encaminhada à Câmara Municipal dessa cidade.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Farei isso como Líder da Bancada Feminina.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Realmente foi uma fala muito infeliz. É lá do Município de Borba, no interior do Amazonas. Depois a Vereadora fez um outro vídeo pedindo desculpa e tal, mas eu acho que isso não justifica. Não há justificativa para você dizer que alguém, que seja homem ou mulher, merece apanhar, não tem justificativa. Nem homem, nem mulher, nem criança, nem ninguém. Esse negócio de dizer que o cara merece apanhar... Não, não tem justiça para as coisas que acontecem. Então, é realmente uma falha infeliz, muito infeliz, vindo principalmente de uma mulher, né?

A gente, às vezes, vê alguns machistas aí falarem besteira, mas ofender mulher, desrespeitar mulher... Mas, vindo de uma mulher, é pior ainda.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nem homem, nem mulher, nem criança, nem animal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Muito pior ainda. Apesar de ela ter depois pedido desculpa, mas não justifica a gente propagar ou falar que alguém merece o mal. Nem de homem, nem de mulher, nem de ninguém.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nem animal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Ninguém, de ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está aberta a votação.

Peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam votar. A matéria precisa de votação nominal. E só votaram até agora 13 Senadores e Senadoras. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, em tempo, nossos cumprimentos à nossa querida Senadora Dorinha, pelo natalício, pelo aniversário dela.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Você que não é um colega assíduo e esquece, mas eu sempre lembro, viu? Eu não deixo de lembrar e homenagear.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É falta de educação dizer que uma pessoa está ficando com mais idade. Então eu não pergunto a idade nem nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Mas ela continua jovem, é mudança de primavera.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Muita saúde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Merece todos os parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Muita saúde. É só isso.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dezessete Senadores já votaram. Senador Randolfe, está seguro da votação? Podemos abrir o painel? V. Exa. tem responsabilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu me fio nos números do Portinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vai ser 17 a 0. Pode abrir.

Dezoito a zero.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seja sempre prudente nesses casos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Cadê o Angelo Coronel?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele era Relator e pediu para se retirar. (*Pausa.*)

Já temos 18 votantes, já é suficiente, e o Senador Randolfe avaliza isso, portanto, determino a abertura do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou encerrar a votação aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o substitutivo, em turno suplementar, e as Emendas nºs 5-S, da Comissão de Constituição e Justiça, e 6-S, da CCJ. (*Palmas.*)

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues; o Senador Carlos Portinho, que deu uma contribuição muito grande, com esse compromisso que ele tem com esse setor, que é importante, que transporta os brasileiros; todos os taxistas, eu parabenizo a todos...

A matéria está aprovada e, sem dúvida nenhuma, faz justiça a todos os trabalhadores desse setor.

Portanto, eu passo agora ao item 5, que é do Senador Veneziano Vital do Rêgo. Ele foi à Comissão de Assuntos Sociais e ficou de comparecer e voltar para relatar esse projeto, que é de autoria da Senadora Leila Barros, que fez aniversário ontem – eu a parabenizei.

O Senador Vital do Rêgo é o Relator do projeto. É um projeto para caracterizar, entre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.

Não sei se o Senador Randolfe Rodrigues poderia relatar, *ad hoc*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Pronto, com o maior prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... o projeto da Senadora Leila Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É o item, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o item 5.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É nominal. (*Pausa.*)

Essa matéria é terminativa.

Vamos aguardar o... Dê uma ligada para o Senador Veneziano.

Vamos aguardar, enquanto o Senador chega, o Senador Veneziano.

Olá, meu amigo, Senador representante do Pará, onde vai ter a COP 30. Já arrumou lá os hotéis? Está tudo pronto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jader Barbalho, da COP 30, e o nosso Governador que tem um destaque muito grande, hoje, no cenário nacional, filho do Senador Jader Barbalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É o item 5, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hum?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É o item 5?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 5. É. (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 116, DE 2020

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo, com autoria da Senadora Leila Barros, que ontem fez aniversário. Foi aniversário dela ontem, e o projeto dela vai hoje à votação, com a relatoria do nobre Senador da Paraíba, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, meu querido e estimado Presidente.

Eu quero pedir desculpas a V. Exa. e aos nossos companheiros. Bem sabe que nós estivemos aqui mais cedo, inclusive tratando também de fazer a leitura, por designação da Presidência, na condição de Relator *ad hoc* de uma proposta do Senador Eduardo Braga, mas eu tive que me retirar em razão de estarmos na CAS tratando sobre uma matéria também de suma importância que versa, Senador Randolfe, Líder querido, sobre a aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. E eu tive a honra de poder ser seu autor e participei agora da segunda etapa, que foi a sua aprovação, depois que saiu da CAE. Por essa motivação é que eu me atrasei um pouco, mas sem deixar de vir aqui cumprir, com muita alegria e satisfação, a leitura, na condição de ser o Relator, do projeto de iniciativa da nossa estimada aniversariante do dia de ontem, nossa sempre campeã no esporte e campeã também pelo grande desempenho que vem demonstrando e desenvolvendo na condição de Parlamentar, nossa companheira Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Tendo parecer aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o PL nº 116, de 2020, vem agora à CCJ para decisão terminativa.

No que concerne ao exame da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da presente iniciativa, cumpre registrar que, nos termos do art. 48, *caput*, da nossa Lei Maior, cabe ao Congresso, com a sanção presidencial, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Outrossim, cabe recordar que o art. 226, §8º, da Constituição, preceitua que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

E foi com fundamento no art. 226, §8º, da Constituição Federal, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e em outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil que o Congresso Nacional aprovou a Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse sentido, os incisos II a V do art. 7º da Lei Maria da Penha descrevem diversas formas concretas que assumem a violência doméstica e familiar contra a mulher, especificando as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

O presente projeto de lei objetiva acrescentar parágrafo único ao art. 7º em tela, para deixar expresso que as diversas formas de violência descritas no artigo podem ser perpetradas por quaisquer meios, inclusive meios eletrônicos.

Conforme entendemos, é oportuno e meritório o acréscimo que está sendo proposto, pois, como é sabido, infelizmente tem crescido exponencialmente a utilização de meios eletrônicos para a prática de toda sorte de abusos e violências, inclusive os abusos e violências contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, deixar expresso na Lei Maria da Penha que a prática socialmente inaceitável da violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser efetuada com a utilização de meios eletrônicos contribuirá favoravelmente, tanto para coibir mais efetivamente essa prática deletéria como também favorecerá a devida repressão dos que praticam essa espécie de violência.

Voto, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Em face do que nós expusemos, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 116, de 2020, e votamos, no mérito, pela sua aprovação, Presidente, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., parabenizo-o pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça. Eu vou abrir aqui a votação, para que os Srs. Senadores e Senadoras possam votar. E eu peço aos Senadores que estão no sistema remoto que possam também comparecer pelo sistema remoto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria precisa de, no mínimo, 14 votos favoráveis. É uma matéria importante que atende a uma iniciativa da valorosa Senadora pelo Distrito Federal, Senadora Leila Barros, em defesa dos direitos das mulheres e de também uma iniciativa que vai, sem dúvida nenhuma, inibir essas ações todas, através do sistema eletrônico, da internet, com graves problemas para todos aqueles que condenam essa iniciativa, que é uma iniciativa que deve ser rejeitada, inclusive pelo projeto de lei da Senadora Leila Barros.

Aqui eu a parabenizo. Ontem ela fez aniversário, estava em família, mas já está hoje no Senado Federal trabalhando e respondendo, com o seu trabalho, aos seus representados no Distrito Federal, em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Já votei aqui, acompanhando o relatório, naturalmente. Parabéns! É apenas para registrar a boa iniciativa da Senadora Leila, porque nós vivemos a era da tecnologia, e ela traz a Maria da Penha digital, né? Então, entrando aí, enquadrando na era da tecnologia aqueles que cometem abusos, violência contra a mulher. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo o Senador Carlos Portinho, e solicito aos Srs. Senadores e Senadoras que possam exercer o voto.

Essa matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, de tal sorte que precisamos de, no mínimo, 14 votos favoráveis para aprovação da matéria.

A votação está aberta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, há outro tema, enquanto votamos aqui, mas é um tema muito pertinente a esta Comissão e sei que tem o apoio de V. Exa.

Senador Izalci, precisamos votar o fim dos supersalários. Isso é fundamental, e me espanta que... Agora acabei de receber – não sei se os colegas receberam e já perceberam – a matéria do *Metrópoles*, matéria do Luís Vassallo e Ramiro Brites: "Mensagens expõem briga por penduricalhos no MPSP: 'Só quero pagar contas'". Diz o Procurador que ele só quer pagar as contas, e para isso, na matéria, ele diz que ele quer ter um salário igual... E deveria ter, né? Mas deveria ter para baixo, né? Deveria ter sem penduricalhos. Ele quer ter um salário igual dos magistrados Desembargadores de São Paulo, que andam de Porsche. E ele diz na matéria que não é um só, não. E teve um almoço aí em que eram os quatro carros semelhantes. Essa matéria acabou de subir, de entrar no portal *Metrópoles* e ela nos alerta para esse problema, que é gravíssimo, que está sangrando o contribuinte, que são os penduricalhos dos magistrados, os supersalários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a solução está aqui num projeto. Se não é o texto que veio da Câmara, a gente precisa andar, aproveitar um momento ternura desse, Senador Otto, e alcançar um consenso sobre esse tema.

Eu peço isso encarecidamente. Farei o mesmo, o Relator é o Senador Eduardo Gomes, do PL, vou procurá-lo mais uma vez para que ele traga o seu relatório ou traga uma audiência pública. Vamos discutir, porque agora não é só a sociedade que está em conflito também nesse tema com o Poder Judiciário, mais uma vez, mas são as próprias instituições do Poder Judiciário, como o Ministério Público de São Paulo. Mas não é querer ter o mesmo penduricalho, é querer que aquele penduricalho que não é legal tenha fim, e aí o magistrado receba no teto o mesmo que as outras carreiras e que nós mesmos, que não temos penduricalhos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero também reforçar essa fala do Portinho. Eu, ainda como Deputado Federal, discuti essa matéria na Câmara por diversas vezes. Esse projeto entrou e saiu da pauta lá na Câmara pelo menos umas dez vezes. Conseguiram, então, chegar a um consenso e mandar aqui para o Senado.

Eu me lembro de que, ainda na Presidência do Senador Rodrigo Pacheco, ele também por diversas vezes nos reuniu, os Líderes, e colocaria na pauta, inclusive estava mais ou menos engatilhado com aquela questão do Judiciário, e a coisa foi para a gaveta, né? Então, se V. Exa... Aproveitando aqui a Liderança do Governo também, a gente precisava realmente dar uma resposta, se vai votar, quando, porque de fato é muito urgente, porque a gente vê absurdos, principalmente na Justiça, nos tribunais, pagamento de valores absurdos para esses penduricalhos que foram colocados. Então, eu também gostaria muito de votar essa matéria o mais rápido possível.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, hoje estamos em amplo consenso nesta Comissão de Constituição e Justiça. Quero fazer coro com meus colegas: é uma das urgências. Nós estamos num dia em que a Câmara dos Deputados está votando a isenção do Imposto de Renda para fazer justiça tributária, possibilitando que 90% dos brasileiros não paguem mais imposto, para que 115 mil possam pagar um pouco mais. Eu acho que faz parte desse processo também. Não é justo nós termos no serviço público uma casta privilegiada com salários, com vencimentos ao longo do ano, um conjunto de penduricalhos que muitas vezes vão até R$200 mil mensalmente, enquanto outros no mesmo serviço público, muitas vezes, não têm vencimento que chegue a R$5 mil.

Então, eu acho que essa é a outra parte, Sr. Presidente. A Câmara hoje vai dar um passo importante de justiça tributária, votando a isenção do Imposto de Renda para 90% dos brasileiros que pagam Imposto de Renda. Eu acho que a segunda reforma que é necessário ser feita, e eu quero fazer aqui coro com os colegas, é estabelecer claramente no serviço público um limite para os supersalários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar.

Esse projeto é terminativo. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, sem querer insistir muito, mas, como há consenso aqui de oposição e Governo, há alguma dificuldade em pautar esse projeto por parte de V. Exa., como Presidente da Comissão? Ou não? Sem querer pressionar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu respondo a V. Exa. Nós temos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, dois projetos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão na direção desse tema, que foi corretamente abordado pelo Senador Carlos Portinho, pelo Senador Randolfe Rodrigues e por V. Exa.

Tem a PEC 10, que, inclusive, na época, se eu não me engano, foi encaminhada através do próprio Senador Rodrigo Pacheco, que foi Presidente desta Casa duas vezes, que estabelece o quinquênio. Ela não foi apreciada e tem como Relator o Senador Eduardo Gomes. Da mesma forma, esse projeto que veio da Câmara, que é o Projeto 2.721, está sob a relatoria do Senador Eduardo Gomes.

O Senador Carlos Portinho falou de uma forma, acerca de uma proposição, com que eu concordo plenamente, que seria abrir o debate, fazer audiência pública e estudar essa matéria para que, se tivesse, de alguma forma, uma proposta, uma letra de lei, atendesse exatamente, mas sempre em concordância, ouvindo também, por exemplo, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, setores do Ministério Público, porque é uma matéria que eu considero relevante, mas precisa ser debatida, discutida, até porque eu não tenho formação jurídica, não sou advogado – pelo contrário, sou médico-cirurgião –, mas valorizo muito o trabalho do Poder Judiciário, do juiz, que dá decisões que podem comprometer a vida de várias pessoas, de um presidente, de um desembargador, de um ministro de Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Justiça. Portanto, eu concordo com fazer uma audiência pública, desde que o Relator, o Senador Eduardo Gomes, que é um Senador muito responsável, que tem relatado matérias importantes, concorde. E eu vou participar dessa audiência pública, trazer aqueles setores que estão interessados, o Ministério Público, o Poder Judiciário, também setores da sociedade civil organizada.

É importante dizer a V. Exa., Senador Carlos Portinho, que eu comungo com a ideia de V. Exa. e do Senador Izalci Lucas, mas essa proposta de emenda constitucional foi uma proposta, inclusive, que foi feita pelo ex-Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, estabelecendo o quinquênio, e tem essa outra matéria, que é um projeto que veio da Câmara dos Deputados. Portanto, eu estou à disposição para, por iniciativa do Relator, marcar audiência pública para apreciar, debater esse tema, estudar bastante. Eu li aquilo que veio da Câmara dos Deputados. Tem algumas observações que eu fiz que merecerão alteração no Senado Federal. É uma matéria que, nascendo lá, retorna para lá. Portanto, de alguma forma, a responsabilidade é muito grande,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até para que o próprio Presidente Davi Alcolumbre converse com o Presidente da Câmara e se estabeleça aquilo que é uma necessidade de alteração da sociedade civil organizada, mas também dos setores representados pelo Ministério Público Federal e pelo Poder Judiciário como um todo. Essa é a minha opinião.

Eu estarei à disposição, para debater, discutir, fazer audiência pública e, depois disso, colocar em votação a matéria, desde que o Relator... E eu respeito muito todos os relatores, todos os relatores merecem o meu respeito, eu não posso, de maneira nenhuma, atropelar absolutamente nenhuma relatoria, que é do tempo de cada relator – como é quando é do meu tempo também –, e colocar em votação. Portanto, eu vou aguardar que o nobre Senador pelo Estado do Tocantins, Senador Eduardo Gomes, possa tomar a iniciativa nesse sentido.

Então essa é a minha posição, Senador Izalci Lucas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – E se me permite, Sr. Presidente – e a sua posição V. Exa. já tinha colocado aqui, bem franca, favorável ao andamento do projeto, quero registrar –, se me permite, houve, na gestão do Presidente Pacheco, quando esses dois assuntos chegaram à reunião de Líderes, acho que o Senador Randolfe vai se lembrar... Nós havíamos encaminhado inclusive uma proposta de acordo, que seria: votar aqui na CCJ o fim dos supersalários, com um texto em que se alcançasse um consenso; segurar a votação do fim dos supersalários no Plenário; votar aqui, no mesmo dia, na CCJ, o quinquênio, que é razoável para uma progressão de carreira – não dá para um juiz que acabou de passar num concurso também ganhar a mesma coisa que um desembargador que está há 15 anos fazendo a sua trajetória –, votar aqui o quinquênio; votar no Plenário o quinquênio, porque o quinquênio ainda vai para a Câmara. Quando a Câmara devolvesse, votaríamos numa única sessão o fim do supersalário, que já estaria lá no Plenário do Senado aguardando, e o quinquênio, que estaria. E assim a gente poderia estabelecer um teto, que é o teto de todo o serviço público, que é o máximo do STF, que é o nosso teto aqui, que deveria ser para toda a carreira, e, de alguma forma, considerar a progressão da carreira do magistrado através do quinquênio – seria esse talvez o único penduricalho, ou algum outro que a gente possa até manter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, por exemplo, o juiz que funciona em mais de uma comarca, que está suprindo a falta de um juiz em outra comarca, que está acumulando, eu acho que ele deveria ter – sempre achei –, ele está trabalhando por dois. Errado, na minha opinião, é não ter o concurso e ele ter que acumular; mas se acumula, eu acho até justificável. Agora, a gente tem, por exemplo, casos de penduricalho que são absurdos. O auxílio-moradia para o desembargador, para o juiz que mora no Rio de Janeiro. Ele não foi ou ele já mora no Rio de Janeiro, ele exerce sua função no Rio de Janeiro, é a sua cidade de origem, por que ele vai ter auxílio-moradia? Como é que se justifica isso? Isso é só um dos exemplos. Se ele for morar em outra comarca, isso até se justifica.

Então eu acho que a gente pode formar consensos aqui no projeto do fim do supersalário e cumprir esse acordo. Porque a magistratura é uma carreira brilhante, eu sou advogado, advogado de contencioso, de tribuna, tenho o maior respeito pela magistratura. Inclusive, considero – e venho pensando muito sobre isso – que o auge da carreira da magistratura deveria ser o STF, e hoje não o é necessariamente, por conta das formas de escolha que a gente, passando pelos últimos dois Governos, já viu que precisam ser alteradas. E eu espero que em breve a gente também enfrente esta discussão, as indicações para o STF. Eu entendo que o STF deveria ser o auge da linda carreira da magistratura, que, infelizmente, acaba arranhada por conta dessa discussão de penduricalhos e algumas outras questões que não dizem respeito ao magistrado, àquele que passou em concurso, que entrou pelo quinto e que progrediu na sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Magno Malta deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma hora o país está em crise, outra hora, vamos taxar os super-ricos, e, numa outra hora, vamos criar mais penduricalhos para o Judiciário. Isso é de uma desfaçatez impressionante.

Nós estamos diante de quadros dantescos de assalto no Brasil, Senador Portinho. No caso do assalto do INSS, anteontem ou ontem, nós ouvimos o Presidente da Conafer. Esse cara foi capaz de tirar de pessoas simples, ribeirinhos, simplesmente R$1 bilhão, gente morta, criança com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nove anos de idade fichada. Tome uma providência, STJ, nos ajude. Porra, esses caras só querem mamar.

Vamos taxar os super-ricos. Quem são os super-ricos? Super-rico, para mim, é quem compra uma mansão de US$22 milhões à vista nos Estados Unidos, porra. Quem são os super-ricos, porra? Quem compra uma mansão aqui no Lago Sul por 12 milhões, 15 dias atrás? Estão no Supremo, mas, como eles aprenderam a pressionar e o Congresso não reagir, é igual menino desobediente. Você não o corrige na primeira vez, na segunda vez, ele desobedece.

Quando, em 2005, não sei se o Senador Jader estava em 2005 aqui também comigo, acho que os mais antigos somos nós dois aqui de Senado. Você estava em 2005? Da eleição de 2003, tomamos posse em 2003?

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. *Fora do microfone*.) – Acho que sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, V. Exa. se lembra de que, a partir de 2004, eu comecei a falar de ativismo judicial. Entre na internet e vai encontrar meus discursos. Um dia eu me lembro, Senador Otto, o Senador Renan era o Presidente desta Casa – o Senador Jader lembra, tudo que falo, eu evoco testemunha, porque não minto –, de que eu estava fazendo um discurso na tribuna e o Supremo Tribunal, mais uma vez, no seu ativismo, estava agindo contra esta Casa. Lembro-me que, ao encerrar meu discurso, o Senador Renan mandou me chamar lá na Presidência. Eu fui e ele me disse: "Estou formando hoje uma Comissão para investigar os supersalários". Criou a Comissão, me lembro de que ficou como Presidente a Senadora Kátia Abreu, eu queria que tivesse sido eu. E eu falei: "Marque a primeira reunião com a Presidente do Supremo", Petecão, "que é a Ministra Cármen Lúcia". Supersalários. Marcamos, Senador Otto, e fomos lá. E ela convidou o decano, porque o decano já era Gilmar, para discutir supersalários.

E eu disse a ela na ocasião: "Sabe por que esses desembargadores fazem farra, os juízes, e eles aumentam seus próprios salários?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Petecão, você sabe por quê? Sabe? Onde é que tem um fundamento? Onde está o fundamento dessa ousadia toda? Senador Jader sabe? Eles aumentam por conta de uma liminar do Fux – uma liminar *ad eternum*. Aí eles pintam e bordam.

"Escândalo não sei onde", "Desembargadores vendendo sentença". É desembargador, é ministro de STJ, é ministro disso, daquilo, que têm uma vida social, patrimonial, para além daquilo em que eles são servidores públicos.

Agora querem mais cargos, mais nomeações para apaniguados. E você acha que isso é isolado? O STJ tomou essa decisão sozinho? Não! Isso é combinado com o Governo. Penduricalhos!

E o problema é que, na hora de votar um troço desse, você começa a receber telefonemas de autoridades, de ministros, com a voz mansa: "Meu amigo, tem um projeto aí nosso, é que...". Está rindo de quê, Petecão? Recebeu o telefonema, né? Tentaram ligar para mim também.

Só que comigo eu não atendo, irmão, comigo o buraco é mais embaixo. Liga para todo mundo, faz pressão, mas não liga fazendo pressão, não, é melhor que fizesse. "V. Exa. sempre foi cortês com a corte, lá tem um projeto nosso". Isso é um absurdo – isso é um absurdo!

Ontem fizemos uma reforma tributária. Fizemos não, que eu votei contra. Um verdadeiro compêndio ideológico. É tão ideológico que, ao encerrar a votação, a última palavra é o agradecimento ao Presidente Lula. Faz-se investimento na indústria, mata-se o consumo que está no meio, destrói a classe média, põe ela como pobre, e o pobre vira miserável.

O STJ tinha que pedir muito perdão para a sociedade brasileira por tanto bandido que bota na rua. E não será com o meu voto, que mais penduricalho, para que apaniguados sejam colocados, segundo eles, em posições estratégicas. Essa gente que é apaniguada, eles são muito mais inteligentes e preparados do que qualquer outro ser humano na face da Terra.

Eu fico muito entristecido e muito envergonhado com tudo isso. Não é o momento.

Está aí o Ministro Gilmar Mendes dando entrevista, todo sentido, porque o Senado Federal, o Congresso Nacional, não legisla, nós somos obrigados a mexer no art. 19 do marco da internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, eu estou até com raiva, que eu vou concluir mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Art. 19, do marco civil da internet.

E uma palavra: o Congresso Nacional precisa legislar para proteger os Ministros do Supremo. Proteger quem, cara pálida? Vocês mandam em tudo!

Sr. Presidente, acho isso aqui uma vergonha. Voto contra e falo aos senhores companheiros Senadores: hoje, esse é o medo do povo, porque ele sabe de tudo. Eles querem parar as redes sociais, e quem colocou as plataformas na posição que elas estão hoje – eles esqueceram – foram eles. Mas isso é uma rede formada no mundo inteiro.

O Ministro Gilmar Mendes, no Pleno – eles rindo e falando sobre o que eles acreditam –, disse: "Nós que somos admiradores do regime chinês, do Judiciário chinês".

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós vamos esperar o quê? Que pobre fique mais pobre, a classe média se ferre. Vamos inchar o STJ e temos um Supremo cujo orçamento custa mais caro do que o de diversos países no mundo. E não há qualquer tipo de respeito a esta Casa. Se esta Casa não se impuser, não serão eles que vão parar.

Porque um menino, quando faz uma malcriação na Bahia, é maluvido – V. Exa. sabe que é assim que se chama, "ô menino maluvido" e tal. E se a mãe não corrige o maluvido, ele faz de novo. Se a mãe não corrige, o maluvido, depois, vai dar um chute na canela dela na frente de todo mundo. É assim que o menino maluvido, desobediente, faz. E não tomaram providência com esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menino maluvido, que foi fazendo desobediência, desobediência; cresceu esse monstro que ninguém mais pode segurar.

Voto contra, acho uma vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está votando contra essa matéria? Porque a matéria que está aqui é a matéria da Senadora Leila Barros. V. Exa. pode votar no painel.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Não é a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, essa foi tirada de pauta, com vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está encerrada a votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Determino à mesa que possa abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero fazer uma correção. Eu fui traído pela minha assessoria, né?

Veja, foi tirado de pauta, mas é o que eu penso sobre a matéria. É o que eu penso. Achei que estava em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria não está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não, Sr. Presidente, só corrigindo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. não foi traído por nada. V. Exa. sempre é o mesmo Magno Malta, veemente, decidido. Portanto, absolutamente não votou contra a matéria, e a encerramos já.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu era o último orador, e a minha assessoria disse: "Olha, está discutindo o CNJ, o Supremo Tribunal Federal".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não. Qualquer um comete um erro, erra, mas é tranquilo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, eu vou perdoá-lo, meu assessor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria da Senadora Leila Barros está aprovada com 22 votos favoráveis, em caráter terminativo.

A matéria será encaminhada à Mesa do Senado Federal para providências cabíveis.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero me dirigir aqui aos colegas. Eu conversei agora com o Senador Flávio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu declaro o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno, o Senador Portinho está com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não, não. Não, mas ele passou para mim, para declarar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa., para concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sou a favor da matéria que estava, porque é meritória.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Apesar da confusão que minha assessoria fez, f fica meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Magno Malta não votou contra as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não votou contra as mulheres, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é importante. Por isso que eu dei o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, está tranquilo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu quero aqui falar sobre um assunto importante, um projeto de lei importante que a gente começou a discutir aqui, hoje, Senador Magno, e que eu e o Senador Flávio – só nós dois – pedimos vista. Foi dada a vista coletiva, mas, ainda no decorrer desta sessão, eu conversei com o Senador Flávio, e o projeto, originalmente, trata da propaganda eleitoral em braile, do material de campanha em braile – projeto original do Romário, quando ainda era Deputado, que veio para cá –, e aí tem outra questão que foi incluída nele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não prejudicar essa iniciativa bacana, a gente pode muito bem, se tiver que ajustar o texto, emendar em Plenário, porque ele ainda volta para a Câmara. Para não atrasar, considerando que qualquer alteração na lei eleitoral tem que ocorrer até praticamente amanhã, e dar oportunidade de esse projeto fazê-lo, para que seja sancionado no dia 3 de outubro, eu queria encaminhar, com a anuência do Senador Flávio – falo publicamente, porque ele me ligou aqui, chegando a esse termo comigo –, para retirar o pedido de vista deste projeto.

Ato subsequente, Sr. Presidente, eu quero pedir um requerimento de urgência oral, para que vá hoje ainda a Plenário – e aí é um trabalho depois com o Presidente Davi. Mas, aceito o requerimento, que possa ir com urgência a Plenário, tendo que votar aqui esse requerimento, naturalmente, mas por conta do prazo eleitoral e de uma medida que, na sua origem, é muito relevante, que é a questão do deficiente visual, da obrigatoriedade em braile, para que a gente possa vencer isso e valer nas próximas eleições.

Essa questão do prazo nos faz tirar a vista e encaminhar aqui, de forma oral, um requerimento para votação de urgência, para que a gente possa buscar, ainda que seja extrapauta hoje, a sua votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu atendo, como pede o Senador Carlos Portinho, a retirada de vista.

Esta matéria, Senador Carlos Portinho, é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça. A aprovação dela é nominal, em caráter terminativo.

Então, eu atendo V. Exa. no pedido de retirada de vista e, como já tinha sido encerrada a discussão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estava em discussão?

Não tinha sido encerrada ainda a discussão

Eu pergunto se algum Senador quer discutir a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nenhum Senador ou Senadora quer discutir, está encerrada a discussão, e eu passo à votação, abrindo o painel do... (*Pausa.*)

Eu vou abrir o painel para votação em caráter terminativo desta matéria, que é de autoria do Senador Romário, representando o Estado do Rio de Janeiro.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já podem votar. Está aberto o painel. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Weverton, com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, enquanto o senhor está aqui encaminhando a votação, eu queria só lhe agradecer, pedir desculpas porque eu não estava na hora da votação dos taxistas, mas agradecer a esta dileta Comissão, à sua Presidência, que teve essa sensibilidade de pautar esse importante projeto, são quase 600 mil profissionais no Brasil. Hoje nós temos milhares de viúvas desses trabalhadores, trabalhadoras, taxistas. Muitos deles saem de casa, passam 14 horas, Senador Irajá, Senador Jader, dentro desse carro, trabalhando para servir à sociedade e botar comida dentro de casa. E muitos deles, às vezes, não voltam, ou por um acidente, ou por um homicídio, enfim, e aí essa família ficava totalmente desamparada.

Então, com essa garantia de sucessão, de ele passar, autorizar junto ao município outro utilizar essa permissão, isso dá garantia a esses profissionais e a essas famílias, né? Vou colocar um filho, a viúva, um terceiro, parente que possa vir, ou até um amigo que possa vir ajudar a continuar colocando a comida dentro de casa.

O Senador Portinho, na época, ligou para a gente, também dando total apoio a esse projeto. Todos os Senadores que estão aqui, então, muito obrigado aqui – Laércio, Izalci, Magno Malta, todos que ajudaram na aprovação desse importante projeto dos nossos taxistas do Brasil. Eles agradecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto agora vai para a Câmara dos Deputados e eu tenho certeza de que lá os Deputados Federais terão também sensibilidade para conduzir esse importante projeto.

Muito obrigado, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Weverton, eu quero parabenizar V. Exa. Só alguém que é do povo, como é V. Exa., representante do Estado do Maranhão, e que conhece as dificuldades dos trabalhadores do setor de táxi pode ter essa sensibilidade em encaminhar um projeto tão importante, que foi relatado pelo Senador Randolfe Rodrigues, teve a contribuição do Senador Carlos Portinho, mas, sem dúvida nenhuma, era um desejo muito grande de todos os taxistas, não só do seu Estado do Maranhão, que será beneficiado, mas de também outros estados, inclusive estavam vários representantes aqui.

Eu quero parabenizar V. Exa., até porque as pautas relatadas por V. Exa., os projetos relatados por V. Exa., todos eles têm essa iniciativa de atender os seus representados do querido Estado do Maranhão. V. Exa. que é Senador, um dos Senadores mais ativos, mais presentes e também que tem relatado matérias tão importantes para o Brasil e também para o Estado do Maranhão. Parabéns a V. Exa., a matéria foi aprovada e os taxistas do Maranhão vão comemorar hoje, pela iniciativa de V. Exa., Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente, muito obrigado. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já votaram 18 Senadores e Senadoras. Eu determino a abertura do painel para apreciarmos o resultado da votação. Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 17 Senadores; nenhum voto contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Como não há nenhuma outra matéria a ser apreciada...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É possível quebrar esse interstício, e a gente fazer a votação hoje? É porque todo o intuito é a gente aproveitar o prazo eleitoral que ainda é curto. (*Pausa.*)

Na medida em que não houve nem emenda sobre este projeto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, esta matéria terá que ser votada em turno suplementar em outra reunião do Senado Federal. Então, não há como eu abrir e atender o que V. Exa. pede, porque seria...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Minha preocupação é que justamente a gente possa alcançar o prazo da anualidade eleitoral.

Pergunto se é possível requerimento de urgência para que vá ao Plenário em segunda votação ainda hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, é terminativo. O projeto é terminativo aqui na CCJ.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas a gente não conseguiria, com todo o respeito... Desculpe, consulto quem mais sabe. A gente não poderia fazer um requerimento de urgência para votação em Plenário hoje?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas a matéria é terminativa aqui na Comissão de Constituição e Justiça. Daqui, ela, aprovada, já vai direto lá para a Câmara dos Deputados.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, mas aí já passou o prazo do dia 3.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí já venceu o prazo do dia 3 de outubro. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho, eu vou colocar em votação a possibilidade de se realizar o turno suplementar ainda agora, nesta sessão.

O Senado é soberano nessa decisão, e assim eu pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se aprovam a votação do turno suplementar ainda nesta sessão.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o turno suplementar ainda hoje permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o turno suplementar.

Então, eu vou colocar o turno suplementar em votação agora.

Em discussão o substitutivo no turno suplementar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos abrir aqui a votação, porque é nominal. (*Pausa.*)

Nenhum Senador se manifestou oferecendo emendas, então está aprovado o substitutivo no turno suplementar, como pede o nobre Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não é nominal? (*Pausa.*)

Então, não há necessidade de votação nominal, ninguém apresentou emenda à matéria.

Portanto, está aprovado o substitutivo no turno suplementar, em caráter terminativo.

Será encaminhado à Mesa, para encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Não havendo nenhuma outra matéria a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Paulo Paim, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Flávio Arns e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 45/2025 - CCJ, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei n° 2329, de 2021, que "Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos". **Participantes:** Sra Célia Carvalho Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da SNDCA/MDHC (representante de: Macaé Maria Evaristo dos Santos, Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania); Sr. Luis Carlos Vendramin Júnior, Presidente do Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN); e Sr. Milton Santos, Coordenador Executivo Nacional da Coalizão Orfandade e Direitos. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 2.329, que institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs, com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei 13.756, de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos, conforme Requerimento 45, de 2025, de nossa iniciativa.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular dessa forma.

Os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 061 2211. (*Pausa.*)

Convido a Sra. Célia Carvalho Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da SNDCA/MDHC, representante da Ministra de Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, para tomar assento à mesa e proceder à sua exposição por, no máximo, dez minutos. (*Pausa.*)

O SR. CÉLIA CARVALHO NAHAS (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Quero agradecer o convite desta Comissão, na pessoa do Senador Fabiano, e dizer que sempre é uma honra voltar a esta Casa, aqui representando a nossa Ministra Macaé Evaristo, como também a nossa Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sra. Pilar Lacerda.

Eu vou fazer a minha breve autodescrição e me apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou a Célia e sou Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências. Eu sou uma mulher branca, de aproximadamente 1,70m, tenho cabelos cacheados na altura dos ombros, estou usando um vestido azul, um colar rosa de bolinhas e óculos cinza.

Isso é para facilitar para as pessoas que não estão nos vendo, mas que estão nos ouvindo, acho que é sempre importante.

Então, primeiramente, quero dizer que é sempre muito importante e gratificante que a gente, da Secretaria, possa contribuir nos processos de elaboração legislativa que versam sobre a proteção e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em específico, nesse PL que nós estamos discutindo aqui com relação à criação do programa e do fundo de amparo à orfandade, acho que é importante a gente localizar isso dentro da discussão do Ministério e da Secretaria Nacional.

A Secretaria tem uma coordenação específica para debater convivência familiar comunitária, no âmbito de qual coordenação a gente discute também os processos relativos à primeira infância e ao fortalecimento de vínculo com convivência familiar e comunitária. É nesse âmbito da garantia do direito à convivência familiar e comunitária que a gente vai analisar e localizar o PL que diz respeito ao programa e ao fundo de amparo à orfandade.

Nesse sentido, acho importante a gente também destacar o empenho do Governo Federal na discussão e na priorização da primeira infância com o Pacto Nacional pela Primeira Infância. A gente vem fazendo um processo amplo e participativo para garantir a priorização da primeira infância e também, numa parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social, o processo de revisão do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que também versa sobre os processos de acolhimento, convivência familiar, estratégias de proteção às crianças que, porventura, venham a precisar de um amparo coletivo para poderem ter acesso aos seus direitos de convivência familiar e comunitária.

Eu não vou entrar aqui no conceito de convivência, porque eu estou entendendo que a gente tem colaboradores de outras ordens para poder fazer essa discussão, mas acho que é importante a gente sinalizar aqui que é uma posição nossa da Secretaria sempre priorizar, e também está posto em nossas políticas nacionais, a lógica da convivência familiar. Então, a gente pensar sempre na priorização do atendimento ou do acolhimento dessas crianças junto às suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias e junto às suas famílias extensas, se for o caso, e, na impossibilidade disso, como pode ser o caso da orfandade, a gente pensar, antes de pensar nas instituições de acolhimento propriamente ditas, em estratégia do acolhimento familiar, que está prevista em nosso normativo, em nossa política de convivência familiar e comunitária, porque os acolhimentos familiares possibilitam acesso à estratégia de convivência familiar e comunitária mais, digamos assim, efetivo do que o acolhimento institucional em instituições. Nas instituições, a gente falará de um acolhimento de um número maior de crianças; ainda que a gente possa ter uma casa-lar com dez, a gente vai falar de acolhimentos maiores, e, no acolhimento familiar, a gente vai falar de um acolhimento numa família, numa casa. Então, é um núcleo melhor que vai fazer o cuidado dessa criança.

Estou fazendo essa observação porque o PL, nem no fundo, nem no programa, vai explicitar o acolhimento familiar como aquele que pode se beneficiar do programa e do fundo. Então, a gente entende que esse é um ponto importante de entrar na discussão: que o acolhimento familiar também esteja previsto e possa se beneficiar do programa, para que a gente possa ampliar essa estratégia de apoio às crianças e aos adolescentes quando precisarem ser afastadas do seu núcleo familiar direto ou por motivos de violação de direito ou pelo motivo da orfandade. Acho que esse é um ponto muito importante que a gente precisa lembrar, porque é uma estratégia importante da política de convivência familiar e comunitária.

Outro ponto a que a gente do ministério também entende que é preciso trazer mais clareza aqui dentro do PL é quem fará a gestão, a qual ministério estará amparada a gestão, principalmente do fundo. Não tem muita clareza com relação à gestão; sinaliza a questão do acúmulo dos benefícios, fala especificamente do acúmulo dos benefícios de renda mínima, mas não fala de outros benefícios também, como a inter-relação desse benefício que vai ser gerido pelo fundo vai se dar com os demais benefícios que essa família também poderá acumular. Acho que é outro ponto em que é preciso ter mais clareza, para que o gestor consiga operacionalizar o apoio a essas famílias de uma forma efetiva e mais direta. Acho que esses são pontos importantes aqui.

Outro ponto singelo que eu acho é o do debate que a gente sempre vai trazer é com relação à escrita, para que a gente evite fazer o uso da palavra "menor" no texto. Acho que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz para a gente essa pequena grande alteração, para que a gente faça uso das palavras como estratégia de resistência, e a gente, nesse caso, se refira às crianças e aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescentes. Acho importante que a gente tenha essa... Porque isso marca um posicionamento nosso enquanto gestores, enquanto sociedade, enquanto Governo. A partir do momento que a gente tem o Estatuto da Criança e do Adolescente que a gente coloque de fato o sujeito criança/adolescente como sujeito central do nosso debate, que é o que a gente está fazendo ao propor um projeto de lei que possa dar amparo, que possa dar melhores condições de cuidado para essas crianças e esses adolescentes quando acontece a fatalidade de eles ficarem órfãos.

Então, acho que a gente se referir, na centralidade do nosso discurso a essas crianças e a esses adolescentes, também é um ponto importante, porque o que interessa em nossa construção de ação é que essas crianças e esses adolescentes tenham os seus direitos garantidos; que essas crianças e esses adolescentes consigam ter uma vida em família e em comunidade preservada; que essas crianças e esses adolescentes possam ter, de fato, um acesso na lógica da proteção integral a todos os seus direitos.

Eu acho que toda a discussão que a gente faz, tanto dentro da política da criança, mais especificamente da convivência familiar e comunitária e da primeira infância, é para que a gente empenhe esforços na construção de uma política que tenha esse sujeito na sua centralidade. Então, acho que esse também é um ponto importante para a gente discutir: a gente ver a criança e o adolescente e não ver a situação que essa criança está, ou seja, a gente não nomear apenas a violência que aconteceu com essa criança, não nomear apenas a situação de desamparo, mas nomear a criança. A gente tem de pensar também que é uma política de proteção à criança e ao adolescente, uma política de garantia de acesso aos direitos de crianças e adolescentes nesse sentido.

Então, postas essas contribuições, que eu acho que são a posição da secretaria com relação ao PL, é importante também sinalizar aqui outros pontos de apoio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉLIA CARVALHO NAHAS – ... que a própria Secretaria Nacional tem e que possam cumular proteção nesses casos. Vou destacar aqui, especificamente, a política de formação que a Secretaria Nacional tem, que é a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Endica), uma plataforma *online* disponível para o acesso de todo cidadão. Dentro da plataforma, dentro dos cursos disponíveis, a gente vai ter aí uma série de formações em cursos livres, que podem ser acessados por todas as pessoas, por todos os operadores do Sistema de Garantia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos, e que são estratégias de a gente pensar o fortalecimento dos direitos. A gente tem aí cursos que dizem do fortalecimento do sistema e do fortalecimento dos conselhos tutelares, que são órgãos importantes nessa discussão; mas também que vão dizer sobre a priorização da primeira infância e sobre políticas de cuidado, para que a gente tenha o alcance da proteção integral das nossas crianças e dos nossos adolescentes, como bem nos dizem o Estatuto da Criança e do Adolescente e o nosso ordenamento jurídico.

Acho que é isso, de forma bem breve para cumprir o nosso tempo e trazer aí as colaborações da Secretaria e do Ministério dos Direitos Humanos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Célia Carvalho, pela pontualidade, pela forma didática e pela exposição. Transmita o meu abraço carinhoso e a minha admiração pela Ministra Macaé. Essa pauta dos direitos humanos e da orfandade, para mim, é muito forte na minha vida.

Neste momento, eu vou conceder a palavra ao Sr. Luis Carlos Vendramin Júnior, Presidente do Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais, que fará sua contribuição pelo sistema remoto, para fazer sua intervenção por no máximo dez minutos.

O SR. LUIS CARLOS VENDRAMIN JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos.

Obrigado, Senador. Queria agradecer a oportunidade de estar aqui presente.

Na verdade, sobre o Operador Nacional, na qualidade de operador, estou aqui muito mais para apresentar algumas soluções que foram propostas pelo grupo, para que a gente possa contribuir com informações mais precisas sobre a orfandade no Brasil.

Se for possível, eu gostaria de fazer uma pequena e rápida apresentação do que é o operador – se puderem liberá-la.

Quando vocês estiverem vendo a apresentação... (*Pausa.*)

Já estão vendo, não é? (*Pausa.*) Beleza, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Operador do Registro Civil compõe uma estrutura chamada Serp (Sistema Eletrônico dos Registros Públicos) no Brasil. O Serp foi constituído pela Lei 14.382, que instituiu no Brasil o sistema eletrônico, que é gerido e administrado pelo Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos. Isso foi um marco muito importante em todos os registros públicos brasileiros, em que não se reúne somente o registro civil, mas, também, todos os registros de imóveis e registros de títulos e documentos de pessoas jurídicas do Brasil. Os três juntos compõem o Serp.

Então, toda essa infraestrutura muito grande tem como seus principais objetivos: fazer a implementação e a sustentação dos registros eletrônicos brasileiros; fazer a interconexão de todas as serventias de registros públicos no Brasil; gerar interoperabilidade das bases de dados entre as serventias e o próprio Serp; atendimento remoto; recepção e envio de documentos eletrônicos; e também, o que é o foco aqui, a divulgação de índices e de indicadores estatísticos para a montagem de políticas públicas.

Aqui está um pouco da organização do Serp. O Serp é formado por um ecossistema, então o Serp é um sistema, é muito mais do que uma simples organização. E, embaixo dele, você tem o Operador Nacional do Serp e, também, embaixo dele, os operadores do registro civil, do registro de imóveis, que é o ONR, e o Operador Nacional de Registro de Títulos e Documentos.

O Serp é subordinado ao seu agente regulador, que, no caso específico, é o Conselho Nacional de Justiça, que também possui os seus órgãos auxiliares, que são a Câmara de Regulação e o Conselho Consultivo. Com tudo isso, forma-se o Serp, que é o agente que faz todas essas soluções.

Então, no caso do registro civil, o operador é o responsável pela sustentação em tecnologia para os cartórios de registro civil do Brasil. Esta é a nossa grande missão: prover tecnologia para as serventias de registro civil do Brasil. E, com isso, podemos disponibilizar informações mais precisas, em tempo real, de todos os registros públicos brasileiros.

No desafio que nos foi proposto, aqui a gente já tem uma pequena evolução dos últimos levantamentos que nós fizemos sobre o estudo de orfandade no Brasil. Então, esse estudo foi feito com uma metodologia de cruzamento de bases – a gente cruza as informações tanto das bases de óbito quanto das bases de registros de nascimento –, e isso simultaneamente com os registros de nascimento e também com os registros de óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tomamos a preocupação de tentar identificar possíveis erros ou anomalias dentro desses mesmos levantamentos, para que a gente evitasse pegar situações análogas ou situações não precisas de todo o levantamento.

E tomamos o cuidado de, nessa primeira metodologia, fazer uma validação dos dados, principalmente dos registros de nascimento e de óbito lavrados a partir de 2021 – depois eu vou demonstrar aonde nós chegamos hoje. Então, nós fizemos um aprimoramento contínuo de integração digital do registro de nascimento e também das inscrições de CPF.

Desde 2016 – então, hoje, em 2025, estamos fazendo quase dez anos disto –, há um convênio feito entre a Receita Federal do Brasil e o Registro Civil do Brasil, no qual, a todo momento, quando a criança nasce e é feito o registro de nascimento, inclusive dentro das próprias maternidades, é procedida a inscrição do CPF do recém-nascido. Então, nós fizemos uma ponderação e fizemos um tratamento, cruzando tanto as inscrições de CPFs feitas em todos esses períodos e também os registros de óbito nesse mesmo período, para que a gente tivesse um resultado mais satisfatório desse projeto.

Então, nós disponibilizamos, no próprio painel de estatísticas do Operador Nacional do Registro Civil, um painel exclusivo referente aos relatórios sobre orfandade no Brasil. Esse relatório é um relatório que a gente chama de quente – é dinâmico, então tem uma atualização de D-1. Então, é sempre com as informações até a data de ontem de todos os atos de registros praticados no Brasil. Ele faz esse recorte da idade dos menores em relação ao falecimento dos seus pais, tanto orfandade por um genitor ou por dois genitores, por sexo e região; é lógico, sempre você podendo fazer os filtros conforme as necessidades.

Numa V3, porque essa já é uma segunda versão do próprio painel, nós estamos incluindo mais um filtro – que acho que, até a semana que vem, deve estar liberado – sobre mortes violentas, então, no mesmo *status*, na mesma visualização, se a causa desse óbito foi morte violenta ou morte natural, e também se essa orfandade se dá no caso de um só genitor ou de ambos os genitores. Então, serão agregados mais dois filtros no próprio painel sobre essas informações.

Então, eu também deixo disponível para quem gostaria de conhecer todos os dados estatísticos do registro civil. Eles ficam no endereço...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS VENDRAMIN JÚNIOR – ... estatisticas.registrocivil.org.br. E, na questão da orfandade/órfãos, vocês conseguem automaticamente ter acesso, de forma pública, a estas informações.

Acho que a minha função hoje aqui é muito mais apresentar o painel, apresentar a metodologia e disponibilizar o painel para todos os interessados, principalmente para este seleto grupo aqui, porque é onde vão feitas as tomadas de decisões. O nosso papel, o papel do registro civil, o papel do operador, é disponibilizar ferramentas e informações precisas para que os agentes públicos possam tomar as medidas necessárias.

Queria agradecer muito o tempo e a abertura. E fico à disposição para qualquer questionamento que for necessário, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Luis Carlos Vendramin Júnior, que é Presidente do Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais.

Neste momento, eu concedo a palavra, no sistema remoto, ao Sr. Milton Santos, que é Coordenador Executivo Nacional da Coalizão Orfandade e Direitos, para fazer a sua manifestação por no máximo dez minutos.

O SR. MILTON SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Quero saudar a todas as pessoas na figura do Senador Fabiano Contarato, a quem também gostaria de agradecer pela realização desta audiência e também pelo compromisso, que ele próprio já expressou aqui na abertura, com o tema da orfandade, da proteção da criança e do adolescente nessa condição no Brasil, uma proteção realmente universal e que alcance a todas as crianças sem nenhuma discriminação ou sem nenhuma ausência de isonomia.

A Coalizão Orfandade e Direitos é uma titulação da sociedade civil e também de instituições públicas estatais que têm se mobilizado no Brasil inteiro, nos estados, para produzir atenções públicas concretas para crianças e adolescentes que vivem a situação de orfandade, a condição de orfandade nas suas diferentes expressões.

Nós atuamos por meio de comitês estaduais, são mais de 22 comitês ativos no Brasil, boa parte deles ao vivo aqui acompanhando esta transmissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só desligar aqui o meu fone de ouvido para o meu som ficar um pouquinho melhor. Eu peço apenas um segundo. (*Pausa.*)

Testando... Acho que sim, agora melhorou. Estou vendo aqui o retorno... Está dizendo que está sem som. Voltou o meu som? Testando. (*Pausa.*)

Agora melhorou. Obrigado, desculpem-me aí pela falha técnica.

Mas dizia, então, que boa parte desses articuladores e articuladoras estaduais estão acompanhando aqui esta audiência com muito interesse, porque ela terá certamente desdobramentos e inspirações no trabalho que instituições públicas e da sociedade civil têm feito nos estados brasileiros.

Quero, neste tempo que nós temos, talvez trazer dois grandes aspectos do PL em questão que nós entendemos que deveriam ser levados em conta aí na sua tramitação.

Primeiro, ele trata de uma questão ética e política que é a questão da orfandade de crianças e adolescentes no Brasil. Essa questão ética e política, todos sabem, emergiu novamente a partir da pandemia da covid-19 – a pandemia tornada sindemia pelo seu alcance e pela forma como ela foi gerida pelo Estado brasileiro, pelo Governo ali do momento –, que nos colocou, numa questão que, num primeiro momento, era tratada como íntima, individual, que é o luto de uma criança que perde os seus cuidadores, o luto dos próprios cuidadores entre si, de uma dimensão individual e íntima para uma dimensão coletiva e social. Nós todos vimos o sofrimento, a angústia de milhares e milhares de brasileiras e brasileiros que tiveram que se deparar com uma morte repentina, mal ou bem cuidada, e das crianças que sofreram de maneira adicional essas perdas. Então, isso promoveu no Brasil – não só no Brasil, no mundo inteiro, mas no Brasil em particular – um deslocamento do privado para o público estatal de uma questão que vinha sendo tratada como de ordem apenas pessoal.

Portanto, esse PL que agora está em discussão propõe – entre outros, mas ele faz isso garantindo recursos e, portanto, ele tem uma importância fundamental no Brasil, em que o estado fiscal comanda as decisões; e garantir recursos é fundamental para as políticas avançarem – sair do isolamento, do sofrimento, para a proteção em redes que acolhem e produzem sentidos e saúde, porque a orfandade não é uma doença; ela é uma situação de desproteção social que, se não for devidamente acolhida com atenções públicas, pode, sim, gerar sofrimentos, que podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progredir para patologias, entre elas as ditas doenças mentais e outras que decorrem dessa situação social.

Portanto, o fundamental é tirar as famílias da solidão do cuidado e da sobrecarga parental que a orfandade produz. A orfandade como desproteção social, para além do sofrimento – que de forma alguma é uma doença, ele faz parte da vida – que é lidar com o luto, pode produzir situações adicionais como a diminuição de cuidados com a saúde, a diminuição da vacinação, a infrequência escolar, a exposição a situações de risco de todo tipo, por algo muito materialmente simples, que é a ausência de um cuidador. Então, para nós, a orfandade alcança aquele cuidador que tem responsabilidades sistemáticas, persistentes, cotidianas com a criança e o adolescente.

E nós tivemos aqui a brilhante apresentação do Operador Nacional do Registro Civil, Senador, que cria no Brasil a certeza de que nós temos dados para tratar da questão da orfandade. São dados censitários esses que agora foram apresentados. E eles nos dão números, Senador, assustadores: são mais de 250 mil crianças em situação de orfandade no Brasil, por diferentes causas. Nós temos que apurar concretamente quanto desse número alcança a covid, mas, pelos dados que nós temos, é em torno de 9% desse valor – em torno de 9% a 11% são crianças e adolescentes que perderam seus pais pela covid. Portanto, são situações muito diversificadas no Brasil inteiro.

Então, em termos de duas ou três sugestões que nós fazemos aqui ao PL – já enviamos inclusive essas sugestões para o Senador Contarato, na condição de Relator –, que a gente possa trabalhar sempre com o conceito de crianças e adolescentes em orfandade não utilizando o termo órfãos, pelas razões que já foram colocadas inclusive aqui de não estigmatizar as crianças e adolescentes que vivem essa condição; trabalhar sempre com essa ideia da orfandade como perda parental daquele cuidador sistemático; trabalhar sim com essa ideia de desproteção social e trazê-la para o corpo da lei, porque esse conceito vai orientar o sistema de garantias de direito, como inclusive já foi feito na Resolução Conanda 256, que pode ser então também considerada.

Nós entendemos – talvez esse seja um ponto importante de ser revisto na medida do possível no PL – que a destinação dos recursos seja feita para os fundos municipais e estaduais de crianças e adolescentes e que esses fundos priorizem a questão da proteção integral das crianças e adolescentes em orfandade, sempre a partir de políticas públicas executadas diretamente pelo Estado e, de maneira secundária, em parceria com a sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é muito importante garantir recursos para produzir conhecimento sobre a questão da orfandade no Brasil, como essas diferentes desproteções ocorrem e sobre o monitoramento efetivo dessas situações em cada estado, porque os cenários são bem diferentes. Portanto, é preciso reservar recursos no fundo para isso, e, quando se fizer necessária a transferência de recursos para as famílias, que isso seja feito sem que as famílias percam nenhum tipo de benefício adicional, porque nós estamos falando, de modo geral, quando isso acontecer, de famílias hipossuficientes do ponto de vista da renda.

Então, o que a gente propõe é uma proteção integral universal para todas as crianças e adolescentes, não só para as situações específicas. Mesmo que o fundo tenha essa origem, está sugerido que ele se torne universal, pelas questões que aqui já foram trazidas e os números de que a gente dispõe.

Por fim, Senador e demais pessoas que estão acompanhando aí presencialmente e nas redes, seria importante fazer uma ponderação. A questão da orfandade no Brasil é basicamente uma orfandade unilateral, em mais de 90% dos casos, é a perda de um cuidador. Por isso é que não gera demanda de acolhimento institucional, nem gera a necessidade de acolhimento dessas famílias em instituições de acolhimento, mas sim proteção e acompanhamento familiar da família sobrevivente, do cuidador sobrevivente. É a ele que nós devemos também destinar nossas atenções, principalmente mulheres negras, mulheres idosas, mulheres muitas vezes vitimadas de maneira secundária pelas várias violências, inclusive pelo feminicídio.

Quero então agradecer aqui a audiência, a atenção e nos colocar, como Coalizão Nacional, à disposição do Senador e do Senado para as tratativas de continuidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Milton Santos.

Eu quero fazer o registro aqui da participação da sociedade civil: a Ana, de Minas Gerais, faz questionamentos; a Carolina, do Rio de Janeiro; a Cristiane, de Minas Gerais; a Maria, de São Paulo; o Gabriel, de Goiás; a Ana, do Distrito Federal; o André, do Paraná; a Alice, do Rio de Janeiro e Samira, de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas perguntas serão endereçadas aos convidados e à própria Secretaria para que depois dê a devolutiva com as respostas, tendo em vista a exiguidade do tempo.

Eu agradeço o comparecimento de todos os convidados, mas antes de encerrar esta audiência, eu queria aqui fazer um relato mais no sentido de um depoimento pessoal da minha vida.

Às vezes, as pessoas que por um motivo qualquer não podem ter filhos biológicos optam pelo caminho do amor, da adoção. Esse foi o meu caso, não por não poder, mas por ter uma relação homoafetiva. Então, eu e meu esposo optamos por ser pais pela via da adoção. E o processo que nós tivemos... eu acho – por isso que eu faço questão de fazer essa fala aqui – que o Ministério de Direitos Humanos, o próprio Estado brasileiro tem que ter um olhar mais humanizador, ele tem que se colocar na dor do outro.

Uma das etapas para você se habilitar no processo de adoção é você fazer um curso, e em um dia desses dias você visita um abrigo. Isso não quer dizer que naquele abrigo está o seu filho ou a sua filha, que surgirá para você. E eu confesso que eu me senti extremamente constrangido quando dessa etapa, primeiro, porque a cada aniversário que essas crianças passam num abrigo, o que deveria ser motivo de celebração passa a ser motivo de repulsa, porque diminui a probabilidade de serem adotadas.

Muito se diz que no Brasil o processo é burocrático, a adoção é difícil, a adoção demora. Eu, com todo o respeito, não vejo dessa forma, porque tudo depende do perfil que você traça para o filho que você almeja ter. Então, se você coloca num perfil que você quer um filho do sexo masculino, você vai para uma fila; se você fala que é do sexo feminino, você vai para outra fila; se você fala que tanto faz é outra fila; se você fala: "não, eu quero um filho que pode ter até sete anos de idade", é outra fila; se você diz: "não, até um ano incompleto", outra fila.

E a situação foi tão constrangedora para mim nesse processo, porque eles perguntam... o questionário, com todo o respeito, às vezes chega a ser cruel, porque pergunta se você aceita uma criança negra; pergunta se você aceita uma criança que venha de outra região do país, como, por exemplo, do Nordeste. Eu lembro que, quando a assistente social me indagou – a mim, porque eu fiz adoção unilateral primeiramente – sobre esses questionamentos, eu sei que ela estava fazendo a função dela, mas eu lembro que eu falei: "não, eu tenho amor para dar, e o amor para mim não tem sexo, não tem idade, não tem barreira".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vocês têm ali crianças que vivem com HIV; tem crianças que são pessoas com deficiência. Mas eu senti ali e fiquei me colocando na dor daquelas crianças, porque você imagine: estão todas num abrigo e aí, no outro dia, quando acordam já não tem uma menininha ou um menininho. Para aquele grupo de crianças, elas são uma família, são irmãos. Como o Estado trabalha essa perda? Como o Estado trabalha essas violências que são sobrepostas? Isso também tem que ser visto.

Eu vi um vídeo que me impactou profundamente de um rapaz que completou num abrigo... Sem ser adotado, ele estava desde pequeno no abrigo, ficou até os 18 anos. Aos 18 anos foi posto na rua; foi posto na rua, literalmente. E aí uma jornalista estava entrevistando-o, ele falou assim: "O meu sonho é ter um emprego para eu tirar meu irmão do abrigo". Quer dizer, ele tinha um outro irmão lá, e o Estado literalmente fecha as portas, como se aquela criança, aquele jovem ali não tivesse mais nenhum apoio. E a gente finge que está tudo bem. Parece que nós vivemos como Alice no País das Maravilhas: "Parece que está tudo bem". "Não, mas o que nós estamos fazendo?".

Então, eu acho que esse projeto de lei tem que ter um olhar muito mais amplo; ele tem que ter um olhar mais acolhedor; ele tem que se colocar na dor do outro; ele tem que entender o que passam essas crianças, principalmente nos abrigos.

Os meus dois filhos vieram de abrigos diferentes e hoje são razão da minha vida. Eu morro pelos meus filhos. Os meus filhos... Eu costumo falar aquilo que o poeta inglês falava: "Eles são meu norte, meu sul, meu leste, meu oeste, minha semana de trabalho, meu domingo de descanso, meu meio-dia, minha meia-noite, minha conversa, minha canção". Então, eu falo assim, meu Deus! Essas crianças só têm amor para dar e é um amor incondicional.

Eu acho que passou da hora de o Estado brasileiro efetivamente entender que garantir uma infância, uma adolescência com dignidade não é favor, é obrigatoriedade, é determinação, tanto na Constituição Federal, como no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, eu faço assim, sabe? Desculpe-me, por esse simples relato da minha vida pessoal, mas é porque, para mim, foi muito impactante. Depois eu... Nós temos outras sobreposições. Por onde que eu vou, eu... Às vezes, eu estou em viagens e em determinados temas, eu falo: "Tem um abrigo aqui no município?". Aí, eu vou àquele abrigo. Eu lembro que eu fui ao Mato Grosso do Sul, numa agenda dos povos indígenas, dos Guaranis Kaiowás, e eu perguntei sobre abrigos. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrigo de um indígena é totalmente diferente. A legislação para uma adoção de uma criança indígena é totalmente diferente: não pode, tem que ser reintegrado.

Então, são várias sobreposições de violência em que o Estado está omisso, o Estado está inerte, não está tendo uma atuação. Eu fico extremamente sensibilizado, porque não basta a letra da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988, falar. Lá está estampado para todo mundo ler no art. 6º, "São direitos sociais (...)", aí, ele começa: educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, trabalho, previdência.

Infelizmente, nós temos aí essa triste realidade de uma sociedade que estigmatiza a via da adoção; que estigmatiza a orfandade; que estigmatiza... Quantas mães são mães solo? Eu ajudo muito também as instituições de crianças com deficiência, ou com síndrome de Down, ou com autistas.

O primeiro a abandonar a família é o pai. Quase 90% são mães solo, literalmente solo.

Agora você imagine uma criança que está dentro de um abrigo, que tem uma deficiência, porque até isso eles perguntam na hora de você fazer o perfil do seu filho. É por isso que eu me senti extremamente constrangido. Eu falei: "Meu Deus, eu quero ter o meu filho. Se vai ser uma menina, um menino, o que Deus mandar, o que for, enfim". E nós estamos falando disso, por favor, longe de mim! Eu só estou falando que é uma realidade a que o Estado brasileiro tem que estar mais atento e eu faço esse apelo.

Tanto o Ministério dos Direitos Humanos quanto a própria Comissão de Constituição e Justiça e eu, no que eu puder humildemente aqui fazer para corrigir ou para dar dignidade e efetividade a essa garantia constitucional, não só na Constituição Federal, volto a repetir, mas também no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim eu estarei à disposição e o farei.

Muito obrigado, mais uma vez, à participação de todos.

Eu pergunto se a minha colega Célia quer fazer algumas considerações ou se já podemos encerrar?

Por favor.

O SR. CÉLIA CARVALHO NAHAS (Para expor.) – Só uma breve colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, eu queria, primeiro, Fabiano, parabenizar os Senadores, porque eu acho que a gente conseguir ver as crianças pelas crianças é um exercício que a gente precisa fazer cotidianamente enquanto cidadão, enquanto servidor público, enquanto Governo. Acho que é um exercício muito importante.

E aí, assim, só quero dizer que a sua fala reforça essa lógica de a gente pensar a convivência. As crianças têm direito a uma convivência saudável. Quando a gente fala que o Plano de Convivência Familiar e Comunitária é uma política central, é porque a gente entende – e aí é independente do formato de família – que são a família e a comunidade dessa criança que precisam de suporte para poder acolhê-la. Eu acho que é nesse sentido que a política de convivência trabalha e para a gente também ver todas as crianças. A gente tem muitas crianças de uma diversidade, como é diverso o nosso país, e é para todas elas que a gente tem que olhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu só queria aqui, já que estamos nesse assunto, falar como o Estado sobrepõe violência no país.

Eu tive a adoção do meu filho Gabriel, e, depois, quando fomos pedir a dupla paternidade, o promotor de justiça foi contra a adoção. Olha, ele tem que ver o bem-estar da criança e do adolescente, e ali ele foi impregnado com um comportamento homofóbico falando que filho tem que ter pai e mãe, jamais dois pais. Isso está nos autos do processo do meu primeiro filho. Não satisfeito – a juíza ignorou, sentenciou –, ele apelou. Enquanto não transitava em julgado, o meu esposo não podia trazer o meu filho aqui para Brasília, porque a certidão não era emitida. Essa é uma violência, mas representei esse promotor, e ele tomou cinco dias de suspensão no Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu entrei com uma ação indenizatória por dano moral contra o Estado do Espírito Santo por um comportamento homofóbico do promotor, e o Estado do Espírito Santo foi condenado a indenizar, mas depois foi outra luta: para emitir o CPF, tem que ter a mãe ali. Mais uma vez o Estado reforçando e estigmatizando. Uma psicóloga me ligou de outro município: "Senador, como que o senhor fez o CPF do seu filho porque eu estou com um pai com adoção monoparental, e ele não emite o CPF se não tiver o campo mãe". Olha que absurdo que nós temos ainda! Então, são sobreposições de violência! Fiz uma intervenção à época com o Ministro Fernando Haddad, e isso já regularizou com relação ao CPF. Não tem que ter... Imagina um pai solteiro, um homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sozinho que está fazendo a adoção de um filho, e ele não pode emitir o CPF porque tem que ter obrigatoriamente o campo preenchido de mãe. Essa é outra realidade do Brasil.

Então, às vezes, esse preconceito, esse estigma e essa sobreposição de violência estão na sociedade civil, mas estão de forma muito perniciosa enraizados dentro do Estado brasileiro, dentro do sistema, às vezes, dentro do próprio do sistema eleitoral, dentro da Justiça Eleitoral, que você tem aí processos que só reforçam essa estigmatização.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a participação de todos e todas e pedir perdão pela exiguidade do tempo, mas temos o funcionamento de outras Comissões.

E nada mais havendo, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Alessandro Vieira e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 48/2025 - CCJ, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e da Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei n° 1473, de 2025, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição". **Participantes:** Sra. Camila Lucas Mendes, Defensora Pública do Distrito Federal e Coordenadora do Núcleo de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Distrito Federal, e representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) (representante de: Rodrigo Azambuja Martins, Defensor Público da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ)); Sra. Claudia Carletto, Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA); Sra. Livia Vidal, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); Sr. Roberto Bassan Peixoto, Presidente do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Fonacriad); Sra. Thaisi Bauer, Secretária Executiva da Coalizão pela Socioeducação; Sra. Danielle Cristine Cavali Tuoto, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado Paraná (MPPR) e membro da Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG); e Sra. Deila Martins, Conselheira Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Alessandro Vieira
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 1.473, de 2025, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atenuante e de redução dos prazos de prescrição", conforme o Requerimento nº 48, das Senadoras Mara Gabrilli e Eliziane Gama.

Esta presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores e de convidados pelo sistema de videoconferência para exposição e debates.

Sem mais demora, eu convido para ocupar o espaço à mesa a Sra. Camila Lucas Mendes, Defensora Pública do Distrito Federal e Coordenadora do Núcleo de Infância, representando aqui a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. Convido também a Sra. Claudia Carletto, Presidente da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação Casa); a Sra. Livia Vidal, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); o Sr. Roberto Bassan Peixoto, Presidente do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo; e a Sra. Thaisi Bauer, Secretária-Executiva da Coalizão pela Socioeducação.

Vão participar de forma remota: a Sra. Danielle Cristine Cavali Tuoto, Promotora de Justiça no Paraná; e a Sra. Deila Martins, Conselheira Nacional do Conanda.

Antes de iniciarmos a fala dos convidados, a quem agradeço antecipadamente pela presença e pelas falas, eu passo a palavra para a Senadora Mara Gabrilli, que nos acompanha na forma remota, para que ela possa, enfim, fazer seus comentários.

Senadora Mara, com a palavra, por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas as nossas convidadas e a todos os nossos convidados.

Eu queria muito agradecer a presença de todos os especialistas nesta audiência pública. Quero agradecer também ao nosso querido Senador Alessandro Vieira por sua disponibilidade, pela contribuição tão relevante em presidir a discussão desse tema extremamente sensível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos que esta audiência pública será fundamental para melhor instruir o Projeto de Lei nº 1.473, de 2025, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que tem como objetivo aumentar o período de duração da internação de adolescentes que cometeram atos infracionais graves.

Eu agradeço também ao nosso Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar, que atendeu ao pedido de audiência e ainda retirou o PL 1.473 de pauta em duas ocasiões. E isso com o apoio do Relator do projeto, o Senador Flávio Bolsonaro, que se mostrou aberto a ouvir os argumentos de todos antes da sua deliberação. Obrigada por isso, Senador Flávio Bolsonaro. E o nobre Senador Contarato argumenta em sua proposta que, apesar de o uso da privação de liberdade, como medida socioeducativa, ser uma medida extrema, ela é, em alguns casos, essencial para a reabilitação do adolescente infrator e a proteção da sociedade.

Quando o projeto foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, eu fui procurada por diversas organizações da sociedade civil; hoje, por especialistas em justiça juvenil, gestores do sistema socioeducativo, que se mostraram muito preocupados com essa mudança profunda no Estatuto da Criança e do Adolescente, o nosso ECA. E são esses os nossos convidados que hoje estão aí presentes e mandaram ofícios, como o Conanda; o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; o Núcleo de Estudos sobre a Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos e o Fórum Estadual Intersetorial de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – ambos do Espírito Santo –; a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep); o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a Coalizão pela Socioeducação, formada por 35 organizações, instituições públicas, como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o Instituto Alana, o Instituto de Defesa da População Negra, o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), a Rede Justiça Criminal, a Associação Juízes para a Democracia, os Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, do Ceará, de São Paulo, do Tocantins, entre outros.

Nesses ofícios, as organizações e os especialistas apontam sua contrariedade a esse PL 1.473, de 2025, e pedem sua rejeição, apontando diversos pontos que ensejam análise mais apurada do Senado.

Já solicitei ao Presidente da CCJ que tais documentos sejam anexados na tramitação do projeto, para que os Senadores e toda a sociedade tenham ciência dos impactos da proposta. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal ponto de oposição ao PL é quanto à supressão do princípio da brevidade nas medidas privativas de liberdade para crianças e adolescentes, que está hoje consolidada no art. 122 do ECA. O princípio da brevidade se junta aos demais princípios, que são a excepcionalidade e o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

O Conanda, por exemplo, esclarece, em sua nota pública contrária ao projeto, abro aspas:

> Importa frisar que as medidas socioeducativas previstas no ECA e regulamentadas pelo Sinase não têm natureza penal. Diferentemente da pena aplicada no sistema penal adulto, elas visam promover a responsabilização do adolescente de forma compatível com sua condição peculiar de desenvolvimento, oferecendo oportunidades educativas, reinserção social e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O objetivo é pedagógico e protetivo, não punitivo, buscando prevenir a reincidência e favorecer a construção de um projeto de vida livre de violência [fecho aspas].

A Coalizão pela Socioeducação e a Anadep também chamam a atenção para um aspecto relevante: a ausência de uma análise de impacto orçamentário para os estados. Afirmam que serão os Governadores dos estados que terão de arcar com mais unidades e vagas no sistema socioeducativo devido à ampliação do tempo de internação desses adolescentes. Para a Anadep, essa ampliação geraria um excessivo impacto financeiro, o que poderia comprometer seriamente os cofres públicos dos estados.

Diante disso, como o PL 1.473 tem decisão terminativa aqui na CCJ, achamos coerente promover ao menos uma audiência pública para ouvir a sociedade e os especialistas que trabalham na Justiça juvenil e com medidas socioeducativas.

Nós, Senadoras e Senadores, estamos preocupados com o aumento da violência e da criminalidade na sociedade. Pesquisas recentes apontam que hoje a maior preocupação da população brasileira é com a segurança pública. Isso é muito triste e exige resposta do Parlamento, de governos e do Judiciário, para combater a violência e a impunidade, por isso o meu desejo e a minha vontade de sempre ouvir a sociedade civil. A gente não quer mais assistir ao aumento de crimes gravíssimos, como os homicídios cometidos por adolescentes, que chocam toda a sociedade. O Senado está em busca de soluções. Queremos ouvir, sim, todos, para que o melhor encaminhamento seja feito nessa questão tão sensível e tão urgente para os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, muito obrigada às nossas convidadas e aos nossos convidados.

Obrigada, Senadora Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Senadora Mara Gabrilli. Muito oportunas as suas falas.

Nós já temos todos presentes. Nossa última convidada já logou, a Dra. Danielle.

Apenas para situar o nosso início de debate, é importante registrar, vamos dizer, topograficamente onde estamos todos.

O autor do projeto, Senador Fabiano Contarato, é inegavelmente um progressista, e, mesmo assim, dentro da sua experiência, apresentou essa alternativa legislativa. O Senador Flávio Bolsonaro, por sua vez, é claramente o que se descreve como conservador e fez um relatório, enfim, de maior gravidade. E eu estou aqui, nesse negócio, na posição de quem tem alguma vivência na seara da proteção da infância. Eu fui Delegado da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, fui criador de delegacia de proteção à criança vítima e adolescente vítima, porque, à época, não existia isso no meu estado, existia apenas a delegacia para tratar dos atos infracionais, e tenho grande aderência com o texto desenvolvido, embora reconheça as objeções.

Nós temos que ter também sempre em mente que este Congresso diuturnamente enfrenta as tentações da redução da maioridade penal, que é apresentada como a bala de prata inexistente para resolver o problema da criminalidade.

Situando onde estamos na discussão, para que se compreenda o porquê de ter um projeto dessa natureza tramitando, eu passo a palavra para a Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto, que é Promotora do Paraná e que vai participar remotamente.

Dra. Danielle, por dez minutos, por favor.

A SRA. DANIELLE CRISTINE CAVALI TUOTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli, proponente aqui desta audiência, e, na sua pessoa, Senador, cumprimentar todas as pessoas que estão participando, quer presencial, quer remotamente, desta tão importante audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compreendemos, sem dúvida nenhuma, esse contexto todo trazido aqui da redução da maioridade, dessa opinião pública, mas, acima de tudo, acho extremamente importante que nós possamos, enquanto sociedade, discutir o projeto e os seus impactos.

Sou Promotora de Justiça aqui no Estado do Paraná, integrante da Comissão Permanente da Infância e da Juventude do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Esse Conselho Nacional de Procuradores-Gerais emitiu também uma nota técnica a respeito do PL 1.473, de 2025, trazendo aqui as suas preocupações tanto com as inconstitucionalidades presentes no PL e em sua emenda substitutiva, mas também com os impactos que a aprovação do projeto traria para a realidade do sistema socioeducativo. Nós que trabalhamos diariamente no sistema socioeducativo sabemos os impactos da aprovação eventual deste projeto. O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, então, expede essa nota, se coloca contrariamente ao PL, mas também se coloca à disposição para aperfeiçoar o debate, um debate público, um debate responsável, equilibrado para aperfeiçoamento do sistema brasileiro de responsabilização juvenil.

Esse sistema de responsabilização juvenil, que já foi dito aqui pela Senadora, é diferente do sistema de responsabilização dos adultos. Todo o seu fundamento está lá na Constituição Federal, no art. 227, que fala da proteção especial. Quando ele fala da proteção especial, ele fala da obrigatória observância dos princípios da brevidade e da excepcionalidade das medidas de privação de liberdade e fala também da importância de nós vermos sempre os adolescentes como pessoas em peculiar condição de desenvolvimento. Nós temos um indivíduo diferenciado, não porque o direito quer, mas porque biologicamente é diferente de um adulto. Ele não tem ainda o seu cérebro completamente formado, ele está se desenvolvendo. E, por isso, ele tem direito à proteção prioritária.

Essa proteção prioritária, só para a gente introduzir o nosso assunto aqui, surge na Constituição Federal e depois vem em 1990 no ECA, que celebra agora seus 35 anos, mas ela não vem de forma isolada. Ela vem replicando, ela vem mostrando que está absorvendo normas internacionais de que o Brasil é signatário: convenção dos direitos da criança e do adolescente; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, chamada Regras de Beijing; as Diretrizes de Riad; as Regras de Havana. São diversas normas internacionais que fizeram com que esses dispositivos fossem parar lá no Estatuto da Criança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Adolescente. Então, a gente não está falando isoladamente de uma previsão do ECA, a gente está falando de uma normativa internacional de que o Brasil é signatário e de uma previsão constitucional.

Em razão dessas normas, é que a gente tem lá no estatuto previsto que a internação só cabe para situação excepcional, para atos com emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. É por isso que a gente tem a previsão de internação provisória só por 45 dias. Para quê? Para ser célere, para ser rápido, para que o Judiciário aprecie a situação do adolescente, privado ou não de liberdade, de forma rápida. Por quê? Porque não é só punitivo, é também protetivo, é também educativo e tem que ser rápido. É por essas normas que a gente tem a previsão lá no ECA, no art. 122, de que a internação-sanção, aquela por descumprimento reiterado de outras medidas, se aplica por um prazo de 90 dias.

Vejam, quando o substitutivo vem falar de internação provisória por prazo indeterminado, de internação-sanção por prazo indeterminado, essa previsão viola frontalmente os princípios constitucionais da brevidade e da excepcionalidade e desconsidera a condição do adolescente de pessoa em desenvolvimento.

Além disso, a gente pensa – vamos fazer o paralelo com o mundo dos adultos –: nós não temos prisão por prazo indeterminado para o adulto. Como é que eu vou ter prisão por prazo indeterminado justamente para o adolescente, que tem uma regra muito clara no nosso ordenamento, que é: não posso aplicar ao adolescente uma regra mais gravosa do que aquela aplicada a um adulto. Vão falar assim: "Ah, mas a prisão preventiva é por tempo indeterminado". Tem uma série de posicionamentos jurisprudenciais que limitam isso. E, aqui na área da infância, o que a gente vai ter? Nada? Eu vou ter um adolescente privado de liberdade respondendo a um processo por quanto tempo? Ele vai passar toda a sua adolescência, que é curta, dos 12 aos 18, privado, aguardando o julgamento de um recurso, de um processo? Não faz sentido! Você vê um adolescente que, no primeiro ato infracional em que ele se envolveu, recebe lá um serviço à comunidade para prestar e não o cumpre, e aí ele vai ficar por prazo indeterminado na internação-sanção?! Então, veja, essa previsão do projeto, sem dúvida alguma, viola a Constituição, viola as regras internacionais, e eu ouso dizer que viola o bom senso tão necessário na interpretação das nossas legislações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que a gente quer colocar aqui, antes de entrar no nosso ponto principal, é o que fala da audiência de custódia. O substitutivo vem e muda prazo de internação provisória, prazo de internação-sanção e traz, para o sistema socioeducativo, para a apuração do ato infracional, a tal da audiência de custódia no atendimento inicial. Vejam, a audiência de custódia não se harmoniza com as normas do direito da criança e do adolescente. Por quê? Porque eu tenho no ECA uma legislação especial, e, lá no ECA, já existe uma previsão legal específica: apreendido o adolescente, ele é apresentado ao Ministério Público em, no máximo, 24 horas. Para quê? Para a realização da tal da oitiva informal. Nesse momento da oitiva informal, o membro do Ministério Público vai analisar a legalidade ou não da apreensão, vai analisar se houve tortura, se houve agressão, se o adolescente passou por alguma violência no momento da sua apreensão, vai verificar a necessidade de medidas protetivas, se tem que encaminhar aquele adolescente para um tratamento toxicológico, um encaminhamento para a família... Eu tenho uma série de medidas de proteção que eu, Ministério Público, posso aplicar desde logo para esse adolescente, salvaguardando os seus direitos, antes mesmo de pensar em sua responsabilização. Eu vou analisar, na oitiva informal, as circunstâncias da apreensão. E vou, enquanto Ministério Público, que é o titular da ação socioeducativa, resolver se aquele adolescente vai ou não responder a um processo.

E essa norma vem para o estatuto com base em previsões internacionais. A própria convenção dos direitos da criança e do adolescente fala: "Olhem, a causa tem que ser decidida sem demora". Vêm as Regras de Beijing e falam: "Olhem, eu tenho que tentar não submeter a criança e o adolescente ao sistema de Justiça. Eu preciso evitar a judicialização". E aí vêm as regras e falam: "Olhem, só será submetido ao sistema de Justiça o adolescente que, praticando um ato infracional, não for beneficiado com a remissão feita por uma autoridade".

No sistema da infância e juventude, nós já temos uma previsão específica que é a apresentação do adolescente ao membro do Ministério Público para fazer essa primeira análise – e aí processar ou não o adolescente. Discute-se muito: "Ah, mas não tem defesa". É um ato pré-processual, mas, então, que se tenha a defesa, mas que não se pense em sobrecarregar o sistema do Judiciário com essas oitivas, com essas audiências de custódia, que vêm aqui violando as regras de direito internacional. A gente celebra tanto a tal da Justiça penal negociada, usa ANPPs, uma série de benefícios para os adultos. E o ECA prevê isso desde 1990, e agora se quer retirar. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Estatuto da Criança e Adolescente já tem uma fase pré-processual em que se analisa a condição daquele indivíduo, se pensa na proteção daquele indivíduo e se pensa na melhor forma de responsabilização daquele indivíduo.

Você falar numa audiência de custódia é você pensar que você vai precisar inevitavelmente de um aumento da estrutura do Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público, para conseguir fazer essas audiências, e vai violar aquela regra que diz que eu tenho que tentar não recorrer à autoridade judiciária.

Vejam, feitos esses apontamentos – nós temos pouco tempo aqui, a ideia é ser breve – sobre essa inconstitucionalidade, a gente vem trazer aqui qual é a nossa maior preocupação. A nossa maior preocupação, enquanto Ministério Público, são os impactos que isso vai trazer na gestão e no orçamento do sistema socioeducativo. O Levantamento Nacional do Sinase diz que, em 2024, nós tínhamos ali 12,8 mil vagas de internação e 2,9 mil vagas de internação provisória. Eu tinha cerca de 8,5 mil adolescentes em efetivo cumprimento de internação, dois mil e poucos em internação provisória e duzentos e poucos, quase 300 adolescentes em internação-sanção, com 77% da ocupação das unidades. Mesmo assim, eu tenho o quê? Eu tenho estados que não têm vaga para internação provisória, que não têm vaga para internação definitiva. E aí? Como é que vai ficar essa situação? Para onde vão esses meninos e meninas?

Aí eu pego o levantamento nacional do meio aberto. E aí eu vejo que, do último levantamento feito, dos 117 mil adolescentes e jovens que cumpriam medidas de liberdade assistida e serviço à comunidade, 82% são medidas em meio aberto no Brasil; somente 28% são semiliberdade e internação. Então, é a minoria, é a exceção, é o cumprimento das regras internacionais da Constituição e do ECA. Entre esses 17 mil adolescentes que cumpriam medidas em meio aberto, o que eu tenho? Eu tenho 37%, 38,5% de roubo e tráfico, só que, se eu pegar... Vamos pensar: aprovou-se este projeto, e vou considerar o tráfico de primeira passagem passível de internação provisória por tempo indeterminado, sanção por tempo indeterminado ou internação definitiva por até dez anos, como quer o projeto. Isso significa dizer que eu vou precisar dobrar o número de vagas no sistema socioeducativo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se hoje eu tenho R$2,3 bilhões gastos para o custeio do sistema socioeducativo nacional, de onde virá esse recurso para custear esse aumento? De onde sairá o recurso para construir novas unidades? Quanto tempo essas unidades levarão para serem construídas?

O que a gente tem que pensar? Que, antes de tudo, nós precisamos analisar o impacto disso, analisar a estrutura que a gente tem, porque, senão, nada vai mudar. A gente vai ter um sistema socioeducativo, ainda hoje não implementado, como é, pois quem trabalha na socioeducação sabe que a Lei do Sinase nunca foi implementada, porque a União não cofinancia, os estados não cofinanciam o meio aberto... Nós não conseguimos ainda cumprir o que tem a Lei do Sinase. Os programas não têm minimamente os requisitos obrigatórios previstos na Lei do Sinase. Então, acho que, enquanto Ministério Público, nós não podemos deixar de dizer que, primeiro, nós precisamos pensar na implementação da Lei do Sinase, que é de 2012; na criação de sistemas socioeducativos nos estados; no cofinanciamento da União; no financiamento dos conselhos de direito para as ações do Sinase; na previsão nos orçamentos de todas as secretarias correlatas de recursos públicos para financiar as políticas da criança e do adolescente – e, nesse caso aí, do adolescente em conflito com a lei. Eu preciso ter formação profissional, eu preciso ter educação de qualidade nas unidades. Depois, se mesmo implementada integralmente a Lei do Sinase, nós não vermos resultado, aí nós estamos dispostos, enquanto o Ministério Público, a dialogar, a ter um diálogo responsável e equilibrado para que nós possamos, de verdade, pensar no que pode ser feito.

O que nós temos aqui hoje é um projeto em que nós entendemos, sim, a vontade, o porquê que ele foi feito, mas nós temos que entender que esta forma, esta proposta não atende, não vai atender. Ela vai gerar um uma falsa sensação de segurança. Por quê? Porque eu vou ter milhares... Eu vou ter aí 12 mil, 13 mil jovens sentenciados a medidas de privação de liberdade, e eu não vou ter unidade para colocá-los, eu não vou ter financiamento para custear a presença desses adolescentes e jovens nas unidades socioeducativas. Então, a gente precisa falar em estruturação do Sinase, em cumprimento da Lei do Sinase, para depois a gente pensar em alterações...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dra. Danielle, para concluir, por favor.

A SRA. DANIELLE CRISTINE CAVALI TUOTO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de deixar aqui o Ministério Público à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço a colaboração de V. Exa.

Novamente, faço um registro apenas para que a gente possa situar o que fazemos aqui nesta Casa.

As definições de destinação de orçamento são da seara política, não da seara técnica, embora a seara técnica tenha evidentemente que ser ouvida. Eu posso indicar de cabeça pelo menos uma dúzia de fontes de financiamento, entre elas, do orçamento dos próprios órgãos representados na mesa, que têm excedentes em penduricalhos e coisas parecidas. Então, é só para a gente poder situar as prioridades que a gente estabelece.

E não é uma legislação destinada... Claro, toda legislação pode ser mal aplicada e mal interpretada, sabemos bem disso, mas evidentemente não é uma legislação destinada ao adolescente em primeira passagem por um tráfico de baixa proporção. A gente está falando de um universo em que nós temos pelo menos 1,2 mil, 1,3 mil adolescentes que são homicidas, já devidamente identificados e sentenciados nesse sentido.

Para não perder o foco – e, sim, já foi objeto de menção na reunião passada –, sobre o equívoco técnico da questão da audiência de custódia, evidentemente, isso não é necessário para o caso de adolescente. Acho que deve ter sido só um reflexo, enfim, do desconhecimento do momento de quem redigiu.

Passo a palavra para a Dra. Camila Lucas, por favor, por dez minutos. E, como percebeu, temos tolerância aqui, pode ficar tranquila. Não se assuste, pois é automático, eu não posso desligar o negocinho dos 15 segundos.

A SRA. CAMILA LUCAS MENDES (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos, Sr. Presidente Alessandro Vieira, Senadora Mara Gabrilli, demais Senadores e membros desta Comissão, colegas convidadas e convidados, senhoras e senhores presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Camila Lucas Mendes, eu sou Defensora Pública aqui do Distrito Federal, Coordenadora do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública, e hoje estou aqui representando a Anadep (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos).

A Defensoria Pública é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, e cabe a nós, conforme o art. 134 da Constituição Federal, promover os direitos humanos e defender judicial e extrajudicialmente os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Hoje, discutimos um projeto que coloca à prova a fidelidade do Brasil à sua própria Constituição e àqueles com que mais se deve ter cuidado. O PL 1.473, de 2025, e seu substitutivo propõem mudanças profundas no Estatuto da Criança e do Adolescente, ampliando o tempo máximo de internação, suprimindo o princípio da brevidade e flexibilizando a reavaliação das medidas. Na prática, o que se propõe aqui é transformar o sistema socioeducativo pensado para educar e reintegrar em um sistema punitivo juvenil. E isso representa, sim, um retrocesso jurídico, social e civilizatório.

O art. 227 da Constituição Federal afirma, com toda a clareza, que crianças e adolescentes são prioridade absoluta e devem ser protegidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, com base na doutrina da proteção integral. A proposta de retirar o princípio da brevidade e ampliar o tempo de internação viola frontalmente esse comando constitucional. Ela nega não só a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento como substitui também o paradigma da proteção pela punição e peca diretamente com aqueles com que a família e a sociedade já falharam, não cabendo ao Estado o papel de punir, mas, sim, de acolher e de reintegrar.

A Defensoria Pública entende que o desafio do país e, sobretudo, do Estado não é punir mais cedo, nem por mais tempo; o desafio é garantir que o Estado chegue antes, com educação, com políticas públicas, com oportunidades, com um ambiente que seja saudável e alternativo, para que a juventude não olhe para a criminalidade como uma alternativa. Aumentar o tempo de internação não é política de segurança pública; é, na verdade, a institucionalização do fracasso das políticas sociais.

Nesse sentido, a convenção sobre os direitos da criança e do adolescente, as Regras de Beijing, como já foi falado pela nossa colega Promotora, e as Regras de Havana são categóricas. A privação de liberdade deve ser utilizada apenas como último recurso e pelo menor tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível. Para além disso, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança, em sua 99ª sessão, recomendou expressamente que o Brasil não amplie o tempo de internação de adolescentes.

Aprovar este projeto seria colocar o país em rota de colisão com o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos, construído ao longo de mais de três décadas por iniciativas públicas e privadas, esforços da sociedade e do Estado, bem como com agentes de dentro e fora do país. O Supremo Tribunal Federal já reconheceu que os tratados de direitos humanos têm *status* supralegal, o que reitera, portanto, que a proposta não é apenas inadequada, mas também materialmente inconstitucional.

Além disso, não há evidência científica que sustente que o aumento de tempo de internação reduza a violência. Pelo contrário, o que se observa em todos os estudos nacionais e internacionais é: quanto mais tempo o adolescente permanece privado de liberdade, maior o dano psicológico, social e familiar e maior a reincidência.

A maioria dos adolescentes internados no Brasil é formada por meninos negros, pobres, afastados da escola e das oportunidades. Nesse contexto, a criminalidade é vista como uma alternativa, não pelo desejo inerente de se tornar pária da sociedade, mas, sim, pela própria falta da presença do Estado e das instituições. Endurecer o Estatuto da Criança e do Adolescente é punir o abandono com mais abandono. Esta proposta não é uma resposta à criminalidade, é uma desresponsabilização do próprio Estado, que falha em garantir direitos e depois tenta compensar sua ausência com mais cárcere e com mais violência, afastando ainda mais os jovens de qualquer perspectiva de futuro.

Além da inconstitucionalidade, o projeto também peca na questão financeira, como também já foi falado pela nossa colega do Ministério Público. Hoje, cada adolescente internado custa em média R$10 mil por mês, recurso que, aplicado em políticas de educação e reintegração, traria resultados muito mais satisfatórios. Ampliar o tempo de internação também significaria um impacto aos cofres estaduais e aos cofres do Distrito Federal.

É importante lembrar também que o sistema socioeducativo já opera acima da sua capacidade, e, além disso, a gente tem o Supremo Tribunal Federal proibindo, em sede do HC 143.988, que as unidades ultrapassem o limite projetado, diante das graves violações constatadas. Então, aumentar o tempo de internação sem ampliar uma estrutura, sem ampliar equipe, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento é também perpetuar uma ilegalidade estrutural, ao mesmo tempo em que se condenam os adolescentes e servidores a um sistema que já é falho.

Esta proposta também – é importante a gente ter esta consciência – volta à lógica do antigo Código de Menores, que via a juventude pobre como um caso de polícia. Ao permitir que um adolescente passe toda a sua adolescência e parte da sua juventude privado de liberdade, o projeto nega a própria razão de ser da socioeducação. A juventude brasileira não precisa de mais muros, ela precisa de portas abertas para a escola, para a cultura, para a saúde mental, para o esporte, para a profissionalização. É nisso que reside a verdadeira segurança pública. Não é endurecendo o ECA que se vai combater o crime, é cumprindo o ECA que se previne a violência.

A Defensoria Pública, num posicionamento institucional, em consonância com manifestações da Anadep, por exemplo, manifesta-se pela rejeição deste projeto, por entender que ele viola a Constituição, os tratados internacionais que já foram mencionados e a racionalidade pedagógica do sistema socioeducativo. O caminho constitucional poderia ser outro: fortalecer o Sinase, garantir condições dignas nas unidades já existentes, ampliar medidas em meio aberto, investir em políticas que resgatem o sentido educativo da responsabilização; um processo que transforme, não um processo que puna.

O que está em debate hoje não é apenas um artigo de lei, não é apenas uma alteração legislativa, é o tipo de país que queremos ser: aquele que enxerga sua juventude como uma ameaça ou como uma promessa? Uma sociedade que responde com prisão ou com políticas públicas? A Defensoria Pública acredita, sim, em um país, em um Brasil que não desiste dos seus jovens, um país que reconhece neles sujeitos de direitos, não inimigos da ordem. Então, rejeitar este projeto seria afirmar a Constituição, a democracia e a esperança, porque nenhum adolescente é irrecuperável...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA LUCAS MENDES – ... mas a sociedade que desiste dos seus jovens pode ser.

É isso.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Dra. Camila.

Eu passo a palavra à Dra. Claudia Carletto, Presidente da Fundação Casa, por favor. Dez minutos, com a tolerância já tradicional.

A SRA. CLAUDIA CARLETTO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Alessandro Vieira, Presidente desta sessão.

Quero agradecer demais tanto ao Presidente quanto à Senadora Mara Gabrilli, que propôs esta audiência pública, atendendo a um pedido coletivo de vários órgãos e instituições e da própria sociedade civil, que se demonstrou muito preocupada com a temática, Senador.

É claro que nós entendemos a preocupação e o clamor da população quando anseia que o Estado dê devolutivas rápidas a essa sensação de impunidade, de aumento de insegurança e de violência no Estado brasileiro, mas eu venho trazer uma palavra muito importante de gestora do maior sistema socioeducativo do Brasil, que é o do Estado de São Paulo, que hoje atende a 4,8 mil adolescentes em sistema de internação e semiliberdade.

Senador, o nosso orçamento beira os R$2 bilhões por ano. Isso demonstra que o sistema socioeducativo, sim, é caro, mas por que ele é caro? Eu acho que aqui, na esteira do que disseram tanto a Promotora quanto a Defensora, os sistemas socioeducativos brasileiros estão ancorados num formato pedagógico, num formato de acolhimento, de tratamento desse adolescente, porque, quando esse adolescente chega ao sistema, nós já o perdemos para o crime uma primeira vez, ele já foi aderido àquela situação que, muitas vezes, é a realidade de onde ele vive. É, muitas vezes, o sintoma da região, é sintoma do nosso Brasil, que é tão desigual e tão cheio de discrepâncias. Ele chega lá, porque a única oportunidade que ele teve na vida foi essa. Quando ele entra no sistema socioeducativo... E hoje eu me sinto aqui representante dos meus 4,8 mil adolescentes. Eu brinco que eu sinto que, mesmo não tendo filhos, Bassan, eles são os meus filhos, enquanto eles estiverem lá dentro, eu me sinto responsável por eles. E vejo qual é a necessidade e como eles chegam sem uma perspectiva nem de sonho, como eles vêm aderidos à realidade cruel que os trouxe até aqui. E o caráter pedagógico do sistema – por isso, tão caro que é – é fundamental para que a gente possa mostrar para esse adolescente que ele tem um outro caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A princípio, se nós colocarmos dessa maneira – que esse adolescente, por uma primeira vez, já foi perdido para o crime –, ele seguramente será o bandido de amanhã. O que o sistema socioeducativo brasileiro propõe para esses adolescentes é um segundo caminho a seguir. E, para tanto – nem preciso aqui reforçar o caráter constitucional da brevidade e da excepcionalidade da proteção integral, enquanto a gente fala de ser humano em desenvolvimento –, esse adolescente ainda pode ser trabalhado para que ele não vá para o caminho que seguramente ele iria se ele não passasse pelo sistema.

Agora, eu penso, Senador, se esse adolescente ficar dentro de um sistema por dez anos, qual é a perspectiva que ele tem de correção de rota? Qual é a perspectiva de reinserção social que esse adolescente vai ter?

Eu até trouxe, eu fiz uma pesquisa, uma teoria que se chama desistência do delito. A desistência do delito compreende que, quando há otimismo e perspectiva de um futuro melhor, as pessoas tendem a desistir daquilo que, enfim, naquele momento, cometeram, mas que pode não ter sido o melhor caminho, o bom caminho, se assim nós podemos dizer. Se a gente não dá nenhuma perspectiva de otimismo e de construção de um futuro diferente, como é que esse jovem vai desistir do delito?

Praticamente, a questão que mais nos preocupa é a operação. Como gestores do sistema, eu acho que isso é o que nos traz aqui, de uma maneira com muito mais porte, para dizer: nós teríamos de reestruturar todo o sistema socioeducativo para a gente conseguir fazer frente à demanda como está hoje no projeto de lei. E, para tanto, para além do custo, que já é alto... Em São Paulo, por exemplo, um custo adicional, por ano, giraria em torno de R$240 milhões, para que a gente consiga reativar unidades ou construir unidades com essa finalidade. Isso é porque, por óbvio, nós não podemos deixar um adolescente que esteja em cumprimento de medida indeterminada, por até dez anos, em conjunto com outro adolescente que entrou por uma questão que não seja tão gravosa. Então, como fazer a gestão também desse sistema é algo que demandaria mais tempo – e aí faço coro às palavras da Promotora –, que demandaria um debruçamento social, um debruçamento dos governos, um debruçamento também do Governo Federal e, em especial, das casas legislativas, para que nos ajudem a pensar, juntos, como fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por óbvio, problemas complexos não são resolvidos de maneira simples, e a forma corrente ou a forma açodada como este PL está tramitando nesta Casa Legislativa preocupa-nos, primeiro pela sua exequibilidade, como nós estados conseguiremos colocar isso em prática, mas, acima de tudo, Senador, eu faço um apelo em nome dos nossos adolescentes. Hoje, na Fundação Casa de São Paulo, 70% dos nossos adolescentes estão em internação por tráfico e roubo; se nós somarmos os adolescentes que cometeram homicídio ou qualquer ato de agressão sexual, não vão perfazer 4% do total. A gente pode pensar "bom, mas aí você vai me dizer que o impacto econômico não é tão grande", mas, se a gente ampliar o entendimento dos nossos juízes pelo país inteiro, em especial também – aí eu vou dizer – do meu estado, com relação ao que ele pode considerar crime de grave ameaça e violência, esse número vai aumentar. E aí, sim, nós teremos uma distorção do que seria uma aplicação e um clamor social que considero justo, mas que teria um fim, uma finalidade na ponta muito diferente do que nos traz aqui hoje, nesta terça-feira, em Brasília, para debater.

Eu vejo que esse é um debate que a gente deveria aprofundar. Vejo, no olhar dos adolescentes dentro da Fundação Casa, um olhar de quem clama para a sociedade uma oportunidade, e é isso que todos os profissionais fazem todos os dias.

Eu posso falar isso pelos gestores que nos acompanham aqui, em todas as vezes nós nos reunimos. Eu vejo também, em todos eles, o desejo de conseguir ofertar um futuro diferente para esses jovens, e é por eles que eu peço que a gente tenha mais tempo para avaliar esse projeto de lei e que a gente consiga construir um consenso que seja justo para todos, mas, em especial, para quem mais precisa.

Eu falo, Senador, que esses adolescentes já tiveram a arma uma vez na mão, e eu não quero que eles a tenham novamente. E, se a gente aumentar o período deles em internação ou fizer, com correria, com açodamento, um debate que precisa ser mais profundo, nós a estaremos colocando pela segunda vez, sem dúvida nenhuma.

É isso, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Dra. Claudia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só repetindo os números: a senhora tem 4,8 mil adolescentes, aproximadamente, sob sua responsabilidade. A senhora sabe que o universo de adolescentes e crianças de São Paulo é de quase 8 milhões de pessoas – para que a gente tenha sempre essa proporção de que público nós estamos tratando proporcionalmente. E não existe... De novo, repito, é uma frase chata de falar: qualquer lei pode ser mal escrita e depois mal interpretada. Isso é quase uma regra no Brasil, e a gente tem que tomar todos os cuidados – vocês têm razão – para garantir a melhor e mais produtiva interpretação, mas a gente não deve perder de vista que esse projeto do Senador Fabiano, mesmo na redação do Relator, Senador Flávio, não se destina aos 7,86 milhões de adolescentes paulistas, ele se destina a um grupo que vai estar em torno de 4,8 mil adolescentes que cometeram crimes como o de roubo, o de homicídio, o de tráfico de entorpecentes. Espera-se sempre que tudo seja devidamente instruído, com provas, evidentemente. Ninguém está falando dos potenciais abusos.

É só para não perder o foco do que a gente está fazendo.

Eu vou antecipar que, em algum momento aqui – a gente tem uma outra agenda –, eu me afastarei, a Senadora Mara assumirá a Presidência, e eu retornarei logo em seguida.

Passo a palavra à Sra. Deila Martins, do Conanda.

Por favor, Deila.

São dez minutos, com tolerância.

A SRA. DEILA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, colegas da sociedade civil, gestores e representantes dos poderes públicos, boa tarde a todas as pessoas presentes.

Meu nome é Deila Martins, estou aqui representando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é o órgão responsável por deliberar, monitorar e fiscalizar a política nacional de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O Conanda representa aqui não só uma instituição, mas um compromisso constitucional que o Brasil assumiu com a infância e a adolescência. Então, em nome do Conanda, afirmo, de forma categórica, que este projeto representa um grave retrocesso civilizatório jurídico e viola,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como bem já foi colocado, frontalmente, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sinase e todos os tratados internacionais de direitos humanos que protegem crianças e adolescentes.

Não é à toa que no estatuto está elencado o prazo de três anos, entendendo a brevidade como o aspecto principal da proteção de crianças e adolescentes. E a brevidade numa institucionalização que compreende que a medida socioeducativa deve ser encarada como um princípio a ser cumprido, porque não é aleatório o prazo de três meses. Ele reflete o reconhecimento do adolescente numa condição peculiar de desenvolvimento e reconhece o objetivo da medida socioeducativa, que deve ser uma prática de fato pedagógica.

Na prática, esse projeto vai configurar uma consequência muito grave no dia a dia das unidades socioeducativas. O aumento do tempo de internação significará uma multiplicação do número de adolescentes privados de liberdade em todas as práticas de ato infracional infelizmente, porque a gente tem um sistema ainda muito seletivo ao definir a medida socioeducativa para o adolescente. Então, logo teremos uma superlotação nas unidades socioeducativas, uma situação que, já há alguns anos, tentamos enfrentar, porque entendemos que o sistema vive numa situação crítica.

Diversos estados ainda operam as unidades socioeducativas em condições precárias, com déficit inclusive de profissionais. O Conanda vem alertando reiteradamente que unidades superlotadas são espaços férteis para violência institucional, maus-tratos e tortura, assim como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura já vem alertando em todos os seus relatórios. Se aprovado esse projeto, veremos um agravamento deste quadro que hoje já é dramático: são adolescentes em espaços insalubres, sem acesso à saúde, sem educação, sem o direito à convivência familiar sendo acessado de forma igualitária, vivendo em espaços de tensão e violência.

Permitam-me trazer um exemplo do meu estado, do território em que eu vivo e monitoro as unidades socioeducativas de maneira muito próxima, que é o Estado de Pernambuco. Segundo o Levantamento Nacional do Sinase, em 2024 tínhamos aqui em Pernambuco cerca de 656 adolescentes privados de liberdade. O orçamento da fundação que é responsável por esse atendimento gira em torno de R$91 milhões anuais apenas para o atendimento direto. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

configura cerca de R$11 mil mensais por adolescente. Esse valor hoje já é insuficiente para garantir o mínimo de dignidade e qualidade nos atendimentos realizados ao adolescente. Se esse tempo de internação for ampliado de três, podendo chegar a cinco, a dez anos, esse número de adolescentes internados será triplicado em pouquíssimo tempo, porque o fluxo de saída será interrompido drasticamente. Esse mesmo orçamento significa que não se sustentará a dimensão da unidade socioeducativa com esse número de adolescentes e significará menos alimentação, menos socioeducadores, menos saúde, menos educação e mais violações de direito.

Estudos técnicos identificam que o impacto orçamentário para Pernambuco, por exemplo, vai ultrapassar R$180 milhões adicionais por ano, custo que o estado simplesmente não vai ter como absorver sem comprometer políticas públicas essenciais como aquelas de prevenção e de atendimento em meio aberto, que são mais baratas e mais eficazes na prevenção da violência.

E, quando o orçamento não dá conta, sabemos qual é o resultado disso: superlotações, rebeliões, revoltas e mortes, cenário que Pernambuco conhece muito bem. Há alguns anos, Pernambuco registrou umas das mais graves rebeliões com mortes dentro de unidades socioeducativas, aquelas que, historicamente, tinham superlotação, aumento da sua capacidade de atendimento, falta de profissionais e negligência estatal. Essas tragédias não foram exceções, foram sintomas de um sistema em colapso. Ampliar o tempo de internação é voltar a esse patamar de barbárie que o sistema socioeducativo já vivenciou.

E tem outro elemento que não podemos silenciar dentro dessa discussão, que é o racismo estrutural. Mais de 60% dos adolescentes internados no Brasil são negros; em estados como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, esse percentual ultrapassa 80%. Quando o Senado discute ampliar o tempo de internação, o que está em jogo é ampliar o encarceramento da juventude negra, pobre e periférica.

Não se trata apenas de um equívoco na construção política desse projeto, é uma política racialmente seletiva, que perpetua a ideia de que o jovem negro deve ser contido, vigiado e punido, enquanto o jovem branco pode ser tratado através de medidas restaurativas. Esse projeto, portanto, reforça o encarceramento da população negra, que já é marcada dentro do sistema socioeducativo. Em vez de encarar as causas estruturais da violência como o racismo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdade, a ausência de oportunidades, o PL 1.473 escolhe punir ainda mais os corpos que historicamente têm sido criminalizados em nosso Brasil.

Não há neutralidade possível nessa discussão. A ampliação da internação é também uma ampliação da necropolítica e a reprodução da lógica de quem define quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser descartadas.

Os defensores desse projeto argumentam que o aumento do tempo de internação trará mais segurança para a sociedade, mas a realidade mostra o contrário. Os estudos nacionais e internacionais afirmam que essa privação de liberdade prolongada pode aumentar as taxas de reincidência, porque o isolamento prolongado não educa; ele adoece, ele desumaniza e ele destrói o potencial de reconstrução da vida desse adolescente, que deveria voltar para a sociedade de maneira mais protetiva.

Não há evidência alguma de que ampliar a internação possa vir a reduzir a violência, e, sim, o que temos são provas de que o aumento do tempo de internação aumentará os custos para os cofres públicos e o custo para a vida de muitos adolescentes, que não sairão das unidades melhores do que entraram; pelo contrário, a vida desses adolescentes será cada vez mais destruída pelo próprio Estado.

Não podemos reproduzir, como já bem foi colocado, a lógica do Código de Menores. O Brasil já se posicionou, de maneira civilizatória no Estatuto da Criança e do Adolescente, que criança e adolescente precisam ser tratados com prioridade absoluta. Não podemos permitir que o Congresso e o Senado, em pleno 2025, revivam práticas condenadas já historicamente.

Por isso, em nome do Conanda, apelando para a consciência dos Senadores do Congresso Nacional, é importante refletir que não se responde à violência com mais violência. O que nossos adolescentes precisam é de educação, oportunidade, cuidado e justiça restaurativa para todos. Não precisamos de mais grades nem de mais anos de punição.

Essa ampliação do tempo de internação só multiplicará as mortes de adolescentes dentro do sistema, que não terá condição alguma de trabalhar de maneira pedagógica, considerando que terá, de fato, uma superlotação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos deixar o Brasil chegar a esse retrocesso, ampliando o sofrimento de adolescentes e de suas famílias.

Agradeço a oportunidade e esperamos que o Senado, de fato, tome uma postura civilizatória rejeitando o PL 1.473.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço à representante do Conanda.

Eu vou passar a Presidência para a Senadora Mara. Gostaria que verificassem se ela está ativa, *online*, para poder assumir a Presidência.

Espero voltar a tempo, ainda, de encontrar as senhoras e os senhores, mas, se não encontrar, agradeço muito pela oportunidade. Comprometo-me a trabalhar para melhorar o projeto. Ele, efetivamente, tem um largo espaço para melhora de texto, mas, de toda sorte, ainda assim, registro a necessidade fundamental que nós temos de compreender que não dá para tratar problemas que são estruturais sob o ponto de vista único e exclusivo de liberações ou desencarceramento, falando de adultos, ou de internação, no caso dos adolescentes.

O Brasil já vive esse cenário há muito tempo, desde os mutirões carcerários do Ministro Gilmar Mendes, que, talvez, em boa hora, tenham surgido, mas que se exauriram. O Brasil tem que fazer suas escolhas políticas e orçamentárias: essas escolhas são feitas nesta Casa e, à medida que se façam com responsabilidade e atendendo aos anseios da sociedade, com respaldo técnico, caminharemos bem.

O que não é razoável é imaginar que não se pode implementar uma legislação porque hoje o orçamento não comporta, uma vez que quem está determinando a legislação também é quem determina o orçamento. Então, não deveria ser um problema real. A gente está, talvez, tergiversando o assunto.

Senadora Mara, agradeço muito pela sua disponibilidade e até breve.

Obrigado, senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Alessandro Vieira.

Eu queria agradecer as palavras da Sra. Deila Martins, Conselheira Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), e passo a palavra para a Sra. Livia Vidal, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Sra. Livia, com a palavra.

A SRA. LIVIA VIDAL (Para expor.) – Muito obrigada.

Eu gostaria de iniciar agradecendo muito à Senadora Mara Gabrilli, à Senadora Eliziane Gama, à Senadora Augusta Brito e à Senadora Zenaide Maia – tanto às duas primeiras Senadoras, Eliziane e Mara, que pleitearam este espaço e se voluntariaram a nos fortalecer; quanto às demais, que abriram o espaço de diálogo e estão apoiando, para que possa ter espaço e tempo de reflexão.

Eu acho bastante significativa a composição da nossa mesa. A gente está aqui entre especialistas da socioeducação, tanto do sistema de justiça quanto da sociedade civil, e executores da medida socioeducativa nos estados. Temos aqui o Estado do Ceará e de São Paulo, mas também temos, nesta plenária, o Estado da Paraíba e o Estado da Bahia representados, e todos, unanimemente, estamos contrários a esse PL. Parece-me salutar que esta Casa se disponha a ouvir com mais cautela, com mais tempo e com mais cuidado todas as apreciações dos especialistas da área.

Por favor, pode passar.

Eu trago aqui algumas reflexões sobre – a gente já veio apontando aí – o número de adolescentes. Temos, como o Senador apontou, a socioeducação, que representa menos de 1% da população adolescente brasileira, mas, por outro lado, apesar de a gente representar menos de 1% dessa população, parece, às vezes, que a população juvenil e que a população adolescente brasileira, em especial preta, periférica, negra e pobre, representa o monstro, o anseio e o temor que a gente tem em relação à segurança pública.

A gente tem aqui uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que tivemos algum problema nesse eslaide. Pode passar.

Aqui seria aquele maior quantitativo, que é o quantitativo que está cumprindo medida socioeducativa de internação, mas aí, adensando esse perfil dessa população, a gente está falando, como já foi citado, de uma maioria de adolescentes negros.

Gostaria de trazer aqui que a maioria dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa – nós estamos falando de 87% – têm entre 15 e 18 anos. Se a gente ampliar o tempo de cumprimento de medida desses adolescentes, a gente pegando o adolescente de 15 anos, ele vai cumprir medida até os seus 25 anos, no caso mais gravoso e mais danoso da experiência desse projeto de lei. Se a gente pegar um adolescente que cometeu um ato infracional até os 18 anos, a gente está dizendo que a gente vai ter esse jovem até os 28 anos no sistema socioeducativo, talvez junto com o adolescente de 15, na mesma unidade.

A gente tem aqui os dados também sobre renda familiar. A gente está falando sobre famílias que têm uma renda familiar de um a dois salários mínimos por família.

Então, acho que esses são dados que vêm falando, sim, desse contorno, desse perfil social e identitário dos adolescentes que estão hoje em cumprimento de medida socioeducativa e que revelam as desigualdades sociais no nosso país.

Por favor.

Se a gente pensar aqui nos atos infracionais, como foram citados, a gente tem hoje um número importante e significativo dos atos de tráfico de drogas. A gente costuma dizer, nas pesquisas e nos estudos sobre socioeducação, que tráfico de drogas e roubo, furto, são atos infracionais relacionados à necessidade de acesso à renda. Então, a gente está falando de populações que precisam de apoio econômico, de apoio financeiro, de apoio para sobreviver.

Os atos de homicídio, estupro, latrocínio, se a gente somar, vão computar aí 15%, 16% dos atos infracionais, então, de fato, a gente tem um apelo que, por um lado, o tempo inteiro nos conta sobre jovens e adolescentes como representantes da violência e da insegurança pública e dos nossos temores sociais, mas, de fato, esse número de adolescentes que estão cometendo atos infracionais hediondos ou gravosos... Esses números são pequenos, mas eles precisam ser acompanhados com muita, muita cautela e com muito cuidado, com muito investimento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, investimento social, investimento em ressocialização, de fato, em capacitação, inserção à renda.

A gente está distribuindo alguns PLs aqui, reunimos mais de dez PLs que foram encaminhados e chegaram até nós. Sobretudo, a gente pode destacar aqui o CNJ, o Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Social, trazendo todas as falas de Governo Federal em nível nacional, mas também notas de repúdio do Estado do Espírito Santo, apontando a gravidade desse PL.

A gente já apontou isso. A gente vai precisar de, no mínimo, 27 unidades, uma por estado, para dar conta da implementação desse PL; mas a gente não pode pensar em uma unidade, porque, se a gente está pensando que um dos compromissos da socioeducação é a construção e o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, a gente precisa que essas unidades sejam regionalizadas. Então, a gente não vai poder ter apenas uma unidade para cumprimento de medida socioeducativa estendido; a gente vai precisar de diversas unidades em cada um desses estados. Para construir uma unidade hoje, a gente fala de um orçamento que gira em torno de 40 milhões a 100 milhões por unidade. Então, a gente está falando de diversas unidades para dar conta dessa realidade nova.

Pode passar, por favor.

A gente tem aí um aumento. Entre os estudos que nós fizemos, chegamos a um custo médio mensal, olhando para o Brasil de uma forma ampliada – um custo em São Paulo é diferenciado do custo em Pernambuco –, uma média mensal de R$13.770 por adolescente. Pelo menos 60% desse valor corresponde a gastos estruturais e com profissionais para atendimento dessa medida. É um valor bastante pequeno, irrisório ainda, infelizmente, nas ações educativas, de capacitação, ações de cultura, esporte e lazer, que ainda são irrisórias dentro do sistema socioeducativo e que precisam ser fortalecidas. Então, a gente vai ter aí um aumento de gastos de pelo menos 333%, e a gente precisa olhar para isso, não tem jeito.

A gente entende que – e isso já foi trazido aqui nesta plenária – a internação não resolve as nossas angústias. E o que a gente está desejando e o que a gente está solicitando à sociedade é pensar: o que nós estamos nos convocando a pensar quando a gente pensa no PL 1.473? A gente está falando de impunidade e a gente está falando de um anseio de segurança. Como o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estava aqui presidindo, até poucos minutos, o Senador Alessandro, nos aponta, a gente tem um apelo social sobre impunidade e sobre segurança pública.

A questão é que a medida socioeducativa de internação não resolve a impunidade. Se a gente está olhando para a brevidade da medida, para até três anos, e pensando que essa medida gera impunidade, a gente está olhando de maneira equivocada, porque a perspectiva da medida socioeducativa é uma perspectiva de fortalecimento de rede. Então, ela precisa ter um tempo necessário para que a escola, para que o vínculo escolar seja fortalecido, para que o vínculo social e as políticas sociais sejam fortalecidas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA VIDAL – ... e essa família consiga ser inserida nos mais diversos programas de apoio, de acesso à renda, apoios diversos, para que o acesso à saúde possa ser fortalecido... E a gente tem aí a política Pnaisari nos fortalecendo, e não só a socioeducação, porque quando a gente trabalha na perspectiva de fortalecer as políticas públicas que apoiam que o adolescente retorne para o seu vínculo, para a sua comunidade e para a sua família, a gente está fortalecendo a política pública para todos. Porque, quando a gente investe em Pnaisari, a gente está fortalecendo não um profissional exclusivo que vai atender o adolescente, mas a gente está investindo no SUS. Quando a gente está fortalecendo a política de assistência social, a gente está fortalecendo o Suas de uma maneira geral.

Então, a gente tem aí a medida socioeducativa prolongada como indutora, e a gente tem essa pesquisa dentro do prisional, né?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA VIDAL – Os resultados que a gente vê, do sistema prisional, indutor de novas infrações.

Impacto na saúde mental: a gente vê diversas pessoas que, após um tempo prolongado de internação, de privação de liberdade, têm problemas de insônia, ansiedade e pânico.

Quebra de vínculos familiares: como um adolescente, após dez anos, vai retornar para a sua família, para a sua casa, de uma maneira fortalecida? A gente sabe como os adolescentes retornam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os seus espaços; muitas vezes nem conseguem retornar pelos estigmas diversos que são constituídos no seu território.

E a desescolarização. Mas, nesse caso, a gente vai ter que chegar à pós-graduação, ao mestrado e ao doutorado, dentro da medida socioeducativa, para dar conta dessa medida de uma forma educacional, para cumprir com esse vínculo, com o processo educacional.

O que a gente entende que seriam avanços e caminhos?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA VIDAL – E aí avanços recentes, que a gente tem dentro da socioeducação, que ainda precisam ser mensurados, ainda precisam ser acompanhados.

Central de vagas, que tem impedido a superlotação. A gente ainda nem conseguiu chegar nas 27 unidades federativas, e a gente precisa que isso aconteça.

A ampliação da Pnaisari, que fortalece o SUS – também precisa chegar a todos os municípios.

A promoção da educação integral dentro das unidades socioeducativas, que está começando a ser pensada, começando a ser implementada em alguns estados.

O fortalecimento da formação de profissionais, em parceria com universidades públicas, mas também com os sistemas de execução estaduais, mas nós estamos aí lançando, até o final deste ano, 12 escolas estaduais de socioeducação para fortalecer o processo de formação e capacitação de profissionais do sistema socioeducativo, em especial o meio aberto que precisa de apoio.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA VIDAL – E a estruturação do atendimento pós-medida, para acompanhar esse adolescente após o cumprimento da privação e da restrição de liberdade, para que ele tenha condições de se reintegrar e se reinserir.

Do que a gente precisa? A gente precisa fortalecer o meio aberto. A gente precisa construir estratégias para vínculos familiares e comunitários cada vez mais potentes e fortalecedores desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovem e desse adolescente. A gente precisa potencializar uma escolarização saudável e sadia, em que a gente não tenha 37 dias letivos interrompidos no processo de escolarização desses jovens e desses adolescentes por conta de intervenção policial ou de guerra entre facções nos territórios conflagrados, e a gente precisa investir nas famílias para que tenham habitação segura, para que tenham direito ao transporte digno e à soberania alimentar. A gente está falando de sociedade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIVIA VIDAL – Pode passar, por favor.

Então, isso é uma reiteração do eslaide anterior.

Muito obrigada. Eu acho que eu vou ficar por aqui, já ultrapassei o meu tempo, me parece.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sra. Livia Vidal, que é Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Obrigada pelas suas palavras.

Eu queria chamar o Sr. Roberto Bassan Peixoto, que é Presidente do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Fonacriad).

Por favor, Sr. Roberto, com a palavra.

O SR. ROBERTO BASSAN PEIXOTO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Mara.

Queria aqui agradecer muito a oportunidade da realização desta audiência pública e, na sua pessoa, cumprimentar os demais Senadores. Faço um agradecimento especial à Senadora Augusta Brito, que abriu espaço de escuta e de diálogo com o Fonacriad. Queria aqui registrar a presença, para além da Claudia, responsável pela Fundação Casa, em São Paulo, do Flavio, gestor do Sistema Socioeducativo da Paraíba, e da Regina, gestora do Sistema Socioeducativo da Bahia. Queria cumprimentar os gestores que nos acompanham de maneira remota nesta audiência pública.

O Fonacriad é um fórum histórico que foi criado antes mesmo da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que atualmente congrega todos os gestores estaduais do sistema de atendimento socioeducativo, e para esta pauta construiu uma nota técnica onde aborda alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos de preocupação e de inflexão sobre o atendimento socioeducativo nacional e os impactos dessa mudança legislativa nesse contexto.

Um desses itens – já foi abordado aqui – que nos é muito caro é exatamente um conceito de estudo muito conhecido, que é o mito da impunidade. A gente não pode acreditar que nada acontece com esse jovem que comete ato infracional. Hoje a nossa legislação prevê a privação de liberdade, e isso não é pouco. Há uma real responsabilização desse jovem a partir do cometimento do ato infracional com uma previsão legal. Se a gente não combater o mito da impunidade e acreditar que esses jovens estão impunes, a gente está escolhendo um modelo de sociedade no qual a punição vale mais do que um processo educativo e formativo. E vou além, com estudos técnicos, com a oportunidade pessoal que eu tive de fazer um doutorado sanduíche na Espanha, que é um país que reduziu a idade penal e não teve impacto algum na redução da violência. Então, a gente vai atacar um clamor social com uma penalização e responsabilização desses jovens, com algo que de fato – já comprovado com estudos – não impacta diretamente a violência. Se o objetivo é a redução da violência, o aumento do tempo de internação não vai conseguir atingir esse objetivo de maneira efetiva.

Um outro ponto da nota técnica do Fonacriad traz os princípios e ordenamento legal. Eu não vou dar ênfase, porque vários dos debatedores já fizeram, mas vou trazer. Para além do princípio da prioridade absoluta, da proteção integral, da brevidade e excepcionalidade, me traz uma preocupação muito constante a questão do prazo indeterminado de internação provisória. Precisamos fazer um reconhecimento histórico dos esforços do sistema de Justiça para cumprir esse prazo regimental de 45 dias: nós podemos afirmar, enquanto gestores, que o sistema de Justiça tem dado conta da execução desse prazo de 45 dias. E um retrocesso gigante causaria não só o aumento do tempo de internação provisória, mas uma desproporcionalidade em relação ao adulto, que é uma previsão constitucional nossa. Isso impactaria demais a lógica de política e traria para o sistema socioeducativo uma desconstrução do que está sendo proposto hoje.

Eu estou falando aqui de um lugar de execução de medida socioeducativa onde podemos afirmar que vencemos uma realidade de violação de direitos para uma realidade de garantia de direitos. Podemos falar, sim, da ausência de tumultos, rebeliões nos centros socioeducativos de maneira atual e, se aumentar indiscriminadamente o número de jovens para voltarmos para um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto de superlotação, esse dado, que é um efetivo compromisso dos gestores agora, vai estar colocado à prova de uma maneira irresponsável.

Para isso, a gente traz alguns olhares também sobre o regramento internacional, do qual o Brasil é signatário, tanto a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, quanto as regras de Riad, quanto as Regras de Beijing, quanto as diretrizes de Havana. São alguns dos exemplos de que esse projeto de lei deve considerar, no seu texto, a correção conceitual para que a gente continue cumprindo esse regramento internacional, do qual o Brasil é signatário, e tenha um compromisso nessa perspectiva.

E eu não posso aqui deixar de citar algo que muitas vezes passa despercebido no contexto da execução das medidas socioeducativas: o estatuto traz muito claramente que a internação é em estabelecimento educacional. Esse termo é fundamental para que a gente entenda as atribuições legais. Quando a gente aumenta o tempo de internação, obrigatoriamente, metodologicamente, há um outro processo em voga, em curso que precisa ser estudado e detalhado, e os estudos técnicos desse projeto de lei não dão conta disso. O modelo arquitetônico adotado atualmente não será suficiente para um tempo de internação de cinco ou dez anos. Uma unidade de internação nova hoje custa, em média, R$30 milhões para a sua construção arquitetônica, e os estados não dispõem desse recurso técnico para executar um modelo de internação em que os jovens não vão ficar três, e, sim, vão ficar dez anos. Isso vai impactar sobremaneira.

E mais um item observado, que já foi dessa pauta aqui, mas que para nós, gestores estaduais, é fundamental, porque já aparece em cartas anteriores do Fonacriad, é a ausência de estudos de impacto fiscal e fonte de financiamentos. Na carta do Fonacriad de João Pessoa, na qual os estados se reuniram de maneira técnica, há uma pauta só sobre financiamento e a ausência atual de financiamento federal para os estados no que diz respeito à política de privação e restrição de liberdade. Não é possível avançar numa política de restrição e privação de liberdade sem corresponsabilizar os entes federados na corresponsabilidade da execução. Nessa carta do Fonacriad, se evidencia uma necessidade eminente da construção de um fundo nacional para o sistema de atendimento socioeducativo. Se esse projeto de lei é aprovado sem a eminência de um fundo nacional, será o sucateamento de um sistema que já tem suas dificuldades financeiras pela inexistência do financiamento federal – que isso se reporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista objetivo, usarei o exemplo do Estado do Ceará, do qual eu sou o gestor atualmente, enquanto Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo. Nós estimamos que o projeto de lei, como está hoje, impactará de 30% a 40% o orçamento anual do Estado do Ceará, no que diz respeito à política de atendimento socioeducativo. Isso significa um aporte anual de R$30 milhões, dinheiro do qual o Governo do Estado do Ceará não dispõe para essa política, considerando todas as políticas de priorização de proteção social e outras políticas sociais, em especial a da educação, que nos é muito cara no contexto do Estado do Ceará. Nessa perspectiva, um projeto de lei que não – hoje, atualmente – preza pelo impacto fiscal e principalmente por fonte de financiamento acarretará um retrocesso no atendimento e na responsabilidade dos entes estaduais do sistema de atendimento socioeducativo brasileiro.

Nós estamos falando aqui que, atualmente, a grande maioria dos estados, depois de 30 anos da promulgação do estatuto, está conseguindo avançar para um modelo estatutário, no qual os profissionais do sistema possam ser concursados. Para isso teria que ter um aumento de 30% no número de profissionais que hoje são contratados, e não há nenhum estudo técnico de impacto sobre isso presente nessa discussão legislativa.

Então, em que pese aqui a discussão – porque esta Casa é, sim, responsável, enquanto Casa Legislativa, também pelas questões orçamentárias –, hoje, atualmente, um projeto de lei prioritário para tratar do fundo nacional de atendimento socioeducativo, um fundo que preveja financiamento para os estados, é uma prioridade maior para impactar a vida dos jovens do que um projeto que aumente o tempo de internação. Ao contrário, um projeto que paute o aumento de tempo de internação sem uma contrapartida financeira será uma implosão dos atuais modelos pedagógico, técnico e de atuação que vêm sendo garantidos.

Há um estudo nos estados de que a escolarização formal é uma parceria com a Secretaria de Educação, a saúde é uma parceria com a Secretaria de Saúde, no contexto do Pnaisari, a qualificação profissional é em parceria com os entes, nas quais a responsabilização disso eminentemente é dos cofres estaduais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO BASSAN PEIXOTO – Se a gente não pautar um entendimento lógico de corresponsabilização dos entes, que é o que está previsto na Lei do Sinase, de 2012, nós teremos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo sem esse projeto de lei, uma situação extrema de não ter recurso público suficiente para manutenção do atual modelo, que dirá um modelo que possa ultrapassar aí 30% do número de jovens que a gente tem atualmente no sistema socioeducativo.

Termino minha fala trazendo aqui a necessidade de se pautarem projetos de lei que fortaleçam o sistema socioeducativo, para que se garantam a prioridade absoluta, a excepcionalidade e a brevidade, e não um princípio punitivo no qual a gente vai restabelecer uma ordem pautada no racismo estrutural que permeia o sistema socioeducativo atualmente.

O Fonacriad se coloca à disposição para essa construção coletiva. Esperamos, sim, que haja uma discussão mais aprofundada desses tópicos apresentados na nota técnica, e a gente espera contribuir de forma efetiva para que esta Casa tenha legislações que garantam direitos e não violem direitos humanos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer ao Sr. Roberto Bassan Peixoto pelas palavras, que é Presidente do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Fonacriad) e ainda gestor socioeducativo no Ceará.

Quero chamar a Thaisi Bauer, que é Secretária-Executiva da Coalizão pela Socioeducação.

Thaisi, você está com a palavra.

A SRA. THAISI BAUER (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Queria agradecer a oportunidade de debate do tema. Esse é um tema que é muito importante para a coalizão.

Queria iniciar apresentando, nós somos uma congregação de 53 organizações que trabalham diretamente no sistema socioeducativo. Entre elas, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, em praticamente todos os estados do país, que faz atendimento direto e monitoramento nos sistemas socioeducativos estaduais.

Quero iniciar a minha fala fazendo coro à fala da Livia de que este é um momento superimportante, porque é um momento em que estão sentados, na mesma mesa, gestores, Defensoria Pública, sociedade civil, em torno de uma mesma pauta, que é contra o aumento do tempo de internação de adolescentes e jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também dizer que, desde a década de 90, logo depois da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no primeiro dia depois da promulgação do estatuto, já havia tentativas de esfacelamento da política socioeducativa no Congresso Nacional. Então, apresentação de textos que reduziam a maioridade penal; depois, de textos que aumentavam o tempo de internação; e, agora, de textos que procuram militarizar o sistema socioeducativo.

Queria trazer um dado importante também sobre o autor do projeto, com todo o respeito ao Senador Fabiano Contarato, que é representante do Estado do Espírito Santo, onde, coincidentemente, a gente teve uma medida cautelar da Corte Interamericana de Direitos Humanos que visava a garantir a integridade de adolescentes por riscos iminentes dentro de unidades socioeducativas – risco de morte, eu estou falando. Então, é desse estado que o Fabiano Contarato vem, que deu ensejo, inclusive, ao HC coletivo 143.988, relatado no Supremo Tribunal Federal pelo Fachin, que estabeleceu em 100% a lotação de unidades socioeducativas.

E aí vou dizer por que a lotação foi estabelecida em 100%. Na verdade, a gente não devia nem ter um HC coletivo que tratasse sobre isso, já que a legislação é clara e óbvia: se você tem um número de vagas, a lotação tem que ser esse número de vagas. Isso porque, se você passa da lotação, você não tem profissionais suficientes dentro das unidades socioeducativas para dar conta da medida pedagógica, você não tem profissionais suficientes para levar e trazer os adolescentes para as atividades pedagógicas e, entre outras coisas, você tem uma situação de tortura dos adolescentes, porque eles não conseguem sair sequer dos alojamentos.

Eu estou trazendo esses dados... Dentro da coalizão, a gente visita unidades socioeducativas, a convite do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e, nos últimos dois anos, a gente foi a seis estados; e o que a gente acha nesses estados é exatamente isto: condições de insalubridade de unidades socioeducativas, condição de não retirada de alojamentos de adolescentes. Então, se a gente aumenta o tempo de internação, essas condições vão ser muito mais precárias.

Os dados do Sinase apontam – e aí várias pessoas aqui na mesa falaram sobre – a presença de uma seletividade do sistema de Justiça e do racismo estrutural, com 72,9% dos adolescentes. E isso me chama a atenção, porque a gente fala que os adolescentes são violentos o tempo todo, mas, quando a gente pega os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um registro de 44.127 mortes violentas intencionais; dessas, 79% eram de pessoas negras e quase metade tinha 29 anos.

Então, é desses adolescentes que a gente vai falar. São esses adolescentes que são mortos pelo braço armado do Estado e são esses adolescentes que são colocados em unidades de privação de liberdade ao bel-prazer.

Então, queria trazer aqui também, já que tenho tempo, alguns pontos que são fundamentais nesse PL 1.473, de 2025. Ele propõe mudanças em quatro dispositivos e cria um dispositivo.

Primeiro, ele muda completamente a abordagem do sistema socioeducativo, quando ele afasta a missão do sistema socioeducativo, trazendo uma linguagem do processo penal. Então, ele fala da militarização o tempo todo, ele fala de reincidência, desrespeitando completamente a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

Um outro rebatimento que esse projeto de lei tem é a liberdade de decisão do Poder Judiciário. O que a gente vem vendo, desde 2019, é o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) fazendo um esforço reiterado de políticas judiciárias, para tentar diminuir a superlotação, e nisso vem a criação da gestão de vagas, por exemplo, que faz com que as unidades não sejam superlotadas. E aí ele traz, no §3º do art. 106, a palavra de que o Judiciário deverá determinar; no §5º do 106 ainda, que o Judiciário deverá estabelecer tal medida socioeducativa; no §6º, a mesma coisa, que deverá.

Logo depois, a gente tem um ferimento frontal ao princípio da excepcionalidade da medida de internação, que não é colocada só no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Sinase, mas também em várias legislações internacionais das quais o país é signatário. Entre outras coisas, vai prejudicar o princípio da presunção de inocência, porque fala da reincidência, fala do fundado receio, fala de que, quando o adolescente é reincidente, o juiz deve manter, já de pronto, a medida de internação, e isso fere também frontalmente o princípio de que o tratamento de adolescentes não deve ser mais gravoso do que o tratamento de adultos.

Por fim, queria registrar – porque eu acho que ninguém falou, para também não ficar me repetindo – que a gente tem uma legislação da qual o Brasil também é signatário, que é a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, que fala sobre o tráfico como uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

piores formas de exploração do trabalho infantil, que foi recepcionada por um decreto e que tem natureza de emenda constitucional.

E aí, quando se coloca que o ato infracional relacionado ao tráfico é uma das piores formas de exploração de trabalho infantil, a gente precisa pensar sobre o que é considerado hediondo, sobre quem são esses adolescentes que são criminalizados pela política do sistema de Justiça criminal, que, como eu disse aqui, são 78% de adolescentes negros e pobres, e sobre quem a gente vai manter dentro do sistema socioeducativo por dez anos, impactando o orçamento, impactando a política judiciária e impactando as convenções de direitos humanos das quais o Brasil é signatário.

Acho que, por fim, quero trazer algumas questões também: com as medidas propostas, os adolescentes vão passar mais tempo de vida internados em estabelecimentos estatais do que em sociedade, o que pode selar as chances desses adolescentes. Tem uma pesquisa da USP que fala que, quando você vira para um adolescente e diz que ele é criminoso, as chances de que ele se torne criminoso são muito maiores, justamente porque ele está numa fase de condição peculiar de desenvolvimento.

Então, acho que fico por aqui. Espero que a gente consiga emendar esse projeto, no mínimo, consiga manter o diálogo para avançar e consiga lutar pelo não aumento do tempo de internação.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Thaisi Bauer, Secretária-Executiva da Coalizão pela Socioeducação. Obrigada pelas suas palavras.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a presença a todas as nossas convidadas e convidados. Vocês trouxeram contribuições extremamente relevantes ao PL 1.473, de 2025. Dá para ver que o objetivo de todos ficou muito claro, que é fortalecer o sistema socioeducativo e oferecer mais oportunidades para os nossos adolescentes, para que não os percamos para a violência e para o crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu espero que todos que aqui vieram e os demais que estão trabalhando com esse tema busquem aprofundar o diálogo com os Senadores, sobretudo com o autor do projeto, o Senador Contarato, e com o seu Relator, o Senador Flávio Bolsonaro. É de extrema importância que vocês se mobilizem para conversar com o autor e com o Relator da matéria, porque vai ter uma força muito grande esse diálogo. Depois desta audiência, eu queria muito que vocês procurassem esses Senadores para levar diretamente a eles tudo isso que vocês trouxeram, tudo o que vocês estão sentindo, porque o projeto, provavelmente, vai para a pauta amanhã. Então, é importante que vocês façam isso agora.

Eu, de qualquer forma, venho tentando conversar com os Senadores para que a gente conseguisse ter esta audiência pública, para que a gente abrisse esse canal de interlocução para eles poderem ouvir vocês, mas o tempo urge. Por isso, eu estou fazendo essa sugestão. Está bom?

Eu quero agradecer muito a presença a todos vocês na pessoa da Claudia Carletto, que, como todos aí, tem essa grande missão de gestora aqui no Estado de São Paulo.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Teresa Leitão, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho aprovado para o requerimento REQ 8/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater o tema "Novos critérios de distribuição da complementação da União: operacionalização e lacunas" no contexto da avaliação da política pública sobre o "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)". **Participantes:** Sra. Maria Teresa Gonzaga Alves, Diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Sr. Patrick Tranjan, Vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (CONSEC); Sr. Anízio Santos de Melo, Coordenador-Geral da Frente Norte Nordeste pela Educação; e Sra. Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do Movimento Todos pela Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de setembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema: novos critérios de distribuição da complementação da União, operacionalização e lacunas, no contexto da avaliação da política pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em atenção ao Requerimento nº 8, de 2025, de minha autoria.

Convido, para tomarem seus lugares à mesa, os seguintes convidados: a Sra. Maria Teresa Gonzaga Alves, Diretora de Estudos Educacionais do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). (*Palmas.*)

Muito obrigada.

O Sr. Patrick Tranjan – falei certo? –, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (Consec).

O Sr. Anízio Santos de Melo, Coordenador-Geral da Frente Norte-Nordeste pela Educação.

Participará ainda, de forma remota, a Sra. Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do Movimento Todos pela Educação.

Informo que foi convidada também a Confederação Nacional de Municípios (CNM), que ainda não indicou representante para participar desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá o tempo de dez minutos para fazer uso da palavra.

Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares, caso haja algum Parlamentar que queira. E nós temos perguntas que também serão feitas e nós voltaremos para a rodada final.

A Bruna, de Mato Grosso, coloca: "Como assegurar que os recursos cheguem efetivamente às escolas e impactem a qualidade do ensino?".

O Fábio, de São Paulo: "Os novos critérios reduzem desigualdades regionais na educação básica?".

Andrea, do Rio de Janeiro: "Quais são os critérios de distribuição da complementação da União? Avaliação, acompanhamento e controle?".

Carlos, do Rio Grande do Sul: "Como fiscalizar, de forma eficaz e transparente, a correta aplicação do Fundeb nos municípios?".

A Andreia, do Ceará: "Como serão garantidas a equidade na distribuição dos recursos e a transparência na divulgação e fiscalização dos mesmos [...]?". (*Pausa.*)

De algumas perguntas também vou pedir para passar a cópia para vocês. Em algumas, com certeza, não será possível tratar dessas questões, porque são várias perguntas, mas a pergunta é...

Nós estamos nesta série de audiências públicas, que têm o objetivo de produzir um relatório de acompanhamento e monitoramento, em relação à implementação do novo Fundeb. Do processo de construção vários de vocês participaram ativamente, foi uma emenda constitucional sobre a qual nós conseguimos realizar mais de 50 audiências públicas, várias idas aos estados e várias audiências, enfim, e 2026 é o ano previsto para avaliação do novo Fundeb, ajustes necessários, encaminhamentos, em virtude do próprio desenho do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta em relação à questão da distribuição dos recursos e da ponderação:

> Estão sendo aplicadas, na distribuição dos recursos do Fundeb, as ponderações por nível socioeconômico dos alunos, pela disponibilidade de recursos vinculados à educação em cada ente e pelo potencial de arrecadação tributária. As novidades introduzidas, além da criação do Valor Aluno Ano Total (Vaat) e do Valor Aluno Ano Resultado (Vaar)... Vocês entendem qual é o impacto, se se tem conseguido redistribuir os recursos, o potencial indutor?

Quando esses critérios foram criados, logicamente, como um projeto de tal complexidade, nós tivemos que fazer uma construção com diferentes atores, que se preocupavam com o crescimento da complementação da União, que, ao longo do Fundeb e Fundef, nunca passou de 10%, e nós conseguimos chegar a 23%.

Logicamente, existia uma grande pressão para que não fosse todo o dinheiro para pessoal. Por isso, os 15% específicos de capital.

Esse é um dos temas sobre os quais nós também vamos nos debruçar.

Outro ponto é em relação ao Vaar, enquanto condição de indução, não de qualidade, no seu sentido abstrato, de fala, mas na ideia do direito de aprender, da melhoria dos resultados de aprendizagem.

"Em que medida o Vaat tem contribuído com a expansão da cobertura da educação infantil?".

Foi um dos pontos principais, quando nós conseguimos avançar. A ideia era em relação à ampliação do atendimento da educação infantil, uma vez que, no ensino fundamental e ensino médio, nós tínhamos já uma alta cobertura, mas, na educação infantil, ainda temos problemas.

E tem uma situação em relação aos fatores: nós usamos os fatores para a apropriação dos recursos, ou seja, como fator de apropriação, em que vai ser definido o que cada rede vai receber, mas, na hora da aplicação, nós não temos uma garantia de que esses recursos que foram, que entraram para a educação infantil estão sendo empregados, realmente, na educação infantil, na educação indígena, na educação de tempo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois dessa rodada inicial, eu tenho outras questões, que vou fazer antes da segunda rodada.

Nós já começamos. Vou começar a ouvir todos que estão aqui e gostaria de agradecer a fala de cada um.

Então, eu passo a palavra para Maria Teresa Gonzaga Alves, Diretora de Estudos Educacionais do Inep.

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES (Para expor.) – Bom, eu... Está ligado?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES – Eu cumprimento todos que estão aqui, acompanhando esta audiência pública, presencialmente e remotamente.

Agradeço à Senadora Professora Dorinha pelo convite.

Estou aqui representando o Inep e espero poder contribuir para este debate tão importante sobre o Fundeb, especialmente sobre o tema da audiência de hoje, "Novos critérios de distribuição da complementação da União: operacionalização e lacunas".

Bom, no âmbito do novo Fundeb, a complementação da União, equivalente a 23% da receita global dos fundos até 2026, passou a ser organizada em três modalidades. Não vou me deter na explicação desses tópicos, mas quero dizer já, até tocando num ponto de uma das perguntas, que a complementação Valor Anual Aluno Final (Vaaf) equivale ao modelo vigente do Fundeb no período anterior, de 2007 até 2021.

O Vaat é uma nova complementação, que visa exatamente à melhor equalização entre redes, com foco nos municípios e na expansão das matrículas da educação infantil.

E o Vaar, embora seja a menor parcela de toda essa distribuição, tem um papel de indutor de políticas públicas, com foco na redução de desigualdades de resultados educacionais, e esse valor será distribuído a partir de cinco condicionalidades.

Eu quero chamar a atenção aqui para o fato de que o Inep tem um papel estratégico na operacionalização do Fundeb, uma vez que a principal distribuição do Vaar, historicamente, é decidida a partir, entre outros insumos, dos dados produzidos pelo censo escolar, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa educacional mais importante que nós temos neste país, é a pesquisa mais abrangente para retratar a realidade da educação no Brasil.

Com as novas modalidades, outros dados indicadores, no âmbito do Inep, vieram se somar à importância do censo escolar, sobre o que eu vou falar um pouquinho mais adiante, mas o Inep passou a construir indicadores da educação infantil de nível socioeconômico – que é um tópico que foi questionado –, dos quais ele passa a ser também um novo ponderador, e especialmente os indicadores do Vaar, que é um tema que mobiliza bastante os debates.

Então, a lei do novo Fundeb trouxe inúmeras atribuições para o Inep, muitas atribuições. Então, a elaboração de propostas técnicas para a mensuração das cinco condicionalidades do Vaar: metodologia de cálculo dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem, com redução das desigualdades; metodologia de cálculo do indicador de nível socioeconômico, do indicador de educação infantil; os estudos dos custos médios das etapas, modalidades, durações de jornadas e tipos de estabelecimento de ensino; avaliação dos efeitos redistributivos de melhoria dos indicadores educacionais; e estudos para avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade na aplicação dos recursos.

O Inep tem cumprido essas obrigações com o esforço do seu corpo técnico, mas também por meio de parcerias com instituições de pesquisa que têm também expertise e que nos ajudam a conseguir cumprir tantas atribuições que foram colocadas para o instituto.

É importante também a gente entender como é que acontece o processo de construção e apuração dos indicadores do Fundeb, especialmente o Vaar.

Tendo como parâmetro norteador a legislação, a Constituição e a Lei do Fundeb, o Inep propõe as metodologias dos indicadores à Comissão Intergovernamental de Financiamento da Educação Pública de Qualidade.

Essa proposição metodológica não parte apenas no Inep; ela é precedida de inúmeras discussões com os representantes dos municípios, através da Undime, dos estados, do Consed e de secretarias do próprio MEC e o FNDE.

Essa metodologia é apresentada anualmente até o final de abril. Até o final de julho, a Sife deve deliberar por aprovar, alterar ou mesmo reprovar as propostas dos indicadores. Evidentemente, entre abril e julho, novas rodadas de reuniões técnicas acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um processo colaborativo na construção desses indicadores. O Inep não elabora metodologia sem um amplo diálogo com os representantes dos estados e dos municípios.

Uma vez deliberada, a Sife deliberando, o Inep e a Secretaria de Educação Básica do MEC fazem a apuração dos resultados dos indicadores, enviam para o FNDE, no início de dezembro, que fará o cálculo dos coeficientes, para a distribuição dos recursos no ano seguinte.

Conforme esse ciclo, no ano seguinte retorna anualmente todo esse processo intenso de trabalho e de debates com a sociedade.

Mas, dentro do Vaar, a Condicionalidade III é aquela que mais mobiliza os debates.

O que é que ela diz? "Redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais, medida nos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)".

É uma das cinco condicionalidades, mas certamente essa é a mais desafiadora. Inclusive, isso foi discutido aqui na semana passada.

Bom, eu vou contar aqui um pouco como tem sido o processo de elaboração da Condicionalidade III.

Então, a Lei 14.113 instituiu o Vaar, com cinco condicionalidades, a Condicionalidade III é uma delas, com efeitos sobre a distribuição a partir de 2023.

Em 2022, o Inep propõe a primeira metodologia que verifica a redução das desigualdades nos grupos socioeconômicos e raciais, comparando o Saeb de 2017 e 2019.

Não se utilizou, naquele momento, o Saeb 2021, devido aos efeitos da pandemia da covid-19 na taxa de participação dos estudantes em muitos entes.

Essa proposta não foi aprovada pela CIF naquele momento. Ela foi definida por um ato ministerial, e, como resultado, para 2023, 51,1% das redes foram habilitadas.

Em 2023, a CIF manteve a mesma metodologia. Entretanto... Ou seja: comparou o Saeb 2017 e 2019, e, excepcionalmente, também se comparou o Saeb de 2019 para 2021 para aquelas redes que não haviam sido habilitadas na primeira comparação.

Com isso, houve um aumento para 71,1% das redes habilitadas na Cond. III – isso não significa recebimento do Vaar, porque são cinco condicionalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 2024, a partir de uma ampla discussão, o Inep propôs uma revisão metodológica solicitada pela CIF, com a simplificação, uso de corte pedagógico e foco nos estudantes em vulnerabilidade.

Com isso, usando os dados já do Saeb 2019 e 2023, foram habilitados 65,5% das redes.

Esse resultado só pode ser comparado com o de 2022, já que, em 2023, houve uma excepcionalidade do uso de dois ciclos do Saeb.

Em 2025, já se definiu e aprovou a metodologia para o próximo ano, que é a mesma aprovada no ano passado, com pequenos ajustes, mas que não alteram o número de entes habilitados que irão ser habilitados na Condicionalidade III, que são os 65,5%.

Bom, quase finalizando aqui, os principais desafios para o Inep e para todo o processo do Fundeb, especialmente do Vaar: elaboração de indicadores condicionados a extensas normas metodológicas estabelecidas na lei; o descompasso entre as exigências legais e a disponibilidade de dados – o Saeb é central no uso, mas essa avaliação não foi desenhada para este fim; a ausência de dados – há redes de ensino em que não há população de referência do Saeb –; insuficiência de dados; redes de pequeno porte, onde o Saeb avalia poucas escolas, e o fato de ser uma avaliação bianual...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES – ... enquanto a distribuição de recursos do Fundeb é anual.

O último eslaide: o Vaar é uma novidade. Começou a ser distribuído em 2023 e está em constante aprimoramento, e aprimoramentos exigem parcimônia. É necessário realizar estudos para avaliar os impactos financeiros, sociais, políticos e éticos de mudanças.

Nós buscamos sempre aprimorar a comunicação com gestores, professores e a sociedade e a transparência na divulgação dos dados e indicadores que estão na página do Inep. Basta procurar, no Inep, a página do Fundeb, onde todas as bases de dados que nós usamos, a partir do ciclo de 2024 para 2025, com a nova metodologia, estão disponíveis, as notas técnicas, as planilhas, com os resultados.

Eu creio que falei um pouco da questão do Fábio, de São Paulo, e da Andreia, do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tangenciei, mas posso aprofundar depois, se tiver tempo.

Acho que era isso.

Obrigada.

E temos aqui as nossas informações.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Maria Teresa.

Com certeza, todo... Eu fiquei até agoniada com sua pressa para falar. É porque tinha muita coisa e pouco tempo, mas, com certeza, os dados vão ficar disponíveis.

Nós estamos aqui com os consultores, que estão trabalhando, vão trabalhar junto com a gente no relatório, e eu penso que, até pela posição de vocês, vai ser importante a gente, talvez, realizar uma reunião técnica específica com o Inep, mas agradeço.

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES (*Fora do microfone*.) – Estamos disponíveis.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Sr. Patrick Tranjan, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais (Consec), para sua exposição inicial.

O SR. PATRICK TRANJAN – Oi. Me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Está ligado.

O SR. PATRICK TRANJAN (Para expor.) – Primeiro, eu queria agradecer, Senadora Professora Dorinha, pelo convite para estar aqui – Teresa, Anízio –, por estar participando aqui da mesa.

Eu vou falar de um local, Senadora, de... Estive, até o final do ano passado, como Secretário Adjunto no Pará, trabalhando com a Rossieli, e agora estou como Secretário municipal de Belém. Começo falando isso porque uma primeira preocupação que existe, nessa discussão do Fundeb... Eu acho que, no mérito, é indiscutível que a gente tem que prezar pela redução das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades, que a gente tem que prezar pela aprendizagem dos estudantes, mas, dado que é um problema muito complexo e a solução tem que ser igualmente complexa, eu faria um primeiro ponto, que é: as fórmulas, a concepção do que se tem dentro do Fundeb é de dificílimo entendimento para 99% dos secretários de educação, e eu digo isso porque ouvi uma das perguntas que foi feita aqui, do Fábio: se os novos critérios reduzem desigualdades regionais na educação básica.

Na verdade, o que reduz a desigualdade é a ação do secretário, junto com o time da secretaria, junto com todos os servidores. Os critérios, por si sós, não agem sobre a realidade da educação.

Quando eu estava no estado, a gente fez um trabalho muito forte de formação dos secretários municipais de educação, em função do novo Fundeb e de algumas outras situações na educação, no Estado do Pará, e era unânime o desconhecimento generalizado de que era possível acessar recursos por resultados, de que haveria subvinculações dentro das regras de distribuição do Fundeb, que têm que ser cumpridas.

Isso acaba gerando, de um lado, um problema que me preocupa um pouco menos, porque ele é passível de uma justificativa, que é o de o secretário explicar por que é que utilizou os recursos errados e, eventualmente, fazer algum tipo de compensação, junto aos tribunais de contas, mas principalmente porque a gente acaba não incentivando, de fato, as redes a buscar a redução da desigualdade, pelo desconhecimento do que tem que ser feito.

E, aí, eu acho que, no Ceará, a experiência – e foi uma experiência muito feliz, inicialmente, por ser uma regra muito simples, de muito fácil entendimento – dessa discussão de incluir indicadores de desempenho, em algum nível, para a distribuição de recursos, vem lá da experiência do Ceará com o ICMS – a gente chegou agora para o Fundeb –, mas lá a gente tinha uma regra muito simples, de fácil compreensão. Hoje a gente tem uma regra complexa – importante de existir, mas complexa –, e a gente precisa trabalhar para formar melhor os nossos gestores, principalmente os municipais, que acabam tendo menos acesso, menos condições de trabalho, principalmente de capital humano para poder trabalhar, para que, de fato, a gente tenha um incentivo que esteja alinhado à prática dentro das redes.

Então, acho que esse é um primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto... E, aí, tanto na sua fala, Senadora, quanto na fala da Profa. Teresa, isso aparece, que é a utilização do recurso.

Os recursos vêm com base em critérios, mas eles não são utilizados com base nesses critérios. Há muito mais liberdade na utilização do recurso do que a vinculação para o recebimento dele.

Isso é importante, porque, quando a gente olha... Eu vou pegar mais uma vez o caso da rede do Pará.

A gente foi um dos seis estados que receberam a complementação do Vaar, ano passado, e me assusta muito que outros 21 não tenham recebido.

Quando a gente pega... Eu vou pegar o Distrito Federal, mas há mais estados.

Quando a gente olha para os municípios, a gente vai ter um número – a Profa. Teresa mostrou isso – perto aí de 3 mil municípios, 3,5 mil municípios, mais as redes estaduais aí que receberam esse recurso. Então, se de um lado a gente tem uma dificuldade muito grande na compreensão do que gera esses recursos, ainda existe também uma dificuldade muito grande em qual a melhor utilização. E, aí, a Profa. Teresa também trouxe isso no final da fala dela, sobre a eficácia do que tem sido feito na educação.

Eu sempre vou defender mais recursos para a educação, independentemente de qual for o cenário, não é? Meu papel, enquanto Secretário de Educação, é esse, além de uma convicção pessoal, mas a expansão dos recursos do Fundeb para 23% tem que vir acompanhada de um controle maior na utilização desses recursos, para que, de fato, reflitam em qualidade da aprendizagem.

Eu sinto que a gente tem avançado, no Brasil, em passos muito lentos, dado o volume de recursos que a gente tem. Óbvio, a gente tem uma situação extremamente complexa na educação: a gente tem um país de dimensão continental, a gente tem desigualdades históricas que são herdadas e acabam tendo reflexo dentro das nossas escolas, mas a gente precisa conseguir trazer um pouco mais de ciência para a discussão do que funciona dentro de uma sala de aula, ou não funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, um exemplo claro disso é que a gente tem escolas em regiões muito pobres, com bons resultados, e escolas com público de nível socioeconômico mais alto em regiões ricas, com resultados ruins.

O resultado não é apenas o socioeconômico; tem coisas que escolas fazem, que professoras fazem, dentro das salas de aula, que têm mais ou menos resultado. Isso, muitas vezes, não faz parte do dia a dia da discussão dos secretários de educação.

E aí, juntando, para finalizar, e unindo essas duas coisas: se, por um lado, a gente precisa entender melhor quais são as regras que distribuem os recursos, para que a gente consiga buscar esses recursos, para apoiar as nossas redes, do outro lado, a gente precisa entender quais são essas práticas que garantem melhores resultados, para que a gente, de fato, utilize esse recurso, para gerar, para que, de fato, isso aconteça dentro da sala de aula.

E, aí, teve uma... Vou fazer um adendo aqui de uma das perguntas aqui da Bruna, do Mato Grosso, em que ela questiona como a gente faz para os recursos chegarem, de fato, ao chão da escola.

Finalizo a fala utilizando essa pergunta aqui também embasamento.

Muitas vezes, apesar do aumento da complementação em redes que têm complementação... Eu digo isto por ter professores na minha família, ter um contato muito próximo aí com muitos profissionais do magistério: as pessoas não veem isso chegando ao chão da escola, não é? Muitas redes não veem diferença nenhuma do que existe numa escola hoje para o que existia numa escola cinco anos atrás, quando a gente não tinha o novo Fundeb, quando a complementação era maior, quando a gente não tinha a possibilidade de receber recursos por atingimento de resultados, porque, no final das contas, o que importa é o que acontece dentro da escola, não é?

Se a escola estiver funcionando bem, se a escola estiver com condições adequadas de aprendizagem, não importa se a rede recebe ou não recebe complementação, se a rede recebe ou não recebe Vaar, se as coisas tinham... O que importa é o que está acontecendo na escola. Todo esse restante é uma consequência, seja da matrícula do estudante na escola, seja do resultado do estudante nas avaliações do Saeb...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, mais uma vez, também, Profa. Teresa, já a citei várias vezes aqui, mas você trouxe um ponto também que é fundamental, que o Saeb não foi pensado para essa dinâmica.

O Saeb é realizado a cada dois anos, a gente tem uma distribuição a cada ano, não é? Se a gente não tem... Se a gente não consegue garantir que as coisas aconteçam dentro do chão da escola, aí toda essa discussão tanto da origem do dinheiro quanto da execução orçamentária dos recursos da educação vai perdendo o sentido.

Então, queria encerrar com essa mensagem e, mais uma vez, agradecer por estar fazendo este debate, porque este debate é muito importante, tem sido pauta constante das reuniões do Consec, especialmente os recursos do Vaar, em função de as margens de erro serem menores para as cidades que são muito grandes. A gente tem pouquíssimas capitais que receberam complementação, mas a gente tem uma concentração de alunos muito grande nessas capitais.

Em geral, a gente acaba tendo, inclusive nessas capitais, os melhores quadros. Então, alguma coisa a gente precisa conseguir afinar, talvez de entendimento, ou talvez de prática, de quais são as experiências exitosas, para que a gente consiga ter um número maior aí de cidades recebendo, porque um número maior de cidades recebendo, no final das contas, significa um número maior de alunos sendo beneficiados, de estudantes e de professores sendo beneficiados dentro das escolas.

É isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço e vou aproveitar o fato de você não ter usado todo o seu tempo e fazer algumas provocações que você pode... Posso conceder, na sua fala, esse tempo.

Você coloca que os critérios não agem, que a fórmula é complexa, que, na verdade, esse processo todo da fórmula... A construção, em si, é bem complexa. O nosso país tem uma enorme diversidade, e, ao mesmo tempo, o desafio de lidar com os recursos próprios, com a diversidade que nós temos e desigualdade de formação de professores de carreira, de salário, de organização da escola, é muito complexo.

Quando você diz da dificuldade de compreensão dos secretários de educação, você não acha que aí tem um papel que era muito esperado pelos secretários estaduais e pelo Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Federal? Porque, primeiro, o Fundeb não tinha a tarefa de garantir – e aí vai para Maria Teresa também – um novo formato de avaliação. Na medida em que o Fundeb define critérios de condicionalidades e novos formatos, esperava-se que a gestão pudesse avançar, em relação à construção de condições para esse critério.

Na semana passada, essa questão do descompasso e até da temporalidade também apareceu. Quando foi colocada a questão da avaliação, era muito com essa ideia, não é?

Não é simples mover toda essa estrutura complexa da educação num sistema... Nós estamos tentando agora votar o Sistema Nacional de Educação, mas nós temos quase que... Quando a gente olha os outros sistemas no mundo, parece que nós temos quase que um ensaio de doido. Nós temos as escolas da rede municipal, muitas vezes concorrentes, e isso apareceu na outra fala.

Eu fui secretária de estado e eu peguei uma parte do Fundef em que era comum ter, nos municípios, carros de som com competição para atrair alunos, com distribuição de mochila, enfim, porque significava recurso.

Ainda existe muito descompasso entre as redes. eu vou para o currículo...

Eu fui autora, inclusive, quando a gente colocou, no PNE, a questão da BNCC, do destaque da proposta, porque a ideia era tentar, pelo menos, um espaço de unidade, dando condição – e a BNCC tenta fazer essa construção – de um espaço para diversidade no âmbito regional, no âmbito estadual e municipal.

Você falou, e não avançou, em relação à sua questão da utilização dos recursos com liberdade, pareceu que você defende isso – não é? –, e lógico que o princípio do Fundef e do Fundeb também é esse.

Eu já fui secretária e sei que é difícil você dividir a gestão e dizer: "Esse dinheiro aqui...". Eu pego um professor que, às vezes, era professor de inglês no fundamental e no ensino médio, em termos de rede, de investimento na escola e tudo...

Mas, depois, se você puder comentar alguma coisa em relação a isso, não é?

E, de novo, você repetiu: "O que importa é o que acontece na escola".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lógico que é o que acontece na escola, mas aqui nós estamos falando de gestão, e a gestão começa do Ministério da Educação, em que nós vivemos um período de troca de ministros – eu acho que cinco ministros numa gestão –, e de os secretários estaduais entenderem que não são gestores da sua rede, mas são gestores da educação.

Quando nós introduzimos a questão do ICMS – eu não sei se você pode, depois, falar um pouquinho sobre isso –, o modelo que a gente olhou era o do Ceará, que é um modelo muito simples, não é? Ali teve uma continuidade, mas é um modelo simples e um modelo até que estimula uma competição, só que a ideia... E aí, hoje, eu tenho ouvido alguns presidentes de Undime, no âmbito dos estados, dizendo que os secretários estaduais têm pego o recurso e têm gastado como querem – o recurso que deveria estimular um planejamento combinado, construído junto, rede estadual e rede municipal.

Se a gente não conseguir ter essa concertação de planejamento... Por isso, a nossa expectativa é de que o sistema nacional possa ajudar nessa organização, mas também não é uma mágica: aprovamos o PLP, e, de repente, a gente vai conseguir já organizar, para que as redes trabalhem nesse planejamento.

Quando você fala isso que acontece na escola, se pudesse também falar da experiência do Pará... Como é que vocês estão construindo essa organização? Em que medida a Secretaria de Estado criou instâncias de colaboração com os municípios?

E eu quero falar que o Pará, há muito tempo... Quando eu fui... Na época do Fundef ainda, eu era Presidente do Consed, de Secretários de Educação, e fui inclusive a Marabá, fui a vários lugares. O Pará já foi muito proativo também nessa questão da distribuição, na implementação do Fundef.

Enfim, você tem alguma experiência que você possa compartilhar, no debate nosso, em relação a essa questão de organização?

Também, se a Maria Teresa tiver alguma... Ela falou sobre a Comissão Intergovernamental. Ela avançou em relação à questão das qualificações e da capacitação em relação aos gestores?

Eu passo a palavra para o Prof. Anízio Santos de Melo, Coordenador Geral da Frente Norte-Nordeste pela Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANÍZIO SANTOS DE MELO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha pelo convite.

Aqui quero saudar os participantes da mesa, quem está nos vendo e ouvindo, o Patrick, a Teresa, e todos os presentes.

Eu venho do Ceará, e creio e acredito que a educação une uma nação. Estou na presença, mais uma vez, da Professora Dorinha, que transitou e transita no espectro de avanços da educação brasileira. E não poderia deixar de falar isso, porque, sempre que a educação precisou, para os seus profissionais, de uma força, de uma mão amiga, companheira, ela esteve presente, e a sua presença fez com que a gente pudesse resgatar, manter e ampliar recursos para a educação. Então, desde o precatório do Fundef, do próprio Fundeb, do Novo Fundeb, eles são nessa perspectiva de recursos para a educação.

Então, nós temos essa fala para dizer que nós vamos tocar aqui no ponto que nós achamos que é o coração deste debate, que é a questão dos recursos. Quando a gente aponta uma direção, que é a direção de garantir recursos permanentes, que possam dar sustentabilidade a um projeto nacional de educação, nós temos que falar do avanço que foi o Fundef, mas infelizmente o Fundef já estava na perspectiva de nascer e morrer, e o próprio Fundeb na perspectiva de nascer e morrer. E o Novo Fundeb vem com essa permanência, que para mim é uma PEC que pode se chamar de PEC, porque muitas PECs estão vindo aí para deformar.

A PEC 15, em que nós tivemos a Deputada Dorinha como a grande baluarte, junto com os movimentos sociais, com o Congresso Nacional, ela é uma marca: tornou esse fundo permanente, com mais recursos, que crescem até 2026. Ela é tão espetacular, tão protagonista que ela apontou e indicou também que, em 2026, a gente pudesse revisar essa política permanente importante. Então, quando a gente vem aqui, a gente vê a necessidade de ter mais recursos e que esses recursos possam ser canalizados para a construção de uma educação de qualidade social, com valorização dos seus profissionais.

Então, queria dizer, Professora Dorinha, que, para quem viveu aquela história difícil, num ambiente de conjuntura política difícil, a aprovação do Novo Fundeb é um marco espetacular na história da educação brasileira. E agora nós temos que valorizá-lo, reconhecê-lo, conhecê-lo e apontar novas fontes de financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que a nossa fala, em nome da Frente Norte Nordeste, em nome do Sindicato Apeoc, fosse neste sentido: entender como o resgate da educação passa pela garantia do financiamento permanente. Nós temos aí a nossa Constituição, que é a base das vinculações obrigatórias, e nós temos um parâmetro muito claro: entendemos que não se deve tocar neste item da Constituição, dos recursos obrigatórios. Ao contrário, nós achamos que deveria aumentar a obrigatoriedade de recursos constitucionais para a educação, a partir da União, dos estados e municípios.

Então, nós entendemos que essa base tem que ser acoplada a outras fontes, e aí a gente está resgatando a luta da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que foi uma luta grande que trouxemos, acabamos com a desvinculação, garantimos mais recursos, fortalecemos o Fundeb. E nós queremos, deixar bem claro que precisamos resgatar mais recursos para garantir esse desenvolvimento, né?

Aí o Fundef, de 1996 a 2006; o Fundeb, de 2007 a 2020. Nós temos essa evolução do financiamento da educação em algum momento da história brasileira vulnerável. A criação do Fundef é um passo adiante – e a criação do Fundeb –, mas como eu disse, o Fundef nasce para viver dez anos e morre, e o Fundeb tinha 14 anos para viver. Quando ele iria morrer, quando o Governo do Presidente Bolsonaro apontava para a desqualificação total, para a voucherização da educação, nós fizemos movimentos, fizemos luta, e apareceu a PEC 15, que garantiu o novo Fundeb permanente, com mais recursos e com nova distribuição.

O novo Fundeb tem mais recursos, como eu disse, e nós estamos entendendo que a vitamina, o ingrediente, o potencial que nós temos de garantir mais recursos vinculados, subvinculados para a educação, é a partir dos *royalties* do petróleo e do gás. Nós temos a Lei 12.858, não regulamentada, e a Lei 12.351, depois de um relatório do TCU, onde se indicava o mau uso desses recursos, né? Não havia regulamentação, não havia participação, o conselho não estava deliberado. Infelizmente, a lei, já no Governo Lula, formalizou o fundo de acompanhamento, mas sem a participação popular. E nós vimos que o Fundo do Pré-Sal está sendo utilizado para diversas questões.

E aí eu queria dialogar com os representantes dos municípios, o sindicato dos Prefeitos, a CNM. Tem muita voracidade em relação a recursos, mas tem muita lentidão ou falta de compromisso com a discussão de onde esses recursos deveriam ser aplicados, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vimos hoje que, no Fundo Social do Pré-Sal, foram ampliadas as suas possibilidades para a questão das enchentes, questões sociais, né? Vimos o agronegócio recentemente com possibilidade de abocanhar 30 bilhões desses recursos.

E nós ficamos preocupados, Professora Dorinha, porque entendemos que o Pé-de-Meia é uma política importante, mas a entendemos paliativa. Nós queríamos discutir a questão de um colchão para a educação, um colchão de financiamento que pudesse dar vazão às necessidades que nós temos, tanto em relação à estrutura das escolas, à construção das escolas, ao caminho para a universalização das creches e garantia da educação infantil, assim como das escolas profissionalizantes, mas não podemos ver isso com os recursos que nós temos hoje no Fundeb. Então, para 2026, nós entendemos que é necessário, sim, fazer este debate e tentar ampliar a gama desses recursos.

Os prós e os contras. Os prós: financiamento ampliado, distribuição mais justa, valorização dos professores. E agora todos os profissionais da educação no Novo Fundeb foi um ponto importantíssimo. Nós não podemos considerar a escola apenas feita pelos professores; a escola tem que ser ampla, geral e irrestrita, valorizando todos os profissionais da educação. Entendemos isso importante. E contrariamente: desvio dos *royalties* – nós entendemos que há um desvio desses recursos –, governança frágil e decisões de curto prazo.

Avanços recentes.

Eu vou me ater ao relatório do TCU que me preocupa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍZIO SANTOS DE MELO – O relatório do TCU, que provocou o Governo Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍZIO SANTOS DE MELO – ... a falar sobre a questão dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, aponta para uma arrecadação de R$146 bilhões entre 2012 e 2022; saldo em caixa de apenas R$20 bilhões; uso indevido de recursos de R$64 bilhões para amortização da dívida pública; governança institucional: não foram regularizados os conselhos – e, quando foram, agora, sem a participação social –; discrepância nos registros entre a ANP (Agência Nacional do Petróleo) e o Tesouro; e ações do TCU na cobrança da regulamentação e da criação dos comitês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós entendemos que o Brasil aponta ainda para uma possibilidade real do Fundo Social do Pré-Sal, do petróleo da faixa do pré-sal. Temos a faixa equatorial, temos a faixa sul, apontando novas fontes de arrecadação de petróleo e gás, e entendemos que o Novo Fundeb, que é uma política permanente, histórica, que tem consequência, que precisa ser aprimorada, tem que ter um viés para a questão do financiamento, para que a gente possa garantir piso, carreira, dignidade, escolas de qualidade, desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, alcançar nossas metas e transformar nossa nação a partir da educação.

Então, nós da Frente Norte Nordeste entendemos que a PEC 15, que nós consideramos histórica, transformou-se em um novo Fundeb. Acredito que, com a força do Senado, do Congresso Nacional, com a força da Professora Dorinha, nós estaremos em 2026 discutindo, avaliando e apontando um caminho de mais luz para a nossa educação, a partir do financiamento e das políticas que nós precisamos discutir.

Queria agradecer à Professora Dorinha. Precisava falar isso, porque eu sei o quanto foi difícil. Tem uma música do Cidade Negra que diz assim: "Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui". A senhora caminhou, e caminhamos juntos.

Grande abraço e vamos ao debate.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Prof. Anízio.

Na verdade, a grande maioria não acreditava que do Fundeb podia, em plena pandemia e com todos os fatores contrários, a gente conseguir a aprovação. E mais do que isso: quem acompanhou... E vale a pena revisitar a fala do Ministro da Economia na época, Ministro Paulo Guedes, contra o Fundeb. O Fundeb tinha data para acabar. Ele estava nas disposições transitórias e finalizaria em dezembro.

E o grande movimento veio espalhado por várias instituições, movimentos ligados aos professores, aos gestores, enfim, apesar, inclusive, do próprio Ministério da Educação na época, num desenho impossível.

E essa ideia da avaliação... E ano que vem é um ano eleitoral, e a gente tem insistido nessa questão, porque é um ano que está definido como uma possibilidade de avaliação, e nós vamos tentar ajustes... Um exemplo é a questão das condicionalidades, porque algumas situações já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estão dadas, elas tinham um papel de indução, e as redes atenderam. Então, quais serão as novas condicionalidades? É possível aprimorar? Quais os desenhos?

Eu passei para vocês algumas questões, que eu vou fazer depois ao final, mas fica também como sugestão que vocês possam contribuir com a gente em relação a essas questões.

Eu passo agora a palavra para Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos pela Educação, que também esteve bem ativo conosco, nesse processo todo de construção do Fundeb.

Muito obrigada.

A SRA. MANOELA MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde a todas e todos.

Muito obrigada, Senadora Professora Dorinha, pelo convite. Nós aqui do Todos pela Educação agradecemos muitíssimo.

Gostaria de cumprimentar também a Profa. Maria Teresa, o Prof. Anízio e o Secretário Patrick.

É uma oportunidade muito importante debater este tema, que é fundamental para os próximos anos e décadas do Brasil. Espero hoje poder trazer algumas reflexões aqui, do Todos pela Educação, para contribuir com este debate.

Eu estruturei uma breve apresentação em três partes. Há uma breve introdução, que vou passar bem rapidamente; não é novidade para ninguém que está compondo esta mesa. Trouxe algumas reflexões aqui sobre aspectos a serem considerados sobre operacionalização e lacunas do Fundeb e dos ponderadores. E trouxe reflexões finais, eu espero poder depois voltar e contribuir nas minhas reflexões finais.

Eu queria começar trazendo uma mensagem importante de que o Novo Fundeb foi fundamental para avanços no financiamento brasileiro e redistribuição dos recursos nos últimos anos. Então, quero saudar esse Novo Fundeb aprovado pelos Parlamentares em 2020 e dizer, assim como já foi dito também aqui, nesta audiência, que, como toda política pública, ele pode e deve ser revisado visando ao seu aprimoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, trouxe aqui, como introdução dessas minhas contribuições... Como já previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 60-A, há uma revisão do Fundeb a cada dez anos, com a primeira no sexto ano – então, 2026. Nesse sentido, gostaria de novamente parabenizar a Senadora Professora Dorinha pela realização destas audiências públicas muito importantes para avaliação dessa política pública e para pensarmos que aspectos são importantes para essa revisão da lei no próximo ano.

Para começar, eu queria trazer três reflexões aqui que nós aqui, no Todos pela Educação, acreditamos ser bem importante serem consideradas. Algumas, inclusive, conversam com falas anteriores. Eu vou tentar fazer algumas conexões e também responder algumas perguntas que foram feitas no início da audiência.

A primeira diz respeito às três ponderações previstas. Duas atualmente estão em vigência: a do nível socioeconômico e a de disponibilidade de recursos vinculados à educação. Quero dizer que a terceira, que é a ponderação do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, está prevista em lei, com previsão de valer a partir de 2027. E, nesse sentido, é muito importante que seja avaliada com atenção nesse processo de revisão, considerando a viabilidade da sua operacionalização. Então, o que será considerado, como calcular... Essa é uma que ainda não é válida e a que vale muita atenção nessa revisão.

Com relação às duas primeiras, sobre a de nível socioeconômico nós acreditamos que ela é muito positiva – então, sua inclusão foi muito positiva e necessária – e que a consolidação dos dados pode apresentar alguns desafios, assim como a segunda, a de disponibilidade de recursos, que também é extremamente relevante. A forma de cálculo pode trazer algum desafio no entendimento de gestores, mas ambas são muito importantes.

Nesse sentido eu queria fazer uma conexão com a fala da Profa. Maria Teresa do desafio, algumas vezes, do descompasso entre as exigências legais e a disponibilidade de dados: não só nesses primeiros que eu estou trazendo, do NSE e do DRec, como em alguns outros que eu vou trazer, relacionados ao Vaar e às suas condicionalidades, é sempre importante pensar nessa revisão da lei desses critérios, pensando na disponibilidade de dados, na temporalidade dos dados. Esse é um ponto que eu gostaria de destacar aqui, na minha fala.

O segundo ponto diz respeito à atenção com a periodicidade das atualizações, tanto de critérios de cálculo quanto das receitas que são utilizadas. Acredito que esse ponto também tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sido tocado nesta audiência. A variação nessas regras e nos ponderadores é bastante desafiadora para as redes, não só no entendimento como na previsibilidade que eles têm das complementações. A forma de cálculo do Vaat, por exemplo, precisa considerar possíveis distorções, dado que consideramos recursos dos dois anos anteriores. Então, são algumas questões técnicas e de cálculo que devem ser consideradas aí nessa revisão.

O terceiro ponto é que é fundamental que se faça um estudo sobre o efeito dessas subvinculações do Vaat para verificar se de fato estão gerando os efeitos esperados. Se não me engano, uma das perguntas dizia respeito justamente, por exemplo, à educação infantil, para entender se de fato essa questão da educação infantil tem levado a maior atendimento. Nós temos alguns estudos e um estudo recente do Todos pela Educação que fala do desafio que nós temos ainda de atendimento à educação infantil. Então, quero trazer este ponto para reforçar que nessa revisão é muito importante usarmos evidências e de fato entendermos, nesses últimos anos, se elas estão gerando o efeito esperado como previsto na lei.

Dos meus dois outros pontos com que eu gostaria de contribuir para o debate, um é para operacionalizar o que está previsto hoje na lei e aqui destacar e ressaltar o trabalho que o Inep e o FNDE têm feito, um trabalho técnico muito importante para adequar essas metodologias – é claro que depois são submetidas à CIF e aprovadas – para se cumprir com o que está na lei.

Trouxe algumas perguntas para reflexão e debate do quanto a lei deveria prever em detalhes sobre essas condicionalidades. Aqui tem alguns exemplos do cálculo do Vaar, que tem questões muito específicas que, às vezes, tecnicamente são desafiadoras de serem cumpridas. O que pode ser alterado na lei nesse sentido para permitir que os critérios sejam... que sua essência seja mantida, mas que eles sejam menos complexos no sentido de entendimento e de sua operacionalização?

Para concluir, eu queria entrar nas condicionalidades do Vaar, que – é natural, com o tempo –, no contexto atual, precisam ser avaliadas com atenção para esse contexto de 2025 e daqui para a frente. As mudanças que a Profa. Maria Teresa trouxe na forma de cálculo da condicionalidade III, em muitos casos, gerou dificuldade de entendimento do que estava sendo considerado: se era a diferença entre dois grupos ou se era olhando para o grupo de estudantes mais vulneráveis, PPIs e de baixo nível socioeconômico. Essa mudança e essa oscilação precisam ser consideradas daqui para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A condicionalidade atrelada ao ICMS Educação, que já foi mencionada, precisa ser revista à luz da reforma tributária e, como um todo, como isso afeta o Fundeb.

Outros exercícios muito importantes técnicos que têm sido feitos pelo Inep, como, por exemplo, a definição de níveis de proficiência, que têm sido desenhados, precisam ser considerados. Hoje na lei nós temos a previsão de abaixo do nível adequado, mas, se novos níveis de proficiência são definidos, como essa lei pode se adequar, como os critérios se adequam ao que está previsto em lei?

Por fim, quanto à forma de aferir as condicionalidades, algumas apresentam desafios. Temos alguns desafios ainda de autodeclaração de estudantes com relação à sua raça, nos questionários do Saeb, o nível socioeconômico também já trouxe esse ponto.

Então, de novo, em alguns casos, há esse descompasso não só de temporalidade, como o desafio de ter dados precisos para o cálculo das condicionalidades do Vaar e entendimento dos gestores.

Aqui, trago, para encerrar minha fala, minhas reflexões finais, resumindo em quatro pontos que eu gostaria de deixar e contribuir para o debate.

O primeiro é a importância de se considerar uma simplificação do que está previsto em lei, preservando a essência do novo Fundeb. Então, de novo, esse desenho muito importante trouxe avanços significativos para uma redistribuição dos recursos no Brasil, mas visando a maior entendimento e a maior tradução e clareza de como calcular tecnicamente o que está na lei.

O segundo ponto é a estabilidade dos cálculos. Então, considerar a periodicidade de atualizações sobre o cálculo para garantir maior previsibilidade para os gestores públicos.

O terceiro é sobre as ponderações e condicionalidades. Então, é chave que se reflita sobre quais ponderações e condicionalidades, de fato, devem ser mantidas. E aqui eu trouxe um exemplo que eu gostaria de destacar, que é o do potencial de arrecadação tributária, para entender a viabilidade técnica de se manter, de fato, essa ponderação.

E avaliar os impactos da reforma tributária não só na revisão da cesta de receitas, como nas condicionalidades do Vaar, que tem uma sobre o ICMS Educação prevista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, encerro aqui a minha fala, agradecendo mais uma vez, Senadora Professora Dorinha, pela oportunidade e nos colocando à disposição para contribuir com este debate, que é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Manoela.

Também quero fazer a solicitação, todos sempre enviam documentos, sugestões... É importante em relação aos pontos apresentados e principalmente à nossa ideia de conseguir construir o processo de avaliação, e até com sugestões em relação a este ano, em que é possível fazer propostas legislativas para – acho que também o Patrick falou sobre isso – a simplificação, a transparência, para que as pessoas possam compreender, ter clareza em relação a critérios e tudo isso.

Eu quero agradecer também à Consultoria que está aqui, ao nosso trio: a Tatiana Feitosa de Britto, o Rodrigo Santos Ramos... Ao mesmo tempo, quero agradecer as questões que vocês entregaram, que eu passei para os expositores – eles não vão ter condição, Tatiana, de responder, em virtude do tempo. Ao mesmo tempo que possam, eventualmente, se quiserem, contribuir conosco em relação a pontos apresentados...

Quero agradecer também a presença do Juci Melim, da Conorf, que está conosco também. São consultores que apoiam e vão trabalhar conosco nesse processo de início de avaliação do novo Fundeb.

Eu vou falar, na verdade, quatro questões dessas 15 que foram enviadas, mas uma delas é em relação ao Siope. Primeiro, ele era um dos grandes desafios nossos em relação às redes que não eram obrigadas a responder ao Siope. Ele era um instrumento principal para nós em relação ao retrato da rede. Então, a pergunta de nº 9 é: em que medida do Fundeb trouxe melhorias e aperfeiçoamento para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), para verificação do cumprimento dos 70%, enfim, todas as informações?

Também se tiver alguma sugestão específica, acho que foi recorrente aqui, em várias das contribuições, dizendo, na verdade, de movimentos que precisam ser feitos. Era, inclusive, a ideia nossa em relação à questão do socioeconômico: que houvesse um trabalho do Ministério da Economia, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação em relação a critérios para essa medida. Hoje, o que a gente tem feito é usar critérios já existentes, e tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recorrente essa questão da temporalidade, do ajuste em relação ao modelo. Então, é a provocação para que... E esta é a ideia também do nosso relatório, de provocar o Governo Federal e os governos municipais em relação aos ajustes em termos de implementação.

A de nº 10: quais as dificuldades das gestões municipais e estaduais no que se refere à implementação da subvinculação de 70% dos recursos do Fundeb para o pagamento dos profissionais da educação? Foi uma inovação do texto, o Prof. Anízio até mencionou em sua fala sobre isso, mas, aqui está essa pergunta.

A de nº 13: o impacto na nova destinação de parte dos recursos da complementação da União para a educação integral... Essa alteração legislativa que foi feita, inclusive contra a minha vontade – lutei bastante para que não ocorresse... O Programa Escola em Tempo Integral foi criado pelo Governo Federal, e não era para usar o dinheiro do Fundeb de complementação. Isso não fazia parte e não faz parte, ainda que de maneira pontual e temporal. De qualquer forma, ele acaba... na verdade, retira recursos da complementação que deveriam estar disponíveis para a própria implementação do fundo.

A de nº 14: em que medida o Vaaf, o Vaat, o Vaar têm impactos diferenciados nas redes de ensino, no caso das capitais, dos pequenos municípios do Norte e Nordeste? Ou seja, eu estou tentando dar um exemplo: nessa diversidade com que nós lidamos, ainda tem municípios que têm muito recurso, ainda recebem complementação e têm ajustes necessários.

E eu vou passar a palavra agora para as considerações finais. Volto a palavra para Maria Teresa Gonzaga, que representa aqui o Inep.

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES (Para expor.) – São muitas questões.

Eu acho que eu vou falar um pouco mais sobre a própria condicionalidade III, que eu apresentei. Há muita incompreensão muitas vezes entre as condicionalidades e os indicadores, porque nós temos as cinco condicionalidades e depois os indicadores Vaar-Atendimento e Vaar-Aprendizagem. Muitas vezes, há uma confusão como se fossem a mesma coisa, e não são. É difícil mesmo de entender, isso não é muito simples, não.

Quanto às mudanças nessa metodologia, nós temos um diálogo constante, participando de todos os encontros regionais da Undime, encontros do Consed. E é unanimidade que as mudanças na metodologia da condicionalidade III simplificaram substancialmente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

compreensão dos entes em comparação com a metodologia que foi aprovada em 2022 para distribuição em 2023 e reconduzida em 2023 para ser aplicada em 2024.

Se o ciclo do Fundeb prevê uma discussão anual, o objetivo é o aprimoramento. Não há sentido em dizer que a metodologia tem que ser congelada, porque os entes não vão entender. Se os entes fizerem o que o Prof. Patrick disse, que é olhar para a escola, para a educação, para o currículo, para os seus alunos, esse resultado vai aparecer.

Não podemos colocar estatística e dados como causas do aprendizado, tem que ser o contrário. A gente faz o Saeb para monitorar o resultado do aprendizado e não ao contrário. Existe uma avaliação, ela que vai causar. Isso não faz o menor sentido.

E a questão da precisão dos dados do nível socioeconômico... Assim, o nível socioeconômico do educando, que está previsto aqui na lei, é uma medida relativa posicional que hierarquiza os entes e é altamente correlacionada com o índice de pobreza calculado com dados do censo, com percentual de pobres nos municípios, com renda média da população, vários indicadores. Mas o Inep está completamente em paz se, numa mudança da lei, isso passasse para outro ministério – até reduziria as nossas atribuições, já que passaria para outra instituição. Nós usamos, no cálculo do indicador de nível socioeconômico que é aplicado no Vaat, informações de estudantes com Bolsa Família; e eu tenho muita convicção de que é um indicador que consegue estratificar muito bem a sociedade, enquanto a elegibilidade para um benefício social não significa que o estudante vai receber, porque isso sofre muito mais influência de políticas dentro dos ciclos de governo.

Sobre a questão racial também, existe uma vastíssima literatura que mostra que um conceito social a gente deve buscar compreender. Eu não consigo entender o que significa precisão de medida racial. Isso escapa da minha compreensão, porque a gente sabe que uma medida social pode inclusive... O próprio indivíduo, à medida que ele cresce, pode mudar sua autoclassificação a partir de um letramento racial. E existem estudos, por exemplo, da Profa. Marília de Carvalho, da USP, que mostram como o mesmo indivíduo vai ser classificado por critérios muito distintos. Então, eu não consigo entender esse conceito de precisão, mas ele está na lei e nós consideramos que a autoclassificação dos alunos é a medida, dentro da linha da Marília de Carvalho, que mais se aproxima do que socialmente o Brasil tem tratado como medida racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que as mudanças que existem têm sido no sentido de simplificar. Basta comparar o resultado do Vaar da distribuição em 2025, que aumentou substancialmente em relação a 2023, com a mudança da metodologia. A gente não pode comparar o de 2024, porque naquele ano houve uma sobreposição de dois ciclos do Saeb.

E, por último, eu acho que o Vaar é realmente um sucesso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES – O Vaar, não; o Fundeb é uma distribuição muito progressiva, ele reduz desigualdades. Acho que vocês vão ter aqui, no dia 1º, uma análise desses efeitos redistributivos, que é um estudo que eu estou acompanhando, e aí vocês vão poder ver como de fato o Vaat e os novos ponderadores contribuíram substancialmente para reduzir a capacidade de financiamento dos entes.

Eu acho que não dá tempo de falar mais.

Obrigada, mas eu estou muito disponível, Senadora Dorinha, para a gente vir aqui e contribuir para esse debate em outros momentos, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Profa. Maria Teresa.

Na verdade, nós vamos procurá-la para o diálogo. E acho que é muito importante quando você coloca a questão – e é essa a ideia – do aprimoramento. Por isso, 2026, colhendo já informações... E tem uma pergunta que está colocada aqui: que medidas e que pontos podem vir numa nova lei, em termos de ajuste, para acompanhar essa evolução, simplificar, garantindo, inclusive, elementos que possam já estar superados em relação à primeira lei de regulamentação?

E tem uma pergunta que está colocada aqui: "Que medidas e que pontos podem vir numa nova lei, em termos de ajuste, para acompanhar essa evolução, simplificar, garantindo inclusive elementos que possam já estar superados, em relação à primeira lei de regulamentação?".

Eu passo a palavra agora para o Sr. Patrick Tranjan, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação das Capitais e Secretário Municipal de Educação de Belém.

O SR. PATRICK TRANJAN (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu vou tentar responder rapidamente às primeiras perguntas que a senhora me fez e, depois, eu vou passar aqui para as perguntas que estão colocadas.

Acho que um primeiro ponto... Eu vou começar pela experiência do Ceará, para chegar no que a gente construiu na Secretaria do Pará.

Existe um *mix*, no Ceará, entre competição e colaboração, e, no meu entender, ali está parte da fórmula do sucesso: quando a gente pega as melhores escolas para apoiarem as piores escolas.

Quando eu digo piores escolas, é forte, mas eu digo especificamente de notas do Saeb.

A competição, por si só, eu não acredito que seja capaz de fazer essa transformação com a equidade que o Ceará trouxe. Para mim, mais impressionante do que aonde o Ceará chegou é a equidade que existe na rede pública do Ceará. Isso me impressiona mais do que o resultado que foi alcançado, que também é um resultado muito bom.

No Pará, a gente, dentro da Secretaria de Estado – eu não estou mais lá, mas quando estive –, criou uma secretaria adjunta específica para regime de colaboração, entendendo que a gente precisa ter uma área robusta para tratar desse tema da articulação com os Prefeitos.

É uma articulação que, muitas vezes, passa por uma discussão técnica e, às vezes, até pedagógica de alinhamento até de material didático que é utilizado nas redes, principalmente quando a gente não tem processo de municipalização muito bem definido entre as redes.

Para a gente evitar que tenha um aluno numa escola A e outro numa escola B, utilizando materiais completamente diferentes, concepções diferentes, a gente tenta fazer, ao máximo, essa padronização com os Prefeitos.

Eu digo isso porque ela é uma secretaria que é robusta não apenas na parte técnica de magistério, para fazer essa conversa de profissionais da educação com profissionais da educação, mas por também ter um trato político com os Prefeitos, porque aí entra uma discussão de repassar recursos de ICMS, com base em resultados educacionais de diversos outros convênios do Estado do Pará, em que o Governador cobra dos Prefeitos que sejam atingidos resultados educacionais.

E a nossa prioridade, nos anos de 2023 e 2024, foi no processo de alfabetização. O Pará, inclusive, foi o primeiro estado a lançar o programa de alfabetização em regime de colaboração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com os municípios, que lá se chama Alfabetiza Pará, e foi um dos estados que teve um dos melhores resultados nesse processo de alfabetização.

É muito desafiador... O Pará é muito desafiador, é um estado com uma complexidade gigantesca, mas eu acho que o Pará traz uma luz no fim do túnel, que é: se o Pará conseguiu ter o maior crescimento de aprendizagem – e eu não estou nem dizendo de Ideb, mas de aprendizagem –, nessa última edição, e conseguiu reduzir desigualdades, a gente consegue fazer isso em qualquer lugar deste país, porque ele é um estado de uma dimensão territorial maior do que muitos países, com uma desigualdade gigante, com uma discussão geográfica em função da floresta que torna muito complexo o atendimento das comunidades remotas, e, ainda assim, o Pará conseguiu mostrar esse resultado, com muito investimento, com muito dinheiro, e por isso eu vou continuar sempre brigando.

O Pará gastou 32% do orçamento com educação no ano passado. Não foi pouco investimento que foi feito na educação. Mas o resultado veio, e ele está aí para mostrar que é, sim, possível.

Quando eu digo sobre – e, aí, vou entrar na discussão agora mais a fundo – o novo Fundeb, os indicadores, as condicionalidades, de fato, a gente tem alguns cenários em que a gente torna isso mais simples. Mas, quando a gente vai especialmente para o Vaar, a gente tem uma dificuldade muito grande da compreensão dos gestores. E eu digo isso com tranquilidade, porque, se a gente pegar os 3,6 mil entes que receberam complementação...

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES (*Fora do microfone*.) – Não, eles foram habilitados na condicionalidade deles... Os que receberam é outro número.

O SR. PATRICK TRANJAN – Foram quantos?

Você lembra, Maria Teresa?

A SRA. MARIA TERESA GONZAGA ALVES (*Fora do microfone*.) – De cabeça, eu não lembro não, mas...

O SR. PATRICK TRANJAN – Deve ser cerca de mil e poucos. Eu me lembro de um número desse, até fiquei um pouco confuso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se perguntar para 10% dos secretários como se chega a esse número do Vaar, pouquíssimos vão saber explicar. E eu digo isso porque, reforçando, como o que acontece no chão da escola é um reflexo, a prova é um reflexo do que acontece. Não é o Saeb que prepara o estudante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PATRICK TRANJAN – E as coisas estão acontecendo na escola e estão tendo reflexo, a despeito de os secretários saberem o que é que eles têm que fazer para receber mais dinheiro. E acho que essa é uma informação importante.

Aí, eu faço um... Para não me alongar muito, eu lembro uma experiência que teve do ProBNCC.

Uma das condicionalidades para o recebimento dos recursos era que os estados, junto das Undimes, fizessem a formação das redes municipais para a implementação dos novos currículos, e eu sinto que isto faltou no novo Fundeb: uma exigência de que se faça. Porque, senão, a gente vai depender da boa vontade de alguns secretários de fazerem esse trabalho junto dos municípios, e, muitas vezes, isso não vai acontecer, e a gente vai ter essa realidade.

E aí, sem contar a troca de gestores, que é muito frequente, a gente vai ter uma realidade em que as pessoas não sabem o que poderiam estar fazendo para receber mais recursos.

Então, eu acho que faltou essa amarra também de obrigar os entes estaduais a que fizessem essas reuniões de alinhamento com as prefeituras.

E, obviamente, o ProBNCC é, talvez – talvez não –, muito mais complexo, pela discussão de currículo, de base, do que o Fundeb, mas eu sinto que precisa ser feito, e precisa ser feito como uma exigência dos entes, porque é muito dinheiro para a gente estar botando, não sabendo o que fazer para receber.

Desculpa ter me alongado aqui.

Em dez segundos, subvinculações.

Acho que a única subvinculação a que eu sou incondicionalmente favorável é a do 70%, mas a gente tem outras que ocorrem – subvinculações, por exemplo, dentro do Vaat, para investimentos de capital – que, muitas vezes, não fazem parte da realidade do município, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente acaba vendo muitos municípios utilizando os recursos de uma maneira corrida, ali, no final do ano, para poder bater tanto o atingimento dos 25% quanto as demais outras subvinculações.

Se, por um lado, o Fundeb considera essa realidade geográfica do Brasil, essa realidade social do Brasil, para pensar em critérios mais justos, quando a gente olha para a subvinculação, ela congela isso para todo mundo, e a gente deixa de olhar as particularidades que cada uma das redes tem.

Já vi rede que, chega o final do ano, vai comprar computador, só porque precisa usar o dinheiro de capital, e não precisa dos computadores. Aí, troca o computador a cada dois anos, está lá a rede trocando todos os computadores das escolas.

Então, não quero pegar a exceção como regra, a gente tem que olhar, mas, no meu ponto de vista, algumas subvinculações têm engessado o trabalho dos gestores para aquilo que eles mais precisam dentro das escolas.

Desculpa ter me alongado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, você não gastou o seu tempo na primeira rodada. Sem problema.

Essa questão, como eu disse, fez parte da negociação. Embora a gente não vá ter tempo de discutir, 70% no mínimo ficaram para pessoal e 15% do novo para... E a gente sabia que poderia enfrentar algumas realidades específicas de rede, mas é porque, em geral – e o Inep mostra isso nos dados –, as nossas redes ainda são muito ruins: escolas muito ruins, sem biblioteca, sem laboratório, sem acessibilidade.

Então, eu penso que ainda é uma situação de exceção, mas que pode ser pensada num filtro, se tiver alcançado toda a parte de infraestrutura, porque nós temos realidade de escolas que não têm nem banheiro.

Eu acho que é uma situação que pode ser pensada para o futuro, mas, infelizmente, ainda a realidade é bem aquém do que nós temos em termos de oferta.

Passo a palavra, agora, para as suas considerações finais, para o Prof. Anízio Santos de Melo, Coordenador-Geral da Frente Norte Nordeste pela Educação.

O SR. ANÍZIO SANTOS DE MELO (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entre as condicionantes que são importantes, a questão de interpretação, as dificuldades que nós temos das gestões, creio que essa revisão passa também por a gente ajudar a simplificar, no sentido de garantir um entendimento, porque é muito constrangedor você chegar a determinado momento e ver uma série de prefeituras que não se habilitam a receber os recursos por não estarem, não conseguirem fazer o dever de casa, em relação ao entendimento e à aplicação das condicionantes que estão colocadas. Isto, para nós, é muito ruim: você ter o recurso e não poder estar habilitado.

Eu vou citar o Município de Paulista, que hoje tem o Secretário Prof. Gilberto, que foi companheiro aqui da Frente Norte Nordeste e mandou até um abraço para a senhora.

Lá, no Município de Paulista, a gente tinha essas dificuldades, e foi garantida a gestão democrática lá, um processo que o município fez para se habilitar – e sempre são muito difíceis as mudanças.

Eu vejo também, Professora Dorinha, que nós deveríamos ter um olhar, não sei se a partir dessa revisão, em relação às prefeituras – e governos estaduais também – que insistem numa precarização das relações de trabalho.

Eu acho que o condicionante concurso público deveria surgir também dentro desse processo de garantia de repasse de recursos, porque nós temos aí tanto prefeituras como governos estaduais utilizando 50%, 60% da sua carga horária, muitas vezes, de carga horária permanente, com professores temporários, os quais, de diversas formas, são colocados. Isso nos submete ao desrespeito ao concurso público; então, aqui é um outro elemento.

Eu acho que esse processo da habilitação, a partir da gestão democrática, da seleção, da participação popular, também mais inerente à questão do concurso não só para professor, mas para o funcionário da educação, deve ser visto nessa revisão.

A outra questão que eu queria colocar é que a subvinculação de 70% é o mínimo! É o mínimo! E, muitas vezes, o Governo entende como o máximo.

Tem outras fontes de receitas que devem ser colocadas para além disso, recursos que poderiam estar discutindo, recursos do Tesouro...

Eu vou citar o Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Ceará – Professora Dorinha, a senhora teve participação – resgatou, só de precatórios do Fundef, cerca de R$4 bilhões para a rede estadual. Desses R$4 bilhões, R$1,6 bilhão o Governo estadual, através de negociação conosco, colocou para fortalecimento das creches e das próprias escolas profissionalizantes.

Então, o Fundeb não é a única fonte de recurso. O Fundeb é um, é uma caixa, central, porque nós devemos pensar na qualidade da educação, na valorização dos profissionais, mas precisamos garantir um avanço maior, em relação ao financiamento, e não esquecer que estados e municípios têm outras fontes, não é? Diferentemente do Ceará, outros estados e municípios pegaram recursos do precatório do Fundef, separaram juros de principal, cortando metade, 50%, e o dinheiro ficou livre, leve e solto, e, muitas vezes, não aplicado na destinação que nós entendemos.

Então, eu acho que é necessário transparência, é necessário participação.

Entendo que essa discussão começa agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍZIO SANTOS DE MELO – ... dessa revisão do novo Fundeb, que deve ser feita na sua amplitude e na unidade de gestores, professores, Congresso, de ter a educação como centro de um projeto de desenvolvimento sustentável para a nossa nação.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Prof. Anízio.

Passo a palavra para a Manoela Miranda, Gerente de Políticas Educacionais do Todos pela Educação.

A SRA. MANOELA MIRANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Professora Dorinha.

Vou ser breve nas minhas considerações finais aqui, mas quero saudar e, mais uma vez, parabenizar por este debate que se inicia e que deve se estender também. É superimportante.

Quero reforçar a importância que já foi trazida também deste debate amplo, com muitos atores, partindo sempre de evidências técnicas, partindo sempre do que é possível, tecnicamente, dos desafios já enfrentados, mas sempre ouvindo um grupo amplo de atores que são fundamentais não só para essa revisão do Fundeb, mas, depois, para a operacionalização, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

implementação e o acompanhamento dessa política pública brasileira, que é tão importante e que vai no sentido de contribuir para uma educação de qualidade e equidade no Brasil.

Nesse sentido, eu queria, inclusive, reforçar uma fala da Profa. Maria Teresa de que, como para toda política pública, é muito importante termos aprimoramentos, mas esses aprimoramentos devem levar em conta estudos técnicos aprofundados, cuidadosos, e também os impactos no orçamento.

Então, é muito importante, e, nesse sentido, esta audiência também vai nesse sentido, bem como essa série de audiências e avaliação propostas pela Senadora Dorinha, dessa política pública que é tão estruturante para avançar o financiamento na educação básica aqui no Brasil.

Queria destacar dois últimos pontos.

Um é sobre a importância do apoio aos entes, especialmente aos entes com menor capacidade instalada. E aqui quero destacar a importância de regime de colaboração também entre estados e municípios, não só no entendimento, como na execução desses recursos do Fundeb, pontos que o Secretário Patrick também trouxe dessa importância.

E quero destacar a importância depois desse acompanhamento, como vem sendo feito, da implementação e do monitoramento de como esse recurso está sendo utilizado, para entendermos esses efeitos, de fato, nas prioridades.

Estamos num ano muito importante de debate do Sistema Nacional de Educação, Plano Nacional de Educação, que apontam caminhos para a próxima década na educação brasileira. Nesse sentido, o financiamento é fundamental. Então, é importante acompanharmos como esses ponderadores e o Vaar, também com sua indução ali de políticas e ação de gestores públicos na ponta, estão nos levando no caminho certo, para que todas e todos os brasileiros tenham direito a uma educação de qualidade.

Agradeço muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de participar e reafirmo o compromisso do Todos pela Educação de contribuir tecnicamente com o debate. Nós nos colocamos à disposição, Senadora Dorinha, para continuarmos trocando sobre o assunto.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Manoela, que aqui representa o Todos.

Eu agradeço a todas as participações. Logicamente, nós estamos começando o debate, acho que eu vi que a Maria Teresa está acompanhando a proposta, como um todo, da realização e, à medida que nós avançamos em relação ao relatório...

Nossa previsão inclusive é de que talvez a gente não consiga fechar o relatório este ano – será preciso fazer ainda no próximo ano, ainda, talvez dois ou três momentos –, mas nós gostaríamos de receber as contribuições, porque o tempo aqui é bastante curto, mas são temas sobre os quais todas as instituições aqui presentes têm se debruçado, instituições que podem contribuir a partir da análise que cada um tem construído e da vivência diferente de cada um aqui, vivência de rede, de representação sindical e, ao mesmo tempo, o acompanhamento – o Anízio faz isso muito bem na frente; não trata só da questão de organização sindical, mas, de igual forma, a todos.

E o Inep, lógico, tem esse papel, já o teve ao longo da implementação do antigo Fundeb, e agora, no novo Fundeb, também faz esse trabalho de construção.

Então, eu agradeço, agradeço aos consultores e a todos que nos acompanham e quero encerrar a presente reunião, dizendo que, na próxima semana, nós vamos dar sequência às audiências em relação ao tema.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eduardo Braga e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Flávio Arns, Magno Malta e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 33ª e 34ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3618, de 2019 - Terminativo -** que: "Garante a livre associação dos estudantes da educação básica e do ensino superior, em Organizações de Representação Estudantil." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CE (Substitutivo). **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 461, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*ad hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela apresentação de indicação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela apresentação de indicação ao Poder Executivo. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5342, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Petrônio Portella Nunes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3259, de 2024 - Terminativo -** que: "Reconhece os Parafusos de Lagarto como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 40, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

discutir a autonomia universitária." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 41, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na educação nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira, do Conselho Nacional da Educação – CNE." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Pontualmente às 10h. Bom dia aos queridos Senadores, Veneziano Vital do Rêgo, nosso Vice-Presidente, ao Senador Paulo Paim.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de setembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 33ª e 34ª Reuniões, realizadas em 16 de setembro.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas em *Diário Oficial*.

Esta reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Se houver concordância do Plenário, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os dois itens terminativos que exigem votação nominal, tendo em vista... Aliás, os três, porque um deles foi retirado a pedido do Relator, o Senador Marcelo Castro.

Então, vamos iniciar pelo item nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3618, DE 2019

- Terminativo -

Garante a livre associação dos estudantes da educação básica e do ensino superior, em Organizações de Representação Estudantil.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 26/08/2025.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Presidente Teresa Leitão, as minhas congratulações a V. Exa., ao meu querido, nosso querido, estimado, sempre atuante Senador Paulo Paim, a todos os demais membros deste Colegiado e aos nossos companheiros de trabalho.

Presidenta, se a senhora me permite já passar para a análise do nosso parecer, eu lhe agradeço, tendo em vista que teremos mais outros projetos em curso na pauta e também obrigações que são-nos reservadas lá na Comissão de Assuntos Econômicos.

Análise. Eu faço em três pequenos parágrafos as observações formais, mencionando que a todas elas a proposta do nosso companheiro ex-Senador Rodrigo Cunha as atendeu perfeitamente. Igualmente nenhum óbice de inconstitucionalidade material e de injuridicidade afeta o acolhimento do projeto, cumprindo notar que a nossa Constituição, no seu art. 5º, no seu inciso XVII, assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos.

Deve-se registrar também que a medida proposta possui consonância com a estratégia do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, relativa à gestão democrática do ensino de estimular em todas as redes de educação básica a constituição e o fortalecimento dos grêmios estudantis, inclusive com a garantia de espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e sua articulação orgânica com os conselhos escolares.

No que concerne ao mérito educacional, cabe ressaltar a necessidade de que as instituições de ensino tenham estudantes organizados em associações que defendam seus interesses, que abarcam desde o ensino de qualidade até a realização de atividades culturais, recreativas, que enriqueçam a ação educativa e tragam momentos de lazer para o corpo discente.

Com efeito, a proposição em tela confere redação mais atualizada e abrangente para a matéria e, principalmente, estimula a criação de organizações de representação estudantil e lhes assegura importantes prerrogativas. Assim, acolhemos a maior parte das sugestões do PL, mas as direcionamos, mediante substitutivo, à Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Desse modo, ajustamos o projeto às recomendações da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Conforme o art. 7º, inciso IV, desse documento legal, o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Indo derradeiramente às minhas considerações, Presidenta. Apesar dessa preocupação, preservamos as Leis nºs 7.395 e 7.398, ambas do ano de 1985. Ao pretender revogar a primeira dessas leis, o projeto suprime da legislação federal a menção à União Nacional dos Estudantes, entidade tradicional, com papel histórico na representação nacional dos estudantes de nível superior e atuação de destaque em importantes acontecimentos do país, do Brasil contemporâneo. É bem verdade que a existência da UNE prescinde de lei específica, por se tratar de entidade surgida da livre associação de estudantes. Contudo, a omissão sobre sua existência em lei, a partir da eventual revogação da Lei nº 7.395, pode revestir-se de medida de considerável impacto simbólico e ser interpretada como uma afronta à entidade, o que, decerto, não constitui nem de longe a intenção do autor da iniciativa.

Efetuamos, ainda, alguns ajustes para conferir maior exequibilidade às medidas sugeridas, de modo a criar equilíbrio entre as prerrogativas das organizações de representação estudantil e a capacidade das instituições de ensino de atendê-las. Também explicitamos que o apoio institucional conferido pelas instituições de ensino deve sempre observar o princípio da autonomia universitária, bem como a devida disponibilidade orçamentária para a concretização da respectiva infraestrutura.

Outrossim, ressalvamos a participação facultativa das representações estudantis nos conselhos deliberativos de natureza fiscal, para evitar eventuais conflitos com a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Acesso à Informação, pois esses diplomas conferem uma proteção diferenciada às informações de natureza fiscal.

Em conclusão, no que tange ao mérito educacional, recomendamos a aprovação da proposta em exame, com os ajustes indicados.

O voto, senhores e senhoras. Em vista do que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.618, do ano de 2019, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, na forma do substitutivo apresentado, que V. Exas. têm à disposição.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O relatório está em discussão.

Senador Paulo Paim, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta Senadora Teresa Leitão, eu cumprimento a iniciativa do Senador Rodrigo Cunha e o excelente relatório do nosso amigo e grande Senador da República Veneziano Vital do Rêgo. Por que eu estou dando essa ênfase? Poderia dar a todos os projetos que V. Exa. relata ou que apresenta, mas aqui toca um pouco na história das nossas vidas, porque todos nós passamos lá pelo grupo escolar, depois...

Eu sou do tempo do ginasial, viu? Depois do ginasial, enfim... E por aí avançamos. E o grêmio estudantil, que fortalece aqui os espaços de discussão, de negociação, de fazer a boa política estudantil – né? –, não deixa de ser o nosso primeiro passo na política. Eu estudei no Grupo Escolar Maguary, fui Presidente da sala de aula. Depois fui para o Ginásio Noturno para Trabalhadores, fui Presidente do Ginásio Noturno para Trabalhadores no Presidente Vargas, em Caxias do Sul. Depois, dão o golpe, eu sou retirado de lá, no grito e na marra, mas não fui agredido nem nada, só me convidaram gentilmente as Forças Armadas de lá, o Exército. Aí fui para o Ginásio Estadual Santa Catarina, também noturno, com o compromisso de eu não fazer política. Aí o grêmio estudantil chega de novo, a moçada – né? –: "Paim, vai ter uma renovação e és tu". Virei Presidente do Santa Catarina. Estava lá três meses. Dali seis meses fui convidado a sair também. Mas aprendi o caminho na política ali. Depois fui para as fábricas, virei sindicalista, enfim.

Mas eu quero enaltecer a iniciativa, uma iniciativa que fortalece, eu diria, a política estudantil. Às vezes, a nossa juventude é ensinada a não fazer política, que política é coisa de malandro, de picareta, sei lá o quê. Malandro e picareta são aqueles que falam isso, porque eles não querem que os nossos líderes, lá na base, se formem para chegar aqui. Então eu só enalteço aqui a autoria do Senador Rodrigo Cunha e o relatório de V. Exa.

Caminhos como esse animam a gente a fazer política, quando a gente olha os primeiros passos já indicando que a política é coisa boa, sim, é boa para todo o povo brasileiro.

Parabéns a ambos e parabéns a V. Exa., que pautou de imediato a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Senador. Faço minhas as palavras de V. Exa. Eu também tenho passagens pelos grêmios estudantis, como representante de classe. A princípio, era reivindicação – melhoria na merenda, melhoria na quadra –, que também faz parte do processo de participação escolar; depois se evolui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de fato para uma verdadeira educação política, que é necessária, não é? E a gente vê hoje como é preciso que a nossa juventude tenha essas condições.

Então, a matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco após a leitura dos demais projetos.

Bom dia ao Senador Wellington Fagundes, membro também desta Comissão.

Vamos agora para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2018

- Terminativo -

Altera o art. 42 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para obrigar as bibliotecas públicas a adquirir obras em formatos acessíveis.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela apresentação de indicação

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 1-CDH.

A relatoria é da Senadora Jussara Lima.

A votação também será simbólica, em virtude da conclusão do relatório pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo, de acordo com o art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Solicito que o Senador Paim seja o Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, Senadora Teresa Leitão, é um projeto do Senador Romário que é transformado numa indicação, mediante o amplo entendimento, tanto do autor como da Relatora, Senadora Jussara Lima.

Vou direto à análise, se V. Exa. permitir.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 do nosso Regimento, manifestar-se a respeito de normas gerais sobre cultura, instituições educativas e culturais, conforme o caso do PLS nº 461, de 2018.

Por se tratar de matéria sujeita ao exame em caráter terminativo por esta Comissão, cabe-nos analisar também a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do projeto.

A proposição é bem-intencionada, está de acordo com a boa técnica legislativa e poderia representar uma interessante contribuição para a sociedade brasileira, ao garantir acessibilidade às pessoas com deficiência visual.

Entretanto, há obstáculos para que a matéria avance como projeto de lei, seja pela carência de constitucionalidade, seja pela inviabilidade de sua implementação.

Nesse sentido, é necessário frisar que o PL cria despesa não somente à União, mas também a outros entes da Federação. De fato, a proposição agride a autonomia político-administrativa garantida aos estados, ao DF e aos municípios, nos termos do art. 18, *caput*, da Carta Magna.

Além disso, no âmbito federal, a iniciativa da matéria do projeto de lei em apreço é, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, reservada ao Chefe do Poder Executivo.

A medida impactaria de forma significativa, em termos financeiros, os entes e órgãos responsáveis pelas bibliotecas. De fato, os custos criados pelo projeto se somariam às várias despesas para a manutenção das bibliotecas. Entre outras despesas.

Além disso, segundo dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, o Brasil possui 4.639 bibliotecas públicas, distribuídas pelos 26 estados e o DF. Entretanto, somente duas delas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

são federais, sendo 68 administradas pelos estados ou DF, e as mais de 4,5 mil restantes geridas pelos municípios. Assim, o maior ônus financeiro pela implementação das medidas deste projeto recairia sobre os municípios, ou seja, os entes da federação com menor capacidade orçamentária.

Ademais, somam-se a essas bibliotecas aquelas que não possuem autonomia administrativa própria, funcionando como parte integrante de instituições públicas de ensino, de órgãos públicos ou de instituições governamentais. Dessa forma, a obrigação imposta a essas bibliotecas significaria, na verdade, uma interferência legislativa indevida na administração de órgãos que possuem autonomia administrativa e orçamentária própria e que integram a estrutura administrativa de entes federados subnacionais, em sua grande maioria.

Perante o quadro, foi construído aquilo que eu entendo como um caminho, já que fui indicado como seu Relator *ad hoc*.

O ideal seria que houvesse uma política pública específica. Com base em uma política pública especificamente voltada para a produção de livros especiais, seria possível definir uma programação orçamentária capaz de atender a todas as demandas constantes da proposição em apreço, do nobre Senador Romário. Noutros termos, nessa política, poderia haver previsão da compra de livros acessíveis, de maquinário e de programas ou aplicativos para equipar as bibliotecas de todos os entes federados a fim de atender de forma efetiva esse relevante segmento da população nacional.

Enfim, considerando a boa iniciativa, mas mediante acordo e querendo considerar a permanência da ideia em si, que é muito positiva, mas também as mencionadas limitações de caráter constitucional, julgamos que a proposição merece prosperar – talvez ou não, dependerá da votação – não mais como projeto de lei, mas como uma indicação ao Poder Executivo, nos termos do art. 224, inciso I, do nosso Regimento.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da conversão em indicação do Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2018, de autoria do Senador Romário, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme o texto.

Esse é o relatório da Senadora Jussara Lima, que nós endossamos como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

É uma matéria, inclusive, que na Comissão de Direitos Humanos, quando V. Exa. a presidiu, teve um espaço muito significativo.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Eu encerro a discussão.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora para o item nº 3... Aliás, nº 4.

O nº 3 foi retirado a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5342, DE 2019

- Terminativo -

Inscreve o nome de Petrônio Portella Nunes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 02/07/2025.)

O item nº 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3259, DE 2024

- Terminativo -

Reconhece os Parafusos de Lagarto como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira, para a leitura do seu relatório, ao tempo em que lhe dou bom dia.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Teresa Leitão. Bom dia a todos os meus colegas Senadores e Senadoras aqui presentes. Bom dia a toda a equipe da Comissão. Bom dia também a todos que nos prestigiam na manhã de hoje, aqui na Comissão de Educação.

Com a sua permissão, eu vou direto à análise, Sra. Presidente.

Foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, Constituição Federal – CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificado o reconhecimento como manifestação da cultura nacional dos Parafusos de Lagarto.

A Carta Magna assegura a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional. Também atribui ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, além de proteger aquelas fruto das culturas populares.

Nesse contexto, o reconhecimento por meio legal dos Parafusos de Lagarto como manifestação da cultura nacional constitui não mais que a formalização daquilo que já integra o patrimônio cultural brasileiro.

Os Parafusos de Lagarto são uma manifestação cultural e de dança que remonta ao século XIX, com raízes profundas na resistência de negros escravizados. É uma das tradições mais emblemáticas do Brasil, reconhecida como patrimônio histórico, cultural e imaterial de Sergipe. Sua preservação e promoção são de grande importância para a manutenção da identidade cultural sergipana e brasileira.

Ao estabelecer uma conexão viva com a história e as tradições afro-brasileiras, os Parafusos de Lagarto funcionam como importante veículo de memória e resistência cultural. Seu reconhecimento oficial como manifestação da cultura nacional fortalecerá o senso de pertencimento e coesão comunitária, especialmente entre os mais jovens, além de promover a educação e a valorização das culturas afro-brasileiras em todo o país, razões pelas quais somos favoráveis à proposição.

O voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.259, de 2024.

Com a sua permissão, Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão. Eu queria explicar um pouco aqui a todos que nos acompanham, não só pela TV Senado, mas também para os aqui presentes. Primeiro quero dizer que Lagarto é um dos principais municípios do Estado de Sergipe.

A autoria do projeto é do Senador Rogério Carvalho, que é um filho do Município de Lagarto também. Os Parafusos de Lagarto, como consta também no relatório apresentado, é uma tradição que remonta ao século XIX, na época da escravidão, e os escravos, comumente fugiam dos senhores que os dominavam e os escravizavam. E eles, ao fugirem, saíam – na verdade, a palavra é esta – roubando dos varais estendidos nas casas e nos terreiros as anáguas das senhoras. E eles iam vestindo quantas anáguas fosse preciso para que criassem uma indumentária que os transformassem.

Quando estavam bastante cheios dessas anáguas, eles procuravam um barro lá na região de Lagarto, foi onde começou essa tradição, e eles pintavam o rosto de branco. É um barro, uma argila branca que tinha lá. E o chapéu, para esconder ainda mais a identidade de cada um deles, eles o faziam com palha da cana de açúcar. E eles embrenhavam-se pelos canaviais e, muitas vezes, ficavam fazendo círculos e mais círculos nos canaviais, porque eu entendo que algumas vezes eles se perdiam nessa fuga.

Então o padre, ao conhecer essa história – um padre residente em Lagarto à época –, resolveu chamá-los de parafusos. Isso se transformou numa atividade cultural muito reconhecida e muito valorizada. Se eu pudesse apresentar aqui a imagem, mas a imagem remonta exatamente a isto: são pessoas vestidas de branco, com uma roupa sobre a outra, como se fossem anáguas, realmente, e têm esse chapéu branco e o rosto todo pintado.

A gente está lendo o relatório, mas o relatório é muito frio, vou contar a história do que significa isso, dessa tradição que os sergipanos valorizam demais, a dança dos parafusos, e hoje não é mais só de Lagarto, pertence a todo o estado. Então eu quero me somar, e estou fazendo essa narrativa para cumprimentar exatamente o Senador Rogério Carvalho, autor da ideia, e também fazer uma homenagem à Alba, que é uma assessora minha, está em pé ali, e ela é exatamente de Lagarto também, então também é uma homenagem a ela.

É o relatório, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Sem sombra de dúvida, o seu relato suplementar enfeitou e deu muito significado à tradição de Sergipe, que agora, eu acredito, será também uma tradição reconhecida nacionalmente.

A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta, só para elogiar tanto a iniciativa do Líder Rogério Carvalho, como a do Senador Relator, Laércio de Oliveira. E V. Exa. foi muito feliz ao comentar o comentário dele, porque ele sai do texto e faz um comentário de quem realmente conhece a tradição do seu estado.

Eu fiquei lendo aqui a justificativa um pouco, e realmente, se me permitir, eu digo, eu ficaria só com uma frase: Essa tradição – que V. Exa. discorreu aqui com muita competência – foi perpetuada ao longo dos anos e se consolidou como um símbolo – essa parte final é que mais eu fiquei aqui, digamos, de forma amorosa até –, como um símbolo de resistência e celebração da cultura afro-brasileira, enfim, do combate à escravidão.

Parabéns a ambos. E parabéns pelo improviso aí, viu? De improviso, ele sabe tudo. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, encerro a discussão da matéria.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Quero combinar o seguinte procedimento com os senhores. Nós terminamos toda a leitura dos projetos. Vamos votar em bloco, nominalmente, o projeto relatado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo – quem aprova vota "sim" – e este projeto relatado pelo Senador Laércio Oliveira – quem aprova vota "sim". Enquanto eu vou pedir para abrir o painel, eu vou lendo dois requerimentos, para a gente adiantar. Certo?

Por favor, a Secretaria pode abrir o painel de votação. Ao final eu anuncio o resultado deles todos e dos requerimentos.

Está aberto o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Os requerimentos são de minha autoria e ambos são para realização de audiências públicas, solicitadas por entidades da sociedade civil, uma delas, inclusive, conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, já acertada com o Presidente Flávio Arns, que também é membro da nossa Comissão.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na educação nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira, do Conselho Nacional da Educação – CNE.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Foram os próprios membros do conselho que nos procuraram.

A votação dos requerimentos serão simbólicas.

Vamos ao segundo requerimento, que é o item 5 – eu devia ter lido primeiro.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 40, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a autonomia universitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A votação também será simbólica.

Os Senadores que concordam com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Enquanto a gente aguarda a votação nominal, eu queria fazer um destaque da pauta da plenária de hoje. Está na pauta o projeto de lei do Sistema Nacional de Educação, um projeto de longo alcance, um projeto estruturante para a educação, sobretudo no momento em que nós estamos discutindo o Plano Nacional de Educação. O projeto que vai ser votado é de autoria do Senador Flávio Arns. Foi aprovado na legislatura passada, aqui no Senado, e seguiu para a Câmara. A Câmara está, portanto, nos devolvendo o projeto com algumas alterações.

Em comum acordo entre mim, o Senador Flávio e a Presidência da Casa, porque foi para lá que o projeto foi designado, nós escolhemos a Senadora Professora Dorinha Seabra como Relatora. Só cabem emendas em Plenário ou emendas já negociadas com a Senadora, de projetos cujo conteúdo esteja contido nos projetos que tramitaram. Não pode ter conteúdo novo. Então, a gente espera que todos os membros da Comissão de Educação possam estar no Plenário, porque é um momento muito importante para a educação brasileira.

Nós deveríamos ter esse sistema aprovado desde a LDB. E rodamos muito, discutimos muito, mas finalmente conseguimos. Se não é um projeto perfeito, é um projeto que avança, Senador Laércio. Ele avança e futuramente ele pode sofrer algum aperfeiçoamento. Então, vencemos com isso um ponto da política estruturante da educação muito importante e estamos agora, depois de termos feito o ciclo de 12 audiências públicas só neste ano, fora as do ano passado, para a aprovação do Plano Nacional de Educação, à espera do projeto. O Relator está ultimando. A ideia é que chegue aqui ao Senado com tempo para que a gente possa votar e aprovar até o final deste ano, quando termina a vigência já prorrogada do plano em vigor. Então, eu queria deixar registrado, nos *Anais* aqui desta Comissão, a nossa alegria de poder testemunhar a aprovação do Sistema Nacional de Educação aqui hoje no nosso Plenário do Senado da República.

No aguardo ainda do quórum. Faltam dois votinhos. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Proclamo o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sem nenhuma abstenção, todos votos aprovam os PLs 3.618 e 3.259.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Os requerimentos também foram aprovados, e, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Wilder Morais e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Izalci Lucas. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 8/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater o tema "Garantia de direitos com sustentabilidade financeira: O FUNDEB e as vinculações constitucionais" no contexto da avaliação da política pública sobre o "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)". **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CAMPANHA); Sra. Mariana Marreco Cerqueira, Coordenadora-geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; Sr. David Rebelo Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); e Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de setembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Garantia de direitos com sustentabilidade financeira: o Fundeb e as vinculações constitucionais", no contexto da avaliação da política pública sobre o “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)”, em atenção ao Requerimento nº 8, de minha autoria.

Convido, para compor a mesa, a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Sr. David Rebelo Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; a Sra. Mariana Marreco Cerqueira, Coordenadora-Geral de Análise, Informações e Execução de Transferências Financeiras Intergovernamentais da Subsecretaria de Relações Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; o Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Participará ainda conosco, de forma remota, o Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca).

Informo que foi também convidado o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que não indicou representante para participar da audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, com participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

A exposição de cada convidado será no total de dez minutos.

Eu vou fazer a leitura de algumas questões – acho que todos receberam cópias, caso na exposição queiram abordar algumas das questões – e, ao mesmo tempo, já vou fazer um direcionamento, uma vez que nós vamos ter só esta rodada de fala para cada um. E tem as questões que foram levantadas também pela assessoria, a consultoria, que está aqui. Logicamente são várias questões que podem ser passadas e, se houver interesse em enviar as contribuições, nós receberemos depois as contribuições de cada uma das instituições.

O propósito dessa avaliação de política pública que a Comissão de Educação aprovou é a nossa ideia de avançar em relação à avaliação do Fundeb, prevista para o próximo ano, sendo que ano que vem é um ano eleitoral, então nós gostaríamos muito de dar andamento e poder iniciar esse debate com maior antecedência.

Consta no plano de trabalho de avaliação do Fundeb o objetivo de avaliar novas fontes de receita. Quais alternativas os convidados vislumbram para fortalecer o financiamento da educação básica, sem comprometer o equilíbrio fiscal e a competitividade da economia brasileira?

Segundo. A Constituição estabelece vinculações de receita para a educação. Essas vinculações, assim como as da saúde, são frequentemente criticadas por setores da sociedade que entendem que supostamente engessam excessivamente o orçamento público. Do ponto de vista da gestão fiscal, como avaliam o atual modelo de vinculações? Haveria possibilidade de aprimoramento que garantisse a previsibilidade dos recursos sem esse suposto engessamento?

São várias questões. Eu vou pedir para a Andréia tirar cópia. E, aí, como o tempo é muito curto, eu aguardo, caso exista interesse, a colaboração de cada uma das instituições que são parceiras nossas.

Cumprimento todos que estão aqui conosco. Acho que quase todos já participam conosco há muito tempo desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para a Sra. Andressa Pellanda, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor.) – Boa tarde, Senadora, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa.

É um prazer enorme sempre estar aqui no Senado, na Comissão de Educação, esta Casa que já aprovou tantos projetos importantes da nossa educação, sendo um deles o Fundeb, especialmente com a presença da Senadora Dorinha, que foi e continua sendo uma pessoa que fez muito pelo Fundeb e a quem a gente da educação tem muito a agradecer. Muitas das conquistas que estão nesse texto de que a gente vai falar hoje vieram de relatório da Senadora quando a gente debateu lá, de 2015 a 2020, o Fundeb.

Bom, para não me alongar muito, porque temos dez minutos, agora já nove, eu vou falar um pouquinho, então, justamente sobre essa conquista do novo e permanente Fundeb, que trouxe alguns pontos de melhorias, que não são poucas e nem pontuais. Elas trouxeram já, para a realidade da educação brasileira, uma série de mudanças, tanto de aumento da complementação, quanto a constitucionalização de alguns mecanismos, uma melhor distribuição dos recursos.

E aí, eu vou passar rapidamente sobre alguns dos dados que a gente traz, que mostram essa distribuição melhor. Então este é um mapa que o Laboratório de Dados Educacionais apresentou na época da tramitação, com simulações de como ficaria o fundo. E hoje, em 2025, a gente já tem esse cenário de distribuição de recursos, que atinge 73% de redes, 42% de matrículas e 45% de professores.

A gente não chegou ainda a regulamentar o Custo Aluno Qualidade. A gente vai falar disso sobre o texto do sistema, que está na pauta aqui do Senado, mas o próprio Custo Aluno Qualidade já foi uma das bases para a discussão de melhorias nos fatores de ponderação da educação infantil, da educação escolar indígena, da educação do campo, da EJA, que aconteceram em 2023.

Além disso, a gente teve essa conquista na própria regulamentação que colocou algumas travas no repasse de recurso público ao setor privado, que foi um debate bastante difícil, ali no final de 2020, mas a gente vê um reforço dos sistemas públicos de educação. Contudo, infelizmente a gente ainda tem desafios. Um deles é justamente uma das perguntas que foram trazidas aqui, acho que do Geraldo, de Minas Gerais, sobre o piso salarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Este é o dado do balanço da campanha do Plano Nacional de Educação, de 2025, que mostra que a gente ainda não cumpre o piso salarial do magistério nos estados e a gente tem uma desigualdade muito grande também no rendimento dos docentes, sendo pior a situação dos docentes pardos, das zonas rurais, mulheres, ainda que sejam maioria, e daqueles mais jovens, que estão chegando na carreira. Então não é um bom indicador de atrativo.

E um dos motivos é justamente a falta de regulamentação e aplicação do Custo Aluno Qualidade, que é um desses mecanismos que foi aprovado na emenda constitucional, uma inovação do fundo, que vem da sociedade civil, da academia, que foi abraçada pelo Congresso e que precisa ser regulamentada justamente no texto do Sistema Nacional de Educação, que agora chega à última parte da tramitação no Senado Federal.

Esse aí é o posicionamento público do comitê diretivo da campanha, que tem 11 entidades, entre elas Undime, Uncme, Fineduca, que também está aqui presente na audiência, e outras organizações nacionais, na defesa de alguns pontos de ajuste para o texto do sistema.

E aí, dois dizem respeito ao Fundeb. Um deles é o Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), que é um dos indicadores do Vaar, da complementação do Fundeb, que ainda não foi regulamentado, deve ser pelo sistema, mas tem ajustes a serem feitos no texto que veio da Câmara, inclusive porque a própria nomenclatura deixa de ser Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, sendo que constitucionalmente ela é; e precisa ter um olhar um pouco mais sistêmico no texto do Sistema Nacional de Educação para essa agenda.

Debruçando um pouquinho mais sobre o Custo Aluno Qualidade, a gente tem alguns pontos também em que a gente sugere melhoria. A gente trouxe, inclusive, a nota que tem algumas sugestões desses ajustes, a gente já até passou para a Senadora – que é a Relatora do texto, felizmente –, e que são ajustes pontuais, mas que trazem essa correlação com o que foi aprovado na emenda constitucional do Fundeb.

Passando bem rapidamente sobre o Custo Aluno Qualidade, como um dos mecanismos, aqui lembrando que, na votação da emenda, os Senadores se comprometeram com o Fundeb, com o Custo Aluno Qualidade como referência.

E lembro que o Custo Aluno Qualidade – pensando no tema da audiência, sobre eficiência do gasto, etc. – vai trazer toda uma completude sobre o que ele vai impactar na educação. Além de um sistema que vai trazer melhorias de infraestrutura e de condições de oferta de qualidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ele vai trazer questões para gestão do recurso público – não à toa, gestores, como a Undime, são parte da construção do CAQ, defensores do CAQ –, como também mecanismos de controle social, de combate à corrupção, num processo de entender de onde sai o dinheiro, para onde ele tem que ir, de fato, em relação aos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino.

E aí temos tribunais de contas, ministérios públicos, ministérios públicos de contas, órgãos de controle que defendem, historicamente, também o mecanismo, a justiça federativa e de centralização, a gestão democrática e, claro, a aprendizagem; porque, quando a gente financia um melhor valor por aluno, isso vai impactar em aprendizagem – e não somos só nós que estamos falando sobre isso.

Aqui é o cenário hoje do percentual de ambientes escolares previstos no CAQ, presentes de fato nas escolas públicas. Então, dá para ver que é bastante desigual em termos de garantia, por exemplo, de laboratórios; só 11% das escolas têm, de fato, laboratório. Isso foi um debate até sobre o novo ensino médio, como ofertar aos diversos itinerários formativos, considerando que é necessário ter laboratório para alguns tipos de formação, atividades artísticas, salas de leitura, biblioteca, enfim, uma série de elementos essenciais para a qualidade que ainda não estão presentes nas escolas.

Um debate para que eu queria chamar a atenção e que acabou tendo sido trazido pelo texto da Câmara, que a gente considera um equívoco, é vincular o padrão mínimo de qualidade à garantia de resultado. A qualidade na educação gera como efeito o resultado da melhoria de educação; ele não pode ser a base do financiamento ou do padrão de qualidade, porque, justamente, ele é o efeito, ele não é a causa.

Então, existe um pouco essa confusão no texto que vem da Câmara, e esse gráfico mostra uma simulação que a gente fez em 2019, quando estava se debatendo a vinculação do CAQ a insumos, as condições ou a essa questão dos resultados. E a gente mostrou que, investindo 6,2 mil por aluno/ano, a gente pode esperar somente que metade dos municípios não tenham uma qualidade satisfatória, e qualidade satisfatória é uma base mínima de resultado no Ideb na educação, ou seja, é equivocado. E a gente não garante que o financiamento vai gerar esse resultado a partir de um número ideal de custo. Ele precisa ser visto como resultado mesmo, como avaliação da educação e não como precedente para o financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sobre governança e gestão, existe um estudo, o *Right to Education Index*, que compara a qualidade da educação de 21 países. O Brasil foi parte desses 21 países, e um dos eixos é governança.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRESSA PELLANDA – Nesse eixo de governança, o Brasil fica em primeiro lugar, que significa que a gente tem uma legislação referencial na educação, ainda que a gente não implemente isso. Nos outros eixos, a gente fica bem mais abaixo.

Boa parte disso diz respeito justamente a esses mecanismos, um deles o CAQ, que estão na nossa legislação e que preveem diretrizes específicas para a qualidade da educação.

Sobre controle e eficiência, isto são aspas de um posicionamento da AMPCon, da ANTC, da Audicon, do Instituto Rui Barbosa, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas, entre outros, mostrando como o Custo Aluno Qualidade dialoga com o art. 165 da Constituição, que traz justamente esses parâmetros de custo e execução física e financeira dos projetos de investimento estatal. Além disso, ele traz essa questão da justiça federativa. Lembro que, lá no começo, eu mostrei o mapa de onde saímos, até 2020, e onde estamos, agora com o Vaaf e o Vaat. O Vaar é variado. Com o CAQ, nós teríamos ainda mais distribuição e chegaríamos ainda mais em vários municípios, garantindo, inclusive, o piso, porque, para o Custo Aluno Qualidade inicial, a maior fator de ponderação é o piso.

Então, respondendo à pergunta, a gente ainda não tem isso implementado, porque justamente a gente não tem a garantia de um CAQ sendo implementado para garantir o piso em todos os estados e municípios.

Para concluir, já falei da gestão democrática, estudos desde 1969 até hoje – eu trago um de 2011 e um de 2019, internacionais, inclusive, do Banco Mundial, esse de 2019 – mostram a correlação de investimentos em infraestrutura e em insumos com resultados de aprendizagem. O primeiro estudo, de 1969, já mostra isso. Esse mais recente, que foi a maior revisão de literatura que tem sobre o assunto, de 2011, vai mostrar a correlação não só com a aprendizagem como com salários futuros dos estudantes. E esse último, do Banco Mundial, fala sobre a correlação de investimento em infraestrutura com os espaços e a gestão democrática, gerando aprendizagem, retenção de professores e satisfação da comunidade. Então, o próprio investimento do Custo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aluno Qualidade, vinculado às condições de oferta, vai gerar tudo isso, inclusive, o resultado. A gente não pode confundir uma coisa com a outra, porque ele vai gerar esse efeito.

Para concluir, o estudo da Fineduca com o Laboratório de Dados e a campanha, que a gente publicou este ano, mostra que o adicional para investir no Custo Aluno Qualidade, neste ano, por exemplo, seria 0,5% do PIB. Então, é completamente factível implementar essas referências.

Para concluir, a gente tem as referências todas de propostas no texto, nessa nota técnica que a gente já deixou aqui com a Senadora e vai também mandar para a Comissão, para a melhoria do texto do projeto do sistema, em relação a esses pontos do Custo Aluno Qualidade, e também do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Era um pouco isso, um panorama, assim, sobre os principais mecanismos, conquistas e ainda os desafios que a gente tem para implementar um Fundeb que seja eficaz e que traga mudanças na realidade das escolas.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Andressa Pellanda, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pelas contribuições. Nós já recebemos o texto e, logicamente, essa construção do Fundeb e do sistema nacional são estruturantes para a organização da educação.

Temos as perguntas de referência, que as pessoas nos enviaram. Então, vou ter que ler porque, às vezes, vocês mencionam algum caso, né?

Cícero, de Pernambuco: "Que mecanismos o Senado propõe para garantir que os recursos do Fundeb sejam aplicados com eficácia e ampliem a equidade [...]?".

Laércio, de Rondônia: "Como a regulamentação do Custo Aluno Qualidade garantirá que o dinheiro do Fundeb se transforme em um padrão mínimo de qualidade real para todas as escolas?".

Karina, do Rio de Janeiro: "Quais as propostas para a alfabetização? Precisamos de [...] incentivo a professores alfabetizadores, materiais necessários [...]?".

Geraldo, de Minas, pergunta: "Por que não existe, efetivamente, uma cobrança junto aos entes federados para a aplicação do Fundeb para fixação do piso nacional salarial?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para a Mariana Marreco Cerqueira, Coordenadora-Geral da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

A SRA. MARIANA MARRECO CERQUEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos aqui presentes.

Gostaria de iniciar minha fala cumprimentando a mesa, a Exma. Sra. Senadora, Presidente da Mesa, e todas as senhoras e senhores aqui presentes. Agradeço o convite feito, em nome da Secretaria do Tesouro Nacional, para participar aqui deste debate, de um tema tão importante para a gente que é o Fundeb para o nosso país.

Eu sou Mariana. Trabalho na Secretaria do Tesouro Nacional, na área de transferências para estados e municípios, e a gente participa ali do processo operacional de implementação do Fundeb. É esse aspecto que vou abordar aqui na minha apresentação, falando um pouquinho das atribuições da Secretaria do Tesouro em relação ao Fundeb.

Então, como a gente sabe, o Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica pública no Brasil, e ele representou hoje o compromisso do Estado brasileiro com a efetivação do direito à educação pública de qualidade, sempre com equidade e responsabilidade fiscal. O Fundeb é um mecanismo de redistribuição de recursos, e busca garantir a equidade e a qualidade da educação pública.

Aqui eu trouxe as principais características do novo Fundeb, que foi implementado pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020.

Ele se tornou permanente, desde então, e é composto por recursos de transferências e impostos de competência estadual e municipal e também da complementação da União, que era 10% em 2020 e vai alcançar 23% a partir do ano que vem.

Como eu mencionei, uma das principais características do Fundeb é o seu caráter redistributivo, não é? Os recursos são redistribuídos em função do número de matrículas em cada rede de ensino e tem como objetivo ali reduzir desigualdades regionais e também garantir um valor mínimo por aluno.

Aqui eu coloco, de forma mais específica, as atribuições da Secretaria do Tesouro em relação ao novo Fundeb. A gente tem, como atribuições... A gente entra na parte de fornecer subsídios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o FNDE elaborar os cálculos relacionados ao Fundeb. Então, a gente entra na parte das estatísticas fiscais, na projeção de receitas dos cálculos do Fundeb. A gente é responsável por elaborar a estimativa anual e as reestimativas quadrimestrais do Fundeb. Somos responsáveis também pelo cálculo do ajuste anual, que é feito no exercício seguinte. Também entramos na questão do cronograma de pagamento da complementação da União e na base das receitas que compõem o Vaat – a complementação Vaat.

Aqui é um pouquinho sobre as modalidades de distribuição da complementação da União ao Fundeb. A gente tem a complementação Vaaf, que é a complementação para as redes com menor receita por aluno, que equivale a 10% do total das receitas do fundo.

A complementação Vaat tem um alcance maior, como foi colocada na apresentação aqui anterior. Ela tem um alcance maior porque ela considera todas as receitas vinculadas à educação e essa complementação é direcionada diretamente a cada rede de ensino. Ela hoje é de 9%, a partir do ano que vem, vai chegar a 10,5% das receitas do fundo, e a complementação Vaar, em que já existe aquelas condicionalidades, e ela é vinculada a indicadores de desempenho e gestão. Este ano está em 2%, a partir do ano que vem, vai chegar a 2,5%.

Esse gráfico a gente trouxe para mostrar a evolução histórica da habilitação dos entes ao recebimento da complementação Vaat, que também é uma área em que a gente atua na Secretaria do Tesouro. A gente vê que, no ano que vem, em 2026, o total de entes inabilitados ao recebimento da complementação Vaat vai ser o menor da série histórica. Se a gente considerar que o país tem mais de 5,5 mil municípios, apenas 26 serão considerados inabilitados. Realmente é um marco, é um número bem interessante. Eu lembro que essa questão da habilitação para o recebimento da complementação Vaat está prevista na Lei do Fundeb, que consiste no envio de dados orçamentários e fiscais pelos entes, por meio do Siconfi, que é um sistema fiscal da Secretaria do Tesouro e do Siope, que é um sistema do Ministério da Educação, que recebe dados orçamentários relacionados à área de educação. Então, esse foi um resultado que a gente comemorou bastante, ou seja, o alcance dele.

Já aqui a gente traz o número de entes contemplados com a complementação Vaat e com a complementação Vaar em 2024 e em 2025. A gente observa um aumento nas duas modalidades de complementação, o que é um resultado, novamente, muito interessante, do ponto de vista de redistribuição dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são os valores financeiros por modalidade de complementação da União, previstos para 2025. A previsão mais recente, ou melhor, a estimativa mais recente é que a gente tem R$28 bilhões na complementação Vaaf, R$25 bilhões na complementação Vaat e R$5,7 na complementação Vaar.

Este gráfico mostra o percentual da complementação da União para o Fundeb. Como eu coloquei, em 2020, era de 10%, a partir do ano que vem, a gente vai chegar a 23%. Este ano, equivale a 21% dos recursos totais dos fundos.

Aqui estão em valores financeiros. A gente não colocou no gráfico, mas os números estão em bilhões. Então, neste ano, somando aquelas três complementações mostradas anteriormente, a gente alcança a margem, ou seja, o valor de R$59,6 bilhões.

A expectativa em 2029 é a de que esses valores cheguem a R$85,3 bilhões. Esses dados são estimados de 2025 a 2029 – eles são dados estimados ainda.

Aqui, por fim, é uma inovação – vamos chamar assim – desse exercício. A gente tem a Emenda Constitucional 135, que foi publicada no ano passado, em 2024. Ela direciona um percentual de valores do Fundeb para a educação em tempo integral. Então, neste exercício, até 10% dos valores da complementação da União devem ser direcionados à criação de matrículas de ensino em tempo integral; e, a partir do ano que vem, pelo menos 4% dos recursos devem ser direcionados pelos entes para esse mesmo objetivo. Essa questão da Emenda Constitucional 135, da educação em tempo integral, está disciplinada atualmente na Portaria do Ministério da Educação nº 605, de 29 de agosto.

Agora, eu vou passar a palavra para o meu colega David, que vai complementar aqui a parte da Secretaria do Tesouro.

O SR. DAVID REBELO ATHAYDE (Para expor.) – Bom, gente, boa tarde a todos.

Queria agradecer muito à Senadora Professora Dorinha pelo convite para falar nesta Comissão. Acho que é sempre bem importante falar sobre o Fundeb, que, como a Mariana bem disse, é um assunto de extrema relevância para o desenvolvimento do país.

Queria cumprimentar também os colegas de mesa, a Andressa e o Marcus Vinícius, e todos que estão presentes ou acompanhando a gente virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para complementar um pouco a nossa fala aqui pelo Tesouro Nacional, eu queria só trazer um destaque sobre o esforço fiscal com que a União vem contribuindo para ampliar os recursos à disposição dos entes via Fundeb.

Nesse primeiro gráfico, à esquerda, a gente mostra um pouco a contribuição dos entes, digamos assim, para os recursos do Fundeb. Essa linha laranja é a contribuição dos impostos estaduais e municipais; a linha azul seria a contribuição da repartição dos impostos federais que compõem a cesta do Fundeb; e a linha verde é a complementação da União, quanto a União, de fato, paga para complementar os recursos que compõem a cesta do Fundeb. E aqui é um pouco para mostrar que, em termos de variação percentual, a parte que cabe à União, que é tanto a transferência de recursos de impostos federais quanto a parte de complementação da União, que vai chegar a 23% no ano que vem, está subindo até mais do que a parte que cabe aos entes. Considerando esse efeito combinado, que é a parte laranja do gráfico à direita – a parte dos entes e a parte da União, que compõe tanto a transferência de recursos de impostos quanto à complementação da União –, ela subiu, de 2020 a 2025, em dez pontos percentuais. Hoje a contribuição da União alcança 42% de todos os recursos do Fundeb, sendo que há cinco anos era dez pontos percentuais menor, 32% só, a parte que a União contribuía para o fundo.

E aqui, mostrando de forma mais clara esse efeito, o percentual de evolução – é sempre bom lembrar que essa já é uma conta feita descontando o efeito da inflação, preços de julho de 2025 –, a gente pode ver que, nesse período de cinco anos, enquanto a contribuição dos recursos tributários dos estados e municípios subiu 24%, os impostos da União transferidos subiram 59%, e a parte de complementação da União subiu 178%. É um pouco do que a Mariana mostrou: aquela escadinha de valores projetados de apoio da União para complementar os recursos do Fundeb.

É claro que, nesse esforço de repasse de recursos para a União, quando a gente está falando de impostos, impostos federais, muito disso tem a ver com o crescimento econômico. A gente tem tido um crescimento econômico, felizmente, nos últimos anos, bastante superior à média da última década, isso tem surpreendido o mercado, e é claro que, quanto mais a economia cresce, mais a gente consegue arrecadar tributos. Isso, obviamente, afeta os tributos que são compartilhados em Imposto de Renda, IPI, IPI Exportação, ITR... Enfim, esses impostos acabam sendo compartilhados com os entes que também compõem parcialmente a cesta de recursos do Fundeb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria também destacar algumas ações que o Governo tomou, de recuperação da base tributária, que também afetaram a arrecadação de Imposto de Renda e de IPI, e isso também contribuiu obviamente para aumentar os recursos à disposição dos entes. Eu poderia citar a redução do benefício tributário do Perse, a tributação dos fundos *offshore*, dos fundos exclusivos, aquela redução na subvenção concedida via ICMS, para restringir somente aos investimentos. De fato, isso aumenta a base tributária do IRPJ, então, aumenta a arrecadação do Imposto de Renda. E também algumas alterações pontuais na legislação do IPI, sobre armas de fogo, cigarros... Então, só para dizer que há um esforço para além do crescimento econômico, que também ajuda a compor essa evolução de recursos do Fundeb.

Saindo um pouco da ótica da arrecadação e indo para a ótica da despesa, aqui eu quis mostrar um pouco da evolução da despesa com a complementação da União para o Fundeb, comparada a outras despesas públicas bastante relevantes. Aqui eu estou trazendo a comparação também, de novo, a evolução real, já descontada a inflação, desde 2020 até 2025. Então, estou comparando aqui a parte que compõe o Fundeb com a complementação da União, comparada com a despesa de pessoal da União, com o BPC, com a previdência social, o abono, o seguro-desemprego, subsídios e subvenções.

Para quem acompanha, por exemplo, as contas públicas do Governo Federal já há algum tempo, a gente tem visto, por exemplo, que a despesa com o BPC tem subido fortemente. É uma despesa que tem efeito do salário mínimo, que também tem tido um aumento real, anualmente, mas também tem tido um aumento de concessões que tem até causado certa preocupação do Governo Federal, tanto que tem feito o Governo correr atrás de algumas medidas de auditoria, de evitar algumas fraudes, melhorar o cadastro das pessoas, enfim... Mas essa despesa, que tem sido um grande destaque de crescimento real, cresceu, nesse período de cinco anos, em torno de 50% em termos reais, sendo que, na verdade, se comparar com a parte que a gente complementa ao Fundeb, o crescimento é muito maior. A despesa cresceu mais de três vezes nesse período de cinco anos, em termos reais, repetindo, o que seria 200% de aumento, quer dizer, um aumento bastante considerável, muito maior do que o esforço feito para essas despesas tradicionais que a gente tem, como eu falei aqui, previdência, abono, seguro-desemprego, pessoal, enfim... Só para demonstrar um pouco do esforço que tem sido feito do lado da União para complementar esses recursos, que são, de fato, muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, olhando para o futuro, a gente também tem que ser bastante claro que a gente também tem desafios fiscais à nossa frente, não é? A gente tem a necessidade de estabilizar a dívida pública federal nos próximos anos. Com esse fim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, que cobre o período dos próximos cinco anos, traz um programa de consolidação fiscal através de metas crescentes de resultado primário. Hoje, a nossa meta é de 0% do PIB, mas a ideia é chegar a 1,25% do PIB em 2029. Obviamente, para chegar ao nível de economia fiscal que a gente está projetando em cinco anos, a gente vai precisar ser bastante comedido em termos de evolução de despesa e também ter muito cuidado com as medidas que reduzem a arrecadação que concedam benefícios tributários. Então, é só para dizer um pouco que é muito difícil que a gente consiga manter o nível de crescimento de despesa que a gente teve no passado. Isso não só, obviamente, para o Fundeb, mas olhando para as despesas como um todo da União.

Para além disso, a gente tem visto um processo de desaceleração econômica, que é bastante saudável, de certa forma, porque a gente precisa controlar a evolução da inflação, e também estamos vendo uma redução da taxa de câmbio, com o dólar se reduzindo bastante. Isso é positivo, né? Inflação mais baixa, câmbio mais baixo, tudo isso é sinal auspicioso para a economia brasileira, que vai poder crescer de forma mais sustentável, sem desequilíbrios, mas a gente precisa dizer que, por outro lado, para a arrecadação federal, menos inflação ou menos taxa de câmbio também é menos arrecadação no curto prazo. O Imposto de Renda, por exemplo, é influenciado por inflação. Então, essa é uma questão com que a gente tem que se preocupar. Isso pode ser... Acho que uma pergunta que a própria Senadora trouxe aqui sobre esta questão de que vincular uma despesa à arrecadação tem esse problema, porque, quando a arrecadação cai, a despesa que é vinculada a ela tende a cair também. E essa é uma coisa que tem de estar na mente das pessoas.

Também queria aproveitar para trazer que, dentro desse cenário de restrição fiscal, é muito importante que o Governo consiga aprovar esses projetos de lei que estão no Congresso, que estão tramitando, que tratam de legislação de Imposto de Renda. Eu trouxe três aqui como exemplo: o PL que reforma o Imposto de Renda, que traz aquela isenção para quem ganha até R$5 mil, mas é importante que as compensações também sejam aprovadas, para que esse projeto seja pelo menos neutro do ponto de vista fiscal; o PL que está reduzindo benefícios tributários em torno de 10% também é outro que pode trazer um conforto de arrecadação ou, pelo menos, impedir que haja mais perda de arrecadação, e tem parte desses benefícios que são em Imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Renda; e a própria MP 1.303, que também traça algumas medidas de aumento de Imposto de Renda, e também seria importante que houvesse um cuidado para que não houvesse perda de arrecadação nesses projetos.

Basicamente, a apresentação é um pouco nesta linha de mostrar o esforço que tem sido feito pelo Governo Federal, que é muito maior do que outras despesas que também afetam o Orçamento da União.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID REBELO ATHAYDE – Quero dizer que há muito desafio para continuar assim. Então, é importante que a gente tenha bastante cautela em relação à expansão fiscal, para que a gente possa equilibrar a dívida pública, reduzir os juros e ter um crescimento mais sustentável daqui para a frente, inclusive investindo sempre em educação.

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço a palavra do Sr. David Rebelo Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Na verdade, eu não o anunciei, porque vocês acabaram emendando a fala.

Agradeço as contribuições.

A questão do crescimento da complementação do Fundeb foi planejada no próprio desenho inicial do fundo, lembrando que, durante todo o histórico de Fundef e Fundeb, nunca a complementação havia passado de 10%, mas com direcionamento específico para algumas expansões em termos de atendimento, o que é o propósito também desse procedimento de avaliação e monitoramento em relação ao novo Fundeb.

Na verdade, a Andressa falou sobre a questão, no olhar da Campanha, de uma distorção, e foi o desenho de construção com diferentes lógicas, né? Houve muita crítica em relação ao crescimento da complementação, mas com o receio de ir tudo para pessoal, e por isso a colocação de que nós vamos ver se isso está sendo cumprido ou não, da parte de 15% do crescimento para capital e, ao mesmo tempo, a expansão do atendimento à educação infantil, que é a parte com menor atendimento e cobertura. Logicamente, nas mesas já apresentadas, a capacidade de redução das desigualdades que o desenho do Fundeb tem dado conta, que pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ser aprimorado, obviamente, e esse é objetivo dessa avaliação, mas tem dado conta de reduzir as grandes diferenças, embora ainda tenham distorções em relação a alguns entes federados.

Eu passo a palavra agora para Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, que foi Deputado e colega meu. É um prazer tê-lo aqui. O Pestana tem um grande histórico, e, com certeza, as suas contribuições serão muito bem-vindas.

O SR. MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Queria fazer uma saudação muito especial à Professora Dorinha, nossa Senadora, que preside esta sessão e que é, sem dúvida nenhuma, uma das maiores referências na discussão educacional do Congresso Nacional. Se nós formos apontar em uma mão os Parlamentares, Senadores e Deputados que centralizam e coordenam essa discussão essencial e estratégica para o país, certamente, nessa lista estará o nome da Professora Dorinha. Então, é um prazer revê-la aqui. Ela foi uma batalhadora nos oito anos em que fomos Deputados juntos, e sempre procurei tê-la em mira para as questões educacionais, já que o meu foco era muito mais a questão econômica e a saúde.

Bem, nunca é demais frisar que a educação tem que ser uma prioridade, mas não retórica. Dez entre dez lideranças da sociedade civil, lideranças políticas, lideranças empresariais, lideranças sindicais dizem que educação é prioridade. Isso é uma retórica em que há décadas, desde que eu me entendo por gente na vida pública, há uma afirmação consensual sobre o caráter estratégico e a prioridade absoluta que é a revolução educacional, que ainda está por ser produzida – é um processo ainda em construção no Brasil.

Eu fui Secretário – Dorinha sabe disso – de Saúde por oito anos em Minas, e de Planejamento, por quatro. Como Secretário de Saúde, nos eventos da saúde – presidi o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde –, eu sempre falei, sem medo de errar, que saúde, segurança e assistência social defendem a vida, mas a única coisa que transforma a vida é a educação. O Brasil tem esse desafio. O IBGE já nos anunciou que, a partir de 2042, a nossa população vai diminuir, vai ser menos gente trabalhando.

O nosso bônus demográfico vai estar concluído e, se queremos transitar, superar a armadilha de renda média e entrar no mundo desenvolvido, só há um caminho: o aumento de produtividade. E o aumento de produtividade, além das condições de infraestrutura da economia, está ligado, essencialmente, a duas áreas: à educação de qualidade e à capacidade de inovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em ciência e em tecnologia. Se o Brasil não encarar esse desafio, não há um futuro alvissareiro para as futuras gerações. E isso, para não ser retórico, tem que se traduzir em atos, gestos e no principal dele, que é o orçamento. Já foi demonstrado pelo Tesouro Nacional aqui que há uma dinâmica de aumento das despesas dos investimentos em educação, tanto no orçamento do ministério quanto, particularmente, no Fundeb, com a luta que a Dorinha liderou pelo novo Fundeb que vai – ficou bem demonstrado nos números – praticamente sextuplicar os recursos iniciais do Fundeb. Também a vinculação retomada está assegurando incremento: os gastos do Tesouro foram de R$109 bilhões em 2021, incluídas despesas empenhadas do orçamento do ano e restos a pagar; e em 2024 somaram R$156 bilhões.

Então, se a gente vê a dinâmica da execução orçamentária do ministério ou do Fundeb, nós notamos um incremento efetivo, real e evidente. A gente constata isso quando vai às comparações internacionais: como proporção do PIB, o Brasil está bem na foto, em termos de aplicação no ensino fundamental, mas, quando a gente passa para o *per capita*, aí nós descobrimos que nós vivemos num país relativamente pobre e muito populoso. Na saúde isso é evidente, mas o fato é que há um esforço decisório das instituições de incrementar o orçamento da saúde.

Então, as duas regras, o novo Fundeb e a vinculação constitucional, que pode ser questionada de várias formas – eu mesmo advogo uma flexibilidade orçamentária e vou procurar demonstrar isso aqui ... De qualquer forma, a regra do jogo atual protege o sistema educacional da crise fiscal que eu vou procurar descrever.

Qual é o risco fiscal? Essa é a pergunta desta audiência pública.

Você tem um arcabouço legal institucional que protege o sistema educacional, razoavelmente. Claro que novos incrementos poderão vir em outros cenários futuramente, mas a educação está razoavelmente protegida do ponto de vista orçamentário e financeiro. Mas há uma crise latente: não é um infarto, não é um AVC, não é uma crise aguda fiscal; é como a diabetes, que vai minando a capacidade de resposta do organismo, silenciosamente, lentamente, progressivamente.

E qual a manifestação desse estrangulamento fiscal presente?

Primeiro, o engessamento orçamentário pelo crescimento das despesas obrigatórias. Senadora Dorinha, se V. Exa. se der ao trabalho de pedir a sua assessoria para localizar, no PLDO,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o ano que vem, nos anexos de metas fiscais, propostos pelo Governo, há um reconhecimento desse fato do engessamento. Lá no anexo de metas fiscais, está o desenho de que, a partir de 2027, as discricionárias vão ser negativas. Isso é uma figura de retórica que só o papel aceita; na verdade, é inimaginável uma situação dessas, mas está lá no documento. No projeto de lei de diretrizes orçamentárias oferecido pelo Governo Federal ao Congresso, que está em discussão, você tem, a partir de 2027, um estrangulamento absoluto, ou seja, 100% do Orçamento vai ser de despesas obrigatórias, então, margem zero para custear e investir em políticas públicas. E, a partir de 2028 e 2029, até mesmo o complemento para o piso da educação corre risco. Então, essa tabelinha está lá oferecida, são números oficiais do próprio Governo.

É claro que, posteriormente, houve a votação da PEC 66, que flexibilizou, tirou das metas os precatórios, e você não vai ter um estrangulamento operacional na execução orçamentária, mas isso vai redundar em aumento da dívida. O problema não foi jogado para debaixo do tapete. Você mudou a regra, o termômetro, mas não mudou, não corrigiu a febre. Então, você tem uma deterioração. E, nesse sentido, o primeiro sintoma é o engessamento, mas a educação está razoavelmente protegida, exceto neste ponto de que uma parcela das despesas da educação – eu até acho estranho isso, porque há um dispositivo institucional, um piso, e, se há um dispositivo institucional, é obrigatório, mas parte das despesas de educação, que constam do piso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA – ... não são consideradas obrigatórias.

Os outros sintomas da crise são: a dívida crescente; os déficits recorrentes desde 2014 – e ali as metas fiscais buscam superávit primário crescente, e não vai ser um desafio fácil, principalmente para o próximo Governo; as metas vão crescendo, e nós temos, desde 2014, recorrentemente, déficits primários –; investimento insuficiente – os países asiáticos investem 35% do PIB, e o Brasil está investindo 17%, então, há um claro subinvestimento para garantir o desenvolvimento sustentável e sustentado –; e o esvaziamento, um pouco, do arcabouço fiscal como referência e âncora das expectativas. Mas a dinâmica – para caminhar para a finalização, porque o meu tempo está se esgotando –, a dinâmica demográfica age em favor da educação como uma oportunidade. Diferentemente da previdência e da saúde, a dinâmica demográfica tira a pressão de demanda exceto na educação infantil, em que nós ainda temos um déficit de vaga. Então, antes de usufruir da mudança demográfica, da queda da fertilidade, da natalidade, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ainda temos que universalizar o ensino infantil, mas o ensino fundamental não. Em alguns municípios, você tem uma capacidade ociosa grande na rede.

O problema, o foco e a maioria das perguntas que chegaram aqui é sobre a vinculação do Fundeb, dos recursos orçamentários com a qualidade e com a efetividade. Esse é o desafio, essa é a esfinge, há muito tempo.

Eu não sou especialista em educação, embora tenha sido professor universitário de uma universidade federal por um longo tempo e ter muito interesse no tema, não sou um especialista focado nisso, mas isso, eu costumo citar, Dorinha, como um dos grandes fracassos geracionais, daquela geração que fez a redemocratização lá nos anos 70, começando lá no movimento estudantil, nos movimentos democráticos.

Se, 40 anos depois da redemocratização, há uma coisa que me incomoda extremamente é que nós não conseguimos dar resposta para a questão da qualidade na educação. E vocês trabalham nisso permanentemente.

Há desafios. É um país continental, com desigualdades enormes, 5.570 municípios, 27 unidades federativas. Então, é preciso abordar essa coisa da centralização e da descentralização.

Eu sempre achei, quando fui Secretário de Educação e de Saúde, Minas era o primeiro lugar no ensino fundamental. Não é mais.

Eu formei a convicção de que o centro de gravidade, Brasília, com o que nós convivemos aqui há tantos anos, tem essa mania de tentar abraçar o Brasil com as pernas, de colocar uma camisa de força para uma realidade tão diversa. E o centro de gravidade da educação é a escola. O principal *locus* é a escola. Eu aprendi que o grande ator é a diretora da escola, que pode articular professores, pais de alunos, alunos e comunidade.

Então, você pode induzir coisas a partir de Brasília, regras nacionais, mas a transformação está lá, entendendo a dinâmica da comunidade, envolvendo as famílias.

Eu fiquei muito desanimado, Dorinha, um dia, lendo um grande amigo e grande economista, Samuel Pessôa, que escreveu um artigo na *Revista Conjuntura Econômica* sobre produtividade na economia. Lá pelas tantas, caminhando pelo final, no antepenúltimo parágrafo, ele fala que no Pisa, os 10% piores alunos vietnamitas ficaram à frente dos 10% melhores brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu fiz contato com Samuel. Eu falei: "Samuel, não é possível isso". Ele falou: "Infelizmente, é verdade".

Então, esse é o grande desafio.

Recursos, o sistema educacional está razoavelmente protegido contra essa crise fiscal, que não é aguda, é crônica e que tende à deterioração se a gente não tomar as medidas corretas, e uma delas vai ter que ser flexibilizar o orçamento, porque, senão, não vai haver espaço fiscal algum, e focar no ganho de produtividade, como fazer mais e melhor com cada real.

E aí vem a questão da equidade, do Novo Fundeb.

Sempre me chamou também atenção uma questão nas avaliações nacionais: de repente, o primeiro estado era o Ceará; e o primeiro município, Teresina. E não são nem uma cidade rica nem um estado rico. Então, dinheiro também não é tudo. Há mistérios a serem desvendados.

E, por último, uma coisa que na gestão pública eu aprendi: nesses sistemas de remuneração, eu acho que tem que ter vinculação entre repasse financeiro e resultado. Na minha época de secretário estadual, o movimento sindical era muito resistente a esse tipo de avaliação e de remuneração por resultado. Nisso tem que se formularem critérios e metodologias eficientes, mas uma coisa que eu aprendi também é que é muito importante ter cuidado para o sistema de repasse por desempenho não punir o êxito, porque há uma dificuldade marginal... Quanto mais você melhora, o incremento marginal de qualidade é mais difícil, porque melhorar de 0 é muito fácil, como quando você dá um salto de 0 para 2, mas, quando você vai chegando lá aos 7, conseguir 7,1 é muito mais difícil, às vezes, do que ir de 0 para 2. Então, nessas calibragens de avaliação, você tem que ter cuidado para não desfinanciar quem está fazendo o dever de casa.

O que a IFI traz, e nós pretendemos fazer dentro do nosso papel... Vou passar para a Dorinha agora um estudo que nós publicamos e que a gente pretende fazer para a educação – fizemos para a saúde –, que são os cenários de longo prazo para necessidade de financiamento da saúde, até 2070. Nós fizemos a projeção *vis-à-vis* com a transição demográfica e a incorporação tecnológica.

E, para a surpresa de muitos, porque a IFI é uma instituição ligada à questão fiscal... A nossa tendência é apoiar uma flexibilização do Orçamento, a cada ano o Congresso e o Governo fixarem quais serão as prioridades, verem quais serão as reais necessidades, sem parâmetros rígidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

engessando o Orçamento, mas, para a surpresa de muitos, a conclusão do estudo é que, por exemplo, o piso nacional constitucional vinculado à saúde não garante o incremento projetado aqui de necessidade, para manter o estado atual com um pequeno crescimento da universalização de 3,9% por ano, reais, acima da inflação. O próprio arcabouço, em termos globais agregados, pressupõe um crescimento da despesa de 2,5%. O estudo aponta – não para um salto de qualidade, mas para manter o sistema atual com um pequeno incremento da universalização – que precisaríamos de 3,9%. Então, nem a vinculação garante isso, nem o arcabouço garante isso. A gente pretende fazer isso... E, no caso da educação, o impacto da demografia é inverso, mas a gente pretende, rapidamente, desenvolver um estudo também – e eu passo este à sua mão – com uma projeção de necessidade de financiamento da educação a longo prazo.

Essa seria a contribuição da Instituição Fiscal Independente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada ao Deputado Marcus Pestana, que está aqui como Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente.

Eu acho que, na verdade, eu tenho uma grande expectativa com o Sistema Nacional de Educação pela estruturação orgânica em relação ao atendimento, pois hoje nós temos superposição de papéis... Há grande dificuldade nossa em relação à questão das escolas.

E eu acho que, mesmo com a correta leitura de que o espaço de centralidade nossa é a escola, nós passamos, no caso da educação, à questão de formação de pessoal e carreira. E não posso deixar de entender também que nós precisamos avançar em relação à *accountability*, à questão do currículo, algumas situações estruturantes que podem nos ajudar nessa questão.

Quando nós colocamos no Fundeb as novas leis de distribuição do ICMS, baseadas no modelo do Ceará, tinham este objetivo: o regime de colaboração e de apoio. Escolas que estão melhores poderem apoiar outras escolas em relação ao resultado. E a gente tem exemplos de escolas que, olhando de fora, aquela escola talvez não tivesse aquele resultado. Tem clima escolar, tem a questão da gestão, tem a questão do próprio funcionamento do sistema e da própria escola, que, às vezes, inclusive, surpreende a todos pelo contexto que seria uma leitura de uma escola com dificuldade de garantir o direito à aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Última participação, não menos importante, boas-vindas ao Prof. Nelson Amaral, Presidente da Fineduca, que sempre está conosco nesse tema de educação, financiamento, para os seus dez minutos de exposição.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Alô, alô, me escutam bem aí?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (*Por videoconferência*.) – Tudo bem, né?

Bom, eu queria primeiro agradecer à Profa. Dorinha pelo convite para a Fineduca participar de mais essa discussão sobre financiamento da educação.

Eu examinei aqui as questões todas que chegaram, são muito interessantes e eu vou encaminhar para a Profa. Dorinha documentos da Fineduca que abarcam muitos dos temas aqui apresentados.

É muito interessante a gente discutir e ver várias visões sobre esse tema para a gente poder lembrar algumas coisas. A gente está vindo agora de uma reunião da Fineduca, que ocorreu em Brasília, no décimo terceiro encontro nosso anual, e muitos aspectos aqui debatidos foram debatidos lá, até essa parte econômica, que foi bastante frisada também aqui na discussão.

Uma das conclusões tiradas da Fineduca, exatamente na discussão econômica, é que não tem condições de conviver o novo arcabouço fiscal com vinculação para a saúde e para a educação. Uma das duas coisas vai ter que mudar. E é claro que, ao longo do tempo – e acho que ficou clara também essa análise dos que me antecederam –, a gente tem que lembrar sempre que as vinculações são constitucionais e o novo arcabouço fiscal não é Constituição, o novo arcabouço fiscal é uma lei. Apesar de ser lei complementar, mas é uma lei. Então, se tem que mudar alguma coisa, é o novo arcabouço fiscal, ele que está errado, ele que tem incompatibilidade com a Constituição, ou então temos que mudar a Constituição totalmente, o que é outra discussão. Porque realmente vai ser impossível, ficou comprovado isso por vários estudos, conviver a vinculação da educação e da saúde com a limitação imposta pelo novo arcabouço fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É claro que uma das saídas será tirar todo o dinheiro da educação e da saúde do arcabouço fiscal. Então, isso libera outros recursos que vão ser comprimidos pela vinculação da saúde e da educação nos estudos de projeção que estão sendo realizados.

Outro aspecto. Sempre que eu vejo análises falando de resultados do Pisa...

Por favor, deixe um pouquinho ainda sem a mudança, porque eu preciso fazer algumas análises iniciais.

Sempre que eu vejo comparações envolvendo o Pisa... é claro que dinheiro não é tudo, existem muitos outros aspectos no processo educacional; é o processo mais complexo que envolve o ser humano, o processo educacional – a Profa. Dorinha sabe muito bem disso, ela até já explanou um pouco agora mesmo sobre esse aspecto –, mas o dinheiro importa sim.

Eu estou aqui com a relação do Pisa de 2022, que teve como foco a matemática. Quando a gente analisa o dinheiro aplicado na educação, nas crianças de 6 até 15 anos de idade, que são aquelas que fazem o Pisa, a gente vê uma relação direta entre o dinheiro aplicado e o resultado do Pisa. Só para a gente ter um pouco de ideia, o Japão, que é o primeiro colocado na matemática, aplicou o equivalente a US$101 do poder de prioridade de compra, enquanto o Brasil aplicou US$40.

Então é muito desleal você querer comparar esses países todos aí, Coreia, Finlândia, com resultados brasileiros, quando você olha o valor do financiamento, que envolve salário de professores, condições das escolas e tudo mais. É claro que isso não é tudo, dinheiro não é tudo. Se fosse tudo, Luxemburgo seria o primeiro colocado, e esse é um drama norte-americano. Eles aplicam mais dinheiro que Japão, que Coreia do Sul, e saem pior no Pisa, entretanto, os Estados Unidos aplicam, de zero a 15 anos, o equivalente a US$143 mil. Então é mais do que o Japão, e o Japão sai melhor no Pisa do que os Estados Unidos. Assim, não é só esse componente, existem componentes culturais, de tradição, do modo de ser da sociedade, etc.

Só para fazer um pouco esse preâmbulo, para a gente verificar que existe uma complexidade com que nós temos que conviver, vamos ter que resolver algumas complexidades, se a gente quer realmente colocar a educação como prioridade nacional e dar um salto, como foi dito aqui, no processo educacional brasileiro. É claro, mirar alguns países da OCDE é sempre muito interessante, e no meu entender nós devemos fazer isto sim, mirar os países da OCDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então agora eu vou entrar na apresentação. Eu vou tentar ser o mais disciplinado possível, para poder desenvolver o raciocínio até o final.

Próximo.

Eu peguei o título da mesa e fui olhar a garantia de direitos constitucionais primeiro. O art. 6º garante que são direitos sociais a educação, saúde, alimentação, etc. Então, é um direito social a educação. O art. 205 diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Então a gente encontra a Constituição brasileira estabelecendo os direitos e deveres em relação a esse direito social, que é a educação.

Próximo.

Quando a gente vai olhar a Constituição, ela cuidou realmente para manter um arcabouço de financiamento para essa prioridade que é a educação. O art. 212 estabeleceu a vinculação dos impostos, 18% e 25% – 18% para os impostos líquidos da União, e 25% para os estados, o Distrito Federal e municípios.

A educação básica – a Constituição também estabeleceu – terá ainda uma fonte adicional que é a contribuição do salário-educação.

O art. 214 estabeleceu que o país tem que ter um Plano Nacional de Educação Está em elaboração agora na Comissão Especial da Câmara o Projeto de Lei 2.614, de 2024, que, daqui a pouco, vai chegar no Senado, e nós teremos, é claro, debates na Comissão de Educação e Cultura do Senado. Espero que a Professora Dorinha também tenha uma intensa participação nesse novo Plano Nacional de Educação, como teve no anterior. Ele obriga que exista agora uma vinculação ao PIB brasileiro, como proporção do PIB. Tanto é que, atualmente, a gente tem o equivalente a 10% do PIB, e estamos defendendo que continue essa vinculação para o próximo decênio, já que a gente ficou aí pela metade, cinco e poucos por cento no plano que vai se encerrar neste ano.

A grande dúvida é porque essa primeira vinculação teve os impostos vinculados, bem concretamente; a segunda teve a contribuição do salário-educação; e essa terceira, como proporção do PIB, não tem uma vinculação de fontes. Esse é um dos dilemas e uma das perguntas que aparece concretamente e que foram enviadas aqui para esta reunião.

A Fineduca tem um trabalho específico sobre esse aspecto que eu vou encaminhar depois para a Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem ainda outra vinculação que é do petróleo e gás, mas é uma lei, não é Constituição, e eu me foquei aqui exatamente na vinculação constitucional, como diz o tema da nossa reunião.

Próximo.

Tem uma vinculação constitucional que passa um pouco desapercebida que é a do custo com a qualidade, exatamente o art. 211, quando ele afirma que tem que ter um regime de colaboração entre União, estado e Distrito Federal e coloca para a União a responsabilidade de estabelecer um padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira a estados, Distrito Federal e a municípios. Então, a União tem uma obrigação muito bem estabelecida nesse art. 211 que é a de estabelecer essa complementação e garantir esse padrão mínimo de qualidade de ensino.

Esse padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º, que eu acabei de olhar, obriga também que tenha um Custo Aluno Qualidade estabelecido, como a Andressa já fez referência e solicita, com todo vigor – e nós também estamos juntos –, que o Sistema Nacional da Educação tenha uma maior organicidade com o Custo Aluno Qualidade, já que ele é fundamental.

Próximo, por favor.

O Fundeb tem essas três vertentes, como já ficou muito claro também na análise da Mariana. E o CAQ, feito o cálculo do Custo Aluno Qualidade, que é um mando constitucional, uma vinculação do custo com a qualidade, o Fundeb, eu tenho a impressão que não foi imaginado na época que teria essa vantagem, já está preparado para incrementar um novo componente de complementação da União, porque essa é a responsabilidade da União, como a gente acabou olhando, que seria o Vaat do CAQ, a complementação do CAQ exatamente para atingir o Custo Aluno Qualidade estabelecido constitucionalmente.

Próximo.

Sempre aparece, nessa discussão toda, quais são os insumos educacionais, para que a gente tenha um Custo Aluno Qualidade.

Como a Andressa já falou – o próximo, por favor –, numa parceria da campanha com a Fineduca e com o Laboratório de Dados Educacionais, a gente já trabalhou esse Custo Aluno Qualidade, foi divulgado recentemente o Custo Aluno Qualidade de 2025, em que os insumos estabelecidos foram esses que estão aqui elencados, e todos eles são, de algum modo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidos na legislação brasileira, então já deveriam estar sendo cumpridos, de algum modo: na Constituição, na LDB, nas resoluções do conselho, em estudos que consideram a realidade brasileira.

Próximo.

Essa metodologia já está implementada, nesse trabalho que a gente faz, está disponível na página da Fineduca também, da campanha.

Próximo.

Esse é o resultado, a Andressa já fez referência a isso, seria apenas 0,5% do PIB, para a gente implementar esse Custo Aluno Qualidade via Vaat.

Próximo.

Implementando esse Custo Aluno Qualidade, vai diminuir a desigualdade brasileira, em termos de condições para a oferta de uma educação de qualidade, que são os insumos. Onde está mais escuro, exigirá uma complementação da União maior; onde está mais claro, uma complementação da União menor. A gente vê que mesmo no Sul do país, no Sudeste do país, em Goiás, no Distrito Federal, menos no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, haverá exigência de maior complementação da União, colaborando, é claro, para a diminuição da desigualdade. O CAQ, então, faria isso, se fosse implementado.

Próximo.

Sobre sustentabilidade, novas fontes, a gente afirma o tempo todo, e aí é o documento que vou encaminhar, que o Brasil tem riqueza para fazer isso.

Próximo.

É só olhar essas fontes de riqueza brasileiras que não estão sendo olhadas agora, como priorizar a riqueza natural brasileira das águas, dos minerais, do petróleo e gás; priorizar o destino dos recursos da dívida ativa da União, de estados e municípios também; diminuição das renúncias tributárias, que estão atingindo valores inimagináveis; a carga tributária brasileira é muito regressiva, precisa ser mais progressiva, e não é tão alta quanto dito, basta olhar o valor arrecadado, em média, de cada habitante; a vinculação constitucional pode ser aumentada, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

União; e o setor privado educacional, em que precisa também serem impostas travas, para diminuição desse recurso ao longo do tempo.

A dívida pública é o maior complicador. E o novo arcabouço fiscal o tempo todo protege as despesas financeiras da União, tanto é que a Emenda Constitucional 95, que foi a do teto de gastos, protegeu totalmente as despesas financeiras, e o novo arcabouço fiscal continua protegendo totalmente a despesa financeira. Então, a ideia é que o Brasil eleja como uma das suas prioridades para o desenvolvimento, no momento importante em que o país se encontra, inclusive com relação ao bônus populacional, que exista também um limite para o pagamento das despesas financeiras da União. E esse limite seria estabelecido de tal modo a olhar os valores dos anos anteriores, colocando um limite, então, para o ano seguinte, e essa diferença seria aplicada exatamente numa área prioritária nacional, fazendo, é claro, uma renegociação dessa diferença de dívida, fazendo um alongamento dessa dívida.

É claro que isso aí seria feito por um curto espaço de tempo, simplesmente para marcar este momento, como foi dito em um determinado momento aqui por um dos que me antecederam, para causar essa mudança de revolução educacional brasileira. Então, seria demarcado isso com muita precisão, e todos os parâmetros econômicos necessários para monitorar essa situação, para não deixar que os indicadores econômicos se deteriorem.

É um pouco essa, então, a contribuição que a gente traz. Infelizmente, o tempo é curto para a gente poder entrar em todos os detalhes e poder também entrar em debate entre nós mesmos aqui da mesa.

Eu quero agradecer muito a oportunidade.

A Fineduca sempre está à disposição e participará de todos os momentos que forem marcados para ela intervir nesse processo.

Muito obrigado, Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Prof. Nelson.

Na verdade, é um debate inicial. Com certeza nós vamos dar sequência a este debate, porque, basicamente, em relação à avaliação do Fundeb, nós vamos passar pela questão da funcionalidade, a questão da distribuição dos percentuais e, logicamente, a questão orçamentária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e financeira. E esta mesa, em virtude do próprio tempo, realmente muito curto... Mas, com as questões que foram enviadas...

Não sei se foi repassada também ao Prof. Nelson, da Fineduca, essa que foi distribuída aqui, da Consultoria. Foi? Se não foi, sugiro que seja enviada. Aí tem as questões que foram elaboradas pela Consultoria – e quero agradecer à Tatiana Feitosa de Britto, ao Rodrigo Santos Ramos e ao Cézar de Souza, da Conorf. São questões que foram preparadas para auxiliar o processo de construção do relatório, que deve e pode combinar-se também, inclusive, com sugestões legislativas.

Eu estou fazendo também uma solicitação, uma vez que, para o próprio mecanismo de financiamento e o desenho do Fundeb, nós contamos com a ajuda do Cláudio Tanno, da Câmara, que se dispôs também a nos ajudar nesse processo de construção e ajustes em relação ao Novo Fundeb.

Então, eu agradeço a todos os expositores a participação. Logicamente, se a gente tivesse tempo aqui para o debate... E provavelmente nós vamos voltar a fazer mesas misturando diferentes temas.

Eu vi que algumas falas o Pestana acompanhou aqui. Esse é um tema muito importante, porque os desafios educacionais, a questão de melhoria da qualidade, de oferta, a janela demográfica... Agora, o grande embate que vamos enfrentar é a questão fiscal, orçamentária e financeira na continuidade do Fundeb, que é constitucional, e conseguimos avançar em relação a isso.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Jorge Seif e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Hamilton Mourão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 35ª e 36ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3618, de 2019 - Terminativo -** que: "Garante a livre associação dos estudantes da educação básica e do ensino superior, em Organizações de Representação Estudantil." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 4967, de 2023** que: "Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela rejeição da emenda nº 1 - PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela rejeição da Emenda nº 1-Plen. **Observação:** A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3973, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para dispor sobre a obrigatoriedade de inclusão de artistas locais em eventos artísticos promovidos pela Administração Pública em todos os níveis federativos." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2895, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Frei Antônio de Sant'Anna Galvão, o Frei Galvão, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa (*ad hoc*), em substituição ao Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2345, de 2023 - Terminativo -** que: "Declara a Cultne como manifestação da cultura brasileira." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 42, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar os avanços das políticas públicas voltadas para a Primeira Infância, no período de 2020 a 2025." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 43, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à escritora, poetisa, professora e ativista da cultura negra, a mineira Conceição Evaristo, pelo título de Doutora Honoris Causa laureado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Requer, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo." **Autoria:** Comissão de Educação e Cultura. **Resultado:** Aprovado o encaminhamento do voto de aplauso em nome da Comissão de Educação e Cultura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 35ª e 36ª Reuniões, realizadas em 23 e 24 de setembro.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Os objetivos e diretrizes desta reunião se destinam à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal.

O item nº 1 é uma votação suplementar, turno suplementar.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 3618, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Garante a livre associação dos estudantes da educação básica e do ensino superior, em Organizações de Representação Estudantil.*

Autoria do Projeto: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Estamos no aguardo ainda dos dois Relatores dos itens 2 e 3.

Eu vou passar para o item 5, cujo Relator, Senador Humberto Costa, já está presente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2345, DE 2023

- Terminativo -

Declara a Cultne como manifestação da cultura brasileira.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 2.345, de 2023, de iniciativa da Deputada Federal Benedita da Silva, que declara a Cultne como manifestação da cultura brasileira.

O projeto é composto por dois artigos: o art. 1º institui a referida homenagem, consignando em parágrafo único que o acervo digital da Cultne deve contar com o apoio de programas e recursos para gestão, preservação, memória, manutenção e distribuição, a fim de garantir a valorização da cultura popular e o fomento à cultura negra, além de possibilitar a transversalidade do conteúdo e o acesso às mais diversas camadas sociais.

O art. 2º prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, a autora da proposição ressalta que a Cultne foi criada para convergir todos os documentos audiovisuais disponíveis, de relevância cultural afro-brasileira, de modo a refletir para a população como um todo a magnitude da rica diversidade de expressões artísticas e intelectuais do segmento afrodescendente, que hoje representa a ampla maioria do povo brasileiro.

A história do negro no Brasil sempre foi marcada por grandes acontecimentos, lutas e resistências. E o legado é a herança essencial, pilar de formação da cultura popular nacional, nas suas mais diversas manifestações.

Desde a colonização, a influência cultural dos primeiros ancestrais vindos para o Brasil já irradiava de cada ponto de concentração, locais onde os negros fixavam moradia, e rapidamente se expandia, pela força inerente da cultura milenar africana. Sempre avançando em diversas expressões, cada vez mais se amplifica a energia acumulada através da cultura transmitida de geração em geração, durante séculos, numa fonte inesgotável de criatividade e conteúdo artístico e intelectual.

O Projeto de Lei nº. 2.345, de 2023, não recebeu emendas e foi distribuído para análise exclusiva e terminativa desta Comissão de Educação e Cultura.

Análise.

Nos termos do inciso II, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem sobre homenagens cívicas.

Ainda, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também do normativo interno, foi confiada à CE competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Portanto, em razão do caráter exclusivo da proposição, cabe a esta Comissão pronunciar-se em relação à constitucionalidade e juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e à regimentalidade.

No que tange à constitucionalidade, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, observa-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente legítimo é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Logo, não se observam vícios relacionados à constitucionalidade e juridicidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No mérito, o projeto merece prosperar.

A Cultne representa um pilar central na preservação, valorização e difusão da herança cultural afro-brasileira, refletindo séculos de resistência dos povos africanos e de seus descendentes frente à escravidão, marginalização social e à tentativa de apagamento cultural. Desde o período colonial, a presença africana influenciou decisivamente a formação da sociedade brasileira, imprimindo contribuições fundamentais em diversos campos: música, dança, culinária, religiosidade, literatura, teatro, oralidade, artes visuais, arquitetura e modos de vida. Movimentos culturais e expressões tradicionais, como o samba, o maracatu e a capoeira constituem não apenas patrimônio cultural, mas também instrumentos de resistência e afirmação identitária.

Ao longo da história, importantes personalidades afro-brasileiras fortaleceram essa herança cultural. Escritores como Machado de Assis e Lima Barreto desafiaram os padrões literários de sua época, trazendo à tona a experiência negra; líderes políticos e sociais como Zumbi dos Palmares simbolizaram a luta contra a opressão; músicos como Pixinguinha, Dorival Caymmi e Mestre Didi consolidaram a música afro-brasileira como patrimônio nacional; e intelectuais contemporâneos como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales e Paulo Freire, em sua pedagogia crítica voltada à população negra, fomentaram o debate sobre identidade, racismo e valorização cultural.

A Cultne cumpre papel estratégico na preservação dessas tradições, garantindo a continuidade de saberes e práticas que atravessam gerações. Ao promover educação, pesquisa e difusão central, reforça o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, conforme estabelece a Lei 10.639/2003, estimulando o reconhecimento da centralidade do negro na formação histórica, social e cultural do Brasil. Essa atuação contribui para o combate a todas as formas de racismo, à invisibilidade cultural e à desigualdade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No plano artístico e cultural, a Cultne apoia a produção e circulação de obras de artistas negros, assegurando espaço para narrativas historicamente silenciadas e fomentando a inovação. Em paralelo, seu papel institucional fortalece políticas públicas, programas de inclusão social e iniciativas de valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro. Essa atuação conecta tradição e contemporaneidade, local e global, garantindo que as expressões culturais negras sejam reconhecidas como patrimônio nacional e mundial.

Dessa forma, a Cultne não apenas preserva e celebra a riqueza da cultura afro-brasileira, mas também atua como instrumento de empoderamento social e afirmação da cidadania. Sua importância transcende o campo artístico, constituindo-se como mecanismo de fortalecimento da identidade negra, de promoção da equidade e de construção de uma sociedade plural, consciente de suas raízes históricas e comprometida com a diversidade cultural como elemento estruturante da identidade nacional.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.345, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador Humberto Costa, e parabéns pelo relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco com o projeto seguinte, que o Senador Humberto Costa vai relatar *ad hoc*, não é?

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2895, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Frei Antônio de Sant'Anna Galvão, o Frei Galvão, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação

A relatoria é do Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sra. Presidente, vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, em caráter exclusivo e terminativo, o projeto de lei de autoria da Senadora Mara Gabrilli que inscreve o nome de Frei Antônio de Sant'Anna Galvão, o Frei Galvão, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

A proposição contém dois artigos. Enquanto o art. 1º prescreve a homenagem descrita pela ementa, o art. 2º prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação, a autora apresenta de forma muito bem detalhada a trajetória de Frei Galvão, destacando a sua canonização em 2007 e o seu título de primeiro santo brasileiro. Ressalta ainda a existência de normas que referenciam o seu nome, como a Lei Federal nº 11.532, de 2007, que instituiu o dia 11 de maio como o Dia Nacional do Frei Sant'Anna Galvão, e a Lei Federal nº 14.444, de 2022, que denominou, de Viaduto São Frei Galvão, o viaduto situado no Município de Guaratinguetá, São Paulo.

O PL nº 2.895, de 2024, que até o momento não recebeu emendas, foi distribuído para análise exclusiva e terminativa da CE.

Análise.

Decorre do comando contido no art. 102, inciso II, do Regimento Interno, a competência da CE para análise de homenagens cívicas.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CE competência para decidir terminativamente sobre o projeto.

Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete à CE a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, não há que se opor ao PL nº 2.895, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Além disso, a proposição está em consonância com os pressupostos da Lei nº 11.597, de 2007, que trata sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. De fato, consta que Frei Galvão veio a falecer no ano de 1822.

No mérito, a matéria igualmente merece acolhida.

Frei Galvão, nascido Antônio de Sant'Anna Galvão, em 1739, é reconhecido como o primeiro santo brasileiro, e sua vida e obra refletem uma profunda devoção ao serviço ao próximo e à fé cristã.

Frei Galvão se destacou por sua humildade, dedicação e capacidade de acolher os necessitados, sempre oferecendo conforto espiritual e físico àqueles que o procuravam. Sua espiritualidade profunda e seu compromisso com a caridade fizeram dele uma figura central na evangelização e na assistência social de sua época.

Frei Galvão fundou o Mosteiro da Luz em São Paulo, que se tornou um importante centro de acolhimento e assistência à comunidade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade. Mas a obra de Frei Galvão não se limitava às paredes do mosteiro; ele se empenhou em ajudar os doentes, distribuir alimentos e oferecer orientação espiritual. Seu legado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é marcado por uma incansável busca pela paz e pelo bem-estar das pessoas ao seu redor, refletindo os valores franciscanos de simplicidade, humildade e amor ao próximo.

Um dos aspectos mais conhecidos da devoção a Frei Galvão são as pílulas de Frei Galvão, pequenas cápsulas de papel com orações, que ele distribuía aos doentes e aflitos. Acredita-se que essas pílulas, associadas à fé e à intercessão do santo, tenham proporcionado curas milagrosas, o que fez sua fama se espalhar rapidamente.

Frei Galvão é símbolo de esperança, um intercessor fiel e um amigo espiritual que está presente nos momentos de aflição. Sua figura transcende o tempo, e suas ações continuam a ressoar nos corações daqueles que buscam conforto e auxílio.

A canonização de Frei Galvão pelo Papa Bento XVI, em 2007, foi um marco para a Igreja Católica no Brasil. Tornar-se o primeiro santo brasileiro elevou sua história e obra a um patamar internacional, reconhecendo oficialmente o impacto de sua vida na espiritualidade de milhares de fiéis.

Estamos convictos, portanto, de que a inscrição de Frei Galvão no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria representará um justo reconhecimento ao primeiro santo brasileiro.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.895, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu vou pedir licença ao Senador Veneziano para abrir logo a votação nominal dos dois projetos lidos pelo Senador Humberto Costa, o que inscreve o nome de Frei Galvão no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria e o que declara a Cultne como manifestação da cultura brasileira.

Quem vota favorável aos dois projetos, votando com o Relator, vota "sim", e eu peço à secretaria que abra o painel de votação

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Enquanto isso, passo a palavra para o Senador Veneziano Vital do Rêgo para tratar do item 2 da pauta.

ITEM 2

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 4967, DE 2023

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista.*

Autoria do Projeto: Câmara dos Deputados

Relatoria das Emendas: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1 - PLEN.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

O projeto tem autoria da Câmara dos Deputados, da Deputada Laura Carneiro, e relatoria das emendas do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muitíssimo grato, Sra. Presidente. Os meus cumprimentos a V. Exa., ao meu estimado Senador Humberto Costa e a todos os demais integrantes da nossa Comissão de Educação.

Eu peço permissão a V. Exa. para que nós nos dirijamos diretamente, até porque já fizemos em relatórios as apreciações devidas sobre a matéria que traz como autora a nossa companheira Deputada Laura Carneiro e que recebeu em Plenário uma proposta à qual nós passaremos a aludir no sentido do nosso posicionamento.

Nos termos do nosso art. 277 do Regimento Interno, matérias aprovadas pelas Comissões do Senado e emendadas em Plenário devem retornar às Comissões para análise das mesmas.

No mérito, entendemos que a Emenda nº 1 não merece prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como já discutido durante a tramitação do projeto em ambas as Casas legislativas, a proposição foi considerada suficiente para reconhecer a relevância cultural da atividade do cerimonialista, sem necessidade de imposições de requisitos adicionais de habilitação. Acreditamos que a introdução de critérios formais de formação acadêmica ou certificação desvirtua a essência do parecer aprovado pela nossa Comissão, que destacou a importância da atividade para a preservação de tradições, protocolos e ritos, sem condicionamentos ao seu exercício com barreiras que podem limitar a atuação de profissionais que contribuem para a cultura e para a memória coletiva.

Além do mais, a valorização da experiência prévia de cerimonialistas recomenda cautela quanto à imposição de restrições. A atividade, por sua natureza, envolve conhecimentos práticos, habilidades interpessoais e domínio de diferentes tipos de eventos. Muitos profissionais adquiriram experiência fora de cursos específicos, por meio de formações diversas ou da prática direta em ambientes institucionais, empresariais e sociais. Assim, entendemos que a imposição das exigências descritas pela emenda pode desconsiderar trajetórias consolidadas e reduzir a pluralidade de experiências que enriquecem a profissão.

Por fim, convém ressaltar que a criação de requisitos legais para o exercício da profissão de cerimonialista representa uma restrição indevida ao livre exercício profissional, garantido pelo art. 5º, XIII, da nossa Constituição. Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal já fixou, em precedentes como as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nºs 183 e 419, que limitações ao exercício de profissões só são admissíveis quando estritamente justificadas por interesses públicos relevantes e quando o exercício inadequado da atividade possa gerar riscos concretos a terceiros. Com todo o respeito à posição do autor da proposta, consideramos que este não é o caso da profissão de cerimonialista, em que não se verifica ameaça à saúde, à segurança ou à ordem pública. Dessa forma, julgamos que a emenda incorre em inconstitucionalidade material, por restringir de modo desproporcional e sem fundamento legítimo um direito fundamental.

O voto.

Ante o que nós expusemos, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.967, de 2023, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

O voto é pela rejeição da emenda.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Nós temos dois pedidos de requerimento extrapauta: o 42, de minha autoria; e o 43, de autoria do Senador Humberto Costa.

O da nossa autoria é um requerimento para realização de audiência pública para tratar das políticas voltadas à primeira infância.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar os avanços das políticas públicas voltadas para a Primeira Infância, no período de 2020 a 2025.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Esse é um movimento conjunto que nós estamos fazendo com a Câmara dos Deputados, por provocação da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância. E eu estou propondo para a audiência os seguintes convidados: representantes da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, representantes da Rede Nacional da Primeira Infância e representante do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É este o relatório... é este o requerimento. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O segundo é o Requerimento nº 43, de autoria do Senador Humberto Costa.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à escritora, poetisa, professora e ativista da cultura negra, a mineira Conceição Evaristo, pelo título de Doutora Honoris Causa laureado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Requer, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

Autoria: Comissão de Educação e Cultura

Pergunto ao Senador se quer fazer algum complemento ao pedido de requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para encaminhar.) – Na verdade, o requerimento por si só já demonstra a importância dessa láurea que foi recebida pela escritora Conceição Evaristo na condição de doutora *honoris causa* da Universidade Federal de Minas Gerais.

Todos nós reconhecemos a sua produção cultural como escritora, com livros importantíssimos, mas principalmente porque esses livros e todo o seu trabalho falam da questão da necessidade da construção da igualdade racial no nosso país. E, pela palavra, isso expressa, muitas vezes ou todas as vezes, os sentimentos de resistência do povo negro no nosso país. E esse reconhecimento por parte da UFMG é um gesto simbólico de também reparação histórica e cultural que valoriza a pluralidade das experiências que formam a nossa identidade. Então, muito justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu quis aqui fazer um reconhecimento, um voto de aplauso para reconhecer esse trabalho importante.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Este ano, no prêmio Bertha Lutz, nós tivemos também a felicidade de ter a Profa. Conceição Evaristo entre as nossas homenageadas. E foi muito bem aceita, muito prestigiada essa homenagem.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os dois requerimentos extrapauta estão aprovados.

Eu informo que o item 3, que se refere ao Projeto 3.973, do Senador Magno Malta, de relatoria do Senador Izalci Lucas, está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3973, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para dispor sobre a obrigatoriedade de inclusão de artistas locais em eventos artísticos promovidos pela Administração Pública em todos os níveis federativos.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*)

Estamos no aguardo do quórum para abrir o painel. (*Pausa.*)

Está bem pertinho. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Minha Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Com o devido e sempre renovado carinho, eu pediria a V. Exa. para me ausentar, porque eu tenho que me dirigir à Comissão de Infraestrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Cumpri as minhas obrigações do dia, pelo menos até este instante. (*Risos.*)

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sem dúvida. Muito obrigada pela presença. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que possa abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aprovados, por unanimidade, os Projetos de Lei 2.895 e 2.345.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Teresa Leitão, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 8/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater o tema "Resultados do Fundeb e perspectivas: o que mostram as pesquisas e auditorias" no contexto da avaliação da política pública sobre o "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)". **Participantes:** Sr. Adriano Souza Senkevics, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Sr. Leandro Costa, Economista Sênior no Banco Mundial na Prática Global de Educação; Sra. Renata Silveira Carvalho, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (TCU/AudEducação); Sr. Caio Callegari, Coordenador-Geral de Equidade Educacional do Ministério da Educação; Sr. Gerson Sicca, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON); e Sr. Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Coordenador da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (COPEDUC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 1º de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema Resultados do Fundeb e perspectivas: o que mostram as pesquisas e auditorias, no contexto da avaliação da política pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em atendimento ao Requerimento nº 8, de minha autoria.

Convido, para tomar assento à mesa, o Sr. Adriano Souza Senkevics – falei certo? –, que é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sr. Leandro Costa, Economista Sênior do Banco Mundial na Prática Global de Educação; Sra. Renata Silveira Carvalho, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (TCU/AudEducação); Sr. Caio Callegari, Coordenador-Geral de Equidade Educacional do Ministério da Educação.

Participarão remotamente os seguintes convidados: O Sr. Gerson Sicca, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Santa Catarina, representando a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), e o Sr. Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Coordenador da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (Copeduc).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Cada expositor terá o tempo de dez minutos para suas considerações.

Em cada mesa tem algumas questões que já chegaram do ecidadania, através do portal. E eu tenho algumas questões também que, com certeza, não serão possíveis de tratar, mas eu vou entregar as questões. Elas foram preparadas para a equipe de consultores, que eu quero saudar, já estão aqui conosco, para que nos ajudem na construção do relatório.

Com a palavra o Sr. Adriano Souza Senkevics, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA.

O SR. ADRIANO SOUZA SENKEVICS (Para expor.) – Olá. Oi. Agora foi.

Bom, primeiramente, boa tarde a todas e a todos. Cumprimento a Senadora Professora Dorinha, a quem também parabenizo pela importante atuação que teve na tramitação do novo Fundeb, que nós hoje discutimos, depois desses anos de acúmulo de experiência dessa reforma constitucional importantíssima. Também cumprimento meus colegas de mesa, presenciais e à distância.

Eu vou fazer uma fala focando no papel do Fundeb na redistribuição progressiva dos recursos educacionais. Essa política que a gente pode considerar como um importante patrimônio da sociedade brasileira, que representa melhor do que nenhuma outra política educacional, o papel supletivo, redistributivo da União, nessa coordenação do sistema educacional brasileiro. Eu vou trazer algumas reflexões à luz da experiência concreta que nós tivemos nesses últimos anos, pensando um pouco nessa importância que o Fundeb tem, nos avanços que ele trouxe e em algumas perspectivas de futuro para os próximos anos em torno do Fundeb.

Eu queria começar retomando brevemente... Quando a gente construiu essa política que já tem mais de uma década, ou seja, há duas décadas – o Fundeb –, a gente avançou muito na redistribuição, em mecanismos redistributivos para educação e com complementos para unidades da Federação que não atingiam valores mínimos, mas esse modelo redistributivo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fundeb, que esteve em vigência até 2020, apresentava algumas limitações, uma parte dessas limitações tem sido respondida pelo desenho da reforma constitucional de 2020, da Emenda Constitucional 108, do novo Fundeb, e algumas dessas limitações eu vou pontuar rapidamente.

Havia uma modalidade única de complementação da União que visava a equalizar os fundos, mas não era atenta às desigualdades internas de cada unidade federativa, o que fazia com que diversos municípios com baixa capacidade de financiamento dentro de estados relativamente mais ricos não recebessem aportes da União, então, não contavam com recursos outros além das suas receitas.

A gente tinha um cálculo de valor, ao longo do ano, que era pautado pela cesta de impostos do Fundeb e que ignorava outras fontes de recursos que também tornam desiguais as capacidades de financiamento. Todas essas limitações que foram observadas e acumuladas com o tempo foram, em boa parte, respondidas por meio dessas inúmeras inovações que o novo Fundeb trouxe. Vou pontuar algumas aqui, querendo mostrar empiricamente o resultado de algumas delas, o que é uma parte importante da avaliação de resultados do Fundeb.

Primeiro, rapidamente, nós tivemos um aumento do montante do recurso da União, que é um ponto fundamental, uma demanda histórica do setor educacional, passando para 23% do valor global dos fundos até o ano que vem e novas modalidades de complementação com regras distintas da regra que nós até então conhecíamos. Eu vou enfatizar, na minha fala, a complementação Vaat (Valor Aluno Ano Total), voltada para a equalização entre entes federados independentemente da unidade federativa na qual se encontram e com uma forte indução voltada para a expansão da educação infantil; e a complementação Vaar – e eu não vou me aprofundar nessa fala –, visando a induzir políticas educacionais e a redução das desigualdades e indicadores de desempenho, de atendimento. Há dois novos ponderadores de matrículas, que é um ponto que eu tenho discutido muito, ultimamente, pelo Ipea, que são o ponderador do nível socioeconômico dos estudantes e o ponderador da disponibilidade de recursos vinculados à educação, que foi uma inovação na maneira de pensar a ponderação, visando torná-la mais progressiva, mais distributiva. Vou mostrar resultados empíricos disso. E o último ponto, sobre o qual eu não vou entrar em detalhes, são os reajustes nos fatores de ponderação – eu acredito que o meu colega Caio vá se debruçar mais sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só trazer, de cara, um resultado fundamental para a gente ver a variação de um resultado distributivo do Fundeb. Esses dois gráficos aqui mostram, do lado esquerdo, as redes municipais, do lado direito, as redes estaduais. Nós temos duas linhas. A linha em vermelho mostra o quão concentrados estão os recursos, as receitas educacionais, num cenário em que não há Fundeb, ou seja, o ente conta com o recurso de que ele próprio dispõe da arrecadação. Em azul é a mesma a medida com o Fundeb. Então, aqui é o Índice de Gini: quanto mais próximo de um, mais concentrado é o recurso; quanto mais próximo de zero, menos concentrado. Nas redes municipais, que são as principais beneficiárias dessa redistribuição, a gente vê a grande diferença entre um cenário sem Fundeb e um cenário com Fundeb. A gente desconcentra, de uma maneira muito forte, as receitas vinculadas à educação, o que mostra a essência do mecanismo redistributivo operando aqui. Nas redes estaduais, o Fundeb acaba tendo um papel distinto – importante, porém distinto – em relação às municipais, mas a gente vê claramente o quanto tem reduzido ao longo do tempo. E a expectativa com os novos anos do novo Fundeb são cair ainda mais, por conta dos mecanismos redistributivos de novidade dessa política, mas o efeito dele é muito forte na redução da desigualdade.

Aqui a gente fez algumas projeções para 2025 e 2026, com dados fechados de anos anteriores, em que a gente simula quais são os entes federados ordenados aqui pela renda domiciliar *per capita* da sua população – então, entes que têm uma renda *per capita* mais baixa à esquerda e *renda per* capita mais alta à direita, em diferentes cenários, alterando os parâmetros do Fundeb. No cenário um, que é a linha vermelha, a gente simplesmente aumenta os recursos da complementação Vaat, que foram aumentados agora para 2025.

Você vê que, naturalmente, ele beneficia os entes que estão na metade mais pobre de distribuição de renda do país, ou seja, municípios e estados que têm menos renda domiciliar *per capita* populacional concentram os ganhos na casa de 7% ou 8%, no valor aluno/ano a mais.

No cenário 2 e no cenário 3, a gente introduz esses dois novos ponderadores que eu mencionei – o nível socioeconômico e a disponibilidade de recursos –, que visam tornar mais progressiva essa redistribuição e chegar a entes federados com maior situação de vulnerabilidade socioeconômica e com baixa disponibilidade de recursos. O cenário 2 seria a simulação para 2025; o cenário 3, a projeção para 2026, com ainda mais aportes da União. Então, quanto mais inclinadas essas curvas estão, mais progressiva é a distribuição, o que mostra o ganho marginal do novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fundeb se concentrando em entes federados com situação de maior vulnerabilidade social e econômica.

Há uma projeção também para 2026 que nós fizemos do impacto desses dois novos fatores de ponderação, concomitantes à elevação dos aportes da União, sobre quais são os entes federados que teriam maiores ganhos da complementação Vaat, que é essa parcela voltada para a equalização fiscal entre os entes federados. Então, essas manchas verdes, quanto mais escuras, representam maiores variações positivas.

Esse gráfico, esse cartograma mostra claramente onde é que se concentram os ganhos. É evidente que há, pelo gráfico, maiores aportes para as Regiões Norte e Nordeste de modo geral, mas, como o Vaat é sensível às desigualdades intraestaduais, nós vemos que os demais estados – Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Tocantins – também observam municípios com variações positivas, porque são municípios que, pela regra distributiva, precisam de mais aportes para equalizar e chegar a um Vaat com um novo mínimo nacional.

O Fundeb tem uma importância enorme na educação brasileira. Ele movimenta cerca de 60% das receitas de estados e municípios. A maior parte dessas receitas do Fundeb são arrecadação própria: 80% delas é arrecadação própria dos entes que é repartida pelas regras redistributivas; cerca de 20% delas são os aportes da União, novos recursos adicionados, mas o peso que ele tem nos estados varia imensamente. Então, ele chega a ter uma importância de quase 80% no Estado do Maranhão, ou seja, 80% das receitas que o Maranhão... Pensando no estado maranhense e nos municípios daquele estado juntos, o Fundeb é quase 80% do total de receitas. Isso diminui nos outros estados. Em São Paulo, no Distrito Federal e no caso particular do Rio de Janeiro, o Fundeb é 50% ou menos do total, porque são estados em que há maior arrecadação. Eles recebem menos complementação da União ou não recebem nenhuma complementação da União. No caso do Rio de Janeiro, ele está com resultado excepcionalmente baixo em função dos *royalties* do petróleo que têm crescido muito naquele estado e reduzido a importância relativa do Fundeb no total de receitas do estado fluminense. Então, aqui tem uma visão geral do peso relativo do Fundeb, do quanto ele realmente importa muito para diversos estados. E para municípios, particularmente de determinados estados, ele acaba sendo determinante para garantir um padrão, um patamar mínimo de custeio.

Eu vou terminar apenas com uma breve menção. Tenho só mais dois eslaides.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente tem feito um trabalho que ainda não está publicado – está em processo de produção –, em que a gente fez um levantamento da literatura internacional sobre o Fundeb. Mapeamos, desde 2007, tudo o que foi escrito sobre o Fundeb no exterior para entender um pouco. Então, ele está presente entre publicações de periódicos, mas, sobretudo, nas produções técnicas de organismos internacionais. O Banco Mundial, a OCDE, a Unesco, em particular, têm dezenas de publicações sobre o Fundeb...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO SOUZA SENKEVICS – ... que vão discutir pontos distintos da política, mas reconhecendo a relevância que ela tem para um país desigual como o Brasil, na garantia de patamares mínimos de custeio e da redução dessa grande desigualdade que existe.

Eu queria poder só concluir com algumas perspectivas futuras, se me permitir.

A gente tem observado, na implementação do integral do novo Fundeb, que se completa no ano que vem... a gente espera alguma elevação dos valores aluno/ano médios e os mínimos – o importante aqui é elevar os mínimos, essa é a grande novidade das complementações. Esse efeito redistributivo deve ser aprofundado pelos aportes da União e a consolidação dos mecanismos atuais. O Vaar tem um papel de indução de política que está se consolidando.

A gente entende que esse desenho do novo Fundeb, em que nós temos uma complementação da União, que é a complementação Vaat, esse mecanismo do Vaat é uma estratégia fundamental para viabilizar o custeio dos padrões mínimos de qualidade. Se a gente pretende alcançar o CAQ no Brasil em algum momento, é por meio desse mecanismo de aportes da União direto para entes que necessitam. Então, a gente entende que é uma construção que está no caminho correto.

Os fatores de ponderação, que sempre estiveram vinculados a matrículas, no novo Fundeb também estão vinculados às características das redes de ensino, como é o caso do nível socioeconômico, e isso nos permite pensar novas métricas de heterogeneidade de custeio, por exemplo: porte, escala, dificuldades que municípios grandes, de territórios dispersos... o custo Amazônia, como é chamado, tudo isso pode ser endereçado como fatores de ponderação não vinculados ao tipo de matrícula, mas à dificuldade da própria rede estrutural na oferta de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria colocar uma cautela – um último aviso – quanto à revisão constitucional. A gente tem uma política muito importante, que está em fase de implementação e ajustes. Até 2026, a maior parte dela será implementada, mas ainda nem tudo. Em 2027, terá uma novidade, que é o ponderador relativo ao potencial de arrecadação tributária. Então, a gente tem que reforçar, como a Lei 14.113 coloca, a necessidade de estudos técnicos de efeito redistributivo, melhoria de indicadores, ampliação do atendimento, avaliação da eficácia, eficiência e efetividade – tudo isso eu tirei do corpo da lei especificamente. Temos que ter cuidado para não fazer uma revisão apressada que possa piorar elementos que foram avanços importantes desse novo Fundeb, que a gente está estudando, entendendo e implementando neste momento.

Esse é o recado que eu queria passar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço as contribuições, Sr. Adriano.

A ideia da... quando foi colocado o monitoramento e a avaliação, tem muito mais a ver com ajustes necessários de caminhada; algumas condicionalidades que, na medida que foram colocadas, já foram alcançadas. Então, é aprimoramento, e o nosso maior objetivo é esse ajuste do processo, inclusive, de acompanhamento e sincronismo, alguns dados, em que o próprio Governo Federal precisa avançar em relação à disponibilização para a rede, em termos de monitoramento, avaliação, a questão socioeconômica, as medidas.

O SR. ADRIANO SOUZA SENKEVICS – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, todos receberam também as questões que foram colocadas.

Eu quero só reforçar a disposição e a necessidade de contar com as sugestões e respostas de vocês, porque a ideia nossa é fechar esse relatório. Acredito que a gente, se conseguir fechar este ano, bem, senão, nós ainda vamos pegar no próximo ano pelo menos... talvez mais de um mês de audiências para ajustes com esse objetivo, porque a nossa preocupação é que o próximo ano é eleitoral...

O SR. ADRIANO SOUZA SENKEVICS – Hum-hum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... e tem um calendário diferenciado e é o ano de avaliação. E o nosso maior enfrentamento é com quem quer tirar dinheiro da educação. Então, entendendo que já tem uma... Nós queremos avançar em relação a ajustes necessários para aprimoramento, mas a sua preocupação é dividida conosco.

Eu quero cumprimentar a Felícia Uchoa, a Jusciane Araújo, a Katielle Rodrigues, tocantinenses que estão aqui – levantem a mão aí para o povo ver vocês – para participar da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. São de Porto Nacional, de Abreulândia e de Cariri.

Passo a palavra agora para o Sr. Leandro Costa, Economista Sênior no Banco Mundial na Prática Global de Educação, para suas contribuições.

Bem-vindo.

O SR. LEANDRO COSTA (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer o convite à Senadora Dorinha. É um grande prazer estar aqui.

O Banco Mundial vem contribuindo com essa discussão sobre financiamento da educação há um bom tempo. A gente já vem apoiando, desde a revisão do Fundeb em 2020, com alguns estudos, focados principalmente numa área que a gente chama de Financiamento Baseado em Resultados. Então, eu vou trazer a discussão um pouco mais para o Vaar – da importância do Vaar para a metodologia do Fundeb – do que para a metodologia completa, porque ela é híbrida, tem basicamente três grandes componentes: um mais distributivo, um mais ligado a incentivos, e outro mais de equalização. Então, a gente tem... Nesse sentido, eu vou discutir um pouco mais a importância do Vaar. Por quê?

As experiências internacionais apontam que é muito importante um modelo distributivo, mas as mudanças de comportamento, as mudanças no foco dos investimentos só ocorrem quando tem certos incentivos. Então, se você transferir mais recursos e não tiver um rumo, não tiver uma meta bem definida, esse recurso pode não gerar nenhum resultado mensurável. Nesse sentido, o Vaar é muito importante.

Eu gostaria de parabenizar o Inep e até o Adriano, que era pesquisador do Inep, porque melhoraram muito a metodologia do Vaar ao longo dos anos, tornando-a muito mais criteriosa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

baseada em evidências, em indicadores que realmente acredito que, hoje, são os mais importantes para a educação, obviamente, como a aprendizagem, o atendimento, a equidade e a educação infantil. Nesse sentido, é muito importante a gente garantir que essa metodologia do Vaar seja bem implementada.

Entretanto, nem todos os municípios têm capacidade de cumprir essas metas – aí há uma questão de equidade – devido à capacidade técnica, às vezes, dos municípios menores. Eles têm menor capacidade técnica para desenvolver políticas para alcançar melhoria nesses resultados. Então, é muito importante que tenha políticas...

Eu vou dar um exemplo: eu venho do Governo do Estado do Ceará, que foi a minha primeira experiência profissional, onde eu contribuí com o desenho da política da cota-parte do ICMS do Ceará, que é uma das referências para a metodologia do Vaar. Lá, junto com o programa da cota-parte do ICMS, que era o mecanismo de incentivo, tinha o Paic, que era dentro da unidade de cooperação estado-município. Então, esta é uma das questões muito, muito importantes, a cooperação entre o estado e o município, porque muitos municípios não têm a capacidade técnica. Eu acho que isso... Eles precisam desse apoio para que consigam melhorar esses resultados. Então, esse é um ponto que eu gostaria de enfatizar.

As evidências mostram o quê? O objetivo é a gente mostrar que tem várias pesquisas sobre algumas metodologias, principalmente em relação ao ICMS educacional, que tiveram impacto positivo em vários estados: Ceará, Pernambuco, Santa Catarina, Tocantins. Obviamente, lembrando que as metodologias são diferentes, porque cada estado poderia definir o seu critério. Era no mínimo 10%, mas a metodologia era diferente: quais indicadores, quais metas...

Realmente, mesmo assim, os resultados foram muito positivos, sinalizando o quê? Que as evidências mostram que as metodologias de incentivos... Aqui é um tipo de incentivo. A literatura mostra que tem dois tipos de incentivos: os extrínsecos e os intrínsecos. Esse é claramente um incentivo extrínseco, que vem externo. É como se fosse assim uma forma de premiar. Entretanto, a gente precisa dos incentivos intrínsecos, que são o quê? Os educadores se sentirem motivados.

Aqui eu gostaria de responder uma pergunta que está na lista, da Sra. Michele, do Rio de Janeiro, relacionada aos salários. O quanto é importante – aí é a minha experiência – ver municípios, por exemplo, no Estado do Ceará que, quando começou a ter uma maior arrecadação devido ao ICMS educacional, os municípios começaram a conseguir pagar o piso. Por quê? Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tinha municípios pequenos – que têm menos receitas, obviamente, devido à atividade econômica –, que não conseguiam pagar o piso, então, o Fundeb veio e ajudou bastante.

Esse é um ponto muito importante, mas, mesmo assim, com essa transferência adicional, é uma receita muito grande para esses municípios pequenos, que é muito importante para a equidade. Esses municípios pequenos precisam de mais apoio para equalizar, vamos dizer assim, as condições para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Então, nesses municípios, esses programas educacionais de cooperação técnica podem promover um incentivo intrínseco, que é o quê? É aquela clássica motivação que os educadores, que os professores têm para realmente gerar resultados. Por quê? Porque com um ambiente onde eles se sentem valorizados, obviamente, eles geram resultados e eles melhoram a educação como um todo.

Por último, eu gostaria de falar aqui que, obviamente, nem tudo são flores. Mecanismos de incentivos podem gerar riscos. Um risco é clássico: foco somente em resultado, que é um grande problema para a educação, porque, se focar somente no resultado de aprendizagem ou somente em reduzir um indicador, você se esquece do todo. E isso foi comprovado em algumas pesquisas internacionais, que você tem que tomar cuidado. Então, é muito importante o monitoramento dessas políticas, da implementação dessas políticas.

Aí entra outra questão que as pesquisas mais recentes mostram: é muito importante você desenhar uma política educacional alinhada a incentivos, mas, se você não tiver fidelidade de implementação nessas políticas, essas políticas podem ter até efeitos negativos ou externalidades negativas. Por quê? Porque eles acabaram criando incentivos que não eram os esperados. Então, um dos pontos importantes que eu acho que se deve levar em consideração no Fundeb é que ele está criando esses incentivos, obviamente, com esses resultados, essas evidências. E a gente tem que tomar cuidado com o monitoramento dessas políticas que estão sendo implementadas devido ao foco nos resultados, não é? Então, um ponto importantíssimo é, obviamente, dar mais transparência para o resultado dessas políticas, para o acompanhamento da implementação dessas políticas relacionadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO COSTA – ... à implementação do ICMS Educacional ou do alcance das metas do Vaar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu gostaria somente de tentar uma sugestão, porque, analisando algumas metodologias do ICMS Educacional, algumas delas seguem, vamos dizer assim, as boas práticas de metodologias de incentivo e outras não. Aí eu não sei como seria possível tentar promover a discussão sobre essas metodologias que podem ser mais relacionadas, vamos dizer assim, a resultados ou não. Eu vou dar um exemplo. Tem metodologias criadas que têm mais de 30 indicadores, e, classicamente, vamos dizer assim, é esperado que elas não vão ter resultado, porque você não consegue nem desagregar. E já tem metodologias que são extremamente focadas, com cinco, seis indicadores no máximo, e aí você consegue entender o efeito delas.

Então uma sugestão para essa discussão sobre revisão é esta questão: será que as metodologias do ICMS Educacional poderiam ser discutidas para que a gente tivesse um padrão com base nessas evidências que já surgiram?

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, essa questão do ICMS foi uma das maiores preocupações, quando eu propus a avaliação dessa política pública, porque ela veio como um elemento adicional dentro da regulamentação da Emenda Constitucional, baseado no modelo e em resultados do Ceará, do Espírito Santo e outras localidades. Mas, como cada estado trabalhou na sua própria lei estadual, nós queremos saber como é que está a efetividade, porque em muitas realidades o que a gente tem de informação é que os estados têm captado o recurso mas que, na hora de aplicar, estão fazendo isso de maneira isolada e sem a participação dos municípios num planejamento macro. E o resultado, para ser alcançado nesse perfil, dentro de um desenho de colaboração e federativo, precisa contar com um planejamento focado, dividido e compartilhado com os municípios. Então, esse é um dos nossos pontos de alerta.

Com a palavra a Sra. Renata Silveira Carvalho, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para ler o seu título, Renata, até trava a língua.

O SR. RENATA SILVEIRA CARVALHO (Para expor.) – Não é? É grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente acaba mexendo com muitas áreas diferentes, mas a educação, evidentemente, é o nosso carro-chefe, na AudEducação, até consta no nosso nome, e é um tema que é da maior relevância.

No último relatório de apreciação das contas de Governo, de 2024, a gente tem a clareza de que a função educação, excluídos os encargos especiais, ocupa a quarta posição em volume de recursos. A gente alcança R$163 bilhões na função educação no âmbito federal. Se a gente olhar para o Fundeb, nos estados e municípios, em 2024, a gente estava com R$310 bilhões, isso sem contar com a complementação da União. Então, a gente está falando de um volume de recursos muito expressivo. Então, evidentemente, a atuação do TCU tem que ser muito dedicada à função educação.

Eu venho trazer aqui, Senadora Dorinha – e agradeço desde já o convite e a oportunidade de trazer a perspectiva do TCU sobre o trabalho em relação ao Fundeb –, um trabalho que nós fizemos, que foi julgado em 2024, relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, com dados de 2022. Foi um relatório de levantamento que foi realizado pelo TCU em que nós identificamos, na época, 2022, ainda início da implementação das mudanças do Fundeb, uma série de riscos que precisavam ser olhados com atenção para que, realmente, a implementação pudesse acontecer a contento.

Aqui eu trago, nesse eslaide, alguns dos resultados finais e das deliberações que foram feitas para ilustrar alguns dos riscos que foram mapeados.

Quando a gente fala, por exemplo, de comunicação ao Ministério da Fazenda sobre a ineficácia do indicador do potencial de arrecadação tributária, da complementação do Vaat, e que isso pode comprometer o incentivo à arrecadação pelos entes federados, a gente está falando da complexidade desse indicador e do quanto a complexidade pode acabar atrapalhando esse incentivo, dificultando a possibilidade de os estados e municípios fazerem jus a essa complementação.

E da mesma forma, o Vaar, no regime de colaboração exigido entre o estado e os seus municípios para poder – principalmente aí quando a gente fala do ICMS Educação –, a gente ter uma clareza de quais são os critérios e de como os municípios e estados podem acessar essa complementação. Isso depende de um regime de colaboração muito bem estabelecido. Então, a gente aponta como risco porque a gente está vendo as complexidades que são inerentes, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entende que o nosso país já é, por definição, complexo, com o nosso regime federativo, ele exige uma complexidade, mas essa complexidade também exige uma atuação muito precisa, para que os critérios sejam claros e permitam uma boa implementação.

Outro risco que a gente identificou, relativo à interoperabilidade entre Siope e Siconfi, que pode gerar judicialização – não só pode, mas a gente percebe que tem gerado judicialização –, por conta das diferenças. A falta de interoperabilidade entre esses dois sistemas acaba gerando, às vezes, informações incongruentes ou falta de informação em um e não em outro, e os entes federativos acabam não recebendo o recurso adequado. Isso gera judicializações recorrentes em relação a isso. Então, a gente também comunica, como resultado dessa fiscalização, os órgãos envolvidos, para garantir a solução desse problema.

E, por fim, falamos também... Aliás, por fim desse eslaide, e não só esse tratou do acórdão, mas a gente também comunica aqui ao Congresso Nacional sobre a complementação da União ao Fundeb. O montante esperado, quando a gente fala de 2021 a 2026, de R$264 bilhões, para a gente pensar, e é uma das questões aqui sobre a sustentabilidade desse fundo e o quanto é importante ter esse olhar atento para o volume de recursos que está sendo colocado, para que a gente garanta boa quantidade de recursos, mas principalmente eficiência na alocação desses recursos, que é uma coisa que o Tribunal de Contas tem olhado bastante em suas auditorias, não só na educação, mas de forma geral.

Quando a gente fala dos riscos do regime híbrido, a gente tem uma questão também, que vou tratar um pouco mais adiante, mas que foi alvo também desse trabalho, que foi julgado no ano passado, sobre a transparência dos extratos bancários no uso dos recursos do Fundeb. A gente percebeu e identificou que existe uma lacuna na transparência desses dados, e isso gera uma dificuldade não só para os órgãos de controle, mas também para a gente fazer a fiscalização adequada desses recursos.

E avanço aqui para falar sobre um sistema que nós temos no Tribunal de Contas, o Sistema Informatizado de Auditoria em Programas de Educação (Sinapse). É uma parceria que a gente tem entre tribunais de contas, e eu fico contente aqui que o meu colega de mesa virtual, Conselheiro Gerson Sicca, da Atricon, está participando também, que é nosso parceiro forte nesse projeto, na articulação com os tribunais de contas, porque a gente percebe que claramente, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fundeb, o TCU sozinho não consegue fazer a fiscalização completa, de ponta a ponta, do uso desses recursos, e por isso a parceria é muito próxima com os tribunais locais.

No caso do Sinapse, que é um sistema que nós temos, nós trabalhamos com tipologias de dados, entre outras coisas. E destaco aqui três tipologias que nós temos trabalhado em relação ao Fundeb. Falamos da titularidade indevida da conta única específica vinculada ao Fundeb; então, essa titularidade precisa ser vinculada à Secretaria de Educação do ente federativo ou órgão equivalente.

Tem outra tipologia em relação a créditos estranhos ao Fundeb que são realizados na conta única específica. É uma tipologia que identifica se há valores transitados na conta bancária, sejam créditos ou débitos, que não estejam relacionados exclusivamente à finalidade da conta, no caso da educação. E uma terceira tipologia sobre um servidor falecido recebendo remuneração com recursos do Fundeb.

Em relação a resultados... Na verdade, as tipologias fazem cruzamentos de dados e apontam para indícios, possíveis problemas que podem ser investigados com mais detalhe, mas a que o gestor público tem acesso e ele mesmo pode tratar, mesmo sem ação direta dos tribunais de contas. Então, por alguns números aqui do Sinapse em relação à tipologia de titularidade da conta, nós identificamos, a essa altura, 4.628 entes federativos – é muito alto o número – ainda com a titularidade indevida. A gente tem 2.451 com titularidade em conta do próprio ente federativo, que está em desacordo com o que pede, que tem que ser vinculado à Secretaria de Educação ou a órgão equivalente. E, com isso, a gente tem um grande risco de os recursos do Fundeb estarem sendo utilizados em finalidades outras que não em manutenção e desenvolvimento do ensino, até porque a conta não é única e exclusiva para os recursos do Fundeb.

Do outro lado, a gente tem também, em relação à tipologia de servidor falecido recebendo remuneração com recursos do Fundeb, 3.315 indícios nos 26 estados, no DF e em 1.023 municípios.

Agora, só uma ressalva aqui, no caso desses indícios – e aí repetindo o que eu já mencionei que a gente fala em indícios, mas não quer dizer efetivo, não é um problema efetivo, são os indícios do cruzamento. Parcela significativa desses indícios identificados em relação a servidor falecido diz respeito a erros de preenchimento do Siope. Então, não necessariamente a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

falando de fraude ou de coisas do tipo, mas, às vezes, tem um erro de preenchimento mesmo do sistema.

Acho que alguns dados são relevantes e respondem, em parte, a uma pergunta que tivemos aqui do e-Cidadania, da colega Ana, de São Paulo, que perguntou quais são os principais problemas identificados nas auditorias, sobre a gestão dos recursos do Fundeb.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA SILVEIRA CARVALHO – A gente tem um exemplo para trazer para vocês.

Tenho ainda uma informação que se comunica com o trabalho de levantamento que eu mencionei no meu primeiro eslaide sobre a questão da transparência dos extratos bancários. A gente tem 14 bancos identificados, entre públicos e privados, que fazem movimentação, que lidam com movimentação de recursos do Fundeb, e existe uma obrigação, que é dada por lei e por portarias do FNDE, no sentido de que esses bancos precisam enviar aos órgãos de controle os extratos bancários de todas as contas-correntes do Fundeb e divulgar os extratos bancários em suas páginas na internet. Então, vocês vejam que a portaria do FNDE que exigiu essa publicização é de 2022. Nós, lá pelo TCU, estamos agora, em 2025, ainda lutando para essa transparência acontecer e para que justamente a gente possa auditar adequadamente os recursos do Fundeb.

Eu venho aqui trazer, finalizando bem a minha fala, alguns exemplos de outras formas que a gente trabalha no Fundeb, no TCU. A gente trabalha com denúncias e representações. Então, de forma regular, a gente tem recebido denúncias e representações de variadas fontes sobre o tema do Fundeb. E a gente tem que fazer uma análise para ver se há materialidade, se há complementação da União, se isso recai sobre a esfera de atuação do Tribunal de Contas. Quando a gente identifica irregularidade, isso pode se tornar uma tomada de contas especial para apurar realmente a irregularidade.

Nós usamos essas denúncias e representações, mesmo quando elas não vão adiante, para uma tomada de contas especial, para o planejamento da nossa unidade. De toda forma, nós comunicamos aos demais órgãos de controle locais, pois eles possuem a competência primária para verificar a regularidade no uso de recursos do fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um detalhe aqui. Os precatórios do antigo Fundef, do finado Fundef, até hoje também passam bastante pelo TCU. A gente tem uma série de processos e a gente vê isso desde 2018, quando do primeiro acórdão do TCU a esse respeito, e a gente tem até hoje recebido muitos processos.

Quero aqui só ilustrar o quanto a administração pública acaba sendo envolvida com uma questão que decorreu de uma interpretação a respeito da complementação da União. Houve um ajuste na metodologia de pagamento, e isso gerou precatórios, na época, que alcançavam R$95 bilhões. A gente tem aí o acórdão do Ministro Benjamin Zymler de 2021, que fala que apenas 54 ações que foram ajuizadas no STF representavam passivos para a União, da ordem de R$55 bilhões.

Então, é um montante muito grande. A AGU, o TCU, o STF envolvidos no esclarecimento e em firmar o entendimento de como isso vai ser interpretado e como vai ser analisado nos processos. E eu trago isso para ilustrar o quanto é importante no Fundeb atual esses critérios estarem muito claros para a gente evitar justamente que no futuro a gente tenha uma outra onda de precatórios do Fundeb.

E aqui, por fim, quero só mencionar dois trabalhos que a gente tem. Um é o do 5º Ciclo de Monitoramento do PNE 2014-2024, um trabalho já concluído, mas apenas para ressaltar que foi um trabalho importante que a gente fez. Eu quero aqui destacar a importância do Sistema Nacional de Educação, como sendo aquele que vai dar muitas bases e vai orientar muito a execução de todas as políticas educacionais. Isso é algo que preocupa bastante o TCU, e a gente tem atuado bastante sobre isso.

E está em curso a auditoria no Censo Escolar. As informações que constam no Censo Escolar são base para a distribuição de recursos, inclusive do Fundeb. Então, a verificação da auditabilidade dos dados do Censo Escolar é uma preocupação também do Tribunal de Contas, para que a gente consiga dar a nossa contribuição e permitir que os recursos sejam bem alocados, de forma eficiente e efetiva.

Eu paro por aqui.

Agradeço e estou à disposição para perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sra. Renata.

Não sei se nós vamos ter tempo de tratar disso, mas tem chegado à Comissão uma preocupação. Já foi decidido em alguns estados – em Minas Gerais, o Tocantins, recentemente, também teve uma situação semelhante –, que os Tribunais de Justiça... No caso do Tocantins, o Tribunal de Contas tomou uma posição, e o Tribunal de Justiça tomou outra, em relação ao duodécimo das Câmaras Municipais, que está sendo incluído, ou seja, antes de se fazer a dedução do Fundeb, está sendo feito o cálculo do duodécimo.

Isso tem prejudicado a educação, tem tirado um volume significativo de recursos. Na minha opinião, é um entendimento equivocado de você fazer, porque, na verdade, do dinheiro da complementação da União já é feita a dedução. Então, quando ele entra no montante, ele acaba inflacionando o orçamento de uma maneira equivocada. Esse dinheiro não é um dinheiro de receita dentro do recurso próprio dos municípios.

Se a gente não conseguir tratar aqui, provavelmente nós vamos procurar o tribunal para essa ajuda, porque tem câmaras que estão recebendo um aporte sem discutir efetividade e funcionamento da câmara. É o entendimento da base, porque amanhã se começa a aplicar antes de tirar o dinheiro da saúde, do mesmo jeito. E é um orçamento que não é para complementar o geral do orçamento do município, ele é um aporte direcionado para a educação – e, estranhamente, alguns tribunais de Justiça têm tomado esse entendimento. Nós vamos tratar isso com o próprio Ministro Camilo também.

A questão da preocupação nossa com essa... Quando foi colocado o potencial de arrecadação, era com uma preocupação de incentivar que os estados e municípios continuassem arrecadando, porque, em muitas situações, são feitas concessões que acabam prejudicando o próprio município – ele faz concessão e depois falta o recurso básico para o funcionamento da educação.

Com a palavra o Sr. Caio Callegari, Coordenador-Geral de Equidade Educacional do Ministério da Educação.

O SR. CAIO CALLEGARI (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro de tudo, eu quero cumprimentar aqui a Senadora Dorinha, nossa Professora, que foi a liderança na aprovação do novo Fundeb, desde a PEC 15, de 2015 – não era esse o número? Era esse mesmo –, nossa Relatora, e tivemos a oportunidade de trabalhar durante muito tempo juntos em vindas passadas aqui.

Eu queria cumprimentar também toda a sua equipe, em particular o Alex, grande amigo, e também a Consultoria Legislativa do Senado, que preparou ótimas perguntas, o que mostra que esse relatório vai ser um relatório de alta qualidade.

Aproveito aqui, para quem está acompanhando à distância, para fazer uma audiodescrição. Eu sou um homem branco, de cabelo encaracolado, castanho, estou portando aqui uma camisa branca e um paletó azul-marinho.

E também queria cumprimentar o Adriano, parceiro de tantas pesquisas, o Leandro, a Renata e também os Drs. Gerson e Lucas, que são parceiros do Ministério da Educação, mais especificamente da Secadi.

A discussão que a gente vai fazer aqui, Senadora, vai ser uma discussão na perspectiva da equidade, especificamente de onde eu falo do Ministério da Educação. E eu já faço uma conexão, de partida, com uma das perguntas que chegou, a da colega Letícia, da Bahia, que pergunta se "as pesquisas e auditorias mostram que o Fundeb tem sido eficiente na melhoria da educação básica no Brasil".

O que eu pretendo mostrar aqui, com essa apresentação, é que, sim, aquilo tudo que a gente sonhou, Senadora, do ponto de vista de um Fundeb mais redistributivo, tal como o Adriano mostrou, a gente tem conseguido alcançar, e a equidade, portanto – uma ideia de redistribuição, uma ideia de equidade –, é pré-condição para a melhoria. Então, a gente precisa avançar na equidade como um passo para alcançar a qualidade. Na verdade, qualidade só é qualidade, do ponto de vista do direito subjetivo, se for para todos; então, pressupõe equidade.

O objetivo central do Fundeb, tal como diz a Constituição, com a Emenda Constitucional 108, é reduzir as desigualdades. Então, manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação, mas sob um prisma de redução das desigualdades no financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, o que eu trago aqui é que o balanço desse novo Fundeb é o avanço na promoção da equidade de uma forma inovadora, em duas perspectivas: sendo mais redistributivo, como o Adriano mostrou, e promovendo uma equalização de capacidades estatais, que foi algo que o colega Leandro trouxe também, a partir do Vaar – a gente vai falar um pouquinho mais sobre isso.

Adicionando alguns aspectos em relação ao que o Adriano mostrou, eu quero primeiro trazer um gráfico a vocês, uma primeira lente de análise de como o novo Fundeb tem conseguido ser mais redistributivo. A gente tinha as educadoras aqui de Tocantins que estavam presentes, e eu fui olhar um dado específico, estava aqui no celular olhando justamente esse dado.

Vejam só, eu sei que está um pouquinho apagado, mas o cinza nesse gráfico são pequenas linhas muito finas, cada uma um município, de acordo com o Valor Aluno Ano Total. Então, o que a gente vê? Que no Fundeb, atualmente, em 2025, não fosse a complementação Vaat, a gente teria redes que têm menos de R$5 mil por aluno por ano. Tem rede que tem cerca de R$3 mil. Aí, todas essas redes que estão aqui no gráfico – a gente está olhando especificamente apenas para os mil municípios aqui com menor recurso por aluno – subiram para um patamar de R$8 mil por aluno por ano. Nesse grupo de mil municípios, a gente está falando de um aumento médio de 45% do recurso para investimento em educação – 45% –, por conta da complementação Vaat. O aumento máximo, que é essa rede com menor recurso, mais que duplica o que tem de recursos para a educação. Então, vejam, a gente realmente tem conseguido chegar em quem mais precisa.

O caso de São Bento do Tocantins, Senadora, a que inclusive eu ia me referir: R$5,8 mil, pulando, por conta da complementação Vaat, para R$8 mil. Então, a gente precisa até olhar o que está acontecendo no município em função dessa melhor condição de financiamento.

Uma segunda lente aqui de olhar: quem mais precisa é quem tem recebido mais do ponto de vista do Fundeb? O Adriano já trouxe alguns elementos a respeito disso. Eu vou mencionar aqui, primeiro de tudo, tal como uma das perguntas que chegou da Consultoria Legislativa, pesquisas que têm conseguido mostrar se o modelo é efetivo ou não do ponto de vista de redistribuição da desigualdade, esse modelo híbrido que nós temos. Queria recomendar uma pesquisa que eu escrevi junto com o Prof. Alexsandro Santos, que hoje está na Secretaria de Educação Básica do MEC, que mostra o quanto que, mesmo no seu primeiro ano de implementação, 2021, o novo Fundeb já é mais equitativo do ponto de vista do crescimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vaat mínimo, do ponto de vista de redução da dispersão do Vaat, ou seja, diminuição da desigualdade, mas também uma equidade redistributiva, que é um indicador que a gente utiliza, que é o Ierre. Depois a gente pode até falar mais sobre ele se houver interesse.

Mas basicamente, nesse eslaide, eu complemento com o seguinte: se nós formos olhar o quanto de distribuição de recursos do Fundeb por aluno, mas sem considerar a ponderação nessas matrículas, o número cheio, o que a gente tem? Que os municípios que estão no quartil mais vulnerável do ponto de vista de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), em 2022, segundo ano da implementação do novo Fundeb, recebiam algo muito similar aos municípios que estavam no quartil mais alto, um pouco melhor, portanto, mostrando que o Fundeb é progressivo, já era progressivo. Mas aqui a gente está falando, por exemplo, do fato de que municípios do Estado de São Paulo que têm maior IDHM recebiam mais porque têm um fundo estadual; aqui não estou olhando só para a complementação da União, estou olhando para tudo.

Agora vemos o salto para 2025. Para 2025, o que é que acontece? Os municípios de maior IDHM têm um aumento, do ponto de vista do valor por matrícula, de R$1,6 mil, um aumento de 25%, mas os municípios do menor quartil de IDHM têm um salto de R$3,3 mil, é o dobro, aqui a gente está falando de 48%. Isso mostrando que conseguimos cumprir, Senadora, aquele nosso propósito de alcançar um Fundeb equidade, né?

E quais são esses mecanismos mais redistributivos do Fundeb? Eu vou falar especificamente sobre dois deles. Esse Fundeb da justiça social, numa perspectiva aqui de redistribuição dos recursos, que é a equidade vertical, é dar mais para quem tem menos. Primeiro, como a gente viu, complementação Vaat, que tem um efeito redistributivo mais forte que o Vaaf. Segundo, complementação Vaar, também essa complementação, apesar de não ser o seu intuito preliminar, tem conseguido uma distribuição mais progressiva, beneficiando quem mais precisa. Vou mostrar no próximo gráfico isso para vocês. Os fatores de ponderação de equidade, tanto de necessidade de recursos, quanto de NSE, que permitem uma equidade intraestadual, *grosso modo*, isso está aumentando de 3% a 5% o valor que recebem os municípios mais vulneráveis em cada estado. E chamo a atenção também para os fatores de ponderação das modalidades de ensino. Esses fatores já existiam no Fundeb anterior, mas – e isso por conta de uma atuação conjunta do Ministério da Educação, sob a liderança aqui do Ministro Camilo Santana, e mais especificamente aqui da Secretária Zara Figueiredo, junto com Consed, junto com Undime, junto com Inep, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com Ipea, junto com FNDE, junto com a Secretaria de Educação Básica –, nós conseguimos mudanças nos fatores de ponderação que são produtores de equidade. Na EJA, o aumento de 25% do fator de ponderação da EJA; na educação especial, passando de 1,2 para 1,4; na educação do campo, passando a ser um multiplicador de 15% a mais; na educação escolar indígena e na educação escolar quilombola, com um aumento de 40%, multiplicador de 40%. Estou aqui até, inclusive, com o bóton da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, que vai implementar os territórios etnoeducacionais, o que só é possível por conta dessa mudança que a gente fez de valorização das modalidades.

Vou mostrar então dois gráficos adicionais para vocês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO CALLEGARI – Já estou no último minuto, vou precisar talvez de um pouquinho mais, Senadora. Obrigado.

Então, aqui, primeiro, para mostrar o quanto o Vaar... Apesar de isso ter sido discutido na sociedade como se não fosse algo verídico, muita gente disse que o Vaar seria regressivo, aumentaria as desigualdades. O que a gente vê? Se a gente divide as redes de ensino por decil de nível socioeconômico das redes, o que a gente vê? Que as redes mais vulneráveis, do ponto de vista de nível socioeconômico, estão recebendo um valor, em média, por aluno, maior. Comparemos aqui, por exemplo, o segundo decil com o nono decil. Nono decil é quem tem o maior nível socioeconômico: em média, R$170 por matrícula, por aluno, enquanto no segundo decil são R$315, quase R$316. Isso mostra a progressividade do Vaar por conta das fórmulas que nós estamos usando, em função das decisões da Comissão Intergovernamental do Fundeb.

Já falando aqui rapidamente sobre as modalidades de ensino, chamo a atenção brevemente para os saltos que nós demos nos fatores de ponderação. Vamos comparar aqui 2022, que é a barra branca, com a barra azul-escura, que é 2025. Vejam, por exemplo, a creche em tempo integral, associada à educação escolar indígena e à educação escolar quilombola. Antes, a gente estava falando de um valor por aluno num patamar de R$6 mil no Fundeb; agora, a gente está falando de quase R$12 mil. Isso beneficia quem? As redes de ensino que atendem essas populações mais vulneráveis, como a gente estava olhando aqui, Senadora, nos municípios do sul do Estado do Tocantins, nos municípios do norte da Bahia também, que tem muitas comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quilombolas... desculpa, do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia. Então, aqui a gente está falando de redes que estão sendo beneficiadas por conta desses fatores de ponderação.

Seguindo mais à frente – e aqui eu dialogo especificamente com o comentário do Cedney, do Rio Grande do Norte –, a gente tem uma inovação que foi brevemente comentada aqui pelo Adriano e longamente comentada pelo Leandro, que é a complementação Vaar. É o que o Cedney coloca justamente como programa de incentivo que permite inclusive fiscalização dos resultados.

Esse Vaar inova em duas linhas. A primeira delas é uma camada habilitadora. Cada uma das condicionalidades para habilitação no Vaar tem uma perspectiva de equidade. A Condicionalidade III é a principal delas e a mais desafiadora. É por conta disso que hoje, quando a gente roda o Brasil, Senadora, qualquer rede de ensino com quem a gente conversa está preocupada, está se perguntando: "Como eu faço para reduzir as minhas desigualdades?", "Quem são os meus alunos que não estão aprendendo?". É por conta dessa condicionalidade que equidade entrou na agenda. A Condicionalidade II, como a gente falou aqui... Desculpe, a Condicionalidade IV, que vai falar sobre ICMS Educação, permite um regime de colaboração que é indutor de equidade; a Condicionalidade II, que fala sobre participação no Saeb, reduz um percentual de exclusão de alunos das provas, principalmente os alunos mais vulneráveis; e a I e a V permitem uma equalização da capacidade estatal – já vou mostrar um exemplo de como. A camada redistributiva que a gente tem, que é a segunda camada, é de mais recursos repassados para as redes que têm um alcance de maior equidade nos resultados de aprendizagem da rede de ensino. Então, tem uma ponderação que está funcionando para levar mais recursos para quem tem conseguido promover maior equidade.

Aqui só para mostrar que a Condicionalidade III é o nosso maior gargalo, mas não por isso a Condicionalidade III precisa ser obliterada, precisa ser apagada. Pelo contrário, é o maior indutor que nós temos; é o que está permitindo a equidade entrar na agenda, movimentando os municípios.

E, para finalizar, eu falo da força indutora desse Vaar para equalizar as capacidades estatais. Vejam aqui o percentual de diretores da rede pública que assumiram o cargo de gestão – aqui na barra vermelha – exclusivamente por um processo de indicação política. Isso variava antes do Vaar, Senadora, no patamar de 55%. No primeiro ano de funcionamento do Vaar, isso já cai para 47%, porque as redes começaram a perceber a indução. No segundo ano, quando essa indução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estava mais à vista, caiu para 35%. E a gente pode esperar uma queda ainda maior, porque agora a gente está colocando critérios mais rigorosos. A agenda de discussão que a gente tem para 2025 e para 2026 é: que outras práticas, que outros condicionalidades poderiam ser trazidos para esse novo ciclo do Fundeb? Isso é uma perspectiva de futuro. E eu recomendo aqui que a gente consiga se debruçar sobre aquelas práticas que tenham a maior capacidade de gestão pró-equidade. Que práticas de gestão nas redes e nas escolas a gente pode induzir?

Para fechar, então, e devolver a palavra, eu queria dizer que o novo Fundeb avança na promoção da equidade de uma maneira inovadora. Então, aquilo que a gente colocou na Constituição e na lei de regulamentação se mostrou decisivamente como algo que cria mudança. Segundo, a gente já tem um resultado redistributivo que é intenso, mas que pode ser fortalecido. Então, pode ser fortalecido. O Vaat pode se tornar mais redistributivo – temos propostas sendo pensadas pelo ministério nesse sentido –, o Vaaf pode ser tornado mais redistributivo e o próprio Vaar, mas também o efeito indutor de equidade, que é bem-sucedido, pode agora ter um novo capítulo.

O Ministério da Educação está à disposição aqui desta Casa, Senadora, para que a gente possa pensar quais são esses novos passos e esses novos componentes do novo capítulo de equidade.

Desculpa aqui por ter passado muito do tempo e agradeço-lhe muito o convite, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Caio.

Com certeza, nós vamos seguir esse diálogo.

Passo a palavra agora a quem está remotamente conosco, o Sr. Gerson Sicca, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que aqui representa a Atricon.

O SR. GERSON SICCA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Uma boa tarde, Senadora Professora Dorinha.

Ouvem-me bem?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim. Pode falar tranquilamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERSON SICCA (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Em nome da Atricon e do seu Presidente, o Conselheiro Edilson Silva, gostaria de agradecer-lhe muito o convite feito para esta audiência pública. É um tema que a Atricon tem como prioridade, a pauta educação é uma pauta prioritária. Temos inúmeras iniciativas em todos os tribunais de contas brasileiros na fiscalização da educação e, especificamente, na fiscalização do Fundeb.

A Dra. Renata já falou com muita propriedade de vários pontos, de modo que eu não vou repetir aqui aspectos que já foram bem colocados pela Dra. Renata, e cito aí o Sinapse. Essa é uma síntese apenas, mas mostra a capacidade que nós temos de fazer uma fiscalização lá na ponta a partir de dados de que nós dispomos e que nos permitem esse controle fino na aplicação dos recursos do Fundeb.

Também foi bem mencionado o acórdão do TCU, recente, que é um acórdão muito profundo, muito extenso e apresenta vários riscos fiscais e jurídicos que devem ser considerados na implementação da complementação da União. Então, penso que é um material fornecido pelo controle inestimável para que possamos avançar no Fundeb.

Eu vou procurar, então, aqui ser bem objetivo, Senadora, tendo em vista que esses pontos já foram bem tratados pela Dra. Renata, também em razão do tempo.

Então, eu queria pontuar três aspectos que me parecem que são relevantes – sem, obviamente, desconsiderar outros, do ponto de vista do controle, mas esses três pontuar neste tempo – e que me parece que podem ser considerados em uma eventual discussão ou na discussão que está sendo feita na atualização da nossa legislação do Fundeb. E lembro que eu compartilho da posição do Dr. Adriano de que nós sempre temos que ter a necessária a cautela numa revisão de uma política pública, porque é difícil estabelecer causalidades num prazo tão curto de aplicação de uma política pública. Então, sempre tem que se ter muito cuidado e muita cautela nas atualizações e nas modificações.

Penso que eu gostaria de pontuar e focar muito aqui no aspecto da qualidade dos dados para efeito de controle. A Atricon tem feito uma discussão já há bastante tempo com o Inep – o Conselho Nacional do Ministério Público também tem participado, e o Dr. Lucas aqui vai falar posteriormente – no tocante à qualidade dos dados do censo escolar, porque isso também impacta muito na distribuição dos recursos, é uma base essencial para a distribuição dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E nós já tivemos fiscalizações no controle externo relacionadas ao número de matrículas, principalmente EJA e tempo integral, algumas com repercussão nacional. Então, nós temos discutido com o Inep como garantir a maior fidedignidade possível na alimentação do censo escolar, para que possamos ter a máxima qualidade nessa informação, que é essencial para a distribuição dos recursos; e, quanto a isso, nós vamos, Senadora Dorinha, enviar por ofício, responder por ofício, formalmente, essas sugestões que estão aqui sendo colocadas, para que possamos avançar, inclusive, se for necessário. Conte com a nossa colaboração, para que possamos desenvolver mais as sugestões.

A primeira delas envolve o art. 33, §2º, II, da Lei 14.113, que estabelece ali uma atribuição ao Cacs-Fundeb para supervisionar, fazer a supervisão do censo escolar. Pensamos que poderia haver maior especificidade no que o Cacs-Fundeb deve fazer para esse acompanhamento, porque esse acompanhamento do censo escolar, lá na ponta, é muito importante para garantir a qualidade do dado que é informado no momento, no prazo para o censo escolar. Então, esse é um ponto em que poderíamos ter uma maior especificidade do que é essa supervisão para que ficasse claro para o Cacs-Fundeb. É um parecer? É um método de trabalho que ele tem que adotar para acompanhar o censo escolar? Então, essa é uma primeira colaboração que a Atricon traz neste momento.

Uma segunda, já pensando e aqui complementando, dialogando com a fala da Dra. Renata, é quanto ao risco de judicialização. Essa é uma preocupação muito grande. Nós tivemos o exemplo do Fundeb – do Fundef, melhor dizendo –, que foi e é muito dramático ainda na gestão dos recursos da educação. Nós temos que, nesse Fundeb, permanente, tentar minimizar ao máximo os riscos de judicialização, porque a judicialização contraria a própria ideia que assenta, que fundamenta o Fundeb, que é o federalismo cooperativo. Porque a judicialização é, digamos, uma evidência de um federalismo competitivo, e nós precisamos ter um sistema que funciona na lógica do federalismo cooperativo.

É claro que, diante de situações de incorreções de matrículas ou até mesmo de fraudes, de informações indevidas, de matrículas inexistentes, isso pode gerar, eventualmente, discussões judiciais sobre prejuízos que teriam sido causados àqueles que fizeram a alimentação correta e perderam na distribuição por conta de uma informação indevida de um outro ente. Talvez fosse interessante prever, nessa atualização, um mecanismo de compensação nessa situação. Ou seja, aquele ente que foi beneficiado por uma informação inadequada como é que compensaria isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em exercícios futuros? Isso evitaria discussões judiciais, que levam anos, que geram precatórios, que geram insegurança jurídica e discussões sobre responsabilidade muitas vezes complexas. Então, esse seria o segundo ponto que eu colocaria.

O terceiro ponto, o Dr. Caio aqui bem falou do efeito redistributivo do Fundeb, da busca da equidade, e ficamos felizes que nós estamos conseguindo produzir esses efeitos. Uma única sugestão que ficaria aqui para reflexão é quanto ao art. 15, II, que trata do Vaat, que leva em conta o penúltimo exercício ao de referência. Esse *delay* pode gerar algumas distorções, tendo em vista o movimento de arrecadação dos entes, que pode variar muito a depender do ciclo econômico. Então, aqui fica como uma reflexão muito aberta mesmo, colocaríamos isso por escrito, para que depois possamos avançar na discussão, se assim for o entendimento do Senado Federal.

E, para finalizar mesmo, Senadora Dorinha, eu gostaria de colocar a Atricon mais uma vez à disposição para avançarmos na discussão do ICMS Educação. Nós já temos um convite de uma reunião que será realizada para discutir o ICMS Educação, vai ser realizada daqui a alguns dias. Participaremos com o maior prazer, mas estamos abertos, podemos enviar o maior número de material possível, todo o material que nós tivermos sobre ICMS Educação.

Eu apenas aqui gostaria de deixar um registro. Nós temos que ter o cuidado de tentar, em algum momento, padronizar metodologias do ICMS Educação, porque a metodologia boa é aquela que funciona lá na ponta para buscar melhores resultados de aprendizagem e redução da desigualdade entre os educandos. Eu acho que esse é o ponto crucial.

Então, cada estado tem a sua realidade. Embora nós possamos ter grandes objetivos e os devamos ter fixados no âmbito federal, cada estado tem a sua dinâmica de construção da sua metodologia.

Vou dar um exemplo de uma metodologia que, para quem está fora, possui uma complexidade. É o caso de Santa Catarina, o meu Estado. Nós entendemos aqui, num esforço cooperativo – estado, municípios, Tribunal de Contas, Ministério Público, várias instituições –, que nós precisávamos também colocar os insumos na metodologia, porque não adianta só buscar o resultado de aprendizagem e ter 70% de professores temporários, ou escolas com má condição de infraestrutura, ou grande iniquidade na infraestrutura das escolas.

Então, nós também pontuamos na nossa metodologia infraestrutura, gestão democrática e profissionais de educação, e, é claro, dando, obviamente, o peso para o nível socioeconômico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para os resultados de aprendizagem. E, a partir daí, é um grande esforço, todos os anos, de capacitação, de diálogo com os municípios, para que se possa, então, avançar e mostrar o que é necessário fazer para avançar tanto nos insumos quanto nos resultados.

É por isso que eu digo, é difícil repetir uma metodologia de um estado para outro: tem que valorizar essas particularidades e, quem sabe, em nível federal, fixar os grandes objetivos, mas não chegar a um detalhamento que pode inverter, muitas vezes, o resultado esperado, gerando aí um efeito contrário ao que se busca.

Então, seria essa a minha fala.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

A Atricon está sempre à disposição. Para nós é uma grande oportunidade, uma grande alegria contribuir com o Legislativo, e a Atricon, então, sempre estará aqui quando for solicitada.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço.

A Atricon foi uma parceira importante na construção do Fundeb e no Gaepe também, que tem um trabalho muito próximo da educação e das redes.

E, só para esclarecer, na verdade, o ICMS, as leis são estaduais, e há esse objetivo de cada lei tratar da realidade, porque são estágios diferentes. Alguns estados têm encaminhado, já haviam, inclusive, aprovado leis próprias. O que pode acontecer são diretrizes que recomendam, a partir do próprio Sistema Nacional de Educação, de que eu sou, inclusive, Relatora aqui no Senado, trabalhar princípios, princípios de planejamento articulado, de busca de resultados, de cooperação, de as redes mais estruturadas ajudarem outras redes. Mas, é lógico, são leis próprias, que foram desenhadas em cada um dos estados.

Eu passo a palavra agora para o último participante conosco, e já quero agradecer, o Sr. Lucas Sachsida Junqueira Carneiro, Coordenador da Comissão Permanente de Educação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (Copeduc).

Seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, muito obrigado.

Eu me sinto em casa, porque já tive a oportunidade de trabalhar com a senhora na época da pandemia. Debatemos bastante, na época, algumas modificações na lei do Fundeb. O Gerson Sicca é um amigo, e assim o chamo, sem o Doutor na frente, porque a amizade me permite; o Dr. Caio, também. São pessoas com quem eu converso o tempo todo, quase diariamente, sobre direito à educação.

Então, fico muito feliz de também falar por último, porque aí eu posso me apoiar nas excelentes falas aqui na audiência pública muito bem levada por todos esses. Todos os dados são muito interessantes: a questão da desigualdade, a questão do ICMS Educacional.

Eu conheço, sim, o programa Sinapse e conheço o André, que é um dos implementadores desse sistema Sinapse dentro do TCU. Então, eu consigo agora, ao final, tentar expor alguns pontos que nos preocupam como Ministério Público, aqui na ponta, durante a implementação do Fundeb e diante de uma atuação articulada que temos feito através da Comissão Permanente de Educação, em que eu estou como Coordenador, e à época em que tratamos juntos, Senadora – à época, Deputada Dorinha –, como Coordenador da Comissão Permanente de Educação, mas agora também como membro-auxiliar da Comissão da Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Note que alguns pontos me parecem preocupantes. Eu vou começar com relação à destinação dos valores, já que já dispostas a importância do Vaat, a importância do Vaar e a importância do Fundeb em si nesse sistema de financiamento da educação por fundos, tão importante para redução de desigualdades e para o sistema redistributivo necessário, disposto na Constituição, que é esse dever da União, redistributivo e suplementar, mas me preocupa a questão de como controlar a destinação desses valores. E aí eu destaco principalmente as destinações constitucionais do Vaat.

O Vaat tem duas destinações previstas tanto na Constituição quanto na legislação que são 15% para fins de investimento de capital e 50%, em média, porque isso vai depender para cada ente de um índice de educação infantil... É um índice que vai gerar em torno de 50% para cada ente, mas a ideia é: quanto pior a educação infantil do lugar, mais é necessário se destinarem esses valores recebidos do Vaat à educação infantil local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Veja que eu tenho dados. A gente tem uma atuação conjunta com o FNDE, e o FNDE faz uma compilação de dados para o Ministério Público brasileiro e para os órgãos de controle. Note que nós temos, com relação à aplicação do Vaat 2023, portanto, no ano de 2024, mais de 440 entes que não aplicaram corretamente esses valores, essas destinações específicas. Então, é preciso que a gente tenha isso de forma mais clara, esses formatos de controle de forma mais clara para que a gente possa debater e correlacionar ao vindouro novo Plano Nacional de Educação e também ao Sistema Nacional de Educação. Parece-me um ponto importante para que a gente, então, cumpra a vontade legal.

Eu me preocupo sempre, quando a gente vai debater legislação, se essa legislação está funcionando ou não, se ela é boa ou não ou se vamos revisá-la ou não, quando, às vezes, falhamos no formato de fiscalização ou no sistema de monitoração que a lei exige.

Outro sistema que nos preocupa bastante é a questão da análise de cumprimento de algumas condicionalidades do Vaar, por exemplo. Note que o Vaar tem lá a sua condicionalidade (art. 14, §1º, inciso I, da Lei do Fundeb), a questão da gestão democrática. Eu entendo, claro, o FNDE, e o formato de cumprimento é o formato autodeclaratório, natural em levantamentos de dados da educação, como é o censo escolar, mas veja que, com relação ao Vaar, quando eu declaro que a minha rede cumpre, através de uma lei dentro dela, a gestão democrática, ou seja, a escolha dos gestores nas formas colocadas

Outro sistema que nos preocupa bastante é a questão da análise de cumprimento de algumas condicionalidades do Vaar, por exemplo. Note que o Vaar tem lá a sua condicionalidade – art. 14, §1º, inciso I, da Lei do Fundeb –, a questão da gestão democrática. Eu entendo, claro, o FNDE, e o formato de cumprimento é o formato autodeclaratório, natural em levantamentos de dados da educação, como é o censo escolar, mas veja que, com relação ao Vaar, quando eu declaro que a minha rede cumpre, através de uma lei dentro dela, a gestão democrática, ou seja, a escolha dos gestores nas formas colocadas na legislação, para se cumprir a ideia e o princípio constitucional de gestão democrática... Mas eu tenho redes que, objetivamente, conseguimos verificar que não a cumprem. Vejam que eu não quero entrar na crítica dessas questões, desses tipos de escola, mas notem que, por exemplo, naqueles locais em que eu tenho parcerias público-privadas (PPP) dentro da educação, porque é possível, já que a legislação de PPPs permite, mas não vou entrar no mérito disso... Dentro das PPPs, eu certamente não tenho gestão democrática. Naqueles locais em que eu tenho escolas militarizadas, ou escolas militares, certamente naquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

redes – e não quero entrar no mérito disso –, eu não vou ter a gestão democrática no formato ali escolhido. Então, isto é muito importante: a análise do critério de verificação, para que a gente não tenha o problema da divisão do bolo total, que é a judicialização, preocupação muito bem exposta pelo Dr. Gerson Sicca.

A judicialização é um problema seriíssimo, porque, notem bem, quando eu vou discutir valores de redistribuição ou de complementação da União, Vaar ou Vaat, eu estou tratando de um bolo só, que é dividido por aqueles que cumprem. Então, quando eu tenho alguém que entra na jogada, de forma que não deveria estar, recebendo, ele está tirando o dinheiro, ou parcela de dinheiro, ou porcentagem de dinheiro, de valores, daquele que deveria de fato receber. Então, eu mexo num sistema de redistribuição de valores muito sério, muito complexo de solução, que, no final das contas, vai gerar prejuízo à União. Isso porque aquele que paga malfeito deve pagar duas vezes, afinal eu não tenho como retirar dinheiro de quem já recebeu a mais, porque entrou mais um que deva receber. Notem – eu repito – que, quanto mais pessoas cumprem, mais se divide aquele valor do Vaar e mais se divide aquela porcentagem do Vaat. Então, nos preocupam algumas questões relativas à análise do critério de cumprimento.

Outro ponto que deve ser muito destacado é a questão dos 70%, do quão importante é – e o senhor sabe quantas audiências já não tive a oportunidade de participar, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados, pela defesa da valorização dos nossos profissionais de educação – a questão relativa ao abono desregrado. Depois da possibilidade constitucional do abono, que eu sempre fui contra, os órgãos de controle também, afinal ele não representa aumento de salário, não representa aumento de remuneração, não representa capacitação continuada, não representa pagamento do piso, não representa plano de carreira, nada disso; representa uma divisão de valores no final do ano... Depois que em nosso país se permitiu o abono desregrado, ou seja, aquele que não analisa outras questões relativas à valorização dos profissionais de educação, nós tivemos no país um descumprimento massivo dessas regras de valorização, porque, quanto mais dinheiro sobrar, mais eu divido no final do ano. Então, quanto menos eu valorizo, quanto menos eu pago o piso, quanto menos eu pago capacitação continuada, plano de carreira, etc., mais dinheiro sobra no final do ano e, portanto – *data venia* e entre aspas –, a foto política daquele que divide dinheiro no final do ano sob a roupagem de valorização, quando não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Repito: isso não vai para aposentadoria, isso não vai para remuneração, isso não vai para décimo terceiro, isso não vai para férias. Não representa, portanto, a valorização dos nossos profissionais de educação. Temos aí um descumprimento massivo do piso no nosso país e 70% dos mais de R$250 bilhões que representam o Fundeb no nosso país em risco com relação à sua aplicação. Preocupa-nos muito essa questão, que creio que deva ser analisada.

Uma questão deveras importante que devo destacar, muito bem falada também pelo colega Gerson Sicca, é a necessidade de aproximação entre os órgãos estatísticos, Inep, tribunais de contas e Ministério Público.

Isso, sim, depois de grandes reuniões feitas entre nós, nos últimos tempos, tem evoluído bastante. Nós precisamos que os órgãos estatísticos... A gente precisa que o Inep demonstre para nós os dados, da forma como eles colocam, para que a gente possa, então, exercer a atividade de controle constitucional que nos é exigida, tanto pelos tribunais de contas quanto pelo Ministério Público.

Isso tem sido feito em um trabalho muito próximo, a criação de uma matriz de risco para que o Inep nos informe quando são verificados alguns elementos que façam crer a possibilidade ou a potência de fraude, como, por exemplo, na famosa fraude das matrículas EJA, que tem se verificado aí – foi notícia nacional, salvo melhor juízo, no Fantástico, na Rede Globo –, entre outras questões relativas. É preciso que a gente se comunique quanto a dados necessários e a dados que influenciam todo o sistema de financiamento de educação no nosso país, como são, por exemplo, as matrículas. Toda a questão relativa à distribuição de valores do Fundeb, Pnae, Pnate e todo o resto diz respeito e tem como critério essencial a análise de matrículas. Então, precisamos verificar formatos eficientes de análise dos dados levantados pelo Inep para que a gente possa, então, ter a possibilidade de fiscalizar aqueles locais em que possivelmente as fraudes existam.

A questão do ICMS educacional, eu concordo, extremamente importante. Eu concordo também que o ICMS, ele não... A lei do ICMS, os critérios de qualidade, os índices de qualidade, geralmente chamados de Índice de Qualidade Educacional de Alagoas (Iqeal); o índice de qualidade de Santa Catarina...

Eu já vou finalizar.

Esses índices, claro, têm que se adequar à realidade local e devem, sim, ter a sua construção com a participação tanto do Ministério Público quanto dos gestores municipais, mas critérios-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

base precisam ser verificados para que se cumpra a constitucionalidade. Existem índices em alguns locais que talvez não se preocupem com redução de desigualdades, entre outras questões, portanto, eles violam uma legislação ou a Constituição, conforme critérios mínimos, quando foi criado o ICMS educacional.

Finalizo só no sentido de que, havendo uma revisão do Fundeb, há que se criar um formato de uma normativa transitória entre 2026 e 2030, isso considerando a reforma tributária. É muito importante que analisemos, por mais que tenhamos artigos, tanto constitucionais quanto na lei do Fundeb, sobre a necessidade de manutenção dos valores, dos índices, para que a gente não tenha um retrocesso de financiamento e um retrocesso da nossa educação, até porque o plano nacional nos demonstra que a educação não vai bem, que a gente precisa financiar mais. Então, é preciso que tenhamos um critério transitório para entender como a reforma tributária vai, de fato, influenciar com esse novo imposto, esse IBS, esse imposto novo; e como a supressão de determinados impostos que influenciam na cesta Fundeb vai influenciar no financiamento da educação.

Finalizo dizendo que, sem o cumprimento da determinação constitucional e da lei do Fundeb de regulamentação do Custo Aluno Qualidade, não teremos nunca um critério de financiamento em que a gente afaste crise de prioridades, em que a gente afaste crise de prioridades no sentido de escolhas de gastos que não devam ser, de fato, gastos que influenciam na qualidade da educação, portanto, um regramento em que se ligam financiamento e qualidade da educação, que é o Custo Aluno Qualidade; nós não vamos ter um financiamento adequado no nosso país.

Então, finalizo assim.

Agradeço muito a atenção de todos e parabéns pela audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço as contribuições e preocupações, que são em grande parte compartilhadas.

Acho que nós tenhamos talvez uma ideia que possa ser provocada, via Comissão de Educação e até Congresso, para os tribunais de contas, no caso da possibilidade de avaliação e monitoramento de uma determinada condicionalidade, porque isso seria um alerta. E, na verdade, a gente vive um processo de educação e de ajuste. Eu tenho sempre uma preocupação em que, por exemplo, a gente aprove o Plano Nacional de Educação e os planos estaduais, e, na hora de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazer o planejamento orçamentário, isso seja ignorado, como se as metas fossem se autocumprir. Então, tem uma meta para ser alcançada, mas o dinheiro está sendo direcionado para outras ações, ações muitas vezes, inclusive, passageiras ou com marcas até políticas, e ignoram quais seriam os resultados.

No caso do Gerson Sicca, que está aqui conosco, da Atricon, talvez se deva pensar nessa questão de uma condicionalidade, no que a gente chama de avaliação por sistema, inclusive de monitoramento, que o FNDE tem adotado nas contas. Podem sortear um item – o que a gente chama de garimpo, não é? – e talvez pegar uma condicionalidade e fazer articuladamente em todos os estados esse monitoramento.

O fato de declarar que tem um sistema de escolha ou uma gestão compartilhada, uma gestão democrática... À medida que a gente coloca aquilo em um monitoramento direcionado, ele permite um aprofundamento naquela condicionalidade. Logicamente, a condicionalidade não dá um modelo, ela dá princípios, então, cada estado e município tem o seu desenho, mas não basta declarar que tem sido um processo de escolha democrática se a gente não tiver, até para orientar e fazer os ajustes. Quando a gestão foi colocada, foi pela centralidade que ela tem em relação ao resultado de aprendizagem de cada uma das escolas, não é por acaso; foi colocado como uma condicionalidade que pode fazer diferença em relação à qualidade.

O que foi mencionado aqui sobre essa questão das sobras, na minha opinião, é uma falsa valorização, porque os investimentos estruturantes podem fazer uma mudança real na carreira, na valorização, no investimento, mas, com certeza, um abono ao final do ano é muito superficial e, muito mais do que valorização, provoca, inclusive, um equívoco de gestão: falta de planejamento, falta de uma carreira que seja atrativa com investimentos permanentes, inclusive.

Quanto à reforma tributária, já era uma preocupação nossa, lógico, mas, quando foi feita, a gente fez algumas garantias do ponto de vista constitucional e da legislação, mas, agora – principalmente em educação e saúde, que têm vinculações direcionadas –, nós precisamos garantir e monitorar para que não haja perda em relação a isso. Foi por isso que foi colocado, inclusive, 2026, lembrando que era o período do teto de gastos. Quando nós colocamos o aleatório do 2026, não foi por acaso, foi porque seria o período de avaliação do teto de gastos, que depois foi revisto pelo próprio arcabouço, e agora há o processo de implementação do desenho da nova reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho... Em virtude do nosso horário, nós não temos como fazer uma nova rodada. Eu vou deixar em aberto para que a gente possa... Essa temática, em especial, é uma temática em que nós precisamos avançar em relação ao próprio relatório para que a gente possa ter um diálogo, posteriormente. A nossa Ordem do Dia já deve ter começado, pois é às 16h.

Eu agradeço as contribuições, a participação, as questões que nós compartilhamos com todos. Se houver interesse de enviar contribuições para o nosso relatório... E quero agradecer aos consultores que estão aqui presentes nos apoiando na construção desse relatório.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Jorge Seif e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 8/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater o tema "Novas fontes de financiamento para o Fundeb e a educação: as receitas do petróleo e gás", no contexto da avaliação da política pública sobre o "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)". **Participantes:** Sr. Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; Sr. Bruno Conde Caselli, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Sra. Cleo Manhas, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); e Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Novas fontes de financiamento para o Fundeb e a educação: as receitas do petróleo e gás", no contexto da avaliação da política pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em atenção ao Requerimento nº 8, de minha autoria.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Seja bem-vindo, Paulo!

Participarão de forma remota: a Sra. Cleo Manhas, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); o Sr. Bruno Conde Caselli, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e o Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Informo que foi convidada a Sra. Tabita Loureiro, Diretora da Pré-Sal Petróleo (PPSA), que não pôde comparecer a esta audiência e justificou sua ausência. Foi também convidada a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que não indicou representante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou ainda pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado... Na verdade, nós teremos só uma rodada de dez minutos, em virtude, inclusive, da votação do Sistema Nacional de Educação, de que sou Relatora. Então, ao final dos dez minutos... Eu vou ler inicialmente algumas questões que já chegaram.

Quero agradecer aqui a presença dos Consultores do Senado, da Consultoria da Câmara também, que nos ajudam no nosso trabalho.

A primeira pergunta é do Marcos, de Minas Gerais – acho que foi distribuído –: "Como garantir que a vinculação das receitas do petróleo e gás ao Fundeb seja sustentável a longo prazo, evitando a dependência de recursos?".

Raíssa, de Mato Grosso: "Como garantir que os recursos do petróleo e gás beneficiem efetivamente a educação, sem riscos de desvios ou má gestão?".

Carlos, de São Paulo: "Qual o montante esperado para o investimento em educação primária e na alfabetização?".

Frederico, de São Paulo: "Como o Fundeb pode equilibrar sustentabilidade financeira e equidade regional no uso desses recursos?".

Raíssa, de Mato Grosso: "O uso de recursos não-renováveis pode comprometer a sustentabilidade do Fundeb a longo prazo. Quais alternativas serão consideradas?".

Ariane, de São Paulo: "Com esse recurso, será possível promover ações que viabilizem a saúde psicológica e emocional de alunos e professores de todo o Brasil?".

Tem algumas questões também da Consultoria – foram passadas também? – que eu vou falando ao longo da reunião. Mas, como todo mundo recebeu e, logicamente, talvez não seja possível, em virtude do curto tempo, manifestarem-se aqui, se puderem e se quiserem, podem depois contribuir por escrito com sugestões para a elaboração do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, grande colaborador, que acompanhou de perto o Fundeb e vários temas da educação.

O SR. PAULO DE SENA MARTINS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Queria agradecer ao Senado Federal, à Professora Senadora Dorinha, pelo convite, para discutir esse tema tão importante referente ao financiamento da educação e às fontes necessárias a esse financiamento.

Na audiência de hoje, a gente vai discutir a fonte proveniente dos recursos do petróleo, os *royalties* do petróleo, as participações especiais. Quer dizer, faz todo o sentido uma riqueza nacional financiar a educação do povo brasileiro, financiar a infraestrutura das escolas brasileiras.

Eu dividi minha apresentação – vou ser breve, eu sei que é uma questão de tempo, até para a gente também acompanhar essa outra importante conquista que vai ser o Sistema Nacional de Educação – em três partes. Primeiro lugar, a legitimidade e, mais do que a legitimidade, a adequação da utilização desse recurso no financiamento da educação. Isso, vem lá de trás. A gente teve experiências históricas: os Estados Unidos, logo após a sua independência, naquele momento de construção da nação independente, olharam também para a educação e para a constituição da infraestrutura das escolas. Então, as escolas eram dotadas de terras, *land-grants*. No início, elas eram distribuídas para a educação primária, educação secundária e ficaram mais conhecidas, depois, como fonte de financiamento de instituições de educação superior, mas foi um exemplo histórico, e isso é importante, porque vai rebater num debate nacional.

O Anísio Teixeira esteve nos Estados Unidos, conviveu com o John Dewey e conhecia a história desse financiamento da educação americana nos seus primórdios. E, no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, eles já falavam da utilização de recursos patrimoniais, e esse pleito dos pioneiros se refletiu na Constituição Federal de 1934.

A Constituição de 1934 trouxe um legado muito importante, que é mais reconhecido, que é o da vinculação de receita de impostos, mas, além da receita de impostos, ele falava em receitas patrimoniais. Então, essa tese é uma tese importante que passou a ser reconhecida pelo legislador brasileiro, que se concretizou com a lei que vinculou recursos provenientes do petróleo para a educação brasileira. Inclusive mencionando expressamente o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, que é a Lei 12.858.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ela tem, aí nos seus incisos, o inciso I do art. 2º, que se refere aos recursos da União, a partir de contratos, cuja comercialidade foi declarada a partir de 2012; o segundo, que é dos estados; o terceiro, que é o Fundo Social – 50% do Fundo Social é destinado à educação –; e o quarto inciso, que se refere aos chamados acordos de individualização, isto é, quando há poços, um local de exploração em que, eventualmente, haja uma área nebulosa acerca de a quem pertence aquela área. Se tem duas petrolíferas explorando, por exemplo, e tem a parte da União, é feito um acordo e a União vai receber a sua parte a partir do momento em que for feito esse acordo de individualização. Como é recurso da União, na verdade, ele acaba tendo alguma relação, no meu entendimento ali, com o inciso I e vai, depois, alimentar o Fundo Social, mas eu não sei – seria até interessante ver – qual é a posição da ANP com relação ao que acontece com os recursos provenientes do inciso IV.

Então, essa lei mostrou o interesse do legislador em reconhecer a legitimidade e a adequação da utilização desses recursos, tanto assim que, num momento não muito distante, há algum tempo, quando se discutiu, mais uma vez, uma nova reformulação da DRU (Desvinculação de Receitas da União), expressamente, esses recursos foram excluídos. Esses recursos não são passíveis de desvinculação. Então, o legislador reconheceu, por esse ato legislativo, a importância desses recursos.

Continuando, não nessa mesma linha, foi aprovada recentemente também a Lei 15.164, agora, neste ano, que destina, na lei orçamentária, um percentual de 5%, sem prejuízo daquilo que está previsto na Lei 12.858, então, 5% de acréscimo àqueles recursos para educação. E o projeto de lei complementar que está agora no Senado Federal, que foi recentemente aprovado na Câmara, considera que esses recursos devem estar fora do alcance da incidência do arcabouço fiscal e dos resultados primários. Então, o legislador tem sequencialmente considerado a importância desses recursos para financiar a educação, dessa fonte. Eles têm financiado, na verdade, e aí já é uma questão que toca mais diretamente ao Fundeb.

Opa, passou. Eu quero... Volte aqui. Eu ia chegar aqui.

Isso foi retirado de um estudo que a gente fez no ano passado, quatro Consultores da Câmara, coordenado pelo Alisson, aqui presente – o Alisson, o Claudio Tanno, o Francisco, da área de Minas e Energia. A gente estava muito preocupado com a aproximação do debate do Plano Nacional de Educação e com a falta de discussão dessa fonte, porque parecia que eram recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que não existiam, quando, na verdade, são recursos que estão passando por um processo de grande expansão. E, em qualquer fórum dedicado a minas e energia, ao debate de petróleo, o que se vê é um aquecimento desse mercado, um interesse e uma perspectiva – e expectativa com base em dados reais – de um crescimento de produção, né?

Então, há muito debate em torno disso.

Mas, a partir dali, acho que mesmo no final, do Governo Temer, esses recursos começaram a ser utilizados para complementação da União ao Fundeb, sendo que chegaram a atingir em 2023 a totalidade. Toda a complementação do Fundeb nesse ano era alimentada pela fonte do petróleo. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

É para cá, não é? Esse negócio é bem chato, hein? Ele não vai... (*Pausa.*)

É para trás um pouquinho. Esse já passou, é um pouquinho, é um pouquinho antes. Aliás, bastante antes. É onde estava aquele gráfico.

Aquele gráfico mostrava que os recursos do Fundeb, aliás, os recursos do petróleo estavam sendo utilizados para complementação da União ao Fundeb.

Aí, seguindo, a segunda parte da apresentação, né? Esse é o que eu chamei do aquecimento desse ambiente do petróleo, para mostrar que está tendo uma grande busca de contratos e de recursos, de aumento de produção. Então, a gente tem umas notícias, e a gente pode passar até rapidamente, só para...

Aí é o plano estratégico de negócio da Petrobras, né? Então, ela está prevendo furar 51 novos poços nesse período de 2025 a 2029, o período que vai ser abarcado pelo próximo PNE, sendo que, além daqueles da Margem Sul e da Margem Sudeste, essa nova área de exploração é a Margem Equatorial, que vai desde lá da Foz do Amazonas, mas até o Rio Grande do Norte, onde já teve a perfuração de alguns poços exploratórios no Rio Grande do Norte.

Então, há um plano da Petrobras de aumento de produção.

E aí você tem a comercialização que é feita pela PPSA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí você pode ir passando, são notícias de jornais que mostram o grande crescimento da expectativa e de aumento dos recursos por parte da União. Isso, principalmente – vamos parar um pouco nessa transparência –, é em função de alguns motivos.

Primeiro, porque desses contratos mais antigos, no início desses contratos, as petrolíferas recebem em barris aquilo que se chama de recuperação de custo, e existe um gatilho nesses contratos a partir do qual um número muito maior de barris fica em poder da União. Então, você tem ali que a produção total da área de partilha vai duplicar, mas o volume da União vai aumentar em dez vezes, né? Quer dizer, é um crescimento exponencial, nas palavras da própria Dra. Tabita Loureiro, que disse que estaria aqui.

Além disso, tem novas áreas que estão sendo descobertas. A British Petroleum achou e está começando a fase exploratória para ver as perspectivas de exploração na Bacia de Santos. Você tem, além da Margem Equatorial, também a Bacia de Pelotas, lá no Sul do Brasil, que vai ter pesquisas exploratórias a partir da Shell. Então, você tem novas áreas sendo descobertas, novas áreas sendo potencialmente rentáveis ao longo dessas próximas décadas. Tanto é assim que o Conselho Nacional de Política Energética, há questão de uma semana, aprovou uma resolução que estabelece as diretrizes de inclusão dos blocos exploratórios de petróleo e gás e, inclusive, permitiu a prorrogação de contratos por 27 anos, um longo período. Quer dizer, existe a perspectiva de que haja petróleo nesses poços se existe a intenção de uma prorrogação por um período de quase três décadas, né?

Podemos.

Em relação à alocação dos recursos para o ano que vem, foi aprovada uma resolução pelo Conselho Deliberativo do Fundo Social do Pré-Sal, que prevê a destinação para o Ministério da Educação de recursos em torno de R$19 bilhões, oriundos aí do fundo social. Então, essa é a resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Social.

Podemos.

Bom, para finalizar, diante de toda a expectativa desses recursos que estão em expansão, a gente se confronta com a realidade das escolas brasileiras, com as necessidades de infraestrutura, que são um problema antigo, o que é reportado mais de uma vez, desde o começo do século XX, também pelos pioneiros da Escola Nova. Tem um depoimento do Fernando Azevedo, quando era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o responsável pela reforma da educação na capital, na época o Rio de Janeiro, em que ele falava das condições do prédio, dos prédios impróprios, que ele comparava a pardieiros, né? Então, essa era a situação na capital do Brasil depois da Proclamação da República, às vésperas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DE SENA MARTINS – ... da Revolução de 30. Na capital do país, as escolas tinham uma condição precária.

Podemos continuar.

Aí, diante de toda essa questão da possibilidade de utilização de petróleo e dessa realidade das escolas, foi feito um debate na Câmara, com os colegas da Consultoria de Orçamento, ali basicamente com o Claudio Tanno, que apontou um caminho interessante de fortalecimento da fonte que financia a infraestrutura da educação básica, que é a Ação 20RP. Então, ele propôs a criação de um indicador de infraestrutura.

E por que esses temas se misturam? Porque a renda do petróleo, embora não seja uma renda assim finita no curtíssimo prazo, é finita. Então, de alguma maneira, ela se vocaciona a financiamento de despesas estruturantes, né? Despesas estruturais, como a infraestrutura das escolas, que pode resolver um problema aí que perdura por quase um século.

Podemos continuar?

Aí foi feito esse estudo que eu mencionei, lá na Câmara – podemos passar adiante –, que tinha como objetivo discutir a possibilidade de destinar esses recursos provenientes da exploração do petróleo especialmente para financiamento da infraestrutura escolar no Brasil. Estimou-se, naquele estudo, o crescimento de 90 bilhões entre 24 e 28, e o custo estimado de adequação das escolas já existentes, muito se alimentando daquele *insight* do butano, e os cálculos foram feitos, na época, de R$219 bilhões, custo estimado muito parecido com o de colegas nossos que estão trabalhando no tema, na área de Minas e Energia, na Câmara, no presente momento.

Então, a gente chegou também a uma proposta de que em dez anos isso poderia estar bem equacionado e, por esse período, seria importante que esses recursos fossem excluídos do arcabouço fiscal, como, aliás, a legislação parece ter indicado agora nessa recente proposta aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, havia algumas sugestões ali, de que no próximo PNE houvesse uma meta específica de garantia de infraestrutura escolar adequada, e algumas estratégias, sendo a principal delas a criação de indicadores de infraestrutura, para que a gente tenha um diagnóstico de como está a situação dessas escolas.

A gente vê, na imprensa, e vê iniciativas do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do próprio Inep, que identificam escolas sem água potável, sem equipamentos, sem banheiro, sem, espaço para pessoas com deficiência. Então, todo esse diagnóstico e toda adequação desses espaços podem ser feitos com recursos provenientes dessa fonte.

E aí, as principais fontes que alimentam a educação são a MDE, né? Dentro da MDE, a principal é a subvinculação do Fundeb, e aí você tem essas fontes com algumas vocações. Do Fundeb, o próprio nome do fundo diz: manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação. Então, muitos se relacionam aos gastos correntes, preponderantemente.

O Salário-Educação é uma fonte importante para financiamento dos programas suplementares, alimentação, transporte. E esses recursos do petróleo casam muito bem com despesas de infraestrutura, para tentar dotar as escolas de uma infraestrutura mais decente, porque quando a gente vê, por exemplo, o Censo Escolar de 2024, a gente vê aí que 48% das escolas municipais têm banheiro... Quer dizer que mais da metade não tem banheiro adequado à educação infantil.

A Atricon, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, identificou que mais de 1,4 milhão de estudantes matriculados em escolas públicas não têm fornecimento de água tratada. Então, você tem indicadores muito negativos em relação à estrutura das escolas.

Podemos?

Aí, isso... Estou concluindo. Já para concluir. Só para não deixar de citar, isso é a mensagem que acompanha o projeto de lei, referente ao Plano Nacional de Educação, que está sendo discutido na Câmara. Essa mensagem é muito enfática quando se refere à infraestrutura das escolas. Então, esse material vai ficar aí, mas se refere, em vários itens, à estrutura precária, insuficiente, inadequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O próprio PL já vem acompanhado dessa exposição de motivos. Inclusive a proposta original inclui um plano decenal de infraestrutura escolar.

Era só para ver todo esse contexto, quer dizer, esses recursos são os recursos que poderiam dar uma contribuição muito importante para construção, reforma e recomposição da infraestrutura escolar brasileira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pela participação da Consultoria da Câmara, através do Sr. Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo.

Eu vou ler algumas das questões apresentadas pela Consultoria do Senado para as próximas participações e, logicamente... "Dos recursos do petróleo que a União receberá até 2025, quais estão e quais não estão à disposição da educação, conforme a Lei nº 12.858, de 2013? Quais os valores estimados para cada categoria?" Talvez para a ANP, que deve ter os dados disponíveis. "Os recursos do *royalty* destinados à educação pela Lei 12.858, de 2013 têm sido efetivamente aplicados pelos entes federativos? A ANP realiza monitoramento do cumprimento da destinação obrigatória?"

Eu acho que todos receberam. Tem outras questões sobre o inciso IV do art. 2º da Lei 12.858, que trata das receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção, que isso, acho que, o Paulo mencionou também. "O entendimento da ANP é que esse inciso se relaciona com o inciso I do mesmo artigo? Em caso afirmativo, essas receitas do inciso IV obedecem às regras de destinação de 75% para educação e 25% para saúde, estabelecidas no §3º da lei?"

Eu acho que foram enviadas para todo mundo as questões – elas estão disponíveis.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Cleo Manhas, Assessora Política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) para as suas considerações. Bem-vinda.

A SRA. CLEO MANHAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. Obrigada pelo convite. Obrigada à Comissão de Educação e boa tarde aos meus parceiros de mesa, que estão aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, dialogando um pouco, vou fazer uma apresentação aqui.

Queria perguntar se está visível a apresentação. (*Pausa.*)

Bom, o consultor Paulo Sena já trouxe algumas questões superimportantes acerca dessa renda da exploração do petróleo e gás.

Eu queria falar um pouquinho do que é o Inesc primeiro. O Inesc é uma organização não governamental – a minha apresentação está com um problema aqui – de defesa e promoção de direitos humanos, e nós trabalhamos principalmente com o orçamento público tanto na parte das receitas quanto das despesas, mas olhando para a realização de direitos humanos e políticas públicas em diversas áreas, dentre elas a educação, mas também do ponto de vista socioambiental e climático. Então, nós produzimos uma nota técnica sobre a renda do petróleo no Brasil, mas também enfatizando que existem várias questões com relação à destinação desse recurso e uma briga enorme, inclusive com relação às questões de clima e com relação ao investimento do Brasil em energias renováveis, por meio da renda do petróleo. E também a gente pensar... A gente sabe que nós somos dependentes de petróleo, que isso não vai se modificar por muitos anos, mas também não é legal a gente, diante de um desafio climático tão grande, advogar por mais exploração de petróleo em vez de outras fontes renováveis e de um caminho para que a gente não precise mais dessa energia vinda dos fósseis.

Essa nota técnica apresenta elementos para análise da distribuição dos recursos oriundos da exploração da produção de petróleo e gás. E uma das questões centrais que a gente precisa dizer é que não basta discutir as fontes de receita, mas os impedimentos fiscais oriundos de regras fiscais austeras, como o teto de gastos zero e como agora, em boa medida, é também o novo arcabouço fiscal, especialmente em relação à saúde e educação, porque nós sabemos que são despesas vinculadas, e isso pressiona todas as outras despesas dentro do Orçamento, principalmente as políticas sociais que possuem mais despesas discricionárias e menos despesas obrigatórias. Percebemos, então, que, em momentos de corte de despesas, há uma pressão sobre os gastos dessas duas políticas, por pressionarem as demais políticas sociais, como a gente falou.

Um exemplo disso é que foi aprovada uma Emenda Constitucional com a possibilidade de que, em 2025, até 10% dos valores de cada uma das modalidades do Fundeb poderão ser repassados pela União para ações de fomento à criação de matrículas em tempo integral da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação básica pública, potencialmente diminuindo, assim, o valor a ser repassado pela União aos entes. Isso leva a preocupações sobre o impacto da distribuição equitativa de recursos.

Então, a gente sabe que era até um compromisso deste atual Governo de ampliar a educação em tempo integral, e isso foi jogado para dentro do Fundeb, porque também abre ali outras possibilidades, espaços fiscais para o próprio Governo dentro dessas regras do arcabouço. Não basta nós termos novas fontes de receita diante de um quadro de austeridade fiscal e de cortes de recursos para as políticas sociais, especialmente para a educação.

Outro exemplo que está relacionado à educação básica, não exatamente ao Fundeb, é o fato de ter inserido o Pé-de-Meia dentro do MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino). Essa ação consta da Medida Provisória 1.303, de 2025, e diz respeito à ampliação de receitas e medidas de contenção de gastos para manutenção dos limites impostos pelo novo arcabouço fiscal.

Então, você também joga para dentro do MDE a despesa com o Pé-de-Meia, para que você abra mais espaço dentro das despesas discricionárias que vêm sendo apertadas ano a ano, não só com o arcabouço fiscal, mas também com o volume grande de emendas parlamentares, que vem sofrendo uma alteração aí ano a ano.

Então, dito isso, o que significa essa renda do petróleo e gás? Bom, entre 2023 e 2024, variou entre 131 e 137 bilhões anuais, estimando a receita arrecadada em dividendos. Então, os recursos destinados à educação em duas fontes, que são a fonte 1008 e a fonte 1014, são os mais significativos em termos setoriais. Em 2024, foram autorizados 18,2 bilhões, dos quais foram executados 17,9 bilhões.

E temos aí questões com a judicialização, né? O TCU chamou a atenção para o alto grau de judicialização da renda do petróleo, consequência, na avaliação do tribunal, de uma normatização assentada sobre múltiplos e complexos critérios que não são claramente definidos ou mesmo totalmente entendidos pela sociedade e mesmo pelos órgãos que executam a política setorial. Na ausência de critérios técnicos robustos que a legitimem, diversos entes subnacionais buscam via Poder Judiciário brechas normativas que os possam beneficiar na distribuição da renda do petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E estão judicializados tanto a repartição entre os estados e municípios quanto a obrigatoriedade de todos os entes de utilizarem 50% desses recursos em educação. E, desde 2013, está na promessa. Alguns pesquisadores demonstram a dificuldade de se ter informações sobre a utilização desses recursos pelos entes subnacionais, porque um dos problemas também que temos com relação à utilização desses recursos é a transparência, principalmente quando a gente fala de estados e municípios.

A parcela da renda que coube à União e ao Fundo Social foi então destinada à educação e saúde. Contudo, a parte que caberia ser aplicada pelos entes subnacionais foi judicializada em 2019 pelo então Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel. A ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Governo do Rio buscou sustar os efeitos da lei da obrigatoriedade da aplicação em educação e saúde, alegando que, ao estabelecer o destino da aplicação das referidas participações governamentais, a lei aprovada em 2013, entre outros aspectos, ia de encontro à autonomia dos entes federados. No entanto, a Advocacia-Geral da União não concorda com isso, porque acha que, como o dinheiro é oriundo da União, a União teria o direito, então, de direcionar essa utilização dos recursos, né?

E uma pesquisa realizada com os municípios no Rio de Janeiro, uma pesquisa acadêmica em 2021, apontava que apenas 8 dos 22 municípios da região metropolitana declaravam investir parte desse recurso em educação e apenas cinco disponibilizaram a descrição das despesas pagas. Então, a transparência, especialmente relacionada aos entes subnacionais, também é um obstáculo para a melhor avaliação do financiamento da educação básica. Do ponto de vista orçamentário, apenas os recursos da União podem ser, de fato, monitorados, favorecidos pela vinculação entre a natureza da receita e a fonte de despesa.

E finalizando, então, é importante dizer o enorme avanço que significou o novo Fundeb, com mais recursos para estados e municípios, com maiores desafios e desigualdades regionais, e esperamos que isso signifique aporte de novos recursos, sem impedimento de regras fiscais que engessam o financiamento às políticas sociais e que as questões que estão judicializadas sejam resolvidas.

E é importante dizer também que há uma frustração dos movimentos sociais que estão, há anos, na batalha por melhorar a legislação, que vêm conseguindo, mas que não conseguem melhorar o financiamento. O PNE que se encerra agora, já tendo o seu prazo estendido, pedia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também 10% do PIB para educação, e a gente não saiu da metade disso nesses dez últimos anos. E, tivemos aí um baixo financiamento da educação no último Governo, com alguma recomposição neste Governo, mas ainda muito distante de atender a todas essas demandas e a toda essa necessidade, até apontada pelo Paulo Sena, que é a infraestrutura das escolas, que, há muito tempo, está carecendo de um investimento.

E, para além da falta dos recursos que deveriam estar sendo aportados para a educação e para o Fundeb, a austeridade das regras fiscais também impede que esse recurso chegue com mais facilidade. Então, poderíamos tentar rever esse discurso tão neoliberal, que só olha para as políticas sociais, não olha para a despesa financeira e não quer rediscutir como são feitos os processos aí de distribuição dos recursos orçamentários.

É isso. Eu acho que, em alguma parte da minha apresentação, eu respondi algumas das questões, nem todas, mas ficamos aí para o debate.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço as contribuições. São preocupações para as quais também nós estamos alerta aqui em relação ao processo de avaliação do Fundeb.

Eu passo a palavra agora para Bruno Conde Caselli, Superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), pelo seu tempo de dez minutos.

O SR. BRUNO CONDE CASELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Dorinha, a quem cumprimento. Também cumprimento os colegas que me antecederam nas apresentações.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só um minuto, Bruno. Queria que zerassem o tempo, mas o som está muito baixo, eu não sei se a gente consegue aumentar aqui.

O SR. BRUNO CONDE CASELLI (*Por videoconferência*.) – Vou colocar mais alto aqui. Melhora um pouco aí a percepção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Melhorou.

O SR. BRUNO CONDE CASELLI (*Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar a Senadora Dorinha pelo convite. Para a agência é importante poder dividir um pouco, compartilhar informações sobre o papel da ANP no assunto envolvendo *royalties* e participação especial. Também cumprimento meus colegas que me antecederam e fizeram as apresentações.

A ideia aqui, a expectativa da agência é conseguir compartilhar qual é o papel do regulador aí nesse assunto que envolve participação governamental e a conexão disso com os recursos de educação.

Observando aqui também as perguntas que já chegaram, várias delas até indicando aqui a agência, antecipo que o nosso papel é eminentemente técnico na destinação desse recurso. A ANP não tem uma atuação na identificação da alocação desse uso pelos entes beneficiários, sejam os estados, a União ou os municípios, então a nossa atuação aqui é estritamente focada na aplicação dos critérios legais e na destinação e indicação dos beneficiários, a partir de um conjunto aí de atores, de entes públicos responsáveis pela destinação até o município, até o estado.

Passe, por favor, para o próximo eslaide.

Se nós olharmos participação governamental, e aí olhando royalties e participação especial, que são recursos, inclusive, citados na Lei 12.858, a gente tem três conjuntos de contratos que se submetem ao recolhimento desses recursos, contrato de concessão, contrato criado pela Lei 9.478, que prevê quatro participações governamentais. Quais são elas? Bônus de assinatura, *royalties*, participação especial e pagamento de ocupação ou retenção de área, sendo que somente os dois aí do meio – *royalties* e participação especial – são aqueles que têm destinação para educação, de acordo com a legislação vigente.

Cessão onerosa é um contrato específico, também prevê o pagamento de *royalties* e a lei da partilha, que criou ali a chamada área, estratégica, também previu o pagamento de *royalties* e bônus de assinatura, não prevê participação especial, *royalties* esses que também se submete a um regime específico de destinação.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Qual o papel da ANP? A atribuição da ANP está prevista no Decreto 2.705, de 1998 – 1998 foi o ano em que a ANP foi criada. Então, o decreto instituiu à agência a responsabilidade por não só verificar se os recursos estão sendo pagos, arrecadados, pagos pelas empresas concessionárias, os contratados, na atividade de exploração e produção de petróleo e gás, se estão sendo pagos adequadamente, como também operacionalizar a distribuição desses recursos aos entes beneficiários.

O regimento interno da agência é a SPG (Superintendência de Participações Governamentais), que trata desse assunto.

Próximo.

Então, com relação aos *royalties*, qual o regramento? É um regramento bastante complexo.

Pode passar o próximo, por favor.

Primeiro, a natureza jurídica de *royalties* é uma compensação financeira devida pelas empresas que atuam no segmento de exploração e produção de petróleo e gás aos estados, União e municípios, conforme prevê a Constituição Federal, e esses *royalties* são pagos mensalmente por essas empresas, a partir de uma alíquota prevista no contrato, a partir de uma produção mensal de petróleo e gás mensurada pela agência e um preço de referência, tanto para petróleo quanto para gás, que é aplicado para se identificar, digamos, uma receita bruta, na qual se aplica a alíquota e tem um volume de recursos que devem ser pagos pelas empresas.

A ANP é responsável por isso. Esses recursos entram na conta do Tesouro Nacional via Darf. Então, é importante, esse aspecto é bem importante, porque o dinheiro entra no Tesouro, a ANP aponta os beneficiários, o dinheiro sai do Tesouro. Então, a ANP não fica com nenhum recurso referente a *royalties* ou participação especial. E há um conjunto de legislações aí específicas que regem a distribuição desses recursos. Lei 7.990, o Decreto 1, de 1991, isso antes da criação da ANP, e depois a Lei 9.478, o Decreto 2.705, que também define os critérios de distribuição desses recursos.

Próximo, por favor.

Esse conjunto de leis aí abarcam também um pedaço do IBGE, em função dos critérios de rateio pelo critério de produção, envolvendo aí as áreas de zonas de produção principal, zonas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

limítrofes, zonas secundárias. E o conjunto de legislações que tratam dos diferentes contratos também, como eu comentei, contrato de concessão e cessão onerosa, partilha de produção – há um amplo rol de normativos, tanto legais como infralegais, que regem a matéria.

Mais à frente a gente vai conseguir tocar no aspecto específico dos recursos para a educação.

Próximo, por favor.

Seguindo aí a Lei 12.858, eu diria que é a mais importante dentro da discussão que estamos tendo, como foi apontado também pelo colega anterior, o Consultor Legislativo, e resoluções da agência que tratam aí também da matéria envolvendo *royalties*.

Próximo, por favor.

Como disse, pode-se ter uma dinâmica interna na agência com característica eminentemente técnica, que abarca uma etapa da apuração, em que a gente avalia o volume de recursos e a sua adequação ao contrato, ao preço e ao volume, e, depois, a distribuição, que é quando a gente operacionaliza o conjunto de regramentos, incluindo as questões de ordem judicial, como foi bem pontuado pela colega anterior, que afetam a efetiva distribuição para cada ente beneficiário.

Próximo, por favor.

A legislação, estabelece duas parcelas de *royalties*: uma parcela de até 5% e uma parcela acima de 5%. A parcela de até 5% é aquela decorrente da Lei 7.990, abarcada, abraçada pela 9.478, e a parcela acima de 5% foi criada pela Lei 9.478. Então, para caso de *royalties* no regime de concessão e cessão onerosa, a gente tem alíquota de até 10% e a mínima de 5% e, para o regime de partilha, a alíquota de 15%, fixa, então, esse é o conjunto de recursos para cada tipo de contrato que a ANP monitora aqui para fins de valoração do montante a ser pago.

Próximo.

Como eu falei, *royalties* são o produto da alíquota *versus* a produção e o preço. Os preços hoje são calculados a partir de referências da agência, que é a ANP.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ordem de grandeza. Então, nós temos uma dinâmica que envolve três meses. Para cada mês de produção, você tem o mês seguinte, quando ocorre a mensuração dos volumes e dos valores devidos, e, no mês, digamos, subsequente, ocorre a efetiva distribuição para os beneficiários. Então, os municípios e os estados têm conhecimento muito amplo acerca disso e entendem que aquilo que foi produzido no mês de janeiro, como está no exemplo, vai ser, no final das contas, objeto de distribuição pela ANP, em termos de *royalties*, no mês de março.

E quais são os montantes com que nós estamos lidando aí em termos de *royalties* nacionais? Aqui não são só recursos para educação. Então, da ordem de R$50 a R$60 bilhões por ano são arrecadados pela União, estados e municípios, são, na verdade, distribuídos para a União, estados e municípios, em decorrência dos contratos que estão em vigor no país para exploração e produção de petróleo e gás. Então, são valores bastante significativos. E a gente vai ver que, somando a participação especial, esses valores chegam, nos últimos três anos, a cerca de R$100 bilhões por ano de *royalties* e participação especial no Brasil.

Próximo.

Como é feita essa distribuição? Aí também é um conjunto bem complexo de regulamentos. Daquilo que é recolhido na parcela de 5%, 70% para os estados, 20% para os municípios e mais 10% para as instalações de embarque e desembarque, é um critério específico da lei. Não há destinação para a União naquilo que é produzido em terra até 5%. Na parcela acima de 5% em terra, você tem uma distribuição diferenciada, chegando aí a 52% para o estado, 15% para os municípios, 7,5% para a instalação de embarque e desembarque e 25% para a União. Esses 25% da União já entram na dinâmica ali do Fundo Social previsto na Lei 12.858.

Próximo.

Produção marítima, aquela produção em mar. Nós temos produção de petróleo em mar e em terra no Brasil. Em ordem de grandeza, eu diria que são 5% da produção em terra e 95% da produção em mar. Então, a maior quantidade de riqueza produzida em petróleo e gás acontece na plataforma continental, em mar, como é facilmente conhecido aí e noticiado pela imprensa. Então é por isso que a dinâmica é diferente. A maior parte de uso, portanto, é dividida desta forma, né? Qual é? Na parcela de até de 5%, vou aglomerar aqui os dois: para a União, 20% e 40%; para os estados, 30% e 22,5%; para os municípios, 30% e 22,5%; para os municípios com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instalação de embarque e desembarque, 10% e 7,5%; e aí entra o Fundo Especial, com 10%, na parcela de 5%, e 7,5%, na acima de 5%.

O próximo.

Esses recursos da União para a produção marítima, de 20% e 40%, são distribuídos e têm alocação específica, conforme indicado pelo colega anterior.

Aqueles que tiveram os contratos com declaração de comercialidade anteriores a 2012, os recursos em áreas do pré-sal vão para o Fundo Social. Perdão... É isso, até 2012, vão para o Fundo Social. Os campos marítimos com declaração de comercialidade antes de 3 de dezembro de 2012, fora do pré-sal, vão para o Comando da Marinha e MCT. E os campos marítimos com declaração de comercialidade após dezembro de 2012, são destinados para educação e saúde.

Então, tudo que tivermos aqui de declaração de comercialidade após 3 de dezembro de 2012 é alocado em educação e saúde.

O próximo.

E, com relação ao Fundo Especial do Petróleo, essas alíquotas estão previstas, e a distribuição é feita de acordo com os critérios do FPE e do FPN. A ANP não identifica o destinatário final desse recurso, e esses cálculos são feitos a partir de critérios estabelecidos pelo TCU e posteriormente operacionalizados pelo Banco do Brasil.

O próximo.

Com relação à participação especial, brevemente trazendo aqui alguns elementos de ordem conceitual. É uma participação extraordinária, é uma participação governamental extraordinária, para poder obter ou para que a União consiga obter maior parcela da riqueza petrolífera em campos que têm grande rentabilidade ou grande produção. Basicamente é esse o conceito. A diferença em relação aos *royalties* é também do ponto de vista do tempo em que esse recurso é distribuído: enquanto *royalties* são mensais, a participação especial é trimestral, distribuída também trimestralmente. A participação especial também é um recurso que tem alocação prevista em lei, nos volumes previstos, nos valores previstos, para educação e saúde.

O próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí a legislação que compõe o arcabouço de participação especial, meramente para registro.

O próximo.

E esses são os rateios previstos no art. 50 da Lei 9.478: da participação especial, 40% são Ministério de Minas e Energia e Fundo Social; 10%, Meio Ambiente e Fundo Social; 40%, estados; 10%, municípios produtores ou confrontantes com os campos.

O próximo.

Então, com relação a educação e saúde, o que nós temos aí em termos de regulamento? Como foi colocado, o principal ponto de observância é, de fato, a Lei 12.858, que estabeleceu a destinação específica com relação aos recursos que são apurados pela ANP a partir dessas datas-base. Então, as receitas da União, ali se olhando sempre a data-base de 3 de dezembro; naquilo que acontecer a partir de 03/12, destinação exclusiva para educação e saúde; receita de estados e municípios observa não a declaração de comercialidade, mas os contratos celebrados a partir de 03/12, sendo que 50% dos recursos anteriores, obtidos para declaração de comercialidade anteriores a 03/12, são destinados ao Fundo Social.

Então, esse é o conjunto de regramentos que, digamos, carimbam os recursos para educação e saúde em termos de *royalties* e participação especial.

O próximo.

Esses recursos são... Na medida em que são operacionalizados pela ANP, há um conjunto grande de informações sobre isso no *site* da agência e há total transparência da ANP com relação ao volume de recursos identificados para cada tipo de critério legal. Então, essa é a página da agência, onde esses valores podem ser obtidos, particularmente na caixinha de *royalties*.

Próximo.

E qual é a ordem de grandeza desses recursos arrecadados no país? Então, é de magnitude conforme eu coloquei no começo da apresentação. Esse eslaide apresenta os recursos de *royalties* e PE em caráter nacional para qualquer que seja a destinação. Então, como vemos aí, de 2022, 2023, 2024, na ordem de quase R$60 bilhões em *royalties* e em uma variação entre R$60 bilhões e R$40 bilhões em participação especial. Para este ano também, uma arrecadação bastante significativa até o mês de setembro de 2025, chegando a quase R$50 bilhões de *royalties* e quase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

R$30 bilhões de participação especial, demonstrando aí a importância desses recursos para diversas políticas públicas, incluindo saúde e educação.

Próximo, por favor.

Estou chegando aqui ao final da apresentação.

Então, aqui os números que importam para a discussão que estamos tendo, né? Quais são as receitas destinadas à educação e à saúde a partir dos recursos que foram aqui apurados pela ANP? Esse é o histórico. O histórico mais recente, ali de 2022 a 2024, mostra o caráter bilionário das receitas com identificação exclusiva para educação e saúde. Olhando ali: 2022, R$17,5 milhões; R$19 milhões, em 2023; R$23,5 milhões, em 2024; e neste ano atingindo R$20,8 milhões, dentro daqueles critérios estabelecidos na Lei 12.858.

Próximo.

Se formos olhar só os municípios, ali é a receita total, lembrando que tem alocação específica para os municípios. Então, essa ordem de grandeza de R$5 bilhões a R$6 bilhões são receitas destinadas à educação e à saúde, exclusivamente aos municípios, em decorrência do que foi arrecadado em *royalties* no país.

Próximo.

E as receitas destinadas exclusivamente à educação? Educação é 75% daquilo que foi indicado no eslaide anterior. Então, nós temos aí a ordem de grandeza de R$3 bilhões, R$4 bilhões a R$5,5 bilhões, destinados exclusivamente à educação para os municípios, nos últimos anos, em função do arrecadado em *royalties*.

Próximo.

E, na estimativa disso – esse é o último eslaide –, a ANP também provê estimativas em relação às receitas de participação governamental, particularmente *royalties* e PE. As receitas estimadas aí, em âmbito nacional, exclusivamente para a educação, são dessa ordem de grandeza, chegando a R$20 milhões, R$22 milhões até 2029, lembrando que há sempre um conjunto grande de incertezas associadas a isso, já que estamos tratando aí de uma riqueza que depende de variáveis como câmbio, a produção em si no Brasil e o próprio preço do petróleo no mercado internacional. Então, apesar das estimativas que nós fazemos e colocamos no *site*, é sempre bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ressalvar que as estimativas se sujeitam às variações e condições geopolíticas e econômicas não só no país, mas também fora do país.

Com isso, eu concluo aqui. Acho que o próximo eslaide é o encerramento.

Fico à disposição das questões que surgirem aí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Com certeza, são muitas informações importantes para a nossa composição e monitoramento em relação aos recursos dos *royalties* do petróleo.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Nelson Cardoso Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e também representante da Anped.

Nelson já esteve conosco em uma outra audiência.

Seja bem-vindo.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde para a Senadora, para todos os presentes. O som está bom aí para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está, está bem.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL (*Por videoconferência*.) – Está bom.

É um prazer estar aqui novamente com a Senadora discutindo agora essa questão muito complicada, como já deu para perceber, principalmente na apresentação do Bruno, da Agência Nacional do Petróleo. E quero parabenizar então a Senadora por trazer esse tema, porque essa é uma fonte muito interessante que a gente está visualizando para financiar o próximo Plano Nacional de Educação também, né? E, é claro, o Fundeb.

Quero parabenizar também a equipe de consultores da Câmara e do Senado, representada aí pelo Paulo de Sena, que esteve discutindo esse assunto, porque essa é uma riqueza na qual a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente deve prestar bastante atenção, e não só petróleo e gás. Eu vou chamar a atenção também para a riqueza ligada à parte hídrica e aos minerais.

Eu vou passando aqui com uma certa disciplina, para que eu possa cumprir tudo que eu planejei. Eu estou falando em recursos hídricos e minerais exatamente por conta do que ficou aprovado na Conae 2024, nas estratégias. Uma das estratégias de fontes é exatamente nessa linha que a gente está discutindo aqui, que são fontes ligadas à riqueza natural brasileira. E uma delas é a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e os *royalties* de Itaipu.

Então, esse volume de recursos associados a essa fonte – dá para ter uma ideia aí ao longo do tempo, de 2014 até 2024 – é da ordem de R$4 bilhões a R$3 bilhões, né? E nesse período de 2014 até 2024, foram R$41 bilhões exatamente nesse período do PNE que está terminando agora. Então, é uma fonte que poderia ter sido olhada nesse período e não foi; então, a Conae (Conferência Nacional de Educação) sugere que ela seja olhada agora.

Uma outra fonte que foi discutida também na Conae é exatamente a Compensação Financeira pela Exploração Mineral, e também dar uma examinada nas alíquotas, porque as alíquotas brasileiras são muito baixas, a gente vai verificar isso. Os valores relacionados à exploração mineral são esses que estão aqui. Você vê que teve um pico aí em 2021 de R$9,3 bilhões, né? E nesse período, de 2004 até 2024, então, seria uma fonte de R$69 bilhões possíveis, para serem colocados em uma determinada prioridade nacional ou em várias prioridades nacionais.

Nós da Fineduca e da Anped – eu estou representando também a Anped nessa discussão – estamos defendendo que as prioridades deveriam ser educação, saúde e ciência e tecnologia. Esses três aspectos são fundamentais aí para a gente pensar no futuro do Brasil.

Sobre as alíquotas, é preciso prestar atenção, porque aqui é um trabalho da Câmara dos Deputados, de 2011, em que eles foram analisar Austrália, China, Indonésia e Brasil olhando as alíquotas que são cobradas. Na Austrália é o valor na mina, na China é o valor na venda, na Indonésia é o valor na venda, e no Brasil é sobre o faturamento líquido. E o faturamento líquido é o valor que sobra depois de se pagar todas as despesas e impostos, ou seja, é o dinheiro que realmente fica com a empresa após se descontar os custos. Então, vocês veem que tem essa diferença que precisa ser olhada, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há também as diferenças de alíquotas, né? O cobre, 5% na Austrália, 2% na China, 4% na Indonésia, no Brasil é 2%. A bauxita, 7,5% na Austrália, no Brasil é 3%. O diamante, 7,5% na Austrália, 4% na China, 6,5% na Indonésia, e aqui é 0,2%. O ouro, é 4% na China, 3,75% na Indonésia e 1% no Brasil. O minério de ferro, 5% a 7,5% na Austrália, 4% na China, no Brasil é 2%. A magnesita, 5% na Austrália, e 2% no Brasil – 5% Austrália, e 2% no Brasil.

E tem agora toda essa frente ligada às terras-raras, materiais críticos e tal, e até os Estados Unidos estão de olho nessa riqueza brasileira, e foi constituída uma Comissão para discutir e analisar esse assunto. A gente espera que as alíquotas sejam um componente importante nessa discussão.

Outra estratégia aprovada na Conae é exatamente essa ligada ao petróleo e gás, que é relativa a todo o volume de recursos envolvidos no petróleo e gás brasileiros. Então, a proposta aprovada na conferência nacional foi aplicar em educação pública parte dos recursos associados ao petróleo e gás, além daqueles já vinculados ao Fundo Social do Pré-Sal. Então, é priorizar realmente essa riqueza natural brasileira para educação, e estendendo sempre à saúde e ciência e tecnologia.

Bom, trabalhando exatamente com a fonte que é a ANP, o *site* da ANP, a que o Bruno fez referência. É um ótimo *site* para a gente analisar essa situação.

Se a gente levanta o total de *royalties*, participações especiais, ocupação com retenção de área, de 2002 até 2024, a gente encontra um total de R$1,3 trilhão, ou seja, essa, então, é uma riqueza que, ao longo desse período, deu R$ 1,3 trilhão e que poderia já ter propiciado melhorias na educação, na saúde, na ciência e tecnologia brasileiras, se fossem muito bem planejados esses recursos, né?

A gente espera que, a partir de agora, seja possível fazer esse planejamento, porque é um volume assustador realmente de recursos, que a gente precisa, pensando no futuro brasileiro, estruturar melhor essa distribuição e aproveitamento dessa riqueza natural, que é finita, como foi falado antes.

O Tribunal de Contas da União, em 2022, detectou problemas no Fundo Social do Pré-Sal, especificamente no Fundo Social do Pré-Sal, porque esse dinheiro todo aqui a que eu me referenciei é distribuído, né? Como ficou um pouco claro na fala do Bruno: estados, municípios, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comando da Marinha, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia recebem. O Fundo Social tem um volume específico para educação e saúde, e tem também o Fundo Especial. Então, esse volume de recursos aqui é distribuído nesses setores todos.

O Tribunal de Contas detectou que 64 bilhões foram aplicados para amortização de dívida. Mesmo que isso tenha sido autorizado pelo Congresso Nacional, é um completo desvio de função a aplicação desses recursos em amortização da dívida pública.

Trabalhando, imagino, com todo esse material que tem no *site* da Agência Nacional de Petróleo, o Tribunal de Contas estima – devem ser as estimativas a que o Bruno fez referência no final da apresentação dele – que, de 2023, a 2032, só o Fundo Social deve ter R$968 bilhões de montante financeiro. Desses, 75%da metade desse valor, R$363 bilhões seriam para a educação, e R$121 bilhões para saúde, que é 25% da metade desses R$968 bilhões. Então, realmente é uma fonte importantíssima. A gente não deu atenção para ela para trás, a gente viu que era R$1,3 trilhão, e agora vem aí coisa da ordem de um R$1 trilhão. A gente precisa prestar atenção e aproveitar melhor esses recursos.

Nesse mesmo contexto, os países montaram um fundo soberano a partir das suas riquezas. A China tem três fundos soberanos, cujos valores são altíssimos: US$2,78 trilhões; Emirados Árabes, Noruega, Singapura, Kuwait, Arábia Saudita, e vai embora até o Chile, o 30º do *ranking*, com US$13 bilhões.

Vou destacar aqui a Noruega... Destaquei aqui os primeiros, e a Noruega tem, então, um fundo soberano de US$1,477 trilhão de dólares. E a Noruega fez todo esse fundo soberano a partir do petróleo. Pelo que foi dito pelo representante da FUP, em outra reunião de que eu participei, toda a legislação do petróleo – e o Bruno pode dizer se é isso mesmo – foi baseada na legislação da Noruega. Toda a legislação de petróleo nossa foi baseada exatamente na Noruega. E o que fez a Noruega quando usou esse recurso? Aplicou esse percentual do PIB dela em educação, o PIB da Noruega cresceu de US$97 bilhões para US$347 bilhões. A Noruega teve uma população que flutuou desta forma: diminuiu a população total de zero a 24, que são os jovens, e conseguiu recuperar um pouco essa população. E, aplicado por pessoa de zero a 24, subiu violentamente o valor aplicado em educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem um estudo do Ipea que mostra que, quando você aplica dinheiro em educação, você tem um efeito ampliador no PIB, nas rendas das famílias e na diminuição das desigualdades. Por exemplo, no PIB, é 1,85. Então, a gente precisa criar um ciclo virtuoso no Brasil, e aplicar dinheiro em educação é a quebra desse ciclo vicioso. Como o Paulo de Sena falou, a gente vem há mais de século com esse ciclo vicioso de não melhorar as condições. A gente melhora as condições, a gente melhora o PIB, o PIB, crescendo, a gente melhora as condições para educação, e cria-se, portanto, um ciclo virtuoso aí.

Se o Brasil aplicar 10% do PIB, a gente imagina que, até 2034, a gente estaria nesta situação: dando um salto no valor aplicado por pessoa de zero a 24, porque a gente está muito distante dos valores da Noruega. A gente vê aqui que o Brasil está em US$2 mil, US$3 mil; a Noruega já está em US$17 mil. Então, se a gente aplicasse, chegasse a 10% do PIB, a gente chegaria em 2034 a US$6,5 mil, ainda distante dos valores da Noruega, é claro, mas também a desigualdade brasileira, a quantidade de pessoas... então é muito diferente a análise que a gente tem que fazer.

Lembro que a gente está num momento importante ainda da dinâmica populacional, porque a quantidade de pessoas de zero a 24 anos tem esse movimento, que é diferente daquele movimento lá da Noruega. Então, existe uma grande massa ainda de crianças e jovens no Brasil que precisam, neste momento, de mais recursos educacionais. Se deixar para depois, não vai existir mais essa quantidade de pessoas de zero a 24, e essa juventude que está agora, nesses próximos dez anos, já vai estar com a idade mais avançada e sem condições de fazer uma educação de qualidade.

E o Brasil tem riqueza para isso, né? A gente viu aqui claramente, olhando só essa fonte de petróleo. Eu trouxe também a fonte hídrica e a fonte de minérios, e tem outras possibilidades de fontes possíveis. É chegada a hora de o Brasil fazer isso também, implementar e utilizar seus recursos naturais, que são finitos, né? Só lembrando novamente, a gente tem que tomar cuidado que eles são finitos, e as próximas gerações vão cobrar das gerações atuais, nós incluídos, por que nós não fizemos isto, né? Como eu estou cobrando aqui, hoje, por que ao longo do tempo não foi examinado esse volume de recursos e dada a prioridade para esse volume de recursos aqui? Daqui 10, 15, 20 anos, alguém vai estar fazendo essa série histórica até 2050 e vai verificar: "Poxa, esse pessoal podia ter usado melhor esses recursos e não usou", né? A educação continua com a avaliação que o Paulo de Sena trouxe, a saúde continua com problemas, a ciência e tecnologia defasadas em relação às novas tecnologias, nas próximas décadas, e tudo o mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero só agradecer bastante a oportunidade, Professora Dorinha, de ter apresentado esses dados e esses números, representando aqui a Fineduca e, no fim, representando a Anped também, que não pôde participar diretamente com um representante da Anped. Um prazer estar com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço. Eu acho que, de maneira geral, fica o alerta, né? Na verdade, é uma fonte importante de recursos. Mesmo sendo uma fonte finita, a janela de recursos é muito significativa. A nossa ideia, quando nós aprovamos a avaliação do Fundeb enquanto política pública e o conjunto de recursos... Eu não sei mais se foi a Cleo que falou, mas nós estamos aí com a questão do Pé-de-Meia. Eu, em particular, voto contra. Eu acho que o Pé-de-Meia é uma importante ação de acesso, de permanência dentro da educação, mas acho que é um equívoco ele estar dentro do MDE. Ele tem uma natureza assistencial. E, de igual forma, eu vejo que os recursos aqui dessas fontes que nós discutimos hoje têm que ser mais bem enxergados, até para que a gente esteja vigilante.

Tenho tido alguma preocupação com algumas falas, inclusive do ministério, dizendo que a complementação do Fundeb tem estrangulado o orçamento. E, quando a gente estava discutindo o arcabouço, eu fui uma das que lutou para que a complementação não entrasse no arcabouço, justamente... Embora naquela época houvesse um entendimento do ministério de que não iria comprometer o orçamento, mas, obviamente, sim, até porque também é um recurso que passa pelo ministério, mas ele é transferido totalmente para as redes municipais e estaduais de educação. Então, é um equívoco entrar no conjunto de recursos específicos do ministério.

Queria só solicitar as apresentações ou textos que vocês possam enviar para o nosso trabalho. A ideia nossa é finalizar o relatório. Inclusive, entendendo que ano que vem é um ano eleitoral, o tempo de monitoramento e de avaliação vai ser menor. Então, nós gostaríamos de apresentar o relatório e, se for necessário, medidas legislativas, já a partir do que nós tivermos levantado: se for necessário, aprimorar a legislação já existente ou fazer ajustes necessários, tanto no Fundeb, quanto na questão do ICMS e, logicamente, aqui da fonte de recursos, dos *royalties* e do petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a todas as participações que nós tivemos. Acho que todos receberam as questões também enviadas. E, a partir do que vocês receberam, caso exista interesse também em contribuir, nós aguardamos.

Agradeço à consultoria, que está aqui presente, e vou encerrar, porque estou aqui com agonia para fechar o meu relatório lá do Sistema Nacional de Educação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada pela participação presencial e remota.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Giordano, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 39/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater e celebrar o transcurso de 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil e a sua importância nos currículos da educação brasileira. **Participantes:** Sra. Mariana Ramos Reis Gaete, Coordenadora-Geral de Planejamento Acadêmico, Pesquisa e Inovação do Ministério da Educação (MEC); Sra. Marta Von Ende, Diretora do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Sra. Eliene Gomes dos Anjos, Professora e pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Sr. Demetrius David da Silva, Reitor da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Sr. Vilmar Rodrigues Moreira, Professor e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Sra. Paola Richter Londero, Professora e pesquisadora da Escola Superior do Cooperativismo (ESCOOP); Sr. Remy Gorga Neto, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e Sra. Kristiane Mattar Accetti Holanda, Coordenadora-Geral de Engenharias e Tecnologias (CGETE/DCTI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2025.

A presente reunião tem o objetivo de realizar uma audiência pública para debater e celebrar o transcurso de 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil e sua importância nos currículos da educação brasileira, em atenção ao Requerimento nº 39, de minha autoria.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Remy Gorga Neto, Presidente da OCB do Distrito Federal, representando a Organização das Cooperativas Brasileiras; a Sra. Marta Von Ende – falei certo? –, Diretora do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria; a Sra. Eliene Gomes dos Anjos, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; o Sr. Demetrius David da Silva, Reitor da Universidade Federal de Viçosa; o Sr. Vilmar Rodrigues Moreira, Professor e Pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; a Sra. Paola Richter Londero, Professora e Pesquisadora da Escola Superior do Cooperativismo; a Sra. Kristiane Mattar Accetti Holanda, Coordenadora-Geral de Engenharias e Tecnologias (Cgete), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). De forma remota, participa a Sra. Mariana Ramos Reis Gaete, Coordenadora de Planejamento Acadêmico, Pesquisa e Inovação do Ministério da Educação.

Informo que a participação dos interessados – a gente já tem algumas perguntas aqui e comentários – está aberta pelo Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível na página do Senado, na Comissão de Educação.

Na exposição, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até oito minutos. Ao final das exposições, se houver algum Parlamentar que queira falar, será concedida a palavra.

Com a palavra, de forma remota – pois ela participa conosco remotamente –, a Sra. Mariana Ramos Reis Gaete, Coordenadora-Geral de Planejamento Acadêmico, Pesquisa e Inovação do Ministério da Educação.

A SRA. MARIANA RAMOS REIS GAETE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde.

Vocês me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

A SRA. MARIANA RAMOS REIS GAETE (*Por videoconferência*.) – Sra. Professora Dorinha Seabra, Sras. e Srs. Senadores, demais autoridades e representantes das universidades, instituições de ensino e do movimento cooperativista, boa tarde. É uma honra estar participando desta audiência.

Eu estou representando a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, e a gente está muito feliz de participar desta audiência em celebração aos 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil, um marco histórico que teve início em 1975 com a criação do curso de Cooperativismo na Universidade Federal de Viçosa. Essa iniciativa pioneira consolidou as bases acadêmicas e científicas de um campo essencial ao desenvolvimento social e econômico do país. Celebrar meio século de ensino superior em cooperativismo é reconhecer a visão estratégica e inovadora da UFV, que, há cinco décadas, compreendeu que o cooperativismo vai além da formação profissional, é um instrumento de transformação social.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) orientam que a formação universitária deve articular ensino, pesquisa e extensão em favor do desenvolvimento humano e sustentável. Nesse contexto, o cooperativismo se afirma como tema transversal, promovendo valores como democracia, cidadania e trabalho coletivo. Essas diretrizes reforçam uma convicção essencial: a universidade é, antes de tudo, um espaço de transformação social, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o cooperativismo é uma de suas expressões mais potentes, porque ensina a aprender juntos, a decidir coletivamente e a crescer de forma compartilhada.

Ao longo desses 50 anos, o ensino do cooperativismo se expandiu, formando profissionais comprometidos com valores de solidariedade, democracia, equidade e sustentabilidade. Expandiu-se, mas tem que se expandir mais, tem mais espaço, tem mais potencialidade. Então, a gente pensa em uma formação transversal dos professores, para que eles possam passar isso aos seus alunos como um todo.

Esses valores se tornam ainda mais relevantes neste ano, que é o Ano Internacional das Cooperativas, proclamado pela ONU, sob o tema: "Cooperativas constroem um mundo melhor". Essa iniciativa global nos convida a refletir sobre o cooperativismo como um modelo alternativo e complementar às economias tradicionais, capaz de gerar emprego, renda e inclusão, sem renunciar à responsabilidade social e ambiental.

Nesse cenário, a educação superior tem papel estratégico: inserir o cooperativismo de forma transversal nos currículos significa preparar nossos estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em comunidade, para o empreendedorismo coletivo e para a cidadania cooperativa. O cooperativismo contribui para formar estudantes preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em comunidade, para o empreendedorismo coletivo.

Nesse sentido, o Ministério da Educação, por meio da Sesu, entende que integrar os princípios e valores cooperativistas aos processos formativos fortalece competências como empatia, corresponsabilidade e senso de pertencimento.

As universidades são espaços privilegiados para difundir a cultura cooperativista, integrando ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento local e regional.

Ao celebrarmos este cinquentenário, reafirmamos o compromisso do MEC em apoiar iniciativas que aproximem educação e cooperativismo, incentivando práticas pedagógicas inovadoras e políticas públicas voltadas à formação cidadã, ao trabalho digno e à sustentabilidade.

Em nome da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, agradeço o convite e parabenizo o Senado e a Senadora Dorinha Seabra pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que este momento nos inspire a seguir integrando o cooperativismo como eixo estruturante da educação brasileira, contribuindo para um país mais solidário, inclusivo e sustentável.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Mariana, pela sua participação e, acima de tudo, pela sua fala, que reconhece a importância do sistema cooperativista e de todos os valores que o sistema traz para a educação básica e para o ensino superior. Sabemos que você tem uma outra agenda. Então, agradecemos. Fique conosco enquanto for possível, mas já ficam aqui nosso respeito e gratidão.

Passo a palavra para o Sr. Remy Gorga Neto, representante da OCB.

O SR. REMY GORGA NETO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Dorinha.

Na sua pessoa, quero saudar aqui todos os nossos companheiros da mesa e demais autoridades. Uma saudação especial também ao nosso Presidente da OCB Acre, que está aqui, Valdemiro; e aos nossos professores da Universidade Federal de Viçosa, onde tive a honra e o orgulho de concluir o curso de Tecnólogo em Cooperativismo – ainda era tecnólogo – há 40 anos.

Quero dizer da minha satisfação de estar participando deste momento importante, em que nós, de alguma forma, celebramos e valorizamos o curso de Cooperativismo, iniciado, pioneiramente, pela Universidade Federal de Viçosa – nosso Magnífico Reitor está aqui presente –, que depois se disseminou por outras universidades. E foram criados também institutos de cooperativismo, como a Escoop do Rio Grande do Sul, que está aqui representada, e a Escoop do Mato Grosso, voltados à questão da formação superior em cooperativismo. Tenho a honra de estar aqui representando o Sistema OCB, como Conselheiro hoje do Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), representando a Região Centro-Oeste.

E esse conjunto de instituições que formam o Sistema OCB e as suas unidades estaduais têm muito que valorizar o curso de Cooperativismo e os profissionais egressos dos cursos de cooperativismo de todas as instituições que trabalham na formação desses profissionais, com a importância hoje do profissional específico de cooperativismo para atuar não só nas cooperativas, mas no Sistema OCB e outras instituições, instituições governamentais, trazendo essa especificidade do conhecimento do cooperativismo, dos seus valores e princípios, do seu modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de gestão e de governança. Então, esse profissional tem que ser valorizado. Hoje, o Sistema OCB e o cooperativismo brasileiro como um todo estão em um estágio avançado de profissionalização da sua governança e da gestão muito também em decorrência do que se estuda, do que se produz em termos de produção acadêmica, de pesquisa, e da atuação dos profissionais que, de alguma forma, passaram pelas cadeiras, pelos bancos dos cursos de cooperativismo.

É uma alegria estar aqui. Quero parabenizar a Senadora por esta iniciativa.

Nós temos a convicção de que o Sescoop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) tem na sua essência e no seu objetivo principal capacitar, desenvolver as pessoas, desenvolver as estruturas das cooperativas, o desenvolvimento pessoal e organizacional das cooperativas. E profissionais que atuam hoje em várias unidades estaduais, inclusive aqui no Distrito Federal, onde eu tenho a honra de presidir a OCB-DF... Nós temos profissionais oriundos do curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa, nossa Gerente-Geral é formada lá, temos analistas... Então, esses profissionais são muito importantes para o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro como um todo.

O Sistema OCB está sempre de mãos dadas, apoiando as iniciativas, com as universidades. Estamos concluindo hoje o EBPC (Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo), com o apoio do Sistema OCB. Isso faz com que a gente tenha um terreno cada vez mais amplo para a atuação desses profissionais na pesquisa e no desenvolvimento de materiais e de conteúdo para o cooperativismo. Temos que pensar muito nas políticas que possam apoiar os cursos nas universidades federais e nas universidades estaduais também nos níveis de mestrado e doutorado para que tenhamos um cooperativismo cada vez mais estruturado, com base acadêmica, base científica, para que possamos desenvolver a governança, a gestão, a cultura cooperativista... Hoje, se discute muito a questão de termos essa cultura. Infelizmente, nós temos uma cultura e uma educação muito mais voltadas para competição do que para cooperação. Então, temos que desmistificar um pouco isso. Poder trabalhar a questão da cooperação como base do cooperativismo é muito importante. Nesse trabalho, nessa base, as universidades e os cursos de cooperativismo têm uma importância muito grande com relação a isso.

Deixo aqui a minha saudação, parabenizando todos os egressos, os estudantes, os professores, aqueles que conduzem esse trabalho no cooperativismo na parte da qualificação, na educação. Deixo aqui a minha saudação, parabenizando-os pelos 50 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano, eu faço 40 anos de formado no curso de Cooperativismo de Viçosa e tive a honra de ser homenageado lá, representando os egressos do curso. Muito me orgulha ter sido escolhido para representar tantos profissionais, quase mil profissionais, nesses dez anos de curso. É uma honra para mim e um orgulho representar todos esses profissionais que fazem um trabalho fantástico no cooperativismo brasileiro.

Parabéns a todos.

E longa vida aos nossos cursos de cooperativismo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Passo a palavra para a Sra. Marta von Ende, Diretora do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria.

A SRA. MARTA VON ENDE (Para expor.) – Obrigada, Professora e Senadora Dorinha, pelo espaço importante aqui para tratarmos dessa pauta tão cara para nós que atuamos com a educação na área do cooperativismo.

Saúdo também os demais componentes aqui da mesa, que farão uso da palavra. Uma saudação também muito especial à comitiva que veio da Universidade Federal de Santa Maria, composta pela Profa. Marindia, coordenadora do nosso curso de graduação em Gestão de Cooperativas, por egressos do nosso curso de Técnico em Cooperativismo e de graduação de Gestão De Cooperativas e também por professores que atuam no curso.

A Universidade Federal de Santa Maria é uma universidade no interior do Rio Grande do Sul, uma das primeiras universidades fora de uma capital, que completa em dezembro deste ano 65 anos, e tem também, em sua trajetória, em sua caminhada, uma importante incursão dentro da área do cooperativismo. Então, eu vou dividir a minha fala em praticamente duas perspectivas. Vou falar um pouco dessa trajetória da UFSM na questão da formação da educação, trabalhando o tripé ensino, pesquisa e extensão, na área do cooperativismo; e, mais ao final, vou lançar alguns desafios que nós percebemos ao longo dessa nossa caminhada.

A UFSM teve um curso de Tecnólogo Em Cooperativismo pioneiro na década de 1970, que foi reconhecido em 31 de julho de 1979 e formou a sua primeira turma em 23 de dezembro de 1977; ele foi descontinuado em 1999, quando tivemos o último estudante ali diplomado. Depois de dez anos, a Universidade Federal de Santa Maria retoma a sua oferta de oportunidades na área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do cooperativismo na ocasião do Reuni, que foi um programa de expansão das universidades federais, com o curso de Gestão de Cooperativas, no ano de 2009, um curso de graduação. A universidade retoma, então, a sua oportunidade de formação na educação superior com esse curso e, ao longo da sua caminhada, também passa a atuar com a educação básica com o curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, que é um curso em parceria com a Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul, na modalidade EJA/EPT. É um curso, então, que se iniciou em 2021 a partir desse acordo de cooperação com a Secretaria do estado, um curso de formação inicial e continuada com uma carga horária de 200 horas.

Também a universidade tem um curso técnico em cooperativismo que iniciou em 2014, junto com o e-Tec, que é a rede de educação à distância, com financiamento externo. Depois ele foi descontinuado e retomou em 2021, como um curso, então, regular, sem financiamento externo. E, na sua primeira edição, esse curso teve mais de 2 mil inscritos, com candidatos em todos os estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal; então, uma absurda demanda de busca de formação por essa área do cooperativismo. Para nós, foi muito significativo, temos esse curso ofertado até hoje e, em todas as edições subsequentes, também uma elevada demanda.

O que mais a universidade faz em termos do cooperativismo? Então, nós temos a curricularização desse tema em todos os nossos cursos técnicos do Colégio Politécnico, que é a unidade de ensino que hoje atua fortemente com a área do cooperativismo. Nós temos 19 cursos técnicos em sete áreas, sete eixos tecnológicos diferentes, e foi colocada a disciplina Seminários de Formação, que atua o tema do cooperativismo e outros temas transversais, que são exigidos pela Resolução 1, que é a das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Também temos uma cooperativa-escola, que foi fundada em 1987, a Cooperativa-Escola dos Estudantes, que é o laboratório do curso de Gestão de Cooperativas para as práticas e também para trabalhar essa educação do cooperativista, que perpassa em todos os cursos.

Temos a primeira revista científica com publicações predominantemente na área do cooperativismo, que é a *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, cuja Editora-Chefe também está presente aqui, a Profa. Marcia Bento. É uma revista desde 2014. Temos um Simpósio Nacional de Gestão de Cooperativas (Singescoop), que já tem 12 edições realizadas, que é uma iniciativa dos próprios estudantes do curso de Gestão de Cooperativas, que fazem esse evento como também uma ação de extensão. Inclusive, a gente faz anualmente e com uma parceria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também com o EBPC, que é o evento de que nós estamos participando nesta semana aqui em Brasília, a gente faz de forma alternada: num ano, tem o EBPC; no que vem, vai ter o Singescoop.

Temos o Projeto +Coop, que é um projeto de extensão, que tem uma capilaridade muito grande também e que, desde 2016, já formou mais de 2,5 mil pessoas, entre coordenadores de núcleos, associados, colaboradores de cooperativas. E temos também um grupo de pesquisa, que é o Grupo de Estudos em Cooperativismo e Contabilidade. Então, apesar de a nossa instituição não ter a pós-graduação na área do cooperativismo, ela trabalha com educação básica e superior, exceto a pós-graduação, mas os docentes, muitos dos professores atuam em grupos de pesquisa, em programas de pós-graduação com pesquisas voltadas ao cooperativismo.

Então, para fechar a minha fala: o que nós percebemos como alguns desafios? A questão da importância de a gente fortalecer a curricularização da extensão, e para isso a gente precisa – o que é uma questão obrigatória – também ter recursos – então, tem sido um grande desafio para as universidades promover essa curricularização da extensão sem uma suplementação orçamentária para viabilizar e dar campo para qualificar a formação dos nossos estudantes –; também mais iniciativas com recursos de fomento específicos para as pesquisas no cooperativismo; políticas públicas para dar acesso a demandas que temos nessa formação, que é evidente pelos nossos processos seletivos, que são muito concorridos – então, a gente poder fortalecer essa oportunidade de formação na área do cooperativismo –; fomento para estruturação e qualificação de cursos regulares também – por exemplo, nós temos o nosso curso à distância, só que a gente precisaria ter uma estrutura melhor para preparar os materiais didáticos, enfim, porque a gente não conta com financiamento externo, teria que ter linhas específicas de fomento para isso –; e, por fim, também fortalecer as parcerias interinstitucionais para desenvolver iniciativas e acessar programas governamentais – tem sido para nós um grande desafio, por exemplo, fazer articulações com a secretaria de estado para acessar programas, como o mais recente, que seria o Propag.

Então, seria essa a minha fala.

Muito obrigada pelo espaço, pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu quero agradecer também a presença do Professor Samuel Soares, Vereador da Câmara Municipal de Ubá, Minas Gerais; do Sr. Marcus Peixoto, Presidente da Sociedade Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober); do Sr. Manoel Valdemiro da Rocha, Presidente do Sistema OCB do Acre. E eu gostaria, sei que não está presente, de cumprimentar o Sr. Ricardo Khouri, que é o Presidente da OCB do Tocantins.

Fui Secretária de Educação no Tocantins por quase dez anos e conheci o sistema cooperativista a partir de uma iniciativa do Governo do estado, à época, que queria transformar todas as escolas públicas em escolas cooperativistas, escolas cooperativas. E comecei a estudar e verificar, fui a várias escolas que existiam na área da educação. Comecei por aprender que não adiantava um Governador querer criar escolas cooperativas, porque não vem de cima para baixo – o modelo cooperativo nasce ao contrário: nasce da sociedade, na forma de organização –, mas isso não me impediu, à época, de aprender muitas coisas e levar para o princípio que o Governador da época queria. Ele queria dar autonomia para cada escola – autonomia financeira, administrativa –, fortalecer a gestão de cada uma das escolas, envolvendo os pais, e nós chegamos a um passo importante de até pequenas obras: o valor naquela época de R$450 mil ia direto para a escola.

Conheci muitos modelos das escolas cooperativistas, e não posso deixar de mencionar a Maria José, que é pré-histórica do cooperativismo do meu estado. Quando eu digo pré-histórica, é com carinho, porque é uma pessoa que nos ajudou muito no trabalho da secretaria, no trabalho de empoderamento de mulheres e, ao mesmo tempo, no fortalecimento. E o nome dela se mistura com todo o movimento cooperativista no Estado do Tocantins.

O SR. REMY GORGA NETO – Permita-me, Senadora. Maria José é egressa também do curso de Cooperativismo lá de Viçosa. Eu costumo falar, nos nossos encontros, que ela foi minha caloura lá; não sei se ela gosta muito não, mas ela foi minha caloura no curso de Cooperativismo. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está melhor do que eu, que falei pré-histórica, não é? (*Risos.*)

O SR. REMY GORGA NETO – Já me senti pré-histórico também.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Mas é um carinho. Eu também estava, na verdade, lidando com o tema, então também sou pré-histórica na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas acho que o Brasil precisa avançar mais na compreensão. É lógico que, pela própria natureza, o modelo cooperativista não é alguma coisa como um conjunto ou que se faça através de um decreto, mas é um modelo de gestão e de formação extremamente importante.

Ao mesmo tempo, falo da questão da curricularização. No meu estado, a extensão na Universidade Federal do Tocantins está curricularizada, e eu coloquei recursos para a escola de extensão, lá no meu estado, e apoio, e vejo que cresce muito a formação a partir da ação da extensão dentro desse perfil da curricularização.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Eliene Gomes dos Anjos, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A SRA. ELIENE GOMES DOS ANJOS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Saúdo a Senadora Professora Dorinha, agradeço por sua oportunidade, mas saúdo também os nossos estudantes de Gestão de Cooperativas lá do Recôncavo da Bahia – porque eu sei que tem inúmeros acompanhando esta audiência – e todas e todos os presentes.

A UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) é a primeira universidade federal no interior do Estado da Bahia, um estado com 15 milhões de habitantes que, até o ano de 2005, só tinha uma universidade federal, Senadora. Então, a UFRB surge nesse processo de interiorização do ensino superior e surge a partir da demanda da sociedade civil. O curso de Gestão de Cooperativas não foi criado de dentro da universidade para a sociedade, foi a sociedade que participou de audiências públicas e, nessas audiências públicas, quando reivindicavam uma universidade federal no interior e no Recôncavo, reivindicou um curso de Gestão de Cooperativas que pudesse qualificar a gestão de associações, de cooperativas e de empreendimentos no campo da economia solidária. Então, o curso de Gestão de Cooperativas só tem sentido porque ele alinha o ensino, a pesquisa, a extensão e as ações afirmativas.

A UFRB é uma universidade em que mais de 80% do seu quadro de estudantes são autodeclarados negros. Então, a política afirmativa também está dentro desse curso de Gestão de Cooperativas, quando nós construímos um PPC em que a prioridade é construir espaços práticos para a formação desses estudantes, para que, a partir do ensino, da extensão e da pesquisa, a gente possa qualificar associações, cooperativas e empreendimentos de economia solidária, que têm na gestão um dos seus maiores gargalos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E esses estudantes são tão proativos que gravaram um videozinho – que eu acho que o pessoal vai apresentar – para que eu apresentasse para vocês. É um pequeno vídeo de dois minutos. (*Pausa.*)

Eu não estou com... (*Pausa.*)

Foram esses estudantes de Gestão de Cooperativas...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ELIENE GOMES DOS ANJOS – Esse vídeo expressa o que é o curso de Gestão de Cooperativas. Dentro da universidade, nas imagens, nós estamos mostrando uma atividade que fizemos na semana passada, que era para fortalecer a gestão associativa. Tinha estudantes, tinha cooperativas, tinha associações da agricultura familiar.

O curso tem no seu DNA a extensão. Então, para reforçar, a curricularização da extensão não começa agora no curso de Gestão de Cooperativas; ela começa em 2008, quando nós criamos o curso. Só que é um grande desafio você fazer curricularização da extensão com os orçamentos tão limitados das universidades federais. Então, buscar apoio financeiro para que a gente continue contribuindo com as organizações coletivas, principalmente da economia solidária e da agricultura familiar, é um dos grandes desafios.

Outro elemento que fortalece o ensino da gestão do cooperativismo são as incubadoras. Nós temos uma Incubadora de Empreendimentos Solidários, que nossos estudantes também utilizam como um espaço de laboratório de formação prática.

Tenho menos de três minutos, né?

Eu quero reforçar alguns desafios que nós temos, não só aliando o ensino à extensão, mas aliando a ela também a pesquisa. Nós temos poucos dados estatísticos que comprovem, por exemplo, a participação da população negra, a participação dos povos e comunidades tradicionais no cooperativismo. Se nós tivermos esses dados, além de estarmos visibilizando o cooperativismo como um mecanismo de inclusão e superação das desigualdades, nós vamos poder ter mais pesquisas que visibilizem agrupamentos que são invisibilizados devido a esses processos de desigualdades que nós temos. Então, além do próprio ensino e de garantir recursos para curricularização, nós temos que conseguir realizar pesquisas, inclusive com o próprio Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

OCB, no sentido de sensibilizar suas cooperativas para participarem dessas pesquisas, não porque nós queremos construir um conhecimento de cima para baixo, mas porque queremos construir um conhecimento que qualifique a formação dos nossos estudantes, de acordo com as demandas das cooperativas, mas também que comprove que o campo do cooperativismo é um campo de superação das desigualdades e um campo que pode construir mais igualdade, mais protagonismo, principalmente dos segmentos que foram mais alijados dos direitos historicamente no nosso país.

Então, o PPC hoje de Gestão de Cooperativas tem como grande desafio dar conta da gestão de cooperativas que estão muito na linha do mercado competitivo, ou seja, ele precisa ter uma qualificação para se manter competitivo nesse mercado, mas também trabalhamos e temos como eixo central qualificar os próprios agricultores familiares, as próprias mulheres artesãs que entram no curso de Gestão de Cooperativas na universidade para que elas retornem para dentro dos seus empreendimentos e possam também fazer a sua gestão. Então, nós não só formamos pessoas para...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIENE GOMES DOS ANJOS – ... serem empregadas a partir da CLT, mas formamos também pessoas que estão dentro dos empreendimentos de economia solidária, da agricultura familiar e, principalmente, do artesanato, que é um ramo muito forte no Recôncavo da Bahia, para que possam gerir seus empreendimentos e ter empreendimentos autogestionários e condições de melhorar suas condições socioeconômicas para corrigir as mazelas históricas que ainda mantêm diversos segmentos em situação de vulnerabilidade.

Muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Profa. Eliene.

E passo a palavra ao Sr. Demetrius David da Silva, Reitor da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O SR. DEMETRIUS DAVID DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Gostaria de iniciar cumprimentando a Senadora Professora Dorinha Seabra e fazendo, Senadora, um duplo agradecimento. Primeiro, pelo requerimento que viabilizou esta audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pública para discutir os 50 anos do ensino de cooperativismo no Brasil, com a possibilidade de inclusão nos currículos, ou seja, nos PPCs, nos cursos de graduação do nosso país, do ensino de cooperativismo.

E além disso, Senadora, como Reitor da Universidade Federal de Viçosa e também como Presidente da Comissão de Orçamento da Andifes, que é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, eu não poderia deixar de fazer publicamente um agradecimento muito grande à senhora por toda a atuação em defesa do ensino superior público no nosso país.

A senhora sabe muito bem, ao longo dos últimos anos, nós temos vivenciado, em todas as universidades federais, uma situação orçamentária muito complexa. Para aqueles que não têm conhecimento dos dados, há dez anos, nós recebemos, no ano em curso, menos do que no ano anterior, corrigido pela inflação, a despeito de termos 35% a mais de matrículas em relação a dez anos atrás. E, para o próximo ano, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026, nós temos novamente essa realidade, com a previsão de aumento de apenas 3,4%, frente a um IPCA que chega a praticamente 5%.

E a gente solicita novamente o apoio da Senadora, em prol da defesa das nossas instituições públicas de ensino superior, e já agradece de imediato. A senhora tem sido um porto seguro no Congresso Nacional, em prol da defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva em nosso país.

Em relação a esta audiência, eu não poderia deixar de destacar a satisfação, como Reitor, de estar aqui representando a universidade que foi a pioneira na criação do ensino de cooperativismo no Brasil, 50 anos atrás. E, para mim, é motivo de muita satisfação ter aqui diversos professores da universidade. Temos o Prof. Marcelo Braga, o Prof. Alan, o Prof. Alaír, a Profa. Nathalia, a Profa. Roseli, o Prof. Mateus, representando o corpo docente que atua no curso de cooperativismo.

Cumprimento também a todos os ex-alunos da nossa universidade, na pessoa da Profa. Valéria Bressan, que é professora da UFMG, e do Presidente da OCB Distrito Federal, Dr. Remy.

E também um cumprimento especial a todas as outras instituições que ofertam cursos de cooperativismo em todas as suas modalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito da UFV, nós sempre tivemos uma visão muito estratégica em relação a cursos necessários para o desenvolvimento do nosso país, Senadora. Nós tivemos a sorte de ter nascido, na cidade de Viçosa, um Presidente da República Federativa do Brasil, Artur da Silva Bernardes. Quando ele lançou a pedra fundamental da nossa universidade, em fevereiro de 1922, ele era Presidente do Estado de Minas Gerais. Na época, não era Governador. E, quando ele a inaugurou, em 28 de agosto de 1926, ele já era Presidente do nosso país.

E ele fez o que de melhor poderia ter feito por sua terra natal, que foi criar a nossa universidade. Qualquer coisa que ele tivesse criado cem anos atrás, provavelmente, já teria se perdido ao longo do tempo, e a nossa universidade está apenas começando a sua trajetória.

E, nesses cem anos de criação da nossa universidade, que completaremos agora, no próximo 28 de agosto de 2026, nós temos alguns marcos históricos. Um deles, que muitos não sabem: a idealização da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil foi na nossa universidade. A primeira dissertação de mestrado defendida no Brasil foi em fevereiro de 1961, na Universidade Federal de Viçosa. E, depois, nós tivemos a honra de ser os pioneiros na criação do curso de cooperativismo.

É muito interessante que, quando nós pegamos os dados da UFV em relação ao curso de cooperativismo, nós já formamos praticamente mil profissionais, que atuam na área em diversos setores, em cargos de gestão, tanto em cooperativas quanto em outras entidades, quanto em ONGs, quanto em órgãos de governo.

Além disso, temos dados recentes, obtidos pelo nosso grupo que atua com cooperativismo, que mostram que mais de 85% dos nossos egressos saem empregados da universidade, com salários que variam ao redor de cinco a dez salários mínimos, e mais de 95% dos nossos egressos confirmam a importância do curso de cooperativismo para que eles pudessem alcançar êxito na sua trajetória profissional.

Além disso, já foi mencionado aqui também, o cooperativismo é uma área que agrega ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Para terem uma ideia, nos últimos dez anos, somente na UFV – e eu tenho certeza de que, nas outras instituições, isso ocorre também –, nós tivemos mais de 680 ações de extensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

somente promovidas pelos estudantes e profissionais que atuam em cooperativismo, mais de 270 projetos de pesquisa.

Os nossos profissionais, em todos os eventos regionais e nacionais de cooperativismo, são premiados, tanto docentes quanto estudantes. Eles estão aqui num evento, e isso acabou de acontecer, essa premiação.

Além disso também, um destaque muito grande em empreendedorismo e inovação: hoje, nós temos a honra de ser a universidade federal mais empreendedora do Brasil, resultados do último *ranking* estabelecido pela Brasil Júnior.

Somos, apesar de ser uma universidade do interior, a universidade com o maior número de empresas juniores federadas na Brasil Júnior de todo o país. E a empresa júnior que atua em cooperativismo tem um papel de destaque na nossa instituição.

Além de uma infraestrutura física robusta, nós temos uma infraestrutura de recursos humanos muito qualificada.

E eu gostaria de aproveitar a oportunidade, Senadora Dorinha, para destacar que a maior parte dos estudantes que nós temos na UFV de cooperativismo são estudantes com vulnerabilidade socioeconômica muito expressiva. Esta é uma marca da nossa instituição: a inclusão.

Conversando um pouquinho com a Profa. Valéria aqui, ela foi moradora de alojamento, eu também fui morador de alojamento, na época em que eu estudei na UFV.

A universidade é verdadeiramente inclusiva, mas temos vivenciado situações muito complexas, que têm dificultado a permanência dos nossos estudantes.

Principalmente no cooperativismo, não há como se trabalhar com ensino de qualidade sem vivências e experiências práticas, e, para tal, nós precisamos de aportes orçamentários específicos que podem ser preferencialmente via orçamento, mas via termos de execução descentralizada, via emendas parlamentares que possam garantir vivência e experiência prática para os nossos estudantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEMETRIUS DAVID DA SILVA – ... fruto da curricularização da extensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, eu não poderia deixar de destacar e aproveitar o momento para solicitar que o MEC avalie, com muito critério, a possibilidade de atuar também na curricularização do cooperativismo, porque é uma área que tem uma transversalidade muito grande, e é muito pertinente que nós tenhamos a inserção das ações de cooperativismo nos projetos pedagógicos dos nossos cursos, porque os profissionais que nós formamos hoje têm que ter esse espírito de trabalho em cooperação, e eu não tenho dúvida de que o curso que mais pode cooperar nessa ação é o curso de cooperativismo, representado aqui por todas as instituições que foram previamente indicadas pelo cerimonial.

Muito obrigado e boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a participação.

A Professora Dorinha pediu para substituí-la, porque ela tem uma audiência agora no Supremo Tribunal Federal, e por isso estou justificando aqui ter assumido a Presidência. Não estive antes aqui também porque estava participando de outra audiência, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mas é uma honra e uma alegria estar junto, nesta oportunidade, para estarmos celebrando esse evento.

De acordo com a orientação da Professora Dorinha, passo a palavra agora ao Sr. Vilmar Rodrigues Moreira, Professor e Pesquisador da PUC Paraná.

Há uma boa coincidência... (*Risos.*)

... porque o meu pai, inclusive, foi reitor da PUC Paraná durante 12 anos, e eu fui aluno da PUC no curso de Letras, também professor da PUC, lá no milênio passado.

É uma alegria ter a PUC participando aqui também agora. Então, é uma coincidência bastante agradável também.

Com a palavra, então.

O SR. VILMAR RODRIGUES MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Senador, legítimo filho da PUC. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Exmo. Sr. Senador, Srs. Senadores e Senadoras, demais membros da Comissão de Educação e Cultura, autoridades presentes, estimados colegas da academia e representantes do movimento cooperativista.

É uma grande honra participar desta audiência pública, cujo propósito é celebrar o transcurso de 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil. Recebam meus agradecimentos sinceros pelo convite e por dedicarem este espaço crucial a um tema de tamanha relevância para o desempenho, desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Este é um momento de reflexão e de reafirmação de compromisso com o modelo de negócio que transcende a lógica puramente econômica.

Para justificar a inclusão e o fortalecimento do cooperativismo nos currículos da educação brasileira, basta olhar para o impacto inegável que o movimento gera em nosso país.

O cooperativismo não é uma atividade periférica; é um pilar estratégico da nossa economia.

Estamos falando de um movimento que hoje engloba mais de 25 milhões de cooperados e que é responsável por milhões de empregos diretos e indiretos, contribuindo com a dignidade e a renda de famílias em todos os estados da Federação.

No agronegócio, por exemplo, as cooperativas respondem por uma parcela expressiva do Produto Interno Bruto e são líderes em tecnologia, produtividade e exportação, garantindo a segurança alimentar do país e a competitividade internacional.

Além disso, o cooperativismo de crédito e de saúde desempenham um papel fundamental na inclusão financeira e na expansão do acesso à saúde em regiões remotas.

E também podemos citar outros ramos que estão em rápida expansão, como energia, transporte e, mais recentemente, o setor de seguros.

O impacto do cooperativismo se traduz em desenvolvimento regional, retenção de riqueza nas comunidades e um modelo de negócios com propósito social intrínseco. Prova disso foi a contribuição das cooperativas para a resiliência necessária em tempos de crise, como a que passamos recentemente durante a pandemia da covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se o cooperativismo é tão vital para o Brasil, seu ensino deve ser visto como um diferencial estratégico, e não apenas como uma disciplina optativa.

A formação em cooperativismo, em todos os seus níveis, garante a longevidade e a profissionalização do movimento.

Ao incluir esse tema nos currículos, a educação brasileira cumpre um papel fundamental: formar gestores profissionais, líderes capazes de gerenciar a complexa dupla natureza das cooperativas, que equilibra o aspecto econômico, o resultado, com o social, que é o propósito; difundir valores éticos; promover a formação cidadã baseada nos princípios universais do cooperativismo, como a solidariedade, democracia, equidade e responsabilidade; incentivar o empreendedorismo coletivo; e mostrar às novas gerações que a união de esforços é um caminho poderoso para gerar valor, combater desigualdades e alcançar objetivos comuns.

O ensino do cooperativismo fortalece o movimento e, consequentemente, o nosso país, o Brasil.

Por fim, ao celebrar os 50 anos de ensino, ressalto o papel inestimável da pesquisa acadêmica brasileira.

Represento aqui o programa de pós-graduação em Gestão de Cooperativas da Pontifícia Universidade Católica, no qual nós temos um mestrado profissional em Gestão em Cooperativas, e é um dos centros que, juntamente com diversas outras instituições do país, trabalha ativamente para produzir conhecimento robusto sobre o tema.

Nossas pesquisas buscam desenvolver modelos de governança, inovação, gestão de riscos mais adequados à realidade cooperativa, aprofundar a compreensão sobre o ambiente regulatório, sistemas de remuneração e a maturidade da gestão nas cooperativas, mensurar o desempenho social e econômico de forma integrada, refletindo a essência desse modelo.

O futuro do cooperativismo depende da capacidade da academia de fornecer as bases técnicas e científicas para sua evolução e sustentabilidade.

Reafirmamos o nosso compromisso em continuar essa jornada de ensino e pesquisa, contribuindo para que o Brasil tenha uma educação mais alinhada com as suas forças econômicas e sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que esta celebração sirva de impulso para fortalecermos o ensino do cooperativismo em todos os níveis do nosso sistema educacional.

Muito obrigado a todos pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Prof. Vilmar Rodrigues Moreira. Importante depoimento e muito realista também.

E eu sempre defendo a ideia de que o Brasil deveria ser uma grande cooperativa, na verdade. Isso ajudaria muito no desenvolvimento do país.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Paola Richter – pronunciei certo?

A SRA. PAOLA RICHTER LONDERO (*Fora do microfone.*) – Richter.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Richter.

Richter Londero, Professora e Pesquisadora da Escola Superior do Cooperativismo.

Com a palavra.

A SRA. PAOLA RICHTER LONDERO (Para expor.) – Sr. Senador Flávio, demais aqui presentes junto com a gente, é uma honra estar aqui hoje representando a Escola Superior do Cooperativismo nesta cerimônia.

Faço aqui também uma saudação especial ao Presidente Remy, que representa o Sistema OCB, que idealizou e possibilitou este momento junto com a instituição.

Também parabenizo a Universidade Federal de Viçosa, pelo pioneirismo e por abrir as portas também para as outras instituições.

A Escola Superior do Cooperativismo é uma faculdade vinculada diretamente ao Sistema OCB do Rio Grande do Sul, o Sistema Ocergs, em que nós temos como objetivo atuar diretamente com as cooperativas do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Atendemos a cooperados e colaboradores de cooperativa de forma direta e temos também uma função muito importante, que é fomentar que a educação cooperativista seja pauta nas demais instituições de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Atuamos hoje em diferentes modalidades e conquistamos, em 2025, o conceito máximo do MEC como instituição, e já tendo também o conceito máximo do MEC, 5, atribuído ao nosso curso de graduação voltado ao cooperativismo.

No curso de graduação, o nosso foco é justamente esse movimento de inclusão e inserção no cooperativismo. Toda a estrutura curricular dele é montada nos quatro principais eixos de sustentação de uma cooperativa: o eixo identidade, o eixo de gestão, o eixo de governança e o eixo de desempenho. Hoje, todo aluno que tiver até 25 anos é convidado a fazer o curso de graduação completamente gratuito, sem nenhum pagamento. Por que isso? É o nosso incentivo para esse jovem entrar no movimento cooperativista, conhecer o que é o cooperativismo, porque nós sabemos que uma das grandes dificuldades é justamente esse conhecimento sobre o que é uma cooperativa, como funciona o nosso modelo organizacional e os resultados que a gente traz para a comunidade.

Na graduação, hoje, também oferecemos bolsa de 70% para os nossos colaboradores e cooperados de cooperativa acima de 25 anos.

Também atuamos na pós-graduação, com cursos *in company*, voltados diretamente à necessidade da cooperativa, para sermos mais assertivos nas entregas que fazemos e também para gerar um resultado no desenvolvimento da gestão e governança das cooperativas.

Na parte de extensão, que hoje é a principal atuação da faculdade, nós direcionamos os nossos esforços para atender de forma assertiva e com base nos diagnósticos do Sistema OCB. Contamos hoje com informações precisas sobre como funciona a gestão e governança das cooperativas, a sua identidade, como funciona a questão do ESG, também inovação e negócios. Com base nessas informações, entendemos as necessidades e também nos alinhamos com os desejos das cooperativas, para que a gente possa formular cursos diretamente, para conseguir o crescimento do movimento cooperativista, que é o que nós todos queremos aqui.

Nossa faculdade é voltada para esse alinhamento entre a academia e a prática, dando ênfase, principalmente, a docentes e instrutores que estão lá na ponta, que estão dentro das nossas cooperativas, porque sabemos que temos profissionais que são formados, também mestres e doutores, e que podemos estar juntos disseminando o conhecimento sobre o cooperativismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na pesquisa, trabalhamos com o edital de fomento aos docentes e, com isso, cooptamos como resultado quatro artigos entre os 50 melhores do Encontro Brasileiro do Cooperativismo, o EBPC. Isso nos enche de orgulho, porque a gente tem que incentivar a pesquisa. E talvez esta seja a maior dificuldade aqui – representando todos os pesquisadores que estão com a gente hoje –, que é ter dados para que a gente consiga entregar e realmente contribuir com a prática das cooperativas. Precisamos dessa confiança das cooperativas em entregar suas informações e em que a gente vai ajudar no seu desenvolvimento.

No âmbito da inovação, contamos com uma área de inovação para o fomento direto e financiamento das práticas de inovação nas cooperativas. Através do Edital de Inovação, procuramos incentivar que as cooperativas apresentem projetos para viabilizar a cultura da inovação, também a questão de tecnologia e a melhoria dos processos internos de inovação das cooperativas, sempre pensando em ter o cooperativismo não para cinco, dez ou cinquenta anos, mas para sempre, porque a gente sabe a força do nosso movimento e como ele constrói comunidades maiores.

Ainda também, gente, temos a prática do Conexão com Startups, em que as cooperativas nos apresentam desafios, que nem sempre sabemos como solucionar, e nos conectamos junto às *startups* para buscar viabilizar entregas mais assertivas.

E também contamos com o Diagnóstico de Inovação. Esse Diagnóstico de Inovação nos permite trabalhar com a maturidade das nossas cooperativas e proporcionar o seu desenvolvimento.

Aqui, eu saúdo principalmente o Sistema OCB, que tem incentivado e representado não só as cooperativas, mas todas essas instituições de ensino que estão aqui envolvidas, trabalhando para que a gente possa ter o desenvolvimento das nossas cooperativas e, principalmente, através das cooperativas, construir comunidades melhores, que é o nosso grande lema do Ano Internacional das Cooperativas, mas, mais do que isso, é um grande propósito para todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Parabéns. Muito bem colocado tudo, Professora... Posso chamá-la de professora?

A SRA. PAOLA RICHTER LONDERO (*Fora do microfone.*) – Claro. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Profa. Paola Richter Londero.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra para a Sra. Kristiane Mattar Accetti...

A SRA. KRISTIANE MATTAR ACCETTI HOLANDA (*Fora do microfone*.) – Accetti.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... Holanda, Coordenadora-Geral de Engenharias e Tecnologias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A SRA. KRISTIANE MATTAR ACCETTI HOLANDA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Quero saudar aqui o Senador Flávio Arns e, na pessoa dele, estendo a todos os demais membros da mesa, e o público aqui presente, que nos acompanha presencialmente e *online*.

É uma honra representar o nosso Presidente do CNPq, Ricardo Galvão, aqui nesta audiência pública, na qual celebramos 50 anos de ensino superior em cooperativismo no Brasil.

Vou falar alguns tópicos, vou dividir a minha fala, então, vou falar um pouquinho sobre o crescimento do cooperativismo no Brasil.

Nosso marco de referência é a criação do primeiro curso acadêmico em 1975, já foi falado aqui, na Universidade Federal de Viçosa e, desde então, a trajetória pedagógica acadêmica formou profissionais e pesquisadores essenciais para o desenvolvimento regional e a inclusão socioeconômica do país.

Essa diversificação também não se limitou à Universidade Federal de Viçosa. Atualmente, temos vários cursos de graduação e pós, além de disciplinas em outras áreas, como administração, economia, que consolidam a interface entre a teoria e a prática do cooperativismo.

Segundo um estudo da OCB do Espírito Santo, existem pelo menos 46 graduações e 17 pós-graduações em cooperativismo em todo o Brasil. Esse crescimento econômico se reflete diretamente no setor: o Anuário do Cooperativismo de 2025 reportou mais de 4 mil cooperativas ativas, aproximadamente 25 milhões de cooperados, o que representa 12,4% da população nacional. Os números demonstram o papel fundamental do cooperativismo na economia e na geração de trabalho no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao CNPq, que eu represento aqui, a gente tem uma parceria entre o CNPq e o Sescoop que vem desde 2017, pela qual a gente vem lançando editais de fomento à pesquisa na área de cooperativismo. Nossa primeira chamada foi em 2018, com um valor de R$2,8 milhões, em que nós apoiamos 41 projetos em linhas de pesquisa, quatro linhas diferentes, na área de cooperativismo, que abordaram impactos econômicos, sociais, competitividade, inovação, governança e cenário jurídico.

Em seguida, a gente teve uma outra chamada, em 2021, final de 2022, com um aporte já de R$4 milhões, do Sescoop também, em que nós financiamos 44 novos projetos.

Atualmente, nós estamos em conversa, entre os parceiros, para o lançamento de uma nova chamada no final deste ano, no máximo, no início do ano que vem.

Por que investir em educação e pesquisa em cooperativismo? Investir no ensino e na pesquisa em cooperativismo é essencial, por razões pedagógicas, sociais, desenvolvimento. A inclusão do cooperativismo nos currículos promove valores de cooperação, solidariedade, responsabilidade social; e prepara cidadãos para uma economia mais justa e solidária.

Os cursos superiores e técnicos capacitam profissionais para aplicar práticas de governança, transparência e sustentabilidade nas cooperativas. Em regiões onde as cooperativas são fortes, a educação especializada fortalece os arranjos produtivos locais e melhora a qualidade dos serviços.

Projetos de extensão, teses, dissertações se concentram em inovação social, cadeias de valor e sustentabilidade. A pesquisa, por sua vez, cria um ecossistema de inovação, conectando universidade e cooperativa, e tudo isso alimenta o setor com dados concretos, que podem orientar políticas públicas e aprimorar práticas de gestão.

Quais são os nossos desafios? Avançar, porque, apesar dos avanços, ainda temos desafios, como, por exemplo, a desigualdade regional na oferta de cursos de Cooperativismo; falta de integração consistente de conteúdos em cursos como Administração, Economia, Ciências Sociais; necessidade de recursos também para suprir a pesquisa nessa área.

Para superá-los, propomos algumas ações estratégicas, como fortalecer programas de pós-graduação; linhas de pesquisas interdisciplinares; fomentar parcerias entre universidades e cooperativas para projetos de extensão, estágio, pesquisa aplicada; incentivar a pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comparativa com outros países, até para identificar e adaptar modelos de sucesso; e garantir programas de formação continuada para dirigentes cooperativistas, aprimorando também a governança e o c*ompliance*.

O investimento público é fundamental. As duas chamadas que eu mencionei aqui, do CNPq com o Sescoop, foram financiadas com recursos financeiros do Sescoop, da OCB, transferidos para o CNPq, que operacionalizou a chamada, o pagamento dos bolsistas, etc., porque nós temos limitações orçamentárias no CNPq, e essas limitações infelizmente restringem o avanço científico, não só para o cooperativismo, mas também para os outros temas que nós financiamos. Então, a gente tem que aproveitar este espaço aqui no Senado para ressaltar a importância do investimento público em pesquisa, em especial, aqui, no caso, em cooperativismo.

O CNPq está à disposição para ser um parceiro ativo e ampliar a pesquisa nesse tema, que é fundamental para o país. Precisamos ampliar a formação de pesquisadores, fortalecer a pesquisa, integrar o setor cooperativo com outros setores e consolidar o potencial transformador do cooperativismo para o desenvolvimento sustentável, a inclusão, a democracia, a economia, etc. O CNPq está pronto para cooperar com todos os parceiros para construirmos essas pontes necessárias.

É sobre isso. Muito obrigada, e fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço, Kristiane Holanda, representando o CNPq, Coordenadora-Geral de Engenharias e Tecnologias, do Conselho do CNPq.

Gostaria de ler as perguntas que chegaram, das pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, porque o importante e interessante é que esta audiência pública está sendo transmitida para o Brasil, então, mais pessoas vão conhecer o tema que está sendo abordado aqui hoje e a importância desse tema. Ao mesmo tempo, ela vai ser repetida depois, em horários nobres também, o que faz com que haja mais repercussão, porque é uma causa mais do que justa.

Micaely, de Alagoas: "Como lidar com a dificuldade de transmitir valores cooperativos em um mundo cada vez mais competitivo e individualista?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Thiago, de Santa Catarina: "Quais são os próximos passos para o ensino superior em cooperativismo no Brasil, e haverá inspiração em modelos de países desenvolvidos?".

Bianca, do Paraná: "Como o ensino de cooperativismo ajuda a universidade a unir ciência, empresas e sociedade no combate à fome e à desigualdade?".

Kennedy, do Distrito Federal: "Como orientar a formação para que identidade e pertencimento cooperativista virem práticas de proteção da saúde mental?".

Também comentários agora, não perguntas.

Luís, de São Paulo: "Celebrar 50 anos do ensino superior em cooperativismo é reconhecer uma educação que transforma pessoas e constrói uma sociedade mais justa".

Um outro comentário, de Mardônio, do Ceará: "Inclusão de surdos no ensino cooperativista garante acessibilidade, uso de Libras e respeito à cultura, promovendo colaboração e justiça".

Eu comentava, inclusive, agora há pouco, com a Profa. Paola, que a Apae de Londrina – também eu conheço – instituiu uma cooperativa dentro da Apae, com a participação dos alunos e alunas daquela instituição, e é uma iniciativa muito interessante. E eu perguntava para a Profa. Paola também se havia essa interface com a educação básica. Quer dizer: nós estamos celebrando no ensino superior, mas pensando nas gerações futuras, em como ter o conteúdo na educação básica, para mudar a cabeça das crianças e adolescentes, até na preparação para a inserção numa graduação, pós-graduação, no ensino superior.

A Profa. Paola, inclusive, mencionou que há muitas cooperativas escolares. Isso está bastante relacionado ao tema que foi objeto da pergunta: num mundo que é competitivo, desigual, difícil, como semear valores de cooperação, de solidariedade, de estarmos juntos, de enfrentarmos as necessidades em conjunto? Isso também é importante.

Então, em função disso, eu quero sugerir – não obrigatoriamente, mas a quem fez a exposição também – nós darmos um espaço agora, uns dois ou três minutos, para, se quiserem, fazerem algum comentário em função de tudo que foi falado, para encaminharmos esta audiência pública para sua conclusão. Então, fiquem abertos para... Não sei se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Paola vai começar, então. Está bom.

A SRA. PAOLA RICHTER LONDERO (Para expor.) – Eu explicava para o Senador Flávio que ficariam muito mais fáceis as nossas atividades se a gente tivesse, realmente, esse incentivo nas escolas, para que se conhecessem o cooperativismo e, principalmente, o método de cooperação. A gente entende que esse papel da escola é muito importante para a gente aumentar essa capacidade de disseminação do conhecimento. Por vezes, o que acontece é que a gente recebe um aluno que até já passou por um ensino formal, em cursos de Administração, Contabilidade, Economia, mas que não conhece o nosso modelo de negócio, não conhece o que é uma cooperativa. Então, a gente vê o quanto a gente ainda tem a trabalhar e a construir para que a gente consiga disseminar o nosso modelo cooperativista.

Por isso, é tão importante ter espaços de discussão como o que a gente está tendo aqui para fomentar que as cooperativas, as instituições de ensino e os demais parceiros do ecossistema cooperativista possam ter estratégias como esta de levar esse modelo organizacional, que a gente acredita que contribui muito para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mais alguém gostaria...?

Demetrius.

O SR. DEMETRIUS DAVID DA SILVA (Para expor.) – Rapidamente, complementando o que foi mencionado, Senador Flávio Arns, chamou-me a atenção uma das perguntas, a do Thiago, de Santa Catarina, sobre se nós vamos nos inspirar, ou seja, importar modelos praticados em países desenvolvidos. Na realidade, nós já temos provas científicas suficientes que mostram que isso não funciona; nós temos que criar um modelo específico para a nossa realidade.

O cooperativismo pode nos ajudar muito nisso, porque o desafio que nós temos hoje, Senador, não é só na questão do cooperativismo, é na questão do ensino superior público em nosso país. Muitas vezes, nós não nos atentamos para o fato de que os alunos de hoje são totalmente diferentes dos alunos que nós fomos 10, 20, 30, 40 anos atrás e, se nós não mudarmos as práticas didático-pedagógicas, nós vamos perder esse desafio. Já tivemos 8 milhões de inscritos no Enem, tivemos, agora, no ano passado, 4,9 milhões, com 35% de abstenções, ou seja, pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais de 3 milhões. Então, hoje, nós temos que voltar a atrair os estudantes. Muitos estudantes, ao terminarem o ensino médio, já não sonham mais em pleitear uma vaga no sistema de ensino superior. O cooperativismo pode nos ajudar muito nisso. E as empresas já perceberam isso. Elas não querem contratar o melhor especialista, elas querem contratar um profissional que saiba trabalhar em cooperação.

Assim, para mim, em particular – eu sou de outra área, eu sou da engenharia, trabalho com recursos hídricos –, foi um aprendizado muito grande aqui hoje contar com a visão de tantos especialistas que atuam na área de cooperativismo. Isso só reforça a importância estratégica de as nossas instituições manterem cada vez mais intensas as atividades, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, na área de cooperativismo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também ao Prof. Demetrius – é uma honra tê-lo aqui –, Reitor da Universidade Federal de Viçosa.

Quero também colocar – até porque a pergunta foi feita sobre olhar em outros países – que eu acho que o sistema cooperativo do Brasil é referência para outros países e não os outros... É claro que a gente tem que aprender com o mundo inteiro, porque cada um tem o seu ponto forte, mas é importante que se diga para a sociedade que o sistema cooperativo brasileiro é referência. Eu conheço muito de perto no Paraná, e eu diria: é ótimo. É claro que sempre tem... Não adianta dizer que está tudo acabado, pronto, pois é um avanço permanente, mas é uma referência, não há dúvida.

Passo em seguida a palavra ao Remy Gorga Neto, que é representante da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). É uma honra tê-lo aqui também; parabéns pelo trabalho.

O SR. REMY GORGA NETO (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Para a gente é que é importante, uma honra estar aqui também, representando o sistema OCB. Tivemos a oportunidade aqui de já falar um pouquinho, eu que sou egresso do curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa e tenho um pouco a percepção da importância dos profissionais egressos dos cursos de cooperativismo para o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro como um todo, da qualificação, do desenvolvimento, da profissionalização e da gestão das nossas cooperativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todas as questões colocadas aqui são muito importantes e desafiadoras. Eu me apego aqui à questão apresentada pela Micaely, lá de Alagoas, com relação à questão de transmitir os valores e a cultura do cooperativismo. Isso realmente é um desafio grande, enorme. O cooperativismo brasileiro tem se desenvolvido e crescido muito, a gente já está aí chegando à casa dos 25 milhões de cooperados nas nossas cooperativas. E fazer com que os cooperados, essa massa de pessoas que faz parte do quadro social das nossas cooperativas, tenham a percepção do que é o cooperativismo, do que é a cooperativa, dos seus valores e seus princípios, da participação, efetivamente, realmente é um grande desafio. E eu acho que a academia tem uma função muito importante para que a gente possa discutir isso de uma forma que venha desde o ensino fundamental até os nossos cursos de mestrado e doutorado, para que a gente possa estar permeando o cooperativismo de uma forma que a sociedade, os nossos jovens tenham a percepção do que é o cooperativismo, do que é esse modelo societário que é diferente, que busca, numa sociedade mais justa, levar o desenvolvimento para todos.

Este ano é um ano importante, o Ano Internacional das Cooperativas, declarado pela ONU pela segunda vez...

(*Soa a campainha.*)

O SR. REMY GORGA NETO – ... e a gente tem um *slogan*: "As cooperativas constroem um mundo melhor".

A partir desse momento, a partir desse trabalho com os jovens nas escolas, a gente tem certeza de que a gente pode mudar um pouco essa visão na questão da competitividade, de ser voltada muito mais para a cooperação, de ser mais justa, mais equânime, trazendo uma sociedade mais desenvolvida. Então, acho que é uma grande missão e é um grande desafio para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Dr. Remy Gorga, representando a OCB.

Eu acho que as pessoas... Há mais alguém? Acho que as pessoas que se manifestaram querendo fazer algum comentário final foram ouvidas também.

Eu quero fazer um último comentário meu. Atualmente estou presidindo a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação e presidi, dois anos atrás, 2023 e 2024, esta Comissão de Educação e Cultura. E quero dizer que lá nós temos ouvido Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cemaden... Temos ouvido sobre educação digital. E, hoje, tivemos audiência sobre inteligência artificial. E eu tenho insistido com todos que vêm para colocarmos o ponto de vista sobre como levar esse conteúdo todo para a educação básica.

Se a gente quiser mudar a cabeça e os valores, ter uma sociedade que coopere mais, que valorize o encontro, o diálogo, a busca conjunta de soluções, que é uma cooperativa também – "vamos discutir aqui juntos para ver o que fazer" –, nós temos que mudar a cabeça ou mudar não, mas sensibilizar – nem precisa mudar, porque é criança – a criança. Precisamos sensibilizar e conscientizar a criança, o adolescente na educação básica. Como, por exemplo, o conteúdo do Inpe, aspectos espaciais podem ser traduzidos numa linguagem simples; e, com a cooperativa, a mesma coisa. O mundo se modifica, porque a criança presta atenção. A gente viu isso no exemplo do cigarro: "Pai, pare de fumar, porque, lá na escola, falaram que dá câncer, faz mal para o pulmão, dá tosse", e não sei o que mais e tal. E o pai para de fumar realmente. A criança é a porta da transformação. Então, é esse apelo que a gente faz sempre, porque, no ensino superior, também está sendo ensinado, está se pesquisando, está havendo a extensão, o trabalho com a comunidade e tudo, mas é sensibilizar para que, inclusive, esse jovem, depois, procure o ensino superior. É um desafio. Como o Reitor colocou, o Prof. Demetrius, na realidade, há o desafio de termos alunos que tenham uma formação e que, depois, procurem o ensino superior também, se necessário.

Muito bem. Agradeço novamente a presença de todos e todas que estão aqui presentes. O plenário está bastante numeroso de participantes. Que bom. Sejam sempre bem-vindos, bem-vindas. Agradeço aos expositores e às expositoras a participação também, sempre bem-vindos, estamos à disposição; à Secretaria, que é impecável, da Comissão de Educação e Cultura na organização destes eventos; também à consultoria, que sempre está aqui presente; e aos meios de comunicação do Senado, que fazem com que este debate chegue ao Brasil todo, por diversas vezes, inclusive.

Todo o material, todas as falas ficarão disponíveis aqui na página da Comissão de Educação também, para quem quiser fazer comentários posteriormente, sugestões. Sempre à disposição.

Nesse sentido, a gente agradece a participação geral. Foi um prazer ter estado aqui. Lamento e me desculpo por não ter estado desde o início também, porque é uma área que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

prezo sobremaneira. Como eu disse, estava lá na outra Comissão discutindo créditos de carbono, que também é matéria importante.

Muito bem. Obrigado de novo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença, como eu já mencionei, e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quinze minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 39ª, 40ª e 41ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3600, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que trata da política nacional de educação profissional e tecnológica, para consideração dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas na oferta de educação profissional e tecnológica." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 44, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema 'Por uma cultura de respeito aos Direitos Humanos'. A Audiência Pública em questão promoverá o debate sobre o respeito aos direitos humanos no marco do 77º (septuagésimo sétimo) aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 39ª, 40ª e 41ª Reuniões, realizadas em 7 e 8 de outubro.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Esta reunião tem como objetivo a apreciação, em turno suplementar, do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.600, de 2024, como também a aprovação extrapauta de um requerimento de nossa autoria.

Antes de iniciarmos a reunião, eu gostaria de consignar em ata a homenagem singela da Comissão de Educação e Cultura aos professores do Brasil. É uma homenagem apenas para registro em ata, porque outras homenagens ocorrerão.

Agora mesmo está ocorrendo uma sessão presidida pela Senadora Dorinha, logo mais no Plenário eu farei também um pronunciamento, mas acho que é importante, neste espaço da Comissão de Educação, nós ressaltarmos a importância do professor, a importância da professora, em todos os processos que debatemos aqui, seja projeto de lei, seja audiência pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos... A presença do professor é indissociável de qualquer debate a respeito da educação no Brasil.

E a valorização profissional, com muitos itens ainda a dever, como, por exemplo, a perfeita observância do piso salarial profissional do magistério; os planos de carreira, com condições, realmente, de desempenho na carreira, de valorização na carreira; os concursos públicos, que hoje levam a gente a ter no Brasil uma proporção estranha entre contratos temporários e cargos efetivos de professor... Sabemos que os contratos temporários são previstos constitucionalmente, mas para situações emergenciais. O ideal é que eles não ultrapassassem 20% do total. Hoje, chega-se, em algumas situações, a mais de 50% de contratos temporários. É errado? Não, mas é subvalorizado, porque muitos desses contratos não recebem o piso e não têm qualquer perspectiva de desenvolvimento na carreira, porque são contratos temporários, mas são professores também.

Então, é um conjunto de ações, mas a gente percebe que estamos em vias de, pelo menos, melhorar essa situação, com a aprovação do Sistema Nacional de Educação, com a aprovação, ainda este ano, do Plano Nacional de Educação, mas, indiscutivelmente, o dia de hoje é um dia – o dia de amanhã – é um dia de celebrar a vida e a existência dos professores e das professoras. Nada substitui um professor e uma professora.

A relação pedagógica, a relação de construção da aprendizagem que se estabelece entre duas pessoas ou entre um coletivo é muito diferente de uma plataforma, é muito diferente de uma inteligência artificial, é muito diferente da distância, que não viabiliza o que a gente chama de contato da pele – a pele pedagógica, o olhar pedagógico, o afeto, a paixão, aquilo que move milhões e milhões de professores e professoras neste Brasil, diuturnamente.

Então, a todos os professores e professoras do Brasil, a homenagem da Comissão de Educação e Cultura.

Vamos, então, agora ao item 1 da pauta.

O projeto é terminativo. Já votado nominalmente, portanto, na última reunião.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3600, DE 2024

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que trata da política nacional de educação profissional e tecnológica, para consideração dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas na oferta de educação profissional e tecnológica.*

Autoria do Projeto: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

A matéria está em discussão.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e, não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Apresento agora um requerimento extrapauta, tendo aceite na sua inclusão. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 44, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater o tema "Por uma cultura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

respeito aos Direitos Humanos". A Audiência Pública em questão promoverá o debate sobre o respeito aos direitos humanos no marco do 77º (septuagésimo sétimo) aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A data já acordada com a Comissão de Direitos Humanos será o dia 11 de dezembro, bem próximo ao Dia Nacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estamos propondo os seguintes convidados: o representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; o representante da Defensoria Pública da União; a Sra. Erika Linhares, Fundadora da empresa de consultoria BHave; o Sr. Fábio Félix, Deputado Distrital; a Sra. Irina Bacci, Diretora Técnica da Pan American; a Sra. Marina Reidel, Coordenadora LGBTQIA+ do Fundo Positivo; o Sr. Toni Reis, Diretor Presidente da Aliança Nacional LGBTI+; a Sra. Rafaelly Wiest, Diretora Administrativa da Aliança Nacional LGBTI+; e a Sra. Janaína Oliveira, Secretária Nacional LGBTQIA+ do Partido dos Trabalhadores.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

A votação é simbólica. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Logo em seguida, com dois minutinhos ou três minutinhos de intervalo, nós vamos começar a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (43ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA (25ª REUNIÃO), EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúnem-se a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Efraim Filho, Chico Rodrigues, José Lacerda, Beto Faro e Weverton, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Jorge Seif, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Flávio Arns, Magno Malta, Laércio Oliveira, Damares Alves, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 41/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 28/2025 - CCT, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e do Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Finalidade:** Discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na educação nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira, do Conselho Nacional da Educação – CNE. **Participantes:** Sr. Paulo Fossatti, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação (CNE); e Sr. Max Damas, Pesquisador Externo da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete às Comissões a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro abertas a 43ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura e a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, que ocorrem de forma conjunta, na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir o texto do Parecer sobre as Diretrizes Orientadoras para a Integração da Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Nacional, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional da Educação (CNE), em atenção aos Requerimentos nº 41/2025, da Comissão de Educação, e 28/2025, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria desta Presidência e do Senador Hamilton Mourão.

Esta audiência foi requerida inclusive pelos membros do Conselho Nacional de Educação, que tratam da situação e de todo o debate a respeito da ciência, tecnologia e inovação na educação.

Convido para compor a mesa e tomar o seu lugar o Sr. Paulo Fossatti, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação. Seja muito bem-vindo! Obrigada pela presença, porque é exatamente quem trata e quem coordena este debate no Conselho Nacional de Educação.

Participará de forma remota o Sr. Max Damas, Pesquisador Externo da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet e no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Então, com a palavra, por 15 minutos iniciais, o Sr. Paulo Fossatti, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham aqui de forma presencial ou remota. A todos esses convidados nossa gratidão por nos acompanharem para um tema muito importante para a educação brasileira.

Em primeiro lugar, Senadora, obrigado por acolher a nossa petição para esta audiência pública, por um assunto que é de interesse de toda a população brasileira, não só da educação superior, quando falamos em ciência e tecnologia, mas também da educação básica.

Eu falo aqui na qualidade de Presidente da Comissão de Ciência, Inovação e Tecnologia do Conselho Nacional de Educação. Nós sabemos da importância de um país que cresce com a ciência e da importância para o desenvolvimento das pessoas e o crescimento econômico. Nós precisamos sair de um conceito restrito de ciência, muitas vezes, no Brasil, aplicado apenas aos programas de pós-graduação, mas começar com um conceito amplo, transversal de ciência, tecnologia e inovação, como dizem os princípios da nossa comissão, desde a educação infantil até o pós-doutorado.

Então, nós estamos aí com um documento muito robusto, que trata das diretrizes para a inovação, ciência e tecnologia para a educação brasileira em todos os seus níveis. Esse documento, até o momento, foi construído – esse que está aí à disposição do povo brasileiro –, foi construído de forma muito técnica, muito participativa, atendendo os marcos legais nacionais e internacionais, porque nós olhamos para fora do Brasil, as boas práticas que podem inspirar para a educação brasileira. Neste momento também já ouvimos os especialistas brasileiros sobre o assunto, especialistas do Governo, de entidade civis e da educação, e também concluímos, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

atual versão do documento, olhando para as boas práticas no Brasil que podem inspirar a ciência, a inovação e a tecnologia, também como temas transversais, em todos os níveis de educação.

O documento, perto das suas 40 páginas, vou me deter aqui e apresentar alguns tópicos importantes. Primeiro ponto, quais são os princípios deste documento? Nós dizemos, entre os princípios, da importância da indissociabilidade entre ciência, tecnologia, inovação e educação para o desenvolvimento humano sustentável e integral. Chega daquela esquizofrenia: agora vamos fazer educação, depois vamos fazer ciência. Não, ciência como tema transversal. Um segundo princípio: entendemos que é importante acolher a ciência como direito de todos, não de alguns. E, se é direito de todos, ela é um bem comum. E um bem comum também, conforme apregoado pela Unesco, quando ela trata da ciência aberta, ou seja, a importância de que a ciência possa chegar a todos os brasileiros e brasileiras.

Outra questão importantíssima do documento para a nossa descolonização. Nós tratamos do eixo da valorização da diversidade epistêmica, ou seja, nós temos vários saberes: saberes locais, saberes nacionais, saberes globais e saberes que advêm da experiência das práticas sociais, das inovações que se dão nos diferentes territórios.

Um terceiro grande princípio, então, é essa valorização epistêmica, que vai se unir ao quarto princípio do documento, que é a promoção da equidade. Nós fizemos toda uma análise para dizer que, na questão da equidade, a ciência precisa chegar, sim, àqueles que foram alijados da história, principalmente aos povos originários, às comunidades quilombolas, às populações ribeirinhas, à população do campo, entre outras.

E também temos, ainda, como princípios, a centralidade da formação científica e tecnológica como componente essencial de direito à educação. E aí nós buscamos lá no art. 205 da Constituição Federal, que nos alerta para termos atenção a uma educação que é direito de todos.

Além desses princípios, nós procuramos, então, no documento, dizer da importância da garantia das condições institucionais, mas não só institucionais, também pedagógicas e materiais, que possam assegurar essa inserção efetiva da ciência, da tecnologia e da inovação, não em atividades isoladas, mas, sim, nos projetos político-pedagógicos e nos planos de desenvolvimento institucionais de todas as redes de ensino, não só da rede pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, se nós queremos ciência, inovação e tecnologia como tema transversal, o documento diz que nós precisamos fazer um pacto nacional pela educação, no qual nós vamos nos associar a todas as formas que possam colaborar para essa nova educação, que passa por esse novo conceito de ciência.

E, nesses princípios, não poderiam ficar de fora os professores. E aí nós dedicamos todo um eixo para dizer: a formação docente é essencial, desde a formação inicial, passando pela formação continuada, para que nós tenhamos docentes pesquisadores também, saindo daquele mito de que nós vamos fazer pesquisa apenas no mestrado ou doutorado e de que quem está lá no mestrado ou doutorado vai pesquisar os que estão na educação básica. Não; nós temos condição de fazer pesquisa aplicada enquanto educadores, ressignificando ou refletindo nossa prática, nossas práxis desde a educação infantil, passando por todos os níveis.

Logo, num segundo bloco, nós justificamos aqui quais são os objetivos deste grande documento. Em síntese, nós dizemos que queremos contribuir para consolidar políticas educacionais que vão promover a inovação, a ciência e a tecnologia nesses diferentes níveis de educação; queremos estimular práticas pedagógicas inovadoras, e não práticas repetidoras, superando a pedagogia bancária, e sim indo para uma pedagogia de uma práxis reflexiva, que produza sentido; queremos também incentivar, com essa nova educação, novos ecossistemas de inovação, para que a gente não pense que ciência vai se dar apenas dentro da sala de aula, mas, num conceito de que nós temos comunidades que aprendem e que ensinam, sociedade que aprende e que ensina, nós precisamos sair dos muros da escola e dos muros da universidade, entendendo que todo ato é educativo, todo lugar pode ser educativo e propício para a ciência.

Logo, nós embasamos todo esse diálogo com as nossas agendas estratégicas. E, quando nós falamos em agendas estratégicas, nós colocamos no documento, no plano nacional, principalmente, o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, para que a gente possa caminhar de mãos dadas com o Governo; também analisamos a BNCC, quando ela traz várias competências que nós precisamos desenvolver ao longo do percurso formativo; buscamos também, na agenda internacional, toda a base com a Unesco, quando ela trata da ciência aberta, e a ciência aberta vai fazer chegarem essas diretrizes para todas as brasileiras e brasileiros, principalmente esses excluídos historicamente da nossa sociedade; e linkamos também com vários dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da nossa Agenda 2030 da ONU, ou seja, é um documento que vai amarrar documentos nacionais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

internacionais para que tenha robustez e responda às necessidades de um Brasil que precisa avançar em ciência e tecnologia na educação.

Dimensões deste documento. Nós sabemos que não pode parar apenas no currículo ou no professor ou na sala de aula. Dimensão 1, nós estamos convocando no documento todas as instituições educacionais, educação básica, superior, públicas, estatais, não estatais, comunitárias, particulares, entendendo que é um pacto nacional por essa educação em ciência e tecnologia. Um segundo bloco vai dizer: tenhamos cuidado e toda a atenção com a formação dos professores. Mais do que cursos individuais ou atividades individuais, nós colocamos aqui a importância, Senadora, de termos um estatuto docente, um estatuto que cuide do bem-estar, da condição humana, da formação continuada, das condições de trabalho, ou seja, dar dignidade a essa profissão docente que estamos celebrando amanhã. E aqui já aproveito para parabenizar todos esses docentes brasileiros que ajudam a construir essa nossa bela nação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FOSSATTI – Concluímos dizendo que, junto com docentes, temos estudantes, e os estudantes precisam desenvolver esse espírito inquiridor científico, além de termos instâncias de fomento, regulação e supervisão da nossa educação. Logo, os nossos eixos do documento vão dizer:

Eixo 1, ciência como direito de aprendizagem. E, nesse eixo de aprendizagem, nós entendemos que é importante declarar que, sem ciência para todos, não há justiça, não teremos plena democracia e não teremos futuros possíveis, principalmente para a juventude brasileira.

Eixo 2, da formação docente, vai enfatizar que essa formação deve ser repensada sob a perspectiva dessa cultura científica integrada e não na perspectiva de uma cultura de ações fragmentadas, mas, sim, integrada, transdisciplinar, reflexiva e crítica, para que eu tenha um professor com condições de fazer ciência.

Eixo 3, nós desenvolvemos a questão da cultura da inovação como prática pedagógica. E aí nós conclamamos para que, do ponto de vista institucional, a inovação seja tratada como uma política pública de Estado e não como uma política pública educacional de um Governo. Ou seja, venha Governo, passe Governo, nós não podemos brincar com a educação brasileira. Sendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

política de Estado, nós daremos continuidade para nossa política de inovação e empreendedorismo.

E, no Eixo 4, nós integramos com a educação os diversos ecossistemas, ou seja, nós chamamos: Governo, sociedade civil organizada, empresas, universidades, escolas, ou seja, todas as pessoas de bem para que nos ajudem a construir esse novo conceito de educação, aprendendo já com boas práticas brasileiras e também com boas práticas no exterior.

E no nosso documento, então, nós vamos concluindo dizendo que essas diretrizes não são normas; elas não constituem uma norma hermeticamente fechada sobre a educação, mas, sim, são um convite a uma nova cultura, a um novo conceito de educação, a uma reflexão que passa pela cooperação e pela ação transformadora.

E, também, dizemos que todo esse documento é importante que seja lido como um marco de orientação, não só pedagógica, mas também política, que vá respeitar a diversidade dos nossos contextos, que vá reconhecer nossos saberes locais, que vá valorizar a justiça cognitiva e que possa projetar para a educação nacional um novo futuro, Senadora e os que nos acompanham, um novo futuro onde a ciência e a tecnologia estejam a serviço da vida, da democracia, da dignidade humana e, principalmente, de uma educação que produza sentido e que venha resolver as dores do povo brasileiro e das nossas instituições.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos a tão robusta, a tão profunda reflexão.

Na hora do debate eu vou colocar algumas coisas, muito mais do processo interno do conselho, porque eu acho que, do ponto de vista do conteúdo e da abrangência, realmente, não ficou nada de fora. Está tudo contido nessa abordagem feita pela Câmara de... Pela Comissão, não é?

O SR. PAULO FOSSATTI (*Fora do microfone*.) – Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Comissão de Ciência e Tecnologia.

Vamos passar a palavra agora para o nosso segundo convidado, que vai participar via *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu esqueci de dizer que, quando toca a campainha, falta um minuto ainda para concluir. E ela toca sem controle, não se preocupem, viu?

Então, passo a palavra, também para seus 15 minutos iniciais, ao Sr. Max Damas, Pesquisador Externo da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação Brasileira do Conselho Nacional de Educação.

Nós estamos o vendo bem.

O SR. MAX DAMAS (*Por videoconferência*.) – Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tudo bem. Muito bom dia. E o ouvindo bem, também, obrigada por aceitar o nosso convite, e pode dispor do seu tempo.

O SR. MAX DAMAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Prof. Paulo Fossatti, parabéns pela bela explanação! – sintética, para um trabalho tão exaustivo e de qualidade que foi feito, mais de 40 páginas. Conseguiu trazer ou elucidar, para todos que estão nos assistindo e para o povo brasileiro – como bem colocou o Prof. Paulo Fossatti –, todo o objetivo desse parecer que se transformará, se Deus quiser, em diretriz, encaminhando para uma política de Estado.

Então, eu vou compartilhar uma tela. Deixe-me ver... (*Pausa.*)

Está aparecendo para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está bem.

O SR. MAX DAMAS (*Por videoconferência*.) – Então, vamos lá. Vou ver se eu consigo... Deixe-me ver se continua aparecendo.

Continua aparecendo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode colocar em tela cheia?

O SR. MAX DAMAS (*Por videoconferência*.) – Está em tela cheia ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Não. Agora sim – agora sim.

O SR. MAX DAMAS (*Por videoconferência*.) – Por favor, verifique se passou o eslaide. Passou?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Passou.

O SR. MAX DAMAS (*Por videoconferência*.) – Passou, né? Então, ótimo.

Então, vamos lá.

Senhoras e senhores, membros desta Casa, pesquisadores, educadores, é uma honra imensa participar aqui desta audiência pública, que discute, como nós colocamos, essas diretrizes orientadoras para a integração – é importante esta palavra: integração – da ciência, tecnologia e inovação na educação brasileira. O que eu vou ressaltar agora aqui em tópicos... Vou ressaltar algumas questões trazidas pelo Prof. Conselheiro Paulo Fossatti e trazer à luz alguns conceitos e estratégias que foram utilizadas para a elaboração desse parecer, dessas diretrizes orientadoras.

Então, falamos aqui em nome de um compromisso coletivo que se faz em relação ao quê? O de fazer a educação o eixo estruturante do desenvolvimento nacional, isso é algo de que nós não abrimos mão. E vivemos um tempo que o presente – isso é claro – se converteu numa encruzilhada histórica. Por que uma encruzilhada histórica? Porque as escolhas que fizermos hoje, sobre como ensinar, pesquisar, inovar, determinarão não apenas o futuro das instituições, mas também o próprio projeto civilizatório que o Brasil deseja afirmar.

E o presente se faz como uma encruzilhada histórica. E nós podemos, neste quadro aqui... Depois eu compartilho, Senadora e colegas aí presentes, a apresentação, talvez a fonte esteja um pouco ajustada para menos, mas é importante a gente aqui... Ao revisitar os séculos XIX e XX, vemos que o progresso esteve profundamente associado à capacidade humana de dominar a natureza e organizar o trabalho de uma forma que seja hierárquica e mecanizada. Muito resquício da Revolução Industrial, do final do século XVIII, século XIX, século XX, vem com a revolução digital, que ainda prioriza essa forma hierárquica e mecanizada, e isso se respalda na educação.

Então, a escola foi moldada por essa lógica, com currículos fixos, disciplinas isoladas, foco na padronização e na preparação para funções específicas. De quem? Do mercado. Esse modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

foi essencial por um tempo, foi essencial para o momento da industrialização corrente, e necessária, e importante que durou fortemente quase 200 anos, mas hoje se mostra insuficiente. O século XXI impõe uma nova racionalidade, uma racionalidade que seja ecológica, que seja relacional e interdependente. O conhecimento – e é importante a gente entender desta forma – já não se organiza por gavetas disciplinares, por caixinhas disciplinares, mas por redes de sentido. E é importante e muito importante, porque quando a gente fala aqui de ecossistema é muito importante esta palavra, a colaboração.

As profissões, como nós sabemos, mudam rapidamente. As tecnologias se renovam continuamente, e, certamente, a aprendizagem e a educação precisam ser permanentes. Um termo tão falado, que se tem falado bastante, é o *lifelong learning*, que se associa bastante aqui, o aprendizado contínuo permanente, que a gente pode também chamar, aportuguesando um pouco, de educação continuada.

E aí o que nos traz aqui? Como educadores e gestores públicos, somos chamados a responder uma questão crucial e essencial: estamos formando indivíduos para repetir o passado, que está aqui em boa parte deste quadro? Ou cidadãos capazes de reinventar o futuro? Isso também vai ao encontro das falas, das palavras quase finais do Prof. Conselheiro Paulo Fossatti.

Então, nós pesquisamos e vimos, para esse contexto, vários conceitos – eu trouxe alguns aqui – que permeiam o nosso parecer. E um deles tem a ver com o quê? Com o conceito de ciência aberta; ciência aberta e saberes. Esse conceito vem da Unesco – este aqui é um quadro conhecido dentro da Unesco –, e é nesse contexto que surge a noção de ciência aberta. Nesse contexto de quê? De responder a pergunta colocada anteriormente: somos capazes de formar cidadãos para este presente e futuro?

A Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta de 2021 propõe uma revolução silenciosa, ou seja, tornar... Parece uma revolução, não é? Tornar o conhecimento algo que deveria ser... Talvez isso nem precisasse ser falado, mas é tornar o conhecimento um bem comum – um bem comum. Abrir dados, metodologias e resultados de pesquisa, como nós vemos aqui, é apenas o primeiro passo. O desafio é abrir também o quê? As instituições à escuta da sociedade, ou seja, como o Prof. Paulo também colocou, das comunidades locais, dos povos indígenas, acadêmicos marginalizados, dos saberes que historicamente foram silenciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, indo ao encontro desse conceito, nós temos o sociólogo – grande sociólogo – português Boaventura de Sousa Santos, que traz esse conceito da ecologia dos saberes. E o que tem a ver essa ecologia dos saberes, que este desenho nos demonstra bem claramente? Que a ciência deve dialogar com o quê? Com as formas populares, tradicionais e comunitárias de conhecimento, construindo o que ele denominou aqui de uma ecologia dos saberes. A pesquisa gerando ação, e a ação provocada trazendo novas oportunidades de pesquisa. Foi o que nós fizemos também e trouxemos aqui fortemente. Quando a gente fala ao longo do texto da pluralidade epistêmica, é disso que nós estamos tratando. É por isso que, quando a gente entrega ciência, tecnologia e inovação com a educação, isso significa o quê? Principalmente, reconhecer que o conhecimento é um bem comum, reconhecer a pluralidade epistêmica que compõe o Brasil e transformá-la em potência formativa.

E, aí, dentro desse contexto, a gente pode imaginar... É claro que a denominação do que seja um ecossistema brasileiro de inovação é algo complexo, não é? Mas a gente traz aqui para exercício – e isso faz parte também do parecer construído – todos os atores envolvidos dentro do ecossistema brasileiro de inovação. É importante a gente olhar a interação possível entre todos esses atores. É um mapa muito importante. O Brasil possui o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), robusto e plural, como a gente pode perceber aqui, com atores públicos, privados e sociais: ministérios, agências de fomento, universidades, escolas, institutos, ICTs, parques tecnológicos, empresas inovadoras. No entanto – e isto é importante –, nós acreditamos fortemente nessa parceria que nós estamos trazendo hoje aqui para dentro do Senado Federal, a partir do parecer construído no CNE; a gente acredita que essa força, que parece dispersa... O objetivo é que essa força seja unida em prol do que nós estamos desejando.

Falta, então, uma coordenação estratégica e a integração territorial para unir esses vários pontos importantíssimos desse ecossistema. As universidades, as escolas, as instituições de ensino superior precisam ser vistas, e é importante isso, como o quê? Como nós centrais de um ecossistema de aprendizagem – como bem colocou o Prof. Paulo, um ecossistema de aprendizagem – e inovação, conectando sociedade, ciência e desenvolvimento regional.

E aí a gente precisa, claramente – voltando aqui também para o nosso parecer –, superar essa fragmentação entre educação básica, ensino superior e setor produtivo, e consolidar uma visão que seja de política pública articulada, indutora, na verdade, dessa articulação. Afinal, a inovação não floresce onde há isolamento. Ela precisa de redes, de conexões, de pontos; ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

precisa de redes, confiança e sentido. É preciso dar um sentido a ela, conectando essas redes e esses pontos.

Se nós pudermos ver agora aqui, passando, quais foram... Nós, quando imaginamos aqui e construímos o parecer, nós pensamos, em geral – tiveram outras, mas a gente teve um trabalho aqui, devido ao tempo também –, em trazer para vocês aqui quatro estratégias possíveis, que nós imaginamos quando construímos o parecer. Ou seja, quatro estratégias que seguiram e que se associaram muito bem aos princípios trazidos pelo Prof. Paulo Fossatti.

Uma delas é que seja foco o modelo participativo e descentralizado. As diretrizes de ciência, tecnologia e inovação devem ser o quê? Devem nascer de processo de construção coletiva. O modelo participativo implica envolver professores, gestores, estudantes, comunidades locais, empresários, empreendedores, para a definição dos rumos da inovação. Cada instituição, seja ela uma universidade pública, comunitária ou privada, seja uma escola de ensino fundamental ou seja uma escola de ensino médio, precisa se reconhecer como autora da sua própria política de ciência, tecnologia e inovação. Então, é dar esse protagonismo; e se dá o protagonismo como consequência do quê? De um modelo participativo e descentralizado. A autonomia não se entrega: "Tome a autonomia". Não, a autonomia se constrói a partir de modelos. A gente acredita bastante nisso. É o conhecimento de que a inovação só se sustenta quando há o quê? Um enraizamento territorial e pertencimento institucional, o que nós chamamos hoje em dia de territorialidade.

Uma outra estratégia que nós trabalhamos, de que nós precisamos para gerir isso tudo – e já apontando para a questão da materialização –: indicadores institucionais próprios. Precisamos ampliar esse conceito de avaliação. A inovação educacional não se mede apenas por números de publicações ou patentes, mas, de fato, por impactos sociais e pedagógicos. Nós precisamos ver o resultado disso pelo impacto social e pedagógico.

Cada instituição, é importante que ela desenvolva, tenha indicadores *supra* – superiores, macro, não é? –, mas que tenham, a partir da visão do modelo participativo e descentralizado, também o quê? Os seus indicadores próprios, que valorizam a formação de competências, a inserção social dos egressos, fortalecimento dos ecossistemas locais e a sustentabilidade institucional. Esses indicadores, é importantíssimo que eles devam o quê? Combinarem-se com as metas do PNE, com o Plano Nacional de Educação, e também com os ODS, com os Objetivos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Desenvolvimento Sustentável, orientando assim as gestões universitárias e os gestores escolares para resultados significativos, e não meramente – isso é importante, não meramente – quantitativos; significativos.

E aí nós vamos para a terceira estratégia: parcerias com arranjos locais e *startups* – podemos pensar aqui só arranjos locais e *startups*. A inovação se consolida... E aí isso bate lá com o que vem da ciência aberta da Unesco, bate com Boaventura e bate com o que a gente estuda na literatura: a inovação só se consolida quando se cria o quê? Pontes entre o conhecimento e a vida real, onde de fato acontece. E aqui pode surgir uma possibilidade, por exemplo, dentro das instituições de ensino superior, na relação com a extensão, extensão universitária.

Por isso, é essencial estimular parcerias entre instituições de ensino e arranjos locais de inovação, e isso está previsto lá no nosso parecer, esse estímulo dessas parcerias com cooperativas, *startups*, organizações sociais e empresas que sejam comprometidas com a responsabilidade socioambiental. E é importante que a gente tenha aquilo que se chama de *living labs*, que seria fomentar os laboratórios vivos, onde estudantes e pesquisadores possam aplicar ciência e tecnologia à resolução de problemas reais daquela territorialidade. Esse objetivo, então, é transformar cada território, cada local num espaço de aprendizagem, desenvolvimento e cidadania.

Por fim, a estratégia quatro, antes do encerramento: formações interdisciplinares e projetos por desafios. Isso tem a ver com quê? Com os projetos pedagógicos das instituições de ensino. O futuro do ensino está na formação por competências que sejam complexas, que exijam o diálogo entre áreas e práticas reais para a resolução de problemas.

Recentemente, eu acho que ontem ou anteontem, teve um grande veículo nacional em que se trouxe a metodologia PBL. Quando é que nós imaginaríamos, né? Saiu veiculado em todos os lugares um PBL sendo utilizado nas escolas, universidades. Então, é importantíssimo que se traga isso para a sociedade.

Precisamos superar o currículo fragmentado e criar trilhas flexíveis, centradas em projetos por desafios, interdisciplinaridade e metodologias ativas. Trata-se de – e é importante – aproximar o estudante da experiência científica empreendedora, estimulando a autonomia intelectual, estimulando a criação dessa autonomia, a colaboração e a criatividade, e isso está muito alinhado com a aprendizagem ao longo da vida. Transformar o papel da escola e da universidade, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

transmissoras de conteúdo – porque a gente não quer mais saber disso – para passarem a ser ecossistemas de transformação e inovação social.

Por fim, encerramos aqui com uma convicção de que integrar ciência, tecnologia e inovação para a educação brasileira, que é o propósito desse parecer, é muito mais do que uma política – como nós pretendemos aqui induzir a geração dessa política –, mas é uma escolha de futuro.

Quando fortalecemos – e aí é claro isso – a cultura científica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAX DAMAS (*Por videoconferência.*) – ... o pensamento crítico, a capacidade de aprender continuamente, criamos as condições para um país mais justo, sustentável e competitivo. A inovação é importante, ela não é apenas tecnológica, ela é humana e institucional. Ao assumirmos esse pacto aqui, é importante que a gente transforme o Brasil de um país consumidor de tecnologias para um país que seja o quê? Produtor de conhecimento e, mais importante que tudo, de esperança. E é essa esperança, sustentada pela razão científica e pelo compromisso ético, que deve orientar sempre as nossas políticas educacionais para os próximos anos.

É nisso que nós acreditamos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos ao Sr. Max Damas, ao mesmo tempo que registro a presença do Senador Astronauta Marcos Pontes. Também está chegando o Senador Izalci, membro da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu agradeço muito a profundidade, a amplitude das duas exposições, que foram exposições complementares. Não há divergência, né? Houve o olhar do Conselheiro, do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e o olhar do Pesquisador Externo, que apoia a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Registro também a presença do ex-Deputado Federal Odacir Zonta, que nos honra aqui com a sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Destaco, nas duas exposições, Senadores, uma coisa que é muito salutar para a gente tratar a ciência: que a ciência, a tecnologia, a inovação não se esgotam em si próprias. Tem uma intencionalidade estratégica, e, no caso de relacioná-las com a educação, isso nos traz também demandas de formação, demandas de aprendizagens – e demandas de formação para a cidadania, para o entendimento de um mundo que não pode ser um mundo excludente; precisa ser um mundo que considere todas e todos.

Agora nós vamos passar para a parte de intervenção e de considerações dos Senadores e das Senadoras. Eu queria só fazer uma breve pergunta, até para esclarecimento aos que nos acompanham.

Já estamos aqui com muitas considerações do e-Cidadania, para essa parte final, que é para o Sr. Paulo Fossatti nos esclarecer sobre o trâmite do processo interno no conselho.

Ele leu aqui, e, assim como o Sr. Max Damas, fez referência ao parecer – a esse belo e profundo parecer que foi produzido –, mas tem outros passos que são dados no Conselho Nacional de Educação até ele se transformar, de fato, em uma resolução.

Essa é a minha consideração e passo a palavra aos Senadores que assim quiserem usá-la. Estão inscritos o Senador Marcos Pontes e, depois, o Senador Izalci.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia, bom dia a todos. Estou muito feliz por poder participar hoje desta audiência; é um tema que é extremamente importante para o país como um todo.

O que acontece, né? Eu fui Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, e essa junção com a educação é primordial e estratégica para o desenvolvimento econômico e social. Se a gente observar todos os países desenvolvidos, todos eles, sem exceção, são desenvolvidos não por localização geográfica, ou pela língua, ou pela religião ou pela cultura, mas é pelo investimento consistente e estratégico nas seguintes áreas: educação focada em resultados.

Aliás, queria parabenizar o apresentador aqui, o Prof. Max. Eu estava acompanhando a apresentação e, excelente; foi exatamente dentro do ponto. Eu não pude ver a apresentação do Prof. Paulo, mas, foi 100% aqui uma apresentação excelente do Prof. Max.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, de todos esses países desenvolvidos, o que eles têm em comum? É um investimento estratégico, continuado e consistente em educação focada em resultados, como apresentou o Prof. Max. Ciência, tecnologia e educação transformando ideias em novos produtos, novos serviços e, principalmente, também, no bem da comunidade. Vamos chamar de comunidade como um todo, porque não adianta ter só as ideias e elas não se transformarem em alguma útil para quem vive no país, para quem paga os impostos no país. Isso tem que produzir resultado. Então, é transformar ideias em basicamente nota fiscal, emprego e dignidade para todos. E, através da tecnologia e do conhecimento, a gente vê a possibilidade de reduzir as diferenças sociais que ainda afligem, de forma muito drástica, o nosso país.

Finalmente, nesse contexto: um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de empresas, de *startups* de base tecnológica e de outras. E uma coisa que o professor falou, que é extremamente importante – que lá no ministério nós tínhamos e continua tendo – são projetos dentro da Amazônia, por exemplo.

Não adianta ter aquela arrogância científica e falar assim: “Eu sou PhD, pós-PhD, então eu sei tudo sobre isso aqui”. Aquelas pessoas que moram lá há muito tempo conhecem muito bem a região, elas conhecem. Então, aquele morador que fala assim: “Olha, se você pegar essa plantinha aqui e passar nesse cortezinho, você vai ver que cicatriza”. O que a gente tem que fazer com o nosso conhecimento é usar, trabalhar com as pessoas que estão ali, quem têm o conhecimento, os saberes de lá, e falar assim: “Deixe-me ver como é que isso aqui pode se transformar num novo remédio ou alguma coisa que dê retorno econômico e social para as pessoas que moram lá também".

Fala-se muito em preservação da floresta, principalmente, mas isso não se faz simplesmente fechando lá e travando. Tem pessoas morando lá, a gente precisa trazer desenvolvimento econômico, social e qualidade de vida para essas pessoas e que elas vejam a vantagem de se manter a floresta em pé para que elas ganhem dinheiro com isso aí também.

Então, tem um projeto, lá no ministério, chamado projeto Salas (Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites). São 50 laboratórios na Amazônia: 25 flutuantes e 25 fixos no solo. Eles permitem, cada um deles, que pelo menos 16 pesquisadores do Brasil e de outros países, que podem participar em parceria, possam pesquisar ali, conhecer a biodiversidade da Amazônia, porque a gente conhece só 4%, infelizmente, e também, através do conhecimento daquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que já estão morando lá há muito tempo, consigam desenvolver novos produtos, novos serviços e ter o retorno – essa parte é importante, ressaltando isso, ter esse retorno – para as populações que estão ali. Com isso, a gente consegue trazer desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental, ou seja, desenvolvimento sustentável.

Então, parabéns! Fico muito feliz em ouvir a apresentação do Professor. Eu vejo que esse é o caminho e vamos motivar as nossas crianças também, adolescentes, para que eles gostem, conheçam ciência, tecnologia, vejam nisso uma maneira eficiente de ter sucesso na vida, mas serem felizes também ao longo do caminho e, com isso, ajudarem muita gente.

Então, Senadora, parabéns pela iniciativa e parabéns novamente para todos os participantes que elaboraram o documento!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Essa foi a tônica do parecer, iniciar desde a educação infantil, ciência desde a educação infantil.

Passo a palavra, agora, para o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Primeiro, quero iniciar aqui parabenizando a iniciativa desta audiência. É inovador, realmente, pela educação hoje. Eu presenciei muito no ensino superior a dificuldade que foi integrar o ensino superior com ciência e tecnologia.

Até pouco tempo, as universidades e as faculdades formavam alguns profissionais sem observar o mercado de trabalho; então, não havia uma integração entre o mercado de trabalho e as universidades, muitas vezes preparando alunos para coisas que não eram mais utilizadas, que não eram úteis ao mercado.

Então, a gente conseguiu colocar a inovação na Constituição e depois mudamos todo o marco regulatório de ciência e tecnologia. Eu tive a oportunidade de ser Secretário, por duas vezes, de Ciência e Tecnologia, e, lá atrás em 2004 e depois em 2008, a gente viu as dificuldades dessa integração, as dificuldades no Brasil sobre ciência e tecnologia. Faltava realmente essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ligação com a educação básica. A gente tem que integrar realmente ciência, tecnologia e inovação com a educação básica.

Infelizmente, grande parte dos nossos alunos não tem acesso ainda à internet. Acho que não tem mais escola que tem laboratório de ciência como antigamente, pelo menos aqui não conheço mais, aqui em Brasília, que é a capital. Antigamente, nós tínhamos muitos programas de laboratório nas escolas, hoje nem tanto.

Então, essa integração, colocar desde a educação infantil os instrumentos... Porque a ciência e a tecnologia nos dão muitas ferramentas para você melhorar não só a qualidade da educação, mas também o interesse dos alunos de participarem. Você achar que um aluno do ensino médio hoje que vai para uma escola que não tem internet, que não tem laboratório de ciências, que não tem esporte, que não tem cultura... Não adianta pagar nada para ele, nem R$200, nem R$500, nem R$1 mil, porque não vai resolver o problema.

Então, a gente precisa realmente dotar as escolas públicas desse perfil, desse objetivo aqui, que é a integração de ciência e tecnologia com a educação. Espero que a gente consiga o mais rápido possível e que a gente possa também dar essa infraestrutura para as escolas. Nós estamos discutindo o Orçamento do ano que vem... Porque não adianta falar tudo isso e também no Orçamento não ter nada. Então, a gente precisa combater um pouco mais e trabalhar um pouco mais essa questão orçamentária para permitir que as escolas possam ter uma estrutura mínima de ciência, tecnologia e inovação.

Então, Senadora, parabéns pela iniciativa – é muito importante esse tema –, e parabéns aos expositores! Eu estou acompanhando aqui a apresentação muito, muito interessante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

E é ano também da aprovação do PNE, para a gente tratar de tudo isso que V. Exa. levanta.

Mas eu quero, dizer a V. Exa. que o mérito desta audiência é do próprio conselho. Foi o próprio Conselho Nacional de Educação quem me procurou, explicou do que se tratava, e eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a gente acertou. Tivemos uma manhã realmente de muita, muita apresentação, de muita coisa importante, preparada para os desafios que nós estamos enfrentando.

Eu, antes de devolver a palavra para as considerações finais e para as respostas dos nossos expositores, vou ler as perguntas e os comentários do e-Cidadania, significando que nós estamos sendo devidamente acompanhados pela internet, por nossos internautas em todo o Brasil.

Jéssica, do Rio Grande do Sul: "Como a escola pode ensinar ciência e tecnologia sem deixar de formar jovens críticos, criativos e preparados para o mundo real?". Eu acho que isso está no cerne da proposta aqui apresentada.

Luiz, do Rio de Janeiro: "Como aproximar instituições militares e civis na formação de competências em ciência, tecnologia e inovação?".

Karyne, do Rio de Janeiro: "Como ensinar os jovens que a [...] [inteligência artificial] é uma excelente ferramenta, mas que ela não pode nem vai substituir a autenticidade humana?".

Arthur, do Paraná: "Como o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação [...] irão colaborar para promover a integração sistemática [de ciência, tecnologia e inovação nas escolas]?".

Sérgio, da Bahia: "Como garantir financiamento estável e equitativo para integrar ciência, tecnologia e inovação na educação e reduzir desigualdades regionais?".

Wanderlan, do Pará: "De que maneira o Plano Nacional de Educação Escolar Quilombola pode dialogar com as estratégias de ciência e tecnologia e inovação nos quilombos?".

Elizabeth, do Rio de Janeiro: "Como a EJA e a educação especial são contempladas sob a perspectiva da integração entre educação, tecnologia e inovação?".

Lucinete, do Espírito Santo:"Os professores brasileiros estão sendo preparados adequadamente para utilizar recursos tecnológicos e promover a inovação em sala de aula?".

De Abel, de Rondônia: "O Brasil corre o risco de formar apenas 'consumidores de tecnologia' ou [também] desenvolvedores e criadores? Como garantir algum protagonismo?".

E alguns comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De Ana, do Rio de Janeiro: "Qualquer inovação na área da educação começa com o Professor que precisa ser valorizado ao invés de ter sua profissão destruída por governos".

De Vanda, do Acre: "É necessário garantir infraestrutura adequada, formação continuada de professores e políticas públicas que assegurem o acesso equitativo".

De Rodrigo, de Minas Gerais: "Visando a inovação e tecnologia, deve-se promover um ambiente livre de ideologias, moralismos religiosos e repressores".

Os nossos dois convidados fiquem à vontade para responder o que acharem conveniente, porque muita coisa já foi também incluída na apresentação inicial.

Então, vamos para os nossos dez minutos finais a cada um, para as considerações transitórias, como a ciência.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Vou começar respondendo aí a sua provocação do trâmite deste documento até a aprovação. Então, nós tivemos a aprovação da comissão, lá no Conselho Nacional de Educação. É uma comissão mista e isso significa educação básica e superior, com reuniões sistemáticas. Nesse ínterim, ouvimos os especialistas brasileiros dos diversos setores. Após ouvir os especialistas, a versão do documento foi para consulta pública. Isso já realizamos. Agora estamos na fase de convocar a sociedade para audiência pública no dia 30 de novembro – creio que às 14h do dia 30; é só consultar lá no *site* do CNE todas as informações para esta audiência pública; e hoje estamos realizando aqui no Senado. Ainda neste mês, teremos na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, para também lá problematizar essa questão. Depois dessas três audiências, nós vamos para a redação do texto final, que vai para aprovação no Pleno. Já temos data para o dia 2 de dezembro. Poderão acompanhar em sessão aberta, lá no Conselho Nacional de Educação. E após a votação no dia 2 de dezembro, homologação do Ministro de Estado de Educação.

Esse é o processo pelo qual vai passar esse documento das diretrizes para a nossa educação, ciência e tecnologia.

Reagindo sobre algumas perguntas. Uma delas é sobre financiamento. Sim, um país que leva a educação a sério precisa ter bom financiamento. Eu lembro que, no último decênio, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos como uma meta do Plano Nacional de Educação aplicar 10% do PIB em educação. De 2014 a 2024, nós só aplicamos 5,5% do PIB em educação.

Eu estive na comissão do MEC, do Fórum Nacional de Educação, que ajudou a elaborar o documento que chegou no Parlamento brasileiro para o novo Plano Nacional de Educação. Lá nós voltamos a defender, Senadora, os 10% do PIB. Hoje à tarde, creio que a Tabata Amaral vá apresentar uma versão desse documento. Pelo que tudo indica, de 10% nós baixamos para 7%. Eu não quero acreditar nos 7%, eu quero acreditar que hoje à tarde a gente vá ter o anúncio de um documento que diga: estamos mantendo 10% do PIB para educação.

Gente, o cobertor já era curto, vai continuar curto. Nós tentamos contemplar no PNE esses grupos excluídos, prioridade para EJA, para quilombolas, para comunidades ribeirinhas, para população do campo, para povos originários, educação inclusiva, ou seja, nós procuramos equidade e inclusão no PNE, e agora vamos fazer a leitura se, de fato, estamos atendendo equidade e inclusão, mas, para isso tudo, o Brasil precisa dizer: é decisão estratégica investir em educação.

Olhemos só para a Coreia do Sul pós-guerra, ela estava atrás – atrás, atrás – do Brasil. Como está a Coreia do Sul hoje? Lá na frente. Por quê? Porque teve uma decisão estratégica dos governos e uma política de Estado de apostar todas as fichas em educação.

Outro ponto aqui das perguntas é sobre a formação dos professores. O nosso documento diz que as licenciaturas deverão contemplar essas diretrizes, sim; e nós estamos com todo esse cenário de uma nova formação docente, vocês veem que nós estamos cada vez pedindo mais para os professores: educação inclusiva, ciência, tecnologia, competências digitais. Nós queremos um super-homem, uma supermulher, uns semideuses para docência. Gente, para isso, temos que dar condição para docência no Brasil.

Há dois anos eu ajudei a elaborar um documento para o Senador Arns no qual eu fiz uma tabela de dez grandes grupos de profissões sobre salário. Nós, docentes, éramos o penúltimo grupo – o penúltimo grupo. Quando nós falamos dignidade docente; qualidade de vida; bem-estar; docente que está se desdobrando em duas, três escolas; docente que tem almoço no Uber, transitando para outra escola; como é que esse docente vai fazer ciência aplicada se não tiver condições? Ou seja, nós estamos trabalhando com o Parlamento que não basta dar pílulas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

degustativas: "Vou te dar um auxílio aqui, vou te dar outro auxílio lá", não! Nós temos que pensar num estatuto que vá dar dignidade à função docente.

Outra grande questão aqui: alunos que pensam ou não pensam, tipo de educação, ou seja, metodologia. Gente, a escola precisa se reinventar. O próprio termo "escola" lá na origem grega e latina dizia que era um espaço aberto de criação. Olha o que é que aconteceu com a revolução industrial? Nós enquadramos literalmente as crianças.

Vejam, por exemplo, o espírito inquiridor desde a educação infantil no documento. Quem conhece educação infantil, qualquer professora ou professor da infantil faz uma pergunta, todos eles levantam a mão: "Profe, Profe, eu quero responder!". Vão passando os anos e a sensação é que vão emburrecendo, ou vão silenciando, ou é uma pedagogia que silencia as vozes da investigação, da curiosidade científica, e de uma própria estrutura, uma estética de escola que favorece esse emburrecimento e esse entristecer da escola. Escola era alegre, era o ar vivo, era a pesquisa aplicada, era literalmente, na linguagem de hoje, geração *maker*.

Vejam a estética da escola e educação infantil, eles sentam em círculo, é olho no olho. O empresário hoje me pede o quê? Pessoas que saibam trabalhar em equipe, resolver problemas complexos, ter um plano B. Gente, quando sai da infantil, nós já passamos do outro lado do corredor, em salas que repetem o modelo industrial militar, um atrás do outro, olhando para nuca do colega! A vida é olho no olho, é empatia, intersubjetividade. As escolas enquadram como modelo fabril e colocam um atrás do outro. Depois, quando sai do ensino médio, o empresário me diz: "Mas ele não sabe interagir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO FOSSATTI – ... ele não sabe dialogar, não sabe trabalhar em equipe...".

Ou seja, essa proposta vem dizer também de uma nova estética da escola, de novas metodologias para atender a geração *maker*, literalmente, de uma pedagogia da maiêutica, em que não estamos com respostas prontas, mas tu pegas a maiêutica socrática e, através da pergunta, nós vamos construir respostas para essa geração, inclusive para resolver o grande problema do abandono escolar. Os dados do MEC dizem que nós perdemos, na educação básica, anos finais, ensino médio, mais de 500 mil jovens por ano que literalmente abandonam e vão engrossar as filas dos nem-nem, não estudam, não trabalham, não realizam o seu projeto de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa proposta vem dizer: não somente cuidar de uma pedagogia do professor, mas cuidar do conceito educacional como um todo para ressignificar o conceito de escola, de ensino e de aprendizagem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Professor Paulo. Com essas palavras de encerramento, eu acho que o senhor conclui toda a exposição bastante esclarecedora de todo o processo de discussão do que virá a ser uma resolução sobre ciência, tecnologia, inovação e educação. Eu acho que todas as respostas também foram, de uma certa maneira, consideradas nesta exposição.

Agradeço muito a presença, agradeço muito toda a disposição para o diálogo.

E passo a palavra para o Sr. Max Damas, do CNE, também para as suas considerações finais.

O SR. MAX DAMAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Obrigado.

Vamos dar... Finalizando aqui, eu vou complementar algumas perguntas trazidas, e, como, durante a nossa audiência aqui, o pessoal dos bastidores me passou as perguntas, eu pude dar uma observada também; então, vou trazer aqui com vocês a minha percepção.

Esta audiência pública, sobre as diretrizes para a CT&I da educação brasileira, se mostrou aqui, revelou um consenso que é inspirador para todos nós. A sociedade deseja, de fato – e deu para perceber isso –, uma educação científica que una conhecimento, ética e sensibilidade humana. As contribuições, recebidas aqui pelos *chats*, evidenciam que ensinar ciência e tecnologia exige bem mais do que dominar conteúdos, ficou claro isso. Exige formar o quê? Sujeitos críticos, criativos que sejam capazes de transformar o mundo real.

Então, a gente percebeu aqui que houve uma ampla convergência sobre a necessidade de tratar a ciência como direito de aprendizagem, reconhecendo-a como uma linguagem formativa que se desenvolve partindo da curiosidade, passando pelo pensamento crítico, indo para a ação, na responsabilidade social. A tecnologia, nesse horizonte, não deve ser vista apenas como uma ferramenta, mas como um meio de expressão da inteligência humana; não uma ferramenta, não uma alavanca simplesmente, mas um meio de expressão da inteligência humana e de ampliação das possibilidades de uma convivência cidadã e democrática, que nós desejamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também foi destacado aqui, em algumas perguntas, o papel essencial dos professores como mediadores e autores de inovação pedagógica. Então, as diretrizes reafirmam, em vários pontos, a valorização docente, a formação continuada e o reconhecimento da autoria. São condições indispensáveis para que a cultura científica se enraíze nas escolas, nas universidades, nos ambientes onde podemos deixar esse conhecimento cada vez mais aberto. A formação inicial precisa integrar pesquisa, metodologias investigativas e microcertificados, microcertificações que sejam voltadas à inovação, garantindo sempre o quê? Uma atualização permanente e uma autonomia profissional.

Outro ponto que foi trazido também foi a necessidade de articulação entre políticas educacionais e científicas, de modo que o MEC e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação atuem de forma cooperada – foi uma das questões. As contribuições ressaltaram que essa integração entre educação e ciência depende, e o Prof. Fossatti trouxe aqui também, do financiamento estável – de um financiamento estável –, ou seja, que você tenha um orçamento específico de uma governança compartilhada e programas interministeriais capazes de consolidar a proposta desse parecer que se transformará em diretriz e que desejamos que seja indutor de políticas para consolidar esses ecossistemas de inovação nos territórios.

Então, a questão do financiamento, esse financiamento equitativo também foi amplamente debatido, o Prof. Paulo também comentou sobre isso. As diretrizes recomendam – está recomendada lá – a criação de fundos e linhas permanentes de apoio a ciência, tecnologia e inovação com atenção especial a regiões e escolas com menor infraestrutura, de modo a assegurar justiça cognitiva e corrigir as assimetrias. É importante voltar sempre àquela definição da diversidade epistêmica e reduzindo claramente as desigualdades tecnológicas.

No campo da inclusão, foi enfatizada essa importância de assegurar o direito à ciência a todos, que vem lá do que nós apresentamos, e está claro, nos conceitos, os princípios da ciência aberta, da Unesco, incluindo estudantes de Educação de Jovens e Adultos. Então eles estão incluídos também, o EJA, nessa situação da educação especial também, das comunidades tradicionais.

A CT&I (ciência, tecnologia e inovação) deve dialogar com diversidades culturais, reconhecendo esses valores e valorizando saberes, por exemplo, de quilombolas – está lá explícito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso –, indígenas e populares, como parte dessa ecologia do que a gente pode chamar como se fosse a ecologia do conhecimento da nação brasileira.

As manifestações aqui também alertaram para a necessidade de formar criadores, e não apenas consumidores de tecnologia. Então volta aquilo: a tecnologia é uma produção humana, e não uma ferramenta apenas. As diretrizes respondem a essa preocupação, ao incentivar a criação de clubes de ciência, *fab labs* educacionais, por exemplo, redes de iniciação científica.

Também tem lá uma previsão de programas de empreendedorismo estudantil, fortalecimento do protagonismo juvenil, desenvolvimento de competências para a inovação.

Teve uma questão também trazida, que tem se falado muito, sobre a inteligência artificial. Então a inteligência artificial e as novas tecnologias precisam ser incorporadas aos currículos de forma crítica e ética. Então isso aí está previsto até em uma outra... Aliás, está previsto aqui, de forma transversal, nesse parecer, mas já existe uma comissão específica do CNE tratando sobre isso também. A gente entende que são ferramentas poderosas, mas não substituem a autenticidade humana, nem o exercício de empatia e de imaginação. Então sempre o que se tem preconizado é que, em inteligência, sempre tenha um humano mediando o uso das tecnologias, seja ela, por exemplo, a inteligência artificial.

Então é importante para a gente estar ali, que existe o quê? Educar para o uso consciente da IA é formar cidadãos que sejam capazes de decidir, criar e conviver num mundo cada vez mais complexo, que exige o quê? Uma grande capacidade de empatia, de alteridade e de colaboração.

E eu desejo aqui, finalizando, que esse movimento coletivo se converta em um impulso renovador para a educação brasileira, ao integrar ciência, tecnologia e inovação com ética, sensibilidade e seja muito importante – eu sei que o Prof. Conselheiro Paulo gosta disto – de sentido, de propósito, não é?

Reafirmamos nossa confiança na capacidade do país de formar gerações que sejam criativas, sejam solidárias e visionárias para dentro do seu território, para dentro da possibilidade de transformação do seu *locus;* capaz de transformar desafios em oportunidades e conhecimento em futuro, transformando conhecimento em futuro.

As diretrizes aqui discutidas não são apenas um documento normativo, como bem colocou o Conselheiro Paulo Fossatti. E, entendo, ele é um manifesto de esperança crítica, que convida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

cada educador, estudante, gestor educacional, gestor de políticas públicas a participar da construção de uma nação que aprende, pesquisa, cria e sonha, sonha com coragem e sentido público.

Um abraço e muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos. E, com toda certeza, eu digo ao Conselheiro Paulo e ao Pesquisador Max Damas que esta Comissão viveu uma manhã de muito ensinamento. E também de muita esperança, porque é um salto de qualidade.

Eu espero que esse parecer, ao ser aprovado, ao ser transformado em resolução, possa chegar à ponta dos sistemas, em um momento bastante adequado, que é o momento em que nós estamos debatendo o Plano Nacional de Educação.

Agradeço muito a presença, agradeço muito as contribuições.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e a assistência de todos, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Weverton, Eduardo Braga, Beto Faro, Jaques Wagner, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Flávio Arns e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao plano de trabalho aprovado para o requerimento REQ 8/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater o tema "O ICMS educacional como condicionalidade do VAAR: avanços e desafios" no contexto da avaliação da política pública sobre o "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)". **Participantes:** Sr. Witalo de Lima Paiva, Pesquisador do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); Sra. Stefanie Eskereski, Secretária Adjunta da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS); Sr. Sílvio Bhering Sallum, Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC); e Sra. Ursula Peres, Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo (CEM/USP). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "O ICMS educacional como condicionalidade do Vaar: avanços e desafios". Isso tudo no contexto do desenvolvimento da política do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, requerimento de minha autoria.

Eu convido para tomar seu lugar à mesa o Sr. Witalo...falei certo? (*Pausa.*)

Sr. Witalo de Lima Paiva, Pesquisador do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Convido a Sra. Stefanie Eskereski, Secretária Adjunta da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Participam, remotamente, a Sra. Ursula Peres, Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo e o Dr. Sílvio Bhering Sallum, Auditor-Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Informo que foram convidados o Sr. André Carvalho, Pesquisador da Cívitas Consultoria, e um representante do Comsefaz, o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Receita, que não puderam comparecer a esta audiência e justificaram suas ausências.

Antes de passar a palavra, informo que, por meio do Portal e-Cidadania ou no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211... todas as manifestações, textos e o relatório estarão disponíveis na página.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todos poderão fazer uso da palavra por dez minutos. Já receberam as questões feitas pela consultoria e também as que nós recebemos até agora do e-Cidadania.

Obviamente, se houver alguma questão de que vocês não possam falar e queiram depois enviar as contribuições, serão bem-vindas.

Anatalia, do Ceará: "Como garantir que os recursos do ICMS Educacional sejam de fato aplicados pelos estados e municípios, diante do baixo investimento em educação?".

A Rosa, do Rio de Janeiro: "Qual arranjo de governança federativa vai arbitrar conflitos sobre leis estaduais do ICMS Educacional e a transição para o IBS pós-reforma?".

Luiz, do Paraná: "Quais desafios os estados enfrentam para aplicar os critérios de desempenho?". Ao longo... eu vou lendo as outras questões.

Eu passo a palavra para o Sr. Witalo de Lima Paiva, Pesquisador do Instituto Ipece (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará).

Muito obrigada pela presença.

O SR. WITALO DE LIMA PAIVA (Para expor.) – O.k. Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham aqui do Senado e pelas suas redes sociais e canais de interação.

Quero iniciar agradecendo à Senadora Professora Dorinha Seabra pelo convite. Para a gente, do Ceará, tem um gostinho a mais participar deste momento. Nós começamos com esse modelo de incentivo há quase 20 anos, então, hoje estar aqui podendo contribuir com este debate nacional é algo bem prazeroso para a gente, e obrigado pelo convite.

Bom, eu vou falar sobre a relação do ICMS Educacional como condicionante do Vaar e aí um pouco dos avanços e desafios que a gente tem que avaliar.

Deixe-me ver se eu consigo passar aqui. (*Pausa.*)

Pronto.

Bom, na minha abordagem, eu vou me guiar muito pela nossa experiência do modelo cearense. O nosso modelo tem mais de 20 anos e inspirou a mudança da Constituição, da lei federal. E aí, a partir da nossa experiência, conseguimos observar se o ICMS Educacional é algo interessante para fazer parte do Fundeb, quais avanços já conseguimos perceber e quais os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

benefícios potenciais que esse modelo pode trazer para nós e os desafios que se avizinham, que devem demandar nossa atenção nos próximos meses.

Opa, passei demais. Pronto.

Bom, com relação à adequação do ICMS como condicional, a gente entende que, à luz da nossa experiência, o Fundeb acerta. Acerta em dois momentos: acerta em colocar os resultados como componentes de distribuição e acerta em estimular os estados a implantar os seus modelos de incentivo próprio, a partir do ICMS-Educação.

Por que a gente fala isso? A nossa experiência indica que associar repasses financeiros a resultados obtidos favorece, de modo relevante, o avanço na aprendizagem e, o que é mais importante, com equidade. Então associar repasse financeiro a resultado e instituir modelos de incentivo é algo interessante, potencializa a gestão municipal na busca de uma educação melhor.

A inclusão do ICMS Educacional dentro do Fundeb já traz avanços importantes. A gente já pode perceber isso. Os estados brasileiros já implantaram os seus modelos. Essa informação, eu estou copiando dos nossos amigos do Todos pela Educação. É de 2023. Só o Rio não tinha ainda finalizado, mas hoje já finalizou. Então todos os estados conseguiram implantar o seu modelo de ICMS, com suas particularidades. Isso é um ponto importante. Isso só já é um avanço bem interessante.

Além disso, os estados, quando você observa o modelo e as suas características desejáveis, quase todos os estados atenderam a todos os objetivos. Destaque para Ceará, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, que está aqui presente. Então os estados conseguiram fazer modelos, implantar o seu modelo de incentivo e, não apenas isso, fizeram um modelo seguindo as boas práticas, o que mostra que o potencial está instalado e é algo interessante. E esse movimento advém das obrigatoriedades que o Fundeb colocou.

Entre esses critérios, nós temos: observar o nível de aprendizagem e a evolução dessa aprendizagem. E um ponto importante é que esses modelos têm que ter critérios para a equidade, ou seja, é preciso que o incentivo esteja alinhado com a redução da desigualdade educacional, e os modelos trazem isso em todo o Brasil, o que é algo bem interessante.

O Ceará, como a gente já tem alguma experiência nesses resultados, há mais de 20 anos, a gente aplica esse incentivo do ICMS. Esse gráfico mostra a evolução do Ideb. A gente percebe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que é uma evolução contínua, de 2005 até 2023. O nosso modelo surge em 2007. Então, se o estado conseguiu, a partir do incentivo à educação, alcançar esse resultado de maneira contínua, no longo prazo, essa realidade é factível aos demais estados brasileiros. Então contar com o mecanismo de incentivo potencializa que esses resultados sejam alcançados em termos nacionais por todos os estados.

Um ponto importante é que o incentivo do ICMS vai ampliar os recursos repassados com base ou associados aos resultados educacionais.

Esse gráfico mostra a evolução dos repasses do Ceará, a partir do resultado em educação. Então nós chegamos, em 2024, a quase R$900 milhões repassados com base em desempenho em educação. É um montante expressivo e faz com que os municípios fiquem cada vez mais engajados em desenvolver a sua educação, a estarem aptos a disputar esse recurso. Então, embora esse recurso não seja obrigatoriamente gasto em educação, ele é associado à educação, e o nosso modelo implicitamente sugere que o município mantenha o investimento em educação em um patamar elevado, para garantir seus resultados.

Esse gráfico mostra como os recursos evoluíram ao longo dos anos e como é importante a cada ano atentar para esse ponto.

O segundo ponto é que esses recursos são especialmente importantes para municípios pequenos. Esses municípios são os nossos melhores no ICMS-Educação em 2024 – são municípios pequenos, economias pouco desenvolvidas –, e a gente observa na última coluna que mais de 60% do ICMS que esses municípios recebem advêm do ICMS-Educação. Então, a tendência é que isso aconteça também nos outros estados e que os municípios pequenos fiquem atentos a essa questão. Os recursos são importantes porque aliviam, de certa forma, o orçamento municipal e contribuem para a política pública de uma maneira mais geral, com foco em educação, claro.

Bom, isso são os avanços que a gente pode obter a partir do ICMS. Então, a nossa experiência, ao longo de quase duas décadas, sugere que esses resultados podem acontecer também para os demais estados do Brasil, mas é preciso dar um passo além, e é isso que eu chamo de desafio aqui. Os estados já implantaram seus modelos, como a gente viu – esses modelos se diferenciam um pouco nos repasses, mas já estão implantados e seguem uma boa prática –, mas agora é preciso dar um avanço adicional e avançar no processo de implantação. Essa é uma fase que se inicia agora, e a gente precisa ter um pouco de atenção com ela porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é importantíssimo fazer esse processo da melhor maneira possível. E, aí, há alguns pontos que devem ser considerados: nós temos que assegurar nesse processo uma comunicação efetiva entre o estado e o município, deixando claros quais são os benefícios do mecanismo de incentivo, então é preciso que os estados estabeleçam pontos de escuta para os municípios poderem se apoiar e entender melhor o repasse; temos que ter um aprimoramento contínuo do modelo, ou seja, ele não pode ser fixo a partir de uma ideia inicial, tem que ser aprimorado ao longo do tempo; é importante que esse modelo esteja alinhado com a política estadual, então o incentivo desenhado no ICMS-Educação tem que espelhar aquilo que o estado entende como importante para a sua educação – isso potencializa a sua efetividade –; temos que ter uma visão de longo prazo, pois as mudanças não são rápidas, mas elas de fato acontecem, como mostra a nossa experiência, e isso se dá porque é preciso respeitar o processo de aprendizagem municipal, tanto do município como do próprio estado, na condução desse mecanismo de incentivo; é preciso fortalecer a parceria entre estado e município, ou seja, não pode ficar apenas na letra da lei, é preciso desenvolver mecanismos de parceria, de apoio técnico, pactuação de resultados; e é fundamental que a política seja sustentada politicamente e continuada. É natural que pressões políticas surjam para poder rever alguma variável dentro do mecanismo de incentivo, e isso tem que ser avaliado com cuidado, sob o risco de a gente perder a efetividade que o modelo tem e o seu potencial de resultado, como a nossa experiência já demonstra. Esses são nossos pontos fortes. Quando você avalia o modelo cearense, essa questão se sobressai, então é natural que a gente indique essas observações para os demais estados.

Além disso, é preciso construir uma plataforma institucional robusta. O que eu chamo de plataforma aqui é um conjunto de pilares, que passa pelo ICMS-Educação, mas não se limita a ele: a gente precisa desenvolver o mecanismo de incentivo, mas também tem que desenvolver toda a parte de apoio técnico e incentivo institucional, ou seja, a secretaria de educação tem que ser parceira dos municípios nesse processo; é ideal que cada estado tenha o seu sistema de avaliação próprio para captar as suas realidades e as suas problemáticas e traçar políticas para ela. Esses pilares funcionam no Ceará, também são elementos que nos dão fortaleza para avançar no ICMS, e é interessante que o processo de implantação nos demais estados busque a construção dessas forças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, já encerrando a minha fala, é preciso atentar para alguns alertas. Um primeiro ponto é a questão de retrocessos e descontinuidade. O processo ali foi iniciado agora, então a gente deve viver a implantação nessa próxima década. As dificuldades iniciais vão acontecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WITALO DE LIMA PAIVA – ... nós enfrentamos isso, é possível que isso desestimule os municípios a buscarem o seu engajamento, isso tem que ser observado.

A relação entre o mecanismo de incentivo e de financiamento deve ser avaliada com cuidado. O mecanismo de incentivo não pode ser confundido com o financiamento.

E, por fim, os impactos da reforma tributária. É preciso avaliar como que esse montante a ser distribuído vai impactar nos municípios a ponto de não descalibrar o mecanismo de incentivo, dado que o recurso financeiro é relevante.

Assim, eu encerro a minha fala e agradeço a atenção de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Witalo.

Na verdade, obviamente, o modelo motivador era o do Ceará e, ao mesmo tempo, hoje uma das nossas preocupações é sobre o processo de implementação, o monitoramento e, principalmente, essa construção coletiva, porque muitos estados, em virtude do prazo, elaboraram uma lei e enviaram para a Assembleia sem muito debate com as redes municipais, inclusive para definir prioridades como a execução em si, mas, com certeza, vocês têm muito a nos ajudar nessa construção do relatório.

Quero cumprimentar também o Prof. Anízio, cearense, também, da Frente Norte e Nordeste de Educação, que está aqui nos acompanhando.

Eu passo a palavra, agora, para a Sra. Stefanie Eskereski, Secretária Adjunta da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

A SRA. STEFANIE ESKERESKI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora, e obrigada pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A nossa política, no Rio Grande do Sul, não é tão antiga quanto a do Ceará, mas é uma política nova que nós entendemos que já está começando a dar resultados, então, é muito importante poder compartilhar com vocês, poder compartilhar aqui o que a gente já vem fazendo e quais são já os impactos que a gente está observando desde o início da implementação.

Então, vou tentar ser breve aqui na minha fala, não sei se vou ser tanto quanto o Witalo, mas vou tentar.

A nossa história com o ICMS Educacional...

Deixem-me só estruturar um pouquinho.

Agora foi.

É só situar para todo mundo o tamanho do Rio Grande do Sul, muitas vezes as pessoas não têm noção do tamanho. O Rio Grande do Sul é um estado que tem 497 municípios, é o terceiro maior estado em número de municípios. Nós temos mais de 7 mil escolas públicas e mais de 1,8 milhão estudantes matriculados. Então, esse é o público com que a gente precisava conversar e articular para conseguir ter a aprovação de uma lei que realmente refletisse as necessidades das políticas estaduais. Então, com 497 municípios é a interlocução hoje que a gente tem no regime de colaboração que a gente vem fortalecendo no estado ao longo dos últimos anos.

Lá, em 2019, no primeiro ano do primeiro Governo do Eduardo Leite, começaram algumas discussões sobre a implementação de uma alteração na lei de distribuição do ICMS a partir de critérios de resultados educacionais, inspirado no modelo do Ceará. Então, nós fizemos conversas com o Banco Mundial e, se não me engano, a gente fez também com o Ceará naquela época. Infelizmente, ali no comecinho de 2020, a gente teve o advento da pandemia, que acabou nos atrasando na discussão sobre a lei, mas a gente teve a emenda constitucional em 2020 que nos deu um novo fôlego para retomar as discussões que estavam acontecendo.

Uma das coisas que a gente observou naquele momento foi que tudo que a gente trouxesse para a lei precisava ser de fácil compreensão, porque, muitas vezes – eu sou economista de formação –, a gente tem a mania de falar "economês", e ninguém entende, não é, Witalo? E a gente precisava trazer essa lei de uma forma que os municípios e que os profissionais de educação também compreendessem o que estava sendo dito. Então, nesse modelo, neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento de discussão, a gente conseguiu fazer a aprovação do projeto ali em 2021, tivemos o estabelecimento da lei a partir de dezembro de 2021, para o início de implementação ali em 2022.

Em 2022, a gente fez a publicação de um decreto instituindo o sistema de avaliação. Eu volto nele para explicar, mas só quero trazer a linha histórica para vocês de que a implementação do modelo começou em 2022, a partir da aprovação da lei em 2021.

E aí, a lei traz uma alteração da composição da distribuição do ICMS, que é o que está preconizado ali na emenda constitucional. Como é que a gente fez? Na organização original, nos processos mais originais de distribuição do ICMS no Rio Grande do Sul, a gente tinha um valor de 75% do VAF e a gente tinha 7% ali de distribuição a partir da população.

Então foi desta alteração – e aí lembro que naquela época a gente também já tinha uma alteração do peso do VAF para 65% na distribuição do ICMS – que a gente aproveitou os 7% de população, trazendo o índice de distribuição para 17%. Então hoje – hoje não né, na construção –, 17% do valor do ICMS será distribuído a partir de critérios de resultados educacionais.

Só que a gente não fez essa transição de uma hora para outra, não implementamos em 2022 a distribuição a partir desses critérios, nós fizemos uma tabela de transição. Então entre 2024, que foi ano passado, quando a gente começou a distribuir os recursos, até 2029, a gente vai ter uma transição saindo do valor adicionado e também da população, que é a terceira linha, para compor o critério de educação, que é a última linha. Então, ela sai de zero para chegar a 17% em 2029 – agora em 2025, 11,4% do valor total de ICMS está sendo distribuído a partir dos critérios de resultados educacionais.

Assim, foi uma conversa que a gente teve com o Legislativo estadual, mas também com os municípios, para que a transição fosse suave e a gente conseguisse ter uma adequação da regulamentação estadual.

E aí, para fazer essa implementação com esses prazos, começando a distribuição em 2024, a gente tem uma agenda de avaliação, porque como é a partir de resultados educacionais, a gente precisava estabelecer de novo o sistema de avaliação do Estado do Rio Grande do Sul, que a gente chama de Saers, que é o parzinho ali do Saeb, mas a avaliação foi feita em 2022.

Os resultados foram divulgados em 2023, e por isso que a distribuição, a partir desses critérios, começou a ser feita apenas em 2024, porque é o tempo de a gente conseguir ter os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

resultados e implementá-los. Isso significa que agora em 2025 nós estamos usando o resultado de 2023, que foi calculado ali em 2024, e o resultado deste ano agora, de 2025, será utilizado para a distribuição em 2026.

Então, a gente sempre traz essa tabela, porque muitas vezes os municípios acham que, fazendo a prova agora, o resultado já é para o ICMS do ano que vem, porque eles vão receber no ano que vem. Não é. A gente tem esse período de cálculo para implementação, e aqui a gente o usa para deixar bem claro o prazo que a gente precisa para o Prefeito conseguir sentir no bolso o que está fazendo de impacto para ele.

E aí a gente teve que... No caso do Rio Grande do Sul, a gente tem o Spaece de 1992; o Saers é de 2005. Então, o sistema de avaliação do estado é de 2005, mas ele não tinha uma continuidade, inclusive não tinha uma continuidade de quais anos eram avaliados pelo sistema educacional. E o que a gente fez? A gente estabeleceu um critério de que, a partir de agora, todos os anos – o segundo, o quinto e o nono anos – do fundamental de toda a rede pública serão avaliados, e a terceira série do ensino médio também será avaliada. A gente usa uma metodologia igualzinha à metodologia do Saeb, com as mesmas bases, com as mesmas habilidades previstas para cada ano, e ela acontece sempre no final de novembro. Neste ano, as provas ocorrerão entre 17 de novembro e 2 de dezembro, e nós temos cerca de 300 mil estudantes da rede pública participando. Os resultados utilizados para distribuição são os resultados apenas dos estudantes das redes municipais, mas a rede estadual toda também faz a prova.

Uma diferença é que, até 2022, se o município quisesse fazer a prova, ele teria que pagar para participar dela. A partir de 2022, ela é obviamente já contemplada no orçamento do estado para garantir a sua aplicação nos 497 municípios.

Um detalhe importante sobre a avaliação também: no Saeb, são exigidos dez estudantes por turma para que a prova possa ser realizada. Para a gente conseguir contemplar um maior número de municípios, a gente ajustou a regra do Saers para que sejam dez estudantes matriculados na rede municipal. Se ela tem duas turmas de cinco estudantes, porque uma é no centro do município e outra é mais no interior, essa rede municipal também é contemplada com a avaliação e também pode participar da distribuição. Então, a gente fez um pequeno ajuste para conseguir garantir que mais estudantes participassem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. STEFANIE ESKERESKI – Não é amostral, é censitária: todos os matriculados no segundo, quinto e nono ano.

O que a gente usa também? Naquela lógica de facilitar a compreensão dos resultados, a gente entendeu que a melhor forma de conseguir fazer uma adesão maior, como instrumento pedagógico, inclusive, das avaliações, seria usar o que os nossos profissionais de educação já conhecem acerca dos resultados. Então, aqui é a tabela de distribuição. Como o professor recebe o resultado do estudante? Há uma classificação: se ele está abaixo do básico, no básico, no adequado ou no avançado. Só para esclarecer, se ele está abaixo do básico, ele tem dois anos ou mais de defasagem das habilidades que estão previstas para aquele ano; no básico, ele tem um ano de defasagem; o adequado é o esperado para aquele ano; e o avançado significa que ele está acima do esperado para aquele ano. A gente utiliza essa classificação para ficar de fácil compreensão para as equipes diretivas das escolas, para os supervisores e para os próprios secretários municipais de educação.

Destaques aqui: a gente reestruturou totalmente o planejamento da avaliação. Agora, a gente tem uma avaliação que vai acontecer em mais de 470 municípios ao mesmo tempo, para a qual tem uma equipe própria designada dentro da Secretaria de Educação; construímos uma Comissão Técnica com a representação dos municípios, tanto da representação da associação dos municípios – que, lá para a gente, é a Famurs – quanto dos dirigentes municipais de educação. A gente tem uma Comissão Técnica do Saers. Todas as deliberações, todas as resoluções são discutidas neste grupo, para garantir a representatividade de todos e para garantir gestores e secretários.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. STEFANIE ESKERESKI – A gente também tem algumas excepcionalidades por conta de calamidades públicas. Em 2023, tivemos eventos extremos no Vale do Taquari; e, em 2024, como todos sabem, as enchentes de maio no Rio Grande do Sul, que afetaram mais de 70% dos municípios gaúchos. Então, a gente acabou trabalhando também na Comissão Técnica excepcionalidades para a aplicação das avaliações. Elas aconteceram em novembro de 2024 para todos os municípios, mas o tratamento dos dados acabou sendo diferenciado para não prejudicar os municípios que ainda estavam voltando às aulas, voltando a algum nível de normalidade depois das calamidades. Todo esse tratamento foi feito e discutido dentro da Comissão Técnica do Saers.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Metodologia de cálculo.

A gente criou dois indicadores que são o Índice Municipal de Educação do Rio Grande do Sul e a Participação no Rateio da Cota-Parte da Educação, que é a PRE. Então a gente chama de Imers e PRE. O Imers tem pesos diferentes para cada ano de ensino, a gente usa os resultados da alfabetização dos anos iniciais e dos anos finais e também a taxa de aprovação, mas, como a gente gostaria, como a gente quer incentivar a melhoria da alfabetização, o peso da alfabetização é maior do que o dos outros anos. Então, 40% do cálculo do Imers vem do Índice de Qualidade da Alfabetização.

IQE, IQI, IQF e IA são Índice de Qualidade da Alfabetização, Índice de Qualidade dos Anos Iniciais e Índice de Qualidade dos Anos Finais. Como é que a gente calcula isso? A gente usa 50% da nota de Matemática e 50% da nota de Língua Portuguesa em todos os anos e a gente faz um incentivo à participação de todos os estudantes.

Eu comentei com vocês que a gente usa a classificação entre abaixo do básico, básico, adequado e avançado. O que a gente faz? A gente pega o percentual de estudantes que se classificaram em cada uma dessas caixinhas e multiplica por um peso, de forma que, mesmo que o estudante esteja abaixo do básico, ou seja, ele tem dois anos ou mais de defasagem, por estar presente no dia da prova, ele já vale 20 pontos para o município. Se ele não estiver presente, ele não vale nada, ele não está contando para aquele cálculo. Isso significa que a gente incentiva a participação, incentiva que todos estejam em sala de aula no dia da avaliação.

E é um cálculo que fica de fácil compreensão para todos. Um secretário municipal de educação, secretário de fazenda, um professor na sala de aula, ele consegue calcular o seu próprio indicador, porque é só pegar o percentual e multiplicar por esse indicador de 20, 40, 80 ou 100, que ele vai saber qual é o seu resultado. Então, a gente simplificou o cálculo para melhorar a adesão.

A gente faz uma composição. A partir de 2025, a gente já tem a evolução, a gente já tem mais de uma prova, então a gente está fazendo uma composição entre a nota e a evolução de cada município, de forma que, na distribuição de recursos que aconteceu ano passado, era só a nota do nível, era só o nível que tinha sido registrado em 2022. A partir desse ano, a gente já considera a evolução entre um ano e outro, e a gente vai estar sempre agora considerando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

evolução, com exceção daqueles municípios em situação de calamidade, que tiveram tratamento diferenciado este ano e no ano passado, por conta das calamidades públicas.

E aí, aqui é só para entender como é que a gente faz. O cálculo do Imers, até aqui, até o cálculo do Imers, ele é feito pela Secretaria de Educação, com o Departamento de Economia e Estatística. Calculado o Imers, a gente encaminha para a Secretaria da Fazenda, para a Secretaria da Fazenda, efetivamente, fazer a distribuição dos coeficientes.

E aqui tem uma questão, Senadora, que eu acho importante. Na construção da legislação, na construção da fórmula de cálculo, hoje a lei do ICMS Educacional é uma lei que é simples. Ela tem lá um artigo, e esse artigo fala que, a partir de 2024, a distribuição incorporará resultados educacionais. Mas a regulamentação toda está por decreto, porque a gente conseguiu fazer alguns ajustes e algumas conversas com os entes municipais.

E uma das conversas foi a gente conseguir incorporar um pouco do porte dos municípios, que é o tamanho populacional, porque a gente estava perdendo totalmente ali. Naquela primeira tabela que eu mostrei para vocês, a gente acaba com o valor da população, e isso acabava prejudicando alguns municípios maiores. Então, a gente fez uma incorporação do porte dos municípios na distribuição aqui, na cota PRE, e foi uma forma como a gente conseguiu negociar de forma muito salutar, tanto com a Assembleia Legislativa quanto com os representantes municipais.

Não vou me alongar, mas só para mostrar para vocês que aqui a gente já está conseguindo identificar alguns avanços em relação aos resultados.

A gente tem um Imers médio da rede, de 59, em 2022 – o Imers vai de 1 a 100, para aquela conta que eu mostrei para vocês –, 63,44 em 2023 e um leve aumento em 2024, 63,55, mas que nós entendemos como muito positivo, dada toda calamidade que nós enfrentamos em 2024. Então, a gente, mesmo assim, conseguiu ter uma pequena melhora. A gente pode observar que a distribuição dos resultados dos municípios é bastante desigual – não tem uma uniformidade, a gente tem algumas regiões com resultados melhores do que outras –, e a gente hoje tem feito um trabalho com os municípios. A gente tem um programa chamado Alfabetiza Tchê, que eu acho que entra nas linhas de apoios adicionais – não é só a lei do ICMS, a gente está fortalecendo o regime de colaboração –, implementando formação de professores, distribuindo material estruturado de apoio pedagógico para os municípios, para que eles também possam ter melhorias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nos seus resultados. Então, a gente hoje distribui material para os 497 municípios e faz formação presencial para os 497 municípios do estado.

Resultados aqui do 2º ano. No 2º ano a gente teve uma leve queda em 2024, por conta da calamidade, porque foram os estudantes que foram mais prejudicados pelo distanciamento das escolas, mas a gente observa que, mesmo com as calamidades, a gente teve uma melhora significativa no 5º ano e uma melhora também no 9º ano do ensino fundamental, em que os resultados são mais preocupantes, mas a gente está melhorando aos pouquinhos.

A gente tem aqui um índice de aprovação que vem melhorando, também de 2022 para 2024. Hoje mais de 440 municípios têm taxas de aprovação no ensino fundamental acima de 90%.

E aqui só um destaque para o Município de Vespasiano Corrêa, que foi o nosso melhor e Imers, o nosso melhor indicador deste ano, com resultado do ano passado, em que ele chegou 84,06 de Imers, sendo 94 de qualidade da alfabetização e 86 dos anos iniciais.

Em termos de distribuição de recursos, este ano a gente está distribuindo mais de R$1,5 bilhão a partir de resultados da educação. Então, é um volume expressivo de recursos que está indo hoje para os municípios, como o Witalo já falou, recursos livres, mas a partir de resultados educacionais que a gente entende que estão, sim, incentivando novos investimentos em educação.

Todos esses resultados estão disponíveis numa ferramenta analítica, o Imersvis, disponível para quem quiser acessar imersvis.dee.rs.gov.br. E a gente tem o maior prazer também de explicar para quem quiser mais detalhes, dado que eu fui correndo aqui, mas espero que eu tenha conseguido passar um pouquinho do panorama para vocês.

Senadora, foi uma construção coletiva de muito diálogo, e a gente mantém o diálogo permanente com os municípios para garantir que seja uma política educacional de estado e que também atenda às necessidades de cada um dos municípios. Muito obrigada por poder compartilhar aqui com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Cansei só de ver você correr, Stefanie. (*Risos.*)

Mas muito interessante, muito bom ouvir. Com certeza, nós queremos conhecer mais o processo de construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para Sílvio Bhering Sallum. Ele é Auditor-Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

O Sílvio está conosco?

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM (*Por videoconferência*.) – Sim. Está me ouvindo, pessoal?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim, pode falar.

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo!

Então, boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, eu queria agradecer a esta Comissão pelo convite para a gente participar desse debate tão importante sobre políticas públicas educacionais e compartilhar a experiência do ICMS-Educação daqui de Santa Catarina. Agradeço à Senadora Professora Dorinha, à Senadora Teresa Leitão também, que conduzem os trabalhos desta Comissão.

E é com muita honra que eu recebo esse convite, né? Ficamos muito felizes quando chegou esse convite para nós aqui no tribunal de contas.

Eu queria estender também meus agradecimentos inicialmente ao Presidente do Tribunal de Contas aqui de Santa Catarina, o Conselheiro Herneus De Nadal; e ao Conselheiro Substituto, relator temático da educação aqui no nosso tribunal, o Conselheiro Gerson dos Santos Sicca. E também queria agradecer à minha equipe, que está aqui do meu lado presente, na Diretoria de Atividades Especiais, com a nossa Diretora Michelle, o nosso Diretor Odir, os nossos colegas Vítor e Diogo, que trabalham com muita dedicação nesse projeto. E todos nós aqui temos um compromisso conjunto nessa missão do ICMS-Educação do nosso estado.

Eu também queria só deixar registrado que eu agradeço a todas as instituições que compõem a Comissão do ICMS Educação de Santa Catarina. São diversas instituições. Nós trabalhamos de forma bem junta desde antes de a lei passar, ser promulgada aqui no Estado de Santa Catarina. A gente tem Ministério Público, tribunal de contas, Secretarias de Estado da Educação e da Fazenda, Assembleia Legislativa do estado, Undime, Fecam (Federação de Municípios) daqui, Conselho Estadual de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu inicio minha apresentação falando sobre como foi esse processo, esse histórico de criação do nosso ICMS-Educação. Antes de a lei, em agosto de 2022, passar na Alesc, já existia um grupo de trabalho há um ano, nós discutíamos toda semana sobre como seria a nossa proposta, o nosso processo de diálogo com os municípios. Undime e Fecam estiveram desde a primeira reunião desse grupo de trabalho conosco. Então, foi realmente um trabalho colaborativo desde o primeiro momento. Eu acho que isso foi uma das consequências de o nosso trabalho ter sido tão positivo.

E, como a Stefanie falou aqui antes, aqui em Santa Catarina, também o ICMS-Educação é uma política de Estado, não é uma política de governo. Nós fizemos uma lei com a metodologia. Então, aqui em Santa Catarina, o que seria um pouco diferente dos outros estados é que a nossa metodologia está na lei, ela não é um decreto, ela não é uma portaria. Então, existe uma segurança muito grande por parte da nossa metodologia. Nós fizemos uma metodologia com diversos indicadores ali, tem pesos que são definidos pela Comissão do ICMS-Educação.

E eu vou falar um pouquinho para vocês sobre o painel. Senadora, eu peço a permissão para compartilhar aqui a minha tela e fazer a minha apresentação com o nosso painel do ICMS aqui exposto, porque ele é o principal produto nosso.

Vocês estão visualizando a minha tela com o painel?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM (*Por videoconferência.*) – Pessoal, no nosso trabalho aqui, quando ele iniciou lá em 2022, a nossa intenção foi a de fazer uma pesquisa de todos os projetos de lei, todas as metodologias de ICMS-Educação já existentes, com um olhar muito crítico. Um ponto que foi muito criticado por todas as instituições presentes naquele momento foi o de modelos que são excessivamente pesados no critério do Saeb ou de um sistema estadual de avaliação. E o nosso entendimento em Santa Catarina era o de que nós precisamos ir um passo à frente disso. A aprendizagem é o critério mais importante de todas as metodologias, inclusive da nossa, mas nós também temos Plano Nacional de Educação, plano estadual e planos municipais de educação que foram criados para serem cumpridos, tanto é que agora, na discussão do novo Plano Nacional de Educação, existe uma discussão aí no Congresso sobre responsabilização, municípios que não fazem o esforço para cumprir os seus indicadores e como isso vai ser tratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no futuro. Nós atrelamos a metodologia do ICMS-Educação ao cumprimento dessas metas e estratégias dos planos de educação.

Olhando aqui o nosso painel, desde o primeiro ano do ICMS-Educação, nós temos esse painel, é um painel público. Nos últimos três meses – eu acabei de dar uma olhada aqui –, nós temos quase 2 mil horas de uso externo nos últimos 90 dias. Então, a gente tem pessoas de todos os municípios de fora do estado que trabalham no nosso painel.

O nosso entendimento foi que insumos também são importantes, e nós precisamos ter um olhar muito cauteloso para isso, para que nós cumpramos inclusive a própria emenda constitucional, quando fala na equidade. Quando a gente coloca um modelo de ICMS-Educação somente com base no resultado de uma prova padronizada em português e em matemática, nós não estamos valorizando outros fatores da qualidade educacional; inclusive, corre-se o risco de aumentar as desigualdades. Quando eu atribuo mais repasse para quem tem melhores notas e menos repasse para aqueles que têm menores notas, mesmo com o fator de evolução, cria-se esse potencial problema de acentuar as desigualdades. E também, quando eu tenho só um modelo de resultado do Saeb, eu dou um poder para o Prefeito do município que é incondicional: os professores são os responsáveis pelo resultado do município. Quando a gente coloca características dos docentes, de capacitação, de infraestrutura adequada, de gestão democrática, nós também estamos trazendo outros atores da educação do município para o debate do que é a qualidade de educação. Então: "Eu vou aumentar a nota, Prefeito, mas eu preciso que você invista na infraestrutura da minha escola, pois a minha infraestrutura está muito precária em relação às escolas do município vizinho ou até das escolas do mesmo município". E aí nossa metodologia também chega ao nível aqui da escola.

Deixe-me mostrar o painel para vocês, porque o tempo é curto, pessoal.

O nosso painel aqui tem diversos *links*. Tem um *link* de atendimento virtual. Nós, nos últimos dois anos e meio, três anos, já fizemos mais de 500 atendimentos individuais com os municípios, seja presencialmente, seja virtualmente. Presencialmente nós já fizemos dois ciclos ao redor dos estados, conversamos com todos os 295 municípios olho no olho, abrindo os indicadores das metas, das estratégias, do Saeb, falando o que eles precisam fazer para melhorar os seus indicadores do ICMS-Educação, traduzindo em repasse financeiro. Nós também fizemos um trabalho que hoje nós estamos divulgando, Senadora, então hoje é oficialmente o dia em que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vídeos institucionais do ICMS-Educação foram publicados aqui no nosso painel. Todas as abas do nosso painel possuem um vídeo tutorial. Alguns são curtos, outros são vídeos maiores, mas, em todas as abas, vocês encontram vídeo tutorial que vai explicar cada um dos indicadores, demostrar como que cada resultado é atingido pelo município.

Nós temos aqui um desenho geral da nossa metodologia, sobre a qual eu vou falar bem brevemente, para dar tempo de falar outras coisas, mas nós consideramos... Se não me engano, nós somos a única metodologia do Brasil que considera a educação infantil na metodologia e nós temos educação infantil pelo cálculo da taxa líquida de atendimento, o acesso à creche, à pré-escola; nós temos também o cumprimento da Meta 6: 25% dos alunos de jornada em tempo integral – quando nós iniciamos a metodologia do ICMS-Educação, eram 21% dos municípios cumprindo essa Meta 6, hoje mais 50% dos municípios já cumprem –; nós temos a Ótica das Escolas, que é um repasse de transferência de renda pelo indicador pelo nível socioeconômico; nós temos indicador de proficiência, que é bem semelhante ao modelo dos outros estados, que leva em consideração a nota num sistema padronizado multiplicada pela taxa de participação, no inverso da taxa de abandono, a taxa de aprovação; nós temos indicadores de insumos, que nós chamamos de esforço escolar, que são as variáveis dos planos de educação – Metas 15, 16, 18, 19, infraestrutura, e são dados declarados do censo. Então nós temos também um trabalho intenso de falar para os municípios a importância dos dados do censo escolar. Então, acredito que em Santa Catarina nós teremos o censo escolar mais bem preenchido do Brasil, a risco de falar isso, mas olhando os municípios e a atenção que eles estão tendo a partir do ano passado, especialmente deste ano, esse olhar atento ao censo escolar é algo que eu nunca vi antes, no passado.

Nós temos também a criação de um sistema de custos que hoje ainda não existiu, um modelo de regressão que compara as notas das escolas com o valor esperado. Isso também é uma forma de considerar o contexto socioeconômico, porque eu não posso comparar uma nota 7 em duas escolas, se uma tem um contexto socioeconômico muito favorável, e a outra tem um contexto socioeconômico muito desfavorável. Aquele 7, naquela escola com contexto desfavorável, tem que ser gratificado. Então, nós temos também um modelo estatístico aqui presente, e ninguém precisa saber matemática, ninguém precisa saber estatística; todo mundo precisa entender como que funciona a lógica disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E é por isso que nós temos esse painel, para trazer essa transparência, esses vídeos tutoriais, atendimento virtual, um tribunal de contas, e nós fazemos um pouco da macroimplementação do ICMS-Educação aqui no estado, como os mediadores, quem faz esse monitoramento, esse acompanhamento dos resultados dessas políticas educacionais.

Então, vocês podem clicar aqui, em todas as abas...

Eu vou fazer um trabalho que nós fazemos muito com os municípios, que é entrar aqui na aba de resultado de repasse, na parte de municípios. Tem todos os indicadores aqui, com a maior transparência possível.

Deixem-me mostrar, por exemplo, Guabiruba, Guabiruba, um município aqui da região do Vale Europeu, com R$7.744.000 de ICMS-Educação, e podemos chegar aqui a Guabiruba, por exemplo, um trabalho que nós fazemos mesmo com eles é...

Eu já sei o dado de cor, tá, pessoal?

Aí, eu vou falar que a melhor escola de Guabiruba tirou, no Saeb, uma nota de 254. Então, eu posso fazer essa simulação para eles...

E eu posso chegar para eles e falar que a gestão democrática foi cumprida, o processo seletivo qualificado, com participação da comunidade escolar, e eu posso também, por exemplo, chegar aos itens tecnológicos e laboratoriais, variáveis de infraestrutura, também fazer uma simulação, voltar no resultado do repasse, recalcular e falar para o Município de Guabiruba: "Olha, se você tivesse tomado essas ações no passado, o seu repasse de 7.744.000, este ano, seria mais de 10 milhões".

Então, fazendo essas simulações, é quando a gente consegue sensibilizar, trazer para a conversa gestor financeiro, movimento econômico, controlador interno, educação, prefeitura, na mesma mesa, e mostrar isso...

E os municípios... Tem muitos municípios pequenos que não têm uma qualificação técnica avançada para fazer uma análise. Então, a gente precisa também fazer esse instrumento de gestão aqui no painel e permitir que os municípios façam a sua análise, para não chegar uma mensagem de "aumente o seu Ideb", mas que ele consiga fazer um diagnóstico de onde que ele está precisando trabalhar, para constar aquele resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mostrar só para vocês aqui um exemplo também de mapa, rapidinho, pessoal.

Eu posso ver todos os indicadores, seja de insumo, seja de resultado, seja de evolução, por escola. Então, clica, e eu consigo ver, nessa escola, qual é o resultado de cada uma das variáveis.

Aqui, no IPA, nós temos todas essas variáveis, no IEE nós temos todas as variáveis de gestão democrática, órgãos colegiados presentes, escolaridade do gestor, formação continuada em gestão escolar para quem está assumindo aquele cargo, proporção de docentes com formação adequada...

Então, nesse processo, nós vimos também que existe muito erro de preenchimento no censo, e a mensagem, como faz a nossa metodologia – vou fechar, para eu encerrar aqui a minha fala – é que: municípios, se vocês declaram, no censo escolar, por exemplo, que vocês têm uma infraestrutura completa, dentro desse indicador de insumos vocês têm um resultado maior. Mas, no nosso modelo de regressão, que é esse tal de Esforço Não Observado, se eu tenho uma infraestrutura completa, a minha expectativa de nota também aumenta. Então, o município que preenche, de forma equivocada, no censo, ele pode estar dando um tiro no pé.

Todo esse trabalho que nós fazemos é: nós não fazemos políticas públicas com dados de censo escolar errado; nós chegamos a conclusões equivocadas, então, no Tribunal de Contas, para fazer monitoramento, acompanhamento, avaliação de políticas públicas, nós precisamos de dados fidedignos; então passa também por um processo de educação de preenchimento do censo escolar, por isso também está na nossa metodologia, mas, na Comissão do ICMS-Educação, que foi criada pela nossa lei do ICMS-Educação e que é extremamente atuante, nós temos, em notas orientativas, a mensagem de que, quando foi criado o ICMS-Educação em Santa Catarina, nós tivemos um peso de 60% para os insumos e 40% para os índices de proficiência dentro desse IEO. Não vai dar tempo para eu explicar em detalhes, mas eu vou falar rapidamente: ao longo dos anos, os indicadores de proficiência vão ganhando mais peso, e os insumos vão ganhando menos peso. Qual a mensagem que nós fizemos com isso? A quem está começando o ICMS-Educação agora – novo no município, isso não existia há pouco tempo –, invistam onde vocês estão precisando, de forma estratégica, porque o investimento tem que trazer resultado. Lá na frente, a proficiência vai valer mais do que os investimentos de hoje, então os investimentos têm que ser feitos, as infraestruturas têm que ser adequadas, tem que haver concurso para aumentar a quantidade de professores efetivos nas redes, mas, lá na frente, cada vez mais, a proficiência vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ter um peso maior. Então, nós valorizamos o esforço e o resultado, e não só o resultado. Esse também é um diferencial da nossa metodologia.

Por fim, nós temos aqui abas de complementos. Vocês podem escolher cada uma das variáveis, cada um dos anos, cada um dos municípios ou, em nível de escola, ver os resultados em nível de escola dos grandes indicadores; nós temos gráficos de evolução; histograma de onde o município está naquele indicador para a variável selecionada; nós temos também relatório automático que os municípios podem emitir; nós temos um "Monte sua tabela", que é tipo um Sidra do IBGE; nós temos uma aba de ajuda que tem perguntas frequentes e tem *quiz*, em que, a cada vez que você atualiza a página, as perguntas são alteradas para testar o seu conhecimento da nossa metodologia. Então é um trabalho de alta transparência, é um trabalho complexo e é um trabalho completo também do que se entende por qualidade educacional.

Nós já repassamos... Vão ser 3,6 bilhões de repasse de ICMS-Educação aos 295 municípios. O nosso sistema estadual de avaliação, que em Santa Catarina não existia, por causa do ICMS-Educação, este ano vai ser o nosso primeiro ano. Nós também temos a mentalidade de que o nosso sistema estadual de avaliação não vai ser mais um Saeb; nós estamos pegando o 2º, o 4º, o 6º e o 8º ano do ensino fundamental e a 2ª série do ensino médio, para permitir que os municípios tenham um diagnóstico mais completo, e não só no final de cada etapa, via Saeb ou via outros sistemas. Nós também queremos medir outras habilidades futuramente nesse nosso sistema; que não fique só em matemática e português, mas que também contemple outros tipos, como inteligência emocional, por exemplo; questionários socioeconômicos que vão medir também desigualdades, questões de *bullying*, questões de relações étnico-raciais nas escolas.

Enfim... O tempo é curto.

Nós já temos vários indicadores também. Eu falei da Meta 6.

A gestão democrática, a Meta 19, é um indicador para o qual eu queria chamar a atenção, porque em Santa Catarina, na Meta 19, há dois anos, no Censo de 2022, só 2,3% das escolas tinham gestão democrática, processo seletivo qualificado com participação da comunidade escolar. No Censo de 2024, 25% das escolas catarinenses agora cumprem essa forma de acesso ao cargo da gestão escolar, o que foi um aumento de 22,7 pontos percentuais. O segundo estado que mais cresceu nessa meta foi a Bahia, com 9,1 pontos percentuais, ou seja, os nossos 22 são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais do que o dobro do segundo estado que mais cresceu nessa meta, e é uma das metas que tem mais peso na nossa metodologia.

Não vai dar tempo de eu falar tudo, mas temos diversos resultados que mostram realmente essa evolução e estamos sempre aqui dispostos a continuar falando sobre o nosso trabalho e ajudar todo mundo a entendê-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Sílvio, você teria dois minutos. Vou passar uma última rodada para você concluir, mas eu queria fazer uma pergunta: você é do Tribunal de Contas. O tribunal prepara todo esse sistema de monitoramento, e vocês enviam para algum outro... Além, lógico, do acompanhamento em relação à distribuição, os índices que vocês levantam é o que vai orientar a Secretaria da Fazenda na distribuição dos recursos? É isso?

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – De novo, este é o nosso diferencial, Senadora: em Santa Catarina, é o Tribunal de Contas que calcula e atualiza esse painel. A gente passa os resultados provisórios, publicados no *Diário Oficial do Tribunal de Contas*. Os municípios têm 20 dias para entrarem com recurso; depois, esses recursos são avaliados pela Comissão do ICMS-Educação, e o índice final é divulgado pela Secretaria de Fazenda do Estado. Então, nós calculamos, tem um período de recurso, e, depois, a Secretaria de Fazenda divulga os resultados finais.

Nos últimos três anos, desde 2023, nós tivemos só dois recursos. De 295 municípios, em três anos de ICMS-Educação, nós tivemos dois recursos, e um deles foi sobre uma dúvida, no primeiro ano, quanto à metodologia do nosso ICMS-Educação. Mas eu acho que o grande fato que traz segurança para os municípios é o envolvimento do Tribunal de Contas. Nós somos apartidários, nós somos técnicos, e nós corremos atrás da missão do Tribunal de Contas que é prover a qualidade no serviço público ofertado para os municípios, para os cidadãos. Então, o nosso diferencial é este: nós calculamos, nós capacitamos os municípios e nós temos uma equipe dedicada a esse trabalho de transparência, monitoramento e conversa com os municípios. A gente faz busca ativa dos municípios com os melhores resultados, mostra para eles os dados em que eles precisam melhorar e também divulgamos boas práticas, Senadora.

A gente foi a 78 escolas há um ano e meio só para tentar identificar (*Falha no áudio.*) por trás desses dados. Então, a gente não fica só atrás do computador calculando em *software*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estatístico os resultados aqui; a gente vai a campo também para entender os resultados, e isso vira conhecimento de política pública educacional para nós técnicos do tribunal, que, quando atendemos a outros municípios, disseminamos também essas boas práticas.

Temos um relatório até desse programa de visitas às escolas, que, se possível, envio para vocês depois. É um relatório das visitas às 78 escolas para identificar esses resultados tão destoantes por trás desses números do ICMS-Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Uma última pergunta para você: os Conselheiros têm, sob sua relatoria, os municípios. Esse estudo que vocês fazem tem alguma influência, alguma consequência, é repassado para os Conselheiros também em relação a... Porque não deixa de ser uma efetividade do uso do orçamento público.

E, sobre o estado, se tem algum tipo de... Porque compete à secretaria estadual também a gestão macro no âmbito do estado.

São essas duas questões.

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM (*Por videoconferência*.) – De novo, eu acho que todo mundo aqui no nosso estado está bem alinhado: os Conselheiros aqui do Tribunal de Contas, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Fazenda... Nós temos o nosso Conselheiro Gerson dos Santos Sicca, que falou há duas semanas aqui também nesta Comissão, que faz um trabalho sensacional de comunicação com os municípios, mas dentro do Tribunal de Contas nós temos todo o apoio para fazer esse trabalho, e é um trabalho institucional mesmo, né?

Nossa responsabilidade, nossa missão com a educação realmente é visível em todas as nossas diretorias aqui. Então, se eu entendi bem a sua pergunta, Senadora, os Conselheiros aqui do Tribunal de Contas são bem engajados e bem participativos também em incentivar esse trabalho, que já vem trazendo alguns resultados para o nosso estado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A minha pergunta era mais no sentido de ter ou não alguma consequência no processo de monitoramento do município, né? Porque, na verdade, essa ideia do ICMS vem como um direcionamento, uma prioridade, mais uma fonte, mas o objetivo nosso maior é a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprendizagem, né? O funcionamento do município, da educação pública, o regime de colaboração entre estado e municípios.

O SR. SÍLVIO BHERING SALLUM (*Por videoconferência*.) – Sim, nas nossas prestações de contas de Prefeito, nos nossos PCPs, a Meta 1 está presente. A Meta 1, inclusive, está no nosso painel aqui do ICMS-Educação, a taxa líquida de atendimento. Então, os municípios, quando eles recebem o documento, eles têm lá a evolução dos seus indicadores da Meta 1, que é atendimento na creche e pré-escola, mas o ICMS-Educação vai se limitar mais a esse trabalho que eu estou apresentando para vocês, né? Em termos de Conselheiros, de prestação de contas de Prefeito, o que entra mesmo nos relatórios dos municípios é a Meta 1, que é a exclusividade das redes municipais, mas o trabalho do ICMS-Educação vai mais nessa indução do que em negar contas, enfim, reprovar contas dos municípios. Ele vai mais nessa atuação pedagógica do Tribunal de Contas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É, na verdade é isso mesmo, né? A questão de orientação antes de tudo, de direcionamento. Eu agradeço. Com certeza, nós vamos procurar conhecer melhor. Muito obrigada pela sua participação.

Eu passo a palavra agora para a Sra. Ursula Peres, pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole, da Universidade de São Paulo.

Muito obrigada, Ursula.

A SRA. URSULA PERES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. Eu que agradeço. Boa tarde a todos e todas presentes nesta reunião. Agradeço, especialmente, Senadora Professora Dorinha, a oportunidade de estar aqui participando desse diálogo, ouvindo os meus colegas que antecederam, trazendo aí as informações do processo do ICMS Educacional nos seus estados. É superinteressante ver como esse processo tem evoluído rapidamente, mudanças aí em um prazo bem mais curto do que foi todo o prazo de discussão e construção disso no Ceará – não é mesmo? –, anteriormente ao processo de indução federal. Então, essa é uma questão bem importante.

Eu, no Centro de Estudos da Metrópole, tenho um grupo de pesquisa que vem acompanhando a evolução, a mudança das legislações dos estados, tentando manter um painel atualizado. A gente acabou de fazer uma publicação sobre isso na revista da Fundação Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Chagas e tenho também aproveitado para fazer essas publicações em um acompanhamento via *Nexo Políticas Públicas*, no sentido de comparar os estados, as escolhas de percentuais de repasse, também critérios que são utilizados tanto na questão da avaliação e desempenho educacional quanto nos critérios de equidade que estão aí previstos na lei.

Então, a partir desse lugar de fala em que eu coloco a discussão... Sou uma acadêmica da área de gestão de políticas públicas e acompanhamento de orçamento; destaco também que fui, durante muitos anos, gestora no município e no Estado de São Paulo, então eu imagino o que é a dificuldade dessa implementação e toda essa construção de diálogo que os colegas comentaram. Não é uma construção simples, é uma construção não linear de idas e vindas aí na proposta de coordenação.

Acho que o ICMS Educacional é uma política que vem, com a aprovação da Emenda 108, no sentido de trazer avanços, mas também desafios ao mesmo tempo. Então, tem toda uma discussão sobre ela, quando é colocada como condicionalidade para o Vaar, é uma das primeiras discussões, pois muitos entendiam que uma complementação como a do Vaar não deveria ter condicionalidade, imaginando as diferenças entre as escolas e a possibilidade de que essa condicionalidade e a avaliação de desempenho pudessem aumentar a desigualdade em vez de reduzir.

Por outro lado, da forma como foi colocada, essa condicionalidade à criação do ICMS Educacional trouxe, sim, uma indução forte e hoje, como já foi colocado, a gente tem todos os estados com uma legislação do ICMS Educacional, o que não aconteceria, certamente, se não tivesse esse regramento obrigatório garantido constitucionalmente. Então, alguns estados, como o Ceará e outros, já estavam avançando nesse sentido, mas não era uma realidade para todos. Essa construção foi feita e essa construção, em si, é um avanço de ter todas as legislações estaduais com essa previsão de transferência da cota-parte do ICMS a partir de critérios educacionais.

Então, esse regramento permite um processo ativo de relacionamento entre os dois entes. Isso não quer dizer que esse relacionamento seja simples, mas, pelo fato de criar e obrigar esse relacionamento, a gente começa a entendê-lo como um embrião da construção federativa que se espera na aprovação agora do novo Sistema Nacional de Educação. Então, como é que a gente vai trabalhar os regimes de colaboração e conseguir, de fato, ter a perspectiva de coordenação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos estados com seus municípios, que é já aclamada há muito tempo? Talvez aqui tenhamos um embrião daquilo que vem dando certo dessa construção, e é importante atentar para que os estados tiveram experiências muito distintas, como vocês mesmos relataram, nessa construção: claro, no Ceará ela é muito longeva, essa construção é bem antiga, de décadas; e outros estados fizeram isso de forma muito mais corrida, de certa forma mais apressada, e há relatos de municípios que não conseguiram ter o diálogo necessário para discutir critérios, para discutir formulação. Então, esse é um processo para o qual é preciso estar alerta, para a gente pensar se há ajustes que têm necessidade de serem feitos.

Em relação aos desafios, eu queria citar, tentar citar aqui uns dois ou três desafios. O primeiro desafio importante é que tem uma enorme – enorme – heterogeneidade na questão legislativa colocada entre os estados. Isso é absolutamente natural, considerando o nosso histórico como país e a realidade de cada uma das regiões e dos territórios; então, não esperaríamos que as legislações fossem iguais. Agora, essa avaliação significativa das legislações estaduais colocam aí uma operacionalização, utilização de indicadores muito diferentes que podem, sim, criar desigualdades na efetivação dessa política. Isso traz um desafio grande, considerando o ponto de vista da União como coordenação desse processo e que faz a mensuração dos avanços, inclusive para avaliar o cumprimento das condicionalidades e a utilização do recurso do Vaar.

Quando a gente está colocando o critério como a existência da legislação, é simples, tem ou não tem a legislação, só que isso já foi. Daqui para a frente, a gente vai ter que pensar num processo de camadas e de avanços. Como é que vão se dar esses avanços? Os ciclos considerados são muito distintos, alguns estados consideram um ano, outros consideram dois, outros consideram até três na aferição de dados para depois a avaliação, para depois o repasse de recurso. É claro que o repasse vai acabar sendo feito todos os anos, mas a forma de consideração é distinta. A gente vai precisar tentar achar métricas padronizáveis para poder fazer essa aferição, essa mensuração no Simec anualmente. Isso não é um impedimento, mas é um desafio em que tem que estar pensado como é que a gente faz essa construção dialogada, de forma interfederativa, para que consigamos caminhar todos juntos em direção a um avanço sempre, como já foi dito, inclusive, pelo colega do Ceará. Então, como é que será essa condicionalidade daqui para a frente? Como é que vão ser avaliados, mensurados esses critérios? Essa é uma construção que precisa ser feita em diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Outro desafio muito importante – aqui talvez seja o desafio mais relevante – é que a maior parte das legislações estaduais toca em critérios de equidade, mas em critérios de equidade muito mais focados na questão socioeconômica do que na questão racial. Então, do acompanhamento que a gente tem, apenas três estados tratam mais expressamente ou especificamente da questão da equidade racial, sendo que dois têm isso na normativa, mas não nas fórmulas, e isso é uma questão muito importante, na nossa avaliação.

O Brasil é um dos países de maior presença de população negra e um país onde a desigualdade racial é uma das desigualdades que recorta praticamente todas as áreas, especialmente a área educacional. Então, é claro que a gente pode ter evolução de Ideb sem ter resolvido essa questão, sabemos disso. Se a gente não tiver um esforço de avançar no Ideb com diferenciação entre grupos de pretos, pardos, indígenas e outros grupos, os grupos de brancos, de forma conjunta, combinada, é bem possível que a gente caminhe com uma parte de evolução de alunos e que outros vão ficando para trás, como ficaram ao longo das últimas décadas, e sabemos disso. A gente evoluiu, mas não evoluiu igual para todo mundo. Então, esse talvez seja um dos nossos maiores desafios. E, como falou o colega do tribunal de contas, se a gente não atentar para isso, é capaz que a gente aumente a desigualdade entre grupos e algumas escolas, ao invés de reduzir – isso dentro de um estado, mas ainda mais quando a gente considera nacionalmente o regramento do ICMS Educacional. Então, isto não é um desafio apenas de um estado, isto é um desafio nosso como país: como é que a gente trata essa questão que abrange a desigualdade, considerando critérios de avanço por grupos de alunos, especificamente a questão de cor e raça?

Um terceiro desafio importante, já foi comentado, eu queria ressaltar, até porque interfere nesse desafio da questão da equidade que eu comentei, é o tratamento, a organização dos dados, a informação dos dados do Censo Escolar. Se essa matéria bruta, essa documentação fundamental para toda análise não for adequada, a gente não tem como avaliar de forma precisa os avanços, as modificações dos desempenhos dos municípios.

A gente sabe que a forma como se relata tanto a estrutura quanto as condições das famílias, especificamente também as características dos alunos, tem que estar presente no censo, e a forma como isso estiver no censo nos permite avaliar melhor ou pior a questão da equidade ou do avanço nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje um dos desafios grandes na questão da equidade racial é que o Censo Escolar não é perfeitamente um *proxy* do que acontece de fato dentro da sala de aula. Então, a gente tem muitos estados *missing* de quase 50% dos dados. É preciso aprimorar isso para uma avaliação mais adequada.

E o último desafio a que eu chamo atenção é a questão do ajuste de todas essas legislações à mudança na reforma tributária que vai haver com a substituição de ICMS pelo IBS. É importante ter a dimensão de que hoje apenas 11 estados colocam como percentual 10%. A maior parte dos estados colocam um gradiente que varia – muitas vezes, começando – de 2% até 19%, até 20% – ; outros já colocam inicialmente 15%, outros, como o Rio Grande do Sul, estão em 17%. Essa variação enorme vai ter que ser alterada, para colocar todo mundo em 10% – vocês devem saber disso, o IBS fixou em 10%. E, mesmo que não fosse a fixação em 10%, toda a legislação terá que ser alterada no advento da reforma tributária, nos próximos anos. Temos ainda alguns anos, porque essa mudança, se não me engano, é a partir de 2029, mas é um processo, de novo, de construção legislativa, nas assembleias, para fazer esse registro de legislação. Então, a gente não pode deixar isso acontecer para a última hora, para não acontecer o que aconteceu na legislação do ICMS – Educacional, para fazer isso na correria. E é uma oportunidade, inclusive, de revisar aquilo que está funcionando e o que não está funcionando e aprimorar essas legislações nessa construção.

Então, esses são quatro desafios a que eu chamo atenção, que perpassam por vários estados, mas que também colocam uma questão muito importante, Senadora, do papel coordenador que a União tem nesse processo, no MEC, principalmente na perspectiva de que a gente, como país, consiga padronizar desempenhos e, mais do que nunca, caminhar na redução de desigualdades de acesso, de permanência e de desempenho entre alunos de todo e qualquer território deste país.

É isso.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu quero agradecer a sua participação, Ursula Peres, pesquisadora, pelo que você coloca em termos de abordagem. Tem um estudo bastante interessante do panorama do Brasil; inclusive, esses desafios – alguns deles – nós teremos que incorporar no nosso relatório, dentro da política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de avaliação. Quanto a algumas condicionalidades, obviamente, à medida que forem superadas, enquanto uma elaboração de legislação ou definição de um processo de escolha, de gestão, não é só *checklist*, então nós temos que dar os passos seguintes no processo de aprimoramento. Então, aqui eu quero colocar, e a consultoria está aqui presente, que, com certeza, também já vai ter muitas informações para buscar.

Eu quero agradecer e dizer que, para nós, interessam muito as informações, inclusive, para os ajustes de legislação que nós teremos que ter.

Então, agradeço à Tatiana Feitosa, que está aqui: Tatiana Feitosa de Britto, Rodrigo Santos Ramos e Juci Melim Junior – já voltou, né, Juci?

Muito obrigada.

Eu vou só voltar aqui a palavra para a Stefanie, para a conclusão dela, depois para o Witalo, se quiser, também, num tempo máximo de até cinco minutos, entendendo que, no caso do Sílvio, eu já dei o tempo para ele, e ele passou bastante do tempo...

Não sei se você quer fazer ainda uma conclusão ou se já está atendida, porque você já falaria, e eu volto para a mesa.

A SRA. ÚRSULA PERES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ah, obrigada. Não estava conseguindo abrir.

Não, Senadora, obrigada. Eu já falei, acho que já fiz aqui a conclusão da minha fala. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada então.

Stefanie.

A SRA. STEFANIE ESKERESKI (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Acho que só para fechar a ideia do que eu queria expor hoje aqui para vocês, eu entendo que, no Rio Grande do Sul, a gente começou uma conversa prévia à emenda constitucional. Eu entendo, claro, que estar na emenda constitucional trouxe um novo fôlego, inclusive nas argumentações, nas negociações, tanto com os municípios quanto com o Legislativo estadual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nos deu mais subsídios para conseguir fazer uma discussão mais aprofundada em relação às condicionalidades que nós colocaríamos na nossa própria legislação.

Entendo que, apesar do pouco tempo, nós já estamos conseguindo observar resultados positivos desse fortalecimento do repasse, a partir de resultados educacionais, porque nos induziu, inclusive, ao fortalecimento do regime de colaboração. Então, tem uma ação, uma consequência indireta a essa distribuição de recursos, que é esse fortalecimento de regime de colaboração, que traz, inclusive, a construção de um novo programa de alfabetização em regime de colaboração, em que o estado acaba trazendo mais suporte para os municípios, principalmente para aqueles municípios mais fragilizados em termos de material e de formação de professores.

Então, quando a gente consegue observar algumas melhorias de indicadores, eu acho que tem um pouco do que o Witalo trouxe de também um incentivo para que o Secretário de Fazenda e os Prefeitos olhem para os resultados educacionais também como uma fonte de recurso. Acho que isso é importante, é um indutor muito importante, um incentivo importante, mas também acaba trazendo um olhar pedagógico e uma força para as secretarias de educação, para que elas possam pleitear outras coisas, elas possam pleitear investimentos que, muitas vezes, vão além do prédio da escola ou da quadra. A gente está falando aqui de olhar realmente para a aprendizagem, para a qualidade da aprendizagem, e isso acaba trazendo também uma responsabilização dos estados, que acabam se transformando.

Então, hoje a gente tem uma estrutura de apoio aos municípios que nós não tínhamos quatro anos atrás. Nós tivemos que reestruturar a secretaria e trazer, para dentro da nossa estrutura, de forma fixa, uma estrutura de apoio aos municípios, de fortalecimento no regime de colaboração.

Eu acho que, por último, só para eu terminar aqui a minha fala, mas trazendo um pouco do que a Úrsula falou sobre as condicionalidades que estão lá, eu sou membro da Comissão Intergovernamental de Financiamento, eu sou membro da CIF, e lá a gente acompanha, claro, as cinco condicionalidades que estão postas.

Em termos de condicionalidades como indutor da política, eu acho que a senhora está certíssima: provavelmente, se não tivesse na emenda constitucional, se não estivesse na legislação, nós não teríamos essa mudança do panorama em nível nacional, mas a gente percebe que ali, nas condicionalidades, a gente tem a condicionalidade da Base Nacional Comum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Curricular, com a condicionalidade da seleção de diretores e gestores escolares por mérito e desempenho, a questão do ICMS-Educacional, e ali a gente tem duas variáveis, duas condicionalidades que estão atreladas à aplicação do Saeb, que é bianual.

Então, aqui tem uma coisa que eu gostaria de aproveitar a oportunidade para trazer – e estava comentando um pouquinho antes: essa condicionalidade ser bianual acaba intervindo na nossa previsibilidade de repasse de recursos, e isso acaba... Quando os estados, por exemplo, não conseguem atingir uma condicionalidade ou a outra, que é 80% de participação no Saeb ou redução das desigualdades educacionais, a partir de resultados do próprio Saeb, os entes federados acabam sendo penalizados por dois anos seguidos. Então, a chance de recuperação acaba tendo um incentivo um pouquinho negativo.

Quando a gente tem o ICMS-Educação, que acaba incentivando a criação de sistemas estaduais, esses sistemas estaduais, em sua grande maioria, são anuais, o que permite uma agilidade maior em que os próprios entes federados, no caso os municípios, consigam perceber que seu esforço é automaticamente transformado em resultado, seja em resultado numérico de aprendizagem, mas também em resultado financeiro.

Então acho que aqui, em uma breve avaliação, sem muito aprofundamento, a gente tem duas condicionalidades que têm induções um pouquinho diferentes, e, eu acho, em termos de aplicação para os estados, a gente acaba tendo algumas dificuldades.

No entanto, queria ratificar: entendo que estar na legislação a indução para o ICMS-Educacional acaba fortalecendo muito o regime de colaboração, acaba, de alguma forma, antecipando algumas coisas que já estão no próprio Sistema Nacional de Educação, porque a gente começa já a definir algumas responsabilidades postas para cada um dos entes.

Isso tudo só para fazer um fechamento: uma coisa em que eu acredito é que a gente precisa... Eu sou economista de formação inicial, me apaixonei pela educação e já estou há 15 anos aqui e eu acredito que a gente precisa simplificar as fórmulas, a gente precisa garantir que toda a condicionalidade da distribuição de recursos seja de fácil compreensão, principalmente para os gestores municipais, que muitas vezes têm estruturas técnicas um pouco mais fragilizadas. Então, acredito que aqui a gente tem um grande esforço coletivo de garantir que realmente essa legislação e a regulamentação sejam de fácil entendimento, para que elas também sejam de fácil aplicação e fácil correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, durante as audiências, essa questão do sincronismo tem aparecido em algumas condicionalidades, questão de dados e da avaliação nacional, que é bianual.

Sr. Witalo, por favor, com as suas considerações finais.

O SR. WITALO DE LIMA PAIVA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou aproveitar a minha fala para reforçar um ponto, concordando muito com a Ursula: eu acho que a gente tem um avanço bacana com o ICMS. Avançamos, hoje nós temos uma nova realidade, isso é de se comemorar, mas o trabalho está só começando, e a gente precisa olhar com mais atenção agora essa questão da implantação. É um novo desafio que se avizinha para a gente, como eu falei, e, como a Ursula reforçou, é uma chance de você revisar os modelos, melhorar a legislação, aproximar municípios e estados.

Eu acho, Senadora, que esta Comissão pode ter um papel ativo nisso. Muito em breve teremos várias experiências exitosas do nosso país com os estados, e permitir que essas experiências sejam compartilhadas, estudadas, observadas, ajuda muito a implantar. Quando começamos no Ceará, não tinha isso; era tudo muito novo e foi um desafio para a gente enfrentar toda essa mudança sem nenhuma experiência paralela. Eu acho que, com essa atuação conjunta, nós temos uma nova realidade que pode ajudar os estados a avançar nos seus modelos. Essa cooperação entre os estados com o Senado, podendo incentivar este debate, é um ponto importante.

Eu ainda tenho um tempinho e vou aproveitar para responder aqui a quem mandou as perguntas.

A Anatália, do Ceará, fala sobre como estimular o investimento em educação. O próprio modelo de incentivo pode fazer isso, Anatália. As fórmulas indicam que o gestor seja responsável o suficiente para gastar na educação e manter recebendo recurso.

A Rosa, do Rio, fala sobre reforma tributária. Essa agenda é nova, é um desafio que se segue. Como a Ursula falou, as leis vão ter que ser revisadas. É um ponto de atenção que a gente tem que observar a partir de agora; a reforma já é uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Messias pergunta como podemos aprimorar a Fundeb e o ICMS para maior justiça social.

Eu acho que o Fundeb já faz isso, o ICMS-Educação já faz isso. Ao permitir mais recursos para municípios mais carentes, a gente já consegue, de certa forma, ajudar a melhorar a realidade social do nosso país, dos nossos municípios, e é preciso manter essa consistência e evitar retrocessos na política. Acho que esse é o maior ganho.

E, por fim, o Luiz, do Paraná, pergunta quais são os desafios para aplicar os critérios de desempenho. Acho que a experiência da Stefanie ilustra isso: é cooperar, é fazer os municípios cooperarem, fazer os estados cooperarem com o município, criar uma ambiência favorável à educação, aos resultados. Mais uma vez, olhando a nossa história, quando a gente consegue engajar município na luta, na lógica do incentivo, a gente consegue bons resultados. Acho que esse é o caminho que a gente tem que seguir, Senadora.

Com isso eu encerro a minha fala, agradeço mais uma vez a oportunidade e coloco o nosso estado à disposição para contribuir com nossos demais parceiros.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Quero lembrar: vocês receberam também um conjunto de questões feitas pela consultoria, quem puder nos ajudar respondendo ou enviando material, nós agradecemos muito. Foi uma das audiências mais interessantes, porque lida com um aspecto que a gente tem monitorado pouco, visto ser muito nova a implementação do ICMS Educacional. Agradeço a participação e as contribuições.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima e Flávio Arns. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o tema "Eliminação do trabalho infantil, da fome e da pobreza, do desemprego e outras mazelas e o papel da educação e da articulação intersetorial". **Participantes:** Sra. Ravena do Carmo Silva, Coordenadora da Coordenação de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Sr. Thiago Alves da Silva Costa, Chefe Substituto da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, Meio Ambiente e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH); Sr. Antonio Claret Campos Filho, Diretor de Articulação Intersetorial na Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC); e Sr. Roberto Padilha Guimarães, Coordenador Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Auditor-Fiscal do Trabalho. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/15

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de outubro, Dia do Professor e da Professora.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Eliminação do trabalho infantil, da fome e da pobreza, do desemprego e outras mazelas e o papel da educação e da articulação intersetorial", em atenção ao Requerimento nº 2/2025-CE, da minha autoria.

Nós temos quatro convidados – uma convidada e três convidados, dois de maneira presencial e dois de maneira remota. Foi uma solicitação feita à Comissão, e nós avaliamos que é um tema bastante importante e que não pode ser, evidentemente, tratado só pela educação, daí a perspectiva de tratarmos de maneira intersetorial, com a educação como fio condutor.

A Sra. Ravena do Carmo Silva, Coordenadora da Coordenação de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome vai participar... É você. Desculpe, Ravena, quando eu a vi, reconheci. Tudo bom? Como é que está você?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Prazer em revê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Thiago Alves da Silva Costa, Chefe Substituto da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, Meio Ambiente e Empresas, do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDH). Muito obrigada pela presença.

Sr. Antonio Claret Campos Filho, Diretor de Articulação Intersetorial da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase), do Ministério da Educação.

De maneira remota, já está na nossa tela, já estamos vendo-o, o Sr. Roberto Padilha Guimarães, Coordenador Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho e Emprego, e Auditor-Fiscal do Trabalho

Temos, portanto, a representação de quatro ministérios do Governo do Presidente Lula. Eu agradeço muito a deferência e a atenção, porque isso também é um fator que demonstra todo o cuidado, toda a atenção e o respeito que o Governo tem com o Senado, com a nossa Comissão, e, ao mesmo tempo, a intersetorialidade, que já está sendo tratada, certamente, por esses quatro ministérios, concernente aos temas que nós vamos abordar.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

As perguntas que já chegaram do e-Cidadania a gente já distribuiu, porque podem, eventualmente, ser incorporadas à exposição.

Cada convidado terá uma exposição inicial de dez minutos, podendo, no retorno, ser complementada na devolução que a gente fizer. O marcador é ali, é automático. Quando faltar um minuto, ele tocará – meio estridente, mas não se preocupem porque vocês terão um minuto ainda, sem pressão e sem tortura, para completar a intervenção.

Então, passo, inicialmente, a palavra para Ravena do Carmo Silva, Coordenadora da Coordenação de Medidas Socioeducativas e Programas Intersetoriais, do MDS.

A SRA. RAVENA DO CARMO SILVA (Para expor.) – Obrigada a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero saudar a mesa, na pessoa da Senadora Teresa Leitão, os companheiros que estão aqui.

Também queria deixar um registro ao Roberto Padilha, Presidente da Conaeti: essa comissão tão importante sobre erradicação do trabalho infantil tem sido peça-chave na intersetorialidade, na articulação que tem sido feita com todos os órgãos, entidades e pessoas que são comprometidas com a erradicação do trabalho infantil.

Vou falar um pouquinho aqui sobre as ações do MDS em relação a essa temática, não só o trabalho infantil, mas também o combate à pobreza e às mazelas e o papel da educação nas articulações intersetoriais.

Em 2023, reduzimos em 14,6% os casos... Desde 2016, diminuímos 58% das piores formas de exploração. Temos dados de milhares de pessoas, de crianças e adolescentes protegidos. Isso é fruto de um trabalho conjunto de todo o Governo Federal e, principalmente, das secretarias que compõem o MDS.

Nossa Secretaria Nacional de Assistência Social fortaleceu o Suas em todo o território nacional, criando uma rede de proteção que identifica, acolhe e protege famílias em situação de vulnerabilidade, através dos Cras e dos Creas.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania revolucionou a proteção social através do Bolsa Família, que em 2024 alcançou mais de 20 milhões de famílias, com investimento de R$168 bilhões. O programa conseguiu tirar 92% das famílias com crianças da extrema pobreza, demonstrando que, quando garantimos renda digna e trabalho, protegemos automaticamente a infância.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com a Secretaria Extraordinária de Combate à Fome, protagonizou uma das maiores conquistas recentes: retiramos 24,4 milhões de pessoas da insegurança alimentar grave em 2024. Criança bem alimentada é criança protegida do trabalho precoce também. E também saímos do Mapa da Fome.

A Secretaria Nacional de Cuidados e Família conquistou uma vitória histórica e importante com a aprovação da Política Nacional de Cuidados pelo Congresso Nacional. Mostra que estamos em uma direção certa, uma vez que os dados do IBGE nos apontam, nesse último censo, que o trabalho infantil doméstico cresceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria de Inclusão Socioeconômica criou oportunidades concretas através do Programa Acredita no Primeiro Passo, apostando na qualificação profissional, emprego e empreendedorismo das famílias em situação de vulnerabilidade.

Diante disso, também é importante destacar o compromisso do Suas, que está previsto na Constituição Federal.

Desculpa, gente, vou ler aqui, porque fica mais fácil de organizar meus pensamentos. Estou um pouco nervosa por estar falando aqui, né? Mas, na prática, a gente tem trabalhado bastante.

O enfrentamento ao trabalho infantil é um compromisso e uma prioridade absoluta para o Estado brasileiro e toda a sociedade e está previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, com base na doutrina da proteção integral.

No âmbito do Suas, esse compromisso se traduz na oferta das seguranças socioassistenciais: da renda, da acolhida, da convivência familiar e comunitária. O Suas garante as seguranças socioassistenciais, especialmente a segurança de renda, a segurança de convivência familiar e comunitária, em face dessa grave situação de violação de direitos e risco pessoal e social. É vital que apoiemos as famílias em função protetiva, reconhecendo-as como núcleo primário de afeto, sem jamais culpabilizá-las pela situação de violência e de violação de direitos.

No cenário internacional, o Brasil reafirma esse compromisso de enfrentamento ao trabalho infantil ao aderir à Agenda 8.7, uma meta que prevê a erradicação de todas as formas de trabalho infantil até 2025. Diante dessas propostas, a principal estratégia do Suas nesse enfrentamento são as ações estratégicas do Peti, as AEPETIs, organizadas em cinco eixos articulados. Essas ações estão estruturadas visando acelerar o combate ao trabalho infantil e sua erradicação.

No eixo 1, nós temos informação e mobilização, o que inclui a criação de comissões intersetoriais, municipais e estaduais e a realização de campanhas periódicas para sensibilizar sobre os grupos populacionais e tradicionais específicos, os GPTEs, como nós chamamos dentro da assistência social, e combater a invisibilidade do trabalho infantil doméstico e digital, que é um novo fenômeno que nos tem desafiado, para poder entendê-lo e combatê-lo.

No eixo 2, nós temos a identificação, que foca em conhecer os focos e identificar crianças e adolescentes através da busca ativa, realizada pela abordagem social e equipes volantes, diagnósticos socioterritoriais, apoiados pela Vigilância Socioassistencial, denúncias, através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Disque 100, e, crucialmente, pela correta inserção no CadÚnico e o Prontuário Suas, com os registros nos RMAs. Esse é um trabalho que nós temos feito junto aos estados e municípios para que se diminua o índice de subnotificações e a gente consiga ter dados reais sobre o trabalho infantil que chega através da assistência para nós.

O eixo 3, que é a proteção social e é o cerne do nosso trabalho, garante a proteção integral às vítimas e suas famílias, o que se concretiza pela inserção prioritária na rede socioassistencial – o Paif, o Paefi e o serviço de convivência familiar – e encaminhamento para as políticas setoriais – educação, saúde, inclusão produtiva e aprendizagem.

No eixo 4, nós temos o apoio à defesa e a responsabilização, que envolve a articulação com o sistema de justiça e fiscalização, incluindo os conselhos tutelares, Ministério Público do Trabalho e Judiciário, para aplicar medidas e garantir a responsabilização.

No eixo 5, nós temos o monitoramento, que acompanha a execução das ações e serviços usando o Simpeti, CadÚnico, RMA, o Sisc e a Vigilância Socioassistencial. Nós sabemos que sem dados a gente não consegue planejar políticas públicas, então nós temos reforçado essa questão do monitoramento junto aos estados e municípios.

Para nós, profissionais da proteção social especial, é fundamental destacar o papel insubstituível do Creas, especificamente do Paefi, que é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, que é responsável por acompanhar as famílias com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, incluindo o trabalho infantil.

Além disso, o Serviço Especializado em Abordagem Social realiza a busca ativa de crianças e adolescentes em espaços públicos – ruas, lixões, feiras – e as equipes de referência do Peti na gestão municipal devem estar alocadas dentro da proteção social especial, atuando como articuladoras e monitoradoras, e não como executoras diretas do atendimento às famílias.

A proteção social especial também complementa o trabalho, que é o serviço de convivência familiar – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos –, no espaço socioeducativo, prioritário para este público, devendo evitar a criação de grupos exclusivos para não gerar a estigmatização dessas crianças e adolescentes vítimas do trabalho infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A partir da retomada do cofinanciamento das AEPETIs, nossa prioridade de atuação deve ser direcionada a públicos complexos e vulneráveis, conforme define a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social de nº 2.004, de 2025, da CIT.

A Secretaria Nacional de Assistência Social, através da Coordenação-Geral de Medidas Socioeducativas, está focada em enfrentar novas dinâmicas de vulnerabilidades. O Suas deve priorizar a identificação e o atendimento integral...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAVENA DO CARMO SILVA – ... a públicos complexos, como crianças e adolescentes em situação de trabalho nas ruas, impactados por emergências sociais, migração, desastre, e adolescentes em medidas socioeducativas relacionadas ao trabalho infantil.

O tráfico de drogas é considerado uma das piores formas de trabalho infantil, em consonância com a Convenção 182 da OIT. Hoje a gente tem como segundo ato infracional mais recorrente entre adolescentes o tráfico de drogas. Então, a gente tem uma grande quantidade de adolescentes em situação de trabalho infantil a partir dessa perspectiva.

Vou pegar aqui para a gente...

Queria trazer para vocês também os públicos prioritários, que foram definidos através de muitas reuniões dentro da CIT, do próprio Conselho Nacional de Assistência Social, que determinam quais são esses públicos que vão ter essa visibilidade maior dentro do cofinanciamento das AEPETIs. Então, entraram: crianças e adolescentes em situação de exploração sexual; tráfico de drogas, na questão dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e entrou, também, a questão do trabalho infantil digital, mas como? Por que o trabalho infantil digital é um público prioritário das AEPETIs? Porque as AEPETIs são ações estratégicas de gestão e, para nós, dentro do Suas – nós que trabalhamos diretamente com o pé no território –, o trabalho infantil virtual ou digital ainda é um desafio, porque é um território em que nossos pés não pisam. Então, como nós podemos também trazer esse debate para dentro do Suas? Esse público entra prioritariamente por isto: para capacitação dos trabalhadores, para pesquisa, para informação, para a gente saber como definir as estratégias para combater esse tipo de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro da retomada do cofinanciamento, nós temos grandes desafios, que são: a invisibilidade do trabalho infantil em atividades informais, trabalho doméstico e agricultura familiar; a naturalização do trabalho precoce por mitos culturais que o veem como dignificante; e, além disso, a fragilidade informacional que persiste, exigindo a maior taxa de inserção e atualização de dados dentro dos sistemas oficiais do Suas: o CadÚnico e os RMAs.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RAVENA DO CARMO SILVA – Está bom.

Para concluir, eu vou deixar aqui que as AEPETIs, no âmbito do Suas, articulam um conjunto de ações de proteção social básica e especial essenciais, e a política de enfrentamento não se restringe apenas à transferência de renda ou serviços de fortalecimento de vínculos, mas, sim, à integração planejada e contínua dos cinco eixos estratégicos das AEPETIs.

O sucesso da erradicação exige o fortalecimento da gestão local e o papel ativo do profissional e da referência do Peti como articulador e monitorador.

É imperativo que os gestores e técnicos do Suas continuem a aprimorar a identificação, o cadastramento e a garantia dos fluxos de atendimento, transformando a agenda do trabalho infantil em uma prioridade política absoluta, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal.

Só para deixar reforçado que o Suas... O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome segue compromissado com a erradicação dessa violência que atinge as nossas crianças, e a gente tem feito um trabalho muito árduo em promover essas articulações intersetoriais que são tão importantes, partindo do princípio da incompletude.

Muito obrigada.

Viva o Suas!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Ravena. Muito boa a exposição. Algumas surpresas, outras não, mas eu acho que agora, em tempos de ECA Digital, a gente tem mais um instrumento para proteger e defender as nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora para o Sr. Thiago Alves da Silva Costa, Chefe Substituto da Assessoria Especial de Educação e Cultura do Ministério dos Direitos Humanos, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (Para expor.) – Tudo bem. Obrigado. Boa tarde.

Primeiro, eu gostaria de fazer a minha audiodescrição para ficar de registro na audiência: eu sou um homem branco, alto, estou usando um terno preto com uma blusa bege – acho que isso é bege – por baixo. Também uso o crachá do ministério, uso óculos e cavanhaque e o meu cabelo, apesar de parecer cheio, eu gosto de falar que é como se fosse uma piscina, dá para ver o fundo. (*Risos.*)

Primeiro, quero agradecer e parabenizar a Senadora Teresa pela iniciativa e dizer da importância deste debate que está acontecendo aqui, do quanto o ministério valoriza que a gente tenha esses momentos, e aqui representando a Ministra Macaé Evaristo, da importância de que a gente possa discutir esse lugar da intersetorialidade, conjugando educação, assistência social, direitos humanos e as várias outras pautas que importam no nosso tema, e hoje a gente vai falar um pouco mais sobre isso. Quero agradecer também e cumprimentar os colegas aqui de mesa, o Antonio, a Ravena e o Rodrigo, que nos acompanha, e todos que estão aqui assistindo ou acompanhando este debate.

Eu queria primeiro começar e pontuar um pouco o papel para a gente entender institucionalmente o Ministério dos Direitos Humanos, em que a gente ali tem uma Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e que, nesse lugar em específico da atuação, quando a gente está falando principalmente sobre o trabalho infantil, a gente tem que pensar muito na atuação do conselho tutelar e pensar no conselho tutelar enquanto um local de garantia e promoção de direitos. Acho que esse é um ponto principal e o tom que eu gostaria de colocar aqui, porque a gente sabe que socialmente há um certo receio das famílias em relação ao conselho tutelar, mas a gente tem trabalhado muito, tanto na relação, na capacitação e no trabalho com os conselheiros, quanto também com a sociedade, para que se entenda o que é essa figura que está na nossa sociedade como um ator principal de garantia dos direitos das crianças e que o pressuposto principal dessa garantia é que essa criança possa estar em família e em sociedade. E, quando a gente fala aqui de trabalho infantil, a gente está dizendo de uma criança que está sendo deixada de fora desses espaços para cumprir jornadas pesarosas, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazer trabalhos que sejam perigosos, para destruir uma possibilidade de desenvolvimento e de crescimento que é fundamental nessa época tão importante da nossa vida.

Então, por isso, eu acho que é importante aqui a gente separar e, primeiro, dizer da diferença entre um processo de aprendizado para o trabalho, que é o que existe, que a gente defende que possa acontecer, de um processo de exploração infantil, de um processo de abuso dessas crianças e que as submete a todos esses riscos.

O que a gente está falando aqui... Eu vou aproveitar que houve perguntas aqui do e-Cidadania e vou trazer uma pergunta aqui, do Everton, do Paraná, em que ele fala que trabalho infantil é crime, mas que, na opinião dele, maior de 16 anos tem que trabalhar e que, se tem que votar, tem que trabalhar também. E aí vou comentar para o Everton que maior de 16 pode trabalhar, sim. O que a nossa lei diz é que a partir dos 14 já é possível ter aprendizagem, o jovem aprendiz – que é, sim, um contrato –, e, a partir dos 16, é possível o contrato comum, com uma diferença muito importante e fundamental: sem que haja trabalho noturno, sem que haja trabalho insalubre, sem que haja trabalho perigoso.

Isso é fundamental a gente dizer, porque o que a gente vê... Quando eu falo, por exemplo, de uma criança em uma oficina, ela não tem condição motora e estrutural para poder lidar com o tanto de instrumentos perigosos que estão ali e que podem gerar mutilações que ficam para a vida toda. Então, a gente está falando de trabalho infantil, de um atraso no aprendizado, de um afastamento desse convívio familiar, mas também de situações de mutilação dessas crianças, porque vão lidar com instrumentos cortantes, vão lidar com instrumentos perigosos, tóxicos, com outras situações, ou mesmo estar na rua, ou – como a colega Ravena trouxe aqui – em situações ainda mais degradantes, como a questão de drogas ou a exploração sexual, que são das piores formas de trabalho infantil.

Então, é preciso que a gente separe essas coisas e defenda o aprendizado, defenda o instituto do jovem aprendiz. A gente não rompe esse ciclo, e não o rompe, muitas vezes, porque é diferente uma família que precisa de recursos – e às vezes esse jovem já vai ali, para esse espaço, cedo, muito mais cedo do que deveria, em muitas das vezes. E a gente entender de que forma a gente a inclui prioritariamente no Bolsa Família, para que essa família tenha uma renda...

A regra é esta hoje, essa priorização absoluta, de forma que a gente a inclua em outros programas sociais, a partir dessa articulação intersetorial que é feita, e de forma que seja possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que esse próprio jovem, a partir da idade adequada e com o trabalho adequado, também possa contribuir na geração de renda, por mais que a gente defenda aqui que todo esse período de que a gente está falando – de criança e adolescente – é um período de desenvolvimento que é importante, em que, se possível, eles possam se desenvolver, sempre, somente na escola e com um processo familiar e comunitário. Mas há a importância de a gente defender o aprendizado como um trabalho adequado, proporcional para aquela idade, e que seja, então, um momento, de fato, de aprendizado, com a carga horária correta, respeitando o horário escolar e respeitando o tipo de atividade que esse jovem possa desempenhar.

Queria comentar, então, para a gente falar sobre mecanismos intersetoriais, que é o tema aqui do debate, sobre o qual também o Emanuel, do Amazonas, fala e pergunta: "Quais mecanismos intersetoriais garantem que a educação básica atue de forma efetiva na prevenção do trabalho infantil e da pobreza [...]?". Quero trazer e dizer que a colega Ravena também já trouxe um deles, que são as Aepeti, que é toda a articulação que a assistência faz em relação ao trabalho infantil, mas, se eu estou aqui defendendo a figura do conselheiro tutelar, é dizendo que, muitas vezes, ele vai ser esse ator que vai ser notificado – seja pela assistência, seja pela educação – e que vai articular a rede, que tem esse papel de atuar junto com a família, para que a família compreenda os riscos que aquela criança ou jovem corre e para que a rede possa fazer a cobertura e o atendimento dessa criança, desse adolescente, em todas as ofertas que vão ser aqui colocadas.

Muitas vezes, o diálogo virá da própria educação, que vai notar uma certa evasão escolar, que vai notar uma certa diminuição no rendimento e que vai alertar, então, que precisa de um acompanhamento especializado. E aí, há toda uma rede de cuidado: e aqui nós estamos falando da assistência, da educação, da saúde e de outras redes que muitas vezes vão ser quem vão dar outros dar outros aportes de atividades, como a cultura, como o esporte, como outras redes que fazem essa atuação.

É importante dizer que a gente, aqui no Governo Federal, precisa dar condições a essas redes, porque a realidade acontece ali no município, é lá nas equipes municipais que essa atuação principal acontece, mas que a rede daqui precisa dar condições de estrutura e uma definição de fluxo mais definida mesmo, uma definição de fluxo real para que possa se fazer uma intervenção conjugada nesses espaços. Aqui falando tanto dos fiscais do trabalho quanto da atuação dos demais órgãos de Defensoria, de Ministério Público, porque muitas vezes a rede fica num espaço um pouco nebuloso sobre quem atua e quando e são nesses espaços de encontros multilaterais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

multissetoriais, em que se age e faz uma construção de fluxos, que dão aí o tom para que a rede possa atuar de fato de maneira conjunta, é importante que a gente tenha isso nos espaços até o nível municipal, mas que a gente aqui, do nível federal, consiga dar uma diretriz muito nítida para que esses órgãos possam atuar.

Ainda aproveitando os espaços e guiando a minha fala pelas falas aqui dentro do e-Cidadania, eu queria concluir dizendo que o André, da Bahia, comenta sobre o orçamento impositivo dizendo que as emendas tinham que ser exclusivamente para educação, saúde e combate à fome. É um comentário interessante e importante, e não à toa que metade das emendas é para a saúde hoje, mas é importante que a gente entenda que – e aqui terminando a fala falando mesmo de orçamento – não existe política pública sem orçamento e a política pública, para desenvolver o combate ao trabalho infantil, a extrema pobreza e várias outras, é uma política intersetorial e articulada de tal forma que não bastam só essas áreas.

Então, por mais que a gente possa compreender e defender mesmo a importância dessas áreas aqui de educação, saúde e combate à fome, é importante, sim, que o orçamento impositivo possa ser mais espraiado e ir para as outras áreas, pois, por exemplo, nunca chegaria aos direitos humanos se fossem só essas três áreas, nunca chegaria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA – ... ao conselho tutelar se fossem somente essas três áreas, para que a gente entenda a atuação em rede.

Eu quero aproveitar aqui essa oportunidade para falar dessa atuação em rede e que você não pode pensar que é só uma área ou que é só um dos órgãos em toda essa rede que vai atuar. Então, é importante que a gente tenha isso, que, ainda finalizando sobre orçamento e direitos humanos, os fundos da criança são um importante instrumento de possibilidade de suplementar a política e de complementar com ações.

A gente defende, e é o que o Conanda nos diz, a importância de que a política seja garantida com os recursos próprios do Tesouro, mas que o fundo é um espaço de destinação de imposto que pode ali suplementar com projetos, ações, com implementações de novas ações, que são importantíssimas e necessárias nessa atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, eu parabenizo a iniciativa e agradeço o convite ao Ministério dos Direitos Humanos, na figura da nossa Ministra Macaé Evaristo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Thiago.

Esse dado que você deu é uma concepção muito recorrente de que o trabalho dignifica o homem. Então, a criança também pode já, desde cedo, trabalhar, porque ela será mais educada, etc., etc. Essa concepção é muito vinculada, eu acho, ao trabalho doméstico, ao trabalho de ocupar o lugar de um adulto. E você deu dois exemplos em casa, com tarefas domésticas, principalmente para as meninas, que tomam conta dos irmãos mais novos, assumem tarefas na cozinha, etc., e na agricultura familiar.

Porém, prestem atenção ao que o Thiago colocou: é possível uma criança, ou um adolescente de 16 anos, ou de 14 anos, trabalhar? Sim, mas reservado o horário da escola. É isso que a gente precisa vincular às jornadas possíveis de trabalho.

E sobre as emendas, metade realmente... Foi o André que perguntou, não foi? André?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Metade das emendas tem de ser para a saúde, mas a gente só pode colocar emendas no que vier como ação do orçamento. As pessoas têm uma visão de que a gente faz o que quer com emendas – não pode, e é bom que não possa. Tem que ser controlado, monitorado e fiscalizado, não é?

E tem ações que se vinculam ao que a gente está discutindo agora. Quer uma delas? O Programa Minha Casa, Minha Vida. Quer uma dignidade para a família tão importante como é ter a sua casa própria? E, pelo programa, a chave é dada à mulher, porque, em momentos de abandono, é o homem que sai de casa, e a mulher fica, então, com o teto para abrigar seus filhos.

Então, é meio complexo, André, mas estão tentando fazer esses ajustes, que são importantes, e é muito bom que a sociedade cobre dessa maneira como você colocou.

Sem mais delongas, vou passar a palavra para Antonio Campo Filho, Diretor de Articulação Intersetorial da Secretaria Sase do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pela presença, Antonio, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. ANTONIO CLARET CAMPO FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos, participantes desta importante audiência pública.

Queria cumprimentar meus colegas de mesa: o Thiago, a Ravena, o Roberto. E à Senadora Teresa, quero agradecer muito pelo convite e pela oportunidade de discutir esse tema.

Nós temos nos debruçado muito sobre o tema da intersetorialidade e sobre a superação do que nós temos chamado de determinantes sociais da educação, esses fatores que, na lógica do direito, obstaculizam para que, de fato, as crianças e os adolescentes tenham garantido esse direito subjetivo à educação, que é garantido pela nossa Constituição.

Então, nessa linha, eu queria trazer uma contribuição para este debate, apresentando... Deixe-me ver como é que eu passo o eslaide... Foi.

Um primeiro ponto é em relação ao próprio conceito de intersetorialidade, que eu acho importante que nós tenhamos. E aqui é uma definição muito prática da Profa. Nuria Cunill Grau, que nos traz essa ideia de que a intersetorialidade, claro, fala de diversos setores, não apenas governamentais... A gente pode pensar no setor privado, no terceiro setor, mas, eminentemente, nas áreas de políticas públicas voltadas à resolução de problemas sociais, e problemas sociais com causas complexas, que muitas vezes são multicausais.

Como é que nós podemos pensar em todos os fatores que vão, no final das contas, possibilitar que, de fato, as crianças e os adolescentes tenham uma educação de qualidade, com equidade, respeitando as diferenças?

A intersetorialidade também remete à ideia de setores trabalhando juntos em relação a objetivos comuns. Então, como é que nós podemos construir, no Governo, essa ideia de quais são os objetivos comuns que todas as áreas contribuem para que eles sejam alcançados?

Então, a nossa Conferência Nacional de Educação, em 2024, traz esse conceito de intersetorialidade de uma maneira muito importante, como um dos eixos articuladores do próprio Plano Nacional de Educação, e este momento é muito propício e muito feliz para nós discutirmos isso, justamente pelo avanço da tramitação do PNE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ontem nós tivemos a apresentação do relatório, do Relator Moses, abrindo exceções para que depois esteja encaminhando ao Senado. Tivemos, na semana anterior, no dia 7, a aprovação, pelo Senado, do Sistema Nacional de Educação, que vai facilitar muito essa articulação federativa em torno dos objetivos da educação, e estamos, hoje, no dia 15 de outubro, comemorando o dia das professoras e dos professores, que é tão marcante para nós.

Então a Conae já trazia o tema da intersetorialidade como algo importante na linha de garantia de direitos também. E o PNE, o projeto de lei que está tramitando agora, a que me referi, também trata, em uma de suas diretrizes, do tema da intersetorialidade – não apenas da intersetorialidade, mas também da visão sistêmica do planejamento da política educacional. E é fundamental que pensemos na visão do planejamento educacional vinculado também ao desenvolvimento local. Essas dimensões não podem ser separadas e também temos que pensar na concretude de cada território.

Essa intersetorialidade não existe apenas em abstrato, mas se manifesta de formas específicas de acordo com cada território. E, quando olhamos a estrutura do Plano Nacional de Educação, temos a ideia do planejamento como central.

É um plano que parte de um diagnóstico da realidade educacional no país. Tanto que temos um documento diagnóstico que, no caso, tratava de 18 macroproblemas da educação nacional, desdobrados em 18 objetivos e, a partir dos objetivos, nós definimos metas e estratégias. O Congresso tem se debruçado sobre isso, inclusive ontem nós tivemos a informação confirmada de um novo objetivo relacionado à sustentabilidade socioambiental, que é muito importante e que contribui para o plano. E nós pensamos, nessa lógica de encadeamento do diagnóstico do problema, em como podemos entendê-lo em relação às suas causas, traçando objetivos, mudança da realidade, definindo metas que vão dar noção de que estamos nos aproximando desses objetivos e que estratégias são necessárias para a sua consecução.

Então, trazendo isso para a prática, esses problemas complexos, que vamos abordar daqui a pouco, demandam uma abordagem intersetorial, e essa abordagem intersetorial não apenas pode, mas deve assumir diferentes formas de acordo com a especificidade de cada região do país. Aquilo que vai ser um problema complexo do trabalho infantil, da evasão escolar no contexto amazônico, é diferente do que acontece nas periferias das grandes cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que considerar, como ponto de partida, essa visão de que o nosso país é extremamente desigual, extremamente heterogêneo e que nós precisamos apoiar os atores locais que vão pensar nos seus planos municipais de educação, a partir do próximo ano, considerando essa especificidade local para tratar desses problemas complexos relacionados à educação.

E, a partir disso, como é que, na nossa Secretaria de Articulação Intersetorial e com o Sistema de Ensino do MEC, nós temos pensado o apoio a esses atores que estão no território planejando a educação?

Nós pensamos em disponibilizar uma série de recursos que podem apoiar esse processo, tanto de formulação das estratégias, como também na implementação, e pensando de que maneira podemos trabalhar intersetorialmente.

Vou dar um exemplo de um trabalho que temos feito no território do Marajó, que dá um pouco da concretude desse planejamento intersetorial em território de vulnerabilidade. E vou também, se tiver tempo, falar um pouco da rede de comunidade, de práticas que estamos desenvolvendo, e algumas ferramentas e iniciativas também de formação para a intersetorialidade, quando a gente pensa no Marajó, e como eu havia falado, essas estratégias intersetoriais devem ser adequadas a cada território.

Muitos de nós, talvez, quando estudamos no ensino fundamental, ouvimos falar da Ilha de Marajó, mas Marajó é um arquipélago. É uma complexidade muito grande, e o Governo Federal tem se debruçado sobre isso: o Ministério dos Direitos Humanos, com uma ação bastante forte envolvendo diversos ministérios, inclusive o MEC; o Ministério do Desenvolvimento Social, também envolvido nessas ações; o MEC, como um todo, também tem trabalhado, via FNDE e outras secretarias; e a nossa secretaria tem apoiado a elaboração de um plano regional intersetorial, considerando as especificidades de Marajó.

E, a partir daquele instrumento que muitos que trabalham com planejamento conhecem, que é a árvore de problemas, nós partimos de um macroproblema e tentamos entender as suas causas. O grande problema é que dialoga com a garantia de direitos, então nós temos, muitas vezes, o direito equitativo à educação violado. Nós não temos essa garantia de equidade na fruição do direito à educação; e isso, muitas vezes, claro, é condicionado pela trajetória escolar não garantida. E que problemas a gente poderia pensar em relação a essa trajetória não garantida? A gente tem a questão de acesso, por exemplo, muitas vezes até na educação infantil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O acesso às creches ainda é um grande desafio. Mesmo na educação infantil, nós ainda não conseguimos universalizar o segmento de quatro a cinco anos, estamos caminhando em direção a isso. Então, há um problema de acesso; há um problema também da frequência escolar reduzida e também da questão da permanência. A gente tem o problema de elevadas taxas de abandono e de elevadas taxas de evasão escolar.

E, agora, entrando na intersetorialidade, quando a gente vai um pouquinho além daquilo que está dentro do setor da educação, e aí entram as causas complexas intersetoriais... É claro que existe uma questão de fundo, que foi falada já na mesa, das vulnerabilidades sociais, da pobreza de renda das famílias, que é endereçada de várias maneiras, inclusive de uma forma muito efetiva, a partir do Bolsa Família e dos programas relacionados ao Cadastro Único. Mas, a partir daí, nós temos outros problemas: questões de insegurança alimentar e nutricional; questões do próprio trabalho infantil e juvenil; questões relacionadas à violência, tanto no contexto das escolas quanto no contexto dos territórios; questões relacionadas à saúde; e também questões relacionadas à mudança climática.

Isto aqui é um exemplo de uma árvore de problemas que nós construímos junto com os 18 Secretários e Secretárias Municipais de Marajó, na semana passada, em Belém; e agora nós iremos aos territórios, em três regiões diferentes de Marajó, para aprofundar esse diagnóstico e pensar as estratégias de enfrentamento. Certamente, a abordagem intersetorial vai ser essencial, o diálogo com os outros ministérios, com os governos estaduais, com os governos municipais, com outras entidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CLARET CAMPOS FILHO – O Poder Legislativo nos apoia muito também.

Nos últimos segundos, eu queria apenas ressaltar que o enfrentamento dessas causas complexas necessariamente exige de nós uma articulação com os sistemas de políticas públicas existentes. A educação por si só não pode dar conta de garantir o direito à educação nesse sentido mais forte da palavra. Nós precisamos contar muito com as ações relacionadas ao Suas, que foram muito bem definidas aqui pela Ravena; ao Sistema Único de Saúde, com diversas ações, algumas específicas do contexto escolar, como programa de saúde na escola; e ao Sistema de Garantia de Direitos, referido pelo Thiago, que é fundamental para isso. Há muitas ações aqui comuns de busca ativa, e nós podemos ter muitas sinergias nessa busca. Quando uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não frequenta a escola, isso é um sinal de vulnerabilidade que deve disparar ações relacionadas à assistência social, aos direitos humanos, enfim.

Também poderíamos mencionar rapidamente o Sistema Nacional de Cultura, o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Sistema de Ciência e Tecnologia. Enfim, são diversas áreas que convergem para garantir o direito à educação.

Então, o nosso objetivo, neste momento em que nós estamos formulando os novos planos municipais de educação – ainda à espera da definição do plano nacional –, que nós possamos incorporar essa dimensão da intersetorialidade, trazendo os atores das outras políticas públicas para pensarmos juntos esses desafios que, de certa forma, condicionam, de fato, o exercício do direito à educação a todas as pessoas do nosso país. Posteriormente, eu posso complementar com algumas outras ações, mas eu vou me restringir ao nosso tempo para que nós possamos dialogar um pouco mais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Antonio.

E agora que nós temos o nosso Sistema Nacional de Educação, podemos também nos inserir com mais facilidade nessa articulação com os demais sistemas. Não que não o façamos – porque o nosso Governo também retomou o diálogo interfederativo –, mas agora com a força da lei, digamos assim.

Muito obrigada pela sua exposição.

Vou passar agora, de forma remota, para o Sr. Roberto Padilha Guimarães, Coordenador Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho e Emprego. Roberto é Auditor Fiscal do Trabalho: vê tudo, tem que correr atrás de tudo, não é, Roberto? Não é fácil.

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, quero cumprimentar a Sra. Presidente, as Sras. e os Srs. Senadores, os demais presentes, e queria agradecer a oportunidade para me manifestar nesta Comissão sobre um tema tão importante quanto é o tema do trabalho infantil e, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

especificamente, a questão do papel da articulação intersetorial em relação às diferentes políticas públicas para o combate ao trabalho infantil.

Eu vou compartilhar a minha tela, uma apresentação... (*Pausa.*)

Acho que compartilhou, não é? (*Pausa.*)

Acho que está compartilhado.

Então, vou falar um pouquinho na minha apresentação sobre a legislação e especialmente sobre a questão da articulação intersetorial como uma questão essencial para o combate ao trabalho infantil.

O primeiro ponto que eu queria destacar na minha apresentação é falar um pouco sobre os compromissos internacionais que o Brasil tem com a erradicação do trabalho infantil. E aqui eu destaco três convenções internacionais: a Convenção sobre os Direitos da Criança, que estabelece, entre outras disposições, a proteção da criança contra a exploração econômica – é uma disposição muito importante –; nós temos a Convenção 138 da OIT, que trata da idade mínima para o trabalho, em que os países devem estabelecer uma idade mínima para o trabalho nas suas legislações e também a Convenção 138 fala que os países devem ter uma política pública para a eliminação do trabalho infantil; e, por fim, nós temos a Convenção 182 sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil, que já foi mencionada aqui anteriormente, e que estabelece que os países devem ter uma lista de atividades consideradas como piores formas de trabalho infantil.

Então, essa preocupação do trabalho infantil não é uma coisa apenas do Brasil, mas é uma preocupação do mundo, e se pode observar essa questão pelo número de ratificações que cada uma dessas convenções tem: a Convenção sobre os Direitos da Criança, com a ratificação por 196 países; a Convenção das Piores Formas de Trabalho Infantil, por todos os países que fazem parte da OIT; e a 138, por 176 países.

No âmbito nacional, nós temos a Constituição Federal, que estabelece a idade mínima para o trabalho. O legislador constituinte, preocupado com essa questão do trabalho infantil, estabeleceu, dentre os direitos e garantias fundamentais, a idade mínima para o trabalho, o que é muito significativo, e também trouxe, como um dever da família, da sociedade e do Estado, a defesa e a absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também nós temos a Consolidação das Leis do Trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Decreto 6.481, de 2008, que traz a lista das piores formas de trabalho infantil – essa é a principal base normativa sobre a proibição do trabalho infantil no Brasil. E podemos dizer que o Brasil tem hoje uma legislação sólida sobre esse tema do trabalho infantil. Obviamente, é possível avançar em vários pontos, mas o Brasil tem, realmente, uma base legislativa robusta para esse tema da proibição do trabalho infantil.

A questão da idade mínima já foi falada também na apresentação anterior e é sempre bom relembrar. Aqui, nós temos um quadro: até 13 anos, é proibido qualquer trabalho; aos 14 e 15 anos, somente o trabalho na condição de aprendiz – nessa idade o foco é para o desenvolvimento e para o aprendizado, nessa faixa etária de 14 e 15 anos –; e, como foi falado anteriormente, aos 16 e 17 anos, diferentemente da convicção que muitos ainda têm, é permitido o trabalho.

O adolescente com 16 e 17 anos pode trabalhar, desde que o trabalho não seja insalubre, perigoso, noturno, prejudicial à escola, prejudicial à moralidade, prejudicial ao seu desenvolvimento, que não esteja na lista das piores formas de trabalho infantil; e tudo isso por quê? Porque a criança e o adolescente estão numa situação de pessoas em desenvolvimento e que necessitam de uma proteção especial. É exatamente por isso que o adolescente de 16 ou 17 anos não pode trabalhar em qualquer atividade, só em atividades que não sejam, de forma alguma, prejudiciais e que não prejudiquem a sua formação escolar.

Aqui, nós entramos num ponto importante, e a intersetorialidade está relacionada a isso. O trabalho infantil é um fenômeno complexo. Então, as causas do trabalho infantil são variadas. Não é apenas a pobreza a causa do trabalho infantil, que muitas vezes é apontada como a causa do trabalho infantil. Nós temos muitas outras causas: a questão de ausência de políticas públicas; a cultura que defende o trabalho precoce, como já foi também mencionado na audiência de hoje; a demanda do mercado de trabalho pelo trabalho de adolescente; o local de residência; as questões de gênero.

São diversas causas do trabalho infantil, e, para o enfrentamento adequado dessa multiplicidade de causas somente a articulação intersetorial é possível, como também foi mencionado. Nenhum órgão, ministério ou política sozinha vai dar conta de combater adequadamente o trabalho infantil, exatamente porque é um fenômeno complexo e tem muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

causas. E nós temos que, para o adequado enfrentamento, realmente, enfrentar essas causas, que são a raiz do trabalho infantil.

E outro ponto também importante é que o trabalho infantil se apresenta de diversas formas; ele não é apenas um só. Nós temos o trabalho infantil com a família, o trabalho infantil com o explorador identificado, nós temos a questão da exploração sexual, que é uma pior forma de trabalho infantil, nós temos o trabalho doméstico, o trabalho infantil artístico, o trabalho infantil desportivo. Então, o trabalho infantil é um universo, por isso que a articulação intersetorial e a coordenação de ações são essenciais para o combate ao trabalho infantil.

Entrando um pouquinho na seara e trazendo aqui um pouco a nossa atuação, além da atuação como Coordenador Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil, eu estou atuando hoje como Coordenador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, e aqui, realmente, é onde a questão da intersetorialidade tem sido bastante trabalhada no âmbito da Comissão.

O que é o primeiro ponto? Como eu havia referido, não será apenas uma política, uma ação, que vai enfrentar adequadamente o trabalho infantil, mas um conjunto de políticas, e aqui eu coloco apenas exemplos: proteção social, saúde, educação, desenvolvimento social e econômico, redução das desigualdades, informação e sensibilização, atuação da inspeção do trabalho como órgão fiscalizador, a questão do fomento à política de aprendizagem profissional, valorização dos salários. Então, esse é um conjunto de ações e políticas que vai ter reflexo, entre outras, na questão do trabalho infantil.

Então, quando nós falamos de intersetorialidade, nós estamos falando de vários setores, de várias políticas que vão atuar no combate ao trabalho infantil. Só que nós temos que chamar a atenção, porque não é apenas uma atuação governamental, é uma atuação que também envolve um diálogo social com trabalhadores, com empregadores, com a sociedade civil, sempre lembrando o art. 227 da Constituição, que esse papel da efetivação dos direitos é da família, do Estado e da sociedade – esse é um ponto muito importante.

Mas como é que nós podemos coordenar, onde é que ocorre, onde é que nós podemos, realmente, buscar essa intersetorialidade, buscar o fomento dessa intersetorialidade, essa coordenação de ações?

Então, aqui, trazendo um pouco do trabalho que vem sendo desenvolvido na Conaeti, nós entendemos que, para o combate ao trabalho infantil, existe a necessidade de uma arquitetura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

institucional para fomentar e assegurar essa articulação intersetorial e essa coordenação de ações. Então, um dos objetivos da Conaeti é fomentar essa arquitetura institucional. E o que seria essa arquitetura institucional? Primeiro, seria o fomento a comissões de erradicação do trabalho infantil, porque, além de uma Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, nós precisamos ter comissões no âmbito dos estados e no âmbito dos municípios. É importante a existência das comissões, porque é na comissão que todas essas políticas, entidades de trabalhadores, entidades de empregadores, representação da sociedade civil, todos se reúnem para discutir o trabalho infantil.

Outro ponto, dentro dessa arquitetura, seriam os planos de erradicação do trabalho infantil, que é a estratégia para o combate ao trabalho infantil. Então, além do espaço para conversa, o plano, como uma estratégia, é outra questão relacionada à garantia da intersetorialidade, porque envolve a ação dos vários atores.

E outro trabalho que vem sendo feito na Conaeti são os fluxos de atendimento, em que ocorre a coordenação dos diversos atores para o atendimento, de forma efetiva e prática, de situações concretas de trabalho infantil. Estão se desenvolvendo fluxos, um fluxo para o trabalho infantil com a família, para o trabalho infantil com o explorador, para a exploração sexual, havendo a coordenação dos diferentes órgãos, para um atendimento efetivo aos casos de trabalho infantil.

Então, finalizando a minha apresentação, essa arquitetura, comissões, planos, fluxos de atendimento são no que nós estamos trabalhando dentro da Conaeti para estabelecer um meio ambiente para que essa articulação e coordenação efetivamente ocorram.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos ao Sr. Roberto Padilha pela exposição muito detalhada e que também mostra caminhos para a intersetorialidade.

Terminada essa fase inicial – não chegaram perguntas, durante a exposição, além das que foram distribuídas –, eu vou devolver a palavra para algumas complementações. Vou pedir que, por um tempo bem exíguo, por conta do Plenário.

Vamos começar por Ravena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAVENA DO CARMO SILVA (Para expor.) – Quero, mais uma vez, aqui reforçar o nosso compromisso também com a questão da intersetorialidade e, mais uma vez, eu quero falar sobre a Conaeti. O Roberto Padilha fez uma excelente exposição, mas quero dizer o quanto está sendo importante para nós, principalmente para a gente, poder trazer para todo mundo qual a responsabilização e corresponsabilização de cada ator dentro desse processo do enfrentamento ao trabalho infantil. Então, foi um momento muito importante para a gente poder conhecer, debater e ajustar esses fluxos, não é, Roberto? A gente está ainda numa missão muito grande de trazer os outros fluxos, mas por que eu estou falando isso? Porque isso reflete nas políticas dentro do nosso próprio trabalho dentro do ministério. Então, a gente consegue identificar onde, por exemplo, a SNAS precisa aprimorar, aonde precisa ir mais investimento. Então, todo esse trabalho tem sido feito com muita dedicação.

E aqui eu ainda tenho... Queria aqui responder a uma pergunta: "A educação de jovens e adultos pode ser uma ferramenta eficaz para romper o ciclo da pobreza?". Eu acho que não só a educação. A educação é primordial, mas, sem as outras políticas, a gente acaba ficando no meio do caminho, e não é só a pobreza que condiciona o trabalho infantil. Nós temos visto, principalmente nessa exposição que o Roberto Padilha traz para a gente, que a pobreza é um dos fatores, mas existem outros. A questão da família é uma questão para que nós, do MDS, temos estado muito atentos, principalmente na questão do cuidado. A gente sabe que o maior índice de trabalho infantil é quando pais não têm também essa proteção, o cuidado. Isso acaba se tornando um ciclo de violência que vai se repetindo por gerações e gerações. Pensando muito nisso, a gente precisa romper com alguns desses ciclos.

Então, a educação pode...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAVENA DO CARMO SILVA – ... ser uma ferramenta? Pode, mas todas as políticas juntas também. Elas são, com certeza, mais eficazes nesse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Ravena. Ao final, eu faço alguma consideração para poder a gente não quebrar o ritmo.

Passo agora para Thiago Alves Costa, do MDH. A gente está botando três minutos para poder terminar com tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA – Vou tentar ser mais rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... está certo?

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA (Para expor.) – Perfeito.

Queria, mais uma vez, agradecer, parabenizar pela iniciativa e dizer quão complementar foram as nossas falas aqui, o que mostra essa atuação, de fato, em rede. Gostaria de agradecer ao Roberto por ter ilustrado – quando eu falei dos fluxos – a importância deles, porque, no momento em que ela acontece, nos momentos de atuação, é fundamental para a gente ter muito bem definido quem faz o quê para saber quem acionar, para saber como atuar. É fundamental aquilo que foi apresentado aqui.

Queria reforçar – eu acho que eu não pontuei o suficiente aqui – o papel dos Conselhos da Criança, que fazem esse lugar de garantia e de proteção dos direitos da criança e quem podem ser os responsáveis pela discussão de uma das coisas que o Roberto trouxe, que é o plano de combate ao trabalho infantil. Porque o Conselho da Criança é este lugar de articulação onde vários dos órgãos que estão aqui têm seus representantes locais com assento, onde é feita essa discussão daquilo que é a prioridade e de como acontece o trabalho infantil no seu município – é fundamental a gente entender isso, porque a realidade local é muito diversa –, então, é esse espaço de excelência que pode trazer essa discussão, pode sair com o plano, enquanto uma resolução do Conselho, e melhor que seja assim, porque aí garante uma outra coisa sobre a qual gente aqui ainda se debruçou pouco, que é a importância da participação popular em todas as políticas.

Nesse ponto, a gente vai ser mais assertivo nas políticas que a gente construir quanto mais a gente conseguir construir esse diálogo, até porque tem vários movimentos fazendo a defesa dos direitos da criança, denunciando situações de exploração, que vão poder discutir, entra governo sai governo, mas estão aí há anos nesse debate, porque têm um acúmulo, têm muito a contribuir com os governos, para que a gente possa fazer planos cada vez mais robustos.

Então, gostaria mais uma vez de agradecer e dizer que a gente está sempre à disposição, Senadora...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO ALVES DA SILVA COSTA – ... para esse debate e para outros que sejam necessários serem feitos, para seguir aí com o trabalho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Thiago.

Passo a palavra agora para Antonio Claret Campos Filho, da Sase, do MEC.

O SR. ANTONIO CLARET CAMPOS FILHO – Obrigado, Senadora.

Eu queria, nesta minha intervenção final, retomar uma pergunta do Emanuel, do Amazonas, que já foi também respondida pelo Thiago, mas acho que é bem importante a pergunta dele: "Quais mecanismos intersetoriais garantem que a educação básica atue de forma efetiva na prevenção do trabalho infantil e da pobreza extrema?". Eu acho que essa pergunta nos permite uma reflexão sobre o papel emancipatório da educação. A educação não é apenas para a formação para o mundo do trabalho, ela tem essa dimensão ampla do pleno desenvolvimento individual e da formação para a cidadania, para a participação plena na vida pública, na vida social, na vida política. Cidadãos bem formados, bem educados, têm muito mais a contribuir e muito mais para se desenvolver e ter uma vida plena. A educação é esse mecanismo de emancipação. Então, uma boa educação pode sim levar à superação da pobreza extrema, quando a gente pensa na própria pessoa ali, quando se capacita, quando se forma ao longo da vida, e também em famílias, que terão melhores condições de oferecer as condições para que seus filhos tenham um bom desenvolvimento, um desenvolvimento pleno também. Então, a educação tem essa dupla característica.

Nós temos que pensar também em como atuar sobre esses determinantes gerais sociais da educação que impedem o direito, de fato, de as pessoas se formarem da maneira mais adequada. Então, essa articulação intersetorial é fundamental para isto: articulação com assistência social, articulação com a área de saúde, com a área de direitos humanos, com a área de formação para o trabalho, com as áreas relacionadas ao desenvolvimento local, regional, porque nós vemos muitas sinergias. Nós pensamos, por exemplo, na merenda escolar, na alimentação escolar, em como é importante para que as pessoas tenham condições de aproveitar as oportunidades educacionais, então, em como é que nós podemos criar um ciclo virtuoso de, ao mesmo tempo em que as crianças se alimentam melhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CLARET CAMPOS FILHO – ... muitas vezes, elas poderem consumir alimentos produzidos pela própria localidade.

A gente tem essa integração muito interessante do Pnae, o nosso Programa Nacional de Alimentação Escolar, com o Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo. E a gente pode reforçar essas sinergias entre as políticas públicas, sempre pensando nesse direito mais fundamental, que é o direito à educação, e em como isso é importante para o desenvolvimento do país, não apenas para o desenvolvimento econômico, mas pensando no desenvolvimento em todas as suas dimensões, o desenvolvimento para a sustentabilidade – sustentabilidade econômica, social, ambiental –, para que nós possamos ter o valor da democracia cada vez mais reforçado pela própria educação, e essas dimensões devem sempre caminhar juntas.

Então, mais uma vez, Senadora, muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência. Foi, de fato, uma oportunidade que me deu bastante prazer e uma honra mesmo, participar com a senhora e com todos os integrantes aqui da Mesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos.

Passamos agora a palavra para o Sr. Roberto Padilha, do Ministério do Trabalho, que está de forma remota.

O SR. ROBERTO PADILHA GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Complementando, então, a minha fala anterior e finalizando também a minha participação, eu queria destacar, agora, nesse ponto, a importância da sustentabilidade das nossas ações para a efetiva erradicação do trabalho infantil. É importante que nós tenhamos estratégias para levar essas políticas públicas e realmente conseguir uma erradicação efetiva no trabalho infantil.

Aqui eu trago um exemplo da atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, da fiscalização do trabalho, que tem evoluído na sua forma de atuação. Hoje a atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho busca implementar exatamente essa questão da sustentabilidade. Então, a par daquela atuação tradicional da Auditoria Fiscal do Trabalho, com uma atuação repressiva, com o objetivo de aplicação de penalidades administrativas e responsabilização daqueles que exploram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalho infantil, deixamos muito claro que o explorador não se confunde, nessas hipóteses, com o trabalho que a criança ou adolescente faz com a própria família, porque essas são hipóteses que são abordadas de uma maneira diferente, mas, em hipóteses de exploração do trabalho infantil, existe toda essa parte de responsabilização e existem, ao final das ações de fiscalização, exatamente protocolos para o encaminhamento das crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil para as diferentes políticas de educação, saúde, conselho tutelar, assistência social dos municípios, e, ao mesmo tempo, também dos adolescentes, a partir de 14 anos, a busca pela inclusão dos adolescentes, claro, dos que quiserem, na aprendizagem profissional.

Essa forma de atuação tem trazido excelentes resultados na ação e na redução do trabalho infantil, nas atividades em que há a atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, porque existe exatamente essa combinação, a combinação entre a responsabilização com a aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, também a busca pela inclusão dessas crianças e adolescentes nas diferentes políticas.

Essas crianças e adolescentes que nós encontramos, nas fiscalizações, em situação de trabalho infantil, e eu dou um exemplo: agora, no mês passado, nós tivemos uma operação, em Minas Gerais, em que nós retiramos do trabalho infantil 107 crianças e adolescentes, e aí não é um trabalho informal, não é nas ruas, mas trabalhos dentro de empresas em que nós constatamos o trabalho infantil, várias dessas crianças e adolescentes estavam, por exemplo, fora da escola.

Então, essa questão, esse protocolo, essa conexão e essa articulação com os outros órgãos permitem, por exemplo, o retorno dessas crianças e adolescentes para a escola. Muitas famílias, às vezes, querem programas sociais do Governo Federal, aí, a porta de entrada acaba sendo a própria ação da fiscalização.

Então, quero ressaltar a importância da articulação intersetorial, agradecer o convite para participar da audiência e também deixar aqui que nós estamos sempre à disposição para abordar esse assunto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Em nome da Comissão de Educação, eu quero agradecer a presença de todos, dos quatro representantes do Governo do Presidente Lula. São ministérios que têm um trabalho e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade muito grande na defesa da criança e do adolescente, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, de maneira, evidentemente, intersetorial e de maneira a adequar o grande objetivo de cada um desses ministérios a uma parte significativa e importante das crianças e adolescentes. Isso é cuidar, proteger, fazer com que o acesso ao direito seja fato, notadamente, no tema que nós debatemos aqui, que é o trabalho infantil, vinculado a várias outras questões de complexidade, mas que, como todos disseram, são questões determinantes da vida, do lugar onde a criança se encontra, do território onde ela convive, da condição e da situação da sua família.

Não sei se os demais assistentes aqui tiveram eu não digo nem a impressão, mas essa certeza de que há no nosso Governo, considerando a exposição que aqui nós ouvimos, uma intencionalidade muito evidente. Este Governo tem rumo, este Governo tem foco, senão nós não teríamos quatro ministérios, cada um com a sua gama de responsabilidades, tratando, de maneira intersetorial, daquilo que foi o foco dessa audiência. E eu digo que tudo que está sendo feito neste contexto nos leva a um dos principais compromissos de campanha do Presidente Lula: "Eu quero botar o pobre no orçamento e o rico no Imposto de Renda". Orçamento é necessário, como um dos nossos ouvintes, dos nossos internautas colocou, mas orçamento também é escolha. Orçamento também é prioridade, e esse tipo de prioridade certamente vai se traduzir, após essa rearrumação, que eu espero que seja feita – a gente está aqui debatendo isso quase todo dia –, em políticas públicas de acesso aos direitos, a uma vida feliz, a uma vida protegida, porque é para isto que nossas crianças vieram ao mundo: para brilhar e não para morrer de fome.

Muito obrigada, mais uma vez, por esta tarde de tantos ensinamentos que vocês nos proporcionaram.

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e três minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcio Bittar, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Beto Faro, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Sérgio Petecão e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Jorge Seif, Ana Paula Lobato, Dr. Hiran e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2833, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações." **Autoria:** Senador Julio Ventura (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1316, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e demais organizações da sociedade civil definidas no inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que celebrem contrato, convênio ou instrumentos congêneres com as Administrações Públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3852, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento de Gastos Federais - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3527, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novembro de 2011, para dispor sobre a publicidade de gastos efetuados com cartões corporativos governamentais." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação do PL nº 3852/2020 na forma do substitutivo apresentado e pela declaração de prejudicialidade do PL nº 3527/2023. **Resultado:** Aprovado o PL 3852/2020 na forma da emenda nº 1 da CTFC (substitutivo) por unanimidade e prejudicado o PL 3527/2023. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6122, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o direito do consumidor à informação na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto por unanimidade. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 42, de 2025** que: "Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria nos contratos realizados pelo STF, STJ e TST que totalizam R$ 1.671.238,83 para acesso a salas VIPs exclusivas no Aeroporto Internacional de Brasília" **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Passamos à pauta.

Nós temos cinco itens na pauta, que já foi anteriormente publicada.

Três itens são do Relator Senador Moro. Então, a gente vai tentar fazer na sequência os três.

Nós vamos para o item 1, Senador.

O Relator não está presente.

Dos itens 2, 3 e 4 o Senador Sergio Moro é o Relator.

E no 5 nós temos um requerimento do Senador Eduardo Girão, e eu vou subscrever esse requerimento do Senador Eduardo Girão. Então, a gente consegue colocá-lo em votação, o.k.?

Então, vamos direto para o item 2 da pauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – No item 1 – eu sei que o Relator não está presente –, eu apresentei um requerimento para a realização de audiência pública. Como é um tema extremamente relevante, que trata das empresas estatais, inclusive as empresas em que o Governo tem participação minoritária, acho que é fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente possa discutir com alguns representantes do próprio Executivo, para que a gente instrua melhor a matéria e a gente possa fazer a apreciação dela oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O seu requerimento é o Requerimento 43, de 2025. É um requerimento que vai entrar extrapauta.

Eu pergunto aos senhores: concordam com a inclusão do requerimento extrapauta para pedido de audiência pública? (*Pausa.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu diria que, em princípio, não teria nenhuma objeção, mas, como o Relator do projeto não está aqui, não seria mais apropriado incluir na pauta da próxima semana, juntamente com esse projeto, a não ser que ele chegue?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sem problemas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser, Senador? Aí a gente conversa com o Relator...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Se ele chegar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se ele chegar, a gente pode fazer isso ainda agora, mas fica para apreciação na próxima...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não já retirou o primeiro item da pauta?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não retirei. Eu vou fazer uma inversão de pauta, porque, como o Relator já está aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É porque, da última vez, por cinco minutos – eu cheguei 14h05, não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na semana passada, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... 11h05. Por dez segundos, eu fui transformado em preguiçoso, em relapso, nas redes sociais. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, Senador, em honra, em homenagem ao senhor – o senhor chegou tão cedo –, eu vou retirar o item 1 da pauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, avisem o Relator que está retirado o item 1 da pauta, porque ele não chegou na hora. Foi exatamente o que aconteceu na semana passada. Nós vamos ter o mesmo peso e a mesma medida aqui. Bem lembrado!

Avisem ao Líder do PL que quem vai para as redes sociais agora é ele, não é o Líder do PT.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1316, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e demais organizações da sociedade civil definidas no inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que celebrem contrato, convênio ou instrumentos congêneres com as Administrações Públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Relator, para a leitura do seu voto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Presidente, Senadora Damares.

Passo, então, ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei 1.316, de 2023, do Senador Plínio Valério, que dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e demais organizações da sociedade civil definidas no inciso I do art. 2º da Lei 13.019 que celebrem contrato, convênio ou instrumentos congêneres com as administrações públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

Vou aqui abreviando o relatório e a fundamentação.

O art. 1º estabelece a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade para organizações que celebrem contratos, convênios ou instrumentos congêneres com a administração pública com valor superior a R$2,5 milhões ou prazo superior a 180 dias.

O art. 2º define os objetivos principais da implementação do Programa de Integridade.

O art. 3º define o que constitui o Programa de Integridade, incluindo mecanismos de controle, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação de códigos de ética e de conduta.

O art. 4º estabelece os parâmetros para avaliar a implementação do Programa de Integridade.

O art. 5º define o papel da entidade fiscalizadora.

O art. 6º estabelece o prazo de até 120 dias para que a organização implemente o Programa de Integridade após celebrar o contrato ou convênio com a administração pública.

O art. 7º prevê a aplicação de multa diária em caso de descumprimento da obrigatoriedade, com limites de até 10%.

Tem os outros artigos, a descrição sucinta do que ele estabelece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor justifica que a percepção das autoridades públicas de que as ONGs poderiam prestar serviços a setores da sociedade com maior agilidade e eficiência levou a uma atitude de favorecimento de repasses de vultosos recursos financeiros públicos a essas entidades, porém acompanhada de muitas acusações de irregularidades na aplicação desses recursos. Por isso, defende que a estruturação obrigatória de Programa de Integridade nessas organizações é essencial para prevenir esses problemas, sobretudo para desenvolver um conjunto de mecanismos e procedimentos internos, incluindo política e outros instrumentos que possibilitem a atuação da organização nos termos da legislação vigente.

A matéria foi distribuída à CTFC e seguirá posteriormente à CCJ, à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Passo à análise.

Cabe à CTFC, na forma do Regimento, opinar sobre matérias pertinentes aos temas de prevenção à corrupção, modernização das práticas gerenciais na administração pública e prestação eficaz.

A proposição é constitucional. A edição de leis para estabelecer normas gerais para a atuação das organizações da sociedade civil que contratam com o poder público de todos os entes federativos se insere dentro da competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal.

Não há óbices quanto à juridicidade. O projeto atende aos princípios do direito, à lógica jurídica e à organicidade.

A regimentalidade foi igualmente atendida.

O projeto tem boa técnica legislativa.

No mérito, o projeto merece aprovação.

Conforme visto, a matéria tem como objetivo instituir a obrigatoriedade da implementação do Programa de Integridade em organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e outras entidades do terceiro setor que celebrem contratos, convênios ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos congêneres com a administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O projeto propõe medidas que buscam fortalecer a governança pública, promover a transparência nas relações contratuais entre as organizações da sociedade civil e a administração pública e garantir maior controle sobre a execução dos contratos firmados. A obrigatoriedade do Programa de Integridade visa à prevenção de fraudes, corrupção e outras irregularidades, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e ética. O texto também estabelece regras claras para a fiscalização, implementação e aplicação de sanções, criando um ambiente mais seguro para a gestão dos recursos públicos e para as organizações envolvidas.

Destaco que o projeto, Senador Plínio Valério, é decorrente também da CPI das OSCIPs e ONGs. No fundo, aqui apenas são regras para aprimorar a transparência, a integridade e a fiscalização de entidades que recebem recursos públicos, prestam serviços relevantes, mas, juntamente com o bônus da possibilidade de receber recursos públicos, é necessário ter o ônus de atuar com absoluta transparência e cuidado com os recursos públicos.

Segue, no fundo, esse projeto, na esteira da própria nova Lei de Licitações, que também estabelece a obrigatoriedade de implementação de programas de integridade para contratantes com o poder público vitoriosos em licitações acima de determinado valor. E, além disso, de certa forma, também remete às regulações da Lei das Estatais.

Vou ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 1.316, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador, pelo voto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, favorável ao projeto.

A matéria vai à CCJ.

Senador Moro, é pôr ordem na Casa. Acho que esse projeto vem muito com isso, né?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quanto recurso é transferido para essas instituições sem critérios, sem fiscalização? Eu acho que vem numa boa hora.

Quando Ministra, eu tive que executar um recurso público, um grande valor destinado a uma instituição, e eu achei muito estranho. Era uma junção de emendas, de várias. E eu só fiz um Google, só googlei, no Google Maps, o endereço que foi oferecido. Na hora em que eu entrei, era uma rua que estava com bloqueio, com colchões e camas, e a instituição, pelo endereço, era num prediozinho que não tinha condições de ter uma sala ali. Só com aquilo eu chamei a atenção da CGU: "Olha, tem alguma coisa errada no endereço". A partir daí, foi verificado que realmente tinha problemas.

Então, um programa desse vai ajudar demais. Então, parabéns pelo voto, por como o senhor trouxe o voto. A matéria vai à CCJ, vamos ter oportunidade de aperfeiçoar lá, se quiserem, mas parabéns, Senador, parabéns ao senhor e ao autor, o Senador Plínio.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Perfeitamente.

E, também, ao estabelecer um patamar de R$2,5 milhões, isso acaba – vamos dizer assim –, na prática, também reconhecendo que entidades menores teriam dificuldades para cumprir todos os requisitos aqui. Mas, para aquelas que recebem um volume superior de recursos públicos, então é necessário que tenham *compliance*, que tenham programas de integridade, como, na verdade, as grandes empresas – e empresas até médias – estão fazendo hoje em dia. É, no fundo, uma adaptação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na verdade, Senadora, é um pouco remar contra a corrente, porque a gente está vendo aí o desmonte, durante o Governo Lula, dos mecanismos de prevenção e repressão à corrupção – os aposentados e pensionistas do INSS são todos testemunhas disso e vítimas –, e nós precisamos tentar remar contra a corrente nesse contexto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns.

Item 3 da pauta é o Projeto de Lei 3.852, de 2020. Ele é terminativo.

Atenção, assessorias, a gente vai ter uma votação de um PL terminativo.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 3852, DE 2020

- Terminativo -

Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento de Gastos Federais - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 3527, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para dispor sobre a publicidade de gastos efetuados com cartões corporativos governamentais.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do PL nº 3852/2020 na forma do substitutivo apresentado e pela declaração de prejudicialidade do PL nº 3527/2023

Concedo a palavra ao Relator, para a leitura do seu relatório e voto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Agradeço, Presidente, mais uma vez.

Vêm ao exame desta Comissão de Transparência, CTFC, em caráter terminativo, dois projetos de lei, em tramitação conjunta, a respeito da matéria sobre cartões corporativos governamentais.

O primeiro é o PL nº 3.852, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento de Gastos Federais (CPGF), pelos órgãos e entidades da administração pública; o segundo é o PL nº 3.527, de 2023, de autoria do Senador Cleitinho, que altera a Lei nº 12.527, para dispor sobre a publicidade de gastos efetuados com cartões.

Faço uma descrição, no relatório, do conteúdo de ambos os projetos.

Na justificativa desse primeiro projeto, o PL nº 3.852, o autor manifesta que é de suma importância que os cartões corporativos do Governo Federal tenham parâmetros mínimos de controle e transparência estabelecidos em lei e não apenas em atos administrativos do Poder Executivo. Declara a importância de mecanismos mais rígidos de controle dessas despesas.

Sobre o segundo projeto, o PL 3.527, de 2023, também descrevo aqui os artigos.

O autor justifica que, pelo princípio da publicidade, os órgãos e entidades públicas devem prestar informações sobre os gastos realizados com cartões corporativos e assegurar a ampla transparência desses gastos. Por isso, propõe que deve haver a disponibilização desses dados na internet, com o comando expresso de vedação à atribuição de sigilo para essas despesas.

Não foram apresentadas emendas.

Passo à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe à CTFC opinar sobre acompanhamento e modernização das práticas gerenciais na administração pública federal; e sobre transparência e prestação de contas e informações à população, com foco na responsabilidade fiscal e nas necessidades dos cidadãos.

Não tem vício de constitucionalidade. Cabe à União legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Não há, tampouco, qualquer problemas de juridicidade, de regimentalidade ou de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, acreditamos ser realmente essencial que a matéria seja regulamentada em lei. Os cartões corporativos são hoje objeto do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008. O presente projeto trará melhores mecanismos de controle, pois de fato existem diversas notícias de mau uso desse instrumento de pagamento, especialmente pela possibilidade da realização indiscriminada de saques em dinheiro.

Os projetos em tela consolidam as normas em vigor, conferindo ao assunto nível legal e, portanto, mais segurança jurídica e transparência. Além disso, impõem limites mais rígidos ao uso dos cartões corporativos e criam mecanismos mais eficientes de fiscalização.

Finalmente, a previsão na Lei de Acesso à Informação de que todos os gastos de cartões corporativos deverão ser objeto de divulgação nos portais da transparência na internet, vedada a atribuição de sigilo, é regra que consagra o princípio da publicidade e facilita o controle da administração pública pela população, além de coibir o eventual mau uso desse mecanismo governamental.

Não obstante, é fato que algumas situações de sigilo podem ser consideradas legítimas, quando aquele for considerado imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, nos termos do art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal. Por exemplo, os gastos pessoais do Presidente da República e de sua família, quando a divulgação das despesas puder colocá-los em risco, e as despesas relativas a investigações policiais em andamento ou a ações em segredo de justiça. Por isso, propomos no substitutivo apresentado ressalvar as despesas referentes a situações previstas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em lei cujo sigilo seja considerado imprescindível. Isso, inclusive, ficará em consonância com a previsão do art. 2º, parágrafo único, do PL nº 3.852, que prevê a atribuição de sigilo em certos casos.

Consideramos oportuna a alteração do *caput* do art. 4º diante da necessidade de adequação às normas que regem o Sistema Financeiro Nacional, compreendendo que não se deve impor às empresas que atuam no mercado financeiro o ônus de prestar serviços de forma gratuita, devendo, entretanto, ser expressamente proibida a cobrança de preços superiores aos praticados no mercado. A vedação à cobrança de taxas e encargos desestimula a adesão das instituições ao sistema do Cartão de Pagamento do Governo Federal e fere o princípio da livre concorrência. Opta-se, assim, por ajustar a redação do *caput* do art. 4º, preservando-se o conteúdo do seu parágrafo único, que impõe ao ordenador de despesas a responsabilidade por atraso injustificado no pagamento do CGPF.

Ademais, aproveitamos o substitutivo para corrigir algumas falhas de técnica legislativa, erros de digitação e ajustes redacionais constantes do texto do PL nº 3.527, bem como para incorporar o teor deste no PL nº 3.852.

Voto, Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.852, de 2020, pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3.527, de 2023, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.852, de 2020, na forma do substitutivo a seguir.

Aqui, para esclarecer, como eram dois projetos sobre o mesmo tema, nós fizemos um substitutivo, aproveitando o nº 3.852, que era mais amplo, mas incorporando integralmente o 3.527.

Então, na verdade, ambos os projetos estão sendo, de certa maneira, aprovados, embora consolidados em um. E aí tem o substitutivo descrito e publicado aqui no relatório, que coloco ao conhecimento dos pares.

Não vejo necessidade de leitura de todo o substitutivo. Mas, se V. Exa. entender necessário, eu posso lê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está publicado já, Senador. Não precisa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tá.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.?

Em discussão a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu só destacaria também, Senadora, que é um projeto que consolida um projeto originário do Senador Fabiano Contarato e um projeto do Senador Cleitinho, dois Senadores desta Casa que estão em lados opostos, vamos dizer assim, dentro da política. Um é base do Governo, outro é oposição, a demonstrar também que é um projeto suprapartidário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, as pessoas que estão acompanhando talvez não entendam.

O senhor rejeita um, porque, pelo Regimento, só pode aceitar um. Mas ele traz todo o conteúdo daquele que rejeitou para um só. Faz um bem-bolado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, a gente tem que, realmente, honrar os dois autores hoje...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... tanto o Fabiano como o Cleitinho. O grande Cleitinho, que quer ser Governador de Minas. Grande Cleitinho, do meu partido, meu parceiro. E Fabiano Contarato, do Espírito Santo, um Parlamentar extremamente atuante, um grande jurista.

E o seu voto ficou perfeito. O senhor conseguiu pegar os dois e transformá-los em uma única matéria, que, se aprovada, segue... Segue para a CCJ, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Acho que é terminativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, é terminativa. Ela é terminativa e já segue para a Câmara.

O.k.

Mais alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Parabéns, Senador Moro!

Encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Em votação o projeto, nos termos do relatório, nos termos do substitutivo.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Eu peço à Secretaria que já abra...

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E nós vamos... Eu queria ganhar tempo. Enquanto os Senadores votam, a gente já poderia fazer a leitura; eu consulto a Secretaria sobre se posso... A leitura do segundo projeto, que também é terminativo. Se entenderem por bem, a gente coloca os dois em votação.

Então, vamos aguardar a votação.

Eu peço que as assessorias avisem seus Senadores para que profiram o voto, o.k.?

E vamos para o item... (*Pausa.*)

O item...

Eu vou fazer... Deixe-me só colocar um... O.k. (*Pausa.*)

Eu vou direto aqui. Acho mais fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k., o.k.

Nós já vamos abrir o painel, já podemos votar. Deixem-me só... (*Pausa.*)

Vamos embora.

Item 4 da pauta, Projeto de Lei nº 6.122, de 2023, que também é terminativo. Avisem aos Parlamentares que terão que votar duas vezes.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 6122, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o direito do consumidor à informação na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Relator para a leitura do seu voto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Só um minuto, Presidente.

Passo, então, ao relatório.

À Comissão de Transparência e Governança (CTFC) foi distribuído o Projeto de Lei 6.122, de 2023, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o direito do consumidor à informação na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º informa o objeto do projeto de lei, que é dispor sobre o direito do consumidor à informação na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado.

O art. 2º acrescenta o §2º ao art. 6º da Lei 8.078, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º, para prever que a alteração quantitativa de produto embalado posto à venda deverá constar dos rótulos das embalagens pelo prazo mínimo de dois anos quando a redução do quantitativo ou peso do produto for superior a 10%.

O art. 3º prescreve que a lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

A autora da proposição, Senadora Professora Dorinha Seabra, afirma, na justificação, que "nos últimos anos percebemos que se tornou frequente a prática comercial de redução quantitativa dos produtos de forma a camuflar aumentos de preços. Tal prática, embora legal sob o ponto de vista do direito comercial, viola um dos direitos básicos do consumidor: o direito à informação adequada e clara [...]".

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CTFC opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso dispor sobre a matéria.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da lei complementar que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação de leis.

No tocante ao mérito da proposta, somos favoráveis à sua aprovação.

A redução da quantidade do produto embalado vendido ao consumidor deve ser informada a ele, no rótulo do produto, se ela for significativa e maior do que 10% da quantidade ou peso, pelo prazo de dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, e é de conhecimento de todos, que muitos fornecedores adotam a prática comercial de reduzir a quantidade do produto vendido, em vez de manter a quantidade do produto e aumentar o preço. Essa prática é conhecida como, entre aspas, "maquiagem do produto" e utilizada em períodos de descontrole inflacionário. O consumidor desatento não percebe que está pagando o preço referente ao produto com a quantidade maior anterior, mas levando para casa uma quantidade menor do produto.

A pretensão de dificultar a prática comercial da "maquiagem do produto" está em consonância com o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor e com a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, na parte que trata da política nacional de relações de consumo.

Além disso, é direito básico do consumidor receber informação adequada e clara sobre os diferentes produtos, com a especificação correta de quantidade, entre outros elementos, bem como ter proteção contra práticas abusivas no fornecimento de produtos.

Aqui registro, Presidente, que, no fundo, o projeto realmente dificulta essa prática, e algumas pessoas podem até entender que é arbitrário o prazo de dois anos, que ele é demasiadamente longo, mas o fato é que o objetivo do projeto, a meu ver, é que essa prática não seja adotada.

Daí realmente a ideia é tornar difícil mesmo, tornar onerosa essa prática, e isso tem acontecido com muita frequência, infelizmente; como o exemplo, o pacote de bolacha que vem com menos bolacha, o pacote de farinha que vem com menos farinha, e o preço é mantido.

Então, na perspectiva de tornar mais onerosa essa prática e, portanto, evitar que ela seja adotada, o projeto da Senadora Dorinha Seabra, que é colega do meu partido, União Brasil, é meritório.

Então, voto pela aprovação do Projeto de Lei 6.122, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é nominal.

Atenção, assessores. Nós vamos colocar em votação o projeto nos termos do relatório.

Srs. Senadores, assim que a gente encerrar a votação do 3.852, já vamos abrir, e os Srs. Senadores estão convidados para votarem.

Senador Sergio Moro, enquanto os Senadores vão votando ali, eu preciso elogiar a Senadora Dorinha pela proposta. E aqui eu quero fazer, já que os microfones estão abertos para mim, elogio à nossa Bancada Feminina. E, com certeza, é uma Senadora que vai ao supermercado e faz compra, é uma dona de casa, que tem essa sensibilidade.

Às vezes, Senador Moro, é uma diferença tão pequena que a gente: "Ah, só 100g", mas nós estamos pagando por 1kg e estão sendo oferecidas no pacote 900g. É pouquinho, mas, quando se soma esse pouquinho em todos os lugares, é um poucão para o produtor. O produtor ganha, a indústria ganha – e o consumidor perde.

Então, trazer esse alerta na embalagem é uma questão de respeito ao consumidor. Ele tem que saber que ele está pagando por 900g, e não por 1kg. E tem sido constante isso. Na correria, o consumidor acaba comprando, levando, e não reclama, mas agora uma dona de casa, professora, mestre em educação, Senadora, traz a sensibilidade com este projeto de lei e tem o voto do Senador Moro.

Deixe-me dizer para o Brasil: Brasil, precisamos ter mais mulheres no Senado. Atenção, Brasil, o recado está aí. As mulheres são extraordinárias, estamos prontas para o Parlamento. Então, vamos trazer mais mulheres para o Senado. Hoje, somos 16 no universo de 81, mas a Bancada Feminina nesta Legislatura tem dado um *show* de produção legislativa – um *show*!

Parabéns, Senadora Dorinha; parabéns, Senador Moro.

Já conseguimos quórum? (*Pausa.*)

Não?

Faltam quantos? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três. Então, vamos fazer o seguinte: vamos fazer um chamamento aqui? Eu adoro fazer isso, chamar... de quando eu era professora. Vamos chamar para votar.

Senador Flávio Bolsonaro... Atenção, já ligou para o gabinete do Flávio Bolsonaro? Gabinete do Marcos Rogério – eles marcaram presença... votarem com a gente. Senador Efraim – o Senador Efraim estava na Casa, eu acho que continua, marcou presença –, Senador Eduardo Braga, Senador Pedro Chaves, Senador Beto Faro, Rogério Carvalho, que estava aqui. Já que ele foi justiçado hoje, tem que botar o voto dele lá na urna, vamos lá no painel. Falta só um.

Senador Randolfe Rodrigues, por favor – também já passou aqui na Comissão –, e Senadora Augusta. Mais um voto para gente encerrar a votação do 3.852.

E aí eu quero justificar... (*Pausa.*)

Faltam dois? Eu quero mais dois. Vamos, gente! Vamos ligar para os nossos Senadores.

Eu quero justificar a ausência do Presidente. O Senador Hiran estaria presidindo – ele está na Casa –, mas, eu não sei se todos os senhores sabem, o Senador Hiran é uma referência no Brasil e internacionalmente em cirurgias oftalmológicas. Ele é, hoje, eu acho que o melhor cirurgião na área de oftalmologia do país.

E está no Brasil uma Ministra da Saúde não sei de que país e ela precisa ter uma conversa com ele. Ele foi convocado agora para uma reunião com o Presidente do Senado e essa Ministra da Saúde de uma outra nação. Então, ele não pôde vir presidir.

É uma honra estar substituindo o Senador Hiran e informar isso para o Brasil. Nós temos Senadores aqui de diversas áreas, e é um orgulho para o Brasil o Senador Hiran ser uma referência no mundo em cirurgias oftalmológicas. Ele está, neste exato momento, numa reunião internacional sobre saúde com uma Ministra da Saúde.

Então, está justificada a ausência do ilustre Presidente.

Faltam dois votos? (*Pausa.*)

Vamos continuar ligando e, assim que a gente terminar, a gente já coloca em votação o segundo projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente ganhar tempo... (*Pausa.*)

Está vindo, ele vai estar presente?

Marcos Rogério já votou... Alguém fale com a Augusta e Randolfe. (*Pausa.*)

O projeto é do Cleitinho. Ele está vindo? (*Pausa.*)

O.k. É dar presença e votar.

Nós temos ainda o Efraim... Ligue para o Pedro Chaves... Está ligando para o Pedro Chaves? (*Pausa.*)

Nós vamos ganhando tempo.

Eu quero pedir permissão aos senhores, pois o item 5 da pauta é um item que é consenso e nós não teremos problema; o autor é o Senador Girão, mas eu estou subscrevendo. É um requerimento de audiência pública.

Eu vou fazer a leitura, de forma resumida, e a gente já pode depois, na sequência, também votar o requerimento.

Tudo bem, Secretaria, para a gente ganhar tempo? (*Pausa.*)

O.k.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria nos contratos realizados pelo STF, STJ e TST que totalizam R$ 1.671.238,83 para acesso a salas VIPs exclusivas no Aeroporto Internacional de Brasília

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria nos contratos realizados pelo STF, STJ e TST que totalizam R$ 1.671.238,83 para acesso a salas VIPs exclusivas no Aeroporto Internacional de Brasília.

O objeto do contrato do STF inclui a cessão de uso de um espaço aeroportuário localizado no Módulo Operacional Provisório, próximo ao Terminal de Passageiros 2, no Aeroporto Internacional de Brasília, com área total de 50 m² (cinquenta metros quadrados), destinado, única e exclusivamente, ao apoio e recepção das autoridades do STF a ser realizado por servidores da área de segurança a serviço do órgão, bem como o serviço denominado *fast pass* para o embarque doméstico e o acesso remoto a aeronaves, no valor de R$610.678,83.

Já no contrato do TST, há serviço de recepção no Aeroporto de Brasília, com a presença de um atendente da contratada para acompanhamento, acesso ao estacionamento privativo, autorização exclusiva de acesso ao estacionamento privativo para um veículo de interesse institucional e um segundo veículo de escolta, totalizando dois veículos, acesso ao estacionamento privativo, transporte executivo com deslocamento personalizado que assegura o translado da autoridade entre o terminal e a aeronave, no valor de R$520 mil.

Por sua vez, no contrato do STF, há acompanhamento de um funcionário aeroportuário; acesso das autoridades ao Aeroporto Internacional de Brasília pela entrada de serviço, ou ainda local equivalente, destinado exclusivamente para embarque e desembarque de autoridades, utilização do estacionamento privativo designado e deslocamento personalizado; translado da autoridade entre o terminal e a aeronave, no valor de R$540 mil.

No texto enviado ao jornal *Folha de S.Paulo*, o TST afirmava o seguinte, para justificar a sala VIP: “A forma como eram realizados os embarques e desembarques aéreos das autoridades propiciava a aproximação de indivíduos mal-intencionados ou inconvenientes, o que aumentava significativamente os riscos evitáveis para essas autoridades”.

Na nota enviada ao Poder 360, desapareceu a locução “aproximação o de indivíduos mal-intencionados ou inconvenientes".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do contrato de serviços, o TST fechou um contrato, em abril de 2025, com a administradora do aeroporto de Brasília para que seus 27 Ministros tenham acesso a uma sala VIP, assim como os do STF e do STJ.

A negociação foi revelada pela *Folha de S.Paulo*. A estimativa é que a obra de adaptação do espaço para receber os ministros seja concluída até agosto de 2025, com custo de R$85 mil.

O contrato com validade de dois anos prevê um custo total superior a R$1,5 milhão, incluindo aluguel mensal de R$30 mil, despesas de rateio de R$2.639 e custos adicionais com obras e serviços.

A sala com 44 m^2 contará com piso de granito, paredes de gesso, copa e banheiros exclusivos.

Para construir a estrutura que atenderá aos ministros, o TST contratou sem licitação a mesma empresa que fez três salas VIPs.

Esse é o requerimento de informações. Não é um requerimento, é um pedido para que o TCU realize auditoria nos contratos.

Inclusive, a gente poderia acrescentar aqui "se o TST e o STF vão permitir que uma Senadora acima de 60 anos, enferma, possa usar as salas VIPs, os carros e os lanchinhos no aeroporto que eles estão pedindo" – gente, eu não estou ironizando, eu estou falando sério –, para a gente também evitar a aproximação de indivíduos mal-intencionados ou inconvenientes.

Esse é o requerimento.

Nós vamos colocar em votação.

Chegamos.

Nós temos quórum para o Projeto de Lei 3.852, de 2020.

Eu peço à Secretaria que faça... (*Pausa.*)

O Senador Cleitinho vai querer votar também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio, a gente vai discutir, daqui a pouco, o requerimento das salas VIPs do STF e do TST.

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

O.k.

Eu peço à Secretaria que abra o painel.

Vou encerrar aqui.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Opa!

SIM, 10; e NÃO, zero.

Parabéns, Senador Sergio Moro.

Aprovado o PL 3.852, na forma do substitutivo.

Parabéns aos autores também.

Nós agora vamos abrir a votação do segundo projeto terminativo, o item 4 da pauta, o PL 6.122, de 2023.

Eu peço que as assessorias façam o mesmo esforço – obrigada aos assessores – para o segundo voto.

O Senador Cleitinho está convidado a proferir voto no segundo projeto.

Inicio a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – O pessoal vai achar que já votou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Informo que é um segundo projeto. (*Pausa.*)

Já temos três votos.

Vamos continuar ligando para os Senadores.

O Senador Eduardo Girão!

A assessora dele está aqui. Ele está presidindo uma outra reunião.

Pede para ele tentar votar.

O Senador Pedro Chaves, de novo; a Mara. (*Pausa.*)

Encerrada a votação do PL 6.122, de 2023.

Obrigada, assessoria. Senadores, vamos abrir?

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São 08 SIM; zero NÃO.

Aprovado.

Parabéns ao autor e ao Relator!

Vamos agora para o item 5 da pauta. O requerimento já foi lido. É o requerimento de pedido ao TCU de auditoria nos contratos realizados pelo STF, STJ e TST. A autoria é do Senador Girão, subscrito por mim.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dessa forma, a gente encerra a nossa pauta hoje, lembrando que o item 1 foi retirado de pauta a pedido do Senador Rogério Carvalho. O Relator não estava presente na hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2833, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações.

Autoria: Senador Julio Ventura (PDT/CE)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.*)

Esta Comissão começa na hora e quem não estiver na hora vai ter seus prejuízos. Agora é para valer.

Dessa forma, agradeço às assessorias, à Secretaria e declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e doze minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 7/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Contribuições dos Povos Indígenas no Desenvolvimento Social, econômico, linguístico e cultural do Brasil" dentro do Ciclo de debates sobre: os Direitos Humanos e o desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais. Participantes: Cicera Patira, Embaixadora dos Povos Indígenas; Cris Tupan, Diretor Substituto da Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas; Arnaldo Pareci, Indígena do Povo Pareci no Mato Grosso; Raimundo Guajajara, Cacique - Presidente do Conselho Supremo Nacional dos Caciques Nativos Originários Indígenas do Brasil; Henrique Terena, Professor - Doutor, Presidente do COMPLEI; e Mitore Cristiana Tiriyo Kaxuyana, Articuladora da Articulação das Mulheres Indígenas Tiriyó, Katxuyana e Txikiyana - AMITIKATXI. A Presidente faz os seguintes encaminhamentos: reforçar o orçamento do Min. Dos Povos Indígenas; repudia os atos de violência ocorridos no dia 10 de abril no gramado do Edifício do Palácio do Congresso Nacional, bem como propõe acompanhar a apuração, identificação e investigações dos atos violentos ocorridos; analisar a possibilidade de visitar o território do Cacique Raimundo Guajajara, em comunicação com o MPI e a Funai; e por último a Presidente recebe a denúncia de famílias indígenas que sofrem com a iminência de desocupação forçada na região do Noroeste/Distrito Federal, com apoio da Terracap. A presidente propõe a realização de diligência no Noroeste. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/14

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 7, de 2025, de minha autoria, para debater sobre contribuições dos povos indígenas no desenvolvimento social, econômico, linguístico e cultural do Brasil, dentro do ciclo de debates sobre os direitos humanos e o desenvolvimento de povos e comunidades tradicionais.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Nós teremos duas mesas com a participação de diversos expositores de forma *online*. Nesta semana a nossa Casa está trabalhando muito de forma *online*. Nós já imaginávamos que seria assim, mas eu quero agradecer a presença de todos que vieram a esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a primeira mesa nós vamos convidar, de forma presencial, a nossa querida Cicera Patira, Embaixadora dos Povos Indígenas – Cicera, fique aqui comigo na mesa; seja muito bem-vinda, Patira! –; e queremos convidar também, para a primeira mesa, Cris Tupan, Diretor Substituto da Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas – seja muito bem-vindo, Cris! É uma alegria ter você com a gente. Aproveito e já peço que transmita à Ministra e a todos os demais do ministério o meu abraço.

E nós teremos a participação *online* de: Arnaldo Pareci, indígena do povo pareci no Mato Grosso, que falará sobre produção de soja em terras indígenas; teremos a participação de Rafael Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia, sobre a produção de café em terras indígenas; Mitore Cristiana Tiriyo Kaxuyana, articuladora da Articulação das Mulheres Indígenas, que falará sobre a contribuição das mulheres indígenas na arte, na cultura brasileira e prêmio de artesanato; teremos Henrique Terena, Professor Doutor, Presidente do Complei, que falará sobre a contribuição dos indígenas para educação, cultura e língua brasileira e sobre direito à liberdade religiosa dos povos indígenas; e teremos Raimundo Guajajara, Presidente do Conselho Supremo Nacional dos Caciques Nativos Originários Indígenas do Brasil. O que ele vai abordar? Dificuldades do empreendedorismo indígena no Brasil.

Nós estamos na semana da comemoração do Dia dos Povos Indígenas. Nós tivemos, na semana passada, o Acampamento Terra Livre – é Terra Livre que chama, né? –, em que Brasília recebeu muitos indígenas do Brasil inteiro, com pautas bem específicas, as pautas históricas da reivindicação de terra, da demarcação, da garantia de direitos. O acampamento aconteceu aqui na Esplanada. Em todos os anos, é uma festa, Brasília recebe os indígenas do Brasil inteiro em uma grande festa, mas também em um grande momento de reivindicação de direitos.

A nossa audiência hoje vem nessa contribuição do debate, mas a gente trouxe um foco diferente para a audiência. Nós vamos ter, ao longo dos dois anos em que estou presidindo esta Comissão, inúmeros debates, inúmeras reuniões sobre a garantia dos direitos dos povos tradicionais. E aqui a gente fala dos povos originários, Cris. A gente vai discutir muito nesta Comissão os povos ciganos, os povos ribeirinhos. Nós temos 38 povos tradicionais no Brasil – classificados como tradicionais. E nós vamos fazer essa ampla discussão aqui, sem tirar o olhar das lutas históricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas hoje a gente ousa trazer, Cris, um debate sobre a contribuição dos povos. Muita gente olha para os povos, e ainda olha especialmente para os povos indígenas, como "coitadinhos". Não: acabou isso! Nossos indígenas estão ocupando espaços, não é isso, Patira? Nossos indígenas estão contribuindo com a educação no país, estão contribuindo com a ciência. Nós encontramos indígenas cientistas, nossos indígenas são médicos hoje, nossos indígenas são professores, nossos indígenas estão ocupando todos os espaços.

Então, hoje a gente vai trazer essa abordagem de que nós não somos "coitadinhos", nós só queremos oportunidade para provar que nós podemos estar em todos os espaços, ocupando todos os espaços. E eu tenho a alegria de ter comigo hoje pessoas que têm essa visão, a Patira está aqui há anos – anos! – em Brasília, fazendo a sua luta. Por um tempo, foi uma luta quase que solitária, e ela tem essa possibilidade de agregar e reunir muitas pessoas em torno dela.

Nesse sentido, a gente dá abertura a esta audiência. E a gente quer inclusive, no final, Cris, fazer encaminhamentos, a gente não quer ficar só no debate – encaminhamentos. E, com certeza, o primeiro encaminhamento: sem dinheiro não tem garantia de direitos, vamos rever o orçamento do seu ministério, vamos trabalhar para a gente ter, para as coordenações, recursos para, de fato, lá na ponta, fazer a diferença. E esta é a Comissão que discute o orçamento, orçamento para a garantia de direitos.

Mas me permitam ler um texto construído com muito carinho pela minha assessoria.

O Brasil é um país gigantesco e extraordinário, com riquezas naturais e culturais maravilhosas, destacando-se especialmente pelo seu povo heroico e pela diversidade étnica e cultural que tornam esta nação tão grandiosa e rica.

Segundo o censo do IBGE, em 2022, a população de pessoas que se autodeclaram indígenas no Brasil é de 1.694.836 indígenas, o que corresponde a 0,83% da população total do país, sendo que o maior percentual é de crianças, adolescentes e jovens, representando 56,10% da população indígena do país. Toda essa riqueza populacional está dividida em 305 etnias, falantes de 274 línguas, sendo que 1,1 milhão de indígenas, 63,2%, residem fora das terras indígenas e 622 mil residem nas 631 terras indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afirmo também, com toda a convicção, que a tutela orfanológica dos povos indígenas no Brasil foi definitivamente sepultada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Foi a partir desta Constituição cidadã que os indígenas deixaram de ser vistos como incapazes e passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos libertos do cárcere jurídico e da subjugação histórica a que foram submetidos por séculos.

A Constituição garantiu aos povos originários o direito à sua organização social, aos seus costumes, línguas, crenças, tradições e, sobretudo, aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Mais do que isso, assegurou a eles o direito de ingressar em juízo de forma legítima para defender seus interesses – isso é justiça; isso é cidadania.

Ao longo da nossa história, desde o período da colonização, os povos indígenas têm sido protagonistas silenciosos da construção do Brasil. Foram eles que contribuíram com saberes, práticas e riquezas que garantiram a sobrevivência dos que aqui chegaram. Foram eles que cuidaram desta terra, que tem palmeiras onde canta o sabiá, como eternizou Gonçalves Dias em seu poema imortal.

As contribuições indígenas ultrapassam os enfeites do Carnaval: elas estão presentes na nossa mesa, na nossa fala, na nossa terra e até no nosso modo como produzimos alimento. Na gastronomia, por exemplo, quem resiste a um peixe moqueado, a uma boa tapioca, ao doce de cupuaçu, ao delicioso açaí ou à tradicional farinha de mandioca? Essas iguarias têm origem nas mãos e nos saberes dos povos originários.

Na agricultura, os indígenas já praticavam, muito antes da ciência moderna, aquilo que hoje chamamos de sistemas agroflorestais: uma forma sustentável de manejo da terra que integra árvores, culturas agrícolas e até animais, respeitando o equilíbrio da natureza.

A língua portuguesa falada no Brasil também carrega a alma indígena. Palavras como pipoca, tatu, capivara, ariranha, entre tantas outras, são heranças do tupi-guarani e fazem parte do nosso vocabulário cotidiano. E os nomes dos lugares? Maracanã, Copacabana, entre muitos outros, são vestígios vivos da presença indígena em nosso território.

Na medicina, os conhecimentos tradicionais foram cruciais para a formação da farmacologia moderna. Plantas como a ipecacuanha, o jaborandi, o salgueiro, a dedaleira, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casca de assacu foram e continuam sendo usadas no tratamento de diversas doenças, influenciando até hoje a indústria farmacêutica mundial.

Senhoras e senhores, é preciso reconhecer: os povos indígenas não são parte do passado; eles são parte essencial do presente e do futuro do Brasil. Apesar de uma política indigenista que, infelizmente, ainda persiste no isolacionismo, na dependência do Estado e na tutela do indivíduo e da comunidade, ainda assim, há avanços que merecem ser celebrados. Entre estes, podemos relembrar que, entre os anos 2010 e 2022, houve uma queda significativa nas taxas de analfabetismo entre os indígenas, especialmente entre aqueles que vivem em terras indígenas. Isso nos mostra que com políticas públicas sérias e respeitosas, é possível mudar realidades.

E esses professores em área indígena têm tantos desafios, tantos desafios. Parabéns a todos eles por estarem lá na ponta, fazendo a diferença.

Mas há muito a ser feito. E é por isso que estamos aqui, para, juntos com os povos indígenas do Brasil, mudar o rumo da história; para construirmos um país melhor, mais justo, mais digno para indígenas e não indígenas, um Brasil que reconhece sua pluralidade como força, não como obstáculo. A nossa luta é por um único objetivo: o bem comum. E que ele seja para todos os brasileiros e brasileiras, não importando sua origem, raça, sexo, cor e idade.

É dessa forma que a gente começa esta audiência. Não se pode mais falar em desenvolvimento do meu país sem trazer os indígenas para a mesa. Não podemos falar em avanços tecnológicos, científicos, culturais sem os indígenas estarem presentes nos grandes debates. É dessa forma que a gente começa a audiência.

Sejam todos bem-vindos. Estamos tendo muita participação *online*, muitas perguntas chegando do Brasil inteiro.

E a gente agora, por dez minutos, vai ouvir Cicera Patira, Embaixadora dos Povos Indígenas. Sim, gente. Em Brasília, nós temos uma Embaixada. Inclusive você poderia começar, Patira, explicando também, para os que estão nos acompanhando, o que é a nova Embaixada dos Povos Indígenas. Bem-vinda. Você tem dez minutos. Lá atrás, tem um cronômetro. E qualquer coisa, a gente vai te avisando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CICERA PATIRA (Para expor.) – Meu nome é Patira, sou do povo xucuru, sou indígena.

A Embaixada dos Povos Indígenas veio para mostrar para a população indígena que a gente pode. A gente pode conseguir as coisas através do diálogo. Os povos indígenas, nós, como a Senadora falou, nós hoje temos o poder da caneta para poder nos representar.

A luta dos povos indígenas é muito sensível, não é? Eu ainda estou um pouco sem chão, devido às coisas que vêm acontecendo dentro dos nossos territórios.

A Embaixada está ainda muito pequenininha, mas a gente precisa de apoio das pessoas, das autoridades, da Senadora também, que apoie a gente, para que a gente faça um trabalho extenso, nacional com os povos indígenas, encaminhando as demandas dos povos indígenas e podendo também fazer os trabalhos dentro das aldeias, como a agricultura familiar, como a expansão do artesanato – temos um projeto de artesanato dentro da Embaixada dos Povos Indígenas, em que compramos o material das aldeias, colocamos lá e revendemos para fora – ampliando todos os trabalhos dos povos indígenas.

E, no momento, ela ainda está pequena, mas, com as pessoas vindo, ajudando, divulgando o nosso trabalho... Ainda está um trabalho muito sensível, porque o índio nunca teve nada fácil. E, quando se abre uma pequena portinha dessa para a gente, é muito grande a oportunidade de a gente falar da dificuldade dos povos indígenas.

Como a Damares falou, hoje não é dia de falar de coisa triste, não é dia de... É uma comemoração. Nós estamos aqui, e durante esses 30 dias muita coisa aconteceu – eu ainda estou em choque. Eu vim aqui por respeito e consideração à Senadora, mas nós estamos ainda em choque com tudo o que está acontecendo.

Mas eu queria dizer: visitem a Embaixada dos Povos Indígenas, autoridades. A gente está aqui para agregar, a gente está aqui para somar, a gente não está para desafiar ninguém, a gente está para caminhar juntos. Em tudo que se tratar de povos indígenas, nós estamos aqui para somar com todos.

E, vivam os povos indígenas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isto que eu posso dizer, gente: que nós somos as pessoas mais lindas do mundo, nós somos maravilhosos. Quando a gente olha para um bebê indígena, para uma mulher indígena, para aquela vidinha que está lá dentro da aldeia, isso é maravilhoso. Eu trabalho na causa indígena há 32 anos, e eu sou apaixonada pelo meu povo. Tudo que acontece com eles dói na alma. Quando a gente vê as coisas que acontecem, eu sempre encaminho para os direitos humanos, sempre que vem uma pauta para mim, eu encaminho. E a gente fica em choque, hoje, ao ver como as coisas estão acontecendo com os povos indígenas.

Gente, o Brasil evoluiu, os índios hoje têm direito de caçar, de pescar, têm direito de progredir, têm direito de fazer agricultura familiar. Então a gente pode expandir no artesanato, a gente pode expandir em todas as áreas.

Nós que moramos aqui também, no DF... São índios maravilhosos, gente. Eles vivem ali naquele cantinho no Noroeste, mas eles têm uma forma de viver, eles não perderam sua língua, eles não perderam seu costume – é uma aldeia tradicional. Temos várias etnias lá dentro, e a gente poderia construir uma coisa melhor lá dentro, sem tanto atropelo. Poderia ser um cartão postal de Brasília, lá dentro do Noroeste. Então, eu peço apoio às autoridades e para o pessoal do Noroeste, para que a gente possa crescer, Senadora. Junto com isso, levar a sustentabilidade para lá – para as aldeias do Brasil também.

Eu também queria dizer que seu trabalho é maravilhoso quanto aos povos indígenas.

É só isto que eu quero dizer, gente: apoiem os povos indígenas. A gente está precisando de apoio, a gente está precisando de uma mão amiga, estão entendendo?

É difícil falar. Para mim, como indígena, a situação em que eu vejo o meu povo às vezes dá uma sensação de impotência. A gente bota a mão na cabeça e dá aquela sensação de impotência, mas vamos em frente, vamos trabalhar, vamos unir as mãos, vamos fazer por onde construir um Brasil melhor, porque este Brasil é dos povos originários. Este Brasil é nosso, ele é nosso – todo o território nacional.

É só isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Patira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que ela merece aplausos. (*Palmas.*)

Ela deu aqui, para quem não sabe, uma aula de resiliência.

Ela está vindo de uma semana que foi triste. E aqui, como Comissão de Direitos Humanos, a gente registra o nosso repúdio ao lamentável episódio que aconteceu na semana passada. O acampamento estava tão bonito! O acampamento estava lindo! Eu não fui ao acampamento este ano.

Mas, para quem não sabe, eu tenho uma filha indígena. Sou mãe de uma menina indígena de 26 anos. Linda. Você conhece desde pequenininha. Todo ano ela passa pelo acampamento e é muita alegria, é um momento em que os jovens riem, se encontram, é o momento em que essa nova geração se encontra, em Brasília. O acampamento é bonito. Aqueles que criticam é porque nunca foram ao Acampamento Terra Livre. Eu acompanho há anos. E estava tudo tão lindo, organizado!

O episódio que aconteceu aqui, próximo ao Congresso Nacional, nós repudiamos. Nós registramos nossa solidariedade. Eu estou acompanhando a apuração do episódio, um episódio em que nós tivemos uma legítima representante indígena, eleita democraticamente, agredida. E nós vamos acompanhar o desdobramento da investigação do que está acontecendo, mas esta Comissão não pode se silenciar.

Eu estava fora da Esplanada. Quando eu vi as imagens que foram chegando, vim correndo para cá, mas, quando eu cheguei, já tinham dispersado, já tinham... Foi tudo muito rápido. Mas a gente lamenta. Eu acho que o acampamento não poderia ter sido encerrado daquela forma, porque foi um dos acampamentos mais bonitos que aconteceram. E aquele incidente trouxe uma visão de que o acampamento estava desorganizado, de que o acampamento foi uma provocação. Não foi. O acampamento aconteceu como acontece todos os anos. Não desistam de se reunir.

E aí, Patira, você também tem um outro problema. Vocês estão enfrentando sérios problemas aqui no Noroeste – nós temos indígenas aqui do Noroeste. Mas ela deixou o problema dela de lado e falou como um todo. Eu sei que a vontade, como ativista, era a de abrir a boca, agora, e falar tudo o está acontecendo no Noroeste, mas ela não quis trazer o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tão somente dela. Ela veio aqui... Mesmo num momento difícil para você, para a sua comunidade, você veio e celebrou. Isso é resiliência, é a capacidade que os nossos indígenas têm, no Brasil, de serem resilientes. Você não fez desta audiência um debate local. O nosso problema, no Noroeste, é local. Você não quis vir aqui à mesa para a gente afrontar o atual Governo do DF, as autoridades do DF, mesmo com vontade. Eu sei que a vontade é de falar do que está acontecendo no Noroeste. E daqui eu também reitero o meu apoio à luta das comunidades que estão ali no nosso Noroeste. É um direito conquistado a duras penas, nenhum passo atrás. Conte comigo.

Obrigada, Patira.

As mulheres indígenas são isso: são fortes, são resilientes, são mulheres que lideram. Há mulheres indígenas em lugar de posição: temos duas Deputadas Federais indígenas, Deputadas Estaduais, Vereadoras mulheres indígenas.

Todo o meu aplauso e admiração a vocês, mulheres indígenas.

Muito obrigada pela sua participação, muito obrigada.

Na sequência, de forma presencial, vamos ouvir... Já agradeço ao Cristian por estar aqui com a gente nesta manhã. Um abraço a sua Ministra. Por dez minutos. Se precisar passar um pouquinho mais, a gente deixar passar. Eu sou gentil. Somos tolerantes com o tempo aqui. Por dez minutos.

O SR. CRIS TUPAN (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Eu vou pedir licença aqui. Eu esqueci os meus óculos de grau e esses aqui têm grau, para poder ler aqui.

Com licença.

Antes de mais nada, quero saudar todos os presentes em nome do tiramoi Álvaro Tukano, que está aqui presente, uma liderança histórica não só em Brasília, mas dentro da luta da cultura dos povos indígenas do Brasil inteiro. Na pessoa dele, eu saúdo todos e todas presentes aqui e aqueles que nos acompanham também, de forma remota, pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Senadora Damares pela oportunidade que foi franqueada ao Ministério dos Povos Indígenas, aqui representado por mim, que teve todo o cuidado, Senadora, para, justamente, fazer deste momento da sessão aqui da CDH um momento, assim, de celebração, de conquista e de reivindicação sempre, porque nós povos indígenas temos esse papel.

Mas a gente reivindica sempre, Senadora, com alegria, porque a alegria, já dizia o Oswald de Andrade, é a prova dos nove. Então, essa é a sensação nossa. A gente luta, mas também come fruta. A gente é alegre. Nós não perdemos a oportunidade de sorrir, mesmo que nos faltem dentes, às vezes.

Eu também tenho que colocar aqui um ponto importante, uma vez que estamos sendo gravados, um registro dos povos indígenas com relação à solidariedade. Nós povos indígenas somos reconhecidos pela solidariedade e eu não posso deixar, neste momento, de me solidarizar com o Deputado Federal Glauber Braga, que se encontra, há mais de cinco dias, em resistência a uma cassação, possível cassação do seu mandato, fazendo aquilo que é também resiliência, que é pacificamente fazer uma greve de fome. Então, nossa solidariedade, dos povos indígenas, ao Deputado Glauber Braga.

A Senadora Damares pontuou, de forma incorrigível, o que aconteceu na semana passada. Então, digo a ela aqui que nós indígenas – isso já foi mostrado por ela mesma – não andamos sós. Diante do ataque à Deputada Célia Xakriabá e do ataque a todos os parentes dela, que ocorreram na semana passada, nós aqui entendemos que é importante a apuração, é importante a identificação dos responsáveis e a punição deles pela situação ocorrida, lamentavelmente.

As contribuições dos povos indígenas, Senadora, para a constituição do Brasil naquilo que diz respeito à economia, à cultura, à língua, ao desenvolvimento como um todo são inúmeras. Muitas delas a senhora aqui já elencou no discurso de abertura, mas outras tantas eu gostaria de assinalar, que são muito importantes também.

Mas não só – e isso é um marco entre nós povos indígenas – nós nos reconhecemos apenas em um Estado nacional. Nosso país é um estado transfronteiriço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fazemos fronteiras com países irmãos e esses países irmãos têm populações indígenas. E eles também têm contribuições que são, para nós, ancestrais, com a formação do povo indígena mundial.

Eu cito, por exemplo, Senadora Damares, um caso que é exemplar para a situação inclusive de discussão política mundo afora hoje, especificamente nos Estados Unidos, o dos povos iroqueses. Os povos iroqueses são aqueles que moram no noroeste do Estado de Nova York, que vai fazer divisa ali com o Canadá. São eles, Senadora, e não outros, que vão contribuir, segundo os registros históricos, para a formação do federalismo estadunidense. É dali que nasce a ideia de Federação daquele país, não de outro lugar: ela é inspirada nos conselhos dos anciões, nos territórios e na autonomia desses territórios para tomar as decisões, ou seja, os Estados Unidos são concebidos a partir do autogoverno indígena dos povos iroqueses, os *the big six peoples* – assim são chamadas essas nações, essas grandes nações que vão dar esse exemplo.

Uma outra situação, Senadora, que nós temos de contribuição fundamental para a constituição do continente americano como este continente plural, diverso, são as civilizações Inca, Asteca e Maia, que vão contribuir com desde modelos de construção de cidades-estados até a conformação da alimentação do nosso continente como o milho, a abóbora, o feijão. Nós temos essa contribuição histórica, também, do povo mais próximo aqui da gente, na Bolívia, com os quíchuas, com os aimara, que vão ensinar a receita, para os ingleses, do *fish and chips*, que é boliviana: peixe e batata frita; peixe frito e batata frita. É dali essa contribuição, não só para o Brasil, onde também adoramos peixe, adoramos batatas, mas para o mundo.

Nós temos aqui os povos que contribuirão e contribuem muito com a nossa base alimentar, que é a mandioca, já caçoada algumas vezes, como quando foi pronunciado pela então Presidente Dilma, que foi, como mulher, ofendida, por conta de mencionar a questão da rainha mandioca. A mandioca é a base alimentar dos povos tupis-guaranis, então, ela é muito importante para a gente na questão da alimentação, não só ela como também a castanha, a pupunha. Quem nunca comeu um x-caboquinho com pupunha e um cafezinho? É um pouco doce demais para o meu gosto, mas combina, harmoniza perfeitamente. Isso para não falar dos registros portugueses sobre os vinhos! Diversos eram os registros sobre os vinhos de abacaxi aqui, o vinho de milho – que, entre nós guaranis é o avati, que faz a nossa tradicional bebida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outros exemplos, Senadora, de resistência que vão conformar o nosso país.

O amado Maranhão, da Ministra Sonia Guajajara, teve a revolta da Balaiada, que vai dar conformidade... Vai ser a primeira grande revolta organizada por povos indígenas, camponeses, mas liderada, essencialmente, por indígenas escravizados. A revolta da Balaiada uniu indígenas, negros, sertanejos contra uma elite agrária, o que não é muito diferente do combate atual que nós fazemos, que também é contra uma elite agrária – não contra o agro que produz. E essa é uma falsa polêmica, Senadora, porque o agro que produz, o agro tecnológico, o agro sério, que é certificado, não é inimigo de ninguém, mas há, sim, grileiros invadindo terras indígenas; há, sim, pessoas, organizações e inclusive, com todo o respeito, políticos envolvidos numa grande trama de roubo de terras indígenas ainda hoje.

A revolta do fusango da então agora agredida, mas já resistente, de pé, Célia Xakriabá, que foi ali em Minas Gerais. A terra de Minas Gerais ali da Deputada Célia Xakriabá teve indígenas recrutados à força para trabalhos em mineração, e não aceitaram, se ergueram e fizeram um levante, inclusive contra o próprio estado e venceram os povos xakriabá, krenak e pataxó.

A mais antigas de todas, Álvaro, que a gente conhece como revolução dos *ta'mõi*, mas também chamada de revolução dos Tamoios, incorretamente, que foi a luta do povo Guarani, a aliança do povo Guarani contra a escravização.

A Cabanagem, Senadora. Outro exemplo de resistência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRIS TUPAN – ... povo tembé, munduruku, mura, também aliados entre si, para se organizarem contra as injustiças.

Por último, Senadora, a revolta da Cabanada, que é o povo xukuru-kariri e wassu, também em defesa das suas terras ameaçadas pela monocultura da cana de açúcar.

Eu quero encerrar. A Senadora Damares deu essa oportunidade aqui para falarmos também propositivamente, Senadora... a situação do orçamento, acho que para todos os ministérios, para todas as causas, realmente é algo a sempre se estar reavaliando e aprimorando, enfim... Inclusive, Senadora Damares, é de opinião da população brasileira – e aí eu volto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

início, é o motivo inclusive da tentativa de cassação do Glauber Rocha – é a questão do orçamento secreto, porque a gente pensa que os orçamentos devem observar o rigor da transparência. Este é um princípio que o orçamento deve garantir: a transparência, para que nós, povos indígenas e o povo brasileiro, possamos ter controle social e participação social conforme prevê a lei, nada mais, nada menos, para que outras críticas possam ser feitas...

Por último, Senadora, eu gostaria de ler agora nosso parente laureado na Academia Brasileira de Letras, Ailton Krenak, e, com isso, encerrarei minha fala aqui:

> [...] eles podiam ter todos morrido de inanição, escorbuto ou qualquer outra pereba nesse litoral. [...] [Se] essa gente [...] não os tivesse acolhido, os ensinado a andar aqui e dado comida para eles, porque os caras não sabiam nem pegar um caju. Eles não sabiam, [...] [aliás], que caju era [uma] comida. [Eles] chegaram aqui famélicos, doentes. Darcy Ribeiro diz que eles fediam. Quer dizer, baixou uma turma na nossa praia que estava simplesmente podre. A gente podia ter matado [todos eles] afogados. Durante muito mais do que cem anos [mas o que] [...] [fizemos] foi socorrer os brancos flagelados chegando na nossa praia [...]

Então, uma grande contribuição, Senadora, nossa foi não ter afogado os que aqui chegaram primeiro, tê-los deixado vivos para tentar construir uma nação, que eternamente é do futuro, mas que parece que ainda se prende a um passado, mas, dado os momentos históricos, conseguiremos avançar para uma sociedade plural, democrática e realmente, aquela que o povo brasileiro merece.

Então, vivam os povos indígenas e viva o povo brasileiro!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Cris, muito obrigada. (*Palmas.*)

Ele trouxe um outro aspecto que muita gente talvez não lembrava: a contribuição dos nossos povos indígenas para a nossa soberania, para sermos a nação que somos. Eles foram para a guerra, eles foram para os conflitos, para que a gente tivesse hoje uma nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independente, uma nação para a gente chamar de nossa. E muita gente se esquece da contribuição de vocês, dos povos indígenas, para que a nossa soberania fosse garantida.

Inclusive, Cris, eu estive em um dos países da África, eu estive em Angola, e lá eu encontrei um monumento aos indígenas brasileiros que saíram do Brasil e guerrearam em Angola. Eles foram considerados soldados extraordinários para que Angola fosse independente. Então, é essa contribuição também dos guerreiros, que não têm medo, que foram para cima, para que o Brasil fosse Brasil.

Parabéns por essa abordagem! Muito obrigada.

Eu disse no início, Patira, que são duas Deputadas indígenas eleitas, mas são três. A Sonia Guajajara é uma Deputada também eleita, que está de licença por ser Ministra. Mas são três mulheres indígenas na Casa ali do lado. Quem sabe logo nós não teremos uma indígena aqui também na Casa maior?

Muito obrigada, Cris, pela sua participação.

Nós ouviremos agora Arnaldo Pareci, indígena do povo pareci, no Mato Grosso. Todos sabem no Brasil que é um dos povos que tem se destacado na produção agrícola. Nós vamos ouvir um pouco da experiência desse povo que tem avançado na área da produção agrícola.

Antes quero registrar a minha admiração e o meu carinho pelo Álvaro Tukano, que está aqui com a gente. Quando eu cheguei a Brasília, em 1998, em 1999, para me somar à luta dos povos, foi ele que me acolheu, foi ele que me abraçou e me ensinou muita coisa. Lembra? Ele me ensinou muita coisa. Ele ia lá na sala: "Doutora, deixa eu lhe explicar". Ele e o Sr. Henrique Terena pegaram na minha mão e me ajudaram muito a ser parceira na luta. E é muito bom vê-lo aqui hoje, muito bom. Que Deus o abençoe e obrigada por tudo que o senhor tem feito aqui – e muita gente não sabe –, nos corredores, às vezes de forma silenciosa, pela garantia dos direito dos povos. Obrigada por estar conosco. Toda a minha honra, a minha admiração, o meu louvor ao seu trabalho. Obrigada.

Arnaldo Pareci, seja bem-vindo!

O SR. ARNALDO PARECI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consegue me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, perfeito. Está muito bom.

O SR. ARNALDO PARECI (*Por videoconferência*.) – Obrigado pela oportunidade, Senadora.

Primeiro eu gostaria de lamentar não estar presente. Eu estou a caminho de Brasília, mas, por alguma razão, eu não consegui chegar ainda. Mas logo estarei aí.

Meu nome é Arnaldo. Sou da etnia pareci, sou morador de uma terra indígena no Município de Campo Novo.

Talvez possa parecer um pouco estranho, no meu relato, o meu trabalho, aquilo que eu vou apresentar, mas eu venho justamente de uma superação.

A minha etnia, como haliti-paresi, conseguiu ultrapassar essa barreira que, podemos dizer assim, nos dias atuais ainda, elimina povos indígenas, extermina, através de mortalidade infantil, de desnutrição, de evasão das suas terras. Então, isso também ainda é um extermínio.

Se virmos agora os últimos dados do IBGE, ficamos tristes por ver a grande quantidade de indígenas morando fora do seu território. Apesar de nós termos somadas, no nosso território, áreas de preservações e áreas de territórios indígenas, nós temos 30% do nosso país de área preservada com essas duas modalidades. Infelizmente, ainda a gente vê indígenas saindo dessas terras para morarem na cidade. Foi o que acontecia com o nosso povo há 25 anos, 30 anos, quando nós paramos, sozinhos, sem o apoio de ninguém, para pensar: o que está acontecendo com essa etnia? O que está acontecendo com o nosso povo, que, na década de 30, chegamos a pouco mais de 380 índios?

Foi quando paramos para pensar: estamos perdendo a nossa cultura, tendo nosso território demarcado e estamos buscando trabalho fora. O que fazer para poder voltar aqui dentro, erradicar a mortalidade infantil e viver novamente? Foi quando buscamos o Estado brasileiro, que, infelizmente, não deu resposta à altura, a não ser programas de assistencialismo que não somavam em nada, apenas atendiam de forma emergencial, mas, quando aquilo se acabava, toda a problemática voltava, aliás, voltava com muito mais força.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi quando nossas lideranças apresentaram um projeto de desenvolvimento econômico para o nosso povo. Aí paramos para pensar: desenvolvimento econômico, se nós precisamos de recursos para nos manter dentro da terra indígena, para manter a nossa cultura e para conseguir ter uma qualidade de vida, como fazer para buscar esses recursos?

Foi quando nós olhamos: o que nós sabemos fazer? Nós somos trabalhadores rurais da agricultura mecanizada de toda aquela população que tem no nosso entorno.

Aí eu gostaria muito de aproveitar e parabenizar o meu antecessor, o Cris, que falou. Pela primeira vez, eu consigo ver uma pessoa com tanta lucidez diferenciar o agronegócio da grilagem de terra indígena. Parabéns! Fiquei muito contente com a sua fala, porque, realmente, nós povo pareci somos produtores rurais. Nós somos produtores rurais da parte legal, do bem praticado na agricultura brasileira. Nós também somamos com o desenvolvimento econômico e nós temos um histórico que hoje nós carregamos como uma grande responsabilidade, porque todos os outros povos indígenas estão de olho em nós para ver se o nosso projeto vai ser bem-sucedido, porque somos a esperança de muitas outras etnias que ainda precisam desenvolver atividades econômicas aqui dentro.

Foi dessa forma que nós decidimos optar por atividades agrícolas mecanizadas de grande escala dentro dos territórios Pareci, Manoki e Nambiquara, que são três etnias.

Eu até mandei um material que apresenta um pouco do nosso trabalho. Não sei se vai ser possível, não sei se o tempo vai dar, mas, se for possível, eu gostaria muito de mostrar.

Eu tenho um com áudio, através de inteligência artificial, um áudio um pouco ruim, mas, pelo fato de eu não estar presente, foi o meio que eu achei de fazer esta apresentação. Se for possível, eu gostaria; se não, eu me apego aqui ao meu tempo para tentar falar um pouco mais sobre a importância do desenvolvimento de atividades econômicas dentro das terras indígenas. E eu falaria o que para nós hoje existe como gargalo na política brasileira, gargalos esses que precisam ser superados, para que a gente possa fazer as atividades econômicas dentro dos territórios indígenas, com responsabilidade, respeitando toda a legislação, tanto a ambiental como a questão social e cultural dos nossos povos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Arnaldo, você já pode compartilhar sua apresentação.

Você consegue compartilhar daí?

Nós estamos...

O SR. ARNALDO PARECI (*Por videoconferência.*) – Não, acho que não vou conseguir compartilhar daqui. Eu estou só no celular. Esse é um material...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. ARNALDO PARECI (*Por videoconferência.*) – Mas tudo bem. Eu vou me apegar um pouco, no resto do tempo, para falar sobre aquilo...

Eu vou tentar resumir aqui. Quando chegar o meu tempo, por favor, avisa-me, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., pode continuar.

O SR. ARNALDO PARECI (*Por videoconferência.*) – Está o.k. Então, nós estamos vindo de uma população que estava praticamente extinta. Vinte anos atrás, vinte e dois anos atrás, nós éramos 1.250 índios. Desses 1.250 índios, 270 eram moradores de cidades e outros, mais de 300, moradores das fazendas. E quando nós implantamos esse nosso...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos interromper. O Arnaldo tentou chegar em Brasília, mas não conseguiu, está na estrada.

Vocês perceberam que ele está em um ambiente comercial...

O SR. ARNALDO PARECI (*Por videoconferência.*) – Imediatamente, nós...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que ele está com problema de conexão.

Nós podemos interromper a fala dele e, se ele conseguir voltar depois, a gente traz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena. O Arnaldo Pareci...

O povo pareci tem se destacado na produção da soja. É um povo que tem... Inclusive, a história deles tem motivado outros povos também a irem para a área da produção, de uma produção mais organizada, uma produção com tecnologia. Eles estão usando tecnologia na área deles. E seria interessante a gente ver as imagens. Mas fica aqui o registro.

Nosso agradecimento ao Arnaldo.

E quero orientar a quem está nos acompanhando pela TV Senado e pela internet: conheçam a história do povo pareci, um povo que era reduzido, um povo que estava em muito sofrimento e decidiu ousar e produzir. Produzir com tecnologia, uma produção sustentável, com acompanhamento dos órgãos indígenas e acompanhamento também dos órgãos federais na área da produção, da pesquisa, como a Embrapa e tantos outros.

Parabéns aos parecis pelo que estão fazendo, inspirando outros povos também.

Na sequência, nós vamos ouvir Rafael Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, em Rondônia – a gente sai do Mato Grosso, agora vai para Rondônia –, que vai compartilhar conosco a história de sucesso da produção de café em terra indígena.

Rafael, seja muito bem-vindo.

Obrigado por estar conosco nesta audiência. (*Pausa.*)

Estou recebendo a notícia que também o Rafael não está conectado ainda.

Vamos continuar, temos outros preletores, via *online*.

Estamos com Raimundo Guajajara, Cacique Presidente do Conselho Supremo Nacional dos Caciques Nativos Originários Indígenas do Brasil. Ele vai falar sobre as dificuldades.

Nós iríamos ter dois exemplos de sucesso, os parecis e também a outra apresentação, de Rondônia. Eles vão voltar a falar ainda, mas vamos ouvir o Raimundo Guajajara falando sobre as dificuldades de os povos empreenderem.

Raimundo, dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo e obrigado por estar conosco.

O SR. RAIMUNDO GUAJAJARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por esta rica oportunidade para mim. É um rico espaço para nós, Senadora Damares, num momento tão triste pelo qual nós estamos passando hoje no Brasil, neste momento, em que nós estamos passando pelo Governo Lula, por como ele está nos tratando. E eu não poderia deixar de falar e trazer esta voz, porque é uma oportunidade única, e nós sentimos de levar ao conhecimento do Senado, ao conhecimento da sociedade, ao conhecimento de todos, porque, nesses últimos dias, a gente não vem sendo ouvido, Senadora.

Agradeço ao Senado, agradeço à senhora, como Senadora, e também a todos os amigos que nos acompanham neste exato momento.

E, aqui, eu quero falar um pouco na minha língua, porque tem parente indígena nosso, da etnia guajajara, participando desta reunião, entendeu?

(*Pronunciamento em língua indígena.*)

O SR. RAIMUNDO GUAJAJARA (*Por videoconferência*.) – Então, Senadora, desculpe-me pela minha fala, nesse exato momento, em meu idioma, mas tem parentes nos ouvindo, e muitos, muitos parentes aqui do Maranhão queriam estar participando. Minha irmã também tentou entrar, mas não conseguiu; e outros mais lá da região de Arariboia. O Cacique Evaldo, lá de Arariboia, queria falar; o Bira; o Zé Marcos também, do Arame, queria falar; entre outros.

Mas agradeço, aqui, nesta oportunidade. E eu quero dizer o seguinte: nós aqui estamos sem apoio do Governo Federal – do Lula –, entendeu? Nós estamos sem apoio da Ministra Sonia Guajajara, que realmente encanta muito e prega muito só coisas boas por aí, mas no nosso conhecimento aqui, no Estado do Maranhão, é, realmente, só pregação mentirosa e enganosa, pelo que está acontecendo aqui.

A última agora é que estão perseguindo os índios, que geralmente buscam um meio de sustento já sem apoio do governo, buscam o seu sustento, sustentar a sua família, sustentar a sua comunidade. E aqui, na minha região, os índios estão se suicidando, porque o Governo não dá perspectiva de vida pro nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tenta não falar essas coisas, mas é a oportunidade que nós temos de levar ao conhecimento do Governo, ao conhecimento do Congresso e ao conhecimento das autoridades, para que possam tomar uma providência sobre o que realmente está acontecendo conosco.

Nesses dias, aqui, no começo do ano, nós tivemos um suicídio por questão de fome; e agora teve outro que morreu por questão de fome também, entendeu?

Nós temos um Ministério dos Povos Indígenas, que cuida das populações indígenas, e só faz pregar, mas o que realmente é pra se fazer... O Ministério dos Povos Indígenas foi uma esperança pra nós, mas, pelo jeito que está acontecendo, ele está nos perseguindo, está nos matando no papel e caneta. É só discurso bonito, só fala bonita, quando, na verdade, nós é que estamos sofrendo a cada dia nas nossas aldeias, sem projeto, com os índios sendo perseguidos, os caciques sendo desrespeitados, como aconteceu agora, nesses dias, com o Cacique Evaldo, da Aldeia Indígena Arariboia. Um cacique sendo desrespeitado dentro do seu próprio comando, dentro da sua própria comunidade, que não roubou, que não invadiu nada de ninguém, que só está criando seus gadinhos lá para sustentar a sua família, para somente preservar a sua saúde, e, de repente, vem sendo realmente atacado pelo Ministério dos Povos Indígenas, pelo aparato que realmente a Sonia está mandando fazer?! Isso para nós é a família da Sonia que está sendo atacada, ela mesma está atacando a família dela. Então, eu não queria dizer isso não, mas é isso que está acontecendo.

Então, desde já, ilustríssima Senadora, pedimos que a Comissão de Direitos Humanos venha visitar Arariboia e venha visitar o Maranhão, ouvir as nossas lideranças – e, logo, entendeu? –, porque eu não quero só eu falar, porque tem muitos aqui nessa situação. A verdade está aqui nas nossas aldeias. Eu preciso, eu quero que realmente venha uma Comissão de Direitos Humanos visitar as nossas comunidades, porque nós estamos sofrendo, nós estamos sofrendo e nós queremos trabalhar, mas, da forma como está acontecendo aqui... Nós temos um trabalho, os parentes estão trabalhando no topo do manualzinho ali, aí de repente a polícia vem e ainda estraga, corta as cercas, que realmente preservam para não ter problema com outro parente.

São situações, Senadora, de que eu não queria estar falando não, mas é o único meio de a gente estar levando essa voz desse povo, e nós queremos, sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: a Ministra não serve para nós. O Governo tem que tomar providência de tirá-la e colocar pessoas que têm compromisso com nossa realidade, compromisso com as populações indígenas, compromisso de proteger os nossos princípios e os nossos direitos, porque, da forma como a gente está aí, realmente, nós estamos, nós não sabemos nem... A gente está muito triste, muito triste mesmo. A pessoa que realmente deveria nos dar esperança está dando é desespero para nós.

Então, é isso que eu tenho a dizer neste exato momento. Eu fico feliz pela fala do parente aí, mas esse discurso aí, parente, não serve para nós, não. Vocês estão usando só essas falas de vocês bonitas aí, quando o nosso povo está é se acabando na aldeia aqui. Sinceramente, eu...

Está aqui o nosso repúdio do nosso conselho. Nós queremos um diálogo, mas um diálogo que venha dar melhoria de condição para nós, e nós não sermos atacados que nem está acontecendo, porque, se isso está acontecendo aqui no Maranhão, imagine com outros povos, imagine com outros povos, como os ianomâmis, largando as suas aldeias para viver nas periferias? Isso é coisa realmente impossível! É inadmissível o índio largar seu território!

Olhe, o que nós queríamos que acontecesse no Ministério dos Povos Indígenas era mais projetos, mais melhoria, mais educação, mais saúde. Nós temos que ter um diálogo, conversar, nos entender. Se a Ministra estiver vendo uma coisa de errado nas comunidades, pois então se sente com os povos indígenas, dialogue com os caciques – entendeu? –, mas não agindo de forma realmente tão absurda que nem está acontecendo.

Eu, infelizmente, fico envergonhado com isso, e outros também. Está tendo esse acampamento aí em Brasília, é louvável, é o único palanque que os parentes têm para levar a sua voz, levar a sua reivindicação para os poderes públicos aí de Brasília, para que as providências sejam tomadas. Mas de uma coisa eu discordo: essa cachaçada que está tendo no meio disso aí, isso aí realmente já nos envergonha, que nem agora o fato que aconteceu aí. Eu realmente repudio, entendeu? Se os caciques forem para Brasília, para a ATL, que realmente pensem na melhor forma possível, pensem na sua comunidade que ficou aqui para trás, mas não é para, realmente, ficar vivendo de cachaçada aí, isso aí não faz parte da nossa cultura, não! Ou alguém está usando esse movimento para causar esse tipo de prejuízo para nossa população, entendeu? Isso é um gasto grande que está acontecendo, esse dinheiro que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servindo à ATL era para estar servindo às aldeias, com projeto, melhoria de condição de vida para nossa população indígena.

É isso que eu tenho que dizer neste exato momento. Nós queremos providência e queremos que a Comissão de Direitos Humanos venha visitar nossas aldeias aqui, no Maranhão, e nos ouvir diretamente, não só eu, mas todos os caciques que realmente precisam ser ouvidos, porque nós não estamos sendo ouvidos por este Governo, não; porque o Governo ouve só as ONGs, mas indígena mesmo, da base, a gente não está sendo ouvido, a gente está sendo é perseguido, ameaçado.

É isso, Senadores, senhores. Desculpa pela minha fala, é porque eu não tenho outro meio aqui de falar, porque esse é o nosso sofrimento, essa é a nossa real situação que nós estamos vivendo diante desse Governo do Lula, né? Não tenho nada contra, mas eu estou levando essa minha fala aqui, porque ele é responsável por todos nós, e, se a gente não reclamar para ele, então a gente vai reclamar para quem? A gente não tem um outro Governo, a gente tem de Governo só ele, então ele é responsável por nós todos.

Por isso está aqui a minha fala, e é somente isso. Agradeço a oportunidade aqui, em nome de nosso grandioso Deus, Jesus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Cacique Raimundo Guajajara, representante do Conselho Supremo Nacional dos Caciques Nativos Originários Indígenas do Brasil, que trouxe aqui a dificuldade de os indígenas empreenderem. Eu destaco uma frase da fala dele: "Nós queremos trabalhar, nós queremos produzir".

Inclusive, eu perguntei ao representante do ministério se o representante gostaria de dar uma resposta. Ele disse que não e ele disse uma frase aqui: "Os indígenas têm o direito de protestar, inclusive entre eles". E aí a gente traz aqui essa diversidade. Muita gente, Patira, pensa que os nossos indígenas do Brasil são uma massa de manobra, são pessoas que são manobradas; e a gente vê um indígena se opondo à própria Ministra indígena. O que mostra isso? Nossos indígenas pensam, falam, são articulados. Nossos indígenas são inteligentes, eles divergem, eles protestam, eles também entram em consenso, eles se reúnem, eles discutem, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatem. Então, mostrou-se aqui, hoje, nesta audiência, a diversidade, inclusive a pluralidade de pensamento entre os povos indígenas.

Obrigada, Raimundo. Nós vamos também acolher a sua reivindicação de um olhar especial para o que está acontecendo em sua área. Após esta audiência, nós vamos telefonar para você, vamos entender o que está acontecendo, Cacique, e, entendendo o necessário, nós vamos até a área, vamos entender o que está acontecendo, vamos conversar com o ministério também, com a Funai, e nós vamos acompanhar.

Quero agradecer a participação celebrando os povos originários, celebrando os povos indígenas, agentes detentores de direitos. Eu acho que essa é a frase com a qual a gente vai sair daqui nesta manhã.

Na sequência, de forma *online* também, vamos ouvir Henrique Terena. Ele é Professor, ele é Doutor e Presidente do Complei, que é um Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas. Sim, os indígenas também têm o direito de escolher a religião deles, e o Prof. e Dr. Henrique Terena vai falar sobre a contribuição dos povos para a educação, a cultura e a língua brasileira.

E aí a gente destaca que são 274 línguas indígenas diferentes. Quando Ministra, quando eu ia à ONU, Patira, eu dizia: "Na minha nação, nós falamos português, nós temos outra segunda língua oficial, que é Libras, a língua brasileira de sinais, mas na minha nação também nós falamos 274 línguas indígenas". Gente, que pluralidade, que nação extraordinária, que nação incrível nós temos! Dizer para o mundo que nós temos aqui 274 línguas indígenas mais duas línguas oficiais, são 276, mas nós temos também os ciganos, que falam outro idioma, então que pluralidade cultural é a minha nação! E nós devemos isso aos povos originários, aos povos tradicionais.

Prof. Dr. Henrique Terena, por dez minutos. Seja bem-vindo.

O SR. HENRIQUE TERENA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, em especial à Senadora Damares, meus amigos da mesa que puderam contribuir numa fala importante. Pena que nós não pudemos terminar a fala do Arnaldo, é um grande amigo que tem contribuído, ao longo desses anos, em especial com sua produção nas comunidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecis, ele tem sido de muita importância e relevância para nossa comunidade tribal, não somente no Brasil, mas ao redor do mundo.

Senadora Damares, fico muito feliz por poder estar aqui. Primeiramente, agradeço a Deus e também pela especial contribuição de podermos ter aqui essa pluralidade, como a senhora mesma disse, essa diversidade, em que nós podemos ter esta mesa de diálogo, muitas vezes de contestar aquilo que falamos, aquilo que ouvimos, mas acima de tudo também lembrar que nós pertencemos a povos diferentes, culturas diferentes, línguas diferentes e, acima de tudo, essa importância no cenário brasileiro dessa contribuição singular que todos nós como indígenas temos.

Eu quero começar falando dessa diversidade linguística que temos e ainda a gente escuta, ao longo de nossa caminhada, alguém pensando que o Brasil apenas fala uma língua tribal, a língua guarani. Não é verdade, nós acabamos de ouvir a respeito das diferenças das línguas, essa coisa bonita que temos no nosso país, pouco mais de 350 etnias, com essa diversidade linguística, cultural, e a importância que ela tem no cenário brasileiro hoje, em aspectos muito claros no nosso país. Nós temos, por exemplo, ruas, cidades, lugares que têm essa nomenclatura indígena, o que faz lembrar que temos em nosso país essa diversidade, em que podemos olhar para uma rua, para um estado e ali ter nomes que reverberam as línguas tribais do nosso país.

Língua e cultura estão interligadas. Eu sempre digo que os povos que perderam a sua língua perderam a sua identidade. Muitos de nós, muitas vezes, pensamos: "Ah, espera aí, mas o português é importante?". Não tenha dúvida nenhuma, mas nós, como indígenas, temos que entender que temos uma língua, a nossa língua, e, no meu caso específico, por exemplo, a terena, do povo tereno, eu falo a minha língua. Então, muitas vezes, os nossos parentes perderam a sua língua e, quando se perde a língua, perde-se a sua própria identidade. É importante que nós tenhamos essa consciência de que a nossa língua é importante.

Nos anos 90, nós começamos um movimento no Brasil chamado Conplei (Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas) que, então, junto com os demais irmãos, era um grupo de acadêmicos que se sentou para discutir assuntos relevantes, entre eles a preservação da nossa cultura, o convívio com outras culturas, sobretudo com essas demandas que nos cercam a cada dia. Eles eram evangélicos e precisavam entender um pouquinho essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demanda. E, a partir dali, então, começou esse movimento em que nós tivemos, assim, a grata satisfação e a importância de que hoje... A Senadora Damares, desde lá, nos ajudou nesse caminho, nos dando incentivo, nos acompanhando, nos encorajando para que de lá pudéssemos caminhar ao longo desses anos com toda essa proposta, não somente na questão religiosa, que é importante. Todos nós temos o direito de escolhas. Nós viemos de um país de pluralidades, como nós falamos, e a escolha dos nossos caminhos religiosos é importante. Todos nós temos essas escolhas, e é importante que escolhamos bem os nossos caminhos.

E o Conplei é um movimento que já existe desde 1990, 1991, praticamente foi o seu início, portanto, por mais de 30 anos já como existente e temos vivido momentos muito especiais. Trabalhamos na área da cultura, trabalhamos na área da língua, da preservação da língua, trabalhamos na área também da parte social, com médicos, com universidades, com escolas e com alguns convênios com a universidade para que os nossos irmãos indígenas possam assumir responsabilidades, mas através do conhecimento.

A própria Damares, a nossa eterna ministra, disse que nós indígenas estamos buscando saberes, conhecimento, muitos de nós com formação acadêmica muito boa. Queremos agradecer aos nossos pais e àquelas pessoas que estavam ao nosso redor, que nos incentivaram a viver essa vida, a buscar essa vida acadêmica, mas não esquecendo das nossas bases, das nossas raízes.

Então, o movimento Conplei tem esta finalidade: trabalhar não somente a questão espiritual, mas também as questões sociais; nas demandas na área do alcoolismo, que batem fortemente dentro de nossas comunidades; na área das drogas, nós temos um centro de recuperação de indígenas; na área do vício, com equipamentos, com médicos, com sociólogos, com profissionais que acompanham esses irmãos indígenas. Trabalhamos também com a área da criança, de trazê-las para uma vivência não somente dentro das suas comunidades, mas também fora. Trabalhamos com as mulheres. Sabemos perfeitamente que as mulheres têm uma força enorme nas comunidades indígenas, então trabalhamos com elas. E trabalhamos com os jovens.

Nós descobrimos recentemente, senhores e senhoras presentes, que um pouco mais da metade da população indígena no Brasil está buscando conhecimentos. E, só no nosso caso, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo terena do Mato Grosso do Sul, que é onde nós estamos atualmente, segundo uma pesquisa que fizemos aqui, 70% dos nossos jovens terenas estão na universidade. Mas eles criaram um bloco; eles não se encontram bem dentro de uma universidade e, quando voltam para suas comunidades, sentem também um certo desprezo pelo conhecimento acadêmico que eles têm. Então, nós olhamos para esse mundo importante que é a nossa juventude e criamos um movimento para eles, especificamente para os jovens. Nós nos reunimos, em três a quatro encontros por ano, e, a cada encontro desses jovens, há em torno de mil a 1,5 mil jovens reunidos por três dias, discutindo o que eles precisam fazer para suas comunidades, o avanço da tecnologia e as melhorias de vida.

Trabalhamos também com várias outras etnias. O Conplei hoje é um movimento em que temos, aproximadamente, um pouco mais de 120 etnias ligadas ao movimento; um pouco mais de 3 mil líderes indígenas no Brasil hoje fazem parte desse movimento. E, a cada encontro que temos, de quatro em quatro anos, reunimos de 3 mil a 5 mil líderes; reunidos para sentar, ter uma comunhão, orar junto, conversar, debater assuntos específicos das nossas comunidades. Agora, nos dias 28 a 31 de agosto, lá em Porto Velho, na Base da Missão Jocum, estamos esperando 5 mil líderes para esse grande encontro. Então, queremos convidá-la, Senadora Damares. Se puder estar conosco nesse dia, será um privilégio e um prazer muito grande para nós.

Encerro a minha palavra aqui, Senadora, dizendo que nós estamos envolvidos não somente na questão espiritual, mas na questão social e queremos ver esse movimento crescer. Nós temos hoje no nosso país pessoas que podem debater de igual para igual, e não apenas um viés, não apenas um lado da história. Queremos debater um todo, levar consciência para o nosso Brasil de que há indígenas que pensam, há indígenas que podem conversar, que podem debater, que podem trazer à mesa situações, que podem contribuir de modo mais amplo com o movimento indígena no nosso país. Nós não queremos ficar isolados, nós não cremos que precisamos ficar isolados; nós precisamos avançar cada vez mais. Nós não podemos viver de histórias apenas, do passado, queremos viver na realidade de hoje. As histórias são boas? Excelentes. Elas fazem parte da nossa caminhada, mas nós não precisamos ficar no passado, contar histórias de pessoas, de etnias que viveram no passado. Eles são importantes? São de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suma importância, mas nós queremos viver o presente. Como nós como indígenas, hoje, agora, neste momento, podemos contribuir para o nosso país, para o progresso do nosso país?

Então, a minha fala, nesta manhã, é trazer a reflexão para nós, enquanto povos indígenas, trazer essa realidade dessa cultura, dessa língua, dessa socialização que nós temos, enquanto povos tribais em nosso país, que têm ideia, têm pensamento, que sabem falar, mas não deixaram a sua cultura, não deixaram a sua base, não deixaram as suas origens.

Então, Dra. Damares, muito obrigado por este tempo em que estamos aqui falando. Agradeço aos meus pares que falaram agora há pouco. E ressalto aqui a importância de, talvez em algum outro momento, trazer em debate, talvez, a palavra do Arnaldo, porque ele tem muito a contribuir para nós no cenário de produtividade em nosso país.

Que Deus abençoe! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Henrique Terena, Pastor. Eu me esqueci de falar que o senhor também é Pastor – Pastor, Doutor, Prof. Henrique Terena.

Dr. Henrique Terena, nós estávamos vendo a sua imagem aqui, e eu até conversei com a Patira e com o Cris: a sua estante atrás tem cestos artesanais e livros. Essa sua estante atrás, só ela, foi um recado de que é possível fazer o artesanato, é possível ter o meu cocar, o meu colar, mas é possível também ser doutor, as coisas não se separam.

E aí eu queria lhe fazer uma pergunta, Dr. Henrique. O senhor falou que o senhor é o líder de um movimento de pastores indígenas, líderes e pastores indígenas, o senhor falou que tem mais de 3 mil líderes evangélicos indígenas – líderes indígenas evangélicos –, e todo mundo pergunta, inclusive eu vejo esta pergunta o tempo todo: é possível se converter ao catolicismo, se converter ao evangelho, ou mesmo ser muçulmano... Eu já encontrei indígenas brasileiros muçulmanos, indígenas brasileiros espíritas. É possível se converter a uma outra religião e manter a sua cultura, Dr. Henrique?

O SR. HENRIQUE TERENA (*Por videoconferência.*) – Sem dúvida nenhuma, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indígena é um ser humano como qualquer um, tem direito às suas escolhas e nós escolhemos servir a Deus, servir a Cristo. E, nessa população ampla, segundo o IBGE, um pouquinho mais de 30% da população de índios no Brasil são evangélicos. Então, esses 3 mil líderes indígenas, que estão aqui, que representam o Conplei hoje no Brasil, são de várias etnias, um pouco mais de 120 etnias.

Então, sem dúvida nenhuma, nós temos essa liberdade de escolha. E outra coisa: o evangelho não é uma religião, o evangelho tem um nome, ele se chama Jesus Cristo de Nazaré. Então, nós, como crentes em Cristo Jesus, temos também, como indígena, como qualquer outro ser humano na face da terra, o direito de escolhas e nós optamos pela escolha dessa nova vida no Senhor Jesus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Henrique Terena. Muito obrigada.

Nós vamos para a última expositora, a Mitore Cristiana, que é da Articulação das Mulheres Indígenas.

Mitore, seja muito bem-vinda. Obrigada por ter aceitado o convite para participar desta audiência.

A SRA. MITORE CRISTIANA TIRIYO KAXUYANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Meu nome é Mitore, eu sou daqui da Região Norte, entre o Amapá e o norte do Pará. Sou articuladora das mulheres indígenas tiriió, caxuiana e txikiyana.

Então, falar um pouco sobre a contribuição dos povos indígenas do Brasil, em relação ao nosso papel, à nossa contribuição como mulheres, mulheres indígenas, para o Brasil.

No nosso trabalho, nós temos uma articulação das mulheres, em que nós mulheres da nossa região nos articulamos para a gente poder planejar ou fazer o nosso trabalho dentro do nosso território. O nosso trabalho está voltado para desenvolvermos o fortalecimento intergeracional, dos mais jovens e dos mais velhos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na parte de geração de renda, nós mulheres trabalhamos com artesanato, tanto de miçangas, como de sementes que tiramos das florestas do nosso território. Trabalhamos não só nessa questão das miçangas, não é só em um aspecto, trabalhamos também com sementes, como eu já falei. O nosso trabalho é sempre amplo: são sementes, são cantos, são danças, são rituais de iniciação. Os jovens estão aprendendo com os mais velhos a fazerem artesanato, aprendendo o canto.

O nosso trabalho está voltado mais para estas questões: trabalhamos com artesanato para gerar renda para nós mulheres e, dentro e fora do território das mulheres, sempre estamos fazendo nossas artes. Nós temos trabalhado com vários artesanatos, pimentas, entre outros trabalhos que estamos desenvolvendo dentro do nosso território. Quando a gente produz essas artes, a gente vende dentro do território e fora do território também.

Então, esses são os papéis nós estamos desenvolvendo e fazemos disso tudo um pouco: a gente fala que é o movimento de autonomia das mulheres. Esse é o tipo de organização das mulheres nas políticas, em que as mulheres também estão organizadas para participar de encontros.

Dentro e fora do nosso território, nós temos realizado encontros anuais, para podermos conversar, dialogar entre nós mulheres da nossa região.

E também, atualmente, a gente tem participado dos movimentos indígenas fora do território, que são em nível nacional, regional. O nosso povo, as mulheres têm feito, participado, lutado para podermos defender o nosso direito, o interesse das mulheres, o direito das mulheres.

Apesar de nós, o povo tiriió, caxuiana e txikiyana, ainda falarmos a nossa língua – não falamos bem a língua, mas compreendemos português –, em nossas gerações, nós passamos para nossos jovens, para os nossos filhos que aprendam a nossa língua, o nosso modo de viver dentro do nosso território, para que elas possam levar essa língua materna nossa para as futuras gerações, porque a nossa cultura, a nossa língua, o nosso modo de viver é a nossa identidade. A gente fala isso sempre. Nós indígenas, como os parentes falaram, hoje em dia, temos essa tecnologia que usamos para podermos trabalhar, aprender as coisas de não indígenas, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca deixamos de ser indígenas, porque isso está no sangue, está na memória, é nosso. A gente traz, a gente vai levando, aprendendo e repassando para nossas gerações.

Então, a Apitikatxi, a nossa articulação está trabalhando voltada para estas questões de fortalecimento do trabalho das mulheres, do trabalho e da renda das mulheres e dos homens também. Hoje em dia, a gente vai trabalhar com os jovens também, porque eles... Os jovens são os que a gente considera as futuras lideranças, os futuros caciques. Então, a gente está nessa formação, tirando um pouco dos nossos ancestrais, trazendo um pouco do outro conhecimento. Eu acho que esse compartilhamento de dois lados é muito bom, é importante, porque, hoje em dia, a gente tem esses dois lados. Então, a gente tenta aprender um pouco, para a gente poder adquirir esse conhecimento – que não é da gente, não é? – e manter o nosso conhecimento, que é o conhecimento dos nossos ancestrais. Então, eu acho que é muito importante.

Nós mulheres temos contribuído muito para o desenvolvimento do Brasil nesta questão, cuidando da natureza, cuidando dos rios. O território, para nós, é como se fosse nossa mãe – não é? –, para a gente cuidar dos nossos filhos, do nosso alimento... Hoje em dia, a gente está trabalhando muito na questão de fazer roça sem queimada, porque, hoje em dia, a gente percebe que existem mudanças climáticas, a gente está sentindo essas mudanças climáticas dentro do território da gente. Às vezes, há muito sol, e o alimento não cresce.

Então está tendo tudo isso para a gente poder... Nós indígenas sempre contribuímos para essas coisas, porque a gente protege a natureza, as florestas. Então, é essa também a nossa contribuição como indígena, como mulher, para o mundo, para o Brasil.

Eu acho que nós mulheres estamos fazendo esse trabalho, dentro e fora do nosso território. Então a gente busca, nesse sentido, contribuir para o Brasil. E nós mulheres temos percebido, aqui no Brasil, os nossos parentes sofrendo com o garimpo. Garimpo no território não é bom para nós indígenas, porque a gente depende muito de água potável – que é oferecida pela natureza – e da caça e pesca. Eu acho que tudo isso está contribuindo para que ocorram essas mudanças climáticas dentro do nosso território.

É disso que eu queria falar um pouco, e do desafio da caminhada das mulheres na política. Hoje em dia, nós mulheres, de todo o Brasil, sentimos que, quando a gente quer ocupar aquele espaço, a gente se sente um pouco discriminada. Tem aquele preconceito: "Olha, a indígena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda é pequena, pensa pouco, é incapaz"; mas, não, nós mulheres, nós indígenas somos capazes, sim, de estar nesses espaços políticos. Eu acho que é muito importante a gente participar dessas decisões, porque a gente conhece a nossa realidade. Nós somos brasileiras, nós somos desse país, nós somos originários. Então eu acho que é muito importante a gente ter esse espaço para nós, para que as mulheres tenham os seus projetos apoiados, para incentivo e fortalecimento de sua cultura.

Eu acho que é essa a importância para nós, mulheres dessa região: a gente estar nesses espaços e garantir os direitos, o território. Tem muitos parentes que ainda não têm território, e a gente precisa garantir esses espaços para eles, porque está garantido na Constituição, mas no papel; na prática, ainda há muitas pessoas querendo demarcar seu território, o reconhecimento do seu território.

Então, eu acho que é tudo isso. A gente está contribuindo neste sentido: com a nossa cultura, com a nossa culinária, com a nossa dança. Eu acho que, com tudo isso, com essas coisas a gente está contribuindo.

Então era isso que eu queria falar. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mitore, muito obrigada! Você trouxe uma abordagem que nos trouxe muita alegria. As mulheres indígenas estão se reunindo em associação – a Mitore participa da articulação das mulheres indígenas de três povos –, mas a gente está vendo isso no Brasil inteiro, Patira, as mulheres indígenas se organizando, uma fortalecendo a outra, uma cuidando da outra.

Os mesmos desafios que nós enfrentamos, aqui fora, as mulheres indígenas, em seus territórios, também enfrentam: elas enfrentam o dia a dia da violência contra a mulher indígena, como nós enfrentamos, aqui na sociedade, a violência contra as mulheres; a dificuldade para a mulher indígena ascender, da mesma forma que nós temos as nossas dificuldades, aqui fora, para a mulher não indígena ascender; da mulher indígena na política. Olha como ela falou da dificuldade: "Não acreditam no nosso potencial", mas, mesmo não acreditando, elas estão avançando. Há três Deputadas Federais eleitas; a Ministra dos Povos Indígenas é uma mulher; a Presidente da Funai, hoje, é uma mulher – mulher indígena ocupando lugares de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que vocês entendam que isso não foi fácil, foi uma luta muito difícil. Elas merecem todos os aplausos por romperem, inclusive, barreiras culturais da violência, da subjugação. Assim como nós aqui, do lado de cá, também enfrentamos, todos os dias, as barreiras, porque querem nos colocar num lugar de ostracismo, de silêncio, a mulher indígena também encontra essas dificuldades. E elas estão se organizando, elas estão se unindo. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem de perpetuar a cultura, a língua, de ensinar as novas gerações, mas também lutar pelos espaços aqui fora, e os espaços de poder e de decisão também na comunidade de vocês! Muito obrigada por sua participação, muito obrigada!

Inclusive, Cristian, esta Casa tem aprovado leis, e a cada momento em que uma lei de proteção da mulher é trazida para votação, a primeira coisa que eu pergunto: vai alcançar a mulher indígena? Nós estamos, infelizmente, neste Congresso, aprovando leis sem pensar na aplicabilidade delas lá na aldeia, lá na comunidade, lá na ponta. Não se pode mais falar em leis, em políticas públicas, sem alcançar todos, e que sejam para todos. Muito obrigada pela forma como você trouxe a sua abordagem, as mulheres indígenas contribuindo para a nossa nação.

Nós estamos chegando ao final de nossa audiência, mas eu quero dizer que nós estamos tendo muita participação *online*. Eu vou ler algumas das participações, e a gente já vai para o encerramento, devolvendo a palavra para quem estiver *online* ainda para agradecimentos, considerações finais, assim como a Patira e o Cristian.

Aline, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como o Estado tem garantido a demarcação e proteção dos territórios indígenas diante das pressões do agronegócio e da mineração?". Se quiser responder a alguma das perguntas, fique à vontade.

Júlia, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Como a Convenção nº 169 da OIT fortalece a defesa dos direitos dos povos tradicionais frente a conflitos e violações no campo?".

Cristiano, de São Paulo: "Quais os principais gargalos na implementação da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas?".

Daniel, do Rio de Janeiro: "Além da demarcação de terras, que medidas o Estado deve tomar para assegurar os direitos indígenas nos âmbitos social, histórico e político?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arthur, de Minas Gerais – gente, o Brasil inteiro participando –: "Como incluir saberes indígenas em políticas públicas sem [...] apropriação ou apagamento de suas culturas?".

Leandro, do Amazonas: "Como ampliar o acesso à saúde indígena, respeitando [...] [medicinas] tradicionais e [...] [superando] impactos da pandemia [...]?". Nós temos uma universidade no Acre, a Universidade da Floresta, que une o saber tradicional com a ciência. Que experiências como essa possam acontecer em todo o país!

Alberico, de Rondônia: "[...] [como] os povos indígenas podem contribuir [...] [para o] desenvolvimento econômico [...] sem violar sua [...] cultura [...]?".

Aline, do Rio de Janeiro: "Como está sendo implementada a educação escolar indígena bilíngue e intercultural nas comunidades?".

Davi, de Tocantins: "[...] [que] ações legislativas [...] [podem] reconhecer [...] saberes tradicionais indígenas como patrimônio imaterial da nação?".

Anderson, do Rio de Janeiro: "Os povos originários contribuem com a preservação dos recursos naturais [...]". Acho que isso já foi respondido.

Janine: "As contribuições dos povos originários são de suma importância se quisermos transpor os desafios ambientais [...]".

Maria, do DF: "Como o Governo vem protegendo as terras indígenas [...] [para tentar cuidar de cada uma de suas culturas]?". A essa pergunta acho que você pode responder.

Kawan, do Ceará: "Quais são os direitos dos povos indígenas [...] mais frequentemente [...] [violados]? [...] [e que medidas] o Estado tem [...] [tomado para combater isso]?".

Matheus, do Rio de Janeiro: "[...] [que] políticas públicas de participação social estão incluindo de maneira efetiva a participação dos povos originários?".

Cristian, de São Paulo: "Qual o papel dos povos indígenas na preservação da biodiversidade [...]?".

Alexandra, do Paraná: "O europeu e seus descendentes [...] adoram dizer que a terra é deles, esquecendo que os povos [...] [originários] ainda estão aqui". Forte, não é, Cristian?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Frederico, do Espírito Santo: "[...] os indígenas foram os primeiros moradores do Brasil". Temos que respeitar os direitos deles.

Eu agradeço. Isso aqui são algumas das contribuições que estão chegando. São várias interações via internet. Obrigada aos internautas por estarem participando deste momento que para a nossa Comissão é muito importante.

A nossa Comissão não deixou de celebrar o Dia dos Povos Indígenas, e com uma outra abordagem: desenvolvimento, universidade...

Há 40 anos, quando eu comecei a trabalhar com a garantia dos direitos dos povos indígenas, nós tínhamos reivindicações como o direito à alfabetização. Hoje, a gente vê o Dr. Henrique falando que 70% dos jovens da etnia dele estão na universidade. Hoje, a gente está falando com doutores. O Dr. Henrique foi formado, inclusive, fora do país. Então, hoje, nós não queremos só a alfabetização, nós queremos ir para o doutorado, para o mestrado, não é isso, Álvaro Tukano? Queremos ir para a academia. Estamos em academia de letras. Nós queremos ir para o cinema. Nós queremos ir para a ciência. E eu fico muito feliz com isso. Avançamos? Avançamos, mas ainda temos muito a fazer.

Por cinco minutos, para considerações finais, eu vou devolver, primeiro, ao Henrique Terena – está conectado ainda? –, porque os que estão conectados podem perder a conexão.

Henrique Terena, cinco minutos para agradecimentos finais e considerações. E parabéns pelo seu trabalho aí na ponta! Dr. Henrique Terena.

O SR. HENRIQUE TERENA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, demais amigos aí da mesa e todos que estão nos ouvindo, que momento ímpar para todos nós trazer aqui à mesa essas discussões importantes no cenário brasileiro, sobretudo essa contribuição dos nossos irmãos indígenas ao longo desses anos todos!

Lembro que nós temos ainda muito a fazer, temos um caminho longo, porém na certeza de que nós temos também trilhado momentos importantes da nossa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. Quando precisarem, nós estaremos sempre à disposição para trazer um debate tranquilo, um debate coerente, numa linguagem ampla, em que todos nós possamos nos entender nas nossas diversidades.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Henrique Terena; muito obrigada.

Nós vamos...

A Mitore ainda está *online* ou não?

Mitore, para agradecimentos e considerações finais.

A SRA. MITORE CRISTIANA TIRIYO KAXUYANA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só queria agradecer mesmo à Dra. Damares por ter nos convidado a participar deste momento muito importante para a gente colocar como a gente contribui para o Brasil. Estamos aqui para contribuir e vamos contribuir sempre, não é? É isto que os povos indígenas estão fazendo: sempre contribuindo, desde o início.

Eu só queria agradecer mesmo pela minha participação, por ter nos convidado.

Era isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Obrigada, Mitore, muito obrigada. Um abraço a toda a comunidade indígena do Amapá – lembrando que nós temos uma indígena Deputada Federal pelo Amapá, que é a Deputada Silvia Waiãpi, nossa amiga, nossa parceira.

Obrigada! Um abraço a todas as mulheres indígenas do seu estado.

Raimundo Guajajara, cinco minutos para agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO GUAJAJARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, fico muito feliz, Senadora, pelo espaço que a senhora tem nos oferecido aqui.

Quero também lembrar que nós estamos num momento de comemoração esta semana – apesar de que não é só hoje que vamos existir, não; nós somos o índio de ontem, de hoje... Sempre vamos ser essa mesma pessoa, entendem?

A identidade do nosso país, do Brasil, somos nós indígenas. Aqui, não vivemos de favores; aqui, nós somos legítimos, natos e vivemos do direito que realmente nos assiste, conforme nossos ancestrais. Hoje, estamos nos adequando à cultura do branco, o que é uma coisa que as pessoas sempre vão querer apontar para nós. Não precisam apontar para nós, nós não chamamos essa cultura; se essa cultura nos inclui é porque realmente nós também pertencemos a ela, porque ali na Constituição está claro que todos têm direitos iguais perante a lei.

Então, aqui, Senadora, eu fico muito feliz pelo espaço.

Eu não sei bem falar português, mas eu estou à disposição da senhora, à disposição do Senado, é esse que é a via democrática de uma Constituição. A senhora está dentro de uma democracia contendo a participação das nações, a realidade, é isso que eu entendo que é democracia real. Eu fico muito feliz pela sua forma de... pela oportunidade que a senhora vem dando para a nossa população indígena levar a sua voz. É disso que nós estamos precisando; precisamos de melhoria, precisamos de desenvolvimento, não precisamos mais... O passado também foi importante, mas hoje nós estamos existindo ainda como índio de ontem e de hoje.

É somente isso.

Muito obrigado e feliz Semana dos Povos Indígenas. A comemoração e a liberdade de ter essa homenagem tão importante acho que é para nós sermos lembrados que nós somos natos deste país, o Brasil, a nossa identidade verdadeira.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Cacique Raimundo Guajajara, Presidente do Conselho Supremo Nacional dos Caciques Nativos Originários Indígenas do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que eu estava aqui lembrando, para vocês não esquecerem, que os guajajaras ficam no Maranhão – no Maranhão. A nossa Ministra Sonia Guajajara foi eleita pelo Estado de São Paulo. Isso é um fato que precisa ser observado. Ela morava em São Paulo, os eleitores de São Paulo reconheceram a capacidade de liderança dela. Ela é eleita por São Paulo, mas os guajajaras são do Maranhão.

Nós vamos agora, por cinco minutos, ouvir Patira.

Patira, só explica onde fica o seu povo, porque você falou qual é o seu povo. A Patira lidera, mora no Noroeste, mas o povo originário dela também está em outro estado.

Patira, cinco minutos para considerações finais – ela está aqui angustiada, quer fazer um desabafo.

Cinco minutos.

A SRA. CICERA PATIRA (Para expor.) – Eu vou aproveitar muito bem esses cinco minutos.

Eu queria que a Comissão de Direitos Humanos... Agora, no momento, eu vou fazer a coisa que eu mais gosto; agora minha língua desenrolou porque a Senadora me deu essa pauta para eu falar. A Maria perguntou como os indígenas são tratados dentro do DF.

Eu me encontro numa situação dentro do Noroeste... Eu não podia me calar, gente; eu estava aqui em tempo de morrer. Eu queria que os direitos humanos registrassem isto: há dias nos tivemos tratores dentro das nossas terras, estamos com a ordem de despejo dentro da reserva indígena, reserva na qual há mais de 20 anos os índios do Noroeste moram.

Temos a família tucano, temos a família guajajara e temos a família fulniô, a qual têm o direito da terra com uma sentença, e um acordo sem escrúpulo nenhum chegou e tenta se apossar dessa terra.

Eu peço à desembargadora agora que está nesse momento... Na sexta-feira... na quinta-feira eu fui à Funai, e gerou-se um documento, no qual eu tenho um laudo antropológico do povo fulniô, que são os verdadeiros donos daquela terra, porque ali foi rota de fulniô, foi rota de tapuia, foi rota de bororo e de muitos outros povos, e nós estamos sendo coagidos dentro do Noroeste, está entendendo, gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No começo eu falei porque minha voz estava sendo calada. Então, eu sou o tipo da mulher da luta, eu sou Embaixadora dos Povos Indígenas. O trabalho da Embaixada dos Povos Indígenas é divulgar o que a gente passa, o que o meu povo passa... Eu não sei passar mão na cabeça de ninguém. Nós estamos sendo acuados aqui, em Brasília, nós temos... Peço a vocês dos direitos humanos que entrem dentro da aldeia do Noroeste, que façam um levantamento, que conversem com os indígenas lá – isso é um apelo.

Eu peço também à desembargadora, hoje, que está com o processo na mesa que tenha consciência, porque a Funai já deu o seu parecer de que lá realmente são indígenas, não são invasores.

Nós estamos sendo tratados como pessoas que invadiram terras lá dentro. Isso não é a verdade! Nós moramos lá desde antes do começo de Brasília; só eu tenho mais de 20 anos lá. Minha filha tem 19 anos. Ela sofreu quando a nossa casa – ela tinha cinco anos de idade – foi derrubada, teve traumas psicológicos e hoje, com 19 anos, reviveu tudo isso.

Eu quero agradecer à Damares, que quebrou todo o protocolo daqui do Senado, da Casa do Povo, e deu a mão para a gente. Ela vem trabalhando com a gente, dentro do Noroeste, há muitos anos, dando suporte e nos ajudando. Eu quero agradecer a ela esse espaço que ela deu, e quebrou todo o protocolo.

Eu sei que depois ela vai passar por alguns percalços, mas a Damares é coração. Ela lida com direitos humanos. Inclusive, muitas denúncias que chegam até a mim, eu passo para o Ezequiel aí, para que ele trabalhe, para que ele aja na causa indígena.

Gente, a causa indígena é sensível, são direitos humanos. Por favor, iniciem uma sindicância dentro do Noroeste. Vamos trabalhar em cima do documento dos papéis Fulni-ô.

Eu tenho toda a documentação, que está aqui na minha mão. Se vocês quiserem, a gente pode passar a sentença e o número do acordo. A gente pode passar toda a documentação, para que vocês venham e entrem com essa ação, para que não deixem essa retaliação dentro do Noroeste, porque nós estamos sendo retaliados lá dentro, está entendendo? Nós estamos sendo retaliados. Então entrem, ajudem a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São crianças, mulheres gestantes, que pariram em frente de trator, está entendendo? E eu não posso me calar, porque eu sou mulher indígena, eu sou da luta indígena.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CICERA PATIRA – Eu não poderia me calar, gente.

Muito obrigada.

E agradeço à Casa por acolher esse pedido de socorro do povo do Noroeste.

Muito obrigada, Comissão de Direitos Humanos, que está agora nos ouvindo e que abriu essa pequena pauta por cinco minutos. Mas nós temos documento. Se quiserem iniciar, ele está com nossa advogada, que é a Samia.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Patira... Gente, quando ela chegou aqui, ela disse: "Senadora, eu fui convidada para celebrar. Eu vou cumprir o objetivo da audiência, mas agoniada, porque não é só celebrar". Ela começou a falar dela no início. Apesar de tudo... E ela estava sufocada. Apesar de tudo que estamos passando... E aí ela, nas considerações finais, fez.

E eu vou fazer o seguinte: oficialmente, vou receber a denúncia como Comissão.

Eu tenho acompanhado toda a luta de vocês: primeiro, lá atrás, como ativista; depois como Ministra, depois como Senadora, de forma individual, mas a gente recebe agora como Comissão, e eu vou determinar à Comissão de Direitos Humanos, à Secretaria, de a gente fazer uma expedição, uma diligência à área.

Nesta semana, nós estamos com poucos Senadores na Casa. Vou convidar Senadores membros, para a gente tentar ir esta semana ainda, porque é urgente, porque está em fase de decisão, e a gente poderia ir lá ainda esta semana. Se os Senadores não puderem ir, peço para indicar um representante do gabinete; e, consultoria do Senado, é a gente tentar ainda esta semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente não conseguir essa semana, porque tem este feriado da Páscoa, e a Casa vai trabalhar *online*, na próxima semana nós faremos uma reunião lá, não aqui; lá na comunidade, com vocês, para ouvi-los, agora de forma oficial, como Comissão. Não a Damares, no mandato dela, mas a Comissão de Direitos Humanos, e convidando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara para nos acompanhar também.

A SRA. CICERA PATIRA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Inclusive, tem que ser muito mais rápido, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar.

A SRA. CICERA PATIRA – Inclusive, Senadora, tem que ser rápido, porque nós estamos com esse documento, e o prazo foi de 20 dias. Nós recebemos na semana passada.

E a Funai intercedeu realmente autenticando que ali são indígenas, que existe um GT dentro da terra, existe realmente uma sentença de 4ha, que está sendo tirada da mão da gente ilegalmente, dentro de uma fraude de documentos. Temos tudo isso como comprovar.

Então, eu peço que a senhora vá o mais rápido possível, com a Comissão de Direitos Humanos lá, e comece a atuar dentro da área, antes que tenha uma sangria lá dentro, porque já teve casos assim de socorrer, levar para o hospital, gente machucada. Está entendendo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quem está nos acompanhando e não está entendendo: mas tem indígena no DF? Tem.

A SRA. CICERA PATIRA – Tem, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São mais de 8 mil indígenas que residem no DF.

É isso, né, Álvaro Tukano?

A SRA. CICERA PATIRA – Com língua, tradição e costumes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E há um grupo que mora em um local. Desde que eles chegaram em Brasília, na construção, antes da construção, eles já estavam nessa área.

E essa área já é reconhecida legalmente como uma área deles, mas, por ser uma área muito próxima, na verdade, dentro – né, Cristian? – de uma das áreas nobres de Brasília, existe sempre conflitos por conta da especulação imobiliária, dos interesses econômicos naquela área. Então, eles não têm um minuto de descanso. E, nestes dias, eles estão passando, de novo, por algumas investidas contra eles naquele território.

A Comissão estará lá.

A sua advogada está aqui, Dra. Samia, a única não indígena para quem a gente vai dar três minutos. A mesa foi toda com indígena.

Dra. Samia, antes de o Ministério falar, porque o Ministério também está acompanhando essa demanda, três minutos para a senhora. Eu sei que a senhora está angustiada para falar.

É celebração, mas é espaço também de reivindicação.

A SRA. SAMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO (Para expor.) – Senadora, eu agradeço.

Eu sou uma pessoa cristã que já tem 35 anos de advocacia. Eu sou originária de Fortaleza, onde, em 1993, eu me tornei advogada da comunidade indígena Tremembé de Almofala, comunidade essa que hoje, inclusive, também está sendo afrontada no seu reconhecimento étnico, no seu reconhecimento da identidade indígena.

Existe uma empresa que, antigamente, era Ducoco Agrícola S.A. e que, hoje, é Agricoco. Ela busca o cancelamento do reconhecimento da etnicidade e da reserva indígena que foi homologada pela Funai.

Eu saúdo o Governo do Brasil. Não é Governo de direita, não é Governo de centro, não é Governo de esquerda. Foi o Governo do Brasil que fez esse resgate histórico, criando o Ministério dos Povos Indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também saúdo a iniciativa da associação que fundou a Embaixada dos Povos Indígenas, que pretende ser exatamente essa ponte.

E eu não posso deixar de falar do que, para mim, é um livro sagrado. A Bíblia nos instrui muito, e eu pautei a minha vida profissional dentro desta afirmação contida em Provérbios, 31, versículos 8 a 9, porque está escrito: abra a tua boca a favor do mudo, pelo direito de todos que se acham desamparados. Abra a tua boca, julga retamente e faz justiça aos pobres e aos necessitados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SAMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO – Muitas vezes, Senadora, concluindo, a questão indígena é confundida com a questão fundiária, que é exatamente o que está acontecendo, hoje, no Noroeste.

Ali, trata-se de uma situação de identidade indígena. E isso tem que ser preservado. E isso tem que ser defendido.

Nós temos que dizer não à especulação imobiliária. Nós temos, realmente, não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil, através do Ministério, que compor uma luta para integrarmos a cultura indígena, a cultura secular e a cultura social, porque, hoje mesmo, tivemos a notícia de que o Governador do Distrito Federal está em Dubai, lançando o projeto Brasília Ambiental.

Ora, que Brasília Ambiental é essa que exclui socialmente os indígenas que formaram este país; que exclui socialmente uma comunidade inteira; que fez um acordo esdrúxulo com apenas uma única família, mas que as reportagens da época diziam tratar-se de reconhecimento da Reserva Fulni-ô? Ora, pelo que eu saiba, o povo Fulni-ô, no Noroeste, e os demais que estão integrados não se resumem a uma única família, mas existem mais seis famílias que foram reconhecidas pelo laudo antropológico da Funai, laudo esse de agosto de 2011, e que hoje estão sofrendo, estão na iminência de sofrer uma desocupação forçada, por conta do Governo do Distrito Federal, através da sua empresa fundiária, que é a Terracap. Então, que isso seja analisado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E conclamo aqui mais indígenas neste Brasil afora para que venham ocupar os bancos universitários, para que venham a ser advogados, juízes, promotores e, quiçá, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Ministros do Superior Tribunal de Justiça, para que o direito indigenista seja reconhecido, para que não fique apenas na história, como na época do Império, em que tivemos o primeiro advogado indigenista, José Peixoto Ypiranga dos Guaranys, em 1850, mas que a realidade lá de trás, seja hoje, com tanto acesso à informação, com tanto acesso à cultura, com tanto acesso à universidade, que esses espaços sejam, sim, ocupados pelos descendentes dos povos originários deste país. Isso é uma questão de direito e é uma questão de justiça.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Samia. Obrigada pela sua participação.

Vamos agora para o último expositor, que tem seus cinco minutos, lembrando que Cris trouxe abordagens diferentes quando falou dos nossos indígenas que lutaram pela soberania nacional.

E aí, Cris, quero aqui mandar um abraço para todos os indígenas que estão no Exército. Quem vai à área de fronteira e conhece os pelotões do Exército de Fronteira sabe que a grande maioria é formada por jovens indígenas. Nossos jovens indígenas estão no Exército Brasileiro.

Cris.

O SR. CRIS TUPAN (Para expor.) – Pois não.

Senadora, eu vou começar aqui pela Cicera e pela fala da parenta, dizendo que trabalho, atualmente, estou diretor... Sou indígena guarani nhandeva, vice-cacique da minha aldeia, que fica em Santa Catarina, em Palhoça, chama Pirarupá, e mando um abraço para o meu cacique Marco. Entendo...

Moro em Retomada, parente. Aquela nossa Retomada já foi violentada, já sofreu tiro, já foi incendiada. A sua dor eu não sinto apenas da boca para fora. Eu sei o que é viver sob ameaça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente tento exercer aquilo de que fui responsabilizado através das atribuições do Decreto 11.355, que constituiu o Ministério dos Povos Indígenas, que são as políticas públicas para povos indígenas.

Nós temos um departamento, o Depin. Nesse departamento, nós temos a Coordenação de Políticas para povos Indígenas em Contexto Urbano. Sobre a situação aviltante que vocês passaram aqui, nós mandamos diretamente Maike Terena, que acompanhou-a do começo ao fim e esteve presente diante da situação.

Nós geramos um processo, Doutora, e eu peço que a senhora anote: 01120000112/2025-23. Nesse processo, Senadora, no SEI, estão todas as ações que o departamento, o qual estou aqui representando, vem tomado sob a minha coordenação com relação ao setor. A última entrada, Doutora, nesse processo diz respeito a uma decisão que impede a remoção e condiciona qualquer ação – para aquela situação de vocês – ao cumprimento estrito da lei.

O que está, Senadora... E aí eu peço à senhora que dialogue com o diretor da Terracap. O próprio Governo tem um entendimento mais humano para aquela situação – o Governo de Ibaneis – do que a diretoria da Terracap, que trata de terra, não trata de gente. Ele tem que conversar ali com outra perspectiva, que é a dos direitos e das garantias fundamentais de aqueles povos ali permanecerem, já reconhecidos pelos organismos de Estado, no caso federal, porque cabe ao Estado nacional reconhecer uma terra indígena, não ao Governo do Distrito Federal.

E eu conheço a situação desde muito antigamente. Trabalhei em consultorias aqui para aquela situação, ainda em 2011. Então, conheço muito bem, e é uma situação que está amplamente documentada em todos os espaços. Com relação a isso, eu pedi aqui para que o Maike Terena, que é o Coordenador-Geral de Políticas e cidadania em Contexto Urbano, enviasse isso, e depois eu compartilho – a senhora já tem o meu contato.

Por último – acredito que eu tenho aqui um tempo –, Senadora, eu gostaria de pedir às pessoas que enviaram as perguntas – elas têm o *site* do MPI – que colocassem ali. Então, o *site* do MPI tem o *e-mail* do Depin, que é o departamento. Terei enorme prazer em responder a cada uma, porque a participação na internet é muito importante, e nós do MPI fazemos questão de dar transparência a nossas ações, inclusive ações essas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o parente Cacique Raimundo estava falando, a Senadora, muito assertiva – porque assim devemos ser –, perguntou: "Você gostaria de responder"? "De forma nenhuma", eu disse. Não, todos os parentes têm direito à livre opinião, livre manifestação, a protestar da forma que bem entender – isso é claro. E aqui é uma audiência para a gente celebrar um momento e avançarmos; e não vai ser retrucando pontos A B ou C, mas, sim, entregando trabalho; mas é um fato que nós demarcamos 13 terras indígenas nos últimos três anos – que estavam paradas. Nós demarcamos 13 terras indígenas.

Nós avançamos no atendimento, na proteção territorial, garantindo transferência de renda para 270 mil famílias indígenas, totalizando 800 mil pessoas. Nós avançamos no investimento de proteção junto aos povos ianomâmis, fazendo com que o garimpo ali fosse retirado e reduzindo a 85% a mortandade e os ataques ali. São dados a serem celebrados. Nós trabalhamos na questão da saúde indígena também, com muito afinco de entrega.

Contudo, aqui eu volto ao começo da fala da Senadora Damares. Nós temos o debate amplo a ser feito a respeito do orçamento público. Nós temos um orçamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRIS TUPAN – ... público da União – vou concluir e peço dois minutinhos – que, devido às alterações legais que foram feitas, não permite que o Executivo tenha o orçamento necessário para que os seus ministérios possam fazer política. Não que os Senadores, não que os Deputados não devam fazer política – inclusive, aqui é a Casa para isso –, mas uma obra específica, principalmente dos políticos da Câmara, dos Deputados Federais, que seria a fiscalização do Executivo na execução, tomou o papel de Executivo da política. E ele pode fazer isso? Pode, tem uma lei que o autorizou. Não estou aqui contestando, mas, desde que se obedeça, conforme decisão do STF, à transparência, à participação social, ao controle social, e é o que está se exigindo. Então, o Orçamento, tal como ele está posto, hoje inviabilizou a maioria das ações do Executivo.

E olhe aqui, Senadora Damares: sim, há que se ter e sempre houve orçamento para os Senadores, sempre houve orçamento para os Deputados Federais, Deputados Estaduais, mas isso deve ter maior equilíbrio, e equilíbrio é tudo na gestão de contas públicas, porque nós não podemos contar somente o dia de hoje, se há o dia de amanhã e outros que virão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o parente Henrique, salvo engano, trouxe umas reflexões muito importantes a respeito aqui da organização, da juventude, da fé, da universidade e o quanto nós avançamos. Eu tive – eu já vou fazer meus 5.0, Senadora – oportunidade... Eu conheço o Álvaro, eu estudei com Daiara, a gente é de uma geração em que não existia política de ações afirmativas e vencemos as barreiras, mesmo sem existir as políticas de ações afirmativas. Fiz meu mestrado, fiz um doutorado – ainda não o defendi –, consegui estudar e, em todos os momentos em que nós entramos... E Daiara, Álvaro, é partícipe desses momentos. Nós chegamos lá e lutamos pelas políticas de ações afirmativas, apesar de a gente não desfrutar delas – e, mesmo assim, ficaram legadas –, no doutorado ainda não existiam, no mestrado ainda não existiam.

O que eu quero ilustrar com isso? Sim, há lutas, há diferenças na luta, há diferentes posicionamentos, há diferentes fés. A questão da espiritualidade indígena se manifesta da umbanda, do candomblé, do kardecismo, do cristianismo, nas suas mais variadas congregações; e também politicamente somos distintos, temos indígenas, sim.... Eu sou um indígena de esquerda, comunista, socialista, e tenho muito orgulho disso, não nego; agora, eu respeito e estou aqui no diálogo com todos os parentes de todos os matizes ideológicos, e é assim que a gente vai construir uma sociedade.

O meu povo guarani, quando guerreou... Ele guerreou, inclusive, contra franceses, contra portugueses, mas também guerreou com os tupiniquins. Nós temos outras... Nós somos um povo de luta. Nós, nhandeva, lutamos na Guerra do Paraguai. Nós temos lado, e, o que não tem que ter – eu concluo aqui – é indígena sem-terra, é indígena sem floresta, é indígena sem direito, mas indígena com ideologia distinta, indígena com fé distinta, é o que faz a nossa sociedade brasileira ser plural, ser diversa, ser linda, ser altiva e ativa nos seus direitos, e é isso que nós queremos nos povos indígenas.

Eu, estando agora no ministério ou como cidadão e lutador do meu povo – e do meu povo não só guarani, mas do povo indígena –, acredito que a pluralidade e a diversidade são o que vão fazer realmente o encontro da beleza, Senadora Damares Alves. É disso que a gente... O encontro da beleza, mas não a beleza da estética, é a beleza de se alimentar bem; é a beleza de poder correr livre nas suas terras, nos asfaltos das periferias; é não ter medo da violência. Isso é o encontro da beleza, é a fartura não só do alimento do corpo, mas também aquele da alma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito obrigada, Cris. Muito obrigada pelas reflexões. Agradeço a sua participação, abrilhantou muito a nossa audiência.

No auditório,3 nós temos o nosso querido Tukano, Álvaro Tukano. O rosto mostra a idade, a sabedoria, precursor na luta pelo direito dos povos por muitos momentos, lutou tanto aqui nos corredores; mas, no auditório, eu tenho também Nayara Apurinã, uma jovem indígena, esposa do Cacique Adriel Kokama, lá da Aldeia Yawara. Então, a gente vê gerações diferentes aqui, Patira, gerações diferentes, povos diferentes.

Falaram nesta audiência: indígena do Mato Grosso do Sul, Henrique Terena; indígena do Mato Grosso, o Pareci. Nós ouvimos uma mulher indígena do Amapá, nós ouvimos o Cris, que é de Santa Catarina... Aí tem gente perguntando: tem indígena no Sul? (*Risos.*)

Em todos os estados do Brasil, nós temos comunidades indígenas. Acho que apenas no Rio Grande do Norte que eles não eram originários... Porque o estado foi dividido, mas lá também temos grandes comunidades indígenas, no Rio Grande do Norte, em todos os estados, com a sua cultura, sua língua, seu jeito especial de ser em todo o país. Povos incríveis.

Mas estão me cobrando, Álvaro – que a gente está falando muito do senhor –, se o senhor quer dar uma palavra para a gente finalizar.

Alguém liga o microfone para o Álvaro Tukano? Não tem como deixá-lo em silêncio.

Ligue o microfone e aí a gente encerra, com a palavra da sabedoria, da idade, da coerência, do respeito, que é do nosso grande líder, o Álvaro Tukano.

O SR. ÁLVARO TUKANO (Para expor.) – Bem, em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Grande Espírito, que ele é muito poderoso, por isso nós não somos coitados.

Na língua tucana, nós chamamos de *(Expressão em língua indígena.)*, os povos primeiros habitantes de muitas terras onde nós continuamos.

Quero agradecer à Senadora Damares e a este Senado. Quando nós admiramos grandes oradores que defendem a Constituição brasileira, quando se trata da questão indígena, isso me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz lembrar dos velhos amigos do povo terena, porque o Professor disse: "Não, deixe o passado". Eu vou dizer o passado e saudar o meu amigo irmão Domingos Veríssimo Marcos, que foi o primeiro Presidente da União das Nações Indígenas; Modesto da Silveira, Pastor; Reginaldo, Pastor; Marçal de Souza, uma grande liderança do povo guarani. E hoje está vivo aqui em Brasília o Marcos Terena, também um terena, e outras grandes lideranças.

Lembro meu amigo Mário Juruna, que, no dia 27 de novembro de 1980, condenou a ditadura militar no tribunal internacional de Roterdã. A ditadura foi condenada nesse tribunal internacional, que foi presidido por um índio chamado Mário Juruna. Eu estava lá. E também quero dizer que nós condenamos também as missões religiosas, que até hoje continuam perturbando a vida de líderes tradicionais, que, no nosso caso, foi no Rio Negro, e os missionários foram condenados, porque sempre estiveram ligados aos militares da ditadura militar. Quem conhece o que é ditadura militar nem quer saber mais da volta da ditadura. Eu quero dizer às pessoas, principalmente a certas lideranças do país, que ainda suplicam, rezam pela volta da ditadura militar: isso é impossível para quem conhece o que é ditadura militar. Quero agradecer, portanto, por todo esse progresso que nós tivemos. O Mário Juruna foi também o primeiro Deputado Federal aqui no Estado brasileiro, e hoje nós temos uma nova geração, nós crescemos geralmente, em todos os níveis.

Fui dirigente, sim, do movimento indígena até quando foi aprovada a Constituição Federal. Quero agradecer, portanto, ao meu amigo e irmão saudoso Ulysses Guimarães; dizer também a mesma coisa ao Bernardo Cabral, que foi Relator desta Carta Magna aqui; e agradecer a todos os dirigentes do Brasil hoje que são lideranças indígenas, que vêm aqui para defender esta Constituição brasileira e reprovar a atitude de certas pessoas que acham que é o marco temporal que tem que definir o futuro dos povos indígenas. Para quem sabe, para quem acompanhou, essa pauta é inconstitucional, o que nós não podemos aceitar. Eu, pelo menos, não aceito. Eu quero agradecer assim às novas lideranças. Claro que nós temos divergências, como ouvimos aqui o parente nosso. Muitos parentes nossos têm divergências. Eu também tenho com aquelas pessoas que são muito conservadoras, que seguem esquecendo os verdadeiros líderes. Então, eu sei quais são as verdadeiras lideranças, os verdadeiros povos. Muita gente hoje também me faz... pensa diferente, porque muita gente nem estava aqui 40 anos atrás. Eu estive 40 anos atrás aqui. Eu sou militante do movimento indígena desde 1970.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nenhum momento disputei cargos políticos dentro da organização, sempre estive nos bastidores e conheço muitas lideranças deste país.

Quero saudar, em nome deles, a democracia, a Constituição brasileira, e dizer, no caso do Noroeste, que nós ficaremos!

Gratidão. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês entenderam por que ele não poderia ficar em silêncio?

E, Cris, quando ele começou a falar o nome de todas as pessoas com quem trabalhou e foi parceiro, a gente fez um passeio histórico – um passeio pela história dos últimos anos do país. O Álvaro Tukano estava lá. Quando eu cheguei aqui, foi ele quem me ensinou muito.

A gente pensa diferente em algumas coisas? Pensa! Mas o que nós queremos pensando diferente? Uma única coisa: o povo protegido, com os direitos garantidos, as crianças protegidas e as mulheres protegidas, com direito ao seu território e com direito às suas manifestações culturais.

Obrigada, Álvaro Tukano, por nunca ter desistido da luta.

E é um líder de bastidores, eu sei o que ele é, aquele líder da articulação dos bastidores, que fez discípulos. Eu sou uma discípula, você sabe disso, o quanto você me orientou.

Obrigada por estar com a gente hoje, obrigada por ainda estar na luta, de forma corajosa, ousada e inteligente.

E, assim, nós encerramos esta audiência.

A Comissão de Direitos Humanos marca presença nas celebrações do Dia dos Povos Indígenas, mas, para nós, não é só um dia, todos os dias são dias dos povos indígenas.

Que Deus abençoe os nossos povos, que Deus nos dê sabedoria, a nós que estamos num lugar de poder e de decisão, Cristian, a fazer o melhor pelos povos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil é deles, o Brasil também é deles!

E o Noroeste também, não é, Patira? O Noroeste também.

Que Deus abençoe vocês e obrigada a todos pela participação.

Nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Vanderlan Cardoso, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Augusta Brito e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima primeira e décima segunda reuniões, que são aprovadas. A reunião é suspensa às onze horas e cinquenta minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3295, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Não apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1179, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2749, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para garantir a prioridade de tramitação dos processos nos quais seja parte pessoa com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Humberto Costa como relator "ad hoc". Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2774, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

síndrome de down." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2436, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4606, de 2019 - Não Terminativo - que: "Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1958, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo - que: "Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Parcialmente favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na Ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); caput e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); caput do art. 5º (art. 6º, do projeto original); caput do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal. Resultado: O relatório foi lido, em seguida foi concedida vista coletiva a pedido do Senador Sérgio Moro. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 35, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública afim de discutir os passos para o fortalecimento das políticas públicas de combate ao tráfico humano, por meio de apoio internacional." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento e acresce convidado do MPT. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 36, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre o trabalho invisível da mulher na sociedade." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros.. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento e acresce convidado do MPT. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 10 - Plano de Trabalho - SF251249518886 que: "Plano de Trabalho da Avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 3, aprovada pelo REQ 4/2025 - CDH." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 32, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância do "Abril Marrom", campanha de conscientização sobre a prevenção, o combate e a reabilitação das diversas formas de cegueira." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Item 7 da pauta.

Nós vamos fazer uma inversão de pauta: o Relator do item 7 está presente, e é uma matéria muito aguardada, muito esperada.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1958, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Parcialmente favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na Ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); caput e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); caput do art. 5º (art. 6º, do projeto original); caput do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só pela ordem, rapidamente; até conversei com o meu colega, Senador Humberto Costa, que eu tenho certeza de que vai compreender. Alguns colegas me procuraram, e eu me comprometi a pedir vista – eu, que sou desta Comissão. Então, eu já queria deixar consignado o pedido de vista. O Senador Humberto vai ler, mas já fica aqui o meu pedido de vista.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

O Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, de autoria do Senador Paulo Paim, foi aprovado pelo Plenário desta Casa no dia 22 de maio de 2024 e remetido para análise da Câmara dos Deputados, que aprovou substitutivo à matéria.

Como a proposição encontra-se em fase de apreciação de emenda oferecida pela Casa revisora, serão identificadas apenas as alterações de mérito promovidas.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados suprime o art. 3º do projeto original, o qual dispõe sobre o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas.

Adicionalmente, o texto que ora é analisado promove ajuste no art. 11 (art. 12 na redação original), alterando a revisão do programa de ação afirmativa de dez para cinco anos.

Por fim, destaca-se que o substitutivo faz relevantes observações redacionais, as quais aprimoram o texto original.

A matéria foi despachada para esta CDH e, posteriormente, será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo Plenário.

Análise.

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos e a fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas aos direitos das minorias sociais ou étnicas.

Ainda, nos termos do art. 287, do Risf, o substitutivo da Câmara dos Deputados é considerado série de emendas e votado separadamente por dispositivos alterados. Neste sentido, no presente parecer será analisada cada uma das alterações de mérito descritas anteriormente, uma vez que não há discordâncias quanto aos ajustes redacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a análise deste substitutivo atende aos pressupostos constitucionais, os quais determinam que um projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será pela outra revisado e deverá retornar à Casa iniciadora caso seja emendado.

Apesar do intuito da Câmara dos Deputados em promover importantes aprimoramentos ao texto original aprovado pelo Senado Federal, nota-se que as modificações propostas acabam por conflitar com os objetivos centrais do projeto original.

Passa-se, portanto, ao exame de cada uma das alterações de mérito promovidas pela Câmara dos Deputados.

O art. 3º do projeto original dispôs sobre os procedimentos de confirmação complementar à autodeclaração de pessoas pretas e pardas, observando-se, no mínimo: a padronização das normas em nível nacional; a participação de especialistas com formação relacionada às relações étnicas e raciais, que compreendam a políticas de cotas e que garantam, ainda, à diversidade racial e de gênero populacional; a adoção de critérios mistos de avaliação, respeitando contextos sociais, culturais e regionais; a de decisão colegiada fundamentada e tomada por unanimidade, caso se conclua por atribuição identitária diversa daquela autodeclarada pelo candidato com possibilidade de recurso.

Os procedimentos de confirmação complementar à autodeclaração são importantes para garantir que o optante pela reserva de vaga se enquadre nesta ação afirmativa. Além disso, tais mecanismos pretendem impedir o cometimento de fraudes ou má-fé no procedimento de autodeclaração, evitando que pessoas não pretas ou não pardas ocupem essas vagas.

Convém aqui destacar que a autodeclaração não deixará de ser um direito fundamental na luta pela igualdade racial. A confirmação complementar existe para fortalecer a credibilidade desta ação afirmativa de inclusão social e reparo histórico. Ademais, a previsão legal deste processo traz segurança jurídica para o certamente e, principalmente, para o candidato optante pela reserva de vaga. Este aprimoramento assegurará que o sistema de cotas cumpra seu propósito.

O princípio básico desta ação afirmativa é, logo, o respeito à autodeterminação e à plena efetividade dos direitos das populações preta, parda, quilombola e indígena do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, o art. 3º deverá ser restabelecido, rejeitando-se, portanto, a supressão promovida pela Câmara dos Deputados.

No que se refere à modificação do período de revisão da política de cotas, prevista no art. 11 do substitutivo (art. 12 no projeto original), entende-se que o período de dez anos é o mais assertivo. Inicialmente, o PL previa a revisão em 25 anos.

Durante a discussão da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi acatada parcialmente a Emenda nº 6, do Senador Flávio Bolsonaro, que sugeriu a redução do prazo de revisão para dez anos. Destaca-se ainda que também foram apresentadas emendas pelos Senadores Rogerio Marinho e Carlos Portinho sugerindo, entre outas coisas, essa redução.

Entende-se, portanto, que este ponto foi amplamente debatido pelos Senadores e que o prazo estabelecido é importante para o acompanhamento e realização de eventuais melhorias. Ademais, convém ressaltar que o prazo de revisão de toda a ação afirmativa disposto em lei não veda quaisquer alterações pontuais que o legislador entender serem necessárias.

A revisão de qualquer ação afirmativa é fundamental para adaptar e aprimorar as políticas públicas, permitindo, assim, que elas continuem eficazes na promoção da igualdade social e, principalmente, na correção de desigualdades históricas. No entanto, é preciso que o Estado tenha tempo hábil para observar os pontos a serem revistos, melhorados e aprimorados: cinco anos é exíguo.

Pelo exposto, rejeita-se a alteração proposta no art. 11 do substitutivo da Câmara dos Deputados, restabelecendo a redação do art. 12 no texto aprovado por este Senado Federal

No que se refere aos ajustes redacionais propostos na ementa, nos §§1º e 2º do art. 1º, nos incisos I e III do art. 2º, nos §§1º e 2º do art. 3º (art. 4º do projeto original), no *caput* e nos §§3º e 4º do art. 4º (art. 5º do projeto original), no *caput* do art. 5º (art. 6º do projeto original), e no *caput* do art. 12 (art. 13 no projeto original), entende-se que as sugestões da Casa revisora aprimoram o texto e, portanto, deverão ser acatados.

Por fim, reforça-se que o texto final do PL 1.958, de 2021, foi construído após amplo debate e participação de todas as Senadoras e todos os Senadores. Trata-se de uma ação desenvolvida a partir de estudos e pesquisas que apontaram dados alarmantes de desigualdade e disparidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de oportunidades no serviço público brasileiro. É uma reparação histórica que precisa continuar avançando.

Este é o relatório.

Voto.

Em razão do exposto, vota-se pela aprovação parcial do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, para que seja aprovada a alteração na ementa e para que sejam aprovados apenas os seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§1º e 2º do art. 3º (art. 4º do projeto original); *caput* e §§3º e 4º do art. 4º (art. 5º do projeto original); *caput* do art. 5º (art. 6º do projeto original); *caput* do art. 12 (art. 13 no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Como houve, Excelência, o pedido de vista por parte do Senador Eduardo Girão, eu faço o pedido de vista coletiva para que nós possamos apreciar na próxima reunião da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só queria informar ao Plenário que o Senador Girão consignou, antes da leitura do voto, o pedido de vista. Regimentalmente isso não existe. O Parlamentar tem que esperar a leitura do voto para depois fazer o pedido. Então, assim, parece que o Senador Moro também vai pedir vista, o Senador Roberto...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou pedir vista coletiva, até porque o Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista coletiva e nós vamos voltar à matéria da pauta na próxima semana.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Porque é um assunto complexo, é um assunto importante, já passou aqui no Senado, voltou da Câmara com alterações e é necessário mais tempo de reflexão, apenas essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., vista coletiva.

Vou pedir às assessorias que façam o máximo possível de silêncio, foi difícil a gente acompanhar a leitura do Senador Humberto.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2749, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para garantir a prioridade de tramitação dos processos nos quais seja parte pessoa com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Autoria é do Deputado Federal Florentino Neto.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Peço a V. Exa. que eu possa ir diretamente para a análise.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este Colegiado.

Preliminarmente, destaco que a CCJ irá se manifestar sobre aspectos de juridicidade e constitucionalidade do texto e, por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição.

E, nesse aspecto, a matéria é relevante e digna de acolhida, uma vez que se inscreve no conjunto de medidas, adotadas por este Parlamento, destinadas ao aperfeiçoamento da legislação no que se refere à promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

A prioridade de tramitação de procedimentos judiciais que envolvam pessoa com deficiência, seja como parte ou interessada, contribui para eliminar barreiras que esse grupo ainda enfrenta no acesso à Justiça. Além disso, pode tornar as respostas do Judiciário mais oportunas e efetivas. Trata-se de uma medida que reforça a inclusão, a autonomia e promove a participação mais plena das pessoas com deficiência no âmbito jurisdicional.

É importante destacar que a medida proposta pelo PL promove a adequação do Código de Processo Civil à prioridade já consagrada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência), que prevê no art. 9º, inciso VII, que a pessoa com deficiência tem o direito de receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de tramitação processual e em procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, incluindo todos os atos e diligências. Nesse sentido, a proposição contribui para a harmonização do ordenamento jurídico, evitando sobreposições e interpretações contraditórias entre os dois diplomas legais vigentes.

Entendemos, no entanto, que há necessidade de ajustes no texto proposto.

Consideramos importante a supressão do art. 3º da proposição, em razão de sua inadequação, como condição para o acolhimento do projeto. Trata-se de previsão que considera, para fins de aplicação da prioridade, pessoa com deficiência aquela prevista na Lei Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusão da Pessoa com Deficiência, bem como aquela com doença rara, crônica ou degenerativa, devidamente comprovada por meio de laudo exarado por profissional habilitado.

A equiparação entre pessoas com deficiência e aquelas com doenças raras, crônicas ou degenerativas é inadequada e problemática, uma vez que deficiência não é doença, e vice-versa. Além disso, tal equiparação condiciona o exercício de direitos à apresentação de laudo, o que representa um retrocesso ao modelo médico-pericial de avaliação da deficiência, já superado pelo modelo biopsicossocial consagrado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Tal equiparação, além de indevida, condiciona o exercício de direitos à comprovação através de laudo exarado por profissional habilitado, o que remete ao modelo médico-pericial de avaliação da deficiência, já superado pelo modelo biopsicossocial, que se encontra consagrado na Lei Brasileira de Inclusão.

A supressão proposta, contudo, não elimina a importância de contemplar as pessoas com doenças raras entre os beneficiários da prioridade de tramitação prevista na proposição quando a pessoa tiver impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Conforme estabelece a Portaria 199, de 30 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde, que Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, considera-se doença rara aquela que acomete até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. De modo geral, trata-se de doenças crônicas, progressivas, degenerativas e incapacitantes, que podem ter origem genética, infecciosa, autoimune ou ambiental, que fazem com que as pessoas que tenham essas doenças experimentem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que demandam não apenas a oferta de cuidado integral, mas também o respeito à diversidade, o combate a estigmas e preconceitos e, sobretudo, uma atenção humanizada e centrada em suas necessidades específicas.

Nesse contexto, a medida reafirma o compromisso com a inclusão e a equidade, ao garantir acesso qualificado aos serviços e assegurar respostas adequadas às necessidades desse expressivo grupo populacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.749, de 2023, com a emenda substitutiva que se segue. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, na forma da Emenda 1, da CDH (Substitutivo).

Senador Humberto, obrigada. Eu parabenizo o autor e a Relatora dessa importante matéria.

O projeto segue para análise na CCJ.

Nós temos uma expectativa, inclusive temos alguns visitantes no plenário, da votação do projeto de lei cujo Relator é o Senador Magno Malta, um projeto que nasceu na Câmara. O Senador Magno Malta não chegou ainda e também não autorizou a leitura *ad hoc*. Ele é o Relator, ele pode decidir ou não se autoriza.

Então, nós vamos agora fazer uma leitura dos requerimentos em bloco, nós vamos votar os requerimentos em bloco, vou subscrever alguns cujos autores não estão aqui. Se, até a leitura final dos requerimentos, o Senador Magno Malta não chegar, nós vamos encerrar esta reunião, o.k.?

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública a fim de discutir os passos para o fortalecimento das políticas públicas de combate ao tráfico humano, por meio de apoio internacional.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Eu estou subscrevendo, acrescentando o convite para também fazer parte da audiência o Ministério Público do Trabalho.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre o trabalho invisível da mulher na sociedade.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Aí também acrescentamos como convidado um representante do Ministério Público do Trabalho.

Item 10, como sou a autora do requerimento, eu vou pedir que o Senador... Posso fazer?

ITEM 10

PLANO DE TRABALHO - SF251249518886

- Não terminativo -

Plano de Trabalho da Avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 3, aprovada pelo REQ 4/2025 - CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu trago um plano de trabalho, esse plano de trabalho vai passar de um ano, são inúmeras ações para a gente ajudar na construção do novo Plano Nacional de Direitos Humanos.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância do "Abril Marrom", campanha de conscientização sobre a prevenção, o combate e a reabilitação das diversas formas de cegueira.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Eu também subscrevo.

Em votação, em bloco, todos os requerimentos lidos. (*Pausa.*)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovados os requerimentos. (*Pausa.*)

Como o Senador Magno Malta não chegou, eu vou à leitura dos expedientes. Se ele chegar até após a leitura dos expedientes, a gente pode fazer uma inversão de pauta.

Aos demais Senadores eu quero agradecer por estarem presentes, Senadora Ivete, Senadora Jussara, Senadora Augusta, Senador Humberto.

Leitura de expedientes e encaminhamentos, os senhores fiquem à vontade. Se houver a possibilidade, colocarei em votação o projeto de lei cujo Relator é o Senador Magno Malta e que fala sobre não modificação em itens da Bíblia Sagrada, um projeto que nasceu na Câmara – inclusive temos Deputados aqui acompanhando, o autor inclusive está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia nº 86: de associação. Encaminha alegação de violação de direitos humanos quanto à inclusão social por parte de universidade. A própria associação também enviou denúncia ao governo do estado. Encaminhamento: acusar recebimento e orientar a associação a encaminhar a denúncia à ouvidoria da universidade; ao Ministério Público, que é o órgão com legitimidade para apurar e responsabilizar instituições públicas ou privadas; ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, via Disque 100 ou portal; ao Conselho Municipal ou Estadual da Pessoa com Deficiência, ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos e à Defensoria Pública do estado, nos casos de exclusão social e violação de direitos educacionais.

Denúncia nº 89: de violações de direitos humanos no cárcere, como tortura e cerceamento de defesa, entre outras ilegalidades, e pede que sua denúncia seja encaminhada ao Tribunal Penal Internacional e à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Encaminhamento: acusar recebimento e informar que, após análise de seu processo judicial e com base nas atribuições da Comissão, não cabe a este órgão tomar nenhuma providência; sugerir ao demandante que provoque, se oportuno, o TPI com sua denúncia.

Denúncia nº 90: de violação de direitos humanos enfrentada por família residente em zona rural. A família enfrenta dificuldade e possui uma criança com distrofia muscular. O denunciante também encaminhou a denúncia à Câmara Legislativa do DF e à Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos. Encaminhamento: encaminhar a denúncia para os órgãos competentes no âmbito municipal de Pedra Preta/Rio Grande do Norte – Defensoria Pública, Secretaria da Criança e Adolescente, Secretaria de Saúde Municipal e Secretaria de Assistência Social Municipal – e informar ao denunciante sobre as providências tomadas. Peço à Secretaria que encaminhe também a denúncia ao gabinete de Senador desta Comissão que seja do Estado do Rio Grande do Norte.

Denúncia nº 91: violação de candidatos cotistas e de pessoas com deficiência em concurso público, incluindo preterição da ordem de classificação, o que descumpre não só o próprio edital, como também a lei. Encaminhamento: informar ao cidadão que o processo foi analisado e, neste momento, no âmbito das suas atribuições, não cabe nenhuma providência por parte desta Comissão, uma vez que ainda tramita em instância recursal.

Vamos para os informes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Das Câmaras Municipais de Ibaiti, de Itaúna do Sul e de Pato Branco, todas do Estado do Paraná: moção de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo 3, de 2025, que susta os efeitos da Resolução 258, de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e ao PL 1.904, de 2024, que visa impedir que o aborto seja reconhecido como direito. Encaminhamento: acusar recebimento e informar leitura neste expediente.

Solicitações.

Solicitação nº 77: apoio da Comissão na emissão de vistos já protocolados junto às autoridades consulares para quatro cidadãos de Guiné-Bissau para participarem do evento "Treinamento de Antropologia e Linguística – Povos Minoritários", a ser realizado em Porto Velho. Encaminhamento: esta Presidência já encaminhou ofício ao Ministério das Relações Exteriores para verificar a situação dos demandantes.

Solicitação nº 81: ajuda a preso na Papuda desde o dia 8 de janeiro de 2023 que tem sopro cardíaco nível 6 e necessita de monitoramento constante, além de uma cirurgia. O ambiente prisional não é adequado para o seu tratamento e a prisão domiciliar já foi negada. Encaminhamento: informar que esta Comissão aprovou requerimento para a realização de diligência nos estabelecimentos prisionais onde os presos de 8 de janeiro se encontram, entre eles a Papuda, e aguarda, desde o início do mês, autorização do Ministro Alexandre de Moraes para a realização das visitas.

E aqui eu quero só fazer um destaque.

Além desse senhor que está muito doente, nós fomos notificados de que uma senhora de 65 anos que está presa – uma das presas de 8 de janeiro – caiu no presídio, está machucada, e a prisão domiciliar dela também tem sido negada. E esta Comissão quer *in loco* visitar especialmente os vulneráveis – nós temos indígenas presos – e fazer um relatório, mas o Ministro Alexandre ainda não autorizou, o que nós lamentamos. É um requerimento aprovado no Pleno, não é um requerimento de um único Senador. É um requerimento aprovado por unanimidade nesta Comissão para apenas uma visita, especialmente aos vulneráveis. Com 65 anos, machucada, dentro de um presídio, uma mulher não ter ainda uma prisão domiciliar... Eu acho que a gente precisa rever algumas decisões nesta nação. Lamento que o Ministro Alexandre não está dando atenção a um requerimento aprovado na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das maiores Casas Legislativas do Hemisfério Sul. Lamento. Que fique consignada a minha manifestação.

Solicitação nº 82: encaminha apontamentos para a melhoria do sistema Córtex e solicita que este seja encaminhado ao Ministério Público. O sistema Córtex é um programa vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja finalidade é disponibilizar às autoridades de segurança pública o acesso à base de dados nacional, visando facilitar, entre outras atividades, a identificação de veículos. Encaminhamento: encaminhar a solicitação ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, solicitando que a resposta seja direta ao demandante, com cópia para esta Comissão, para conhecimento e informar ao demandante sobre essas providências tomadas.

Solicitação nº 85: ajuda para encaminhar para cirurgia criança autista. Encaminhamento: encaminhar solicitação para análise e resposta direta à cidadã, com cópia para esta Comissão, para informar a cidadã sobre a providência tomada.

Solicitação nº 87: ajuda na intermediação com o Governo do Egito e com respostas do Ministério das Relações Exteriores, que está em negociação em casos de criança brasileira levada pelo pai para aquele país, através da fronteira com o Paraguai, sem autorização ou conhecimento da mãe. Encaminhamento: encaminhar o caso ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando informações sobre sua atuação, informar ao demandante a providência tomada, bem como esclarecer que esta Comissão não apresenta atribuições e meios para dialogar com o Governo do Egito sobre o caso. Esse diálogo é realizado exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores.

Senadora Jussara e Senadora Augusta, foi aprovado aqui na Comissão grupo de trabalho que será liderado pelo Senador Flávio Arns – na verdade, pela Senadora Mara; acho que o Flávio Arns é autor e a Mara –, para a gente acompanhar os casos das Mães de Haia. A Suprema Corte está em dias de tomar uma decisão e eu vislumbro que as mães terão sucesso na Suprema Corte, mas nós precisamos acompanhar também. E me parece que, já no final deste mês, o Senador Flávio Arns e a Senadora Mara já vão começar os trabalhos. Muitas mães brasileiras estão perdendo seus filhos quando pedem o divórcio lá fora. E, nesse caso dessa criança do Egito, inclusive, o menino foi levado para fora pela fronteira do Paraguai, sem autorização da mãe. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já li muito sobre este caso, já tive uma reunião com esta mãe. Ela agora está acionando a Comissão, e nós vamos pedir uma posição do Ministério das Relações Exteriores.

As mães brasileiras não são bandidas, são mães. E, infelizmente, quando precisa ser cumprido o Tratado de Haia, a nossa AGU tem que brigar contra as nossas mães – a nossa AGU brigando contra brasileiras. Então, é delicado, há famílias em desespero. E, nessa história toda, vulnerável é a criança. Nós estamos diante de casos assim absurdos que aconteceram no Brasil, mas a Suprema Corte vai tomar uma decisão e esta Comissão vai acompanhar, por meio do grupo de trabalho, com a Senadora Mara e o Senador Flávio Arns.

Solicitação nº 92 – gente, ó, 92; esta Comissão tem sido muito acionada –: encaminha o Guia Lilás, de orientações para prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal, lançado pela Controladoria-Geral da União, e afirma que este guia não leva em consideração a legislação brasileira e que as pessoas com deficiência, mulheres, negras e LGBTQIA+ seriam as mais prejudicadas. Este guia, segundo o cidadão, prejudica as vítimas de assédio e traz discriminação no serviço público. Encaminhamento: encaminhar a denúncia à Controladoria-Geral da União para análise e informar o cidadão sobre essa providência.

Seria interessante a gente compartilhar o guia que foi trazido com a Senadora Jussara e a Senadora Augusta para que elas o conheçam. O cidadão reclama que o guia não está bom. É isso, não é? Então, vamos dar uma olhada, Jussara, sobre o que podemos melhorar nesse guia.

Respostas a ofícios desta Presidência.

Da Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública, em referência à Moção 357, de 2024, da Câmara de Taubaté:

> A referida moção parte do falso pressuposto de que foi arquivado o processo referente à "denúncia de assédio sexual contra o ex-ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida" e que "entre as supostas vítimas estaria a ministra da Igualdade Racial [...]". O processo referente à notícia de assédio sexual atribuído ao ex-ministro foi instaurado a pedido do seu próprio Gabinete, bem como de ofício por esta Comissão de Ética Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> da Presidência da República. Esse processo não foi arquivado e segue em regular tramitação perante a Comissão de Ética Pública.
> Provavelmente, a Câmara Municipal de Taubaté foi levada a equívoco pela notícia de arquivamento de outra denúncia efetuada contra a mesma autoridade, que não se referia a assédio sexual ou moral, conforme Nota de Esclarecimento publicada [...] [em] 10 de dezembro de 2024 e vastamente disseminada na imprensa [...].
> Diante dos esclarecimentos ora prestados, solicitamos àquela Casa Legislativa que fosse efetuada a retratação pública da mencionada moção de repúdio.

Solicitação nº 84, da Corregedoria da PRF: "em referência à denúncia sobre racismo e homofobia em grupo do [...] [aplicativo] Telegram da PRF - informamos que a Corregedoria-Geral já tomou ciência dos fatos, por meio do sistema FalaBR, tendo sido gerado o processo sigiloso, que se encontra em apuração".

Resposta nº 88, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Apucarana: "em referência à denúncia sobre racismo religioso praticado pela gestão municipal deste município - informo que está em trâmite nesta Promotoria de Justiça a Notícia de Fato com o fim de apuração".

Nº 93, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em referência à solicitação de pedido de proteção, informa que a demanda foi autuada e encaminhada para a análise da unidade responsável.

Nº 94, do Ministério da Saúde, em referência à solicitação de apoio, informações e orientação sobre os locais credenciados pelo SUS para a realização das infusões do medicamento Infliximabe, informa que o processo foi inserido no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Ministério da Saúde e enviado à área competente.

Isso posto, submeto às Sras. e Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria ou no Portal da Comissão de Direitos Humanos para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Todos os documentos que estão na Comissão obedecem às regras legais, especialmente quando se trata de criança e vulneráveis, com todo sigilo e cuidado. Nós temos trabalhado desta forma junto com os gabinetes e com os assessores quando pedem acesso a documentos que envolvem crianças.

O Relator do Projeto de Lei que está na pauta, o 4.606, de 2019, Senador Magno Malta, não chegou a tempo, e nós vamos encerrar esta sessão.

Tem alguma notícia dele? Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele está no gabinete? Alguém pode confirmar?

Eu vou suspender por cinco minutos a sessão.

(*Suspensa às 11 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 55 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Reaberta a sessão.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4606, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CE.

Quero lembrar que este projeto de lei ainda vai para a Comissão de Educação do Senado.

Autoria: Deputado Federal Pastor Sargento Isidório, que está presente nesta sessão.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para a leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente; os demais; Sargento Isidório, Deputado.

Dessa proposta vinda da Câmara, do Deputado Isidório, não cabem nem as manifestações que eu recebi, contrárias, e preocupações que foram postas, sobre uma série de detalhes. E o texto e a preocupação do proponente, o Deputado Pastor Isidório... Até porque a Bíblia é nossa fé, nossa regra de fé e prática, a Bíblia é a palavra de Deus e ela de fato se autoprotege.

Em Gálatas, o Apóstolo Paulo, intérprete da mente de Cristo, diz o seguinte:

> Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie outro evangelho além do que já vos tenho anunciado, seja anátema (ou seja, maldito). Assim como já vo-lo dissemos, agora de novo também vo-lo digo: se alguém vos anunciar outro evangelho além do que já recebestes, seja anátema. Porque persuado eu agora a homens ou a Deus? [...] Se estivesse ainda agradando aos homens, não seria servo de Cristo. Mas faço-vos saber, irmãos, que o evangelho que por mim foi anunciado não é segundo os homens, porque não o recebi, nem aprendi de homem algum, mas pela revelação de Jesus Cristo. Porque já ouvistes qual foi antigamente a minha conduta no judaísmo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> como sobremaneira perseguia a igreja de Deus e a assolava. E, na minha nação, excedia em judaísmo a muitos da minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais. Mas, quando aprouve a Deus, que desde o ventre de minha mãe me separou e me chamou pela sua graça, revelar seu Filho em mim, para que o pregasse entre os gentios, não consultei carne nem sangue, nem tornei a Jerusalém, a ter com os que já antes de mim eram apóstolos, mas parti para a Arábia e voltei outra vez a Damasco. Depois, passados três anos, fui a Jerusalém para ver a Pedro e fiquei com ele quinze dias. E não vi a nenhum outro dos apóstolos[...]

O que a palavra está dizendo é o seguinte, que ai daquele que aqui trocar um tio ou uma vírgula, porque será anátema. Aí nós nos perguntamos: Em sendo assim, tem necessidade desse projeto? O projeto em nada altera, o projeto em nada mexe, não traz preocupação, muito pelo contrário, reafirma a Bíblia como palavra de Deus e é dentro desse contexto, a Bíblia como palavra de Deus... Não sei. A Bíblia e o livro que rege outras religiões... Mas essa que diz que ai daquele que tirar um tio ou uma vírgula. Seja anátema.

Então, nada demais. Por isso, o meu relatório é favorável visto que não trata de questão de sanção, de censura, de perseguição.

Alguém me relatou... Por exemplo, vai se fazer uma encenação ou uma peça teatral ou fazer um filme... Eu estou vendo agora a série Rei Davi e aconselho pela competência e por – não sei se V. Exa. está vendo – como se aproxima do texto da palavra de Deus, e não é isso exatamente que nós estamos querendo dizer. Acho que a preocupação do Pastor Isidório é porque, lá na terra dele, alguns artistas sobem no palco para chamar Jesus de veado. E outros que nem de Bíblia sabem – outras, não vou citar o nome aqui porque já são três processos – dizem que a Bíblia tem que ser atualizada. Ela é atualizada. O rema da palavra vale todos os dias, em todos os tempos, ao mesmo tempo. A palavra de Deus é ontem, hoje e será eternamente. O que seria, pois, atualizar? Não, a palavra de Deus não está aqui para ser reenquadrada ou enquadrada a nós. Nós é que temos que nos enquadrar dentro da palavra de Deus. Então, essa história de inclusivo... Então, vamos adaptar a Bíblia porque tudo agora é inclusivo? Não. Se você quer ser inclusivo, se inclua, porque a palavra não pode mudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vejo nada demais, Senadora Damares; muito pelo contrário, a intenção do Parlamentar Pastor Isidório é uma boa intenção e nada altera. Nada altera, não; aqui não prejudica, aqui não traz prejuízo, aqui não fala em perseguição, não fala em sanção, não fala em punir, não fala em vigiar, não fala em nada. Muito pelo contrário, é uma reafirmação de que aquele que tirar um til ou uma vírgula dessa lei será anátema, ou seja, maldito.

Para mim, o relatório... Esse é o meu relatório, plenamente favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, eu solicito que o senhor leia pelo menos os dois últimos parágrafos da análise e o seu voto para ficar constado em ata que o relatório foi lido. Só os dois últimos parágrafos e o voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Espere aí.

A crítica de que existem diversos cânones bíblicos – hebraico, grego, católico, protestante, ortodoxo – não invalida o projeto, pois cada...

Caramba, eu fui para o outro lado. Era só o último e o penúltimo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ao proteger a integridade da Bíblia, este Parlamento reafirma o respeito ao sentimento religioso do povo brasileiro, majoritariamente cristão, e honra uma tradição que moldou a identidade espiritual da nossa nação. A palavra de Deus deve ser anunciada com liberdade, mas também com reverência. Garantir sua inviolabilidade é, ao mesmo tempo, um ato de justiça, de proteção à fé e de respeito à dignidade da religião cristã, que há séculos guia o coração do nosso povo.

A Bíblia não deve ser objeto de alterações motivadas por ideologias, agendas culturais ou militantes. O que está em jogo aqui não é apenas o texto, mas a fé do povo simples, sincero e devoto que encontra nas Escrituras conforto, orientação e salvação.

Que a Bíblia continue sendo, hoje e sempre, lâmpada para os nossos pés e luzes para os nossos caminhos (Salmo, 119, 105).

O voto é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise na Comissão de Educação.

Cumprimento o autor, que está presente. Registro também a presença do Deputado Ossesio. Cumprimento o Relator.

Esta Comissão discutiu os direitos humanos em relação a esse texto.

O mérito será discutido na Comissão de Educação. Segue para a Comissão de Educação. Sucesso na próxima Comissão.

E eu sei, Pastor Isidório – o senhor tem dito em todos os corredores –, que esse é o projeto de sua vida. O senhor até chegou a dizer: "Olha, se eu o aprovar, posso deixar de ser Deputado". Ele lutou por esse projeto. Nós achamos justa a sua luta, colocamos na pauta. O Senador Magno Malta apresentou o voto em tempo recorde, assim que foi nomeado Relator. Parabéns pelo trabalho dos dois.

A matéria segue para discussão na Comissão de Educação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente, até porque o projeto dele fala em Bíblia, que é a regra dos cristãos. Agora, tem pessoas que não são cristãs e têm seu próprio livro religioso, mas não se está tratando do livro e da religião de ninguém. Não se está tratando do Alcorão, não se está tratando de nada, de ninguém, até porque não sei o que o Alcorão fala na sua autoproteção, mas aqui a própria palavra se autoprotege com relação a essas alterações, e dizendo ainda: "Seja maldito quem trocar uma vírgula ou um til desta palavra". Então, para que fique claro que o projeto tem essa visão cristã,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quem tem a Bíblia cristã como regra de fé e prática, toda fé cristã. Há a impressão da Bíblia que nós evangélicos estudamos e há a impressão da Bíblia em que outras construções... como a católica também tem a Bíblia – né? –, que é a preservação do texto enquanto cremos como palavra de Deus.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar esta sessão, informando para aqueles que estão acompanhando a partir de agora que nós tivemos matérias retiradas de pauta hoje a pedido dos respectivos Relatores.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 13/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens", com foco nos desafios para a efetiva participação das famílias no ambiente escolar, alusivo ao dia Nacional da Família na Escola e ao Dia da Educação, celebrados em 24 e 28 de abril, respectivamente. Participantes: Alexandre Patury, Secretário Executivo de Segurança Pública do DF; Ana Beatriz Goldstein, Chefe da Assessoria Especial da Cultura de Paz nas Escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil; Douglas Roberto de Almeida Baptista, Conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito e Religião – IBDR; Paulo Rogério, Reverendo Assessor da Pastoral da Educação da Arquidiocese de Brasília; Augusto Cury, Psiquiatra, professor e escritor brasileiro, autor da Teoria da Inteligência Multifocal e fundador da Escola da Inteligência e do projeto Genius Educacional de pedagogia socioemocional; Adriana Marra, Delegada representante da Confederação Nacional das Associações de Pais de Alunos; Inez Augusto Borges, Presidente da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Pais na Educação dos Filhos; Maria Eduarda Manso, Representante da Family Talks; e Carlos Vinicius Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.223958/2025-13

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/24

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 8 e 13, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para a realização do "Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens", com foco nos desafios para a efetiva participação das famílias no ambiente escolar e também alusivo ao Dia Nacional da Família na Escola e ao Dia da Educação, celebrados em 24 e 28 de abril, respectivamente.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211. Para este telefone a ligação não tem custo algum. Podem ligar de qualquer lugar do Brasil para participar, enviando perguntas, comentários para esta reunião.

A nossa audiência pública terá duas mesas com ilustres convidados, e eu já agradeço de antemão aos convidados que aceitaram o convite para estarem conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a gente formar a primeira mesa, permitam-me uma manifestação como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E eu já vou consignar que é uma manifestação que expressa a posição da Presidente da Comissão, e não dos convidados desta audiência pública. E também não é a manifestação dos demais Parlamentares membros desta Comissão, mesmo porque não conversei com eles sobre o tema.

Todos nós, defensores de direitos humanos, acordamos ontem e fomos, de uma forma perplexa, surpreendidos com a notícia de uma operação policial no INSS, em que o Presidente do INSS foi imediatamente afastado, uma operação policial conduzida pela Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União. E começo a minha manifestação cumprimentando a Controladoria-Geral da União, o Ministro e cumprimentando a Polícia Federal pela operação.

Por que ficamos perplexos? As notícias já dão conta de mais de R$6 bilhões de desvio do INSS. E por que faço essa manifestação? Porque é atribuição desta Comissão, no Regimento Interno do Senado Federal, no art. 102-E. Cabe a esta Comissão cuidar da:

> III - garantia e promoção dos direitos humanos;
> IV - direitos da mulher;
> V - proteção à família;
> VI - proteção e integração social das pessoas com deficiência e proteção à infância, à juventude e aos idosos;

O bilionário desvio do INSS atinge diretamente os idosos, as pessoas com deficiência e os trabalhadores. E é também a atribuição desta Comissão o direito ao trabalho.

Não poderia me omitir como Presidente da Comissão.

Estou torcendo para que os responsáveis fiquem anos na cadeia, torcendo para que todos os corruptos que tiraram do idoso, que tiraram da pessoa com deficiência, que tiraram dos vulneráveis paguem, e paguem dentro da forma da lei, e sejam recolhidos.

E quero lembrar à Justiça brasileira que não são idosos que depredaram patrimônio num dia de manifestação o maior risco desta nação, não é um ex-Presidente da República, que está numa UTI, doente, por causa de uma facada, num atentado à sua vida, o maior risco a esta nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e à democracia; o maior risco a esta nação e à democracia são as aves de rapina, os abutres, que roubam os cofres públicos e tiram de idosos, crianças, pessoas com deficiência.

O meu livro de regra, de fé e de prática é a Bíblia Sagrada. E a Bíblia Sagrada alerta: ai daqueles que tiram do órfão e da viúva. Que a justiça seja feita nesta nação.

E por que faço esta manifestação? Porque, como defensora dos direitos humanos, entendo que a corrupção é uma das maiores violações de direitos humanos: quando se rouba, direitos são colocados em risco; quando se tira de cofres públicos, o vulnerável fica cada vez mais vulnerável.

Parabéns à Polícia Federal, parabéns à Controladoria-Geral da União e parabéns ao Presidente da República, que de imediato aceitou o afastamento do Presidente do INSS, mas que todos sejam identificados e que todos possam ir para a cadeia, com a condenação justa que a Justiça brasileira prevê, com a condenação e a pena que merecem, e que a dosimetria da pena seja justa também.

Que o Senhor Deus tenha piedade desta Nação e que estejam contados os dias dos corruptos que saquearam em mais de R$6 milhões o instituto nacional da previdência, que tiraram de idosos, de pessoas com deficiência, dos mais vulneráveis.

Esta é uma manifestação pessoal da Presidente da Comissão de Direitos Humanos, porque entende que corrupção é violação de direitos humanos.

Desculpem-me os convidados, mas eu não poderia me omitir, e a gente não pode... E aqui convido todos: não se omitam diante da corrupção. A corrupção corrói uma nação.

Que Deus tenha piedade do Brasil!

Dando continuidade à nossa audiência pública, uma audiência pública que nós estávamos aguardando com muita expectativa, especialmente porque faz parte da atribuição desta Comissão a proteção da família, nós vamos ter a honra de receber hoje, para falarmos sobre "Boas práticas e desafios para a participação da família no ambiente escolar", que é o tema da primeira mesa, nós temos alegria de receber o Alexandre Patury, Secretário-Executivo de Segurança Pública do Distrito Federal. É uma honra recebê-lo! Gostaríamos de que ele viesse compor a mesa com a gente. Muito bem-vindo! Vem para a mesa aqui com a gente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a honra de receber Ana Beatriz Goldstein – falei certo, Ana? –, Chefe da Assessoria Especial da Cultura de Paz nas Escolas. Doutora, prazer! Obrigada, viu? (*Palmas.*)

Ana Beatriz, obrigada. Pode sentar.

Na primeira mesa ainda, nós chamamos a Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil. Obrigada, Roberta, por estar conosco, uma honra recebê-la. (*Palmas.*)

Temos a honra de receber também o Dr. Douglas Roberto de Almeida Baptista, Conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito e Religião. Palmas para o Dr. Douglas! (*Palmas.*)

E já anuncio que acabei de ganhar a nova obra dele, do Dr. Douglas, *Filosofia da Educação Cristã: Uma Proposta de Formação Plena da Cidadania*. Dr. Douglas, parabéns por mais essa obra, e obrigada por estar conosco!

O tema da nossa primeira mesa é "Boas práticas e desafios para a participação da família no ambiente escolar".

Nós vamos fazer da seguinte forma a fala. Primeiro o Dr. Alexandre, depois a Ana Beatriz, depois a Roberta, depois o Dr. Douglas. O Dr. Alexandre, eu sei que está com uma agenda lotada, e por que está conosco aqui a Segurança Pública do DF, a nossa Secretaria de Segurança? Vocês vão entender ao longo da fala dele e das demais falas. Tem um excelente trabalho com o nosso batalhão escolar. Tem um excelente trabalho de prevenção às drogas. Tem um excelente trabalho de cuidado das crianças, trazendo as famílias para esse debate. Então, a participação de Dr. Alexandre nesta manhã é porque a gente quer, sim, mostrar para o Brasil as boas práticas.

E o meu Distrito Federal... Desculpem-me o bairrismo, mas o meu Distrito Federal é especial, é espetacular.

Então, nós vamos ouvir o Dr. Alexandre.

Dr. Alexandre, eu sei que o senhor está com o tempo corrido, mas cada expositor tem dez minutos para a sua fala, e, no final, a gente também dá a palavra para considerações finais.

Nós temos ali, Dr. Alexandre, um cronômetro. O senhor pode olhar o cronômetro. Ele vai tocar com dez minutos, mas eu serei generosa, se o senhor precisar de mais do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu não posso começar esta audiência sem antes fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher branca, de cabelos morenos dourados – olha, eu estou morena dourada agora –, eu uso óculos, óculos com hastes pretas, estou com um *blazer* cor de laranja, com uma blusa preta embaixo, eu estou sentada no meio da mesa, a nossa mesa é de uma madeira clara. Do meu lado direito está o Dr. Alexandre e a Dra. Roberta. Do meu lado esquerdo, Ana Beatriz e o Dr. Douglas.

O nosso plenário é composto de bancadas, as nossas bancadas têm microfone, através dos quais as pessoas, sempre que podem, participam. E temos lá atrás também uma galeria, com cadeiras pretas.

E também, à minha esquerda, tem uma mesa da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, que é a melhor Secretaria do Senado.

E, à minha direita, nós temos um telão, um telão em que as imagens são passadas, as imagens da audiência, e as pessoas que estão via videoconferência entram por meio desse telão.

Tendo feito a minha audiodescrição, vamos dar início à nossa reunião, nossa audiência pública, ouvindo, em primeiro momento, o Dr. Alexandre Patury.

O SR. ALEXANDRE PATURY (Para expor.) – Senadora Damares, muito obrigado pela oportunidade.

Estou aqui pela Secretaria de Segurança Pública, representando o Secretário Sandro Avelar, o Governo do Distrito Federal.

Sempre que convidados, nós comparecemos aqui à Casa do Povo, porque é a oportunidade de poder expor as atividades, o que nós estamos fazendo.

Bom, eu tenho 1,80m, tenho barba, tenho 50 anos, estou usando terno escuro e uma gravata vinho, e, nesta oportunidade, o que mais defendemos, pela Secretaria de Segurança Pública... A Profa. Ana Beatriz sabe disto, a intensa ligação...

Às vezes, para quem vê de fora, nem sabe se a gente é da segurança pública, da educação, da saúde da mulher, porque todos trabalhamos de forma integral, uma integralidade, e a certeza que nós temos, Senadora, é que segurança pública não se resolve com segurança pública. Segurança pública se resolve com educação, com família, com oportunidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu lembro uma história que eu acho que talvez mostre... E olhe que o meu filho – eu tenho um – teve a sorte, pela loteria genética ou pelos desígnios de Deus, de nascer numa família estruturada, mas, mesmo assim, os senhores sabem da dificuldade de se criar, mesmo numa família estruturada, uma criança e um adolescente. Imaginem quando a criança não nasceu na família estruturada. E, aí, eu vou contar duas passagens rápidas.

Em 2015, meu filho disse: "Pai, você vem à missa aqui do Dia dos Pais?". Eu disse para ele: "Eu vou". Ele perguntou umas duas vezes, Senadora. Já na terceira, eu disse: "Olha, se o seu pai está dizendo que vai, ele vai mesmo!". E aí, com as coisas que acontecem no trabalho – reunião marcada, gente marcando reunião –, termina quase você não podendo ir, mas chegou num ponto em que eu disse: "Olha, eu vou, nem que seja a última coisa que eu faça". E eu fui. Aí na reunião o pessoal disse: "Olha, o chefe está chamando na reunião". Trabalho lá, eu sou da Polícia Federal, mas vim com Dr. Sandro lá para... Eu disse: "Gente, olha só, não é querendo ser não hierarquizado, não, mas só se Jesus descer na causa aqui e me disser... E ele não vai fazer isso, porque ele mesmo falava 'Vinde a mim as criancinhas, porque delas é o reino dos céus'". Eu fui. E lá havia duas, três crianças chorando porque o pai não foi, porque a mãe não foi.

A família é o que há de mais importante. E muitas vezes a família desestruturada ou sem tempo – ou sem tempo – empurra essa responsabilidade para a escola. E a escola, Profa. Ana, faz verdadeiros milagres para resgatar, muitas vezes, uma criança que não tem a assistência dos pais. É você que está em casa que chega do trabalho cansado e deixa seu filho dentro do quarto, no celular. É você que chega em casa cansado e não pergunta como foi o dia da sua esposa, do seu filho, da sua filha. É você que está preocupado com tantas e tantas coisas e não se preocupa com o que há de mais importante nas nossas vidas, que é você dar um direcionamento para o seu filho. Porque depois que chega em determinado ponto, é muito difícil corrigir o curso. É muito difícil. Não é impossível, mas é muito difícil.

E é essa reengenharia que a gente tem que muitas vezes avaliar, porque muitas vezes nós somos cobrados, inclusive, Senadora, na segurança pública, como se a segurança pública pudesse corrigir com prisão, principalmente de jovens adolescentes, o que eles não tiveram a vida toda. Uma criança que tem um pai preso, que tem a mãe nas drogas, que tem um irmão morto... A gente falava disso numa outra audiência pública. Como é que você convence uma criança dessas ou um adolescente desses dizendo "Meu filho, usar um canivete, levar uma faca, brigar na escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é errado", se a vida dela toda foi pautada numa estrutura de violência, que nós, por algum motivo, não conseguimos corrigir ao longo da história?

Então a gente tem que atacar é a origem – é a origem –, e a origem principal é a família estruturada. É a possibilidade de você ter e criar os filhos que você colocou no mundo. E, Senadora, essa conversa é tão difícil de ser feita, porque ninguém aqui está dizendo para as pessoas não terem os filhos que elas querem. Ninguém está dizendo isso. Está dizendo que haja uma educação em que você possa de alguma maneira criar seus filhos de maneira estruturada, tendo os filhos que definitivamente vocês querem.

E a partir daí, do conceito de integralidade, em que você tem uma família estruturada, uma escola que busca um direcionamento estruturado, uma possibilidade de essa criança crescer num ambiente hígido, de que esse adolescente possa de alguma maneira respeitar e ser respeitado, aí sim a gente terá, talvez, uma possibilidade maior de termos cidadãos de bem.

Veja aqui outra história, também ligando a questão da adolescência, a criança ao histórico de violência doméstica. Estava conversando agora com a Coronel Renata a respeito disso. E vou dar um exemplo que acontece dentro de casa, porque o machismo estrutural está dentro das nossas casas. Não pensemos nós aqui que não somos machistas, quando a história nos empurra para isso.

Também em 2023 e também com meu filho, que às vezes fica até preocupado de eu contar essas histórias e chegar em casa e ele ser hostilizado, ou chegar no colégio. Mas ele chegou e disse... Eu chego em casa, e ele está falando alto com a minha esposa, coisa de adolescente – levante a mão quem nunca viu um adolescente, num rompante, muitas vezes, levantar a voz e achar que é o senhor da razão. Cheguei exatamente no momento, peguei no flagra, né? E eu disse: "Não levante a voz para a sua mãe. Você respeite uma mulher. Baixe a crista, galo novo, porque aqui quem manda sou eu" – nesse ponto eu menti, porque quem manda é ela, mas, na hora do discurso, ia ficar muito complexo explicar isso. "E vá para o seu quarto!" Ali está o embrião de muitas coisas. Você tem que falar para o seu filho desde cedo: "Você respeite uma mulher, porque homem de verdade não grita com mulher. Você respeite". E você tem que falar para a sua filha que ela merece respeito e que ela não pode aceitar, porque o embrião das coisas, voltando ao tema desta audiência, é a família. Se a família não consegue convencer, infelizmente, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela não tem como passar o que ela não aprendeu... E aí volta a estrutura, a estrutura familiar e a escola.

Então, Senadora, até respeitando o tempo, porque eu pensei que tinha cinco minutos, eu gostaria de agradecer imensamente e dizer que, aqui no DF, Educação, Segurança, Saúde, Secretaria da Mulher e todas as demais secretarias andam juntas; elas andam juntas. Essa é uma determinação do Governador Ibaneis, da Governadora Celina, do Secretário Sandro Avelar, da Secretária Hélvia e de tantos outros, que compõem uma unidade só. Aqui não tem protagonista, aqui não tem secretaria mais importante do que outra. Todos trabalhamos pelo povo, trabalhamos por Brasília, trabalhamos por nossas famílias, para que a gente tenha a oportunidade de viver num lugar melhor.

Muito obrigado a esta Casa. Muito obrigado à Senadora Damares. Foi um prazer e uma honra estar aqui com vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretário-Executivo de Segurança Pública do DF, Dr. Alexandre Patury.

Nós tivemos alguns episódios de violência nas escolas no DF e foi nesse momento que a Secretaria de Segurança junto com a Polícia Militar decidiram: paz nas escolas – a Beatriz vai falar sobre isso – com a plena participação da família, especialmente pela troca de experiência entre as famílias. E é isto que nós estamos discutindo aqui: as boas práticas e desafios para a participação da família no ambiente escolar.

O que a gente tem visto cada vez mais? Escola e família distantes. E a gente vai ter que repensar isso. A escola tem que ficar realmente longe da família? O que está acontecendo nesse exato momento em que a família não está podendo opinar com relação à escola, e a escola está cada vez mais se intimidando em pedir ajuda à família?

Esta é a Comissão que discute o direito da criança e do adolescente e o direito da família, e este é o primeiro debate sobre o direito da família no ambiente escolar. Acho que a gente deu o pontapé inicial. Eu espero que seu menino não brigue com você hoje, mas, com a boa prática de falar com o seu filho "respeite sua mãe" e de os pais, no ambiente escolar, estarem trocando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa experiência, levando-a para o ambiente escolar, eu acho que a gente dá um pontapé inicial pelo fim da violência contra meninas e mulheres.

Parabéns, Secretário, parabéns. Leve um abraço ao Secretário de Segurança. Eu sei que a sua agenda está corrida, se precisar sair, fique à vontade. Nós estamos na primeira mesa, e, se puder voltar no final, será uma alegria.

Esta primeira mesa conta com quatro participantes presenciais – o Dr. Alexandre, a Ana Beatriz, a Roberta e o Douglas –, e nós temos três em videoconferência, o Dr. Augusto Cury, a Dra. Adriana Marra e a Dra. Inez Augusto Borges.

Na sequência, vamos ouvir – se precisar sair, fique à vontade, tá? – Ana Beatriz, Chefe da Assessoria Especial da Cultura de Paz nas Escolas, uma iniciativa aqui do nosso Distrito Federal.

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigada, Senadora Damares. Com muita honra, eu estou aqui representando a Secretária Hélvia Paranaguá e a Secretaria de Educação, com muita honra em trabalhar com essa Secretária e nesse Governo, Senadora, que trabalha, como o Dr. Patury falou – e falar depois dele é muito difícil –, de maneira integrada, porque o nosso estudante, o nosso jovem tem que ser tratado de uma maneira plena. Então, na pessoa da senhora, eu cumprimento toda a mesa e falo da minha honra e do meu orgulho.

Nós estamos aqui para falar da família na escola exatamente no dia em que se comemora o Dia da Família na Escola. Mas de que família nós estamos tratando, Senadora Damares? Que tipo de família nós temos hoje? A família em que a mãe é solo, né? A família que tem que estar tratando da sobrevivência; a família dos estudantes, das crianças com deficiência, em que os pais e principalmente as mães têm que deixar a vida de lado para estar dentro da escola acompanhando os seus filhos. É dessa família que a gente está falando, né? E a gente está falando dentro da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Então, como eu não sou... não tenho a habilidade do Dr. Patury, eu preparei uma apresentação para falar um pouquinho desses desafios e de como o DF tem trabalhado, como a Secretaria de Educação tem trabalhado esse momento tão desafiador – tão desafiador –, que é o que nós estamos vivendo, inclusive com a questão das redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

Bom, estamos aqui, e o objetivo desta data é justamente sensibilizar a sociedade dessa importância, porque não existe educação sem parceria, não existe trabalho de educação sozinho. Por isso que, no Distrito Federal, inclusive em alguns momentos, não me colocam nem com a legenda de Secretaria de Educação. No Seminário de Segurança Pública, colocaram: "Professora Ana Beatriz – Secretaria de Segurança Pública". A gente trabalha de maneira tão integrada que isso acontece, viu, Dr. Patury?

Por favor.

Bom, e o que diz a lei? A lei está aí. Na Constituição Federal, no seu art. 205: educação é dever de todos, "direito de todos e dever do Estado e da família, [e] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [– todos nós somos responsáveis –], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A LDB, no seu art. 2º, mais uma vez: educação é direito de todos e dever da família e do Estado, cabendo aos pais, na idade própria, matricular os filhos na rede escolar, cumprindo ao Estado a responsabilidade de oferecer vagas e condições adequadas.

O ECA, no seu art. 54, §3º: pais ou responsáveis, juntamente com o poder público, têm o dever de acompanhar a frequência e o aproveitamento escolar de crianças e adolescentes.

Isso é o que diz a lei. Então, família e escola têm que caminhar juntas sempre.

E com que benefício? Desenvolvimento socioemocional, acompanhamento do processo de aprendizagem, engajamento, motivação, e redução de problemas disciplinares e melhoria do ambiente escolar.

Mas em que mundo nós estamos vivendo? Quem é que está educando também, quem é o nosso inimigo invisível que está educando as nossas crianças?

Essa matéria saiu no Jornal Hoje da semana passada, e a gente a apresentou, Senadora, numa audiência pública também no Distrito Federal, logo depois daquele caso da menina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante nossa da Ceilândia, que, pela rede social, acabou indo a óbito, por conta de estar na rede social. Então, eu gostaria que passasse essa matéria, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – Bom, pode passar.

Então, assim, está claro, é dever de todos, é obrigação de todos nós. E a gente tem um inimigo invisível, Senadora, que são as redes sociais. E essas crianças que estão fazendo todas essas barbaridades também vão ser pais e mães de família daqui a pouco, nessa idade, 13, 14 anos. Então, de que família nós estamos tratando?

O MEC tem uma série de programas, e eu gostaria que a gente mostrasse. Em 2004, o MEC, em parceria com a Unesco, instituiu um programa chamado Escola Aberta, que eu tive a honra de coordenar aqui no DF. Nós chegamos a ter 50 escolas abertas no DF. É uma coisa muito importante para a gente pensar em voltar. Era o quê? Era abrir as escolas nos finais de semana com atividades de lazer, de esporte, culturais e geração de renda.

Essa mãe, dessa família, não pode vir a uma reunião de pais durante a semana, gente. "Ah, vou chamar a família à escola". Como? Ela está trabalhando o dia inteiro, é ela que sustenta a casa, o patrão não vai liberar. A gente tem que ter isso claro na nossa cabeça.

Então, a Escola Aberta abria. Nós tínhamos um recurso do MEC, era o PDDE da Escola Aberta, Senadora, e havia uma ajuda de custo. Os valores da comunidade eram valorizados. Então era assim: "Eu sou uma boa cozinheira". A gente abria a cozinha da escola, ela ganhava uma ajuda de custo, esse recurso comprava o material e as oficinas aconteciam dentro da escola. E aí as famílias estavam. A gente tinha ali artesanato, a avó com a neta; oficina de ioga; esporte; costura.

Pode passar.

Culinária: a gente tinha estudante que aprendeu a fazer bolo. Essa escola é no Varjão. A diretora atual do Varjão era coordenadora da Escola Aberta quando eu era diretora. E com quem ficava essa chave?

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficava com a líder comunitária. Na sexta-feira, a gente entregava a chave da escola para a líder comunitária, e ela entregava a chave da escola para a gente na segunda-feira. E ali as ações aconteciam. A gente tinha ali aula de pintura... Então, a comunidade tomava conta da escola. Tinha depredação? Não.

Pode passar.

O muro da escola era branco, de pichado – está ali, olha. Eu tenho o Varjão no coração, porque a comunidade cuidava da escola.

E, obviamente, o que acontecia? Isso impactava no resultado pedagógico. Então, essa escola do Varjão, em 2007, era a última colocada no Ideb das escolas do Plano Piloto; com um ano, ela passou a ter o mesmo indicador da Escola Classe 308 Sul. Isso não foi de graça, isso é fruto desse trabalho, realmente, da entrada da família na escola.

Tivemos um outro projeto, que a senhora conhece muito bem, Senadora Damares, em 2021, que é o Programa Educação e Família, que tinha a mesma lógica: fomentar e qualificar, no âmbito das escolas públicas de educação básica, a participação da família, numa construção do projeto de vida, com foco na reflexão sobre o que o estudante quer ser no futuro, e o planejamento.

E havia também...

Pode passar.

... o recurso PDDE Educação e Família. Havia uma destinação de recursos financeiros, para quê? Para a gente fomentar e qualificar a participação da vida familiar. Então, essas famílias entravam nas escolas com esse propósito também, de qualificação profissional, com um recurso vindo do Estado. Tanto o Escola Aberta quanto o Educação e Família tinham recurso do PDDE. Isso funciona, gente. Ali a gente tem essa família que a gente está falando, que são os nossos estudantes da escola pública, dentro da escola.

Por favor.

Bom, as ações estratégicas são essas. Os resultados são claros: aumento da participação da vida das famílias na vida escolar, melhoria do desempenho escolar dos alunos, fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso. Não é simplesmente querer que a família esteja na escola. Que meios nós estamos dando para que ela esteja? É essa família em que saem para trabalhar os pais, e, muitas vezes a mãe solo.

Por favor.

Bom, e aqui no Distrito Federal? No nosso quadradinho, Senadora, de que a gente tem muito orgulho – de estar falando e dos trabalhos que são feitos aqui –, nós também temos leis.

A Lei da Gestão Democrática, de 2012, trata exatamente disso que a senhora falou aqui, estabelece a participação efetiva da família na realidade da escola, permite que as famílias contribuam nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras. Aí, a gente tem os conselhos escolares, em que as decisões são tomadas com a família lá dentro. Os nossos diretores e vices são eleitos pela comunidade escolar. Os pais votam, os estudantes acima de 16 anos votam também, têm voz. E isto traz o quê? Autonomia e transparência para a gestão.

Então, essa Lei da Gestão Democrática, que foi um grande avanço nosso, a partir de 2012, reconhece e valoriza o papel das famílias na construção dessa escola participativa, transparente e alinhada às necessidades dessa comunidade. Não é fantasia e não é utopia, é real.

Temos uma outra lei, de que a gente tem muito orgulho também, a próxima, que a senhora conhece muito bem, assim como o Dr. Patury...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – ... que é – estou terminando – a Política Distrital de Educação para a Integridade, fruto do projeto NaMoral.

O Dr. Patury falou em parcerias. Nós trabalhamos de forma integrada no Distrito Federal. Então, isso é uma parceria do Ministério Público com a Secretaria de Educação, foi um projeto trazido pelo Ministério Público, abraçado por esta gestão da Secretaria de Educação e, por uma iniciativa do Governador Ibaneis, do Executivo, se tornou uma lei, e – pasme, Senadora – votada por unanimidade naquela Casa Legislativa, pelo entendimento de que a gente precisa trabalhar esses valores de integridade, ética, cidadania; e aí, nesse caso, não é a família trazendo para a escola, mas a escola levando para a família, porque os valores serão trabalhados dentro e indo para dentro desses lares que, muitas vezes, não tem a estrutura, Dr. Patury, dos nossos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os projetos. A senhora vai receber hoje, à tarde, os estudantes do Proem – eu já estou vendo que a orientadora educacional chegou ali –, que é a Escola do Parque da Cidade, que são os meninos que têm situação de total vulnerabilidade. São refugiados, são meninos que estão em situação de risco, e eles têm um projeto chamado Estreitando Laços, que foca justamente nas parcerias institucionais. Então, a gente está ali, a policial com uma flor junto com o diretor da escola, os meninos, as floriculturas doam as flores, e eles fazem arranjos, têm o trabalho de profissionalização, as famílias, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem cestas básicas... Então, você chama essas famílias para dentro da escola e você estreita e efetiva laços. Esses encontros são mensais e nos orgulham muito, e eu estou muito feliz porque a senhora vai recebê-los aqui hoje à tarde.

A gente tem vários projetos. Eu até trouxe, de novo, um caderno de práticas exitosas para a Senadora, mas destacamos esses três.

Dr. Patury, o senhor falou na série Adolescência. Nós temos rodas de conversas dentro das nossas escolas, e eu convido, em nome da diretora do GG, do Centro de Ensino 1 do Guará, para uma roda de conversa que vai acontecer nesse sábado sobre a série. Com quem? Com as famílias e com os filhos, com os jovens. Então, em que momento isso acontece? A escola tem que chamar para um caldo à noite ou um café da manhã aos sábados. Essa é a maneira de trazer a família para a escola.

Então, Senadora, vai ser uma honra se a senhora puder estar lá no GG – estou convidando em nome dela – e o Dr. Patury, com o seu filho, porque eu sei que o senhor assistiu à série e já debatemos sobre isso.

Temos mais um projeto que é um videozinho muito curto, uma iniciativa da Regional do Gama, que, no ano passado, impactou, Senadora, 16 mil estudantes e que merece virar uma política pública, quem sabe, pelas mãos da senhora: o Espaço Olhar.

É rapidinho, se pudesse passar, eu agradeço.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN – Pronto, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é cuidar de quem cuida. Esse é o trabalho da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês perceberam por que que eu moro no melhor lugar do país?

Eu quero só mostrar o caderno Educação para a Paz, mais um produto da Secretaria de Educação do DF, e Família na Escola.

Para quem está ligando a televisão agora ou que começou a acompanhar a gente por meio da internet, é uma audiência pública para a gente debater os desafios da participação da família no ambiente escolar.

E por que hoje? Hoje, 24 de abril, é o Dia Nacional da Família na Escola. E por que na Comissão de Direitos Humanos e não na Comissão de Educação esse debate? Porque esta Comissão tem como um dos objetivos, segundo o Regimento Interno, e uma das atribuições a proteção da família, o direito da família.

E um dos documentos que norteiam a Comissão de Direitos Humanos é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que, no Artigo 12, §4º, diz o seguinte: "[Estabelece que] os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral [...] [que esteja de acordo] com suas próprias convicções". Este artigo garante o direito dos pais de influenciar a educação moral e religiosa de seus filhos, respeitando suas crenças e valores. Com base na convenção, esta Comissão está discutindo: a escola está respeitando crenças e valores dos seus alunos e das famílias de seus alunos? Nós vamos agora também encaminhar a discussão neste sentido.

Esta mesa está composta de quatro pessoas presentes e nós temos três *online*. Como a Profa. Ana Beatriz trouxe para nós imagens chocantes em que nós vimos um menino de 14 anos, líder de uma organização criminosa, usando as redes sociais... E nós não estamos preocupados só com as vítimas das redes sociais, nós estamos preocupados com esse menino de 14 anos que virou o líder de uma organização criminosa nas redes sociais. Nós temos que alcançar a vítima e o autor do delito também. E a escola e a família precisam estar juntas para a gente enfrentar essa nova realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como você nos incomodou muito com as imagens, nós vamos fazer aqui uma troca: falará agora o Dr. Augusto Cury, por videoconferência.

Dr. Augusto Cury, psiquiatra, professor e escritor brasileiro, autor da teoria da inteligência multifocal e fundador da Escola da Inteligência e do projeto Gênios Educacional de pedagogia socioemocional. O Dr. Augusto Cury é um dos escritores mais respeitados no mundo – eu acredito que todo o auditório aqui é fã de Dr. Augusto Cury. É uma honra, Dr. Augusto Cury, recebê-lo na Comissão de Direitos Humanos, em que nós estamos debatendo boas práticas e desafios para a participação da família no ambiente escolar.

Dr. Augusto Cury, o senhor tem a palavra.

O SR. AUGUSTO CURY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Dra. Damares.

É uma grande honra estar aqui diante do Senado, Senadores e Senadoras, e na Comissão de Direitos Humanos.

Nós precisamos entrar na mente humana para entender de uma maneira mais profunda o que está ocorrendo no teatro da humanidade, em destaque no teatro da educação. A educação mundial está doente, formando pessoas doentes para uma sociedade doente. Os professores são cozinheiros do conhecimento que preparam alimento para uma plateia que não tem apetite. Eles estão desenvolvendo coletivamente uma síndrome – que eu tive o privilégio de descobrir e descrever – chamada síndrome do pensamento acelerado, que tem sido confundida com a hiperatividade ou transtorno de déficit de atenção. A hiperatividade atinge cerca de 1% a 2%, e hoje a síndrome do pensamento acelerado atinge provavelmente mais de 80% da plateia dos alunos.

Uma criança de sete anos de idade tem mais informações no córtex cerebral na atualidade do que muito provavelmente John Kennedy tinha no auge da Guerra Fria, na década de 60, nos Estados Unidos. Esse excesso de informação acelera a construção de pensamentos e gera um desprazer de aprender, a perda do deleite de aprender, como Platão preconizava. Então, o último lugar em que as crianças, adolescentes e inclusive universitários querem estar, e não apenas no Brasil, mas no mundo todo, é dentro de uma sala de aula. É um canteiro de estresse, é um ambiente fechado, onde não há desafios, onde os professores se tornam frequentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expositores de dados e, vejam bem, em um celular eles têm milhares de vezes a informação dos professores que os ensinam. Então, o professor que é expositor não consegue gerar atratividade no teatro da sala de aula. Isso tem muito a ver com a família, porque, se o aluno não tem deleite do prazer de aprender, não se envolve, não se encanta com a escola, seus pais também não se encantam, até porque eles estão intoxicados digitalmente. E depois vou abordar sobre isso a intoxicação digital, que se tornou a cocaína socialmente aceita e comercialmente livre, a cocaína digital. Por isso, o que nós estamos assistindo, em todas as sociedades modernas: as escolas e as famílias estão em mundos diferentes, raramente nós temos professores que atraem os alunos e raramente nós temos escolas que também atraem as famílias, e as famílias também não são atraídas pela escola. Há um esgotamento cerebral sem precedente.

Em relação à síndrome do pensamento acelerado, os sintomas são bem proeminentes: sofrimento pelo futuro, não sei se vocês o têm; ruminação de perdas, mágoas e frustrações; baixo limiar para suportar frustrações, ou seja, pequenos problemas têm um impacto muito grande, isso gera uma labilidade emocional, ou seja, não há resiliência, pequenas contrariedades têm um impacto tão grande que geram reações agressivas ou recuo, gerando timidez e glossofobia, ou medo de falar em público.

E, falando sobre medo de falar em público, por incrível que pareça, na era das redes sociais, 75% dos alunos, de modo geral, no mundo todo, estão apresentando glossofobia, 70% timidez, 29% de incremento anual nós temos de automutilação nas escolas. E toda criança ou adolescente que se automutila, na verdade, não quer ser um masoquista, não quer imprimir dor física por imprimi-la. Na verdade, o masoquismo deveria ser banido do teatro da psiquiatria. Toda pessoa que se automutila quer usar a dor física para tentar neutralizar a dramática dor emocional que eles sentem. Pais e professores não sabem disso, porque a escola, como eu disse, é expositora de dados e deveria ser mudada completamente, para que haja atração dos alunos e também haja atração das famílias.

Nós temos proposto em nível mundial, em mais de 70 países em que sou publicado, um novo modelo pedagógico: os professores não mais são expositores de informação, agora eles são provocadores da arte de perguntar. Eles expõem por alguns minutos a matéria e provocam os alunos a expressarem as suas perguntas, a expressarem sua curiosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando um aluno começa a fazer uma pergunta, todos são conduzidos a aplaudir esse aluno, gerando uma alta emocionalidade, uma alta empatia e também uma alta superação da glossofobia e da timidez. Depois da exposição dos alunos, das suas perguntas, os professores começam agora a ensinar a matéria, de dez a quinze minutos, não muito mais do que isso. Após ensinarem a essência da matéria, novamente os professores atuam na área emocional. Eles foram provocadores, na fase inicial, da arte de perguntar; agora eles são desafiadores na arte dos comentários, na construção do conhecimento, no desenvolvimento do pensamento desses alunos. Cada aluno que é encorajado a expressar as suas ideias novamente é aplaudido, novamente recebe dos colegas todos um carinho, uma atenção, uma empatia sem precedentes. E o professor elogia esse aluno, diz que ele é importante: "Muito obrigado por você existir, você faz toda a diferença na sala de aula, você é brilhante". Ou seja, deixa-se de ensinar apenas matemática, física e química e, nas universidades, as competências técnicas – eu sou professor do programa de mestrado e doutorado da USP –, deixa-se de ensinar apenas as informações que os alunos vão utilizar em suas teses e se cria um ambiente, novamente, de alta emocionalidade para gerar alta empatia, alta prevenção do *bullying*, alta interatividade e alta atratividade.

A escola, agora, se torna um ambiente riquíssimo onde se desenvolvem as habilidades socioemocionais e, ao mesmo tempo, se previnem transtornos mentais importantes, como ansiedade, toque, transtorno obsessivo-compulsivo, *bullying*. Em alguns casos, quando os professores abordam esse tema, nós prevenimos também a depressão porque, quando você tem empatia, quando você tem acolhimento, quando você tem respeitabilidade, quando você na sala de aula se torna um protagonista – você que é um aluno tímido, que tem glossofobia, que é irritadiço, que é tenso – e participa como um ator ou uma atriz importante no teatro da educação, cria-se, portanto, um ambiente extremamente poderoso.

Durante algumas décadas eu tenho elaborado conhecimento sobre a última fronteira da ciência, que é o processo de construção de pensamentos, o processo de construção do eu como autor da própria história e o programa de gestão da emoção, bem como o processo de formação da consciência. Nessas últimas décadas, eu tenho pensado, refletido, como transformar o ambiente da sala de aula num ambiente altamente interessante, atrativo, rico e como levar esse aluno a impactar suas famílias, dizendo: "Papai, mamãe, eu tenho prazer de ir à sala de aula, eu tenho prazer de estudar". Bom, isso não tem ocorrido nas últimas décadas, em destaque agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na era da intoxicação digital. Por incrível que pareça, nos testes que nós fizemos, neste ano, aplicando a metodologia escola de pensadores, os alunos querem estar na sala de aula, não querem chegar atrasados, têm prazer, deleite, o prazer de aprender, têm um clima de acolhimento e empatia, interatividade solene. Isso pode ser aplicado da pré-escola à pós-graduação, tanto *lato sensu*, a especialidade, como *stricto sensu*, o mestrado ou doutorado.

Então, estou dizendo que, para atrair as famílias, nós temos que mudar a agenda da educação. A escola deve deixar de ser expositora de dados, deve deixar de expressar apenas informações para criar um clima em que cada aluno é único e irrepetível, em que cada aluno recebe uma carga de emocionalidade mais importante do que milhões de *likes* nas redes sociais.

Portanto, se as escolas estão doentes com esses índices que eu disse, 29% de incremento anual de automutilação, 75% com glossofobia, 70% com timidez, aumento de 100% de depressão desde a pandemia entre universitários de 18 a 24 anos e 149% de incremento de suicídios, infelizmente, entre jovens de 10 a 19 anos, se o ambiente está doente, nós temos que mudar a escola, reinventar essa escola. Ela não pode ser como tem sido nos últimos 500 anos, apenas uma transmissora de dados das mais diversas áreas do conhecimento; ela tem de ser uma produtora das habilidades socioemocionais, uma promotora da saúde mental. Eu creio que, se a escola tiver essa postura revolucionária, impactante e poderosa, os pais vão deixar muito mais os celulares e vão se atrair muito mais para as escolas, porque os filhos vão chegar e vão dizer para os seus pais que estão aprendendo a ser autores da sua própria jornada existencial.

Além disso, nessa nova metodologia, nós estamos solicitando que os alunos debatam, no início da jornada de aula, uma ferramenta de gestão da emoção, por exemplo, a mente. Ninguém pode te ferir, te asfixiar ou te trair mais do que a própria mente. Nós sabemos que o ambiente político nem sempre é um ambiente generoso, altruísta, solidário, nem sempre as pessoas enxergam que só é digno do poder quem ama mais a sua sociedade do que a seu partido ou a sua ideologia. Então, é um ambiente também onde há adversidades, mas, quando você aprende a desenvolver as habilidades socioemocionais, como a mente – ninguém pode nos trair mais do que a nossa própria mente, ferir mais do que a nossa própria emoção –, quando nós entendemos outra ferramenta de gestão da emoção, temos que mudar a era do apontamento de falhas para a era da celebração dos acertos, quem é criticista, quem é um apontador de erros está apto para conviver com máquinas, está apto para consertar máquinas, mas não para formar mentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brilhantes. Então, se no ambiente da educação nós criamos esse clima, se no ambiente da política também nós criamos esse clima em que mudamos da era da informação para a era da celebração dos acertos – não importa a ideologia, se é partido da oposição, partido da situação, não importa –, se nós começamos a nos tornar pensadores, com a metodologia escola de pensadores, para formar mentes brilhantes, para nos preocuparmos com a saúde mental da humanidade e o desenvolvimento da sociedade, para que nós possamos ser autores e protagonistas do teatro da nossa mente, nós mudamos a essência, mudamos a base.

Portanto, por favor, o problema é grave e é muito intenso e as pessoas não estão falando no mundo todo.

As crianças, adolescentes e adultos estão desenvolvendo, coletivamente, uma ansiedade dramática. Reitero: elas não têm deleite no prazer de aprender; elas se entediam facilmente; elas não conseguem ficar algumas horas sem os celulares, porque sentem que estão tão solitárias que precisam se conectar, de alguma forma, às redes sociais ou então entrar no YouTube, e assim por diante.

Elas não conseguem ter um caso de amor com a sua saúde mental; não conseguem entender que devem procurar o mais importante endereço, o endereço dentro de si mesmas. O ser humano não tem sido um caminhante que anda no traçado do tempo em busca de si mesmo. E tanto as famílias quanto as escolas devem levar esse aluno a fazer a mais importante jornada: uma jornada interior, uma jornada para dentro de si mesmo.

Portanto, não é a quantidade de informação que se ensina. Não é falar dos problemas dos filhos quando se tenta atrair os pais. É ensinar os pais que eles devem desenvolver as ferramentas de gestão da emoção. É ensinar também os professores, para que eles aprendam a desenvolver tais ferramentas e ensinar os alunos a entender que eles podem e devem escrever os capítulos mais importantes da sua história nos momentos mais difíceis de suas vidas.

Assim, provavelmente, a humanidade tenha mais caminho para se tornar mais altruísta, solidária, generosa, capaz de superar as intempéries e entender que não há céu sem tempestades, que a vida é um contrato de risco, que risos e lágrimas, aplausos e vaias, sucessos e fracassos fazem parte da nossa história de vida. Mas nós podemos, como eu disse e reitero, escrever os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capítulos mais importantes da nossa jornada existencial nos momentos mais difíceis de nossas vidas.

Um forte abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Augusto Cury, orgulho do Brasil, um dos autores mais lidos no mundo e que tem colaborado com a educação não só no Brasil, mas no mundo. E nós só temos que lhe agradecer, Dr. Augusto, pela alegria dessa Comissão em estar lhe recebendo.

Aqui no auditório, Dr. Augusto, lhe assistiram de forma presencial: Lorena Torres Noronha, que é da Diretoria de Apoio e Aprendizagem de Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação – bem-vinda, Lorena; Leonardo Cunha, Gerente de Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Alzemeri Martins, Vice-Presidente da Aned – obrigada; Tatiana Nora, do Instituto Brasileiro de Famílias Conselheiras, Suplente do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Distrito Federal; Maria de Fátima Freitas, Presidente da Associação Emival; Prof. Emival Marcos Neves, Coordenador da Associação Emival; Valmira da Rocha e Rafael Moreira, da Associação Fashion Inclusiva – as famílias atípicas estão sempre presentes nas nossas audiências; Lucimar Rodrigues, Presidente da Associação Santos Inocentes; Isabete Faria, mãe de autista e pesquisadora do Mapa Autismo Brasil; Janaína Parente, do Instituto Ápice Down.

Estão conosco também: Mauro Oliveira, Chefe da Assessoria de Projetos Especiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – Dr. Mauro, obrigada; Andréa Lemos, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-DF, aqui de Águas Claras; Rodolfo Santos, também da Comissão de Direitos, Presidente da Comissão de Direito das Famílias de Águas Claras, OAB Águas Claras – muito obrigada, Dr. Rodolfo.

Tenente-Coronel Renata Cardoso, Chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública da PMDF – Tenente-Coronel, que alegria tê-la aqui; Adriana Ramos e Dayse França, equipe da assessoria de cultura de parte da Secretaria de Educação do DF; Renata d'Aguiar, Subsecretária da Mulher, minha amiga, que não é mais só Subsecretária da Mulher do DF, é a mãe da Manu agora, não é? Seja bem-vinda, Renata, que alegria ter você aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Major Sellani, que é a nova Comandante do Batalhão Escolar da PMDF aqui. Que alegria, Comandante, tê-la aqui, seja recebida com o nosso abraço. A Família na Escola faz um diálogo perfeito com o batalhão escolar da nossa gloriosa PM.

Júlia Lucy, nossa ex-Deputada Distrital, aguerrida na defesa dos direitos humanos e autora do projeto de lei do *homeschooling* aqui no Distrito Federal. Muito obrigada, Lucy, por estar conosco. Você sabe que você tem uma galera aqui que é sua fã, faz parte do seu fã-clube.

Luiz Eduardo, assessor e representante da Deputada Distrital Paula Belmonte. Um abraço à minha amiga, Deputada Paula Belmonte, também muito preocupada com a família na escola.

Dayani de Sousa, Marcella Carolina, Elaine Antonia de Souza e Sonimar Araújo Castro, Diretoras Escolares da Rede Sesi do DF, Sistema Fibra. Obrigada, professoras, por estarem conosco.

Estão também Cláudia Garcia, Orientadora Educacional da Escola do Parque da Cidade (Proem), à tarde estarei recebendo os alunos, e Carolina Maciel, Diretora Executiva da Rede Mondó, grande parceira. Especialmente, eu tenho uma relação muito forte com a Rede Mondó por tudo que eles estão fazendo no Marajó, em uma experiência extraordinária com as crianças ribeirinhas.

Vereador Reamilton do Autismo, Subprocurador da Pessoa com Deficiência, de Anápolis. Muito obrigada, Vereador, por estar conosco.

E só para fazer um diálogo com a fala do Dr. Augusto Cury, as pessoas estão participando via internet. E chegou um comentário de Daniele, do Distrito Federal. Ela diz o seguinte: "Como profissional da educação pública [escuta só, Profa. Roberta], [...] [muitas] vezes, [...] é [...] [preciso] acionar o Conselho Tutelar [para conseguir a participação da família na escola]".

Foi exatamente a essência da fala do Dr. Augusto Cury, nós temos que atrair as famílias para a escola. E este é o tema da nossa audiência pública, desafios para que as famílias participem mais do ambiente escolar.

Dr. Augusto Cury, nós sabemos que o senhor tem uma agenda lotada e nós estamos deixando os nossos expositores à vontade para não precisarem ficar até o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir agora Roberta Guedes, Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil.

Muito bem-vinda, Professora. (*Pausa.*)

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor.) – Eu acho que agora deu.

Bom dia a todas as pessoas, em especial, muito obrigada, à Senadora, cumprimento esta mesa de uma forma muito carinhosa e respeitosa, cumprimento a todos que estão aqui presentes e aos que nos estão assistindo, porque não há nada mais importante do que falar de educação, do que falar de valores, do que falar dessa parceria família e escola.

Eu vou fazer minha audiodescrição. Eu sou uma senhora, com cabelos meio loiros, meio brancos, misturados. Sou pequena, tenho 1,55m, branca, de olhos castanhos esverdeados. Estou vestindo rosa, um conjunto todo rosa. Sou professora há 30 anos, formadora de professores, trabalho na formação docente. Sou mãe, sou avó, sou filha, sou mulher e sou uma pessoa que acredito plenamente nos valores que a nossa Igreja tem trazido. Tenho que fazer memória ao Papa Francisco, que em toda a sua vida falou simplesmente de ser simples, e é disto que a educação precisa: de simplicidade.

Cumprimento aqui, na figura do padre, a nossa querida CNBB e a Arquidiocese de Brasília também.

Sabe, Senadora, eu fiquei pensando, ao longo de todo esse processo, sobre minha origem, e aí eu vou pedir liberdade para falar disso.

Eu sou uma senhora de 53 anos, quase 54 anos. Eu sou do antigo Instituto de Educação do Amazonas, eu fui normalista. A grande maioria talvez nem se lembre, mas eu usei saia azul marinho de pregas, jaleco branco – e, a cada ano da escola, a gente tinha uma estrelinha –, sapatinho preto de boneca e meinha branca. Por que eu estou fazendo essa memória afetiva? Porque eu acredito muito que a educação se constrói por meio de memórias e memórias afetivas.

Eu acredito muito que falar de educação não é falar se você é rico ou pobre, se você é branco ou preto, indígena, ribeirinho; falar de educação é falar de formação integral, e qualquer pessoa deveria ter o direito de ter uma formação integral. Por isso, eu me sinto tão à vontade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para falar do campo e do território que eu estou, que é da educação católica, confessional, como também para falar da educação pública, porque foi a minha origem, que eu respeito e tenho profundo carinho.

Eu sou de uma época, Senadora, em que, no interior de São Paulo – vocês viram que eu já perdi o sotaque, não falo mais o "r", quase sempre –, meus pais, de família simples, me explicaram o seguinte: era importante dizer "por favor", "com licença", "muito obrigado"; que era muito importante que, quando a gente encontrasse pessoas mais velhas do que a gente, a gente as ouvisse antes de falar. Eu também fui de uma criação em que os pais, com pouquíssimo estudo escolar, mas com muita sabedoria familiar, me diziam que a gente precisava aprender a respeitar e respeitar não só as pessoas, mas todo ser vivo, os animais – então a gente não precisava chutar gato nem cachorro –; que a gente podia ser pessoas muito íntegras, mesmo, às vezes, não tendo muitas posses; e que as únicas coisas que ninguém tirava da gente chamavam-se fé e educação.

Então, em nome da educação católica e da Associação Nacional de Educação Católica, a gente vem a este lugar para dizer que a melhor essência de experiências exitosas passa por projetos de vida e não projetos de morte; que escola e família são instituições perenes e que uma complementa a outra. É por isso que nós defendemos um pacto educativo global.

Nós entendemos, enquanto Anec, que existem muitas experiências exitosas nas escolas confessionais, como nas escolas públicas, e, infelizmente, parece – só parece – que é muito legal ou que dá mais ibope eu mostrar as histórias não exitosas. Quantas vezes as nossas redes sociais ou a mídia dão margem ou dão mais ênfase às histórias exitosas? Então, eu a cumprimento, Senadora, porque nós estamos trabalhando uma audiência pública das histórias exitosas e não das histórias de fracasso.

Da origem que eu venho – e aí de uma forma muito respeitosa e ecumênica –, eu vou falar de um Deus em que eu acredito, que fala que é para todo ser humano ser feliz e não infeliz. Ninguém foi feito para viver em situação de rua; ninguém foi feito para passar fome; ninguém nasceu com uma arma na mão.

Então, senhores e senhoras, nós acreditamos que os recursos políticos – não só políticos, mas financeiros – precisam passar pela educação, porque a educação não vai resolver todos os problemas da vida, mas, sim, vai contribuir muito para que haja vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como educadora, como mãe, como avó, como professora, quero dizer que nós estamos vivendo algo que todo mundo fala que se chama apagão docente, porque parece que a gente jogou também no colo dos professores uma situação que não é só do professor: "fala que o filho é seu e se vira".

Eu, como professora, senhoras e senhores, muitas vezes, da educação infantil ao ensino superior – eu trabalho, já há alguns anos, também com ensino superior –, recebi pessoas na minha sala que falaram assim: "Professora, eu não sei mais o que fazer com o meu filho; dá um jeito". Só que dar um jeito não é só um jeito do professor, como também – né, Padre? – não vai ser: "Padre, e aí, o que eu faço? Resolva". É um esforço conjunto, senhores e senhoras.

Sabem, há coisas muito simples, mas que fazem muito efeito. E aí eu não vou falar da escola pública, ou da escola privada, ou da escola católica, ou da escola evangélica; eu estou falando de escola e de família, peço liberdade para isso.

Parece que eu sou meio saudosista, mas não, não é saudosismo, é experiência e memória afetiva. Eu me lembro muitas vezes dos meus pais me mandando para a escola e falando assim: "Minha filha, preste atenção à aula e atenção ao que os seus professores vão falar; eu não quero reclamações, está o.k.? Porque, se eu tiver uma reclamação, eu vou lá saber o que é que está acontecendo".

Eu tenho uma neta, sabe, Senadora – minto, são duas, uma de três anos e outra de 42 dias –, e eu escuto, na escola da minha neta, pessoas, pais, famílias falando: "Olha [para uma criança de três anos de idade], quando você chegar em casa eu quero saber tudinho que aconteceu, nos mínimos detalhes, porque, qualquer coisa, eu vou lá chamar a atenção da sua professora".

Existe um tal de WhatsApp em que às vezes a gente não consegue nem mandar o comunicado para a família, chega antes do comunicado. Crianças de cinco anos de idade que levavam – tenho que usar no passado, porque eu espero que a lei esteja sendo cumprida – celulares para a escola faziam, desculpem-me a palavra, um inferno dentro daquele WhatsApp que nem a família nem a escola conseguiam entender o que estava acontecendo.

Senhores e senhoras, a gente está falando de uma coisa muito simples que se chama parceria. E a parceria fala de direitos, mas fala de deveres. A família tem seus deveres, a escola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem seus deveres, o Estado tem seu dever, e, juntos, temos que garantir direitos. Direitos se pautam em deveres. É por isso que eu preciso falar de situações exitosas. As crianças, os adolescentes e os jovens – importa a situação social – precisam ter experiências afetivas, socioemocionais, acadêmicas. Toda criança tem que ter direito à escola, toda família tem que ter direito ao sustento. Isso é básico. E aí a gente está falando de algo muito importante que se chama, por exemplo, esporte, lazer, cultura, acesso a boas bibliotecas públicas, acesso a associações de pais e mestres nas nossas escolas, aos nossos cursos gratuitos e também a condições mínimas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA GUEDES – ... para se ir a um teatro, a um cinema. Parece pouco, mas é importante. Senhoras e senhores, é mais barato investir em educação do que investir em prisão e em presídios.

Então, nós temos muitas boas práticas, mas todos os nossos projetos educativos das escolas católicas se pautam em três grandes pilares: evangelizar – isso fala de valores –; na arte e na cultura – o aluno precisa aprender o bom gosto dos valores e das virtudes da arte, da cultura e da educação acadêmica –; mas se pauta na escuta. Sejamos mais inclusivos, sejamos mais amorosos, menos julgadores e mais construtores de uma pedagogia da presença e da paz. E aí, juntos, juntos, vamos resgatar as nossas infâncias, vamos resgatar as nossas juventudes, vamos fazer parcerias público-privadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA GUEDES – ... para que, verdadeiramente, as escolas estejam abertas para a construção da autonomia da criticidade.

Eu vou respeitar o tempo, mas vou dizer, Senadora e todos que estão aqui: valorizemos os nossos professores, valorizemos as nossas famílias, valorizemos as nossas crianças. A gente precisa muito menos de discursos de culpabilização e de ódio para discursos de amor, de fraternidade e de solidariedade.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Profa. Roberta, muito obrigada, muito obrigada.

Eu quero registrar a presença de Luciana Medina, Presidente da Associação Inclusiva; a presença de Priscila Menezes, que é uma mãe atípica; da Elaine Campanha, Presidente do Projeto Incluiir, da Associação Famílias Atípicas Internacional, de Valparaíso de Goiás, que está sempre participando dos debates aqui, no Senado Federal; da Ana Maria Magalhães, Vice-Presidente do Projeto Incluiir, da Associação Famílias Atípicas Internacional, também de Valparaíso; e do Emerson Mazulo, da Associação de Pais e Alunos do DF. Eu também vi que o Instituto Isabel também se faz presente aqui no auditório.

As famílias atípicas estão presentes neste debate e em tantos outros e nós estamos conversando muito, Profa. Ana Beatriz, Profa. Roberta, sobre a tensão que tem sido criada nos últimos anos entre as famílias atípicas e a escola. Esse é um fenômeno que está acontecendo e que a gente não pode ignorar. Nós vamos ter que encontrar respostas.

As famílias atípicas estão exaustas, estão no limite; os professores estão exaustos, estão no limite. E entre a família e a escola, nós temos uma criança atípica. Nós vamos precisar falar sério sobre isso.

Eu quero agradecer a todas as mães atípicas que estão aqui, quero agradecer às instituições que cuidam das crianças atípicas que estão participando deste debate. Nós vamos ter que fazer encaminhamentos. Quero agradecer à Profa. Roberta, ao Dr. Augusto Cury, à Ana Beatriz, ao Patury, que já trouxeram aqui boas práticas. Hoje é um dia para a gente ouvir boas práticas, mas a gente também não pode se esquecer de fazer o registro do desespero das famílias. Eu estou muito feliz porque as famílias atípicas estão participando desse debate.

Nós vamos continuar o nosso debate. Vamos ouvir, agora, o Dr. Douglas Roberto de Almeida Baptista, Conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito e Religião.

Por que esse instituto está presente? Porque um dos documentos que fundamenta a atuação desta Comissão é a Declaração Americana dos Direitos Humanos, que diz que os alunos têm direito a uma educação que respeite as crenças e valores das famílias. É um debate delicado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas está no documento. O Brasil é signatário desse documento, o Brasil é signatário da declaração.

Então, nós vamos ouvir o Conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito e Religião.

Dr. Douglas, é uma alegria estar com o senhor. São dez minutos.

O SR. DOUGLAS ROBERTO DE ALMEIDA BAPTISTA (Para expor.) – Exma. Sra Senadora Damares, demais expositores, servidores, auditório, bom dia!

Para ser pragmático, vou fazer uso de eslaides. Represento o Instituto Brasileiro de Direito e Religião.

No eslaide seguinte estão consignados os nomes dos nossos líderes: o Presidente de Honra, Dr. Ives Gandra da Silva Martins; o Presidente da Diretoria, Dr. Thiago Rafael Vieira. Ambos enviam um abraço fraterno à Senadora Damares.

Nós queremos também agradecer pelo privilégio de participar desta audiência e parabenizar a Exma. Senadora pela iniciativa da abordagem de um tema de extrema relevância.

No eslaide seguinte, nós apresentamos, então, como introdução, a avaliação do IBDR de que a relação entre a família e a escola é um dos pilares essenciais para a formação integral do aluno e para o sucesso da educação pública e privada no Brasil.

Lembro, no eslaide a seguir, que a Constituição Federal assegura, no art. 205, que a educação é um direito de todos e é dever do Estado e da família. Porém, nós consideramos, Senadora Damares, que essa efetiva participação das famílias no ambiente escolar tem se mostrado um desafio crescente, diante do cenário educacional que vivemos no país, por três questões aqui abordadas: ativismo ideológico, crises pedagógicas e desconexão entre escola e comunidade.

Esses são os desafios que queremos apresentar. Não está baseado em ilações, nem em conjecturas, tampouco em teoria de conspiração. É uma sinopse desse livro com o qual a presenteei há pouco – *A Filosofia da Educação Cristã. Uma Proposta de Formação Plena da Cidadania* –, que é, Senadora, o resultado da nossa tese do pós-doutorado em Educação, cursado na Universidade da Flórida, como consequência de anos de experiência na sala de aula, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professor de Sociologia e Filosofia aqui no Distrito Federal, e também como gestor de instituição de ensino na área da pedagogia.

Então, nós temos alguns desafios, e eu quero pedir vênia a V. Exa. porque os dez minutos não me serão suficientes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOUGLAS ROBERTO DE ALMEIDA BAPTISTA – Obrigado.

A presença da doutrinação ideológica nas escolas é um desafio. Isso dificulta a participação da família na escola por conta da abordagem ideológica presente no conteúdo pedagógico. Vamos mostrar dados.

Pode passar à frente, por favor.

Por exemplo, literaturas presentes, projetos interdisciplinares e até posicionamento dos docentes frequentemente adotam perspectivas sem abrir espaço para visões alternativas, especialmente as de cunho conservador. Isso é um fato, não é conjectura.

No eslaide a seguir, eu trago, por exemplo... Pode passar aqui a opinião do cientista político Gustavo Ioschpe, que diz o seguinte: "Existe hegemonia de visão ideológica no sistema educacional [brasileiro] que frequentemente desestimula a pluralidade de ideias".

Vamos, então, aos dados. No ano passado, realizou-se, aqui em Brasília, a Conferência Nacional de Educação, a Conae 2024, organizada pelo MEC. Os delegados conservadores foram alvo de hostilidade e censura. A Conae, na sua pauta, texto-base, trazia bandeiras progressistas, políticas e partidárias, tais como imposição de ideologia de gênero nas escolas, pautas sindicais como o piso salarial de professores – com todo o respeito aos professores, que merecem o salário, mas não é foro para tratar de salário o Plano Nacional de Educação.

Outro detalhe: no Fórum Nacional de Educação, que organiza a Conae com o aval do MEC, das vagas distribuídas pelo fórum, destinaram-se 135 cadeiras para os movimentos afirmativos da diversidade, como MST e outros, e apenas 52 cadeiras para quem é da comunidade científica e acadêmica. Se nós não temos ideologia, então eu não entendo o que seja ideologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nessa Conae que foi realizada aqui em Brasília, o MEC elaborou o Projeto de Lei 2.614, para fins de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034, que tramita nesta Casa, no Congresso Nacional. Então, o parecer do IBDR, Senadora Damares, é que o referido projeto de lei seja criteriosamente avaliado e que audiências públicas sejam convocadas para ouvir a sociedade civil acerca do que está sendo pautado.

Segundo ponto preocupante, outro desafio: indicadores educacionais. Trago só três, o Pisa, o Ideb e o de proficiência. O Pisa, que é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, de 2022, no Brasil... Olhem o nosso resultado: o Pisa compreende 81 países e o Brasil ocupa, em matemática, dos 81, a posição 69 – é um índice crítico para habilidades lógicas analíticas –; em ciências, a nossa posição, em 81 países, é 64 – é um déficit enorme em raciocínio científico –; em leitura, é 57 a nossa posição – um desempenho abaixo da média.

Agora, vejam o eslaide seguinte.

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que compreende o ensino fundamental e o médio. Nos resultados de 2023, olhem o nível do ensino fundamental do Brasil! No Ideb de 2023, alcançou a média 5. A meta era 5,5. Não alcançou a meta. O ensino médio foi um pouco pior. Alcançamos a média 4,3, enquanto a meta era 5,2. E agora veja aí um contraponto. As escolas militares todas alcançaram o Ideb acima de 7. Aí me pergunto: por que a ojeriza com o sistema de ensino militar por parte do sistema educacional no Brasil se os índices mostram que eles têm maior eficácia no seu ensino?

Bem, agora o Inaf – vejam isso, senhoras e senhores –, que é o Indicador de Alfabetismo Funcional. São todos dados que estão disponíveis no *site* do Ministério da Educação. A faixa etária de 15 a 64 anos compreende 145 milhões de brasileiros. Desse grupo, o Inaf avalia que apenas 12% conseguem ler, interpretar e trazer cálculos adequados ao cotidiano – 12% da população alfabetizada é que consegue ler, entender o que lê, ouvir uma notícia e compreender a notícia. Aí me pergunto: será que é por isso que imperam no Brasil as narrativas? As pessoas não sabem interpretar? Essa situação está estagnada há duas décadas. Tem 20 anos que o Inaf está em 12%.

Adiante. Por favor, o próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, então, que as políticas pedagógicas permeadas de ativismo ideológico e manifestações políticas partidárias estão descoladas da realidade familiar e – o eslaide seguinte, por favor – os métodos pedagógicos empregados são ineficientes, não priorizam a sala de aula, nem o propósito educacional e afastam os estudantes dos objetivos do aprendizado acadêmico para aproximá-los do ativismo. Resultado: índices vexatórios do nosso aprendizado em nível de Brasil e mundial.

Terceiro ponto, terceiro desafio: ensino religioso proselitista e ataque à fé cristã.

O ensino religioso, senhoras e senhores, é o único componente curricular de oferta obrigatória e de matrícula facultativa que está mencionado na Constituição, vedado o proselitismo. O art. 33 da LDB, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, regulamenta.

Pode passar.

Agora escutem esse detalhe, que é muitas vezes oculto. Em setembro de 2017, o STF julgou a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4.439, da qual fui expositor também, que questionava o ensino confessional na escola pública. Escutem: por maioria de votos, o Supremo Tribunal entendeu que o ensino religioso, nas escolas públicas brasileiras, pode ser de natureza confessional – decisão da Suprema Corte –, ou seja, os alunos podem, sim, estudar e se matricular na fé que professam em casa.

Agora isso não foi regulamentado até hoje. Olhem o resultado aí. Nessa semana passada, semana da Páscoa, a Prefeitura de Pouso Alegre, por meio da sua Secretaria de Educação, em Minas Gerais, determinou, por meio de portaria, que as escolas não deveriam falar da fé cristã durante a Páscoa, citar a ressurreição, tampouco o nome de Cristo.

Vejam o eslaide a seguir.

Se o Supremo Tribunal Federal já afirmou, de forma categórica, que a interpretação do art. 210, §1º – que é do ensino religioso –, consagra a possibilidade do ensino confessional, vedando apenas o proselitismo intencional, perguntamos: como justificar que uma simples menção à Páscoa, com alusão a Cristo, que é precisamente o fundamento histórico e simbólico do feriado, possa ser objeto de censura ou negativa do sistema educacional de um município? Entendemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse posicionamento desse município, e de pensamento de tantos outros, revela incompreensão da natureza e do alcance do direito ao ensino religioso, cuja proteção não se limita à dimensão negativa, ou seja, de não ser impedido, mas também se estende à sua faceta positiva, de que ele deve ser garantido, assegurado, promovido e respeitado pelo Estado.

No eslaide seguinte, esta é uma argumentação de Isaiah Berlin: os direitos fundamentais possuem essa duplicidade, ou seja, não basta apenas não interferir, é preciso assegurar condições reais para o seu exercício – o que não acontece na prática.

Nesse contexto, então, Senadora Damares, impõe-se, com urgência, a regulamentação legal do ensino religioso confessional no Brasil como direito fundamental de natureza educativa, cultural e espiritual, em consonância com o pluralismo e a laicidade colaborativa que caracterizam o nosso ordenamento constitucional. Estamos com a decisão do STF, desde 2017, sem regulamentação até a presente data.

Por fim, temos uma baixa adesão das famílias às reuniões escolares. A associação de pais e mestres argumenta o seguinte: os pais não comparecem por falta de tempo, por desmotivação, por despreparo e – olhem essa – desconfiança quanto à utilidade. "O que eu vou fazer lá? Vou ser ouvido? Minhas reivindicações serão atendidas?" E outra: as reuniões normalmente ocorrem em horário de expediente. O pai e a mãe trabalham, não podem sair para ir à reunião de pais e mestres da escola.

Vejam o que a Fundação Lemann publicou na sua pesquisa: menos de 40% dos pais comparecem às reuniões escolares e isso, é claro, dificulta a colaboração entre a escola e a família. Nós ouvimos aqui a Profa. Ana falar que tem alguns projetos importantes aqui no DF – Escola Aberta, etc. Isso é muito importante. Parabenizo-a! E poderia trazer isso também para a reunião de pais e mestres, porque, se os pais não podem vir no horário de expediente, por que a escola não faz a reunião fora do horário de expediente dos pais?

E, por fim, lembrando o art. 227 da Constituição: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente [...], com absoluta prioridade, o direito [...] à educação [...]". Assim, a participação efetiva da família deve ser respeitada e fomentada. Não pode ser vista como invasiva ou impertinente pelas escolas. A escola deve adequar dias e horários das reuniões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para atender aos interesses da comunidade escolar. A escola precisa receber a família bem, a família precisa ser bem tratada, a família precisa ser aceita e ser ouvida.

Concluindo, a efetiva participação da família no ambiente escolar é um direito constitucional e é uma necessidade pedagógica urgente. Os desafios vão desde a militância ideológica de conteúdo – não podemos tapar o sol com a peneira, precisamos ver e enfrentar isso – até...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS ROBERTO DE ALMEIDA BAPTISTA – ... a resistência institucional à presença dos pais, passando por indicadores de aprendizagem que são insatisfatórios e pelo desrespeito à pluralidade religiosa, como aqui anotado.

Encerro dizendo que, para fortalecer essa parceria, é necessário resgatar o valor da família como agente ativo no processo educativo e combater toda forma de exclusão, partidarismo ou doutrinação, resgatando a escola como espaço de diálogo, respeito e formação integral do ser humano.

Muito obrigado, Senadora Damares.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Douglas, muito obrigada. O senhor traz aqui... O senhor nos provoca com a sua fala. Nós estamos sentindo a falta da família na escola – isto ficou claro aqui: nós temos que provocar a participação da família na escola –, ao ponto que uma pessoa que está assistindo disse que precisa chamar o conselho tutelar para que a família participe da escola. Aí, o senhor vem nos dizer que a escola, num país cristão, em que a maioria, mais de 90% das famílias são cristãs, nega a fé cristã.

Bem, vivemos uma democracia, em que as minorias são respeitadas, mas é o direito da maioria que prevalece. Como atrair a família para a escola se a família cristã tem que negar sua fé no ambiente escolar? Eu acho que o senhor traz um gargalo para ser discutido. E é nesta Comissão de Direitos Humanos... Por que nesta Comissão de Direitos Humanos? Eu vou novamente invocar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual nós somos signatários, que estabelece que os pais e os tutores têm o direito de que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. E o senhor nos trouxe aqui um dado de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma escola, em que mais de 90% das famílias são cristãs, negava a fé cristã. Como atrair a família para esse ambiente? Eu acho que a gente tem que ter um debate sério nesse sentido.

Seguindo nossa audiência pública, nós vamos ouvir, agora, como expositora, ainda da primeira mesa, Adriana Marra, por videoconferência, Delegada representante da Confederação Nacional das Associações de Pais de Alunos.

Profa. Adriana, seja bem-vinda; é uma alegria tê-la conosco.

A SRA. ADRIANA MARRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Cumprimento todas as autoridades presentes, os serventuários, os civis, especialmente a Dra. Inez Borges, que eu tive o prazer de conhecer na Conferência Nacional de Educação (Conae), aí em Brasília, e também o Dr. Augusto Cury, que já saiu – sou certificada como analista da gestão das emoções, do curso dele.

Eu vou seguir a linha do Dr. Douglas em relação a essa provocação.

Acho importantíssima a diversidade deste debate, porque é um tema complexo, de fato, e muitas abordagens precisam ser feitas, na ponta, como proporcionar o interesse da família em participar na parceria indiscutivelmente necessária e importante com a escola, como a escola proporcionar também esse ambiente receptivo que a família ache e entenda como útil. Como o Dr. Douglas disse, um dos gargalos aí é exatamente a família entender qual a utilidade de abrir mão, muitas vezes, de um tempo de trabalho, de um tempo de lazer e comparecer à escola sem que veja muita efetividade na prática.

Bom, eu vou iniciar aqui então, mencionando – já foi mencionado, mas quero ratificar para seguir a lógica aqui da minha programação – o art. 205 da Constituição Federal, que fala: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Então, apresentando aí essa parceria de família e Estado em relação à educação.

Na sequência, eu trago a Declaração dos Direitos Humanos, que a Senadora bem mencionou, mas eu vou apresentar aqui o Artigo 26, Senadora, no item 3, que fala o seguinte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembrando que a Declaração dos Direitos Humanos é um pacto internacional do qual o Brasil é signatário e tem *status* de emenda constitucional... Então, na hierarquia das leis, nós precisamos olhar para esses acordos internacionais com a importância de emenda constitucional. O item 3 fala que aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos seus filhos – repito: aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos seus filhos.

O que a gente tem visto de fato é essa utilização do Estado no sentido de cada vez mais retirar das famílias, pouco a pouco, esse direito de participar da escolha de gênero da educação do seu filho. Como bem mencionou o Dr. Douglas, de novo, nós vimos, no documento de referência da Conae nacional, que foi finalizado e encaminhado para o Ministério da Educação, que claramente se buscou a proibição de escolas confessionais, das escolas cívico-militares, do *homeschooling* e ainda propôs a obrigatoriedade da educação a partir de zero ano de idade. O que a gente está falando? Cadê o direito constitucional e legal das famílias de escolher o gênero no qual preferem colocar os seus filhos?

O que a gente está vendo... Eu, Dra. Inez Borges e outros colegas fizemos dezenas de audiências públicas pelo país tratando sobre o documento de referência da Conae e, posteriormente, o PL 2.614, que é o Plano Nacional de Educação e que vai ser votado, no máximo – eu acredito –, até o segundo semestre deste ano. Mesmo que o PL tenha saído de uma forma um pouco mais sutil, a subjetividade desse PL abre todos os precedentes para os quais o documento de referência da Conae foi aprovado.

E esse documento, indiscutivelmente, praticamente extingue a capacidade ou a possibilidade de as famílias escolherem o gênero de educação que querem oferecer aos seus filhos, ficando restritas, então, a uma educação estritamente estatal, a qual – também me preparei aqui para falar – não tem se demonstrado muito exitosa, de acordo com os exames internacionais. E lembrando que o Brasil, Senadora, é um dos países que mais investem em educação. O Brasil direciona 6% do PIB para a educação e tem um resultado ínfimo, tem um resultado que beira... É triste de olhar.

Então, o que o MEC está fazendo, de fato, com essa gestão de tanto recurso e auferindo péssimos resultados dessa forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso se reflete, obviamente, no futuro das crianças e dos adolescentes, que vão continuar trabalhando, vivendo, convivendo em níveis baixos, assim, de não conseguirem alcançar uma ascensão social.

E o projeto de lei, inclusive do SNE, que é do Senador Flávio Arns, o PLP nº 235, de 2019, propõe, inclusive, o aumento do investimento em educação para 10%. Então, o país vai direcionar 10% do PIB para uma educação em que, gritantemente, nós vemos, pelos resultados de anos já, o quanto é incompetente essa gestão.

Dando sequência aqui, e lembrando que eu estou falando sobre a proteção da família na parceria do Estado com a educação dos filhos, o ECA, no art. 22, também fala: "Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação [...]" – aos pais, e não ao Estado. O parágrafo único diz que cabe ao pai e à mãe os direitos iguais e responsabilidades no cuidado e na educação, devendo ser resguardado o direito de transmissão de crenças e culturas.

E isso também que nós estamos vendo é um desrespeito muito grande. Inclusive, o Deputado Federal Nikolas Ferreira se envolveu, há alguns anos, na escola em que a irmã dele estudava, aqui em Belo Horizonte – eu sou daqui também –, exatamente por essas questões ideológicas, de crenças, enfim. Escolas foram multadas em milhares de reais porque apresentaram questões de fé, questões cristãs, e o Ministério Público... (*Falha no áudio.*)

Essa escola, salvo engano, precisou pagar valores enormes.

Então, o art. 1.630 do Código Civil, também, diz que os filhos estão sujeitos ao poder familiar enquanto menores. Pode parecer meio desconecto, mas o que eu quero dizer é o seguinte: cabe, sim, legal e constitucionalmente e pelos acordos internacionais, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, à família gerir, administrar a vida dos seus filhos. O Estado tem, insistentemente... E nós vimos isso nessa Conae, que é uma Conae extraordinária, inclusive, porque o Governo anterior já tinha realizado a Conae no seu devido tempo, que foi excluída, foi ignorada, e realizada uma nova Conae que traz, no seu conteúdo, no seu documento, todas essas questões proibindo as escolas cívico-militares, as confeccionais, o *homeschooling*, e obrigando a educação a partir de zero anos de idade. Afastando, inclusive... Imaginem a educação obrigatória a partir de zero anos de idade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Estado pretende com isso? Afastar as crianças do convívio familiar. E como que a família consegue transmitir os seus valores, a sua cultura, as suas crenças para os seus filhos, se o Estado está com o projeto de obrigar a educação a partir de zero anos em escola integral? Sem estrutura nenhuma para uma escola integral, porque dificilmente tem uma quadra adequada, tem um lugar para arte e cultura adequado, tem música. Não tem nenhuma atividade extracurricular que seja, de fato, desenvolvedora, que cuide dessa formação integral da criança e do adolescente.

O que nós percebemos é que o Estado vem trabalhando, de uma forma forte, para essa doutrinação dos nossos filhos – e aí, com o perdão da palavra, entendam que a gente não tem tempo para uma discussão mais ampla –, para essa proposta de idiotização mesmo dos nossos filhos; porque o ambiente escolar precisa de fato trazer especialistas, com muita seriedade, e desenvolver um plano de educação que de fato desenvolva os nossos filhos. Não é, infelizmente, o que nós temos visto.

Finalizando, aqui, eu quero chamar a atenção para a votação do Projeto de Lei 2.614, o PNE, que vai acontecer no segundo semestre. Nós fizemos um material, Senadora, com uma crítica – inclusive com a colaboração, também, da Dra. Inez Borges e de outros colegas –, com críticas e sugestões para emendas parlamentares de todo esse PL. Já distribuímos para diversos Deputados, para alguns Senadores inclusive, chamando a atenção também, agora finalizando de verdade, para o PLP do Senador Flávio Arns, nº 235/19. Esse projeto de lei, Senadora, já passou. Por unanimidade foi aprovado no Senado Federal, antes da Legislatura de 2022, e está tramitando, na Câmara dos Deputados, em regime de urgência.

Esse projeto prevê a retirada da competência da legislação da educação do Poder Legislativo e passa para duas comissões de pessoas a serem nomeadas. Essas pessoas, que são 15 pessoas, vão definir as diretrizes da educação do país.

O outro ponto mais absurdo ainda é que essas pessoas que terão esse poder de definir a direção da educação no país... Se os chefes do Executivo, Governador, Prefeito, gestores escolares desobedecerem essas diretrizes, eles vão incorrer numa responsabilidade administrativa, cível e criminal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está falando de retirar a competência concorrente, que a Constituição Federal prevê para a educação, de todos os Vereadores, todos os Deputados Estaduais, e entregar essas diretrizes da nossa educação nas mãos de 15 pessoas.

Eu vou encerrar por aqui.

Agradeço muito pela oportunidade e estou à disposição para discutirmos adiante.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Profa. Adriana, obrigada pela colaboração, pela brilhante explanação. Eu aguardo as sugestões e críticas a esse projeto de lei que a senhora mostrou, eu creio que o meu gabinete ainda não o recebeu.

Na sequência, vamos ouvir a Profa. Inez Augusto Borges, por videoconferência, Presidente da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Pais na Educação dos Filhos, também escritora e uma pessoa por quem eu tenho muito carinho.

Dra. Profa. Inez, dez minutos.

Seja muito bem-vinda.

A SRA. INEZ AUGUSTO BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Obrigada Senadora, muito carinho pela senhora, muito carinho, boas lembranças de um tempo curto de convívio, mas que realmente me marcou muito.

Senadora, nós estamos aqui falando de uma questão tão desafiadora, os desafios da participação da família, os desafios da família diante da legislação brasileira. Eu preciso confessar que eu sofri um bocado... (*Pausa.*)

Só comecei...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, não, desculpe, professora, é que estava cronometrado diferente, pode continuar.

A SRA. INEZ AUGUSTO BORGES (*Por videoconferência*.) – O.k.

Então, Senadora, eu tive bastante dificuldade para tentar traçar aqui o rumo da minha fala, por causa do tempo, e por causa de questões realmente ligadas a conceitos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós pensamos em família, já foi dito aqui de que família nós estamos falando, mas eu acho que a pergunta anterior a essa, nós precisamos perguntar o que é família, porque nós já não sabemos o que é direito, o que é coerção.

Muitas coisas são chamadas de direito e na verdade são imposições arbitrárias e coercitivas. Por exemplo, os tais direitos e objetivos de aprendizagem que aparecem na BNCC, e são tantos os direitos, entre aspas, ali, tantos os objetivos que viram uma camisa de força.

Eu já ouvi algumas pessoas dizendo: "Mas qualquer escola pode ensinar qualquer outra coisa, depois de ter ensinado os direitos e objetivos de aprendizagem"; mas quando nós lemos com calma os direitos de cada ano, de cada ano letivo, e como são repetidos nos anos seguintes, eu só consegui encontrar uma parábola, uma figura de linguagem para expressar como é que nós vemos esses direitos. É como se as famílias, todas as famílias, tivessem a obrigação, a imposição de todos os dias colocarem diante da criança uma grande tigela de um mingau, igual para todo mundo, e, depois que a criança, obrigada, tivesse engolido aquilo compulsoriamente, ela tivesse o direito àquilo que a família vai preparar com carinho para ela: a salada, a carne... Mas todas as crianças têm o direito de engolir esse grande pote de mingau todos os dias e, depois têm, aí sim, a liberdade para ter qualquer outra coisa.

É assim que eu tenho visto a educação, Senadora.

Então, os desafios da família... Primeiro é entender qual é o espaço que elas têm, já que, por um lado, alguém fala que é necessário coagir, convocar o Conselho Tutelar... Mas, por outro lado, a gente vai para uma Conferência Nacional de Educação, e eu participei da municipal, da estadual e da nacional, e uma sugestão que eu dei, num bloco de discussão ali... Era compulsório deixar no documento, tudo que estava no documento, aquilo que a gente questionava, tinha um processo imenso para decidir se mexia ou não, mas o que não comentasse, o que não falasse, ficava totalmente aprovado. E estava escrito ali que havia esse objetivo de buscar o direito da criança à escolarização desde o nascimento. Como isso é direito, então, eu disse – já que é direito: Devemos colocar "ressalvado o direito da família de escolher, até os quatro anos de idade", já que, a partir dos quatro anos, é compulsório, é obrigatório. Não me permitiram terminar a fala. Eu fui rechaçada dentro desse espaço de discussão dita democrática, dizendo: Nós não estamos aqui para discutir o direito dos pais, nós estamos aqui para fazer política para a criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a família tem sido tirada do seu espaço, as crianças têm sido consideradas propriedades do Estado, e isso é uma história bem antiga.

Se pensarmos que, já em 1847, Engels escreveu o *Princípios Básicos do Comunismo* e, nesse documento – que está disponível na internet para todo mundo, qualquer pessoa que digitar "princípios básicos do comunismo", geralmente, a primeira ocorrência no Google é esse documento escrito por Engels –, que ele escreve em forma de perguntas e respostas, ele vai respondendo as próprias perguntas e uma questão é em relação à família. Ele diz que essa ordem política mundial, o comunismo, não é para uma nação, é para o mundo, a ideia de um mundo global, a ideia de um mundo com uma única estrutura política mundial. E ele diz que essa ordem política mundial terá que, para chegar lá, ter um longo caminho, mas que é necessário tirar a mulher de casa para que o Estado eduque as crianças.

Então, isso está escrito há mais de 200 anos.

Mais tarde, ele mesmo escreve *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, em que ele acaba com a família, ele fala que a família é a raiz de todos os males, e o próprio título, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado,* mostra que tem política, família e pessoalidade envolvida nessa massificação, nessa unificação, nessa coletivização do indivíduo, onde o indivíduo desaparece e o que vale é o coletivo.

Então, esse é um grande desafio, a família se entender como família, e a família começar a pensar o que é que está sendo feito com as suas crianças lá na escola.

Não dá tempo de avançar muito nas nossas políticas educacionais, mas uma grande dificuldade da família, um grande desafio da família, hoje, é superar o analfabetismo das crianças escolarizadas, porque a escolarização é obrigatória, o ensino não. As crianças têm sido obrigadas a irem para a escola, mas as políticas de alfabetização têm sido reiteradamente modificadas e reinventadas para não alfabetizar, para não ensinar.

Isso também não é novo. As crianças eram alfabetizadas, até algumas décadas atrás, entendendo a relação entre grafema e fonema. A criança que sabe o nome de uma letra, sabe o som daquela letra, sabe a função daquela letra dentro de um contexto, dentro da estrutura da palavra, está liberta do analfabetismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não é recente a ideia de que tem um método melhor do que ensinar essa estrutura, que é o método do *look and say*, o método olhe e diga, lá nos Estados Unidos, ou método global, como podemos chamar, ou método da palavração, da palavra toda. Esse método, Senadora, não é recente, ele tem mais de 100 anos.

Em 1861, um educador americano chamado Norman Calkins, pouquíssimo estudado aqui no nosso meio, lá também, escreveu um livro chamado *Lição de Coisas,* e aí ele disse que a gramática não deve ser ensinada. Ele diz que a criança tem que aprender pela observação, não pela memorização, como se fosse memorização o ter que aprender o nome de 23, 25 letras e a sua relação dentro de uma estrutura de palavra. Isso não é memorização, isso é aprendizado significativo e libertador.

A partir do livro *Lição de Coisas,* escrito por um fundador dos primeiros sindicatos de professores, fundador do NEA (National Education Association), em 1861, começa uma derrocada na alfabetização, inclusive nos Estados Unidos. Curiosamente, esse livro é traduzido para o português em 1881, apenas 20 anos depois ele é traduzido por Rui Barbosa e, no prefácio, a obra de Rui Barbosa diz: " Este é o método utilizado nos países onde não há analfabeto, nos países onde há um elevado nível de erudição". Um grande engano, uma grande falácia se nós considerarmos que o método tinha começado a ser utilizado 20 anos antes lá e não era o responsável, de jeito algum, pelo elevado nível de erudição dos países aos quais ele fazia referência.

A partir dali, começa a derrocada na alfabetização também nesses países, onde chega essa ideia desse método global que é tão atacado já por algumas pessoas, por alguns estudiosos, na metade do século XX. Em 1952, tem um educador norte-americano chamado Rudolf Flesch que escreve um livro com um nome curioso, o livro se chama *Por que o Johnny não consegue ler?(Why Johnny Can't Read*?). E ele explica que ele não consegue ler porque não está sendo ensinado. Ele confronta esse método global. Ele fala do método simples que foi eficiente para a alfabetização de todo o mundo até meados do século XIX. Ele diz: "Existe um plano para o emburrecimento das nações por meio da educação. É muito dinheiro sendo gasto em educação para não educar, para não ensinar a ler e escrever".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O curioso é que, 30 anos depois, o mesmo autor escreveu outro livro com um título muito parecido. Ele só acrescentou um "*still*", um "ainda" no título dele, e o livro se chama *Por que Johnny ainda não consegue ler?*... depois de ele ter denunciado aquele método. E a pergunta dele está sem resposta para muita gente até hoje.

Senadora, nós vivemos tempos em que o analfabetismo no Brasil vai ser encerrado, eliminado ou diminuído por decreto. No ano passado, foi assinado um decreto de enfrentamento do analfabetismo e o decreto diz que "para efeitos desse decreto, o analfabeto é aquele que se declara analfabeto".

Senadora, nós temos crianças, jovens e adultos analfabetos funcionais que jamais vão se declarar analfabetos, embora não saibam ler – não saibam ler. Eu já estive com pessoas com pós-graduação que se reconheceram como analfabetos funcionais e me pediram ajuda. E eu, com o meu método de ajuda, pedia para que a pessoa escrevesse um texto e lesse o texto que ela havia escrito. E, mais de uma vez, eu vi pessoas que não conseguiam ler o próprio texto, porque não sabem colocar o ponto final, não sabem colocar a vírgula, não sabem o papel dos acentos; escrevem de forma errada, não conseguem ler o que escreveram e são graduados e pós-graduados.

Nós estamos diante desse maior desafio. Eu penso que o maior desafio das famílias hoje, face à legislação educacional, e aqui eu quero fazer uma ressalva... Na minha fala, apareceram as legislações educacionais brasileiras e eu acho que nós precisamos rever isso, porque muitas coisas que são impostas aqui não são leis educacionais, não são políticas educacionais nacionais, mas, sim, internacionais, que chegam aqui dessa forma, travestidas em algo...

Eu vou encerrar aqui, porque quero respeitar, então, o tempo que já me foi dado em acréscimo.

Muito obrigada.

Desafio para a família: alfabetize seu filho, com ou sem escola! Alfabetize-o de verdade! Para que essa criança seja livre para continuar aprendendo outras coisas.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Profa. Inez. (*Palmas.*)

Recomendo a quem não conhece a Profa. Inez que leia os livros da Professora e acompanhe o trabalho dela.

É uma alegria tê-la conosco nesta Comissão e eu tenho certeza de que a senhora virá aqui outras vezes. Não vamos abrir mão da sua participação em outras vezes!

Eu queria convidar para compor a mesa, a gente está indo para a parte final da nossa audiência agora... Eu queria convidar... Me perdi aqui com os papéis. (*Risos.*)

O Padre Paulo Rogério, Reverendo Assessor da Pastoral da Educação da Arquidiocese de Brasília. Seja bem-vindo, Reverendo!

Carlos Vinicius Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar. Estamos aguardando com ansiedade a sua fala.

E a Maria Eduarda Manso, representante da instituição Fala Família. Eu traduzi para o português, está certo? Fala Família... Não me peça para falar em inglês! (*Risos.*)

Seja muito bem-vinda! É uma alegria.

Enquanto os nossos convidados vão se acomodando na mesa, eu quero registrar...

Bem-vinda! Eduarda, bem-vinda!

Quero registrar ainda a presença de: Jean Kaio Pereira, Assessor do Deputado Federal Eduardo Velloso; Andrea Hoffmann, do Instituto Isabel – obrigada, Andrea –; Leonardo Neiva, Jornalista e ativista dos direitos humanos; Larisse Cavalcante, Psicóloga e Diretora de Apoio à Saúde Mental do Estudante da Secretaria de Educação do DF – muito obrigada por estar aqui, Dra. Larisse; a Profa. Francisca Beleza, representante da Coordenação Regional de Ensino do Gama, aqui no Distrito Federal; a Profa. Leticia Antonioli, também da coordenação; e a Vereadora Priscila Costa? Está aqui? (*Pausa.*)

Ah, a Vereadora Priscila Costa, de Ubajara, Ceará. Nós temos a Priscila Costa também de Fortaleza. Muito bem-vinda, Vereadora! Que alegria tê-la aqui conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São dez minutos para a exposição dos nossos novos expositores nesta mesa, que eu acho que eles vão incomodar muita gente com suas falas, e por isso os deixamos para o fim.

Maria Eduarda, representante do Fala Família. Está certo? Família fala?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

São dez minutos e obrigada por ter aceitado o convite para estar conosco neste dia tão importante para o Brasil, 24 de abril, Dia Nacional da Família na Escola.

A SRA. MARIA EDUARDA MANSO (Para expor.) – Está bem, obrigada, Senadora. Bem, nós somos uma associação também; esse nome, Family Talks, para a gente, é meio comercial, digamos assim. É a Associação de Desenvolvimento da Família. Então, cumprimento todos os presentes, os expositores, a Senadora. Muito obrigada pelo convite, é uma honra para nós participarmos de uma audiência como essa, porque o nosso tema é família.

Nós advogamos um debate público pelo fortalecimento das famílias e por ações de políticas públicas pelo fortalecimento da família. Então, nós entendemos que, por meio de famílias funcionais e famílias fortes, nós podemos construir sociedades saudáveis.

Bem, em 2022, o Ministério da Educação publicou um documento intitulado Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação, que foi elaborado pela Profa. Lisiane Junges. É um documento com bastantes evidências científicas, bem robusto, com informações relevantes sobre esse tema. Por isso, eu trago na minha fala muito conteúdo que retirei desse documento.

A parceria entre a família e a escola pode ser definida por meio de interações colaborativas que ocorrem direta ou indiretamente, para promover o desenvolvimento social, emocional, físico e intelectual de crianças e jovens, envolvendo, para isso, toda a comunidade escolar: estudantes, profissionais da educação, as famílias. Então, o foco é o estudante. Trata-se de uma parceria que tem como interesse, objetivo central, o estudante, embora professores também relatem vantagens dessa prática no seu dia a dia profissional. Eles percebem maior valorização do seu trabalho por meio de uma parceria família-escola bem feita. E existe uma maior cumplicidade com os pais e com a escola, além também de melhorar o clima institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De modo geral, a parceria entre a família e a escola é amplamente defendida nos discursos institucionais e políticos, enfim. Ela é considerada essencial para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Mas, como a gente viu aqui, é na prática cotidiana, apesar de termos visto também muitas boas práticas, que essa parceria ainda se mostra um pouco frágil e marcada por assimetrias.

A participação das famílias na escola, de fato, ainda é um pouco limitada e muitas vezes reduzida a momentos formais, como reuniões escolares ou eventos pontuais. O que não configura, de fato, uma corresponsabilidade no processo educativo da criança e do adolescente.

Embora se afirme a importância da família, as estratégias efetivas para o seu envolvimento ainda são insuficientes – isso de modo geral. As famílias são frequentemente responsabilizadas pelas dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos estudantes, especialmente quando se trata de famílias mais vulneráveis, e aí essas famílias acabam sendo vistas, muitas vezes, como ausentes ou pouco engajadas, sem que se considerem, por vezes, fatores estruturais que influenciam a relação da família com a escola.

Diversos países ocidentais já têm buscado institucionalizar essa parceria da família com a escola, por meio de marcos legais, políticas públicas e diretrizes educacionais. Por exemplo, no Reino Unido, o envolvimento dos pais na educação escolar é previsto em documentos oficiais desde a década de 1980 e é considerado um componente central na política educacional. Outro exemplo: em Portugal, o envolvimento parental é tratado como eixo estruturante da política pública de educação, com destaque para a promoção de práticas colaborativas e o fortalecimento da cultura escolar participativa. Na Finlândia, por exemplo, o currículo da educação básica enfatiza que a cooperação família-escola auxilia os estudantes a se prepararem para desafios futuros, acarretando o bem-estar individual e comunitário. Nessas experiências, nós observamos um esforço sistemático na construção de parcerias horizontais, baseadas no diálogo, no reconhecimento da diversidade cultural e também na corresponsabilidade.

Como nós já vimos, aqui no Brasil... Já foi falado da Constituição Federal, da LDB e do ECA, que já preveem o direito e o dever da família na educação das crianças e dos adolescentes, mas, às vezes, na prática, como eu já mencionei, a gente observa uma lacuna entre o que está previsto nos normativos e a forma como a parceria é, de fato, construída no cotidiano da escola. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégias de envolvimento – na prática do dia a dia, mesmo – raramente envolvem o diálogo, o acolhimento ou o reconhecimento da diversidade cultural e social das famílias brasileiras.

Um outro ponto que eu destaco é a ausência de uma cultura institucionalizada de participação. Muitas escolas não possuem uma estrutura, um tempo ou até uma formação adequada para promover o engajamento das famílias de maneira sistemática e respeitosa. Essa expressão, esse termo – parceria família-escola – traz consigo uma ideia de proatividade, na medida em que compreende uma possibilidade de comprometimento dos dois lados, da família e da escola, numa relação de mão dupla, por meio da qual a família e a escola podem se comunicar e se dedicar mutuamente ao processo de aprendizagem das crianças e dos jovens, gerando impactos positivos no desenvolvimento integral da criança e do jovem. Por meio de uma parceria efetiva, os professores, os estudantes, as famílias e a comunidade podem trabalhar juntos para compartilhar informações e orientar os estudantes a resolver problemas e celebrar conquistas – aquilo que o Prof. Augusto Cury mencionou aqui.

A presença física da família na escola foi – e muitas vezes é – o grande sinalizador da efetiva colaboração dessa parceria, tendo em vista que o comparecimento em reuniões ou atendimentos previamente agendados era o indicador de uma família que é implicada, participativa, enfim; mas, hoje em dia, a gente percebe que o engajamento parental remete a diferentes ações, e muitas delas não são visíveis.

E essas ações são conduzidas pelas famílias e dão suporte ao processo educacional das crianças e dos jovens, criando um ambiente favorável à aprendizagem.

De acordo com a Profa. Junges, que eu mencionei no início, essas ações de participação, que são invisíveis, compreendem um suporte emocional e instrumental dispensado pelos pais às crianças e adolescentes, bem como interações e comunicações saudáveis entre eles. Então, é aquele ambiente saudável dentro de casa.

Nós podemos dividir as formas de participação dos pais entre aquelas que podem ser exercidas em casa, e aquelas que são predominantemente exercidas no espaço escolar.

Em casa, esse envolvimento parental compreende as inúmeras orientações dadas aos filhos, os debates com os filhos, encorajamentos, encorajamentos com relação às tarefas e conteúdos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolares, o estímulo, as atitudes positivas em relação ao processo de ensino-aprendizagem, a transmissão de valores que possam guiar o comportamento dos filhos na escola.

Então, essas são atitudes ali do convívio da família, do dia a dia, que a escola às vezes acaba não percebendo, mas que refletem no ambiente escolar.

Tais atitudes, embora não sejam evidentes para gestores e professores, reverberam positivamente na aprendizagem das crianças e têm impacto direto nos resultados acadêmicos dos estudantes.

Na escola, a presença física dos pais contribui para que esses pais conheçam as melhores formas de auxiliar os seus filhos nas atividades de aprendizagem, a partir do desenvolvimento de uma relação construtiva com os professores, que os oriente a dar conta de sua parte nessa tarefa de auxiliar os alunos. É nesse âmbito que a presença física no espaço escolar gera impactos positivos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA EDUARDA MANSO – Só para terminar a minha fala, eu quero falar a respeito de pesquisas científicas que foram conduzidas sobre essa temática ao redor do mundo, e que têm enfatizado as boas práticas de engajamento que previnem maus resultados acadêmicos e comportamentos disfuncionais.

As principais evidências dos benefícios da parceria família-escola que são apresentadas nessas pesquisas são: obtenção de melhores resultados acadêmicos, melhorando a aprendizagem; promoção de desenvolvimento de habilidades sociais; promoção de maior motivação para os estudos; prevenção do absenteísmo, então os alunos passam a ser mais assíduos nas aulas; adoção de comportamentos mais saudáveis e redução do envolvimento em condutas de risco; interação e participação das famílias em algumas tarefas ou temas dos trabalhos acadêmicos; e prevenção de abandono e incentivo ao seguimento dos estudos após a conclusão do ensino básico.

No Brasil, a gente tem um contexto um pouco complicado, porque, como eu mencionei, falta formação específica para os professores, às vezes ausência de tempo, estrutura, prevalência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfim; mas existem boas práticas, como nós já vimos aqui, e existem formas de nós melhorarmos esse contexto.

Primeiro, então, investir na formação dos professores, de forma que eles possam acompanhar melhor, poder conduzir essas situações com as famílias; as escolas estarem mais preparadas para conduzir a parceria entre a família e a escola, e também a elaboração de políticas públicas estruturadas, de forma que essa relação família-escola se torne institucionalizada e tenha o apoio efetivo do Estado.

Essa é a minha fala aqui.

Agradeço imensamente pelo convite, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Maria Eduarda, muito obrigada.

Na sequência, vamos ouvir o Padre Paulo Rogério, Reverendo Assessor da Pastoral da Educação da Arquidiocese de Brasília.

Bem-vindo, Padre.

O SR. PADRE PAULO ROGÉRIO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Então, eu queria agradecer à Senadora Damares Alves e, na pessoa dela, também cumprimentar todos os expositores desta audiência pública com relação a esse tema tão importante, que é a interação família e escola.

Estou aqui na qualidade de padre responsável pela Pastoral da Educação na Arquidiocese de Brasília, que é como um guarda-chuva que reúne todas as iniciativas de acompanhamento dos católicos presentes nas escolas e universidades de Brasília. Faço isso em nome do nosso Arcebispo, o Cardeal D. Paulo Cezar, que também a cumprimenta, Senadora, por meio de mim, e que agora se prepara para a eleição do nosso próximo Papa – que o bom Deus tenha o Papa Francisco na sua glória!

Dito isso, com relação à interação família e escola, é sempre importante começar a conversa lembrando de uma coisa muito deixada de lado, mas que é muito básica: a família é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição anterior ao Estado. O Estado, embora nós estejamos dentro dele e sendo absorvidos por ele, surge para otimizar os meios de sobrevivência das famílias.

Nesse sentido, a educação é um dos meios mais excelentes de sobrevivência da família e, consequentemente, da sociedade como um todo, porque ela tem a ver com o desenvolvimento, o processo de desenvolvimento do ser humano, em todas as suas capacidades, rumo à sua perfeição, a sua perfeição enquanto ser humano, a sua perfeição enquanto cidadão, a sua perfeição também enquanto crente.

Daí, quais são as dimensões contempladas pela educação? A dimensão física, a dimensão intelectual e também a dimensão moral e a dimensão religiosa, porque o ser humano não é só um corpo, não é só um intelecto, mas ele também tem a sua moral e tem a sua fé e ele não estará completo sem que essas dimensões todas sejam contempladas pelo processo educativo.

Claro que isso é muito complexo, porque nós vivemos numa sociedade muito plural, de valores diversos, de confissões religiosas também diversas, mas existe sempre um mínimo denominador comum que nós temos de defender, porque a sociedade, sobretudo, existe para garantir o bem comum e existe um mínimo denominador comum no que diz respeito, se não às confissões religiosas, com certeza aos valores morais, aos princípios éticos, e a discussão disso tem que chegar até as famílias.

Por exemplo, toda escola tem o seu projeto pedagógico. O projeto pedagógico, dentre as coisas que define, define a identidade escolar, a sua missão, a sua visão, os seus valores, e isso deveria ser discutido com as famílias. Será que esses valores estão representando as famílias? Porque, se não estiverem representando as famílias, então a escola está se esforçando à toa, a não ser que ela sequestre as crianças de suas famílias e as crianças fiquem por conta da escola, porque a escola é o ambiente onde esses valores... a escola não, a família é o ambiente para esses valores que a escola semeia nas crianças, nos jovens, nos adolescentes, onde encontram a oportunidade de se firmarem, criarem raízes, se desenvolverem e impactarem efetivamente na construção da personalidade de alguém.

Então, se nós queremos uma parceria entre a família e as escolas, antes de mais nada nós temos de pensar em projetos pedagógicos, na verdade em projetos político-pedagógicos que representem as famílias naquilo que são os seus valores. É claro que a instrução técnica fica por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta do Estado, mas a formação moral, a formação religiosa, essas coisas que sobretudo nos tornam, vamos dizer assim, gente de bem, porque a instrução técnica por si só não garante que ninguém seja uma pessoa boa, haja vista as coisas terríveis que historicamente nós já sabemos que pessoas muito instruídas cometeram... Então isto tem que ficar por conta da família: a formação moral, a formação religiosa sobretudo. O Estado não pode se meter nessas questões, ele deve estabelecer um rol de valores mínimos que sejam comuns a todos e, de resto, deixar à família salvaguardado o seu direito de reforçar esses valores, se lhe convir. Sendo que, se são mínimos, então... Quem é que vai se opor a valores como respeito, honestidade, responsabilidade, tolerância, solidariedade, empatia? Quem é que vai se opor a isso? E detalhe: as famílias hoje em dia passam por uma crise muito grande. Nós não podemos partir do pressuposto de que as famílias – infelizmente não podemos – dão conta disto: de formar moralmente os seus filhos. Elas precisam da ajuda da escola também nisso. Então, criar oportunidades para que a escola possa transmitir esses valores às famílias e que as famílias possam reforçar esses valores em casa também é importante.

Agora, nós devemos pensar em coisas que não sejam assim agressivas, muito ofensivas ao senso comum daquilo que é uma população, na sua grande maioria, cristã – se não é de prática cotidiana ou mesmo eventual, com certeza é de ideário, porque a nossa sociedade é fundada na base do cristianismo, no que diz respeito à religião, aos valores e aos princípios.

Então, pensando no Estado democrático, onde todas as parcelas da sociedade têm ampla participação naquilo que é decidido para todos, deve ser dada às famílias, eu penso, participação efetiva no planejamento do projeto político-pedagógico das escolas, para podermos garantir às famílias que os seus valores, aqueles que são importantes para elas, estejam sendo defendidos e promovidos pelas escolas, visando, claro, sempre, o bem comum, o bem de todos.

Com isso, eu termino a minha fala.

Agradeço a oportunidade.

Fico muito feliz de estar aqui e penso que não estou como um corpo estranho, já que a Igreja é a maior instituição educativa do planeta, e desde a queda do Império Romano foi quem ajudou a sociedade a também se levantar nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador, e obrigado aos demais presentes. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Padre Paulo Rogério, Assessor da Pastoral da Educação da Arquidiocese de Brasília. Leve meu abraço ao Cardeal D. Carlos, por quem eu tenho muito carinho e muito respeito. Que Deus abençoe vocês em sua missão. Muito obrigada.

Eu sei que o senhor está com um horário corrido. O senhor fica liberado.

Nós vamos ouvir agora, por último, o Carlos Vinicius Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar.

E está todo mundo aqui perguntando, Carlos Vinicius Reis – nós estamos falando de família na escola, vocês são da educação domiciliar –: como é que se dá essa relação do *homeschooling* com a família na escola? Os adeptos do *homeschooling* também querem participar da vida escolar? Eu acho que essa é a grande pergunta, porque está todo mundo querendo a resposta.

Seja muito bem-vindo. Obrigada por ter aceitado o convite para estar com a gente.

O SR. CARLOS VINICIUS REIS (Para expor.) – Bom dia... Boa tarde a todos já, na verdade.

Muito obrigado, Senadora Damares, pelo convite, muito honroso para a Associação Nacional de Educação Domiciliar.

Aqui represento todas as 75 mil famílias educadoras hoje no Brasil, mais de 150 mil estudantes já optam por essa modalidade.

Queria agradecer, especialmente, na pessoa da Senadora Damares, a sua luta histórica em defesa dessa liberdade das famílias, não apenas na condição atual de Senadora e, antes disso, como Ministra, mas nos bastidores aqui deste Congresso Nacional, onde a senhora sempre lutou em defesa dessa liberdade e proteção, de fato, dos nossos filhos.

Por que a Aned está fazendo parte aqui? Por que estamos discutindo a participação da família na escola?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a gente tem que pensar, primeiramente, na responsabilidade e no dever que os pais têm, histórico, na educação dos seus filhos. E o princípio que nos move é o da liberdade educacional.

Precisamos, portanto, trazer em mente a missão que nós pais temos, o dever histórico e natural de educar os nossos filhos. Já foi muito bem posicionado aqui quando o Augusto Cury mencionou também sobre a busca das famílias a esse respeito e quando a Dra. Adriana Marra e a Dra. Inez Borges também mencionaram sobre a importância e a condução da família nesse sentido.

Tenho uma rápida apresentação – espero não esgotar o tempo e pedir o compartilhamento dela –, que fala exatamente sobre a liberdade educacional das famílias como um direito fundamental.

Eu gostei muito da fala aqui do Padre Paulo, porque ele mencionou que, antes mesmo de a escola existir, antes mesmo de o Estado existir, as famílias sempre existiram, e a educação dos filhos em família sempre existiu.

Pode passar, por favor.

Então, estamos falando de um dever histórico, de um dever fundamental, Senadora Damares, em Deuteronômio, 6, escrito na Bíblia, sim, mas, além de um documento bíblico, é um documento histórico, que marca o registro da civilização, da missão e dever dos pais de educarem e ensinarem os seus filhos, de acordo com essa missão, portanto, recebida diante de Deus. Então, a educação, enquanto formação dos indivíduos, dos filhos passa por esse dever histórico e fundamental.

Pode passar, por favor.

A educação domiciliar, portanto, é um dever e direito natural e uma obrigação gravíssima, portanto, aos pais, enquanto mandato determinado por Deus para as famílias. Negar esse direito é um atentado histórico, e nós já vimos isso acontecer na história da humanidade e não gostaríamos de ver isso se repetir, muito menos acontecer assim no Brasil.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1938, Hitler editou um decreto no *reich* da Alemanha, antes mesmo de iniciar ali a Segunda Guerra Mundial, já instituindo, portanto, o regime nazista. Naquele momento, havia um decreto que falava da centralização da educação pelo Estado, inclusive a educação escolar compulsória ditada única e exclusivamente pelo Estado, e ali se vedava até mesmo a participação da família não apenas nas escolas, mas as famílias assumirem essa missão dada por Deus.

Diante disso, o que aconteceu com aquela vedação da educação, portanto, da atuação da família na educação? Foi instituído e promovido ainda mais um ambiente nazista que nós tivemos ali, fruto, portanto, infelizmente, desse marco, desse acontecimento histórico nefasto na história da humanidade, mas as nações se uniram.

Pode passar, por favor.

Em 1948, foi emitida, portanto, a Declaração Universal de Direitos Humanos, exatamente para fazer frente a esse tipo de controle estatal e unitário da educação. Foi escrito, portanto, no Artigo 26, inciso 3, da Declaração Universal de Direitos Humanos: "Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos". Foi cravado ali aquilo que já era missão natural para os pais enquanto liberdade educacional.

Pode passar, por favor.

Já foi mencionado – e a própria Senadora mencionou hoje aqui –, mas só para trazer que não se trata de apenas um instrumento prescrito na Declaração Universal de Direitos Humanos, mas também nos tratados internacionais, todos eles ratificados pelo Brasil, na década de 90, Senadora, e que obtêm, inclusive por determinação do Supremo Tribunal Federal, *status* de supralegal, mas, infelizmente, muitas vezes, têm sido desrespeitados no nosso país.

A Convenção sobre os Direitos da Criança diz: "Caberá aos pais [...] a responsabilidade primordial pela educação e pelo desenvolvimento da criança". Também o Pacto de São José da Costa Rica: "Os pais [...] têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com [...] [o entendimento e a fé dos pais]". E também o Pacto sobre Direitos Civis e Políticos: "[...] comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de assegurar a educação religiosa e moral dos filhos que esteja de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo com suas próprias convicções". Eu sei que já foi dito, mas não é demais reafirmar, porque isso precisa ser lembrado e respeitado, portanto, no nosso país.

Pode passar, por favor.

Há um consenso internacional... E aqui eu estou me antecipando para um novo relatório, Senadora Damares, que a gente quer ter a oportunidade de entregar à senhora, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em mãos. Em breve, a gente vai ter a publicação aqui de um relatório da Unesco, no qual já está se reconhecendo, mais uma vez, que a educação domiciliar pode, portanto, ser considerada parte da liberdade educacional, com as famílias mantendo a liberdade de garantir a educação de seus filhos em casa.

Trata-se de uma modalidade legítima, de acordo com todo o cenário que nós temos internacionalmente; as pesquisas acadêmicas confirmam esse fenômeno social; a regulamentação é importante para que se respeite esse direito e os direitos das crianças também; e criminalizar ou proibir o *homeschooling* constitui uma violação do direito à liberdade, garantida também.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Aqui são dados... Eu vou comentando aqui e, se quem estiver com o controle, por conta do tempo, puder já adiantar os eslaides, eu agradeço.

A evolução da educação domiciliar no mundo. Ela já é praticada por mais de 10 milhões de estudantes, já é regulamentada em mais de 85% dos países que compõem a OCDE; mais de 65 países já a regulamentaram; ela é praticada em todo o mundo. É um movimento imparável, regulamentado não apenas em países desenvolvidos, mas também em países em desenvolvimento, países da América do Sul, como Chile, Paraguai, Colômbia e Equador, mas também África do Sul, Portugal, Rússia; e o Brasil ainda está nessa jornada para reconhecer esse direito de maneira expressa.

Pode passar, por favor.

Pode passar também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, o Brasil hoje ocupa apenas a 58ª posição no *ranking* de liberdade educacional, e aqui entra também o contexto das próprias escolas, porque, na verdade, o *ranking* de liberdade educacional mede o quanto o Estado confia nos seus próprios cidadãos, escolas e famílias para dirigirem a própria educação.

Quando nós temos uma centralização, um controle muito rígido sobre a educação, não se permitindo, assim, uma participação devida, você tem uma restrição dessa liberdade, e é isso que os tratados internacionais tentam e reafirmam. Por isso, o *homeschooling* é um ingrediente essencial que expressa, exatamente, essa liberdade de os pais poderem colocar os filhos na escola ou de os pais mesmo educarem os seus próprios filhos.

Pode passar, por favor.

As pesquisas científicas atestam isso, tanto do ponto de vista da formação, da socialização e da proteção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – As famílias educadoras são protetivas.

Pode passar o próximo eslaide, por gentileza.

Portanto, hoje a educação domiciliar é um fato social, histórico, consolidado, crescente e imparável no Brasil. Ela não é uma realidade elitista, pois 40%, praticamente, das famílias que praticam a educação domiciliar no Brasil recebem renda familiar de até quatro salários mínimos; apenas 6% têm renda familiar acima de 20 salários mínimos. As famílias, na sua maioria, muitas vezes são perseguidas, discriminadas e privadas nos seus direitos, mas são famílias constatadamente protetivas. E é um movimento suprapartidário, que não pertence a uma legenda específica; pelo contrário, são de famílias e de políticos que atuam nos seus diferentes segmentos.

Pode adiantar, por favor.

A evolução da quantidade de famílias que hoje já praticam o *homeschooling*.

Pode passar, próximo eslaide.

Nós temos uma pesquisa feita pelo DataSenado, Senadora, entre os anos de 2019 e 2020...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – ... que mostra por que muitas famílias optam pelo *homeschooling* hoje no Brasil, e aí a gente vê aqui uma realidade, infelizmente, nas próprias escolas: *bullying*, violência, doutrinação ideológica, e não é nada disso que nós queremos.

O *homeschooling* não é contra as escolas. O *homeschooling*, inclusive, tem apoio de muitas instituições de ensino, de muitos acadêmicos. Andamos de mãos dadas no sentido da defesa da liberdade educacional e da primazia dos pais de escolherem, portanto. Se alguma família percebe que o seu direito de educar os seus filhos ou de que os seus filhos recebam a educação de acordo com a sua convicção estiverem sendo desrespeitados, essas famílias optam exatamente pelo *homeschooling*, é uma dessas razões.

Pode adiantar, por favor, por conta do tempo.

Falei aqui do apoio – pode adiantar também – que o *homeschooling* recebe através de diferentes instituições.

Pode adiantar.

A Constituição também já nos garante esse direito. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal declarou que não é inconstitucional, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – ... necessita de regulamentação.

Para finalizar – pode passar, por favor –, aqui nós temos uma jornada de mais de 30 anos em que projetos de lei tramitam aqui, no Congresso Nacional. Já foi aprovado em 2022 na Câmara e atualmente está no Senado Federal aguardando deliberação, para resguardar ainda mais o direito e liberdade das famílias.

Por favor, próximo.

Eu só queria finalizar aqui os eslaides para dizer que a educação domiciliar não é um fenômeno moderno, atual... Perdão, não é um fenômeno recente, é histórico; e essa luta é histórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui temos foto de famílias no ano de 1998, junto ao então Ministro Pelé, buscando a regulamentação da educação domiciliar. Na foto aqui, nós temos uma pequena Juliana, no canto esquerdo ali, e, anos depois, aguardando ainda nessa jornada – pode passar o eslaide –, a Juliana e tantos outros estudantes já cresceram, já se formaram, já têm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VINICIUS REIS – ... protagonizado o mercado de trabalho, o mercado acadêmico. O que dizer para essas famílias?

Pode passar, por favor.

O que dizer para aquelas crianças que acreditam exatamente nas suas instituições, pedindo o respeito e a garantia do seu direito?

Pode passar, por favor.

Ano após ano, estão batendo à porta para dizer: respeitem as famílias, respeitem a liberdade educacional dessas famílias. Isso tem acontecido, é um movimento crescente, é imparável. E o que é que nós vamos dizer para essas famílias? Que a liberdade educacional no nosso país não vai ser garantida? Não. Ela vai. Ela vai porque nós temos Parlamentares, temos lideranças como Senadora Damares – por isso, nós agradecemos aqui a participação nesta audiência.

E para dizer que...

Pode passar o último eslaide.

Por que nós não paramos? Porque o homem justo é aquele que vive para a próxima geração – Dietrich Bonhoeffer, que lutou na Alemanha nazista, trouxe essa declaração. E é isso que motiva os pais, porque nós não vamos desistir dos nossos filhos. Por que os pais lutam pela boa educação, uma educação de acordo com as suas convicções? Porque nós precisamos que isso seja respeitado em nosso país.

Então, aqueles que não conhecem a Aned convido, portanto, a acessarem aned.digital e saberem mais a respeito dessa luta pela liberdade educacional. Vou fazer questão de entregar em mãos aqui à Senadora Damares o posicionamento da Aned e do Global Home Education Exchange, em favor dessa liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vinicius, muito obrigada.

Eu sou entusiasta do *homeschooling*, todos sabem a minha posição, e a gente tem uma proposta que está no Senado, passou na Câmara – anos de luta –, está aqui e prevê inclusive que a família *homeschooling* possa ter uma escola de referência. Ensina-se o filho em casa, mas tem ali uma escola em que o filho possa fazer educação física, em que a família possa participar das festas, para que seja aquela escola onde a criança vai fazer a prova. Então: família *homeschooling* e escola, o diálogo é perfeito.

Parabéns pela explanação e que tenha-se sucesso logo na aprovação. É direito da família escolher a modalidade de ensino para os seus filhos.

Nós estamos chegando ao final desta audiência. Eu quero agradecer a presença de todos. Nós temos várias participações internautas, não vamos conseguir ler, mas há uma pessoa no Plenário que pediu que eu apenas lembrasse sobre escolas indígenas.

A LDB, em seu art. 28, parágrafo único, prevê o fechamento das escolas de campo:

> O fechamento de escolas do campo indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar [mas não a manifestação da família].

E aqui ela traz a seguinte observação: o fechamento das escolas de campo está afastando as famílias indígenas das escolas, está afastando a família indígena do sistema educacional. Então, a família indígena precisa ser ouvida também. Obrigada por essa participação.

Eu vou encerrar esta sessão perguntando ao Dr. Douglas se ele quer fazer algum agradecimento, alguma consideração final por um minuto.

O SR. DOUGLAS ROBERTO DE ALMEIDA BAPTISTA (*Fora do microfone.*) – Não, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Ana Beatriz?

A SRA. ANA BEATRIZ GOLDSTEIN (Para expor.) – Eu quero fazer, sim, um agradecimento especial à senhora, Senadora Damares, pela oportunidade de a gente estar aqui discutindo e debatendo a importância da presença das famílias nas escolas, considerando a diversidade das famílias que nós temos neste país. Então, muito obrigada, estou muito honrada de estar aqui nesta mesa representando o nosso quadradinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Maria Eduarda?

A SRA. MARIA EDUARDA MANSO (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Carlos Vinicius?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Assim, cumprindo o objetivo desta audiência pública, eu declaro encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos que estiveram aqui.

Não podemos conceder a palavra a todos porque nós estamos com o horário realmente vencido. Dentre os internautas que participaram, teve pessoas que perguntaram: "E as apresentações?". Porque os nossos expositores, como a Ana Beatriz, o Dr. Douglas e o Vinicius trouxeram eslaides. Esses eslaides estão disponíveis no *site* da nossa Comissão. Vocês poderão baixar as apresentações – material riquíssimo –, elas ficarão à disposição da sociedade, para quem tiver interesse. Esta sessão vai ser retransmitida algumas vezes na TV Senado, e a população terá a oportunidade de assistir em outro horário, à noite, no final de semana, aos debates.

Cumprimos o nosso objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e hum minuto do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 32/2025 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: Discutir a importância do "Abril Marrom", campanha de conscientização sobre a prevenção, o combate e a reabilitação das diversas formas de cegueira. Participantes: Angela Maria de Sousa Bezerra, Presidente da Retina Brasil; Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada - Representante do Ministério da Saúde; Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO; Juliana Maria Ferraz Sallum, Oftalmologista e Geneticista – representante do Comitê Científico da Retina Brasil; e Cesar Achkar Magalhães, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/25

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 32, 2025, da CDH, de minha autoria, para debater sobre – abro aspas – "a importância do Abril Marrom, campanha de conscientização sobre a prevenção, o combate e a reabilitação das diversas formas de cegueira".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Até para introduzir o assunto nesta audiência pública, eu leio a justificativa do requerimento a que fizemos menção agora há pouco, Requerimento nº 32, de 2025.

O Abril Marrom é um movimento de sensibilização que reúne entidades médicas, hospitais, órgãos governamentais e a sociedade em geral para promover ações educativas sobre os cuidados com a saúde ocular.

No Brasil, as principais causas de cegueira incluem a catarata, o glaucoma, a retinopatia diabética e a degeneração macular relacionada à idade. Muitas dessas condições poderiam ser evitadas ou minimizadas com diagnóstico precoce e acompanhamento oftalmológico regular.

O movimento surgiu em 2016, por iniciativa do Prof. Dr. Suel Abujamra, renomado oftalmologista e ex-Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, cuja dedicação à saúde ocular brasileira deixou um legado inestimável. A escolha do mês de abril para a campanha se deve à celebração do Dia Nacional do Braille, em 8 de abril, data de nascimento de José Álvares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Azevedo, responsável por introduzir o alfabeto braile em nosso país, no Brasil. A cor marrom foi escolhida por ser a tonalidade predominante da íris dos brasileiros, representando simbolicamente a visão.

Dessa forma, considerando a relevância do tema e a necessidade de ampliar o debate sobre políticas públicas voltadas à saúde ocular, é que esta audiência pública está sendo realizada. Temos, com esses objetivos, este mês de abril, denominado Abril Marrom, para a conscientização, prevenção, combate e reabilitação das diversas formas de cegueira.

Vão participar desta audiência pública de forma remota, por videoconferência: Angela Maria de Sousa Bezerra, Presidente da Retina Brasil; Carmen Cristina Moura dos Santos, Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde; Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Juliana Maria Ferraz Sallum, Oftalmologista e Geneticista, representante do Comitê Científico da Retina Brasil; Cesar Achkar Magalhães, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

Eu quero, já de início, dar as boas-vindas aos expositores e expositoras e agradecer pela participação. Representam entidades das mais conceituadas, renomadas de pesquisa, de atenção e orientação no Brasil. E a participação será muito importante para a aprovação desse projeto de lei do Abril Marrom, que demanda, para a sua aprovação, a realização de audiência pública anterior à sua apreciação. Então, sejam muito bem-vindas, bem-vindo.

E que também o público pelo Brasil, que nos acompanha pelos meios e comunicação do Senado, possa ser bem-informado sobre essa área.

A gente agradece todo o apoio da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, também toda a participação dos meios de comunicação do Senado, que são tão importantes para ajudar a divulgar, a conscientizar. Essa audiência pública, além de estar sendo transmitida pelos canais a que me referi agora há pouco, também será repetida no decorrer da programação. E isso faz com que mais pessoas se atentem a essa temática, porque a grande questão, sem dúvida, além de qualificação, formação, equipamentos, tratamentos, é sensibilizar e conscientizar.

Então, sejam muito bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, em primeiro lugar, de imediato, à Angela Maria de Sousa Bezerra – prazer em revê-la –, que é a Presidente da Retina Brasil.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

A pergunta tradicional: estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, estamos ouvindo.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Por videoconferência*.) – É uma grande satisfação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – E estamos vendo você também.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

É com profundo respeito que início esta fala, saudando o Exmo. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora, só um pouquinho – viu, Angela? –, não sei se você pode se aproximar um pouco do microfone ou ver seu som, só para aumentar um pouco o som. Isso ajudaria um pouco.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Acho que está bem. Está bem.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Por videoconferência*.) – Está bom? O.k.

Bom dia a todos e a todas.

Com profundo respeito que iniciou esta fala, saudando o Exmo. Senador Flávio Arns, cuja sensibilidade e compromisso com os direitos das pessoas com deficiência, em especial com a nossa missão pela saúde ocular, pelas pessoas com deficiência visual, tem sido profundamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para o avanço dessa pauta tão urgente e necessária. Mais uma vez, muito obrigada – falo em nome de todos os nossos associados e também de todos os brasileiros.

Cumprimento igualmente os demais participantes dessa mesa tão especial: o representante do Ministério da Saúde por sua escuta e responsabilidade frente às políticas públicas de saúde no nosso país – nós o respeitamos grandemente e queremos estar sempre trabalhando em parceria com todos do ministério –, também a nossa querida Dra. Wilma, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, instituição de referência técnica, de formação científica no cuidado com a visão, parceiro de longos anos; e a representante do comitê científico Retina Brasil, nossa querida amiga Dra. Juliana Sallum, oftalmologista e geneticista, uma cientista da pauta das doenças da retina, em especial as hereditárias, que tem contribuído com conhecimento, rigor para orientar nossas ações e lutas pela saúde ocular no nosso país.

Estendo também meus agradecimentos a todas as pessoas que nos acompanham virtualmente, aos representantes dos 15 grupos regionais e temáticos da Retina Brasil e a cada cidadão e cidadã que se une a nós nesta audiência pública em defesa da saúde ocular, como um direito de todos.

Também não posso deixar de esquecer do meu amigo Cesar Achkar, titular e representante da Retina Brasil no Conselho Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência.

A todas as pessoas que não me veem com os olhos da visão, mas me escutam com bastante atenção, deixo aqui a minha autodescrição: eu sou uma mulher branca, tenho cabelos à altura dos ombros, lisos, grisalhos, uso óculos de lente transparente, armação rosa, brinco dourado e uma blusa bege com estampas coloridas.

A minha fala se dirige informando que nós estamos aqui com um propósito maior: defender o direito de ver, Senador, viver com dignidade e ter acesso à saúde ocular em todas as fases da vida, do recém-nascido ao idoso.

A Retina Brasil é uma associação nacional que representa pessoas com doenças comuns e raras da retina, além de outras condições oculares que estão chegando a nós, como glaucoma, DOT e muitas outras que causam baixa visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vemos de forma diferente, somos muito mal compreendidos e chegamos também à cegueira. Não falamos apenas pelo nosso grupo, mas em nome de milhões de brasileiros e brasileiras que precisam ser vistos, ouvidos e respeitados nas políticas públicas de saúde ocular, de inclusão e também de cidadania.

Desde 2002 – eu cheguei à Presidência, em 2022 –, a Retina Brasil tem lutado e perseverado pela saúde ocular e pelos direitos da pessoa com deficiência visual, atuando hoje através de 15 grupos regionais. Estamos em todo o país, nas cinco regiões para esta missão da questão da saúde ocular.

Em 2022, chegamos ao Conselho Nacional de Saúde, fomos reeleitos agora em 2025 e estamos contribuindo pela política de saúde em nosso país. Também no Conade, esperamos ser reeleitos este ano para poder contribuir cada vez mais.

A nossa missão é clara, Senador: tornar visível a urgência de cuidar da visão para garantir autonomia, dignidade, oportunidade reais para todos e qualidade de vida.

E eu pergunto a você que me escuta: já imaginou acordar e ver embaçado, com visão dupla, campo visual fechado, fotofobia, não consegui mais dirigir, não consegui mais distinguir o rosto de um filho, como hoje o meu filho não consegue distinguir o meu? Ele não sabe mais que aparência eu tenho. Como atravessar uma rua, estudar de forma autônoma, trabalhar ou cuidar da família? Talvez não, mas quem passa por isso precisa ressignificar uma nova identidade, a sua forma de viver. Todos nós precisamos de assistência e saúde ocular, todos nós somos potenciais para um problema sério de visão.

A visão é o sentido que nos conecta com o mundo, é responsável, e como educadora eu sei disso, por mais de 85% da nossa percepção com o meio ambiente, com o mundo exterior. Perder esse sentido não é apenas uma limitação física, é uma ruptura com a autonomia, a autoestima e a qualidade de vida. E o mais importante e alarmante também: grande parte dessa perda visual poderia ser evitada ou controlada, exatamente, se a saúde ocular fosse tratada como uma política de estado.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, nós temos também isso nos relatórios do CBO e na própria OMS, mais de dois bilhões de pessoas, a Dra. Wilma pode confirmar isso, no mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivem com alguma forma de deficiência visual e um bilhão desses casos poderiam ter sido prevenidos, mas ainda não foram tratados. No Brasil, mais de 35 milhões de pessoas vivem com doenças oculares, entre elas erro de refração não corrigidos, não têm acesso a um oftalmologista e, quando têm, não têm condição de adquirir os óculos, principalmente as crianças. O glaucoma está no pico das pessoas que mais perdem a visão no mundo. Catarata, retinopatia diabética, muitas vezes muitos profissionais não orientam os pacientes com diabetes a procurar um oftalmologista, e pessoas jovens estão perdendo a visão. A degeneração macular relacionada, por exemplo, a DMRI, da mesma forma, que pode atingir qualquer pessoa. Eu já tenho 61 anos e posso, de repente, ter uma degeneração macular. Doenças hereditárias da retina, como a retinose pigmentada, a doença de Stargardt, a síndrome de Usher.

Apesar da gravidade, pacientes aguardam meses, até anos por uma simples consulta no Sistema Único de Saúde. O nosso Sistema Único de Saúde é maravilhoso, mas nós sabemos que ainda precisamos avançar nessa fila, na contratação de mais profissionais.

E quem tem doença hereditária da retina vive uma situação ainda pior, a Dra. Juliana deve trazer essa informação para nós, são mal diagnosticadas, não têm acesso a exames de imagem, testes genéticos é um sonho ou aconselhamento familiar, porque todas essas pessoas também querem constituir famílias, mas ficam preocupadas de, de repente, casar e ter um filho com a mesma doença. Não recebem reabilitação precoce, o que faria toda a diferença em sua autonomia.

O que poucos sabem – estou já concluindo – é que há tratamentos que controlam e retardam a perda visual, mas os pacientes não têm acesso, por exemplo, a colírios. Conheço colegas na Universidade Federal do Ceará, que trabalham comigo, que têm glaucoma, que não têm acesso a colírios. Injeções intraoculares para DMRI e edema macular diabético ainda são caras e, muitas vezes, no sistema público, precisam ser judicializadas. Nem há medicamentos específicos que deveriam ser garantidos pelos SUS. E pior: muitos nunca receberam sequer uma bengala ou orientação básica para caminhar com segurança quando a sua visão já está comprometida, e ela tem uma nova identidade que é deficiência visual.

Mas existem soluções. A saúde ocular já conta com tecnologia acessível, como a telemedicina para consultas remotas, para chegar em lugares em que geralmente não tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oftalmologista; equipamentos portáteis, que permitem exames em povos, como comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, comunidades do Semiárido – hoje eu moro no Sertão do Ceará e eu vejo como essa questão é complicada –, ações itinerantes, que podem ser integradas à rede pública com eficácia.

As consequências da omissão são graves, como acidentes domésticos e urbanos. Agora há pouco, uma amiga cega, que perdeu a visão num acidente doméstico, morreu. Exclusão escolar e do mercado de trabalho, principalmente para as pessoas idosas que têm DMRI, retinopatia, que tinham uma vida ativa e agora precisam se adaptar, se reabilitar. E o pior: ansiedade, depressão, isolamento, é com isso que nós convivermos. É muito sério. Dependência de terceiros, sobrecarga das famílias e do sistema público também.

Eu quero chamar a atenção aqui, Senador, para que, mesmo após a sanção da Lei 14.951, de 2024, agora, no dia 2 de agosto, que define as bengalas longas, coloridas – branca, verde... Não que a pessoa com deficiência visual não possa usar qualquer cor de bengala. Ela pode, até combinando com a roupa – às vezes eu brinco com os colegas –, mas é porque ela traz o conceito de identidade de uma pessoa com deficiência visual. A branca identifica o cego; com a verde, nós temos o nosso movimento: pessoas que veem de forma diferente, identifica a pessoa com baixa visão. Dentro da universidade, as pessoas não conhecem. E branca com vermelho é para a pessoa com surdocegueira, pessoas que estão bem invisíveis na nossa sociedade. Isso é para fins de identificação da condição do seu usuário.

A regulamentação e distribuição ainda não aconteceram. As pessoas não sabem. Tenho recebido ligações sobre onde buscar esse direito, onde conseguir a bengala através do Sistema Único de Saúde. Não temos ainda respostas sobre isso.

Convido esta Casa e a sociedade a refletirem. Ao Ministério da Saúde, aqui representado – eu fico muito feliz por isso –: podemos considerar aceitável que tantos vivam à margem de um direito tão básico?

Por isso, a Retina Brasil propõe ações concretas e urgentes, como a inclusão da oftalmologia no Programa Mais Acesso a Especialistas, com presença efetiva na atenção primária à saúde. Não precisa ser em todas as unidades básicas. Pode se ter um plano, um programa, juntamente com as secretarias de saúde municipal e estadual, em nível regional. Criação de uma política nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde ocular de Estado, com triagens regulares e campanhas amplas em escolas e meios de comunicação abertos, como nós temos hoje o Outubro Rosa, o Novembro Azul. Nunca assisti, na TV aberta, alguém falando – tem data das vacinas, etc –: "Você cuida da sua saúde ocular?". Nunca vi.

Distribuição gratuita e imediata das bengalas, conforme determina a legislação anteriormente falada por mim.

Disponibilização de medicamentos, colírios, injeções intraoculares e medicamentos, pelo SUS, para doenças como glaucoloma, DMRI, etc. E cirurgia de catarata.

Nossa, uma vez o nosso médico aqui, Dr. Abelardo, disse que catarata é igual a ruga, todo mundo vai ter um dia. Então, nós temos que estar preparados para podermos também sanar esse problema.

E vou concluindo. Muito importante para nós: incorporação dos testes genéticos no SUS para diagnóstico precoce e orientação familiar. Inclusão das doenças hereditárias da retina no calendário oficial das ações em doenças raras do Ministério da Saúde e no rol da ANS. Campanha nacional permanente, como acabei de falar, de conscientização sobre saúde ocular, em parceria com o Ministério da Saúde, universidades, organizações da sociedade civil e muitos outros que assim queiram participar.

E solicitamos ainda que esta Comissão, por meio do Senador Flávio Arns, nosso amigo, como eu já o considero, solicite informações urgentes sobre a regulamentação da lei da bengala, sancionada há mais de 180 dias. O direito precisa sair do papel. Ver é um direito humano, mas, no Brasil, enxergar ainda é um privilégio de quem pode pagar.

Cuidar da visão é cuidar da vida, da autonomia, da inclusão e da cidadania.

A Retina Brasil reafirma com convicção que a saúde ocular precisa ser tratada como prioridade nacional. A deficiência visual não mata, mas apaga sonhos, compromete autonomia, isola emocionalmente, impõe barreiras invisíveis que atrasam a vida. E onerar a saúde ocular é desperdiçar talentos, aumentar exclusão, comprometer investimentos em tecnologia assistiva, educação inclusiva, mobilidade urbana e produtividade. E são consumidores. É impor às famílias, como falei, um problema sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos garantir que cada pessoa, independentemente da sua condição, possa ser plenamente quem é. A hora de agir é agora. O olhar que se volta para essa causa pode iluminar milhões de vidas.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada a todos e a todas.

Angela Sousa, Retina Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a Angela Maria de Sousa Bezerra, Presidente da Retina Brasil. Quero parabenizar também a entidade, a instituição Retina Brasil, pelo trabalho que vem desenvolvendo. E até sugiro, para as pessoas que nos acompanham, que gostam dessa área, que fiquem antenados com todo o trabalho desenvolvido. Recentemente, teve um evento nacional em Curitiba. Eu tive a oportunidade de participar do evento, e há, sim, a participação efetiva de pessoas, de famílias, de pessoas com deficiência visual, de profissionais. Parabéns pelo trabalho.

E o que foi sugerido... Nós temos as pessoas que estão nos acompanhando, e eu gostaria que, de fato, já pegássemos tudo o que você sugeriu, para que tivéssemos assim um programa de ação decorrente da audiência pública, para não ficar só... A audiência pública é importante, o mês de abril também, colocado como Abril Marrom, mas também é já ter uma proposta, como você colocou, uma proposta de trabalho decorrente desta audiência pública.

Parabéns!

Passo em seguida a palavra à Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, que é Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Seja bem-vinda, Dra. Carmen. Transmita um abraço ao Ministro também e diga para ele, que é médico também, que esta videoconferência aconteceu e que o Senado Federal entrará em contato sobre as prioridades elencadas neste evento.

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia, Senador; bom dia a todos os presentes.

É uma satisfação estarmos aqui falando sobre um tema extremamente importante. Quero dizer que é uma satisfação também pessoal, para mim. Sou sua conterrânea, do Paraná, e estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui trabalhando muito, junto com o Ministro, por determinação da própria Presidência, para resolver algumas situações, e uma delas é o acesso à oftalmologia, é o acesso às especialidades, o acesso à atenção especializada no país.

Nós temos hoje um protocolo de diretrizes clínicas e terapêuticas, que traz o tratamento de doenças que foram citadas pela Angela, como a degeneração macular, o glaucoma, a retinopatia diabética, enfim, várias condições, principalmente essas, que podem levar à cegueira. E, nesse protocolo, tem tratamentos que são disponibilizados pelo SUS: nós temos colírios, cirurgias, conforme cada patologia.

Eu queria falar também que nós estamos, pela primeira vez no país, com uma Política Nacional de Atenção Especializada. O país tem vários programas, políticas, mas estavam muito voltados à atenção de alta complexidade. Existia uma lacuna na atenção ambulatorial especializada, que causava o que a Angela bem colocou, sobre a dificuldade de acesso – acesso principalmente ao diagnóstico oportuno. Isso causava uma dificuldade no tratamento e não oportunizava um tratamento que pudesse levar à não progressão dessas doenças. Isso quer dizer que, com o diagnóstico oportuno, nós conseguimos controlar essas doenças e fazer com que as pessoas não cheguem a perder a sua visão. É nisso que nós estamos trabalhando.

A Política Nacional de Atenção Especializada, que foi uma portaria publicada em outubro de 2023, trouxe o Programa Mais Acesso a Especialistas. Esse programa prevê uma oferta de cuidado integrado, que é uma oferta de consultas e exames. Nesse momento nós estamos muito fortes na questão do diagnóstico das doenças, para que a gente possa, primeiro, conhecer a realidade das pessoas, que não chegavam nem a ter um diagnóstico adequado, e poder disponibilizar um tratamento correto e adequado para essas pessoas.

Só a título de curiosidade, para o ano de 2025, nós temos cerca de R$ 2,4 bilhões destinados a esse programa, repassados aos estados e municípios, para que eles possam estar atuando em alguns componentes desse Programa Mais Acesso a Especialistas, que traz um foco nas pessoas, nos pacientes, traz um financiamento maior e mais eficiente, porque o pagamento não é feito por procedimento, é feito por um conjunto de procedimentos, e isso faz com que os prestadores desses serviços tenham maior interesse em fazer essas ofertas, traz também um componente importante de telessaúde para apoiar os municípios, principalmente aqueles com maior distância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geográfica – nós temos um país que tem realidades bastante diversas –, uma eficiência na redução do tempo de espera, uma ampliação de lugares para atendimento dessas pessoas, e também tem um componente que é a formação de especialistas. Nós precisamos ampliar a formação de determinados especialistas no país e fazer o provimento deles em locais mais distantes das grandes capitais e mais próximos das pessoas, como é o caso da oftalmologia.

Nós temos também, dentro desse programa... Ele visa, então, à garantia, como eu falei, do acesso, mas também traz uma questão importante, que é a gestão do cuidado, a realização de um plano de cuidados, que a atenção especializada vai compartilhar com a atenção primária, fazendo com que essas pessoas possam ser acompanhadas mais próximo de suas residências, principalmente pessoas idosas, pessoas que têm alguma dificuldade tanto de locomoção quanto de qualquer situação, fazendo com que elas tenham maior comodidade para o atendimento.

Atualmente nós temos implantadas nesse programa cinco especialidades, vamos dizer assim, com ofertas de cuidados integrados: nós temos a cardiologia, a ortopedia, a oncologia, que é uma área bastante importante, e a oftalmologia.

A oftalmologia é uma área prioritária para o Ministério da Saúde, então, nós temos várias ações. Já iniciaram no Programa Nacional de Redução das Filas cirurgias para catarata, cirurgias para glaucoma, um incentivo para que essas filas para cirurgias fossem resolvidas. E o Programa Mais Acesso traz, então, o atendimento ambulatorial, que é a garantia de diagnóstico. Nós temos aí ofertas para avaliação inicial de oftalmologia de crianças de zero a oito anos, avaliação de estrabismo, avaliação de oftalmologia para pessoas acima de nove anos, o que envolve qualquer condição, desde transtornos relacionados à refração como outras doenças. Nós temos avaliação para retinopatia diabética, avaliação para oncologia oftalmológica, temos também avaliações para neuro-oftalmologia, avaliações para exames relacionados que precisam ser feitos sob sedação, então, a oftalmologia tem sido algo com bastante ênfase nesse programa.

Esse programa funcionou com a adesão dos estados. Nós tivemos 100% de adesão dos estados.

Esses estados fizeram planos de ação para o uso desses recursos. E, para informar aos senhores, cerca de 22% dessas ofertas de cuidados são para oftalmologia no país. Então nós tivemos aí, dentro dos planos, quase 23% das ofertas para oftalmologia. Então isso é algo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem uma importância grande. Nós temos uma possibilidade de oferta bastante importante para oftalmologia no país.

Também é importante dizer que, só no ano de 2024, nós tivemos uma produção ambulatorial na oftalmologia de quase 120 mil procedimentos, mais de 115 mil procedimentos, com investimento de quase R$8 milhões só para atendimentos ambulatoriais, que envolvem consultas e exames ambulatoriais. Isso faz com que nós tenhamos tido, em 2024, um aumento muito grande com relação a procedimentos ambulatoriais, além dos procedimentos cirúrgicos; o ano de 2024 também foi um ano recorde de investimentos em cirurgias no país. Nós tivemos um aumento, Senador, de consultas com especialistas no ano de 2024, com relação ao ano de 2022, de quase 30%. Então isso é, em um ano de programa – nós completamos um ano de programa agora em abril –, bastante significativo. Nós acreditamos que vamos completar esse ano com um aumento bastante importante.

Estamos trabalhando junto aos estados e os municípios para que eles fortaleçam os serviços, para que eles incluam... É muito importante que os estados e municípios que fazem a contratação dos serviços incluam esse modelo de atenção. A Política Nacional de Atenção Especializada prevê uma mudança de modelo de atenção. Antes nós tínhamos pessoas que faziam... E ainda temos infelizmente em alguns locais, porque a mudança de modelo leva um tempo até que o serviço se organiza, mas nós queremos acabar com essa peregrinação. A pessoa vai ao oftalmologista, daí precisa fazer determinados exames, ela retorna para o seu município, aí ela volta para atendimento novamente, ela precisa agendar novamente... O programa prevê que, nessas ofertas de cuidados, os serviços têm que ter a consulta, os exames necessários para cada tipo de oferta. E isso tem um prazo: em até 60 dias isso tem que estar concluído para que o prestador possa receber esse valor que é maior que o valor da tabela. Então, é um programa que incentiva muito a ampliação de serviços.

Além disso, nós temos também a previsão de 90 policlínicas que trazem também equipamentos para oftalmologia, então temos 55 em execução e mais 45 em seleção para esse ano, no novo PAC. E isso faz com que a gente possa ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos várias questões relacionadas à pessoa com deficiência, também novos centros de reabilitação, novas oficinas ortopédicas, enfim, então estamos trabalhando muito na Política Nacional de Atenção Especializada para ampliar o acesso.

O senhor falou sobre isso, acho que o importante é, neste momento, a gente garantir a redução dessas filas, o acesso ao diagnóstico e, consequentemente, o tratamento oportuno das pessoas, principalmente de doenças como essas que foram faladas aí, que podem levar à cegueira.

Então, o Ministério da Saúde está à disposição, eu, pessoalmente, estou à sua disposição aqui para, juntos, podermos estar atuando junto aos estados e municípios para ampliar essa atenção especializada às pessoas que tanto necessitam no país.

Agradeço a oportunidade mais uma vez e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos de novo, Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, que é Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. São informações importantes, financiamento importante. A atenção especializada é um dos grandes desafios no Brasil, em todas as áreas, e na área da oftalmologia também. E, assim, a indicação desses caminhos é muito importante.

Eu quero lembrar sempre aos que nos acompanham pelos meios de comunicação, que o SUS, o Sistema Único de Saúde, é uma organização tripartite: União, estados e municípios. Então, vamos dizer, há pactuação nacional, a decisão nacional, depois a discussão nos estados e municípios, e no município com a comunidade. Então isso é muito importante.

Se a senhora pudesse só nos ajudar também a ver como é que anda o trabalho – eu fui Presidente da Comissão de Educação e Cultura até o final do ano passado, no Senado Federal –, como é que anda a situação da triagem visual dos educandos a partir do zero ano de idade, para se identificar um problema real ou um problema potencial o mais precocemente possível, para não se aguardar que o problema se agrave. Já temos a legislação necessária para isso. Então, se pudesse, depois, na sequência, lógico, não hoje, mas depois de levantar os dados também, a gente agradeceria muito nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, passamos em seguida a palavra à Dra. Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, que é Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Seja muito bem-vinda, Dra. Wilma, também. A sua participação é muito importante.

Obrigado pela presença.

A SRA. WILMA LELIS BARBOZA LORENZO ACÁCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, bom dia a todos. Bom dia a vocês que estão aqui conosco dentro desse ambiente *online* e a todos que estão nos assistindo de forma remota. É um prazer estar aqui com todos vocês. Eu agradeço muito ao Senador por nos ter dado a oportunidade de nos reunirmos e podermos discutir essa questão tão relevante, que é o acesso da população aos cuidados com a saúde ocular.

Agradeço também muito a presença da representante da Secretaria de Atenção Especializada. Muito obrigada, Sra. Carmen. E agradeço especialmente à Retina Brasil, que tem tido um trabalho muito ativo ao longo de anos, trazendo a oportunidade de unir tantas pessoas interessadas sobre o mesmo tema.

Aos que nos ouvem e não podem nos ver, eu sou uma mulher morena, de pele mais clara, de cabelos médios, agora sentada aqui me apresento e tenho próximo de 60 anos.

Neste momento estou Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e trago para vocês algumas informações que eu entendo que são bastante relevantes para organizar o nosso pensamento quando a gente discute a questão do acesso à saúde ocular.

Nesse sentido, nada começou agora, nós temos um caminho longo nesse percurso e nós temos uma resolução, a Resolução 288, que foi publicada em 2008, que define as redes estaduais e regionais de atenção em oftalmologia no Brasil.

A despeito dessa colocação tão relevante, isso nunca se tornou um fato para nós, porque, por mais que nós buscássemos a construção dessa rede de atenção, que é fundamental – começa na detecção lá na atenção primária e precisa chegar até o especialista, não só para atendimentos mais rápidos e urgentes, mas, também, para os atendimentos cirúrgicos e de casos complexos, que trazem também um custo muito relevante para essa atenção – essas redes não foram ativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma eficiente ao longo dos anos. Nós temos hoje uma oportunidade ímpar de ter esse acesso com esse Programa Mais Acesso a Especialistas. Nós ficamos muito felizes que o ministério tenha caminhado nesse sentido, ficamos muito felizes de participar desse processo, porque depois dessa proposição, nós nos alinhamos e trabalhamos polindo todas essas ofertas de cuidado integradas que foram feitas e construímos um protocolo cujo webinário, que vai discuti-lo, acontecerá agora no dia 14 de maio, às 14h.

Então, esse protocolo define, para essas ofertas de cuidado integrado que a Sra. Carmen acabou de apresentar, quais são as prioridades para essa oferta. Se nós imaginarmos que vamos considerar, por exemplo, uma criança, existe uma oferta de cuidado integrado de 0 a 8 anos. Todas as crianças devem ter um exame oftalmológico na infância, mas quem tem prioridade para chegar a essa atenção inicialmente? Todos esses critérios foram colocados: o que é alta, o que é média e o que é baixa prioridade. Isso visa a ajudar na organização dessa fila, então, as filas de atendimento devem ser máximas, porque todos nós merecemos ser atendidos e ter uma avaliação oftalmológica ao longo da nossa vida, mas essa prioridade precisa ser respeitada para que as pessoas com maior necessidade cheguem primeiro.

Nós sabemos, obviamente, que o SUS é para todos em nosso país, mas nós precisamos considerar que temos 52 milhões de pessoas que têm acesso à saúde suplementar, enquanto os demais não. Então, a gente precisa ponderar sobre isso, a despeito de que muitas pessoas que, para além de terem a saúde suplementar, se utilizam de tratamentos, particularmente dos promovidos através da Conitec pelos protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas de doenças que têm tratamentos caros, como a fase avançada da retinopatia diabética. Então, é muito relevante que nós tenhamos uma prevenção, porque a gente precisa buscar custo/efetividade em nosso país para atendimento em saúde. E, nas fases mais avançadas das doenças, elas se tornam muito mais onerosas.

Então, não só para uma pessoa que perde a visão, para a família daquela pessoa, mas para a sociedade toda, porque nós estamos falando no impacto previdenciário, para além do impacto em termos de investimento de tratamento de saúde, com oferta dos tratamentos que são muitas vezes bastante onerosos. Então, esse impacto todo precisa ser ponderado. Nesse sentido, aqui hoje a gente fala em prevenção de cegueira, em prevenção de perda visual, mas nós temos que ter um foco também na atenção e no acolhimento social às pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesta oportunidade, nós temos tido essa felicidade de trabalhar junto ao ministério com estas duas áreas: aqui com a Saes, trabalhando a parte do PMAE e as OCIs, e também com a área de pessoas com deficiência, para que a gente possa auxiliar nesse contato.

Dessa forma, assim como a Sra. Angela havia comentado, nós precisamos olhar quais são as principais causas de perda de visão no país. Basicamente, nós temos, por experiência, que são muito semelhantes ao que acontece em todo o mundo... Eu digo por experiência, porque, infelizmente, nós não temos estudos de prevalência no nosso país suficientes para que a gente possa definir isso, de uma forma geral, na medicina, mas nós temos na prática números muito semelhantes ao que acontece no mundo.

A principal causa de perda de visão se mantém sendo a catarata. A grande vantagem nesse sentido é porque é uma causa reversível. Se a pessoa for exclusivamente portadora de catarata, o tratamento é eficiente para que ela possa recuperar a visão. Mas nós precisamos ter atenção com a segunda maior causa, que é o glaucoma. O glaucoma é a primeira causa mundial e no Brasil de perda irreversível da visão. Então, o diagnóstico precoce é absolutamente relevante – e o cuidado – para que a pessoa não evolua com a perda visual. Depois vêm os erros refrativos, ou seja, a necessidade de óculos – e de novo é uma questão reversível –, e, por fim, a retinopatia diabética.

Então, nesse sentido, a gente caminha pensando nas prioridades de atenção e nós precisamos considerar essas ofertas de cuidado integradas que foram colocadas. Eu costumo dizer que são como portas de entrada, são exatamente a maneira que os médicos e as equipes multiprofissionais que estão na atenção primária têm para promover a entrada de um paciente para atenção em oftalmologia, por isso nós temos todas essas ofertas.

Eu gostaria de chamar a atenção para alguns números que nós temos. No Brasil foram ofertadas, em 2024, 13 milhões de consultas oftalmológicas, 38 milhões de exames oftalmológicos, 2 milhões de cirurgias oftalmológicas. Isso aconteceu em 2024, isso são os dados do Datasus, isso significa que nós temos médicos para realizar procedimentos. Quando nós buscamos informações – e aqui eu vou começar a discutir com vocês as nossas fragilidades nesse sentido –, nós temos médicos suficientes. A gente pode observar isso pelos números que nós temos no SUS e pelos números que nós temos na saúde suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Citando a cirurgia de catarata, nós tivemos mais de 1,1 milhão de cirurgias de catarata realizadas pelo SUS e mais de 600 mil realizadas pela saúde suplementar, mas nós temos um *gap* de informação, e eu queria muita atenção da Saes nesse sentido. Muitos procedimentos, muitos atendimentos são feitos pelo nosso país, através do terceiro setor. As ONGs – tão conhecidas como ONGs – fazem muitos atendimentos, e nós não temos noção, não temos registro desse quantitativo. Isso é um problema para nós. Como é que pode se gerir uma rede de atenção com movimentos que são únicos, que se dão pontualmente, e não se tem como manter o atendimento aos pacientes que precisam? Como a gente vai conseguir organizar uma rede de atenção sem esses números?

E tem um outro ponto, que são as verbas parlamentares. Particularmente as cirurgias de catarata acontecem no país, de forma difusa, muito por meio de verbas parlamentares. De novo, não há registro dos procedimentos realizados. Então, o SUS não tem acesso a esses números. Nós não temos noção de quantas são realizadas nesse país.

Essa falta de informação é crucial. Nós precisamos pensar em resolver isso, porque, quando nós falamos do número de médicos para atender, nós dizemos que a gente pode olhar para a demografia médica, e lá estarão os números de médicos oftalmologistas que têm seu registro no CFM, como médicos oftalmologistas. Nós temos o último registro com dezoito mil e poucos. Eu tenho, só no Conselho Brasileiro de Oftalmologia, como associados, mais de 22 mil médicos, e nós sabemos que existem muito mais pelo país. Nós iniciamos, este ano, um projeto de demografia para buscar esses números, mas temos certeza de que não há falta de médicos. Podemos observar isso por esses números.

Francamente, eu vejo que nós temos aqui médicos, nós temos aqui pacientes necessitando, nós precisamos de uma integração disso. Então, em todos os estados, o papel dos gestores estaduais e municipais para credenciamento desses médicos no atendimento é fundamental.

Infelizmente, a gente, que caminha pelo país e tem muito contato, observa que essa é uma carência. Então, precisamos desses três participantes. Aqui temos médicos, aqui temos população que necessita; precisamos de gestores de saúde com formações de qualidade e ativos nesse trabalho de conexão entre essas duas partes. É bastante relevante a atenção com esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador comentou, a atenção à criança é extremamente importante, e o PSE está aí para isso. O Programa Saúde na Escola foi desenhado com esse objetivo. Um dos pilares, dentre os três que a gente tem, é a saúde ocular, que é o único QFC que não funciona neste país ainda. Então, a gente precisa ter uma atenção com o PSE: fazê-lo ser efetivo.

Nesse caminho, nós estivemos numa reunião com a Unicef, recentemente, que está implementando um trabalho lindo pelo país, com um enfoque particularmente em cidades bem pequenas e um crescimento, uma melhoria de condições de saúde muito boas, e não se trabalha da oftalmologia.

Então, a gente já tem desenhados os programas; nós precisamos fazê-los se tornarem ativos.

PSE (Programa Saúde na Escola): nós precisamos fazer isso de forma contínua. Quando uma ONG vai a uma escola, faz uma triagem e doa um óculos, é bom, mas o que vai acontecer com essa criança no próximo ano? Quem vai atendê-la? Quem vai dar sequência a esse tratamento?

E se ela precisar não só de óculos, mas tiver uma doença diagnosticada ou precisar comprovar? Precisa ter uma rede de atenção. Essas ações pontuais pelo terceiro setor apagam o fogo, oferecem uma ação que não se continua e que põe em risco também a continuidade do tratamento e da assistência adequada à saúde das pessoas.

Então, gostaria muito da atenção de vocês sobre a perda de dados que isso nos causa e da atenção pontual, sem continuidade, sem criação do que nós tanto desejamos, que são as redes de atenção à saúde. Isso é fundamental para nós.

Nesse sentido, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia está sempre disponível. Temos outras OCIs já discutidas com o ministério, falando da importância de dois pontos na criança e no adulto: a retinopatia da prematuridade precisa ser contemplada e o acesso a uma OCI para glaucoma é muito relevante, porque vai melhorar a rede de atenção. Nós podemos ter uma triagem nessa fase para melhorar a rede de atenção, que hoje despende muito, felizmente, com toda a atenção e medicação que é disponibilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, eu agradeço muito a oportunidade que vocês nos deram de expressarmos nossas pontuações a respeito da necessidade de uma melhoria do serviço de saúde ocular para o nosso país.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos novamente a você, Dra. Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Parabéns pelo trabalho, sugestões, encaminhamentos, mais do que sugestões, muito importantes e que vão fazer parte do documento decorrente, como eu falei antes, desta audiência pública.

Nós repassamos, antes de termos o documento final, para os expositores e expositoras, para que vocês confirmem e validem tudo o que está escrito e, se porventura quiserem acrescentar mais alguma coisa, será importante. Será, vamos dizer, o roteiro do esforço que o Senado pode fazer para colaborar com essa área, porque, além da legislação, tem que haver a execução da política pública de uma forma sempre articulada entre os Poderes e a sociedade, lembrando, como a Dra. Wilma colocou, que, até em termos de financiamento, se nós temos um trabalho bem articulado de prevenção – às vezes, as pessoas dizem que não há dinheiro para isso, não há recurso –, é mil vezes mais barato do que remediar depois. Quando eu falo que é mil vezes mais barato, é até pelo trabalho para a mãe, para o pai, para a própria pessoa.

Agora, só nessa parte de ONGs (organizações não governamentais), que são associações, fundações, como o povo brasileiro é muito solidário, quer ajudar, quer participar, como integrar, quer dizer, achar uma maneira de ter esses dados oficialmente, até no município... Se o município não consegue fazer a triagem, mas existe lá uma associação de pais e amigos dos deficientes visuais que fazem a triagem em todos os alunos, como eu acho... Só que esse dado tem que ser oficial, para ter a sequência depois, como foi bem colocado, porque o poder público precisa contar com apoio.

O Lions Clube, por exemplo, tem programas muito fortes de triagem visual, de concessão de óculos e de encaminhamento para o profissional especializado. Então, nesse sentido, tudo isso tem que ser integrado, articulado, tem que se achar a maneira de o Ministério da Saúde, junto com estados e municípios, ter esses dados todos, para não se perder nenhum paciente e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haver nenhum problema no decorrer da caminhada, não é, Dra. Wilma? Então, é um trabalho. Que bom, eu acho que é um campo muito importante a ser trabalhado.

Muito bem, passamos, em seguida, a palavra à Dra. Juliana Maria Ferraz Sallum, oftalmologista e geneticista.

A parte genética já foi inclusive mencionada pela Dra. Angela e por todos também, afinal faz parte do diagnóstico para saber por que um determinado problema está acontecendo.

A Dra. Juliana é representante do comitê científico da Retina Brasil.

Com a palavra, então, Dra. Juliana.

A SRA. JULIANA MARIA FERRAZ SALLUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos.

É um prazer estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Pelo menos para mim, está bem baixo o som.

A SRA. JULIANA MARIA FERRAZ SALLUM (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

Está melhor?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora melhorou um pouco. Muito bem.

A SRA. JULIANA MARIA FERRAZ SALLUM (*Por videoconferência*.) – O.k.

Bom dia, é um prazer estar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Será que para as outras pessoas está baixo? Está baixo ou está bom? Está baixo? Está baixo, parece. Para todo mundo está baixo ou está bom?

A SRA. JULIANA MARIA FERRAZ SALLUM (*Por videoconferência*.) – Elas se manifestaram dizendo que está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Então, o problema é meu aqui.

Obrigado, viu?

A SRA. JULIANA MARIA FERRAZ SALLUM (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço muito a possibilidade de estar aqui com vocês nesta manhã. Muito obrigada, Senador Flávio Arns, por organizar essa possibilidade de conversa entre tantos *players* bem importantes para que a gente realmente melhore a visão do paciente brasileiro.

Eu tive o prazer e a honra de trabalhar com o Prof. Suel Abujamra anos atrás, que foi visionário e criou esse momento para a gente chamar a atenção do Abril Marrom para a prevenção da cegueira.

A oftalmologia é uma especialidade muito avançada. A gente tem conhecimento científico para curar e tratar muitas doenças ou minimizar muitas situações, mas a gente ainda não consegue fazer a prevenção em toda a totalidade que seria possível ser feita. Então, essas oportunidades de conversa para a gente estreitar laços e construir caminhos para diminuir essa cegueira do paciente brasileiro são muito importantes. Obrigada por essa possibilidade.

Saúdo aqui as minhas antecessoras, todas brilhantes, cada uma colocando um olhar nessa questão e realmente mostrando que muito tem sido feito. O Brasil é muito grande e os desafios são enormes, mas eu sou testemunha, dentro dos mais de 30 anos trabalhando como oftalmologista, que muito melhorou. A gente via muito mais retinopatia diabética em fase avançada no passado, hoje a gente ainda vê, mas melhorou muito em relação ao começo da minha carreira.

O CBO tem tido um papel importantíssimo nessa organização. E, agora, a apresentação da Carmen Moura mostrando toda a organização dessa gestão do cuidado demonstra que não falta conhecimento, o que a gente precisa é de gestão, organização, e de fazer esse financiamento de uma forma custo-efetiva.

A minha voz, aqui, nesse dia de hoje, é para trazer o aconselhamento científico que eu tenho dado para o grupo de pacientes, para o Retina Brasil, e o meu papel dentro da universidade como pesquisadora, durante anos, com foco... Eu sempre gostei de desafios. Então, muitas doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oftalmológicas têm tratamento; nessas que têm tratamento, o que falta é a gestão para que o paciente tenha acesso a esse tratamento. O tratamento existe. Mas há outras doenças para as quais a gente não tem tratamento, e aí a pesquisa é muito importante.

Então, ver a ciência e a tecnologia juntas, nessa conversa hoje, faz com que a gente realmente perceba que existe um esforço de trazer coisas novas; e estando na universidade, a gente, através da pesquisa, testa muitos desses recursos tecnológicos novos. Então, a gente é capaz de colocar em prática diagnósticos moleculares, através da genética, aplicando os conceitos de medicina de precisão, de fazer o diagnóstico do paciente na base do teste genético, conhecendo qual é exatamente a alteração genética dele, e aplicar pesquisas já translacionais, pesquisas que estão indo da pesquisa básica em animais em laboratórios para uma pesquisa em pacientes, a pesquisa clínica.

Então, esse tipo de linha de pesquisa vem se juntar a todo esse esforço que tem sido feito, do paciente com doença prevalente, para conseguir trazer tratamentos para o paciente raro e trazer uma equidade para esse paciente, para trazer aí uma possibilidade de futuro com visão. Claro que a reabilitação nesse paciente é superimportante. Eu sempre falo que ele tem que fazer a reabilitação e ter a certeza de que as pessoas que fazem as pesquisas, aqui no Brasil, estão correndo atrás de estarem informadas e de trazerem as novidades em ciência para melhorar a visão e a qualidade de vida desses pacientes.

Então, eu trago aqui a voz pedindo para que tudo que a gente tem aprendido nessas iniciativas de pesquisa que ocorrem no Brasil – o país faz pesquisa nessa área de doença rara oftalmológica –, que a gente consiga colocar dentro desse sistema e que o paciente tenha acesso a isso. De que forma?

Da mesma forma que eu vejo que os mutirões de olho diabético, os mutirões de atendimento de crianças e todo o trabalho das ONGs que acabaram de ser citadas são muito importantes – e eles foram até mais importantes no passado –, hoje, eu acho que existe uma necessidade de que esse tipo de ação se torne perene, que isso seja incorporado ao sistema de saúde, e, como a Profa. Wilma falou, que a gente tenha controle dos números, que haja informação epidemiológica sobre eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando aqui para os raros, dentro da linha de pesquisa, a gente buscou ter números epidemiológicos das distrofias de retinas e seus genes, que foram muito importantes quando foi pedida a incorporação da terapia gênica pela Conitec, a primeira terapia gênica em oftalmologia.

Infelizmente, essas informações... (*Falha no áudio.*) ... não foram usadas de forma correta, e acabou que não aconteceu essa incorporação.

Então, acho que a voz de quem está na ciência tem que ser ouvida também, porque a gente consegue ter um olhar de trazer a ciência. E muitas das nossas pesquisas têm análise de custo-efetividade; a gente pensa em desenvolver essa tecnologia, e que ela seja disponível no SUS.

Então, existem iniciativas de sequenciamento genético, como o Genomas Raros; a gente fez um recentemente, o Catbra, que avalia as causas genéticas das cataratas congênitas; a gente atua em pesquisa associada a outras redes de genética, como a Renomica; e existem várias iniciativas pelo país.

Então, o Brasil já é capaz de fornecer testes genéticos pelo SUS. A gente tem qualificado pessoas tanto na parte de bancada, para fazer esse sequenciamento, como bioinformatas, para fazer as análises, e a gente já tem essa pesquisa tecnológica pronta para que seja realmente possível fazer isso pelo SUS.

Então, em nome da Retina Brasil, eu coloco que, para os pacientes, é muito importante ter essa possibilidade e não só essa possibilidade disponível para o geneticista, dentro dos projetos de raros. Existe um programa de raros. O programa de raros tem que ir além da genética, tem que estar incorporado nas especialidades, e, na oftalmologia, isso é muito importante, para a gente conseguir o diagnóstico.

Eu tenho certeza de que ele é custo-efetivo, porque, às vezes, uma criança faz inúmeros exames, inúmeras consultas, até que ela tenha o diagnóstico de qual é o tipo de cegueira. Muitas vezes ela é confundida com uma criança autista, muitas vezes ela é confundida por ter algum problema genético diferente, e a hora que a gente esclarece, com o teste genético, qual é aquele diagnóstico, a gente consegue ser muito mais assertivo no cuidado que vai ser destinado àquela criança, tanto em reabilitação quanto em algumas situações com tratamentos ou mesmo participação em pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é que eu esteja querendo trazer alguma coisa porque é linha de pesquisa ou não; é porque as pessoas estão aí e elas têm essas necessidades. Com o fato, por exemplo, da não incorporação de um luxturna, o que acontece? O paciente continua vindo, ele continua conversando e ele continua querendo ser tratado, porque ele continua com aquele problema, mesmo não tendo sido incorporado aquela tecnologia.

Então, o caminho tem que ser construído para que não haja necessidade de uma judicialização de um tratamento que não existe no SUS. Então, o caminho tem que ser na esfera técnica, porque, se ele for na esfera da judicialização, quem está decidindo quem vai ser tratado ou não é o juiz, e não o médico – e o juiz não está qualificado para esse tipo de decisão. Então, tem que ser trazido para a esfera técnica e tem que ser discutido.

A gente realmente já caminhou muito na pesquisa. A gente tem muitas publicações, muita pesquisa, uma boa noção epidemiológica, a gente está bem pronto para construir uma política para o raro dentro da oftalmologia, tanto em nível de diagnóstico molecular quanto em nível de participação de pesquisa e já de aplicação de terapias aprovadas, sempre buscando o custo-efetividade. A gente já teve algumas experiências prévias de terapia gênica aqui no Brasil e hoje a gente conhece melhor esses caminhos e é capaz de discutir qual a melhor forma de construir isso dentro do custo-efetividade para o Brasil.

Então, eu trago... Isso é a voz dos pacientes, que vem muito ao encontro do que a Angela acabou de colocar, porque ela traz a voz do paciente.

E eu também parabenizo a Retina Brasil, antes aqui de me despedir, porque foi uma entidade que começou buscando o objetivo do paciente raro, que não era atendido, e abraçou a oftalmologia como um todo, com todas as necessidades, porque viu que tinha um papel maior do que simplesmente lutar pelo raro. A gente ainda tinha muitas necessidades, e a visão dentro do SUS é um valor do Brasil e um valor da Retina Brasil.

Muito obrigada pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos também – permita-me chamá-la de você – à Dra. Juliana Maria Ferraz Salum, oftalmologista e geneticista, representante do Comitê Científico da Retina Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, parabéns à Retina Brasil pela organização, pelo apoio, pelos encaminhamentos e pelo debate que vem fazendo em nosso país. Obrigado, Dra. Juliana.

Antes de passar a palavra ao Cesar, que é Conselheiro, eu vou ler algumas perguntas que vieram pelos meios de comunicação do Senado.

A primeira delas é do Ricardo, do Rio de Janeiro: "Por que há tanto investimento no tratamento e tão pouco na prevenção das doenças que levam à cegueira no Brasil?".

A Ana, de Minas Gerais: "Qual o papel da atenção primária e o que pode ser melhorado para a prevenção?".

A Raíssa, do Mato Grosso: "A campanha Abril Marrom realmente consegue impactar as políticas públicas necessárias para a prevenção e tratamento eficaz da cegueira?".

Matheus, do Rio de Janeiro: "Quais políticas públicas efetivas têm sido tomadas para as [...] [pessoas com deficiência] a fim de garantir inclusão, inclusive em aspectos urbanísticos?.

Eu só quero dar uma olhada aqui também...

São essas as perguntas que vieram também pelo e-Cidadania, algumas delas já abordadas. No final eu vou dar uns minutos também para as conclusões finais. Se alguém quiser abordar rapidamente um aspecto ou outro das perguntas, a gente agradece.

Passo, em seguida, a palavra ao Cesar Achkar Magalhães, que é Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade).

Seja muito bem-vindo, Cesar.

O SR. CESAR ACHKAR MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador, por esta oportunidade.

Queria manifestar também minha gratidão pelo seu engajamento com a nossa causa, não só aqui da deficiência visual, mas das pessoas com deficiência em geral. O senhor tem sido sempre um companheiro da nossa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Cesar, eu posso só fazer uma observação? Eu, pelo menos, estou vendo o seu nome, mas não estou vendo a sua imagem. Vocês estão vendo a imagem do Cesar? Não, né? (*Pausa.*)

Não.

Eu acho que talvez algum...

O SR. CESAR ACHKAR MAGALHÃES (*Por videoconferência*.) – Eu não sei se a sua equipe técnica tem como habilitar aí, porque para mim é mais difícil. Em todo caso, eu vou tentar aqui... (*Pausa.*)

O SR. CESAR ACHKAR MAGALHÃES (*Por videoconferência*.) – Está habilitado?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, agora estamos nos enxergando. (*Risos.*)

Que bom revê-lo também. Quero dar a minha saudação e parabenizar você sempre pelo trabalho, pela competência, pelo humanismo na causa.

O SR. CESAR ACHKAR MAGALHÃES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. É um prazer revê-lo também.

Eu vou fazer de início aqui minha autodescrição.

Eu sou um homem branco, de 61 anos, tenho deficiência visual, tenho cabelos grisalhos. Estou aqui de terno e gravata. Atrás de mim tem um *banner* da Retina Brasília, entidade de que sou Presidente. Estou usando aqui um fone de ouvido simples, por onde vou fazer a minha leitura sombreada das minhas anotações aqui no computador.

O Abril Marrom é uma campanha importante dedicada à conscientização sobre a prevenção e o combate à cegueira. Realizada anualmente no mês de abril, como o nome já diz, a campanha visa a alertar a população sobre as principais causas da perda da visão e promover ações educativas e preventivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados do IBGE e da Organização Mundial da Saúde, cerca de 6 milhões de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência visual e, dentre essas, aproximadamente 1,5 milhão são consideradas pessoas cegas, ou seja, estamos falando de pessoas que têm visão equivalente a 1/20 ou 0,05 no melhor olho. Esses números destacam a necessidade de campanhas como o Abril Marrom e de ações de prevenção e tratamento.

As principais causas de cegueira no Brasil estão relacionadas a problemas oculares que normalmente podem ser prevenidos ou tratados se no tempo correto.

Algumas das principais causas.

Catarata: a catarata é uma das principais causas de cegueira no Brasil, especialmente entre a população idosa. Ela ocorre quando o cristalino do olho se torna opaco, dificultando a visão. E a cirurgia de catarata é um procedimento comum e eficaz.

Glaucoma: o glaucoma é uma doença que afeta o nervo ótico, muitas vezes associada à pressão intraocular. Se não tratado, pode levar à perda da visão de forma irreversível. O diagnóstico precoce e o tratamento precoce são essenciais.

Retinopatia diabética: essa condição é uma complicação da diabetes que afeta os vasos sanguíneos da retina. O controle rigoroso do diabetes e exames oftalmológicos periódicos são fundamentais para prevenir a cegueira nesse caso.

Degeneração macular relacionada à idade. A DMRI é uma condição que afeta a mácula, a parte central da retina, responsável justamente pela visão de detalhes. É mais comum em pessoas acima de 50 anos e pode levar à perda da visão central.

Doenças oculares infecciosas: infecções oculares como conjuntivite, ceratite e outras podem causar cegueira se não tratadas adequadamente no tempo certo. Algumas infecções virais bacterianas também.

Trauma ocular: lesões nos olhos, seja por acidente ou por agressões, podem resultar em perda da visão. A prevenção de acidentes e o uso de proteção ocular em atividades de risco podem evitar esse tipo de lesão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Erros de refração não corrigidos: miopia, hipermetropia e astigmatismo não corrigidos podem afetar a qualidade da visão e levar a problemas mais sérios se não tratados.

Doenças sistêmicas: condições como hipertensão e doenças autoimunes também podem afetar e contribuir para a cegueira se não geridas corretamente no tempo.

A conscientização sobre essas causas e o diagnóstico precoce são fundamentais para reduzir os casos de cegueira no Brasil. Para melhorar o quadro da cegueira no Brasil, precisamos de algumas ações estratégicas, dentre as quais destaco aqui algumas.

Primeiro, na educação e conscientização, realizar campanhas de conscientização sobre prevenção de doenças que possam levar à cegueira, como diabetes, hipertensão e outras, e promover a educação sobre cuidados que podemos ter com os olhos, abordando temas simples, muitas vezes, como proteção contra raios UV e hábitos saudáveis.

Só um minutinho, gente, minha boca está muito seca.

Dois, no acesso a exames oculares, ampliar a disponibilidade desses exames e incentivar a realização de exames regulares, principalmente para os grupos de risco, como diabéticos e idosos.

No tratamento precoce, criar programas para detectar precocemente os problemas oculares e garantir acesso rápido ao diagnóstico e tratamento, antes que as condições e os problemas se agravem, como na catarata, no glaucoma e na degeneração macular.

Na formação de profissionais, investir na formação de profissionais da oftalmologia, inclusive de especialistas.

Cinco: na tecnologia e inovação, incentivar pesquisas sobre novas tecnologias e tratamentos para doenças oculares, inclusive para doenças oculares raras.

Nos programas governamentais, criar uma política pública voltada para a saúde ocular com foco na prevenção, tratamento e reabilitação visual. Aqui eu faço um parêntese. Nós, da Retina Brasil, em 2023, nos mobilizamos, realizamos uma Conferência Nacional da Retina Brasil, que foi preparatória inclusive para a Conferência Nacional de Saúde, organizada pelo Ministério da Saúde. Essa nossa Conferência Livre da Retina Brasil mobilizou cerca de quinhentas e poucas pessoas dessa nossa rede, que são 15 grupos regionais espalhados pelo Brasil. E a gente mobilizou não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só as pessoas dos nossos grupos, mas sociedade em geral, pessoas interessadas, outras pessoas com deficiência. Fizemos uma discussão ampla entre nós, elaboramos uma série de propostas, foi um caminho propositivo, e levamos essas propostas para a Conferência Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, inclusive com a participação de cinco delegados da Retina Brasil, e lá aprovamos todas essas propostas por unanimidade, que juntas compunham um Plano Nacional de Saúde Ocular.

Isso foi levado ao Conselho de Saúde, onde também se encontra a nossa colega Sylvia, no Conselho Nacional de Saúde também houve a concordância, mas isso não foi incorporado ao Plano Nacional de Saúde, como deveria.

Aí eu ouço a representante do Ministério da Saúde, que, de certa forma, contempla várias das nossas propostas, quando ela fala que essas questões estão acontecendo. Então, eu queria sugerir ao Senador que fizesse um requerimento de informações a respeito desses atendimentos para a gente saber se realmente a gente está sendo contemplado, mas, de qualquer forma, a Retina Brasil insiste – inclusive tem um manifesto na internet – na necessidade de um plano nacional de saúde ocular. Assim como a gente tem um plano nacional de saúde bucal, de saúde mental, não faz sentido que uma pessoa com dor nos olhos, com sintomas de descolamento de retina ou com uma infecção tenha que trilhar um caminho longo até chegar a um oftalmologista, que é o especialista da área, assim como não faz sentido que uma pessoa com dor de dente não seja encaminhada diretamente para um dentista.

A gente está falando aqui – não só eu, mas também os que me antecederam – justamente que grande parte da perda visual das pessoas poderia ter sido evitada. Mais de 95% das pessoas cegas não nasceram cegas – isso no Brasil e no mundo. Então, se a gente puder evitar, com o encurtamento dessa fila dentro do Sistema Único e com o diagnóstico o mais precoce possível, não tem por que a gente não fazer.

Outra proposta é estabelecer parcerias entre sociedade e Governo, com as organizações sociais e instituições privadas – aqui presente, inclusive, o Conselho de Oftalmologia –, para ampliar o alcance dessas iniciativas.

Outra questão é o apoio na reabilitação visual: oferecer serviços de reabilitação visual para pessoas que já têm a deficiência visual, promovendo a inclusão social dessas pessoas e a melhoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da qualidade de vida delas, e fortalecer também a rede e os grupos de apoio para as pessoas com deficiência visual. Essas ações podem contribuir significativamente para reduzir os casos de cegueira no Brasil, melhorar a saúde ocular das pessoas e promover a inclusão social das pessoas cegas.

Agradeço, Senador, e espero ter contribuído.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo e me permita chamá-lo de você, porque somos amigos há muitos anos, Cesar Magalhães, Conselheiro do Conade, que é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Muito bom.

Como já foi dito, inclusive, nas exposições, colocações da mais alta qualidade, competência, indicação de caminhos que devem ser percorridos., tudo isso para subsidiar a tramitação do projeto de lei Abril Marrom, que tem justamente por objetivo isto que tem sido colocado em termos de prevenção, reabilitação, pesquisa, enfim, o atendimento da caminhada da saúde oftalmológica da nossa população.

Eu passo a palavra novamente para vocês, expositores e expositoras, para alguma consideração final que desejem fazer.

Começo de novo com você, Angela, por dois, três minutos no máximo, está bem?

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (*Por videoconferência*.) – O.k. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Então, Angela, que é Presidente da Retina Brasil.

A SRA. ANGELA MARIA DE SOUSA BEZERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, mais uma vez, eu quero agradecer ao Senado, através da pessoa do Senador Flávio Arns, como eu disse inicialmente, muito parceiro, muito propositivo, admirável nas suas iniciativas. Quando nós entregamos a Carta de Curitiba, num sábado, na terça-feira já estava tudo protocolado, eu recebi tudo; está tramitando e recebemos devolutivas e resultados em relação a isso.

Eu quero agradecer à Dra. Carmen por ter aceitado esse convite, ter trazido tantas informações importantes. E aqui eu sugiro, Doutora... Eu acabei de acessar o *site* do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, a página falando sobre o PAC Saúde – eu vou dar uma olhada lá –, e uma coisa que nós gostaríamos de ter de forma mais transparente, se possível, eram os centros de reabilitação, que são vinculados ao SUS, do Ministério da Saúde. Onde é que eles estão? Porque, quando a gente pesquisa na internet, no *site*, tem como as secretarias e estados solicitarem a instalação de um CER, de um centro de reabilitação – pode ser um CER I, II, III ou IV, dependendo da forma como eles adotarem. Então nós queremos isso. E que, realmente, em tudo o que foi discutido aqui, nós possamos contribuir, colaborar. Nós estaremos à disposição da coordenação à qual a senhora faz parte, para sermos parceiros nessa caminhada.

À Dra. Wilma, muito obrigada também pela sua parceria. Precisamos estar mais próximos, cada vez mais. Obrigada pelas informações, o CBO tem materiais excelentes, informativos e educativos. Nós também utilizamos bastante relatórios que muitas vezes a gente não consegue encontrar no próprio Ministério da Saúde, em relação ao que foi colocado aqui, inclusive pela Dra. Juliana Sallum também.

É muito importante o nosso país e o Sr. Senador que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado – o próprio título já diz –, é muito importante nós nos debruçarmos no financiamento das pesquisas científicas, especificamente na saúde ocular, e também das doenças raras. Porque existem formas que foram adotadas em outros países, por assim dizer, como no SUS, digamos, de Portugal – não é SUS lá, né? –, da França, da Suíça, de como tratar, levar um tratamento para uma doença rara hereditária da retina.

E principalmente precisamos do diagnóstico do teste genético. Hoje está mais barateado, tem que ter uma frente que possa viabilizar isso, as pessoas precisam saber qual é a doença que elas têm. Tem pessoas que passaram a vida... 52 anos, como um ex-bolsista meu que achava que tinha só retinose pigmentar e ele tem uma síndrome de Bardet-Biedl. E ele ficou muito feliz; ele já é cego, mas ele ficou feliz em saber qual era o diagnóstico dele. As pessoas precisam constituir famílias e têm medo de ter filhos, mesmo querendo constituir famílias, têm medo porque não sabem realmente o seu diagnóstico, como é que vai ser passada essa doença para o seu filho, às suas proles futuras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então quero agradecer ao César, esse parceiro, e a todos que compõem a Retina Brasil, por confiarem em mim. Eu quero dizer que eu não trabalho sozinha, não é uma força isolada, é um trabalho em parceria e em colaboração.

Estou à disposição da Comissão de Ciência e Tecnologia, da pessoa do Senador Flávio Arns.

E também quero agradecer à Comissão dos Direitos Humanos do Senado, que recebeu o requerimento que o senhor encaminhou, levou para o Plenário para a votação e foi aprovado para que possibilitasse a nossa participação hoje nesta audiência.

Eu sei, eu acredito que aqui é apenas mais um passo nesta longa caminhada de mais de 22 anos que a Retina Brasil tem.

Também reconhecemos o trabalho do Ministério da Saúde, que é de excelência. Eu acho que nós precisamos estar juntos com o CBO, com a Sociedade Brasileira de Retina e Vitreo, com os pesquisadores do nosso país.

A Dra. Juliana tem um centro de pesquisa na universidade. Fomos, no ano passado, ao Congresso Mundial Internacional da Retina, onde são concentrados os maiores pesquisadores do mundo, inclusive os que chegaram ao luxturna, que é uma grande referência. E ficamos surpresos porque nós fomos citados como pesquisa de excelência aqui no nosso país. Fomos até falar com o expositor, o cientista, perguntar se éramos nós mesmo, o nosso país. E éramos nós.

Então, é muito importante que o Ministério conheça e reconheça, assim como o CBO, a Sociedade Brasileira de Retina e outros profissionais.

Eu agradeço muito aos oftalmologistas pelas parceiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Passo, em seguida, a palavra...

Agradeço à Angela, Presidenta da Retina Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Dra. Carmen Cristina Moura dos Santos, que é Coordenadora-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

A SRA. CARMEN CRISTINA MOURA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, Senador, pela oportunidade de prestar informações e dizer que nós estamos à disposição aqui para apresentar qualquer dado que seja importante para a consolidação das discussões.

Quero dizer também que a Dra. Wilma falou em rede, não é? Não conseguimos atuar sem constituição das redes de atenção nos municípios, nos estados.

A oftalmologia envolve, como bem foi falado aqui, várias áreas, desde a atuação nas escolas – nós temos o Programa Saúde na Escola, que deve já fazer o seu papel; a atenção primária na identificação precoce, que faz o encaminhamento das pessoas com qualquer dificuldade, principalmente visual; a atenção especializada, com o diagnóstico, o tratamento, o encaminhamento para cirurgias; e a reabilitação também, como foi falado pelo César.

Então, nós estamos aqui à disposição do senhor.

Espero que eu possa ter contribuído um pouco.

Eu vou precisar me ausentar, não vou conseguir ouvir a fala dos demais, mas estou à disposição aqui para que possamos construir juntos um atendimento adequado à população.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, de novo, Dra. Carmen Santos, pela participação.

Passo, em seguida, a palavra à Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Dra. Wilma Lelis Barboza Lorenzo Acácio, para as considerações finais.

A SRA. WILMA LELIS BARBOZA LORENZO ACÁCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Inicio já agradecendo por vocês terem feito essa ação.

Vou buscar responder um pouquinho das perguntas que o senhor colocou de quem está nos ouvindo. E um dos pontos para que eu vou chamar a atenção é em relação à atenção primária à saúde. Sim, o envolvimento é absolutamente relevante, porque, quando nós pensamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos médicos que estão atendendo sejam crianças, sejam adultos, eles precisam estar envolvidos com a atenção à saúde ocular, com a oftalmologia.

É lá na atenção primária, quando um pediatra está fazendo a propedêutica básica, o atendimento básico de uma criança, que ele também vai ter a oportunidade de observar os olhos, conversar com os pais sobre sinais e sintomas que as crianças possam apresentar para saber quais são aqueles critérios de gravidade que nós colocamos para encaminhar essa criança. Algumas serão recomendadas a terem um exame oftalmológico, outras precisarão ser urgenciadas, e vai para quem está trabalhando na regulação conseguir fazer isso. Então, a interação com pediatras, com clínicos, com todos os que estão na atenção primária é absolutamente relevante.

Para todos que atendem adultos com diabetes: todos os pacientes, ao terem um diagnóstico de diabetes, devem fazer um exame oftalmológico. Quem tem prioridade? Isso está colocado, tem algumas circunstâncias que são prioritárias. Então, essa interação é fundamental. Uma vez um paciente com diabetes não tendo retinopatia diabética, o médico da ponta vai saber disso e o tratamento vai seguir. Agora, para aquele que tem retinopatia diabética inicial, o tratamento clínico dele precisa ser mais bem cuidado, mais bem orientado para evitar que ele tenha lá na frente a perda visual e a necessidade de tratamento. Então, essa interação com a atenção primária é absolutamente relevante.

Coloco, de novo, o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que é o órgão máximo representante dos oftalmologistas no nosso país, totalmente à disposição. Nós temos documentos e formas de orientar os professores nas escolas para fazerem as triagens, os médicos que estão na atenção primária para conseguirem otimizar o encaminhamento via OCIs. Nós estamos preparados para isso. Temos um relacionamento com o Conasems e com o Conass também nesse trabalho.

Nesse sentido, uma das questões foi a importância de um movimento como este, de um momento de reunião como esta. Isso é muito relevante, coloca esse assunto em pauta e traz uma série de informações à tona. No entanto, nós precisamos continuar com esses eventos e com atividades ao longo do ano para relembrar as pessoas, para trazer informações contínuas, como no próximo mês, que é o mês dedicado à prevenção do glaucoma e ao tratamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é fundamental que todas as pessoas se engajem nessas campanhas para difundir conhecimento de qualidade.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Nós que agradecemos, Dra. Wilma Acácio, Presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Parabéns pela coordenação e pelo trabalho essencial para a saúde ocular em nosso país! Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Juliana Maria Ferraz Sallum, que é oftalmologista e geneticista e é representante do comitê científico da Retina Brasil.

A SRA. JULIANA MARIA FERRAZ SALLUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês.

As perguntas oftalmológicas já foram endereçadas.

Eu vou trazer aqui uma informação a mais, que é a da deficiência não aparente. Existem vários deficientes que não têm nada que você olhe para o rosto dele e perceba se existe uma deficiência pela qual ele esteja se comportando dessa forma. E, para a sociedade, é importante saber que isso existe, porque muitas pessoas com deficiência são mal-entendidas, mal interpretadas e, às vezes, acham que o problema não existe, mas, na verdade, o problema é grave. Só pelo fato de você olhar para o olho da pessoa e não perceber alguma lesão branca ou um desvio, a gente acha que... E realmente o problema existe. Então, tem situações em que esteticamente o olho está perfeito, a gente olha para a pessoa e não consegue perceber essa dificuldade. E a pessoa às vezes esconde ou prefere não dizer que tem a dificuldade, e isso não fica aparente.

Então, a sociedade tem que se preparar para entender essas pessoas e acolhê-las em ambientes escolares – às vezes tem professores que duvidam da dificuldade visual da criança –, em ambientes de trabalho também, porque às vezes a pessoa tenta não dizer que tem o problema e acaba se colocando em situações de risco, às vezes trabalhando em lugares onde fica exposta, em ambientes não preparados a uma pessoa que tenha dificuldade de caminhar ou que possa ter um campo visual restrito. Então, é importante saber que existe essa deficiência não aparente. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos números que o Cesar trouxe para a gente, existe um número bem maior de pessoas com baixa visão se comparado com o de pessoas com cegueira. E essas pessoas com baixa visão muitas vezes estão nesse grupo de pessoas com deficiência não aparente e são mal interpretadas, ou não se acredita muito que exista o problema.

Então, aqui está todo mundo junto para construir política pública para melhorar a visão dessas pessoas, mas também é importante que a sociedade esteja preparada para acolher e entender essa dificuldade. A sociedade não está aqui para julgar. A gente tem que dar as melhores oportunidades possíveis, mesmo quando a deficiência faz parte do dia a dia da pessoa.

Então, é só esse aspecto a mais que eu trouxe aqui para a nossa discussão.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos também à Dra. Juliana Maria Ferraz Sallum e parabenizamos novamente a Retina Brasil por meio da senhora, que é representante do comitê científico da instituição.

Esses são grandes objetivos de uma semana e também do Abril Marrom, quer dizer, é um trabalho permanente, como também a Dra. Wilma, a Dra. Carmen e a Angela já colocaram. Quando a gente fala de um dia ou um mês, é sempre com foco de determinar todos os holofotes nessa área, mas é um trabalho que depois tem que continuar no decorrer do ano.

E você – me permita chamar de "você", Dra. Juliana – também usou uma palavra interessante, que é "acolhida": essas pessoas terem acolhida, o que é essencial. Parabéns! Parabéns pelo trabalho.

Dr. Cesar Magalhães, grande amigo, Conselheiro do Conade.

O SR. CESAR ACHKAR MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, para mim é uma honra grande estar aqui representando as pessoas com deficiência visual e uma responsabilidade grande em consequência. E, de cara, já peço desculpas pela minha leitura sombreada. Não é algo que eu domine muito bem, aprendi há pouco tempo, e necessito ainda de muito mais treino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria comentar a fala cirúrgica da Dra. Wilma, quando ela fala... Foi didática em dizer: "Aqui estão pacientes e, do outro lado, estão aqui os oftalmologistas; e falta fazer esse elo". Quando a gente olha dessa forma, eu vejo aqui colegas em Brasília aguardando oito meses, quase um ano, às vezes, para conseguir uma consulta com oftalmologista, trilhando um caminho de regulação dentro do sistema que para a gente não faz muita lógica. E aí, com essa fala da Dra. Wilma, eu acho que cabe à gente fazer uma reflexão: o problema é de gestão, porque, se você tem um paciente querendo ser atendido de um lado e tem médicos suficientes do outro, a gente tem que resolver esse problema, e aí a questão é de gestão.

Eu também sou membro aqui do Conselho de Saúde do DF e, então, apesar de usar plano de saúde, usar o sistema privado de saúde, não o público, normalmente, a gente acaba aprendendo muito, tanto porque se discute isso o tempo inteiro, é uma preocupação nossa enquanto membro da Retina Brasil, enquanto Conselheiro de Saúde do DF, mas também porque a gente se preocupa com as outras pessoas que não têm esse caminho que é um pouco mais curto, que é o da saúde privada.

E aí estou aprendendo muito sobre isso, e algumas coisas me surpreenderam agora, conhecendo melhor o sistema único. A gente defende, sempre defendeu o Sistema Único de Saúde, mas isso não significa que a gente não tenha críticas a ele e que não queira o seu aprimoramento. E para mim uma das surpresas foi saber que o Sistema Único de Saúde não tem um sistema único de dados, que o prontuário de um paciente ou a regulação do seu atendimento, a fila daqui desse estado não se comunica com a do outro, ou de um hospital com outro, de uma cidade com outra. Por que isso? Se o nome é sistema único, porque os dados não se abrigam num sistema único de dados também? Isso talvez resolveria boa parte dos problemas de gestão. Fica aqui minha sugestão para que isso seja olhado com carinho.

E queria também comentar a fala da Dra. Juliana sobre a questão dos centros de reabilitação e sobre a questão das pessoas com deficiência visual, com baixa visão, como eu, e de em algumas situações a deficiência não ser perceptível. Eu uso bengala, uso bengala verde, que é a bengala adequada para quem tem baixa visão, mas não é em todas as situações que eu uso bengala. Quando eu estou com a minha família, por exemplo, andando junto com minha mulher e minha filha, às vezes não necessito dessa bengala. Quando saio sozinho, sempre uso bengala verde, até para não correr nenhum risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a questão dos centros de reabilitação, eu tenho mais de 30 anos de deficiência visual, foi um caminho longo de aprendizado, e não precisava ser. Então, a gente corre atrás dessa informação, de quantos centros de reabilitação a gente tem, específicos para a deficiência visual no Brasil, e onde estão eles, e não temos essa informação. Esse é um pedido que eu faço, Senador, que o senhor, através do gabinete, requisite essas informações ao Ministério da Saúde, ao Governo Federal, até para a gente poder orientar as pessoas Brasil afora sobre os serviços que elas podem procurar. E aí eu me solidarizo com esses colegas de deficiência, que, muitas vezes, ainda estão tentando encontrar esse apoio como eu. Eu levei mais de 15 anos para encontrar uma instituição que me ajudou a me reabilitar nas tarefas do dia a dia, como eu consigo fazer hoje.

Agradeço muito a oportunidade e, mais uma vez, peço desculpa ao Senador, às pessoas da mesa e aos que assistem pela minha leitura um pouco truncada, com um recurso que eu ainda não domino muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só quero dizer que a leitura estava perfeita, sabe? Muito melhor que as nossas leituras inclusive, não é? Continue assim, porque você vai ficar um craque na leitura também sombreada, como você falou, não é?

O que você colocou, Cesar, particularmente em relação aos dados, isso é algo essencial no Brasil. Nós temos que ter números, dados, referências para políticas públicas, e a Dra. Wilma inclusive ressaltou muito isso. Você tem que ter toda uma base de dados para estabelecer políticas públicas que atendam com qualidade, com eficiência, com cidadania a todas as pessoas.

Nós estamos discutindo hoje a questão da saúde ocular, vamos dizer assim, prevenção, reabilitação, mas os dados são essenciais, e não temos dados. Ou, melhor dizendo, os dados precisam ser muito aprimorados ainda, melhorados, para que o atendimento possa ser de mais qualidade.

Tudo o que foi falado, como já mencionado, vamos colocar tudo numa memória de reunião, com as propostas bem claras, e isso vai ficar à disposição das pessoas que nos acompanham, pelos meios de comunicação, e essa vai ser a primeira proposta quanto ao Senado: que o Senado possa acompanhar os desdobramentos desta audiência pública, porque, no fundo, é para a aprovação de uma lei, mas junto com a aprovação da lei já vem também a pauta necessária para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a área. É um espaço, como eu falei, como Presidente desta audiência pública, para que vocês, expositores, expositoras, validem aquilo que está escrito também, está bom?

Agradeço muito a participação. Foi muito importante, de muita qualidade, muita competência. Como foi dito, o Brasil tem todas as condições de fazer um trabalho muito adequado, o que está muito relacionado à questão da gestão, da organização, da administração, para que isso ocorra duma maneira muito mais efetiva.

Agradeço, então, novamente; agradeço aos meios de comunicação do Senado por participarem, transmitirem e, com isso, ajudarem a orientar a população, sensibilizar, conscientizar – os meios de comunicação do Senado são muito acompanhados pela população –; e a todo o pessoal da Comissão de Direitos Humanos, em que esta audiência está acontecendo. Presido a de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Esta área é prioritária lá também: doenças raras, pesquisas. Nós vamos, inclusive, lá naquela Comissão, convidar o Ministério da Saúde também para colocar como é que são as pesquisas nessa área, a ciência, a tecnologia assistiva, que é importante.

E agradeço sobremaneira a vocês novamente.

Então, penso que os objetivos da audiência pública foram alcançados e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 60/2024 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: Debater sobre a criação do Dia Nacional da Síndrome de Angelman, a ser celebrado no dia 15 de fevereiro. Participantes: Mara Lucia Schmitz Ferreira Santos, Neuropediatra e Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe - Centro Habilitado como Serviço de Referência em Doenças Raras pelo Ministério da Saúde; Daniel Almeida do Valle, Médico neurologista infantil do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba-Paraná - Preceptor da residência médica de neurologia infantil e Professor de Medicina da Universidade Positivo; Luciana Valéria da Costa Carvalho, Mãe da Tarsila, uma menina de 2 anos que vive com a síndrome de Angelman; Adriana Monteiro, Mãe da Ana Luísa, uma adulta de 23 anos que vive com síndrome de Angelman; Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, Representante da Associação GAMAS - Iniciativa Brasileira de Atenção à Síndrome de Angelman; Marco Antonio Melo Franco, Coordenador-Geral de Política Pedagógica da Educação Especial do Ministério da Educação; e Natan Monsores, Coordenador-geral da Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/28

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 60, de 2024, CDH, de minha autoria, para debater sobre a criação do Dia Nacional da Síndrome de Angelman, a ser celebrado no dia 15 de fevereiro.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

A participação dos convidados e das convidadas será por videoconferência: Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, representante da associação Gamas, Iniciativa Brasileira de Atenção à Síndrome de Angelman; Mara Lucia Schmitz Ferreira Santos, neuropediatra e Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe, centro habilitado como serviço de referência em doenças raras pelo Ministério da Saúde; Luciana Valéria da Costa Carvalho, mãe da Tarsila, menina de 2 anos que vive com a síndrome de Angelman; Adriana Monteiro, mãe da Ana Luísa, já adulta de 23 anos que vive com síndrome de Angelman; Natan Monsores, Coordenador-Geral da Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Daniel Almeida do Valle, médico neurologista infantil do Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba, no Paraná, Preceptor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Residência Médica de Neurologia Infantil e Professor de Medicina da Universidade Positivo; Marco Antonio Melo Franco, Coordenador-Geral de Política Pedagógica da Educação Especial do Ministério da Educação.

Secretaria, provavelmente, o Marco vai explicar também, com mais detalhes, sobre a Secadi.

Quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas a vocês – me permitem chamá-los assim – expositoras e expositores.

A iniciativa é da mais alta importância. O Senado Federal vem se dedicando bastante para a abordagem de doenças raras em termos de legislação, de tratamento, de medicamentos e acompanhamento da pessoa no decorrer da vida, o apoio que se possa prestar para o bem-estar das famílias, para a formação de profissionais, para a inclusão dessas pessoas na sociedade, na saúde, no trabalho, na assistência.

Eu quero assegurar aos expositores e às expositoras que esta determinação existe não só da minha parte, mas de inúmeros Senadores e Senadoras que têm uma história assim muito próxima dessa discussão que acontece hoje no Senado Federal. Então, há um ambiente assim de apoio para essas iniciativas. E esta audiência pública é importante que se realize, porque ela vai dar base para a tramitação do projeto de lei para a celebração, a conscientização, a sensibilização.

A palavra celebração é uma palavra forte também, celebrar a vida, celebrar a dignidade, celebrar a cidadania, direitos humanos da pessoa que apresente a síndrome de Angelman.

Lembro que perto de 8 mil doenças raras existem. Há cerca de 700 delas, já 800, com algum tipo de trabalho envolvido, e é necessário em um dia desses que os holofotes fiquem sobre a área e o trabalho seja desenvolvido com competência no decorrer do ano.

Se os expositores e expositoras permitirem, eu faria o seguinte: primeiro, nós ouviríamos as mães, porque é muito importante a gente ter o ponto de vista da mãe e da pessoa com a síndrome de Angelman. Mas as famílias também representam as necessidades nesse sentido. Passaríamos, em seguida. para os profissionais que atuam nessa área, particularmente os que estão aqui do Hospital Pequeno Príncipe trabalhando e também pesquisando; e de outras partes do Brasil também. E, finalmente, a gente passaria para o Ministério da Saúde, para o Ministério da Educação, para que, ouvindo esses relatos, eles já se posicionem sobre isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, eu tomo a liberdade, inclusive, de ler perguntas e comentários que já vieram pelos meios de comunicação, que também nos orientam sobre a abordagem do tema.

Danila, de Minas Gerais: "Essa síndrome é mais comum em menina ou menino? Qual a expectativa de vida? Quão rara é essa síndrome? É possível descobrir na gestação?".

Ana, do Rio de Janeiro: "Quais políticas públicas garantem diagnóstico precoce e terapias para Angelman, especialmente em regiões com poucos recursos?".

Alexandra, de Alagoas: "O MEC tem programas específicos de formação para professores lidarem com alunos que têm [...] [a síndrome]? Se não, quando serão implementados?".

Raíssa, do Mato Grosso: "Criar um dia nacional basta para garantir real apoio às famílias afetadas pela síndrome de Angelman ou é preciso mais que simbolismo?".

Alexandra, de Alagoas: "Há linhas de financiamento ou subsídios para famílias adquirirem equipamentos de mobilidade e adaptação residencial?".

Comentários.

Ana, do Rio de Janeiro: "Sem diagnóstico precoce e apoio, famílias com Angelman sofrem. É urgente pensar em políticas inclusivas para todo o país".

Waléria, de Minas Gerais: "Conscientizar sobre a síndrome de Angelman é essencial para inclusão, empatia e apoio a todas as famílias que enfrentam essa realidade".

Alice, de Santa Catarina: "É extremamente importante comentar sobre a inclusão da criança portadora de [...] [síndrome de Angelman] na rede de ensino".

Eu até quero pedir desculpas aos expositores e às expositoras e também a quem nos acompanha pelo Brasil, mas, até em função das perguntas que vieram, vamos inverter: primeiro, vamos entender o que seja a síndrome, para orientar os profissionais, as pessoas, as perguntas. Então, nós ouviremos, primeiro, os profissionais da área, especificamente a Dra. Mara e o Dr. Daniel também, que é médico neurologista infantil. Em seguida, escutaremos a Luciana, que é a mãe da Tarsila e que falará: "Olha, foi descrito o quadro e aqui nós temos o caso da Tarsila", e também a Adriana Monteiro, que tem também a filha, a Luísa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desculpem um pouco por ter que voltar atrás, mas eu penso, lendo as perguntas e os comentários, que primeiro é necessário que todos do Brasil saibam o que é. Nada melhor do que profissionais tão voltados a esse assunto, como são a Dra. Mara e o Dr. Daniel, para dar essas explicações. O.k.? Então, profissionais, as mães e os órgãos públicos, pode ser?

Muito bem. Passamos, então, em primeiro lugar – quero dar as boas-vindas –, para a Dra. Mara Lucia Ferreira dos Santos, Neuropediatra e Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Hospital Pequeno Príncipe, que é um centro habilitado como serviço de referência em doenças raras pelo Ministério da Saúde.

Dra. Mara, quero dizer para todo o Brasil como o Pequeno Príncipe, em Curitiba, faz um trabalho de muita qualidade nesta área, com muita dedicação, entusiasmo, solidariedade e competência.

Com a palavra, então, Dra. Mara.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Eu estou com a voz... Estou um pouco rouca, estou com um pouco de gripe, mas vamos conversar, tá?

Então, eu agradeço muito o convite de estar aqui e falar sobre a síndrome de Angelman.

As síndromes no Brasil muitas vezes são negligenciadas. Eu acho que, de alguns anos para cá, nós estamos conseguindo falar e conscientizar toda população sobre o que temos, para depois nós tentarmos resolver esses problemas.

Eu tenho uma apresentação, já enviei. Não sei se eles vão passar ou se eu entro para passar. Vai alguém passando, Dr. Flávio Arns, ou eu mesma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, é possível passar...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Veja se alguém vai passar ou se eu mesma posso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – O Christiano, que é o nosso coordenador na Comissão de Direitos Humanos, já orienta também. Você consegue passar aí, Christiano, ou compartilha?

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY (*Por videoconferência*.) – Não chegou para nós aqui a apresentação.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Não chegou? Não?

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY (*Por videoconferência*.) – Mas nós podemos fazer o seguinte...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Mas então...

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY (*Por videoconferência*.) – A senhora vira *co-host* e faz um *share screen* da sua máquina.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Eu já vou dividir, então. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Podemos ir com calma também, olhe...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Está conseguindo ver aí?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Estamos vendo.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Isso. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Se quiser para... Tem um mecanismo de tela cheia também, não é, Christiano?

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Já coloquei, veja se deu certo. Vocês estão vendo tela cheia? Para mim está tela cheia. Vejam se para vocês está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está bem, então está bom. Nós estamos vendo a tela também.

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY (*Por videoconferência*.) – Antes de a senhora fazer o *share screen*, coloque no modo tela cheia – isso –, que vai funcionar.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Deixe-me só voltar, então. (*Pausa.*)

Está conseguindo ver, Christiano?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agora está perfeito. Muito bem!

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Até, se outras pessoas, outros expositores tiverem a apresentação, já podem naturalmente entrar em contato com a Comissão para verificar os detalhes da apresentação.

Mas, com a palavra, Dra. Mara.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Vamos falar um pouquinho da síndrome de Angelman, de uma maneira rápida, como temos muitos para falar, não é, Dr. Flávio Arns?

Então, assim, quanto à síndrome de Angelman, eu tentei focar na urgência do diagnóstico e do cuidado.

Quando a gente fala da urgência do diagnóstico e do cuidado – opa, foi muito rápido –, o que que nós temos? Uma das mães fez uma pergunta: qual que é a incidência da síndrome de Angelman. Então, a incidência é variada entre um para 12 mil e um para 20 mil nascimentos. A incidência não tem um predomínio de sexo feminino ou masculino, é mais ou menos meio a meio. Então, não tem uma predominância no feminino ou no masculino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diagnóstico, muitas vezes, é tardio, demorando em torno... Às vezes o paciente tem de dois a cinco anos de idade. Por que que isso acontece? Porque, muitas vezes, quem tem a síndrome Angelman nasce sem alterações visíveis, o que vai poder atrasar o diagnóstico.

Então, aqui é a capa de um livro, que nos mostra os fenótipos. Os fenótipos a gente chama de característica clínica.

Muitas vezes, você olha para essa criança e você não vê nada de tão errado nela nos primeiros anos de vida. Então, o que que vai chamar a atenção para essa criança?

Cem por cento desses pacientes vão ter o quê? Atraso no desenvolvimento. Então, quando nasce, nem sempre você vai ver isso, mas, à medida que o tempo vai passando, você vai vendo que a criança não se senta às vezes na época correta; não engatinha com nove meses ou em torno de 11 meses; não vai andar na idade correta. E daí a família busca ajuda no pediatra para saber por que essa criança não está se desenvolvendo corretamente. Então 100% das crianças têm atraso no desenvolvimento.

A maioria também tem desequilíbrio para andar, o que a gente chama de ataxia. Ela não tem equilíbrio, ela começa e cai, ela precisa de apoio, ela aumenta os pezinhos para aumentar a base de sustentação.

São crianças com personalidade que a gente chama afável e sorridente, como se vê nessa foto aqui embaixo, nesse menino na cadeira de rodas, nesse carrinho, em que ele está sorrindo. Então elas são sempre crianças sorridentes e afáveis, a maioria delas, quase 100%.

São hiperativos; então eles não param, ficam para um lado e para o outro.

E uma coisa que chama muita atenção é a ausência da linguagem. Quando é que você começa a esperar a linguagem na criança? Em torno de 12 meses, ela começa a falar "mama", "tata", "papa", que são os dissílabos, os monossílabos, e essa criança não vai atingindo esses marcos do desenvolvimento. Então isso vai também chamando atenção da família. Mas, infelizmente, às vezes as famílias procuram ajuda, e o próprio médico fala: "Não, cada um tem seu tempo, é assim mesmo". Então isso acaba atrasando o diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oitenta por cento dessas crianças evoluem com microcefalia. O que é microcefalia? A cabeça não cresce direito. Então, você vai medindo o perímetro cefálico mês a mês, assim como você vai medir peso, estatura, e você vai ver que o cérebro não vai se desenvolvendo adequadamente.

Crises convulsivas: nem sempre todos têm, 20% não vão ter. Iniciam-se com 18 meses a 36 meses de idade. E eles têm um padrão de eletroencefalograma – que é um exame, para quem não está habituado, em que você vai ver epilepsia – com umas ondas que são características da síndrome de Angelman, mas quem vai dar o laudo tem que estar pensando nisso, senão acaba não vendo isso também.

E 20% a 80% dessas crianças têm o quê? Eles têm a boca grande, como você pode ver se olhar nessa foto do menino dentro do carrinho; eles têm os dentes espaçados; e muitas crianças têm uma hipopigmentação de pele, então elas são todas clarinhas, muitas vezes destoando da família – a família não é tão clara, e a criança é mais clara que o habitual.

E eles têm uma coisa que chama muita atenção, que é o fascínio pela água. Eles adoram água, então eles buscam brincar com a água. Antigamente, quando a gente não tinha exame genético, a gente fazia o diagnóstico pela criança que buscava água, pelo sorriso – porque ela está sempre sorrindo – e pelo atraso no desenvolvimento. E tem outros sinais, como estrabismo, prognatismo, que é a mandíbula aqui um pouquinho para frente.

Então, esses são os sintomas clínicos, características clínicas.

E eles também têm os distúrbios neurológicos e epilepsia. Em torno de 80 a 90% dessas crianças os têm. E a epilepsia pode ser desafiadora. Eu tive uma criança com síndrome de Angelman que era muito difícil de controlar; ela era moradora do hospital, de tanta epilepsia que ela tinha. E às vezes o diagnóstico fica difícil, fica-se pensando em outras doenças. E o que nos chamou atenção é que a criança, mesmo convulsionando muito, sempre estava sorrindo. E se confirmou: ela tinha um diagnóstico anterior de encefalite, mas na realidade não era; era síndrome de Angelman. Então é para verem como nem sempre tudo é tão fácil.

E as medicações que a gente mais usa para as crianças a gente chama da primeira linha de tratamento, é o clobazan. Só dando uma ressalva porque essa medicação está em falta no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são coisas difíceis de a gente às vezes lidar, a gente está com problemas na distribuição da medicação no Brasil, o clobazan. Depois temos o levitiracetam e clonazepam. E, de segunda linha, o canabidiol, que também a gente sabe da dificuldade das mães em ter acesso ao canabidiol pelo custo. É uma coisa também importante para a gente levantar, a lamotrigina e o topiramato. E essas medicações têm nas secretarias de saúde, onde o Governo fornece, assim como o levetiracetam e o clobazan também. Então, são situações graves.

O que nós temos também quando essas crianças acabam tendo muitas crises convulsivas? A gente orienta a família com o que a gente chama de medicação de resgate. A gente orienta a ter um diazepam supositório, midazolam nasal, um clonazepam sublingual, porque essa mãe usa essa medicação em casa para ela chegar até o hospital, ou muitas vezes ela nem precisa ir até o hospital.

E o que nós temos envolvido nessas crianças? Então, nós precisamos de muitas áreas, nós precisamos do pediatra, nós precisamos do geneticista, nós precisamos do neurologista, nós precisamos da psicologia, nós precisamos do psiquiatra. Por quê? O exame você pode fazer a hipótese diagnóstica vendo o fenótipo, que é a carinha da criança, daí você faz o diagnóstico definitivo com o exame genético. E, no exame genético, nós temos quatro tipos de situações, desde uma forma que a gente chama de alteração genética de deleção, onde a criança tem sintoma mais grave, e formas que podem ser mais simples, onde a alteração genética não é tão grave assim.

E, associado a isso, nós precisamos de toda uma equipe multidisciplinar para nos ajudar, que é a psicologia, que é a fonoaudiologia, que é a terapia ocupacional, que é o fisioterapeuta. Então, ninguém trabalha sozinho. Nós precisamos todos desse grupo de pessoas para nos ajudar.

E não podemos esquecer que essas crianças crescem. Uma mãe fez uma pergunta falando da filha dela que já é adulta. Então, eles evoluem para adolescência e vida adulta. Como lidar com tudo isso? Essas crianças e as famílias precisam de apoio permanente, com o desenvolvimento das habilidades possíveis, com suporte. Uma pessoa que fez uma pergunta sobre escola: as pessoas estão capacitadas para cuidar? Nem sempre. Então, a gente vê muitas vezes que as escolas, quando a gente fala de inclusão, depende do nível de alteração neurológica que o paciente tem. Você pode incluir se muitas vezes não for grave, mas, quando você tem uma criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grave, é muito difícil no ensino regular você incluir essa criança, porque nós sabemos que as turmas têm entre 20 e 30 crianças com uma professora. Muitas vezes ela não dá conta de cuidar de todos esses pacientes.

O que nós temos aqui também? A importância do diagnóstico precoce. Eu vi que uma mãe perguntou se poderia fazer diagnóstico intrauterino. Você pode fazer, desde que você tenha uma suspeita para você fazer a busca desse paciente. Então, você pode fazer através de um exame genético pela vilosidade coriônica. O que nós temos também são as intervenções que eu falei, a melhor qualidade de vida para essas crianças e o aconselhamento genético, a informação para você planejar essa família, para você saber qual a alteração genética que essa criança tem e para você saber se vai ter recorrência ou não na mesma família.

Então, assim, como você cuidar do cuidador? Muitas vezes nós esquecemos das mães, das famílias que cuidam dessas crianças.

Então nós precisamos de grupos de apoio, como as associações, onde as mães se encontram, conversam, relatam, se sentem amparadas, não é? Elas precisam ter esse apoio emocional e saúde mental, que hoje acho que, cada vez mais, nós falamos da saúde mental, quando as pessoas estão muito estressadas, cansadas. Então precisam de um descanso: cuidar de si para cuidar melhor do outro, não é?

Os recursos que a gente já falou, materiais educativos, profissionais de saúde que possam orientar essas famílias.

E o que é necessário? Se você puder ter uma suspeita dessa doença em centros de referência. No Brasil, hoje nós temos vários, acho que temos mais de 17 centros de referência. Buscar no seu estado qual é o centro de referência mais próximo que possa lhe ajudar.

Escolas especializadas têm inclusão adequada, muitas vezes. Às vezes, precisa de uma escola especial para dar suporte, precisa-se de todos os profissionais e políticas públicas para dar suporte a essa família.

Aqui são os encontros das sociedades internacionais e os pacientes com Angelman e suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as principais mensagens que eu posso deixar, quais são? Reconhecer sinais precoces, buscar o diagnóstico multidisciplinar, promover intervenções de suporte, cuidar das famílias e de seus cuidadores. E os novos tratamentos que estão vindo por aí. E nós já sabemos, então por isso que eu mostro essa estrada, e estamos começando a andar nela, para que os tratamentos que estão chegando, que a gente sabe que estão chegando para essa doença, para essa síndrome, desculpem, e possamos melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Era isso que eu queria falar e agradeço a todos, tá? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Dra. Mara Lucia Schmitz Ferreira Santos, grande pesquisadora, médica, uma referência no Brasil nessa área. Parabéns pelo trabalho incansável e de alta dedicação. Eu penso que é muito importante encontrarmos isto nos profissionais: competência e humanidade. E você, me permita chamar assim, reúne essas duas qualidades essenciais. Parabéns.

Passo, em seguida, a palavra, como nós havíamos combinado, nessa compreensão do quadro do que seja a síndrome de Angelman, para o Dr. Daniel Almeida do Valle, que é médico neurologista infantil do Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba, Paraná. É também Preceptor da Residência Médica em Neurologia Infantil e professor de Medicina da Universidade Positivo.

Seja muito bem-vindo, Dr. Daniel. Com a palavra.

O SR. DANIEL ALMEIDA DO VALLE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Eu agradeço primeiramente o convite. E digo o mesmo que o Senador Flávio, que é uma honra falar depois da Dra. Mara, que já fez uma excelente apresentação. Então eu vou fazer mais uma complementação, eu não vou ser repetitivo sobre a explanação da doença. Se tiverem qualquer dúvida, qualquer pergunta ou qualquer outra observação, vocês podem me falar.

Então, primeiro, até aproveitando as perguntas que fizeram e aproveitando também a deixa que a Dra. Mara comentou, o diagnóstico intrauterino realmente é possível. Mas o diagnóstico genético da síndrome de Angelman não é um diagnóstico tão simples, porque a gente tem diferentes mecanismos de doença. E como as manifestações usualmente não aparecem intraútero, a gente só vai pedir o teste depois que o paciente nasce e já começando a aparecer alguns sintomas. E muitas dessas características estão sendo avaliadas como habituais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperadas para a idade, como se fosse o tempo da própria criança, então eles chegam muito tardios para a gente ou, muitas vezes, eles ganham o diagnóstico de autismo e ficam, por isso, por um longo período até desconfiarem que têm algo a mais.

Então, a gente já teve pacientes que demoraram de um ano até quinze anos para suspeitar da condição. Então, nem sempre a suspeição é tão precoce a ponto de que a gente possa fazer essa modificação. E o diagnóstico genético, como a Dra. Mara também comentou, a maior parte das vezes é por uma deleção, então ele tem um material genético que vem deletado. Isso é uma questão do paciente, ele não vem herdado nem da mãe nem do pai, mas existem algumas características que são herdadas e que são formas mais raras.

Então respondendo às perguntas que fizeram, realmente é possível o diagnóstico intrauterino, mas não é viável, porque, muitas vezes, a gente não tem a suspeita. E essa condição genética tem diferentes mecanismos, não é um teste genético só, que a gente faz para todo mundo, que consegue falar. Então, para isso a gente precisa desses profissionais capacitados, e a gente tem isso nesses centros de doenças raras, que estão distribuídos em todo o Brasil. Frente a uma suspeita de que tenha algo a mais naquele paciente – um paciente que tem uma epilepsia associada ao autismo; ou uma evolução que não está favorável; ou um paciente que, no caso, tem pele clara, é muito sorridente, tem um comportamento muito sociável, apesar da ausência de fala –, isso tudo levaria a essa suspeição e ele deveria ser encaminhado para esses centros, para fazer essa investigação e esse diagnóstico.

Com isso, a gente também consegue entender que, quanto mais precocemente eu começo as terapias para esse paciente, melhor é o prognóstico que eu tenho para ele. Principalmente porque a gente sabe que a síndrome de Angelman faz uma alteração de motricidade, da ataxia. Eles têm muita dificuldade de ganhar linguagem, só que isso não significa que eles não vão conseguir se comunicar. Então a gente tem técnicas para ensinar a esses pacientes a comunicação, o que pode ser feito com fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, desde que eles estejam capacitados para trabalhar com essa condição e condições semelhantes.

Quanto mais precocemente a gente começa uma intervenção focada, melhor a resposta a longo prazo, tanto que a gente sabe que a expectativa de vida do paciente com Angelman não é diferente da expectativa de vida nos estudos de população geral. Isso vai depender muito das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comorbidades que ele tem – se ele tem convulsão, se ele não tem, se está controlada ou se não está –, mas ela não afeta alguns órgãos vitais, então eles podem ter uma expectativa de vida igual à dos demais, da população.

O que vai mudar muito? Como a gente vai ter essa qualidade de vida? A gente sabe que muitos deles não vão conseguir ser autônomos e independentes, mas a gente pode tentar fazer essa reabilitação, uma reabilitação mais precoce, para diminuir todos esses problemas que ele possa ter ao longo da vida. A gente sabe que, com melhor comunicação, há menos comportamentos-problemas, quanto mais precoce é a intervenção, melhor eu consigo fazer uma intervenção para melhorar a comunicação e outros processos nessa parte das terapias.

Hoje em dia, só para a gente falar do cenário atual, muitas vezes esses pacientes acabam demorando realmente para chegar ao nosso centro. Nem sempre o diagnóstico é tão simples, mas onde a gente começa a ter também muita barreira é na própria parte de reabilitação, porque nem sempre a gente vai ter os profissionais que estão treinados para fazer essa reabilitação e nem sempre a gente vai ter esse apoio, com esse conhecimento, a ponto de a gente conseguir fazer realmente uma modificação na qualidade de vida desse paciente. Então, isso faz diferença.

Tudo bem que, como a Dra. Mara comentou, tem muito estudo vindo, então, provavelmente, em breve, em pouco tempo, a gente vai ter tratamentos novos com modificadores de curso natural da doença, mas, neste momento, o melhor que a gente pode fazer é controlar os sintomas, controlar as convulsões e fazer essas terapias para melhorar a qualidade de vida dessas crianças e depois desses adultos.

Acho que era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Agradeço bastante também ao Dr. Daniel Almeida do Valle. Nós já tínhamos também nos encontrado em eventos relacionados a doenças raras. O Dr. Daniel sempre está muito em contato, obviamente, com as pessoas, com as famílias, com os profissionais. E está numa função, o Dr. Daniel, muito importante como Preceptor da Residência Médica de Neurologia Infantil. Parabéns pelo trabalho e continue na juventude, firme também trabalhando. Obrigado pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que agora a gente tem uma ideia do quadro, uma ideia clara colocada pelo Dr. Daniel e pela Dra. Mara, com as indicações das atitudes que devem ser tomadas quando do diagnóstico, da identificação dos sintomas também.

Agora nós vamos escutar as mães dizendo "Olhe, a gente sabe ou não sabe..." e os problemas que as mães enfrentam para saber como é que isso acontece no outro lado. As mães sempre têm, obviamente, o apoio de tantos profissionais competentes. E depois as mães podem se associar num grupo para terem mais força, sempre com uma associação, a ideia de estarmos juntos, para juntos enfrentarmos os desafios. Na sequência, a Maria Fernanda também vai falar, como Iniciativa Brasileira de Atenção, essa organização da sociedade, mas vamos, por enquanto, ouvir as mães.

Luciana Valéria da Costa Carvalho é a mãe da Tarsila, que tem dois anos e que apresenta o quadro da síndrome de Angelman.

Com a palavra, Luciana. Seja muito bem-vinda. É importante a sua fala.

A SRA. LUCIANA VALÉRIA DA COSTA CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, pessoal. Bom dia.

Eu me chamo Luciana, sou mãe da Tarsila Maria, com dois aninhos e que vai fazer três agora em maio.

Nós moramos aqui em Recife e nossa história começou quando, aos cinco meses, eu notei que ela não estava atingindo os marcos de desenvolvimento de uma criança típica e aí conversei com algumas pediatras, mas acabou que, por conta própria, eu procurei uma fisioterapeuta de desenvolvimento infantil para atendê-la. E aí, após dois meses desse período de fisioterapia, a profissional me sinalizou que era necessário a gente procurar um neurologista, um neuropediatra e fazer uma investigação para saber por que ela não estava se desenvolvendo realmente da maneira normal, da maneira comum.

Quando Tarsila tinha oito meses, a gente conseguiu uma consulta com uma neuropediatra particular que avaliou a Tarsila e disse que precisava fazer alguns exames. E, entre eles, tinha a ressonância magnética. Precisaria de uma sedação, mas aí a gente conversou, achou ela muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novinha para fazer, e acabou que a gente esperou que ela completasse um ano para marcar esses exames. Enquanto isso, ela também foi fazendo a terapia ocupacional.

Quando ela tinha cerca de 11 meses, ela começou a apresentar uns apagões estranhos, baixava a cabecinha, como se estivesse com sono, e a gente achou estranho e filmou e mandou via WhatsApp para a neuropediatra dela, que imediatamente pediu que a gente fizesse um eletroencefalograma (EEG) para avaliar se tinha alguma coisa errada. Quando chegou esse resultado, nas ondas do exame não chegava a dizer que existia hipsarritmia, que é uma condição comum na síndrome de West, mas foi interpretado dessa maneira que o conteúdo daquele laudo seria uma hipsarritmia e minha filha recebeu o diagnóstico, erroneamente, de síndrome de West. E coincidiu, assim que saiu o resultado, que as crises dela começaram a piorar, o quadro geral dela começou a ficar pior. Então, a médica nos orientou a entrar com a medicação vigabatrina, que é uma medicação indicada para síndrome de West, para começar a fazer o tratamento dela.

E aí claramente aquela medicação não era legal para minha filha, parecia que o quadro tinha piorado, ela começou a ficar muito sonolenta, ela parou de sorrir, ela perdeu as habilidades que já tinha adquirido, era uma criança de um ano que é como se tivesse voltado a ser uma recém-nascida. E aí precisava de duas pessoas para dar banho nela, ela estava muito molinha e claramente ela passava as noites tendo crises epiléticas. Aqueles apagões na verdade confirmou-se que eram crises epiléticas e aí ela passava madrugadas e madrugadas tendo esse processo.

A gente questionou a médica se estava tudo certo com esse quadro e a médica só pedia para a gente ter paciência. E a gente teve o grande azar de pegar um lote contaminado da vigabatrina, a medicação estava contaminada com uma medicação para alcoólatras, o que piorava mais o quadro dela, o que fazia ela ficar mais sonolenta. E aí, num segundo momento, a médica instituiu um segundo tratamento para ela, o ACTH, uma medicação importada que é injetável, que também trazia efeitos colaterais, né? Baixava muito a imunidade dela. A gente precisou se isolar numa bolha para poder... Dispensamos a babá, porque ela vinha de ônibus, então a gente não podia correr o risco de Tarsila pegar uma segunda doença, né? E aí, a sorte é que minha irmã é enfermeira, ela que ficou fazendo as aplicações em casa mesmo, e aí foi todo um transtorno, também não surtiu tanto efeito assim no quadro geral dela. Melhorou um pouco, mas nem tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por uma intervenção divina, acredito eu, meu primo trabalha em uma empresa que faz testes genéticos e conseguiu para a gente um teste genético gratuito. E aí a gente fez o exame e, 30 dias depois, saiu o resultado. Com o resultado em mãos, a gente avisou a neuro. O resultado vinha dizendo que ela tinha uma alteração no cromossomo 15, o que poderia ser duas síndromes, a síndrome de Angelman e a síndrome de Prader-Willi. Conversamos com a neuro, mas infelizmente ela não nos deu apoio, não nos deu apoiamento, não nos passou nenhum tipo de informação sobre a síndrome de Angelman – sobre nenhuma das duas síndromes, na verdade – e nos deixou às cegas. Foi aí que eu, meu marido e a família toda fomos atrás do máximo de informação que a gente podia, que a gente conseguia naquele momento. Nós mesmos que identificamos que ela tinha mais sintomas da síndrome de Angelman do que da outra síndrome.

E aí, nessa pesquisa, meu marido achou um artigo falando que a Vigabatrina era contraindicada para síndrome, que poderia piorar os quadros de epilepsia. E também descobriu essa questão de que a pessoa com Angelman pode fazer, naqueles traçados do eletroencefalograma, uma pseudo-hipsarritmia, o que pode causar confusão realmente com a síndrome de West. E aí a gente conversou com a neuro, ela ainda pediu um novo eletroencefalograma e, depois de 15 dias, quando saiu o resultado, ela fez a mudança nas medicações: incluiu levetiracetam, que é uma medicação própria para síndrome de Angelman, e foi desmamando a vigabatrina. E aí, à medida que a medicação ia saindo do corpo dela, a criança ia voltando a sorrir. Voltou a segurar o pescoço, voltou a comer pastoso, porque ela não estava comendo... Voltou basicamente a viver, ela estava só sobrevivendo. À medida que a medicação ia saindo do corpo dela, ela ia voltando a ser ela. E aí, depois de mais ou menos três meses do início desse processo, a gente fez um vídeo eletroencefalograma de 24 horas e foi detectado que, nessas 24 horas, as crises epiléticas estavam controladas. Hoje em dia ela está superbem, está se desenvolvendo de maneira bem legal, já está andando com ajuda do andador, está maravilhosa.

Mas meu relato hoje é para chamar atenção para o diagnóstico precoce e correto sobre a síndrome. Os profissionais de saúde precisam ter acesso a essas informações... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Eu acho que deu algum problema – sabe, Luciana? – com a sua conexão. Pelo menos para mim, aqui, a voz está falhando um pouco, não sei se para todo mundo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está me escutando Luciana? (*Pausa.*)

É, acho que deu algum problema de conexão. Até aquele momento, quando parou um minuto atrás, estava perfeitamente claro, estávamos acompanhando, com a voz clara também, uma participação muito importante nesta audiência pública.

Você me escuta, Luciana? (*Pausa.*)

Nós vamos então, talvez daqui a pouco, corrigir o problema, porque deve ter sido alguma queda.

Voltamos a você, Luciana, para você concluir o pensamento, o que você estava dizendo, o que você achava que era importante. (*Falha no áudio.*)

A SRA. LUCIANA VALÉRIA DA COSTA CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Pode, pode concluir então o que você estava dizendo quando se interrompeu a transmissão.

A SRA. LUCIANA VALÉRIA DA COSTA CARVALHO (*Por videoconferência.*) – A importância do diagnóstico.

Eu perdi o áudio agora. Eu perdi o áudio. Será que lá também perdeu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Não, é que eu estava com o áudio fechado aqui. Quer dizer, você estava falando, me desculpe até voltar, no diagnóstico precoce, orientação acertada, certa...

A SRA. LUCIANA VALÉRIA DA COSTA CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Mas pode continuar.

A SRA. LUCIANA VALÉRIA DA COSTA CARVALHO (*Por videoconferência.*) – O meu relato é para chamar atenção para a importância de os profissionais de saúde conhecerem as síndromes raras, para ter um diagnóstico precoce, um diagnóstico assertivo, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, eu tive contato com uma família aqui de Pernambuco que também passou por um processo parecido, a criança já com o diagnóstico de síndrome de Angelman e também foi instituída a vigabatrina para essa criança tomar. Aí eu consegui conversar com essa mãe, falei sobre os riscos, e ela conseguiu conversar com a neuro, que fez os ajustes necessários na medicação.

Então, continuam acontecendo os equívocos nos diagnósticos. E aí quantas crianças, quantas adultos estão passando por esse processo agora? E, assim, pode ser que eles tenham até um final mais trágico nesse processo todo. Então, o meu relato realmente é para endossar a importância de a síndrome de Angelman ser conhecida, para que vidas sejam salvas, para ajudar de uma forma geral na nossa causa, para que a história da gente tenha servido pelo menos para ajudar outras famílias a não passar por esse processo.

Muito obrigada a todas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Luciana Valéria da Costa Carvalho, mãe da Tarsila, indo para os três anos agora, como você falou, um depoimento muito importante de quem vive a realidade, no dia a dia – você, a família, tios, tias, amigos, todo mundo se envolve na questão. Obrigado, Luciana.

Vamos escutar agora Adriana Monteiro, que é mãe da Ana Luísa, já agora com 23 anos – a Tarsila indo para os três e Ana Luísa com 23, 20 anos a mais.

Com a palavra, então, Adriana Monteiro.

A SRA. ADRIANA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Primeiro, queria agradecer a oportunidade de estar aqui hoje com vocês e agradecer ao Senador Flávio Arns por este momento. Quero dizer, Senador, que acompanho o seu trabalho, que sou muito grata ao seu abraço à causa das pessoas com deficiência e à causa das pessoas com síndrome rara. Então, nosso muito obrigada por esse momento.

Eu vim na condição de mãe da Ana Luísa, que está com 24 anos. Além da Ana Luísa, eu tenho outro filho, que é autista. Eu sou advogada e trabalho com os direitos da pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ana Luísa passou por algumas questões que colocam a vida adulta dela hoje numa condição difícil, e eu achei que seria interessante trazer para vocês um vídeo que eu fiz... Deixem-me passá-lo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ADRIANA MONTEIRO (*Por videoconferência.*) – Eu achei que trazendo o vídeo seria mais fácil de vocês perceberem a evolução ou a piora do quadro dela, porque ela tinha ali um andar, um caminhar muito fácil. Ela engorda muito, aí ela vai ficando mais parada.

Na questão da adolescência, quando a menina menstrua, tem a primeira menstruação, as crises convulsivas – pelo menos na Ana Luísa – foram aumentadas, assim, drasticamente. Então, nós tivemos que entrar com medicação para controlar a questão dessas crises e parar a menstruação dela.

Consequentemente, hoje ela tem uma endometriose. Então, as mulheres... Mulher tem uma vida difícil e numa mulher com deficiência e com síndrome rara as coisas complicam muito. A minha intenção era colocar essa evolução para que pais, médicos e todo mundo que pensa nessas questões possam ficar mais atentos para que o desenvolvimento não seja tão difícil quanto o quadro da minha filha.

Uma coisa que piorou muito o quadro dela foram as questões de disfagia, porque a Ana Luísa faz fonoaudiologia desde os oito meses, só que nós temos uma coisa que é, assim: pai e mãe quer incentivar a autonomia dos nossos filhos, os fonoaudiólogos, os terapeutas também têm esse intuito do incentivo da autonomia, só que, será que essa criança que está sendo trabalhada, que está fazendo fono já realmente adquiriu todas as capacidades para comer sozinha? E a capacidade motora precisa levar comida na boca, precisa estar alinhada com capacidade cognitiva dela de mastigação, também motora dessa mastigação, com a quantidade do controle do alimento. Pelo menos, a minha filha é muito ansiosa – então, eles querem colocar tudo na boca ao mesmo tempo –, e nisso engole, e aí disfagia, e aí pneumonia. E hoje tem esse resultado do pulmão, que era uma coisa que ninguém alertava a gente quando a Ana Luísa era pequena. Eu não sei se hoje as coisas estão melhores em termos de informação e as mães têm essa informação. Mas, até onde vai essa coisa da autonomia e até onde você vai realmente cuidar para que isso não reverbere em algo pior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí uma outra coisa que eu acho que também piorou muito o quadro dela foi a questão da introdução de novos medicamentos. Porque, como a crise dela é de dificílimo controle, como a Dra. Mara falou, existem pessoas com síndrome de Angelman em que é muito difícil você controlar a crise, e era o caso da minha filha. Ela tomou vários remédios, importávamos remédios, tentávamos de tudo e não controlava. E aí, chega numa hora em que os médicos vão colocando um remédio em cima do outro, e isso também é muito ruim, ninguém tem coragem de tirar o medicamento porque fica com medo de a crise piorar, mas, ao mesmo tempo, aquele monte de remédios juntos vai piorando. Então, isso também dava baixa no centro respiratório dela, que a colocava numa condição de às vezes a Ana Luísa, nesses últimos períodos, ter ficado muito tempo em UTI por conta de dessaturação. Então são alertas que eu achei importante fazer para a questão dessa idade adulta.

Outra coisa que eu percebo é que as políticas públicas da infância vão sendo exterminadas na vida adulta. Então, quando ela era pequena, tinha a neurologista pediátrica, a neuropediatra. Só que o neurologista de adulto não estuda – e aí os médicos podem falar um pouco melhor sobre isso – a neurologia da forma que o neuropediatra estuda, porque o neuropediatra tem toda aquela coisa do cuidado da infância, e o neurologista de adulto não tem esse estudo. Então, o neuropediatra costuma dizer: "Olha, fez 16 anos; não posso mais atender", e o neuro de adulto não sabe cuidar.

Então, é uma coisa muito complicada, e aí isso vai por todos os outros. Coloquei aqui o caso do neurologista, mas isso vai para todos os outros profissionais, não é? Grande parte dos profissionais que fazem trabalho com criança não fazem o trabalho com adulto. Então, na época da minha filha, por exemplo, não existia tratamento ABA, que é um tratamento muito usado para o autismo e tal e que no caso dela se aplica. Você achar um profissional ABA que vá fazer um trabalho com um adulto é muito difícil, e isso é muito prejudicial para eles.

Também a questão da educação. Então, rapidinho, a educação ao longo da vida. A educação ao longo da vida é algo muito importante, porque as crianças típicas vão para universidade, vão para o mestrado, vão para pós-graduação, e os nossos filhos vão para onde? Nós não temos centros de ensino. Aqui, em Brasília, tem, mas do resto do país não tem centro de ensino para adulto, que não se confundem com Centros-Dia, que também são importantes, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm função pedagógica, moradia assistida. Quem que vai ficar com a minha filha quando eu morrer, não é? O cuidado com os cuidadores, são dores que as pessoas têm.

E aqui eu queria deixar um último apelo bem rápido, porque eu achei importante falar disso. Como eu sou advogada, eu sei que está tramitando aí, no Congresso, Senador, a questão do Código Brasileiro de Inclusão, e eu queria pedir uma atenção do senhor e daqueles que estiverem nos ouvindo, para que realmente não aprovem essa proposta. Ela não é uma proposta que está sendo trabalhada com a sociedade civil; é uma proposta que saiu de um grupo isolado de pessoas, e a compilação dessas legislações feitas às pressas, da forma que têm sido feitas, coloca praticamente fim à Lei Berenice Piana, tira acompanhamento especializado da escola, tira intervenções de saúde na escola.

Então, quanto a essa falta de participação efetiva da comunidade com deficiência e rara nos debates, gostaria de pedir uma atenção sobre isso.

Muito obrigada, desculpe o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Adriana Monteiro, mãe da Ana Luísa.

Eu quero só fazer duas observações em relação à fala, muito boa, muito importante. Eu diria que é essencial termos um ponto de vista das famílias, das pessoas nessa caminhada pela vida, ao longo da vida.

O primeiro deles: é um desafio no Brasil inteiro essa transição – como você apontou muito bem – da criança e adolescente para a vida de adulta, em termos de tratamento, de remédios, de profissionais, de atendimento. É um desafio que, inclusive, já foi levantado com o Ministério da Saúde, numa outra audiência pública, para organizarmos isso no Brasil. O Paraná, por exemplo, não é exceção a isso. Nós temos o Pequeno Príncipe, que é uma referência para criança, adolescente, com a Dra. Mari, toda a equipe trabalhando, o Dr. Daniel também, mas, quando se passa para a vida de adulto, as coisas ficam muito dispersas.

E a outra coisa é que nós fizemos uma reunião já, bastante demorada, sobre a iniciativa do que você mencionou, o código, fazendo um apelo para que não haja o código. Nós temos a Lei Brasileira de Inclusão, que é uma lei importante, bem discutida com a sociedade, que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completar só dez anos agora, no mês de julho, então é pouco tempo. E nós temos que fazer com que essa lei, na minha opinião, se transforme em realidade, porque há tantas coisas que têm que acontecer e, se ficamos mexendo nas leis, não se cria, na verdade, aquela consolidação da própria lei, que é necessária. Então temos uma lei importante que é praticamente estatuto, código, tudo junto: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Então o apelo... Fizemos uma reunião muito demorada no gabinete da Senadora Mara Gabrilli, com a participação de muitas pessoas, e o apelo é geral no sentido de que isso não prospere, não porque a pessoa tenha má intenção, ou coisa semelhante, de maneira alguma – é um direito a pessoa propor –, mas a sociedade pensa, no geral, que a Lei Brasileira de Inclusão tem que receber toda a atenção necessária.

Obrigado, Adriana Monteiro.

Passo em seguida a palavra para Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, que é representante da associação Gamas, que é a Iniciativa Brasileira de Atenção à Síndrome de Angelman.

Seja bem-vinda e com a palavra, Maria Fernanda.

A SRA. MARIA FERNANDA INCOTE MONTANHA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador.

Cumprimento todos os demais expositores, também todos os amigos, famílias de pessoas com Angelman que estão acompanhando, além dos membros das outras organizações apoiadoras: Angelman Brasil, Instituto Cure Angelman, Gamas - Iniciativa Brasileira de Atenção à Síndrome de Angelman.

Estamos aqui, então, para falar sobre a importância de oficializar essa data alusiva à síndrome de Angelman. Existem várias formas de pronunciar, a gente pode pronunciar: "Ângelman", "Ânguelman", "Angelman" em inglês, todas estão corretas.

Em 12 de fevereiro, as organizações do mundo todo escolheram democraticamente a data de 15 de fevereiro, principalmente porque existia essa necessidade de conscientizar, de forma ampla, a sociedade. O dia 15, porque a condição está associada a uma ausência ou perda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função no alelo materno do gene UBE3A, que está localizado no cromossomo 15; e fevereiro, porque é o mês de conscientização sobre as doenças raras. Então atualmente já existem 60 organizações apoiando a data com quatro objetivos: aumentar a conscientização; promover pesquisas, recursos educativos; mobilizar as pessoas para a ação; e lembrar as pessoas com Angelman que já não estão mais entre nós, infelizmente.

Nós criamos um site dedicado a informar sobre todos os detalhes desta audiência pública, o *site* sindromedeangelman.org. Já temos mais de 1,3 mil assinaturas nesse abaixo-assinado em apoio à oficialização da data.

Essas são imagens de alguns pontos que foram iluminados de azul no dia 15 de fevereiro. Nós agradecemos o apoio do Senador Flávio Arns na iluminação do Palácio do Congresso Nacional.

E, como o Senador mesmo comentou, é importante dizer que a data alusiva nos oportuniza envolver toda a sociedade, dá destaque a essa condição neurogenética rara, mas é evidente que o trabalho precisa continuar e se estender por todos os dias do ano. E é por isso exatamente que nós, em preparação para esta audiência pública, convidamos toda a comunidade de famílias Angelman a participar de uma coleta de informações para apresentarmos aqui, hoje, com o objetivo de mostrar um recorte da situação e solicitarmos políticas públicas mais efetivas. Parte da comunidade aderiu, nas cinco regiões do Brasil. Foram 129 respondentes, pais e mães de pessoas com Angelman que têm entre 2 e 35 anos de idade. Destes, 35% declararam que recebem o BPC (benefício de prestação continuada). No entanto, nós temos a convicção de que é ainda maior a porcentagem de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, porque a síndrome exige dos familiares o cuidado, em tempo integral, desses indivíduos durante toda a vida. E as mães, principalmente, acabam tendo grandes dificuldades de manter o emprego.

Entre essas famílias aqui que responderam, há usuários do SUS e do sistema suplementar de saúde. E é importante comentar aqui o seguinte: é impossível traçar uma linha de corte que separe categoricamente o acesso à saúde, porque, durante a vida, muitas pessoas com Angelman transitam entre assistência por plano de saúde e pelo SUS. E vale lembrar que, atualmente, está em julgamento no STF uma ação de inconstitucionalidade da lei que define o rol da ANS como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplificativo. Caso seja julgado que o rol da ANS é taxativo, o impacto sobre o SUS será enorme para absorver a assistência de saúde de muitos pacientes de alta complexidade.

Observem aqui que em 72% dos filhos e filhas de quem respondeu são casos de deleção, que são os quadros clínicos mais severos, ligados a esse mecanismo genético ou genótipo, incluindo epilepsia, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, hipotonia, ataxia, entre tantos outros sintomas e comorbidades, que a Dra. Mara e o Dr. Daniel já relataram.

Existe uma porcentagem também de outros mecanismos genéticos ligados a apresentações clínicas que podem ser menos severas, e é por isso que o exame genético molecular é essencial para diagnosticar a síndrome de Angelman. E é necessário que os profissionais levantem a hipótese precocemente, que, diante do atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, iniciem a investigação genética, principalmente para evitar diagnóstico tardio ou diagnóstico equivocado, como paralisia cerebral, TEA, síndrome de West. Essa ainda é uma grande barreira, por isso que a difusão de conhecimento é tão importante e por isso é que a nossa comunidade se empenha tanto nas campanhas no dia 15 de fevereiro.

Então, como a síndrome tem diferentes mecanismos genéticos, não existe um único exame que detecte todos os casos. Variantes ou a mutação necessitam de um sequenciamento, por exemplo, de exoma. No entanto, há exames que detectam a maioria dos casos, como o exame de metilação oferecido pelo Instituto Fernandes Figueira, e a Associação Angelman Brasil realiza um importante trabalho de encaminhar casos suspeitos para a realização desse exame.

Entre as dificuldades que mais impactam, estão habilidades motoras grossas e finas, distúrbio severo do sono, problemas neurológicos, gastrointestinais, de visão e também questões comportamentais. Porém, os impactos mais citados pelos familiares nessa coleta de informações que nós fizemos foi em relação à comunicação, à ausência de fala, a fala verbal mínima, pouco uso de gestos devido à ataxia, dificuldade de comunicar até as necessidades básicas, mas a gente sabe que é possível ensinar linguagem. Para isso é preciso ter um investimento principalmente na fase da estimulação precoce, porque eles têm uma capacidade de comunicação receptiva muito boa, a dificuldade é na comunicação expressiva.

Também, o impacto nas atividades da vida diária, pensamento e cognição, incluindo dificuldades com a atenção, manter o foco, o engajamento nas atividades, dificuldades com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

memória, em aplicabilidades aprendidas em novas situações. E hoje não existe um tratamento ainda aprovado para a causa genética da síndrome de Angelman, porém existem em países do exterior diversos programas de pesquisa pré-clínica em desenvolvimento, além dos estudos clínicos já em andamento. O que é necessário, como a Dra. Mara falou, são as terapias de habilitação e reabilitação. Só que, infelizmente, quando a gente observa esse gráfico aqui, atualmente a porcentagem dos indivíduos que não frequenta terapias é muito significativa, como a gente pode ver em vermelho aqui nesse gráfico.

Eu vou comentar aqui sobre a importância de apenas uma delas, a fonoterapia. A Adriana já comentou a questão da disfagia e o risco em relação a isso. A fonoterapia tem essa função de trabalhar com o indivíduo os músculos da boca, da garganta, para melhorar a capacidade de engolir e prevenir a aspiração silenciosa, que pode levar à pneumonia. Essa é uma questão de segurança, já que as doenças respiratórias foram identificadas como a principal causa de morte de pessoas com síndrome de Angelman.

Porém, atualmente 40% dos indivíduos não fazem a fonoterapia; 11% têm acesso apenas uma ou duas vezes por mês; e, entre os que fazem terapias atualmente, metade dos pais relata que também não estão em condições ideais de assistência porque o tempo das sessões é muito curto. Então, o número de centros especializados de reabilitação é insuficiente para atender à demanda, por isso que nós fazemos um apelo por investimentos urgentes nessa área.

Da mesma forma, nós precisamos também de mais serviços de referência ou serviços de atenção especializada para dar conta da demanda de pessoas com deficiência intelectual de causas genéticas. E os serviços que existem precisam de investimentos, de ampliação e recursos.

Infelizmente, quem não passa por esses serviços especializados em doenças raras nem sempre encontra os profissionais com conhecimento. Sessenta e cinco por cento dos respondentes dessa pesquisa passaram por neurologistas que não conheciam detalhes sobre a síndrome de Angelman e mais da metade relata longas filas de espera por consultas e até o plano de saúde que não tinha na rede credenciada um neurologista adequado. Então, nos últimos 12 meses, 27% responderam que não passaram por um número de consultas com neurologista suficiente, inclusive pessoas que passaram três, quatro vezes por consulta, mas quem tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filho com quadro de epilepsia de difícil controle requer acompanhamento médico muito frequente.

Outra grande dificuldade é em relação à realização do eletroencefalograma, o EEG, que examina, avalia a atividade elétrica cerebral. Metade dos respondentes afirma que não teve eletroencefalograma suficiente para o seu filho nos últimos 12 meses ou não sabe avaliar se a frequência foi suficiente porque não teve encaminhamento médico ou porque não realizou o exame diante de tantas dificuldades.

E aqui nós fazemos um apelo para que os serviços de eletroencefalograma sejam qualificados para atender pessoas com questões de neurodesenvolvimento, porque é extremamente difícil colocar dezenas de eletrodos no couro cabeludo, isso exige muito da equipe e exige muito da estrutura, uma estrutura muito adequada.

Eu vou pedir para me alongar um pouquinho, Senador, aqui no tempo, porque eu ainda tenho algumas questões aqui a apresentar que são bastante importantes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Pode apresentar, sem problemas.

A SRA. MARIA FERNANDA INCOTE MONTANHA TEIXEIRA (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço.

Temos aqui também uma questão em relação à duração dos eletroencefalogramas. A situação é grave, porque 60% responderam que passaram por EEGs nos últimos 12 meses, porém, eletroencefalogramas que duraram apenas 20 a 30 minutos. Esse tempo é insuficiente para avaliar toda a complexidade da atividade cerebral na síndrome de Angelman, tanto em estado de sono quanto de vigília.

Aqui, em relação ao medicamento, eu realmente não vou entrar em detalhes, porque a Dra. Mara já comentou e a Luciana comentou em relação à questão da vigabatrina. Eu trago aqui alguns artigos científicos que corroboram a questão da pseudo-hipsarritmia, a contraindicação para síndrome de Angelman, a contraindicação da vigabatrina para a síndrome de Angelman. Eu só faço uma ressalva aqui: o PCDT da epilepsia cita Angelman apenas uma vez como uma das possíveis causas de quadros de epilepsia, sem nenhuma informação adicional. Nós acreditamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da epilepsia precisam ser revisados, citando a contraindicação da vigabatrina em possíveis casos da síndrome de Angelman.

E aqui, por fim, mas não menos importante, eu vou passar rapidamente dois pontos em relação à questão do ensino de pessoas com a síndrome de Angelman. De 129 respondentes, um terço tem filhos e filhas que não frequentaram a escola em 2024. Entre eles, 21% são crianças com mais de quatro anos de idade, adolescentes e adultos, todas faixas etárias que deveriam ter inclusão escolar, mas esse desafio, no entanto, é intransponível para algumas famílias, em especial em relação ao ensino de jovens e adultos com deficiência intelectual, que no geral têm uma situação praticamente impossível, porque, quando existem opções, essas opções são muito limitadas. Dos que frequentaram a escola em 2024, 12% estão em escolas especializadas, 10% em APAEs e 44% em escolas regulares, seja da rede particular ou da rede pública – a maioria na rede pública, inclusive.

Aqui cabe comentar o seguinte, as pessoas com síndrome de Angelman são, em geral, muito sociáveis, gostam de estar em grupos, portanto, não deveriam ir para a escola apenas para socializar, deveriam ir para a escola para aprender e desenvolver o seu máximo potencial enquanto estudantes. Porém, quando nós analisamos aqui a qualidade, um dos aspectos da qualidade da inclusão, focando na adaptação necessária para aprendizagem em sala de aula, a gente fez a pergunta: a escola ofereceu material adaptado para aprendizagem em 2024? Apenas 19% responderam que a escola ofereceu material adaptado para aprendizagem de forma consistente ao longo do ano letivo de 2024, apenas 19%. Então, é precária essa situação, porque a inclusão escolar não significa apenas matricular, significa garantir ferramentas e condições para a efetiva aprendizagem por parte de todos.

Aqui o meu último eslaide é importante porque é a fala de outras mães. Vou relatar o que elas colocaram, abro aspas: "Falta de profissionais e material didático específico. Com isso [meu filho] teve o tempo reduzido na escola.”; "A escola deseja incluir, mas não tem profissionais efetivamente capacitados nem os capacita, e não oferece tutor especializado (a não ser custeado pela família)."; "Ponto positivo: Sente-se pertencente na escola especializada. Dispõe de profissional para auxiliar na alimentação e higiene. Ponto negativo: Apenas uma professora em sala de aula para atender em média 8 alunos PCD, não dispondo de professora auxiliar ou profissional de apoio em sala de aula.”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para concluir, nosso apelo ao Ministério da Educação é que, ao menos, facilite a capacitação dos professores para incluírem os alunos com deficiências graves na escola de forma adequada. Nós sabemos que os professores são profissionais sobrecarregados. Além disso, é importante e urgente a implementação de políticas públicas para que as escolas sejam locais de aprendizagem efetiva para pessoas com deficiência, que essas pessoas não sejam apenas matriculadas e deixadas para trás durante as atividades pedagógicas.

Esse foi apenas um breve resumo de todas as informações que nós coletamos. E todas elas serão entregues, por escrito, no relatório de participação social da comunidade Angelman, que será concluído nas próximas semanas e em breve será disponibilizado a todos, será entregue ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Educação, ao Senador e à Comissão de Direitos Humanos.

Em nome da comunidade Angelman, eu agradeço a oportunidade, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Olhe, nós é que agradecemos a você, Maria Fernanda, pela exposição extremamente clara, objetiva, com uma pesquisa de muita qualidade, apontando os desafios principais para a área. Parabéns!

Eu quero dizer que todos os materiais utilizados nesta audiência pública ficarão disponíveis para todos e todas que queiram acessá-los. Ficarão no portal, na página da própria Secretaria da Comissão de Direitos Humanos.

Foi assim uma exposição e uma pesquisa das mais interessantes e importantes, apontando inúmeros desafios que a área enfrenta – há outros, lógico – para termos um desdobramento prático desta audiência também, além de todas as outras exposições.

Parabéns a você como Iniciativa Brasileira de Atenção à Síndrome de Angelman e como mãe também. A gente sabe que escutar as mães e, particularmente, uma associação... É isto que eu falei: mães, pais e irmãos, as pessoas têm que se associar porque aí é um trabalho em que ninguém fica desanimado junto, um dá apoio para o outro, porque a gente sabe que a caminhada não é fácil, não é, Maria Fernanda? Parabéns, apreciei! Muita qualidade, parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao representante do Ministério da Educação, Marco Antonio Melo Franco, Coordenador-Geral de Política Pedagógica da Educação Especial do Ministério da Educação.

Bem-vindo, em primeiro lugar!

Com a palavra, Marco Antonio.

O SR. MARCO ANTONIO MELO FRANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Vocês me escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. MARCO ANTONIO MELO FRANCO (*Por videoconferência*.) – Bom, eu gostaria de cumprimentar todas as pessoas aqui presentes. Agradecer o convite ao Senador Flávio Arns. Comprimento a todos e a todas na pessoa do Senador.

Eu sou um homem de pele clara, tenho cabelos curtos, pretos, uso barba. Estou, no momento, usando óculos com aro no tom *rosé e* estou vestindo uma camisa preta com um blazer também no tom *rosé* sobre a camisa. Atrás de mim, a imagem está desfocada.

Primeiro, eu acho que é importante dizer da relevância dessa discussão e de pensarmos numa sociedade mais inclusiva. Eu acho que várias falas já apontaram para isso e eu vou na verdade fazer uma breve... Vou situar brevemente, historicamente, cronologicamente como algumas coisas têm acontecido, para daí chegar ao que o Ministério da Educação tem feito.

Bom, a gente sabe que, então, ao longo dos últimos 40 anos ou de quase 40 anos, mais especificamente a partir da Constituição, o Brasil demarca uma posição de grande relevância, de grande importância na defesa dos direitos humanos. Em relação à educação especial e inclusiva, o Brasil tem sido referência, principalmente na América Latina, devido a avanços significativos nas políticas e na legislação – principalmente nas nossas legislações.

Signatário da Declaração de Salamanca, desde 1994, o Brasil avançou significativamente, nos anos 90, na construção de marcos legais. Eu acho que é importante situar isso, ou seja, a gente vem numa crescente na construção desses marcos, que dão sustentação ao processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão escolar. Algumas falas foram nesse sentido de se questionar o processo de inclusão... Não o processo, mas de qualificá-lo cada vez mais, e eu quero dizer que estamos atentos a isso. É importante dizer desse processo de construção e de uma crescente, até mesmo porque é muito recente toda essa discussão.

Embora a década de 90 e o início dos anos 2000 tenham sido marcados pelos avanços no debate sobre a inclusão, o modelo integracionista ainda é muito forte, predominou muito nesse tempo. A gente tem uma mudança importante com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, particularmente no Brasil, com o Decreto 6.949, de 2009, com *status* de emenda constitucional. Dessa forma, o Brasil passa de fato a definir políticas pautadas na concepção de inclusão, tendo como fundamento o modelo social de deficiência.

Então, aqui a gente faz um avanço nesse sentido, garantindo, buscando garantir e, de fato, assegurar que todas as pessoas estejam na escola, independentemente de suas características. Então, a gente tem aqui uma nova etapa na linha do tempo, que provoca uma mudança histórica de extrema relevância.

A partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Brasil constrói a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, e, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão.

Aqui já foi feita uma defesa da lei, e eu reforço as palavras do Senador nesse sentido. Nós temos uma lei recente – ela tem dez anos – e nós precisamos de trabalhar intensamente para que essa lei, de fato, aconteça com tudo que ela prevê. Portanto, nós temos um trabalho grande para ser feito e precisamos garantir que a LBI de fato aconteça neste país.

É importante dizer também que, no Artigo 3, a convenção apresenta princípios gerais, os quais a gente pode dizer que são: o respeito à dignidade e à autonomia da pessoa com deficiência; a não discriminação; a plena e efetiva participação e a inclusão na sociedade. Essa é a nossa defesa, essa plena participação.

Em seu Artigo 5, a convenção reforça o direito à igualdade e à não discriminação. Por isso, trabalhamos no intuito de uma escola que não discrimine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, diante desse início, dessas colocações iniciais, eu quero dizer que o Ministério da Educação, na pessoa do Ministro Camilo Santana, por meio da Secadi, na pessoa da Secretária Zara, e da Diretoria de Políticas de Educação Especial, da qual eu faço parte, na pessoa do Diretor Alexandre Mapurunga, o qual eu represento aqui hoje, tem envidado os esforços – na verdade, vários e muitos esforços – na construção e no aprimoramento das políticas educacionais que assegurem a equidade a todos os estudantes com deficiência ou sem deficiência, traduzindo em acesso, permanência, plena participação e aprendizagem.

Eu acho que aqui vale a pena dizer que o acesso a gente tem visto cada vez mais crescente. Quando a representante da associação apresenta os resultados da pesquisa, ela diz que 44% estão na escola regular, 12% em escolas especiais. Então, a gente tem visto cada vez mais o aumento das matrículas, mas é preciso, de fato, assegurar a permanência, a participação e a aprendizagem com qualidade. E é nesse intuito que o ministério tem trabalhado.

Em relação aos estudantes públicos da educação especial, o Ministério da Educação tem atuado no sentido de assegurar que tenham seus direitos garantidos e que a escola seja, de fato, o lugar para todas as pessoas, apoiados na convenção, na LDB, na Lei Brasileira de Inclusão. Sabemos que a implementação das políticas é uma tarefa árdua, mas ela precisa ser feita para garantir a equidade de todos.

Para além disso, a gente entende que é importante caminhar sempre no sentido de assegurar que a cultura da inclusão alcance todos os cidadãos e cidadãs e que a gente viva, de fato, em uma sociedade em que as diferenças não sejam marcadores da exclusão, que haja respeito à diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana. Esperamos que a cultura da inclusão atravesse todos nós e que a diferença seja, de fato, aquilo que nos aproxima.

Nesse sentido, o que o ministério tem feito? Como é que a gente tem trabalhado? Nós já fizemos uma revisão de tudo que tínhamos, a partir de 2023, e começamos a elaborar as políticas, a reformular e a implementar as políticas que já tínhamos, criando novas políticas para atender a essa diversidade toda.

Em relação a programas que nós temos, nós temos o PDDE Sala de Recursos, que é o Programa de Dinheiro Direto na Escola. É importante dizer que a gente tem implementado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentado, na verdade, o investimento e que temos priorizado a diversidade neste país, ou seja, escolas que nunca receberam o PDDE têm recebido, como escolas do campo, escolas quilombolas, escolas das águas e a escola de educação infantil. Até então, quando nós chegamos ao ministério, esse público era um público que não havia recebido verba para os recursos, para implementação de recursos nas escolas, recursos que possam atender ao público da educação especial, nas salas de recursos ou no atendimento educacional especializado. Com isso, a gente tem procurado fomentar a melhor qualidade no atendimento educacional especializado.

Em relação à formação, a gente tem feito um avanço significativo. Nós tínhamos, por exemplo, até 2022, atingido – a gente conseguiu mapear isso com a formação interna que o MEC faz, via Rede Nacional de Formação – 2.138 municípios; em 2023, a gente aumenta pouquíssimo isso – foi o momento da chegada –, a gente conseguiu atingir 2.148 municípios, dez municípios a mais; e, em 2024, a gente chegou a 3.160 municípios. Nós tivemos um aumento de mil municípios com professores participando de formação.

Temos ofertado formação...

Eu vou pedir só mais um pouquinho de tempo, Senador, mais uns dois minutinhos.

Temos trabalhado com formação para professores no atendimento educacional especializado. Temos aprovados, por exemplo, para 2025, 115 projetos. Temos feito formação de gestores, que nunca tinham recebido formação durante todo o processo da política. Então, a gente já tem uma formação direcionada para gestores. E temos uma formação que acabamos de ofertar agora, que vai ser contínua: ofertamos 250 mil vagas para professores de classe comum, também um público que não tinha uma formação direcionada para ele. A gente inova nesse sentido, fazendo essas ofertas. Essa formação começa hoje e é feita pela Capes, em parceria com diversas universidades públicas do país.

Bom, qual é a perspectiva de formação? Eu acho que vale a pena frisar isso aqui. Qual é a perspectiva de formação que temos? Não é uma formação clínica, é uma formação pedagógica. A escola precisa trabalhar no campo pedagógico. O professor não tem como aprender sobre todas as síndromes ou todas as deficiências existentes. Ele precisa saber trabalhar pedagogicamente. Então, processos de ensino e aprendizagem, práticas pedagógicas... O desenvolvimento de práticas é fundamental na formação desse professor. Ele precisa entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como esse aluno aprende, quem é esse aluno e desenvolver estratégias metodológicas que possam de fato atender à diversidade e à diferença que temos na sala de aula. Então, o ministério tem trabalhado nesse sentido. O professor, na verdade, deve atuar no campo pedagógico e fazer um diálogo com os outros campos.

Nesse sentido, o ministério tem atuado na perspectiva intersetorial. É preciso dialogar com saúde e com assistência social, mas não é possível ter um professor atuando clinicamente – ele precisa atuar pedagogicamente –, e a formação, então, tem sido pensada nesse sentido.

Estamos num processo de reestruturação, tentando estabelecer centros de formação no país para chegarmos a cada município deste país, dialogando com município por município. Então, estamos refazendo um processo, reestruturando a formação, para que a gente possa, de fato, chegar a esse ponto.

Por fim, para não me alongar, eu gostaria de dizer que nós estamos, desde 2024, trabalhando num projeto piloto. É um projeto piloto de atenção precoce. Muito se falou aqui em intervenção precoce; então, nós temos um projeto piloto de atenção precoce para a primeira infância, de 0 a 6. Esse projeto tem sido executado no Município de Pelotas, com resultados já importantes e significativos, que envolve o público da educação especial e crianças com sinais de alerta para o desenvolvimento. Então, nós estamos atuando nesse sentido também como forma de garantir que o desenvolvimento aconteça com qualidade. Esse projeto, como eu disse, já vem acontecendo há um ano, e a nossa proposta agora é poder dialogar com municípios na construção de políticas que possam adotar essa perspectiva e possam atuar nessa primeira infância como forma de promover o desenvolvimento de forma mais qualificada.

Bom, eu fico por aqui, porque já me alonguei um pouco, mas o ministério tem atuado fortemente nesses caminhos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço a você, Marco Antonio Melo Franco, que representa o Ministério da Educação nessa coordenação da política pedagógica, como foi enfatizado, numa interface, obviamente, com outras áreas importantes na abordagem, mas o grande desafio sempre é o pedagógico, educacional, para atender bem as crianças, adolescentes e adultos nessa caminhada pela vida. Obrigado, Marco Antonio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao Natan Monsores – última fala –, que é o Coordenador-Geral da Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

É uma interface muito importante das famílias, das pessoas, no diagnóstico precoce, no acesso a médicos, exames, remédios, medicamentos, o atendimento nessa área bem orientado... E a gente agradece sobremaneira também a sua participação, Natan Monsores.

Com a palavra. (*Pausa.*)

Não sei se o Natan está presente...

Cristiano?

Só peço um apoio aí para... (*Pausa.*)

Então, se alguém puder entrar em contato com o Natan, para que ele possa realizar a fala dele também nessa audiência pública... Ele coordena o setor de doenças raras do Ministério da Saúde, o Natan Monsores. Não sei se já fizeram contato ou não. Ainda estão aguardando. (*Pausa.*)

Eu sempre falo que esta audiência pública tem um objetivo, que é servir como pré-requisito para a tramitação do projeto de lei do dia nacional de conscientização e sensibilização da síndrome de Angelman, como também a Maria Fernanda explicou e as demais pessoas ratificaram, dia 15 de fevereiro, em função do cromossomo 15, que está relacionado à síndrome de Angelman, e fevereiro porque é o mês das doenças raras. É até bom explicar por que é o mês das doenças raras. Na verdade, o dia da doença rara é 29 de fevereiro, porque é um dia raro, a cada quatro anos, na verdade. Por isso se celebra o Dia Nacional das Doenças Raras em 28 de fevereiro, em fevereiro. E esse é dia 15 por causa do que já foi explicado pela Maria Fernanda.

Já temos a participação do Natan ou não ainda?

O SR. NATAN MONSORES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Arns, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, escuto muito bem.

Com a palavra, Natan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATAN MONSORES (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. São as dificuldades com a tecnologia. Eu estou em duas telas aqui. Enfim, tive que entrar no celular para o senhor me ouvir. Então, peço desculpa aqui pelo intercurso técnico, pelo probleminha técnico.

Vamos lá. Eu agradeço o convite, Senador. É importante estar de novo aqui com o senhor exatamente para a gente poder discutir como o Ministério da Saúde pode apoiar iniciativas belas, importantes e potentes como a desse grupo de mães, desse grupo de familiares de pessoas que vivem com Angelman no Brasil.

Enfim, eu já tomei algumas notas importantes e vou dar os encaminhamentos devidos aqui.

A primeira é a questão da falta do clobazam e a questão da contraindicação também da vigabatrina. Já está anotado aqui. Depois eu peço para a Maria Fernanda e para os colegas que participaram da audiência que, se possível, encaminhem para a gente essa demanda que o Ministério da Saúde vai tomar as providências no que se refere à produção de algum documento, orientando os serviços em relação à contraindicação do medicamento e também, deixe-me só olhar aqui, na questão da atualização do PCDT também. Então, a gente vai tomar as providências em relação a isso. As mães, as famílias podem ficar tranquilas em relação a esse ponto.

Os desafios trazidos aqui vão além nessa questão do medicamento. Eu acho que o senhor já colocou muito bem a questão da transição de cuidados que nos afeta a todos, todos os profissionais que atuam na área de pediatria, na área de cuidar das pessoas com doenças raras, hoje, em razão das melhorias dos cuidados, em razão do potencial que a gente ganha dentro do Sistema Único de Saúde para cuidar, para tratar, para direcionar medicamentos adequados, a gente tem esse desafio do aumento da expectativa de vida, da transição da vida dessas crianças para o cenário de adolescência, de juventude, vida adulta, em algumas situações, até a questão da velhice, da idade (*Falha no áudio.*)... aqui de alguns dos pontos trazidos e de falar um pouquinho como é que o Ministério da Saúde lida com essas questões.

Então, o primeiro desafio trazido por Maria Fernanda, para a gente aqui na Coordenação de Raras, é a questão da expansão de serviços de doenças raras. Então, hoje a gente já tem um número expressivo de serviços funcionando no Brasil, a maioria deles está concentrada, de fato, em grandes capitais, em hospitais universitários. Ainda temos um vazio importante na Região Centro-Oeste, na Região Norte do país, mas eu queria chamar a atenção para o seguinte aspecto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério da Saúde, nos dois últimos anos, enquanto eu permaneço aqui na Coordenação de Doenças Raras, fez um estímulo, diálogos com gestores, enfim, fomos a eventos e tentamos incentivar um modelo de expansão.

Então, nós conseguimos aumentar a quantidade de atendimentos em doenças raras em 50%, e nós conseguimos expandir o número de serviços de uma maneira bem importante. Mas, vejam, a instituição desses serviços de referência não depende do Ministério da Saúde, isso depende muito da ação do gestor estadual, do gestor municipal, do superintendente do hospital universitário ou de alguma instituição que veja no seu serviço a capacidade de fazer o atendimento a doenças raras e busque junto ao Estado, busque junto ao Ministério da Saúde a habilitação para realizar esse atendimento. Então, a habilitação nada mais é do que o reconhecimento institucional do Ministério da Saúde dessa capacidade instalada, da capacidade que o serviço tem em poder atender (*Falha no áudio.*)...

Enfim, o que eu estou querendo dizer com isso? Por mais que o Ministério da Saúde estimule a ampliação da rede, essa ampliação depende muito dessa decisão local, da decisão do diretor do hospital, da decisão do secretário estadual de saúde, das pactuações que vão acontecer em nível do Estado. E aí, eu já adianto, Senador Arns, a nossa abertura, enquanto Ministério da Saúde, para acolher esses pedidos de habilitação. Então, todos os últimos pedidos que chegaram ao Ministério da Saúde a gente tem recebido, a gente tem colocado em produção, têm saído as publicações de portaria no sentido de atender a população.

A segunda demanda diz respeito aos serviços que vão fazer o atendimento das pessoas identificadas como pessoas com deficiência na rede. Nós temos centros especializados em reabilitação por todo o Brasil, muitos deles em parceria com instituições como as APAEs, por exemplo. E, com a instituição do PAC, o Programa de Aceleração, no Governo Lula, têm sido feitos investimentos, nos últimos anos, no sentido de expandir essa rede, de qualificar melhor esses serviços.

Então o Ministério da Saúde não está omisso, mas, de novo, boa parte da expansão desses serviços vai depender da decisão do gestor estadual, do gestor do serviço, e o Ministério da Saúde acolhe essas demandas e faz os investimentos orçamentários, os investimentos em equipamentos que são necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à questão de formação dos neurologistas, a gente também está atento. Então, o Ministério da Saúde tem trabalhado no sentido de expandir e qualificar a atuação dos neuropediatras, das equipes de neurologia, no sentido de melhorar a sensibilidade dessas equipes para a questão das deficiências intelectuais e principalmente aquelas que são de base genética determinada – o modo de conduzir esses casos, o modo de tratar essas pessoas.

Então, a gente já sabe que, no caso de síndrome de Angelman, para cada faixa etária as demandas são diferentes. Ali, para de zero a dois anos, tem a questão das hipotonias musculares, dos atrasos motores, das crises epiléticas, que são precoces em alguns casos, e isso vai levar a uma série de questões: o estresse parental, a necessidade de a gente fazer intervenção precoce no serviço.

Aí eu chamo a atenção para alguns fatos importantes.

Então, a Maria Fernanda, as demais colegas aí reportaram a necessidade, por exemplo, de se ter fono, atendimento em fonoaudiologia. Hoje, Senador Arns, esse é um problema no Brasil, porque hoje existem poucas faculdades que formam esses profissionais.

Então, a gente tem um limite importante hoje na formação de profissionais para a área de fonoaudiologia. Isso se deve a muitos aspectos. Um dos mais importantes é a questão da remuneração desses profissionais. Hoje, o piso ou o teto salarial desses profissionais, tanto na rede privada quanto na rede pública, é muito baixo; não há um estímulo para que esses profissionais ou para que novos estudantes busquem esse tipo de carreira, busquem esse tipo de profissão. Então, eu reporto essa necessidade aqui.

Avançando na questão de faixas etárias aqui, necessidade de atendimento, lá para a primeira infância, a gente tem a questão de distúrbios de sono, atraso de linguagem, as questões dos comportamentos característicos das crianças que vivem com Angelman. Eu sei que os pais, por exemplo, às vezes, enfrentam a frustração relativa à comunicação com essa criança, alguns comportamentos que podem ser, por exemplo, autoagressivos.

Enfim, são demandas que vão gerar sobrecarga de cuidados, noites sem sono, a necessidade de monitoramento de crises, e o serviço de saúde, obviamente, tem que ser parceiro desses pais. A questão da infância tardia para a adolescência, os problemas ortopédicos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de puberdade, que vai acontecer e que a gente vai precisar olhar, a questão da ansiedade que esses meninos vão enfrentar, que essas crianças vão enfrentar, a necessidade de inclusão escolar, que já foi tratada pelo colega. E aí, por fim, vem a questão da vida adulta.

Então, como é que a gente consegue garantir, enquanto sociedade brasileira, acesso à moradia, acesso a trabalho, a lidar com a questão do envelhecimento dos pais? Como é que a gente vai conseguir garantir cuidado em saúde, essas oportunidades sociais para essas famílias?

Enfim, o que eu estou querendo dizer com isso? O Ministério da Saúde está sensível a essa demanda e eu queria deixar o convite para as organizações de pais, de cuidadores de Angelman, que nos procurem, que nos provoquem enquanto Ministério da Saúde para que, em duas mãos – quer dizer, que Ministério da Saúde, em conjunto com essas comunidades de pais e mães –, a gente expresse essas necessidades numa linha de cuidados voltados às pessoas que vivem com Angelman no Brasil.

Então a gente está aberto e receptivo a essa demanda. E a gente tem o maior dos interesses em garantir a produção desses documentos orientadores para a nossa rede.

Então, de novo, Senador, agradeço a oportunidade e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos, permita-me dizer a você, Natan Monsores, que é Coordenador-Geral da Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde, que considero importante haver essa abertura, essa acolhida às demandas, porque isso já é meio caminho andado. Quando o gestor público diz: "Não, vamos nos sentar, vamos discutir, vamos ver o que pode ser feito, como é que pode ser encaminhado", isso já é um sinal extremamente positivo, bom.

Eu até sugeriria, Maria Fernanda, você que fez esse levantamento com um número maior de pessoas e famílias, que você, junto com a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e também junto com a Fernanda, que nos assessora aí na Comissão, pudesse organizar um documento, conforme o Natan sugeriu, com as demandas principais surgidas nessa audiência pública e na pesquisa que foi feita já com tanta gente pelo Brasil. Então a gente teria um documento, uma pauta de necessidades nessa abordagem, incluindo, junto com o Marco Antonio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a fala que ele colocou também da parte pedagógica, educacional, de saúde, claro, das terapias na área da saúde, a ausência de profissionais, essa distância que as pessoas colocam de que o Brasil é tão grande, tão diverso, tão extenso, como é que as pessoas podem ter acesso a uma orientação, mesmo que seja no estado, referência no estado, que a família saiba que lá naquele estado existe um local para todos os exames, orientações e atendimentos necessários.

Eu agradeço.

É possível, Maria Fernanda? Vamos fazer isso junto com a Comissão?

Eu sei que há também outras perguntas que vieram, mas nós já estamos indo assim para um adiantado da hora, e eu só vou dizer para a Aline, do Paraná; para a Priscila, de São Paulo; para a Lidiane, do Rio de Janeiro; para o Danilo, do Ceará; para o Paulo, de Minas Gerais; para a Beatriz, de Alagoas; para o Wagner, do Espírito Santo; para a Márcia, de Minas Gerais; que também nós vamos repassar as perguntas e comentários aos expositores e expositoras.

Então, lembrando: esta audiência pública – e tem que haver muitas outras, o assunto é interminável, porque é uma caminhada, uma caminhada de vida – é para subsidiar o projeto de lei para o Dia Nacional de sensibilização, conscientização, celebração da síndrome de Angelman.

Eu passo rapidamente para as considerações finais, concedendo, cinco ou dois minutos, para os expositores.

Eu começo, se ainda estiverem... Porque eu penso que, particularmente, os médicos têm os horários aí, até vi o Dr. Daniel já trajado para o trabalho, dentro do hospital, mas se a Dra. Mara estiver presente e quiser fazer algum comentário final...

A Dra. Mara está presente?

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (*Por videoconferência*.) – Estou sim, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Oi, Dra. Mara. Que bom revê-la!

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Isto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, primeiramente eu queria agradecer ao senhor, que sempre está ao lado de todas as associações, em especial dos pacientes com doenças raras. Então é um prazer enorme estar aqui sempre contando com o senhor, para ter essa visibilidade, que eu acho muito importante. Queria agradecer ao Ministério da Saúde, ao Natan, ao Marco, do Ministério da Educação, por estarem aqui e estarem disponíveis, porque isto que o senhor falou é muito importante: ter alguém disponível para nos ouvir e que possa levar. Além disso, agradeço às mães, com as suas histórias, porque eu acho que são sempre elas que nos movem, nos enriquecem – falando do adulto, da dificuldade, e a outra mãe falando da dificuldade da epilepsia nos primeiros meses de vida, da confusão.

Então o objetivo sempre é levar... Nós fizemos – a Maria Fernanda estava junto – agora, no mês de fevereiro, uma *live* falando sobre síndrome de Angelman para pegar todos os profissionais, famílias. Então acho que o objetivo, através das *lives*, é difundir o conhecimento, para que isso possa ter um alcance maior e com menos erros na evolução. E acho que os dados que a Maria Fernanda trouxe são de extrema relevância, porque na prática, apesar de tudo o que o Ministério da Educação faz, com o Ministério da Saúde, as demandas – eu vou falar pelo Paraná, onde eu moro, não posso falar pelos estados, né? –, o número de pacientes cresceu e as vagas parece que continuam as mesmas, sabe? Então nós temos muitas crianças em fila ainda. A gente tem conversado com o estado, tem conversado com o município, para ver como que nós podemos melhorar a qualidade da equipe multidisciplinar com as crianças.

Acho que é isso o que eu queria dizer.

Agradeço a todos pela oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Dra. Mara Ferreira Santos, Neuropediatra e Coordenadora do Ambulatório de Doenças Raras do Pequeno Príncipe, que é centro habilitado como serviço de referência pelo Ministério da Saúde. Obrigado, Dra. Mara, de novo.

Passo a palavra ao Dr. Daniel Almeida do Valle, que é Médico Neurologista Infantil do Hospital Pequeno Príncipe, preceptor da Residência Médica de Neurologia Infantil e Professor de Medicina da Universidade Positivo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se o Dr. Daniel ainda está ligado. Eu falei que ele estava vestido para atender os alunos, ver os pacientes, e muitas vezes as pessoas têm que se afastar em função disso também. Não sei se o Dr. Daniel... Acho que não está ligado.

Mas passo em seguida a palavra a você, Luciana, que é mãe da Tarsila.

Luciana, está ligada ainda?

O SR. DANIEL ALMEIDA DO VALLE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, agora vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ah, está aqui o Dr. Daniel. Por favor, Dr. Daniel.

O SR. DANIEL ALMEIDA DO VALLE (*Por videoconferência*.) – Eu estava sem o áudio, mas consegui liberá-lo.

Primeiramente, agradeço também o convite, Senador, e também a todo mundo que participou e fez os depoimentos. A gente consegue realmente identificar que são diferentes dificuldades, mas é importante a gente ter esse caminho, a conscientização, pra gente continuar evoluindo e cada vez mais dando o melhor atendimento para essas famílias. E realmente, com essas ideias que a gente começa a construir de organização, descentralização da própria política de doenças raras e dos centros formadores, a tendência é cada vez mais a gente conseguir difundir melhor essa informação e esse treinamento. Então, agradeço pela possibilidade de fala e também pela toda a ideia envolvida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem, Dr. Daniel. Obrigado pela participação. Bom trabalho e continue firme na caminhada para atender bem as pessoas, como você faz, e também para orientar bem os alunos. Parabéns!

A Profa. Adriana está... Luciana, aliás. Luciana, tem alguma consideração que queira fazer? Acho que está dando almoço para...

A SRA. LUCIANA VALÉRIA DA COSTA CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, eu estava sem áudio só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer por dar essa oportunidade pra gente. Às vezes a gente, como mãe de pessoas raras, a gente se sente um pouco invisibilizada, acha que ninguém está escutando a história da gente e ninguém sabe o que a gente está passando, mas, quando a gente se junta e faz barulho, é isso que acontece, né? É uma porta gigantesca que se abre pra gente, pra gente procurar melhoras para nossos filhos, melhoras para nossos parentes. E queria agradecer muito por essa oportunidade, por dar voz, dar ouvidos pra gente. A gente espera que realmente o que está se falando aqui venha a acontecer. Eu já fiquei animada com a fala do Natan e acredito que a gente vai fazer muito barulho, sim, vai poder chegar lá e conseguir o melhor para os nossos filhos.

Muito obrigada a todo mundo pela atenção e pela oportunidade. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, de novo, Luciana Valéria. É muito importante a gente não se sentir sozinho na caminhada. Estamos juntos. Juntos podemos fazer uma diferença maior. Parabéns para você e para a família.

Adriana Monteiro, que é mãe da Ana Luísa.

A SRA. ADRIANA MONTEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, agradeço mais uma vez a oportunidade de fala, a oportunidade de escuta, porque muitas vezes a gente fala e não é ouvida. E quero agradecer a fala do Natan, que já acalmou um pouquinho os nossos corações. E é isso, vamos continuar juntos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – O.k., muito obrigado a você. Só um minuto.

Obrigado a você, Adriana Monteiro, mãe também. E abraço para a família e que todos fiquem bem.

Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira, que é da Gamas – Iniciativa Brasileira de Atenção à Síndrome de Angelman – e também mãe.

Com a palavra, Maria Fernanda. Parabéns, de novo, pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA FERNANDA INCOTE MONTANHA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço, Senador, e agradeço a todos por essa imensa oportunidade que nós tivemos aqui hoje.

Gostaríamos, sim, de seguir no diálogo colaborativo com todos. Nós já estamos trabalhando na elaboração de um documento que irá consolidar todas as informações que nós coletamos com as famílias.

Agradeço imensamente o apoio que o Senador ofereceu junto ao seu gabinete, Senador, com a Fernanda. Com certeza, o apoio também da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos vai ser muito valioso.

Esse documento também vai passar pelas outras organizações Angelman, então, é realmente um relatório de participação social da comunidade Angelman para cristalizar, como o senhor comentou, em relação a todas as questões de pautas, de necessidades, as principais demandas, que realmente são muitas, a gente vem numa construção e essa caminhada é longa. Esse documento, então, vai ser realmente concluído nas próximas semanas, vai ser disponibilizado a todos e entregue ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Educação e à Comissão de Direitos Humanos.

Nós nos colocamos à disposição do Ministério da Saúde para a elaboração também desse documento, da linha de cuidados para a síndrome de Angelman. Esse diálogo é muito importante!

Agradeço mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado a você, nós que agradecemos, Maria Fernanda Teixeira, importante esse documento para que sirva, pelo menos, como base para a pauta, uma pauta decorrente desta audiência pública e, como solicitado também sempre pelo MEC, pela saúde, para trabalharmos juntos, como foi apontado.

Passo, em seguida, a palavra ao Marco Antonio Melo Franco, agradecendo também pela participação, representando o Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ANTONIO MELO FRANCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer pelo convite, Senador, e pela oportunidade de estarmos aqui para esse diálogo, essa conversa.

Aqui a gente está tratando de um público historicamente invisibilizado, e é fundamental que a gente promova ações cada vez mais para dar visibilidade a todo esse público. Precisamos, de fato, caminhar juntos nesse processo.

O Ministério da Educação se coloca à disposição para o diálogo e para encontrarmos estratégias no que nos compete.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Marco Antonio Melo Franco.

Transmita também um abraço desta Comissão a todas as pessoas do MEC.

Passo, em seguida, a palavra ao Natan Monsores, Coordenador-Geral na Coordenação de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

O SR. NATAN MONSORES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador Flávio, pela oportunidade novamente de estar aqui com o senhor numa audiência, pensando em políticas públicas mais efetivas que tragam melhores resultados para a nossa população.

E reitero, está em minha colocação, e, de novo, Senador, não é uma colocação vazia, nos últimos dois anos a gente tem acolhido os grupos de mães, de pais, de cuidadores, de pacientes, tem tentado acolher as necessidades e dar vazão a isso na forma de produção.

Então, por exemplo, a questão do diagnóstico, que foi até tratado aqui, citando, por exemplo, o Instituto Fernandes Figueira, que é um dos nossos parceiros aqui no Ministério da Saúde. Nesse ano e meio, a gente está investindo um recurso de alguns milhões de reais no Instituto Fernandes Figueira.

A gente decidiu prover para a rede a capacidade de diagnóstico, que era uma lacuna aí da última década, não é? Não existia, dentro do SUS, um local adequado, organizado, estruturado para fornecer diagnóstico molecular, diagnóstico genômico. E ouvindo as comunidades, ouvindo os pais e as mães, a gente fez um movimento para providenciar essa estrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso. Eu me coloco à disposição, Senador Flávio? No sentido de acolher, aí no seu gabinete e na Comissão de Direitos Humanos também, essas demandas. E o Ministério da Saúde se coloca como parceiro dessa Comissão. Em outras ações, em outras atividades.

Então, fico às ordens para acolher e receber, aqui no Ministério da Saúde também, os pais e as mães de Angelman que queiram vir aqui conversar com a gente pessoalmente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você de novo, Natan. Aliás, já nos encontramos, no outro dia, na própria Comissão de Ciência e Tecnologia, porque é uma interface de várias Comissões. É a educação, é a saúde, é o trabalho, é assistência, ciência, tecnologia, direitos humanos. Como acontece, aliás, com todas as pessoas, tenham elas alguma doença rara, alguma deficiência, ou não. Direitos Humanos significam políticas públicas para a dignidade, para o respeito, para a felicidade, para o desenvolvimento de todas as pessoas. Então, aqui também, nós temos educação e saúde, mas, sem dúvida alguma, é também trabalho, assistência.

Algumas perguntas estão relacionadas a isso. Eu estou pedindo inclusive para que a gente ajude a responder a essas pessoas e talvez deixarmos as respostas depois no *site* também, porque há muita gente interessada e acompanhando pelo Brasil esta audiência.

Olha, eu quero agradecer a todo o pessoal da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, que se empenha tanto para que o trabalho se desenvolva de uma maneira tranquila, aos meios de comunicação do Senado. Eu sempre digo que esta audiência pública é transmitida para o Brasil inteiro, e isso já é uma forma de sensibilizar, conscientizar, discutir, as pessoas ficarem atentas. E na grade do Senado, dos meios de comunicação do Senado, esta audiência é colocada em vários momentos da grade, da programação. Então, nossos agradecimentos aí sempre aos meios de comunicação.

E a vocês, expositores, expositoras, foi muito boa a audiência, apreciei muito, aprendi muito também. E que este momento seja um momento assim, um ponto de partida, um novo ponto de partida para novos avanços na área. Parafraseando um pouco *O Pequeno Príncipe*, que faça de cada onda do mar e de cada recuo ponto de avanço, o ponto de partida para novos avanços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que a gente esteja junto, uma caminhada sempre, que exige das famílias, das pessoas, mas que a gente não se sinta sozinho nesse caminhar. Estejamos juntos, com apoio, todo mundo puxando a corda para o mesmo lado. O resultado vai ser bom. E sempre levando em conta a família e a pessoa, isso, eu acho importante. Os profissionais, e a partir daí, Natan e também o Marco Antonio, que a gente possa ter políticas públicas adequadas, que atendam as necessidades das pessoas. Isso é importante que a gente consiga fazer.

Grande abraço para todos e todas.

Agradeço novamente, e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Marcos Rogério, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Weverton, Damares Alves, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Lucas Barreto, Beto Faro, Izalci Lucas e Cleitinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 59/2024 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). Finalidade: "Debater acerca da criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a ser celebrado no dia 06 de outubro". Participantes: José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae Brasil; Wanna Brito, Campeã Mundial paralímpica de arremesso de peso e atletismo; Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; e Marcos Vinicius Araujo do Amaral, Atleta Paralímpico de tênis de mesa. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/29

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 59, de 2024, CDH, de autoria do Senador Flávio Arns.

Adianto que o Senador Flávio Arns só não se encontra porque está doente. Vai ficar algumas semanas afastado, porque me disseram; e pediu para que eu o representasse no dia de hoje.

E a Presidenta desta Comissão, Senadora Damares, por motivo de força maior, também não pôde estar aqui.

Enfim, o nosso debate no dia de hoje é a criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a ser celebrado no dia 6 de outubro. Isso é seguindo o rito, para que o projeto seja votado.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

Como é de praxe, eu vou fazer a abertura, de imediato, num pronunciamento que seria o que faria o Senador Flávio Arns, ele como autor do requerimento. Então, desejo a você, Flávio Arns, recuperação rápida. Você faz muita falta aqui no Senado.

Esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem como objetivo debater a criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser celebrado em 6 de outubro. A iniciativa foi sugerida pelo nosso querido amigo e Senador Flávio Arns que, gentilmente, por motivo de doença, solicitou que eu presidisse esse encontro.

Conforme a justificativa do autor, Senador Flávio Arns, apresentada no requerimento, ele lembra que a paralisia cerebral, a deficiência mais comum na infância, é caracterizada por alterações neurológicas e permanentes que afetam o desenvolvimento motor e cognitivo envolvendo movimento e postura corporal. Essas alterações decorrem de uma lesão no cérebro em desenvolvimento e podem ocorrer durante a gestação, no nascimento ou no período neonatal, ocasionando, assim, limitações nas atividades cotidianas.

Apesar de ser uma condição complexa e irreversível, crianças com paralisia cerebral podem levar uma vida rica e produtiva, desde que recebam um tratamento clínico e cirúrgico adequado às suas necessidades.

Dados do Ministério da Saúde indicam que a prevalência da paralisia cerebral na população brasileira é de aproximadamente dois a três casos por mil nascidos vivos. Isso significa que milhares de pessoas convivem com essa condição no Brasil, muitas das quais precisam de apoio especial para realizar atividades cotidianas.

Essas estatísticas evidenciam a necessidade urgente de promover esclarecimentos sobre a paralisia cerebral, tanto para fomentar a inclusão social quanto para assegurar que as políticas públicas e os recursos sejam adequados às demandas dessa população.

Instituir uma efeméride dedicada à conscientização sobre a paralisia cerebral é fundamental para sensibilizar a sociedade quanto aos desafios enfrentados por essas pessoas e suas famílias. Além disso, essa data, 6 de outubro, representará uma oportunidade valiosa para educar o público sobre essa condição, combater preconceitos, estigmas associados e destacar a importância de diagnósticos precoces e intervenções terapêuticas.

Ao reservar um dia no calendário nacional para essa causa, estamos reafirmando o compromisso com a dignidade e os direitos de milhares de brasileiros, promovendo, assim, um ambiente mais inclusivo e acessível para todos. Ressalto que o dia 6 de outubro já é celebrado como o Dia Mundial da Paralisia Cerebral, data instituída em 2012 pelo movimento Cerebral Palsy

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alliance para conscientizar e promover a luta por direitos e acesso a oportunidades para crianças e adultos com essa condição.

Vamos, de imediato, passar a palavra aos nossos convidados. Está presente conosco, aqui, a quem, com muita honra, convido para a mesa, neste momento, o Dr. José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae Brasil. Ao mesmo tempo, vou já registrar aqueles que vão participar à distância, por videoconferência. Já estão todos... Segundo me informa aqui o Cristiano, estão todos a postos. Então, vamos já citar: Marcos Vinicius Araujo do Amaral, atleta paralímpico de tênis de mesa, videoconferência confirmada; Wanna Brito, campeã mundial paralímpica de arremesso de peso e atletismo, confirmada por vídeo; Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, também por videoconferência; Cassio Fon Ben Sum, Diretor-Técnico do Hospital Pequeno Príncipe, videoconferência também confirmada; representante da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), está para confirmar se vai poder participar.

Então, se V. Sa. Concordar, fala, já na abertura, em nome de todos os convidados. Depois eles o sucedem. Pode ser?

O SR. JOSÉ MARCOS CARDOSO DO CARMO – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, tá. De imediato, dez minutos para o Sr. José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae Brasil.

O SR. JOSÉ MARCOS CARDOSO DO CARMO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim. Quero cumprimentar também a nossa Exma. Sra. Senadora Damares Alves. Os meus votos de melhoras ao Senador Flávio Arns.

Quero dizer que a Federação Nacional das Apaes agradece a honra de participar desta audiência pública, convocada para debater a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, proposto pelo Requerimento nº 59, de 2024, da CDH, de autoria do nobre Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma data dedicada à conscientização e à luta por direitos ao acesso e às oportunidades para crianças e adultos com paralisia cerebral em todo o mundo. O Brasil, entretanto, ainda carece de um reconhecimento legal e institucional dessa pauta.

Paralisia cerebral é uma das condições neurológicas mais prevalentes da infância. Estudos científicos apontam uma incidência de até três casos por mil nascidos vivos em países em desenvolvimento, como o Brasil, que podem representar mais de 30 mil novos casos por ano.

Dados do Datasus revelam que, entre 2018 e 2023, o Brasil registrou mais de 1.658 mortes por paralisia cerebral, sendo 608 apenas no ano de 2023. O número de internações hospitalares, no mesmo período, foi de 673, com maior incidência nas Regiões Norte e Nordeste. Esses números, embora relevantes, ainda não expressam a totalidade da realidade enfrentada por essas pessoas, pois há subnotificações e ausência de políticas de monitoramento contínuo. Além disso, conforme denunciado em reportagem da CNN Brasil, em 2023, pessoas com paralisia cerebral ainda enfrentam um profundo estigma social. Muitas são tratadas como incapazes, mesmo quando têm plenas condições de se comunicar, de participar da vida social, política e profissional. As barreiras atitudinais e estruturais persistem, e a escassez de políticas públicas continuadas, sobretudo na fase adulta, contribuem para a manutenção de um ciclo de exclusão e de invisibilidade.

Nesse contexto, a Rede Apae Brasil apresenta-se como uma parceira essencial. Com mais de 2 mil unidades em todo o país, a Federação Nacional das Apaes atua de forma integrada nos campos da educação, saúde e assistência social, acompanhando crianças, jovens, adultos e idosos com paralisia cerebral e outras deficiências.

As APAEs não apenas acolhem, elas constroem trajetórias de pertencimento, de autonomia possível, de enfrentamento ao capacitismo e de respeito à diversidade humana. Nosso trabalho também é político. Atuamos junto às famílias, à comunidade e aos gestores públicos para garantir que as pessoas com deficiências não sejam reduzidas a diagnósticos, mas reconhecidas como sujeitos de direitos, com seus modos próprios de expressão, comunicação, desejo e escolha.

Para ilustrar o que defendemos, cito aqui como exemplo o inspirador caso do Tiago, ex-Prefeito de Campina do Monte Alegre, interior de São Paulo. Tiago tem paralisia cerebral, mas com apoio familiar, da Apae e da comunidade, ele venceu barreiras e ocupou o cargo eletivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito, mostrando que a deficiência não impede o exercício da cidadania, o que impede é a ausência de oportunidade.

Assim, defender a criação do Dia Nacional da Conscientização sobre Paralisia Cerebral é reconhecer o valor dessas vidas; é dar um nome à luta que já acontece nas famílias, nas instituições, nas salas de aulas e nos espaços de convivência; é garantir que o Brasil também faça parte dessa mobilização mundial por respeito à visibilidade e justiça.

Que ninguém mais seja invisível, que todas as pessoas com paralisia cerebral sejam vistas, ouvidas e respeitadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae Brasil.

Eu declaro aqui, Sr. José Marcos, que eu sempre tive um carinho muito grande pela Apae. A Apae sempre esteve na linha de frente, mesmo quando construímos – e foi a muitas mãos... Eu fui o autor, mas Mara Gabrilli, Romário, Flávio Arns e Celso Russomanno foram os Relatores, e nós construímos o Estatuto da Pessoa Com Deficiência. A Apae também colaborou muito conosco, trabalhou, participou dos eventos nos estados e nas audiências públicas aqui.

Eu quero que você leve este abraço deste Senador. Já fui Presidente desta Comissão e agora estou, naturalmente, em outras atividades aqui no Senado. Fiquei afastado por motivo de doença acho que umas duas semanas, agora eu estou voltando, e já voltei aqui na Comissão, para uma audiência como esta, tão importante.

O SR. JOSÉ MARCOS CARDOSO DO CARMO – Importantíssima.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos em frente!

Passo a palavra neste momento ao Sr. Marcos Vinicius Araujo do Amaral, atleta paralímpico de tênis de mesa.

A palavra é sua, Sr. Marcos Vinicius, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS VINICIUS ARAUJO DO AMARAL (*Por videoconferência.*) – Me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ainda não. Nem na tela, nem estou ouvindo. (*Pausa.*)

Se estiver com dificuldade, passo para o próximo convidado e em seguida voltamos a V.Sa. (*Pausa.*)

Então, vamos...

Opa, vamos lá então, meu amigo. Por favor, Sr. Marcos Vinicius Araujo do Amaral, atleta paralímpico de tênis de mesa. O tempo é seu.

O SR. MARCOS VINICIUS ARAUJO DO AMARAL (*Por videoconferência.*) – Oi, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estamos ouvindo.

O SR. MARCOS VINICIUS ARAUJO DO AMARAL (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Boa tarde!

O SR. MARCOS VINICIUS ARAUJO DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agradeço ao Senador.

Eu sou Marcos Vinicius, tenho 23 anos, nasci em Paranatinga, Mato Grosso. Atualmente, resido em Cuiabá. Eu faço faculdade de Ciências Contábeis. Tenho trabalhado com tênis de mesa e sou grato por ter tido a oportunidade de ter a palavra neste dia.

Gostaria de compartilhar com vocês o que me levou a tudo isso. Na verdade, foi o esporte, por meio da minha professora de escola. Na época, eu tinha 13 anos e, até então, eu não tinha uma inclusão. É muito bom ser incluído em uma sociedade, e, através do esporte, a professora conseguiu que eu tivesse um caminho para mostrar às pessoas do que eu sou capaz, o que eu consigo produzir para a sociedade. Através do esporte, do tênis de mesa, por fim, eu consegui participar dos Jogos Paralímpicos, eu consegui hoje estar atuando nesse esporte.

Então, eu gostaria, neste dia, de ressaltar a importância de ter essa consciência de acesso e de um trabalho de inclusão nas escolas e, principalmente, do esporte no ambiente da vida escolar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação física como uma forma de mostrar que, com uma boa adaptação, é claro, todos têm um lugar nesse ambiente maravilhoso que é o esporte. Assim, no decorrer da evolução, as pessoas conseguem se desenvolver na sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos!

Esse é Marcos Vinicius Araujo do Amaral, que fez uma exposição de quem, na prática, está mostrando que as pessoas com deficiência precisam de oportunidade para mostrar todo o seu potencial, toda a sua qualidade.

Aqui todos ficaram em silêncio, e ouvimos muito bem a sua fala. Meus cumprimentos por ser um atleta paraolímpico de tênis de mesa. Com a sua fala, você, na verdade, ajudou para que esse projeto seja aprovado com a rapidez que exige, como também falou aqui o Sr. José Marcos Cardoso do Carmo.

Então, vamos em frente.

Passo a palavra à Sra. Wanna Brito, campeã mundial paraolímpica de arremesso de peso e atletismo.

A SRA. WANNA BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Boa tarde.

A SRA. WANNA BRITO – Senadores, Parlamentares, convidados, representantes da sociedade civil, recebo com muita profundidade e com emoção o convite para participar desta audiência pública dos direitos humanos.

Represento aqui não apenas um segmento profissional, mas uma vivência concreta de quem acompanha de perto direitos e desafios de acesso, cuidado e reconhecimento enfrentados por pessoas com deficiência, com paralisia cerebral, e por suas famílias, sobretudo na região mais negligenciada do Brasil, que é o Norte do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral, a ser celebrado no dia 3 de outubro, não é apenas um dia simbólico, é um passo estratégico no compromisso que este país precisa afirmar com a inclusão plena.

A paralisia cerebral é uma condição neurológica que impacta o movimento, a postura e, em casos, a comunicação e ainda carrega consigo o peso do preconceito, da exclusão e da invisibilidade. Instituir esta data é dar nome, rosto e lugar a milhares de brasileiros. No Amapá, de onde venho, convivemos com a escassez de recursos, a distância dos centros de viabilidade e, em muitas das vezes, com a solidão das famílias que lutam diariamente por direito básico.

É nesse contexto que a data proposta se torna ainda mais potente. Ela mobiliza, ela educa, ela obriga o Estado a olhar. Propomos que esta data seja mais do que uma lembrança, que seja um marco para ações permanentes, para campanhas educativas de formação continuada de profissionais da educação e da saúde, para políticas de inclusão no mercado de trabalho e ampliação de atendimentos especializados no SUS. É urgente ouvir as pessoas com paralisia cerebral, dar protagonismo às suas vozes e comparar com os seus saberes para a construção política pública.

Por fim, deixo aqui o meu compromisso de seguir contribuindo para que esse dia exista, sim, no calendário, mas, sobretudo, na consciência e na prática do Brasil que queremos construir.

Muito obrigada.

Wanna Brito, atleta paralímpica, fisioterapeuta, Embaixadora da Acessibilidade e Inclusão – Amapá.

Eu queria complementar um pouquinho com a fala do Marcos.

A gente briga a vida toda para ser incluso na sociedade e a sociedade finge que não está vendo a gente. Quando a gente entra pelo esporte, a gente se torna visível, a sociedade passa a ouvir a gente, passa a olhar a gente com outros olhos. A gente não é mais uma pessoa com deficiência, a gente é o atleta paralímpico, a gente é o medalhista, a gente é o recordista. Isso é muito bom para a gente, pois a gente se sente incluso na sociedade e se sente importante, como a gente nunca sentiu antes na vida, pois a a gente encontra uma coisa com o quê a gente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser reconhecido, pode ser visto, e a gente nunca viveu isso, porque a gente sempre brigou para ser incluso, para ser visto. A gente merece oportunidade.

Eu não falo só para mim, eu falo por todas as pessoas com deficiência. A gente sabe o quanto é difícil ser incluso numa sociedade tão cruel e tão maldosa. Eu peço que vocês estabeleçam essa data e tornem mais fácil o atendimento no SUS e na educação.

Quando eu era criança, eu não tinha educador especial na sala e a mamãe teve que brigar por isso. Hoje já tem para as outras crianças educação especial, não é?

Na minha época não tinha. A minha mãe teve que brigar muito para que eu tivesse esse acompanhamento na sala de aula. E, quando eu passei a ter o acompanhamento especializado, tudo começou a melhorar. Eu comecei a aprender a ler e comecei a aprender a socializar um pouco mais, o que as professoras não me deixavam fazer.

E é isso. Eu peço inclusão e peço que vocês também lutem – não só a gente, como deficientes, mas que vocês, também, que não têm deficiência, lutem pela gente.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Meus parabéns, Wanna Brito, campeã mundial paraolímpica de arremesso de peso e atletismo, que deu um depoimento da sua vida – não é, Wanna? –, com muito carinho, com muita força, com muita coragem, e combatendo os preconceitos, mostrando que é possível. Falou da luta da sua mãe, porque naquele tempo não tinha o que nós temos hoje. Tudo isso... E a sua fala vai numa linha de animar a todos: não desistam! Façam um bom combate! Vamos em frente, porque é possível ocupar o nosso espaço. Cada um com as suas dificuldades, que todos têm, mas com muita firmeza. E por isso que hoje você, eu repito aqui, é campeã mundial paraolímpica, um orgulho para o Brasil e para todos – não só para o Brasil, mas para outros países que já têm em você uma referência.

Parabéns, viu? Foi uma satisfação muito grande ouvi-la, na primeira sessão que eu presido depois que eu deixei a Presidência da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Passo a palavra agora a Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

Por favor, Sr. Arthur de Almeida Medeiros. O tempo é seu.

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador.

Agradeço o convite e a oportunidade e, ao mesmo tempo, saúdo o Senador Flávio Arns e desejo melhoras a ele.

É uma satisfação estar aqui hoje para a gente conversar e debater um pouco sobre a importância de a gente fortalecer o cuidado para as pessoas com paralisia cerebral. Como já foi lido no início da audiência, na justificativa desse requerimento, são aproximadamente 30 mil novas pessoas com paralisia cerebral por ano, que necessitam de cuidado, de avaliação, de acompanhamento e, sem sombra de dúvidas, de equipe qualificada e preparada para atender às suas reais demandas e às suas reais necessidades. Acho que isso tem sido um horizonte e tem motivado a organização dos serviços de saúde no SUS.

Quero trazer, muito rapidamente, que nós temos, então, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que foi estruturada e criada, lá em 2012, justamente pensando na organização dos serviços de saúde para atender às demandas das pessoas com deficiência. É uma demanda singular, específica, de acordo com as suas necessidades. E, dentro da Rede de Cuidados, nós temos o Centro Especializado em Reabilitação, que é o componente da atenção especializada que vem para promover a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência.

Essa é uma rede nova, por assim dizer – completamos 13 anos da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência agora, neste mês de abril –, e uma rede que vem, nos últimos dois anos, solidificando, ampliando e procurando, cada vez mais, chegar mais próximo da população, capilarizando onde de fato precisa.

Como bem trouxe a minha colega fisioterapeuta Wanna, é preciso que a gente consiga ter cada vez mais centros especializados preparados para atender à demanda da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no Brasil, existem 325 Centros Especializados em Reabilitação pelo país, que ofertam cuidado nas modalidades de reabilitação física, auditiva, visual, intelectual e transtorno do espectro autista.

Essa organização é justamente por entender a necessidade do cuidado integrado, para reconhecer todas as necessidades que as pessoas têm e para que esse serviço possa dar conta dessa demanda e possa atender às necessidades dessas pessoas e, como a gente falou também no início, da sua família, dos seus acompanhantes e cuidadores. É preciso lembrar que, quando a gente fala da integralidade do cuidado, isso é pensar essa pessoa e todo o meio social que há em torno dela, consequentemente seus familiares e acompanhantes ou cuidadores. Então, isso tem sido um aspecto extremamente importante em que o Ministério da Saúde tem trabalhado, sobretudo com a reformulação e atualização da política em 2023, que foi um ato extremamente importante e marcante e que é o compromisso do Governo Federal nessa garantia de direitos.

Nós temos aí também o Novo PAC (Novo Programa de Aceleração do Crescimento), que tem trazido a possibilidade de construção de novos Centros Especializados em Reabilitação sobretudo em regiões de saúde de completo vazio. As obras que estão sendo contempladas agora no PAC são para atender àquelas regiões dos estados onde não tem nenhuma unidade de reabilitação – vai ser a primeira daquela região de saúde. Então, o PAC está vindo para cobrir essas regiões de vazio, para que a gente possa avançar nesse cuidado integral, integrador.

Como trouxe a Wanna e o Marcos, a gente precisa lembrar e reforçar que o cuidado em saúde não se faz somente na saúde. A gente precisa avançar para as ações intersetoriais. A gente precisa de outros parceiros na sociedade para fortalecer esse cuidado. Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Esporte para inclusão da prática desportiva dentro dos Centros Especializados em Reabilitação como uma intervenção terapêutica, mas também pensando nessa possibilidade que a Wanna e o Marcos encontraram dentro do esporte de ser um meio de inclusão, de autonomia e de profissionalização. Como a Wanna colocou, agora são nossos atletas paraolímpicos, nossos medalhistas, nossos recordistas.

Então, o CER, como um componente vinculado ao Ministério do Esporte, por esse acordo de cooperação, trazendo essa prática desportiva para dentro do processo de reabilitação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstra a importância e a necessidade desse caminhar intersetorial, desse apoio, porque a gente precisa da corresponsabilização – todos os atores são importantes e necessários para esse processo. Isso tem trazido um novo direcionamento, um novo olhar sobre o cuidado das pessoas com deficiência, especificamente aqui das pessoas com paralisia cerebral.

Uma coisa que a gente precisa lembrar também é que, para além, como já foi dito aqui, da qualificação dos profissionais que ofertam cuidado, nós precisamos de profissionais para atender a essa população. E, hoje, a gente está vivendo, em algumas categorias profissionais, em algumas áreas, escassez. E a gente precisa trabalhar também na formação de novos profissionais de saúde para atender às pessoas que estão aí demandando e que necessitam desse cuidado, mas também pensando na estimativa que foi trazida aqui no início desta audiência de que a gente precisa estar preparado para as novas demandas que vão vir. Então, a gente precisa trabalhar com a formação de novos profissionais e com a qualificação dos profissionais que aqui estão para que a gente, de fato, tenha um cuidado integral e atenda às necessidades dessas pessoas.

Temos hoje já, no país, duas datas. Uma data é nacional, em que a gente fortalece e avança no reconhecimento das pessoas com deficiência, que é o dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, em que a gente faz um reforço de todas as pessoas com deficiência e a importância da conscientização, do trabalho e da educação de toda a sociedade. É uma data extremamente importante, que traz esse reforço. E nós temos também o dia 3 de dezembro, que é o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que é mais uma data que o Brasil também utiliza para reforçar a garantia de direitos, a garantia do acesso, e para lutar, de fato, por essa inclusão que a Wanna e o Marcos trouxeram como necessidade – e também nos mostraram tão bem o impacto e os reflexos de uma sociedade quando ela acolhe, quando ela inclui. Então, a gente precisa fortalecer essas datas para que a gente possa, de fato, avançar para uma sociedade inclusiva, que promova autonomia e qualidade de vida dessas pessoas.

E, no âmbito da saúde, o ministério tem envidado esforços para isso, para a expansão da rede de qualificação, sempre contando com a participação da sociedade, das pessoas, dos pesquisadores, para que a gente possa ter, cada vez mais, ciência e saúde caminhando lado a lado.

É isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade de debater sobre esse tema tão importante para a gente consolidar o nosso SUS.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Coordenador-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Sr. Arthur de Almeida Medeiros, que fez uma síntese do trabalho que o Ministério da Saúde vem fazendo nessa área, fortalecendo a data de 6 de outubro por tudo que ela significa.

Que a gente amplie cada vez mais esse debate, para que o nível de consciência do conjunto da população – como foi dito aqui já pela Wanna, também pelo Marcos e pelo José, porque todos falaram nesse sentido – avance e as pessoas com deficiência não sejam discriminadas. E é preciso ter espaço cada vez mais e que a população, no seu geral, entenda a importância dessa data de 6 de outubro, que, tenho certeza, será aprovada como um dia muito importante para as pessoas com deficiência, principalmente, claro, para aquelas que se encontram nessa situação de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Exato.

Passo a palavra, agora, para o Sr. Cassio Fon Ben Sum, Diretor-Técnico do Hospital Pequeno Príncipe. (*Pausa.*)

Seria agora o Sr. Cassio Fon Ben Sum, mas parece que caiu a conexão dele, então, neste momento – vou deixar o senhor para o final –, vamos passar a palavra para aqueles que queiram fazer algum comentário ainda sobre o tema.

A Wanna Brito foi a primeira que solicitou para fazer um comentário.

Então, por favor, Wanna Brito, campeã mundial paraolímpica de arremesso de peso.

A SRA. WANNA BRITO (Para expor.) – Eu já ia me esquecendo, mas a gente não pode esquecer dos familiares que apoiam essas crianças, esses adolescentes; da sobrecarga que esse familiar sofre com o cuidado com essa pessoa com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também a gente tem que olhar que a pessoa com deficiência tem um gasto muito grande. Muitas das vezes eles não conseguem fazer xixi. Normalmente, tem que fazer uma com uma sonda ou com algum suporte, cadeira de roda... É um custo muito alto para a pessoa com deficiência. A gente tem que pensar também nessa questão.

Graças a Deus, hoje eu consigo me virar, mas antes eu não conseguia, antes era tudo mais difícil. A maioria dessas crianças não têm aonde chegar, não têm como chegar ao hospital, não tem como chegar a uma fisioterapia, a uma fono. Eles não têm dinheiro, não têm recurso, a família está psicologicamente desgastada com tudo aquilo, e muitas vezes eles não têm apoio.

E a gente precisa pensar também naquele familiar que está lutando para incluir aquela pessoa, para conseguir que ela consiga melhorar, ter avanço no tratamento dela. E também a gente deve olhar bastante também para a assistência dessas famílias, porque muitas vezes não têm condição nenhuma de arcar com o custo de uma pessoa com deficiência, que é alto. O custo de cuidar de uma criança já é alto, imagine para uma criança com deficiência. Tem que ter fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiólogo, e outras questões, porque é um gasto muito grande quando não se tem na rede pública.

Era isso.

Obrigada por me deixar falar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Wanna Brito, parabéns!

Neste momento, o Sr. José Marcos Cardoso do Carmo quer fazer um comentário sobre as falas – e o provoquei, hein! (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MARCOS CARDOSO DO CARMO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

É importante a fala da Wanna, porque realmente se exige um cuidado multidisciplinar. Então, são vários profissionais envolvidos nesse cuidado: fonoaudiólogos, psicólogos, educadores, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, inclusive é uma demanda na Rede Apae por terapeutas ocupacionais, fonos, assistente social, atuando tudo de forma integrada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, a assessoria aqui da mesa me encaminhou uma série de perguntas que chegaram a nós pelo e-Cidadania. Então, eu vou ler as perguntas, depois, aqueles que quiserem responder, fiquem à vontade.

Anne, do Amazonas: "Quais são os principais direitos garantidos às pessoas com paralisia cerebral no Brasil?" Quem puder fazer uma síntese fique à vontade.

Julia, do Rio Grande do Sul: "Quais políticas públicas podem ser impulsionadas com a criação do Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral [que está sendo proposto nessa data tão importante, que é 6 de outubro]?;

Carla, de São Paulo: "[...] [Como garantir que pessoas] com paralisia cerebral sejam vistas além da condição e tenham seus direitos plenamente respeitados?"

Adelgicio, de Minas Gerais: "[O] atendimento a gestantes no [Sistema Único de Saúde] SUS por profissionais de saúde especializados na gestação saudável pode prevenir este tipo de transtorno".

Essas são as perguntas que aqui chegaram.

Eu vou passar, em um primeiro momento, se ele estiver conectado conosco ainda, ao Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, para que ele faça as suas considerações finais e, se assim entender, comente algumas das perguntas.

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, quero parabenizá-lo pela oportunidade e pela iniciativa.

Acho que é sempre importante a gente debater sobre essas questões.

E vou trazer aqui uma contextualização a qual acho que talvez responda não só uma, mas algumas das perguntas que surgiram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (*Por videoconferência*.) – Nós temos um documento extremamente importante no Brasil, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146, de 2015. Essa lei traz e garante direitos a todas as pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com paralisia cerebral.

Então, esse é o documento, o marco legal que faz com que a gente busque a garantia de direitos a todas as pessoas com deficiência e lute por ela, incluindo as pessoas com paralisia cerebral.

Então, esse tem sido o norte para a formulação das políticas públicas, para a organização e a estruturação de ações e programas, não só no âmbito da saúde, mas também interministerialmente. Então, isso tem sido a base legal.

E, aí, quero reforçar que o nosso Presidente, em novembro de 2023, lançou um novo plano, o Novo Viver Sem Limite, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um plano que é coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos, mas conta com a participação de 27 ministérios, em que foram apresentadas 95 ações para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas com paralisia cerebral.

É um plano que busca desenvolver ações interministeriais, justamente fundamentado na Lei Brasileira de Inclusão, para a garantia dos direitos. É um plano com 95 ações e um orçamento estimado de R$6 bilhões, para que a gente possa, cada vez mais, ampliar e promover a autonomia e a inclusão dessas pessoas.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Sr. Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

Fica aqui o meu abraço também ao Ministro Padilha, que eu sei que continua, com muita competência, fazendo um trabalho nessa área – ele que é médico também.

Vamos em frente.

Eu passo a palavra agora... Não sei se Cassio Fon Ben Sum conseguiu entrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não?

Então, vamos dar por resolvido aqui.

Passo a palavra para Marcos Vinicius Araujo do Amaral, atleta paraolímpico de tênis de mesa, se se encontra ainda em rede.

Por favor, Marcos, para as suas considerações finais.

O SR. MARCOS VINICIUS ARAUJO DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora, estamos começando a te ouvir.

Tenta aumentar o som aí.

Agora está na tela e estamos o ouvindo.

Vamos lá!

O SR. MARCOS VINICIUS ARAUJO DO AMARAL (*Por videoconferência*.) – Eu só gostaria de ressaltar a importância da educação nesta inclusão da pessoa com deficiência... na sociedade.

Se não fosse a escola, no meu caso... O que eu tenho hoje eu não teria; em especial pelo esporte, que foi o que me deu motivação para seguir... Eu tenho um objetivo na vida.

Então, eu gostaria muito que, através deste dia de conscientização, fosse trabalhada a importância da educação como forma de inclusão; e, dentro da educação, a educação física. Na escola, principalmente, essa introdução ao esporte paralímpico é extremamente necessária, na minha visão, para que uma pessoa com deficiência possa se descobrir, possa se descobrir mesmo, se descobrir... Eu tinha o potencial e eu acredito que o esporte seja o caminho, um dos caminhos para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós que te agradecemos muito, Marcos Vinicius Araujo do Amaral, pela sua bela contribuição na linha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós concretizarmos esse projeto; e será no dia 6 de outubro a data simbólica, Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral.

Muito, muito obrigado.

Eu, por uma questão de Justiça – até porque eu tinha uma relação muito boa também com ela, como tenho com o Padilha –, queria também deixar um abraço para a ex-Ministra Nísia; e o abraço agora para o Ministro Padilha, que continua com esse trabalho com muita competência, com muita eficiência em nível nacional; e para toda a equipe do Ministério da Saúde aqui representado pelo Sr. Arthur de Almeida Medeiros.

Então, agora indo para o encerramento, porque às 16h nós temos sessão de votação no Plenário, eu vou passar a palavra para o encerramento ao Sr. José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae Brasil; ele que participou do debate presencialmente, ajudando aqui na coordenação do trabalho com nossos convidados à distância.

O SR. JOSÉ MARCOS CARDOSO DO CARMO (Para expor.) – O.k., Senador, eu só tenho a agradecer, dizer que a Apae Brasil, a Federação Nacional das Apaes, está muito honrada por fazer parte deste momento, desta audiência.

Quero agradecer o convite à Exma. Senadora Damares, desejar melhoras ao Senador Flávio Arns e agradecer ao senhor, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu agradeço muito, Sr. José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae do Brasil, que fez questão e fez um esforço para estar presente aqui, nesta semana em que tem o feriado na quinta. Todo mundo sabe, quando o feriado chega na quinta, não é fácil fazermos uma reunião presencial. Por uma série de motivos, é que uns que estão em Brasília, mas moram em outros estados. Muitos Senadores, também Senadoras, como a Damares, é por motivos de força maior que ela não está aqui, porque ela não falta nenhum dia, viu? Depois que eu passei a Presidência para ela, escolhida, por unanimidade, pelo Colegiado, ela tem sido muito presente, está fazendo um bom trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim eu também me refiro já a todos os Presidentes de Comissões. Eu estou aqui há quase 40 anos, viu? Eu fui Presidente de muita Comissão já, e chegou a hora de passar o bastão para os mais novos, não é? E assim nós fizemos e estamos, neste momento, com muita satisfação, substituindo aqui indiretamente a Presidenta Damares e o Senador Flávio Arns, que está adoentado. O Senador Flávio Arns é um grande Senador. Ele foi Deputado Federal comigo, depois viemos para o Senado, estamos aqui até hoje cumprindo o nosso papel.

E essa data, pessoal, é muito importante, porque muitos têm que entender que para que haja um dia nacional de homenagem, e no caso aqui, de conscientização sobre a paralisia cerebral, é preciso fazer uma sessão de debates sobre o tema. E pela clareza, a competência de todos os painelistas, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós teremos o 6 de outubro como dia nacional da conscientização sobre a paralisia cerebral.

Atingimos todos os objetivos desta audiência pública. Agradeço aí a todos os convidados. Faço questão aqui, no encerramento, de agradecer ao Senador Flávio Arns, autor do requerimento, à Senadora Damares, que marcou para o dia de hoje esta audiência pública, e ambos me convidaram para presidir.

Cumprimento o Sr. José Marcos Cardoso do Carmo, Gerente Institucional da Apae Brasil, que fez a abertura e o encerramento; cumprimento Marcos Vinicius Araujo do Amaral, atleta paralímpico de tênis de mesa; cumprimento a Wanna Brito, campeã mundial paralímpica de arremesso de peso e atletismo; cumprimento Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; e cumprimentar Cássio Fon Ben Sum, Diretor Técnico do Hospital Pequeno Príncipe, que infelizmente não pôde participar, por uma questão de que a linha caiu no momento em que ele ia entrar, por videoconferência.

Enfim, atingido o objetivo, agradeço a todos. Está encerrada a audiência pública de hoje. Estamos juntos, todos trabalhando, para que 6 de outubro seja o Dia Nacional da Conscientização sobre a Paralisia Cerebral.

Encerrados os trabalhos. Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dois minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Confúcio Moura, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Fabiano Contarato e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima terceira a décima sétima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3295, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória no transporte aéreo regular doméstico a disponibilização de assentos com dimensões especiais." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Não apresentado. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2774, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de down." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Aves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, o Presidente Paulo Paim designa a Senadora Damares Alves como relatora “ad hoc”. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2436, de 2022 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Aves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Em seguida, o Presidente Paulo Paim designa a Senadora Damares Alves como relatora "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1958, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo - que: "Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Parcialmente favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na Ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); caput e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); caput do art. 5º (art. 6º, do projeto original); caput do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH parcialmente favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos i e iii do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); caput e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); caput do art. 5º (art. 6º, do projeto original); caput do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal. Observação: Foi aprovado requerimento de urgência para encaminhamento ao Plenário. ITEM 5 - Sugestão n° 2, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 33, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública para debater "medidas práticas de combate e prevenção ao assédio moral e sexual na área de relações institucionais e governamentais"." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: O Senador Paulo Paim subscreve o requerimento, que, na sequência, é aprovado pela Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a inclusão de um representante do MPT. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 34, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL nº 1.050/2024 - possibilidade de aplicação do sursis processual Lei Maria da Penha." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 8 - Plano de Trabalho - SF250349559001 que: "Plano de Trabalho - Avaliação de Política Pública CDH" Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Resultado: A Comissão aprova o plano de trabalho. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 37, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extra-pauta. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 38, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extra-pauta. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 39, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1958/2021." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extra-pauta. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/30

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 13ª a 17ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos fazer uma inversão de pauta. Como está presente aqui o nosso Senador Paim, eu vou solicitar que ele assuma a Presidência. Eu vou fazer a leitura de um relatório meu e dois votos *ad hoc*.

Antes de invertermos a pauta, nós vamos, neste momento, colocar em votação o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1958, DE 2021 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Parcialmente favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na Ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§ 1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§ 1º e 2º do art. 3º (art. 4º, do projeto original); caput e §§ 3º e 4º do art. 4º (art. 5º, do projeto original); caput do art. 5º (art. 6º, do projeto original); caput do art. 12 (art. 13, no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº. 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 23/04/2025, lido o relatório, foi concedida vista coletiva.

O Senador Humberto Costa já leu o seu voto; foi pedido vista, foi concedido vista coletiva, está voltando para a pauta hoje...

Como o relatório já foi lido, eu vou abrir para discussão da matéria.

Em discussão a matéria.

Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não há quem queira discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Para discutir?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, não há quem queira discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não há quem queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, parcialmente favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 1.958, de 2021, nos termos que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, parcialmente favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, nos seguintes termos: aprovação da alteração na ementa e dos seguintes dispositivos, renumerando-se aqueles que forem necessários: §§1º e 2º do art. 1º; incisos I e III do art. 2º; §§1º e 2º do art. 3º (art. 4º do projeto original); *caput* e §§3º e 4º do art. 4º (art. 5º do projeto original); *caput* do art. 5º (art. 6º do projeto original); *caput* do art. 12 (art. 13 no projeto original); e, no restante, para que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

O projeto segue para análise da CCJ.

Na oportunidade, quero cumprimentar o Senador Paim, o Senador Humberto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir urgência, para o Plenário, para que a gente possa apresentá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

Vamos colocar em votação o requerimento de urgência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Na oportunidade, parabenizo o Senador Paim, o Senador Humberto, lembrando que o projeto é de 2021, ele foi amplamente discutido nesta Casa, nesta Comissão, na Câmara dos Deputados, no Plenário; e, neste momento, nós estamos analisando tão somente as mudanças que a Câmara fez em alguns artigos, alguns incisos.

Já foi lido o relatório, dado vista coletiva, nenhuma modificação foi apresentada; e, hoje, eu creio que, por unanimidade, por um acordo, a matéria é aprovada nesta Comissão.

Parabéns, Senador Paim!

Segue agora em regime de urgência para o Plenário.

Parabéns! (*Palmas.*)

É, antes de eu passar...

Sim, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – É só para dizer que eu, como Relator, me atrasei, mas agradeço a V. Exa. a gentileza de ter colocado o projeto em votação e agradeço a todos os que aqui estão pela aprovação. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Relator, como o senhor já tinha lido, era só a discussão, e eu sei que está todo mundo correndo hoje, e essa é uma matéria extremamente importante, então nós assim fizemos, e deu tudo certo.

Eu vou passar a Presidência ao Senador Paim, porque eu vou ler um voto meu e dois *ad hoc*, mas não sem antes informar que eu estou encaminhando ao Senador Davi Alcolumbre, nosso Presidente, um ofício para a composição de uma Subcomissão Temporária para o prazo de 180 dias, para debater – já foi o requerimento aprovado; é tão somente a composição – a aplicação da convenção sobre os aspectos civis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode deixar. Eu sei que essa foto é importante. Eu sei que essa foto é importante.

(*Manifestação da plateia.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pedimos desculpa a quem estava nos acompanhando pela internet, TV Senado, mas essa foto era necessária. É um movimento que luta muito por isso há anos, e a gente entende a luta. Eles precisavam dessa foto, e eu entrei na história junto com vocês.

O ofício que eu estou encaminhando, senhores, ao Presidente do Senado – o requerimento já foi aprovado – é tão somente sobre a composição de uma Comissão Temporária, pelo prazo de 180 dias, para debater a aplicação da convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças nos casos em que as mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

É de autoria do Senador Flávio Arns; composta de cinco membros titulares e, em igual número, de suplentes.

Os titulares: Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabrilli e Paulo Paim.

Os suplentes: Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira, Professora Dorinha.

Nós tentamos ao máximo respeitar a proporcionalidade partidária, mas houve uma conversa entre os membros da Comissão. Então, essa é a sugestão de composição.

Senador Paim, passo a palavra ao senhor para presidir esta reunião, com muita honra. Fizemos muito isso no passado, agora a gente inverte.

Posso ficar aqui? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta Damares Alves, eu primeiro quero agradecer muito a V. Exa. Esta é a primeira reunião que eu presido a convite da Presidenta Damares, e fico muito feliz pela votação desse projeto que trata das cotas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que colaboraram para este momento, especialmente o Líder Jaques Wagner – eu sei o trabalho que você fez de convencimento ontem, no Plenário –; o Relator Humberto Costa; o nosso Líder Rogério; e a nossa querida Senadora Teresa.

Foi um momento para mim emocionante. Eu fiquei afastado por duas semanas, por motivo de doença, volto e recebo um presente, eu diria, da Casa, de V. Exa. e de todos os Senadores e Senadoras.

Muito, muito obrigado.

Uma salva de palmas à Comissão de Direitos Humanos do Senado – permitam-me que eu diga isso! (*Palmas.*)

Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL nº 1.050/2024 - possibilidade de aplicação do sursis processual Lei Maria da Penha.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para encaminhar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, eu solicito uma audiência pública.

O Projeto de Lei 1.050, de 2024, altera um artigo importante da Lei Maria da Penha, e eu entendo a necessidade de se fazer uma discussão com especialistas sobre essa alteração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a audiência pública estou convidando a Dra. Dulcerita Alves, Procuradora do Ministério Público do Estado da Paraíba; um representante do Consórcio Lei Maria da Penha; a Dra. Eugenia Albernaz, Juíza de Direito; a Dra. Erica Verícia, Promotora de Justiça, para a gente debater o que propõe o projeto de lei.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2436, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 62-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder jornada de trabalho especial, sem prejuízo do salário, ao empregado que tenha filho - adotado ou sob guarda judicial para fins de adoção - ou dependente, que tenham deficiência.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 23/04/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

Relatoria: Senador Eduardo Girão.

Relatora *ad hoc*: Presidenta desta Comissão, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, solicito ir direto à análise.

Vemos mérito no PL.

É preocupante que muitos pais, mães e responsáveis por pessoas com deficiência tenham que escolher entre o emprego e a assistência aos seus filhos ou dependentes. Muitas pessoas com transtorno do espectro autista ou síndrome de Down necessitam de acompanhamento multidisciplinar, que envolve diferentes profissionais e serviços especializados. Sem esse acompanhamento, a inclusão desses indivíduos em nossa sociedade pode ser comprometida.

Diante desse cenário, muitos pais e responsáveis se veem impossibilitados de prestar assistência adequada, devido à incompatibilidade entre o horário de trabalho e a necessidade de cuidado com os filhos ou dependentes.

Contudo, essa mesma proteção não se aplica aos trabalhadores da iniciativa privada, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Para esses trabalhadores, não há qualquer previsão legal que garanta aos pais, mães ou responsáveis por pessoas com deficiência a redução da carga horária para cuidados com seus filhos ou dependentes que necessitam de assistência direta. Isso, além de configurar um atentado ao direito da pessoa com deficiência, evidencia uma exagerada discrepância de tratamento entre os trabalhadores do setor público, que já têm essa proteção, e os da iniciativa privada.

Portanto, entendemos que o PL é louvável, por buscar assegurar os direitos dos trabalhadores e das pessoas com TEA ou síndrome de Down.

Nesse sentido, a medida proposta no PL visa ao maior interesse da pessoa com deficiência, possibilitando a sua inclusão social, bem como a proteção de seus direitos fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esse respeito, o art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão dispõe que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade e oportunidade com as demais pessoas e que não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Por sua vez, o §1º do respectivo artigo prevê, ainda, que qualquer ação ou omissão que prejudique, impeça ou anule o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência será considerada discriminação em razão da deficiência.

Assim, entendemos que o não acompanhamento adequado da pessoa com deficiência em razão dos pais, mães ou responsáveis não terem disponibilidade de tempo, devido à sua jornada laboral, configura discriminação, pois impede que a pessoa com deficiência tenha acesso a uma gama de direitos exercidos por outras pessoas.

Diante do exposto, somos favoráveis ao PL. Contudo, apresentamos um substitutivo com alguns ajustes que julgamos pertinentes para a melhor incorporação da proposição ao nosso ordenamento jurídico. Propomos, ainda, adequações na redação e melhorias na técnica legislativa para alinhar a proposição ao disposto na Lei Complementar 95, de 1998, que estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Vou direto para o voto.

Com o substitutivo apresentado, Sr. Presidente, considerando que a assistência e o apoio às pessoas com TEA ou síndrome de Down podem ser oferecidos por uma variedade de indivíduos além da mãe, sugerimos a substituição do termo "mãe" por "empregados", até mesmo para estimular – olha que interessante! – a paternidade responsável.

O voto, Sr. Presidente.

Ante as razões apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.774, de 2022, na forma do substitutivo, já devidamente publicado.

Este é o voto, e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa na Casa.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2774, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho de mães de menores com transtorno do espectro autista e síndrome de Down.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

- Em 23/04/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido do relator.

Relatoria: Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra, neste momento, à nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, que fará o relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço também para ir direto à análise, observando que são matérias muito parecidas, mas há um diferencial, e nós vamos entender aqui no relatório.

Vemos mérito no PL. É preocupante que muitos pais, mães e responsáveis por pessoas com deficiência tenham que escolher entre o emprego e a assistência aos filhos. Muitas pessoas com transtorno do espectro autista ou síndrome de Down necessitam de acompanhamento multidisciplinar, que envolve diferentes profissionais e serviços especializados. (*Pausa.*)

Número 2. Não. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São matérias bem parecidas. Está... (*Pausa.*)

PL 2.774.

O.k.? (*Pausa.*)

Entendemos que o PL é louvável, pois busca assegurar os direitos dos trabalhadores e das pessoas com TEA ou síndrome de Down. Nesse sentido, a medida proposta pelo PL visa ao maior interesse da pessoa com deficiência, possibilitando sua inclusão social, bem como a proteção de seus direitos fundamentais.

A esse respeito, o art. 4º da Lei Brasileira de Inclusão dispõe que "toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação".

Assim, entendemos que o não acompanhamento adequado da pessoa com deficiência em razão de os pais, mães ou responsáveis não terem disponibilidade de tempo, devido à sua jornada laboral, configura discriminação.

Diante do exposto, somos favoráveis ao PL. Contudo, apresentamos um substitutivo.

O outro projeto falava de crianças adotadas; aqui nós estamos falando de filhos biológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, entendemos que, devido à diversidade de mercados e às diversas características específicas, que podem se distinguir conforme o ramo de atuação, porte da empresa e outras variáveis, a redução de carga horária deve ser acordada por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho. Dessa forma, o direito à jornada especial de trabalho será assegurado com base no diálogo e nas negociações entre trabalhadores e empregadores, situação que já é possível, mesmo sem a aprovação deste PL

O voto, Sr. Presidente.

Ante as razões apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 2.774, de 2022, na forma do seguinte substitutivo, devidamente publicado.

Este é o voto, este é o relatório, e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

O projeto segue para a análise terminativa da CAS.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Devolvo a Presidência a V. Exa. com enorme satisfação.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, na votação desses dois PLs, no último dia de abril, a gente encerra um ciclo de matérias, debates, audiências públicas, no mês de abril, destinados a crianças com autismo, síndrome de Down, crianças com deficiência...

A Comissão trabalhou no mês de abril muito voltada a essas pautas, porque nós tivemos vários dias alusivos a síndrome de Down, autismo, crianças com deficiências, doenças raras. Então, nós cumprimos a missão da Comissão de trazer, de forma temática, o máximo possível de matérias prontas para a votação.

E agradeço a sua colaboração, presidindo a Comissão na votação dessas duas matérias.

Nós vamos iniciar maio. Eu queria informar aos nossos colegas membros da Comissão que maio é o Maio Laranja. É o mês destinado, por lei federal, a campanhas de conscientização e combate também – prevenção, conscientização e combate – à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, nós teremos pautados, ao longo do mês de maio, inúmeros projetos de lei e requerimentos destinados à prevenção, conscientização e combate à violência sexual de crianças e adolescentes.

Inclusive coincidiu que a nossa diligência ao Arquipélago do Marajó, para acompanhar o que o atual Ministério dos Direitos Humanos está fazendo lá, também será em maio, para a gente verificar o que nós vamos precisar – e nós vamos trabalhar nessa direção – aportar de recursos no Orçamento da União para o Ministério dos Direitos Humanos no combate e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que é missão desta Comissão também. Então, em maio teremos uma série de atividades na Comissão, vai ser um mês temático também voltado ao tema.

Obrigada, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada.

Parabéns, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PLANO DE TRABALHO - SF250349559001

- Não terminativo -

Plano de Trabalho - Avaliação de Política Pública CDH

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Plano de Trabalho da política pública que avalia o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025, referente ao Requerimento 28, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli, nossa Vice-Presidente, que vai coordenar essa... (*Pausa.*)

Caiu de novo? Ela estava *online*. (*Pausa.*)

Voltou.

... que vai coordenar essa avaliação do Plano Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

Senadora Mara Gabrilli, com a palavra para apresentar o plano de trabalho, que em seguida será colocado em votação.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Estou muito feliz nesta manhã em apresentar nosso plano de trabalho para que a gente avalie, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025.

Aprovamos o Requerimento nº 28, de 2025, de minha autoria, que versa sobre a avaliação dessa relevante política pública, sobretudo com a revelação feita ontem, por meio de um estudo que foi desenvolvido pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), de que o Ministério das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mulheres pegou, em 2024, apenas 14,3% do orçamento destinado a seus novos programas, dois deles com foco no combate à violência contra as mulheres. Isso é muito preocupante. E o Senado tem o dever de apurar em profundidade. Faremos isso aqui na CDH, e muito me honra ser a autora e a Relatora dessa avaliação.

O plano de ação constitui o principal instrumento de implementação das diretrizes do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (PNPF), que foi estabelecido pelo Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023, com a finalidade de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra as mulheres. Para isso, prevê a implementação de ações governamentais intersetoriais e terá vigência até 31 de dezembro de 2027.

A elaboração, aprovação e monitoramento do plano de ação cabem ao Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (CG PNPF), um órgão colegiado de natureza deliberativa, que conta com representantes de 11 ministérios. A sua coordenação compete à Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (Senev), do Ministério das Mulheres.

Com um orçamento previsto de R$2,5 bilhões, o Plano de Ação do PNPF foi lançado em 19 de março de 2024 e é composto por 73 ações, distribuídas em três eixos estruturantes de prevenção e um eixo transversal, com ações voltadas à produção de conhecimento, de dados, bem como à elaboração de documentos e normativas.

O nosso objetivo, Presidente Damares, é avaliar a implementação dessas ações de prevenção ao feminicídio após um ano em vigor, com foco no grau de execução física e orçamentária das iniciativas, assim como a atuação do Comitê Gestor quanto ao monitoramento, à articulação e à coordenação das ações interministeriais.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações da Segurança Pública, o Brasil registrou 1.456 vítimas de feminicídio em 2024, o que equivale, em média, a uma mulher assassinada a cada 6 horas pelo simples fato de ser mulher. Trata-se de uma realidade alarmante e persistente, evidenciada pelo registro de 245 casos apenas nos três primeiros meses de 2025.

Igualmente estarrecedores são os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, que revelam a ampla gama de violências enfrentadas diariamente pelas mulheres no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somando os registros de homicídio e feminicídio – consumados e tentados –, agressões no contexto de violência doméstica, ameaças, perseguições – *stalking* –, violência psicológica e estupro, contabilizou-se assim um total de 1.238.208 mulheres vítimas dessas formas de violência somente no ano de 2023.

Esse Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e o seu correspondente plano de ação foram instituídos como resposta a esse alarmante cenário de violência de gênero. Nesse contexto, a gente quer avaliar a eficiência e a eficácia da estratégia do Poder Executivo para o enfrentamento dessa questão durante a sua implementação, de modo a possibilitar ajustes durante a execução do programa, aumentando sua efetividade e alinhamento aos objetivos propostos. Não é um plano engessado. Trata-se de uma etapa fundamental, pois permite identificar desvios, mensurar impactos, compreender em profundidade seus mecanismos de implementação, identificar os principais desafios enfrentados e apontar possíveis soluções.

O nosso objetivo é verificar se o plano, tal como estruturado, possui real potencial para contribuir para a redução da violência de gênero e dos feminicídios no Brasil. Caso sejam identificadas fragilidades, poderão ser propostas medidas legislativas ou recomendações ao Poder Executivo que visem ao aprimoramento da política pública, por meio do refinamento de suas estratégias e de ajustes necessários à sua execução.

Iremos nos nortear pelas seguintes questões:

A primeira: as ações previstas no plano de ação estão sendo implementadas de acordo com os prazos, as responsabilidades atribuídas e os recursos estabelecidos? É uma pergunta.

Qual o montante de recursos orçamentários já executados e qual o planejamento de aplicação de recursos para os próximos anos?

Segundo: as ações executadas até o momento têm efetivamente alcançado o público-alvo e os objetivos estabelecidos nos dois eixos, eixo estruturante e eixo transversal, do plano?

Terceiro: os instrumentos de monitoramento adotados – como indicadores, relatórios e mecanismos de acompanhamento – têm se revelado adequados e eficazes para aferir o andamento da execução do plano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, quarto item: existem indícios preliminares de que as ações implementadas têm contribuído para a prevenção de mortes violentas de mulheres, a redução de riscos e o fortalecimento da resposta institucional à violência de gênero?

Para obter dados e informações, enviaremos requerimentos de informações aos Ministérios das Mulheres e da Justiça e Segurança Pública.

E aproveito para solicitar, Sra. Presidente, que coloquemos dois desses requerimentos já como itens extrapauta para aprovarmos hoje nesta reunião, dada a urgência em obtemos esses dados.

Também realizaremos ao menos três audiências públicas com os temas: 1) prevenção primária e transformação cultural; 2) prevenção secundária e terciária: para interromper ciclos de violência e promover a proteção das mulheres; e 3) eixo transversal: produção de dados, conhecimento, documentos e normativas.

Estou terminando.

Também faremos reuniões técnicas e buscaremos a colaboração de diferentes órgãos e instâncias do próprio Senado, como o Observatório da Mulher contra a Violência, a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, o Instituto DataSenado, a Procuradoria Especial da Mulher, entre outros parceiros estratégicos cuja *expertise* possa contribuir para o processo avaliativo da política pública.

E o relatório final da CDH consolidará as informações recebidas via requerimento de informações, reuniões e audiências públicas, e apresentará soluções legislativas, orçamentárias e recomendações técnicas ao Executivo que se fizerem necessárias.

Esse é o plano.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Mara, vou colocar em votação a apresentação do plano, não sem antes cumprimentá-la pela apresentação do plano e pela forma como a senhora o trouxe. Inclusive, vai trazer muitas instituições para o debate. É um plano bem abrangente. Nós vamos ter muito trabalho em 2025, Senadora Mara, eu percebi que nós vamos ter muito trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Plano de Trabalho da política pública que avalia o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, no exercício de 2025.

Os que são a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós fomos informados, Senadora Mara, de que a senhora vai pedir, extrapauta, dois requerimentos. Eles estão comigo. Procede?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Procede.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos colocar em pauta o pedido de requerimento, a inclusão, extrapauta, dos Requerimentos 37 e 38.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, DE 2025

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, DE 2025

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Concedo a palavra à Senadora para encaminhar os requerimentos.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente Damares, já temos os dois requerimentos de informação aí numerados, para que a gente obtenha a avaliação dessa política do plano de ação.

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pela Exma. Sra. Ministra de Estado das Mulheres Aparecida Gonçalves informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em síntese, encaminhamos sete questões, requisitando:

1) Cronogramas das ações já iniciadas, concluídas, em andamento e aquelas ainda pendentes de implementação, e a devida identificação dos responsáveis por sua execução e os prazos estabelecidos.

2) Informações sobre a condução da articulação com os demais ministérios bem como com estados e municípios e as parcerias já firmadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) A forma de alocação dos recursos entre as ações intersetoriais, os repasses efetuados aos entes federativos, os critérios adotados para a distribuição dos recursos e o montante já executado.

4) Solicitamos, ainda, o encaminhamento dos documentos produzidos, incluindo regulamentações e normas técnicas, com a indicação de se tais documentos são acessíveis ao público em geral.

5) Informações quanto à existência de sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do plano.

6) Requisitamos o encaminhamento das atas e demais registros das reuniões realizadas pelo Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com a indicação dos participantes e deliberações tomadas.

7) Por fim, a indicação das estratégias adotadas para assegurar o controle social sobre a execução do plano, com a especificação dos canais de participação disponibilizados e dos mecanismos de consulta pública.

Nesse contexto, considerando que o referido plano representa o principal instrumento para a efetivação das diretrizes estabelecidas no pacto e que sua elaboração, aprovação e monitoramento estão sob a responsabilidade do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, cuja coordenação é exercida pela Secretaria Executiva vinculada à Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, do Ministério das Mulheres, apresentamos o presente requerimento de informações.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e da Legislação Participativa nº 38, de 2025.

Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, ao Ministério de Justiça e Segurança Pública também enviamos sete questões onde requisitamos: o cronograma de implementação das ações sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito do Plano de Ação do PNPF, com detalhamento do estágio atual de execução, inclusive com os prazos originalmente previstos e eventuais justificativas para o não cumprimento dos marcos estabelecidos; as informações sobre as medidas já adotadas, em curso e planejadas para a execução das dez ações atribuídas ao MJSP no Plano de Ação do PNPF, incluindo a indicação dos recursos previstos e efetivamente alocados, os critérios utilizados para a definição de prioridades e de públicos-alvo, além do envio dos documentos produzidos; os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação utilizados pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública e o envio de documentos avaliativos já elaborados e dados coletados, especialmente os relativos ao impacto das medidas adotadas na redução dos índices de feminicídio; e o envio dos dados já obtidos por meio da pesquisa qualitativa sobre as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, especialmente no que tange à estrutura, funcionamento, área de atuação, logística, recursos humanos e capacitação das equipes.

Dentro do plano de ação de prevenção aos feminicídios, destaca-se o papel central do Ministério da Justiça e Segurança Pública na sua implementação, em razão de suas competências institucionais. Entre elas, estão a formulação de políticas de acesso à justiça, a coordenação de medidas de enfrentamento às infrações penais, com ênfase nos crimes violentos, e a articulação da segurança pública em todo o território nacional, em cooperação com estados e municípios. Tais atribuições são essenciais para a prevenção e enfrentamento do feminicídio, bem como para promoção de estratégias integradas de superação da violência de gênero.

Dessa forma, as informações solicitadas subsidiarão o processo avaliativo em curso, permitindo aferir o estágio de execução das ações previstas do Plano, sobretudo para o fortalecimento dos serviços de segurança pública, o acesso à Justiça e a garantia de direitos das mulheres.

Muito obrigada, Presidente.

Eu acho que nós não esquecemos nos de absolutamente nada.

Eu estou até sem fôlego aqui. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora Mara!

A Senadora Mara leu os Requerimentos 37 e 38.

Eles são extrapauta, mas eu preciso explicar o seguinte: nós fizemos um acordo na Comissão de que nós não estaríamos aprovando nenhum requerimento extrapauta, apenas a leitura deles. Mas este é apenas complemento do plano de trabalho, já aprovado, apresentado por ela.

Então, nós vamos colocar em votação esses dois requerimentos e, na sequência – vamos fazer em bloco os requerimentos –, temos o item 6 da pauta, que também é um requerimento, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, mas o Senador Paulo Paim o está subscrevendo.

Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater "medidas práticas de combate e prevenção ao assédio moral e sexual na área de relações institucionais e governamentais".

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros.

O requerimento é subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, primeiro, meus cumprimentos à nossa querida Vice-Presidente, Senadora Mara Gabrilli, pela exposição que fez com o brilhantismo de sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No item 6, Presidenta, se V. Exa. me permitir, estão aqui no plenário representantes do Ministério Público do Trabalho e eles gostariam de incluir um representante nesta audiência, pela importância dela.

O que eu peço a V. Exa. é para que conste um representante do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Seria isso somente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão os três requerimentos. (*Pausa.*)

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 33, 37 e 38.

Solicito à Secretaria da Mesa as diligências necessárias.

Os Requerimentos 37 e 38 são pedidos de informações. Peço que a Secretaria tome as providências necessárias.

Nós cumprimos a nossa pauta. Dois projetos foram retirados de pauta. Lembro que o Requerimento 39 já tinha sido aprovado quando da leitura do Projeto de Lei 1.958, de 2021, que era um pedido de urgência. Ele foi aprovado. Duas matérias foram retiradas de pauta.

Nós terminamos o mês de abril com um saldo positivo nesta Comissão com relação às propostas apresentadas, pautadas.

Agradeço aos colegas por mais um mês vencido.

Eu agora vou para aquele momento, Senador Paim – o senhor fique à vontade –, da leitura dos expedientes, dos encaminhamentos.

Nós temos uma série enorme de expedientes para ler neste momento.

Obrigada pelo apoio nesta Comissão, Presidente Paim – eterno Presidente Paim.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia nº 95.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – De pronto, ficam aqui registrados os meus cumprimentos, meus parabéns e meu abraço ao seu excelente trabalho na Presidência desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprendi com o senhor, Presidente! (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Estamos juntos!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Denúncia nº 95.

Denúncia de cidadã, referente aos Editais nº 1, 2 e 3 do concurso público da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, alegando violação de direito das pessoas com deficiência no que tange à convocação de candidatos aprovados dentro da reserva legal.

Encaminhamento: acusar o recebimento, manifestar que o caso já está juizado, tendo, como último despacho, a notícia de que restou infrutífera a conciliação, e informar que o instrumento da audiência pública não tem o viés apuratório, portanto é inadequado para a apuração da denúncia.

Denúncia nº 96.

Recebida pela Ouvidoria do Senado, de cidadão, relatando o cancelamento indevido de seu Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico), pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério de Desenvolvimento Social, sob a justificativa de indicativo de óbito, apesar de estar vivo. O denunciante informa já ter acionado o Ministério Público e solicita a apuração da Comissão quanto à possível exclusão indevida de registros de cidadãos vivos nos sistemas administrativos.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar o demandante que esta Comissão, no exercício de suas atribuições constitucionais e regimentais, não possui competência para realizar investigações de natureza judicial ou administrativa, conforme previsto no art. 49 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e no Regimento Interno do Senado Federal, pois sua atuação se dá por meio de acolhimento de denúncias de violações de direitos humanos, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, encaminhamento de recomendações e pedidos de informações a autoridades competentes, promoção de debates e proposição de iniciativas legislativas para a proteção e a promoção dos direitos fundamentais. E também informar os seguintes encaminhamentos por esta Comissão: 1. oficiar à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Social, com cópia da denúncia, para que expliquem os procedimentos para a exclusão do registro do CadÚnico, informem sobre eventuais irregularidades identificadas e relatem providências adotadas para corrigir falhas.

Denúncia nº 98.

Olhem o número da denúncia! Já é 98.

Denúncia de cidadão relatando dificuldade em assegurar, por meio do plano de saúde lasep, o acesso ao tratamento terapêutico necessário para o seu filho de 4 anos, diagnosticado com transtorno do espectro autista. As clínicas oferecidas pelo plano alegam indisponibilidade de vagas ou descredenciamento.

Encaminhamento: informar o demandante que, por ser servidor do Ministério Púbico do Estado do Pará – gente, ele é servidor do Ministério Público, e o filho dele está sem tratamento – poderá apresentar uma representação administrativa junto à Corregedoria do Ministério Público do Pará.

O que abre um alerta para nós, Secretaria. Um servidor do Ministério Público, que é o que toma as providências... O filhinho está sem acesso ao tratamento do plano de saúde. Imaginem uma pessoa do interior que não tem acesso ao Ministério Público. Nós vamos ter que rever a situação das crianças com espectro autista no Brasil. Vai ser o desafio dos próximos anos no Brasil.

Encaminhamento: o cidadão procurar a Corregedoria do Ministério Público do Pará relatando essa situação. Poderá, ainda, solicitar atuação institucional do Ministério Público do Pará em favor do menor, requerendo a instauração de procedimento preparatório e, se for o caso, ajuizamento de ação pública para garantir o direito ao tratamento da saúde necessário. Alternativamente, poderá ingressar com uma ação judicial própria, caso prefira agir diretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio de advogado particular ou com o apoio da Defensoria Pública. Recomenda-se, também, a formalização de reclamação junto à ouvidoria do plano, a fim de registrar administrativamente a violação e buscar providências.

Por fim, informar as seguintes providências tomadas por esta Comissão: oficiar o plano, solicitando informações e esclarecimentos acerca da situação e recomendar medidas necessárias para garantir o acesso ao tratamento imediato e encaminhar ofício à Agência Nacional de Saúde, ao Ministério Público e a órgão de defesa do consumidor para tomarem as providências cabíveis nas suas respectivas áreas de atuação.

Eu vou solicitar mais um encaminhamento a essa denúncia: encaminhar o caso ao gabinete do Senador Zequinha Marinho, que é do Pará, muito atento, inclusive é autor de matéria voltada à proteção da criança com autismo. Vamos fazer esse encaminhamento ao gabinete dele e pedir a ele, à assessoria dele uma atenção especial; que eles conversem com o Ministério Público lá no estado. É o Ministério Público o guardião de muitos dos direitos. Se um servidor do Ministério Público está se sentindo tão violado ao ponto de buscar essa Comissão, a gente vai precisar conversar com o Ministério Público do Pará, que eu sei que é extremamente atuante; é um Ministério Público que não baixa a guarda em um único momento.

Denúncia nº 101.

Denúncia de cidadã que alega sofrer, desde 2013, sequestro de seus direitos previdenciários e perseguição judicial em decorrência de denúncias sobre supostos desvios de recursos públicos federais na Companhia de Saneamento do Estado do Paraná. Encaminhamento: acusar recebimento e informar ao demandante que se trata de situação em trâmite no Poder Judiciário e que, pelos limites institucionais e constitucionais do Senado, é impossível a intervenção desejada.

Denúncia nº 105.

Encaminha a denúncia apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos envolvendo supostas violações de direitos à senhora idosa custodiada no presídio feminino do Distrito Federal. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão realizará diligência local, tão logo seja autorizada pelo Ministro Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um requerimento de visita a esses presos do 8 de Janeiro, que já foi aprovado inúmeras vezes, solicitando ao Ministro Alexandre de Moraes que nos autorize visitar os presos. É uma decisão da Comissão, de um Colegiado composto por Senadores de todos os partidos, e a gente não recebeu ainda autorização. O que nós estamos recebendo aqui é que as pessoas estão subindo a reclamação para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sendo que nós poderíamos resolver aqui nesta Comissão muitas dessas violações que estão acontecendo. Que o Ministro Alexandre de Moraes nos atenda! Por favor, Ministro. A gente quer na verdade é colaborar, a gente quer garantir que nenhuma pessoa presa esteja com seus direitos humanos violados.

Denúncia nº 106.

Denúncia de professor relatando o suposto esquema de corrupção e práticas ilícitas envolvendo o desvio de recursos públicos, tráfico de influência, corrupção institucional, tráfico de drogas e prostituição infantojuvenil nas proximidades da Escola Nely Carbonieri, em Garça, São Paulo. Encaminhamento: reiterar a resposta já encaminhada, que descreve as providências tomadas pela Comissão em relação à solicitação.

Denúncia nº 110.

Encaminha a denúncia apresentada à Corregedoria-Geral da Secretaria da Segurança Pública da Bahia, na qual relata o suposto envolvimento de policiais militares e civis em diversas práticas ilícitas, grilagem de terra, abuso de prerrogativas funcionais no Município de Simões Filho. O denunciante encaminha áudios, documentos, filmagens e fotografias e informa que o Ministério Público da Bahia instaurou procedimento para apurar os fatos. Encaminhamento: acusar recebimento e informar que o denunciante já encaminhou as provas para o MP e não há providência adicional a ser tomada por esta Comissão; sugerir que busque a proteção por meio de programa de proteção, caso ainda não tenha sido feito.

Denúncia nº 111.

Denúncia de cidadão mexicano residente no Rio Grande do Sul, relatando ter sido extraditado ao México com base em falsidade ideológica. O denunciante encontra-se em prisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preventiva há sete anos e afirma já terem esgotado as instâncias legais disponíveis. Solicita apoio, destacando que sua situação já foi denunciada ao Ministério dos Direitos Humanos.

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que o Brasil é signatário de acordos internacionais que envolvem extradições de cidadão de nações amigas e que a intervenção do Senado nesse caso é inadequada. Questões judiciais não são passíveis de intervenção do Legislativo.

Denúncia nº 112.

Denúncia de violações de direitos humanos no cárcere, como tortura e cerceamento de defesa, entre outras ilegalidades, e pede que sua denúncia seja encaminhada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Encaminhamento: reiterar a resposta já encaminhada que descreve as providências tomadas pela Comissão em relação à solicitação.

Denúncia nº 113 – eu falei de 95, mas a gente já está em 117.

Denúncia contra a Secretaria do Tesouro Nacional e a Fundação Getúlio Vargas por supostas irregularidades no concurso público para o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle relativas à exclusão de candidatos negros e pessoas com deficiência aprovadas.

Encaminhamento: acusar o recebimento e orientar para encaminhar a denúncia para o Ministério Público Federal por se tratar de alegações que envolvem direitos de grupos específicos e a legalidade de um concurso público federal e contatar a DPU para assistência jurídica gratuita em caso de não poder custear um advogado.

Denúncia nº 114.

Mãe solo de criança autista denuncia despejo iminente em Santa Bárbara, Minas Gerais sem alternativa de moradia adequada à condição de saúde da filha.

Encaminhamento: reiterar a resposta já encaminhada que descreve as providências tomadas pela Comissão em relação à solicitação.

Denúncia nº 115.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manifestação recebida relatando supostas práticas de assédio moral, humilhações públicas e ambiente de trabalho insalubre na biblioteca vinculada à Secretaria de Cultura de Garça.

Encaminhamento: acusar o recebimento e orientá-lo a formalizar a denúncia à ouvidoria da escola, à Secretaria de Educação do Estado, à corregedoria do órgão de trabalho e ao Ministério Público estadual.

Denúncia nº 116.

Servidor público do Distrito Federal denuncia suposta prática abusiva do Banco de Brasília no desconto de valores superiores ao limite legal da margem consignada diretamente da sua conta salário.

Encaminhamento: acusar o recebimento e orientá-lo a registrar a reclamação no Procon. Buscar assessoria jurídica, seja por meio de um advogado ou da Defensoria Pública do DF para análise do caso e ingresso com ações judiciais, como pedido de tutela de urgência para que o banco pare de descontar valores acima da margem consignável e restitua os valores descontados indevidamente e ação de indenização por danos morais e materiais pelos prejuízos financeiros, pelo abalo psicológico e pela privação do salário e de verbas essenciais para subsistência.

Denúncia nº 117.

Questiona irregularidades em processo judicial, incluindo o pagamento de honorários a advogados sem consentimento da parte interessada por meio de precatório.

Encaminhamento: reiterar a resposta já encaminhada que descreve as providências tomadas pela Comissão em relação à solicitação.

Vamos para os informes, não mais denúncias.

Informe nº 100, do Ministério da Igualdade Racial.

Encaminha o 5º Boletim Informativo Comunica Aspadi, referente ao mês de março de 2025, que apresenta um panorama das ações e políticas implementadas pelo Ministério da Igualdade Racial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento: enviar para todos os membros da Comissão o boletim informativo para conhecimento.

Solicitação nº 97. Não é mais informe, não é denúncia, é solicitação.

Cidadão solicita apoio e providência ao Ministério dos Direitos Humanos, ao Ministério da Defesa e à Comissão da Anistia, a fim de garantir o reconhecimento de seu vínculo militar com a Força Aérea Brasileira e o direito à anistia política. Relata que seu pedido foi indeferido na sessão da Comissão de Anistia de 21 de março de 2024.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o Senado não pode intervir no resultado de processos, quer sejam judiciais, quer sejam administrativos.

Solicitações nº 99 e nº 102.

Solicitação de apoio à CDH para acompanhamento de processo internacional – está aqui o número do processo – em trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que o caso ainda está em análise na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e indisponível para consulta.

Solicitação nº 103.

Denúncia de advogada, que alega ter sido vítima de assédio sexual durante reunião do Conselho de Segurança Pública. Eu vou repetir isto aqui. Denúncia de advogada... Senhores, prestem atenção nisto aqui. Denúncia de advogada, que alega ter sido vítima de assédio sexual durante reunião do Conselho de Segurança Pública, em 16 de abril, na OAB de Formosa. Solicita apoio para acompanhamento das apurações. Meu Deus do céu, se uma advogada está sofrendo assédio sexual numa reunião do Conselho de Segurança Pública, acabou o mundo! Acabou o mundo! Eu quero acompanhar...

Aqui a orientação é: orientar a advogada a procurar ao OAB de Goiás para buscar o apoio do Conselho da OAB Federal. Acrescente aí um outro encaminhamento: reunião presencial com a Senadora do Distrito Federal Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e a gente vai investigar isso. Impossível a gente ficar calado diante de uma situação dessas. E esta é a Comissão das mulheres. Nós vamos acompanhar esse caso. Porque se uma advogada não está segura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro de um Conselho de Segurança Pública, onde é que nós mulheres vamos estar seguras? Vamos acompanhar de perto. Acrescente esse encaminhamento. Eu quero uma reunião presencial com essa advogada. É de tirar o fôlego.

Solicitação nº 104.

Estudante solicita apoio para regularização de situação acadêmica na Universidade Federal do Espírito Santo. Encaminhamento: reiterar a resposta já encaminhada, que descreve as providências tomadas pela Comissão em relação à solicitação.

Agora vamos para as respostas de ofícios desta Presidência.

Resposta nº 107, da Procuradoria-Geral da República.

Em referência ao Ofício 20, de 2025, da CDH, sobre violações de direitos humanos ocorridas no sistema penitenciário brasileiro, como superlotação, negligência, maus-tratos e falta de assistência, informa que a denúncia foi encaminhada à Procuradoria da República no Paraná, órgão competente para a adoção das providências cabíveis no âmbito do Ministério Público.

Resposta nº 108, do Ministério das Relações Exteriores, em referência ao Ofício 63, de 2025, da CDH.

Olha, sobre encaminhamentos que nós fizemos durante o mês, já estamos recebendo resposta do Ministério das Relações Exteriores; essa cooperação com alguns ministérios tem sido maravilhosa.

O MRE responde ao Ofício 63, da CDH, que solicita que seja verificada a situação do processamento de vistos dos cidadãos de Guiné-Bissau. Comunica que a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau informou, em 17/04, que os vistos foram emitidos e estariam prontos para a retirada pelos interessados. Parabéns ao MRE e à nossa Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau!

Ofício nº 109, do MRE, em referência a um outro ofício, o 103, da CDH, que trata de situação do menor brasileiro levado ao Egito pelo pai, sem consentimento e autorização da mãe.

O Ministério das Relações Exteriores informa que, por meio da Embaixada do Brasil no Cairo, vem acompanhando o caso com atenção dentro dos limites da assistência consular. A Embaixada realizou encontros para verificação do bem-estar do menor, prestou apoio à parte interessada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em atos perante autoridades egípcias, facilitou a comunicação com advogados locais e auxiliou na legalização de documentos. Também foram realizadas gestões diplomáticas junto ao órgão do Governo egípcio. Entretanto, limitações impostas pela legislação local e o fato de o Egito não ser signatário da Convenção de Haia sobre subtração internacional de menores dificultam o avanço das tratativas. A Embaixada continuará a prestar o apoio cabível, respeitando os limites legais.

Permitam-me fazer um destaque à essa resposta do ofício do MRE. Este caso tomou uma repercussão imensa nas redes sociais, imensa! Eu tenho sido constantemente acionada nas redes sociais para o acompanhamento deste caso deste menino no Egito. A mãe tem feito inúmeros apelos na internet.

Eu quero informar que eu já tive reunião virtual com a mãe desta criança, com suas advogadas. Depois o meu gabinete, antes de eu ser Presidente da Comissão, teve mais encontros com as advogadas da mãe da criança, as advogadas estiveram no nosso gabinete. Depois o caso foi trazido para esta Comissão, aí eu já estava Presidente. A Comissão fez todo o diálogo com o MRE, e o MRE informa que esbarra na legislação do Egito.

O Egito não é signatário da Convenção de Haia sobre subtração internacional de menores. Então, nós temos aqui um grande impasse que envolve soberania nacional: Egito, Brasil, relações diplomáticas, relações internacionais. Nós estamos diante de um grande impasse, mas esta Comissão não se omitiu. O que esta Comissão pode, e poderá fazer, nós estamos fazendo. Que as pessoas entendam e que, quem sabe, o recorte desta minha fala, neste momento, a gente possa reproduzir nas redes sociais. A Comissão está fazendo tudo que é possível neste caso específico. Também fiz tudo que possível enquanto Senadora. E o Ministério Público está dizendo que a Embaixada brasileira lá do Cairo fez tudo que podia, mas a gente está esbarrando na legislação do Egito.

Informo que a Comissão vai, agora, nos próximos dias, começar o trabalho. Nós inclusive lemos aqui, hoje, a questão das crianças do Tratado de Haia. Já foi formado hoje o encaminhamento da Comissão Especial que vai tratar todos os casos que envolvem as denúncias de crianças que estão ligadas ao Tratado de Haia, mas essa criança aqui específica nem por essa Subcomissão poderá ser tratada, porque essa criança não está ligada à Convenção de Haia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Egito não é signatário da Convenção de Haia. Eu entendo a dor e o sofrimento dessa mãe, mas nós estamos fazendo tudo que é possível.

Isto posto, eu submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos, todos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos, inclusive os que eu fiz agora, de forma oral, que é a reunião com a advogada, encaminhamento ao Senador Zequinha Marinho, os Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria ou no Portal da Comissão de Direitos Humanos, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados, observando todo o cuidado quanto ao que diz respeito à criança e ao sigilo de Justiça.

Nada mais tendo a tratar, eu vou encerrar esta sessão, não sem antes reiterar meu eterno agradecimento à nossa equipe da Comissão e registrar que, lá atrás, desde o início do primeiro momento, está acompanhando esta reunião uma mãe da cidade de Cáceres. Eu vou registrar. Lá atrás, está acompanhando esta sessão, desde o início, desde cedinho, uma mãe da cidade de Cáceres, Mato Grosso, uma mãe atípica que veio para o Senado, na segunda-feira de manhã, para bater à porta dos Senadores do Mato Grosso, à porta dos Deputados do Mato Grosso, por se sentir sozinha na luta dela pelo seu filho autista e por entender que as mães atípicas da cidade dela estão precisando ser vistas, olhadas, acolhidas.

Eu quero registrar elogios à sua coragem. Ela veio para este Senado, gente, em Brasília, sem conhecer nada; pediu apoio na cidade; as pessoas fizeram vaquinha. Ela contou para nós que até com as roupas para vestir aqui as pessoas a ajudaram. Ela está extremamente emocionada, e ela não veio só pelo filho dela: ela veio por todas as crianças de Cáceres.

Parabéns por sua coragem. Eu espero que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela, inclusive, protocolou nesta Comissão documento, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, conversou com autoridades, fez encaminhamentos.

Eu espero que a sua viagem a Brasília, mãezinha, não tenha sido em vão. Você foi guerreira, você foi valente, você foi corajosa! O seu filho e as crianças de Cáceres, com certeza, estão muito, muito orgulhosos de você. As mães atípicas de sua cidade estão orgulhosas.

E que as mães atípicas do Brasil entendam que vai ser assim: todas unidas, não se acomodando e não se curvando a tantos nãos que vocês estão ouvindo em suas cidades.

Esta Comissão estará sempre de portas abertas para todas as mães atípicas.

Parabéns pelo seu trabalho! Você foi guerreira! Que você termine sua missão hoje, aqui, em Brasília, com sucesso e volte sabendo que muitas pessoas em sua cidade vão estar orgulhosas do seu trabalho, e todas as pessoas que colaboraram para essa sua jornada solitária, chegando aqui sem conhecer ninguém, emocionada, achando que a gente nem ia abrir as portas da Comissão. Parabéns! Esta Comissão está aberta a todas as mães. Que Deus a abençoe!

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas do dia cinco de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Finalidade: "Ciclo de debates do novo Estatuto do Trabalho, (SUG nº 12/2018): com foco na Redução da Jornada de Trabalho no Brasil". Participantes: Luiz de Souza Arraes, Coordenador-nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST - Diretor-secretário geral da CNTC e Presidente da Federação dos Frentistas de São Paulo – FEPOSPETRO; Shakti Prates Borela, Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do MPT; Sonia Zerino, Secretária da Mulher da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras - NCST, representante da Confederação das Mulheres do Brasil; Sr. José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor; Sr. Wilson Pereira, Diretor Presidente da CONTRATUH; Ana Virgínia Moreira, Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e o Caribe; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Diretor Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores-NCST; Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Edmilson Santos dos Santos, Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC; Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; e Erika Medina, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/05

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 20, de 2025, desta Comissão, de minha autoria, para o ciclo de debates sobre o mundo do trabalho. O título é: "O novo Estatuto do Trabalho (SUG nº 12/2018)".

O debate de hoje é com foco na redução da jornada de trabalho no Brasil, pois – eu falarei, e vocês hoje falarão, naturalmente – existem diversas propostas tanto na Câmara como no Senado.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço à Presidenta, a Senadora Damares, que de pronto aprovou o nosso requerimento e pediu que eu, como autor do requerimento, presidisse a sessão. É claro que, se ela chegar, eu naturalmente passarei a Presidência para ela.

Vamos para a primeira mesa. Teremos duas mesas.

Primeira mesa.

Luiz de Souza Arraes, Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Diretor Secretário Geral da CNTC e Presidente da Federação dos Frentistas de São Paulo (Fepospetro). Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Ele vai anunciar aí, mas ele me deu uma boa notícia, porque eu acho muito importante o debate que nós vamos ter na sexta-feira. Eu sei que é um dia que não é fácil, mas assim mesmo ele me garantiu que virão liderados da sua entidade de São Paulo provavelmente o quê? Uns...

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (*Fora do microfone.*) – Oitenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. Em torno de 80 pessoas, o que já é um bom público para o debate que vamos ter no Plenário do Senado sobre 1º de maio, foco em redução da jornada do trabalho.

Eu quero deixar bem claro que eu sou apenas um dos autores. Vocês estão acompanhando o excelente projeto da Deputada Erika, que está na Câmara, combatendo o turno de 6 horas... é a proposta 6x1. Alguns confundem, né? Ela é contra a 6x1, como eu também sou e todos nós somos.

Aqui mesmo, no Senado, tem mais dois Senadores que apresentaram mais uma proposta que vai na mesma linha, e, lá na Câmara, se não me engano, tem mais duas ou três propostas, cujos nomes das partes depois eu vou citar aqui. O importante para mim é debater o tema e caminhar, na Câmara e no Senado, pela aprovação de uma proposta que atenda o interesse do mundo do trabalho, e, para isso, é preciso muito diálogo.

Já chamei o Luiz de Souza Arraes, que é Coordenador Nacional do Fórum. Eu chamo agora a Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, doutora!

Chamamos agora a Sonia Zerino, Secretária da Mulher da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras (NCST), representando a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB). (*Palmas.*)

Chamamos agora a Shakti Prates Borela, Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, do nosso querido Ministro Marinho. (*Palmas.*)

Já registro que o Marinho confirmou a presença no dia 9. O Ministro Marinho disse que no dia 9 vai estar no Plenário da Casa para debater o tema "O Mundo do Trabalho", em homenagem ao dia 1º de maio. Naturalmente o foco, provavelmente, será também a questão da jornada de trabalho.

Teremos, em seguida, uma segunda mesa. Aqui não há preferência por mesa; todos são bem-vindos – todos. Vamos depois fazer um debate sobre o tema.

Eu vou fazer uma pequena abertura, como é de praxe, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado, Rádio Senado e também pela cobertura da Agência Senado, esta audiência pública da CDH tem por objetivo debater a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. No debate, que fique bem claro, independentemente, todas as propostas dos Deputados e Senadores vão na mesma linha: redução de jornada sem redução de salário.

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial é uma das mais importantes para o mundo do trabalho de todos os tempos, porque isso vem – como diria o outro – de outros verões, esse debate vem de muito longe. Trata-se de uma proposta que visa melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, aumentar a produtividade e impulsionar a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito aqui algumas propostas que tramitam no Congresso Nacional. Aqui no Senado, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), há a PEC nº 148, de 2015, de minha autoria, que propõe a jornada de trabalho para 36 horas semanais. Num primeiro momento, sai de 38 para 40, depois se reduz uma hora por ano até chegar nas 36. Eu repito: sem redução salarial, tendo como Relator o líder do PT aqui no Senado, que é o Senador Rogério Carvalho, que está fazendo reuniões, e o relatório dele está praticamente pronto. Claro, vai ser construída também a versão final depois das audiências públicas, tanto aqui, como na CCJ, na Comissão de Assuntos Sociais e no Plenário do Senado. Estamos trabalhando juntos. É de minha autoria, mas ele é o Relator, e o Relator é fundamental na construção da versão final.

Na Câmara dos Deputados, temos a PEC nº 221, de 2019, do Deputado Reginaldo Lopes, e temos também a PEC nº 8, de 2025, da Deputada Erika Hilton. Ambas vão no mesmo sentido: são contra essa jornada escravocrata, que eu diria, de 6x1.

A história nos mostra que a redução da jornada de trabalho é uma luta de décadas da classe trabalhadora. No início do século XX, trabalhadores brasileiros chegavam a cumprir jornadas exaustivas de 16 horas diárias. Foi apenas com a mobilização da classe trabalhadora, das entidades, dos sindicatos, das federações, com a mobilização social, que a Constituição de 1934 garantiu jornada de 48 horas.

Na Constituição de 1988... E eu fui Constituinte. Naturalmente, estava lá com o apoio de todo o movimento sindical. De público reconheço isso. Faz quase 40 anos. Mais um ano e meio, vai dar 40 anos.

Na Constituição de 1988, a pressão da bancada comprometida com os trabalhadores junto com o movimento sindical conseguiu avançar para 44 horas semanais. Eram 48, mas já brigávamos pelas 40 e entendemos que, naquele momento, tinha que pegar o que dava, e pegamos a redução de 48 para 44.

Eu me lembro da questão de justiça de Gastone Righi. Gastone Righi já faleceu, inclusive, se não me engano, mas ele foi... Como ele pertencia ao Centrão, nós fizemos toda uma mediação, e ele foi o primeiro signatário. Todos nós que temos compromisso e tínhamos propósito assinamos juntos, mas ele foi o primeiro signatário. Foi fundamental a assinatura dele para aprovar a proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Foi fundamental para a criação de novos postos de trabalho e para a melhoria da situação de vida da população.

Os benefícios de uma jornada reduzida são inegáveis: menos horas de trabalho significam mais tempo para lazer, família, estudo, qualificação profissional, menos doença no trabalho, menos acidente no trabalho; o estresse reduzido impacta diretamente na saúde física e mental dos trabalhadores; além disso, empresas que implementaram redução da jornada constataram aumento da produtividade, maior engajamento dos funcionários e redução da rotatividade.

Diversos países têm colhido frutos positivos com essas medidas. Só alguns exemplos: a Islândia adotou uma jornada de quatro dias semanais e registrou um crescimento econômico de 5%, enquanto mais da metade da população ativa passou a trabalhar menos horas sem perder renda; na Alemanha, empresa que testava a semana de quatro dias com o modelo 100/80/100 – 100% salário, 80% da carga horária e 100% de desempenho – mantiveram a prática, pois observaram um aumento de produtividade e redução de custos, devido à alta rotatividade que tinham antes.

O argumento de que a redução da jornada de trabalho gera desemprego é uma falácia, eu diria um mito, que já foi derrubado pela própria história. Quando reduzimos a carga horária, abre-se espaço para a contratação de mais trabalhadores, fortalecendo o mercado interno, gerando crescimento econômico sustentável. Com a automação e o avanço tecnológico, precisamos ajustar o tempo de trabalho, para garantir a inovação, para que ela seja um instrumento de bem-estar social e não de precarização do trabalho.

Reduzir a jornada de trabalho é reconhecer que o trabalhador também tem direito a um ritmo de vida equilibrado; é melhorar a qualidade de vida do trabalhador e seus familiares; significa promover um modelo de desenvolvimento justo e sustentável, que priorize a qualidade de vida e, naturalmente, preserve os direitos sociais. O Brasil tem a oportunidade de seguir nesse caminho e avançar para um futuro de mais dignidade, produtividade e justiça social para todos. A redução da jornada de trabalho é também uma questão de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu termino, porque é uma introdução do tema, mas eu queria de pronto... E ninguém leve isso como uma versão de política partidária – a redução da jornada de trabalho, oxalá venha com o apoio de todos os partidos –, mas eu achei fundamental que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 1º de maio, no depoimento, em que poderia fazer uma média com todo mundo – e fazendo média com todo mundo, no fim você não faz média com ninguém, é a minha opinião –, ele corretíssimo defendeu que nós temos que trabalhar para terminar com a jornada de 6x1, redução da jornada de trabalho sem redução do salário. Acho que ele fez um pronunciamento, no meu entendimento – eu vou enfocar esse aspecto –, que só veio somar com todos os outros segmentos da sociedade que estão entendendo que é importante nós termos, no Brasil, a exemplo de para onde o mundo caminha, a redução de jornada sem redução do salário.

Eu já elogiei todos, fiz questão, que têm proposta nesse sentido. Sei que estão surgindo outras, todas serão bem-vindas. E oxalá a gente aprove rapidamente na Câmara ou no Senado, porque, aprovando numa Casa, aí as que chegam na outra Casa são apensadas, todos serão contemplados. Eu digo: tem em torno de dez hoje, eu acho. Se tiver 20, 30, 40, 50, não há problema nenhum: todas serão apensadas na redação final, no substitutivo que os Relatores haverão de fazer e a Casa haverá de aprovar.

Eu vou, de imediato, começar agora o debate. Já fizemos a nossa pequena introdução, para situar como é que está a questão tanto na Câmara quanto no Senado. E eu passo a palavra de imediato para o Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), Diretor Secretário Geral da CNTC e Presidente da Federação dos Frentistas de São Paulo (Fepospetro).

Líder Luiz, o tempo é teu. Vamos dar dez minutos, mas se precisar de quinze não há problema nenhum – dez, quinze, e no limite máximo mais cinco, porque nós temos o tempo que for necessário aqui. Eu, quando entro num tema como esse, questão do mundo do trabalho, questão social... Nós teremos em seguida, vocês vão estar envolvidos também, um debate sobre a pejotização, que me preocupa muito e eu sei que preocupa muito a todos vocês. Então, dez com mais cinco; se necessário for, darei mais cinco. Esse é um tema para mim que hoje é o número um do mundo do trabalho no nosso país.

Luiz, é contigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Ao cumprimentar o Senador Paim, cumprimento toda a mesa. É uma alegria participar de um debate tão importante para a classe trabalhadora. Como o próprio Senador falou, é o tema do momento.

Essa é uma pauta do movimento sindical há décadas em que discutimos a redução da jornada. E a redução da jornada, comprovadamente, onde já aconteceu, em todos os países em que já aconteceu, traz benefícios para todos: para o país, para o setor patronal e para o trabalhador. Para o trabalhador, ele traz mais dignidade, mais qualidade de vida. O trabalhador tem mais tempo para se qualificar, mais tempo para ficar com a família, mais tempo para o seu lazer; então, melhora a qualidade de vida. E, comprovadamente, diminui o índice de doenças ocupacional, diminui o índice de acidente no trabalho, aumenta a produtividade, e isso traz benefícios para todos.

Essa pauta vem sendo discutida há muito tempo pelo movimento sindical e é muito difícil de ser implantada no país, inclusive pela dificuldade de mobilização da classe trabalhadora. Nós temos hoje os trabalhadores totalmente desmobilizados, e precisamos deles, dessa mobilização dos trabalhadores, para que a gente possa implantar o fim da jornada de 6x1 e a redução da jornada de trabalho sem redução do salário.

Os trabalhadores... Nós tivemos aqui exemplos do que aconteceu nessas Casas por conta da falta de mobilização do trabalhador. Nós tivemos, recentemente, uma reforma trabalhista que foi cruel para o movimento sindical brasileiro, foi perversa. Aproveitaram-se, foram oportunistas ao se aproveitaram de um momento em que a classe trabalhadora estava totalmente desmobilizada e, de uma forma covarde e antidemocrática, implantaram, goela abaixo dos trabalhadores, da forma que quiseram e sem nenhum tipo de debate, uma reforma totalmente antidemocrática. Então está provado e está mostrado que a classe trabalhadora precisa se mobilizar politicamente, ocupar esta Casa de forma democrática, mostrar para os Parlamentares a importância do movimento sindical brasileiro para os trabalhadores. Só dessa forma nós vamos conseguir que as pautas dos trabalhadores andem nesta Casa e façam valer a maioria, que somos nós, os trabalhadores brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma trabalhista foi vendida para a nação como... A reforma dizia que iria resolver todos os problemas do Brasil e provou que foi ineficaz. Não trouxe nada de bom para a nação: trouxe insegurança jurídica para o país, precarizou de forma perversa o trabalho, reduziu o ganho dos trabalhadores e enfraquecimento do movimento sindical. E agora nós temos essa pauta importantíssima.

Aliás, nós temos também aqui a questão do reajuste da tabela de Imposto de Renda, que está aí para andar na Casa e que também não anda, porque ninguém quer imposto lá no andar de cima, só quer que os trabalhadores, como sempre, paguem a conta.

E essa pauta da redução da jornada precisa de que os trabalhadores estejam mobilizados, que venham para esta Casa e que entrem também nas redes sociais – isso é importantíssimo –, para que a gente faça um bom debate e consiga, no Brasil, melhor qualidade de vida para os nossos trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi líder Luiz de Souza Arraes, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, também da CNTC e Presidente da Federação dos Frentistas de São Paulo.

Meus cumprimentos pela fala.

Ele usou o tempo de seis minutos, mas foi bem objetivo, defendendo a redução da jornada de trabalho, lembrando a mudança que fizeram no passado.

Eu vou deixar já um alerta aqui: está na pauta da próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Sociais, uma proposta de que vocês têm que ficar a par para, dentro do possível, fazer a devida mobilização, porque praticamente acaba com as contribuições, seja com a negocial, seja com a assistencial. Deram um gancho, para mim, oportunista diante dessa questão que está havendo aí com algumas entidades, associações e entidades, enfim, que fizeram um ato, eu diria, até covarde de tirar dinheiro dos aposentados e pensionistas. Tem sido muito duro esse aspecto. A lei há de cobrar daqueles que cometeram esse crime de tirar dos aposentados. Quem cometeu... E havia algumas dessas associações que não tinham nem prédio, não tinham local fixo, tinham um endereço supérfluo e estavam recolhendo milhares e milhares de contribuições de idosos. Eles estão pegando esse gancho para querer ligar ao movimento sindical. E não tem nada a ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma coisa com a outra. Se alguém vai desviar dinheiro, vai ser o empresário então, que, em tese, decidido no dissídio por acordo ou contrato coletivo, enfim, quem faz o desconto é o empresário. Só se ele vai bolsar. Agora, o sindicato não embolsa. É o empresário que vai fazer a devida aceitação ou não, mediante documentos que provem que o trabalhador é da categoria respectiva.

Eu só estou fazendo essa introdução rápida para mostrar que eles vão pegar esse gancho para aprovar, na próxima terça-feira, essa proposta, que não é muito ruim, é péssima. Então, não aprovem nada. Eu prefiro que não aprovem nada – deixem tudo como está, e não aprovem nada – do que aprovar aqui um projeto que vá nesse sentido.

Mas vamos embora, em frente.

Passo palavra, neste momento, à Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério Público do Trabalho, Dra. Cirlene Luiza Zimmermann.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (Para expor.) – Bom dia.

Estou aqui nesta audiência pública para tratar dessa temática tão relevante.

Cumprimento o Senador Paim, a quem parabenizo pelo requerimento e também pela representatividade dos debatedores e das debatedoras nesta mesa. É muito importante que a sociedade, de fato, esteja presente nessa discussão.

Eu quero trazer, pelo Ministério Público do Trabalho, a fala sobre esse tema basicamente em três aspectos. Primeiro: se a gente discute direito a tempo de trabalho decente, é porque a gente está discutindo um direito humano fundamental. Eu acho que essa é a base que a gente precisa ter aqui como sustentação para toda e qualquer discussão. A gente está discutindo um direito humano. Segundo: se é um direito humano, a gente tem que falar em progressividade para alcançar a efetividade desse direito. É por isso que a gente tem que discutir essas novas pautas. E terceiro: se é um direito humano, a gente tem que seguir dentro de um princípio que é o da vedação do retrocesso social. E, dentro desse tema, independentemente de discutirmos redução para 40 horas, 36, 5x2, 4x3, nós tivemos retrocesso social em diversos outros aspectos que envolvem a questão do tempo de trabalho decente e, além de discutir a pauta central –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzir jornada –, nós temos que também enfrentar esses retrocessos que nós tivemos nos últimos anos.

Pois bem, se falo em direito humano ao tempo de trabalho decente é porque nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos traz o direito à limitação razoável do tempo de trabalho. Veja, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica e o Protocolo Adicional de São Salvador falam em limitação razoável do tempo de trabalho. Por quê? Porque a gente precisa conciliar justamente esse tempo de vida produtiva, o tempo de trabalho decente, com a vida pessoal, familiar, social, educacional, comunitária, tudo isso precisa ser conciliado. Então, quando se fala em tempo razoável de trabalho, estamos justamente falando desse equilíbrio, e isso está caracterizado como um direito humano.

Não por outro motivo, a primeira convenção da OIT – e cumprimento aqui o diretor Vinícius, é uma satisfação revê-lo também – traz justamente a temática do tempo de trabalho. Essa foi a discussão central, e ela se repete em diversas outras convenções e está como tema central nas convenções que tratam da saúde e da segurança no trabalho. A questão de se ter um tempo razoável de trabalho é tema que está intrinsecamente relacionado a promover saúde, a promover segurança desse trabalho que é executado pelas pessoas trabalhadoras.

Pois bem, então a gente tem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de São José da Costa Rica, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, convenções da OIT, todas falando nesse tempo razoável de trabalho, nesse equilíbrio entre tempo de trabalho e vida pessoal. E temos também a ONU (Organização Nacional das Nações Unidas), que vem, em 2011, trazendo os princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos, ou seja, trazendo para as empresas as diretrizes que precisam ser observadas e justamente trazendo essa necessidade de cumprir essas declarações, cumprir esses direitos humanos. Isso é imprescindível justamente para termos uma concorrência leal, para termos também essa evolução e essa produtividade no trabalho, mas tudo conjugado com essa justiça social e com essa valorização do trabalho humano.

É por isso que a gente tem também, e foi muito bem referido aqui, o Dia do Trabalho, porque, se a gente pensar e lembrar essa origem do Dia do Trabalho, ela vem justamente de uma greve lutando por redução de jornada em 1886, nos Estados Unidos. Ou seja, é o cerne da discussão para falar em trabalho decente. Tempo de trabalho decente está diretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionado com trabalho decente, trabalho digno, e tudo isso está relacionado com jornada e saúde, porque, se a gente discute redução de jornada, a gente busca justamente essa necessidade de garantir que esse trabalho seja saudável.

Em 2022, a OIT e a OMS publicaram um estudo que apontou que 81% das mortes relacionadas ao trabalho decorrem de doenças adquiridas no trabalho, em função do trabalho, e o principal fator de adoecimento desses trabalhadores eram as extensas jornadas de trabalho. Vejam: as extensas jornadas de trabalho como o principal fator de adoecimento, causando doenças cardíacas, derrames e uma série de outras situações de agravos à saúde do trabalhador que levam à morte. Na prática, nós não temos, e eu nunca vi, uma CAT, uma comunicação de acidente de trabalho emitida apontando como agente causador do óbito, da doença, do adoecimento, as longas jornadas de trabalho, porque não se reconhece essa relação, mas ela existe e está apontada nesse relatório.

O nosso Ministério da Saúde, ao final de 2023, ao atualizar a lista de doenças relacionadas ao trabalho, trouxe justamente a jornada de trabalho e tudo que está conexo à não concessão de pausas, à não existência de locais adequados para o descanso e para essas pausas, aos descansos regulares anuais, semanais, diários, como fatores que também adoecem, apontando especialmente a questão da jornada como um fator de risco psicossocial relacionado ao trabalho, ou seja, não é só o adoecimento físico, não são só os acidentes que acontecem em função do cansaço, mas também o adoecimento mental causado por esse estresse. Então, veja, é toda essa relação muito bem estabelecida do tempo de trabalho decente como um direito humano fundamental.

Pois bem, sendo direito humano – e eu acho que aqui já não temos mais dúvida –, precisamos falar da progressividade desse direito. Por isto, estamos aqui lutando por essa redução de jornada: para conseguirmos efetivamente alcançar a aprovação desses projetos que apontam para essa redução da jornada, justamente para alcançarmos a progressão desse direito humano para termos um tempo de trabalho produtivo, sim – e a tecnologia hoje nos permite, ou pelo menos nos permitiria, essa redução –, mas, ao mesmo tempo, termos também uma maior qualidade de vida. E aqui a discussão tem que se centrar, sim, na redução. Eu imagino que talvez chegarmos de imediato a 36 horas não seja o mais viável, mas uma redução progressiva, justamente para alcançar a progressividade do direito vai ser possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me um aparte só para ajudar no debate?

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu reponho o seu tempo.

Todas as propostas, inclusive a minha, caminham, como você colocou muito bem, de forma escalonada. Qual é o objetivo? Claro, são quatro dias por semana; claro, são 36 horas, não é? Mas sabemos que ninguém vai sair, num país como o nosso, de 44 para 36. Agora, nós temos um objetivo. Então, a intenção é, num primeiro momento, se avançarmos, como foi na Constituinte, de 44 para 40 – gol de placa.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Daí para a frente, todos os projetos apontam uma hora por ano. Só para ajudar em como está o debate...

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... na linha justa que você colocou.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – É a linha que nós vamos conseguir alcançar, porque, ao fazermos um ajuste, não é um baque, não é abrupto, não é um choque, mas, ao mesmo tempo, a evolução vai acontecendo.

E a tecnologia justamente deveria estar vindo a favor desse processo, assegurando essa redução do trabalho e, ao mesmo tempo, também elevando a quantidade de postos de trabalho disponível, porque essa relação é natural que aconteça. Uma vez que você reduza o tempo, se há demanda para o trabalho ser executado, alguém vai executar esse trabalho. Então, a tendência é que esses postos de trabalho também sejam incrementados.

Mas, muito bem, eu dizia que o terceiro ponto era a necessidade de combater o retrocesso social que tivemos durante esse período em relação a esse direito humano, porque não vai bastar nós termos uma definição de 40 horas, 36 horas, 5x2, 4x3, se nós não combatermos as outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações relacionadas ao tempo de trabalho decente que foram sendo prejudicadas nos últimos anos.

E aí eu trago, sim, a primeira referência à reforma trabalhista. Quando ela no art. 611-B, parágrafo único, diz que jornada de trabalho não tem nada a ver com saúde e segurança, nós estamos desdizendo tudo o que eu disse na primeira parte da minha fala, que é um direito fundamental justamente porque ele preserva a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Então, precisamos combater esse item, Senador. Não vai adiantar falar em 5x2 e em 40 horas ou 36 horas, se a gente continuar permitindo negociações que de repente vão dizer: "Tudo bem, a Constituição está dizendo isso, mas nós vamos fazer diferente aqui porque não é um tema de direito à saúde e a negociação está aberta para isso.

E, infelizmente, a gente não tem conseguido alcançar, por meio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – ... da negociação coletiva, a redução da jornada, ainda que fosse possível. Inclusive, o Ministro do Trabalho disse isso há algum tempo. Sempre foi possível reduzir a jornada por meio da negociação coletiva, mas sabemos que essa barganha não está tão ao nosso alcance. Então esse é um primeiro ponto.

O segundo se refere à jornada de 12 por 36, inclusive por meio de acordo individual de trabalho. Isso foi trazido pela reforma, mas o que na prática nós temos visto é essa jornada de 12 por 36 estar se transformando em jornada de 12 por 12, porque as pessoas não têm renda suficiente numa jornada de 12 por 36 e buscam outro trabalho e, no fim das contas, trabalham 12 por 12, 12 por 12, 12 por 12. É algo que precisamos também enfrentar, precisamos combater.

Outro ponto refere-se às jornadas de trabalho em que se estão admitindo horas extras habituais. Nós tivemos aqui a discussão – e inclusive ela chegou ao STF – envolvendo os motoristas profissionais, em que inclusive a questão do intervalo entre duas jornadas de trabalho foi admitido que fosse extremamente reduzido, justamente para permitir um maior tempo de trabalho, mas isso vai afetar, de forma inegável, o descanso desse trabalhador e vai afetar efetivamente a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde. E especificamente, no caso dos motoristas profissionais, afetar toda a coletividade, porque, quando o acidente acontecer, ele vai ocorrer no trânsito, expondo também toda a sociedade ao risco desse impacto decorrente de horas extras habituais e do não cumprimento do tempo adequado de descanso.

O quarto ponto que eu quero trazer aqui é o que nós temos visto também avançar, que são legislações que tratam da possibilidade de indenizar o intervalo intrajornada, o intervalo para almoço, para descanso, para refeição. Especificamente em 2024, Senador, nós tivemos a aprovação aqui da lei dos vigilantes, e a lei dos vigilantes trouxe expressamente a possibilidade de indenizar o intervalo para almoço em jornadas de 12 por 36, ou seja, esteja num trabalho que te exija atenção plena durante 12 horas e não pare sequer para almoçar, para descansar, para esticar as pernas, para ter um momento de relaxamento. Isso vai impactar inegavelmente a saúde desse trabalhador e dessa trabalhadora. Então é mais um ponto a enfrentar: garantir os descansos adequados, esses intervalos adequados, também faz parte desse tempo de trabalho decente.

O quinto ponto que eu quero trazer é o que nós também estamos identificando, especialmente no caso das terceirizações, em que as trocas de contratos são constantes, que é o desrespeito ao direito de descanso anual. Por quê? Faz-se um contrato de terceirização, o trabalhador começa a trabalhar, quando ele tem direito a férias, muda o contratante e ele nunca goza férias. Tem trabalhador terceirizado que tem 10 anos, 12 anos de contrato e que não tirou férias nunca, porque todo ano ele muda a sua contratante, mesmo estando trabalhando no mesmo local de trabalho, com o mesmo tomador dos serviços. Um ponto necessário para a gente conversar.

Outro ponto: direito à desconexão. É importantíssimo e necessário, nesse cenário atual, com essas novas formas de trabalho, que a gente consiga assegurar isso, que passa efetivamente pela regulamentação do teletrabalho, do *home office*. E há hoje tecnologias já à disposição das empresas para que a empresa realmente assegure o direito à desconexão. Ou seja, não é possível acessar o sistema da empresa estando fora do seu horário de trabalho. Basta que se implemente. Não é só a boa vontade do trabalhador de dizer: "Olha, não conecte no final de semana". "Sim, mas o celular não para de apitar aqui o tempo todo." E se não tiver acessado, na segunda-feira se diz, de manhã: "Você fez o quê o final de semana todo que não está sabendo tudo o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu durante o final de semana?". Então esse é um ponto necessário, o direito à desconexão, e sendo garantido pelo tomador dos serviços.

E o último ponto, que não é o tema central da nossa pauta, mas não tem como não passar por ele, falar de pejotização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Faz parte – faz parte.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Porque, se assegurarmos esse direito à contratação fraudulenta de pessoas físicas por meio de contratos PJ, na realidade, estamos jogando por terra tudo o que estamos discutindo aqui, porque nós não vamos ter 40, 36 horas, nós vamos ter 24 horas por dia, 365 dias por semana, 7 por 0, como diz meu colega Rodrigo Carelli, a gente não estará discutindo o fim da escala 6 por 1, a gente terá escala 7 por 0, porque tem que estar à disposição o tempo todo. Não vai adiantar de nada a gente assegurar toda essa discussão, tudo o que a gente pretende aqui, essa progressividade do direito, se a gente estiver falando em contratar pessoas físicas por meio de PJ – a verdadeira fraude.

Então é preciso que a gente combata isso. E, se a gente conseguir combater de forma adequada, aí realmente a gente estará reestruturando, reavivando essa nossa CLT.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Não essa CLT hoje que os jovens, os adolescentes estão desprezando, porque, na prática, não a conhecem. Se a conhecessem e ela estivesse sendo implementada na sua essência, nós estaríamos, sim ,defendendo a CLT. Todos – velhos, jovens, crianças – estariam estudando para ter trabalho decente. E a base do trabalho decente é a CLT. E com tudo isso muito bem estabelecido, a gente tem que ir para a luta, mas para ir para a luta a gente precisa se organizar, a gente precisa ter consciência, precisa ter reflexão, precisa ter a mobilização , como o Luiz muito bem disse aqui. E com tudo isso muito bem-preparado, a gente vai para a luta e assegura esse direito humano fundamental, que é o tempo do trabalho decente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público do Trabalho. Primeiro a senhora já está convocada, se não estava convidada... Está já, não é? A equipe lá não falhou, viu?

Nós vamos ter, na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 29 deste mês, durante o mês de maio, às 9h da manhã, exatamente, o debate da questão PJ, da pejotização, porque o número de pedidos que eu recebi foi de centenas, não vou dizer milhares, mas foi de centenas que eu recebi. Mas, pelo amor de Deus, olhem por aí também isso. Então vamos fazer esse debate, repito, dia 29 de maio, às 9h, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Nós estamos tentando intercalar com a Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Justiça, Comissão de Assuntos Sociais, vamos também para a economia para fazer que esses temas voltem a ser pauta aqui no Congresso. Então fica aqui o convite. E parabéns pela sua fala – muitos aqui sabem, a senhora sabe também. Nós tivemos a ousadia há cinco anos, sabíamos que as mudanças viriam nos atropelando, não é? E nós apresentamos a proposta de que chamamos o novo Estatuto do Trabalho.

Eu sou um apaixonado pela CLT, não é? Se forem ao meu gabinete vão ver, em cima da mesa, uma cópia da primeira CLT que eu recebi de um cidadão lá de Novo Hamburgo, do Rio Grande do Sul. Ele faleceu e pediu aos filhos que me entregassem, eles me entregaram, foi até um ato solene, claro, solene de emoção, né? E está lá, em cima da minha mesa. O que que eu quero? Eu quero que a gente olhe com a CLT, mas para avançar com a CLT, e não isso que eles estão fazendo hoje. Todas as propostas que a senhora aqui colocou, e com muita competência, eu já vou pedir que a nossa equipe receba todo o material para discutir também lá dentro da nova CLT.

Este debate de hoje está dentro do ciclo de debates da nova CLT, a CLT do século XXI, o novo Estatuto do Trabalho – não importa o nome; para mim é como se falar 6x1, 5x1, 4x1, 36 ou 38; o objetivo é tudo o mesmo: de onde vêm as fontes, naturalmente, lideradas, eu reconheço, pelo movimento sindical, porque quem sempre puxou essa bandeira foi o movimento sindical brasileiro. E que bom que nós Parlamentares estamos nos dobrando, no bom sentido, e seguindo essa orientação de avançarmos nesses temas.

Então, ficam aqui meus cumprimentos. Se a senhora puder depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A turma pode procurá-la para ver se... E, quando tiver um debate do Estatuto do Trabalho, com todo cuidado, porque alguns dizem "ah, mas votar o Estatuto do Trabalho agora, eles vão tirar tudo"... Ninguém vai votar. Está na minha mão, eu sou o Relator. Se fosse para votar agora, eu rasgava tudo e tocava fogo ainda, porque ia piorar mais do que está.

Então, eu estou fazendo o debate, mostrando os problemas que estão nos criando e que vocês aqui estão refletindo com muita competência. Já faz cinco anos e eu em nenhum momento falei que iria votar nesse ano ou naquele ano, e nem falo se vai ser nesse ano ou no ano que vem. Mas vamos produzindo, com material acumulando, em defesa dos trabalhadores.

Por favor, agora a nossa querida Secretária da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores – e trabalhadoras – do Brasil, representante da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) também, líder Sonia Zerino.

A SRA. SONIA ZERINO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa e pela garra como tem conduzido a pauta dos trabalhadores aqui dentro desta Casa.

Falar da redução...

Quero também trazer o abraço da nossa Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil, a Lídia Correa. Ela não pôde vir e me ligou para eu representar a CMB. Mas também aqui eu estou com o meu Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Eu coordeno a Secretaria da Mulher da Nova Central de Trabalhadores e também coordeno a Secretaria de Mulheres da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria).

Com relação à jornada de trabalho, ele é um bem para todos os trabalhadores, mas eu vou me ater um pouquinho ao recorte de gênero dentro da questão da jornada de trabalho.

Então, como é sabido, a campanha nacional pela redução da jornada, promovida pelo movimento sindical, visa a redução do limite máximo de jornada de trabalho em vigor de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salário. A campanha se insere em uma histórica luta dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, devido a diversas mudanças na forma da organização do trabalho e também na sociedade de forma mais ampla, a questão do trabalho, do tempo do trabalho coloca-se novamente no centro do interesse do mundo do trabalho. Analisar o tempo de trabalho ao longo da história é essencial para o entendimento das relações e do funcionamento da sociedade moderna, bem como para a melhor compreensão do momento atual, em que trabalhadores e empresários explicitam seus interesses e argumentos em relação à jornada de trabalho. É também para entender a forte resistência por parte dos empregadores, que sempre buscaram aumentar ou manter um tempo longo de trabalho, enquanto os trabalhadores lutam para reduzi-lo, sem ter os salários reduzidos, uma disputa em torno de apropriação dos ganhos da produtividade do trabalho e também pela saúde e bem-estar dos trabalhadores e sua família.

Na história das relações entre o capital e o trabalho, ao longo dos séculos, observa-se que os conflitos em torno do tempo de trabalho são os mais longos e violentos.

Para se ter uma ideia da importância da luta dos trabalhadores e da resistência patronal, há duas datas lembradas até hoje em todo o mundo ressaltantes da disputa em torno do tempo do trabalho: a questão do 1º de maio...

Discutir a jornada de trabalho é garantir a qualidade de vida, principalmente das mulheres. Com dupla jornada, as mulheres seriam impactadas de forma positiva com a redução da jornada sem redução de salário, mas ainda é preciso estabelecer a divisão da responsabilidade doméstica na sociedade.

A gente vê que a questão da luta da redução de trabalho é uma luta muito antiga, porque a gente sabe que, desde 1857, quando aquelas operárias de uma fábrica em Nova York entraram em greve, elas lutavam justamente por qualidade de vida, pela redução de horário de trabalho, pela licença-maternidade e pela equiparação de salário, e 129 mulheres morreram durante aquela greve. Então, desde 1857 que nós lutamos pela redução de trabalho. É uma luta muito antiga e que precisa da unidade do movimento sindical, da unidade de todos os trabalhadores e da conscientização.

É muito importante a conscientização nas nossas bases, porque, quando você tem consciência de que você, unido, pode mudar, você se apropria da pauta; e é quando nós nos apropriamos da pauta que nós sentimos na pele a questão das demandas, principalmente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres que têm dupla jornada e que cuidam dos filhos quando chegam em casa. Aí, o que você faz? Você se une à luta.

Então, todas as vezes que a sociedade mudou, todas as vezes que nós avançamos na luta, foi fruto de quê? Da mobilização. Quando nós procuramos, lá na nossa base, o nosso Senador, quando nós procuramos, lá na base, os nossos Deputados, nós vamos dizer assim: "Nós votamos no senhor, e agora o senhor tem que votar na pauta que defende nós trabalhadoras e nós trabalhadores". Aí, sim, quando a gente faz essa mobilização, eles estão aqui no mandato dado por nós, trabalhadoras e trabalhadores.

Então, do jeito que nós colocamos aqui, nós temos a obrigação de cobrá-los lá na base, mas, às vezes, acontece o seguinte: nós elegemos, e nós não procuramos mais, e eles chegam aqui, e eles fazem outros compromissos, e aí acontece o quê? Nós temos visto a retirada de direito dos trabalhadores, porque nem todos os Parlamentares que estão aqui estão comprometidos com a luta do trabalhador. A gente louva o mandato do Senador Paulo Paim, de outros Senadores e de alguns Deputados, mas são 513 Deputados e 81 Senadores. Então, a gente tem que fazer essa questão, essa luta na nossa base.

Nós mulheres precisamos de creche, de creche em tempo integral, de creche que não tenha férias, porque, às vezes, o trabalhador está de férias, mas a creche também está, e vou deixar os filhos onde? Então, a redução de jornada de trabalho é importantíssima, principalmente para a questão das mulheres.

Historicamente, o movimento sindical ganhou visibilidade nessa luta da redução da jornada de trabalho e na campanha da escala 6 por 1. A gente também tem que fazer essa consciência lá nas nossas bases, dizer: "Olha, nós estamos no movimento sindical, estamos fazendo essa luta". E aí, quando nós precisarmos da mobilização, eles têm a consciência, Senador, de que, se nós não nos unirmos, nós não pararmos, nós não vamos avançar, porque aqui, nesta Casa, eles não brincam quando eles querem nos atropelar.

A gente tem visto aí tanto retrocesso de direito, mas isso é causado pela não mobilização de nossos trabalhadores lá embaixo, porque eu vou fazer um *lobby* aqui, no Senado; então, cada pessoa do seu estado tem que ir para o Senador do seu estado, ou, então, vai no Senador que a gente já sabe que faz a luta, porque se eu chegar lá num Deputado do meu estado, ele vai saber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, quando eu chegar lá no estado, eu vou ter o que dizer dele na minha assembleia de trabalhadores, com a sociedade, com os movimentos sociais. Ele se intimida um pouco, mas, se não for assim, as coisas não acontecem.

Então, é fundamental que cada trabalhador e cada trabalhadora tenha direito ao lazer, à cultura, a outras atividades que promovam o bem-estar do ser humano. Essa redução é essencial não apenas para assegurar melhores condições de vida, mas também como medida preventiva contra os impactos físicos e mentais decorrentes da sobrecarga laboral. O atual modelo de jornada, ao priorizar o tempo de produção em detrimento do tempo de descanso e lazer, compromete a saúde do trabalhador e da trabalhadora, mas o olhar para redução de jornada ganha contornos específicos e importantes quando se trata da questão de gênero, em uma sociedade que ainda mantém, em sua estrutura, o machismo, o patriarcado, a misoginia, elementos que fazem com que a mulher ainda seja a maior responsável pelo cuidado doméstico. Debater a redução de jornada é especial tema, que impacta diretamente a vida das mulheres.

É importante debater sobre o impacto da jornada de trabalho na vida das mulheres, porque é muito maior do que para os homens. A jornada de trabalho total, ou seja, a jornada remunerada somada à jornada não remunerada em casa, no trabalho de cuidados da mulher, é muito maior do que a do homem. Por isso, a redução é importante para as mulheres, em especial porque elas têm dupla e tripla jornada muitas vezes.

Ao se debater a redução da jornada de trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SONIA ZERINO – ... é questão também fundamental o que poderiam questionar a partir da divisão sexual do trabalho, das responsabilidades compartilhadas em casa e nos trabalhos domésticos. Se, de fato isso, fosse uma realidade, a redução de jornada teria impacto entre gêneros; no entanto, ainda não chegamos a essa situação ideal.

Ainda que haja política nacional de cuidados no âmbito da legislação brasileira e de que haja uma mobilização pela ratificação da Convenção 156 da OIT, é dura a realidade de que nós, mulheres, na maioria das vezes, chegamos ao fim do trabalho do dia e passamos a cuidar da casa, enquanto os maridos descansam, assistem a jogo de futebol. Então, essa questão que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem trabalhado aqui também, pela ratificação da Convenção 156, Senador... É muito difícil as coisas caminharem na pauta dos trabalhadores, porque desde 2008 que nós, o movimento sindical, nos reunimos várias vezes para ver se a gente pauta a ratificação da Convenção 156.

Em 2008, quando eu cheguei aqui, em Brasília, nós fazíamos já vários seminários junto com a OIT, junto com o Senado, com a Câmara, pela ratificação. Passaram-se... De 2008 para cá, já faz quase... Mais de 16 anos – não é? –, e a gente ainda está lutando por isso. É como em 1857: aquela greve das mulheres era pela redução da jornada de trabalho, por melhores condições de trabalho, e a gente ainda está na mesma toada. Estamos na mesma toada.

Então, não se trata de uma generalização, mas o exemplo ocorre em muitos lares brasileiros. A gente não pode generalizar que todos os homens vão assistir ao futebol, mas, a via de regra é esta: as mulheres fazem as atividades, e os homens ficam um pouquinho mais de boa. Não se trata de generalizar. Há uma condição ideal de igualdade, de responsabilidade. Debater a redução de jornada de trabalho, sob a ótica dos impactos às mulheres é fundamental. Enquanto não se chega ao cenário ideal, a redução é um dos instrumentos para a sociedade proporcionar à mulher ter igualdade, justiça, uma vida digna, com direito à lazer e formação de qualidade.

Nós somos a maioria da população deste país, e ainda continuamos sendo... Somos a maioria da população deste país. Nós garantimos a nossa continuidade. Somos responsáveis pela maternidade, mas também ainda continuamos sub-representadas. Nós continuamos nas sub-representações, e sendo a maioria da população, sendo a maioria do eleitorado.

Então, nós, mulheres, podemos fazer uma grande mobilização, Senador Paim, nessa questão da redução da jornada de trabalho, e a CMB, a Nova Central e a CNTI têm feito essa luta, têm sido incansáveis, dentre tantas pautas em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras, na redução da jornada de trabalho também.

O tempo em que nós, mulheres, nos dedicamos ao trabalho de cuidado é como se fosse um tempo que nos é roubado, que poderíamos ter para nos dedicarmos a outras atividades, assim como os homens se dedicam. As mulheres nunca terão as mesmas 24 horas que os homens têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse encaminhamento, a CMB, a CNTI e a Nova Central conclamam todos os setores da sociedade, em especial as entidades sindicais, como a gente tem feito, por meio das entidades sindicais: que se mobilizem na defesa dessa prioridade.

É hora de pressionar o Congresso, fortalecer o diálogo social. Só com a união, determinação, construiremos um país mais justo, solidário e sustentável, mas isso é com unidade para valer. Não é uma unidade que se fala aqui, que se chega e se fala de unidade, e, na prática, as coisas não acontecem.

Precisamos de unidade, unidade do movimento sindical, unidade dos movimentos sociais, unidade da sociedade e, principalmente, a conscientização do trabalhador, porque, senão, nós não vamos chegar a lugar nenhum. A gente, determinadas vezes, ficamos falando para nós mesmos, e nós temos que descer e falar com a base e dizer: "Olhe, o projeto é esse!".

O Senador Paulo Paim sempre tem feito essa bandeira de luta. Entre tantas bandeiras de luta que aquele homem tem defendido ali no Senado, ele tem se preocupado com a luta dos trabalhadores, a pauta do movimento dos trabalhadores, para que a gente possa continuar avançando, mas isso é fruto de muita mobilização e de muita conscientização.

E que os trabalhadores retomem esse *feedback*, trabalhadores e o movimento sindical, porque, muitas vezes, agora, a gente tem chegado às fábricas, às portas de fábricas, ao comércio, e, muitas vezes, os trabalhadores ficam, assim, meio aquém...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SONIA ZERINO – ... porque a procura é maior do que a oferta e eles são muito pressionados onde trabalham.

Então, a luta continua, Senador, e a gente está aqui à disposição, a CMB, a Nova Central, a CNTI, para ajudar a fazer essa luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bela fala da líder Sonia Zerino, Secretária da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras (NCST), representante da Confederação das Mulheres do Brasil (CMB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela fala, que vai na linha... Esta palavra às vezes parece antiga, mas é uma palavra que me agrada, que é a palavra "unidade". Numa hora como esta, tem que haver a unidade total de todas as centrais, todas as federações, todas as confederações, todos os sindicatos, todas as associações, representantes da sociedade – como a Dra. Cirlene, por exemplo só, que falou aqui muito bem – e todos vocês. Se nós conseguíssemos a unidade, nós avançaríamos nessa jornada de trabalho reduzida – sem nos preocuparmos com quem é o autor da proposta, não quero saber. Alguém disse: "Mas a tua vem lá de 2015". Não, mas a das mulheres vem de quantos anos atrás? Muito antes da nossa. Então, nós vamos ter que viajar no tempo até chegar na luta que foi da redução de jornada lá atrás.

É importante que inúmeros segmentos estão apresentando proposta nesse sentido. E nós nos somamos com todos; toda vez que eu falar, eu vou falar de todos os que têm proposta que vai nessa linha – todos. As que eu sei até o momento, eu já listei aqui, já falei, mas eu sei que tem mais uma Senadora que está entrando com uma proposta também aqui. O pessoal da assessoria lembrou aí quem é? (*Pausa.*)

Não, o Cleitinho já falei. (*Pausa.*)

Isso, a Senadora – qual é a Senadora? – Eliziane Gama também, que eu não falei, por isso que eu fiz questão. Ela está colhendo assinaturas e deve também apresentar uma proposta que vai no mesmo sentido.

E perguntaram para mim: "Mas o que tu achas?". Quanto mais, melhor. Quem sabe os 513 e os 81 apresentam proposta: estará aprovado. Só vamos pedir para o Rogério Carvalho ser Relator no Senado, porque está fazendo um bom trabalho, né? Já é o Relator que foi indicado aqui pela maioria. E vamos ver quem são os Relatores na Câmara e trabalhar junto.

Então, a palavra "unidade" é fundamental. E a luta das mulheres, permita que eu diga... Vocês todos sabem como foi a luta de nós todos para que homem e mulher, na mesma função, mesma atividade, recebessem salário igual. Lutamos, lutamos, lutamos, aprovamos a lei, e grande parte não é cumprida. Então, inclusive sobre isso nós temos que ver como é que a gente faz, depois de uma luta como foi aquela de homem e mulher, mesmo salário – e grande parte, olha, para não dizer a maioria, não cumpre a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SONIA ZERINO – Senador, nós da CNTI, da Nova Central fizemos uma cartilha para conscientizar nossas bases.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

A SRA. SONIA ZERINO – Para que eles saibam que não só têm deveres, mas que têm direitos, e comecem também a fazer a socialização dentro dos estabelecimentos de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Então, vamos em frente. Eu estou falando demais, ou não? Eu falo demais. Como são os últimos dois anos, acho que eu quero falar todos os dias aqui.

Vamos agora passar a palavra para a representante do Ministro Marinho. E me permita que eu diga isto: eu estive lá falando com o Marinho, conversando um pouco com ele, e ele me deu uma notícia de algo que nem eu tinha claro. Ele disse que, na época que ele era Presidente do sindicato de São Bernardo, ele adotou a jornada de 40 horas. Então, em São Bernardo, que tem essa simbologia, por ser de lá o Presidente Lula, enfim, o Marinho na época dele já adotou a jornada de 40 horas semanais. Então, não é nenhuma coisa do outro mundo. É possível...

No Rio Grande do Sul – eu sei que é de uma outra central, mas vou falar, porque para mim não tem problema entre uma central e outra –, a GM, no Rio Grande do Sul, é 40 horas. O Quebra Mola é o líder deles lá. A jornada é de 40 horas. Se nós vamos recolhendo informações no país todo, nós vamos ver que estamos avançando. Agora tem que ser total, né? Direitos iguais para todos.

Por favor, Dra. Shakti Prates Borela, Assessora Técnica da Secretaria de Relação do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, seu tempo: dez, mais cinco, mais cinco.

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA (Para expor.) – Obrigada. Bom dia! Bom dia, Senador Paim! O senhor sempre fazendo a diferença no mundo do trabalho. De uma maneira geral no nosso país, mas, no mundo do trabalho, realmente o senhor é uma pessoa essencial na luta pelo direito dos trabalhadores. E isso é de conhecimento e de reconhecimento geral neste país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Bom dia a todos os demais membros da mesa e a todas as pessoas que nos acompanham!

Eu queria só pedir um minutinho para me apresentar, para fazer minha autodescrição, para fins de acessibilidade. Eu sou uma mulher branca de 53 anos, de pele morena clara, cabelos avermelhados, curtos e cacheados. Estou usando uma blusa listrada e colar e brincos dourados.

Primeiro, eu acho que é importante a gente... Uma das coisas que chama a atenção nesse debate é que ele está sendo tratado no âmbito dessa proposta de alteração legislativa de uma forma mais geral, Senador, dentro da discussão desse Estatuto do Trabalho, porque a legislação trabalhista é um arcabouço e ela tem que ser pensada de uma forma sistemática. Fazer alterações como as que foram feitas recentemente em alguns pontos em que, a princípio, você pode olhar e não ver um impacto tão grande, mas que, em conjunto com outras... Realmente significaram um retrocesso para os direitos dos trabalhadores.

E hoje a gente retoma... Eu falo retoma, porque, embora esse tema da jornada de trabalho nunca tenha deixado de sair de pauta, ele veio à baila e ele se tornou um movimento de rua, inclusive. Então, a gente retoma essa discussão da jornada de trabalho. E não é por acaso que essa discussão ganha tanta força e traga tanta repercussão e apoio popular, inclusive: como já foi dito aqui pelas pessoas que falaram antes de mim, a discussão da jornada está na origem dos primeiros movimentos de trabalhadores. A origem do próprio direito do trabalho tem a ver com a jornada de trabalho.

Na Constituição de 1988, foi uma luta essencial, foi um dos principais pontos. Avançou-se, como disse o Senador, até um determinado ponto; não se avançou o tanto que se queria. E, desde então, a luta pela redução continua acontecendo. Nós temos aí um longo tempo passado, mas ainda não se avançou. Infelizmente, recentemente nós tivemos alguns retrocessos, inclusive no que diz respeito à jornada de trabalho.

Esses movimentos populares... Especialmente a gente tem que fazer um reconhecimento ao Vida além do Trabalho, que teve uma repercussão tão grande. O tema foi, inclusive, abordado pelo Presidente Lula agora no seu tradicional pronunciamento no dia 1º de maio, falando que isso tem que vir para a pauta. Então, é um debate que ganha o endosso do presidente Lula nesse momento. E isso acontece, porque, como já bem falou para a gente aqui a Dra. Cirlene numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aula que ela deu aqui hoje, a jornada de trabalho é um direito humano. O direito a uma jornada decente, razoável, é um direito humano por si só em relação ao próprio trabalho, porque garante a saúde do trabalhador, garante a segurança do trabalhador e porque ela é a outra face do tempo dedicado a uma série de outros direitos. A própria Constituição também garante direito ao lazer, direito à educação, à convivência familiar, à convivência comunitária, e tudo isso demanda tempo. Tempo talvez seja o recurso mais escasso que a gente tem na nossa sociedade.

Aí, além de todas essas questões, nós temos também que uma jornada decente também vai garantir menores riscos psicossociais, menores prejuízos à saúde, menores prejuízos à saúde física, à saúde mental. Nós vemos, nos últimos anos, uma verdadeira epidemia de adoecimento mental, e isso também se relaciona com esse desequilíbrio entre vida do trabalho e vida para além do trabalho, vida pessoal de todas as pessoas que trabalham. E isso acontece por quê? Porque, embora a jornada de trabalho legal permaneça a mesma – e eu nem vou falar aqui do descumprimento, das jornadas excessivas, para muito além daquilo que a legislação permite –, a vida moderna tem ampliado essa jornada, tem ampliado esse tempo à disposição do trabalho até por meio de longos deslocamentos, que é uma realidade nas grandes cidades e atinge principalmente a população com trabalhos mais precarizados ou menos remunerados, que demora um tempo enorme para chegar, para ir e voltar do trabalho para casa.

Quanto a esse aumento da conexão com o trabalho, que também a Dra. Cirlene já colocou, você praticamente não tem mais aquele momento de desconexão do trabalho. E como disse muito bem a companheira que me antecedeu, a companheira Sonia, isso afeta de uma forma muito desproporcional as mulheres, porque a gente tem obrigações familiares, obrigações de cuidado, de uma maneira geral, que ainda recaem de uma forma muito desproporcional sobre as mulheres, que são as mais responsáveis pela política dos cuidados. Recentemente nós tivemos, como fruto de um grupo de trabalho interministerial, a aprovação da política de cuidados, que traz uma série de medidas, mas a jornada de trabalho deve ser uma delas também, para que possa vir a ajudar nesse maior equilíbrio, como já disse a companheira, numa maior divisão nos cuidados entre mulheres e homens.

Então, quando a gente fala de jornada de trabalho, a gente está falando de vida das pessoas, de vida dos trabalhadores, e esse debate é fundamental. E nós não estamos falando apenas de qualidade de vida. Acho que o Senador Paim trouxe, no começo da fala dele, uma série de dados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de experiências de outros países que demonstram que aqueles países que já adotaram escalas mais curtas, seja a 5x2 ou mesmo alguns que já avançaram para a escala 4x3, tiveram um bom resultado em produtividade. E isso acontece também com empresas no próprio país que adotaram, seja por meio de negociação coletiva, seja pela sua própria organização que também tiveram essa redução da jornada sem que isso significasse perda de produtividade. E nós temos, também relacionada a isso, uma redução de absenteísmo, uma redução do índice de acidentes, redução do adoecimento de trabalho, da rotatividade. Então, considerando esse desenvolvimento tecnológico que hoje, inclusive, tem sido utilizado muitas vezes até para colocar o trabalhador mais tempo à disposição do trabalho, esse desenvolvimento tecnológico também pode ser utilizado para garantir a redução da jornada sem que haja uma redução no salário. É importante que o desenvolvimento tecnológico seja utilizado para melhorar as vidas das pessoas.

O Senador Paim trouxe aqui a discussão da negociação coletiva, e isso é extremamente importante. Hoje existem várias categorias, vários setores que já têm uma jornada menor em razão da negociação coletiva, mas é fato que isso não atinge a todos. Normalmente, são as categorias mais organizadas que conseguem fazer essa redução via negociação coletiva. É importante que essa discussão e que esse direito se estenda para todos os trabalhadores, até porque, como já foi demonstrado, são esses trabalhadores que estão em categorias menos organizadas que hoje acabam tendo maiores jornadas de trabalho e que são também mais sujeitos a esses deslocamentos que aumentam, que ampliam o tempo à disposição do trabalho.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Então, a alteração legislativa garante essa ampliação, essa extensão desse direito a toda a classe trabalhadora, e eu acho que ficou bem claro, especialmente após esse pronunciamento do Presidente Lula, que essa é uma discussão que esse Governo pretende fazer – não é, Senador? –, e ouvindo, como aqui se está ouvindo, as organizações do mundo do trabalho, trazendo para o debate as organizações sindicais, tanto de trabalhadores quanto de empregadores, para que a gente possa construir uma norma, uma legislação nesse sentido que seja viável e que seja justa e que possa responder aos anseios e aos desafios da nossa sociedade atualmente. Nesse sentido – isso já foi dito em outros momentos –, o Ministério do Trabalho se coloca sempre à disposição para contribuir com esse debate, e que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente construir conjuntamente, a sociedade de uma maneira geral, um futuro mais digno e mais equilibrado para todos os trabalhadores do nosso país.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Shakti Prates Borela, Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. É importante a sua fala quando você destaca – eu havia apenas lembrado a fala do Presidente do Primeiro de Maio, mas você destacou – que o Governo assumiu esse debate – assumiu o debate, isso não quer dizer que seja essa ou aquela proposta que vá prevalecer. E percebi isso na fala do Ministro Marinho quando eu estive lá e, claro, na fala do Presidente, quando ele falou para todo o país sobre a redução de jornada sem redução do salário.

Então, como vemos, isso cresce na sociedade, cresce dentro do Congresso, não é de graça que inúmeros Parlamentares já apresentaram isso, é porque sentem que é um clamor da sociedade a redução de jornada. Nós aqui, nesse momento, estamos ajudando a construir essa história. Diversas entidades que vão fazer evento nas suas regiões estão nos convidando para que a gente esteja lá e fale também como está esse debate no Congresso. Então, parabéns! Nós concluímos aqui a primeira mesa.

Eu sei que o Bira está ansioso aqui. Ele disse que está de plantão. O Bira vai falar no intervalo das duas mesas. O Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o Bira, está sempre aqui, não é? Então, não tem como eu dizer para o Bira que ele não vai falar, não é, Bira? Segure aí, Bira. Você é o próximo agora.

Vamos chamar a segunda mesa. E, se porventura algum não estiver contemplado, a gente...

Eu queria uma salva de palmas para essa mesa brilhante aqui do primeiro trabalho, liderada pelas mulheres, hein? Três mulheres que tomaram conta aqui da mesa. Parabéns!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não é por acaso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mande um abraço para o Ministro lá.

Convidamos para a segunda mesa, Ana Virginia Moreira, Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a América Latina e o Caribe. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda! É muito importante a sua presença aqui, porque a OIT é uma entidade pela qual todos nós temos muito respeito. Acho que a maioria já participou de eventos na OIT, não é? Eu já participei lá em Genebra.

Chamo o Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Bem-vindo, Moacyr! (*Palmas.*)

Juíza Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a nossa querida Anamatra. (*Palmas.*)

E José Gozze, representante da Pública Central do Servidor. (*Palmas.*)

Acharam que o José Gozze não estava, não é? Estavam me olhando atravessado aqui. Está na lista aqui, ó.

Se tiver algum companheiro que porventura represente central e não esteja ainda contemplado, é só se apresentar, viu? Nós queremos que todo mundo use a palavra aqui. Podemos abrir um plenário também no final para que se completem as informações.

Mas, como eu havia anunciado, passo a palavra, por videoconferência, ao líder Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeitamente.

Você está com um casaco marrom muito bonito pelo jeito. (*Risos.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está frio aqui.

Esse cara é gozador demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fale, Bira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os companheiros e companheiras que se encontram aí nessa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos.

Eu acho muito fundamental essa audiência, porque está jogando a favor da gente essa questão da redução da jornada do trabalho à medida que uma série de setores estão se posicionando favoravelmente a essa redução, porque a redução vai permitir... Qual é o básico da redução de jornada de trabalho para nós?

Estão me ouvindo? Alô?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estamos te ouvindo bem, Bira. Continue.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Qual é o básico fundamental para conquistar a redução da jornada de trabalho? Na minha opinião, o que é o mais fundamental, decisivo, é que você vai abrir novas vagas de trabalho, de emprego para os trabalhadores. Vai permitir que os trabalhadores possam desenvolver um pouco mais a sua capacidade, tendo um tempo para se aperfeiçoar, para fazer cursos, para poder aumentar a sua renda. Isso é fundamental.

E tem alguns casos de categorias para as quais vai ser muito importante. Eu dou um exemplo do pessoal de *telemarketing*. Esse pessoal não tem tempo nem de ir ao banheiro, fica com o chefe no cangote, em cima, fazendo pressão, e além dos desrespeitos que recebe na hora do seu trabalho, na hora que está executando a sua função. Então isso, companheiros, para esse setor... Aliás, nos dias 5, 6 de junho, vai haver uma audiência pública sobre essa questão do trabalho dos trabalhadores em *telemarketing*, puxada também pelo Senador Paulo Paim. Aliás, esse Senador tem tido um papel em absolutamente todas as lutas do nosso povo – todas – para poder dar uma melhor condição de vida, de trabalho para o conjunto dos trabalhadores.

Bom, senhoras e senhores, mas para ter redução da jornada de trabalho, que é importante – como já falou aí a nossa Procuradora, a Sra. Cirlene Luiza, a Sonia Zerino, o Luiz Arraes, o próprio Senador Paulo Paim e o último companheiro, que se referiu à companheira do Ministério do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho e tal –, eu queria dizer para vocês o seguinte: é preciso ter trabalho. E não é trabalho desse trabalho precário, como entregador de comida, iFood, que o cara leva comida nas costas e não consegue comer, nem dar de comer para os seus filhos, esse motoboy, mototáxi e tal, e todo dia morre um ou mais de um e não têm direito nenhum. A gente quer trabalho com capacidade, com condição, trabalho decente.

Eu queria dizer isso para entrar no seguinte tema: é preciso fortalecer a indústria nacional. Fortalecer a indústria nacional significa você poder ter trabalhos em condições decentes, com redução da jornada de trabalho, sem redução do salário. Agora, eu pergunto para os meus companheiros: com a taxa de juros de 14,25% – vai aumentar mais 1%, vão aumentar para 15%, 15 e poucos por cento, eles estão dizendo que vão aumentar –, o que significa que é enviado para o sistema financeiro internacional e nacional, sistema financeiro... Nos últimos 12 meses, foi enviado R$1 trilhão para quem não produz um prego. Nessa situação, como é que a Nova Indústria Brasil, a NIB, uma excelente proposta do Governo Federal, vai funcionar? Ela tem limitação. O arcabouço fiscal limitou o investimento público. O ajuste fiscal feito no final do ano tirou direitos dos trabalhadores, reduziu o aumento do salário mínimo, do BPC, do Bolsa Família e por aí vai.

Então, é necessário a gente botar um olho, ao mesmo tempo em que a gente quer reduzir a jornada de trabalho, e todos que falaram aí estão cobertos de razão, sem dúvida nenhuma, é preciso também garantir o direito ao trabalho, para que tenham trabalho. E, com essas taxas de juros exorbitantes, não tem indústria que consiga vingar. Esta é a real: se continuar nessa política de taxa de juros aumentando, vai esvaindo o dinheiro do nosso país para o sistema financeiro internacional, ao mesmo tempo em que corta no orçamento da saúde, corta no orçamento da educação, corta no Orçamento Geral da União. Então, a gente tem que dar uma olhada para isso. É preciso juntar um povo, juntar os trabalhadores, todos nós, os empresários nacionais, para que a gente possa dar um basta nessa situação.

Por exemplo, vamos ter... E o Paim falou que vai ter essa reunião para acabar de vez com as contribuições. Só tem um jeito, meus amigos, é a gente ir para lá e fazer o rebu, jogar pesado para não permitir que isso aconteça. Faço até um parênteses aqui: esse negócio que aconteceu aí com o INSS, estão jogando a bacia com a criança fora, está certo? A água e a bacia, estão jogando tudo fora. Por quê? Porque estão botando no mesma balaio quem não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade alguma com isso. Então, os oportunistas se preparam nesse momento para poder, Paim, acabar com todos os direitos nossos. Como é que a gente vai fazer a arrecadação? Como é que a gente vai trabalhar, fazer os panfletos, fazer o carro de som, jogar pesado, mobilizar para a redução da jornada de trabalho, está certo? Porque um ônibus de São Paulo para Brasília custa uma fortuna, entendeu como é que é? Passagens de avião nem se fala... Então, é necessário a gente mobilizar.

Sonia Zerino falou um negócio muito importante – eu acho –, que foi essa questão da unidade e ação, unidade e mobilização, para você poder botar... Os caras só sentem medo com o povo na rua ou com o povo no Congresso. Vai ter – eu não sei se o Paim já informou –, mas vai ter, no Plenário do Senado, uma discussão sobre a jornada de trabalho, e deve entupir nesse dia. A hora que o Paim puder...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para ajudar, Bira, para tu continuares, vai ser sexta agora, às 2h da tarde, com a cobertura da Agência Senado, TV Senado e Rádio Senado. Na sexta-feira, inicia-se às 2h da tarde. Eu ficarei o tempo que for necessário para aprofundar esse debate.

Obrigado pela lembrança, Bira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – De nada. Isso aí vai ser muito importante. A Sonia tem razão – essa querida lutadora aí, está certo? –, a gente tem que entupir esse Senado Federal de trabalhadores, fazer um esforço maior com o pessoal de Brasília, o pessoal do entorno, alguns de São Paulo, para a gente jogar pesado, para não dar moleza para o azar. A gente precisa fazer a nossa pressão. Além de estar na mesa, estar nos plenários, na galeria, tomar conta do Senado, para que a gente possa garantir essa luta.

Eu quero votar essa questão – viu, companheiros? –, essa questão dos juros aí, para que a gente possa reduzir a jornada de trabalho com um trabalho decente, bem remunerado, um trabalho decente, para você reduzir a jornada sem redução do nosso salário. Para isso, precisa ter indústria forte. Um país sem indústria forte é um país fadado a ser colônia dos americanos, do capital financeiro internacional, etc. E nós não somos obrigados a ser nada disso, nós temos que ser um país livre, soberano, democrático, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que a gente poder... Não adianta... Não vamos contar com o vento a favor, achando que os empresários e os Parlamentares que são mais afetos ao sistema financeiro e tal vão dar de bandeja para nós. Vai ser batalha, vai ser luta, meus companheiros. Vamos ter que, nas ruas, no Congresso, jogar pesado nos estados – está certo? –, para que a gente possa definitivamente emparedar os caras e a gente ganhar, porque vai ser uma vitória importante. Com isso, a gente pode trabalhar mais profundamente ainda, queridos companheiros, na nossa luta, na nossa batalha.

Eu quero encerrar dizendo o seguinte: é possível a gente vencer. Tivemos vários retrocessos, tivemos dificuldades em mobilização, mas já tivemos grandes mobilizações e podemos voltar a ter, está certo? Você viu esse negócio aí, essa proposta aí do 5x2, esse projeto que foi feito aí pela Daiana? Então vamos juntar tudo, não tem problema, está certo? E eu acho que a gente não deve... Porque a CLT é ainda, mesmo dilapidada como foi, um instrumento importante para os trabalhadores. Tem gente que usa este termo "nova CLT" para acabar de transfigurá-la, que não é o caso nosso, que estamos aqui nesta audiência pública, mas tem gente por aí que, se puder jogar tudo para cima e acabar com tudo, joga. Então, a gente tem que fortalecer a CLT, botando esses direitos de que nós estamos falando.

Por último, eu gostaria de mostrar aqui, peço licença ao Senador Paulo Paim... Eu escrevi um livro sobre a questão de meio século de luta por uma pátria livre e soberana rumo ao socialismo. Então, os companheiros que quiserem podem dar uma ligada para nós – aí tem os contatos –, e a gente manda para os companheiros. Vários companheiros já adquiriram o livro, mais de mil exemplares já foram vendidos.

Então, agradeço a oportunidade, Senador Paulo Paim. E vamos em frente.

Você, como vanguarda, dentro do Congresso Nacional, da luta a favor do nosso povo, dos nossos trabalhadores, está fazendo o seu papel. É preciso que a gente faça o nosso, uma espetacular e grande mobilização para que a gente possa vencer a batalha da redução da jornada de trabalho, vencer a batalha da redução das taxas de juros, para poder ter dinheiro para o investimento público, para ter dinheiro para ter uma política industrial que fortaleça o trabalho, o salário e o emprego dos trabalhadores.

Muito obrigado. Que tenham uma boa reunião todos os companheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estava ansioso, porque eu acredito que o camarada Paim tem capacidade de tocar bem isso daí, está certo? Eu sou apenas uma contribuição a mais para poder a gente estar na luta.

Obrigado. Tudo de bom para todos aí e boa reunião para nós. Eu vou ficar até o final aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Bira. (*Palmas.*)

Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

Nós estamos festejando mais de 80 anos da CLT. Eu até estive, nesses dias, num evento do Ministério Público do Trabalho muito, muito importante.

E o Bira faz bem ao alertar: quando a gente fala nesse debate sobre o Estatuto do Trabalho ou a nova CLT, nós estamos falando daqui para frente, não para trás. O que está ali já está. Queremos outras conquistas, como essa aqui das 36 horas, a médio e longo prazo. O importante é começar a avançar na redução de jornada sem redução do salário.

De imediato eu passo a palavra à Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e Caribe, a Sra. Ana Virginia Moreira.

A SRA. ANA VIRGINIA MOREIRA GOMES (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim.

O SR. JOSÉ GOZZE (*Fora do microfone*.) – Acho que não ligou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Agora, sim.

A SRA. ANA VIRGINIA MOREIRA GOMES – Bom dia, Senador Paulo Paim, demais integrantes da Comissão de Direitos Humanos, todos que estão aqui nos assistindo e demais integrantes desta mesa.

Em nome da OIT, primeiramente eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência pública sobre um tema tão urgente e ao mesmo tempo, como já foi dito aqui, tão antigo para a promoção do trabalho decente e da justiça social, que é a redução da jornada de trabalho. O tempo é um dos bens mais valiosos protegidos pelo direito do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, antes de começar, eu quero brevemente apresentar a OIT. A OIT foi fundada em 1919. O Brasil é um Estado-membro originário da organização e tem, desde então, uma relação sólida e extremamente frutífera para a OIT. O objetivo maior da OIT é a promoção da justiça social e do trabalho decente para todas as pessoas.

Uma peculiaridade importante da OIT é que é a única organização no sistema internacional e no sistema das Nações Unidas que tem uma composição tripartite, ou seja, todos os Estados são representados na organização por membros governamentais, representantes dos trabalhadores e representantes dos empregadores. Isso faz com que as normas da OIT tenham uma legitimidade extremamente valiosa no mundo do trabalho. A OIT possui 187 Estados-membros que participam dessa forma tripartite, em situação de igualdade, nas diversas instâncias decisórias da organização.

E, como eu mencionei já, uma das funções fundamentais da OIT é a função normativa, a de adotar, aplicar e promover normas internacionais do trabalho na forma de convenções, protocolos, recomendações e declarações.

Em 1999, a OIT adotou o conceito de trabalho decente, que sintetiza a missão da organização de promover oportunidades para homens e mulheres, para que obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, garantindo-se os direitos fundamentais e princípios fundamentais no trabalho, oportunidades de trabalho e renda, níveis de proteção social, com tripartismo e diálogo social. Essa é a ideia do trabalho decente, que foi tantas vezes referida aqui, que hoje é uma ideia central para se pensar o mundo do trabalho. O trabalho decente também é um conceito central para se alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, em especial o ODS 8, que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas e todos.

Esse ponto é muito importante, porque não há como falarmos em trabalho decente sem abordarmos o tempo de trabalho. Há um ditado antigo, que todos nós conhecemos que diz assim: tempo é dinheiro. Esse ditado dissimula o verdadeiro valor do tempo. O tempo, como foi dito aqui, é o tempo de descansar, de se recuperar do trabalho, de cuidar de si mesmo, da sua família,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de conviver com seus amigos, conviver em sociedade. É o tempo de se qualificar, de estudar – como o nosso colega disse agora mesmo – e de se tornar mais produtivo.

Então, o tempo tem diferentes dimensões na vida de todos nós, e é uma dimensão essencial. Essas diferentes dimensões incluem a duração da jornada, a organização do tempo do trabalho, e isso tudo afeta a nossa vida, o bem-estar dos trabalhadores e das trabalhadoras, de suas famílias, fora e dentro do ambiente laboral. Claro, também, isso tudo impacta no desempenho, na produtividade, na competitividade, na capacidade de recuperação das empresas.

Para a OIT, o tempo do trabalho, as horas do trabalho são um aspecto fundamental da qualidade do trabalho e, por isso mesmo, foram objeto da primeira Convenção Internacional do Trabalho, adotada em 1919. Esse é um processo longo, que vem existindo durante toda a existência da própria organização, mas, desde meados da década de 1990, vários países europeus iniciaram a reduzir sua jornada de trabalho semanal, como, por exemplo, Bélgica, Itália, França, Portugal e Eslovênia. Em particular, a França – esse é um caso talvez mais conhecido – reduziu sua jornada de trabalho semanal de 39 horas para 35 horas, entre 1998 e 2000, e Portugal reduziu de 44 horas para 40 horas semanais, em 1996. Já na Espanha, a jornada de trabalho ordinária está estabelecida em 40 horas semanais, e atualmente se discute a redução da jornada a 37,5 horas semanais.

Por diversas razões, essa tendência de redução da jornada de trabalho ainda não foi verificada de forma ampla na América Latina, onde ainda predominam jornadas semanais legais de 48 horas. Ainda assim, há exemplos na nossa região de países que reduziram a jornada. Em 1980, o Equador reduziu de 44 horas para 40 horas; o próprio Brasil, na promulgação da Constituição de 1988. Especificamente sobre o Brasil, atualmente, as horas efetivas médias trabalhadas são de 39,3 horas, abaixo da média para a região, que é de 42,5, e superior à média dos países de alto rendimento da OCDE.

Em 2024, aproximadamente metade dos trabalhadores era dependente do setor privado, do qual os trabalhadores formais representam 40,5%. Do total desses trabalhadores privados formais, 20,8% trabalham mais de 43 horas semanais, o que corresponde a uma parcela significativa do total de trabalhadores no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando a essa dimensão mais regional, em 2002 o Chile reduziu a jornada de trabalho de 48 para 45 horas, com aplicação efetiva em 2005; e, em 2021, a Colômbia reduziu a jornada de trabalho de 48 para 42 horas.

Então, nós podemos ver que está ocorrendo um diálogo regional também sobre esse tema.

Na nossa região, o máximo de horas de trabalho por semana, incluindo as horas extras, varia entre 49 e 59 horas semanais e, em alguns casos, é superior a 60 horas.

Meu ponto aqui não é dar tantas informações, mas mostrar a importância, nesta conversa, das evidências e dos dados do mercado de trabalho.

Alguns países da nossa região têm se unido ao debate global sobre a importância de se implementarem medidas que facilitem uma autonomia do tempo de trabalho, de modo a atender às necessidades dos trabalhadores, das trabalhadoras, como foi mencionado aqui, e das próprias empresas, e, nesse sentido, a OIT possui recomendações para contribuir com os nossos constituintes tripartites neste debate.

Quando a jornada exceder 48 horas semanais, sugere-se adotar medidas para reduzi-la sem redução salarial; quando for de 48 horas ou menos, é importante preparar medidas para redução progressiva, de acordo com as...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA VIRGÍNIA MOREIRA – ... circunstâncias nacionais e as condições de cada setor da atividade econômica. É importante se considerarem temas como grau de desenvolvimento do país.

A redução progressiva pode ocorrer por etapas espaçadas no tempo ou por setores da economia. Sugere-se também limitar a quantidade de horas extraordinárias que podem ser realizadas em um determinado período de tempo.

Essas recomendações têm como princípio buscar resgatar tanto o efeito das jornadas excessivas sobre a saúde e segurança no trabalho, um direito fundamental no trabalho, quanto também assegurar um maior equilíbrio entre a vida pessoal e familiar. Por isso, a OIT considera que são princípios orientadores para uma organização equilibrada do tempo de trabalho a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoção da segurança e saúde, o aumento da produtividade e da sustentabilidade das empresas, a promoção da igualdade de gênero e a facilitação da escolha e do controle das horas de trabalho pelo trabalhador, ou seja, o grau de autonomia na gestão do tempo do trabalho.

É crucial termos em mente que vários aspectos da organização do tempo do trabalho definem a duração da jornada, e não simplesmente a quantidade de horas. Nesse ponto, eu cito: a jornada ordinária por semana; as horas extras e compensação da jornada; o descanso diário, semanário e anual; e as férias anuais remuneradas, além dos dias de feriado.

Por isso, a efetividade de uma redução da jornada de trabalho depende de vários fatores interligados, tais como: proporção de emprego assalariado; levar em conta ou não outros trabalhadores dependentes, como trabalhadores e trabalhadoras domésticas remunerados, e o trabalho no setor público; um aspecto extremamente importante, o nível de informalidade; a capacidade de controle; e a prevalência de novas relações de trabalho, a exemplo do trabalho intermediado por plataformas digitais. E todos esses aspectos foram citados aqui nas falas anteriores.

Algumas normas da OIT são úteis para orientar este debate. A Convenção nº 1, que eu já citei; a nº 30, sobre as horas de trabalho no comércio – essas duas convenções estabelecem uma norma geral de 48 horas regulares semanais, com o máximo de oito horas diárias –; a Convenção nº 47, sobre as 40 horas; e a Recomendação 116, sobre a redução da duração do trabalho.

Sobre as normas internacionais do trabalho, eu aproveito para recordar que nós vivemos um momento muito importante, uma vez que tramitam no Congresso Nacional, em um processo que pode levar à ratificação pelo Brasil, cinco normas internacionais que afetam diretamente a qualidade e as condições do trabalho no país. São elas: a Convenção nº 187, sobre segurança e saúde no trabalho; a Convenção 190, sobre assédio e violência no trabalho; a Convenção 156, citada aqui, sobre igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres, trabalhadores com encargos familiares; e o Protocolo à Convenção 29, de 1930, que faz parte do rol de normas internacionais fundamentais. A OIT saúda o Governo do Brasil por iniciar esse processo de ratificação dessas convenções e encoraja as suas ratificações.

Por fim, eu gostaria de encerrar aqui a minha participação destacando que o diálogo social é a melhor forma de explorar soluções inovadoras, compartilhar experiências e desenvolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégias que conduzam a uma jornada de trabalho decente, eficiente, que promova a justiça social, o trabalho decente e a proteção dos direitos fundamentais das trabalhadoras e dos trabalhadores. E nessa tarefa a OIT está, como sempre, à disposição do país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Essa foi a Diretora Regional da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para América Latina e o Caribe, a Sra. Ana Virgínia Moreira, que deu um cenário, eu diria, global, mas, claro, aprofundou-se mais na nossa América Latina, mostrando que é uma tendência mundial a redução de jornada. E mostrou, inclusive, por etapas, que alguns países mais, outros menos... E sem sombra de dúvida a França é o nome mais falado, porque lá fica em torno de 35 horas, né?

A SRA. ANA VIRGÍNIA MOREIRA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fica em torno de 35 horas. Outros países chegaram a 40 horas, 38 horas, 37 horas, no caso do Brasil 44 horas, mas acredito que com esse movimento vamos avançar.

Passo a palavra, agora, com enorme satisfação, ao Sr. Moacyr Roberto Tesch, líder também, Diretor Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Ele se afastou por um período pequeno, porque esteve meio doente, não é, Moacyr? Eu digo meio para não dizer muito doente, né? Mas ele se recuperou bem! Nos deu um susto, mas se recuperou bem e está aí firme, fortalecendo o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para expor.) – Primeiramente eu gostaria de cumprimentar V. Exa., Senador Paulo Paim e, na sua pessoa, todos os Parlamentares aqui presentes. Gostaria de cumprimentar a Dra. Luciana, a Dra. Ana Virgínia, o nosso companheiro José Gozze – na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar todos os presidentes de centrais –, e o nosso companheiro Wilson Pereira – na sua pessoa, cumprimento os presidentes das confederações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Cirlene e a Dra. Sonia eu gostaria de cumprimentar em especial pela aula, pela clareza e pela defesa que inclusive a Dra. Cirlene tem trazido do Ministério Público para o movimento sindical. De forma geral, a gente tem trabalhado junto e isso tem dado grande retorno para nós.

Senador Paulo Paim, eu vou, talvez, repetir muita coisa, porque, quando a gente está no meio já, muitas coisas a gente acaba repetindo, mas vou tentar trazer algumas questões que não foram levantadas. As 40 horas são uma luta bastante antiga nossa. E só para lembrar sobre essa questão de tempo, como é que as coisas demoram para acontecer, as 48 horas foram de 1930, e nós só conseguimos alterar essa situação em 1988, 58 anos após. E as 44 horas nós só fomos conquistar em 1988. Conforme V. Exa. colocou aqui, um dos propositores foi o Gastone Righi, e foram defendidas por V. Exa., quando nós conseguimos essa grande vitória. Isso já faz 37 anos.

Alguns anos atrás, o movimento sindical como um todo fez um grande movimento para que a gente atingisse as 40 horas. Houve grandes negociações na época, e foi feito um abaixo-assinado. Ele foi entregue aqui no Congresso Nacional, foi feita uma entrega simbólica, e as questões não avançaram. A discussão começou para fazer 44, depois para chegar às 40 horas, para chegar um pouco mais, um pouco menos, e as negociações acabaram não acontecendo. Agora V. Exa. retorna essa discussão em um momento muito importante para nós, em que a gente acabou perdendo não só essa questão da jornada, das negociações que foram feitas, mas um grande percentual de conquistas nós acabamos perdendo nos últimos seis anos dos dois Governos passados. Houve propostas que começaram dizendo que seria uma pequena atualização da CLT, trazendo 12, 13 propostas, salvo engano, e acabaram passando mais de cem propostas, e nenhuma para beneficiar os trabalhadores. Entre elas –a gente fica, assim, meio de boca aberta –, eles conseguiram colocar na cabeça do trabalhador que não fazer a homologação na entidade sindical foi um grande negócio, não contribuir com a contribuição sindical foi um grande negócio, que não precisar fazer as negociações coletivas através das entidades foi um grande negócio, e assim por diante. Conseguiram passar isso para a cabeça do trabalhador, sendo que só essas questões já trazem um prejuízo enorme para todas as categorias.

Temos, já, Senador, uma grande quantidade de convenções coletivas que trazem a possibilidade de 40 horas nas negociações coletivas. As grandes empresas têm entendido que isso tem sido um benefício não só para o trabalhador, mas para elas mesmas, que, a partir do momento, como também já foi colocado aqui, em que você tenha, às vezes, uma qualidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida melhor, que o trabalho não seja um peso para o trabalhador, que você possa chegar segunda-feira sem dizer assim: "Ai, meu Deus do céu, vou ter que retornar a minha atividade!", a partir do momento em que você deixe de ter esse peso e tenha satisfação em ir trabalhar, todas as questões começam a alterar a forma do encaminhamento.

Nós tivemos – falei que poderia ser repetitivo – questões como esta: que em alguns lugares as jornadas são menores do que as que nós temos aqui, como foi colocado: Holanda, Dinamarca, Alemanha, Suíça, Irlanda, Áustria, Itália, Suécia, França, Canadá, Alemanha. Em compensação, nós temos alguns lugares, como a Índia, em que é de 46; a China, 46; Emirados Árabes, 50,9. São dados que você não pode nem imaginar. E dá medo até trazer para esta Casa que, em alguns países, trabalha-se essa quantidade de horário, porque é bem capaz que, no formato que lamentavelmente o Congresso tem hoje, que não é nada favorável aos trabalhadores, possa até ser o momento de fortalecer o discurso dessas pessoas.

Portanto, Senador, nós estamos nisso juntos. Para as centrais sindicais –não tenho procuração de nenhuma para falar em nome delas, inclusive, o Gozze vai fazer o seu pronunciamento –, é uma velha luta nossa, e V. Exa. tem acompanhado todos os movimentos nossos. Nós chegamos aqui e fazemos... Acho que já fizemos umas dez manifestações grandes, marchas aqui em Brasília, sempre recebidos por V. Exa., e sempre como bandeira primeira, na faixa de entrada das marchas, trazíamos, para 40 horas, a redução da jornada de trabalho, a questão do imposto de renda e a atualização do salário mínimo.

V. Exa., mais uma vez, com a proposta de apresentação do Estatuto do Trabalho, que não é nova... Desde 2018, V. Exa. vem tratando dessas questões e talvez seja um momento melhor agora, Senador, porque, com a perda que a gente teve, talvez seja o momento de a gente recuperar algumas coisas que a gente perdeu, certo?

E quero dizer que V. Exa. já foi taxado de "Senador do salário mínimo dos US$100" e que "os US$100 iam quebrar todo mundo, iam quebrar as prefeituras, o Brasil ia quebrar". No entanto, passou o salário de US$ 100, já passamos muito além dos US$100, e isso não quebrou ninguém, muito pelo contrário, colocou mais dinheiro no mercado, vendeu-se mais, gerou-se mais emprego, mais renda e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão, que muita gente diz, de que a geração de emprego vai diminuir, que a questão da jornada de trabalho vai trazer prejuízo, vai trazer problema para o mercado como um todo, é mais uma falácia que a gente tem que ir aos poucos quebrando, porque o maior exemplo que nós temos foi a questão do salário mínimo. E a política do salário mínimo, implementada e divulgada e trabalhada por V. Exa., tem o resultado que hoje nós temos: uma política do salário mínimo dando cada vez mais um reajuste adequado, um reajuste a maior do que a inflação para o povo brasileiro.

Meus parabéns, Senador! Se Deus permitir, estaremos juntos daqui até o final de semana. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Você recorda um pouco, mas é importante, porque eu, de tantas peleias aqui... Mas tem que pelear, né? Eu estou aqui há quase 40 anos, o ano que vem eu completo 40 anos de Congresso, quatro como Deputado Federal e três como Senador. (*Palmas.*)

Realmente, Moacyr, quando nós levantamos a proposta de US$100, era US$60 o salário mínimo naquela época. Eu participei de debates, inclusive aqui dentro, na Comissão de Economia, em que ouvi especialistas – especialistas, aqueles que são os donos da economia, né? – que diziam: "Paim, tu vais quebrar todas as prefeituras, não vai ficar uma prefeitura de pé, como é que vão pagar US$100?. As micros, médias e pequenas vão fechar todas. Tu vais entrar para a história como o homem que mais gerou desemprego". Eu disse: "Você está brincando comigo; não é sério isso, né?". E, felizmente, tínhamos razão, veio a política de inflação mais PIB, o salário mínimo chegou a US$100 ainda no Fernando Henrique – tem que ser dito isso – e depois chegou a mais de US$300, e isso só gerou mais emprego. Nós estamos hoje num patamar em torno de 5% de desempregados no Brasil, os melhores tempos chegaram nesse período de quando o salário mínimo cresceu. (*Pausa.*)

Tudo bem, estou sabendo que ela tinha que sair. Uma salva de palmas para a nossa representante da OIT. (*Palmas.*)

E vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juíza Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). A Anamatra está sempre presente aqui também.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas. Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim e agradecer a oportunidade de sempre de a Anamatra poder contribuir com este debate tão relevante, como geralmente acontece aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Bem, nessa discussão sobre a redução da jornada, é importante nós pontuarmos que sempre foi uma luta histórica dos trabalhadores a limitação da jornada e a consequente redução. Só para trazer um contexto histórico, desde a primeira convenção da Organização Internacional do Trabalho, de 1919, este assunto esteve em pauta: a duração do trabalho no serviço da indústria. Então, a primeira sessão da Conferência Internacional da OIT, que foi realizada em Washington, como eu disse, em 1919, já pautou essa questão da jornada.

Outro ponto bem importante é a relação direta que a questão de redução da jornada tem quanto à saúde e à segurança dos trabalhadores. Então, não há como dissociarmos a discussão sobre limitação da jornada com a proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores em razão de exaustão, fadiga, doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Lembro que o nosso país lamentavelmente ostenta um alto índice de acidentes e doenças ocupacionais. Somente em 2023, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, nós tivemos 2.888 mortes no trabalho e quase 500 mil acidentes de trabalho registrados, lembrando que esses são apenas os dos trabalhadores formais. Então, esse número certamente é muito maior, já que os informais não estão nessa conta da previdência social, com o pagamento de muitos milhões em relação a benefícios acidentários, etc.

E o importante aqui a destacar é que o Estado de São Paulo registrou 373 mortes e um dos principais setores que lançam esses acidentes é o de transporte rodoviário; e o motivo externado é justamente o excesso de jornada, condições ergonômicas e remédios e drogas estimulantes, ou seja, esses trabalhadores, para poderem cumprir essas altas jornadas de trabalho, têm que consumir substâncias para que fiquem acordados, e evidentemente o organismo cobra sua fatura e isso acaba redundando nesses acidentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto bem importante que eu gostaria de trazer aqui é o número de ações na Justiça do Trabalho cobrando horas extras. Só em 2024, foram mais de 70 mil ações que ingressaram na Justiça do Trabalho cobrando o pagamento de horas extraordinárias. E, com relação a intervalo, foram mais de 48 mil processos. Então, se somarmos aí, Senador, temos esse número de mais de 100 mil ações discutindo jornada de trabalho ao fim e ao cabo.

Então, apesar de termos uma limitação de 44 horas regulares para jornada de trabalho, sabendo que há outros tipos de jornadas reduzidas de acordo com a atividade do trabalhador, as 44 horas não têm sido observadas. E é importante nós fazermos esse debate sobre a necessária redução e limitação da jornada também, porque, como foi apontado aqui, quando se fala em trabalho decente, não há como não falarmos sobre essa questão da jornada, até considerando as convenções fundamentais do trabalho. E, entre elas, está a de proteção contra o trabalho escravo, porque, como sabemos, um dos requisitos do conceito de trabalho análogo à escravidão é a jornada exaustiva.

Também como foi apontado aqui, não é só o número de horas de trabalho que torna uma jornada excessiva ou exaustiva, mas também a intensidade, a falta de descanso, o descanso entre jornadas... Tudo isso é muito importante para a condição física, mental e de segurança dos trabalhadores.

E também a convenção fundamental, as convenções fundamentais que tratam da proteção do meio ambiente de trabalho, porque, como sabemos, em 2022 houve uma alteração e a OIT incluiu a proteção do meio ambiente de trabalho como direito fundamental. Então, junto com a proteção contra o trabalho infantil, trabalho escravo, a não discriminação, a questão da organização sindical, a proteção do meio ambiente de trabalho se tornou também fundamental. Isso quer dizer que o país, independentemente de ter ratificado as convenções, tem o dever de monitorar o cumprimento dessas convenções.

Então o Brasil, por exemplo, ratificou a Convenção 155 da OIT sobre meio ambiente de trabalho, mas ainda não ratificou a Convenção 187, que já está com mensagem presidencial aqui no Congresso para que haja essa ratificação.

E também eu gostaria de falar que essa questão da redução da jornada, como foi dito aqui, tem sido experimentada em vários países, até no próprio Brasil, num projeto piloto com 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, em que essa questão está sendo monitorada. E lógico que nós temos que falar que isso traz mais satisfação para os trabalhadores no posto de trabalho, isso tende também a criar mais postos de trabalho. Mas, sob o ponto de vista econômico, que é o de que tanto se fala, que os direitos trabalhistas impedem o crescimento do país, na verdade nós temos que falar na economia, porque haverá mais postos de trabalho, mais dinheiro na mão das pessoas, mais consumo.

Também há a questão do aumento da produtividade, com o trabalhador satisfeito e sem aquela carga excessiva de trabalho que prejudica a sua saúde mental e física e até também o retira muitas vezes do trabalho por conta da condição de saúde e segurança, como eu disse, e do número excessivo de doenças. Mas, além disso, o absenteísmo também é diminuído, então, essas empresas que implementaram esses projetos já constataram benefícios em termos de aumento de produtividade e queda do absenteísmo.

E nós temos que falar da condição econômica, porque ela é sempre colocada como: o Brasil não vai suportar uma redução da jornada de trabalho; o Brasil quebra. E nós sabemos que para tudo tem que ter uma acomodação. Essas empresas que implementaram esses projetos já verificaram também a necessidade de uma mudança da organização do trabalho: para que tantas reuniões? Por que não implementar um sistema que faz reuniões híbridas ou telepresenciais e diminuir essa carga? Então, todos os processos têm que ser otimizados para que nós não percamos tanto tempo às vezes com atividades que são desnecessárias ou alongadas demais e que não representam o foco objetivo no que precisa ser realizado naquelas tarefas. Isso é muito fundamental que nós coloquemos.

Vários países implementaram – além do Brasil que teve esse projeto piloto, como eu disse –, como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Alemanha, Suécia, Holanda, África do Sul, Índia, Chile, Itália, Noruega, Bélgica e Suíça. Na Bélgica, o primeiro país da Europa a legislar sobre o assunto, os trabalhadores ganharam, em fevereiro de 2022, o direito de realizar uma semana de trabalho completa em quatro dias em vez de cinco, o que vai ao encontro dessas propostas que estão sendo discutidas.

Eu queria lembrar que, embora a mídia tenha falado muito na PEC 8, de 2025, da Câmara, apresentada pela Deputada Federal Erika Hilton, temos também a PEC apresentada pelo Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim, em 2015, desde 2015, e o próprio Senador já mencionou aqui que ela prevê uma redução gradativa dessa jornada até que fique em 36, não é? O próprio Estatuto do Trabalho, já que a audiência pública foi designada também para falar sobre os impactos dessas alterações ou propostas de alterações no Estatuto do Trabalho, prevê as 40 horas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – Nós sabemos que há categorias que já adotam essas 40 horas, como foi também mencionado aqui a questão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, entre outras categorias, mas sempre progredindo para que haja essa redução das 36 horas.

Eu acho, Senador, que, com certeza, nós teremos um longo caminho, mas é fundamental que essas discussões todas sejam trazidas em relação, como eu disse, à questão econômica, à questão dos abalos da nossa previdência pública, à questão social, com esse número imenso de mortes, que, como eu disse, os 3 mil trabalhadores que morrem por ano são os formalizados, e nós temos os não formalizados e inclusive os hospitais públicos muito sobrecarregados pelo excessivo número de acidentes com motociclistas devido à cobrança por metas e produtividade em menor tempo de entrega. Então, tudo isso tem que ser considerado.

Eu gostaria de falar que nós não temos também como falar em trabalho decente se nós não considerarmos que esses direitos são direitos fundamentais previstos no art. 7º da Constituição aos trabalhadores, ou seja, a Constituinte de 1988 se comprometeu, o país se comprometeu com os trabalhadores brasileiros em termos direitos trabalhistas constitucionalizados. Então, a partir disso, esse é um compromisso do país em ter um mínimo ético e irredutível com relação ao trabalho, e nós vemos que essa questão da pejotização, embora hoje não seja objeto da audiência pública especificamente, não tem como afastarmos essa discussão da decisão que está em análise no Supremo Tribunal Federal a respeito da pejotização, porque o que temos visto, Senador Paim, não são casos de altos profissionais liberais como se tem mencionado – advogados, jornalistas –, mas, sim, garis, empregadas domésticas, trabalhadores rurais, entregadores por aplicativo, todos sendo pejotizados. E esses pejotizados não vão ter direito à limitação da jornada de trabalho, eles não vão ter direito a nenhum direito previsto na Constituição brasileira. Então, é muito importante que os trabalhadores se apropriem dessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa decisão, que foi recente, do Supremo Tribunal Federal lançando o tema – Repercussão Geral 1.389 – coloca a suspensão de todos os processos trabalhistas em trâmite na Justiça do Trabalho que discutem fraude ao contrato de trabalho, e eu gostaria de lembrar que a competência da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 114, inciso I, da Constituição, trazida pela Emenda Constitucional 45, que completou 20 anos agora em 2004, a competência da Justiça do Trabalho era para vínculos de emprego e relações de trabalho. E todas essas relações pejotizadas têm sido consideradas como relação civil comercial para o afastamento da competência da Justiça do Trabalho. Então, essa decisão é bastante ampla, impactou de logo mais de 500 mil processos na Justiça do Trabalho. É por causa disso que a Anamatra, a Abrat (Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista) e a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho) lançaram uma mobilização nacional, que vai ser realizada no dia 7 de maio, próxima quarta-feira, em todo o país, para a defesa da competência constitucional da Justiça do Trabalho, para analisar caso a caso e verificar se ali há fraude ou não. Não estamos dizendo que toda a pejotização é fraude nem estamos dizendo que todos os casos analisados serão de vínculos de emprego, mas, sim, as relações de trabalho, que são da competência constitucional.

Nós temos que colocar uma conscientização social a respeito desse impacto, porque, na verdade, como eu disse, se a questão de contratar um PJ, ainda que ele não tenha nenhuma autonomia, for uma opção do contratante, não haverá mais CLT. Nenhuma empresa ou contratante terá interesse em contratar empregados pela CLT, e todos os direitos, não só da CLT, mas, como eu disse, também da Constituição, ficarão realmente relegados à inutilidade. Teremos daqui a pouco a CLT exposta no museu aqui – olha, um dia teve uma tal de CLT –, quanto mais o Estatuto do Trabalho, Senador.

Então, é importante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – ... que a gente faça essa vinculação, porque é disso que estamos tratando, sobre a gravidade do momento. Eu acho que nós temos que ter aqui um trabalho de diálogo, de aproximação institucional, mas também de conscientização, porque a questão da diminuição do número de empregados registrados impacta, como eu disse, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência; na questão do FGTS, do financiamento público das habitações; na questão do Sistema S, que é custeado pela folha de pagamento, ou seja, as contribuições das empresas sobre a folha de pagamento é que custeiam o Sistema S. E o Sistema S tem várias funções, mas também fazer o quê? A capacitação e a especialização dos trabalhadores na indústria, no comércio. Então, é muito amplo esse impacto que há. Nós já tivemos uma redução muito grande.

A Receita Federal tem estudos desde 2016 falando sobre o déficit fiscal que traz a pejotização. Vocês podem procurar. Existem estudos desde 2016 apontando para o risco fiscal que o país corre com a pejotização indiscriminada. Claro, volto a dizer, não estamos aqui dizendo que pessoas jurídicas todas são fraude. Não é essa questão. A questão é de nós colocarmos a diferenciação entre quem realmente é pessoa jurídica e trabalha nessa condição de autônomo e quem não é pessoa jurídica e está sendo obrigado a ser empresário de si mesmo ou empreendedor de si mesmo para poder trabalhar.

E veja que essa decisão fala que ela não se refere apenas à franquia, já que o caso era de um franqueado cujo processo, inclusive, Senador, foi julgado improcedente pela Justiça do Trabalho, o que demonstra que é caso a caso. Naquele caso não houve reconhecimento, mas ele diz o seguinte na decisão: essa controvérsia tem que ser analisada de maneira ampla, considerando todas as modalidades de contratação civil e comercial. Isso inclui, por exemplo, os contratos de representantes comerciais, que já foi decidido pelo Supremo que não é competência da Justiça do Trabalho, porque é uma relação comercial, é um tema de repercussão geral, 550: corretores de imóveis, advogados, profissionais de saúde, artistas, profissionais da área de TI, motoboys, entregadores, entre outros. E aqui, então, que eu volto a falar: estamos falando aqui de pessoas vulnerabilizadas, pessoas físicas que não podem ser entendidas como pessoas jurídicas. E essas pessoas, como já estão hoje, não terão nenhum direito trabalhista e sequer uma proteção social. Embora tenhamos 18 milhões de PJs de MEIs registrados, segundo os dados oficiais, muitos deles nem sequer recolhem a previdência. Então, eles estão completamente desassistidos do ponto de vista dos direitos trabalhistas fundamentais constitucionalizados como também dos direitos previdenciários, e são essas pessoas que estão nos hospitais públicos acidentados de motocicleta – e tem ainda os entregadores de bicicleta, que são mais vulnerabilizados ainda, com bicicletas alugadas, muitas vezes, e que estão à margem de qualquer proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sociedade, o país, o Parlamento têm que se apropriar dessa discussão para sabermos o que exatamente queremos a título de proteção social, porque a Constituição prevê todas essas proteções, todas essas garantias de direito. O próprio Parlamento votou uma PEC para ampliar a competência da Justiça do Trabalho para relações de trabalho – e o Senador acompanhou, isso foi amplamente discutido –, não havendo qualquer dúvida: qualquer tipo de trabalho seria da competência da Justiça do Trabalho. E agora uma decisão do Supremo Tribunal Federal coloca em dúvida essa competência e, além da competência, a licitude dessas contratações de PJ indiscriminadamente. Como eu coloquei, como eu li aqui, está exatamente assim na decisão: entregadores motoboys, entre outros, e aí tem o gari, tem o empregado doméstico, etc. E também o ônus da prova: de quem será o ônus da prova para provar que houve uma fraude naquela contratação, sendo que recentemente foi decidido que o ônus da prova para provar que quem deve pagar é a administração pública na terceirização, no caso de os direitos não serem remunerados, foi para o trabalhador? O Supremo Tribunal Federal decidiu que quem tem que provar que a administração pública não fiscalizou o contrato da empresa terceirizada é o trabalhador.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – Então, só para finalizar, Senador, eu gostaria de dizer que essa discussão de pejotização não tem a ver com terceirização, com a decisão de terceirização, que foi já decidida em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, de que qualquer atividade pode ser terceirizada. Por que não tem a ver? Porque a pejotização suprime aquela triangulação. O que é a terceirização? Eu tenho uma empresa que contrata outra empresa, e essa empresa tem seus empregados. Na pejotização, a empresa que tem seus empregados desaparece para que a empresa contratante apenas contrate o pejotizado, que, como eu disse, pode ser qualquer tipo de trabalhador.

Então, os direitos sociais estão em risco, os direitos constitucionais trabalhistas estão em risco, e a competência e a sobrevivência institucional da Justiça do Trabalho, que tem sua competência constitucional para qualquer relação de trabalho, está ameaçada. E aqui eu me sinto muito confortável, Senador, em falar, porque o senhor sabe que a Anamatra não é uma entidade que cuida apenas dos interesses corporativos; nós temos obrigação, sim, de cuidar dos interesses corporativos das nossas associadas e associados, porém sempre fomos uma entidade que tem 49

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos de história e sempre esteve aqui no Parlamento, ao lado dos trabalhadores, empregadores e Parlamentares, para a discussão de projetos de lei, propostas legislativas e emendas à Constituição de interesse de toda a sociedade, contribuindo com notas técnicas, com tudo que pode para a discussão. Então, não é uma questão corporativa, embora estejamos defendendo a competência da Justiça do Trabalho; é porque é uma competência constitucional, é uma atribuição que é dada pela Constituição, de divisão de competências. Então, a Justiça especializada, pela lei processual civil, tem a competência em primeiro lugar, e depois a Justiça comum. E o que está se dizendo é o contrário; é que para saber se tem fraude terá que ir para a Justiça comum, e, se ela entender que teve fraude, voltar para a Justiça do Trabalho. Quantos anos vai demorar isso? Sem as pessoas receberem, né?

E o que nos preocupa é que a decisão do Supremo, que está em discussão, cita a decisão dos transportadores, dos motoristas profissionais, que têm uma lei própria, dizendo que é relação comercial e que não é competência da Justiça de Trabalho. Então, o Parlamento decidiu assim, e o Supremo disse que está constitucional – o.k. –, e dos representantes comerciais, que também têm lei própria. Então, vejam, estão colocando nessa discussão ampla duas categorias que tem leis próprias, que o Supremo já disse que não são de competência, para dizer que isso poderá se aplicar para qualquer tipo de trabalho. Então, é bastante preocupante, Senador.

Eu agradeço muito a oportunidade de participação. Eu gostaria só de dizer que, para essa mobilização do dia 7 de maio que faremos, como eu disse, as três entidades nacionais, essa mobilização será feita em todo o país, pelas nossas associações regionais. Fizemos um manifesto para deixar bem clara qual é a nossa posição, que eu vou deixar aqui, à disposição da assessoria do Senador, que é em defesa da competência. Fizemos também uma nota técnica sobre os impactos da decisão do STF sobre a pejotização e estamos pedindo apoio ao PL 1.472, de 2022, que está no Senado, sob a relatoria do Senador Laércio Oliveira, que amplia... Não é que ele amplie a competência; aqui diz que amplia, mas é porque, na verdade, descreve quais seriam as atividades que estão inseridas na competência da Justiça do Trabalho. Então, é um projeto de lei muito importante que está, como eu disse, já sob a relatoria do Senador Laércio Oliveira e que detalha quais são as relações de trabalho que estão no art. 114 da Constituição, inciso I, e esse PL é completamente diferente da decisão que está em curso no Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço apoio para que a sociedade se aproprie dessa discussão, para que haja essa aprovação de ampliação e descrição da competência da Justiça do Trabalho, e vou deixar esses materiais que mencionei aqui para a equipe do Senador Paim, agradecendo muito, cumprimentando todos os meus colegas desta mesa e da anterior, que tiveram excelentes exposições. Cumprimento também a equipe da Casa, que sempre nos atende tão bem, e continuamos à disposição para tudo o que for necessário para o esclarecimento desses direitos e também para que cheguemos a um consenso de que, se há excessos, se há trabalhadores que não se enquadram nesse modelo de CLT, há outros, e a maior parte deles, eu diria 98% dos trabalhadores e trabalhadoras...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – ... que precisam estar inseridos nos direitos constitucionais, sob a competência da Justiça do Trabalho.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Juíza Luciana Paula Conforti, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados (Anamatra).

Se puder me dar já esse manifesto...

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (*Fora do microfone.*) – O manifesto e a nota técnica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (*Fora do microfone.*) – ... e o apoio ao PL 1.472.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu, inclusive, posso conversar com o Senador Laércio, né?

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – O relatório, que foi apensado, está muito bom. Agora temos que fazer o trabalho com os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k., o.k...

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI – ... para essa aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E, primeiro, parabéns pela exposição, porque nós vamos fazer aquela audiência dia 29, 9h da manhã, na Comissão de Assuntos Sociais – vocês são convidados, naturalmente –, mas eu...

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (*Fora do microfone*.) – E na sessão estaremos aí também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, também na sessão. Muito bem.

E essa, no caso, carta, se você me permitir, eu já aviso a assessoria, que eu tenho usado a tribuna... Se eu estou aqui, é para falar.

Então, eu não uso a tribuna todo dia. Se você me permitir, no dia 7, que é o dia da mobilização, eu leio na tribuna esse manifesto.

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (*Fora do microfone*.) – Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.?

A SRA. LUCIANA PAULA CONFORTI (*Fora do microfone*.) – Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, botem lá, organizem com a moçada lá, que eu leio dia 7, e falarei já, rapidamente, vou usar todo o meu tempo, porque durante a semana é... Segunda são 20, mas nos outros dias são dez. Mas vou usar os dez minutos.

Falarei também elogiando o relatório do Laércio, vou dizer que é a posição da Anamatra, porque eu não recebi o relatório, naturalmente, e a nota técnica vai servir como eixo para nós aí também e aprofundando o debate.

Porque esses dois temas, pela gravidade... Esse tal de PJ virou pior que a terceirização, e a terceirização...

Nós sempre fomos contra a terceirização da atividade-fim, e, infelizmente, nos atropelaram – foi o Supremo também. Mas eu falei na tribuna brabo – brabo –, que eu digo, é indignado.

Quando se permite terceirização em tudo que é lugar, então... Aí acontece o que acontece no dia a dia, que a gente sabe aí o que é que significa terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu critico a terceirização da atividade-fim, e agora a pejotização chega a ser pior que a terceirização da atividade-fim.

Conte conosco.

Dia 7, então, fica acertado – falaremos na tribuna –, e esse material vai ser base para a audiência do dia 29. Está bem?

Obrigado. Parabéns a vocês.

Então, vamos de imediato, agora, ao nosso representante da Pública Central do Servidor, o líder José Gozze.

O SR. JOSÉ GOZZE (Para expor.) – Olá, boa tarde a todos.

Boa tarde já, não é? Ou não, bom dia ainda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não. Bom dia ainda.

O SR. JOSÉ GOZZE – Bom-dia ainda.

É que nós tivemos um aprendizado enorme aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi, foi bom...

O SR. JOSÉ GOZZE – Parece que passou a manhã inteira e que já estamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode alertar que tem mais uma mesa ainda.

O SR. JOSÉ GOZZE – É, ainda tem mais uma mesa. Estamos no encaminhamento já, provavelmente no final da manhã.

Bem, queria já dizer, Senador, que as... Aliás, quero cumprimentar os colegas de mesa, da mesa anterior inclusive, e dizer ao senhor que as centrais entregaram um documento agora para o Presidente Lula, já falando da questão contrária ao seis por um. Isso, para nós, das centrais, já é definido. Inclusive, no 1º de maio, as falas foram todas exatamente nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me, para ficar bem claro o que você falou: quando a gente vê seis por um, seis por um, seis por um, algumas pessoas perguntam "mas por que é que tu és é contra seis por um?", porque eles estão achando... Eu digo: "Todo mundo é contra!".

A Erika, que é a autora principal desse projeto, é contra a seis por um, e algumas pessoas estão entendendo que a chamada é a favor da seis por um. Não, é exatamente...

O SR. JOSÉ GOZZE – É o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... todo mundo contra essa jornada de seis por um.

O que nós queremos, no fundo, é quatro por três, não é?

O SR. JOSÉ GOZZE – E a favor da vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A favor da vida. E que, no futuro, a gente chegue a quatro por três, o que daria ali em torno de 36 horas.

Vá lá.

O SR. JOSÉ GOZZE – E, por falar em a favor da vida, para quem não assistiu ainda eu estou indicando aqui um filme chamado *Os companheiros*, de 1963, direção do Mario Monicelli, com o Marcello Mastroianni. São operários têxteis no fim do século XIX, que naquele momento já trabalhavam 14 horas diárias e estão fazendo uma greve para diminuir em uma hora – em uma hora. Há acidentes, no filme você vê o acidente de um operário que perde parte do braço na máquina; porque ele não tinha descanso, ele não conseguia dormir, ele ia para casa e já estava na hora de voltar para o trabalho. E há umas coisas interessantes. É bom a gente conhecer essa história do passado.

Olha, quando dava o horário de alimentação e tocava a campainha, eles saíam com os pratos que as mulheres traziam, ou que tinham levado já de manhã, e almoçavam sabe onde? Sentados nos trilhos do bonde, nos trilhos do trem, na terra. Era ali que eles almoçavam. Olha o sistema de trabalho! Tem uma cena muito interessante em que a esposa de um deles – eles têm um filho recém-nascido – traz a comida e traz o filho recém-nascido no braço. E ela insiste: "Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tenho que trazer o nosso filho até aqui?"; ele diz: "Porque é a única hora de ele me ver e de eu o ver, porque eu saio com ele dormindo e volto com ele dormindo". Olha a vida.

E a gente daí faz a pergunta: melhorou quanto para 2025? Veja, nós falamos em 40 horas de trabalho, mas não falamos no tempo que se fica em casa. Porque nos grandes centros, em São Paulo, por exemplo, onde eu moro, é uma hora e meia, são duas horas para vir para o trabalho, e uma hora e meia, duas horas para ir para casa. Então já não são mais 40 horas, são 43 a 44 horas fora de casa. Quantas crianças não conseguem ver o pai quando chega e quando sai? Porque sai de madrugada e chega à noite, quando ela já está dormindo.

Então o tal de ser contra 6x1 para nós já tem que ser do passado. O nosso presente são 36 horas, não são 40 horas. Nós temos que dar importância à vida, à vida. (*Palmas.*) E é isso que está faltando.

Sobre a questão de horas extras que a Doutora colocou, eu sou servidor público aposentado do Tribunal de Justiça, onde horas extras sempre tem, pagamento de horas extras nunca tem. Então, veja que a gente tem um horário acima das 40 horas; apesar de fazer 40 horas pelo horário normal do Tribunal de Justiça, não são só 40 horas.

Temos agora o *home office*. Com o *home office*, eu não sei o que melhorou e o que piorou para o servidor. Porque agora ele está em casa, na frente de um computador, achando que está do lado dos filhos, do lado da família, mas ele não consegue nem olhar para a família, porque agora ele trabalha por número de processos que ele consegue executar ali. Então dizer que ele tem só sete horas, oito horas de trabalho no dia... A gente percebe claramente que ele tem a manhã do sábado trabalhando, porque ele tem que dar conta daquilo que lhe foi dado para terminar naquela semana, entendeu? Então é um trabalho insano.

Aliás, o *home office* é mais uma forma também de afastá-lo dos companheiros. Ele está há um ano, dois anos em *home office*; ele já nem conhece mais quem trabalhava com ele, ele já nem conversa mais com quem trabalhava com ele. Talvez com um ou dois que ele tem na cabeça e que ele consegue falar via internet, mas ele já nem tem mais esse contato com os companheiros. Isso no trabalho também é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sou contra o *home office*, mas sou contra o *home office* direto sem ter um momento de participação da vida do trabalho com os seus companheiros. Aliás, dificulta até a gente discutir questões trabalhistas quando a gente tem, como no tribunal, 40% a 50% em *home office*. Você vai a um cartório hoje... Estou falando de São Paulo porque eu sou de São Paulo. Você vai a um cartório hoje, você tem quatro, cinco escreventes trabalhando quando o normal seriam 10, 12. Isso é muito complicado.

E outra questão, já que estamos aqui com a Doutora da Anamatra. Uma questão que, para mim, é um grande problema na Constituição é a que coloca como julgadores de qualquer problema trabalhista no serviço público a Justiça estadual. Isso é terrível! Participamos de três greves, por exemplo, no Tribunal de Justiça de São Paulo. Quem nos julgou? O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Professores? Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Aliás, por falar em professores, veja as questões que nós temos: um professor hoje tem que dar aula de manhã, à tarde e à noite, senão ele não tem condições financeiras de prover a família. Como é que esse professor vive dentro da casa dele com a família? No sábado, ele tem que preparar aulas. E tem cada vez menos professores e menos professores efetivados, especialmente no meu estado.

Então esse é um problema muito sério. Além disso tudo, há a questão de reposição salarial, porque também trabalhar e não ter um salário digno e justo é um problema seríssimo. O Tribunal de Justiça de São Paulo – estou falando de São Paulo, mas outros estados e prefeituras também estão desta forma – nos deve um terço, 30% de reposição salarial, obrigatória, porque está na Constituição. E significa que nós trabalhamos 12 meses no ano, mas recebemos por 9. Há uma forma de diminuir o salário? Há. Não fazer a reposição salarial, e você ter uma perda de poder aquisitivo de 30%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ GOZZE – Então é um absurdo isso, é uma loucura isso.

Mas, para aqueles que acham que se diminuir o tempo de trabalho as empresas terão problemas, eu vou ler uma publicação oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que hoje tem o seu horário das 9h às 17h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o texto, o horário único das 9h às 17h, implantado pela Resolução 850-21, que também regulamenta o teletrabalho, resulta em economia de 2,4 milhões ao mês em razão da redução do consumo de água e energia nas unidades judiciárias, com previsão de economia, no caso, de 29 milhões ao ano.

Então, embora nós não tenhamos reposição salarial, o Tribunal de Justiça de São Paulo, que tinha 40 prédios alugados no centro de São Paulo, hoje tem menos de 20, tem toda essa economia. E essa economia não serviu para repor o salário dos servidores.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns! Esse foi o José Gozze, representante da Pública Central do Servidor, que deu uma série de exemplos muito práticos porque ele é da área – está hoje aposentado. Ele prova que, com o trabalho à distância, quem economiza é o empregador, no fundo, porque ele deixa de alugar prédios, prédios e prédios, e o salário do trabalhador continua o mesmo.

O SR. JOSÉ GOZZE (*Fora do microfone.*) – O senhor me permite mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vai, vai. Foi bem colocado.

O SR. JOSÉ GOZZE – As coisas passam e a gente acaba esquecendo. O trabalhador do Tribunal de Justiça, por exemplo, que está em casa trabalhando é quem tem o custo da energia, o custo da internet...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Da internet.

O SR. JOSÉ GOZZE – ... quando não precisa comprar o próprio computador.

E também, aproveitando agora, quero falar do aposentado e pensionista. Estamos outra vez numa luta, porque a PEC 66, em que aqui no Senado acabou entrando um jabuti, permitindo o desconto de quem ganha abaixo do teto do INSS, novamente, para ajudar as prefeituras a pagarem a dívida com a União, agora está tentando retornar de novo. Nós conseguimos tirar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição e Justiça, e, agora, na Comissão Especial, está tentando voltar novamente.

O Estado de São Paulo, até agora, continua cobrando do aposentado e pensionista que ganha abaixo do teto do INSS. Bastou ganhar um salário mínimo, R$1 a mais, e já tem 4,5% de desconto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não é fácil, é uma luta.

Parabéns, mais uma vez, pela sua exposição, com mais detalhe agora! (*Palmas.*)

Agradecemos esta mesa pela bela contribuição que foi dada. Peço que retornem ao plenário.

E nós chamamos agora a terceira mesa. Vamos lá!

O SR. JOSÉ GOZZE – Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns! Parabéns a todos vocês! Foram todos brilhantes. Parabéns, parabéns!

Edmilson Santos dos Santos, Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Seja bem-vindo, Edmilson! (*Palmas.*)

A faixa aí está muito bonita: "Comerciários e comerciárias na luta pela jornada digna". Fim da escala – li "fim" porque está na frente ali... É isso mesmo, não é? "Queremos o fim da escala 6x1 já." Sindicato dos Comerciários do DF. E ali assinam, além da CUT, Contracs e Fetracom-DF. Parabéns, viu? Bela faixa! (*Palmas.*)

Sr. Wilson Pereira, Diretor Presidente da Contratuh.

Por favor, Wilson. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Erika Medina, Auditora-Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vinda também! (*Palmas.*)

Por fim, Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

De imediato, passamos a palavra para Edmilson Santos dos Santos, Coordenador-Geral de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

O tempo, todos sabem, é de dez minutos, com mais cinco e mais cinco, se necessário.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Na pessoa do Senador Paulo Paim, parabenizo a todos os integrantes da mesa.

Quero dizer que é uma honra estar aqui ao lado do senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A satisfação é nossa.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Suas lutas e pautas têm sido um farol para orientar a vida de muitos trabalhadores, inclusive a minha, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Eu acho que o senhor é uma referência enquanto Senador que defende os direitos dos trabalhadores.

Eu vou fazer aqui um breve retorno das ações da Coordenação-Geral de Direitos Humanos e Empresa, Senador, especificamente para o senhor. Não tem a ver diretamente com o tema agora, mas acho importante fazer esse retorno.

Nos dias 26 e 27 de maio agora, nós estaremos em São Paulo, discutindo a igualdade racial a partir do primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a igualdade racial no mercado de trabalho, setor corporativo. Esse debate está acontecendo com o apoio de todas as centrais sindicais, da Febraban, de foros empresariais. Nós temos hoje 60 entidades apoiando o evento. Está aqui na mesa, inclusive, a Adriana, do Dieese, que também é um apoiador do evento. Queria dar esse retorno para o senhor, porque a agenda da igualdade racial tem sido um mote importante da sua vida enquanto Parlamentar e enquanto homem negro do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do apoio de 60 organizações, a Ministra Macaé, a Ministra Anielle e o Vice-Presidente Geraldo Alckmin estarão na abertura desse evento. É um evento importante, ele tomou um tamanho que nós não esperávamos, com apoiadores e instituições dispostos a debater a importância da igualdade no mercado de trabalho para nós, negros. Então, eu quero fazer esse retorno para o senhor, como prestação de contas da ação da minha coordenação.

Eu estou aqui numa posição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu quero aproveitar para pedir uma salva de palmas para esse evento. Eu recebi convite para estar lá, para participar do evento. Não é, digamos, que eu tenha que ir para a mesa, mas recebi um convite pela importância do evento.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Faço questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Peço uma salva de palmas pela bela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Faço questão, Senador.

Eu estou numa posição incômoda: depois de duas mesas altamente qualificadas, o que a gente pode falar nesse momento? Sobrou pouca coisa, pouca margem de coisas a serem pontuadas diante da qualidade das pessoas que estavam aqui e que me antecederam, mas eu quero colocar no centro do debate uma questão que eu acho importante quando se pensa na jornada de trabalho, que não foi tocada aqui e que tem muito a ver com a minha história, que é o fato do direito das crianças, ou seja, o direito que as crianças têm de ter a atenção de suas famílias.

A jornada de trabalho impacta diretamente nessa atenção, porque consome muitas horas do dia com atividade profissional ou deslocamento. Isso impacta a vida das crianças, e esse é um tema que não foi tocado aqui, ou seja, a jornada de trabalho tem um papel importante na garantia da formação das crianças e dos jovens no Brasil. Digo isso por quê? Essa foi a brecha que eu encontrei para poder trazer alguma coisa de novo depois de todo mundo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui professor durante 20 anos em escola pública, Senador, no Guajuviras. O senhor sabe onde é que é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Do Guajuviras tu falaste... Eu estou com pressa, mas não tenho como não dar uma falinha para o Guajuviras.

O Guajuviras era formado por mais ou menos 20 mil casas abandonadas lá, e o pessoal só capitalizando que iam inaugurar e nunca inauguravam. Um belo dia, foi lá em casa uma comissão de uns 20 bem-intencionados futuros moradores: "E daí, Paim, o que a gente faz?". Eu disse: "Marquem o dia e a hora. Vamos ocupar o Guajuviras. Cada um vai entrar na casa, vai plantar flores, vai plantar grama, e ninguém mais vai tirar vocês de lá". Está lá uma cidade. Agora o abraço quando eu vou lá é dos netos, bisnetos já. E é bem perto da casa em que eu moro.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu adoro o Guajuviras, viu?

Tu falaste do Guajuviras, eu tive que tirar teu tempo aí. Vou dar de volta o teu tempo. (*Palmas.*)

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – O Guajuviras é uma das comunidades de trabalhadores da cidade de Canoas, é o principal polo industrial do Estado do Rio Grande do Sul. Tive a honra de ser professor lá e ter dedicado 20 anos da minha vida trabalhando com crianças...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De qual escola que tu foste professor lá?

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Lá no fundo. É a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Lá perto da brigada, quase.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. É um lugar que estava precisando de tu lá mesmo. E ajudou lá, ajudou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – E já estou há 15 anos como professor universitário. Então, já há quase 30 anos longe do Guajuviras, não é? Mas faço questão de fazer essa colocação porque sei que o senhor conhece a realidade do Guajuviras, sei que o senhor conhece a realidade das mães e dos pais do Guajuviras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Conheço bem. Conheço bem.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS – ... que precisam sair e gastam muitas horas do seu dia apenas entre deslocamento e tempo de trabalho.

Então, a minha fala hoje aqui é para trazer a questão da importância de se colocar também no centro do debate a questão das crianças e dos jovens, não é? É necessário garantir o aumento do convívio familiar.

Todos nós sabemos como tem impactado a vida de crianças e jovens o fato de estarem longe da mãe e do pai. Isso traz problemas que nós temos muita dificuldade de equacionar hoje no Brasil, por causa dessa tensão e de como, inclusive, essas crianças são capturadas com o uso da internet, como elas são capturadas por esse mundo que muitas vezes destrói a convivência familiar e cria problemas para essas crianças.

Então, é fundamental que a gente possa garantir maior qualidade dessa tensão. E maior qualidade dessa tensão significa uma jornada de trabalho que garanta que isso possa se efetivar. Então, este é um ponto que eu acho importante que a gente traga aqui: o papel das crianças, o direito das crianças na questão da jornada de trabalho.

Estudos importantes hoje indicam que no Brasil o papel das famílias tem sido fundamental para melhorar o rendimento das crianças; ou seja, uma maior atenção das famílias, um maior acompanhamento da vida escolar dessas crianças jovens permite resolver problemas do ponto de vista educacional que nós não conseguimos resolver sem a participação da mãe e sem a participação do pai. Então, acho que esse é outro elemento importante dessa equação em que a gente precisa avançar. A redução também sinaliza a própria... Como eu disse, principalmente na questão do acesso à internet, a redução da jornada significa também a ampliação da proteção da família à criança, da proteção da família aos jovens. Então, é fundamental que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também colocar nesse circuito, colocar nesse debate a proteção da criança e do adolescente, no sentido da garantia de uma jornada de trabalho que permita que isso aconteça.

E tem outro ponto também que eu acho que não é desprezível nessa operação que é o sofrimento psíquico que causa aos pais o fato de não conseguir acompanhar as suas crianças, de não conseguir dar atenção devida às crianças. Então, há um sofrimento psíquico nas famílias por conta dessa falta de tempo, um tempo que é consumido ou no trabalho ou no deslocamento para o trabalho, sem contar que uma boa parte desses trabalhadores estão nas regiões metropolitanas... Nós sabemos o que é o deslocamento dos trabalhadores na região metropolitana, inclusive em Canoas. A gente sabe da dificuldade que é esse deslocamento.

Então, essa jornada de trabalho que nós temos hoje consome psiquicamente famílias que ficam com uma dificuldade muito grande de conseguir compensar essa ausência no seio familiar. Isso certamente tem impacto no futuro do país, porque várias agendas que são colocadas aqui no Congresso são agendas que colocam a criança e o adolescente como tema central do futuro do país. Como é que nós vamos construir um futuro quando nós simplesmente colocamos uma jornada de trabalho em que parece que os pais abandonam os seus filhos?

A gente precisa encontrar uma alternativa de como ampliar isso, e eu acho que a diminuição da jornada de trabalho passa a ser uma ferramenta para melhorar o processo civilizatório brasileiro. A redução da jornada de trabalho não... A civilização, o processo civilizatório tem demonstrado que isso tem acontecido; ou seja, o processo civilizatório também é acompanhado de uma redução de jornada de trabalho, porque isso traz frutos importantes para a sociedade.

Quando eu garanto maior proteção da criança, maior proteção dos jovens, isso tem um benefício para a sociedade. Nós precisamos pensar também sobre esse aspecto, porque os outros aspectos quase todos já foram falados aqui, espero que a mesa aqui também ajude a ampliar... Mas, de minha parte, ficou essa preocupação, de forma que a gente coloca também um elemento fundamental para pensar a jornada de trabalho que é a ampliação do horário e do tempo de contato das famílias com suas crianças.

Inclusive, uma das reclamações das escolas sempre é a dificuldade de os pais aparecerem na escola nas reuniões, nas atividades. Essa é sempre uma reclamação das escolas, culpando os pais pelo fato de eles terem jornadas excessivas de trabalho, o que não faz sentido. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa também envolver, colocar no centro desse debate a necessidade que nós temos, como sociedade, de proteger melhor as nossas crianças. E nada melhor para proteger melhor as nossas crianças do que os pais, aumentando o tempo de convívio familiar dos pais. Eu acho que a redução da jornada de trabalho, além das vantagens que nós já trouxemos aqui, que as mesas que me antecederam trouxeram aqui, também tem esse aspecto que eu acho que não é irrelevante – não é irrelevante –, é importante.

Acho que era isso, Senador, da minha parte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quero cumprimentar o Edmilson Santos dos Santos, Coordenador-Geral dos Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. E o exemplo que você dá... Quem veio das fábricas sabe. Eu já te falei aqui que eu moro bem ao lado do Guajuviras? Eu moro no Igara, que é colado no Guajuviras.

O SR. EDMILSON SANTOS DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Ah, na Igara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Igara é colada em Guajuviras, só que Guajuviras é uma população que ocupou ali com muito esforço, enfim, fizeram ali seu espaço. Mas eu vou dar um exemplo: quando eu morava em Caxias, eu morava lá quase no Centenário e trabalhava no Eberle. E eu tinha que fazer uma hora... Mas eu tinha que fazer porque eu precisava de dinheiro. Eu tinha que pegar às 6h e soltava às 8h. Então, eu saía de casa às 5h da manhã e chegava às 10h, porque da distância da Maesa, né? Você conhece a Maesa? Lá perto do Senai. Eu estudei no Senai e depois vim trabalhar na Maesa. Mas tinha essa distância e dependia de ônibus, tinha que pegar o ônibus cedo. Então, quando eu via as crianças? Eu não via as crianças, não via. Sábado era comum trabalhar também. Quem é operário sabe. Eu trabalhava no sábado, tudo hora extra. Então, era comum trabalhar.

E pior de tudo isso, por isso o exemplo que você dá aqui é muito, muito positivo... Como é que você vai pensar em ir na escola ver como é que está a atividade do filho? É impossível. O operário de fábrica? Nem pensar! Por isso mesmo cumprimento a iniciativa de vocês, porque a redução da jornada vai nesta linha: melhora o salário, reduz a jornada e não precisa inclusive estar nessa de fazer hora extra para completar a renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, meus cumprimentos pela iniciativa. O olhar para as crianças tem tudo a ver com a redução da jornada.

Por favor, Wilson Pereira, Diretor Presidente da Contratuh, sempre presente.

O SR. WILSON PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Senador Paim, é com muita honra que retornamos a utilizar este microfone, esta tribuna, a convite de V. Exa. O senhor sabe o apreço que temos, o apreço que a Contratuh, os trabalhadores em turismo e hospitalidade têm pelo senhor, aliás, eu ouso dizer, e não estou errado, que todos os trabalhadores do Brasil o admiram muito. Pena que o Brasil todo não pode votar no Rio Grande do Sul. Seria muito interessante, porque é Senador, é nacional, é representação nacional. Então, por que não poder votar? Por que eu, do Paraná, por exemplo, que voto no Paraná, não posso votar lá no Rio Grande do Sul? Seria muito importante.

Muito obrigado, Senador. E parabéns... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado a você pela sua fala aí. Sinto-me homenageado pela sua fala.

O SR. WILSON PEREIRA – Muito obrigado.

Pois é, Senador, eu nasci em Teixeira Soares, lá no interior do Paraná, em 1952. Logo aos 14 anos, deixei minha família, meus pais, minha mãe – deixei é um modo de falar, porque, na verdade, eu não os abandonei – e fui para a cidade, a chamada cidade grande, que era Ponta Grossa, a 50km de Teixeira Soares, e lá eu estou até hoje, tenho residência fixa lá, minha família está lá. E eu estou em Brasília, trazido aqui pelo meu grande irmão Moacyr Roberto Tesch Auersvald, que nos conhecemos a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Veja que eu digo Moacyr Tesch, eu não digo o final. (*Risos.*) Essa pronúncia tua... Repita o nome dele todo aí.

O SR. WILSON PEREIRA – Moacyr Roberto Tesch Auersvald.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nunca que eu vou falar essa pronúncia final.

Vai lá.

O SR. WILSON PEREIRA – É isso.

Mas eu faço essa introdução, Senador Paim, para dizer um fato triste ocorrido ontem na cidade de Ponta Grossa.

Jogava o Operário Ferroviário Esporte Clube, time que foi fundado por ferroviários, trabalhadores da rede ferroviária federal, lá na cidade de Ponta Grossa, no Estádio Germano Krüger. Jogavam o Operário e o América Mineiro pela Série B do campeonato. Muito bem. Logo aos 20 minutos do primeiro tempo, houve uma denúncia de um jogador do Operário Ferroviário de que estava sendo atacado por um jogador do América Mineiro por injúria racial. Isso, Senador, é muito triste. E aí a cidade esteve nos holofotes da imprensa nacional. Isso é muito triste.

Enquanto nós, enquanto V. Exa. briga aqui no Senado, aqui no Congresso Nacional, pelo respeito à dignidade, pela igualdade das pessoas, a gente vê, em pleno jogo de futebol, um colega de trabalho fazer um injúria contra o outro.

A polícia foi acionada – o jogo foi paralisado, ficou 15, 20 minutos paralisado – e o jogador do América Mineiro saiu preso, foi preso e está preso na cidade de Ponta Grossa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem! É assim que tem que ser: cometeu crime, vai responder pelo que fez.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON PEREIRA – Exato.

Eu não digo que foi uma atitude da polícia com todo o rigor, eu digo que foi com o rigor necessário que a situação exigia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É a lei de que eu tive o orgulho de fazer parte, e o Presidente Lula sancionou. Isso é injúria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON PEREIRA – A lei está aí para ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu fui Relator, no caso.

O SR. WILSON PEREIRA – Então, eu quero deixar aqui minha solidariedade ao povo de Ponta Grossa, da minha terra, ao jogador Allano, que foi agredido, por essa situação.

Senador, eu queria apenas... Feita essa introdução redundante, mas foi um bom tempo do meu tempo.

Eu gostaria de dizer que, com relação à pejotização, quando se discutia a questão da regulamentação do salão parceiro, a nossa confederação, a Contratuh, foi uma grande guerreira na luta pela não aprovação da lei.

Lá na época, quando estávamos aqui em frente ao Palácio do Planalto, fazendo uma manifestação contrária, o Presidente Temer sancionava a lei, com um grande número de empresários e pessoas ligadas a empresas do setor de beleza, e dizia: "Olha, estão fazendo festa para nós por estarmos promulgando a lei da pejotização".

Nós, com todas as palavras, dizíamos da nossa contrariedade, através da Contratuh, cujo Presidente, na época, era o nosso colega Moacyr.

Sr. Presidente, a luta foi grande.

O Moacyr, na época, alertava e chamava os demais companheiros dirigentes sindicais de outras categorias: "Hoje, somos nós do setor de cabeleireiro" – a Contratuh representa 11 categorias –; "amanhã, poderá ser todo o Brasil". E aonde nós chegamos? O interesse é tão grande em desregulamentar a legislação trabalhista que fazem tudo para isso.

Senador Paim, eu até pediria a V. Exa., dentro das possibilidades regimentais, que seja encaminhado por V. Exa. ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho uma solicitação, um empenho no sentido de reativar os ofícios do Ministério Público do Paraná. Estou me referindo ao Paraná, não sou muito barrista, não, por quê? Acabaram de fechar o Ministério Público do Trabalho de Foz do Iguaçu, de Campo Mourão e de Pato Branco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns anos atrás, eu discutia com um juiz lá do Paraná quando a magistratura, grande parte dos magistrados e políticos defendiam o fim da representação classista. Eu era contra o fim. Eu discutia com ele e, na época, o alertei. Falei o nome dele e citei que, em breve, nós estaríamos vendo o fim da Justiça do Trabalho, porque o fim da representação classista era um caminho para o fim da Justiça do Trabalho e também do Ministério Público do Trabalho. E já se ventilou essa questão. Hoje, nós vemos a própria destruição já no Ministério Público do Trabalho com essas ações que foram efetivadas no Paraná.

Eu quero aqui, Senador, dizer mais. O nosso trabalho sempre foi muito eficiente. Fomos muito briguentos e não vamos deixar de ser pela redução da jornada de trabalho.

Nós acreditamos no nosso país. Nós acreditamos na inteligência dos nossos políticos, dos nossos legisladores de bom senso. É claro, temos aqueles que realmente defendem até a própria escravidão, pela forma que trabalham, a volta da escravidão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON PEREIRA – Mas são pessoas como o senhor, Senador Paim, que nós precisamos na luta em defesa...

Essa questão de "daqui a dois anos", por favor, vamos esquecer. Vamos esquecer essa questão de "dois anos", porque nós não vamos aposentá-lo, não. Nós não vamos aposentá-lo. Então, o senhor vai continuar conosco, vai continuar defendendo aqui a classe trabalhadora, o trabalho, o fim da escravidão, lutando pela igualdade em todos os sentidos em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para descontrair: com 60 anos de contribuição, eu não posso me aposentar? São 20 anos de metalúrgico e 40 anos aqui dentro. São 60 anos de contribuição.

O SR. WILSON PEREIRA – Pois é, Senador.

Eu estou com 73 anos, me aposentei já há algum tempo e estou aqui também trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele me ganhou com essa aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON PEREIRA – Reconhecemos o trabalho de V. Exa. Por isso, nós não queremos abdicar desse trabalho.

Senador, vamos juntos lutar pela redução da jornada de trabalho, porque é isso que vai engrandecer o nosso país.

Muito obrigado e parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Wilson Pereira, grande líder, Diretor Presidente da Contratuh.

Quando ele falou de "dois anos"... De que "dois anos" ele está falando? Em dois anos, termina o mandato de Senador. Eu tenho dito que eu sou favorável à transição democrática, a dar oportunidade para os mais jovens assumirem aqui o meu lugar. Há pessoas que realmente não tem como você não pedir que elas fiquem, devido à realidade do país. E estamos falando do Presidente Lula, já vou dizendo de cara. Não tem como não pedir para ele. Daí o pessoal sempre usa isto: "Você não diz que é para o Presidente Lula ficar?". Digo: "Sim, o Lula tem que ficar pelo menos mais um". "E você não pode ficar para ajudar neste momento difícil da conjuntura nacional?". Eu digo: "Bom, eu estou à disposição para ajudar". Vou militar, vou trabalhar, vou fazer campanha, naturalmente, para os quadros que vão nos representar no Senado, na Câmara e na Presidência da República, no caso de ser o Presidente Lula. Agora, não significa que eu tenha que estar sempre ocupando um espaço que eu possa dar como oportunidade para a geração mais jovem que está aí, né? Por isso eu tenho dito isso. Mas esse é um assunto que nós vamos ter que... Senão nós não vamos terminar a nossa reunião de hoje.

Eu passo a palavra, de imediato, à Erika Medina, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Senait).

A SRA. ERIKA MEDINA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada, Senador, pelo convite.

É sempre uma honra estar aqui, representando o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Quero começar pedindo para o senhor ficar. O Brasil precisa do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este tema da redução da jornada é antigo, mas está agora amplamente sendo debatido pelos especialistas, empresários e trabalhadores. E a proposta, o objetivo é melhorar a qualidade de vida e dar a oportunidade de crescimento para os trabalhadores.

O bom de ser a última é que todo mundo já falou tanta coisa, e eu fico até mais confortável – sabe, Edmilson? –, porque eu não gosto muito de falar.

Mas, então, eu acho que a gente podia... Um dos temas que eu pensei é: por que as empresas estão tão contra isso? Então, eu queria falar para esses empresários, porque muitos que eu converso sobre isso, sempre falam: "Ah não, eu vou ter que demitir, eu vou ter que fechar, vai ficar muito caro, e é esse o problema...". Novamente isso.

Bom, eu quero perguntar para esses empresários: essa jornada de trabalho de 44 horas é predominantemente usada por trabalhadores que recebem remuneração mais baixa e que possuem menos qualificação, não é mesmo? São eles que têm 44 horas? E são exatamente dessas categorias de trabalhadores que as empresas mais reclamam para nós na auditoria, reclamam que eles faltam, que não são compromissados, que levam atestado, que a rotatividade é alta, que querem ser dispensados para receber o seguro-desemprego, para receber o FGTS... Então, como diz o Cortella, será que esses empregados que sofrem tanto, dessa categoria de 44, são esses empregados mesmo que não querem trabalhar? Não. Esses trabalhadores precisam e querem trabalhar, só que eles estão sobrecarregados. Estão sobrecarregados no trabalho e na vida. (*Palmas.*)

Porque, além de eles trabalharem nessa jornada todos os dias, como muitos falaram aqui, eles saem de casa cedo, chegam em casa tarde, usam o transporte público apertado, com todas as dificuldades do nosso transporte público, moram na periferia, às vezes, não têm uma condição boa de moradia... E aí eles vão chegar em casa e não vão depois do trabalho para a academia, para o cinema, não vão para casa de carro, não vão passear com os filhos no *shopping* ou no McDonalds... Não, eles chegam em casa cansados e muitas vezes vão encontrar os filhos – como já falaram – dormindo –, nem no dia seguinte. Eles têm que fazer ainda as tarefas da casa e preparar a marmita do dia seguinte, porque eles vão levar a marmita para o trabalho, a limpeza da casa... Tudo é por conta deles. Às vezes, contam com a ajuda de um vizinho ou de um outro familiar, porque eles não dão conta, e o salário também não é um salário bom. Então, é para esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador, que tem todo esse desgaste, como bem o Edmilson falou, que não encontram com os filhos durante a semana, que o filho sente falta... Toda essa carga psicológica também está cansando esse trabalhador e faz com que realmente ele não dê conta. Quando ele tem uma oportunidade, às vezes, de pegar um seguro-desemprego, ele precisa, ele fala: "Meu Deus! E ele não vai ficar em casa descansando. Provavelmente, ele vai ficar, durante esse período, na informalidade, porque são inúmeras as vezes em que a gente encontra esse trabalhador na informalidade, para tentar aumentar a renda dele, enquanto recebe o seguro-desemprego.

Ah, não, mas tem a folga do domingo, um dia por semana? Que bom! Nesse dia ele tem que ficar com os amigos, com a família, brincar com o filho, fazer a faxina, consertar alguma coisa da casa que não foi consertada. Ele também não vai conseguir levar... Vai ter que ir à missa, vai ter que ler um livro, porque, afinal de contas, todo mundo tem que ter cultura. Como esse trabalhador vai estar feliz? Como esse trabalhador vai estar descansado e disposto para o trabalho? Então, na verdade, é uma questão de desigualdade social. A carga para esse trabalhador é muito maior do que para os outros trabalhadores.

Então, é isto que eu pergunto para as empresas: será que essa redução de quatro horas vai fazer diferença para ela? Porque, para o trabalhador, vai. Ele vai ganhar um dia a mais para poder ter essa convivência social e familiar que ele precisa tanto e para todas essas outras coisas a que todo mundo tem direito. Então, vai ser um benefício para o trabalhador e para a empresa, que não vai mais reclamar. Ela vai ter, com certeza, como tantos falaram aqui, um aumento de produtividade, uma redução dessa rotatividade, a redução do absenteísmo, das doenças profissionais e, no Estado brasileiro, também vamos ter uma redução dos custos previdenciários, redução de acidentes e a melhoria do clima organizacional, porque um trabalhador satisfeito e feliz coloca o clima melhor, todo mundo trabalha feliz e gera mais produtividade.

Eu queria completar também com outro tema: o tempo de capacitação profissional, porque a gente falou tanto dessa jornada reduzida. Eu queria falar mais em relação à jornada 4x3, que é muito importante. Os funcionários vão estar com mais disponibilidade para cursos e treinamentos, vão conseguir uma melhor qualificação e teremos trabalhadores mais preparados para os desafios e as mudanças no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente tem que dar novamente uma atenção para esses trabalhadores de baixa escolaridade e de baixa qualificação, que são os que mais precisam dessa atenção, porque como a gente vai estimular a qualificação profissional desses trabalhadores para que eles alcancem um melhor salário, um melhor emprego? Porque o que vai acontecer? Quando a gente reduzir de 4 para 3, ele vai arranjar um outro emprego. Foi falado tanto aqui que ele vai pegar um emprego nesses outros três dias e a gente não quer isso, a gente quer que ele aproveite esse tempo para ele melhorar como profissional. Então, eu acho que a gente tem que pensar em como estimular isso.

Talvez as próprias empresas, se concederem essa jornada, vinculem esse quinto dia de trabalho, porque o quinto... Assim, 5x2 já está certo, mas, nesse quinto dia, que vinculem em fornecer bolsas de estudo ou colocá-los para fazer uma formação profissional nesse dia até na própria empresa, porque a gente precisa que esses trabalhadores consigam um emprego de melhor qualidade, que eles se qualifiquem. Então, acho que não basta simplesmente reduzir de 4 para 3. A gente tem que estimular que esses trabalhadores que têm a renda menor e que são de baixa qualificação se qualifiquem, que eles se preparem melhor para o trabalho e não que eles aproveitem esse tempo para ganhar mais e fiquem mais cansados ainda, como já foi falado aqui por várias pessoas.

Então, a gente quer, o outro ponto, a geração de empregos. Essa redução de jornada vai estimular a criação de mais vagas, vai combater o desemprego, mas também sempre com muita atenção para a gente não ter horas extras habituais. A hora extra extraordinária é de vez em quando, numa necessidade, não pode ser habitual. E o banco de horas, então, tem que ser totalmente desestimulado, porque nem o adicional o empregado ganha, ele tem a folga na hora em que o patrão quiser.

Outro ponto desse projeto que é muito favorável é que ele favorece a igualdade de gênero. Foi falado tanto aqui pela Sonia, que os pais e as mães vão dividir melhor o tempo entre a carreira e os cuidados familiares e vão compartilhar as responsabilidades, porque também favorece os filhos ter a presença do pai mais em casa para poder dividir esse trabalho com a mãe. E, mesmo se não for uma questão de pais e mães, da própria mulher, para ela poder se reposicionar no mercado de trabalho, continuar no mercado, ela precisa dessa jornada reduzida, porque ela realmente acumula com outras tarefas de casa muito mais do que os homens. Com isso, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai conseguir um maior equilíbrio e, com esse maior equilíbrio, a gente vai permitir que as mulheres avancem na carreira sem comprometer o bem-estar. E para as empresas também, com mais mulheres, vão ser mais inclusivas e vão fortalecer a diversidade.

Um ponto que não foi falado aqui ainda e que eu acho que esse projeto também ajuda muito é a oportunidade para os jovens, porque eles vão conseguir com mais facilidade conciliar o estudo e o trabalho. Essa jornada reduzida permite que os jovens possam estar na universidade, no curso técnico, sem comprometer a sua formação, porque eles vão ter mais tempo de estudo, mais tempo para preparar o trabalho. Então, eu acho que é muito atrativa essa jornada para a gente ter o trabalho do jovem que também precisa. Eles vão poder se desenvolver, vão se incluir no mercado antes e vai facilitar para eles que eles não abandonem os estudos.

Quero concluir dizendo que a redução de jornada é uma estratégia para promover saúde, qualidade de vida e oportunidade de crescimento pessoal. A gente precisa, sim, de uma remuneração justa, porque a gente tem que sempre pensar na remuneração – não só na redução de salário – em condições seguras, de igualdade de oportunidades e de proteção social.

É isso.

Muito obrigada a todos.

O Sinait está sempre à disposição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Essa foi a Erika Medina, Auditora Fiscal do Trabalho, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Permita-me, Erika... É tão importante esse debate, que a gente vai se envolvendo cada vez mais. Eu me lembrei de que você falou da marmita. Não tinha ninguém falado de marmita aqui ainda. E a marmita, pessoal, é isso mesmo. Tu chegas em casa de noite, como eu relatei antes, tu vais ter que fazer a marmita. Tu vais ver o que tem lá, o feijão que sobrou do meio-dia, muitas vezes. Eu vou explicar por que o feijão que sobrou do meio-dia: em casa, as crianças comeram, sobrou o feijão, tu pegas o feijão que sobrou, pegas o arroz, um pedacinho de frango, quando dá, e leva para a fábrica. Eu sei que foi no meu tempo, mas duvido que hoje também não aconteça isso. Tu levas para a fábrica, tu vais esquentar e a comida azeda. É isso. Você falou da marmita. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comida azeda, tu vais comer o quê? Tu comes a comida azeda. Eu comia. E talvez o problema que eu tenha, até hoje, seja um pouco fruto disso. Eu trabalhava numa fundição, esquentava a marmita de alumínio em cima daquele... Quem trabalhou em fundição sabe: tu moldas na terra, derrama o ferro quente ali, o aço, e sai a peça, mas a tua marmita tu esquentas em cima do bolo de terra. Quem trabalha em fundição sabe. Não é só lá, não. Aqui dentro, claro, no mundo em que eu vivo, nesses últimos, pode-se dizer, 40 anos, é outra história. Mas duvido que lá não continue igual: a marmitazinha que levam e, muitas vezes, azeda. E daí? Tem que comer.

Por isso, estou percebendo que a redução de jornada, cada vez mais, vai se envolver no dia a dia das pessoas e, como você falou, principalmente no das mais pobres, principalmente das mais pobres. Claro, quem trabalha em empresas de grande porte tem restaurante, tem tudo, come no restaurante, mas, nas empresas pequenas, como é que fazem? Como é que é hoje? É a marmita que levam de casa mesmo.

Parabéns, mais uma vez, pelo trabalho que vocês fazem como Fiscais do Trabalho!

Por fim, Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Diese).

A SRA. ADRIANA MARCOLINO (Para expor.) – Obrigada, Senador, pela oportunidade de conversar aqui um pouco sobre esse tema que sempre foi, como dito aqui, de grande relevância para o movimento sindical, para a pauta sindical, e que, neste momento, retoma, ganha o espaço público com mais notoriedade. Eu o parabenizo pela iniciativa também desta audiência pública e também cumprimento todos os colegas e colegas aqui da mesa, tanto desta quanto das outras duas.

Eu trouxe aqui alguns elementos sobre esse debate e imagino que alguns eu vá repetir, mas vou repetir mesmo assim só para reforçar.

Eu acho que, historicamente, a luta relacionada à jornada de trabalho tem três dimensões: uma dimensão que é a duração, outra que é a distribuição, e outra que é o próprio ritmo de trabalho. Em diferentes épocas, em diferentes momentos históricos, uma ou outra dimensão apareceu mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora esse Movimento Vida Além do Trabalho destaca que a gente quer trabalhar menos, a gente quer redução da jornada, mas é fundamental repensar a distribuição do tempo de trabalho remunerado. Eu, por exemplo, gosto de citar os trabalhadores e as trabalhadoras de *telemarketing,* que já têm uma jornada reduzida de 30 horas e, eventualmente, também fazem muitas horas extras. Mas esses trabalhadores têm uma distribuição dessa jornada muito negativa: muitas vezes é de 6x1; às vezes não tem sábados e domingos livres para convivência social. Então, não é só um debate de redução, mas também de como a gente distribui esse tempo de trabalho remunerado.

Eu queria aqui...

A companheira da OIT acho que não está mais aqui no auditório, não é? Mas eu gostaria de destacar aqui alguns elementos de estudos da OIT sobre o que tem acontecido com a jornada mundialmente no último período.

Um dos elementos é que a jornada chamada fora do horário comercial, daquele horário de segunda a sexta, das 8h até as 18h, tem sido substituída por horários de jornada fora do horário comercial, têm sido ampliadas aí as jornadas fora do horário comercial. Também a OIT tem visto que têm crescido muito as longas jornadas, as jornadas exaustivas, e também tem crescido na outra ponta o que a gente chama de jornada insuficiente, o subocupado por insuficiência de horas trabalhadas, que são aquelas pessoas que fazem os bicos. Então a gente tem as duas pontas: uns trabalhadores que não conseguem uma jornada completa e, portanto, um salário completo; e, de outra, trabalhadores e trabalhadoras com jornadas excessivas.

Um outro elemento que a OIT destaca e que eu acho que é muito relevante no debate nacional que a gente está fazendo sobre jornada é que toda aquela rodada de reformas trabalhistas que ocorreram ao redor do mundo depois de 2008 teve como centro desregular – na verdade, precarizar – dispositivos relacionados a jornada de trabalho e também a contratos de trabalho que tem no seu cerne algum elemento fortemente relacionado à jornada de trabalho. Para a gente ter uma ideia, do total de reformas trabalhistas que a OIT investigou pelo mundo, 74% tratavam da jornada de trabalho; e 65% de contratos de trabalho. Então é só para a gente ver que, nessa disputa capital–trabalho e nas novas formas de acumulação capitalista pós-2008,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o debate de como o capital se apropria de recursos através da exploração do salário também foi central.

E assim a gente tem visto aí a cada dia a inovação tecnológica, novas fronteiras, e, considerando todo esse avanço técnico, o que a gente tem observado nas últimas décadas, no último período, é uma piora nas condições da jornada de trabalho, ou seja, o progresso técnico não serve ou não tem servido a melhorar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, ou ele não tem sido distribuído... A produtividade que se ganha desse progresso técnico não tem sido distribuída com os trabalhadores – seja em formato de salários ou de redução da jornada –, nem com o Estado, através de tributos. E por isso a gente vê aí, nessas curvas de distribuição funcional da renda, uma queda no que é apropriado por salários e tributos e um aumento no que é apropriado por capital.

Considerando esse estudo da OIT e essa modificação mundial, na verdade, em relação à jornada, eu queria destacar aqui o que aconteceu na reforma trabalhista brasileira. Eu acho que uma companheira da primeira mesa já destacou, eu queria só recordar.

Então, a gente teve a ampliação da jornada 12x36, que foi liberada, inclusive sem negociação coletiva. Ela pode ser com negociação individual, mesmo em setores insalubres. A reforma 12x36 agora pode ser adotada sem nenhuma fiscalização, nenhuma autorização do Ministério do Trabalho.

A reforma também facilitou: a jornada de 10 horas, porque liberou o uso de horas extras, inclusive com prática habitual e sem necessidade de acordo por escrito; o banco de horas sem negociação coletiva, indo inclusive contra o que está na Constituição Federal; a eliminação do pagamento das horas *in itinere*, porque aí o trabalhador não tem mais essa remuneração e vai dar um jeito de conseguir essa remuneração de outras formas; e os contratos precários.

Aqui a gente até já falou da terceirização, da pejotização, do tempo parcial e do contrato intermitente, que são contratos de trabalho que têm um reflexo muito forte na jornada de trabalho. O trabalho intermitente e o trabalho em tempo parcial, na verdade, são uma acomodação de jornadas de trabalho específicas no formato de contratos. A terceirização, a pejotização e o teletrabalho são reconhecidos por serem modalidades em que a jornada de trabalho é muito ampliada, são jornadas exaustivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi falado aqui também do teletrabalho. Eu queria destacar que ele dissolve os limites do tempo de trabalho e do tempo de descanso. É um debate bastante difícil, porque muitas vezes os trabalhadores e trabalhadoras – particularmente as trabalhadoras –, que têm a necessidade de compatibilizar o tempo de trabalho e o tempo dos afazeres domésticos, acabam achando essa jornada mais atraente. Isso não quer dizer que não seja uma jornada precária. Como é que a gente então discute? No fundo está isto: como é que eu compatibilizo o meu tempo de trabalho remunerado com as outras dimensões da vida social? É isso o que está de fundo quando um trabalhador discute e aprova a modalidade de teletrabalho, porque ali ele tem alguma condição de melhorar essa compatibilização, mas ainda assim é um custo grande, que é o de ter um tempo de trabalho que acaba tomando a sua vida e reduzindo a possibilidade de desconexão.

Além desses elementos todos da reforma trabalhista, a gente teve desregulamentação de vários outros dispositivos relacionados a jornada, trabalho ao domingo, feriado, medidas infralegais, o que dissolveu os mecanismos protetivos relacionados à jornada de trabalho. E aí eu tenho visto várias pessoas que defendem a gente olhar com mais afinco esse debate da jornada de trabalho falando que, no caso das escalas, o movimento sindical sempre resolveu isso a partir da negociação coletiva.

É verdade – o Dieese mesmo participa de muitas negociações relacionadas à escala de trabalho –, mas, com a reforma trabalhista e com a desregulamentação que a gente viveu nesse último período, o arcabouço regulatório que dá sustentação para essas negociações foi desmontado; então, hoje a gente não tem mais uma base legal que permite uma negociação sobre escala que, de fato, vá proteger o trabalhador. A gente precisa, no caso da escala, ter sim uma regulação que ponha fim à escala 6x1, que exceções sejam muito limitadas e que possam ser através de negociação coletiva, mas que sejam muito limitadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Então, era isso que eu queria destacar também da minha fala em relação à distribuição do tempo. A negociação coletiva hoje não dá conta mais, porque inclusive a gente tem a permissão para dispositivos relacionados à jornada que têm negociação individual, e, por conta disso, essa exploração via distribuição da jornada ficou muito evidente, e acho que não é à toa que isso surgiu agora. A gente teve aí um tempo de implementação dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma trabalhista, de desregulamentação dos dispositivos de jornada de trabalho e isso precarizou de uma forma tão evidente que o negócio pegou fogo. Esse tema, essa pauta da escala, pegou fogo mais do que a redução da jornada de trabalho – e eu acho que as duas estão ligadas.

Já para ir aqui para a minha parte final do que eu gostaria de trazer para este debate, atualmente a jornada média dos assalariados está em 41 horas e 30 minutos. Essa é a jornada do total de trabalhadores no mercado de trabalho – formais, informais, por conta própria, servidores públicos –, essa é a jornada média. No entanto, 47% da classe trabalhadora têm jornadas acima de 40 horas semanais, e 13,5%, acima de 48 horas semanais. Ou seja, uma parte muito significativa da classe trabalhadora tem longas jornadas, jornadas exaustivas. Essas longas jornadas, como já foi dito aqui, limitam o tempo para as diversas dimensões da vida social, aumentam o risco de doenças relacionadas ao trabalho. Então é necessário que a gente também, além de olhar para a escala, para a distribuição, olhe para a redução.

E o que é importante aqui também, Senador, destacar é que a nossa média está em 41 horas e 30 minutos não necessariamente porque a gente tem muitas empresas com uma jornada de 40 horas o.k., mas porque a gente tem, de outro lado, aquele conjunto de trabalhadores que são subocupados por insuficiência de horas, os que estão fazendo bico... Então, 4,9 milhões de trabalhadores hoje estão na condição de subocupados, ou seja, é um grupo de trabalhadores também que não tem uma jornada digna, não tem uma jornada suficiente para a sua sobrevivência.

E, se a gente for somar os desempregados, os desalentados – aquelas pessoas que querem trabalhar, mas, por um conjunto de situações, não puderam procurar um emprego na semana da pesquisa e por isso não entraram como desempregados –, se a gente somar desempregados, desalentados e esses subocupados por insuficiência de horas, a gente tem 18 milhões de trabalhadores subutilizados no Brasil.

Por que eu queria trazer esses dados aqui? Primeiro, para a gente mostrar que a jornada média camufla uma condição de trabalhadores que têm longas jornadas e de trabalhadores que estão subocupados porque têm jornadas insuficientes. E uma outra questão é que tem todo esse debate sobre pleno emprego e falta de mão de obra. A queda na taxa de desemprego é absolutamente fantástica e relevante, mas, num mercado de trabalho como o brasileiro –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desregulamentado, precarizado, heterogêneo –, a gente precisa olhar para os subutilizados, eles são 18 milhões de pessoas.

Então, a estratégia de redução da jornada também para gerar melhores ocupações para aqueles que estão nas piores condições no mercado de trabalho ou que estão desempregados também é um elemento relevante, que, então, são esses 18 milhões. Quando a gente fala de pleno emprego olhando só para a taxa de desemprego, eu acho particularmente um equívoco porque num mercado de trabalho como o brasileiro a gente tem que olhar para os subutilizados, é para esses 18 milhões que a gente precisa gerar boas oportunidades de emprego.

Uma outra questão em relação a reduzir a jornada de trabalho para poder gerar mais empregos diz respeito à questão das mulheres.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Já foi levantada aqui, e eu queria levantar mais, talvez, duas questões em relação a isso. Hoje, as mulheres têm uma participação muito menor no mercado de trabalho do que os homens, apesar de ter crescido muito. E isso está relacionado, obviamente, à questão dos cuidados.

As mulheres acabam sendo empurradas para fora do mercado de trabalho porque não conseguem compatibilizar as tarefas de cuidado com o trabalho remunerado. E parte das mulheres que estão no mercado de trabalho têm uma jornada reduzida também. Elas não conseguem ter jornada de 40 horas semanais porque, senão, não conseguem compatibilizar o trabalho de cuidados com o trabalho remunerado.

Então, essas mulheres acabam, por exemplo, ou fazendo bicos – as trabalhadoras domésticas diaristas, que trabalham dois dias na semana, e, nos outros dois dias, acabam ficando com as tarefas de cuidado da casa – ou trabalhando em tempo parcial. Tempo parcial é um contrato que é majoritariamente ocupado por mulheres, para elas poderem...

Então, o fato de a gente não ter uma política de cuidado e as mulheres serem empurradas ou para fora do mercado de trabalho ou para jornadas reduzidas, isso é um problema social bastante grave, porque elas não têm remuneração, ou elas têm uma remuneração reduzida em relação ao padrão de 44 horas semanais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reduzir a jornada apoia as mulheres no sentido de que essa jornada de trabalho pode ser redistribuída entre homens e mulheres, e o trabalho dos cuidados também pode ser redistribuído entre homens e mulheres. Mas, ainda assim, eu posso trazer parte dessas mulheres que, hoje, estão fora do mercado de trabalho, que são 18 milhões de mulheres...

Se eu for comparar o mesmo nível de ocupação dos homens, atualmente, com o nível das mulheres, eu teria... Vou refazer o argumento: se eu tivesse hoje o mesmo nível de participação no mercado de trabalho que os homens têm, as mulheres seriam mais 18 milhões no mercado de trabalho. Ou seja, 18 milhões de mulheres...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – ... estão fora do mercado de trabalho, muito possivelmente por essa organização da nossa sociedade, que imputa às mulheres as tarefas de cuidado.

Então, o que eu estou querendo dizer aqui é que, de novo – para reforçar –, a gente precisa ainda gerar muito emprego, a gente precisa das políticas de cuidado, e a gente ainda precisa gerar muito emprego para incluir todo mundo que poderia compor a força de trabalho no Brasil.

E, aí, as pessoas olham para aquele baixo nível de participação das pessoas que têm idade para estar no mercado de trabalho e fazem argumentos como: “Ah, é o Bolsa Família"; "Ah, é que o brasileiro não quer trabalhar...”.

Quando a gente olha para os dados e vê quem são essas pessoas, a gente começa a ver onde estão os problemas – e a jornada de trabalho é um elemento fundamental para isso.

Por fim, eu queria dizer que, se a gente reduzisse a jornada de trabalho para 40 horas semanais, a gente poderia gerar um potencial de até 3,6 milhões de empregos e um potencial de massa salarial adicional de até 9 bilhões.

Eu digo potencial porque, se a gente pegasse todas essas horas e redistribuísse as horas acima de 40 – que, hoje, são trabalhadas por esses trabalhadores que estão no mercado de trabalho –, então, se a gente mantivesse o mesmo ritmo, se tivesse um controle de horas extras, como já tem, e se a produtividade não tivesse interferência de alguma nova tecnologia, a gente poderia ter até 3,6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que, quando isso de fato é implementado, tem um conjunto de ações que as empresas acabam definindo internamente e que reduz esse potencial. Mas o potencial, só para a gente ter uma ideia, seria isso.

Por outro lado, como já foi dito, trabalhadores mais descansados, com menor incidência de agravos à saúde e com menor índice de absenteísmo, teriam maior produtividade.

Então, se, por um lado, as empresas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – ... poderiam ter um custo – para terminar – ter um custo adicional de contratação de novos trabalhadores, por outro, elas teriam ali um aumento da produtividade, que faria jus a isso, sem contar que essa também seria uma forma de redistribuir a produtividade já ganha desde 1988 e que ainda não foi compartilhada com os trabalhadores.

Eu queria citar, para finalizar mesmo, para concluir, um estudo que foi feito pela Helena Abramo, e pela Fiocruz, sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora. Nesse estudo, aparece que a juventude tem índices de adoecimento maior do que o do restante da força de trabalho. Isso não é à toa, porque a gente sabe quais são os empregos que hoje são ofertados para a juventude. São esses empregos em que ela não tem direito ao final de semana, com longas jornadas, informais, que colocam sua vida em risco.

Por isso que eu acho também que não é à toa que a juventude é a principal voz em relação a esse debate da jornada neste momento. A gente está ofertando as piores condições de trabalho para essa juventude, e particularmente no que diz respeito à jornada de trabalho.

Então, eu acho que é muito importante que a gente ouça essa juventude e a completude da sua pauta, sobre a redução e a revisão da distribuição do tempo de trabalho.

Encerro aqui a minha fala. Queria agradecer a oportunidade e contar para o Senador que a gente está fazendo uma sistematização do que tem de acordo coletivo sobre jornada de trabalho nos acordos e convenções, para a gente também ter um panorama do que está sendo negociado, de quais as nossas dificuldades, para ajudar no que for necessário em relação às medidas legislativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Adriana Marcolino, Diretora Técnica do Dieese, que apresentou aqui um panorama geral da situação e da importância da redução da jornada de trabalho.

O Dieese tem acompanhado aqui o Congresso, e o Diap também, têm acompanhado todas as matérias que aqui tramitam. E, nesse caso, eu tenho até aqui o resumo do número de projetos já apresentados, que estão tramitando aqui nas duas Casas, que apontam nesse sentido do que foi o debate no dia de hoje.

Então, parabéns àqueles que tiveram também a iniciativa!

Eu queria aqui rapidamente, porque pediram para registrar a presença de algumas pessoas que passaram aqui: Flauzino Antunes, Presidente da CTB-DF e Diretor da CSPB, ainda Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores dos Cargos Específicos do Poder Executivo; João Paulo Ribeiro, Secretário dos Servidores Públicos da CTB Nacional e Diretor da CSPB; David Bessa de Souza, bancário, representante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Sindicato dos Comerciários do DF (Sindicom); Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs); Federação dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do DF também; Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana do DF (Sindlurb); e Sindicato dos trabalhadores na indústria de bebidas do DF (Sintrabe-DF).

Eu, por questão aqui de ofício, como diz o outro, tenho que registrar aqui algumas perguntas que chegaram. Depois, no final, eu vou dar, devido ao nosso horário, senão vão dizer que nós deixamos os trabalhadores sem almoço, os que trabalham aqui, que estão ali na esquerda... Eu vou ler as perguntas, mas vou ter que dar, no máximo, dois minutos para aqueles que quiserem respondê-las.

Carla, de São Paulo: "De que maneira o novo Estatuto do Trabalho (SUG nº 12/2018)..." Nós aqui, à época, reunimos diversas entidades, eles construíram e apresentaram como uma SUG, consequentemente, eu peguei para ser Relator, senão eu não poderia, se eu apresentasse eu não poderia. Então estou com essa SUG, desde 2018, relatando e discutindo o que chamam a nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CLT ou o novo Estatuto do Trabalho. "E qual são as considerações e mudanças na forma de emprego e as novas tecnologias?".

Marcos, de Minas Gerais: "Será que a redução afetará negativamente a oferta no mercado, promovendo redução dos salários e cargos mais bem remunerados?".

Wilson, do Rio de Janeiro: "São muitas as vantagens da redução da jornada. Contudo, o aumento da inflação e do custo Brasil foram considerados nessa proposta?".

João, do Ceará: "Como o Governo pode auxiliar as empresas de pequeno porte durante o período de transição para o novo modelo?".

Wendell, do DF: "Reduzir a jornada aumenta a qualidade de vida, mantém a produtividade e pode gerar empregos. É um avanço justo e necessário".

Roberto, do Rio Grande do Norte: "Importante modernização e humanização da jornada de trabalho. Um expediente 5x2 é uma condição mínima para uma boa qualidade de vida".

Guilherme, de São Paulo: "Como o novo Estatuto de Trabalho pode garantir que a redução da jornada não resulte em intensificação do trabalho?". Aqui ele está falando de todo o estatuto.

Iva, do Rio de Janeiro: "Como a redução de jornada pode melhorar a produtividade sem elevar custos para as pequenas e médias empresas?".

Anie, do Rio Grande do Sul: "Empresas poderão [...] [usar a redução da] carga horária para diminuir [...] [os salários]? Como será feita a fiscalização disso?". Claro que não pode, todos os projetos de lei que eu vi e li falam: redução de jornada sem redução do salário. Bom, aí ela fala aqui para... Ela pergunta como será feita a fiscalização disso.

Advaldo, de Minas Gerais: "Caso [...] [a jornada seja reduzida, como garantir] que os custos das novas contratações não [encarecerão] os produtos e serviços?".

Eduardo, de São Paulo: "Quais são as propostas de redução de jornada de trabalho em áreas de serviços essenciais? Por exemplo, saúde pública e privada".

Rafael, do Rio de Janeiro. Nesse [...] [período], como ficará a carga horária de quem trabalha em regime diferenciado, por exemplo, escala 12x36 e 24x72. Terá [modificação] alteração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João, da Paraíba: "Redução de jornada gera mais contratações, mantém o aumento da produtividade, conserva a renda, impulsiona o consumo. Benefício total.". Belo comentário do João aqui.

Irlane, de Minas Gerais: "Em *home office*, a produtividade pode ser ainda maior e mais eficaz. Modelo de trabalho que corresponde à modernidade.". Também está afirmando que trabalhar à distância é bom para todos.

Ada, da Bahia: "Esse tipo de projeto" – tem que ter alguma coisa negativa, como eu leio todos, sou obrigado a ler esse também. Diz Ada – viu, Ada, estou lendo o teu aqui também, como todos os positivos, o teu aqui merece também o nosso respeito. Ada, da Bahia: "Esse tipo de projeto é populista e só aumenta a carga tributária. No fim, os custos serão repassados a quem paga, que é o consumidor.".

Aqui, eu terminei com todas essas respostas.

O que nós podemos fazer aqui agora é que, se tiver... As perguntas que vieram, a Comissão depois responde, mas praticamente todas vieram respondidas.

O que eu perguntaria, também, de ofício, é se todos os painelistas se sentem contemplados ou se gostariam de fazer algum comentário final.

A SRA. ADRIANA MARCOLINO – Posso fazer um comentário final sobre... (*Fora do microfone.*)? É só porque apareceram três perguntas, rapidinho, sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Adriana Marcolino faz uma consideração final sobre as perguntas que chegaram.

A SRA. ADRIANA MARCOLINO (Para expor.) – Chegaram perguntas falando sobre custo Brasil, encarecimento de produtos e serviços, aumento de carga tributária... Eu queria falar, primeiro, que a gente teve um ganho de produtividade grande, desde 1988, que possibilita que isso seja dividido com os trabalhadores; segundo, que, quando você tem um aumento do emprego e da massa salarial também na economia, todo mundo ganha. As empresas ganham com esse aumento do mercado interno, então isso... E outra: isso diz respeito a condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, não a carga tributária, imposto, tributo; então, eu acho que é bastante justa essa medida, nesse sentido.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – O.k.

Só por uma questão de justiça: eu tenho um resumão aqui, que me acompanha, mas eu vou citar... Por isto eu falei a história dos que apresentaram: porque senão dá a impressão de que eu só falo a que eu apresentei e a da Erika, na Câmara, mas não é verdade, não é? Isso não é verdade. Eu sempre... Está aqui escrito, inclusive: no Senado, há três propostas de PEC sobre redução de jornada sem redução de salário, uma de minha autoria; outra de autoria do Senador Weverton – esta é um projeto de lei, não é PEC –; e a PEC nº 4, de autoria do Senador Cleitinho, que também é para redução de jornada sem redução de salário. Por justiça, ainda: das PECs que estão aqui no Senado, o Relator é o Rogério Carvalho.

Vamos simplificar aqui, para encerrar: do Senador Weverton eu já falei; do Senador Cleitinho também já falei. Na Câmara dos Deputados... Na Câmara, há duas PECs sobre redução de jornada: a PEC nº 8, de 2025, da Deputada Erika Hilton, que tem chamada contra a jornada 6x1; e a outra é a PEC nº 221, de 2019, do Deputado Reginaldo Lopes, que vai também na mesma linha – todas vão na mesma linha. Aqui, explica cada uma das PECs... E pronto.

Ninguém mais para falar? (*Pausa.*)

Está todo mundo com fome, não é? São 15 para a 1h. (*Risos.*)

Eu só queria agradecer muito a todos os painelistas e a vocês que também ficaram no plenário.

Os debates continuam.

Nós vamos ter – eu lembro outra vez – debate no Plenário, na sexta-feira, dia 9; começa às 2h. Acho que vai ser um bom debate. Há um setor do empresariado que me disse que também iria participar. Espero que eles venham, porque ajudam a mediar e, inclusive, a apontar caminhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, nós teremos um no dia 7 – não esqueci –, que é o da pejotização. Vai ter um movimento nacional, liderado pelo Ministério Público – e por vocês também, não é? Eu me comprometi a fazer o pronunciamento na tribuna no dia 7, que é depois de amanhã.

Dia 9, no Plenário; e, no dia 29, vai ter audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre PJ.

É isso?

Então está bem.

Muito obrigado a todos, missão cumprida. Redução de jornada sem redução de salário! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Wilder Morais, Beto Faro, Nelsinho Trad e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Cid Gomes, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da décima oitava e da décima nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Sugestão n° 2, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: O relatório foi lido, na sequência, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2239, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda n° 4-CDH, rejeição da Emenda nº 3, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O relatório foi lido, na sequência, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3599, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Jorge Seif como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3601, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Jorge Seif. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1769, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1.769/2024 (SCD ao PLS nº 105, de 2008), ressalvada a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1769/2024, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Jorge Seif. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto de Lei nº 1.769/2024 (SCD ao PLS nº 105, de 2008), ressalvada a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1769/2024, com as Emendas nºs 1 e 2 -CDH (de redação). ITEM 6 - Sugestão n° 1, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Banimento da prática de Constelação Familiar das Instituições Públicas"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição da sugestão. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da Sugestão. ITEM 7 - Sugestão n° 24, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição da sugestão. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1179, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: O relatório foi lido, na sequência, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/07

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 18ª e 19ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Bom dia, Senadores. Que bom tê-los aqui!

Nós vamos para o item 1 da pauta, que é a Sugestão nº 2, de 2022.

Eu confesso que, pessoalmente, eu fico muito feliz quando a gente vota uma sugestão. É a sociedade participando do Parlamento, mandando propostas.

Os senhores sabem que, se a sugestão for aprovada, vira um projeto de lei e aí é que começa a tramitar. Hoje, tão somente vamos votar a intenção da sociedade de ter um projeto de lei na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

"*Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

- Em 09 e 30 de abril, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para a leitura do relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia, querida Presidente Damares.

Só para ficar registrado: o pedido de retirada foi em função do falecimento de um irmão meu, muito querido. Eu aproveito para agradecer às pessoas que mandaram condolências. Foi por isso, mas eu preciso justificar a minha ausência numa matéria tão importante quanto essa.

Pois bem. Eu não vou entrar em muitos detalhes, minha querida colega Damares, porque eu acho que – a não ser para aqueles que estejam militando ainda nesse assunto – está clara a ineficiência do uso obrigatório das máscaras. A própria OMS já admitiu isso; estudos de outras entidades, inclusive do Congresso norte-americano, também chegaram à mesma conclusão; e agora, por último, mas não menos importante, a própria USP – que, indiscutivelmente, é um local em que proliferam teses da esquerda, sempre muito bem acolhida pela USP, quando não a propaga –, num trabalho recente, menos de um mês atrás, também chegou à mesma conclusão, e é ainda pior: disse que o uso obrigatório da máscara não só não conteve como ajudou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disseminar o vírus, portanto ela foi responsável pelo aumento da mortalidade, e disse, inclusive, do prejuízo causado com o fechamento das escolas.

Então, eu entendo que, para quem ainda consegue raciocinar sem nenhum viés ideológico sobre essa questão, está claro que o uso obrigatório da máscara não surtiu o efeito que anunciavam e, inclusive, deu muito prejuízo. Por isso, o projeto em pauta é absolutamente meritório e fundamental, porque é para não permitir o uso obrigatório de máscaras nas escolas.

Por isso, eu passo à leitura do relatório e, consequentemente... (*Pausa.*)

Perdão, perdão; eu estou aqui divagando. Troquem, em tudo que eu disse, a máscara pela vacina, embora as duas se encaixem no mesmo sentido: tanto a vacina quanto a máscara não foram... E, com relação à vacina, houve problemas graves, consequências graves.

Então, vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão, na forma do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, a Sugestão nº 2, de 2022.

A sugestão é originária da Ideia Legislativa nº 156.991, do Programa e Portal e-Cidadania, apresentada pelo cidadão Carlos Lima, em 11 de outubro de 2021, propugnando a proibição às escolas de exigirem de crianças o comprovante da vacina da covid-19.

A instituição da medida é justificada sob o argumento de que a exigência, por escolas públicas e privadas, de comprovante de vacinação contra a covid-19 constituiu uma espécie de "segregação social", o que seria inconstitucional, na opinião do autor, por violação do art. 5º da Constituição. Ademais, continua o autor da ideia legislativa, a exigência de comprovante de vacinação "obriga crianças, que são mais frágeis e estão em desenvolvimento, a sérios riscos, com uma injeção estranha" – fecho aspas –, que estaria provocando graves problemas e até a morte de adultos. Por fim, o autor informa sobre menores de idade que teriam sido vacinados contra a covid-19.

No dia 31 de dezembro de 2021, a ideia legislativa sob exame alcançou mais de 20 mil apoios e foi transformada em sugestão, na forma da mencionada Resolução nº 19, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se que a iniciativa alcançou um total de 29.084 apoiamentos contabilizados, oriundos de eleitores de todas as unidades da Federação.

Análise.

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Risf, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a sugestão sob exame em proposição legislativa. Se aprovada e convertida em projeto de lei, será então distribuída às Comissões pertinentes para a avaliação do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

Outrossim, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deve limitar-se a fazer um juízo de admissibilidade a respeito da proposição que lhe é submetida, de modo que os demais Colegiados desta Casa possam se debruçar mais detidamente sobre a matéria e deliberar, por meio do debate democrático, sobre a conveniência e oportunidade de se instituir a medida ora proposta, bem assim sobre seus aspectos jurídicos e constitucionais.

A nosso ver, a iniciativa é meritória, pois busca, em última análise, preservar o direito à educação das crianças, garantido pelos arts. 6º, 205 e 227 da Constituição. A Carta Magna consagra ainda, em seu art. 206, I, o princípio da "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", repelindo, por conseguinte, qualquer medida que implique restrições desarrazoadas ao ingresso dos alunos nos estabelecimentos de ensino. A SUG nº 2, de 2022, veicula iniciativa passível de tramitação no Senado Federal, visto que é competência da União legislar sobre educação (inciso IX do art. 24 da Constituição Federal), sendo livre a iniciativa parlamentar.

No plano infraconstitucional, destacamos a garantia do direito à educação consignado no Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que reitera a obrigação estatal de prover acesso ao ensino fundamental gratuito (inciso I do art. 54), com igualdade de condições para a admissão e permanência na escola (inciso I do art. 53).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consagra, em seu art. 3º, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 2, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei, para que passe a tramitar como proposição da Comissão de Direitos Humanos.

> Projeto de Lei nº, de 2024.
> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º:
> "Art. 53. .....
> §1º .....
> §2º É vedada a exigência, como requisito para o acesso ou a permanência de criança ou adolescente na escola, de comprovante ou atestado de vacinação contra a covid-19." (NR)
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sra. Presidente, ressalvada a confusão inicial, mas, de qualquer forma, atestando que, independentemente de qualquer questão ideológica, está comprovado que o uso das máscaras e a obrigatoriedade das vacinas são intromissões impensáveis. Todas essas vacinas são, até hoje, experimentais. É uma coisa, que ninguém sabe bem o que é, aplicada no braço das pessoas e que não pode ser obrigatória, ainda mais em crianças e adolescentes.

E a matéria ora exposta, como bem explicado pela nossa Presidente Damares, não é o projeto de lei em si, é uma iniciativa de um popular, de um cidadão brasileiro, e agora nós estamos discutindo a sua admissibilidade. Quer dizer, aprovada a admissibilidade, aí, sim, ele vira um projeto de lei, que passa oficialmente a tramitar no Congresso Nacional.

Portanto, mesmo adiantando a minha opinião sobre a matéria – e eu já adiantei que sou absolutamente contrário a essa obrigatoriedade –, mas, independentemente disso, nós estamos agora abrindo a votação para a aceitação da ideia e, em ela sendo aceita, se transforma num projeto de lei para tramitar nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que é perfeitamente natural que a gente passe à votação e aprove essa iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A matéria está em discussão.

O Senador Seif se inscreveu, e a Senadora Augusta, também.

Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu não sei hoje sobre qual das duas matérias eu sou mais abordado pelos catarinenses para que seja colocada em votação e aprovada. A primeira é a questão do voto impresso auditável, que o Brasil é a única exceção. Em todos os países do mundo, ou se tem voto em papel ou se tem voto eletrônico com impressão. E a segunda matéria, não sei se a primeira ou a segunda, Senadora Damares, é a questão da obrigatoriedade das vacinas para crianças.

Para mim, democracia pressupõe liberdade, liberdade, e o exemplo eu dei em casa. Conversei com os meus dois filhos – Jorginho e Maria Clara – e falei: "Olha, vacina é isso, isso e isso. Ainda é uma fase experimental, tal, tal, tal. Essa doença, conforme estudos já mostram, afeta muito menos as crianças do que os adultos, é muito mais pessoas com comorbidade". Expliquei tudo para os meus filhos. A liberdade que eu prego aqui no Parlamento é a que eu preguei na minha casa. Meu filho decidiu por se vacinar – eu falei: "Amém!" –, e minha filha falou: "Não quero me vacinar". "O.k." Liberdade. Nós temos liberdade.

Então, esse projeto é muito meritório. Não sei se é possível e se fere a LGPD, mas precisamos exaltar o nome desse cidadão brasileiro, porque isso é a conexão do Congresso com o povo brasileiro, ou seja, um brasileiro ou uma brasileira propôs um projeto de lei e nós estamos aqui discutindo dentro do Parlamento. Isso é maravilhoso, é realmente a voz do povo sendo ouvida e a democracia sendo exercida! Então, Senadora Damares, quero parabenizar o meu querido amigo Marcio Bittar, brilhante Senador do Acre, que representa esse estado aqui de forma brilhante e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito meritória. Ele foi muito feliz com as palavras dele. Não vou me estender aqui, vou me ater a apenas quatro motivos.

Primeiro, para mim é impensável que um país que ainda tenha praticamente 40% da sua população de analfabetos ou analfabetos funcionais, que mal sabem ler, escrever e fazer operações matemáticas básicas, é inacreditável que o Estado brasileiro chegue para uma criança, para uma família e fale assim: "Olha, o seu filho não pode estudar porque não tem a vacina de covid!".

Segundo, a vacina é experimental – experimental –, todos aqui sabem, pode ser de direita, de esquerda, de centro, de cima, de baixo, todo mundo sabe que a vacina é experimental, e vários países – consultem aí no Google, no seu aplicativo de consulta –, vários países têm dispensado e jogado fora várias das vacinas que o Brasil adotou, justamente por ineficácia, ineficiência e efeitos colaterais que superam os eventuais benefícios de proteção das pessoas.

Terceiro, que me conste, está praticamente erradicado o covid, então, isso aqui inclusive é extemporâneo, nós prejudicarmos famílias e crianças. Estão acontecendo, Senadora Damares, a senhora sabe muito bem disso, estão acontecendo brigas, confusão, polícia, Ministério Público, olha, um inferno na vida do cidadão que se preserva e tem medo do que tem lido na internet. Eu não estou falando de discussão ideológica, estou falando de revista inglesa, revista francesa, estudo americano que eu particularmente já li.

Então, eu quero parabenizar a senhora por ter colocado em votação. Quero parabenizar o popular, o brasileiro, o Senador Marcio Bittar e quero já consignar o meu voto "sim" pela liberdade e pelo estudo dos pequenos brasileiros que não podem estar sujeitos a esse tipo de sanção estatal por ter uma opção de não ter se vacinado enquanto essa vacina ainda está na fase experimental de seu uso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Antes de passar a palavra para a Senadora Augusta, só para responder ao Senador Seif, o cidadão que apresentou a sugestão chama-se Carlos Lima. Ele a apresentou em 11 de outubro de 2021 e teve mais de 20 mil apoiamentos, por isso é que virou sugestão, mais de mil apoiamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Bem, obrigada, Sra. Presidente, primeiro, eu gostaria de fazer o pedido de vista desse projeto.

Como enfermeira e Senadora, eu me sinto muito responsável, em primeiro, obviamente, escutar e acatar, de forma a ser analisado esse projeto de lei que trata da proibição de exigência de crianças comprovarem a vacinação do covid. Primeiro, não existe essa exigência na educação pública, certo? Então, eu tenho que me certificar, saber realmente do que se trata, dizer e declarar o meu total apoio à vacinação.

Nós não podemos dizer que não tem uma grande diferença de tantas famílias e tantas pessoas que perderam vidas por falta da vacinação do covid.

Então, não posso ser, de uma forma... Pode até ser que eu, estudando mais esse projeto ou pegando mais informações, venha a mudar a minha opinião, mas a minha opinião de agora... Também já declaro o meu voto, que é totalmente contrário a esse projeto, porque não se trata de uma vida individual. Quando você vai para uma escola ou para qualquer lugar, você pode até não ter se vacinado, mas você pode passar para uma pessoa que tem uma comorbidade e que pode vir a óbito. Então, isso é questão de responsabilidade coletiva. Não se fala de liberdade individual quando ela vai agredir ou vai ferir a coletividade ou vai botar em risco outras vidas.

Então, o meu senso de responsabilidade faz com que eu peça vistas para estudar e analisar muito melhor esse projeto. Pode ser que com esse meu estudo, essas minhas pesquisas, eu ainda possa até mudar, mas já declaro, de pronto, não por ser Senadora, mas muito mais por ser enfermeira e entender que esse projeto realmente não tem nenhum motivo de se ter, porque não existe a exigência hoje dessa comprovação.

Mas, assim mesmo, com responsabilidade, eu defendo a vacinação.

Quero deixar isso bem claro aqui e já agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada Senadora. Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Posso fazer um encaminhamento? A Sra. Presidente me permite? Posso falar? (*Pausa.*)

Presidente, com todo respeito e carinho ao Jorge Seif e à minha fala, eu acho que talvez a gente tenha, ao externar já o nosso voto em mérito, prejudicado a iniciativa que está em pauta, porque, neste momento, não está em pauta se nós vamos votar um projeto de lei que extingue a obrigatoriedade, uma possível obrigatoriedade – porque a Ministra Nísia determinou essa obrigatoriedade –, mas não é isso o que está em pauta agora. O que está em pauta agora é se nós vamos aceitar o projeto de iniciativa popular com mais de 20 mil apoiamentos ou não.

Então, eu acho que todos nós teremos o direito e o dever de nos posicionar depois – porque ele vai tramitar, em sendo aceito, nesta Casa – sobre se somos favoráveis a ele ou não.

Eu acho que entrarmos no mérito agora atrapalha o que está em tela, porque o que está em tela agora é se nós vamos aceitar essa iniciativa popular e transformar essa iniciativa num projeto de lei. E aí, sim, ele vai tramitar e vamos poder colocar o nosso juízo de valor.

Então, eu queria fazer esta autocrítica. Eu acho que, ao adiantar o meu voto no mérito, no que fui acompanhado pelo querido amigo Jorge Seif, a gente acaba prejudicando aquilo que está em tela, que é a aceitação ou não da ideia popular como um projeto de lei. E eu acho que nós não podemos perder a oportunidade de aceitar como projeto de lei essa iniciativa popular. E aí, sim, lá na frente, nós vamos poder externar o nosso voto no mérito.

Era essa a questão de encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda em discussão.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Uma reflexão aqui muito rápida.

Primeiro, eu concordo com o Senador Marcio Bittar, porque aqui a gente não está votando o mérito do projeto. É para apresentar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, talvez, não sei se, de fato, seria o caso do pedido de vista, já que vai poder haver um aprofundamento sobre essa matéria e uma discussão quanto ao mérito.

E em relação à questão da vacina da covid, aqui estamos falando da vacina da covid exclusivamente, eu acho que temos que ponderar que passou o período de emergência. Não sei quantos brasileiros ainda regularmente estão tomando a vacina da covid. Eu a tomei na época da pandemia, mas não tenho tomado mais essa vacina. E realmente existem ponderações relevantes sobre a utilização compulsória dessas vacinas em crianças. E tem que se dar, a meu ver, respeitar sim a autonomia e a liberdade dos pais de tomarem essas decisões, informadas evidentemente. Mas o passo hoje é para o projeto tramitar; então, a minha sugestão é que a discussão de mérito deixemos para depois, acolhamos aqui essa sugestão que veio, popular. Na prática, é muito difícil às vezes vão avançar um pouco no mérito, mas a ideia é válida de ser apreciada por esta CDH e por outras Comissões.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senhores, a Senadora Augusta pediu vista. Cabe vista. Nós vamos conceder vista coletiva, mas antes eu também queria fazer uma fala.

Esta Comissão tem como sua atribuição discutir o direito da família. Como nós vamos dar vista coletiva, eu tenho certeza de que alguns Parlamentares vão apresentar contribuições, e eu queria muito que o direito da família fosse trazido a essas contribuições.

Nós estamos recebendo notícias do Paraná e de Santa Catarina. Nós temos famílias já, no Paraná, multadas em R$300 mil. A multa é diária, porque a obrigatoriedade está sendo realmente colocada em prática. O Ministério Público e conselheiros tutelares estão indo às casas; então, que o direito da família seja colocado também na discussão.

Vista coletiva. Vai voltar para a pauta. As questões de saúde eu acho que a CAS vai discutir, porque tem um trâmite essa proposta, mas a gente vai ter que discutir à luz dos direitos nesta Comissão. A gente está trazendo a sugestão mesmo para prestigiar a sociedade. Nós queremos muito que a sociedade participe cada vez mais.

Então, fica aqui. É antiga. Talvez naquele momento realmente era melhor ter deixado a discussão, porque o Ministério da Saúde estava discutindo ainda, mas agora a gente já está alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos depois. Dá para a gente fazer essa discussão sem aquela pressão da pandemia, que estava muito forte sobre os Parlamentares. Eu entendo quando o Presidente segura essa discussão, porque a discussão naquele momento não era direito, era saúde, mas agora a gente traz um outro argumento para a discussão. Vista coletiva, e já informo que a matéria volta para a pauta na próxima semana.

Senhores, eu tenho um requerimento, um pedido da Senadora Mara. Ela é Relatora do item 8, e todos nós sabemos a dificuldade que é para a Senadora Mara se conectar. Antes que a conexão dela caia, eu vou fazer uma inversão de pauta, e ela vai ler muito rápido o relatório dela.

Então, nós vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

- Não terminativo -

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra à Senadora Mara para a leitura do seu voto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra hoje e uma alegria apresentar este relatório, aqui na CDH, de um projeto de lei tão relevante do Senador Romário, que institui o programa Cuidando de quem Cuida. Parabéns, viu, Senador Romário?

É uma demanda antiga das mães e das famílias atípicas. A gente vem, aqui o Senado, dar uma resposta. Eu sei o quanto é fundamental ter um cuidador, sei da importância do cuidado. Lembro a todos que faremos, nesta quinta-feira aqui na CDH, uma audiência sobre trabalho invisível e os desafios de tantas tarefas que essas mães e mulheres acumulam para poder cuidar de suas famílias e, na maioria das vezes, prover-lhes.

Eu peço licença para ir direto à análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias relacionadas aos direitos da mulher, à proteção da família e à inclusão social das pessoas com deficiência, nos termos dos incisos IV, V e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

O mérito da proposta é incontestável. Cuidar de alguém significa lidar com múltiplas responsabilidades, exigindo, muitas vezes, a conciliação entre o trabalho formal, que gera renda para a família, e as demandas do cuidado não remunerado, muitas vezes, dentro de casa, que inclui filhos, dependentes e tarefas domésticas.

Para mães, pais ou responsáveis por pessoas com deficiência ou pessoas com doenças raras, essa rotina pode ser ainda mais exaustiva, uma vez que frequentemente inclui tratamentos complexos, multidisciplinares e que demandam tempo, atenção, dedicação constantes. Diante desse cenário, Senadora Damares, a prática do autocuidado torna-se praticamente inviável, levando ao desgaste físico e emocional dos cuidadores.

A realidade dessas milhares de famílias brasileiras foi detectada em pesquisa nacional que encomendamos ao Instituto DataSenado, realizada em agosto de 2019, que mostrou que 79% dos cuidadores familiares participantes precisaram deixar de trabalhar e que a quantidade de horas necessárias para o cuidado é extensa: 71% dos cuidadores entrevistados afirmaram que o cuidado é demandado em período integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um estudo publicado no Jornal de Autismo e Transtornos do Desenvolvimento, intitulado Níveis de Cortisol Materno e Problemas de Comportamento em Adolescentes e Adultos com TEA, aponta que o nível de estresse vivenciado por mães de pessoas com transtorno do espectro autista é comparável ao estresse crônico observado em soldados em combate – olhem isso!

Esse dado evidencia a vulnerabilidade dos cuidadores ao adoecimento e, ainda, reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à sua saúde e ao seu bem-estar. Sob essa perspectiva, iniciativas como o PL em discussão são essenciais, pois trazem visibilidade a um tema ainda muito pouco debatido e impulsionam mudanças sociais sustentadas por ações concretas do poder público.

Não obstante o mérito, que reconhecemos, há margem para aprimorar a proposição, como passamos a expor.

Inicialmente, com o objetivo de superar a ideia de que o cuidado é uma atividade exclusivamente feminina, nós propomos que o programa que o PL pretende criar seja direcionado a mães e a pais também, a responsáveis legais atípicos, e não apenas a mães atípicas. A gente quer mudar essa cultura e essa realidade. De forma similar, incluímos a paternidade juntamente com a maternidade em todas as vezes que esta foi citada na proposição.

Ademais, também sugerimos ajustes para adequar a proposição ao §1º do art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deve ser realizada por meio da avaliação biopsicossocial.

Progredindo em nossa análise, sob a perspectiva da técnica legislativa, propomos a padronização do termo “filhos ou dependentes com deficiência, doença rara, dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” para referir-se às pessoas que estão sob a tutela das mães, pais ou responsáveis legais atípicos, em conformidade com o art. 11, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que a precisão seja obtida expressando-se ideias, quando repetidas no texto, com o uso das mesmas palavras, sem usar sinônimos com propósito meramente estilístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, sugerimos a supressão dos arts. 6º e 7º, pois a legislação vigente já dispõe sobre parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, bem como sobre práticas de transparência pública.

Por fim, no substitutivo que apresentamos, também propusemos outras pequenas alterações na redação e na organização dos dispositivos, sem alterar o mérito da proposta.

Então, vamos ao voto.

Ante as razões apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.179, de 2024, na forma do substitutivo que apresentamos.

E termino, com muita alegria, lembrando a todos vocês que, desde 2011, ainda sou a primeira Parlamentar a frequentar o Congresso, e todas as reuniões e Plenário, com um profissional cuidador. Só por isso que eu consigo estar entre vocês, exercendo o meu trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara, que voto lindo! Que voto lindo!

Vamos colocar em discussão.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sra. Presidente, recebi aqui um pedido, por parte do Governo, e, diga-se de passagem, a assessoria, que falou comigo, elogiou o projeto da nossa querida Mara Gabrilli e também do Senador Romário. O projeto é bom, mas eles gostariam de fazer alguns ajustes.

Sei que o pedido de vista será coletivo, e é normal que seja, então, faremos o pedido de vista hoje e, na próxima semana, estaremos aqui para votar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É regimental. Vamos conceder vistas coletivas, parabenizando a Mara.

E queria informar aos Srs. Senadores membros – vistas concedidas –, que vamos trazer para a Comissão um trabalho de comunicação das atividades da Comissão, para que os senhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizem esses serviços nas suas redes. Imagine o seu eleitor lá na ponta saber que nós estamos discutindo, que o senhor discutiu o cuidado com as mães atípicas.

Como eu sei que as comunicações de gabinete estão tão cheias de trabalho, nós vamos fornecer isso, porque, no momento que a gente aprova o projeto da Mara, do Romário, ele é de todos nós. Foram vocês que aprovaram, e seu eleitor precisa saber que você está cuidando da mãe atípica, a sua cidade tem que saber disso.

Então, a Comissão, a partir das próximas semanas, vai ter um trabalho de comunicação para ajudá-los na divulgação das boas matérias – e das polêmicas também – que são discutidas aqui nesta Comissão.

Parabéns, Senadora Mara!

Vista coletiva.

A gente volta, na próxima semana, a matéria para a pauta.

Nós vamos agora voltar para a sequência da nossa pauta.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda nº 4-CDH, rejeição da Emenda nº 3, na forma da emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 22/11/2023, foi recebida a emenda nº 1 da Senadora Zenaide Maia.

- Em 06/05/2023, foram recebidas as emendas:

nº 2, do Senador Paulo Paim.

nº 3, do Senador Plínio Valério.

nº 4, do Senador Magno Malta.

Com a palavra o Relator.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Damares, meus cumprimentos. É um prazer muito grande estar aqui mais uma vez na nossa Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras, aqueles que estão aqui presentes e aqueles que já passaram por aqui.

Eu vou à análise, Sra. Presidente.

Antes, eu quero cumprimentar os nossos colegas Senadores que apresentaram emenda, e a emenda tem um condão de enriquecer o projeto. Portanto, meus cumprimentos à Senadora Zenaide Maia, ao Senador Paulo Paim, aqui presente, ao Senador Plínio Valério e ao Senador Magno Malta.

Eu quero dizer a V. Exa. que, quanto à análise, as questões da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa estão plenamente de acordo com o Regimento Interno desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a seu mérito, entendemos que a proposição legislativa sob exame, de fato, é oportuna, visto que o relativo descontrole hoje existente sobre a concessão de gratuidade da justiça acaba por incentivar o ajuizamento de ações judiciais aventureiras e temerárias, a serem processadas pela máquina de um Poder Judiciário que já se encontra assoberbado.

E isso tem acontecido mesmo diante do disposto no §2º do art. 98 do CPC, que mantém a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios acaso decorrentes de sua sucumbência.

Cremos apenas que incrementos gerais podem ser feitos ao projeto mediante a apresentação de emenda substitutiva, de modo a aprimorar seu teor e a corrigir certas distorções, conforme os comentários que seguem.

Propomos, nesta oportunidade, uma alteração ao mencionado §2º do art. 98 do CPC, de modo a estabelecer que o beneficiário da justiça gratuita arcará com o pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência apenas na hipótese de ele obter créditos em juízo, e desde que o montante a ser recolhido não ultrapasse o limite de 30% do valor bruto que ele tiver recebido. Isso nos parece mais sensato em relação ao que dispõe o texto vigente do CPC, ao considerar-se a situação de hipossuficiência daquele que se revela merecedor da gratuidade da justiça.

No que concerne ao inciso I constante no §2º do art. 99 do CPC, a alteração proposta busca harmonizar o critério de concessão do benefício da justiça gratuita àquele já adotado pela Justiça do Trabalho. Além disso, com a nova proposta mais pessoas terão acesso imediato ao benefício, pois o valor atual da isenção do Imposto de Renda alcança pessoas com rendimento de até R$2.553,32 mensais, ante os R$3.262,96 mensais, caso sejam adotados os 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Note-se que, em relação ao inciso V, ora ventilado para o §2º do art. 99 do CPC, pode ser feita uma objeção análoga àquela que faz a Senadora Zenaide Maia na justificação de sua emenda. Fruto de uma judiciosa sugestão feita pela Deputada Joenia Wapichana, Relatora do Projeto na Câmara, a regra desse inciso só fará sentido caso o serviço da Justiça pleiteado pelo membro de comunidade indígena que requer a gratuidade tenha algum vínculo lógico com essa condição de indígena do requerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No §3º-A alvitrado para o art. 99 do CPC, diz-se textualmente que, abrem-se aspas, “em qualquer hipótese, o juiz poderá indeferir o pedido de gratuidade da justiça (...), se houver nos autos elementos que evidenciem a capacidade financeira do requerente para arcar com as custas e as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento.” Fecham-se aspas.

Ocorre que precisamente aquelas hipóteses constantes dos retromencionados incisos IV e V ventilados para o §2º do mesmo art. 99 não guardam relação direta – ou sequer oblíqua – com a capacidade financeira dos requerentes, abrem-se aspas, "vale dizer, mulheres em situação de violência e membros de comunidades indígenas", mas, sim, com reveses outros historicamente enfrentados por esses grupos e que estão agora a justificar a facilitação, pelo Estado, de seu acesso aos serviços prestados pela Justiça. Dessarte, faz necessário fazer essa ressalva no corpo desse §3º-A.

Visando à transparência de dados de interesse público, sugerimos a inclusão dos §§9º e 10 no art. 99 do CPC, a fim de que o Poder Judiciário informe à população dados e estatísticas sobre os valores de que o poder público abdicará, mensal e anualmente, a título de justiça gratuita.

Cogitamos modificações para o §5º do art. 105 e para o atual parágrafo único do art. 321 – que deverá desdobrar-se em dois parágrafos –, além da inserção de um §4º-A no art. 334, todos dispositivos do códex processual em tela, com a finalidade de conferir uma maior proteção ao vulnerável ou hipossuficiente no processo de concessão da procuração, na realização de audiências e, se necessário, na obtenção de informações adicionais sobre a idoneidade da postulação.

Na mesma toada de proteção a vulneráveis e hipossuficientes almejada pelo projeto, sugerimos acrescentar um art. 910-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para impedir a compra de processos ou créditos de trabalhadores na Justiça do Trabalho, uma vez que isso impacta negativamente o trabalhador.

Na cessão de créditos trabalhistas, que têm natureza alimentar, o trabalhador perde, em regra, até mais de 40% do valor que receberia em curto prazo. Além disso, a venda inviabiliza as mediações e gera custos para o Poder Judiciário, permitindo que investidores utilizem a Justiça do Trabalho como um mercado de capital especulativo, em detrimento do trabalhador. Tal prática compromete a própria essência conciliatória da Justiça do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 1-CDH, da Senadora Zenaide Maia, temos a observar que a inclusão de mulheres em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários da gratuidade da justiça é resultante do benfazejo acolhimento, pela Relatora do Projeto na CCJ da Câmara, da proposta contida no PL nº 3.046, de 2019, da Deputada Daniela do Waguinho, o que veio a constituir o inciso IV ora cogitado para o §2º do art. 99 do CPC.

No entanto, faz-se, de fato, necessário explicitar que o benefício, nessa hipótese, será concedido apenas caso a requerente figure no feito ou demande certo serviço da Justiça em virtude dessa sua condição de mulher sujeita a violência doméstica (o art. 28 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou seja, a Lei Maria da Penha, ao qual o projeto faz remissão, não explicita isso em seu texto simplesmente, porque essa espécie de violência contra a mulher já é componente intrínseco ao capítulo daquela lei no qual ele está inserido e, de resto, ao próprio objeto de todo aquele diploma legal).

O contrário disso implicaria uma distinção reprovável e discordante do princípio constitucional da igualdade, pois se admitiria, por exemplo, que uma mulher nessas circunstâncias obtivesse o benefício em uma causa qualquer de natureza consumerista, na qual a pessoa jurídica que constituiria a parte adversa não teria relação alguma com as adversidades sofridas pela autora no ambiente do seu lar.

No que concerne a Emenda nº 2-CDH, do Senador Paulo Paim, visa estender às pessoas pertencentes a comunidades quilombolas o direito ora discutido, buscando suprir lacuna normativa e garantir tratamento isonômico em relação a outros grupos reconhecidamente vulneráveis, promovendo a efetividade do acesso à Justiça como direito fundamental, por isso o acolhimento da emenda e a inclusão do inciso V no §2º do art. 99 do CPC.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu peço a ajuda dos seguranças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos na leitura de um relatório. Eles podem se manifestar depois que o Senador terminar. É um voto importante, inclusive para os trabalhadores. Depois, os senhores terão a oportunidade de se manifestar.

Senador Laércio, com a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – A Emenda nº 3-CDH, do Senador Plínio Valério, pretende definir critérios objetivos para a concessão do benefício da gratuidade. Ocorre que, ao discorrer com conceitos sem precisão terminológica, encaminha para insegurança jurídica, dando margem para diferentes interpretações pelos órgãos judiciais, além de favorecer a litigiosidade abusiva. Por esta razão, o não acolhimento do texto proposto.

Finalmente, quanto à Emenda nº 4-CDH, do Senador Magno Malta, em termos semelhantes à Emenda nº 3, observou a necessidade de uma definição precisa do que vem a ser renda líquida. Destarte, como propôs termos precisos para a definição da renda aplicada, acolhemos a proposta de que a renda líquida vem a ser a diferença entre o valor total dos rendimentos mensais e o somatório dos descontos compulsórios e obrigatórios, tais como contribuições previdenciárias, imposto de renda, pensões, entre outros descontos amparados por lei ou decorrentes de decisões judiciais. Desta forma, incluímos o §9º no art. 98 e o §11 no do art. 99 do CPC.

Vou ao voto, Sra. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda nº 4-CDH, rejeição da Emenda nº 3-CDH, conforme segue, Sra. Presidente.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Relator, parabéns pelo relatório.

Em discussão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, a pedido do... O projeto é muito meritório, O Senador Laércio, como sempre, brilhante nas suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocações. E, a pedido, inclusive, também do Senador Sergio Moro, nós gostaríamos de pedir vista coletiva para, possivelmente, melhorar o que já está ótimo no relatório do Senador Laércio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista coletiva. Mas eu queria fazer minha manifestação.

Senador Laércio, não é fácil fazer um voto desse. Um projeto de lei que alcança milhões de brasileiros, que garante direito do trabalhador – a emenda do Paim é perfeita –, fala da mulher vítima de violência, alcança os povos indígenas... O Poder Judiciário inteiro de olho nessa votação hoje. O senhor vai mexer com toda a estrutura do Judiciário, e a forma como o senhor trouxe o voto... Eu falo que não é fácil porque eu fui assessora. Aqui são horas de trabalho. Parabéns, Senador Laércio, pela dedicação a essa matéria, pela forma como conduziu e a forma como trouxe o voto, com serenidade. Acho que todo mundo entendeu.

Às vezes, as pessoas falam que nesta Comissão a gente não discute matérias importantes. Olhem o impacto, Senador Paim, e a grandiosidade dessa matéria e desse voto.

Parabéns, Senador Laércio, ao senhor, a toda a sua equipe de assessoria, aos consultores do Senado, que ajudaram a consolidar tantas propostas. Já passou pela Câmara, num voto; então, eu tenho que fazer este registro: eu estou muito feliz com os Senadores desta Comissão, todo mundo está trabalhando muito, mas um voto desses... Eu que vim do Judiciário, como advogada – e sempre advogada da ativa, trabalhando com a Justiça gratuita – eu só tenho que cumprimentá-lo por esse voto.

Vista coletiva. Dada a grandiosidade da matéria, volta à pauta na próxima semana.

Vamos seguir a nossa pauta.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3599, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os arts. 143 e 247 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a divulgação de atos judiciais, policiais ou administrativos que violem a dignidade das crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Relator Senador Flávio Arns.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura *ad hoc* do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, primeiramente, eu quero estimar as melhoras do Senador Flávio Arns, que, neste momento, está passando por alguns cuidados médicos na sua saúde.

Peço a sua autorização para passar direto para a análise, se a senhora me permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examinar matéria atinente à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental seu exame do Projeto de Lei 3.599, de 2024.

Do ponto de vista material, Sra. Presidente, a proposição combina os arts. 1º e 227 da Constituição Federal para colocar a dignidade da criança e do adolescente a "salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Vê-se que a intenção da autora é a de ampliar a proteção hoje oferecida, aumentando o escopo da lei, prevenindo "efeitos colaterais" que se sabe atentarem contra a dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o projeto de lei é exitoso e traz um olhar geral às crianças e adolescentes, coibindo a exposição que viole a sua dignidade.

Portanto, Sra. Presidente, o voto.

Em virtude do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.599, de 2024.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Agradeço ao Senador Seif pela leitura *ad hoc*. Estou muito feliz, porque é mais um passo, hoje, que nós damos em defesa e proteção de todas as crianças, de todos os povos nesta nação.

Nos itens 4 e 5, eu sou Relatora. O meu voto não é um voto longo. Eu vou fazer a leitura do voto, mas peço ao Senador Seif que presida a Comissão, para que eu possa proceder à leitura do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Qual é o número aqui...?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Quatro e cinco.

Eu vou ler de lá...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3601, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever a implementação de Centros de Atendimento Integrado para criança e adolescente vítima ou testemunha de violência.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise. Mais um projeto de proteção da criança.

Compete a esta CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção da infância e da juventude.

Em função de a matéria ter sido despachada para instrução da CCJ em caráter terminativo, não entraremos na análise sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, por ser mais apropriada a análise naquela Comissão.

Quanto ao mérito, a matéria é digna de ser acolhida. A criação de centros de atendimento integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência é uma iniciativa importante e necessária para garantir a proteção integral dessa população.

Assim, ao reunir serviços técnicos de acolhimento em um único espaço, os centros de atendimento integrado garantem que crianças e adolescentes recebam o atendimento especializado de que precisam, de forma mais ágil e sistêmica. Ademais, a proposição também fortalece a rede de proteção ao permitir que diferentes órgãos e instituições trabalhem de forma coordenada, ampliando assim a capacidade de atendimento dessas organizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A implementação de centros, Sr. Presidente, em todos os estados e no Distrito Federal, por intermédio da Portaria 833, de 25 de abril de 2022, marcou uma excepcional iniciativa do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – o qual eu tive o prazer de conduzir.

Não obstante, concordamos com o autor do PL 3.601, o Senador Mecias, meu Líder, que advoga estar melhor colocada esta implementação no texto de uma lei ordinária, nacional, que estimulará a sua execução com um amparo mais sólido e efetivo.

Por fim, para deixar mais clara a topologia em que se deve inserir a nova diretriz para implementação das políticas governamentais voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência, apresentamos uma emenda de redação, que pretende atender os ditames do art. 10 da Lei Complementar.

Nesse sentido, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.601, de 2024, com essa emenda que ora apresento.

Sr. Presidente, deixe-me só explicar.

Nós temos a Casa da Mulher Brasileira no Brasil, que é uma casa em que todos os órgãos se reúnem para atender a mulher vítima de violência. O Centro de Atendimento Integral à Criança é igual.

Se uma criança sofre violência, o que acontece no Brasil? A mãe corre na delegacia, com a criança machucada. Da delegacia, a mãe tem que ir para o IML, essa mãe não tem o dinheiro do ônibus. E o IML, às vezes, fica em outra cidade e fora do espaço que ela conhece. Depois do IML, ela tem que ir para a Defensoria Pública. Ela não tem dinheiro para ir à Defensoria Pública. Depois da Defensoria Pública, tem que ir à Promotoria. Depois, tem que falar com o serviço de psicólogos para dar um outro laudo.

Essa forma de andar desestimula a família a denunciar a violência contra a criança. E não existe uma passagem para essa mãe sair correndo. E, às vezes, Presidente, ela trabalha, ela tem que largar o trabalho e ela não quer que ninguém no trabalho saiba que a sua filha ou o seu filho foi estuprado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se todo esse serviço estiver num único lugar, com todo mundo capacitado para receber essa criança... É isso que o projeto pretende, porque nós já fizemos isso como política pública. Isso já funciona, o ministério anterior fez isso. Eu quero citar duas cidades: Paranaguá e Vitória da Conquista.

Senador Girão, as coisas do destino que a gente não consegue entender. Preste atenção. Quando o ministério decidiu o que seria feito nessas duas cidades, o secretário nacional da criança não sabia que eu tinha nascido em Paranaguá. O primeiro centro de proteção integral da criança na cidade em que eu nasci. Aí eu fiquei feliz, fui lá. E o segundo, que hoje é o melhor do Brasil... E aqui eu quero cumprimentar a Prefeita de Vitória da Conquista, toda a equipe de proteção da criança... Eu fui inaugurar o segundo, inclusive com a presença da Rainha da Suíça, que ajudou a implementar, junto com o Unicef, a construção. O secretário não sabia que foi em Vitória da Conquista que eu fui barbaramente estuprada. Olha as coincidências! Lá. E, na hora em que eu fui inaugurar, a cidade também não sabia. A cidade conhecia a minha história, mas não sabia que tinha sido lá que eu tinha sido barbaramente estuprada. Isso foi um marco para a minha vida.

E o centro está funcionando.

Aí o Senador Mecias, de forma muito inteligente, viu que essa experiência está dando certo... Eu só citei dois lugares, mas ele traz para que agora seja obrigatório, que agora a gente tenha esse serviço como obrigatório. E, tendo-o por lei, é obrigatório que todos os ministros que chegarem o executem.

Então, eu quero parabenizar o Senador Mecias. E, quando vi o projeto, pedi imediatamente a relatoria, porque isso faz parte da minha história.

Esse é o meu voto, e eu peço apoio dos pares à proposta e que a gente transforme isso logo, imediatamente, numa lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Damares, eu me alegro muito com isso, porque esta Comissão busca ter um olhar da vida do cidadão, ou seja, complica-se tanto a vida para se denunciar um crime e buscar ajuda... E o que a senhora falou está perfeito. A mãe trabalha, a mãe cuida do lar, a mãe tem outros filhos. Imagina percorrer essa via-crúcis... Muitas vezes, elas desistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que muitos casos de estupro são subnotificados. Já tem a vergonha... Já existe uma vergonha nesse crime, de você publicizar isso. Buscar ajuda para dizer que você foi estuprada ou que um filho seu foi estuprado já é algo terrível. Imagina ainda ter que percorrer cidades, bairros, ônibus, enfim...

Então, quero parabenizar a senhora e o Senador Mecias de Jesus.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH, de redação.

O projeto segue para análise terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1769, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2008)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 1.769/2024 (SCD ao PLS nº 105, de 2008), ressalvada a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.769/2024, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura de seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, inclusive de forma resumida. É um projeto que já foi amplamente debatido nas duas Casas, eu vou fazer uma leitura de forma resumida.

O Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008 – olha o tempo, é de 2008, do Senador Paulo Paim. Ele estava aqui até agora para a leitura, mas ele não está bem; a gente sabe que ele está com um problema na perna. Ele espera isso desde 2008 –, altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo.

Foi aprovado pelo Senado Federal em decisão terminativa da CDH, com as Emendas 1 a 4, em relatório da lavra da Senadora Lídice da Mata, ainda, e remetido à Câmara em 2011. Olha só: 2008 e 2011.

Aí a matéria é aprovada na Câmara e retorna ao Senado, na forma de um substitutivo, pois a Câmara fez alterações, com a identificação atualizada para Projeto de Lei 1.769, que é esse novo número, e a nova ementa ampliada para: "alterar a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir o incentivo ao empreendedorismo e a criação de centros para a vida independente entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia utilizada na lei relativa à pessoa com deficiência".

Nossa avaliação é de que a proposição original do Senador Paulo Paim, que já era elogiável, passou por aperfeiçoamentos da Câmara dos Deputados, que ampliaram o seu escopo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualizando termos para a regulamentação aprovada após a aprovação do Senado Federal, em julho de 2011, e criando centros para a vida independente entre as medidas de apoio.

Nesse sentido, o projeto de lei muda termos como "portadoras de deficiência" para "pessoa com deficiência". São esses os termos que a Câmara muda.

Não obstante, não podemos acatar, apesar de meritória, a inclusão feita pela Câmara dos Deputados para a criação de centros para a vida independente para pessoas com deficiência em função de termos presente que tal criação, se realizada por iniciativa do Poder Legislativo, incide em vício de inconstitucionalidade por ferir o art. 61, §1º, inciso II, letra "e", da Constituição Federal. Sendo assim, concluímos pela necessidade de supressão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei 7.853, de 1989, incluída na forma do art. 2º do Projeto de Lei 1.769, de 2024. Em consequência, tornam-se necessárias duas adequações redacionais ao texto, que também apresentamos.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão das considerações apresentadas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.769, de 2024, que nasceu como PLS 105, de 2008, ressalvada a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2º da Lei 7.853, de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei 1.769, de 2024, com as adequações redacionais que eu já publiquei.

Esse é o parecer, esse é o voto.

Eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Parabéns, Senadora Damares.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, nos termos que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto de Lei 1.769, de 2024, ressalvada a inclusão do inciso VI do parágrafo único do art. 2 da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 17.069, de 2024, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH, de redação.

O projeto segue para a análise do Plenário.

Passo a Presidência para a Presidente Damares Alves.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. (*Fora do microfone.*) Nós vamos seguir a pauta, agora são itens do Senador Girão. Senador Girão, eu sei da sua alegria de estar nesta Comissão e a gente fazer tanta justiça às pessoas que mais precisam.

Senador, a Lei Brasileira de Inclusão, que é o nosso Estatuto da Pessoa com Deficiência, demorou 14 anos para ser aprovada nas duas Casas – 14! Eu já vi projeto de lei ser aprovado em 24 horas nesta Casa, Senador Girão. A gente hoje está lendo um voto de um projeto de 2008, que vai beneficiar as pessoas com deficiência. Eu só lamento que algumas coisas ficam para trás no Parlamento e nas prioridades, mas eu vou dar um recado aqui: estou Presidente desta Comissão e eu vou pegar tudo que está no arquivo, tudo que está parado – pessoas com deficiência, mulher, criança, família, trabalhador – vai vir para a pauta. Se o Plenário decidir que não quer, que vai reprovar, reprove, mas a gente vai trazer tudo para a pauta. Ninguém vai ficar para trás, Senador Girão.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

"*Banimento da prática de Constelação Familiar das Instituições Públicas*".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Sra. Presidente, minha querida irmã, Senadora Damares, em primeiro lugar eu tenho que lhe agradecer por ter entregado a relatoria desse projeto para mim.

Eu já fiz audiências públicas aqui no Senado, inclusive uma sessão – nós fizemos uma sessão no Plenário também –, sobre esse assunto, que eu sou muito grato por existir, até porque eu vejo a sua eficácia no dia a dia das pessoas em várias áreas, na vida pessoal, profissional, na questão do enfrentamento às drogas. É uma das práticas integrativas do SUS que já tem há décadas e que tem feito muito bem, as práticas integrativas, como tem o reiki, como tem também a cultura milenar da acupuntura e tantas outras. E a constelação familiar é uma que tem feito muito bem às pessoas.

E eu quero dizer uma coisa para a senhora: não é fácil o que os consteladores estão enfrentando hoje, porque situações, Senador Seif, que se resolvem em duas, três sessões, coisas que vêm dos antepassados, bloqueadas, energias... E tudo com base no estudo feito por um alemão chamado Bert Hellinger, que já esteve no Brasil, inclusive.

E situações que vêm – como é que eu chamo isso para você? – se barrando, que vem acontecendo por gerações, resolvem-se em duas, três sessões, quatro. E isso tem incomodado muito advogados. Isso tem incomodado muito certos setores da sociedade que ficam com brigas judiciais, brigas de família, de herança, de pai com filho. E o cara vai lucrando aí por dez anos, por vinte anos, quanto mais tempo, melhor – para muitos deles, não é? A gente não pode generalizar, não pode; a gente sabe da exceção. Mas tem um ganho financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nós temos um *lobby* muito grande para banir, isso foi identificado, *lobby* inclusive de outros setores, como a psicologia, que acha que "ah, mas isso aqui pode tirar"... E isso aqui tem dado um efeito fantástico. E o brasileiro já entendeu e tem se multiplicado muito. Eu tenho colocado parte das minhas emendas em constelação familiar, boa parte, para essa cultura se espalhar, porque corpo são, mente sã, como se diz. E a gente sabe que a saúde tem que ser integral, não é só a saúde física disso aqui. É mente, é emocional, é psicológico. E esse método tem feito muita bênção para o Brasil.

E eu quero aqui, com muita honra, ler esse parecer pela rejeição dessa Sugestão nº 1, de 2022, do Programa e-Cidadania, que dispõe sobre o banimento da prática da constelação familiar nas instituições públicas. É muito interesse contrariado mesmo para a iniciativa, mas faz parte.

Eu peço para ir direto, Sra. Presidente, até pelo avançar da hora, o relatório vai ficar consignado, mas eu quero partir da análise. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre as ideias legislativas registradas no Programa e-Cidadania que alcançarem um total de 20 mil apoios em um prazo de quatro meses após seu recebimento. Esse requisito foi plenamente alcançado pela ideia legislativa ora analisada.

A Sugestão nº 1, de 2022, no entanto, não pode ser aprovada por incorrer em vício incontornável de inconstitucionalidade. Não estou entrando nem no mérito, estou entrando aqui na questão constitucional.

O art. 4º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece que o SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre esses órgãos, tem-se o Ministério da Saúde, que, no âmbito da União, é o órgão competente para exercer a direção do SUS, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.080, de 1990. Ainda, o art. 19-Q da referida lei dispõe que a incorporação de novos procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, é atribuição do Ministério da Saúde.

Portanto, ao editar a Portaria nº 702 – olha aí –, de 21 de março de 2018, que incluiu a constelação familiar na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, o Ministério da Saúde, além de observar o disposto na Lei nº 8.080, de 1990, cumpriu estritamente o estabelecido no art. 200 da Constituição Federal, que prevê que cabe ao SUS controlar e fiscalizar procedimentos de interesse para a saúde e incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

Assim, ao pretender o banimento da constelação familiar do âmbito das instituições públicas, a sugestão objetiva, na verdade, usurpar a competência do Poder Executivo de, por meio de seus órgãos técnicos e especializados, incorporar novas diretrizes terapêuticas, exercer o controle e fiscalização dos procedimentos de interesse para a saúde da população e de buscar o desenvolvimento e inovação na área da saúde.

No caso do Poder Judiciário, a prática da constelação familiar tem sido realizada com fundamento na Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, a qual dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamentos adequados dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Essa resolução decorre da competência regulamentar do CNJ, a qual cabe zelar pela autonomia do Poder Judiciário e expandir atos regulamentares ou recomendar providências, a teor do disposto no art. 103-B, § 4º, I, da Constituição Federal.

Nesse sentido, a aprovação da Sugestão nº 1, de 2022, significaria chancelar afronta à separação de Poderes, cláusula pétrea estabelecida no art. 60, §4º, inciso III, da Constituição Federal.

Não bastasse a inconstitucionalidade da sugestão, também no mérito não merece ser acolhida, como se passa a demonstrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu faço um breve resumo, para ficar nos *Anais* da Casa: a constelação familiar é uma técnica de representação espacial das relações familiares que permite identificar bloqueios emocionais de gerações ou membros da família. Foi desenvolvida nos anos de 1980 pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, que defendeu a existência de um inconsciente familiar – além do inconsciente individual e do inconsciente coletivo – atuando em cada membro de uma família.

Hellinger nomeou as leis básicas do relacionamento humano como "ordens do amor" – a do pertencimento ao vínculo, a da ordem de chegada ou hierarquia, e a do equilíbrio –, que atuam ao mesmo tempo, onde houver pessoas convivendo. Segundo Hellinger, as ações realizadas em consonância com essas leis favorecem que a vida flua de modo equilibrado e harmônico.

A constelação familiar é uma abordagem capaz de mostrar com simplicidade, profundidade e praticidade onde está a raiz, a origem de um distúrbio de relacionamento psicológico, psiquiátrico, financeiro e físico, levando o indivíduo a um nível de consciência em relação ao problema e mostrando uma solução prática e amorosa de pertencimento, respeito e equilíbrio.

É indicada para todas as idades, classes sociais e, em sua construção científica, como atualmente aplicada no Poder Judiciário e no SUS, não possui vínculo ou abordagem religiosa – deixo claro isso.

Não obstante isso, a sugestão sustenta a ideia de que a constelação familiar não deveria ser adotada nas instituições públicas em razão de, na sua origem, ter tangenciado conceitos supostamente advindos da religião. Sucede que, caso fossem se extirpar das instituições públicas todas as técnicas cuja trajetória de estudo tenha adotado, em algum momento, conceito de outras áreas, inclusive da religião, como cromoterapia, geoterapia, terapia de florais, imposição das mãos, não restaria praticamente nenhuma. Isso porque, ao longo do tempo, o conhecimento foi sendo construído de forma intersetorial, inclusive o científico.

É importante dizer ainda que, tanto no SUS quanto no Judiciário, a aplicação da técnica da constelação familiar é totalmente voluntária, tanto que essa medida é apenas mais uma das medidas adequadas para se atingir o objetivo funcional dos órgãos integrantes do SUS e do Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do SUS, a constelação familiar faz parte das Práticas Integrativas e Complementares, reconhecidas por diversas categorias profissionais de saúde no país. A própria OMS (Organização Mundial da Saúde) preconiza o reconhecimento e incorporação tanto de medicinas tradicionais quanto complementares nos sistemas nacionais de saúde.

Retirar das instituições públicas a constelação familiar, que é técnica terapêutica e de solução de conflitos adotada mundialmente e cujos resultados são diariamente comprovados e informados, é ir contra o interesse público da nossa sociedade, pois significa negar à população o integral direito à saúde, especialmente às camadas mais pobres, que não possuem condições de arcar com essa prática em instituições não integrantes do SUS. Seria dizer àqueles que podem pagar o atendimento privado que o acesso às técnicas atuais e mais eficazes seria garantido, enquanto, aos mais pobres, restaria apenas se conformar com a disponibilização das práticas tradicionais, muitas das quais totalmente obsoletas.

Em adição a isso, destacamos que milhares de profissionais utilizam a técnica da constelação familiar na Europa, América do Sul, América do Norte e Ásia. Ainda, vários estudos têm sido realizados acerca da eficácia da constelação familiar.

A título de exemplo, fazemos menção à análise sistemática realizada em sede da Universidade de Groningen, nos Países Baixos, no ano de 2021, para avaliar a eficácia da constelação familiar, a qual informa que – olhem só –:

1) em estudo realizado com austríacos, dois terços dos participantes indicaram que, como resultado da aplicação da técnica, perceberam aumento da felicidade, coragem, otimismo e habilidade para enfrentamento das situações;

2) em estudo realizado com alemães, 92% dos participantes afirmaram que a aplicação da técnica foi útil;

3) em estudo realizado com participantes de língua inglesa, francesa e russa, 87% daqueles que buscavam tratamento para dificuldades interpessoais informaram que seus problemas foram resolvidos após a aplicação da técnica – 87%;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4) em estudo realizado com 209 húngaros, os participantes experimentaram significativa melhora em 23 das 26 áreas abrangidas pela técnica – 23 das 26 áreas abrangidas pela aplicação da técnica –; e, finalmente

5) em estudo realizado a partir da amostra de 139 participantes sujeitos a tratamento por uso de substâncias tóxicas na Alemanha, verificou-se que 81% daqueles que se sujeitaram à aplicação da técnica completaram o tratamento de forma integral, em oposição a 50% daqueles que não a aplicaram.

Senadora Damares, meu sonho é ver isso aqui um dia, e vai acontecer isso porque está crescendo muito no Brasil, é um terreno muito fértil. Que a gente veja nos bairros, sabe? Que seja ofertado de graça. Problemas de brigas de família, sabe? E a gente tem muito disso: questão de droga, vizinhança, conflitos. Porque aqui é algo que eu já fiz várias vezes e vi o benefício em mim mesmo, e vi o benefício em outras instituições. É um negócio muito impressionante.

E eu fico feliz com a oportunidade – viu, Senadora Damares? – de ter tido essa iniciativa, porque nos ajuda inclusive a divulgar. Mesmo a gente negando, quem propôs não vai gostar do banimento, mas aqui está me propondo trazer dados, trazer estatísticas. E eu fico muito feliz, porque isso é algo que me toca profundamente a alma.

Apontamos também que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, conhece? – do Distrito Federal – e dos Territórios disponibilizou em seu sítio eletrônico dados que demonstram a eficácia da adoção da constelação familiar, por meio do Projeto Constelar e Conciliar, na realização de acordos em Varas Cível, de Família, Órfãos e Sucessões. Igualmente, o CNJ declarou que as Varas de Família estão conseguindo aumentar, nas audiências, seus índices de conciliação em processos judiciais com o uso da constelação familiar.

Dessa forma, e considerando os debates anteriores acerca do tema, como o realizado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em março de 2022, – eu presidi essa sessão – não assiste razão à sugestão que foi proposta. Admitir essa ideia Legislativa, além de inconstitucional, por afrontar a separação de Poderes, equivale a admitir predileção pela manutenção nas instituições públicas apenas de técnicas obsoletas, aumentando a distância do atendimento realizado pelas instituições privadas, e também a negar os avanços obtidos, especialmente na área da saúde e de solução de conflitos no Judiciário, promovendo, em vez desses avanços, o retrocesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o meu voto, em razão de tudo que foi exposto, é pela rejeição da Sugestão nº 1, de 2022.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Senador Damares, é inacreditável que alguns Parlamentares tenham como objetivo a luta contra a família, a união da família, a opinião da família em ambientes escolares, em ambientes judiciais, em ambientes sociais. É inacreditável! Ou seja, nós sabemos a influência de um pai, de uma mãe, de um irmão numa discussão – seja ela qual for –, para convencimento, para acabar com o litígio judicial, mas eles querem...

Olhem só o nome: constelação familiar. Já devia ser inconteste. Mas tem gente, Girão, que trabalha a favor de Satanás e de inferno, só pode, porque a família, seja você crente, evangélico ou sem religião, é o projeto original de Deus, meu amigo! Quando tem família no negócio, o negócio é abençoado, é consensual, tem evolução, tem paz, tem tranquilidade. A família serve para isso, é o esteio de qualquer ser humano.

Vejam as estatísticas: quando um filho é criado somente pelo pai e pela mãe, o índice de uso de droga, de prostituição, de não dar certo na vida é muito maior do que o de uma pessoa com família estruturada. Há exceções? É claro que há, mas vejam que a família, o papel do pai, o papel da mãe, na vida de uma criança, de um menino, de uma menina, faz toda a diferença no futuro. Mais uma vez, existem as exceções, mas as famílias estruturadas... A criança num lar estruturado tem, estatisticamente, muito mais possibilidades de dar certo na vida, por assim dizer.

Quero parabenizar o Senador Girão. Já consigno meu voto a favor da rejeição dessa proposição esdrúxula! Nós estamos aqui para combater isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não tem mais quem queira discutir.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição da sugestão.

Antes de passar para o próximo item, eu quero parabenizar o Senador Girão pelo voto e quero fazer uma informação: essa sugestão nasceu no ano de 2021. Quem mandou, quem criou a sugestão foi Mateus Franca. Ele entrou com a ideia em 09/11/21 e recebeu, Senador Seif, em 16/11/21 – em menos de dez dias –, 20.987 apoiamentos. A sociedade apoiou. Aí, virou uma sugestão.

Acredito que era um contexto diferente do de hoje, com pandemia, todo mundo apavorado, todo mundo com medo, e acredito que é possível que o Mateus não tenha encontrado bons profissionais conduzindo a constelação familiar, porque aconteceu assim: muita gente saiu dizendo que era constelação familiar, sem nenhum preparo. Mas, dentro do SUS, a gente observa que o SUS tem todo um critério para escolher quem vai conduzir a constelação. Também dentro do Judiciário a constelação familiar, conforme pesquisas apresentadas, tem dado certo. Famílias estão sendo resgatadas, especialmente para os dependentes químicos.

Então, a gente aqui diz ao Mateus que a gente respeita a ideia dele. Ela foi colocada em votação, e a Comissão decidiu, por unanimidade, que não vai ser um projeto de lei com a assinatura da Comissão. Isso não quer dizer que nenhum outro Parlamentar possa, depois, apresentar um projeto de lei, mas não terá como assinatura a da Comissão, porque o voto do Senador foi aprovado por unanimidade e apoiado, de forma tão veemente, pelo brilhante Senador Seif.

A gente conclui essa matéria. Parabéns ao Senador Seif, pela posição, e ao Senador Girão.

Vamos para o item 7 da pauta. (*Pausa.*)

Senador Girão, vai retirar da pauta o item 7?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria retirar, Senadora Damares, com o compromisso de, na próxima semana, se a senhora puder...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... colocar na pauta para a gente deliberar esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Retirado da pauta, a pedido do Relator. Volta para a pauta na próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 24, DE 2020

- Não terminativo -

"*Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.)

Eu agradeço a todos que participaram da deliberativa.

Eu vou para o momento do expediente.

Há um movimento lá atrás. Eu pedi que não se manifestassem, mas, após a leitura do expediente, se os senhores quiserem me entregar algum documento, algum manifesto, eu estarei aqui para atendê-los, o.k.?

Vamos aos expedientes.

Denúncia nº 118. "Solicita audiência com a Presidente desta Comissão para tratar de denúncias de torturas em prisões de Minas Gerais, que já teriam sido reconhecidas pelo Judiciário, pedindo proteção aos defensores de vítimas de tortura e encaminhamento das denúncias a organismos internacionais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O encaminhamento que estamos dando: acusar recebimento e reiterar a resposta já encaminhada que descreve as providências tomadas pela Comissão em relação à solicitação. Não há outras providências que possam ser acionadas diante da nova provocação da Comissão.

Denúncia 119. "Denúncia contra ex-membro do Ministério Público de Pernambuco por conflito de interesses, má gestão patrimonial e conduta irregular em processos envolvendo tutela de menor. Solicita apuração urgente".

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não possui competência legal para intervir em processos judiciais em curso. Ademais, a solicitação já foi encaminhada para o MPF, que é a instância competente para apurar condutas de ex-membro.

Denúncia nº 120. "Professor denuncia esquema criminoso envolvendo tráfico de droga, prostituição infantojuvenil e envenenamento de crianças em Garça [gente, isso aqui é muito sério!] com participação de empresários locais e autoridades. Relata perseguições, atentados e manipulação de provas por parte de policiais, delegados e promotores. Solicita intervenção urgente dos endereços citados".

Encaminhamento: reiterar a resposta já encaminhada que descreve a providência tomada pela Comissão – já tomamos providência –, e não há outras providências além das que já foram tomadas.

Seria interessante – eu não sei se eu solicitei – que o Senador de São Paulo, que faça parte da Comissão, receba uma cópia dessa denúncia. Quem sabe ele poderia mandar um assessor ligar, conversar diretamente, mas eu também estou à disposição para falar com o denunciante.

Denúncia 121. "Associação indígena de Coari, Amazônia, encaminha documento com reivindicações urgentes por saúde, educação, demarcação de terra e proteção cultural. Solicita apoio para a garantia de direitos fundamentais dos povos tradicionais da região".

Encaminhamento:

1- Encaminhar a denúncia ao Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Saúde, Procuradoria-Geral da República por meio da 6ª Câmara e Ministério Público do Amazonas, solicitando apurações e respostas diretamente ao demandante, com cópia para esta Comissão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Encaminhar o ofício recebido ao gabinete do Senador Plínio Valério, para que tome ciência sobre a denúncia quanto à inexecução do convênio com a Prefeitura de Coari, para projeto com os indígenas, financiado por sua emenda parlamentar, e informar os solicitantes sobre as providências tomadas por esta Comissão.

Denúncia 122. "Jornalista e Presidente da Federação Nacional de Entidades de Praças Estaduais do DF (Fenepe), solicita apoio para a inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, denunciando que estaria sofrendo perseguição sistemática, com 30 queixas crimes infundadas, monitoramento ilegal, e obstrução ao acesso à informação. Documentos enviados em anexo comprovariam retaliações por sua atuação na defesa de direitos humanos de militares estaduais".

Encaminhamento: encaminhar o ofício ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, solicitando informações do caso mencionado para acompanhamento da solicitação do demandante. Responder ao demandante o encaminhamento realizado. E pode me colocar à disposição se ele quiser falar pessoalmente comigo.

Denúncia nº 123.

Meu Deus, quanto trabalho essa Comissão teve, hein?

Denúncia nº 123. "Defesa de idosa custodiada no presídio feminino do DF, na Colmeia, denuncia supostas violações de direitos humanos, incluindo negligência médica, após queda; indícios de falsidade em laudo pericial e condições carcerárias degradantes: cela superlotada com presas de perfil violento. É uma idosa... Solicita medidas cautelares para nova avaliação médica, independente da apuração dos fatos e informações ao Estado brasileiro sobre as condições da detenta.".

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que a Comissão realizará diligência ao local tão logo seja autorizada pelo Ministro Alexandre Moraes.

É uma das presas do 8 de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, libera a gente para visitar uma idosa, Ministro. É uma idosa que caiu, está machucada. Deixa a gente ver se é verdade. Eu faço um relatório e mando para o senhor, Ministro. Só quero ir lá confirmar.

Denúncia nº 124. "Servidores públicos efetivos de Coari denunciam a esta Comissão de Direitos Humanos a ausência de reajustes salariais e progressão funcional desde 2008, contrariando a Lei Municipal 404, de 2005. Relatam que apenas parte das categorias Grupo de Saúde até Assistentes Administrativos teria recebido ajustes, enquanto os demais servidores permaneceram com vencimentos baseados no salário mínimo. Solicita intervenção para apuração e solução ao caso após 17 anos de omissão dos Poderes Executivo e Legislativo locais.".

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que a Comissão, infelizmente, não possui competência para determinar reajuste salariais, intervir diretamente em políticas municipais de pessoal ou decidir sobre o descumprimento de leis locais. Também não atua como instância revisora de atos administrativos nem intervém diretamente em processos judiciais.

Eu espero que o denunciante seja orientado também a procurar a Defensoria Pública.

Denúncia nº 125. "Cidadão brasileiro denuncia a situação em Gaza e solicita ao Governo brasileiro a expulsão do Embaixador israelense, classificando os ataques como genocídio. Relata contato direto com vítimas que descreveriam mortes de crianças, bombardeios a hospitais e destruições de famílias. Argumenta que notas de repúdio são insuficientes e que o Brasil deveria tomar posição firme em defesa dos direitos humanos.".

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que a Comissão tem acompanhado atentamente a situação em curso. Contudo, no âmbito de suas competências, não há providências a tomar concernentes às solicitações recebidas.

Inclusive foi aprovado um requerimento de uma audiência pública para discutir, nesta Comissão, com representantes de Israel, da Palestina e grupos, as violações de direitos humanos na região. Eu acho que nós já aprovamos esse requerimento. Então nós vamos discuti-lo.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos, inclusive com aqueles com quem eu falo depois da leitura, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados, com todos os cuidados para não divulgar dados de crianças e de pessoas que estão sendo ameaçadas.

Desta forma, o movimento tem algum documento para entregar? (*Pausa.*)

Não? Mas mesmo assim, eu estou aqui à disposição para conversar com os senhores.

Nós vamos encerrar esta sessão, mas antes, novamente, como sempre, quero agradecer à Secretaria, Secretaria que está trabalhando muito, e quero fazer um registro ao Secretário Christiano.

A gente está dando certo nesta Comissão porque nós temos um líder na Secretaria que entende de Regimento Interno, extremamente competente, íntegro, idôneo, que tem me ajudado muito e que serviu os Senadores de diferentes espectros políticos e com total isenção e integridade. Eu estou muito feliz de ter o Christiano como o meu companheiro. Acho que ele precisou sair, mas vocês falem para ele que a chefe elogiou.

Christiano é um exemplo de servidor público, um exemplo de amigo, de parceiro e muito preocupado com a garantia dos direitos humanos de todos neste país.

A todos vocês da Secretaria, Dimitri, a todos vocês o meu abraço e o meu obrigado e vamos nos preparar para a próxima.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quatorze minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Wilder Morais, Izalci Lucas, Beto Faro e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 36/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros. Finalidade: "Discutir sobre o trabalho invisível da mulher na sociedade". Participantes: Tainá Guedes, Artista brasileira, conhecida por seu trabalho na interseção entre arte, alimentação e sustentabilidade; Eloá Nascimento dos Santos, Assessora Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego; Letícia Resende, Coordenadora-Geral da Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres; Marlene Oliveira, Fundadora e Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida; Luana Simões Pinheiro, Diretora do Departamento de Economia do Cuidado e Secretária Substituta da Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/08

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 36/2024, da CDH, de minha autoria, para debater sobre o trabalho invisível da mulher na sociedade.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania – vou repetir, senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Quero apresentar agora os nossos convidados: Tainá Guedes, é uma artista brasileira conhecida por seu trabalho na interseção entre arte, alimentação e sustentabilidade; Eloá Nascimento dos Santos, Assessora Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego; Marlene Oliveira, que é fundadora e Presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida; Marcos Ruben de Oliveira, Coordenador do Instituto DataSenado; Letícia Resende, Coordenadora-Geral da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres; Luana Simões Pinheiro, Diretora do Departamento de Economia do Cuidado e Secretária Substituta da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Já quero agradecer a presença de todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar fazendo uma fala em que eu quero agradecer a presença das nossas e dos nossos convidados e a presença do convidado do DataSenado também aqui, nosso instituto de pesquisa aqui do Senado, que é sempre um grande parceiro, nesta audiência pública, que discute um tema extremamente relevante e que atinge especialmente as mulheres, que é o trabalho invisível.

Esta audiência faz parte de um ciclo de ações que integram a exposição Trabalho Invisível, da minha querida amiga e artista Tainá Guedes – eu falo dela e eu me emociono (*Manifestação de emoção.*) –, que trouxe ao Brasil essa discussão tão relevante e contemporânea.

Foi uma alegria imensa receber aqui no Senado Federal a sua exposição, Tainá. Muito obrigada por nos trazer essa reflexão, a todos os Parlamentares, a todos os assessores.

Esta é a Casa do povo, onde as pessoas frequentam, e são informações importantíssimas. Eu tenho muito orgulho desta oportunidade de trazer esse olhar sobre o cuidar, sobre o cuidado, tanto aos Parlamentares, quanto aos cidadãos que vêm ao Congresso. O nosso objetivo foi justamente dar visibilidade a esse trabalho de cuidar, porque ele é maravilhoso, mas, apesar de essencial e mover o mundo, ele é pouco valorizado. Precisamos tirá-lo da invisibilidade, porque é um trabalho que sustenta a sociedade, é exigente, fazendo com que a cabeça de quem cuida nunca pare de trabalhar um minuto, porque envolve cuidados familiares, da casa, da organização, do planejamento do cotidiano, de refeições, de atividade dos filhos, de limpeza, do ir e vir, da própria preparação dos alimentos, entre tantas outras tarefas domésticas. E, como bem sabemos, quase sempre é realizado por mulheres.

Eu quero agradecer à Tainá por me escolher para fomentar, mais uma vez, essa discussão e também agradeço a participação da Vanessa da Mata e da Bela Gil, que, com suas manifestações artísticas, mostraram o quanto o cuidado é fundamental para toda a sociedade.

E, para concluir as ações que compõem a exposição, realizamos esta audiência pública com o objetivo de refletirmos e promovermos a garantia dos direitos das pessoas que cuidam, mas também das pessoas que são cuidadas. Cuidar de alguém significa lidar com múltiplas responsabilidades, exigindo muitas vezes a conciliação entre o trabalho formal, que gera renda para a família, tão necessária para a sobrevivência, e as demandas do cuidado não remunerado dentro de casa, que incluem filhos, dependentes, tarefas domésticas e as crianças. Existe uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nação invisível de pessoas com deficiência, com doenças raras, pessoas idosas, pessoas que necessitam de cuidados permanentes para a vida diária, e a imensa maioria delas recebe esse cuidado de um familiar, que, muitas vezes, precisa sacrificar a sua própria vida profissional. Isso é algo que acontece muito. As mulheres acabam parando de trabalhar para cuidar, aí o trabalho aumenta, a despesa aumenta e a receita diminui. E a pessoa, se parar de trabalhar, a renda da família vai diminuir, o que vira um cenário extremamente caótico.

Por isso, uma das minhas maiores lutas como Parlamentar é justamente oferecer suporte aos cuidadores familiares, inclusive de apoio à saúde mental. São mães e pais que ainda têm pavor de morrer e deixar seus filhos com deficiência sem nenhum cuidado. A gente pode falar de alimentação, de artesanato, de cuidado, mas é inevitável falar disso.

Essas mães que têm filhos com autismo, filhos com deficiência intelectual, precisam dessa política de cuidados no nosso país porque aí elas vão saber que, no dia em que elas não estiverem mais aqui, seus filhos serão cuidados, provavelmente por outras mulheres, porque essas famílias ficam sem renda, sem apoio psicológico, sem descanso.

Apesar de termos aprovado em 2024 a proposta do Governo da Política Nacional de Cuidados, a Lei 15.069, de 2024, não houve ênfase, nessa lei, às pessoas em situação de extrema dependência, como são as pessoas com deficiência, muitas idosas, e as pessoas com doenças raras. E eu considero a Lei 15.069 um avanço, sem nenhuma dúvida, porque trouxe luz para a perspectiva de gênero e da urgência da corresponsabilização social entre homens e mulheres pela provisão de cuidados. No entanto, ela ainda não traz a oferta de apoio financeiro ou de serviços de cuidadores para as famílias, por exemplo, que são as necessidades mais urgentes e solicitadas pelas famílias de pessoas idosas, de pessoas com doenças raras ou deficiências.

O Marcos Ruben, o Coordenador do nosso tão competente DataSenado, vai apresentar dados relevantes aqui das pesquisas que realizamos, entre 2019 e 2022, junto às pessoas que são cuidadas e às pessoas que cuidam.

Eu quero completar aqui com outro dado, um estudo publicado no jornal de autismo e transtorno do desenvolvimento, que apontou – olhem isso, olhem esse dado – que o nível de estresse vivenciado por mães de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) é comparável ao estresse crônico observado em soldados em combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dados só evidenciam a vulnerabilidade dos cuidadores ao adoecimento e reforçam a necessidade de ações concretas do poder público na oferta dos apoios necessários na promoção da saúde mental, da saúde e do bem-estar.

A gente tem encorajado a participação masculina nos cuidados, mas é fundamental garantir apoio para que as mulheres possam voltar ou se manter no mercado de trabalho. Ou ainda, que elas tenham suporte financeiro, caso a intensidade dos cuidados não permita essa conciliação com a vida profissional.

E foi com esse olhar que, em conjunto com os Senadores Flávio Arns e Eduardo Gomes, apresentamos um projeto de lei com a proposta de Política Nacional de Cuidado. É o PL 2.797, de 2022, que tramita, no momento, aqui na CDH, nossa Comissão de Direitos Humanos, e entre outras tantas coisas, cria serviços de apoio especializado na assistência social. Isso significa que o Estado terá que oferecer e custear o cuidador para quem mais precisa.

E sem me alongar mais, vamos ouvir as experiências e conhecer os trabalhos dos nossos convidados. Eu agradeço mais uma vez. Muito obrigada pela presença de todos.

Quero fazer uma breve autodescrição da minha pessoa. Eu sou uma mulher branca, de cabelos curtos no ombro, tenho olhos verdes, estou com um vestido que tem listras, um lenço, um sorriso no rosto, de alegria de estar nesta audiência, e atrás de mim, tem um quadro que parece um quadro redondo, com uma luz branca emanando. Parece que vem uma energia aqui de trás.

Eu quero informar também que cada convidado vai ter dez minutos para fazer sua intervenção. É claro que se precisar e der uma choradinha, a gente dá um jeito.

E vamos começar ouvindo nossa querida artista Tainá Guedes, que trouxe a exposição Trabalho Invisível ao Senado Federal.

E quero cumprimentar a Mónica, sua curadora, que veio do México para participar do nosso evento e da nossa exposição.

Então eu quero passar a palavra para Tainá Guedes, para nossa Tainá Guedes, que trouxe a exposição Trabalho Invisível ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gratidão, Tainá.

A SRA. TAINÁ GUEDES (Para expor.) – Precisa ligar aqui ou já está ligado? Está bom assim.

Boa tarde a todas, todos e "todes". Gostaria de começar agradecendo, com o coração cheio, à Senadora Mara Gabrilli por abrir este espaço tão necessário de escuta, presença e construção coletiva.

Agradeço também à Galería L, Banana Contemporary, especialmente à curadora Mónica Martínez, por sua sensibilidade, coragem e parceria ao longo de todo esse processo.

Agradeço também a todas as pessoas que participam da exposição Trabalho Invisível, do Brasil, do México e de tantos outros lugares onde a arte e a vida se entrelaçam. Cada gesto, cada conversa, cada cuidado compartilhado fez parte dessa construção.

Estar aqui hoje, dentro do Congresso Nacional, apresentando essa exposição, é, para mim, mais que uma realização artística; é um gesto simbólico e político; é um chamado de atenção para o que sustenta o mundo, mas raramente é reconhecido; é um convite à escuta, à empatia e à valorização do essencial.

Minha prática como artista nasce da cozinha – do alimento, da rotina, da repetição – e foi nesse espaço, historicamente associado ao feminino e ao privado, que compreendi a força política dos pequenos gestos. Ali, entre panelas e memórias, nasceu a compreensão de que cozinhar, limpar, cuidar e alimentar são formas de arte, e também formas de resistência.

A exposição Trabalho Invisível surgiu do desejo de olhar para essas ações cotidianas como o que elas realmente são: trabalhos que sustentam a vida, trabalhos realizados majoritariamente por mulheres e, entre elas, sobretudo, mulheres negras, indígenas, periféricas, migrantes – mulheres que cuidam, que educam, que limpam, que alimentam, muitas vezes sem direitos, sem reconhecimento e sem descanso.

E, quando digo invisível, não falo de algo que não existe, falo de algo que está em toda parte, todos os dias, mas que foi historicamente silenciado, naturalizado, colocado à margem. Falo do que é considerado feminino demais para ser valorizado, doméstico demais para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política de Estado, mas o cuidado é, sim, um assunto público, e reconhecer esse trabalho é reconhecer que não há economia, saúde, educação ou democracia possível sem ele.

Com essa exposição, não busco denunciar, mas sim provocar um deslocamento, convidar o olhar a parar, sentir, refletir, criar uma pausa em que seja possível perceber o que normalmente passa despercebido. Mais do que apresentar respostas, a exposição oferece perguntas e oferece também escuta, presença, corpo. A arte, para mim, tem esse poder, o de revelar o que está oculto, não para espetacularizar, mas para reconhecer com afeto. Ela permite que possamos reimaginar outros futuros, futuros onde o cuidado não é uma obrigação silenciosa, mas um valor central; onde o tempo para cuidar – de si, do outro, da terra – seja respeitado, protegido e celebrado.

Para que isso aconteça, é urgente transformar estruturas, é urgente garantir remuneração justa para trabalhadoras do lar e do cuidado; criar políticas públicas voltadas às mães solo, cuidadoras informais, mulheres que vivem a sobrecarga diária do cuidado; incluir o trabalho reprodutivo e doméstico nas decisões econômicas e sociais; e, sobretudo, mudar a maneira como percebemos o valor do trabalho.

Hoje, dentro deste espaço de poder, o trabalho invisível se torna visível, não apenas através das obras, mas por meio de todas as mulheres que sustentam o mundo com seus gestos cotidianos, silenciosos, mas profundos.

Quero finalizar convidando "todes" para ver a exposição até hoje às 14h, no Senado Federal, e dizendo que essa exposição é também uma homenagem a todas as mulheres que vieram antes de nós, às que estão ao nosso lado agora e às que virão depois. É uma tentativa de dar forma àquilo que foi esquecido, de dar nome ao que foi silenciado, de dar corpo ao que nos mantém vivos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ah, muito obrigada, Tainá. Nossa, que palavras lindas, que emoção receber essa exposição no Senado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que vocês soubessem que a gente está recebendo muitas mensagens pelo e-Cidadania. Antes de passar a palavra para a Dra. Eloá, eu queria trazer dois comentários.

A Hazel, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "O trabalho do cuidado gratuito e silenciado recai sobre mulheres sob a fachada de vocação. Esse trabalho deveria ser remunerado".

A Ana, de São Paulo, diz: "O trabalho invisível, especialmente da mulher, é rede de apoio da sociedade e não deveria ser tomado como normal, muito menos obrigatório".

Dois comentários dos nossos internautas.

Agora eu quero passar a palavra para a Eloá Nascimento dos Santos, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Muito obrigada, Eloá, pela sua presença.

A SRA. ELOÁ NASCIMENTO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senadora, eu havia comentado aqui com o coordenador do Instituto DataSenado para a gente trocar e ele fazer a fala antes da minha, porque eu acho que são falas complementares. Ele havia concordado. Se vocês não tiverem objeções...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Claro.

A SRA. ELOÁ NASCIMENTO DOS SANTOS – Para a gente manter a sequência de raciocínio.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Não, nenhum.

Então, eu faço o seguinte: já passo a palavra para o nosso Coordenador do Instituto DataSenado, o Marcos Ruben de Oliveira, e, depois, eu volto para você.

Então, ao Marcos Ruben de Oliveira, do nosso DataSenado, já agradeço a presença e toda a parceria de trabalho.

Você está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senadora Mara Gabrilli.

Queria aqui, novamente, agradecer a parceria que a senhora tem construído conosco, que tem permitido que o DataSenado cumpra a sua missão, que é ajudar o Brasil, que é ajudar os Parlamentares a construírem bons projetos de lei, a conhecerem melhor a sociedade, a conhecerem melhor o Brasil e a apresentarem essas informações, esses dados, para que nós possamos tomar as melhores decisões.

Eu vou apresentar aqui os resultados dessa pesquisa, desse ciclo de pesquisas que a Senadora Mara Gabrilli nos solicitou em 2019, 2022. Foram pesquisas que ajudaram a Senadora, os Senadores Flávio Arns e Eduardo Gomes a pensarem, a discutirem, o que acabou se tornando o Projeto de Lei 15.069, de 2024. Então, eu vou passar aqui a esses dados.

Vamos ver aqui que a Senadora Mara Gabrilli tem um profundo conhecimento da realidade do brasileiro, da realidade dessa vivência do cuidado e do cuidador e que os dados que nós vamos mostrar corroboram e confirmam toda a fala que ela já nos apresentou e também a fala que Tainá nos trouxe aqui.

Rapidamente, o que é o DataSenado, quem somos nós?

O DataSenado surge em 2004, aproveitando uma estrutura já existente no Senado Federal, para fazer pesquisas de opinião e levantar dados para ajudar o Congresso Nacional a tomar decisões baseadas em dados, baseadas em informações sobre a realidade do Brasil como um todo. A gente traz para dentro do Senado a voz do brasileiro, a opinião dos brasileiros de uma forma representativa. Nós fazemos pesquisas científicas, técnicas, totalmente probabilísticas, seguindo um rigor técnico altíssimo, o que nos permite tirar conclusões bem firmes e consistentes sobre o Brasil como um todo.

Nós já entrevistamos quase 5 milhões de pessoas, fizemos centenas de pesquisas e essas três pesquisas que eu vou trazer aqui foram três levantamentos que surgiram nessa parceria com a Senadora Mara Gabrilli sobre a questão do cuidado, sobre a política do cuidado. Nós conversamos com cuidadores, com os brasileiros em geral e também com pessoas cuidadas. Foram três levantamentos: uma pesquisa quantitativa com 2,4 mil entrevistas, que aconteceu em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agosto de 2019 – nós vamos ver que esses dados continuam atualizados, a realidade que nós descobrimos continua sendo evidente –; nós fizemos também dois tipos de pesquisas qualitativas, uma chamada grupo focal, em que nós colocamos pessoas com perfil parecido em um grupo de oito a 12 pessoas para debaterem um tema e para, a partir dali, chegar a conclusões e descobrir a realidade de uma forma mais profunda, mais qualitativa, não só quantitativa; e fizemos, já em 2022, o que nós chamamos de entrevistas em profundidade. Algumas pessoas cuidadas foram entrevistadas, numa pesquisa longa, numa conversa longa, o que nos permitiu entender melhor como é a realidade da pessoa cuidada no Brasil.

Todas essas pesquisas, todos esses dados estão disponíveis no Portal do DataSenado. Eu vou deixar à disposição aqui o *link* logo ao final da apresentação, mas o *link* é senado.leg.br/datasenado.

Então, essa pesquisa... Primeiro, eu vou falar um pouco, vou mesclar a fala entre as pesquisas quantitativas e as qualitativas.

Primeiro ponto: quem são os cuidadores no Brasil? Nós estimamos, em 2019, na pesquisa do DataSenado, que 9% da população brasileira é cuidador familiar ou profissional. Então, pelo menos 9% dos brasileiros estão enquadrados, trabalham com o cuidado.

Se nós observarmos aqui no próprio requerimento, na justificação da audiência pública, existe também um dado relevante que confirma esse próximo eslaide que eu vou mostrar para vocês. Se nós considerarmos esses 9% de pessoas que cuidam, temos que 81% são do gênero feminino e 19%, do masculino. E os dados do IBGE vão nessa mesma linha, também de 2019. Eles estimaram que 85% do trabalho de cuidado é feito por mulheres. Então, 9% da população está envolvida na questão do cuidado e a grande maioria, quatro quintos dessa parcela da população, é composta por mulheres. Além disso, olhando ainda esses 9%... (*Pausa.*)

Estou tentando passar aqui...

Passei demais.

Olhando ainda esses 9%, nós vemos que, no Brasil, a quantidade de profissionais envolvidos no cuidado corresponde a 12% das pessoas que estão nessa atividade. Oitenta e oito por cento desse trabalho é feito por familiares, parentes, pessoas próximas. Então, de novo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confirmando as palavras da Senadora Mara Gabrilli: a maior parte do cuidado é feita por mulheres e é feito ambiente familiar, sem que haja, necessariamente, uma profissionalização dessa atividade.

Entrando um pouco mais na pesquisa, nós fizemos uma pergunta geral no Brasil: você conhece alguém que depende da ajuda de um parente ou de um cuidador? E aí vem a definição de quem precisa do cuidado para realizar atividades do dia a dia, como comer, tomar banho, trocar de roupa ou tomar remédios e, quando essa pessoa precisa de cuidado, se é a própria pessoa que cuida ou se é outra pessoa. E nós vimos que 41% dos brasileiros conhecem pelo menos alguém que precisa de cuidados, que tem essa necessidade do cuidado. Então, pelo menos, uma grande parte dos brasileiros vivencia e sabe que existe essa necessidade.

E aí, nós perguntamos para essas pessoas, esses 41% que conhecem alguém que precisa de cuidado, se ela era a própria cuidadora. A gente chegou a esse número que já apresentei um pouco atrás: 21% desses 41% são os cuidadores. Ou seja, 9% dos brasileiros estão envolvidos na atividade do cuidado. E, se a gente olhar para essas pessoas, a maioria o cuidado é feito por parentes, tem uma parcela que é feita por empregados domésticos que também exercem o trabalho de cuidado e 8% são feitos por profissionais exclusivos para essa atividade.

Nós perguntamos algumas coisas a mais para essas pessoas que são cuidadas: se o cuidado exigido é integral ou parcial. A grande maioria das pessoas que precisam de cuidado necessita de um cuidado integral. Não é um trabalho que pode ser feito em pouco tempo.

E, para as pessoas que estão envolvidas no cuidado, que são os cuidadores, nós perguntamos se, no dia a dia, elas se sentem sobrecarregadas. Mais da metade, 55%, dizem que sim, que é um trabalho que deixa a pessoa sobrecarregada. É uma realidade preocupante, que nos remete à necessidade de políticas públicas, já que 83% dessas pessoas não receberam nenhum treinamento para ser cuidador. Elas exercem a atividade de cuidado, mas não receberam nenhum treinamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS RUBEN DE OLIVEIRA – Já? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso nos ajuda a entender os 35% dos cuidadores que dizem que é uma atividade que causa estresse. Não houve o treinamento, é uma atividade de trabalho integral e feita por familiares.

Aqui são apenas algumas frases do grupo focal da pesquisa qualitativa. São frases de pessoas que vivem essa realidade. Eu selecionei só algumas: “Eu me apresentei como Sandra hoje [na pesquisa], mas geralmente eu sou a mãe da Júlia, porque depois da Júlia, a Sandra ficou de lado.” [Os nomes são fictícios.] (Cuidador familiar, São Paulo); “O cuidador precisa muito de apoio psicológico. Até os parentes passam por você na rua e falam: 'Seu pai está bem?'. Mas e eu? Eu estou bem de saúde, mas e o mental? Alterei tudo, mudei minha vida, estou cuidando.”; "Mexe com o psicológico da gente. Tem dia que eu estou ótima, mas tem dia que eu estou um caco. Eu tenho insônia crônica há 16 anos". E tem vários outros relatos que vocês podem acessar no relatório completo da pesquisa.

Só para citar também a entrevista em profundidade que nós fizemos com as pessoas cuidadas, algumas das conclusões a que nós chegamos foram que a maioria dos entrevistados, das pessoas cuidadas, são ou foram cuidados por familiares, pois, segundo eles, o alto custo do serviço inviabiliza a contratação de cuidadores profissionais. Os depoimentos mostram que os familiares acabam sendo responsáveis pelo cuidado por falta de opção, mas grande parte dos participantes gostariam de ser cuidados por profissionais, o que poderia diminuir a sobrecarga imposta aos familiares. Os entrevistados percebem diferenças em relação ao cuidado prestado por cuidadores familiares e por cuidadores profissionais. E aí a gente tem, então, a Política Nacional de Cuidados, desenvolvida pensando nessa situação.

E, para finalizar: qual é o impacto econômico na vida do cuidador familiar? A gente vê aqui três impactos: 79% das pessoas que estão envolvidas no cuidado familiar não trabalham, e elas gostariam de trabalhar; desses 79%, 60% gostariam de trabalhar; a maioria gostaria de trabalhar e ainda entende que o fato de não trabalhar prejudica a renda familiar. São pessoas que não trabalham, por necessidade do cuidado, mas gostariam de estar em uma atividade laboral remunerada, e essa ausência prejudica a renda familiar. Então, existe um impacto econômico que afeta essas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, só para trazer um último... De novo, corroborando a fala da Senadora Mara Gabrilli, nós perguntamos, nessa pesquisa, identificamos quais são os principais motivos de uma pessoa precisar de cuidados. O principal motivo é a idade, 43% das pessoas são cuidadas por conta da idade; por ser uma pessoa com deficiência, 29%; por ter tido um AVC, 10%; e por aí vai... Por Alzheimer, 9%; e por outros motivos. Essas são as principais características que levam uma pessoa a ser cuidada, e a gente precisa estar atento, porque o Brasil está envelhecendo cada vez mais. A estimativa do IBGE é que, na década de 2040, nossa população comece a decair: nascerão menos pessoas do que falecerão, então, a tendência é que a população idosa no Brasil aumente e que cada vez nós tenhamos menos jovens. É uma realidade que se aproxima e para a qual nós precisamos nos preparar.

Uma das principais conclusões dessa pesquisa – vou trazer só uma – é um consenso entre os participantes do estudo: o poder público deve garantir acompanhamento psicológico para pessoas cuidadas e cuidadores familiares e profissionais. Para o cuidador familiar, o poder público poderia oferecer auxílios para quem necessita se ausentar do mercado de trabalho em virtude do cuidado ao familiar. São pontos que se revelaram e se destacaram na pesquisa.

A pesquisa está disponível no *site* do DataSenado. Qualquer dúvida, podem entrar em contato; estamos à disposição.

Quero reforçar aqui o agradecimento à Senadora Mara Gabrilli por ter-nos dado a oportunidade de cumprir a nossa missão, que é ajudar o Brasil com dados e com informações relevantes que possam nos ajudar a tomar as melhores decisões.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Bom, Marcos, muito obrigada. Muito obrigada pela exposição.

Sabe, teve um eslaide aí que chamou muito a minha atenção, porque mostra um percentual muito pequeno de cuidadores existentes. E eu tenho certeza de que esse número é subestimado, principalmente porque muitas mães não se identificam como cuidadoras, elas se identificam como mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre isso, a gente teve um exemplo bastante interessante sobre pessoa com deficiência, quando foi feito o Censo 2010, porque, na época, muitas pessoas chegavam em lugares muito extremos do Brasil e perguntavam: "Tem alguém com deficiência nessa casa?". A pessoa falava: "Não, meu filho é doente". E não se computava, até por falta, muitas vezes, de conhecimento do que é ser uma pessoa com deficiência. E eu acho que muitas vezes o conhecimento do que é ser um cuidador também não é um conhecimento disseminado por toda a nossa cultura. Então eu tenho certeza de que esse número é subestimado, principalmente por a gente não ter a regulamentação ainda da profissão, e a gente tem um universo de pessoas cuidando neste país que continuam invisíveis.

Recebi, nesse sentido, mais uma mensagem, da Paula, de São Paulo: "Urge que o Estado trate o trabalho de cuidado da mulher como atividade legal e remunerada, dado que este move grande parcela da economia".

E não esqueçamos que essas mulheres têm que ser mulheres contribuintes para poderem ter direito a uma aposentadoria, inclusive especial, pelo tipo de trabalho que elas fazem.

Então, eu vou voltar e vou passar a palavra agora para a Eloá Nascimento dos Santos, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Obrigada, Eloá, pela sua presença.

A SRA. ELOÁ NASCIMENTO DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Obrigada a todos.

Eu quero agradecer ao Marcos Ruben pela apresentação, porque ela é muito complementar ao que vai ser dito aqui, e aí, se eu também trouxesse dados, a gente ia ficar sempre com muitos dados, um por cima do outro. E me dá a possibilidade de entrar num aprofundamento e num compreendimento da dinâmica socioeconômica do que é ser mulher numa sociedade que ainda entende a mulher como responsável pelo cuidado e a reprodução da vida, e a manutenção da vida, porque é disso que nós estamos falando aqui.

A gente vem, desde uma compreensão sociológica, a respeito do que é a reprodução da vida, que não é somente o ato sexual, que, na cabeça de quem entende a mulher como responsável, termina com a participação do homem. Depois de gerar uma vida, você precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentar, vestir, você precisa fazer dormir, educar, ensinar, orientar, dar limites. É todo um processo, e depois você precisa dar oportunidades, dar bases. É todo um trabalho de construção de uma vida.

Eu quero agradecer à Tainá, porque isso não estava presente na minha fala até eu chegar, sabe? E eu ter chegado aqui e ter entendido que a gente está falando aqui de uma artista plástica trazendo a sua sensibilidade para isso também me empoderou para que eu trouxesse um debate que eu já faço em outros espaços, mas achava que no Senado Federal a gente não teria espaço para isso. Eu estou extremamente feliz por saber que o Senado Federal está dando espaço para isso, para a sensibilidade, para algo que trata de reprodução de vida, que é o que nós somos, nós somos vida, seres humanos.

Por que eu estou trazendo isso? Porque a gente compreende, então, que, na história do Brasil, ela tem uma complexidade um pouco maior. A gente tem esse lugar de reprodução da vida, grande parte dele, na nossa história – considerando que a gente tem, mais ou menos, 500 anos de história e que nós tivemos 400 anos de escravização de pessoas negras –, a gente tem a maior parte da nossa história dedicando a reprodução da vida às mulheres negras. Então, a gente não consegue deixar de ver peculiaridades da nossa história que pegam mulheres responsáveis pela reprodução da vida, e a mulher negra para carregar uma grande parte desse fardo. Na verdade, em uma parte da nossa história, até responsáveis pela amamentação as mulheres negras eram, né? Então, é um peso que a gente carrega nas nossas costas que deveria ser um prazer, porque é extremamente prazeroso estar com pessoas e cuidar de pessoas – quem tem filho aqui sabe, né? –, a gente tem prazer naquilo, mas, na medida em que isso é socialmente desigual, nós acabamos sofrendo um ônus por isso.

Então, em todas as discussões que a gente procura trazer dentro do Ministério do Trabalho, não somente lá, mas socialmente falando, a respeito da política de cuidados, da situação dos cuidados no Brasil, a gente tenta lembrar que a gente está, na prática, reproduzindo práticas culturais, sociais, socioeconômicas que fazem parte da nossa história, mas que são parte de uma história extremamente desigual, seja por ser patriarcal, seja por ser racialmente desigual. Então, a gente está num processo de transformação dessa sociedade mesmo, e trazer um olhar sensível para isso é fundamental, é um olhar feminino, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria ressaltar que a gente tem aqui uma mesa presidida por uma mulher, e eu acho que isso traz também esse aspecto de olhar a humanidade dessa temática.

Bem, complementando um pouco a nossa compreensão e a dinâmica social a respeito desse tema, ao compreender que a gente tem aqui algo historicamente construído, a gente entende também que a gente tem traços culturais muito fortes, e esses traços culturais foram traduzidos em dados. Isso é superdifícil, Marcos Ruben. A gente poderia estar trazendo dados frios aqui, e vocês trouxeram o que a gente chama de dados quentes: eles falam do humano das pessoas. Isso é muito raro. Então, eu quero parabenizar vocês por isso.

Por quê? Porque é por essa razão que a gente tem muito mais mulheres se candidatando às ocupações das carreiras de cuidados. Então, por exemplo, dentro do trabalho doméstico – vou trazer alguns dados aqui para complementar os já trazidos –, dentro do trabalho doméstico formal – porque aí a gente está falando do formal, então ele é declarado –, 90% das ocupações são de mulheres dentro do trabalho doméstico. E dentro do trabalho doméstico, entre 15% e 20% aproximadamente, são declarados como trabalho de cuidado. Por quê? Porque há uma diferenciação entre aquele cuidado direto e o da empregada doméstica, o que acho equivocado porque a pessoa que limpa a sua casa também está cuidando de você. A gente tem pouca compreensão, na nossa sociedade, de que a pessoa que mantém a nossa higiene está cuidando da nossa saúde, por exemplo. Então, o trabalho doméstico de limpeza é um cuidado também com a nossa saúde, por exemplo, com a nossa saúde mental, porque um ambiente desorganizado também traz mais dificuldades a nossa saúde mental.

A gente também tem um aspecto cultural de esses cargos e essas ocupações de trabalho de cuidados serem mais mal remunerados. Esse é um estudo, inclusive, que está sendo realizado agora pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho, que a gente ainda não trouxe porque ainda não são informações oficiais. Porém, é fato que a gente tem uma menor remuneração para o trabalho doméstico, mas a gente tem ainda uma menor remuneração para o trabalho de cuidados dentro do trabalho doméstico. Então, o que se chama de cuidados dentro do trabalho doméstico é mais mal remunerado do que as outras funções que não são chamadas de cuidado, como se o cuidado das pessoas fosse pouco importante. A verdade é que eu estou aqui e tem alguém cuidando do meu filho. Para mim, essa é a pessoa mais importante da minha vida no momento, sabe? A gente que é responsável por cuidado e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente que delega essa tarefa para outra pessoa, a gente sabe que é o nosso bem maior, são as pessoas. Se a gente está dizendo aqui que essas pessoas têm que ser mais mal remuneradas, a gente está desvalorizando o trabalho delas, a gente está tirando a importância do cuidado. Vejam como a gente tem uma cultura que desvaloriza o cuidado. Na medida em que esse é um papel que a gente sempre deu para as mulheres, consequentemente, a gente desvaloriza a importância das mulheres.

Eu vou trazer outros elementos que complementam essa dinâmica socioeconômica. Eu vou trazer aqui um olhar mais econômico para a coisa, também por ser economista, mas também por entender que a gente faz parte de uma dinâmica econômica que mantém essa situação.

A gente tem uma menor participação feminina na força de trabalho, apesar de as mulheres serem maioria da população em todas as faixas etárias. Então, a gente pensa assim: onde é que estão as mulheres na força de trabalho? E aí a gente cai naquilo que a Mara e o Marcos Ruben disseram: por vezes, nós somos o trabalho de cuidados não remunerado e, por vezes, nós abandonamos ocupações, a nossa vida profissional, para o cuidado.

A gente também tem um maior desemprego por parte das mulheres, por vezes, por ter que cuidar de familiares, ter que cuidar das pessoas da sua família e, também por vezes, a mulher não abandona o emprego.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELOÁ NASCIMENTO DOS SANTOS – Por conta disso, o empregador a demite.

Para fechar a fala, eu queria trazer aqui o maior teor da informalidade no trabalho de cuidados e da maior rotatividade e de como isso é nocivo. Porque, até no trabalho de cuidados, na medida em que se admite que é uma ocupação, a gente pode desenvolver uma carreira; mas, se você tem alta informalidade e alta rotatividade, você não consegue desenvolver. Por conta disso, há ações sendo desenvolvidas no Ministério do Trabalho. Eu vou trazer aqui só duas para a gente fechar.

Uma que a gente está fazendo é: primeiro, houve a inclusão das mulheres, da trabalhadora doméstica, com essa diferenciação dentro do eSocial. Então, o empregador precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarar o seu trabalhador doméstico. E o próximo passo do Ministério do Trabalho é a inclusão do trabalhador doméstico nas suas bases estatísticas, para que esse trabalhador possa ser mais bem observado.

Agora o Ministério do Trabalho está rodando um projeto-piloto de capacitação e de formação de trabalhadoras domésticas. O seu piloto está acontecendo agora na Universidade Federal do ABC Paulista. Ele é de estímulo para que a trabalhadora doméstica volte aos estudos. E aí existe todo um trabalho de trazer a mulher cuidadora também, porque, olha que incompreensão: algumas cuidadoras acham que não são trabalhadoras domésticas, sendo que, na verdade, elas também trabalham na casa das pessoas, na maioria das vezes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELOÁ NASCIMENTO DOS SANTOS – Então, o nosso retorno é que a adesão é de 100%. No início eram 400 vagas, e aumentamos para 600 vagas. Nós temos mais de 1,5 mil inscritas num período de somente duas semanas. E a ideia do Ministério do Trabalho é agora replicar esse modelo de estímulo ao retorno aos estudos da mulher do trabalho doméstico e do cuidado para outras regiões administrativas do país.

A gente, como Ministério do Trabalho, se compromete com essa movimentação para reduzir essa desigualdade socioeconômica tão presente dentro do mercado de trabalho.

Obrigada. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Eloá, muito obrigada pela sua fala.

Quando você falou que, neste momento, a pessoa mais importante é quem está cuidando do seu filho... Nossa, é uma coisa tão óbvia, não é? Porque essa pessoa se torna a pessoa mais importante do mundo.

Vocês sabem que a gente recebeu mais comentários aqui sobre esse tema.

Da Mayara, do DF: "Se o trabalho doméstico é essencial, por que [ele] é invisível e não remunerado?". Boa pergunta, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Fabiana, de Minas Gerais: "Sou mãe solo de criança com deficiência e tive de abandonar minha carreira para cuidar. Por que não temos escola integral com terapias multidisciplinares?". Também é uma observação muito importante.

E o Ronan, Rio de Janeiro, diz: "Quais políticas públicas são urgentes para romper o ciclo entre cuidado, deficiência e pobreza?". E a gente sabe muito que quanto mais deficiência, mais pobreza; quanto mais pobreza, mais deficiência e mais vulnerabilidade. Então, realmente é um ciclo que a gente tem que vislumbrar como quebrar, como interromper.

E agora nós vamos ouvir, por videoconferência, a Marlene Oliveira, do Instituto Lado a Lado pela Vida.

Você está com a palavra, Marlene.

A SRA. MARLENE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente eu queria agradecer à Senadora Mara Gabrilli, que é uma pessoa que nos inspira a cada dia, é uma mulher que faz a gente entender o verdadeiro sentido de lutar por uma vida melhor e buscar esse ato do cuidar.

Foi com ela que eu aprendi um pouco a trazer essa agenda para dentro da minha instituição.

Então, Senadora, a minha admiração pela senhora é algo assim que até me emociona.

Também cumprimento a Senadora Damares por ter feito esse convite.

Vou compartilhar aqui com vocês um pouquinho da minha apresentação.

Eu acho que vocês já estão vendo a apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sim, sim.

A SRA. MARLENE OLIVEIRA – Ótimo.

Eu sou Marlene Oliveira, fundadora e Presidente do Instituto Lado a Lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a Tainá Guedes, porque eu também sou uma artista plástica e eu fiquei muito emocionada ao ouvi-la e entender a valorização do que é esse trabalho que ela fez.

Tainá, na sua pessoa, eu cumprimento todas as pessoas que estão participando desta audiência pública. Aqui fica meu grande abraço. Que você continue seguindo esse olhar sensível. É isto que você trouxe, a arte e a vida se entrelaçam, que faz com que a gente siga adiante. É isso que traz vida ao trabalho de um artista plástico. Então, Tainá, muito obrigada.

Para quem não conhece, o Instituto Lado ao Lado pela Vida é uma organização da sociedade civil que existe há 16 anos. A nossa instituição atua nas duas principais causas de morte, que são o câncer e as doenças cardiovasculares. Nós somos conhecidos no país por criar a campanha Novembro Azul, que é uma campanha focada para a saúde do homem.

Daqui a pouco, eu vou trazer para este contexto a importância da mulher na saúde do homem.

Também somos a voz de milhares de pacientes que lutam contra diversos tipos de doença e temos uma forte atuação em políticas públicas também.

Com isso, o nosso papel sempre é levar informação, orientar e atuar para que a gente, com todo esse trabalho de políticas públicas, garanta o direito dos brasileiros à saúde, ao bem-estar, enfim, a uma qualidade de vida melhor. Por isso o nosso instituto se chama Lado ao Lado pela Vida.

Vamos ao nosso tema.

A mulher é uma força propulsora, com destaque em tudo que faz. Apesar de todos os nossos direitos conquistados, os nossos desafios são gigantes. Quase 100% das cuidadoras não têm reconhecimento, como os que me antecederam aqui já colocaram, muitas vezes sem acesso a cuidados com a sua própria saúde.

No ato de cuidar, existe uma feliz e exitosa multiplicação de iniciativas voltadas a pacientes que convivem com os mais diversos problemas de saúde.

Eu quero trazer para este contexto também as mulheres que são cuidadoras e as mães atípicas, mulheres invisíveis para a nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, o Instituto Lado a Lado pela Vida fez uma pesquisa, inclusive compartilhamos com o gabinete da Senadora, que é uma pesquisa em que nós fizemos uma amostra com 2.047 cuidadores familiares. Desses cuidadores, nós tivemos uma parte que era profissionais e a outra parte que era os familiares.

E aqui eu trago alguns números: 65% são mulheres; 32% com idade de 50 a 59 anos; 53% residem na Região Sudeste; 61% possuem o superior completo; 78% não têm curso e nenhum curso na área de saúde – eles vão aprendendo a lidar de forma intuitiva –; 50% das pessoas que são cuidadas têm 80 anos ou mais; 61% das pessoas que são cuidadoras hoje, nunca haviam exercido essa função; 28% das pessoas que assumiram ser cuidadoras, fizeram-no por já morar junto ou por estar na mesma casa – e aí tiveram que abandonar suas atividades e continuar cuidando – ou tiveram que adaptar sua vida para cuidar dessas pessoas; 26% não tiveram escolha, por não haver outra pessoa para assumir esse cuidado.

Com 65% das mulheres como cuidadoras, entendemos que existe uma jornada desgastante diária, em que, para 34% dos cuidadores, não há com quem revezar; para 90% desse público, o peso é maior por ter tido que assumir o cuidado de um parente mais próximo, de uma pessoa ligada a sua família; 27% dos cuidadores contam com 60 anos ou mais, isso significa que nós temos uma geração de idosos cuidando de idosos, que serão cuidados por idosos, mulheres idosas, com necessidade de cuidados, que estão cuidando de outros idosos, e isso a gente não pode deixar ficar invisível. A nossa pirâmide, como o Marcos colocou, está invertendo e a gente precisa, enquanto país, ter um olhar rápido para esse cenário.

E aí vem a maternidade atípica, as mulheres que são cuidadoras e as mães atípicas, mulheres invisíveis para a sociedade. As mães atípicas cuidam dos filhos com necessidades especiais, uma maternidade marcada por inúmeras necessidades, adaptação da rotina e do estilo de vida, falta de apoio, dificuldade em encontrar serviços especializados; a questão do preconceito é muito forte e a gente não pode fechar os olhos para isso. Ser a cuidadora diariamente e de uma forma contínua, ter que enfrentar preconceito e estigma o tempo inteiro, viver uma carga emocional e física intensa, porque são quase 24 horas cuidando. E essas mulheres? Quem cuida dessas mulheres? É o estresse, são dores pelo corpo, são lesões pelo esforço, é desespero, é exaustão, é solidão, muitas mães solos. E como está a saúde emocional dessas mulheres? Onde essas mulheres vão buscar apoio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cuidar impõe reflexos financeiros e sociais importantes que precisam ser percebidos, de mulheres invisíveis que precisam de visibilidade e cuidado. Por isso que ter uma audiência como essa, Senadora Mara Gabrilli, nos dá força a continuar lutando por essa pauta, isso faz com que a gente traga – eu que tenho uma instituição que olha para o paciente com câncer, para o paciente que tem algum tipo de deficiência – essa pauta do cuidado com muito mais força para dentro, porque o Brasil precisa evoluir muito na valorização da mulher cuidadora.

Eu tenho aqui a campanha Novembro Azul e vou falar para vocês aqui, 90% da saúde do homem está na mão da mulher. Muitas mulheres largam as suas atividades para cuidar dos seus homens, para cuidar da saúde dos homens e por isso a gente precisa lutar. Uma das mensagens da nossa campanha do Novembro Azul é que o homem precisa ser o protagonista da sua saúde. Ele não pode terceirizar isso para a mulher e isso a gente tem que mudar.

Com isso, a gente vê que as mulheres são fortes, mas a invisibilidade de quem cuida precisa acabar, o ato de cuidar não pode ser solitário, desprovido de estrutura e apoio. Precisamos olhar para as mulheres que hoje cuidam em uma sociedade que envelhece e que muito em breve terá ainda mais idosos necessitando de cuidados e de quem os possa cuidar.

Quem cuida dessas milhares de mulheres onde a existência é o cuidar?

Então, Senadora Mara Gabrilli, o que a senhora está fazendo hoje com esta audiência pública... E todo esse trabalho seu nos inspirou a trazer essa pauta do cuidado para dentro de uma instituição que olha para o paciente oncológico, para o paciente cardiopata, para o paciente com outras doenças crônicas. É algo pelo qual a gente tem que lutar muito, a gente tem que batalhar muito, porque nós não somos invisíveis, essas mulheres não são invisíveis e a gente precisa trazer luz sobre essas mulheres.

Muito obrigada.

Aqui o Instituto Lado a Lado é isso, juntos e lado a lado sempre seremos mais fortes e vamos acabar com essa invisibilidade.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente. Presidente Mara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, que honra! Nossa Presidente está na sala!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu vim...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada pelas palavras, Marlene, foram lindas, mas eu queria muito agora enaltecer a nossa Presidente que está presente.

Ô, Damares, esse tema tem tanto a ver com todos os seus caminhos, com toda a sua história!

Queria fazer aqui, na sua frente, Damares, mais um agradecimento por a Tainá ter tido toda essa energia de vir de Berlim, de trazer a curadoria do México, de fazer todo esse movimento para nos trazer essa exposição, para a gente poder, neste momento, fazer uma discussão tão importante. Todo mundo que está assistindo está falando da importância dessa discussão.

Então, eu queria passar a palavra para a nossa Presidente, para dar uma palavrinha para a gente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para expor.) – Mara, eu não sei se você tem ideia de como esta audiência pública está sendo assistida pelo Brasil.

Eu acho que todas as mulheres que estão dentro de casa, agora, estão conectadas, estão assistindo, porque era um sonho dessa dona de casa estar sentada a esta mesa, e elas estão se sentindo representadas por todos vocês.

Mara, enquanto eu estava ouvindo as exposições, eu estava em outro lugar, mas que bom que tem fone de ouvido agora, né? A gente tem cabelo e põe por cima, e ninguém sabe que a gente está em dois lugares ao mesmo tempo. E eu fui, Mara, viajando no tempo e me lembrando da minha avó e das minhas tias-avós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se você sabe, mas a minha família é de Getulina e Lins, no seu estado, naquela região, e fiquei pensando na avó acordando de manhã e preparando as oito marmitas, porque os oito filhos iriam para a roça; mas me lembrei das minhas tias-avós preparando 12, 14, e fiquei pensando em como as minhas tias eram o vale-refeição da época, o restaurante do trabalhador da época, mas as minhas tias e avós também eram o postinho de saúde e o médico, porque, quando o filho voltava para casa depois do trabalho, eram elas que faziam o xarope para curar a tosse seca, a tosse comprida, as dores.

E aí eu fiquei pensando, Mara, no desenvolvimento de toda aquela região, que é uma região linda e rica, Eloá. Toda aquela região deve o desenvolvimento às minhas avós e tias-avós, que movimentaram a economia de uma forma extraordinária e de forma silenciosa.

Eu fui sequestrada para este debate há alguns anos, Mara, por uma pesquisadora que está aqui no auditório, no plenário, e foi uma surpresa: a Kenes, que está sentadinha ali; e nós éramos assessoras aqui, nos bastidores, cada uma assessorando o seu segmento político, e a Kenes me provocava sobre o trabalho silencioso das mulheres; e ela está aqui hoje, assistindo e participando.

E a gente, às vezes, ficava incomodada com a ausência deste debate no Congresso Nacional. E, pela forma como você está fazendo, Senadora Mara, você está realizando aqui as expectativas e os sonhos de muitas mulheres.

E eu, ultimamente, Eloá, mergulhei nos diagnósticos de lipedema, em todas as mulheres diagnosticadas com lipedema, com dores e buscando tratamento, e me veio à memória as minhas tias-avós, à noite, esquentando um papel, com sebo de carneiro, passando na perna, porque a jornada fora grande durante o dia, para que os filhos estivessem lá trabalhando e movimentando a economia, e, na verdade, eram a minha tia e minhas avós que estavam movimentando a economia. Morreram com dor, sem direito a uma aposentadoria, sem direito a um benefício.

E lembrando, Mara, que essas mães atípicas, uma hora, viram filhas atípicas, porque, quando elas acham que a jornada terminou com o seu filho, que cresceu, a segunda jornada começa, porque elas vão ter que cuidar dos seus pais, que muitas vezes se tornam atípicos, com Alzheimer, com Parkinson... Então, essa jornada nunca se encerra – nunca se encerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que este debate aqui hoje, Mara, dá, sim, um novo rumo à discussão dentro da Casa.

Eu sei que, ontem, você celebrou, com a leitura do seu relatório, e eu sei que vai ser aprovado e vai ser item da pauta, na semana que vem – já dei entrevista sobre isso, sobre cuidar de quem cuida.

Mãe, nós queremos cuidar de você! Mulher, queremos cuidar de você!

Então, eu quero agradecer a todos os senhores que aceitaram o convite da autora do requerimento, a Senadora Mara, para estarem conosco. As apresentações vão ficar à disposição.

E acontece o seguinte, Tainá, Luana, Marcos: mesmo as pessoas que não estão assistindo agora, esse conteúdo vai ficar disponível, as apresentações vão ficar disponíveis, vira material de pesquisa acadêmica.

Os estudantes nas universidades buscam nessas audiências públicas, Marcos, DataSenado, os dados que vocês apresentaram. Então, vocês estão contribuindo, não só com o debate nesta Comissão, mas também com as discussões acadêmicas, com a formulação das políticas públicas lá na ponta.

Então, eu quero muito agradecer a todos que vieram, que estão participando, inclusive, os que estão *online*; e de novo, Mara, dizer assim: ai do Parlamento se você não estivesse aqui, Mara, com esse seu olhar sensível, com essa sua preocupação, com a forma como você tem essa cosmovisão de ver o todo, Mara. Parabéns.

Acho que a Comissão de Direitos Humanos hoje marca mais um capítulo na história da proteção da mulher, na história da proteção de quem cuida.

Parabéns, Mara.

Eu vou continuar acompanhando. Vou dar um pulinho ao Plenário, e volto correndo para cá, porque, nos dias de hoje, a gente se divide em diversas atividades.

Parabéns, Senadora Mara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares. Obrigada pelas palavras, obrigada pelo seu trabalho.

Não esquecendo que tem outro tema, Senadora... Eu, de novo, agradeço à Tainá, que está aí do seu ladinho, por ter tido esse desejo de trazer esse tema para o Brasil, mesmo ela morando fora daqui.

Eu queria lembrar que – poxa – eu sou a primeira Parlamentar que entrou no Plenário, nas reuniões, com cuidador, e passou a ser uma coisa diferente no Congresso. E duas cuidadoras que eu tenho já passaram muito tempo na vida carregando água na cabeça.

Hoje, em todo o mundo, as mulheres e meninas, coletivamente, gastam 200 milhões de horas por dia, só carregando água na cabeça. Acordam de manhã, vão buscar água; quando voltam para casa, o dia já acabou, já está na hora de dormir, para acordar de novo e buscar água. São realidades de que a gente está falando que, geograficamente, cobrem o mundo inteiro, de várias formas, de vários jeitos. São várias invisibilidades pelas quais a gente tem que lutar.

Então, agradeço a presença da nossa Presidente da Comissão; mais uma vez, a presença da Tainá com essa exposição; e de todos.

Queria passar a palavra para a Letícia Resende, do Ministério das Mulheres, que está aqui conosco por vídeo.

E mais uma vez obrigada, Marlene, pela sua exposição.

A SRA. LETÍCIA RESENDE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá. Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Saúdo a iniciativa desta audiência pública. Muito obrigada, Senadora Mara Gabrilli. Saúdo também a Presidente da reunião, Damares.

Esta é uma audiência de extrema importância, como todos nós temos dito aqui. Aborda uma temática de inegável pertinência e importância, não só para as mulheres, mas para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunto da sociedade brasileira, que está na "ordem do dia" do Ministério das Mulheres, que é o trabalho de cuidados.

Para começar, eu queria colocar às pessoas presentes a seguinte pergunta: se o trabalho realizado cotidianamente pelo conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras no mercado de trabalho produz aquilo que a gente considera a riqueza, o lucro da sociedade, a mercadoria, então quem produz esse trabalhador e essa trabalhadora? Em outras palavras, quais processos permitem que o trabalhador chegue a seu local de trabalho de manhã cedo, todos os dias, pronto para produzir o que se espera que ele produza? Qual o papel do café da manhã que ele comeu antes de sair de casa, do jantar na noite anterior, na sua prontidão para o trabalho? Qual a importância de ele estar vestindo roupas limpas? Qual o papel do lazer que esse trabalhador acessa no seu tempo de descanso para chegar revigorado na semana seguinte?

Com essas perguntas, eu proponho que nós possamos refletir sobre a rede de processos e relações humanas que produzem as condições de existência na nossa sociedade, que produzem os trabalhadores e as condições para a geração de riqueza.

E a gente vai além, a gente não se atém somente à produção do trabalhador nesse espaço do mercado de trabalho. Vamos além, vamos extrapolar a lógica do mercado e da produção e pensar sobre os processos e as relações que produzem as condições de existência da própria vida humana, como nós estamos dizendo aqui, e da nossa reprodução enquanto sociedade. A partir do momento que a gente entra nesse campo de reflexão, a gente se vê diante do trabalho de cuidados que ainda é invisibilizado e desvalorizado, que é realizado todos os dias, na maior parte das vezes, pelas mulheres.

Ainda que todas as pessoas precisem de cuidados ao longo de suas vidas, por mais que, em alguns momentos, de forma mais intensa do que em outros, todas, todos nós precisamos de cuidado. Ainda assim, a responsabilidade de garantir o atendimento a essas necessidades segue recaindo, sobremaneira, sobre as famílias; e o Estado, o conjunto da sociedade e o mercado ainda não tomam para si, suficientemente, essas responsabilidades. Nas famílias, são principalmente as mulheres que realizam esse trabalho e garantem, todos os dias, que tudo isso esteja sendo feito: cuidam das crianças, cuidam dos idosos, das pessoas com deficiência que precisam de apoio para a realização das atividades básicas e instrumentais da vida cotidiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a pesquisa da Pnad Contínua, anual, para o ano de 2023, as mulheres dedicam cerca de 21 horas da semana com os trabalhos domésticos e de cuidados, praticamente o dobro do tempo que os homens dedicam, apenas 11,7 horas, mais ou menos – é o que os homens dedicam semanalmente.

Quando a gente olha para a dimensão racial, esses dados se tornam ainda mais agravados e as desigualdades se intensificam. As mulheres brancas gastam cerca de 20,4 horas semanais, e as mulheres negras cerca de 22,04 horas semanais. Embora essa diferença pareça pouca quando a gente olha por semana, quando a gente estende isso no ano inteiro nós temos que as mulheres negras trabalham quase 85 horas a mais que as mulheres brancas no Brasil ao longo de um ano com trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Isso equivale a cerca de 10,5 jornadas de trabalho de 8 horas.

Então, são as mulheres que, historicamente, estão nesse lugar e são elas que arcam com as consequências da desvalorização, da invisibilização e da sobrecarga desse trabalho.

Para citar algumas dessas consequências na vida das mulheres, nós temos que a grande quantidade de horas empregadas no trabalho de cuidados significa menos tempo disponível para qualificações, para os trabalhos remunerados, para participação como cidadãs, para as relações sociais e para o cuidado de si também. Isso sem dúvidas perpetua diversas desigualdades sociais que ainda atravessam o nosso país.

Se elas são as principais responsabilizadas pelo trabalho de cuidados, isso acontece porque há uma naturalização de que a tarefa de cuidar das pessoas seria algo que compete às mulheres, parte de uma suposta natureza feminina. Aí a gente precisa afastar essa ideia, desnaturalizar essa concepção e entender que o trabalho de cuidados é uma responsabilidade de toda a sociedade, essencial para o bem-estar coletivo e para a economia.

Nesse sentido, é fundamental que nós passemos a compreender o trabalho de cuidados como um trabalho que, além de ser reprodutivo, por tratar da reprodução das condições para a continuidade da vida humana, é também produtivo, porque ele produz o viver e produz as condições para que outras produções também possam existir, as produções de serviço, produções de mercadoria. Produz a força de trabalho e produz o viver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente pensa o cuidado como um atributo feminino, em vez de entendê-lo como um trabalho que pode – e deve – ser realizado por todas as pessoas, tanto homens quanto mulheres, nós naturalizamos essa sobrecarga e naturalizamos os efeitos que ela causa na vida das mulheres. Além disso, acabamos, quando fazemos isso, nos afastando de uma trilha que nos leva a uma sociedade que coloca o cuidado no centro e encara como responsabilidade coletiva.

Então, se hoje as mulheres são as principais pessoas que cuidam, isso acontece porque há uma estrutura social que atribui a elas essa função, porque interessa, para aqueles que são desincumbidos de cuidar, que elas assumam sozinhas esse trabalho. Na mesma medida que elas encaram as consequências de um tempo tomado por esse trabalho, quem deixa de cuidar, supondo que uma mulher vai estar fazendo esse trabalho, encontra mais tempo disponível para se qualificar, para participar politicamente no território em que vive, para se dedicar ao mercado de trabalho e por aí vai.

Um dado muito interessante que ilustra essa realidade diz respeito ao motivo apresentado pelo conjunto das pessoas para a interrupção da busca por trabalho. Segundo os dados da Pnad Contínua do quarto trimestre de 2023, as mulheres são a maioria fora da força de trabalho, e aí, quando a gente se aproxima desse universo, 31% das mulheres que interromperam a busca por trabalho nesse período justificaram tê-lo feito por precisar fazer trabalho doméstico de cuidados. Vejam bem: 31%. Entre os homens esse número chega apenas a 3%. Então, apenas 3% dos homens apresentaram essa justificativa, enquanto 31% das mulheres...

A gente tem que essa divisão tradicional entre o que hoje se considera trabalho econômico e trabalho não econômico, além de ultrapassada, resulta em uma intensa marginalização e subvalorização dos trabalhos de cuidado, que – nós precisamos reiterar – têm valor produtivo também para a nossa sociedade.

Aí eu aproveito para dizer que um dos principais objetivos da Secretaria de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres é, ao visibilizar e reconhecer a importância do trabalho de cuidados, reduzir a sobrecarga que as mulheres enfrentam, garantindo a elas condições para que possam conquistar sua autonomia econômica e construir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas trajetórias como quiserem, com autonomia, com o tempo distribuído de forma mais prática. Para atingir esse objetivo, é necessário repensar o tratamento que é dado ao trabalho de cuidados – isso é fundamental. E é imprescindível que a centralidade desse trabalho para a produção da vida seja reconhecida e que a responsabilização por sua execução seja distribuída de maneira justa.

Nesse sentido, com a intenção de alcançarmos esse objetivo, nós coordenamos, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a elaboração de uma proposta de política nacional de cuidados e um plano nacional de cuidados, visando garantir o direito ao cuidado a todas as pessoas, promover o trabalho decente às trabalhadoras e aos trabalhadores remunerados do cuidado, porque a gente sabe que nesse trabalho, quando remunerado, ainda existe um contexto de muita precarização, e, também, essa política e esse plano nacional de cuidados vêm com a intenção de reconhecer e redistribuir esse trabalho não remunerado, para que ele seja compartilhado pelo conjunto da sociedade. Nós conseguimos avançar com essa proposta de política nacional de cuidados e temos a aprovação da Política Nacional de Cuidados em forma de lei, já sancionada, em dezembro de 2024, pelo Presidente Lula, e pretendemos, em breve, lançar o Plano Nacional de Cuidados.

Com isso, a gente pretende visibilizar esse trabalho, que é tão fundamental para a vida das pessoas, para o conjunto da sociedade e para a economia, e construir uma sociedade que entende que o cuidado é responsabilidade coletiva.

Em nome do Ministério das Mulheres, eu agradeço o convite para esta audiência e nos coloco à disposição para contribuirmos nesse debate.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Letícia, superobrigada pelas suas palavras. É muito importante para a gente, inclusive, essa interação com os ministérios nesse tema. Não foi à toa que eu deixei a Luana para o final, porque tem um envolvimento muito grande mesmo com esse tema o seu ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero passar a palavra agora para a Luana Simões Pinheiro, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, porque, na hora em que a gente tiver nossa política, com certeza esse ministério vai estar no protagonismo dos cuidados.

Então, com você a palavra, Luana.

A SRA. LUANA SIMÕES PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas!

Bom dia, Senadora Mara!

Eu queria agradecer o convite e parabenizá-la pela realização desta audiência, que, como a gente tem percebido ao longo dos anos, e cada vez mais intensamente, trata de um tema muito relevante e invisibilizado pela sociedade, porém um trabalho que não é invisível, certo? A gente tem invisibilizado esse trabalho ao longo dos anos.

Eu queria começar falando um pouco de como a Lei 15.069, da Política Nacional de Cuidados, que foi aprovada neste Congresso Nacional no ano passado, trata o trabalho de cuidados. Eu acho que a definição que a lei coloca para o tema dos cuidados, como a Senadora Mara falou, avança em muitas dimensões, mas a própria definição já é um grande avanço que a gente teve na ideia de que a lei reconhece que o cuidado é um trabalho. Se o cuidado é um trabalho, aquelas pessoas que o realizam são trabalhadoras e trabalhadores, e a gente estava falando, em algum momento ao longo da audiência, que, muitas vezes, as mulheres que fazem esse trabalho não se reconhecem como trabalhadoras e nem reconhecem essa atividade como um trabalho, mas como amor, como dedicação, como um destino das suas vidas. Eu acho que a política vem reconhecer que isso que é feito cotidianamente pelas mulheres é um trabalho, e é um trabalho, como a Letícia falou, que produz, que produz bens e serviços todos os dias e que permite que a gente tenha bem-estar na sociedade, permite que a sociedade se reproduza, que a força de trabalho se reproduza, que a economia exista e que a gente possa estar aqui hoje fazendo este debate neste espaço tão importante, como a gente está.

É importante dizer também que a Política Nacional de Cuidados reconhece que é trabalho de cuidados tanto o trabalho que é feito diretamente entre as pessoas, como quando a gente alimenta uma pessoa, dá banho, troca, cuida da higiene pessoal, mas também aquele trabalho que, como a Eloá tinha mencionado, não é necessariamente realizado diretamente: cozinhar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimento, limpar a casa, isso também é entendido, pela Lei 15.069, como um trabalho de cuidados.

Então, isso é muito importante também para a gente ter uma dimensão de como a gente avançou nessa discussão e, pela primeira vez, conseguiu trazer esse tema para o marco normativo do Brasil – ainda que um pouco atrasado em relação a outros países da América Latina, a gente chegou e conseguiu trazer esse tema de uma forma muito importante, intensa e abrangente, assim como ele é, de fato, para a organização da vida, para a forma como a gente se organiza socialmente.

Eu acho que é importante dizer também que esse é um trabalho que permite que todos os outros trabalhos sejam feitos. Para que qualquer outro trabalho seja realizado – a gente pode pegar a CBO do Ministério do Trabalho e listar todos eles –, para que qualquer um daqueles trabalhos seja realizado, um trabalho de cuidados teve que ser feito antes. Então, ele é o trabalho que dá base, que sustenta, que move o mundo de verdade.

E aí, evidentemente, eu não vou repetir – é bom falar no final porque muito já foi dito –, é claro, esse é um trabalho que a gente sabe que é um trabalho desigualmente distribuído, que está a cargo das famílias e das mulheres, já foi muito colocado isso aqui. As mulheres produzem... São responsáveis pela produção de mais de 80% do trabalho de cuidados no Brasil, mas a gente também não pode ter o risco de cair numa invisibilidade da heterogeneidade desse grupo de mulheres. As mulheres cuidam, todas cuidam muito, mas existem mulheres que cuidam mais do que as outras.

Então, por exemplo, as mulheres negras: enquanto elas compõem 24% da população brasileira, elas respondem por 44% do total de cuidados produzidos no país. Se a gente pegar as meninas de 10 a 14 anos, as meninas de 10 a 14 anos fazem mais trabalho de cuidados do que os homens em qualquer faixa etária. As mulheres idosas cuidam muito, como foi mencionado aqui pela Marlene, continuam cuidando muito. Pessoas com deficiência também são cuidadoras, não são apenas demandantes de cuidado, mas também cuidam intensamente das pessoas que estão ao seu redor, que habitam as suas residências ou as suas comunidades.

Esse é um trabalho que é material, é concreto; foi invisibilizado, mas é concreto. A pandemia mostrou isso muito bem para a gente. Eu lembro, na época da pandemia, que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha algumas campanhas publicitárias, enfim, de comunicação que foram feitas mostrando as mulheres sumindo da produção do cuidado: aquela roupa que chegava dobradinha na gaveta para de chegar porque aquela mulher some. Esse trabalho, de fato, é concreto, a gente está vendo-o acontecer todo dia, a gente está vendo a comida ficar pronta, aquela pessoa continuar sua existência, se desenvolvendo, então, isso é muito importante.

E por que ele é invisibilizado? Primeiro porque ele é um trabalho que não é transacionado no mercado de trabalho, e as nossas estatísticas, as nossas definições conceituais, entendem que trabalho historicamente foi definido como aquele trabalho que é transacionado no mercado de trabalho, pelo qual a pessoa que o faz recebe uma remuneração. Ele não é contabilizado nas nossas contas nacionais. Todo esse trabalho produzido... Não é como se ele não gerasse nada, como se ele não gerasse riqueza para a sociedade.

As nossas estatísticas, durante muitos anos, consideraram as mulheres que trabalham 24 horas por dia, por sete dias na semana, cuidando de alguém, inativas. Hoje a gente não fala mais em inatividade, mas fala em mulheres fora da força de trabalho. Então, ele não é considerado ainda um trabalho porque não é transacionado no mercado. Ele é invisibilizado porque – ou talvez por isso mesmo – foi construído como um destino feminino, como a ideia de que as mulheres nascem prontas e, por isso, não precisam de uma formação. Elas já vêm com uma genética preparada para cuidar – e a gente sabe que isso não é verdade, porque cuidar a gente aprende; aprende pela intuição, pela conversa com as mais velhas, por uma troca, pela internet, mas se aprende a cuidar. Ninguém nasce sabendo cuidar. Porque ele foi entendido, até aqui, como assunto privado, e cada um resolveu, no seu âmbito privado, como dar conta das suas necessidades de cuidado. Quem pode contratar alguém para cuidar contrata, quem pode colocar numa instituição coloca, quem não pode conta com a comunidade, conta com o filho mais velho cuidando do filho mais novo. E, assim, a gente vai gerando desigualdades na provisão e no atendimento às demandas de cuidado.

É um trabalho que é exercido no espaço doméstico, dentro dos muros, das casas. Isso ajudou a que esse trabalho fosse historicamente invisibilizado. E, claro, como Letícia colocou, foi funcional até aqui que esse trabalho ficasse a cargo das famílias e das mulheres. Desobrigar o mercado, o Estado, os homens teve um objetivo. Não foi por acaso que isso aconteceu, foi funcional que as mulheres assumissem gratuitamente toda a responsabilidade pela reprodução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da vida. Então, isso também ajuda a construir esse cenário de invisibilização do trabalho de cuidados, do trabalho doméstico não remunerado.

Mas esse trabalho – a gente sabe pelo fato de que estamos vivas e estamos aqui hoje – tem um enorme valor social. Ele é um trabalho que reproduz a vida, que reproduz a força de trabalho, que reproduz as economias, que reproduz as sociedades, que garante o bem-estar. E ele tem também, se a gente precisar falar sobre isso, um valor econômico também. Quando a gente fala desse trabalho que é realizado cotidianamente no espaço das casas, ele não é contabilizado no PIB hoje, mas muitos países têm feito um exercício que se chama conta-satélite de trabalho de cuidados não remunerado, que é uma ideia de que, se a gente pegar esse trabalho todo realizado, se a gente fosse pagar por esse trabalho, se a gente fosse dar valor econômico a ele, quanto ele representaria no nosso PIB? E os países que têm feito isso – vários países da América Latina já têm essas contas oficialmente instituídas – têm chegado a um valor que gira em torno de 20% do PIB; quer dizer, se a gente colocasse esse trabalho nas contas nacionais, a gente estaria falando de um trabalho que gera riqueza, e muita riqueza. Não é um trabalho que pode ser colocado num cantinho, como se fosse um trabalho pequeno.

No Brasil, ele emprega 25% da força de trabalho. Então, é muita gente empregada nesse setor, remunerada por isso, e muita gente que não é remunerada, mas que produz muita riqueza, que garante as condições para que a sociedade funcione também.

Os efeitos desse cenário que a gente tem hoje de uma desigual distribuição do trabalho de cuidados, que segue a cargo das famílias e das mulheres são múltiplos. O trabalho de cuidados não deveria gerar efeitos negativos se a gente tivesse uma distribuição equitativa, porque ele é um trabalho necessário, ele é fundamental, ele nunca vai deixar de existir. Mas, como a gente se organizou hoje, ele gera uma série de consequências para diferentes grupos sociais.

As mulheres – e a gente já falou aqui muito sobre as consequências – interrompem trajetórias educacionais para cuidar, interrompem trajetórias no mercado de trabalho para cuidar. Letícia trouxe o dado de que 30% das mulheres gostariam de trabalhar, mas não podem trabalhar porque estão cuidando. Se essas mulheres têm filhos de zero a três anos, 80% delas gostariam de trabalhar e não podem trabalhar, porque têm que cuidar dos filhos pequenos. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas crianças tiverem deficiência, certamente esse valor vai a quase 100%, porque a gente tem menos rede ainda para oferecer para essas crianças, certo?

Mas essa organização desigual dos cuidados também tem muitos impactos sobre quem demanda cuidados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUANA SIMÕES PINHEIRO – As crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência que demandam cuidado também têm um acesso desigual a esse cuidado e com qualidade também desigual. Então, tem impactos sobre as pessoas demandantes de cuidado, tem impactos sobre a economia, porque a gente perde uma força de trabalho feminina muito capacitada, disposta a trabalhar e que não pode trabalhar porque tem que cuidar. Então, a gente gera impactos para a sociedade como um todo.

Para terminar a minha fala, queria colocar que há um esforço, então, nos últimos anos, de tirar essa capa da invisibilidade do trabalho de cuidados no espaço do Estado, o que tem a ver com a ideia de que a gente reconhece, passa-se a reconhecer que essa forma como a gente se organizou não é sustentável. As famílias estão conseguindo cuidar cada vez menos. A gente não tem mais, hoje, sete, oito, nove filhos dentro de uma família. As famílias são pequenas, as mulheres estão cada vez menos disponíveis para esse trabalho, e a gente tem um envelhecimento populacional intenso, que vai demandar cada vez mais cuidado ainda.

Então, a gente teve a criação de estruturas no Governo Federal para elaborar a Política e o Plano Nacional de Cuidados. O MDS tem uma Secretaria Nacional de Cuidados e Família, o Ministério das Mulheres, do qual a Letícia faz parte, também tem uma secretaria que trata do tema.

Foi instituída a Lei 15.069, que reconhece, pela primeira vez, esse tema como um tema de política pública, reconhece o cuidado como um trabalho, como um direito. É a primeira vez que isso entra como uma necessidade de todo mundo, que deve ser compartilhada entre homens e mulheres e entre o Estado, as famílias, o mercado e a sociedade de forma geral.

A gente tem como objetivo, nessa Política Nacional de Cuidados e no Plano Nacional de Cuidados, o reconhecimento, a redistribuição e a valorização desse trabalho realizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cotidianamente pelas mulheres. A gente está agora na fase final de elaboração do Plano Nacional de Cuidados, que dá concretude à política, com os serviços que vão ser disponibilizados à sociedade, e é um momento muito importante.

Eu acho que esta audiência é um espaço para a gente conversar sobre esse tema e colocar, de vez, esse tema como um tema público, como um tema que não é um assunto de mulheres, que não é um assunto só de mulheres, que não é um assunto só das famílias, mas é um assunto do Estado como um todo e da sociedade como um todo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Luana, muito obrigada. Muito obrigada pelos dados, pelas informações tão importantes.

Eu queria lhe dizer que não só esta Comissão... Eu posso falar até pela Damares, que é a nossa Presidente – eu, como Vice-Presidente –, que a gente quer estar muito perto de você, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, para essa construção, porque a gente quer muito compartilhar e construir junto. A gente acredita tanto nessa construção coletiva.

Enquanto você falava, continuaram chegando mais mensagens. Por exemplo, o Gabriel, do Pará, manda a seguinte mensagem: "Muitas mulheres abandonam seus empregos para cuidar de parentes com enfermidades graves. De que forma o Estado pode ampará-las?".

O Pedro, de Goiás: "A invisibilidade laboral feminina tem raízes históricas e culturais. Diante disso, o que poderia alterar essa cultura de desvalorização?".

Olhe como as pessoas estão conectadas com o que a gente está falando.

Então, eu queria já agradecer a participação de todos. Nossa, foi uma audiência extremamente rica, profunda, bonita, empática.

Queria agradecer muito. A participação de cada uma, de cada um foi de extrema importância. São contribuições que a gente acredita serem fundamentais para a gente construir um Brasil muito mais feminino, muitas vezes muito mais humano, muito mais inclusivo, com todas essas mulheres. E tentar tirá-las da invisibilidade acho que é o objetivo de todas nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradecemos as contribuições que todos nos trouxeram hoje. Pessoas cuidadas e pessoas que cuidam devem ser apoiadas de todas as formas pelo Estado, pela sociedade. A gente busca uma política de cuidado que seja um quarto elemento na configuração da seguridade social, que venha se somar às garantias dos direitos básicos dos brasileiros em saúde, assistência social e previdência. Desse modo, a gente pode pensar em proteger a dignidade humana e em promover a justiça social real. Eu estou confiante de que, com as ações de todos, a gente vai atingir esse objetivo.

Então, obrigada, mais uma vez, a todos e a todas.

Cumprida a finalidade desta audiência pública, se ninguém tiver mais nada a dizer, eu declaro encerrada esta reunião.

Muito, muito obrigada. Gratidão a todos e a todas vocês. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezessete minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima e da vigésima primeira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 270, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Sergio Moro (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Sergio Moro como relator "ad hoc". Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 2 - Sugestão n° 24, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão Legislativa. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição da sugestão. ITEM 3 - Sugestão n° 2, de 2022 - Não Terminativo - que: ""Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2239, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH e Emenda n° 4-CDH, rejeição da Emenda nº 3, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2621, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Plínio Valério. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5172, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2880, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 197, de 2024 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1179, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/14

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Vamos começar a nossa reunião. Nós não temos quórum ainda para votação, mas nós estamos recebendo hoje a visita dos nossos indígenas que querem entregar a esta Comissão uma demanda. Eles já estiveram com a nossa equipe ontem.

Então nós vamos começar a nossa reunião invertendo. Nós vamos, com muita alegria, receber uma das lideranças do grupo que está aqui e que vai nos entregar uma denúncia. E, no final, nós já temos, inclusive, na leitura dos expedientes, um encaminhamento da demanda que está sendo trazida pela comunidade.

Eu gostaria de saber quem é o líder que gostaria... (*Pausa.*)

Por favor, líder, venha até aqui. Seja muito bem-vindo.

Estou declarando aberta... (*Pausa.*)

Declaro aberta a reunião.

Líder, eu vou fazer algo diferente. Eu preciso que o senhor sente ali, o senhor vai poder usar o microfone, esta Comissão também é de vocês.

Por favor, alguém da Secretaria o ajude.

Ele quer usar a fala e vai fazer a entrega de um documento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto ele se aproxima, o documento que eles vão entregar – ele vai falar daqui a pouco – solicita a visita desta Comissão ao território do povo caiapó para verificar a situação de vulnerabilidade vivida por esse povo em razão de reiteradas violações de seus direitos humanos.

Nós recebemos ontem essa solicitação, mas eles fizeram questão de vir à reunião para entregar pessoalmente a solicitação.

Para quem está nos acompanhando, o povo caiapó é um povo do Estado do Pará, é um dos povos mais lindos do Brasil, é um povo guerreiro, é um povo extraordinário. E esta Comissão tem muito respeito por essa comunidade.

Então nós vamos conceder a palavra, até nós chegarmos ao nosso quórum para começar o início de votação... Nós vamos conceder a palavra...

Eu gostaria que o senhor se identificasse, dissesse quem era o senhor, a sua liderança, apresentasse seu povo e, em no máximo cinco minutos, apresentasse sua solicitação. Tudo bem?

O SR. PUCATILI KAYAPÓ – Bom dia a todos.

Eu me chamo Pucatili Kayapó, líder indígena caiapó do Estado do Pará.

Eu aqui, em nome do meu povo caiapó, venho trazer as nossas demandas para que vocês possam nos ajudar.

Eu estou com 45 caciques, cada um deles representa sua aldeia.

Eu estou aqui com documentos para entregar para vocês, para que vocês venham colaborar com a gente, ajudar as nossas demandas, porque nós temos muita dificuldade. Eu sei que muitos recursos vão com o nome do nosso povo caiapó, mas não chegam aonde estamos nós. Enfim, nós resolvemos trazer essa nossa reivindicação para vocês.

Ontem, um dos meus parentes, representante paliteira juntamente com parente, ontem eles estiveram aqui com vocês, trazendo as demandas nossas, apresentaram nossas demandas para vocês. E hoje estamos aqui reforçando o que eles disseram ontem. Eu estou aqui com o documento, tá? Eu sou representante da aldeia maior central Gorotire, uma das uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores aldeias-mãe dentro da nossa Terra Indígena Kayapó, no Estado do Pará. Eu me chamo Pucatili Kayapó, novo líder da nação caiapó, da Terra Indígena Kayapó, do sul do Pará.

Muito obrigado a todos

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Líder, é uma alegria recebê-lo.

Você pode dizer para nós – o Brasil todo está assistindo agora – qual é o número de indígenas caiapós que nós temos hoje?

O SR. PUCATILI KAYAPÓ – Segundo contagem do IBGE, estamos em torno de 6 mil ou 7 mil caiapós, na nossa Terra Indígena Kayapó, no Estado do Pará.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Líder, seja bem-vindo. Todos vocês, todos os caciques, nosso respeito a essas lideranças, em especial... Eu tenho um amor muito grande pela comunidade. Eu era muito amiga do nosso líder Akyaboro. Morro de saudades dele, deixou um legado, deixou uma história e eu tenho muito respeito.

Nós vamos receber a solicitação dos senhores e nós vamos dar encaminhamento. Parece-me que o primeiro pedido dos senhores é uma diligência da Comissão até a área. Nós vamos, junto com os Senadores, discutir essa solicitação e ainda esta semana nós daremos uma resposta aos senhores.

Obrigada por terem vindo a esta Comissão. A todos os caciques, nosso respeito. Esta Comissão é a Comissão dos senhores. Sempre que precisarem, poderão vir a esta Comissão trazer as reivindicações, trazer os pedidos. Sempre que puderem, venham também trazer a alegria e a força desse povo; venham também nos abraçar. Todo o respeito da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

E há um pedido aqui que vocês, neste momento, em três minutos, entoassem uma canção, em pé, para alegrarem esta Comissão até os nossos Senadores chegarem. Tudo bem, líder?

O SR. PUCATILI KAYAPÓ – Tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se execução musical.) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos fazer a inversão da pauta. Há um requerimento de inversão da pauta.

Os Senadores que concordam ficam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3 da pauta. (*Pausa.*)

O item 3 da pauta, não terminativo, já foi lido. Foi pedida vista coletiva, o prazo de vista já foi vencido e nenhuma alteração foi apresentada.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

"*Proíbe as escolas de exigirem de crianças comprovante de vacina covid-19*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

- Em 09 e 30 de abril, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

- Vista coletiva concedida em 07/05/2025.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1179, DE 2024

- Não terminativo -

Institui diretrizes, estratégias e ações para o programa de atenção e orientação às mães atípicas – Cuidando de quem Cuida.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CAS em deliberação terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Vista coletiva concedida em 07/05/2025.*

Em 7 de maio, o relatório foi lido e, em seguida, foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH.

Com certeza, a Senadora Mara, que está *online* do outro lado, neste momento, está vibrando de alegria.

Aprovado o Projeto de Lei 1.179, de autoria do Senador Romário, e relatoria da Senadora Mara. Ele segue agora para outra Comissão, lembrando que é o programa Cuidando de Quem Cuida, o sonho das mães atípicas no Brasil.

Se ainda tiver alguma adequação a ser feita nessa matéria, ela será feita na próxima Comissão, mas estamos entregando hoje... A Comissão de Direitos Humanos hoje entrega uma grande matéria aprovada para o Brasil, para as mães atípicas, lembrando que nenhuma de vocês ficará para trás. (*Pausa.*)

Nós temos dois relatórios do Senador Girão, que é o item 2 e o item 1 da pauta.

O Senador Girão está vindo para a Comissão.

Nós vamos suspender a Comissão por... (*Pausa.*)

A Senadora Mara quer falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a fala da Senadora Mara, nós vamos suspender a reunião por dois, três minutos até o Senador Girão chegar ao plenário.

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Damares, bom dia a todos os presentes.

Só estou passando aqui para comemorar este projeto Cuidando de Quem Cuida, lembrando a todos nós, a todos que estão assistindo, que é um projeto que diz respeito a todo cidadão brasileiro. Todo dia tem alguém que precisa ser cuidado, e, em um dia, esse alguém pode ser a gente.

Então, estou muito feliz, parabenizando de novo o Senador Romário e quero parabenizar, Damares, em seu nome, nossa Presidente, os nossos trabalhos aqui da CDH, que estão fluindo e a gente está chegando a lugares tão delicados, que tanto precisam do nosso olhar e da nossa empatia. Só estou passando aqui para te dar um beijo, deixar um beijo para todo mundo, inclusive para a Secretaria da Comissão, por essa conquista e por tantas outras que a gente vem conseguindo.

Parabéns, Presidente!

Um beijo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Mara, parabéns você por ter trabalhado essa matéria!

As mães atípicas estão acompanhando esta audiência, essa sessão. Parabéns! Que Deus te abençoe. E a gente vai trabalhar muito para que, na próxima Comissão – ela está indo para a CAS, a próxima Comissão –, a gente também trabalhe para que ela seja pautada o mais rápido possível.

Já vamos falar com o Presidente da Comissão para já nomear um Relator, uma Relatora – inclusive, eu me candidato para relatar essa matéria na próxima Comissão –, e a gente fazer essa entrega, Mara. Quem cuida está precisando ser cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero agradecer à equipe de Governo, porque havia algumas dúvidas – acho que da parte do Governo – para a adequação, mas eles, com certeza, apresentarão as adequações na próxima reunião.

Item 2 da pauta.

O Senador Girão não chegou? Ele está chegando? (*Pausa.*)

Eu não vou poder esperar dez minutos. Vou nomear *ad hoc* para ler o item 2 da pauta... (*Pausa.*)

O item 1. Vou nomear *ad hoc* para ler o item 1 da pauta, o projeto de lei.

Senador Moro, poderia ler o item 1 da pauta, que é o Projeto de Lei 270?

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2020

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *ad hoc*: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CE.

É uma matéria necessária, é um projeto de lei de 2020. As famílias que têm crianças que estão se automutilando, se suicidando precisam dessa notificação ao Conselho Tutelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do projeto: Deputada Federal, Rejane Dias; Relatoria: Senador Eduardo Girão, favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Moro para fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Então, cumprimento a Presidente, Senadora Damares Alves, o Senador Zequinha Marinho, aqui presentes.

Relatório.

Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 270, de 2020, de autoria da Deputada Rejane Dias.

Passo direto à análise, Presidente.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado, cabe à CDH opinar sobre matéria relacionada à proteção à infância e à juventude, o que torna regimental esta análise.

A análise do mérito do Projeto de Lei nº 270, de 2020, indica que a proposta busca fortalecer a rede de proteção à infância e adolescência, ao tornar compulsória a notificação de casos de violência envolvendo automutilação e suicídio nos ambientes escolares. Essa medida está em consonância com o princípio constitucional da proteção integral à criança e ao adolescente, previsto no art. 227 da Constituição Federal.

A proposição é juridicamente adequada, uma vez que não inova de maneira incompatível com o ordenamento vigente, mas amplia a aplicação de dispositivos já existentes, ao incluir os estabelecimentos de ensino como atores essenciais na detecção precoce e na resposta a situações de automutilação e tentativas de suicídio.

Do ponto de vista social, o projeto responde a uma necessidade urgente de ampliar o engajamento das instituições educacionais na promoção da saúde mental dos estudantes. Dados da OMS indicam que o suicídio é uma das principais causas de morte entre jovens, e o Brasil não está imune a esse problema.

Segundo um estudo desenvolvido pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com pesquisadores de Harvard, a taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suicídio entre jovens cresceu 6% ao ano no Brasil, entre 2011 e 2022. Já as taxas de notificações por autolesões na faixa etária de 10 a 24 anos aumentaram 29% a cada ano nesse mesmo período. O número foi maior que na população em geral, cuja taxa de suicídio teve crescimento médio de 3,7% ao ano e a de autolesão, 21% ao ano, neste mesmo período.

O ambiente escolar, por ser um espaço de socialização, desempenha um papel importantíssimo na identificação de sinais de alerta e na prevenção de comportamentos de risco.

Portanto, as alterações promovidas pelo PL permitirão uma articulação interinstitucional, mobilizando não apenas o sistema educacional, mas também os serviços de assistência social, saúde e proteção à infância e adolescência, possibilitando uma resposta coordenada e com potencial efetividade frente a esses episódios.

Voto.

O relatório foi muito bem-feito pelo Senador Eduardo Girão, substituindo aqui *ad hoc*.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 270, de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Senador Moro, antes de ir para o próximo item da pauta, eu preciso falar do trabalho do Senador Girão nessa matéria.

Em 2019, os senhores aprovaram, aqui na Casa – eu era Ministra –, a lei que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, que é a Lei 13.819, de 2019. Trabalhamos muito isso juntos lá no Governo – o senhor lembra –, quando éramos Ministros: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor muito preocupado com o suicídio na Polícia Rodoviária Federal, entre os policiais, e eu trabalhando o tema com relação à infância.

E a lei fala da notificação. A escola precisa notificar quando as crianças estão se automutilando ou quando têm comportamento suicida. A notificação tem que ser compulsória. E isso está estabelecido já na lei. Então, o Girão veio para aperfeiçoar.

Nossas crianças estão se machucando, Senadores. É um tema que eu e o Senador Girão trabalhamos muito antes de sermos Senadores. Nós somos fundadores do movimento Brasil sem Dor.

Nossas crianças estão em processo de dor e sofrimento. Nós já temos registro de crianças de seis anos, sete anos, oito anos se suicidando no Brasil – está no Datasus. O número de crianças, adolescentes e jovens que estão se automutilando no Brasil é impressionante – é impressionante. E, quando a gente pergunta a esses meninos, Senador Moro, do Amapá ao Rio Grande do Sul – essa é uma pauta com que eu lido com muito zelo, e eu vou falar com as famílias, eu faço palestra sobre isso –, quando a gente pergunta aos adolescentes por que estão se cortando, é a resposta em todos os lugares: dor na alma. Eles precisam machucar o corpo para aliviar a dor na alma. E os meninos agora, Senador Zequinha, não estão cortando só o braço. Como nós estamos falando muito do tema a partir de 2019, o tema veio muito à tona, e as escolas trabalhando, e todo mundo falando sobre o tema, e as instituições.

Então, para que os pais não vejam as cicatrizes e os cortes, infelizmente – quem é pai ou mãe e que está aqui no plenário? –, os meninos estão amarrando objetos em linha e em cordão, eles estão engolindo e eles puxam a linha e o cordão para rasgar o estômago e o esôfago por dentro, porque o pai e a mãe não vão ver a cicatriz. As meninas estão se automutilando dentro da vagina, elas estão se automutilando no colo do útero, porque, se a mãe vir um sangramento, se o pai vir, vão achar que elas estão no período menstrual. Os meninos estão se autoferindo em virilhas. A situação é gravíssima.

E a gente tem também, hoje, os criminosos nas redes sociais ensinando como se automutilar. Os vídeos são terríveis, ensinando nossas crianças como se suicidarem. Tem até animação. Tem até vídeos simulando o enforcamento, para que as crianças se enforquem. A situação é gravíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que os professores já estão com muitas atribuições, mas é na escola, no banheiro das escolas, que eles estão se automutilando. E a escola agora, com esse projeto de lei, com o Girão trazendo aqui um aperfeiçoamento à lei que institui o programa nacional, vai vir para essa luta, notificando compulsoriamente.

Senador Zequinha, o suicídio já é a segunda causa de morte entre adolescentes no Brasil, lamentavelmente. Nossos meninos e meninas estão tirando a vida. E a gente vai ter que falar sobre isso. Nós vamos ter que nos encontrar como Parlamento. É dinheiro que nós vamos precisar colocar mais no Ministério da Saúde? Bora! É equipar mais o Ministério da Saúde nessa área? Bora! Mas a gente não pode mais fechar os olhos.

Eu vou dizer uma coisa: eu sou Senadora, mas fui assessora e sou amiga de todos os assessores da Casa. É no meu gabinete que os assessores batem pedindo socorro, assessores que estão aqui trabalhando durante o dia e seus filhos estão em casa se cortando. Nós temos colegas assessores que já chegaram em casa e sua filha de 12 anos e o menino de 13 anos estavam enforcados. São muitos assessores, aqui dentro, que passam esse problema em casa. Lamento dizer que filhos de Senadores, no cantinho, ali, encontram em mim essa luta, essa pastora, essa mãe, no cantinho. Alguns Senadores conversam comigo, netos, filhos, sobrinhos.

O Brasil está doente. Nossas crianças estão doentes.

Eu precisava de que essa matéria fosse votada hoje. E nós vamos trabalhar para ela passar nas próximas Comissões.

Parabéns ao Senador Girão pela sensibilidade.

E eu quero também registrar cumprimentos à autoria do projeto. Parabéns!

Nós ficamos muito felizes em ver essa matéria, que veio lá da Câmara. Se não me engano, é da Deputada Rejane Dias, grande Deputada Rejane Dias, por quem eu tenho muito carinho.

Parabéns à Deputada Rejane e ao Senador Girão.

E eu quero dizer a todos vocês que estão no auditório, que são pais, que são mães: prestem atenção. Cuidado com aqueles com quem seus filhos estão falando. Eu tenho recebido muitas reclamações de grupos de WhatsApp, de aplicativos de mensagens. Eu tive acesso a 72

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupos de WhatsApp com o nome Anjo Caído. Quando eu entrava nesses grupos, durante uma CPI que aconteceu nesta Casa, em 2018, tinham 100, 200 meninos trocando imagens de automutilação. E quando um deles se matava e, às vezes, transmitia para o grupo do WhatsApp, todos diziam: "mais um anjo". Eles se chamam de anjos, lamentavelmente.

A gente precisa dar atenção a esse tema.

Esta Comissão deu um passo importante nesta manhã.

Obrigada, Senadores. No meio de tanta confusão em que está o Brasil, esta Comissão para, com tanta sensibilidade, para cuidar de nossos meninos e meninas. Obrigada, Senador Girão. Obrigada, Senador Zequinha.

O Senador Girão está vindo. Eu vou para aquele momento da Comissão que é supercansativo, que é a leitura dos expedientes. Até o final da leitura dos expedientes, se o Senador Girão chegar, nós vamos colocar em votação o item 2 da pauta, que não tem nenhuma polêmica, Senadores, que é para proibir programas policiais sensacionalistas de serem exibidos pela televisão aberta. O relatório do Senador Girão é pela rejeição. Acho que não há nenhuma polêmica. (*Pausa.*)

O Senador Girão pediu para não fazer *ad hoc*. Se ele chegar até o final do Expediente, a gente coloca.

Os demais Senadores sabem que esse é o momento, assim, mais demorado da reunião. Fiquem à vontade. Vou ler os expedientes e os encaminhamentos.

Informe nº 130, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, que encaminha a nota técnica de análise da relevância e pertinência de implementação de sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura, à luz da garantia do direito à existência digna e em acordo às normas de direito internacional a que o Brasil se obrigou a respeitar.

Encaminhamento: acusar recebimento e agradecer pelas informações.

Informe nº 132, do Departamento de Cooperação Internacional e Integração Europeia - Secretariado do Parlamento Ucraniano Comissário para os Direitos Humanos, que encaminha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um documento breve sobre os últimos ataques à Ucrânia do Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos.

Encaminhamento: acusar recebimento e agradecer pelas informações. Que Deus tenha piedade da Ucrânia.

Das Câmaras Municipais de Alta Floresta, em Mato Grosso, e de Sabino, São Paulo: moção de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo 3, de 2025, que susta os efeitos da Resolução 258, de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e ao PL 1.904, de 2024, que visa impedir que o aborto seja reconhecido como direito.

Encaminhamento: acusar recebimento e agradecer pelas informações.

Eu vou ler o último informe. Antes das denúncias, eu passo a palavra ao Senador Girão.

Informe da Câmara Municipal de Jundiaí: moção de apoio ao Projeto de Lei 374, de 2025, que dispõe sobre incentivo à pesquisa das causas do transtorno do espectro autista, institui parcerias público-privadas, cria o Prêmio Nacional de Pesquisa sobre Autismo, estabelece benefícios fiscais para empresas e instituições que investirem em estudos na área, concede bolsas de estudo para alunos de alto desempenho e autoriza a criação de ação orçamentária específica.

Encaminhamento: acusar recebimento e agradecer pelas informações. Encaminhar ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara, para conhecimento.

Li os informes. O próximo passo é ler as denúncias, mas eu vou voltar à pauta para o Senador Girão ler o voto dele, não sem antes, Senador Girão, chamar a atenção dos senhores nos informes que nós estamos recebendo muitas manifestações de câmaras de vereadores, muitas, contra o decreto do Conanda que autoriza o aborto em qualquer estágio gestacional. Então nós vamos fazer, inclusive, no final do mês, um levantamento de quantas manifestações estão chegando. O povo está pedindo aos Vereadores que façam as manifestações, e elas estão chegando aqui. A sociedade está se manifestando com relação a esta decisão que o Conanda tem apoiado. E o Conselho Federal de Medicina é contra o aborto em qualquer estágio gestacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, nós vamos voltar ao item 2 da pauta, não sem antes dizer que nós aprovamos que ele seja o nº 1 da pauta, porque a gente precisava, e eu sei que o senhor liberou a leitura *ad hoc*, o Senador Moro leu, e nós fizemos aqui o reconhecimento do seu trabalho. Falamos, inclusive, da sua luta muito antes de ser Senador, formando, no país, junto comigo e mais um grupo de amigos, o movimento Brasil Sem Dor.

Parabéns, Senador Girão, demos um passo importantíssimo hoje na proteção das crianças, na prevenção do suicídio e da automutilação. Uma matéria que veio da Câmara, e o senhor entregou um relatório perfeito. Parabéns.

Vamos para o item 2 da pauta.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 24, DE 2020

- Não terminativo -

"*Proibir programas policiais (sensacionalistas) de serem exibidos pela televisão aberta*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição da Sugestão Legislativa.

Observações:

Tramitação: CDH.

Retirado de pauta no dia 07/05/2025.

Ele já foi retirado da pauta no dia 07/05 e volta para a pauta hoje.

Concedo a palavra ao Senador Girão para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Minha querida Senadora Damares, paz e bem, meu irmão Senador Sergio Moro, muito obrigado por ter lido o nosso relatório *ad hoc*.

Vou agora passar aqui ao parecer de um assunto que me toca profundamente a alma: essa questão de violência em programas policiais. Tenho uma posição formada sobre isso.

Tive a oportunidade de ser um dos fundadores da Agência da Boa Notícia, que é um antídoto para esse tipo de situação, a cultura da paz, a cultura da tolerância. É isso que nós temos que estar incentivando, e não violência.

Quero parabenizar a iniciativa que nós tivemos do e-Cidadania desse projeto. O mérito dele, em termos de mensagem, de sinalização para a sociedade, é muito importante, mas a gente tem que obedecer a questão da constitucionalidade.

A partir dessa iniciativa popular, já estou entrando, Senadora Damares, na semana que vem, com projeto no sentido de regulamentar horários, delimitar horários para esse tipo de programa.

Olha só como é importante essa participação da população com os Senadores aqui.

Mas, antes de ler o relatório, Senadora Damares, sobre essa questão do aborto, que é outro assunto que nos toca bastante há muitos anos, tem aqui aprovado já na Comissão, desde o Presidente anterior – e eu pedi muito para que fosse pautado, para que a gente tivesse essa audiência, mas foi deixado para depois, assim como as visitas aos presos políticos... E eu quero tocar nesse assunto antes do final dessa reunião. Nós estivemos na Argentina, já que, no Brasil, não fomos autorizados a visitar, e a Justiça argentina autorizou, mas aconteceram entreveros que a gente precisa aqui... Eu sei que nós vamos ter um relatório que será lido e aprovado na próxima semana sobre essa viagem que fizemos eu, a senhora e o Senador Magno Malta...

Eu queria dizer que tem audiência pública e pedir para a senhora tentar fazê-la o mais rápido possível – se puder ser na próxima semana, eu agradeço –, porque tem uma sobre a assistolia fetal, que é praticamente a autorização para matar, de forma cruel, o que nem em animais é permitido. O Ministro Alexandre de Moraes sustou uma resolução do Conselho Federal de Medicina, integrado por milhares de médicos que, embasados na ciência, mostraram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aquilo não acontece em nenhum lugar do mundo mais. E o Brasil permite isso por uma decisão de um único Ministro, desfazendo uma decisão do Conselho Federal de Medicina. Então, nós temos que fazer uma audiência pública sobre isso. O Dr. Raphael Câmara, do Conselho Federal de Medicina, que é o Relator, se colocou à disposição para vir, na semana que vem, e eu acho que a gente poderia fazer...

Eu estou entrando também com outro, Senadora Damares, exatamente sobre o Conanda, para a gente fazer uma audiência pública sobre essa resolução recente.

Então, é fundamental que nós possamos tratar desse assunto do aborto, porque não diz absolutamente nada de questão religiosa; é uma questão de ciência, de estatísticas sociais, de direitos humanos de verdade. E o mundo já está entendendo, tanto que os Estados Unidos, que legalizaram há 50 anos, já começaram a voltar atrás há dois anos, colocando para os estados, e os estados proibindo, com a lei do *heart beating*, lei do coração batendo, que, com 18 dias da concepção, é um grãozinho de areia, um grãozinho de feijão – um grãozinho de feijão. Já tem um coração batendo ali, então, a gente tem que respeitar.

Eu vou passar aqui para o parecer.

Eu peço para ir direto à análise. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal e será encaminhada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 24, de 2020.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar. Caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria, e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das Comissões pertinentes.

A sugestão tem o nobre propósito de proteger crianças e adolescentes de conteúdos inadequados exibidos na TV aberta, protegendo-os da exposição a conteúdos potencialmente nocivos à sua formação.

A preocupação com o impacto desses conteúdos na saúde mental e no desenvolvimento de jovens é legítima – atenção: é legítima – e encontra respaldo em diversas pesquisas científicas. Estudos conduzidos por instituições como a Organização Mundial da Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) indicam que a exposição constante a cenas de violência, especialmente na infância e adolescência, pode provocar efeitos como ansiedade, distúrbios do sono, medo excessivo, comportamentos agressivos e um processo de dessensibilização frente à violência real.

Dados do Instituto Alana e da Sociedade Brasileira de Pediatria apontam que crianças expostas a conteúdos violentos, inclusive jornalísticos, têm maior propensão a normalizar comportamentos agressivos e a desenvolver uma percepção distorcida – atenção: distorcida – de segurança pública e convivência social. É um estrago o que acontece com esses programas policiais na nossa sociedade.

Além disso, programas sensacionalistas, muitas vezes embalados como entretenimento – é o mundo cão, é o chamado mundo cão – tendem a reforçar estigmas e fomentar um ambiente de medo, impactando diretamente o bem-estar psíquico da população infantojuvenil.

Entretanto, concordo que o mecanismo pretendido, qual seja a proibição de exibição de determinados conteúdos em horários específicos, entra em conflito com um dos valores supremos da democracia, a plena liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. E, como Parlamentar comprometido com o Estado democrático de direito e defensor das liberdades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

civis, não posso apoiar qualquer medida que implique censura prévia ou intervenção estatal no conteúdo editorial de meios de comunicação.

Senadora Damares, é uma questão de coerência, embora esse assunto mereça projetos... Eu estou entrando com projetos nesse sentido, para pelo menos colocar para a madrugada esse tipo de problema.

Quando eu era pequeno, até a adolescência, tinha um programa no Ceará chamado Mão Branca. Esse programa era do mundo, retratava o mundo cão; tinha imagens fortes, esfaqueamento, aquela coisa de sangue mesmo, mostrando sangue. E aquilo era colocado no horário de 1h da manhã, um horário assim, de madrugada, de 1h às 3h da manhã, um horário em que as crianças não tinham acesso; não tinha como, tinha-se que ir para a escola e tudo. E hoje em dia está banalizado. Na hora do almoço, você está vendo aquilo. Você tem até problema de indigestão, né? É como se você estivesse espremendo o jornal e saindo sangue. É o que falam lá no Ceará: é a galinha à cabidela. Na hora do almoço, os corpos totalmente expostos, a banalização da violência.

Então, assim, eu estou entrando com um projeto nesse sentido e quero parabenizar essa iniciativa popular, que reuniu mais de 4 mil assinaturas eletrônicas aqui.

Mas, por respeitar a Constituição, por respeitar a liberdade de expressão, não tenho como aprovar aqui, no meu relatório, esse projeto. Então, o que eu queria colocar é que isso não significa que inexistam meios legais para...

Só um detalhe aqui, importante, do que eu falei há pouco tempo: permitir que o Estado defina que determinados conteúdos podem e que outros não podem ser exibidos abala o núcleo mais essencial da democracia. Por essa razão, nossa Constituição estabeleceu de forma inequívoca que “é livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Ou seja, a norma constitucional limita a ação estatal, impedindo que restrinja de qualquer forma, ou mesmo que exija autorizações, para essas atividades.

Isso não significa que inexistam meios legais para proteger crianças e adolescentes de conteúdos violentos ou outros inadequados à sua idade. A própria Constituição determinou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a União deve, abro aspas, "exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão", permitindo que as famílias selecionem que tipo de material será acessado por seus filhos.

Para tornar ainda mais simples e efetivo esse controle parental, a Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, determina que os aparelhos de televisão disporão de dispositivo capaz de bloquear a recepção de programas com conteúdo impróprio para menores. Pouca gente sabe disso. Assim, a legislação nacional buscou equacionar o equilíbrio entre a proteção a crianças e adolescentes e a liberdade de expressão. Esse balanceamento foi especificamente apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.404, na qual ficou decidido que é o sistema de classificação indicativa esse ponto de equilíbrio tênue e, ao mesmo tempo, tenso, adotado pela Carta da República para compatibilizar esses dois axiomas, velando pela integridade das crianças e dos adolescentes, sem deixar de lado a preocupação com a garantia de liberdade de expressão. Olha aqui, o STF falando de liberdade de expressão. Além disso, o STF determinou que a União não tem poderes para determinar que a exibição da programação somente se dê nos horários determinados.

Então, Senadora Damares, hoje em dia, o que me preocupa muito também é o vício em pornografia. Esse é um assunto que nós já discutimos aqui no Senado, eu fiz uma audiência pública, trouxe instituições para cá, antes de a senhora chegar aqui ao Senado, no seu mandato, e foi muito impactante. Bilhões de pessoas que estão como zumbis nisso aí, sendo sugados por isso, perdendo famílias, acabando o casamento, no vício em pornografia. Essa coisa no Brasil precisa ser regulamentada, essa exposição, essa incitação à pornografia. É outra coisa que a gente precisa ter atenção também, assim como programas de violência, nossas crianças sendo estimuladas a certas situações de cunho sexual.

Entretanto, é igualmente evidente que o sistema atual de classificação indicativa pode e deve ser aperfeiçoado. O próprio STF reconheceu que o equilíbrio entre os direitos fundamentais deve ser dinâmico e contínuo. É urgente repensar a forma como a classificação é aplicada a programas jornalísticos, que, embora informativos, exploram a violência de maneira apelativa e sensacionalista, muitas vezes sem o devido cuidado com o público mais vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, por essa razão, deixo registrada minha firme intenção de trabalhar na construção de um projeto de lei que não afronte a Constituição, mas que permita maior rigor e eficácia na proteção de crianças e adolescentes contra a exposição a conteúdos violentos e inadequados, inclusive no campo jornalístico.

Esse novo marco legal poderá propor ajustes na metodologia de classificação, tornar obrigatórios avisos mais claros sobre o teor dos programas e incentivar práticas de autorregulamentação e responsabilidade editorial, tudo dentro do marco constitucional e com o devido respeito à liberdade de imprensa.

Pelo exposto, entendo que a sugestão, na forma apresentada, apresenta esse conflito insolúvel com a liberdade de expressão constitucionalmente assegurada, mas entendo, também, que proteger a infância não é tarefa que se opõe à democracia, muito pelo contrário, é um dos seus fundamentos. É plenamente possível e necessário assegurar a saúde mental de nossas crianças sem que isso implique o retorno de qualquer forma de censura. E, por esse motivo, reafirmo o meu compromisso em buscar uma forma alternativa de proteger nossas crianças e adolescentes de exposição a conteúdos inadequados.

Inclusive, nessa questão, além dos programas de violência no mundo cão, sensacionalista, também da questão da sensualidade, nós estamos entrando com o projeto nesse sentido para a gente ter esse respeito.

Então, nos termos, entendo que a Sugestão nº 24, de 2020, não deve ser convertida em proposição legislativa.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição da Sugestão nº 24, de 2020.

Muito obrigado, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

Senador Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente.

Só quero elogiar aqui o parecer do Senador Eduardo Girão, porque, de fato, nós gostaríamos, como a gente fala, que todo mundo fosse educado, que todo mundo desse bom dia. A gente não pode fazer uma lei obrigando as pessoas a assim agirem.

A gente gostaria que todos os programas de televisão pudessem, vamos dizer assim, não gerar nenhuma espécie de prejuízo à formação cultural e educacional de crianças e adolescentes principalmente. E gostaríamos muitas vezes que alguns programas que pecam pelo excesso do sensacionalismo, principalmente na área da violência, assim não o fizessem, mas, de fato, existe esse bem maior, que é a liberdade de expressão, e a nossa própria Constituição, embora venha sendo desrespeitada recentemente nessa matéria, proíbe a censura prévia.

Então, as ponderações do Senador Girão estão corretas, sem prejuízo de serem tomadas medidas orientativas ou de classificação desses programas. É aquela tentação nesses casos do legislador ou do governante, eu gostaria de poder acolher a proposta, porque eu concordo no mérito, mas nós temos que preservar a liberdade das pessoas.

Então, fica o registro dos elogios ao Senador Girão, que a gente sabe que é uma pessoa muito ligada a esses temas, mas que soube aqui fazer a ponderação correta e preservar a liberdade de informação, a liberdade de expressão e a vedação à censura buscando caminhos alternativos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senadora Damares, rapidamente, pela ordem.

Quero agradecer ao Senador Sergio Moro que, para mim, é uma inspiração também para estar na política. O trabalho que ele fez como juiz, num momento importante do Brasil, me inspirou a entrar na política para que a justiça fosse para todos.

E olha as coincidências, Senadora Damares, estava lembrando aqui ele falando agora, da vida, como o mundo dá voltas. Hoje eu estou ao seu lado, porque eu a conheço há 20 anos, também nessas causas, e estou ao lado do Senador Sergio Moro, que eu nunca imaginaria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaria junto, com pessoas que eu admiro como a senhora e ele, aqui no Senado, servindo, e quando o Senador Sergio Moro foi Ministro da Justiça e da Segurança Pública do Brasil, eu estava entrando no Senado – fui eleito, e ele entrou no Governo anterior, no Governo Bolsonaro –, e aconteceu um fato.

Você não vai se lembrar desse fato, mas eu acho que foi o nosso primeiro contato talvez institucional. A Ludmilla, uma cantora, uma artista brasileira, fez um vídeo, publicou, fazendo alusão, quase que sugerindo, flertando ali com o consumo de droga. Tem uma expressãozinha que você, que é bem legalista sabe.. Ela fez ali...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Apologia?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Apologia! Apologia ao crime.

E eu entrei... Acho que foi uma das minhas primeiras medidas, eu estava naquele período ainda de não ter assumido. A primeira coisa que eu fiz quando assumi – esse foi um fato que repercutiu muito no Brasil –, eu o acionei, e o Senador Sergio Moro teve muito cuidado, na época, com a questão, com o assunto, muito respeito. Viu que era uma coisa que não era saudável para a sociedade, aquele tipo de situação, mas ao mesmo tempo ficou ali restrito pela questão da liberdade de expressão, que ele sempre defendeu. No momento que nós estamos vivendo, ele também tem sido firme com relação a essa questão contra a censura no Brasil e no mundo. Ele teve uma posição ali de muita atenção, fazendo o que podia dentro da lei, mas eu quero lhe agradecer, não tive oportunidade.

Eu não sei exatamente como é que... O senhor fez o trâmite correto para o departamento do ministério, pedindo análise, depois eu recebi. A coisa não foi exatamente como eu queria, mas eu acho que houve algum tipo de contato legal com a pessoa que protagonizou aquele fato ruim.

Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório pela rejeição da sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição.

Senador Girão, eu não posso deixar de registrar o trabalho do e-Cidadania nesta Casa e eu quero cumprimentar o autor da sugestão, porque a gente percebe que ele foi motivado de muita boa intenção. É o Jonas Rafael Rossatto, do Paraná. Ele apresentou a sugestão em 10/06/2020. Lamento que a gente está demorando tanto tempo para ter dado um parecer a essa sugestão dele. Senador Girão, ele teve o apoio de 20... Ele apresenta em 10/06 e, em 26/08, ele consegue o número de 21.480 pessoas apoiando a sugestão dele, o que mostra que muita gente pensa como o Jonas. O Senador também pensa como ele, a gente viu no voto, um voto perfeito. Só não poderia ser essa sugestão, mas há o compromisso do Senador Girão de apresentar um projeto de lei com a essência da sugestão dele.

Parabéns, Jonas!

Eu não sei se a secretaria faz isso, eu nunca perguntei. Depois de votada uma sugestão, o autor é notificado por *e-mail*? Se não, por favor, notifique o Jonas, encaminhe ao Jonas o voto do Senador Girão e esse compromisso de que o Senador Girão vai entrar com um projeto de lei aproveitando a ideia, mas tem aí todas as adequações que não ferem princípios constitucionais como o da liberdade.

Parabéns, Senador Girão. Eu só queria pedir uma coisa. Eu gostaria de assinar junto com o senhor a autoria desse projeto. Por quê? Eu ainda tenho mais quatro anos de mandato, depois. O senhor não vai à reeleição pelo que está dizendo, o que é uma pena, a gente ainda vai tentar fazê-lo mudar de ideia, mas, se o senhor deixar, esse projeto pode ir para um arquivo e eu queria assiná-lo, e a gente garante a tramitação do projeto.

Parabéns pela iniciativa. (*Pausa.*)

Ah, sim, o e-Cidadania notifica o autor. Então, que bom. Parabéns ao e-Cidadania.

Eu quero dizer para a população que está nos assistindo: mande sugestões. As suas sugestões recebem, por esta Comissão, muito respeito. Às vezes, demora um pouquinho porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são muitos projetos de lei, mas a gente recebe as sugestões que vêm pelo e-Cidadania e damos a atenção e o respeito que essas sugestões trazem.

Hoje, por exemplo, aprovamos uma sugestão, sobre a vacina, do Marcio Bittar. Ele deu o voto favorável e já vai se transformar em projeto de lei. Então, parabéns ao Jonas.

Senador Girão e Senador Moro, eu ainda tenho denúncias e encaminhamentos para ler – eu já li os informes –, mas, antes disso, eu quero conceder de novo a palavra ao Senador Girão.

Senador Moro, nós estivemos na Argentina ontem. A gente ainda vai falar muito sobre isso, o relatório vai ser apresentado. Foi uma viagem corrida. O Girão não dormiu duas noites, eu ainda consegui pegar o voo ontem de manhã, consegui dormir, mas nós saímos de lá muito angustiados, Senador Moro.

Nós estamos com cinco brasileiros presos. São brasileiros que já foram condenados aqui pelos atos do 8 de janeiro. E, quando a gente mergulha na história desses cinco, a gente fica extremamente triste, pessoas que nem entraram nos prédios – nos autos está provado isso.

Nós visitamos uma mulher no presídio feminino. Eles agora estão num presídio maior, um presídio com mais estrutura, mas passaram pelos piores cárceres da Argentina. Um deles chegou a ficar 47 dias sem ver a luz do dia porque era uma cela tão pequena, tão escura... Quarenta e sete dias sem ver o sol. Tratados como criminosos.

E aí, Senador Moro, a gente sabe que, num presídio, um estrangeiro já tem tanta dificuldade: a barreira da língua, a barreira cultural, estar longe da família, mas esses cinco agora estão num presídio melhor. Repito: nós estivemos num presídio melhor ontem.

A moça que está lá é uma menina extremamente culta, já morou em outros países. Uma moça muito linda, uma moça extremamente inteligente e que não entrou nos prédios. Ela está em depressão, ela emagreceu mais de 20kg, ela não está bem, e a gente percebe que alguma coisa precisa ser feita. E a família aqui. Uma sobrinha, agora, pediu demissão do emprego e foi para lá para ficar perto dela, para poder visitá-la uma vez por semana, para manter as chamas da esperança acesas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Detalhe: todos eles estavam com a documentação certa e com pedido de asilo, eles estavam com deferimento prévio, e os cinco foram presos quando foram renovar os documentos. É impressionante. Eles estavam cumprindo tudo o que a Argentina pedia para o asilo e, na hora de renovar os documentos – a cada seis meses tem que aparecer para renovar –, foram presos.

Dois deles já estavam abrindo empresas na Argentina. Eram empresários brasileiros que foram para lá e resolveram morar lá, até tudo se decidir e se esclarecer aqui no Brasil. E nós nos encontramos com as famílias dos presos. Nós não falamos com nenhum refugiado ilegal que está lá foragido. Nós falamos só com as famílias dos presos e com esses cinco presos. E foi lamentável o que vimos ontem, Senador. Um dos presos teve rompimento do ligamento do joelho, estava no presídio. Quem é da área do esporte sabe que é uma das piores dores. Ele anda e o joelho faz um barulho estranho e ele grita de dor. Ele precisa de cirurgia, precisa de ressonância, mas o sistema prisional na Argentina é tão caótico como o nosso, com filas enormes. A menina está com câncer. Foram meses para ela conseguir uma mamografia – é câncer de mama. Então essas pessoas estão sofrendo no cárcere, longe da família.

Nós vamos apresentar um relatório e a gente vai precisar rever o que está acontecendo com tanta gente no país. Eu lamento, pois tive que ir à Argentina visitar cinco presos, e os presos brasileiros eu ainda não pude visitar, com requerimento aprovado nesta Comissão por Senadores de todos os partidos, de direita e de esquerda, que entenderam que, no mínimo, uma instância de direitos humanos tinha que ouvi-los, porque ninguém dos direitos humanos os ouviu ainda. Nós aprovamos o requerimento, mas o Ministro Alexandre ainda não autorizou a Comissão a ir. É mais uma afronta do STF ao Legislativo. É uma afronta, uma evidente afronta. Nós estamos aguardando...

No entanto, Senador Moro, coincidentemente, depois que a gente aprovou o requerimento, os mais vulneráveis ele está mandando embora. É para a gente não vê-los no cárcere? Ele mandou embora agora uma senhorinha de 74 anos, que estava presa, doente, em São Paulo. Ele mandou dois indígenas vulneráveis embora. Então ele mandou eu acho que em torno de 20, de 22, os mais vulneráveis dos vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o nosso requerimento – eu quero explicar aos senhores – é para visitar os presos onde eles estiverem: ou domiciliar, ou no regime semiaberto ou no presídio. Essa senhorinha de 74 anos vai receber a visita desta Comissão e nós vamos ouvi-la sobre o que aconteceu com ela. Lembrando que, no 8 de janeiro, também crianças foram presas. Elas não ficaram no cárcere porque o conselho tutelar deste DF, a Secretaria de Justiça deste DF imediatamente interferiu e foi lá onde os presos estavam e retirou todas as crianças. Mas elas ficaram mais de 24 horas presas. Onde vocês já viram no mundo crianças serem presas pela Polícia Federal? No Brasil aconteceu no dia 8 de janeiro.

Senador Girão, se quiser fazer algum comentário.

Depois eu volto para a leitura das denúncias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Olha, Senadora Damares, a senhora foi impecável no seu reporte aí, na sua fala do que aconteceu lá na Argentina. Eu voltei muito impactado. Conversei até com o Senador Sergio Moro para saber o que a gente pode fazer. Eu acho que temos que voltar lá. Eu tenho o dever de voltar. Vou convidar o Senador Sergio Moro, vou convidar outros Senadores que não puderam ir e Deputados Federais, porque o caso é gravíssimo.

E teve um detalhe, Senador Sergio Moro, que muito me impactou. Não sei se é o nível de aparelhamento que se chegou nas instituições, mas nós saímos aqui do Brasil com tudo autorizado para visitar; as autoridades argentinas, a Justiça autorizando a visita, tudo.

Tivemos uma reunião com o Governo antes, o Governo Milei...

Estava lá o Diretor Nacional de Migração, muito sério, muito institucional; estava lá o equivalente ao ministro das Relações... Ministro de...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Justiça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, de Interior...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que cuida dessa parte penitenciária e tudo... Refugiados. O Conare.

E a gente teve uma reunião bacana, porque o Governo Milei sabe o que está acontecendo no Brasil. Tem consciência do que está acontecendo no Brasil, a perseguição política daqui, mas a lei tem que ser obedecida, tem que ter os procedimentos.

Esses brasileiros entraram com refúgio, fizeram o procedimento correto, estavam esperando documentação, num país diferente... Inclusive, estava frio lá. E vai ficar mais ainda.

Então, o que é que aconteceu, Senador Sergio Moro? E eu me surpreendi com isso...

À tarde, nós fomos visitar as penitenciárias, a feminina e a masculina. Quando a gente chegou primeiro à feminina, em que o caso é desesperador, de uma brasileira, a Ana Paula, doente, com câncer, como também problema de doença autoimune, numa depressão profunda...

Quando a gente chega lá, à penitenciária, está lá o nosso nome na entrada, o papel oficial: "O Senador Eduardo Girão, o Senador Magno Malta, a Senadora Damares". "Autorizados pela...". Chancelaria que se chama, né? Aí, tudo autorizado.

A gente chega dez minutos antes da hora. Estava marcado para 2h o início, e a gente chega dez para as 2. E a gente teve até essa preocupação. Porque é longe, né? Não é em Buenos Aires. É ali, um pouco mais afastado. Perto do Aeroporto Ezeiza.

Sabe o que foi que aconteceu, Senador Sergio Moro? E o senhor, que é um homem que respeita a Justiça, que é um defensor... Eles criaram todo tipo de filigrana para atrasar nossa visita.

A gente foi falar com uma pessoa, a pessoa foi lá, anotou na agenda tudo, nome, tudo, o negócio do celular, tudo, pá-pá-pá, e a gente sentado... E aí...

Isso aí foi passando: 2h30, 3h da tarde... Chá de cadeira. O tradicional chá de cadeira.

E, aí, aos 47 minutos do segundo tempo, quando já estava... "Olha, e não vai dar tempo de a gente ir à outra" – porque ainda tinha que ir a um outro. Era até 4h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eles disseram: "Não... O Senador Magno Malta pode entrar. A Senadora Damares e o Senador Girão não podem". A Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Aí, eu: "Mas vem cá: o que foi que aconteceu? Meu passaporte diplomático está aqui, o passaporte da Senadora está aqui...". Ele disse: "Não. Tem que ter a identidade funcional do Senado".

Você sabe aquele documento que a gente recebe na posse? Que tem dizendo que a gente é Senador... Não é piada não. É verdade! Eu nunca usei na minha vida aquilo, porque aquilo eu recebi... Lá em casa até está nas gavetas lá, como diz o... Eu nunca usei!

Rapaz, você acredita...

A Damares, que tem tudo na bolsa dela, que ela é...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bolsa de mulher.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bolsa de mulher não é brincadeira: sai de lá bola de basquete, puxa tudo de dentro.

Estava lá.

Aí, acho que ela foi buscar no carro – isso, mais tempo perdendo –, e o Magno Malta, que não tinha levado o passaporte... Ele tinha esquecido o passaporte, mas levou essa identidade funcional – que a gente achava que iria dar problema pra ele...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sei...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e ele conseguiu entrar.

A Damares, depois, conseguiu entrar, e eu não consegui entrar.

E eu mostrei: "Mas está aqui a autorização de vocês, meu nome está aqui. Entra no *site* do Senado e você vai ver que eu estou em exercício. Está aqui me passaporte diplomático".

Meu passaporte diplomático tem falado o exercício do mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapaz, não me deixaram entrar, você acredita nisso?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prove que você é Girão. Ele mostrava o passaporte, "Eu sou o Girão". Não, a prova é a carteirinha do Senado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Resultado: eu não entrei para visitar, isso não é por acaso. Além da questão de alguma orientação mais acima para dar uma travada, e eu entendi por quê. Enquanto eles estavam lá conversando com os brasileiros, eu fiquei lá fora, na sala de espera onde fica todo mundo que vai visitar as autoridades, onde ficam os próprios oficiais. Tudo quebrado, Senador Sergio Moro. Dois anos de vencido o extintor de incêndio daquela sala, que é uma das melhores salas. As janelas quebradas, chuva molha tudo, quebradas as janelas. Você vê que é um negócio... Aí eu perguntei para a Senadora Damares, quando ela saiu com o Senador Magno Malta: "E aí, como é que estava a cela?". Não a levaram nem ao Senador Magno Malta para visitar a cela, para visitar o local onde eles dormem, para ver as condições sanitárias. Aí eu entendi essa burocracia para travar.

Então, Senadora Damares, o relatório nós vamos aprovar aqui, eu tenho certeza, por unanimidade, encaminhar às autoridades competentes, Governo americano e fora do Brasil também, acho que isso aqui nós temos que levar às instituições de direitos humanos do mundo, mas eu não vi os brasileiros. Eu vou voltar para visitar os brasileiros, fiquei com isso engasgado, e espero que, de alguma forma, a gente consiga, não é um assunto de direita, de esquerda, é um assunto de humanidade, que a gente consiga, de alguma forma, ajudar nessa situação, porque eu não sei o que é que pode acontecer a qualquer momento com a brasileira e com os outros brasileiros. Tem inclusive do Paraná lá...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas conseguiram ver os outros também, os homens, os brasileiros?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vimos os quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vimos... Eu não, eu não consegui entrar, porque o sistema travou para eu entrar, mas a Senadora Damares e o Senador Magno Malta viram, mas não entraram na cela também, ou seja, não chegaram a ver o banheiro, não chegaram a ver o colchão, não chegaram a ver a situação. E o que a gente ouviu, o que vocês ouviram deles foi grave inclusive nessa questão sanitária, da água que bebem, essas coisas lá. Então a gente precisa urgente voltar à Argentina. Estou querendo programar semana que vem, Senadora Damares, quero levar a tiracolo esse relatório, voltar nas autoridades e visitar os brasileiros, porque isso é muito estarrecedor. Eu quero convidá-lo, Senador Sergio Moro, o senhor que é um defensor do que é correto, e os brasileiros não estão sendo bem tratados, não está correto o que está acontecendo com eles, num país que diz que quer justiça para todos também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Moro, um dos jovens presos tem o sobrenome Moro. Ele é do Paraná, diz que nunca te conheceu, não sabe quem o senhor é, mas é casado com uma mulher que tem a doença dos ossos de vidro e os filhos herdaram a doença, e ela e os filhos estão lá. E foi muito doloroso ver que uma das crianças está quebrada, porque eles se quebram. Você sabe que quem tem os ossos de vidro se quebra facilmente. Além de ter a doença dos ossos de vidro, um dos meninos também tem autismo. Então tem a esposa com ossos de vidro, as duas crianças e ele foi pra lá porque disse "Se eu ficar preso no Brasil, quem vai alimentar minha família?". Então ele muda para lá para cuidar da esposa com ossos de vidro e as duas crianças.

E, agora, essa família de ossos de vidro – inclusive, a criança está "quebrada"; é o termo que eles usam, ela "quebrou" –, eles estão na Argentina sozinhos, e o marido preso e com o joelho quebrado, porque ele se machucou no presídio.

Então, a situação é muito delicada, e a gente vai continuar acompanhando.

É que a gente tem que lembrar que os exilados do regime de 1964 foram exilados, e onde eles estavam exilados eles cantavam, compunham músicas, tomavam champanhe, viviam confortavelmente onde eles estavam exilados.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esses supostos exilados da Argentina estão presos, Senador. É terrível ao que nós estamos assistindo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mais uma indagação, já que V. Exas. estiveram lá: qual foi a informação dos advogados? O pedido de refúgio...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pedido de extradição.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... não envolve, não afeta de alguma maneira o pedido de extradição ou a prisão? Como isso é tratado lá na Argentina, porque cada país tem o seu sistema legal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador, e não pode ser extraditado enquanto um processo caminha. Eles têm uma prévia.

Há um reconhecimento dos advogados locais – estivemos com os Parlamentares à noite, também – de que foi uma prisão indevida, porque eles estavam sob um processo de concessão de asilo. Então, o processo não podia ser interrompido até o julgamento final. Então, não houve julgamento. Então, eles foram presos porque o Brasil pediu 60 extradições. Eles não extraditaram, mas prenderam os 5 brasileiros. Então, os outros que estavam com os documentos prévios não estão indo renovar o documento, porque estão com medo de ir renovar.

Então, automaticamente, todos se tornaram ilegais, porque aqueles que foram renovar foram presos lá no departamento de Governo na hora de entregar. A cada seis meses tem que mostrar onde está trabalhando, o que está fazendo. E esses cinco foram cumprir a lei e foram presos. É lamentável o que está acontecendo.

Senadores, um outro assunto. Nós vamos ter mais duas diligências na Comissão, a próxima para o Marajó e, em seguida, para a área ianomâmi.

Mas eu só queria mostrar para os senhores e para quem está aqui...

Estão prontas as fotos? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria mostrar para os senhores isto aqui, olhem. Vocês sabiam que essa cidade do Marajó que se chama Afuá é reconhecida como uma das cidades mais lindas do mundo?

Mostre as próximas fotos.

Afuá não tem um único carro, Afuá é uma cidade das bicicletas. Quando chegarmos lá, esse vai ser o nosso táxi.

Pode passar.

Essa é a cidade de Afuá.

Pode passar, pode passar.

Ela é conhecida como a Veneza brasileira.

Pode passar.

Olhe que linda, gente.

Pode passar.

A última imagem.

São só essas? (*Pausa.*)

Pode passar.

Então, eu quero dizer para os senhores que são 16 cidades no Arquipélago do Marajó, incluindo Afuá. Nós não vamos no primeiro momento a Afuá, nós vamos a outras cidades, mas a gente vai continuar indo ao Marajó para acompanhar as denúncias de tráfico de criança, as denúncias de exploração sexual, e vamos começar agora no mês de maio, que é o Maio Laranja. E convido vocês que gostam de viajar: vamos para Veneza não, Brasil! Vamos conhecer Afuá! Vamos movimentar a economia do Marajó. Uma das cidades mais lindas do mundo está no Arquipélago do Marajó, e eu estive lá algumas vezes, e ela é realmente linda, a cidade de Afuá.

Senadores, eu vou continuar lendo os informes, as denúncias, e os senhores fiquem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia nº 128: denuncia que a Funai ignora o princípio de autodeterminação dos povos indígenas e adota, de forma ilegal, medidas restritivas que impedem o acesso ou a permanência de organizações da sociedade civil a diversas comunidades indígenas, o que resulta na interrupção de ações humanitárias e projetos assistenciais.

Encaminhamento: (1) oficiar o Ministério dos Povos Indígenas, solicitando explicações sobre os motivos da restrição de ingresso das organizações em territórios indígenas e sobre a não realização de reunião técnica com as organizações denunciantes, que foi um compromisso firmado pela Presidente da Funai em reunião no dia 20 de março deste ano; e, (2) em resposta ao demandante, informar sobre essa providência.

Denúncia nº 133: cidadão encaminha denúncia protocolada junto ao Ministério Público Federal cujo conteúdo trata da possível quebra de imparcialidade e comprometimento do dever funcional dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. O próprio cidadão também enviou este protocolo à Presidência do Partido Liberal no Senado, para ciência e possível apoio institucional à denúncia apresentada; aos Senadores da Bancada do PL, para que tomem conhecimento dos fatos relatados e possam requerer providências legais e regimentais; à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, a fim de que o documento seja devidamente protocolado e tramitado conforme o Regimento Interno; bem como ao Presidente do Senado Federal para que conheça formalmente o conteúdo do ofício e delibere sobre a admissibilidade.

Encaminhamento: acusar o recebimento.

Denúncia nº 137: reclamação de direitos trabalhistas contra empresa. Segundo o relato, o caso é de discriminação contra autista. Mas já está em trâmite na 2ª instância do Judiciário.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão de Direitos Humanos não tem competência para interferir em processos judiciais particulares em curso.

Denúncia nº 138: alegação de crimes de prevaricação, abuso de autoridade, coação, improbidade em caso de assédio sexual em instituto federal. O cidadão também encaminhou a denúncia à Comissão de Educação.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência para agir no caso supracitado, tendo em vista que já foi realizada denúncia à Controladoria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da União e ao Ministério Público Federal, que são os órgãos competentes para análise desses casos.

Denúncia nº 139: alega estar sendo impedida de ser nomeada e empossada em cargo público de concurso público que foi aprovada.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos administrativos e judiciais em andamento. O caso em questão já está sendo acompanhado pelo Ministério Público Federal, órgão que detém competência para análise.

Denúncia nº 144: solicita visita desta Comissão ao território do povo caiapó para verificar a situação de vulnerabilidade vivida por esse povo em razão de reiteradas violações de seus direitos. É o povo que esteve aqui na Comissão hoje e entregou em mãos, na reunião, documento que já tinha sido encaminhado.

Encaminhamento: encaminhar a denúncia e solicitar informações (1) do Ministério da Saúde em relação às deficiências na saúde e aos gestores do Dsei Kaiapó; (2) do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério de Minas e Energia sobre as questões relativas à energia elétrica; (3) do Ministério Público em Redenção sobre as verbas de compensação da empresa Vale para os caiapós; e (4) do Ministério Público Federal sobre a atuação e os recursos da ONG Associação Floresta Protegida; e ao demandante, informar sobre essas providências e que a Comissão deliberará sobre a realização de diligência no território.

Vamos agora para as solicitações.

Solicitação nº 127: ajuda da Comissão para interceder junto ao Itamaraty para reverter a negativa de visto solicitado à Embaixada do Brasil em Havana à senhora que vive em condições desumanas em Cuba. Segundo o relato, essa senhora vive sem comida, sem eletricidade, sem casa, sem condições mínimas de sobrevivência e é forçada a situações degradantes apenas para tentar se manter viva. A família no Brasil se prontifica a pagar todas as despesas para trazê-la em segurança.

Encaminhamento: acusar recebimento e oficiar o Ministério de Relações Exteriores, solicitando análise e providências, se cabível, com resposta direta à demandante, com cópia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para esta Comissão; e informar à demandante que a Comissão de Direitos Humanos encaminhará a demanda ao Ministério de Relações Exteriores para análise do caso e possíveis providências.

Da Câmara Legislativa do DF. Encaminha pedido de cidadão que propõe que seja criado e implementado um mecanismo normativo que permita a celebração de termos de acordo entre o apenado e o Estado, com a finalidade de afastar os efeitos regressivos de pena, inclusive em casos de novas condenações supervenientes, preservando a data-base do primeiro recolhimento. A proposta visa fortalecer alternativas restaurativas e contribuir com a redução da superlotação carcerária.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a sugestão será analisada pela equipe técnica e, se cabível, será transformada em proposição legislativa.

Solicitação 136. Diante de possíveis violações quanto à aplicação de cotas raciais em concurso público municipal, bem como possíveis entraves ao acesso a documentos cruciais para a devida apuração dos fatos, o cidadão solicita que esta Comissão encaminhe pedido de informações ao TCE/RS acerca dos fundamentos para o arquivamento do processo que conduziu uma auditoria de admissão de pessoal em Prefeitura Municipal do Rio Grande do Sul e as razões para a restrição de acesso aos seus documentos.

Encaminhamento: acusar recebimento e informar que, como o Ministério Público do Rio Grande do Sul já acompanha o caso, conforme se verifica no Procedimento Preparatório nº 01542.003.696/2023, não há providências adicionais a serem tomadas.

Nº 143, de cidadão. Solicita acolhimento político e institucional em projeto de inclusão para que pessoas com deficiência física possam ter experiências em ambientes naturais, como trilhas, montanhas e cachoeiras. Este tipo de experiência tem custo elevado e por isso se faz necessário o acolhimento.

Encaminhamento. Acusar o recebimento e orientar ao demandante a: encaminhar pedido para secretarias de pessoas com deficiência no estado e nacional, pedindo o apoio técnico ou instituições conveniadas para que possam colaborar com o projeto; buscar parcerias com universidades públicas e privadas que tenham cursos de Engenharia Mecânica, Design,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fisioterapia ou Terapia Ocupacional, e que podem desenvolver protótipos ou replicar cadeiras adaptadas a baixo custo; e inscrever em editais públicos ou privados buscando apoio financeiro como: editais de acessibilidade e inclusão social lançados por ministérios, fundações, secretarias estaduais ou municipais; empresas que promovem responsabilidade social (por exemplo: Itaú Social, Fundação Grupo Boticário, Banco do Brasil, etc.); e Lei de Incentivo ao Esporte, caso o projeto tenha vínculo com esporte adaptado.

O.k., esses são os encaminhamentos, as solicitações e as denúncias.

Antes de encerrar, eu quero informar que hoje está conosco o novo Secretário da Comissão, o Dimitri. O nosso querido Christiano partiu para uma nova missão aqui dentro do Senado. Christiano nos ajudou muito – muito –, ajudou nessa transição e ajudou para que esta Comissão funcionasse brilhantemente. Dimitri já fazia parte da equipe do Christiano, era o número dois, agora sobe e todos os outros se transformam em número dois.

Obrigada, Secretaria.

Pelo número de denúncias, solicitações e informes que eu leio, eu acho que os senhores observam o quanto essa Secretaria trabalha; e eu não me canso de agradecer.

Dimitri, que a gente tem uma parceria abençoada e que possamos, juntos, com o nosso trabalho, abençoar o Brasil.

Antes de encerrar, eu só quero fazer uma manifestação. (*Pausa.*)

Eu submeto às Sras. e Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu quero encerrar, apenas manifestando uma posição pessoal, que não é da Comissão, mas isso ainda será trazido como uma moção de repúdio.

Nosso Presidente da República esteve na Rússia na última semana, aplaudindo o exército russo, que invadiu a Ucrânia, matou crianças, matou inocentes e matou mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero lembrar que o Presidente da Rússia já tem uma ordem de prisão por ter cometido crime de guerra. A ordem de prisão foi emitida por um tribunal internacional que reconheceu que ele cometeu crime de guerra. E o crime de guerra pelo qual ele está sendo condenado é por ter sequestrado 20 mil crianças da Ucrânia. Essas crianças foram retiradas de suas famílias – isso é crime de guerra –, sem contar a violência contra a mulher em área de fronteira, tudo que o ditador Putin fez.

E, lamentavelmente, o nosso Presidente...

Gente, poderia ser qualquer Presidente da República que tivesse feito isso, mas eu não perderia a oportunidade de manifestar meu repúdio.

E, lamentavelmente, Parlamentares estavam com ele, aplaudindo um exército que matou e sequestrou crianças.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e como defensora da infância, eu preciso fazer este registro.

Nada mais... (*Pausa.*)

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH, para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 10/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens, com foco nas boas práticas de prevenção, enfrentamento e acolhimento das vítimas de violência sexual. Participantes: Leiliane Rocha, Psicóloga especialista em atendimento da criança vítima de violência; Tia Keyla, Vereadora - Câmara Municipal de Contagem; Joana D'arc Fernandes dos Santos, Coordenadora do Centro Integrado 18 de maio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Cristiane Rodrigues Assunção de Matos, Supervisora do Núcleo de Avaliação para Proteção Integral da 1º Vara da Infância e Juventude do TJDFT; Bruna Gama Bacelar, Coordenadora do Programa Mapear da Polícia Rodoviária Federal; Tarciane Mara Araújo Bessa, Conselheira Tutelar de Água Quente; e Maurício Cunha, Presidente da ChildFund Brasil. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/19

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos 8 e 10, de 2025, da CDH, de minha autoria, para a realização do ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, dos adolescentes e dos jovens, com foco nas boas práticas de prevenção, enfrentamento e acolhimento das vítimas de violência sexual.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria: 0800 0612211.

Nós temos, nesta manhã, convidados que participarão de forma presencial e de forma *online*.

Agradeço a todos os nossos convidados e a todos os nossos expositores que aceitaram o convite para estar conosco.

Acreditamos que será um momento importante para esta Comissão. Inclusive, nós gostaríamos que esta Comissão terminasse com encaminhamentos.

Eu declaro aberta a sessão e convido, para compor a primeira mesa, a Sra. Joana D'arc Fernandes dos Santos, Coordenadora do Centro Integrado 18 de Maio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Joana D'arc, por estar conosco. (*Palmas.*)

Convido, para compor também a mesa, a Vereadora Tia Keyla, Vereadora da Cidade de Contagem, Minas Gerais.

É um prazer, Tia Keyla, a tia que está fazendo um barulho no Brasil nesta semana. Seja bem-vinda. Obrigada por ter vindo de forma presencial. (*Palmas.*)

Convido, para compor também a primeira mesa, a Dra. Cristiane Rodrigues Assunção de Matos, Supervisora do Núcleo de Avaliação para a Proteção Integral da 1ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Dra. Cristiane, muito obrigada. (*Palmas.*)

Nós teremos, nesta primeira mesa, a participação *online* de Maurício Cunha, Presidente de uma das instituições mais atuantes no Brasil na proteção da criança e do adolescente, o Fundo da Criança do Brasil. Ele foi o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente no Governo anterior.

Nós vamos dar início a esta primeira mesa e nós estamos aguardando a chegada de duas pessoas que estão vindo de fora e que vão compor a segunda mesa.

É uma alegria ter as senhoras conosco nesta mesa.

Nós temos dez minutos para cada expositora.

Lá atrás, nós temos um cronômetro. Quando estiver faltando um minuto, vai tocar uma campainha, mas eu sou conhecida pela minha generosidade. Então, por ser uma mulher extremamente generosa, eu não vou interrompê-las, não vou interromper a fala das senhoras.

A Comissão de Direitos Humanos tem, como atribuição, discutir a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Neste mês de maio, nós priorizamos, na Comissão, o debate, os projetos de lei, os requerimentos, as sugestões que falam exatamente da proteção das crianças e dos adolescentes. Esta Comissão tem feito o dever de casa, esta Comissão tem trabalhado muito na proteção das crianças e dos adolescentes no país, e esta audiência pública faz parte de um ciclo de debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que, hoje, dia 19? Porque ontem foi o nosso dia nacional de enfrentamento, de conscientização, de combate, de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nós só tínhamos um dia, um dia que foi instituído no ano de 2000 pelo Congresso Nacional, e esse dia mudou a história da luta da violência sexual contra crianças e adolescentes. Nós que estamos na ponta, nós que trabalhamos com crianças sabemos como o 18 de maio foi decisivo para que a gente fizesse um enfrentamento no Brasil.

A partir da instituição da data, muita coisa foi feita no país. O Brasil parava no dia 18 de maio, continua parando. Só que a violência cresce, e cresce de uma forma assustadora. Nós temos dados que apontam que, nos últimos quatro anos, em relação à violência sexual contra crianças, o número de denúncias triplicou. E está todo mundo perguntando: "Triplicou o número de denúncias ou triplicou a violência? Cresceu o número de denúncias ou cresceu a violência?". Nós vamos fazer esse debate hoje. O que cresceu: a violência sexual contra crianças e adolescentes ou a denúncia? Porque os canais estão mais acessíveis para denúncias e as pessoas estão falando mais sobre o assunto. Este vai ser o norte da audiência pública hoje.

Tínhamos um dia, agora temos um mês. Recentemente, por lei federal, foi aprovado, no Brasil, o Maio Laranja, que é um mês inteiro – agora, nós não temos apenas um dia, nós temos um mês inteiro –, para fazer o trabalho de conscientização, de prevenção, de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

E eu preciso celebrar este Maio Laranja. Mas, antes de celebrá-lo, eu quero chamar, para já vir correndo para a mesa, a nossa tão esperada convidada, a Dra. Leiliane Rocha, psicóloga especialista em atendimento da criança vítima de violência e *influencer* – a mulher tem milhões de seguidores, a mulher mexe com o coração do Brasil! (*Palmas.*)

Gente, que honra ter a Dra. Leiliane! Todos que estão aqui acompanham o trabalho dela, são apaixonados pela Dra. Leiliane. É uma honra tê-la presencialmente.

Eu cheguei a achar que a senhora fosse entrar *online*, mas que bom que a senhora veio presencialmente, porque todo mundo vai querer um abraço e uma foto com a senhora, Doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mês Maio Laranja, a importância de um mês... O Brasil, durante o mês de maio, tem ficado laranja. Eu vou contar uma experiência: em 2021, até o Cristo Redentor eu fui iluminar. Vocês se lembram disso?

A lei foi aprovada quando eu era ministra, e nós saímos pelo Brasil motivando o Brasil a ficar colorido, a ficar laranja. E pegou, o Maio Laranja pegou: eu recebi nos últimos dias centenas e centenas de vídeos do Brasil inteiro, de eventos laranjas acontecendo no Brasil inteiro, Dra. Leiliane. Eu fiquei muito feliz.

Joana D'arc, aqui no nosso Distrito Federal, e é claro que a gente vai puxar para o nosso quadradinho, nós vamos aqui falar: o nosso quadradinho está laranja, Vereadora Keyla. No nosso quadradinho, neste final de semana, nós tivemos desfiles, caminhadas, marchas em todas as cidades-satélites. Foi impossível participar de todas, foi lindo. O nosso DF está laranja e o nosso Senado Federal também está iluminado de laranja, e nós estamos falando com o Brasil inteiro.

E o que mais tem me deixado feliz... Eu tenho aqui algumas tias de igreja, eu tenho aqui a tia Mari, extremamente conhecida no Brasil, a tia Cleide. Estão no auditório conosco, Joana D'arc e Dra. Cristiane, os Guardiões da Infância. É um grupo de Goiânia, saíram 4h da manhã de Goiânia, com frio, e estão aqui. Um grupo de tios que estão indo para igrejas, estão indo para escolas, durante o Maio Laranja, mas eles fazem muito mais: eles não ficam só no Maio Laranja; é o ano inteiro trabalhando.

E por que eu estou fazendo este destaque? Porque, neste final de semana, os cultos do Brasil foram laranjas. Foi incrível, enfeitaram as igrejas com balões laranjas. Nós tivemos missas laranjas, nós tivemos eventos religiosos laranjas, nós vimos pastores subindo ao púlpito com gravata cor de laranja, nós vimos os ministérios de louvores, neste final de semana, cantando com camiseta cor de laranja, o que mostra que está todo mundo muito preocupado com o tema, o que mostra que está todo mundo se engajando na luta.

Mas é só fazer o barulho? É só colorir o Brasil de laranja? É só ter um mês especial para o enfrentamento? É só ter um dia nacional? A gente vai ter que ir além disso, e é para isso que se propõe esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos inclusive, nesta manhã, falar sobre o acolhimento da vítima. Nós temos no auditório pessoas, assim como eu, que são sobreviventes do abuso sexual. Nós temos no auditório mães de crianças que foram abusadas. Nós temos irmãs de pessoas que foram abusadas aqui. Nós temos pessoas que foram abusadas.

Há 60 anos, 56 anos, quando eu fui abusada, nós não tínhamos um conselho tutelar. Nós não tínhamos uma Dra. Leiliane nas redes sociais ensinando às mães o que fazer, como acolher. Nós não tínhamos um centro integrado, Joana, para nos acolher. Não tínhamos uma Vereadora corajosa subindo a caminhões, gritando nas ruas. Não tínhamos uma vara da infância, não tínhamos nem o Estatuto da Criança e do Adolescente. O que nós tínhamos? Um silêncio absoluto.

Inclusive, quando os meus pais descobriram... Eu fui estuprada entre seis e oito anos de idade. Quando os meus pais descobriram os abusos, eles foram orientados a não conversar comigo porque era pecado pai falar de sexo com criança. E ensinaram os meus pais a apenas orarem por mim; e eles oraram, oraram, oraram por muitos anos e sofreram enquanto oravam.

E eu – que isso não soe como nenhuma blasfêmia ou heresia – sempre digo: eu só descobri quando eu tinha 24 anos que meus pais sabiam e que eles sofriam porque oravam em silêncio por mim.

Eu agradeço a meus pais; agradeço a Deus pelas orações de meus pais. Mas eu falo para vocês, com muita certeza: eu trocaria os 19 anos de orações dos meus pais por um abraço quando eles descobriram, aos oito anos, e tivessem me acolhido. A minha vida teria sido diferente. Eu teria, com certeza, entendido que eu não era culpada, suja, imunda e pecadora, como o agressor nos faz sentir. Mas hoje nós temos instrumentos disponíveis para acolher a vítima.

Dra. Leiliane, nem ao médico me levaram, nem do meu corpo cuidaram. E eu trouxe sequelas no corpo. Quem me acompanha sabe que eu não consegui gerar um bebê; eu não fui mãe biológica por causa dos ferimentos na infância. Eu não tive atendimento nem no corpo, imagine na alma, imagine no coração.

Não foi fácil. Aos dez anos, eu tentei suicídio. E eu, quando estava no momento do suicídio, com o saquinho de veneno, tive uma experiência espiritual. E ninguém pode duvidar da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência, porque era eu e o meu Senhor Jesus que estávamos lá, e essa experiência mudou a minha vida.

Eu estava em cima de um pé de goiaba, doutora. Eu sou a louca do pé de goiaba. Eu ia me matar em cima de um pé de goiaba, quando, naquele momento em que estou com o saquinho de veneno, eu tive uma experiência espiritual. Eu vi Jesus. Era uma criança sob forte dor, forte pressão, desesperada, achando que ninguém a amava. Era um misto de sentimentos, de dor. Eu sei o que é alma machucada na infância; eu sei o que é dor na alma; e eu tive uma experiência. Eu costumo dizer que eu subi no pé de goiaba para a morte, mas eu desci para a vida.

E, a partir daquele momento, eu fiz da minha dor a minha luta; eu fiz da minha dor a minha bandeira; eu fiz do meu sofrimento a minha causa.

Eu não sou Senadora porque fui estuprada, eu sou Senadora porque eu tenho um trabalho de proteção da criança, e meu público, no DF, reconheceu e entendeu que precisava ter, no Senado Federal, alguém que gritasse pelas crianças. E eu quero, quando eu partir deste Senado, que fique registrado nos Anais da Casa: a Senadora da criança. É só isso que eu quero. A Senadora que gritou; a Senadora que incomoda.

Inclusive, eu uso muito a tribuna para falar da violência sexual e, às vezes, eu vejo que algumas pessoas saem do Plenário quando eu começo a falar, porque a minha fala incomoda, a minha presença incomoda.

Eu tenho sido desconvidada de festas, especialmente festas cor-de-rosa. As pessoas dizem que eu não combino mais com cor-de-rosa; que a minha presença faz lembrar o caos; que basta olhar para mim para lembrar de sangue; que eu só falo de sofrimento, só falo de dor. Eu não só falo de sofrimento e dor, mas, de fato, a minha presença faz o Brasil lembrar que somos milhões de crianças sobreviventes da violência sexual.

Estamos diante do caos. A ONU publicou – vocês podem procurar na internet – que estão vivas hoje, no mundo, 380 milhões de mulheres e meninas que foram estupradas. Vamos fazer uma conta? Todos nós que trabalhamos com o tema sabemos que só 10% dos casos são notificados e conhecidos. O.k., 380 milhões são 10% de quanto? Quem é bom em matemática? Trezentos e oitenta milhões são 10% de 3 bilhões. É pouco? Vocês acham pouco que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenhamos hoje, vivas, no mundo, mais de 3 bilhões – provavelmente – de pessoas que foram estupradas na infância?

Será que não está na hora de a gente entender que o estupro, o abuso e a violência sexual são a raiz de muitos males? Não está na hora de a gente fazer uma correlação do abuso com guerras, do abuso com a tirania, do abuso com o uso de drogas? Não está na hora de a gente fazer uma correlação do abuso com o suicídio, do abuso com a violência urbana?

Nós temos estudos antigos que apontam que mais de 70% dos presos por crimes sexuais, dos condenados por crimes sexuais foram abusados na infância. Não está na hora de a gente parar tudo e entender que é possível que muitos dos males da sociedade estejam associados aos abusos na infância? Se quiser destruir uma mulher, abuse dela na infância; se quiser destruir um homem, abuse dele na infância.

Então, eu não vou me calar, doutoras. Enquanto eu tiver microfone – e eu ainda tenho seis anos de mandato –, eu vou incomodar esta Casa, eu vou incomodar o Parlamento, eu vou incomodar o Brasil, eu vou incomodar as igrejas, eu vou incomodar as famílias.

E termino dizendo para vocês: nós estamos diante de um quadro gravíssimo no Brasil e no mundo. Não é um problema só no Brasil, não é um problema só de falta de políticas públicas no Brasil. Não! É um mal que aflige a humanidade, mas, infelizmente, é o Brasil o campeão mundial, o número um de produção de imagens de sexo com criança. Infelizmente, é o Brasil o celeiro de pedofilia. É o Brasil que manda, para pedófilos abusadores do mundo inteiro, imagens. É no Brasil que nós estamos vendo pessoas, cada dia mais, armazenando, compartilhando e vendendo imagens.

No meu país, um vídeo de estupro de recém-nascido pode ser comprado por R$50 mil e R$70 mil. Quem tem R$ 70mil? Os poderosos, os milionários. Quem tem R$70 mil para comprar um vídeo de estupro de recém-nascido?

E o que mais nós vamos falar aqui, infelizmente, é que o lar virou um lugar perigoso, porque onde está o recém-nascido? Ele não está na creche, Dra. Joana, ele não está na escola. O recém-nascido está em casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos falar aqui sobre dados nesta manhã. Será uma audiência que talvez vá incomodar. Nós estamos ao vivo pela TV Senado, o Brasil inteiro está acompanhando. Nós vamos incomodar, mas nós também vamos trazer palavras de esperança nesta manhã. Nós vamos mostrar o que tem sido feito de bom no nosso DF e no Brasil para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Mas eu preciso terminar essa fala com uma provocação. O Brasil não é só, no mundo, o primeiro em produção de imagens. Infelizmente, o ano passado, entramos no Livro dos Recordes como o país que teve a vítima mais jovem registrada em boletim de ocorrência. A criança tinha apenas cinco dias de vida. Aconteceu numa cidade do Estado do Amazonas. A menina tinha apenas cinco dias. Ela ainda estava, doutoras, com cordão umbilical. Quem estuprou a menina? O marido da avó.

Eu fui conhecer a criança quando ela estava com 16 dias. Ela sobreviveu por um milagre – por um milagre –, mas o médico legista, que fez a perícia da menina, os conselheiros tutelares me contaram, chorava, porque cinco dias antes ele tinha feito o parto.

Foi tão grave o que aconteceu. Os pais, muito jovens, quando viram a nenê toda ensanguentada, acharam que ela tinha nascido daquele jeito. Como o órgão sexual dela todo saiu para fora – todo –, eles acharam que era uma doença com a qual ela nasceu e correram para o hospital com a nenê aberta. Pais muito jovens, amorosos, apaixonados pela princesinha. Quando chegaram ao hospital, o médico disse: "Mas eu fiz o parto dessa criança, essa criança não nasceu com nenhum problema". Quando colheram o material genético, foi identificado que foi o marido da avó. Que idade tem a avó? Trinta e nove anos. Que idade tinha o marido da avó? Quarenta e um. Que idade têm os pais? Dezessete e dezoito anos. Pais jovens, apaixonados, mas numa família com muitos problemas, e a bebezinha, de forma vulnerável, ficou apenas meia hora com o "vodrasto". Foi o tempo suficiente para ele estragar a vida daquela criança. Cinco dias!

Eu não queria que o Brasil tivesse batido esse recorde, como eu não queria que o Brasil ainda fosse o pior país da América do Sul para nascer menina, por causa dos abusos; como eu não queria que o Brasil fosse o primeiro do mundo na produção de imagens para a indústria da pornografia infantil, para abusadores e estupradores; mas a gente vai lutar, e nós vamos continuar lutando. O Brasil não será mais o pior país da América do Sul para se nascer menina. Nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lutar, e eu conto muito com vocês. Nós seremos a melhor nação do mundo para nascer menina. O Brasil não será mais o campeão mundial de pornografia infantil. O Brasil será o campeão na proteção da infância e da adolescência.

"A senhora está sonhando alto". Permitam-me sonhar alto, porque eu tenho comigo um exército – e parte desse exército está aqui hoje – que não se cansa, que não dá um passo atrás, que não tem medo e que vai avançar.

Que Deus abençoe as crianças do Brasil!

Vamos ouvir... (*Palmas.*)

Nós já vamos trazer a nossa Conselheira Tutelar também para mesa. Já está com a gente Tarciane Mara Araújo Bessa, Conselheira Tutelar de Água Quente.

Obrigada, Tarciane, que nos últimos meses chorou muito comigo.

Estivemos juntas nos últimos meses – vocês vão entender o que eu estou falando...

Tarciane, nós temos uma cadeira. Seja bem-vinda.

Gente, Água Quente é um dos mais novos conselhos tutelares do Distrito Federal – e o mais lindo. Vocês vão ver como ele é o mais lindo.

Obrigada, Tarciane.

Vamos começar na seguinte ordem de fala: vamos ouvir primeiro a Dra. Leiliane Rocha; na sequência, a Vereadora Tia Keyla; depois, a Joana D'arc; na sequência, Cristiane Rodrigues; e, depois, Maurício Cunha. Esses são os cinco primeiros que a falar. Na outra mesa, vamos ouvir os demais convidados, começando com a Tarciane.

Dra. Leiliane, seja bem-vinda! A senhora tem apresentação? Já entregou a apresentação? Não tem? É só fala?

Seja bem-vinda.

V. Sa. tem dez minutos. Temos ali o cronômetro, mas, se a campainha tocar, não terminou, pode continuar. Nós aqui temos tempo suficiente para ouvi-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda.

A SRA. LEILIANE ROCHA (Para expor.) – Obrigada, Senadora Damares Alves. É um prazer estar aqui com vocês.

Estou muito emocionada, porque uma audiência como esta mostra que a gente pode continuar sonhando com a proteção à infância e à adolescência. E, como a Senadora colocou, nós precisamos de agir urgentemente porque já perdemos muito tempo.

Hoje, nós nos reunimos para apresentar o nosso apreço por uma causa nobre e sublime e para fortalecer o nosso compromisso com aqueles que mais precisam do nosso cuidado e proteção, as crianças e os adolescentes.

Gostaria de começar honrando cada profissional da rede de proteção que, diariamente, enfrenta desafios imensuráveis para garantir o acolhimento digno e a segurança dessas crianças e adolescentes. A vocês da rede de proteção, que enxergam além das sombras do trauma e trabalham incansavelmente no presente para oferecer um futuro de esperança, meu mais profundo respeito e gratidão.

Mas sejamos honestos, nem tudo funciona como deveria.

Vejam estes casos.

Uma juíza disse, em um julgamento: "É difícil acreditar que esse estupro tenha acontecido. A criança disse que tem saudade do abusador".

Uma diretora da escola: "Você tem certeza que seu pai lhe tocou assim? Você sabe que é uma coisa muito séria, não é? Pense direitinho no que você está falando" – falou para uma criança de 8 anos de idade.

Uma professora: "Leiliane, fiz duas dinâmicas que vi no seu Insta. Os alunos amaram, mas duas crianças vieram relatar que estavam sendo abusadas, uma pelo pai e outra pelo avô, e eu não tinha noção do que falar, de como acolher essa criança".

Uma vítima de 13 anos me relatou em atendimento clínico: "Fiquei muito envergonhada quando o delegado me perguntou se eu havia gostado do que aconteceu".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu vim falar sobre ações emergenciais de acolhimento a vítimas de abuso sexual, crianças e adolescentes. E quero dizer que essas situações apontam uma clara falta de preparo da rede de proteção. Quero deixar claro que, quando uma criança foi abusada, é porque todos nós já falhamos: família, escola, Igreja e Governo. O sistema de garantia de direitos não garantiu o básico para os mais vulneráveis: a criança e o adolescente foram abusados.

O abuso sexual é uma das violências mais devastadoras da humanidade, de acordo com a Unesco. Só no ano de 2023, tivemos mais de 65 mil crianças e adolescentes estuprados em nosso país. Isso, os casos que foram notificados, porque, de acordo com o Governo, como a Damares já colocou, somente cerca de 10% dos casos são notificados. Estão fazendo uma conta de padaria. Foram quase 66 mil casos – 10%... Qual é o número real de 2023? Quase 666 mil casos, mais de meio milhão de crianças e adolescentes estupradas em nosso país em apenas um ano! Isso para mim é devastador e corta o meu coração.

Tão trágico quanto o abuso sexual pode ser a falta de acolhimento adequado para essas vítimas. De acordo com os estudos nacionais e internacionais, se uma criança que sofreu abuso sexual tiver um atendimento adequado, traumas podem ser evitados e outros amortizados. Ou seja, quando a criança ou o adolescente que sofreu violência sexual chega às nossas mãos, às mãos da rede de proteção, temos o poder de iniciar o processo de restauração, mas isso só será possível se tivermos o preparo adequado de cada profissional da rede. Não podemos normalizar atendimentos como os que eu acabei de citar aqui. Muitos profissionais têm feito o melhor, mas o grande problema é que não recebem capacitações adequadas e suficientes para atuarem com demandas tão complexas quanto as da violência sexual.

É fundamental entender que alguns pontos de acolhimento da vítima não podem ser ignorados. Vão atender a uma vítima de abuso? É importante entender que é muito complicado e difícil para essa vítima falar que foi abusada. Muitas ensaiam meses, anos, e se perguntam: "Eu devo contar? Eu devo contar para alguém?". Elas são acometidas por sentimentos de medo, vergonha e culpa. Já atendi várias vítimas de abuso sexual e não consigo lembrar uma vítima sequer que não tenha relatado esses três sentimentos.

Outro ponto: as vítimas recebem fortes ameaças dos abusadores. "Ninguém vai acreditar em você porque sabe de uma coisa? Adulto não acredita em criança, adulto só acredita em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adulto." "Se você contar, eu vou matar a sua mãe." "Se você contar, eu posso ser preso e você vai ser a culpada. Quem vai colocar comida dentro de casa?" "Se você contar, vão ter nojo e raiva de você." É isso o que as vítimas ouvem.

Todo esse cenário, incluindo outras variáveis que eu não citei, travam as vítimas e as levam a buscarem sozinhas – crianças de 3, 4, 5 anos – formas de lidar com aquela violência. Não conseguem enxergar como e para quem elas poderão pedir ajuda. Imaginem que trágico para uma criança de 5 anos: "Ninguém pode me ajudar, tenho que aguentar." Mas em algum momento essa criança resolve relatar e daí depara com o quê? Com os profissionais, que, mesmo com toda boa intenção, muitos deles fazem perguntas que nunca deveriam ser feitas a uma vítima.

Atenção para perguntas que nunca podem ser feitas para uma vítima de abuso sexual: você tem certeza que isso aconteceu? Você não está só imaginando não? Não foi só um sonho? Por que você não contou antes? Por que você ia quando ele chamava? Ele não estava só brincando com você não? Por que você não pediu ajuda? Olhe, isso que você está falando é muito sério! Essas perguntas podem reforçar as ameaças dos abusadores e fazer a criança se sentir culpada, passando a ideia de que o abuso aconteceu porque ela deixou.

Outro cuidado que devemos ter no atendimento das crianças e adolescentes é não cair na sugestionabilidade, de acordo com o que preconiza a lei do depoimento especial e da escuta especializada. Ou seja, o que é sugestionabilidade? Fazer perguntas ou afirmações sobre o abuso com falas e cenas que a criança não relatou.

Por exemplo, se a criança disse "o papai tocou no meu corpo", jamais diga " ele tocou em suas partes íntimas?". Perceba que o elemento "partes íntimas" não foi trazido pela criança, mas pelo adulto. O mais adequado é fazer perguntas abertas, como, por exemplo: "Em qual parte do seu corpo o papai tocou? Aponte com o seu dedo".

O que essas intervenções inadequadas podem causar à vítima? Prestem bem atenção: acentuar o trauma do abuso – mesmo sem intenção, a gente pode piorar a ferida da criança –; levar a criança a negar o abuso sofrido, a uma retratação ou a uma mudança de versão; deixá-la mais vulnerável a outros abusos; atrapalhar o processo judicial; e causar novos traumas. Mesmo sem intenção, nós podemos, num acolhimento inadequado, causar novos traumas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando for atender uma criança vítima de abuso, é importante não deixar de dizer pelo menos estas três frases – toda vítima precisa, e a ciência comprova o quanto é fundamental para a questão traumática –: "Eu acredito em você"; "Você foi muito corajosa em me contar, obrigada por confiar em mim"; "Eu vou te ajudar. Você não está sozinha". Você não queria ter ouvido essas frases, Damares? Eu também as queria ter ouvido quando eu fui abusada.

É fundamental manter um olhar e também um semblante acolhedores, uma escuta ativa, sem interromper a criança, sem pressa. Por isso, é de suma importância que toda a rede seja capacitada para saber – "Saber o quê, Leiliane?" – como atender a criança e o adolescente, entendendo a complexidade de cada caso: qual linguagem utilizar de acordo com a idade de cada vítima; como orientar pais e cuidadores; quais protocolos de atendimento seguir; quais são as leis e técnicas que orientam o acolhimento; como orientar escolas, hospitais, igrejas, famílias, mídias, etc.; ou seja, como desenvolver projetos de educação protetiva e de prevenção à violência sexual.

A lei da escuta especial precisa ser cumprida! A escuta especializada deve ser o nosso farol para que o objetivo, como está lá preconizado no art. 19 do Decreto 9.603/2018... Qual é o objetivo da escuta especializada, que nós da rede de proteção temos que alcançar com essa escuta das vítimas? "[...] assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência [...] proteção social e [...] provimento de cuidados". Escuta especializada não é para levantar provas; essa não é nossa prerrogativa.

Portanto, para tudo isso, torna-se imprescindível oferecer à rede de proteção aumento do número de profissionais, condições dignas de trabalho, capacitação continuada e prática em todo o território nacional. A capacitação e ampliação da rede de proteção é uma das principais ações, Senadora. Eu não tenho dúvida, eu tenho certeza de que vocês também não têm dúvida: a capacitação e ampliação da rede de proteção é uma das principais ações que realmente vão mudar o quadro da violência sexual do nosso país, pois são os profissionais que lidam, todos os dias, com as crianças e adolescentes e com os cuidadores e familiares; são os profissionais que vão orientar as famílias, vão capacitar outros profissionais, produzir conteúdos materiais; são eles que vão levantar essa causa.

Portanto, não olhar para os profissionais da rede de proteção é fechar os olhos para a proteção das crianças e adolescentes. Se a rede de proteção não recebe o básico, ela está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desprotegida! Como podem garantir a proteção das vítimas? Vamos começar oferecendo o necessário: honrar os profissionais e prepará-los, pois sem informação, não existe proteção; sem conhecimento, não existe educação; sem capacitação, não existe prevenção.

A revolução da proteção de crianças e adolescentes começa com a capacitação dos profissionais. Quando o assunto é acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso, de abuso sexual, esse é o caminho; o resto é atalho ou só complemento.

Minha gratidão a todos os profissionais que fazem o melhor pelas crianças e adolescentes. Eu estou com vocês. Nós somos o exército da proteção à infância, nós somos a revolução deste país. Contamos com políticos como a Senadora da Damares Alves para que o bem mais precioso desta terra possa ser protegido, que são as crianças.

E, antes de vir para cá, eu saí de casa muito cedo, ontem à noite, eu fui olhar as minhas crianças – as minhas crianças de 16 anos, a gente não para de falar: criança –, os meus filhos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILIANE ROCHA – ... de 16 e 12 anos de idade. O meu casal estava lá dormindo. Eu olhei para eles e naquela hora meu coração doeu. Meu coração doeu porque eles tiveram uma família que pôde protegê-los. Eu olhei para eles e pensei assim: quantas crianças estão neste momento recolhidas na cama esperando o seu abusador chegar, enquanto os meus filhos estão aqui protegidos?

Pense agora no seu filho, na sua filha, no seu aluno, na criança que você tem perto de você. Imagine que essa criança toda noite esteja recolhida esperando um abusador chegar. Essa é a realidade de mais de meio milhão de crianças em nosso país, por isso que esse exército precisa se levantar.

Eu já prometi, primeiro a Deus, porque foi Ele quem me chamou, que, enquanto vida eu tiver, enquanto eu respirar, eu vou lutar por essa causa. Consciência, com amor e força e com a ferramenta mais poderosa chamada Esepas, que é educação sexual, educação emocional e prevenção a abuso.

Vamos juntos, profissionais! Vamos, rede de proteção! Porque nós somos potentes e nós faremos a diferença em nosso país pela proteção das crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau!

Eu falei para vocês, para quem não conhecia a Dra. Leiliane, que o trabalho dela tem sido qualificar, qualificar profissionais, qualificar famílias, qualificar líderes.

Eu queria que ela deixasse, registrasse o seu Instagram, Dra. Leiliane, porque ela anda o Brasil inteiro. Já a vi fora do Brasil também. Ela tem um material riquíssimo, dá palestra, dá seminários. Os seminários dela são impressionantes.

Eu aprendo todo dia com a senhora, Doutora. Eu estou na luta há 50 anos, mas eu aprendo com a senhora todos os dias. E nós temos muito a aprender todos os dias uns com os outros. Então, eu queria muito que a senhora deixasse o seu Instagram.

Muita gente está nos acompanhando. Acessem o material dela. Atenção, professores: acessem o material da Dra. Leiliane, levem-na para seminários, para eventos, para igrejas, para encontros de professores, de líderes, levem-na em suas escolas. Atenção, Prefeitos: na hora de qualificar os profissionais da rede, levem a Dra. Leiliane. Nós temos aqui... Vocês vão conhecer um time hoje de peso, um time que está disposto a deixar o conforto de sua casa para treinar. Tem muita gente que fala assim: "mas eu já sei o que fazer". Deixe-me dizer uma coisa para vocês, uma das maiores autoridades do Brasil no Governo passado, do nosso ministério, a segunda autoridade depois de mim, sabia tudo, e, no ano passado, a sua netinha, dentro do conforto da casa – ele, que sabia tudo, que me ajudou a enfrentar tanta violência, a netinha dele –, foi vítima dentro de casa. Não é saber tudo, é estar se atualizando o tempo todo.

Vou contar um outro episódio para vocês. Eu morava aqui na 316 Sul até três meses atrás, e todos os meus assessores sabem que eu coloco no grupo: "quantas crianças vamos salvar hoje?". Todo dia eu pergunto aos meus assessores quando eu termino o dia: "quantas crianças vocês salvaram hoje?". É ou não é, time? A gente tem meta diária. E o porteiro do meu prédio todo dia, quando eu descia, dizia assim: "E aí, Senadora, como vai ser o dia hoje?". Aí, eu dizia assim: "Hoje eu vou pegar dez pedófilos". E ele: "Vai fundo, Senadora!". Eu descia e ele: "E aí, Senadora?"... Não é, Fernando? O Fernando é quem me pegava em casa. Eu dizia: "Hoje a gente pega uns cem". Todos os dias ele me perguntava: "Quantos a senhora vai pegar hoje?". Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novembro do ano passado, a Polícia Federal foi ao meu prédio pegar o porteiro, que interagia comigo todo dia, porque ele estava respondendo pelo estupro de duas filhas. Inclusive, como era divorciado, ele dormia, às vezes, no prédio – tem aquele quartinho de porteiro, quem é de Brasília sabe. E algumas vezes, as meninas foram estupradas ali embaixo. Eu morava no terceiro, e as meninas sendo estupradas embaixo pelo cara que interagia comigo todo dia: "Quantos a senhora vai pegar hoje?". Não está longe de nós, gente! Detalhe: a minha filha – todo mundo sabe – é uma indígena. Quantas vezes eu viajei e deixei a minha filha sozinha em casa, com um porteiro, ali embaixo, que parecia tão preocupado com as crianças! Todos nós precisamos estar atentos e sendo treinados.

Dra. Leiliane, deixe sua rede social, onde as pessoas podem encontrar o seu material.

A SRA. LEILIANE ROCHA – Meu Instagram é @leilianerochapsicologa e no YouTube também tem muito material gratuito para vocês. Inclusive, estou com inscrição aberta para um treinamento da rede de proteção para líderes de igrejas, instituições religiosas, voluntários que desejam atuar nessa causa. Um treinamento PPI (Profissional que Protege a Infância). Vou dar várias aulas para vocês, cartilhas, apostilas, eslaides. Vocês vão ficar com um material incrível para saber exatamente o que fazer em casos de abuso e também para criar projetos de proteção à infância com educação sexual, emocional e prevenção a abuso. Detalhe: educação sexual saudável e adequada, que respeita o desenvolvimento físico, emocional, sexual, afetivo e cognitivo da criança. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Leiliane.

Na sequência, vamos ouvir a Vereadora Tia Keyla, Vereadora da Câmara Municipal de Contagem, eleita por causa da sua luta na defesa da criança – minha companheirinha de anos. Ela vai, com certeza, interagir com a fala de Dra. Leiliane, porque a Dra. Leiliane acabou de dizer: falar com a criança é empoderar a criança para ela também se proteger.

Vereadora Keyla, dez minutos, mas nós seremos tolerantes também.

A SRA. TIA KEYLA (Para expor.) – Que honra, que alegria poder estar aqui, lógico que não por uma causa que nós gostaríamos de ter que tratar, de falar o óbvio, mas por saber que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos esperançar, que podemos acreditar que as estatísticas podem e vão ser mudadas – já estão sendo mudadas; eu acredito, Leiliane.

Quero aqui cumprimentar toda a mesa: a Tarciane, a Joana D'arc – a Damares eu vou deixar por último –, a Cristiane, a minha querida amiga Leiliane, mentora também. Estou conectada com todos que têm essa causa como prioridade de vida. Conhecê-la, em 2018, foi um presente de Deus na minha caminhada.

Eu quero dizer que a Damares é a responsável por eu estar aqui e por me despertar para a proteção infantil. Em 2010, 2012, eu comecei a ver situações e ter conexões com ela de palavras e de orientações. Eu falei: "Gente, eu preciso entender melhor".

Muita gente fala que, na igreja, os abusadores se encobrem, pensando estarem protegidos no manto da religião, mas foi dentro da igreja que eu descobri essa preciosidade e descobri também que eu tinha sido vítima de abuso. Eu não sabia o que era abuso. Eu não sabia que o abuso acontecia também sem o toque físico. Eu achava que era somente com toque. E, aí, em um dos cursos que nós fizemos juntas, no Claves Brasil, eu vi uma lâmina, como essa aqui, dizendo que o abuso também acontece sem toque. Isso aconteceu comigo através da vida do meu avô que, aos sete anos de idade, mostrou sua parte íntima para mim e para a minha prima que morava no interior. Naquele momento, quando eu descubro isso, de 2013 para 2014, pensei: "Eu preciso conversar sobre isso com a minha mãe", porque eu não tinha relatado para ninguém, pois eu nem sabia que era um abuso. E quando eu converso com a minha mãe relatando a ela o que tinha acontecido comigo, ela diz: "Eu não sabia que com você tinha acontecido". Eu disse: "Como assim?". Já tinham acontecido coisas piores com pessoas que eu amava e que moravam ali. Ela ficou sabendo, mas não conversou comigo também sobre isso, porque esse assunto era muito difícil de ser falado. E não porque minha mãe não me amava, não porque meu pai não me amava, é porque eles não sabiam o que fazer diante de uma situação como essa.

Então, nós estamos aqui tratando de algo diante do qual os nossos antepassados não sabiam o que fazer. Hoje nós temos as ferramentas para trazer isso à tona de maneira respeitosa, lúdica, didática. Nós podemos fazer isso. A partir dali, entendi que eu devo e cada um de nós deve ser a voz daqueles que não podem se defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nunca pensei em política, nunca pensei em estar na política, mas essa causa nos faz sentar em cadeiras em que, às vezes, nós não queríamos estar, mas nós precisamos ocupá-las, porque nós seremos receptores de algo de que nós precisamos estar dentro para decidir. Agora eu estou como Vereadora na minha cidade, Contagem. Estou com cinco meses de mandato ali, numa cidade onde nós precisamos de mais investimento na prevenção, no cuidado. E não só na minha cidade, mas no Brasil. Nós precisamos, como a nossa querida Leiliane já disse e como a nossa querida Senadora já disse, mostrar a realidade. Se atuarmos hoje com investimento real, financeiramente falando, em capacitação, em cursos, em ferramentas de estratégias para todos, e não somente para um grupo – para todos –, sem dúvida nenhuma, teremos mudança nas estatísticas, e nós precisamos.

Junto com todo esse contexto, com toda essa realidade, nós fizemos na nossa cidade a primeira audiência pública com esse tema. Eu só tinha visto esse tema aqui no Senado. A Damares participou também dessa audiência pública sobre os danos da pornografia. Nós sabemos que, para vencer o abuso sexual, nós precisamos vencer a pornografia e a erotização infantil, que está trazendo vulnerabilidade para as crianças e para os adolescentes.

As estatísticas vêm nos trazer que, infelizmente, a média de idade das crianças brasileiras que acessam pornografia pela primeira vez é de 10 anos. Eu tenho recebido crianças de 4, 5 e 6 anos – Leiliane, eu sei que você também – que têm acessado pornografia. E qual é o motivo maior do acesso à pornografia? Nós temos estudado isso muito lá com você, Leiliane, no Esepas – porque eu também estou no Esepas, eu também sou uma master Esepas, porque nós somos todos a favor da infância e da proteção integral da criança – e estamos vendo que as crianças acessam conteúdos pornográficos por curiosidade, porque elas querem saber como funciona o seu corpo, elas querem saber quem elas são, elas querem saber o nome correto das partes íntimas.

E eu quero chamar a atenção das famílias, eu quero chamar a atenção dos pais, porque você deve ser o educador sexual dos seus filhos. A educação sexual para a criança não tem nada a ver com sexo; o sexo está fora da educação sexual infantil. A criança quer a afetividade; ela quer saber de onde ela vem, ela quer saber quem ela é, ela quer saber o nome correto da sua parte íntima, coisas simples que para a gente são muito complexas porque os nossos nomes foram pejorativos, principalmente os nomes das nossas partes íntimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu falo sobre estratégia pedagógica para o falar deste assunto para a criança, eu tenho que trazer para você o básico, o óbvio: falar o nome correto da parte íntima, dizer para o seu filho qual é o principal motivo de ele estar na Terra. Ela precisa, ou ele, a criança – o menino ou a menina – precisa entender quem ela é e saber afetivamente como foi amada e como é importante para ela estar nesse lugar. Para vencer a pornografia, ela precisa estar em um ambiente onde ela possa tirar as suas dúvidas, e, para isso, a gente precisa ser atuante nesta causa, a gente precisa ter uma mesa de diálogo dentro de casa. Nós precisamos trabalhar este assunto de maneira efetiva e intencional.

Em 2018 foi quando eu conheci a Leiliane, com o nosso Kit #Protegidos, porque eu quis trazer um material pedagógico e estratégico que trouxesse a relevância deste assunto com conceitos bíblicos, porque a minha maior preocupação estava dentro do ambiente cristão, das escolas cristãs, da família cristã, das igrejas. Às vezes, têm um tabu muito grande para tratar este assunto, porque acham que não é um assunto espiritual. E aí eu vou ao meu amigo, o Dr. Guilherme Schelb, que também é nosso amigo em comum, que diz que não existe oração por criança sem ação; se você ora por uma criança e não age, você não está orando, você está sendo omisso, negligente; a omissão também é conivência. E a gente vai caminhar junto e atento a esta causa para que a gente trate o assunto na linguagem necessária.

Aqui eu trouxe este material na linguagem cristã para que possamos entrar nas escolas, nas igrejas, trabalhando este tema. Eu tive muito sucesso com esse material, muitas igrejas... Ainda este ano, nós temos muitas pessoas trabalhando com as músicas, trabalhando com as dinâmicas, trabalhando com a forma pedagógica com que nós trouxemos este assunto.

E, este ano, através da nossa segunda passeata do Maio Laranja, que é o que nós estamos fazendo também na nossa Cidade de Contagem, trazendo a população para discutir este assunto... Na nossa segunda passeata do Maio Laranja, da prevenção do abuso e da exploração, nós lançamos o nosso segundo Kit #Protegidos, fazendo uma releitura da história da Chapeuzinho Vermelho; não distorcendo a história da Chapeuzinho Vermelho, não, mas trazendo diálogo em família sobre a história da Chapeuzinho Vermelho: como uma criança levada para a floresta, até mesmo por um caminho que a mãe tinha pedido para ela ir, sozinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Araceli Rodrigues foi morta saindo da escola, foi raptada. Lá em Ribeirão das Neves, em 2022, uma princesa foi morta indo para a padaria comprar um pão, ela não voltou para casa. Neste ano eu estive no velório da Stefany (*Manifestação de emoção.*), também em Ribeirão das Neves, que foi morta por um falso pastor que a pegou no caminho, indo para a casa da amiga.

As crianças não podem mais andar sozinhas, as crianças precisam de ser cuidadas, protegidas e amadas. Nós precisamos de uma sociedade inteira para proteger uma criança, porque o abusador está quilômetros à frente da gente. Mas estar numa mesa como esta, cheia de pessoas como vocês que estão aqui, e vocês que estão nos assistindo *online*, nos traz esperança para entender: adolescente não cuida de criança; adolescente e criança precisam ser cuidados.

Nós temos visto crescendo o número de adolescentes abusando do próprio irmão para produzir conteúdos de abuso sexual infantil. Por quê? Porque a pornografia tem sido a ensinadora sexual das crianças e dos adolescentes. E, como a Leiliane diz – e todos os que têm essa causa como prioridade –, a pornografia forma abusadores. E aí eu trouxe um dado muito importante: de 20% a 35% dos agressores sexuais foram abusados sexualmente quando eram crianças; 50% deles foram vítimas de maus-tratos físicos combinados com abusos psicológicos.

Para vencer a violência sexual, nós temos que vencer a violência física, nós temos que vencer a violência psicológica, nós temos que deixar as crianças crescerem longe de todo tipo de violência. (*Manifestação de emoção.*)

É sobre isso que nós estamos aqui falando. É por causa disso que nós saímos dos nossos lares para estar aqui. É por causa disso que a gente tem dedicado horas, dias, financeiramente falando, muito dinheiro para que a gente possa produzir material que traga diálogo pedagógico para famílias que têm interesse de não permitir que os seus filhos sejam violentados, machucados, feridos. E eu quero dizer para você: tem como isso acontecer sim.

Aqui, dentro desse material que eu quero trazer de forma pedagógica para você, nós trazemos essa discussão: como uma velhinha vai estar sozinha na floresta, doente? Como uma criança vai levar para ela algo? Cadê o pai dessa família? Onde está a família inteira para tratar dessa criança? Como nós podemos aceitar isso? Não se pode... Nós precisamos recontar isso. Nós precisamos trazer a saúde emocional para as crianças, porque, como nossa querida Leiliane já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou aqui, a educação emocional está interligada com a educação sexual. Não existe como, não tem como desmembrar isso. É tudo conectado, porque a criança é, no total, emocional, física, psicológica, cognitiva. E é dentro disso que nós vamos trabalhar esse tema.

Aqui a gente coloca questionamentos importantes para a família, para os professores, para os profissionais trazerem para as crianças e para os adolescentes. Nós trazemos as regras de proteção. A Leiliane ensina para a gente as quatro regras, e eu acrescentei mais uma para a gente entender quem são as pessoas de confiança. Você pode dizer o óbvio para o seu filho, por exemplo: "Alguém pode tocar, brincar com as suas partes íntimas? Não. Tocar, às vezes, vai ser preciso, a mãe ou o médico, para limpar ou passar um remédio, mas brincar com as partes íntimas nunca". E, se alguém quiser fazer foto? Nós temos que ensinar que o corpo não pode ser exposto. E eu tenho visto prefeituras fazendo materiais para trabalhar a prevenção – e aí entra no que a Leiliane disse, da capacitação da rede – com figuras, expondo o corpo já do adulto. E isso não pode acontecer. Precisa-se de técnica também, porque, se se trata esse assunto de maneira errônea, isso gera ainda mais prejuízo e outra violação de direito. Por isso, nós precisamos ter técnica, ter conhecimento para tratar desse tema de maneira respeitosa e totalmente protetiva.

E aqui a gente trata: "você pode dizer não", "você pode gritar", "você pode correr" e "você pode buscar alguém de confiança". Mas quem é alguém de confiança? O que a criança responde de primeira mão? Pode ser o pai, pode ser a mãe, pode ser o avô, pode ser a avó, pode ser o pastor, pode ser a professora, pode ser o conselheiro tutelar. Mas pode não ser? Pode não ser, famílias? Pode? Na minha cidade já teve conselheiro tutelar que foi retirado do cargo, porque estava também abusando de crianças.

Existem abusadores em todos os lugares. Por isso a gente tem que ter um diálogo aberto com as crianças e mostrar para elas que pessoas de confiança têm características. Levanta sua mão – para ser pedagógica –, levanta sua mãozinha – porque eu estou aqui para trabalhar pedagogicamente como a gente pode tratar isso.

Falem comigo: "Uma pessoa de confiança me ama, me ouve, acredita no que eu falo, se preocupa com os meus sentimentos e me ajuda a sair de situações difíceis."

Aplausos se você é essa pessoa de confiança. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa de confiança tem características que mostram que ela ama, que ela ouve, que ela acredita.

Uma das partes mais importantes da fala da Liliane foi o acolhimento à vítima, e que há uma dúvida diante da fala da criança. Isso é uma violação de direito inimaginável, porque, para ela falar, já foi uma luta imensa. Imagina ela ter duvidada a sua fala? Isso é um absurdo, e não podemos aceitar. Por isso, seja uma pessoa de confiança.

E estamos lançando esta semana, além da música da Chapeuzinho Vermelho, a música das pessoas de confiança para ajudar vocês nesse ensino pedagógico, para que você trate com a sua criança, tanto você que está aí na linha de frente como profissional, ou você, mãe e pai, que quer ser o primeiro educador do seu filho e protetor dele. Aqui a gente trata a pessoa de confiança, os canais de denúncia, o corpo, e como o corpo é importante, como deve ser higienizado, cuidado, protegido... Aqui a gente fala das partes íntimas dos meninos e das meninas. O ensino biológico não pode ser retirado da proteção da criança e do adolescente.

E tenho aqui, infelizmente, materiais feitos por prefeituras que estão trazendo ambiguidade no ensino da proteção. Isso é ilegal. Isso é criminoso. A criança precisa aprender, biologicamente, quem ela é. É o primeiro passo para proteção. Ela precisa entender o nome correto das partes íntimas dos meninos e das meninas, a diferença entre o corpo da menina e o corpo do menino. Isso é inegociável! E não vou mostrar aqui o material, porque estou aqui para mostrar o que é positivo e não o que é negativo. Mas quero dizer para você que é muito sério o que estamos tratando aqui. E que a proteção da criança seja realmente prioridade nos municípios!

E aqui a gente tem profissionais extraordinários para levar essa causa para vocês, para capacitar a rede de proteção.

E aí a gente traz...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TIA KEYLA – Obrigada, Senadora.

E aí a gente traz aqui hoje a demonstração de que o "lobo mau" não está mais só na floresta. Ele está, infelizmente, dentro das casas, dentro dos quartos das crianças. Crianças e adolescentes estão sendo, infelizmente, abusadas por abusadores que estão atrás das telas, porque hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, temos uma ferramenta muito trágica, e temos perdido crianças através de desafios na internet, através, infelizmente, de violação de direitos na internet.

E aqui nós trazemos, de maneira clara e objetiva, pontos primordiais para o ensino da sua casa, da sua família e, principalmente, para que possamos chegar primeiro antes do abusador.

Quero agradecer a vocês. É possível, é real e fazemos parte disso.

Para finalizar, se for possível, gostaria de mostrar o vídeo da nossa segunda passeata. Amanhã, a gente vai votar o projeto que traz a instituição da passeata do Maio Laranja no Município de Contagem para que a gente busque recurso, ainda mais, para essa causa ser verdadeiramente tratada com toda a consciência e a ciência que as crianças merecem.

Obrigada a todos vocês que estão presentes e a todos vocês que estão na mesa. Que nenhuma criança mais tenha que sofrer o que sofremos, porque podemos ser voz daqueles que não podem se defender!

Pode passar o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

A SRA. TIA KEYLA – Eu agradeço a todos vocês por serem voz nessa causa, e que todas as instituições façam o que tem que ser feito: ser voz em defesa das crianças e dos adolescentes!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereadora Tia Keyla. Também vamos acompanhá-la, tem muito material...

Nós vimos duas práticas já: o que a Dra. Leiliane está fazendo, qualificando profissionais, qualificando, treinando e orientando os pais; e vimos a Tia Keyla, na Câmara de Vereadores, falando diretamente com as crianças. E nós vamos agora para uma terceira prática: o Poder Judiciário. Como está o Poder Judiciário no país? Como estão as políticas públicas no país?

Então, nós vamos agora ouvir a Joana D'arc, Presidente do Centro Integrado 18 de Maio daqui no DF, uma política pública do Distrito Federal; e, na sequência, o Poder Judiciário, o olhar do Poder Judiciário e as boas práticas no Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Joana D'arc, dez minutos.

A SRA. JOANA D'ARC FERNANDES DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

É uma honra... (*Pausa.*)

É uma honra muito grande estar aqui presente hoje, neste momento tão importante para todos nós, dessa proteção das nossas crianças vítimas de abuso sexual.

Eu, Joana D'arc, cumprimento a mesa na pessoa da Senadora. E foi tão interessante que hoje, pela manhã, após me levantar, peguei o meu celular, e a primeira coisa que apareceu para mim foi a Senadora falando sobre esse momento de hoje. E teve uma parte que me tocou muito, quando ela se referiu à menina, porque ela é uma das meninas, e eu também sou uma das meninas. E, ouvindo aqui as colegas, nós percebemos que existem muitas meninas e meninos. Então, essa luta é nossa, é de todos nós. Todos nós somos protetores, todos nós devemos proteger as nossas crianças.

Eu também sou ex-Conselheira Tutelar e, por muitos anos, estive com muitas crianças vítimas de todo tipo de violência. E, quando eu fui uma dessas meninas, eu tinha apenas cinco aninhos de idade, eu nem sabia o que era aquilo. A Senadora disse que os pais dela ainda souberam; os meus, não. Os meus partiram, e nenhum deles soube, porque eu fiquei com aquilo comigo.

Hoje é um momento muito especial e muito forte para todos nós, porque essa luta é nossa. E hoje eu estou aqui representando o Centro Integrado 18 de Maio, a convite de uma secretária de Estado de Justiça e Cidadania, a nossa Secretária Marcela Passamani, também uma mulher que teve esse olhar sensível, devido à sua trajetória, e me convidou a assumir este papel tão importante e tão sensível.

Eu também falo, Dra. Leiliane, que, enquanto eu estiver aqui, eu vou lutar por essa causa, porque já são mais de 20 anos lutando pela causa de crianças e adolescentes.

O Centro Integrado 18 de Maio, para quem não o conhece...

Pode ir passando, por favor. (*Pausa.*)

Não, volta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para vocês entenderem rapidamente.

Através do Decreto 34.517 foi que se instituiu o Centro Integrado 18 de Maio para crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de abuso sexual.

O Centro Integrado é um equipamento público e é vinculado à Secretaria de Justiça. Ele trata exatamente das crianças vítimas de violência sexual.

O nosso papel também, Doutora, é a visão e a proteção integral dessas crianças, e esse centro trabalha exatamente para prevenir a revitimização das crianças. Visa a garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, a partir de encaminhamentos e vários serviços públicos, como saúde, assistência social, delegacia de proteção à criança e ao adolescente, promotorias de defesa da infância e da juventude, defensoria pública e vara da infância.

Então, o Centro Integrado acompanha essa criança. Tem o acolhimento, tem o atendimento e, após tudo isso, ainda fazemos o monitoramento dessa família durante um ano, para ver se, realmente, aquela criança ou aquele adolescente está inserido na rede de proteção.

Por favor.

Falando rapidamente um pouquinho da legislação, está ali o Estatuto da Criança, e tudo voltado para o atendimento de nossas crianças e adolescentes.

E aí nós temos o Decreto 34.517, de 2013, que institui o Centro Integrado – é onde ele surge.

Após isso, nós temos a Lei 13.431, de 2017, e esta lei estabelece o sistema de garantia de direitos de criança e adolescente que são vítimas ou testemunhas de violência.

Com isso, nós temos o Decreto 9.063, de 2018. Este decreto federal vai regulamentar a Lei 13.431, ou seja, fazer com que as políticas, com que os serviços aconteçam de uma forma unificada, com toda a rede de proteção.

Também há o Decreto 42.542, que institui a política intersetorial.

Ou seja, doutoras, nós trabalhamos em conjunto.

É uma rede de proteção. Não tem como nós fazermos esse trabalho individualizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

Com isso, surge o GGCorp, que é o Grupo de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes.

O GGCorp é um grupo de gestão que também é coordenado pela Secretaria de Justiça. Com isso, a Secretaria de Justiça lança uma portaria, a 859, que designa o Centro Integrado 18 de Maio como coordenador dessa política, ou seja, é o centro integrado que realiza essa junção de toda a rede, para que as políticas públicas possam acontecer de forma eficiente – com relação à questão dos fluxos, dos protocolos –, e isso já está sendo construído.

Inclusive, no início de junho, nós vamos lançar para toda a rede de proteção, Senadora, o fluxo que foi construído por essa rede de grupo de gestão colegiada que é o GGCorp, e esse fluxo se relaciona a toda a rede de proteção.

Por favor.

Bom, aqui a gente vai falar um pouquinho de alguns dados e resultados com relação aos atendimentos.

O centro atendeu, de 2017 a 2025, cerca de 2.335 crianças e adolescentes entre três e dezessete anos de idade.

Em média, 65% dos casos atendidos são de crianças, e 75% dos casos são de pessoas do sexo feminino.

Daí percebemos a fragilidade. Por isso a florzinha do 18 de Maio, porque retrata a sensibilidade de uma criança.

A média de atendimentos por ano é de 280 crianças e adolescentes.

O órgão que mais solicita atendimento é o conselho tutelar, seguido da rede de saúde.

Sabemos que o conselho tutelar é uma porta de entrada para essas crianças que são vítimas de violência.

Além de atendimentos, o centro também realiza atividades visando à prevenção e ao trabalho em rede no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não fazemos somente os atendimentos. O Centro 18 de Maio tem um trabalho muito amplo, inclusive de formação da rede.

Nesse sentido, durante os últimos oito anos, o centro formou cerca de 6.340 atores da rede de proteção do Distrito Federal e também palestrou para cerca de 10 mil crianças e adolescentes.

Esse trabalho é contínuo. O mês Maio Laranja é algo que vem representar e massificar esse trabalho de proteção com nossas crianças, mas ele tem que ser feito durante todo o ano.

Inclusive, nós temos que realmente entrar na casa das pessoas, entrar na família das pessoas, para orientar, para que haja esse diálogo com as nossas crianças.

E, aí, desde 2021, o GGCorp trabalha com suas famílias e vítimas de violência, promovendo, aproximadamente, 60 reuniões, visando a articular e coordenar as atividades operacionais de execução das políticas de promoção e proteção na defesa de nossas crianças e adolescentes.

Então, o GGCorp é algo essencial para nós, para a rede de proteção, para que toda essa rede faça a reunião e que, a partir dali, sejam lançadas políticas públicas eficientes para as nossas crianças.

Quem o centro atende? Atendemos a crianças e adolescentes em situação ou sob suspeita de exposição à violência sexual. O centro, hoje, faz o atendimento específico a crianças vítimas de abuso sexual.

O procedimento de escuta especializado é realizado com crianças a partir de três anos de idade. Inclusive, a Dra. Leiliane falou muito bem em relação à escuta especializada, ao depoimento especial.

Então, são especialistas totalmente capacitados para fazer esse atendimento a essas crianças que chegam ao centro.

Como ser atendido? A família, a comunidade e os atores do sistema de garantia de direitos podem entrar em contato com o centro integrado, através de telefones, *e-mails*, e solicitar o agendamento.

Além disso, também temos a porta de entrada, temos os conselhos tutelares e a rede de proteção à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os órgãos do GDF nos enviam as demandas através do Sistema SEI, e ali nós temos, também, um requerimento que é enviado inclusive para as escolas.

Quem atua no centro? Nós temos especialistas na área de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, educadores sociais e técnicos administrativos. Então, para vocês verem que nós temos ali pessoas capacitadas para realizarem essa escuta especializada com a criança.

Além do atendimento, também o centro realiza atividades de educação sexual para crianças e adolescentes, formação de profissionais na área de educação, saúde, assistência, participação em cursos de capacitação e o monitoramento, e é muito importante falar sobre isso, porque a criança continua sendo acompanhada durante um ano, através do monitoramento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOANA D'ARC FERNANDES DOS SANTOS – A família chega, é acolhida, aplica-se a proteção para aquela criança, para aquela família, e aí, após isso, ainda acontece o monitoramento.

Bom, só para finalizar, eu gostaria de passar, rapidamente, um vídeo que vai falar um pouquinho – e é bom que vocês conheçam um pouco – dos servidores do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio. É uma fala muito importante e serve para todos nós.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. JOANA D'ARC FERNANDES DOS SANTOS – No último eslaide também tem o endereço do centro, tem o telefone para qualquer tipo de denúncia e tem o *site* também. Então, fica aberto.

Nós estamos sempre à disposição para trabalhar essa política pública de proteção às nossas crianças e aos nossos adolescentes.

Contem conosco. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Vocês estão vendo que tem esperança, Dra. Leiliane? Você viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que é que a gente fez questão de trazer o Centro Integrado 18 de Maio? Porque é uma política pública que dá certo. Por ano, são 280 crianças! Vocês têm ideia do que é isso? Apenas num centro integrado, são 280 crianças e adolescentes por ano.

E aqui eu preciso cumprimentar a nossa Secretária de Justiça do DF, a Dra. Marcela Passamani.

A nossa Secretaria de Justiça tem feito um trabalho incrível na proteção da criança, com uma Secretaria tão atuante e com equipamentos tão preciosos que nós temos no DF.

Vocês vão ver a foto do Conselho lá de Água Quente: as cadeiras são lindas, as meninas conselheiras têm salas decoradas, a sociedade local decorou o conselho. Vocês vão ver como o nosso DF respeita os conselheiros tutelares.

Mas a gente ainda tem, no Brasil, conselheiros tutelares ganhando menos de um salário mínimo em alguns municípios; nós temos conselheiros tutelares que não têm nem cadeira. Conselheiros tutelares, Dra. Cristiane, atendendo debaixo de árvores.

Vão ao Marajó, gente! Às vezes, a sede é tão pequenininha, que eles vão para a porta da rua, vão para a rua, ficar debaixo de árvores, atendendo ao povo – não é, Dr. Ezequiel? Nós vimos isso.

Então, deixe-me só dizer para vocês: o DF tem bons equipamentos.

Parabéns à Rede de Proteção das Crianças do meu Distrito Federal.

Que orgulho eu tenho de ser Senadora do meu Distrito Federal. Que orgulho!

Obrigada, Dra. Joana.

Nós agora vamos ouvir o olhar do Judiciário.

A Dra. Cristiane Rodrigues, Supervisora do Núcleo de Avaliação para Proteção Integral da 1ª Vara da Infância e Juventude aqui do nosso Tribunal – mas ela chega quando o crime já aconteceu.

Doutora, eu vou lhe fazer uma provocação, e peço permissão ao auditório para receber o que eu vou falar aqui com muita sensibilidade, e às pessoas que estão nos acompanhando. Cíntia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquino está aqui comigo. O caso dela foi para o Judiciário, da sobrinha dela, e vocês vão entender por que. Conta, Cíntia Aquino. Três minutos.

A SRA. CÍNTIA AQUINO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode apertar.

Libera o microfone dela. Aperta para ela. (*Pausa.*)

Pronto, querida.

A SRA. CÍNTIA AQUINO – Bom dia a todos.

Meu nome é Cíntia Aquino. Eu tenho uma sobrinha, tinha uma sobrinha... Com oito anos de idade, ela foi morta, estuprada, envenenada e degolada pelo próprio pai. A minha irmã, à época, ficou praticamente perturbada, andava na rua puxando o cabelo, e ele ficou preso apenas um ano, ficou preso um ano. A mãe dele, como trabalhava há muito tempo na Fundação Hospitalar, conhecia alguns médicos, apresentou um laudo de que ele era doido, e ele ficou preso um ano, depois foi solto e está solto até hoje. A gente é obrigada, em alguns lugares às vezes, a encontrar com essa pessoa, dar de cara com ele.

Eu acho que é o teste de Deus para a gente ver como é que se perdoa quem nos faz mal, porque você ver uma criança de oito anos sendo morta pelo próprio pai...

Com raiva da minha irmã, ele a pegou na escola na sexta-feira, sumiu com a criança o final de semana inteiro, e, quando a nossa família descobriu, ela já estava sendo velada no Cemitério de Taguatinga em um caixão muito grande – não era de criança –, com um laudo falso de que tinha caído e quebrado a coluna cervical.

Aí a gente entrou com a polícia. A polícia pegou e levou para o IML. Quando chegou no IML, deu este laudo de que ela foi estuprada pelo próprio pai. Para abafar isso aí, ele foi e deu para ela comer agrotóxico, ou seja, ela ia morrer envenenada. Aí como ele não conseguiu, ele cortou o pescocinho dela, jogou ela assim e foi isso. Nós temos o depoimento do caseiro à época e tudo. Foi para jornal, foi para TV, foi tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O resultado é que a justiça para isso, com esse laudo que a mãe dele apresentou de que ele era doido, ele só ficou preso um ano para pagar essa maldade toda. Então, que Deus nos abençoe, que abençoe cada família que passa por essa situação, porque não é fácil. É um teste mesmo de Deus para perdoar os perversos, porque na Bíblia está escrito que no mundo haverá os perversos, eles estão aí para fazer o mal, e é contra isso que nós temos que lutar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Cíntia.

Doutora, eu vou provocá-la mais uma vez. Está no Plenário – ela não quer falar porque ela não consegue falar – uma jovem, eu posso dizer o nome porque ela publicamente já foi para a internet e contou a história dela, a jovem Andressa. No dia 1º de janeiro deste ano, Brasília foi surpreendida com o caso que me uniu à Tarciane, o caso de uma menininha...

De 11 anos, Tarciane?

(*Intervenção fora do microfone.*)

Uma menininha de 10 anos que foi barbaramente estuprada. Não foi morta por um milagre. Depois que ele a estuprou, ele deu a arma para ela matá-lo, e é nesse momento que ela foge.

Eu fui conhecer a menina. E esse caso comoveu todo o DF porque o agressor ainda não foi preso.

Quando fomos atrás do agressor, quando Brasília foi atrás do agressor, ele tinha ficado preso quantos anos, Tarciane? Oito anos? Menos, menos... Porque ele tinha estuprado a filha quando ela tinha 12 anos. E detalhe, levou a filha para o mesmo matagal em que ele estuprou essa menininha este ano, e da mesma forma, com o mesmo requinte de crueldade. E ele está solto. Ninguém acha.

Esse bandido que ficou preso, saiu e inclusive estava, Doutora – o que é uma preocupação aqui e a gente vai trabalhar depois isso –, trabalhando como entregador de aplicativos – e a gente vai conversar muito sobre isso depois, porque, por mais que as empresas de aplicativos tenham um controle, às vezes eles se cadastram no nome de um terceiro e usam a moto de um quarto... E quantos deles estão indo até as nossas casas? O que fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, famílias, como nós estamos vulneráveis!

E essa menina, a filha dele, está aqui. Ela não tem coragem de falar, porque está emocionada, mas ela me autorizou. Ela está conosco, e ela foi para a internet e disse: Eu sou a primeira vítima dele.

Quero que vocês entendam a dor de Andressa, que está aqui conosco.

Andressa, dá um sinal. Está aqui na primeira fileira. A dor de Andressa, que foi vítima e tem que admitir: Meu pai é um predador.

Vocês têm ideia do sofrimento de uma criança? "Meu pai está preso. Depois, meu pai continuou cometendo crime. Meu pai é um predador." E ela foi para a imprensa, ela foi para a internet e se expôs, com uma coragem incrível, para fazer um grande movimento em Brasília para que todos denunciassem onde ele estivesse, para que ele fosse preso.

Dois casos, Doutora, aqui neste Plenário. E esses dois casos foram para o Judiciário. E a pergunta é, Doutora: O predador tem que ter a progressão de pena? Ele foi condenado por muitos anos e estava solto sob um regime de progressão de pena. O agressor sexual, Doutora, pode ter liberdade condicional? Ele pode ter liberdade, prisão domiciliar? Como a gente vai lidar com isso? Nós estamos trabalhando, Dra. Leiliane, aqui no Senado já tem um projeto de lei tramitando para que o agressor sexual não tenha a progressão de pena; que o agressor sexual fique na cadeia até o último dia da pena, porque ele é reincidente.

Todos nós que trabalhamos com a infância, o que nós vimos é que o agressor sexual reincide.

Então, Doutora, imagine a expectativa que nós estamos para te ouvir!

Trago aqui no auditório apenas dois casos. Uma tia que perdeu a sobrinha para um agressor terrível e que está solto. E uma filha que foi barbaramente estuprada pelo pai, que está em regime de progressão de pena, e que fez mais uma vítima. E eu conheço a segunda vítima, que é uma menina linda.

Doutora, queremos te ouvir. Desculpa ter te colocado nessa saia justa, mas queremos te ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai falar agora a Dra. Cristiane Rodrigues Assunção, Supervisora do Núcleo de Avaliação para a Proteção Integral da 1ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça.

Doutora, dez minutos.

A SRA. CRISTIANE RODRIGUES ASSUNÇÃO DE MATOS – Bom dia. Agradeço, em primeiro lugar, a participação neste momento tão importante, para a gente conversar como rede de proteção mesmo, considerando esta Casa tão importante, né, doutora, para a gente repensar e pensar sobre os avanços e pensar em quantas ações ainda precisamos caminhar para garantir, de fato, a proteção e também a responsabilização no caso dos agressores de violência doméstica e familiar e tantas outras violências.

Infelizmente, ainda há uma naturalização e não há a devida responsabilização que situações como essa exigem, inclusive acarretando não só o sofrimento para quem sofreu a violência em si quanto o risco de reincidência, que é gravíssimo também.

Em primeiro lugar, quero me solidarizar. Sinto muito pelos relatos trazidos pela Cíntia e pela Senadora, em nome da Andressa.

Nós que estamos na rede de proteção e eu, representando aqui o Judiciário, sentimos muito também, às vezes, a sensação de que a gente enxuga gelo, porque a gente percebe alguns avanços, mas sofremos muito quando percebemos que a proteção alcança o mínimo ainda.

Quando a gente pensa na subnotificação, já é perceptível quantas crianças e adolescentes estão expostos ainda a violências reiteradas porque não conseguem que essa situação chegue a público. Mas ainda as mulheres e crianças vítimas de violência sofrem também por não terem a devida proteção, tanto com relação à, muitas vezes, convivência com o agressor ou não perceberem que aquela situação foi devidamente acompanhada e que as medidas judiciais foram tomadas.

Em primeiro lugar, me solidarizo.

Por outro lado, acredito que é um convite, na verdade, não apenas para o Judiciário – claro, temos muitos desafios no âmbito do Judiciário –, mas é um desafio para toda a sociedade para repensar as leis e como todo esse processo legal tem corrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente caminha em estratégias de proteção, mas a gente precisa avançar muito também nas estratégias de responsabilização dos agressores.

Acredito que é uma responsabilidade compartilhada.

Uma das questões fundamentais é que a gente precisa pensar numa perspectiva de rede tanto na ótica da proteção, como já foi discutido aqui, quanto da responsabilização.

A gente precisa aperfeiçoar os sistemas tanto de acesso às informações de proteção às crianças e adolescentes, mas acesso às informações sobre agressores também que cometeram crimes e que, às vezes, ainda não foram presos, estão soltos ou fogem.

Então, a gente precisa aperfeiçoar esses procedimentos e, dentro do processo legal também, aprimorá-los para que, de fato, a responsabilização aconteça nas situações como essas que foram trazidas aqui, situações bárbaras, situações muito tristes que a gente acompanha.

A partir do relato da Cíntia, eu queria só chamar a atenção para uma questão. A gente, muitas vezes, usa a terminologia, por exemplo, "pedófilos", chamando os agressores de "pedófilos", e há uma associação com relação a um possível transtorno mental.

É claro que podem existir essas situações, e, para isso, é preciso uma análise acurada. Não pode ser algo feito de uma forma arbitrária.

Mas a gente sabe, os estudos mostram que é a minoria das situações. Grande parte dos agressores são pessoas comuns que convivem na sociedade. A gente até utiliza o termo técnico "dupla fachada", que são pessoas que, muitas vezes, estão na sociedade, exercem funções. São, inclusive, reconhecidas, respeitadas dentro das funções que executam, como no caso que a Senadora trouxe aqui, de uma pessoa da convivência que estava demonstrando uma preocupação com relação a crianças e adolescentes e, na verdade, praticava violência contra as filhas. Então, esse contexto de dupla fachada é muito presente. E são pessoas comuns, não são doentes mentais. Quando acontece, precisam do devido acompanhamento, que não necessariamente é retornando à sociedade, como foi relatado aqui. Precisam do acompanhamento necessário, da supervisão necessária, inclusive por meio de medidas de segurança que a própria Justiça prevê para que tenham uma conduta particular para a questão de saúde. Mas a gente precisa ressaltar que essas situações são a minoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, doutora, o meu convite, a minha provocação – devolvo – é sobre de que forma nós, como sociedade, também precisamos aprimorar as nossas legislações, os nossos procedimentos, para que essas situações não aconteçam. A gente entende que isso é uma forma grave de revitimização.

Em relação ao que a Cíntia trouxe, também queria ressaltar que tem sido muito falado ultimamente da violência vicária, que é quando os homens se utilizam dela para atingir as mulheres. A partir de uma lógica de violência conjugal, infringem violência contra as suas filhas, os seus filhos, contra as pessoas que estão sob a responsabilidade dessas mulheres como forma de atingi-las. Isso é gravíssimo e precisa de uma previsão legal também. Então, são caminhos nos quais a gente precisa avançar, Cíntia, para que a gente tenha, de fato, a garantia da proteção.

É isso. É fundamental que, de forma intersetorial, tanto a Justiça, quanto o Executivo e o próprio Legislativo aprofundem seus instrumentos para garantir uma proteção. Eu percebo que a gente caminha em avanços, mas ainda precisamos avançar muito mais.

Agora volto aqui para o meu lugar, porque, na verdade, eu sou assistente social, trabalho na Vara da Infância e da Juventude. Venho representando aqui o Juiz Titular da Vara da Infância, que é o Dr. Evandro Neiva de Amorim, que nos pediu que pudéssemos estar aqui hoje conversando, dialogando, com vocês sobre esse tema tão importante.

Eu atuo, dentro da Vara da Infância, com as medidas de proteção a crianças e adolescentes a partir do momento em que há uma violação de direitos. Então, dentro da Vara da Infância, a gente atua – somos psicólogos e assistentes sociais – numa perspectiva de proteção integral a essas crianças e adolescentes que tiveram os seus direitos violados. Para que isso aconteça, é fundamental o trabalho em rede, como já foi trazido aqui. O trabalho, mesmo que esteja no âmbito do Judiciário, não é um trabalho que se restringe ao Judiciário. A nossa atuação pressupõe uma articulação com a rede de proteção.

Nesse sentido a gente percebe, como já foi trazido pela Joana D´arc aqui, muitos avanços com relação à legislação. Ela trouxe alguns decretos e algumas legislações, a legislação da escuta especializada, do depoimento especial, que permitiram avanços muito importantes com relação à proteção e responsabilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando o papel do Judiciário, hoje nós temos uma vara da infância, na nossa realidade de DF, que é uma vara de proteção a crianças e adolescentes. Atuamos a partir dessas medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além disso, nós tivemos, no ano passado – é uma vitória muito recente –, a criação de uma vara de violência doméstica contra crianças e adolescentes que atua também nessa perspectiva da responsabilização e de medidas de proteção no âmbito criminal, a partir da Lei Henry Borel também. É uma lei muito importante de proteção, que permite que essas crianças, dentro de um processo legal mais célere, tenham proteção, inclusive com o afastamento do agressor.

Então, temos avanços por meio dessa vara, Doutora, que já iniciou sobrecarregada, porque as situações são inúmeras. A vara, nos seus primeiros dias, já tinha ali 2,5 mil processos em curso. Antes, essas situações eram atendidas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que também estava sobrecarregada em suas demandas de atendimento – as mulheres adultas também vítimas de violência –, e hoje nós precisamos avançar.

A Lei Henry Borel ressalta que o Judiciário pode criar varas específicas de crimes contra crianças e adolescentes, mas não é algo ainda como um dever, como aconteceu, por exemplo, com a Lei Maria da Penha, com a obrigação de criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Então, nós precisamos ainda avançar com relação à criação de varas especializadas, porque, como foi trazido aqui pelo relato da Leiliane, há situações, ainda no âmbito do Judiciário, de violação de direitos e de revitimização, como foi trazido aqui, com perguntas, às vezes, inadequadas e uma percepção equivocada com relação à violência, inclusive dentro de uma possibilidade de uma ação da vítima que possa justificar que ela sofra alguma forma de violência.

Então, a partir do momento em que a gente tem varas especializadas de atendimento, a gente consegue diminuir, minorar situações como essa, porque a gente tem um preparo de todos os operadores de direito e também de uma equipe de suporte, da qual eu também faço parte – e me junto a um grupo grande de profissionais de psicologia e de serviço social, especializados mesmo no atendimento dessas situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós temos uma coordenadoria de psicossocial dentro da Vara da Infância e da Juventude, para as medidas de proteção para crianças e adolescentes. Assessorando a juíza, por exemplo, da Vara de Violência contra Crianças e Adolescentes, temos também uma equipe psicossocial que realiza esse acompanhamento, por meio de estudos, avaliações e também do depoimento especial, que é uma escuta específica para esse espaço da Justiça, que garante o devido processo legal e que acontece numa perspectiva de proteção.

Essas crianças e adolescentes são ouvidos num contexto protegido, sendo profissionais da área e profissionais capacitados que realizam essa escuta, sem que elas tenham contato com agressores, sem que estejam também em um ambiente, muitas vezes, hostil, por conta de todo o rigor e do rito processual. Então, há espaços em que a gente tem buscado avançar nessa perspectiva da proteção.

E, considerando o papel do Judiciário, é muito importante, quando a gente pensa no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, que não deva haver uma separação entre prevenção, enfrentamento à violência e responsabilização. A gente precisa atuar em rede, em todas essas perspectivas, desde a proteção à responsabilização. É fundamental que todos os equipamentos

que todos os equipamentos, e aí é um desafio muito grande, porque realmente envolve o sistema de Justiça, mas envolve também o sistema de segurança pública, envolve o Executivo, envolve as políticas sociais de ponta, assistência social, saúde, educação, que são fundamentais para garantir a proteção dessas crianças.

Então, nesse sentido, a gente precisa de instrumentos ainda mais aprimorados para garantir de fato uma proteção e uma articulação entre todos esses serviços, porque muitas vezes a gente percebe os serviços atuando de forma, como a Leiliane já trouxe, sobrecarregada, porque não temos profissionais suficientes, nem sempre temos, como foi trazido aqui com relação ao conselho tutelar, as condições de trabalho necessárias para garantir de fato essa proteção. Então a gente precisa atuar numa perspectiva cada vez mais articulada e cuidadosa, com ênfase na capacitação de todos os atores desse sistema de proteção, para que a gente venha a aprimorar cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, nesse sentido, tanto a gente atua por meio de ações de proteção no espaço da Justiça e ações de responsabilização também com relação a essas situações de violência, mas a gente também atua numa perspectiva de prevenção, por meio de capacitação, estudos de caso com a rede de proteção, ações específicas, palestras e rodas de conversa em escolas, setores da saúde, centros de saúde, hospitais, a gente acaba tendo também esse trabalho fundamental de prevenção e capacitação.

Atualmente nós temos, no Tribunal de Justiça do DF, por meio do Núcleo Judiciário da Mulher, um curso, e eu trouxe até um livro que nós desenvolvemos, não é o setor de que faço parte hoje, mas já participei, o desenvolvimento de um material. Aqui tem a representação de promotores de Justiça, profissionais da área da saúde, temos também juízes de direito, que falam sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes e estratégias de atuação no âmbito da prevenção e responsabilização. Hoje nós temos um curso *online* disponível para quem tiver interesse; nós temos dois, na verdade, por meio do programa Maria da Penha vai à Escola...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE RODRIGUES ASSUNÇÃO DE MATOS – ... um específico sobre violência doméstica familiar contra a mulher, a partir do referencial da Lei Maria da Penha, e esse com enfoque na violência contra crianças e adolescentes. É um curso de capacitação que está disponível pela nossa escola de formação, pode ser feito por qualquer pessoa da rede de proteção, então são algumas ações que a gente também tem a partir da perspectiva da proteção.

Tudo que foi relatado aqui demonstra que as crianças, mulheres, as vítimas de violência passam por uma rota crítica. O desafio é muito grande, como foi trazido – né, Keyla? –, para falar sobre essa violência, para relatar, tornar pública essa violência, mas, a partir desse momento, o problema não se resolve. Tornar público muitas vezes leva essas crianças e adolescentes a muitos processos de revitimização e muitas vezes a situações em que nada acontece. Há um relato da violência, ela sofre toda essa consequência do relato e todas as pressões por conta do relato, inclusive de desqualificação, e aí a gente tem situações de revitimização, inclusive de risco de que essas crianças e adolescentes sejam novamente vítimas de violência.

Então, a gente precisa superar, como rede de proteção, essa rota crítica e pensar em estratégias para que essas crianças e adolescentes, ao entrarem por diversas portas, seja no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito da escola, pelo conselho tutelar ou pelo meio do acesso à Justiça, tenham uma rota de proteção. A partir do momento em que esse relato acontecer, nos diferentes espaços, que essas crianças e adolescentes sejam de fato protegidas; onde elas passarem por escutas, cuidado e acolhimento, que haja de fato estratégia de proteção.

E é importante ressaltar que, além do acolhimento a essas crianças e adolescentes, a gente precisa pensar na estrutura que a gente tem de políticas públicas, de modo geral. As políticas de saúde, as políticas de assistência social e as políticas de educação precisam de maior aprimoramento, a gente precisa de escola integral, a gente precisa de ampliação de benefícios, as crianças que estão em famílias vulnerabilizadas socialmente precisam do suporte necessário, tanto as crianças e adolescentes quanto suas famílias, para poderem garantir o cuidado. Precisamos do acesso à creche de forma universal também, que é um fator fundamental de proteção. E, no âmbito das escolas, por exemplo, já há uma legislação que prevê a existência de assistentes sociais e psicólogos em todas as escolas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE RODRIGUES ASSUNÇÃO DE MATOS – ... mas isso de fato não acontece. Então, são diferentes estratégias que a gente pode pensar conjuntamente aqui para aprimorar a proteção.

Agradeço a oportunidade e acho que as ponderações, doutora, que foram trazidas são fundamentais para que a gente pense de forma ampla e conjunta. Concordo que a gente de fato precisa de vários avanços, mas espaços como este de discussão realmente são um grande passo para que a gente venha a aprimorar a proteção de crianças e adolescentes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, esse time que está daqui para cá vai trabalhar muito para a senhora não ter mais nenhum caso na sua vara, não é isso? Ela está, logo no início, com mais de 2 mil casos na vara. Gente, isso é demais. É demais! O nosso Judiciário realmente está superlotado, está um absurdo. Então, o nosso trabalho é para que nenhuma criança seja abusada, para você ficar lá na sua vara quietinha, sem fazer nada. Mas, dos casos que chegarem lá, nós queremos ver os estupradores apodrecendo na cadeia. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já que estou ao vivo, vou mandar um recado, se tem algum pedófilo do outro lado nos assistindo pela TV Senado: nós vamos pegar todos vocês, o recado está dado.

Nós estamos fazendo a nossa parte como legisladora. Eu quero lembrar que a gente aprovou, no final do ano passado, o cadastro nacional do pedófilo. Só que ele teve um veto do Presidente da República. Ele vetou exatamente a essência do cadastro: que o nome do condenado e o endereço não podiam ficar disponíveis – esperem aí – e que, depois que ele cumprisse a pena, tinham que tirar do cadastro. Mas o cadastro existe exatamente para que saibam que ele respondeu por um crime. Se esse cadastro existisse, no caso da menininha de que a Tarciane está cuidando, no caso do agressor da Andressa, os vizinhos saberiam que ele respondeu por esse crime. Ele dizia na rua que ficou preso por causa de tráfico de drogas. Se os vizinhos soubessem que ele ficou preso porque estuprou a filha, nenhum vizinho deixaria as crianças ficarem perto dele. E detalhe, a Tarciane vai falar: quando chegaram à casa, tinha cartinhas de criança apaixonadas por ele, porque ele era um cara bom, ele era simpático com criança. Eles são simpáticos. É geralmente o tio bonzinho, como a Dra. Leiliane falou. As crianças sentiam saudade do abusador – é o tio bonzinho.

Então, no dia 22 agora, vai ter sessão do Congresso. Nós estamos pedindo para que o Presidente Davi Alcolumbre coloque o cadastro do pedófilo, esse veto, para a gente votar, e eu tenho certeza de que o Congresso Nacional vai derrubar o veto do Presidente da República.

Nós queremos saber onde estão morando os predadores, onde eles estão trabalhando, para que aquele dono de van escolar não contrate um motorista que respondeu por crime sexual contra criança, para que você não contrate uma babá que respondeu por estupro de criança. E mulheres também estupram, tá, gente? Mulheres também estupram.

Então, o cadastro, nós vamos entregá-lo da forma que o Congresso o apresentou. E nós estamos também, doutora, trabalhando outras legislações.

Deixem-me contar um exemplo para vocês: um funcionário do Senado foi preso com 2 mil vídeos de estupro de crianças e de bebê. Chegou à delegacia, pagou uma fiança de R$15 mil e foi para casa. Está respondendo em liberdade e recebendo o alto salário do Senado. Um ano depois, um advogado foi preso, no Rio de Janeiro, com 20 mil vídeos. Não precisou nem pagar fiança. Foi à delegacia, prestou depoimento e foi embora. Agora em setembro – eu fui a Canoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, um empresário de Canoas foi preso com 200 mil vídeos de estupro de bebês, recém-nascidos e crianças. Ficou três dias preso e foi embora.

Espera aí, a gente precisa também tornar hediondo o arquivo da imagem. Por que eles estão respondendo em liberdade quando você os pega com uma imagem? Porque ter a imagem, compartilhar, armazenar é crime, mas não é crime hediondo. Então, eles estão tendo o benefício da lei de responder em liberdade.

Mas agora nós temos um projeto prontinho. Atenção, senhores que têm vídeos em casa e que estão comprando vídeos: o projeto está pronto, já passou pela Câmara, está pronto no Plenário do Senado para votar, e diz que guardar, compartilhar, comprar, produzir, arquivar vídeos será crime hediondo. Você não vai pagar fiança, você vai ficar na cadeia respondendo por este crime.

Por que, gente? Por que quem compra tem que ficar preso? Porque enquanto tiver demanda terá oferta. Essa é a lógica. Se não tiver quem compre, não haverá pessoas produzindo vídeos de estupro de bebê. E nem sempre quem estupra o bebê é pedófilo, é abusador. Ele estuprou só para produzir a imagem, ele não sentiu prazer nenhum com aquilo, mas ele quer dinheiro. É uma indústria que movimenta milhões. Nós vamos fechar a torneirinha dessa indústria. (*Palmas.*)

Deixem-me repetir: o Congresso vai fechar a torneirinha deste crime.

Nós vamos ouvir agora, com muita alegria, a Polícia Rodoviária Federal, que vai fazer a participação, e no final nós vamos ouvir a Tarciane e terminar com o Maurício. Nós estamos indo para o final da audiência.

Vai falar conosco agora a Bruna Gama Bacelar, Coordenadora do Projeto Mapear da Polícia Rodoviária Federal, da nossa gloriosa Polícia Rodoviária Federal.

Quem não conhece o programa Mapear, vai conhecer agora. É, para mim, o melhor programa de mapeamento – por isso o nome é Mapear – de focos, de lugares em que estão prostituindo as crianças, em que estão abusando e explorando sexualmente das crianças. Só um detalhe: não tem criança prostituta; tem pessoas prostituindo crianças, tem pessoas explorando sexualmente crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ouvir a nossa gloriosa Polícia Rodoviária Federal, com base no Mapear, viu, senhores? É que muita lei foi criada, e, com base no Mapear, políticas públicas foram criadas quando eles horrorizaram o Brasil, dizendo o número de pontos nas estradas em que ainda exploravam crianças e adolescentes.

Bem-vinda, Bruna! Bem-vinda, gloriosa Polícia Rodoviária Federal!

A SRA. BRUNA GAMA BACELAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas!

É um imenso prazer estar participando desta audiência. Eu gostaria de agradecer o convite da Exma. Senadora Damares.

Esse projeto é um projeto estratégico da PRF, é a nossa menina dos olhos, um projeto extremamente importante. Eu gostaria de estar aí participando com vocês de forma presencial, porém me encontro aqui em Florianópolis, onde está ocorrendo o curso de formação da Polícia Rodoviária Federal, e não poderia deixar de participar, mesmo que de forma remota, com vocês.

Ouvir todos esses relatos, ao mesmo tempo em que dá um nó na garganta e dá uma angústia ouvir o que vocês passaram, e me solidarizo com a dor de vocês, ao mesmo tempo, dá uma esperança de ver que, aos poucos, as coisas estão mudando e estão fazendo a diferença. A Senadora Damares está fazendo a diferença ao provocar esta reunião aqui, ao falarmos sobre esse assunto, porque temos que, de fato, falar sobre esses temas e não esconder embaixo do tapete. Então, agradeço muito a oportunidade.

O Projeto Mapear é um projeto de levantamento. A PRF, devido à sua capilaridade, vai fazer o levantamento desses pontos mais propícios à ocorrência de exploração sexual de criança e adolescente. Então, é um projeto que já existe há mais de 20 anos, que já ganhou vários prêmios em nível nacional e internacional, e vai fazer esse levantamento desses pontos.

O foco, então... Os nossos policiais vão lá identificar esses pontos, vão cadastrá-los, e, através de uma metodologia científica, nós vamos classificar esses pontos como baixo, médio, alto e crítico, para, a partir daí, nós podermos fazer, de fato, uma política pública eficiente. Os nossos policiais vão lá, o pessoal da nossa inteligência vai lá, à paisana, para verificar esses pontos em vários momentos do dia, não só no período da manhã, mas também à noite, de madrugada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversando ali com as pessoas que frequentam aqueles pontos e respondem perguntas objetivas sobre esses pontos, como, por exemplo, sobre a venda de bebidas alcoólicas, a presença constante de crianças e adolescentes... Então, são várias perguntas objetivas que esses policiais vão responder para, no final, essa metodologia, esse aplicativo classificar aquele ponto como baixo, médio, alto ou crítico. O foco é atuar antes que o crime ocorra, é justamente ter uma saturação de uma presença policial principalmente nesses pontos críticos, em que há uma chance maior de acontecer uma exploração sexual de criança e adolescente, para que, de fato, haja uma mudança na cultura e a gente consiga atuar com foco na prevenção.

Depois, nós vamos ter o enfrentamento, que seria o quê? Seriam as ações nacionais que a Polícia Rodoviária realiza, como, por exemplo, a Operação Domiduca, que a PRF realiza durante este mês de maio, indo a esses pontos de alta criticidade para poder verificar se, de fato, está ocorrendo alguma exploração sexual de criança e adolescente naqueles pontos. Como resultados operacionais, ano passado nós lançamos a nossa décima cartilha do Mapear, capacitamos 81 pontos focais no Brasil inteiro, fizemos 30 dias de mapeamento e hoje nós temos 17.687 pontos mapeados.

Então, quanto mais pontos nós conseguirmos mapear, e a gente está cada vez mais trabalhando para aumentar esses pontos mapeados, mais nós vamos conseguir acompanhar e monitorar as nossas rodovias federais para verificar, inclusive com o georreferenciamento, se aquele ponto é um ponto em que pode estar ocorrendo uma exploração sexual de criança e adolescente.

O que nós temos percebido é que esses pontos críticos, de alta criticidade, estão diminuindo; ou seja, a presença da polícia, as ações de direitos humanos, a presença ostensiva ali e o mapeamento desses pontos estão fazendo com que esses pontos, que são de alta criticidade, reduzam para média criticidade e até baixa criticidade.

O Mapear é um projeto já consolidado, há mais de 20 anos, extremamente importante para que nós possamos reduzir, de fato, essa exploração sexual de criança e adolescente nas nossas rodovias federais.

Estamos também trabalhando para ampliar essa metodologia também para as rodovias estaduais, para que cada vez mais a gente consiga atuar de forma preventiva e para que nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e adolescentes não tenham que passar por esse trauma, como infelizmente pude escutar nos relatos que as senhoras passaram. Então, que possamos cada vez mais trabalhar, de fato, nesse eixo da prevenção, para que a gente consiga cada vez mais nossas crianças e adolescentes seguras.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, queria trazer só um pouco do projeto Mapear.

E a Polícia Rodoviária Federal se coloca à disposição de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Bruna.

A Polícia Rodoviária Federal é mesmo um exemplo para todos nós. Parabéns pelos 20 anos.

E deixe-me dizer uma coisa: eles vão para as estradas, fingem que são caminhoneiros, fingem que são cafetões, fingem que são pais vendendo crianças, aí eles pegam os predadores. E eles também trouxeram, nos últimos anos, os caminhoneiros nessa luta. Os caminhoneiros estão de olho, os caminhoneiros denunciam, as pessoas achavam que os caminhoneiros eram os maiores violadores. Não, eles são hoje parte dessa luta junto com a Polícia Rodoviária Federal.

Parabéns! Conheçam, vão ao site da PRF, conheçam o Mapear.

Parabéns, Bruna, um abraço ao Diretor-Geral.

E eu quero fazer justiça também à Polícia Federal, senão eles ficam com ciúmes. A Polícia Federal este mês fez diversas operações. Muitas pessoas foram para a cadeia. A nossa Polícia Federal está equipada, o serviço de inteligência da Polícia Federal é extraordinário.

A Interpol tem trabalhos em parceria com a Polícia Federal, especialmente nos crimes cibernéticos, que são os mais difíceis de serem identificados. O Maurício vai falar sobre isso daqui a pouco.

Assim, nós precisamos cumprimentar o Ministro da Justiça, que está dando continuidade às operações, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e, claro, aqui na ponta, nossas polícias civis, nossas polícias militares e os nossos extraordinários conselheiros tutelares – toda a rede de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora a penúltima palestrante, a Tarciane Mara Araújo, Conselheira Tutelar de Água Quente, que é uma cidade administrativa, uma região administrativa a que nós chamamos cidade-satélite, pertinho aqui de Brasília. Fica mais em Goiás do que no DF.

Mas, antes, eu falei para vocês que o conselho era bonito e eu vou mostrar para vocês as imagens do conselho.

Vamos ver esse vídeo. Eu estive lá.

Eu faço questão de mostrar e depois fazer uma provocação para o Brasil.

Mostre o vídeo, por favor.

Dá uma olhadinha nisso, Leiliane.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Acho que o vídeo não passou todo. (*Pausa.*)

Não. O outro vai mostrar o predador. Não vou mostrar o outro não.

Gente, ali, só uma imagem, de uma das salas. E isso...

Você tem foto? (*Pausa.*)

No final da tua fala, tá?

Só para mostrar para vocês, ali é uma das salas.

Todas as salas têm uma cor, estão decoradas, têm uma cadeira linda, o que mostra o carinho do conselho com as crianças. Mas, assim, foi a sociedade que participou desse processo. Dinheiro público não pode fazer um conselho tão lindo assim, porque não tem condições.

E quero convocar agora a sociedade: façam isso com os conselhos tutelares de sua cidade. Vão visitar os conselhos tutelares. Vão lá de tarde e levem um bolinho de fubá com um cafezinho para os conselheiros. Levem um pãozinho de queijo... Abracem os conselheiros tutelares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, gente, do que eles precisam é de uma pintura numa sala. Leve uma lata de tinta, pinte o conselho tutelar.

Às vezes, eles estão com uma telha fora do lugar e, para pedir para consertar, têm que ir para licitação, têm que ir para obra. Vão lá, gente, façam um mutirão! Reformem a sede do conselho tutelar!

Façam o que a sociedade fez em Água Quente para receber seu primeiro conselho tutelar.

Tarciane, você tem a palavra por dez minutos para falar em nome de todos os conselheiros tutelares.

E aqui, no auditório, estamos com os conselheiros tutelares de Samambaia.

Aproveito para registrar a presença de Iarla Brenda Cardoso de Aguiar, do Ápice Down.

Obrigada, Iarla.

Luana Marques, Vereadora do Novo Gama – minha Vereadora –, que também se elegeu com a pauta da infância.

Luciana Medina.

A associação...

Inclusive, a preocupação das instituições de crianças com deficiência, Doutora, é porque essas crianças são abusadas. Elas estão acamadas, algumas não falam, algumas não entendem, e a gente só descobre, na maioria das vezes, quando a menina está grávida.

As crianças com deficiência são vítimas fáceis dos predadores, e Luciana tem um trabalho incrível nessa área.

Está conosco também Marcos Ribeiro, Diretor Executivo do IDE Sem Fronteiras. O IDE está aqui.

Cadê o IDE? Quem está aqui?

Gente, o IDE tem um trabalho incrível no Marajó. Depois vocês procurem, no Instagram, o IDE Sem Fronteiras, o que eles estão fazendo lá no Marajó pelas crianças do Marajó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem aqui a nossa Cíntia, que já falou.

E a gente vai continuar agora.

Tarciane.

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

É um imenso prazer estar aqui, participando desta audiência pública, que fala de um tema que é urgente e sensível também, porque traz traumas para essas vítimas que passaram por isso e também acaba com muitos sonhos de muitas crianças, que não conseguem se erguer.

O Conselho Tutelar atua de forma de linha de frente. É um órgão que, particularmente, faz tudo acontecer, tanto quanto a prevenção, a proteção e a interação da rede.

Eu digo que o Conselho Tutelar tem uma responsabilidade muito grande com as crianças e adolescentes, porque a gente participa da vida daquela criança que passou por isso – porque em nós dói também.

Dentro do Conselho, somos cinco conselheiras, todas mulheres, lá em Água Quente; todas nós somos mães. E o que a gente vê na família é desesperador, é um ato que a gente não quer que aconteça com nossos filhos, e a gente fica com receios, porque, infelizmente, hoje em dia, isso acontece muito no âmbito familiar. São muitos casos no âmbito familiar: é um tio, é um padrasto, é um pai, é um avô... Então, aquele abusador é uma pessoa boa, ele dá presente, ele te conquista, sendo que o pai, o tio, o avô era para ser uma proteção; era para proteger.

Como que você vê um pai que faz você vir ao mundo te fazer um mal tão grande? Um mal... Ele deveria estar ali para te proteger, assim como a sua mãe também.

Tem mães também que são negligentes, que o filho não pode contar para a mãe, porque a mãe apoia.

A gente já recebeu muitos casos em que a mãe sabe, mas ela é conivente. Ela também é abusadora, porque, se ela deixa isso acontecer com a sua própria filha ou filho, ela também participou do ato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Conselho Tutelar faz a prevenção, porque a gente participa muito das escolas, com temas sobre o abuso sexual, para as crianças escutarem, porque criança que aprende o que não fazer com elas, o que não deixar, elas vão se proteger.

Hoje em dia, gente, a criança não entende o que não pode e o que pode, mas é fundamental a gente explicar às nossas crianças o que pode ser feito e o que não pode ser feito, porque uma comunidade e uma sociedade fazem parte também da proteção dessa criança. Não é só o Conselho Tutelar, não é só o Cras, o Creas, a vara da infância, a Deputada Samari... a Senadora Damares, a nossa amiga Joana D'arc... Não; é a sociedade em conjunto. Às vezes, é a negligência na comunidade.

E não são só crianças que sofrem abuso sexual, mas crianças que sofrem violência dentro da própria casa. Tem mãe que quer matar a criança; isso não é mãe; isso é um monstro.

Eu tenho o caso de uma mãe que arremessou um bebê de meses na parede, passou um pente no olho da criança, porque ela foi beber com as amigas e deixou o filho de dez anos de idade cuidando do menor e da outra criança, que era uma menina também. E, quando ela chegou à casa, a tia foi dar leite ao pequenininho, porque ele estava chorando de fome, e ela não gostou, porque ela colocou o filho para ter a responsabilidade – um filho de 10, 11 anos de idade – com um bebê!

Como tem mães assim? Elas existem. Tem muitas mães que são negligentes, que não mereciam ser mães.

Ela fez isso, e a gente chamou a polícia, porque, nesse caso, a gente não precisa ir até a delegacia, mas a gente comunica, faz relatórios.

Lá no Conselho Tutelar de Água Quente, que é uma região administrativa, eles são muito vulneráveis. São pessoas de uma decadência muito grande, que precisam até de passagem para se deslocar. Então, o que a gente faz? A gente pega o nosso carro – o que não é atribuição da gente –, leva até a delegacia, leva ao posto de saúde, leva ao IML... A gente faz todas essas atribuições que não competem ao conselho tutelar, mas a gente faz, porque a gente está ali, naquela comunidade, a gente está vendo a dificuldade em que aquelas famílias se encontram. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é triste, porque nem todos têm a renda que a gente tem e podem fazer o que a gente faz pelos nossos filhos.

A gente vai pelo lado da humanização, do coração, de que a gente precisa ajudar essas pessoas, porque, se você não ajudar, uma mãe não vai à delegacia, mesmo com o filho sofrendo abuso sexual, porque ela não tem a passagem, e ela tem vergonha de falar.

Ela não fala para a gente. A gente pede, mas, no outro dia, a gente faz a ligação, pedindo o boletim de ocorrência, e essa mãe fala que não foi.

Infelizmente, a gente tem que ir até a casa dessa pessoa e buscá-la para levá-la, porque, se a gente não os levar, eles não vão, mesmo sendo negligentes.

Então, a gente faz todo esse amparo com essas famílias – não só com as crianças; com a família também. A gente trabalha em cima das crianças, dos adolescentes e da família, porque a gente precisa estar junto com essas pessoas.

As pessoas falam que, hoje em dia, o número de casos de abuso é maior. Não é; antigamente também era assim! Eu já conheci relatos de mães, avós que foram abusadas, e não puderam falar, porque não tinha nenhum órgão de proteção; não existia. Às vezes, a mãe estava com aquele autor de crime porque ela não tinha condições para criar a filha, e ela deixava isso acontecer. Doía nela, mas ela não podia fazer nada.

A Lei Henry Borel – eu quero até que coloquem aí a foto da criança – é uma lei que... Vejam como a criança é inteligente: essa criança foi até o juiz e pediu ao juiz para que o tirasse do âmbito familiar, porque ele estava sofrendo violência.

Isso demorou muito. Quando o juiz tomou a decisão de tirá-lo, ele já estava morto, dentro de um saco, jogado na mata, porque o próprio pai e a madrasta o mataram...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA – O padrasto e a mãe mataram essa criança e a jogaram num saco preto.

Essa criança vivia pedindo socorro não só às autoridades, mas aos vizinhos também. Os vizinhos sabiam que ela era espancada direto. Os vizinhos sabiam, e não comunicaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi pedir socorro, mas, infelizmente, a vida dele veio a ser ceifada.

Então, a gente precisa fazer denúncias.

Diante de qualquer ato em que você estiver, se você vir e achar estranho, denuncie.

Temos denúncias anônimas, gente. Temos denúncias de todas as formas que a gente... Como conselheiro tutelar, quando a gente recebe essas denúncias, a gente vai fazer a averiguação. E, juntamente com a polícia, eles investigam, para que a gente consiga pegar o autor do crime...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA – ... para que a gente consiga fazer com que essa criança se sinta protegida. O Conselho Tutelar está ali para proteger.

A forma de proteção que a gente faz, e em parceria... Porque a intervenção também é da rede, que é Cras, Creas, vara da infância, e notícia de fato que a gente manda para o Ministério Público, quando precisa.

Isso tudo está ligado a uma sociedade, uma comunidade que precisa se atentar para fazer essas denúncias.

No ano de 2024, foram 18,8 mil denúncias de abuso sexual feitas. Ano de 2024. Aí você vê o quanto de criança que sofre. E o mal está aí.

Ele quer sabe quem? Crianças que são vulneráveis, que não podem se proteger sozinhas, porque sabe que ninguém vai fazer.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA – Pode continuar? (*Pausa.*)

Os sinais de abusadores têm muitas formas.

Esse aí, que foi o abusador que a Damares citou, era um homem muito bom. Chegou dentro de um bairro muito pobre e vulnerável, que é uma quadra, e lá é muito simples – um aluguel lá é R$100, R$200.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, todo criminoso vai para onde? Água Quente, porque a Água Quente é uma cidade de várias pessoas vulneráveis. E ele foi e se colocou lá dentro.

Mas ele só brincava com criança. Ele era o tio das crianças. Como Damares relatou, na casa dele foram encontradas cartinhas, porque ele dava doce, balinha, pão...

E, quando essa criança desapareceu com ele, ele passou o dia bebendo na casa dessa mãe, que também é vulnerável.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA – E, aí, foi em época de Natal, Ano Novo, ele disse que iria comprar pão de manhã com ela, e ela foi, confiando que ele era um cara bom. E, nesse percurso, ele a levou para onde aconteceu o mesmo ato com a sua filha.

Esse cara não pode ficar solto. Ele tem que ser encontrado, pois até hoje ele não foi encontrado.

Ele precisa ser preso, porque a gente pode encontrar ele quando ele fizer outro abuso, porque o abusador, Damares, não para. Ele abusa de quantas vítimas ele puder abusar.

E, quando ele sai da cadeia, ele ainda continua.

Não adianta só a prisão. É o que eu acho. E nem a castração; porque, se castra, tem o dedo, tem a mão, tem a língua, tem objeto. Isso é a vontade dele de fazer. Então, não adianta só castração, ou prisão. Tem que ser mais.

A lei do Brasil precisa ser mudada para esses abusadores e pedófilos. Precisamos que isso aconteça, para que não aconteçam mais essas barbaridades, porque eu tenho certeza de que, se existisse pena de morte para eles, muitos deles teriam medo.

Precisamos que isso aconteça para que não aconteçam mais essas barbaridades, porque eu tenho certeza de que, se existisse pena de morte para eles, muitos deles teriam medo. Mas, infelizmente, enquanto a lei não muda, eles estão aí andando. Neste momento, agora, enquanto nós estamos nesta audiência pública tem criança sendo abusada, e a gente não sabe, infelizmente.

Gente, eu agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai passar aqui na tela esse abusador, que ainda está sendo procurado. Se alguém o vir ou conseguir alguma prova sobre ele, é de suma importância para a polícia.

Quero gradecer também à rede de proteção, que trabalha com a gente nesse enfrentamento sobre as crianças e adolescentes.

Esse aí é o André. Esse rapaz andava nas comunidades com crianças, andava de moto. O abusador não tem cara, não tem como você olhar para a pessoa e dizer que ela é abusadora até que aconteça algo bem grave. Só que ele já tinha o abuso que aconteceu contra a própria filha. É muito triste isso. E eu quero pedir a ela, encarecidamente, muito amor no coração. Eu sei que você venceu essa dificuldade. Você... Ainda existe esse trauma profundo dentro de você e de todas as mulheres que estão sentadas aqui, porque aconteceu com elas também.

A minha decisão de ser Conselheira Tutelar foi porque minha irmã foi abusada – e pelo ânus, porque ele não queria que ninguém soubesse. E ela só foi contar quando estava mais velha, porque, como a Damares disse, ela se sentia culpada.

A criança e a adolescente ainda se sentem culpados pelo ato que aconteceu com eles, e a culpa não é deles. E é muito bom informar isso tanto nas escolas como na sociedade, fazer palestras, reuniões, porque uma criança que é bem-informada é mais protegida, porque ela não vai deixar acontecer. Nossas crianças são muito inteligentes – muito inteligentes! E, se você as informar sobre isso, elas não vão deixar acontecer, elas vão relatar. Antigamente, não. Ninguém relatava, ninguém falava, e as crianças se sentiam culpadas. Por quê? Porque achavam que era um erro.

Então, hoje em dia, informando, relatando, fazendo isso aqui – e não só aqui, mas na comunidade, na sociedade –, a gente vai ter uma maior proteção sobre nossas crianças e adolescentes.

Agradeço aqui a todos por essa participação. Muito obrigada a todos.

Um bom dia. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tarciane, eu acho que todos os conselheiros tutelares do Brasil se sentiram representados em sua fala.

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vocês perceberam que os conselheiros estão no limite, eles não aguentam mais. Todos os conselheiros com quem você fala olham para gente e falam: "pena de morte, pena de morte", porque eles não aguentam mais.

Eu sou contra a pena de morte, mas eu não tenho nenhuma resistência à prisão perpétua – nenhuma. E já está na hora de a gente discutir no Brasil. Está na hora. Vamos conversar sobre... Vamos deixar a hipocrisia no Brasil? Vamos falar a verdade?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, pode falar.

A SRA. LEILIANE ROCHA – Eu concordo com a prisão perpétua num sistema em que eles trabalhem e se banquem, e não a gente bancá-los. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Exato.

Gente, nós vamos para a nossa última fala. É uma fala de uma pessoa que nós amamos muito, o Brasil respeita, ama.

Ele foi o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dedicou toda a sua vida, desde muito jovem, desde 17 anos, 18 anos, cuidando de criança. Hoje, ele preside no Brasil uma das maiores instituições mundiais que protege criança. Ele vai fazer uma fala também de um relatório que a instituição dele está apresentando para o Brasil.

Antes de o Maurício Cunha falar, eu quero lembrá-los de que nós temos seis mulheres–aqui na mesa, seis mulheres na linha de frente, mulheres extremamente corajosas – desculpem a falta de modéstia. Das seis, quatro foram abusadas: eu, Leiliane, Joana D'arc e Tia Keyla; e uma é irmã de uma abusada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, se eu fizesse uma pesquisa anônima entre Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, eu acho que eu teria um número enorme de Parlamentares que também foram abusados na infância. Somos milhões.

E a gente está aqui mostrando boas práticas, mas há um segmento da sociedade que eu quero desafiar agora: a indústria do entretenimento.

Há um material da Dra. Leiliane, vídeos extraordinários sobre as músicas que nossas crianças estão cantando, sobre as músicas, tipo "senta, senta, senta", "soca, soca, soca" – as novinhas! Hoje, os filmes, as músicas, as redes sociais estão erotizando criança, e os jogos.

Mas eu quero dizer para vocês que a indústria do entretenimento tem que vir, sério, porque a gente não aguenta mais. Eu vou mostrar quatro imagens para vocês muito antigas, muito antigas, e Maurício vai fazer um diálogo sobre isso.

As quatro imagens que eu mandei para você, Dimitri. Não essas, as quatro fotos.

Mostro para vocês que não é de agora que a indústria do entretenimento vem erotizando crianças no Brasil.

Nós precisamos enfrentar a erotização infantil!

Quem se lembra disso no passado? Crianças lindas, talentosas. Havia um concurso da menina, em horário livre – a TV brasileira transmitia a tarde inteira –, de três anos, de quatro anos que mais rebolava. E o Brasil aplaudia.

Essas crianças estão adultas, a gente pode mostrar, mas olhem esta foto. Elas cresceram um pouquinho. Para aí. Elas vão crescendo vendendo sensualidade, e muitas crianças as imitavam. Elas estão adultas. As crianças seguiam esses grupos na indústria do entretenimento, que ganhou muito dinheiro em cima dessas crianças e erotizou uma geração. E essa geração, hoje, está abusando também.

Mas vou mostrar mais uma imagem da indústria do entretenimento, que a gente vai ter que trazer neste ciclo de debate.

Olhem esta capa de disco de uma grande banda da década de 60, Scorpions. O nome do álbum era Virgindade, alguma coisa assim. A foto está desfocada, porque eu não posso mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esta hora, mas é capa de disco que nossos pais compraram. É uma menina de uns 11 anos, nua. As gerações dos meus pais e dos meus avós se calaram diante disso, mas a nossa está se calando. Liguem as músicas de hoje.

Olhem isto aqui: crentes compravam esses discos e levavam para casa, religiosos, pais de família.

Os pais de família aplaudiam o "mini-Tchan", o concurso na boquinha da garrafa com criança. Quem se lembra disso? Nossos pais aplaudiram! A indústria do entretenimento precisa vir nessa luta.

Vou mostrar mais uma capa de mais um disco, que todos vocês compraram: Carnaval dos Baixinhos, da Rainha dos Baixinhos, na época. Ela, claro, na época, era muito imatura, havia produtores, mas onde estava o juízo dos produtores dela na época? Ela hoje amadureceu, ela hoje já contou sua história, que ela também já foi abusada, ela hoje faz sua luta. Não gosta muito de mim, inclusive pediu a minha cassação porque eu denunciei os abusos no Marajó.

Mas eu fico pensando: onde nós estávamos que nós não fomos à loja que vendia discos e não pedimos que essa capa fosse substituída? Nós nos calamos, mas a indústria do entretenimento continua, e de forma mais agressiva, e nós vamos discutir sobre isso aqui, nesta Comissão. Os produtores musicais vão ter que se sentar a esta mesa. Os funqueiros vão ter que se sentar a esta mesa. (*Palmas.*)

A rede social vai ter que se sentar a esta mesa.

Adianta nós estarmos na linha de frente – a Dra. Leiliane, o conselho tutelar, o 18 de Maio, a Tia Keyla, a nossa Dra. Cristiane, o Maurício, a Polícia Federal e a Rodoviária Federal –, lutando, e a indústria vindo erotizar a criança? É enxugar gelo!

Isso aqui não é discurso moral, gente. Não é porque eu sou uma Senadora religiosa. Isso aqui é o discurso de quem está incomodada. E nós vamos ter que falar com a indústria do entretenimento, com as plataformas de redes sociais. Nós vamos ter que conversar com os *influencers*. Nós vamos ter que conversar de verdade com o Brasil. A gente não suporta mais. Nós não queremos continuar enxugando gelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora o Dr. Maurício Cunha, que vai fazer esse diálogo conosco. É o último orador inscrito, o último orador convidado.

É uma alegria tê-lo conosco, Dr. Maurício Cunha.

O SR. MAURÍCIO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, bom dia a todos.

Vocês me escutam bem, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Maurício.

Perfeito.

O SR. MAURÍCIO CUNHA – Tudo certo? Está joia.

Quero agradecer a oportunidade. Muito obrigado à nossa Senadora Damares, com quem eu aprendi muito sobre essa temática. Lutamos muito tempo juntos por políticas públicas efetivas de proteção das nossas crianças e adolescentes. Gostaria muito de estar em Brasília, mas a agenda não permite, mas muito me honra o convite. Obrigado, Senadora e toda a Comissão.

Estive ouvindo todas as palestrantes, e eu queria trazer agora uma ênfase, talvez, que vai complementar todas as abordagens até agora. Eu quero trazer o componente da proteção, especificamente a proteção no ambiente digital. É algo absurdo, algo que cresce, a violência *online* contra crianças e adolescentes. A violência sexual cresce exponencialmente no Brasil e no mundo.

Apenas um primeiro dado para nos despertar a consciência: nos últimos meses, o NCMec, que é o órgão americano que faz a busca dessas imagens e baixa as imagens do ambiente da internet, já tirou do ar cerca de 90 milhões – 90 milhões – de fotos e vídeos de estupros de crianças. Você imagina a vida de um pedófilo 35 anos atrás. Trinta e cinco anos atrás, quando não tinha internet, para satisfazer os seus desejos, ele tinha que consumir material impresso, o que é crime. Então, a vida dele era muito mais difícil. E, para compartilhar essas imagens, também era muito mais difícil.

Como é que ele iria fazer? Ele iria chegar para outro homem e dizer: "E aí? Você tem o mesmo desejo que eu?". É complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o advento da internet... A internet nos trouxe muitas coisas boas, mas isso facilitou muito a vida dos pedófilos. Eles se comunicam entre si...

Só a Interpol desbaratou uma rede de 300 mil pedófilos conectados. E, como a Senadora Damares falou, isso hoje é um *business*, isso é um negócio, tem gente lucrando com isso, o que torna muito mais difícil o enfrentamento.

E eles agora se comunicam entre si com perfis *fakes*, com sinais da internet, existe toda uma linguagem que só eles conhecem, com símbolos, e, inclusive, eles compartilham suas preferências sexuais por esses símbolos, tornando as nossas crianças muito mais suscetíveis a esse tipo de crime, porque elas estão no ambiente digital.

Nós temos um agravante: pais e cuidadores da nossa geração sabem menos de internet do que as crianças. Então, eles não têm os mecanismos para se proteger adequadamente nesse ambiente. A grande maioria das crianças e adolescentes já está acessando esse ambiente sem os mecanismos de proteção adequados para isso.

Eu digo uma frase que se tornou referência, muita gente está repetindo ela, que, inclusive, já foi alvo de notícias na imprensa: deixar uma criança sozinha, sem supervisão, no ambiente digital, é o mesmo que deixar essa criança num carro a 180 quilômetros por hora sem cinto de segurança.

Quando você deixa uma criança sozinha no ambiente digital, você está como que conduzindo uma criança ou um adolescente a uma salinha, a um quarto escuro, com 4 bilhões, 5 bilhões de pessoas lá dentro, com livre acesso a ela, e dizendo para essa criança: "Fica aí, se cuide aí sozinha".

É um absurdo o que nós estamos fazendo.

Muitas famílias não sabem que os seus filhos e filhas estão sendo abusados sexualmente no ambiente digital, na sala de estar da casa deles.

Ele está ao seu lado, pai, mãe, cuidador, e você não sabe que o seu filho está sendo abusado sexualmente no ambiente digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares contou a história dela. Ela foi vítima grave de uma violência gravíssima. O que ela sofreu nos inspirou muito, inclusive quando eu estava no ministério, trabalhando com ela. Mas imagine, Senadora, se o que aconteceu com a senhora, aquele ato, tivesse sido filmado.

A gente sabe que aquilo foi gravíssimo e o quanto aquilo a marcou. Mas imagine se aquilo tivesse sido filmado e vendido na internet, aquela cena, e que pessoas comprariam aquele conteúdo para satisfazer o seu prazer e que pessoas lucrariam com aquilo.

Isso se tornaria algo ainda muito mais grave, porque aquela imagem circularia no ambiente digital *ad eternum*. Aquilo estaria sendo relembrado, relembrado, relembrado, e não apenas na memória, mas na realidade da sua vida e da vida de muitas pessoas que assistiriam àquela imagem.

É por isso que nós dizemos que o abuso, que a violência sexual no ambiente digital talvez seja ainda mais cruel, porque ela envolve uma situação *offline* e é eternizada naquela imagem. E nós temos falado muito pouco sobre isso.

Eu estive, enquanto fui secretário, nós colocamos o Brasil, na WeProtect Global Alliance, Aliança Global de Enfrentamento à Violência *Online*, o Brasil esteve, na gestão anterior, como membro da WeProtect, eu estive na conferência global que tratou desse tema, em Addis Abeba, capital da Etiópia, na sede das Nações Africanas, e, das muitas falas ali representadas, nós tivemos pessoal das *bigtechs*, da indústria de entretenimento, da Apple, da Google, Chefes de Estado, mas a que mais me marcou foi a fala de uma *survivor*, como que eles falam lá fora do Brasil: sobrevivente.

Isso é uma coisa que nós devemos também, Senadora, falar mais aqui no Brasil. Lá fora eles usam o termo "sobrevivente". Nós precisamos usar mais esse termo aqui.

Vocês aí, senhoras, são sobreviventes de uma violência sexual. E, lá fora, o perpetrador da violência eles chamam de predador. Precisamos usar mais esse termo aqui no Brasil também: predador.

E lá eu ouvi a história que marcou a minha vida, nunca vou esquecer, dessa jovem, que hoje está com 21 anos, mas que, com 13 anos, sofreu uma grave violência sexual *online*, num *chat* da internet, e todas as crianças brasileiras estão sujeitas a sofrer esse mesmo tipo de violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um *chat*, uma amiguinha, que começou a se apresentar como amiguinha, e não era uma amiguinha, era uma quadrilha que estava por trás, e aí pediu o primeiro *nude*, "Como você é linda, como você é bonita, eu tenho um amigo que faz *book*, que não sei o que, você pode ser modelo"...

Ela compartilhou o primeiro *nude* e, a partir desse momento, se tornou eternamente sujeita à pessoa com quem compartilhou esse *nude*, porque foi vítima de ameaças.

Se você não mandar mais foto, amanhã o *outdoor* na frente da sua escola vai ser a sua foto. Ela, desesperada, teve que compartilhar.

Imagine uma criança de 12, 13 anos ouvir isso. "Se você não compartilhar mais fotos, amanhã vai ser o *outdoor* na frente da sua escola".

Ela se viu completamente enredada por aquela quadrilha.

A família soube do que aconteceu, cuidou, protegeu...

Era uma menina muito inteligente, recebeu o apoio da família – o que não aconteceria em muitos casos –, mas ela se viu completamente à mercê daquela quadrilha, que descobriu tudo da vida dela, entraram na casa dela num dia em que ela estava sozinha em casa, eles conheceram a rotina da família, filmaram o estupro e venderam a imagem.

Ela conta como ela tentou suicídio algumas vezes, como ela conseguiu ressignificar depois o que aconteceu com ela. Hoje ela é uma ativista pelos direitos da proteção da criança no ambiente digital, assim como o trabalho da minha organização, o ChildFund, o Fundo para Crianças, nós trabalhamos muito forte nessa pauta, no mundo todo, estamos em 70 países.

Mas ela contou uma coisa: "Por mais que eu tenha ressignificado o que aconteceu comigo, a minha imagem, a imagem do meu estupro, da violência que eu sofri, estará eternizada, e os meus netos poderão ver essa imagem, porque isso vai circular o tempo todo na internet, e pessoas vão se saciar com aquela imagem".

Então nós precisamos, Senadora Damares, combater a violência sexual *offlin*e e *online*, porque o mundo *online* é todo mundo, é a parte onde as crianças já estão, os adolescentes já estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós publicamos, quinta-feira passada, na Alesp (Assembleia Legislativa de Estado de São Paulo), o resultado da nossa pesquisa.

Isso já foi amplamente divulgado pela imprensa, sexta-feira de manhã foi Bom Dia Brasil, sexta à noite, GloboNews, *Folha de S.Paulo*, porque os dados são aterrorizantes, e eu queria trazer brevemente nesta audiência pública.

O ChildFund, Fundo para Crianças, entrevistou quase 9 mil adolescentes de todos os estados do Brasil. É uma amostra bem representativa, Senadora Damares.

Pasmem: 54% dos adolescentes relatam já terem sofrido uma violência sexual *online*. Isso significa mais de 9 milhões de adolescentes. É muito grave.

Desses 54%, três quartos destes, 75% desses 54%, ou seja, 40% do total de adolescentes afirmam que essa violência foi na interação direta com um predador.

Alguém tentou falar com eles, alguém pediu uma foto, pediu um *nude*, alguém compartilhou uma foto de sexo explícito, uma imagem de sexo explícito.

Não vou usar a psicologia, porque eu não sou psicólogo, não vou usar moralidade... Vou usar a doutrina da proteção integral do ECA. A criança e o adolescente estão em especial condição de desenvolvimento. Ter acesso a esse conteúdo já é uma violência grave; é um estupro virtual, que está tipificado, inclusive, na jurisprudência do Brasil. Isso é gravíssimo e mostra um alto nível de vulnerabilidade dos nossos adolescentes.

Desses 9 mil adolescentes entrevistados, apenas 35% deles relatam ter qualquer tipo de supervisão parental, e 65% estão à mercê dos predadores, não têm supervisão parental – isso também é gravíssimo.

A pesquisa aponta que um adolescente que recebe supervisão parental tem 40% menos chances de sofrer uma violência sexual no ambiente digital.

Os adolescentes brasileiros passam, em média, quatro horas por dia conectados às redes sociais, além do tempo de tarefas e trabalhos escolares – é muito tempo em que eles estão à mercê desses predadores.

Trinta por cento desses adolescentes passam mais de seis horas por dia na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto mais vai chegando perto dos 16 ou 17 anos, vai aumentando o risco de sofrimento de violência: aumenta 1,3 vez o risco de um adolescente de 17 ou 18 anos sofrer uma violência sexual, e as meninas têm muito mais probabilidade, também, de sofrer esta violência.

Outro dado muito preocupante: quando nós pedimos para eles relatarem os *hobbies*, como eles passam o tempo para se distrair, para se divertir, 79% dos *hobbies* mencionados são digitais; apenas 21% das atividades são atividades *offline*, ou seja, os adolescentes estão passando todo o tempo na internet, comprometendo o seu desenvolvimento biopsicossocial e cognitivo, e, além disso, estão em um ambiente de violência, de profunda violência, não só sexual, mas todas as formas de violência.

Noventa e quatro por cento dos adolescentes, Senadora Damares, não sabem o que fazer quando sofrem uma violência, quando se veem em uma situação de risco no ambiente digital.

A primeira ação deles, da maioria deles, é a de bloquear o contato, mas eles não sabem que existe delegacia de crimes cibernéticos, eles não sabem que existem as DPCAs (Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente), eles não conhecem o Disque 100, eles não conhecem muito bem o trabalho dos conselhos tutelares. Então, eles acabam só bloqueando o contato, o que, tudo bem, protege paliativamente, mas não ajuda a combater o crescimento exponencial das violências, principalmente da violência sexual, no ambiente digital.

Nós estamos aqui para advogar o nosso relatório, que vai estar disponível no *site* do ChildFund Brasil, o Fundo para Crianças, para toda a sociedade. Eu compartilharei depois, Senadora, com a Comissão, a versão final do nosso relatório.

Nós não apenas apontamos o problema, mas nós queremos trazer soluções. Nós apontamos também algumas sugestões para o poder público, inclusive.

Algumas delas vou citar aqui brevemente: a criminalização de condutas específicas, como o *grooming*, que é você se fazer passar por uma menininha, um homem adulto se fazer passar por uma menininha no ambiente digital; e a "sextorção", que é o assédio sexual no ambiente digital.

Nós queremos criminalizar essas condutas; nós queremos a padronização de protocolos intersetoriais entre os conselhos tutelares, as forças de segurança e os serviços de saúde, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tratar de crimes digitais; nós queremos o acompanhamento das vítimas após as denúncias, prática já adotada em países como o Canadá e Austrália, vítimas de violência *online*. Nós ainda não temos isso no Brasil.

Nós queremos também que as empresas, as *big techs*, sejam corresponsabilizadas pelos conteúdos – elas trazem esse conteúdo.

Hoje, elas têm apenas que baixar o conteúdo quando há uma denúncia. Alguém denuncia uma imagem, e elas têm que baixar, elas têm um prazo para baixar, mas nós queremos que elas não se limitem a isso, que elas façam uma busca ativa.

Não precisa alguém sofrer essa violência, um jovem ou uma adolescente ver uma imagem de um estupro de uma criança.

Nós temos relatos de uma menina que viu um estupro de uma criança, uma imagem, um vídeo, com 12 anos de idade, e ela nunca mais conseguiu esquecer essa imagem. Essa imagem vem à mente dela todos os dias.

Ela já está prejudicada no seu desenvolvimento psicoemocional. Nós queremos que as *big techs* sejam corresponsabilizadas pelas imagens.

E, mais do que isso, a nossa principal recomendação no relatório, Senadora Damares, membros da Comissão, pessoal que está nesta audiência pública: nós queremos uma política pública nacional de letramento digital, de educação digital ou de cidadania digital, mas que não apenas ensine as crianças a navegar na internet, ensine a fazer Excel, a fazer um trabalho de pesquisas no Google, a usar inteligência artificial. Nós queremos que seja contemplado, nessa política, o componente da proteção digital. Os adolescentes precisam saber se proteger no ambiente digital, e ainda não temos esse componente em nossas poucas políticas, em estados e municípios que têm política de letramento digital no Brasil.

Assim como a gente ensina, na área do trânsito, a criança a se proteger, lá na escola ela aprende que, para atravessar uma rua, ela olha para um lado e olha para o outro, que ela tem que atravessar na faixa, nós precisamos também ensinar as nossas crianças a se protegerem nesse ambiente, com uma política pública de letramento digital. É o que o nosso relatório aponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também políticas públicas que incentivem atividades *offline* que instruam pais e cuidadores a cuidarem e a protegerem os seus filhos no ambiente digital, porque, como eu falei, nós somos de uma geração...

Eu tenho 54 anos de idade. Os meus filhos já são um pouquinho mais velhos, já são jovens, já têm 20 anos de idade e 22 anos, mas eles sabiam, na adolescência, muito mais de internet do que eu. Como que eu iria proteger o meu filho em um ambiente digital?

Será que os pais e mães brasileiros sabem o que é um aplicativo, um *software* de monitoramento da atividade *online* do filho? Será que eles conseguem proteger o filho num ambiente digital? Será que eles supervisionam? Será que tem diálogo? Não tem!

Nós precisamos ter políticas públicas que incentivem esse diálogo, em que os pais e cuidadores conheçam as ferramentas, conversem com os seus filhos, e que os filhos, no Brasil, as crianças e adolescentes, aprendam a se proteger no ambiente digital, porque é onde os pedófilos estão, em que eles entram com um perfil *fake,* e leva 30 a 40 minutos para eles acessarem o seu filho ou a sua filha na internet.

Para concluir, na segunda-feira, eu estava num grande evento com a nossa querida Deputada Estadual Adriana Lara, até próxima da Senadora Damares, que promoveu um grande evento com 600 pessoas, atores do sistema de garantia de direitos do Rio Grande do Sul, e, na mesa de abertura, estava um defensor público do Rio Grande do Sul.

Ele estava contando que, na noite anterior – e estou falando de um Defensor Público do Estado, na mesa de abertura em que eu estava para dar uma palestra sobre proteção digital...

Na noite anterior, ele estava fazendo a tarefa da escola com a sua filhinha, de nove, dez anos de idade, quando o celular da filha toca um alerta com um homem perguntando: "Oi, você está sozinha no quarto?". Ela estava sofrendo naquele momento, em tempo real, um assédio sexual de um predador no ambiente digital – a filha de um defensor público do Estado Rio Grande do Sul.

Ninguém está isento, ninguém está livre dessa violência. Toda criança brasileira que acessa a internet – e é a absoluta maioria delas: as pobres e ricas, de todas as classes sociais –, todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças brasileiras que acessam a internet estão em risco, e é hora de a gente se levantar para combater esse mal.

Obrigado, Senadora.

Parabéns pela iniciativa desta audiência pública. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Maurício, obrigada.

Os dados que o Maurício apresentou – ele os tinha mandado em forma de uma apresentação – vão ficar disponíveis. Vocês podem baixar para usar em suas palestras. Tem muitas pessoas aqui que dão palestra.

Eu estou vendo aqui no auditório a Amanda. A Amanda estava comigo esse final de semana, em Uberlândia, em um grande evento, junto com a Cynthia.

Nós temos um programa chamado Se Liga, Irmã, e o Prefeito de Uberlândia aceitou o desafio de que lá vai ser a cidade número um do Brasil a erradicar a violência contra a criança. Os outros Prefeitos não vão aceitar o desafio? Vocês estão me olhando, né? Nós vamos desafiar todos os Prefeitos.

Então, eu quero dizer que tudo que foi dito aqui vai ficar disponível. Vocês podem baixar, fazer recorte. As apresentações também estão disponíveis.

Nós vamos agora finalizar nossa audiência.

Guardiões da Infância, por três minutos, para cumprimentar. Guardiões da Infância, pediram a palavra? Por três minutos. (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Não?

O.k..

Obrigada, Guardiões da Infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Vereadora Luana, de Novo Gama, nossa amiga, pediu a palavra. São três minutos, para a gente encerrar.

A SRA. LUANA MARQUES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu, como representante e defensora das crianças, estou me unindo ao conselho tutelar, à Delegada, à Polícia Militar. Estou palestrando dentro das escolas, e eu vejo o quanto tem surtido esse efeito, porque a criança não está sabendo, no nosso município... Eu falo pelo meu município, e eu perguntei: "Vocês sabem para que serve o conselho tutelar?". Elas responderam: "Para prender". Eu fiquei tão assustada com aquela fala.

Eu quero parabenizar todos vocês que estão em defesa das crianças. Por quê? Porque a maior devastação que acontece em relação ao abuso vem na fase adulta. Hoje, diversas pessoas estão com depressão, com ansiedade, porque elas foram abusadas, e a gente precisa encerrar ciclos, porque pessoas que ressignificaram aquele abuso hoje estão ajudando pessoas. E, se vocês puderem analisar, 80% de abusadores de hoje foram abusados na sua infância. A gente precisa dizer não, precisamos defender essa causa para que tenhamos pessoas saudáveis.

Eu também já passei por abuso. Ressignifiquei todos os dias. Eu fui uma criança muito ativa: eu falava ainda, eu ameaçava – não ameaçava, eu me defendia –, eu falava: "Olha, se você fizer isso, eu vou contar".

Então, as crianças, como a Conselheira falou, não sabem desde que a gente não ensine, mas, se ensinarmos, elas passam a entender, e aquela curiosidade passa a ser sanada. Então, a gente precisa ensinar como se defender.

Eu tenho ido às escolas. Inclusive, fiz em papel fotográfico, Senadora, aquele sinalzinho vermelho. Entreguei para todas as crianças, nas escolas, mostrando quais as partes que podem e que não podem ser tocadas. A partir do momento em que tocam a parte vermelha...

(*Soa a campainha.*)

... ensinei a como devem se defender.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereadora.

Só aproveitando a palavra da Vereadora, nós estamos aqui com duas Vereadoras. Nessa eleição de 2024, gente, aconteceu um fenômeno, um fenômeno que eu não tinha visto, no Brasil, nos últimos 20 anos: muitos Vereadores se elegeram com a pauta da infância. Nós temos o Leniel Borel, que é o pai do menininho que você mostrou. Ele se tornou um Vereador. Para ironia, o padrasto que matou o menino era Vereador, no Rio. Hoje o pai é Vereador naquela cadeira e está fazendo um trabalho incrível no Brasil. A Tia Keyla foi eleita com a pauta da infância, a Luana, a Carolina Nardone.

Muitas pessoas, no Brasil, se elegeram em suas Câmaras de Vereadores com a pauta específica. Então, tomamos uma decisão: nós vamos formar, no Brasil, uma frente parlamentar, Leiliane, ampla, com Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores e, claro, eu vou presidir essa frente. Nós vamos reunir todo o Legislativo numa frente e a gente vai querer avançar. E nós queremos, inclusive... Nós já estamos conversando, eu, a Keylia, o Leniel e alguns outros, sobre como vai ser o Brasil antes e depois dessa frente.

Os Vereadores precisam vir para a ponta. Porque, gente, a criança está na cidade, a criança não está dentro do Senado, a criança não está dentro da Câmara. Há uma expectativa muito grande aqui no Parlamento, mas é na base que a gente tem que fazer a revolução. Então, quero anunciar que a gente vai fazer o lançamento o mais breve possível. Não deu tempo de fazer em maio, mas a gente ainda vai fazer, se possível, ainda, neste semestre. E os senhores serão os nossos convidados para serem apoiadores dessa frente parlamentar ampla. Vereadores do Brasil inteiro, façam contato com o meu gabinete se quiserem fazer parte dessa frente.

Vamos encerrar.

Os Guardiões decidiram falar.

Aperta o microfone.

A SRA. ALINE SOARES (Para expor.) – Eu quero falar em nome de cada criança para que essa equipe tem trabalhado pela proteção. Eu quero agradecer a cada uma de vocês por usarem a sua dor para ser a sua luta, eu quero agradecer porque não é apenas uma criança, é menos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança que está vivendo a dor, a aflição e o sentimento de abandono por causa do posicionamento de mulheres como vocês. Eu quero agradecer pela disposição, pela coragem, porque eu sei que os desafios são muitos, mas que nós temos convocado homens, mulheres, para serem guardiões, e também para serem intercessores de mulheres como vocês, que têm se posicionado. Então, que vocês possam seguir sabendo que nós estamos aqui juntos nessa causa.

Eu quero agradecer, de uma maneira especial, à Dra. Damares, que eu tive a oportunidade de conhecer alguns anos atrás. Meu filho era um bebê, tenho foto com ele no colo. Ali nós tivemos o primeiro despertamento. Agora essa chama se reacende através do seminário Eu Amo Crianças, através da vida da Leiliane, ali como instrumento precioso, e também Tia Keyla, que nós tivemos a oportunidade de conhecer.

E ontem nós tivemos uma ação, durante a manhã, durante a noite, na igreja de Vila Rosa, por causa de mulheres como vocês. E nós tivemos mais de 200 pais sendo alertados e se posicionando como homens e mulheres que lutam em favor da infância. (*Palmas.*)

Nós tivemos crianças que manifestaram o que está acontecendo com elas. Nós tivemos adolescentes relatando aquilo que eles têm vivenciado. E nós nos posicionamos, porque não importa quem seja...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE SOARES – ... se é um líder, se tem nome, se tem título, se tem cargo, se tem dinheiro. Nós lutaremos pela infância.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Guardiões. (*Palmas.*)

Guardiões falou de homens e mulheres.

Do lado de quem falou está o Tio Matheus, gente.

Olhem o Tio Matheus. Eu conheci o Tio Matheus uns dez anos atrás. Ao lado está a esposa dele.

Muitos jovens, Leiliane, muitos homens, vindo para essa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer cumprimentar o auditório, Tio Matheus? (*Pausa.*)

O SR. MATHEUS OLIVEIRA (Para expor.) – Pronto.

Bom dia a todos.

Quero chamar a atenção aqui dos homens, não é? Vamos abraçar esta causa! De cada dez meninas abusadas, quatro denunciam. De cada cem meninos abusados, um denuncia. E nós estamos indo nas escolas, falando sobre proteção nas igrejas.

Eu sou Presidente do Instituto de Guardiões da Infância, esse instituto que está levando a prevenção aí contra o abuso sexual infantil, e estou tendo esta oportunidade de hoje, depois de vinte anos de estar na igreja, hoje eu estou indo nas escolas. E os meninos têm mais segurança quando nós chegamos, nós que temos essa referência de levar ali a segurança, dizer: "Não, eu sou homem e estou aqui para te ajudar".

E, gente, nós estamos indo nas escolas e, quando terminamos as palestras, os meninos me procuram – "Eu preciso de ajuda", "Está acontecendo isso comigo". E nós precisamos chamar a atenção dos homens para isso. Estão deturbando a imagem masculina na nossa sociedade e esses meninos precisam crescer aprendendo que também tem homens que batalham, que lutam, que defendem, que protegem. Nós precisamos olhar para os pais e dizer que proteção é coisa de homem, é coisa de macho. Nós precisamos olhar para eles e dizer que se sentar no chão, na sala, sentar para conversar com os filhos é coisa de homem.

Então, temos que despertar uma sociedade de homens, que lutam, que defendem, que protegem as crianças.

E, para encerrar, eu quero dizer, Damares, que somente quem passa pelo abuso sexual... Um dia uma pessoa olhou para mim e falou assim: "Como você tem coragem de falar, sendo homem, falar do abuso sexual"? Eu olhei para aquela pessoa e disse: "Quando eu falo do abuso e vejo um menino olhando e dizendo "Eu quero sair disso", "Eu quero me livrar disso", isso para mim é a maior recompensa da minha vida. Aos sete anos de idade eu fui abusado sexualmente. O caminho que eu procurei foi a comida para me proteger. Eu procurei a obesidade para me proteger. Eu passei por um processo em que um homem chegou a pesar 200kg.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MATHEUS OLIVEIRA – Hoje, Damares, eu sou impossibilitado de ser pai por causa do abuso na infância. Mas deixa eu te dizer: diante de tudo que aconteceu, também procurei outro meio de me proteger e que eu achei que era um meio de me proteger, mas, para Deus, era um chamado na minha vida, que é o ministério infantil. Ali eu achei que não ia ter... (*Palmas.*)

Para ali eu olhei e só vi crianças cantando, crianças felizes. Eu disse: "É daqui que eu quero fazer parte". Ali é um chamado de Deus na minha vida.

E hoje nós estamos sendo voz, como guardiões da infância, porque proteger a criança é tão espiritual quanto orar por ela.

Obrigado, guerreiros! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quando eu conheci o Tio Matheus, ele tinha cem quilos a mais. Ele era o dobro disso, né?

Tio Matheus, de cada quatro meninas abusadas, uma denuncia; mas, de cada dez meninos abusados, só um denuncia.

O menino denuncia bem menos – e é porque, às vezes, ele acha que foi uma brincadeira, e que era natural. É uma questão cultural. A gente vai ter que romper algumas barreiras culturais no Brasil.

O David tem 19 anos, é defensor da infância. É o último a falar, David.

Luciana Medina vai falar na próxima audiência, o.k.?

David...

O SR. DAVID CRISTIAN PINTO (Para expor.) – Boa tarde a todos, tudo bem?

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que estão na mesa, e a todos vocês que estão presentes também. Eu considero todo mundo que está aqui, que está assistindo também, um exército de elite da proteção infantil. Vocês que estão aqui estão preocupados com essa causa, e a juventude também está preocupada com essa causa. Eu estou preocupado com essa causa, e tem homens, não apenas adultos e jovens, se preocupando com essa causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito legal a fala de todos os participantes. Levantaram bastante a causa sobre a pornografia no cérebro da criança. O cérebro de uma criança, de um adolescente, está formado completamente apenas aos seus 25 anos. E os prejuízos e os danos no cérebro de um adulto que é viciado em pornografia são muitos, inclusive a diminuição da sua massa cerebral. A massa cinzenta é diminuída gradativamente. Essa massa cinzenta é responsável por alocar neurônios no córtex pré-frontal. O córtex pré-frontal é usado para coisa pouca; ele é, simplesmente, responsável pela sua tomada de decisão.

Essa tomada de decisão não é apenas uma decisão de qual carreira seguir ou decisões importantes da sua vida, e sim sobre as pequenas decisões, até a roupa que você vai usar no seu dia. Então, nós temos crianças, nós temos adolescentes, nós temos adultos prejudicados pela pornografia. A pornografia forma abusadores. E esse círculo vicioso tem se tornado cada vez mais real e é o problema do nosso século, da nossa geração.

Eu passei pela escola há pouco tempo e sei que isso é uma realidade. Os nossos jovens, os nossos adolescentes, as nossas crianças estão viciados em pornografia. E isso que eu citei aqui para vocês são os prejuízos em um cérebro adulto, formado. Imagine esses prejuízos em um cérebro em formação.

Então, cabe a nós, como sociedade, como jovens, como adultos, como pais, como Parlamentares, cuidar e blindar essas crianças desse tema tão importante. A criança, quando entende que isso é um problema, se linca a uma pessoa de confiança. E essa, cientificamente, neurocientificamente, é a forma mais assertiva e que tem mais resultados para vencer o vício da pornografia, juntamente com a assessoria terapêutica.

Eu agradeço muito a oportunidade e eu queria agradecer a todos vocês que estão presentes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID CRISTIAN PINTO – Nós somos um exército de elite para defender essa geração. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, 19 anos e faz parte do exército de elite. Só quero dizer uma coisa: ele é filho da Vereadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Keyla. Então, se a Vereadora Keyla se inspirou em mim, é minha filha; e, se ele se inspirou na mãe, ele é meu neto.

Deixe-me mandar um recado para os abusadores: nós nos multiplicamos todos os dias, e esse exército não vai se calar. (*Palmas.*)

Parabéns, David, parabéns.

Nós vamos para o encerramento.

Dra. Cristiane, dois minutos para agradecimento, consideração final.

A SRA. CRISTIANE RODRIGUES ASSUNÇÃO DE MATOS (Para expor.) – Então, gente, muito importante: muitos temas para aprofundamento e encaminhamentos vários, né, doutora? Do ponto de vista do Judiciário, acho que a gente ainda tem que avançar em legislações e garantias que possam avançar na proteção das crianças e adolescentes, e avançar em estrutura.

E o meu chamamento é para que a gente siga caminhando tanto na prevenção quanto no enfrentamento, e que a gente trabalhe a partir de uma perspectiva sempre articulada da rede de proteção – isso é fundamental.

E o meu chamamento é para que a gente siga caminhando tanto na prevenção quanto no enfrentamento, e que a gente trabalhe a partir de uma perspectiva sempre articulada da rede de proteção – isso é fundamental. Nós temos desafios em comum, como foi trazido, de carência de profissionais e de estrutura, mas juntos a gente vai caminhando para avançar na proteção.

Agradeço a oportunidade, Doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

Vereadora Keyla, agradecimentos.

A SRA. TIA KEYLA (Para expor.) – O que dizer do dia de hoje? Obrigada.

Obrigada, Damares, Senadora, amiga, defensora da infância. Obrigada por ser voz há tantos anos e estar aqui conosco desta maneira tão estratégica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada vez que eu ouço o David e que eu o vejo mergulhado em ser um defensor... Eu quero trazer para você, família que está nos assistindo: o principal protetor dos seus filhos são vocês. Cuidem da sua casa. A partir de uma casa protegida, nós podemos proteger outras casas. Que os nossos filhos sejam flechas nessa geração para mudar a mentalidade distorcida que tem trazido tantos prejuízos para a infância, para a adolescência e para a juventude.

Obrigada a todos os companheiros da mesa, por tanto compartilhar e tanto dedicar a vida a esse tema.

A todos vocês aqui presencialmente e *online*, obrigada.

Nós somos um elo dessa rede imensa que está se levantando no Brasil cada dia mais. Eu faço parte dela com orgulho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Tia Keyla. (*Palmas.*)

Joana D'arc.

A SRA. JOANA D'ARC FERNANDES DOS SANTOS (Para expor.) – Opa! Oi.

Quero aqui agradecer mais uma vez a oportunidade, Senadora Damares. É uma honra muito grande.

Mesmo que os passos sejam de formiguinha, nós temos que nos tornar gigantes e nos multiplicar cada vez mais.

Com certeza, a nossa Secretária de Justiça, a Secretaria de Justiça estará aqui de portas abertas para esse grande avanço nessa proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Joana D'arc. (*Palmas.*)

Dra. Leiliane, agradecimentos finais, considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILIANE ROCHA (Para expor.) – Eu estou com o coração aqui vibrando ainda, tentando processar tudo que nós vivemos aqui hoje, porque ver o Brasil se posicionar diante da infância... E eu fiquei muito mais feliz com o anúncio da frente parlamentar, porque é fundamental a gente colocar a voz pela infância. A infância foi silenciada por muito tempo; agora, ela está ganhando espaço.

Quando o assunto é violência sexual, a gente mexe no eixo principal do ser humano, que é a sexualidade. De acordo com a maior especialista, autoridade no Brasil em sexualidade humana, a Dra. Carmita Abdo, a sexualidade humana é o principal polo estruturante da personalidade e da identidade de um indivíduo. O abuso sexual, a erotização e a pornografia trincam toda a formação da sexualidade, que é o principal polo que estrutura a personalidade e a identidade. Então, se a gente não proteger a sexualidade infantil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILIANE ROCHA – ... a gente vai jogar a infância no ralo; a gente vai deixar a infância a serviço dos perversos, e os perversos a serviço da infância.

Os abusadores estão em todos os lugares, e os protetores precisam estar em todos os lugares, com as ferramentas certas, os métodos adequados e com o coração e a alma nessa causa.

Agradeço a Deus por esta audiência pública.

Agradeço à Senadora Damares por enfrentar com bravura os pedófilos e esses crimes e por proteger a infância, a adolescência e as mulheres, também, com muito afinco.

Agradeço a todos que estão aqui, porque quem está aqui se identifica com a causa, quem está aqui tem o coração na causa, quem está aqui quer mudar essa realidade.

Agradeço a Deus também pela vida de vocês. Honro todos vocês que estão aqui, que estão aí e que estão em casa assistindo a esta audiência.

E vamos à luta, porque nós só começamos. E nós não pretendemos parar enquanto uma criança esteja sendo vítima.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Leiliane.

Para quem ligou a televisão agora e se encantou com Tia Keyla e com a Leiliane, com todos, deixe-me dizer uma coisa: você, papai e mamãe, não pode mais dizer: "Eu não sei o que fazer, não tenho informação". Elas estão disponibilizando, nas redes sociais delas, em todas as plataformas, material para te ajudar – pai, mãe, professor. Procure Tia Keyla no Instagram, no YouTube. As animações, os desenhos animados, as historinhas estão lindas. E você, educador, orientador, procure Dra. Leiliane Rocha – não esqueça este nome: Leiliane Rocha. Ela está compartilhando, de graça, anos de conhecimento.

Gente, queria eu, quando comecei tudo isso, ter uma Keyla e uma Leiliane compartilhando.

Procurem o Instagram de Dra. Leiliane Rocha. Também do Fundo da Criança, de que Maurício acabou de falar. O Fundo tem mais de 50 anos de atuação, é um Fundo que está em 70 países fazendo isso. Então, a gente trouxe aqui grandes experiências. Procurem, procurem.

Tarciane, agradecimentos.

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA (Para expor.) – Mais uma vez, agradeço aqui a todos e a todas por este privilégio de estar aqui passando essas informações que são muito importantes para todos nós, para que a gente saia daqui sabendo dessas informações e repassando para mais pessoas para a gente conseguir ajudar o maior número de pessoas possível a se conscientizarem e também para essas crianças serem protegidas não só pelo Conselho Tutelar, mas por todos nós que estamos aqui, representando as crianças e adolescentes do nosso país – e não digo só do Brasil, mas do país inteiro.

Agradeço a Senadora Damares por esse convite tão especial.

E eu queria saber de vocês se vocês conhecem o canal de denúncia do Conselho Tutelar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA – Conhece? Conhece? Então, é o Disque 100 ou 125, para qualquer denúncia anônima, ou também você pode se identificar. A gente agradece o contato, porque toda denúncia é um pedido de socorro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TARCIANE MARA ARAÚJO BESSA – Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Obrigada.

Vamos ouvir Luana, Polícia Rodoviária Federal, para agradecimentos e considerações.

Luana? Ainda está *online*?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bruna. Desculpe, Bruna.

Ainda está *online*, Bruna?

A SRA. BRUNA GAMA BACELAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Agora sim.

Queria agradecer mais uma vez pelo convite. Esse time aqui é um time de peso, e isso me deixa muito feliz. Foi muito importante ouvir cada um de vocês. Isso nos dá esperança de continuar o nosso trabalho cada vez mais firmes, fortes.

Contem com a Polícia Rodoviária Federal.

Qualquer coisa, podem ligar também no 191 da Polícia Rodoviária Federal. Para qualquer situação que verificarem nas rodovias federais, podem entrar em contato com o nosso supertime policial, que a gente vai estar à disposição para poder averiguar qualquer situação e para, cada vez mais, nós podermos ajudar e salvar essas nossas crianças e adolescentes.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bruna. Dá um abraço em toda a equipe do Mapear.

Para quem está ligando a televisão agora, Mapear é um programa da Polícia Rodoviária que mapeia os lugares onde tem exploração sexual de crianças e adolescentes.

Maurício Cunha, do Fundo da Criança, para agradecimentos e considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mais uma vez, quero agradecer, Senadora, e dizer que é uma grande honra participar deste momento.

Parabéns a essas guerreiras incríveis que estão aí.

Quero fazer um reconhecimento também especial, um elogio à fala do Tio Mateus. Parabéns pela coragem de se posicionar também como homem. A gente precisa de todo o mundo junto nessa, protegendo as nossas crianças. Nós somos pais de meninas, nós cuidamos da infância também como homens... (*Falha no áudio.*) Isso é muito importante.

Quero dizer também que o material, a nossa pesquisa estará disponível amanhã, a partir de amanhã, no *site* do ChildFund Brasil, fundo para crianças. É um pouquinho complicado porque o nome é em inglês: childfundbrasil.org.br, que significa fundo para crianças. Você vai achar fácil lá. Qualquer dificuldade, coloque apadrinhamento.org.br e também vai entrar no *site* do ChildFund. Todas as nossas informações estão lá, não apenas a pesquisa, mas também recursos para crianças, adolescentes e famílias. O ChildFund criou cartilhas de orientação aos pais sobre proteção de crianças no ambiente digital. Criamos, inclusive, um curso para que as próprias crianças e adolescentes possam se proteger, com desenhos, de uma forma bem lúdica, bem tranquila, bem amigável, para as crianças se protegerem no ambiente digital. Os cursos estão disponíveis para quem quiser usar no brasil, gratuitamente, é só acessar nossa plataforma. As escolas podem implementar, os municípios e estados podem implementar.

E quero concluir também dizendo a frase do Nelson Mandela. Ele disse: "Não há revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como ela trata suas crianças".

Parabéns, Senadora! Parabéns a todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Maurício.

Eu informei a vocês que Maurício é o ex-Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. E aqui eu preciso fazer um registro: o Ministério dos Direitos Humanos do atual Governo foi convidado para esta audiência, e o secretário ou secretária – a gente nem sabe se é Secretário ou Secretária, eu tenho dúvida – nacional do atual Governo também foi convidado, mas eles não vieram e nem mandaram representantes. Eu só gostaria muito de fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que não seja poque eu sou uma Senadora conservadora, dita de oposição. Eu tenho trabalhado neste Senado, no meu mandato: criança não tem partido, criança não tem direita e esquerda. Que o Ministério me entenda, que o Ministério venha nos ajudar, porque as contribuições que trouxeram aqui eu vou encaminhar para o Ministério, contribuições incríveis! O que nós queremos é... Enquanto o Brasil ficar brigando desse jeito, quem vai pagar o preço é a criança. Então, nós queremos muito que o Ministério nos entenda. Todas as vezes que a gente convidar... A Polícia Rodoviária Federal veio, e é do Governo; o Tribunal de Justiça veio, e o Tribunal de Justiça não é direita e nem esquerda, e está aqui. Então, eu lamento a ausência do atual secretário ou secretária nacional dos direitos da criança e do adolescente; lamento a ausência do Disque 100 aqui, presente nesta audiência, e da ministra ou representante, mas fica registrado. Talvez agora... Eu vou me aproximar mais, conversar e dizer: "Ó, é pela criança, vai lá, esquece que sou eu, vai lá".

Que Deus abençoe o atual Governo e que ele acerte na condução.

Agradeço a presença de todos.

Gente, são tantas as perguntas que vieram via internet! Nós não vamos dar conta nem de ler. Aos internautas, obrigada pela participação.

Quero agradecer especialmente à Andressa por ter compartilhado sua dor com a gente, ter permitido contar a história – corajosa! –, por ter ido para as redes sociais. Não deve ter sido fácil ver a foto do seu pai, que é o seu agressor, que agrediu outra criança e está sendo procurado pela polícia. Obrigada por ter contribuído, mesmo caladinha, quietinha. A sua história mexeu com todos nós. E à Cíntia, por ter tido a coragem de compartilhar. As duas são adultas. A sobrinha da Cíntia já morreu, não há nenhum problema a gente ter falado das histórias, mas eu quero que a TV Senado continue focando em mim.

Há um avô que chorou durante a audiência aqui, que está presente; há outras mulheres aqui, abusadas; e há uma mãe – TV Senado, não mostre –, há uma mãe cadeirante que chorou a audiência inteira, porque ela é uma mulher com deficiência, mãe de uma criança com deficiência e que foi abusada de forma cruel. A gente não pode mostrá-la, porque, se mostrarmos, a gente vai saber quem é a criança. Ela está aqui. Depois, vocês que estão aqui, podem abraçá-la. Ela conta a sua história, mas eu não vou exibi-la, depois vocês a abraçam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que todas nós, sobreviventes, possamos ser acolhidas. Quem sabe daqui a alguns anos alguém vai escrever num livro de história que a audiência que aconteceu no Senado Federal, no dia 19 de maio de 2025, foi histórica e mudou a condução da política de proteção da criança no Brasil?

Eu acho que a gente cumpriu a nossa missão hoje. Que Deus abençoe o Brasil!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Cleitinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima segunda à vigésima quinta reuniões, que são aprovadas. A reunião é suspensa às onze horas e dezesseis minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2621, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Plínio Valério. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5172, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2880, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1773, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA)." Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). Relatoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, para reexame. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6477, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir entre os efeitos da condenação a proibição de exercício de atividade profissional vinculada a criança ou a adolescente pelo condenado por crime contra a dignidade sexual dessas pessoas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2799, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, para incluir mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senador Zequinha Marinho. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Jorge Seif como relator "ad hoc". Na sequência, Comissão aprova o Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3608, de 2024 - Não Terminativo - que: "Faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar." Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5018, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 25 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 723, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza, nos termos dos arts. 176 §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, em virtude da aprovação do Requerimento nº 42/2025- CDH. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 42, de 2025 que: "Requer Audiência Pública para discutir o PDL 723/2019." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA), Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. O Senador Paulo Paim subscreve o requerimento que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Lei n° 2239, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Laércio Oliveira. Relatório: Pela aprovação do PL nº 2.239 de 2022, bem como das Emendas nº 1-CDH, Emenda nº 2-CDH, Emenda n° 4-CDH e Emenda nº 6-CDH, e pela rejeição da Emenda nº 3-CDH e da Emenda nº 5-CDH, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A matéria é incluída como Item Extrapauta. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto e às Emenda nº 1-CDH, Emenda nº 2-CDH, Emenda n° 4-CDH e Emenda nº 6-CDH, e pela rejeição da Emenda nº 3-CDH e da Emenda nº 5 - CDH, na forma da Emenda nº 7-CDH (substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/21

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª Reunião à 25ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos fazer uma inversão de pauta – estou propondo. Os que aprovam...? (*Pausa.*)

Aprovado.

A primeira parte...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqui a gente tem pressa para salvar vidas.

A primeira parte da nossa reunião... A gente vai voltar à pauta original. A nossa Senadora Mara acabou de chegar. A primeira parte da nossa reunião... (*Pausa.*)

Nós vamos suspender a sessão deliberativa que eu acabei de abrir, vamos suspender e vamos para a primeira parte da reunião, que já estava anunciada, que é a instalação da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. Então, a gente vai fazer a instalação dessa Subcomissão.

Enquanto a nossa Senadora Mara se aproxima, eu quero já, Senador Paim, registrar que está presente no plenário – e, com muita alegria, a gente o recebe – o Defensor-Geral, o Dr. Leonardo, um amigo, um companheiro desta Comissão, que veio, Mara, para prestigiar a instalação da Subcomissão.

E já vou informando, Senadora Mara, que a Defensoria Pública da União (DPU) já está trabalhando um projeto para trabalhar junto com a nossa Subcomissão. Já apresentaram o projeto à Comissão. Defensores públicos da União estarão designados formando um grupo de trabalho dentro da Defensoria para que as mães que estão em desespero, essas mães que tiveram os filhos subtraídos, tenham o apoio da Defensoria Pública da União. E aí, Defensor, que alegria foi ter recebido o senhor, a sua equipe, com essa sensibilidade do senhor, Defensor, de fazer esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acolhimento a essas mães. Tudo vai acabar chegando lá, em vocês mesmo, mas o senhor se antecipa e vem prestigiar, Mara, a instalação da Subcomissão. Nós o acolhemos com muito carinho, com muito respeito. Não tem direitos humanos no Brasil sem a DPU. Não tem garantias de direitos sem a DPU. São vocês que estão lá na ponta, são vocês que estão com os que mais precisam. Aqui, nesta Comissão, nós temos Senadores apaixonados pela DPU, como o Senador Paim e a Senadora Mara. Nós estamos muito felizes com a sua presença e dos demais defensores que o estão acompanhando. (*Pausa.*)

(*Suspensa às 11 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 59 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senhores, a gente vai já reabrir a sessão deliberativa e nós temos uma certa urgência porque o Senado hoje está lotado de Prefeitos e os Senadores têm um monte de compromisso.

Então, vamos declarar reaberta a sessão deliberativa.

Eu peço às pessoas que estão no auditório que por favor façam silêncio.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos ter a leitura de votos e votos importantes agora.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2621, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS.*

- Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

Autoria: Deputado Federal Capitão Alberto Neto.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para a leitura do relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Damares.

Antes, eu só queria falar para a senhora, a Mara saiu, que lá em Manaus a gente ajuda muito as associações de mulheres e mães. Eu ajudei uma porque trabalhava com mulheres e a pessoa que coordena foi me visitar para agradecer. E aí, Damares, eu me assustei – era Oasis, o nome da associação –, é uma associação que trabalha com mulheres que viviam no cativeiro. Aí eu olhei para ela e falei: "Cativeiro, cativeiro?". Ela disse: "Não, Senador, cativeiro de marca de algema no pulso".

E eu não conheço esse local, eu ajudei distante. Tenho marcado lá, eu vou fazer essa visita para depois fazer um relato. Em Manaus isso. Tinha até, ela me disse, uma ucraniana lá, que eles resgataram e trataram.

Vamos, então, ao nosso relatório.

Nesta Comissão, o assunto é pertinente, de autoria do Deputado Capitão Alberto.

A proposição é estruturada em três artigos.

O art. 1º especifica o objeto da futura lei. O art. 2º, por sua vez, acrescenta o inciso XII ao §4º, do art. 18, do Estatuto da Pessoa com Deficiência para prever, entre as ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência, a "distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiência ocultas".

Por fim, o art. 3º determina que a lei decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor, o Deputado Capitão Alberto Neto, defende que as pessoas com essa deficiência se deparam com a existência de barreiras obstruindo a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, embora sem apresentar alterações visíveis. Ele argumenta ainda que o reconhecimento da deficiência é de grande importância, pois permite antecipar a assistência necessária para essas pessoas ou mesmo reconhecê-las como titulares de direitos e garantias previstos em lei.

A matéria foi distribuída, como a senhora falou, à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

E a análise diz que compete a esta Comissão analisar e que a matéria é digna de ser acolhida.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem mais de 18 milhões de pessoas com deficiência vivendo no Brasil. Dados do instituto também mostram que essa parcela da população está menos inserida no mercado de trabalho, tem menos acesso à educação e, por conseguinte, enfrenta também mais dificuldade de acesso à renda.

Diante desse cenário, é evidente que o Estado precisa atuar para garantir, de forma efetiva, os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Um dos caminhos para isso passa pela superação das barreiras atitudinais – atitudes ou comportamentos que impedem ou dificultam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais.

Em 2023, houve um avanço importante nesse sentido: o reconhecimento, no âmbito do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do cordão de girassóis como símbolo nacional de identificação das chamadas deficiências ocultas – aquelas que não apresentam características visíveis e, por isso, muitas vezes não são reconhecidas pela sociedade como pessoa com deficiência, o que expõe essas pessoas a constrangimentos e limitações no exercício de seus direitos.

Esse marco representou uma vitória importante, sem dúvida, mas ainda há muito a avançar. Embora o cordão de girassóis já esteja previsto em lei, ele não é acessível a todos. Há custo envolvido em sua compra, o que acaba restringindo o alcance da medida justamente entre quem mais precisa dela. Por isso, o PL em análise é extremamente oportuno. Ao prever que esse item,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essencial para a convivência social das pessoas com deficiência oculta, seja ofertado gratuitamente pelo SUS, a proposta dá, assim, um passo importante para que o direito à identificação se torne, de fato, uma realidade para as pessoas com deficiências ocultas.

O voto, como não poderia deixar de ser, é pela aprovação do projeto em análise.

Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS.

Parabéns, Senador Plínio, pelo voto. É um projeto extremamente necessário. Eu sei que tem muita gente acompanhando esta votação hoje e a apresentação do seu relatório. Parabéns.

Os Relatores pediram para retirar os itens 2, 3 e 4 de pauta. Eu já informo que eles voltarão para a pauta semana que vem. Nós temos um acordo entre nós de que, depois da segunda ou, no máximo, da terceira vez que o Relator não estiver na reunião, nós nomearemos Relatores *ad hoc*. Os Relatores estão sabendo... A não ser que seja um caso como o do Senador Flávio Arns, que está doente, está em missão oficial e quer fazer a relatoria, insiste em ler, aí a gente vai manter, mas, semana que vem, os relatórios da Senadora Dorinha...

Acho que são todos dela, não é?

... e do Senador Girão voltarão à pauta. São os itens 2, 3 e 4.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5172, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

- Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1773, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.)

Quanto ao item 5, eu sou Relatora, mas eu vou, para a gente economizar tempo – o meu é um voto um pouquinho maior –, propor uma inversão de pauta: a gente faz a leitura e a votação do item 7 da pauta... (*Pausa.*)

Ah, é o item 6. Está bem.

Nós vamos para o item 6, cujo Relator é o Senador Zequinha Marinho, e o Senador Seif fará a leitura *ad hoc*.

Então vou pular o número 5, depois um dos senhores me substitui aqui, e eu faço a leitura do item 5.

Item 6 da pauta, projeto terminativo. Então nós vamos ter que abrir, discutir, colocar em votação, enquanto a gente encaminha a leitura dos demais. O projeto altera uma lei recente.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2799, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, para incluir mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais nos planos de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

Tramitação: CSP e terminativo na CDH.

- Em 10/12/2024, a matéria recebeu Parecer favorável da CSP.

A relatoria é do Senador Zequinha Marinho.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para a leitura *ad hoc*.

Senador Jorge, antes que o senhor comece a ler, eu sei que o Senador Plínio tem que sair.

Senador Plínio, nós entregamos hoje à Comissão de Direitos Humanos o relatório da viagem dos três Senadores à Argentina. Esse relatório não precisa ser aprovado porque ele é parte de um grande trabalho que vai visitar todos os presos políticos, mas o relatório específico da viagem à Argentina já está entregue, já está público para os senhores terem conhecimento. Nós vamos votar só o relatório final quando a gente fizer a visita a todos os presos. Isso é só para informá-lo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu me justifico, por causa da correria, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Nós entendemos que hoje o dia está bem corrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Seif, a leitura *ad hoc* do voto do PL 2.799, de 2024.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sra. Presidente, se a senhora me permitir eu vou direto para a análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matéria relacionada à garantia e à promoção dos direitos humanos, inclusive os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PL por este Colegiado.

A proposição sob análise atende também aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, e foi redigida de acordo com a adequada técnica legislativa.

Em relação ao mérito, a proposição merece ser acolhida. As mulheres indígenas e as mulheres de povos e comunidades tradicionais são frequentemente desconsideradas quando se trata de políticas específicas de enfrentamento da violência contra a mulher. Seus modos de organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e necessidades específicas são simplesmente ignoradas.

Essa invisibilidade impossibilita que as políticas públicas sejam eficazes para esses grupos, o que é de extrema gravidade, especialmente porque as mulheres indígenas e as mulheres de povos e comunidades tradicionais são gravemente atingidas pela violência de gênero.

As ações violentas contra essas mulheres são praticadas tanto por integrantes de suas comunidades quanto por pessoas de fora de seus grupos. São frequentes os casamentos forçados, abusos sexuais, doação de filhos sem consentimento, entre outras condutas.

A proposição busca contribuir para melhorar esse cenário, especialmente no que concerne à violência doméstica e familiar. Por isso, altera a Lei nº 14.899, de 2024, para prever que os planos de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher deverão contemplar as mulheres indígenas e as mulheres de povos e comunidades tradicionais, levando em conta as questões socioculturais, as diversidades e as especificidades de cada povo, estabelecendo um processo de escuta pelos órgãos de governo para a qualificação de ações específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, dispõe que os órgãos responsáveis pela política indigenista e os responsáveis pelas políticas de proteção das mulheres de povos e comunidades tradicionais deverão participar da elaboração dos planos de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, usando todos os meios disponíveis para a proteção integral das mulheres indígenas contra práticas que atentem contra a vida, a saúde e a integridade físico-psíquica.

O PL é, portanto, bastante oportuno, pois garante que os entes federativos levem em consideração as mulheres indígenas e mulheres de povos e comunidades tradicionais na formulação e implementação de políticas de enfrentamento da violência doméstica e familiar. As medidas previstas na proposição fomentarão políticas públicas setoriais mais eficazes, visto que focadas nas necessidades e particularidades dessas populações, historicamente marginalizadas.

Por fim, Sra. Presidente, destacamos que a proposição está em consonância com o disposto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais, que prevê a não discriminação aos homens e mulheres indígenas; com a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que prevê que os estados adotarão medidas, junto com os povos indígenas, para assegurar que as mulheres e as crianças indígenas desfrutem de proteção e de garantias plenas contra todas as formas de violência e de discriminação; e com a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que dispõe que as mulheres indígenas têm direito ao reconhecimento, proteção e gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais constantes do direito internacional, livres de todas as formas de discriminação.

Voto.

Em razão do exposto, Sra. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.799, de 2024.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão à matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação nominal o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Eu peço às assessorias que falem com os seus Parlamentares. Nós vamos abrir o painel para a votação, mas a gente vai continuar a reunião, mas não sem antes dizer, Senador Paim e Senador Seif – eu sou autora desse PL; o voto do Senador Zequinha está maravilhoso; e obrigada, Senador Seif, pela leitura *ad hoc* –: a lei é recente, e a gente viu aqui essa necessidade, Senador Paim, de que, para a rede estadual de enfrentamento da violência contra a mulher, que foi aprovada em 2024, nós trouxéssemos as secretarias de igualdade racial dos estados, e nos estados em que tiver a Funai, esta participar, porque deixar só com uma Secretária da Mulher para decidir sobre violência contra a mulher indígena? Tem as especificidades.

A esse projeto a gente não apresentou a emenda na época, porque a Ministra Cida tinha pressa em aprovar para fazer essa entrega. A gente concordou que aprovaríamos a lei, mas essa brecha a gente fecharia agora, por meio de um projeto de lei. Então, é essa a justificativa – obrigado, Senador Seif – para que nenhuma mulher fique para trás na rede estadual de enfrentamento da violência contra a mulher.

Nós estamos em processo de votação.

Solicito que os Senadores que estão em plenário já votem e os assessores da Comissão peçam aos demais Senadores para também depositarem seu voto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos agora para o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3608, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faculta ao contribuinte pessoa física efetuar, diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, tantas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso quantas forem as quotas do imposto a pagar que indicar.

Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Autoria do Senador Beto Martins, que já não está conosco; aproveito para registrar e mandar um abraço a ele.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu fiz um texto aqui explicativo para aqueles que nos acompanham via YouTube. O voto é longo. Então, eu vou fazer aqui um resumo do que é, Senadora Damares.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, assessorias e todos que nos acompanham no Brasil, neste momento em que milhões de brasileiros estão prestando contas ao Fisco e nos aproximamos do fim do prazo para entrega de declaração do Imposto de Renda, é mais do que oportuno discutirmos esse projeto de lei que fortalece a cidadania fiscal.

A proposta permite que contribuintes pessoas físicas façam várias doações diretamente na declaração aos fundos dos direitos da criança e do adolescente e aos fundos dos idosos, um por cada cota de imposto a pagar.

Em vez de deixar esse recurso no caixa único da União, Senadora Damares, o cidadão poderá direcioná-lo a projetos sociais de sua própria comunidade de forma simples, transparente e mais efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar e deixar um grande abraço ao Senador Beto Martins, um grande amigo, de Santa Catarina, do meu estado, pela iniciativa e pela sua atuante e profícua contribuição neste Parlamento, mesmo com pouco tempo de mandato.

Esse projeto, Senadora Damares, Senador Paim, qualifica a relação entre o contribuinte e o Estado e fortalece as redes de proteção social.

Peço apoio dos nobres pares para a aprovação dessa proposta.

O momento é agora.

Muito obrigado.

Vou direto para o voto, Sra. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.608, de 2024, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

[...]

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei permite que o pagamento de cada doação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Fundos do Idoso realizada diretamente na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física possa ser efetuado até a data de vencimento da quota subsequente do imposto.

Art. 2º O art. 260-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 260-A. A partir do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, a pessoa física poderá optar pelas doações de que trata o inciso II do caput do art. 260 desta Lei diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

.....

§ 2º-A. O número de doações não poderá exceder o número de quotas do imposto a pagar indicado pelo contribuinte na Declaração de Ajuste Anual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º O pagamento de cada doação poderá ser efetuado até a data de vencimento da quota subsequente do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

....." (NR)

Art. 3º O art. 2º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º-A. A partir do exercício de 2020, ano-calendário de 2019, a pessoa física poderá optar pelas doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso de que trata o inciso I do caput do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

§ 1º As doações de que trata o caput deste artigo poderão ser deduzidas até o percentual de 3% (três por cento) aplicado sobre o imposto de renda devido apurado na declaração:

.....

§ 2º-A. O número de doações não poderá exceder o número de quotas do imposto a pagar indicado pelo contribuinte na Declaração de Ajuste Anual.

§ 3º O pagamento de cada doação poderá ser efetuado até a data de vencimento da quota subsequente do imposto, observadas instruções específicas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

....." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda 1, da CDH (Substitutivo).

O projeto segue para análise terminativa da CAE.

Parabéns, Senador Seif.

Nós estamos no final da apresentação das declarações, quero fazer um apelo: doem para o Fundo do Idoso, gente, por favor. Nós precisamos, Senador, fazer campanhas sobre isso. Nós temos fundos municipais com o recurso praticamente zerado. E essas doações seriam muito bem-vindas. Vocês podem doar para o Fundo do Idoso, para o Fundo da Criança. Não percam a oportunidade de ajudar os projetos sociais da sua cidade por meio da doação do seu Imposto de Renda.

Parabéns, Senador Seif.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, se me permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 9...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Item 9... Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – O Senador Weverton não está aqui presente e pediu para eu ser signatário também de um requerimento sobre uma audiência pública. Eu tive o cuidado de falar aqui com o Senador Jorge Seif. Ele, naturalmente, como Relator, conhece toda a questão e pelo menos me disse que de parte dele não há nenhum obstáculo. Se V. Exa. permitir, eu leio o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item extra da pauta. O Senador Paulo Paim solicitou a inclusão extrapauta do Requerimento 42, de 2025, da CDH, de autoria do Senador Weverton.

Em votação a inclusão extrapauta do Requerimento 42, de 2025-CDH, não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública para discutir o PDL 723/2019.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA) e outros

Ele é subscrito pelo Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, na verdade, lendo o requerimento que o Senador Weverton fez, eu esclareço a todos qual é o objetivo.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o PDL 723, de 2019, que autoriza, nos termos dos arts. 176, §1º, e 231, §3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbangue I e II, no Estado de Santa Catarina.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Lucia Alberta, Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável/Funai; o Sr. Marcos Kaingang, Secretário de Direitos Territoriais; o Sr. Fábio Tomáz Ferreira da Silva, Coordenador-Geral de Mesas de Diálogo; e o representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).

É claro, Sra. Presidente – eu entendo assim, e a senhora é quem decide –, que, se outros Senadores indicarem outros indicados para esse debate, enfim, para essa reunião de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, serão todos bem-vindos. O que se quer é dialogar um pouco o tema e, depois desta audiência, que a senhora, se assim entender, marcará no tempo adequado, nós vamos ao voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão, Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente...

Obrigado, Senador Paulo Paim, que, com toda a gentileza habitual e educação, conversou comigo sobre essa audiência pública.

Eu falo para V. Exa. o seguinte, Sra. Presidente: esse tema já foi postergado muitas vezes. A senhora sabe, assim como no estado do Senador Paulo Paim, no Rio Grande do Sul, nós temos muitos problemas de enchentes, de necessidade de armazenamento de água, de contenção de água. Inclusive, quanto à construção dessa barragem, nós tivemos várias audiências lá com a própria população indígena. Ao fim e ao cabo, além de fazer todas as contenções ambientais, proteção, oportunidade, ainda 3,15% dos lucros gerados por essa PCH serão destinados a essas comunidades indígenas.

Então, deixe-me ler aqui um resumo do relatório, já que faremos uma audiência pública, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Seif, então o senhor vai ler o relatório...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não vou ler o relatório, só vou ler o resumo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, a gente não vai colocar em votação o relatório hoje.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, porque temos que reiterar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos votar o requerimento; se aprovado, suspende.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, como há um acordo entre os senhores, o que eu posso fazer para ajudar, Senador – eu acho interessante a audiência pública, para evitar a judicialização lá na frente; as notas taquigráficas da audiência poderão ser anexadas ao relatório –: eu me comprometo em a gente pautar, o mais breve possível, a audiência pública.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agradeço à senhora.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, servidores da Casa e todo o público que nos assiste em todo o Brasil, desde o início do meu mandato, defendo que os povos indígenas tenham autonomia para decidir sobre seu próprio desenvolvimento. Foi com esse objetivo que apresentei o PDL 61, de 2023, justamente para suprir a omissão do Congresso em autorizar, conforme exige a Constituição, o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas.

A Constituição de 1988, Senadora Damares, é clara. O art. 231, inciso III, exige lei e autorização do Congresso para esse tipo de projeto. A lei geral ainda não existe, e o decreto legislativo torna-se o único caminho legal para garantir o direito dos indígenas ao desenvolvimento, como também prevê a Convenção 169, da OIT, que o Brasil incorporou em seu ordenamento jurídico.

No caso da PCH Aldeia, em Santa Catarina, nas Terras Toldo Chimbangue I e II, houve consulta prévia, livre e informada, e a comunidade apoiou o projeto. Está prevista a participação nos lucros de até 3,15%, com repasse no mínimo de R$15 mil mensais, além de ações concretas como plantio de árvores, construção de centro cultural e contratação de trabalhadores da comunidade indígena.

Santa Catarina tem 15 terras indígenas e cerca de 17 mil indígenas, em sua maioria, vivendo em situação de vulnerabilidade. Negar-lhes a oportunidade de gerar sua própria renda, por meio de parcerias sustentáveis, é tolher sua autonomia e perpetuar a exclusão. Essa omissão legislativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, está sendo usada como barreira. Uma norma criada para proteger está sendo usada para impedir, e isso não é proteção, é negação de direitos.

O Congresso precisa corrigir essa distorção. Precisamos interpretar a Constituição à luz dos princípios da dignidade, autonomia e inclusão e não permitir que, por inércia deste Congresso Nacional, comunidades indígenas continuem reféns da pobreza e da dependência estatal.

Não é a Constituição que impede o progresso dos povos indígenas; é a omissão do Legislativo, e essa omissão precisa acabar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento para a audiência pública para discutir o PDL 723, de 2019.

Obrigada, Senador Seif, pela compreensão.

Nós vamos voltar agora para o item 5 da pauta, do qual eu sou Relatora.

Eu vou pedir ao Senador Paim que presida, para que eu possa fazer a leitura do meu voto.

Enquanto o Senador Paim vem à mesa, Senador Moro, nós já informamos à Comissão que entregamos o relatório da visita aos presos na Argentina. O relatório já está disponível, já está publicado e é para conhecimento.

Nós vamos fazer a votação de um relatório único no final da visita a todos os presos.

Senador Seif, para presidir a Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Se quiser, pode ficar aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser?

Senador Paim presidindo a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos para o item 5, seguindo a orientação da Presidenta Damares. Já que ela é Relatora, eu assumi provisoriamente a Presidência.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6477, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir entre os efeitos da condenação a proibição de exercício de atividade profissional vinculada a criança ou a adolescente pelo condenado por crime contra a dignidade sexual dessas pessoas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputado Federal Lucas Redecker.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senador, é mais uma matéria que esta Comissão delibera, no Maio Laranja, de proteção e defesa das crianças.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No mérito, a proposição merece ser acolhida, pois estabelece medida que busca reforçar a proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes.

No âmbito infraconstitucional, Presidente, o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o princípio da proteção integral, conforme dispõe o art. 3º, *caput*, assegurando que "a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade".

Nesse sentido, ao prever esse projeto como um dos efeitos da condenação a proibição do exercício de atividade profissional vinculada a criança ou a adolescente pelo condenado por crime contra a dignidade sexual dessas pessoas, o PL mostra-se em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante a proteção integral da criança e do adolescente, e com a Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto 99.710, de 1990, que determina que os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança, Presidente, de 2024, se compararmos esse recorte com a taxa de estupros para o total da população brasileira, é possível inferir que as crianças e adolescentes brasileiros de 10 a 13 anos são ao menos cinco vezes mais suscetíveis ao crime de estupro.

Assim, Presidente, proibir que quem cometeu crime sexual contra a criança trabalhe um dia com criança é o que esse projeto propõe.

Entendemos que a aprovação do PL representa não apenas uma resposta jurídica proporcional à gravidade dos crimes que atentam contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, mas também uma afirmação do compromisso do Estado brasileiro com a proteção integral e prioritária desse público vulnerável, conforme preconizado pelo art. 227 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e por instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Meu voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.477, de 2019.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Presidenta Damares.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CCJ.

Retorno a Presidência para a Presidenta Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

O item 8 da pauta também, a pedido do Relator, foi retirado de pauta e volta na próxima sessão.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 5018, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 25 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

E aqui a gente encerra os que estavam pautados para hoje, mas eu sei que o Senador Laércio, que chegou, vai fazer um requerimento extrapauta, porque é isto que o Senador Laércio faz: corre atrás para aprovar os que estão na pauta e os que estão fora da pauta.

Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Senadora Damares, muito boa tarde a V. Exa., a todos os meus colegas aqui, a todo mundo que trabalha na assessoria da Comissão de Direitos Humanos.

Sra. Presidente, a minha vinda aqui é para pedir a V. Exa. o retorno à pauta do Projeto de Lei 2.239. Na semana passada, desse projeto, foi concedida vista. Recebi uma emenda, durante a semana, do Senador Sergio Moro. Eu acolhi a emenda que ele apresentou, que certamente enriquece muito o projeto, e queria a autorização de V. Exa. para fazer a leitura de uns três parágrafos aqui do voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu consulto o Plenário sobre se há alguma objeção. O voto já foi lido.

É só um relatório sobre as emendas que o senhor está acolhendo, é uma complementação de voto.

Como esse assunto não teve nenhuma polêmica, foi só um pedido de vista para aperfeiçoar, eu coloco em votação a inclusão extrapauta do PL 2.239, de 2022. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas o voto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Posso fazer?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Senador Laércio.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2239, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer critérios para a concessão de gratuidade da justiça.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do PL nº 2.239 de 2022, bem como das Emendas nº 1-CDH, Emenda nº 2-CDH, Emenda nº 4-CDH e Emenda nº 6-CDH, e pela rejeição da Emenda nº 3-CDH e da Emenda nº 5-CDH, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

CDH e CCJ.

Autoria: Deputado Federal Paes Landim.

Concedo a palavra ao Senador Laércio, para a leitura da complementação do seu voto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na reunião de 14 de maio de 2025, procedi à leitura do relatório do Projeto de Lei 2.239, de 2022, e correspondente voto, pela aprovação da matéria. Ainda naquela reunião, foi concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. Seguiu-se, então, a apresentação da Emenda nº 5-CDH e da Emenda nº 6-CDH, de autoria do Senador Sergio Moro, que buscam conferir uma definição clara do conceito da litigância abusiva, alterando, assim, o Código de Processo Civil.

Na justificativa, o autor argumenta que a alteração proposta converge com a manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Resolução nº 159, de 23 de outubro de 2024, que considera imperiosa a identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva.

Análise.

Entendemos que as emendas são pertinentes, pois visam à adequação do diploma legal, permitindo que não ocorra qualquer discrepância quanto à ação protocolada e, assim, o excessivo número de processos sem adequação legal. Portanto, considerando que ambos os textos remetem ao mesmo mérito, entendemos por acolher a Emenda nº 6-CDH por sua maior abrangência meritória e pela rejeição da Emenda nº 5.

Voto, Sra. Presidente.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.239, de 2022, bem como pela aprovação das Emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH, Emenda nº 4-CDH e Emenda nº 6-CDH e pela rejeição da Emenda nº 3-CDH e da Emenda nº 5-CDH, conforme o substitutivo anexo ao relatório, Sra. Presidente.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Vou fazer um registro aqui, agradecendo ao Senador Laércio pelo acolhimento da emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um projeto que é importante ser compreendido. Um acesso à Justiça sem qualquer espécie de limitação, sem qualquer espécie de controle facilita a entrada, mas impede a saída. A Justiça tem que ser efetiva. E, quando se reduzem excessos, custos, quando se geram incentivos excessivos para ingresso na Justiça, muitas vezes isso dá origem a demandas frívolas, que, em vez de estarem ali para atender a direitos do cidadão, acabam comprometendo o atendimento de demandas realmente substanciais.

Então, o projeto de lei aqui relatado é um projeto bastante ponderado, que veio da Câmara. Entendo que ele ganhou com as sugestões colocadas pelo Relator no projeto e vai dar um equilíbrio maior a esse direito tão importante que é o acesso à Justiça, com a Justiça gratuita, mas para aquelas causas e para aquelas pessoas que realmente necessitam desse amparo, para que a Justiça também seja acionada com responsabilidade, porque, como disse, uma Justiça assoberbada de demandas que muitas vezes não se justificam, frívolas, acaba impedindo que ela se concentre naquelas que realmente importam, prejudicando as pessoas mais vulneráveis que encontram na Justiça um caminho para a tutela dos seus direitos.

Então, registro aqui o elogio ao projeto e ao trabalho feito pelo ilustre Relator, o Senador Laércio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela aprovação do PL 2.239, de 2022, bem como das Emendas 1, 2, 4 e 6, da CDH, e pela rejeição das Emendas 3 e 5, nos termos da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1, 2, 4 e 6, da CDH, e pela rejeição da Emenda 3... na forma da Emenda nº 7 (Substitutivo).

O projeto segue para análise da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso cumprimentar os dois Senadores. O Brasil não entende como é importante esse processo do diálogo, do aperfeiçoamento, da maturidade legislativa. E eu tenho na minha frente dois Senadores que eu respeito, admiro e amo. Um é o Senador do estado onde eu nasci, o Senador Moro, que foi meu colega como Ministro, uma pessoa que admiro pela sua capacidade jurídica. E as suas emendas sempre vêm para aperfeiçoar relatórios, Senador Moro, não é para fazer briga, confusão, e os colegas entendem essa sua boa vontade de aperfeiçoar a legislação, porque o senhor esteve lá como Juiz. Quanta legislação nós temos de difícil interpretação ou que deixa muita subjetividade! E o senhor está nos ajudando muito no aperfeiçoamento de toda a legislação. O outro Senador é do estado onde eu morei e que eu amo – e às vezes falo que sou sergipana e não paranaense –, que é o Laércio, que entendeu o pedido de vista, conversaram.

E como dá trabalho! O Brasil não entende como dá trabalho um processo como esse, porque envolve a assessoria do Senador Laércio, a assessoria do Senador Moro, a conversa entre eles, a assessoria da Comissão em conversa com as assessorias. Então, são os trabalhos invisíveis, invisibilizados que o Brasil não vê para se chegar a um relatório final.

Então, eu me sinto muito, muito honrada de fazer parte desta legislatura com grandes legisladores, com uma maturidade legislativa incrível. Eu precisava registrar o cumprimento aos meus dois colegas. Parabéns, Senador Laércio Oliveira, pela aprovação. E parabéns ao autor. Esse projeto veio lá da Câmara. Parabéns.

E aqui a gente entrega para o Brasil, nesta Comissão, uma matéria extraordinária.

E aí, Senadores, eu quero fazer um apelo aos senhores também. Estamos falando de gratuidade à Justiça. Eu estou muito preocupada com a questão do escândalo das fraudes, dos descontos indevidos do INSS. Nós temos notícia de que são 19 milhões de aposentados que foram vítimas, mas só 1 milhão até agora notificaram. A minha preocupação, Senador Moro, é que, daqui a pouco, se estabeleça um prazo – "ó, tem tal período para notificar que teve descontos indevidos" –, e aquele analfabeto lá do interior não entenda esse prazo, não faça a notificação e não receba o ressarcimento.

Eu tenho conversado com alguns colegas. Talvez a gente vá ter que fazer mutirões em nossos estados, Senadores, trazer o Cras, o Creas, as Defensorias Públicas estaduais, para a gente fazer uma busca ativa desses aposentados que foram vítimas, para que ninguém fique para trás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a aprovação desse projeto hoje faz um diálogo diretamente com aquele que mais vai precisar da gratuidade da Justiça.

Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Bem, primeiro, até a esse respeito, hoje notícias de jornal que li pela manhã anunciavam que foram apreendidos veículos de luxo de um dos investigados, de alguém que teria intermediado subornos para altos funcionários do INSS. E li no jornal, para minha surpresa, Senador Laércio, que quem indicou a localização dos veículos foi a Senadora Damares. Então a Senadora Damares começou a CPMI antes de ela ter começado formalmente. Foi a detetive dos aposentados.

Então registro aqui minhas congratulações. V. Exa. já tinha relatado esse fato ontem, mas foi uma grata surpresa ver o reconhecimento nos jornais, que nem sempre fazem esse tipo de reconhecimento.

Mas sobre esse tema dos segurados, quando nós tivemos a audiência pública com o atual Ministro da Previdência, que era Secretário-Executivo da Previdência ao tempo da fraude, o Wolney Queiroz, eu alertei, inclusive: "Olha, a notificação não pode ser meramente eletrônica, porque, na origem da fraude, existe exatamente essa dificuldade do segurado de acessar o aplicativo e compreender o aplicativo". Então o que o Governo deveria fazer? Ele deveria pegar esse período e fazer um apanhado em cima dos extratos de benefícios de quem sofreu os descontos. Somaram, sei lá, R$500, R$1 mil, descontados em dois anos em favor da Contag. Com base nessa informação, ele deveria notificar o segurado e informar: "Houve esses descontos no seu benefício. Houve a sua autorização? O senhor era filiado? O senhor pretende ter o dinheiro de volta? Teve algum benefício?". Porque, da forma como está sendo feita, de novo estão transferindo o problema para o segurado. O que apontaram foi que o segurado nem sequer sabia que estava sendo descontado. Ele não recebe mais o extrato em papel na sua casa. Ele tem que entrar no Meu INSS, ele tem que abrir o aplicativo, ele tem que ver o extrato mês a mês. Muita gente faz, mas tem muita gente que é segurado do INSS e que, pela sua própria vulnerabilidade, não conhece esse procedimento ou tem dificuldade para fazê-lo. E a gente está falando aqui também de gente que muitas vezes está em remotos rincões do nosso país. Então essa forma como eles estão fazendo não está correta. Talvez a gente tenha que aprovar, não sei, um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lei para determinar que seja feito esse procedimento, porque a forma como o Governo está fazendo não irá resolver.

Então até concordo com V. Exa. na questão da mobilização, o único porém é que nós não temos acesso aos extratos. O Governo tem. O Governo pode fazer essa busca ativa nos extratos, nos descontos, para verificar quem teve valores descontados ou não, e aí sim notificar pessoalmente os segurados. Precisamos cobrar que o Governo faça isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Moro, nessa questão toda, o que me deixa um pouquinho tranquila é a escolha do Presidente do INSS, pelo Presidente Lula. Ele foi Corregedor do Governo anterior, a gente sabe que ele é um homem proativo, um homem extremamente comprometido. Então isso me deixa com um pouquinho de conforto; mas as preocupações continuam.

O Ministro disse, na audiência, que ele vai nos surpreender, e eu fiz um apelo a ele: os barcos do INSS têm que descer correndo para a região ribeirinha para a gente fazer essa busca ativa, e a gente vai ter que fazer essa busca ativa.

Parabéns pela forma como o senhor colocou também sua preocupação!

Nós já temos voto suficiente para terminar a votação do PL 2.799, que é o item 6 da pauta. Eu peço que a Secretaria abra o painel, para a gente declarar o resultado da votação do 2.799, de 2024.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O painel é este. Então, foi unânime: 14 votos a favor, SIM.

O projeto passa, e eu declaro aprovado o Projeto de Lei 2.799, de 2024, de forma terminativa, nesta Comissão, nos termos do relatório apresentado

Nenhuma abstenção, nenhum NÃO; quórum 14, e 13 votos SIM.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos encerrar nossa pauta – nós encerramos a nossa pauta –, mas eu queria registrar aqui a presença do nosso Deputado Jadyel, Deputado Federal do Piauí, acompanhado da linda, extraordinária e incrível esposa, Alessya, que é a nossa Presidente do Republicanos. Obrigado. Eles estão aqui já faz um tempão, sei que querem conversar com a mais linda Senadora do Brasil – a gente já conversa.

E, assim, nós encerramos a sessão deliberativa.

Eu vou agora para a leitura dos expedientes, e nós temos vários informes, mas sei que os Senadores estão todos correndo. A aprovação dos encaminhamentos é em aclamação. Vou fazer a leitura dos expedientes.

E obrigado aos Senadores, pois nossa sessão deliberativa hoje praticamente limpou a pauta, a não ser aqueles que os Relatores pediram para retirar de pauta. Obrigada, Senador Laércio e Senador...

Expediente.

Denúncia nº 145. Cidadão denuncia negligência do Poder Executivo federal na promoção de moradia digna e preservação histórica. Relata omissão administrativa na inclusão do projeto Palácio da Dignidade no Programa Aceleração do Crescimento (PAC); descaso com o reconhecimento patrimonial da Capela São Francisco de Assis e do Caminho do Papa, percorridos por João Paulo II, em 1980, na Favela do Vidigal; e indício de racismo ambiental pela falta de políticas públicas. Encaminhamento: agradecer as informações.

Denúncia nº 146. Cidadão solicita a intervenção desta Comissão para a mediação junto ao promotor ou juízo responsável por seu caso, visando à autorização para trabalhar com aplicativos como Uber e iFood, apesar da restrição por liberdade condicional, com vista a garantir sustento familiar e evitar condições desumanas, com base no direito constitucional. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência regimental para atuar em situações judiciais individuais, em virtude da separação dos Poderes; orientar ao cidadão para que busque auxílio, em seu processo, na Defensoria Pública de sua cidade caso não possua advogado, para que seja solicitada junto ao juízo da vara de execução penal a autorização, com fundamento no direito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, na dignidade da pessoa humana, na função social da pena da ressocialização e na necessidade de prover sustento familiar.

Denúncia nº 147. Cidadã pede urgência no fornecimento de medicação dupilumabe 300mg, para paciente idoso em estado grave e com quatro meses sem tratamento, apresentando falta de ar, tosse interrupta e risco de óbito. Solicita intervenção imediata aos órgãos responsáveis. Encaminhamento: orientar a cidadã a procurar a Defensoria Pública e solicitar fornecimento de medicação, com pedido liminar de urgência e fixação de multa diária em caso de descumprimento da obrigação, além de comunicação ao MPF; informar, por fim, que a Comissão não tem competência para atuar em demandas judiciais individuais.

Denúncia nº 148: cidadão envia requerimento à CDH para acompanhar o processo na Comissão Interamericana de Direitos Humanos que busca proteção, justiça e reparação ao denunciante de esquema de corrupção na Petrobras, vítima de represália e negligência estatal após expor desvios; fundamenta-se na Constituição e em tratados internacionais, solicitando audiências públicas e medidas protetivas ao Executivo e relatórios periódicos para garantir transparência e combater a impunidade sistêmica. Encaminhamento: informar que a Comissão não possui atribuições regimentais para atuar em demandas judiciais dessa natureza.

Denúncia nº 159 – olhe, gente, quanta denúncia –: denúncia de assédio moral e retaliação em empresa pública com relatos de transferência compulsória para área diversa da contratada, falsificação de laudo médico para afastamento remoto contra a vontade do denunciante, comentários de mau gosto e cunho sexual por colegas, proteção dos envolvidos pela chefia. O denunciante afirma que os autores seguem impunes com o apoio da diretoria, que acusa de atrapalhar o clima organizacional. Encaminhamento: orientar o cidadão a formalizar a denúncia na ouvidoria/canal de integridade da empresa, requisitando a restauração imediata da investigação; protocolar peça de abertura de processo disciplinar, tendo em vista se tratar de empresa pública, junto à Controladoria-Geral da União por meio de Fala.BR; oferecer representação junto ao MPF para investigação do caso; caso nenhuma das opções acima traga algum retorno, procurar um advogado particular ou a Defensoria Pública para avaliar ação de indenização e análise de transferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia nº 160: aluno denuncia ataques sistemáticos a estudantes da Casa do Estudante da Universidade de Brasília, incluindo intimidação, assédio coletivo, violência psicológica e agressões físicas, com insultos racistas, organizados por residentes e membros do DCE. Após denúncias protocoladas, relata-se omissão da gestão da UnB e de agentes de segurança, além de campanha de desinformação. Vítimas afastaram-se por risco à integridade. Requer apuração urgente pela Comissão de Direitos Humanos e responsabilização dos envolvidos. Encaminhamento: orientar o demandante a formalizar denúncias junto à Ouvidoria da UnB, exigindo providências urgentes para proteger as vítimas e punir possíveis responsáveis; informá-los sobre as providências tomadas por esta Comissão; e encaminhar a denúncia à UnB e ao MEC para apuração.

Denúncia nº 161: informa sobre denúncia de cidadão realizada junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que relata diferentes violações de direitos sofridos, entre elas, abuso durante o exercício de sua profissão e contra autoridades por violação ética e abuso de poder em ações de declarações públicas contra advogados e defensores dos direitos humanos. Entre essas acusações, uma é contra esta Senadora da República, Presidente desta Comissão. Uma pessoa disse que eu fiz declarações contra advogados, sendo eu uma advogada, mas, como toda denúncia que chega aqui, a gente apura e faz encaminhamento, inclusive contra a Senadora. Ele acusa a mim e um ex-candidato a Prefeito de Belo Horizonte. O que eu tenho a ver com Belo Horizonte?! Mas tudo bem. Então, há um encaminhamento – e quem mandou para cá foi a Ouvidoria de Direitos Humanos –: requer informações detalhadas sobre a denúncia à Ouvidoria do ministério para que sejam analisadas eventuais providências, inclusive a prisão, se preciso, da Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Informe nº 149: Moção de Apelo nº 58, de 2025, de autoria do Vereador Amarildo Carlos Simoni Lopes, da Câmara Municipal de Registro, São Paulo, com o objetivo de apelar para o INSS e o Ministério da Previdência pela suspensão de agendamentos automáticos de perícias médicas em cidades distantes e pela retomada de atendimentos presenciais em Registro, São Paulo, visando reduzir custos e proteger assegurados os vulneráveis.

Informe 150: moção de apoio da Câmara Municipal de Maria da Fé, Minas Gerais, ao PDL 3, de 2025, e ao PL 1.904, de 2024, que visam sustar a Resolução 258 do Conanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informe 151: moção de apoio da Câmara Municipal de Cosmópolis, São Paulo, ao PDL 3, de 2025 – o mesmo –, que visa a sustar a Resolução 258 do Conanda.

Informe 152: moção de apoio da Câmara de Colíder, Mato Grosso, ao PDL 3 – o mesmo –, de 2025, que susta a resolução do Conanda – deixe-me ler o que diz a resolução, para que todo mundo entenda – que permite aborto, sem autorização parental ou limite gestacional, para menores de 14 anos, e ao PL 1.904, que tipifica aborto de fetos viáveis como homicídio. Critica-se a decisão do STF que invalidou a Resolução 2.378 do CFM, que proíbe assistolia fetal em gestações avançadas, alegando violação de direito à vida e rejeição popular ao aborto.

Informe 153: moção de apoio de outra Câmara de Vereadores, a Câmara de Porteirinha, Minas Gerais, favorável ao PDL 3 – o mesmo – e ao PL 1.904.

Mais uma moção de apoio.

Informe 154: moção de apoio da Câmara Municipal de Rio do Campo, Santa Catarina, também de apoio ao PDL e ao projeto de lei, com o mesmo conteúdo.

Informe 155: é mais uma moção de apoio, da Câmara Municipal de Camanducaia, em apoio ao PDL 3 e ao PL 1.904.

Informe 156: mais uma moção de apoio, da Câmara de Juiz de Fora. Dessa vez é à anistia aos presos políticos relacionados aos eventos de 08/01/2023. Argumenta-se que as prisões foram coletivas, sem individualização de condutas, violando direitos fundamentais – presunção de inocência e devido processo legal – e prolongando prisões preventivas sem condenação.

Informe 157: informa sobre a criação do Fórum Nacional de Gestores e Gestoras de Políticas para Pessoas com Deficiência (FNGPD), pela Portaria 1.515 do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O fórum visa promover diálogo entre entes federativos, fortalecer políticas de inclusão, fomentar conselhos estaduais municipais e propor sistemas unificados de direito. Parabéns ao Ministério pela criação do fórum.

Respostas de ofícios.

Nº 126, do Ministério Público do Trabalho – são de encaminhamentos que a gente mandou e já são respostas: O MPT, em referência à Denúncia 34, lida na 6ª Reunião do expediente 3,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informa que foi encaminhada à Procuradoria-Geral do Trabalho da 10ª Região para a adoção das medidas cabíveis. Obrigada, MPT. Encaminhamento: acusar o recebimento de informações e encaminhar para o denunciante a manifestação do MPT.

Encaminhamento nº 129, do Ministério Público Federal (MPF): em referência à Denúncia 17, lida na 2ª Reunião do expediente 3, informa que foi remetida ao Procurador da República Henrique Gentil, na Procuradoria da República no Município de Maringá, Paraná. Encaminhamento: acusar o recebimento de informações e encaminhar para o denunciante a resposta do MPF.

Da Secretaria de Saúde do DF: em referência à Denúncia 58, lida na 11ª Reunião do expediente 4, de possíveis maus-tratos de criança em creche do DF, informa que foi encaminhada à Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil, mediante termo de colaboração, e essa Comissão de Monitoramento enviou ofício com esclarecimentos e providências. Encaminhamento: acusar recebimento das informações e encaminhar para o denunciante a resposta, para conhecimento. Obrigada à Secretaria de Saúde do DF pela prontidão na resposta.

Informe 158: resposta do Ministério dos Direitos Humanos ao Ofício 71, de 2025, sobre denúncia de corrupção em Minas Gerais a pedido de medida protetiva, informando que o referido estado já possui programa de proteção à vítima (Provita). Encaminhou ainda os Ofícios 2.113 e 931, da Ouvidoria, com acionamento de órgãos locais para preservar sigilo do denunciante e cumprir normativas federais. Obrigada ao Ministério dos Direitos Humanos por ter acolhido os nossos encaminhamentos e também tomado providência.

Isto posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos na Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da Comissão de Direitos Humanos para a manifestação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros desta Comissão pelo período de 15 dias – inclusive o que fala de mim. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Nós obedecemos a todas as legislações que impõem sigilo quando diz respeito a crianças e pessoas vulneráveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens, em alusão ao Dia Nacional da Adoção. Participantes: Karina Müller, Juíza de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões da Comarca de Camboriú/SC; Sandra Amaral, Grupo de Apoio à Adoção De Volta Pra Casa; Deputado Federal Domingos Sávio, Câmara dos Deputados; Monize da Silva Freitas Marques, Juíza Auxiliar da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT; Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Ex-Deputada Federal - Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos; Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Jonathan Ferreira dos Santos, Presidente da Associação Educacional e Beneficente Vale da Bênção; e Marisa Maria Moraes Muniz Verri, Secretária da Comissão Distrital Judiciária de Adoção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT/CDJA. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/26

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Declaro a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 8, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para a realização do "Ciclo de debates sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens", em alusão ao Dia Nacional de Adoção, que foi ontem.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal eCidadania, na internet, www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone: 0800 0612211. Essa ligação não tem nenhum custo.

Nós temos hoje oito expositores, e cada um terá dez minutos para fazer sua fala. E, claro, que a gente vai estender um pouquinho se for necessário. Nós temos como convidado que vai fazer a participação *online*... Eu já vou falar aqui o nome dos nossos convidados na ordem de suas falas.

Temos como convidado – eu já faço convite para compor a mesa – o Deputado Federal Domingo Sávio. O Deputado Federal Domingo Sávio é Deputado por Minas Gerais, conhecido por sua atuação em diversas frentes legislativas. Membro atuante da Câmara dos Deputados, tem se dedicado a temas sociais e familiares. Sua participação na audiência reforça o compromisso do Legislativo com a pauta da adoção. E nós, que trabalhamos com adoção, temos uma relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de amor, respeito e carinho pelo Deputado Domingo Sávio. Quando eu era apenas uma assessora, ele era aquele Parlamentar de que a gente corria atrás. Ele foi autor e Relator de proposta legislativa de aperfeiçoamento da legislação, da Lei de Adoção. Ele vai fazer a participação *online*. Bom dia, Deputado. Seja bem-vindo!

Na sequência, eu componho, para ocupar a mesa, a Dra. Karina Müller, Juíza Titular 1º Vara Cível da Comarca de Camboriú. Eu queria muito que ela viesse à mesa. Seja bem-vinda, Dra. Karina! A Dra. Karina é Juíza de Direito Vara da Família, Infância, Juventude, Idoso, Órfãos e Sucessões – é tudo lá, Doutora? – da Comarca de Camboriú, Santa Catarina. É Professora de Direito Processual Civil na Uniasselvi Fameg, graduada pela Universidade de Santa Catarina, pós-graduada em Direito e Gestão Judicial pela academia, e a está acompanhando uma Minideputada, Clara, não é? Bem-vinda, Clara! Você veio ao Senado acompanhar a sua mãe, seja muito bem-vinda! É uma alegria recebê-la aqui, e esta audiência ficou bem mais bonita com a sua participação hoje.

Convido para compor a mesa Sandra Amaral, do grupo de apoio à adoção De Volta Pra Casa. Sandra Amaral é uma amiga antiga, Presidente desse grupo, que fica sediado lá em Divinópolis (MG). Bem-vinda, Sandra!

A SRA. SANDRA AMARAL (*Fora do microfone*.) – Muito obrigada. Eu é que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A entidade De Volta Pra Casa é uma entidade sem fins lucrativos que busca soluções para as questões relativas ao abandono de crianças e adolescentes, por meio do fortalecimento e incentivo à adoção, apoiando e orientando as famílias adotivas e os pretendentes à adoção, bem como garantindo o direito à convivência familiar das crianças que se encontram institucionalizadas.

Grupos de apoio à adoção... Eu conheço Sandra há uns 15 anos – mais ou menos isso, né, Sandra? –, na luta pela adoção.

A SRA. SANDRA AMARAL (*Fora do microfone*.) – Nós duas lutando...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós duas lutando pela adoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sandra também é mãe adotiva de uma jovem que eu vi pequenininha e que hoje nos impressiona. Estou muito feliz com a sua presença aqui, Sandra. Inclusive, no ano passado, Sandra foi uma das ganhadoras do Prêmio Adoção Tardia aqui, no Senado, e de inúmeros prêmios pelo trabalho que ela faz.

Convido para compor a mesa, com muita alegria, a Dra. Monize da Silva Freitas Marques. A Dra. Monize é Juíza Auxiliar da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Sua atuação na corregedoria a coloca em posição estratégica para discutir aprimoramentos nos trâmites processuais da adoção; e contribui, com sua experiência, para otimizar os procedimentos e garantir a segurança jurídica do processo.

Doutora, que alegria! (*Pausa.*)

A Dra. Monize também trabalha com os idosos. Quando Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, era com a Dra. Monize que o nosso ministério se relacionava na construção de políticas públicas, nas indicações, no aperfeiçoamento da legislação.

A Dra. Monize é igual a senhora, Doutora: vai de lá dos pequenininhos aos idosos; mulheres comprometidas, mulheres com uma pauta incrível.

Essa é a nossa primeira mesa. Nós temos ainda para compor a primeira mesa, com muita alegria, a minha amiga Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, ex-Deputada Federal. Deixem-me explicar tudo, quem é ela: ex-Deputada Federal e Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Atualmente a Rosinha é mãe, mãe do Ian, que está aqui e que está lindo, enorme, grande, bonito. Muito bem-vindo, Ian!

Rosinha é uma mãe atípica, porque ela é uma mulher atípica, uma mulher com deficiência que traz uma trajetória política marcante de envolvimento com causas sociais, traz uma perspectiva ampla sobre a inclusão e os direitos. Sua experiência anterior no Legislativo e seu engajamento com pessoas com deficiência irão enriquecer a discussão sobre adoção inclusiva dos dois lados. E Rosinha também já foi a Secretária Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi Secretária, no Distrito Federal, dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretária Nacional Adjunta de Políticas para Mulheres, de políticas públicas para a mulher. E Rosinha é esposa de Fred Estrela, que está aqui. E para quem não sabe, Fred Estrela é meu filho, um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus filhos. Portanto, Rosinha é minha nora e eu já usei muito isso, tá gente? Rosinha é minha nora e Ian, então, é meu neto, né Ian? Ian é neto da Senadora, olha lá, está vendo? (*Risos.*)

Ele concorda, neto da Senadora. Coisa linda, como está lindo! Fred, muito obrigada por ter vindo. Eu sei que é muito complicado deixar o seu trabalho e vir com o Ian. Então, eu fico muito feliz que vocês estejam aqui, porque esta audiência não seria a mesma sem o Ian, não seria a mesma sem você, Fred, e a sua luta para a realização deste sonho. Rosinha vai contar a dificuldade da trajetória de uma mulher com deficiência adotar no Brasil. E Deus é tão extraordinário que tinha que ser o Ian. Vocês vão conhecer o Ian, gente, vocês vão conhecer a figura do Ian.

E nós temos depois, na sequência, estará conosco na mesa ainda, o Jonathan Ferreira dos Santos, Presidente da Associação Educacional e Beneficente Vale da Bênção de São Paulo, que vai também estar conosco nesta audiência, trazendo a sua experiência, e Marisa Maria Moraes Muniz Verri, Secretária da Comissão Distrital Judiciária de Adoção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Essa a primeira mesa composta.

Nós vamos dar início e dar a seguinte ordem de fala: o nosso Deputado está com uma agenda enorme, então o nosso Deputado fará a participação dele *online*, nós vamos ouvi-lo primeiro, de forma *online*. Informando, Deputado, que o senhor tem dez minutos. É possível que, na sua fala, quando estiver faltando um minuto, toque uma campainha, mas não se assuste com a campainha. Eu sou conhecida como uma Senadora generosa, a gente vai estender o tempo se necessário.

Por que a Comissão está fazendo esta audiência? A Comissão está num ciclo de debates sobre direitos humanos. E, dentro do ciclo de debates, nós decidimos fazer essa discussão sobre adoção, primeiro, alusiva ao Dia Nacional da Adoção; segundo, para que a gente discuta realmente os direitos da família que quer adotar, das famílias que estão há anos, doutoras, nas filas de adoção, das crianças que estão – Rosinha, e você conhece bem isso, especialmente a sua realidade no Nordeste – há anos no abrigo. A Sandra também entende sobre adoção tardia, meninos e meninas aguardando a oportunidade de terem um lar, meninos e meninas completando já 18 anos e sem saber para onde vão... E essa é uma discussão que nós vamos ter que fazer de forma alusiva ao Dia Nacional da Adoção, que foi ontem, mas sob a perspectiva dos direitos, e, se possível, Doutoras, com encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós encontramos hoje, no Senado e na Câmara, um time de Parlamentares dispostos a fazer a melhoria que for necessária na Lei da Adoção para que nenhuma criança ou adolescente fique para trás. Esse é o objetivo desta audiência, que é a primeira audiência sobre o tema nesses dois próximos anos. Nós queremos que o tema seja debatido o tempo todo nesta Comissão, especialmente com apresentação de encaminhamentos.

Então, vamos para o nosso primeiro orador. Nós vamos ouvir, com muita alegria, o nosso Deputado e querido amigo Domingos Sávio.

Deputado, dez minutos. Seja bem-vindo. O Deputado Domingos Sávio vai falar sobre a análise da atual legislação de adoção e sugestões de aprimoramento.

Bem-vindo, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG. Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, querida amiga Damares.

Para mim é uma honra estar participando, ainda que por videoconferência. Peço desculpa por não poder estar aí presente, mas acho que a participação aqui por videoconferência me possibilitará levar uma modesta contribuição.

A primeira é a constatação de que é uma bênção para o Brasil ter uma Senadora como a Damares, porque eu tive o privilégio de conhecê-la antes de estar exercendo uma missão parlamentar tão importante e eu sei da sua dedicação, Damares. Portanto, nós temos absoluta certeza de que o seu trabalho em defesa não só da adoção, mas das crianças de um modo geral, das pessoas com deficiência, das causas as mais diversas associadas aos direitos humanos, nos dá a segurança de que nós temos esperança, de que ela não morre, de que, por mais que a gente ainda viva tempos difíceis, a gente vai superar esses tempos difíceis, porque eu me lembro claramente de você como nossa Ministra, a sua luta incansável. Tivemos avanços importantes e temos desafios pela frente.

Eu tive de fato o privilégio de participar de alguns momentos no processo de aprimoramento da Lei de Adoção, de lutar contra artigos nocivos, de defender vetos do nosso Presidente Bolsonaro, de garantir que a gente continue no caminho certo, mas temos muitos desafios pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, nós Parlamentares precisamos de uma interlocução muito grande com quem está vivendo o dia a dia lá na ponta. E aí eu quero cumprimentar quem está aí do seu lado, a Sandra Amaral, que é uma figura que eu admiro profundamente. O trabalho que ela faz aqui, com o De Volta Pra Casa, o dia a dia dela, sempre comprometida com essa causa da adoção, é fundamental para – para recebermos de quem vive essa realidade, trabalha voluntariamente por essa causa – nos ajudar a aprimorar a legislação e, mais do que isso, colocar em prática. Esse é um problema do Brasil. Muitas das vezes você até tem os mecanismos legais, mas tem dificuldade de colocar em prática.

Vamos lá. Primeiro, eu queria falar que a gente já teve avanços importantes, os quais, uma vez regulamentados por lei, nos dão condições para as coisas acontecerem da maneira adequada. No Brasil inteiro, com dimensões continentais, se você não tem clareza na lei, você tem distorções graves. Há a questão, por exemplo, da entrega legal, o aprimoramento na lei, para que isso pudesse ocorrer.

É claro que o ideal é a mamãe e o papai naturais cuidarem da sua criança. Mas a gente assistiu, ao longo do tempo – e ainda ocorre –, àquilo que é terrível, que é a prática de aborto quando não se deseja ter um filho. Isso é algo inaceitável. Nós temos que insistir na nossa luta de que o Brasil é um país que adota e não que aborta. Primeiro, devemos preservar o direito à vida desde a concepção, lutar por isso e não ser condescendentes com aqueles que tentam minimizar a importância da vida durante a gestação. Nós não podemos aceitar isso.

Mas nós evoluímos no processo de compreender que, por mais que, às vezes, seja doloroso a gente ainda viver em uma sociedade em que a mãe, antes mesmo da concepção, decide que não quer criar aquele filho, o que não podemos admitir é o aborto e muito menos o abandono. Era muito frequente a gente ver situações de absoluto abandono, abandono a ponto de se encontrar recém-nascido na porta da casa de alguém ou em situações mais terríveis e muitas vezes sem vida.

O que nós temos hoje é uma legislação que talvez ainda precise de aprimoramento. Eu vejo e estou acompanhando, na vara da infância e da adolescência, aqui em Divinópolis, às vezes, alguns casos polêmicos, a necessidade de se ter mais clareza sobre a decisão da mãe de fazer a entrega legal em muitas situações. Às vezes, há o conhecimento de quem é o pai, mas não há a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de ter acesso a ele, não há, às vezes, um cuidado maior com isso e com relação à localização dos familiares.

Mas eu queria abordar hoje um outro aspecto, porque é uma constatação que a gente vê, Damares. Em relação ao recém-nascido ou nos primeiros meses e até mesmo nos primeiros anos de vida, nós temos visto, em vários lugares, fila de pais, fila de famílias, de homens e mulheres que querem adotar. Portanto, isso está num processo em que nós precisamos continuar vigilantes para que ele funcione da maneira legal, da maneira adequada, pensando sempre na criança, no que é melhor para ela, aquele ser humano que está ali indefeso e que precisa do carinho e do amor – e esse amor vindo pela adoção vem de uma maneira preciosa. Então, nós temos que cuidar para dar todas as condições para que essa adoção se dê o mais rápido possível, e isso eu percebo que vem melhorando.

Agora, e aquela criança já com quatro, cinco, seis, oito, dez anos? E, como você mencionou ainda há pouco, 18 anos? E aí ele nem pode mais ficar na instituição que não tem condição de ficar com aquele jovem e, às vezes, ele não está preparado para o mercado de trabalho, não está com o acolhimento familiar e vai ser jogado literalmente numa situação em que o caminho mais provável seja o do sofrimento absoluto ou da criminalidade.

Eu entendo que tem um passo importante que está tramitando aí no Senado agora e já aprovamos na Câmara, e acredito que ele possa, às vezes, até receber algum aprimoramento, porque é muito simples. O PL 3.800, de 2024, institui, de forma definitiva, por lei, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, na forma regulamentada já pelo Conselho Nacional de Justiça. Ou seja, já existe um cadastro nacional, mas ele não está regulamentado por lei. Então, a gente corre o risco de isso não ter a continuidade que precisa ter. Eu diria até – não quis que isso acontecesse na Câmara – que nós tivéssemos um comando com maior clareza sobre a responsabilidade de manutenção desse cadastro nacional, do sistema de integração desse cadastro com todos os municípios, todos os entes federados.

E por que eu estou me atendo a este cadastro, cujo projeto está agora no Senado, parece-me que com a relatoria do Senador Zequinha? Porque eu entendo que nós não podemos deixar de enxergar a dimensão do problema que são essas crianças, esses adolescentes e jovens, cuja adoção quase sempre é não só negada, mas acaba não acontecendo, ou não acontece com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidez que precisaria ocorrer. Nós precisamos buscar soluções para isso. Eu chego a pensar, Damares, em criarmos um mecanismo para apoiar algo que já acontece. A Sandra sabe disso. Nós temos padrinhos que assumem o acompanhamento nos abrigos, nas instituições, mas não temos isso de uma maneira formal.

Eu penso que nós precisaríamos – e quero depois aprofundar esse debate com você e com essa mesa tão rica de pessoas sensíveis a essa causa que está aí hoje reunida conosco neste debate – ver o que poderíamos fazer para estimular uma forma de adoção que, além de continuar lutando para a família adotar aquela criança, aquele adolescente, pensasse em mecanismos de uma adoção institucional ou de empresa cidadã. Eu confesso que ainda não consegui colocar no papel, porque tem que ter muita prudência nisso, mas isso já existe. Há algumas empresas que acolhem jovens que ainda estão em instituições ou em abrigos e dão a eles uma oportunidade de aprendizado no trabalho, para se prepararem melhor para a vida.

Por que eu estou me referindo a isso até como um pouco da minha experiência de vida? Eu, graças a Deus, venho de uma família muito numerosa – somos oito irmãos todos cuidados com muito carinho, mas nós também tivemos dificuldades, e muitas dificuldades. Por ter nascido no interior, numa cidadezinha muito pequena, no meio rural, nós não tínhamos muita alternativa para trabalho ou para prosperar. E meu pai, um homem muito simples, mas muito empreendedor, percebeu que lá as possibilidades eram pequenas.

Meu irmão mais velho foi para Belo Horizonte com 16 anos, arrumou um trabalho e depois foi levando os outros. Eu fui com 11 anos, saí de uma cidadezinha bem pequena e, quando eu tinha 12 anos – não estou aconselhando isso para nenhuma criança, mas eu quero dar o exemplo de que o trabalho educa também e é importante –, isso em 1969, o meu pai foi ao juiz de menor e me deram e me deram uma carteira de menor, assinada pelo juiz de menor e pelo meu pai, e eu fui trabalhar no Mercado Central de Belo Horizonte. Levantava muito cedo e ia trabalhar.

Volto a dizer: não acho que é o caminho para nenhuma criança. Criança de até, pelo menos, seus 16 anos... A lei permite o trabalho a partir dos 16; se aprendiz, a partir de 14, mas a criança de 12 anos tem que estar na escola, no lazer, no acolhimento do lar, mas deve estar começando a receber as orientações sobre as suas responsabilidades, sobre como cuidar das suas coisas. E o trabalho a partir dos 14, principalmente dos 16, pode e deve ser, na minha opinião, um caminho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nós ajudarmos esses adolescentes e jovens que vão ficando sem a oportunidade de uma família.

A adoção a que eu me refiro poderia se dar com alguns incentivos que a legislação estabelecesse para as empresas com algum apoiamento. Hoje me preocupa que o tratamento para o menor aprendiz, ao invés de estar sendo estimulado, está sendo dificultado nas empresas. Eu soube, aqui em Divinópolis, através de alguns empresários, que eles só podem contratar como menor aprendiz se eles pagarem um curso que, em alguns casos, está chegando a valores de mais de R$2 mil. Eu pretendo olhar isso, porque nós temos aí o Sistema S, que recebe muito dinheiro e que poderia também estar sendo mais bem acionado para ajudar nessa preparação do menor aprendiz, para as empresas poderem acolher, preferencialmente, esse menor aprendiz, que, às vezes, ainda está num abrigo e não está tendo a oportunidade de se profissionalizar.

A gente desenvolveu um projeto da empresa cidadã, a empresa que se compromete a não apenas dar uma oportunidade de trabalho, mas a ter ali nos seus quadros alguém que cuide da área social da empresa, que visite o abrigo, que dê suporte para esse jovem do ponto de vista, também, emocional.

Então, eu penso que nós temos que, através do banco nacional, do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, ter um cadastro bem atualizado, com dados bem objetivos, dando mais transparência para nós sabermos quantas e quais crianças e adolescentes estão nessa situação de maior dificuldade de serem adotadas para buscarmos as alternativas, porque não podemos deixar de enxergar esse problema. Nós não podemos continuar convivendo com essa situação de ver o tempo passar, principalmente para crianças que, às vezes, foram encontradas em situações de abandono e foram trazidas para esse abrigo, para o acolhimento institucional, de forma que continuem ali indefinidamente por não se encontrar um casal, uma pessoa, um cidadão que possa fazer a adoção familiar. A adoção familiar, sem dúvida, será sempre a nossa luta, mas nós precisamos buscar alternativas. Nós não podemos ver um jovem chegar aos 18 anos, terminar o período em que ele pode continuar num abrigo ou numa instituição acolhedora e simplesmente ele ir para a rua sem um emprego garantido, sem uma profissão, sem uma perspectiva digna de vida. Então, hoje me preocupa muito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a adoção do recém-nascido já está no processo. A partir do que nós já aprimoramos na legislação, a gente percebe que ela já encontra respaldo legal e acolhimento da sociedade em processos – eu ainda não diria ainda totalmente satisfatórios – bem razoáveis. Agora, a adoção da criança, do adolescente e principalmente do jovem, que foi encontrado muitas das vezes em situação de risco, que foi acolhido em situações já de sofrimento, nós precisamos priorizar, nós temos que encontrar meios de incentivar, de dar força para que cidadãos que têm condição de preparar esse jovem para o mercado de trabalho, de acolhê-lo dentro de uma empresa, ou ainda no caso das crianças, chamarmos as entidades, que são muitas – Lions, Rotary, a própria maçonaria, a Igreja, nas suas diversas formas de manifestação da fé –, possam ampliar esse trabalho de apadrinhamento, de acolhimento institucional, porque, na ausência de uma adoção familiar, nós temos que ter outros mecanismos para inserir esse adolescente, esse jovem numa sociedade que o acolha e que, principalmente, dê a ele uma oportunidade de trabalho, de preparação – mas, claro, primeiro, de formação e de trabalho –, para que ele possa conquistar sua independência e uma vida digna.

Então, Damares, eu quero reiterar que você, para nós, é inspiração. Então, eu quero, depois, oportunamente, aprofundar este debate no sentido de ver como nós poderíamos aperfeiçoar essa legislação, porque, como eu te disse hoje, me preocupa até o jovem cujo pai quer que ele trabalhe. Eu estou tendo exemplos concretos aqui. O pai quer que o filho trabalhe, às vezes com ele mesmo, ou que trabalhe com alguém da família, mas ainda está naquela fase de menor aprendiz e não lhe é permitido, senão através de ingressar esse jovem num treinamento formal, que é pago, e nós precisamos superar isso. Não podemos aceitar que haja um dificultador para ingressar um jovem, não apenas os que estão em casas de acolhimento, mas o jovem de famílias mais humildes que precisa trabalhar e que precisa ter um preparo, uma formação para que ele possa ter incentivo, e não dificuldade. Porque essa ideia de que o trabalho precoce vai atrapalhar, eu vivi isso na minha vida: trabalhar faz muito bem. E um adolescente, a partir principalmente dos 16 anos, se ele tiver a possibilidade e tempo de conciliar algumas horas, não o dia integral, é claro, algumas horas de trabalho com os estudos, isso fará bem para ele, e nós temos que incentivar isso.

Basicamente, a minha sugestão de aprimoramento da lei, que nós devemos fazer, olhando que lei nós não temos que sair fazendo só da nossa cabeça, é sentir onde tem um problema na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade que não está se resolvendo, que está se agravando, para a gente buscar dar uma condução legal para que o problema seja enfrentado e solucionado. E eu acredito que hoje um dos problemas que indiscutivelmente precisa ser enfrentado é a existência de um número cada dia maior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG) – ... de crianças e adolescentes que não são acolhidos por uma família, mas precisam ser acolhidos pela sociedade.

Não adianta a gente falar assim, "o Estado vai continuar bancando as despesas de uma entidade ou em parceria com a sociedade que contribui com doações". E depois dos 18 anos, se ele não teve uma formação profissional, se ele não teve uma experiência no mercado de trabalho? Ele vai ser jogado para a marginalidade. Isso, infelizmente, tem acontecido e nós temos que enfrentar o problema, estudando mecanismos de incentivar as empresas, facilitar às empresas o comportamento de empresa – cidadãs e assumam essa missão de buscar esse jovem, esse adolescente e prepará-lo para o mercado de trabalho, porque amanhã poderá ser um grande profissional ali naquela empresa mesmo.

Basicamente, a minha contribuição é essa. Vou pedir desculpa de não poder participar do evento todo. Eu estou em Minas, porque a agenda nossa de Deputado na segunda-feira aqui é puxada e eu tenho que me deslocar agora para uma reunião com o Secretário de Estado lá na cidade administrativa. Eu estou falando de Divinópolis, onde eu estive agora em duas rádios pela manhã e estou indo agora para BH, onde vou tratar de um assunto importantíssimo aqui para a região.

Mas o mais importante hoje é estar com você, Damares, para reiterar de público a minha admiração, o meu respeito pelo seu trabalho e dizer que na Câmara eu vou ser uma voz em harmonia com você para a gente fazer andar os projetos que são importantes para a criança, para o adolescente e especialmente para as causas da adoção e da nossa luta contra o aborto.

Um abraço a todos e muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado Domingos Sávio. É uma alegria ter o senhor conosco nesta audiência. Eu era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só uma assessora nos bastidores, correndo, gritando, querendo aperfeiçoamento na Lei da Adoção, junto com os grupos de apoio, e nós encontramos, no gabinete do Deputado Domingos Sávio, acolhimento, coragem de tocar em assuntos que ainda estavam dividindo o Congresso Nacional, na época, com relação à idade mínima para se adotar. E foi ali, naquele momento, que a gente conseguiu, doutoras, avançar na legislação. Então o Deputado Domingos Sávio é de fato comprometido com a causa, e hoje eu tenho alegria de ser colega dele como Parlamentar.

Deputado, só para fazer um recorte da sua fala. O projeto que ele citou, senhores, o 3.800, de 2024, está na pauta, secretários e secretárias que estão aqui e doutoras, de votação esta semana aqui na Comissão de Direitos Humanos. O projeto institui o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Ele passa pela Câmara, vem para cá, e o Relator aqui na Comissão é o Senador Zequinha Marinho, que não fez nenhuma modificação no texto que veio da Câmara.

A vontade de que seja imediatamente aprovado não fez uma modificação para que o projeto não volte para a Câmara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Atende. Mas creio que, se no final dessa audiência, os senhores entenderem que precisamos melhorar esse projeto de lei ou fazer uma discussão específica sobre esse projeto de lei agora, aqui no Senado, nesta semana, na hora da votação, quarta-feira, um Parlamentar poderá pedir vista ou eu mesmo posso pedir vista, e a gente faz uma audiência pública só para discuti-lo. Mas o Relator da matéria entendeu que está muito bom o projeto de lei e que não precisa de nenhuma alteração. Se algum dos senhores quiserem uma cópia do projeto original e do voto, que será apreciado esta semana, nós temos aqui na mesa.

Obrigada, Deputado. Vamos dispensá-lo para sua audiência.

Eu quero fazer isso com os demais. Se tem alguém aqui – eu sei que tem pessoas que estão com a agenda superlotada hoje – que queira apenas falar e não ficar até o final, nós vamos, da mesma forma, liberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu quero informar que está no plenário com a gente, com muita alegria, a Secretária Nacional dos Direitos da Criança, a Maria do Pilar. Imagino que a agenda esteja uma loucura.

Nós vamos fazer, daqui a pouco, uma inversão de pauta. Nós vamos ouvir a Dra. Karina. Na sequência, eu peço aos demais que a gente possa escutar a Secretária Nacional.

Como o Dia da Adoção foi ontem, muitas agendas estão acontecendo hoje no ministério, e ela tirou um tempinho para vir aqui. Eu quero agradecê-la muito, Secretária, por estar conosco.

Então nós vamos ouvir a Dra. Karina Müller, Juíza Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Camboriú, Santa Catarina. Na sequência, nós vamos ouvir a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.

Também já está conosco Marisa Maria Moraes Muniz Verri, Secretária da Comissão Distrital Judiciária de Adoção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Seja bem-vinda!

Vamos ouvir a Dra. Karina. É uma alegria tê-la conosco. Veio de tão longe, de forma presencial, o que mostra o compromisso com a pauta e a vontade de nos ajudar na discussão.

A SRA. KARINA MÜLLER (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu tenho que ligar aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso.

A SRA. KARINA MÜLLER – Bom dia a todos.

Meu nome é Karina. Eu sou Juíza em Camboriú, Santa Catarina. Eu vim a convite da Senadora e do assessor Marco.

Estou nessa área já há mais de dez anos, então – pode passar a apresentação? – eu fui desafiada com este tema: Boas práticas e desafios da adoção tardia. Falar de adoção tardia é um desafio para quem integra o sistema de justiça. Por que é um desafio? Porque, enquanto sistema de justiça, nós vemos a roda girar inteirinha. A gente vê, desde quando a criança chega para adoção, ela é adotada e, muitas vezes, é devolvida. É uma realidade de que poucas pessoas falam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas nós – não é, Doutora? – sentimos e vivemos no dia a dia o que é a devolução de uma criança e de um adolescente que foram adotados.

Mas, quando esse tema veio para mim, a primeira questão que vem – quando as pessoas ficam sabendo que eu sou juíza nessa área –, a primeira pergunta que elas me fazem, Senadora, é: "Demora muito? Demora quanto para eu conseguir uma criança, conseguir adotar?". E a primeira coisa que eu falo é dos números – isso é do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento –, os números são do ano passado. Então, quando a gente fala que tem 239 crianças e adolescentes aptos à adoção, mas que nós temos 3 mil pretendentes, a conta não fecha. Esses números normalmente não são divulgados. E por que isso acontece? E, se a gente for olhar o número de crianças e adolescentes aptos à adoção, o número vai aumentando conforme a idade vai aumentando; e, de pretendentes, o número vai diminuindo conforme a idade vai aumentando. Essa é a grande questão que a gente enfrenta no dia a dia do sistema de justiça. Tem a questão do grupo de irmãos, porque poucos aceitam grupos de irmãos. Temos muitas crianças e adolescentes com deficiência intelectual, com doenças que estão aptos à adoção e não são adotados.

Quando eu fui desafiada a falar sobre o tema da adoção tardia, a questão que eu coloquei e trago mais como uma provocação – eu não tenho uma resposta pronta – é: existe mesmo diferença entre a adoção de crianças e a adoção de adolescentes? Porque, na minha prática, o que eu vejo é que os desafios... Normalmente, os adotantes falam assim: "Com criança, é mais fácil". E isso a gente vê realmente. As crianças se vinculam mais fácil pelo instinto de sobrevivência. Elas precisam se vincular para poder comer, poder ter alguém que dê banho... Então, elas se vinculam mais rápido. Porém, os desafios aparecem independentemente da idade.

Essa criança que foi adotada ainda bebê, muitas vezes, nós vemos dando problemas e apresentando desafios quando chegam à idade da adolescência, independentemente de se foi adotado enquanto bebê, neném, dois anos, quatro, ou se foi adotado mais tarde. Os desafios sempre aparecem, mas, na adolescência, o desafio aparece mais rápido. Por isso, a preparação para adotar precisa ser aperfeiçoada, precisa ser feita com muito cuidado e cautela.

Daí eu chego à questão principal: o que é essencial no processo de adoção? Como fazer uma adoção dar certo? Essa é a pergunta-chave que a gente traz nos cursos de preparação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pretendentes à adoção. A gente quer que dê certo, a gente não quer que ninguém seja devolvido sob a justificativa de "ele não é meu filho". E isso acontece. No dia a dia, quando começa a dar problema, eles acabam devolvendo, dizendo: "Mas ele não é meu filho". Mas é o filho adotivo. Entre filho adotivo e filho biológico, na lei, não tem diferença. Então, tudo começa quando a gente, no sistema de justiça, fala em adoção. O sucesso da adoção já começa na forma com que a criança foi retirada dos pais biológicos. E essa é uma questão sobre a qual talvez poucas pessoas falam. Os juízes, o Poder Judiciário, o Ministério Público e quem está trabalhando com essa fase pré-adoção precisam ter muito cuidado em como retiram essas crianças dos pais. A gente sabe que, para uma criança chegar para adoção, existem três formas: ou os pais são falecidos e a criança é órfã; ou os pais renunciam ao poder familiar, e aí entra até a questão da entrega legal, que o Deputado comentou e que é uma ferramenta potencial para que dê certo; ou há a perda do poder familiar, que é a questão mais sensível quando a gente fala em retirar crianças dos pais biológicos, que são as situações de castigo imoderado, abandono, atos contrários à moral e bons costumes, entrega irregular para adoção – isso são situações em que se justifica retirar uma criança ou um adolescente dos pais para que eles se coloquem aptos à adoção.

Então, quando a gente está no sistema de justiça, e também estendo a quem pretende adotar, a gente precisa saber que a criança ou o adolescente que está apto à adoção tem uma história e que essa história precisa ser olhada com respeito. Não dá para apagar a história dessa criança e desse adolescente que foram retirados de alguma forma dos pais biológicos – não dá. A criança e o adolescente sempre vão trazer essa história junto com eles. A diferença é como nós adultos vamos lidar com essa história dessa criança e desse adolescente. Se nós lidarmos com julgamento, dizendo "esses pais não prestam", "eu nunca faria esse tipo de coisa", "esses pais são péssimos pais, nunca deveriam ter tido filhos", a chance de essa adoção dar certo é muito pequena.

E aqui eu trago algo para... Talvez muitos... A gente no sistema de justiça vê isto, mas, talvez, muitos aqui não sabem a história desses pais que não puderam cuidar dessas crianças e desses adolescentes. Eu, como prática na Justiça da infância, toda vez que ou tem a renúncia do poder familiar ou a perda do poder familiar, converso com esses pais e os incentivo a deixarem uma cartinha para os seus filhos, a fazerem uma despedida para que essa criança e esse adolescente, quando crescerem, saibam o quanto foram amados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daí eu trago para vocês... Eu vou trazer na sequência. Mas agora é o olhar...

Duas questões são importantes para que a adoção dê certo. A primeira questão é: como se retiram essas crianças dos pais biológicos? A segunda questão, em relação aos pretendentes, que é muito importante que se sonde: qual é a minha motivação? Por que que eu quero adotar? Esta para mim é uma pergunta-chave que faz uma adoção dar certo: o que eu espero da criança e do adolescente que eu vou adotar ou que eu adotei? E qual é o meu olhar para esses pais biológicos? Então, esta é a minha provocação em relação a quem é pretendente à adoção: fazerem-se essas perguntas.

E aí eu trago para vocês o olhar dos pais biológicos, o que a gente vê na prática. Não sei se a Doutora compartilha comigo. Eu trouxe aqui para vocês alguns exemplos de cartinha, porque normalmente a nossa tendência – e já foi a minha tendência – é de julgar esses pais biológicos. Esta é uma carta de uma mãe que entregou um filho de dois anos no meu gabinete. E, na hora, eu fiz uma audiência com ela e a incentivei a deixar uma carta para o filho. Eu vou ler para vocês.

> Por um filho a gente chora, ri, ama, move o mundo, porque um filho é o único ser que nós amamos mais do que nós mesmos. E foi por este motivo, o amor, que a Mamãe tomou essa decisão. A Mamãe está doente e não pode mais cuidar de você. A doença da Mamãe é séria e envolve o psicológico. Sendo assim, tomei essa decisão difícil, mas pensando unicamente em seu bem. Espero que um dia me perdoe. Entenda tudo isso, pois foi por amor que tomei essa atitude. A Mamãe te ama muito e só quer seu bem, sua felicidade. Você jamais será esquecido, sempre estará em meu coração.
> Quando chegar o momento de ler essa carta e já estar entendendo as coisas, espero que você me perdoe de coração. Fiz isso por amor, te amo demais.
> Mamãe.

Esta próxima carta foi de um caso bem difícil que eu fiz em que eu tive que decretar a perda do poder familiar. Quando eu leio esta carta...:

> Aqui quem está escrevendo é a Mamãe. Nunca esquecerei de você, você está em meu coração. Quando crescer, me procure. Te desejo um futuro feliz e que você cresça.
> A Mãe está sentindo muito a sua falta, e que você não guarde mágoa de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma aqui:

> Aqui é a Mamãe escrevendo para você. Estou sentindo muito a sua falta. Eu quero que você seja sempre feliz com a família e nunca esqueça da Mamãe. Amo tanto você quando era pequeno e agora. Nunca vou esquecer você. Procure a Mamãe e o Papai. Não nos abandone, lembre de nós. E, por final, estude sempre.

E aí eu tenho mais duas cartas que eu não vou ler e que seguem mais ou menos essa.

Eu achei muito interessante a instrução da mãe biológica falando "estude sempre", porque ela não estudou. Então, eu pergunto... Pergunto, não; eu afirmo: a adoção é um instituto protetivo, porque possibilita que a criança e o adolescente possam crescer em uma família saudável e segura, pois os pais biológicos não puderam. Independentemente dos motivos pelos quais os pais biológicos não puderam, nós enquanto sistema de justiça, os pretendentes à adoção, apenas podemos respeitar essa história. E a minha sugestão é que não julguem, não sintam pena da criança, porque isso enfraquece a criança e a história de vida dela.

Então, quando se olha a adoção na perspectiva da criança e do adolescente, a idade deixa de ser uma questão, porque a pergunta é: quem necessita de quem? Quando a gente pensa em adotar e pensa que é mais fácil adotar uma criança, porque a gente vai moldá-la, a quem essa criança está servindo? Está servindo ao adulto? Ou é o adulto que serve? É a vida dessa criança.

Então, passando para o nosso tema em relação à adoção tardia, o que envolve a adoção tardia são muitos mitos de que a criança se adapta mais fácil: claro, ela se vincula mais fácil pelo instinto de sobrevivência dela, mas o adolescente também se vincula; ou de que a criança não vai lembrar mais dos pais: a minha história enquanto juíza mostra que ela lembra, sim, embora não a fisionomia, mas ela sempre – sempre – quer saber da sua história. Eu tenho vários casos em que houve a adoção de crianças, ainda bebês...

(*Soa a campainha.*) ... chegam aos 15 anos e querem saber quem é esse pai, o que aconteceu, por que ela foi entregue. E aí um outro mito é que é mais fácil moldar a criança.

E os desafios, então, da adoção tardia? A aproximação precisa ser mais lenta, ela precisa ser com mais calma. Num primeiro momento, o adolescente não vai amar como pai e mãe, ele não vai chamar de pai e mãe, ele já tem autonomia, mas precisa ser um "estamos caminhando junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nos conhecendo". É esta postura que o pretendente à adoção de adolescente precisa ter: "Eu vou caminhar junto contigo, vou te conhecer e, com o tempo, nós vamos criar vínculos e você, quem sabe, vai me chamar de pai e mãe". Mas certamente chama, eu tenho muitos casos em que o processo de adoção de um adolescente foi mais lento, mas ele é muito mais lindo quando finaliza.

Então, os desafios aparecem mais rápido. A própria fase da adolescência já é um fator desafiador. Em relação ao perfil de pretendente, o pretendente precisa ter um perfil mais desapegado, mais resiliente, precisa saber que o adolescente vai, mas ele volta, ele tem autonomia. Então, esse perfil do pretendente precisa promover a autonomia desse adolescente para a vida adulta.

E principalmente um desafio de quem pretende adotar um adolescente é olhar para as potencialidades desse adolescente e não olhar para as dificuldades que ele apresenta. Quanto mais nós olhamos para as potencialidades, o potencial vai se aprimorando. E aí, então, como boas práticas, indo ao encontro da fala do Deputado, a principal boa prática é o apadrinhamento afetivo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINA MÜLLER – Nós já temos uma lei, mas acredito que ela deveria ser aprimorada, porque, nas comarcas, o apadrinhamento afetivo praticamente não existe pela dificuldade de implementá-lo. Ele é pouco divulgado e, naqueles locais em que existem, é feito de uma forma muito caseira, não há uma forma uniforme em todo o estado, em todo o Brasil.

Temos boas práticas ao sistema de busca ativa, não sei se todos conhecem, mas é a forma como a gente coloca aquelas crianças e adolescentes que não têm pretendentes no SNA. A gente coloca o perfil deles lá e os pretendentes à adoção buscam. Às vezes, não quer adotar um adolescente, mas olha ali e diz: "Pô, bateu, né? Gostei desse rapaz, gostei dessa menina".

E há os grupos de apoio à adoção, que é uma forma de incentivo de desmistificar a adoção tardia. Então, principalmente como boa prática – isso é do meu trabalho, eu não tenho como tirar isso de mim –, o olhar para os pais biológicos com respeito ao destino deles e com gratidão pela oportunidade que esses pais adotivos têm de cuidar daquela criança adolescente e realizar o sonho de ser pai e mãe. Respeito e gratidão, como boa prática, é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINA MÜLLER – Então, por fim, já finalizando, só... Cadê? Aqui, calma. Esse é o último...

Só nos últimos quatro anos... Aqui são algumas reportagens lá do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Tivemos muito êxito na adoção de adolescentes, na adoção tardia. Inclusive, lá no eslaide, à esquerda, sou eu numa audiência virtual em que nós conseguimos pretendentes a adotar um grupo de quatro irmãos, sendo dois deles adolescentes, e esses pretendentes à adoção já tinham três filhos adotivos e um natural.

Então, é um tema desafiador, mas eu sou uma entusiasta, porque todo mundo, todos merecem crescer numa família que dê segurança, proteção e os leve à autonomia para a vida adulta. É nesses termos que eu termino a minha fala.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Doutora.

Ouvir quem está lá na ponta, na prática, deferindo, indeferindo, acompanhando, é extremamente necessário. E a senhora trouxe situações muito delicadas, Doutora. A mãe biológica muitas vezes ama, a família biológica ama, aí a família adotiva entra no conflito: "Eu amo mais".

Eu passei por isso, tá, Doutora? A minha filha tem três mães. A minha filha tem a mãe biológica, que ia fazer 12 anos quando a teve. A minha filha é uma menina indígena do povo kamaiurá, inclusive, a Secretária Maria do Pilar está com um colar indígena lindo que o povo da minha filha faz – que grande coincidência! Então, ela tem a mãezinha biológica, mas foi adotada por um casal na aldeia onde ela ficou por seis anos. Uma família ficou com ela, encontrou a minha filha no mato. A minha filha seria sacrificada por uma questão cultural – acho que todo mundo conhece a história –, mas a mãezinha biológica amava. Essa família ficou com ela. E a minha filha não pôde continuar na aldeia por uma série de outras questões.

Então, quando ela veio para a minha vida... Ela tem duas mães, eu sou a terceira. Deixe-me dizer uma coisa: não é fácil, não, ouvir a minha filha chamar as outras duas de mãe! Na primeira vez que eu a ouvi chamar a mãe adotiva da aldeia de mãe, e eu que era a mãe... Tem que trabalhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito isso. E, aí, depois, a gente foi buscar a mãe adotiva, que é tão linda quanto a minha filha. A gente coloca as duas juntas e não sabe quem é a mãe e quem é a filha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A biológica. São lindas.

Compartilhar essa maternidade é um processo, Sandra. É aí que vêm os grupos de adoção, é aí que vêm os grupos de apoio para a gente compartilhar a maternidade. Hoje nós somos três mães felizes. Ela é rica, ela é rica. Três mães felizes, três mães que interagem, três mães... As duas ficam comigo, especialmente a adotiva; toda vez que vem para a cidade, fica comigo. E acabou que eu adotei todos os irmãos da Lulu: os irmãos biológicos, os irmãos adotivos. Hoje somos uma grande família. Na verdade, eu adotei a aldeia inteira.

E eu tive uma outra filha. Eu fui mãe socioafetiva por seis meses da Érica Xavante – lembra, Pastor? E a Érica Xavante teve que ir para uma outra família, não pôde ficar comigo. Na primeira vez que eu vi a Érica chamando a atual mãe adotiva de mãe também foi assim – meu Deus, eu não estou pronta para isso! –: doloroso. Eu queria ser mãe de todas, mas a Érica estava passando pela minha casa por um período, e eu não pude ficar com as duas. A Érica está linda, feliz, maravilhosa.

Então, assim, a senhora trouxe detalhes delicados: a mãe biológica ama; a família biológica, muitas vezes, ama; e a gente tem que lidar com tudo isso. E a quem serve essa criança? Ao adulto, que tanto queria ser mãe, ou à criança, que precisava tanto de uma família? Então, não é brincadeira adoção, a brincadeira de falar: "Ah, eu vou adotar um bebê *reborn*". Adote um bebê *reborn*, mas, se quiser amar uma criança e fazê-la feliz, adote uma criança. Não é brincadeira. Participo de muitos processos, e não é brincadeira, mas é a decisão mais incrível que um ser humano pode ter: adotar. A minha vida muda, muda completamente depois que me tornei mãe da Lulu, que daqui a pouco vai estar aqui com a gente.

Quero registrar a presença, no Plenário, de Layla Raquel Piauilino, da Secretaria de Desenvolvimento Social do DF, prazer tê-la aqui; do Pastor Sérgio Carazza, do Centro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destinação Dar a Vida, do Sérgio, obrigada, Pastor; do Jorge Eduardo Deister, da Vila do Pequenino Jesus, ô, meu Deus...

Quem não conhece a vila, e não sei se a Secretária está há muito tempo em Brasília, precisa conhecer a vila. Os filhos do Jorginho têm 60 anos, 70 anos... O Jorginho adota adultos que a sociedade não quer. A Vila do Pequenino Jesus é para crianças e adultos em estágio terminal muitos deles, em estágio vegetativo, são pessoas que ninguém quer. E para ficar com essas pessoas, o Jorginho é pai de alguns, pai adotivo. Então, eu convido vocês a conhecerem a Vila do Pequenino Jesus e irem lá com a gente fazer fraldas.

Quantas fraldas por dia você consome, Jorginho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oitocentas fraldas por dia é o consumo da vila.

Está com quantas pessoas na vila hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cento e quatro, de todas as idades.

É o lugar mais incrível: fica no Lago Sul. É o lugar mais lindo que eu conheço, e Jorginho é pai. Ele e a mãe, tão jovens, adotam aqueles com que ninguém quer ficar, aqueles num aparelho, entubados estão lá com ele. E eu, cada vez que vou à vila, eu me sinto tão feliz, Jorginho... Então, o Jorginho é um pai adotivo diferente. Eu a convido, Secretária, para conhecer a vila, que é incrível.

Está conosco Priscila Borges Lopes, Sociedade Cristã Maria e Jesus Nosso Lar, obrigada; Maria Luana Gomes Mangueira, também da Sociedade Cristã Maria e Jesus Nosso Lar; Sheyla Cristina Alves Passos, Escola Classe do Café sem Troco, essa escola é incrível; Roberto de Sousa Ataíde, OAB-DF.

Na sequência, nós vamos ouvir, como eu falei, a nossa Secretária...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso, Dra. Karina. Vamos trocar de lugar com a Doutora, com a nossa Secretária.

Secretária, nós ainda estamos no Maio Laranja. Eu imagino que a senhora está numa correria lá no ministério. Nós vamos ouvi-la. A Secretária Maria do Pilar é a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – é uma alegria recebê-la aqui, Secretária –, e ela vai falar sobre ações desenvolvidas pela secretaria nos dois últimos anos, especialmente, se possível, voltada à pauta. Seja bem-vinda, Secretária! Fique à vontade para, depois da sua exposição, ir! Eu sei que o seu ministério hoje está pegando fogo lá, com mil atividades. Mas os expositores que puderem ficar fiquem, porque estão chegando muitas perguntas da internet. E cada um que falar depois terá cinco minutos de considerações finais. Se chegar alguma pergunta direcionada à senhora, nós vamos encaminhar por *e-mail*. Bem-vinda! Dez minutos. Fique à vontade!

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes.

Muito obrigada, Senadora, pelo convite e parabéns pela iniciativa! Eu admiro, respeito e participo da promoção do diálogo democrático nessa escuta qualificada dos direitos humanos.

Para nós da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a gente enxerga a adoção como um direito, é uma política pública, está vinculada ao ECA, é um direito das crianças e adolescentes. E esses dados colocados aqui pela Juíza, a quem eu parabenizo pelo trabalho, mostram a dificuldade de adoção de crianças e jovens maiores e, principalmente, crianças negras, crianças com deficiência. Então, a gente precisa... Eu acho que esse descompasso mostra os nossos preconceitos estruturais, que dificultam a adoção e acabam prolongando a institucionalização dessas crianças e adolescentes.

A gente tem como princípio na secretaria a reintegração de crianças e adolescentes sempre a uma família. Nós temos o Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária, e esse plano está sendo revisto agora. A grande dificuldade é lidar no Brasil com uma visão de que crianças e adolescentes não são sujeitos de direitos, não têm autonomia. E eu gostei muito da exposição da Juíza Karina, porque ela nos mostra essa dificuldade e aquele descompasso, quer dizer, tem mais famílias querendo adotar do que crianças e adolescentes a serem adotados. E a gente tem esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descompasso que tem uma explicação não simples, não é uma causa só, mas esse preconceito estrutural da nossa sociedade. E aí ainda entra o medo: "Ah, essa criança ou adolescente, o que ela pode fazer?". "Não sei, não fui eu que eduquei." E eu respeito muito essas posições, porque não é fácil. Adotar um bebê já é um grande desafio.

Eu faço parte de uma família imensa de Minas Gerais, e aí eu estou aqui só desde novembro, Senadora. Eu estive aqui de 2007 a 2012, mas estou voltando. Agora tem seis, sete meses que eu estou aqui em Brasília. E eu sou daquelas famílias mineiras imensas, tios, tias, primos, primas, é uma rede. E nós temos mais de seis casos de adoção na família, adoção de um jovem negro já adolescente, de bebês, tem lá dos anos 60 o que nós chamamos de adoção à brasileira, o que essa proposta de lei tende a cada dia dificultar mais.

E aí a nossa proposta aqui, a primeira: eu acho que nós temos que fazer campanhas de sensibilização para adoção de grupo de irmãos. É muito difícil não só pelo custo de vida, como pela dedicação afetiva que tem que ser feita quando você adota um. E quando você adota dois ou três... Eu sou avó de gêmeos, Senadora, que hoje têm dois anos e meio, e a gente brinca dizendo que não é um trabalho dobrado, é quadruplicado. Então, para se adotar grupo de irmãos, é preciso que a gente se engaje numa campanha de sensibilização e mobilização da sociedade para entender o quanto é dolorido...

Eu tenho uma amiga que adotou três crianças de quatro, seis e dez anos. Ela ia adotar só a de quatro, mas, quando ela viu o olho da menina de quatro cheio d'água ao se despedir dos seus irmãos, o processo recomeçou, e hoje ela é uma mãe que enfrentou muitas dificuldades, porque a gente também não pode romantizar esse processo. O amor é construção. Mesmo o amor de mães biológicas com suas crianças vai sendo construído à medida que aquela convivência vai se aprofundando. Então, a gente precisa de uma campanha.

O Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária – e convido todos vocês a participarem dos debates da atualização – tem esse viés, tem esta proposta de sensibilizar a sociedade. O pior lugar para uma criança ficar é no abrigo e não porque o abrigo seja ruim. Eu estou encantada com a sua história, Jorginho, de você adotar pessoas de 60 anos. Eu faço 70 neste ano. A gente vai ficando idosa e começa a pensar quem vai cuidar de nós. E aí você tem filho, você tem neto, você adota aquelas pessoas que não têm ninguém e cuida delas. Isso é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, e eu quero ir lá conhecer, porque acho que é fundamental a gente dar visibilidade para esse tipo de atitude.

A segunda questão que temos trabalhado, porque eu também sou Presidenta do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) – em um ano, é da sociedade civil, e, no ano seguinte é do Governo, a Senadora sabe bem –, e o Conanda tem uma discussão muito forte, primeiro, de dar, sim, visibilidade para a lei da entrega protegida, mas a gente não pode fazer com que isso substitua a opção, no sentido de que as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual podem ter outras opções. Nós defendemos a entrega protegida. Ela é uma lei muito importante que ganhou visibilidade com uma atriz que teve que fazer a entrega protegida. Muitas pessoas da sociedade não a conheciam, e realmente é uma possibilidade que se abre quando a mãe, por diferentes motivos, não pode ter ou não quer ter aquele filho.

A gente tem trabalhado muito no funcionamento dos serviços públicos no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Não são poucos; os casos são subnotificados. Eles acontecem principalmente em casa – por isso a nossa campanha este ano chama "Lar seguro" – ou muito próximo. A maioria dos agressores a família conhece, e essa é a grande dificuldade de a criança ou de a adolescente denunciar e ter credibilidade, porque a tendência é: "Não, não foi bem assim, você está olhando errado".

Então a gente também tem que tomar muito cuidado, porque nós não podemos substituir a pauta. A lei prevê que qualquer conjunção carnal com pessoas com menos de 14 anos configura estupro de vulnerável.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – E por que eu estou tocando nesse assunto? Porque muitas crianças que são colocadas para adoção são crianças vítimas, nascidas de mães vítimas de violência. E aí a gente tem também a proposta de promover uma cultura de adoção inclusiva, antirracista e não capacitista.

Os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento evidenciam um padrão reiterado de rejeição a crianças e a adolescentes com determinados perfis: pretos e pardos, meninos com deficiência, com problemas de saúde ou pertencentes a grupos de irmãos. Essa seletividade por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte dos pretendentes reforça desigualdades históricas e reproduz preconceitos sociais que devem ser enfrentados pelo Estado e pela sociedade. Por isso nós, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, reiteramos a necessidade de uma campanha de adoção inclusiva voltada à equidade, à diversidade e à efetivação do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente sem condicionantes discriminatórios.

Por fim, nós também estamos incluindo no nosso plano – o nosso, do país – o fortalecimento da rede de apoio a famílias adotivas e acompanhamento pós-adoção. A Juíza cita aqui a necessidade de não se esquecer que aquela criança tem uma mãe biológica, mas que aquela mãe e pai que estão adotando, ou duas mães ou dois pais, aquela família precisa de acompanhamento, porque, senão, na primeira dificuldade... E são muitas. A Senadora acaba de contar a sua história. Realmente se necessita de um preparo, não é, Senadora? Quando eu vi a minha neta chamar uma outra pessoa de "vovó", eu falei: "Como? Não!" Claro que não! Lógico! E a outra pessoa era quase uma avó também, e falou: "Não, pode me chamar de tia". Então eu imagino se fosse chamar de mãe. A gente tem que acolher essas famílias, e aí o Estado, ou seja, o poder público pode providenciar serviços que acompanham aquela família, para evitar aquela coisa mais traumática e sofrida, que é a devolução da criança adotada.

Por fim, se faz importante destacar que a revisão do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) – eu não gosto de siglas, mas também esse nome é enorme, então a gente vai achar uma abreviatura para ele – é um passo essencial para atualizar as diretrizes que garantem o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária no Brasil. O plano atua em seis eixos prioritários: prevenção do afastamento familiar; qualidade dos serviços de acolhimento; o acolhimento familiar; a reintegração; o apoio aos jovens egressos; e a adoção centrada no interesse da criança.

A atualização do plano vai fortalecer a rede de proteção e reafirmar a adoção como medida vinculada ao direito à convivência familiar, promovendo processos mais céleres, humanizados e baseados na escuta qualificada. A nova versão do plano está em fase final de elaboração, com ampla participação social, e deve ser apresentada em outubro deste ano ao Conanda e ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), representando um avanço na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Tanto o Conanda quanto a Secretaria estão sempre muito abertos ao diálogo, a escutar sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O plano tem tido várias audiências e, caso alguém aqui se interesse, pode procurar no *site* do ministério, que tem uma aba ali, Conanda, na qual vocês podem ter acesso.

Eu agradeço muito a oportunidade e reforço que o Dia Nacional da Adoção vir imediatamente após o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes faz muito sentido e nós temos que lutar também para que homens, geralmente mais velhos, parem de abusar e de violentar nossas crianças e adolescentes. Quando isso acontecer, a gente não vai ter mais a discussão, seja do aborto, seja da adoção, seja do acolhimento, nesses casos específicos.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada Secretária.

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – Obrigada pela delicadeza de mudar meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente que agradecê-la, lhe desejar, Secretária, sucesso. Eu estive lá, não é fácil, não é fácil. E especialmente porque o orçamento é deste tamanhinho. Como fazer um grande trabalho? Sucesso, estamos à sua disposição, mas a senhora traz aqui algo muito delicado: a adoção inclusiva. Quando a Juíza mostrou o número de pretendentes e quando ela mostra o número de pretendentes que não querem criança com deficiência, com doenças crônicas, com doenças raras, é quase que a maioria absoluta. E aí, Jorginho, vão todos para você. E são poucas instituições que ficam com crianças.

Aqui em Brasília, nós temos o Jorginho, nós temos o Instituto do Carinho, mas as pessoas não querem as crianças doentes. Eu já vi crianças serem devolvidas, Secretária, quando a família descobriu que era uma filha do *crack* – mãe era uma craqueira, já estava no nono bebê que ela jogava no abrigo... Quando a família descobriu, depois de todo o processo, que a mãe era uma craqueira, a família devolveu, porque é uma bomba biológica. Assim, há crianças sendo devolvidas quando se descobre lá na frente que têm uma doença crônica, uma doença hereditária. Então, é muito delicado. E a Juíza também trouxe, doutora, e a senhora falou aqui, Secretária, a adoção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irmãs. Como é difícil levar para casa quatro crianças! A gente precisa falar sobre isso. Essas crianças também têm direito a um lar e direito de convívio com seus irmãos.

Então, nós estamos diante de grandes desafios.

A Secretária traz também a família acolhedora. Vamos ter que falar mais sobre família acolhedora.

A você que está nos assistindo, que chegou agora, que ligou a TV: se você não pode adotar, não pode, por muito tempo, adotar – deve ter um plano de carreira, vai sair do Brasil –, você pode ser uma família acolhedora. Procure, na sua cidade... Os Prefeitos têm que desenvolver mais a política, na sua cidade, do programa Família Acolhedora. Você pode ficar um período com essa criança até o processo de adoção dela ser resolvido. A sua casa, com certeza, é melhor que um abrigo. Seja uma família acolhedora.

Secretária, muito obrigada por sua participação – nós vamos liberá-la, porque eu sei da sua agenda –, por ter tirado esse tempinho para ficar com a gente. Faça desta Comissão a sua casa. Sinta-se à vontade! Venha nos procurar sempre que possível. Nós vamos sempre buscá-la, Secretária. Foi uma alegria tê-la aqui. A senhora está linda com esse colar, linda. (*Risos.*) Obrigada.

Na sequência, nós vamos ouvir agora ele, que está *online*...

Ele está *online* de novo? (*Pausa.*)

Está conosco Jonathan Ferreira dos Santos, Presidente da Associação Educacional e Beneficente Vale da Benção.

O Jonathan vai abordar boas práticas e desafios para o cuidado de crianças e adolescentes sem família para adoção e inserção comunitária e social. Ele está falando diretamente de São Paulo.

Enquanto ele começa a falar, eu vou convidar para vir compor a mesa, para estar conosco, a Marisa – Marisa, venha compor a mesa – e, na sequência do Jonathan, nós vamos fazer uma inversão: vamos passar a palavra para a Dra. Monize, porque eu sei que ela deve estar também com a agenda lotada, mas os expositores que puderem ficar até o final fiquem, porque nós teremos perguntas e participação da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez minutos, Jonathan. É uma alegria recebê-lo em nossa audiência. Seja muito bem-vindo!

O SR. JONATHAN FERREIRA DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelo convite. É uma satisfação estar participando desta consulta.

Eu sou Pastor evangélico presbiteriano. Acabei de completar 90 anos de idade, e continuo trabalhando; então, eu vou falar um pouco da experiência.

Por volta de 1990, havia muitas crianças abandonadas, crianças de rua, em São Paulo. Era consequência do êxodo rural, da formação das comunidades etc. Então, havia muitas crianças de rua. A Prefeitura de São Paulo estava lutando com esse problema e convidou algumas instituições para ajudar na solução. Então, nós fomos também, entre outras instituições, e houve toda uma exposição da situação de crianças de rua.

Eu via isso constantemente na rua, sentia misericórdia, vontade de ajudar, mas não via como.

Então, cada instituição tinha escolhido o tipo de programa que iria instituir. Não havia verba municipal, era a própria instituição conseguindo recursos, etc. para fazer. Então, eu fiquei pensando o que eu podia fazer e apresentei para o nosso grupo a possibilidade de a gente conseguir uma casa, alugar uma casa na região da Lapa, em São Paulo, onde havia muitas crianças na rua e muitas até comendo restos de lixo, etc. – era uma situação terrível. Então, eu ofereci esse plano de alugarmos uma casa ali nas imediações da estação, onde hoje é estrada de ferro, é metrô, etc., e fazermos um refeitório para essas crianças. Precisávamos de gente para ajudar a pagar o aluguel da casa, precisávamos de gente para fornecer comida, de voluntários para vir preparar comida, cuidar das crianças, mas deu certo.

Assim que nós começamos, então vocês podem imaginar que a clientela cresceu rapidamente, tínhamos muitas crianças, e a gente oferecia almoço, pelo menos uma refeição. Mas, então, o programa... E aí, no contato com essas crianças, fomos percebendo outras necessidades. Começamos a arrumar voluntário para cortar cabelo, cortar unha; roupa também; dar banho nas crianças, colocar outra roupa, etc. – a roupa com que vinham tinha que colocar no lixo. Fiz tudo isso, e o programa foi aumentando, aumentando, e vimos que, para algumas crianças em estado mais complicado, a gente deveria colocar a segunda possibilidade, que se iria alugar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais uma casa e, então, oferecer abrigo, para a criança vir morar nessa casa. Na época, as leis não eram tão exigentes; então, a gente podia ir fazendo aquilo que conseguia fazer.

Desse trabalho, surgiu um projeto que se chama Cidade da Criança. A nossa instituição é numa área grande, num pequeno município chamado Araçariguama, que fica, assim, quase na Grande São Paulo – na verdade, termina a Grande São Paulo, e aí vem o nosso município.

Começamos a construir casas-lar, dentro desse projeto. O projeto tomou corpo, e propusemos construir 32 casas-lar, com 12 crianças em cada casa, mãe social e toda uma estrutura em volta. Não é que tínhamos dinheiro para fazer isso, tínhamos que levantar recursos. E a resposta foi muito boa de empresários, igrejas, etc. Nós chegamos a construir nove casas. Mas estava em estudo a mudança da legislação e, quando nós estávamos construindo a nona casa, a legislação foi mudada. Nós recebíamos crianças... nós tínhamos espaço para cem crianças, e era um município pequeno. Crianças vinham da grande São Paulo, Campinas, Sorocaba, etc., muitos lugares. Mas a legislação mudou e nós só podíamos receber crianças do nosso município. Era um município pequeno, tinha poucas crianças. Então, houve um prazo, evidentemente, acho que de três anos, para encaminhar essas crianças que estavam conosco e, desde que a legislação foi mudada, não podíamos receber mais crianças. Então, hoje, nós temos, das nove casas, apenas uma casa que serve o nosso município, e, como não pode vir de outros municípios, a gente não tem criança. Mas foi um projeto com muito resultado.

Na verdade, quando começamos, em São Paulo, aquele restaurante para crianças em situação de rua, nós começamos a aprender a fazer as coisas. E logo o nosso programa evoluiu para um projeto de adoção, porque era tanta criança e sempre tinham crianças liberadas para adoção. Felizmente, tivemos um apoio muito grande da promotoria, que iniciaram na nossa área... Então conseguimos fazer muitas adoções. E, com a adoção, criavam-se vagas. Estavam sempre saindo crianças, entrando crianças. Então o projeto funcionou muito bem.

Hoje nós temos dois programas como esse. Nós temos um programa aqui no nosso município, onde está a associação; e um programa similar na cidade de Sorocaba, que é um município grande. Em Sorocaba não somos só nós que fazemos o trabalho. Deve ter umas cinco, seis instituições, deve ter umas oito, nove casas lá, abrigo ou outro nome...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONATHAN FERREIRA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – ... para esse... Então aqui nós temos uma parceria com a Prefeitura do Município de Sorocaba, temos uma parceria com o Município de Sorocaba.

Então, tem sido uma caminhada muito feliz, muito abençoada.

Hoje, há histórias lindas de crianças que vieram e das quais cuidamos. Como essas crianças não estavam liberadas para adoção, ficamos com elas e sempre dizíamos: "Quando vocês completarem 18 anos, vocês não precisam ir embora, aqui é a sua casa, mas o nosso prazer é que vocês sejam encaminhados".

E, hoje, então, temos advogados que passaram por aqui, temos empresários, temos uma variedade, um número muito grande de crianças...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONATHAN FERREIRA DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – ... que passaram por esse programa e que foram encaminhadas. Foram muitas adoções não só para o Brasil, mas para o exterior.

O meu tempo deu para dizer a nossa experiência. E eu quero ser pontual aqui no tempo.

Nós continuamos fazendo o trabalho e temos um outro programa hoje na Cidade da Criança. E por que o nome foi "Cidade da Criança"? Nós formamos um bairro, uma vila, porque tinha que ter várias... Eram não só casas, mas outras construções de apoio, com muitos funcionários. Então, era, de fato, uma cidade, uma pequena cidade: Cidade da Criança. E, como não deu para continuar o projeto, nós fomos estabelecendo outros programas e hoje temos um programa que tem sido muito bom também, que é o programa do contrafluxo da escola. Nós recebemos de manhã crianças que vão para a escola à tarde: elas chegam para almoçar, têm toda uma programação no período da manhã, almoçam e são levadas para a escola. E, então, quem foi para a escola de manhã é trazida, almoça, tem o programa todo da tarde, toma o lanche e volta. É também um trabalho muito produtivo, temos visto muito resultado.

E, como acabou sobrando casa, atualmente nós estamos preparando uma parte dessas casas para iniciar o que nós chamamos de Centro de Convivência para a Terceira Idade. E, até por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falta de experiência, nós vamos começar com o que se chama d*ay care* ou creche para idosos. E, depois, então, nós vamos evoluindo nesse programa.

A nossa associação se chama Associação Educacional e Beneficente Vale da Bênção – "vale da bênção" é um nome da Bíblia, é uma região lá de Israel, um acontecimento do Velho Testamento. Então, nós pegamos este nome "vale"... E, de fato, a nossa propriedade é em um vale e está aberta para visitas. Como a gente gostaria que a Senadora Damares desse uma passadinha por aqui um dia, viesse almoçar com a gente, conhecesse os nossos programas!

E, por favor, me dê mais um minutinho, porque, muitas vezes, eles ficam com dificuldades para adoção não por culpa dos juízes, mas da própria situação da criança – não é?

Eu vi o programa, na Inglaterra, para esse tipo de criança, e é uma família substituta, e essa família substituta recebe uma verba do governo para cuidar de crianças. Conheci famílias com esse programa. Então, a criança não vai para uma casa lá, não vai para uma instituição. Tem uma lista de famílias.

Então, apareceu um caso, procura-se uma família adequada, o governo paga para a família e cuida das outras coisas dessa criança, desse adolescente, e eu, então, comecei a notar as poucas forças e falei com o governo, com autoridades: "Gente, por que é que a gente não copia esse programa no Brasil? Dá certo esse tipo de programa".

Mas eu não achei espaço – não é? – e, aí, fui desistindo, etc.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONATHAN FERREIRA DOS SANTOS (*Por videoconferência.*) – Mas ele continua na minha cabeça, no meu coração, e eu estou aproveitando este momento aqui – e talvez vocês já pensaram, vocês conhecem melhor do que eu esse programa, que não é só da Inglaterra, mas de outros países também, mas eu conheci bem o da Inglaterra. Então, permitam-me fazer a sugestão: por favor, ajudem a discutir essa possibilidade, a introduzir esse modelo.

Podemos continuar, sim, com os abrigos, com as casas de acolhimento, e a noção, mas esse modelo das famílias substitutas, que recebem a verba do governo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente que essa família é muito bem escolhida, tem treinamento, tem uma porção de coisa. Ela recebe visitas da assistente social, psicólogo, etc. Então, é uma coisa muito bem feita, muito bem estruturada.

Eu agradeço muito por essa participação. Estou às ordens.

Olha, como eu gostaria de achar espaço para, de alguma maneira... É uma experiência, agora, de 35 anos, e temos pessoas que trabalham com isso e têm experiência da convivência com as crianças, e eu acho que a gente tem uma contribuição prática de como podemos ampliar os nossos modelos de prestação de serviço nessa área.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Pastor Jonathan. O senhor encantou a todos nós com seu sorriso, com seu jeito lindo. Ele tem uma cidade da criança. A gente achava que Jorginho tinha muito por ter uma vila, Jorginho, ele tem uma cidade da criança. E o convite está aceito, na primeira oportunidade, eu vou conhecer a Cidade da Criança.

Lembrando, gente, que nós falamos que a vida das crianças em abrigo não é fácil, mas a gente encontra abrigos incríveis no Brasil – incríveis! Nós encontramos pessoas como o Pastor Jonathan. Gente, dá vontade de chamá-lo de vô? Não dá? De abraçá-lo, de levá-lo para casa. A gente encontra pessoas iguais ao Pastor Jonathan, iguais ao Jorginho, o pessoal do Nosso Lar, de tantas instituições que se dedicam às crianças. Parabéns, Pastor! Nós vamos procurar conhecer essa experiência que o senhor falou da Inglaterra. E vamos ver, as boas práticas precisam ser compartilhadas.

Obrigada, Pastor, que Deus o abençoe! Noventa anos, gente, e cuidando de criança! É uma inspiração para todos nós.

Registo a presença no plenário também da ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Dra. Cristiane Britto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora, com muita alegria, ouvir a Dra. Monize da Silva Freitas Marques, Juíza Auxiliar da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. A Dra. Monize vai falar sobre boas práticas e desafios da adoção internacional de crianças e adolescentes.

Doutora, como a senhora vai falar em nome do Judiciário e está chegando muita pergunta pela internet, tem uma aqui que eu vou deixar solta, a senhora não precisa responder, nós temos três pessoas do Judiciário aqui.

Quando a gente fala de adoção, a gente lembra muito da criança pobre, vulnerável e que vai para um lar melhor. Mas a pergunta que veio aqui é totalmente diferente. Aquela criança rica – olha só, é uma criança rica –, que foi abusada, que foi maltratada e a família perdeu o pátrio poder. A pergunta é: quando ocorre a perda do poder familiar, o adolescente se torna responsabilidade do Estado, perdendo os vínculos legais e afetivos com a família biológica, assim como os direitos hereditários e previdenciários que antes possuía. Como proceder nesses casos para que esses jovens egressos do serviço de acolhimento tenham seus direitos patrimoniais hereditários garantidos?

Sabe que é uma pergunta que eu nunca me fiz? Então fica aqui às três do Judiciário, se depois puderem responder.

Mas vamos ouvir agora a Dra. Monize sobre boas práticas e desafios da adoção internacional de crianças e adolescentes.

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (Para expor.) – Bom dia! Quero agradecer novamente a oportunidade de estar aqui, Senadora. Já tive a honra de compartilhar a mesa com V. Exa. em outras oportunidades, assim como com a Dra. Cristiane, que é uma grande parceira na proteção de direitos humanos.

Sinto-me muito honrada por estar aqui, ainda mais por contar com a participação de outros colegas do Judiciário, porque um dos aspectos mais importantes quando a gente pensa em adoção é justamente o fato de que nós não seríamos capazes de promover a dignidade da infância e da adolescência se não fosse em rede. Então, mesas como essa, que contemplam diversas áreas de atuação, já reforçam esse posicionamento de que a gente precisa estar junto, de mãos dadas com a sociedade civil, com o Legislativo, com o Judiciário e com o Executivo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a Dra. Maria estava aqui conosco – para que a gente possa fazer a diferença para essa geração e para as próximas também.

Eu gostaria muito de iniciar minha fala, fazendo um destaque para o fato de que todos nós somos filhos por adoção – inclusive os biológicos precisam ser adotados. Quando a gente pensa assim, a gente desmistifica muito por que as crianças que estão sendo hoje designadas para adoção não foram adotadas por seus pais biológicos.

Então, de fato, amar é uma escolha. Não é um sentimento. Não é uma emoção. Não é algo fluido. É uma decisão. E, quando a gente adota, nós estamos decidindo por amar inclusive os filhos que saem dos nossos ventres. Por isso a gente acredita que a adoção é um direito também das pessoas que amam e também das crianças em todos os lugares onde elas estejam. É por isso que V. Exa. tem tantos filhos, porque a senhora decidiu amar. E quantas outras pessoas estão aqui que decidiram assumir essa responsabilidade, assumiram esse processo de carinho? A história do Jorginho diz muito sobre isso.

Jorginho, eu atuo na proteção das pessoas idosas há mais de 15 anos, como Coordenadora da Central Judicial da Pessoa Idosa. Nós temos muitas reflexões a respeito disso, sobre, entre aspas, "adotar as pessoas que envelhecem sozinhas", porque a solidão é um dos maiores problemas das pessoas que envelhecem. E, ao contrário das crianças, que ainda têm alguma perspectiva de vida, de encontrar uma família, de se desenvolverem profissionalmente, a pessoa idosa não tem essa perspectiva.

Então, de fato, em uma sociedade em que a gente designa a pessoa a envelhecer sozinha – nós retiramos sete anos da capacidade de vida dessa pessoa, da expectativa de vida dessa pessoa, segundo pesquisas recentes –, iniciativas como a sua, de novo, reforçam que amar é uma decisão e que todos nós somos filhos por adoção.

Então, eu queria iniciar, registrando esse aspecto.

Nós passamos aqui por uma mesa de muitas reflexões. A Dra. Karina trouxe uma pergunta interessante – "Qual é a minha motivação?". Na adoção internacional, a gente ainda tem outras reflexões, porque, além de perscrutar qual é a minha motivação, eu preciso fazer a adaptação desse processo de afeto, de escolha para um outro contexto social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na adoção internacional, nós buscamos fazer a adaptação dessa criança a uma nova cultura, a uma nova língua, a uma perspectiva completamente diferente. E isso nos faz aprofundar ainda mais na perspectiva de que eu não posso coisificar a criança e o adolescente. Às vezes, quando a gente percebe um descompasso entre o número de pretendentes e o número de crianças disponíveis para adoção, a gente percebe que nós ainda estamos coisificando, buscando perfis específicos para atender, naquela prateleira, aquela que encaixa melhor as minhas expectativas em relação à maternidade.

Então, como a Senadora falou, do bebê *reborn*, esse não é o caso da vida real. Inclusive, nos nossos filhos biológicos, muitas características podem ser desenvolvidas que vão contrariar as nossas expectativas de maternidade num momento específico da vida, algumas escolhas. Isso precisa ser considerado a fundo.

E aí, quando a gente vai levar em consideração a adoção internacional, nós precisamos reforçar alguns outros números e algumas outras características. Eu trouxe aqui algumas a respeito da nossa CDJA, coordenada hoje pela Secretária Marisa – nós trabalhamos em conjunto. Nós fizemos agora 25 anos dessa Secretaria de Adoção Internacional. A adoção internacional, também prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é um direito da criança, mas é a exceção da exceção, porque a adoção é uma exceção. A ideia do ECA é permitir que a criança e o adolescente sejam, no caso, mantidos no seu contexto familiar de origem biológica. Esse é o nosso principal foco. Quando a gente pensa em adoção, a adoção internacional só se dá quando não há, no país de origem, nenhum perfil de adotantes capazes de receber essa criança no seu contexto familiar.

Na adoção internacional, a gente possui como requisito, de fato, a destituição integral do poder familiar por trânsito em julgado – o que não acontece nas adoções nacionais; então é um critério ainda maior – , um processo maior de adaptação e uma outra característica, que não acontece nas adoções nacionais, que é o acompanhamento pós-adotivo. Nós temos, na adoção internacional, dois anos de pós-adotivo, no mínimo, por isso o nosso número de devoluções é menor. A gente consegue, de certa forma, participar desse processo de uma forma mais holística, mais global, porque a gente também conta com os organismos que fazem essa ligação entre a autoridade central dos seus países, as famílias adotantes e a criança adotada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem aqui algumas anotações. Eu vou deixar para a Marisa os números técnicos, inclusive pela questão do perfil das crianças. Ao contrário do que acontece no Brasil, nas adoções internacionais a gente tem um número grande de adoções tardias. São, as vezes, famílias que foram devolvidas inicialmente no processo de adoção nacional e que já estão indo para essa última oportunidade de adoção, então a gente tem um número grande de adoções tardias. E também, curiosamente, há um número grande de interesse por grupos de irmãos. Como o processo é muito caro, é dispendioso, inclusive financeiramente, para que esse processo de adaptação da criança seja feito no Brasil, a família pretendente fica um prazo aqui, a gente faz essa aproximação – isso é muito caro, não é? –, os custos com o deslocamento, com a hospedagem... Então, quando eles voltam para o seu país de origem, normalmente voltam com mais de uma criança. Essa é uma característica que a gente tem observado aqui também, principalmente no contexto do Distrito Federal, que são os dados que a gente tem mais disponíveis no momento.

Aqui no DF hoje – só no Distrito Federal – nós temos 397 crianças acolhidas, mas disponíveis ou vinculadas para adoção, somente 94. E dessas disponíveis para adoção, nós temos de pretendentes ativos no Distrito Federal 479. Então, cinco vezes mais pretendentes. Mesmo assim, assim a gente não consegue fazer esse *match* por conta do perfil indicado.

Eu também queria considerar, a partir da fala da Dra. Karina, que a busca ativa é um sistema previsto e muito profícuo, hoje, nesse encaixe do perfil de adotantes e adotados. Ela é posterior à adoção internacional. Então, o que nós temos hoje como fluxo de adoção? Nós encaminhamos as crianças para a adoção nacional, depois para a adoção internacional. E não havendo a opção da concretização da adoção pela família nesse contexto internacional é que a gente encaminha esse perfil para a busca ativa.

Nós temos visto que, graças a Deus, o nosso número de adoção internacional tem se mantido estável, até diminuindo um pouquinho, o que significa que a adoção nacional tem atendido as suas expectativas, o que é muito importante para a manutenção da cultura, para a manutenção dos vínculos iniciais da criança, mas, mesmo assim, ela continua sendo uma ferramenta importante de atuação.

Eu só queria destacar, por fim, que, na adoção internacional...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES – ... nós temos também um critério bastante profícuo de busca às origens. Nós atuamos com as crianças que são encaminhadas para outros países nessa reaproximação com as famílias originárias e a gente tem visto como têm sido incríveis esses encontros, encontros que, de fato, têm retratado essa questão da gratidão pelas oportunidades e por tudo que a vida proporcionou.

Então, eu quero agradecer.

Estou à disposição.

E, no momento certo, a gente vai falar sobre essas perguntas difíceis, inclusive com a participação da Dra. Karina. (*Risos.*)

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Palmas.*)

A Dra. Monize traz aqui a adoção internacional.

Nós tivemos experiências, nos anos 80, começo dos anos 90, não muito agradáveis, de crianças sendo levadas de forma ilegal para adoção e essas crianças estão adultas. E agora a gente está tendo a experiência de elas estarem se encontrando, se reencontrando com as famílias por causa das redes sociais e porque os exames de DNA estão mais acessíveis.

Então, a gente vive sendo surpreendida nas redes sociais com uma história ou outra.

Mas a adoção internacional existe. Eu sou muito otimista com relação à adoção internacional, porque acontece o inverso. Nós temos muitos brasileiros adotando crianças internacionalmente. Nós temos – eu venho de uma comunidade religiosa – muitos missionários que estão em áreas vulneráveis, tipo na África, em países da Ásia e que adotam e trazem essas crianças e isso dá muito certo.

Então, com a adoção internacional a gente não pode ter preconceito. A gente tem que entender que tem casais que estão com muita vontade de ter uma criança, e eles levam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente, grupos de irmãos... Mas temos experiências negativas também. E aí vem esse cuidado da senhora, do acompanhamento pós-adoção.

A gente tem outros gargalos na adoção no Brasil. Por exemplo, a minha filha é indígena. Eu nunca consegui adotar oficialmente a minha filha. Ela está com 27 anos – é a cara da mãe, linda como a mãe! Quem a conhece sabe disso, não é? De vez em quando, ela está por aqui. A minha adoção ainda é socioafetiva. Eu não consegui, porque, no processo da adoção da criança indígena, a Funai tem que se manifestar e a Funai, às vezes, demora cinco anos para fazer uma manifestação no processo. E sempre é "Não, não tire da comunidade. Vai acabar com a cultura".

Nós temos um projeto de lei que está arquivado aqui no Senado, de 2008, exatamente sobre a adoção de crianças indígenas, que eu acho que está na hora de a gente ter a coragem de desarquivá-lo e começar a conversar sobre ele. (*Pausa.*)

Essa é uma adoção internacional.

Quando adotei a Lulu, eu não falava a língua dela. Ela não falava a minha língua. Nós não tínhamos a mesma cultura. Foram meses, falando por gestos – por gestos – e não foi fácil. Foi desafiador mergulhar no universo da Lulu e a Lulu no nosso universo.

E tinha coisas interessantes. Por exemplo, uma das primeiras coisas que eu ensinei para a minha filha foi "banheiro". Então, eu ensinei que tinha a letra B, onde ela chegasse, numa escola, e tivesse uma menininha – lembra-se disso, Rosinha? A Rosinha acompanhou a minha história –, ela podia entrar. A moça estava dizendo, a menininha, "banheiro de menina''. Ela: "B". Aprendeu.

Aí, um dia, a gente foi numa pizzaria, duas semanas depois. Aí ela: "Mãe, xixi". E a gente, querendo deixar a filha independente: "Vai procurar". Aí ela volta: "Mãe, aqui não B". Eu disse: "E agora?". Aí eu cheguei, e era sanitário. (*Risos.*) Então, aí eu tive que ensinar para minha filha o "s", né? O.k. Aí, passados alguns dias, a gente foi a outro lugar, acho que ao McDonald's, e ela volta: "Mãe, aqui não 'b', aqui não 's', aqui não 'menina'". Eu disse: "Mas tem, vá procurar". Quando eu cheguei lá era toalete. (*Risos.*) Aí eu fui ensinar para ela, né? E não era desenho de menina, era uma outra coisa. Vocês já viram os desenhos de banheiro? É uma loucura, gente. Vá ensinar para uma criança indígena... Aí ela disse assim: "Vocês brancos confusos, três nomes para fazer xixi". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mal sabia ela que estava só começando, porque depois veio o WC, depois veio a casinha, depois ela foi ao Nordeste e, na frente do banheiro, era Maria Bonita e, na outra, era Lampião... Por fim, um dia fomos a um lugar que não tinha "b", não tinha WC, não tinha "t", não tinha ''s". Aí ela chegou lá, tinha uma porta um chapéu com uma flor e, na outra porta, um chapéu com uma bengala. Explique isto para uma criança indígena: a dama e o cavalheiro. E agora, como explicar para ela? "Filha, no passado, na nossa história, as mulheres usavam chapéu com flor [e ela olhava para a minha cara], depois os homens usavam chapéu e bengala, era chique." Ela falou: "Mas quem faz xixi com chapéu?". (*Risos.*)

Então, assim, eu tive meus desafios internacionais, interculturais, mas a adoção é desafiadora. Que diga o Fred, que está ali tentando conter o Ian, porque o Ian quer ficar até o final da audiência. Já veio aqui me convidar: "Você vai almoçar comigo hoje?". Nós vamos almoçar, gente.

Vamos agora, na sequência, porque é uma sequência do tema "Boas Práticas e Desafios da Adoção Internacional".

Vamos ouvir a Dra. Marisa Maria Moraes Muniz.

As outras duas convidadas disseram que estão bem à vontade e podem ficar até o final.

Então, nós vamos ouvir a Dra. Marisa Maria Moraes Muniz Verri sobre boas práticas e desafios da adoção internacional.

Bem-vinda, Doutora!

A SRA. MARISA MARIA MORAES MUNIZ VERRI (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigada, Senadora, pelo convite à Comissão Distrital Judiciária de Adoção para compor esta mesa.

Eu gostaria só de complementar a fala da Dra. Monize, dizendo que, na adoção internacional, um ponto que aqui foi tratado é a questão da preparação. A gente trabalha, como a Dra. Monize falou, em parceria com os organismos credenciados – são hoje, no Brasil, nove organismos – e com quatro países: Estados Unidos, França, Itália e Espanha. Então, esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organismos fazem a ponte entre o Brasil e os países de acolhida dessas crianças – e tem também diversos outros países.

A gente tem que falar de uma questão muito importante, que é a Convenção de Haia. Quando a gente disse da questão da segurança em relação à adoção internacional, isso acontecia antes da Convenção de Haia. Então, a Convenção de Haia, de 1993, vem para garantir todos os direitos dessas crianças e adolescentes, quando chegam aos países de acolhida, de terem a cidadania daquele país. Tem países que, assim que a criança chega ao solo daquele país, ela já tem a cidadania garantida; tem países em que vai se acompanhando e depois é que se concede a cidadania para aquela criança ou adolescente. Então, com esses organismos se atua no sentido de preparar essas crianças e preparar os pretendentes. Então, qual é a grande diferenciação hoje da adoção internacional? É esse trabalho de preparação. Ele é feito nos países de acolhida por meio desses organismos credenciados. Quando, aqui em Brasília, esses pretendentes chegam aqui, antes de eles chegarem, a nossa equipe técnica da Comissão Distrital Judiciária de Adoção, que além de secretária eu sou assistente social e psicóloga... Então, o que a gente faz? A gente faz a preparação dessas crianças dentro das instituições de acolhimento. Então, a gente fica cerca de dois a três meses com essas crianças antes da chegada dos pretendentes. E aí se faz uma possibilidade de aproximação entre essas crianças adolescentes e seus pretendentes *online*. Então, eles vão conhecendo esses pretendentes e se aproximando, entendendo como é que são os gostos deles, e eles também com as crianças. Como é que é o clima? Como é que é a comida? Tem escola? Como é que é a escola? Então, eles vão perguntando coisas para esses pretendentes para que a gente possa fazer essa aproximação acontecer.

E, além disso, a gente trabalha com a questão da história de vida dessas crianças, que realmente a gente tem que respeitar. Se a gente não revisita essas histórias, a gente não consegue uma vinculação com tranquilidade. Então, eu recentemente, num evento, passei aquele filme lá do Avatar, lembra daquela cena em que ele vai montar naquele bicho voador? E aí ele só consegue montar quando o animal percebe que há uma conexão. Eles lutam, lutam, lutam e aí, quando ele diz: "Para, chega, vamos nos acalmar"... Às vezes, acontece assim dentro do estágio de convivência. Então, essa família chega, ela é preparada, a criança é preparada, sabe quem é, e aí no estágio de convivência a equipe nossa técnica participa de todo o acompanhamento do estágio de convivência. E, durante esse acompanhamento, então, às vezes, a gente enfrenta essas batalhas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque as crianças querem muito uma família, e essa família quer muito os seus filhos, mas, às vezes, eles não sabem como isso vai acontecer. E aí com o apoio a gente vai, na verdade, trazendo informações daquilo que vem acontecendo, quais são as mensagens que essas crianças passam durante o estágio?

E é esse o trabalho que a gente faz. Então, uma grande diferença durante a adoção internacional é que a gente faz toda essa preparação e isso faz toda a diferença numa adoção, porque a gente realmente revisita, diz adeus para essa família biológica sem desrespeitar e sem tirá-la ela daquela história. Então, a gente diz o tchau, o adeus para o pai e para a mãe, mas sem fazer com que eles deixem de existir dentro daquela criança. Então, é o respeito a essa família biológica.

É um pouco desse trabalho que a gente vem desenvolvendo aqui no Distrito Federal. Essa questão que a Doutora trouxe de busca às origens, a gente trabalha não só com o levantamento de informações quando solicitados, mas também com aproximação, que é uma outra questão. Às vezes, o filho quer conhecer quem é essa família biológica, mas é preciso que a família biológica também queira conhecê-lo. Então, às vezes, o que acontece? Existe muito pedido de perdão dessa mãe que entrega, geralmente são as mães. E aí a gente, então, faz essa aproximação para que haja um ressignificado dessa história de vida dessa criança que foi adotada. E aí acontece quando eles já estão adultos e nos procuram.

A gente tinha um vídeo para passar, porque se não acho que vai esgotar... Dá tempo? Eu vou pedir, então para colocar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se [])*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Marisa, que alegria! Tinha gente chorando ali – né, Carol? –, se derretendo. Ela traz as boas práticas. O nosso Distrito Federal é atípico, né? Desculpem os demais estados que estão aqui, mas eu tenho alegria de ser Senadora do DF, pelas boas práticas que nós temos aqui. E eu sou entusiasta da adoção internacional, porque eu já vi muita coisa boa, mas a gente vê coisa triste também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês conhecem, todos conhecem o Senador Magno Malta. Ele teve uma experiência muito triste, acho que todo mundo conhece a história. E ontem eu estava ouvindo a Karlinha contando do jeito dela. Magno Malta tinha duas filhas já grandes – a Karlinha tinha 18 anos, a mais jovem – e ouviu falar de mãe social. E foi no abrigo, no Lar Batista, para se colocar como voluntária e adotar socialmente uma criança. E lá ela se apaixonou por uma menina – é realmente incrível essa menina –, se apaixonou, chegou em casa chorando, levou a mãe para conhecer, levou o pai, todo mundo se apaixonou pela menina e eles decidiram adotar. Já tinham duas filhas adultas, agora uma menininha. Só que aí descobrem que ela tem mais três irmãos e foi difícil. Foi difícil, porque ninguém queria os quatro, eles queriam ficar com a menina. Até que aparece um casal de italianos querendo os três e não querendo a menininha. Inclusive entre ela e a irmãzinha são só 11 meses de diferença. Resultado, num bom julgado, num bom acordo judicial, para que as crianças não perdessem vínculo, um casal de italianos levou os três e Magno ficou com a menina que ele chama de "minha pérola negra". A menina é linda. Se fosse filha, não pareceria tanto – tão linda, tão linda! Acho que ela está com 23 anos agora, uns 24, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, mais ou menos 24.

Resultado, aí no dia que os três foram embora, foram todos para o aeroporto – Magno, com a menininha, para se despedir. Quando chegaram ao aeroporto, a partir dali, não puderam falar mais com os três irmãos, porque tinha uma regra: adoção internacional não se pode despedir e pronto. A partir dali, eles cortam vínculo com as três crianças. E foi um desespero para o Senador Magno Malta – desespero, desespero, desespero –, porque havia um compromisso de não separar, de terem vínculo. Magno ir de vez em quando, trazer os outros três para passear. Resultado, 15 anos, 18 anos sem contato.

Na pandemia, todo mundo na rede social, um irmão encontrou a filha do Magno Malta na rede social. E aí o encontro foi doloroso. Por quê? Das três crianças, o casal que levou, levou, porque era um casal de pedófilos. Eles machucaram muito as três crianças. A menina que tinha mais ou menos a idade da filha do Magno, aos 14 anos se jogou de um prédio de quatro andares, de tamanho o sofrimento. Ela não morreu, mas ela se quebrou toda. Ela ficou com deficiência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está abandonada num abrigo de pessoas com deficiência na Itália. Na mais velha, que tinha 11 anos quando saiu daqui e que já apresentava alguns problemas de depressão, os abusos foram tão graves que ela está hoje com sérios problemas psiquiátricos, num hospital psiquiátrico, abandonada na Itália. E o único rapaz que ainda não está em nenhum abrigo foi quem encontrou a filha do Magno. E ele tem problema com alcoolismo seriíssimo. E o Magno prometeu que encontraria os três irmãos, e encontrou os três irmãos nessa situação.

Então, eu sou entusiasta da adoção internacional, porque hoje nós temos mecanismos para acompanhar essas crianças. Hoje a gente tem regras, e o meu Distrito Federal faz um trabalho lindo de acompanhamento. Mas nós tivemos no passado histórias muito tristes de adoção internacional. Por isso que havia um certo preconceito e resistência. Mas no mundo inteiro nós encontramos casais, famílias... Gente, e aqui eu vou fazer uma correção. Não são só casais, não. A partir de que idade, Doutora, pode adotar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A partir de 18 anos de idade. Você tem 18 anos, é solteiro, quer adotar? Você pode adotar. Então, assim, não há nenhuma exigência que seja um casal. Estão ouvindo aí, meus assessores que não têm filhos ainda? A partir de 18 anos você pode adotar. Só tem uma exigência: tem que ter no mínimo 16 anos de idade entre você e o adotante. Então, bora adotar!

Eu quero cumprimentar meu assessor Esequiel. E por que eu fiz questão de dizer? O Esequiel adotou duas meninas quando ainda solteiro. Quando ele encontrou a atual esposa – ele tem dois filhos já jovens com a atual esposa –, ele já tinha duas filhas, solteiro. Então, fica aqui a motivação aos jovens solteiros, aos divorciados, aos viúvos, às viúvas: adotem! Adotar muda a nossa vida.

Na sequência vamos ouvir Rosinha, ex-Deputada Federal, ex-Secretária Nacional...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, está bom, vamos fazer uma inversão. Ela quer mostrar o Ian e o Ian foi comer chocolate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir, então, Sandra Amaral, do Grupo de Apoio à Adoção de Volta para Casa. Mãe adotiva, vó adotiva – agora ela estava me mostrando –, tia adotiva. A família toda dela adota – a da Sandra.

Esse grupo é de Divinópolis, mas ela faz parte de uma rede nacional, essa rede de grupos de apoio à adoção.

Sandra Amaral, é uma honra te receber na nossa audiência.

A SRA. SANDRA AMARAL (Para expor.) – Obrigada, Damares.

Eu quero te agradecer pela oportunidade de os grupos de adoção estarem aqui representando aquelas crianças que não podem ser vistas, não podem falar.

Eu tenho dois filhos biológicos, sempre tive vontade de ter uma filha e eu não podia mais ter filhos. Então, eu entrei numa fila de adoção e comecei a ficar muito confusa com as coisas que eu ouvia. Primeiro, na minha cidade, tinha que adotar só grupo de irmãos, não podia adotar só um. Eu achava que você podia adotar só uma criança. Então, lá, na época, tinha que adotar, de quem tivesse irmãos, todos os irmãos e tal. Eu fiquei interessada numa menina, mas, como ela tinha outros irmãos... Eu acho que a gente deve adotar com responsabilidade, com maturidade. Por mais que você deseje, você tem que saber o que você dá conta ou não. Eu estava preparada para adotar uma criança, não mais crianças. Então, aquela criança não poderia ser minha, já que ela tinha que ir com os irmãos.

Com isso, eu comecei a ver as adoções internacionais na minha cidade, o que me chamou muito a atenção. Aí eu fui buscar na época... Você fazia cadastro... Não tinha nacional, você fazia cadastro em várias comarcas. Então, em várias comarcas a que eu fui, eu sempre falei: "Eu quero adotar uma menina de dois a três anos". Eu não queria mais de três anos, porque eu queria uma criança pequena, mas não queria bebê, porque eu já tinha passado as minhas experiências com bebê, porque eu já tinha tido os meus, e eu trabalhava muito na época; então, o bebê me tomaria muito tempo e eu não queria. Então, eu sempre soube muito o que eu queria. Aí a cidade vizinha me chamou e tal. Eu adotei a minha filha sem conhecê-la. Acho que a gente não deve fazer isto, mas eu fiz: eu adotei sem conhecê-la. Eu não quis conhecê-la, porque eu sabia que eu estava pronta para uma adoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, quando o moço do abrigo me ligou, ele foi falando como ela estava. Eu disse: "Não passe ela para ninguém. Eu não estou na cidade, mas eu vou buscá-la". Eu liguei para o advogado e fomos buscá-la. Na hora, eu entreguei para o juiz os meus documentos e disse: "Estou adotando, mas eu não devolvo". Porque me falavam que tinha muitas pessoas que devolviam as crianças. Então, eu sabia que eu jamais devolveria um filho, mas que eu tinha ido buscar um filho – eu fui buscar. O juiz só fez assim rapidamente e me deu o documento. No outro dia ao que eu busquei, o cara do abrigo me ligou e falou: "O juiz nunca esteve aqui no abrigo. Ele veio saber se você levou sua filha". Porque ela estava com 9,5kg, com dois anos e meio, estava subnutrida, estava carequinha, porque tinha muito piolho na cabeça; então, eles rapavam a cabecinha e tal. Ela precisava muito de cuidados. Então, quando eu cheguei à minha casa com ela, meu marido ficou muito emocionado, muito feliz e falou: "Que bom, Sandra! Você queria tanto uma filha e ela precisando tanto de uma mãe!". Nós todos a amamos intensamente – e ela também. Quando eu cheguei à minha casa, eu falei para ela: "Stefany, essa aqui é a mamãe do céu e eu sou a mamãe do coração". Na mesma hora, era só "mamãe, mamãe", e ficou tudo bem claro.

Eu sou muito segura dos meus atos. Então, isso passou muita segurança para a Stefany. Ela nunca foi uma pessoa insegura, nunca fez drama da história dela, nunca fez nada disso pela história pesada que ela teve. Mas os casais... Aí eu quis abrir um grupo de apoio à adoção, porque depois que eu adotei a Stefany, na minha cidade, vários casais começaram a me procurar, porque eles tinham muita vontade de adotar, mas tinham vergonha. Às vezes, a sogra falava: "Não, mas meu filho tinha que ter o filho dele". Então é muito difícil. E, com a minha adoção da Stefany, eu falava tudo muito aberto, muito natural, porque para mim a adoção é supernatural. Eu não podia mais ter filhos, mas podia nascer no meu coração. Eu sempre falei isso para ela, ela falava: "Mamãe, eu não nasci da sua barriga?". Eu falei: "Não, a forminha da mamãe ficou estragada e eu tive que buscar você de uma outra forma, você nasceu no meu coração". Em todos os desenhos dela na escola, ela já fazia que nasceu no coração – ela mesma fazia isso.

Então hoje eu vim aqui, Damares, porque nós duas participamos de duas mudanças da lei da adoção. E os casais estão cansados, porque eles viram vítima na história. Quando as crianças estão lá e que elas não são adotadas, eles falam que os casais são culpados. "Ah, mas o casal não quer, ele quer uma criança pequena, normal, perfeita." É um direito que ele tem. Ele tem que adotar quem ele tem condição de adotar. Ele não pode chegar lá como uma mercadoria e levar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para agradar ninguém, não. São vidas, é coisa muito séria. Você não tem como fazer isso com a criança.

Então, eu perguntei a vários casais, naquela vez que eu recebi um prêmio por adoção tardia: "Você mudaria o seu perfil?". Todos, sem exceção, me responderam: "Eu mudaria sim, se eu pudesse entrar no abrigo". Porque os casais cadastrados, Damares, não podem entrar nos abrigos. Eles estão numa fila de adoção – eu acho isso um mundo absurdo – e não podem visitar as crianças, ali é a oportunidade que eles têm de conhecer as crianças maiores. E, no caso de adoção tardia, são as crianças que adotam o casal, não é o casal que adota a criança. Na minha cidade... O que eu falar para vocês, eu só falo com experiência que eu vi, que eu tive, que meu grupo teve.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SANDRA AMARAL – Na minha cidade, foram adotados um menino de nove anos e um, acho que de dois anos. O de nove não quis de maneira alguma ficar com o casal, ele fugia, dava problema todos os dias; e o pequenininho ficou louco. Então, todo dia tinha reclamação, o juiz mandou buscar o mais velho. Tudo bem, vai ficar com o mais novo. Eu acho certo. Tipo, erramos com o mais novo porque ele estava desde oito meses no abrigo. Deve ter tido muitos casais que passaram, mas ele não estava destituído. Quando eu fui procurar saber por que não destituíam, eles me falaram que é porque você tem que tirar o sobrenome da criança e talvez nunca apareça ninguém para adotar. Na cidade vizinha da minha, na cidade de Itaúna, tinha uma menina de 13 anos, e a coordenadora do abrigo me disse: "Sandra, será que você não consegue uma família para ela?". Eu disse: "Mas ela já está com 13 anos".

A gente precisa muito ter não adoção, mas a guarda. Às vezes, o casal não quer adotar, mas ele quer ter a guarda da criança para que a criança possa viver em família, ter um estudo, ter o carinho de uma família. Se ela estiver com 18, 20 anos e quiser ir embora, estudar fora, vai ser como o filho biológico nosso que vai embora. Os nossos também vão, eles vão morar fora, eles vão mudar de países, eles vão evoluir. Mas a criança não estaria vivendo no abrigo e ela teria, assim, material escolar, teria carinho, teria um plano de saúde, só que ela não seria adotada, porque nem todas as pessoas estão aptas para a adoção, estão preparadas para essa doação de amor, que é muito grande – não é? –, mas elas querem ter uma companhia, ter um carinho, dar também o carinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por que não colocar, numa nova lei de adoção, para essas pessoas que têm o desejo de ajudar alguém de não adotar, mas ter a guarda dela, a responsabilidade dela? Porque não é fácil adotar. Falar é muito fácil, mas adoção tardia é muito difícil.

Grupo de irmãos.

Eu não sou contra adotar um grupo de irmãos; eu sou contra privar o pequenininho de ter uma família e tal, se o grande não quer ser adotado. É como se você... Eu tive supermercado durante muitos anos. É como se estivesse unindo uma mercadoria à outra, que uma sai muito, e outra, menos. O que é que o supermercado faz? Ele gruda uma na outra. Passa uma fita com muita força. Então, para você levar isso, tem que levar aquele encalhado. Aí, você compra, porque está mais barato, mas você não quer aquele produto.

Então, criança não é produto. Criança é vida. Vida em abundância. Por isso nós temos que ser firmes.

E está tudo aqui, Damares, na mão de vocês, para a mudança de lei. Que fique claro que não tenha para os juízes várias opções, cada um interprete a lei de uma maneira. Tem que fazer uma lei simples, clara, porque cada comarca vê a coisa de uma maneira. Parece que a lei está dando um monte de brechas, e não vai.

O meu neto veio com nove anos à minha nora na fila, e ela pediu um menino de zero a quatro anos. Tanto que ele chegou com três cheio de problema de saúde. Nós nunca achamos que ele viesse bebê. A minha nora sempre achou que ele viria com mais de dois anos. Ela nunca imaginou. Mas ele só veio para ela porque ele precisava muito de cuidados. Tanto, que, com dez dias, ele já fez cirurgia de duas hérnias. Ele tinha problema e tem, até hoje, asma. Com esse tempo, ele está lá, mal, teve bronquiolite esses dias, teve bebezinho... Então, assim, cuidando do Pedro o tempo inteiro.

Então, eu acho que nós temos que olhar... Tem alguma coisa errada.

Eu estou com uma amiga que falou para mim: "Vai lá e fala: eu tenho seis anos que estou na fila. Eu quero grupo de irmãos até cinco anos, que o mais velho tenha cinco anos. Não é possível que, no Brasil inteiro, não tenha esse menino para mim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela deve estar nos assistindo, porque eu falei para ela que eu falaria, porque ela não aguenta mais esperar. Por quê? Ela vai ficando velha! Não é? E tem que ter um pique muito grande para as crianças pequenas. E para os adolescentes também você tem que estar mais novo, porque os adolescentes, hoje – não precisa ser de abrigo não –, que estão com a mãe e o pai todo dia, estão muito difíceis.

Então, só colocar a culpa no adotivo...

Às vezes eu falo com o meu marido... Eu vejo um filho biológico dando muito trabalho, eu falo: "Ainda bem que ele é biológico, porque, se fosse adotivo, falaria que é porque ele é adotivo". E não é isso.

A minha filha não nos dá nenhum trabalho. Nada. Zero trabalho. Ela é uma menina madura, agradecida... Ela é decidida, faz questão de falar claramente que a mãe e o pai somos eu e o pai dela. Ela é supersegura com isso, mas ela foi para um lar em que ela se sentiu segura, amada, desejada. Ela viu que ela não tem diferença nenhuma dos meus filhos. Tudo que meus filhos tiveram ela tem. Ela, para mim, só nasceu no meu coração. É minha filha! E isso dá uma tranquilidade.

Então, Damares, não adianta a gente só contar histórias; nós precisamos de uma mudança na lei e a gente precisa de você – muito, de você –, do Magno, do Domingos, que sempre foi um parceiro – ele é da minha cidade e sempre foi um parceiro na causa da adoção. E você, que é mãe adotiva... A gente sabe, na pele... Quando eu abri um grupo de adoção, todo mundo ficou comentando: "Por que será que ela quer um grupo de adoção? Será que ela vai fazer alguma coisa? Traficar? Ou alguma coisa com esses meninos"? Ficaram desconfiados, como se a gente estivesse cometendo um crime muito grande. Por quê? Porque eu falava abertamente de adoção, tranquilamente de adoção.

Eu não via diferença nenhuma. Tanto que a minha menina sempre chegou numa escola... Quando ela saía de uma escola que ia para outra... Assim, ela foi num colégio. Depois, foi para o prezinho. Não é porque ela era ruim que ela mudava de escola, mas, quando ela ia, naturalmente. Ela chegava e, sem ninguém perguntar, falava assim: "Eu sou adotada". Todo mundo arregalava o olho, porque, se alguém viesse falar alguma coisa com ela, ela mesma já tinha contado. "Eu sou adotada". Aí eu falava assim: "Stefany, por que você falou isso"? "Uai, mãe, porque eu sou adotada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se alguém falar alguma coisa, eu mesma já falei primeiro". E, no dia em que um ficou chorando na escola – pequenos – porque os pais se separaram, ela foi e o abraçou e falou: "Não chora! Seu problema é muito pequeno. Só por que eles se separaram? E a minha mãe, que nem me quis e me deu para outra? Ainda bem que a outra me ama"!

Então, ela é muito segura, muito grata.

Os pais têm que estar seguros do que eles estão falando. Tem que ter uma lei transparente. Esses casais que estão na fila precisam ser respeitados. São eles que vão mudar a história das crianças. São eles! E eles não têm culpa se não têm o preparo para adotar uma criança, adotar quatro, adotar algum que tem problema sério, transtorno, que tem problema seriíssimo. Eles não têm culpa se não dão conta. Eles estão sendo sinceros. "Eu não estou pronto", "Eu não dou conta".

Então, eles não podem adotar essa criança. Eles têm que adotar uma criança que dê conta... Eles não podem trazê-la de volta. E não se pode amarrá-los a outra criança e fazer com que, à força – eles estão doidos para adotar –, eles vão, como se fosse uma mercadoria.

Gente, isso é amor, é muito amor envolvido na adoção. Não se pode fazer isso com as crianças nem com os casais. Os casais precisam ser respeitados. Nós todos precisamos muito desses casais. São eles que vão mudar a vida dessas crianças, escrever uma nova história.

A minha filha hoje é médica veterinária. Ela está linda! Quem vê uma foto do dia em que ela veio e a vê hoje, nunca falaria que é a mesma pessoa. Nunca. Como ela, são vários, não é, Damares?

Então, eu fico muito agradecida e espero que hoje, comemorando o Dia Nacional da Adoção, nós todos... Vamos fazer o compromisso de mudar essa lei para uma lei fácil, simples, objetiva e mudar a vida dessas crianças, respeitando esses casais que estão na fila, porque eles vão mudar a história dessas crianças. Eles precisam ser vistos de outras maneiras. Eles precisam ser ouvidos. O que eles mais querem é poder entrar nos abrigos. Agora: por que eles não podem entrar no abrigo?

Outro caso que eu quero contar é o de uma pessoa da cidade de Passos – isso foi há mais tempo –, em Minas, em que não tinha abrigo, porque tinha menos de 100 mil habitantes. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época, a cidade que tinha menos de 100 mil habitantes não era obrigada a ter um abrigo. Tinha família acolhedora.

E o casal nos procurou porque ficou um ano e meio com a criança e esqueceram a menina com o casal. O dia em que ela foi ao fórum pedir a guarda acompanhada da adoção, quase bateram nela e buscaram a menina correndo na casa dela. Essa mulher ficou doente, ficou louca. Por quê? Eles esqueceram a criança lá. O meu netinho ficou numa família acolhedora porque era muito doentinho, não tinha como ficar no abrigo. E foi uma família boníssima, que inclusive falou: "Sandra, eu não acredito que ele vai para a sua família", porque estou sempre defendendo as crianças e lutando por elas. E esse casal ficou doente. Esse juiz que levou o menino para o abrigo – a menininha – chamou o primeiro da fila. O primeiro da fila foi e levou a menina. A menina chorava dia e noite: a menina ficou com febre, a menina adoeceu. O casal procurou o juiz e falou: "Eu vou devolver, eu quero que você entregue para o casal que ficou com ela. Eu amo essa criança, eu não posso ficar com ela à força. Ela está sofrendo demais". O juiz falou para ele: "Você vai ficar com ela, porque eu vou chamar outro casal, mas o que ficou não vai ficar". Por que ele fez isso? Ele foi errado, não teve humildade nenhuma. O erro saiu de lá, do fórum, porque foram eles que levaram para ela, não foi ela que foi lá buscar, não. Então, eles não tiveram humildade. Ela ficou separada da filha. O casal não quis a menina. Falou: "Não, eu não vou ficar vendo a menina sofrer esse tanto, eu não quero". Ele chamou outro casal e deu a menina, sendo que foram eles que erraram. Aí põem a culpa no casal.

Então, a família acolhedora é essencial, como foi para o meu neto, mas precisa ser vista com muito cuidado, para as crianças não ficarem esquecidas lá. Porque as pessoas vão visitar os abrigos e essas crianças não estão lá, estão numa casa que está recebendo um salário por criança. Eu já tive denúncias, no grupo, de que tem casal ficando com quatro ou cinco, para receber os cinco salários. É grave e verdadeiro. E vocês sabem disso. Quem está ali lidando com isso sabe.

É importante a família acolhedora? É, como para o meu netinho foi. Ele estava doente, com duas hérnias quase supurando, com asma, e o abrigo não tinha condições de olhar porque tinha que ficar o dia inteiro vigiando. Então, ele já chegou, meu filho arrumou tudo e, com dez dias, ele operou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Damares, são coisas graves, sérias, que eu trouxe, que precisam ser revistas e que está fácil de serem resolvidas. Porque eu não acredito que um ser humano que tenha um pouco de sabedoria, de luz, vá negar isso a uma criança: o direito de ser vista para ser amada. Se o casal chegou ao abrigo, não adianta ele se apaixonar pelo menino mais velho, é essa criança que vai ter que querer. Entendeu? Então, é isso que eu quero falar.

Estou muito feliz de estar aqui representando as crianças dos abrigos, que não podem falar, e os casais que me pediram: "Fale por nós, porque nós queremos visitar as crianças, nós queremos adotar".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sandra.

A Sandra traz o outro olhar da adoção. Inclusive, a Sandra trouxe uma camisa do movimento dela: "Brasil: um país que adota, não um país que aborta". (*Palmas.*)

Eu queria dar para você, Jorginho, essa camisa. Essa camisa é sua, depois você vai pegá-la aqui, ela tem tudo a ver com a sua história.

Nós vamos para a última expositora, mas a Sandra trouxe, Doutoras, a figura mais clara aí da família acolhedora. E muita gente... Estão chegando perguntas sobre família acolhedora: "Eu quero acolher". Como Sandra falou, a família acolhedora tem um valor mensal que recebe para acolher a criança para ela não ficar no abrigo, mas a família acolhedora não pode se inscrever para adotar a criança de que ela está cuidando. E eu já vi famílias acolhedoras sofrerem muito, porque ficaram um tempo enorme com a criança e, na hora de entregar, sofria ela, sofria a criança. Então, esse instrumento é poderoso, mas ele é extremamente delicado. Quem sabe a gente não faz aqui, Doutora, uma audiência pública só sobre o instrumento da família acolhedora, trazendo algumas? O Distrito Federal está impulsionando muito isso. Nós estivemos juntos num evento recente, com muitas famílias acolhedoras com bebezinhos no colo, cuidando. Uma noite em uma casa, com certeza, é mais agradável que uma noite em um abrigo.

E a gente tem aí também a tal da destituição do pátrio poder, do poder familiar. Eu acompanhei o caso de uma criança, Doutora, em que, depois que foram atrás de todos os tios no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio... E, para localizar todos os tios – porque primeiro a preferência é a família consanguínea –, demoraram dois anos para achar todos os tios no Rio. Aí se lembraram de um tio no Amapá. E a criança no abrigo! Lembraram-se de um tio no Amapá. Aí mandaram uma carta precatória. Entre a emissão da carta precatória, a recepção da carta precatória no Amapá e a localização do tio, isso demorou seis meses. Quando acharam o tio, ele disse: "Eu quero essa criança não! A mãe teve para lá, não tenho... Não quero". Seis meses depois, a carta precatória volta para aí se destituir o pátrio poder. A demora é realmente muito grande.

Eu acho que cabe a este Congresso... É provocadora a sua fala. Cabe a nós darmos respostas, melhorarmos o que precisa ser melhorado na legislação. E quem sabe, nesta Comissão, agora, com uma mãe adotiva, com alguns membros da Comissão que são pais adotivos, a exemplo do Magno Malta, a gente possa organizar junto com a Câmara um grupo de trabalho e trazer o aperfeiçoamento que for necessário no que vocês que estão lá no Judiciário vendo as brechas estão encontrando, com as famílias colaborando com sugestões, para a gente melhorar a legislação.

Vamos para a última...

A SRA. SANDRA AMARAL – Eu só me lembrei de uma coisa.

Na época, eu levei esse casal... Na época, o Dr. Francisco estava no CNJ no lugar da Eliana Calmon. Eu levei para ele esse problema desse casal de Passos, da família acolhedora, e ele fez uma coisa para mandar para Minas toda, para todo o Brasil na época: um documento falando que o primeiro da fila ficasse com a criança que tivesse que ficar, mas que não deixassem na família acolhedora muito tempo para não criar vínculos. Ele ficou abismado com o casal: o casal sofreu demais, assim como a criança. Então, a gente tem que tomar muito cuidado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está sendo projetada a foto da filha da Sandra, gente...

A SRA. SANDRA AMARAL – É um vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Podem passar o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ô, que linda, que linda.

A SRA. SANDRA AMARAL – Ela é muito segura nas coisas dela.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos, agora, ouvir a nossa última expositora, a Rosinha.

O nome Parlamentar dela é Rosinha da Adefal, mas é a Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, esposa do Fred Estrela, mãe do Ian Estrela, ex-Deputada Federal, ex-Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretária Estadual, funcionária do Tribunal de Justiça de Alagoas, aposentada, ex-Secretária Nacional Adjunta da Mulher e, hoje, está no Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

Como é que você dá conta, fazendo tudo isso? Quem não percebeu, ela é cadeirante. Além de tudo, dá conta de cuidar do Ian.

Vamos ouvi-la, Rosinha, com muita expectativa, porque vai trazer uma outra abordagem: a mulher com deficiência luta para adotar.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Eu aprendi tudo com minha mãe.

Não sei se eu consigo. (*Manifestação de emoção.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Ian está ali, dando força para ela.

Vem cá. Sua mãe está precisando de um abraço, Ian. Vai dar um abraço na mãe. A mãe está emocionada.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Cabrito. O meu cabritinho, ele. Vem cá, amor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, quero dizer que, além da família natural, minha mãe, meus pais, meus irmãos, a gente só conseguiu, eu só consegui porque tenho o Fred. Se não fosse o Fred, eu não tinha enfrentado sozinha, nem ele.

Então, foi uma escolha de nós dois, né, Fred?

E a gente só colhe felicidade dessa decisão.

Não sei quem foi que falou porque eu anotei tanta coisa aqui e me perdi, mas realmente filho é uma decisão. Amar é uma decisão, seja ele do coração, seja ele gerado no nosso ventre. É uma decisão de amar.

Eu sou adotada pela minha família natural, que decidiu me amar desde a minha fecundação. Apesar das dificuldades financeiras decorrentes das condições sociais, me estruturou para a vida, me deu estudo, me deu o principal, o essencial para que eu me tornasse quem eu sou hoje, principalmente o núcleo, família, pai, mãe, irmãos e os tios mais próximos. Graças a Deus.

Eu me formei em Direito, eu tenho sequela de pólio desde os dois anos de idade. Senti muito as diferenças, mas, graças a Deus, primeiramente, e à minha família, todas as dificuldades em decorrência da deficiência foram, ao longo do tempo, virando coisas bobas, porque enfrentar desafios, todos enfrentam, com deficiência ou não. Então, foi só um exercício desde sempre para se aprender cada vez mais.

Eu me formei em Direito, passei num concurso aos 18 anos e virei uma militante pelos direitos das pessoas com deficiência quando entrei para a minha segunda família, que foi a Adefal (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas), porque lá eu tive um amigo, um pai, um professor, que foi o Gerônimo, fundador da associação, que me ensinou muito. Uma pessoa com muito mais limitações físicas do que eu, com muito mais limitações financeiras a vida inteira do que eu e que – nossa! – teve tantos filhos que não eram adotivos, que não eram do coração, mas que ele ajudou a criar, e eu sou uma delas.

Enfim, acabei virando uma liderança do movimento das pessoas com deficiência e trilhei pela trajetória política também. Fui atleta, antes de tudo, por isso que eu volto para o meu Comitê de Clubes Paralímpicos com um orgulho tremendo, porque fui atleta e foi o esporte que me jogou... Que me jogou não, que me formou nessa sociedade, que me acolheu, enfim. Foi através

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do esporte, foi a natação, foram as medalhas conquistadas, e agora eu estou aí, acredito que já no fim da minha trajetória profissional, naquilo que eu tanto amo fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Sim, o Gerônimo foi um pai adotivo que eu tive, que foi o Presidente da Adefal, que foi quem também me projetou politicamente.

Falei aí das questões profissionais, mas e a Rosinha, a pessoa? E os sonhos de uma menina que desde sempre queria ser mãe, que queria se casar? Mas a minha amiga com deficiência sabe que as pessoas olham para a gente cheias de preconceitos e rotulam que a gente nunca vai poder. E isso acontece, inclusive, dentro de casa. Eu cresci ouvindo da minha mãe que eu podia ser tantas coisas... "Minha filha, não inventa de ser mãe, você não vai conseguir". "Não, mãe não é para você." E aquilo, de uma certa forma, no inconsciente foi ficando, apesar de toda vez que eu escutava um "não" eu ia para a frente para dizer que não era bem assim, e fui.

Tive muitos namorados, sempre fui namoradeira... (*Risos.*)

Mas não era realmente aquele que seria o pai de minha filha ou com quem sonhei para casar, mas aí me apaixonei, já com trinta e poucos anos, por um rapaz. Convivemos por seis anos, e foi uma relação bem abusiva, bem tóxica e, com certeza por vontade de Deus, não ficou como fruto desse relacionamento uma criança.

Logo em seguida, menos de um ano depois – ele faz questão de dizer isso –, eu conheço o Fred, no auge da minha trajetória política, realizando tantas coisas e tenho certeza de que podendo modificar a vida, através de um mandato, de muita gente. Está aí a Damares, que me acompanhou durante toda a minha trajetória política, sempre ao meu lado, sempre me orientando, me ensinando – eu aprendi muito com ela –, me trazendo milhões de projetos maravilhosos, enfim. E aí a gente se conheceu porque eu tinha um gibizinho que contava um pouco da minha trajetória, um gibi mesmo de criança, ele conheceu esse gibi por uma prima dele, que era minha assessora à época, e disse que não se apaixonou, não, queria só me conhecer porque despertou o interesse por conta da irmã, que tem deficiência também, mas, para mim, foi amor à primeira vista, pelo menos o meu por ele. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí começamos a namorar, uma resistência grande, porque eu passei por um casamento – que não era um casamento, mas uma relação conjugal bem difícil – que deixou traumas na minha família, e aí todos resistiram. Ele queria, como eu, formar família.

Depois você fala, Fred. Se ele falar, acabou minha vez. (*Risos.*) E aí ele também tinha um sonho de ter... Olha, desde menina eu queria ser mãe da Vitória, e uma coisa que me deu certeza de que eu queria estar com o Fred para o resto da minha vida é que... Eu não sei se ele me falou isso para me conquistar, mas ele disse que queria ser mãe da Vitória. "Ué, mas eu não falei nada para ele". Então, quando ele me falou isso, eu disse: "Cara, Deus...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Claro, pai da Vitória. (*Risos.*)

Quando ele me falou que, se ele tivesse um filho ou uma filha, a filha dele seria Vitória Bárbara, eu disse: "Cara, isso é sinal de Deus. Eu acho que ele é o cara".

E as coisas foram acontecendo: a gente se casou, escondido de todo mundo da sociedade, porque eu era Deputada, e era aquela coisa. Deu certo, depois de um ano já testando... Estamos já com 14 anos de relacionamento, graças a Deus. (*Palmas.*)

Eu estava no meu melhor momento da vida política, em todos os sentidos, de realizações, de visibilidade, de projetos, de que o que eu falava as pessoas seguiam, aquela coisa. E aí meu irmão me veio com a possibilidade de adotar uma menina, e eu falei: "Cara, eu não estou preparada. Eu quero ser mãe, mas eu quero ser mãe de verdade. Eu quero cuidar no dia a dia e, nesta vida em que eu estou, eu não vou ter condições. Vou esperar mais um pouco". E aí passou, mas, depois, quando eu já estava mais madura politicamente, já entendia todas as rotinas do Congresso e tudo mais, eu quis de novo. Foi quando, em 2015, eu entrei na fila de adoção. Fizemos o curso muito rápido. Quem falou aqui que o curso precisa ser muito melhorado, porque foi um curso tão rápido – não é, Fred? –, em três tardes, com umas palestras, assim, muito...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Muito... Você não abre... É claro que ninguém ensina ninguém a ser mãe e pai. Pode ter o tempo que for, você só aprende no dia a dia. Mas é para você entender toda a responsabilidade que tem o ato de ser mãe e pai, ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de ser mãe e pai de um filho que você não gerou. Então, eu acho que o curso realmente precisa melhorar.

À época, eu não renovei o mandato. Eu estava como Secretária de Estado, eu era uma figura muito conhecida no meu estado – muito, muito, muito, muito. Se eu espirrasse, as pessoas já me notavam, então eu tinha que ter todo o cuidado.

Quando eu decidi, vieram muitas oportunidades de fazer a adoção à brasileira. Muitas!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – É, ainda. Tem um lado bom disso – viu, gente –, mas tem um lado muito ruim. Quando as pessoas também me descobriam uma autoridade, aí queriam cobrar. Nem que não cobrassem, já era uma coisa bem perigosa.

Mas, enfim, foram cinco anos na fila de adoção – cinco anos!

Em 2020, a gente já nem tinha mais esperança. Eu disse: "Ih, Fred, acho que vamos ficar só nós dois, um do ladinho do outro ali, na bengalinha, nas cadeirinhas de rodas", não é?

Mas esse menino! Cabritinho, cabritinho.

Nós já estávamos aqui em Brasília, acabamos um mandato. Foram dois mandatos: um mandato como titular, o outro como suplente. Após o mandato, Damares me convidou para estar na Secretaria da Mulher, como Secretária Adjunta. Eu e Cris fizemos aí a primeira dupla, no mandato de Damares como Ministra. Depois eu saí porque o Governo me chamou para criar a Secretaria da Pessoa com Deficiência aqui no DF. Passei um ano aqui e estruturamos a Secretaria, que já está dando bons frutos. E aí também estava bem cansada da agitação política, da vida corrida. Pedi aposentadoria do TRT. Eu já tinha cinco anos a mais e já devia ter me aposentado cinco anos atrás, e eu disse: "Eu vou parar um pouco, até porque 2020 era o ápice da pandemia. Então era bom ficar quieta, guardada. E foi assim que a gente pensou.

Eu pedi aposentadoria, sei lá, no meio do ano de 2020. Em outubro de 2020, recebemos uma ligação.

O SR. FRED ESTRELA (*Fora do microfone.*) – Você pulou a Vitória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Não, vou falar agora.

Eu estava como Secretária da Pessoa com Deficiência aqui no DF, quando eu recebi uma ligação, lá do Juizado, de que tinha uma bebê com dois dias de vida, dois dias de nascida, e que eu tinha que ir naquele dia, porque já era a quinta pessoa para quem eles ligavam. E eu disse: Olha, eu vou, mas não tem como ir agora, porque estou em outro estado. Se você me der o prazo até amanhã de manhã, eu chego aí. E aí corremos, compramos as passagens, fomos direto do aeroporto para o hospital. Foi um processo maravilhoso. Pegamos a nossa Vitória, Inês Vitória, em homenagem à minha sogra, porque, quando ela faleceu, antes de tudo isso, eu fiz esta promessa para o Fred: que nós teríamos a Vitória, mas que ela se chamaria Inês, Inês Vitória. E ficamos dez dias com Inês Vitória. Gente, que experiência maravilhosa! Maravilhosa!

E como tudo na vida tem um propósito mesmo de Deus, não é? Por conta daquele relacionamento conturbado que eu vivi, a minha família tem uma resistência muito grande com o Fred, em especial a minha mãe, porque queria proteger a filha e não queria que eu caísse nas garras de outro aproveitador, maluco, sei lá, o que fosse. E aí, quando Inês Vitória chegou, a primeira coisa que a gente fez foi levar Inês Vitória para ver a minha mãe, apesar de ela também dizer que eu não podia ser mãe, porque eu não ia dar conta. Quando a gente chegou lá, a menina com certeza não enxergava ainda, mas abriu o olho. Eu disse: Mas, mainha, a gente ficou a manhã toda com a menina lá, fiz de tudo e a menina não riu, não abriu o olho. Aí, chego aqui, boto nos seus braços e a menina abre o olho. Aí, pronto, ela se entregou, derreteu. Foram dez dias na casa da minha mãe. Depois disso, até as cuecas do Fred ela lava. (*Risos.*)

Inês Vitória veio para mudar a nossa história com relação ao nosso casamento e esse amor que hoje existe, com certeza, do Fred para a minha mãe e da minha mãe para o Fred.

Bom, aí fizemos todo aquele processo lá da guarda provisória, tudo certo. Quando o assistente social do hospital e do juizado me entregou, ele falou assim, que nos dez dias eu não podia voltar para Brasília.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR (*Fora do microfone.*) – Não, ele já liberou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Não, ele disse "em dez dias, Roseane, a senhora não viaje!"

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR (*Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Eu me lembro bem. "Não viaje! Mas não se preocupe que está tudo certo". E a gente sabe que a gente tem aqueles dez dias, que, por determinação do Conselho Nacional de Justiça e da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no período da pandemia, a criança entregue para adoção não ia para a família acolhedora nem para o abrigo, porque estávamos num período em que a gente tinha que minimizar os contatos com todos. Então, como eu já estava na fila há bastante tempo, tinha todos os requisitos, era o perfil que a gente tinha, entre aspas, imaginado... Qual foi o nosso perfil? De zero a quatro anos, e só.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR (*Fora do microfone*.) – Eu queria... Você falou aqui de...

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Queria uma pessoa com síndrome de Down.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR – Você falou aqui que não se busca criança com deficiência. O meu único pré-requisito foi este: eu queria uma criança com síndrome de Down.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Foi. Mas aí a gente deixou aberto, né?

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR – Não, aí eu fui orientado: "se você colocar isso, você vai deixar..." Até vou dar o exemplo que me deram: "você tem um funil, e você vai deixar um funil bem fininho, porque só vai vir para você uma criança com síndrome de Down."

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – E com até quatro anos.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR – "É melhor você deixar isso livre. Se Deus quiser, ele vai colocar uma criança com síndrome de Down para você. Mas deixe livre para poder chegar."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – E, diferentemente da Sandra, eu queria que fosse um bebê, porque eu tive dez dias de experiência com a Inês Vitória. A mãe desistiu da adoção, graças a Deus, voltou atrás na decisão de doar a Inezinha para adoção. Ela voltou atrás, porque acho que caiu a ficha, ela tinha uma família que acolheu, os avós paternos, os avós maternos, e aí a gente sofreu muito. Eu tive raiva, tive tudo, xinguei a juíza, xinguei a mãe... Foi horrível. Minha mãe disse "então, está vendo? Eu falei para você que não inventasse de querer ser mãe, que isso não é para você. Agora está você sofrendo e eu também". E olha que ela hoje está com 84 anos! Ela sofreu tanto, gente do céu! Eu fiquei, depois, mais culpada ainda porque inventei de ser mãe, e deu tudo errado.

Mas, enfim, eu dou graças a Deus porque, se a mãe voltou atrás... E a gente acompanhou, num certo momento, bem distante, só pelas redes sociais, e ela está superbem. Não é Inês Vitória, Inês é minha. Ela está superbem com a família, graças a Deus.

O Fred queria brigar. Eu disse "Fred, ela tem pai, tem mãe, tem avó. Não tem lógica! A gente tem que pegar uma criança que não tenha família, porque ela será nossa família. Não vou disputar com ninguém."

Mas, enfim... Isto foi em outubro, gente. Em agosto. Quando foi em 2021, a gente foi passar umas férias em Maceió.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR (*Fora do microfone*.) – Agosto de 2020, ela falou.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Em agosto de 2020 foi a Inês. Em fevereiro de 2021...

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR (*Fora do microfone*.) – Quando a gente já não esperava nada.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – ... a gente já estava finalizando. Em abril, faria cinco anos da fila de adoção. A gente estava finalizando as férias. Aí o Fred disse "vamos entrar em contato lá com..." Não, a gente comentou que a gente queria, antes de voltar para Brasília, ir lá no juizado ou entrar em contato com a assistente social. Mas isso foi, tipo assim, numa segunda-feira. Quando foi na segunda-feira seguinte, nossa assistente social ligou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR (*Fora do microfone*.) – Na noite, na madrugada...

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Fala esse detalhe.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR – Na madrugada, antes de acontecer o contato com a vara da infância, eu sonhei com o pai da Rosinha, que realmente foi um pai para mim. Ele foi... A figura paterna que eu tive mais certa foi o pai da Rosinha.

Eu sonhei com ele – ele já falecido –, aí ele falou assim: "Meu filho, eu trouxe para você um presente. Está aqui. Cuide!". Ele botou um pacote no meu colo e mandou eu cuidar. A minha relação com ele sempre foi muito boa.

E aí eu acordei. Rosinha na hora... Eu disse: acabei de sonhar com o seu pai. Foi tão rápido o sonho, mas parece que foi uma eternidade, né? E aí eu fui contar o que aconteceu.

Eu não entendi o sonho.

No outro dia de manhã, eu pego no meu celular – estava no silencioso – e tinha uma ligação da Vara da Infância.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Bom, e foi uma coisa assim maravilhosa, porque desde a Inês Vitória, a gente sabia que a decisão de amar não era só nossa. A nossa família também acolhia isso. Então, não era assim... A gente já passou por outras experiências na família de primos, da minha sobrinha, no núcleo familiar mais próximo, meu irmão.

Então, a gente sabia que não ia ter essa resistência, nem da família do Fred nem da nossa, porque isso é importante, porque às vezes o casal quer adotar, mas a família, o tio, a avó, tem resistência, não reconhece: "Ah, meu filho, é meu neto, mas..." Enfim, minha mãe, não; meus irmãos, não. A família toda acolheu o Ian com o mesmo amor que a gente tem por ele. Isso é superimportante.

E aí foi no mesmo mês que saiu a minha aposentadoria. Foi no mesmo mês que eu me dei conta que eu estava com a menopausa: frio, calor, irritabilidade. Foi no período também em que a gente estava entrando naquele *lockdown* – é *lockdown?* – quando a gente ficava guardada tendo em casa – abre um pouquinho, fecha de novo –, aquela confusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, foi um momento... Eu nunca – desde os 18 anos que eu trabalho – fiquei um ano parada só com o Ian. Nunca tinha parado de trabalhar. Minha rotina era de manhã, de tarde e de noite na rua. Então, de repente você para tudo... foi uma confusão de pensamentos. O Fred, inclusive, desempregado. Passamos uns três meses com o Fred desempregado.

Foi uma experiência divina, porque só com o Deus mesmo para a gente segurar. E foi maravilhoso! O Ian tinha um ano e cinco meses. Tinha dificuldades para deglutir, porque ele não foi estimulado no abrigo. Eram muitas crianças – dez para uma cuidadora. Então, ele... Dar uma madeirinha para ele ficar alimentado, nutrido, sem ter aquele acompanhamento maior, de estar com medinho e tal, na boca...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Então, a gente teve essa dificuldade.

Chamamos nutricionistas, fisioterapeuta, e ele fez todo um acompanhamento e rapidinho mudou isso.

Fomos orientados a não ir para creche. Não levá-lo para creche, porque ele precisava estar num lar, ele já tinha vivido desde um mês de vida num abrigo.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR – E, assim, pela história de que a gente tinha conhecimento (*Fora do microfone.*) ... nós não conhecíamos muito a história do Ian, porque foi o que foi contado para a gente. Ele foi abandonado em um albergue e, graças a Deus... (*Manifestação de emoção.*)

Com poucos dias de vida, a um ponto que foi o próprio abrigo que registrou, deu o primeiro nome dele. Tudo foi feito por lá.

Então, assim, não se tinha registro de nada dele. Até quando nós contamos a ele sobre a história dele...

Nós falamos que a mamãezinha dele, que nós oramos para ter um filho, e o Papai do Céu escolheu e colocou um filho no coração da mamãe e do papai; que, como o Papai do Céu sabia que a mamãe não podia ter filho da barriga, escolheu uma mulher, que eu não sei o nome, vou chamá-la de "anjinha", porque realmente ela foi uma anjinha, e ele foi gerado na barriga dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anjinha; que, na hora que ele nasceu, ela o colocou num lugar onde tinha muitas crianças e que, quando chegamos lá para conhecer, ele que escolheu a gente.

A escolha, todo mundo fala que nós escolhemos, que os pais que escolhem, mas a escolha é do filho. O Ian, com um ano e cinco meses, completamente acuado, no cantinho, era introvertido, não falava, não se mexia muito, era muito no cantinho dele e, quando nós chegamos, ele olhou para a Rosinha, levantou a cabeça e, automaticamente, foi para perto da Rosinha e pediu colo. (*Manifestação de emoção.*)

Nós não sabíamos que era ele, não é?

Quando ele chegou para a Rosinha, subiu no colo da Rosinha, olhou para ela e sorriu, e abraçou.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Foi uma escolha dos dois – não é? –, dos três.

O SR. FRED ESTRELA – E eu também não entendi, eu olhei, fui para perto, onde tinha várias crianças, e aí eu fiz assim: Rosinha, o que é isso? Porque a gente não queria ter contato tão próximo com nenhum, até chegar no nosso, não é? Aí ele olhou para mim, me deu os braços, eu coloquei ele num braço, e ele me abraçou.

Eu olhei para o gestor do abrigo, sem entender muita coisa, e ele só balançou a cabeça. Eu entendi o recado, que era ele.

E é por isso que ele perguntou – a gente sempre conta –, e ele disse assim: "Fui eu que escolhi?" Foi você que escolheu.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Ficamos uma semana no abrigo. O abrigo estava fechado, não podia receber ninguém, mas eles abriram essa exceção para gente. Ficamos uma semana, indo de manhã e voltando à tarde. Passávamos o dia, saíamos para almoçar e voltávamos. Praticamente, fomos os cuidadores de umas cinco crianças da mesma idade – doze, não é? Umas três, ou duas, era um casal, já estavam prontos para adoção também, já estavam com o processo adiantado, e os demais ainda estavam aguardando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, tenho a experiência de uma branquelinha lá que – nossa! –, depois a gente procurou saber dela. E ela havia sido adotada, foi devolvida, foi adotada, foi devolvida, num processo difícil da destituição do pátrio poder, porque ela era abusada pelos pais, mas, enfim, foi com certeza uma escolha mútua.

Teve outro menino que chamava o Fred de pai toda hora, quase que a gente leva os doze que estavam lá, mas a gente não podia, não estávamos preparados e nem eles estavam prontos ainda, formalmente falando, para esse processo.

Então, assim, foi uma mudança muito boa na minha vida. Fiquei um ano só dedicada ao Ian, depois voltei ao trabalho. Hoje, eu dou conta das coisas porque tenho, já tive outras pessoas, mas hoje eu tenho uma pessoa muito especial que me ajuda. (*Manifestação de emoção.*)

Gente, é a primeira vez que eu falo sobre isso para tanta gente, para o Brasil inteiro, porque essas audiências de direitos humanos, da Damares, o mundo inteiro assiste. Imagina! É a primeira vez que eu abro tantas coisas pessoais nossas, da nossa família.

Então, assim, a gente mora em Brasília definitivamente, sem ser a ida e vinda do mandato, porque quando eu estava no mandato eu vinha na segunda e voltava na quinta. Agora não, eu fico direto aqui, só vou ver os meus pais, a minha família, a nossa família em Maceió ou Pernambuco...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – ... quando as passagens estão baratas, porque, quando não estão, por mais que tenhamos vontade, não dá certo.

Então, assim, não tenho rede de apoio, além de duas cunhadas que dão suporte, mas, também, dentro das limitações delas, porque cada uma tem a sua vida. E Ian tem um primo-irmão, que é o Arturzinho, que também, assim, foi uma experiência maravilhosa, Damares conhece bem. A gente viveu a gestação dele com a gente, até os seis meses morou com a gente. E é o primeiro filho do Fred, porque ele é afilhado, mas é um pai, um padrinho-pai, porque o pai dele não... só o reconheceu há pouco tempo. A figura masculina que o Artur tem é muito mais a do Fred do que a do próprio pai. A gente tem uma convivência maravilhosa, o Ian chama esse primo de irmão, é o irmão dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente, foram tantas coisas aqui que eu anotei que eu queria dizer, mas, basicamente, para finalizar, porque já tocou aí essa campainha e, quando ela toca, dá um susto, vocês falaram das dificuldades e desafios do processo de adoção.

Cinco anos... Eu não sei se ainda dá conta de passar aqui só uma imagem, que eu não mandei para a Janine, mas é que eu queria mandar... Vou mandar para você, Janine, para ver se você consegue colocar lá, é a imagem do meu ultrassom.

Vocês vão dizer assim: "Uai, ela não gestou, como é que ela tem ultrassom?". Vou te mostrar.

Eu encontrei essa imagem na internet há pouco tempo, a guardei aqui, e para mim ela resume realmente o que é o processo de adoção.

Tem gente que diz assim, olha para mim e para o Fred, às vezes até da família, quem não é muito próximo: "Nossa, mas o ato que vocês fizeram, que caridade, que coisa boa". Não é, eu decidi ser mãe...

Ah, gente, um detalhe importante. Eu fui para a fila de adoção, eu já estava com 43. Imagine que eu fui mãe com 49...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Imagine que hoje a gente sai, e o Fred tem essa cara de novinho, apesar de a gente ter a mesma idade, mas meus cabelos brancos apareceram mais rápido que os dele, muita gente diz que eu sou a avó do Ian.

Isso incomoda, mas, enfim, faz parte do processo de ser mãe tardia. Tem adoção tardia, tem a história de ser mãe e pai tardios, e o desafio de o Ian não ser filho único. A gente está trabalhando muito, desde sempre, a ideia de dar um irmão ou uma irmã para o Ian. Hoje eu senti muito mais vontade, falei até com a Sandra e com a Damares sobre isso. Deixa Deus agir em nosso coração e em nossas vidas, porque foi assim com o Ian, quando a gente achou que já não havia mais perspectiva a coisa aconteceu.

Conhecedora um pouco da legislação, pela minha formação e pelo tempo que andei no Congresso, enfrentei algumas batalhas aqui com a Damares, que é para mim a referência aqui dentro sobre adoção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha lá, gente, aquele ali é o meu ultrassom. (*Pausa.*)

Mainha? É sim. És tu no coração da mamãe, cabrito. (*Risos.*)

Ele está doido para falar no microfone. Pois é, gente. Então, assim, o processo de espera é doloroso demais. A gente não consegue entender por que a gente avançou tanto na legislação, mas essa espera ainda é longa.

Eu até fugi um pouco da regra, Dra. Sandra, de que eu não podia visitar abrigo – eu nem sabia disso –, porque estava na fila. Mas eu não visitei abrigo buscando; eu visitei abrigo como autoridade, pois a gente fazia muitas campanhas de auxílio a lares provisórios, enfim. E aí sempre tinham aquelas festas de Natal, e eu era convidada; eu fui algumas vezes, inclusive no abrigo em que o Ian estava. Não fui no período em que ele chegou, fui antes.

Mas é isso... Eu já estava na fila. Imagine que a gente esperou cinco anos por ele. E toda vez que eu ia era uma dor e, ao mesmo tempo, uma emoção de achar: "Pô, vai acontecer. Daqui a pouco chega, né?".

Vi muitas adolescentes. Eu tenho uma experiência com uma amiga da igreja que adotou uma menina que eu conheci no abrigo. Ela foi abandonada pelos pais; na verdade, foi tirada da família, destituída do pátrio poder, porque a mãe se prostituía, levava a menina junto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – ... Era um processo bem complicado.

E eu dizia para essa minha amiga: "Você vai ter coragem de pegar essa criança?". Porque eu a conheci antes dela e vi o linguajar que essa menina tinha, os hábitos... Isso chocava a gente, que não tinha esse convívio com esse meio. E aí, depois, eu vi essa menina transformada pelo amor – transformada pelo amor –, vestida como menina, não como uma moça, falando como uma menina de 12 anos, e cheia de vida, cheia do amor familiar, cheia do amor de Deus – porque, realmente, o amor transforma.

Então, não sei se o Fred quer falar mais alguma coisa, mas eu acho que essa é a principal mensagem que a gente tem a dizer, tem que deixar aqui: é preciso ter consciência do que vamos enfrentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, dava medo: "Ah, mas eu ia pegar uma pessoa, um filho que não é nosso. A gente não sabe o que ele traz de carga genética!". E, depois, eu falava assim: "Poxa, mas na nossa família a gente tem casos extraordinários de pessoas que são de sangue e casos de pessoas que tiveram as mesmas oportunidades, mas, infelizmente, não conseguiram ter as mesmas trajetórias de sucesso". Então, isso é muito relativo.

Também conheci casos de adoção em que a filha, quando descobriu, batia na mãe; ou outra também que, desde sempre, sabia e não aceitava, não aceitava, não aceitava; mas, ao mesmo tempo, também conheci outros casos maravilhosos. Então, isso é muito relativo.

Só Deus agindo, porque é Ele quem transforma tudo, e é o amor que transforma tudo, em cada caso – em cada caso.

E a gente sempre foi ... Para o Ian, a gente diz muito para ele: o Ian é fruto de oração, é fruto do nosso desejo, é fruto de oração. A gente conta muito isso para ele, porque o Ian... O Fred... A gente está até escrevendo um livrinho dessa história, porque a gente tem consciência de que Deus escolheu aquela mãe – possível moradora de rua –, que podia não ter dado a vida ao Ian, e que o colocou no mundo e teve a ombridade de deixá-lo num abrigo.

Quantas deixam, já quase sem vida ou até sem vida, pelos lixos da vida? E ela é tão mulher!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Uma mulher que eu admiro, mas eu admiro! Eu queria conhecê-la. Acredito que ela nem tenha mais a vida, mas queria conhecê-la, até antes dele, se isso for possível, porque tenho orgulho da força e da garra dessa mulher, que vivia em condições adversas e teve coragem de gestar na rua, gente, sem comida, sem afeto – sabe Deus em que condições o Ian foi concebido –, e teve a coragem de levar a gestação até o fim e de doá-lo para que outras pessoas pudessem cuidar dele.

Fomos escolhidos de Deus e do Ian para estar aqui hoje abrindo o coração e as nossas falas. E estou me sentindo aqui cobrada – viu Damares? –, porque Damares não faz nada sem pensar, essa mulher... Ela me trouxe aqui hoje com um propósito que eu sei, e eu já me sinto cobrada de estar mais envolvida nesta causa, de buscar melhorias, não só na legislação, mas de consciência para as pessoas que, às vezes, pensam em abortar, ou aquelas que têm medo de adotar, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendam que o amor é o começo de tudo e, com certeza, é a melhor coisa que existe. Tudo tem que partir daí. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Rosinha.

Eu já recebi mais de 50 acionamentos da Secretaria: "Vamos acabar, vamos acabar, acabou o horário"...

Mas o Fred quer falar, um minuto.

O SR. FREDERICO FLÁVIO ESTRELA ALVES DE AGUIAR – O nome do Ian não era esse, ele tinha outro nome quando o recebemos. Perguntamos se poderia mudar e fizemos uma pesquisa. Nesses sete dias que a gente estava indo lá, todo dia a gente pesquisava um nome para ele, e a gente queria um nome com a letra "i" para ser uma homenagem à minha mãe, cujo nome é Inês, e seguir com o nome da irmãzinha. E, na busca do "i", eu nunca tinha ouvido o nome Ian, mas a gente buscava um nome com um significado. Como foi fruto de oração, para mim era um presente de Deus estar recebendo. E, quando eu vi o significado do nome Ian, que significa presente de Deus, graça de Deus... E receber uma graça de Deus é uma coisa extraordinária, porque o que é a graça de Deus? É ele dar algo de que não somos merecedores. (*Manifestação de emoção.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Valeu, Fred.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – Damares, só uma coisa que eu esqueci e que acho importante falar aqui. Eu me inscrevi na fila de adoção aos 42, 43, nem me lembro direito, depois eu vou fazer essa matemática, mas, mesmo aos quarenta e tantos anos, 48, quando o Ian chegou, eu ainda tinha condições de fazer tratamento, fazer inseminação... A minha limitação física, a paralisia infantil, a poliomielite, não impede nem que eu tenha uma gestação natural, nem que eu engravide. Só que eu passei do tempo, eu já não fazia mais a condição normal de ovular, de fecundar, por conta da idade, por conta da menopausa, mas eu ainda podia ter gerado – a gente sabe de tantos outros casos –, e tinha até condições financeiras para fazer um tratamento, mas eu optei pela adoção, porque eu sabia que Deus tinha preparado um filho ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma filha. Eu desejei a Vitória e Deus me mandou o Ian. Quando eu deixei aberto, havia deixado nas mãos dele e disse: "Olhe aqui, Deus é que vai decidir."

Eu só queria pequeno, porque eu queria passar por essa experiência de dar papinha, de limpar o bumbum, essas coisas que são tão gratificantes. E eu estou aqui pensando que talvez o irmão do Ian, ou a irmã do Ian, chegue assim mais ou menos com a idade dele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Rosinha, Ian quer falar? Fala, Ian.

O SR. IAN ALVES CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – O meu nome é Ian e eu amo a Socorro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, pronto... (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos para o final de nossa audiência. Não se tem como interromper um depoimento como esse, não tem. O Brasil inteiro está acompanhando.

Essa é uma sessão de coração. Claro que a gente viu muitos dados técnicos aqui, mas acho que o objetivo maior era, para quem está do outro lado: adote, adote, adote.

E nós vamos para o final.

Nós vamos ouvir três minutos de agradecimento, consideração final, Dra. Karina. Pode abrir o microfone aí mesmo, e a gente já lhe agradece a participação.

A SRA. KARINA MÜLLER (Para expor.) – Obrigada.

Eu recebi aqui alguns questionamentos.

É claro que a adoção, o sistema todo, precisa de aprimoramento, mas o que a gente tem já é muito bom, é muito bom. O que a gente precisa é aprimorar, por exemplo, na parte do Judiciário, é ter um juiz talhado para essa área. A gente sabe que nem todos gostam de trabalhar com a área de família, infância, se têm um viés mais cível, mais criminal. Então, penso que, nesse ponto, aqueles juízes que carregam essa vocação conseguem olhar com um olhar mais apurado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com mais cuidado. Lá na minha comarca, eu falo assim: "Esses processos têm urgência, eles não passam do prazo". Daí, entre outras perguntas também tem: "Como é que pode acelerar esse processo de adoção?". A lei já prevê prazo. Uma criança não pode ficar mais do que seis meses numa instituição de acolhimento. O prazo está no ECA. O processo de habilitação não pode passar de 120 dias; o processo de adoção não pode passar de 120 dias. Então, isso tudo já está previsto, precisa ser implementado. A gente precisa de estrutura técnica para o curso de preparação para adoção. O juiz precisa participar. Eu participo, tiro dúvidas.

Não há proibição de visitação em instituição de acolhimento – isso é importante falar. Não é proibido, e acho que é uma prática até... Na semana passada, eu participei do curso de preparação à adoção, estimulei a adoção tardia falando que eu vinha aqui. E eles falaram assim: "Mas a gente pode ir na instituição de acolhimento, ter contato, ver quem são os adolescentes, conversar?". Eu falei: "Pode". Só que a gente acaba não... São tantas coisas que a gente, o nosso trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARINA MÜLLER – ... as atribuições, que a gente acaba se esquecendo dessas boas práticas.

Então, talvez colocar numa legislação esse estímulo à convivência na instituição de acolhimento, apadrinhamento afetivo, família acolhedora. São boas práticas que talvez precisem ter uma lei uniforme nacional, e não serem soluções caseiras...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E mais clara...

A SRA. KARINA MÜLLER – Exato...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque, se na sua comarca pode, e nas delas não pode...

A SRA. KARINA MÜLLER – Exato... Por que não pode?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Talvez a subjetividade o juiz está interpretando como quer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KARINA MÜLLER – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Talvez uma legislação mais clara... É muito boa a sua colocação, Doutora.

A SRA. KARINA MÜLLER – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero lhe agradecer de ter vindo de tão longe, de Santa Catarina, Camboriú, junto com a Clarinha, que ficou aí o tempo todo quietinha.

Obrigada, Doutora, pela colaboração.

Na sequência, Dra. Monize.

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (Para expor.) – Quero agradecer novamente esta oportunidade e dizer que é uma honra estar aqui, participando de um momento que tem a ver com a vida real. Apesar de a gente buscar sempre a implementação de legislações que sejam mais modernas, práticas e rápidas, a gente não pode deixar em segundo plano o fato de que se trata de vida. Então, é muito bom a gente estar aqui nessa perspectiva.

Coloco o Poder Judiciário à disposição também – o Tribunal de Justiça é um grande parceiro – e desejo que todos nós tenhamos o amor que a Rosinha tem para todas as nossas relações.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Monize.

Dra. Marisa.

A SRA. MARISA MARIA MORAES MUNIZ VERRI (Para expor.) – Também quero agradecer a participação aqui e dizer que, assim, é com muito orgulho que nós do Distrito Federal, da Comissão de Adoção Internacional, durante 25 anos desta Comissão, a gente não tem informações nem relatos de que crianças do Distrito Federal na adoção internacional tenham sido devolvidas. Particularmente eu já estive no exterior, já visitei várias dessas crianças com que aconteceram adoções internacionais. Era isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Marisa.

Sandra Amaral.

A SRA. SANDRA AMARAL (Para expor.) – Eu quero agradecer a oportunidade, agradecer a você. Sei que você não olhou essa lei da adoção, porque não adianta. Se em Santa Catarina os casais podem entrar, tem uma coisa errada, não é? Porque, no restante do Brasil, quem está na fila de adoção não vai. Então, nós temos que aprimorar a lei, fazer uma coisa simples, bem clara, que não tenha outra interpretação, colocando as crianças em primeiro lugar.

Então, eu agradeço muito a oportunidade de falar em nome das crianças abrigadas e falar em nome dos casais que estão na fila.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Rosinha, três minutos.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Eu quero também agradecer a você, Damares, pela oportunidade. Eu realmente, assim, tentei me preparar, e não consegui me preparar de verdade, organizar as ideias, fazer um roteiro disso. Acho que, no final de semana, a gente pensou tanto e... Enfim, este momento tinha que ser de emoção mesmo. Tenho certeza de que você me trouxe para cá com um propósito, e eu me sinto aqui chamada à responsabilidade, nos sentimos chamadas à responsabilidade.

Agradeço ao Fred, porque a realização deste meu desejo de ser mãe só se concretizou porque hoje eu tenho um companheiro não, eu tenho um homem de verdade aqui, que me ajuda em tudo, em todos os sentidos, e que é um paizão para o Ian, é uma referência, assim, maravilhosa.

Também quero agradecer todos do comitê, onde estou trabalhando hoje. A Isa está aqui representando, que é a minha assistente. A gente também desenvolve um trabalho maravilhoso lá de inclusão através do esporte. A gente sabe o quanto é importante trazer as pessoas para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, para o convívio. E o esporte, na minha concepção, é o melhor meio. Foi ele que me trouxe para vida de verdade. Então, deixo essa mensagem também aqui no final.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eu falei no início que eu era a mãe do Fred. É que, quando a mãe do Fred morreu, ele me adotou como mãe. Eu fui meio cupido desse casal, tá, Sandra? Acompanhei o namoro, todas as resistências familiares para que eles se casassem, e hoje eu sou avó de Ian. E eu só quero lembrar, Doutora, que Rosinha tinha quase 50 anos de idade e era cadeirante. E se o Ian não chegasse naquele momento, ela voltaria para o final da fila e seria quase que impossível.

Então, as mulheres com mais de 40, 45 anos, bora! Vocês estão prontas para serem mães, bora! Bora adotar! Rejuvenesce, fica mais bonita e tem muita energia.

Jorginho, você quer falar um minuto? Não, o Jorginho não quer. Jorginho, nossa admiração, nosso amor pelos filhos que você adota todo dia.

Assim, nós damos por cumprida nossa audiência pública, repleta de emoção.

Só tem um aspecto em que nós não tocamos: o menino que faz 18 anos no abrigo para onde ele vai? Eu acho que a gente vai ter que se sentar, Doutora, numa segunda audiência. Quando Ministra, eu acompanhei meninos com 17 anos se suicidando dentro do abrigo, por medo de ir para a rua. E é verdade: quando eles completam 18 anos de noite, de manhã têm que estar com a mochila nas costas e ir embora. Ir para onde? Vi casos de meninos que só atravessavam a rua, ficavam dormindo na calçada em frente ao abrigo, e as mães do abrigo levavam a comida escondidas para ele na rua, porque eles não têm para onde ir.

Nós estamos nos debruçando sobre o futuro desses meninos, como o Deputado falou no início. Por que uma empresa não adota esse menino, já não prepara esse menino com 17 anos para o mercado de trabalho e, depois, o ajuda alugando uma quitinete, um aluguel social? Por que nas universidades, no primeiro alojamento da universidade, eles não têm prioridade de passar no vestibular e ir logo para o alojamento? Por que a gente não começar a ter os aluguéis sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os meninos de 18 anos? Meninos de 18 anos se automutilando – 17 – no abrigo, porque não sabem para onde vão.

E nós vamos ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Gorete...

A SRA. SANDRA AMARAL – Eu dei uma ideia de... (*Pausa.*)

A SRA. MARIA GORETE BATISTA DOS SANTOS – A própria prefeitura poderia já ir preparando esses adolescentes. Por exemplo, depois, se eles não puderem ficar no abrigo, alugar um apartamento, tipo uma república, e ir acompanhando com trabalhos como *office boy*... Com 15, 16 anos, essas empresas já poderiam contratar para um trabalho. Eu acho que cada prefeitura já poderia pegar essa responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Boa. Uma política pública municipal, né?

A SRA. SANDRA AMARAL – Quando eu falei de a gente fazer não a adoção, mas a guarda para as crianças maiores, para as famílias que querem ter as crianças, mas não querem adotar, a gente não tem que se preocupar em adotar quem às vezes já passou da época da adoção. Já passou, não vai ter jeito mais, mas pelo menos ela vai ter uma casa, ela vai ter um estudo, ela vai ter um cuidado, ela vai ter um carinho. É melhor às vezes do que ela ficar em uma república com um monte de gente.

Cada um tem uma visão, vê uma coisa, mas podiam abrir uma oportunidade de dar uma guarda para quem quer ficar com adolescentes, porque ficariam menos adolescentes, entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., uma boa ideia. Vamos continuar este debate.

Eu agora, nada mais tendo a declarar, vou encerrar esta sessão, não sem antes também cumprimentar Marcos Freire, o nosso jovem que está no Congo salvando crianças que serão degoladas e assassinadas; e, para salvar as crianças, ele precisa adotar. Marcos Freire, um jovem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Minas, somos apaixonados por ele, já esteve em audiência pública conosco, já adotou, Doutora, mais de cem crianças. E como é que ele vai lidar com cem crianças? Um jovem brasileiro, no Congo, adotando crianças que serão decapitadas, mortas por causa da guerrilha, a guerra que está acontecendo no Congo.

Quero homenagear a todos os grupos de apoio à adoção, a todos os abrigos, a todos os tios e tias no abrigo que estão cuidando de crianças hoje e homenagear os casais que estão na fila de adoção. Está demorando? Segura mais um pouquinho, não desista!

E a vocês, operadores do Direito, vocês da vara, os juízes, todos que estão envolvidos com o processo de adoção, que Deus os abençoe. E que outros Ians... Quem sabe na próxima audiência nós vamos ter um monte de Ians aqui neste auditório, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo à equipe da Comissão, eu declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Beto Faro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima sexta e da vigésima sétima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 6562, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para definir a destinação dos recursos arrecadados com a aplicação de multas pelo descumprimento das normas para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4116, de 2021 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Emenda 1-CDH e com voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: O relatório foi lido, na sequência, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 810, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária), para prever a adoção de medidas de estímulo e de facilitação da titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar no âmbito da reforma agrária e para incluir grupos prioritários no processo de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2341, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei no 14.192, de 4 de agosto de 2021, para prever medidas protetivas de urgência para os casos de violência política contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Complementação de voto da Senadora Jussara Lima favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da emenda 1, na forma de uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, e acolhe a Emenda nº 1-CDH parcialmente, na forma da Emenda nº 2 - CDH. ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 197, de 2024 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2880, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5172, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 6161, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6024, de 2023 - Não Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 9º, 10 e 11 ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para destinar parte do auxílio-reclusão devido aos dependentes do segurado de baixa renda à família da vítima do ato ilícito praticado pelo segurado." Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Magno Malta. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2 -CDH. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3600, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que trata da política nacional de educação profissional e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnológica, para consideração dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas na oferta de educação profissional e tecnológica." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Magno Malta. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1 – CDH (substitutivo). ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3800, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 4489, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o direito de ingresso e permanência de pessoa com deficiência ou condição de saúde grave que exija assistência específica, acompanhada de cão de assistência, em meios de transporte e em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto (substitutivo da Câmara dos Deputados), com a rejeição do § 1º de seu art. 2º, e com duas Emendas (de Redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a rejeição do § 1º de seu art. 2º, e com as Emendas de Redação nº 1 e nº 2- CDH. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 292, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração e outros rendimentos percebidos por pessoas com transtorno do espectro autista ou por seu representante legal." Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda de Redação nº 1-CDH. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 43, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em El Paso - Texas -EUA, com o objetivo de visitar as presas políticas do dia 08 e 09 de janeiro que estão detidas desde o dia 21/01/2025." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros.. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 44, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 45, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 46, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 47, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 48, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre "O Trabalho das mulheres frentistas no Brasil"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 49, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 1/2024, que “propõe que a prática da psicoterapia seja de carácter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras” e a SUG 40/2019, que sugere a “regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo”." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros.. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/28

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 26ª e 27ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Em acordo com os membros da Comissão, nós vamos fazer uma inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou subscrever os requerimentos da Senadora Mara e um do Senador Girão. O Senador Paim também vai nos ajudar com os requerimentos. Nós vamos fazer a leitura em bloco dos requerimentos e colocá-los em bloco para votação.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em El Paso - Texas -EUA, com o objetivo de visitar as presas políticas do dia 08 e 09 de janeiro, que estão detidas desde o dia 21/01/2025.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Elas estão passando por um momento difícil e o Senador pede... Nós já estivemos na Argentina, visitando alguns presos, e seria para visitar as que estão no Texas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Nós vamos fazer por bloco.

Vou deixar o 14, para a gente votar tudo em bloco.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

A Senadora Mara é a coordenadora da avaliação.

É só pedido de informações.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros.

Eu estou subscrevendo também.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 46, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Rocha Santos Padilha, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Item 15...

Requerimento 44...

Desculpa, Item 18, também de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que eu subscrevo.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre "O Trabalho das mulheres frentistas no Brasil".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Eu passo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Passo direto à justificativa.

A Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro) e a Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Fepospetro) propõem Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos com o objetivo de discutir denúncias apresentadas pelas trabalhadoras frentistas do Brasil.

As denúncias apresentam o desamparo que o conjunto das mulheres frentistas atravessa em todos os estados, como, por exemplo, podemos citar: negativas de afastamento de trabalhadoras grávidas de ambientes insalubres, demissões em massa em razão do direito a dois domingos de folga e inaceitáveis assédios sexual e moral nos postos de trabalho.

Esse é o requerimento, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ler também o Requerimento 49, item 20 da pauta, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que eu estou subscrevendo.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 1/2024, que "propõe que a prática da psicoterapia seja de carácter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras" e a SUG 40/2019, que sugere a "regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros.

Lidos os requerimentos, nós vamos à votação dos itens 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 da pauta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os itens 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 da pauta.

Obrigada, Senadores.

Vamos ao item 12 da pauta. Há um pedido de inversão, e os demais colegas aceitaram.

Eu solicito que feche a porta. Nós estamos com um movimento enorme aqui. Está tendo votação, e a sociedade está presente na Casa hoje, o que é uma maravilha.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 4489, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2015)

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito de ingresso e permanência de pessoa com deficiência ou condição de saúde grave que exija assistência específica, acompanhada de cão de assistência, em meios de transporte e em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto (substitutivo da Câmara dos Deputados), com a rejeição do § 1º de seu art. 2º, e com duas Emendas (de Redação) que apresenta.

Tramitação: CDH.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Senadora Damares. Prazer em revê-la e os Senadores presentes também.

Primeiramente, antes de ler meu relatório, queria deixar bem claro que este relatório está totalmente independente em relação ao que existe na lei hoje, do cão guia. As duas normas vigorarão lado a lado. O regulamento da lei do cão guia, no Decreto nº 5.907, 21 de setembro, de 2006, não será revogado pela aprovação da nova lei e não será invadido pelo decreto regulador dessa nova lei. Isso é uma coisa que eu quero deixar bem claro, e existe uma preocupação muito grande em relação a essas pessoas que achavam ou entendiam que essa nova lei poderia esbarrar em alguma coisa, negativamente, sobre a lei do cão guia. Eu quero deixar essas pessoas bem tranquilas. A gente fez questão de colocar isso, para todos terem total noção sobre o que foi feito em relação a esse projeto.

Eu vou direto à análise, Presidente.

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e regimentalidade.

No que tange ao mérito, cabe reconhecer o trabalho feito na Câmara, que ampliou o direito a todas as pessoas com deficiência que comprovarem a necessidade de ter o seu cão em viagens.

Cumpre lembrar que o projeto de lei aprovado por uma Casa Legislativa será revisto pela outra e, sendo emendado, voltará à Casa iniciadora. Logo, nesta fase de tramitação, cabe aos Senadores aceitar ou rejeitar o substitutivo, na íntegra ou em parte, não lhes sendo permitido promover modificações nos dispositivos já aprovados, com exceção de ajustes de redação.

A Câmara dos Deputados fez revisão minuciosa da proposição original, o que resultou um texto claro, expressivo da sociedade e sofisticado tecnicamente. Ainda remeteu a lei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamento, bem como deixou claro que a edição da lei não significa a inobservância de regulamentos específicos, com os quais deverá ser compatibilizada.

Dificilmente uma matéria consegue ser apresentada com a anuência de todos os segmentos envolvidos, mas afirmo que fizemos o possível para ouvir o público que nos procurou até a entrega da última versão do relatório. Após a nova entrega do relatório, muitos ainda desconhecem o trabalho que foi feito quanto à exclusão das categorias e tipificação de cães, bem como acrescentando as emendas de redação para levar a uma regulamentação da lei.

O voto.

Conforme os argumentos mostrados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.489, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015), com a rejeição do §1º de seu art. 2º e ajustes redacionais para substituir a expressão “trabalho” pela expressão “serviço” no §2º do seu art. 2º, e o termo “regulamento” pela expressão “A regulamentação desta Lei” no parágrafo único de seu art. 5º.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto (substitutivo da Câmara dos Deputados), com a rejeição do §1º de seu art. 2º, e com duas emendas de redação que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com as emendas de redação nº 1 e nº 2 da CDH.

Senador Romário, já proferi o resultado e eu só precisava reforçar o que o senhor disse.

Houve uma inquietação com esse relatório e, quando fui procurada, eu deixei muito claro às pessoas que nos procuraram: nós temos Senadores que têm um corpo técnico dedicado a algumas pautas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... que estão há anos estudando um tema.

Por exemplo, em nada que se discute sobre trabalho, eu fico à vontade... Quando eu recebo um relatório, um voto, um parecer, eu não fico à vontade de apresentar nada sem conversar com o Senador Paim, porque ele tem uma história, tem um corpo técnico que o acompanha há 25, 30 anos, que é mergulhado no tema. A gente tem confiança, a gente sabe...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos também, Presidente, a consultoria aqui do próprio Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim!

Então, quando a matéria está com o senhor, com todo o seu corpo técnico, com a consultoria do Senado, e vocês trabalham! Vocês não apresentam voto de uma hora para a outra, há todo um estudo, há uma imersão e há uma continuidade, porque um projeto começa, o outro continua... Para não ter essa ruptura, a gente confia no colega que se dedicou a aprender a matéria, que se dedicou a ser um especialista na matéria.

Eu preciso deixar isto muito claro: todos nós fazemos isso. Toda vez que tem uma matéria com criança, eu fico muito feliz que os colegas conversam comigo por eu ter sido a Ministra da pasta, por ser uma militância minha muito antiga. Isso é muito comum entre nós.

Então, nós estamos tranquilos com relação ao seu voto – que o Brasil saiba disso –, não há nenhum prejuízo; foi muito conversado, o seu corpo técnico conversou muito com a gente. Nós estamos muito tranquilos e felizes pela forma como o senhor apresentou, nesse tempo muito rápido, esse voto, e com muita maturidade, sensatez e segurança.

Parabéns, Senador Romário. Não se fala de inclusão, acessibilidade, pessoas com deficiência nesta Casa sem ouvi-lo, sem ouvir a Mara, sem ouvir o Paim, sem ouvir o Flávio Arns. Então, eu precisava fazer este registro.

Que Deus o abençoe. Parabéns pelo relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amém! Igualmente. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos para o item 1 da pauta. O Senador Paim é o Relator da matéria. Projeto de Lei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, parece-me que a nossa querida Senadora Ivete gostaria de inverter...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senadora Ivete...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Da minha parte, não há problema.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Há algum problema, Senador Zequinha, em uma inversão com a Senadora Ivete?

Não?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Qual seria o item...? Item 8.

A Senadora Ivete também está com uma agenda lotada, e aqui nesta Comissão a gente ajuda todo mundo.

Senadora Ivete, item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 6161, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o artigo 243-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ivete da Silveira para a leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Meu bom dia aos Senadores e demais assessores aqui presentes.

Aproveito para pedir autorização para ir direto à análise do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senadora.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção à infância e à juventude, conforme previsto no inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do Projeto de Lei 6.161, de 2023, por este Colegiado.

A matéria é altamente meritória e merece ser acolhida. É preocupante constatar que os cigarros, em especial os dispositivos eletrônicos para fumar – popularmente conhecidos como cigarros eletrônicos ou *vapers* –, estão cada vez mais próximos e acessíveis à nossa juventude, sobretudo aos adolescentes.

Qualquer tipo de cigarro deve ser mantido fora do alcance de crianças e adolescentes, mas os cigarros eletrônicos representam um risco ainda mais grave, justamente por se apresentarem com uma falsa aparência de modernidade e de menor dano. Sob alegações enganosas de que são menos prejudiciais que os cigarros tradicionais ou de que seu uso é algo "estiloso" ou socialmente aceito, muitos adolescentes acabam experimentando e se tornando dependentes desses dispositivos. O acesso a esses produtos é fácil, já que os infratores que comercializam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cigarros sabem exatamente onde estar: próximos a escolas, praças, parques, festas e outros espaços com grande circulação de jovens.

Nesse contexto, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, uma única tragada de um cigarro eletrônico pode equivaler ao consumo de vários cigarros tradicionais. Isso reforça o quanto esses dispositivos são altamente nocivos à saúde e, por isso, deve estar longe de nossos adolescentes.

Assim, diante dos riscos e impactos severos para a saúde pública, a comercialização, importação e propaganda de cigarros eletrônicos estão proibidos no Brasil desde 2009. Ainda assim, não é raro vermos jovens utilizando esses produtos nos mais diversos ambientes sociais.

O cigarro eletrônico não é novo – foi criado em 2003 –, mas ganhou enorme popularidade na última década, especialmente entre os mais jovens. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, apenas em 2024, a Receita Federal apreendeu cerca de 2 milhões de unidades desses dispositivos. Esses dados mostram que, embora a comercialização seja proibida, existe um mercado ilegal ativo que tem, como seus principais alvos, os adolescentes.

Diante dessa realidade, o PL em análise não é apenas oportuno, mas necessário. Ao tipificar, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, condutas como a venda e exposição, oferta ou entrega de cigarro, dispositivos eletrônicos para fumar ou produtos similares a crianças ou adolescentes, a proposição fortalece a proteção da infância e da juventude. O ECA dispõe ser dever da família, da sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e dos adolescentes, entre eles o direito à saúde.

Não obstante o mérito da proposição, que reconhecemos, entendemos que há espaço para o seu aperfeiçoamento.

Inicialmente, em observância à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas para elaboração, redação e consolidação das leis, propomos emenda para corrigir a ementa do PL, uma vez que ela não identifica de forma precisa a matéria tratada. Além disso, propomos a inclusão de um novo art. 1º, com o objetivo de atender ao disposto no art. 7º da referida lei complementar, que determina que o primeiro artigo da norma deve indicar, de forma clara, seu objeto e âmbito de aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ajuste proposto refere-se ao §2º do novo art. 243-A. O referido dispositivo faz citação à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, de forma incompleta, uma vez que não indica o título ao qual pertence o capítulo citado no dispositivo.

Por fim, para livrar a matéria de um potencial vício de inconstitucionalidade formal, sugerimos um ajuste no art. 2º do PL, de forma a dispor que o poder público promoverá campanhas educativas voltadas à conscientização sobre os riscos do uso de cigarros, dispositivos eletrônicos para fumar ou equipamentos similares. Isso porque a redação atual do dispositivo estabelece o prazo de 120 dias após a aprovação da futura lei para que o Ministério da Saúde institua grupo de trabalho interministerial e interfederativo com o objetivo de propor medidas governamentais e administrativas voltadas à fiscalização da oferta desses produtos. Tal previsão invade a competência privativa do Presidente da República para exercer a direção superior da administração federal e organizar o seu funcionamento, conforme dispõe o art. 84, incisos II e VI, da Constituição Federal.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.161, de 2023, na forma da seguinte emenda substitutiva que apresenta.

Esse é o relatório e o voto, Sra. Presidente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós estamos no item 8 da pauta. Relatório lido.

Parabéns, Senadora Ivete. A senhora trouxe no seu voto uma palavra: dizer que isso é estiloso? Isso faz mal para a saúde. Parabéns pelo voto. Parabéns!

E nós vamos agora para a discussão.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, só uma frase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar tanto a Senadora Ivete, como o Senador Randolfe, porque, embora a Anvisa já tenha uma posição contrária a essa questão do cigarro eletrônico da forma como se encontra, os dados que o Randolfe coloca aqui no documento que eu recebi – e eu fiquei assustado – são dados da Organização Mundial da Saúde que apontam que adolescentes de 13 a 15 anos estão usando mais cigarros eletrônicos que os adultos. Só por isso, tem que punir mesmo e criminalizar.

Parabéns, Senadora, pelo relatório!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns!

Senador Zequinha, pediu a palavra? Não?

Nós vamos colocar em votação, e é com muita alegria que eu coloco essa matéria em votação, Senadora Ivete – com muita alegria. Nós estamos tendo festas de adolescentes em que esses cigarros eletrônicos são servidos em bandejas, com carinha de desenho animado. Atrativo! As crianças estão sendo levadas a esse vício cada vez mais cedo. Daqui a uns 20 anos é que nós vamos ter a fatura de tudo isso. Nós vamos ver uma geração com os pulmões comprometidos. Aí, o poder público vai ter que arcar com o tratamento, com mais hospitais, com mais médicos.

Então, o que nós estamos fazendo na nossa idade é cuidar da futura geração, é cuidar realmente do Brasil.

Parabéns!

Em votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senadora!

Parabéns, Senador Randolfe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da CDH.

Antes de passar para o próximo item, eu tenho uma notícia.

Hoje, a Senadora Ivete está fazendo aniversário. (*Palmas.*)

Então, a gente vai ter que aplaudir essa mulher incrível, que arranca de todo mundo sorrisos, amor, carinho. Nós a amamos, Senadora Ivete. A senhora é um dos maiores presentes que eu ganhei, que todos nós ganhamos no Parlamento. Santa Catarina está em festa hoje. Vai ser feriado em Santa Catarina hoje. Que Deus a abençoe! Que a senhora continue tendo essa vida próspera, abençoada, feliz que a senhora transmite o tempo todo!

Na semana passada, eu vi uma imagem que me fez chorar: a senhora reverenciando o nosso querido grande líder no aniversário da morte dele. A gente vê que a senhora é isto: a senhora é família, a senhora é paixão, a senhora é amor, a senhora é delicadeza, mas é força, a senhora é inspiração. Nós a amamos. Feliz aniversário! Quando terminar aqui, todo mundo vai abraçá-la com muito carinho.

Olha, deveria ser proibido trabalhar no dia do aniversário, mas ela está aqui com a gente entregando para o Brasil uma importante matéria.

Eu acho que a senhora hoje se deu um presente de aniversário protegendo as futuras gerações.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Muito obrigada.

Eu me realizo com o trabalho, porque sei que estou fazendo bem para o próximo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada.

Item 1 da pauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Zequinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Em função de tanta coisa para ocorrer ao mesmo tempo, solicito a inversão de pauta dos itens 11 e 13, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Consulto o Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, os meus itens são o 1 e o 2. Eu confesso que eu estou com um probleminha de coluna. Se o Senador Zequinha concordar, eu faço uma síntese de, eu acho, nem cinco minutos para cada um deles.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Fechado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Aí, votamos simbolicamente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É que a gente já fez tanta inversão, o Senador Paim já foi tão generoso...

Então, nós vamos para os itens 1 e 2.

A Jussara concorda, e a gente faz a inversão com o Senador Zequinha na sequência.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 6562, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para definir a destinação dos recursos arrecadados com a aplicação de multas pelo descumprimento das normas para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH

A autoria é da Deputada Federal Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidenta.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção e inclusão social de pessoas com deficiência.

Também não observamos – comentando já o projeto – problemas de constitucionalidade ou de juridicidade na matéria. Quanto ao mérito, a proposta é digna de acolhimento.

A Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098, de 2000, foi a primeira norma brasileira totalmente voltada à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ao longo dos quase 25 anos de vigência, a lei passou por aprimoramentos importantes, como a ampliação da definição de acessibilidade e a inclusão de novas categorias de barreiras, como as urbanísticas. Nesse sentido, Sra. Presidenta, promover a acessibilidade é garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam acessar seus direitos fundamentais com igualdade de oportunidades.

Por fim, a destinação desses recursos será definida em regulamento, no âmbito do Programa Nacional de Acessibilidade, o que possibilita o acompanhamento e a fiscalização por instâncias consolidadas na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.562, de 2019, que veio da Câmara dos Deputados, da nobre Deputada Erika Kokay .

Um já foi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria, uma matéria extraordinária. Parabéns à Deputada Erika! (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. Coloco o relatório em votação, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4116, DE 2021

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição da Emenda 1-CDH e com voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sra. Presidenta, se todos permitirem, o projeto vai na mesma linha de outros projetos que tratam do tema e é do nobre Senador Jader Barbalho. Como as explicações são longas e eu tive que fazer um substitutivo só de adaptações, eu vou direto ao substitutivo, porque ele é muito menor do que todo o relatório que eu vou explicar com comentários.

Então, como é que fica? "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para estudantes autodeclarados negros, indígenas e em situação de acolhimento familiar ou institucional".

Tem uma sugestão muito nessa linha do Senador do Espírito Santo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Do Senador Jader Barbalho, não?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não. Do Espírito Santo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Contarato?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não. Aqui da Comissão.

Magno Malta!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Magno Malta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Me deu o branco aqui... Do Magno Malta, que insiste muito com essa tese de pessoas em acolhimento.

Art. 2º O art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação: [é isso que importa]

“Art. 17 .....

.....

§5º A parte concedente do estágio a que se refere o inciso IV do *caput* deste artigo assegurará a reserva de:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – 10% (dez por cento) das vagas para estudantes com deficiência;

II – 10% (dez por cento) das vagas para estudantes que vivam em programas de acolhimento familiar ou institucional;

III – vagas para estudantes autodeclarados negros, indígenas, quilombolas e de escolas públicas em proporção não inferior à respectiva participação desses grupos na população da Unidade da Federação em que se situe a instituição, conforme dados do último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 6º Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos selecionados para ocupar as vagas reservadas nos termos do § 5º deste artigo, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência." (NR)

Essa é a síntese.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar tanto o Senador Jader Barbalho como o Senador Paulo Paim com relação à iniciativa.

Eu já coloquei o meu posicionamento algumas vezes sobre a importância, neste momento, de a gente fazer essa virada. A gente já está num outro momento com relação à questão de cota social. Aí sim.

Eu vou pedir vista, quero deixar consignado aqui, Sra. Presidente – já peço –, porque eu acho que tem alguma coisa na redação que a gente precisaria melhorar, no meu modo de entender. Respeito quem pensa diferente, mas não está deixando claro como será a divisão de vagas entre os alunos de escolas públicas e os que têm direito às cotas raciais aqui no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer esse pedido de vista, para poder ver alguma solução e a gente encaminhar essa iniciativa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Sem problema nenhum. O pedido de vista é regimental e fica assegurado a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Vista coletiva.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Com relação ao projeto, o Senador Girão pediu e realmente é importante.

Quero agradecer ao Senador Paim porque ele acatou uma emenda minha para que jovens em acolhimento, jovens que estejam em abrigos também tenham essa prioridade nesses estágios, o que acho muito importante, porque não fica sectário, assim, como se a cor da pele...

Assim, eu sou contra a cota de qualquer maneira, sempre fui. Acho que nós somos iguais, nós temos capacidades iguais, nosso QI é igual, todos nós somos fortes, temos capacidade. Nós somos um país miscigenado, o maior do mundo, e a gente precisa, na verdade, incluir todos. Nós somos todos iguais. Então, eu agradeço pela minha emenda. Eu também, quando vi o projeto, fiz a emenda, assim, respeitando a vênia do pedido de vista do Senador Girão, porque quanto mais se estuda, quanto mais se depura, melhor fica.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Nós vamos conceder vista coletiva, lembrando que, na próxima semana, Senador Girão, nós não teremos sessão, mas a matéria volta para a pauta na primeira reunião da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como houve um pedido de inversão de pauta – e o Senador Zequinha Marinho tem sido, assim, companheiro enorme desta Comissão –, nós vamos para o item 11 da pauta e depois para o item 13 da pauta, que a relatoria é dele, e, na sequência, a gente volta para a pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 3800, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Eu quero chamar a atenção dos colegas porque é uma matéria que institui o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre proposições relacionadas à proteção da infância e da juventude. Sua análise por esta Comissão, portanto, atende aos critérios de regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, o projeto é, sem dúvida alguma, bastante positivo. A unificação dos cadastros relacionados à adoção em um sistema nacional contribui para a boa operacionalização dos dados e a racionalização de buscas, ao fim facilitando as possibilidades de realização das adoções.

Lembramos que o SNA (Sistema Nacional de Adoção) já se encontra implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde a Resolução nº 289, de 14 de agosto de 2019. Segundo dados do próprio CNJ, o SNA já viabilizou, desde sua implementação, ou sua implantação, que mais de 25 mil crianças e adolescentes brasileiros encontrassem um novo lar.

O sucesso comprovado da iniciativa demonstra, portanto, o acerto da formalização legal do sistema, o que lhe trará legitimidade e cada vez mais uso. O SNA oferece uma solução inteligente e transparente para os desafios ligados ao procedimento de adoção e, por isso mesmo, deve ser prestigiado legalmente pelo seu êxito.

Como estamos próximos – ou como estivemos – do Dia Nacional da Adoção, que foi comemorado no dia 25 de maio, a aprovação dessa matéria na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal é uma oportunidade de celebrarmos, mais uma vez, essa ferramenta que ajuda as crianças e adolescentes do nosso país que ainda não têm um lar definitivo a pertencer e conviver em uma família que lhes aceite como integrantes.

O voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.800, de 2024.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

Belo voto, Senador Zequinha.

Em discussão.

Vai discutir, Senador Magno? Nós estávamos falando sobre a matéria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – É muito importante a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava aqui conversando, Senador Girão, com a Senadora Damares, Senador Zequinha, que a Lei de Adoção no Brasil precisa de uma mudança geral. Essa história de fila precisa acabar. A fila traz privilégio para o adulto, e a criança é só um objeto. Quem é o primeiro da fila? Ah, é um casal de Alagoas o primeiro da fila. A criança está onde? No Espírito Santo. Eles vêm de lá para cá para ver a criança, olham para a criança, não têm empatia: "ah, não tem muito a fisionomia da minha família, e tal... Vamos deixar para outra vez".

Aí vem o segundo da fila. É um objeto. Pelo amor de Deus!

Se tem empatia, se tem sentimento... Tem famílias aí chorando, com uma criança chorando no abrigo, por causa da empatia, do sentimento de amor que criou, mas a lei não permite.

Eu disse lá na tribuna: no Brasil, tem mais gente querendo adotar do que criança para ser adotada. E por que elas permanecem em abrigo? A gente sabe, em alguns casos, porque elas permanecem: porque os caras querem manter o abrigo, querem segurar a criança ali, porque aquilo ali é *business* – é *business*. E muitas dessas crianças que não são adotadas, crianças já na sua adolescência, saindo para a vida de jovem, saltam o muro e vão embora. Estão aí na rua usando droga; perdem-se por aí.

Então, a gente precisa realmente rever essa lei. Ela, sendo aprovada aqui, vai para a CCJ, Senadora Damares, e eu vou pedir a relatoria, para que a gente pegue tudo que se relacione, Senador Zequinha, a criança e adoção no Brasil, para que a gente de vez mude essa situação. Nós temos crianças na rua hoje que viraram aviões do tráfico porque saíram, pularam o muro e foram embora. Uma criança que está no abrigo vê o mais novinho ser adotado, o bebê ser adotado e começa a criar um problema psicológico: "Por que eu não sou escolhido? Por que ninguém me quer?". Aí, ele fica com 12 anos, com 13 anos, com 14 anos... Meninos vão embora; saltam.

E eu tenho um problema: sou pai adotivo. Um juiz do meu estado – que, inclusive, está fora da magistratura agora – vendeu os quatro: vendeu minha filha e mais três irmãos para um casal de pedófilos na Itália – aliás, este mês agora, Jajá, a irmã de Jaisliny, está vindo a São Paulo com uma senhora. Sabe como eles vivem lá? O juiz não queria me entregar porque já tinha vendido os quatro, e o pacote estava feito. E os pedófilos italianos já estavam lá no meu estado. E eles precisavam ter as crianças no hotel, porque a lei dizia que eles tinham que conviver, pelo menos 30 dias, ali com os pais adotivos, no hotel e tal, para depois despachar. Porém, nesse meio, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz Chapolin Colorado, não contavam com a nossa astúcia. A gente tem uma empatia com a criança, a criança conosco; e agora, como se faz? Eu quis levar a criança no fim de semana para casa, o juiz não deu. Nós fomos ao juiz substituto, e ele deu uma resposta para minha filha, deste jeito que vou dizer aqui: "É, normalmente essas pessoas são assim: vai chegando o final de ano, dá meia-dúzia de balas para uma criança de abrigo para dizer que fez uma caridade". Essa foi a resposta do juiz. Eu fui para o Presidente do tribunal. Era posse do novo Presidente, e foi o primeiro despacho dele, autorizando a criança a ficar conosco.

Eu fui para Natal, no Rio Grande do Norte. Quando eu voltei, como é que se entrega essa criança no abrigo com essa criança agarrada já dentro da nossa vida, do nosso coração; uma criança chorando, "pai", "pai", "mãe", "mãe", "mãe", "mãe"? E, assim, como é que põe para dentro do abrigo e não leva embora? E aí começou a grande luta, porque a criança estava vendida, o.k.?

Os três irmãos foram embora. Sabe o que está lá na cláusula de adoção, Damares? Que eles não poderiam mais se ver. Proibidos, como irmãos, de se ver, de se encontrar. Essas crianças foram para a Itália, abusadas pelo casal – abusadas. Essa Jajá, que eu falei com Damares que está vindo, que é a irmã, saltou do quarto andar. Tem problemas cognitivos, quebrou braço, quebrou perna, não fala direito e está vivendo num abrigo na Itália. A outra irmã está num hospital de loucos, e o garoto vive perambulando alcoólatra pelas ruas da Itália. Isso é o que nós temos aqui. Ou a gente conserta isso... Isso não é ideológico, não. Pelo amor de Deus! Isso é vida.

Eu sei da luta que foi, lutando contra Aloizio Mercadante aqui – lembra? –, que era Relator da Lei de Adoção. Queria criar páginas ideológicas... Depois, o Sóstenes mexeu nisso, na Câmara – você o ajudou muito, eu me lembro –, deu uma melhorada. Era mais draconiano do que hoje, muito mais... E nós ainda temos uma fila em que o adulto é o privilegiado. A criança só é o objeto.

Melhorou, porque a criança com 12, 13, 14 anos que é adotada... Tem uma série de algumas coisas que os pais adotivos e essa própria criança... Mas tem mais coisa para a gente fazer, porque tem criança, Senadora... Ele é um adolescente com 16 anos, mas a lei diz que, com 18, ele tem que ir embora. Se ele não tem família, ele vai para aonde? Se ele não tem família, ele vai para aonde? Ele pode até ter família, mas não o visitou. Ele está lá, desde novinho. Não foi adotado.

Eles estudam. Se ele tem que ir embora com 18 anos, ele vai embora para aonde? Pelo amor de Deus! Eles vão para a escola, estudam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem coisa... Por exemplo, quer ver, Senador Zequinha? Você pega... Um menino desses está já com 16 anos. A gente coloca ali... Chegou aos 16 anos e não foi adotado, ele vai fazer um curso técnico. Vai lá, faz um curso técnico de torneiro mecânico. Aos 18, o poder público, o Governo... Ele se formou em torneiro, ele é um torneiro mecânico, ou seja lá uma menina que vira doceira, fez um curso, estudou e tal, está no abrigo. Após dois anos, ao sair, a gente propõe o quê? A história dele... Ele não tem família. Mas este país é muito rico. Este país é muito rico. É muito dinheiro jogado pelo ralo, é muita corrupção. Por que não se propõe – e eu vou propor: você... Ele sai, ele é um torneiro mecânico. O poder público dá a ele – dá a ele – a empresa dele – ele tem 18 anos de idade –, com tudo direitinho, para ele poder começar a vida dele – começar a vida dele.

E a própria Caixa Econômica pode dar a ele... *Ad aeternum* não é dar, porque o que é dado não tem reconhecimento nem esforço. Mas, por exemplo, não existe o Minha Casa, Minha Vida? Sim. Minha casa, minha história. Você sai daqui do abrigo, você já tem uma profissão, você é técnico, e a Caixa Econômica pode muito bem, *ad aeternum*, com o juro lá depois de dez anos... Ele vai ter a sua própria quitinete – a sua própria quitinete.

Olhem como nós vamos mudar as coisas aqui! Ele não foi adotado, mas já sai com a vida própria aos 18 anos de idade. E nós temos condições de fazer isso.

Está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Parabéns, Senador Magno, pelo que foi trazido aqui!

Em votação.

Coloco em votação o relatório, favorável a projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senador Zequinha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 13 da pauta. (*Pausa.*)

Não, o 13. Nós vamos para o 13, que é do Senador Zequinha ainda.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 292, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda a remuneração e outros rendimentos percebidos por pessoas com transtorno do espectro autista ou por seu representante legal.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O exame da proposição por esta CDH é regimental, pois o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal determina seu exame de matéria atinente à proteção e à integração social das pessoas com deficiência.

Vamos nos ater ao mérito da matéria, visto que a proposição seguirá para exame terminativo da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os argumentos do autor quanto à necessidade de isonomia fiscal são válidos. Não há razão para que as condições relacionadas ao autismo não sejam vistas como similares às das pessoas arroladas no inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1988, quais sejam:

> portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose [e aí tem outro nome difícil aqui] anquilosante, nefropatia grave [...] [e outras similares], estados avançados da doença de [...] (osteíte deformante) [e assim vai], contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida.

Trata-se, portanto, de populações que, desde 2004, contam com o apoio do Estado.

As pessoas com transtorno do espectro autista, que não inabilita para atividades profissionais, podem desenvolver uma carreira profissional e fazer jus à aposentadoria e a outros rendimentos. A ideia da proposição se dirige a elas, mas também, e talvez principalmente, a seus representantes legais.

É verdade que, no espírito da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é ainda maior o número de pessoas com deficiência que fariam jus a tal isonomia fiscal, mas também é verdade que a Lei Berenice Piana, que protege o transtorno do espectro autista, antecede a LBI. A proteção legal ao transtorno do espectro autista tem funcionado como uma vanguarda da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, e é por essa lição da história que vemos com bons olhos a proposição.

Devido à inclusão de inciso XXIV pela Medida Provisória nº 1.251, de 2024, oferecemos emenda de redação para ajustar a numeração do inciso proposto pelo PL.

Voto.

Conforme os argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 292, de 2024, com a seguinte emenda:

EMENDA N - CDH (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renumere-se como “XXV” o inciso proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 292, de 2024, para o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Era a análise e o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Senador Chico Rodrigues, o autor da proposta.

Em discussão, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discutir.) – Presidente, eu quero agradecer a relatoria do meu colega Senador Zequinha Marinho. Ele se debruçou sobre esse projeto, que, como foi dito aqui, é importantíssimo.

Todos sabem que, para isentar de imposto sobre a renda, remuneração e outros rendimentos percebidos por pessoas com transtorno do espectro autista ou por seu representante legal, houve, inclusive, uma movimentação do Governo no sentido de fazer uma adequação, mas nós achamos por bem, de acordo com o Relator, que prevalecesse – não é verdade? – esse alcance, porque tem alguns que são portadores desse espectro autista que não têm capacidade de se locomover, de tomar decisões, e os seus responsáveis, os representantes legais, estão, obviamente, aptos para cuidar. E olhem que já são mais de, se eu não me engano, 12 milhões de pessoas com espectro autista já identificadas no país.

É um número gigantesco, e é um segmento que vem sendo permanentemente alcançado pela classe médica, e é necessário, realmente, porque todos os benefícios que nós possamos determinar para atendê-los ainda são pouco. Imaginem o que é a família... Tem famílias que têm uma, duas, três pessoas que são portadoras do TEA.

Portanto, quero agradecer a V. Exa. por ter colocado em pauta e também, repetindo, ao Senador Zequinha Marinho pela capacidade de síntese e pelas adequações que fez no projeto, e por estar aí, obviamente, favorável, com seu parecer favorável.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador Chico Rodrigues.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda de redação que foi apresentada.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1 da CDH.

Eu quero registrar cumprimentos ao autor e ao Relator.

É claro que essa matéria, quando chegou, chamou a atenção, porque haverá renúncias para o Governo. Inclusive, eu olhei para o Governo ali, na hora, e disse: e agora, o que a gente faz? Havia até uma possibilidade de se pedir vista ao projeto nesta Comissão, mas esta Comissão trata tão somente dos direitos.

O impacto orçamentário, os aspectos econômicos da matéria, a discussão – houve aqui uma conversa entre nós – vão ficar para a próxima Comissão, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, mas todos nós entendemos, e queremos deixar isso registrado para o autor e o Relator, como meritória esta matéria.

As famílias atípicas estão em desespero, Senador – em desespero. Uma criança que está no espectro do autismo precisa de um acolhimento múltiplo, não só de um médico. Há todo um requisito: ela precisa do psicólogo, do terapeuta, do fono, do nutricionista... É múltiplo. É tudo muito complexo. Essa mãe tem que sair mais cedo do trabalho para levar a criança para a terapia. Como é que ficam as relações trabalhistas daqui para frente?

Eu acho que aqui a gente vai ter que parar tudo um pouquinho, daqui a pouco – logo –, e nós vamos ter que nos encontrar nessa pauta, como Parlamento, como sociedade, como Governo. As crianças existem, estão aí, e cada vez em número maior. As famílias estão em desespero. Nós vamos ter que rever as relações trabalhistas, as relações sociais, inclusive os cultos nas igrejas. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho falado sobre isto: crianças estão sendo expulsas de igrejas porque a igreja está cada vez mais barulhenta; as luzes espantam as crianças com o autismo das igrejas. Então, a gente vai ter que se rever enquanto sociedade, para a gente entender esse fenômeno que acontece, que está acontecendo, para que ninguém nesta nação fique para trás.

Então, parabéns ao autor e ao Relator. Os demais detalhes da matéria serão discutidos na próxima Comissão.

E, no mesmo sentido, eu quero aqui dizer, já que o Governo está presente, a assessoria de Governo, que domingo foi o Dia Nacional da Adoção. E segunda-feira fizemos uma audiência aqui, nesta Comissão, incrível e tratamos de diversos temas sobre adoção – Magno Malta trouxe aqui uma situação do passado. Quando a Ministra Maria do Rosário era Ministra, aconteceu a última grande reforma da Lei da Adoção. E teve um momento em que ela veio à Casa, sentou com todo mundo – eu estava lá como assessora; foi lindo aquilo –, direita, esquerda, ideologia, tirou tudo que nos separava, e nós entregamos uma legislação. Já faz alguns anos. As relações sociais mudaram. Já cabe uma nova visita à Lei da Adoção.

Na segunda-feira, esteve aqui conosco a nova Secretária Nacional da Criança, que arrancou de todo mundo paixão, pelo jeito com que ela se colocou, muito comprometida com a pauta. E esse projeto que nós aprovamos hoje e outros que estão tramitando na Casa, a gente poderia pensar depois, com a Secretária da Criança. A gente poderia pegar tudo que tem sobre adoção tramitando na Casa, e quem sabe a gente fazer... Toda vez que a gente fala em grupo de trabalho, é para segurar, mas desta vez, de verdade, a gente pegar tudo que está tramitando nesta e na outra Casa sobre adoção, e quem sabe a gente fazer uma proposta única e aperfeiçoá-la? Especialmente, Senador Chico Rodrigues, há muitas crianças com deficiência ficando nos abrigos. O que fazer com essas crianças que as pessoas não estão adotando? Então, sugiro a gente fazer um bem bolado, juntar todos os temas, visando ao bem de todas as crianças – as crianças com deficiência que estão em abrigo, as crianças que já estão aptas para adoção –, e a gente conversar com a Secretária Nacional, com o Governo, para a gente caminhar também na pauta da adoção.

Obrigada por suas sugestões, Magno Malta.

Continuando a nossa pauta, o item 3 tem como Relatora a Senadora Jussara Lima, que pediu a retirada do item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 810, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária), para prever a adoção de medidas de estímulo e de facilitação da titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar no âmbito da reforma agrária e para incluir grupos prioritários no processo de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CRA.)

Do item 4 ela também é Relatora.

Nós vamos para o item 4 da pauta.

Na sequência, tem dois projetos meus, de que eu sou Relatora. Eu queria pedir para um dos colegas que já estão sentadinhos aqui presidir. Eu faço uma leitura breve do meu relatório, e a gente também aprova.

item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2341, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei no 14.192, de 4 de agosto de 2021, para prever medidas protetivas de urgência para os casos de violência política contra a mulher.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Complementação de voto da Senadora Jussara Lima favorável ao Projeto e pelo acolhimento parcial da emenda 1, na forma de uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: À CDH e, posteriormente, à CCJ em decisão terminativa.

- Vista coletiva concedida em 26/03/2025.

- Recebida a Emenda nº 1 do Sen. Eduardo Girão em 02/04/2025.

- Recebida a complementação de voto da Senadora Jussara Lima em 08/05/2025.

É este, né, Jussara?

Concedo a palavra à Senadora Jussara para a leitura de complementação de voto.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Senadora.

Exma. Sra. Presidenta e Senadora Damares Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, peço permissão para ir direto à análise.

Passo diretamente à análise do mérito, considerando que o texto do relatório já foi disponibilizado para os Srs. Parlamentares, com o acatamento da Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Girão, após a concessão do pedido de vista coletiva, no dia 19 de março.

Entendemos que a emenda é meritória. As alterações propostas aprimoram o PL nº 2.341, de 2024, e evitam o cometimento de abusos e desvios das finalidades da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, entendemos que é necessário ajustar a redação da referida emenda, a fim de evitar ambiguidades na aplicação da lei, aprimorar a técnica legislativa e preservar fielmente o espírito da proposição.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.341, de 2024, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1 - CDH, na forma da seguinte redação:

EMENDA Nº 2 - CDH

Dê-se ao inciso V do art. 3º-A e ao art. 3º-B da Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.341, de 2024, a seguinte redação:

"Art. 3º-A. .....

.....

V – suspensão de conteúdo que promova ou dissemine violência política em rede social ou outro canal de comunicação, por meio do qual se veicule discurso de ódio, incitação à violência, informação ou notícia inverídica ou violação manifesta à dignidade feminina;

....."

"Art. 3º-B. Identificados indícios de conduta passível de adoção de medida protetiva, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas:

I – de ofício pelo juiz;

II – a requerimento do Ministério Público; ou

III – a pedido da ofendida, ouvido o Ministério Público.

§1º O juiz poderá conceder medidas protetivas de urgência de ofício, previamente à manifestação do Ministério Público, nas seguintes hipóteses:

I – durante o período eleitoral, excepcionalmente, quando houver elementos que evidenciem o perigo de dano ou o risco ao resultado útil da medida, devendo o Ministério Público se manifestar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

II – em outros períodos e contextos de atuação política, incluindo o período pré-eleitoral e o exercício do mandato, devendo o Ministério Público ser prontamente comunicado.

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> §4º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas independentemente da tipificação penal da violência política, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência, observado o parágrafo único do art. 2º desta Lei, vedada a sua concessão com base estritamente na declaração da vítima.
>
> .....
>
> §6º As medidas protetivas de urgência previstas neste artigo poderão ser reavaliadas, a qualquer tempo, mediante provocação das partes ou do Ministério Público".

Esse é o meu voto, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, eu queria agradecer, parabenizar, mas, sobretudo, agradecer à Senadora Jussara Lima pelo seu espírito democrático. Quero agradecer à equipe dela, que recebeu a nossa equipe com muita sensibilidade. Melhorou-se ainda mais o projeto, então eu acredito que esse é um projeto em que devemos ter unanimidade.

Quero aqui registrar que propor a nossa emenda foi para colaborar com o aperfeiçoamento da iniciativa, que trata de um tema extremamente sensível e necessário que é a proteção das mulheres contra a violência no exercício de seus direitos políticos. Os ajustes que nós propomos ajudam a fortalecer o projeto – a própria Relatora percebeu isso e agradeço demais –, garantindo a proteção às mulheres na política com mais segurança jurídica e responsabilidade, conciliando a proteção delas com as garantias constitucionais como o contraditório, o devido processo legal, a ampla defesa, a liberdade de expressão, evitando eventuais abusos ou interpretações arbitrárias da lei.

Então, quero agradecer de coração, viu, Senadora? Como foi importante esse diálogo que nós mantivemos... Especialmente, quero parabenizar aqui a Adriana, que trabalha conosco, pela determinação, e dizer que estamos juntos para aprovar por unanimidade, se Deus quiser, essa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Relatora querida, Senadora Jussara.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório de complementação de voto favorável ao projeto, pelo acolhimento parcial da Emenda 1, na forma de uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, e que acolhe a Emenda 1, da CDH, parcialmente, na forma da Emenda 2, da CDH.

Parabéns, Senador Girão, Senadora Jussara, pelo entendimento.

Eu informo aos senhores que eu tenho dois processos de que sou Relatora, inclusive de um o autor está aqui, que é o Senador Plínio. Eu vou pedir ao Senador Magno Malta, sentadinho aqui, para presidir a Comissão.

Mas nós temos um projeto, o item 5 – se a Senadora Dorinha chegar – que é um projeto que está chamando muita atenção. Se os Senadores puderem ficar... Se ela não vier, a gente não vai fazer a leitura *ad hoc*. O projeto é para que se torne inelegível quem comete crime praticado com violência doméstica. O tema despertou atenção. Se ela chegar, a matéria será lida. Se os senhores estiverem aqui, eu acho que participar da discussão seria interessante, porque nós estamos nesta Casa exatamente agora discutindo a reforma eleitoral.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Magno Malta, porque eu farei a leitura dos relatórios dos itens 9 e 10.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Item 9.

A Relatora é a Senadora Damares, mas está escrito aqui: como sou... (*Risos.*)

Estou brincando – estou brincando. (*Risos.*)

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 6024, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 9º, 10 e 11 ao art. 80 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para destinar parte do auxílio-reclusão devido aos dependentes do segurado de baixa renda à família da vítima do ato ilícito praticado pelo segurado.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAE.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senador Plínio, é com muita alegria que eu relato esta matéria de sua autoria.

Eu vou direto à análise – permita-me, Presidente –, também de uma forma resumida.

Em função de a matéria ter sido despachada para instrução na CCJ, não entraremos na análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, a proposição é inovadora e traz uma perspectiva pertinente para a proteção das vítimas de atos ilícitos e de suas famílias. Sem prejuízo da proteção dos dependentes do criminoso de baixa renda, que também são afetados pela conduta ilícita, é inadmissível o descaso do nosso ordenamento jurídico com a vítima e com a sua família. A vítima precisa ser ressarcida.

Aqueles mais vulnerados com a situação criminosa, muitas vezes tolhidos de sua capacidade produtiva em razão das consequências traumáticas e nefastas do crime, são relegados a uma posição de incerteza enquanto aguardam a longínqua possibilidade de uma reparação pela injustiça sofrida. Para reverter esse cenário, a garantia de uma parcela do auxílio-reclusão para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítima – isso é inovador – ou para a sua família mitiga essa iniquidade, ao mesmo tempo em que robustece os mecanismos de reparação do dano sofrido.

A ideia de se destinar uma parte do auxílio-reclusão à vítima parte de um debate sobre justiça social, responsabilidade e reparação de danos. Embora atualmente o auxílio-reclusão seja um benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado preso (e não ao próprio preso), muitos argumentam que a vítima ou seus familiares também merecem atenção do Estado, especialmente em casos em que houve dano direto causado pelo crime.

Lembrando, gente, que o auxílio-reclusão não é para todo preso. É para aquele que é segurado. E é a família que o recebe. Tem muita gente que acha que o menino comete crime, vai para a cadeia e a família... Não, não é assim. É para aquele que é trabalhador, que já contribuiu com a Previdência e que é segurado.

Assim, a aprovação do Projeto de Lei nº 6.024, de 2023, é uma medida que visa a trazer:

a) justiça reparatória;

b) responsabilidade do agressor;

c) equilíbrio social; e

d) prevenção e educação.

Por fim, oferecemos, Presidente e autor do projeto, duas emendas para ajustar apenas a redação da proposta. Na ementa, que referenciava exclusivamente a família da vítima, incluímos a principal beneficiária da medida, que é a própria vítima. Na redação proposta para o art. 80, §11, da Lei nº 8.213, de 1991, substituímos a referência aos herdeiros da vítima pelo conceito mais amplo de família da vítima, com o objetivo de conferir uniformidade conceitual à proposição.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 6.024, de 2023, com as emendas que já estão publicadas e que já mencionei.

Este é o voto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Damares, eu não gosto quando a senhora pega relatório dos meus projetos porque não deixa espaço nenhum para a gente comentar. Então, agora, eu só vou dizer que o seu relatório está perfeito, que a senhora acrescentou por completo – por completo – porque a gente faz o projeto, mas ficam lacunas, e a senhora as preencheu. Mas, mesmo não gostando que a senhora relate, eu insisto para que continue – está bom? – relatando os meus projetos. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Alguém mais? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, que permanece com as duas emendas que apresenta.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Item 10 agora. O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, é você também, né?

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 3600, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, que trata da política nacional de educação profissional e tecnológica, para consideração dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas na oferta de educação profissional e tecnológica.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CE.

Concedo a palavra à Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu também vou direto para a análise. É uma honra relatar o projeto do Senador Mecias, meu Líder.

Em relação ao mérito, o projeto de lei é digno de acolhida, pois valoriza a diversidade cultural e promove equidade no acesso à educação profissional e tecnológica, assegurando a autonomia, a dignidade, e o desenvolvimento dos povos indígenas, para que não dependam somente do Estado e possam exercer sua liberdade.

De acordo com dados do último Censo, o Brasil conta com aproximadamente 1,6 milhão de residentes indígenas, enquanto os quilombolas somam cerca de 1,3 milhão de pessoas. Esses povos, que fazem parte da história do nosso país e que contribuíram e contribuem para a formação da nossa nação, têm muito a compartilhar com a educação profissional e tecnológica.

Assim, ao prever que os saberes dos povos indígenas e quilombolas devem ser considerados na oferta da educação profissional, técnica e tecnológica, a proposição valoriza a diversidade cultural no ensino e contribui para a preservação de conhecimentos e práticas tradicionais dessas populações. Trata-se de uma iniciativa que valoriza o que é nosso, a nossa história, as nossas tradições.

Ademais, o PL, de forma louvável, preocupa-se também com a igualdade de acesso à educação técnica e profissional. Ao prever que a oferta de educação profissional e tecnológica deve considerar as necessidades dessas populações tradicionais, a matéria assegura que as especificidades e demandas desses povos sejam incorporadas às estratégias de expansão da educação técnica e tecnológica. Nesse contexto, a proposição em análise representa um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso do Estado com a inclusão desses povos, suas tradições e necessidades no processo educacional.

Por fim, sugerimos uma emenda substitutiva somente para supressão do termo "povos originários", visto que o projeto trata dos povos indígenas e quilombolas, sendo somente os indígenas classificados como povos originários.

Esse é o voto, Sr. Presidente, com muita alegria.

A minha filha ficou muito feliz quando viu esse projeto de lei. Nossos jovens indígenas têm uma habilidade incrível para a tecnologia – incrível! Não subestimem os jovens indígenas do país, eles são extraordinários.

Então, em face ao exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 3.600, de 2024, com a emenda substitutiva que eu informo e que está devidamente publicada.

Este é o voto e peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente, só para fazer um comentário, pode? Posso?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixa ele devolver a Presidência para mim. Devolve a Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está devolvida a Presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu queria aproveitar este momento, com a presença do Senador Plínio Valério aqui, nesta Comissão de Direitos Humano.

Nada como um dia atrás do outro, né? Eu estava refletindo ontem à noite. Tomou conta do Plenário do Senado o entrevero que três Senadores da República tiveram – não foi um, foram três Senadores da República, e que são conhecidos pela sua fidalguia, paciência – ontem com a Ministra Marina Silva, com todo respeito a quem pensa diferente, que veio para causar ontem na Comissão. Ficou claro, eu vi, revi os vídeos, a forma. Já tivemos vários ministros de Estado, ministras de Estado, e sempre a relação foi de ouvir, de depois colocar, mas ontem parece que veio para se vitimizar.

E eu quero dizer que o Senador Magno Malta não estava aqui, nem a Senadora Damares ainda, mas o Senador Plínio e eu estávamos, e eu fui titular da CPI da Covid, quando, naquele momento sombrio da nossa nação, nós tivemos ali uma CPI politiqueira. Todo mundo percebeu isso ou, senão todo mundo, as pessoas que tiveram atenção com o fato de que o objetivo era desgastar o então Governo Bolsonaro. E foi um festival de barbaridade que nós tivemos.

Inclusive, nesta Comissão, nesta sala aliás, era uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, nesta sala nós tivemos, Senadora Damares, algumas reuniões, e mulheres naquela CPI foram agredidas, como a Dra. Nise Yamaguchi, uma médica, como a Mayra Pinheiro, porque não corroboravam com a narrativa que queria o comando da CPI empurrar goela abaixo dos brasileiros.

O Senador Magno Malta sempre me ligava, inclusive me dava sugestões importantes, pela experiência dele, e, em alguns momentos, nós saímos em defesa das mulheres que estavam aqui; porque, olha, foi uma tentativa de humilhação o tempo inteiro, desmerecendo, ameaçando.

E ontem a gente não viu isso. E o Senador Plínio, que está aqui, e coloco dos outros, inclusive até o Senador Omar Aziz, que é da base do Governo... Esses Senadores legítimos, eleitos pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo para defender os interesses da população, tiveram, no meu modo de entender, sempre têm uma postura crítica, natural, isso faz parte da democracia, mas eu fico indignado com a questão seletiva da abordagem, os dois pesos e as duas medidas. Essa turma, uma parte da mídia – a população entendeu de novo, mas uma parte da "grande" mídia brasileira, grande entre aspas – querendo lacrar em cima do que aconteceu, querendo rotular esses Senadores como machistas, com outro tipo de "ista". Mas, na época em que a narrativa favorecia os interesses obscuros – inclusive de derrubar um Presidente, um Governo eleito legitimamente –, não se levantaram com as mulheres que estavam. E ontem – deixando claro, completamente diferente, no meu ponto de vista, respeito quem pensa diferentemente – eu vi algo, assim, desproporcional.

Então, eu queria apenas registrar isso, nada como um dia atrás do outro. As mulheres da CPI da Covid podem fazer o que tem que ser feito, para acomodar narrativas esdrúxulas: podem humilhar, podem fazer tudo... Errado, nós temos que ter cuidado com o ser humano. Aí, agora, quando é um debate político, nem começou a falar, nós já tivemos ali uma situação, parece-me, premeditada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Permita-me só agradecer ao Senador Girão?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Só para agradecer, meu amigo, pela solidariedade, porque a narrativa lá fora é forte, mas isso não intimida, não tem problema algum. A gente sabe que os lacradores estão de plantão aí.

E eu só aproveito a oportunidade para aquela outra frase que me pegaram, quando eu disse que tolerei a Marina por seis horas e dez minutos, sem ser agressivo. Substituíram pela palavra aqui: lacrado. Você imagina que ia passar seis horas... e não entrei na dela. Ontem eu estava disposto também a não entrar, mas eu falei 20 segundos e ela interrompeu.

Mas, quanto a reafirmar, a gente não tem que estar reafirmando. Quantas pessoas, no Amazonas – aqui mesmo, Malta, em Brasília –, acham que eu sou um vereador de quinta categoria. É uma opinião, então não posso ficar... A Marina me chamou de psicopata, é uma opinião dela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embora ela não seja médica para diagnosticar, mas é a opinião dela, não me interessa a opinião dela.

E quando eu digo que eu não respeito a Ministra, é porque eu não respeito mesmo. Eu não posso, me permitam, eu não posso... Ela disse na CPI assim: "Não vou permitir a construção de uma estrada em floresta virgem [que é mentira, não é floresta virgem] para apenas passear de carro". Então, ali ela brincou com a gente, sobrepujou, ironizou toda uma população. Ali perdeu o meu respeito – e não terá nunca.

Obrigado, muito obrigado.

Obrigado, Girão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadores, eu não vou estender essa discussão, porque é a discussão do momento na sociedade, nas redes sociais, nas rádios, na televisão. E vocês devem imaginar como eu tenho sido demandada para me manifestar.

Não pode, não, Senador Girão, nem as mulheres da covid, nem as mulheres do Governo anterior, nem as mulheres deste Governo. Foi muito ruim o que aconteceu ontem, para os dois lados – o assunto estava sendo debatido e é um assunto que, nos últimos dias, provocou debates calorosos na Casa. A Casa tomou uma decisão. A Ministra Marina tem um posicionamento, o Parlamento tomou um outro posicionamento –, mas vamos precisar nos encontrar. Eu já fui muito agredida no Parlamento quando Ministra.

Nós temos um tom de voz diferente, nós falamos mais baixo que os senhores, e quando a gente tenta levantar a voz, vocês acham que a gente está gritando. É a vontade de estar no mesmo tom de vocês. Foi muito ruim.

Eu sei que os Senadores ontem saíram tristes porque eu acho que eles não queriam aquele embate, eles queriam debater o assunto e não brigar com uma mulher. Mas a Ministra Marina chegou a uma situação bem vulnerável aqui ontem, porque ela perdeu... Nessa disputa pelo que ela pensa, ela já tinha perdido, a semana passada. Então, ela chega aqui tentando colocar o pouco que ela podia colocar para salvar as ideias dela. Foi ruim para todo mundo. Foi ruim para todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu conheço os meus colegas também. Eu sei como o Senador Plínio me trata: com respeito, com dignidade. Eu sei como o Marcos Rogério... Eu lido com o Marcos Rogério há muitos anos... com respeito, com muito carinho. O Senador Omar Aziz eu tenho conhecido faz pouco tempo. Já foi duro comigo, quando eu era Ministra, mas hoje, no trato pessoal, não vejo nele misoginia, não vejo nele uma perseguição à mulher. É que o embate nesta Casa tem sido duro. Talvez a gente tenha que melhorar a forma de a gente fazer os embates, respeitando as nossas condições biológicas quando falamos. Falamos mais baixo, falamos de uma outra forma.

Mas eu registro o meu respeito ao Senador Plínio. Ele é veemente na defesa dele. E ele nunca mudou o que ele pensa. Eu conheço o Senador Plínio, falando exatamente o que ele falou ontem, nos últimos anos que ele se manifesta publicamente. Então, eu estou sendo muito demandada. Eu não vou prolongar essa discussão, mas talvez a gente tenha que sentar e se encontrar entre nós, depois.

Nós não queremos ser tratadas como coitadinhas, porque a gente também bate. Ah! Mas a gente também sabe bater. Então quem bate também apanha. Essa é a lógica. Mas talvez seja a forma de como a gente conduzir os debates aqui.

Eu reitero que os três colegas, nos bastidores, não têm sido perseguidores, misóginos, agressores de mulheres. Mas a forma do debate talvez a gente tenha que depois conversar entre nós. Eu não gostaria de prolongar essa discussão aqui na Comissão, porque nós temos três matérias, ainda, e tem uma bem polêmica que é a discussão do momento, a reforma do Código Penal. Então, a gente vai para o item 5 da pauta, a Relatora está aqui.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 197, DE 2024

- Não terminativo -

Modifica a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para instituir a inelegibilidade por cometimento de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Acho que boa tarde já.

Vou direto à análise para que nós tenhamos tempo em relação ao debate.

A proposta tem os termos do Regimento Interno, incluindo, de competência da CDH, a análise dessa matéria.

No que tange ao mérito, a proposição trata de questão pertinente à garantia dos direitos das mulheres e, especificamente, ao enfrentamento da violência de gênero, visto que busca obstar que pessoas condenadas por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher sejam elegíveis.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, a violência contra a mulher no Brasil continua crescendo. Entre 2022 e 2023, as taxas de registro de diferentes crimes cometidos contra mulheres aumentaram, incluindo as agressões em contexto de violência doméstica. Quase 260 mil mulheres foram vítimas desse tipo de agressão em 2023, o que indica crescimento de 9,8% em relação a 2022.

Ademais, a gravidade da violência doméstica contra a mulher no Brasil pode ser verificada nos dados de acionamento da Polícia Militar e de concessão de medidas protetivas de urgência pelo Poder Judiciário: em 2023, foram quase 850 mil ligações para o 190 e cerca de 660 mil novos processos judiciais com pedidos de medidas protetivas, dos quais 81,4% tiveram a medida concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, o PLP não poderia ser mais oportuno, visto que busca assegurar que as pessoas que perpetuam esses índices gravíssimos de violência doméstica e familiar contra as mulheres se tornem inelegíveis, transmitindo a mensagem de que a violência de gênero não é aceitável.

A Lei Complementar nº 64, de 1990, já elenca crimes pelos quais a pessoa condenada, por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, se torna inelegível por período determinado. Podemos citar, como exemplo, os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e os crimes contra a vida e a dignidade sexual. No entanto, falta à Lei Complementar nº 64, de 1990, prever expressamente a inelegibilidade em razão da condenação por crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. Essa inclusão é importante para que o referido diploma esteja em consonância com o microssistema normativo de enfrentamento à violência doméstica e familiar e de gênero.

Devemos oferecer garantia à sociedade brasileira de que cidadão condenado por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher não será elegível por período determinado. Permitir que pessoas com esse perfil assumam posições de poder e de representação em nossa sociedade não apenas revitimiza as mulheres que sofreram violência, mas enfraquece a governança e a legitimidade das instituições democráticas.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 197, de 2024.

Só destaco que, no caso da lei, já está registrada a questão do crime contra a vida e a dignidade sexual. Assim como nós tínhamos o homicídio, hoje tem uma caracterização do feminicídio, inclusive como uma tipificação, é o caso desse projeto que faz uma tipificação, incluindo explicitamente, numa situação que, na minha leitura, nós temos já acolhido pela Lei Complementar nº 64, a que tipifica, uma vez que nós avançamos em relação à tipificação dos crimes em relação à violência e contra a vida em relação à mulher.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Senadora, eu entendo que faz diálogo com a Ficha Limpa: se quer ser elegível, não pode ter condenação – faz diálogo. E aqui a grande discussão é que, para quem é acusado, não. Está claro que é para quem é condenado pelo crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos discutindo a reforma do Código Eleitoral na CCJ. Se vocês observarem este projeto, aprovado nesta Casa ele sobe para a CCJ, e eu não sei se há possibilidade, Senadora Dorinha, de, se aprovado, ele já ser recepcionado na CCJ até com uma forma de colaboração à reforma que está sendo discutida lá. Já ser absorvido pelo Relator da reforma, porque o mérito, se passar aqui hoje, o mérito já está discutido, ele vai acrescentar tão somente à reforma.

Mas nós vamos torcer para que os colegas que estão aqui nos ajudem na aprovação.

Em discussão – só o mérito em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Parabéns, Senadora!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Presidente, só contribuindo com essa preocupação, porque eu acho que é extremamente legítima, o Senador Marcelo Castro leu hoje o resumo dele de voto, e na próxima semana não tem sessão; então, vai ser na outra semana. Eu acho que nós podemos caminhar nos dois sentidos: de enviar para a Comissão; e eu queria me comprometer de apresentar uma emenda que trate desse tema, para que já possa ser apreciado pelo Senador, e abro para assinatura coletiva a quem quiser apoiar, obviamente já atentando a que esse tema também a gente possa tê-lo votado, mas já seria incorporado como dentro do novo Código Eleitoral.

Agradeço aos colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero só cumprimentar a nossa Senadora querida, a Professora Dorinha, pela sensibilidade, um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante que não exorbita em absolutamente nada dentro do que já nós temos para outros tipos de crime, e a mulher merece toda essa consideração.

Eu quero dizer, Senadora Professora Dorinha, que a senhora tem feito um grande trabalho aqui no Senado Federal e conte com o nosso apoio para a gente conseguir a urgência. E esse diálogo com o Senador Marcelo Castro vai ser muito importante nesse sentido – e também com os outros membros da Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos para o item 6 da pauta, que é uma matéria extremamente importante e de interesse do Senador Magno Malta, Senador Girão, porque também é a causa de vida dos senhores. E a Relatora, a Senadora Dorinha, trouxe um voto incrível.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

- Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

- Em 21/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria volta para a pauta hoje.

Concedo a palavra à Senadora Dorinha, para a leitura do seu voto.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sra. Presidente, de igual forma está dentro das competências da CDH e eu passo direto ao mérito.

Dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, do Ministério da Saúde, mostram que o índice de mulheres adultas que fazem uso abusivo do álcool passou de 9,7%, em 2013, para 15,2%, em 2023.

É um cenário preocupante por vários motivos. O consumo excessivo de álcool traz impactos negativos à saúde e ao convívio social de qualquer pessoa, independentemente do gênero. No entanto, as mulheres alcoolistas enfrentam desafios ainda mais complexos, tanto devido a fatores biológicos que intensificam os efeitos do álcool em seus corpos quanto pelas pressões sociais que dificultam o acesso ao tratamento adequado.

No aspecto biológico, de acordo com o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), as mulheres possuem menos água no corpo e, em geral, pesam menos do que os homens. Além disso, os níveis de enzima que metabolizam o álcool são menores nas mulheres. Essas características fazem com que, mesmo ingerindo a mesma quantidade de álcool, elas experimentem efeitos mais intensos e duradouros em comparação aos observados nos homens.

Socialmente, o estigma que recai sobre as usuárias e dependentes de álcool é muito mais severo, pois a sociedade tende a encarar com mais naturalidade o consumo de álcool por homens, enquanto condena de forma mais rígida esse comportamento entre mulheres. Além disso, a embriaguez coloca em risco a integridade física desse grupo, que fica mais exposto a agressões e violência, especialmente em crimes sexuais como o estupro.

Por essas razões, apoiamos a criação de um programa que atenda às particularidades do alcoolismo feminino, pois essa iniciativa tem o potencial de proporcionar intervenções mais eficazes e garantir o suporte necessário para a recuperação dessas mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso voto, pela aprovação do projeto e, logicamente, a importância da criação de um programa de apoio de tratamento às mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao PL.

O projeto segue para análise na Casa e eu vou lutar para ser Relatora.

Senadora Dorinha, parabéns. O número de meninas que está fazendo uso de álcool é absurdo, mais que meninos. E a senhora trouxe um fato importante: nós somos biologicamente diferentes. Nós mulheres queremos direitos iguais em dignidade, em direitos, em salário, em respeito, mas nós somos biologicamente diferentes. A dependência na mulher é diferente da dependência no homem. E nós temos um agravante, nós geramos. O homem pode consumir... Ele está machucando o corpo dele com o álcool, mas a mulher, quando está grávida e consome, está machucando dois corpos. E a gente vai ter que discutir nesta Casa sobre a síndrome fetal alcoólica, que é gravíssima, bebês nascendo... Tem mulheres que acham que um pouquinho só não faz mal. Já está comprovado que o ideal para uma mulher grávida é álcool zero. Uma gota já faz mal para o bebê e a gente precisa falar sobre isso. Não existe mínimo possível no álcool quando a mulher está grávida. É zero. E a gente vai ter que falar sobre isso.

Então o seu voto hoje veio no momento em que a gente precisava dar um direcionamento a essa política para a mulher. Magno há anos tira mulheres do álcool, Girão trabalha com isso há anos. Acho que a gente faz uma contribuição enorme hoje para as mulheres e a matéria vem lá da Câmara. E eu me sinto muito feliz de a gente estar colocando essa matéria em votação. Já está aprovada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente.

Já está aprovada e a gente deixou aprovar logo para falar depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha, mais um grande relatório pró-vida da senhora. Parabéns pela sua sensibilidade, dedicação em pegar um assunto às vezes tão delicado. Muitas vezes o político não quer entrar em bola dividida e tudo, mas aqui é algo humanitário que a senhora está fazendo. Como a Senadora Damares colocou, são duas vidas muitas vezes envolvidas, mas a senhora aqui dá um passo importantíssimo para essa proteção ao bem maior que Deus nos deu, que é a vida.

Parabéns, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senadora Damares, Senadora Dorinha, esse assunto é de vital importância para o Brasil. Não sei se V. Exa. sabe, algumas vezes já falei, eu tenho 43 anos que tiro drogados da rua. E isso aqui é uma estatística minha, nossa, da instituição, é minha vida dedicada a isso, né? Minhas filhas nasceram, quando Magda tinha sete meses, nós começamos a colocar os primeiros drogados dentro de casa, na sala, a gente não tinha... E da minha experiência, de cada 50 viciados em cocaína que nós recuperamos, só um bêbado nós conseguimos.

O que a bebida alcoólica faz no sistema nervoso central de alguém é incalculável. Eu não vou fazer aqui comparações com as outras drogas que estão na ilegalidade, para que as pessoas não glamorizem as que estão na ilegalidade, mas veja, vá ao Sarah Kubitschek e veja quantas pessoas estão lá mutiladas por causa de acidente de carro e moto por bebida alcoólica. E nós temos que estender este debate para chegarmos ao topo, como nós chegamos com o consumo de cigarro. Nós temos que afinar este debate.

Você hoje entra na televisão, nós estamos falando das *bets,* mas não era assim, por exemplo, você está vendo um jogo na televisão e no intervalo tinha propaganda, agora é no meio do jogo. A tela corta assim, é bebida alcoólica, não sei o que, e tudo numa glamorização que chama a atenção. Nós vamos ter que ter um debate muito forte sobre isso. E, no caso de mulheres, você tem poucas casas de recuperação para mulheres, de tratamento. Por exemplo, as pessoas falam, esse negócio de abstinência, por exemplo, com cocaína, com *crack* e tal, eu confesso que eu nunca vi essa agonia de abstinência, porque o meu entendimento é outro. Eu não tenho uma obra social, eu tenho um sacerdócio. Então, para mim, é demônio, isso é brabo. Então, assim, eles nunca vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceitar, isso é uma ofensa para o Ministério da Saúde, é uma ofensa para a esquerda, é uma ofensa para não sei quem dizer que, lá na minha instituição, o remédio é Deus de manhã, Jesus meio-dia e Espírito Santo de noite.

O índice de pessoas livres, libertas, para droga ilegal, é alto, mas quando você pega a bebida alcoólica... Por exemplo, eu tenho um que já tem mais de 30 anos que está lá, mas, se ele sai na rua, sozinho... E houve um tempo... Ele trabalha, está lá há mais de 30 anos, eu o tirei de debaixo de uma ponte e tal... Alcoólatra. Mas, se deixar sair sozinho para cortar o cabelo, volta cheirando Biotônico Fontoura, aquele cheirinho de Biotônico que você sente de longe. Mas eu vou fazer o quê se aquilo lá não é uma concessionária de carro novo, é um ferro velho? Como Jesus disse, falando para o doente: "Eu vim para os pecadores". Lá é ferro velho mesmo, lá é para quem tem problema. Eu queria colocar isso aqui.

No caso de mulheres, por exemplo, eu conheço mulheres alcoólatras e algumas instituições de recuperação de mulher, e elas são mais difíceis no tratamento quando estão alcoolizadas, quando vêm do tratamento... É um assunto muito delicado e forte.

O Girão disse que a classe política não quer entrar em bola dividida, principalmente em época de rede social, corre... A gente tem a experiência de ver como o Plenário funciona em determinados assuntos, e a gente sabe... Eu venho de lá de trás, não sou de hoje, sou de ontem. É um assunto sério que V. Exa. relata e que traz à luz para que nós possamos aprofundar – aprofundar – esse debate.

A mulher que bebe, está grávida e continua bebendo... Depois? Criar filhos bebendo, alcoolizada. Qual é o futuro disso? Casa de pai é escola de filho.

Então, tem muita coisa que a gente tem que discutir e que desagrada à sociedade, sabe? Eu me lembro de que eu caí na bobagem – caí na bobagem não, fui na coragem, era Deputado Estadual – de proibir bebida alcoólica de ser vendida em posto de gasolina. Qual é a relação da bebida com o volante? Nenhuma. E hoje os postos de gasolina são *points*, ficam abertos a noite inteira, com os caras bebendo, muita conversa e tal; depois, vão todos embora dirigindo. E quem é atropelado no trânsito que depois se vire, porque o cara entra hoje pior: ele mata no trânsito e sai na audiência de custódia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa questão que envolve a mulher especificamente – esse tema me empolga muito, porque minha vida está aqui, o ar que eu respiro é isso aqui – é muito séria, vai demandar muito debate e coragem – coragem – para podermos enfrentar essa luta.

Parabéns a V. Exa. pelo relatório!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, eu só quero, além de destacar essa questão biológica de que a nossa Presidente falou, a responsabilidade de família, de geração, dizer que, no texto, eu menciono a questão da violência, porque, fisicamente, a mulher tem maior fragilidade, e, em muitas situações, o álcool contribui com o aumento dos casos de violência, estupro...

E há a questão do programa de ações concretas que dá oportunidade... Acho que quem olha as casas que têm oportunidade de tratamento percebe que o número para mulheres é muito baixo.

Existe uma negligência em geral, nas políticas de atendimento, com corte de orçamento... Muitas são instituições filantrópicas e privadas, muitas precisam de apoio e, neste caso, então, do público feminino, o número de instituições é menor ainda.

Então, acho que o projeto avança em relação à responsabilidade de criar programas e ações de política pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Deixe-me só fazer mais um comentário, aproveitando esse esclarecimento importante da Senadora Professora Dorinha, com a sua sensibilidade, mas é um assunto que também o Senador Magno Malta... Professora Senadora Dorinha, eu o conheci há muitos anos, é uma inspiração para eu estar na política, já disse isso e reafirmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu visitei o Instituto Vem Viver, visitei outros depois e eu estou vendo que este Governo, infelizmente – e a gente precisa aproveitar um momento como esse para colocar isso –, não está dando a atenção necessária para as casas de recuperação, para as comunidades terapêuticas. Muito pelo contrário, está fazendo de tudo para inviabilizar esse programa humanitário que, independentemente de Governo, entra Governo, sai Governo, tem que ser um programa de Estado.

Então, com as emendas parlamentares que a gente tem – todo Senador, Parlamentar, Deputado –, todas as entidades lá do Ceará que poderiam ser ajudadas, e são centenas, eu ajudei. É o dinheiro mais bem aplicado do mundo o que é para o resgate da dignidade das pessoas, de uma família que foi destroçada e que tem a expectativa de ter seu filho, seu marido de volta.

Eu acredito que o Governo Federal precisa ouvir. Eu sei que uma audiência como essa tem aqui pessoas do Ministério da Saúde e de outros ministérios também. Que isso seja reverberado, porque é uma agonia que está acontecendo com a política, infelizmente, pela má vontade que o Governo Lula tem tido com casas de recuperação, com comunidades terapêuticas. Isso precisa mudar.

Então, a Senadora Professora Dorinha vem com esse voto, com esse relatório, para realmente... Das casas a que a gente vai, é homem... Mas tem muitas mulheres passando por esse problema. E aqui vem o estímulo, vem o foco em cima das mulheres, importantíssimo. Parabéns! Isso é histórico. Esse seu relatório é histórico.

Eu espero que a gente possa correr o mais rápido possível. Conte comigo, para a aprovação e para que a gente possa, juntos, sensibilizar o Governo Federal para entender isso como política de Estado e não de um Governo que é a favor de droga, que é a favor de liberação de maconha – você imagine! – e de outras coisas, que está inviabilizando esse trabalho humanitário feito, na maioria das vezes, por evangélicos, por pessoas que o fazem por missão, por sacerdócio, como colocou o Senador Magno Malta. E essas pessoas estão sem o apoio do Governo Federal neste momento.

Então, eu queria deixar isso consignado para que a gente possa reverter.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Só para encerrar, Senadora Damares, eu senti vontade de falar isto: tem gente que ainda tem... São 43 anos, mas, de vez em quando, eu escuto, principalmente, no processo eleitoral, comentário: "Mas manter uma casa de recuperação sendo Senador é fácil".

A Senad, que é a secretaria nacional antidrogas – e eu lutei muito por isso –, foi criada por Fernando Henrique Cardoso. Ao criar, ele viajou para a ONU e fez um discurso dizendo que iria erradicar com as drogas no Brasil em dez anos. Primeiro, mentira, porque ele não iria ser Presidente por dez anos, mas só oito. Ele foi embora e deixou a Senad aos cacos.

E ele é o verbalizador de George Soros para a legalização de maconha no Brasil, é Fernando Henrique Cardoso. Ele deixou a Senad com um orçamento de R$60.

A Senad evoluiu, nós lutamos muito nos outros governos, aos trancos e barrancos, mas fomos conseguindo, pela luta, aos trancos e barrancos, mas fomos conseguindo – e eu não vou tapar o sol com a peneira e negar, dizer que a gente não conseguiu nada, conseguiu, sim –, quando o Ministério da Saúde sempre quis a chamada redução de danos, você dá a droga para o drogado para criar um nicho apodrecido de seres humanos em qualquer canto de rua. E o Tarcísio agora provou que é possível ele resolver o problema da cracolândia, com uma série de medidas não... assim, em silêncio, estrangulou o tráfico em volta, dentro, identificou e foi trabalhando, trabalhando, e com a ajuda exatamente de religiosos. Eles desapareceram da noite para o dia, não é que eles sumiram, foi um evento mais ou menos como o arrebatamento. De repente a rua ficou limpa, e eles estão abrigados. E a esquerda foi para lá, o pessoal gritava "cadê nossos drogados, acabou com a cracolândia", quer dizer... Sei lá se era um nicho de voto, não sei nem se aqueles pobres iam votar.

Mas não é fácil, Senadora Dorinha. Eu nunca coloquei uma emenda para o Projeto Vem Viver na minha história de mandatos. Nunca coloquei, nunca deixei ninguém colocar. "Mas como? Não é legal? Não é legalizado?" É, mas, com a vida pública, assim, a gente está tão exposto que, ainda que seja legalizado e com tantos anos tirando gente, eu estaria muito mais exposto por ter colocado uma emenda do que o bem... Eu sacrifiquei todas as minhas filhas, toda a nossa história... não é sacrifício, é um sacerdócio. Eu digo porque eu já vivi isto: em 1990, eu ia para a praia com minhas duas filhas e dizia assim: "É só um picolé para cada uma". Eu vivia com o violão debaixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do braço, uns LPs na mão, de igreja em igreja, cantando, vendendo, para recuperar drogado. Eu nunca coloquei. Como é que se sustenta? Da mesma forma como sempre foi antes. E é por isso que... Nós somos sustentados pela fé, como foi no começo, como é hoje. O que vem amanhã, a gente os ensina a depender de Deus, para que venha e venha e venha. Deus sempre providenciou.

Então, eu quero dizer isso, lá nunca entrou um centavo de dinheiro público. Nunca, nunca, nunca. E sobrevive. Sobrevive porque não é obra social. É sacerdócio. É ministério. Então, para quem vê e fala "ah, recupera e tal, mas tem o mandato de Senador, tem tantos milhões de emenda, pode designar e tal"... E tem gente aí que tem ONG, tem não sei o que e tal, tem mandato e o dinheiro de emenda, tudo passa por esses troços aí, e é um escândalo em cima do outro. Mas eu agradeço a Deus porque ele me deu a graça de entender que, se eu ensino a cada um que ali entra a depender de Deus para o dia de amanhã, que o maná vai vir, ele vem. Ele vem. E é muito fácil.

Hoje a Senad parece que compra leitos aí para as instituições que são legalizadas, compra leitos, paga, acho que já eram R$800 por interno, mas acho que já passou de R$1 mil por pessoa que é acolhida e tal.

Eu até acho muito, porque eles não custam nada, absolutamente nada, é só comida mesmo e a vontade de investimento na vida, é investir a vida na vida dele lá. Esse investimento de vida é o que faz a transformação que vem por aí, o que é diferente. Por isso, não tem valores altos para você gastar com quem está tratando da vida de alguém.

Então, era só para fazer esse registro, porque parece que é fácil para nós que somos Senadores falar de um assunto quando a gente está bem. Nós temos emendas, o Girão acabou de falar que ele distribui para todas as instituições lá e faz muito bem, como eu também divido as minhas emendas também para todas as instituições, o hospital infantil que os espíritas cuidam muito bem no Brasil, o hospital evangélico, as santas casas, todas essas entidades, instituições e casas de recuperação também pelo Brasil afora. Então, é assim que eu divido as minhas emendas também, mas nunca foi nenhuma para o Projeto Vem Viver. Eu agradeço a Deus por isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Item 7 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberando o item 7, eu informo que nós discutimos e deliberamos 19 itens da pauta, apenas um item a Relatora pediu para retirar.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5172, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para permitir que pessoas com deficiência tenham o direito de suspender, cancelar ou desistir de cursos de capacitação em instituições públicas ou privadas sem que haja incidência de multas contratuais ou custos financeiros adicionais.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

- Em 14/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

- Em 21/05/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido da relatoria.

A matéria foi retirada da pauta nos dias 14 e 21, porque a Senadora não pôde estar presente.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu vou direto ao mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O resultado da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgado em 2023, confirma uma informação que já conhecemos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que pessoas com deficiência estão menos inseridas no mercado de trabalho e nas escolas e, por consequência, têm acesso à renda mais dificultado.

Todos os índices considerados pelo levantamento expõem as desvantagens de pessoas com deficiência frente a pessoas sem deficiência: a taxa de analfabetismo entre as primeiras é quase cinco vezes maior; elas concluem menos o ensino médio (25,6% contra 57,3%) e têm menos diplomas de graduação (7% contra 20,9%).

As barreiras à continuidade de seus itinerários formativos impedem que adquiram competências cruciais à inclusão no mercado produtivo. São notórias, por exemplo, as alegações de empresários de que não encontram pessoas com deficiência com a qualificação necessária ao preenchimento de cargos ofertados, nos termos do art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. A justificativa pode até ser, ainda que de modo parcial, o produto de uma crença preconceituosa, mas o fato é que, segundo o IBGE, apenas 26,6% das pessoas com deficiência estão inseridas no mercado de trabalho. Entre as pessoas sem deficiência, o índice é de 60,7%.

Diante do cenário retratado, a sociedade brasileira deve se posicionar no sentido de incentivar a formação continuada de pessoas com deficiência.

Não faz sentido, portanto, submetê-las ao risco de penalidades caso precisem suspender ou desistir de eventual curso – por força, muitas vezes, de barreiras que a própria sociedade criou e ainda não eliminou. Afinal, a perspectiva de ter de pagar multas ou acréscimos financeiros pode servir como fator de desestímulo à matrícula em cursos importantes para a formação de pessoas com deficiência.

Diante dessas razões, manifestamos nosso apoio à proposição, que entendeu a necessidade de proteger estudantes com deficiência ante situações de quebra de contrato com instituições de ensino, quando a continuidade dos estudos se mostrar um ônus insuportável para o aluno em razão de sua condição. É inegável, portanto, o mérito do projeto. Sugerimos tão somente um ajuste de pequena monta na ementa da proposição, com o objetivo de deixá-la mais explícita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 5.172, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CDH
> [...]
> "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para vedar a incidência de multas compensatórias ou moratórias em caso de descumprimento de contratos de prestação de serviços de ensino por pessoas com deficiência, em razão desta condição."

Esse é o nosso voto.

A preocupação do Senador é que, em muitas situações, a pessoa com deficiência se matricula num curso, inicia um programa e, por condição e limitação inclusive da sua própria condição, tem que desistir. Em muitos casos, ela acaba sendo penalizada, multada e até impedida de fazer outro curso. Então, obviamente isso vai na contramão de todo princípio da Lei de Inclusão e da necessidade de dar condição para que a pessoa com deficiência possa estar no mercado de trabalho. E nossa emenda aqui é só para esclarecer, mas o mérito está preservado pela importância e adequação da preocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora, é extraordinário o seu voto quando a senhora traz o direito de suspender. Imagine uma pessoa com uma doença rara que está fazendo um mestrado e que aí descobre que lá em outro país tem um tratamento inédito; ela ter o direito de suspender, ir lá fazer o tratamento, voltar e continuar... Eu acho que... Sabe aquela proposta legislativa em que a gente pergunta: por que não pensamos nisso antes? É exatamente essa proposta que a senhora relatou. Parabéns à senhora e ao Senador Romário, como autor.

Em votação.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH.

O projeto agora segue para análise na CAE.

Obrigada, Senadora. A senhora hoje limpou a pauta. Eu sei como sua vida está uma correria, correndo para lá e para cá. Obrigada.

Tivemos que segurar os colegas homens nesta Comissão. E, hoje, eu vou ter que rever esse meu conceito sobre as nossas diferenças biológicas, porque eu aprendi que biologicamente a gente fala mais que eles, mas o que eu vi aqui hoje destrói tudo que eu aprendi. (*Risos.*) Os colegas estavam aqui muito empolgados, apoiando todas as matérias. Obrigada.

Eu vou para aquela parte da reunião agora em que eu posso liberar os colegas que estão na correria, que é a leitura de expediente.

Só tem um, Senador, que eu queria fazer extraexpediente, aproveitando a sua presença. Nós aprovamos uma diligência para Roraima. Essa diligência em Roraima começa hoje à noite.

Nós vamos em 25, a nossa comitiva. Os três Senadores do estado estão compondo a comitiva e uma Deputada Federal, fora os técnicos do Senado, assessores, assessores do Governo, Liderança de Governo. Vai ser uma missão bem complexa porque nós vamos ver dois aspectos diferentes de Roraima: a Operação Acolhida, como está a recepção aos imigrantes venezuelanos, nós vamos aos hospitais, vamos lá na fronteira em Pacaraima, nós vamos conversar com os órgãos estaduais sobre como está a recepção aos nossos imigrantes, vamos aos órgãos federais, às Forças Armadas, que é responsável pela Operação Acolhida. Então nós teremos um momento com os imigrantes.

Inclusive ontem à noite, a assessoria acho que não está sabendo, quero informar, nós tivemos que acrescentar mais um roteiro na nossa visita à Roraima, porque nós recebemos a denúncia de uma menininha de quatro meses que entrou no hospital, e ela entra no hospital com um furúnculo na vagina, uma menininha filha de imigrantes, quatro meses. E a médica achou muito estranho, pediu um exame e a criança estava com uma infecção sexualmente transmissível. E essa criança entra em março e morre em abril, e há toda uma suspeita em volta de que essa criança tenha sido agredida sexualmente. O bebê está sepultado, a gente não vai trazer o bebê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de volta, mas essas mães imigrantes chegam tão vulneráveis... É, o bebê nasceu no Brasil. Então a gente vai conversar com o secretário de segurança, mais um item, com muito carinho, com muito cuidado. Nós vamos conversar com os conselheiros tutelares que acompanharam o caso porque a gente quer entender. Essas crianças filhinhas de imigrantes podem estar sendo vítimas de abuso sexual por terceiros, por pessoas que estão seduzindo. Nós vamos entender, nós queremos ver essa mãezinha, dar apoio a essa mãezinha. Então essa nossa diligência vai ter aspectos muito delicados. Estão indo pessoas com muito compromisso com as pautas. A violência contra a mulher imigrante, nós vamos ver.

Mas a gente tem uma segunda missão. Nós vamos à área ianomâmi. Nós vamos inclusive ter apoio das Forças Armadas com dois aviões. Nós vamos, de Boa Vista, descer em Surucucus; de Surucucus, nós vamos ser levados para a área ianomâmi. Todos nós tivemos que nos vacinar com todas as doses contra covid, tivemos que passar por exame médico, nós estamos em quarentena. Nós estamos sendo muito bem orientados pela Funai, pelo Ministério. O Ministério vai conosco, a Funai vai conosco, o Governo vai conosco. É uma missão para colaborar com o Governo na forma como estão cuidando dos ianomâmis. Só que há pessoas agora, neste momento, dizendo, lá em Roraima, que eu estou indo, eu, para matar ianomâmi, que eu estou indo para voltar o garimpo em área ianomâmi, pessoas que não entendem o meu amor aos povos, mas é a figura política da Damares. Então eu quero mandar um recado para Roraima: eu tenho 61 anos, trabalho com povos indígenas há 40 anos. A mim nunca foi dada permissão de entrar em área ianomâmi. É o único povo que, para cuidar da forma como eu cuido, sempre tive que estar com eles em outros lugares e nunca em área deles. Eu fui proibida como Ministra, todas as vezes que tentei entrar em área ianomâmi como Ministra, eu fui proibida. Assim como o Governador de Roraima nunca conseguiu entrar na área ianomâmi, que é no estado dele. E esta Comissão aprovou o requerimento por unanimidade. O ministério e a Funai acataram a comissão, entenderam que é uma missão extremamente necessária, porque o Senado esteve há dois anos lá, fez um relatório, e, com base nesse relatório, a gente vai completar um relatório que o Senado já havia feito. Só que nessa comitiva agora tem a Damares, que vai ter o privilégio de estar em área ianomâmi, mas quer colaborar.

Então eu quero tranquilizar todos de Roraima, que eu estou indo movida das maiores boas intenções, e eu tive autorização do ministério, da Funai, desta Casa, para conduzir essa missão, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente vai trazer de lá elementos para continuar ajudando o Governo a cuidar dos povos. Eu precisava só fazer isso, Senadora, com a sua presença, e agora eu vou para os outros expedientes, a senhora está liberada. (*Pausa.*)

Ah, sim, amanhã, na quinta-feira, 29, às 15h, no Plenário do Senado, há a premiação tão aguardada em uma sessão especial de entrega do Prêmio Adoção Tardia - Gesto Redobrado de Cidadania. A premiação foi criada em 2021, no Senado, e é destinada a agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam no Brasil ações, atividades ou iniciativas destinadas a promover a adoção tardia de crianças e adolescentes.

Nesta quarta edição do Prêmio Adoção Tardia, o conselho – há um conselho que, depois das várias indicações, escolhe os indicados – decidiu que serão os seguintes agraciados: Alexandre Caetano Rank; Aline Sanches Carlos; Eliane Carlos de Oliveira; Fundação Betel, lá de Cruzeiro do Sul, no Acre; Maria Bárbara Toledo Andrade e Silva. Cada um deles tem uma história linda de adoção. E um Senador será agraciado com o prêmio, o Senador Magno Malta, pela forma como ele trabalha o tema adoção e por ele ser pai de uma menina, que foi uma adoção tardia.

Ressaltamos que os convidados que vão comparecer à sessão... que também esta sessão linda amanhã será transmitida pela TV Senado e pelo YouTube.

Expedientes. Denúncias que chegaram a esta Comissão e encaminhamentos.

Denúncia nº 162 – de cidadão – relata supostas violações de direitos de alunas, gestantes e mães universitárias na Universidade Estadual de Goiás. Encaminhamento: informar que a nossa Comissão não é órgão consultivo e, como tal, não é possível a confecção de parecer técnico-jurídico. Quanto às medidas reparatórias, o instrumento cabível é o ajuizamento de demanda judicial, e a CDH não possui competência para ajuizar. Ademais, o órgão responsável pela apuração de denúncias é o Ministério Público do Estado de Goiás. Nesse sentido, orientamos o registro de denúncia junto à Ouvidoria do Ministério Público de Goiás.

Denúncias 163 - denúncia encaminhada pela Câmara Municipal de Pouso Alegre, relatando violações de direitos humanos envolvendo um cidadão em situação de rua ocorridas no Centro Municipal de Acolhimento Provisório de Adultos, espaço destinado ao acolhimento de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em situação de rua. Encaminhamento: informar que a CDH não tem competência para agir nesses casos e sugerir ao Vereador que procure o Ministério Público local para apuração dos fatos.

Denúncias 175 – do Instituto Adenilson Cruz – encaminha relato sobre brasileiros no México e brasileiras presas nos Estados Unidos que estariam em situação precária após as condenações do 8 de janeiro e solicita avaliação da CDH sobre providências diplomáticas e jurídicas. Encaminhamento: oficiar o Ministro das Relações Exteriores solicitando informações e providências, no que for cabível, e informar o cidadão sobre a providência tomada.

Nesse sentido também, quero lembrar que hoje já aprovamos o requerimento para a visita de presos condenados.

Quero lembrar que hoje aprovamos o requerimento para a visita de presos condenados pelos atos de 8 de janeiro, nos Estados Unidos.

Denúncia 178, de um cidadão que manifesta preocupação com a falta de execução de precatório. Encaminhamento: informar que a Comissão não possui competência para agir nesses casos e orientar que o denunciante registre uma reclamação junto ao CNJ.

Denúncia 179, de cidadão que manifesta insatisfação com a resposta dada à sua demanda, que é a Denúncia 146, lida na 26ª Reunião. Encaminhamento: agradecer novo contato e informar que não existem outras medidas no âmbito da CDH que possam ser sugeridas.

Isto é muito comum: quanto aos encaminhamentos que a gente dá, o denunciante quer que a gente vá além, mas nós temos limitações institucionais, limitações de atribuições nesta Comissão.

Denúncia 180, de cidadã que alega perseguição e demissão injusta de funcionário da Defensoria Pública do Estado de São Paulo devido à condição neurodivergente de saúde mental e pede revisão do caso por supostos erros processuais. Encaminhamento: informar que a Comissão não possui competência para agir nesses casos e que é o CNJ o órgão responsável para a fiscalização do Poder Judiciário.

Agora vamos para informes, não denúncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informe 168, do Ministério Público do Trabalho, que encaminha a nota técnica na qual entidades signatárias e agentes públicos solicitam especial atenção para a implementação de medidas eficazes no combate ao trabalho escravo doméstico, prática sustentada pela justificativa vil da integração de meninas, jovens e mulheres invisibilizadas nos lares de famílias exploradas, sob a falsa premissa de que seriam quase da família ou que viveriam como se fossem da família – muito grave!

Informe 169, do Ministério da Igualdade Racial, que divulga mobilização do ministério e da Frente Antirracismo para receber propostas do Plano Nacional de Educação Antirracista até 30 de maio, visando a incorporar diretrizes contra o racismo estrutural.

Informe 172, da Câmara Municipal de Valinhos, que encaminha moção de apoio ao Senado em favor da transformação da Ideia Legislativa 196142, que propõe a concessão de adicional de insalubridade aos profissionais da educação em projeto de lei.

Informe 173, do Comissário do Parlamento Ucraniano para os Direitos Humanos, que encaminha o Informe Resumo nº 4, de 2025, com informações sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia – muito grave, por sinal.

Solicitações – agora a gente vai para solicitações.

Solicitação 164, de um cidadão que agradece a leitura pública de sua solicitação, a Denúncia 143, que já foi lida, e as orientações oferecidas pela Comissão, e solicita uma atuação mais ativa da CDH no tema, com apoio técnico, base de contatos e canal de mentoria para as pessoas com deficiência, com projetos em andamento. Encaminhamento: agradecemos o novo contato e a sugestão.

Alguns elogiam, outros querem mais atuação.

Nós estamos em Solicitação 165, de cidadã que solicita reunião para tratar de assunto referente ao descumprimento e à violação dos direitos das pessoas com deficiência no concurso público da Ebserh em 2023. Encaminhamento dado: agradecer o novo contato, e informar que a equipe entrará em contato quanto a essa solicitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 163, de cidadão que agradece a leitura pública de sua denúncia, a Denúncia 119, que lemos na 20ª Reunião, e as orientações oferecidas pela Comissão, e solicita acompanhamento contínuo do caso, novo ofício ao MPF, encaminhamento ao CNJ, e inclusão do caso na pauta da Comissão de enfrentamento à violência institucional. Agradecemos o novo contato e as sugestões enviadas.

Solicitação 174, do Instituto Menopausa Feliz, parceiro da Comissão: solicita a realização de uma audiência pública para discutir a importância da saúde hormonal e da transição hormonal da mulher no contexto da saúde mental dos trabalhadores e dos trabalhadoras do país. Agradecemos a sugestão.

Agora, as respostas de ofícios que chegaram à Presidência.

Resposta 166, da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, em resposta ao nosso Ofício 60, que encaminhou relato de violação de direito contra familiares e detentos do centro de detenção. Informa-se que a denúncia foi encaminhada à Corregedoria-Geral da Polícia Penal do Estado com o objetivo de viabilizar a realização de correição extraordinária no estabelecimento penal mencionado. Quero agradecer à Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo pela atenção.

Resposta do Ministério de Minas e Energia, que respondeu ao nosso Ofício 144, de 2025, que encaminhou reivindicações da comunidade indígena caiapó. Informa que a denúncia foi autuada e registrada e informa o número do processo. Obrigada ao Ministério de Minas e Energia.

Resposta do Ministério da Saúde, que nos respondeu o Ofício 142, de 2025, que encaminhou reivindicações da comunidade indígena caiapó. Informa que a denúncia foi autuada e registrada sob o número e tem até o protocolo... Que bacana, não é? Os dois ministérios receberam nossos ofícios, autuaram e nos mandaram resposta.

Resposta do Ministério Público do Estado do Pará, que respondeu ao nosso Ofício 147, que encaminhou reivindicações da comunidade indígena caiapó. Informa que a denúncia foi encaminhada à Promotoria da República no Município de Redenção. Tem uma agência, uma filial da Procuradoria da República em Redenção, conforme despacho de declínio e atribuição. Obrigada ao Ministério Público do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania respondeu ao nosso Ofício 132, que encaminhou o pedido de inclusão em programa de proteção. Informa que a demanda está em fase de análise, conforme os procedimentos internos do programa. Obrigada, ministério. Obrigada ao programa. Era uma solicitação de alguém que estava tendo direitos violados. Eles já estão analisando a possível inclusão.

Resposta da Caixa Econômica Federal ao nosso Ofício 122, que encaminhou denúncias sobre o cancelamento do Cadastro Único. Informa que o referido ao cancelamento seguiu regras do MDS e recomenda direcionar ao ministério eventuais questionamentos sobre irregularidades.

Resposta do Conselho Nacional de Justiça em referência ao Ofício 62, de 2025, que encaminhou o pedido de revisão de sanção aplicada contra a magistrada. Informa que não há providência a ser adotada pelo CNJ, pois o caso já foi analisado no acórdão do Relator, com base nos documentos, depoimentos e provas do PAD. Informa que, mesmo com eventual erro material, o Plenário considerou as circunstâncias devidamente e que, conforme Regimento Interno do CNJ, não cabe revisão disciplinar contra decisões do próprio conselho. Informa ainda a impossibilidade de expedir comunicação ao subscritor do pedido devido à ausência de dados de contato. E o CNJ, inclusive, faz uma citação do porquê da decisão tomada contra a magistrada.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que, nos temos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da Comissão de Direitos Humanos para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados, e nós temos todo o cuidado com o sigilo dos nomes e dos dados.

Antes de a gente encerrar a reunião, nós temos sido muito demandadas por pacientes e famílias de pessoas com uma doença rara chamada ataxia de Friedreich. São muitos acionamentos. Na próxima reunião, nós vamos trazer isso como expediente, mas estamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, apresentando – vamos apresentar na próxima reunião – uma indicação para ser aprovada na Comissão ao Ministério da Saúde exatamente sobre a doença mencionada.

Um abraço às famílias dos pacientes dessa grave doença.

Bom, nada mais tendo a tratar, pedindo aos assessores que corram para casa para arrumar as malas... Não se esqueçam de repelente, filtro solar... Vamos nos hidratar! Será uma missão de coração, do coração. Quero agradecer aos três Senadores do estado, aos Deputados Federais do estado, que estão nos dando parceria no deslocamento, às Forças Armadas, ao Governo local. Há uma expectativa muito grande da nossa chegada. E nós traremos relatórios já na próxima reunião.

Nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada essa longa reunião com 20 itens na pauta, 19 deliberados e uma série de encaminhamentos e expedientes.

Obrigada mais uma vez, Secretaria. Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dez minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 9/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 3/2025 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros., e REQ 35/2024 - CDH, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Finalidade: Ciclo de debates sobre crimes transnacionais e direitos humanos, com foco nas medidas de combate à prática do tráfico humano. Participantes: Paulo Alcantara, Desembargador do TRT/ PE - Coordenador do GTETP-PE - GT de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Pernambuco; Jonathan Hall, Representante da Fundação Sound of Freedom; Denise Abreu Cavalcanti, Especialista em direito internacional e migracional; Marina Bernardes de Almeida, Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes do Departamento de Migrações, da Secretaria Nacional de Justiça (representante de: Ministério da Justiça); Henrique Oliveira Santos, Chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes da Polícia Federal - DRTP/CGDH/DICOR/PF; Hugo Achá, Representante da Foundation for Human Rights in Cuba - FHRC; Cintia Menezes Brunetta, Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional do Ministério Público - CONATRETAP; Carmen Meneses-Falcón, Professora e investigadora - Universidad Comillas/Madri; Luciano Aragão Santos, Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CONAETE/MPT; Jônatas Andrade, Representante do Fórum Nacional para Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça - FONTET/CNJ; e Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel, Defensora Pública Federal (representante de: DPU). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/09

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos dos Requerimentos 9, de 2025, de minha autoria, e 3, de 2025, e 35, de 2024, de autoria do Senador Eduardo Girão, para realização do ciclo de debates sobre crimes transnacionais e direitos humanos, com foco nas medidas de combate à prática do tráfico humano.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Vou repetir o telefone: 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ser uma reunião interativa, nós já estamos recebendo perguntas ao longo da semana. Desde que foi divulgada a pauta, há um interesse enorme da sociedade e muitas perguntas já estão chegando. Nós vamos tentar passar o máximo de perguntas para os nossos expositores. Se não conseguirem responder aqui, nós faremos a resposta a todos os internautas, a todas as pessoas que estão acompanhando, por *e-mail*.

Nesta audiência, nós temos como convidado, o Desembargador Paulo Alcantara, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco; Henrique Oliveira Santos, Chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes da Polícia Federal; a Conselheira Cíntia Menezes Brunetta, Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo; Jonathan Hall, empresário e especialista em gestão com experiência na administração de publicidade, sustentabilidade, representando uma instituição internacional também de combate ao tráfico humano; Denise Abreu Cavalcanti, especialista em Direito Internacional Migracional; Hugo Achá, Diretor de Pesquisa e Divulgação da Fundação... Ele é da Bolívia, Diretor de Pesquisa e Divulgação de uma fundação que também trabalha com o tema; Dra. Carmen Meneses-Falcón, Procuradora do Trabalho; Ana Maria Gomes Raietparvar – eu peço perdão pela pronúncia, depois a gente acerta essa pronúncia–, Coordenadora-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas do Ministério dos Direitos Humanos; Luciano Aragão, Procurador do Trabalho; e Juiz Jônatas Andrade, representante do Fórum Nacional para Monitoramento e Solução das Demandas de Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo.

Percebam que os nossos ilustres convidados estão muito ligados ao tema. Este é um tema que a Comissão está trabalhando, desde o início deste ano, mas não foi um tema omisso no passado, o Senado sempre se debruçou sobre o tema, mas nós decidimos que, nesses dois anos, nós teremos um ciclo de debates especialmente voltado para o tema.

Tivemos uma audiência duas semanas atrás, também sobre o tráfico humano, com a presença do Tim Ballard, aquele grande policial americano que a história da vida dele deu origem ao filme Som da Liberdade. Tivemos também outros encontros nesta Comissão sobre o tráfico humano e nós estamos nessa terceira rodada, e a gente vai continuar esse ciclo de debate. Não dá mais para gente esconder o que está acontecendo. O Brasil não pode se omitir, e esse ciclo de debate está também na direção de deliberações, encaminhamentos e deliberações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convido para compor a mesa o Desembargador Paulo Alcantara, Desembargador do TRT Pernambuco, Coordenador do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Pernambuco.

Dr. Paulo, muito bem-vindo, obrigado por ter aceitado o convite.

O SR. PAULO ALCANTARA (*Fora do microfone*.) – Obrigado, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda para compor a primeira mesa, tenho a alegria de convidar Jonathan Hall, representante da Fundação Som da Liberdade. A fundação que o filme, assistido por mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo... Jonathan estará aqui hoje representando a fundação, mas ele trará uma outra abordagem sobre cubanos no Brasil. Interessantíssima a abordagem que Jonathan vai trazer.

Obrigada, Jonathan. Ele, que veio direto dos Estados Unidos para a nossa audiência. Seja muito bem-vindo, Jonathan.

Eu convido ainda para compor a primeira mesa a Dra. Denise Abreu Cavalcanti, especialista em Direito Internacional e Migracional.

É uma alegria, Dra. Denise, tê-la conosco. Estamos em uma expectativa muito grande para ouvi-la.

E ainda para compor a primeira mesa, Marina Bernardes de Almeida, Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dra. Marina, obrigada por ter vindo, e já leve um abraço para o nosso Ministro. É um prazer tê-la conosco.

Nós teremos a participação por videoconferência de alguns convidados, mas nós vamos fazer essa primeira mesa da seguinte forma: vai falar primeiro o Sr. Henrique Oliveira Santos... (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... desculpa, o Desembargador Paulo Alcantara; na sequência, Jonathan Hall; e nós vamos intercalar, na sequência, com Henrique Oliveira Santos e Hugo Acha, que são os dois que estão *online*. Tudo bem assim?

Senador Girão, autor do requerimento, estou aqui começando pelo senhor, mas daqui a pouco lhe passo a Presidência. O senhor parece que quer falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É, rapidamente.

Muito bom dia a todos, paz e bem.

Eu queria parabenizá-la, Presidente, querida amiga, Senadora Damares, pela iniciativa, porque nesse requerimento a gente deu entrada, mas, no ano passado ainda, nós tivemos um pouco de dificuldade de se tratar esse assunto aqui na Comissão. Então eu quero agradecer à senhora por priorizar esse assunto, muito importante, a senhora que é uma conhecedora profunda, uma ativista dessa causa.

Eu queria apenas fazer aqui um preâmbulo, antes de começar a ouvir os nossos convidados.

Há 25 anos, a comunidade internacional dava um passo importante na proteção da dignidade humana, com a aprovação, pela Organização das Nações Unidas, do Protocolo de Palermo, firmado em 2000, na cidade italiana de mesmo nome. O documento visava prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças. O Brasil ratificou esse protocolo em 2004, assumindo o compromisso de enfrentar uma das mais cruéis formas de violação dos direitos humanos.

Mais tarde, com a publicação da Lei nº 13.344, de 2016, passamos a dispor de um instrumento jurídico mais robusto, que trata do tráfico de pessoas, tanto no território nacional quanto no exterior, envolvendo vítimas brasileiras ou estrangeiras. Mas, infelizmente, ainda estamos longe de erradicar essa chaga.

Segundo dados da ONU, cerca de 2,5 milhões de pessoas são vítimas do tráfico humano no mundo, movimentando uma economia criminosa de mais de US$32 bi –"b" de bola e "i" de índio –, US$32 bilhões por ano. Entre 2019 e 2022, o número de vítimas detectadas cresceu 25% em todo o mundo. O número de crianças – olha só esse dado assustador – vítimas aumentou 31%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo o aumento entre meninas de 38%, revelando um padrão brutal de exploração sexual. E o Brasil não está imune.

De acordo com o painel de dados do Ministério da Justiça, entre 2017 e 2022, foram identificadas 1.811 vítimas de tráfico de pessoas em território nacional. Destas, mais de 80% eram do sexo feminino, e mais da metade tinha entre 10 e 29 anos.

Os principais fins do tráfico aqui incluem exploração sexual, trabalho análogo à escravidão e adoção ilegal. Esses números não são apenas estatísticas, são rostos, são histórias de vida, existências interrompidas por redes criminosas que se aproveitam da vulnerabilidade, da pobreza, da falta de acesso à informação, e da ausência do Estado. Estamos falando de meninas arrancadas de suas famílias, de jovens aliciados com falsas promessas de emprego, de pessoas levadas a outros países e mantidas em condições degradantes, muitas vezes sem documentos, sem voz, sem saída.

O enfrentamento ao tráfico de pessoas exige mais do que boas intenções: requer uma legislação mais firme, capaz de alcançar formas de tráfico ainda não tipificadas no nosso ordenamento jurídico; requer cooperação intensa internacional, investigação especializada, acolhimento às vítimas e, acima de tudo, conscientização da sociedade.

Por isso, esta audiência pública é tão importante. É hora de romper o silêncio, de ampliar o debate, de reforçar compromissos. Eu conclamo as Senadoras e os Senadores aqui presentes – muitos estão vindo para Brasília, é uma segunda-feira, não é um dia da Casa, vamos dizer assim, cheia como nós vamos ter na terça e na quarta-feira. Eu tenho certeza de que as assessorias de muitos Senadores estão aqui ou nos gabinetes e eles mesmos ouvindo esta audiência pública, que vai repercutir. Nós vamos tirar aqui boas conclusões dela e vamos ter medidas proativas como legislação, sugestão dos senhores que conhecem bem.

Então, eu conclamo também representantes da sociedade civil e do poder público para que juntos possamos enfrentar esse crime cruel, invisível a olhos desatentos, mas devastador em suas consequências, muitas vezes silencioso, que é grave, que passa por baixo do tapete. Que este seja um espaço de escuta, de denúncia e de construção, porque cada minuto de omissão pode custar uma vida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, mais uma vez, muito obrigado.

Nós tivemos aqui uma audiência que a senhora até, quando eu cheguei aqui, estava relembrando, né? E faz o quê? Cerca de uns 20 dias, um mês, mais ou menos, e deu uma repercussão muito grande aqui na Casa – eu não pude, estava com outros compromissos, mas assisti a um pedaço.

Acredito que esta é uma etapa importante, com a qualidade aqui dos palestrantes que a gente está recebendo e conhecedores da causa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão. Parabéns pela proposta, pela iniciativa!

Como o senhor disse, nós não podemos mais adiar essa discussão. Não podemos mais.

Nós decidimos, aqui na mesa, que as falas serão na seguinte ordem: primeiro, o Desembargador Paulo; depois o Jonathan. Aí nós vamos intercalar com quem está *online*. Em terceiro, Henrique Oliveira Santos; em quarto, Hugo. Depois a gente volta para Denise Abreu, cinco. A gente vai para a Dra. Carmen, seis; sete, Luciano Aragão; oito, Marina Bernardes; nove, Jonathan; e, dez, a Dra. Natália.

Eu a deixei mais no finalzinho, Marina, porque parte das exposições, com certeza, fará diálogo com a sua fala, e muitas perguntas que estão chegando estão sendo direcionadas realmente ao Ministério da Justiça. Então, você ficou ali mais para o finalzinho.

Os nossos expositores têm dez minutos.

Ali na frente, nós temos um cronômetro, mas eu sou generosa – se precisar passar um pouquinho... Girão não é tão generoso não, mas eu sou generosa.

E, para os nossos convidados que estão *online*, quando estiver faltando um minuto, vai tocar uma campainha, mas não se assustem. Se precisarem estender um pouquinho... Nós hoje tiramos este tempo precioso no Senado Federal para a gente fazer um debate sério, pé no chão, e a gente sabe que nós não podemos, colocar dentro de uma caixinha de tempo, expositores tão especiais como os senhores que estão aqui e que aceitaram o convite para estar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Paulo Alcantara, por dez minutos – precisando, a gente estende –, seja muito bem-vindo, e o senhor tem a palavra.

O SR. PAULO ALCANTARA (Para expor.) – Sra. Senadora Damares, Sr. Senador Girão, agradeço inicialmente o convite.

Eu quero dar uma informação: hoje, às 3h30 da madrugada, com a Polícia Federal e uma equipe da Polícia Judicial do TRT de Pernambuco, nós deixamos uma jovem em sua residência.

Há 18 dias, estávamos querendo tirá-la de Myanmar. Houve um trabalho intenso envolvendo a Exodus, envolvendo a OIM, que me procurou, envolvendo a Polícia Federal – ontem à noite, eu falei com o Delegado Henrique. Ele vai falar. Ele está em Salvador e, por isso, não estará aqui presente –, envolvendo também a força-tarefa do Ministério Público Federal, com a Procuradora Stella, envolvendo outras instituições.

Entrei em contato também com o CNJ, com o TRT de São Paulo, com a Polícia Judicial de lá, e nós trouxemos essa jovem.

Eu pensei que ela não viria. Eu fiquei emocionado quando mandaram a foto dela na Polícia Federal ontem, em Guarulhos, com ela sorrindo.

Eu sou uma pessoa... Eu não sou nada emotivo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Paulo, permita-me, mas eu tenho que fazer uma interrupção: vocês merecem ser aplaudidos. (*Palmas.*)

E para aqueles que acham que isso não existe: aqui ó, agora, de madrugada!

Parabéns a todos os envolvidos no resgate dessa moça. Se o senhor é emotivo, o senhor imagine o povo que está neste plenário agora – olhe lá o olhinho do Girão, chorando já.

Parabéns, Dr. Paulo, ao senhor e a toda a equipe. Parabéns!

O SR. PAULO ALCANTARA – Bem, isso é real, isso não é filme, não; isso é verdade.

A jovem tem idade para ser minha filha, ela tem 22 anos. Eu tenho filhos mais velhos do que ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que me anima.

Ontem, eu levei um choque; eu estava voando, quando, graças ao Wi-Fi, me deram a informação e mandaram a foto dela. Eu levei um choque do bem, que é aquilo que anima, que faz com que a gente continue a trabalhar.

Foi difícil para mim. Eu pensava que ela iria ser morta.

Ela teve uma proposta de venda, ela iria ser negociada, quem sabe para um país árabe qualquer. Ela andou durante uma hora dentro de Myanmar, do complexo de que ela saiu para o aeroporto. Do aeroporto, ela foi para... De Myanmar para Bangkok.

O MRE a apoiou e deu-lhe a passagem para ela voltar para São Paulo. Foram de 23 horas e 50 minutos de voo para chegar a São Paulo. Nós, através de uma instituição com que a Exodus tem parceria, conseguimos a passagem dela para Recife.

Eu só estou falando isso porque saiu uma reportagem hoje sobre isso lá no meu estado. Eu não falaria.

Nós somos fantasmas. Nós não aparecemos. Nós fazemos. Não queremos mídia, não queremos aplausos. Nós queremos trabalhar nas sombras, fazendo, coordenando, movimentando.

Eu acho que daqui a pouco vai-se embora o meu tempo e eu nem fiz minha apresentação. (*Risos.*)

Desculpem-me, desculpem-me.

Cara, como eu passo? (*Pausa.*)

Sim, voltar, voltar. Como é que eu volto? Aqui, não é?

Bem, eu quero minhas regras de *compliance*. Eu não tenho... O tribunal de que eu faço parte não tem nenhuma responsabilidade por minhas declarações. Minha exposição não se vincula ao tribunal. É evidente, eu vou dizer, mas nem precisa: aqui eu não tenho nenhuma remuneração e não tenho vínculo com nenhuma outra instituição, a não ser o Tribunal Regional do Trabalho, onde eu sou juiz há 36 anos. Apenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora? Qual caminho? Escolha. Mas lembre-se do que diz Dante, não é? Lembre-se: são sete níveis do inferno.

Eu gosto de Dante. Eu gosto de *A Divina Comédia*. Gosto muito. E ele diz bem claro: "Tome uma posição. Qual é? É problema seu. Não fique na neutralidade".

Ou optamos pela barbárie ou pelos direitos humanos. Não vai ter meio-termo. Não vai ter. E Dante deixa o recado aí, bem claro:

> Senhor Deus dos desgraçados!
> Dizei-me vós, senhor Deus!
> Se é [...] [delírio ou]... se é verdade
> Tanto horror perante os céus?
> Ó mar, por que não apagas
> Co'a esponja de tuas vagas,
> De teu manto este borrão?...
> Astros! Noites! Tempestades!
> Rolai das imensidades!
> Varrei os mares, tufão!"

Eu gosto de histórias, eu sou um contador de histórias, eu não sou um professor. Há 20 anos, eu pedi demissão da faculdade só para me dedicar a essa área.

Eu trabalho com muitas coisas ligadas à atividade policial, atividade de inteligência. Mudou minha vida ter conhecido D. Pureza, do filme. Eu acho que várias pessoas aqui a conheceram. Eu fui em Bacabal, onde ela mora, e conheci o Abel, que foi traficado.

Essa conversa mudou minha vida, porque ele disse assim para mim: "Sabe, Doutor, às vezes eu fico pensando que eu nem deveria ter saído de lá, porque minha vida mudou muito pouco depois que eu fui resgatado." E eu saí de lá. Eu atravessei, eu rodei 700km para ouvir isso, saindo de Recife, e isso foi bastante impactante para mim.

Essa é alguma das instituições do grupo de trabalho de enfrentamento ao tráfico de pessoas que nós criamos há dois anos e meio lá, em Pernambuco, e trabalhamos bastante. Aí está a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logo. É assim: "Dentro do coração estão as palavras que confortam, que fortalecem, que aliviam". Por quê? Porque, fora do coração, estão as palavras que afligem, que perturbam, que pressionam.

Nós aqui estamos dentro do coração, falando de coisas que fortalecem, que animam, que incentivam o trabalho, porque a pressão externa, nesse coração, é muito grande.

Eu nem vou poder abordar os outros aí – não é? –, mas essa apresentação eu já disponibilizei, e, se alguém tiver interesse, fique à vontade.

Nós, em parceria com a OIM, fizemos... Eu fiz uma pesquisa histórica sobre a história da humanidade, sob o olhar da escravidão, das guerras, do tráfico, passando pela Idade Média, passando pela Revolução Industrial, e um amigo meu cordelista transformou num cordel. A OIM gostou muito quando viu, e eu propus a ela nós fazermos juntos.

Metade do livreto é o cordel, metade do livreto é um guia da OIM sobre tráfico de pessoas. Todos aqui estão recebendo uma cópia desse livreto, para que possam divulgar. Vamos transformá-lo num *e-book* para facilitar a divulgação.

A finalidade dele é ser usado para dar aula. Temos uma proposta de transformar numa peça teatral lá em Pernambuco e levar para os Cras, para os Creas, para orientar, incentivar, educar. Trabalhamos muito com isso.

Aí é um vídeo, pode passar.

Sim, antes de passar, fizemos um EaDoc, tivemos o apoio do Ministério Público do Trabalho, um TAC, e fizemos um EaDoc e vamos lançá-lo. Estamos em parceria com o Ministério Público da União, com a Escola Superior do Ministério Público da União, e queremos lançá-lo no mês que vem, quando se lembra o Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Eu não sei se está passando o vídeo. (*Pausa.*)

Só a imagem? Muito triste isso. Mas eu tenho aqui, não tenho como passar, não é? Só a imagem. (*Pausa.*)

Podemos ouvir. Dá para ouvir? Então... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar aqui o microfone, porque as pessoas são bonitas, mas, mais bonito é o que elas falam. Então, eu vou passar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO ALCANTARA – É uma pena que não tenham visto as pessoas. São 13 professores, cada um abordando uma temática de política pública, de história, de assistência médica, de assistência social, enfim, várias.

Nós estamos fazendo uma parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União e devemos lançar agora, no mês de julho. Vai ser aberta e também com certificação, por isso elaboramos uma avaliação para quem for.

E também, em parceria com o Ministério Público Federal e a Procuradora Regional Livia Tinoco, vamos conversar com a Confederação Nacional dos Municípios, para colocar na plataforma deles e –...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ALCANTARA – obrigado – para podermos, assim, levar para todos os municípios do Brasil, todos eles.

Nós mostramos aí que é uma questão de política pública.

Para o trabalho em condições análogas à escravidão, é óbvio que são os homens que têm que ter força para trabalhar, mas, na maioria dos casos, nós não usamos mais a expressão "pedófilo", e sim "abusador", porque pedófilo sempre abria espaço para um questionamento psicológico, psiquiátrico. Não, a expressão que nós usamos é abusador.

Essas são as minhas considerações finais.

Eu vejo na educação... Eu sou um educador. Além de ser magistrado, eu tenho pós e mestrado em educação e em psicologia analítica e junguiana e estou muito voltado... Porque eu acredito que a educação pode não ser a resposta para todas as perguntas, mas fiquemos certos de que, para a grande maioria das perguntas, a resposta está na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos uma premente necessidade de aumentar o nosso patamar civilizatório. O tráfico de pessoas é crime. Ele é cruel, ele é infame e ele é inumano.

Eu agradeço pelo convite e lembro o alerta de Horácio: "A vida nunca deu nada aos mortais sem grandes fadigas".

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Paulo.

Eu passei parte da minha vida no Nordeste, Dr. Paulo.

As meninas da minha idade, eu via as meninas da minha idade na igreja, na escola, sendo levadas para serem cuidadas por uma família mais rica e para estudarem. Onde estão essas minhas amigas? Onde estão essas meninas no Brasil que estão com a minha idade hoje? De vez em quando a gente vê um noticiário, uma reportagem. Foram resgatadas, Dra. Marina, porque estavam há 50 anos na mesma família para a qual foram levadas para terem uma vida melhor, morando no fundo do quintal, sem ter estudado, sem carteira assinada, e a família dizendo que é como se fosse da família. Eu sei os seus desafios. A minha geração foi levada, as minhas amigas foram levadas por causa da pobreza, da fome. E ainda tem pessoas que acham que não existe o trabalho análogo à escravidão.

Parabéns ao TRT de Pernambuco, parabéns, Doutor, pelo trabalho que vocês estão fazendo.

E algumas dessas meninas foram levadas por famílias ricas, Dra. Marina, para fora do país. E é sobre isso que nós vamos falar nessa manhã também.

Obrigada, Dr. Paulo.

O SR. PAULO ALCANTARA (Para expor.) – Sra. Senadora, a semana passada, eu estive em uma reunião com o Magnífico Reitor da UFPE e nós estamos querendo fazer uma pesquisa para saber qual o perfil dos 740 mil brasileiros que sumiram nos últimos dez anos. Eles desapareceram. Quem são? Qual o sexo? Qual a idade? De onde? Há um local que predomina? Qual a condição social? Não existe nenhuma pesquisa, não existe nenhum mapeamento sobre simplesmente 746 mil brasileiros que sumiram. Desculpe-me por essa interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito grave.

Obrigada por ter dito o número, Doutor, porque quando a gente sobe na tribuna para falar, as pessoas ainda acham que é um discurso politiqueiro, que nós estamos querendo fazer barulho e nós somos, Dra. Marina, Jonathan, o povo do caos, os profetas do caos. Não, nós temos números. Obrigada por ter falado o número.

Na sequência, nós vamos ouvir Jonathan Hall, representante da Fundação Som da Liberdade, que veio dos Estados Unidos para participar dessa audiência. O Jonathan fala português, mas eu quero lembrar ao pessoal que está no Plenário, os nossos amigos, que nós temos aparelho para tradução. Nós vamos ter pessoas que vão falar em outros idiomas. O canal já está sintonizado quando precisarem usar.

Enquanto o Jonathan se prepara para falar, eu convido o Senador Girão para assumir a Presidência desta reunião, autor do requerimento dessa iniciativa, mas eu continuarei no Plenário para ajudá-lo no que for preciso, Senador. E, Senador Girão, a sequência está aqui, dos que vão falar.

Jonathan, dez minutos, mas fique à vontade. Você já percebeu que nós somos generosos aqui.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, muito obrigado. Mais uma vez, bom dia a todos.

Parabenizo o Desembargador Paulo Alcantara aqui pela aula, apesar de o tempo ser... Ele tem muito a nos ensinar.

Vamos ver... Daqui para o final, nós vamos colocar – falei ali com a Senadora Damares – o vídeo e nós vamos ter, nos minutos finais aqui desta sessão... Quem puder ficar até o final, nós vamos dar mais um tempo para as considerações finais de cada um, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, algum tema que não foi conseguido explicar de uma forma mais profunda, a gente pode tentar, até com as perguntas que estão chegando aqui, para quem se sentir confortável em responder as perguntas dos brasileiros que estão nos assistindo.

Então, imediatamente, já passo a palavra ao Dr. Jonathan Hall, representante da fundação Sound of Freedom, pessoa que, eu sou testemunha, em está em muitas causas do bem, dedicando-se de corpo e alma. É uma honra muito grande tê-lo aqui conosco nesta sessão histórica aqui do Senado Federal.

Dr. Jonathan, o senhor tem dez minutos com a tolerância da Casa. Senadora Damares diz que eu não sou generoso. Vamos ver, hein? (*Risos.*)

O SR. JONATHAN HALL (Para expor.) – Bom dia. Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, a quem agradecemos a iniciativa e a convocação desta importante audiência pública sobre o combate ao tráfico humano e que também é líder na defesa da vida e nesta área de tráfico. É um privilégio. Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, líder e exemplo nessa área como em tantas outras. Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes, representantes de organizações da sociedade civil, todos os convidados que nos honram, demais palestrantes.

Desembargador Paulo, é um privilégio estar com o senhor e ouvir o senhor. É uma grande satisfação para a Fundação Som da Liberdade se fazer presente no Senado Federal para contribuir com a discussão de medidas eficazes no combate à prática do tráfico humano, um crime que hoje destrói a vida de milhões de pessoas.

E eu comunico aqui também as saudações e agradecimentos do Sr. Eduardo Verástegui, Presidente da Fundação e produtor do filme Som da Liberdade, que teve grande alcance internacional e que mudou, trouxe à luz essa tragédia atual do tráfico humano infantil.

Recentemente também, o Sr. Tim Ballard, ex-agente da CIA, que inspirou a história do filme, também esteve aqui. Obrigado porque isso demonstra o engajamento desta Casa nessa batalha, nessa luta. Temos agora, creio, o vídeo.

Preparado, para passar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JONATHAN HALL – Muito obrigado.

Como já foi dito, isso não é só cinema. Os vídeos reais dessa operação estão à sua disposição, se quiserem. Mas eu quero iniciar com uma frase de Jacques Maritain, um intelectual católico e um dos principais influenciadores na criação universal dos direitos humanos na ONU, que dizia que nós precisamos hoje ouvir não a verdade que nos serve, e sim a verdade à qual nós devemos servir. E esta nobre audiência visa levantar uma verdade à qual nós temos que servir: as crianças brasileiras não podem estar à venda. Os fatos causam profunda preocupação e um senso de urgência pelo qual estamos aqui.

Sem dúvida, o tráfico humano é uma das mais graves violações de direitos humanos do nosso tempo, e precisamos admitir que, nos dias de hoje, existem milhões de pessoas em condições análogas à escravidão e talvez admitir que a escravidão hoje é maior do que durante tempos passados. Essa tragédia é global – ela é realmente global, mundial.

O Relatório TIP, *Trafficking in Persons*, de 2024, estima que mais de 27 milhões de pessoas são vítimas desse tráfico, sujeitas à exploração sexual, trabalho forçado e outras formas de coerção. Esse crime gera bilhões de dólares anuais, centenas de bilhões de dólares anuais mundialmente, sendo uma das atividades ilícitas mais lucrativas do mundo. Mulheres e meninas representam 72% das vítimas, com 20% das vítimas de exploração sexual sendo crianças – repito: 20% das vítimas sendo crianças.

Nas estimativas da ONU, Relatório Global sobre o Tráfico de Pessoas, houve crescimento desde a pandemia de mais de 25%. E esse dado não só revela a persistência, mas revela que o problema está se agravando.

O reconhecimento do tráfico como ferramenta moderna de escravidão tem ganhado forças. A Walk Free Foundation, uma fundação especializada, estima hoje em 50 milhões de pessoas em escravidão moderna ao redor do mundo – e 12 milhões desses 50 milhões são crianças.

A conexão entre o tráfico humano e a escravidão tem muitas implicações. Na América do Sul, os dados extraídos do relatório da ONU revelam que existem muitos desafios distintos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão muito interconectados, e observamos uma tendência preocupante de tráfico interno e transfronteiriço, com mulheres e meninas representando uma proporção significativa das vítimas.

A exploração sexual continua sendo predominante, mas o trabalho forçado na agricultura, na mineração, no trabalho doméstico está crescendo muito também.

Os fluxos de tráfico na região são multidirecionais, e é necessária grande colaboração internacional nesse combate.

O Brasil enfrenta grandes desafios relacionados ao tráfico de pessoas. Embora os dados nos relatórios TIP e ONU sejam limitados, sabemos que o Brasil é fonte, destino e ponto de trânsito em diversas formas de tráfico. Segundo os dados da Organização Internacional para as Migrações, no mínimo uma em cada três vítimas do tráfico humano é uma criança. As crianças são destinadas à exploração sexual, chegam a ser estupradas 15 vezes por dia, e, quando pessoas perversas, abusadores, consideram que não são mais carne fresca, eles têm um segundo negócio, que é a venda dessas crianças para órgãos humanos. Um Parlamento com o poder de ação como este não pode viver como se essa realidade não existisse. Essa realidade existe, essa verdade é a verdade que nós devemos servir, a qual... (*Pausa.*)

Perdão.

... nós devemos servir, a qual o filme *Sound of Freedom* tirou de debaixo do tapete e expôs a todos.

Eu vim aqui reforçar o nosso lema: os filhos de Deus não estão à venda. Eu lhes peço os esforços, e que esforços nesta Casa não sejam medidos nas suas ações nessa batalha. As mais de 80 mil crianças desaparecidas por ano no Brasil têm que ser encontradas, e este país tem que ser um lugar seguro para as nossas crianças.

Para ilustrar muitas coisas práticas que podem ser apontadas e feitas para defender as nossas crianças, nós temos até conversado com a rede brasil para cidades inteligentes, a Sra. Daniela de Cássia, Presidente. Ela deseja também que sistemas de câmeras inteligentes sejam melhorados para encontrarem crianças desaparecidas. Nos Estados Unidos também existe um sistema de alerta imediato via celulares, referente ao desaparecimento de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONATHAN HALL – O seu celular recebe, na região, um alerta de informações se uma criança é sequestrada. Esperamos que tecnologias como essas e muitas outras possam ser usadas na proteção de nossas crianças.

Outra área que tem que ser mencionada – que eu tenho que mencionar aqui – são os programas cubanos de brigadas médicas internacionais, inclusive o Mais Médicos, no Brasil, entre 2013 e 2017, que tem sido cada vez mais visto como uma forma de tráfico humano institucionalizado, onde o Governo cubano retém aproximadamente 90% dos seus salários, impõe restrições de liberdade e separa as famílias. Os relatórios nos Estados Unidos, no Congresso e resoluções da Casa nos Estados Unidos, dizem que essas práticas são classificadas como trabalho forçado e exploração estatal. No mês passado, o Deputado americano Carlos Giménez chamou o programa de esquema sinistro de escravidão moderna. No Brasil, entre 2013 e 2017, mais de 10 mil médicos vieram para o programa Mais Médicos. Cerca de 2,5 mil permaneceram no país e se tornaram vítimas muito acessíveis e reais que merecem a atenção desta Casa.

Para concluir, em resumo, o tráfico humano e a escravidão moderna em todas as suas formas representam uma afronta à dignidade humana e uma violação de nossos valores fundamentais ocidentais e judaico-cristãos, direitos estabelecidos por Deus.

Nos próximos dias, a nossa fundação enviará a esta Comissão sugestões específicas de fortalecimento de marcos legais, proteção e assistência a vítimas, aprimoramento de políticas públicas, coordenação interinstitucional, conscientização em educação, fortalecimento de cooperação internacional. Ao trabalharmos juntos para combater o tráfico humano, afirmamos a dignidade e o direito inerente dado por Deus a todos, especialmente às crianças. E o desafio do tráfico humano transcende fronteiras, ideologias e interesses nacionais. É um desafio que exige a ação e a colaboração internacional e o compromisso inabalável desta Casa.

E a Sound of Freedom é uma fundação – *sound of freedom* é o som da liberdade – que está à sua disposição. Seremos mais um aliado para vocês nessa batalha. Amanhã estaremos aqui pela marcha da vida e vamos nos unir para proteger todos os brasileiros desde a concepção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As últimas palavras do Hino Nacional brasileiro são: "Dos filhos deste solo és mãe gentil, Pátria amada, Brasil!".

Que possamos cantar cada vez mais alto, que de todos os filhos desta nação és mãe gentil, pois os filhos dessa terra, desde a sua concepção, estarão protegidos, pois as crianças brasileiras não estarão mais à venda.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senadora Damares, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – É só para explicar para os nossos convidados que, quando chegar um Senador, ele pode fazer essa interrupção que eu vou fazer agora. Então, agora eu estou aqui sentada como plateia mesmo.

Jonathan, espetacular sua exposição. Você falou muito pelo som da liberdade, mas você também está envolvido com uma instituição que cuida dos cubanos que saíram de Cuba no mundo todo e vocês têm uma preocupação com os cubanos que estão no Brasil. Você poderia falar sobre isso imediatamente, aí a gente não te faz mais pergunta?

O SR. JONATHAN HALL (Para expor.) – Não, Senadora, fique à vontade, pode fazer quantas perguntas quiser. Estará também conosco o Hugo Achá, que é especialista também no tema e ele vai mencionar mais.

Mas essa situação de brigadas médicas é realmente uma situação internacional muito preocupante. É uma situação em que, em dezenas de países, debaixo de uma bandeira humanitária, médicos são enviados, mas a maioria, a maior parte dos seus salários são confiscados. E o Brasil tomou medidas perfeitas em 2018, que foram não expulsar os médicos, simplesmente dizer que os médicos receberão o seu salário aqui de forma digna, de acordo com as leis trabalhistas brasileiras.

Então, as nossas propostas sempre foram essas, sempre serão estas: que os médicos cubanos possam ir a todo mundo e que recebam o seu salário como pessoas dignas, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais que merecem. Os aproximados 2,6 mil médicos que estão no Brasil são, de verdade, uma preocupação. Eles trabalharam, serviram à nação brasileira por anos e muitos deles depois perderam a habilidade, perderam a possibilidade de trabalhar, perderam a sua qualificação. Então, nós desejamos e estamos buscando. O Sr. Hugo Achá, da Fundação de Direitos Humanos, que falará em poucos minutos, vai especificar mais detalhes.

Mas, sem dúvida nenhuma, obrigado, Senadora, por levantar esse assunto. É de grande preocupação e é um grande exemplo de trabalho forçado e escravidão atual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Eu fiquei impactado com esse discurso. Eu peço ao Dr. Jonathan que possa... a não ser que eu tenha anotado errado aqui. Mas são 80 mil crianças brasileiras, é isso?

O SR. JONATHAN HALL (*Fora do microfone.*) – Por ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por ano?

O SR. JONATHAN HALL – Por ano, são mais de 80.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Oitenta mil?

O SR. JONATHAN HALL – São mais de 80 mil. São números que a Senadora conhece bem. É uma tragédia. A gente imagina... E essas são as que estão registradas, né, Senador? Devem ser mais de 100 mil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meu Deus, isso é muito impactante. Se isso não é para ser a prioridade número um, eu não sei o que é.

O SR. JONATHAN HALL – E vão para o mundo inteiro, Senador, para o mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Eu queria dizer o seguinte: eu assisti ao filme Som da Liberdade lá nos Estados Unidos. Eu estava lá no período do lançamento, eu me lembro do boicote que houve para ser lançado esse filme. Eu não sei que interesses tão poderosos são esses – sabe, Senadora Damares? Eu fico até curioso, porque, se lá nos Estados Unidos o boicote foi grande, aqui a gente viu. Você estava até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na sessão de estreia aqui em Brasília, e a gente, de uma certa forma, conseguiu tentar divulgar, tentar destravar, mas foi uma sabotagem grande aqui com o projeto. E depois eu queria entender quem é que está por trás disso, sabe? Se alguém puder responder que grupos são esses... Porque, pelo *trailer*, a gente viu que já movimenta mais do que o tráfico de droga, de arma. Com a indústria bélica é algo surreal o que se gasta de PIB nos países grandes de primeiro mundo.

Então você imagina, você já está superando isso. Quem é que lucra com... Quem é que está por trás disso? Eu queria depois... A gente vai ter a oportunidade, já fica para os demais participantes.

Queria dizer que um dos objetivos desta audiência do nosso gabinete foi trazer também o Deputado Chris Smith, que é lá dos Estados Unidos, talvez o mais longevo Parlamentar americano, meu amigo, esteve no Brasil há 25 anos, mais ou menos, há 20 anos, aqui no Congresso Nacional, para falar sobre o tema: defesa da vida desde a concepção. Eu o conheci aqui. O Deputado Bassuma, na época, foi quem o convidou. E a gente teve a oportunidade de conhecer o Deputado Chris Smith, que tem muita vontade de tratar desse tema aqui também. Não foi possível dessa vez, mas a gente vai insistir para que ele venha aqui no Brasil também, porque essa conexão é muito importante com os Estados Unidos.

Então, aproveitando que o senhor falou da Marcha pela Vida, que vai acontecer amanhã, às 14h, a concentração ali no Museu da República, hoje, todos estão convidados aqui, nós vamos ter, no Plenário do Senado, Senadora Damares, às 16h de hoje, uma sessão especial para homenagear entidades pró-vida do Brasil. Então, fica o convite aberto: no Plenário do Senado, às 16h de hoje, já uma preparação para essa semana em defesa da vida, que nós estamos começando aqui com chave de ouro, que é com esse tema tão importante. E eu confesso... E olha que nós estamos aqui no Senado, a Senadora Damares é a nossa líder nesse tema de tráfico humano, eu não imaginava esse número, esse número é muito impactante.

Então, eu já passo aqui a palavra para o Dr. Henrique Oliveira Santos.

Mas antes, eu queria convidar para compor aqui a mesa a Dra. Cintia Menezes Brunetta, Conselheira Cintia Menezes Brunetta, que é Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional do Ministério Público (Conatretrap).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado pela sua presença. Seja bem-vinda.

Já fica a mesa aqui composta por todos os que vão falar presencialmente.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Henrique Oliveira Santos, que é o Chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes da Polícia Federal. Como é por videoconferência, vamos ter aqui atenção à fala do Dr. Henrique.

O senhor tem dez minutos, Dr. Henrique. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Senador Eduardo Girão, Sra. Senadora Damares, autoridades. Eu cumprimento os demais Senadores presentes, as demais autoridades, palestrantes, os participantes de todo o evento.

Quero dizer que, para a Polícia Federal, é um prazer ter recebido esse convite de V. Exas.

É possível ver aqui alguns amigos, grandes amigos, como a Marina. Infelizmente, não consegui conhecer pessoalmente o Dr. Paulo. A gente conversou muito por telefone em virtude da Operação Double Key, que resgatou essa vítima de Myanmar. Eu conheci o Doutor, na verdade, por causa desse caso e hoje pude vê-lo aqui pelo vídeo, mas não pessoalmente. E com o desfecho positivo desse caso, agradeço pelas palavras também.

Bem, senhores, agradeço também à Comissão por esta iniciativa de tratar desse tema tão importante, tão relevante na sociedade. A gente percebe que, cada vez mais, esse assunto tem sido debatido e a gente precisa realmente falar mais sobre isso, porque é um tema extremamente importante.

Em relação à Polícia Federal, na data de hoje, nós temos 188 inquéritos em andamento que investigam o crime de tráfico de pessoas, 188. O estado em que mais temos inquéritos é o Estado de São Paulo. E é importante deixar claro que, apesar de a Polícia Federal ter 188 inquéritos instaurados, ela é responsável pelo tráfico de pessoas internacional. Então, quando ocorre algum tráfico de pessoas dentro do nosso país, essa atribuição para a investigação é das polícias civis.

Eu sei que o Sr. Senador Eduardo Girão e a Senadora Damares são generosos com o tempo, mas acaba que eu não vou precisar de todos esses minutos, porque até tenho um voo agora para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Salvador, por isso que, infelizmente, eu não consegui estar presente aí no Senado hoje nesta reunião tão importante.

Mas, senhores, o que eu trouxe de indagação neste breve tempo em que eu falarei aqui é algo que tem já a ver com o que foi dito pelo Senador Eduardo Girão no começo do evento de hoje. E a pergunta que eu sempre faço é a seguinte, de que eu sempre falo nas palestras também, quando eu tenho oportunidade de tratar desse tema: o que leva uma pessoa a traficar outra pessoa? O que leva uma pessoa a aliciar, agenciar, mediante violência, ameaça, fraude, alguma pessoa para a finalidade de exploração sexual, exploração laboral, tráfico de órgãos, adoção ilegal ou qualquer outra forma de exploração? O que leva a pessoa a fazer isso?

Já tem cinco anos que eu lido nessa área direta ou indiretamente e, na verdade, o que eu percebo é que o motivo que leva uma pessoa a traficar outra não é questão de gênero, questão de raça, questão de cor. O que leva, na verdade, é o fator financeiro. É algo extremamente lucrativo. O Senador Eduardo Girão nos falou o número de US$32 bilhões – US$32 bilhões – no mundo todo. E a gente consegue ver o tanto que realmente esse crime é lucrativo.

O que eu pude perceber também – eu não tenho um caso específico de tráfico de pessoas, mas sim de contrabando de imigrantes – são pessoas que antes realizavam tráfico de drogas e estariam saindo desse ponto, estariam deixando de mexer com o tráfico de drogas para iniciar uma atividade de contrabando de imigrantes, porque também é algo lucrativo.

E o que eu queria tratar e conversar com os senhores aqui é o seguinte: o que nós temos hoje? Nós já temos uma legislação que realmente nos permite realizar a recuperação de ativos, porque esses US$32 bilhões, na verdade, têm que ir para algum lugar, né? Quando a Polícia Federal realiza as investigações, a gente tem que se preocupar, sim, com a vítima, a gente tem que se preocupar, sim, em buscar autoria e materialidade para condenar o autor do crime de tráfico de pessoas, mas uma coisa extremamente importante que a gente não pode deixar de observar de forma alguma é a recuperação de ativos.

Bem, se uma pessoa realiza o tráfico de pessoas para obter lucro, a gente não pode deixar que ela tenha esse lucro. O que nós temos que fazer... E aí já na fase de investigação, é atribuição nossa realmente realizar essas atividades. E nós temos falado reiteradamente, aqui na Polícia Federal, sobre isso. A gente fala reiteradamente sobre isso. Inclusive, nessa atividade que eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer em Salvador, vou me encontrar com todos os colegas que lidam com essa temática, e o meu primeiro assunto é sobre o tema de recuperação de ativos, como descapitalizar, como não deixar que esses valores criminosos ingressem na conta dos criminosos.

Senhores, uma pergunta que... Quando eu falo disso, as pessoas sempre me falam o seguinte: "Henrique, eu sei que a Polícia Federal realizou a investigação, o Ministério Público Federal realizou a denúncia, o juiz no final condenou, transitou em julgado. Esse valor que foi bloqueado, que foi perdido, que não pertence mais ao infrator para onde vai?". Bem, primeiro, se fosse um crime envolvendo tráfico de drogas, ele iria para o Funad, que é o fundo especial para tratar do assunto de drogas; se fosse um valor referente ao crime de lavagem de capitais, iria para o Funapol, que é o fundo de aparelhamento das polícias. Mas se for um crime envolvendo tráfico de pessoas ou contrabando de imigrantes ou redução à condição análoga de escravo? A verdade é que esse valor iria para o Funpen, que é o Fundo Penitenciário Nacional.

E o que a gente tem percebido é o seguinte: na verdade, seria interessante – eu trago esse assunto aqui para a reflexão até dos próximos colegas que vão falar sobre esse tema aqui – que nós tivéssemos um fundo específico, para que a gente pudesse prevenir, reprimir e também realizar a assistência às vítimas de tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes. Esse fundo, na verdade, teria que ser criado por uma lei, o que demandaria uma atuação do Brasil no geral, também do Poder Legislativo e também do Poder Executivo.

Então, esse assunto talvez seja algo interessante como uma medida de combate à prática do tráfico humano. Foi algo que eu quis trazer para os senhores, porque, se é um crime extremamente lucrativo, é interessante que o Estado não deixe que a pessoa que realiza esse tipo de ação fique com esse valor.

Bem, senhores, eu sei que o tempo é curto, né? Eu também queria deixar esse tema aqui para reflexão. Eu quero dizer que, infelizmente, eu não vou poder ficar até o final, por causa do voo, mas qualquer dúvida que tiver em relação à Polícia Federal, qualquer dúvida que surgir, eu me encontro à disposição. A Senadora Damares já disse que nenhuma pergunta vai ficar sem resposta, né? E eu me coloco à disposição para respondê-las, qualquer pergunta que chegue. E é isso.

Muito obrigado, senhores, pela atenção. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Nós é que agradecemos ao Dr. Henrique Oliveira Santos, Chefe da Divisão de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes da Polícia Federal.

Jovem, extremamente comprometido, já deu uma sugestão para esta Comissão aqui, que a Adriana atenciosamente ali já anotou. Vamos entrar com esse projeto. Olha aí, muito obrigado, Dr. Henrique. Vamos entrar com esse projeto para fazer esse fundo, já que nós temos outros sobre drogas, sobre lavagem de dinheiro, para que possa reforçar o enfrentamento. O Dr. Henrique trouxe aqui 188 processos de tráfico internacional, que tem na Polícia Federal. E esse número de 80 mil, eu queria perguntar: o Governo brasileiro reconhece esse número de 80 mil? Eu queria saber de onde partiu esse número de 80 mil, porque o número de processos é muito pequeno aqui da Polícia Federal, que chegou ao conhecimento da Polícia Federal. E 80 mil é uma população todo ano sumindo de uma cidade média, de pequeno para médio porte no Brasil.

Então, esses dados oficiais são de qual instituto, Senadora Damares? A senhora que conhece bem o tema.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senador Eduardo Girão, o Senado se debruçou sobre a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, e nós fizemos, ao longo de 2024, uma avaliação. Fomos a alguns estados com a Comissão de Segurança. Desaparecem 80 mil, mas nem todas continuam desaparecidas. Nós temos crianças localizadas. Nós temos muitas que nunca foram encontradas. Então, nessas muitas, nós chegamos a um número de 700 mil, que o Dr. Paulo fala entre adultos e crianças, mas as crianças desaparecem, muitas são encontradas. Nós temos o cônjuge que se separou e leva a criança escondida, nós temos a criança que foge de casa, nós temos as brigas familiares, nós temos adolescentes que se identificam com outro gênero e aí têm vergonha de se assumirem para a família e fogem. Nós temos adolescentes se convertendo a seitas e religiões. Nós temos uma série de motivações. Não é que as 80 mil por ano estejam desaparecidas. Desaparecem, muitas são encontradas, mas nós temos, de fato, um número enorme.

O problema é o seguinte, Senador Girão, nós não temos um cruzamento de dados. Nós temos o número do MPF, que é do Sinalid, que é um sistema. Sinalid diz uma coisa. Aí, o cadastro do Ministério da Justiça diz outra. Aí, o cadastro da polícia diz outra. Então, os dados nessa política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda não foram cruzados. Nós temos sérios problemas de dados e informações. E foi nesse sentido que o relatório da Comissão de Segurança apontou.

Nós vamos precisar nos sentar, nós vamos precisar nos reencontrar e nos encontrar nesse tema. Estive com o Ministro da Justiça, apresentei todas as nossas preocupações. Nessa avaliação, o Ministério de Direitos Humanos participou ativamente com a gente no ano passado.

O Ministério dos Direitos Humanos cuida da política junto com o da Justiça. E nós temos um comitê. O assunto não está esquecido pelas autoridades. Nós temos um comitê aqui na Esplanada, que hoje eu acho que não... A Presidência até o final do ano passado era do Ministério dos Direitos Humanos, mas essa Presidência é alternada. É uma lei nova, de 2019, para instituir a política. Estamos avançando, mas precisamos avançar muito.

Então, sobre os números, se o senhor perguntar: "Esse número é o número real?", a resposta é "Não". Porque a gente não consegue, neste país imenso, que tem fronteiras com dez países, um país continental, um país em que nós temos regiões que ainda têm a subnotificação da certidão de nascimento... Se nós não sabemos quantos nascem, não sabemos quantos estão desaparecendo. Então, neste país com tantos desafios, os números que nós temos são reais? Não. Nós vamos precisar avançar nos cadastros e no cruzamento de dados.

O que eu tenho de real? Apenas os 158 inquéritos ali que ele citou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Cento e oitenta e oito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São 188. Aí eu vou lá no Ministério do Trabalho, ele tem um número dele; aí o outro juiz tem um outro número; mas esses dados não estão sendo cruzados. Então nós estamos diante de um gravíssimo problema, mas preciso reconhecer que as autoridades envolvidas estão sempre tentando avançar. E esta audiência aqui poderá, inclusive, contribuir muito para as autoridades envolvidas, sobre de que forma nós podemos dar respostas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senadora Damares, importante esclarecimento. É claro que cada vida não tem preço. Uma vida só é o sofrimento da pessoa, da família, né? Mas a gente precisa ter uma noção. E não é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto de direita, de esquerda, de ir contra governo, a favor de Governo; é um assunto de humanidade, né? E todos nós precisamos de união nesse aspecto para conseguir avançar.

Então esse cruzamento de dados é muito importante. Não sei se daqui, desta Comissão de Direitos Humanos do Senado, pode sair, com o alto nível dos palestrantes que aqui estão, alguma sugestão para que a gente possa ter a real dimensão do problema no Brasil. Mas que é um grande problema, é, porque é imensurável a dor que essas pessoas sofrem, né?

Então, vamos aqui. O Dr. Henrique já pediu licença aqui, acabei de ser informado. Ele vai ter que viajar, né? Uma ótima viagem... (*Pausa.*) Ah, ele quer dar uma última palavrinha. Ótimo!

Dr. Henrique, o senhor tem o tempo... Estavam sobrando aí uns três minutos, mas a Senadora Damares disse que eu não sou generoso. Nós vamos mostrar que somos aqui. Fique à vontade.

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, é só para complementar até a fala da Senadora Damares também, deixar claro que esses 188 inquéritos que eu mencionei são 188 inquéritos que investigam o crime de tráfico de pessoas, tráfico internacional de pessoas. A questão dos desaparecidos, que parece... Das 80 mil crianças desaparecidas, nem todas devem ser com finalidade de tráfico de pessoas. A Senadora já explicou outros casos, né? Mas eu deixo bem claro que esse número de 188 inquéritos tem aumentado de ano a ano, tá? São 188 hoje, eu não trouxe o número de instauração de inquéritos, mas nós temos aumentado esse número ano a ano.

E queria dizer que realmente eu acredito que nós temos uma subnotificação. Com 188 inquéritos para o crime de tráfico de pessoas para um país desse tamanho, um país que é origem, que é trânsito e que é destino para o tráfico de pessoas, eu considero realmente que a subnotificação é muito grande. Então é só para deixar claro em relação à pergunta que o senhor fez, que foi muito pertinente, em relação aos dados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Henrique, e uma abençoada viagem para o senhor.

Eu vi uma reportagem – acho que no SBT, do Cabrini, se não me engano – mostrando, lá no Pará, alguns casos que são estarrecedores, vida real mesmo. Parece que na Região Norte do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– não é, Damares? – tem uma grande incidência hoje. Está no YouTube isso aí, chegou para mim, e foi muito impactante essa matéria.

Vamos lá, vamos ouvir agora o Dr. Hugo Achá, representante da Foundation for Human Rights, em Cuba. Ele está aqui por videoconferência. Ele fala espanhol? (*Pausa.*)

Fala português. Fala português também. Ele é brasileiro? (*Pausa.*)

Não, não, né? Ele é de onde? (*Pausa.*)

Boliviano, muito bem.

Seja muito bem-vindo, Dr. Hugo. O senhor tem dez minutos, com uma tolerância aqui da Casa, para fazer a sua exposição, agradecendo-lhe muito a sua participação.

O SR. HUGO ACHÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

É um privilégio, Senador Girão, Senadora Damares.

Eu vou tentar fazer jus à língua de Camões. Tive o privilégio de estudar no Brasil e, se eu cometer qualquer erro, peço desculpas antecipadamente.

Eu gostaria de começar a minha apresentação diretamente fazendo menção aos números. O senhor colocou ali o número de 32 bilhões, e 32 bilhões são só uma parte de todos os crimes cometidos que têm conexão com o tráfico e *trata* de pessoas, numa escala global.

Só para todas as pessoas que estão nos acompanhando hoje fazerem uma ideia da quantidade de dinheiro que é movimentada pela atividade criminosa, que é conexa com o tráfico e *trata* de pessoas, de acordo com a agência das Nações Unidas para a luta contra o crime transnacional organizado e tráfico de narcóticos, a atividade ilícita internacional movimenta entre US$750 e US$870 bilhões – bilhões com "b" de Bolívia, com "b" de Brasil – a cada ano. Dessa quantidade, de acordo com a Organização Mundial do Trabalho, crimes conexos com *trata* e tráfico de pessoas representam US$236 bilhões – de novo, com "b" de Bolívia, com "b" de Brasil.

Por que isso é tão importante? Porque, quando a gente usa o termo *trata* e tráfico de pessoas, eu acho que a primeira representação que a gente tem é, por exemplo, o tráfico de crianças, que é estarrecedor e que, como foi colocado hoje, representa a população de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade média no Brasil a cada ano sumindo. A perda que isso representa para a riqueza do povo brasileiro é imensa, a perda do ponto de vista do recurso humano, mas também a perda do ponto de vista do sofrimento, da tragédia humanitária, daquilo que foi colocado pelo Desembargador Alcantara.

E aqui eu gostaria de fazer uma pausa. Eu acho que esse tipo de temática não deve ser poluído com qualquer tipo de condicionamento ideológico, filosófico, não. Esse é um crime que precisa ser combatido com todos os recursos ao dispor do Estado: precisa ser combatido pela Justiça, precisa ser combatido pelas instâncias políticas, precisa ser combatido na academia. Você não pode simplesmente justificar uma situação dessas porque você tem algum tipo de simpatia ideológica, isso não pode acontecer. Foi colocado pelo meu grande amigo e colega Jonathan Hall que eu ia falar com respeito à Cuba. Por que eu vou falar de Cuba? Eu não vou falar de Cuba do ponto de vista do regime, da ideologia, da tendência política do Governo de Cuba. Eu vou falar de Cuba, porque, por exemplo, dentro do *report* sobre *trata* e Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Cuba está junto, por exemplo, com o Irã, com a China, com o Mianmar, com a Coreia do Norte, países que utilizam *trata* e tráfico de pessoas para gerar recursos para as elites políticas desses governos. E quando a gente está falando disso, a gente não precisa se apoiar nos dados dos Estados Unidos, porque ali também poderia ser colocado que isso pode ter um condicionamento ideológico, não.

O meu colega Jonathan Hall fez menção ao Programa Mais Médicos. Só para vocês terem uma ideia, de acordo com dados disponíveis no Brasil, até o ano de 2018, R$7,1 bilhões foram pagos para Cuba, dentro de um esquema que, desde novembro de 2018, já está na Justiça Federal nos Estados Unidos, como parte de um processo que tem a ver com *trata* e tráfico de pessoas. E foram vítimas desse esquema que entraram na Justiça, nos Estados Unidos, para tentar fazer seus direitos valerem.

Então, por que eu estou colocando que a gente não precisa se apoiar no TIP Report, no *report* do Departamento de Estado dos Estados Unidos? Em 2019, caros amigos, o Ministério da Economia do Governo de Cuba publicou que o ingresso, por conceito, só das brigadas médicas cubanas, que, naquele ano, 2018, reportado em 2019, estavam presentes em 76 países, representaram mais de US$11 bilhões em ingressos para o regime – de novo, mais de 11 bilhões, mais uma vez, "b" da Bolívia, "b" de Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse ponto de vista, o grande problema é que não é uma questão que possa se resolver do ponto de vista de que isso é preciso, porque você está levando, por exemplo, atenção em saúde para a população carente. Isso é um propósito extremamente nobre. Quem é que poderia estar contra fornecer atenção em saúde para a população carente? Mas esse não é o problema.

Você não pode justificar levar uma pessoa em condição de escravidão, expô-la à indefensão, expô-la a todo tipo de abuso, porque o que os relatórios que a gente tem apresentado, que a gente tem colocado na frente de Congressistas nos Estados Unidos, em diferentes países da América Latina, perante instituições internacionais, o Parlamento Europeu, o Conselho da Europa, demonstram que essas práticas medonhas colocam pessoas em indefensão absoluta.

Qualquer pessoa que tiver curiosidade pode ingressar na página da nossa fundação e pode ver os testemunhos das pessoas que foram submetidas a esse tipo de tratamento. Pode ver como as mulheres são submetidas a estupro, como os homens são submetidos à violência. Como, por exemplo, inclusive os mecanismos jurídicos dos países que aceitam esse tipo de prática são utilizados para colocar as vítimas em situação pior ainda, porque elas são privadas dos seus passaportes, elas são privadas dos seus diplomas, elas são privadas de qualquer tipo de prova ou documento que, por exemplo, permita a elas continuar praticando a sua profissão.

E, se fosse só a questão das brigadas médicas, já seria um problema suficiente, mas, infelizmente, no caso de Cuba... Por exemplo, hoje, o que foi publicado pela revista *Time*, nos Estados Unidos, demonstrou que hoje, hoje mesmo, enquanto a gente fala, tem jovens cubanos que são levados a lutar na guerra da Ucrânia, em um esquema que ainda não foi adequadamente explicado pelo Governo, pelo regime de Cuba.

De acordo com... E o Jonathan sabe: eu estive em Odessa, na Ucrânia, na semana passada, e eu vi o relatório da agência de inteligência ucraniana, que demonstra que 1.084 jovens cubanos foram enviados nesse esquema – que, de novo, representa ingresso para o regime cubano, só no ano passado – e que o número provável dessas pessoas, que, na nossa opinião, também são vítimas de tráfico, pode estar em volta de 3,5 mil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO ACHÁ (*Por videoconferência.*) – Três mil e quinhentas pessoas hoje foram levadas a lutar, sendo que – isso também é bom que possa ser considerado – o Governo cubano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em uma reação crudelíssima, qualifica essas pessoas como mercenários. Mas espere aí: uma pessoa que está em Cuba não pode ter acesso fácil assim a um passaporte. Como foi que milhares de jovens cubanos tiveram acesso não só a um passaporte, mas aos recursos para comprar uma passagem, passar por controle migratório, alfândega, e serem transportados até a Rússia? O que é pior: o passaporte deles não foi carimbado na saída; então, quando o esquema foi descoberto, o Governo cubano disse que as pessoas que estavam lá cometeram um crime e que poderiam ser punidas com seríssimas consequências, do ponto de vista de cadeia ou, inclusive, execução.

Então, vamos voltar um pouco para o que deve ser o eixo dessa discussão, dessa temática. Não é uma questão que tem a ver com ideologia. Tem a ver com a prática do abuso, tem a ver com a prática de escravidão, tem a ver com a prática de que não interessa se é uma organização criminosa, se é uma gangue ou se é um governo.

Quando uma estrutura abusa dos direitos de uma pessoa, seja ela uma criança, seja ela um jovem, seja ela um idoso, para se beneficiar vulnerando os direitos dessa pessoa, essa prática precisa ser condenada, precisa ser combatida, precisa ser abordada e discutida com a frialdade da lei na mão. Permitir a continuidade dessa prática é permitir a continuidade do abuso.

Hoje, enquanto eu tenho o privilégio de me dirigir a vocês, um grande amigo meu, o Senador Miguel Uribe Turbay, da Colômbia, está lutando entre a vida e a morte, tendo sofrido tentativa de assassinato. A pessoa que perpetrou a tentativa de assassinato é um menino de 15 anos.

Os efeitos da *trata* e do tráfico de pessoas atinge todo mundo. Isso não é uma expressão retórica; é todo mundo. E todos os países têm que levar para eles a responsabilidade que lhes corresponde.

Os Estados Unidos, como o meu grande amigo Eduardo Verástegui coloca, a cada vez que ele fala publicamente, têm que aceitar a responsabilidade de que são o maior mercado para o tráfico de crianças, têm que aceitar que são o maior mercado para a *trata* e o tráfico de mulheres. Mas outros países, incluindo o Brasil, país pelo qual eu tenho um carinho imenso, têm também que aceitar a responsabilidade, não só porque é preciso, para proteger a sua população, mas também para proteger pessoas de outros países, outras nacionalidades que, passando pelo Brasil, têm sofrido esse mesmo tipo de violação de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Olha... Dr. Hugo é representante da Foundation for Human Rights, em Cuba.

Hugo Acha fala um português perfeito. Trouxe uma explanação aqui muito boa dessa situação que o Brasil vivenciou, essa questão dos médicos cubanos.

Eu tive a oportunidade, inclusive recentemente, de conhecer alguns desses médicos que ainda estão no Brasil, lá no Ceará, pelo interior, ajudando os brasileiros, e a dimensão do que foi feito aqui, alguns anos anteriores, realmente é a escravidão institucionalizada mesmo, ou seja, vocês talvez não possam falar isso, mas eu digo, a ditadura lá de Cuba, uma ditadura cruel, levou bilhões de reais do Brasil e dando condições terríveis para essas pessoas virem cheias de amarras, cheias de ameaças, sem passaporte, retendo a maior parte do dinheiro – eles vieram para trabalhar, depois de estudar bastante –, retendo parte desse dinheiro, a maior parte, para o Governo cubano. Então, é muito estranho o que aconteceu no Brasil naquele período para reforçar esse regime, porque acaba financiando algo que causa muita dor aos cubanos no mundo inteiro.

E essa denúncia que traz aqui o Dr. Hugo Acha, da Ucrânia, dessa guerra vergonhosa que está acontecendo lá na Ucrânia, com a invasão da Rússia... A Senadora Damares, o Senador Sergio Moro, o Senador Magno Malta estiveram, pessoalmente, há alguns meses, lá na Ucrânia, e viram a tragédia que é para as crianças, não é, Senadora Damares? A senhora sempre tem falado das crianças e das mães. Vai ficar aí por gerações essa dor, esse sofrimento.

E agora ouvi que o Governo de Cuba novamente teria... Esse regime ditatorial daquele país teria participado, de uma certa forma, da ida de, como eles chamam, mercenários jovens. Como é que esses jovens vão sair de Cuba para ir para lá? Então, tem que ter, obviamente, a chancela dos ditadores daquele país, daquele sistema, daquele regime. E é muito triste.

São 3,5 mil – 3,5 mil foi o número dado aqui pelo Dr. Hugo Acha – jovens que estão perdendo suas vidas e que têm as digitais macabras dessa ditadura de Cuba, de que nós estamos tomando conhecimento aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se a Senadora Damares quer fazer algum comentário... (*Pausa.*)

Vamos seguir aqui a nossa lista.

Então, já convido a Dra. Denise Abreu Cavalcanti, Especialista em Direito Internacional e Migracional.

Muito obrigado pela sua presença.

A senhora tem dez minutos, com a tolerância aqui desta Casa.

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI (Para expor.) – Bom dia, Senador Eduardo Girão. Agradeço imensamente a V. Exa. pelo convite, prontamente aceito.

Senadora Damares, agradeço também à senhora o convite e parabenizo a senhora e o Senador Girão pelo excelente trabalho à frente da Comissão de Direitos Humanos.

Eu tive já a oportunidade de acompanhar o trabalho de V. Exa., Senadora, desde a época dos abusos sexuais nas meninas indígenas e do infanticídio das crianças indígenas.

Eu gostaria também de pedir vênia aqui para agradecer a todas as autoridades e parabenizá-las, na pessoa do Desembargador Paulo Alcantara, que, durante a minha pesquisa de doutorado sobre tráfico de crianças, muito me ajudou; e também parabenizar todos os que se encontram de forma remota, na pessoa da Profa. Carmen Meneses Falcón, que em breve será ouvida. Ela é uma das referências na Espanha em relação ao tráfico e à *trata* de mulheres.

Trata, para quem não sabe, é a exploração sexual de mulheres e meninas, porque, no Brasil, nós não temos essa diferença na hora de nominá-los.

Onde está o passador, por favor? (*Pausa.*)

Obrigada.

Bom, os que me antecederam aqui falaram muito em relação a esse crime tão cruel, e, de fato, a vítima, em se tratando de tráfico de pessoas, é explorada até a morte. Mulheres, ainda algumas conseguem ter a sorte – oxalá, porque os permite – de serem libertas, porque conseguem, de alguma forma, serem ajudadas. O tráfico de crianças, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pesquisa de doutorado, a minha tese de doutorado foi sobre tráfico de crianças. Eu fiz a minha defesa agora em março, e as crianças, como o senhor disse, Sr. Jonathan, são vendidas e, quando não servem mais, são mortas. Elas são sugadas por um sistema, esse sistema é cruel, e a gente tem que pensar: "E se fosse minha filha, minha neta, minha sobrinha, eu estaria inerte às denúncias que estão sendo feitas por esta Casa, que V. Exa., Senadora Damares, tem feito de forma recorrente?". Não.

Essa foi uma matéria que saiu na União Europeia.

Na minha pesquisa, na minha tese de doutorado, eu pesquisei sobre Espanha e Itália – por isso tive oportunidade de já conhecer –, e a Profa. Carmen foi uma das minhas fontes de pesquisa.

O problema do tráfico de crianças não ameaça só a União Europeia. Ameaça a nós também, a todo mundo.

Estima-se, como já foi falado pelo Senador, muito bem, V. Exa. falou, a questão dos 32 bilhões, até o ano de 2022. Segundo a ONU, entre 2019 e 2022, nós tivemos um aumento de 25% do tráfico globalmente, né, e o número de crianças aumentou 31% em 2022, em comparação a 2019, e foi detectado o maior número de meninos vítimas de tráfico para trabalho escravo e também para abusadores sexuais.

Eu trouxe só aqui um pequeno gráfico, uma diferença, mas isso é uma questão só didática, porque entre crianças não basta ter uma conduta, mas apenas a finalidade a que se destina. Então, o tráfico de crianças ocorre em todas as faixas etárias, desde a mais tenra idade. Não só a criança, o bebê, o recém-nascido, pode ser traficado para uma adoção ilegal, mas também para uma retirada de órgãos, uma encomenda para uma retirada de órgãos. E, no que pese o Brasil ter ratificado a Convenção de Istambul, que prevê, que criminaliza a questão de retirada de órgãos e tecidos para venda, tráfico de órgãos e tecidos, nós sabemos que acaba sendo inócuo. As nossas fronteiras são imensas. Nós temos fronteiras secas.

Eu vivi em Roraima e trabalhei, tive a oportunidade de trabalhar de forma voluntária na Operação Acolhida, que foi minha dissertação de mestrado. E, até hoje, se V. Exas., Senadora Damares, Senador Girão, tentarem cruzar a fronteira do Brasil, a cidade de Bonfim com a Guiana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não existe, raramente existe uma fiscalização. Se não for por terra, vai pelo Rio Maú, por exemplo, e da mesma forma na Venezuela e demais fronteiras que nós temos.

Segundo esse dado de um relatório de 2009, em um dos gráficos, nós tínhamos um índice bem pequeno de tráfico de crianças e adolescentes. Nós sabemos que existe uma subnotificação, infelizmente, por uma falha do nosso sistema. Em 2000, nesse gráfico ainda, pelas denúncias do Disque 100, nós vemos que as regiões mais afetadas são a Região Nordeste e a Região Norte, que, como podemos verificar, são as regiões mais pobres do país. Então, são crianças que são vendidas, que são enganadas – como muito bem relatado em um filme que nos impactou a todos, Som da Liberdade –, com falsas promessas. Então as crianças viram mercadorias.

Segundo o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, entre 2017 e 2020, nós vemos que, desde a tenra idade, de zero meses, temos já estatísticas ali comprovando, até 13 a 17 anos, mas esses dados foram compilados pela Polícia Federal, pelos centros de referência, que são os CREAS, pelo Ministério da Saúde e pelo Disque 100.

Senadora Damares, Senador Girão, infelizmente, nosso sistema falha, porque não há um diálogo entre as nossas instituições. Os dados são esparsos e não são compilados. Não há como se falar em enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao tráfico de crianças se nós não tivermos os dados compilados. A Polícia Federal pode fazer um excelente trabalho quando se trata de tráfico internacional. A polícia... O Ministério da Justiça pode ter as suas políticas, mas também eu ressalto aqui: a política não tem que ser de governo, ela tem que ser de Estado, para que haja uma continuidade. Infelizmente, nós ainda pensamos em políticas de governo e não de Estado. E esses dados precisam ser compilados – CREAS, Polícia Civil, as instituições todas –, para que a gente pense em começar a ter o enfrentamento, porque, me desculpa, eu acho que a gente ainda falha muito, Desembargador, o senhor que é o nosso grande norte disso tudo em relação ao enfrentamento.

Então, nós temos aqui... Esses dois gráficos, eu acho, me mostram de forma muito clara isso, porque, de um lado, a gente tem o Disque 180 e, do outro, o Disque 100. Então, a gente vê que não existe realmente e claramente esse diálogo. E nós temos que pensar ainda que nós temos o tráfico de crianças para mendicância, o tráfico de crianças para casamento forçado, de que nós não temos estatísticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu fui fazer a minha tese, a minha pesquisa de doutorado, por que eu peguei Espanha e Itália? Porque, mesmo sendo subnotificados... Claro, nós não podemos comparar territórios da Itália ou territórios da Espanha com o nosso país continental, mas nós temos que pensar que lá eles têm um fluxo imenso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI – ... como nós temos na Espanha, de crianças que vêm ali de Melilha e Ceuta, de crianças migrantes refugiadas, como tem as crianças que chegam pelo Mediterrâneo, pela rota mediterrânea, indo para a Itália, mas eles conseguem, porque há realmente uma união das instituições. E, aqui, a gente não tem sequer os dois disque-denúncias que se comunicam, que dialogam.

Bom, então, em relação ao tráfico internacional, eu trouxe alguns demonstrativos, que vão estar disponibilizados. Do relatório do CNJ e do MPF (Ministério Público Federal), nós temos alguns dados sobre tráfico interno e o tráfico internacional. Aqui no nosso Brasil, o tráfico interno é de competência de apuração e de julgamento na esfera estadual, na Justiça estadual; e, quando nós falamos de tráfico internacional, aí vem Polícia Federal, MPF, Justiça Federal.

Aqui nós temos também do MPF, que tem compilado esses dados, em relação às crianças, sobre a adoção ilegal. Vejam que nós não temos compilado, entre esses dados, sobre se nós estamos falando de crianças ou de adultos. As crianças são mais do que invisíveis, as crianças são descartáveis no nosso país.

Aqui são as rotas. Existem no Brasil mapeadas 241 rotas de tráfico e, Senadora Damares, como a senhora já denunciou, Senador Eduardo Girão, a rota Marajó, Amapá, Suriname existe; não é balela, ela existe. O Estado de Roraima, onde eu já vivi, é um estado em que aumentou bastante, consideravelmente, o número de pessoas traficadas, de mulheres e de crianças, justamente por conta da pobreza, da problemática toda da rota de imigração, de imigrantes refugiados venezuelanos que lá se encontram, sendo a porta de entrada a fronteira. Mas eu recebi na semana passada a Operação Acolhida, juntamente com a OIM; eles fizeram uma cartilha para enfrentamento ao tráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao que é relevante, apenas 3,1% dos municípios brasileiros atendem crianças sobreviventes de tráfico de pessoas. Claro, porque falta verba, faltam recursos, dentro da nossa política, que é uma política tripartite, em que o Governo Federal, o Ministério da Justiça elabora políticas – políticas boas, mas que não são executáveis, porque muitas das vezes falta verba e não se executa política sem verba.

Em relação a uma crítica ao Protocolo de Palermo, que é o protocolo que prevê a questão da criminalização, o enfrentamento ao tráfico de mulheres e crianças, o mesmo Protocolo de Palermo, que é de 2000, não aborda todos os aspectos necessários às pessoas vulneráveis, às mulheres e às crianças.

Em relação ao enfrentamento ao tráfico de crianças aqui no Brasil também, pesquisa da minha tese. Entre 2018 e 2020, segundo relatório da UNODC, que é um escritório da ONU, o número de vítimas resgatadas de tráfico interno e internacional em operações da Polícia Federal totalizou 203 pessoas – 129 homens, 42 mulheres e 32 crianças e adolescentes. Mais uma vez a gente vê como os dados não dialogam, como instituições do Governo Federal não dialogam e não há uma integração das instituições em nível estadual com o Governo Federal.

Então, de 2017 a 2020, o Ministério da Cidadania detectou 1.811 pessoas. A gente não vê aqui criança sendo mencionada, nós não verificamos. Entre 2017 e 2020, mais uma vez, o Ministério da Saúde, no mesmo período... Os dados não estão dialogando, e nós não estamos vendo crianças sendo mencionadas. Entre 2014 e 2020, o Ministério Público do Trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI – ... recebeu 1.496 notícias-crime de tráfico de trabalho. O MPT tem feito um trabalho realmente muito bom, mas nós sabemos que existem restrições.

Estou terminando, Senador, Senadora.

Eu localizei, no ano passado, quando eu estava terminando a minha tese, quatro projetos de lei que estão tramitando entre as duas Casas. Eu sou assessora do Deputado Eduardo Pazuello, General Eduardo Pazuello, e aquele projeto nós pensamos no gabinete e foi proposto.

E alguns problemas foram detectados no caso do enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da nossa visão, a nossa legislação não é clara. Há uma carência de núcleos de enfrentamento ao crime de tráfico, principalmente se tratando de crianças, e uma ausência, como eu falei durante toda a apresentação, de dados quantitativos e qualitativos que mapeiem uma real situação do que vem ocorrendo.

Eu concordo quando o Desembargador Paulo fala de políticas. Nós precisamos de políticas públicas e, principalmente, de educação. A educação liberta. A educação vai permitir que as nossas adolescentes acreditem que pode haver realmente uma falsa promessa. Que haja educação dentro da comunidade, na igreja, na escola, na comunidade de bairro, para que isso seja massivamente debatido e para que as pessoas entendam a realidade.

Às nossas equipes também que trabalham falta treinamento para que elas detectem uma questão de tráfico dentro de um aeroporto, numa aeronave, numa rodoviária, em qualquer local, dentro da própria igreja, muitas das vezes, em associações de bairro... Então, tem que ter um treinamento das equipes.

E há falta de estudo sobre o tema. Eu não achei nenhuma fonte sobre tráfico de crianças no nosso país. E, por isso, eu me socorri da Itália e da Espanha. A falta de estudos perpassa por três fatores primordiais: a falta de conhecimento das pessoas que devem atuar na proteção e na prevenção, a ausência de interesse... Muitas pessoas pensam: "Não é comigo. Meu filho está protegido. Isso não vai acontecer nunca. O terreno do vizinho não me interessa". É mais ou menos, infelizmente, assim. E também há a falta de investimento do Governo. Isso não é A, B ou C, é como um todo. Nós precisamos ter uma política de Estado.

Antes de finalizar, eu fiz aqui algumas anotações dos que me antecederam. Eu peço só mais um minuto.

Como foi sugerido pelo Delegado da Polícia Federal sobre a criação de um fundo, eu acho muito importante que esse fundo preveja também medidas de prevenção, reparação e não repetição, porque, quando se coloca a mão no bolso, aí começa a derrubar, a realmente tirar as formas de atuação das organizações criminosas. E as vítimas precisam também de reparação e não repetição, como a gente viu durante muito tempo aí na Colômbia, nos enfrentamentos das Farc, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trouxe José Saramago para finalizar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI – ... "O homem é cruel sobretudo em relação ao homem, porque somos os únicos capazes de humilhar, de torturar e fazemos isto com uma coisa que deveria ser [desculpa, porque sempre me emociono] o contrário, que é a razão humana".

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Muitíssimo obrigado, Dra. Denise Abreu Cavalcanti, que é Especialista em Direito Internacional e Migracional. Parabéns pela sua dedicação, pela sua obstinação num tema tão importante.

O Brasil ainda tem muito que caminhar para consolidar os dados. Como a senhora colocou aqui, cada ministério é diferente de organizações. Eu acho que esta Comissão de Direitos Humanos, que é presidida brilhantemente pela Senadora Damares, que tem compromisso com essa causa, vai, pelo menos, buscar dar um norte – depois de ouvir a todos aqui, eu repito, isso não é um assunto de questão ideológica partidária –; tem o Senador Magno Malta também, que é muito comprometido com a causa, e nós vamos dar um norte aqui com relação a o que fazer para consolidar. Como é que funciona nos Estados Unidos a consolidação desses dados? Como é que funciona na União Europeia? Então a gente pode pegar as boas práticas desses países para poder aplicar aqui no Brasil.

A senhora quer complementar?

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI – Se me permite – complementando, Senador –, eu trouxe uma notícia que eu não vi sendo veiculada na grande mídia aqui no nosso país, mas, agora, no gancho do que o senhor falou.

Nós temos, e é muito importante que o país tenha esses acordos de cooperação. O Brasil tem um acordo de cooperação com a Espanha e, na semana passada, 40 mulheres brasileiras foram libertadas na Espanha. Então, esses acordos de cooperação realmente são importantes e esse diálogo, não só com a Espanha, mas com vários outros países. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu quero registrar a presença aqui da Embaixada da Espanha, que está presente conosco aqui, o Juan Manuel Ramos Santamaria e também Pablo Pereira Ramirez, da Embaixada da Espanha. Inclusive, quero me congratular por essa cooperação com o Governo brasileiro. E também, aproveitando, quem gosta de tênis, quero parabenizar, pelo Roland Garros, o espanhol Alcaraz, que foi o campeão num jogo histórico.

Eu quero também aproveitar e registrar a presença da Caroline Conceição Sousa dos Santos, que é do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, presente conosco aqui também.

Então, *follow the money* – não é, Dra. Denise? –, *follow the money*. O que o Dr. Henrique falou há pouco tempo, jovem da Polícia Federal que é responsável pela Divisão de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, foi uma coisa muito interessante, não sei se deu para perceber: estão migrando pessoas do tráfico de drogas, dos cartéis – pelo que eu entendi do que ele falou –, a atividade está migrando para o tráfico humano, não é? Então, isso é muito interessante.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senador Girão, é claro, é uma questão lógica, de dinheiro. Uma dose de cocaína usa-se uma vez e acabou. Uma criança pode ser usada até 15 vezes por dia. É mais vantagem uma criança hoje do que 1kg de cocaína, isso é óbvio. E aí, Dr. Paulo, também a grande mídia não está noticiando: foi encontrado no Marajó, nos rios do Marajó, um submarino. E uma embarcação idêntica, feita no mesmo lugar – a perícia já identificou –, foi encontrada em Portugal. É tipo um barco submerso. Eles estão se reinventando.

Em uma das vezes em que eu estive no Marajó, a gente foi lá para cuidar de todas as questões, um dos enfrentamentos lá era o abigeato. E quando a gente foi fazer o enfrentamento ao abigeato, um dos relatos foi o seguinte: uma única balsa levou, de uma única vez, 91 búfalos. Abigeato, para quem não sabe, é o roubo de gado, roubo de búfalo; lá é uma área de búfalo. Então, se uma balsa atravessa a fronteira com 91 búfalos e ninguém vê, não vai atravessar com uma criança, duas, dez, vinte? Quem não consegue conter um tráfico de 91 búfalos... Ninguém viu. Meu Deus, olhe o tamanho do búfalo! A balsa que leva búfalo leva mulher, leva criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente precisa ter um cuidado: toda vez que eu falo do Marajó, todo mundo pensa que é o povo do Marajó que trafica. Não, gente, os rios do Marajó são usados para o tráfico. A região é usada. Claro que acabam levando crianças de lá também, roubam as crianças de lá, mas as famílias lá estão desesperadas. Elas estão gritando por socorro, e a gente tem que dar resposta.

Dia 29 agora nós vamos lá, esta Comissão vai lá por causa da menina Elisa. Dr. Paulo, a menina Elisa foi sequestrada tem um ano e meio, com dois aninhos. Ela foi levada... Já morreu gente nessa história; um suspeito; troca de tiro com a polícia, mas o traficante que levou está voltando à casa da mãe, mostra o vídeo e fala: "olha, ela está viva, está com três aninhos e meio. Mas a gente só devolve quando nos entregarem a criança que compramos". E depois disso, já tem três boletins de ocorrência da mãe e da avó falando que os traficantes vão à casa, batem na mãe, querendo a criança certa. Três boletins de ocorrência!

Estive com o Ministro da Justiça para gente federalizar esse caso, porque atrás do caso da menina Elisa poderá vir um monte. Olhe a ousadia, submarinos. Olhe a ousadia, indo à casa da mãe. "Ó, está viva a criança, mas a gente só devolve se entregarem a outra". São ousados. Eles estão rindo da gente.

Parabéns aos expositores. Acho que essa é uma das mais importantes audiências que esta Comissão já teve. A Dra. Denise falou da Operação Acolhida. Eu vou esperar o Ministério dos Direitos Humanos falar, porque eu estive semana passada – esta Comissão fez uma diligência – na Operação Acolhida, e confesso, Dra. Denise: saímos de lá muito preocupados. Muito preocupados! Mas eu vou ouvir o Ministério dos Direitos Humanos, depois eu faço essa intervenção sobre a Acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Senadora Damares.

Dr. Paulo, gostaria de falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, claro.

O SR. PAULO ALCANTARA (Para expor.) – Estamos fazendo um convênio com a SDS, lá em Pernambuco, o Instituto Tavares Buril, para tirar a identidade, o registro geral de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí conversamos lá com o tribunal, com o TRT, para que todos os seus juízes e servidores possam tirar sua identidade, atualizar a nova, mas o nosso alvo são crianças, porque as crianças, sem o documento atual, que pega as impressões digitais... Por mim também tem que fazer do pezinho, porque não sei se sabem que a primeira digital é o pé. Então, temos que dificultar o trânsito, não deve ser a certidão de nascimento o documento para andar com crianças, tem que ser o RG. Eu digo isso em nível de sugestão, para que possam pensar sobre isso e incentivar que crianças de mais tenra idade possam tirar o seu RG.

Obrigado, e desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dr. Paulo, ótimo. A Adriana ali, atenciosa, anotando tudo, a sugestão da Dra. Denise também. Nós vamos fazer pela Comissão de Direitos Humanos, né? É bom que fique o projeto, porque, independentemente de a gente estar aqui ou não, a Comissão de Direitos Humanos... E eu tenho certeza de que todos aqui, todas as Senadoras e os Senadores vão concordar que a gente possa fazer esses projetos aqui, viu, Adriana? Conversa com a equipe da Senadora Damares, da Comissão, porque a gente encaminha esses projetos que estão sendo suscitados aqui para tramitar, para começar pela própria Comissão.

Nós vamos agora... Falamos tanto da Espanha, né? Vamos ouvir agora a Dra. Carmen Meneses-Falcón, Professora e Investigadora da Universidad Comillas, de Madri.

Ela está conectada conosco? Está conectada? Eu acredito que falará em espanhol, né? Então, nós vamos ter uma tradução simultânea, Dra. Carmen Meneses-Falcón. Vamos ter uma tradução simultânea, para quem quiser, tem os equipamentos aqui. A equipe do Senado da República do Brasil vai fazer a tradução tanto para quem está aqui no plenário quanto para quem está nos assistindo ao vivo, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas emissoras e redes sociais da Casa.

Então, muito obrigado, *muchas gracias por su presença acá,* Dra. Carmen Meneses-Falcón*, usted tiene diez minutos, con tolerancia, para hacer su explanación. Muchas gracias*.

A SRA. CARMEN MENESES-FALCÓN (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea*.) – Boa tarde, falo de Madri, Srs. Senadores e Senadoras. Muito obrigada por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convite. Para mim é uma honra, um prazer participar, poder oferecer meu conhecimento daqui da Espanha.

Vejamos. Em princípio, eu, como pesquisadora social que sou e levo muitos anos sendo, entrevistei muitas cidadãs brasileiras que vieram à Espanha, algumas foram enganadas, outras menos, mas a grande maioria delas exerciam a prostituição, isto é, foram vítimas do tráfico para exploração sexual, mas não é o único tipo de tráfico que eu estou investigando e que encontrei quanto a cidadãos brasileiros, não.

Veja bem, também no tema do tráfico de exploração laboral – que é menor, tá? –, mas, principalmente ultimamente, estou detectando também muito mais brasileiros e brasileiras com fins de exploração diretiva, isto é, vamos lá.

São captadas para o tráfico de drogas em direção à Espanha. Algumas entram diretamente desde Portugal, e desde Portugal vão passar à Península Ibérica, Espanha, claro, e desde então, desde aí diretamente, pois claro, vão ser interceptadas pela Polícia Nacional Espanhola. Outras diretamente também vão entrar por Barajas, aeroporto de Madri.

As conexões que nós temos entre os diferentes tipos de tráficos é algo que se vem dando nos últimos anos na Espanha, senhores. Vítimas do tráfico sexual que, à sua vez, são obrigadas a trazer substâncias, drogas à Espanha, ou à sua vez também são obrigadas a roubar os clientes para os quais prestam serviços sexuais. Isto é, essa conexão existente entre os diferentes tipos de tráfico é necessário pesquisar, investigar muito mais, para termos maiores indicadores também.

Está muito complicado identificar também. O grande problema aqui na Espanha é a identificação das vítimas do tráfico. Quem são as vítimas e quem são... Quem é vítima e quem não é? Às vezes, isso é muito complexo, porque os números não estão tão esclarecidos. Veja bem, no caso do tráfico da vida, se vê muito mais traficantes de drogas do que uma vítima de tráfico de pessoa. E, claro, muitas vezes entre estes delitos... É importante, senhores.

Por outro lado também, a identificação das vítimas na Espanha tem sérios problemas. Em primeiro lugar, porque desde o meu ponto de vista, temos que avançar muito mais, pesquisar mais para fazê-lo melhor do que nós estamos atualmente fazendo. Em princípio, está recaindo tudo exclusivamente na polícia. E a polícia, por muito bem que trabalhe e opere na Espanha, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas têm medo. Por quê? Porque é a mesma polícia que leva ao controle imigratório. Isto é, uma polícia que se dedica ao controle imigratório, à identificação das vítimas, é contraditório, senhores. E as vítimas não vão confiar nela, claro. Portanto, há um problema importante de identificação; mas quando as vítimas são menores de idade, também temos um grande problema importante na adaptação da sua idade.

A Espanha tem recursos, no começo, para atender as vítimas do tráfico que identifica, porque também não são tantas as que se identificam anualmente. Aproximadamente, nós estamos por volta de mil vítimas anuais identificadas pela polícia. Isso não significa que não haja mais vítimas do tráfico laboral, sexual, da vida, na Espanha, mas como a identificação passa exclusivamente pela polícia, há uma cifra oculta, senhores, que não acabamos determinados, determinante. De fato, o oponente anterior fez uma referência, senhores, à desarticulação de cidadãs brasileiras que foram resgatadas pela polícia. Uma coisa é quando a polícia entra em um local e recolhe as vítimas e outra é como as identifica e como as considera vítimas realmente do tráfico. Aí, então, se perderão muitas vítimas nesse caso. De fato, na Espanha, como já dizia anteriormente, temos recursos para atender às vítimas.

Se bem, é certo, senhores, que quando se trata de menores, é muito mais complexo, porque a proteção dos menores na Espanha e na Europa é muito maior que a das vítimas adultas. E o primeiro problema que nós encontramos também é o da adaptação da idade dessa pessoa, principalmente quando esse adolescente pode, por assim dizer... provas... que se costumam praticar, tem uma margem de erro entre menos dois. Então, em muitas oportunidades, em muitas ocasiões, algumas dessas vítimas são colocadas na rua, por assim dizer, e não são identificadas, na mão dos que estão coordenando, que, como sabem que são menores, claro, vão tirar muito mais dinheiro por elas.

Outro ponto muito importante nessa identificação em que nós temos que avançar é ter claros indicadores e protocolos de identificação. Os tratantes vão se mover muito rapidamente, muitas vezes mais que a própria sociedade civil ou a própria administração. É verdade que alguns indicadores são comuns e podem ser universais, mas há outra série de indicadores que são locais, que muitas vezes levam em consideração zonas geográficas ou países. Não é a mesma coisa uma vítima de tráfico humano na Europa e uma vítima que está na América Latina. Há espanholas que estão sendo vitimizadas na Europa e são muito diferentes das vítimas que vêm da América Latina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou das vítimas brasileiras, pelas informações que nós vimos das situações. Portanto, todos esses indicadores têm que melhorar; enquanto não melhorarmos, vai ser muito difícil. Tampouco há receitas importantes de como devemos aplicá-los.

Há projetos que estão acontecendo na Espanha e na América Latina que estão dando seus frutos, mas todos eles passam por uma prática que me parece que já foi dita nesta sessão, que é a cooperação internacional, a cooperação da sociedade civil, a cooperação das ONGs e, claro, a cooperação da polícia; ou seja, necessitamos nos coordenar, nos unir por esforços comuns para identificar melhor essas vítimas, dar a elas esse tratamento que elas merecem, fundamentalmente com o Protocolo de Palermo, mas sobretudo o convênio de Varsóvia, que põe esse eixo fundamental na proteção das vítimas e na assistência da vítima. E, na Espanha, quando uma vítima é identificada, ela tem direitos. Há uma série de direitos que mais ou menos a levam a questionar como é essa sua autorização de residência e de trabalho também... E, apesar de que tenha isso, as vítimas nunca denunciam. Às vezes, inclusive até essas redes de criminosos estão combinadas com estrangeiros, mas também com espanhóis, ou seja, às vezes elas atuam fora da lei. Portanto, eles não vão cumprir a lei e têm mais capacidades para se mover, para enganar, para manipular e para captar vítimas muito diversas.

E me preocupa especialmente as vítimas que são obrigadas, principalmente porque a polícia espanhola não identifica essas mulheres como vítimas. Tanto é a visibilidade que teve a exploração sexual e outros tipos de tráfico que não estão sendo visualizados... E, de fato, o comitê de especialistas do convênio de Varsóvia já deu vários tópicos de atenção na Espanha por visibilizar exclusivamente o tráfico com fins de exploração sexual e não fixar em outros tipos de tráfico, em que muitas mulheres, inclusive menores, podem estar vitimizadas.

Portanto, dois aspectos que me parecem... E com isso concluo, tentei ser breve, embora não tenha falado português, mas me parece importante que temos que cooperar e trabalhar em conjunto nessa identificação das vítimas. Temos a identificação da vítima, que tem que passar não só pela cooperação policial, mas também pela cooperação da sociedade civil, das autoridades espanholas, com as autoridades brasileiras e do resto dos países da América Latina. Além disso, essa identificação e essa coordenação, assistência à vítima, em que as vítimas possam voltar a cooperar com todos os direitos e garantias, tem que ser um trabalho conjunto, em que se coloque a vítima como protagonista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto – com o que quero concluir essas palavras breves – é a persecução e digamos sobre o delito do tráfico e as redes de traficantes que vão se transformando e que têm uma dimensão transnacional importante. É necessária uma cooperação, uma coordenação e redes conjuntas de polícia, mas também da sociedade civil. Muitas vezes a própria sociedade civil intui que está acontecendo alguma coisa na porta ao lado, na esquina ao lado. Então, tem que entrar em contato com a polícia e cooperar, e essas mesmas vítimas ou mulheres que estão ao lado das vítimas podem – se existe alguma relação de aproximação, de confiança, tanto com a polícia ou com a sociedade civil – colocar-se em contato à situação, que essas meninas jovens, adolescentes, mulheres estão vivendo nas mãos de uma rede, repito, que são muito articuladas, mas que não cumprem a lei, têm a possibilidade de se adaptarem com muita facilidade às atuações policiais.

Com isso, eu finalizo a minha breve exposição e agradeço muitíssimo pela participação que vocês me deram.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigada à senhora, Dra. Carmen Meneses-Falcón, Professora e Investigadora da Universidad Comillas de Madrid, *muchas gracias por su participación*. Ela é uma das maiores referências internacionais dessa questão do tráfico humano e ela deu algumas sugestões interessantes, inclusive uma lista internacional. Isso é muito importante que se possa, pelo que ela colocou, principalmente da América Latina, que se possa ter esses dados consolidados internacionais. Muito importante essa experiência que ela compartilhou conosco aqui. Eu agradeço, mais uma vez, a sua participação.

Vamos aqui sequenciar. Olhem, muitas perguntas estão aqui. Assim que ouvirmos todos os preletores, nós vamos fazer aqui as perguntas para quem se sentir confortável para responder poder colocar. Tem inclusive muitas da Ilha de Marajó aqui. As pessoas perguntando, sabe? Vamos lá. Vamos sequenciar com o Dr. Luciano Aragão Santos.

Está conectado? (*Pausa.*)

Está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Luciano Aragão Santos, seguindo aqui a lista definida pela Senadora Damares, a sequência, é Procurador do Trabalho e Coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conaete/Ministério Público do Trabalho). Ele está conectado já.

Passamos a palavra ao Dr. Luciano Aragão Santos. Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem dez minutos, com a tolerância aqui da Presidência.

O SR. LUCIANO ARAGÃO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Estão me escutando, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Escutando-o muito bem.

O SR. LUCIANO ARAGÃO SANTOS (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

Senador, eu gostaria de saudar a mesa na sua pessoa, Senador Eduardo Girão, e saudar a todos os presentes na pessoa da Senadora Damares. Parabenizo ambos pela iniciativa de debatermos um tema tão importante.

Tentarei me ater ao tempo proposto – estou colocando até um alarme aqui, gente – e tentarei também contribuir com o debate que já foi traçado, dialogando com alguns dos preletores e também com alguns colegas que acabei conhecendo e trabalhando ao longo desta luta contra o tráfico de pessoas e, no caso aqui do Ministério Público do Trabalho, vinculado ao trabalho em condições análogas à escravidão.

Primeiro, eu gostaria de falar e fazer coro com o Desembargador Paulo Alcantara, porque eu também estive, Desembargador, lá na casa da D. Pureza, e o Abel demonstrou a mesma insatisfação. Ele falou as seguintes palavras à época: "Vocês de Brasília continuam vindo aqui e nada muda, né? A gente permanece na mesma situação". Isso é entristecedor, porque demonstra, apesar da atuação de inúmeras instituições, principalmente naquele caso da D. Pureza, após o resgate dos trabalhadores, o resgate do Abel, como que nós falhamos em garantir cidadania, em garantir direitos para essas pessoas que foram vítimas de graves violações de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria também agradecer à Dra. Denise, que citou a atuação do Ministério Público do Trabalho.

Também, Dr. Paulo, eu queria, também tangenciando com sua fala, falar aqui das destinações. As destinações das indenizações realizadas pelo Ministério Público do Trabalho, em conjunto com a Justiça do Trabalho, têm possibilitado avançarmos na temática, garantindo, por exemplo, a elaboração da cartilha, garantindo projetos que enfrentam eficazmente o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, como, por exemplo, alguns projetos até realizados pela UNODC, que é a agência das Nações Unidas de combate ao crime organizado. Cito, por exemplo, o Projeto Tapajós, que está sendo realizado no Pará, com vistas ao enfrentamento do trabalho escravo no garimpo, na região da Bacia do Rio Tapajós.

Senhores e senhoras, quanto ao grave problema que estamos enfrentando e debatendo, eu queria falar, obviamente, da atuação do Ministério Público do Trabalho voltada para o tráfico de pessoas, cujo objetivo, conforme o art. 149-A do Código Penal, é vinculado ao trabalho em condições análogas à escravidão. E o MPT atua nesses casos, ele atua investigando os casos de tráfico de pessoas já quando são denunciados, e também os casos de trabalho escravo, que muitas vezes – e quando eu digo muitas, é na maioria dos casos – são denúncias de trabalho escravo que não chegam com a informação de tráfico de pessoas, mas, quando as equipes de fiscalização chegam ao local, identificam trabalhadores migrantes.

E para isso, para bem explicar essa atuação, eu preciso fazer uma breve diferenciação entre o tráfico interno e o tráfico internacional de pessoas. Nós temos o tráfico internacional, inclusive de brasileiros saindo do país, deixando o país, como já foi explicado aqui, infelizmente, em busca de melhores condições de vida, que acabam sendo submetidos a trabalho em condição de escravidão. Há inúmeros casos que eu preciso citar de mulheres trans que se deslocam para outros países e acabam sendo vítimas de trabalho escravo e trabalho forçado de natureza sexual, não é? Então nós precisamos estar atentos para essa realidade. E temos também, ao lado disso, o tráfico interno de trabalhadores, trabalhadores brasileiros que se deslocam... A Senadora Damares falou aqui que o nosso país é um país com dimensões continentais, então é muito comum trabalhadores brasileiros se deslocarem de uma unidade da Federação para outra. E aí nós temos o caso do próprio Abel, que saiu do Maranhão para o Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria citar aqui um caso também, que ocorreu à época da ditadura militar, o caso de trabalhadores que saíram de Porto Nacional, em Tocantins, e foram para uma fazenda à época de uma montadora, no Pará. E quando nós analisamos o relato desses trabalhadores, em geral, nós percebemos que eles são aliciados sob falsa promessa de condições adequadas de trabalho, de uma possibilidade de melhoria de vida. E, quando chegam ao local de destino, são submetidos a condições análogas à escravidão, seja ao trabalho forçado, seja à condição degradante de trabalho, jornadas exaustivas ou servidão por dívida.

E dentro desse contexto, delimitados os fatos em que nós atuamos, o MPT tem realizado uma atuação firme e sólida, ao longo de 30 anos, enfrentando o trabalho em condições análogas à escravidão. Nossa política foi inaugurada em 1995, a política do Estado brasileiro, e desde então o MPT tem atuado enfrentando o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Precisamos aqui nesse aspecto citar que só este ano foram realizadas mais de 70 forças-tarefa pelo Ministério Público do Trabalho, em conjunto com outras instituições – aqui, por exemplo, está presente a Polícia Federal, que também sempre está presente nas operações –, e nessas operações nós buscamos resgatar essas pessoas, reparar direitos e garantir também a responsabilização desses infratores.

A esse respeito, ainda da nossa atuação, eu quero frisar novamente que a maioria das denúncias que aportam no Ministério Público do Trabalho – e isso é um problema que nós precisamos enfrentar para conscientizar a população –, a maioria das denúncias chegam sem mencionar o tráfico de pessoas, mas, quando chegamos ao local, percebemos que são trabalhadores migrantes, trabalhadores que se deslocam de uma unidade da Federação para outra a fim de buscarem melhores condições de vida e são explorados pelo trabalho escravo.

Queria citar outro exemplo aqui de trabalhadores baianos, que, num passado relativamente recente, se deslocaram a estados do Sul e também foram submetidos... Foi um caso que deu muita repercussão. Falando da nossa atuação, as empresas foram responsabilizadas, os trabalhadores tiveram seus direitos garantidos, mas – e aqui também tentando ser curto, porque o tempo se impõe – há um problema que nós precisamos debater e esta Casa, o Congresso Nacional, o Senado Federal é o local adequado para esse debate: a atuação dos órgãos de repressão e de garantia de direitos, a exemplo do Ministério Público de Trabalho, não consegue, na maioria dos casos, resolver o problema a longo prazo. Nós resgatamos, responsabilizamos e garantimos direitos, só que aqueles trabalhadores, aquelas pessoas acabam, em razão da vulnerabilidade – o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desembargador Paulo Alcantara citou o caso do Abel, e eu cito aqui o caso do Raul, um trabalhador resgatado que eu tive a oportunidade de ouvir há duas semanas –, após o resgate, após receber essa assistência imediata, não recebem uma perspectiva de vida de longo prazo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO ARAGÃO SANTOS (*Por videoconferência.*) – Nós precisamos ter atenção a isto, a que essas pessoas, tanto as potencialmente vulneráveis quanto as vítimas, tenham uma atenção do Estado brasileiro para evitar a revitimização, para que essas pessoas não sejam reinseridas no ciclo de exploração, no ciclo de tráfico de pessoas e no ciclo de negação de direitos.

É importante também, dentro desses casos que ocorrem em território nacional... Eu falei do tráfego internacional de pessoas, de brasileiros indo a outros países; contudo, também é comum – a Senadora Damares também falou que o Brasil faz fronteira com inúmeros outros países – que estrangeiros ingressem no território nacional para trabalhar, para garantir melhores condições de vida e acabam sendo vítimas de trabalho escravo. Nós temos casos, neste ano, de argentinos e de paraguaios que atravessaram as fronteiras e foram vítimas de trabalho em condições análogas à escravidão. No ano passado, tivemos o caso de indígenas argentinos que atravessaram a fronteira e foram vítimas de trabalho em condições análogas à escravidão.

Para finalizar – e pedindo já desculpas, porque vou ultrapassar pelo menos em um minuto o meu tempo –, eu queria tratar... Vocês bem mencionaram o caso de crianças vítimas de tráfico de pessoas e como há uma subnotificação, ou talvez isso não fique registrado nos dados oficiais como tráfico de pessoas. E hoje nós enfrentamos, dentro do combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, uma questão seríssima, um problema gravíssimo que é o trabalho escravo doméstico.

O trabalho escravo doméstico envolve pessoas, normalmente mulheres negras que ficaram longos anos submetidas à exploração, e essa exploração iniciou-se ainda na infância. É muito comum que as trabalhadoras domésticas resgatadas de casos de condições análogas à escravidão tenham iniciado a prestação de trabalho na infância ou no máximo na adolescência, e que foram aliciadas, foram recrutadas, foram tomadas de suas famílias com base na falsa promessa de melhor condição de vida e, muito comum, na falsa promessa de educação. Essas meninas, normalmente meninas negras, são privadas de qualquer convívio social, de qualquer convívio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiar, de educação e passam ali longos anos privadas de qualquer direito. E, quando resgatadas, o problema não acaba: nós encontramos pessoas que não conseguiram desenvolver sua autonomia, não conseguiram identificar e criar vínculos com outras pessoas. Na verdade, encontramos vítimas completamente fraturadas pela violação sistemática de direitos. E nós precisamos jogar a luz também para esse problema, um problema que, no mais das vezes, se inicia na infância, né?

Para concluir, queria dizer que o Ministério Público do Trabalho está à disposição dessa Casa, dos demais órgãos e autoridades aqui presentes e também da sociedade civil para debater o tema e para pensar estratégias e formas de atuação para trazer mais eficácia à resolução desse problema.

Muito obrigado, Senador Eduardo e Senadora Damares, e permaneço à disposição para dialogar e responder questionamentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Luciano Aragão Santos, por ter aceitado o nosso convite e participado aqui desta sessão.

Nós vamos ainda ter questionamentos, e depois a gente vai conceder dois minutos para cada um fazer as considerações finais ou responder alguma pergunta.

Então, o Dr. Luciano Aragão Santos é Procurador do Trabalho, Coordenador da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Já, imediatamente, eu passo aqui a palavra para Dra. Marina Bernardes de Almeida, que é Coordenadora-Geral de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes, do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

Muito obrigado pela sua participação, Dra. Marina. A senhora tem dez minutos – com a tolerância aqui da Casa – para fazer a sua exposição.

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar a Exma. Senadora Damares, o Exmo. Senador Eduardo Girão e todos os colegas de mesa e presentes aqui até o momento – já entramos as 12h30, e esta sala segue cheia.

Como fui apresentada, eu sou Marina Bernardes, eu sou servidora pública federal atuando no Ministério da Justiça já há praticamente 15 anos, e à frente dessa pauta também, tocando uma política de Estado que vem sendo construída há praticamente duas décadas.

Eu queria pedir só para colocarem o PowerPoint. Eu preparei uma rápida apresentação só para ficar um pouco mais didática a minha fala, mas aqui a gente pode ver uma linha do tempo...

Para onde é que eu aponto? (*Pausa.*)

Para cá.

É esse lado aqui? Não está funcionando esse... (*Pausa.*)

Mas posso começar falando, então, que, como vocês podem ver, a gente já vem trabalhando esse tema enquanto Estado brasileiro, desde 2003, quando o Brasil aderiu ao Protocolo de Palermo. E, neste momento, ele se comprometeu internacionalmente com a construção de uma política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Então, essa política veio a ser construída, desde a sua concepção, de forma multidisciplinar, de forma intersetorial, envolvendo diversas pastas, nas áreas de justiça, direitos humanos, gênero, e veio a ser aprovada em 2006 por meio de um decreto presidencial, que continua vigente até hoje e que vem pautando a atuação de todos os atores governamentais neste tema.

Dado esse caráter principiológico da política, que estabeleceu ali princípios, diretrizes, a gente vem trabalhando esses temas por meio dos planos nacionais. O compromisso mostra... Já tivemos aí implementados três planos nacionais de enfrentamento ao tráfico. A lei de enfrentamento veio como uma das metas alcançadas do terceiro plano ali em 2016 e ainda é uma lei considerada recente, ainda é uma lei pela qual a gente trabalha pela sua implementação. E eu vou explicar no próximo eslaide por que é tão complexo enfrentar este crime.

Vocês podem ver – e eu não vou entrar aqui no detalhe de definição, dessa parte mais jurídica – que o tráfico de pessoas é um crime em movimento, é um crime que vem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformando à medida que a sociedade se transforma também. Lá atrás, quando a gente falava de tráfico, a gente falava somente do tráfico para fins de exploração sexual. Esse crime foi se transformando ao longo do tempo e se imiscuindo na nossa realidade, na nossa sociedade. Então, a gente tem hoje, inclusive, debates sobre novas finalidades desse crime, que ainda não se encontram nem previstas na nossa legislação, mas que já desafiam as autoridades nesse enfrentamento.

Vocês podem ver que ele é um crime que precisa de três elementos para ser configurado. Isso representa um tremendo desafio para as autoridades que atuam neste tema. E, por si só, por todas essas combinações possíveis, a gente vê que ele é um conceito guarda-chuva e que ele ainda é um conceito que não foi plenamente incorporado pelos agentes, pois são muito comuns – a gente que lida diariamente com isso vê isto, inclusive na mídia – casos que focam apenas na finalidade de exploração, sem ter observado ali se houve um aliciamento, se houve um recrutamento, se houve uma fraude, um engano, um abuso da condição de vulnerabilidade. Então, isso também explica um pouco essa subnotificação que a gente enfrenta diariamente no nosso trabalho.

Pode... Eu posso passar, ou não está funcionando? (*Pausa.*)

Pronto.

A gente tem uma política que está alinhada aos melhores *standards* internacionais. Ela é pautada por diretrizes que permeiam todo o trabalho que vem sendo feito pelo Estado brasileiro neste tema: o fortalecimento do pacto federativo, o fomento à cooperação internacional, a articulação com organizações não governamentais, a estruturação da rede de enfrentamento e o fortalecimento da atuação nas regiões de fronteira. Então, esse modelo foi construído num compartilhamento de responsabilidades entre esfera federal, estados, municípios, sociedade civil, organismos internacionais. É dessa forma que a gente tem conduzido esse trabalho.

Aqui há um desenho simples para mostrar quantos atores envolvidos na implementação dessa política. A gente não tem um único ministério que implementa essa política, a gente não tem um único espaço onde isso é construído. A gente tem uma série de arenas, uma série de atores, uma série de redes que trabalham em prol dessa implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho importante pontuar que o papel do Ministério da Justiça é de coordenar – em parceria com todos os atores dessa rede, de todos os Poderes, do sistema de Justiça, do próprio Judiciário, do Legislativo, em parceria com os estados e municípios – esse processo de formulação e implementação da política nacional. Para isso, a gente tem, sob a gestão do ministério, um Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico, que vem sendo reestruturado, que vem sendo ampliado para trazer de volta atores que são super-relevantes nesse tema. A gente tem também, indo para o âmbito estadual, uma rede de núcleos de enfrentamento que precisa ser continuamente fortalecida, que precisa ser continuamente expandida – e eu acredito até que, nesse ponto, o Senado e o Congresso podem ser grandes parceiros nesse processo de fortalecimento e expansão dessa rede de enfrentamento nos estados.

Vocês podem ver que, infelizmente, a gente ainda não tem esses equipamentos em todos os estados, mas também porque isso requer um acordo de vontades, requer que o Estado também entenda e priorize esse tema no seu território. E o Ministério da Justiça sempre apoiou os estados que demonstram esse interesse, que entendem essa prioridade, tanto que a gente faz a gestão dessa rede, um acompanhamento, a gente dá todo o apoio técnico necessário para que eles possam atuar com esse trabalho.

Acho que é importante pontuar que o principal instrumento que tem pautado o Estado brasileiro nesse tema hoje é o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico. Os planos são importantes, porque permitem e promovem a coordenação e integração, que são tão fundamentais para esse trabalho, eles promovem também o fortalecimento de capacidades institucionais, eles servem como um instrumento de alocação de recursos, de busca por novos recursos também, e eles trazem essa necessidade de monitoramento e avaliação, que é tão importante até para a gente seguir aprimorando o nosso trabalho e promovendo a atualização dessa política e enfrentando os desafios que se impõem a cada dia. Além disso, eles também trazem essa reflexão sobre a necessidade de revisão e atualização da própria legislação, lacunas nas políticas que a gente tem hoje, que ainda permanecem, apesar de a gente estar aí no quarto plano. Eles sintetizam num documento que deve ser buscado por todo o Estado brasileiro, por seus diferentes atores, o que é prioritário na implementação dessa política.

Então, esse processo foi construído de forma amplamente colaborativa, isso se deu principalmente entre o final de 2023 e julho de 2024. Fizemos processos de escuta, mesas-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redondas, consultas virtuais. Foi um processo extenso e longo, em que a gente promoveu essa escuta ativa de atores que participam desse trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA – ... que atuam nesse enfrentamento.

Nossa, meu tempo passou muito rápido! Prometo que vou acelerar.

Então, eu convido todos os parceiros aqui a conhecerem. Tem várias ações, atividades e ele está disponível... Para quem quiser conhecer, o Ministério da Justiça construiu um painel de monitoramento. Esse painel é público, a quem quiser acessar, conhecer. A gente tem colocado, feito ciclos de monitoramento também com os atores que são parceiros nessas atividades. E reforço que essa coordenação tem sido a tônica. A cooperação e a coordenação têm sido as tônicas de toda essa construção que a gente vem promovendo.

Alguns avanços recentes, que eu vou tentar passar de forma mais rápida, por conta do tempo. O Ministério da Justiça tem focado muito no fortalecimento de capacidades de atores, de redes de atores públicos, principalmente com foco nos profissionais do Suas, do SUS e do Susp. Com o Suas, em parceria com o MDS, a gente construiu um curso que está hospedado na plataforma de capacitação deles. Já temos mais de 2 mil inscritos. Então, a gente entende que essa é uma ferramenta, é uma forma de aperfeiçoar a identificação de vítimas de tráfico nos territórios. O curso voltado para os profissionais do SUS também está em fase de conclusão. Então, com isso a gente consegue uma capilaridade que a gente não conseguiria fazendo no varejo. Nisso a gente consegue um alcance muito maior. E também um curso, em fase de conclusão, para os profissionais do Susp, já que foi muito falado aqui dos desafios adicionais que a gente enfrenta na questão do tráfico interno, que é ainda mais invisibilizado do que o tráfico internacional.

Então, também uma outra frente: a gente tem tentado elaborar e construir uma política voltada para o enfrentamento ao contrabando de migrantes, que é uma realidade que a gente vem enfrentando e que, muitas vezes, é um crime que acaba se transformando numa situação de tráfico de pessoas, a depender da condição de vulnerabilidade em que essas pessoas se deslocam. Então, são dois crimes que andam juntos, tanto aqui dentro quanto internacionalmente, e a gente também tem buscado estruturar uma política com uma resposta centrada nos direitos humanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses migrantes, focada na comunicação, em todo todos os desafios que a gente tem com relação a esse tema.

Um outro avanço também, recente, foi a construção desse Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas. E aí com foco em brasileiros que são vítimas de tráfico internacional no exterior. É um fluxo em que a gente previu toda a etapa de assistência, desde que a vítima é identificada no exterior até a sua chegada ao Brasil. Esse protocolo tem sido acionado em casos de tráfico internacional. Claro que tem um caso ou outro que acaba fugindo, em que, muitas vezes, a vítima acaba voltando por outros meios que não pela rede consular, em que há de fato um processo de repatriação pelo Estado brasileiro, mas a gente está em processo contínuo de monitoramento e avaliação desse protocolo, para que ele seja de fato esse instrumento que garanta a assistência integral dessa vítima desde que ela é identificada no exterior até a sua chegada ao Brasil.

E com um ano de implementação, a gente já viu avanços muito significativos, principalmente com relação à intensificação da troca de informações entre os atores. Então, sempre que uma vítima é identificada pela rede consular, imediatamente essa comunicação é enviada para o Ministério da Justiça, que vem consolidando esses dados, que vem compilando essas informações. Isso tem também promovido o aprimoramento dos procedimentos dos órgãos que atuam nesse tema, como a Defensoria Pública da União, o próprio Ministério do Desenvolvimento Social. Então, a gente tem tido casos muito exitosos de um atendimento integral quando essa vítima chega à sua unidade de destino, um atendimento humanizado pela Defensoria Pública da União, que escuta essas vítimas, que mapeia as suas necessidades, que encaminha para os serviços necessários – o MDS da mesma maneira.

Seguindo um pouco... Essa parte eu pulo.

Com relação a vítimas migrantes, a gente tem, de fato, observado um aumento do número de vítimas migrantes, tráfico de pessoas. Isso se dá por uma série de razões: por falta de proteções legais, medo das autoridades, isolamento social e econômico.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA – E, como uma resposta a esse processo, o Ministério da Justiça, em 2024, também reformulou a sua portaria que dispõe sobre a autorização de residência para essas vítimas. É uma portaria muito mais alinhada aos instrumentos internacionais, à nossa própria legislação, que visa justamente, por meio da regularização migratória, não ser um fator de vulnerabilidade maior ainda desses migrantes aqui no nosso território.

Indo já para o final, a gente também tem focado bastante no fortalecimento da cooperação internacional, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Só no ano passado, foram assinados dois acordos com países fronteiriços – Colômbia e Brasil. Neste ano, a gente já está negociando com outros países também – Paraguai, França. Então, a gente tem... Dada a importância da cooperação internacional no combate a um crime que pode ser transnacional, esses instrumentos facilitam a troca de informações entre os países, o atendimento imediato de vítimas identificadas. Então, também tem sido um foco.

Outra frente é a publicação de relatórios nacionais periódicos. Já se falou aqui bastante sobre os desafios dos dados. Não vou entrar em detalhes, mas posso adiantar que o Ministério da Justiça também compartilha dessa preocupação. A gente sabe que tem desafios, que muitas autoridades que lidam com vítimas têm processos que precisam ser sigilosos, não podem ser compartilhados. Então, a gente tem trabalhado no desenvolvimento de uma ferramenta para publicar esses dados de forma mais frequente, em bases anuais, numa ferramenta que seja também acessível ao público e que permita também a gente mapear essas lacunas que persistem e chegar para esses órgãos para tentar encontrar uma solução em conjunto.

Então, a gente espera apresentar essa ferramenta em julho desse ano, no nosso mês de conscientização sobre o tema. E, acredito, vai ser um novo passo nesse desafio que a gente tem com relação aos dados.

Por fim, o Ministério da Justiça também investe bastante na produção de materiais orientadores para rede. A gente publica vários manuais, guias. Tem alguns bem recentes que servem também, que trazem ali os procedimentos, os instrumentos, tudo que há de mais atual, para que essa rede também saiba como lidar em casos de tráfico de pessoas.

Aqui eu trago alguns exemplos. Eles estão todos disponíveis na nossa página.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação a dois pontos específicos, com relação a crianças e adolescentes, o ministério está preocupado com isso de forma muito robusta e consistente, tanto que lançou, no mês passado, a estratégia Crescer em Paz, que é uma estratégia voltada à proteção de crianças e adolescentes em contextos de violação de direitos. Essa estratégia é organizada em alguns eixos, sendo um deles o de jornadas vulneráveis. Então, a gente tem lá a previsão de uma série de iniciativas focadas especificamente nesse público.

E um outro ponto com relação ao contexto digital, virtual, é que foi criada a Secretaria de Direitos Digitais. A gente tem o Ciberlab, da Senasp, que também tem priorizado bastante essa questão de proteção de crianças e adolescentes em ambiente virtual. E isso dialoga diretamente com essa pauta do enfrentamento ao tráfico.

Desculpe ter corrido nesse final. Eu me coloco à disposição e quero também reforçar o compromisso do ministério com essa política, que é uma política de estado, que perdura aí há duas décadas e que a gente segue muito comprometido com esse trabalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Muito obrigado, Dra. Marina Bernardes de Almeida, que é Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

E é muito bom saber que a senhora está há 14 anos – não é isso? – 14 anos...

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Quinze.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Há 15 anos lá no ministério, no próprio Ministério da Justiça e da Segurança. É muito importante isso, porque realmente ela está sempre no setor, não é isso? Está sempre...

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA – No enfrentamento ao tráfico um pouco menos, mas na secretaria há 15 anos já.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha aí, isso é muito bom, porque realmente tem que ter uma sequência. Sai governo, entra governo, precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa sequência, porque senão perde a memória, vem outra filosofia... E isso aqui transcende realmente essa questão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Girão, são as pérolas do serviço público. Eu acho que quando a Dra. Marina, uma servidora no nível, no porte dela vem a uma audiência, leva lá para ponta uma esperança de que nós temos pessoas que têm compromisso com a causa, que estão ali e que fazem além do salário. Quando a gente vê um desembargador já com o cabelo branco, um branco bonito – tá, Doutor? –, um branco bonito, quando a gente vê pessoas que estão há anos e não desistem, como os nossos procuradores, a gente leva lá para a ponta. Esta é uma audiência, inclusive, Marina, que leva conforto.

Além de tudo que nós estamos aqui apresentando, quero dizer para quem está acompanhando, todos os eslaides, todos os vídeos, inclusive o vídeo do Desembargador que nós não conseguimos passar no primeiro momento, ficarão à disposição no *site* da Comissão. Todo mundo pode vir buscar e a gente sabe que acontece depois o seguinte: os pesquisadores, estudiosos, universitários, todos vêm buscar esse material que fica à disposição.

Então, a Dra. Marina representa isto – tá, Girão? –: essas pérolas do serviço público e que a gente precisa valorizar todos os dias.

Obrigada, Girão. Depois eu faço a pergunta para ela.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Damares. Mais uma vez, Dra. Marina, muito obrigado.

Já que a senhora tocou na questão do vídeo, nós temos mais três pessoas para serem ouvidas aqui: na sequência, vai ser o Dr. Jônatas Andrade, que é Juiz, representante do Fórum Nacional para Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça); também temos a Dra. Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel, que é Defensora Pública Federal; e, para encerrar a mesa, aqui nós vamos ter a nossa Conselheira Cintia Menezes Brunetta, Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Pessoas do Conselho Nacional do Ministério Público. Então, faltam três pessoas, três palestrantes.

Nós vamos agora só ver aquele vídeo que a gente está devendo, do começo, do Dr. Paulo. Ele pediu, depois, para colocar outro vídeo. No final, a gente coloca.

Então, vamos ver aquele.

O SR. PAULO ALCANTARA – Eu acho que nem precisava, porque eu acho que vai ficar disponível, o áudio. Agora, eu tenho um outro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

O SR. PAULO ALCANTARA – Nós vimos muita desgraça hoje de manhã, porque estamos lidando com um tema cruel.

Eu sou filho de uma Maria. Talvez, por isso, eu traga na pele essa estranha mania de ter fé na vida e nas pessoas.

Aí tem um vídeo que tem 1min10. Nós poderíamos passar ele, que, aliás, é uma resposta de Margaret Mead e vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Vamos passar esse sugerido pelo Desembargador Paulo Alcantara agora. Mas, no final, vou colocar aquele cujo áudio a gente já ouviu.

Então, pode colocar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO ALCANTARA (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem! Excelente! Muito obrigado pela oportunidade de nos trazer esse vídeo inspirador.

Lembrou-me muito, Senadora Damares, da parábola de Jesus quando vinha o samaritano, a parábola do samaritano, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bonito esse vídeo, e ele vai ficar aqui nos *Anais* da nossa Casa revisora da República.

Eu já passo aqui, imediatamente, a palavra ao Dr. Jônatas Andrade, que é juiz e representante do Fórum Nacional para Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça.

O senhor tem a palavra.

Muito obrigado pela sua paciência também. Nós estamos aqui chegando a três horas de sessão. Acho que vamos mais uns 40, 50 minutos.

Eu já passo a palavra, imediatamente, a Dr. Jônatas.

Muito obrigado.

O senhor tem dez minutos, com a tolerância aqui da Casa.

O SR. JÔNATAS ANDRADE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Somos nós que agradecemos por esta oportunidade ímpar.

Saudamos V. Exa., saudamos a prezada Senadora Damares Alves, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; os caros amigos Paulo Alcântara e Marina Bernardes e os demais integrantes desta mesa.

Senhoras, e senhores que nos ouvem, agradecemos a honra desse convite para participar desta audiência pública e rendemos homenagens à Comissão de Direitos Humanos por isso.

Eu estou Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e, aqui, tenho a honra de representar o Conselheiro Alexandre Teixeira, que é o Presidente Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e efetividade das demandas relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet).

Ele foi instituído pela Resolução nº 212 do Conselho, em 2015, portanto, é uma política que já conta com dez anos dentro do Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de aperfeiçoar o sistema judicial no combate à escravidão e ao tráfico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante, é crucial a colaboração entre os poderes da República, muito especialmente entre o Judiciário e o Legislativo, para fortalecer o enfrentamento a esses crimes.

Como um colegiado nacional e permanente, o Fontet promove intercâmbios, promove estudos e medidas concretas para o aperfeiçoamento da jurisdição nessa temática.

Entre as nossas atribuições, nós podemos destacar o levantamento dos dados estatísticos sobre inquéritos e ações judiciais, o monitoramento do andamento e a solução desses casos e a proposição de medidas normativas para melhorar a efetividade dos processos, além da promoção da cooperação judicial e interinstitucional.

A relevância desse fórum dá-se pelo crescente número de trabalhadores resgatados, pelas vítimas desses crimes, como já foi demonstrado em diversas oportunidades aqui, nesta audiência.

Para aprofundar a densidade dessa resolução, fortalecendo muito especialmente a rede de comitês estaduais, o Fontet realizará, no próximo mês de julho, nos dias 29 e 30, o seu encontro nacional, onde se pretende o aprofundamento da implementação da resolução, com debates sobre temas como tráfico de pessoas, trabalho escravo doméstico, racismo estrutural, ciberescravidão e uso das Normas Internacionais do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho.

Contaremos também com a presença de Pureza, que já foi aqui mencionada, protagonista do filme homônimo, e encerraremos com a elaboração e leitura de uma carta, de São Luís, para um compromisso de combate ao tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo no Brasil pelo sistema de justiça.

Um grande desafio que se impõe nessa seara é o compartilhamento de provas. As vítimas, em sua maioria pessoas com vulnerabilidades acrescidas, precisam ter a produção das suas provas, dos seus depoimentos orais potencializada, evitando revitimização e violências institucionais. Para isso, o nosso Fontet está trabalhando na construção e aprovação de uma resolução acerca do tema.

Como solução de fundo, o Fontet tem debatido, sucessivamente e a par do enfrentamento à escravidão e ao tráfico, o engajamento na promoção do trabalho decente como política pública, que, por certo, reúne maior potencial de superação desse desafio com o alinhamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicações de projetos específicos, inclusive resultantes das destinações das receitas extraorçamentárias do sistema de Justiça.

Estamos falando aqui muito especialmente dos nossos TACs e ações civis públicas, com a construção de estratégias públicas mais robustas.

O trabalho decente é um conceito cunhado pela Organização Internacional do Trabalho na virada do século e busca promover oportunidades de trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

Seus objetivos estratégicos incluem direitos no trabalho, geração de empregos, proteção social e diálogo social.

O trabalho é central e transversal para superar a pobreza e a exclusão social.

A degradação do mundo do trabalho impacta em todas as demais esferas da sociabilidade e, inclusive, é considerada como antessala do crime e do cárcere.

A estruturação dessa política pode, conforme temos visto, se inspirar em modelos bem-sucedidos que acontecem de forma esparsa tanto no território nacional como internacional.

A criação e o financiamento de fundos públicos específicos para a promoção do trabalho decente, com participação social e ministerial, são importantíssimos para reparar as lesões e superar definitivamente esses problemas.

É imperativo que o Brasil adote uma política pública de promoção do trabalho decente, com planejamento e financiamento adequados para a emancipação socioeconômica das pessoas e redução das suas vulnerabilidades, que, ao cabo, levam à escravidão e ao tráfico.

O local em que habitam todas as formas contemporâneas dessas violências, inclusive o tráfico e a escravidão, é o terreno fértil das vulnerabilidades. Somente a superação dessas vulnerabilidades, pela mediação civilizatória do trabalho decente, pode nos ajudar a encontrar um ambiente emancipatório da dignidade da vida.

Encerro por aqui minhas palavras, e ficamos à disposição do Senado Federal e da Comissão de Direitos Humanos para o avanço desta pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Jônatas Andrade, Juiz representante do Fórum Nacional para Monitoramento e Solução das Demandas Atinentes à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

É muito importante essa participação. Obrigado por ter aceitado o nosso convite.

Agora, nós vamos, imediatamente, ouvir a Dra. Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel, Defensora Pública Federal.

Muito obrigado.

Ela vai participar também por videoconferência. Agradeço a contribuição.

A senhora tem dez minutos, com a tolerância desta Casa.

A SRA. NATHALIA LAURENTINO CORDEIRO MACIEL (*Por videoconferência.*) – Eu não sei se o meu áudio chega bem. Meu áudio chega bem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos ouvindo bem.

A SRA. NATHALIA LAURENTINO CORDEIRO MACIEL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Eu agradeço o convite. Agradeço ao Senador Girão e à Senadora Damares, enfim, a oportunidade.

Eu vou tentar ser breve, sei que já estamos aí bem no adiantado da hora. Sou defensora pública, como disse, atuo também no GT, no Grupo de Trabalho da Defensoria Pública da União voltado à questão do tráfico de pessoas.

Gostaria de agradecer aqui o reconhecimento da Dra. Marina ao trabalho da Defensoria.

Eu vou tentar ser breve. Já foram pontuadas tantas questões relevantes, estou falando aqui já no final. Então, realmente vou tentar dar uma análise mais focada realmente na atuação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defensoria Pública e nas dificuldades que a Defensoria Pública encontra na prestação desse serviço, que já fica aí na ponta realmente.

A Defensoria Pública é uma instituição já voltada a trabalhar com a população de extrema vulnerabilidade, dos migrantes, das mulheres, das comunidades tradicionais; enfim, já é o dia a dia do defensor público lidar com as vulnerabilidades da população brasileira. E, por óbvio, essa população vulnerável é justamente a população que se encontra mais fragilizada e que realmente é uma potencial vítima do crime de tráfico de pessoas.

Então, o que a Defensoria observa na prática? Realmente essa questão dos números, como os números realmente estão muito aquém da realidade. Só para se ter ideia, no último ano, apenas 20 casos chegaram ao GT da Defensoria Pública da União. Então, o que a gente ainda percebe é que, na ponta, essa ajuda, essa assistência, a Defensoria ainda não consegue chegar a ela, em razão de inúmeros fatores, em razão da estrutura da Defensoria, que é uma instituição extremamente limitada em termos orçamentários; em termos de existência nas unidades, nos municípios e nos estados, ainda somos muito poucos defensores e aí não conseguimos estar lá para prestar essa assistência; a questão ainda da informação entre as instituições, a gente vê que isso melhorou bastante, mas ainda existe muita dificuldade no contato e no diálogo entre as instituições. Isso, com certeza, é um fator que dificulta.

E aqui uma percepção minha de que ainda temos um olhar muito voltado para a punição, para o processo penal realmente, para a punição do crime. E aí a gente, às vezes, peca um pouco na questão da assistência à vítima. A gente vê como ainda é precária a questão da assistência nos aeroportos, nos pontos de controle, de fronteira. Então, a gente vê que isso ainda fica muito aquém.

E falando especificamente da atuação da Defensoria Pública, o que a gente ainda sente é a falta de uma construção normativa que realmente proteja e conceda medidas efetivas de reintegração social e de ressarcimento ao estado da pessoa. A gente vê que a vítima é resgatada, é reinserida – peço perdão, Senador, peço perdão –, ela é reinserida no seu meio social, mas as medidas necessárias para que essa vítima possa não voltar, inclusive, algumas vezes voltar a se colocar numa situação de potencial vítima, em razão de toda a fragilidade desse aparato do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é basicamente isso.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de trazer aqui a Defensoria Pública para falar do trabalho e me coloco à disposição para auxiliar no que for necessário, no que a gente puder contribuir. A Defensoria Pública está sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem, Dra. Nathalia Laurentino Cordeiro Maciel, que é Defensora Pública federal. Parece-me, pelo sotaque, que é bem ali próximo do Ceará, nordestino.

Eu fico feliz em ver a Dra. Nathalia, da Defensoria Pública Federal.

A gente teve problema – viu, Senadora Damares? –, há poucos anos atrás, com tráfico sexual nessa questão do turismo, lá no Nordeste. É uma coisa absurda, assim, estarrecedora, no Ceará, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, alguns estados ali que tiveram voos, inclusive internacionais, cujo objetivo era esse com as nossas adolescentes lá também no estado, no Nordeste.

Então fico muito feliz...

E fico receoso com essa história de cassino voltando à tona, de bingo, não é? Essa coisa aí a gente sabe o que vai dar. A gente sabe qual é o objetivo por trás de tudo isso. E nós temos que ficar atentos com relação ao subterfúgio de conseguir eventuais receitas para o nosso Estado, o Estado brasileiro, na situação em que ele está, que queiram jogar querosene para apagar o incêndio. Então eu espero que não enveredem por esse caminho de liberação de bingo e de cassino.

Falou-se em taxar as *bets*. Eu acho que deveria era acabar com essa coisa de *bet* também, que traz endividamento em massa, o que é um problema grave. Taxar o que já está aí, mas não liberar outras frentes de degradação para as pessoas, especialmente nesse caso específico, que pode favorecer o turismo sexual, sim, porque, se o cara tem cassino lá na Europa, na esquina, o que é que vai fazer no Brasil? "Me deu vontade de jogar no Brasil..." Não faz sentido isso!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – No Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No Norte do Brasil. Olha aí.

Vamos lá? Vamos agora para a nossa última palestrante aqui, que é a Conselheira Cintia Menezes Brunetta, Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado pela sua paciência, Dra. Cintia. Desculpe aí eventual atraso, mas eu acredito que você vai fechar bem aqui este momento nosso.

Muito obrigado pela sua presença.

A senhora tem dez minutos, com a tolerância da Casa.

A SRA. CINTIA MENEZES BRUNETTA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço imensamente o convite, Senador – obrigada! –, que é Senador do estado onde nasceram minhas filhas e onde eu exerço a jurisdição. Então, é sempre uma alegria.

Muito obrigada também, Senadora Damares, que sempre gentilmente me recebeu aqui no Senado.

Eu queria parabenizar todos e todas da mesa e os por videoconferência pelas falas.

Eu sou juíza federal no TRF da 5ª Região, que é o TRF do Nordeste, com sede em Recife, que pega de Sergipe ao Ceará. Sou juíza lá há mais de 20 anos. Então, uma parte da minha fala é como juíza federal, que tratou dessas questões no âmbito criminal, durante a jurisdição. Um outro olhar que também vou trazer aqui hoje é agora do Conselho Nacional do Ministério Público. Eu estou como conselheira desde o ano passado, desde fevereiro do ano passado, e estou à frente do Conatetrap, que é o Comitê Nacional do Ministério Público que trata especificamente do enfrentamento ao trabalho em condições análogas às de escravo e ao tráfico de pessoas. E essa é a minha perspectiva.

Como vimos nas falas de hoje, a questão do tráfico de pessoas no Brasil ganha caracteres muito peculiares. O Brasil não é apenas origem, não é apenas destino; é também trânsito do tráfico de pessoas, por quaisquer que sejam os motivos, até mesmo históricos, porque tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de três séculos em que a economia era baseada no tráfico de pessoas, e também temos quase 16 mil quilômetros de fronteiras e 121 municípios que, de alguma forma, são portas por terra. Nós temos portas pelo ar, temos portas pelo mar. No Nordeste é bastante comum, inclusive, a vinda e a ida de tráfico humano em navios, em porões.

Quando a gente pensa no enfrentamento ao tráfico – e fiquei pensando em aliar essas minhas experiências, porque também fui, durante quatro anos, Secretária-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, e trabalho com a formação judicial desde 2006 – nós olhamos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas com um olhar para três pilares específicos, pilares que foram tocados aqui de alguma forma.

O primeiro pilar é o pilar da informação, de que a Profa. Denise falou. O pilar da informação envolve produção de dados, envolve compartilhamento de dados, envolve o desenvolvimento de técnicas investigativas de inteligência, de inteligência investigativa, e envolve informação precisa que possa ser monitorada e que possa ser utilizada.

De fato, a despeito de todos os esforços do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Justiça, ainda faltam dados, e faltam dados especialmente por uma razão que a Dra. Marina falou: a inexistência de redes locais e regionais, como as que existem nacionalmente. Nós não temos sinais de alerta e, mesmo com o compartilhamento de dados – e aqui louvando a Lei Geral de Proteção de Dados que veio, mas ela tem sido usada, seja no combate ao tráfico de pessoas, seja no combate a outros crimes, como uma trava para esse compartilhamento –, isso deve ser pensado.

Nós precisamos também observar o pilar da formação, da capacitação, que eu acho que foi falado de todas as formas aqui, mas eu trago especialmente de dentro do Sistema de Justiça. De repente, refletir... Salvo raríssimas exceções, o tráfico de pessoas não é, o estudo do tráfico de pessoas, a capacitação nessa área, não é conteúdo mínimo, nem dos concursos vinculados ao sistema de justiça, nem dos cursos de formação inicial e continuada, não é algo que está presente sempre. E aqui falo também de capacitação do Poder Executivo e da sociedade civil, porque a gente não pode falar em tráfico de pessoas sem falar da sociedade, sem falar da capacitação da comunidade, sem falar do acolhimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acompanhei algumas operações voltadas ao tráfico de pessoas, mas de trabalho escravo, Senadora, em que essas pessoas foram resgatadas e foram deixadas, e elas foram para outras fazendas.

Nós temos que falar sobre reinserção social. E quando a gente fala em reinserção social, nós temos que falar de financiamento. Não adianta o resgate, seja do trabalho escravo, seja do tráfico de pessoas, com outra finalidade.

E nessa área também entra o terceiro pilar: o pilar da sensibilização, que é dirigido à sociedade, porque, como eu falei, tem aspectos históricos, culturais, mencionados pela Senadora Damares e por tantas outras falas. A gente está numa sociedade em que crianças não são vistas e não se fala...

E aqui eu vou trazer um pouco da experiência, especificamente, que eu estou tendo no Conselho Nacional do Ministério Público. Nós temos que pensar nisso e temos que ter muita ciência de que, quando a gente fala em tráfico de pessoas aqui no Brasil, a gente fala em trabalho. Segundo o Relatório Nacional da Secretaria Nacional de Justiça, divulgado no ano passado, referente aos anos de 2021 a 2023, mais da metade dos casos de tráfico de pessoas eram relacionados ao trabalho escravo. E o Brasil tem esta peculiaridade: tem aumentado a cada ano o número de não nacionais que são submetidos ao trabalho escravo.

Falando em trabalho e indo para a questão da infância, eu vejo como uma questão fundamental evitar o trabalho infantil, evitar o trabalho precoce. E aqui não vamos falar na perspectiva de que normalmente se fala, mas o fato é que, quando uma criança trabalha, ela está fora da escola; quando uma criança trabalha, ela está longe da supervisão de seus responsáveis, ela está na rua – ela está na rua – e ela está lidando com adultos, e adultos que não são aqueles que a protegem. Então, é impossível, na minha perspectiva, falar de tráfico de crianças sem enfrentar a questão do trabalho infantil, do trabalho precoce, porque eu vejo claramente como uma porta aberta: as crianças não devem estar na rua, as crianças devem estar na escola e as crianças devem estar em casa. Essa vulnerabilidade é impossível ser retirada.

Eu vejo dificuldade na instrução, como foi mencionado aqui. Nós temos a questão da dificuldade da produção de provas, nós temos a dificuldade da oitiva dessas vítimas. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos, na minha perspectiva, fomentar estratégias colaborativas de combate, fortalecer as redes existentes, criar as redes inexistentes, fechar os pontos cegos da rede.

E, com relação ao trabalho escravo, eu trago aqui algo apenas porque foi decidido recentemente pelo Supremo. Como falei, eu vinculo muito o trabalho escravo ao tráfico de pessoas por dados do próprio Ministério da Justiça. É uma lei de São Paulo, que foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no dia 9 de abril deste ano, há pouco mais de dois meses, que é a lei que caça o registro do ICMS de empresas relacionadas ao trabalho escravo. Então, essa lei, assim como... E louvo a iniciativa do TRT da 6ª Região, do Desembargador Paulo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CINTIA MENEZES BRUNETTA – ... assim como uma lei prevendo a necessidade da Carteira Nacional de Identificação (CNI) para crianças e adolescentes na circulação transestadual.

Então, como estou aproveitando que eu estou no Senado, que é a Casa do federalismo brasileiro e a Casa do povo, trago aqui essas sugestões. Espero que tenha sido rápida. Passei do tempo, Senador. Prometi que não ia passar, mas passei. De qualquer forma, eu fico à disposição aqui e futuramente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

Mas valeu a pena, viu? Valeu a pena e você tem mais uns dois minutinhos para a gente concluir.

Quem quiser...

Eu vou fazer umas perguntas aqui.

Eu quero agradecer à Conselheira Cíntia Menezes Brunetta.

Você falou da sua relação com o Ceará, das suas filhas, não é?

A SRA. CINTIA MENEZES BRUNETTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esse Menezes tem muito a ver com o trabalho seu hoje e com o Ceará. Porque o Dr. Bezerra de Menezes, um grande humanista, abolicionista, foi um dos responsáveis pela abolição dos escravos no Brasil lá na época da Lei Áurea. Um cearense que saiu para o Rio de Janeiro e fez uma grande trajetória...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É considerado o médico dos pobres.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Posso pedir só uma inversão? Eu prometo que não vou gastar mais do que três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Aí, depois, o senhor finaliza. Eu tenho que sair correndo agora.

Eu quero, sim, agradecer aos convidados. Eu acho que hoje esta audiência foi uma aula de doutorado, de mestrado. Quem acompanha o tema sabe que informações extremamente importantes, dados e números foram trazidos para cá, com emoção, Dr. Paulo, como o senhor falou, as conversas fizeram diálogo, as falas fizeram diálogo umas com a outras. Quando a Dra. Cíntia falou do não acolhimento, o Desembargador lá atrás falou: "Viajei 700km para ouvir uma pessoa dizer: 'Nada mudou na minha vida depois que fui resgatada'".

Fomos desafiados aqui hoje. Inclusive, vai ser uma audiência com proposições. E eu quero só cumprimentá-los. Não vai acabar aqui, Doutores, nós vamos dar continuidade a esse ciclo de debates, mas gostaria de dizer que vocês foram extraordinários, tanto quem está *online*, os senhores...

Mas eu queria chamar a atenção para dois aspectos. A Marina falou das motivações do tráfico e apresentou ali, a gente viu no eslaide dela, a adoção ilegal, a exploração sexual, o trabalho, e ela falou uma coisa muito grave: existem outras motivações e as autoridades estão se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debruçando sobre elas agora. Eu vou citar duas, Doutora, com coragem. Muitas pessoas falam para mim: "Não fale sobre isso!". Mas a gente sabe dos rituais, de seitas e rituais, de pessoas que são traficadas para seitas e rituais, para sacrifícios. E isso não é lenda! Infelizmente, quando a gente fala de tráfico humano, as pessoas ainda acham que é lenda urbana, que nós estamos falando isso para assustar as crianças com o homem do saco nas costas. Não é lenda. Nós vimos números aqui.

Há uma outra motivação, Doutora, que me preocupa muito. Em meados do ano 2000, nós fomos surpreendidos, porque as Farc levaram só meninos ticuna, 1,5 mil. Onde estão os nossos meninos ticuna? A gente sabe que há grupos armados no continente, há guerrilhas acontecendo no continente, e meninos podem estar sendo levados para isso. Esta é uma outra motivação que nós vamos ter que pensar: terrorismo.

E aí eu faço a minha última fala e me dirijo à Dra. Denise, que escreveu um livro sobre a Operação Acolhida. Eu estive lá. Dimitri esteve comigo. Nós fomos em uma comitiva de 26 pessoas, entre Deputados, Senadores e técnicos.

O que vimos lá, Dra. Cintia? Todo louvor à Operação Acolhida.

E aí, Marina, quando a gente executa a política, a gente recebe a política pronta e a gente é obrigado a executar. Eu estive lá executando política enquanto ministra, só que eu fui com um olhar de fiscalização agora, e o olhar é outro. Eu saí de lá assustada.

Entre os venezuelanos que estão vindo pela floresta – pasmem, Doutores! – há crianças desacompanhadas, crianças sozinhas atravessando a fronteira. Pela Operação Acolhida, dois anos atrás, entravam 900 pessoas por dia no Brasil, hoje caiu para 300; mas, detalhe: são 300 que entram pela Operação, mas a floresta é desse tamanho. E quem não entra pela Operação? Nós temos registrado que já entraram no Brasil mais de 1,4 milhão de imigrantes. São 74% que entraram por Roraima, mas eles entram por outros lugares também. Só que quando esse imigrante venezuelano entra, ele vem sem documentos. E segundo os nossos tratados internacionais, você não pode pedir de um refugiado, de uma pessoa em situação de vulnerabilidade, documentos – perdeu na floresta. Aí ele chega e fala: "Meu nome é João". Naquele momento, a gente faz nascer o João; naquele momento, ele recebe o nosso cartão do SUS, ele recebe o nosso CPF, ele recebe uma identidade com o nome João, porque ele falou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é João. E se ele não for João? A gente viu crianças de colo sendo trazidas, e diziam: "Essa criança se chama Cecília". E se não for Cecília?

E nós vimos também – são informações que nós vamos investigar – que estrangeiros, pessoas de outros países entraram na Venezuela, pessoas que não entrariam aqui, e entram pela Operação Acolhida dizendo que se chamam João, com o espanhol muito ruim, e a gente não tem como investigar se é um iraniano, se é uma pessoa de um outro país que está vindo, dizendo que é venezuelano.

Então, a gente tem tantos desafios, doutores... Tantos! E a gente vai se debruçar sobre a Operação Acolhida, que é um orgulho para nós brasileiros, mas eu, quando volto lá com o olhar fiscalizador, saio de lá muito preocupada, Doutora, e quero muito conversar contigo – muito, muito mesmo.

Então, Doutores, eu acho que a gente hoje traz aqui informações e desafios muito grandes para esta Comissão, para o Parlamento. E que bom que a gente fechou com a Dra. Cintia! Fechamos com chave de ouro, pela forma como todas as falas fizeram diálogo e como uma completou a outra.

Eu preciso sair, mas quero agradecer-lhes e dizer-lhes que não vão se livrar facilmente desta Comissão. Nós vamos continuar acionando todos os senhores, porque nós queremos dar respostas. E aqui nós temos, no plenário, instituições como a Éxodo – a Éxodo está aqui acompanhando a audiência – e outras instituições que estão aqui presentes.

Mas observem, senhores, que se tivesse sentado nessa mesa um *influencer* que vende, no TikTok, dancinhas, este Senado estaria lotado. Toda a imprensa brasileira estaria aqui. Cadê a imprensa agora? Ainda é um assunto de que poucos querem falar – e os que falam são perseguidos, ameaçados, ridicularizados –, mas parabéns aos senhores por cada um, na sua trincheira, estar cumprindo o seu papel.

Que Deus abençoe vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui com algumas perguntas que vieram pelo sistema, de brasileiros que estão acompanhando esta sessão e que já deixaram aqui, antes mesmo de a gente realizar o encontro, alguns questionamentos. Então, vou passar para todos vocês. Quem se sentir confortável para responder a esses questionamentos, eu agradeço, dentro da sua área e tudo.

Vanessa, do Distrito Federal, faz uma pergunta: "Há esforços reais para investigar e punir os financiadores e agentes poderosos por trás do tráfico humano no Brasil?".

Marcos, de Minas Gerais – olhem aqui os estados do Brasil, todos, participando: "O Brasil tem buscado cooperação com quais países para combater o tráfico humano e como essas parcerias têm gerado resultados concretos?".

Bruna, de São Paulo: "Quais ações preventivas estão sendo feitas nas escolas e comunidades para evitar o aliciamento de crianças pelo tráfico humano? O Senado discute ações para combater esse tipo de aliciamento *online*?".

Inclusive, aqui a Dra. Denise colocou alguns projetos de lei nesse sentido.

Renan, do Mato Grosso do Sul: "Que iniciativas o Brasil pode liderar para aprimorar parcerias globais contra o tráfico de crianças e adolescentes e amparar as vítimas?". Olha aqui!

Lorenna, do Piauí: "Como garantir que acordos internacionais realmente saiam do papel e protejam crianças e adolescentes do tráfico humano de forma efetiva?".

Jorge, do Rio de Janeiro: "É indispensável que essa política vise, precipuamente, os fatos que ocorrem na Ilha de Marajó divulgados pela Senadora Damares".

Daniele, de Alagoas: "As leis existem, mas não são cumpridas. A fiscalização é falha. A impunidade reina. Não basta reconhecer o problema, é preciso [...] [agir]". Ela faz aqui esse comentário.

Fátima, de São Paulo, também faz um comentário: "O tráfico de pessoas é umas das formas mais graves de violação dos direitos humanos, atingindo [...] milhares de vítimas [no mundo]". Na verdade, são milhões, não é?

Henrique, do Rio de Janeiro: "Que estratégias devem ser implementadas para proteger e reabilitar crianças e adolescentes resgatados do tráfico?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

João, de Goiás: "A pergunta que deve ser feita é... Quem está bancando todo esse mercado? Temos que ir atrás desse pessoal". Essa pergunta aqui não quer calar, não é?

Ana, do Paraná: "Como campanhas educativas do Governo podem alertar famílias e jovens sobre os riscos nas redes?".

Pessoas muito preocupadas aqui! Quem não viu já imagens de televisão, imagens de circuito, circuitos internos de TV, mostrando a criança sendo raptada em alguns lugares? Isso é muito preocupante!

Viviany, do Rio Grande do Sul: "O trabalho análogo ao escravo tem sido uma constante no Brasil. Quando será feita uma campanha divulgando o nome das empresas beneficiadas [com esse trabalho escravo]?".

Nós já temos leis nesse sentido. Tem essa decisão de que a Dra. Cintia falou, do STF, não é?

Então, vamos fazer o seguinte: eu vou passar por dois minutos e peço para... Porque, pelo adiantar da hora, a gente vai ter que encerrar às 2h, no máximo. Vamos passar por dois minutos, com toleranciazinha de um minuto, para a gente poder fazer as considerações finais.

Só temos *online* o Dr. Hugo Achá e também os presentes aqui para fazerem algum tipo de questionamento.

A senhora queria fazer um questionamento, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode.

Eu vou passar aqui... É uma audiência pública. Só lhe peço, no máximo, três minutos. Pode ser?

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Sim. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

A SRA. MARCIA MCCUSKER (Para expor.) – Obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Marcia, eu vim do Reino Unido, onde trabalho e vivo há quase 26 anos, e eu ajudo vítimas de violência doméstica e, principalmente, de tráfico humano.

É muito importante a gente ter os dados, os papéis, mas eu queria ver a linha de frente, porque eu faço essa linha de frente todos os dias, há 25 anos, no Reino Unido. E eu quero aqui denunciar o Reino Unido, o Governo, onde estão traficando crianças de mulheres, levando-as para adoção, e essas mães têm sido vítimas de loucura, de tortura, em um país que não está respeitando os direitos humanos, principalmente a Seção II. Eu vou a várias cortes, a tribunais de justiça, onde essas mães são caladas. Falam várias versões, várias mentiras, e essas mães têm perdido essas crianças – já vieram traficadas – para assistentes sociais. Têm sido feitas coisas horríveis.

Eu venho aqui por uma mulher. Eu viajei 15 mil milhas, do meu próprio bolso, para pedir justiça, para pedir que os governantes brasileiros façam algo por nossas mulheres que estão no Reino Unido e que têm sofrido severamente a injustiça, a impunidade chamada Reino Unido, onde estou há 25 anos lutando.

Eu já vim, há dez anos, aqui em Brasília, pedir para que eu pudesse ser ouvida, para que essas mulheres... Que a minha voz seja as vozes de todas elas, porque elas têm sido horrorizadas, têm sido trancafiadas, e eu não as vejo.

É bonito a gente colocar, é importante colocar os dados, os papéis. E, como a Sra. Conselheira falou hoje, a gente tem que dar continuidade às mulheres. Várias mulheres que foram traficadas e caíram na minha mão hoje são professoras universitárias no Reino Unido, são médicas, são psicólogas. Por quê? Porque a gente tem que dar a assistência contínua. Não adianta a gente tirar... Nós temos que dar assistência contínua. Então, eu peço para que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas. Foi para isso que eu vim aqui.

Eu larguei o meu trabalho, larguei tudo para pedir justiça, não só para uma mãe, mas também para todas essas que têm sido traficadas e para as quais não têm sido feita justiça, porque elas têm sido enganadas. No Governo britânico, não são todas, mas muitas assistentes sociais ganham muito dinheiro para que essas crianças sejam adotadas. É um tráfico humano insuportável, sobre o qual eles têm se calado. E estou sendo ameaçada, porque o próprio juiz disse que, se eu denunciasse, ele iria pegar as crianças e colocar na adoção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço.

Como é o nome da senhora?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Marcia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Marcia. A senhora...

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Marcia McCusker.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A senhora é portuguesa?

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A senhora é brasileira.

A senhora mora lá no Reino Unido, é isso?

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Moro no Reino Unido.

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL (*Fora do microfone.*) – É advogada no Reino Unido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É advogada no Reino Unido.

Então, brasileiras estão indo, estão sendo traficadas para o Reino Unido. É essa a sua denúncia?

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Exatamente.

Eu já denunciei para os órgãos competentes, porque há uma parceria da imigração, principalmente do Aeroporto de Heathrow, onde tem funcionários que trazem essas mulheres traficadas, no qual elas passam sem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL (*Fora do microfone*.) – Constar...

A SRA. MARCIA MCCUSKER – ... constar. Elas entram e pronto. Essas pessoas do Home Office têm recebido 8 mil libras.

Já fiz a denúncia, na qual eles também me calaram, porque eles querem cobrir todo o crime que tem sido feito pelas mulheres, é por elas. Senador, é surreal o que está acontecendo. São mães desesperadas. Elas são criminalizadas, são arrancadas as crianças delas, sem provas. Elas inventam uma articulação, e pronto e acabou.

Eu já consegui já derrubar três assistentes sociais, uma está na cadeia por tráfico humano de crianças.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Então, essa denúncia... Inclusive, nós temos aqui a representante do Governo Federal, do Ministério da Justiça, a Dra. Marina Bernardes. Se a senhora tiver documentação...

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A nossa equipe também está aqui, a Adriana, para receber a documentação, porque é para isto, a audiência pública também serve para dar voz. Nós estamos aqui de forma democrática para ouvir.

Você queria falar sobre esse assunto também?

O SR. JONATHAN HALL – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por favor, pode...

O SR. JONATHAN HALL (Para expor.) – Em primeiro lugar, Sra. Marcia, é um prazer enorme – conversaremos mais depois.

Só queria registrar fatos semelhantes nos Estados Unidos. Nós ajudamos a Hope & Justice Foundation em Orlando, Flórida, onde brasileiras chegam com promessas das mais diversas: trabalho, casamento, etc. Em muitas situações, americanos as levam para casa, tiram o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passaporte, as ameaçam e elas permanecem presas às vezes por anos. Só registro esse fato, é grotesco e é uma vergonha.

Inclusive, isso me lembra a pergunta, não sei de onde veio, mas: quem está bancando tudo isso? Eu, como norte-americano, registro aqui a grande vergonha de dizer que o meu país, Estados Unidos, é o maior consumidor e o que mais banca. Toda esta porcaria no mundo vem dos Estados Unidos, tanto em pornografia infantil como em abuso, e os Estados Unidos aparecem como o maior consumidor.

Os dados são difíceis. Só na fronteira com o México, Senador, nos últimos quatro anos, mais de 300 mil crianças sumiram – 300 mil crianças sumiram –, mães nas mais diversas situações.

Só quero registrar, conversamos depois, a Hope & Justice em Orlando tem uma fila de espera gigantesca. É desesperador o tamanho da necessidade. Conversamos, os colocamos em contato para que também os senhores e as senhoras saibam o que está sendo feito na Flórida, nos Estados Unidos, pelas brasileiras.

Enfim, quero concordar e dizer que temos que conversar, porque é uma tragédia.

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Várias mulheres não têm como se sustentar.

O SR. JONATHAN HALL – Não, exato! Exato.

A SRA. MARCIA MCCUSKER – Então, tudo isso que eu estou fazendo é do meu próprio dinheiro. Eu as coloco até na minha casa. Algumas que são traficadas, eu coloco dentro da minha própria casa.

O SR. JONATHAN HALL – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço...

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL (Para expor.) – Agora, eu vou dizer uma coisa seriíssima, que é o fato de o processo ter que ficar em sigilo e a própria vítima, ao denunciar o que está acontecendo com ela, é presa, porque ela quebrou o sigilo processual. Então, nós estamos amordaçadas no direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou advogada há 46 anos, advogo para algumas pessoas, que ela me comunica para advogar para brasileiras, e fui impedida de defendê-la sob pena de ameaça de prisão, porque o processo sigiloso não pode ser revelado à imprensa, não pode ser revelado a ninguém e nem ela pode ter uma defesa de brasileiros.

Nós vamos trazer essa brasileira para cá. Nós temos um caso fantástico, a trazer a pessoa e o filho, porque ela vai perder a guarda do filho por conta de ela estar denunciando para Haia. Denunciamos para Haia. E é tudo um sistema fechado, eles não nos reportam o andamento dos processos, porque é sigilosa a investigação, compreensível; mas, enquanto isso, ela está vítima da própria Justiça inglesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Perfeito. Como é o nome da senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – Márcia Regina Büll. Sou advogada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Duas márcias?

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – Eu fui Procuradora do Estado de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – ... e defendo interesses hoje das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Muito obrigado por vir a esta Comissão, por denunciar.

Eu fui informado aqui pela nossa Secretaria, sempre muito atenciosa, de que está sendo criada uma Subcomissão aqui de direitos humanos chamada Subcomissão Haia. Tem um endereço que eu vou passar aqui, vai ser entregue para a senhora também, que é cdh.haia@senado.leg.br.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço até à equipe da TV Senado, que também é sempre muito atenciosa, se puderem colocar os caracteres aí, a legenda, cdh.haia@senado.leg.br... É um canal de denúncias aqui, é uma iniciativa da Comissão, mas isso não impede que a senhora possa trazer para a nossa equipe as informações. A Adriana já pegou.

Também aqui o Dr. Jonathan, representante da Sound of Freedom Foundation, que tem contato com essa de Orlando. Como é o nome, essa do Justice?

O SR. JONATHAN HALL (*Fora do microfone*.) – Hope & Justice...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Open...

O SR. JONATHAN HALL – Hope & Justice Foundation.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Hope & Justice Foundation.

E parece aí um submundo institucionalizado disso.

Então... É...

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – São US$32 bilhões, por ano, que o Brasil ganha com isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA BÜLL – E deve ser mais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

A Dra. Marina também pegou nota, e eu tenho certeza de que vai ser encaminhado.

Vamos ouvir agora, para encerrar a sessão, por dois minutos com a tolerância de um minuto. Quero começar pelo desembargador, vamos seguir a mesma sequência.

Desembargador Paulo Alcantara, muito obrigado pela sua presença aqui nesta Comissão. E foi realmente... Vou colocar outro vídeo no final, como prometi, mas esse vídeo que o senhor nos trouxe aqui foi muito tocante, toca a alma.

Muito obrigado, Dr. Desembargador Paulo Alcantara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ALCANTARA (Para expor.) – Bem, agradeço mais uma vez o convite.

Eu quero começar o meu encerramento com a frase de Fernando Veríssimo, que diz assim: "O mundo não é um lugar ruim, ele só está mal frequentado". (*Risos.*)

E eu acho que é bem assim, eu tenho visto que está mesmo mal frequentado, mas eu sou uma pessoa idealista, eu acredito. Eu não tenho essa ilusão sobre o que é justiça. E me perguntaram, eu sou juiz há 36 anos: "O que é justiça?". Para mim, sobre justiça, uma das melhores definições que eu tenho é a de Kelsen. Kelsen escreveu um livro chamado *Que és la justicia?*, é porque ele só existe em alemão e em espanhol. É fácil achar, só é procurar e você pode encontrar.

Eu tenho uma versão, está no meu gabinete. Ao lado da deusa Têmis está esse livro *Qué es la justicia?* Ele começa num relato entre Pilatos e Cristo. Pilatos pergunta: "*Qué es la verdad*?". Aí, Kelsen, mais adiante, diz assim, respondendo à pergunta *qué es la justicia*?... Ele diz assim: "Em primeiro lugar, a justiça é uma possibilidade e não uma consequência do ordenamento jurídico".

A Doutora falou com bastante propriedade. Quantas vezes o depoimento, as provas, a participação de um bom advogado, as circunstâncias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ALCANTARA – ... os fatores podem atrapalhar e aquilo se frustrar?

Então, vamos melhorar o nível do mundo, porque realmente ele está mal frequentado.

Mais uma vez, obrigado. E desculpe-me se passei...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, muito obrigado, Dr. Paulo. Muito obrigado pela sua participação. (*Palmas.*)

Dando sequência agora, já passo a palavra para o Dr. Jonathan Hall, que é o representante da fundação Sound of Freedom.

O importante aqui... Uma pergunta que eu quero deixar para ele e também para o Dr. Hugo Achá é a seguinte: eu fui informado de que esse mesmo caso que aconteceu no Brasil, recentemente, dos médicos cubanos, naquela formatação, não na de hoje, numa formatação de escravidão institucionalizada, foi evitado pelo trabalho deles, do Dr. Jonathan, do Dr. Achá – eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero entender essa informação que eu recebi –, na União Europeia, que ia fazer algo similar, algum dos países ali da União Europeia. Esse trabalho de ONGs, de fundações, conseguiu alertar, na verdade, o Governo europeu – não sei se foi o Parlamento – para evitar essa tragédia da qual o Brasil, inclusive, foi palco.

Então, Dr. Jonathan, o senhor tem dois minutos, com a tolerância da Casa. Eu dou até um minuto a mais se puder me responder a essa questão que eu acabei de citar lá da União Europeia no programa de médicos de Cuba.

O SR. JONATHAN HALL (Para expor.) – Obrigado, Senador, não há como agradecer. Palavras não são apropriadas.

Queremos ver se o Sr. Hugo Achá está *online*, se está respondendo, ele teria bastantes mais dados, pois ele conduziu o processo na Europa.

Eu só registraria, em termos gerais, que são processos em que a maioria dos países havia aprovado o recebimento de grandes números. Essa aprovação foi interrompida por um ou dois países na Europa. Trabalhamos com a fundação FHRC (Foundation for Human Rights in Cuba), com os governos, os alertando porque, infelizmente, muitas vezes se aprovam coisas debaixo dessa bandeira humanitária sem se conhecerem os detalhes. Então, isso foi impedido.

Existe grande debate na Europa também, só registrando. O PDCA, que é um contrato, um acordo entre a Comunidade Comum Europeia e Cuba, também está sob revisão em alguns países. Tem muitos detalhes que o Sr. Hugo poderá comentar. Eu espero que ele ainda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JONATHAN HALL – ... esteja *online*.

Eu só registraria também, Senador, a importância dessa colaboração internacional. O que está acontecendo hoje, na minha opinião, é histórico. Eu espero que nós possamos colaborar. A natureza internacional está registrada aqui pelas duas Márcias, as Dras. Márcias, que vieram nos alertar: realmente é uma situação internacional em que precisamos dessa colaboração significativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Termino com a colocação de que eu tenho três netos, uma neta linda de cinco anos de idade, a Mila, e eu só posso dizer para vocês como eu me sentiria se a Mila fosse sequestrada. Então, ter netos nos dá uma ideia da urgência. Se a Mila fosse sequestrada, a minha vida viraria de cabeça para baixo. Então, que tenhamos essa urgência, Senador. Cada uma dessas crianças – a gente fala de 30 mil, 50 mil, 100 mil –, cada uma delas representa uma família, pais, avós, irmãos... Que possamos realmente...

Obrigado, mais uma vez, pela iniciativa, que é de suma importância. E estamos aqui para ajudar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado pela sua presença. Dr. Jonathan Hall, representante da fundação Sound of Freedom. Ele veio dos Estados Unidos para participar desta audiência.

É desesperador, é inimaginável. Eu tenho duas filhas pequenas também. É inimaginável a dor que essas...

O SR. PAULO ALCANTARA (*Fora do microfone.*) – Senador, esta é a minha neta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sua neta, né? Linda neta. Como é o nome dela?

O SR. PAULO ALCANTARA (*Fora do microfone.*) – Pietra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pietra.

É isso aí. Então, só o amor... Quem ama sabe o que essas famílias... O que é uma criança? A inocência completa. Meu Deus!

Quem não assistiu assista ao filme Sound of Freedom. Não é por acaso que tentaram bloquear de qualquer maneira a exibição desse filme no mundo inteiro. Por interesses escusos, poderosos, tentaram sabotar o filme. E o filme foi um sucesso depois que foi ao cinema. Não queriam deixá-lo ir ao cinema. Então, assistam, porque é um filme que dá uma chacoalhada, desperta as consciências; você se coloca, pela empatia, no lugar daquelas pessoas. Meu Deus, que filme!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já passo, imediatamente, a palavra para o Dr. Hugo Achá, representante da Foundation for Human Rights in Cuba.

Muito obrigado pela sua participação. Eu sei que o senhor está no Texas, nos Estados Unidos, e o senhor tem dois minutos, ou, com tolerância, três, se quiser responder a uma pergunta ou complementar esse caso da escravidão institucionalizada, que foi barrada pela fundação do senhor, junto com outras entidades, que a União Europeia iria fazer com Cuba.

O senhor tem a palavra.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. HUGO ACHÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, mais uma vez, muito obrigado. É um privilégio, é uma honra ter a oportunidade de participar desta audiência.

Eu acho que o mais importante, a primeira coisa que eu acho que tem que ser colocada é que o crime de tráfico de pessoas não é um crime isolado. Geralmente, como foi colocado por muitos dos palestrantes, mais especificamente pela minha colega da Espanha, muitas vezes a vítima se torna vítima mais uma vez. Por quê? Geralmente, a pessoa traficada é forçada também a traficar narcóticos. Muitas vezes, a pessoa que está sendo traficada é forçada a levar junto crianças que não são dela. Muitas dessas coisas são feitas com um nível de sofisticação impressionante.

Uma colega minha, venezuelana, Mailbort Petit, foi junto comigo na fronteira entre o México e os Estados Unidos. As organizações criminosas, junto com governos, usam sistemas que incluem, por exemplo, o uso de pulseiras com código de barras, que podem identificar a pessoa, rastrear a pessoa e podem também colocar a família em situação de risco. A precisão com a qual a atividade criminosa é realizada é estarrecedora e supera em muito as possibilidades, inclusive a tecnologia, que organizações e governos podem usar para combatê-la.

Segundo, o senhor colocou a nossa atividade do ponto de vista de campanhas que a gente, em inglês, denomina *Did you know?* – ou "você sabia?" –, que tem a ver com a participação de governos facilitando *trata* e tráfico de pessoas. A nossa atividade, como o Dr. Jonathan Hall colocou, permitiu que a corajosa ação da Lituânia impedisse a ratificação de um tratado de livre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comércio que teria significado bilhões de euros indo para os cofres da ditadura em Cuba, baseada em informações devidamente documentadas, fruto das pesquisas da nossa fundação.

O mais recente que eu gostaria de resgatar é a atitude também corajosa do Governo da República do Paraguai, que, na iminência de assinar um convênio que teria permitido o ingresso de brigadas médicas similares àquelas admitidas no Brasil sob o Programa Mais Médicos, quando recebeu a informação, as denúncias e as provas que foram obtidas pela nossa pesquisa, decidiu não só não assinar, mas anular completamente a possibilidade de ingresso desse contingente na República do Paraguai.

Finalmente, eu acho que é imprescindível entender que isso aqui não é uma questão unicamente privativa de agências policiais e do Judiciário. É preciso que a integridade dos governos, no caso o do Brasil, do Governo brasileiro, incluindo organismos de inteligência, Forças Armadas, incluindo a academia, ajude a educar, conscientizar e levar a população a entender a dimensão do problema.

Como foi colocado aqui também, não é possível que países como o Brasil tenham 80 mil crianças, em média, desaparecidas. Eu quero insistir que a perda, do ponto de vista de recursos humanos, de potencial, é estarrecedora.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e me coloco, ao mesmo tempo, coloco a fundação que represento ao dispor dos senhores, ao dispor do Senado, ao dispor das autoridades do Governo brasileiro, para ajudar, educar e fazer tudo o que seja possível para combater essa violação massiva aos direitos humanos que acontecem em escala global. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Hugo Achá, representante da Foundation for Human Rights in Cuba.

Deixo claro para quem está nos assistindo, brasileiras e brasileiros, que o Programa Mais Médicos atual não tem nada a ver com a formatação do passado, inclusive eu votei a favor, como Parlamentar de oposição, independente, porque foram feitas melhorias no projeto e ele não tem absolutamente nada dessa escravidão institucionalizada que aconteceu no passado aqui no Brasil, mas hoje não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já passo imediatamente a palavra para a Dra. Denise Abreu Cavalcanti, com "i", não é isso?

E outra coincidência, como tudo se complementa aqui, o nome do Dr. Bezerra de Menezes era Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, com "i".

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI – O médico dos pobres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O médico dos pobres.

Então, nós temos a Menezes aqui, que é a Dra. Cintia, e a senhora, Dra. Denise Cavalcanti, se complementando, como disse a Senadora Damares. Uma fala complementou a outra e também os sobrenomes aqui.

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI (Para expor.) – Senador, mais uma vez, eu quero parabenizar V. Exa. e a Senadora Damares pela brilhante iniciativa.

Participar desta mesa, sem dúvida alguma, foi uma grande honra, principalmente pelo trabalho, que eu admiro, que o senhor e a Senadora desenvolvem na Casa, por estar aqui com o Professor que muito me ajudou em minha pesquisa, por ter conhecido a Marina, parabenizando-a, porque eu sei que vocês fazem um trabalho... Luana, Bernardo, quando lá esteve. Eu estive na Operação Acolhida desde o início. Dr. Jonathan, foi um grande prazer ter escutado um pouco do seu trabalho. E a Dra. Cintia é Professora da faculdade da qual sou egressa, na qual fiz o meu doutorado, então foi realmente muito satisfatório estar aqui.

A última fala da Senadora Damares, antes de sair, coincidentemente, é a minha pesquisa de pós-doutorado, que eu faço na Universidade de Salamanca, na Espanha. E é um alerta muito grande que está acontecendo não só em nosso país, mas em outros países, com a questão dos fluxos migratórios, os perigos dos fluxos migratórios.

Só para finalizar, a questão do investimento que nós precisamos ter e pensar também em políticas de enfrentamento, de prevenção, de reparação e não repetição, para que não aconteça o que o Desembargador relatou: "Não mudou nada; fui resgatada, mas nada mudou".

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns mais uma vez e parabéns a todos os servidores também da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Nós é que agradecemos, Dra. Denise Abreu Cavalcanti.

A Operação Acolhida... Inclusive, nós recebemos uma informação aqui agora de que quem viria participar desta audiência também era o Ministério dos Direitos Humanos, mas houve uma emergência com o representante da Operação Acolhida e ele não pôde continuar conosco.

Então, vamos seguir aqui.

Já passo a palavra para a Dra. Marina Bernardes de Almeida, Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Imigrantes do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Muitíssimo obrigado pela sua presença aqui, pela paciência. Eu acho que é uma sessão histórica e eu fico, mais uma vez, feliz em saber que a senhora tem 15 anos como servidora do Ministério da Justiça. Isso é um DNA muito importante, uma memória muito importante para uma política de estado, na verdade.

Muito obrigado.

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu também queria agradecer a oportunidade de estar aqui apresentando um pouco das iniciativas do ministério.

A gente tem tentado, sim, mudar de patamar nesse enfrentamento. Sabemos dos desafios, e muito foi falado aqui hoje. A gente está trabalhando num país de dimensões continentais, que faz fronteira com dez países. Acho que temos mais de nove tríplices fronteiras, então é um desafio hercúleo, que prescinde de uma estreita colaboração e cooperação de todos.

Mas eu acho importante a gente também não perder de vista e colocar um pouco em perspectiva que o Brasil é muito avançado comparativamente a vários países. A gente tem legislações e políticas, tanto de tráfico, quanto de trabalho escravo, quanto de combate ao trabalho infantil, muito avançadas. E a gente percebe isso quando a gente tem a oportunidade de conhecer a experiência de outros países. Eu acho que a gente não pode perder isso. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem sistemas de assistência social e de saúde que também dão todo um suporte a essas políticas, o que muitos países também não têm.

É claro que a gente ainda precisa avançar, a gente precisa aperfeiçoar, e eu tenho visto essa especialização, que é tão importante acontecer. O Ministério da Justiça tem uma unidade, a Polícia Federal tem uma unidade específica, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho. Então, o aprendizado tem mostrado que essa especialização é superimportante para a implementação dessa política, e a gente tem avançado.

Quando a gente olha para dez, quinze anos atrás, a gente não tinha estruturas permanentes dentro dos órgãos, voltadas para esse tema, e hoje a gente fez um exercício, até recente, de desenhar toda essa arquitetura e ver como a pauta vem sendo incorporada de forma permanente por vários atores que atuam nesse tema.

Então, eu acho importante a gente não perder isso de vista.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA BERNARDES DE ALMEIDA – Temos muito a avançar? Ainda temos. Os desafios são muitos? São. Mas a gente tem, sim, por que se orgulhar de todo esse trabalho que vem sendo feito.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dra. Marina Bernardes de Almeida, aqui trazendo essas informações direto do Governo Federal do Brasil.

E, para encerrar, já agradeço também à TV Senado, porque a equipe já colocou aquele endereço, já está aí na tela para todo mundo ver: cdh.haia@senado.leg.br, da Subcomissão, para quem quiser fazer denúncias. Agradeço à equipe da TV Senado, que está colocando aí para a gente.

Para encerrar, a nossa Conselheira Cintia Menezes Brunetta, que é Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua presença. A senhora tem dois minutos, com a tolerância de um, se quiser responder a alguma pergunta ou fazer suas considerações finais. Muito obrigado pela paciência também.

A SRA. CINTIA MENEZES BRUNETTA (Para expor.) – Eu que agradeço novamente, Senador. Foi uma grande honra estar aqui hoje.

Apenas quero falar que é verdade, o mundo pode estar mal frequentado, mas eu fico muito feliz por iniciativas assim, que mostram que tem pessoas boas, de diversas origens, de diversas vivências e diversas experiências na trincheira, tentando fazer com que se torne um pouquinho melhor.

Eu sempre digo, e eu tenho duas filhas e viajo muito, o tempo inteiro – não me lembro da última vez que, infelizmente, passei uma semana com elas –, que eu faço isso para, de repente, colocar um tijolinho a mais para tornar o mundo talvez um tiquinho melhor. E eu acho que esta é a nossa missão na vida: tornar o mundo um pouquinho melhor. Então, eu sempre, embora triste, embora falar sobre isso seja muito cruel, fico feliz, porque o importante é a gente falar e a gente dar visibilidade.

Então, agradeço novamente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Dra. Cintia Menezes Brunetta.

Conforme o combinado – palavra é palavra –, vamos colocar o vídeo, porque só saiu o áudio. É um vídeo curtinho do nosso querido Desembargador, Dr. Paulo Alcantara.

Peço para colocar.

Vamos lá, vamos assistir.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, outro vídeo inspirador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após quatro horas, mais de quatro horas de sessão, nós vamos encerrar. E vamos encerrar com um *trailer*.

Dá para colocar o *trailer* do filme Sound of Freedom? Porque esse eu acho que é o principal produto audiovisual mundial, com repercussão, que chamou a atenção da humanidade para essa tragédia.

O SR. PAULO ALCANTARA (*Fora do microfone*.) – Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro. Enquanto o pessoal acha o vídeo, o senhor fique à vontade, Desembargador.

O SR. PAULO ALCANTARA (Para expor.) – Ernest Hemingway tem um diálogo de quatro frases que eu acho fantástico.

O diálogo é assim. Alguém pergunta: "Quem estará conosco nas trincheiras?". Aí um outro diz: "Ora, e isso importa?". Aí ele responde: "Mais do que a própria guerra".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sensacional.

A SRA. DENISE ABREU CAVALCANTI (*Fora do microfone*.) – Ernest Hemingway.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a Casa dele... Eu estive na Casa dele, onde ele morou muitos anos, que fica ali em Key West, lá na pontinha, pertinho de Cuba. Ali, você fica vendo a movimentação. Muito bem lembrado.

O SR. PAULO ALCANTARA – Troque guerra por doença, fome, privação, e perceberá a importância de quem está ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Muito bem, Dr. Desembargador. Muito obrigado.

Para a gente fechar, o *trailer* do filme *Sound of Freedom*.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se você não assistiu a esse filme, assista. Ele é muito forte e vai te chamar para essa causa, que é uma causa, repito, humanitária. Ele te coloca como uma família. Você vê de dentro ali a realidade disso tudo.

E a notícia boa que o Jonathan está acabando de me passar: o filme *Sound of Freedom* 2, o Som da Liberdade 2, vai ser lançado no ano que vem, em 2026. Então nós vamos ter uma sequência desse filme.

Nada mais havendo a tratar, muito obrigado a todos os presentes, a reunião está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e doze minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Beto Faro, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da vigésima oitava e vigésima nona reuniões, bem como da primeira e da segunda Diligências Externas da CDH em Roraima, que são aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 848, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto." Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4116, de 2021 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras." Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Emenda 1-CDH e com voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, que rejeita a emenda nº 1, sendo favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 2-CDH (substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2206, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar a notificação da vítima de violência doméstica e familiar quanto aos atos processuais realizados no curso do processo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda (de Redação) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei n° 561, de 2024 - Não Terminativo - que: "Cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 67, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a realização periódica das pesquisas de amplo interesse público do Senado Federal." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Paulo Paim como relator “ad hoc”. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CDH. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4936, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 125, de 3 de dezembro de 1935, para determinar a adoção de práticas de construção sustentável para a edificação e reforma de prédios públicos." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5018, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 25 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 8 - Relatório de Atividades - SF252871240342 que: "Relatório da diligência da CDH realizada na Argentina com a finalidade de visitar os brasileiros presos em virtude das manifestações políticas nos dias 8 e 9 de janeiro de 2023, em Brasília/DF." Autoria: Comissão. Resultado: O relatório está divulgado no site do Senado, no portal das Comissões, disponível no link: https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/834/. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 41, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater acerca das violações ao direito à vida e aos direitos parentais contidas na Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 53, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2025 - CDH sejam incluídos os convidados que especifica." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. A Senadora Damares Alves e o Senador Magno Malta subscrevem o requerimento, que, na sequência, é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/11

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 36ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 28ª a 29ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Segundo pauta divulgada e publicada, o primeiro item da pauta tem relatório de minha autoria, mas nós vamos fazer uma inversão de pauta: nós vamos para o item 2 da pauta, o Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, cujo Relator está presente. Então, faremos essa inversão de pauta.

O.k.? Todos de acordo? (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4116, DE 2021

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para garantir percentual de vagas de estágio para pessoas negras.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição da Emenda 1-CDH e com voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Na 28ª reunião (realizada em 28/05/2025) após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Relator.

O relatório já foi lido, e, em seguida, foi concedida vista.

Nós vamos, então, agora, à discussão da matéria.

Em discussão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – O relatório já foi lido, e não surgiu nenhuma emenda para este Relator. Assim, eu pediria que V. Exa. o colocasse em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição da Emenda nº 1, da CDH, com o voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.116, de 2021, na forma da emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, que rejeita a Emenda nº 1, sendo favorável ao projeto na forma da Emenda nº 2, da CDH, Substitutivo.

O projeto segue para análise terminativa na CAS – terminativa na CAS.

Eu gostaria de trocar a Presidência e solicito isso ao Senador Paim, para a leitura do meu voto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 848, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

De imediato, passo à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Presidente, eu quero permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gravidez na adolescência é um fenômeno que persiste no Brasil, apesar de esforços contínuos para sua redução. Dados do Ministério da Saúde revelam que, em 2020, cerca de 380 mil partos foram realizados em mães adolescentes, representando aproximadamente 14% dos nascimentos no país. Esses índices são particularmente elevados em regiões economicamente vulneráveis e entre adolescentes de baixa escolaridade.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) indica que a iniciação sexual precoce, o uso inadequado de métodos contraceptivos e a falta de acesso a informações claras e precisas sobre saúde sexual são fatores que contribuem significativamente para essa realidade. Estudos do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) também apontam que a gravidez precoce

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode limitar as oportunidades educacionais e econômicas das jovens, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade social.

A gravidez precoce apresenta riscos consideráveis para a saúde da mãe e do bebê.

Do ponto de vista social, a gravidez precoce frequentemente resulta em abandono escolar, menores oportunidades de emprego e maior dependência econômica, criando barreiras adicionais para a realização pessoal e profissional das jovens mães.

Além dos riscos inerentes à gravidez na adolescência, é fundamental abordar os riscos graves relacionados à prática do aborto, conforme destacado pelo autor do projeto. A prática do aborto apresenta sérios riscos à saúde física e mental das adolescentes.

A falta de acesso a informações adequadas sobre saúde sexual é um dos principais fatores que contribuem para a gravidez precoce e a prática do aborto. A Organização Mundial da Saúde (OMS) enfatiza a necessidade de programas educativos que forneçam informações precisas e culturalmente apropriadas para adolescentes, permitindo-lhes tomar decisões informadas sobre sua saúde sexual.

É importante destacar que a responsabilidade pela prevenção da gravidez na adolescência não deve ser atribuída exclusivamente às meninas. Embora as adolescentes sejam diretamente impactadas pela gestação precoce, os meninos adolescentes também devem ser engajados nesses esforços.

Estudos apontam que campanhas que incluem os meninos e as meninas são mais eficazes, pois promovem uma cultura de responsabilidade compartilhada, empatia e respeito mútuo. Além disso, a formação de jovens conscientes e informados sobre os riscos e responsabilidades da paternidade contribui para a construção de relacionamentos mais saudáveis e igualitários.

O Estado, a nosso ver, tem o dever de chamar a atenção dos jovens para os riscos da gravidez na adolescência e do aborto – que podem ser evitados, dando às adolescentes maior controle sobre seus destinos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aprovação deste projeto, Presidente, representa um passo significativo na promoção da saúde e dos direitos das adolescentes brasileiras, ao prevenir a gravidez precoce e evitar os riscos severos associados ao aborto.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 848, com uma emenda que já está devidamente publicada, trazendo todos os atores para esse processo: a televisão, a rádio, a internet, redes sociais, todos envolvidos em campanhas que alcancem, Presidente, meninos e meninas, sobre gravidez precoce e os riscos do aborto na adolescência.

Esse é o voto, e eu peço a aprovação dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório da Senadora Damares Alves, projeto do Senador Eduardo Girão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O projeto segue para análise terminativa na CAS, uma vez que foi aprovado por unanimidade. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente, por ter nos ajudado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu volto ao Plenário. Se precisar de mim, eu estou aí.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não temos mais nenhum Relator presente. (*Pausa.*)

O Senador Weverton pediu, Senador Paim, que nós nomeássemos um Relator *ad hoc* para o item 5 da pauta, que é um projeto de resolução do Senado com a autoria de diversos Senadores. Eu acho que não é uma matéria polêmica, há consenso. Então, eu gostaria de consultar se o senhor poderá fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito. E, se V. Exa. permitir, depois da organização que V. Exa. dará, eu irei direto à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ah, Senador Paulo Paim, o senhor... (*Pausa.*)

Ele não é primeiro...

O senhor não é o primeiro autor, o senhor é um dos autores, então o senhor pode fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E, como sou coautor, vou defender o projeto se for preciso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 67, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a realização periódica das pesquisas de amplo interesse público do Senado Federal.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI) e outros

Relatoria: Senador Weverton

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CDIR.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidenta Damares.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

Quanto ao mérito, a proposição é oportuna, pois fortalece a atuação legislativa baseada em evidências, para a promoção da transparência e para a construção de políticas públicas mais condizentes com a realidade nacional. Além disso, a proposição se alinha às boas práticas de gestão pública ao assegurar que os dados gerados sejam amplamente acessíveis por meio de formatos abertos, estruturados e inteligíveis.

Cumpre ressaltar que o Instituto de Pesquisa DataSenado ocupa, há mais de 20 anos, um importante papel na avaliação e elucidação de temas sensíveis para o Parlamento e para a sociedade brasileira. A previsão normativa da realização das pesquisas essenciais para o Senado Federal representa uma medida fundamental para reconhecer essa importante função institucional e oferecer diretrizes para seu exercício.

Trata-se, portanto, de uma proposição que fortalece os pilares da democracia representativa, valoriza o uso de evidências na tomada de decisões legislativas e reafirma o compromisso com a transparência e a responsabilidade institucional.

Vislumbramos a necessidade de mero ajuste formal no art. 3º da proposição para conferir mais clareza ao dispositivo, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2024, com a seguinte emenda de redação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. entender que eu deva ler...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, está publicado já.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como está publicado, o voto é favorável, com essa emenda de redação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 9 da pauta é um requerimento do Senador Girão. Eu vou subscrever e já vou colocar imediatamente em votação. Depois a gente volta ao item 8. Eu só vou fazer um comentário sobre o relatório de atividades e os demais projetos, como os Relatores não estão presentes, nós não vamos deliberar.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das violações ao direito à vida e aos direitos parentais contidas na Resolução nº 258, de 23 de dezembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2024 do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos dois requerimentos extrapauta que eu acho que nós não vamos ter problema de deliberar, Senador Paim e Senadora Jussara. É o mesmo requerimento, acrescentando nomes de convidados.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 41/2025 - CDH sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Observações:

A matéria é incluída como Item Extrapauta. Na sequência, a Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado pela Comissão.

É de autoria do Senador Girão, que eu também estou subscrevendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Itens 4, 6 e 7: os Relatores pediram para retirar de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 561, DE 2024

- Não terminativo -

Cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4936, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 125, de 3 de dezembro de 1935, para determinar a adoção de práticas de construção sustentável para a edificação e reforma de prédios públicos.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH, CMA e terminativo na CCJ.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5018, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em 21/05/2025, a matéria foi retirada de pauta.)

Nós temos o item 3, a relatoria é da Senadora Ivete – ela não está presente.

Nós vamos para o item 8 da pauta.

ITEM 8

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - SF252871240342

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório da diligência da CDH realizada na Argentina com a finalidade de visitar os brasileiros presos em virtude das manifestações políticas nos dias 8 e 9 de janeiro de 2023, em Brasília/DF.

Autoria: Comissão

Trata-se de um relatório de atividades da diligência realizada na Argentina para a visita dos presos de 8 de janeiro.

Como o relatório é longo, Presidente, e ele já está publicado, eu não vou fazer a leitura do relatório. Apenas quero comunicar ao Plenário que o relatório foi elaborado com a Consultoria do Senado, foi elaborado pelos assessores que acompanharam os Senadores. Foram à Argentina o Senador Girão, o Senador Magno Malta e eu estive presente. Tivemos a participação, nas reuniões, de uma instituição internacional que também cuida de direitos humanos, que trabalha na área da proteção de direitos humanos – inclusive, o representante da instituição está aqui. No relatório constam reuniões com autoridades da Argentina, reuniões com os presos – estivemos em dois presídios, um feminino e um masculino, cinco presos foram visitados – e o relatório traz também a oitiva que tivemos com as famílias dos presos. O relatório aponta, Presidente, sugestões; o relatório aponta direcionamento com relação a atendimento das famílias dos presos que estão na Argentina.

Então, o relatório está publicado, à disposição de todos os membros da Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na sequência, eu só queria informar que a nossa diligência, senhores, à Roraima foi coroada de sucesso, foram dias incríveis. Eu quero agradecer, Presidente, a toda a equipe da Comissão. Não foi fácil. Nós ficamos, Presidente, horas sobrevoando a floresta para tentar descer na área ianomâmi, com completo apoio e logística das Forças Armadas. Não conseguimos descer, e aí, Presidente, isto chama a atenção do Brasil, a atenção de todos nós: não conseguimos descer porque não combinamos com São Pedro. Quando chove, Presidente, quando o tempo fecha, os nossos indígenas naquela região ficam sem assistência. Nós ficamos imaginando se estivéssemos indo buscar uma criança passando mal. A aeronave não pousa, quando o tempo fecha, a aeronave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pousa. Se estivéssemos indo buscar, Jussara, uma mãe em trabalho de parto, um parto difícil, nós teríamos perdido a mãe e a criança. Que o Brasil entenda como é difícil a logística naquela região, como é difícil o atendimento aos indígenas da área ianomâmi, aos ribeirinhos como um todo. Como é difícil!

E a gente começar a fazer aqui no Senado, Senador, uma discussão sobre o custo Amazônia. Imagine, nós fizemos dois voos, duas horas para ir, duas horas para voltar, depois, duas horas para ir, duas horas para voltar. Como um gestor faz uma prestação de conta disso? Ele faz um orçamento para um voo, um voo de 1h30, mas ele fica tentando lá em cima, mais meia hora, descer. Então, já acresceu aí meia hora, hora voo e combustível, aí ele volta. Mas ele insiste em buscar o paciente, ele precisa descer, aí tem que fazer um segundo voo. Como ele justifica essa prestação de conta, Presidente? Como é difícil.

E como a gente vê as críticas a essas ações que estão acontecendo lá sem entender a realidade, sem as pessoas entenderem o que acontece na prática. Então a Comissão vai apresentar um relatório, nós vamos trazer no relatório, Presidente, louvores às ações que estão sendo feitas. Nós vamos também fazer indicações daquilo que a gente entendeu que precisa melhorar. Nós vamos trazer no relatório também propostas de projetos de lei que estão tramitando, que precisam ser imediatamente aprovados nesta Casa. E a gente está pensando, Presidente, em trazer como uma proposta, uma Comissão, uma subcomissão permanente para acompanhar as ações em área ianomâmi. Por que, Presidente? O que a gente entendeu? Não são quatro anos que vão resolver aquele problema. Então, essa subcomissão aqui no Senado vai poder ajudar a continuar as ações. Vamos supor que este Governo não se reeleja, que venha um que não entenda a necessidade da continuidade das ações; uma subcomissão aqui específica vai permanecer, vai lutar para que as ações permaneçam.

Nós também estivemos na Operação Acolhida, foi um momento muito especial para todos nós. Vamos apresentar o relatório na próxima reunião, mas eu quero agradecer aos Senadores que foram, aos assessores que estiveram, inclusive foram assessores porque os Senadores não puderam ir. Foi um momento importante. A comitiva tinha 26 membros, imagina. Foi assim incrível. Quero agradecer a todos. Vamos apresentar o relatório nos próximos dias. Hoje está sendo apresentado o relatório da Argentina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E informo, para encerrar a nossa reunião e liberar os Senadores, que nós teremos no dia 29 a diligência ao Marajó, inclusive, essa diligência, Deputados estão querendo acompanhar, 26, uma diligência ao Marajó. E lá nós vamos inclusive discutir o que a Comissão está discutindo: o tráfico transnacional de pessoas.

Então, os Senadores-membros estão convidados, suas assessorias, vai ser um momento também ímpar para esta Comissão.

Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Quero cumprimentar a Senadora Damares, Presidente da CDH, aqui cumprimentar o Senador Paulo Paim, que tão bem relatou esse PRS, de grande importância, especialmente para nós mulheres.

É um projeto de resolução do Senado que dá um passo importante, Senadora Damares, para garantir a continuidade de pesquisas aqui, são fundamentais para que a sociedade brasileira tome conhecimento de tudo o que acontece aqui no Senado, especialmente em relação às mulheres do nosso país.

Então, o DataSenado é um instituto público brasileiro que trata de assuntos que devem ser prioridades do Parlamento.

Eram essas as minhas palavras. Quero agradecer, Senador Paim, por o senhor ter relatado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – São quase 20 Senadores...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim, são vários Senadores que assinaram, é...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Mas são muitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Era o Weverton...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Era o Weverton. Isso, mas o senhor que fez *ad hoc*, não é isso? Então, aqui são muitos os Senadores.

Então, muito obrigada, Senadora Damares, por este momento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Jussara, foi aprovada com louvor uma matéria com tantos autores, e aprovada com louvor. Parabéns, parabéns.

Eu acho que estava faltando isso, tá? A senhora teve uma sensibilidade e uma visão incríveis dessa brecha, e hoje a gente fecha essa brecha.

Parabéns, Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Senadora, eu só queria aqui colocar o nome da Dra. Maria Teresa, que ela faz parte do Observatório da Mulher. Ela é realmente uma das pessoas que mais incentiva o instituto, que trabalha, que estuda sobre isso – e ela nos dá todo esse subsídio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, obrigada, tá? São as pérolas que esta Casa tem, são esses heróis anônimos, escondidos, que o Brasil não conhece, mas a gente não consegue fazer o trabalho que a gente faz aqui sem o apoio, a retaguarda de vocês. Obrigada.

Nós estamos contribuindo muito com a política pública, com a legislação. Esta Comissão está fazendo o dever de casa, esses Senadores... Desculpa a falta de modéstia, mas esta legislatura é extraordinária. Não é porque eu estou nela não, mas é muito boa, Jussara?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... eu dou o testemunho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós tivemos o Presidente Paim, nos dois primeiros anos desta legislatura, e quanta matéria a gente aprovou aqui. E muito com base nos dados que vocês recolhem, que vocês estão coletando lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo trabalho de vocês. E hoje a gente dá esse passo importante.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Senadora, e também com a generosidade, e com todo o trabalho do Senador Paim, que é um gigante este Senador aqui, que está sempre trazendo demandas com relação àqueles que mais precisam.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jussara, você não tem ideia de como é difícil sucedê-lo, você não tem ideia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Senadora Damares, primeiro, eu quero cumprimentar o DataSenado, que tem sido um parceiro desta Comissão ao longo dos anos, mas quero cumprimentar V. Exa.

Sem sombra de dúvida, V. Exa. está fazendo um excelente trabalho. Havia uma preocupação, no primeiro momento, daquela história de nós e eles, mas V. Exa., com muita diplomacia, com muita categoria, com muito jeito, e do seu jeito... É como diz aquela música: se ri ou se chorei, o importante é que eu fiz do meu jeito, não é? E é um jeito que tem compromisso com as políticas humanitárias. Então, cumprimento V. Exa. pelo belo trabalho que está fazendo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Bom, nós vamos agora para aquela parte de leitura de expediente. Senadores, fiquem à vontade. E está chegando muito expediente a esta Comissão. Vou fazer uma leitura rápida.

Mas quero informar aos Senadores...

O Senador Alessandro chegou.

Os Senadores vão entender agora que nós vamos voltar para a pauta. O Senador Alessandro se esforçou para chegar aqui, a gente entende a correria em que nós estamos hoje, e nós temos o item 7, que é de relatoria do Senador Alessandro.

Pronto para a relatoria, Senador? Podemos voltar para a pauta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então nós vamos para o item 7.

Enquanto ele abre o relatório, eu só quero informar que, neste exato momento, na Câmara, está acontecendo uma sessão solene linda. Nós estamos recebendo a Princesa do Japão hoje no Congresso Nacional. Eu tive a honra de recepcioná-la ali no Salão Negro. Fiquei encantada com ela, eu nunca tinha visto uma princesa tão linda – eu fui aos contos de fadas hoje –, muito jovem, de uma simpatia. Ela está andando pelo Brasil. Nós estamos comemorando o aniversário da amizade Brasil, da chegada dos primeiros imigrantes japoneses lá em Santos. Então é uma comemoração histórica. Ela está no Plenário da Câmara, para quem depois quiser dar uma passada lá. Eu acho que é um momento histórico, é um momento importante para o Parlamento estar recebendo S. A.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5018, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022, para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em 21/05/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 5.018, de 2024, de autoria da Senadora Mara.

A iniciativa objetiva alterar o art. 25 da Lei nº 14.344 para aumentar a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência decretadas em favor de criança e adolescente. A pena hoje é de detenção de três meses a dois anos e passaria a ser de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

A lei em que o PL vier a se transformar terá vigência imediata.

Na justificação, a autora da matéria argumenta que a Lei nº 14.994, de 2024, conhecida como "pacote antifeminicídio", acertadamente alterou o ordenamento jurídico brasileiro para fortalecer a proteção da mulher e o combate à violência de gênero. No entanto, a referida lei, ao agravar somente a pena do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência para a mulher vítima de violência doméstica e familiar, crime esse previsto na Lei Maria da Penha, criou uma desproporção penal em relação ao art. 25 da Lei nº 14.344, de 2022, que também trata de crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, mas em favor de crianças e adolescentes. Assim, o PL visa corrigir essa distorção, igualando as penas de ambos os crimes de descumprimento.

A matéria veio para a CDH.

Não foram apresentadas emendas regimentais.

Vamos à análise, Sra. Presidente e colegas.

Sob o ponto de vista regimental, não há nenhum tipo de óbice para a análise.

Em relação ao mérito, a proposta é absolutamente meritória, deve ser acolhida, porque reforça esse enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.

Registro, inclusive, que o projeto da Mara, Senadora Damares, me permite corrigir uma falha, talvez falha minha mesmo, porque eu fui Relator do pacote antifeminicídio, e é muito claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós precisamos avançar, sob o ponto de vista de endurecimento penal e de celeridade processual penal.

Então, o voto aqui vai no sentido da aprovação do projeto, para que se faça esse ajuste e para que se tenha uma majoração de pena para aquele agressor que descumpre medida protetiva deferida pela Justiça em favor de crianças ou adolescentes.

O voto é pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Senador Alessandro, parabéns pelo relatório. E nós ficamos tão tranquilos quando vem um relatório feito pelo senhor, pela sua experiência, pela sua dedicação ao tema, às matérias penais, nós ficamos muito tranquilos. Parabéns.

E na oportunidade, Senador Alessandro – eu já tinha feito isso antes, mas vou fazer agora –, quero agradecer por ter permitido e indicado a sua chefe de gabinete para nos acompanhar na diligência em Roraima. E quero pedir que continue enviando-a para nossas diligências. Foi um momento ímpar. Ela está aqui com a gente, obrigada pela parceria. Foi cansativo, nós tivemos uma reunião, Senador, com o Governador que terminou por volta de 11h da noite, depois de um dia de muita correria, e ela esteve lá ajudando tecnicamente, fazendo as anotações, está nos ajudando na construção do relatório. Obrigada pela participação do seu gabinete nessa tão importante diligência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu que agradeço e registro aqui de público que a senhora ganhou uma admiradora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bom!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Potencial eleitora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Opa!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador, obrigada.

Senador, eu vou agora para a leitura de expediente, o senhor fique à vontade, é aquele momento protocolar, mas os Senadores estão na correria, são muitas reuniões. Obrigada.

Expediente.

Informe 183, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que encaminha o relatório anual de 2023, que sintetiza o conjunto de visitas no ano de 2023 e traz recomendações nacionais para o desenvolvimento e construção de políticas públicas capazes de prevenir e combater a tortura, maus-tratos, tratamentos desumanos, cruéis e degradantes. O relatório também está disponibilizado no *site* da Comissão.

Para quem não sabe, o Mecanismo Nacional tem sede no Ministério dos Direitos Humanos e é composto de peritos. São peritos selecionados pelo ministério, nomeados pelo Presidente da República, para fazer o trabalho de prevenção e combate à tortura. Parabéns ao Mecanismo.

Informe 194, do Conselho Federal de Psicologia. Encaminha parecer em apoio à aprovação da SUG 1, de 2024, que propõe que a prática da psicoterapia seja de caráter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras. Informo que este documento já está disponível no *site* do Senado, junto ao processo da referida SUG, que tramita nesta CDH, com relatoria da Senadora Mara Gabrilli.

Informe 2003, da Câmara Municipal de Valinhos. Moção de repúdio pela violação aos direitos da ex-Deputada Estadual Célia Leão, retirada de voo por conta de almofada ortopédica – eu acompanhei esse episódio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheço a ex-Deputada Célia Leão: ela é cadeirante, uma mulher incrível, com uma prestação de contas de trabalho para o Estado de São Paulo, para o Brasil, um dos ícones na luta pelo direito das pessoas com deficiência, e ela é retirada de um voo por conta de uma almofada ortopédica. Ela tem que se sentar – na situação em que ela se encontra agora – com uma almofada atrás. Porque ela estava com essa almofada, de forma absurda a nossa ex-Deputada Estadual, a incrível Célia Leão, foi retirada de um voo, e aqui a Câmara Municipal de Valinhos faz uma moção de repúdio, e eu assino embaixo essa moção de repúdio. Eu quero enviar para a minha amiga Célia Leão um abraço, solidariedade e todo o carinho desta Comissão, que reconhece o trabalho dela e essa violação de direito, direito de apenas voltar para casa. Ela estava vindo de uma reunião, representando o Brasil nessa reunião. É apenas o direito de voltar para casa.

Informe 2.004, da Câmara Municipal também de Valinhos: moção de apoio ao Senado Federal em favor da SUG 3, de 2025, que propõe a concessão de adicional de insalubridade aos profissionais da educação em projeto de lei. Informo que a referida moção já está disponível no *site* do Senado, junto ao processo da SUG.

Agora nós vamos para as denúncias.

Denúncia 185: pedido de apoio e acompanhamento referente ao desaparecimento de um homem com traços de autismo na Terra Indígena Aldeia São Domingos, no Mato Grosso; relata o desaparecimento e o encerramento das buscas oficiais em apenas 12 dias; a família alega omissão e parcialidade na investigação policial; denuncia também tratamento desigual pelo delegado responsável, que teria bloqueado contato com a mãe da vítima, enquanto mantinha comunicação com familiares do investigado; solicita o acompanhamento do caso pela CDH, a retomada das buscas em locais ainda não explorados, e a garantia de acesso às informações do inquérito. Encaminhamento: encaminhar ofício para o Ministério dos Povos Indígenas, solicitando providências; solicitar informações do Ministério Público Estadual; sugerir que provoquem a polícia civil da região para a retomada das buscas e informar o fato narrado pela família sobre o tratamento indevido do Delegado Dr. Ivan Albuquerque aos familiares da vítima; oficiar ao Diretor-Geral da Polícia Civil do estado, solicitando providências ao caso, por meio do núcleo das pessoas desaparecidas das delegacias especializadas de homicídios e proteção à pessoa; encaminhar a denúncia para o conhecimento da Deputada Federal Coronel Fernanda, que é do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado e atua nessa temática; ainda, informar a demandante sobre essas providências tomadas pela Comissão. É mais uma violência contra pessoa com autismo.

Denúncia 186: cidadã se diz desamparada e sem orientação sobre como proceder legalmente após a renúncia e o abandono processual por advogado dativo da causa, que orientou incorretamente aos denunciantes a buscarem um novo advogado por conta própria; além disso, por anos, o advogado dativo não manteve qualquer comunicação sobre o andamento do processo e negligenciou a intimação de testemunhas essenciais, o que teria gerado prejuízo direto à defesa; diante da situação, os denunciantes solicitam à CDH justiça e instrução sobre como proceder. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não possui competência legal para intervir em processos judiciais individuais, nem possui equipe técnica para apoio jurídico. Em que pese isso, orientar a cidadã a fazer denúncia junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça, que nomeou o defensor dativo relatando a conduta omissiva e o abandono processual. Também deverá registrar reclamação disciplinar junto à OAB do seu estado, caso o defensor dativo seja um advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB, nos termos do Estatuto da Advocacia (Lei nº 8906/1994). Se a cidadã estiver em situação de insuficiência econômica, procurar a Defensoria Pública do seu estado para solicitar a avaliação da possibilidade de nulidade de todos os atos processuais praticados sem a devida defesa técnica.

Denúncia 187: professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de origem peruana, denuncia à CDH que foi afastado de sua função por xenofobia, sob o pretexto de seu sotaque e de sua suposta incompetência. Alega que a investigação interna da Secretaria de Educação está parada há mais de um ano e que a gestão escolar fabricou justificativas para encobrir a discriminação. Pede a intervenção da Comissão para que a apuração seja concluída e as responsabilidades sejam apuradas. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência legal para atuar diretamente em apurações administrativas internas, tampouco para intervir em processos disciplinares individuais. Orientar o demandante a: 1) encaminhar denúncia junto ao Ministério Público do DF, especialmente à Procuradoria da Justiça de Defesa da Educação, órgão com competência para fiscalizar a atuação na administração pública educacional; 2) notificar a Comissão de Ética ou Direitos Humanos da Secretaria de Educação do DF, encaminhando o requerimento para análise sobre eventual violação de princípios da dignidade, igualdade e respeito à diversidade cultural; 3) reiterar junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Corregedoria da secretaria o pedido de apuração disciplinar pendente; e 4) registrar a denúncia junto à Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, relatando possível paralisação da apuração e as alegações de discriminação.

Permitam-me, como é o meu Distrito Federal, vou me manifestar dizendo que eu confio na atual Secretária de Educação do DF. É uma pessoa de uma sensibilidade incrível, é uma pessoa muito ética, a Profa. Hélvia Paranaguá. Eu tenho certeza de que ela vai dar uma atenção a este caso.

Denúncia 192: violência institucional. A cidadã alega que, após sofrer um acidente de moto, se dirigiu a um hospital em busca de cuidados médicos e sem o seu consentimento a polícia foi acionada. Sem ser ouvida, foi conduzida à delegacia sob a alegação de que seria ela vítima de violência doméstica. A cidadã afirma que não sofreu violência doméstica, mas todos os trâmites na delegacia e o processo foram conduzidos dessa forma. Disse que foi obrigada a permanecer por oito horas na delegacia sem que a ouvissem de fato, sob as afirmações de que o procedimento era para protegê-la. Não teve assistência jurídica, mas um processo judicial fora aberto, contudo hoje não é mais possível a busca processual. A cidadã fala que houve um "apagamento institucional" e agora sofre ameaças em virtude da busca por reparações da violência psicológica que passou. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência legal para intervir em processos judiciais individuais. Orientar a demandante a: (1) enviar reclamação junto à Ouvidoria do Ministério Público de Alagoas, relatando o caso como possível abuso institucional, e requerer investigação das autoridades envolvidas; (2) fazer representação junto à Corregedoria da Polícia Civil do estado acerca da conduta dos agentes públicos no momento do acolhimento e condução à delegacia; (3) solicitar assistência jurídica junto à Defensoria Pública para localização do processo judicial mencionado e avaliar medidas de reparação de danos morais por abuso de autoridade; e (4) denunciar no Disque 100 as violações de direitos sofridas e o risco de retaliações.

Denúncia 193. Violência doméstica institucional. A cidadã relata falhas graves da rede de proteção brasileira do enfrentamento à violência de gênero, da violência doméstica à revitimização em casa de acolhimento para vítimas, alegando que faltam direitos básicos no acolhimento e cita várias violações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência legal para intervir em processos judiciais individuais. Em que isso pese, será analisada a sugestão para audiência pública acerca do tema. Ainda, orientar a demandante a registrar denúncias junto à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, por meio do Disque 100, detalhando a suposta omissão do Ministério Público de seu estado; encaminhar ao Ministério Público estadual a suposta omissão institucional; encaminhar denúncia junto à Ouvidoria da Secretaria da Mulher ou do órgão estadual responsável com descrição da situação vivida; informar ainda à demandante que esta Comissão realiza, neste ano, a avaliação do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e, dentre as atividades previstas em seu plano de trabalho, está a realização de audiências públicas para tratar sobre proteção a mulheres em abrigos e sobre a atuação dos diferentes órgãos competentes pela formulação e implementação deste pacto. Dessa forma, a Senadora Mara Gabrilli, Relatora da avaliação, será informada sobre essa denúncia específica.

Denúncia 199. Prática abusiva de parcelamento automático de fatura de cartão de crédito sem consentimento, pedido de providências legislativas fiscalizatórias e investigativas. O denunciante também encaminhou denúncia à CAE, à CTFC, à CAS e à Ouvidoria do Senado.

Encaminhamento: acusar o recebimento da denúncia e informar que esta Comissão não tem competência para atuar em processo administrativo; orientar o demandante a formalizar a denúncia junto à Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, e a acionar o Procon do seu estado para abertura de procedimento.

Solicitação nº 184. Ajuda da Comissão para interceder junto à Bolívia no caso de um homicídio cometido contra brasileira estudante naquele país. A família pede ajuda, pois o homicida é menor de idade e, apesar de aguardar as investigações preso, teme que ele seja solto, já que o prazo das investigações está encerrando. Pedem auxílio para irem até a Bolívia para acompanhar a tramitação processual, resolver parte da documentação e organizar o retorno dos bens da vítima.

Em relação ao assunto, a Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas para Mulheres de Santana, Amapá, solicita informações quanto ao andamento da formação da comissão mista com destino à Bolívia, no intuito de acompanhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento: acusar recebimento e informar sobre a publicidade dada ao caso nesta Comissão. Quanto à solicitação para acompanhar a situação, informaremos que o Plenário já está ciente e a providência está sob coordenação do Presidente da Casa.

Eu quero fazer um comentário a essa solicitação. Eu recebi pessoalmente a Secretária de Políticas para Mulheres da cidade de Santana, a comitiva que estava acompanhando, familiares da vítima e um grupo de apoio que se formou na família em torno deste caso. Este caso nos desperta a atenção para a situação dos brasileiros que estão estudando fora. A jovem Jenife, que foi assassinada de forma cruel, deixa filhos, deixa a família enlutada e, depois da morte, vem uma outra violência, as acusações contra a honra da vítima. A estudante brasileira... Eu vou ler uma carta que foi enviada, parte do conteúdo que foi enviado a esta Comissão. Eu confesso que eu fui tomada de muita emoção ao ver as imagens. A cidade inteira foi para rua para se manifestar quanto a esse homicídio. A estudante brasileira de medicina, mais uma jovem que sonha com o curso de medicina e tem que sair do seu país em busca do sonho.

A estudante brasileira de Medicina Jenife Socorro Almeida da Silva, natural de Santana, Amapá, foi encontrada morta, em 2 de abril de 2025, em seu apartamento em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Exames iniciais constataram sinais de asfixia mecânica, enquadrando o crime como feminicídio pelas autoridades locais. Inclusive foi muito divulgado pela imprensa nacional.

Um adolescente de 16 anos foi identificado como principal suspeito do assassinato. O adolescente está em prisão preventiva, prestes a vencer o prazo, e poderá ser solto a qualquer momento, trazendo mais sensibilidade ao caso.

Diante da gravidade da situação e pela recorrência de casos como o da estudante, a família tem tentado buscar dar visibilidade ao caso. Por isso, procurou esta Comissão, seus Parlamentares, receosos de que o caso se torne mais um entre tantos outros. Enquanto resposta inicial, o Senado Federal aprovou, em 8 de abril, a criação de uma Comissão Externa para acompanhar as investigações realizadas na Bolívia e também avaliar a proteção dos cerca de 6 mil estudantes brasileiros que cursam medicina em Santa Cruz. Essa providência está sob a coordenação direta da Presidência da Casa, na pessoa do Senador Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, apoiarei o Presidente no que for necessário, para que mais nenhuma Jenife seja assassinada no Brasil ou em outro país.

Inclusive, eu peço à Secretaria que envie um ofício ao Presidente Davi, solicitando a imediata instalação da Comissão Externa. Eu quero, inclusive, ser membro desta Comissão. Nós precisamos ir à Bolívia acompanhar esse caso.

Esse caso poderá, inclusive, nos trazer elementos para gente acompanhar a situação desses jovens brasileiros que estão fora do país estudando. Nós estamos constantemente recebendo das famílias informações de violação de direitos humanos desses jovens estudantes fora do país.

Eu transmito meu abraço à família de Jenife, à cidade de Santana, no Amapá, às autoridades locais, por toda a mobilização, ao ponto de fazer o Senado Federal criar uma Comissão Externa para acompanhar esse caso. Que nenhuma Jenife mais morra no Brasil ou fora do país dessa forma.

Solicitação... Informe 199. Prática... Não, solicitação... (*Pausa.*)

Já li.

Solicitação 188: candidatos aprovados em concurso para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul pedem que a Comissão intervenha para acelerar suas nomeações. Eles argumentam que o resultado do concurso já foi finalizado e homologado e que a nomeação é necessária para a continuidade do serviço público.

Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência legal para atuar nesses casos.

Informe 189: estudante de Direito de Juazeiro do Norte, Ceará, solicita apoio da Comissão para a produção de um documentário acadêmico. O filme tem como objetivo expor a precariedade da saúde da mulher no sistema carcerário brasileiro, abordando a falta de políticas públicas e de atendimento médico.

Encaminhamento: acusar o recebimento e encaminhar o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura de 2023, que sintetiza o conjunto de visitas realizados no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema carcerário e traz recomendações nacionais para desenvolvimento e construção de políticas públicas capazes de prevenir e combater tortura, maus-tratos, tratamentos desumanos, cruéis e degradantes. Sugerir ainda que solicite, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, outros documentos relacionados ao tema. Parabéns ao jovem pela iniciativa! Juazeiro do Norte, Ceará.

Por falar em Ceará, está no plenário a jovem Nayara, estudante de Direito, da cidade de Sobral, que veio a Brasília para uma série de eventos que aconteceram em Brasília em defesa da vida. Foram audiências públicas, eventos da frente parlamentar na Câmara e Senado. Tivemos a marcha em defesa da vida ontem, na Esplanada, que foi linda; essa marcha já está na 16ª edição. Parabéns, Nayara, por sua luta em defesa da vida desde a concepção! Tão jovem e tão engajada nesse tema. Que Deus a abençoe, Nayara! E obrigada por estar na Comissão, hoje, acompanhando os trabalhos.

Solicitação 190. Representante de empresária que atualmente está no Programa de Proteção a Testemunhas, solicita à CDH que cobre providências do Ministério Público de Minas Gerais referente a uma denúncia de corrupção feita por ela há mais de seis anos, que resultou em ameaças de morte e na ruína de sua vida pessoal e profissional. O representante aponta a falta de ação do MP de Minas Gerais no caso e convida a Senadora Damares para uma reunião em 16 de junho de 2025, com representantes do MP e da Defensoria Pública, buscando visibilidade e apoio para a vítima, que se encontra com a saúde debilitada.

Encaminhamento. Acusar recebimento e encaminhar ofício à sede do MP em Belo Horizonte, solicitando informações sobre o caso e sobre sua atuação no caso. Ainda, informar à demandante sobre a providência tomada e agradecer o convite para participação na reunião agendada para 16 de junho.

Solicitação 197, do Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro. Encaminha a apresentação de dados sobre a população em situação de rua coletados ao longo de 2023 e 2024, em contexto da Presidência brasileira no G20 e, atualmente, do Brics. Os referidos dados foram apresentados ao Conselho Nacional de Direitos Humanos em setembro de 2024 e ao Conselho Nacional de Assistência Social em abril de 2025, e revelam que mais de 6 milhões de pessoas vivem – meu Deus, eu vou repetir o número –, 6 milhões de pessoas vivem em situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de rua nos países desses blocos! Considerando o papel dessa Comissão na defesa dos direitos fundamentais, no combate às violações de direitos humanos e na promoção da participação popular, o movimento solicita o debate dessa realidade, em especial no que tange ao protagonismo da população em situação de rua na construção de políticas públicas e à sua representatividade nos espaços de decisão.

Encaminhamento. Acusar recebimento e informar que a sugestão será analisada.

E aqui eu faço mais um adendo: um dos motivos de nossa visita à Roraima foi entender a entrada dos imigrantes venezuelanos no Brasil e o acompanhamento a eles em todos os estados brasileiros. A Operação Acolhida tem interiorizado esses imigrantes, mas o que nós estamos vendo são imigrantes venezuelanos nas ruas do país. Nós vamos ter que acompanhar essa realidade mais de perto, e aqui a gente vem com um número. Nesses países do bloco do Brics, 6 milhões de pessoas em situação de rua. O Uruguai tem 3 milhões de habitantes. Nós estamos falando de 6 milhões de pessoas em situação de rua. É como se fossem dois uruguais só de pessoas em situação de rua desses países ligados ao bloco. Lamentável!

Solicitação 198. A cidadã pede a esta Comissão que divulgue sobre a doença ataxia de Friedreich para a conscientização da população e em defesa da inclusão no SUS do primeiro e único medicamento para controle da doença.

Encaminhamento. Acusar o recebimento e informar sobre a publicidade dada ao caso nesta Comissão. Quanto à solicitação de criação de Comissão para acompanhar a situação e informar ao Plenário do Senado, já está ciente, e a providência está sob a coordenação do Presidente da Casa.

Solicitação 201. Pede ajuda da Comissão, pois criança com transtorno do espectro autismo teve benefício BPC negado. Segundo o relato, a resposta para o indeferimento é de que a tutora da criança recebe renda de R$400, porém não apresenta documentos comprobatórios dessa renda, além de desconsiderar o registrado em sistema Dataprev de que o valor correto é R$160. Ademais, o cidadão alega que, ao tentar acessar o sistema do recurso ordinário do INSS, consta que o serviço está indisponível, e o telefone 135 não funciona. Além disso, a tutora/genitora se encontra desempregada, e os gastos com o tratamento aumentaram muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhamento. Acusar o recebimento e informar que a Comissão não tem competência legal para atuar nesses casos. Sugerir que continue buscando o contato com o INSS e que procure o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) mais próximo de sua residência para orientações a respeito.

Solicitação 202. Solicita apoio para que haja revogação parcial da Portaria nº 2.027, de novembro de 2023, especialmente no que diz respeito à alteração do art. 20 da Portaria Normativa nº 21, de dezembro de 2012, do Ministério da Educação. Segundo o cidadão, essa portaria representa uma barreira que dificulta o acesso de pessoas negras com deficiência ao ensino superior público, descontinuando uma política que vinha sendo amplamente aplicada no âmbito do Sisu desde 2017.

Encaminhamento. Acusar o recebimento e informar que a sugestão será analisada pela equipe técnica.

Respostas a ofícios encaminhados pela CDH.

Em resposta ao Ofício 30, a Apae Brasil confirma o recebimento de denúncia sobre possíveis irregularidades na gestão da Apae de Nova Friburgo. A entidade informa que a denúncia já está em fase de apuração preliminar; e esclarece que, segundo o seu Regimento Interno, a responsabilidade de apurar denúncias contra uma Apae local é da federação estadual correspondente, que já foi notificada para tomar as providências.

Resposta 195, do Ministério das Relações Exteriores, quanto ao Documento nº 127, lido na 22ª Reunião, Expediente 8, que solicita ajuda da Comissão para interceder junto ao Itamaraty para reverter a negativa de visto solicitado à Embaixada do Brasil em Havana. O ministério relata que a interessada já passou pelo procedimento padrão de solicitação de visto perante a Embaixada do Brasil em Havana, não logrando êxito em seu requerimento em decorrência da análise documental e da entrevista concedida pelos agentes consulares. Ressalta-se que o visto solicitado é de visita, e este não condiz com o objetivo da interessada, que é o de residir no Brasil junto de sua irmã. Desse modo, o visto não se mostra apropriado para os objetivos da viagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resposta 196, da Câmara Municipal de Pouso Alegre, quanto ao Documento 163, lido na 28ª Reunião, Expediente 10, que relata violações de direitos humanos envolvendo um cidadão em situação de rua. A Câmara agradece a leitura.

Resposta 200, da Ouvidoria da UnB, quanto ao Documento nº 60, lido na 26ª Reunião, Expediente 9, que trouxe a denúncia de ataques sistemáticos a uma estudante da Casa do Estudante da Universidade de Brasília, incluindo intimidação, assédio coletivo, violência psicológica e agressões físicas: a Ouvidoria informa que todas as manifestações registradas estão sendo analisadas pelo setor responsável, ressaltando que as providências cabíveis estão sendo adotadas com responsabilidade pelo setor competente da universidade, conforme os princípios legais e éticos que norteiam a atuação.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado, no portal da CDH; os demais ficam na Secretaria para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo ainda, nesses mesmos termos, que os documentos lidos na 2ª, 4ª, 6ª, 11ª, 13ª, 18ª, 20ª e 22ª Reuniões serão arquivados.

Alguma observação? (*Pausa.*)

Se alguém tiver dúvida, os informes, os encaminhamentos estão disponíveis.

Bem, nada mais tendo a tratar, encerro esta reunião.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Astronauta Marcos Pontes. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 16/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Ciclo de Debates sobre: Direitos das pessoas idosas, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a pessoa idosa. Participantes: Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Mauricio Gehlen, Prefeito de Paranavaí – PR - Presidente do Instituto Mauricio Gehlen; Marco Túlio Gualberto Cintra, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG - Especialista na área da saúde da pessoa idosa, atuando na promoção do envelhecimento saudável, acesso à saúde e cuidado integral; Mauro Moreira Freitas, Presidente da Associação Brasileira de Cidadão Sênior – ABRACS; Juíza Auxiliar da Corregedoria Monize da Silva Freitas Marques, Juíza de Direito – Coordenadora da Central Judicial da Pessoa Idosa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT/CJI; Egídio Dórea, Diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade da USP e Coordenador do Programa Envelhecimento Ativo do Hospital das Clínicas de São Paulo - Referência em envelhecimento ativo, cuidado comunitário, autonomia e inclusão social da pessoa idosa; e Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/16

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 16, de 2025, de minha autoria, para a realização do "Ciclo de Debates sobre direitos das pessoas idosas em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Nós temos hoje, nesta nossa audiência, ilustres convidados, e a Comissão está muito feliz por terem aceitado o convite para estarem conosco. São convidados que têm a pauta no coração, e hoje é um dia para eles de muita atividade, porque ontem foi o nosso Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. Então, eu creio que todos estão com uma agenda lotada hoje. E eu quero agradecer por estarem colaborando com o Senado Federal, com o Parlamento, com o Congresso, nesta audiência pública, neste ciclo de debates sobre os direitos da pessoa idosa. Nós faremos várias audiências públicas, diligências, reuniões com o objetivo de a gente discutir os direitos, a garantia dos direitos das pessoas idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas hoje a gente vai dar um foco diferente a esta audiência. Nós falamos tanto de violência, mas nós temos no Brasil boas práticas, nós temos no Brasil pessoas fazendo coisas incríveis para cuidar das pessoas idosas, propostas superinteressantes. Hoje a gente vai falar sobre isso. Nós queremos dar um tom de alegria hoje também. Ontem foi o dia de enfrentamento à violência, mas nós estamos, no Brasil, enfrentando a violência com boas práticas, e nós vamos conhecer algumas boas práticas hoje.

Eu tenho a alegria de convidar, para compor a primeira mesa – nós vamos ter duas mesas – , Alexandre da Silva, Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Secretário, que alegria recebê-lo mais uma vez! Hoje nós vamos ouvir as políticas públicas sendo desenvolvidas pela secretaria. É uma alegria tê-lo conosco, Secretário!

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Obrigado. (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Queremos convidar, com muita alegria, Marco Túlio Gualberto Cintra, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, especialista na área da saúde da pessoa idosa, atuando na promoção de envelhecimento saudável, acesso à saúde e cuidado integral.

Dr. Marco, muito obrigado por aceitar o convite, é uma alegria recebê-lo nesta Comissão – uma alegria!

E nós vamos convidar, para compor a mesa, Maurício Gehlen, Prefeito de Paranavaí – uma cidade linda do Paraná – e Presidente do Instituto Mauricio Gehlen.

Eu já vou preparando os corações: muita gente vai querer hoje ir embora para Paranavaí, para morar lá no instituto. (*Risos*.)

Bem-vindo, Prefeito! Bem-vindo!

Eu tenho um sonho há anos – há anos! – de já guardar o meu lugarzinho lá no instituto. Eu não sei se o Secretário conhece...

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Eu estudei quatro anos em Paranavaí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estudou lá? Ah, então o Secretário vai também trazer as impressões do coração!

Dr. Maurício, Prefeito Maurício, que alegria tê-lo conosco, que alegria!

O Brasil precisa conhecer. Eu sempre disse isto: nós temos que mostrar para o Brasil quão linda e interessante é a experiência que o instituto desenvolve. (*Pausa.*)

Nós vamos ter aqui na nossa mesa também Mauro Moreira Freitas, Presidente da Associação Brasileira do Cidadão Sênior (Abracs).

Dr. Mauro, obrigado por estar conosco, é uma alegria! Venha aqui para a mesa conosco.

E nós temos, *online,* a Juíza Auxiliar Corregedora Monize da Silva Freitas Marques, nossa grande amiga, colaboradora de inúmeros debates aqui na Comissão. Ela é Juíza de Direito, Coordenadora da Central Judicial da Pessoa Idosa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Nós temos também Dr. Egidio Dórea, Diretor da Universidade Aberta à Terceira Idade da USP e Coordenador do Programa Envelhecimento Ativo do Hospital das Clínicas de São Paulo, referência em envelhecimento ativo, cuidado comunitário, autonomia e inclusão social.

A Dra. Monize e o Dr. Egídio farão a participação via videoconferência.

E está conosco, no auditório também, que fará parte da segunda mesa, o nosso querido Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. A sociedade civil e o controle social vão ficar por último nesta audiência, porque esse fechamento com o conselho com certeza elogiará as experiências que estão aqui na mesa, falará de outras e trará para nós os desafios, que eu sei que não têm sido fáceis, Presidente. Mas é uma honra tê-lo conosco nesta audiência.

Nós vamos fazer da seguinte forma a nossa a nossa exposição: nós vamos começar com o Dr. Alexandre.

Inclusive, Dr. Alexandre, a gente sabe que a sua agenda deve estar lotada hoje. O senhor pode fazer a sua exposição; se precisar se retirar, fique à vontade – fique à vontade. Depois, com certeza, a sua assessoria lhe passa se chegou alguma pergunta ou não direcionada ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer da seguinte forma: o Dr. Alexandre falará em primeiro lugar; o Maurício; nós vamos depois trazer a Dra. Monize, em terceiro lugar; na sequência, falará o Maurício Gehlen, o Mauro Moreira Freitas; depois a gente ouvirá o nosso Dr. Egídio e, por último, a gente encerra com o conselho, o.k.? Nós vamos fazer nessa ordem. (*Pausa.*)

O.k.. Isso

Vamos ter a alegria de ouvir agora o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Dr. Alexandre, por dez minutos.

É aquele cronômetro ali para o senhor acompanhar, mas eu sou bem generosa aqui.

Mas antes, Doutor, deixe-me fazer uma introdução.

É com profundo senso de responsabilidade e urgência que iniciamos hoje mais um debate crucial, interessante, dentro do nosso ciclo sobre os direitos das pessoas idosas. Celebrar o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa é, sim, fundamental, mas vai além de uma data. É um chamado contínuo à ação. Nossa legislação, desde a Política Nacional do Idoso, de 1994, até o Estatuto da Pessoa Idosa, em 2003, sempre buscou assegurar dignidade, autonomia e participação efetiva para nossos cidadãos e cidadãs com 60 anos ou mais. Essas leis foram marcos, garantindo preferência na formulação de políticas públicas e um arcabouço para a proteção.

No entanto, a realidade nos impõe um desafio crescente. O Censo de 2022 revelou que a população idosa no país atingiu 32,1 milhões, um aumento notável de 56% em apenas 12 anos. Essa longevidade, que deveria ser motivo de celebração e orgulho, tem sido ofuscada por uma estatística alarmante: o aumento das violências contra esse grupo.

Os dados mais recentes da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania são claros e chocantes. Em 2023, o país registrou um aumento de 50 mil casos a mais de violência contra idosos em comparação com o ano anterior, totalizando mais de 408 mil notificações entre 2020 e 2023. E o cenário de 2024 e o início de 2025 não são menos preocupantes. Em 2024, o Disque 100 registrou 179.600 denúncias envolvendo pessoas idosas como vítimas, dentro de um total de mais de 657 mil denúncias gerais de direitos humanos. No total, foram registradas mais de 960 mil violações dos direitos das pessoas idosas em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o primeiro trimestre de 2025, já observamos um preocupante aumento de 140% das denúncias de violência contra os idosos em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mas aqui eu faço um destaque: os canais estão mais acessíveis hoje. Quando a gente lê esses números dos últimos anos, com tecnologias que estão sendo levadas para os canais... Eu estive lá, e a gente deu esse pontapé inicial em tecnologia, em aplicativos, WhatsApp, Telegram... Então, os idosos hoje estão tendo mais acesso, mais campanhas também. Então, assim, aumentou tanto a violência... E nós estamos tendo um aumento enorme de denúncias, que estão sendo possíveis porque os canais estão sendo mais modernos, estão sendo atualizados o tempo todo. Mas é claro que a denúncia... A violência está aí e é uma preocupação.

Essas não são apenas estatísticas, são histórias de vida, de confiança traída, de dignidade roubada. A negligência, a exposição a risco de saúde, a tortura psíquica, os maus-tratos, o abuso financeiro e a violência patrimonial seguem como as principais violações.

Nesta audiência, estaremos discutindo as boas práticas de enfrentamento às violações dos direitos das pessoas idosas no país.

Dr. Raphael, por dez minutos.

Seja muito bem-vindo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Desculpe. Dr. Alexandre. Muito bem-vindo! Desculpe.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas que estão agora ao vivo nos assistindo; e, depois, boa tarde e boa noite para quem for ver no momento em que for possível.

Vou fazer aqui brevemente uma audiodescrição: sou um homem preto, 1,90m, com um *blazer* bege e uma camisa branca. Do meu lado esquerdo, a Senadora Damares. Mais uma vez obrigado pelo convite e pela apresentação desse tema. Trazer esse tema para o Senado é algo para nós de extrema importância e tem um valor simbólico. Daqui também a gente pode pactuar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações ainda mais importantes para as pessoas idosas. Do meu lado direito, o Prefeito de Paranavaí, o Dr. Maurício.

Agradeço ao Marco Túlio, da SBGG, e ao Mauro também, um grande ativista – já acompanhei várias aulas dele também pela TV. Quero agradecer aqui à Coordenadora do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa, a Ana Lúcia; ao Presidente Raphael, um grande aliado, um amigo, que vai também falar um pouco dessa aproximação que a gente construiu – acredito que a gente teve esse compromisso da secretaria e do conselho –; e às demais pessoas presentes. Também quero agradecer às assessorias dos Parlamentares e à equipe técnica.

Bem, eu começo, Senadora, fazendo já a primeira provocação, a que eu chamo de boa prática que a gente traz, que é discutir as várias manifestações do idadismo, dessa discriminação que se dá pela idade. E aí eu estou falando que as pessoas mais jovens também podem sofrer o idadismo, mas é mais frequente que as pessoas idosas sofram, porque, se a pessoa mais jovem sofre porque é mais jovem, com o passar do tempo, ela vai deixando de sofrer. Mas a mais velha não, ela vai envelhecendo e com isso vai só aumentando.

Então, a primeira provocação que eu faço é: vamos envelhecer juntos nos próximos minutos. E isso não vai ser ruim, vocês vão ver, porque a gente vai aprender muita coisa, a gente vai rediscutir algumas coisas, a gente vai conhecer muitas ações, como a própria Senadora disse, boas práticas, e daqui, com certeza, sairão algumas pactuações que eu considero muito importantes.

Como a própria Senadora disse, hoje é um dia para nós importante, porque, nacionalmente e internacionalmente, nós estamos fazendo uma data alusiva ao mês de conscientização da violência contra as pessoas idosas. E, como a própria Senadora já adiantou muito bem, agradeço, os números da violência têm a ver também com o maior e melhor acesso às informações. E a partir disso, o tema deste ano será: fortalecendo laços, saberes e práticas intergeracionais no enfrentamento da violência contra as pessoas idosas. Foi lançado ontem o nosso vídeo, ele está bem bonito, convido as pessoas que ainda não assistiram que possam assistir.

E a gente vem, Senadora e demais pessoas presentes, de fato, construindo – eu não vou falar o letramento – uma maior conscientização, um melhor acesso ao que é violência. Talvez tenha sido aqui mesmo em que eu dei um exemplo muito simples, que só o fato de uma pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamar a pessoa idosa por um nome que ela não queira – seja usando o "inho" ou um outro nome que ela não queira –, isso é uma violência, não só para ela, mas para qualquer pessoa.

Uma outra situação é quando a pessoa idosa não maneja o seu próprio recurso. E a gente sabe que é muito frequente, toda a família sabe quanto a pessoa idosa ganha, mas ela não sabe o quanto as outras pessoas ganham, caso ela esteja num ambiente familiar. Então, isso já define um pouco a sutileza e, ao mesmo tempo, a naturalização da violência ou das violências contra as pessoas idosas. E depois nós temos os casos mais conhecidos e que são também tão marcantes quanto. Eu falo isso porque não é só a violência física que marca. A gente já ouvia tanto dos mais velhos, que às vezes falavam: "Olha, eu preferiria ter levado um tapa a ter que ouvir isso". A violência é sempre na intensidade de quem a sente, não cabe a nós falar se é pouco, se é muito, se é uma palavra ou não.

Então, foram diversas ações trazendo essa questão da informação, da conscientização, algumas ações que já começaram. Então, temos, Senadora, uma série de ações que são boas práticas, por exemplo, mostrando até como podemos nos comunicar por meio das redes sociais, materiais diversos para nos referenciarmos às pessoas idosas. Por exemplo, evitar o diminutivo: "vozinho", "vozinha". Não, é "senhor", "senhora" ou o nome da pessoa. Nem sempre mostrar a pessoa com uma postura encurvada, não é todo mundo que é assim. E quanto à bengala, tem pessoas jovens que já estão, por algum motivo, nessa posição também. Então, diminuir os estereótipos para nós é sempre bastante importante.

Convido todas as pessoas também a participarem. Nós teremos o evento que começará amanhã lá no Ministério dos Direitos Humanos, com a primeira parte, e o segundo dia será no Espaço Cultural Renato Russo, com uma mostra trazendo as experiências de diversas partes do nosso país falando sobre o que a gente tem feito em parceria, mostrando essa diversidade das ações para as pessoas idosas. E lá também serão anunciadas algumas entregas que também, imagino, será de bom acolhimento da sociedade brasileira.

Pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a gente segue os legados deixados e aprimora também a partir das demandas que surgem e também a partir dos problemas mais antigos que ainda não tiveram a sua resolução da maneira como era necessária. Então, nesta gestão, o nosso legado é pensar o direito para que todas as pessoas envelheçam com dignidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e com os seus direitos respeitados. Isso pode parecer meio óbvio, mas não é, porque nós sabemos que, infelizmente, no nosso país, nós temos grupos sociais que não envelhecem, que não chegam bem aos 60 anos, e alguns, infelizmente, morrem, de fato, aos 50 anos, aos 45 anos, e outros grupos chegam com uma morte social, vamos dizer assim, aos 60 anos, porque, com todo aquele planejamento que tinha de uma renda, de saúde, de participação, de aprendizagem, nem sempre isso é possível. E tivemos, infelizmente, um fato histórico muito importante que foi a pandemia, que acelerou ainda mais para muitas pessoas esse esvaziamento de perspectivas, de expectativas, de esperanças. Então, é dessa forma que a gente traça as ações dentro da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que está no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

O Brasil hoje tem já, Senadora, 35 milhões de pessoas idosas. Já está aumentando esse número – já estamos em torno de 16,1% –, convivendo com uma diversidade e uma distribuição que varia muito. Nós temos o Rio Grande do Sul, onde, hoje, de cada cinco pessoas uma já é idosa, enquanto que, em Roraima, de cada dez pessoas quase uma é pessoa idosa; e, ao mesmo tempo, temos municípios onde a cada três pessoas uma já é idosa.

Essa necessidade das boas práticas eu acho que veio no melhor momento, porque, de fato, não dá – e eu falo isto muito tranquilo – para a gente sempre reproduzir as experiências de outros países. O Brasil é outra coisa, já foi cantado isso, já foi dito em verso e prosa, o Brasil é outra coisa. Vejam a nossa dimensão: que são 35 milhões de pessoas? Isso é muito mais que muitos países. E o Brasil não teve a possibilidade de enriquecer para depois envelhecer. Então, nós temos que considerar esses pontos e, ao mesmo tempo, valorizar a nossa diversidade, pois esse é um ponto muito rico que nós temos, e eu acho que a gente não explorou ainda 10% de tudo que nós podemos fazer, inclusive na perspectiva das pessoas idosas. São várias as manifestações culturais que nós temos, nas diversas partes do nosso país, que celebram sempre o mais velho, sempre a mais velha. E por que a gente ainda reproduz números em termos de percentual muito próximos dos de outros países que não têm, por essência, essa mesma valorização cultural? Então, é importante que a gente pare de pegar tudo de fora e valorize um pouco mais o que nós temos aqui dentro do nosso país.

Sobre o aumento da violência, a Senadora já trouxe um cenário bem interessante. De fato, a violência aumentou, e isso nos preocupa demais, mas também a gente celebra as melhorias que vêm acontecendo nessa captação e no encaminhamento também das denúncias e das violações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para gente o que importa, e é este também um outro passo nosso enquanto ministério, pela Ouvidoria, é acompanhar melhor esse encaminhamento das ações e estimular para que municípios e estados também criem melhores alternativas para mitigar essas violências. E eu vou falar um pouco mais à frente quais são as nossas ações.

Então, dado isso, o nosso desafio – e é um desafio para o qual eu até peço ajuda do Senado, Senadora – é como a gente vai promover e incentivar as ações intersetoriais envolvendo os mais diversos arranjos institucionais, pensando estado, município, as OSCs, pensando os institutos, organizações; enfim, esse é o grande desafio. Nenhum problema para a pessoa idosa se resolve tão facilmente.

Vamos dar o exemplo: o Brasil hoje ainda tem... O maior percentual de pessoas analfabetas são pessoas idosas. E a gente sabe que, sem essa alfabetização para acessar o meio digital, para buscar um serviço de saúde, isso vai gerar muitas vezes uma não possibilidade de tratamento. Então eu consigo pela alfabetização melhorar o acesso, manutenção e permanência das pessoas no serviço de saúde. E isso melhora o convívio social, isso melhora até na questão de elas estarem trabalhando ou não. Então são problemas que a gente chama de complexos, mas que dá para ter soluções.

E aí eu aproveito para dizer o quanto o Brasil é rico em experiências, em boas práticas. Duas delas que para nós são essenciais são as políticas do SUS e do Suas. Isso para mim é um ponto central da nossa revolução da longevidade. A gente tem uma série de sugestões, de críticas, de aprimoramentos, de necessidade de capilaridade dessas duas políticas, mas o que já existe é bastante importante para nós.

Sobre as boas práticas, eu vou trazer aqui um pouco e vou falar um pouco resumidamente para apresentar todas as ações. Nós temos alguns programas que foram criados, então a gente tem, Senadora, duas lógicas para pensar essa garantia dos direitos e mitigação também das violações, que são ora a gente pensar política pelo território, ora pensando nos grupos específicos.

Pensando na lógica dos territórios, nós temos o Programa Envelhecer nos Territórios, que é um programa que tem um ator social novo na lógica dos direitos humanos. Até porque a gente percebe pela própria evolução – e a Senadora entende bem isso – que não dá só para gente ficar no campo da articulação. Os direitos humanos hoje precisam também tentar minimamente criar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaços mais institucionalizados. Então esse agente vem nessa lógica. É uma pessoa que vem da comunidade – e aí nós temos diversas experiências, são as boas práticas. Ora são agentes vindos da comunidade, mas que são pessoas... estudantes, ora são pessoas idosas, são pessoas cadastradas no CadÚnico, enfim. Então tem uma série de composições desses agentes, justamente para garantir essa inserção. São agentes que recebem uma bolsa, então isso gera empregabilidade – nos pequenos municípios faz uma grande diferença uma bolsa que chega próximo dos R$1 mil. E cada agente pode atender até 200 pessoas idosas, fazendo essa escuta. Não é pegar ou tentar sobrepor ao que já existe do agente comunitário de saúde ou de profissionais do Suas; é justamente nessa lacuna.

Hoje pela manhã eu ouvi, por exemplo, o quanto tem aumentado o número de pessoas dependentes nos jogos. Essas pessoas dependentes dos jogos só vão, talvez, chegar a um serviço de saúde ou de assistência se chegar nesse grau extremo de adoecimento ou da sua vulnerabilidade econômica. Mas e se ela já perdeu metade da sua poupança, do seu acúmulo material? Talvez nenhum desses serviços poderia captar. Então, o agente vem porque ele tem algo que é muito importante – e as pessoas idosas sabem muito bem isso –, que é a escuta. Então, o ponto central da formação desses agentes é: "Saibam escutar para depois a gente ver o que é possível fazer".

Além disso, esse programa também trabalha com a equipagem, tanto para aqueles municípios que não têm um espaço na gestão municipal específico para tratar da pessoa idosa, como também para estimular ou fortalecer os conselhos locais.

Também tem a formação em Direitos Humanos, e nós estamos nas cinco regiões do país, já com mais de 50 municípios – chegando a 70, à época, no Rio Grande do Sul, naquele momento da pandemia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Então, a gente tem esse programa.

O outro é o Viva Mais Cidadania, programa que vem pela lógica do art. 5º da Convenção Interamericana, que fala que nós temos, enquanto Estado, que garantir os direitos dos mais diversos grupos que sofrem as mais diversas vulnerabilidades e discriminações. E a principal é por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser uma pessoa mais velha. Então, mais velha, se pobre, com deficiência, se mulher, se negra, se indígena, enfim. São várias intersecções que vão determinando um acúmulo de discriminação. E esse é um ponto central do nosso país. Enquanto algumas pessoas, alguns grupos sociais vão envelhecendo com uma série de oportunidades – e eu acho que o Senado é um espaço em que eu posso dizer isso, porque mais da metade das Senadoras e dos Senadores são pessoas idosas que estão fazendo um grande trabalho para a nação; então, é esse envelhecimento da oportunidade –, outras pessoas idosas só vão envelhecendo, acumulando mais uma discriminação, né?: ficou mais pobre, ficou deficiente, enfim. Então, esse é um ponto que nós temos como ação importante do Viva Mais Cidadania.

E também tem a questão de, com o recurso que é destinado, fazer os primeiros encaminhamentos, as principais demandas. São as pessoas idosas que determinam o que vai ser feito com esse recurso, e essa é, Senadora, uma das grandes inovações da atual gestão. Por quê? Todos os marcos nacionais e internacionais falam da necessidade de que todos os programas sejam centrados na demanda da pessoa idosa. Não é o que tem lá colocado e eu vou fazer, não; é o que ela quer que façamos. E a gente tem que dar um jeito de tentar alcançar o máximo possível aquela condição.

E também alguns mutirões. O Viva Mais Cidadania, hoje, está atendendo duas comunidades quilombolas, povos ciganos ali de Sousa e povos de terreiro ali no Recôncavo Baiano, e queremos chegar – e aí peço também o apoio do Senado – às pessoas idosas em situação de rua também, que é um ponto muito importante, que também é um grupo que tem crescido muito nos últimos anos.

Temos alguns projetos, num dos quais a gente tem visto uma grande necessidade diante do que se tem colocado nos últimos meses, mas que já começou desde 2023, que é o nosso projeto Viva Mais Cidadania Digital, que é um projeto que vai dar a inclusão e o letramento digital para as pessoas idosas. Nós já temos, Senadora, mais de mil pessoas formadas, tanto aqui na Ceilândia, uma das maiores favelas do nosso país, que está, paradoxalmente, na região mais rica também do país, uma das mais ricas do país, quanto em dois estados, em Pernambuco e no Piauí.

Há um outro projeto nosso, e é lindo, esse programa é muito bonito, porque as pessoas... E tem um ponto, Senadora, que eu acho muito interessante e que me alegra muito: a gente cria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse programa com a intenção de que elas não caiam tanto nos golpes financeiros dados pelo ambiente virtual, mas o que está acontecendo também é que, para além de não cair nos golpes, elas começam a ter algumas conquistas. Então, são pessoas mais velhas que não conseguiam fazer uma videochamada com a família e agora fazem, que conseguem chamar um táxi, que conseguem marcar uma consulta, que conseguem chamar um serviço. Então, isso, para a gente, é aquele ganho indireto positivo, que nos faz também nos animarmos e nos faz ver que algo deu certo. Eu estou aproveitando este momento porque acho que é isso também que a gente faz, e, quem sabe, esse projeto pode virar um programa de alcance nacional.

Temos também outros dois projetos. Um é o Vida Digna em Casa, que é um projeto voltado para o cuidado, o cuidado ampliado, o cuidado que é uma demanda não só do nosso país, mas também de muitos outros. Esse programa tem por essência olhar tanto a pessoa idosa como também quem cuida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – E essa pessoa que cuida também tem que ter os seus direitos respeitados, não é só cuidar. Às vezes ela queria não cuidar e estar fazendo outra coisa. Então, esse programa cria essa oportunidade também.

E o outro, dado o cenário que eu trouxe das pessoas idosas não alfabetizadas, é o Educação para Toda a Vida, que é uma parceria com as secretarias estaduais e locais de educação, mas também aqui com o MEC, para sair dessa lógica de sala, então é extrassala, uma educação popular para fazer no quintal, para fazer na rua, com as pessoas idosas, para que elas possam aprender um pouco mais sobre isso.

Nós temos também algumas consultorias. Temos a consultoria, que é bastante importante, que trata dos eventos climáticos e desastres naturais. Então, foi feito um levantamento e agora materiais para que as pessoas idosas conheçam. Temos também uma que é bem interessante, que é para todo mundo aqui, que fala sobre o desenho universal, que são espaços para que todos possam envelhecer com dignidade. Isso está para além da questão da acessibilidade: é pensar produtos, equipamentos, é pensar na forma de transmissão de informação, a forma de aprendizagem. Nós teremos na conferência um espaço até para mostrar isso e teremos também um curso para todo mundo poder fazer e aprender um pouco mais. E também estamos com oito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultorias abertas – as pessoas aí que se interessarem, que estão aqui, estão nos ouvindo, caso queiram, será ótimo também que vocês trabalhem conosco.

Temos um plano nacional, que está aí, num ponto final de conclusão, estamos num momento de contingenciamento, então, isso tem que ser feito com muita responsabilidade, para não prometer o que não dá para entregar. Então, o plano vai sair, é uma ação que envolve vários ministérios, e a gente vê que ele vai sair num ano bastante importante, que é o ano da nossa conferência, de que eu vou falar um pouco mais.

Mas é isso, a gente já viu as pessoas idosas falando da demanda que tem para saúde, da demanda que tem para assistência, da demanda que tem para trabalho, demanda que tem para educação. Então, que esse plano consiga minimamente atingir essas demandas e, com o passar do tempo, ainda na gestão, que nós possamos aprimorar e, o que eu acho que é importante, Senadora, que a gente possa criar mais raízes das políticas para as pessoas idosas, que elas ganhem cada vez mais força, até para ter um orçamento mais substancial nos próximos anos.

Estamos no mês, no ano da conferência, então teremos a VI Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, e para a gente é um evento magnífico, é o ponto central da nossa gestão. O tema é envelhecimento multicultural, falando de justiça, falando de equidade. Então, eu convido aqui todas as pessoas que estão assistindo, que participem das conferências locais onde vocês residem, incentivem também as pessoas idosas, principalmente aquelas que nunca estavam participando do cenário político, para que agora possam participar. Nós estamos com as conferências municipais em andamento. Teremos em breve – já começou uma ou outra – estaduais, mas elas começam muito mais em breve. Temos as conferências livres e as livres nacionais, que também têm tido uma boa repercussão. E quero agradecer aqui ao Coordenador Raphael, que também ajudou muito nessa articulação, que não é algo tão simples. Para quem faz a política do dia a dia para pagar a conta, chamar para um espaço como esse muitas vezes é um desafio.

Nós temos também, além das conferências, a rede de gestores, esse também é um ponto estratégico, Senadora e demais pessoas presentes. A gente entende também que, por mais que nós tenhamos recursos, incentivos, quem consegue fazer a gestão das ações locais são os gestores locais, tanto os secretários municipais como também os secretários estaduais. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente cria uma rede de gestores de direitos humanos estaduais para que eles possam capilarizar essas ações com os seus gestores municipais, a fim de, de fato, ver implantados, monitorados e aprimorados os programas e projetos daquela região.

É um desafio também para o segundo semestre e todo o ano que vem a gente aprimorar e, de fato, concretizar, materializar ainda mais a Renadi, que é uma demanda já de muito tempo. Então, nós contamos com todas as pessoas para que nos ajudem a construir essa Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa, com as experiências... Aí também pode ser até um outro ponto – tá, Senadora? –, de a gente falar sobre a Renadi, quer dizer, o que os municípios têm feito, o que os estados têm feito e o que cabe também à União fazer para aprimorar essa Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa.

No cenário internacional – e esse vai ser meu último ponto aqui, dessa rodada –, acho que a retomada do Brasil era uma demanda muito grande. O Brasil, tem muito para mostrar, eu tenho certeza disso. O fato de a gente ter mais pessoas idosas nos demais espaços é o sinal de que a gente consegue, sim, garantir um bom envelhecimento – ainda não para todo mundo, mas esse é o nosso ponto de encontro, acho que esse é um ponto central desta audiência. Então, estivemos na ONU, na Raadh, no Picspam.

E temos dois pontos para os quais eu queria muito, Senadora, pedir o apoio, que é para que a gente consiga ratificar a Convenção Interamericana sobre a Proteção de Direitos Humanos dos Idosos, de que o Brasil foi signatário. Faz dez anos agora, é algo que a sociedade está demandando do Executivo e do Legislativo, que a gente possa garantir isso. Tudo bem que nós temos vários mecanismos importantes, mas a ratificação seria, de fato... Já temos mais de dez Estados Partes que ratificaram, então, acho que o Brasil está ficando um pouco para trás. Vai ter já a primeira reunião, este ano, para a criação do mecanismo e o Brasil não pode ser convidado, porque ele não ratificou. Até vi se podia ir como observador, mas não, tem que ratificar para poder estar lá.

E o último ponto, agora, para a atualização dos senhores e das senhoras, é que o Brasil também faz parte de um grupo que está cofacilitando a possibilidade de uma convenção internacional. Então, o Brasil se juntou a Portugal, fizeram os mesmos movimentos, ficaram, por muitos anos, lá na ONU, no grupo aberto, e agora foram a Genebra para ver essa viabilidade. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário ter cautela, o mundo não está fácil. As guerras são um sinal disso. E há o enfraquecimento orçamentário de muitos órgãos que eram potentes, fortes, consolidados, mas a gente está também correndo aí para tentar essa convenção internacional, que, para nós, eu vejo, seria de fácil acolhimento, porque nós temos já essa política que acolhe, não é? A gente vê quantas pessoas migrantes vêm para o nosso país em busca dos benefícios das nossas políticas, mas, para outros países, isso ainda está muito longe de acontecer.

Mais uma vez, obrigado. Desculpe passar um pouquinho do tempo aí, mas, como era para falar das boas, eu tinha que trazer todas as que nós estamos fazendo pela nossa secretaria.

Obrigado. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretário, nós temos que agradecer. Esta é a sua Comissão, a Comissão dos idosos. O Brasil precisa saber o que está sendo feito, porque nós somos tão criticados, não é, Secretário? Eu estive lá no seu lugar. Somos tão criticados: "O que está sendo feito?". Aí a gente o vê apresentar um leque de ações. Desejamos, Secretário, ao senhor e à sua gestão, boa sorte, sucesso – sucesso.

Os desafios, cada vez maiores. Essa semana eu li, Secretário, que a minha geração poderá viver 110 anos com tranquilidade. E a gente já está vendo isto: muitas pessoas, muitas histórias sendo divulgadas de pessoas de 100, 105, 110 anos. E o mesmo cientista garantiu, Prefeito, que a pessoa que vai viver 400 anos já nasceu, porque a tecnologia, os novos medicamentos, a longevidade estão postos. E aí, o que a gente vai fazer? Que desafio! Nós avisamos, há 30 anos, que chegaríamos a esse número de idosos que o Brasil está tendo hoje. Nós avisamos, mas era tudo tão... "O Brasil é um país em desenvolvimento, é um país jovem." A gente acreditou tanto que era um país jovem por tanto tempo que nós esquecemos que esse jovem iria envelhecer.

Eu sei que são grandes os seus desafios, mas parabéns pelo que a secretaria está fazendo. O senhor disse uma coisa que me incomoda muito sobre o futuro dessa secretaria. É uma secretaria recente, a gente sabe, nova, tem menos de dez anos, é uma secretaria que pode executar mais, mas a gente precisava rever, em nível de legislação, um orçamento maior para a secretaria, uma atribuição maior para a secretaria.

Quando o senhor falou que nós temos... Quantos milhões de idosos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Trinta e cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Trinta e cinco. O Uruguai tem 3 milhões de habitantes. Então, nós temos dez uruguais dentro do Brasil só de pessoas idosas. Imagine o desafio de uma secretaria como a sua!

Então, quero aproveitar que este é o meu sonho, que eu estou aqui, neste período, no Parlamento, para a gente fazer uma discussão pé no chão com o Parlamento sobre a atribuição dessa secretaria, a necessidade de a gente incrementar mais essa secretaria, mudando algumas coisas por meio de lei.

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Porque, quando a gente faz só por meio de decreto, não tem sustentabilidade; o outro Governo que vem derruba. Então, para a gente estabelecer...

Inclusive, Presidente, sobre algumas políticas públicas – eu tenho feito o seguinte: eu tenho conversado muito com meus Senadores que foram Ministros ou Governadores –, as boas políticas públicas que estão dando certo, seja qual for o Governo, devemos transformar em lei. Por quê? A gente garante a continuidade, a gente garante a sustentabilidade e o orçamento. Os gestores precisam entender que a gente não precisa inventar a roda. Tem muita coisa boa que já foi feita. Talvez dar a continuidade e talvez fazer uma atualização ou outra, mas tem muita coisa boa sendo feita.

Então, parabéns!

Enquanto o senhor falava, Secretário, para a gente encerrar sua participação, a assessoria achou o vídeo da campanha. Nós vamos exibi-lo. Vamos ver se a gente consegue. O senhor falou que está muito bonito. Então, todos nós queremos assistir ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE DA SILVA – Quero agradecer às pessoas que se envolveram tecnicamente para fazer esse vídeo e trazer duas informações aqui. A gente também tem esse... Bom, a primeira informação é que, ao mesmo tempo em que tem esses centenários que já nasceram, tem um lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também que fala que, se a gente não pensar o envelhecimento de todos e todas, pode ser uma geração de pais que vão enterrar os seus filhos. Então, algumas doenças que antes só afetavam pessoas idosas – o Marco Túlio vai falar bastante –, como hipertensão e diabetes, hoje pegam pessoas mais jovens. Quem não conhece alguém de 30, 35 anos que já tem essas doenças que antes eram chamadas de doenças das pessoas mais velhas?

Vocês viram aqui um gibi, uma história em quadrinhos. Isso também é uma ação nossa que faz parte até de ações para estimular o convívio intergeracional. Então, em parceria com o Instituto Mauricio de Sousa, criamos histórias em quadrinhos, que já estão sendo utilizadas em algumas cidades, para fazer esse letramento sobre o que é envelhecer, para a redução do idadismo. Queremos também que esse material seja utilizado com professores para que eles aprendam a aproveitar melhor esse material, mas que também seja uma forma para que eles sofram menos idadismo. A gente fala de professores já a partir dos 50 anos que têm relatado para nós essa situação.

Agora, sim, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretário.

Para quem está ligando a televisão agora e assistiu ao vídeo, esse vídeo vai ficar à disposição aqui na Secretaria. Vocês podem baixar e publicar nas suas redes. Ele foi feito exatamente para isso, não é, Secretário?

Queremos agradecer a presença do Secretário. Se puder ficar mais um pouco, mas a gente sabe que seu dia está bem complicado...

Nós vamos agora ter a alegria de ouvir o Marco Túlio... Não, o Marco Túlio está na segunda mesa. (*Pausa.*)

Está na primeira mesa.

Dr. Marco Túlio Gualberto Cintra, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, especialista na área da saúde da pessoa idosa, atuando na promoção do envelhecimento saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marco, é uma alegria tê-lo conosco. Dez minutos... O senhor viu que o tempo dele foi bem longo, não é? Vou tentar também fazer a mesma coisa com o senhor, com os dez minutos.

Seja muito bem-vindo à nossa Comissão!

O SR. MARCO TÚLIO GUALBERTO CINTRA (Para expor.) – Bom dia.

Muito obrigado, Senadora Damares, pelo convite. Na pessoa da senhora, eu cumprimento todos os membros da mesa. Eu não vou falar o nome um a um por conta da questão do tempo.

Quero agradecer o convite em nome da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

Acredito que coube a mim aqui falar da questão do aspecto da violência quanto à área da saúde, o quanto não é feito e o quanto precisa ser feito. Esse é um tema que preocupa muito a todos os geriatras, especialistas em gerontologia do Brasil. Inclusive, hoje nós vamos fazer uma *live* também no YouTube sobre o tema, discutindo essa questão da necessidade da conscientização da questão da violência e da questão da identificação, inclusive.

Esse eslaide que eu estou colocando aqui, os geriatras, especialistas em gerontologia muito falam do fenômeno do *iceberg*. O que é isso? É porque, geralmente, a pessoa idosa é vista pela área da saúde por conta de ter hipertensão, de ter diabetes, doença renal crônica, insuficiência cardíaca, mas muitas vezes o que importa é o que não é visto, é o que está na parte de baixo, que é a maior parte – do *iceberg* a gente vê um pedacinho do lado de fora, e ele é enorme por baixo –, e aí entram essas várias questões, como a fragilidade, como a demência, incontinência urinária, os déficits sensoriais, quantos idosos têm problemas visuais e auditivos, por exemplo, muitos são dependentes, apresentam perda de autonomia e funcionalidade. Estima-se que aproximadamente 10% dos nossos idosos, das pessoas idosas brasileiras sofrem algum tipo de violência. E isso não é detectado, tá? E, obviamente, há uma curva do mal disso, do agravamento das situações, e, quando é identificado, muitas vezes nós estamos enfrentando situações muito graves e que poderiam ter sido detectadas nos territórios, precocemente, e evitado o agravamento do quadro, com algum nível de intervenção.

Tenho que virar para cá para passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quando a gente fala em violência, nós temos que colocar alguma questão que é importante. Por quê? Pensa-se em violência do ponto de vista de violência física, mas não é a maior parte dos idosos que vocês vão ver com marcas de hematomas, com olho roxo, com marcas de arranhões, cabelos arrancados, etc., fraturas, não é o principal que predomina no idoso. Então, nós temos outras questões que envolvem violência nessas pessoas. Entre elas, a violência psicológica, emocional, muitas vezes com ameaças de abandono, chantagem para conseguir o que desejam da pessoa idosa, humilhações... A pessoa está dependente dentro de casa, sendo exposta a essa questão da dependência e que ela é inútil, que não consegue ajudar em nada na família.

Nós temos a questão da violência financeira e patrimonial, que é muito prevalente. Quantos idosos sem problemas cognitivos têm seus cartões de benefícios surrupiados, não têm direito ao próprio manejo das próprias finanças? Muitos desses idosos estão mantendo vícios de jogos, vícios de drogas dos seus parentes mais novos, entre outras questões que a gente vê.

Há a questão da negligência e do abandono. Nós estamos falando de idosos que estão morando sozinho com dependência, nós estamos falando de idosos que são deixados nos hospitais e nenhum familiar vai buscar quando esse paciente tem alta, e por aí vai. São situações muito frequentes.

E existe a violência institucional, de que também a gente não fala. Quantos ambientes que atendem à pessoa idosa não estão devidamente com acessibilidade? Nós estamos falando de pessoas também que enfrentam escadas, degraus, mas nós estamos falando também de profissionais que estão lá e que não estão treinados a atender a essa pessoa idosa, e muitas delas são, vamos dizer assim, desrespeitadas quanto ao tratamento e aos seus direitos por conta dessa situação. Então, existe essa violência do ponto de vista institucional.

Eu coloquei aqui o perfil das vítimas, que muitas vezes não são identificadas no ambiente de saúde, e a gente tem que pensar. Nós estamos falando geralmente de mulheres muito idosas, acima, geralmente, de 80 anos, e geralmente são pretos e pardos, tá? Então, nós estamos falando de pessoas muito idosas, que, muitas vezes, são sobreviventes.

No país, pretos e pardos que chegam a esta idade de 80 anos ou mais, são, sob o ponto de vista de qualquer estatística, sobreviventes, porque eles já enfrentaram toda a lógica possível e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimaginável de preconceito e de desafios até chegarem a essa idade e ainda vão sofrer violência ao chegar a essa idade. Boa parte delas já é viúva, porque são mulheres, muitas vezes solteiras e divorciadas também. Então, nós estamos falando de uma situação de isolamento.

Frequentemente, nós estamos falando de pessoas com dependência, nós estamos falando de pessoas que não conseguem mais sair de casa sozinhas, não conseguem ir ao mercado, não conseguem ir ao centro de saúde, e muitas dessas pessoas têm algum nível de comprometimento cognitivo. Então, quanto mais dependente, quanto mais problemas cognitivos, quanto maior a idade e quanto mais isoladas, geralmente, mais expostas à violência. Esse é o perfil.

Como eu tinha colocado, não são por agressão física, necessariamente, os casos mais prevalentes. Nós temos muita... A estatística brasileira aponta para negligência e abandono, violência psicológica, moral e patrimonial como predominantes, até mesmo em comparação à violência física. Então, nós estamos falando de pessoas que não são identificadas, porque elas não têm marcas, do ponto de vista de hematomas, de fraturas, de agressão.

Essas pessoas não têm, muitas vezes, a oportunidade de falar o que está acontecendo dentro da casa delas, que é o próximo eslaide que eu vou mostrar, de passar o dia todo sozinhas, de não ter acesso ao próprio cartão do benefício, de não saber o que está sendo feito do dinheiro dela, e por aí vai. Então, são situações de agressões, do ponto de vista emocional: os xingamentos, as humilhações que essas pessoas passam dentro de casa.

E por que eu falo dentro de casa? Porque 60% das agressões, das violências contra o idoso ocorrem dentro de casa. Essas pessoas estão sendo agredidas, sofrendo violência dentro das suas próprias casas.

Uma das questões que já foi citada aqui é a da territorialidade, o território dessas pessoas, da necessidade de identificar o que está acontecendo dentro do território, porque, se nós estamos falando de pessoas dependentes, muitas dessas pessoas não têm nem condição de ir sozinhas a uma unidade básica de saúde para isso ser detectado. Isso tem que ser detectado dentro de casa. Muitas vezes, inclusive, quem vê o que está acontecendo é um agente de comunidade de saúde que visita essa pessoa em casa. Ele pode ser a pessoa que vai começar a detectar que algo errado está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agressores, muitas vezes, são parentes – e, frequentemente, o filho –, o que chama atenção. O local é a casa dessa pessoa, e a agressão é cometida pelo filho.

Nessas situações de isolamento estão as pessoas que não conseguem sair de casa sozinhas, não conseguem ir a uma unidade básica de saúde, são pessoas, muitas vezes, com demência ou dependência, são pessoas que vão sofrer esse tipo de abuso, de violência, e fica difícil detectar.

Quem vai à unidade básica de saúde? Geralmente, é o idoso que mora próximo dessa unidade de saúde e o idoso que está em condição melhor de saúde.

Boa parte do território brasileiro é acidentado, inclusive a minha cidade, Belo Horizonte, que é um mar de morros, como a gente fala. Então, quem vai para o centro de saúde é quem mora perto, quem consegue ir com as próprias pernas e não vai se perder no caminho. Essas pessoas não são detectadas porque elas estão dentro de casa e sofrendo violência.

Então, o nível de violência é difícil saber exatamente, mas eu estimo em 10%, e o nível de notificação vai aumentando – nós estamos falando de mais de 400 mil notificações.

Claro que há um aumento de denúncias – existe uma questão de melhor acesso para denunciar, não há dúvida disso –, mas também o aumento do número de denúncias pode indicar situações difíceis que estejam acontecendo. Então, nós temos que estar atentos a esses números e, principalmente – a gente vai começar a falar mais adiante sobre isso –, prestar mais atenção na parte de baixo do iceberg, né?

Nós somos um país em que 70% dos idosos não têm direito ao diagnóstico de demência, por exemplo. Quantos por cento desses idosos recebem diagnóstico de violência? Talvez a gente nem saiba a estatística disso, mas provavelmente mais de 90% não receba, e por isso não tenha como se detectar.

Então, nós temos alguns desafios adicionais antes de falar das propostas da sociedade. Nós temos que... Nossa rede de assistência, né? Então, é uma questão importante, há um avanço, mas tem a necessidade de aumentar as delegacias especializadas, centros de referência, locais de acolhimento, equipes treinadas para esse tipo de situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem já trabalhou em hospital, eu trabalho dentro de um, que é o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, sabe a dificuldade que a gente tem de assistir uma pessoa idosa que é vítima de violência. São enormes os desafios. O que fazer com essa pessoa, como ajudar essa pessoa?

A capacitação profissional é importante, porque, se você não capacita os profissionais, primeiro, você não vai fazer o diagnóstico dessa situação. Agora, se o agente comunitário de saúde está treinado, a enfermeira do centro de saúde, o médico dessa unidade, os médicos que assistem esses profissionais na atenção secundária, os do hospital, se os assistentes sociais estão capacitados para detectar essas situações, é essa a questão com que a gente tem que lidar, porque, senão, você não detecta a situação e, mais que isso, não sabe o que fazer com ela. Então, a maior parte dos idosos que sofrem violência vai voltar, mesmo sabendo da violência, para o lar onde elas estão sendo violentadas.

E a questão da conscientização do etarismo.

A gente fala que o etarismo, muitas vezes, é o preconceito final, já foi citado aqui, porque os sobreviventes do preconceito... Por que eu falo sobreviventes? Quem sofre preconceito vive menos, vive pior, tá? São tratados pior quanto à saúde. Então, geralmente, eles têm maior nível de agravo à saúde. Então, quando a gente fala que pessoas pretas e pardas, com 80 anos ou mais, sofrem mais de violência, nós estamos falando de sobreviventes, porque a maior parte delas ficou pelo caminho.

Mas aquelas que conseguiram sobreviver vão sofrer do etarismo, e aí que é a grande questão da falta da sensibilidade ao tema da violência.

Se você entende a fase de velhice, 60 anos ou mais, como a idade em que é normal andar com bengala, normal ser dependente, normal ser demente, e pensa que essas pessoas são inúteis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO TÚLIO GUALBERTO CINTRA – ... e pensa que essas pessoas não se prestam a nada para a sociedade, você não liga para a violência, você não pensa nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não vamos detectar os quadros. Então, a gente precisa fortemente combater o etarismo neste país, que me impressiona muito.

São 35 milhões de idosos. Se a gente fala em população votante, a gente tem mais 60+ votando neste país, inclusive, do que 15, 16 a 24 anos, mas nós não olhamos para os idosos.

Parece que o país continua um país infantil dos anos 70, mas não: nós somos um país que está envelhecendo rapidamente, dos que mais envelhecem no mundo, mas não nos preocupamos com as políticas públicas, não nos preocupamos, inclusive, na minha área, de geriatria, de ter mais vagas para residência, por exemplo, para ter geriatras para assistir os idosos mais dependentes, né? Nós temos imensa quantidade de vagas para residente de pediatria – nada contra a pediatria, nós temos que cuidar das crianças, para que elas possam envelhecer –, mas nós não temos para formar geriatras, por exemplo.

Então, desculpem ultrapassar o assunto, a gente às vezes se empolga e passa um pouco, mas o tema é importante.

Algumas propostas da SBGG quanto ao tema.

A gente precisa expandir a rede de assistência de serviços especializados contra a violência – delegacias, promotorias, centros de atendimento. E outra coisa: divulgar o que já existe. A maior parte dos profissionais não sabem o que fazer quando detectam uma situação de violência.

A gente precisa destinar recursos para equipes multidisciplinares e abrigos para situações de pessoas que sofrem situação de violência no idoso. Por que eu falo isso? Porque essas pessoas sofrem violência e voltam para o lar onde estão sofrendo violência. Então, elas não estão sendo acolhidas, não estão sendo atendidas as necessidades e faltam pessoas para fazer isso.

Há necessidade de uma capacitação continuada para os profissionais que atuam com as pessoas idosas. Aí, nós estamos falando, por exemplo, de toda atenção primária desses agentes comunitários de saúde também, porque lá, a porta de entrada no sistema de saúde é a atenção primária. Quem visita o idoso em seus territórios é um agente comunitário de saúde. A maior parte das situações de violência tem que ser detectada nesses locais, não é dentro dos hospitais, nos quais provavelmente estão os casos mais graves; é quando está começando a situação, para que a gente possa evitar o agravamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa educação é extremamente importante, porque a gente não faz diagnóstico. A gente precisa educar a população.

A maior parte das pessoas não sabe que, se pegar um cartão de um idoso, está incorrendo em um crime: "Ah, mas tem demência". Então, precisa de uma curatela, precisa de o sistema judiciário vigiando o que está sendo feito com o dinheiro dessa pessoa. Você não pode simplesmente pegar o cartão dela; pegar uma pessoa que não tem capacidade de saber o que está sendo feito e mandar assinar uma procuração que ela não sabe o que é. E por aí vão os níveis de violência.

Precisa-se incluir o tema nos currículos escolares, inclusive na educação básica. Então, nós estamos falando que as crianças precisam discutir temas ligados ao envelhecimento – cuidado paliativo, demência, perda funcional, violência –, porque, se a gente forma as crianças sobre o assunto, nós vamos formar um futuro melhor, uma geração com maior nível de consciência sobre todos esses temas, algo que hoje nós não temos.

Mais que isso, os dados que nós temos sobre violência em nosso país ainda são muito precários. A gente precisa formatar a pesquisa, para a gente ter dados mais seguros, para a gente saber inclusive o nível da gravidade do problema.

Eu falo isto: o Governo tem um papel nisso. Hoje, a gente consegue falar, por exemplo, que a gente sabe que 70% das pessoas com demência do país não recebem diagnóstico, mas foi com recurso do Governo que se fizeram todos esses levantamentos. A gente precisa também desses dados na área da violência.

Então, quero colocar, para terminar a apresentação aqui, que todo profissional da área de saúde, ao detectar uma situação de violência, tem a obrigação, o dever inclusive legal de denunciar. A população nossa, você coloca aqui as fontes, que pode...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO TÚLIO GUALBERTO CINTRA – ... denunciar as situações. Ao perceber uma situação de abandono, de que alguém está sendo explorado do ponto de vista financeiro, perceber alguma situação de agressão verbal, violenta, de humilhações, ou física, entre outras, denuncie – a gente tem o Disque 100, tem outros meios de denunciar que estão aqui –, denuncie

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as situações de violência! Quando a gente se cala, a gente consente com uma violência, a gente permite que as situações se agravem.

Eu agradeço muito, em nome da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, a oportunidade de falar de um tema tão importante. Faço apelo a todos que a gente esteja atento a essa situação da violência e que não permita que mais pessoas idosas sofram com essa situação.

Muito obrigado, Senadora Damares, pela oportunidade. Desculpe ter ultrapassado um pouco o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Marco, que alegria! Não tem que pedir desculpa, não! A gente ficaria ouvindo-o por muito tempo. Obrigada.

Eu vou fazer aqui um diálogo entre as duas salas, a do Secretário e a do Dr. Marco.

Eu tenho uma preocupação muito grande, porque os idosos que você mostrou ali estão numa comunidade religiosa.

Eu não sei se o Secretário sabe, se o Prefeito sabe, mas eu também sou Pastora, fui Pastora, e esses idosos estão lá na igreja, às vezes, em busca de um milagre. E o milagre, às vezes, já somos nós. Se a gente pudesse, Secretário... E aqui é um desafio. O senhor já ouviu aquele ditado de que "santo de casa não faz milagre"? Tentei muito trazer, especialmente, a comunidade evangélica, quando Ministra, para o enfrentamento à violência contra o idoso, mas a gente teve aqueles dois anos de pandemia – o senhor sabe que tudo muda –, e todo o planejamento da secretaria mudou. Antes da conferência, se o senhor puder fazer um chamamento às grandes igrejas do Brasil, numa roda de conversa, para essas igrejas estarem com o senhor, e o senhor desafiar as comunidades cristãs a terem um olhar especial – embora tenha muita experiência boa acontecendo dentro das igrejas – especialmente com relação ao estupro de mulher idosa.

Eu tenho falado muito sobre isso com a igreja. Quantas irmãzinhas minhas, com um cocó, um coque, as irmãzinhas canelinha de fogo, como eu falo, que, às vezes, na hora de se sentar no banco da igreja, estão se sentando de lado, com dores, porque acabaram de vir de um estupro dentro de casa. E a igreja não consegue ler esses sinais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, junto com a Sociedade Brasileira de Geriatria, a secretaria, todos nós, a gente pode trazer as comunidades religiosas para essa conscientização. E eu o ajudo nessa interlocução, para a gente fazer uma reunião da secretaria com as grandes igrejas. Às vezes, basta um cartaz na igreja com o Disque 100 e explicar na igreja como fazer a denúncia anônima, se o pastor não quiser se comprometer. Eu acho que seria uma agência extraordinária para ajudá-lo, Secretário.

E aí, antes que o senhor saia, Secretário, eu estou recebendo mensagens de membros da Comissão, e a gente vai dar um encaminhamento a elas no final dessa audiência.

Nós estamos para instalar, nos próximos dias, a CPMI do INSS. E aí, Secretário, esta Comissão vai acompanhar, afastando todas as brigas políticas, porque a gente sabe que os descontos indevidos aconteceram em quatro governos, tá? E eu acho que tudo tem que ser investigado, inclusive para que não se cometa o erro. E a gente queria saber se a secretaria... Nós estamos muito preocupados – e é a pergunta que eu estou recebendo aqui – em fazer uma busca ativa daquele idoso lá do interior, que não tem o celular, não tem a tecnologia para fazer a reclamação de que teve o desconto indevido. Uma das coisas que esta Comissão está pensando é a seguinte: de na CPMI a gente ter um servidor da secretaria acompanhando, só como ouvinte, para a gente fazer junto a garantia do reembolso.

A gente já sabe que a AGU está atuando de forma brilhante, a CGU, que o Governo está se movimentando, mas a gente precisa pensar naqueles que não sabem fazer o reconhecimento facial.

Então, a secretaria tem alguma iniciativa, já está pensando? E se a gente fizer o encaminhamento de vocês fazerem um acompanhamento à CPMI para gente fazer sugestões de busca ativa das pessoas que tiveram os descontos indevidos, porque na grande maioria serão idosos?

O SR. ALEXANDRE DA SILVA (Para expor.) – Sim.

Bom, nós já temos. O próprio Projeto Viva Mais Cidadania Digital é uma resposta do Governo. E a gente tem agora até uma intenção de aumentar esse alcance.

Já criamos uma cartilha também sobre essa denúncia e agora, em parceria com a Secom, com a EBC e outras até entidades do conselho – a gente quer que isso capilarize mais –, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar... E tivemos, semana passada, uma reunião com o Presidente Wolney, justamente para falar sobre isto, e foi uma proposta até do conselho, também do qual eu faço parte – mas o Presidente falará um pouco mais sobre isso –, que a gente tenha outros espaços para além dos Correios, como os Cras também, para poder fazer isso.

A gente sugeriu também – e aí foi uma provocação da secretaria – que tenhamos outros atores sociais envolvidos nisso para ajudar nessa captação. Então, que a gente volte com os atendimentos presenciais, que as agências voltem a ter mais profissionais – colocamos também até alguns centros religiosos como esse espaço, porque realmente tem pessoas idosas ali que frequentam –, e os nossos agentes de direitos humanos vão fazer isso também. Então, a gente está já fazendo esse movimento, mas entendendo também que muitas das respostas estão sendo dadas pelo Governo. A gente não quer também ultrapassar o que está sendo já coordenado e a partir do que foi feito... É como a senhora mesma disse – né? –, quer dizer, que não é de hoje que isso ocorreu, e tem outros dados sendo revelados.

Então, a gente tem acompanhado, tanto pelo Ministério dos Direitos Humanos, pela sua essência, como pelo conselho, que tem feito isso. E essa conversa com o Presidente Wolney – tem uma marcada agora também com o Presidente do INSS – já é uma forma de a gente ficar acompanhando mais de perto. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretário.

Bem, na sequência nós vamos ouvir a Juíza Auxiliar da Corregedoria Monize da Silva Freitas Marques, Juíza de Direito, Coordenadora da Central Judicial da Pessoa Idosa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Dra. Monize, é uma alegria tê-la conosco mais uma vez. A senhora tem seu tempo. É possível que uma campainha toque aí para a senhora, mas a gente tem sido generoso aqui com o tempo.

Dra. Monize!

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui novamente. Sei que estou entre amigos, muitos queridos participando dessa primeira mesa e também da segunda. Não vou nominá-los para eu não correr o risco de ouvir a campainha, Senadora. Espero ser breve. (*Risos.*)

Mas, de toda forma, quero parabenizar a iniciativa, porque, de fato, a gente precisa concentrar os nossos esforços em fortalecer a nossa rede.

Esse é um assunto que não tem ideologia política. Eu acho muito salutar estarmos todos na mesma mesa e acredito que a sociedade civil, o Estado, o Governo, os Poderes, a academia, com a presença do Dr. Egidio, todos nós juntos podemos, de fato, ressignificar o envelhecimento no Brasil e trazer mais dignidade para esse assunto, não é?

Eu quero fazer um compartilhamento breve aqui da minha apresentação. Não sei se já está na tela para vocês. Já chegou?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda não, Doutora.

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (*Por videoconferência.*) – Só confirma, por favor.

Não sei se já está aí na tela. Eu não consigo ver aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Consegue passar por aí? (*Pausa.*)

Nós vamos passar por aqui, Doutora.

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (*Por videoconferência.*) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto! Já está na tela.

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (*Por videoconferência.*) – Já tirei da tela, não é? (*Risos.*)

Ou então é aquele *delay*. Vou voltar aqui para a apresentação e vou seguir na expectativa de que rapidamente ele já comece a compartilhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou focar na experiência da central. Algumas informações que constam nesta minha apresentação já foram brilhantemente apresentadas tanto pelo Secretário quanto pelo Dr. Marco Cintra. Então, eu não vou repetir essas informações. Eu vou focar, de fato, na experiência que nós estamos trabalhando aqui há 15 anos. Não é mais um projeto, é algo consolidado, que nós tivemos a oportunidade de pulverizar, através da Política Judiciária sobre as Pessoas Idosas e suas interseccionalidades pelo Conselho Nacional de Justiça.

Nós estamos coordenando lá, estamos na coordenação executiva de um comitê, juntamente com outras pessoas que estão aqui à mesa – Dr. Raphael também –, para implementação de uma política de atendimento à pessoa idosa no âmbito dos tribunais. Por quê? Porque nós identificamos que, de fato, nós temos uma população de pessoas idosas crescente, cada uma com suas peculiaridades; o envelhecimento é, de fato, heterogêneo.

Nós precisamos de nos preparar para dois pontos específicos de atenção: tanto a proteção para aqueles idosos que estão com a sua autonomia reduzida, com a sua independência reduzida, que estão, de fato, vulneráveis sob o ponto de vista da fragilidade física, mas também nós precisamos de preparar a população para acolher o envelhecimento protagonista, para o envelhecimento de pessoas que envelheceram gerenciando suas escolhas, manifestando a sua vontade, no mercado de trabalho, continuam desenvolvendo seus projetos. Então, enquanto instituição, nós também não podemos cair no risco de colocar todos os envelhecimentos no mesmo pacote; nós precisamos compreender que há velhices que são diferentes, mesmo que estejam no mesmo contexto.

Eu trago essa foto, porque fui eu que tirei, uma foto da minha família, são idosos que vieram da mesma família. Essa segunda, que está aí de azul, é minha avó, já falecida, infelizmente, mas faleceu aos 94 anos. Mas, assim, por que eu gosto dessa foto? Porque o fato de ser mulher, de ter sido criada para o processo do cuidado fez com que a minha avó tivesse a sua participação social diminuída. Então, minha avó não estudou, minha avó não conheceu um avião, minha avó não conheceu o mar. Ela se manteve muito satisfeita com a experiência de vida para a qual ela foi designada. E os irmãos dela, que estão aqui à esquerda, foram muito mais preparados para uma nova vivência social. Tanto é que meu tio está de bermuda, de tênis, bem moderninho, né? Então, a gente imagina: frutos da mesma família, nas mesmas circunstâncias, com velhices completamente diferentes. Meu tio estudou, foi formado, viajou o mundo todo. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos, enquanto instituição, olhar para essas diversas formas de envelhecer. E foi por isso que a central foi pensada, porque nós implementamos materialmente, institucionalmente, algo que, o Cappelletti, que foi um estudioso de direitos humanos, lá na década de 70, materializou em termos de estudo.

Quando a nossa Constituição de 1988 foi, de fato, apresentada, nós vislumbramos, importamos essas perspectivas que ele trouxe nos estudos na Itália na seguinte perspectiva. Nós precisamos, para promover o acesso à Justiça, de contemplar três ondas: nós temos uma onda que diz respeito à participação coletiva, ou seja, nós precisamos avaliar o coletivo, numa perspectiva de proposição de políticas, e, no caso da central, o coletivo está sendo representado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; nós precisamos de atenção às pessoas que possuem uma hipossuficiência de recursos, ou seja, aqueles que precisam da assistência jurídica gratuita, e, no caso, nós também estamos dando essa onda de acesso pela participação da Defensoria Pública do Distrito Federal; e nós precisamos também pensar em solução de conflitos que seja autocompositiva, que promova a conscientização na participação da solução, que busque uma desjudicialização, porque, principalmente quando a gente fala de pessoas que estão envelhecendo, o tempo é um ativo muito valioso, e processos longos, desgastantes, às vezes, acabam, por si só, aumentando o conceito do conflito.

É justamente por isso que o Tribunal de Justiça entra nessa perspectiva de soluções consensuais, de não judicialização de processos. Dos processos hoje iniciados no contexto da central, 80% não são judicializados, e a gente consegue resolvê-los por ofício, por trabalho em rede, entrando em contato com as instituições, facilitando o acesso da pessoa idosa. Então, o objetivo da central é justamente esse.

Eu gosto de usar essa marca, essa logo, para mostrar a nossa percepção do envelhecimento. Quando nós estávamos produzindo a nossa marca registrada, todas as pesquisas que a gente fazia há 17 anos, 15 anos, mostravam figuras, estereótipos associados ao envelhecimento, com base naquele pictograma do idoso encurvadinho, segurando a bengala, que a gente vê ainda em alguns estacionamentos. A gente queria se desvincular disso, então nada de óculos, nada de bengala, nada de encurvados. A gente pensou em uma árvore, porque a árvore tem um tempo para todas as coisas e permanece sendo útil para aquele contexto em que ela está inserida. Então, se ela não está produzindo frutos, ela pode servir de sombra, não é? Se ela não serve de sombra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela serve de referência. Então, a árvore continua fazendo parte de um contexto em que a sua existência, por si, traz segurança. É o ciclo da vida. E aí ela aguenta chuva, aguenta sol e continua ali produzindo frutos – ainda, na velhice, produzindo frutos, isso é até um trecho bíblico.

A gente vinculou a nossa atuação a essa perspectiva; e, por isso, nós buscamos essa atuação em rede. Então, a central, hoje, é essa pequena rede, esse pequeno núcleo de atuação com o Ministério Público, a Defensoria e o Tribunal de Justiça, mas nós atuamos numa grande rede, porque nós compreendemos que, na soma das nossas forças, a gente potencializa a nossa capacidade de atuar. A gente tem hoje uma grande ligação com o Governo Federal, com o Dr. Alexandre. Na época em que a Senadora Damares era Ministra, nós também tivemos uma atuação muito próxima com o próprio Distrito Federal, com a sociedade civil, com outros grupos de atendimento.

Então, aqui a gente busca os Métodos Adequados de Solução de Conflitos (MASC), as soluções consensuais; os atendimentos multidisciplinares com profissionais do direito, da saúde, psicólogos, assistentes sociais. Nós também trabalhamos ações de valorização e proteção, a efetividade do estatuto, o compartilhamento de informações e o fortalecimento da rede.

Quando nós atuamos, nós também buscamos, dentro do nosso pequeno grupo de atuação, trabalhar essas informações para que a pessoa idosa não seja revitimizada. Quando uma pessoa idosa chega, um denunciante ou alguém chega para trazer uma informação a respeito de uma violação de direitos, nós fazemos o compartilhamento dessas informações dentro dos nossos núcleos, fazendo com que uma única narrativa da pessoa idosa possa permitir um atendimento psicossocial, possa encaminhá-la para mediação, possa promover um acolhimento interdisciplinar.

Tudo isso, a gente faz dentro da nossa própria atuação.

Trouxe um pequeno organograma do que seria essa atuação em rede.

Aqui, a gente está com a Projid (Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa), no Distrito Federal.

A gente também atua com a Central de Vagas, com os Creas, que são Centros de Referência Especializados da Assistência Social, com a delegacia especializada, com a Provid, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento de prevenção de violência da Polícia Militar, com as UBSs, que são fonte imprescindível de aproximação.

Como o Dr. Marco disse, grande parte da nossa violência está no contexto familiar.

Nós temos um número grande de denúncias feitas pelos profissionais da área da saúde nas notificações compulsórias.

E é por isso que nós acreditamos que só em rede nós podemos, de fato, promover uma atenção especializada.

Como a gente também viu que grande parte das nossas denúncias envolvem violações de direitos no contexto doméstico e como é muito difícil para um juiz substituir a vontade das partes, escolher qual é o melhor filho para ser um curador, como afastar esse suposto violador de direitos do convívio familiar, eu apresentei, na II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho Federal de Justiça, esse enunciado, que foi aprovado à unanimidade.

Esta, agora, é uma recomendação para todos os tribunais: que a mediação deve ser incentivada como método adequado para a resolução de conflitos familiares envolvendo pessoas idosas, principalmente quando se tratar de controvérsia a respeito de cuidados ou nomeação de curador.

Essa também já foi uma iniciativa que o Dr. Mauro trouxe para o Conselho à época em que estava lá. O Dr. Raphael, agora, também percebe a necessidade de promover esses métodos.

Fiz um pequeno organograma aqui do que seria esse acordo. E por que é importante ele ser ressaltado? Porque nós o homologamos, e ele faz com que as famílias se comprometam mesmo, não somente sob o ponto de vista sociológico, a envolver toda a família naquele cuidado também de trazer um título para aquele acordo que foi homologado.

Como já foi dito, também só reforçando, 66% das nossas violações estão no contexto doméstico, infelizmente.

Temos diversos tipos de violência. A violência psicológica sempre é uma porta aberta para que as outras violências sejam instaladas no contexto familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que a gente perceba uma violência financeira, a gente sabe que essa violência financeira só foi possível porque alguém minimizou, debochou, constrangeu a pessoa idosa para que ela pudesse abrir mão da sua capacidade de gerir os seus recursos.

Então, isso também é um fato que precisa ser enfrentado.

O enfrentamento à violência passa por essa – já estou terminando, Senadora – percepção de letramento, de conscientização da sociedade. É por isso que a mediação é tão importante.

Quando a gente fala de violência praticada no contexto familiar, normalmente a gente associa casais, cônjuges, companheiros, então, mulher e marido, num contexto de violência, mas a conjugalidade pode ser rompida. A perspectiva da Lei Maria da Penha é justamente esta: o rompimento de um relacionamento abusivo.

Não é o que acontece com os pais. A parentalidade não pode ser rompida. A mãe vítima de violência não quer o afastamento do agressor, não quer a prisão do seu filho.

Então, a mediação pode ser utilizada como uma ferramenta muito importante de conscientização e de prevenção aos conflitos.

Nós, na mediação, podemos, de fato, atuar de uma forma preventiva.

Esses números são dos últimos anos. A gente tem uma média crescente de atendimentos. Partimos de 500 para 2,3 mil, em 2022, de pessoas só na mediação, tá, gente? Na central, a gente atendeu, no ano passado, 33 mil pessoas.

Eu quero destacar aqui que, em 2022, nós já passamos para 4.233 pessoas atendidas na mediação. Fizemos mais de mil sessões de pré-mediação, 200 de mediação, 141 acordos – ou seja, bem mais que 50%, que é um índice muito bom – e 26 oficinas.

As oficinas, hoje, representam grande parte do nosso atendimento, porque elas visam conscientizar coletivamente as pessoas a respeito do envelhecimento.

Eu finalizo com uma reflexão de Sêneca: a natureza nos uniu em uma imensa família, e devemos viver nossas vidas unidos, ajudando uns aos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente de você estar ou não nesse grupo de 60+, se você olhar para o lado, você vai ver que tem alguém ali que se encontra nessa faixa etária, e é sua responsabilidade, é minha responsabilidade permitir que essa pessoa envelheça com dignidade.

Eu deixo aí o Instagram do nosso instituto, o Instituto Parentalidade Prateada, que foi formado com profissionais de diversas áreas para a gente estudar um pouquinho sobre o envelhecimento. Convido você a seguir, a compartilhar as nossas publicações.

E também deixo o *e-mail*, centraljudicialdoidoso@tjdf.jus.br, para que você possa eventualmente fazer alguma denúncia ou compartilhar as suas perspectivas conosco.

Eu agradeço, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Monize, eu tenho tanto orgulho do trabalho que vocês estão fazendo no TJDF, que eu fico, assim, torcendo para que o Brasil inteiro esteja assistindo, especialmente aos números que a senhora trouxe: quantas mediações, quantos atendimentos!

A senhora é, de fato, doutora, um exemplo para o Brasil.

E eu fico imaginando quem está lá longe e não tem isso no seu estado.

Deixe-me dar um recado para você, uma dica: fale com o seu Governador, fale com o Presidente do tribunal do seu estado. Bora! É possível em todos os estados.

E mesmo com tudo isso que a Coordenação da Central Judicial da Pessoa Idosa faz, doutor, a gente tem muita violência aqui. no Distrito Federal, contra a pessoa idosa, mesmo com as nossas instituições atuando de forma tão efetiva no DF.

Eu tenho um orgulho tão grande de ser Senadora pelo DF! O DF tem grandes, boas práticas.

Parabéns, Dra. Monize, pelo trabalho que a senhora está fazendo. Parabéns, e obrigada por ter participado conosco desta audiência.

Se puder ficar... mas eu imagino a agenda de uma juíza numa segunda-feira, como a senhora deve estar correndo. A senhora fique à vontade se não puder ficar até o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, o nosso Plenário está cheio. (*Pausa.*)

A Monize quer falar? Sim, Dra. Monize.

A SRA. MONIZE DA SILVA FREITAS MARQUES (*Por videoconferência.*) – Eu gostaria, sim, Senadora. Gostaria de compartilhar duas informações que eu acredito serem relevantes.

Nós tínhamos, pelo Conselho Nacional de Justiça, uma iniciativa chamada Mediar é Divino, justamente na perspectiva do que a senhora trouxe.

Às vezes, a família que se encontra em situação de risco não tem condições de denunciar, de procurar uma delegacia. Isso é uma violência à sua intimidade, muitas famílias pensam assim, mas conseguem compartilhar essas situações de vulnerabilidade para os seus líderes espirituais, sejam eles quais forem, uma comunidade católica, uma comunidade umbandista, uma comunidade evangélica.

Então, a ideia é que a gente possa capacitar essas lideranças para que essas lideranças tenham esse olhar de identificar uma família em situação de risco e possam fazer esse primeiro contato, essa primeira conscientização, inclusive os encaminhamentos, caso sejam necessários.

Um segundo ponto é que, pelo Conselho Nacional de Justiça, nós estamos incentivando a adoção das práticas que temos aqui, no Tribunal de Justiça, em todos os tribunais. Então, a Resolução nº 520 vem nessa perspectiva. Dia 27 de junho, nós faremos o nosso primeiro evento pelo Conselho Nacional de Justiça para tratar da política de atenção à pessoa idosa nos tribunais.

Convido todos os que estão aqui presentes, em especial a Senadora, que realmente ratifica essa importância, para que a gente possa trocar experiências ali também, pelo Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigada.

Estou à disposição e acredito que só em rede a gente consegue fazer algo que seja duradouro, permanente e efetivo.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora, muito obrigada.

Eu quero estar com vocês nessa iniciativa do CNJ. A boa prática do DF tem que realmente ser repetida em todo o país.

Muito obrigada.

Eu quero convidar para vir compor a mesa o Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, que é o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Dr. Raphael, é uma alegria recebê-lo aqui. O senhor vai ser o último a falar porque o controle social é aquele que tem que dizer o que está bom, o que não está e o que precisamos melhorar.

Mas eu queria registrar as presenças... Nós estamos com o auditório repleto hoje. Nós temos a Ana Lúcia da Silva, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que está acompanhando o Raphael.

Obrigada, Ana Lúcia.

Temos a Maria Ângela de Oliveira Gomes Rodrigues e o Carlos César, da Anadips. Eles estão aqui presentes. Temos a Caroline Conceição de Sousa dos Santos, que é da assessoria Parlamentar do Ministério dos Direitos Humanos, a Rita Helena Biazon, do Instituto Mulheres, em Brasília.

Bem-vinda, Rita!

A irmã Marlene Aparecida e a irmã Nilza Rosa de Oliveira, da Associação São Vicente de Paulo – Lar dos Velhinhos.

Obrigada.

Quem não conhece, precisa ir lá conhecer. Um povo incrível.

Os Pastores Lierte Soares e Silvio Sobrinho, da Todos pelo Autismo. Eles têm um trabalho incrível. Agora a gente tem que falar de pessoas com autismo. Falava-se de autismo e lembrava-se apenas das crianças. Hoje a gente tem aí o Pastor Silvio fazendo esse desafio: e o idoso com autismo? E o adulto com autismo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, obrigada, pastor, por estar presente.

Matheus de Almeida Queiroz, Beatriz do Nascimento, Caroline dos Santos, do Sesc-DF, que tem iniciativas incríveis com pessoas idosas.

Lorena Pereira, do Lar dos Velhinhos Maria Madalena, obrigada, Lorena; Marcela Ribeiro, da Câmara dos Deputados; Ana Paula Santiago Santos, do Ministério dos Direitos Humanos; Amanda Vargas Lima e Rita de Cássia Fonseca, da instituição Se Liga Irmã, Família Bendita. Se Liga Irmã é um projeto meu, que bom que vocês estão aqui!

Mas eu quero destacar uma pessoa, o João. O João está aí? Olha, Prefeito, aquele menino lá, o João – oi, João! –, pediu uma audiência comigo hoje. É, e ele está marcado, está agendada uma audiência com a Senadora. As crianças têm pedido audiência comigo, eu as recebo no gabinete como se fosse uma grande autoridade. E vocês não têm ideia das ideias que elas estão trazendo para a Senadora. Uma delas é a gente acabar com a matemática na escola. (*Risos.*)

Bem-vindo, João. Daqui a pouco nós vamos ter a nossa audiência.

Maria Vicentina Lopes, Associação dos Idosos de Taguatinga, obrigada; Amanda Fernandes, Defensoria Pública do DF, Central Judicial do Idoso.

E não trouxeram... Aqui está a irmã Ilda Ferreira dos Santos, a Helena Barbosa, o José Elmo. Deixe-me lhe explicar: o Prefeito se encantou quando viu a irmã Ilda entrar. Aqui é a irmã Ilda, que nos acompanha no Senado. Inclusive, Prefeito, a D. Ilda, irmã Ilda, agora está montando o instituto irmã Ilda, ela quer cuidar dos idosos em Brasília. Olha a idade dela, querendo agora, a essa altura, criar um instituto – e tomara que dê muito certo, viu, tomara que dê muito certo.

Está com a gente também Márcia Maria Simões, Grupo Águas do Planalto, muito obrigada.

Bom, nós vamos ouvir agora, preparem-se para chorar, preparem-se para se emocionar. Nós vamos ouvir o Mauricio Gehlen – eu falei certo? –, Prefeito de Paranavaí, Presidente do Instituto Mauricio Gehlen. Eu estive lá, conheci, vocês vão ver que coisa linda. Eu quero morar lá, já falei para ele guardar um lugarzinho para mim – eu ainda vou morar no instituto. Nós vamos conhecer essa boa prática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Irmã Ilda, dá uma olhadinha no que a senhora vai poder fazer aqui, em Brasília; veja que coisa linda.

Então, Prefeito, muito obrigado por ter saído de sua cidade. Hoje é um dia tão importante, em todas as cidades. Ontem foi o Dia Mundial de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, a sua cidade é uma referência, o senhor é uma referência. Eu imagino o monte de atividades que está tendo lá, e o senhor deixou tudo para estar conosco, para compartilhar a boa prática. Nós só temos que lhe agradecer por estar conosco, e que a sua cidade nos perdoe por termos roubado o Prefeito justamente nesse dia.

Dr. Mauricio, tem seu tempo necessário.

O SR. MAURICIO GEHLEN (Para expor.) – Senadora Damares, que orgulho o meu de estar aqui, participando deste debate tão importante sobre os direitos da pessoa idosa.

Saí da minha cidade de Paranavaí, no Paraná, para estar aqui, a convite, hoje, da Senadora Damares, mas, à época, dia 21/04/21, tive o prazer de recebê-la no meu instituto. D. Ilda, a senhora, com essa idade, imagina quanto fiquei feliz de receber a Senadora, porque eu lá criei um instituto para cuidar de pessoas idosas, há sete anos funcionando, quando poucas políticas públicas havia, ainda há neste país, e nós teríamos que ter essa visão de fazermos isso que estamos fazendo.

Fiz questão de primeiro passar um vídeo para depois eu falar um pouquinho mais sobre o instituto. Gostaria que todos acompanhassem, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. MAURICIO GEHLEN – Com muito orgulho a gente apresenta um pouco do que é o nosso instituto, e, quando ouvia todos que me antecederam aqui, me enchia de orgulho de saber que isso a gente já teve – essa visão – lá em 2016, quando criei o primeiro Centro Dia do Idoso, que se transformou nesse centro de convivência em que, hoje, felizmente, atendemos 1.107 idosos de forma gratuita.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Prefeito, quantos habitantes tem a cidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURICIO GEHLEN – Nossa cidade tem 95 mil habitantes. Quando eu criei o instituto, nós tínhamos 11.867 idosos e hoje nós chegamos próximo a 20 mil pessoas acima de 60 anos.

Podemos passar as lâminas, então? (*Pausa.*)

Muito bem. Para chegar ao Instituto Mauricio Gehlen, é importante a gente contar um pouco da história. Primeiro gostaria de falar quem é Maurício. Mauricio é um empresário, pai, avô, voluntário, visionário, determinado, entusiasta, hoje Prefeito da minha cidade, eleito no ano passado com 67% dos votos – mas fui conduzido a esse cargo por conta das políticas públicas que sempre fiz na minha cidade –, e quero dizer: um eterno aprendiz. Eu quero, com essa frase do Baden Powell, dizer que eu quero entregar o mundo melhor do que eu o encontrei.

Tudo isso começou com uma peregrinação no ano de 2013, nos Caminhos de Compostela, onde eu, Mauricio, peregrinando no país espanhol, fazendo 819km, com meu cajado e minha mochila, andando pelos Caminhos de Compostela, pude percorrer os caminhos e mentalizar tudo aquilo que eu fazia na minha cidade, a cidade de Paranavaí. Andando pelos caminhos, eu me perguntei: "Será que eu estou cumprindo com o meu papel neste universo? Todos temos razões para estar aqui na Terra, cada um tem uma finalidade, será que eu estou fazendo a minha parte?"

Eu, que fundei junto com outros empresários da minha cidade entidades que cuidavam de crianças e adolescentes, dentro deste livro que escrevi, *Lições de Compostela*, fiz essa pergunta a mim mesmo, e aí, felizmente, eu recebi uma luz. Andando 30 dias, com minha mochila, meu cajado e Deus, veio uma luz que me falou: "Maurício, você é um ser iluminado, você é uma pessoa que cuida de tantas crianças e adolescentes na sua cidade, você não está vendo que o país está envelhecendo, o seu estado está envelhecendo, o seu município está envelhecendo? Que políticas públicas nós temos no nosso país?"

Aquilo me deixou marcado e eu voltei para o Brasil da minha peregrinação. Essa minha peregrinação foi em 2013. Em 2012, eu tinha estado no Japão, em uma visão empresarial, e vi lá o quanto os japoneses cuidavam das pessoas idosas, por conta da expectativa de vida daquele povo. Aquilo ficou marcado no meu íntimo e eu falei: "Puxa, o Japão tem boas políticas públicas, o Japão cuida, o Japão tem centros de convivência". Fiquei maravilhado, mas isso não me deixou muito cômodo e eu falei: onde estão as melhores políticas públicas nesse mundo? Vou pesquisar. Encontrei-as na Noruega. Peguei e falei: Deixe-me ir lá na Noruega para ver se aquilo que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posso ver tem relação com aquilo que eu vi no Japão. Fui para a Noruega, vi, gostei, achei bastante interessante, mas entendi que o Japão era o melhor exemplo para aquilo que eu queria criar na minha cidade.

Voltei em 2014 ao Japão, levando dois funcionários meus para que eles olhassem comigo se aquele meu sonho poderia se tornar realidade. Felizmente, voltamos de lá, onze dias depois, e eles falaram: "Mauricio, o seu sonho, sim, pode se tornar realidade, conquanto que a gente faça adaptações à realidade do nosso país, do seu estado e do seu município". É aquilo que o nosso secretário falou, que nós temos que fazer adaptações à realidade de cada município, de cada estado deste país.

Então, no dia 17 de abril de 2015 nasce o Instituto Mauricio Gehlen. E o Centro do Idoso, que é aquilo que eu comentei, era um programa, Senadora, do Governo Federal, e que, de novo, vem ao encontro daquilo que você falou, de que era simplesmente um programa que se perdeu, e ao que o município não deu sequência. Mas o empresário Mauricio Gehlen entendeu que deveria, sim, dar continuidade, porque, à época, já era maravilhoso. Isso em 2015.

E aí eu peguei esses 15 idosos, reformei um local para tal e comecei a treinar também a minha equipe para que ela pudesse entender e saber a forma de atender os nossos idosos. Então, no dia 14 de abril de 2018, 18 meses depois de ter lançado a pedra fundamental, eu inauguro o meu centro de convivência; centro de convivência esse que foi, à época, prestigiado por muitos – por Deputados Estaduais, federais, políticos. A ideia era que nós colocássemos isso nas políticas públicas de todos os estados que lá estiveram, mas pouco disso aconteceu por conta... Essa visão que a nossa Senadora tem, futurista... Na época em que era Ministra, olhando por esse lado da pessoa idosa, ela esteve lá em 2021 e quis colocar no seu plano de Governo para isso acontecer, mas, infelizmente, não foi possível por conta, novamente, desse olhar público de que as coisas não andam.

Mas o meu centro foi aberto. No início, ele foi construído com 1,8 mil m^2. Tudo aquilo que a gente mostrou no vídeo acontece. Quando a gente falava de estar preocupado com o idoso, de ter aula de computação, aula de manusear o seu celular, aula de ter essa interação com os seus familiares, em ter lá um terminal de um caixa bancário para que ele pudesse mexer e fazer com que não fosse enganado... Para a gente ter alfabetização, os próprios idosos ensinam outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idosos a ler, e é o programa mais bonito que eu tenho dentro do meu instituto, porque os idosos que não sabem, em 90 dias, saem lendo e escrevendo.

Esse parque foi exatamente em homenagem ao povo japonês; eu fiz questão de construí-lo, de edificá-lo. Então, nós temos esse parque em homenagem ao povo japonês, onde os nossos idosos estão sempre em contato com a natureza e podem fazer as suas caminhadas.

Aqui há parte das atividades que já foram mostradas no vídeo. A intenção é dar qualidade de vida a essas pessoas. E aí eu tenho, na nossa Secretaria de Saúde do município, a redução significativa desses idosos nos postos de saúde, doutor, porque eles não querem remédio, eles não querem se fazer presentes nos postos de saúde, eles querem atenção. E o meu instituto faz isso: dá atenção a essas pessoas, dá a elas qualidade de vida.

A expectativa de vida do nosso estado é 74,7 anos. Na minha cidade, com certeza, esse número é ainda maior. Por quê? Além de nós criarmos o Centro de Convivência do Idoso, de colocarmos no plano de governo do atual Governador para ele instalar 18 centros de convivência desses no estado, nós fizemos ainda, sugerimos a ele que montássemos – e na nossa cidade está acontecendo – condomínios para idosos, onde as pessoas podem viver da forma que elas querem, em condomínios, em casas adaptadas para as pessoas acima de 60 anos. Isso já está sendo construído no estado, é uma política que a gente conseguiu fazer com que acontecesse, e eu estou muito orgulhoso de poder apresentar aqui a todos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO GEHLEN – Então, cada atividade, a participação... Vocês imaginem 1.107 idosos participando, indo lá diariamente. E eles são... Como é um centro de convivência, eles têm o tempo que eles quiserem para ficar. Quem quer ficar uma hora, fica uma hora; quem quer ficar duas horas, fica duas horas; quem quer passar o dia, passa o dia. A gente só não serve refeições por conta de ser cada um com a sua dieta, então, cada um leva aquilo que quer, faz lá. Vocês viram que tem centro gastronômico, tem onde eles podem apresentar...

Isso aí foi um pouco daquilo... A gente tem outros projetos fazendo parte do nosso guarda-chuva do instituto, mas esse é sempre importante, porque, quando a gente coloca isso, é para que os idosos também participem: eles é que vão alimentar as geladeiras, eles é que fazem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comida para poder alimentar as geladeiras, eles é que separam as roupas para nós doarmos para as instituições. Quer dizer, é fazer o envolvimento dessas pessoas que lá participam para que possam viver e ter este momento lá com a gente.

Por que eu implantei o Centro de Convivência do Idoso? Porque eu quis transferir aos que são assistidos um pouco do carinho que eu queria ter dado aos meus pais. Infelizmente, meus pais... Eu sou órfão – eu, minha irmã e meu irmão os perdemos, num acidente de trânsito, há mais de 20 anos – e eu queria então deixar a eles também esse legado e esse carinho, esse respeito às pessoas acima de 60 anos.

Eu queria, muito rapidamente, Senador, falar do instituto. A gente sabe que o tempo urge, e a gente não teria aqui mais tempo, mas gostaria de dizer o quanto a gente está feliz de estar aqui, de poder ver que este país está despertando para discussões nas quais nós já tivemos essa visão há dez anos e em que a gente está vendo grandes possibilidades.

O Secretário mesmo falava: "Não adianta, nós temos recurso, mas não temos iniciativa". O Governo tem recurso, seja Governo municipal, estadual ou federal, mas não tem iniciativa de dar atenção aos idosos, a atenção devida, a atenção que eles merecem, aproveitar dessa experiência e fazer, dessa experiência, políticas públicas de qualidade.

Então, fica aqui o meu reconhecimento, o desejo de êxito e de que a gente possa sair daqui fortalecido com políticas públicas claras para atender essas pessoas.

Na minha cidade, eu estou fazendo a minha parte. Como empresário, meus idosos não pagam um centavo; não tem verba pública municipal, federal e estadual, é recurso 100% meu. E eu sempre falo que se eu, como empresário, posso fazer isso, e os demais? E o Governo, com tanta riqueza, com tanta arrecadação, quando vai acordar que políticas públicas de qualidade precisam ser implantadas neste país?

Então, eu fico aqui muito orgulhoso de poder participar deste painel, Senadora, e dizer que o Instituto Mauricio Gehlen estará sempre à disposição para levar boas políticas para as pessoas que tanto merecem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Prefeito, a gente entende por que a sua cidade o elegeu com mais de 68% dos votos.

Eu estive lá, gente, e não é uma instituição qualquer. A qualidade do material, o acabamento, a obra, é tudo de primeira qualidade. Eles entregaram, e essa frase ele falou para mim: "Como se estivesse entregando para o meu pai, para o meu pai morar aqui".

E eu vi lá as famílias parando na porta do instituto, e os idosos descendo com a mochilinha e a merendeira atrás como se estivessem indo para uma escola, que é o sonho de toda a família. Onde deixar o idoso enquanto os filhos estão trabalhando?

Os filhos não querem mandar os idosos, Prefeito, para um abrigo, mas os filhos querem um lugar onde os idosos possam passar o dia, para os filhos trabalharem, voltarem ao final da tarde, pegarem o seu idoso e levar para casa. E foi isso que eu vi lá!

Mas eu vi uma coisa interessante: ele fez uma instituição para o rico, para o pobre, para todos. Eu vi idosos que têm carro passando na casa dos idosos que não têm carro e dando carona para passarem o dia juntos lá.

A experiência foi impactante, e agora saber que o senhor já conseguiu convencer o Governador a fazer 16...

O SR. MAURICIO GEHLEN (*Fora do microfone*.) – Dezoito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dezoito, no estado.

Eu sei que é possível fazer em todas as cidades. É possível a gente levar essa experiência para o Brasil inteiro, e eu vou até deliberar que a Comissão faça uma visita; eu acho interessante os Senadores desta Comissão irem conhecer o instituto.

Eu também sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, Frente Parlamentar Mista, que reúne Câmara e Senado, e quero levar alguns Deputados, porque se deu certo lá, pode dar certo no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos agradecê-lo por vir hoje mostrar que o idoso que está frequentando o instituto está protegido, porque ele treina os profissionais dele a olharem além do que estão vendo. Um idoso chega mais triste: "Por que chegou triste?"; há uma marca diferente no braço: "Que marca é essa?". E ali os idosos se empoderam para denunciar a violência, o descaso e a humilhação que sofrem. São pelo menos mil idosos – já passaram muito mais, não é?

Eu fiz uma pergunta aqui: Prefeito, eles se casam? Conte isso para a gente.

O SR. MAURICIO GEHLEN – Ah, acontece de tudo, não é! (*Fora do microfone.*)

Sem dúvida. E eu sou padrinho de muitos casamentos (*Risos.*), com muito orgulho, porque qualidade de vida é em todos os sentidos. Lá nós não temos distinção de raça, cor, credo, religião, condição social ou financeira. A pessoa que tiver acima de 60 anos vai lá, simplesmente faz o seu cadastro, passa pelo seu médico, Doutor, para ter o atestado daquelas 16 atividades que a gente fornece a eles, e, passando aquilo que ele pode fazer, a gente dá com muito orgulho.

Namoros acontecem, relações acontecem, e isso tudo é qualidade de vida. Eu fico muito orgulhoso de ter lá meu grupo, que se apresenta na cidade toda, dançando no São João, se apresentando na festa de Páscoa, de Natal, dançando na comunidade e se apresentando. Quer dizer, Damares, é o orgulho da minha cidade, do meu estado, e eu tenho certeza de que esse exemplo poderá ser, sim, do Brasil também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou precisar frequentar mais esse instituto. (*Risos.*)

Vocês entenderam, não é? Vocês entenderam, não é! (*Risos.*)

Na sequência...

Obrigada, Prefeito. Muito obrigada.

Na sequência, nós vamos ouvir o Mauro Moreira Freitas – é outra experiência, totalmente diferente –, Presidente da Associação Brasileira de Cidadão Sênior (Abracs). É uma alegria recebê-lo aqui, meu companheiro no Ministério, na Educação Financeira para Idosos. Trabalhamos muito o enfrentamento à fraude financeira contra idosos, que é o que estamos vivendo hoje, de novo, e dessa forma absurda. Então, é uma alegria recebê-lo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem o seu tempo de dez minutos. O cronômetro está lá, mas já viu que eu sou generosa. (*Risos.*)

Obrigada, Sr. Mauro.

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos e todas.

Senadora, é um prazer estar aqui, na pessoa de quem também gostaria de cumprimentar todos os presentes na mesa e todos que estão aqui, hoje, prestigiando. Isto aqui já é uma boa prática, não é, Senadora? Eu estava conversando aqui com o Dr. Marco, que já fizemos outras audiências aqui e não passava da terceira fileira de mesas. Então, isso mostra que a gente está ativando a sociedade com o tema e despertando a consciência da importância de tratar disso, já de forma urgente, e preparar para as próximas gerações.

Bom, eu tive a oportunidade de participar de conselho nacional. Estou hoje como Presidente do Conselho daqui, do Distrito Federal. Estou aqui vendo a Dra. Amanda, irmã, a Vicentina também, nossa turma, fazendo aqui o nosso papel de prestigiar. Vamos ter a nossa sexta conferência no dia 26, e espero que o Dr. Raphael vá lá nos visitar.

Isto é o que move essa política: a gente conseguir ouvir as demandas nos municípios e estados, levar para o Conselho Nacional, e, de tudo que eu ouvi aqui, Senadora, eu acho que o mais interessante que o Secretário falou, ouvindo a história, agora, do Prefeito Mauricio também, é a gente dar ambiente para as pessoas viverem a sua velhice, independentemente da forma como vamos chegar. Cada um tem a sua história, tem as suas comorbidades ou facilidades de mobilidade na vida, mas é nisso que a gente vem percebendo mais de dificuldade, e a Abracs, que é essa associação, vem se dedicando na política pública e também na oitiva e na proposição, também, de algumas políticas que facilitem às pessoas serem quem são até o seu último dia, vivendo nessa vida.

A gente tem uma impressão, muita gente acha que a pessoa envelhece, deixa o CPF pendurado num prego e atravessa uma porta. Não é assim. A gente está percebendo, inclusive, algumas atividades, até bem-intencionadas, de trabalhos exclusivos para as pessoas idosas. Eu tenho percebido, com o decorrer do tempo, exercitando essa possibilidade de tratar do tema, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas querem mais a intergeracionalidade. Elas querem continuar vivendo quem são enquanto puderem viver.

Então, a gente percebe que, daquilo que foi falado, esse ambiente, criar espaço para as pessoas viverem a sua velhice eu acho sensacional. É o que a gente tem que pensar. Políticas públicas devem ocorrer, mas a gente tem vivido num país em que o envelhecimento nos atropelou. Simplesmente, fizemos em 30 anos o que outros países fizeram em 100. Isso são estatísticas repetidas e constatadas, e isso, obviamente, não dá tempo para a gente estruturar uma legislação e políticas públicas adequadas.

Então, só para vocês lembrarem, tudo que diz respeito ao direito da pessoa idosa – e nós estamos querendo, agora, aqui, falar da violação e da necessidade de preservação – surge lá em 1948, depois da guerra, com os direitos humanos. Ali se começa a falar do direito do envelhecimento. Depois, tivemos algumas convenções, e, depois, tivemos, aqui, no Brasil, a Constituição de 1988, a primeira Constituição que tratou do direito da pessoa idosa como algo a ser realmente resguardado pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Depois dessa Constituição, nos arts. 229 e 230 –, para quem quiser, depois, verificar – que, inclusive, fala dos direitos de os pais serem cuidados também pelos seus descendentes, como direito a ser resguardado, tivemos a política nacional, a Lei 8.842, em 1994, já inspirada por essa Constituição de 1988, e, depois, com algumas alterações, tivemos o nosso estatuto, primeiro o do idoso e, depois, o da pessoa idosa, como a gente assim denominou, em 2003.

Ou seja, nós estamos muito recentes com uma legislação que trata, mas, de forma também muito importante, a gente tem um destaque em nível mundial com relação a isso. E agora nós temos aí a convenção interamericana, que nós estamos buscando, para também instituir no Brasil, como mais um recado ao povo brasileiro e ao mundo de que a gente vê o envelhecimento como algo prioritário e uma necessidade para que a gente tenha uma sociedade justa e equilibrada.

Aí a gente percebe por que tudo isso é uma necessidade que a gente precisa rever, porque é uma legislação recente para a história de... Quem atua com o Direito, por exemplo, sabe que uma lei começa a atuar e vai gerando jurisprudência, vai gerando decisões precedentes, até amadurecer e, quem sabe, até ser revista, como o próprio Estatuto da Pessoa Idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está vendo a necessidade, Senadora, de melhorá-lo, em termos de ele ser uma lei que faça a pessoa desistir, ser dissuadida. No que diz respeito à penalidade, ela é muito branda. O Estatuto da Pessoa Idosa prevê algumas atitudes como o crime, na sua parte final, mas de forma muito branda – vai de seis meses a dois anos. E, levando em consideração, pelo regramento que nós temos, que essa é uma agressão de poder baixo, ele é considerado quase como um juizado especial, algo assim, irrelevante, que leva a uma simples audiência de conciliação. E o agressor volta para dentro de casa.

Então, é muito grave tudo isso e é muito difícil de a gente lidar com isso. Quando a gente tem essa experiência, a gente começa a perceber na sociedade onde é que está escondido, exatamente, o chamado etarismo, o idadismo, o ageísmo, a velhofobia como alguns falam. Onde é que está escondido? Às vezes, é num detalhe, mas, por exemplo, eu vou falar de uma coisa que vai pegar todos aqui, da questão do etarismo no ambiente de trabalho. As pessoas estão despertando para isso como algo essencial, porque o trabalho é essencial. Nós estamos com problemas de pessoas que se aposentam e aumentam em 200% as suas comorbidades até com a possibilidade de elas virem a óbito.

Então, isso não é uma solução em si, mas as pessoas têm que manter as suas atividades, têm que ter o seu ganha-pão. Como é que nós vamos ter um país em que aos 45 a pessoa já é descartada? Como é que nós vamos ter um país com pessoas ativas e saudáveis – que é o que a gente quer, e sobre o que a OMS já fala – se nós não damos para essas pessoas a capacidade de um trabalho?

Nós estamos sofrendo com o etarismo no momento de serem recrutadas as pessoas, porque começam a descartar alguns currículos de pessoas com mais de 40 anos. Nós estamos tendo etarismo no ambiente de trabalho, quando a gente percebe que as NRs, a gente percebe que o ambiente, a maneira de se chegar ao próprio trabalho, que seria a mobilidade urbana, a capacidade de a pessoa caminhar até a fábrica, se manter numa esteira... Tudo isso tem que ser revisto. E nós temos ainda um pior etarismo quando as pessoas são simplesmente descartadas ou convidadas a se retirarem do ambiente de trabalho pela condição de idade, sem se levar em consideração, no mínimo, se ela tem ou não capacidade de entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tudo tem que ser revisto. E isso já está sendo revisto, está impactando a jurisprudência trabalhista.

Agora, fora isso, nós temos outras coisas também na relação de trabalho, já que estamos falando nisso, que reveem... E é ali onde se escondem essas questões. Por exemplo, nós estamos tendo um aumento significativo de ações trabalhistas de cuidadores contra pessoas idosas. Isso está virando um problema extremo. Vou dar um exemplo para vocês – eu sou advogado, atuando bastante em trabalhista também – de algo que é bem problemático. Uma senhora de 84 anos contrata uma cuidadora de idosos. Ela não sabe o que é eSocial. Ela não sabe fazer um recibo. Ela não sabe assinar carteira. Ela não sabe fazer a escala de horário – que é uma coisa das mais difíceis, que eu sei.

Olha, quem tem necessidade, para um idoso, de 24 horas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – ... precisa ter alguém lá cuidando dessa pessoa, precisa fazer uma escala de três pessoas para cuidarem dele e mais um folguista, ou tem que ter *home care* ou tem que ter uma situação que realmente vulnerabiliza, não o empregado, como tradicionalmente é tratado a legislação trabalhista no Brasil, mas o vulnerável nessa condição é a pessoa que toma esse serviço, até porque, por exemplo, ela pode vir a sofrer uma ação em que esteja ali algo que está na moda agora também, o dano moral, assim como o *burnout* também. É algo em que a gente vai ter que pensar, porque todo mundo tem *burnout* no Brasil hoje em dia, no ambiente de trabalho – é algo que tem que ser pensado.

Então, quem é mais vulnerável nessa condição, nessa relação de trabalho, que o juiz, o Judiciário tem que levar em consideração? E aí eu fico feliz quando eu vejo a Dra. Monize falando da prática dos tribunais de pensarem o atendimento diferenciado para a pessoa idosa no ambiente de julgamento. É necessário mesmo. Então, quem é mais vulnerável?

E se aquele dano moral que está sendo arguido, em razão de algum tipo de violência, for de uma dementação que está começando a surgir na pessoa? A gente sabe que qualquer pessoa que está tendo um início de dementação pode sofrer uma hipersexualidade, pode sofrer um problema grave também de esquecimento, não tomar remédio, desidrata – aí a importância do Prefeito Mauricio, de levar as pessoas para dentro de um centro, porque as pessoas dentro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa não tomam água, vem a ter um esquecimento, agrava-se a sua condição de desidratação, esquecimento, acabam tendo algum tipo de agravamento em algum tipo de relacionamento, acaba xingando a pessoa, acusando, por exemplo, o que é muito comum, de furto de alguma coisa que sumiu no ambiente do lar. E isso vai acabar onde? No Judiciário. A título de quê? De um empregado, chamado hipossuficiente, que vai entrar com uma ação, e as ações, Senadora, são de 400 mil a 600 mil, mais ou menos. As pessoas estão sozinhas, e o Judiciário, sem um preparo prévio. Daí que eu digo da necessidade de toda a preparação para as pessoas envelhecerem. Elas não estão ainda preparadas para entender com o que nós estamos lidando. Então, são essas questões.

Outra também, que é interessante para encerrar aqui, infelizmente. Poderíamos conversar aqui o dia inteiro, dada a experiência que eu tenho, mas uma questão que a gente fala sobre etarismo: por que o etarismo é agravado também nas empresas? Porque um dos maiores valores que tem hoje é o plano de saúde, e o que o plano de saúde faz todo ano? Avalia o nível de utilização, a quantidade de utilização e sinistro daquela empresa que contrata aquele plano. Se subir demais, o plano corta. E como hoje o plano é um ativo para atrair bons profissionais para algumas empresas, o que eles fazem? Não contratam pessoas com mais idade, porque não querem aumentar sua sinistralidade, porque querem manter o plano barato, para contratar pessoas com condições diferenciadas no mercado de trabalho. Isso é um etarismo não voluntário, mas que se arma, isso é uma coisa em que a gente tem que pensar.

Então, são essas as condições em que a gente tem que pensar, que o Secretário estava falando, de nós termos um ambiente para as pessoas evoluírem na idade e viver uma vida, um envelhecimento digno e tomando as suas próprias decisões. Aliás, decisões que devem ser prestigiadas, cada vez mais, como a tomada de decisão apoiada e a curatela usada na estrita necessidade mesmo, a menor possível, para a gente manter uma coisa que é sagrada para a pessoa idosa: manifestação de vontade. Manifestação de vontade está ligada diretamente à dignidade humana e aos direitos humanos. Então, nós temos que levar muito a sério essa questão também.

Então, se nós não tivermos uma sociedade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – ... preparada para tomar suas medidas necessárias, para autorizar que uma pessoa amadureça, envelheça e viva em uma sociedade com a longevidade ativa e saudável, se nós não tivermos um ambiente apto a acolher essas pessoas, tudo não vai passar de uma retórica, de uma tentativa de fazer políticas que não têm encontro na realidade para ser aplicada. E nós estamos vendo muita dificuldade.

Por exemplo, por que é que sobra dinheiro? Porque nós não temos uma sociedade que fomente as Oscs para terem capacidade de fazer geração de projeto, atendimento de licitações, prestação de conta... Não temos. Então, é uma coisa assim: quanto mais a gente cria leis para tentar proteger, mais a gente inviabiliza a ocorrência dessas execuções; quanto menos execuções nós temos, menos capacitação de sociedades neste país e menos chance de chegar aos dinheiros de fundos à pessoa idosa, nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS – ... e também estaduais, na sociedade.

Então, quero mais uma vez agradecer, obrigado pela oportunidade.

Fico feliz de a gente estar aqui hoje no Senado, com esse público, com esta audiência, que mostra que a gente está amadurecendo.

E a boa notícia, resumindo, Senadora, é isto: a maior participação da sociedade e o entendimento e a conscientização do problema.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Mauro. (*Palmas.*)

Vocês viram que é uma outra abordagem. Nós temos o Maurício acolhendo, o Secretário fazendo política pública, o Dr. Marco falando da saúde, a Monize, que falou lá, a juíza, e aí vem o Dr. Mauro falar de aspectos em que a gente, às vezes, não pensa.

Dr. Mauro, eu recebi algumas denúncias de idosos que contratam seus cuidadores, e tem cuidador que chega lá e fala assim: "Eu posso morar na sua casa." Aí o idoso contrata. No começo, dá tudo certo. O cuidador cuida dele durante o dia e ganha a moradia, fica ali. Só que, quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidador sai, o cuidador acusa o idoso de trabalho análogo à escravidão, porque morou no trabalho.

Estou com idoso na lista negra do Ministério do Trabalho por trabalho análogo à escravidão, porque o cuidador morava lá; então, o cuidador dizia: "Eu trabalhava 24 horas".

Então, a gente tem tantas coisas para discutir, tantas coisas...

O senhor trouxe aí a crueldade dos planos de saúde. De um dia para o outro, você muda de idade, e o valor duplica, sem avisar esse idoso que o valor vai duplicar.

A gente teve aí, Rafael, recentemente, as mudanças na pensão por morte das mulheres pensionistas, cuja pensão caiu pela metade. E, aí, tantos desafios, e a gente tem aí a sua associação, ajudando a pensar em como deixar a vida desse idoso mais fácil, em como envelhecer e ter direitos garantidos, e todos eles sabendo o que pode e o que não pode ser feito, mas, mais do que isso, a garantia dos direitos.

Obrigada. É uma outra abordagem. É uma associação que pensa em detalhes que, às vezes, a gente não pensa.

Por exemplo, o Prefeito Maurício falou das instituições. Quantas instituições bem intencionadas surgem, mas que não tem o que o senhor tem, um bom advogado, um bom contador, um bom administrador?

Na pandemia, quando eu fiz o chamamento das instituições... E aqui, Rafael, quando a pandemia chegou, nós conseguimos aquele recurso para as ILPIs, e eu queria entregar para todas elas – vocês se lembram da luta que foi –, e o Ministério da Saúde dizia assim: "Tem 1,9 mil instituições no Brasil que cuidam de pessoas idosas". O Ministério da Ação Social dizia: "Não, são 2,1 mil". Ninguém sabia quantas. Eu disse: "Já que ninguém sabe, vamos fazer um vídeo dizendo: 'Ó, se inscreva, que tem dinheiro'". (*Risos.*)

Apareceram mais de 4 mil, que estavam anônimas ao poder público, e instituições muito sérias, que não tinham se inscrito na prefeitura por conta das exigências e dos alvarás, mas, no meio dessas 4 mil, também apareceram algumas que estavam torturando idosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, o que é que nós descobrimos? A maioria com dívidas trabalhistas. Porque o Diretor, bem-intencionado, criou uma instituição, mas não se preocupou em recolher o INSS do servidor. Dívidas que vinham de 20, 30 anos, impagáveis, porque as instituições não tinham um apoio, com um bom contador, um bom advogado, uma pessoa orientando.

Então, o senhor traz aqui uma outra abordagem, e eu fico muito contente com a sua participação, e vamos muito atrás do senhor.

Bom, uma outra experiência agora, de uma outra forma, uma outra boa prática.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Egídio Dória, Diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade da USP e Coordenador do Programa Envelhecimento Ativo do Hospital das Clínicas de São Paulo, referência em envelhecimento ativo, cuidado comunitário, autonomia e inclusão social da pessoa idosa.

Dr. Egídio, muito bem-vindo. Estamos aqui ansiosos para ouvi-lo.

E, depois, do Dr. Egídio, a gente encerra a audiência com o Raphael, do nosso Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Dr. Egídio.

O SR. EGÍDIO DÓREA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos.

Eu que agradeço, Senadora Damares e a toda a Comissão de Direitos Humanos, pela oportunidade de estar aqui hoje nessa fundamental discussão sobre os direitos das pessoas idosas.

Então, eu trouxe uma breve apresentação. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Egídio, a gente pode compartilhar daqui, se o senhor tiver dificuldade.

O SR. EGÍDIO DÓREA (*Por videoconferência*.) – Só estou tentando aqui, porque...

Vocês estão conseguindo abrir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos, mas se quiser a gente compartilha.

Pronto, perfeito agora. Perfeito.

O SR. EGÍDIO DÓREA (*Por videoconferência.*) – Vamos lá.

Então, vamos falar sobre envelhecimento saudável como direito.

A minha apresentação pautará, brevemente, em dois de vários desafios associados à longevidade; depois, pautarei um pouco sobre a década do envelhecimento saudável e, por fim, no idadismo como manifestação de violência e as minhas conclusões.

Então, como já foi falado anteriormente, o Brasil é um país que está envelhecendo rapidamente. Atualmente, 35 milhões de pessoas, de 60 a mais, 16,1% da nossa população. Em 2050, estima-se que esse número aumentará para 64 milhões, ou seja, 31,4% da nossa população.

E nós ganhamos, nesses dois últimos séculos, 30 anos de expectativa de vida. Essa foi a nossa grande conquista médica, científica e social. E configuramos isso como nossa primeira grande revolução.

Mas será que isso foi um direito de todos? Nós percebemos que não. Temos aqui dados do Município de São Paulo, mostrando que, em dois bairros, situados a uma distância de 22km – é um percurso de 88 minutos de distância –, nós temos diferença de expectativa de vida de 24 anos. Então, isso constitui-se em uma grande ruptura de direito, em uma grande violência, você ter ceifado 24 anos de sua expectativa de vida, onde pessoas que moram naquela região não conseguem nem atingir um marco cronológico para serem considerada uma pessoa idosa.

Mas além deste desafio, que é levar esse direito a todos, nós temos um outro grande desafio, que é o de envelhecer de uma forma saudável. Hoje, nós temos diferença de expectativa de vida e expectativa de vida saudável de cerca de 9,6 anos no mundo. No Brasil, essa diferença está em torno de 10,5 anos, sendo nove anos para homens e 12 anos praticamente para mulheres. Uma diferença de praticamente quatro anos entre esses dois gêneros.

Então, esse é o nosso segundo desafio, que é atingir essa segunda grande revolução da longevidade, que é diminuir essa diferença que existe entre a expectativa de vida e a expectativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vida saudável, e isso será conseguido baseando-se uma política em três grandes pilares: o pilar da promoção, o pilar da prevenção e o pilar do diagnóstico e do tratamento adequado das doenças e das suas complicações.

E nós estamos vivendo a década do envelhecimento saudável, que irá até 2030, que objetiva manter e desenvolver a nossa capacidade funcional que promova o bem-estar na velhice, através da habilidade de atender as nossas necessidades básicas: de aprender, de nos desenvolvermos e decidirmos, de nos movimentarmos, de construirmos e preservarmos as nossas relações e de contribuirmos para a nossa sociedade. E isso é o envelhecimento saudável como direito, um direito de todos.

E para isso nós temos algumas ações fundamentais: mudar a forma como pensamos, sentimos e agimos em relação à nossa idade e em relação ao envelhecimento – isso eu vou pautar com mais detalhes logo à frente –; através de comunidades que promovam as habilidades das pessoas mais velhas; através da criação de um sistema de cuidado integrado e centrado no indivíduo e serviços de atenção primária que atendam às necessidades das pessoas mais velhas, e através da promoção de uma cultura de cuidados, cuidados de longa duração para as pessoas mais velhas, quando for necessário.

E, como eu falei, eu vou pautar aqui mais detalhadamente na mudança dessa percepção do processo de envelhecimento, que tem que ser não somente individual, mas também social.

Nós estamos falando do idadismo. Então, idadismo foi um conceito criado em 1969 por Robert Butler, um geriatra norte-americano, em que ele definia como o ato de criar estereótipos ou de discriminar um grupo ou uma pessoa pelo fato de ela ser mais velha ou parecer mais velha.

E o idadismo compõe-se de um componente cognitivo, que são os estereótipos, em geral negativos. Descritivos: como a pessoa mais velha deve ser; então, nós associamos a velhice à dependência, ao isolamento, à depressão, à improdutividade, à demência; prescritivos: como o idoso deve se comportar, que ambientes ele deve frequentar, que roupas ele deve vestir, que atitude ele deve ter; o componente afetivo, que é o sentimental, que é o preconceito – como nós nos sentimos em relação à nossa própria velhice e como nós nos sentimos em relação à velhice do outro –; e o atitudinal, que é o comportamento discriminatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse preconceito, na maioria das vezes, está implícito. Nós muitas vezes somos idadistas sem percebermos que somos idadistas. E ele se expressa no nível micro – pessoal e interpessoal –; no nível meso – comunitário –; e no nível macro – institucional –, e aqui nós temos duas grandes instituições idadistas, que são o mercado de trabalho e a instituição da saúde, de tal forma que, assim como o racismo, o idadismo é um preconceito estruturado em nossa sociedade.

Ele é definido como o mais universal dos preconceitos: independentemente do seu gênero, da sua raça, da sua orientação sexual, da sua religião, da sua classe socioeconômica, muito provavelmente você será vítima do idadismo ao ser percebido como mais velho ou envelhecido.

Ele é transcultural: hoje em dia, tanto as sociedades orientais, mais coletivistas, como as ocidentais, mais individualistas, são idadistas.

Ele se intersecciona e se soma aos outros preconceitos, então o idadismo sofrido por uma mulher negra é completamente diferente do idadismo sofrido por um homem branco.

Ele, como falei anteriormente e vou citar posteriormente, é o mais comum dos preconceitos. Ele é o mais prejudicial, mas é o menos discutido.

Os agentes promotores de idadismo guardam uma relação muito grande com os agentes promotores da violência: são relações de poder que são estabelecidas baseadas na exclusão, no isolamento, na invisibilização, na estigmatização e na discriminação.

Do ponto de vista de prevalência, como falei anteriormente, ele é o mais comum, com dados, por exemplo, da Região Sudeste da Ásia, com 86,4% de relatos de idadismo, ou da África, com 85,2%. Todas as sociedades pautadas predominantemente na figura do jovem e do adulto são preconceituosas e são mais idadistas.

Aqui nós temos um dado do Brasil, realizado com 9.383 pessoas não institucionalizadas acima de 50 anos, em 70 municípios, cinco regiões, de 2015 a 2016, que mostrou uma taxa de (*Falha no áudio.*)

... nos Estados Unidos, acima de 60%, ou, no Reino Unido, em torno de 40%.

Muito disso é explicado porque se confunde a questão do idadismo com a questão da desigualdade, mas esse mesmo estudo mostrou que os principais fatores de risco são: o local da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

residência – se você mora em uma zona rural, você tem menos idadismo do que em uma área urbana, que é mais pautada na questão da produtividade –; se você faz parte de uma minoria étnica, como no caso dos negros, pardos, índios e amarelos; se você tem um maior nível educacional, e aí a questão é que a pessoa que tem o maior nível educacional frequenta ambientes que podem ser mais discriminatórios, e ela tem também uma taxa de percepção maior; se você tem um pior estado de saúde; e se você tem menos confiança no contexto social em que você vive.

Nesse estudo, o local mais frequente de discriminação, como eu citei anteriormente, foi o serviço de saúde.

Aqui foi outro estudo que nós realizamos com grupo de envelhecimento dativo da USP em que foi feita uma pergunta para 372 funcionários participantes sobre o idadismo: 93% eles acreditavam na existência do idadismo, 87% já tinha presenciado o idadismo e, pasme, 41% já tinha praticado o idadismo de uma forma explícita.

Os locais mais frequentes foram, mais uma vez, trabalho, sobretudo sob a forma de desrespeito; o transporte público; nas redes sociais – então, Facebook, cuja maior parte da sua comunidade constituída de pessoas 50+, é um dos ambientes mais idadistas –; e na própria família. A idade em que a maioria dessas pessoas percebe que o outro começa a sofrer com ou ele próprio começa a ser vítima do idadismo é por volta dos 50 e 60 anos de idade. Mas um aspecto bom é que 91% deles acreditam que o idadismo pode ser combatido.

E qual habitualmente é o perfil da vítima do idadismo, que também guarda uma semelhança muito grande com a violência, como o Marco Túlio comentou anteriormente? Mulheres, sobretudo se ela tem acima de 80 anos, se guarda algum grau de dependência física ou financeira, se está isolada socialmente, se tem uma baixa escolaridade, se tem um componente de depressão, confusão mental ou demência, se apresenta múltiplas morbidades, e se percebe a sua saúde ou o seu envelhecimento de uma forma negativa.

Mas nada disso teria importância se o idadismo não fosse prejudicial. E aqui eu vou trazer somente alguns eslaides que mostram o impacto negativo do idadismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que o idadismo determina consequências negativas na nossa saúde física, mental e no nosso bem-estar social, além de determinar um grande impacto econômico. Do ponto de saúde funcional – e estamos falando da década do envelhecimento saudável –, aquelas pessoas que têm uma percepção mais negativa do seu envelhecimento têm uma pior funcionalidade, como foi demonstrado nesse estudo com acompanhamento de 20 anos.

Em relação à expectativa de vida – nós estamos aqui festejando os nossos aumentos de vida –, nós vemos que a pessoa que percebe o envelhecimento de uma forma negativa tem uma expectativa de vida 7,5 anos menor do que aquela pessoa que tem uma percepção positiva do seu envelhecimento.

Do ponto de vista econômico, nós temos dados que mostram que, pegando as oito doenças que sofrem impacto negativo do idadismo, nós teremos cerca de 3,2 milhões de casos dessas doenças, a um custo total de US$63 bilhões por ano. Se nós reduzíssemos 10% o idadismo, sob a forma discriminatória ou dos estereótipos negativos, ou dessa autopercepção negativa do indivíduo sobre o envelhecimento, nós teríamos uma queda de 320 mil casos por ano dessas doenças, uma redução de custos de US$1,1 bilhão por ano. Ou seja, do ponto de vista macroeconômico, é fundamental nós mudarmos a percepção social e individual do que é o envelhecer e, para isso, nós temos algumas medidas que são efetivamente positivas, como é o caso do convívio intergeracional, que é a campanha deste ano, de intergerações, e que é um dos pilares da USP 60+.

A USP 60+ é a Universidade Aberta à Terceira Idade da USP. É um programa vinculado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, que teve o seu início em 1994. Ela oferece cerca de 4 mil vagas por semestre, distribuídas em centenas de atividades por todos os *campi* da USP.

Como falei, nós temos três grandes pilares, e um deles é a intergeracionalidade, em que o aluno, dentro da grade curricular, convive na sala de aula com alunos de graduação da USP, que tipicamente têm entre 18 e 20 e poucos anos.

Ela é completamente gratuita, ou seja, todos os seus cursos são gratuitos, para que a gente possa conseguir, assim, contemplar a maior parte da nossa comunidade, e ela tem a abertura mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ampla possível, ou seja, não é necessário nenhum pré-requisito, para que a pessoa consiga participar de uma atividade da USP 60+.

Nós temos que ter campanhas de conscientização e educação. Nós temos que ter comunidades promotoras, como é o caso da USP em relação ao Programa de Envelhecimento Ativo, um programa que visa a transformar a USP em um agente promotor ativo desse envelhecimento saudável.

A maioria dos funcionários que entra na USP passa a maior parte da sua vida dentro desse ambiente de trabalho. Ele ingressa na USP aos 20 e poucos anos, sai aposentado aos 70 anos, 60 e poucos anos. Ele passa cerca de dez horas, de oito a dez horas do seu dia dentro dessa universidade, de segunda a sexta-feira.

Então, o primeiro objetivo do programa é oferecer essas oportunidades para que o funcionário, ao longo do seu curso de vida, possa envelhecer de uma forma ativa e saudável, baseado no capital saúde, no capital participação, no capital segurança e no capital aprendizado continuado.

E é preciso criarmos, como eu falei anteriormente, uma cultura pautada no cuidado. Todos nós precisaremos do cuidado, e todos nós precisamos de cuidado em algum momento das nossas vidas. Nós cuidamos e seremos cuidados.

E, do ponto de vista de conscientização, nós criamos uma campanha, junto com a Secretaria de Direitos dos Idosos da Prefeitura de São Paulo e com o Metrô de São Paulo, sobre a conscientização do idadismo. E essa campanha surgiu de uma ideia. A ideia de que, à medida que as pessoas envelhecem, elas vão perdendo o seu valor, elas vão se tornando invisíveis.

Então, vamos fazer uma campanha que valorize a idade, que valorize a senioridade e a experiência. E pegar, sim, o mais do 60+, para mostrar o que essas pessoas têm a mais, e criar um manifesto.

Se você tem mais de 60 anos, se você tem muito mais que 60 anos, você tem 60 mais experiências, você tem 60 mais de mil partos realizados, você tem 60 mais de 5 mil alunos formados, você tem 60 mais de 1 milhão de quilômetros rodados. Por quê? Se o tempo nunca valeu tanto, imagine quanto vale alguém que já viveu muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí criamos essa campanha, #Sou+60, em que nós tivemos vários de nossos garotos-propaganda, e a campanha é colorida, porque a velhice é plural, a velhice é colorida, e nós escolhemos as cores rosa, azul e amarelo. Essas pessoas selecionavam o que elas consideravam importante na sua vida, os seus propósitos, as suas trajetórias.

E esses garotos-propaganda foram colocados nas estações de metrô aqui de São Paulo. As estações foram iluminadas com as cores da campanha, e nós criamos um sítio repositório de tudo o que se tem conhecimento, ou que tenta abarcar tudo de que se tem de conhecimento sobre o idadismo que está acontecendo aqui no Brasil e que está acontecendo aqui no mundo.

Concluindo: nós temos que ressignificar as nossas velhices. Nossas velhices são um processo contínuo de transformação e de construção. Os conceitos antigos estão sendo reformulados no âmbito da saúde, do trabalho e da educação. Nós temos que envolver toda a sociedade, porque, demograficamente, essa é uma das grandes transformações do mundo e do Brasil. A pessoa idosa tem que ser tomada como... (*Falha no áudio.*) E nós temos que identificar, comunicar e combater as situações de idadismo e de violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Egídio, fantástica a sua apresentação, fantástica. E eu quero informar, para quem está nos acompanhando, que a apresentação dele vai ficar à disposição. É uma aula de doutorado, não é, gente? É uma aula de doutorado. E, enquanto o senhor falava, o pessoal da mesa estava fotografando, anotando.

Dr. Egídio, parabéns pelo trabalho. Parabéns! O senhor nos trouxe esperança, alegria, mas está na hora de a gente falar mesmo mais sobre idadismo.

Quando o senhor traz, na pesquisa, que lá na área rural eles sofrem menos idadismo que num grupo social mais culturalmente elevado, aí a gente entende: é porque, lá na área rural, precisamos dele na enxada. Aqui, acham que nós, depois dos 60, já estamos vencidos; não precisam mais da gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São muito ruins os dados que o senhor trouxe. São ruins, são ruins, mas são provocadores; nos provocam; nos incomodam. E eu acho que esse é o objetivo de uma audiência pública como essa: nos provocar. Parabéns pela campanha.

Quero ser modelo da sua campanha, viu, doutor? E ficaria muito lindo meu rosto por aí no mais 60. Parabéns!

Mas a gente tem que falar sim, como o senhor trouxe, que o idadismo é o mais universal dos preconceitos e que é transcultural. Eu acho que a gente precisa falar sobre isso e falar com muita veemência.

O movimento LGBT, Dr. Egídio, conquistou o respeito, a criminalização da homofobia, gritando, berrando; e eu acho que está na hora de nós, idosos, começarmos a gritar, berrar. Nós queremos, na cadeia, quem nos discrimina também pela nossa idade.

Eu vou contar só uma experiência. A gente já vai para a palavra do Raphael.

Gente, há muita participação na internet, muitas perguntas, inclusive do Paraná, viu, doutor? Muita coisa chegando aqui.

A nossa candidata à Prefeita de Canoas, Rio Grande do Sul, Beth Colombo tem 80 anos e é uma mulher com uma experiência incrível, incrível. Foi Secretária de Educação algumas vezes, foi Vice-Prefeita, com uma vitalidade e pronta para administrar a cidade. Ela ia pedir voto, o que ela escutava? "Esta velha? Esta velha que vai ser Prefeita?" Só que quem fazia isso, olhando para ela, não perguntava a idade do Presidente Lula, do Fernando Henrique Cardoso, do Bolsonaro, do Trump. Os grandes líderes mundiais já passaram muito dos 60 anos e estão dando conta. Aí, quando a gente vem para o dia a dia aqui embaixo: "Essa velha". O Prefeito que está lá é um grande Prefeito, que ganhou no segundo turno. Ela foi apoiá-lo, e tal... Mas eu tenho certeza de que a cidade perdeu uma grande gestora. Nós vamos ter que nos levantar contra o idadismo.

Dr. Egídio, parabéns, parabéns. Obrigada pela participação. Sei que o senhor tem um dia complicado, fique à vontade se precisar sair, mas nós agradecemos muito a participação do Diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade da USP. Muito obrigado! Que Deus o abençoe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós agora vamos ouvir o nosso último expositor, que é o Raphael, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Dr. Raphael, dez minutos.

Eu sei que ficou na sua responsabilidade o fechamento desta audiência, mas o senhor está sempre por aqui com a gente, então, não se preocupe se não puder esgotar tudo o que o senhor quer falar hoje, porque nós vamos buscá-lo outras e outras vezes.

Dr. Raphael.

O SR. RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todas e todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa na figura da nossa Senadora Damares Alves e, em seu nome, Senadora Damares, a gente cumprimenta todo o Parlamento, em especial o Senado, parabenizando desde já esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pela oportunidade de trazer-nos um tema que, de fato, está na pauta das casas de todos os brasileiros e brasileiras.

Eu me chamo Raphael Castelo Branco e vou pedir rapidamente licença para fazer a minha autodescrição. Sou Raphael Castelo Branco, sou uma pessoa branca, uso barba e cabelos negros. Estou com paletó azul, gravata também azul e camisa branca. Estou aqui representando o conselho, posicionado ao lado direito da mesa de quem está na mesa, ao lado esquerdo de quem observa a mesa, e ao lado aqui do Prefeito Maurício, a quem desde já a gente parabeniza pela exposição e sobretudo pelo trabalho.

Gostaria de cumprimentar todos e todas, em especial os Conselheiros e Conselheiras municipais e estaduais que acompanham de todas as regiões do país neste exato momento. Gostaria de cumprimentar a nossa Coordenadora do Conselho, Ana Lúcia, e primeiramente repisar a importância deste momento. É um momento em que o mundo todo discute acerca do envelhecimento, os desafios de uma sociedade que a cada ano registra um maior número de denúncias de casos sobre violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem fica por último sempre tem o desafio de tentar inovar e aí, desde já, gostaria de parabenizar aqui todos que me antecederam. Trouxe rápidos eslaides.

Bom, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa é um órgão integrante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Nós atuamos na perspectiva do controle social, somos estruturas paritárias com participação da sociedade civil e do Estado nas mais variadas esferas e, entre outras missões, nós acompanhamos, monitoramos e deliberamos sobre as políticas públicas voltadas ao envelhecimento.

Quando a gente fala sobre uma sociedade que envelhece a cada dia – todas as apresentações que me antecederam repisaram essa importância –, nós temos realmente, dentro desse contexto, desafios e oportunidades. Que bom que a nossa sociedade envelhece a cada dia! Que bom que a expectativa de vida tem aumentado, e o quantitativo de pessoas idosas também tem aumentado! Imaginemos o potencial de uma sociedade em que brasileiros e brasileiras terão mais tempo ou estão tendo mais tempo para realmente contribuir socialmente, trazer novas experiências e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Dentro desse contexto, é importante frisar que o estatuto, que recentemente completou seus 21 anos, representou uma grande conquista, conquista essa que foi iniciada ainda nos anos 80, mais especificamente em 1988, com a Constituição, onde nós tivemos a primeira menção à palavra idoso no texto constitucional.

E esse art. 230 é muito importante, porque todo o nosso ordenamento, todas as leis que sucederam a Constituição de 1988 têm como base fundamental, base constitucional, esse art. 230.

Agora, passados esses 21 anos desde o advento do Estatuto da Pessoa Idosa, nós temos algumas conquistas, e aqui eu posso sinalizar que, por exemplo, o Estatuto estabeleceu, além de direitos gerais, direitos que são dados a todas as pessoas, independentemente de idade. Eu poderia citar aqui o direito à educação, o direito à saúde e muitos outros. Ele traz especificamente o que a gente chama de direitos específicos, ele traz, no seu texto, os seus direitos específicos, e aí eu poderia citar as prioridades, entre muitos outros que a gente poderia citar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além da conquista que o Estatuto representa, nós temos também ainda alguns grandes desafios. Primeiro, o de tornar concretas essas conquistas no dia a dia das pessoas idosas. Nós, enquanto Conselho Nacional – a Ana Lúcia está aqui e ratifica a minha fala –, nos nossos diálogos, nas mais diversas experiências nos territórios, temos evidenciado que, dentro dessa heterogeneidade do envelhecimento, que o Prof. Egídio trouxe na sua fala, que me antecedeu, nós temos ainda partes do Estatuto da Pessoa Idosa que se limitam tão somente a texto, a artigos, mas, na prática, as pessoas idosas, sobretudo as pessoas idosas mais vulnerabilizadas, muitas vezes, trazem relatos de nunca terem percebido, ou de não perceberem, no exercício das suas atividades da vida diária, concretamente, aquele artigo devidamente respeitado.

Dentro desse cenário de potencialidade, de conquistas que o Estatuto da Pessoa Idosa prestigiou e de desafios que nós ainda evidenciamos, mesmo passados quase 20 anos, Senadora, nós temos um papel importantíssimo da sociedade civil organizada e, entre várias entidades, a OAB, que é o Conselho Federal da OAB, entidade que eu tenho a honra de representar no âmbito do Conselho... E eu aproveito aqui para saudar todos os advogados e advogadas que, pelo Brasil, militam em defesa de direitos humanos, não só de pessoas idosas, mas de pessoas de todas as idades.

E aqui a gente traz alguns desses avanços. Nós temos, por exemplo, uma legislação que é, juridicamente, dentro de uma perspectiva nacional e internacional, considerada robusta. Eu costumo dizer que, se a gente comparar a nossa normatização, no Brasil, com outras experiências internacionais, o Estatuto da Pessoa Idosa coloca o Brasil em uma grande liderança em relação à maioria dos demais países. Poucos são os países que têm leis afirmativas de direito tão robustas como é o Estatuto da Pessoa Idosa, como é a Lei Maria da Penha, em defesa de direitos de mulheres, como é o Estatuto da Criança e do Adolescente em defesa de direitos de crianças e de adolescentes, mas ainda há uma distância, como a gente disse, muito grande entre o que é normatizado, o que está contido na lei, e, de fato, o que tem sido vivenciado na prática.

Nós temos um contexto – e aqui todas as falas ratificaram – em que a violência ainda é a prática e, o pior de tudo, uma violência que acontece muitas vezes, como aqui o Prof. Marco Túlio trouxe muito bem, dentro do próprio lar. Os lares brasileiros, os lares nacionais, independentemente da região, independentemente da cidade, ainda são espaços violentos para pessoas idosas – e não só para pessoas idosas. Esse é um dos desafios que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu poderia citar outras perspectivas também. Violências institucionais. Nós temos uma política robusta para pessoas 60+, para um contingente expressivo de pessoas, que atualmente é um contingente de 32 milhões. Eu digo com base no último censo, mas que tem crescido. O Secretário Alexandre trouxe muito bem. E a expectativa é de que ainda, até o final do ano, a gente ultrapasse os 35 milhões de pessoas idosas.

Mas, infelizmente, a grande maior parte das cidades brasileiras não tem orçamento específico para esse público. Como é que eu vou ter política pública, se eu não tenho o orçamento necessário para o exercício dessa política?

Então, nesse sentido, os dados ratificam a preocupação que todos nós devemos ter, lembrando que realmente a Constituição atribui não só ao Estado, mas à sociedade e também às famílias esse dever de proteção. E aí, eu ratifico, Senadora Damares, a sua fala e a do Secretário Alexandre, quando repisa a importância da família, da igreja, das mais variadas entidades religiosas e muitas outras. As universidades cumprem um papel muito importante nessa atividade formativa de levar direitos para todo o país. Há necessidade de protocolos intersetoriais e de responsabilização entre esses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO – ... mais variados atores, com a necessidade da articulação de conselhos, tanto que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa instituiu, nessa gestão, três grandes prioridades. Uma, fomentar e fortalecer os conselhos municipais e estaduais já existentes. Inclusive, Senadora Damares, a gente, muito provavelmente, nos próximos dias, vai noticiar uma grande conquista nacional, que vai ser, pela primeira vez na história, nós termos mais de 4 mil conselhos municipais e estaduais ativos na perspectiva do envelhecimento.

Outro ponto importante é a questão dos fundos. Então, nós temos também cultivado a criação e o fortalecimento de fundos, porque é uma oportunidade, sobretudo, aos municípios pequenos, e não só a eles, mas a municípios de todo porte, de realmente proporcionar o apoio institucional a iniciativas, principalmente da sociedade civil organizada, em defesa de direitos de pessoas idosas. Eu posso citar aqui a própria instituição que o Prefeito Mauricio trouxe aqui, na sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse papel, a OAB cumpre um papel muito importante como instituição da sociedade civil, haja vista que é a única instituição mencionada no próprio texto do estatuto, mais especificamente, instituição da sociedade civil, no art. 81, e que tem um alcance, de fato, nacional.

E aqui aproveito para saudar e parabenizar os trabalhos que as comissões das seccionais têm desenvolvido no decorrer desse trabalho.

É hora realmente, de fato, de buscarmos a institucionalização desse protagonismo. E a gente pontua, aqui, no nosso material, algumas sugestões, como, por exemplo, a necessidade da atualização do estatuto em alguns pontos.

E esta Casa Legislativa tem estado atenta. Nós temos tido... E a Senadora foi feliz quando disse que, com frequência, nós trazemos essa pauta do envelhecimento aqui, não só para esta Comissão, mas para outras estruturas aqui do nosso Parlamento.

Outro ponto importante é o agravamento, a necessidade da discussão acerca das penas. Brasil afora, a gente tem realmente visitado, e é muito forte a fala de alguns delegados e delegadas – eu aproveito aqui para saudar a autoridade policial, em relação a essa pauta da proteção e defesa de direitos de pessoas idosas –, profissionais, delegados e delegadas que, muitas vezes, dizem que, no caso de uma possível violência, preferem enquadrar o caso na Lei Maria da Penha ou em outros dispositivos do que, eventualmente, no Estatuto da Pessoa Idosa, por entenderem que essa perspectiva ainda precisa ser melhor discutida.

Outra questão que a gente sinaliza é a necessidade do fortalecimento e da autonomia dos conselhos, prevendo orçamento próprio para esses, essas estruturas.

Por último, sinalizamos também a necessidade da articulação de um sistema nacional de cuidados. Nós tivemos, ao final do ano passado... E aqui a gente agradece ao Parlamento por ter tido essa sensibilidade de aprovar a Lei 15.069, de 2024, que é a Política Nacional de Cuidados, por entender que é um mecanismo que vai não só contribuir para o exercício da Política Nacional do Idoso, mas também de outras pautas, da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência e outros níveis de cuidados que também precisam ser analisados.

Para finalizar, eu queria também citar a importância das comissões institucionais e interinstitucionais. Nós, enquanto Conselho Nacional, temos lutado para que a Comissão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos da Pessoa Idosa, que existiu no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e, infelizmente, foi extinta agora, recentemente, seja reestruturada, por entender que o Ministério Público tem um papel central na defesa de direitos de pessoas idosas Brasil afora. Temos lutado... Inclusive, parabenizamos o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), aqui na figura da Dra. Monize, que me antecedeu, que tem feito um trabalho muito importante por meio desta comissão interinstitucional.

É importante frisarmos que a justiça geracional é dever de todos nós. Não é justo que pessoas que contribuíram por tantas décadas para o desenvolvimento nacional sejam invisibilizadas, sejam expostas a situações de violência, quando não violência física, violência patrimonial e violência das mais diversas formas.

Por último, é importante também que o Brasil aproveite essa oportunidade de brasileiros e brasileiras estarem vivendo mais. O envelhecimento tem que ser visto como uma conquista, e não como um problema. E nós, do Conselho Nacional, reafirmamos esse compromisso, ao passo que também rogamos a esta Casa, Senadora Damares, por pautas importantes, como, por exemplo, a ratificação da Convenção Interamericana – eu acho que é fundamental que a gente possa, este ano, avançar com essa conquista –, uma lei de criação do Conselho Nacional. O Conselho até hoje, permanece previsto tão somente num decreto, e isso não nos dá uma rigidez institucional, e, por último, fortalecer, para além das Comissões, as frentes parlamentares.

E aqui, Senadora Damares, eu gostaria de agradecer, dizer que o Conselho é parceiro da frente, é parceiro da Comissão. Vamos, de fato, levar o envelhecimento para todos os espaços para podermos garantir, de fato, um país que respeite pessoas idosas e pessoas de todas as idades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Gente, inclusive, eu quero mostrar. O Presidente do Conselho me entregou um *folder* com todas as ações do Conselho. Faz muito tempo que eu não vejo um conselho atuar de forma tão ativa assim. Parabéns – parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a sensação de que, quando o conselho é presidido pela sociedade civil, ele avança mais. Eu não sei, eu sempre...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... tive essa impressão.

Parabéns! Eu estou feliz com o número que o senhor trouxe: 4 mil municípios com conselho. Eu me lembro de que, quando assumi como Ministra, nós estávamos com em torno de 2 mil municípios, e foi uma luta para a gente ter o conselho em todos os municípios. Inclusive, Prefeito Mauricio, essa pode ser uma luta sua dentro das associações de municípios, o senhor interagir com os Prefeitos. Por quê?

Eu me lembro de um grande empresário de uma região, mas eu, por uma questão de ética, não vou dizer a região. Esse grande empresário, na hora do Imposto de Renda, queria doar para políticas públicas para idosos. A grande empresa dele tinha uma área de abrangência em oito municípios, municípios que ficavam aqui, no Congresso, pedindo R$100 mil para o Deputado. Ele tinha milhões, milhões para doar. Ele foi nos oito municípios de abrangência da grande empresa. Eu não vou falar o nome para ninguém correr atrás depois, mas os oito municípios não tinham o conselho nem o fundo.

Então, às vezes, o Prefeito não sabe que, por meio de um conselho municipal e um fundo, ele vai ter muito mais recursos do que se ficar aqui implorando por uma emenda parlamentar.

Parabéns! Estamos chegando a 4 mil municípios, mas ainda faltam 1,6 mil. Vamos ter esse desafio aí, e eu quero ajudá-lo, Presidente, para a gente convidar todos os Prefeitos.

Vocês que estão me assistindo, Vereadores, se na sua cidade ainda não tem um conselho municipal do idoso, imediatamente procurem o conselho nacional, podem fazer contato com a nossa Comissão, que a gente passa os dados. Procurem a Secretaria Nacional, mas instituam no seu município, por menor que seja, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Vocês não têm ideia da importância de ter um conselho e um fundo, e o fundo poder receber dinheiro de doações de empresários na hora da declaração do Imposto de Renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar a presença da D. Maria Valdelice Simplício, Irmã Valda, e da Vereadora Luciana, de São João D'Aliança.

Luciana, seja bem-vinda! Viu, Luciana?

Estive com ela semana passada. Bem-vinda!

Nós estamos indo para o encerramento da audiência.

Cada um dos senhores poderá ter até três minutos para agradecimentos e considerações finais, mas, quero antes dizer, a sociedade participou e tem muitas perguntas, comentários.

Francys, da Bahia: "[...] poderiam ser criados espaços [...] que idosos [...] [passem] o dia – ela mandou antes de o senhor falar – [....] [e sejam] acompanhados [em vez de irem para abrigos]".

Marina, de Minas Gerais: "Oferta de serviços de apoio ao idoso no uso de tecnologias. Isso favoreceria o acesso a serviços [...] por meio eletrônico".

Paulo, de São Paulo: "Gratuidade nos transportes públicos para [...] tutores de idosos [não para o idoso, para o tutor], para acompanhamento em consultas e exames [...]".

Igor, do Paraná: "Aprimoramento das leis de proteção à pessoa idosa e penas mais severas para [...] [quem] [...] [comete] tais crimes".

Carlos, de São Paulo: "Como os idosos são um público em [...] [crescimento], quais são as políticas futuras [....] na prevenção à violência?".

Matheus, do Paraná: "Quais as medidas e políticas públicas existentes, em âmbito nacional, voltadas para a inclusão desse grupo?".

As respostas acho que já foram todas dadas ao longo das exposições.

Francys, da Bahia – ela tem duas participações –: "Avanços e desafios no sistema de garantias dos idosos. Como proceder para que de fato sejam efetivos?".

Daniel, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais demandas da população idosa atualmente?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas, do Rio: "Quais são os mecanismos de denúncia disponíveis para idosos que sofrem violência ou maus-tratos?".

Deixe-me já falar aqui: o Disque 100, por favor. O Disque 100 não é só para violência contra a criança, violência contra a pessoa idosa. E não é só violência, gente, qualquer outro tipo de violação – a fraude bancária, o etarismo, todos os tipos de violações de direitos – ligue Disque 100. A ligação é gratuita.

Maria, do Rio Grande do Sul: "Como pretendem criar mecanismos para proteger as pessoas idosas [...], [como em] calçadas, prioridade nos postos de saúde e polícia". Quando a gente viu o nosso grande doutor da USP dizer que o lugar em que o idoso mais sofre preconceito é no serviço de saúde, foi assustador, não foi? Assustador!

José, de São Paulo: "Como mudar a mente dos empresários para aceitar idosos em suas empresas [...] [aproveitando seu] conhecimento e experiência [...]".

Geovane, lá de Rondônia: "Como as famílias podem contribuir para a efetivação dos direitos das pessoas idosas?". Eu acrescentaria: como as igrejas.

Geovane, de Rondônia: "Como podemos combater o etarismo [...] nas falas, atitudes e políticas públicas?".

Vladimir, do Paraná: "Sugiro que: quem cometer algum crime (físico ou pecuniário) contra o idoso [...] [seja] fichado na polícia". Mais que fichar, tem que ir para a cadeia. É mais que fichado.

Maria, do Rio Grande do Sul: "Deveria ser criado um ministério dos idosos. [Por que não, Raphael? Por que não? Nós somos um número tão grande.] Para [...] [cuidar da] saúde, transporte, abandono e [...] práticas educativas".

Rosane, do Rio de Janeiro: "O isolamento social é um fator de risco significativo para a violência e a negligência em [...] [pessoas idosas]".

Eu vou passar para os senhores fazerem os agradecimentos e considerações finais, mas não sem antes... Eu vou fazer uma pergunta, Raphael. É o meu papel, está chegando muito isso aqui no meu celular, inclusive dos membros da Comissão, que não puderam estar presentes, os Senadores membros. Nós temos aqui a Irmã Valda, que é uma das vítimas dessa fraude do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E toda hora eu recebo, eu sou a autora do pedido da CPMI, por conta disso está chegando, as pessoas estão vindo. A Irmã Valda teve dois consignados, que ela não fez, na folha; um, ela conseguiu agora anular, mas tem um, gente, que ela vai ter que pagar até 2030.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dois, até 2030! Sem ter pedido o empréstimo consignado.

Então, a pergunta que alguns Senadores querem é: algumas dessas instituições, que estão sendo acusadas – quero lembrar que nem todas as que estão sendo acusadas, investigadas, são culpadas; elas vão ter a oportunidade de se defender –, fazem parte do conselho. Eu quero que, na sua fala, você responda se essas instituições... Porque me parece que o Presidente Lula tomou uma iniciativa. Eu pedi oficialmente à Presidência da República que essas instituições saiam de todos os conselhos. Tem instituição que está no conselho da criança. Eu pedi! Parece-me que o Presidente Lula já está tomando uma providência. Queria saber do Presidente do conselho: essas instituições que estão sendo investigadas, enquanto estiverem investigadas, serão afastadas do conselho? Mesmo que depois de absolvidas voltem, mas a investigação causa pavor. Elas continuam lá determinando política pública, fiscalizando? Então, quero ouvi-lo no final.

Vamos começar pelo Mauro, aqui nesta sequência da fala. Mauro, seus agradecimentos e considerações finais.

O SR. MAURO MOREIRA FREITAS (Para expor.) – Eu quero agradecer muito mesmo a oportunidade de estar aqui.

Quero lembrar que a Abracs é uma associação sem fins lucrativos. E dentro do nosso *site*, que é abracs – com "cs" no final, de "cidadão sênior" –, abrasc.org.br, todo cidadão pode baixar o Estatuto da Pessoa Idosa comentado, inclusive em áudio, para quem tem algum tipo de dificuldade ou deficiência para leitura.

Dentro das nossas práticas também, eu quis destacar aqui, olha: nós temos atuado na Abracs, com tudo que a gente falou aqui, e tem dado certo, como uma boa prática, Senadora, o fortalecimento das redes de proteção locais, porque isso é muito importante; capacitação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais e cuidadores; criação de campanhas educativas permanentes; mediação e arbitragem como formas alternativas de resolução de conflitos.

Inclusive, com o Dr. Raphael, nós estivemos em Santa Bárbara do Sul, em Minas Gerais. Mando um abraço lá para o pessoal, o Prefeito, que é muito atuante. Estivemos lá com o grupo, mostrando como a comunicação não violenta é importante nesse ambiente.

E por fim, o fomento à participação dos idosos nos espaços decisórios. Senadora, nós fizemos um evento com o TRE do Rio Grande do Sul, falando sobre a importância do voto da pessoa idosa para impacto nas políticas públicas. Nós tratamos, enchemos o plenário. Eu peço aqui que todos que trabalham, que têm acesso ao TRE, que a gente promova outras discussões como essa, porque o idoso não tem a mesma biometria, não tem a mesma facilidade de acesso ao local de voto, não sabe se o seu título está vencendo ou não, não sabe da regra de 70 anos ou mais poder ter a prerrogativa de votar ou não. Falamos sobre a importância hoje, o que significa o voto da pessoa idosa nos impactos na política brasileira. Então isso foi muito interessante.

Esses são os espaços democráticos que a gente deve fomentar. Eu sei da simpatia pelo assunto dos TREs ou do TST e deixo aqui o meu apelo para que a gente tenha essa abertura, inclusive porque esses tribunais têm verbas para promover esse tipo de ação, viu, Raphael? A gente poderia, em conjunto, fazer isso aí, está bom?

Então, mais uma vez, muito obrigado. Deixo aqui à disposição a Abracs para quem tiver qualquer tipo de ideia em que a gente possa atuar em prol dos idosos, através de uma associação sem fins lucrativos. Nós estamos à disposição.

Muito obrigado, Senadora, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, obrigada, Dr. Mauro, obrigada.

Vamos abrir agora para o Dr. Marco Túlio, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Sabia que uma pessoa me perguntou aqui qual é a diferença de geriatria e gerontologia? Não quer fazer essa explicação rapidinho, já para seus agradecimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO TÚLIO GUALBERTO CINTRA (Para expor.) – Eu explico. Mas primeiro, agradeço, Senadora Damares, pelo honroso convite para estar aqui presente num tema tão importante.

A geriatria é uma especialidade dentro da medicina. Então a pessoa que é geriatra tem que ter feito medicina e tem que comprovar a formação em clínica médica antes. Já a gerontologia envolve também os médicos, mas são todos os profissionais da área de saúde que se formaram nessa área. Na SBG especificamente, por exemplo, tem fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, enfermagem, entre outras áreas, que pode ser até não da área da saúde. Têm curso superior, depois elas comprovaram a formação em gerontologia e fizeram a prova de título. Então são todos profissionais que lidam com a área de envelhecimento.

É uma questão urgente no Brasil, e aproveito este espaço, este tempo que eu tenho, a questão do envelhecimento. Nossa população não está envelhecendo; ela já envelheceu. Essa é a primeira coisa a que temos que ficar atentos. Nós estamos atrasados no preparo da nossa sociedade para a questão do envelhecimento. Envelhecer, como já foi dito aqui, não é um problema. Não é um problema. Uma sociedade que envelhece, isso geralmente é um bom sinal de desenvolvimento.

O problema nosso da sociedade brasileira é a falta de preparo para a questão do envelhecimento. Nós estamos falando de cidades que são inimigas dos idosos, com calçamentos esburacados, com baixa acessibilidade. Nós estamos falando que o idoso, quando vai ao centro de saúde, enfrenta escadas, enfrenta um caminho esburacado até a sua unidade. Nós estamos falando de idosos que, quando vão votar, não conseguem, porque tem problema de, por exemplo, subir escada para poder conseguir votar. Nós estamos falando de um país que precisa se preparar para o processo de envelhecimento, um país que inclusive precisa avançar na formação de uma rede de assistência à saúde da pessoa idosa, porque quando nós estamos falando aqui, por exemplo, igual o Prefeito Mauricio falou que tem na cidade dele, porque ele construiu do próprio bolso, uma unidade à qual os idosos vão para ter acesso a atividade física, nós estamos falando do quê? De promoção de saúde.

Uma solução para uma sociedade que envelhece como a nossa é comprimir a fragilidade, ou seja, a fase com que o idoso tem maior perspectiva, maior risco de se tornar dependente de uma outra pessoa, de não poder ser mais autônomo e independente na vida dele para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremos da vida. Porque, se a gente empurrar essa fase de debilidade, de fragilidade para o extremo da vida, nós vamos manter a maior parte dos idosos, ao longo da vida deles, com boa qualidade de vida, independentes e autônomos, ou seja, eles vão continuar cuidando da própria vida deles.

Do ponto de vista de país, nós vamos manter essas pessoas independentes e autônomas, o que significa que nós diminuímos inclusive o custo de assistência à saúde, por exemplo. Ao mesmo tempo, nós temos uma sociedade mais inclusiva e mais feliz. Esse é o ponto de vista. Só que tudo o que nós estamos fazendo até hoje não está voltado a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO TÚLIO GUALBERTO CINTRA – Então, nós temos que lidar com uma sociedade que envelhece e isso envolve a questão da violência, que está incluída nisso. Se nós não estamos educando as crianças para termos o envelhecimento, se nós não fazemos campanhas de esclarecimento sobre a questão da violência, se nós não treinamos os nossos profissionais de saúde e assistência social – como está acontecendo agora o treinamento no Judiciário para a assistência das pessoas que sofrem violência e identificação precoce –, nós não estamos preparando a nossa sociedade para o envelhecimento.

Reforço aqui: o envelhecimento não está chegando, ele já chegou. É um assunto emergencial, é mais que urgência, é uma emergência! Se formos comparar um paciente, é um paciente dentro de uma UTI, não é um paciente que está ali na porta de um centro de saúde. Essa é a nossa situação. E o que mais me espanta, embora esse auditório esteja cheio, é a falta de sensibilidade inclusive – não da Senadora Damares –, da maior parte dos nossos políticos para esse tema. Precisamos lidar com essa situação urgentemente. Que no final de todas as contas que os nossos idosos tenham o direito de envelhecer com qualidade de vida, que é o mais fundamental. Que envelhecer signifique envelhecer bem e não envelhecer com uma carga de saúde cheia de doenças, pensando que envelhecer para eles é um fardo, enquanto poderia ser exatamente o contrário.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito Mauricio, seus agradecimentos e suas considerações finais.

O SR. MAURICIO GEHLEN (Para expor.) – Senadora, está aí a prova de que é possível discutirmos política pública para idosos. O que tratamos aqui nesta manhã de hoje só nos dá a certeza de que nós estamos no caminho certo. Pessoas de boa vontade dividindo a mesa, discutindo um assunto que é...

Doutor, o senhor falou bem: já aconteceu. Nós precisamos é agilizar, para que as coisas sejam amenizadas. Não é possível mais nós ficarmos aqui na esperança de que vá cair do céu algo que nós temos que estar tratando aqui sentados nessa mesa... Mais efetividade. Nós não podemos ficar na promessa; nós não podemos ficar aqui no discurso, nós não podemos ficar aqui querendo achar que a coisa vai acontecer, depender de A, B, C ou D. Não, nós temos que agir.

Então, nossa discussão aqui, nesta manhã de hoje, foi extremamente importante, para nós mostrarmos para a sociedade brasileira a importância dessas pessoas experientes que fazem com que este país seja o que é graças ao passado que todos nós construímos e chegamos aonde chegamos, e teremos um futuro brilhante, conquanto nós tenhamos essa visão de dar atenção para essas pessoas viverem com qualidade de vida.

Potencial econômico temos demais, basta que a gente faça isso efetivamente acontecer.

Então, eu fiquei muito feliz, Damares, de estar aqui mais uma vez dividindo esta mesa com vocês. Aprendi demais, estou levando muitas coisas para o meu município. Quero colaborar lá.

Eu tenho certeza de que poucos municípios da nossa região ainda não têm conselho do idoso. Eu estava dividindo aqui que nós, no nosso município, conseguimos captar, de R$5,6 milhões que podem ser abatidos no Imposto de Renda, mais de R$900 mil para o conselho do idoso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Está vendo?

O SR. MAURICIO GEHLEN – Você vê? É possível. Mas, para isso, é preciso fazer acontecer, é preciso ter o conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós criamos uma diretoria da pessoa idosa na nossa gestão, porque tem cidades que já têm secretarias da pessoa idosa. Nós temos que criar! Está mais do que na hora! Não é ficar só conversando e discutindo. Não. Tem que ter efetividade. Vamos fazer as coisas acontecerem!

Então, quero trazer o exemplo da minha cidade, trazer o exemplo do meu instituto, dividir com essas pessoas que aqui estiveram com a gente hoje e todos aqueles que nos ouviram e nos acompanharam...

Quantas perguntas inteligentes, né? Quantas pessoas preocupadas no país todo com esse tema de que nós estamos aqui tratando, Casa cheia... Quer dizer, eu fico muito feliz. Fico muito feliz mesmo, e, sempre que convidado por qualquer cidade deste país, por qualquer estado, estarei lá para divulgar políticas públicas de qualidade, para que a gente possa fazer, sim, deste país um país ainda melhor.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Prefeito.

Mas eu vou mandar um recadinho para a Paranavaí: está na hora de vocês liberarem o Prefeito para vir para cá para o Congresso Nacional com a gente. (*Risos.*)

Acho que todo mundo aqui iria querer votar no senhor, Prefeito.

Que Deus o abençoe, Prefeito!

Nós vamos fazer uma diligência lá, a instituição. Quem quiser ir, depois fale comigo. Vamos fazer, na sua cidade, um grande encontro.

Vamos, Raphael? Você conhece a instituição?

O SR. RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO – Não, mas tem um...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bora, Raphael! Bora junto!

Como o Dr. Egídio está *online*, Dr. Egídio, agradecimentos, considerações finais. Foi uma alegria ter o senhor com a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EGÍDIO DÓREA (Para expor. *Por videoconferência*.) – A alegria foi minha. Fico imensamente feliz de ter participado dessa discussão, que, como eu disse, é fundamental para todos os direitos das pessoas idosas.

Eu acho que isso é uma luta que ela deve ser sempre contínua, não ficar somente restrita a meses importantes como o mês de combate à violência, pois é algo que deve ser permeado continuamente na sociedade.

Nós temos que tornar nossa sociedade mais solidária, mais empática. Nós temos que olhar o outro e temos que aceitar o outro e perceber o nosso processo de construção da nossa velhice. Quando nós começamos a nos perceber como pessoas que estamos envelhecendo e que envelheceremos e que esse é um grande privilégio, nós conseguiremos aceitar a velhice do outro e nós nos tornaremos uma sociedade mais inclusiva, uma sociedade em que todos possam envelhecer de uma forma saudável e ativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Egídio.

Na minha próxima visita a São Paulo, eu vou à universidade dar-lhe um abraço, Doutor. O senhor nos encantou, o senhor engrandeceu por demais esta audiência.

Muito obrigada.

Dr. Raphael.

O SR. RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO (Para expor.) – Mais uma vez, bom dia.

Muito obrigado, Senadora Damares, mais uma vez a gente agradece, enquanto Conselho Nacional, a oportunidade de trazer essa discussão importante a esta Casa, que é a Casa do Povo, a Casa da democracia.

Quero saudar mais uma vez aqui a todos e todas que participaram, que me antecederam, e dizer que, enquanto Conselho Nacional, também nos colocamos à disposição para interagirmos interinstitucionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo ao questionamento, nós temos duas entidades que estão dentro do rol das 31 entidades, salvo engano, que estão sob investigação: a Cobap e a Contag. Inclusive, nós tivemos um posicionamento externado por nota, desde a Operação Sem Desconto, que é essa relativa ao INSS.

Desde que a gente teve as notícias pelos veículos de imprensa, nós já pautamos esse assunto em algumas reuniões extraordinárias. Inclusive, na última reunião, ocorrida na semana passada, nós oficiamos à Polícia Federal, à Controladoria-Geral da União, ao INSS e... Falta mais uma aqui... Ao INSS, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público Federal, pedindo informações, colocando-nos, enquanto conselho, à disposição para fazer parte do grupo de trabalho interinstitucional, até porque não é justo que pessoas idosas de todo o país tenham sido realmente vítimas desse tipo de procedimento, frisando que não só nessa perspectiva dos descontos de associações, mas também de empréstimos consignados, que ainda não foi pauta dessa operação em específico, mas desde sempre o Conselho Nacional tem estado atento em relação a isso.

Foi dada uma oportunidade às duas entidades para que se pronunciassem. A Contag, por iniciativa própria, após prestar suas informações, optou, de maneira voluntária, por...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO – ... pedir uma licença em relação ao conselho.

A Cobap, agora, na última reunião, apresentou, no caso, as suas informações, por meio inclusive do próprio Presidente da entidade e do advogado da entidade.

Nós pedimos uma audiência com o Ministro Wolney Queiroz, que é o novo Ministro da Previdência. Fomos muito bem recebidos na semana passada, quando repisamos a necessidade de uma maior fiscalização acerca... Porque aí é apenas um dos desafios, mas os dados do INSS, muitas vezes, estão desprotegidos, muitas vezes segurados, pessoas idosas comentam, em nosso conselho, que, antes mesmo de se saber que deu certo a aposentadoria ou a pensão, já recebem assédio de entidades bancárias e de empréstimos... Então, foi uma reunião demorada, e a gente já está pedindo pauta novamente à nova gestão do INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, no Conselho Nacional, formamos uma comissão especial para acompanhar esse procedimento, porque, por ser um procedimento em sigilo, a gente não teve acesso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO – ... a maiores documentos da operação, mas eu quero dizer que o Conselho Nacional está atento e se coloca à disposição não só das pessoas idosas que foram ludibriadas por esse tipo de situação, mas, sobretudo, pessoas idosas como um todo.

É necessário que a gente garanta a integridade dos nossos serviços, principalmente quando se fala de serviços públicos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Raphael.

Nós estamos chegando ao final desta audiência.

Quero agradecer a todos que acompanharam *online*.

Os senhores sabem que esta audiência fica sendo reprisada depois por muito e muito tempo.

Se quiserem mandar perguntas, contribuições, podem mandar pelo Portal e-Cidadania. A gente encaminha para os expositores depois da audiência também.

E quero te fazer mais um desafio, Dr. Raphael, junto ao Prefeito, ao Marco Túlio, ao Mauro: nós estamos com uma legislatura espetacular, desculpem a falta de modéstia... (*Risos.*)

... mas a gente está com um Senado, especialmente nesta Comissão, com uma composição incrível, e também na Comissão de Assuntos Sociais. Nós temos Senadores que são ex-Governadores, ex-ministros, uma turma que consegue sentar e conversar.

Eu não sei qual vai ser a composição da próxima legislatura. E se a gente apresentasse, em conjunto, uma grande proposta, os senhores, talvez capitaneados pelo Raphael, por ser advogado, uma proposta de uma revisão corajosa ao Estatuto dos direitos da Pessoa Idosa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Raphael, a gente não traria à autoria desse projeto um Parlamentar, mas a Comissão de Direitos Humanos, porque aí, mesmo que a gente... Mesmo que aquele não fosse eleito, sempre alguém iria ficar – eu ainda tenho seis anos de mandato –, e um projeto de lei tendo a autoria de uma Comissão não vai para arquivo nunca, ele continua.

Então, eu vou dar, como encaminhamento – um desafio aos senhores –, de a gente, junto com o Raphael, construir essa proposta, e o Raphael pode compartilhar com os senhores.

Eu sei que o Mauro tem grandes ideias, e aí vem o Marco Túlio, na área da saúde, para ver o que a gente pode melhorar ali no estatuto.

Quando o Raphael disse que, quando chegam com uma mulher à minha sala, na delegacia, ameaçada, imediatamente ela recebe uma medida protetiva, por ameaça, e o homem é tirado de casa... Eu chego à delegacia com um idoso torturado, arrebentado, machucado, aí o delegado vai olhar e dizer que é menor potencial ofensivo. O agressor dá uma cesta básica e volta para casa com o idoso.

Aconteceu muito isso, vocês sabem disso, em nossas operações, muito!

Então, não está na hora de as medidas protetivas serem para os idosos primeiro? Não está na hora de a gente realmente colocar o agressor da pessoa idosa na cadeia?

Eu tive o desprazer... E aqui eu encerro: a mulher mais idosa que eu acompanhei, que foi estuprada, tinha cem anos de idade, Doutor, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Cem anos, uma vítima de estupro com cem anos.

A gente vai ter que ter esse olhar.

É Junho Violeta, é o mês da conscientização, e esta Comissão cumpre a sua tarefa e esta audiência alcança o seu objetivo.

Eu quero agradecer demais, demais. Foi uma audiência histórica. Quero agradecer a todos os presente, *online*, aos que estão aqui...

E, nada mais havendo a tratar, eu dou por encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 09 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e onze minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Romário, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Weverton e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima e trigésima primeira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 561, de 2024 - Não Terminativo - que: "Cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4936, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 125, de 3 de dezembro de 1935, para determinar a adoção de práticas de construção sustentável para a edificação e reforma de prédios públicos." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5148, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para destinar recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente às políticas públicas, aos projetos e aos programas direcionados à primeira infância." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4472, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 10.741, 1º de outubro de 2003, e nº 9.455, de 7 de abril de 1997, e os Decretos-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para dispor sobre os direitos da pessoa idosa hipervulnerável e a punição dos crimes contra ela praticados." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2001, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para regular o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) por meio telefônico ao idoso beneficiário de seguro ou plano de saúde privado." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Sugestão n° 8, de 2020 - Não Terminativo - que: "Transferência imediata do orçamento do Fundo Partidário para ações de combate ao COVID-19" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado. A matéria passa a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 7 - Sugestão n° 2, de 2021 - Não Terminativo - que: "Revogação do uso Obrigatório de Máscaras - Urgente" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela prejudicialidade da sugestão. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade da Sugestão. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4802, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar à pessoa idosa titular de bens móveis ou imóveis disponíveis o acesso ao mercado de crédito e de financiamentos." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 52, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 54, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 55, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Francisco da Silva, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 56, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 49/2025 - CDH, com o objetivo de instruir a SUG 1/2024, que "propõe que a prática da psicoterapia seja de carácter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras" e a SUG 40/2019, que dispõe sobre a "regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRPativo", seja incluído o seguinte convidado: representante do Coletivo Acorda Psicologia." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 57, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública sobre direitos do trabalhador" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 58, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de receber e debater o Relatório Final da Comissão Especial constituída para o enfrentamento e fiscalização à problemática da população em situação de rua, ao serviço especializado de abordagem social e ao serviço prestado pelo restaurante popular na cidade de Joinville/SC." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que, na sequência, é aprovado pela Comissão. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 59, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública sobre o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. Na sequência, o requerimento é aprovado, com a inclusão de representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa - MDHC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/25

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 30ª e 31ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. (*Pausa.*)

A pedido do Relator, nós não vamos deliberar, vai ser retirado de pauta o item 1, que é um projeto de lei extremamente interessante, que cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica. (*Pausa.*)

O item 5 também, a pedido do Relator, está sendo retirado de pauta, projeto que regula o serviço de atendimento ao consumidor por meio eletrônico ao idoso, beneficiário de seguro ou plano de saúde privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 561, DE 2024

- Não terminativo -

Cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Em 11/06/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2001, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para regular o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) por meio telefônico ao idoso beneficiário de seguro ou plano de saúde privado.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CTFC.)

Tem muita relação, Senador Paim, com o projeto que nós aprovamos, semana passada, na outra Comissão, sobre os idosos fazerem empréstimos consignados, algumas regras, algumas exigências, mas o Senador Weverton vai ficar na semana que vem com a gente.

Nós temos requerimento de autoria da Senadora Mara, e eu vou subscrevê-lo, e um outro do Senador Seif, que também vou subscrever. Então a gente vai fazer depois a leitura em bloco dos requerimentos. Nós precisamos ainda ter um número um pouquinho maior para quórum, não chegamos ao quórum da deliberação, mas, antes de a gente ir aos requerimentos, eu queria, Senador Paim, apresentar um vídeo, um vídeo que nós fizemos, no qual a assessoria fez uma montagem desse vídeo para a gente entender.

A Comissão teve duas grandes audiências nos últimos dias, e as duas audiências foram para tratar sobre tráfico humano, tráfico de pessoas. A gente tem que falar tráfico de pessoas. E as duas audiências trouxeram dados, números, inclusive dados de fora do país. E ontem o mundo foi surpreendido, Senador Paim, com a notícia de uma operação nos Estados Unidos – Olho do Furacão –, considerada a maior operação da história dos Estados Unidos, em que eles resgataram 60 crianças ontem. E o mundo inteiro está impressionado com essa notícia, e essa notícia faz um diálogo com o trabalho desta Comissão, das duas audiências anteriores. Então eu vou fazer uma exibição das matérias dessa operação nos Estados Unidos, na Flórida.

Também aconteceu algo muito interessante na semana passada. Nós temos uma Vereadora em São Paulo, que o Brasil inteiro sabe dela, conhece a história dela – é a Ana Carolina. Ana Carolina, Senador Paim, é a mãe da menininha Isabella Nardoni, que foi assassinada pelo pai e pela madrasta alguns anos atrás. A Ana Carolina fez da dor dela uma luta. Ela faz um trabalho incrível de proteção à criança. O trabalho dela é tão reconhecido, que ela foi uma das pessoas, uma das Vereadoras mais votadas na cidade de São Paulo. E a Ana Carolina nos surpreendeu, surpreendeu o Brasil, de forma silenciosa. Ela foi ao arquipélago de Marajó, ela fez um vídeo, ela vai exibir uma série de vídeos do que ela viu lá, e eu gostaria de trazer para a Comissão o anúncio dela, o que ela fez no Marajó, e o vídeo dela está sendo assistido por todo mundo nas redes sociais, e por que nós vamos ter uma diligência no Marajó – a Comissão aprovou uma diligência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a diligência está pronta, a Comissão estará no Marajó – então eu gostaria, antes de a gente ir para a deliberação, é um vídeo pequeno, falando do que aconteceu ontem nos Estados Unidos.

E é uma semana de tantas notícias tristes, né? O mundo está em guerra, nós estamos com muitos problemas no Brasil, fora do Brasil. Ontem todos nós ficamos tristes com a morte daquela menina, que estava naquele turismo fora do país e onde morreu daquela forma dolorosa. Nós tivemos acidente de balão... Nós estamos com tantas notícias tristes, mas hoje eu quis trazer uma notícia que nos anima, que nos dá esperança, a operação policial nos Estados Unidos. Quem sabe? Talvez essa operação nos inspire, e a gente encontre também as centenas de crianças, eu vou falar milhares – segundo o Sinalid, nós estamos com mais de 50 mil crianças desaparecidas no Brasil.

Então, eu gostaria de chamar a atenção dos colegas para essa reportagem. Que os nossos corações se aqueçam com o resultado dessa operação lá nos Estados Unidos, especialmente na Flórida.

Pode colocar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quis fazer a conexão das duas notícias.

Primeiro, quero parabenizar as agências americanas pelo sucesso de 60 crianças resgatadas. Eles estavam há muito tempo procurando essas crianças; e, depois, quero parabenizar uma Vereadora de São Paulo que decidiu ir para uma região... A gente sabe, historicamente, que o tráfico de pessoas no Brasil passa pelo norte do país, e uma das rotas é o Marajó.

Eu preciso deixar clara uma coisa: quando a gente fala do Marajó, nós não estamos dizendo que é o povo do Marajó que faz o tráfico humano, são os rios naquela região, são as cidades que são usadas pelos traficantes, traficantes daqui, do Brasil, do mundo inteiro.

A nossa Comissão está se debruçando sobre o assunto, estudando o tráfico de pessoas. Acreditem: é possível que uma operação lá nos Estados Unidos acabe chegando ao norte do nosso país. Há, inclusive, Senador Paim, indicadores de que Guianas, Suriname têm recebido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que são traficadas. O Brasil é rota, passa-se pelo Brasil. Então, nós vamos ter que ter um olhar especial ao norte do nosso país para a proteção de nossas crianças, de nossas mulheres, dos mais vulneráveis.

Eu me preocupo muito, Senador Paim: nós estivemos em Roraima, para a proteção dos nossos imigrantes que estão chegando aqui. O imigrante chega de forma vulnerável, com a barreira da língua, o desespero, e algumas ofertas que são apresentadas a ele podem não ser ofertas de um bom emprego, pode não ser uma oferta realmente de uma boa acolhida. Eu me preocupo com que os nossos irmãos venezuelanos que estão chegando ao Brasil possam ser iludidos por uma promessa que no final não seja o que eles tanto sonharam – uma terra que garanta a eles acolhimento –, mas que pessoas maldosas, bandidos aproveitem-se da vulnerabilidade dos nossos imigrantes. Então, o assunto é delicado, é grave, merece um olhar atencioso desta Comissão, e a gente está fazendo o acompanhamento que pode, dentro dos limites e das possibilidades da Comissão. Mas parabéns aos Estados Unidos pela operação e pelo resgate das 60 crianças!

Ontem, a gente soube também, no Estado do Ceará, de uma menina que foi resgatada, que estava em um calabouço secreto, um lugar horrível, e conseguiram chegar até onde essa menina estava, trancada em um buraco, Senador. Eu fico imaginando quantos calabouços nós não temos no país, quantos buracos com uma criança no país, com uma mulher, com um vulnerável em situação de trabalho forçado, em situação de tráfico de pessoas... O que me preocupa muito é que às vezes a gente tem perdido tempo com tantas brigas desnecessárias, a gente tem perdido tempo com tanta confusão e às vezes a gente pode estar perdendo o foco daquilo que realmente precisamos fazer. Então, que possamos ter sabedoria, discernimento – especialmente esta Comissão, com a delicadeza das atribuições desta Comissão –, com um olhar especial para aqueles que estão em vulnerabilidade, para esse grave problema no mundo, que é o tráfico de pessoas! Hoje, já é o segundo maior ilícito em termos de dinheiro, especialmente quando o tráfico de criança é destinado à exploração sexual.

Eu vou repetir uma frase sobre a qual a minha assessoria diz o seguinte: "Não fale mais, não dê ideia, Senadora", mas eu vou falar, porque não é uma fala minha, é uma fala de delegados do mundo inteiro. Por que o tráfico de criança para a exploração sexual está ganhando cada vez mais adeptos e ficando cada vez mais rico? Porque, com o tráfico de droga, uma porção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cocaína se usa uma única vez, mas uma criança pode ser usada de 10 a 15 vezes por dia. Então, eu quero que vocês entendam que, quando eles somam, está sendo mais vantajoso, Presidente, ir para um mercado terrível, tenebroso que é o mercado de tráfico de pessoas e de exploração sexual de mulheres e crianças.

Bem, vamos para a nossa pauta. Eu sou Relatora de três propostas. Então, nesse sentido, gostaria de pedir ao Senador Paulo Paim que presidisse a Comissão, para que eu proceda à leitura dos três votos que estão na pauta, que são os itens 6, 7 e 8.

Depois nós vamos fazer a leitura em bloco, mas nós só vamos fazer a leitura... Ainda não temos, Senador Paulo Paim... Já temos quórum? Já temos quórum, então já podemos fazer a leitura e colocar em deliberação.

Itens 6, 7 e 8, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senadora Damares, primeiro, meus cumprimentos pelo relato que apresentou aqui, com esses dois vídeos e essa ida ao Marajó também, que eu entendo fundamental. Quem menos têm condição de se proteger neste país são principalmente as crianças e idosos, não é? E por isso ficam aqui meus cumprimentos pelo seu trabalho. E é bom lembrar que esse coraçãozinho alguém me deu, foi numa campanha sua que você me deu, e estou com ele aqui até hoje.

Vamos lá, item 6. Como a Presidente é Relatora, passou para mim presidir os trabalhos nesses três itens. Então, vamos, item 6.

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 8, DE 2020

- Não terminativo -

Transferência imediata do orçamento do Fundo Partidário para ações de combate ao COVID-19

Autoria: Programa e-Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, é uma sugestão que chega no ano de 2020 com uma proposta: usar fundo partidário para enfrentamento à pandemia covid-19. Nós poderíamos dar a essa sugestão prejudicialidade, porque já acabou, nós já passamos da fase, mas numa consulta, numa reunião com especialistas, decidimos, Presidente, transformar em um projeto de lei, para que, em calamidades, a gente possa – é uma discussão que vai requerer dos partidos muita boa vontade também – também solicitar e fazer uso do fundo partidário. Então, peço permissão para ir direto à análise. É um relatório em que, ao final, eu apresento um projeto de lei, que já está devidamente publicado.

A análise da Sugestão nº 8, de 2020, exige uma reflexão profunda sobre a relação entre o financiamento da atividade política e as necessidades emergenciais da sociedade, especialmente em contextos de calamidade pública. A proposta, nascida da participação popular por meio do Programa e-Cidadania, ecoa um sentimento amplamente difundido na opinião pública sobre a priorização do uso dos recursos públicos.

O contexto em que a sugestão foi formulada, o início da pandemia de covid-19, era de extrema urgência e incerteza, com o sistema de saúde sob intensa pressão e a economia enfrentando desafios sem precedentes. A ideia de redirecionar recursos vultosos, como os destinados aos fundos partidário e eleitoral, para o combate direto à pandemia, fazia sentido naquele momento como uma resposta rápida e significativa à crise.

Entretanto, é fundamental considerar que, desde 2020, o cenário da pandemia de covid-19 evoluiu. Embora a doença ainda exija atenção, a emergência sanitária aguda que motivou a proposta original não se mantém mais. Isso poderia levar a uma interpretação de que a sugestão, em sua formulação original, teria perdido seu objeto específico. Contudo, rejeitar a proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sumariamente por essa razão seria ignorar o mérito subjacente e o forte apelo popular que a impulsionou.

A essência da sugestão reside na ideia de que recursos públicos, mesmo aqueles com destinação específica como os fundos partidário e eleitoral, deveriam ser flexíveis o suficiente para serem direcionados a necessidades emergenciais de grande impacto social. Essa premissa continua válida e talvez ainda mais relevante diante da crescente frequência e severidade de outras situações de calamidade, como desastres ambientais, que têm assolado diversas regiões do país nos últimos anos. Eventos climáticos extremos, como as enchentes observadas em diferentes estados – a exemplo, Senador Paulo Paim, do seu estado –, demonstram a vulnerabilidade da população e a necessidade de mecanismos ágeis para a disponibilização de recursos em momentos críticos.

Nesse sentido, a proposta original, embora focada na pandemia de covid-19, pode ser adaptada para se tornar um mecanismo de calamidade pública, seja ela de natureza sanitária, ambiental, econômica ou social. Uma legislação que permita o redirecionamento de recursos dos fundos partidário e eleitoral para um fundo específico destinado a emergências permitiria uma resposta mais rápida e eficaz do Estado, sem a necessidade de um novo e demorado processo legislativo a cada nova crise.

A legislação eleitoral vigente, notadamente a Lei 9.504, de 1997, já prevê em seu art. 16-C, §16, a possibilidade de os partidos políticos renunciarem aos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, com o consequente retorno desses valores aos cofres públicos.

Ora, se podem renunciar a eles, por que não podem direcioná-los para uma outra situação? É esse o sentido do projeto, Presidente, porque essa previsão legal não permite que os partidos especifiquem uma destinação para os recursos renunciados, nem esclarece se a renúncia pode ser parcial ou se deve ser obrigatoriamente total.

A proposta advinda da Sugestão 8, de 2020, oferece a oportunidade de se aprimorar essa previsão legal. Ao permitir que os partidos políticos renunciem a uma parcela dos recursos a que teriam direito, tanto do fundo partidário quanto do fundo eleitoral, e direcionem essa parcela para um fundo específico voltado para o enfrentamento de emergências e calamidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaríamos criando um mecanismo de solidariedade e responsabilidade social por parte das agremiações partidárias.

As implicações de tal medida podem ser multifacetadas e, em grande parte, positivas. Em primeiro lugar, garantiria a disponibilização de recursos adicionais para áreas críticas como saúde e proteção ambiental em momentos de crise, fortalecendo a capacidade de resposta do poder público e mitigando os impactos negativos sobre a população. Em segundo lugar, a agilidade na resposta seria significativamente aumentada, pois os recursos poderiam ser acessados de forma mais célere do que se se dependesse de dotações orçamentárias emergenciais ou remanejamentos complexos.

Além dos benefícios práticos, a aprovação de uma proposta com esse teor, adaptada para ser mais abrangente, terá um impacto positivo na opinião pública.

Diante de tudo isso, Presidente, o voto.

Votamos favoravelmente à sugestão que foi trazida pela sociedade, com sua transformação em projeto de lei, nos termos em que já está publicado, cuja ementa diz: "Dispõe sobre a possibilidade de renúncia parcial de recursos dos fundos partidário e eleitoral para destinação a fundo específico de emergências e calamidades públicas, e altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e nº 9.504, de 30 de setembro de 1997".

Este é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Só faço um comentário, não é nem contra o mérito, mas só de... O que significa uma SUG? Uma SUG é uma proposta que vem da sociedade. O que a Senadora fez? Transformou em projeto de lei. Daqui para frente é que vai ser discutido o mérito.

Então, como não há ninguém que queira discutir, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à sugestão, na forma de projeto de lei do Senado.

A matéria passa a tramitar como proposição desta Comissão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Item 7.

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 2, DE 2021

- Não terminativo -

Revogação do uso Obrigatório de Máscaras - Urgente

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela prejudicialidade da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Presidente desta Comissão, que está neste momento relatando projetos, a Senadora Damares Alves, para ler o seu parecer.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão também para ir à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É mais uma sugestão que vem no período covid. E a gente precisou aguardar essas sugestões todas para voltar um tempo depois e saber o que ainda podia ou não ser aproveitado. Então, eu entendo necessário hoje a gente trazer esse voto e parabenizar o autor da sugestão e as pessoas que apoiaram essa sugestão.

A sugestão ora em exame partiu de manifestação apresentada no período crítico da pandemia de covid-19, propondo a revogação de dispositivos da Lei 13.979, de 2020 – observa que ela é de 2020 já mudando uma lei de 2020, Presidente –, e da 14.019, também de 2020, que instituíram medidas excepcionais de enfrentamento da emergência sanitária.

Convém destacar, contudo, que essas leis possuíam natureza jurídica transitória, vinculada exclusivamente ao estado de emergência pública então vigente. A esse respeito, cumpre mencionar que a emergência de saúde pública de importância nacional, declarada em razão do coronavírus, foi formalmente revogada por uma portaria do Ministério da Saúde, a Portaria 913, de 2022. Em outras palavras, o ordenamento jurídico brasileiro já se reorganizou para encerrar os efeitos da legislação emergencial, ficando superada a própria motivação que sustentava a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção. O que era excepcional já se extinguiu; o que era transitório já perdeu sua eficácia.

Por tratar de normas transitórias com efeitos jurídicos exauridos, constatamos a perda do objeto da SUG 2, de 2021. Diante disso, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno do Senado, recomendamos a declaração de sua prejudicialidade.

O voto é pela declaração de prejudicialidade da Sugestão 2, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Já contamos com a presença do Líder do PT, Rogério Carvalho, aqui no plenário. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pela prejudicialidade da sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer desta Comissão, pela prejudicialidade da sugestão.

Vamos para o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 4802, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar à pessoa idosa titular de bens móveis ou imóveis disponíveis o acesso ao mercado de crédito e de financiamentos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A relatoria é da Senadora Damares, a quem eu passo a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, também peço permissão para ir direto à análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal determina a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes à proteção das pessoas idosas.

Sob essa perspectiva, saudamos a iniciativa de garantir que não sejam discriminadas, como é comum ocorrer mediante imposição de condições, como fiança, carência dilatada ou classificação de risco, que geralmente não são exigidas de outros consumidores. Na justificação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o próprio autor afirma que não se pode obrigar as instituições financeiras a aprovar crédito para pessoas idosas em condições temerárias, mas acrescenta que é irrazoável e inaceitável discriminar ou penalizar esses consumidores se possuírem bens que estejam dispostos a oferecer como garantia suficiente de adimplemento de suas obrigações. Por essa razão, estamos plenamente de acordo com a proposição.

Não obstante, temos a oportunidade de lapidar o texto do PL nº 4.802, de 2023, para que atinja de modo inequívoco o objetivo pretendido, sem dar margem à interpretação de que as pessoas idosas só possam ter acesso ao crédito se oferecerem bens como garantia. A redação pode ser simplificada e mirar dispositivos já existentes, para que seja mais facilmente compreendida e ofereça ao aplicador e às pessoas idosas maior clareza técnica e segurança jurídica.

Nesse sentido, propomos reposicionar as alterações, por duas razões: a primeira, porque faz mais sentido explicitar a proteção contra a discriminação no rol mais amplo de garantias estabelecido no art. 6º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. A segunda razão, porque o art. 96 do Estatuto da Pessoa Idosa já veda a discriminação de pessoa idosa no direito de contratar ou em operações bancárias, dentre as quais podemos explicitar as operações de crédito ou financiamento, aproveitando para articular esse dispositivo com o direito à igualdade e com a proteção contra práticas abusivas, de que tratam os arts. 6º e 39 do Código de Proteção do Consumidor.

Assim, oferecemos emenda para que essa proposição atinja, com técnica legislativa apurada, os seus meritórios fins.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.802, de 2023, na forma de uma emenda, em substitutivo, que já está devidamente publicada.

Esse é o voto e peço o apoio dos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que aqui foi apresentada pela Senadora Damares, Relatora.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passe a construir o parecer desta Comissão, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

A matéria segue para análise terminativa na CAE.

Passo a Presidência a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente. Mais uma matéria de proteção aos idosos na área do consumidor. Nós estamos juntos nessas demandas. Obrigada, Sr. Presidente.

Item 2 da pauta.

O Relator já está conosco.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4936, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 125, de 3 de dezembro de 1935, para determinar a adoção de práticas de construção sustentável para a edificação e reforma de prédios públicos.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CMA e terminativo na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 11/06/2025, a matéria foi retirada de pauta.

O senhor vai alterar uma lei de 1935, Senador.

Neste momento, concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidenta, peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

Não se vê restrição regimental para a análise desta Comissão, uma vez que é de sua competência a análise de matéria atinente à integração social de pessoas com deficiência, conforme o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria se dirige a alterar norma antiga, de 1935, mas ainda em vigor, justamente por causa de seu acerto no longo prazo. Modificá-la corresponde a enfrentar o problema pela raiz, na medida em que os estados e os municípios interpretam também a lei, e não somente o disposto no art. 56 da Lei nº 13.146, de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão, cujo teor é semelhante, mas não idêntico. Sua localização, distante do direito administrativo, tem-se mostrado insuficiente para coibir algumas práticas tradicionais locais, que não prestam a devida atenção à acessibilidade em seus projetos.

A ideia projeta, por meio do poder público, o exemplo que nossa sociedade precisa urgentemente seguir, seja em prol da sustentabilidade, seja da acessibilidade. Já é mais do que hora de pararmos de desperdiçar recursos humanos por causa de barreiras de acesso.

Além da função de exemplo para o restante da sociedade, a proposição, fundada na acessibilidade, possibilitará que as pessoas com deficiência ocupem mais ativamente os espaços públicos, e, com isso, levará a sociedade a se afastar de preconceitos que lhe prejudicam como um todo, favorecendo o desenvolvimento pautado na inclusão. Adicionalmente, ao adotar o pilar da sustentabilidade na construção e reforma de edifícios públicos, a proposição também trará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repercussões positivas à relação do ser humano com o meio ambiente, alinhando progresso, justiça social e responsabilidade ambiental.

Reconhecendo plenamente o mérito e a importância dos objetivos da proposição, entendo ser necessário ponderar sobre sua implementação prática. A experiência administrativa demonstra que normas excessivamente rígidas podem, paradoxalmente, comprometer a efetividade de seus próprios objetivos, especialmente quando não consideram as diferentes realidades econômicas e técnicas existentes em todo o país.

Nesse contexto, sugiro pequeno ajuste redacional, estabelecendo critérios mais flexíveis e economicamente viáveis para a adoção das práticas de construção sustentáveis. O texto inicial do projeto impõe obrigatoriedade absoluta de adoção de medidas sustentáveis, criando rigidez que pode – em última análise – inviabilizar projetos ou elevar custos desnecessariamente em diversas situações.

Com o objetivo de evitar que isso ocorra, apresento emenda a fim de assegurar flexibilidade ao gestor, permitindo-lhe a análise caso a caso.

Dessa forma, a solução que proponho apresenta três benefícios principais: o primeiro é permitir aos gestores públicos avaliarem o custo-benefício das soluções sustentáveis de maneira individualizada, conforme o seu contexto; o segundo é evitar engessamento que poderia resultar em questionamentos jurídicos sobre obrigatoriedade de gastos elevados; e o terceiro é manter o incentivo à sustentabilidade sem criar barreiras orçamentárias intransponíveis.

Outrossim, a emenda que apresento permite que a administração pública escolha, entre todas as opções, aquela que se demonstre menos onerosa aos cofres públicos. Trata-se, assim, do reconhecimento de que, embora desejáveis, as práticas sustentáveis não devem comprometer a economicidade – princípio fundamental na gestão da coisa pública, previsto no art. 70 da Constituição Federal. Com efeito, essa flexibilidade é essencial e garante que se leve em consideração as diferentes realidades econômicas dos entes públicos brasileiros, permitindo que a sustentabilidade seja implementada de forma gradual e responsável, respeitando as limitações orçamentárias sem abandonar os objetivos ambientais.

Do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.936, de 2024, com a seguinte emenda proposta no relatório publicado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda que se apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Senador Rogério, eu preciso fazer um comentário. Esta é uma Comissão que é muito acompanhada por estudantes de Direito, e hoje o senhor traz uma matéria que faz uma visita a uma lei de 1935. Como o Parlamento é dinâmico! E tem gente que às vezes me pergunta: "O que vocês estão fazendo lá?". Nós estamos fechando todas as brechas necessárias na legislação brasileira para tornar melhor a vida de cada brasileiro. E aqui eu faço também uma referência, quando o senhor faz uma visita lá à LBI, à importância deste Parlamento ter entregado dez anos atrás a Lei Brasileira de Inclusão. Então o senhor faz aqui um diálogo entre uma legislação muito antiga e uma legislação moderna, mas adequando já também, fazendo uma visita à LBI.

Parabéns pelo voto.

Não é fácil, viu, gente? Eu que vim da área de construir relatórios e pareceres quero parabenizar os assessores, os consultores que trabalharam nessa matéria, que teve que ir lá atrás e vir para cá e fazer essa entrega. Parabéns.

E, na oportunidade, quero lembrar que, dia 14, nós teremos uma sessão no Plenário do Senado – esta Comissão vai participar ativamente – para a gente celebrar os dez anos da Lei Brasileira de Inclusão. Não é, Senador Paim? Ele já está anunciando, e nós estamos anunciando também.

Parabéns, Senador Rogério, por essa entrega hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria agradecer a manifestação de V. Exa. e dizer que, além de buscarmos essas brechas na legislação, para proteger o povo em última instância, o povo que não está aqui com representação objetiva, ou seja, sem ter a relação direta com o Parlamentar, sem ter um grupo organizado que vem aqui trazer os seus interesses, os seus projetos, a gente tem um papel muito importante que é atender às demandas ou às necessidades difusas da sociedade.

Este é um papel que eu reputo um dos mais importantes do Parlamento: ter a capacidade de escuta e aqui representar aqueles que não conseguem ter voz organizada para estar aqui reivindicando direitos, reivindicando atendimento de necessidades, demandas. E a gente acaba formulando várias políticas a partir dessa interação com as necessidades do nosso povo.

Nesse sentido, eu quero chamar a atenção do quanto está faltando no mundo solidariedade e do quanto a vida vem sendo banalizada. A gente teve o caso – é um caso, mas é um caso que representa muito os tempos que nós vivemos – da Juliana Marins. Ela sofreu um acidente, ficou quatro dias com a direção de um parque na Indonésia sabendo que aquela pessoa tinha caído e que tinha sofrido um acidente, e o parque não parou de funcionar. As pessoas continuaram passando...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por cima.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... por cima. Já sabiam que ela estava ali, não se mobilizaram para salvar uma vida humana.

Então, quando nós seres humanos, quando nós cidadãos e cidadãs – aqui independe de nacionalidade – perdemos a referência do valor da vida, a gente começa a entrar num caminho muito ruim. E nós precisamos, também aqui neste lugar – também aqui neste lugar –, resistir. Então, ser Parlamentar também é um lugar de resistência, Senador Paulo Paim, para defender a vida, para defender a inclusão pelo direito que consolida a nossa democracia, para defender a inclusão pela renda que garante e que dá espaço para a livre iniciativa para as pessoas terem sua renda e melhorarem sua vida, para defender a democracia, para defender o multilateralismo, para defender a diversidade, o respeito à diversidade, para defender as liberdades individuais e para defender uma cultura de convivência pacífica, solidária e de responsabilização com a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse é um desafio que nós todos Parlamentares devemos ter. E me chamou a atenção esse caso. "Ah, mas é porque essa pessoa estava fora e as pessoas daqui..." Não, é porque esse caso chama a atenção: uma pessoa sofre um acidente num parque que identifica onde ela está viva – viva – e fica quatro dias sem socorro, e o parque continua funcionando como se aquela vida não importasse. A gente já fez campanhas: vidas negras ou pretas importam, vidas importam. E a gente não pode perder isso de perspectiva, senão a gente vai perder a própria essência da compaixão, da solidariedade, do amor ao próximo, ou seja, tudo aquilo que a gente milenarmente vem acumulando enquanto sociedade.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que bela e sensível reflexão, Senador. Que bela! Mas me permita ir um pouquinho além, Senador.

Eu tenho um Senador de Sergipe e um Senador do Rio Grande do Sul. A gente viu o exemplo de solidariedade do povo do Rio Grande do Sul um com o outro. E eu venho de Sergipe, um povo simples, mas solidário. Eu fico imaginando se esse acidente tivesse acontecido em Sergipe, Senador. Eu consigo ver as nossas velhinhas em pé com uma vela acesa, rezando na beira daquele penhasco, porque o brasileiro ainda é isso. E o que nós agentes políticos temos que fazer é nos afastar de tanta briga, não levar para a base tanta briga, porque o nosso povo é solidário e o nosso papel como agente aqui é o de não tensionar lá na ponta.

O senhor traz uma reflexão linda hoje, Senador, linda, linda! Com todo respeito à Indonésia, se aquele acidente tivesse acontecido no Rio Grande do Sul ou em Sergipe, mesmo que a gente não conseguisse tirá-la, eu acho que estaria todo mundo em volta daquele penhasco, rezando, orando, chorando, porque essa é a alma do brasileiro, e é isso que nos transforma, que nos faz essa nação extraordinária que nós somos, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Senadora Damares, a senhora toca... A gente viveu uma catástrofe climática no Rio Grande do Sul no ano passado e a gente viu que, independentemente de ter uma conflagração política, de diferenças políticas, nada disso impediu que a solidariedade fosse manifesta de todas as regiões do país, e do país como Estado. Isso mostra que a gente tem muito potencial para fazer a diferença no mundo, ser referência de solidariedade, de compaixão e de amor ao próximo para o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Vamos para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4472, DE 2020

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 10.741, 1º de outubro de 2003, e nº 9.455, de 7 de abril de 1997, e os Decretos-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, para dispor sobre os direitos da pessoa idosa hipervulnerável e a punição dos crimes contra ela praticados.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Senadora Damares, Senador Rogério Carvalho, nosso Líder, só um breve comentário – vou falar do Rio Grande do Sul, em que os dois tocaram.

No Rio Grande do Sul, teve aquela situação de praticamente um ano atrás, e agora a história se repete.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Repete-se.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É como se não fosse acontecer...Eu tenho dito que se repetiu agora e vai se repetir no ano que vem, próximo à chegada do inverno. Às portas do inverno, aconteceu no ano passado; neste ano, outra vez.

Por isso, eu tenho pedido muito que aqueles R$6,5 bilhões que foram destinados ao Rio Grande do Sul para o investimento principalmente nos diques, mas também em toda a infraestrutura para evitar que a água invada as cidades... Hoje, nessa última agora, já são quatro mortos e um desaparecido – calculo eu que tem mais desaparecidos. É fundamental que se faça a implantação dos diques nas áreas mais vulneráveis para que realmente o fato não volte a acontecer.

Está todo mundo rezando lá – falou-se tanto em reza aqui – para que a água não invada Porto Alegre. Já há o que a gente chama de lâmina chegando a Porto Alegre acima do nível do Guaíba, porque as águas vêm das montanhas, claro, assumindo o leito dos rios, e os rios vão terminar onde? No Lago Guaíba, que é em Porto Alegre, e ele não tem como a não ser invadir, transbordar, invadindo Canoas, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia, Guaíba, Santa Rita, enfim, todas as cidades que estão mais próximas ao rio. Eu espero que efetivamente agora as obras comecem e os diques sejam assegurados.

Presidente, indo diretamente ao projeto, se V. Exa. me permitir, eu faria um resumo do que está no projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Projeto de Lei 4.472, de 2020, dispõe sobre o direito da pessoa idosa hipervulnerável, altera o Estatuto da Pessoa Idosa, que eu tive a satisfação de ter apresentado há muitos anos, e também altera o Código Penal e a Lei de Contravenções Penais. A autoria é do Senador Alessandro Vieira, e está sob a nossa relatoria.

O Projeto de Lei 4.472, de 2020, dispõe sobre os direitos da pessoa idosa hipervulnerável, aquela com idade igual ou superior a 80 anos, com deficiência, com impossibilidade de expressar por si a sua vontade ou que reduza ou anule a sua capacidade de resistência ou defesa à frente de terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, foram registrados, em 2022, mais de 97,5 mil denúncias de violação de direitos humanos de pessoas idosas, o que equivale a cerca de 267 denúncias por dia ou 11 denúncias por hora. Além disso, o ministério registrou denúncias em cerca de sete a cada dez municípios brasileiros, demonstrando que a violência contra pessoas idosas é um problema generalizado em nosso país. O projeto estabelece punição dos crimes contra elas praticados.

As pessoas com idade avançada, ou com alguma deficiência, ou ainda incapacidade de manifestar a própria vontade enfrentam mais barreiras e estão mais vulneráveis à ação de criminosos do que as pessoas idosas com idade menos avançada ou sem condição, como as mencionadas. Identificou-se fragilidade na legislação atual e concluiu-se pela necessidade de conferir tutela legal diferenciada às pessoas idosas hipervulneráveis.

Cito aqui alguns exemplos no texto.

Entre os idosos, é assegurada prioridade especial às pessoas idosas hipervulneráveis. Em todo atendimento de saúde, as pessoas idosas hipervulneráveis terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto, claro, em caso de emergência. Aos maiores de 65 anos e às pessoas idosas consideradas hipervulneráveis fica assegurada a gratuidade de transporte coletivo público, urbano e semiurbano, exceto nos serviços seletivos, em especiais quando prestados paralelamente a serviços regulares. No acesso à Justiça, entre os processos da pessoa idosa, dar-se-á prioridade especial aos hipervulneráveis. A pena é aumentada de um terço se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 anos, jovem, depois vem idoso ou idosa, ou pessoas com deficiência ou portadoras de doenças degenerativas que acarretem condições limitantes ou de vulnerabilidade física ou mental, assim como deixar, sem justa causa, de promover a subsistência do cônjuge, ou filho de menor de 18 anos, ou inapto para trabalho, ou de ascendente inválido ou que seja pessoa idosa, não lhes proporcionando o recurso necessário. As penas dos crimes quando tiverem como vítima pessoa idosa e hipervulnerável serão aumentadas, repito, de um terço até metade.

Sra. Presidenta, esse é o resumo do relatório do nosso querido Senador Alessandro Vieira. Eu, quando apresento uma emenda substitutiva, é mais de adaptação. A consultoria nos ajudou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito, mas não mexe em nada no objetivo. Então, todo o mérito aqui tanto do projeto original, quanto do substitutivo eu quero dedicar ao Senador Alessandro Vieira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mais um sergipano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mais um sergipano! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto nos termos da emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda 1, da CDH.

Parabéns, Senador Paim!

Deixem-me fazer mais um alerta para quem está nos acompanhando, os estudantes, os advogados. O Senador Paim apresentou um voto, gente, em que ele vai lá reformar o Estatuto da Pessoa Idosa, de 1997. Nós temos Vereadores aqui no plenário. Deixem-me lembrar para vocês o seguinte: ele foi o autor do Estatuto do Idoso em 1997 e ele era um jovem Parlamentar, tá? Não venham dizer vocês que eu e Paim estamos aqui, nessas duas semanas, legislando em causa própria, porque nós aprovamos um monte de matéria de proteção do idoso, não! Quando ele apresentou o Estatuto do Idoso, ele era um jovem Parlamentar. Mas por que eu chamo a atenção? Ele hoje apresenta um voto em que ele modifica a lei que ele construiu em 1997.

É o dinamismo do direito legislativo, né, Senador? Como esta Casa é necessária! O senhor, como autor, reconhece a necessidade de alterar uma lei de 1997 para adequá-la às necessidades de hoje. Parabéns pelo voto! Eu cumprimento a relatoria, os consultores; tiveram que trabalhar três legislações para o senhor apresentar uma emenda, como o senhor apresentou. Parabéns e vamos embora continuar protegendo os idosos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paim, nós temos mais um item na pauta de que é de autoria sua. Eu já vou para esse item, que é o Requerimento nº 59, é o item 15 da pauta. Eu vou direto para o item 15 para o senhor já fazer a leitura. Depois, os demais requerimentos, como eu os estou subscrevendo, eu vou ler todos em bloco, e a gente coloca em votação, tá?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É um requerimento extrapauta.

Eu quero antes saber se todos concordam com a inclusão extrapauta. O.k.? (*Pausa.*)

Então, vamos.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 59, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública sobre o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Sra. Presidenta, primeiro, mais uma vez, eu cumprimento aqui a iniciativa do Senador Alessandro Vieira, que nos deu essa oportunidade de construirmos o ajuste de redação com o apoio da consultoria.

No requerimento em questão, nos termos do art. 58 da nossa Constituição e do Regimento Interno desta Casa, nós estamos propondo audiência pública para debater o Dia Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conscientização da Doença de Alzheimer. É uma lei de minha autoria, Presidenta, mas eu sou muito pela origem. Na verdade, está aqui ele, o Dr. Leandro Minozzo, que foi o grande construtor da lei. Ele me entregou a proposta e eu a entreguei para a Consultoria do Senado, que a transformou, que é o nosso papel aqui, em projeto de lei.

Ele também, nesse momento, foi quem me provocou para fazer essa audiência pública, com a presença da Sra. Celene Pinheiro, Presidenta da ABRAz Nacional, da Sra. Silvana Lamers, Presidente da ABRAz RS, de representante do Ministério da Saúde, da Sra. Elaine Mateus, representante da CoNaDe, do Dr. Leandro Minozzo, que foi o autor original da ideia, médico, geriatra, professor universitário, idealizador da Lei 14.878, de 2024, como aqui eu falei, de representante do Ministério das Mulheres e do Ministério dos Direitos Humanos. E também é convidada aqui a Deputada Erika Kokay, Deputada Federal.

A justificativa, Sra. Presidente, como tem quatro, cinco linhas, eu vou ler, porque ela situa todos.

A iniciativa da audiência pública é da Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAz), organização da sociedade civil, fundada em 1991, com a finalidade social de promover a defesa dos interesses das pessoas que vivem com Alzheimer e outras demências.

Dia 21 de setembro é o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer. Essa data é para chamar a atenção para as condições de demência, especialmente no contexto de aumento do número de casos incidindo em uma população que está envelhecendo.

Vamos lançar na audiência pública – proposição desse grupo de especialistas – a cartilha sobre a Lei 14.878, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências, a ser disponibilizada para a população, com orientações práticas fornecidas pelo Ministério da Saúde.

Portanto, ressalta-se a importância de realizarmos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, audiência pública com esse objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E eu já peço à Secretaria que converse com a assessoria do Senador Paulo Paim para a gente não perder o *timing*, para a gente fazer bem próximo ao dia ou quem sabe no dia mesmo essa audiência pública – e uma audiência bastante divulgada. Então, já...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dia 21 de setembro...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É já deixar pré-agendada essa data para a audiência pública...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dia 25 de setembro dá numa quinta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Excelente. Eu acho que vai ser uma audiência muito interessante, muito concorrida, porque as pessoas têm se manifestado muito sobre Alzheimer e os novos tratamentos que estão surgindo. Acho que é um dia interessante para a gente conhecer também os novos tratamentos. Parabéns.

Nós temos quatro requerimentos de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que eu estou subscrevendo. Não são requerimentos polêmicos, Senador Paulo Paim, porque ela está fazendo avaliação do plano de prevenção ao feminicídio – a política pública, este ano, avaliada pela Comissão é o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios –, e os requerimentos dela são apenas de solicitação de informações. Eu vou subscrever os requerimentos, vou fazer a leitura e depois a gente só vai para um requerimento que eu quero explicar com calma, que é o Requerimento 13, de minha autoria.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

O requerimento foi subscrito por esta Presidente.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Também subscrito por mim.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Francisco da Silva, informações sobre a implementação, a execução e o monitoramento do Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Plano de Ação do PNPF), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa Política Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Também subscrito por mim.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 49/2025 - CDH, com o objetivo de instruir a SUG 1/2024, que "propõe que a prática da psicoterapia seja de carácter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras" e a SUG 40/2019, que dispõe sobre a "regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRPativo", seja incluído o seguinte convidado: representante do Coletivo Acorda Psicologia.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

Então, os requerimentos dela são de informações às Ministras e um acrescentando um nome a uma audiência pública já devidamente aprovada.

E agora eu vou para o item 13 da pauta, que é de minha autoria, Senador Paulo Paim, e preciso explicar porque faz diálogo exatamente com o que o senhor mais fez nos dois últimos anos.

ITEM 13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 57, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública sobre direitos do trabalhador

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

É uma audiência pública para a gente debater os impactos dos empréstimos consignados, com lastro no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos direitos dos trabalhadores, segurança financeira e política habitacional, à luz da relação indissociável entre direitos humanos e direitos do trabalho. Os direitos humanos e do trabalho estão intrinsecamente ligados e esta audiência seria para a gente discutir com o Ministério do Trabalho, eu peço um representante do Ministério do Trabalho, do Ministério das Cidades, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), representante da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes de Operações Financeiras, da Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Financeira, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, para a gente entender algumas mudanças que o Ministério do Trabalho está propondo nessa área. É uma audiência tão somente explicativa, sem nenhuma polêmica e trago o Governo e também a sociedade civil. Este é o requerimento.

Por fim, eu também vou subscrever.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Complementando V. Exa., tem tudo a ver com o projeto de nossa autoria em que V. Exa. foi a Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, está em boas mãos a Relatora propor uma audiência pública sobre este tema: os empréstimos consignados. Parabéns pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí, Presidente, incluindo também o Ministério Público do Trabalho, que pediu para participar da audiência.

Por fim, o item 14 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 58, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Segurança Pública, com o objetivo de receber e debater o Relatório Final da Comissão Especial constituída para o enfrentamento e fiscalização à problemática da população em situação de rua, ao serviço especializado de abordagem social e ao serviço prestado pelo restaurante popular na cidade de Joinville/SC.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

É uma audiência em conjunto com outra Comissão, já está sendo aprovado lá o requerimento. Eu estou subscrevendo e peço apoio aos pares.

Vamos colocar em votação os Requerimentos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, se me permite, já que vai colocar em votação neste momento.

Quando eu fiz a leitura da questão da doença de Alzheimer, eu acho que vai ser aqui na Comissão de Direitos Humanos... Se nós pudéssemos incluir um representante do Ministério dos Direitos Humanos. Só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim. Eu acho justo porque a Secretaria do Idoso está lá: ou eles mandam o Secretário ou um representante.

Inclusive, Presidente Paim, o Secretário atual dos Direitos da Pessoa Idosa tem vindo a esta Comissão. É extremamente competente, muito bem-intencionado, está fazendo entregas. Eu acho que seria interessante ele estar presente aqui. Eu vou até sugerir que o Ministério o mande para esse debate, porque tem apresentado muitas propostas, muitos projetos interessantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Então, pode constar aí, por sugestão da Presidência, que venha o nome dele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Que venha ele. Ele é muito bom.

Então vamos à votação, agora, dos Requerimentos nºs 54, 55, 56, 57, 58 e 59, que já foram lidos e defendidos.

Em votação.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Dessa forma, nós temos o item 3 da pauta cuja Relatora é a Senadora Dorinha. Ela não conseguiu chegar para fazer a leitura. Nós vamos deixar para a próxima – a pedido dela – reunião.

Assim, a gente encerra a parte deliberativa. Eu vou agora para aquele momento dos encaminhamentos, dos informes. Neste momento, libero os Senadores, especialmente quem está aqui hoje. Nós somos poucos, presencialmente, e estamos sendo muito demandados.

Senador Paim, obrigada por mais uma reunião que a gente termina com sucesso e com a pauta deliberada.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Conte comigo sempre. É só me convocar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Vamos ao expediente.

Nós vamos para as denúncias que chegaram a esta Comissão.

Denúncia nº 205.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alega perseguição relacionada ao concurso público do Ministério do Ministério da Saúde. Encaminhamento à denúncia: informar que a CDH não tem competência legal e regimental para interferência em processos individuais administrativos e orientar o demandante a procurar os órgãos competentes.

Denúncia nº 206.

Encaminha relato de insatisfação relativa a salários, adicional de periculosidade, férias, FGTS e condições de trabalho. Encaminhamento da denúncia: informar ao demandante que a CDH não tem competência legal e regimental para interferência em direitos trabalhistas em empresa privada e orientar a demandante e os demais a procurarem as entidades competentes.

Denúncia 207.

Alegação de que a Lei 14.723, de 2023, é discriminatória e capacitista. Solicita a revisão e a revogação da norma. Encaminhamento: agradecer as sugestões e informar que serão analisadas.

Denúncia nº 208.

Alegação de possível tratamento inadequado no processo de recontratação para função com relato de critérios subjetivos e ausência de justificativa objetiva. Encaminhamento: informar que a CDH não tem competência legal e regimental para interferir em contratações e questões administrativas de empresa privada.

Denúncia nº 211.

Violação do direito à razoável duração do processo. Solicita apoio para dar celeridade a processos judiciais antigos. É também uma preocupação minha. Encaminhamento: informar que a CDH não tem competência legal e regimental para interferência em processos judiciais individuais e orientar a procurar os órgãos competentes.

Denúncia 212.

Questiona a aplicação efetiva dos princípios constitucionais e critica a má gestão de recursos e eficácia das políticas públicas. Encaminhamento: apenas acusar o recebimento.

Denúncia 213.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminha denúncia feita à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA sobre as violações dos direitos humanos dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Encaminhamento: acusar o recebimento.

Nesta oportunidade, eu quero informar que o Ministro Alexandre de Moraes ainda não autorizou a Comissão a visitar os presos de 8 de janeiro – requerimento aprovado em fevereiro aqui nesta Comissão.

Por conta disso, a Advocacia do Senado ingressou com uma medida judicial junto ao Supremo Tribunal para que esta autorização venha. Não há por que se impedir uma Comissão de Direitos Humanos de visitar presos, especificamente os que estão doentes, os idosos e os mais vulneráveis.

Denúncia nº 218.

Denúncia de violações de direitos humanos, incluindo perseguição institucional, capacitismo, racismo, intolerância religiosa e abuso de autoridade em universidades federais. Encaminhamento: informar que a Comissão de Direitos Humanos não tem competência legal e regimental para interferência em processos judiciais individuais e orientar ao demandante a reiterar à CIDH sobre o agravamento do quadro e possível descumprimento de medidas provisórias.

Denúncia nº 219.

Denuncia violações de direitos humanos. Orientar o demandante a fazer um boletim de ocorrência na delegacia, denunciar no Disque 100, na ouvidoria da Polícia Civil e na ouvidoria do Ministério Público do seu estado.

Agora nós vamos para os informes.

Informe nº 210.

Ministério da Igualdade Racial. Divulgação da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa que ocorrerá de 5 a 8 de novembro de 2025.

Sucesso na conferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informe nº 215.

Comissário do Parlamento Ucraniano encaminha informe sobre direitos humanos na Ucrânia.

Eu quero ter acesso completo ao Informe.

Informe nº 216.

Convida para o III Encontro da União dos Agricultores Indígenas do Maranhão, que ocorrerá em 26 e 27 de julho de 2025.

Desejamos sucesso ao III Encontro da União dos Agricultores Indígenas do Maranhão.

Informe nº 217.

MDHC. O Ministério convida para participar do Seminário Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, do comitê interno, que ocorrerá em Brasília nos dias 23, 24 e 25 de julho.

Está acontecendo, portanto... Não, é em julho.

Vamos registrar o convite. Se possível, para a Comissão participar do seminário.

Respostas aos ofícios encaminhados pela CDH. Agora são as respostas que já chegaram.

Do Ministério do Desenvolvimento Social.

Resposta ao ofício nº 123, de 2025, com informações e orientações referentes à Denúncia 96, lida no Expediente 6. (*Pausa.*)

Online? O.k.. A gente volta para...

Número 214.

Ouvidoria do Ministério Público do Mato Grosso.

Resposta ao Ofício 224, de 2025: acusa recebimento e autuação do registro.

Retificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Solicitação nº 184, de cidadãs, que trata sobre caso de homicídio de brasileira na Bolívia, lida no expediente da última reunião deliberativa, esclareço que o requerimento de criação de Comissão Temporária externa para investigar a situação dos brasileiros da Bolívia já foi aprovado e a Comissão só aguarda a instalação dela.

Esta Comissão acompanha esse processo junto ao Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues, que desde o início tem apoiado a família.

Quanto à Solicitação nº 198, de cidadã que trata da doença Ataxia de Friedreich, lida no expediente da última reunião deliberativa, informo que esta Comissão também encaminhará indicação ao Ministério da Saúde para adoção de medidas para a incorporação do medicamento usado no tratamento de pacientes dessa doença pelo Sistema Único de Saúde.

Isso posto, submeto às Sras. e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos com informes ficam disponíveis no sistema do Senado, no Portal da Comissão de Direitos Humanos – os demais ficam na Secretaria –, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminando o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo ainda, nesses mesmos termos, que os documentos lidos na 26ª e 28ª Reuniões serão arquivados.

Nós temos *online* a Senadora Dorinha, ela conseguiu se conectar. Nós vamos, então, voltar para a pauta deliberativa e vamos conceder a palavra à nossa Senadora.

Estão no plenário Vereadores da cidade...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Paraná?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Rio Grande do Sul.

Eu queria que vocês ocupassem a bancada.

Vocês têm... Vocês trouxeram para a Comissão, ontem, uma situação bem delicada, inclusive a mãe da criança está aqui.

Depois da leitura da Senadora Dorinha, eu vou conceder a palavra a um representante da Câmara para fazer uma manifestação sobre o ofício que os senhores trouxeram, inclusive com a mãe presente. A gente faz questão de fazer esse registro. Vieram de tão longe para fazer essa entrega à Comissão. Nós vamos fazer isso, o.k.?

Senadora Dorinha.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5148, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para destinar recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente às políticas públicas, aos projetos e aos programas direcionados à primeira infância.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CAE e CDH.*

Em 12/11/2024, foi aprovado o parecer da CAE, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma matéria que passou na Câmara, aprovada, assim, com louvor na Câmara, é um sonho dos defensores da infância, não é uma matéria polêmica, é uma adequação tão somente.

Então, eu concedo a palavra à Relatora, Senadora Dorinha, que apresenta o relatório favorável ao projeto.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, eu vou direto à análise.

Como foi bem abordado por V. Exa., na verdade, o Congresso vem há algum tempo construindo – construiu o marco da primeira infância – uma legislação. Eu tive a oportunidade, quando Relatora do Fundeb, de assegurar que o crescimento da complementação da União fosse de 23%, ou seja, eram sempre 10%, nós levamos para a Constituição e agora são 23%; e o percentual novo, pelo menos de 50%, precisa ir para a infância. Lembro que o atendimento, a cobertura em relação a políticas públicas ainda é muito baixo, principalmente no que se refere a zero a três anos.

Eu vou direto à análise.

Logicamente, foram atendidas todas as condições de Regimento, da constitucionalidade e da juridicidade.

Na dimensão material, a proposição está em consonância com as disposições constitucionais pertinentes, de forma que seu teor está alinhado com a realização do direito social da proteção à infância e com os deveres do Estado nessa seara, conforme disposto, respectivamente, nos arts. 6º e 227 da Constituição Federal.

Como determinado no art. 3º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, a prioridade absoluta em assegurar os direitos da criança implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando garantir seu desenvolvimento integral.

Para tanto, a destinação de recursos específicos para essa (*Falha no áudio.*)... 5.148, de 2019, é uma medida essencial para conferir concretude a essas (*Falha no áudio.*)... das nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante de todo o exposto, nosso voto é pela aprovação do PL 5.148, de 2019, que teve como autora principal a nossa colega Deputada Federal Paula Belmonte, hoje Deputada Distrital, que marcou toda a sua história, a sua vida de trabalho com foco na primeira infância.

Este é o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação e o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Senadora Dorinha, parabéns pelo voto. Eu fui Ministra da pauta, eu trabalho com fundo há muitos anos. Essa adequação é necessária. Parabéns! Eu acho que a senhora faz uma grande entrega hoje. E o parecer da CAE também foi favorável ao projeto, então a gente tem duas Comissões do Senado que estão dando parecer favorável à matéria. Parabéns, Senadora Dorinha!

Senadora Dorinha, foi-me solicitado aqui que a gente pedisse urgência ao projeto.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu sei que há uma divergência com relação ao pedido de urgência. Como nós estamos sem nenhum Parlamentar no plenário e a gente já tinha encerrado a deliberativa, para eles não acharem que a gente fez isso sem consultá-los, eu vou pedir a compreensão da senhora, Senadora, para gente voltar à urgência desse projeto na próxima reunião. O relatório já estava publicado, ninguém manifestou contrariedade ao relatório, mas à urgência nós vamos voltar na próxima reunião. Pode ser assim?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência.*) – Está certo, Sra. Presidente, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom? Obrigada, Senadora Dorinha.

Nós agora encerramos a nossa pauta, os nossos expedientes, e eu registro a presença dos Vereadores da cidade Capão da Canoa, Rio Grande do Sul. Vieram de tão longe, deixaram o frio lá e trouxeram o frio para nós também.

E por que eu faço questão? Porque é uma Câmara de Vereadores que manda Parlamentares porque está preocupada com uma criança. Isso mostra a sensibilidade do Legislativo do município.

A sensibilidade de vocês comoveu a nossa Comissão e eu gostaria muito de ouvi-los, por três minutos – nós já estamos no final da reunião –, ouvir a Vereadora Nuna – é isso, é Vereadora Nuna, não é? –, em nome dos demais Vereadores. Ela está acompanhada inclusive da mãe da criança.

Por três, quatro minutos, a senhora pode se manifestar, por favor, Vereadora. É só apertar aí.

A SRA. DANUBIA DOS SANTOS PEREIRA (Para expor.) – Bom dia, Presidente. Muito obrigada pela atenção que a senhora teve e por esse olhar humano para o caso do menino Lorenzo.

Bom dia aos Deputados – não sei se tem algum Deputado também aqui presente neste momento – e ao público aqui presente.

A história do Lorenzo é a seguinte: é um menino de 11 anos de Capão da Canoa e ele tem uma doença rara, síndrome de Duchenne. E a luta é muito grande para salvar a vida do Lorenzo. Então, a bancada de Capão da Canoa, representada pelo Podemos de Capão da Canoa, veio até o Senado pedir ajuda, porque o processo do menino Lorenzo está aqui em Brasília e a gente precisa da ajuda dos Deputados e Senadores para que esse processo, enfim, tenha causa ganha. É a vida de uma criança que estamos discutindo.

Em relação à síndrome de Duchenne, aqui em Brasília foi aprovado um projeto para crianças até sete anos, para terem o direito à medicação. Mas que direito que a gente dá à vida de uma criança que só tem onze anos? E como se limita isso? O Lorenzo tem onze anos e está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhando, está apto para tomar a vacina, mas a Justiça nega e diz que não, que o Lorenzo não tem direito, porque a Justiça diz que essa vacina talvez não terá eficácia. Mas por que não se o Lorenzo está apto para tomar a vacina? – ele tem onze anos, ele está caminhando e está bem, graças a Deus.

E, sim, Lorenzo tem... Quem puder seguir @juntoscomlorenzo e entrar nessa causa junto com a gente... Lorenzo já tem 180 mil seguidores, que compraram essa causa e que estão nessa luta junto com a gente, pela vida do Lorenzo.

Eu creio, Presidente Damares, que, com a sua força...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANUBIA DOS SANTOS PEREIRA – ... e com a força de todos aqui, a gente irá conseguir sim esta vitória, que é a vida do nosso pequeno Lorenzo.

Obrigada por nos receber tão bem aqui. Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereadora.

Como é o nome da mãe do Lorenzo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cíntia.

Ontem eu estive com a Cíntia, eu a abracei, e esta Comissão é uma Comissão que acolhe e que ouve.

Cíntia e Vereadores, a gente não tem a competência de mudar nenhuma decisão judicial, mas a gente recepciona o pedido dos senhores. Nós vamos encaminhar o pedido dos senhores e torcer para que a decisão seja a melhor e a favor do Lorenzo. Está na fase judicial agora. Eu fico imaginando a responsabilidade do julgador em julgar se Lorenzo vive ou não. É uma responsabilidade muito grande. E vamos torcer para que esse julgador seja tocado pelo apelo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe, da Câmara... Eu acho que a cidade inteira está envolvida com a vida de Lorenzo agora, lutando por ele.

Mãe, fique firme! Leve para Lorenzo o nosso abraço. Fique firme! Parabéns pelo seu trabalho, pela sua luta, mãe! São muitas mães com a mesma luta no Brasil, mães que estão na internet, pais que estão na internet lutando na busca da medicação para os seus filhos. Que Deus os abençoe!

Um abraço no Lorenzo, e repito, novamente, aos Vereadores: parabéns pela sensibilidade! Deixar tudo para lutar pela vida de uma criança. Toda vida importa, e a vida de Lorenzo também. Lorenzo não é uma criança cara. Às vezes a gente escuta muitos gestores falarem que é muito caro. Ele não é caro: ele é raro, ele é precioso, ele é amado.

Sucesso na luta de vocês! A Comissão recebe vocês com muito carinho.

E acaba de chegar a Deputada Paula Belmonte – ex-Deputada Federal Paula Belmonte –, que também tem uma luta enorme nessa área.

A gente acabou de aprovar seu projeto, Deputada Paula Belmonte. Na verdade, Paula Belmonte, este Senado tem aprovado muita matéria de sua autoria. E por ser sua companheira, gente, sua amiga – somos parceiras aqui do Distrito Federal, amigas há muitos anos –, eu quero dizer que o Projeto de Lei 5.148, de 2019, de sua autoria, que destina os recursos do Fundo Nacional para Criança e Adolescente às práticas públicas, aos projetos e aos programas direcionados à primeira infância – você que tem a primeira infância com bandeira, parabéns! –, nós o aprovamos. Agora já vai para o Plenário. Nós só vamos aprovar ainda o regime de urgência para ele; não deu para aprovar hoje a urgência.

Como eu sou muito generosa, quero ouvi-la também nesta Comissão, Paula. É bom recebê-la aqui. Fique à vontade. Três minutos para a sua manifestação.

A SRA. PAULA BELMONTE (Para expor.) – Querida amiga Senadora Damares, eu fiz questão de vir aqui – eu não sabia que tinha sido aprovado, sabia que ia ter uma discussão – e, para mim, é uma alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava lá na Câmara falando sobre a pauta da prematuridade, e falei: eu preciso ir lá para mostrar a importância dessa primeira infância. A nossa primeira infância, no Brasil, fala sobre gravidez precoce; fala sobre nutrição; fala sobre água potável; fala sobre aquela mãe que, muitas vezes, é uma criança que tem outra criança; fala de mulheres que desejam tudo para os seus filhos, mas fala também do nosso Brasil.

Todo país, quando se vai ver a sua taxa de desenvolvimento, é também julgado pelo investimento no próximo cidadão, no próximo pagador de impostos, é importante dizer isso. Existe o sentimento, mas existe o tratamento. E o Fundo da Criança e do Adolescente, o orçamento do Fundo da Criança e do Adolescente... Muitas vezes, quando a gente, aqui e na Câmara Federal, fez um trabalho em relação à PPA...

Vejam o horário aí para que a gente... Ah, está ali.

Nós fizemos um trabalho no PPA e percebemos que os estados não tratam a primeira infância, que é o momento em que, a gente sabe, com US$1 investido na primeira infância, nós economizamos US$14 na sua adolescência, é um investimento na nossa criança. Então, nós estamos falando de política de pré-natal, nós estamos falando de política para a prematuridade, nós estamos falando de diagnóstico precoce, nós estamos falando de desenvolvimento cognitivo do nosso cidadão brasileiro, do nosso futuro pagador de impostos.

Para mim, é uma honra poder ser autora desse projeto que é a causa da minha vida, vamos dizer assim, não só o projeto, mas a causa da primeira infância.

Eu sou mãe de seis filhos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA BELMONTE – Infelizmente, perdi um filho com dois anos de idade e sei da importância de o Estado olhar cada cidadão como um indivíduo de direitos e deveres.

Então, parabéns Senadora Damares!

Parabéns ao Senado Federal.

E o que a gente puder fazer para que isso se torne realidade... Isso muda a perspectiva da política da infância e do adolescente, o que nós vamos acabar de investir, porque todo fundo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança e do adolescente normalmente fala sobre o socioeducativo, e nós não queremos falar sobre o socioeducativo, nós queremos falar do desenvolvimento cognitivo, porque, se a criança precisa do sistema socioeducativo, da segurança pública, se o adolescente precisa disso, significa que nós falhamos no início da vida daquela criança.

Então, quero parabenizar e dizer que eu me sinto muito honrada. Não tinha como deixar de vir dar um abraço e agradecer a todos os Senadores que aprovaram, que acabaram de aprovar, o projeto e de cumprimentar todos que estão aqui à mesa.

Muito grata, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputada Paula.

Vocês viram por que eu falei que sou apaixonada por ela? Essa é a nossa grande Deputada, orgulho do DF, a nossa grande Deputada Paula Belmonte. O Congresso Nacional está sentindo saudade de você, com muitas matérias sendo aprovadas de sua autoria.

Deputada, eu tenho certeza de que vai logo para o Plenário, eu tenho certeza de que lá a gente vai conseguir o regime de urgência, vai se tornar lei – não é, Governo: vai se tornar lei? – e a gente vai fazer essa grande entrega para o Brasil.

Parabéns pelo seu trabalho. É uma honra tê-la. A sua Relatora nesta Comissão foi a Senadora Dorinha, que estava *online* até agora. Depois você liga para ela, agradeça. Dorinha é uma parceira na luta pela primeira infância também.

Dessa forma, nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião. Obrigada aos Vereadores pela presença. Paulo, obrigada por ter vindo abrilhantar nossa audiência. Foi uma alegria recebê-los!

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CDH, de autoria Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Finalidade: Avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025. Participantes: Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais e Secretária de Assuntos Multilaterais Políticos, interina, do Ministério das Relações Exteriores; Ney da Nóbrega Ribas, Vice-Presidente do Observatório Social do Brasil; Janine Mello dos Santos, Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC; e Angela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Municipal de Relações Internacionais da Secretaria Municipal de Relações Internacionais do Município de São Paulo. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/06/30

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 4, de 2025, de minha autoria e do Senador Mecias de Jesus, para avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) no exercício de 2025.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Nós vamos ter uma mesa... Eu convido com muita alegria para compor a primeira mesa a Embaixadora Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais e Secretária de Assuntos Multilaterais Políticos, interina, do Ministério das Relações Exteriores.

Embaixadora, é uma honra recebê-la em nossa Comissão. Obrigada por ter aceitado o convite.

Nós temos mais três convidados que vão compor esta mesa, que farão participação *online*, que são a Dra. Angela Gandra, Secretária Municipal de Relações Internacionais de São Paulo, que fará participação por videoconferência – ela é jurista, Professora e ex-Secretária Nacional da Família no Governo anterior –, e, ainda, Janine Mello dos Santos, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que também fará participação por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária Janine, muito obrigada pela presença, pela participação, assim como a Secretária Angela Gandra.

Nós teremos ainda Ney da Nóbrega Ribas, Vice-Presidente do Observatório Social do Brasil, que também fará sua participação por videoconferência.

Eu esclareço que o PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 3) foi instituído há mais de uma década e representa uma iniciativa abrangente do Estado brasileiro em favor dos direitos humanos. Desde sua concepção, fruto de um amplo debate com a sociedade civil, o programa estabeleceu diretrizes e ações que buscam promover, defender e proteger a dignidade de cada brasileiro. Ele permeou políticas públicas e influenciou nosso arcabouço jurídico. Contudo, passados tantos anos desde sua criação, é nossa responsabilidade, como Poder Legislativo, ir além do papel e da intenção. Precisamos avaliar se o programa tem cumprido seus objetivos na prática, quais são os avanços concretos que podemos observar, quais os desafios que ainda persistem em sua implementação e, mais crucial ainda, como os recursos públicos têm sido aplicados e com que efetividade.

Nesta primeira sessão, vamos nos aprofundar em um dos eixos mais importantes do PNDH-3: interação democrática entre Estado e sociedade civil. Este eixo não só reconhece o direito à participação social, mas o eleva à condição de pilar essencial para o fortalecimento da democracia e para a construção de políticas públicas que realmente atendam às necessidades da nossa população.

Para nos auxiliar nesta reflexão, nesta análise, nesta avaliação, nós hoje temos quatro ilustres convidados, mas, antes de a gente começar a nossa reunião, o nosso debate, eu quero informar que também foi convidado para participar desta reunião, deste debate, para discutir o Objetivo Estratégico I, a Diretriz 1 do eixo, Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social da Presidência da República, que declinou do convite. Nós também convidamos o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que não respondeu ao convite para estar conosco nesta reunião. Mas nós não vamos desistir deles – não vamos desistir deles. Nós vamos buscá-los por meio de requerimentos, por meio de outras reuniões e gostaríamos muito de ouvir os dois convidados que não puderam estar conosco – um deles, inclusive, declinou do convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixadora, demais convidados, assessores e pessoas que estão nos acompanhando, é obrigação deste Parlamento fazer a avaliação de políticas públicas. O art. 96 do Regimento Interno do Senado obriga as Comissões Permanentes a escolherem uma política pública, ou duas, para fazer uma avaliação ao longo do ano, e, como Legislativo, não só fazer avaliação, mas propor, não só fazer avaliação, mas melhorar o que tem que ser melhorado por meio de legislação, indicação, representações. E este é o nosso papel.

Esta Comissão decidiu, por unanimidade, em requerimento aprovado, que duas políticas seriam avaliadas neste ano. A primeira política que está sendo avaliada é o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios.

E foi muito oportuna a iniciativa da Senadora Mara, que também foi aprovada por unanimidade. Ela já começou o trabalho: a Senadora Mara já apresentou inúmeros requerimentos de informações; inúmeras reuniões já estão acontecendo. E, a partir do momento em que ela apresentou o requerimento para a gente avaliar o pacto, nós fomos surpreendidos com o relatório do Fórum Nacional de Segurança, segundo o qual o número de feminicídio cresceu absurdamente no ano de 2024. Como é esta a Comissão que discute o direito da mulher, que discute as políticas públicas voltadas para a mulher, esta Comissão vai fazer a análise do pacto em parceria com a Comissão de Segurança Pública, e creio que a gente vai ajudar o Executivo na condução deste pacto. Mulheres estão morrendo – e mulheres de todas as idades. E a Comissão está fazendo a avaliação, e nós estamos com uma expectativa muito grande no trabalho da Senadora Mara.

E a outra política foi o Programa Nacional de Direitos Humanos, de iniciativa também do Senador Mecias de Jesus. No período passado, na sessão passada, eu havia também apresentado um requerimento, mas a Comissão decidiu, no período passado, não dar início aos trabalhos – o requerimento foi aprovado, mas não foi dado início aos trabalhos. E, neste momento, novamente a Comissão aprova um outro requerimento, e a gente decidiu dar início à avaliação.

Aos convidados: qual é o objetivo? O PNDH-3 é de 2009 e é ele ainda que norteia as políticas públicas de direitos humanos no Brasil; mas nós estamos em 2025, muitos anos se passaram. Depois deste decreto, depois da apresentação do programa, o mundo mudou, as relações pessoais mudaram, as relações trabalhistas mudaram, as relações comerciais mudaram, as relações no Parlamento mudaram. Nós vamos precisar fazer uma avaliação sobre o que precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser modificado no programa, o que precisa ser alterado, se todos os objetivos propostos, se todos os eixos propostos inicialmente no programa precisam permanecer. Vamos manter os mesmos eixos? Vamos apresentar um novo PNDH, o PNDH-4? Ou vamos estabelecer as políticas de direitos humanos no Brasil por lei, não mais por decreto?

No Governo anterior, nós começamos a fazer uma avaliação do PNDH-3 para fazer uma atualização, para, quem sabe, fazer a apresentação de um PNDH-4; mas a pandemia mudou todos os rumos do ministério. Eu estava na condução da pasta, mas o trabalho de avaliação começou no Governo anterior. Nós temos frutos de debates que podemos trazer para a avaliação aqui na Comissão. Mas a gente decidiu agora como Parlamento: foi uma decisão da Comissão, como Parlamento, obedecendo ao dispositivo do art. 96 do Regimento Interno. Vamos avaliar o programa que norteia exatamente a política pública que é responsabilidade desta Comissão aqui no Congresso Nacional.

E temos a honra, Embaixadora, de começar essa avaliação a ouvindo.

E a gente quer muito... A gente não quer fazer, Embaixadora, uma crítica ao programa, porque o programa foi necessário naquele momento. Ele foi muito bem recebido. Inclusive, eu me lembro de que chega uma primeira versão no Congresso – eu era uma assessora da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Houve uma reação, mas, imediatamente, a Presidente Dilma enviou uma segunda versão para o Congresso. Ela mandou uma segunda versão com algumas alterações que eram muito polêmicas naquele momento. Eu creio que uma das posições em que o programa recuou, em 2009, se não me engano, era a questão da legalização do aborto, e tinha alguma indicação também sobre o uso da maconha, alguma coisa assim, se não me engano, mas eram dois pontos extremamente polêmicos; a Presidente Dilma recuou no primeiro, mas enviou o segundo. E ele foi necessário, importante, norteou a política pública, mas a gente precisa fazer essa avaliação.

Quanto aos avanços após o PNDH-3, o que nós precisamos melhorar e que proposta nós precisamos ter no Brasil? Um programa, uma política pública, um novo pacto, diversas leis que norteiem a política pública, um único programa, diversas leis, diversos programas? É isso que nós queremos fazer. O Parlamento quer colaborar. O Parlamento quer não só avaliar, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaborar com indicações, com sugestões, com propostas, para que ninguém fique para trás neste país, para que realmente os direitos sejam garantidos.

Nesse sentido, nós vamos hoje começar a primeira reunião, discutindo o Eixo Orientador I do PNDH-3, que trata sobre interação democrática entre Estado e sociedade civil, com a participação da nossa Embaixadora, especificamente na avaliação desse eixo. Nós temos a alegria de ouvi-la. Ela foi convidada especialmente para falar sobre o monitoramento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de direitos humanos.

Lembro, Embaixadora, que, por uma grande coincidência, nós estamos com uma Subcomissão nesta Comissão, hoje, presidida pelo Senador Flávio Arns, discutindo o Pacto, o Tratado de Haia. Então, a gente já tem um trabalho interno na Comissão diretamente relacionado ao Objetivo Estratégico II, sobre os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e o Tratado de Haia.

É um prazer recebê-la. Por dez minutos... Nós temos ali, Embaixadora, um cronômetro que vai tocar, mas a senhora não se assuste com a campainha; os meninos são terríveis, mas a senhora não se assuste. Eu sou extremamente generosa; se precisar estender o seu tempo, a gente vai estender. Nós não queremos perder nenhuma colaboração sua, nenhum olhar seu sobre este monitoramento e nós vamos lhe dar o tempo que for necessário.

Muito bem-vinda, Embaixadora!

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora Damares Alves. É sempre muito importante para o Ministério das Relações Exteriores manter o diálogo com o Senado Federal sobre os eixos de política externa brasileira, especialmente na questão dos direitos humanos.

Então, quero dizer que o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais está aberto ao debate com esta Comissão, e atenderemos, com todo o prazer, qualquer convocação para debate, porque nós estamos também seguindo o mesmo objetivo de aperfeiçoar, no caso nosso, a nossa atuação externa, não é?

Na pessoa da senhora, eu também cumprimento a todos. Cumprimento também a Secretária-Executiva do MDHC, a Sra. Janine Mello; a Secretária Municipal de São Paulo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária Angela Gandra; o Sr. Ney da Nóbrega, Vice-Presidente do Observatório Social; a todos os presentes. Muito obrigada pelo convite.

Enfim, eu vou dar um pequeno panorama de como está essa interação política externa com o PNDH, né?

Bom, o Brasil tem reiterado em diversas ocasiões seu compromisso firme e contínuo com a promoção e proteção dos direitos humanos, tanto no plano nacional quanto no internacional. Nesse contexto, destaca-se o apoio contundente brasileiro aos mecanismos nacionais de implementação, relatórios e acompanhamento de direitos humanos – com a sigla NMIRF, em inglês –, reconhecendo sua importância estratégica para a implementação das recomendações e obrigações internacionais recebidas pelo Brasil, o fortalecimento da articulação entre órgãos governamentais e a efetividade das políticas públicas voltadas à garantia de direitos para toda a população. Essa posição está ancorada no histórico apoio brasileiro ao mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), desde a sua criação, e a cuja primeira avaliação o Brasil se candidatou a se submeter, desde o primeiro ciclo. O Brasil apoia também os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e a apresentação de relatórios periódicos aos órgãos de tratado.

Esses compromissos foram reiterados por ocasião da adoção do relatório sobre o Brasil referente ao 4º Ciclo da RPU, na 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em fevereiro a março de 2023.

Também foram manifestados, por ocasião da apresentação aos órgãos de tratado de relatórios de implementação relacionados às seguintes convenções... E aqui eu vou fazer uma pequena lista, né? Convenção sobre desaparecimentos forçados, em 2021; convenção sobre a eliminação da discriminação racial, em 2022; convenção de combate à tortura; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos e Culturais, em 2023; a convenção para eliminação da discriminação contra as mulheres, em 2024; e a convenção sobre direitos da criança, em 2025.

Constou ainda, esse compromisso do Brasil, dos compromissos voluntários para a candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos, mandato 2024 a 2026. Desde 2001, o Brasil mantém convite permanente para visitas de todos os procedimentos especiais da ONU; até por uma questão de limitação de pessoal, enfim, nós buscamos receber pelo menos dois ou três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatores especiais por ano. Em 2023, recebemos a missão oficial do mecanismo internacional de especialistas independentes para promover a justiça racial e a igualdade no contexto da aplicação da lei, o chamado Emler, bem como as visitas da Subsecretária da ONU para Prevenção do Genocídio e dos relatores de assuntos econômicos, sociais, culturais e direitos ambientais e de direitos de pessoas LGBTI da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Em 2024, recebemos a visita da Relatora Especial da ONU para os defensores de direitos humanos; da representante especial do Secretário-Geral sobre Violência contra Crianças; da Relatora Especial da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo. Ainda em 2024, recebemos o Relator Especial para Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que veio ao Brasil especialmente para observar os impactos na emergência ambiental provocada pelas intensas chuvas e enchentes, de abril a maio de 2024, sobre os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da população do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2025, neste ano, já recebemos, em abril, visita do Relator Especial da ONU para a Promoção da Verdade, Justiça e Reparação. Em agosto, ocorrerá a missão do Relator Especial da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

Senhoras e senhores, a Revisão Periódica Universal se afirma como um dos mecanismos mais abrangentes e inclusivos do Sistema Internacional de Direitos Humanos. Seu caráter universal e cooperativo oferece uma plataforma singular para que todos os Estados compartilhem boas práticas, identifiquem desafios e avancem de forma concreta na promoção e proteção dos direitos humanos por meio do diálogo construtivo. Vale lembrar que, na RPU, os Estados costumam absorver com muito mais disposição críticas que são feitas, porque elas são encaminhadas quase sempre no tom de recomendações. Então, é um ambiente muito mais acolhedor e colaborativo entre os países. Durante o exame, os Estados fazem recomendações de direitos humanos aos países examinados, que são compiladas e acompanhadas sistematicamente por meio de relatórios.

Em novembro de 2022, teve o início do 4º Ciclo da RPU, no qual o Brasil foi objeto de exame. Por ser mecanismo baseado nos princípios da universalidade, não seletividade e diálogo construtivo, a RPU tem o tradicional apoio do Governo brasileiro desde a sua criação. O Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participa do exame de todos os países, aos quais formula em geral duas recomendações para cada que sejam concretas, objetivas e verificáveis. No processo, nós fazemos uma consulta, pedimos às nossas embaixadas que nos façam uma avaliação da situação e recomendações para os países X, Y, Z e então nós participamos de todos os exames e formulamos recomendações, né? Como eu disse, o ambiente da RPU (Revisão Periódica Universal) é muito mais amistoso; ele propicia absorção melhor de críticas, de recomendações... É realmente um ambiente que se provou muito profícuo, muito eficaz, né?

Ao iniciar o 4º Ciclo da Revisão Periódica Universal, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos recomendou que o corrente ciclo da RPU se concentrasse na implementação das recomendações. O Brasil apoia essa posição e tem adotado medidas nesse sentido.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA – Gostaria de recordar que, em dezembro de 2023, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos organizou evento de alto nível da iniciativa Human Rights 75, comemorativa dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no qual convidou os países a apresentarem até cinco *pledges* ou compromissos de direitos humanos. Um dos compromissos anunciados pelo Brasil foi no sentido de reforçar e melhorar o compromisso de apresentar relatórios periódicos aos órgãos do tratado; de participar em alto nível e de forma construtiva nos seus exames; de monitorar e implementar as suas recomendações; bem como de apoiar o mecanismo de revisão periódica universal, os procedimentos especiais e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, por meio da implementação de um sistema nacional de monitoramento das recomendações internacionais de direitos humanos, denominado Programa Simore Brasil.

No Conselho de Direitos Humanos, o Brasil possui atuação ativa com relação ao tema, integrando: o grupo negociador sobre mecanismos de implementação, relatórios e acompanhamento de direitos humanos, o NMIRF, no conselho; e o grupo de amigos sobre o tema. Além disso, em julho de 2023, foi estabelecida rede de pontos focais de NMIRFs para os países da CPLP. Em maio de 2024, o Brasil participou de seminário sobre NMIRF em Assunção, o que possibilitou aprofundar discussões relacionadas a princípios gerais aplicados aos mecanismos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de implementação e mecanismos internacionais de coordenação para o estabelecimento e o desenvolvimento desses mecanismos.

Senhoras e senhores, o Programa Simore Brasil, implementado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, é resultado de cooperação internacional com o Paraguai, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Em maio de 2024, por ocasião da reunião de altas autoridades de direitos humanos no Mercosul, em Assunção, Brasil e Paraguai assinaram termo de cooperação para a implementação do Simore. O sistema permitirá maior transparência no conjunto de recomendações recebidas pelo Brasil e o monitoramento de seu estado de implementação.

O Simore Brasil configura-se como um mecanismo nacional de implementação, relatório e acompanhamento – o que nós mencionamos, NMIRF, em inglês –, concebido como um instrumento fundamental para a internalização das obrigações e recomendações internacionais em direitos humanos.

Seu propósito primordial é o preparo de relatórios para os sistemas internacionais e regionais de direitos humanos, o monitoramento de obrigações decorrentes de tratados e das recomendações recebidas em nível nacional e a promoção da implementação dessas recomendações e sentenças internacionais, o que inclui recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pontos de decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O Simore permite que governos, entes federativos, sociedade civil e outros atores relevantes acompanhem, de forma sistemática e organizada, o progresso na implementação dessas recomendações, facilitando a transparência e a prestação de contas. O Simore também contribuirá para o diagnóstico sobre o grau de implementação interna das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil e para a elaboração de projetos voltados à sua implementação, promovendo a coordenação interinstitucional e o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos.

Um componente crucial desse mecanismo é a rede Simore de pontos focais, que envolverá a participação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de conselhos dos entes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federativos e especialmente da sociedade civil, que poderá acompanhar esse processo, além de participar da construção dos relatórios e planos de implementação.

No caso do Poder Legislativo, além desta Comissão de Direitos Humanos, vale citar também o Observatório da RPU da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que foi recentemente relançado.

Para garantir a disseminação eficaz das obrigações e recomendações nas instituições estatais, está prevista a capacitação continuada da rede Simore, buscando fortalecer as instituições e as políticas públicas. O objetivo central é a disseminação das obrigações internacionais nas instituições, visando ao fortalecimento de uma cultura de direitos humanos no Estado brasileiro.

De acordo com informações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no segundo semestre de 2025, será iniciada a fase de testes do programa e a criação de seu comitê gestor. A previsão é de que o Simore Brasil seja lançado oficialmente no primeiro semestre de 2026.

Cabe destacar que o Brasil defende que a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, inclusive da política externa, deve contar com ativa participação popular da sociedade civil e de organizações não governamentais. É importante enfatizar que a cooperação brasileira com esses mecanismos especiais tem por objetivo o aprimoramento do arcabouço de direitos humanos do país, em benefício principalmente dos grupos mais vulneráveis.

Senhoras e senhores, o planejamento e a execução das políticas nacionais de direitos humanos estão ancorados no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH-3, de 2009. Ele estabelece uma série de compromissos e diretrizes para a ação do Estado e fortalece os direitos humanos como um componente transversal das políticas e mecanismos públicos. O PNDH-3 foi produto de amplas discussões entre agências governamentais, nos níveis local, estadual e federal, e movimentos e organizações da sociedade civil em todo o país. Além disso, o programa pôs em prática os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos no Brasil, tal como estabelecido na Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos anos, o Brasil obteve progresso significativo em diversas frentes relacionadas aos direitos humanos, embora nem sempre de maneira linear, e pretende continuar seus esforços ativos para promover e proteger os direitos humanos em áreas onde os diversos desafios ainda podem ser identificados.

Consideramos o PNDH-3 um programa robusto, avançado e que segue atual. Sua construção, com ampla participação social, conferiu legitimidade que perdura até os dias de hoje, como bem definido em seu Eixo Orientador I, a respeito da interação democrática entre estado e sociedade civil.

Nesse aspecto, cabe ressaltar a retomada das conferências nacionais em diversas áreas, que irá culminar com a Conferência Nacional de Direitos Humanos no segundo semestre deste ano. São espaços privilegiados para diálogo com a sociedade civil, bem como o fortalecimento de uma cultura democrática e cidadã.

O PNDH-3, no entanto, ainda não foi plenamente implementado. É o caso do Objetivo Estratégico II da diretriz 3, que trata do monitoramento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de direitos humanos.

A implementação do Simore Brasil pretende preencher essa lacuna, podendo ser considerado um instrumento estruturante para que o Estado brasileiro possa avançar na implementação plena do PNDH-3, em particular quanto ao desenvolvimento sustentável com inclusão social e econômica, a universalização de direitos especiais para os grupos mais vulneráveis, segurança pública cidadã com acesso à Justiça e combate à violência e direito à memória e à verdade.

No âmbito de suas competências, o Ministério das Relações Exteriores reafirma seu compromisso com a plena implementação do Simore Brasil e com apoio às demais ações previstas no PNDH-3, reconhecendo a importância desses instrumentos para o fortalecimento da governança democrática, da transparência e da efetividade das políticas públicas de direitos humanos no país.

Nessa perspectiva de trabalho conjunto, é importante destacar a relevante contribuição que o Senado brasileiro, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode dar ao exercício proposto pelo Simore de dar efetiva implementação às recomendações dos sistemas internacionais de direitos humanos.

Uma das vantagens apontadas no Simore é a oportunidade de melhorar a coordenação interna e o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, entre a União e os entes federativos, bem como entre os três Poderes da República, com o intuito de aperfeiçoar a implementação dos direitos humanos no país.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Embaixadora, obrigada. Obrigada. Nós gostaríamos, se possível, de ficar com o seu texto, para ajudar os nossos consultores e as notas taquigráficas.

É extremamente interessante o que a senhora traz, mas eu destaco uma fala sua: a senhora afirma que o PNDH-3 é atual.

A pergunta é: é atual o formato em que ele se apresenta? É atual o que está lá? Precisamos atualizar alguma coisa? Lembrando sempre que nós temos que focar no eixo que nós estamos avaliando hoje, especificamente o Objetivo Estratégico II, que é a sua fala: o monitoramento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro em matéria de direitos humanos.

Por que faço essa pergunta, Embaixadora, sobre esse monitoramento? Aí a senhora fala que o programa é atual e também traz uma outra informação, que aliviou meu coração, porque eu estava fazendo uma outra avaliação, mas a senhora, na fala, em seguida, complementa: não foi totalmente implementado, especialmente com relação ao monitoramento dos compromissos internacionais, e essa é uma grande preocupação desta Comissão.

A gente acorda, na segunda-feira, recebe a pauta do nosso Plenário e se depara com a votação de um acordo assinado entre Brasil e um certo país em 2011, e nós vamos votá-lo, no Plenário, em 2025.

A própria convenção que a gente celebrou em 2021 – eu estava lá e lutei muito para que o Brasil ratificasse a Convenção Interamericana contra o Racismo – foi assinada em 2013, e aquilo me angustiava muito, porque eu era uma assessora, aqui nos bastidores, lutando contra o racismo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, quando fui Ministra, eu trabalhei muito para que aquilo fosse prioridade, mas me deparei com um departamento de direitos humanos dentro do Ministério com um passivo de RPU de mais de dez anos sem apresentação.

Aquilo, para mim, foi uma angústia maior ainda, porque, quando a gente está aqui, nessa correria que o Parlamento tem, a nossa missão fiscalizadora, às vezes, é consumida pelas brigas, pelas confusões, pelas eleições a cada dois anos – a gente para o Parlamento praticamente seis meses, a cada dois anos, porque estamos em período eleitoral.

Nós, eu acho, nunca tínhamos nos dado conta, aqui dentro, do atraso da entrega da RPU, o que mostra o que a senhora realmente está falando agora – e eu não acredito que, de dois anos para cá, as coisas tenham mudado radicalmente: o monitoramento dos nossos compromissos internacionais, a entrega dos nossos relatórios periódicos aos organismos internacionais.

Como nós podemos, de fato, fazer esse monitoramento? A senhora tem alguma proposta muito prática.

Por exemplo, eu fiquei sabendo que a AGU não tem mais – não sei se mudaram, mas foi a informação que me foi trazida o ano passado –, lá dentro, uma Coordenação de Assuntos Internacionais. Bem, se a AGU não tem, vai ficar por conta só do Ministério de Direitos Humanos? O Ministério das Relações Exteriores vai fazer esse monitoramento como? Vai ser o Parlamento que fará esse monitoramento? De que forma prática, Embaixadora, nós podemos fazer esse monitoramento dos compromissos?

Porque o que eu sinto, às vezes, é muita angústia, muita angústia na falta de um monitoramento, o que, às vezes, passa lá para fora como um descaso com alguns compromissos assumidos pelo Estado brasileiro.

De forma muito prática, tem muita gente nos assistindo, e, por ser uma audiência transmitida ao vivo, as avaliações têm essa complexidade.

A gente poderia estar falando de uma forma muito técnica, apenas entre nós, os consultores, os avaliadores, mas a população está acompanhando. Tanto é assim, Embaixadora, que as perguntas da internet não param de chegar, e eu fico muito contente que o cidadão brasileiro esteja acompanhando a avaliação e enviando perguntas – começaram a enviar na semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passada. Não tem nenhuma direcionada ao seu objetivo, mas eu fico muito feliz que a população brasileira esteja acompanhando.

A senhora teria como responder de que forma nós podemos terminar essa avaliação dizendo: "Governo, Estado brasileiro, o monitoramento tem que ser desta forma"? E a senhora sabe que isso não é um programa de Governo. Isso aqui tem que ser uma política de Estado.

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA (Para expor.) – Exatamente, Senadora.

Bom, eu, como diplomata de carreira, sempre digo que nós pensamos o Brasil como agentes de Estado, e direitos humanos, a programação de direitos humanos tem que ser permanente, transcender, enfim, quaisquer barreiras políticas, ideológicas, governos. Enfim, essa é a preocupação.

Eu acho que, quando a gente fala de projetos que estruturem, é pensando justamente em políticas, na implementação de políticas de direitos humanos que sejam permanentes e em que haja um monitoramento permanente.

A ideia do Simore – os detalhes técnicos, talvez a Secretária-Executiva Janine, porque isso está sendo desenvolvido fisicamente no próprio Ministério de Direitos Humanos... – é que ele seja aberto, que esse sistema seja acessado por todos os ministérios, pelos Poderes – o Poder Legislativo, o Poder Judiciário – e pela sociedade civil, porque esse monitoramento tem que ser feito de maneira universal.

Nós, de fato, temos problemas de implementação interna de recomendações. Achamos que o Simore vai nos ajudar a nos cobrar, nós, como Estado brasileiro, que somos os primeiros a implementá-lo, mas também chamar a sociedade civil para esse debate.

Eu concordo com a senhora totalmente. Eu acho que o problema de implementação passa por vários fatores.

A senhora falou de convenções que ainda aguardam, e as convenções de direitos humanos demoram muito tempo para serem aprovadas, implementadas, algumas – acho que a grande maioria – levam anos para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a senhora mencionou, a senhora era Ministra quando o Brasil começou a se voltar para o problema dos relatórios atrasados. Eu acho que, agora, a gente já está praticamente com todos já em dia. Teremos um relatório 2025, relatório de meio ciclo, que nós vamos fazer para o RPU, a segunda fase do RPU. Então, essa parte a gente está cumprindo.

Existem outros problemas, de fato, além da demora, na aprovação, na ratificação dessas convenções. A senhora citou a AGU – não é culpa da AGU –, mas nós temos um problema com relação aos direitos humanos, e a senhora já esteve nessa situação, quando foi Ministra, que é o fato de que, quando nós recebemos as decisões da corte, por exemplo, da corte interamericana, ou recomendações da Comissão, é estranho, porque o Estado brasileiro responde... Quer dizer, o Itamaraty representa, lá fora, o Estado brasileiro, a AGU faz a defesa do Estado brasileiro, e nós fazemos essa defesa lá fora, mas, na hora de implementar, são vários entes federativos envolvidos também. Por exemplo, a questão da segurança; a questão policial passa pelos estados...

A gente sabe que a implementação de direitos humanos envolve vários atores que fogem ao controle da gente.

Então, a ideia do Simore é trazer essa responsabilidade, através do monitoramento, mas trazer também esses atores, para que eles percebam a dificuldade que nós temos para implementá-los.

É muito fácil criar um projeto de direitos humanos, enfim, um programa, mas, na hora de implementá-lo, nós esbarramos em várias dificuldades.

Então, como nós justamente e graças a Deus temos essa democracia, com vários atores nesse debate, é importante o Simore trazê-los e facilitar, para que o Estado brasileiro – e eu falo Estado no sentido também envolvendo os entes federativos e os três Poderes – seja instado a responder, porque, olha, a ideia é esta: nós, como Itamaraty, a nossa preocupação é ter uma política externa que reflita a nossa política doméstica, mas também fazer com que os ministérios, os demais Poderes e os entes federativos respondam pelo compromisso que nós assumimos externamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós acreditamos que o Simore, do jeito que ele é concebido, vai permitir essa retroalimentação, e a gente espera que, com isso, não haja mais essa demora em apresentar relatórios e prestar contas do que nós somos cobrados lá fora. Essa é a ideia.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Embaixadora, eu não sei se a Janine vai concordar, mas eu não fui cobrada como Ministra. Eu me cobrava, mas o Parlamento, em nenhum momento, me cobrou nenhuma ação ligada aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Eu me cobrei muito e trabalhei muito para a entrega das RPUs, trabalhei muito para a gente ratificar algumas convenções, mas é tudo muito perdido e muito solto.

Eu acho que uma grande colaboração que nós podemos dar com essa avaliação do PNDH é: para tudo, e vamos trabalhar esse monitoramento e trazer o Parlamento para esse monitoramento.

Nós temos, no Senado, duas Comissões que poderiam trabalhar o monitoramento: esta Comissão, nos assuntos referentes a direitos humanos – e esta Comissão tem um leque bem abrangente, trabalha com mulheres também; nós temos também recomendações que dizem respeito a mulheres –, e a Comissão de Relações Exteriores.

Nós temos o Observatório da Mulher aqui também, que poderia colaborar, e nós temos, lá na Câmara, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Relações Exteriores.

Então, o Parlamento poderia trabalhar e ajudar mais no monitoramento. Por quê? Porque governo vai e volta, mas o Estado está lá, e alguém tem que acompanhar essas políticas de Estado.

Eu vou dar um exemplo aqui para a senhora – e eu até queria muito que a Janine, se puder, traga isso para nós –: o acidente da explosão, em Santo Antônio de Jesus, foi em 1998 – em 1998. A primeira petição chega à Corte em 2001, mas as decisões, na corte internacional, são em 2020. Em 2020, o Brasil foi condenado a fazer as reparações às famílias em Santo Antônio de Jesus.

Quando a gente recebe a condenação, a gente está em meio a uma pandemia. E nós tentamos priorizar, mas, quando a gente prioriza Santo Antônio, a gente descobre que tinha um monte de recomendações, anos antes que não tinham sido cumpridas. Mesmo assim, por Santo Antônio de Jesus ter sido um símbolo de tanto sofrimento e de tanta dor, nós começamos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprir a recomendação, a atender à cidade. Até não sei se a Janine tem novidades, tem atualizações, se tudo foi cumprido.

Eu vou contar um outro caso que me chocou muito: o assassinato de Margarida, lá na década de 80. Eu me lembro de que eu era tão somente uma ativista, uma jovem ativista de direitos humanos. Eu trabalhava com mulheres camponesas, exatamente o que Margarida fazia. Eu, no interior, no sertão de Sergipe; e Margarida, lá na Paraíba. E eu me lembro de que, quando Margarida foi assassinada, ela tinha um menino de oito anos, e o filhinho dela presenciou a morte de Margarida. Hoje, nós temos a Marcha da Margarida, nós temos toda uma celebração à memória de Margarida e à luta dela pelas mulheres no campo, que era exatamente o que eu fazia.

Quando Ministra, eu descubro que a condenação no caso de Margarida, as recomendações não tinham sido cumpridas. Década de 80! Aí nós priorizamos. E a indenização foi irrisória, foi uma proposta que foi feita numa câmara de conciliação. Foi uma indenização irrisória, mas foi uma reparação. Eu fui como Ministra. O Parlamento foi representado, o Parlamento nacional, o estadual. Tinha Vereadores, eu fui, e fomos fazer a reparação e pedir perdão ao filho de Margarida.

Quando eu cheguei lá, ele tinha 47 anos, 50 anos. Era um pastor, o menininho por quem eu orei! Desculpa, o Estado é laico, mas eu oro. Eu orei por ele quando ele tinha oito anos. E eu fui me encontrar com ele, e o Estado brasileiro foi dar uma resposta para esse menino aos 50 anos de idade! E a senhora sabe que ninguém foi preso por aquele assassinato. Ninguém foi preso. É um caso assim extremamente emblemático.

Se tivéssemos um monitoramento, até mesmo pelo Parlamento ou pelos órgãos federais, eu acho que essa reparação teria vindo antes, porque o Brasil tinha sido condenado há muitos anos. Então, um monitoramento precisa ser feito. De que forma? Eu acho que os nossos consultores, esta Comissão, junto com a senhora, a gente vai se debruçar muito ainda sobre este assunto, e a senhora trouxe informações extremamente relevantes. Eu fico muito feliz com a sua participação.

Nós vamos continuar esta reunião. A próxima expositora já está pronta? Não? Nós temos mais três *online*. O próximo, pelo menos um dos três. Janine?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir, já que eu fiz algumas falas direcionadas a você, Janine, nós vamos na sequência.

Eu tenho mais três perguntas, se a senhora puder ficar até o final, até mais um pouco.

Nós vamos ouvir agora a representante do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Secretária Executiva Janine Mello dos Santos.

Obrigada, Janine, por estar conosco nesta reunião de avaliação. É uma reunião mais interativa, mais de perguntas, respostas.

E já agradeço à Ministra por ter designado você para fazer parte dessa avaliação. Dez minutos, mas, se precisar, a gente estende, tá, Janine? Seja bem-vinda!

A SRA. JANINE MELLO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia a todos os presentes.

Eu queria, acho, para começar, em nome da Ministra Macaé Evaristo, agradecer o convite feito ao nosso Ministério, ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para participar desta audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Na pessoa da Senadora Damares, que é Presidente desta Comissão, eu também aproveito para cumprimentar as demais autoridades, a Embaixadora Claudia de Angelo, representantes da sociedade civil e demais participantes desta audiência que aqui estejam.

Para começar a minha fala, quero dizer que, para a gente, é sempre muito significativo poder contribuir para o debate sobre o PNDH-3.

O PNDH-3 foi um instrumento que se consolidou como a principal referência programática do Estado brasileiro no campo dos direitos humanos. Então, mais do que um documento técnico, o PNDH-3 expressa o compromisso do país com a promoção e com a defesa dos direitos humanos, sob a forma de linguagem normativa e institucional. Esse compromisso precisa ser entendido, acho, a partir da compreensão da Constituição Federal de 1988, assim como das normas internacionais de direitos humanos que foram ratificadas pelo Estado brasileiro e da trajetória de construção coletiva que, desde a década de 90, tem orientado a formulação das sucessivas versões do programa. O PNDH-3, então, se origina a partir de uma experiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acumulada. Ele sucede o PNDH-1, que foi lançado em 1996, e o PNDH-2, que foi lançado em 2002.

O PNDH-1 foi o primeiro esforço sistemático do Estado brasileiro de articular ações de direitos humanos com base em um programa nacional. Ele nasce no contexto exatamente do processo de redemocratização, ainda sob a marca das graves violações que foram cometidas durante a ditadura militar.

O PNDH-2, em 2002, já surge como um esforço de aprofundamento e aprimoramento dessa agenda. Ele expande o seu escopo e incorpora, de forma mais nítida, o enfoque intersetorial e uma ideia de políticas públicas estruturadas como políticas de Estado. Então, já no PNDH-2, a gente tinha a afirmação explícita dos princípios da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência dos direitos humanos, assim como o reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos como dimensões integradas de um mesmo sistema garantidor.

Toda essa evolução prepara o terreno, em 2009, para o lançamento do PNDH-3, que deu um passo decisivo ao estruturar institucionalmente esse acúmulo normativo e político. Então, acho que, diante da necessidade de um marco mais sólido e duradouro, o PNDH-3 consolida esses avanços que foram obtidos anteriormente e os eleva a um novo patamar de organização e participação. E acho que vale mencionar que o PNDH-3 foi originado a partir de um dos processos mais amplos de consulta e deliberação social da história recente do país. O plano estabeleceu, pela primeira vez, uma arquitetura normativa definida: são seis eixos orientadores, 25 diretrizes capazes de guiar a formulação, implementação e avaliação das políticas de direitos humanos no Brasil. Ao mesmo tempo, o PNDH-3 introduziu o princípio da transversalidade dos direitos humanos, assegurando então a sua presença não só como um setor específico, mas também como uma área integrada às políticas de educação, segurança, meio ambiente, desenvolvimento, saúde, comunicação, cultura e outras.

Em relação às suas versões anteriores, acho que é importante destacar que o PNDH-3 avança na consolidação da participação social como um fundamento metodológico, defendendo a criação e o fortalecimento de órgãos colegiados como meio de interação democrática. Além disso, o PNDH-3 inaugurou o entendimento da memória e verdade como direito humano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevendo ações específicas de justiça de transição e fortalecimento da democracia por meio da verdade histórica.

É importante, então, lembrar que, nessa linha aí, aproveitando o tema da nossa discussão aqui hoje, o PNDH-3 foi construído a partir de mais de 50 conferências temáticas setoriais que foram realizadas entre os anos de 2003 e 2009, com destaque para a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que se deu em 2008 e que reuniu representantes do poder público, da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e especialistas das mais diversas áreas. Esse acúmulo e esse processo foi o que deu subsídio e serviu como diagnóstico para o PNDH-3.

Nesse sentido, é importante frisar que o PNDH-3 – a Embaixadora Claudia também menciona isso na fala dela, em diferentes momentos – não deve ser entendido como um programa de Governo, mas sim enquanto instrumento de Estado. Assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, publicado em 1990, o Estatuto do Idoso, de 2003, e a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, o PNDH-3 se destaca por aquela sua capacidade de orientar a formulação de ações públicas, combinando uma estrutura programática sólida com uma abordagem transversal. Então, o PNDH-3 tem que ser entendido como um marco orientador das políticas públicas em direitos humanos, visando a sua permanência e institucionalização. A função do PNDH-3 é justamente esta: oferecer diretrizes duradouras que orientem a ação do Estado brasileiro ao longo do tempo. É um guia, uma referência institucional que vincula os direitos humanos à formulação, à execução e à avaliação de todas as políticas públicas, em diferentes áreas e níveis de Governo, estruturado nos seus seis eixos orientadores, cada um deles profundamente ancorado na Constituição Federal de 1988 e nos tratados e normas internacionais de direitos humanos, refletindo assim um compromisso contínuo com a dignidade humana e a justiça social.

Dado o seu caráter de plano orientador da atuação dos diferentes governos, o PNDH-3, por meio dos seus eixos, continua orientando as ações do Governo Federal e permanece atual frente aos desafios contemporâneos ao abarcar os debates sobre democracia, violência, desigualdade, justiça, diversidade e participação social. E é justamente isso que tem sido feito por meio do avanço de programas, projetos e iniciativas inspiradas em seus princípios e diretrizes. Um dos exemplos disso foi o relatório de implementação do PNDH-3, que foi publicado, em 2015, pelo grupo de trabalhos de monitoramento do programa, vinculado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. O relatório, naquele momento, realizou um mapeamento das políticas públicas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

andamento no âmbito do Governo Federal relacionadas aos eixos do PNDH-3. O mapeamento revelou, de forma objetiva, como o plano orientador estava sendo cumprido, como estrutura de referência metodológica para incorporar os direitos humanos à ação pública, nas suas diferentes ações e políticas públicas. A título de exemplo, o Eixo I, que trata da interação democrática entre Estado e sociedade civil e que a gente está discutindo nesta audiência de hoje, apontava, na sua Diretriz 1, a criação do próprio Conselho Nacional de Direitos Humanos como ação prioritária; e também indicou a importância das conferências nacionais como uma expressão concreta do princípio democrático participativo. Tal diretriz foi retomada, fortalecida e reatualizada, como mostra a agenda de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcada por uma revalorização da escuta social como forma legítima de construir políticas públicas.

Podemos citar, entre esses espaços de deliberação e controle, o próprio Conselho Nacional de Direitos Humanos, assim como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, assim como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a Conatrae (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo), o Ciamp-Rua (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua), a Comissão de Anistia e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

A existência e o funcionamento desses colegiados são por si só a expressão concreta de vários dos princípios orientadores do PNDH-3, especialmente no que diz respeito à governança democrática, à escuta ativa de grupos sociais mais vulnerabilizados e à institucionalização da participação. Então, a criação, sucedida do fortalecimento e reativação, no caso de alguns órgãos colegiados que tinham sido descontinuados e de suas instâncias participativas, asseguram, então, que as políticas públicas em direitos humanos não sejam decididas de maneira vertical, mas sim construídas a partir do diálogo e da escuta plural e qualificada da sociedade civil organizada.

Ainda sobre a Diretriz 1, acho que é importante frisar o seu objetivo estratégico II – ampliação do controle externo dos órgãos públicos –, prevendo, por exemplo, a instituição da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Atualmente, a Ouvidoria é uma referência nacional para denúncias de violações de direitos humanos, além de ser porta de acesso da sociedade a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações e orientações sobre serviços públicos essenciais, com destaque – dou destaque aqui a duas ações que são mais estratégicas aqui do ponto de vista da atuação da Ouvidoria – às Ouvidorias Itinerantes e ao Disque 100.

Em relação à Diretriz 2, que propõe o fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal nas políticas públicas, eu queria lembrar que as agendas transversais voltadas a mulheres, crianças e adolescentes, povos indígenas, igualdade racial e agenda ambiental, que foram identificadas lá no PPA de 2012 a 2015, na época do relatório de monitoramento, foram retomadas e continuadas no PPA 2024-2027.

E, já em relação à Diretriz 3 – e aí entrando aqui também na discussão focada um pouco hoje –, em que a gente trata sobre sistemas de informação e monitoramento, continua absolutamente atual essa diretriz se a gente conseguir pensar a partir da estruturação de ferramentas como o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), que foi lançado em 2023 e é fundamental na difusão e análise de indicadores sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, assim como o Simore, que foi tratado na fala da Embaixadora Claudia, dedicado a assegurar o acompanhamento adequado e sistematizado de recomendações internacionais feitas ao país, em um exercício de responsabilidade, transparência, colaboração e garantia de participação e acesso à informação. Ambos os sistemas ampliam a capacidade do Estado brasileiro de monitorar indicadores de direitos humanos e seus compromissos nacionais e internacionais.

Eu queria ressaltar, aqui na minha fala, a inovação e a relevância do ObservaDH enquanto instrumento voltado para exatamente subsidiar o uso de evidências em políticas públicas de direitos humanos no Brasil. Acho que foi lançado em 2023 e é uma plataforma *online* que consolida indicadores e evidências sobre os diferentes temas e públicos das políticas de direitos humanos no país. O ObservaDH consolida informações de mais de 30 bases de dados, fornecendo informação qualificada para o planejamento, implementação e avaliação das políticas de promoção e proteção dos direitos humanos nos três níveis da Federação.

Eu queria aproveitar a oportunidade para convidar a todas e todos a conhecerem a página do observatório e acessarem o conteúdo presente hoje nos seus atuais 13 eixos temáticos, que inclui dados sobre a situação atual de crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência, pessoas em situação de rua, defensores de direitos humanos, além de trazer temas como memória e verdade, enfrentamento aos discursos de ódio e outros. Então, o ObservaDH – eu queria frisar – é um instrumento dinâmico, que permanece sob atualização constante de dados e que está passando também pela inclusão de novos conteúdos a todo momento.

E queria frisar, ainda, acho que nessa linha, que a criação, em 2023, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de uma coordenação voltada especificamente para a gestão de indicadores e evidências e a adoção de mecanismos de monitoramento das ações sob a responsabilidade do nosso ministério indicam e reafirmam o compromisso da pasta com uma gestão republicana, qualificada e orientada para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Com isso, eu acho que eu fiz um breve e rápido resgate aqui, mas a ideia foi demonstrar que a forma de entender o PNDH-3 – acho que de propor – não seja necessariamente como um ponto de chegada, mas, sim, como um ponto de partida. Ele representa um pacto institucional e democrático que orienta as políticas públicas e que enseja avaliações, aprimoramentos e atualizações com base em seu viés metodológico.

Assim, eu concluo a minha fala, reafirmando aqui a importância do fortalecimento do PNDH-3 e, com ele, do Estado democrático de direito. Não é por acaso que a defesa da participação social está no centro da construção e da permanência do plano. O Eixo I afirma, como diretriz inaugural, a interação democrática entre Estado e sociedade civil como fundamento da política de direitos humanos. Essa diretriz se materializa concretamente na criação, no fortalecimento e na reativação de órgãos colegiados e instâncias participativas que garantam que as políticas públicas não sejam definidas de forma verticalizada, mas, sim, construídas com base na escuta plural e qualificada da sociedade civil organizada e dos demais Poderes.

Mais do que isso, o PNDH-3, então, demonstra que a construção de políticas públicas com participação social também deve ser entendida como uma construção com base em evidências. O diálogo e a escuta da sociedade civil qualificam a produção de conhecimentos sobre a realidade social. E o PNDH-3 parte da premissa de que os saberes construídos pela sociedade civil são indispensáveis à formulação de políticas eficazes, justas e comprometidas com a transformação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social. Escuta, participação e evidências não configuram caminhos opostos; elas são, na verdade, juntas, a base de uma política pública verdadeiramente democrática.

Como em toda e qualquer política pública, é função dos diferentes governos acompanhar a implementação das diretrizes do PNDH-3. A inovação em políticas públicas exige mecanismos permanentes de fiscalização que assegurem efetividade e continuidade, que garantam a plena observância e o cumprimento dos princípios previstos nos eixos e diretrizes do PNDH-3.

É nesse sentido que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reafirma a importância do PNDH-3 como esse instrumento de Estado, uma referência duradoura que orienta o agir público a partir do lugar onde a democracia se concretiza, na escuta ativa, na participação informada, na formulação de políticas baseadas em evidências e no compromisso com a dignidade de todas as pessoas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Janine, quero agradecer a sua participação e eu quero que você entenda que nós vamos precisar muito ainda desse diálogo com o ministério nessa avaliação.

Para quem está nos assistindo, nós estamos fazendo a avaliação do PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 3). Hoje, nós estamos avaliando o Eixo "Interação democrática entre Estado e sociedade civil", e a Janine teve um foco na Diretriz 3: "Integração e ampliação dos sistemas de informações em Direitos Humanos e construção de mecanismos de avaliação e monitoramento de sua efetivação", e no Objetivo Estratégico I, que é: "Desenvolvimento de mecanismos de controle social das políticas públicas de Direitos Humanos, garantindo o monitoramento e a transparência das ações governamentais".

E aí, Janine, vamos ser bem práticas aqui nós duas. Vocês assumiram recentemente; eu estive aí também. Por algumas vezes, Janine, eu tive que bater na porta de colegas – eu não sei se vocês têm tido essa experiência – e perguntar, na hora de se criar um programa para o Brasil, na hora de se criar uma política pública, se houve observância do PNDH-3. Eu acho que é para isso que a gente tem um PNDH. Ele é, de fato, o que dá as diretrizes na garantia de direitos. E eu senti falta – a gente tentou fazer essa construção o tempo todo – desses mecanismos de monitoramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, Janine. Inclusive eu tive recentemente a curiosidade de ler a estrutura de alguns ministérios do passado, dos ministérios do Governo a que servi, do atual Governo, e até mesmo na estrutura dos ministérios eu vejo a ausência de referência ao PNDH-3.

Mecanismo de avaliação e monitoramento de efetivação. A gente está avançando? Você trouxe aí algumas experiências novas, mas a gente precisa avançar muito, Janine, especialmente nos indicadores. Quais os indicadores que nós estamos usando de fato para fazer a avaliação? Por exemplo, nós não temos ainda um indicador nacional sobre inclusão. Com que base a gente está avaliando as políticas públicas de direitos humanos lá nos municípios, se nós não temos ainda indicador de inclusão? O que é inclusão? O Prefeito pintar uma calçada, um estacionamento com um símbolo, tão somente isso, é inclusão? Então são essas perguntas, Janine, sobre as quais eu gostaria que você nos falasse de forma prática.

Instrumentos de monitoramento. Eu tive problemas com esses instrumentos. E confesso, Janine, também não era cobrada, tá? Não havia uma cobrança de quem tinha obrigação de nos fiscalizar. Uma vez ou outra a gente recebia do TCU uma reunião para a gente ir lá fazer uma entrega, mas era tudo muito protocolar. E a gente gostaria muito de saber, sobre os mecanismos de avaliação e monitoramento, onde nós precisamos avançar ainda, Janine? (*Pausa.*)

Ela caiu?

A SRA. JANINE MELLO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não. É o som... Agora o pessoal autorizou aqui eu tirar o som.

Bom, vamos lá, Senadora, acho que tem várias questões na pergunta que a senhora traz.

Eu acho que a primeira... Vou tentar separar um pouco a minha resposta para a gente organizar aqui nosso diálogo. Acho que a primeira questão é em relação, assim... Uma coisa são os instrumentos de monitoramento que a gente adota enquanto governos – estou pensando aqui do ponto de vista da União, mas também vale para os demais níveis federativos –, instrumentos de monitoramento que a gente adota para fazer o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas. Então acho que, de maneira geral, cada um deles tem suas especificidades, mas a gente tem já e consta no... o Estado brasileiro detém alguns instrumentos que são conhecidos para isso. O plano plurianual é parte disso, porque ele serve para planejamento e também para avaliação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento do cumprimento dessas metas, por exemplo, em relação a isso. Então a gente tem o instrumento do PPA, que vem aí, ao longo de vários anos, já fazendo isso, a gente o tem, ele talvez seja um dos instrumentos mais conhecidos de todos os governos e da sociedade civil como um todo.

Para além disso, a gente tem estruturas internas dentro de cada ministério. Então acho que... Diferentemente talvez da experiência que a senhora tenha tido, a gente é bastante cobrado aqui no ministério, não só internamente, dentro do Governo Federal, mas também por órgãos de controle e pela sociedade civil. Então a gente tem, a todo momento, feito um diálogo e organizado e preparado a estrutura do ministério, por exemplo, para responder a demandas que vêm desde da Presidência da República à Casa Civil, aos demais ministérios, a planos intersetoriais, a órgãos de controle, ao Parlamento – nos momentos em que somos chamados para esse diálogo – e à sociedade civil, nos seus diferentes fóruns. Então a gente precisa organizar o ministério para dar conta de responder a isso. Eu preciso necessariamente ter ferramentas e instrumentos de monitoramento interno das minhas ações; eu preciso saber o que o ministério está entregando, o que o ministério não está entregando. Então acho que esse é um ponto, pensando do ponto de vista, da ótica da gestão interna de cada uma das pastas, de cada um dos ministérios. Os demais ministérios também têm isso, organizados de maneiras diferentes, dependendo das suas especificidades: alguns com sistemas mais consolidados; outros com sistemas que ainda são mais novos.

Eu acho que a gente tem que avançar ainda e, pensando na agenda das políticas de direitos humanos, a gente tem que partir de uma compreensão talvez tentando – e eu acho que isso tem sido feito em diferentes áreas aí nas últimas décadas –, entre aspas, "profissionalizar" um pouco mais o acompanhamento das políticas das áreas sociais como um todo. A área dos direitos humanos é uma área muito transversal, então obviamente não é uma planilha no meu computador no ministério que vai dar conta de entender ou de captar absolutamente todas as dimensões de direitos humanos que estão ou não estão nas demais políticas do Governo Federal. Então, a gente precisa necessariamente desse diálogo. A gente precisa conversar com os demais ministérios, precisa conversar com os demais atores e instituições para garantir isso. O PNDH-3 dá para a gente uma referência importante de para onde a gente começa a olhar para fazer esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento. A gente teve o relatório de 2015, que precisa ser atualizado. Então, a gente precisa atualizar o relatório de 2015 em relação ao monitoramento.

Mas eu queria deixar aqui – acho que talvez já pensando um pouco em que teremos aqui outras oportunidades de diálogo –, como reflexão e elemento importante para a nossa conversa, a diferença entre planos ou políticas que são orientadoras e que dão diretrizes, ou seja, políticas e programas nacionais que são feitos e elaborados para que durem, e planos de ação com metas, prazos e definições, pois são diferentes. Eles podem caminhar juntos e eles devem caminhar juntos, mas eles não necessariamente se confundem com o mesmo instrumento.

Então, no monitoramento, quando a gente olha a estrutura do PNDH-3, eu tenho, por exemplo, ali – vou dar um exemplo aqui só para dialogar com a nossa conversa de hoje –, como uma das ações programáticas, que é, inclusive, o nome usado no PNDH-3, fazer todos os relatórios para os organismos internacionais de que a gente precisa. Então, é uma ação genérica, é uma ação programática que está dando uma orientação para qualquer governo que esteja em mandato no país, para dizer: "Olha, vocês não podem deixar de entregar os relatórios nos prazos adequados". Então, ele é um documento orientador; ele define as diretrizes. Ele não necessariamente é assim: "Entregar cinco relatórios em seis meses"; disso a gente precisa decantar relatórios de monitoramento. Mas eu não sei se faz sentido, para uma política orientadora, ela em si conter metas tão detalhadas, porque senão, a cada momento em que a gente fosse atualizar essa meta, a gente precisaria de um novo acordo, uma nova conferência temática, uma nova assinatura presidencial, uma nova discussão com os ministérios. Então, a gente tem uma questão em relação, inclusive, ao próprio funcionamento da estrutura burocrática do Governo Federal e, se a gente ficar atualizando cada um desses planos todo ano, a gente estará falando de um plano de ação e não de um plano orientador, de um plano que vai conseguir organizar a ação do Estado, até porque os tempos, os governos variam e cada uma dessas metas pode ter prazos muito diferentes de cumprimento e consolidação. Acho que a gente precisa entender o PNDH-3 à luz dessas questões.

Então, do ponto de vista de monitoramento, a gente teve, até 2019, o Comitê de Monitoramento e Avaliação, que inclusive estava instituído enquanto colegiado. Ele foi desconstituído, e a gente precisa avaliar se vale a pena constituí-lo de novo ou não para fazer essa atualização. Acho que é um debate que é válido e que a gente pode fazer nesse diálogo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre Executivo e Parlamento. É nesta linha, quer dizer, havia um instrumento de monitoramento que foi descontinuado. Essa é uma discussão que a gente pode trazer aqui.

Para além disso, a gente precisa realmente atualizar o relatório de monitoramento e a gente tem avaliado, no ministério, conseguir fazer isso adequadamente e qual é o melhor formato para a gente conseguir fazer esse relatório garantindo a participação social e que todos os atores envolvidos sejam ouvidos adequadamente durante esse processo, mas isso é uma questão que está sendo colocada, que nos foi colocada e que está sendo discutida internamente no âmbito do nosso ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Janine, se você puder continuar com a gente, temos só mais duas pessoas para falar, mas eu vou lhe fazer uma pergunta, e, se você não puder responder agora, responda no final.

O programa é instituído por um decreto – e aí, Embaixadora, a pergunta também eu posso fazer à senhora. Vocês consideram esse instrumento frágil? Nós somos o país da canetada. Eu me lembro bem de que, durante o período em que eu estava Ministra, havia uma discussão de uma ADPF, e uma ADPF em que, se eu não tivesse tido uma reunião com um dos ministros na discussão da ADPF, nós poderíamos ter um dos objetivos frontalmente desafiado e um conflito enorme com um dos objetivos do PNDH, por uma falta de compreensão. A pergunta é: por decreto, a instituição de um programa que vai trazer diretrizes para o país e que vai influenciar todas as outras políticas públicas... Decreto se revoga na hora que se quer. A pergunta é: está na hora de a gente pensar em um instrumento mais seguro para a gente ter um programa nacional, uma diretriz nacional de direitos humanos, tipo uma lei? A gente estabelecer... E aí, sendo lei, é exatamente o diálogo que você fez agora: não podemos ter um plano, metas, números, porque uma lei é atemporal.

A pergunta que eu sempre me fiz: por meio de decreto presidencial, a gente ter um programa que vai nortear todas as políticas de direitos humanos no país?

Você não precisa responder agora, mas, se você puder ficar pelo menos até a fala da próxima, porque ela vai precisar sair – eu preciso já passar a palavra para ela –, a gente volta para você refazer essa sua consideração sobre o instrumento que institui o PNDH-3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir agora, na sequência, a Secretária Municipal de Relações Internacionais de São Paulo, Dra. Angela Gandra, também especialista em direitos humanos, foi Secretária Nacional da Família no Governo anterior. Dra. Angela, é uma alegria recebê-la nesta audiência, já estava morrendo de saudades da senhora!

Por dez minutos, mas, se precisar se estender, fique à vontade, Dra. Angela.

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, Ministra Damares, que alegria estar contigo aqui de novo, num empreendimento que nós levamos durante os nossos anos também de trabalho conjunto e de extrema importância também para o país.

Eu quero, na pessoa da querida Damares, cumprimentar todos os presentes e agradecer essa importante audiência levantando um debate tão profundo – também, do pouquinho que eu pude acompanhar aqui, vejo o nível, né?

Eu venho falar como Professora de Filosofia do Direito, Professora de Filosofia Política e de Antropologia Filosófica. Mais do que entrar na concretude do PNDH, eu gostaria de falar do valor de um PNDH para a nossa nação.

Então, queria falar primeiro que, quando a gente fala num Estado democrático de direito, o que quer dizer um Estado democrático de direito? Ele tem quatro linhas. Primeiro, um respeito à Constituição; segundo, a separação e harmonia dos Poderes; a terceira coisa é que o povo seja realmente quem governa, através de seus representantes, como aqui no caso da nossa querida Senadora; e a quarta coisa, que é muito importante, é que ele tem que estar fundamentado nos valores humanos, nos direitos humanos.

Se não estivesse fundamentado nesse sentido, por exemplo, um Estado democrático de direito que questionasse a vida, que questionasse a liberdade não seria um Estado democrático de direito; seria uma ditadura, seria uma tirania. Então, é preciso aprofundar nos direitos humanos para que nós possamos ter efetivamente uma base em que o ser humano seja respeitado e tenha voz como ser humano, para poder ser legislado a partir de quem o representa. Certo?

Então, o que é um PNDH? Ele nasce da Declaração Universal de Direitos Humanos. É a Declaração Universal de Direitos Humanos que instituiu os direitos humanos? Não. Isso vem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a natureza humana. Meu direito humano nasce comigo, como ser humano. Agora, é importante que isso seja frisado como a lei natural durante toda a história da humanidade em termos de legislação. E a Declaração Universal de Direitos Humanos nasceu num momento muito, de fato, questionável em relação à humanidade, porque nasceu após o holocausto, não é? Então se discutiu como é que um Estado que se diz de direito, como foi a Alemanha nazista, podia lidar com judeus do jeito que lidou. Então, dessa, decorreu do Tribunal de Nuremberg a Declaração Universal de Direitos Humanos, unindo de fato todos os Estados e as nações para que nunca mais acontecesse algo semelhante, não é?

O.k. Dessa declaração, ao longo dos anos, nós vamos derivando, como os ODS, por exemplo, alguns aspectos concretos para lidar com esses direitos humanos, ocasionalmente, oportunamente. Agora, ele não pode perder, nenhuma legislação pode perder um elo com o ser humano. Legislações não se fazem a partir de constatações sociais, como "ah, isso está ocorrendo muito, então agora vamos legalizar e vamos tornar isso um direito humano". Hoje, fazendo dessa forma em muitas circunstâncias e também em PNDHs anteriores, nós não sabemos mais nem o que é direito e nem o que é humano. Então, é preciso, de novo, aprofundar. Constatação social, por exemplo, "olha, está ocorrendo muita corrupção no país", não é? Então, será que isso não passa a ser um direito humano? "Eu menti; foi usado outro ser humano; utilitarismo; um governante que mente; uma enganação.". Eu não posso dizer que isso é um direito humano porque está ocorrendo em larga escala no nosso país. A constatação social não o torna um direito humano.

Por isso, quando nós lançamos um PNDH desse jeito, ou como nós trabalhamos, ao longo de quatro anos, no nosso ministério, uma proposta que nascesse do ser humano, que estivesse voltada para o ser humano, nós não conseguiríamos, de fato, servir a esse ser humano com as políticas públicas.

Se nós chegamos a uma profundidade nesse sentido de proposta, nós conseguimos orientar efetivamente políticas públicas. Não orientar ideologicamente, "o que eu gostaria, o que eu vou ganhar com o ser humano em termos de utilitarismo", mas antropologicamente, porque só conhecendo o que é o ser humano é que eu posso efetivamente dar-lhe o que é devido, viver a justiça para com esse ser humano. Por isso que é tão importante nós termos trabalhado esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento, aprovado um instrumento nesse nível, mas que não perca um elo real com a natureza humana.

Por isso, eu parabenizo a nossa querida Senadora Damares, especialmente, e peço que realmente leve isso com muita garra, porque isso é muito definitivo para o nosso país neste momento.

E gostei muito de ouvir que existe também essa ideia de que não seja somente um plano, mas que de fato possa chegar a ser uma legislação que possa orientar estavelmente uma nação. Mas só pode ser estável quando ela está baseada na natureza humana.

Eu sou especialista em Lon Fuller, e Lon Fuller falava que a legislação tem que ser pouca, tem que ser profunda, tem que ser estável, porque ela garante... Como, por exemplo, a gente vê nos Estados Unidos, com sete artigos de Constituição mais algumas emendas, eles conseguem manter a nação unida, servindo também ao ser humano e cada dia mais próximos, efetivamente, do direito natural.

Então eu agradeço muito, desejo muito sucesso nesse empreendimento e me coloco sempre à disposição de lutar pelo que eu acredito de verdade. Isso é um serviço dos Parlamentares, do Legislativo, de nós do Executivo e do Judiciário sempre, em função de cada cidadão como ser humano, dando a eles o que é devido, porque isso é a justiça.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero agradecer à Dra. Angela. Ela, nessa avaliação, teve a responsabilidade de falar da diretriz 2, que fala sobre o fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática, e do Objetivo I, que é promoção dos direitos humanos como princípios orientadores das políticas públicas e das relações internacionais.

Dra. Angela, nós sabemos que lá na Declaração Universal de Direitos Humanos está falando do direito ao casamento; lá na declaração está falando de saneamento básico. Saneamento básico é direito humano. Água é direito humano. Lá também está falando de família, o direito à família é consagrado na carta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente pergunta sobre essa transversalidade e as políticas públicas que nós temos hoje, em nível de Brasil, as políticas públicas federais, estaduais, municipais, só vou lhe fazer uma pergunta: a senhora tem visto recentes avanços nos instrumentos de direitos humanos que têm sido aplicados no país para a garantia de todos os direitos, Dra. Angela?

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS (*Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) ... de direitos que de fato são ideologicamente, vamos dizer, conduzidos em detrimento de outros que são efetivamente necessários. Como tu falaste, por exemplo, a família. O próprio saneamento básico, que parece tão óbvio, porque é necessário água para sobrevivência, mas muitas vezes o utilitarismo de governantes que pensam "Bom, o que interessa para mim agora, como autopromoção para mim" desvia a pauta para algo que é interessante oportunamente e politicamente. Então, os direitos humanos têm que ser vistos nessa globalidade e têm que ser... De fato, eu tenho trabalhado muito aqui com os ODS, que nós fizemos aqui, e têm que ser entendidas aquelas 17 orientações como uma globalidade. Não adianta eu ficar com um direito humano e desprezar outros ou ideologizar um direito humano do jeito que eu gostaria de promover. É aí que eu volto à raiz: nós temos que ver como está aquele direito humano, onde está a fundamentação daquele direito humano e, ao mesmo tempo, servir o ser humano dentro dessa globalidade.

Eu vou dizer uma coisa: na Secretaria Internacional, nós organizamos a Virada ODS e tiramos a ideologia até do próprio ODS. Nós pegamos cada secretaria da nossa Prefeitura e apresentamos o que ela estava fazendo nessa Virada ODS em termos de seu próprio ODS – segurança pública, família e assim por diante –, porque tem que servir o ser humano nessa completude. O que eu vejo hoje, muitas vezes, é reducionismo de direitos humanos, ideologização de direitos humanos, instrumentalização de algumas pautas interessantes politicamente para conseguir eleitores numa base e não para servir o ser humano nessa completude.

Olha, eu volto a uma coisa que parece não ter nada a ver aqui: para servir efetivamente o ser humano dentro da política, precisa, primeiro, ter vocação e, segundo, tem que ter um coração orientado realmente para cada cidadão e para o bem comum. É isso que eu acho que falta.

Na pauta internacional nós temos trabalhado isso; desde a Prefeitura de São Paulo nós temos trabalhado isso, não é? Temos um compromisso até com a qualidade de vida de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão aqui, trabalhar diariamente por isso. Mas eu vejo que a raiz do problema em relação à defesa de direitos humanos é muito mais profunda. Eu poderia dizer que a falha é um utilitarismo, a falha é um reducionismo, a falha é um oportunismo político, que desfoca do cidadão para servi-lo dentro das suas necessidades básicas. E não adianta atender uma só; tem que atender a completude dessas necessidades.

É isso. Não sei se está muito filosófico, mas eu acho...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Angela, não, está não. A senhora nos provoca, o tempo todo, a uma reflexão.

Dra. Angela, eu teria mais perguntas, mas eu vou combinar o seguinte com a senhora, com a Embaixadora, com a Janine e com o Ney também: de encaminhar as perguntas, depois, por *e-mail*. E, se os senhores puderem nos responder, as respostas, com certeza, vão nos ajudar muito em nosso relatório.

Dra. Angela, obrigada pela sua participação, sucesso em seu trabalho. Compartilhe conosco os avanços da sua secretaria. Eu não me canso de cumprimentar o Prefeito de São Paulo pela escolha da senhora para a condução dessa secretaria em uma cidade tão importante para o nosso país. Deus a abençoe. Obrigada. Não vai ficar por aqui, nós vamos continuar provocando você nessa avaliação.

Na sequência, nós vamos ouvir a Janine. Parece-me que a Janine precisa sair. Ela vai responder a minha única pergunta – feita no microfone, Janine –, mas eu teria várias, e vou combinar contigo também de encaminhar as perguntas que eu ainda tinha para fazer para você nos responder por *e-mail*. Pode ser assim? Fale que sim, por favor.

A SRA. JANINE MELLO DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está ótimo. Pode ser, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fale que sim, por favor.

A SRA. JANINE MELLO DOS SANTOS (*Por videoconferência*.) – Pode, pode ser, sim, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpas à Presidência da Comissão e também aos demais participantes porque eu preciso sair para uma outra agenda. Eu estou fora de Brasília, hoje, exatamente por causa dessa agenda, mas consegui me adaptar para participar da audiência com vocês.

Eu queria rapidamente só, antes de sair, responder, Senadora, a pergunta sobre a questão do decreto e da lei. Eu queria frisar, mencionar, ponderar duas questões. Eu acho que depende muito a questão sobre o instrumento ser mais frágil ou mais forte, em relação a cada uma das... Como instrumento normativo, ela varia muito de área para área.

Então, vou dar um exemplo que eu sempre uso, que é assim: várias políticas nacionais do Ministério da Saúde são estabelecidas por portaria, e isso não quer dizer que elas não sejam cumpridas. Então, a portaria, dentro dessa lógica em que a gente hierarquiza cada um dos instrumentos normativos, é vista normalmente como a mais frágil. E depende muito mais de como cada área se organiza do ponto de vista de arranjo, de gestão institucional do que necessariamente por causa do próprio instrumento. Então, a gente pode ter, a qualquer momento, alterações de leis – o Parlamento é prova disso.

Então, o que define a alteração de uma lei ou de um decreto ou de uma portaria é a vontade política e haver acordo e consenso em relação àquele tema e àquele tom, assim como a implementação. Então, a gente tem... É totalmente possível e passível de ser implementado aquilo que está estabelecido a partir de um decreto, porque ele é um comando presidencial. Então, ele não necessariamente precisa ser uma lei para não ser alterado. Então, a gente tem uma discussão forte sobre o que define ou não define a continuidade ou a resiliência, por exemplo, de uma política pública e se isso tem a ver ou não com estar ou não estabelecido em lei. Leis também são alteradas, dependendo da conjuntura e do consenso político do momento. Então, não é necessariamente por ser uma lei que o PNDH-3 vai ter maior ou menor incidência ou maior ou menor legitimidade em relação à sua implementação.

Obviamente, é importante que a gente passe pelo processo como um todo de pactuação no âmbito do Parlamento, para definição de diferentes regras que organizam e que orientam a atuação do Estado brasileiro. Então não é uma questão sobre a importância ou não de passar pelo Congresso, mas, sim, a discussão – atendendo, acho, a sua pergunta de se ela é mais ou menos forte na sua aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria só pontuar que eu acho que, no caso da política de direitos humanos, a gente tem uma situação, uma conjuntura um pouco específica e diferente em relação a algumas outras áreas, porque, na verdade, quando a gente lê o PNDH-3 à luz de todos os compromissos internacionais que têm força de lei, que o Brasil já assumiu, e à luz da própria Constituição Federal, que é a nossa Lei Maior, nada do que está no PNDH-3 não está previsto ou não está contido em alguma das nossas leis ou nas legislações que existem, em especial no art. 5º da Constituição e nos nossos diferentes compromissos internacionais assumidos e ratificados pelo Brasil.

Então, na verdade, a gente tem uma envergadura normativa muito forte do ponto de vista da política de direitos humanos e do nosso compromisso enquanto país, no cumprimento desses preceitos como um todo, além obviamente de tudo que já estava disposto na Declaração de Direitos Humanos, de 1948.

Então, eu não sei se a gente... Normalmente, quando a gente faz o uso de um projeto de lei, é para a gente garantir algo que não está previsto já em lei. Então, eu tenho um pouco de dúvida em relação exatamente ao que seria diferente em relação ao que a gente tem hoje no decreto que demandaria uma lei, porque a lei não normalmente é usada para autorizar aumento de despesa, para autorizar que a gente... para a gente alterar uma situação que hoje tem alguma vedação legal e a gente teria que fazer essa alteração.

Então, eu não vejo necessariamente, lendo... Obviamente, a gente pode aprimorar e ampliar esse diálogo, mas eu não vejo, hoje, à luz do que está hoje disposto no PNDH-3, a necessidade de a gente garantir algo diferente... Não é "não vejo"; eu não acho que há algo que esteja no PNDH-3, hoje, sendo por lei... teria um cumprimento maior ou não teria um cumprimento mais efetivo. Então, acho que a gente pode fazer essa discussão.

Por outro lado, eu acho que tem outros programas e políticas que estão por dentro e que são direcionados pelo PNDH-3 que, sim, deveriam virar lei. Vou dar um exemplo aqui: o decreto de 2009 sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua, acho, deveria, sim, ser transformado em lei, porque aí, sim, a gente conseguiria avançar, tanto que a gente teve uma ADPF no Supremo, em 2023, para garantir o cumprimento do que está estabelecido no decreto.

Então, vou dar um exemplo aqui: o decreto de 2009, sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Acho que ele, sim, deveria ser transformado em lei, porque aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, a gente conseguiria avançar. Tanto, que a gente teve uma ADPF no Supremo, em 2023, para garantir o cumprimento do que está estabelecido no decreto. Então, aí a gente vê que há uma necessidade, porque não há um embasamento legal que defina questões específicas em relação à população em situação de rua. Então, acho que, nesse caso, faz todo sentido.

Para a política nacional de defesa dos direitos humanos, eu acho que há uma necessidade de uma autorização legal, mas são coisas diferentes. Eu não sei se o PNDH-3, por si só, precisaria, porque eu acho que ele já está ancorado de maneira bastante consolidada e forte nos preceitos constitucionais e também no que a gente tem em relação a acordos internacionais.

E aí eu vou, de novo, pedir desculpas, mas eu realmente preciso sair para cumprir essa agenda aqui. Eu tenho que estar lá às 11h30 e sairei correndo para garantir.

Obrigada, Senadora.

Peço desculpas mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Corra, Janine, que está bem atrasada.

Mas a gente ainda vai voltar a falar sobre sustentabilidade de algumas ações, se não tem fragilidade por meio de decreto e se a gente deveria, quem sabe – e aqui eu me dirijo aos consultores e aos auxiliares –, identificar, dentro do PNDH, como a Janine acabou de falar, uma ou outra demanda que a gente entenda que tem que ter continuidade e que corra risco, por ter sido estabelecida por decreto ou por portaria, de não ter sustentabilidade, porque eu quero lembrar aos senhores o seguinte: se chegar um Presidente da República, sentar naquela cadeira e falar "revoga-se o PNDH-3", está revogado o decreto. Então, o que está estabelecido apenas por meio do PNDH-3, fica aí o risco da não sustentabilidade, da não continuidade.

Vamos continuar.

Nós vamos ouvir agora Ney da Nóbrega Ribas, Vice-Presidente do Observatório Social do Brasil. Ele vai fazer sua participação por videoconferência.

Sr. Ney, é uma alegria recebê-lo na nossa primeira reunião de avaliação do PNDH-3. Nós o deixamos por último exatamente para a gente ter esse olhar da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ney vai falar sobre:

> Diretriz 1:
> Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa.
> .....
> Objetivo estratégico II:
> Ampliação do controle externo dos órgãos públicos.
> Ações programáticas:
> a) Ampliar a divulgação dos serviços públicos voltados para a efetivação dos direitos humanos, em especial nos canais de transparência.
> .....

Muita expectativa para o ouvir agora, Sr. Ney. Muito obrigada por ter aceitado o convite.

O SR. NEY DA NÓBREGA RIBAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares e demais painelistas, a alegria é nossa.

Eu gostaria imensamente de, desde já, lhe agradecer esta oportunidade e dizer que o Observatório Social do Brasil atua no controle social dos gastos públicos nos municípios e que essa ação do observatório está fundamentada em quatro eixos: um, controle dos gastos, desde a publicação do edital até a entrega do produto ou do serviço, passando por ambiente de negócios, educação para a cidadania e, principalmente, fortalecimento dos conselhos municipais e indicadores das políticas públicas.

E o que é que ocorre, na nossa visão, em relação aos direitos humanos? Exatamente esse vácuo, porque nós temos muita coisa boa.

Tivemos muitos avanços ao longo das últimas duas décadas. Contudo, nós precisamos dizer, sinceramente e sem nenhum tipo de intenção de ser ofensivo, que, embora tenhamos muita coisa boa no papel, pouca coisa acontece na prática, e isso nós temos visto, especialmente, pela fragilidade quando se fala em rastreabilidade de gastos públicos e efetivação das políticas públicas nos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, falando exatamente da ampliação do controle externo dos órgãos públicos, nós temos que dizer que, sim, nós temos percebido um esforço muito grande dos Tribunais de Contas, do TCU e de tudo mais. Contudo, quando se fala da transparência pública para que o cidadão seja protagonista do controle dos gastos, a gente cai num ambiente muito frágil. Primeiro, por quê?

Eu gostaria de ilustrar, exatamente trazer dados, informações.

Quando nós falamos de um gasto público, qual é o primeiro ponto que nós precisamos ter? Acesso aos documentos que instruíram aquela despesa, aquele gasto. E, quando, então, vamos aos portais de transparência, o que nós vemos são aparência. Nós temos portais de aparência, porque, na verdade, embora tenhamos uma Lei de Acesso à Informação, de 2012, ela não está sendo cumprida na íntegra.

Lá no art. 8º da Lei 12.527, o que é previsto? Que todas as despesas geradas no município por quaisquer contratos devem estar na rede internacional de computadores, com seu respectivo processo.

Então, não é por acaso que nós temos uma situação muito caótica no país. Por quê?

Hoje, nós temos mais de 30 mil obras paralisadas no país, e o cidadão que quer ter a informação daquele contrato, do porquê de aquela obra ter sido paralisada ou abandonada, simplesmente nós não conseguimos acessar, porque não há uma cultura de transparência. Os dados, as informações e, principalmente, os documentos que instruíram aquela despesa são omitidos da sociedade.

Então, o primeiro avanço que nós precisamos buscar nesse processo de transparência pelo Executivo é exatamente aperfeiçoar esses procedimentos, para que, em cada município, cada despesa tenha os documentos correspondentes disponibilizados na rede internacional de computadores.

E, nessa mesma seara, o que impacta na execução das políticas públicas nos municípios é que os Conselhos Municipais de Políticas Públicas também têm essa carência de informações. Ou seja, um conselheiro municipal, por exemplo, da alimentação escolar não tem acesso aos documentos, nem o cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas passa por isso.

Eu falo aqui como cidadão, como leigo, mas atuo já há décadas nesse setor, justamente porque simplesmente temos uma lei, mas ninguém tem exercido a competência de exigir que a lei seja cumprida. Ou seja, se o município disponibiliza informação, ele está cumprindo com a sua obrigação, mas, se ele omite a documentação do cidadão, esse direito do cidadão de acessar as informações, nada acontece com ele. Mesmo que o cidadão busque os portais das ouvidorias e faça denúncias, nada ocorre. Então, nós temos aqui um grande vazio.

Então, o que é que nós, cidadãos, entendemos ser urgente hoje? Um esforço para que aquilo que está no papel passe a ser efetivamente cumprido lá nos municípios, e isso impacta totalmente nas políticas públicas dos direitos humanos.

Eu vou dar um dado para a senhora, Damares: hoje, nós temos no Brasil mais de 3.784 obras da educação, do ProInfância, paralisadas desde 2007, 2008. E essas obras foram paralisadas por quê? Inúmeras, inúmeras situações.

O que é que acontece? O Governo Federal publicou agora o PAC 2 Obras, chamou os municípios, e os municípios manifestaram seu interesse, mas, quando nós vamos buscar os documentos correspondentes a essas obras – e agora vem o que nós deixamos aqui como um lamento e um apelo –, quando nós vamos buscar, no portal do município algo sobre aquela obra que está paralisada, os documentos dela, daquela obra, nós não temos acesso. Ou, se temos acesso, são apenas documentos que não levam a lugar nenhum.

E mais do que isso, Senadora: quando nós vamos ao Simec, que é o portal que deveria conter todos os documentos daquelas obras, da mesma forma, as informações estão totalmente desatualizadas.

Então, junto com o Tribunal de Contas da União, o Observatório Social do Brasil e os diversos tribunais de contas dos estados, nós estamos executando um projeto, chamado Força-Tarefa Cidadã Obras, e esse projeto, então, pretende, com a participação de cidadãos no Brasil inteiro, visitar essas obras que serão retomadas agora, para que, mês a mês, o cidadão, de posse do seu celular, acesse um aplicativo que traga as informações de cada uma dessas obras até a sua conclusão, até a sua entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só com esse projeto, nós estaremos ampliando o acesso das crianças. Quantas mil mães... 740 mil crianças passarão a ter acesso às creches.

Então, esse é apenas um exemplo do que a gente quer dizer sobre o quanto a gente ainda precisa evoluir, no sentido de que se crie uma cultura para fortalecer, primeiro, os controles internos dos municípios; segundo, fazer com que a Lei de Acesso à Informação efetivamente seja cumprida. Que se fortaleçam os conselhos municipais de políticas públicas, mas mediante ações que efetivamente permitam a participação dos diversos setores da sociedade, porque as conferências municipais, em muitos municípios, ocorrem apenas pró-forma. Elas não têm a publicidade que deveriam ter, e a sociedade não está envolvida. Então, nós temos lá os famosos conselhos chapa-branca.

Por fim, Senadora, eu gostaria de fazer um apelo aqui e deixá-lo neste momento, para que a gente tenha novas oportunidades de dialogar com pessoas especialistas sobre isso, para que possamos ouvir a sociedade e trazer os anseios naquilo que faz toda a diferença na prática.

Vou trazer aqui, a título de contribuição e até como pedido, que nós temos aí, Senadora, o PL 325, de 2017, e o PL 9.617, de 2018, que vão dar, digamos assim, uma lei que permita que o cidadão, efetivamente, possa ir à obra e exigir que o Prefeito entregue a documentação e dê acesso à obra, e isso está parado. A última notícia que nós temos, aí no próprio portal do Senado, é de 2022. Já passaram por inúmeras Comissões, estão prontos para serem votados, e foram adiados ou retirados de pauta.

Então, voltando aqui, para concluir minha fala, a interação democrática da sociedade civil para o fortalecimento da democracia passa por algo que, para nós, é o terceiro pé do tripé que nós defendemos: mais do que termos boas leis, mais do que termos instrumentos para conferir, nós precisamos ter coercitividade, Senadora, porque, se não houver coercitividade, aqueles que só fazem de conta ou cumprem a lei só para se valer disso vão continuar transgredindo, negando informação à sociedade e, o pior de tudo, aplicando mal o recurso do nosso imposto.

Então, o que nós ansiamos aqui, de coração, é que possamos aprofundar isso, valorizar os conselhos, valorizar os atores. Mas, se não houver responsabilização, a gente vai continuar passando pano, vai continuar ouvindo os mesmos discursos, vendo os mesmos documentos, que são muito bonitos, mas, na prática, o resultado não acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero concluir, dizendo que as pesquisas que são feitas com base nos dados e metadados que são retirados dos portais de transparência estão todas comprometidas, porque os seus resultados são manipulados. As informações que são obtidas nos portais são obtidas de informações que não são comprovadas com os documentos e que não permitem ao cidadão conferir se aquilo realmente é correto e se aquilo condiz com a verdade.

Então, no segundo semestre, nós vamos começar a verificar também as obras paralisadas da saúde, para que a gente reverta essa situação e as políticas públicas efetivamente possam ter a participação do cidadão como protagonista dessa história.

Agradeço aqui, para não tomar mais o tempo em face ao adiantado da hora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Ney, talvez as pessoas que estão acompanhando não estejam entendendo nada: "Ele está falando de obras paradas e direitos humanos?". Quero lembrar que é objetivo do Programa Nacional de Direitos Humanos. Então, se está lá como objetivo, ele tem que ser alcançado.

E a gente está aqui avaliando o objetivo II da Diretriz 1 do eixo que nós estamos avaliando, que fala: ampliação do controle externo dos órgãos públicos. Esse objetivo foi alcançado desde o decreto que instituiu o PNDH-3? Pelo que o Sr. Ney está falando, esse objetivo não foi alcançado. E é importante a gente ter esse olhar externo.

Sr. Ney, eu tenho quatro perguntas para lhe fazer, mas, como eu estou percebendo que nós vamos precisar muito recorrer ao Observatório Social do Brasil, eu só vou fazer duas colocações.

Quando eu cheguei à Esplanada, entendendo que água era direito humano, eu fiz um levantamento na Esplanada de todos os órgãos que faziam cisternas – porque nós não temos água no Nordeste em algumas regiões. E aí eu descobri que nós tínhamos, pasmem, pasme, Embaixadora, 32 órgãos na Esplanada abrindo cisternas há anos – 32 não, 38! –, e um não falava com o outro. Por exemplo, a Secretaria Nacional da Igualdade Racial, que estava no nosso ministério, estava lá abrindo cisternas em quilombos. Mas aí, nas outras secretarias, cada pessoa que assumia uma secretaria – isso eu falo ao longo dos últimos 20 anos –, cada Secretário Nacional que assumia uma secretaria queria fazer alguma coisa no Nordeste e criava, como política pública em sua secretaria, cisternas. Era todo mundo abrindo cisterna no mesmo lugar. Então, vejam só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E água é direito humano. Então, uma política pública que levaria água para todo mundo estava muito dispersa e sem muita efetividade, porque era todo mundo fazendo a mesma coisa.

Aí, Sr. Ney, trago uma outra situação que é de direitos humanos: idosos. Quando chegou a pandemia, em uma ação da nossa Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, aqui no Congresso Nacional... Nós tínhamos muito medo de que morressem muitos idosos nas ILPIs, nas instituições de longa permanência para idosos, e nós precisávamos manter essas instituições abertas e com, no mínimo, um pouco de conforto e segurança para os idosos durante a pandemia. E conseguimos recurso: R$80 milhões o Congresso Nacional liberou, mais R$80 milhões do fundo, R$160 milhões, direto para as entidades. Um trabalho bacana. Aí eu fui ao Ministério da Saúde: quantas entidades que trabalham com idosos tem no Brasil? O Ministério da Saúde dizia assim: "Em torno de 1,9 mil". Só 1,9 mil, num país que tem 5,6 mil municípios? Fui ao Ministério da Assistência Social e pedi a relação das entidades que trabalham com idosos. "Ah, nós temos um cadastro de 2,1 mil". Eu achei que tinha alguma coisa errada, que os cadastros não estavam se cruzando. Aí o nosso ministério fez uma campanha: "Instituições de longa permanência se cadastrem aqui no ministério que nós temos um recurso para vocês". Sabe quantas se cadastraram no Brasil inteiro? Foram 4,6 mil. Direitos humanos da pessoa idosa. Então, o controle externo dos órgãos públicos precisa ser feito.

A gente ouviu aqui um dos observatórios mais respeitados do país, o Observatório Social do Brasil. Eu ainda tenho perguntas, seu Ney, mas eu queria lhe pedir permissão de encaminhar as quatro perguntas – elas são extremamente complexas – para o senhor, para o senhor nos responder essas perguntas por *e-mail*. Desde já, agradeço a sua participação.

Eu vou, nós vamos dar um atendimento especial aos projetos de lei; já vai ficar como primeiro encaminhamento desta reunião. São projetos de lei que vão dar transparência às ações governamentais. Um deles está parado desde 2017, e o Sr. Ney garante que é necessária e oportuna a aprovação desse projeto. Nós vamos acompanhar; que seja, quem sabe, um encaminhamento já da avaliação, a aprovação dos dois projetos de lei citados pelo Sr. Ney.

Sr. Ney, muito obrigada, obrigada mesmo. E que essas obras todas, especialmente as 3.784 obras de educação paralisadas no país, possam ser retomadas e que o controle externo possa acontecer como determina um dos objetivos do Programa Nacional de Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos para o final da nossa reunião de hoje.

A senhora viu que nós estamos longe de alcançar todos os objetivos. Só aqui hoje, quantos objetivos a gente observou que ainda não foram implementados, e os que foram implementados não foram alcançados na sua integridade, na sua integralidade.

O que é que eu queria fazer, Dra. Angela... Acho que ela não está mais presente, nem a Janine.

Nós vamos encerrar dando cinco minutos para a senhora fazer considerações finais, agradecimentos, e, fique sabendo, eu tenho perguntas aqui para lhe encaminhar também; não vai encerrar aqui, não

Vamos ouvir por último, mais uma vez, a nossa Embaixadora, a Claudia de Angelo Barbosa, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais e Secretária de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores – mas a senhora reúne muita coisa!

Embaixadora.

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA (Para expor.) – Muito obrigada, Sra. Senadora.

Eu acho que é o que a senhora... a sua preocupação é garantir que nós consigamos dar continuidade à política de direitos humanos de uma forma que seja uma política estável, uma política de Estado, não é?

E aí eu volto a quando comecei a falar sobre a implementação das recomendações internacionais, o Simore, que começou a ser implementado. Ele vai contribuir para esse exercício, porque o Simore vai ser um sistema *online*. Por exemplo, aqui, no Congresso, vai ter um ponto focal no Senado, na Câmara, na sociedade civil, no Ministério X, Y, Z, no Poder Legislativo, no Poder Judiciário; todos vão poder acompanhar a implementação do que foi recomendado com relação aos direitos humanos.

Isso nos ajudará, como Itamaraty, porque, como eu tinha falado... Por exemplo, a senhora começou falando da AGU. A AGU defende a união; nós, lá fora, defendemos o Estado brasileiro. Então, isso significa que nós, quando vamos falar com a Corte Interamericana, o Itamaraty, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos defendendo os três Poderes e defendendo a União e os entes federativos; independentemente de qual seja a competência, somos nós que respondemos.

Então, para nós, Itamaraty, ter esse compartilhamento, esse monitoramento compartilhado, nos fortalece, nos dá muito mais capacidade de reagir às nossas cobranças lá fora e também de ver o quanto essas recomendações e essas cobranças vão ser implementadas. Então esse sistema vai nos permitir muita coisa.

Uma outra coisa que me veio à mente, porque eu acho que esse debate vai chegar em algum momento aqui no Congresso, e o Brasil e demais países têm sido cobrados na RPU, é a criação do instituto nacional de direitos humanos, né? Isso é exatamente... Isso não pode ser feito pelo Governo, justamente porque tem que ser um órgão independente. Há uma discussão, a DPU se candidata, o CNDH se candidata, mas os Princípios de Paris têm que ser cumpridos. E há uma série de debates ali: não pode ter a participação de ministérios, por exemplo – a CNDH tem –, tem que ter um orçamento independente, tem toda uma série de recomendações, que são aprovadas por esse comitê externo, nós não temos nenhuma... Quando nós recebemos perguntas da DPU, do CNDH, falamos assim: "Olha, nós, que somos o Governo Federal, não podemos nem fazer nada, né? Nós não podemos interferir, isso tem que ser uma relação com o comitê lá fora". É excelente porque, se a gente conseguir ter uma instituição nacional de direitos humanos permanente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Independente.

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA – ... independente, isso vai ser um grande ganho, porque... A grande vantagem da democracia é a rotação, a alternância de poder, mas ela traz justamente o que a senhora falou sobre como que a gente garante a continuidade. Então ter uma instituição nacional de direitos humanos independente que vá permanecer, composta pela sociedade civil, seria realmente um passo muito importante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA DE ANGELO BARBOSA – Eu vejo estas duas iniciativas como convergentes com a sua preocupação: a implementação do Simore, da maneira como ele é concebido, com total acesso *online*, para todos os atores envolvidos, inclusive os entes federativos; e no futuro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando houver uma definição melhor... E talvez o Congresso tenha que atuar, porque, se está prevista – imagino eu, estou falando assim – uma independência orçamentária, então isso provavelmente deverá chegar aqui, né? Mas a criação desse instituto, desse órgão, seria um grande avanço, que converge com a sua preocupação e que é a nossa preocupação, como o Itamaraty é um... E eu falo que eu sou diplomata de carreira, vou fazer 29 anos de ministério, passei por vários governos, e é importante que a gente realmente mantenha essa coerência.

Esses dois temas eu acho que são importantes. Eles são... não são pequenos, mas são pedrinhas que poderão convergir para essa sua reflexão, né?

Enfim, uma nota de positividade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Embaixadora. Extremamente interessantes essas suas duas observações finais agora – extremamente interessantes.

Mas eu queria lhe fazer um convite: vamos ver na prática, vamos pegar um caso – e eu ia sugerir, inclusive, de Santo Antônio de Jesus –, a gente vai lá e vê como está sendo cumprida a sentença, de que forma foram efetivadas as ações da sentença. Eu acho que a gente deveria ir. A gente vai passar um dia feliz lá – aquele povo é maravilhoso, aquela cidade é incrível, a gente come um acarajé com eles – e a gente vai ver na prática. Quem sabe a gente pega isso como um *case* de sucesso ou não e vê a efetividade das recomendações, como o Brasil tem atendido?!

Eu vou apresentar um requerimento e eu vou convidar a todos os participantes da audiência hoje para estarem conosco nessa diligência e gostaria que a senhora fosse comigo.

Eu não sei se o Sr. Ney ainda está *online*. Ele está? (*Pausa.*)

Sr. Ney, cinco minutos para as considerações finais, para a gente encerrar, e muito obrigada já pela sua participação.

O SR. NEY DA NÓBREGA RIBAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senadora, agradecemos-lhe mais uma vez esta oportunidade e a parabenizamos pela abordagem desse tema que é tão importante para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforçamos que nós já temos muita coisa boa, leis muito boas, mas precisamos ter efetivamente que tirá-las do papel e, mais do que tirar do papel, cobrar, de quem tem competência para fazer com que a lei seja cumprida, ações efetivas, porque, caso contrário, nós continuaremos tendo a não execução, na prática, das políticas públicas. E isso, por consequência, reflete nos serviços prestados à sociedade, que paga toda essa conta.

Então, da nossa parte, desejamos muito sucesso aí na condução dos trabalhos e estaremos sempre a postos, disponíveis para trazer nossos colegas atores que são voluntários no Brasil inteiro e que estão ansiosos por ver esse avanço de que nós precisamos. A sociedade clama por qualidade nos serviços públicos, eficiência na gestão pública e, principalmente, algo que é fundamental, um olhar para as futuras gerações. O legado que nós estamos deixando hoje não dá uma perspectiva muito boa. O cenário que nós vemos hoje – perdoem-nos! – está longe daquilo de que nós precisamos nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e, principalmente, no controle dos gastos. Isso faz toda a diferença. Então, é por isso que nós estamos aqui como cidadãos, como voluntários, dizendo: "Vamos em frente, porque o Brasil precisa muito de cada um de nós". E nós, assim fazendo, cada um cumprindo a sua parte, vamos honrar os sonhos dos nossos antepassados que vieram para este país, aqui, constituir família, trabalhar com dignidade e tê-lo como referência. Então, é direito do cidadão. Nós precisamos deixar de pedir informações – as informações são públicas e têm que estar disponíveis para o cidadão – e ter que mendigar e contar com a boa vontade ou não de gestores que nem sempre estão dispostos a ser transparentes como a lei determina.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Ney.

Vamos enviar algumas perguntas por *e-mail* e vamos precisar da sua participação conosco nessa avaliação.

Eu encerro esta reunião, mas quero registrar a presença de Pedro de Lemos MacDowell – não sei se falei seu nome certo, Pedro, mas é alguma coisa assim –, que é Coordenador-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro, o senhor percebeu que vai precisar participar das reuniões com a gente, não é?

Quero agradecer à Ministra por tê-lo enviado e à Janine por ter participado do debate.

Também está com a gente a Caroline Santos, que também é do ministério.

Kamila Prestes, do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus: seja bem-vinda, Kamila! Vamos conversar depois.

Abinoan Simões Rosa Sampaio, do Instituto Viver Brasil, está conosco.

Roseane Silva, da Coopibem (Cooperativa Indígena Baniwa de Produção e Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente), de São Gabriel da Cachoeira.

Todos sejam bem-vindos!

Eu encerro...

A sociedade participou bastante com perguntas.

Wendyo, de Pernambuco – vejam só as perguntas –: "Como o PNDH-3 tem enfrentado o racismo institucional e promovido a igualdade racial no país?". A gente espera que essas perguntas tenham sido respondidas pelos nossos expositores, e, ao longo da avaliação, com certeza muitas respostas virão.

Elivaldo, de Minas: "Como tecnologia e mudanças sociais demandam novas abordagens para inclusão digital e combate a [formas diversas de] discriminações [...]?". Nós começamos esta reunião falando que o mundo mudou desde a instituição do PNDH-3 para cá. E o mundo realmente mudou: nós temos crimes hoje que não existiam em 2017, em 2009, e a pergunta é muito oportuna.

Gustavo, de Mato Grosso do Sul: "Como o PNDH-3 pretende atuar pela garantia da integridade e da dignidade de famílias afetadas pelo prejuízo socioeconômico concernente às *bets*?".

Carolina, do Rio de Janeiro: "Por que até o momento não houve a [...] quarta edição do PNDH? Há previsão de [...] uma nova edição [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vítor, do Distrito Federal: "Como o PNDH espera lidar com a questão da ADPF das favelas?".

André, da Bahia: "O aumento de emendas parlamentares e o contingenciamento em saúde e educação impactaram [...] a execução do PNDH-3?". Boa pergunta.

Ana, do Paraná: "Como garantir que direitos humanos cheguem à população LGBTQIAPN+ fora dos grandes centros urbanos?".

Rodrigo, de Goiás: "Na segurança pública, como garantir os direitos na prática dos nossos policiais? [...] [hoje] o lado mais fraco [...] [tem sido] justamente eles?".

Adriana, de São Paulo: "Como o PNDH-3 garantirá que meninas não sejam forçadas à maternidade por omissão ou [por] ideologia religiosa?".

Maria, de São Paulo: "Estou imensamente insatisfeita com a omissão de direitos humanos [...] [em relação às] mulheres, mães de menores e idosas presas políticas! [...]".

Ana, da Paraíba: "O direito de qualquer pessoa deve vir antes de uma questão de gênero, [...] [assegurando] a proteção de todos! Quanto mais [se] separa, mais problemas [surgem]".

Jonas, do Ceará: "A interseccionalidade deve ser uma diretriz transversal: mulheres negras, pessoas LGBTQIAPN+, povos originários e pessoas com deficiência".

Víctor, de São Paulo: "[...] [É preciso criar] política pública para [...] [capacitar] a PM e [...] [evitar o uso de] violência [...] [em situações como as que envolvem] vendedores ambulantes".

Diogo, do Rio Grande do Sul: "[Precisamos de] opiniões de pessoas que têm conhecimento prático e não só teórico, [...] vivemos nossa vida na prática e não na teoria e na internet".

Sérgio, de Minas Gerais: "A penitenciária não pode ser utilizada como quartel-general das facções. As famílias das vítimas que o digam!".

Ronaldo, de Mato Grosso do Sul: "Acredito que a sociedade tem que lutar pelos seus direitos, mas também [...] [é preciso] acrescentar os deveres, [...] [hoje temos] muitos direitos e poucos deveres".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma visão da sociedade sobre o PNDH-3, as perguntas, as dúvidas, as sugestões, as indicações e os comentários. E a gente quer muito que a sociedade participe dessa avaliação. E são pessoas do Brasil inteiro, vocês viram que foram vários estados que eu citei aqui.

Obrigada a todos que participaram de forma *online,* pela TV Senado, aos que estão presentes, aos debatedores, à Comissão, à Secretaria, aos assessores e aos consultores.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e oito minutos do dia dois de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima segunda e trigésima terceira reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 151, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas atinentes ao atendimento, à defesa e à proteção das crianças e dos adolescentes custeadas com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2810, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, com as Emendas nºs 1-CDH, 2-CDH e 3-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3427, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, para dispor sobre a prioridade de atendimento e a identificação da pessoa com doença de Parkinson." Autoria: Senador Romário (PL/RJ). Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CAS. Resultado: A Comissão aprova o Projeto, com as Emendas nº 1- CAS/CDH e 2-CAS/CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2549, de 2024 - Não Terminativo - que: "Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. A senadora Mara Gabrilli pede urgência. Em seguida, a Comissão aprova o requerimento nº 62/2025-CDH, de urgência. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 880, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a implementação de mecanismos de identificação, prevenção e indisponibilização imediata de conteúdo de sexo explícito ou pornográfico envolvendo a participação de crianças ou adolescentes." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 60, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, que "institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros."." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 61, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a descontinuação da produção de medicamentos e o perigo de desabastecimento do mercado." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o Requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 62, de 2025 que: "Requerimento de urgência ao PL 2549/2024." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A senadora Mara Gabrilli pede urgência. Em seguida, a Comissão aprova o Requerimento nº 62/2025-CDH, de urgência. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/02

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 32ª e 33ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Temos item na pauta, eterno Presidente Senador Paim, de que sou Relatora. Então, eu gostaria muito de pedir que o senhor presidisse a Comissão, para que eu faça a leitura dos dois itens, o item 1 e o item 2 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Por indicação da Presidência, Senadora Damares, assumo a responsabilidade de ocupar seu lugar porque ela é Relatora de dois projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas atinentes ao atendimento, à defesa e à proteção das crianças e dos adolescentes custeadas com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CAE.*

Concedo a palavra à Presidenta desta Comissão, no momento Relatora, Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nos termos do art. 102-E do Regime Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção à infância e garantia dos direitos humanos. Assim, é claramente regimental a apreciação do projeto em tela por esta Comissão.

Relativamente à constitucionalidade, não há empecilho quanto à iniciativa dessa lei complementar por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente a direito financeiro, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

A proposição também atende aos requisitos de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

O mérito do projeto é inquestionável. O art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e a serem colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Portanto, é plenamente justificável que as despesas voltadas às correspondentes políticas públicas não sejam sujeitas ao contingenciamento. De outra maneira, a redução do volume de recursos do Fundo Nacional da Criança poderá comprometer o atendimento integral às necessidades da criança e do adolescente. Ademais, cabe considerar que uma das principais fontes de recursos do fundo são as doações de pessoas físicas e jurídicas, passíveis de dedução do imposto sobre a renda devido. Portanto, a limitação de empenho e movimentação financeira dos recursos do fundo para o cumprimento da meta de resultado primário não se justifica. Afinal, quem fez doações ao fundo não o fez para aumentar o resultado primário.

Para fins de aperfeiçoamento, e com fundamento no art. 13, inciso VIII, da Lei Complementar nº 95, de 1998, visando à homogeneização terminológica do texto, propõe-se a alteração da ementa do projeto de lei mediante o acréscimo do termo "promoção", assegurando que ações, projetos e programas relacionados à promoção dos direitos da criança e do adolescente sejam igualmente abrangidos pela proposição legislativa, em observância ao disposto no §1º-A do art. 260 da Lei 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, ainda no art. 2º do projeto de lei, sugerimos a alteração do §2º, do §3º e do §4º, substituindo a sigla FNCA por Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, adequando a terminologia ao termo previsto no art. 260 da Lei 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

O voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação – já parabenizando a autora, Senadora Eliziane – do Projeto de Lei Complementar 151, de 2023, na forma do substitutivo que já está devidamente publicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com a emenda desta Comissão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2810, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para agravar a pena dos crimes contra dignidade sexual de pessoa vulnerável; o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para prever medidas protetivas de urgência para vítimas de crimes contra a dignidade sexual e em situação de especial vulnerabilidade; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a monitoração eletrônica dos condenados por crime contra dignidade sexual; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer mecanismos de proteção a crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar assistência psicológica e social especializada às vítimas de crimes contra a dignidade sexual com deficiência e suas famílias.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto com três Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

A Senadora Margareth Buzetti já está aqui presente.

Concedo a palavra, de imediato, à Senadora Damares Alves, Presidente desta Comissão, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou pedir permissão para ir direto à análise.

E quero celebrar a presença da autora na Comissão e já dizer para a autora que eu avoquei a relatoria dada a grandiosidade dessa matéria. A gente sabe que ela não se encerra aqui, que ela será discutida em outras Comissões, então eu fiz um voto tão somente dentro das atribuições desta Comissão.

Sr. Presidente, não há não há óbices de natureza jurídica ou constitucional. A proposição desdobra mandamentos constitucionais de atenção especial a crianças e a pessoas idosas (Constituição Federal, arts. 227 e 230), fazendo o que se espera da lei. Tampouco colide com norma jurídica em vigor e guarda condições para ser eficaz.

Quanto ao aspecto de mérito, a proposição é justa e louvável, devendo ser acolhida. Saliento o fato de que a ideia normativa nela contida torna a legislação pátria mais aderente à nossa realidade social, garantindo o enfrentamento à violência sexual praticada contra crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e demais incapazes ou relativamente incapazes.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco na proposição as alterações do Código Penal em seus arts. 217-A, 218, 218-A, 218-B e 218-C, majorando as penas previstas no caso de crimes sexuais contra vulneráveis, nos crimes de corrupção de menores, nos crimes de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, nos favorecimentos da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, nos crimes de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável.

No mesmo sentido, é louvável a inovação apresentada com a inclusão do art. 338-A acrescido dos §§1º e 2º do Código Penal, em consonância com a previsão já existente na Lei Maria da Penha, para prever os crimes de descumprimento de medidas protetivas de urgência com pena de dois a cinco anos de reclusão, e multa. O §1º determina que se configura crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, independentemente da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. Já o §2º determina que, na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

Com o objetivo de ampliar os espaços institucionais e comunitários aptos a receber campanhas educativas voltadas à promoção e à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, surge a necessidade de se apresentar uma emenda ao art. 4º do projeto de lei.

Embora o texto proposto pelo projeto de lei em análise já represente um avanço ao incluir as entidades religiosas como parceiras estratégicas na difusão de campanhas educativas, entende-se que é necessário abranger outros espaços públicos e comunitários de grande capilaridade social, a fim de garantir maior efetividade às ações educativas.

Ao incluir unidades de saúde, conselhos tutelares, organizações da sociedade civil, centros culturais, associações comunitárias e outros espaços públicos de convivência, busca-se potencializar o alcance das campanhas e democratizar o acesso à informação sobre os instrumentos de proteção aos direitos humanos da criança e do adolescente.

Esses espaços desempenham papel fundamental na formação cidadã, na prevenção de violações de direitos e na articulação da rede de proteção. A atuação conjunta com tais instituições contribui para o fortalecimento da cultura da proteção integral, conforme preconiza o ECA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese a qualidade da proposição, para fins de aperfeiçoamento, torna-se oportuno aprimorar a proposta constante no art. 2º do projeto, que cria os arts. 282-C e 282-D no Código de Processo Penal, especificando os crimes contra a dignidade sexual de crianças e de adolescentes como condição para a retirada do conteúdo, visando à proteção da imagem da criança e do adolescente, bem como aperfeiçoar o teor do inciso IX, do art. 70-A, do ECA.

Assim, oferecemos três emendas para que essa proposição atinja, com técnica legislativa apurada, os seus meritórios fins.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, com as emendas que já estão devidamente publicadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Senadora Damares, pelo seu relatório, brilhante como sempre.

E, com satisfação – ela nem pediu, mas eu já passo a palavra, pelo brilhante projeto por ela apresentado –, Senadora Margareth Buzetti, autora do projeto, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Senadora Damares, fiquei imensamente feliz por você ter avocado essa relatoria, porque ele é de suma importância.

Eu queria chamar muita atenção a esse projeto – nem tanto pelo aumento da pena, mas porque nós vamos impedir que um pedófilo ataque outras crianças. Isso só acontece de duas formas: fazendo com que ele cumpra a pena dentro de um presídio; depois, proibindo a circulação dele no meio de crianças, como em creches, escolas, clubes ou qualquer outro lugar onde tenha criança.

Senadora Damares, não existe ex-pedófilo, infelizmente.

Em 2010, no Mato Grosso, em Cuiabá especificamente, nós tivemos um caso da morte do menino Kaytto, um menino lindo, de dez anos apenas. Ele ficou desaparecido por três dias, até que foi encontrado o seu corpinho com sinais de violência sexual. E esse cara que o agrediu tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saído numa progressão de pena, Senadora. Foi numa progressão de pena que ele saiu. E a senhora veja como são as coisas: ele saiu e matou o Kaytto.

Hoje, quando nós votamos aqui esse projeto, eu recebi – não é coincidência – e conversei com uma policial penal que na época recebeu esse assassino lá no presídio. E sabe o que ele disse, Senadora? "Não posso nunca mais sair daqui, porque, se eu sair, eu vou fazer de novo". Esse foi um caso emblemático no Mato Grosso. E ele já havia saído numa progressão de pena – saiu, matou. Quando ele entrou – essa policial penal estava comigo hoje aqui, agora há pouco tempo, e me contou –, falou que, se ele saísse, ele iria fazer de novo. Palavras dele, do assassino.

Então, por isso a importância do que aprovamos aqui hoje, com o seu brilhante relatório, Senadora. Este Congresso já mostrou que tem prioridade. Você é uma defensora eloquente da causa da criança. E nós vamos aprovar esse outro projeto.

Nós já aprovamos o Cadastro Nacional de Pedófilos e Estupradores. Hoje, esperamos que esse cadastro seja criado pelo Governo. Espero que agora nossos colegas vejam a importância dessa matéria, também, para nós defendermos de verdade as crianças brasileiras.

Estou contigo, Damares! Seremos o terror dos pedófilos no Brasil.

Não mexam com nossas crianças!

É isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Senadora Margareth Buzetti, que faz um comentário sobre um importante projeto apresentado. V. Exa. já tem uma marca aqui nesta Comissão de atuação nessa área, junto com a Senadora Damares. Essa dupla aqui vai longe!

Não sei se a Senadora Damares quer fazer algum comentário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, vamos lá.

Encerrada a discussão da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3.

O projeto segue para a análise terminativa na CCJ.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, agora eu quero falar: ufa! Sabe aquela pressa de ser aprovado para que ninguém entre e peça vista? Era essa a nossa pressa, li o relatório correndo. Sabe por quê, Presidente? Porque a criança tem pressa, as crianças têm pressa.

Senadora Margareth, parabéns pela iniciativa. Na hora em que o projeto chegou, eu já pedi a relatoria. Apresentei o voto em tempo recorde. Nossas crianças têm pressa.

Eu fico imaginando, Senadora, daqui a 40 anos, a sociedade fazendo uma leitura sobre esta legislatura: vão falar de duas Senadoras, a Senadora Damares e a Senadora Margareth, que não se conheciam, e que aprouve a Deus unir as duas para a gente fazer tanta coisa na proteção da infância. E também nos dois anos anteriores, sob a Presidência do Paim. Então, Senador Paim, é um trio – não é uma dupla, não; é um trio. O que nós aprovamos nos dois anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agradeço por ter me incluído nessa luta. Estou junto!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, o que nós aprovamos nos dois últimos anos, sob a sua Presidência... Matérias de relatoria dela, que já viraram lei; matérias que nasceram aqui, sob a sua Presidência, e que tramitaram de forma tão rápida nas duas Casas que já viraram lei. A Margareth tem lei já com a assinatura dela. E eu participei ali, os colegas todos também, protegendo mulheres, crianças, idosos.

E aí a gente brinca muito que a Margareth é o terror dos estupradores no Brasil, e a Damares é o terror dos pedófilos. Então, a gente tem muito orgulho desse título, sim. Nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteger as mulheres, as crianças, os idosos. E eu fico muito contente com a aprovação dessa matéria.

Agora, no Senado, só vai passar por mais uma Comissão – eu creio que lá também vai ser unânime – e depois já segue para a Câmara. E a gente vai fazer caminhadas, juntas, na Câmara para que seja entregue para o Brasil imediatamente essa matéria.

Parabéns! Imaginem: uma mulher que vem do setor privado, nunca foi política, chega a esta Casa e faz tantas entregas na área da segurança. Que Deus te abençoe, minha querida autora! Eu estou muito feliz de ter feito parte desta história novamente contigo.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – E eu feliz contigo! Nós somos uma dupla.

Só lembrando que tem uma terceira lei, a ser sancionada, nas mãos do Presidente da República, em benefício de nós, mulheres, que é a da reconstrução da mama das mulheres por qualquer tipo de doença ou mutilação. Essa é a minha terceira lei em dois anos e meio. Fico muito feliz.

A dupla funciona.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E eu tenho orgulho, porque fui o Presidente – por um periodozinho, mas fui. (*Fora do microfone*.)

Então, Senadora Damares, mais uma vez agradeço a V. Exa. a gentileza de que eu ficasse presidindo durante esta sessão...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... que é uma sessão histórica pela aprovação de um projeto tão importante como este.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente!

Reassumo a Presidência.

Nós vamos para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2549, DE 2024

- Não terminativo -

Cria o Selo Cidade Mulher, a ser conferido aos Municípios que se destacarem na efetividade das políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CCJ e CDH.

- Em 16/10/2024, a matéria recebeu Parecer da CCJ, favorável ao Projeto.

A autora do projeto é a Deputada Federal Nely Aquino. Eu tenho a honra de tê-la conosco aqui na Comissão. Obrigada, Deputada, por vir acompanhar a votação da sua espetacular proposta de lei.

Nós temos como Relatora, claro, a nossa incrível, querida Senadora Mara Gabrilli, que fará a sua defesa, vai ler o seu relatório de forma *online*.

Agora, eu concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente Damares. Estou muito feliz com esse relatório. Queria parabenizar também a Senadora Margareth Buzetti pelo projeto dela, por tantas aprovações. Parabéns à dupla!

E cumprimento a Deputada Federal Nely Aquino. É uma honra poder fazer essa relatoria com ela presente.

Então, vamos à análise.

A análise do PL por este Colegiado é regimental, visto que o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê que compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, inclusive os direitos da mulher. Não vislumbramos óbices à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Em relação ao mérito, a proposição merece acolhida. Não obstante as políticas públicas já em curso, os dados relacionados à concretização dos direitos das mulheres ainda são insatisfatórios, apontando para a persistência da desigualdade de gênero em diversas áreas – educação, mercado de trabalho, família, saúde, entre muitas outras.

Segundo a 3ª edição do estudo "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil", publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade no mercado de trabalho, em 2022, foi de 53,3%, enquanto entre os homens essa medida chegou a 73,2%. Em adição a isso, o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, apresentado em 2024 pelos Ministérios do Trabalho e Emprego e das Mulheres, aponta que as mulheres ganham, em média, 19,4% a menos do que os homens no Brasil. Em cargos de dirigentes e gerentes, a diferença de remuneração chega a 25,2%. Esses dados são preocupantes, especialmente quando consideramos que o empoderamento econômico é elemento essencial para a redução da violência de gênero.

Adicionalmente, entre 2022 e 2023, houve aumento das taxas de registro de diferentes condutas violentas praticadas contra as mulheres: feminicídio nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição, violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicológica e estupro. Essas modalidades de violência, quando somadas, atingiram mais de 1,2 milhão de mulheres, e isso apenas em 2023.

Esses são apenas alguns dos dados que evidenciam que ainda há um longo caminho a percorrer para que os direitos das mulheres sejam efetivamente garantidos, e é necessário que todos os entes federativos estejam engajados nessa incumbência. Nesse sentido, a medida proposta pelo PL, de concessão do Selo Cidade Mulher para os municípios que se destacarem na efetividade de políticas públicas específicas para o bem-estar das mulheres, é necessária e oportuna.

Sua aprovação não somente possibilitará o reconhecimento do trabalho realizado pelos municípios que implementam políticas em prol dos direitos das mulheres, mas também incentivará outros municípios a fortalecerem suas ações nesse sentido, a fim de que possamos garantir os imperativos constitucionais de dignidade humana e igualdade substancial.

Por isso, o voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.549, de 2024.

Parabéns, Deputada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Eu sou totalmente favorável ao projeto, mas recebi um apelo aqui – e a senhora resolve como é que vai ser – para que eu comente a matéria, e eu vou comentá-la.

A Deputada autora está presente, que é a Deputada Nely, nome de uma irmã minha muito querida, viu? A Deputada Nely está presente, e eu não sei se V. Exa. gostaria de dar a oportunidade para ela...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ela vai falar. Já combinei com ela. Assim que o senhor terminar, ela vai falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

Então, eu vou fazer alguns comentários, via documento que recebi aqui do Governo, numa linha de esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não há nenhuma intenção de criar obstáculo ao projeto da Deputada Nely, que é o nome da minha irmã.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, calma.

Pediram-me para eu ganhar um pouco de tempo, porque há outra Senadora que está vindo para cá. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A senhora pode abrir o jogo, se for o caso.

Então, vamos lá.

Eu vou fazer a leitura, e a Senadora Mara Gabrilli, que é a Relatora, poderá comentar. No momento adequado, a senhora pode dizer: "Deu, está bom, agora vamos votar". Fique bem à vontade.

Este projeto é muito importante, e a visão, inclusive, da nossa bancada, é de que esta ideia de criar o Selo Cidade Mulher merece todos os aplausos, a ser conferido aos municípios que se destacam na efetividade das políticas públicas especificadas para o bem-estar das mulheres, que é um compromisso unânime aqui nesta Comissão.

A autoria é da Deputada Nely, que já falei, e o relatório é da nossa querida também Mara Gabrilli.

O projeto de lei propõe criar o Selo Cidade Mulher com o objetivo de premiar municípios que se destacarem na adesão às políticas públicas para as mulheres – parabéns! A adesão será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliada pelo cumprimento e engajamento da cidade na efetividade das suas políticas, observados os seguintes critérios – falarei os critérios também, mas com elogios –: busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens em todos os âmbitos – perfeito –; combate a todas as formas de discriminação – perfeito –; universalidade do serviço e dos benefícios ofertados pelo Estado – na mesma linha –; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas – também nossos elogios –; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Em cada município, o grau de adesão, de engajamento e de envolvimento no cumprimento das determinações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres envolverá a assinatura do referido pacto e a avaliação dos seguintes critérios: combate à exploração sexual – estávamos até conversando sobre isso, dialogando aqui – de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

O projeto estipula que os municípios poderão criar organismos de políticas para as mulheres, como a Secretaria da Mulher. Prevê que a banca julgadora deverá levar em conta a efetividade dos benefícios produzidos pelas políticas públicas municipais implementadas em favor da melhoria das condições de vida e do bem-estar das mulheres do município.

Estou concluindo já.

Enuncia que os critérios para a seleção dos municípios vencedores do Selo Cidade Mulher levarão em conta os pontos obtidos pelo cumprimento proposto no projeto.

Por fim, determina que caberá ao Poder Executivo publicar regulamento específico sobre o número de selos a ser conferido anualmente, bem como os critérios da pontuação avaliativa dos municípios que serão contemplados com o Selo Cidade Mulher.

Sobre o mérito – a senhora pode até ajudar na resposta, Presidenta –, apesar das boas intenções do projeto, ele apresenta, segundo aqui o documento que eu recebo, alguma lacuna em que poderíamos chegar a um entendimento – se ficar claro, tudo bem; se não, até uma emenda de redação da própria Relatora. Ele apresenta alguma lacuna que compromete, digamos, a sua operação ou eficácia, como a falta de definição de órgão responsável pela entrega do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prêmio, sua composição e critérios de indicação. Essas omissões exigiriam regulamentação do Poder Executivo, podendo configurar tentativa tal e tal de enfraquecer iniciativa.

Por isso, sugere-se que poderíamos deixar claro que passaria para o Executivo, a transformá-lo numa proposição municipal, estadual ou até nacional, pela importância da sua iniciativa.

Então, aqui a intenção é só contribuir. V. Exa., que é especialista na matéria, e a Mara também podem orientar aí.

E o meu voto é favorável, para aprovar hoje, numa homenagem a todas as mulheres, a esta Comissão, de que a senhora é a Presidente, e numa homenagem à autora – que tem o mesmo nome da minha irmã, que, eu não disse, mas vou dizer agora, já é falecida –, Nely.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Senador, extremamente interessantes as suas observações. E eu já estou querendo sair daqui com esse projeto aprovado. Eu, agora, na próxima semana, vou ter uma reunião com as minhas Prefeitas do Republicanos. Nós temos 54 mulheres Prefeitas no meu partido. E vou desafiá-las: aprovando aqui, que o primeiro município que vai ganhar o selo seja das minhas mulheres do Republicanos.

Deputada, a gente queria ouvi-la, talvez para a senhora esclarecer ou complementar as observações do Senador Paulo Paim.

A SRA. NELY AQUINO (PODEMOS - MG) – Bom dia! Bom dia, Senadora Damares, obrigada pela oportunidade. Estou muito feliz em estar aqui com vocês. Obrigada, Paulo, pelas palavras, viu? Agradeço o relatório da Mara, excelente relatório.

Bem, com relação ao que o Senador colocou, nós deixamos em aberto realmente para a definição do Executivo, para que ele defina esse formato de como vai ser feito – não sei se será através do Ministério das Mulheres –, mas se quiserem também colocar uma emenda para já encaminhar... Eu não sei se isso atrapalharia na votação, porque ainda vai para votação em Plenário, sabe? Então não sei se isso atrapalharia. Nós deixamos realmente em aberto para que essa regulamentação seja feita pelo Executivo.

O projeto é simples, porém eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu sou de Minas Gerais, eu sou uma mulher comum, periférica e acompanho a violência das mulheres há uma vida inteira. Eu não sou mulher que possa ser encaixada em nenhuma categoria como a defensora ou ganhar o título de "defensora de mulheres", mas essa pauta caminha comigo desde que eu comecei na vida pública. Eu fui Vereadora em Belo Horizonte, Presidente da Câmara por dois mandatos, e Deus quis que eu viesse para a Câmara Federal desenvolver o trabalho para as pessoas mais carentes e mais humildes do meu estado. E, dentro das minhas pautas, a prioridade está na garantia de dar vida às mulheres. Eu tenho um orgulho muito grande do meu estado, mas eu não tenho orgulho das estatísticas e dos números de mulheres que morrem lá todos os dias. A gente vem buscando formas de políticas públicas para mudar e alcançar a redução desses números e, infelizmente, a gente não vem conseguindo.

Eu tenho certeza de que a política começa nos municípios, o trabalho começa nas cidades. Nós temos mais de 850 municípios em Minas Gerais; nós temos aí um país com mais de 5 mil municípios. E, se nós procurarmos que os nossos Prefeitos e Prefeitas tenham políticas mais robustas em torno desse assunto, a gente, com certeza, vai conseguir reduzir o número. Cada mulher que a gente conseguir salvar, cada mulher que a gente evitar que seja assassinada é uma família que a gente estará resgatando, são filhos que vão deixar de ser órfãos, são mães e pais que vão deixar de chorar pelas suas filhas.

Então, há essa necessidade de mudança, de mudança cultural, mas principalmente de levar para dentro das cidades, das cidades menores... A gente trabalha muito as grandes capitais, a gente fala muito para as grandes capitais, e a gente precisa de trazer essa mudança para todas as cidades, englobar todas as cidades do nosso país.

Então, eu estou muito feliz. Eu tenho certeza de que esse projeto vai ser aprovado e absoluta certeza de que vai realmente fazer a diferença na vida de muitas mulheres.

Muito obrigada! Muito obrigada pelas palavras e pelo carinho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira...

Senador Paim, ficou claro, né? Vai ficar por conta do Executivo a regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Isso, isso.

Se nós pudéssemos botar embaixo...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... da relatoria "conforme regulamentação"...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Daí limpa a área para as outras Comissões também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já está no projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah, já está? Então, tudo esclarecido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.? Tudo esclarecido.

A SRA. NELY AQUINO (PODEMOS - MG) – Senadora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É só votar agora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí, Deputada, que não sejam só as ações de enfrentamento à violência, mas as ações de promoção da mulher. Tem muita coisa linda acontecendo nos municípios pela qual daria para a gente também premiar essas cidades.

E a minha preocupação é que nós ainda temos cidades que não têm uma OPM. Quem sabe o selo agora atraia os Prefeitos a também edificarem e ampliarem a rede de proteção da mulher.

Mas, deixando para o Executivo a regulamentação, muito sabiamente, eu acho que a gente não vai ter nenhum óbice com relação ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NELY AQUINO (PODEMOS - MG) – Eu gostaria só de contar com o seu apoio para a urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, antes de a senhora falar, porque a senhora vai dar a última palavra...

É nessa linha do que ela quer pedir, e eu já vou pedir, porque a turma ali se mexeu... (*Risos.*)

... para que eu pedisse a urgência, e ela agora vai defender o porquê da urgência.

A última palavra é sua.

A SRA. NELY AQUINO (PODEMOS - MG) – Eu gostaria de contar com o apoio de vocês para a urgência desse projeto...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. NELY AQUINO (PODEMOS - MG) – ... porque eu creio que, quanto mais rápido conseguirmos aprovar, nós vamos conseguir colocar... Já tem aí a proposta da Senadora, com mais de 50 cidades sendo conduzidas por mulheres, e vamos contar com o apoio dos homens, porque esse trabalho só vai avançar se estivermos todos juntos. E a sua fala, eu acho que... Hoje nós lutamos, em prioridade, pela vida da mulher, mas nós temos tantas lutas, tantas coisas para poder alcançar, e as mulheres estão aí para poder ajudar a construir este país. E nós já estamos ajudando nessa construção, sempre ajudamos, mas precisamos garantir a eficácia do trabalho das mulheres com o nosso apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ainda está em discussão.

Senadora Mara, quer que eu coloque em votação ou quer falar antes da votação?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não, pode colocar em votação, Senadora Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Eu só iria também pedir para que esse projeto entrasse na pauta urgente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – ... devido à importância dele.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Então, vamos votar primeiro a matéria.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Vamos também colocar em votação o requerimento de urgência.

Aqueles que aprovam... (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Senadora Mara, parabéns pelo seu voto; Deputada Nely, parabéns pela autoria, e Senador Paim, pela contribuição.

E a gente está entregando, nesta Comissão, hoje, uma matéria importante, lembrando que a gente está chegando aí ao Agosto Lilás. Quem sabe a gente já não traz também esse selo para a campanha no Agosto Lilás.

Parabéns, Deputada. Parabéns, Mara.

Aprovada a matéria e o requerimento de urgência.

Nós vamos agora para os itens 6 e 7 da pauta, que são requerimentos – um, de minha autoria, e o outro do Senador Flávio Arns.

Eu vou ler em bloco, e a gente coloca em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3.506, de 2020, que "institui o Dia da Conscientização sobre a Agenesia de Membros.".

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Senador Paim e demais Senadores, esse projeto chega da Câmara, mas ainda está faltando o que a lei exige. É esse dia, realmente, que vai ser aprovado? Faltou, lá na Câmara, uma audiência pública, uma discussão sobre a data, para não se ter dúvida. Então, faremos uma audiência pública rápida aqui, apenas para decidir se é realmente o dia que a proposta coloca.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 61, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a descontinuação da produção de medicamentos e o perigo de desabastecimento do mercado.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Eu estou subscrevendo o requerimento, que apresenta os convidados voltados à pauta.

Eu coloco em votação o Requerimento 60 e o Requerimento 61.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os itens 6 e 7 da pauta, Requerimentos 60 e 61, de realização de audiências públicas.

Nós temos ainda na pauta o item 3, de autoria do Senador Romário. A Relatora é a Senadora Tereza, que está chegando e que faz muita questão de fazer a leitura. E lembro que o item 3 é terminativo. Eu já vou pedir às assessorias que fiquem com o celular na mão. Assim que a Senadora Tereza ler, nós vamos pedir que vocês façam o contato com os Senadores, porque ele é terminativo, e o voto será nominal.

E nós também temos o item 5 da pauta, de autoria do Senador Marcos do Val, que é o PL 880. O Relator é o Senador Zequinha Marinho. O Relator pediu retirada da pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a implementação de mecanismos de identificação, prevenção e indisponibilização imediata de conteúdo de sexo explícito ou pornográfico envolvendo a participação de crianças ou adolescentes.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Nós vamos ficar aguardando a Senadora Tereza para a leitura do relatório. Ela faz questão de ela mesmo ler o relatório.

Eu vou agora para a leitura de expediente para a gente ir ganhando tempo, mas não sem antes informar aos Senadores e a todos que estão presentes que, quinta-feira e sexta-feira da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada, nós realizamos a segunda diligência da Comissão de Direitos Humanos. Essa diligência aconteceu no Arquipélago do Marajó. Eu não sei se a comunicação da Comissão tem o vídeo da FAB, que foi pedido para passar hoje. Eu acho que não chegou o vídeo, mas a gente apresentaria esse vídeo hoje. Eu quero informar a todos que a diligência alcançou os objetivos propostos e que, na verdade, foi além do objetivo proposto. Nós estivemos em duas cidades.

Uma foi a cidade de Breves. Breves é considerada a capital do Marajó. Breves é uma cidade com mais de 100 mil habitantes, é uma cidade incrível, é onde param as grandes embarcações, é a cidade que tem os hospitais de referência, é a cidade que tem os serviços de referência, a que as cidades pequenas chegam. Na cidade de Breves, pela manhã, nós tivemos, Senador, uma participação na operação da FAB. A FAB está na região com a Operação Excelsior, uma operação na área da saúde. A FAB foi para lá com balsas, tendas, aeronaves, caminhões para atender as pessoas da região na área da saúde, em parceria com o instituto Voluntários do Sertão.

Senador, o que eu vi, numa manhã, naquela operação foi de arrancar lágrimas! Para o senhor ter uma ideia, pessoas entravam cegas na tenda e saíam enxergando. Para o senhor ter ideia, teve um caso muito emblemático de uma mulher que era considerada inteiramente incapaz, a mulher, inclusive, sofria *bullying* na comunidade: "uma pessoa que não tem jeito", aquele estigma. A mulher tão somente era cega e surda. Então, vocês imaginem: ela, na hora depois de fazer a cirurgia de catarata, sair enxergando e, na hora depois de identificarem o grau de surdez dela, já sair com o aparelho. A mulher que entra era alguém de que as pessoas riam dela na cidade como uma pessoa que não tinha jeito, e a mulher sai enxergando e ouvindo. Vocês têm ideia da grandiosidade disso? Nós vimos mulheres lá na fila que estavam há cinco anos aguardando, com um requerimento, um pedido de uma mamografia – há cinco anos! E essas mulheres fizeram mamografia, fizeram os exames.

Mas a gente viu também a ala da pediatria.

O que vimos lá, Senador, foi muito triste. A ala da pediatria, inclusive, estava funcionando em escolas. A FAB ocupou todas as escolas da cidade.

Em tendas, caminhões, balsa, foram milhares de pessoas atendidas, e não foram só pessoas de Breves; pessoas de outras cidades também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoas viajaram três dias de barquinho para arrancar um dente, Senador. Essa é a realidade do Marajó.

Mas, na ala da pediatria, Deputado, o que me chamou muito a atenção foram mães sentadas com crianças extremamente agitadas, crianças se debatendo, crianças em surto, crianças que precisavam ter uma regulação, e não tinham espaço para regulação, porque o espaço era só para atendimento. Mães há anos aguardam um laudo, um diagnóstico de autismo para suas crianças, ou de outros transtornos.

Eram dezenas de pediatras, mas eles chegaram à conclusão de que teriam que levar centenas de pediatras para a região. Essa é a realidade do Marajó.

Mas a ação foi tão grandiosa, e eu quero parabenizar a FAB.

Se o vídeo não estiver pronto, eu vou exibi-lo na próxima reunião.

Eu quero parabenizar a FAB.

Inclusive, Senador, nós fomos daqui para lá, e só consegui chegar ao território por causa do apoio da FAB.

A FAB levou todos os brigadeiros, todos os altos oficiais, alguns que nunca tinham estado lá na região. Inclusive, foi uma experiência, porque eu realmente estava num céu de brigadeiro. Eu estava numa aeronave só com brigadeiros... Com os brigadeiros! Foi, assim, incrível!

E o que eu vi? Esses oficiais chorarem, sensibilidade.

E o que eu vi nos profissionais da FAB que dedicaram os seus dias? Porque é uma operação em que eles pegam os voluntários oficiais. Eu vi dedicação, eu vi entrega, eu vi o povo chorando de alegria.

Então, eu precisava fazer esse registro à gloriosa FAB.

A Marinha também faz esse tipo de operação lá, mas, sendo a FAB, podendo usar as aeronaves para trazer os pacientes em situação de emergência, foi incrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos a manhã, parte da tarde, almoçamos dentro das tendas com eles. Passamos a manhã e parte da tarde com a FAB. Depois, a nossa comitiva se afasta da operação e nós vamos para a nossa missão.

Tivemos reunião com a rede de proteção às mulheres de Breves. É uma casa, casa da mulher e da menina marajoara, onde toda a rede de proteção o Prefeito reuniu, tanto da área social, da educação, como da segurança.

Foi incrível aquele momento, aquele encontro com aquelas guerreiras de Breves.

Depois, tivemos reunião com o superintendente da Polícia Civil da região, de todo o Marajó. E, aí, os relatos nos assustam.

Todos vocês ouviram que, há duas semanas, foi encontrado um submarino no Marajó. Vocês ouviram isso? Um submarino. Foi construído um submarino, e esse submarino foi encontrado lotado de drogas. E, por incrível que pareça, encontraram um submarino semelhante lá na Europa e, na hora de fazer o estudo do casco, descobriram que foram feitos no mesmo lugar. Aí, eu perguntei: "Delegado, fale sobre o submarino: um submarino que carrega tantas drogas não poderia estar carregando crianças e mulheres também?". Sabem o que é que ele me disse? "Saiu no jornal esse, mas a gente já encontrou mais quatro embarcações semelhantes a essa nos rios da Amazônia; submarinos indo para a Europa".

Nós vamos ter que dar uma atenção muito grande às nossas fronteiras.

E eu não sei como esses submarinos conseguem chegar à Europa, porque a gente percebeu, pelas imagens, que era uma embarcação muito precária – muito precária.

Saindo de Breves, depois de a gente ter ouvido toda a rede de proteção de Breves, nós fomos para Anajás no dia seguinte.

Anajás, gente, para quem não conhece, fica, de barco, a cinco horas de viagem de Breves.

Deixe-me explicar uma coisa: Belém-Breves, 12 horas de barco; Breves-Anajás – é como se fosse uma aldeia no meio da floresta. A cidade de Anajás é linda. Quatro horas, mas de voo são 17 minutos. Vocês conseguem entender isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a gente não podia ir de barco, porque existe uma questão de insegurança nos rios...

Vocês já ouviram falar de piratas? Lá tem piratas. Então, as autoridades precisavam ir de aeronave. E, aí, nós tivemos... E a aeronave da FAB não pousa em Breves, porque a pista é deste tamanhinho; só aeronaves pequenininhas, aquelas que cabem quatro, cinco pessoas.

Aí, um Deputado Estadual nos conseguiu uma aeronave que mal cabia a gente sentadinho. Aí, quando eu vi o piloto, era um piloto de 84 anos. Aí eu perguntei: "O senhor sabe mesmo pilotar?". Ele: "Eu faço isso há 65 anos na Amazônia" – coisa mais linda. Só que teve uma hora em que ele perguntou: "Para que lado eu vou?". Eu disse: "Ai, pronto!. (*Risos.*)

Chegamos a Anajás.

Em Anajás, nós fomos recebidos com festa. E eu quero dizer que a festa foi para a Comissão. Esta Comissão foi recebida com abraços em Anajás.

Nós fomos recebidos no aeroporto, aquele aeroporto "pequetitico", e tivemos que correr para a Câmara de Vereadores, porque a Presidente da Comissão recebeu um título, um voto de louvor, aplausos da Câmara de Vereadores.

A população toda estava na Câmara de Vereadores. Foi muito lindo.

Lá, em Anajás, tivemos reunião com conselheiros tutelares, tivemos reuniões com o Prefeito, Vereadores, assistentes sociais, rede de proteção da mulher, rede de proteção da criança... Foi um dia muito corrido, mas eu tive dois encontros extremamente importantes com as famílias das vítimas.

Uma família, Senador Paim...

Gente, eu estou falando isso pela Senadora Teresa também, tá?

Uma família, a família da menina Amanda...

A menina Amanda, com 11 anos de idade, foi sequestrada. A mãe estava na Câmara de Vereadores, e depois a gente teve uma reunião sozinha com a mãe, junto com o delegado e a rede de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A menina foi sequestrada, torturada, abusada, extremamente machucada, e teve a língua cortada, e essa menina foi encontrada a menos de 150m da casa dela, amarrada, debaixo de um trapiche, cinco dias depois, o corpo já em estado de decomposição.

A violência contra as crianças naquela região não tem nenhum romantismo, gente. Tem crueldade, tem dor, tem sofrimento.

A mãe de Amanda estava lá por quê? Duas pessoas já foram condenadas, mas há uma suspeita de que, Senador, não foram apenas duas pessoas, e a mãe continua exigindo justiça.

Abraçar aquela mãe, gente, não foi fácil – uma mãe linda, jovem...

A menina Amanda era linda, extremamente linda. As crianças marajoaras são lindas; as mulheres marajoaras são lindas.

Depois a gente foi à casa da menina Elisa.

A menina Elisa foi, na verdade, toda a motivação da nossa viagem ao Marajó.

A menina Elisa foi sequestrada há dois anos. Ela tinha dois anos de idade. Portanto, ela está com quatro.

A mãezinha da menina Elisa mora na área rural. Então, lembrem-se: Breves a Anajás, quatro horas de barco; de Anajás até a área rural onde a mãe mora, mais duas horas de barco.

É um lugar extremamente isolado. A mãe é uma menina jovem, muito ingênua. O pai, mais jovem ainda. Um casalzinho lindo. Só que a menina Elisa desapareceu.

Três delegados já passaram pelo inquérito.

O primeiro delegado arquivou, porque uma criança de seis anos contou a seguinte história: "A gente estava brincando, Elisa caiu com o rosto no chão e Elisa morreu" – testemunho de uma criança de seis anos. Mas cadê o corpinho? "Ah, tinha um homem com carro de boi, e o carro de boi passou por cima da criança". Mas cadê o corpinho? Aí, encerrou-se o inquérito.

Quando se encerrou o inquérito – eu já falei isso na tribuna, e é por isso que nós fomos lá –, homens armados foram à casa da mãe, cortaram a mãe de faca e mostraram a foto da menina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e disseram: "A menina está viva, mas a gente só devolve a menina se vocês entregarem a criança que foi comprada".

A partir daí, essa mãe faz um segundo boletim de ocorrência. Depois, a mãe engravida, eles voltam à casa da mãe com uma arma, fazem a mãe desmaiar, mostram um vídeo e falam: "A menina está viva, mas nós queremos a criança que compramos".

A mãe faz o segundo boletim de ocorrência. Aí, a segunda delegada começa a investigar.

A segunda delegada também sai do caso. Agora, tem um terceiro delegado, que chegou lá há seis meses.

Detalhe, senhores: quando nós chegamos lá... A cidade está tão assustada com o caso da menina Elisa, que tem um grupo na cidade chamado Princesa Elisa.

Acreditem: entrou no grupo da cidade a foto da menina Elisa com quatro anos. E gente trouxe a foto, para fazer uma perícia num grande centro urbano. Nós estamos mandando... A Comissão vai encaminhar para fazer uma perícia, mas todos na cidade me mostravam a foto e afirmavam que a foto é da menina Elisa.

E há uma outra informação, que eu não posso falar publicamente ainda, mas que foi trazida pela mãe, pela avó, pelo pai e pelos vizinhos sobre a menina Elisa.

Vocês conseguem imaginar a ousadia?

A polícia investigou? Sim, a polícia esteve lá. Não houve omissão do Estado do Pará. Os bombeiros foram ao local. Houve toda uma mobilização. Um homem foi preso. E, no dia da reconstituição, algemado, ele conseguiu fugir para a floresta. Com toda a polícia junto. Aí, ele foi recuperado, dias depois, na floresta, mas ele estava tão debilitado, que, quando ele chegou à cadeia, ele morreu na cadeia, debilitado. Essa é a história.

Mas a polícia investigou. Não houve omissão.

O problema é que já passou da competência da polícia do estado, porque eles estão sendo ousados em desafiar.

Foi aí que nós pedimos ao Ministro da Justiça para que federalizasse esse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu preciso registrar: o Ministro Lewandowski me recebeu junto com o Secretário Nacional de Segurança, e eles estão estudando a possibilidade de federalizar o caso, porque esses traficantes que roubaram a criança estão de uma ousadia incrível.

E aí, gente, eu trago com alegria para vocês a notícia de que o inquérito foi reaberto. O Ministério Público reabriu, vai para uma fase de investigação, não sabemos se pela polícia civil ou se pela Polícia Federal, mas o inquérito está aberto. E a população da cidade está numa expectativa muito grande. Falo para os senhores que esse caso da menina Elisa poderá abrir um leque e poderá ser o primeiro de muitos. Queremos que essa menina esteja viva. É claro que há outra linha de investigação – que foi um estupro, seguido de morte, corpo ocultado, para não se revelar o crime de estupro, porque geralmente fazem isto: estupram e, para esconder o estupro, escondem o corpo –, mas há uma expectativa muito grande, porque a menina Elisa virou um símbolo da cidade. Nós vamos acompanhar esse caso. Eu juro para vocês que, se a menina Elisa estiver viva, esta Comissão vai celebrar muito, e nós vamos trazer essa menina, nós vamos trazer essa família aqui e nós vamos dar origem a uma nova fase de investigação no Marajó.

Quando a gente fez a comitiva, todos os Senadores foram convidados, mas nenhum Senador da Comissão pôde ir. Foram Deputados Federais. Nós vamos voltar ao Marajó, e aí eu quero os assessores junto comigo de novo – está bem, Leila? Eu quero, no Marajó, todos os assessores que foram para Yanomami comigo. Eu quero que vocês tenham uma experiência com aquele povo incrível, amado, maravilhoso. Eu quero que vocês comam turu comigo. Eu quero que vocês comam açaí no Marajó comigo. Eu quero vocês dançando carimbó com aquele povo querido do Marajó. Aquele povo é extraordinário.

A gente vai apresentar o relatório depois, com os dados, informações.

Só um detalhe, Senadora Tereza: o Conselho Tutelar de Anajás... Anajás é uma cidade desse tamanhinho...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Missão cumprida. Conte comigo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conselho tutelar se reuniu comigo e me entregou um relatório. Vocês estão pronto para ouvir o relatório que eu vou dizer aqui? (*Pausa.*)

Vai fazer parte, é público. O Conselho Tutelar de Anajás, uma cidade desse tamanhinho, me entregou que, em 2024, em Anajás, foram registrados, no Conselho Tutelar de Anajás tão somente, 276 casos. Nós vamos acompanhar todos esses casos.

Que Deus abençoe o Marajó!

Obrigada a todos os assessores da Comissão e a quem esteve comigo.

Na semana que vem, a gente vai apresentar o relatório, com vídeos. Vocês vão se emocionar e vão querer – todos – ir para o Marajó cuidar daquele povo. E a gente tem um sonho: que aquele lugar seja o melhor lugar do mundo para se morar.

Está conosco a Senadora Tereza, vamos para o item 3 da pauta.

Vamos voltar para a nossa pauta, ainda estamos na reunião deliberativa.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3427, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, para dispor sobre a prioridade de atendimento e a identificação da pessoa com doença de Parkinson.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CAS e terminativo na CDH.

- Em 05/06/2024, foi aprovado o parecer da CAS, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

É terminativo, vai exigir votação.

Vai alterar duas leis o projeto de lei.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para a leitura do relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Damares, Presidente desta Comissão.

Quero me desculpar aqui pelo atraso, agradecendo já aos Senadores que puderam aqui me aguardar para fazer a leitura deste relatório, que eu julgo da maior importância.

E, como ele já está público, eu gostaria de ir direto à análise.

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e integração social das pessoas com deficiência, temática abrangida pelo projeto em análise.

Passemos, então, à análise de mérito.

A doença de Parkinson é uma enfermidade neurológica crônica, progressiva e ainda sem cura, caracterizada por alterações motoras como tremores, rigidez muscular, bradicinesia e instabilidade postural. Conforme dados do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde, a doença tem prevalência estimada entre 100 e 200 casos por 100 mil habitantes, estimativa corroborada por informações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). É um grande contingente populacional que tem sua vida impactada de forma significativa na mobilidade, na autonomia e no bem-estar emocional não apenas dos pacientes, mas também de seus familiares e cuidadores.

Diante desse cenário, merece destaque o mérito do projeto ao propor a inclusão formal das pessoas com doença de Parkinson no rol de beneficiários de atendimento prioritário, ao lado de outros grupos já reconhecidamente vulneráveis. Trata-se de um gesto de sensibilidade e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, que reconhece a especificidade das limitações impostas por uma condição neurológica progressiva e se empenha em garantir meios concretos de acolhimento e proteção.

Ao assegurar tratamento prioritário a esse público, a medida representa um avanço significativo em termos de reconhecimento legal e de promoção da dignidade no acesso aos serviços públicos e privados e confere respaldo normativo à demanda por um atendimento mais célere, humano e inclusivo, contribuindo para a redução de barreiras cotidianas enfrentadas por quem convive com uma condição debilitante e muitas vezes invisibilizada.

Adicionalmente, a previsão de um instrumento oficial de identificação para esse público reforça a segurança jurídica no exercício do direito à prioridade. Ao permitir o pronto reconhecimento da condição, tal documento contribui para reduzir constrangimentos, facilitar a prestação do atendimento e garantir maior efetividade à política de inclusão.

Conforme exposto nas emendas aprovadas pela CAS, a proposição demanda ajustes de redação e adequação normativa, notadamente no art. 3º do projeto, que insere o art. 3º-A na Lei nº 14.606, de 2023, o qual apresentava problema de técnica legislativa ao empregar indevidamente a expressão "o poder público obrigado expedirá", sendo a palavra "obrigado" desnecessária e juridicamente imprecisa. Além disso, é necessário harmonizar a redação com as alterações recentemente introduzidas no referido diploma legal pela Lei nº 14.626, de 2023, a fim de preservar a coerência e a integridade do ordenamento jurídico.

Por fim, nada há a obstar à aprovação do PL nº 3.427, de 2023, no que se refere à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da proposta.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.427, de 2023, e das Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

É esse o voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui também cumprimento o autor deste projeto de lei, o Senador Romário, que sempre tem trazido esse olhar para todas as doenças raras, enfim. Então, eu aqui quero agradecer a oportunidade deste relatório.

E, Sra. Presidente, com certeza, nós vamos continuar abraçando, continuar lá nesse projeto maravilhoso que a senhora, há muito tempo, faz, abraçando a Ilha de Marajó, com todos os seus problemas, como os problemas aí citados, que são, eu nem sei como dizer, de uma crueldade, de uma falta de humanidade, enfim, mas também com relação ao bem-estar que a senhora já proporcionou àquelas pessoas da Ilha de Marajó, quando a senhora esteve à frente do ministério. Continuar com esse olhar é muito bom, porque fazer um projeto e depois abandoná-lo é muito fácil, mas a sua persistência em resolver os problemas das pessoas que vivem naquela região lindíssima, belíssima e que não merecem ter esse tipo de problemas como referência... Nós temos que mudar, inverter a situação, mostrar as belezas e também o bem-estar das pessoas que lá vivem há muitos anos. Então, muito obrigada pelo seu trabalho por essas pessoas. E eu estou junto com a senhora em defesa das pessoas, enfim, de todos que estão ali na Ilha de Marajó.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora. Obrigada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Eu peço à Secretaria que abra o painel, e proceda-se à votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Enquanto fazemos a votação, Senadora Tereza, eu quero cumprimentá-la pelo voto e cumprimentar o Senador Romário. As pessoas com Parkinson terem prioridade eu acho que... Por que demoramos tanto para pensar nisso? Sabem aquela proposta de que a gente fala: por que demoramos a pensar nisso? Por que só agora? Mas chegou a hora, vamos votar. Vai encerrar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta Comissão, já passou por outra Comissão do Senado, vai encerrar no Senado nesta Comissão, não vai para o Plenário. E daqui segue para a Câmara, e eu creio que lá a gente também vai conseguir sucesso na aprovação desta matéria.

Peço às assessorias que liguem para os seus Senadores para que procedam à votação.

Enquanto eles procedem, Senadora Tereza, eu quero voltar ao Arquipélago do Marajó e dizer o seguinte: quando foi criado o Programa Abrace o Marajó, cada ministério tinha que fazer uma entrega, e ao seu ministério ficaram duas entregas. Uma era o seu sonho, o da grande escola de agricultura, a grande escola técnica agrícola, para a gente levar educação para aqueles jovens da região, para não precisarem sair de lá. É uma área com um potencial agrícola incrível.

Para quem não sabe, 90% da criação de búfalo no Brasil está no Marajó. Muita gente não sabe disso, mas é uma área propícia, porque é alagada.

Tem cidades, Senadora... Eu me lembro de que eu fui à cidade de Soure, e a polícia usa búfalo – não é cavalo e não é viatura. Eu me lembro de que, no período da tarde, o delegado perguntou... Eu não sabia, e ele falou assim: "Senadora, nós temos uma hora em que a gente abastece as viaturas. A senhora não quer ir ver o abastecimento das viaturas?". E eu fui – lembra, Esequiel? – lá ver: "Por que eles têm um ritual de abastecimento de viatura?". Era a hora em que eles soltam o búfalo no quintal da delegacia para o búfalo comer, e isso é o abastecimento de viatura.

O Marajó é incrível! Lá também nós temos a melhor muçarela do leite da búfala – certificada internacionalmente –, mas é tudo tão artesanal. Por que não levar desenvolvimento e as pessoas gerarem emprego e renda? Lá nós temos a parte da praia... Gente, não vá para o Caribe, não; vá para o Marajó. Nós temos praia, oceano também. Marajó faz fronteira com o oceano de um lado e do outro lado com a floresta.

E a outra entrega sua seria a regularização de áreas.

Estou falando, porque o povo está votando. Tá, Senadora?

E aí, Senadora, eu encontrei, uma vez, uma pessoa que dizia assim: "O Marajó é da minha família". Eu disse: "Como assim?". "No Tratado de Tordesilhas, foi dado ao meu tataravô, que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um conde, a Ilha do Marajó – parte era dele". Eu disse: "Mas não é mesmo!". Aquela área é daquele povo que está morando lá há centenas de anos, trabalhando, gerando renda, gerando emprego.

A gente tinha aquele pessoal lá da área rural, Senadora, que tem um lotezinho, que planta, que colhe o açaí, mas que não é dono da terra. Aí a senhora se propôs a fazer a regularização fundiária, porque eles, tendo o título, podem pedir financiamento para gerar e para investir no seu lote. E a senhora deu milhares e milhares de títulos, regularizando a área. A senhora levou dignidade para aquelas pessoas. A terra é deles. Eles merecem ter o título da terra.

Só que aí, Senadora, na semana passada, por a senhora ter regularizado – o que era um sonho dos movimentos sociais –, um grupo, agora, diz que eu fui lá para fazer grilagem de terra. Então, eu estou respondendo agora a um processo. Por a senhora ter regularizado as terras, eu sou a grileira. Então, eu sou grileira de terra. Além de tudo, agora eu virei grileira, mas eu preciso cumprimentá-la: a senhora levou dignidade à comunidade rural do Marajó. A senhora não tem ideia da alegria que é eles terem o título e dizerem: "É meu, é do meu filho agora. Eu posso plantar o que eu quero agora. Eu posso pedir financiamento". E pode. Pode pedir financiamento para plantar.

Então, parabéns pelo que a senhora fez como Ministra. Na verdade, a senhora regularizou foi mais de 400 mil títulos, se não me engano, em todo o país, e – detalhe, gente – a maioria dos títulos em nome da mulher, porque, na hora em que o homem sai de casa, ela continua dona do lote.

Parabéns, Senadora, pelo que a senhora fez lá no Marajó.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Damares, mas eu acho que nós precisamos fazer mais.

Eu acho que este é o começo: ter a terra, ter como produzir, ser dono, poder financiar, ter dignidade, mas nós precisamos levar assistência técnica também a essas pessoas.

Então, conte comigo para os projetos, que nós vamos continuar juntas abraçando o Marajó, abraçando aquelas pessoas que foram esquecidas durante muitos anos, mas que, graças ao seu trabalho... E falo isso com emoção, porque eu sinto que verdadeiramente a senhora abraçou aquelas pessoas, aquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos continuar trabalhando juntas. Nós estamos aqui no Senado para isto: mulheres que se interessam por pessoas, as mulheres têm um olhar especial pelas pessoas.

Então, estamos juntas, viu, Ministra? Ministra Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora. Nós já alcançamos o quórum de votação, meninos? (*Pausa.*)

Falta um, falta um... (*Pausa.*)

Tá. Senadora Ivete e Senador Contarato estão depositando o voto ainda, nós vamos aguardar os dois.

Enquanto eles votam, eu já vou adiantando a leitura de expediente. Assim que eles votarem, eu interrompo a leitura dos expedientes, para a gente publicar, divulgar a votação.

Expediente.

Vamos para os informes.

Informe nº 224, da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, São Paulo: moção de repúdio por atos discriminatórios contra Deputada Federal. Encaminhamento: para este ato, tão somente recebimento e leitura do expediente.

Vamos para a denúncia.

Denúncia nº 220: vítima de tráfico e pede ajuda. Encaminhamento: informar que não há providências a serem tomadas pela CDH diante da limitação constitucional para atuação do Senado Federal.

Denúncia nº 221: perseguição e ameaça por ter denunciado um possível esquema de corrupção. Encaminhamento: reiterar ao denunciante que a denúncia foi recebida e lida na 30ª Reunião Deliberativa desta Comissão, e as providências cabíveis foram tomadas em seguida.

Eu vou voltar à Denúncia 220. É uma pessoa que fala que é vítima de tráfico e pede ajuda, e a Comissão tão somente está informando que a gente não pode fazer nada? Eu queria que a Comissão revisse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assessoria técnica, é vítima de tráfico de droga, de tráfico humano... Vamos rever a Denúncia 220 e vamos voltar a falar sobre ela na próxima reunião.

Denúncia 225: descumprimento judicial por parte do INSS quanto ao pagamento de benefício e solicita ajuda para fazê-lo cumprir. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais e sugerir procurar Defensoria Pública para que ocorra um peticionamento no processo judicial para cumprimento da decisão judicial.

Denúncia 226: violação de direitos fundamentais de uma criança e inércia institucional. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais e sugerir ao cidadão oferecer representação junto ao Conselho Nacional de Justiça, à Procuradoria Federal dos Direitos Humanos, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, salientando que este ministério possui o canal de atendimento Disque 100, para receber denúncias.

Eu vou interromper a leitura dos informes. Nós já temos nove votos, acho que os Senadores que pediram já depositaram o voto, e nós vamos abrir... (*Pausa.*)

A Senadora Ivete não conseguiu ainda? (*Pausa.*)

Mais um minutinho para a Senadora Ivete.

Vamos para a Denúncia 227: descarte irregular de documentos oficiais do conselho tutelar levanta suspeita de uma tentativa de ocultar provas de crimes. Encaminhamento: sugerir ao cidadão oferecer denúncia junto ao Ministério Público do estado e à Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e ficar de olho nisso.

Denúncia 230, contra o Judiciário: desrespeita as leis que protegem a criança e fundamenta a decisão sem analisar documentos atuais. Encaminhamento: informar que, por ter encaminhado a denúncia ao Conselho Nacional de Justiça, que é o órgão competente para agir nessas ações, não há providência adicional a ser tomada por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 234: vítima de falso flagrante e processado indevidamente. Encaminhamento: orientar o cidadão a procurar a Defensoria Pública ou um advogado particular para ingressar com processo judicial.

Denúncia 236: vítima de perseguição por insistir com a abertura de inquérito para a apuração da morte de familiares; por isso, pede proteção e apuração do caso. Encaminhamento: orientar o cidadão a procurar a Polícia Federal, o Ministério Público.

Peço que a Secretaria também oriente o cidadão dessa Denúncia 236 a procurar o programa de proteção do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ele pode, inclusive, ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Denúncia 239: cidadã relata que perdeu a guarda da filha por ter denunciado que ela sofreu abuso sexual por parte do genitor. Solicita ajuda e orientação para o caso, bem como encaminha documentos a ele relacionados. Encaminhamento a essa denúncia: informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais e sugerir que, caso ainda não tenha advogado particular ou procurador, deverá procurar a Defensoria Pública, para que tome essa providência.

Temos dez.

Vamos abrir o painel de votação do projeto de lei relatado pela Senadora Tereza. Podemos proceder à abertura.

Expectativas, Senadora Tereza?

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – SIM, 9.

Nenhuma abstenção.

Nenhum voto NÃO.

Declaro aprovado o projeto de lei.

Parabéns à Relatora e ao autor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para as solicitações.

Solicitação 228: requer ao Congresso Nacional que reverta o que ele chama de "retrocesso ambiental", fazendo menção ao PL 2.159, de 2021. Encaminhamento: tão somente acusar o recebimento.

Solicitação 229: pede solução para controlar aqueles que desrespeitam o direito ao silêncio, pois o barulho perturba de maneira severa pessoas do espectro autista. Encaminhamento: agradecer a provocação e informar que esta Comissão analisará com atenção leis que possam ser mais efetivas sobre o assunto em comento.

Solicitação 232: a Associação de Apoio aos Pacientes e Familiares com Trombocitopenia Imune, PTI Brasil, solicita a realização de audiência pública em alusão ao Setembro Roxo. Encaminhamento: informar que a solicitação está em despacho para a realização de audiência pública.

Solicitação 233: pedido de assistência perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em favor de presos do dia 8 de janeiro. Encaminhamento: informar que, por limitações institucionais, o Senado Federal não tem como prestar assistência aos peticionários perante a CIDH, embora, no âmbito interno, vários Parlamentares já estejam atuando em favor da causa dos presos de 8 de janeiro de 2023.

Quero novamente lembrar que esta Comissão aprovou um requerimento de visita aos presos do 8 de janeiro desde fevereiro. Estamos ansiosos para que o Ministro Alexandre de Moraes... Ministro, estamos ansiosos para que o senhor nos autorize a autorizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado – do Senado Federal –, que aprovou, por unanimidade, um requerimento para visitarmos os presos políticos... Ministro Alexandre, não há por que impedir uma Comissão de Direitos Humanos de visitar presos no Brasil. Ministro, eu vou fazer novamente o apelo, mas, além dos meus inúmeros apelos na tribuna e aqui, na Comissão, a Advocacia do Senado já ingressou com uma medida, Ministro, porque é uma interferência institucional, Ministro Alexandre: por que não podemos visitar os presos como Comissão de Direitos Humanos?

Ministro Alexandre, eu quero lembrar que esta Comissão já foi à Argentina visitar os presos de 8 de janeiro que estão presos na Argentina. Como explicar, Ministro Alexandre, que a Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Direitos Humanos, que os Senadores podem visitar os presos na Argentina e não podem, Ministro, visitar os presos no Brasil, no cárcere no Brasil? Então, a gente vai continuar insistindo, Ministro, não é uma guerra de força entre duas instituições, é tão somente prerrogativa desta Comissão. O requerimento foi aprovado com o apoio de Senadores de direita e esquerda que entendem que, independentemente do crime, o preso tem o direito de receber uma visita de uma Comissão de Direitos Humanos.

Quero informar a todos os senhores que eu irei à Europa, no próximo final de semana, a Portugal e Madri, porque os Parlamentos de Portugal e da Espanha querem entender o que está acontecendo no Brasil. Então, eu irei. Não é missão oficial da Comissão, estou indo como Senadora, outro Senador vai comigo, outros Deputados. Nós vamos explicar ao Parlamento da Europa agora, porque o Parlamento dos Estados Unidos já entendeu o que está acontecendo; nós vamos explicar que nós estamos querendo visitar os presos, que nós estamos querendo, inclusive, discutir esta pena: pena de 17 anos para uma mulher que tão somente escreveu numa estátua, e não houve dano nenhum a essa estátua, enquanto homens que decapitam mulheres no Brasil estão soltos? Sim, aqueles dois homens que decapitaram a mulher lá em Fortaleza foram soltos na audiência de custódia. Enquanto pedófilos contumazes estão soltos, nós temos idosas presas no Brasil porque estavam no acampamento orando. E a gente vai insistir em visitar os presos. Vou a Lisboa e a Madri conversar com o Parlamento da Europa, que não está entendendo o que está acontecendo no Brasil. Infelizmente, Ministro Alexandre, vou ter que dizer que eu não fui, que a Comissão não foi autorizada ainda a visitar os presos de 8 de janeiro.

Solicitação nº 235: solicita acompanhamento de seu caso perante o Ministério Público para garantir os direitos da vítima. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais e sugerir ao cidadão procurar o Ministério Público em seu estado para acompanhar o processo.

Solicitação nº 237: requer auxílio da Comissão perante a Defensoria Pública, que lhe negou assistência jurídica. Encaminhamento: reiterar, conforme já orientado outras vezes, a buscar auxílio jurídico competente, uma vez que esta Comissão não possui atribuições para atuar em ações particulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperem... A Defensoria Pública já se recusou a defendê-lo? Ele não tem advogado? Eu tenho uma pessoa com dificuldade de acesso à justiça? Eu peço à Comissão que a gente novamente veja o que está acontecendo com esse caso. Ninguém pode ser impedido de ter acesso à justiça.

Solicitação nº 238: requer auxílio para reconhecimento formal como vítima de violência transacional e institucional e assim preservar os direitos de sua filha cidadã brasileira. Encaminhamento: como o caso refere-se à Convenção de Haia, o documento foi encaminhado à Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA), criada no âmbito desta Comissão, que será analisada – ontem, teve uma audiência de mais de quatro horas aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Respostas a ofícios da CDH.

Ofício nº 231, da assessoria do Ministério dos Direitos Humanos, quanto ao Documento 49, de 2025, lido na 4ª Reunião, Expediente 2, que trouxe a alegação de violação dos direitos da pessoa com deficiência no concurso nacional unificado. Informa que este caso foi registrado na Ouvidoria pelo Disque 100 e encaminhado ao Ministério Público.

Obrigada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania pela pronta resposta.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado, no Portal da Comissão de Direitos Humanos. Os demais ficam na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo ainda, nesses mesmos termos, que os documentos lidos na 30ª Reunião serão arquivados.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e três minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Izalci Lucas, Sérgio Petecão e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da trigésima quarta reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 133, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 786, de 2021 que: "Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2192, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera o § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Plínio Valério. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1069, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Plínio Valério. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5081, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6050, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas." Autoria: CPI DAS ONGS. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Sugestão n° 25, de 2020 - Não Terminativo - que: ""Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Sugestão n° 8, de 2021 - Não Terminativo - que: ""Fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela aprovação da Sugestão na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 63, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha em alusão ao "Agosto Lilás" – Campanha de Conscientização e Combate à Violência Contra a Mulher. A Audiência Pública tem o objetivo de proporcionar visibilidade, debater, subsidiar e propor políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 66, de 2025 que: "Requer audiência pública para instrução do PL 6050/2023" Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado na Comissão. ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 67, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, que "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas"" Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado na Comissão. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 68, de 2025 que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, que "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas". Os convidados serão comunicados posteriormente." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta. A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado na Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós temos hoje oito itens na pauta, e eu já fui informada de que nós temos três requerimentos extrapauta que estão chegando. Nós vamos acolhê-los porque os três requerimentos estão relacionados a uma matéria que está na pauta, e eu vou tomar uma decisão com relação à retirada da matéria e acolhimento dos requerimentos. Nós temos 8 itens e 3 requerimentos, 11 itens. Nós vamos trabalhar muito para dar conta de todas as matérias.

Lembro que nós temos um projeto de lei do Senador Mecias de Jesus que fala sobre conselhos tutelares, estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os conselhos tutelares e dá outras providências. Ontem, a assessoria do Governo conversou comigo. Eu sou a Relatora e vou retirar de pauta esse projeto de lei. Apesar de o autor ser meu Líder, e a Líder a gente obedece, mas eu já conversei com a assessoria dele também. Nós vamos retirar de pauta esse projeto de lei, mas ele vai voltar para a pauta – atenção, Governo! – na semana que vem. E nós temos na Comissão um especialista em conselho tutelar, que é o Dr. Ezequiel Roque. Eu vi o Dr. Ezequiel por aqui. Eu peço à assessoria do Governo que converse com o Dr. Ezequiel e com a Dra. Dani e que vejam quais são as adequações sobre a matéria, porque a gente vai querer voltá-la para a pauta na próxima semana, a não ser que as adequações sejam grandes, complexas e que nós precisemos de um debate com a presença do ministério. Eu não me oponho. Mas converse com o Dr. Ezequiel, tá? Mas o autor tem pressa, eu considero a matéria importante, mas, se o Governo quer conversar e se o segmento – me parece que é o próprio segmento –, se os conselheiros tutelares também querem trazer uma contribuição, então, nós vamos retirar o item 4 da pauta, o.k.?

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5081, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.)

Vamos para o item 1 da pauta, cuja Relatora está presente, a nossa querida Senadora Ivete. Então, nós vamos direto ao item 1 da pauta.

Quanto aos demais requerimentos que estão chegando, como eu já conversei com os autores, eu vou subscrever, vou fazer a leitura dos requerimentos que estão chegando, e a gente vai aprová-los em bloco. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam que a gente traga extrapauta três requerimentos de pedido de audiência para instrução de uma matéria que está na pauta e que diz respeito a áreas indígenas – nós precisamos fazer um debate sobre a matéria –, os Senadores que são a favor... Os que são contra se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos três requerimentos.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira de despesas necessárias ao funcionamento de conselho tutelar, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAE.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Ivete da Silveira, para leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Peço autorização para ir direto à análise do projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre proteção à infância e garantia dos direitos humanos. Assim, é claramente regimental a apreciação do projeto em tela por esta Comissão.

Relativamente à constitucionalidade, não há empecilho quanto à iniciativa dessa lei complementar por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente a direito financeiro, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Maior.

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

A proposição também atende aos requisitos de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis. Com efeito, é feita alteração de lei já existente, como preceitua o inciso III do art. 12 dessa lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos também que o desdobramento em incisos do §2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal torna mais claro o seu texto.

O mérito do projeto é plenamente defensável. Em seu art. 227, a Constituição é clara: é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e a serem colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 131, atribui ao conselho tutelar a responsabilidade de zelar pelo cumprimento integral desses direitos. Portanto, é plenamente justificável que as despesas necessárias ao funcionamento dos conselhos tutelares não sejam sujeitas a limitação.

Dessa forma, só resta nos manifestarmos pela aprovação deste louvável projeto ora em análise nesta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 133, de 2021.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CAE.

Senadora Ivete, eu quero parabenizá-la pelo voto. E eu estava aqui torcendo para a senhora acabar de ler, para aprovar logo, porque as crianças têm pressa. E parabéns pela prontidão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um voto feito em um tempo muito bom, muito rápido. A senhora entregou uma matéria hoje, e as crianças precisam do que nós aprovamos aqui hoje. A gente precisa fortalecer essa rede de proteção.

Parabéns à senhora, ao seu gabinete e à sua assessoria! – por terem feito esse voto em um tempo tão rápido, um voto tão perfeito. Só temos que, em nome das crianças – esta Comissão –, agradecer à senhora e a toda a sua assessoria. É muito bom contar com a senhora, e a gente vai mandar um monte de projetos lá para esse gabinete, porque esse gabinete aí funciona e trabalha em tempo recorde.

Que Deus te abençoe, Senadora!

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou pedir para o Senador Plínio presidir a Comissão.

Eu tenho dois projetos de lei dos quais sou Relatora, e, enquanto o Senador Marcio Bittar vem, eu vou fazer a leitura dos meus votos.

Senador Plínio... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É um prazer enorme, Senadora Damares, presidir esta Comissão, enquanto a senhora relata seus belos projetos; mas, já que estamos aqui, na Comissão que a Senadora Damares preside, eu queria, por dever mesmo e obrigação, elogiar e dizer aqui para vocês que o relatório que ela apresentou há pouco na Comissão de Assuntos Sociais, em relação àquele projeto do rastreamento de câncer de mama em mulheres a partir de 40 anos, foi um relatório perfeito, impecável e acrescentou muito ao projeto, muito. A Senadora Damares não foi só Relatora, passou a ser coautora do projeto, de tanta coisa boa e grande que ela colocou no projeto. Mais uma vez, parabéns, Senadora! Eu quero fazer questão, aqui, na sua Comissão, de dizer isso.

E, Senadora Ivete, parabéns! Eu cheguei e ainda deu para ouvir a metade. Que boa a agilidade, quando se trata de coisa boa. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1069, DE 2023

- Não terminativo -

Institui diretrizes básicas para a melhoria da saúde das mulheres com endometriose; e altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 14.324, de 12 de abril de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputada Federal Dayany Bittencourt.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

No histórico, eu trago toda a justificativa da regimentalidade e constitucionalidade, já trago alguns dados do relatório, mas eu vou direto à análise, uma vez que já está publicado o relatório.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre a garantia e promoção de direitos humanos, inclusive os direitos da mulher, o que torna regimental a análise do PL por este Colegiado.

No que se refere ao mérito, a proposição merece acolhida. A endometriose é uma doença ginecológica inflamatória crônica que interfere em diversos aspectos da vida da mulher. Além de dores crônicas, os sintomas incluem alterações intestinais, respiratórias e infertilidade, o que traz prejuízos significativos à qualidade de vida das mulheres com endometriose. Segundo o Ministério da Saúde, uma em cada dez mulheres no Brasil sofre com os sintomas da endometriose

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e desconhece a sua existência. Em 2021, o Sistema Único de Saúde registrou mais de 26,4 mil atendimentos relacionados à endometriose e cerca de 8 mil internações pela doença.

Segundo dados do SUS, nos últimos anos, observou-se um aumento significativo nos atendimentos na atenção primária relacionados ao diagnóstico da endometriose. Em 2022, foram realizados 82 mil... Eu quero chamar a atenção dos senhores para estes números. Em 2022, foram realizados 82.693 atendimentos, número que subiu, em 2023, para 115.765. Dados preliminares de 2024 – pasmem – já indicam 145.744 atendimentos, representando um crescimento de aproximadamente 70,24% em três anos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a endometriose afeta cerca de 10% das mulheres e meninas em idade reprodutiva em todo o mundo, o que equivale a aproximadamente 190 milhões de mulheres no mundo todo nesse exato momento gritando de dor. Apesar da alta prevalência, a doença continua sendo subdiagnosticada e subtratada, com impacto direto na saúde física e mental, na qualidade de vida e na produtividade das mulheres. A Organização Mundial da Saúde destaca que a falta de equipes multidisciplinares e a falta de conhecimento sobre a condição, mesmo entre profissionais de saúde, contribui para o diagnóstico tardio – que pode levar de 7 a 10 anos – e para o acesso limitado a cuidados adequados, especialmente em países de baixa e média renda.

O diagnóstico da endometriose enfrenta ainda desafios significativos. Estudos indicam que o tempo médio entre o início dos sintomas e a confirmação da doença é de sete anos. Essa demora pode levar ao agravamento dos sintomas e à progressão da doença, resultando em complicações como infertilidade e dores crônicas. A endometriose interfere em diversos aspectos da vida da mulher, incluindo saúde mental, vida sexual, relações pessoais, trabalho e renda. Reconhecer esses impactos é fundamental para o manejo integral da doença.

Inclusive, Senador Presidente, Senador Marcio Bittar, nós tivemos uma audiência pública aqui nesta Comissão para tratar da endometriose e foi assustador o que nós ouvimos. Casamentos sendo desfeitos por causa da endometriose, porque a dor é tanta, e essa mulher muitas vezes sangra muito, que alguns maridos acham que é frescura da mulher na hora das obrigações conjugais. Homens rejeitando as suas próprias esposas, e elas não sabendo que estão com endometriose. Mulheres que sentem dor, especialmente mulheres, Senador, das regiões mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distantes, que aprenderam de suas avós e mães que não tinha diagnóstico, que mulher tem que sofrer, que o nosso corpo tem que doer. É endometriose. Não é cultura, é endometriose; não é frescura, é endometriose.

Então, foi muito grave o que nós vimos aqui e hoje a gente traz essa matéria, uma matéria espetacular, uma grande entrega da Comissão para o Brasil.

E aqui se fala dos impactos na economia, porque essa mulher com dor não está rendendo no trabalho; essa mulher com dor está fugindo da faculdade; essa mulher com dor não está indo para a escola. Então, a gente entende que a doença tem um impacto na saúde, na educação, na economia, nas relações interpessoais, nos casamentos.

O Sistema Único de Saúde oferece tratamentos clínicos e cirúrgicos para a endometriose, em conformidade com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Endometriose (PCDT), aprovado pela Portaria nº 879, de 12 de julho de 2016. O tratamento pode incluir terapia hormonal, uso de analgésicos e anti-inflamatórios, bem como procedimentos cirúrgicos como a videolaparoscopia. Além disso, o projeto Saúde das Mulheres, desenvolvido no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), qualifica profissionais da área da saúde em todo o país para o diagnóstico e tratamento da doença. Esta ação busca estruturar uma linha de cuidado e ampliar o acesso ao atendimento especializado.

As necessidades específicas desse grupo populacional não podem ser ignoradas, especialmente porque, quanto mais tempo se leva para o diagnóstico da endometriose, maiores são as chances de ocorrência de alterações anatômicas, obstrução das trompas e alterações na ovulação.

Fizemos aqui audiência pública nesta Comissão, por força do Requerimento 21, de 2025, onde esteve presente aqui o Dr. Eduardo Schor, Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ensino em Medicina; o Dr. André Luís Malavasi Longo de Oliveira, médico assistente do Centro de Reprodução Humana de Divisão de Ginecologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; o Dr. Frederico José Silva, dirigente da Associação Brasileira de Endometriose; Dr. Norberto José Maffei Junior, médico ginecologista e obstetra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estiveram presentes também mães, mulheres com endometriose. E eu destaco que, na audiência pública, cujo relatório está aqui, uma delas foi a ex-Ministra da Mulher Dra. Cristiane Britto. E sabe o que ela nos contou? Que ela sempre sentiu dor quando jovem, quando adolescente, e, em vez de buscar o diagnóstico e um tratamento, o que ela ouviu da família foi: "Casa que passa", que depois que se casasse, as dores passariam. As adolescentes ouvem muito isso, acham que é tão somente cólica menstrual, e as famílias falam: "Casa que passa". Ela se casou, não passou e sofreu 20 anos para que fosse, quando Ministra, diagnosticada a endometriose.

A audiência acabou nos levando à conclusão de que a aprovação desse projeto é medida assertiva e necessária.

Diante dos fundamentos explicitados, acreditamos que o PL reflete o compromisso do Estado brasileiro de reconhecer a endometriose como uma questão relevante de saúde pública e de promover urgentemente a melhoria do diagnóstico, do tratamento e, consequentemente, da qualidade de vida das mulheres afetadas pela doença.

Assim sendo, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 1.069, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares, mais uma vez, lá vou eu de novo: tenho que elogiá-la pelo seu relatório, que, para nós – eu vou falar por mim: para mim, homem –, foi uma aula de endometriose. A gente realmente ou desconhece ou conhece pouco.

E hoje tem sido um dia muito bom, Senadora, lá na CAS e aqui, com a Dra. Eudócia lá relatando o projeto e a gente cada vez mais aprendendo. Que bom estar por aqui!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto relatado pela Senadora Damares.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CI, CMA e CCJ.

Concedo a palavra ao meu amigo Senador Marcio Bittar para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Com a chegada do Senador Marcio Bittar, nós queríamos fazer uma proposta.

Senador Marcio Bittar, entraram agora três requerimentos extrapauta para a discussão dessa matéria. O Governo quer trazer elementos para a discussão da matéria e eu já tinha anunciado antes, como eu tenho uma matéria semelhante – inclusive, eu estava com dúvida para dar o voto, a minha matéria é do Senador Mecias, que é muito parecida com a autoria dessa que o senhor relatou –, que a gente tirasse da pauta de hoje o seu voto e o trouxesse para a pauta já na próxima semana, fazendo uma audiência pública em caráter de urgência, porque eles querem trazer elementos para a instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Posso falar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, primeiro, eu quero, quebrando um pouquinho o protocolo, mas não vai dar dois minutos, parabenizar a querida Damares. Eu quero aqui, publicamente, do registro que nós passamos a ter, falar aqui oficialmente o que eu lhe disse ontem. Eu havia convidado a Damares, Plínio, como o convidei ontem e V. Exa. aceitou, para participar do ato da minha filiação ao PL, no dia 22 de agosto. Mas, depois eu assisti a uma palestra da nossa Senadora Damares lá em Portugal, diante de uma plateia bastante interessante, em que ela trouxe elementos que o Brasil não conhece, e eu tive a liberdade de ligar para ela ontem de manhã e dizer assim: "Eu quero alterar o convite que eu lhe fiz. Em vez de ir à minha filiação, quero que vá depois, para que outras pessoas do Acre, do meu estado, possam ouvi-la".

Impressionou muito a mim e a minha esposa dados, elementos chocantes que a Ministra Damares, ao longo da vida, vem estudando, vem se deparando.

Quero aqui, de público – disse isso ontem no particular –, aqui, agora, dizer para ficar gravado.

Parabéns! E deixo o convite para ir ao Acre, levar para outras pessoas do estado os mesmos conhecimentos que eu ouvi lá em Portugal.

Feito isso, quero parabenizá-lo, Plínio. Essa matéria é da maior importância e, com todo o respeito, Senadora Damares, não me espanta o Governo querer protelar, porque o Governo faz parte de uma rede de ONGs – e tem, na Marina Silva, a maior lobista de ONG do Brasil e talvez do mundo –, que enganaram os índios.

O Plínio passou mais de quatro anos para fazer a CPI e, ao ser finalmente instalada, no quinto ano do nosso mandato, me deu a honra, o privilégio, de ser o Relator. E, nas viagens que fizemos – a Ministra Damares também conhece essa realidade... os índios se sentem enganados, segregados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse, lá em Portugal, ao lado da Ministra Damares, e vou repetir aqui, por que enganaram? Porque fizeram campanhas dando a entender que os índios seriam, então, donos das suas terras, os primeiros proprietários, quando, na verdade, eles são meros guardiões e morrem de fome.

Um vídeo nosso mostra uma índia no Município de Feijó levando rato para comer em sua casa.

A Reserva Yanomami, sozinha, é muito maior do que Portugal, mas não tem uma estrada porque não pode fazer. Mostravam, no Governo do Bolsonaro, e pararam de mostrar agora, porque morrem mais índios agora do que morriam há quatro anos, há dois anos, de inanição.

Então, essa iniciativa, que nasceu nos trabalhos da CPI, é tão somente dar aos índios, Ministra Damares, a alforria. Quem diz que se solidariza com os índios, como seres humanos, como nós todos, dê a eles a liberdade, dê a eles a autonomia.

Eu vou concordar, Ministra Damares, porque da senhora não dá para discordar de nada, mas o Governo só quer protelar, porque isso aqui passa por esta Comissão e vai para mais umas três. Então, que fique claro que o que o Governo do PT não quer, com suas ONGs a peso de bilhões, é dar ao índio brasileiro o direito, em querendo, de poder se desenvolver, de poder prosperar.

Para o povo do Governo, índio bom é pobre, passando fome. Esse é o resultado do que eles fizeram. E a CPI, que não foi a única iniciativa, mas foi uma iniciativa importante, mostrou, a uma grande parte do Brasil que não sabia, o que é a verdadeira Amazônia.

E na verdadeira Amazônia, entre outras coisas dolorosas, você vê índio, que tem 1 milhão de hectares, que tem 2 milhões de hectares, passando fome, porque não pode fazer uma estrada, porque não pode fazer uma ponte, porque, se ele descobrir potássio lá dentro, ele não pode tirar.

Por que ONG financiada pelo Canadá trabalha para aumentar a reserva indígena lá de Autazes? Porque, se aumentar a reserva indígena, a reserva de potássio que foi descoberta passa a fazer parte da reserva indígena, e aí o Brasil não pode explorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é preocupação ambiental do Canadá? Claro que não! Isso é o Canadá comprando a soberania brasileira, porque eles vendem potássio para o Brasil. Simples assim! E ainda com requintes de crueldade, porque o potássio é quase 30% do que o Brasil importa, no caso do potássio do Canadá. O Brasil paga *royalty* para índio canadense, mas no Brasil não pode. No Brasil, o que pode é índio passar fome, e mais tudo o que a senhora disse lá em Portugal, que na minha boca vai parecer plágio e, na da senhora, não.

Então, eu vou concordar, mas não poderia concordar sem dizer o que eu sei dessa turma que quer protelar. Vamos fazer mais audiência pública, aí vai para outra Comissão, lá propõe mais três e propõe mais quatro. Eu já aprendi, desde quando eu era jovem, e aprendi na esquerda... Quando eu fui jovem, eu fui da esquerda. Passei por lá para aprender o que não prestava. Aí aprendi o que não presta, morei até em Moscou, em 84, quando muitos aqui nem nascidos eram. Então, estudei para saber que aquilo não presta. Aquilo é anticristão, mas aprendi algumas coisas. Uma delas, que eu aprendi na esquerda, é o seguinte: quando você não quer ver uma matéria aprovada, protele; diga que tem que discutir mais e mais, e vai discutindo. E passa mais um ano, passam mais dois, termina essa gestão, mas uma hora nós vamos vencer, porque, ou neste Governo ou no governo que se iniciará a partir da derrota do atual no ano que vem, nós vamos dar ao índio a liberdade que a esquerda não deu. A esquerda, vou terminar, segregou os índios brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para quem está vendo pela TV Senado e aqui mesmo, por que essa ênfase, beirando e chegando à indignação, do Senador Marcio Bittar? Ele foi o Relator da CPI das ONGs. Esse projeto aqui é um dos 12, creio, 11 ou 13, 10 projetos – 12, né? – que foram apresentados como sugestão para clarear, para dar transparência a essa coisa horrorosa, a essa relação promíscua entre ONGs e governos estrangeiros. Então, daí a indignação do Senador Marcio, porque a gente entende que é protelar.

A nossa sorte, Marcio, é que temos a Presidente Damares, e eu vou pedir... Ela já falou aqui que vai se comprometer a trazer logo para pauta para que a gente possa seguir adiante. Para que os senhores tenham uma ideia, para que as senhoras tenham uma ideia, esse é o primeiro projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente consegue tirar do relatório para trazer para uma Comissão – tem um outro em andamento –, e não é falta de pedido e de apelo não, porque eu converso com todos os Presidentes pedindo que tragam, porque são muitos os nossos projetos nesse sentido.

E, por acaso, conversei com um cacique há pouco, e ele me deu um documento em que uns estudiosos fizeram lá uma síntese mostrando que eles têm direito de explorar a terra deles. E ele reclamava da mesma coisa, Marcio, dizendo: a terra não é nossa. E não é, é balela.

Então, é um apelo e não precisa... A Senadora Damares é sensível a isso, de que a gente faça isso o quanto antes, porque o Marcio tem razão: quando o Governo sugere audiência pública, é para enrolar e para protelar. A nossa sorte é que, aqui nesta Comissão, temos uma Presidente que, com certeza, está ao nosso lado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Marcio, eu entendo a sua indignação. Eu estava lá na CPI o acompanhando; Plínio liderando.

Quando o Governo conversou comigo... Na semana que vem eu trarei para pauta um outro projeto sobre mineração em áreas indígenas, do Senador Mecias, meu Líder. E nós trabalhamos muito essa matéria, porque há quantos anos se discute a mineração em áreas indígenas e não se chega a conclusão nenhuma.

Eu lembro que um dos projetos que eu acompanhei é de 1996, do Romero Jucá. Olha há quanto tempo: do Romero Jucá, 1996. E me lembro de que, como assessora, em 1999, ajudei a construir um voto de um projeto de 1996. E o Congresso não decide, porque é extremamente polêmico.

Como o Senador Mecias trouxe de novo a matéria, e eu sou a Relatora – e já vou dizendo que eu dei voto favorável, trazendo alguns critérios –, e ela faz diálogo exatamente com essa sua matéria, então, a gente teria, em duas semanas, matérias idênticas sendo discutidas. O que farei? Nós vamos acolher os requerimentos do Governo, para depois não se dizer que o Governo não foi ouvido – esse é o meu objetivo –, para que não venha nenhum óbice com relação a isso. Nós vamos ouvir o Governo no mais rápido tempo.

Eu quero, inclusive, já discutir agendamento de audiência para a semana que vem e já colocar a matéria em pauta. Vamos ouvir a contribuição, porque o Governo vai ter chance de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir também na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Meio Ambiente e na CCJ – só dentro do Senado, depois disso ainda vai para a Câmara. Então, vou acolher os requerimentos do Governo, porque eu tenho uma matéria idêntica, que estaria entrando na pauta semana que vem.

Quero, inclusive, Senador Marcio, trazer a minha contribuição na matéria – eu já preparei o voto, só não veio hoje porque a pauta estava lotada –, entregar a sua relatoria a minha contribuição e o senhor absorveria o meu voto na sua matéria. E a gente faria uma discussão só, combinada com o autor da outra matéria, que é o Senador Mecias, que tão somente quer o mesmo que o senhor quer, o mesmo que o Plínio quer e o mesmo que os indígenas querem. Não dá mais para a gente não escutar o clamor dos indígenas. Nesse sentido, Senador Marcio, eu espero que me entenda. Eu entendo a sua indignação.

A gente também está entregando o relatório da nossa visita a Roraima. Nós tivemos um momento em Roraima com o Governo do Estado em que eles nos apresentaram experiências de sucesso de produção em áreas indígenas. Quando a gente fala de produção em área indígena, as pessoas usam muito os exemplos dos parecis, lá do Mato Grosso, mas nós temos experiências de sucesso. A comitiva esteve em Roraima, e estão no nosso relatório as experiências de sucesso do Governo de Roraima, de produção em terras indígenas, com o pedido e apoio dos indígenas. Então, nós temos, semana que vem, um relatório que aponta experiências extraordinárias, um relatório do projeto de lei do Senador Mecias e o seu relatório.

Então, Governo, vamos sentar, vamos discutir. Essa não é a Comissão de produção, a Comissão que discute economia, que discute segurança. É a Comissão que discute direitos. Nós estamos tão somente deliberando se o indígena tem ou não o direito de produzir. Nesse sentido são os relatórios aqui.

Os outros questionamentos – e eu peço muita atenção ao Governo –, os outros elementos de discussão, a segurança, o minério, que sejam discutidos na outra Comissão. Aqui nós vamos discutir o direito dos povos indígenas, nós vamos discutir a questão territorial, que se discute nesta Comissão também, direito ao território, mas a gente não vai discutir elementos que não sejam de competência desta Comissão nessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Li seu voto, Senador Marcio, que está muito bom, e conversei com o Governo. Vou acatar a retirada porque quero ganhar tempo – não quero perder tempo –, juntando a matéria do Senador Mecias ao seu relatório, o.k.? Entendido?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senadora Damares, o Senador Zequinha, do Pará, que também esteve conosco na CPI, está com um projeto idêntico, não é isso, Vânia? Eu tinha até pedido para relatar ontem ao Senador Otto, na CCJ. Como ele se parece muito com este, a gente resolveu não relatar. Então, eu vou sugerir ao Senador Zequinha que o traga para esta Comissão para ser anexado também. É a mesma coisa, todos nós queremos a mesma coisa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que bom!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Marcio, eu sei que o senhor está correndo lá na reforma tributária, eu vi o senhor brigando lá.

Senador Plínio, obrigada pela ajuda nesse diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Item 2, tramitação conjunta.

ITEM 2

EMENDAS DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI Nº 786, DE 2021

Ementa do Projeto: *Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a vinculação entre a educação escolar e as práticas familiares e prever o estudo da parentalidade responsável nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.*

Autoria do Projeto: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria das Emendas: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CE.

Em 17/10/2023, a matéria recebeu parecer da CDH favorável ao PL 786/2021 e pela rejeição do PL 2192/2022.

Em 15/05/2024, a matéria recebeu Parecer da CAS, favorável ao Projeto de Lei nº 786, de 2021, com a Emenda nº 1-CAS (de redação), e contrário ao Projeto de Lei nº 2192, de 2022.

Em 03/12/2024, a matéria recebeu Parecer da CE, favorável ao Projeto de Lei nº 786/2021,com a Emenda nºs 1 - CAS/CE e pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 2192/2022.

Em 10/12/2024, a matéria recebeu as Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, de autoria do Senador Irajá.

TRAMITA EM CONJUNTO

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 2.192, de 2022.

Ementa do Projeto: *Altera o §9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, como temas transversais, nos currículos escolares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.*

Autoria do Projeto: Deputada Federal Erika Kokay

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria da Emenda: Senadora Damares Alves.

Relatório: Pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN.

[Tramitam em conjunto: Emendas ao Projeto de Lei nº 786, de 2021]

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório sobre as emendas de Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

As sugestões da Emenda nº 1-PLEN, que são alterações feitas ao texto do PL nº 2.192, de 2022, são feitas sob a justificativa de se ampliar o alcance do projeto original, incluindo não apenas a prevenção da violência contra a mulher, mas também o combate ao machismo e a promoção de uma igualdade mais ampla, que abranja todas as formas de discriminação e violência contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis.

A emenda desconsidera as alterações feitas pela Lei nº 14.164, de 2021, que, de modo oportuno, simplificou as referências legais feitas nesse dispositivo da LDB e especificou que a produção e distribuição de material didático adequado diz respeito a cada nível de ensino. Tal especificação torna mais precisa a determinação de adequar o material didático consoante a faixa etária dos estudantes.

Este projeto foi apensado ao PL nº 786, de 2021, em virtude da similaridade. O relatório da análise feita nesta CDH ressalta que: “tem conteúdo bastante semelhante, mas é vazado em forma menos simples e direta, sendo, portanto, preferível o PL nº 786, de 2021, ao PL nº 2.192, de 2022”.

Além de ter sido rejeitado pelas razões expostas nesta CDH, as demais Comissões destinadas à análise também rejeitaram a proposta. Logo, compreende-se a sua prejudicialidade e o não cabimento da emenda sugerida. Mas, ainda que não tenha sido prejudicado, entende-se que a emenda não atribuiu razões a ponto de reverter o parecer anterior. Por esse motivo, rejeitamos a Emenda nº 1-PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já a Emenda nº 2-PLEN, aparentemente por lapso redacional, suprime todo o atual art. 26 da LDB, que apresenta diversos comandos sobre os currículos da educação básica. Essa supressão, decerto, não é a intenção do autor. De todo modo, mesmo se relevássemos a técnica legislativa, não nos parece que a emenda deva prosperar, pois o desdobramento curricular proposto para o tema parentalidade responsável, além de ser limitante, pode ser feito em documentos infralegais.

Identificamos, ainda, imprecisão na atribuição de responsabilidades aos genitores, independentemente da configuração familiar, já que eles podem perder o poder familiar, que pode ser exercido por família substituta ou adotiva.

Dessa forma, não convém acolher as sugestões apresentadas pelas referidas emendas.

O voto, Sr. Presidente, é pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN, ao Projetos de Lei nº 786, de 2021, e nº 2.192, de 2022.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de colocar em discussão, e como pessoa interessada no tema, porque eu vi aqui, Senadora Damares, conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais. Nós temos uma lei, de minha autoria, de nº 14.164, de 2021, que fala exatamente isso, coloca na grade transversal o tema violência contra a mulher, que até hoje não foi implementada pelo Ministério da Educação, embora tenha tentado. Lá no Amazonas, estamos conseguindo. A gente está conseguindo botar em algumas escolas. Eu queria ver se tem algo, se essa lei já entra aqui, se não entra, porque a lei já está ali, coloca na grade transversal o tema violência contra a mulher – lei, não né? E a gente aqui está tentando tornar lei esse tema que já é lei.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, quando eu recuso as emendas, é exatamente por isso. Já é lei, já está na lei, é redundância. Então, o que a gente tem que fazer é a aplicação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É tão somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho tentado esses anos todos, desde 2021 a gente tem tentado, mas vai chegar lá, com certeza.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-PLEN.

A matéria segue para análise da CAS e, posteriormente, da Comissão de Educação.

E eu devolvo, com prazer, a Presidência à Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quero dizer que foi uma honra ficar aqui no seu lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. (*Pausa.*)

Item 8 da pauta...

Lembrando que do item 6, a Sugestão 25, de 2020, de autoria do Programa e-Cidadania, regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha, o Senador Girão é o Relator, pela rejeição. Eu achei que este Plenário estivesse lotado hoje dos pró, e não veio ninguém. Acho que eles não leram a pauta. Mas esta matéria vai voltar para a pauta semana que vem: regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha – pelo tom da voz já perceberam a posição da Presidente da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele pediu para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

SUGESTÃO Nº 25, DE 2020

- Não terminativo -

"*Regulamentação do uso adulto e autocultivo da maconha*".

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela rejeição e consequente arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.)

Nós estamos com uma manhã corrida. Hoje está sendo discutida a reforma eleitoral, está todo mundo envolvido lá na discussão.

O item 7 da pauta, que também é do Senador Girão, trata sobre o fim do alistamento do serviço militar obrigatório e é outra matéria polêmica.

Foi retirado de pauta, mas informo à assessoria do Senador Girão que vai voltar para a pauta na próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 8, DE 2021

- Não terminativo -

"*Fim do Alistamento/Serviço Militar Obrigatório*".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação da Sugestão na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.)

Nesta Comissão, não vai ficar matéria no arquivo, vai para a pauta. A deliberação depende do Plenário. Então, nós vamos limpar a pauta.

O requerimento do item 8 é de minha autoria, que eu vou ler.

Como eu estou subscrevendo os itens 9, 10 e 11, eu vou fazer a leitura em bloco e nós vamos colocar em votação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 63, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar campanha em alusão ao "Agosto Lilás" – Campanha de Conscientização e Combate à Violência Contra a Mulher. A Audiência Pública tem o objetivo de proporcionar visibilidade, debater, subsidiar e propor políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

EXTRAPAUTA

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2025

- Não terminativo -

Requer audiência pública para instrução do PL 6050/2023

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e outros

É o projeto de que o Senador Marcio Bittar é o Relator.

Eu estou subscrevendo o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, que "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas"

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

Eu o estou subscrevendo.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, que "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas". Os convidados serão comunicados posteriormente.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Preciso que o Senador Rogério e o Senador Humberto já indiquem os nomes das pessoas que virão à audiência, bem como a Senadora Augusta Brito, que requer também a discussão da mesma matéria.

Três requerimentos para a mesma matéria.

É, Governo, vocês estão preocupados com a matéria, hein? Vamos lá, tragam os nomes, vamos fazer a audiência, vamos discutir, sempre lembrando que nós vamos discutir aqui tão somente o que é a atribuição da Comissão: os indígenas têm ou não têm o direito de produzir em suas áreas. As demais delicadezas dessa matéria serão discutidas em outras três Comissões. Mas eu acho que o Congresso Nacional está maduro e os indígenas estão maduros para fazer essa discussão. Então, nós vamos discutir tão somente direitos, não mais que isso.

Então, eu peço aos assessores do Governo e dos três Senadores que apresentaram o requerimento que já nos tragam o nome das pessoas que virão para a audiência.

Vamos fazer a audiência o mais rápido possível e vamos tentar deliberar essa matéria ainda neste semestre – só temos uma semana de semestre –, há um compromisso com o Relator e vamos tentar deliberar.

Em votação os quatro requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

À Secretaria para os encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer o registro de que ela está na nossa Comissão hoje e, com muita alegria, eu recebo a Cynthia Cury, da Embrapa, que foi Relações Institucionais por muitos anos da Embrapa e dialogou muito com este Congresso. É uma alegria. Cynthia Cury é de São Carlos, está em São Carlos de volta, fazendo o seu doutorado. E ela nos traz hoje, para visitar a Comissão, uma família de São Carlos: Leandro Taceli – seja bem-vindo, Leandro –; Tania Taceli – seja bem-vinda, Tania –; e as filhas, Helena e Heloisa, que são alunas do Colégio Adventista de São Carlos. Helena e Heloisa, cadê vocês? (*Pausa.*)

Muito bem-vindas, meninas. Vocês são lindas. Vou contar um segredo para vocês: as meninas de São Carlos são muito lindas. E eu sou de São Carlos, por isso que eu estou falando isso, tá? Eu conheço todo mundo em São Carlos.

Bem-vindas! Deem um abraço em todos os professores do Colégio Adventista, um abraço em todos que estão na direção. É uma alegria. Esta Comissão aqui é uma Comissão que discute a proteção das crianças e dos adolescentes. Vocês estão na Comissão certa.

E vou contar mais um segredo para vocês: nós temos 16 Senadoras aqui nesta Casa. Eu sou a Senadora mais bonita das 16. (*Palmas.*)

Alguma dúvida? Não? (*Risos.*)

Sejam bem-vindos. Bem-vinda, Dra. Cynthia.

Nós, agora, vamos para o expediente.

Mas, antes de ir para o expediente, já que nós estamos com o Plenário cheio, nós vamos exibir um vídeo que faz parte da nossa diligência ao Arquipélago do Marajó – a parte um, esse vídeo tem duas partes. Por que nós vamos exibir? Porque, nessa nossa missão ao Arquipélago do Marajó, nós tivemos o apoio da Força Aérea Brasileira. A Força Aérea Brasileira estava fazendo uma missão na região, que atendeu milhares e milhares e milhares de pessoas na área da saúde, e nós vimos coisas incríveis acontecendo lá.

Nós vimos pessoas entrarem cegas nas tendas, nos barcos, e saírem enxergando. Nós vimos a cena de uma mulher que era considerada totalmente vulnerável – a população falava: "Essa não tem mais jeito" –, e, quando ela entrou na tenda, descobriram que ela era só cega e surda. Ela saiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxergando e já saiu com aparelhos. Vocês têm ideia? Aconteceu lá, gente, de pessoas não terem nem a certidão de nascimento e saírem com os seus documentos. Foi lindo o que a gente viu a FAB fazer.

Então, nós vamos fazer uma exibição desse vídeo, não cansando de elogiar a gloriosa Força Aérea Brasileira. E nós estivemos lá e foi uma honra a Comissão ter sido convidada para participar também dessa operação que se chama Excelsior.

Por favor, Comissão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Comissão; obrigada, Secretaria.

A ideia era realmente mostrar o que a FAB está fazendo na região. Parabéns à Força Aérea Brasileira, parabéns.

Nós vamos para a parte de expedientes, a leitura das denúncias que estão chegando, dos encaminhamentos, é uma parte mais extensa da nossa reunião. Nós temos muitas denúncias chegando e os nossos Senadores vão ter acesso aos documentos, os assessores também, àquilo que não é sigiloso.

Denúncia nº 240. Denúncia da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) sobre assédio moral e violência institucional contra uma delegada de polícia em Minas Gerais. Encaminhamento: solicitar informações sobre o caso para o Governador do Estado de Minas Gerais, o Secretário de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, o Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais e o Conselho Nacional do Ministério Público, conforme solicitado pelo demandante no documento 240, e informar ao cidadão que a CDH tomou essas providências. (*Pausa.*)

Denúncia 241. Cidadão denuncia perseguição política e monitoramento irregular, solicita acolhimento, escuta e garantia de direitos. Encaminhamento: orientar o cidadão a registrar boletim de ocorrência em uma delegacia comum ou especializada, caso ainda não o tenha feito, uma vez que esta Comissão não possui competência institucional em casos como este.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 242. Cidadão encaminha denúncia direcionada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos de tortura psicológica e perseguição sistêmica por 21 anos. Encaminhamento: informar que a CDH não tem competência regimental para processos judiciais administrativos. Por essa razão, sugerir que o cidadão procure o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para verificar a possibilidade de ser protegido pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Denúncia 243. Cidadão solicita atuação da CDH para uma vítima incluída no Programa Provita/MG. Encaminhamento: informar que a solicitação já foi lida no expediente e respondida ao demandante em outras ocasiões.

Denúncia 244. Cidadão denuncia violação do direito de acesso à Justiça, alegando que seu pedido de gratuidade foi negado com base em seu perfil socioeconômico, em um processo contra uma operadora de saúde. Solicita debate público, informações ao CNJ e TJSP, projeto de lei para coibir a prática e ofícios à ANS e à Corregedoria Nacional de Justiça. Encaminhamento: orientar o cidadão a interpor recurso contra a decisão que negou o pedido de gratuidade de Justiça, apresentando documentação que comprove sua hipossuficiência.

Denúncia 245. Cidadão expressa grande preocupação com a demora do Congresso Nacional em aprovar a PEC 504/2010, que visa a tornar o bioma Cerrado em patrimônio nacional. Pede respostas urgentes e providências. Encaminhamento: informar que a CDH reconhece a gravidade da situação denunciada, e informa que analisará medidas dentro de sua competência.

Denúncia 246. Cidadão aposentado denuncia o Banco do Brasil por reter proventos integralmente, violando direitos e causando miséria. Encaminhamento: informar que a CDH não tem competência legal para atuar no caso em tela e orientar o cidadão: i) a formalizar reclamação junto ao Banco Central; ii) a procurar o Procon ou a Defensoria Pública local para propor ação de urgência para liberar imediatamente os valores debitados.

Denúncia 247. Um cidadão reitera à CDH denúncia sobre descarte irregular de documentos do Conselho Tutelar de Arujá, expondo dados sensíveis de crianças e adolescentes. Encaminhamento: informar ao cidadão que a solicitação já foi lida em expediente desta Comissão e respondida; reencaminhar a resposta; orientá-lo para que encaminhe denúncia ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Arujá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para os informes.

Informe 248. Propõe alteração à Ideia Legislativa 203.958 que trata do custeio estatal para translado de brasileiros falecidos no exterior. Encaminhamento: agradecer a sugestão e informar que, por ser ideia de um cidadão, o Senado Federal e esta Comissão não realizam esse tipo de sugestão junto aos propositores, garantindo a liberdade de sugerirem o que entenderem ser pertinente e oportuno.

Informe 249. Solicita audiência pública sobre tráfico de pessoas em 30 de julho, Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Encaminhamento: agradecer a sugestão e informar que a CDH já realizou duas audiências neste semestre sobre o tema, que podem ser acessadas integralmente e assistidas pelo sítio eletrônico da Comissão.

Informe 250. O Comissário de Direitos Humanos do Parlamento Ucraniano encaminha à Comissão um relatório de três anos sobre a proteção dos direitos humanos na Ucrânia, descrevendo esforços para repatriar cidadãos e proteger direitos, além de cooperação internacional e reformas legislativas. Encaminhamento: agradecer o envio do documento e informar que será encaminhado para todos os membros, titulares e suplentes, da Comissão.

Respostas.

A Embaixada do Canadá respondeu ao Ofício 83, da Comissão, referente à denúncia de um cidadão. A embaixada lamenta as dificuldades enfrentadas pelo cidadão e informa que não tem competência para emitir orientações sobre políticas de imigração e alfândega, nem para intervir em questões de disputas jurídicas particulares.

Solicitação 252. Solicita apoio do Senado para o lançamento da cartilha de orientação aos calon portugueses no Brasil.

Deixem-me dizer, nós estamos recebendo no Brasil indígenas calon que estão vindo de Portugal, e essa instituição fez uma cartilha na linguagem direcionada aos ciganos calon que estão chegando de Portugal. A cartilha está aqui e está extremamente linda, didática, tecnicamente perfeita, interessante.

Quero lembrar que já foi feito, no passado, pela mesma instituição, com o Ministério de Direitos Humanos, cartilha semelhante para ciganos ucranianos que estavam chegando ao Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles precisam ser orientados sobre direitos, por exemplo, de que existe no Brasil o Disque 100, de que existe no Brasil o 180, de que existe no Brasil um conselho tutelar, de que existe no Brasil uma rede de proteção às mulheres. É uma cartilha que fala de direitos.

Então, a mesma cartilha que foi feita para ciganos ucranianos está sendo feita para ciganos portugueses que estão migrando para o Brasil, e a mesma instituição pede o apoio desta Comissão para o lançamento da cartilha. E nós estamos reiterando aqui, nós estamos falando, informando que a Comissão dará apoio e será aqui, quem sabe, numa audiência pública, a cerimônia para o lançamento da cartilha.

Sejam bem-vindos os ciganos portugueses que estão chegando ao Brasil.

Solicitação 236. Orientar o cidadão a procurar a Polícia Federal e o Ministério Público, caso se sinta ameaçado... É uma ameaça de morte. Eu não estou entendendo a Solicitação 236. Depois, passem para mim, pois eu vou pular a Solicitação 236. A gente vê na próxima reunião.

Solicitação 239. Informo... Também tenho dúvidas sobre a Solicitação 239. As Solicitações 236 e 239 nós vamos ler na próxima reunião.

Isso posto, submeto aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria, no portal da CDH, para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados, inclusive observando o sigilo quando os documentos são sigilosos.

Antes de encerrar, eu quero registrar que está conosco a Deputada Dayany, a autora do projeto de endometriose. Deputada, é uma alegria recebê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi aprovado por unanimidade nesta Comissão, com louvor à sua iniciativa. Nós tivemos uma audiência pública nesta Comissão em que especialistas vieram, este Plenário ficou lotado, e a senhora foi muito elogiada na audiência pública. Um dos encaminhamentos da audiência pública, Deputada, foi a aprovação do projeto de lei.

Como nós estamos com um certo tempo, eu vou conceder a palavra à senhora, o.k., Deputada?

Fique à vontade.

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE. Para expor.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Senadora, estou passando para agradecer. Realmente, eu vim para agradecer à senhora e a toda a equipe pela aprovação desse projeto. É um sonho que está sendo realizado, e eu acredito que logo será lei. Muitas mulheres não sabem hoje, muitas mulheres, por muitos anos, não sabiam por que tinham aquele fluxo tão grande, tanta cólica, achando que era normal, que era frescura, que era besteira, mas não é, gente. Com a endometriose não se brinca. A endometriose, hoje, está atrapalhando muitas mulheres que querem ser mães, e antigamente se achava quer era só um problema mesmo, hoje está sendo identificado que é por conta da endometriose.

Eu tenho endometriose, eu fiz a retirada do meu útero, então foi por conta disso que eu comecei a estudar e aprender mais sobre essa causa tão importante. A minha filha com 20 anos descobriu também que tem endometriose, e a gente achava que era vesícula, que era alguma coisa, uma dor que não passava. E, graças a Deus, hoje a gente consegue tratamento, mas infelizmente tem muitas mulheres que não conseguem tratamento, não conseguem acompanhamento.

Nesse projeto, nesse nosso projeto – porque não é só meu, é da senhora também e de todas as mulheres deste Brasil –, a gente acredita que hoje as mulheres vão ter vez e voz sobre essa doença. Então, mais uma vez, muito obrigada a todos que participaram, que ajudaram para que esse projeto passasse nesta Comissão. Temos agora mais duas batalhas, mais duas Comissões, mas eu acredito que Deus é maior e a gente vai vencer.

Muito obrigada, que Deus abençoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deputada, primeiro é uma surpresa saber que a senhora já tem uma filha de 20 anos, tão jovem.

Deputada, nas próximas... Tem uma das Comissões de que eu sou membro, já vou pedir a relatoria também...

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE) – Glória a Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para a gente fazer essa votação imediata e fazer justiça.

Na nossa audiência aqui, uma das preletoras foi ex-Ministra da Mulher, que está sentadinha ali, que veio aqui para acompanhar a votação, e ela contou o testemunho dela. Ela, desde a adolescência, sofria de dor, inclusive ela falou uma questão muito cultural e até religiosa. Ela ouvia na igreja dizer: "Dói, é normal, mulher tem que sentir dor, mas casa que passa".

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE) – É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, e os médicos disseram que ainda hoje escutam muito isso.

Ela sofreu por anos, demorou 20 anos para engravidar, e, mesmo assim, uma gravidez muito delicada.

Então, a gente teve uma Ministra de Estado que sofreu tudo isso e que, quando Ministra, lutou para que campanhas fossem feitas, e hoje eu estou tendo a oportunidade de unir as duas, a ex-Ministra e a Deputada.

Nós vamos trabalhar muito, Deputada, para que seja lei logo. Parabéns pela iniciativa! Esta é a Comissão das Mulheres, mas lá na Comissão de Saúde nós temos um time extraordinário também. Nós vamos entregar essa legislação o mais rápido possível para o Brasil.

É por essas coisas que vale muito a pena ser Parlamentar.

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE) – É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns aos eleitores do Ceará que a trouxeram para o Congresso Nacional, Deputada...

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigada, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para a senhora fazer essa grande entrega, que vai aliviar o sofrimento e salvar vidas. E salvar casamentos também.

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE. *Fora do microfone*.) – Salvar casamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Salvar casamentos.

Parabéns, que Deus a abençoe. A gente faz essa entrega junto, aqui.

Foi uma honra ser a Relatora da sua matéria, viu?

A SRA. DAYANY BITTENCOURT (Bloco/UNIÃO - CE) – Eu agradeço, a honra é toda minha. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Apenas para a gente deixar consignado em ata, nos três requerimentos que eu subscrevi, como sou subscritora, também indicarei pessoas para a audiência pública, o.k.?

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dez de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Carlos Viana e Efraim Filho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 57/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater os impactos do Empréstimo Consignado com lastro no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos direitos dos trabalhadores, segurança financeira e política habitacional, à luz da relação indissociável entre Direitos Humanos e Direito do Trabalho. Participantes: Reinaldo Domingos, Presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira - ABEFIN; Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público Geral Federal - Defensoria Pública da União - DPU; Ivo Mósca, Representante da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego; Paula Coelho da Nóbrega, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Informações do Ministério das Cidades; e Raimundo Nonato de Oliveira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes de Operações Financeiras e Bancárias (ABRADEB). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/10

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 57, de 2025, de minha autoria, para debater os impactos do empréstimo consignado com lastro no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos direitos dos trabalhadores, segurança financeira e política habitacional, à luz da relação indissociável entre direitos humanos e direito do trabalho.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Para esta audiência, nós temos ilustres convidados, alguns que eu acho que nunca vieram à Comissão de Direitos Humanos, e talvez alguns dos convidados estejam perguntando por que o debate na Comissão de Direitos Humanos. Porque esta é a Comissão que tem como atribuição discutir o direito do trabalhador e o direito ao trabalho.

Quando a gente abre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, lá está escrito: trabalhador, trabalho, dignidade humana... Então, nosso debate vai passar pelos direitos do trabalhador, pelas garantias ao trabalhador, pela não violação de direitos do trabalhador. Por isso que está acontecendo nesta Comissão. E, claro, nós temos aqui pessoas que trabalham com os idosos, e claro que a gente vai acabar chegando aos idosos no meio do debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que esta audiência justamente agora? Ela estava prevista para acontecer durante a discussão da medida provisória, mas não deu tempo. Então, ela está acontecendo após o Congresso já ter tomado uma decisão quanto ao tema, mas os nossos debatedores aqui trarão uma reflexão, trarão luz, e eu gostaria muito que a gente terminasse esta audiência com encaminhamentos e com propostas. Gostaria muito que esta audiência não fosse apenas uma audiência do debate, mas fosse uma audiência também propositiva.

Nós teremos duas mesas, e eu quero convidar, já para compor a primeira mesa, Reinaldo Domingos, Presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (Abefin).

Amigo querido, que o Brasil ama e respeita, seja bem-vindo, Dr. Reinaldo. É uma alegria.

Tenho a alegria de convidar, para compor a mesa, um companheiro da Comissão muito querido e que está muito preocupado com o tema – e nós já estamos falando há algum tempo sobre o tema... Para a honra desta reunião e desta Comissão, a gente recebe de novo o Defensor Público-Geral, Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães.

Muito obrigada, Dr. Leonardo. Imagine a agenda de um homem como ele, nestes dias de tanto problema, mas ele tirou um tempo para estar conosco. Muito obrigada, Dr. Leonardo.

Convido, para compor a primeira mesa, Ivo Mósca – acertei, né? –, representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Que honra recebê-lo! Que honra!

E, para compor a mesa, a última pessoa que eu chamo para compor esta primeira mesa, Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

E aqui eu já registro o meu abraço e cumprimentos ao Ministério. Agradeço muito ao líder da pasta por ter enviado um representante, Dr. Carlos.

A sua presença neste debate é fundamental e é indispensável.

Nós temos um vídeo para apresentar, para a gente poder explicar lá na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer para os senhores que esta audiência está sendo acompanhada pelos Senadores, via gabinete. Hoje é quinta-feira, os senhores sabem que eles já começam a viajar, mas os gabinetes estão interligados com a audiência. E nós temos como lazer – nós, Senadores – , na madrugada, assistir às audiências públicas que a gente não conseguiu assistir presencialmente, e os que estão na Casa estão divididos em diversas Comissões – mas também está sendo acompanhada pela sociedade.

Inclusive, a sociedade já começou a interagir, antes do início da audiência, enviando perguntas, reclamações, sugestões... Então, para que as pessoas que estão do outro lado... Nós temos estudantes, nós temos especialistas, nós temos pessoas do setor, da área financeira acompanhando, mas nós temos a população também. Então, para que fique compreensível para todos o objetivo desta audiência, a Secretaria da Comissão preparou um vídeo, e queria convidar a todos vocês para assistir.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Como eu disse, a presente audiência pública – e da mesma forma o vídeo apontou – tem como finalidade debater os impactos do empréstimo consignado com lastro no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço nos direitos dos trabalhadores, na segurança financeira e na política habitacional, conforme Requerimento nº 57, de 2025.

É papel desta Comissão zelar pela garantia e promoção de todos os direitos humanos: direito à vida, à liberdade, à segurança, à saúde e, claro, o direito ao trabalho, que é direito dos trabalhadores, como dispõe o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado.

Os direitos humanos e o direito ao trabalho estão intrinsecamente ligados, pois o trabalho, como atividade essencial para a dignidade humana, deve ser exercido em condições que respeitem os direitos fundamentais de cada indivíduo. O trabalho em condições justas e dignas atua, por si só, como um mecanismo de proteção dos direitos humanos dos indivíduos.

Por essa razão, a Comissão não poderia deixar de tratar do impacto, na vida dos trabalhadores e de suas famílias, da recente aprovação da Medida Provisória 1.292, de 2025, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permite que trabalhadores – e que foi convertida em legislação – com carteira assinada, CLT, obtenham empréstimos consignados com garantia do saldo do FGTS.

Lançada oficialmente em 21 de março de 2025, a nova modalidade foi apresentada como alternativa para democratizar e ampliar o acesso a crédito com juros mais baixos para cerca de 47 milhões de trabalhadores formais. No entanto, dados divulgados pelo Banco Central, em 29 de maio de 2025, revelam que a taxa média de juros praticada nessa linha atingiu 3,94% ao mês em abril, superando em mais de 100% as taxas cobradas de aposentados (1,81%) e servidores públicos (1,96%).

Preocupa, ainda, o fato de que a maioria dos trabalhadores que têm realizado esses empréstimos busca o crédito para necessidades emergenciais e que quase 70% contratam o crédito sem compreender plenamente o impacto das parcelas em seu orçamento.

Preocupa, ainda, que a grande maioria não sabe a taxa de juros que está pagando e que 54%, segundo pesquisa, não receberam qualquer tipo de orientação financeira antes da contratação, conforme pesquisa realizada pela Abefin, que está presente nesta audiência.

É nesse contexto, com essas preocupações, que esta Comissão realiza esta audiência.

Em que pese ser uma medida recente, suas implicações para a vida do trabalhador já são observadas e já há alertas quanto aos riscos da medida para a estabilidade financeira dos trabalhadores, especialmente no momento da demissão, quando os recursos do fundo e a multa rescisória seriam essenciais.

A iniciativa, portanto, exige acompanhamento e discussões aprofundadas, com vistas a proteger os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Sabemos que o endividamento excessivo das famílias, somado à falta de educação financeira, acarreta impactos sociais negativos profundos, como desestruturação familiar e aumento da vulnerabilidade. Somado a isso, a ausência de mecanismos de controles adequados tende a favorecer as fraudes, como as identificadas em outras modalidades de consignado, a exemplo do que estamos vendo em relação ao INSS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda há riscos de redução do saldo disponível para financiamento habitacional a partir do FGTS, o que pode impactar diretamente a vida patrimonial, sobretudo as famílias de baixa renda no país.

Por essas razões é que convidamos diversos especialistas do assunto e os ouviremos, a partir de agora, nesta audiência pública.

Que tenhamos um rico debate!

Por ser uma medida nova, por ser uma legislação nova, eu acho que dá tempo de a gente fazer correções necessárias no que for preciso. Então, eu acho que a audiência é oportuna e necessária.

Vamos iniciar a nossa audiência com o nosso primeiro expositor, que vai apresentar um relatório para nós, relatório que eu tive a oportunidade de conhecer e sobre o qual me debruçar, e foi com base nesse relatório que nós, juntos, todos os Senadores da Comissão – lembrando que esse requerimento foi aprovado por unanimidade e apresentado a todos os Senadores membros da Comissão, com base no relatório –, tomamos essa iniciativa.

Vamos ouvir, por dez minutos, Reinaldo Domingos, Presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (Abefin).

Dr. Reinaldo, ali atrás tem um cronômetro que marca os minutos. Eu sei que... Talvez o senhor vá precisar de um pouquinho mais de tempo, todos os senhores. Como eu sou conhecida como Senadora generosa, eu vou deixá-los passar, se preciso, porque o tema é tão necessário, e essa é uma oportunidade tão rica para o Congresso Nacional, que eu não posso limitá-los a dez minutos. Mas, se a gente puder obedecer ao tempo, nos ajuda, porque a população está acompanhando – tem gente que está trabalhando e está fugindo um pouquinho do trabalho para nos acompanhar. Então, vamos manter o tempo.

E, claro, todas as perguntas não poderão ser feitas e tampouco respondidas nesta audiência. O assunto, o debate não se esgota aqui. Inclusive, eu tenho perguntas para todos os preletores, todos os expositores. Se eu não conseguir fazer essas perguntas aqui, eu vou encaminhá-las por *e-mail* e vou querer as respostas, para a gente disponibilizá-las no *site* da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com muita alegria ali recebemos e queremos lhe agradecer.

E já vou fazer propaganda: ó, acabei de receber o livro do Reinaldo Domingos, *Terapia Financeira*. Eu achei interessante, e ele me chamou a atenção e me deu um impacto, quando fez a pergunta: "Se, a partir de hoje, você não recebesse mais o seu ganho mensal, por quanto tempo [...] [conseguiria manter] seu [atual] padrão de vida?".

Essa pergunta mexe com a gente, não é? Eu não tive dúvida, respondi para ele: 26 dias... (*Risos.*) ... porque eu não teria dinheiro para pagar a conta do próximo mês, porque eu sou... Você também, não é, Leonardo?

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Eu não gasto não... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente vive de conta, a gente tem que pagar conta...

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – Boleto!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e eu só consigo pagar conta com o salário. Meu único ganho é o salário.

Parabéns!

Este livro aqui, gente, já tem mais de 10 milhões de vendas e ele já chegou a pessoas nos lugares mais distantes e fora do país também. Então, esta aqui é uma obra interessante. E ele trouxe para mim também, gente. Olhem que lindo: *Almanaque do Dinheiro com Educação Financeira*, inclusive com ilustração, que traz todo um histórico do dinheiro e todo um desafio...

O SR. REINALDO DOMINGOS (*Fora do microfone.*) – Do sal à criptomoeda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhem só, do sal à criptomoeda.

Então, está aqui, e eu estou fazendo propaganda, sim. Educação financeira tem que ser tema de sala de aula, tema de papai e mamãe e, vou dizer mais, tema de pastor também. (*Risos.*)

Pastor tem que falar sobre isso na igreja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Reinaldo, seja muito bem-vindo! Obrigado por aceitar o convite.

O senhor tem o tempo necessário.

O SR. REINALDO DOMINGOS (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer a Deus, acima de tudo Ele, pela oportunidade de estar aqui nesta Casa, Casa esta a que eu tenho o orgulho de pertencer em alguns momentos da minha história como missionário da educação financeira.

Um bom dia a todos vocês. Tudo bem? (*Pausa.*)

Bom dia! Vamos ouvi-los. Bom dia!

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. REINALDO DOMINGOS – Vamos fazer deste momento um momento muito mais feliz.

Quero aqui cumprimentar toda a mesa, na pessoa da nossa Senadora Damares, amiga de muitas jornadas. Inclusive, na pandemia, estivemos juntos para contribuir também com aquele momento difícil que nós atravessamos. Ainda quando Ministra, estava lá, e a gente fez um trabalho maravilhoso pela Abefin.

Quero agradecer também à Andréa, nossa Presidente da Abefin aqui de Brasília; ao nosso querido Marcelo, terapeuta financeiro; e a todos os que estão assistindo ao vivo a esse nosso bate-papo aqui, que vai ser muito interessante.

Eu quero dizer, depois dos agradecimentos, que a Abefin é a Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira. Ela trabalha toda a formatação do projeto lei, inclusive já iniciando e tramitando na Câmara, para que a gente possa regulamentar essa atividade dos profissionais, porque não existe educação financeira se os professores não forem educados financeiramente. Como vamos ensinar crianças se os nossos professores não aprenderem? Então, nós temos um desafio muito grande, né? E essa é a importância deste debate que leva a gente a algumas reflexões.

Sobre esse modelo de crédito consignado com o FGTS como garantia, lançado em março de 2025 e já validado com algumas ressalvas agora no dia 2 de julho, nós temos um trabalho de ementa ou de contribuição, de encaminhamento que eu acho muito importante. Embora as metas, as taxas baixas... "Baixas", entre aspas, porque 3,95% são 4%, e isso dá mais de 50% ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano. A gente tem que pensar: baixa nem tanto. Se você pensar em três, quatro anos, você dobra o valor, ou triplica o valor que o trabalhador pegou, essa grana, esse dinheiro. Obviamente, nós fomos tocados e fomos buscar por uma pesquisa que é muito importante. Nós fizemos uma pesquisa pelo Instituto Axxus, chancelada pela universidade Unicamp, em que nós buscamos... Essa pesquisa tem uma veracidade, é algo muito importante.

Nós vamos aqui evoluindo. Eu quero passar diretamente para tomar pouco tempo, para ser bem cirúrgico.

Aqui nós tivemos dois tipos de público: o público daqueles que já tomaram o crédito consignado de março para cá, e o daqueles que ainda não tomaram, mas fizeram simulações. São milhões e milhões de pessoas, e nós já temos aí uma grande amostra. Eu coloquei numa ordem crescente de percentual para a gente entender, e o próprio vídeo já vem falando exatamente isso.

Para que eu contratei o crédito consignado? Essas pessoas falaram que usaram para consumo, eletrodoméstico, veículo, 19%; reforma da casa, 26%; saúde, nós já estamos aí com quase 30%... Então, espere aí, nós estamos pegando dinheiro de crédito consignado, que vai ser debitado no nosso salário no mês subsequente por alguns anos pela frente, muitas vezes, porque eu estou com problemas de saúde.

Usaram crédito para pagar dívidas caras: nós estamos com 36% – cartão de crédito, cheque especial e vai por aí.

Não receberam nenhuma orientação técnica: mais de 50%. Significa, então, que essas pessoas estão tomando crédito sem nenhuma orientação, o que é muito grave.

Não calcularam o impacto mensal do orçamento: aqui, 70%. Damares, aqui nós temos um problemão, porque, se elas não se preocuparam em saber o impacto dos próximos meses, é muito provável que elas terão dificuldade de gestão na sua família, no dia a dia. E aí entra um grande desafio: como eu faço? Eu peguei o dinheiro e agora vou ter menos 35% do meu salário? E não é só para quem tem salário, porque foi também aprovado, para os motoristas de aplicativos, 30% em cima daquela que foi conveniada junto com as empresas de aplicativos. Então, nós também temos um problema dos motoristas, que vão ter problemas de ter 30% do dinheiro que vão receber. Será que esse motorista vai conseguir ter condições de sustentabilidade? – pergunta que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica para a gente debater depois. Então, não calcularam o impacto do orçamento financeiro, que é o que se ganha e o que se gasta. É muito grave isso.

Não sabem quanto pagam de juros: 83%. Simplesmente clicaram no aplicativo e falaram: "Vou querer o dinheiro, porque é imediato, eu quero a grana neste momento. Se eu estou inadimplente ou não, não importa". E é um crédito muito venenoso, porque a pessoa já está inadimplente em todos os setores da vida dela. Ela vai pegar mais um dinheiro, e, neste, ela é agente passivo, ela não é agente ativo. Ela é agente passivo, porque vai debitar diretamente na fonte do seu salário. Já, nos outros créditos, você tem a decisão como ativo: "Não vou pagar, pago no mês que vem, faço um acordo, está tudo certo". Então, a gente tem – é muito, é esmagador – 83%.

Não se arrependem, mas por desconhecimento de consequências reais – eles não se arrependem porque nem sabem ainda o impacto real na vida deles –: quase 90%.

Essas são as pessoas que tomaram crédito, mas nós temos aquelas que, vamos ver aqui...

Consegue passar para mim? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Ajude aí...

O SR. REINALDO DOMINGOS – Esta aqui, né?

Não, mais uma.

Pode passar para mim? (*Pausa.*)

Volte, volte uma.

Aqui é quem só simulou. As pessoas que foram lá e simularam. "Por que se simulou isso?". Foram atraídos pela facilidade de contratação, estavam em situação emergencial, 29%; queriam avaliar se o empréstimo seria vantajoso... O empréstimo é vantajoso? Como assim, né? Eu vou pegar dinheiro de terceiro para pagar juros e acho que tem vantagem? Não vai ter vantagem. E nós temos grandes problemas quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só... Não sabiam que o FGTS seria usado para garantia direta. Nós estamos falando de quase 50%. Damares, como podem não saber que a principal reserva do trabalhador, o Fundo de Garantia, é impenhorável, é uma proteção financeira única, soberana? Isso causa bastante estranheza.

Não buscaram nem pretendem buscar orientação financeira, ou seja, não estão educadas financeiramente e acham que vão fazer o hoje, e o amanhã fica por conta de Deus. Sim, sempre é por Deus, mas eu preciso fazer minha parte, né?

Não analisaram – ou só parcialmente – o impacto na renda: quase 70%. Não sabem o que vai acontecer.

Então, esses que fizeram a simulação foram simplesmente pela curiosidade, mas estão já com problema. Eles não tomaram a decisão, mas vão tomar a decisão, então a gente precisa conscientizar...

Acho que o espírito deste nosso debate aqui, desta nossa audiência pública, Damares, é a consciência financeira, é eu ter certeza do que eu estou fazendo. O dinheiro é o meio, o dinheiro não é o fim. Nós não vamos levar nada dele, mas nós precisamos cuidar dele, porque, sem ele, nós vamos sofrer mais, nós vamos ter uma vida sem qualidade.

E, logicamente, os riscos invisíveis – para a gente ir para o final –: o aumento da inadimplência quase chegando a 80 milhões de brasileiros. Isso é uma calamidade realmente pública, a gente tem um problema: as pessoas pararam de pagar suas contas, e isso é crescente. Mesmo com aqueles acordos que nós temos, Limpa Nome, tudo isso não resolveu e não resolve causa, resolve efeito. Eu faço o acordo e, três meses depois, eu já estou inadimplente de novo.

O crédito com o FGTS vem sendo utilizado de forma reativa e desinformada. O FGTS é uma das maiores riquezas do trabalhador, uma das maiores conquistas, e nós estamos simplesmente colocando-o em garantia de uma operação, já que ele é garantido pelo salário desse colaborador, mas fomos buscar lá 40% dessas verbas rescisórias, que estão lá – 40% –, que são, às vezes, a sustentabilidade desse trabalhador, caso ele seja dispensado sem justa causa. Então, a gente precisa ficar muito atento a esses riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A conclusão disso é que o crédito consignado e o FGTS podem parecer uma solução, mas há algumas ressalvas que a gente coloca aqui, como profissional e Ph.D em educação financeira: é um alívio imediato com alto custo no futuro – bem claro. Eu faço hoje, mas eu fico anos, muitas vezes, com esse problema. Imagine, reduzindo... Eu quero saber, nesta plateia aqui, neste público aqui de hoje... Pense em reduzir 35% do seu ganho, Tatiana. Pense, agora. Vai afetar? Para você que está em casa, vai afetar? Só isto, 35%. Eu ganhava R$1 mil e ganho agora R$650. É para a gente pensar.

Combate o efeito e ignora a causa. A causa é: eu não estou bem de saúde. Se eu estou buscando o dinheiro de terceiros, Damares, é um sinal de que eu não estou bem, de que eu não estou gerindo bem os meus recursos, o que ganho e o que gasto. Com o meu primeiro salário, eu fazia isso, por que eu perdi o controle? Porque são muitas ofertas e pouca educação. É aí que nós entramos com a educação financeira.

O endividamento é crônico, há falta de planejamento e sustentabilidade financeira. O trabalhador, em sua maioria, não está preparado para comprometer 35%, não está – acreditem. Aquele desconto, às vezes, de 10%, porque, de alguma forma, eu deixei de trabalhar naquele mês, já faz falta, imaginem mais de um terço do meu ganho mensal sendo comprometido.

Considerando os descontos do INSS e do Imposto de Renda, pode superar 50%. Então, imaginem que eu ganhava R$5 mil e agora vou ganhar R$2,5 mil. Eu não vou suportar isso, até porque não são só os 35%. Você tem o INSS de 11% e, se atingir, alcançar a tabela do Imposto de Renda, você tem mais, às vezes, 27%. Então, nós temos uma carga tributária que vai contribuir para esses descontos, e esse trabalhador vai ficar sem nenhuma sustentabilidade, causando um grande impacto. Como agente passivo, sabe o que ele vai fazer? Absolutamente nada; só viver mais os próximos anos.

Portanto, trata-se de uma grave oportunidade econômica, mas sem proteção social, e é por isso que nós estamos nesta Comissão de Direitos Humanos, porque é uma causa de recursos humanos, de pessoas, de seres humanos. Pode gerar retrocessos severos à dignidade dos trabalhadores. É algo importante, se bem utilizado. Por isso, a consciência financeira. Se ele estiver educado, pode até ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para contextualizar, cito a OAB do Estado de São Paulo. Fizemos um trabalho de implementação de um programa de educação financeira, cujo... Antes, o crédito consignado tinha que ter convênio com aquela empresa ou instituição; agora, não mais, é a céu aberto, pode contratar o que se quiser. Mas a OAB tinha lá uma necessidade. "Ah, agora eu vou entrar com o crédito consignado". Eu falei: "Espere, vamos fazer um curso – gravamos quatro módulos, rápido – chamado Consciência para Tomada de Crédito Consignado". Resultado: de 100% das pessoas que estavam optando pelo crédito consignado, mais de 75% declinaram e não fizeram o crédito consignado, porque tiveram consciência de que ele pode impactar problemas futuros.

E, para a gente ir para o final, os recursos urgentes que a gente entende são: implementação da educação financeira. Esta teve uma correção e uma melhoria que tem e traz o termo educação financeira. No dia 2, foi reparado isso e teve uma melhoria, mas não está claro como isso vai ser – por isso, há a necessidade da recomendação e do encaminhamento por esta Casa, o Senado, que é importante também; maior transparência da simulação; criação de uma plataforma pública comparativa de taxas. As pessoas não sabem as taxas. Na verdade, é uma taxa que precisa ser olhada e analisada com mais força; fortalecimento da regulação e fiscalização, para alertar essa pessoa, termos mais votos de alerta; e garantia de que, ao menos, parte do FGTS permaneça como reserva inviolável. Esta é uma problemática. Nós não tivemos isso, e o Fundo de Garantia vai ser, sim, afetado diretamente.

Eu quero, aqui, agradecer, Damares, por estar aqui, por você ter nos convidado. Sempre estaremos prontos para servir. A Abefin é uma instituição que traz, hoje, a educação financeira como prioridade para a nossa sociedade; e nós sabemos que 90% da população brasileira hoje está praticamente ausente de educação do comportamento financeiro.

Então, na qualidade de Ph.D nesta área, fico muito lisonjeado e honrado e espero ter contribuído com todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Reinaldo. Você não só contribuiu, como nos provocou.

Eu gostaria que você ficasse, se possível, até o final da audiência. Nós temos perguntas, mas a gente já vai ouvir o segundo expositor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir, agora, o Defensor-Geral Dr. Leonardo. Ele vai falar sobre e está abordando a atuação da DPU na defesa de trabalhadores superendividados e o papel da assistência jurídica gratuita frente à nova modalidade de crédito consignado, porque sabemos que, daqui para a frente, a DPU vai ser muito acionada. Prepare-se, Doutor.

A proteção dos direitos humanos e do direito do trabalho exige a atuação vigilante de instituições que garantam a fiscalização da legalidade, a defesa dos vulneráveis e a busca pela justiça. A experiência da Defensoria Pública da União no combate a fraudes e abusos contra o consumidor, especialmente em operações de crédito consignado, é indispensável para este debate.

A instituição tem um papel crucial, Dr. Leonardo, na defesa dos direitos difusos e coletivos dos cidadãos, e a modalidade de crédito consignado do FGTS levanta sérias questões sobre a vulnerabilidade do trabalhador e a necessidade de aprimoramento das normas e da fiscalização, aumentando, inclusive, a quantidade de demandas judiciais.

É nesse sentido que queremos ouvi-lo.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos que nos acompanham.

Gostaria aqui de saudar a querida amiga Senadora Damares Alves, nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, todos os Senadores e Senadoras que compõem também esta nobre Comissão. Para mim, é uma satisfação estar mais uma vez aqui. Sempre que puder e que convidado, atenderei ao convite de V. Exa. É uma oportunidade valiosa para que a gente possa fazer um debate amplo sobre os impactos, na vida dos trabalhadores, do aumento do superendividamento.

O avanço das modalidades de crédito voltadas à população seletiva de trabalhadores autônomos, como motoristas de aplicativos, tem chamado a atenção da Defensoria Pública da União em razão da sua crescente fragilidade socioeconômica, que os leva a recorrer a instrumentos financeiros, como são os empréstimos consignados. Não é raro que nossos assistidos, diante da impossibilidade de manter o mínimo de estabilidade em seus orçamentos familiares, vejam no consignado uma tábua de salvação, mas essa aparente solução tem, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, se transformado em um ponto de partida para recrudescer o ciclo de empobrecimento dessa camada da população brasileira.

Então, a expansão do chamado Crédito do Trabalhador, com a possibilidade de uso do FGTS como garantia, exige de todos nós – e aí eu parabenizo a Senadora Damares, a Comissão de Direitos Humanos por trazer essa discussão – um olhar sereno e comprometido com a proteção dos direitos humanos no nosso país. Não desconhecemos que o acesso ao crédito é, por muitos, condição de sobrevivência. O que preocupa, no entanto, é a ausência de mecanismos eficazes de proteção contratual e de orientação prévia, especialmente quando se trata de trabalhadores que vivem com até quatro salários mínimos, em sua maioria sem qualquer condição ou conhecimento prévio sobre a educação financeira. Muitos desses cidadãos e cidadãs procuram a Defensoria Pública e nem sequer sabem, em muitos casos, o que está sendo assinado, que contrato está sendo assinado. São, muitas vezes, de forma insistente e sem respaldo técnico, compelidos a contratar empréstimos que comprometem a sua renda futura, incluindo benefícios previdenciários e agora o Fundo de Garantia.

Essa realidade escancara o descompasso entre a sofisticação dos instrumentos financeiros e a vulnerabilidade da população que é atingida, para a qual são dirigidos também esses instrumentos; e é aqui que o Estado deve se fazer presente, Senadora, não apenas como regulador, mas como garantidor da proteção mínima dos direitos econômicos daqueles que não têm margem de negociação.

A Defensoria observa, com boa atenção, outro fenômeno silencioso, que é o crescimento da contratação de produtos bancários por trabalhadores hipervulneráveis, como títulos de capitalização, seguros prestamistas, cartões de crédito com taxas regressivas e investimentos de baixíssimo rendimento, oferecidos como vantagem no momento da liberação do crédito. Ocorre que, em inúmeros casos, o contratante nem sequer sabe que adquiriu esses produtos. Os valores são debitados automaticamente, diluídos em parcelas aparentemente pequenas, mas que comprometem significativamente a renda familiar. Essas práticas são frequentemente denunciadas à Defensoria Pública da União. Então, Senadora, a gente já recebe esses casos pelo Brasil afora, nas nossas unidades do Brasil inteiro, e é nesse contexto que a gente tem atuado de forma livre, administrativa e judicialmente, na impugnação de cobranças indevidas, na revisão de cláusulas abusivas e na restituição de valores cobrados sem o consentimento do consumidor. São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhares de procedimentos instaurados todos os anos com o objetivo de restituir a dignidade dessas pessoas.

O nosso trabalho também não é só reativo, nós também temos buscado firmar acordos com instituições financeiras, fomentar a regulação transparente de contratos, acompanhar e colaborar com o Congresso Nacional, com o Senado, com a Câmara, para que a legislação possa ser adequada também a esse nível de pessoas em situação de vulnerabilidade. O fortalecimento da atuação das Defensorias Públicas – seja a da União, sejam as Defensorias Públicas dos estados – têm papel fundamental na educação e na promoção também, como critério preventivo, da educação financeira dessas pessoas.

Em um ambiente cada vez mais digitalizado, a contratação de produtos financeiros passou a ocorrer em plataformas virtuais nas quais a opacidade de informações, aliada à velocidade da operação, compromete gravemente a formação da vontade do consumidor. Não há espaço para esclarecimento efetivo, tampouco para dúvida. Aplicativos de instituições financeiras, por vezes, levam o trabalhador a aceitar pacotes vinculados a serviços com poucos toques na tela, em uma jornada não intuitiva cuja lógica é a maximização do lucro e a não proteção do contratante.

Essas ferramentas digitais utilizam estratégias de persuasão ancoradas em algoritmos que mapeiam o perfil desses consumidores e muitas vezes exploram impulsos psicológicos, o senso de urgência, a oferta exclusiva ou promessa de uma resolução imediata de um problema financeiro. Isso acaba gerando o superendividamento das famílias, e essas famílias demandam mais serviços sociais do Estado. Então, nós temos que pensar que isso é um ciclo que precisamos também enfrentar.

Não estamos aqui fazendo discurso contra as operações de crédito nem contra as instituições financeiras, estamos aqui trabalhando efetivamente para que o consumidor tenha consciência e saiba o que está sendo contratado. O acesso a empréstimos é fundamental, uma operação fundamental que interessa e apoia projetos familiares, mas nós precisamos também – e é este o ponto da Defensoria Pública – garantir o acesso efetivo à informação, como, claro, estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

A Defensoria tem defendido inclusive, nesses casos, a inversão do ônus da prova, a responsabilização objetiva das instituições financeiras que não asseguram ferramentas para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratação segura e totalmente informada sobre as cláusulas contratuais. Temos trabalhado também para promover mudanças nas políticas públicas. Nós temos hoje a Secretaria Nacional do Consumidor, dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem feito um papel importante na regulação e no acompanhamento da forma como esses contratos estão impactando a vida dos consumidores.

É importante mencionar: não há inclusão quando o trabalhador é convertido em ativo bancário. Não há cidadania financeira quando a dívida é contratada em um ambiente em que não há informação adequada, não há informação concreta. Não há justiça quando o sistema pune o erro do vulnerável e protege a omissão daquele que tem mais recursos.

A Defensoria Pública tem orgulho de ser uma instituição republicana, essencial à justiça e comprometida com a Constituição e com a promoção dos direitos humanos. A Defensoria Pública da União, como instituição nacional de promoção e proteção dos direitos humanos, como instituição de promoção de acesso à Justiça, não pode se furtar a esse debate. Esse é um debate que nos preocupa, que nos interessa e a que estamos sempre à disposição. E essa missão inclui proteger o trabalhador contra a exploração de sua boa-fé, contra a indução em erro, contra a perpetuação da pobreza por meios formalmente legais, mas materialmente injustos.

Por isso, o Senado, por meio da Comissão, cumpre hoje um papel vital. O que aqui se debate não é um detalhe técnico de uma política econômica, é uma questão de justiça social e é a reafirmação do compromisso do Estado brasileiro com a dignidade humana. O zelo dos Senadores e das Senadoras que integram esta Casa é sinal de que ainda é possível harmonizar desenvolvimento econômico com proteção social, inovação com responsabilidade, crédito com cidadania.

Então, eu estou propondo aqui, Senadora, já, como a senhora pediu no início, algumas ações propositivas, que seriam: propor, eventualmente, um projeto de lei para criação de um marco mínimo de segurança jurídica para contratação digital de créditos, prevendo um padrão de obrigatório de leitura destacada de cláusulas sensíveis, como juros, garantias, penalidades; tempo mínimo entre a simulação e a conclusão da operação. Como foi muito bem dito pelo Reinaldo, quando a pessoa faz a simulação, às vezes, não contrata, porque vai entender que aquilo eventualmente vai prejudicar ainda mais a sua capacidade financeira e a sua capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solvabilidade; também a confirmação expressa, via biometria ou vídeo, do entendimento das condições contratuais; fornecimento de simuladores automáticos nos aplicativos e nas plataformas digitais, com projeção do impacto financeiro no orçamento mensal e no montante final a ser pago; inclusão de campos obrigatórios de aceite específico para produtos acessórios, como seguros, títulos de capitalização, cartões de crédito, etc., vedando aceitos genéricos em contratos complexos – esse é um tema importante, porque é uma conquista histórica do Código de Defesa do Consumidor –; fortalecimento da atuação da Senacon, do Banco Central, na fiscalização das interfaces digitais, com auditorias periódicas para verificar a clareza, a transparência e o respeito às garantias do Código de Defesa do Consumidor; campanhas nacionais de educação financeira, articuladas entre o Ministério da Fazenda, Banco Central, Ministério da Justiça, Defensorias Públicas – porque é a Defensoria Pública que atende essas pessoas, essas famílias que procuram e que, muitas vezes, vão ver que tem um débito de um cartão que foi gerado: "Ah, mas eu não contratei o cartão", "Não, mas a senhora assinou o contrato", então a Defensoria está lá exatamente para poder fazer respeitar o Código de Defesa do Consumidor; órgãos de defesa do consumidor – não só a Defensoria, como também o Procon e outros órgãos, e nós temos também organizações da sociedade civil que fazem essa defesa do consumidor – voltados especialmente àquelas famílias de até quatro salários mínimos, que são as famílias de maior vulnerabilidade; criação de um protocolo de atendimento prioritário nas Defensorias Públicas para casos de endividamento excessivo e contratação abusiva, inclusive com a mediação extrajudicial – nós temos apostado muito também na solução extrajudicial, porque a judicialização por si só não resolve esse caso, então a gente tem tentado buscar e têm sido bastante exitosas as conciliações que temos realizado com as instituições financeiras –; e promoção de mesas técnicas permanentes entre as Defensorias, Procons, Banco Central, associações, para discutir padrões claros de contratação digital e reduzir essas assimetrias informacionais.

Então, Senadora, eu gostaria, mais uma vez, de reiterar a nossa disposição para sempre colaborar com esta Comissão, com este Senado Federal, para que os direitos humanos no nosso país sejam respeitados em todos os seus aspectos. E isso inclui também a questão voltada à facilitação dos empréstimos, agora voltada também ao crédito do trabalhador, com o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que tem, por finalidade legal, gerar uma economia para o trabalhador conquistar a casa própria, gerar uma economia para o trabalhador que foi alvo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dispensa de trabalho, para que ele possa ter um recurso para se manter. Então, é exatamente nesse sentido que nós temos que trabalhar e pensar.

As operações de crédito são fundamentais para a nossa economia, para a economia brasileira. O papel das instituições financeiras também é fundamental, mas temos que pensar nos direitos, sobretudo no direito à informação e ao livre convencimento motivado, para a assinatura desses contratos de empréstimo. Essas informações claras e objetivas têm que ser repassadas, para que o cidadão, para que a cidadã tenha conhecimento pleno daquilo que está tomando, daquelas cláusulas, daquelas obrigações contratuais que vão gerar um impacto na sua família.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fantástico, Doutor Leonardo! Fantástico! Acho que o senhor superou todas as nossas expectativas na sua fala, especialmente nas sugestões, e quero suas anotações aqui, porque não consegui anotar tudo.

Ele trouxe tantas sugestões...

Dr. Leonardo, a gente vai precisar, realmente, ter um acompanhamento, inclusive, Dr. Reinaldo, sobre a mudança do comportamento financeiro do trabalhador, depois da instituição do empréstimo consignado pelo FGTS. Por quê?

Gente, eu me aposentei, tá? Eu me aposentei pelo INSS. Consegui, sou uma senhorinha aposentada, uma linda idosa aposentada... Mas por que eu estou falando isso? Porque, no dia em que saiu, Dr. Leonardo, a minha aposentadoria – foi pela manhã –, à tarde, eu comecei a receber telefonemas me oferecendo empréstimos consignados. Estamos preocupados aqui, porque a oferta vem de todos os lados. E a minha preocupação é: a oferta é tão tentadora que quase que eu fiz. Olha! Sim, eu queria viajar com a minha filha. Quase que eu fiz.

Então, eu quero que os senhores entendam que o comportamento do trabalhador pode ter uma mudança. E o que eu queria pedir à Defensoria, além de tudo que o senhor já nos ofertou aqui nesta manhã? Compartilhem conosco as observações que os senhores estão vendo. Por exemplo: Senadora, surgiu, de uma forma absurda, o número de correspondentes bancários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abusando da oferta... Inclusive, sou autora de um projeto de lei que proíbe esse abuso na oferta. Quantos telefonemas vocês recebem por dia oferecendo consignado? Gente, é demais.

Se a DPU pudesse... Como nós estamos nesse processo muito novo... E que bom que dá tempo de a gente consertar o que precisa ser consertado. Eu acho que já fazer uma avaliação inicial em março – estamos agora em junho – é muito necessário. Que a DPU compartilhe conosco impressões. Se vocês tiverem esse observatório – vocês vão ter campanhas, vão ouvir muito as pessoas –, compartilhem com esta Comissão, porque esta Comissão pode provocar a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero dizer que leis não são definitivas, decisões não são definitivas, e é por isto que existe o Congresso: para adequar a legislação se houver necessidade.

Eu dei voto contrário, o meu voto está registrado como contrário, porque eu, realmente, tinha muita dúvida de que chegássemos a um momento extremamente complicado, pela falta da educação financeira, pelas ofertas, pela forma como estão acontecendo, no celular... Quando o senhor fala que, entre o pedido do consignado e a efetivação, tem que haver um prazo, um prazo para o trabalhador pensar, de reflexão.

Nós temos projetos de lei aqui no Senado que obrigam agora – para tristeza minha porque eu acabei comprando um desgaste com a Febraban – que o idoso faça o empréstimo de forma presencial, porque a fraude contra idosos... Inclusive, legislei contra mim: agora, eu vou ter que descer ao banco para fazer um empréstimo, mas a gente está discutindo isso.

Então, a DPU nesse processo é mais que necessária e, por ser uma instituição independente, autônoma, corajosa e ousada como é e ter um defensor extremamente preocupado com esses detalhes, eu queria pedir, além de tudo o que o senhor ofereceu, que compartilhe conosco o que vocês estão observando. Compartilhe porque, se for necessário, esta Comissão tomará algumas medidas.

Não tenho perguntas para fazer porque às perguntas que eu tinha aqui você foi respondendo à medida que foi apresentando. Sei da sua agenda lotada, mas sei que sua representante ficará aqui nos acompanhando ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lhe agradecer, Doutor, agradecer. Esta Comissão só tem que dizer muito obrigada à DPU, mais uma vez atendendo às expectativas que a sociedade deposita nessa instituição tão séria e tão necessária para o país.

Muito obrigada, Dr. Leonardo. (*Pausa.*)

Sim. Ele vai deixar aqui sete indicações, sete sugestões. Muito obrigada.

Eu quero só registrar a presença do Senador Jaime.

Senador Jaime, o nosso defensor fez uma exposição incrível, mas vai precisar sair. Vou compartilhar com o senhor as preocupações dele com relação ao uso do FGTS para o empréstimo consignado, tendo como lastro o FGTS. Depois, eu compartilho com o senhor. É uma honra ter o senhor aqui.

Eu quero informar aos nossos expositores que, na Casa, quando nós temos uma audiência pública, quando o Parlamentar entra, ele pode usar a palavra a qualquer momento. Ele pode pedir, fazer pergunta... É dessa forma que funciona a dinâmica de uma audiência pública.

Nesse sentido, eu queria saber se o Senador quer se manifestar agora. Sim? (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Damares, Presidente desta Comissão tão importante. Nós vamos ter uma... Acho que a que vai marcar o ano é a do dia 16, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na semana que vem, antes do recesso, sobre aquelas pessoas da anistia, as pessoas que foram presas no dia 8 de janeiro.

Eu quero cumprimentar todos os convidados que estão aqui hoje, o representante, inclusive, da Federação Brasileira de Bancos, e, na pessoa do Ivo, cumprimentar todos e dizer que há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande preocupação, porque eu conheço a situação, eu sou empresário – não sou político, estou na política –, e é uma grande preocupação.

Inclusive funcionários... Eu falei naquele dia lá, em que se estava discutindo sobre esse consignado, que, na verdade, eles querem dizer que não vai afetar a situação do Fundo de Garantia. Vai afetar, sim. Por quê? Eu não sei – depois, no final, eu quero perguntar, ver se o Ivo poderia me dar essa resposta – se existe uma taxa máxima de juro a ser cobrado dentro disso. Por quê? Por que, então, não foi feito esse consignado para o próprio empresário?

Por exemplo, eu tenho 300 funcionários diretos. Vamos dizer que cem quisessem tomar um empréstimo. Eu mesmo faria, no máximo com juro de 18% ao ano, o que dá menos de 1,5% ao mês. Eu o faria, desde que fosse dentro de uma forma legal. Não eu, a maioria dos empresários brasileiros que tivessem condições fariam esse consignado para eles. E tenho certeza de que ele não ia precisar tomar o dinheiro lá do Fundo de Garantia.

Agora, é uma loucura. Eu falei com os bancos, inclusive com os bancos de cooperativas e com o próprio Bradesco também, eu conversei com eles. Tem bancos cobrando 3,5%, 4% de juro ao mês. E olha como não foi isso esclarecido a essas pessoas, porque muitos deles não têm um esclarecimento: eles estão na cabeça deles que vão pagar uma parcela, financiou lá em 12 ou em 24 vezes, eles vão pegar, não vão pagar a primeira parcela e vão quitar o financiamento deles. Então, veja bem, na cabecinha dele está o seguinte: "Bom, eu paguei 3,5% de juro, mas eu vou pagar 3,5%, liquida a minha operação, pego o dinheiro do 13º, o dinheiro do Fundo de Garantia". Não, vai até o final. Isso aí vai seguir até o final do financiamento. Se ele fez em 12, só vai acontecer isso na última parcela.

É uma coisa... Não é só esse consignado que aconteceu dentro do FGTS, mas dos aposentados, a mesma coisa. Hoje nós endividamos o povo brasileiro de tal forma com isso, porque isso é muito cômodo. Quem é que não quer fazer um financiamento com uma garantia real de receber isso? Vocês vejam a situação em que está hoje, no Brasil, o crédito rural. Por quê? Muitos empresários e até pessoas físicas hoje pedindo recuperação judicial. Então, nós estamos com dificuldades hoje, até quanto ao crédito rural, o crédito internacional, pelos calotes que estão dando – o Ivo sabe disso. E aí, quem, qual banco não quer fazer um empréstimo, tendo uma garantia real de que vai receber?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo mais para vocês: o que mais me deixa, de tudo isso, indignado é por que nós não conseguimos mudar isso até hoje, do FGTS, pelo menos... Hoje, por exemplo, a remuneração está em 3% ou 4% ao ano, não é isso? Está em 3% ou 4% ou 5% ao ano. Esse dinheiro veio para financiar a casa própria e tudo. E foi muito inteligente quem fez isso para o funcionário lá na década de 70. Eu admirei muito quando fizeram, por que o que quer dizer Fundo de Garantia por tempo de serviço? É um dinheiro que ele tem lá. E o sonho de nós empresários é que esse funcionário... Sabe quando a gente queria que ele tirasse esse dinheiro? Só no dia em que ele se aposentasse. Esse é o maior sonho para nós. Eu, que tenho, sim... Eu sou empresário, e o maior sonho é que esse funcionário nunca tocasse nesse dinheiro. Por quê? Porque se ele tivesse... Para quem não entende isso, por exemplo, um motorista de caminhão meu ganha R$6 mil, em torno de R$6 mil, R$6,5 mil. Então, todo ano ele tem R$6 mil, R$6,5 mil depositados lá. Imagine isso no decorrer de 30, 40 anos, quanto ele vai ter depositado lá.

Agora, o que me deixa mais indignado é o sistema de correção que o próprio Governo faz nesse dinheiro dele. É muito injusto. É muito injusto o sistema de correção que é feito nesse dinheiro. Eu acho que o Parlamento, a Câmara dos Deputados, o Senado, nós tínhamos que trabalhar para mudar um pouco isso, esse sistema de correção. Eu entendo que o Governo usa esse dinheiro para financiamento da casa própria, para financiamento do Minha Casa, Minha Vida, mas eu vejo, sim, que nós precisamos mudar isso.

E agora... Naquele dia, eu esqueci de falar sobre isto, sobre esta situação: como, dentro da lei, vão dar possibilidade para os bancos, por que não para o próprio empresário? O empresário tem condições de dar e ir descontando do mês a mês dele, com juros muito menores do que os bancos vão receber. Nada contra as instituições financeiras, mas isso é mais uma forma de ajudar as instituições financeiras, corroendo os nossos funcionários, esses nossos empregados, que hoje estão com esse dinheiro, e a maioria deles... Poucos deles... Eu acho que mais de 50% dos empregados, hoje, do Brasil, já retiraram mais de 50% do Fundo de Garantia deles. Não tenho esses dados, esse estudo, não tenho esse levantamento, mas, volto a repetir: o maior sonho meu e de todos os empresários do Brasil era que o funcionário só retirasse esse Fundo de Garantia no dia em que ele for se aposentar e que essa correção seja uma correção justa.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador. Obrigada pela participação.

Para os que não conhecem o Senador Jaime, ele é de Rondônia, Senador de primeiro mandato, que chegou a esta Casa nos trazendo muito esse olhar do setor produtivo. É uma alegria tê-lo aqui.

Dr. Leonardo, eu sei que o senhor precisa se ausentar. Muito obrigada pela presença, pela participação.

Nós agora ouviremos o Ministério do Trabalho.

Vai falar, em nome do Ministério do Trabalho, o Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário de Proteção ao Trabalhador.

Eu queria convidar para compor a mesa no lugar do Leonardo – a gente vai fazendo isso, modificando a mesa; ela já faz parte da segunda, mas já vai se sentar aqui, para deixar a mesa mais bonita – a Paula Coelho da Nóbrega, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Informações do Ministério das Cidades.

Quero registrar a presença do nosso eterno Deputado Professor Luizinho, que agora é o Coordenador da Aspar do Ministério do Trabalho; da Ivonice Campos, representando o Codese, o Conselho da Mulher Empresária do Distrito Federal e o Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal.

Obrigada, Ivonice. Um abraço ao Codese, que é o Conselho de Desenvolvimento da nossa região, do DF e do entorno. É claro que ela traz muito a preocupação do setor da área da construção civil. Eles estão acompanhando a audiência por conta da preocupação deles com o uso do FGTS para a garantia do empréstimo consignado.

Está conosco a Andrea Falcão, Presidente da Abefin-DF – obrigada, Andrea, por estar aqui –, o Ricardo Falcão, Presidente da Praticagem do Brasil e Vice-Presidente da associação internacional de praticagem com sede em Londres. É uma alegria tê-lo aqui, Dr. Ricardo, uma alegria!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estão conosco também diversos assessores do Senado, acompanhando a audiência, e outras autoridades, que a gente vai registrando ao longo da audiência.

Ministério do Trabalho: o Dr. Carlos Augusto vai falar sobre o papel do Ministério do Trabalho na regulação e fiscalização do crédito consignado via FGTS e sobre as medidas para proteger o trabalhador contra o superendividamento. O Ministério do Trabalho é responsável por políticas públicas de emprego e segurança do trabalhador e tem papel crucial na fiscalização das relações de trabalho e na promoção da dignidade no ambiente laboral, o que o coloca em posição estratégica para tratar deste tema sobre superendividamento, educação financeira e riscos de fraude.

Sua participação, Dr. Carlos Augusto, tem como objetivo essa análise dos impactos do empréstimo consignado com lastro no FGTS, de modo a contribuir para que a Comissão possa propor salvaguardas que garantam o equilíbrio entre o acesso ao crédito e a proteção da segurança financeira dos trabalhadores.

Muito bem-vindo!

E eu quero informar às pessoas que estão nos acompanhando que as apresentações vão ficar disponíveis na Comissão.

Dr. Carlos, Dr. Reinaldo, Paula, essas apresentações, depois, são muito buscadas por pesquisadores, estudantes, especialistas. Eles as buscam depois da audiência. Esta audiência fica sendo retransmitida por várias vezes.

Então, as apresentações dos senhores ficarão à disposição da sociedade.

Dr. Carlos, estamos ansiosos para te ouvir.

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, Senadora. Cumprimento-a e cumprimento todos os membros desta mesa.

Eu gostaria de, antes de mais nada, fazer uma pequena apresentação do que é o programa Crédito do Trabalhador, porque tem alguns aspectos do debate sobre este programa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam de esclarecimentos. Acho que há algumas confusões que vêm sendo apresentadas em relação a ações de crédito que envolvem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O Crédito do Trabalhador cria uma oportunidade de inclusão no mercado de crédito para um segmento de celetistas que historicamente não conseguiam celebrar um contrato no antigo modelo de consignação.

Senadora, durante 23 anos, apenas 8% dos trabalhadores celetistas conseguiram celebrar um contrato de consignação. O modelo antigo estava restrito à chamada elite da classe trabalhadora, àqueles trabalhadores que tinham uma renda, rendimentos mensais dos mais elevados, concentrado em grandes empresas e concentrado nos grandes bancos comerciais.

A partir da celebração de um convênio que um banco celebrava com uma empresa, o trabalhador ficava limitado à oportunidade de fazer um contrato de consignação apenas com o banco que celebrou o convênio com aquela empresa.

Então, o Governo, ao reestruturar a consignação em folha do celetista, tem três propósitos essenciais. O primeiro é trazer o trabalhador como um ator que organize e tome as decisões de crédito. Este é o primeiro programa de consignação que traz ao trabalhador a oportunidade de, pela CTPS digital, solicitar simulações de crédito, o que é parte constitutiva de uma ação de educação financeira. Ele solicita uma simulação e, a partir dessa simulação, ele vai receber informações – é apenas a simulação – do valor pretendido máximo de crédito que poderia ter disponível, que é a margem disponível. Ele vai receber um valor de parcelas que poderiam ser contratadas e, portanto, poderá avaliar, daquelas parcelas, o que pode caber no orçamento disponível dele, nos seus rendimentos. Ele vai receber a informação da taxa de juros.

Então, é importante que fique claro aqui: é uma taxa de juros já calculada a partir da média de taxas de juros de consignação, celebradas por informações e oferecidas com informações do Banco Central do Brasil.

É importante que fique claro aqui que a premissa da reestruturação do programa foi, sobretudo, oferecer ao trabalhador a condição soberana, o protagonismo em fazer a opção do crédito. Primeiro, através de uma simulação; segundo, esse mesmo trabalhador, depois de uma simulação, pode solicitar que as instituições financeiras façam uma oferta de crédito para ele. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um segundo momento em que o trabalhador tem a chance de refletir sobre sua intenção de crédito; ele solicita a intenção do crédito.

As instituições financeiras habilitadas – hoje, são cerca de 65 instituições habilitadas no programa, e isso está crescendo – podem avaliar as condições de renda, a posição desse trabalhador na empresa com a qual ele tem vínculo, na posição Cnae. Elas podem obter as informações de renda, protegido o sigilo das demais informações do trabalhador.

A partir daí, os bancos vão fazer uma oferta de crédito para o trabalhador, e o trabalhador recebe e tem ainda um tempo – que foi colocado aqui – para se manifestar, a partir daquelas proposições, em 24 horas.

As instituições financeiras têm 24 horas para confirmar a proposta de crédito para aquele trabalhador, e o trabalhador tem um prazo bastante razoável, que é cerca de 24 horas, para também confirmar.

Além disso, esse mesmo trabalhador, a partir das simulações ou das propostas que a ele foram feitas pelas instituições financeiras, Senadora, pode avaliar que as propostas feitas pelas instituições financeiras não são razoáveis para ele, que não são vantajosas para ele, e ele pode simplesmente encerrar aquela simulação. Ela automaticamente cai no sistema e, a partir dali, ele pode requerer novas simulações.

Então, eu só estou chamando a atenção sobre isso porque esse é um aspecto...

Perdoem-me. (*Pausa.*)

Eu estou chamando a atenção para isso porque é um aspecto que, nas apresentações que foram feitas até o momento, não apareceu, ou seja, não se apresentaram como inovações da consignação que o Governo lançou em março do ano passado.

Só para retomar a apresentação, muito rápido aqui, Senadora: o Crédito do Trabalhador tem essa característica de inclusão no mercado de crédito de milhões de trabalhadores que antes não conseguiam celebrar um convênio. Então, nós estamos com o propósito de fazer com que o programa alcance o maior número possível de trabalhadores que necessitem de crédito. Para ser claro aqui: a pretensão do Governo não é oferecer o crédito para quem não tem a necessidade;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é oferecer o crédito para quem tem a necessidade, de maneira simples, objetiva e com informações transparentes, para que ele possa tomar a decisão de maneira soberana.

Segundo: este próprio Crédito do Trabalhador oferece oportunidade para que todos os trabalhadores possam trocar dívidas. Aqui na pesquisa mencionada, de um dos seus resultados, eu pude observar que a troca de dívida é o principal fator da contratação de operações de crédito.

Nessa dimensão de troca de dívida, Senadora – a senhora pode ver ali –, quem antes não tinha acesso à consignação em folha contraía créditos pessoais sem garantias, que hoje têm taxa de 6,14% ao mês; estava comprometido no cartão de crédito parcelado, com uma taxa de juros que hoje é de 8,99% ao mês; estava comprometido, na sua grande maioria, no rotativo do cartão de crédito, que é de 15,26% ao mês; e ainda no cheque especial, que é de 7,37% ao mês.

Boa parte das operações de crédito hoje celebradas no Crédito do Trabalhador são o trabalhador saindo, como a própria pesquisa aqui confirmou, de dívidas mais caras – que são aqueles encargos mencionados ali – para uma taxa de juros mais vantajosa, que é de 3,53% ao mês. Essa taxa é competitiva, é a taxa que todos nós esperamos que o trabalhador tenha disponível no Crédito do Trabalhador? Nós julgamos que ainda não, porque nós acreditamos, Senadora, que essa taxa de juros vai cair.

Os efeitos da chamada ferramenta "portabilidade" no Crédito do Trabalhador, pela qual foi implementada essa funcionalidade, que é a opção oferecida ao trabalhador de sair de um crédito já contraído, no próprio Crédito do Trabalhador, para uma outra instituição financeira, desde que essa outra instituição financeira ofereça condições mais vantajosas ao trabalhador.

Então, é importante ter isto claro aqui: essa taxa de juros de hoje tenderá a cair, porque o maior efeito de concorrência no programa, que é a portabilidade, foi introduzido só recentemente no programa, em junho, porque é um programa organizado em etapas.

Por último, e isto aqui é importante: a consignação em folha do Crédito do Trabalhador, diferentemente de outras consignações, tem um limite máximo de comprometimento dos rendimentos dos trabalhadores, que é de 35%. E, para ser bem transparente nesta mesa, Senadora, a maioria das instituições financeiras, por precaução, por regra de procedimento de cada uma delas, estão oferecendo crédito com comprometimento de margem disponível bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abaixo do previsto na legislação porque sabem que o endividamento, hoje, dos cidadãos e das cidadãs é um fenômeno importante e que ganha e vem ganhando tratamento e atenção de todos os atores: do sistema financeiro, de Governo e do Congresso Nacional.

É por isso que o Congresso Nacional sancionou a medida provisória, porque tem conhecimento de que este programa, ao contrário de estimular o endividamento dos trabalhadores, ele está trazendo alívio ao orçamento dos trabalhadores, ao trocar dívidas com encargos mais pesados por taxas de juros mais vantajosas, organizando e, portanto, abrindo espaço no seu orçamento para a redução do endividamento.

A relação com o Fundo de Garantia eu vou explorar um pouquinho mais à frente, Senadora, e peço a generosidade da senhora com o tempo, porque isto é importante para a gente esclarecer, para nivelarmos informações entre nós sobre que programa é esse, porque algumas confusões vêm se apresentando no debate entre nós.

A garantia já estava prevista na lei da consignação em folha e hoje, até agora, ela não foi regulamentada ainda pelo Conselho Curador do FGTS. Essa previsão está na lei. O sistema financeiro, os agentes financeiros consignatários podem instruir essa prerrogativa na previsão contratual, porque de fato a lei é quase que autoaplicativa, esse é o entendimento jurídico que nós temos, ela prevê 10% do saldo e até 100% da multa rescisória, mas é importante que fique claro isto: 10% do saldo dos trabalhadores e 100% da multa é que podem ser utilizados como garantia adicional, porque a verdadeira garantia de um crédito consignado são os salários, é a folha de pagamento do trabalhador. É por isso que a taxa de juros é melhor e mais vantajosa que todas as demais opções de crédito que não dispõem de garantia, Senadora.

A garantia são os salários, é a folha de pagamento dos trabalhadores. O FGTS é apenas uma opção adicional colocada como disponibilidade para o trabalhador, e ele pode recusar qualquer proposição de contrato que inclua o FGTS, caso assim ele não tenha interesse. Isso a lei assegura, porque ela é colocada apenas como opção, e essa opção é do trabalhador. Ela não é do agente financeiro e nem mesmo do regulador, que é o conselho curador, e este nem sequer tem o alcance para tomar o Fundo de Garantia como garantia do Crédito do Trabalhador, como obrigação. A lei é clara: trata-se de uma opção do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto importante é: quem tem acesso a esse programa? São os celetistas, os empregados do MEI... Estou querendo usar a oportunidade aqui para a gente esclarecer, tá, Senadora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR – Porque há muita confusão ainda sobre esse aspecto do programa. O trabalhador que tem acesso ao programa é o celetista do MEI, é aquele trabalhador que foi contratado pelo MEI, não é o empreendedor MEI, que é o empregador.

Estou chamando a atenção para isso porque, em muitas oportunidades em mídia, ainda se costuma fazer a confusão de que o MEI, o empreendedor, aquele que tem o instituto do MEI é quem está credenciado ou quem deveria estar credenciado ao Crédito do Trabalhador – e não é. É eventualmente aquele celetista que foi contratado pelo MEI, além de trabalhadores rurais, especialmente o trabalhador rural vinculado às empresas que são de pessoas físicas, e não constituídas como pessoas jurídicas. Então, tem um caráter aqui inclusivo.

E temos o emprego doméstico. Para o Governo, tratou-se, talvez, de uma das maiores conquistas da consignação, que é oferecer ao empregado doméstico ou empregada doméstica a oportunidade de também contrair um crédito em consignação, o que antes estava vedado. Então, essa é uma inovação importante do programa, Senadora,

Por último, tem – eu vou passar rápido aqui – um segmento de trabalhadores que não podem acessar, mas fica aí uma informação para debate, caso haja interesse, tá?

Bom, aqui são as formas de entrada no programa. O trabalhador pode acessar via CTPS Digital, um aplicativo. É importante deixar claro que o Governo, antes de inserir esse programa na CTPS Digital, constatou e testou a segurança dessa informação e da CTPS Digital, e a CTPS Digital hoje é um dos canais públicos mais acessados por todos os trabalhadores no país, é importante ficar claro isso. Muitos apostaram que o programa poderia apresentar dificuldades de acesso, de transparência de informações, e, para surpresa de muitos, Senadora – isso era uma convicção inicial desde o início do Ministério do Trabalho –, o programa está rodando muito bem através desse acesso do canal digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ele pode acessar também através dos canais próprios das instituições consignatárias, em especial, aquele trabalhador que já é cliente de alguma instituição financeira. Então, ele pode também acessar o programa através desses canais próprios das instituições financeiras, tá?

E aqui, Senadora, a senhora me permita, vou concentrar um pouquinho essa lâmina aqui, que é o Crédito do Trabalhador *versus* a antecipação empréstimo do saque aniversário, porque algumas das críticas que são feitas – e isso surgiu hoje aqui – em relação ao uso do FGTS dizem respeito à antecipação do saque-aniversário, e não ao Crédito do Trabalhador. Então, eu gostaria de ilustrar aqui algumas diferenças que existem, para a gente abordar mais claramente esse assunto, se não hoje, em uma outra oportunidade, e o Ministério do Trabalho fica disponível,

Então, a garantia do Crédito do Trabalhador é a folha de pagamento, não é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é apenas uma garantia suplementar, complementar, é importante deixar claro isso. No caso da antecipação é a própria poupança do trabalhador no Fundo de Garantia que é constituída como garantia, quando ele faz a opção pelo saque-aniversário e, a partir do saque-aniversário, ele solicita um empréstimo que nós entendemos como uma antecipação do saque-aniversário.

Então, aqui é importante que fique clara essa diferenciação, Senadora: é na antecipação do saque-aniversário que, de fato, a totalidade dos saldos dos trabalhadores fica bloqueada a serviço de uma garantia de um crédito, por uma taxa de juros que entendemos bastante elevada, porque ali a instituição financeira não tem risco nenhum, e, de fato, compromete, no médio e longo prazo, a opção do trabalhador em cuidar da sua saúde, de dispor de poupança para quando se aposentar e dispor de poupança para financiar a sua casa própria.

Então, esta crítica que hoje é apresentada aqui é crítica também que o Governo tem sobre a antecipação do crédito. Diga-se de passagem, a antecipação do saque-aniversário veio através de uma alteração, de uma lei criada em 2019, que criou o saque-aniversário e a possibilidade da sua antecipação – a principal crítica que nós temos é a antecipação –, essa lei foi criada no Governo anterior, não foi no Governo do Presidente Lula.

O segundo aspecto a ser chamado à atenção é que, no caso da multa, nós ainda não regulamentamos. E há uma crítica de que a previsão de utilização no Crédito do Trabalhador do saldo de 10% e da multa pode comprometer a sustentabilidade do Fundo de Garantia do Tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Serviço – essa é uma crítica do debate que nós estamos fazendo hoje aqui – e também não permitir que o trabalhador use o seu saldo para financiar a sua casa própria.

No caso específico do Crédito do Trabalhador, é um equívoco essa interpretação, e é importante que a gente esclareça isso em definitivo – e o Trabalho está à disposição para vir em outras oportunidades, Senadora, para a gente debater especificamente isso. Por quê? Porque a garantia só é introduzida, só será regulamentada como opção do trabalhador e só será acionada pela instituição financeira quando o trabalhador for demitido, e, quando o trabalhador é demitido, esse recurso que estava como recurso disponível no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ou seja, aquela massa de poupança do fundo, parte dela anualmente utilizada para aplicações na habitação, já saiu. Assim que ele é demitido, ele já sai da conta vinculada do trabalhador e vai para a conta-corrente do trabalhador.

Então, do ponto de vista do fundo, das demais obrigações do fundo, que é o financiamento da habitação ou das demais ações a que o trabalhador tem direito, ele não tem efeito nenhum, o efeito é nulo, sobretudo no caixa e na sustentabilidade do fundo, porque se trata de um direito constitucional do trabalhador. Ele é demitido, e é transferido automaticamente da sua conta vinculada do Fundo de Garantia para sua conta-corrente, para que ele possa usar esse recurso. Caso ele tenha feito o Crédito do Trabalhador, essa garantia será objeto de acionamento pela instituição financeira e ele poderá renegociar a condição dessa garantia junto à instituição financeira. Ela poderá ser executada, como ele poderá também acionar a renegociação, o instrumento da renegociação, caso ele tenha dificuldade de se comprometer na situação de desemprego com esta obrigação contratual.

Isso tem previsão em ato normativo do Crédito do Trabalhador, como já há uma previsão não só por regulação do Banco Central, como também pela legislação que preside o direito do consumidor – e o Crédito do Trabalhador nasceu na perspectiva desse direito. Eu chamo a atenção para isto: o trabalhador, pela primeira vez, é um protagonista das opções de crédito que são apresentadas a ele. Ele escolhe.

Já no caso do saque-aniversário, aquilo que é oferecido como garantia é a totalidade, pode ser inclusive a totalidade, Senadora, do saldo. Isso não ocorre no Crédito do Trabalhador. O trabalhador que optou pelo saque-aniversário e ainda fez um empréstimo, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antecipação do saque-aniversário, é importante que fique claro aqui que, caso ele seja demitido, ele não tem acesso ao saldo e vai ter acesso apenas à multa, Senadora. Então, nessa modalidade do saque-aniversário, especialmente a antecipação, o Governo mais proximamente deve oferecer, sim, uma proposta de regulamentação, porque, hoje, a antecipação não é submetida a nenhum tipo de regramento, estando prevista, inclusive, pelo conselho curador. Então, vou ser claro aqui, não tem previsão máxima de comprometimento de parcelas, como toda linha de crédito deve ter; não tem previsão máxima de comprometimento dos saldos dos trabalhadores, que deveria ter; e não tem limite máximo de previsão sobre a sustentabilidade, a segurança que um trabalhador deve ter quando é demitido, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR – Então, essa diferenciação é importante, porque parte das confusões e das narrativas de crítica ao Crédito do Trabalhador tem que ser dirigida à antecipação do saque-aniversário, e não ao Crédito do Trabalhador.

Só mais uns cinco minutinhos, Senadora, para concluir, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR – Já em relação às medidas para evitar o superendividamento – isso aqui também é importante, só vou repetir –, a legislação do Crédito do Trabalhador admite, no máximo, o comprometimento de 35% do salário. Então, é importante deixar isso bem claro e transparente.

O segundo aspecto importante é que, no caso específico desse programa, para evitarmos o superendividamento do trabalhador, nós criamos um mecanismo, que é a possibilidade de o trabalhador, em comum acordo com as instituições financeiras, migrarem as suas dívidas, contraídas no sistema financeiro, para a plataforma do Crédito do Trabalhador, Senadora. Então, isso é um instrumento poderosíssimo para a redução ou para a atenuação do endividamento das pessoas hoje, de todos os cidadãos e cidadãs.

Dessa troca de dívidas – só para a senhora ter informação – do crédito pessoal sem garantias e do crédito pessoal consignado de convênios, nós já fizemos a migração de R$60 bilhões do crédito pessoal sem garantias, de trabalhadores que hoje estão inscritos na plataforma – R$60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões de créditos contraídos. E, da consignação em folha, nós já migramos uma carteira de R$45 bilhões.

Então, nós estamos falando aqui de um valor superior a R$100 bilhões. São R$100 bilhões que instituições e trabalhadores terão a oportunidade de refinanciarem, de usarem instrumentos da portabilidade, reduzindo as taxas a que me referi antes, de até 15% ao mês – para não citar, inclusive, empréstimos com agiotas, mas estou falando aqui da instituição financeira, do sistema financeiro regular –, de empréstimos de 15% ao mês, para uma taxa de juros de 3,5%, 3,6% ao mês. Então, esse efeito de redução do superendividamento é uma contribuição importante do Crédito do Trabalhador para o Sistema Financeiro Nacional e para os trabalhadores celetistas em particular.

Só para a senhora e os ouvintes terem noção da potência dessa migração de dívidas, hoje o programa já veda a opção de empréstimo para cerca de 27,5 milhões de celetistas no país. Isso representa quase 60% dos trabalhadores. O crédito só será oferecido na plataforma depois que ele renegociar e quitar todas as dívidas anteriores, Senadora. É importante que fique claro isso. Isso é um compromisso de Governo, através da consignação celetista, é oferecer ao trabalhador a portabilidade, para ele reduzir, quitar a sua dívida, usando uma taxa de juros mais vantajosa e mais competitiva.

E, segundo, ainda como mecanismo de redução do superendividamento e princípio de educação financeira, o trabalhador dispõe na plataforma daquele mecanismo a que me referi: desde o início da simulação do crédito para o trabalhador, o trabalhador, para cada crédito contratado hoje, Senadora, no âmbito da plataforma, em média, fez oito simulações. Então, é importante que fique claro isso.

Em um *app* ou mesmo na agência, existem limitações importantes do que a gente entende, consensualmente, que deve ser instrumento regular e permanente de educação financeira? É evidente. Mas a plataforma deste programa nasceu orientada por todas as críticas, inclusive do Ministério Público e da Defensoria Pública, a que eu vou me referir aqui especificamente. Informações sobre taxas de juros de maneira transparente são oferecidas, informações de simulações sobre o valor de parcelas a serem pagas também são oferecidas de maneira transparente e informações sobre a totalidade do crédito que ele está contraindo também são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecidas de maneira transparente, antes de ele entrar no ambiente da instituição financeira para efetuar e celebrar o contrato. Então, isso é importante, Senadora.

Por último, o Congresso Nacional, ainda, por meio da Comissão Mista constituída para analisar a medida provisória, fez importantes contribuições ao programa, Senadora. Então, é importante deixar claro o papel do Congresso Nacional no aprimoramento da proposta do Governo. E uma dessas medidas destacadas ali foi a criação de um instrumento, de uma obrigação do Governo de constituir, a partir do comitê gestor do programa, um programa permanente de educação financeira, e nós já estamos discutindo isso com o Ministério da Fazenda e com a Casa Civil, que compõem o comitê gestor do programa, para apresentar à sociedade mais proximamente esse instrumento ou esses instrumentos de educação financeira. Tratamos ali da ideia de constituir ações na forma de tutoriais a serem apresentados na plataforma do programa, tutoriais a serem pactuados com todas as instituições financeiras que deverão ser oferecidos na plataforma e nos canais próprios dessas instituições e, ao mesmo tempo, aprimoramentos na plataforma, ou seja, no desenvolvimento da tecnologia, dos aplicativos e das informações disponíveis para o trabalhador, para que ele possa ter mais consciência ainda, avançar mais ainda no tempo de tomada de decisões para contrair o crédito.

A senhora pode ter absoluta certeza de que as sugestões desta Comissão, dirigidas no âmbito da educação financeira, serão apreciadas e acolhidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Isso aqui são informações mais para caracterizar, a despeito de o consignado antigo ser comparado com o consignado em vigor. É importante deixar claro aqui que são dois programas absolutamente distintos. Muitas vezes, compara-se a antiga consignação, Senadora, com a atual. Na consignação antiga, somente 23,7% dos trabalhadores com contratos recebiam até quatro salários mínimos – é aquilo a que eu me referi –, sendo que, em contraste, 66% dos trabalhadores com contratos recebiam acima de oito salários mínimos. Então, tratava-se de um programa limitado na oferta de crédito a quem precisa. Hoje no Crédito do Trabalhador, cerca de 61%, 62%, aproximadamente, da totalidade dos trabalhadores que têm contratos recebem até quatro salários mínimos. Isso é um desafio para todos nós no âmbito da educação financeira. Nós temos que avançar nesse campo, Senadora. É importante deixar isso sublinhado, mas é importante registrar a conquista do programa. Ele abre a perspectiva de que parcela importante dos celetistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, antes, estava pagando taxas de juros extremamente elevadas tenha hoje uma opção de um crédito mais barato. E isso é uma das vontades e um dos consensos que nós criamos no Congresso Nacional, quando ele foi aprovado pelo Congresso.

Essas são as considerações, Senadores, e a gente fica à disposição para o debate e sempre disponível para o aprimoramento, especialmente no campo da educação financeira.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Carlos, obrigada pela participação.

O senhor nos apresentou um país das maravilhas na sua apresentação. E eu espero que seja verdade, depois, tudo isso e que tenha sido, realmente, uma decisão acertada do Congresso e do Governo a criação do programa; lembrando, Sr. Carlos, que nós não podemos regular vontades e direitos. É direito do trabalhador ter crédito? É. Agora, o que a gente fez no Brasil? Nós liberamos as *bets* e os tigrinhos da vida, endividamos o trabalhador, e depois a gente cria um programa de crédito para o trabalhador pagar a dívida do tigrinho. É mais ou menos isso o que a sociedade está sentindo.

O programa, da forma que o senhor apresenta e que a lei constitui, tem um lado bom – é claro que tem. Tem, inclusive, o direito do trabalhador de fazer o seu empréstimo. Tem esse lado bom. Mas nós estamos aqui preocupados, porque o resultado não está sendo bom.

Que bom que a gente ouviu, antes, a sociedade civil, uma pesquisa e o defensor, que já está lá dentro da Defensoria, com inúmeros processos. Daqui a pouco, vem a sociedade civil aqui de novo falar. E esta audiência está ficando interessante, porque agora o sistema financeiro vai falar. A Febraban está doida para falar, e nós vamos ouvir. Mas, antes de a Febraban falar, eu só tenho uma pergunta inicial; e a gente vai fazer mais, Dr. Carlos – e que bom que o senhor está à disposição da Comissão, porque a gente quer ajudar.

Deixe-me lhe dizer uma coisa: a decisão está tomada. No Congresso, a decisão é soberana e está tomada; e esta Comissão vai querer ajudar para que isso dê certo. A gente vai se ver muitas vezes. O senhor vai se cansar de me ver, porque eu vou bater à sua porta. Mas a pergunta inicial que eu lhe faço – e já passo a palavra para a Febraban – é: como o Ministério do Trabalho justifica a discrepância entre a taxa referencial anunciada, próxima de 1,7% ao mês, e a taxa média

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente praticada, que atingiu 3,94% ao mês em abril de 2025? É mais que o dobro das taxas cobradas de aposentados e servidores públicos. É só isso que nós queremos saber. Eu não quero defender os supersalários, os servidores públicos ricos – que bom que a taxa deles é menor que a do trabalhador –, mas eu quero a do trabalhador menor que a do servidor público. Como a gente vai fazer isso?

Vamos falar só sobre essa discrepância agora, e depois eu tenho mais perguntas, porque eu tenho que passar para a Febraban. Quem sabe se a sua resposta já vai dar um gancho para a Febraban começar a sua fala?

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR – Senadora, a pergunta é extremamente importante, relevante e, de fato, merece a devida atenção de todos nós.

A consignação do INSS ou mesmo a consignação que envolve o servidor público tem duas diferenças essenciais em relação ao Crédito do Trabalhador. A primeira é que, no caso específico do INSS e do servidor público, o tempo de permanência – o tempo de vida de um aposentado é o tempo que as instituições financeiras... –, somado à garantia de que existe um benefício sendo depositado regularmente na conta do aposentado e do pensionista, constitui uma segurança para a instituição financeira em avaliar o risco da inadimplência ou do comprometimento, eventualmente, do não pagamento daquela obrigação de um contrato. Sobre o servidor público, é do mesmo modo. O servidor público tem um ciclo de permanência no mercado de trabalho absolutamente distinto daquele do trabalhador celetista, só para ser claro com a senhora. O servidor público só sai do serviço público mediante aposentadoria; em raríssimas exceções, ele o abandona. Já no mercado de trabalho no Brasil, infelizmente, nós apresentamos uma elevadíssima taxa de rotatividade. O tempo de permanência dos trabalhadores no vínculo – isso é importante para a garantia, para qualquer instituição financeira ter o horizonte de que o trabalhador terá condições de pagar o seu contrato –, esse tempo médio de vínculo é de cerca de cinco, seis meses no máximo. Essa é a taxa média de permanência do trabalhador no mercado de trabalho.

Então, comparar taxa de juros do INSS e do servidor público com o Crédito do Trabalhador é ignorar que existem situações de risco que condicionam a formação e a definição de uma taxa de juros. E que inseguranças são essas? Primeiro, o tempo de vida das empresas. Micro e pequenas empresas tendem a ter uma mortalidade superior às de empresas de médio e longo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porte. Isso é um componente de risco para a instituição financeira. Segundo, o tempo de permanência do trabalhador no emprego também é uma condição de risco. Quanto maior é o tempo de permanência dele no emprego, menor é o risco de comprometimento em relação a uma obrigação contratual. E envolve também o tempo de reemprego. Se um trabalhador é demitido, compõe a análise de risco das instituições financeiras a possibilidade de qual é o tempo em que esse trabalhador em média pode ser reinserido no mercado de trabalho. Do mesmo modo, é a renda do trabalhador. A renda do trabalhador também é uma condição importante para a análise das instituições financeiras de estabelecerem os seus critérios de risco e de definição de taxa de juros. Isso a Febraban pode responder melhor e mais adequadamente do que nós. No entanto, a legislação que preside as instituições financeiras e o mercado financeiro no Brasil estabelece essa condição como uma condição de análise e de oferta que as instituições financeiras têm para estabelecer as suas propostas de crédito.

Então, do nosso ponto de vista, comparar a taxa de juros de que o trabalhador dispõe no Crédito do Trabalhador com a do servidor público ou a do INSS... São programas absolutamente distintos, com margens de risco e condições de risco, então, absolutamente distintas, e isso deve ser levado em consideração pelo legislador quando estabelece ou propõe a constituição de uma linha de crédito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Carlos, eu entendi, entendi completamente, mas a taxa referencial anunciada para o programa era 1,7% ao mês; a praticada está sendo 3,94%. É esta a diferença que eu quero saber: anuncia uma coisa e o que está acontecendo na prática é outra, mas a gente vai conversar ainda, não vá embora. Nós vamos trazer muito cafezinho e água para o Dr. Carlos. É ele que tem que nos dar todas as respostas e é ele que precisa dar certo. Eu não morro de amores por seu Governo, Sr. Carlos, mas eu estou torcendo muito para dar certo, porque, dando certo, o Brasil dá certo. É tão somente isso que eu quero, e nós vamos ser muito parceiros ainda.

Um Senador quer fazer pergunta, e, logo em seguida, a Febraban, porque a Febraban precisa sair.

Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Carlos, só quero entender: são 30% do que o funcionário recebe da folha de pagamento o que ele pode comprometer de parcela, 30%, é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR (Para expor.) – São 35%.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Que ele vai poder comprometer de parcela?

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR – É o máximo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por mês?

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Por mês.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por exemplo, se ele recebe R$ 1.000,00, ele vai – vamos dizer, vou fazer uma conta de padeiro – comprometer até R$350?

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR – Isso.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vocês vão falir definitivamente... É outro... Vocês vão falir definitivamente.

Sr. Carlos, como o senhor está à frente, eu vi aqui, é Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego... Os bancos já saquearam esses caras no cartão de crédito. Vocês imaginem só, uma pessoa que começou lá devendo R$1 mil hoje está devendo R$5 mil no cartão de crédito – R$5 mil –, aí, essa pessoa vai pagar os juros ainda de 3,5%? Eu vou dizer para o senhor, eu vou fazer uma reunião com o Ministério do Trabalho e vou dizer para eles que nós temos que fazer um acordo coletivo com os funcionários. O empresário pode, ele, antecipar, com juros de 18%, 20% ao ano, e não ao mês, e a maioria vai fazer antecipação. Agora, nós darmos dinheiro, nós falirmos o nosso funcionário? Não! Nós não podemos mais aceitar isso.

Outra coisa: com isso aqui, o senhor sabe o que vocês querem fazer? Vocês colocaram 100% da remuneração para ele ser mandado embora. Gente... Vocês estão querendo que o nosso funcionário... Ele vai se obrigar. Você pega uma pessoa que tem lá R$40 mil, R$50 mil no Fundo de Garantia, porque ele trabalhou comigo – porque os 40%, para vocês entenderem, são só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela empresa onde ele trabalhou, e não o montante total que ele tem das outras empresas – , quando o senhor fala que ele já saiu de uma empresa e foi para outra... Eu não posso deixar o nosso funcionário fazer isso nunca! Eu quero que fique claro: nunca! Ele já está endividado com o cartão de crédito, agora eu vou endividar essa pessoa mais ainda para ele pagar o cartão de crédito? Não! Não, o banco que arrume outro mecanismo para ir cobrar. O banco tem que arrumar outro mecanismo para ir cobrar, porque o banco sabia, quando ele deu o cartão de crédito, que aquilo não tinha garantia real, por isso cobra juros de 10%, 12%, saqueia o povo brasileiro. Isso é um absurdo!

É por isso que nós precisamos, Senadora Damares, colocar educação financeira nas escolas!

O senhor não está falando com um cara, com uma pessoa... Eu sou empresário, sim! Sou empresário e fui Diretor, por 40 anos, de um negócio que nós começamos, um negócio de médio para grande hoje, entendeu? Eu conheço, eu sei o que é financeiro, eu trabalho em cima do financeiro.

Digo mais para vocês: nenhum empresário mais sai desse Brasil se ele tiver com 50% de endividamento hoje. Os bancos estão querendo resolver o problema deles! Deles! Estão querendo resolver o problema deles, e o senhor... Eu estou agora indignado com o senhor. Ainda querer colocar uma taxa de juro de 3,5% ao mês para os bancos, em cima do que eles já pagaram de taxa de juro? Eu saio daqui hoje indignado com isso, indignado com isso! Nós, empresários deste Brasil, temos que protestar contra isso. Isso é o maior absurdo! O maior absurdo que aconteceu na história!

Outra coisa, o meu pessoal passou agora, está aqui: a remuneração é 3% mais TR. Isso é o que o nosso trabalhador recebe de remuneração. A TR o senhor sabe que não dá nada, é zero vírgula alguma coisa ao ano, mais 3%, não recebe 4% de juro ao ano.

Sabe o que nós temos que fazer? Dar o dinheiro dele! Então, quer fazer algo? Dá o dinheiro dele que já está depositado lá no fundo de garantia e ele vai pagar e não vai dar mais dinheiro para banqueiro.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador, pela participação.

Eu quero cumprimentar um número enorme de servidores do Distrito Federal que estão endividados com o BRB e estão acompanhando esta audiência.

E quero informá-los que, cada vez que vem um assessor aqui, vocês entendam que é a sociedade mandando perguntas. Há muita gente acompanhando a audiência e muita gente mandando pergunta. São perguntas inclusive que eu vou encaminhar, Dr. Carlos, depois por *e-mail* para os senhores e para os demais expositores.

Vamos ouvir agora a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Dr. Ivo Mósca, que é especialista em regulação bancária com atuação em políticas de crédito e consumo. Ele vai falar sobre mecanismo de regulação, responsabilidade do setor bancário e prevenção de abusos na concessão de crédito consignado com FGTS.

É fundamental, Sr. Ivo, discutir o papel das instituições financeiras na implementação do crédito consignado com FGTS, especialmente diante das elevadas taxas médias praticadas, como a de 3,94% ao mês do Crédito do Trabalhador, mais do que o dobro das aplicadas aos aposentados e servidores. Parcerias com essas instituições são essenciais para operacionalizar o programa, mas a pesquisa da Abefin e do Instituto Axxus revela uma preocupante assimetria de informações: 83% dos contratantes desconhecem a taxa de juros e 54% não receberam qualquer orientação financeira. Esse cenário evidencia a necessidade de uma atuação mais responsável e regulada por parte das instituições financeiras, garantindo transparência, orientação, adequação e proteção ao trabalhador. É nesse sentido que queremos ouvi-lo.

O SR. IVO MÓSCA (Para expor.) – Perfeito.

Primeiro, eu queria começar agradecendo a Senadora e Presidente da Comissão pelo convite. Gostaria de cumprimentar os companheiros de mesa e dizer que a Febraban e seus associados têm um compromisso constante com a educação financeira, com o uso consciente do crédito, com o combate ao superendividamento e também com o combate a desvios de conduta que tragam algum prejuízo para o consumidor final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse trabalho constante, a Febraban tem uma série de frentes de trabalho com a qual a gente vai tentar ser complementar às apresentações já feitas aqui, mas para isso eu acho importante a gente ter um pouco do contexto do produto consignado, até para que a gente consiga nivelar essas informações.

Para começar a apresentação, eu acho importante a gente trazer um pouco da importância do produto do crédito consignado para o mercado como um todo. E aqui eu estou trazendo as três grandes modalidades, o histórico das três grandes modalidades, que são: o consignado público, o INSS e o privado, ainda pré-lançamento do Crédito do Trabalhador, e a gente vê o tamanho da importância desse crédito no mercado.

Em 2020, a gente saiu de uma carteira de R$439 bilhões para R$691 bilhões: é a carteira de crédito mais barata para pessoa física no mercado, e ela já representa 32% de todas as linhas de crédito tomadas com recurso livre para pessoa física. Então, isso mostra aqui o interesse e o benefício trazido exatamente pela questão das taxas. É aqui que eu foco um pouco nesse eslaide. Esse dado foi apresentado aqui, dados próximos, pelo Secretário Carlos Augusto, mas aqui a gente traz um pouco do histórico, inclusive, dessas taxas, evidenciando o quanto isso traz de benefício para quem quer que seja esse tomador – seja um aposentado, seja um servidor público, seja, agora, um celetista de forma mais ampla –, o qual tem acesso a um crédito com um nível de taxa mais barato, que tem correlação direta com a sua capacidade de pagamento, tem correlação direta com a sua parcela e, portanto, com a inadimplência.

Hoje, quando a gente olha a utilização dessas dívidas ou a utilização desse mecanismo de crédito, olhando as dívidas desse cliente, o principal ponto de atuação ou de utilização é exatamente para quitar dívidas mais caras. Então, o grande uso dessa ferramenta é para que o cliente consiga sair de um crédito do qual ele não tinha uma garantia, ele acessava um crédito livre a 6% ou 8% no caso do rotativo... Trinta e um por cento dos clientes utilizam essa linha para pagar dívidas atrasadas e, também, para necessidades ou emergências, como despesas médicas – com 28% do público da pesquisa –, para colocar as contas do dia a dia em ordem, por alguma necessidade específica e até mesmo para comprar alimentos, ou seja, necessidades que, momentaneamente, esses clientes tiveram e precisaram utilizar esse crédito. Por um lado, a sua alternativa seria um crédito dois a três vezes mais caro ou até mesmo não ter a condição de ter um recurso para cumprir essas dívidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha hoje, 42% do público tomador são negativados, ou seja, já tiveram um acesso a crédito, não conseguiram, estão endividados, portanto, essa linha os ajuda a suprirem essas necessidades de uma forma mais barata do que outras que eles poderiam encontrar, inclusive, fora do sistema financeiro e com taxas altamente abusivas.

Colocado esse contexto inicial, é muito importante dizer que esse é um produto que vem evoluindo ao longo dos últimos anos e essa evolução passa, sim, por questões relacionadas a questões de fraude e a questões de desvio de conduta. Então, quando a gente olha lá para 2019, quando todos os contratos ainda eram assinados em papel, a gente tinha quase 1% das transações ali apresentando um nível de reclamação por falha na autenticação, ou seja, por não reconhecimento daquele contrato. Com as evoluções, seja por força regulatória, seja por força de autorregulação, a gente viu uma evolução, de 2020 a 2022, uma redução basicamente de dez vezes o valor dessas reclamações e hoje a gente tem um nível de reclamação em torno de 0,04% das operações, ou seja, como a gente fala, a cada 10 mil operações, uma, ou quatro, na verdade, têm algum nível de reclamação por não serem reconhecidas. E isso tudo vem por todos os avanços tecnológicos e pelo trabalho feito, seja pelos reguladores, seja pelo setor financeiro.

Aqui eu trago um pouco mais de detalhes sobre essa evolução, dando um foco, por exemplo, no crédito consignado do INSS, em que nós temos então, de 2021 a 2024, uma redução do nível de reclamações de 0,22% para 0,04% das operações, quando eu trato aqui de todos os motivos de reclamação, não apenas da questão da contratação. E é importante colocar que, além da redução em quantidade, a carteira de crédito vem aumentando, exatamente pelo benefício, quando comparado com outros produtos financeiros.

Pois bem, quando nós trabalhamos aqui em termos da questão de evolução da jornada, muito se fala hoje da biometria. E a biometria tem um caráter importante, juntamente com os outros acessos e credenciais obtidas para que você faça uma transação bancária. Então, aqui eu trago um exemplo para vocês entenderem, quando a gente olha em termos de práticas e evoluções, a que nível hoje a gente consegue garantir realmente que aquele cliente está fazendo uma contratação inequívoca, com transparência e com a validação ali de que é realmente o interessado em contratar o crédito. Esta, por exemplo, é uma plataforma de formalização de contrato, onde você tem acesso a uma plataforma, até mesmo podendo utilizar um *QR code*, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você receba as informações, seja via WhatsApp, SMS, *e-mail* ou *QR code*, para que você consiga interpretar essas informações.

Antes mesmo de apresentar os dados do contrato, são apresentados para o cliente também todos os termos e condições de uso da plataforma. Tem toda uma questão de como o cliente faz para evitar golpes. Então, a gente traz dicas de segurança, porque hoje a situação de golpes e fraudes no país é realmente em nível de pandemia. Tem uma tratativa constante do setor nesse sentido. E uma vez colocadas essas informações, são apresentadas todas as informações de maneira transparente para o cliente, colocando o custo efetivo total, qual é a taxa de juros, qual é o valor da parcela, se há ou não tarifa, qual é o valor que vai ser liberado, ou seja, creditado na conta, qual é o valor total que a dívida vai acumular após os juros.

Então, a gente apresenta as duas informações de maneira transparente, e, para garantir que o cliente dê este aceite e que seja realmente o cliente que está operando, a gente captura diversas informações: não só o momento, com milissegundo, daquela transação, mas a geolocalização, o IP daquele aparelho, o modelo que ele está utilizando, até mesmo o navegador, o sistema operacional e o código único do aparelho, que é como se fosse a digital daquele aparelho. Cada aparelho de celular tem um código único, e essa identificação também é utilizada e armazenada para garantir todas essas condições.

Mas, não bastasse isso, a gente vai para a prova de vida também, através da biometria. E essa prova de vida é através do *liveness detection*, ou da tecnologia de detecção de vida, que é aquela em que se aproxima e se afasta, para garantir que você está realmente vendo o cliente ao vivo, e que não estão utilizando fotos de terceiros, nem vídeos em telas ou, enfim, qualquer outra ferramenta e até mesmo inteligência artificial, com *deepfake*, essa tecnologia barra exatamente essas possibilidades também.

Uma vez identificado e validado, capturada a informação do cliente, há também uma validação com outras informações, seja, por exemplo, no caso do INSS, com a própria base do Governo, dos títulos eleitorais, e também a validação através de documentos físicos, que também são carregados através de foto, para comparar isso juntamente com outras informações obtidas através de *bureau*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no extremo, a gente está falando que, para uma transação, a instituição avalia mais de 200 variáveis diferentes, para compilar, identificar e dar um *score* sobre realmente ser aquele cliente ou não.

Eu trago até, aqui, um exemplo, para ficar mais claro. São três exemplos aqui.

Por exemplo, há uma senhora tentando contratar: ela tem a *selfie*, ela tirou a foto; ela utilizou o aplicativo; estava tudo o.k.; ela estava, de acordo com a geolocalização, a cerca de 100m da residência dela. Então, toda a documentação bateu, o *score* era ali de 99,84%; passou, contrato feito.

A gente tem casos de recusa quando há uma tentativa de montar documentação. A tecnologia é capaz de detectar isso. Então, você vê efetivamente a recusa porque o documento foi adulterado e não bate com o documento original do cliente ou, então, até mesmo você tem uma informação em que você soma uma série de itens e isso fica muito claro e óbvio, como, por exemplo, um documento, via *selfie,* já tinha ali um índice de *match* de menos de 5%, mas, ao olhar também a geolocalização, o cliente que estava tentando estava 1,6 mil quilômetros distante da residência da pessoa que iria tomar.

Então, toda essa tratativa é feita diariamente, para garantir que a segurança seja colocada e é bom trazer esses exemplos, para que a gente mostre em que nível essas tratativas são feitas.

Muito bem.

Dei alguns exemplos de como a gente chegou aqui, mas não foi um trabalho que começou agora, não foi um trabalho que começou neste ano ou no ano passado. Esse é um trabalho que vem sendo desenvolvido desde os primórdios da evolução e do crescimento do produto de consignado. Então, desde a entrada de 2020 já detectaram uma série de problemas.

A Febraban se uniu com seus associados e outras instituições não associadas para criar a autorregulação do consignado, e essa autorregulação é que veio evoluindo e trazendo uma série de aspectos e tratativas junto, inclusive, a reguladores, para que pudéssemos ter, então, o avanço nessas questões de segurança. Uma das medidas, logo um ano depois da fundação, foi a adoção da biometria facial. Ainda no mesmo ano, a gente já tinha 11 instituições responsáveis por 80% da carteira na época aderindo. Um ano depois, veio a obrigatoriedade do uso dessa biometria. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em nível de transparência hoje – muito se falou sobre a questão do contrato, mas a gente pega o contrato do INSS hoje –, todo contrato realizado é publicado e fica disponível para o cliente no próprio aplicativo do Governo, no Meu INSS. Há toda uma tratativa para que os contratos do consignado privado também façam parte da plataforma. Então, há todo um nível de trabalho para que haja essa transparência e controle por parte do cliente em relação a todas as suas dívidas. E esses produtos, organizados dessa forma e geridos não só por regulação, mas também por autorregulação, nos permitem ter uma atuação muito mais incisiva em relação a esses desvios.

Eu trago, inclusive, agora aqui, então, um pouco de detalhe desta autorregulação do consignado. Hoje nós temos 71 instituições aderentes, mais do que aquelas presentes no Crédito do Trabalhador, porque a gente também trata aqui dos outros produtos de consignado. Então, a gente olha para todas essas modalidades... Hoje tem 99% de todas as concessões incluídas nessa autorregulação e a gente tem uma série de medidas aqui. Para exemplificar com duas de destaque, uma é o Não Me Perturbe, que a gente também colocou pela questão, hoje, da quantidade de ligações que são feitas. Então, tem um canal disponível para que o cliente opte por não receber essas ligações. E a gente já tem mais de 5,3 milhões de pessoas cadastradas. Qualquer instituição que desrespeite essa regra está descumprindo a regra da autorregulação e sofrerá punições. Isso é muito importante. E há todo um monitoramento aqui, supervisão por parte das instituições signatárias dessa própria autorregulação.

Quais são os tipos de frentes em que nós atuamos com a autorregulação? A gente olha desde todas as reclamações mapeadas em canais públicos e privados das próprias instituições e, através do monitoramento de ações não conformes com a regra, traz a possibilidade aqui de sanções. A gente também olha para toda a equipe de correspondentes bancários quando a gente sai da linha de controle das signatárias e exige que haja certificação profissional desses consignatários. Há uma avaliação anual por consultoria de todas essas empresas consignatárias e aquelas que tiverem desvios são punidas, eu vou mostrar dados aqui adiante. Há o monitoramento dos próprios agentes do CPF, que também são monitorados e punidos caso haja desvio. A gente traz medidas também regulatórias para conter avanços desmedidos. Então, para um cliente que acabou de contratar ou portar um crédito consignado há menos de um ano, a gente proíbe que as instituições financeiras tragam algum nível de remuneração, para esse correspondente, exatamente para evitar um assédio de forma indevida. E a gente faz com que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correspondente siga todas as políticas de atuação e trabalhe cursos gratuitos de educação à distância para Corbans e *workshops* para capacitar, divulgar as regras de autorregulação e as boas práticas de mercado, para continuar evoluindo esse mercado.

Este é o resultado das últimas atuações perante os correspondentes.

Aqui, o gráfico de rosca mostra o nível, a quantidade de medidas administrativas desde maio de 2020 a junho de 2025. Então, a gente vê aqui desde instituições que tiveram advertência e tiveram o seu papel revisto e reeducada a sua atitude perante o consumidor, suspensões que variam de 5, 10, 20, 30 dias úteis e até mesmo suspensões definitivas.

Quando a gente olha para o gráfico da direita, olhando para um período mais curto – desde junho de 2024 até junho de 2025, no período de um ano –, em janeiro, a gente vê um pico grande da barrinha preta ali somando 22 medidas administrativas. E essa barrinha preta significa que foram suspensões definitivas, ou seja, esse é o resultado do trabalho que é feito anualmente, em todo o início de ano, e todo correspondente que tem desvio de conduta, que não respeita as regras, está banido do sistema.

Aqui, não precisamos entrar em muito detalhe. Acho que a grande mensagem aqui é: todos os correspondentes que participam hoje – são cerca de 150 – participam de toda uma avaliação indireta (ou seja, a gente coleta dados externos) e de uma avaliação direta. Quem não responde a essa avaliação já está automaticamente suspenso. Então, há um nível de obrigatoriedade. Há uma série de pilares que nós avaliamos, fazemos um *score* e damos uma nota para esse correspondente. E é essa nota que define se ele está em conformidade – que é a barrinha azul –; parcialmente conforme – para ele alcançar esse nível, ele tem que ter uma nota acima de 75, de 100 –; aí laranja, em atenção; vermelho, não conforme; ou não respondeu e, automaticamente, foi suspenso.

O texto da direita demonstra um pouco dos avanços desse mercado. Lá em 2020, quando a gente iniciou esse processo de autorregulação, só 5% dos correspondentes desempenharam uma nota acima de 75%. Em 2023, isso já era 57%; em 2024, 68%; este ano, a gente continua evoluindo. E não estamos falando da mesma avaliação. Assim, você tem um maior nível de adequação, mas a régua vem subindo a cada ano. Novas regras são colocadas a cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizado, a cada situação que se mostra disponível para que a autorregulação evolua e puxe mais essa régua, para garantir a adequação do processo todo definido pelo ecossistema.

No final das contas, a gente acaba também monitorando não só os canais, mas as próprias instituições. E isso é feito por um comitê gestor.

A gente olha todo o processo de oferta do crédito consignado, verificando se as informações mínimas estão todas presentes, se o resumo da oferta está dentro do prazo após a contratação, o monitoramento da qualidade feita pela oferta.

No caso do cartão consignado, verifica-se se tem todas as informações essenciais na fatura, com todo detalhamento e representação gráfica, de forma que garanta o nível de entendimento desse aposentado ou desse cliente, informações mínimas para o caso de saque.

A gente olha a gestão de correspondente, de que eu já entrei em detalhe aqui anteriormente.

A gente também olha a atuação em cima do Não Me Perturbe, principalmente daquele cliente que tem o cadastro.

E, no caso dos agentes de crédito, a gente tem a divulgação de toda a pontuação e o tratamento das reclamações e faz todo o armazenamento de documentações de fraudes, para garantir aprendizado, evolução e os bloqueios de agentes, conforme esse processo avance.

Agora, tudo isso, colocado no avanço técnico e comercial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO MÓSCA – Senadora, em só mais um minutinho, eu devo terminar a apresentação.

Aqui, além de todo o trabalho evolutivo para garantir a segurança no processo, para garantir a aderência das instituições a todas as regras regulatórias, nós temos também iniciativas complementares. E aqui a gente envolve desde educação à distância, para garantir que os ofertantes do crédito estejam aderentes às boas práticas e às regras, até toda a parte de certificação profissional. Então, a gente tem todo um conteúdo para garantir essa certificação, porque, se hoje nós temos algumas barreiras a serem supridas com educação para toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população, aquele que oferta o crédito é o grande mensageiro e pode ser também um grande professor, se ele fizer o seu papel da forma correta, com responsabilidade e ética.

O Portal Meu Bolso em Dia – aqui já mirando a população de forma geral – tem todas as dicas e informações voltadas para a educação financeira, tem conteúdo específico para públicos específicos, para o aposentado, para o pensionista, para garantir o mais fácil entendimento de como é que ele pode tomar decisões conscientes para o uso do crédito.

E, é claro, há toda a parte de prevenção a fraudes, que, como eu coloquei, é uma pandemia a qual nós temos também que combater. Hoje, essa é uma das frentes que mais traz prejuízo à população brasileira. E, se a gente está falando aqui de carteiras de crédito ou, por exemplo, do próprio Crédito do Trabalhador, superando ou chegando perto de R$20 bilhões, a gente tem essa perda ao ano com fraudes e golpes – e aqui é saindo do bolso direto do consumidor para o crime organizado ou para fraudadores e golpistas. Então, aqui também é um ponto de preocupação, no qual a gente faz investimentos altamente robustos.

Para concluir, Senadora, eu acho que é muito importante colocar que muitas das questões que hoje vêm sendo colocadas como contestação, principalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO MÓSCA – ... de crédito não reconhecido ou não contratado, são um ponto de preocupação.

Vem sendo feito um trabalho, desde o início, da aplicação da biometria. A biometria tem sido um grande aliado nesse sentido. Hoje, das reclamações que nós temos, 80% delas são de períodos anteriores a 2021, ou seja, são de créditos originados antes de 2021, quando não existia a biometria.

A qualidade do atendimento vem acompanhada dessa melhora significativa, com menor índice de reclamações e com maior nota de qualidade dos ambientes internos das instituições.

Todos esses processos de concessão de benefícios e de crédito estão documentados, apresentados em diversas camadas de segurança; têm a robustez e têm o nível de transparência. Estamos evoluindo cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda assim, obviamente, nós não estamos onde nós queríamos, e eu acho que essa é a grande mensagem do dia. Nós temos sempre, sim, pontos de evolução, de tratativa. E a Febraban e seus associados se dispõem a sempre estar presentes com múltiplos órgãos para a criação de grupos de trabalho, para que a gente tente entender quais são todos os grandes problemas e atos ou oportunidades que a gente possa tratar de maneira assertiva, de forma a beneficiar o consumidor final, de novo, com responsabilidade e com uso consciente do crédito, para garantir que o nosso país e a economia continuem avançando.

Com isso, eu termino.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Ivo; obrigada à Febraban pela participação.

Deixe-me explicar uma coisa, Dr. Ivo e todos que estão aqui. O Governo teve a ideia do consignado tendo como lastro o FGTS e mandou para o Congresso Nacional, o Congresso Nacional aprovou. Então, aqui, é responsabilidade também do Congresso Nacional, Dr. Carlos Augusto. Estou falando isso para dividir aqui todos os ataques com o senhor também. Então, se o Congresso aceita a medida provisória, teve a chance de recusar e não rejeitou – inclusive os membros desta Comissão, na sua grande maioria, votaram a favor –, teve a chance de fazer todas as melhorias e não fez, a partir de agora, o Congresso divide a responsabilidade com o Governo. E por que estamos aqui? Porque queremos diminuir danos e entender se isso está dando certo. As instituições financeiras, nessa conversa, disseram que estavam prontas. E a gente agora divide com vocês, Febraban, a responsabilidade. Então, aqui, nós temos três atores responsáveis pelo que está acontecendo.

A Abefin veio apontar os riscos que eles já anunciavam e o que está acontecendo. Daqui a pouco, vem uma outra instituição ali para fechar aqui os apontamentos.

Agora, vem o Ministério das Cidades, que é Governo. Como é que isso está afetando diretamente o FGTS?

Antes de passar para a senhora, Doutora, como a Febraban vai precisar sair, o Dr. Ivo vai precisar sair, vou fazer uma pergunta que é tão somente a seguinte. Eu sou a autora do pedido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CPMI, que vai investigar as fraudes do INSS. Quando a gente começa a investigar ou quando a gente traz o objeto inicial da CPMI, era o seguinte: eram os descontos associativos. Era disso que a gente falava. E os bilhões foram nos assustando. De repente, vêm os consignados – e a CPMI não vai poder fechar os olhos –, os consignados indevidos, as fraudes nos consignados dos aposentados. E isso já tem me assustado, porque os bilhões triplicaram na fraude. Aí a gente tinha um universo, que eram os aposentados; agora, eu entrego para as instituições financeiras um outro universo muito maior, que são os trabalhadores. Vocês não deram conta aqui... Tudo bem, o senhor está dizendo agora que a maioria das fraudes aconteceu lá atrás, antes de 2021, antes da biometria. Então, vocês estão melhorando, a gente percebeu aí que estão melhorando, mas a gente vem agora com um universo enorme no consignado, que são os trabalhadores. Os desafios de vocês triplicam no enfrentamento às fraudes – triplicam. E há uma fraude que eu já estou vendo e que aqui, Dr. Carlos Augusto, eu divido com o senhor. O senhor disse que o Fundo de Garantia é opcional, o FGTS é uma garantia opcional, mas eu lhe garanto, Febraban, que, quando as pessoas ligam, não falam que é opcional, já vão oferecendo: "Aceite o empréstimo, que o FGTS é garantia". A nossa pergunta e a nossa preocupação: as instituições e as empresas que estão fazendo isso – os correspondentes – estão orientadas que não é para oferecer imediatamente o FGTS como garantidor do empréstimo? Vocês estão tendo esse cuidado?

Eu não quero, daqui a pouco, ser autora de um pedido de uma nova CPMI. Nós queremos encerrar tudo isso nesta CPMI que vai vir. Inclusive, disseram – e eu quero ouvi-lo para saber se isso procede –: "Não toquem em consignado, porque, se vocês tocarem em consignado vai ter um apagão no sistema financeiro, porque 71 instituições fazem consignado". Eu espero que as instituições financeiras não tenham medo de uma CPMI.

A pergunta é: vocês saem de um universo de aposentados e agora recebem um universo enorme que são os trabalhadores, vocês saem do universo dos aposentados e dos servidores públicos e vão agora para esse universo gigante e vocês estão prontos mesmo, Febraban?

O SR. IVO MÓSCA – Bom, Senadora, obrigado pela pergunta. Eu acho que ela é superpertinente e, inclusive, importante para que haja um alinhamento aqui em relação a alguns questionamentos ou à forma com que tem sido colocadas potenciais fraudes no consignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns números acabaram sendo apresentados na mídia, mas esses números relatavam basicamente todos os valores de benefícios ou valores atrelados às concessões de crédito consignado. Em nenhum momento, houve a apresentação de nenhum dado relativo a quais são os valores envolvidos nesse nível de fraude. Quando nós fazemos o nosso levantamento interno, olhando, inclusive, canais oficiais que estão disponíveis para todos – então, os dados apresentados aqui estão lá no consumidor.gov.br, ali dá para se filtrarem as reclamações para o consignado –, aí a gente vê que são números realmente muito baixos perto do número de concessões ou perto, inclusive, de carteiras de outros produtos. Então, isso aqui era para responder a primeira parte da pergunta em relação à questão do INSS. E as instituições financeiras e a Febraban, mais uma vez, já se colocaram à disposição para colaborar e fazer parte de todos os grupos necessários para que a gente consiga aprofundar, entender, descobrir fragilidades e oportunidades de avanços. Isso vai ser bem-visto.

Em relação ao novo produto, eu acho que o novo produto já nasce com tudo aquilo que foi aprendido ao longo dos últimos anos. Ele já nasceu com um portal, com um nível de transparência, um portal com um *login* no qual o cliente tem um acesso seguro, que é onde ele, inclusive, faz a gestão da sua própria carteira de trabalho, assim como, no próprio canal das instituições, ele precisa utilizar as mesmas credenciais que utiliza para fazer uma transação, uma transação de Pix, para tirar o dinheiro da sua conta. Então, são realmente credenciais as quais o cliente guarda a sete chaves, porque quem tiver acesso àquela credencial pode esvaziar todo o saldo da sua conta. Então, as instituições estão, sim, preparadas.

Hoje, o consignado privado ainda é pequeno perto de outras carteiras. Eu trouxe aqui o consignado INSS mais o consignado do servidor público, chegando a mais de R$600 bilhões. Hoje – o crédito consignado antigo tinha R$40 bilhões –, o consignado novo, com a sua velocidade de crescimento, exatamente pelo benefício das taxas mais baixas em relação a outros produtos, já chega perto de R$20 bilhões. Então, a gente vê o crédito tendo essa migração e a gente vê o impacto da migração de outras dívidas mais caras.

É importante mais uma vez fortalecer esse ponto, porque isso significa que o cliente está pagando parcelas menores todos os meses por ter migrado para essa dívida mais segura, com a garantia legal de que ele está fazendo isso quitando dívidas anteriores. Se ele tivesse algum crédito pessoal ou consignado anterior, ele não pode ter acesso à nova linha sem quitar o anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, efetivamente, é uma migração. E um detalhe talvez não explicitado de forma clara pelo Secretário, mas que eu tomo a oportunidade aqui também de dizer, é que essa migração exige taxas menores do que as que ele tinha antes, por lei. Então, o benefício está dado.

Em termos de segurança, as instituições continuarão adotando os seus mais avançados sistemas tecnológicos, fruto de altíssimo investimento. O bancos investem R$50 bilhões por ano em tecnologia, dos quais 10% – R$5 bilhões – em segurança. Então, são valores altamente expressivos. E, hoje, para garantir todo esse controle que eu apresentei para vocês em alguns eslaides, utiliza-se tecnologia de ponta, de mercado, que, inclusive, é referência em nível mundial.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Febraban. Eu vou liberá-lo. Eu tenho algumas perguntas, que vamos encaminhar por *e-mail*. Obrigada por terem participado.

Eu só vou lhe dizer uma coisa: eu votei contra a legislação, porque eu tinha uma emenda... A minha emenda à MP obrigava a educação financeira, consignado ligado à educação financeira. Não passou a minha emenda. Então, a minha preocupação era exatamente na linha do que ele fez aqui: tomam-se empréstimos consignados sem noção do impacto no seu orçamento.

Eu vou desejar boa sorte à Febraban. Que vocês encontrem mecanismos para o trabalhador que queira ter acesso ao consignado. E aqui é a Comissão dos direitos. O Estado não pode dizer o que a pessoa pode ou não pode fazer, é um direito dela ter acesso ao empréstimo. O que nós queremos é que esses mecanismos deem garantia ao trabalhador. O que nós estamos questionando é: por que o FGTS nessa história? É tão somente isso que esta Comissão discute aqui. É porque o FGTS é um fundo que a gente tem que zelar com muito amor. E o Ministério das Cidades vai dizer agora por que precisamos ter tanto cuidado com o nosso FGTS.

Dr. Ivo, muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Quer só fazer uma observação antes de a Febraban sair? O.k., Dr. Reinaldo.

E, assim que o Dr. Ivo se ausentar, eu vou chamar para compor a mesa o Dr. Raimundo, que é o último expositor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REINALDO DOMINGOS (Para expor.) – Ivo, eu acho que a Febraban tem um papel representativo nesse processo.

O que me preocupa é o seguinte. Nós temos um modelo já constatado, Dr. Carlos, do crédito consignado dos servidores públicos e também dos aposentados. Se você fizer uma busca, nós vamos verificar que todos esses que tomaram créditos consignados mais baratos, também estão já endividados no cheque especial, no cartão de crédito e em todos os outros tipos de empréstimo. Então, será que nós estamos combatendo causa ou efeito? Será que nós estamos dando mais alimento para ele morrer mais rápido ou não? O que me preocupa é que... Nós temos ali... Eu vi que tem alguns cursos de educação financeira que a Febraban coloca, mas são espontâneos. Quem vai lá e assiste? Esse é o ponto.

Não existe uma regra estruturada para que eu possa conscientizar esse trabalhador a entender o crédito consignado sem uma ação... É porque todos que estão fazendo e que até supostamente falam que vão abater e vão discutir com aquele cartão de crédito de 15%, que é fato, e com o cheque especial de 8% não caminham para essa liquidação. Ao contrário, eles criam mais um, e este de agente passivo, porque ele não tem mais como falar: "Eu não vou pagar a minha fatura do cartão de crédito". Então, ele fica em uma situação totalmente presa a um sistema.

Na verdade, a educação financeira é até colocada, mas não é evidenciada como uma regra do jogo. Eu garanto, se tivermos cursos de educação financeira, com especialistas de educação financeira, fazendo com que esse processo caminhe – até mesmo se adotar ou não esse sistema do crédito consignado, ou qualquer outro empréstimo, não só nesse caso –, tenho certeza que mais de 75% dessas pessoas não tomarão o crédito, porque não vai resolver a causa do problema dela. O problema não está na oferta de crédito, está na oficialização da consciência financeira desses trabalhadores e das suas famílias.

E um ato muito importante que a gente tem que olhar é que já que estamos num país onde há inflação oculta – que não é aquela declarada pelo nosso Governo, que é de 5,3% –, estamos falando de uma inflação oculta, silenciosa, que está a patamares de 15% a 20% da perda do poder aquisitivo do trabalhador. Ele assume um compromisso que vai tirar 35% dele – até 35%. Só que, também, não podemos esquecer que a perda do poder aquisitivo dele é avassaladora. Nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximos dois, três anos, ele perdeu 40%, 50% do poder aquisitivo, e está se descontando dele o valor do seu próprio salário.

Então, na qualidade de Presidente da Abefin, a gente tem aqui a preocupação de fazer com que – e aí eu peço à Senadora que a gente, realmente, coloque, documente isso – exista uma complementação, sim, na medida provisória, para que possa ser obrigatória, e não sugestiva, a educação financeira. É preciso passar por um curso sério para que se possa ter consciência. Eu garanto, se passarem por esse curso, 75% daquelas pessoas não farão, ou se fizerem, terão consciência do que estão fazendo.

É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sugestão aceita. Não entrou como emenda, mas pode entrar como projeto de lei.

A Febraban.

O SR. IVO MÓSCA (Para expor.) – Quero só colocar um ponto aqui.

Agradeço as considerações, aqui, Dr. Reinaldo, e o que eu tenho para colocar aqui é o seguinte. Acho que é muito importante a gente ter clareza. Quanto ao questionamento sobre se esta não é mais uma forma de gerar maior endividamento, não, nós não vemos desta forma, porque a alternativa é pior. Ou ele vai ficar endividado a 6%, 8%, 15%, ou ele vai ter uma linha mais barata para troca.

E uma vez que ele troca, é muito importante se considerar aqui que, para os modelos de crédito, o Secretário Carlos Augusto, acho que deu uma aula aqui, que mostra o nível de profundidade que ele tem no tema, quando ele falou do que os modelos das instituições levam consideração, mas tem um fator que é considerado, que é o quanto aquele cliente já está tomado.

Essa linha, com essa garantia, permitiu com que clientes que estivessem com taxas altas já tomadas... Portanto, nenhuma outra instituição no mercado com apetite para dar um crédito mais barato para a troca deste produto... Que, através da garantia do seu salário, você tivesse o apetite de tirar ele dessa dívida mais cara e jogar para essa dívida mais barata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na nossa visão, não há dúvida de que esse produto é altamente benéfico e vai trazer um respiro e uma redução das taxas de juros que hoje estavam disponíveis na mão deste cliente, que tinha a possibilidade de dar uma garantia, que é o seu salário, e não tinha o convênio do seu empregador com a instituição financeira. Então, você derruba essa barreira e amplia acesso, basicamente, a todos os trabalhadores celetistas.

Então, eu queria colocar esse posicionamento, de forma clara, porque é benéfico, e isso vai fazer com que, minimamente, se hoje ele tem um percentual da sua renda tomada, ela vai estar pelo menos tomada a uma taxa mais barata.

O SR. REINALDO DOMINGOS – Só para eu fechar e contrapor aqui, é importante falar que, quando a gente dá um alimento a um trabalhador de um crédito, a gente não pode dar só esse crédito. E falo mais: não resolveu também todos os acordos de liquidação de dívidas, e a gente sabe que o Serasa faz um trabalho maravilhoso – e a Boa Vista –, de regularizar um crédito, para que seja feito o acordo de liquidação.

Nenhum desses programas consegue fazer esse trabalhador se tornar educado financeiramente. Ao contrário, ele faz e, três meses depois, está novamente com o processo da inadimplência dele.

Então, é só para deixar aí um ponto de atenção, porque a medida provisória vem com uma taxa menor, diferente daquela que era para ser, mas, mesmo assim, ela vindo com uma taxa menor, isso não significa que nós vamos corrigir a causa do problema da saúde financeira da população e das suas famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Reinaldo.

Dr. Raimundo Nonato de Oliveira, que é o último expositor – só um instantinho, Dr. Ivo –, é o Presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes de Operações Financeiras e Bancárias.

Dr. Raimundo, o Dr. Ivo já está saindo, e o senhor não vai poder questioná-lo depois. Quer fazer alguma pergunta a ele ou eu posso dispensá-lo?

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO (*Fora do microfone*.) – Eu gostaria de fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, use o microfone.

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO (Para expor.) – Bom, primeiro, agradeço a oportunidade, Senadora, e o convite.

Eu acredito que estamos aqui, de fato, representando a população inteira. Quando nós falamos de consumidores bancários, também representamos os beneficiários do INSS. Então, nós temos uma representação importante neste momento.

Dr. Ivo, o que eu questiono neste momento é uma das suas falas e vou pontuar. Senadora, eu acredito que você pode se preparar para a próxima CPMI, porque, vindo para cá – acontece muito isso –, nós somos procurados todos os dias por várias pessoas; e uma delas me mandou, aqui, um documento que eu posso mostrar para vocês, em termos de sigilo, é lógico, em que essa pessoa fala a respeito de um consignado, agora, recente que ela fez. E eu perguntei para ela: "Você fez por quê?". "Ah, pela oportunidade." "Não, você não está com alguma dívida?" "Não, estou não; só estou precisando comprar uns presentinhos para os meus meninos, aqui, agora."

Pronto. Esse foi o ponto de vista dela, pela oportunidade de fazer um empréstimo. Eu falei: "Escute, você sabe quanto vai pagar nisso aí e quantas parcelas?". "Nem vi; só sei que, no mês que vem, debita alguma coisa para mim, e está bom, está barato, está tranquilo." Olhem a perspectiva. "Não, você calculou quanto você vai pagar?" "Não; e eu já comprei o presente dos meus meninos."

Eu estou falando com os consumidores, com quem está ali fazendo esses empréstimos.

Aí, eu fiz uma pergunta que tem relevância com algo que o senhor falou e que outras pessoas aqui já mencionaram. Eu poderia ler aqui a cláusula, mas os senhores já conhecem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Raimundo, é só uma pergunta, porque o senhor vai ter sua fala ainda.

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO – Eu vou fazer a pergunta: o senhor pode afirmar que todos os consignados que ora são feitos estão sendo devidamente conectados ao pagamento de dívidas já existentes? Porque é uma fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o consignado é isso, é para pagar dívidas, porque vai sair de uma dívida para uma agora com juros menores, então, onde está a comprovação de que em todos os consignados feitos no país, esses milhões que já foram feitos, as pessoas, de fato, comprovaram para as instituições financeiras? "Olha, eu estou pegando esse crédito dentro da legislação, tudo certinho, tudo perfeito, e estou pagando uma dívida maior do que essa que eu tinha, por isso eu estou fazendo isso." Qual é a prova material disso?

O SR. IVO MÓSCA (Para expor.) – Deixe-me tentar responder à sua pergunta.

Primeiro, hoje a gente tem um dispositivo legal em que, durante os primeiros 120 dias do lançamento do produto, ou seja, desde o dia 21 de março deste ano, ao uma instituição financeira ofertar um produto, para que ele seja entregue, ele precisa ter quitado uma dívida anterior.

Para evitar que isso acontecesse – inclusive, hoje –, houve um dispositivo normativo, o qual fez com que as instituições enviassem as informações de quais eram os créditos pessoais que os seus clientes tinham. Essa base ficou disponível dentro de um sistema disponibilizado pela Dataprev, e ela inabilitou o cliente de contratar o produto. Ou seja: houve controles operacionais para garantir que apenas aquele cliente que não tivesse mais essa marca de que ele tem um produto pudesse contratar o produto.

Foi feito um trabalho operacional, inclusive, junto do Governo, da Dataprev, que é a operadora, e do setor privado, para ajudar a desenhar esse processo, exatamente para garantir o objetivo dessa lei.

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Dr. Ivo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Ivo, muito obrigada pela participação.

Em ele se ausentando, Dr. Raimundo, o senhor ocupa o lugar dele na mesa, porque o senhor é o último expositor.

Vamos ouvir agora a nossa penúltima expositora, que está aqui quietinha, acompanhando tudo, e eu já quero agradecê-la por ter vindo a esta audiência. É a Dra. Paula Coelho da Nóbrega, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Informações e Coordenadora-Geral do Departamento de Provisão Habitacional do Ministério das Cidades. Ela vai falar sobre o impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da lei aprovada pelo Congresso Nacional na capacidade de financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida e outras políticas habitacionais.

Dra. Paula, o direito à moradia digna é um pilar dos direitos humanos, e o fundo de garantia é uma das principais ferramentas para a sua concretização, especialmente por seu papel no financiamento de programas como o Minha Casa, Minha Vida, para as famílias de baixa renda. O fundo viabiliza desde a entrada do imóvel até a amortização e redução de parcelas, sendo essencial também à inovação do FGTS futuro, que amplia o acesso ao crédito habitacional para trabalhadores com renda de até dois salários mínimos. Uma vez que a política habitacional compete ao Ministério das Cidades, cabe também a esta pasta zelar para que o fundo de garantia continue como uma ferramenta central para a efetivação do direito à moradia digna no país.

É por isso que a senhora está aqui. E a pergunta, a única que vou fazer: o que nós aprovamos vai afetar o programa habitacional? Nós o colocamos em risco quando nós deixamos que o FGTS seja dado como garantia ao consignado?

Fique à vontade, Dra. Paula.

A SRA. PAULA COELHO DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Gostaria de agradecer o convite para compor esta mesa e estar presente nesta Casa, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Em nome do Ministro Jader, quero agradecer o convite e colocar o Ministério das Cidades à disposição da Comissão também. Sei que hoje provavelmente não teremos tempo para passar por todas as perguntas, mas também estamos à disposição, lá no Ministério, para sanar outras dúvidas que surgirem.

Quero mencionar também que conosco está presente a Pâmela, que é a coordenadora lá do setor habitacional, e o Gustavo, que trabalha comigo lá na Secretaria-Executiva do Conselho do FGTS.

A gente também queria saudar aqui nossos ouvintes, cumprimentar a mesa, saudar aqueles que estão nos acompanhando pelos canais, YouTube, TV Senado e e-Cidadania.

Acho que pode passar para o próximo... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, aqui, está comigo. Obrigada.

Então, o convite foi para falar muito da política habitacional, mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade também para falar do que o Ministério das Cidades faz como gestor da aplicação dos recursos do FGTS. A gente é muito conhecido pela política habitacional, mas também o FGTS ajuda a financiar todas as políticas hoje que estão dentro do Ministério das Cidades. Então, a gente traz um retorno para o trabalhador de uma forma indireta, em obras de mobilidade urbana, em obras de saneamento básico, e eu gostaria de trazer para cá também essa divulgação do que a gente faz.

Rapidamente aqui, quero falar um pouco da estrutura do Conselho Curador. Ele é presidido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o ministro, e nós temos assento, mas a nossa principal função dentro do conselho é fazer a gestão da aplicação dos recursos, esses que eu mencionei, para infraestrutura. Tem sempre a figura do agente operador, a Caixa, também nos apoiando nessa operação, junto da PGFN e da Secretaria do Trabalho do MTE. Nossos clientes ali são os agentes financeiros, é por meio deles que a gente opera a aplicação do fundo do FGTS.

Vou ver se passa aqui.

Trouxe aqui rapidamente quais são as nossas atribuições enquanto gestor da aplicação. Então, a gente pratica os atos necessários a essa gestão, que são: editar atos normativos; dizer como é que os recursos vão ser alocados, a gente todo ano elabora a proposta orçamentária, elabora também o plano plurianual de aplicação dos recursos, e a gente está justamente neste momento, temos que submeter agora, até 31 de julho, esse novo orçamento; a gente acompanha a execução dos programas não só de habitação, mas de saneamento e infraestrutura, como agente operador; a gente submete à apreciação do conselho as contas do FGTS nessa aplicação; e também estamos em constante aprimoramento dos programas que a gente ajuda a estabelecer para financiar essas políticas; e a gente define as metas e acompanha também a execução dessas metas nas áreas de atuação do ministério.

Vou ver se passou...

Aqui eu trouxe, para ilustrar, quais são as áreas de aplicação do Ministério das Cidades, não só habitação, mas o programa Saneamento para Todos também financia todas as necessidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saneamento básico, água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos; e, no eixo de infraestrutura, a gente tem o programa Pró-Transporte, que financia mobilidade urbana, renovação de frota, e o eixo Pró-Cidades, o programa Pró-Cidades financia ações de desenvolvimento urbano, cidades inteligentes e iluminação pública. Então, veja que a carteira é bem ampla além da habitação.

Gostaria de trazer um pouco aqui como é que tem sido a evolução do orçamento que a gente tem disponível. Isso mostra que o orçamento vem crescendo ano a ano. O azul é o que a gente executa de fato, o que a gente conseguiu contratar, e o laranja, aí no gráfico, é o nosso orçamento. Então, para este ano, a gente tem R$142 bilhões e, até a execução de 30 de junho, que é a data base da última medição, a gente tinha executado cerca de R$70 bilhões. Esses R$70 bilhões justamente foram para financiar as políticas habitacionais e as de infraestrutura e saneamento também.

Como a gente pode ver, o que foi feito até agora não tem impactado a disponibilidade do orçamento para a execução das políticas públicas do Ministério das Cidades.

Aqui estão os dados mais detalhados do orçamento. No ano passado, a gente executou R$131 bilhões; neste ano, em torno de R$68 bilhões. Tem uma diferença entre o que é disponibilizado e o que a gente consegue executar de fato, mas a gente, no último ano, executou 94%.

A gente tem um orçamento de desconto também que vem crescendo ano a ano. Esse orçamento de desconto é um benefício dado diretamente ao trabalhador na política habitacional. Ele serve para reduzir a entrada que o trabalhador tem que dar para a aquisição da casa própria – isso para a Faixa 1, que é a menor faixa de renda – ou, então, para reduzir a taxa de juros, podendo chegar até 4% a taxa de juros para o financiamento habitacional nessa faixa de renda mais baixa. Tem uma parte do orçamento do FGTS que é reservada para esse desconto.

Aqui, falando um pouco mais detalhadamente da política habitacional, de como foi a nossa execução nesses últimos dois anos de programa Minha Casa, Minha Vida: no ano de 2023, foram 491 mil unidades habitacionais contratadas; no ano passado, foram 605 mil; neste ano, a gente está próximo das 277 mil e a meta é chegar a 660 mil com o lançamento agora do Classe Média, essa nova faixa que foi criada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali o Faixa 1 é a renda mais baixa. Anotei aqui a cola: até R$2.640; Faixa 2, até R$4.400; Faixa 3, até R$8 mil de renda familiar; e agora o Classe Média, até R$12 mil de renda familiar. Qual é o benefício? Você acessa uma linha com uma taxa de juros bem atrativa, é a mais atrativa do mercado hoje disponível para o financiamento imobiliário. Isso se aplica tanto para imóveis novos ou usados.

Queria aproveitar também e mostrar o peso que o financiamento via FGTS tem para as políticas públicas. A gente está com uma nova seleção agora para financiamento de obras no âmbito do novo PAC. Vejam que o financiamento é a principal fonte. É o FGTS ali, aqueles R$19 bilhões que a gente disponibilizou para municípios e estados fazerem obras nas cidades que vão se reverter em benefício ao trabalhador. Então, ele vai ter saneamento chegando em casa, vai ter uma boa gestão de resíduos sólidos, vai poder andar em ônibus de melhor qualidade, porque o FGTS está financiando a juros menores que o juros de mercado essas políticas públicas que vão entregar benefícios diretamente à população.

Em breve, a gente vai anunciar os resultados dessa seleção, mas isso mostra a dimensão do FGTS na execução das políticas do Ministério das Cidades. A gente tem uma disponibilidade até superior. A gente recebeu uma demanda em algumas modalidades superior ao que a gente tinha disponibilizado e tem condição também de abarcar toda essa demanda que foi enviada para a gente.

Gostaria de concluir rapidamente, então, dizendo o que a gente espera para os próximos anos no âmbito do Ministério da Cidades.

A gente projeta manter esse bom ritmo de contratações do Minha Casa, Minha Vida: a nossa meta é de 660 mil unidades. A gente prevê o crescimento das contratações de saneamento e infraestrutura; a gente está trabalhando nesta seleção, mas, ao mesmo tempo, trabalhando para que outras seleções que a gente fez no passado se concretizem em obra, em retorno para a população.

A gente acompanha junto ao agente operador o orçamento e a viabilidade, então, até o momento, não há nenhum sinal de problema. A gente tem tido boa disponibilidade de orçamento: sempre que é preciso, a gente volta ao conselho, solicita suplementação, remanejamento, e o fundo tem tido boa disponibilidade para nos apoiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por enquanto, a gente não visualizou nenhum impacto do consignado na nossa carteira, mas, como falei, a gente sempre acompanha.

Nós fazemos parte do conselho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PAULA COELHO DA NÓBREGA – ... e do grupo (*Risos.*) de apoio permanente a que a equipe técnica dá suporte. O Gustavo e a Pâmela acompanham diariamente.

Então, quero dizer que há um colegiado acompanhando a execução do orçamento, acompanhando o dia a dia do fundo, o que é feito com muita responsabilidade.

Era isso o que eu tinha para dizer hoje.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Paula.

Eu só quero registrar a presença do Caio Cury, do Instituto Gênios Educacional; Sandra Regina, Vereadora em Cachoeirinha, Rio Grande do Sul; e Rui Matsuda, do Instituto Iniciativa DEX.

Então, por enquanto, o que nós aprovamos, o que o Dr. Carlos Augusto está cuidando lá não afetou as políticas habitacionais e não há nenhuma situação específica a ser dita, mas deixe-me falar uma coisa, Doutora: esta é uma Comissão que fala do direito do trabalhador, mas fala do direito à moradia, que são direitos em que esta Comissão se debruça todos os dias. Qual é o meu recado? As leis não são definitivas, as leis podem ser mudadas e adequadas. Se a gente fizer uma avaliação e se a senhora fizer uma avaliação de que o que nós aprovamos, a iniciativa do Governo aprovada pelo Congresso, vai afetar o direito à moradia, corra para esta Comissão e converse com a gente, porque a gente pega o Dr. Carlos Augusto e a gente revê o que fazer, porque um direito não pode colocar outro direito em risco.

Obrigada por sua participação. Sucesso.

Vamos encher este Brasil de casas para aqueles que estão sem casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo falar... Eu sou oposição a este Governo, mas eu torço para que as políticas, especialmente as políticas sociais, todas, possam dar certo, porque o nosso povo precisa que vocês deem certo.

Obrigada. Os números apresentados, inclusive, nos impressionam e nos alegram muito.

Muito obrigada, Doutora, muito obrigada.

Nós vamos, agora, para a última fala da nossa audiência. Para fechar com chave de ouro, está conosco o Dr. Raimundo, que é o Presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes e Consumidores de Operações Financeiras e Bancárias.

Para quem não conhece a Abradeb, foi a Abradeb que fez a primeira denúncia, a primeira ação judicial, com relação às fraudes contra os aposentados do INSS. O Dr. Raimundo Nonato é o Presidente e ele vai falar sobre o direito dos consumidores nas operações de crédito garantidas pelo FGTS e mecanismos de controle e responsabilização por eventuais abusos.

O direito do trabalho visa proteger os trabalhadores contra a exploração, e a ausência de mecanismo robusto, Dr. Raimundo, de educação financeira e proteção contra fraudes fragiliza a posição do trabalhador consumidor diante da complexidade das operações, configurando uma potencial violação de direitos fundamentais.

A Abradeb, com sua atuação na defesa dos direitos dos clientes de operações financeiras e bancárias, especialmente em casos de fraudes e golpes envolvendo empréstimos consignados, trará para esta audiência, com certeza, uma perspectiva prática e valiosa para nossa discussão aqui.

O senhor tem dez minutos. Se precisar, a gente aqui tem sido bem generoso. O senhor já viu, não é?

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO (Para expor.) – Não, eu só vou usar além dos dez minutos, se prometer não tocar esse negócio assim, porque está assustando todo mundo, a toda hora, aqui. (*Risos.*)

Já vi um monte de gente dando pulo aqui, e isso gera traumas. E nós não estamos aqui para ter traumas. Nós estamos aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, eu estou com muita gratidão diante de Deus, em primeiro lugar, pela oportunidade e pelas pessoas que eu represento. Eu represento todos vocês que estão aqui, de alguma forma. Isso é preciso saber, tá? Não estou aqui para falar em nome simplesmente da instituição, como eu sei que muitas das pessoas que estão aqui trabalham para instituições, mas, acima de tudo isso, nós somos seres humanos, e a pauta é a dignidade da pessoa humana. Essa é a pauta. Então, o que pode causar nessa nossa dignidade como trabalhadores, porque a pauta envolve também o direito ao trabalho, é a minha preocupação.

No meu dia a dia, eu lido diretamente com as pessoas que estão sendo afetadas pelas várias políticas públicas. E aqui quero fazer ciência de que eu não estou preocupado se é o Governo atual, se é o Governo anterior ou o anterior do anterior, desde quando quer que seja. Nós estamos aqui em função de uma nação, estamos em função dos brasileiros. Eu amo ser brasileiro, já morei fora do país, aprendi muita coisa lá.

Vou trazer a informação de um país poderosíssimo, que viveu uma situação que ele não quer viver de novo, mas nós brasileiros estamos fazendo a mesma coisa. Então, isso é muito preocupante para todos nós. Temos que entender que, quando nós somos pais – eu gostaria de fazer algumas analogias –, adolescentes detestam receber ordens. Nos dias de hoje, então, meus queridos, misericórdia. Quando são confrontados com alguma coisa ou com um não, eles querem passar por cima do pai e da mãe. Não estão matando pai e mãe? Olha a geração em que nós estamos vivendo. Então, nós vivemos dias sombrios.

Nós precisamos entender que a adolescência passa e, quando nós chegamos à fase adulta, nós não podemos mais voltar a ser adolescentes e cometer os mesmos erros da nossa adolescência. Isso é pontual para que vocês que estão aqui, agora, junto comigo, nesta postura de homens e mulheres que querem transformar esta nação, porque, para mim, aí é o fundamento de uma audiência pública, em que nós temos pessoas muito importantes neste momento, agora – tanto os que estão aqui falando, quanto muitos outros que estão aqui nos ouvindo –, e muitos outros ouvindo fora deste local, pessoas que querem uma mudança neste país. Eu acredito que ainda há muita gente que não é tão egoísta, que pensa apenas em si mesmo.

Então, neste início de fala, eu havia pontuado várias primeiras coisas importantes, mas foi surgindo, a toda hora, uma coisa mais importante para falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero ressaltar que uma das coisas mais importantes que eu tenho a falar, aqui, neste momento, é sobre uma situação fática. Muitas ações começam até boas, com boas intenções, mas, às vezes, o final delas pode gerar um caos tremendo.

Eu estou falando a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos, no dia 15 de setembro de 2008. É uma data que marca a última grande recessão mundial: a bolha imobiliária. Aquilo acabou com muitos países do mundo, aquilo atingiu a nação inteira nos Estados Unidos. E, por sinal, quebrou o quê? Bancos, aqueles que pensavam: "Nós somos inquebráveis, nada pode nos dominar". Quebraram-se vários bancos, quebraram-se várias empresas, por longos anos. Muitos países sentiram o dano daquilo ali.

Tudo bem. Mas quando começou? Começou dez anos antes. E, quando começou, começou como nós estamos fazendo aqui agora: "Não, são só 3%, 4%; é melhor do que 8%". Olhem a possibilidade, olhem do que nós estamos falando. Nós estamos apresentando algo maravilhoso para o trabalhador: "Não, você está endividado, mas nós vamos cobrar só 3%, 4% ao ano. Isso é uma benção para a sua vida, isso é algo maravilhoso". Não tem nada de maravilhoso nisso. Não é tudo o que se apresenta como muito bom que pode ser bom, porque nós estamos tratando de uma situação caótica. Nós vivemos dias sombrios de endividamento.

Eu tenho participado de algumas audiências públicas e até agora – até agora, de março para cá – eu não vi nenhuma entidade mostrar ao público brasileiro o valor ou o índice de inadimplementos, de dívidas que as pessoas têm ou mostrar um gráfico: "Do ano x para cá, conseguimos reduzir. Conseguimos reduzir". Mostrem-me um gráfico desses, talvez você que esteja presente aqui tenha em casa e mande para a Senadora. Mostre! Não, porque não existe. Os dados comprovam que, nas últimas décadas, o brasileiro se endivida cada dia mais e mais, e é crescente, absurdamente – absurdamente.

Isso não é simplesmente para nós ficarmos aqui falando... Eu gostei muito da Senadora, quando disse: "Espero sair daqui com proposituras de ações fáticas para que possamos transformar esta nação". E nós vamos precisar dos entes que fazem os estudos, dos entes que liberam os recursos, dos entes que administram os recursos. Gente, nós estamos falando de uma sociedade que precisa trabalhar junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ocorreu essa história nos Estados Unidos, foi uma falência total. Quem mais foi atingido foram os trabalhadores. Talvez vocês não se lembrem – porque, às vezes, nós nos esquecemos facilmente das coisas –, mas foram milhões, milhões de pessoas, nos Estados Unidos principalmente, que ficaram desempregadas por anos, por anos.

Um detalhe: lá tinha Fundo de Garantia? Não tinha. Aqui nós temos? Temos. Por que vocês querem tirar o nosso? Respondam essa pergunta. Por que querem tirar aquilo que pode dar garantia para você? Se a Senadora aqui pergunta você consegue ficar... O Doutor acabou de falar: "Consegue ficar quantos dias com o salário do bolso, 26?". Quem me dera. Se tirar hoje, gente, tem dia em que é o seguinte: em meia hora, acabou para a maioria das pessoas – em meia hora –, ainda mais com esse mundo tecnológico, com as contas aqui no celular, pá-pá-pá. Em meia, já acabou. E chega o final do dia, o cara ainda lembra o seguinte: "Quem me dera ter pagado todas as contas". Não é realidade de quase ninguém neste país chegar ao final do mês e falar: "Paguei todas as contas".

Nós não queremos que mexam no FGTS. Ele foi feito para garantia – para garantia –, e tiraram, e estão tirando, e isso é tirado aos poucos, com cara de benefício. Isso não é um benefício!

Eu trouxe uma mala aqui. Eu fiquei preocupado porque eu trouxe essa bolsa para cá, Senadora. Eu sou de origem judaica, mas parece que sou de origem árabe e, se a gente andar muito com uma bolsa assim e largá-la em qualquer lugar, algumas pessoas se assustam. Aí eu fiquei com receio. (*Risos.*)

Eu fiquei com receio, mas eu quero mostrar, porque alguém me perguntou: "O senhor trouxe alguma coisa escrita?", "Não, meu filho. As minhas coisas são um pouco mais práticas".

A título de exemplo, vocês vão guardar mais isso aqui...

Gente, esse trabalho maravilhoso que vocês estão vendo aqui fui eu que fiz, tá? É só um isopor com plástico. Meu menino olhou e falou assim – ele é artista plástico, faz um monte de coisa assim: "Papai do céu! Vão te matar por causa disso". Isso aqui é dinheiro falso, tá, gente? Por favor, está bom? Porque o verdadeiro você não vai encontrar com facilidade para pegar também não, está bom? Em alguns lugares, tem bastante. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, dá para ver isso aqui? Imaginem que isso aqui são R$5 mil. Eu tinha que ter feito mais caixas depois que eu vi que o juro efetivo vai de 4%, na verdade, para 5%, porque nós falamos do juro médio, Senadora... O custo médio de 3,95% nós vamos arredondar para 4% para fazer a conta. Nós estamos do juro médio, sem ser o efetivo do custo total, que são os chamados 7%. Os 7% vão para 4,5%, beirando 5%. Se eu estou falando de 5%, vamos imaginar um financiamento em 60 parcelas. Fazendo uma conta rápida, quantos por cento deram? Trezentos por cento.

Então, está bom. Aqui olhem: pego R$5 mil aqui. Quanto eu vou pagar? Trezentos por cento. Três pacotinhos desses aqui. Essa é a verdade – essa é a verdade.

Aí o indivíduo que pegou aqui R$5 mil... Os gráficos estão ali para mostrar. Eu não trouxe nada, está bom? O indivíduo comprou um remédio. O indivíduo comprou um brinquedo. O indivíduo pagou alguma dividazinha. Vamos considerar que ele pagou alguma dividazinha. De R$5 mil, ele pagou pelo menos R$2 mil, mas ainda ficaram R$3 mil. Daqui a cinco anos, enquanto ele estiver pagando isso aqui – de que ele já pagou R$15 mil –, isso aqui, R$3 mi, em cinco anos, com um jurozinho baratinho que cobram, dá mais R$5 mil. Então, ao final de cinco anos, aquele indivíduo que pegou uma dívida de R$5 mil agora é presenteado pela nação brasileira com R$20 mil de dívida. Esta é a realidade do que está sendo feito no nosso país.

Você sabe o que é isso aqui? Também é dinheiro. Isso aqui é o rendimento do FGTS ao ano.

Dá para ver aí? Eu vou pôr assim para você ver, está bom? Porque, se eu colocar assim, você não vai ver. O.k.? Então, eu vou pôr assim, mas ele é desse jeitinho aqui.

Gente, é a coisa mais absurda que tem eu pegar uma garantia do meu trabalho e alguém falar assim: "Eu vou lhe emprestar o seu dinheiro e vou lhe pagar 4% [estou arredondando para mais, estou sendo bondoso] ao ano e você me paga"... Quanto que dá 5x12? Sessenta. Então, eu lhe pago uma vez e você me paga 59 vezes no período de cinco anos. Essa é a realidade. Nós não podemos ignorar isso. Nós não podemos ignorar isso aqui.

Agora, deixe-me dizer: onde é que está esse dinheiro aqui? Com quem? Com quem? Ninguém quer falar? Eu falo. Com os bancos. Está com os bancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que você, todos os anos, observa: banco X, não sei quantos bilhões de lucro. Eu nunca ouvi ninguém falar: "O banco teve um prejuízo x". Não, não tem, porque ele só tem lucros, porque ele arrecada em cima da sua desgraça.

Há um texto bíblico que diz o seguinte: aquele que oprime o pobre despreza o seu criador, insulta a Deus. Há muita gente desprezando a Deus, insultando a Deus, como se essa conta não fosse chegar. Escutem bem.

Já que foi marcada uma data quando houve a bolha nos Estados Unidos, anotem a data de hoje. Nós temos dois caminhos, Senadora, nós temos dois caminhos, senhores: ou nós paramos isso, ou isso vai estourar. Isso vai estourar! E, na hora em que estourar, vai atingir a mim, vai atingir você, vai atingir nossos filhos, vai atingir a nação inteira.

Nós temos países que circulam conosco, grandes comércios. Não temos, irmãos? Não temos, amigos? Nós temos. Nós vamos afetar esses países, nós vamos afetar a vida de outras pessoas lá fora. É isso que nós estamos plantando. Não há tempo.

Foram dez anos, de 1998 a 2008, e os Estados Unidos, puf! Quando viram, já era tarde. Não tiveram tempo para fazer remédio, não tiveram tempo para fazer medida provisória, não tiveram tempo para fazer emendas. Não há tempo para esse tipo de coisa. Não há tempo! O brasileiro não está aguentando mais.

Deixe-me falar uma coisa para vocês e para a Senadora principalmente: para o trabalhador, não é só a questão do seu trabalho no dia a dia; ele não está conseguindo trabalhar. Quantas pessoas nos procuram.

Há estudos que comprovam: o cara falta nem que seja duas vezes por ano, porque ele não consegue trabalhar. A redução... A produtividade do trabalho das pessoas diminuiu consideravelmente. Conversem com os empresários – conversem com os empresários –, porque as pessoas estão sofrendo.

Onde está a dignidade da pessoa humana? Onde está a dignidade da pessoa humana? "Ah, vamos dar um dinheirinho para ele aqui, um emprestimozinho...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, a causa da bolha imobiliária nos Estados Unidos – não dá para falar tanto tempo sobre isso – foi conceder empréstimos demais a pessoas vulneráveis, os chamados *subprimes*. *Subprime* está ali. Ele não tinha condição de pagar, não tinha muita renda, mas os bancos diziam: "Não, vamos lá, você consegue". E subiram os valores dos imóveis, e as pessoas: "Vou comprar, vou comprar, vou comprar". Eu conheci pessoas que faliram. Tinham um patrimônio até considerável: "Vou comprar mais um imóvel".

E com as hipotecas que estão ali o que fizeram? Hipoteca do mesmo imóvel. É o que está acontecendo no Brasil. Você que tem imóvel financiado pode ter certeza de que já recebeu... Depois de um ano, ou nem isso, a própria empresa falou para você assim: "Que é isso. Pega mais. Você já tem um imóvel. Continuamos a fazer hipoteca no seu próprio imóvel". Para conceder o quê? Mais empréstimo, para que com isso você nunca pague a sua dívida.

Numa parcela mensal de um empréstimo de R$150 mil, mais ou menos, Senadora, num empréstimo que a pessoa faz em 240 meses – não se aprova fazer antes, em menos tempo que isso, porque eles querem a longo prazo –, com uma pessoa que paga uma taxa de 1,79% e com CET, na verdade, que chega a 2,5%, numa parcela de R$2,5 mil – R$2,5 mil de parcela, e são dados –, ela paga em média R$50 da dívida, do valor principal que pegou de R$150 mil. Ela vai pagar R$50, R$60, R$70... Em média, R$2,45 mil são apenas juros. Aí você vem dizer para mim que isso é maravilhoso?

Senadora, nós poderíamos fazer uma outra pergunta aqui agora.

Que maravilha! Não soou aquela campainha maluca. Obrigado, gente, vocês são maravilhosos.

Mas eu faço uma pergunta nesses 15 segundos, 12 segundos: quem são os maiores devedores do FGTS do país?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO – São os grandes empresários, diga-se de passagem. Mesmo que você entrasse aqui, agora, talvez você não conseguisse acessar, porque, quando você faz um acordo, uma pactuação com o Governo, aquele nome sai daquela lista, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você continua um devedor. Os maiores são as grandes empresas do Brasil, as grandes empresas. Bancos também devem muito ao FGTS.

Por que eles não pagam a esse Governo? Pague ao Governo o FGTS, aí você vem falar do meu FGTS! Pague a conta primeiro. Paguem a conta primeiro e deixem o FGTS do trabalhador quieto, em paz, num lugar seguro, porque é disso que ele precisa!

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau. Uau...

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO – Senadora, desculpe-me, faltou uma coisa aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois não.

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO – ... porque o rapaz da Febraban saiu, e eu estava falando sobre isso.

Eu estou aqui com um contrato de uma pessoa, porque esses contratos bancários... Gente, só uma informação: eu já fui bancário, trabalhei; eu conheço, está bom? Eu conheço aquilo ali. Eu estou com um contrato aqui, em mãos; chegando para cá, eu o recebi: "Cláusula sétima. Garantia: FGTS". O.k.? "FGTS". Eu procurei; cadê a outra opção aqui? Não. É um contrato que nós chamamos contrato de adesão, a pessoa manda... E eu perguntei à minha cliente: "Escute, você colocou seu FGTS como garantia?" E ela: "Você está é doido!" – colocou, mas ela não sabia, Senadora.

Eu estou colocando aqui fatos, porque eu e você precisamos agir de maneira rápida. Não vamos esperar dez anos para falar assim: "Poxa, alguém falou". Não! Nós já estamos fazendo. Eu sei que esta reunião, esta audiência pública, com todos nós que estamos aqui – todos, até as pessoas que trabalham para o Governo... Eu entendo, no seu coração, que você pretende algo melhor para a sua família, e eu pretendo para a minha. Eu luto por isso todos os dias, com muita paixão, com muito amor. Não estou preocupado com quem é que está no centro do poder. O centro do poder, para mim, chama-se nação brasileira, e é por esses que eu luto. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Raimundo, nós estamos encerrando a nossa audiência. Eu vou fazer uma pergunta para o senhor e vou devolver a palavra para o Dr. Carlos, para todos os senhores fazerem as considerações finais e agradecimentos.

É claro que a gente vai dar um tempinho maior para o Dr. Carlos: o Secretário veio e, gente, ele veio numa resiliência muito grande, disposto a responder tudo, eu estou impressionada. E nem se levantou para tomar água! Obrigada, doutor.

Mas eu quero fazer uma pergunta para a Abradeb: considerando a experiência da Abradeb, incluindo a ação pública protocolada sobre a fraude do INSS e as denúncias feitas antes da Operação Sem Desconto – lembrando que as denúncias dele foram antes da Operação Sem Desconto –, quais foram os principais aprendizados e os golpes mais comuns identificados que podem servir de alerta e guia para a prevenção de ilícitos no novo modelo do Crédito do Trabalhador com FGTS? O senhor já mostrou um aí, que é o contrato sem dizer se ela vai optar ou não por dar o FGTS como garantia.

E a outra pergunta: a medida tem início em maio de 2025, não é, Dr. Carlos? Maio. O senhor já foi procurado, de maio para cá, por algum trabalhador que fez um empréstimo consignado com lastro no FGTS, já preocupado, já arrependido, já endividado? A associação já tem sido procurada por trabalhadores com base no novo modelo?

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO – Muito pertinente a sua pergunta, Senadora, porque uma outra pessoa, quando nos questionou sobre essa possibilidade de fazer, já tinha feito – infelizmente, as pessoas, muitas vezes, depois que fazem o fato é que procuram um auxílio –, e essa pessoa lembrou que ela fez uma pergunta para si mesma e me perguntou: "Doutor, e se eu ficar desempregado? Se eu ficar desempregado? Se eu for acometido por alguma doença aqui agora? Eu que tomo conta de toda a minha casa, de toda minha casa, uma família de cinco pessoas".

Então, como uma pessoa dessa pode agir neste momento com a sua segurança? Eu falei assim: "Olha, não há coisa melhor do que, em primeiro lugar, você fazer uma coisa que a maioria das pessoas não fazem, coloca no papel tudo que você está devendo". Educação financeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloca no papel. Você sabe me falar? "Não, eu sei mais ou menos". Não, coloque no papel, porque a conta de boleto não chega mais ou menos, ela chega precisa, no dia e no valor.

Então, você vai colocar no papel o que você deve, e nós vamos auxiliar você numa gestão financeira de como você vai poder ficar nessa situação de maneira que você consiga equalizar todos esses débitos, a fim de que, se acontecer uma situação fática dessa, você vá ter condições de sair dessa sem se endividar mais ainda. O caminho já é esse, é superendividamento, mas nós temos soluções.

As pessoas se preocupam, e elas estão preocupadas, porque, como eu disse, a outra não fez o empréstimo só porque viu a oportunidade? O brasileiro faz muito isso, no ímpeto! Ele faz muito isso no ímpeto, e ele faz o empréstimo.

A Dra. Paula falou a respeito da bênção que é poder adquirir um imóvel, quantas pessoas infelizmente pagam às vezes duas, três, quatro parcelas e, quando ela vê o tamanho da parcela, ela não dá conta mais. Quantos têm que devolver os seus imóveis? Gente, nós estamos falando de um número pequeno de pessoas que devolvem os imóveis? Nós temos uma quantidade enorme de pessoas que estão aí neste momento com ações judiciais sendo tramitadas em todo o Judiciário brasileiro.

E como está o coração daquela pessoa? A alegria que ela estava antes: "Quando eu comprei minha casa própria, agora eu vou ter meus netos, meus filhos". E, de repente, quando ela abre mão de tudo isso, a dor e a incapacidade mental para gerir aquela situação não são uma coisa simples. Quantos estão procurando profissionais de saúde por causa das perdas financeiras, por causa dessas inadimplências, como eu disse, é uma opressão que não acaba.

Então, uma das soluções seria isto: nós agirmos em função dessas pessoas para ajudá-las de perto – e o Governo também pode fazer isso. As instituições podem fazer isso, mas as pessoas estão desesperadas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Estamos chegando ao final.

De três a cinco minutos, Dr. Carlos, para o senhor fazer considerações finais e agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR (Para expor.) – Grato, Senadora.

Eu gostaria de esclarecer alguns aspectos que insistem em se apresentar mais como narrativas do que propriamente como uma construção, uma abordagem baseada em números.

O crédito do trabalhador tem se apresentado como uma alternativa aos trabalhadores para que saiam de dívidas contraídas em juros extremamente elevados e, eu diria, exorbitantes. Taxas de juros de 15%, 12%, 10%, dependendo do tipo de dívida contraída.

E o programa tem se apresentado como uma alternativa concreta e objetiva para os milhões de trabalhadores que já efetuaram a contratação, saindo dessas dívidas mais elevadas, para dívidas com taxas de juros mais vantajosas e taxas de juros, hoje, na casa dos 3 e 3,5%.

Segundo, insiste-se em fazer confusão entre o crédito do trabalhador e a antecipação do Saque-Aniversário. Eu vou concordar com os senhores e com o senhor que, de fato, o Saque-Aniversário criado pelo Governo anterior está erodindo com a poupança do trabalhador, que deveria ser alocada para a aquisição da casa própria. Foi o Governo anterior que criou o Saque-Aniversário.

A menção a que o senhor está se referindo – a da ameaça ao Saque- Aniversário; não, a da ameaça à poupança do trabalhador – é responsabilidade hoje dos bilhões de recursos que saíram do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por meio da antecipação que os trabalhadores realizam, na forma de empréstimo, com as instituições financeiras, utilizando integralmente a sua poupança, o seu Fundo de Garantia, para contrair empréstimos junto ao sistema financeiro. Esse não é o Crédito do Trabalhador. O Crédito do Trabalhador se apresentou como alternativa pelo Governo exatamente para fazer com que os trabalhadores saiam da antecipação do Saque-Aniversário e contraiam o Crédito do Trabalhador com taxas de juros mais vantajosas às taxas que hoje eles pagam no mercado. É a antecipação do Saque-Aniversário... É o Saque-Aniversário que está erodindo as condições de financiamento da habitação popular a médio e longo prazos.

A despeito disso, eu quero deixar claro aqui – e o Ministério das Cidades já apresentou esses números – que neste Governo é que voltou a ser valorizada a poupança do trabalhador e, mais do que isso, a habitação popular. Os senhores viram os números apresentados: foi multiplicado por 2,5 o financiamento do Fundo de Garantia para a habitação popular, incluindo o desconto e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o subsídio que os trabalhadores da faixa 1 e 2 recebem para o financiamento da habitação. Então, é neste Governo, é no Governo do Presidente Lula que a habitação popular está sendo valorizada, e o Governo, preocupado com o endividamento de todos os trabalhadores e das trabalhadoras, ofereceu um programa, que é o Crédito do Trabalhador, que oferece, de fato, condições de migração de taxas de juros mais elevadas para taxas de juros mais vantajosas. E os números já refletem isso, como eu já apresentei aqui. Em outra oportunidade a gente pode apresentar informações mais detalhadas ainda.

Então, é importante ficar claro isto, Senadora. Está-se fazendo confusão sobre um programa, sobre uma modalidade de saque do Fundo de Garantia, que é o Saque-Aniversário, criado pelo Governo anterior, pelo Governo do Presidente Bolsonaro. E é esse programa, é essa opção ofertada ao trabalhador – que, através dos empréstimos que vinculam o saque, a oportunidade do saque e o saldo do saque do Fundo de Garantia – que está erodindo, sim, as condições de financiamento do trabalhador.

Vou dar exemplo para os senhores.

Quando ocorreu a crise climática e as enchentes no Rio Grande do Sul, o FGTS tem um mecanismo chamado Saque Calamidade. Nas circunstâncias em que o trabalhador é afetado por uma condição climática, como inundações, se o órgão público municipal ou estadual decreta a emergência ou a calamidade, o trabalhador pode sacar até R$6 mil do seu saldo para utilizar diante de emergência como essa que ocorreu no Rio Grande do Sul.

E quando o agente operador, a Caixa Econômica Federal, fez o balanço e a estimativa do quanto seria aplicado e utilizado pelos trabalhadores, baseado num saldo hipotético estimado do que os trabalhadores do Rio Grande do Sul teriam em condições para sacar, para utilizar nessa circunstância dramática, depois que foi concluída toda a execução dos saques permitidos pelos trabalhadores, avaliou-se ali que os saldos de que os trabalhadores dispunham era metade do estimado pela Caixa Econômica Federal, porque metade dos recursos de que os trabalhadores detinham estava bloqueada por compromisso da antecipação do Saque-Aniversário. Sobre essa antecipação, o Governo tem crítica sim. Ela foi criada pelo Governo anterior e está comprometendo o financiamento da habitação a médio e longo prazos. E sobre esse aspecto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo vai propor regulamentação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para estancar essa sangria no sistema de recursos da poupança do trabalhador.

Então, é importante que a gente faça o debate entre nós, mas que a gente se atenha a conhecer o que é o Crédito do Trabalhador e o que é a antecipação do Saque-Aniversário. Isso é importante para a gente fazer avançar o debate no Congresso Nacional – não é, Senadora? – sobre os mecanismos que a gente pode desenvolver em conjunto, ouvindo o Congresso Nacional, ouvindo as instituições de aprimoramento e os mecanismos do sistema de educação financeira, que, diga-se de passagem, estão previstos na lei aprovada pelo Congresso Nacional e foram uma importante contribuição do Congresso, através da Comissão Mista, incorporados como um dispositivo obrigatório no programa pelo Relator, o Senador Rogério Carvalho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Reinaldo, de três a cinco minutos para agradecimento.

O SR. REINALDO DOMINGOS (Para expor.) – Bem, eu quero aqui saudar a mesa por este debate tão rico. Fiquei aqui muito feliz em participar. A Abefin agradece, Senadora, e se coloca à disposição do Governo e em qualquer situação.

Eu acho que sim, o Governo precisa desse conhecimento, e principalmente a nossa sociedade. Eu falo que dívida não é um problema; dívida é uma dádiva, desde que saibamos dar a dosagem certa. Até a água que bebemos, se for em excesso, mata afogado. Assim é o que nós estamos vendo na situação do endividamento no país.

Nós não temos problemas de endividamento que não possam ser cada dia melhorados. Eu acho que a alavancagem da dívida é necessária. Nós temos hoje, no mundo, cinco vezes mais que dinheiro em dívidas. Dívidas são créditos, crédito para que eu possa fazer a aquisição de uma casa própria. Claro que sim, não é, Paula? Aquisição de uma casa própria é uma dádiva, o sonho da casa própria, mas o que vem assolapando a saúde dessas casas próprias de serem mantidas é a grande pressão de endividamento que o brasileiro recebe todos os dias, todas as horas e, agora, no clique, 24 horas – não precisa nem sair de casa mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós da Abefin, Senadora e membros do Governo, estamos de portas abertas para realmente somar a esse movimento, colocar realmente o dinheiro como sendo um agente, e principalmente a dívida, que é dinheiro.

A dívida é um recurso imprescindivelmente importante para a alavancagem de qualquer sociedade. Porém, nós precisamos saber a dosagem e saber que nós podemos sim... E aí, meu querido Carlos, nós precisamos fazer com que o Governo imediatamente pegue essa base da educação financeira e adentre como sendo obrigatória, e não como algo que eu possa ou não fazer. Por quê? Isso vai ajudar demais a gente a combater a causa do problema da inadimplência que se soma a cada dia – não neste Governo, em todos os outros Governos. Nunca foi dada atenção, porque também não era um tema... Há 20 anos eu abracei essa causa, e a Abefin está empunhando essa bandeira com seus educadores da DSOP, enfim, todo esse universo com que nós temos trabalhado.

Então, eu coloco aqui a minha fala final, Senadora, no Provérbio 17, versículo 16, que fala: "De que serve o dinheiro na mão [...]"... Olhem, vou melhorar: De que serve o dinheiro e a dívida na mão do tolo, que somos nós, seres humanos, se não obtivermos sabedoria da educação e da consciência financeira?

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Reinaldo, obrigada pela participação.

Dra. Paula?

A SRA. PAULA COELHO DA NÓBREGA (Para expor.) – Bom, mais uma vez, quero agradecer o convite.

Foi um debate realmente muito rico, né? Do lado do Ministério das Cidades, pode ter certeza de que a gente tem uma equipe técnica lá todo dia monitorando esses números, buscando aumentar aquela meta ali que a gente colocou para as casas, para novas habitações e novos imóveis, o que significa que mais famílias conseguiram alcançar o sonho da casa própria. Então, essa é boa parte do nosso trabalho lá, no dia a dia do Ministério das Cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu mostrei aqui, a gente usa os recursos do fundo também para melhorar a qualidade de vida das pessoas no dia a dia, porque, afinal, as pessoas moram nas cidades, e a gente quer entregar uma cidade melhor também para que elas possam morar, não só habitação, mas também mobilidade, saneamento e desenvolvimento urbano.

Mais uma vez, quero colocar o ministério à disposição e agradecer o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA FILHO (Para expor.) – Eu quero agradecer imensamente a todos vocês que participaram e nos escutaram. Eu não sei quantos de vocês viram esse balão encher. Quantos viram? É, ninguém viu (*Pausa.*), mas a bolha vai estourar. Atentem-se.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero registrar que acompanhou a nossa audiência David Alimandro Corrêa, da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que inclusive tem dados sobre endividamento. Se continuarmos esse debate, nós traremos vocês.

A nossa audiência alcançou o objetivo proposto. A gente sabia que seria calorosa. A audiência queria discutir sobre o direito do trabalhador, liberdades individuais. Nós não podemos colocar as liberdades individuais em risco em momento algum, e em momento algum aqui era dizer que você não pode tomar o empréstimo, mas, como esta Comissão cuida do direito do trabalhador, era dizer que o mecanismo que foi oferecido é bom, e o mecanismo oferecido, trazido... A ideia chega a esta Casa pelo Governo, sim, mas é o Congresso Nacional que aprova, e aqui eu dividi com o Dr. Carlos a responsabilidade: o Governo teve a ideia, o Congresso Nacional aprovou, e todas as críticas também foram ao Congresso Nacional, mas eu quero... Assim como ele fez uma defesa veemente do Governo que ele serve, eu não posso, por uma questão de justiça, me furtar de fazer uma defesa veemente do Governo que eu servi.

A Lei 13.932, de 2019, que o Dr. Carlos Augusto veementemente criticou porque fala da antecipação do Saque-Aniversário, nasce, Dr. Carlos, da Medida Provisória 889, de 2019. Portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela se tornou lei também aprovada pelo Congresso Nacional, e o senhor criticou tão somente o Governo e não criticou o Congresso Nacional; e lei aprovada, inclusive, com votos de direita e de esquerda. A medida provisória que chegou aqui, a 889, era para modernização, arrecadação e fiscalização do FGTS. A medida provisória era muito boa, eu estava no Governo, mas, se a lei é tão ruim – este Governo já está há dois anos e meio, Dr. Carlos, como Governo –, por que não mandou um projeto de lei para revogar a Lei 13.932? Os senhores já estão há dois anos e meio no poder e não houve a regulamentação também.

Eu precisava fazer essa defesa do Governo que servi, porque esse não era o objetivo desta audiência, criticar ou não Governo A ou B. Desde o início, nós apresentamos que esta audiência era sobre o direito do trabalhador e acertamos, como Congresso e Governo, entregar esse dispositivo do empréstimo consignado com lastro no FGTS, esse era o objetivo, mas eu precisei fazer a defesa do Governo que servi, porque ele foi frontalmente atacado por um convidado desta Comissão.

Dito assim, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS], e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater sobre os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens, com foco nas boas práticas e desafios para a Proteção Integral da Criança e do Adolescente à luz do ECA. Participantes: Dr. Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Federal pelo Estado da Paraíba - Representante do Conselho Federal de Medicina; Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST; Richard Bryan, Adolescente Empreendedor; e Igor Vieira, Professor - Educando para o Céu. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/14

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 8, de 2025, de minha autoria, para debater os direitos humanos das crianças, adolescentes e dos jovens, com foco nas boas práticas e desafios para a proteção integral da criança e do adolescente, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, o nosso ECA.

A reunião será interativa, ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

Eu convido já para compor a mesa, porque eu acabei de saber que nós vamos ter uma surpresa, então eu gostaria que já a mesa estivesse aqui posicionada, porque eu não vou fazer cara de surpresa sozinha, não vou. (*Risos.*)

Nós temos a honra hoje de termos conosco quatro expositores, quatro expositores incríveis. Um deles vai fazer a sua participação *online*, porque não conseguiu vir, é um adolescente, nós vamos dar voz a um adolescente, nós temos também outro jovem que vai falar. Mas nós temos a honra de ter expositores aqui, nós vamos fazer uma abordagem sobre o direito da criança e adolescente de outra perspectiva. É um desafio para esta Comissão trazer um debate nessa perspectiva a que nós vamos dar início hoje sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, eu tenho a honra de convidar para compor a mesa, para receber a surpresa junto comigo, o Dr. Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), meu amigo, grande Dr. Ives, escritor, jurista, amado por todo o Brasil. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acabei de receber de presente a mais nova obra – olha só, fazendo propaganda, tá? – do Dr. Ives: *História Concisa do Brasil.* Estou ansiosa para ler, porque, como é uma obra de 2025, ele está falando até de meses atrás sobre a história concisa do Brasil. Depois, quem quiser emprestado fala comigo e a gente conversa sobre isso.

Tenho a honra de convidar para compor a mesa o Dr. Bruno Leandro de Souza, Conselheiro Federal pelo Estado da Paraíba, representante do Conselho Federal de Medicina.

Bem-vindo, doutor. (*Palmas.*)

Tenho a honra de convidar o jovem Igor Vieira, Professor – Educando para o Céu.

Seja bem-vindo, Professor, à nossa audiência. Apesar de ser muito jovem, ele é Professor, sim, viu, gente? (*Palmas.*)

E fará parte, *online,* desta mesa um menino que é um fenômeno nas redes sociais e por quem estou apaixonada. É o adolescente empreendedor Richard Bryan. Ele vai fazer a participação dele *online*.

Richard, só por causa da sua participação, nossas redes sociais da Comissão explodiram, viu? Seja muito bem-vindo ao Senado Federal. Essa sua participação, sua primeira aqui no Senado, vai ser *online*, mas na próxima não tem como, você vai ter que vir presencialmente, porque você tem agora no Brasil um exército de fãs o acompanhando.

Antes de darmos início à nossa audiência e de passar a palavra aos nossos expositores, informo que a Secretaria da Comissão preparou uma surpresa especial para esta audiência – eu acabei de ler aqui. A surpresa é que convidamos a jovem Dani Harumi, finalista do The Voice Kids 2023, que irá nos emocionar com sua bela voz.

Como ela é linda, gente!

(*Procede-se à apresentação musical.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Linda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. IVES GANDRA MARTINS FILHO (*Fora do microfone*.) – Já ganhou todo mundo! (*Risos*.)

Que beleza!

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Já pode encerrar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu declaro encerrada a audiência! (*Risos*.)

Linda!

Obrigada, Comissão; obrigada, Secretaria.

Em dias em que nós estamos vendo tantas crianças sendo vítimas de violência, vem uma criança cantar a paz na Comissão. Obrigada, você é muito especial, muito linda.

É com um misto de esperança e profunda preocupação que dou início a esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, esperança pela participação presencial e *online* de especialistas, representantes de órgãos públicos, membros da sociedade civil e acadêmicos, todos unidos por uma causa nobre e urgente; e preocupação pelos motivos que nos trazem aqui hoje: a persistente e inaceitável violação dos direitos de nossas crianças, adolescentes e jovens.

Permitam-me ressaltar a relevância desta data: ontem, 13 de julho, celebramos o aniversário de 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, três décadas e meia de uma lei que representa um marco civilizatório, estabelecendo os direitos fundamentais de crianças e adolescentes e a responsabilidade de todos na sua garantia.

O ECA é a bússola legal que nos orienta, mas os números mostram que, infelizmente, ainda estamos distantes de sua plena efetivação. Os números são alarmantes e não nos permitem a indiferença: há 289,4 mil denúncias de violações registradas contra crianças e adolescentes pelo Disque 100 em 2024. Apenas em 2024, Beatriz, 289,4 mil registradas no Disque 100 – lembrando, gente, que só são registrados menos de 10% de todas as violações de direitos contra crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a honra de fortalecer o Disque 100 quando Ministra. Esse Disque 100, esses números revelam uma realidade brutal, que se esconde, muitas vezes, dentro dos lares, das escolas e em nossas comunidades.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2019, que aponta que mais de um quarto dos nossos jovens já foi vítima de alguma forma de agressão, acende um alerta vermelho que não podemos ignorar. Desde o início da minha vida pública e com especial afinco à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a proteção da criança e do adolescente tem sido a bússola que norteia minhas ações.

Trabalhamos incansavelmente para fortalecer o sistema de garantia de direitos, destinando recursos, implementando políticas públicas que visam a proteger, cuidar e promover o desenvolvimento integral de nossas crianças. Durante nossa gestão, por exemplo, destinamos milhões em emendas parlamentares para a estruturação de conselhos tutelares em todo o Brasil, para a construção de casas de acolhimento e para programas de combate à violência e à exploração sexual. Acreditamos que a proteção começa com a garantia de um ambiente seguro e acolhedor.

No Senado Federal, seguimos com o mesmo ímpeto. Como Presidente desta Comissão, tenho pautado debates nacionais e buscado, por meio do diálogo e da articulação política, garantir que o orçamento da União reflita a prioridade absoluta que a Constituição Federal confere à criança e ao adolescente. Temos trabalhado para que recursos sejam carimbados para a saúde mental de nossos jovens, para o combate ao *bullying* e para a ampliação de acesso à educação de qualidade. Mais que Presidente desta Comissão, represento milhões de crianças sobreviventes da violência sexual nesta nação. Ainda somos uma nação em que uma a cada três meninas sofre violência sexual até aos 18 anos de idade. Ainda somos, Ministro, a pior nação da América Latina para se nascer menina. Somos uma nação em que se têm perpetuado, doutor, as mais terríveis violências contra a criança, das mais terríveis. A gente não consegue mais nem falar do nível de crueldade contra a criança em nossa nação.

Nosso objetivo aqui hoje é claro: ir além do diagnóstico, que já conhecemos tão dolorosamente. Queremos ouvir, debater e, principalmente, construir soluções efetivas. Buscamos propostas inovadoras, políticas públicas mais eficazes e um pacto nacional pela infância que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transcenda discurso e se materialize em ações concretas. A presença de cada um de vocês é fundamental para que possamos, juntos, traçar um caminho que assegure um futuro mais justo, seguro e promissor para a parcela mais vital da nossa população.

Que este encontro seja um marco na luta pela garantia e proteção integral dos direitos das nossas crianças, adolescentes e dos nossos jovens.

Nós vamos trazer para esta audiência as novas necessidades de nossas crianças e adolescentes. O ECA, de 1990, foi escrito num contexto, numa nação totalmente diferente da nação de hoje, em que as necessidades da criança e do adolescente eram tão diferentes das necessidades de hoje. O ECA ficou estático no tempo e no espaço? Não. O Parlamento está, todos os dias, aprovando um projeto de lei, aprovando uma emenda, aprovando uma resolução, trazendo propostas para o Executivo de adequação, aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. E todas essas propostas, doutor, passam por esta Comissão. Nós temos crimes contra crianças hoje que não existiam em 1990. O crime cibernético, por exemplo, não existia em 1990. Nós temos necessidades das crianças hoje que nós não tínhamos em 1990, como, por exemplo, o vício tecnológico, que alcança as famílias hoje e com que os pais não sabem como lidar.

Mas nós temos uma outra realidade hoje, e uma realidade positiva. Apesar de eu falar de números tão tristes, nós temos uma realidade positiva. Nós temos cada vez mais, em nossa nação, meninos com altas habilidades. Nós temos um na mesa e nós vamos ter um ali, que vai falar daqui a pouco. E nós estamos prontos para atender as necessidades desses meninos? O nosso menino de 14 anos hoje, que vocês vão conhecer, pensa muito diferente de um menino de 14 anos de 1990. E nós estamos prontos para proteger esses meninos que pensam tão diferente dos meninos de 1990?

Então nós vamos ter um debate aqui hoje trazendo esse novo país, essa nova realidade das crianças e dos adolescentes do país. Um país em que hoje o suicídio é a segunda causa de morte entre adolescentes, quando, em 1990, Dr. Ives, eu tinha fome, eu tinha meninos que não tinham acesso à saúde de qualidade. No final da década de 70, quando eu começo a militar – não façam as contas –, no final da década de 70, quando eu começo a militar em defesa das crianças, eu tinha uma realidade: fome, desidratação e desnutrição. Ainda temos fome no país? Temos, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os programas de transferência de renda estão aí amortizando a fome, temos um SUS hoje, em que as pessoas têm acesso ao serviço de saúde, as escolas chegaram a todas as comunidades.

E quais são as necessidades de hoje? Como eu gostaria que fosse tão somente a fome, porque a gente sabe como resolver: nós imediatamente criaríamos os programas de alimentação para chegarem a todas as pessoas. Mas hoje a gente tem problemas que a gente não consegue palpar: nossos adolescentes estão em depressão, nossos adolescentes estão sentindo dor na alma. Vivemos a era do suicídio, da automutilação, porque às vezes não estamos sabendo cuidar e acolher essa nova geração. Uma geração, repito, em que nós temos números muito negativos, mas também temos números muito positivos, a exemplo da menina que cantou aqui. Que idade tem a Dani?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Treze anos. E, em 2023, portanto, com 11, já foi finalista de um concurso nacional The Voice Kids. Consegue imaginar uma menina dessa fazer o Brasil inteiro, com 11 anos, chorar e aplaudi-la? Nós temos essa geração dos talentos, talentos às vezes não valorizados, talentos em que, muitas vezes, não estamos investindo.

E esta audiência hoje vai se propor a falar sobre as novas necessidades, os novos sonhos, e como este Parlamento, em especial, Dr. Ives, esta Comissão vai ter que se adequar aos novos debates, às novas necessidades. E, detalhe, não é só um debate, nós precisamos propor – não é, Bia? – e precisamos sair daqui com encaminhamentos.

Sejam todos vocês muito bem-vindos à nossa audiência.

E agora nós vamos ter a honra de ouvir, no primeiro momento, o Dr. Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, um dos juristas mais amados da nossa nação, que aceitou o convite para um debate, e nós vamos falar, doutor, daquilo que o senhor sabe muito bem fazer: proteger, fazer a garantia de direitos.

Seja bem-vindo. Obrigado por ter aceitado o convite. Nós temos, aqui pelo Regimento, dez minutos, tem um cronômetro ali, mas eu sou uma Senadora generosa e não vou deixar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campainha tocar. Eu acho que é tão delicado o tema que nós vamos debater aqui hoje, que é difícil a gente colocá-lo numa caixinha do tempo.

Fique à vontade.

E também, Dr. Ives, gostaríamos muito que o senhor pudesse ficar até o final, porque o último expositor tem muito a ver com o que o senhor faz no Tribunal Superior do Trabalho. Eu sei que o senhor tem uma agenda lotada, mas a gente vai tentar otimizar o tempo, e a gente vai pedir: por favor, fique até a última exposição!

E eu faço esse convite aos demais também. A gente sabe que às vezes o expositor vem, faz sua parte e precisa sair, mas eu gostaria muito que os três ficassem até o final.

Muito bem-vindo, Dr. Ives Gandra. O senhor tem a palavra.

O SR. IVES GANDRA MARTINS FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Com imensa satisfação atendi o "convite/intimação" da Senadora Damares, que é diletíssima amiga, aqui podendo participar nesta mesa com o Dr. Bruno, o Dr. Igor. Vejo aqui também a ex-Ministra Cristiane, também dileta amiga. Enfim, cumprimento todos os que estão aqui presentes ou nos ouvindo.

O enfoque que eu vou dar à minha breve exposição – prometo não passar muito do tempo que me é concedido – é sobre o aspecto do trabalho infantil.

Quando nós pensamos na proteção da criança, nós pensamos na proteção integral da criança, ou seja, proteção também contra a exploração de sua mão de obra, de a criança trabalhar antes daquela idade que, no Brasil, é 14 anos como aprendiz, 16 anos como trabalhador normal. Na Convenção 138 da OIT essa idade já fica em 15 anos.

Qual é a importância dessa proteção, de se colocarem limites à atividade laboral da pessoa humana? É justamente de preservar um direito fundamental da criança, que é o direito de brincar, o direito de ter infância, o direito de guardar recordações, de aproveitar esse tempo que depois não vem; passou. Se ficou gastando esse tempo na atividade laboral, não teve infância, não vai ter essas recordações. E também uma outra faceta importantíssima desse período é a formação educativa da criança. Ela tem que ter tempo para brincar e ter tempo para estudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É interessante que, quando eu presidia o meu tribunal, o Tribunal Superior do Trabalho, nos anos de 2016 e 2017, havia um programa de parceria do Tribunal Superior do Trabalho com o Ministério Público do Trabalho, Ministra e Senadora Damares, que era o Programa de Combate ao Trabalho Infantil para tirar a criança, muitas vezes, de uma fazenda, dessa atividade laborativa, ou em outros vários segmentos, em que a criança acabava sendo explorada pelos pais, que, muitas vezes, porque não tinham outra fonte de renda, aproveitavam as crianças nessa atividade laboral.

Na época, no que eu insistia é que nós não podíamos ter uma visão só negativa – combate ao trabalho infantil, tirar a criança dessa atividade –, nós tínhamos que ter também um enfoque positivo. E esse programa do Tribunal Superior do Trabalho, a partir da minha gestão, em 2017, passou a ser: combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem, para conseguir fazer com que haja programas que deem a oportunidade dessa aprendizagem, ou seja, nós temos hoje, na nossa legislação, a possibilidade de estágio tanto de nível médio quanto de nível superior, e todo estágio supõe esse convênio entre a entidade educativa e a empresa que está contratando aquele estagiário.

Se houver o desvirtuamento do estágio, o que nós fazemos? Estabelece-se, às vezes, até de certa forma paradoxal, um vínculo empregatício, reconhece-se o vínculo empregatício com todas as decorrências em termos de direitos, mas o importante é que haja realmente essa preocupação em, quando houver a detecção de que está havendo algum tipo de trabalho infantil que pode eventualmente se transformar em aprendizagem, não tirar simplesmente essa criança dessa atividade, mas canalizar, colocar de novo o rio no seu leito, colocar o trem no seu trilho. Esse é o principal objetivo. Muitas vezes, quando se pega, por exemplo, há anos, esses trabalhos patrulheiros, os patrulheiros que... Já havia muitos pequenos trabalhando em supermercado. Vamos tentar ver se não ficam só trabalhando, mas também têm esse aspecto da aprendizagem, para conseguir futuramente um emprego.

Mas tem dois probleminhas até que eu trago neste outro livro, que vou deixar com a Senadora Damares, no meu *Manual de Direito e Processo do Trabalho,* que está na 30ª edição, deste ano de 2025 – 30ª edição –, e tem um capítulo só sobre trabalho infantil. E, ao mesmo tempo, pegando dois aspectos que até foram muito providenciais à nossa cantora, à jovem cantora aqui, porque eu abordo aqui o problema do trabalho artístico: como conseguir que, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantas novelas, filmes, séries, em que você vai querer tratar a realidade, retratar o que acontece, acaba tendo que aparecer nessa ou naquela situação crianças, adolescentes... Você vai impedir o trabalho? Não é possível. Então, nós temos que conseguir meios.

Tudo isso aqui hoje está bem mapeado, com decisões judiciais permitindo ou vedando, sempre exigindo que haja o acompanhamento do ponto de vista de estudos; que, em qualquer participação nessas atividades artísticas, sempre esteja garantido que não será comprometido o estudo, mas vejam que interessante: às vezes o exagero na proteção pode levar a situações inusitadas, que foi o que aconteceu no Brasil no ano de 2014.

Em 2014, nós tivemos a Copa do Mundo aqui, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação civil pública querendo impedir o trabalho dos gandulas, a atividade dos gandulas. Nove mil crianças tinham vindo do mundo inteiro, sonhando para estar com aqueles craques, com aqueles jogadores, e uma ação estatal do Ministério Público querendo impedir. A Fifa disse: "Se não puder haver a atuação desses meninos, dessas crianças, simplesmente a Copa não será realizada no Brasil". O Ministério Público teve que tirar o time de campo – usando também a linguagem futebolística.

Este é o desafio, tanto na esfera legislativa quanto na esfera judiciária, ou do Ministério Público: como conseguir proteger as crianças, mas não impedir muitas atividades que vão ser positivas para a sua própria formação, sem impedir essa atividade artística em todos os ramos.

E para não ultrapassar o meu tempo, também gostaria de lembrar de uma situação que nós temos enfrentado, Senadora Damares, no Judiciário, em relação às cotas de aprendizes. Hoje a legislação prevê que todas as empresas têm que ter 5% de cota para aprendiz, mais, também, as cotas de deficientes, mas há atividades em que não é possível a atuação, o trabalho do menor, nem como aprendiz.

Então, qual é o dilema em que se encontram muitas empresas? Como eu vou cumprir a cota se a maior parte da minha atividade é infensa ao trabalho do menor? Vou dar exemplo: trabalho de transporte de valores, por essas empresas de segurança. Hoje a legislação faz com que... E é a interpretação que tem sido dada pelo meu tribunal, contra o meu voto, e há duas ações diretas de inconstitucionalidade hoje, no Supremo, com a relatoria do Ministro Gilmar. O que acontece? Qual é a base de cálculo desses 5%? É todo o universo dos trabalhadores da empresa ou é só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele que pode ter a aprendizagem, pode ter a utilização de deficientes? Eu não posso colocar o menor portando arma para aprender o trabalho de segurança.

Então, é muito importante que o nosso Congresso Nacional esteja atento também; na hora de aplicar a legislação, ver essas realidades e fazer as adequações.

O último elemento que eu acho também interessante é: quando o ECA fala no art. 68 do trabalho educativo, ele abriu uma porta que nós não sabemos ainda como explorá-la. Quer dizer, até hoje, não foi regulamentado esse trabalho educativo. Seria aprendizagem? Seria diferente da aprendizagem? Como é que comporia o aspecto aprendizagem com o aspecto manter o estudo e também dar à criança o tempo de lazer que é fundamental?

Portanto, aqui fica a experiência de alguém que, há mais de 40 anos, dedica-se ao labor de compor conflitos trabalhistas, harmonizar relações de trabalho, pensando, nesse aspecto do trabalho infantil, em como conseguir fazer com que seja preservado o menor, mas, ao mesmo tempo, a partir dos 14 anos, possa ter uma aprendizagem que vai deixar marca para o resto da vida em termos de conhecimento, de experiência e já quase iniciando uma carreira que depois será exitosa, se houve essa composição, esse equilíbrio entre... Como a própria, na época, Ministra dos Direitos Humanos, no segmento da família, como conseguir esse equilíbrio trabalho e família. No fundo, equilíbrio entre aprendizagem e brincadeira e lazer e descanso para a criança.

Então, eram as minhas considerações, Senadora Damares.

Muito obrigado pela atenção e paciência!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor Ives!

Para quem está ligando a TV, começou a nos acompanhar agora, nós estamos em uma audiência pública, discutindo os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre uma outra abordagem.

Acabou de falar o Ministro Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que trouxe uma abordagem sobre os desafios e perspectivas do direito ao trabalho digno para a adolescência em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e usou o exemplo da Dani, nossa cantora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dani canta por obrigação ou por prazer? (*Fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por prazer, né, Dani? O gandula que está correndo atrás da bola? É obrigação? Gente, quem já teve um gandula na família? Aqueles meninos sonham com aquilo, sonham com aquele momento no futebol, para ir, correr e pegar a bola. É prazer ou é obrigação?

Então, essa abordagem que nós estamos fazendo aqui hoje é desafiadora. É, inclusive, uma leitura mais conservadora do Estatuto da Criança e do Adolescente que a gente está ousando trazer para esta comissão.

Doutor Ives, há muitas críticas ao ECA. E quando eu vejo pessoas criticando o ECA, a primeira pergunta que eu faço é: "Já leu o ECA inteiro? Já leu do primeiro ao último artigo?". O ECA é um tratado de direitos, mas não só de direitos. Ele também tem obrigações, e as pessoas não sabem que no ECA também tem obrigações.

Portanto, eu convido os senhores que nunca leram na íntegra o Estatuto da Criança e do Adolescente a fazerem essa leitura.

Não podemos resumir a crítica a eles tão somente a um ou outro aspecto. O ECA é uma lei que veio, e o Congresso acertou, o Parlamento acertou, ao entregar o Estatuto da Criança e do Adolescente para o país.

Vamos agora ainda ouvir um adulto. Nós vamos ouvir o Dr. Bruno Leandro de Souza. O Dr. Bruno é médico, com vasta experiência e atuação destacada no Conselho Federal de Medicina. O Dr. Bruno possui profundo conhecimento sobre saúde pública e os desafios enfrentados por crianças e adolescentes nesse âmbito. Sua expertise abrange as políticas de saúde e a defesa dos direitos dos pacientes.

O Dr. Bruno vai nos presentear abordando a "Saúde mental e física de crianças e adolescentes: desafios e perspectivas para as políticas públicas de proteção e acesso."

Muito bem-vindo, doutor.

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado... Agora acho que vai.

Muito obrigado, Senadora. Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exma. Senadora Damares, muito obrigado pelo convite. Em nome do nosso Presidente José Hiran da Silva Gallo, agradeço o fato de o Conselho Federal de Medicina fazer parte desta importante Mesa. Saúde aqui também o nobre Ministro Ives Gandra, que é um nome que... É uma grande satisfação estar aqui ao lado do senhor ouvindo tantas exposições positivas.

Aproveito a presença do Igor não só para saudar os jovens, mas para saudar todos os professores aqui do nosso país que são importantíssimos na construção da nossa nação.

Em nome do Richard, a todos que estão *online*, que estão acompanhando também. Em nome de Dani, aqui também para agradecer a presença de todos que estão aqui nesta audiência.

Aliás, a senhora lotou esta Casa aqui na segunda-feira à tarde. Isso mexe não só com a questão do tema, mas também com a do seu prestígio em trazer as pessoas para este debate tão importante.

Em nome de minha mãe, Dulcineia, agradeço pela presença de todos que estão aqui na televisão nos acompanhando também; mas ela está acompanhando não é por mim, não, é por causa da senhora, viu? Ela é sua fã. (*Risos.*)

Ela é sua fã. Ela disse: "Não, se é a Senadora Damares, eu vou acompanhar."

Então, como pediatra que sou, porque sou médico pediatra, apesar de adulto, me sinto um jovem eterno, até porque tenho que conversar e lidar, fazer a língua dos jovens todos os dias.

Hoje, eu trouxe uma apresentação aqui, gostaria, por favor, que fosse projetada. Também agradecendo a colaboração aqui dos colaboradores, funcionários desta Casa, para nós falarmos sobre a questão da saúde mental e física do jovem, sobre as quais a senhora, no seu prólogo, já falou bastante coisa também, e a gente já vai aqui debatê-las.

Então, o tema que me trouxe hoje foi "Saúde mental e física de crianças e adolescentes: desafios e perspectivas para as políticas públicas de proteção e acesso". Ainda bem que a senhora disse que os dez minutos eram equilibrados, porque só o título levava dois. E aí eu fiquei um pouco assim assustado, mas a gente conseguiu equalizar essa situação.

Sou Bruno, médico pediatra, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba e Conselheiro Federal também de medicina pelo meu estado, representando meu estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mestre em saúde coletiva e sou doutorando em neurociências pela Universidade Federal da Paraíba. E não tenho nenhum conflito de interesses, pelo contrário, tenho interesse total em estar aqui neste debate de hoje.

Nós temos grandes marcos legais na proteção da criança e do adolescente, a Constituição Federal e o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente só são dois exemplos desses.

Quando nós falamos em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, o que a gente pode falar...

Por favor.

Volta. Volta um pouco mais, por favor.

Eu acho que vou tentar ficar passando aqui. (*Pausa.*)

Não, realmente não está funcionando. Vou deixar com vocês.

Está ótimo assim.

Eu vou pedindo o próximo, combinado? É porque tem um *delay* aí, não é?

Bom, em relação aos avanços relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a gente percebe a mudança de paradigma jurídico. Também uma descentralização e rede protetiva, com a criação dos conselhos tutelares, com praticamente 100% dos municípios participando dessa rede de proteção à criança.

O próximo, por favor.

Nós temos também a questão de saúde e sobrevivência, em que houve uma queda de mais de 70% da mortalidade infantil desde o ano 1990 até o início do ano 2020. E também a cobertura da Estratégia Saúde da Família praticamente em todos os rincões do nosso país, aumentando essa proteção e o cuidado com a saúde da criança e do adolescente também.

Temos a questão da triagem e prevenção de doenças, com a ampliação do Teste do Pezinho, que é o teste de triagem neonatal, que passou de seis para 53 doenças absolutamente triadas nesse período, o que é muito importante para nós precocemente fazermos um diagnóstico e, com isso, avançarmos na prevenção e no tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Também nós temos a proteção contra a violência, com leis que proíbem castigo físico e a instituição do depoimento especial para crianças e adolescentes, bem como também avanços na justiça socioeducativa.

Próximo, por favor.

Na questão de segurança alimentar e redução da pobreza, nós tivemos, como a Senadora Damares falou, avanços importantes relacionados à questão das transferências de renda e também toda a questão do bolsão, em que a fome, a desnutrição e a desidratação deixaram de ser o principal problema, mas é claro que nós precisamos avançar em relação aos outros.

E também a rede da primeira infância como prioridade de Estado. Isso é importantíssimo para garantir o correto crescimento e desenvolvimento não só físico, mas também psicossocial, para fortalecer as nossas crianças em relação àquilo que tem de mais importante, que é a sua participação depois enquanto nação.

Também a participação e o controle social, com a criação dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente.

E na cultura de dados e monitoramento, porque, sem dados, sem estatística, a gente não consegue avançar em muita coisa. Nosso país, aliás, precisa se preparar cada vez mais para ter bancos de dados consistentes para nós debatermos assuntos e propormos as políticas públicas para as crianças e os adolescentes.

Em relação à saúde física e mental das crianças e dos adolescentes, a gente tem desafios emergentes, como a ampliação da cobertura vacinal. As vacinas que já são amplamente discutidas na rede do Programa Nacional de Imunizações... Nós temos riscos reemergentes de poliomielite, sarampo, coqueluche. Existe alguma desinformação ainda e a necessidade de se combater a hesitação vacinal para com essas vacinas consideradas seguras.

Nós temos, Senadora, o aumento das doenças crônicas não transmissíveis e precoces nas crianças e nos adolescentes, sobretudo a obesidade infantil. Nós já temos a diabetes tipo 2, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está relacionada a problemas metabólicos que são diretamente interligados a essa epidemia ou a essa pandemia da obesidade infantil.

Então, nós precisamos, de certa forma, combater não só as doenças infecciosas, mas também as doenças crônicas não infecciosas, bem como melhorar o nosso ambiente alimentar com alimentos mais saudáveis e menos ultraprocessados.

E, além disso, nós temos um problema grave, que é problema do sedentarismo digital. Colocar essas crianças de novo para fora de casa. Tem até *charges* mostrando que a preocupação no passado era que os pais queriam colocar os filhos para dentro de casa; a preocupação do futuro é querer que eles vão para fora de casa porque o sedentarismo digital, infelizmente, aprisiona as nossas crianças e adolescentes.

Nós temos também o aumento de arboviroses, o aumento de infecções respiratórias graves.

Nós temos planos de contingência regionais insuficientes, com populações vulneráveis, as crianças indígenas, as crianças ribeirinhas, as crianças que têm maior dificuldade de acesso, até mesmo em situação de rua, o que é uma realidade que a gente não pode negligenciar e que demanda uma estratégia de saúde intercultural e também itinerante.

E, em relação à saúde mental, com a qual também nós temos problemas absolutamente graves, aqui a gente destaca – próximo, por favor – a questão dos picos de depressão, ansiedade e automutilação.

Como a senhora bem falou, nessa faixa etária dos 10 aos 19 anos, e sobretudo na dos 15 aos 24 anos, é onde a gente tem o maior pico não só relacionado à automutilação, mas até mesmo ao suicídio, e a gente tem que falar sobre isso, né? Então, é a segunda principal causa de morte nessa faixa. Também estou repetindo os seus dados, mas para trazê-los com ênfase e com importância, porque nós precisamos, de certa forma, já que é um fator muito importante... Aliás, fora isso, tem a questão da própria violência como primeira causa. Então, nós precisamos combater essas causas externas com bastante afinco.

E, óbvio, o nosso grande problema do momento: o uso excessivo de telas e também o *bullying online*. Algo que só era visto internamente nas escolas e que, hoje, com a ampliação das redes, nós perdemos absolutamente o controle, e isso é absolutamente preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leva a diversos distúrbios: ansiedade, depressão, problemas psíquicos, mas também problemas relacionados ao sono, dificuldades de aprendizado, violência digital, uma linguagem agressiva – às vezes, inclusive, interna e externamente –, o que é muito importante para que a gente possa combater. E há a necessidade de uma educação midiática e de limites saudáveis de conectividade. É importante que esses limites existam também.

Nós temos barreiras sistêmicas, por exemplo: a necessidade de pediatras e psiquiatras infantojuvenis na atenção primária à saúde. Hoje, muitas vezes, na atenção primária à saúde – leia-se, no postinho perto de casa – tem lá um profissional muito bem-intencionado, mas que não tem habilidade com a criança, com o adolescente e, principalmente, com a saúde mental deles; e isso falta para que a gente possa avançar: a presença de pediatras e psiquiatras na atenção primária à saúde ou de profissionais treinados para isso.

Existe uma falta ainda de integração entre as bases de dados do cartão SUS e das escolas. Existe uma ineficiência de alguns programas de prevenção da violência. A gente acabou de dizer aqui que a violência é um problema gravíssimo – é o que mais mata adolescentes –, e a gente não tem um programa efetivo de combate e de conscientização disso enquanto problema social.

Também há a questão do primeiro emprego – como bem lembrou aqui o nosso ministro –, relacionada a essas defesas do que pode ser feito em relação ao primeiro emprego, relacionado à manutenção das atividades escolares e às atividades de aprendizagem.

E temos também o financiamento do SUS pediátrico. Nós temos perdido leitos pediátricos; nós temos perdido os leitos de neonatologia; nós temos perdido os leitos de UTI pediátrica, e até mesmo de cirurgiões pediátricos. Ou seja, em toda a questão da rede de atenção pediátrica existe uma dificuldade e existe um subfinanciamento, e precisamos, obviamente, buscar novas formas de resolver o problema.

Nas boas práticas inspiradoras, a gente tem aí, em alguns municípios, uma puericultura ampliada, ou seja, não só a criança no período neonatal, mas também durante toda a sua primeira infância, sendo muito bem acompanhada por médicos e especialistas; e não só por médicos, mas por profissionais de saúde que ajudam e fazem todo esse apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, em alguns municípios, consultórios de rua para as crianças com vulnerabilidade em situação de rua; protocolos bem firmados de aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, com incentivo, com estímulo; e também serviços especializados na saúde do adolescente.

No nosso Conselho Regional de Medicina e no Conselho Federal de Medicina, nós fazemos as fiscalizações das unidades de saúde, levamos essas propostas, normatizamos as boas práticas médicas, combatemos o exercício ilegal da profissão – que, aliás, é um problema grave que vem acontecendo, que é a invasão sucessiva de profissionais não médicos, comprometendo a segurança do paciente, o que é mais importante. Por isso, a defesa do Conselho Federal de Medicina na boa prática médica e também no combate ao exercício ilegal da nossa profissão.

Nós temos, Senadora Damares, um programa de Educação Médica Continuada. Inclusive, lá no Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba, nós estamos treinando médicos que não são pediatras a atuarem a favor das crianças e adolescentes nas UPAs, nos postos de saúde, nos hospitais regionais, até mesmo no transporte, porque muitas vezes esse transporte precisa ser bem equacionado.

Também damos apoio a políticas públicas em relação às políticas favoráveis às crianças e adolescentes e estamos lutando pela prova de proficiência – a senhora bem sabe, a senhora recebeu inclusive nossa comitiva na semana passada. Nós precisamos ter aí um balizamento da qualidade do médico que está sendo formado. Eu tenho certeza absoluta de que todos aqui presentes e todos que nos ouvem querem ser atendidos por médicos bem formados, e a gente precisa saber a qualidade de formação desses médicos. Tal qual já existe na Ordem dos Advogados do Brasil a prova da Ordem, nós também estamos lutando para fazer a prova de proficiência pelo Conselho Federal de Medicina. Essa é uma pauta que o Congresso, este ano, espero eu que aprove, para a gente conseguir seguir na luta da melhor qualidade do ensino médico.

Próximo, por favor.

Em relação a perspectivas e recomendações, e já estou aqui encerrando, existe uma necessidade de integração intersetorial de saúde, educação, assistência, justiça social. Nós podemos potencializar algo que já é regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina, que é a telemedicina e a saúde digital, para a gente ampliar acesso especializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, eu não vou conseguir ter psiquiatra infantil em todas as unidades de saúde, não tenho essa ilusão, mas eu posso ter um centro e, através da telemedicina, eu consigo ajudar esses centros mais longínquos que não têm essa condição, inclusive até mesmo com pediatras. Imagine se, a cada grupo de dez, vinte médicos de saúde da família, houvesse a possibilidade de discutir com um pediatra que ficasse à distância, por telemedicina, fazendo uma teleinterconsulta, a melhor conduta para a criança e para o adolescente. Então, isso é uma possibilidade real e isso é normatizado pelo nosso Conselho.

Participação social de crianças, adolescentes e famílias nas decisões; dados e pesquisas. Isso é muito importante, nós temos isso como métrica, como registro único, vigilância e também financiamento vinculados a métricas, indicadores e desempenho, o que foi muito bem feito em relação inclusive ao seu Governo, que é beneficiar em relação ao desempenho, ao cumprimento de normas e o cumprimento de metas.

Como mensagem final, então, eu coloco que o CFM está à disposição para construir, fiscalizar e defender as políticas que garantam que cada direito fundamental seja respeitado e que nenhuma criança e adolescente deve esperar por cuidado.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, em nome do nosso Presidente, José Hiran da Silva Gallo, e estamos aqui sempre à disposição da senhora e do Parlamento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Bruno, muito obrigada.

Em 1990, quando o ECA estava sendo construído, eu estava aqui nos bastidores como ativista em defesa das crianças, eu vim como ativista também na Constituinte. Era uma jovem linda, correndo pelos corredores – continuo linda! (*Risos.*)

Mas a gente tinha ali naquele momento, na década de 80, início da década de 90, de fato, a fome. Aí, eu venho, 35 anos depois, ouvir um médico falar que o nosso problema é a obesidade infantil.

Vocês percebem a diferença? O que aconteceu em 35 anos? Nós temos fome no Brasil? Temos, temos muitas famílias em insegurança alimentar, mas nós temos um outro desafio hoje: a obesidade infantil, e as pessoas estão falando muito pouco sobre isto, muito pouco. Esse é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assunto de todos nós – e é assunto de igreja também, Dr. Ives, os padres e pastores precisarão abordar a obesidade infantil.

Espetacular a sua fala, doutor, mas antes de passar para o jovem Igor, eu quero cumprimentar o Conselho Federal de Medicina por uma ousada iniciativa. Prestem atenção no que eu vou falar.

O ECA é para proteger todas as crianças. Se uma criança nasce com seis meses de gestação no Brasil e ela estiver numa incubadora e alguém invadir o hospital e matar esse bebê na incubadora, essa pessoa responde por homicídio – e homicídio qualificado, a pena é altíssima.

Mas se essa criança estiver na barriga da mãe ela pode ser assassinada por assistolia fetal, e alguns dirão que é direito da mãe matar esse bebê por assistolia fetal, porque o aborto de uma criança de seis meses é por assistolia fetal. O bebê é morto na barriga da mãe – na sua grande maioria, com uma injeção –, e depois essa mãe é obrigada a parir um bebê morto. Ela passa pelo processo de parto tão somente para parir um defunto.

E o Conselho Federal de Medicina ousou proteger essa criança na barriga da mãe quando traz para o Brasil uma resolução, dizendo que nenhum médico está autorizado a fazer o aborto de criança acima de 22 semanas.

Pasmem, o Conselho Federal de Medicina tem sido criticado, perseguido; os médicos que aderiram à resolução estão sendo processados; os juízes que garantem que essa criança nasça e vá para uma incubadora estão sendo processados. Os que falam disso são violadores de direitos humanos. Mas o que divide o homicídio de um aborto é tão somente a pele da barriga da mãe. Que a gente faça essa reflexão.

Parabéns ao Conselho Federal de Medicina por proteger crianças acima de 22 semanas no ventre materno. Detalhe: há uma grande campanha no Brasil no sentido de que o bebê pode ser morto por assistolia fetal até o nono mês de gestação!

Quando falávamos isso 30 anos atrás, diziam que nós éramos profetas do caos, mas infelizmente, em nome de alguns direitos no Brasil, nós estamos violando no Brasil um direito fundamental da criança, que é o de nascer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

Eu precisava fazer esse registro ao Conselho Federal de Medicina. (*Palmas.*)

Nós agora vamos para o nosso terceiro e penúltimo expositor, que é o Igor Vieira, formado em *homeschooling* – eita, que assunto difícil de falar! –, ávido leitor, atleta enxadrista, Professor do Clube de Xadrez de Blumenau, Professor de Xadrez *online* para criança e adolescente e também Professor de Latim e Inglês.

Nesta oportunidade, o Prof. Igor Vieira vai dizer sua idade e vai falar sobre o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e na prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Bem-vindo, Prof. Igor! É um prazer recebê-lo aqui.

O SR. IGOR VIEIRA (Para expor.) – Bom, muito boa tarde a todos.

Quero agradecer aqui o convite da Sra. Senadora.

É uma honra estar aqui compondo esta mesa com o Dr. Ministro e com o Dr. Bruno.

A todos os que estão presentes aqui quero dar meu muito boa tarde; à nossa cantora; ao Sr. Richard Bryan, que está nos acompanhando *online* e vai falar depois de mim; à minha família, que me acompanha *online*; e a todos os que estão me acompanhando *online* também.

Meu nome é Igor Vieira. Eu tenho 18 anos. Eu sou um estudante formado em *homeschooling*, sou atualmente Professor de Xadrez, de Latim e de Inglês. Quero ressaltar que eu também estou na faculdade cursando Letras e História e sou, acima de tudo, fruto de uma família brasileira que ousou educar com liberdade. Eu fui alfabetizado em casa pela minha mãe e, desde cedo, cresci estudando com liberdade, com responsabilidade e com autodisciplina.

Podem me perguntar sobre a tal socialização que, para muitos, só se dá dentro dos muros de uma escola, mas eu posso dizer que a socialização é algo muito comum entre os *homeschoolers* e, muitas vezes, acaba que nós, *homeschoolers*, temos muito mais socialização do que aqueles que frequentam a escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi em casa a administrar o meu tempo de acordo com as minhas necessidades, podendo me dedicar mais às matérias que eu tinha mais dificuldade ou até mesmo empenhando mais tempo naquilo que eu sempre amei estudar. Sempre procurei aprender e buscar o saber com paixão e retidão, respeitar os mais velhos e conviver com os mais novos.

Minha mãe sempre incentivou a mim e aos meus outros seis irmãos – sou de família grande – a participar da comunidade regional da nossa amada cidade de Blumenau e, há quase uma década já, nós participamos da Biblioteca Municipal em Blumenau. E vejam só que curiosidade: durante muitos anos, a minha família foi uma das únicas que participaram lá e foi a mais participativa, inclusive. Eu e os meus irmãos somos, ainda hoje em dia, mascotes da biblioteca. É uma pena que a gente não veja tantas crianças frequentando esses lugares e espaços públicos ou então somente reservados a eventos escolares. Isso é uma pena.

Desde 2016, eu e meus irmãos somos atletas do Clube de Xadrez de Blumenau. Nós já participamos de inúmeros torneios, já ganhamos juntos mais de 300 medalhas e inúmeros troféus para nossa cidade. Neste ano, eu me formei como árbitro da Confederação Brasileira de Xadrez. Então, já desde antes, eu vinha arbitrando torneios tanto nacionais quanto internacionais, participantes de outros países. Inclusive, no ano passado – quero destacar aqui –, eu arbitrei o Parajasc de forma voluntária. O Parajasc, lá em Santa Catarina, é uma competição justamente para deficientes físicos, visuais e auditivos. Então, tive um grande contato, foi para mim uma experiência muito grande, e posso afirmar que não somente eu, mas todos os *homeschoolers* têm uma melhor capacidade de envolver e ter contato com os diferentes, de aprender a se adaptar com os nossos diferentes e com as suas necessidades.

Hoje é muito mais do que fato que eu falo com desenvoltura com crianças e jovens, com pessoas de todas as idades. Agora, inclusive, estou aqui falando com os senhores, podendo discursar aqui no Senado Federal – o que para mim é uma honra imensa – sem precisar ter passado por uma escola formal. Não sou menos cidadão por isso. Pelo contrário, eu digo que o *homeschooling* me ajudou a ser muito mais cidadão, a valorizar muito mais a nossa história, o nosso país.

Hoje, eu dou aulas para crianças do Brasil e do mundo. Já tive e tenho alunos em países como Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Espanha, México. Inclusive, em alguns desses países, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homeschooling já é aprovado. Falo latim, falo inglês, tenho conhecimentos de espanhol, alguns rudimentos de grego e atualmente estou estudando alemão e russo. Então, sou bem diversificado. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IGOR VIEIRA – Tenho 18 anos.

Muito obrigado.

Eu sou o resultado de uma educação que respeitou o meu tempo, o meu ritmo, a minha identidade. Foi graças ao *homeschooling* que eu desenvolvi a alegria de aprender, que me permitiu ser o que eu sou hoje: sou um estudante apaixonado, um poliglota, um professor e um empreendedor desde os meus 15 anos. Comecei a dar aula com os meus 15 anos, aula *online*, e aos 16 já era professor presencial lá no Clube de Xadrez de Blumenau, do qual sou participante ativo até os dias de hoje. Já recebi várias propostas de intercâmbio para estudar e trabalhar fora do Brasil. São essas experiências únicas que, talvez, se eu estivesse dentro de uma escola, eu não teria tido a oportunidade.

É uma pena que, fazendo uma reflexão aqui, a nossa nação tenha que perder jovens estudantes, com muito mais capacidade do que eu, para outras nações justamente porque, aqui dentro do Brasil, a gente ainda não tem o *homeschooling* regulamentado.

Eu não estou aqui apenas para contar a minha história. Eu quero apontar para um fato que é inegável: atualmente, milhares de famílias brasileiras estão sendo perseguidas por causa da forma como educam seus filhos, simplesmente porque têm em mente o melhor interesse da criança. Essa perseguição se sustenta, não ironicamente, em nome de uma lei que nasceu para proteger. A gente pode ver que o nosso ECA, no seu art. 3º, diz:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...], assegurando-se-lhes [...] todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso afirmar, Sra. Senadora, que eu recebi tudo isso e muito mais enquanto fui educado em casa, pelos meus pais, tendo contato com a minha família, tendo um contato muito maior com a realidade em si.

Eu quero perguntar: onde é que está toda essa liberdade quando uma família, simplesmente por querer educar com zelo e responsabilidade, por proteger os próprios filhos, é denunciada como se fosse delinquente? Onde está essa dignidade quando pais amorosos precisam se esconder para proteger os seus filhos da ingerência e da incapacidade do Estado em seguir as próprias leis? Ou, então, será que a lei só se aplica aos cidadãos de bem, enquanto quem verdadeiramente a desrespeita segue impune? Não sou uma estatística, eu sou uma prova viva de que, sim, há outros meios de educação além da escola.

E aqui eu pergunto aos senhores: teriam coragem de, olhando para mim, para quem eu sou, para o que eu faço, para tudo o que eu já fiz, dizerem que os meus pais cometeram um crime simplesmente por não terem me mandado para uma escola? Então, quer dizer que eu, simplesmente por não ter passado por uma escola, devo ser tratado como alguém à parte da sociedade? A escola é o único meio de educação válida agora? É um crime eu ter sido educado em casa pela minha própria família? É um crime eu ter aprendido em casa a ser livre e responsável?

Nós podemos ver que, em outro artigo, o próprio ECA afirma que:

> É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família [...], assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. E é exatamente isso que as famílias *homeschoolers* fazem: criam e educam seus filhos com carinho, com entendimento, com compreensão e amor. Essas coisas jamais o sistema estatal seria capaz de oferecer, nem mesmo dentro da escola. Não há melhor entendimento a respeito da criança... Ninguém melhor para entender e cuidar da criança do que o próprio pai, a própria mãe.

Então, eu pergunto novamente: por que a família vem sendo perseguida justamente por optar por uma educação que permita o desenvolvimento integral das crianças dentro do seio familiar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus caros, nós estamos em pleno século XXI, que é o século da informação, da tecnologia. É uma pena que na nossa nação ainda tenhamos que discutir algo tão trivial e normal, ou, ao menos, deveria ser normal ver o próprio pai, a própria mãe educando a própria criança. O que vemos hoje é uma contradição cruel. Uma lei que deveria proteger e garantir direitos é ainda usada para perseguir, atropelando a si própria: o estatuto que tanto fala de liberdade servindo de argumento para a intolerância à própria liberdade. O Estado, que tanto prega proteção integral, na prática, viola direitos fundamentais, inclusive os tratados internacionais de direitos humanos que explicitam a prioridade da família na escolha de como melhor educar os seus filhos.

Ruy Barbosa, o grande jurista brasileiro, já dizia em seu tempo que negar a liberdade de ensinar é o primeiro passo para escravizar uma sociedade. Vou deixar em aberto aqui a questão do porquê dessa monopolização da educação. A nossa Constituição em si garante o pluralismo de ideias e o respeito à liberdade de consciência. Jamais devemos nos esquecer de que a família é a base da sociedade e não apenas uma extensão do Estado. A solidariedade e a subsidiariedade precisam ser respeitadas. Educar os próprios filhos não é somente um privilégio; é um dever, é um direito natural. E, além do mais, é um direito humano. E ninguém, nem o poder público, nem os conselhos tutelares, nem os tribunais têm autoridade para invadir esse território sagrado da família, sem que haja risco real à integridade da criança.

Sou fruto de uma liberdade que muitos aqui ainda não compreenderam. Senhores, o *homeschooling* não é um capricho ou um devaneio. É uma realidade no nosso país, é um caminho seguro e legítimo. Não há força maior que impeça uma verdade que já encontrou morada no coração de milhares de famílias brasileiras.

Encerrando aqui, quero deixar uma palavra não de súplica, mas de justiça, porque o ECA não pode ser usado contra as próprias famílias que encarnam na realidade seus princípios mais fundamentais, principalmente o do melhor interesse da criança. Sabemos que, sim, as leis devem existir e ser aplicadas, mas o que podemos fazer quando as mesmas são usadas contra os cidadãos de bem, enquanto simplesmente se ignora a justa aplicação da lei contra quem realmente anda às margens dela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *homeschooling* é uma defesa legítima, uma defesa que somente uma família unida e amorosa pode proporcionar à sua prole. É a melhor garantia de que o melhor interesse da criança será buscado e aplicado com segurança, com responsabilidade e, acima de tudo, com amor.

Nós temos aqui nesta Casa, no Senado Federal, o PL 1.338, de 2022, que inclusive visa a regulamentar o *homeschooling*. Ele altera esses pontos no ECA e na LDB, reconhecendo essa opção dos pais para cessar a atual perseguição contra a liberdade educacional familiar.

O *homeschooling* é uma realidade no Brasil há muito tempo e eu posso garantir que é pela formação que obtive dos meus pais e de todos com os que tive contato por essa educação que os meus pais proporcionaram a mim que estou hoje aqui. O *homeschooling* é uma forma segura, legítima de educar e nenhum pai, nenhuma mãe toma a decisão de fazer *homeschooling* se não tiver os próprios meios para fazer o *homes*chooling.

Não é qualquer um que vai tomar essa decisão, justamente porque exige mais esforço, exige mais responsabilidade por parte dos pais, e, inclusive, isso ajuda a formar um cidadão íntegro, um cidadão responsável, com segurança e dignidade.

Reforçando aqui: o *homeschooling* é uma realidade no Brasil há muito tempo, como eu já disse, e, além disso, o *homeschooling* é imparável.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Igor, você nos tirou o fôlego aqui, não foi, doutor?

Além de tudo que você é, você tem que acrescentar no seu currículo que você é o genro que toda mãe quer. (*Risos.*)

Inclusive eu.

Igor, obrigada. Obrigada pela forma como você trouxe a situação em que estão as famílias *homeschooling* no Brasil. E a minha preocupação é que esses meninos sofrem preconceito, discriminação, e as famílias são perseguidas. E, ao você vir aqui, a esta audiência, e trazer esse direito da família e do adolescente de ser formado em casa, eu acho que a gente abre nesta Comissão um outro debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei já passou na Câmara – foram anos de debate. Passou na Câmara, mas está há alguns anos parado no Senado Federal. É hora de a gente rever o ensino domiciliar. Para quem não sabe, *homeschooling* é o ensino domiciliar.

Nesse sentido, está presente – eu sei que está presente hoje – a Fernanda Fernandes. Ela está aqui? Não? (*Pausa.*)

Ah, desculpa. O Sr. Carlos Reis, Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), quer fazer a entrega oficial do relatório das Nações Unidas que reconhece a educação domiciliar, o *homeschooling*, como modalidade segura e válida para o processo educativo de crianças e adolescentes.

Nós gostaríamos de receber o seu relatório. (*Pausa.*)

Eu solicito à Secretaria que faça um encaminhamento deste documento para a Comissão de Educação do Senado, onde está dormindo, em berço esplêndido, o projeto de lei que autoriza o *homeschooling* no Brasil.

Neste sentido, eu quero fazer um registro – nós estamos indo já para o final da nossa audiência –: a Profa. Ana Beatriz, chefe da assessoria Cultura de Paz da Secretaria de Educação do DF, é uma parceira em muitas das nossas lutas. Obrigada. Eu a chamo de Bia. Obrigada, Profa. Ana Beatriz.

Está conosco o Major PM Herbert Bezerra? (*Pausa.*)

Precisou sair.

Ele é do Batalhão de Policiamento Escolar, nosso Batalhão de Policiamento Escolar no DF. Ele é extraordinário, eu sou apaixonada por ele.

Está conosco a Primeira-Tenente Roberta Cuni, encarregada de projetos sociais da Marinha, inclusive o Profesp, todos os outros. Obrigada por estar conosco. Minha paixão pela Marinha não é nada tímida, tá?

Estão conosco Marlon Pevidor, Diretor Executivo da Davi Educação Cristã Clássica; Amanda Vargas, ex-conselheira tutelar e membro do Instituto Se Liga Irmã; Surineide Cruz, Diretora da Associação Educacional Menino Jesus – obrigada, irmã, obrigada. Também a Sonia Lucia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Associação Amigas da Solidariedade; Isadora da Costa, Conselheira Tutelar da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB, também membro da Comissão – obrigada, Doutora, por estar com a gente –; a Elka Cristina, Coordenadora do Conselho da Anec – acho que ela precisou sair. A Anec está aqui? Anec! Para quem não sabe, a Anec é a Associação Nacional de Educação Católica, do ensino católico. Obrigada, irmã, por estar conosco. Um abraço a todos da Anec. E a Fernanda Fernandes, que precisou se ausentar.

Eu quero destacar também que nós não temos só um escritor no auditório, nós temos vários escritores. Um deles é o Junoca, que está ali. Junoca, que está desde cedo no Senado, veio participar da sessão solene de aniversário da Lei Brasileira de Inclusão, é autor desta obra. Gente, depois vocês deem um abraço no Junoca. O Junoca escreve com os pés. Ele tem uma deficiência, ele é uma pessoa extremamente encantadora, de uma inteligência incrível, mas ele escreve os seus livros com os pés.

Junoca, obrigada por estar aqui. Nós também estamos preocupados com a educação das crianças com deficiência. Aqui na mesa tem uma pessoa defendendo *homeschooling* como modalidade de ensino, mas tem uma Senadora que defende as escolas especiais. (*Palmas.*)

Nós não aceitamos, no Brasil, o fim das escolas especiais. É uma modalidade de ensino que precisa ser fortalecida, e não abolida, no país. Também defendo as escolas cívico-militares, que também são uma modalidade de ensino... Não são nem uma modalidade de ensino, mas de disciplina e de organização do ambiente escolar.

Obrigada a todos vocês, e, Junoca, é uma alegria tê-lo conosco nesta audiência.

Nós agora vamos para o nosso último expositor, que está *online*, e nós o estamos aguardando com ansiedade. Nós vamos ouvir Richard Bryan.

Eu falei certo, Richard, o seu sobrenome?

O SR. RICHARD BRYAN (*Por videoconferência.*) – Falou, falou.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ver o Richard. Ele está *online*. Ele é um adolescente empreendedor, um jovem empreendedor visionário. Richard destaca-se por sua iniciativa e capacidade de inovação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, ele ensina como empreender. Sua experiência como adolescente à frente de projetos proporciona uma perspectiva única sobre os desafios e oportunidades que os jovens enfrentam hoje.

Richard, seja bem-vindo a esta audiência. Nós estamos ansiosos para ouvi-lo.

O SR. RICHARD BRYAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Boa tarde, Senadores e todos os presentes; boa tarde a quem compõe a mesa junto comigo; boa tarde a quem está assistindo também.

É uma honra estar aqui hoje diante de tantas autoridades na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, no momento tão importante de celebração dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu venho para falar não apenas em meu nome, mas em nome de milhares de adolescentes brasileiros que, como eu, têm sonhos, ideias e, principalmente, a vontade de transformar o futuro.

Meu nome é Richard Bryan, eu tenho 14 anos, sou um estudante, pequeno empreendedor e influenciador digital. Eu também sou a voz de uma geração que não quer mais ser vista como mera espectadora, mas como protagonista de sua própria história.

Comissão, vocês conseguem passar o vídeo para mim, por favor? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esse vídeo tem milhões de acessos, gente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. RICHARD BRYAN (*Por videoconferência*.) – Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Richard. Estamos ouvindo.

O SR. RICHARD BRYAN (*Por videoconferência*.) – Então, vou continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui para pedir algo simples: que nos permitam empreender com liberdade, responsabilidade e com o apoio das nossas famílias e nossas escolas.

O que me trouxe até aqui não foi apenas o desejo de realizar, mas a necessidade de provar que ideias e soluções não têm idade; elas têm propósito, têm determinação e, acima de tudo, têm a juventude como combustível. E os fatos não mentem: 13% dos empresários de hoje começaram antes dos 18 anos; 41% dos adolescentes consideram empreender como uma opção para o futuro. E não podemos negar: os adolescentes estão criando, inovando e desenvolvendo soluções que em muitos casos são mais avançadas que as propostas por adultos.

Se permitimos que crianças estejam na mídia, em novelas, se aceitamos que elas façam propagandas e passarelas, por que não permitir que um adolescente empreenda? Se uma criança cumpre com o dever de estudar, obedecer os pais, ela também deveria ter o direito de empreender.

Não estamos pedindo para quebrar regras, estamos pedindo para que as leis acompanhem a realidade de uma geração que já nasceu conectada ao mundo, com acesso às novas tecnologias e ao poder da informação. Estamos aqui para trazer a voz dos jovens, para fazer parte da construção de um futuro mais justo, mais seguro e mais produtivo para todos. O futuro é nosso e ele começa hoje, com oportunidades que, se bem aproveitadas, podem transformar o Brasil de amanhã.

Como empreendedor, eu aprendi desde cedo que a verdadeira educação não está apenas dentro das quatro paredes da escola. A educação está na prática, na experiência, no aprendizado constante. E é esse aprendizado que queremos que seja reconhecido. Empreender é educar. Quando o adolescente começa a empreender, ele não está apenas ganhando dinheiro, ele está aprendendo a se comunicar, a resolver problemas, a estudar com propósito, a assumir responsabilidades, e o mais importante: ele vai se afastar das drogas, da violência e da alienação.

Eu vivi isso. Quando eu tinha cinco anos, comecei a vender água de chuveiro na porta de casa. Pode parecer até engraçado, mas aquele foi o meu primeiro negócio. Tanto que minha mãe até me perguntou: "Nossa, filho, água de chuveiro? Todo mundo tem isso em casa". Eu respondi para ela: "Sim, mãe, mas ninguém tem água do meu chuveiro". Aos 11 anos, mesmo sendo repreendido, eu tentei vender geladão *gourmet* para comprar um *tablet* e ser youtuber. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fui ameaçado de ser denunciado ao conselho tutelar por alguém que achava que eu estava vendendo mais do que ela. Eu tive medo e travei, mas a minha vontade de realizar algo grande não morreu. Aos 13 anos, vendi paçoca na rua e com o dinheiro comprei um celular melhor. Foi aí que eu gravei meus vídeos e minha voz finalmente foi ouvida.

E não importa o que dizem, o que importa é o que fazemos com nossa vontade e nossa determinação. E é aqui onde entra o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele foi uma conquista importante, lógico, porque ele protege, ele nos orienta, ele garante os nossos direitos, mas, depois de 35 anos, é a hora de adaptá-lo para novas realidades.

O mundo está mudando e os jovens também estão mudando. Nós não somos mais a geração do futuro, nós somos a geração do presente e nossa voz precisa ser ouvida. Eu defendo o movimento nacional de adolescentes empreendedores, um movimento que ajude a formar bons filhos, bons alunos, bons cidadãos, mas também que ajude a construir um Brasil mais justo, com mais oportunidades, com mais soluções, um Brasil onde os jovens não sejam apenas espectadores, mas também solucionadores de problemas.

E, para aqueles que dizem que jovens como eu não têm maturidade para empreender, eu pergunto: o que dizer de Thomas Edison, que foi expulso da escola e considerado atrasado mental, mas que, com o apoio de sua mãe, tornou-se um dos maiores inventores da história? E o que dizer dos jovens empreendedores do mundo todo que, com visão e propósito, estão revolucionando o mercado e criando soluções inovadoras? A verdade é que o sistema educacional pode falhar, o sistema tradicional pode falhar, mas não podemos deixar que os sonhos e os talentos da juventude sejam esmagados por essas falhas. Se houver apoio, impulso e oportunidade, a juventude pode transformar não só sua vida, mas também a vida de toda a sociedade.

Senadores e Senadoras que estão presentes aqui e todos que estão assistindo, nós adolescentes somos imparáveis, somos prontos para empreender, criar, inovar, e o que pedimos é que vocês nos apoiem, nos deem espaço para o nosso protagonismo. Não queremos regras quebradas, queremos que a lei evolua com a realidade, que reconheça o nosso potencial e nos ajude a construir um futuro que sonhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado à Senadora Damares Alves, à Comissão de Direitos Humanos e a todos que acreditam no poder da juventude brasileira. Nós somos o presente e estamos prontos para fazer a nossa parte. Nós somos imparáveis, o *start* de uma geração empreendedora.

Muito obrigado e boa tarde. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Oi, Richard, coisa mais linda!

Gente, por que a gente trouxe o Richard? Porque essa família tem sido perseguida. Os pais estão sendo todo o tempo notificado pelo conselho tutelar, pela comunidade, pela polícia.

Ele gravou um vídeo espontâneo, longe dos pais, e esse vídeo dele tem milhões de acesso, em que ele diz: "Eu não estou sendo obrigado a vender. Eu quero ganhar o meu dinheirinho, eu quero ser um empreendedor". E vocês observaram que ele tem um percurso feito, próximo de casa, próximo da escola. A família não é uma família que precise que ele trabalhe, mas ele quer, desde muito cedo, trabalhar.

E aí é esta a abordagem que a gente quer fazer: a de um menino de 14 anos que está nas comunidades, muitos deles, carregando um rifle. Ele só quer carregar a cestinha de doce dele com segurança. E aí? Esse menino de 14 anos que está lá na comunidade, que está trabalhando na comunidade... Nós temos, inclusive, medidas judiciais em que a polícia não pode ir lá, em algumas comunidades, ver o menino de 14 anos com rifle. Mas a gente tem medidas hoje, garantidas pelo ECA, de que o Richard não pode vender o docinho dele na rua da casa dele.

E nós temos um ministro do Superior Tribunal do Trabalho aqui. Nós não lhe trouxemos para lhe constranger, Ministro. Mas o apelo do Richard, o apelo do Igor, e de tantos outros jovens que estão prontos para empreender, que estão prontos para avançar, é que... O nosso ECA está correspondendo à realidade dessa geração que já nasce pronta e com altas habilidades?

E aí nós vamos para as considerações finais desta audiência.

Vamos devolver, então, a palavra ao Dr. Ives para as suas considerações finais e agradecimento, lembrando, Dr. Ives, que, quando Ministra... Toda vez que a gente fala do trabalho infantil, a gente só vai lembrar do menino da carvoaria, do cortador de cana ou do menino lá do sinal de trânsito, mas eu fui surpreendida, doutor, com uma nova modalidade, aí, sim, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração do trabalho do adolescente e da criança: meninos eram contratados para jogar nos jogos *online*, porque os adultos não sabiam mudar de nível. Os pais começaram a receber créditos em suas contas, em seus cartões e não sabiam de onde vinham os créditos, daí um pai conversou com um, conversou com outro. Em uma cidade, os adultos ficavam jogando, mas não sabiam mudar de nível; então, contratavam adolescentes de madrugada. Os pais achavam que eles estavam dormindo no quarto ao lado, mas estavam trabalhando *online*. E a gente tem visto hoje, inclusive, meninos com 10 anos, com 11 anos sendo contratados dentro de casa, aí, sim, numa exploração, não com a autorização dos pais, mas escondidos. Então, nós temos outras modalidades hoje no Brasil de exploração do trabalho da criança e do adolescente.

Depois que o senhor ouviu o Richard, depois que o senhor ouviu o Igor falando que dá aula já há muitos anos – ele tem 18 anos e já dá aula há muitos anos de xadrez –, nós estamos prontos para fazer uma rediscussão sobre esses meninos terem o direito de, com segurança, talvez em casa, no mundo *online*, trabalhar? Nós estamos prontos para liberar a Dani para cantar? Nós estamos prontos para liberar as pequenas atrizes para atuarem? E aí, doutor?

Não queremos constrangê-lo, mas o senhor tem aí mais cinco minutos para suas considerações finais e para a sua abordagem e agradecimento.

O SR. IVES GANDRA MARTINS FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora Damares.

Eu saio daqui levando grandes mensagens e saio daqui tendo aprendido também muito.

O que eu gostaria de lembrar aqui, que eu acho que é fundamental e muitas vezes nós esquecemos, é que, na minha Justiça, no meu tribunal e no Brasil, um dos princípios básicos – e eu pego da doutrina social cristã, mas serve para toda a atuação do Estado no domínio econômico e em outros domínios – é o princípio da subsidiariedade.

A intervenção do Estado é sempre subsidiária; ou seja, aquilo que sociedades menores puderem fazer para a promoção do bem dos seus integrantes não cabe ao Estado substituir. O direito à educação é primordial das famílias. Então, aquilo que a família, a empresa, o sindicato, as igrejas, as associações possam fazer pelo bem dos seus integrantes não cabe ao Estado substituir, cabe ao Estado apoiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo nas relações de trabalho... O princípio básico da última reforma trabalhista era prestigiar, fundamentalmente, a negociação coletiva. Se a empresa e o sindicato se acertam, por que a Justiça do Trabalho tem que intervir e o Estado tem que intervir?

Aqui, o depoimento sobre *homeschooling*, para mim, foi um dos mais importantes, e esse depoimento também de um jovem empreendedor. E o Estado dizer para cada um de nós: "eu sei melhor o que é bom para vocês do que vocês mesmos", quando o sistema está funcionando?

Eu vejo, no meu tribunal, quantas vezes sindicato e empresa estão lá diante da nossa sessão, o advogado das duas partes pedindo para manterem uma negociação coletiva, porque eles chegaram à conclusão de que era a melhor forma de compor as condições de trabalho em um determinado segmento, e vem o Ministério Público e a própria Justiça dizendo: "Olhem, vocês não sabem o que é bom para vocês". Nós sabemos!

Nós sabemos perfeitamente que o *homeschooling*, hoje, tem sido um caminho de se preservarem valores e se preservarem ideais, quando muitas ideologias acabam contaminando a própria educação. Eu mesmo colaboro com alguns grupos de *homeschooling*, em grupos de leitura, ajudando ou coordenando, e, às vezes, a preocupação é a de que não é muito bom divulgar, porque há essa perseguição. Pelo amor de Deus, nós temos que regulamentar para ontem o *homeschooling*! Essa matéria, que está aqui no Senado já tinha que ter sido regulamentada há mais tempo.

Eu vejo também o vídeo que achei interessante... Do Bryan, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Richard Bryan.

O SR. IVES GANDRA MARTINS FILHO – O que o Richard procurou mostrar no seu dia a dia? Que ele tem tempo para estudo e ele tem tempo para brincadeira, mas ele quer também fazer alguma coisa a mais. Em vez de passar o tempo todo, às vezes, no ócio, sem saber o que fazer, ou no vício, está lá empreendendo.

Eu sei que está tramitando, aqui no Congresso – não sei em que nível se encontra –, um projeto de lei que coíbe o acesso à pornografia a crianças e adolescentes. Tem que se identificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e colocar a idade para não ter acesso a uma das piores coisas que nós temos hoje, em termos de acesso da criançada. Então, tudo isso aí precisava de regulamentação para ontem.

Então, eu agradeço o convite, não só para dizer um pouquinho a minha experiência, mas principalmente para ouvir. Fiz questão de ficar até o final, exatamente para também levar para a minha esfera essa experiência. E espero, sinceramente, que desta audiência surjam muitos frutos, em termos legislativos, para dar marcos regulatórios nestes dois segmentos, do *homeschooling* e da questão da proteção contra a pornografia das crianças, e em todos esses elementos que nós temos, por exemplo, na regulamentação do trabalho educativo, que até hoje não saiu do papel.

Então, ficam aqui os meus parabéns à Senadora Damares, à nossa jovem cantora, aos nossos jovens aqui, uns jovens há mais tempo, outros jovens há menos tempo, mas todos jovens preocupados com essas situações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Ives. Obrigada.

É uma audiência, gente, para o início de um debate. Ninguém aqui está dizendo que as crianças vão para a rua vender docinho, tá? (*Risos.*) Nós estamos abordando essa geração de meninos com altas habilidades: nós vamos atender às necessidades dos meninos com altas habilidades ou nós vamos – foi o tema do Bryan – jogá-los à ociosidade e à perda de talentos?

Nós vamos ouvir agora as considerações finais e o agradecimento do Dr. Bruno.

Dr. Bruno.

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Primeiro, eu agradeço o convite, a oportunidade de estar aqui e, como disse bem o Ministro, de aprender bastante com os debatedores e com a experiência desses jovens que são realmente espetaculares em tudo aquilo que fazem, e sempre com a ponderação madura de sua fala. É muito importante trazer também essas ponderações maduras, para entender que os casos precisam ser vistos individualmente, para não se generalizar, não se ter generalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista médico, muito mais do que tratar doença, o médico, na verdade, deve promover saúde. E saúde, como já bem diz a nossa Organização Mundial, é o bem-estar físico, mental e social. Infelizmente, nós hoje temos uma quebra grande, apesar de todas as proteções do nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, desse bem-estar físico, mental e social.

Do ponto de vista físico, é combater não só algumas doenças endêmicas, mas também doenças crônicas não contagiosas, como, por exemplo, a própria obesidade, como a gente já vem falando... Quero lembrar que a obesidade também é um tipo de desnutrição. A gente sempre pensa na desnutrição como a magreza acentuada, mas, a partir do momento em que eu não tenho nutrientes em qualidade suficiente, muito embora eu tenha aí sobrepeso ou obesidade, isso também é um tipo de desnutrição que a gente precisa combater urgentemente, até porque, a partir dela, se tem outras tantas doenças metabólicas ou não, como diabetes, hipertensão. Inclusive, na pediatria, Senadora, a gente trata muito de um capítulo especial que são as doenças da criança, que, se não tratadas, viram doenças em potencial, um adoecimento de toda a sociedade na vida adulta. Então, eu preciso prevenir as doenças do adulto a partir da prevenção das questões relacionadas à saúde da criança.

E, do ponto de vista de saúde mental, nós temos muito mais do que uma urgência em tratar do assunto, em entender o quanto a violência tem impactado, de forma negativa, não só a qualidade de vida, mas também a própria vida das crianças e dos adolescentes. E o nosso novo momento, com o *cyberbullying* e com a questão da intoxicação digital, precisa ser ponderado e ser combatido de uma forma absolutamente urgente, senão a gente vai perder absolutamente o controle.

O Conselho Federal de Medicina é um parceiro de todas as horas, não só para esse tema, mas também para todos os demais. Sempre que a senhora nos convocar, pode ter certeza de que estaremos aqui com grande prazer, porque aqueles temas que a senhora traz, não só nesta Comissão, mas também nas demais, sempre são de grande relevância para o nosso país, para a nossa população de uma forma geral.

Então, muito obrigado mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leve meu abraço ao Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Dr. Hiran. É um prazer recebê-lo aqui.

Para considerações finais, o genro do ano... (*Risos.*)

... o Igor Vieira, para agradecimentos e considerações finais.

O SR. IGOR VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sra. Senadora.

Agradeço novamente o convite, para mim é uma honra imensa estar aqui; a todos os presentes, também.

Como consideração final, quero apenas ressaltar que o *homeschooling* é uma opção, é uma opção não somente de educação, mas é uma opção de vida; é uma opção que ajuda a conectar famílias que muitas vezes, por motivos sociais, às vezes vivem afastadas, filhos órfãos de pais vivos, dentro de suas próprias casas, que são situações que a gente vê muito recorrentemente na nossa sociedade; é uma opção justamente que une famílias, une famílias que trazem maior integridade, melhor desenvolvimento da criança em si.

Quero agradecer também a participação do Richard, que, para mim, lembrou coisas muito importantes para minha geração, a chamada geração Z, que é uma geração que já é presente, está mostrando seus primeiros passos, eu inclusive sou fruto dela. Quero lembrar que nós, jovens, temos muita capacidade e que nós, no futuro, seremos os Senadores que ocuparão os lugares aqui nesta Casa, os futuros Presidentes, Governadores, Prefeitos. Então, se não há uma boa base na formação da nossa geração, inclusive da geração que está por vir ainda, nós não poderemos ter um futuro garantido para a nossa própria nação. Então, é necessário que se regulamente, que se ponham em prática boas obras e boas leis, para que possamos dar uma melhor dignidade, para que os jovens cresçam sem precisar se preocupar, que haja integridade em suas ações, suas atividades, essa volatilidade no nosso poder agir, nessa capacidade, esse incentivo à capacidade dos jovens, que muitas vezes acaba sendo restringido justamente por uma má interpretação das leis ou pela inexistência delas.

Então, quero deixar reafirmado aqui que o *homeschooling* é uma opção, é uma opção justamente pelo melhor interesse e desenvolvimento da criança, e é um movimento que é imparável. Nós, jovens, somos imparáveis. O *homeschooling,* em si, é imparável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, Igor.

Eu quero, por cinco minutos, devolver a palavra para o Richard para considerações finais e agradecimento.

Richard, está *online* ainda?

O SR. RICHARD BRYAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou, estou sim.

Primeiramente, eu queria agradecer à senhora, Senadora Damares. Foi muito do nada que chegou o seu convite e eu gostei bastante, foi muito gratificante para mim. Queria estar presente, não consegui. Da próxima vez, se Deus quiser, eu vou estar.

Eu só queria deixar a fala de que nós, adolescentes, temos sonhos, nós temos objetivos e não podemos parar por conta disso. A gente tem que colocar isso em prática.

Eu, por exemplo, eu apoio muito o empreendedorismo, muito, ainda mais se a pessoa é jovem, por conta de que vai ajudar a se desenvolver. Eu, por exemplo, me desenvolvi muito. Eu era um cara que era muito tímido, era muito calado, tinha vergonha de falar em público e isso me ajudou, isso me deu mais liberdade. Eu aprendi a falar com as pessoas, aprendi a fazer vendas... Hoje, se você me der uma coisa para vender, eu sei vender. Então, eu queria agradecer a atenção que vocês estão dando.

Queria agradecer o Igor por ter me parabenizado. Um dia eu quero ser tão inteligente quanto esse cara. (*Risos.*)

Porque, se quem está assistindo não percebeu, ele nunca foi para a escola e aprendeu e sabe de tudo isso. Então, eu, indo pra escola, quero saber tanto quanto ele, para saber, ser inteligente, porque não basta só saber vender, saber empreender: precisa ter escola, precisa ter família.

Então, desde já eu agradeço a Deus pela oportunidade – eu nunca imaginei estar aqui. Quero agradecer aos meus professores, quero agradecer aos meus pais, porque eles que me ajudam a ficar cada vez mais batalhando, vencendo. Quero agradecer aos meus avós, meus tios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão me assistindo. O pessoal está mandando mensagem para os meus pais, parabenizando-os, e isso é muito gratificante para mim.

Então, Deus abençoe a cada um.

Meus professores estão todos muito alegres de eu estar aqui fazendo esta participação com vocês. Então, eu queria agradecer a eles também, porque, acima de tudo, eles me ensinam e me ajudam na minha vida mesmo. Eu só sei o que eu sei por conta dos meus professores, dos meus pais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Você emocionou a todos nós, Richard. Sucesso! Quem não segue o Richard comece a seguir a partir de hoje. Queremos vê-lo muito rico, muito próspero, empreendendo, gerando riquezas, gerando emprego nesta nação.

Parabéns, Richard! E parabéns à toda a rede de proteção que está em sua volta, à sua família. Vocês perceberam que ele fez questão de destacar a rede de proteção dele.

Está no Plenário, para a nossa alegria, a Deputada Distrital Paula Belmonte, essa mulher que luta pela primeira infância e sempre que possível está aqui com a gente. E está também, com a gente, o Diego Vieira, pai de sete filhos. Cadê o Diego? Sete filhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pai do Igor e Presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina. Obrigada, Diego. Você tem um filho brilhante. Parabéns pela forma como vocês educaram o Igor.

Nós vamos ouvir por três ou quatro minutos a nossa Deputada Paula Belmonte, comemorando, Paula, os 35 anos do ECA. Depois da Paula, tem uma mãe que insistentemente está levantando a mão. Eu vou dar três minutos a ela, e a gente encerra a audiência, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PAULA BELMONTE (Para expor.) – Presidente Damares, Presidente Dr. Bruno, Dr. Ives Gandra, Prof. Igor, eu quero dizer da minha alegria, eu estava numa solenidade, na vara da criança e do adolescente, também fazendo este registro da importância do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), reforçando a nossa Constituição Federal, que é prioridade absoluta. Eu me sinto muito honrada de estar aqui.

O senhor falou que é pai de sete, eu sou mãe de seis e fico muito honrada de nós estarmos aqui valorizando as nossas crianças, mas também os nossos adultos, porque o ECA, Dr. Ives Gandra, está fazendo 35 anos, quer dizer, é um marco dentro da nossa Constituição Federal para regular o que temos na Constituição Federal, dizendo que a criança é prioridade absoluta, no art. 227.

O Richard é um menino de superdotação, vamos dizer, de altas habilidades, e aqui em Brasília nós temos um trabalho para que a gente possa valorizar essas crianças. Todas as crianças falam... Muitas vezes, quando os pais falam das crianças com altas habilidades, não é só alegria, também traz sofrimento e é por isso que a metodologia de ensino tem que ser diversa.

Hoje nós temos escolas... Eu sou fruto de escola pública, eu sei que hoje nós temos escolas dentro da rede pública que têm uma metodologia diversificada e é importante que a gente tenha isso como liberdade da nossa sociedade. Vocês estavam falando aqui sobre o *homeschooling*, eu tive a honra, como Deputada Federal, de votar essa lei para que se possa dar garantia aos pais para que o *homeschooling* não seja algo perseguido, principalmente pelas famílias.

O ECA – estávamos agora falando na vara da criança e do adolescente – na realidade tem que ser um compromisso da sociedade, do Poder Legislativo, tem que ser do Poder Executivo, tem que ser da nossa sociedade civil. Ele tem que ser do Poder Executivo!

E quando falamos das crianças e dos adolescentes, nós estamos falando de prioridade absoluta, que isso perpassa por políticas públicas... pequenas não, grandiosas, como, por exemplo, acesso à escola, mas acesso à água potável, acesso ao saneamento básico.

A gente não pode crescer uma cidade e não ver quando nós temos aqui... Acesso à creche, acesso a uma educação, acesso, sim, à nutrição, a falar, sim, de não sexualização das nossas crianças. Por exemplo, planejamento familiar: como é que nós estamos planejando as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias, famílias muitas das vezes desestruturadas? A senhora chamou a atenção da fala aqui do Richard porque é fundamental: há família nesse processo. Como é que a gente vai cuidar das nossas crianças e dos nossos adolescentes, se o pai e a mãe dessas crianças não estão sendo educados e cuidados?

Então, cada vez mais, é importante reforçarmos que o ECA é um marco regulatório que vem sendo aprimorado nesses 35 anos, e nós sabemos dessa importância do aprimoramento por conta da nossa sociedade, mas, principalmente, faz com que a gente reforce essa rede de direitos e deveres também, porque a criança tem o direito de ter acesso à escola, mas tem o dever de ir à escola ou ter acesso a uma educação.

Fica aqui o nosso registro, Senadora Damares. Quero dizer da minha admiração à senhora, dizer que eu reconheço na senhora que, aqui no Senado Federal, nós estamos tendo muitos avanços nessa pauta da criança e do adolescente, o que para muitos, Senadora, é falar de política "café com leite", dizer que não é política séria, como a Senadora reconhecida como uma mulher que defende a primeira infância, defende a nossa criança e o nosso adolescente, a Deputada que defende aquelas crianças lá, mas nós estamos falando é do futuro, nós estamos falando do desenvolvimento do nosso país – esta é a política mais séria que temos.

Então, parabenizo a senhora por enfrentar! Não só enaltecer o trabalho da educação, saúde, acesso das nossas crianças, mas enfrentar quem tenta destruir a infância; hoje é dia de comemoração e eu não vou trazer coisas tão tristes que a gente fica sabendo.

E quero só aproveitar essa oportunidade... Todas as vezes que eu estou presente em uma solenidade com o Dr. Ives Gandra, eu tenho a honra de dizer que o meu primeiro cidadão honorário do Distrito Federal... quando eu indiquei a primeira pessoa, como Parlamentar, eu indiquei o Dr. Ives Gandra; para mim é uma grande honra ter entregado a esse grande cidadão honorário de Brasília, que nos faz... porque Brasília tem o senhor como um cidadão brasiliense.

Muito grata e que Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputada Paula. Você é parceira, amiga. A infância no Brasil te agradece muito por tudo o que você fez no Parlamento, aqui no Parlamento federal, e está fazendo lá no distrital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem aqui na mesa o Diego com sete filhos, na primeira fileira, você com seis, mas o Dr. Felipe Brondani, do Conselho Federal de Medicina, eu soube que tem cinco filhos. É isso, doutor? Tão jovem e já pai de cinco filhos. Que Deus te abençoe.

Se alguém tiver mais de sete filhos aí, por favor, se manifeste.

Nós vamos ouvir, para encerrar... Nós estamos aqui no Plenário também com as mães crecheiras, essas mães que cuidam de crianças lá na Estrutural, essas mulheres que merecem todo o nosso respeito e admiração.

Por três minutos, Janaína Souza Dias, Amigas da Solidariedade.

A SRA. JANAÍNA SOUZA DIAS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigada pela oportunidade da usar a palavra.

Bem, eu sou mãe de um adolescente de 13 anos que faz o 8º ano e nunca repetiu de ano. Eu sou viúva recentemente, vai fazer quatro meses, e a gente se viu numa situação complicada porque o meu esposo era o provedor da casa. Desde que eu me entendo por gente, a minha mãe sempre me ensinou o valor do trabalho. Nunca me prejudicou na escola. Sempre tive o horário certinho de escola, o meu tempo de escola, o meu tempo de brincar, e é o mesmo que eu ensino para os meus filhos. Tenho uma filha de 20 anos que eu também criei do mesmo jeito que minha mãe me criou.

Hoje, a gente se vê numa situação difícil por a gente ter perdido um membro da família muito importante. (*Manifestação de emoção.*)

Perdão pela emoção.

O meu filho de 13 anos se viu... Do nada ele virou para mim e falou: "Mãe, eu sou o dono da casa, eu vou fazer o que o meu pai sempre me ensinou, que é ser homem".

Não forcei meu filho a nada, a trabalhar. Sempre ensinei a ele que o trabalho, sim, é importante, mas ele preferiu trabalhar. A gente tem uma loja na Estrutural onde a gente mexe com máquinas de lavar e bomba de água. Ele está sempre presente comigo dentro da loja, desde que respeite o horário de escola, porque ele tem que ir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, recentemente eu fui notificada pelo conselho tutelar por estar escravizando o meu filho de 13 anos, sendo que eu nunca forcei ele a nada, sempre ensinei que ele tem os direitos dele. E é isso.

Hoje ele fala para mim que não vai deixar de me ajudar, que não vai deixar de trabalhar por conta do conselho tutelar não aceitar isso. É igual ao que ele falou, questionando o conselheiro: "Eu prefiro trabalhar junto com a minha mãe, onde eu não sou forçado a nada, a estar na rua matando, roubando e fazendo o que não presta, usando droga. É isso que vocês querem? Vocês querem é isso? Então, eu vou começar a fazer. Eu só não vou fazer porque eu tenho respeito à minha mãe e ao meu pai".

Muito obrigada pela palavra. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Janaína. Obrigada.

Que Deus a abençoe no seu luto, que você seja confortada. E parabéns por ser essa mãe guerreira!

Nós vamos chegar ao final desta audiência, mas é claro que a gente não pode... Tivemos muita participação da internet, muitas perguntas, a maioria já foi respondida durante a exposição, mas a gente vai encerrar agora, novamente, com Dani Harumi.

Deputada Paula Belmonte, se prepare para chorar e para sorrir. Ela nos brindou, no primeiro momento, com a canção A Paz e agora vai nos brindar com duas canções: O Caderno e É Tão Lindo. Com vocês, a finalista do The Voice Kids, de 2023.

(Procede-se à execução da música O Caderno.) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dani Harumi!

A Dani tem rede social, mãe? – Dani Harumi, a mãe da Dani está conosco. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a audiência, ouvindo É Tão Lindo. Mais uma música: É Tão Lindo.

(Procede-se à execução da música É Tão Lindo.) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Dani, não cresça – não cresça! (*Risos.*)

Agradeço a presença de todos.

Que Deus abençoe as crianças do Brasil!

Que venham mais 35 anos do ECA!

E declaro encerrada esta sessão.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcio Bittar, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 66/2025 - CDH, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 67/2025 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 68/2025 - CDH, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Discutir o Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, que "dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas". Participantes: Antônio Denarium, Governador do Estado de Roraima; Lisio Lili, Presidente do Conselho Municipal de Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande – MS - Terena; Alessandra Munduruku, Representante de Articulação dos Povos Indígenas - liderança indígena do povo Munduruku, ativista pelos direitos dos povos originários e pela proteção da Amazônia; Bruno Potiguara, Diretor do Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas; Raimundo Guajajara, Empreendedor da etnia Guajajara; José Lucas Lemos Duarte, Cacique Indígena do Clã Bohsokahperi do Povo Tukano Presidente da Cooperativa indígena de extrativismo de recursos naturais e minerais e Diretor Executivo do agroindígena do Estado do Amazonas; e Silvia Waiãpi, Deputada federal. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 66, de 2025, de autoria do Senador Rogério Carvalho; do Requerimento nº 67, de 2025, do Senador Humberto Costa; e do 68, da Senadora Augusta Brito.

Todos os requerimentos subscritos por esta Presidência com a finalidade de instruir o PL 6.050, de 2023, que dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211 – eu vou repetir o telefone: 0800 0612211. Essa ligação não tem custo algum.

Nós teremos hoje, como convidados e debatedores sobre o tema, a quem eu chamo para já compor a mesa comigo, a Deputada Federal Silvia Waiãpi, Deputada Federal pelo PL, do Estado do Amapá. Muito bem-vinda, Deputada. Obrigada por ter aceitado o convite. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estará conosco, ainda, Bruno Potiguara, Diretor do Departamento de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena do Ministério dos Povos Indígenas, que fará a sua participação *online*. Muito bem-vindo, Bruno.

Temos a honra também de receber, nesta audiência, o Exmo. Governador do Estado de Roraima, o Sr. Antonio Denarium, que também fará sua participação *online*. É uma honra, Governador, tê-lo nesta audiência. É uma honra tê-lo aqui para mostrar o que tem sido feito com os povos indígenas do seu estado.

Também temos a alegria de receber o José Lucas Lemos Duarte, Cacique indígena do clã do povo tucano – o primeiro nome do clã do povo tucano eu não sei falar –, Presidente da Cooperativa Indígena de Extrativismo de Recursos Naturais e Minerais e Diretor-Executivo do Agro Indígena do Estado do Amazonas, que também fará a participação *online*.

Estará conosco também Alessandra Munduruku, representante da Articulação dos Povos Indígenas, liderança indígena do povo mundurucu, ativista pelos direitos dos povos originários e pela proteção da Amazônia. Muito bem-vinda, Alessandra. É uma honra recebê-la nesta audiência.

Ainda temos Lisio Lili, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

E temos também a participação, também *online*, de Raimundo Guajajara, empreendedor da etnia guajajara.

Nós temos a liderança de diversos povos que farão a fala nesta audiência e nós estamos trabalhando no sentido de que o tema seja esgotado hoje. Amanhã o projeto será apreciado também nesta Comissão.

Nós temos alguns expositores que já nos disseram que precisam fazer a participação e imediatamente se retirar da audiência, porque estão com uma agenda muito cheia, e a gente entende. Hoje, inclusive, o Senado está ao mesmo tempo com diversas atividades, e os nossos Parlamentares estão também de forma semipresencial hoje. Então, nós vamos atender ao pedido, especialmente, do nosso Governador Antônio Denarium. Vocês devem imaginar a agenda de um Governador numa tarde como esta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouviremos, em primeiro lugar, como primeiro expositor, o Governador Antônio Denarium, de Roraima, que fará uma abordagem sobre o trabalho que tem sido feito, o papel do Estado de Roraima na interface entre o desenvolvimento regional e as atividades econômicas em terras indígenas, desafios e oportunidades.

Governador, nós temos, no regimento interno, a disponibilização de dez minutos para o senhor, mas eu sei que esse é um assunto com o qual o senhor está muito empolgado e o senhor tem trabalhado muito o tema. Se precisar se estender um pouquinho, fique à vontade.

Seja muito bem-vindo à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Com a palavra, Governador.

O SR. ANTÔNIO DENARIUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Damares.

Fico muito feliz de estar participando desta audiência pública por videoconferência, em que nós vamos ter a oportunidade de falar do trabalho realizado aqui no Estado de Roraima e do modelo que está sendo implementado aqui.

Do meu lado aqui, está o Márcio Grangeiro – venha para cá um pouquinho, Márcio; pronto, é o Márcio aqui –, Secretário de Agricultura do Estado; e o Marcelo, que é Presidente do Iater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima) e ex-Secretário de Estado dos Povos Indígenas do nosso estado. A Síria Mota é indígena e é a nossa Secretária de Estado dos Povos Indígenas. Ela está numa viagem representando a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Estado de Roraima, por esse motivo ela não está aqui comigo agora.

Senadora Damares, eu tenho feito, desde o início da nossa gestão, um programa de apoio à agricultura familiar e à agricultura familiar indígena, ou seja, todos esses dois segmentos contam com total apoio do Governo do estado. Desde o início da nossa gestão, eu tenho trabalhado para melhorar a vida dos pequenos produtores e dos agricultores indígenas, que não tinham nenhum tipo de apoio do Governo do estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo que assumi o Governo, junto com as comunidades indígenas, lá em 2019, nós começamos o programa de grãos no Estado de Roraima, e as comunidades indígenas começaram a ser atendidas a partir de 2021. Fique bem claro (*Falha no áudio.*)... agricultura, as tradições e a autodeterminação indígena. (*Falha no áudio.*)... momento, há um tipo de imposição quanto à produção em área indígena. Eu estou trabalhando pela segurança alimentar dos povos indígenas e para melhorar a renda das pessoas.

Em 2021, no primeiro ano, nós plantamos, dentro de comunidades indígenas, com solicitação dos próprios indígenas a apoio para a agricultura familiar indígena, milho e feijão em comunidades indígenas.

Aqui no Estado de Roraima, 46% do nosso estado são áreas indígenas homologadas, que têm total respeito e proteção do Governo do estado. Respeitamos todas as comunidades indígenas e as lideranças indígenas. Aqui no Estado de Roraima, nós temos aproximadamente 800 comunidades indígenas de várias etnias.

O que é o programa do Governo para a agricultura familiar indígena? Cada comunidade é chamada de polo de produção, e nós temos hoje 200 polos de produção dentro de comunidades indígenas. O Governo do estado dá total apoio e capacitação para o plantio de dez hectares em comunidade indígena, e o Governo entra com tudo: entra com o trator, com a plantadeira, com o calcário, com a semente, com o adubo, com o adubo de cobertura, com a colheitadeira. E nós fornecemos também, Senadora, até o saco para colocar a produção – nós damos o barbante, a agulha para costurar, a balança para pesar e o caminhão para transportar a produção.

O que é isso? Nós estamos capacitando e ensinando os indígenas a produzir, isso em terra mecanizada. Então, esses dez hectares são gradeados, é passada a gradeadora; a comunidade entra com a destoca: os próprios indígenas arrancam aqueles tocos que possam acontecer.

Como todos sabem, também, para os indígenas é cultural desmatar todo ano um pedaço de mata para fazer a roça no ano seguinte e, da forma como nós estamos fazendo, com terra mecanizada, adubada, corrigida e calcarizada, os indígenas plantam, todos os anos, na mesma área; não precisam derrubar um pedaço de mata para fazer a sua agricultura. E, com esse trabalho, eles aumentam a produtividade, trabalham ao lado da comunidade – normalmente fica a menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mil metros a roça deles da comunidade – e também ficam capacitados: eles aprendem a operar trator, aprendem a fazer o adubo de cobertura, aprendem a plantar.

Que fique bem claro: nós só atendemos àquela comunidade que solicita o apoio do Governo do estado. Não é impositivo por parte do estado a agricultura familiar indígena. E eles se reúnem em lideranças da comunidade para fazer a coordenação do projeto. Eles acompanham, se capacitam e produzem – com isso, há segurança alimentar.

Nós estamos agora no período de colheita aqui no Estado de Roraima – estão colhendo milho verde agora –, e, se a senhora e os componentes do grupo que está avaliando nesta Comissão quiserem, nós podemos mandar centenas ou até milhares de vídeos da produção em comunidades indígenas.

Nós temos casos de comunidades que recebem o apoio de dez hectares e, às vezes, estão plantando, já, 20 hectares ou 30 hectares com recurso próprio.

Este é o nosso principal projeto de agricultura familiar indígena: em 2022, 1,5 mil hectares indígenas; em 2023, 1,6 mil hectares; em 2024, 1,7 mil hectares, e agora, em 2025, 1.754 hectares. Fica bem claro que é tudo com recurso próprio do Governo do estado, aqui não tem dinheiro federal, não tem emenda parlamentar, é tudo com recurso próprio do Governo do estado.

E a mandiocultura é outra atividade: nós já estamos plantando este ano 360 hectares de mandioca e macaxeira nas comunidades indígenas, tudo com o apoio do Governo do estado.

Nós temos aqui também o crédito rural indígena. Nós já atendemos com R$464 mil, 91 indígenas atendidos pelo custeio do crédito rural.

Demos entrada também no Basa Digital. Foi o primeiro estado do Brasil e o primeiro financiamento do Brasil feito para um agricultor indígena, que tem uma bonificação e um prazo muito longo para pagar – quando ele vai pagar a conta, é com a taxa de 0,5% ao ano, e, quando liquidar a conta, ele vai ter 40% de desconto no valor que foi atendido – e está tendo uma adesão muito grande por parte dos indígenas nessa modalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também o Pronaf indígena. Foi aqui também, em Roraima, que foi feito o primeiro Pronaf indígena, no valor de R$100 mil. Inclusive, foi para uma mulher agricultora indígena.

Então, nós já fizemos aqui também 1.314 CAFs (cadastro nacional da agricultura familiar). Nós, inclusive, estamos comprando a produção de indígenas, que foi fomentada pelo Governo do estado, para fornecimento da merenda escolar, o que dá uma renda e uma garantia de faturamento maiores.

Nós temos também o Fomento Rural, que é aquele programa de R$6 mil, do Governo Federal, para agricultores indígenas, o Fomento Rural. Nós concedemos para 650 agricultores indígenas o valor de R$6 mil, e não é reembolsável, ou seja, ele recebe esse dinheiro em duas parcelas e não tem que devolver, fazer o pagamento desse financiamento.

Nós temos o PAA também, que é o programa de agricultura familiar, um programa de aquisição da agricultura familiar. Nós temos 159 produtores indígenas atendidos e 40 entidades. Nós compramos desses agricultores indígenas e fornecemos para entidades: associações, creches, escolas. Então, o Governo compra do indígena, através do Programa de Aquisição de Alimentos, e faz doação para entidades.

Eu já entreguei aqui, Ministra, Senadora... A senhora vai ficar impressionada: nós já entregamos, aqui, 1.475 *kits* para casa de farinha – casas de farinha para agricultores indígenas. Foram 1.475 *kits* para casa de farinha, compostos por dois tachos, o ralo e o motor que eles ligam na energia para fazer a farinha. Nós estamos dando total assistência técnica para os indígenas aqui, capacitando-os.

Já entregamos também 45 motocultivadores, que são aqueles tratoritos manuais que vão gradear. Servem de carreta agrícola também, podem gradear terra, pode-se fazer tudo com esses tratoritos.

Nós entregamos pulverizadores costais – 475 pulverizadores costais.

Avicultura: nós entregamos agora e vamos entregar mais. Já entregamos 20 mil aves, 20 mil pintos, e o Governo do estado fornece a ração, para o ciclo completo. Eu posso mandar para a senhora: são centenas de famílias indígenas que estão recebendo os pintinhos e a ração para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período, para o ciclo completo de produção. Parte desses pintos que vão são para galinhas poedeiras, para a produção de ovos, e os demais, dos 200, 20 são para a galinha colocar ovos e 180 são para corte, ou seja, quando chega o ciclo, ele abate o frango para a sua alimentação.

Nós temos também... já entreguei 75 mil alevinos de tambaqui para produtores indígenas. Então, eles têm o tanque lá na propriedade, lá na comunidade, e nós entregamos o alevino e a ração para o ciclo completo também. Eles estão tirando o tambaqui de, aproximadamente, 3 kg – a média do tambaqui no período de corte. Já entreguei também para eles mil roçadeiras, aquelas Stihl, que é a roçadeira manual, tá?

Já entregamos 62 kits de motor rabeta. É a rabeta para o motor, que eles precisam muito aqui na sua pesca, na atividade de pesca. Estamos entregando o barco e a rabeta.

E temos produtores, no sul do estado, que colhem a castanha-do-pará e o açaí. E essas canoas servem para eles transportarem a produção deles até a comunidade, ou então fazerem a comercialização da produção, da castanha-do-pará e do açaí.

Nós entregamos também 65 patrulhas mecanizadas. O que é isso? É o trator, a grade aradora, a grade niveladora, a carreta agrícola, a plantadeira, a calcareadeira e assim por diante. Entregamos para a comunidade fazer a gestão.

Então, a comunidade, além de fazer a agricultura familiar coletiva, atende os indígenas individualmente, também, fazendo a manutenção e o plantio nas comunidades.

E nós já entregamos também oito caminhões para comunidades indígenas aqui do Estado de Roraima. Àqueles que não foram atendidos com os caminhões que foram doados, repassados pelo Governo do estado, nós utilizamos caminhões próprios para ajudá-los no transporte da produção.

Então, Senadora Damares, é o trabalho que eu tenho feito, desde o início, no estado, quando solicitado pela comunidade. Que fique bem claro: nós atendemos aquelas comunidades que fazem a demanda com o Governo do estado. E o resultado tem sido muito bom. Os indígenas estão felizes, estão produzindo, estão tendo segurança alimentar e estão preservando o meio ambiente, porque não precisam mais derrubar mata para fazer a produção, porque a terra está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanizada. E nós, também, aqui no Estado de Roraima, temos 370 escolas estaduais. Dessas 370 escolas estaduais, 260 são em comunidades indígenas.

Fiz aqui em Roraima, também, o primeiro concurso do Brasil, específico e diferenciado, para a contratação de professores indígenas. Nós já contratamos mil professores indígenas, através de concurso público. Ele tem que ser indígena e a comunidade indígena tem que fazer um atestado, assinado aqui pelo tuxaua. A nomenclatura que é diferente – daí para baixo chamam de cacique, aqui em Roraima é o tuxaua. Aí fala-se muito de aldeia, aqui se fala comunidade.

Então, é atestado pelo líder da comunidade que aquele professor que passou no concurso é indígena. E nós, também, dentro das escolas estaduais indígenas, temos que manter a cultura e a tradição com a língua materna. Então, os alunos têm a língua materna na disciplina. E nós, com a agricultura familiar, já começamos a fornecer a merenda escolar com produtos adquiridos dos próprios produtores indígenas.

Nós já estamos fomentando a ampliação do plantio de açaí e de cacau aqui no Estado de Roraima. Então, são ações estruturais para melhorar a qualidade de vida dos indígenas.

Nós também estamos recuperando estradas que dão acesso às comunidades e construindo novas pontes em todos os municípios que têm comunidades indígenas. Aqui nós temos: o centro-norte do estado, que tem sete municípios em que grande parte das áreas são comunidades indígenas; o centro-sul, que é a área de floresta; e a parte do norte é a área de Cerrado, que é chamado aqui em Roraima de Lavrado. Nós estamos fazendo um trabalho de educação ambiental e produção agrícola para os indígenas. São muitas ações que nós estamos fazendo para dar uma condição de vida melhor para os indígenas aqui no Estado de Roraima.

Juntando a tudo isso também, nós temos hoje aqui o turismo étnico indígena. Algumas comunidades próximas da capital recebem pessoas que vêm passear, fazem uma visita à comunidade para conhecer os hábitos, e são feitas apresentações de danças culturais para aquelas pessoas. Eles passam a ter uma renda também do turismo aqui no Estado de Roraima. Para aquelas pessoas que vêm, que querem ir a uma cachoeira, andar na floresta, tem os guias indígenas que levam as pessoas para fazer turismo, para ir à cachoeira e assim por diante. Eles vendem também alimentação para esses turistas que querem comer da culinária indígena aqui no Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o artesanato aqui também, que conta com total apoio do Governo do Estado para que eles possam participar de eventos nacionais. Todos os anos, os eventos culturais indígenas no Brasil têm uma comitiva do Estado de Roraima. Nós levamos toda a produção de artesanato para que possa ser comercializado nos eventos nacionais. Inclusive, por várias vezes, os nossos indígenas foram para Brasília mesmo, por exemplo, para participar de feiras de artesanato indígena.

Nós temos também as panelas de barro com selo de identificação geográfica. Então, eles colocam no artesanato indígena o selo, em cocares e panelas de barro que são feitas aqui nas comunidades indígenas de Raposa e de Napoleão, aqui no Município de Normandia. O Governo auxilia no transporte, faz tudo aquilo que é preciso. Inclusive, inaugurei agora, lá no Município de Normandia, uma casa de apoio nova, em excelentes condições, dando mais conforto para os indígenas quando vêm para a cidade de Normandia, para fazer as suas compras, para ir ao médico, alguma coisa assim. Temos a casa de apoio para indígenas que vêm ao município.

Com emenda parlamentar, nós já construímos aqui no Município de Pacaraima dois centros culturais indígenas – prédios modernos, bonitos, valorizando a arquitetura indígena – para apresentações, festejos indígenas, tudo valorizando a cultura indígena aqui no Estado de Roraima. Então, são várias ações que nós estamos fazendo para melhorar a condição de vida dos povos indígenas. E eu também sei que é muito importante que os indígenas aumentem a produção, para que eles possam ter uma renda melhor para a manutenção das famílias indígenas no nosso estado.

Nós temos uma grande população indígena no nosso estado. Nós temos, aproximadamente, 100 mil indígenas no Estado de Roraima, que estão em todos os municípios aqui. Então, a nossa principal atividade é apoio cultural, apoio para produção de alimentos e segurança alimentar. E todos os nossos secretários de estado do eixo de política pública de produção têm dado assistência técnica.

Os indígenas aqui também são pecuaristas – vamos dizer assim –, eles têm muito gado. E o Governo do estado, todo ano, vai à comunidade indígena para dar apoio para a vacinação do rebanho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui, em Roraima, também o Programa Cesta da Família, pelo qual, aproximadamente, 5 mil a 10 mil famílias indígenas recebem, todo mês, a cesta de alimentos do Governo do estado.

E nós temos aqui também um programa muito importante, que é o Colo de Mãe. O Governo do estado, além do pré-natal, fornece enxoval completo para o bebê. E depois que o bebê completa seis meses de idade, nós entregamos o leite mensalmente, até a criança completar três anos de idade.

Então, são muitas ações estruturantes em apoio aos indígenas, aqui, do nosso estado.

Então, Senadora e toda a Comissão, é muito importante dar o apoio para que os indígenas possam ter segurança alimentar e tenham uma capacitação profissional, sempre respeitando a sua cultura, os seus costumes e a sua autodeterminação. (*Falha no áudio.*)

Então, Senadora, é a contribuição que eu tenho e fico aberto também.

Está ao meu lado, aqui, o Secretário de Agricultura, o Presidente do Iater, que também já foi Secretário dos Povos Indígenas, aqui, no Estado de Roraima.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Governador, nós queremos agradecer a sua participação.

Nós estamos tendo uma audiência muito grande na internet, pela TV Senado, e muita gente está perguntando: "Mas Roraima não tem só o povo ianomâmi?". Gente, não é só o ianomâmi que nós temos em Roraima; nós temos outros povos em Roraima.

Governador...

O SR. ANTÔNIO DENARIUM (*Por videoconferência.*) – Vamos ver aqui os ianomâmis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. ANTÔNIO DENARIUM (*Por videoconferência.*) – Nós temos também aqui, no estado, o Dsei Leste, que tem 370 comunidades indígenas, e o Dsei Yanomami, que tem 350 comunidades indígenas. E nós, aqui, em Roraima, temos dez etnias no nosso estado: uapixana, macuxi, taurepangue, uaiuai, iecuana, ianomâmi, uaimiri-atroari, saparará, ingaricó e patamone. Quarenta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seis por cento do nosso estado é área indígena homologada. E nós temos 33 terras indígenas, aqui, no Estado de Roraima, 260 escolas estaduais em áreas indígenas, e temos, dentro da área indígena ianomâmi, 33 escolas estaduais indígenas e, aproximadamente, 1,5 mil alunos ianomâmis que estão estudando na rede pública estadual. E nós estamos fazendo a merenda escolar ser entregue em todos os municípios também. Nós já temos algumas comunidades indígenas ianomâmis que ficam mais próximo que têm o total apoio do Governo do estado também.

Quando eu falei de números aqui, que tem comunidade indígena ianomâmi, eu não falei por etnia nem por município. E os ianomâmis também têm nos procurado para que a gente possa dar o apoio para a segurança alimentar aos povos indígenas ianomâmi, que contam com o respeito e o apoio às comunidades indígenas ianomâmi.

Eu fiz uma ação muito importante agora, Senadora Damares. Eu fiz uma doação de um hospital aqui, em Roraima, com 140 leitos, para o Governo Federal. Eu fiz a doação para a universidade federal, e passa a ser agora administrado, o hospital, pela Ebserh, que é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. E doei também, do lado desses 140 leitos, desse hospital, um terreno em que está sendo construído mais um bloco para atendimento aos indígenas. Dentro das nossas unidades hospitalares aqui, Hospital Geral, tem um bloco para indígenas separado, e nós temos, dentro da maternidade do Governo do estado aqui, uma ala para atender as mulheres indígenas.

Então, nós temos o atendimento a todas as etnias do Estado de Roraima. Eu não discriminei ianomâmi e não falei de nenhuma outra etnia também, porque nós atendemos a todos os indígenas da mesma forma. Nós procuramos atender da melhor forma possível. E o nosso relacionamento com a Casa de Governo que tem aqui no Estado de Roraima é muito bom. O relacionamento com a universidade federal também é muito bom. E, pela primeira vez, teve, vamos dizer assim, um movimento indígena aqui no Estado de Roraima, e eles falam que o Governo que mais atendeu e da melhor forma possível os indígenas no Estado de Roraima é exatamente o nosso Governo. Então, o nosso atendimento é de forma igualitária para todos os indígenas do Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, hoje, aproximadamente, 10 mil indígenas matriculados nas escolas estaduais indígenas. Inclusive, eu vou entregar agora para todos os alunos da rede estadual, eu já entrego o *kit* material escolar para os alunos indígenas. Eu vou entregar agora uniforme escolar para todos os alunos das escolas estaduais: um par de tênis, uma calça, um calção, uma camiseta de educação física e duas camisetas para as aulas regulares, fique bem claro, sempre respeitando a cultura de cada comunidade.

Então, os ianomâmis são atendidos na nossa gestão também.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Governador, mais uma vez, obrigada. Esta audiência pública, Governador, é para discutir o Projeto de Lei 6.050, de 2023. Esse projeto é de autoria da CPI das ONGs. Nós tivemos, no Senado, uma CPI das ONGs, e, no final dessa CPI, foi apresentado um projeto de lei para regulamentar as atividades econômicas em áreas indígenas. O projeto não está inventando as atividades econômicas em áreas indígenas; o projeto quer regulamentar as atividades econômicas.

Pelo relato do Governador de Roraima, nós estamos vendo que já existem, em áreas indígenas, atividades econômicas, e nós não podemos ignorar isso. Nós temos povos produzindo, e nós vamos ter alguns exemplos aqui. E o projeto de lei vem para dar um marco para regulamentar como devem acontecer as atividades econômicas em áreas indígenas.

Eu estive em Roraima com o Governador e a equipe dele. Eles nos mostraram coisas incríveis, vídeos, imagens dos indígenas do Estado produzindo com o apoio do Governo do Estado. Mas a gente precisa dar uma atenção especial a essa produção que está acontecendo em área indígena.

Então, o projeto de lei que está na pauta nesta Comissão não está inventando nada, quer regulamentar o que já está acontecendo em muitos estados.

Governador, o Relator desse projeto de lei aqui na comissão é o Senador Marcio Bittar, que está presente – acabou de entrar aqui na sala e está atendendo um telefonema – e, com certeza, tem uma ou duas perguntas para lhe fazer. Se o senhor puder se manter mais um pouquinho conectado, Governador, com a sua equipe, enquanto o Senador Marcio Bittar atende uma ligação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgente, nós vamos para o segundo expositor. Se o senhor não puder ficar, sua equipe pode ficar e responder ao Senador Marcio Bittar.

Antes disso, eu quero registrar a presença de representantes do povo kokama aqui no auditório, bem como a presença de estudantes indígenas da UnB de diversas etnias, o Eduardo, o Antônio, a Isolina e o Ronaldinho Coelho. Sejam bem-vindos a este debate! Também quero registrar a presença de Sebastião Souza Terena, conselheiro do agro indígena no conselho nacional agro indígena – muito bem-vindo, Sebastião Terena! Registro a presença de Melissa Curi, Diretora de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas – muito bem-vinda, Melissa Curi! Também está no Plenário – acaba de chegar – o Senador Jaime, do Estado de Rondônia, que tem também uma população indígena muito grande.

Como o Senador Marcio Bittar já terminou o telefonema dele e eu consegui segurar a atenção de vocês enquanto ele atendia o telefonema, Governador, eu vou conceder a palavra ao Senador Marcio Bittar, que, com certeza, tem elogios a fazer ao Estado por estar investindo em atividades econômicas em áreas indígenas, mas também, como Relator do projeto de lei, com certeza quer questioná-lo.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Primeiro, cumprimento a querida Damares – parabéns pela audiência pública –, cumprimento a Silvia, com quem tive o privilégio de estar em várias reuniões. Temos as mesmas aflições, nós três aqui e o Jaime Bagattoli também.

Governador, parabenizo-o pelo trabalho, por toda a prestação de contas, falando sobre o estado. Minha curiosidade é perguntar o seguinte: primeiro, vários programas sociais... Parabéns por todos eles! Chama-me a atenção que, apesar de tudo isso, ainda precisam de ajuda do estado. Então, parece que é um avanço, mas que ainda depende do estado. Não creio que seja isso que o Governador – que eu conheço um pouco – tenha como ideal, porque também não é o que eu tenho como ideal. Particularmente, acho um absurdo haver 700 mil indígenas na área rural brasileira, segundo o IBGE deles – que foi manipulado para aumentar a população indígena –, com 14% do território nacional, e ainda dependerem do estado. Então, creio que isso não é o ideal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha inquietação, Governador, é: esse programa implementado nas áreas indígenas de 10, 20 ou 30 hectares é em reservas indígenas? Se sim, como é que o Estado resolve a questão do licenciamento? É em conversão de vegetação nativa em plantio? Se é isso, consegue-se a licença com facilidade ou não? Ou é em terra de Lavrado, como se chama lá em Roraima, em campos? E também, por outro lado, se esse...

Por exemplo, lá em Parecis, quando nós estivemos naquela audiência pública, o que ficou claro? Lá eles entregaram para o agronegócio menos de 2% da sua terra. Eles vivem uma realidade econômica completamente diferente da média das populações indígenas da Amazônia brasileira, mas são ilegais até hoje. Eles não podem fazer um financiamento porque não têm como dar terra como garantia, porque, na prática, eles não têm o documento da terra. Até hoje eles precisam de um intermediário para poder comercializar a sua produção. É que todo mundo meio que fecha os olhos. Mas, se for a ferro e fogo, estão sem autorização, tanto que isso já deu várias multas, em processos de anos e anos e anos, e, na prática, eles continuam.

Então o questionamento primeiro é: essa atividade com a população indígena é em mata que foi transformada em lavoura? Se foi isso, como é a licença? Esse indígena pode prosperar? Lá no Acre, por exemplo, a nossa experiência é a seguinte: em qualquer uma dessas reservas, seja indígena, seja extrativista, há uma regra comum que basicamente eu batizo como proibição de prosperar. Você é proibido de prosperar. Você pode ter um pouquinho de gado, um pouquinho de... Eu escutei falar aqui agora o Governador. Com todo o carinho e respeito que o Governador merece e tem da minha parte, mas, sinceramente, Ministra Damares e Senadora, quando eu ouço dizer que ainda precisa fazer doação de leite, eu acho uma coisa completamente estapafúrdia. Como é que pode ainda precisar disso? Mas é essa a minha inquietação. A experiência que eu tenho é a seguinte: para qualquer conversão de vegetação nativa em lavoura, em área indígena, é um protocolo monumental. Então, essa área já estava aberta? Se foi por conversão, como é essa relação do Governo do estado com os órgãos ambientais, tipo Ibama, ICMBio? Isso é tranquilo ou tem problema?

Por último, essa população tem o direito de prosperar, de querer ter grande produção? Porque, quando você proíbe a pessoa de prosperar, é uma lei antinatural, já que a tentativa de prosperar, de melhorar a sua vida e a de sua família é da natureza humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, cumprimento-a mais uma vez, Senadora Damares. Mesmo numa semana que a gente sabe que está morna, nós estamos cumprindo aquilo que a senhora determinou na semana passada, para vencer essa pauta e poder votar – quem sabe amanhã ainda? – essa matéria que permite às populações indígenas, em querendo, explorar o subsolo das suas áreas. É uma matéria importantíssima que, além de nesta Comissão, ainda vai passar por mais algumas outras Comissões.

Por fim, quero aqui mais uma vez agradecer. Estive lá no meu Estado agora, de novo, com uma amiga sua, a Michele Bolsonaro, e a senhora não faz ideia de como – para mim foi uma surpresa, confesso – a nossa *live O* Papel do Cristão na Política foi vista no estado. Por incrível, tenho uma rede social pequenininha, e, mesmo na minha rede social pequenininha, deram 700 mil visualizações.

Muito obrigado, viu!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Governador, fique à vontade para responder.

Nós vamos fazer essa interação, porque o Governador vai precisar sair. E a gente, aqui na Comissão, tem como prática, quando um Senador chega, devido às inúmeras atividades, poder arguir o expositor que está falando no momento.

Governador, fique à vontade para responder.

O SR. ANTÔNIO DENARIUM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, é cultural, aqui no estado de Roraima, os produtores, os indígenas praticarem a agricultura: mandioca, milho, arroz. Eles já plantam aqui. Essas áreas que estão sendo plantadas já são antropizadas, são áreas que eles já utilizam para agricultura. O que está sendo feito é a destoca e a correção desse solo. Com isso, evitam, todo ano, derrubar mais um pedaço de mata para fazer o plantio. São áreas consolidadas. Os indígenas pegam a autorização da Funai. Então, nós trabalhamos com a solicitação da comunidade que já tem autorização da Funai para fazer o plantio. E algumas comunidades estão aumentando a área plantada dentro de áreas antropizadas. A maioria das áreas onde é feita a agricultura familiar fica no centro-norte do Estado de Roraima, é em área de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cerrado – que eles já utilizam – e, praticamente, não gera nenhum tipo de impacto ambiental negativo, ou seja, só gera impacto positivo. E lógico que, também, há capacitação dos indígenas para a produção. Isso gera segurança alimentar.

Senadora, é muito importante a manutenção dos indígenas na comunidade. Quando um indígena tem um filho que está trabalhando na comunidade, isso evita que ele venha para a cidade para trabalhar e aumenta a renda familiar. Quando é no Lavrado aqui, que é Cerrado, que é área de campo, não gera nenhum tipo de impacto ambiental e não tem que cortar, porque não tem que derrubar árvores, também, para fazer a agricultura familiar indígena. Cada módulo é de 10ha. Nós estamos atendendo em torno de 200 comunidades indígenas. Então, é esparramado por todo o estado de Roraima, não é em uma área contínua, são módulos de 10ha por polo de agricultura familiar indígena.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Governador.

Nós queremos agradecer a sua participação, Governador. Sabemos da sua agenda. Se o senhor quiser se ausentar, fique à vontade. Se a sua equipe puder continuar acompanhando a audiência, será uma alegria para nós.

Enquanto o Governador se ausenta, eu registro que está presente o Beto, ianomâmi. Nós temos aqui um representante do povo ianomâmi.

Seja bem-vindo, Beto. É uma alegria recebê-lo nesta Comissão.

Dando prosseguimento, nós vamos ouvir agora Lisio Lili. Ele vai falar sobre a experiência de Campo Grande na gestão municipal dos direitos indígenas e sobre a regulamentação econômica: desafio e perspectiva.

Seja bem-vindo, Lisio. (*Pausa.*)

Ele está *online*?

O SR. LISIO LILI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero agradecer, Senadora, o convite que fez a mim para aqui falar desse assunto, o PL 6.050, que trata das atividades econômicas, podendo também falar das questões tradicionais em terras indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha pensado aqui numa conversa, mas ouvi atentamente o Governador. Se cada Governador que viesse conversar com a gente... Ele não tem como deixar de elencar o conjunto de atividades que fazem nas terras indígenas. Não tem um Governador... Afinal, ele tem a máquina pública, ele tem os recursos. É a mente que tem que realizar. Eu fiquei muito satisfeito com a palavra do Governador, porque disse da disposição que tem.

A questão é que, quando se trata da questão indígena, e acho que precisamos consagrar agora, com o PL, Senadora, os povos indígenas são uma estrada, são um caminho, um outro modelo. Nós temos que repetir isto dezenas de vezes, milhares de vezes: um modelo. Isso que o Governador está fazendo é função dele enquanto agente público, mas, Governador, nós precisamos entender – e por isso está escrito na Constituição, que diz que precisa ser reconhecido, aí cita várias coisas – que nós temos princípios, Governador, que a gente chama de princípios ancestrais, Senadora, dentre eles, a autodeterminação e a autonomia dos povos indígenas.

O depoimento do Senador mostra que, no Estado de Roraima, estão totalmente dependentes do estado. Eles não conseguem mais sustentar suas atividades. Nada contra as ações do estado. Eu tenho aqui o nosso Governador. Quando a gente chama para falar o Governador, ele elenca um monte de trabalhos que faz, e a gente fica alegre. O problema de que estamos falando é a autonomia dos povos indígenas, porque é assim que a Constituição diz. Não é o estado ensinar a gente, não é o estado fazer pela gente, não é o estado arranjar, como disse o Senador, o leite para a gente, não é ele providenciar. Se fosse assim, para que estaríamos em terras indígenas? Por que querermos as terras indígenas? Para quê, se não é para fazer aquilo que nos faz indivíduos?

Nós temos, nos princípios ancestrais do nosso passado, que os nossos ancestrais nos deixaram, Governador, que não tivéssemos dependência. Cada um de nós, quando nasce nas aldeias... Tem um momento importante entre os povos terenas que se chama Kaxina Yunakalu, em que as crianças são apresentadas para a comunidade. Nesse momento são transferidas para eles capacidades autônomas para realizarem: cuidar do filho dele, dar o alimento para o filho dele, construir a habitação, para ele ser autônomo, não criar dependências.

Hoje uma boa parte, Senadora, a senhora sabe mais do que eu, está fora das aldeias – 50% dos povos indígenas, não sei qual é a situação de Roraima, mas as notícias dizem que 50% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população indígena no Brasil está fora das terras indígenas. Isso é sintomático. Essa é a razão da inexistência, da parte deles e da parte do estado, de fomentos para que eles se estabeleçam, fomentos. Cada vez que eu vejo o estado atuando dentro das comunidades indígenas, eu fico alegre, porque ele cria pontes, ele faz estradas, ele leva energia, mas a capacidade inata dos povos indígenas está sendo exaurida. E não foi para isso que nós resolvemos adentrar na Constituição de 1988. O pensamento dos povos indígenas era: a gente quer participar dessa mudança, porque o Brasil estava lá no fundo do poço em 1988. Vamos juntos! Vamos juntos, e não o Estado fazendo por nós; é o Estado fazendo junto conosco, juntos: estados e povos indígenas.

Aqui eu tenho colocado, Senadora, sobre o art. 3º, que diz o seguinte, nesse PL nº 6.050: os povos e comunidades indígenas têm possibilidade de decidir sobre as atividades econômicas e as tradicionais. Eu diria, Senadora, que não é possível. Os povos indígenas não têm mais essa capacidade, porque o Estado brasileiro, nesses 500 anos, trabalhou para retirar essas capacidades. A senhora sabe mais do que eu que, quando a gente fala de atividades econômicas, elas não têm custo zero. Não existem atividades econômicas com custo zero, mesmo aquelas primárias, como as que a gente faz. Quando eu estou dizendo "como nós fazemos", refiro-me aos povos indígenas. Eles não têm uma fonte de recursos para desenvolver. As casas de farinheira, como o Governador ali disse, eram do passado dos povos indígenas. Aquele sistema de produção da cana, de processar, era deles. Muitas atividades que davam autonomia para os povos indígenas eles não estão mais podendo fazê-las. Em tudo isso, têm dependência.

Eu sempre vejo as pessoas desenvolvendo, aqui no Mato Grosso do Sul, atividades econômicas. Eu não vejo ninguém falando que vendeu um boi. Eu não vejo ninguém, Governador, falando que vendeu uma casa. Eu não vejo ninguém dizendo que vendeu uma terra. Por quê? Porque a atividade econômica deles tem linhas de recurso. Qual é a diferença nossa, de um produtor, do que se diz produtor, e nossa, dos povos indígenas, quando a gente diz que somos iguais? Por que os povos indígenas não são merecedores dessas fontes de recurso? Por que, Senadora?

Então, esse PL precisa ser um pouquinho mais pragmático, precisa ser mais claro. O grande empreendedor, que pretende explorar lá, vai receber uma linha de recurso para fazer. Ele vai produzir, vai explorar aquele determinado recurso e vai ter o dinheiro dele. O Estado brasileiro vai ter também a participação, vai receber impostos. E os povos indígenas? Vão receber o quê? Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este PL aqui, Senadora, eu penso que deveria ser um pouco mais pragmático, mais claro – mais claro. Nós temos que colocar ali nesse PL que os povos indígenas também, além do grande produtor, além do grande empresário que vai lá explorar, além do Estado, que vai receber impostos, os povos indígenas também precisam merecer esse mesmo financiamento, porque, assim, eles vão construir os modelos próprios de produção, eles vão atender os próprios... (*Falha no áudio.*)

Nós não queremos ser não índios. Nós queremos ser povos indígenas, com a nossa cultura. Isso não é só uma vontade minha. Não sou eu que quero, Senadora. Isso está escrito na Constituição. Quando pactuamos, em 1888, quando os povos indígenas pactuaram um novo modo de viver nacional, quando nós pactuamos, nós dizíamos o seguinte: nós queremos ter os nossos recursos, nós queremos explorar, nós mesmos, os recursos das nossas terras. Mas o que o Estado vem fazendo, severamente, é levar os povos indígenas, Governador, ao confinamento. Nós não temos só confinamento territorial; nós temos confinamentos educacionais. Nós estamos num confinamento econômico em que o senhor precisa arranjar leite para a gente. Isto é vergonhoso para nós: os índios não conseguirem dar o leite para os seus filhos. Nós não queremos isso. Nós nunca... (*Falha no áudio.*) ... que nós amamos ser servidos. Nós nunca aceitamos isso. Nós estamos aqui, Senadora, por recursos nossos.

Nós, povos indígenas, que construímos, junto com os nossos ancestrais, a nossa existência. Nós não devemos para ninguém. Inclusive, nem devemos para o Estado, porque o Estado sempre nos tutelou. O pensamento de que somos incapazes, de que não sabemos cuidar dos nossos filhos, de que não conseguimos construir nossas casas, de que não conseguimos produzir o nosso alimento é uma regra no pensamento do Estado. Não é do senhor, Governador; não é da senhora, Sra. Senadora. É uma ideia, é um pensamento do Estado brasileiro trabalhar para tutelar os povos indígenas. E nós continuamos tutelados. Tanto que estamos aqui, neste exato momento, discutindo um assunto muito importante. Esse assunto, Senadora, eu chamo de negócio.

Aqui nós consagramos uma conversa, Governador – o senhor está me ouvindo agora? –, nós aqui do Pantanal, dizendo o seguinte: que todo o negócio, por exemplo, a proposta aqui da Lei nº 6.050, é um negócio. É uma regulamentação, mas também é um negócio. Nós dizemos sempre aqui no Pantanal: negócio é bom quando é bom para um e para outro. Quando é bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para um e para outro, chama-se negócio. Quando é bom para um e ruim para outro, não se chama negócio.

Pelo que estamos aqui vendo, esse PL, Senadora, precisa sofrer alguma mudança para inserir a condição indígena como parte. Aqui, o grande empreendedor, aquela pessoa que vai empreender no negócio, quer seja produção em grande escala, quem sabe ali os minérios, qualquer empreendimento que for, vai ter que colocar grana, dinheiro. O Estado vai receber os impostos. E os povos indígenas? Vão continuar vendo explorarem o território dele? Isso é vergonhoso para o Brasil. Faz bem a Comissão dos Direitos Humanos do Senado e os demais Senadores atentarem para isto: os povos indígenas não podem continuar sendo passados para trás. Esse artigo, por exemplo, precisa ser mais claro. Não pode continuar nesse limbo, assim, de mais ou menos. Como é que os povos indígenas vão ter plena liberdade, se não têm capacidade econômica para fazê-lo?

O depoimento do Governador, embora não conheça o seu estado, é claro: os povos indígenas são extremamente necessitados. Tudo o senhor tem que fazer. Esse não é o Estado democrático de direito que pensamos. Não foi. Seria, junto com o senhor, mudar a cara do estado, mudar a cara dos povos indígenas. Eles precisam estar juntos. Isso nós estamos dizendo aqui no Mato Grosso do Sul. O Governador é um amigo dos povos indígenas. É um amigo, mas ele não pode ser amigo se continuar trabalhando dessa forma, porque aí é uma parte da população nacional indo para o buraco.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Lisio, um minuto para concluir.

O SR. LISIO LILI (*Por videoconferência.*) – Senadora, eu me sinto contemplado. Eu falei o que eu precisava dizer.

Acho que estamos dentro do que a gente chama de Estado democrático de direito. E Estado democrático de direito não podia ser polemizado. Eu não podia pensar mal dele – nunca poderia –, porque eu penso que, no Estado democrático de direito, os direitos precisam ser contemplados. Não é possível mais a comunidade indígena, como a nossa, continuar na situação que está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador, eu visito uma cidade aqui no Mato Grosso do Sul e não vejo um parente dentro de um banco, dentro de um comércio, dentro de uma atividade econômica. Eu vejo o meu parente catando lixo. Isso é vergonhoso para o Brasil, Governador.

Senadora, Presidente aqui do...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

O SR. LISIO LILI (*Por videoconferência*.) – Damares, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sr. Lisio, muito obrigada.

Para quem está ligando a televisão, conectando agora, o Sr. Lisio Lili é Presidente do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande.

O Senador Jaime pediu a palavra, mas vou lhe dar uma resposta, Sr. Lisio.

Esse projeto de lei ainda vai ser discutido na Comissão. Esta é uma audiência preparatória para instruir. Ele vai para a fase de discussão e votação. Depois, se aprovado nesta Comissão, vai para a Comissão de Infraestrutura do Senado, para a Comissão de Meio Ambiente do Senado, para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e, depois, vai para a Câmara e começa uma longa caminhada na Câmara. Então, não se esgotam, nesta audiência, nem nesta Comissão, todas as adequações que esse projeto possa ter.

Nós estamos trabalhando com direitos. Esta é uma Comissão do direito e da proteção, e a gente está trabalhando: o indígena tem ou não tem o direito de produzir? O indígena tem ou não tem o direito de, em suas terras, ter atividade econômica gerenciada por ele? É isso que o projeto está prevendo.

O Senador Jaime pediu a palavra. Depois que o Senador Jaime falar, nós vamos ouvir Alessandra Munduruku, da Apib.

Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Senadora Damares.

Quero parabenizar, mais uma vez, por esta audiência, nossa Deputada Silvia, que conhece muito esses problemas dos nossos povos indígenas.

Quero dizer para você que, ouvindo agora o Lisio Lili, vi quanta injustiça é cometida com os nossos povos indígenas no Brasil, com 14%, quase 15% do território nacional.

De que adianta dar mais terras para os nossos indígenas, se não dermos a dignidade para eles daquilo que é legítimo deles? Então, de nada adianta querermos dar mais terra. Esse objetivo de dar mais terra é o objetivo das ONGs, não é objetivo para melhorar a qualidade de vida dos nossos indígenas.

Falando de Campo Novo do Parecis, que é uma área de, praticamente, 1 milhão de hectares, Deputada Silvia, estão plantando em torno de 20 mil hectares. Foram multados, o Ministério Público foi para cima, o Ibama multou, fizeram um acordo – não foi um acordo que deveria ter sido feito da forma que foi. Eles têm muita dificuldade, inclusive, porque eles têm o uso da terra, mas não têm a terra como garantia. Então, eles têm, muitas vezes, dificuldade em negociar castanha com as exportadoras, entendeu? É uma terra muito produtiva. E eles têm que ter o mesmo direito que qualquer cidadão brasileiro tem e ter dignidade.

Se o nosso Código Florestal fala em 20%, por que não 20%? E o Governo ainda tinha a obrigação de fazer uma análise das terras deles, de onde é mais produtivo, para que eles só explorassem as áreas realmente que são produtivas, e o restante ficaria em preservação. Não têm direito à exploração de minério, não têm direito a fazer um projeto de manejo, não têm direito a nada e vivem, assim, nessa miséria que eles vivem hoje, principalmente o que vemos acontecer lá no Estado de Roraima, com os ianomâmis.

Quero dizer para você, Senadora, Presidente Damares, que nossos indígenas, lá em Cacoal, são produtores de café. Mas não podemos colocar uma emenda parlamentar para ajudá-los na irrigação. Vocês querem mais do que quando nós vimos aqui... Dez hectares? Dez hectares, não é da agricultura familiar? Claro que é da agricultura familiar. Por que não dar dignidade para eles plantarem café, cacau, que são produção também da agricultura familiar? Nós Parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos a obrigação de ajudar os nossos indígenas na produção deles também. Eles queriam fazer irrigação lá em Cacoal. Digo mais: a melhor qualidade de café do Estado de Rondônia – dos 50 mil, 60 mil hectares que nós temos de café, a melhor premiação é dos nossos indígenas. Só para vocês terem uma noção, é dos indígenas lá em Cacoal. Inclusive, é dos suruís. A etnia indígena lá é suruí.

Por que não podemos dar mais dignidade para os nossos indígenas? Temos que dar uma melhor qualidade de vida. Temos toda a condição do mundo ainda preservando a natureza. Agora, não é justo fazer o que estamos fazendo com os nossos indígenas.

Então, queria deixar uma pergunta aqui – não sei se é o Bruno Potiguara que depois poderia responder – aos representantes do Governo Federal, do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Justiça.

O Brasil é uma potência do agronegócio, mas vive uma contradição inaceitável. Somos um dos maiores consumidores de fertilizantes do mundo; porém, importamos quase toda a totalidade do potássio que utilizamos, com o uso de bilhões de dólares, nos deixando vulneráveis a crises geopolíticas. Sabemos que existem jazidas de potássio e outros minerais estratégicos em nosso território, inclusive em terras indígenas.

A inércia em regulamentar o art. 231 da Constituição não representa uma falha estratégica do Estado brasileiro em garantir nossa soberania agrícola e segurança alimentar? Como o Governo Federal pretende conciliar a proteção dos direitos indígenas com a necessidade, urgência e estratégia de reduzir essa dependência externa, garantindo que o Brasil não seja refém de outras nações para poder alimentar seu povo e o mundo?

Eu gostaria que eles respondessem. E, resumindo essa pergunta, é o seguinte: no Brasil, hoje nós importamos praticamente 95%, só temos 5% do potássio hoje no Brasil, uma agricultura aumentando em larga escala, uma agricultura que depende de potássio de sul a norte. Desde o sul até o norte, todas as terras são deficientes de potássio. E aí por que não poder explorar nas nossas áreas indígenas também, dando dignidade aos nossos indígenas, pagando *royalty* aos nossos indígenas? É isso que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: nós somos hoje o maior produtor de soja, quase o maior produtor de algodão, e somos reféns dos insumos – somos reféns dos insumos. Então, quer dizer, os nossos indígenas estão em cima de uma riqueza e vivendo na miséria. Que país é este? Que dignidade é esta? Que justiça que nós estamos fazendo com os nossos verdadeiros donos da terra deste Brasil há 500 anos? Então, temos que fazer justiça com os nossos indígenas. E, para dar dignidade, temos que dar o que é de direito de exploração a eles.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

O Diretor Bruno Potiguara vai falar depois; então, que ele anote a pergunta e depois dê a resposta ao Senador.

Na sequência, nós vamos ouvir Alessandra Munduruku, liderança indígena e ativista do povo mundurucu, representando a Apib.

Muito obrigada, Alessandra; muito obrigada, Apib, por participar desta audiência.

Nós estamos com a serenidade e a maturidade de conduzir esta audiência ouvindo os contra e os a favor desse projeto de lei.

Alessandra, seja bem-vinda à audiência, dez minutos para sua fala.

A SRA. ALESSANDRA MUNDURUKU (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Como a Senadora já me apresentou, eu sou Alessandra.

É uma (*Falha no áudio.*) ... que está sendo impactada por conta do garimpo, né? Hoje mesmo eu vi que uma parente minha está sofrendo a perda de um bebê por conta do mercúrio.

Eu não sei, Senadora, se vocês sabem que a gente teve que trazer médico para fazer análise dos nossos cabelos e que, desde 2020 até agora em 2025, a gente só aumentou o mercúrio no corpo, né? O nosso corpo era para ser o alimento e, principalmente, o leite materno está contaminando os nossos bebês, o nosso futuro. Ele não está contaminando só a água, só os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pariwat que moram na cidade e que consomem peixe, está nos contaminando e contaminando a floresta.

No ano passado, a gente viveu uma seca tão enorme que um rio desapareceu, nunca tinha acontecido isso na vida. A gente também viu muitos peixes mortos. A gente também viu muita fumaça, muita queimada. Eu estou dizendo isso porque tanto os animais na floresta quanto nós povos indígenas ou quem mora na cidade estamos respirando fumaça.

Eu não sei que lei é essa que vocês querem colocar, se nós já estamos vivendo a tragédia na nossa região. Ver mãe dizer que tem medo de ter filhos – filho, uma geração... A gente está falando do futuro, mas esse futuro parece que já está aqui, é agora. As mães têm medo, porque sabem que, a qualquer momento, vão perder filhos. A juventude tem medo de ter seu futuro por conta dessa violência no nosso corpo e da contaminação.

Tanto os ianomâmis, tanto os caiapós, tanto os mundurucus... Está tendo várias invasões dentro do território. Nós mesmos já vamos para o nosso território fazer a fiscalização, que não é nossa, não é? Já há muitos milhares de anos que já vem a invasão. Desde o Presidente Bolsonaro, já vinha e invadiu cada vez mais. Eu disse: "Como é que pode o incentivo do Presidente, ou dos Deputados, ou dos próprios Prefeitos, ou do Governo, dos Governadores, incentivar a invasão dentro do nosso território?

Mas a gente não pode ter medo. A gente tem que fazer esse enfrentamento com o nosso corpo, Damares. A gente não mora numa casinha fechadinha, num quadradinho. A gente tem um território, que é livre, em que a gente gosta de tomar um banho com as crianças, gosta de ensinar onde surge o berçário dos peixes, a mãe dos peixes. A gente quer ensinar o que é a floresta, o que a mãe da floresta está falando para a gente. Eu tenho consciência de tudo que eu aprendo e de tudo que eu posso ensinar. Mas, para isso, nós precisamos das nossas terras demarcadas. Nós precisamos urgentemente que a nossa terra seja demarcada. A gente não quer garimpo, a gente não quer mineração, a gente quer direito. Demarcação, para nós, é prioridade. Quando se tem a demarcação... Muitas terras já têm demarcação, mas elas não têm aquele... Como se diz? Elas mesmas têm que tirar os seus filhos para proteger os nossos territórios, porque muitos casos acontecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente planta, sim, a gente conversa com o Governador, a gente conversa com a prefeitura que a gente precisa de uma plantação sem veneno e a gente consegue isso. Se você vir as nossas plantações sem veneno, é você dar alimento... Infelizmente nem tudo é sem veneno, como é o caso dos peixes que estão contaminados aqui na Amazônia, que não é culpa nossa, não somos nós que estamos explorando, não somos nós que estamos trazendo, de avião, de carro, de barco, o mercúrio que está contaminando os nossos peixes. São uns *pariwat* que estão vindo de tão longe, entrando dentro do nosso território.

A gente pode até ensinar as crianças como proteger o território, como preservar. A gente tem o mundo espiritual também, o respeito de entrar dentro da floresta, os pedido de pajés principalmente, porque eu não falo com o mundo espiritual, mas os pajés falam e eles dizem quando a gente pode entrar, quando a gente pode sair, ou se nós temos permissão para entrar.

Nós indígenas temos que pedir permissão. Imagine os *pariwat*, que muitas vezes, decidem com a ponta da caneta, mas entram dentro do nosso território sem permissão. Isso é gravíssimo. Os parentes que são a favor pensem no futuro. Eu nem sei se vocês pensam no futuro, mas eu penso no meu futuro dos meus filhos, dos meus netos, porque eu quero meus netos, eu quero ser, um dia, bisavó. Eu penso no futuro deles também. Tem que pensar neles, não só a negócio, mas sim, na vida.

Isto para nós é importante: ter vida, ter água limpa, ter floresta em pé, poder colher as plantas, as ervas para nos curar, porque a covid mostrou isso. A covid fez com que a gente usasse mais a floresta, porque ela é um mercado, ela é farmácia, ela dá tudo para a gente.

A gente ainda tem floresta em pé, a gente ainda tem locais sagrados, a gente tem (*Falha no áudio.*) ... mesmo quando é pisada, a gente tem que pedir permissão.

Pensem bem os parentes, pensem bem os Senadores, o Congresso, porque parece que o Congresso virou inimigo das populações, não só meu, não só do meu povo, não só dos meus filhos, não só dos meus netos. Virou inimigo do Brasil, não é? Pensem muito bem o que estão aprovando para nos matar.

Chega de violência. Chega de violência na nossa floresta. Chega de violência com o meu corpo, com o corpo das mulheres que queriam viver em paz e, infelizmente, não conseguem. Têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sair do território, fazer fiscalização e, muitas vezes, chegar a Brasília para falar que existem e que nós existimos, sim, e precisamos ser respeitados.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Alessandra. Sua participação foi incrível.

Eu quero fazer um destaque: você fazer uma participação embaixo de uma árvore foi significativo, foi lindo. A sua imagem ficou muito linda na tela. E obrigada por sua contribuição.

Claro que a gente vai querer contar muito com a Apib em toda a tramitação desse projeto de lei. A Apib, que reúne vários povos, está acompanhando a tramitação dele tanto no Senado como na Câmara.

Muito obrigada, Alessandra Munduruku, por sua participação.

Para fazer diálogo com as falas, nós vamos ouvir agora o Diretor Bruno Potiguara, representando o Ministério dos Povos Indígenas. O Bruno vai falar sobre a perspectiva do Ministério dos Povos Indígenas sobre a regulamentação econômica em terras indígenas, autonomia, sustentabilidade e bem viver.

Eu vou fazer uma provocação a você, Bruno. Entenda a minha provocação. Todas as falas agora remeteram a atividade econômica à terra ou ao plantio. A Alessandra falou sobre mineração. Mas eu tenho, no auditório aqui, muitos jovens indígenas. E nós estamos vendo um fenômeno nas redes sociais, cada vez mais, de jovens indígenas *influencers*, participando ativamente nas redes sociais. Eu sigo um monte, eu curto, eu me divirto e aprendo o tempo todo com esses jovens. E aí eu vou te provocar, Bruno: a atividade econômica voltada à tecnologia em área indígena. Esses jovens têm o direito de optar por não ir para a terra, mas de ir para a área de tecnologia. Podem? Devem? Eles têm esse direito? Nós temos estudante de odontologia aqui no auditório. Nós temos estudante de diversas áreas entre os povos indígenas. Eles empreenderem na área da tecnologia, dentro da área deles, é possível? É direito deles? Ou eles vão ter que atravessar a rua para ter uma *startup*, por exemplo, do outro lado da aldeia, e não pode ser dentro da aldeia? Então, quando a gente fala em atividade econômica, eu vou além da terra. Eu vou além. Nós temos jovens indígenas com muita habilidade na área da tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica a provocação, Bruno. Você tem dez minutos. E, se precisar estender um pouquinho, eu sou uma Senadora generosa.

Seja bem-vindo, Bruno! E já agradeço à Ministra por ter encaminhado você para representar o ministério.

O SR. BRUNO POTIGUARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Damares.

Srs. Parlamentares presentes, representantes de órgãos públicos, lideranças indígenas que estão acompanhando esta audiência pública, gostaria de agradecer a oportunidade de poder aqui me manifestar nesta audiência, em nome do Ministério dos Povos Indígenas, para apresentar aqui a nossa posição institucional sobre o Projeto de Lei 6.050/23, que versa sobre a realização de atividades econômicas em terras indígenas.

Após uma análise técnico-jurídica aprofundada e embasada na Constituição Federal, nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Convenção 69 da OIT, e na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGati), o MPI se manifesta contrário à tramitação e aprovação deste projeto, recomendando sua rejeição integral.

O PL 6.050/23 contraria frontalmente o (*Falha no áudio.*) ... que reconhece os direitos originários dos povos indígenas nas suas terras, que tradicionalmente ocupam, conferindo-lhes a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

O projeto propõe a participação de empresas privadas em atividades econômicas dentro desses territórios, com fim lucrativo, configurando, na prática, uma quebra da exclusividade constitucional, que é garantida pela Constituição Federal. Ao transformar o usufruto exclusivo em usufruto compartilhado ou condicionado, a proposta esvazia o conteúdo jurídico do direito previsto na Constituição.

Ainda afronta a Convenção 69 da OIT, ao prever que estudos técnicos e projetos podem ser realizados sem consentimento das comunidades afetadas, utilizando dados secundários. Tal previsão desvirtua o princípio da consulta prévia, livre e informada, que tem caráter vinculante e que deve ocorrer antes de qualquer medida que afete diretamente os povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há violação da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da ONU, especialmente no que se refere ao direito da autodeterminação, da proteção do território e a exigência do consentimento para projetos que afetam os modos de vida tradicionais.

Ao propor revogações normativas, como o art. 44, do Estatuto do Índio, Lei 6.001, de 1973, e o art. 23, alínea "a", da Lei 7.805, de 1989, o projeto elimina salvaguardas legais que impedem, por exemplo, a regularização de garimpo em terras indígenas. Essa revogação abre caminho para a exploração mineral predatória, contrariando não só a legislação vigente, mas também os princípios e diretrizes da PNGati, que estabelece como dever do Estado assegurar aos povos indígenas o direito à gestão, à proteção dos seus territórios, de forma a garantir a sustentabilidade sociocultural e ambiental desses espaços.

A PNGati, assim como a Convenção 69 da OIT, assegura a autonomia dos povos indígenas na tomada de decisão sobre o uso dos seus territórios, sendo incompatível com a proposta do PL, que fragiliza esse direito sem a devida consulta livre, prévia e informada.

O presente projeto de lei adota uma lógica compensatória que naturaliza o dano, aceitando os impactos sociais, culturais, sanitários e ambientais sobre as comunidades indígenas, desde que seguidos de compensações financeiras. Essa abordagem (*Falha no áudio.*) ... de proteção integral de direitos fundamentais (*Falha no áudio.*) ... muitos dos impactos são irreversíveis ou não mensuráveis economicamente, como a perda da biodiversidade e a desestruturação sociocultural. Vale também destacar que, além das graves violações aos direitos dos povos indígenas, a proposta vai na contramão do compromisso ambiental em conferências internacionais, como a do clima, e das medidas urgentes necessárias para mitigar as mudanças climáticas ao facilitar atividades econômicas intensivas, como também a (*Falha no áudio.*) ... em territórios indígenas, que invariavelmente estão associados à prática de desmatamento, degradação do solo.

O projeto ameaça diretamente os esforços da contenção da emissão dos gases de efeito estufa. Fica evidente que esse PL desconsidera o papel estratégico das terras indígenas na conservação da biodiversidade e na regulação do clima, o que enfraquece o protagonismo do Brasil na agenda climática internacional, compromete as metas do Acordo de Paris.

O PL afirma ainda que não se aplica a povos isolados, mas não prevê nenhuma garantia efetiva para evitar que atividades, nas proximidades, impactem esses grupos, considerando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípio da precaução. Essa omissão representa um risco real à sobrevivência desses povos, podendo configurar grave violação aos direitos humanos.

Por fim, a proposta institui mecanismo de licitação pública para exploração econômica de terras indígenas, o que configura uma mercantilização institucionalizada de territórios protegidos pela Constituição Federal. Esse modelo impõe uma lógica negocial que desconsidera as desigualdades estruturais entre comunidades indígenas e de grandes grupos empresariais, expondo essas comunidades indígenas, esses povos indígenas a pressões econômicas incompatíveis com sua organização social.

Diante do exposto, a gente sempre reafirma, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, que o PL 6.050/23 não atende os preceitos constitucionais nem os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro. Trata-se de uma proposta que compromete o regime de proteção territorial indígena, enfraquece as garantias jurídicas consolidadas e representa um retrocesso na política dos direitos humanos e socioambientais.

E daí, Senadora Damares, respondendo à sua provocação, a gente já tem diversos indígenas que trabalham com as mídias sociais, os *influencers*, que têm essa atuação. A própria Mídia Índia é um projeto de muito sucesso, que vem atuando com os indígenas em diversos territórios do Brasil.

Então, a gente sempre tem aquela premissa de levar essa discussão... E daí quando eu ainda era estudante na academia, a gente tinha aquela discussão de que a gente pode ser quem a gente quiser ser, sem deixar de ser quem somos, sem deixar de ser indígena. A gente pode ocupar os espaços, a gente deve ocupar os espaços, a gente precisa ocupar os espaços, mas sempre observando que os direitos da autodeterminação e da autonomia dos povos indígenas precisam ser respeitados. Eles precisam ser colocados em questão, em pauta, sempre que houver qualquer decisão que vá, de uma certa maneira, influenciar os povos, não é? Então, é nesse sentido.

Respondendo ao Senador Jaime, que fez uma provocação no sentido da exploração de minério, a gente sabe que existe um projeto pensado para a exploração de minério, em Autazes, especificamente. Quero dizer que, quando o Senador fala em mineração para servir de subsídio para a agricultura, eu fico aqui me perguntando de que agricultura o Senador está falando, está questionando. No sentido de que, se for a agricultura de grãos, não é ela que alimenta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. A população é alimentada por uma agricultura de base familiar. A agricultura de base familiar é a que alimenta a população, e é necessário a gente ter essa noção. E, quando a gente pensa de que maneira isso pode ser conciliado, o Ministério dos Povos Indígenas acredita que é justamente respeitando a legislação, respeitando a Constituição Federal, respeitando os acordos e fazendo valer, de fato, que tenha as consultas livres, prévias e informadas sobre os territórios, para que os indígenas possam decidir, opinar por eles e dizer se eles querem ou não aquele processo, se eles querem ou não aquele projeto.

Então, a consulta livre, prévia e informada é um caminho, mas essa consulta precisa ser prévia e, de fato, apresentar o que está sendo pensado, o que está sendo gestado ainda, e não levar apenas para o território, para se fazer uma consulta depois que o projeto já está pronto, depois que o projeto já está ali licenciado, como se fosse apenas uma etapa do processo. A consulta serve o processo, durante todo o seu tempo, que é essa questão de quando se está pensando, quando se está estudando a viabilidade técnica e ambiental. É necessário apresentar para os povos indígenas como é que funciona, o que é que está sendo pensado, para que eles, de fato, consigam se posicionar, consigam se preparar e assim decidir sobre o uso dos seus territórios para tais atividades. Então, é nesse sentido que eu gostaria de colocar.

Quero agradecer a oportunidade, reafirmando que o Ministério dos Povos Indígenas entende que o PL, da maneira que está, fere os direitos constitucionais e fragiliza os territórios, dando grandes aberturas para sua exploração, nesse sentido.

Gostaria de agradecer e colocar isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Bruno, que trouxe manifestação contrária do Ministério dos Povos Indígenas.

Deputada Silvia, está difícil manter as duas pessoas que estão conectadas por mais tempo. Sei que a senhora também tem agenda lá na Câmara, mas poderíamos ouvir as duas pessoas *online*? Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir José Lucas Lemos Duarte, cacique indígena, do povo tukano, Presidente da Cooperativa Indígena de Extrativismo de Recursos Naturais e Minerais e Diretor-Executivo do Agroindígena do Estado do Amazonas.

Bem-vindo, Cacique.

Ele está conectado? (*Pausa.*)

Enquanto ele entra, temos recebido muitas manifestações de cooperativas semelhantes: cooperativa indígena de produção, cooperativa indígena de atividade econômica, o que mostra que a atividade já existe em muitas áreas, e os indígenas estão empreendendo. Acho que o Parlamento não vai poder ficar muito tempo longe desse debate. Se eles estão empreendendo e querem empreender, com maturidade, que a gente faça esse debate. E é dessa forma que eu estou conduzindo esta audiência.

Ele não conseguiu? Então, vamos ouvir ainda...

Nós temos Raimundo Guajajara, empreendedor da etnia guajajara.

Seja bem-vindo, Raimundo! (*Pausa.*)

É um problema de conectividade. Eles estão em área...

O.k.?

O SR. RAIMUNDO GUAJAJARA (*Por videoconferência.*) – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Raimundo?

O SR. RAIMUNDO GUAJAJARA (*Por videoconferência.*) – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Estamos te ouvindo, Raimundo. Estamos te ouvindo.

O SR. RAIMUNDO GUAJAJARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Opa. Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, ilustre Senadora, quero agradecer pela oportunidade e também quero agradecer ao Senador Marcio Bittar e também a fala do Senador do Estado de Roraima. É, rapaz, tomara que esteja mesmo essa felicidade de ouvir as falas do Senador.

Enfim, eu queria que esse modelo aí servisse para todo o Brasil, porque nós estamos precisando de pessoas que tenham uma sensibilidade pela nossa causa, sensibilidade pelos nossos direitos. É isso.

Aqui eu quero dizer que eu estou muito feliz. E também cumprimento os parentes que também estão aí na plenária.

Eu também ouvi atentamente a fala do representante do Ministério dos Povos Indígenas, que se manifestou contra. Isso aí, a gente acredita, não é? Mas só quero dizer que o Ministério dos Povos Indígenas representa o Governo, representa a maioria das populações indígenas nos estados do Brasil, entendeu? Porque quem não se sente representado é o que está sofrendo no nosso país, o Brasil, entendeu? Agora, aquele que é sustentado pelos países estrangeiros não precisa disso mesmo, não. Quem está precisando na base, na aldeia, somos nós indígenas, porque a gente vive manualmente, trabalhando no fundo de quintal. A gente não aceita mais isso. (*Falha no áudio.*)

Nós é que estamos precisando. Aquele que não precisa, eu creio que não vai concordar mesmo, não. Eu nem quero que concorde. Quem está precisando somos nós que vivemos nas aldeias, que estamos precisando desse apoio, precisando de regulamentação dessa atividade. E vamos discutir melhor, entendeu, ilustre Senadora?

E outra coisa: é importante o nosso território, a questão da floresta. Quem vem defendendo essa floresta há muito tempo não são organizações, somos nós indígenas mesmo que vivemos nas aldeias, que cuidamos dela por livre e espontânea vontade, sem ganhar dinheiro, sem ganhar nada em troca, entendeu? A gente compreende que a gente vive hoje só em 14% da Federação brasileira. Enfim, e, nesse tempo todo, a gente vem esperando algo melhor para nós. (*Falha no áudio.*)... E até agora, nada.

Interesses (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer com isso? Essa demarcação é muito importante. Eu quero que aconteça a demarcação, mas, da forma que está existindo demarcação em nosso país Brasil, o Brasil está tratando interesse para demarcar terra para estrangeiro, não é terra para indígena.

É por isso que, há muito tempo, a gente vive impedido – impedido de trabalhar, impedido de criar. É isso que eu não entendo. Entendeu?

Se for para existir uma demarcação para índio, aqui no Brasil, para nós vivermos livremente conforme nossos ancestrais deixaram aqui para nós... Porque, até agora, não entrou na minha mente que meus ancestrais, os meus ancestrais, meus avós, assinaram um papel para os países estrangeiros; cedendo que o país, o Brasil, as terras do nosso país Brasil é deles. E depois se apropriar e ter o controle e que a gente não pode fazer isso e aquilo... Não. Nós somos legítimos, natos deste país. Nós merecemos sem poder de Justiça, sem controle da Justiça nenhum. Nós temos o direito livre de ter nossa terra e viver da forma que nós vivíamos antes de ficar... (*Falha no áudio.*)... dessas ONGs ligadas ao mundo estrangeiro, que dizem que cuidam do clima, que cuidam da natureza.

Olha, até agora, nós viemos servindo como massa de manobra para esses grandes que são ligados ao mundo estrangeiro, que são ligados a essas ONGs, que dizem que cuidam da questão climática.

Olha, quem sabe da situação do que acontece na questão climática somos nós que vivemos aqui nas aldeias. Entendeu? Aquele que vive na cidade só quer saber viver na cidade mesmo.

Hoje, nós estamos por necessidade. Nós temos a necessidade de nós vivermos nossa vida livre, de autonomia. E realmente tem gente precisando desse futuro; essa nova geração que está aí está precisando de futuro.

Nós não estamos precisando que a Funai vá atrapalhar a nossa vida, não. Não estamos precisando que o Ministério dos Povos Indígenas vá atrapalhar a nossa vida, não.

Ministério dos Povos Indígenas era para estar era unido com toda a população indígena. Reunir com as lideranças de base, reunir e dar oportunidade para essa juventude, dar oportunidade para todos nós, melhorar nossa qualidade de vida nas aldeias. Entendeu? É do que nós estamos precisando. E, até agora, o Ministério dos Povos Indígenas tem se demonstrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigo do povo indígena; e defendendo somente discurso do Governo, discurso do mundo estrangeiro.

Então, esse tipo de discurso a gente não permite, não aceitamos mais que o Ministério dos Povos Indígenas venha querer destruir a nossa esperança, não. Ele pode defender, representar o discurso do Governo deles aí, mas nós, da maioria dos índios do Maranhão, do Brasil, nós não vamos permitir esse tipo de danos contra a nossa população. Chega de o índio estar vivendo destruído, e os nossos direitos sendo violados.

Eles falam muito negócio de lei, lei, lei... Lei pra onde?

Olha só, algumas populações estão largando suas aldeias, porque eles não têm oportunidade; e porque eles querem que os filhos deles também cursem a faculdade, como qualquer pessoal dessas ONGs aí, do Ministério, da Apib. Eles têm os filhos deles na maior escola do, do... acho que nem aqui no Brasil, é estrangeiro. E nós também que vivemos nas aldeias, nós também queremos nossos filhos... Nós queremos comer bem, nós queremos ter uma vida boa.

A questão da nossa terra é um direito sagrado de nós viver com a nossa cultura, ninguém estar destruído; a questão de nós viver de forma... Trabalhar na questão da legalização da agricultura, da mineração, da forma que for.

Nós temos o direito, sim, porque isso realmente é uma reparação de danos contra a nossa sociedade indígena do Brasil, entendeu? E agora está na hora de nós tomarmos essa decisão de regulamentação dessa atividade econômica, social, agricultura, legalização da mineração. É um direito nosso. Nós é que estamos precisando. Eu agradeço ao Congresso, agradeço aos Deputados e aos Senadores porque nós que somos da base que estamos sabendo o que é sofrer. As pessoas capitalistas, o índio capitalista não sabe o que é sofrer mesmo, não. Nós é que estamos precisando e nós queremos respeito pela nossa decisão.

E nós queremos produzir, e nós vamos produzir na nossa terra, não é na terra de estranho, de homem branco, não. Nós vamos ter que produzir na nossa terra. Nós temos o potencial, nós temos o ouro, nós temos o diamante. E, se isso não for legalizado, sempre vai acontecer essa destruição, essa poluição, porque, a partir do momento que for legalizado, ilustríssima Senadora, realmente o Governo municipal, o Governo estadual, o Governo Federal vai procurar cuidar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não aconteça mais essa poluição, para que não tenha mais esse roubo de minério, e essa invasão de terra não vai mais existir, porque alguém que realmente está comprometido com a lei vai ter que realmente cuidar dessa lei e cuidar do compromisso que realmente a lei permite, entendeu?

Da forma que nós estamos, sempre nós vamos estar falando da poluição não sei de quê, as queimadas não sei o quê, as madeireiras não sei o quê. Tudo isso aí vai ficar existindo. Se não existir uma norma legal, que nem eu estou vendo aí essa Lei 6.050/2023, eu realmente estou satisfeito e contemplado com essa lei aí. Mas nós precisamos discutir melhor. Eu creio que realmente as coisas vão melhorar e essa lei vai nos proteger e vai nos tirar desse estado de miséria que nós sofremos nas aldeias. As ONGs não sofrem o mesmo, não, porque eles são protegidos pelo apoio e pela estrutura que eles têm hoje no mundo afora.

É isso aí, Doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Raimundo Guajajara. Foi um prazer te ouvir. Acatamos a sua contribuição.

O José Lucas está *online*? Consegue falar? (*Pausa.*)

Vamos ouvir José Lucas antes que a conexão dele caia e, na sequência, a última expositora, Silvia Waiãpi.

O SR. JOSÉ LUCAS LEMOS DUARTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Damares!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Boa tarde!

O SR. JOSÉ LUCAS LEMOS DUARTE (*Por videoconferência*.) – É um imenso prazer ver você de novo. Agradeço a toda a população do Brasil que está me assistindo, que hoje é o dia D.

Eu sou indígena daqui do Norte do Brasil, onde praticamente a legislação brasileira não chegou por aqui. Veja só, o Ministério Público se posiciona de uma forma, dizendo que a lei que está complementando a lei que já foi feita com a não participação de vários indígenas e, sim, deles... Nós estamos aqui num mundo competitivo. Desde que chegaram aqui no Brasil, fala que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índio é coitadinho, índio é incapaz, índio não é humano. Isso tem que parar. Nós estamos aqui lutando para que nós tenhamos a dignidade como o povo brasileiro, não como qualquer população que está marginalizada, sem condições, sem ideias de progredir no nosso futuro.

Vejam só, nós, cansados de estar à mercê das ONGs, que manipulam indígenas, dizendo que a pobreza é o bem-estar, é o bem viver. Isso é mentira! Pegam o dinheiro em nome dos indígenas para se enricarem. Funai, MTE, MPI, MPF, órgãos que estão no Governo estão aparelhados pelas ONGs. Se você quiser fazer um projeto para trabalhar, para tirar sustento familiar, você é proibido, é perseguido pela Polícia Federal. Por quê? Só porque você quer trabalhar, não quer ser aquele índio pedinte. Com essa razão, eu vejo que nós fomos recorrer ao Senador Plínio Valério, porque estamos cansados de ser escravizados pelas ideologias falsificadas que há anos vêm nos atazanando aqui no Alto Rio Negro.

Temos um instituto socioambiental que só fala que, se você mexer em minério, se você mexer não sei no quê, vai acabar o mundo. Então, por que não vão reclamar na Alemanha, na China, que são os maiores poluidores e fazem esse aquecimento global? Nós indígenas, que querem viver com dignidade, estamos proibidos a ter...

Esta Legislação 6.050 contempla, no capítulo dos índios, o 231, porque quando você, como indígena, chega a um banco para pedir uma linha de financiamento para trabalhar como agricultor, é negado. Então, onde é que fica a questão de que se fala no art. 5º da legislação brasileira, em que todos somos iguais perante a lei? (*Falha no áudio.*)... As ONGs internacionais estão invadindo a nossa região. Pegam o que quiserem, o minério que puderem, levam embora e ninguém fala nada. Onde está a Funai? Agora, quando um brasileiro, de fato, quer trabalhar na sua terra Brasil, é impedido. Fala-se: "Ah, fazem uma lavagem cerebral nos indígenas. Não podem pegar em minério, porque vai acabar o mundo". Mentira. Então, por que as pessoas que argumentam isso não param de usar celular, não viajam mais de aeronave, tiram o relógio, tiram os óculos, porque não gostam de minério? Falam em potássio. Temos jazidas de potássio aqui no Amazonas e não podemos usar por quê? Vamos usar pelo menos uma vez a soberania do país.

Eu agradeço ao Senador Plínio, ao Senador Bittar e ao Senador Chico Rodrigues, que chegaram *in loco* para ouvir do meu povo o que está acontecendo de fato. O que acontece? Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viram e, graças a isso, sai esse PL para ajudar a população que está esquecida. Que Brasil é esse que prioriza alguns e não prioriza outros? Somos iguais.

Estamos também organizando...

Eu sou Presidente de uma cooperativa de extrativismo, de recursos naturais e minerais. Na minha região, se não dá agricultura, tem minério, tem nióbio, tem diamante, tem ouro, tem tudo. Mas eu não posso tirar por quê? O mundo lá de fora vai acabar? Não. Eu quero usar enquanto posso. Eu quero ter parceiros, porque hoje tem tecnologias para a extração de ouro que não vão degradar o meio ambiente, quero entrar em parceria. Eu não sou a favor de arrendamento, não. Eu também quero que na Lei 6.050 seja colocado linha de financiamento para os indígenas. Sem financiamento, como o parente falou anteriormente, não tem como trabalhar.

Vejam só. Hoje, a gente se constitui... Então, a gente tem, aqui no Norte do Brasil, no Brasil todinho, os brasileiros indígenas que querem trabalhar, que não querem mais ficar com um caneco de esmolas nas portas do Governo, que estão nos apoiando, com certeza.

Nós brasileiros somos cidadãos originários. E por que só temos título dizendo que o usufruto é exclusivo, e quando vai lá, a terra é da União? Que país é esse?

Vejam só, nós estamos aqui, criamos uma agroindígena em que temos patentes. A Presidente dessa agroindígena chama-se Dra. Elisangela Lima. Ela não é indígena, mas está trabalhando para nós, indígenas, fazendo o favor, para trazer recurso para trabalharmos, seja na... (*Falha no áudio.*)... ou na questão mineral.

Essa Lei nº 6.050 dá abertura para quem nunca teve oportunidade de negociar com o Governo, com bancos.

E agora, também, peço a atenção dos senhores, Ministra Damares e demais Ministros e autoridades presentes, porque tem muitos plagiadores que chegam lá com o nome de agroindígena.

É mentira. Quem é agroindígena de verdade somos nós. Ninguém quer mais ser falado... (*Falha no áudio.*) ... ações feitas pelas ONGs... Não tem participação nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhores, só que tem que ter mais esmiuçamento na questão dessa legislação... (*Falha no áudio.*) ... e protagonizar o seu próprio futuro.

Temos condições, somos capazes, temos regiões, temos áreas, todas detalhadamente já estudadas, e não temos condições de trabalhar. Por quê? Por que não temos financiamento? Porque nós somos índios.

Isso dá vergonha para quem? Para todos os brasileiros que são de bem.

Agradeço a oportunidade que vocês estão me dando.

Hoje, eu me sinto feliz, porque tem uma lei que vai complementar, que vai fazer valer se realmente o índio é brasileiro! Porque o índio é tratado como coitadinho: "Ah, não sei. É do outro planeta. Vamos cuidar dele, porque ele é pobrezinho. Coitado!". Não existe mais isso.

Então, peço desculpas a todos, mas digo, mais uma vez, agradeço às pessoas, aos autores dessa lei, que realmente estão completando o que estava faltando na legislação brasileira, na questão da Constituição Federal. Agradeço de coração a todos: Plínio Valério, Marcio Bittar, Damares, Chico Rodrigues, e todas as pessoas que querem ver o Brasil melhor, democrático e igualitário.

Eu quero trabalhar pela autossuficiência do meu povo e de todos, e parar com essa figura de coitadinho.

Muito obrigado, Ministra Damares, Deputada Silvia...

Peço desculpas a todos os brasileiros.

Vamos para cima e vamos conseguir um Brasil melhor. Que todos nós possamos ver.

Não às ONGs. Fora às ONGs.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. José Lucas Lemos Duarte, Cacique do povo Tukano. Obrigada por sua participação e pela sua defesa ao projeto de lei.

Agora, vamos para a nossa última expositora, e a gente vai, depois dela, encerrar a audiência, porque daqui a pouco vai começar o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Beto quer falar?

Beto, você quer falar. Meu Deus do céu! Só o Beto.

Quero registrar a presença da Luciene Kayabi, indígena, líder indígena, que luta pela autonomia dos povos e pela produção.

E quero registrar também a presença de Aureni Fulni-ô. Aureni, que foi servidora da Funai por mais de 20 anos, ficou dois anos no meu gabinete também, agora foi sequestrada pelo Governo do Distrito Federal e está fazendo um trabalho com os residentes indígenas no DF. Nós temos mais de 8 mil, se não me engano, indígenas morando no DF.

Bem-vinda!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seja bem-vindo também! Temos um jovem bacairi. Temos vários povos aqui representados hoje.

Nós vamos ouvir, por último, a Deputada Silvia Waiãpi, do povo waiãpi, do Amapá, eleita pelo Estado do Amapá.

Nós temos quatro Deputadas indígenas eleitas: a Sônia Guajajara, a Célia e a Juliana. Sônia e Juliana, por São Paulo; Célia, por Minas; e Silvia, pelo Amapá.

Deputada, dez minutos, mas eu sou generosa com a senhora por ter ficado até este momento com a gente.

Obrigada por sua presença.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (Para expor.) – Obrigada.

Primeiro, eu quero agradecer-lhe o convite.

Eu me esforcei herculeamente para estar aqui, porque eu estou dodói. Eu tenho febre reumática desde a minha adolescência e aí estou acometida, um pouco cansada, com dores no corpo, mas fiz questão de vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria falar sobre alguns equívocos, sobre os pontos positivos e os pontos negativos.

Os pontos positivos: finalmente, existe uma lei que está querendo regulamentar atividades que são consideradas um temor por muitos, mas eu também acompanhei algumas observações de alguns preletores aqui, e aí eu queria fazer algumas diferenças em relação ao projeto de lei.

Muitos argumentam ou argumentaram que seria um retrocesso, que seria inconstitucional, que não garantiria a participação dos povos, mas talvez o problema tenha sido especificamente a falta de leitura, porque todo o projeto de lei prevê, inclusive, a participação de indígenas nos resultados de remuneração e também fala abertamente sobre a questão da consulta livre, prévia e informada a todas as comunidades indígenas. Então, todos aqueles que foram contra, infelizmente, ou se equivocaram ou não leram o projeto de lei. Isso é grave, porque nós acabamos, então, arguindo discursos que impedem o desenvolvimento e a dignidade dos povos indígenas brasileiros.

E aí vamos lá: foi citada a lei, por exemplo, o art. 44, porque a lei prevê a regulamentação da mineração, mas a pessoa se referiu à Lei 6.001, que é o Estatuto dos Povos Indígenas, o Estatuto do Índio, e falou sobre o art. 44, que fala o seguinte:

> Art. 44. As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata das áreas referidas.

Bom, o projeto de lei não está falando... Ele até cita a garimpagem, há a possibilidade da garimpagem, mas há uma diferença entre a atividade de mineração e a atividade de garimpagem; uma é superficial. A diferença, no caso, está na escala do serviço e na forma como ela é feita. Aquela que é feita de uma forma artesanal, sem fiscalização, de uma forma ilegal, essa, sim, precisa ser coibida.

Por quê? Porque é essa que vai gerar contaminação do solo, essa não vai arrecadar dividendos, não vai arrecadar nada, nem para povos indígenas, nem para o Estado brasileiro. Então, é ilegal; mas aquela que é legalizada, essa, sim, gera recursos, fiscalização e a melhoria para esses povos, conforme prevê a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estatuto do Índio também fala o seguinte: "Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação". Então, isso quer dizer que, no momento em que o Governador de Roraima foi criticado... Mas ele deu toda a oportunidade, está dando toda a oportunidade, quiçá todos os Governadores de onde existem indígenas pudessem fazer como ele o fez. Então, ele está de parabéns por estar proporcionando a independência, a melhoria, a capacidade de desenvolvimento e a autonomia desses povos que já tradicionalmente vivem a partir da produção da agricultura.

Eu trago aqui à tona uma das argumentações do Cacique Guajajara, na qual ele fala justamente que eles são proibidos de produzir. Nós tivemos recentemente uma ordem da Funai para a apreensão do gado que é criado em terras indígenas guajajara, obrigando esses indígenas a regulamentarem imediatamente, em 120 dias, a sua papelada em relação a esse gado, e esse gado foi apreendido. As cercas que eles haviam colocado para controle desse gado, para eles não irem para uma outra região, para não perderem, foram derrubadas; e aqueles que utilizavam essa atividade da agropecuária para ter leite, para vender esse leite, para poder pagar o seu transporte, para fazer hemodiálise, foram proibidos e tiveram o seu gado apreendido.

É lamentável que a Funai não esteja cumprindo aquilo que diz o art. 53 do próprio Estatuto do Índio, que diz o seguinte: "Art. 53. O artesanato e as indústrias rurais serão estimuladas, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas modernas".

Então, quem é aquele que quer que nós venhamos a viver eternamente do arco e flecha? Por que, então, nós não podemos ter um trator? Por que nós não podemos ter uma colheitadeira? Porque nós somos indígenas e nós não podemos? Será que nós somos obrigados a viver eternamente em 1500, em pleno século XVI, enquanto toda uma sociedade avança? Se em 1500 nós só fomos subjugados porque não dominávamos ciência e tecnologia... Um povo chegou aqui porque dominava uma ciência, que era a navegação; uma tecnologia, que era bússola, pólvora, arma de fogo. Com ciência e tecnologia, nos subjugaram, nos reduziram, nos isolaram. E aí você está em pleno 2025, você não vê indígenas manuseando bússola. Não se domina uma bússola. A quem interessa manter povos indígenas como em 1500, numa situação completamente primitiva, quando uma sociedade já domina ogivas nucleares, armas biológicas, já fez o sequenciamento do DNA e já mandou o homem à lua?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quem interessa manter esse povo, de forma tão peculiar, passível de ser massacrado a qualquer momento?

Então, falta-nos leitura, leitura. Eu li o projeto de lei e as minhas únicas ressalvas mesmo são justamente isto: está faltando leitura para a maioria que foi contra o projeto, porque tudo aquilo que eles disseram que não previa, que era inconstitucional, está sendo previsto aqui. Inconstitucional está sendo essa atitude de manter um povo sem direitos humanos.

E como última ressalva, Senadora, todas as políticas públicas são ofertadas pelo Estado brasileiro, mas mediante um imposto pago por aquele que produz. Então, se hoje povos indígenas têm assistência de saúde, mesmo que precária, dentro da aldeia, é porque alguém aqui na cidade está pagando. Alguém aqui está produzindo e avançando em ciência e tecnologia. Alguém que avançou em ciência e tecnologia está garantindo saúde lá na ponta, avião, helicóptero, lancha. Por quê? Todos são obrigados a nos sustentar ou manter uma vida isolada para nós, para que nós não venhamos para a cidade, para que nós não possamos ser iguais? Ou acaso nós seremos povos indígenas considerados sempre ineptos e incapazes de sermos cientistas, de sermos astronautas, de sermos pilotos, de sermos médicos, dentistas? Quem proíbe o desenvolvimento em terras indígenas, garantindo que nós venhamos a viver sempre num passado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SILVIA WAIÃPI – ... já nos subjugou e nos considera inferiores. Por isso, essa tentativa de organizações não governamentais, financiadas com dinheiro internacional, de nos manter no isolamento. Sabe por quê? Porque eles nos consideram um país de terceiro mundo e todos aqueles que descendem de nós ou de quem nós ascendemos sempre foram considerados inferiores. Então, é óbvio que não nos querem no século XXI, porque eles não querem que nós venhamos a competir com eles.

Então este projeto de lei nos faz autônomos, faz os povos indígenas livres e garante a participação, remuneração, compensação financeira, consulta livre e esclarecida, fazendo diferenças entre solo, subsolo, garimpagem, mineração, desenvolvimento rural, ciência, tecnologia.

Aqueles que nos obrigam a viver no passado, com certeza têm segurança pública, têm médico, têm carro, mas fazem questão de nos manter isolados no esquecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deputada, muito obrigada. Sua fala sempre nos incomoda e nos desafia.

Eu a conheci uns 15 anos atrás pela televisão e quis muito, naquele momento, ser sua amiga, e hoje sou sua amiga. Diz para este povo que está nos assistindo, em poucas palavras, o seu currículo.

A SRA. SILVIA WAIÃPI – Eu sou formada em artes, sou formada em fisioterapia, sou especialista em anatomia e biomecânica, em fisiologia do exercício, sou especialista em terapia intensiva, com ampla atuação em reabilitação respiratória em unidades de terapia intensiva.

Eu sou formada em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra, sou formada em Ssafe, Salvaguarda e Segurança pela ONU, sou formada em Transporte Aeromédico, sou formada em DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear). Sou especialista em Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Públicas. Sou formada em Liderança Estratégica pela Escola de Comando e Estado-Maior, também sou formada em Relações Exteriores em Taiwan, na China, porque eu sou uma mulher do Norte, uma indígena brasileira, com intelecto igual a todos os brasileiros.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Silvia.

Esqueceu-se de dizer que foi atriz da Rede Globo e que eu lhe assisti quando você estava lá na novela, e também é maratonista, ganhou algumas corridas.

Nós estamos no final desta audiência. Eu acho que esta audiência – é claro; calma, Cacique – alcançou o seu objetivo, mas a gente não pode finalizar sem ouvir o Beto Yanomami. Beto.

O SR. BETO GÓES (Para expor.) – Gratidão, Senadora.

Para mim é uma honra estar aqui com a minha parente – orgulho – Deputada Silvia Waiãpi, a minha parente Luciene Kayabi e o meu irmão Bakairi Calebe. *Awé*. Sou ianomâmi, Beto Góes, filho de Júlio Góes, líder tribal ianomâmi, que está lá na minha tribo, na minha aldeia, Maturacá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Amazonas. *Awé* a todos. O que eu digo hoje aqui é para nós comungarmos. Vamos comungar os parentes, com todo o respeito, que são manobrados pela esquerda. Por favor, respeite um ao outro somente.

Esta Casa aqui está nos ouvindo, sim, e eu sou totalmente a favor deste projeto de lei que contempla a todos nós. Queremos dignidade, é isso. Foi dito que o Estado proíbe, o Estado coíbe, não é o Estado; o Estado brasileiro cuida, sim, de nós. São as ONGs (Organizações Não Governamentais) que não querem o índio desenvolver. A autossustentabilidade nas terras indígenas deve, sim, ser implementada. É o que este projeto de lei está fazendo e é isso que nós queremos.

Meu pai costuma me ensinar – eu com 42 anos hoje e meu pai continua me ensinando, passando –, diz que somos livres, diz que somos autônomos, diz que devemos ser protagonistas. Porém, as ONGs não querem deixar. Porém, eu digo – eu, parente de Kayabi, parente de Bakairi, sejam quaisquer outros parentes que são a favor, igualmente o meu amigo Cacique, que falou ali –: os que estão na base sentem na pele. Por quê? A gente fica dependendo. Nós queremos ser protagonistas; sim, queremos.

Demarcar terras? *Awé*! Quem falta demarcar, por favor. Funai, faça seu trabalho. Ministério dos Povos Indígenas, por favor, faça algo, ajude os parentes a demarcar as suas terras, porém dê autonomia para plantar, para cultivar sua terra, para fazer agrofloresta. "Ah, não pode plantar mais de dois, três hectares?". A*wé*! Pode autorizar um hectare? Deixe plantar. Agricultura familiar pode, agrofloresta... Tem castanha? Tem. Tem cacau no mato? Tem; igualmente, na minha terra. Mineração? Tem minério, tem ouro, diamante? Tem. O parente falou ali: "Tem nióbio?", tem.

Regulamenta. Este projeto de lei prevê a regulamentação de várias atividades de alta sustentabilidade para o povo, e é isso o que nós queremos, para deixar essa figura de índio pedinte. Muitos olham para o Beto Góes, olham para o Kayabi aqui, o parente: "Está em Brasília pedindo". Não, esta imagem precisa ser apagada. Queremos autonomia, protagonismo para os povos indígenas. É o que a Presidente, a parente Deputada está fazendo, todos aqui, o Senador Jaime, o Governador de Roraima... Tenho parentes em Roraima, infelizmente, totalmente manobrados pelo Instituto Socioambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ianomâmi, a partir do momento em que ele abre a mente, ele tem visão de futuro; o ISA é contra, é contra porque, se o ianomâmi se desenvolver através da plantação, da agricultura familiar, através da faiscação... O meu parente ianomâmi, em Maturacá, é garimpeiro, eu sou garimpeiro. Todos nós somos garimpeiros, quem está aqui é garimpeiro, de uma outra forma: ter emprego, ter salário é garimpar.

Portanto, o ianomâmi maturacatere, da minha aldeia, já é garimpeiro; ele faz o seu trabalho de garimpar, Senadora, manual, artesanal, chama de faiscagem. Não usa mercúrio, não usa nada, é no manual, e isso precisa ser regulamentado. Com o Governo regulamentando, esta Casa, aqui, regulamentando o trabalho manual de garimpo, garimpagem, extração de ouro, o ianomâmi terá dignidade, Senadora.

Hoje, este Governo, que diz defender os direitos dos povos indígenas, hoje coloca a Polícia Federal, coloca a Funai, coloca o ICMBio – esta ONG disfarçada, maquiada de órgão do Governo Federal brasileiro, porém, é uma ONG – apenas para proibir o ianomâmi, lá na minha terra, de trabalhar, buscar dignidade. Vários botes de embarcação, numa operação que teve lá, foram fuzilados, estragaram os botes de alumínio dos meus parentes lá e, ainda, roubaram – para mim, isso é um roubo. Na operação, tomaram 80g, 120g, 200g de ouro, 50g de ouro, dos próprios parentes ianomâmis que estavam trabalhando lá. Pra onde foi esse ouro?

Os parentes que perderam o ouro estão lá sem comida para as crianças. Quem trabalha lá é porque tem criança para dar de comer. E hoje a Funai e o ICMBio, usando a máquina do Governo, que se chama Exército Brasileiro, e a Federal, roubaram o ouro dos meus parentes, dizendo que estão fazendo a defesa do território ianomâmi em Maturacá, no Amazonas – Parque Nacional do Pico da Neblina. *Awé*! É Parque Nacional, a gente respeita. Porém, o Estado também tem que respeitar o ianomâmi trabalhando artesanalmente. Ele não está tirando aquele ouro com mercúrio, como a parente lá falou.

Gostaria muito que um dia minhas filhas ou meus filhos estudassem para ser especialistas em saúde, igualmente minha parente Deputada, para ver se realmente o mercúrio contamina o cabelo, o leite da mamãe que está amamentando. Por quê? Porque existem canadenses, indígenas canadenses, indígenas americanos, dos Estados Unidos, milionários extraindo seu ouro usando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tipo de... Nunca ouvi falar que tem parentes canadenses morrendo por conta do mercúrio, e eles são os maiores extratores de ouro do mundo. Eu sei disso.

Então, finalizando, Senadora – finalizando. Hoje, Agro Indígena Nacional é o que é: o parente aqui, eu, parente Calebe. Não existe plágio quando se fala Agro Indígena Nacional. Somos indígenas, e pronto. Quem usar a palavra "plágio", por favor, queira respeitar. Eu não sou plágio. Quem falar isso é manobrado. Isto é vergonhoso: chegar e falar o que o outro não índio ensinou, mandou falar. Seja ianomâmi, seja parente, igualmente ao Beto.

(*Expressão em língua indígena.*)

Gratidão, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Beto.

Nós temos muitas pessoas acompanhando, e eu só vou encerrar esta audiência dizendo que a audiência despertou muita curiosidade – a audiência está grande –, e vieram colaborações da internet. Eu só vou ler quatro – quatro comentários.

Bruno, do Acre, diz o seguinte: "Essas atividades não são sustentáveis nem fora das [...] [terras indígenas]. Deveríamos [...] [discutir a] reestruturação da vida moderna e não [...] extrativismo".

Maurício, de Pernambuco: "Concordo plenamente [...] [com a] exploração econômica em terras indígenas, em prol do crescimento da economia do Brasil de forma sustentável".

José, do Paraná: "Acredito que a exploração [...] exclusivamente pelos povos indígenas locais, e respeitando o código ambiental, seria uma boa [alternativa]".

Já a Luciana, do Rio Grande do Sul, disse: "Impossível compatibilizar exploração da mineração [...] com proteção de áreas indígenas. Deixem os indígenas em paz!".

E nós temos quatro perguntas, ou melhor, cinco perguntas, que eu vou pedir à Secretaria que direcione ao Relator. Uma veio de Lara, do Rio de Janeiro; outra de Ralph, de Pernambuco; outra de Bárbara, Santa Catarina; Carlos, de São Paulo; e Lucas, de Santa Catarina. Encaminho ao Relator para que ele responda diretamente por *e-mail*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, acreditando que a audiência cumpriu o objetivo inicial, o objetivo proposto, quero agradecer a presença de todos.

Eu espero que o gabinete dos três autores dos três requerimentos que pediram a audiência tenham acompanhado e tenham anotado as contribuições que foram trazidas, contrárias ao projeto e a favor dele.

O projeto está na pauta amanhã. Amanhã começa a discussão dele nesta Comissão. Isso não quer dizer que ele vai ser votado amanhã. Amanhã começa uma discussão. Tem vários instrumentos regimentais, pedido de vista, se sentirem necessidade de uma outra audiência, haverá outra audiência, mas o projeto está na pauta amanhã.

E esta Comissão está fazendo isso com muita maturidade. Como Presidente, eu determinei trazer a matéria para a pauta. Nós precisamos pensar diferentemente.

Nós precisamos ajudar esses indígenas, que querem autonomia para empreender, para ficarem ricos. Eu não tenho vergonha de falar a palavra prosperidade e riqueza. Eu tenho vergonha de falar miséria, fome e descaso. Essas três palavras, eu tenho vergonha de falar.

Obrigada por terem participado desta audiência. Que Deus abençoe vocês.

Ah, este mês, nós temos o Quarup na área da Reserva Xingu. Este mês, é o Quarup do nosso grande líder, o Cacique Kotok. Estou me organizando para ir ao Quarup com a família do Kotok.

Para quem não sabe, Kotok foi mais que um amigo. Vou contar um segredo para vocês: Kotok me pediu em casamento. (*Risos.*)

Eu seria a quinta esposa do Cacique Kotok. Não deu tempo de a gente se casar. Kotok partiu para outra dimensão. Kotok está no céu. Eu amo a família do Cacique Kotok.

Mas por que eu estou falando isso? As imagens serão publicadas. Curtam e acompanhem a linda festa Quarup, que acontece na Reserva Xingu.

Obrigada a todos vocês que participaram desta audiência. (*Palmas.*)

E assim eu declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinco minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves, Marcio Bittar e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Dr. Hiran, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Magno Malta, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima quinta à trigésima oitava reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1331, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Marcio Bittar. Na sequência, a Comissão concede vistas coletiva. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5081, de 2023 - Não Terminativo - que: "Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Marcio Bittar. Na sequência, o Senador Marcio Bittar passa a presidência ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Lei n° 942, de 2024 - Não Terminativo - que: "Cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, no caso de a criança ou o adolescente utilizar ou consumir o produto." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Marcio Bittar. Na sequência, o Senador Marcio Bittar passa a presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5178, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente Lei Maria da Penha." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Marcio Bittar. Na sequência, o Senador Marcio Bittar passa a presidência ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, o presidente designa a Senadora Damares Alves como relatora ad hoc. Na sequência, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto. A Senadora Damares Alves apresenta o requerimento nº 71/2025 de urgência extrapauta, que é aprovado pela Comissão. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6050, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas." Autoria: CPI DAS ONGS. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão concede vistas coletiva. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 64, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Tratado sobre Comércio de Armas –TCA, explorando os desafios e oportunidades na implementação do Tratado e os esforços para prevenir e combater o tráfico ilícito e o desvio de armas, levando em consideração a perspectiva de gênero." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 65, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 42/2025 - CDH, para instruir o PDL 723/2019, sejam incluídos convidados." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 69, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública em Defesa da Causa Animal" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 70, de 2025 que: "Requer a inclusão dos nomes para a Audiência Pública sobre a redução da jornada de trabalho semanal dentro do Ciclo de debates sobre a SUG 12/2018 - REQ 20/2025." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM 10 - Relatório que : "null" Autoria: CDH. Resultado: Relatório lido sem deliberação.. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 71, de 2025 que: "Requerimento de urgência para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o PL 5178/2023" Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 35ª e 38ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos cinco projetos de lei na pauta, quatro requerimentos e também estamos divulgando hoje, está sendo publicado hoje, o relatório da diligência externa Operação Acolhida, do território ianomâmi.

Temos *online*, conosco, o Senador Márcio Bittar.

Por ser o único Senador que está presente, vou propor a inversão da pauta – eu mesma vou propor.

Os que são a favor permaneçam como estão, e os que são contra se manifestem. (*Pausa.*)

O.k.? Então, vamos inverter a nossa pauta.

Vamos para o item 5 da pauta, o PL nº 6.050, de 2023.

Depois, queria pedir ao Senador Márcio Bittar que continuasse e presidisse a reunião para que eu lesse dois votos meus.

Senador Márcio Bittar e senhores presentes, item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH, CI, CMA e CCJ.*

Na 38ª Reunião, realizada ontem, dia 15 de julho, tivemos a realização de audiência pública para instruir a matéria, com inúmeros convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Márcio Bittar para a leitura do relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente.

Obrigado pela inversão de pauta.

Acho que estamos – é, muito importante...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Márcio Bittar, verifica seu microfone? Está muito baixo. (*Pausa.*)

Pode falar.

Não estamos ouvindo. O problema é aqui?

Tenta de novo, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência*.) – Alô! Um, dois, três...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pronto.

Perfeito agora – perfeito!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência*.) – Está bem.

Então, retomando, quero cumprimentar a nossa Presidente, a Senadora Damares, e dizer que entendo que é muito importante o que estamos perto de votar agora. A realidade das populações indígenas, independentemente das colorações de quem quer que seja, é cruel, é famélica. Nós temos dificuldades muito grandes de dar assistência aos índios. E esse projeto vai no sentido de dar uma certa independência e de possibilitar que os índios brasileiros, os indígenas brasileiros, também tenham o direito de prosperar.

Portanto, eu considero muito importante essa iniciativa e espero que, hoje, a gente consiga aprová-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto, então, à análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta CDH (Comissão de Direitos Humanos) opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos, inclusive direitos das minorias sociais ou étnicas, o que torna regimental a análise da proposição por este Colegiado.

No que se refere ao mérito, a proposta deve ser acolhida. A regulamentação de atividades econômicas em terras indígenas é essencial para assegurar segurança jurídica, promover a autonomia e garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas.

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas naturais — solo, rios e lagos — existentes nas terras por elas tradicionalmente ocupadas, além da participação nos resultados da lavra decorrente da pesquisa e exploração de recursos minerais em tais áreas. Contudo, a realidade social de grande parte das comunidades indígenas não condiz com a prosperidade que as terras tradicionalmente ocupadas poderiam proporcionar.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as populações indígenas têm quase três vezes mais chances de viver em extrema pobreza em comparação às não indígenas. Já dados do Banco Mundial revelam que, embora representem cerca de 6% da população mundial, os povos indígenas correspondem a aproximadamente 19% das pessoas em situação de extrema pobreza.

Esses dados, infelizmente, não surpreendem. Embora não tenha sido essa a intenção da Constituição Federal ao reconhecer os direitos dos povos originários, a forma como ela vem sendo interpretada e aplicada, na prática, tem impedido que essas comunidades usufruam e se beneficiem do desenvolvimento econômico. Muitos que enxergam as terras indígenas como “santuários intocáveis” – quase sob uma ótica utópica – e que se empenham em bloquear qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social, sob a justificativa de preservação ambiental, ignoram a realidade precária em que vive grande parte dos povos indígenas.

Como bem destacado no Relatório Final da CPI das ONGs, trata-se de “miseráveis vivendo em cima da riqueza”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o documento, essa realidade é resultado de uma complexa rede de interesses, especialmente estrangeiros –, mas também nacionais –, concretizados pela atuação de ONGs, auxiliadas por membros do Ministério Público, que impõem obstáculos insuperáveis ao desenvolvimento nacional e à vida das populações indígenas e outras comunidades da região amazônica.

Um fato que merece destaque e simboliza a dura realidade enfrentada pelos povos originários em nosso país foi a apresentação feita por representantes do Ministério dos Povos Indígenas durante reunião conjunta da CDH e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, realizada em 26 de março de 2025. Entre as ações emergenciais relatadas, destacou-se a iniciativa intitulada "Garantia de Direitos", que consistiu na distribuição de 56.665 cestas básicas ao povo ianomâmi, entre 2024 e 2025.

Trata-se de uma resposta louvável e necessária diante da emergência humanitária vivida por essas populações.

No entanto, é também um retrato triste e preocupante: comunidades que poderiam estar colhendo os frutos do uso sustentável e harmonioso de suas próprias terras seguem privadas de condições mínimas de subsistência.

Então, não é a realidade que a nossa Constituição Federal idealizou para as comunidades indígenas. Reforçamos: é inaceitável que os povos indígenas continuem sendo sistematicamente excluídos dos processos de desenvolvimento do país – sobretudo quando se encontram em territórios com grande potencial produtivo.

Diante desse cenário, a proposta em discussão se apresenta como um importante marco regulatório na efetivação dos direitos sociais e econômicos dos povos indígenas. Trata-se de uma iniciativa que busca alinhar o ordenamento jurídico nacional às diretrizes da Convenção nº 169 da OIT, que reconhece que esses povos devem ter o direito de controlar seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Com base nesse princípio, o PL estabelece que qualquer atividade econômica em terras indígenas somente poderá ser realizada mediante consulta livre, prévia e informada às comunidades afetadas. Essa exigência não é apenas formal – ela confere protagonismo às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades indígenas, garantindo-lhes a autonomia para decidir sobre o uso de seus territórios e o modelo de desenvolvimento que consideram adequado às suas tradições e necessidades.

Além disso, caso a comunidade se manifeste contrária à realização da atividade econômica, todos os procedimentos relacionados à implementação da iniciativa deverão ser imediatamente interrompidos. A futura lei também deverá assegurar mecanismos rigorosos de controle e fiscalização, com a participação da Funai, do Ministério Público, agências reguladoras setoriais e do Congresso Nacional – este último, nos termos da Constituição, é o responsável por autorizar a pesquisa e a lavra de recursos minerais, bem como o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, em terras indígenas.

A proposta garante às comunidades indígenas plena autonomia na gestão dos recursos financeiros oriundos da participação nos resultados, das indenizações e das compensações decorrentes de eventuais atividades econômicas realizadas em seus territórios. Essa gestão deverá respeitar as formas próprias de representação e os modos tradicionais de organização desses povos, reforçando o compromisso com a autodeterminação das comunidades indígenas.

Ao regulamentar com responsabilidade um tema tão sensível, a proposição não fragiliza os direitos das populações indígenas; ao contrário, ela os consolida em bases jurídicas claras, seguras e participativas. Trata-se de um passo importante para assegurar que os povos indígenas possam, com autonomia e respaldo legal, decidir sobre seu próprio futuro.

Por fim, apresentamos duas emendas de redação: a primeira busca corrigir a numeração dos dispositivos, já que há dois artigos identificados como art. 6º; a segunda visa ajustar a redação de “biocombustíves” no inciso II do art. 20, para que conste corretamente o nome da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.050, de 2023, com as seguintes emendas já apresentadas.

Era o que eu tinha para apresentar, Ministra e Senadora Damares, nossa Presidente, esperando que a gente possa já aprovar nesta Comissão, já que depois dela tem outras tantas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho procurado, honestamente, respeitar a opinião de todo mundo. Mas eu, que sou um amazônida, quero aqui dizer sem medo de errar que, quanto mais tempo o Congresso Nacional demorar para dar ao indígena o direito de prosperar – querendo ou não, toda demora, tudo que vier, que está acontecendo e que continuará acontecendo para protelar isso –, nós, o Congresso Nacional, estaremos sendo o parceiro da fome, da miséria, das condições sub-humanas em que vive a maior parte das populações indígenas. Com isso não quero ofender ninguém, mas as pessoas que trabalham sistematicamente para nada mudar, na prática, acabam trabalhando para manter uma população imensa, que elas dizem defender, na fome e a miséria de milhares de irmãos nossos indígenas.

Então, é esse o parecer.

Quero aqui louvar, mais uma vez, o Presidente da CPI, Plínio Valério, que foi quem trabalhou pela CPI das ONGs e me deu a honrosa missão de ser o Relator.

Era esse o parecer.

Muito obrigado, Presidente Damares.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu queria pedir vista e, se a senhora me permitir, eu queria fazer um breve comentário.

Não vou entrar no mérito neste momento, mas eu queria deixar uma reflexão para todos nós, Senadores, Senadoras e para quem nos assiste pela TV Senado: o conceito de prosperidade não é absoluto a partir de um determinado ponto de vista. Nós não podemos achar, como já achamos no passado, que os povos indígenas e que os povos de origem africana eram pagãos porque não comungavam da religiosidade importada dos europeus para cá ou imposta pelos europeus aos povos indígenas e aos africanos que aqui chegaram. Nós não podemos continuar incorrendo nos mesmos erros históricos de achar que a nossa racionalidade, que os nossos conceitos devam ser impressos nesses povos e nessas nações indígenas, porque isso é uma perspectiva, é um tipo de olhar. Nós precisamos... Antes de propor coisas desse tipo, é preciso que a gente abra um debate. Se a gente realmente quer fazer e se esse, de fato, é um desejo, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preciso que a gente escute não somente aqueles que se dizem defensores deles, dos indígenas, que também têm um viés a que a gente precisa ficar atento, nem aqueles que acham que têm a fórmula da prosperidade. Nós precisamos encontrar um outro termo que respeite efetivamente a essência, o modo de vida, o jeito de ser, a cultura, a tradição, o que esses povos representam efetivamente.

Portanto, eu queria pedir vista, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É regimental. Concedo vista coletiva.

Como eu sou Relatora do item 1 da pauta, eu vou solicitar que o Senador Marcio Bittar, que já está com o microfone ligado, seja o Presidente, e eu quero fazer a leitura do voto.

Senador Marcio Bittar, por favor.

Senador Marcio Bittar, V. Exa. quer falar antes também de assumir a Presidência? (*Pausa.*)

Desligou?

Senador Rogério, o senhor poderia assumir para mim a Presidência?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Com o maior prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ele está falando? Ele está falando.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência.*) – Oi! Está ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência.*) – Eu assumo no lugar de V. Exa. a Presidência da Comissão com muito prazer.

Só queria deixar um comentário ao meu queridíssimo colega, a quem eu quero muito bem, Rogério Carvalho: na verdade, o projeto não está impondo nenhum padrão às populações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. Não estamos impondo a eles o padrão do branco. Nós estamos dando a eles o direito, nós estamos passando para eles o direito, em eles querendo, de utilizar recursos naturais para melhorarem de vida. Eu não considero que passar fome em qualquer cultura seja algo próspero, né? Mas, enfim, foi concedida vista.

Eu passarei a palavra à querida colega, Senadora Damares, para ler o seu parecer.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1331, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH, CMA e terminativo na CCJ.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes da leitura do meu voto, o Senador Paim manifestou interesse em falar. Como ele está *online*, eu gostaria de ceder a minha fala, antes da leitura do meu voto, a ele.

Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência.*) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidenta Damares, mais uma vez, agradeço a gentileza de V. Exa. e, ao mesmo tempo, cumprimento o Senador Marcio Bittar, que fez o seu relatório baseado no seu ponto de vista, e cumprimento aqui, com muito carinho e respeito, também o Líder Rogério Carvalho, que fez a sua exposição e fez o pedido de vista.

Eu sigo (*Falha no áudio.*) ... importante o pedido de vista para a gente poder aprofundar o debate, ler com calma o relatório que hoje foi apresentado e, no momento adequado, claro, vamos a voto.

Então, eu sigo o Líder, somando-me ao pedido de vista.

Agradeço mais uma vez, Senadora Damares, pela gentileza de sempre com este Senador. Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

Vou proceder à leitura do meu voto.

Peço permissão ao Presidente para ir direto à análise.

A extração mineral faz parte da nossa história; já existia muito antes da Constituição de 1988 e nunca parou. A busca das riquezas minerais foi um dos motores da expansão territorial do Brasil desde os primórdios da colonização. Nas regiões mais ermas, especialmente nas fronteiras, a extração mineral ainda é vista como uma chance de realizar o sonho de ascensão social de muitos trabalhadores que não têm um grande leque de oportunidades.

É indispensável, porém, que essa atividade seja regulamentada e fiscalizada, pois a proibição intransigente e a cobiça desmedida trazem inúmeros perigos. Disputas entre os próprios, aqueles que trabalham na extração mineral ilegal, ou entre estes e os indígenas, são constantes. Muitos desses indivíduos adoecem e morrem em condições precárias de trabalho, algumas vezes, análogas à escravidão. Mulheres e meninas são levadas para cozinhar nas áreas de extração mineral ilegal, mas acabam sendo forçadas a se prostituir para pagar dívidas com transporte, alojamento e alimentação, tornando-se escravas sexuais. Facções criminosas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiras e estrangeiras oferecem serviços de proteção, fornecem armas e usam o ouro para lavar dinheiro de outras atividades ilegais, como o tráfico de drogas e de armas. Há mais de 30 anos este Congresso Nacional trava discussões intermináveis sobre esse assunto enquanto assistimos a episódios como o massacre ocorrido na Reserva Roosevelt e a recorrente crise humanitária na Terra Indígena Yanomami. Nossa inércia é medida em sangue e sofrimento.

O caminho da regulamentação é indicado na própria Constituição de 1988, com ao menos três requisitos inafastáveis, que são a autorização do Congresso Nacional, a consulta prévia, livre e informada das comunidades afetadas e a participação dos indígenas no resultado da lavra. O PL nº 1.331, de 2022, respeita essas condições e vai além do mínimo: nele, está expressa a garantia da integridade cultural, social e econômica das comunidades indígenas, assim como a vedação à mineração industrial; a exploração mineral em áreas nas quais existam povos isolados ou de contato recente é categoricamente proibida; a participação de instituições representativas e debates sobre direitos humanos, sobre questões ambientais e sobre possíveis efeitos negativos que a extração de mineral ilegal possa produzir também são garantidos; proíbe-se o aliciamento dos indígenas; a cooptação de lideranças individuais também é desestimulada, ao prever que o consentimento venha da manifestação da própria comunidade afetada.

É meritória, portanto, a iniciativa, que dedica a maioria de seus dispositivos à proteção dos indígenas contra abusos e à garantia de seus direitos constitucionais. Longe de representar qualquer tipo de imposição de força sobre os indígenas, oferece uma solução equilibrada para esse debate tão antigo e espinhoso.

Concluída a análise global do texto, identificamos a necessidade de efetuar alguns reparos pontuais, que passamos a expor. Um reparo é na ementa, outro no art. 2º, e, no art. 5º também, inciso II, eu faço a substituição da palavra “instituições” por “entidades”. O art. 7º abre discussão sobre a capacidade de trabalho e o grau de aculturação dos silvícolas. Propomos suprimir esse trecho, pois o termo “silvícola”, apesar de estar no Estatuto do Índio, é impreciso. A aculturação é um conceito já ultrapassado e o questionamento sobre a capacidade de trabalho pode ser interpretado de modo ofensivo. Também o termo “cooptação”, no §1º, deve ser substituído por “aliciamento”, que tem sentido jurídico definido. Finalmente, propomos suprimir o art. 10, pois não cabe ao Legislativo fixar prazo para que o Poder Executivo exerça sua competência constitucional de regulamentar a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.331, de 2022, com as emendas que já foram devidamente publicadas.

Esse é o voto e esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu quero pedir vista também.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência*.) – Bom, entendo que o pedido de vista também é regimental. Como Presidente, concedo o pedido de vista feito pelo nosso Senador.

Mais alguém quer discutir?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Senador Paim, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente Marcio Bittar, sempre Presidenta Damares, na mesma linha do projeto anterior, a reflexão que a bancada fez seria o pedido de vista, para que a gente possa aprofundar a leitura e talvez contribuir ainda com alguma alteração, por parte do Líder Rogério Carvalho.

Eu acompanho o Líder.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Presidente Damares.

Nesse projeto, com sua relatoria, e também no do Senador Marcio Bittar, os dois falam de nós darmos dignidade aos nossos indígenas. Eu não consigo entender o porquê de nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podermos cumprir a nossa Constituição e fazer aquilo que nós precisamos para dar dignidade para os nossos povos indígenas. Os minérios que estão lá são deles.

Eu vou falar só um pouquinho sobre a reserva dos cintas-largas, lá em Espigão D'Oeste, que pega desde Vilhena, Espigão D'Oeste e vai até Aripuanã. Senadora, está se tirando diamante da maior jazida de diamante do mundo. E a gente sabe que tudo vai sendo explorado clandestinamente. Parece que tem muitos Parlamentares que querem que isso continue sendo explorado clandestinamente. Isso não é justo. Não é justo porque isso é dos nossos indígenas, é deles. É o único mecanismo que nós temos para dar dignidade para eles terem uma condição muito melhor de vida. Não adianta estar sentado ou em cima da riqueza e vivendo na extrema pobreza.

Então, nós temos que nos aprofundar e temos que convencer os demais Parlamentares para que esses projetos andem, para que isso se reflita em bens e em melhorias para os nossos indígenas. Eu tenho certeza de que, além de tudo, vai ter uma arrecadação estrondosa para o nosso povo brasileiro e para a sociedade. Isso aí só vai refletir em bons frutos.

Eu acredito muito em Deus ainda e eu sei que essas pessoas vão rever os seus pensamentos, vão rever a sua situação, vão ver que nós temos que dar dignidade e precisamos dar a recompensa aos nossos indígenas, dos 14% do território nacional, que são dignas e justas com eles.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Por videoconferência*.) – Minha colega Damares, eu, como Presidente momentâneo, passo a Presidência para o querido colega e vizinho Jaime Bagattoli, já que a nossa Senadora Damares também vai relatar outros projetos. O.k.?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Marcio. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 2.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5081, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece expressamente a necessidade de eleições diretas para os Conselhos Tutelares, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Em reunião realizada em 09/07/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, faço agora a leitura do Projeto de Lei 5.081, de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, que está na nossa pauta como item 2.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente, se me permite.

A matéria inova a ordem jurídica e é de grande importância para a melhoria do processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares. Contudo, é necessário serem realizados alguns ajustes para adequação as normas técnicas legislativa vigentes, que em diante procuraremos corrigir.

Consideramos aprimorar a proposição, sugerindo a alteração da ementa do Projeto de Lei nº 5.081, de 2023, inscrevendo a ideia normativa da obrigatoriedade de eleições no art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já regula o processo de escolha dos conselheiros.

Já a finalidade do art. 132 é determinar a quantidade mínima de conselhos tutelares por localidades e fixar o número de seus membros. Portanto, sugerimos uma emenda juntando os novos comandos propostos ao art. 139, reformando-lhe o *caput*, excluindo o termo "recondução"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para "reeleição", mudanças feitas com base no art. 11, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 95, de 1998, para fins de organização e clareza, em nada alterando o espírito da proposição, que vemos com muito bons olhos.

Contribuímos ainda com a inclusão do inciso IV ao art. 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a exigir como requisito para a candidatura a membro do conselho tutelar a comprovação de sanidade mental em razão da sensibilidade e complexidade dos casos que são tratados e acompanhados pelos membros do conselho tutelar.

Por fim, incluímos o §8º ao art. 139, o qual garante que o processo de eleição dos membros do conselho tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

Voto.

Em consonância com nossa exposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.081, de 2023, nos termos da seguinte emenda substitutiva que apresento e que já foi amplamente divulgada e publicada.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Querido Presidente Jaime Bagattoli, agradeço por me dar a oportunidade de elogiar a nossa Senadora Presidente desta Comissão pelo brilhante relatório em um tema que eu venho acompanhando desde quando eu era Deputado Federal, quando foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Faço questão de dar o depoimento, e votarei com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Paim.

Mais alguém quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo).

A matéria segue para análise terminativa da CCJ.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 942, DE 2024

- Não terminativo -

Cria causa de aumento de pena para o crime de vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, no caso de a criança ou o adolescente utilizar ou consumir o produto.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, faço a leitura do Projeto de Lei nº 942, de 2024, de autoria da Deputada Laura Carneiro, e peço permissão ao senhor para ir direto à análise.

Com sabedoria, Presidente, o ECA tipifica a entrega de bebida alcoólica a criança ou adolescente. Contudo, o que se verifica na atual redação do art. 243 do ECA é que, independentemente do resultado dessa entrega, a pena é a mesma; ou seja, pune-se na mesma medida aquele que dá substância psicoativa a menor de idade, vindo ou não a criança a consumi-la. Naturalmente não há justiça se a punição é a mesma, inclusive quando a criança consome tal produto. O bom senso obriga a concluir que, se daquela entrega resultar o consumo do produto, a pena deve ser maior, pois a consequência, que foi o consumo da substância pela criança, é mais gravosa que quando a criança ignora a substância e não a consome.

Destacamos que proposta semelhante já tramitou no Congresso Nacional: o Projeto de Lei 4.478, de 2004, de autoria do Deputado Enio Bacci – no Senado Federal, Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2012 –, arquivado ao final da legislatura por força do art. 332 do Regimento Interno. Após seu arquivamento sem a devida apreciação, o meritório conteúdo da proposição ganha nova chance de se tornar lei e de aumentar a proteção à criança e ao adolescente em nosso país, por meio desta proposta.

É importante salientarmos que, segundo informa a Sociedade Brasileira de Pediatria, a precocidade da ingestão é um dos fatores preditores mais relevantes: quanto menor a idade de início, legalizada ou não, maiores as possibilidades de se tornar um usuário contumaz ou dependente ao longo da vida – além da ocorrência de acidentes de trânsito e traumatismos, homicídios, suicídios e acidentes com armas de fogo. O consumo antes dos 16 anos aumenta significativamente o risco de beber em excesso na idade adulta, em ambos os sexos.

Segundo o relatório divulgado pela OMS, apontou-se o álcool como o maior responsável por mortes de brasileiros entre 15 e 19 anos – que tristeza, Presidente... –, seja em acidentes ou por paradas cardíacas.

Já nos dados do IBGE, nos últimos anos foi registrado um aumento crescente no consumo de bebidas alcoólicas na faixa etária, chegando a 1 milhão de adolescentes – pasmem, senhores! – de 13 ou 14 anos dependentes de bebida alcoólica. Precisamos fazer alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mister se faz ressaltar ainda que o ECA, em seu art. 18, determina que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Nesse sentido, convencidos de que a alteração proposta significa justo e legítimo aperfeiçoamento da legislação protetiva da criança e do adolescente, essa é razão pelo qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Meu voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 942, de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em discussão a matéria.

Quero, quero falar primeiramente, Senadora Damares, que qualquer ser humano que pegar uma criança e fizer essa criança, com bebida alcoólica, dependência de cigarro, de qualquer outro produto químico que vai causar dependência física, vai deixar essa criança... Não é com 16 anos, não. Eu acho que tinha que ser com 18 anos, não poderia nem ser 16 anos que uma pessoa pudesse...

Mas, enfim, eu quero dizer para vocês que tem que ter penas mais agressivas para essas pessoas, porque hoje nós vemos, não são centenas, mas são milhares de crianças na rua abandonadas, onde as pessoas, muita gente, chegam perto dessas crianças e levam... E é isso que... Além de tudo, Senadora Damares, essas pessoas as acabam levando para o narcotráfico, passando a ser não só dependentes, mas lá no futuro, muitos desses ainda viram traficantes. Isso é uma covardia, é uma coisa que tem que ser punida, e isso é um dever do Estado.

Obrigado, Senadora.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero só cumprimentar, tanto pelo comentário de V. Exa., como também pelo relatório da Senadora Damares Alves, um projeto da Senadora Laura Carneiro em que ela expressa a opinião da ampla maioria, para não dizer, 90%, 95% da população, que fica indignada com essa covardia contra as crianças e os adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu fiz questão de me somar tanto a V. Exa., Presidente, como à Relatora e à autora, com esse breve comentário.

Estamos juntos, o caminho é esse.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Paim.

Alguém que ainda queira discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5178, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente Lei Maria da Penha.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Designo a Senadora Damares Alves como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra a Senadora, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, é uma alegria fazer *ad hoc* a relatoria deste projeto de lei. E, para muitos, talvez seja uma surpresa este projeto de lei. Nós chamamos a Lei Maria da Penha de Lei Maria da Penha. Ela ganhou esse nome, mas não o é oficialmente.

Então, esse projeto de lei vem oficializar o nome da Lei nº 11.340 de Lei Maria da Penha. A gente fica perguntando: por que não pensamos nisso lá atrás, quando aprovamos a lei? Se há uma lei que pegou o nome, informalmente, e deu tão certo, foi essa lei.

Agora a gente faz justiça e, com essa leitura desse voto, a gente institui, Presidente, formalmente o nome Maria da Penha à Lei nº 11.340, de 2006.

Resgatemos sua história. Quinze anos depois de quase ter sido assassinada por seu ex-marido e ter ficado paraplégica, Maria da Penha ainda não conseguira ver o agressor processado e punido. A busca por justiça e a luta contra a impunidade levou Maria da Penha a protocolar uma denúncia contra o Estado brasileiro, na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, alegando a permissividade estatal com o criminoso.

O relatório apresentado em 2001 reconheceu a responsabilidade do Brasil pela violação aos direitos de Maria da Penha e à Convenção de Belém do Pará. Além disso, a comissão recomendou ao país aprimoramento da legislação com vistas a eliminar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil.

Era chegada a hora de enfrentar o problema. Finalmente, pôs-se em marcha o processo de gênese de uma lei específica de enfrentamento à violência doméstica e familiar, o qual acabou sendo marcado por uma participação social amplificada em todas as suas fases.

O anteprojeto de lei foi produzido em 2002 e 2004 por organizações feministas diversas e, em seguida, apresentado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nesse foro, foi debatido com representantes da sociedade civil, juristas, autoridades do sistema de Justiça criminal, sendo remetido no mesmo ano ao Congresso Nacional por mensagem da Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aperfeiçoado em decorrência de nova rodada de debates e das inúmeras audiências públicas realizadas, o projeto foi finalmente aprovado, vindo a gerar uma lei que buscava, em sua essência, atender às expectativas de movimentos sociais que atuam em prol da dignidade feminina.

A Lei Maria da Penha é, portanto, um produto direto da luta incansável de uma mulher por justiça. Além disso, é considerada um dos melhores instrumentos legais já concebidos no tratamento da questão de violência doméstica e familiar no mundo.

Presidente, quando eu estava Ministra da Mulher, nós tínhamos um relatório que apontava que a Lei Maria da Penha era a terceira melhor do mundo. Com as adequações que nós fizemos nela, de 2019 para cá – só o Governo anterior sancionou 71 projetos de proteção da mulher, alguns adequando a lei –, é possível que a Lei Maria da Penha seja a melhor legislação de proteção de mulheres do mundo.

Objeto de constantes aprimoramentos, a Lei Maria da Penha tornou a "briga entre marido e mulher" – até então considerada uma questão de foro íntimo que apenas dizia respeito ao casal – um assunto de relevância pública. Seus efeitos são extraordinários: expôs a questão do machismo como elemento cultural enraizado na formação de nossa sociedade.

Em uma das grandiosas obras da literatura brasileira, o livro *A Hora da Estrela*, de Clarice Lispector, a protagonista Macabéa somente é batizada depois de um ano de idade, pois a mãe não sabia se a pequena iria ou não vingar. Macabéa assim fala para seu interlocutor: "Pois, como o senhor vê, eu vinguei...".

A Lei Maria da Penha também vingou, e vingou-se de uma história de silenciamentos e opressões impostos a mulheres e de tantas vidas interrompidas precocemente. É hora de dar a esta lei tão importante o único nome possível.

Pela história de luta e de redenção de Maria da Penha Maia Fernandes, pelo seu triunfo, simbolizado na lei que agora carregará oficialmente seu nome, pela importância deste diploma para as mulheres brasileiras, manifestamos nossa admiração e agradecimento à autora do projeto, a Deputada Laura Carneiro, e encaminhamos, com satisfação, nosso voto favorável.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 5.178, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, com a mesma brevidade com que fiz os outros dois comentários, elogiando a Relatora, o faço neste momento, elogiando a Relatora, mas também elogiando o nosso (*Falha no áudio*.) ... e grande Senador Flávio Arns, que se encontra adoentado, há dois meses praticamente afastado.

Fica aqui o abraço, tenho certeza, de todo o Congresso, e não só do Senado, como também desta Comissão, a ele, que, mais uma vez, faz esse brilhante relatório, muito bem apresentado pela Relatora Damares, aqui como Relatora *ad hoc*.

Eu acho que grande parte do país não sabia que não estava oficializado o nome de Maria da Penha, por tudo que ela sofreu durante a vida dela – agressões, tortura – e que ela, seguidamente – a gente vê em entrevistas... E todos nós tínhamos quase que convicção, 100%, de que a Lei Maria da Penha era uma homenagem a ela, como outras tantas leis que existem no país.

É uma iniciativa, outra vez, da Laura Carneiro, que vai no sentido de deixar oficialmente "Lei Maria da Penha", a grande lei em defesa das mulheres. Como disse muito bem a Presidenta Damares, é uma das melhores leis que foram escritas na história do nosso país, a não ser alguma dúvida que tenha, inclusive copiada por outros países.

Fica aqui o meu voto, acompanhando a Relatora e V. Exa., com muita satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pela sua colocação, Senador Paulo Paim.

Quero dizer para V. Exa., Senadora Damares, que, para mim, também foi uma surpresa. Eu sempre achei que, quando foi oficializada, a lei já era Lei Maria da Penha. Mas, nada mais justo... Dizem que... Como é? Nunca é tarde, não é?

Parabéns pela sua colocação, parabéns por essa lei!

Quero dizer para V. Exa., Senadora Damares, que nós temos que nos empenhar... Tem tantas coisas no Brasil em que nós temos que nos empenhar. Essa questão da agressão às mulheres, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agressão às crianças... Mas nós temos uma grande preocupação também, algo sobre o qual o Senado, o Congresso Nacional tem que se debruçar, que são os nossos idosos. Nos próximos 30 anos, nós deveremos praticamente dobrar o número de idosos. Então, nós temos um problema muito sério. Precisamos de leis mais severas também para proteger os nossos idosos.

Parabéns por esse projeto de oficializar a Lei Maria da Penha!

Em discussão.

Alguém ainda quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu queria pedir urgência a esse projeto. Ele não vai passar por nenhuma outra Comissão, mas eu queria apresentar o requerimento de urgência, por quê, Presidente? Agosto é o nosso Agosto Lilás, é o mês de enfrentamento à violência contra a mulher, e seria muito significativo a gente já ter esse projeto imediatamente, logo no início de agosto, no Plenário, aprovado, para nós que somos defensoras da causa. Seria significativo a gente aprovar com urgência no Plenário esse projeto de lei. Então eu peço urgência aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sem dúvida, Senadora Damares.

Coloco em votação o requerimento de urgência extrapauta apresentado pela Senadora Damares Alves.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devolvo a Presidência à nossa sempre querida Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Presidente. Obrigada pela ajuda.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado. (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos voltar à nossa pauta.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 64, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Tratado sobre Comércio de Armas –TCA, explorando os desafios e oportunidades na implementação do Tratado e os esforços para prevenir e combater o tráfico ilícito e o desvio de armas, levando em consideração a perspectiva de gênero.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Eu vou subscrever o requerimento, apenas informando que a Senadora Augusta Brito apresenta nomes para serem ouvidos nessa audiência: a Sra. Márcia Lopes, Ministra das Mulheres; Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça; representante do Itamaraty, do Instituto Sou da Paz e da ONU Mulheres; e a Sra. Maria Pia Devoto, Diretora da Associação para Políticas Públicas.

Esse é o requerimento e essa é a justificativa.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Requerimento 64, de 2025.

Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 65, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 42/2025 - CDH, para instruir o PDL 723/2019, sejam incluídos convidados.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Requer que, na audiência pública objeto do Requerimento 42, já aprovada, para instruir o PDL 723, de 2019, sejam incluídos os nomes do Cacique Idalino Fernandes, da Aldeia Toldo Chimbangue; Vilson Marcos Testa, engenheiro agrônomo; Nevio Mortari, ex-Prefeito de Paial, Santa Catarina; e Roberto Carlos Cardoso da Silva, empreendedor.

Eu também estou subscrevendo esse requerimento, cujo objetivo é tão somente acrescentar nomes a um requerimento já aprovado de realização de audiência pública.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Do item 8 da pauta, o autor está presente, o Senador Paim.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública em Defesa da Causa Animal

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Concedo a palavra ao Senador Paim para a leitura e encaminhamento do Requerimento nº 69, de 2025.

Senador Paim.

Ele já saiu? (*Pausa.*)

Senador Paim, aumente... Senador Paim, nós não estamos ouvindo. Aumente o som. (*Pausa.*)

Ainda não estamos ouvindo, Senador.

Pode falar... (*Pausa.*)

Não estamos conseguindo. Senador Paim, não estamos conseguindo ouvi-lo. Tente de novo. Se o senhor não conseguir, eu vou ler o seu requerimento. Eu vou subscrevê-lo. (*Pausa.*)

Não estamos... Senador Paim, nós não estamos conseguindo ouvi-lo. Então, eu tomo a iniciativa, a liberdade de subscrever o seu requerimento e farei a leitura dele.

Requer, nos termos da Constituição e do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a defesa da causa animal. Propõe audiência pública com os seguintes convidados: Sra. Carine Zanotto, Presidente da Arcanimal; Sr. Cristiano Ferreira, Vereador do PV de Canoas, Rio Grande do Sul, e ativista da causa animal; Deputada Federal Fernanda Melchionna, do PSOL, Rio Grande do Sul; Deputado Estadual Leonel Radde, PT, Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Serviços Públicos e Modernização de Estado; Dra. Ana Vasconcelos, representante do Grupo de Resposta a Animais em Desastre; Dr. Rogério Rammê, Advogado animalista e revisor do texto do estatuto; Sra. Fernanda Juliana Becker, Presidente da Sociedade Amigo dos Animais. Só gente boa. E o Dr. André Clemente Lara, Desembargador e Vice-Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Tribunal de Contas; um representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária e um representante do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC).

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 9 da pauta, também de autoria do Senador Paulo Paim. Vamos tentar mais uma vez, Senador Paulo Paim, já indo para o item 9. (*Pausa.*)

Não está conseguindo.

Senador Paim, como não está conseguindo falar, vou subscrever o requerimento, já o parabenizando. Requerimento 70, de 2025.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a inclusão dos nomes para a Audiência Pública sobre a redução da jornada de trabalho semanal dentro do Ciclo de debates sobre a SUG 12/2018 - REQ 20/2025.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno, que, na audiência pública, objeto do Requerimento 20, de 2025, sejam incluídos os seguintes nomes: Loricardo de Oliveira; um representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; um representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho; representante da Associação Brasileira da Advocacia; representantes da Organização Internacional do Trabalho; da Confederação Nacional da Indústria; da Confederação Nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comércio; da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio; da Central Única dos Trabalhadores; da Força Sindical.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos tentar mais uma vez?

Pode falar, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Vamos tentar?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos! Eu já li o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Então, tá.

O que eu estava fazendo, na verdade, quando não deu para usar o microfone, que deu problema aqui, no meu gabinete, eu estava primeiro agradecendo a V. Exa., porque, como eu estava à distância – consegui chegar agora, no Congresso, no gabinete –, V. Exa., de pronto, se prontificou a assinar os dois requerimentos, para que fosse feita a devida leitura.

Se V. Exa. permitir, os dois já estão aprovados. Eu só queria dizer que essa causa animal, que é o debate que vamos ter, foi fruto de um grande debate nas enchentes do Rio Grande do Sul, que a senhora acompanhou, onde milhares de animais ficaram... Mais de 15 mil, 20 mil animais, cachorros principalmente, ficaram abandonados e foram acolhidos por grande parte dos brasileiros. A partir daí, aqueles homens e mulheres, que a V. Exa. leu aí, com a competência de sempre, me procuraram para nós construirmos uma proposta conjunta.

A primeira coisa que eu disse a eles: "Olha, vamos à Comissão de Direitos Humanos, eu conheço lá a Presidenta. Apresentem uma SUG que [eu estou, de público, agora dizendo para a senhora] eu pedirei para ela...". E, se assim for assegurado, eu entendo que avançaremos rapidamente. Eu disse para eles que, da parte de V. Exa., não haveria problema nenhum em agilizar o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só esse comentário que faço, agradecendo mais uma vez a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

Em votação o Requerimento nº 70, de 2025.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

RELATÓRIO

Autoria: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Senhores, o item 10 da pauta é o relatório da diligência a Roraima, da tentativa de entrar no território ianomâmi e da Operação Acolhida. O relatório demorou a ser apresentado, porque nós aguardávamos uma resposta da Secretaria de Segurança do Estado. Com a chegada da resposta, o relatório está apresentado.

Eu não vou ler o relatório na íntegra, porque ele está publicado, mas nós só vamos deliberar sobre ele na primeira reunião de agosto, porque nós vamos dar esse período para todos que participaram da diligência e os demais Senadores terem acesso.

Mas eu só quero trazer como o relatório está constituído. A formatação dele está explicando a comitiva, os membros da comitiva; a diligência à Operação Acolhida, com as visitas realizadas e os desafios e dificuldades constatados – entre eles: a fragilidade do controle de fronteiras e a entrada irregular de migrantes; ocupações irregulares e população em situação de rua, ausência de órgãos especializados no atendimento à população indígena dentro da Operação Acolhida; deficiências no sistema de identificação e abrigamento; baixa adesão e falta de incentivo à interiorização; pressão sobre os serviços públicos e recursos insuficientes no estado; dependência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de organizações internacionais e conflito de gestão; fragilidades na integração entre a Operação Acolhida e os órgãos de proteção de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Na diligência ao território ianomâmi, nós falamos sobre a visita realizada às CASAIs, as duas CASAIs, tanto a Casai Yanomami como a Casai Leste; e sobre os desafios e dificuldades encontradas. Estamos falando no relatório sobre o encontro com o Governador e com o Secretário de Estado de Roraima; sobre a visita realizada também à Casai Leste, os desafios e dificuldade constatados.

Estamos apresentando encaminhamentos, como requerimentos de informação, indicações ao Executivo, solicitação de reuniões, propostas de projeto de lei, sugestão de emenda de bancada, encaminhamento de ofícios aos órgãos públicos e proposta de criação de uma Subcomissão aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos. Trazemos, ainda, no relatório uma conclusão, as proposições legislativas, indicações, os requerimentos e, claro, os agradecimentos.

Está desta forma apresentado o relatório.

Ele está publicado durante 15 dias, até a nossa próxima reunião, a reunião de volta.

Lido.

Desta forma, após a leitura, informo que ele ficará divulgado no *site* do Senado, no Portal das Comissões, para facilitar o acesso. A Secretaria incluirá o *link* na publicação do resultado desta reunião, e todos terão acesso.

Nós, agora, vamos para uma parte especial da reunião, Senador Jaime, Senador Paulo Paim e os demais que estão *online*, uma breve apresentação, uma apresentação muito rápida dos seis meses de intensas atividades aqui, nesta Comissão, em 2025.

Eu queria que mostrássemos os dados de forma muito rápida. Nós fizemos uma demonstração.

Pode passar.

Esse relatório apresenta, de forma clara e sistematizada, as principais ações da Comissão nos últimos seis meses, reforçando o compromisso deste Colegiado com os direitos humanos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia e a proteção dos grupos vulneráveis. E olha que aquela Presidente está muito bonita naquela foto! Obrigada, Comissão, obrigada! Tá?

De 1º de fevereiro a 15 de julho, a Comissão realizou 24 audiências públicas, abordando temas como a infância, pessoas com deficiência, mulheres, idosos, povos indígenas e vítimas de violência – 24 audiências –; trabalhamos bastante.

Pode passar.

As audiências públicas realizadas: quatro sobre família, direito da família; em cinco, nós abordamos o tema pessoas com deficiência e doenças raras; em uma, nós falamos sobre a defesa das pessoas idosas; em quatro delas, nós abordamos violência, dignidade humana e justiça; em quatro, nós abordamos sobre infância, adolescência e juventude; em quatro, sobre mulheres, proteção da mulher; e, em duas, sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, lembrando que uma foi em abril, em comemoração ao Dia do Índio, e outra foi ontem, para a instrução do projeto de lei que está sendo apreciado.

Participantes das audiências públicas – dê uma olhadinha, gente –: 167 expositores passaram pela Comissão nesse período, e um público total de 840 participantes presenciais aqui, no Plenário. Acho que a gente já alcançou um número bem bacana, mas eu quero no próximo semestre a gente chegar aí a 8 mil. É possível? A gente mudar lá para o estádio e fazer as audiências públicas no estádio. Por que não? Os nossos temas mexem com o coração de todos os brasileiros. E nós incluímos 275 autoridades presenciais ao longo das audiências públicas. Ao todo, seis Senadores promoveram audiências no período, refletindo o caráter plural e participativo dos debates conduzidos pela Comissão.

Pode passar.

Diligências externas. A CDH realizou duas diligências: uma na Operação Acolhida e território ianomâmi, e também a outra, a Missão Marajó, nós fomos ao Marajó.

Subcomissões. Já foi iniciado o trabalho da Subcomissão Temporária sobre a Convenção de Haia. Então, nós tivemos duas diligências e já iniciamos o trabalho da Subcomissão de Haia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reuniões deliberativas. No período, foram realizadas 15 reuniões deliberativas, como esta de hoje, com temas diversos. Entre os temas de maior destaque estão 28 proposições sobre os direitos das mulheres – parabéns, Comissão, 28 aprovamos! – 22 sobre crianças e adolescentes e 22 voltadas às pessoas com deficiência.

Nas reuniões deliberativas realizadas, a CDH deliberou, analisou 78 matérias com 60 aprovações. Também foram aprovados 68 requerimentos apresentados por 17 Senadores, sendo 41 voltados à realização de audiências públicas.

Exemplos de projetos de lei aprovados que eu preciso destacar, dada a relevância desses projetos.

Olha lá, o 151, de 2023, que veda a limitação de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Nós agora estamos discutindo que esse fundo possa ser usado para outras ações de proteção da criança e do adolescente; nós ampliamos o rol de opções.

O Projeto 2.810, de 2025, que agrava penas e amplia medidas de proteção a vítimas de crimes sexuais em situação de vulnerabilidade. Eu quero chamar a atenção a esse projeto de lei. Ele chegou numa quinta, na Comissão, eu avoquei a relatoria; na segunda, apresentei o voto; na quarta, ele foi aprovado por unanimidade – o que mostra o compromisso desta Comissão com a proteção da criança e do adolescente. E, na quarta, Senador Jaime, a Comissão correu, no primeiro momento, já encaminhou para a CCJ – na mesma quarta. Na mesma quarta, foi nomeado o Relator na CCJ, que é um membro desta Comissão que participou da discussão aqui; na quinta, ele apresentou o relatório na CCJ; na outra quarta, foi aprovado e já está na Câmara.

Eu quero chamar a atenção do Brasil para este fato: foi um trabalho nesta Comissão e na outra. A autoria é da Senadora Margareth, eu fui a Relatora aqui, o Senador Alessandro participou da discussão aqui, foi Relator na Comissão de Constituição e Justiça, e, num tempo recorde, em menos de três semanas, esse projeto de lei entrou no Senado, foi aprovado em duas Comissões, está na Câmara, e já estou ligando para o Presidente da Câmara, desde segunda-feira, estou ligando para ele, eu e a Margareth – um projeto de proteção das vítimas de crimes sexuais. Senador Jaime, isso mostra que, quando a gente se une, a gente faz grandes entregas no Parlamento. Em duas semanas, nasce, é aprovado em duas Comissões e já está na Câmara. Fico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito feliz com essa unidade dos Parlamentares aqui, no Congresso, na discussão de matérias tão importantes.

Quero destacar o PL 2.549, de 2024, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a doença de Machado-Joseph; o PL 4.472, de 2020, que altera o Estatuto do Idoso, para ampliar penas de crimes contra idosos hipervulneráveis; o PL 5.148, que obriga a fixação de cartazes informativos sobre transtorno do espectro autista em locais de grande circulação. Só faço o destaque desses, mas, todas as matérias que nós aprovamos aqui – todas –, eu poderia trazê-las todas aqui como extremamente importantes, como as que nós votamos hoje.

Eu quero agradecer a todos os Senadores que nos ajudaram nestes seis meses. Quero falar com a Liderança da esquerda e do Governo, que estavam morrendo de medo de que esta Senadora viesse para cá para fazer barulho e confusão, quero agradecer a vocês pela cooperação.

Nós temos matérias polêmicas, como as duas que vieram hoje para a pauta. Todo mundo achava que hoje seria um dia de muita briga, mas, com a audiência pública ontem, que conduzi com muita serenidade e maturidade, hoje a gente pôde dar início à discussão das matérias, e são matérias, de fato, delicadas, que dizem respeito à mineração em áreas indígenas e atividade econômica em área indígena. Mas eu queria chamar a atenção de todos vocês, de direita e esquerda: mais cedo ou mais tarde, o Congresso ia ter que discutir isso. E outra coisa para a qual eu quero chamar a atenção é que existem outras propostas de lei, em outras Comissões, tramitando sobre o mesmo tema.

Nós estamos com um Senado, nesta legislatura – desculpem-me a falta de modéstia –, com uma composição extraordinária. É que o Brasil está brigando tanto que não está olhando para a composição do Senado nesta legislatura. Eu faço parte desta legislatura com muito orgulho, Senador Jaime. Eu já estive, aqui nos bastidores, com uma composição em que, quando se falava em atividade econômica em área indígena, eu via a ganância nos olhos de alguns Senadores, eu via ódio aos indígenas. Nesta legislatura o que eu tenho visto? Mesmo naqueles que não concordam com a liberação, eu vejo uma preocupação, porque nós provamos ontem que a atividade econômica já está acontecendo em algumas áreas. E a gente vai ter que dar uma regulamentação a isso. O que eu estou vendo hoje? Senadores que não são da causa indígena – como o Senador Jaime – preocupados com a produção, mas com a prosperidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós temos uma composição... Eu não sei que Senado nós teremos daqui a dois anos, vai ser renovado em dois terços o Senado. Então, aproveitando a maturidade desta composição, quem sabe... Aqui fica uma sugestão para o Governo, uma sugestão para o Ministério dos Povos Indígenas, uma sugestão para a própria Comissão: vamos buscar tudo o que está tramitando sobre esse tema e, quem sabe, a gente não reúna numa grande proposta, com consenso, e que venha de fato para proteger os indígenas. Se nós não tivermos a coragem de fazer isso, eu me preocupo com a próxima legislatura. Então, é aproveitando os Senadores que eu conheço e que estão na Casa nesta legislatura, o bom senso deles.

Acreditem: eu amo os povos e a minha história prova isso. Sou mãe de indígena, quase fui esposa de um indígena. Amo os povos. A minha história de proteção aos povos já passa de 40 anos. Então, trazer a matéria para discussão foi em respeito aos povos, respeito ao contraditório também, mas com um risco, acreditando na maturidade da composição desta Comissão, deste Parlamento, desta legislatura.

O Brasil está em briga, gente, há muita confusão lá fora, mas nós temos pérolas no Senado, homens que querem o bem desta nação. E nós estamos preocupados, não é, Senador Jaime? Eu quero que a população que está me assistindo não ache que nós estamos insensíveis. Nas madrugadas – talvez, um dia, um livro de história publique as nossas trocas de conversa –, nós estamos angustiados. Nós estamos – eu vou usar uma palavra que eu usava muito no Nordeste – aperreados com tudo o que está acontecendo. Nós estamos preocupados com tudo que está acontecendo. São Senadores maduros e com um compromisso com a nação.

Eu desejo que a gente se encontre no tema das questões indígenas. Estou disposta a me sentar com o ministério, com a Funai, com o Ministério da Justiça, com os atores – ontem, a Apib participou da audiência com todos –, e a gente, quem sabe, apresentar uma proposta construída, antes que alguém, eu não sei quem vem para cá, apresente uma proposta e, quem sabe, passe o trator em cima de algo tão sensível, tão delicado. Eu confesso que eu me preocupo.

Então, foi por essa forma que ousei colocar as duas matérias na pauta e conduzi com muita serenidade, maturidade, confiando no Marcio Bittar, confiando no Mecias de Jesus, nos Senadores que participaram da audiência ontem que está conduzindo... Mais cedo ou mais tarde, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso vai deliberar sobre isso. Que seja conosco, que seja com esse time maduro, que tem respeito aos povos.

Muito obrigada.

Eu agora vou para aquela parte chata da reunião de que ninguém gosta de participar, que é a leitura dos documentos que chegam, das denúncias e expedientes, não sem antes passar a palavra para o Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente, Senadora. Eu quero parabenizar você e sua equipe pelos seus seis meses de trabalho. Quero dizer para você que essa Comissão sua dos Direitos Humanos, que você preside, é uma Comissão, talvez, a que muita gente não dá atenção, muitos Senadores, mas talvez seja a Comissão de maior importância para dar dignidade às crianças, aos nossos indígenas, às nossas mulheres, aos nossos idosos, enfim... E quero dizer para você que isso aqui não é uma questão de centro, de direita, de esquerda, de assunto partidário. Isso aqui é uma questão realmente de direitos humanos.

Mas o que eu quero dizer para você, Senadora Damares, que eu sou empresário do agronegócio, e nem precisaria talvez estar aqui. Eu sou Senador, político de primeira viagem. Fui eleito direto Senador da República, sem nunca participar de outras... Não fui Vereador, não fui Deputado, não fui nada. Fui eleito direto Senador da República.

Por que eu tenho preocupação com os nossos indígenas? Eu sou de um município em que, quando eu cheguei, tinha 600, 700 pessoas; hoje é uma cidade de 100 mil habitantes. É um município que tem 1,150 milhão de hectares de terra, e 57% do município são áreas indígenas homologadas, sacramentadas, sem nenhuma discussão. Ou seja, 43% são para os demais, 57% são áreas indígenas, com três ou quatro etnias. Nós temos menos de 2 mil indígenas que moram nas aldeias. E por que eles não podem ter dignidade? Será que eles vão ter que morrer na miséria? Será que eles nunca vão ter que direito a usar um celular? Então, essa é a minha grande preocupação. E não é que eu tenha interesse, não; não tenho interesse em nada em entrar em reserva indígena. Nunca entrei em nada, nem tive exploração de nada em reservas indígenas. Então, assim, é a única coisa com que a gente tem uma grande preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nessa Comissão, igual a Senadora falou, nós temos a responsabilidade de aprovarmos aquilo que está lá na Constituição. A isso tem que dar legalidade, e o Poder Executivo também tem que nos ajudar e aprimorar aquilo que é melhor para os nossos indígenas, que nós temos em praticamente em todos os estados da Federação. E 14% do território nacional é deles. Não tem... É indiscutível. Então, nós não estamos discutindo a questão de dar mais terra para os indígenas; nós temos que dar dignidade a eles, aquilo que é direito deles e é propriedade deles.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Vamos para os expedientes.

O senhor está dispensado, se precisar, sei que está com a agenda cheia. Nós vamos deixar os expedientes publicados.

Denúncias e alegações que chegaram à Comissão.

Denúncia nº 252: omissão médica institucional com presa em penitenciária do DF, além de desobediência judicial.

Senador Jaime, só apenas para lembrar que daqui a pouco teremos audiência pública dos presos, com as famílias dos presos do 8 de janeiro, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós teremos familiares de presos dos atos de 8 de janeiro. Vai ser uma audiência do coração, com certeza com muito choro, muitas verdades que serão trazidas pelas famílias. Vai ser uma audiência para encerrar o semestre da Comissão, uma audiência do coração e na busca de garantia de direitos.

Denúncia nº 252: omissão médica institucional com presa em penitenciária do DF, além de desobediência judicial. Encaminhamento à denúncia: solicitar informações à Secretaria de Administração Penitenciária do DF sobre a situação de acolhimento e atendimento médico na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidade prisional Colmeia da custodiada Ana Flávia; informar o denunciante sobre a providência tomada.

Denúncia nº 253: violações de direitos humanos em universidades. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais e que o encaminhamento da denúncia ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça deve ser feito pelo próprio cidadão.

Denúncia nº 257: cidadã relata – e pede ajuda – que, por ter denunciado que sua filha sofreu abuso sexual por parte do genitor, foi acusada de alienação parental. O Judiciário quer conceder guarda compartilhada mesmo diante dos relatos de abuso feitos pela menor. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência para interferir em processos judiciais individuais, mesmo diante dos laudos anexados. Neste caso, cabe ao Ministério Público Estadual se manifestar a favor da menor.

Denúncia nº 259: cidadão relata desassistência e fiscalização do Estado junto aos grupos indígenas da tríplice fronteira. Requer solução ao caso. Encaminhamento: solicitar informações e providências ao Ministério dos Povos Indígenas e ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Denúncia nº 260: cidadão denuncia plano de saúde por exclusão sumária de idosos. Lamentável. Encaminhamento: informar que a CDH reconhece a gravidade da situação denunciada e analisará medidas dentro de sua competência para ampliar o debate e aprimorar a legislação em favor dos direitos da pessoa idosa.

Solicitação nº 254: pedido de apoio técnico e financeiro para regularização e desapropriação de área no Contorno Leste. Encaminhamento: informar que a Comissão não presta esse tipo de apoio técnico e financeiro.

Solicitação nº 255, do Senador Marcos do Val: diante do reconhecimento pela União Interparlamentar de violações de direitos fundamentais do Senador, solicita a esta Comissão a realização de audiência pública para tratar do caso denominado BRA-17, bem como a expedição de nota pública reconhecendo a gravidade da situação. Encaminhamento: informar que a sugestão será compartilhada com os membros da Comissão; que, caso o Senador deseje, pode apresentar requerimento de audiência pública nesta Comissão; que já colocamos na pauta, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira sessão de agosto, um requerimento de audiência pública; e que faremos essa audiência assim que possível.

Particularmente, eu reconheço que o Senador Marcos do Val teve seus direitos fundamentais violados por conta de decisões judiciais.

Ainda uma solicitação do Senador Marcos do Val, a pedido do Senador Marcos do Val: pede providências e apuração sobre manutenção de agente em cargo de confiança, mesmo sendo condenado em caso de violência contra a mulher. Entre outras solicitações, o Senador pede a realização de audiência pública com a convocação das autoridades envolvidas. O Senador informa que esse agente público é um Secretário de Estado no Distrito Federal. Encaminhamento: informar que, no âmbito de suas competências regimentais, a Comissão solicitará informações sobre a apuração do caso denunciado aos órgãos competentes do Distrito Federal.

Observe que são duas denúncias – uma solicitação e uma denúncia – que chegam a esta Comissão e que envolvem o Distrito Federal: uma que envolve a Secretaria de Administração Penitenciária do DF e outra que envolve um Secretário de Estado do DF que está condenado por violência contra a mulher.

Manifestação nº 258: cidadão se manifesta favorável à Lei de Alienação Parental. Esse cidadão se identifica como pai que sofre alienação.

Manifestação nº 261: organização da sociedade civil que participou em audiência pública nesta Comissão sugere uma série de medidas que visam fortalecer ações de prevenção e enfrentamento ao tráfico humano no país. Encaminhamento: encaminhar as sugestões pertinentes para os seguintes órgãos federais: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; solicitar informações ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação sobre o Programa Mais Médicos; e informar a instituição sobre essas providências tomadas.

Com relação ao tráfico humano, eu gostaria de destacar também que, na semana passada, esteve, no Estado do Amapá, o Tim Ballard, que esteve, nesta Comissão, em audiência pública sobre tráfico de pessoas. O Tim é o policial, aquele agente de segurança americano cuja história deu origem ao filme Som da Liberdade. Quem não assistiu ainda ao Som da Liberdade assista e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entenda quão grave é o tráfico de pessoas, especialmente na região da Amazônia. O Tim passou uma semana no Estado do Amapá, reunido com autoridades de lá. Ele foi a áreas de fronteira, tudo com o apoio da Polícia Civil e do Ministério Público do Amapá. Ele foi a aldeias indígenas, se reuniu com um delegado, se reuniu com famílias de vítimas.

O Tim, em uma semana, reuniu materiais sobre o tráfico de pessoas que passam ali pela rota do Amapá. O Tim foi agraciado, foi homenageado no Estado do Amapá.

Eu gostaria muito de ter ido com ele, mas as nossas atividades aqui nos impedem de ficar fora, por uma semana, da Comissão, mas eu acompanhei as notícias, eu acompanhei imagens e eu fiquei impressionada. Ele foi com recursos próprios, com a equipe dele.

Inclusive, ele está fazendo o segundo filme sobre o tráfico de pessoas na Amazônia e, com certeza, levou muitas informações para o trabalho dele. É um trabalho que ganhou o mundo o trabalho do Tim. Som da Liberdade hoje é uma instituição mundial – era um filme e virou uma instituição no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Parabéns à Deputada Silvia Waiãpi, que teve a ideia de levar o Tim Ballard para o Estado do Amapá.

Nós vamos agora para a retificação de encaminhamentos de denúncias lidas no Expediente nº 13 da 34ª Reunião, Deliberativa, para ficarem bem claras essas retificações:

– Nº 236. Alega ser vítima de perseguição por insistir com a abertura de inquérito para apuração da morte de familiares e, por isso, pede proteção e apuração do caso. Novo encaminhamento: orientar o cidadão a procurar a Polícia Federal e o Ministério Público e, caso se sinta ameaçado de morte, procurar o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania para fazer parte do Provita, programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

– Denúncia 239. Cidadã relata que perdeu a guarda da filha por ter denunciado que ela sofreu abuso sexual por parte do genitor; solicita ajuda e orientação para o caso, bem como encaminha documentos. Novo encaminhamento: a denúncia será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais deste Senado, na qual se encontra a tramitação do PL 1.372, de 2023. Solicitaremos ao Presidente dessa Comissão, Senador Marcelo Castro, a designação de relatoria com a urgência que o assunto requer. Por fim, a denúncia será encaminhada para o meu gabinete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e para o gabinete do Senador Magno Malta, autor do PL 1.372, para ciência e eventual providência no âmbito legislativo – o PL trata sobre a revogação da Lei da Alienação Parental. Esse é mais um caso de denúncia de vítima da má aplicabilidade da Lei da Alienação Parental.

Isso posto, submeto às Sras. e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos, inclusive as duas retificações.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH; os demais ficam na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo ainda, nestes termos, que os documentos lidos na 32ª Reunião serão arquivados.

Bem, nada mais tendo a tratar, eu vou encerrar esta reunião, mas, antes, quero agradecer à equipe da Secretaria, uma equipe extraordinária.

Eu não mostrei o último eslaide para o Brasil, mas seria bom o Brasil ver quantos *e-mails*, quantas provocações... Quantas? (*Pausa.*)

Mais de 200 provocações, e provocações que envolvem sensibilidades, que envolvem vida humana, que envolvem diversos atores, tanto os que denunciam como os denunciados.

Ali, gente, ó: nos primeiros seis meses, recebeu mais de 200 demandas por *e-mail*. Cerca de 60% foram denúncias de violações de direitos humanos, enquanto mais de 20 expressavam apoio aos trabalhos e matérias aprovadas pela Comissão.

Esta Secretaria trabalhou muito. Eu quero agradecer ao Christiano, que esteve conosco no início, e agora ao nosso super-Dimitri; a todo o time, todo mundo que está envolvido com o trabalho da Comissão; aos que estão chegando agora, como a Camila, a Vanessa, que chegou, a Janine. Eu tenho observado uma interação extraordinária entre os que chegaram e os que estavam. Obrigada, time!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero agradecer ao Marquinhos também, nosso coordenador de Comissões aqui, no Senado, que tem nos apoiado. Ele sabe da sensibilidade desta Comissão, sabe que envolve assuntos extremamente sensíveis e delicados, e está o tempo todo aqui orientando o time. Muito obrigada!

Descansem, renovem as energias, se alimentem, se hidratem, venham fortes, porque no começo de agosto a gente já vai começar com muito trabalho.

Quero agradecer a todos vocês: à Viviane, a minha chefe de gabinete, que virou chefe de todo mundo; à Dani, a minha chefe do Legislativo, que faz essa interação com todo o Legislativo; ao Esequiel, no silêncio dele, mas ali tão precioso para nos ajudar em matérias como a dos povos tradicionais, de direitos humanos, dos povos mais vulneráveis, da população de rua... Agradeço a todos vocês. Muito obrigada!

Tenhamos uns dias de descanso... Ah, não! A gente não acabou ainda, nós ainda temos uma audiência pública hoje à tarde! Mas eu já antecipo aqui os agradecimentos.

Que Deus os abençoe e que em 2025, no segundo semestre, a gente possa produzir tanto como nós produzimos. E, claro, todos os Senadores, de direita e de esquerda, foram muito parceiros no trabalho da Comissão.

Assim, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Paulo Paim e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Ana Paula Lobato, Sérgio Petecão, Dr. Hiran, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Magno Malta, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 10/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Audiência Pública sobre violações à dignidade humana, com depoimento de familiares de presos políticos do dia 08 e 09 de janeiro de 2023. Participantes: Sheila Fernandes Borges, Esposa do Sr. Jesse Lane Pereira Leite; Edjane Cunha, Viúva do Sr. Cleriston Pereira da Cunha; Vanessa Rolim Vieira, Esposa do Sr. Ezequiel F. L.; e Eli Emília, Mãe do Sr. Clayton. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 10, de 2025, de minha autoria, sobre violações à dignidade humana, com depoimento de familiares de presos políticos dos dias 8 e 9 de janeiro de 2023.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Eu vou repetir o telefone – a ligação não tem custo algum –: 0800 0612211.

Nós temos convidados e expositores confirmados. Alguns farão a participação *online*, outros estão presencialmente.

Estão conosco Eli Emília e Raphael Candido Nunes, mãe e irmão do Sr. Clayton, que está preso desde 8 de janeiro de 2023. Eles trarão o testemunho da angústia e da luta de uma família diante da privação de liberdade de um ente querido.

Temos conosco – também já está aqui no Plenário – Edjane Cunha, nossa querida Jane, esposa do Sr. Cleriston Pereira da Cunha, nosso querido Clezão, com quem eu tenho uma particularidade: era meu amigo, meu querido irmão, que faleceu sob custódia na Papuda. Seu relato é crucial para lançar luz sobre as condições de detenção e as trágicas consequências dos processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi convidada e confirmou presença Sheila Fernandes Borges, esposa do Sr. Jesse Lane Pereira Leite, que permaneceu preso por sete meses e hoje vive exilado. Sua fala evidenciará o impacto duradouro da prisão e as dificuldades enfrentadas no pós-liberdade.

Também está conosco Vanessa Rolim Vieira, esposa do Sr. Ezequiel, que está foragido desde 14 de maio de 2025 e tem uma pena de 14 anos a cumprir. Seu depoimento revelará a dramática realidade dos que buscam evitar a prisão e o sofrimento das famílias.

Quero chamar para compor a mesa nossos convidados que eu já mencionei. Eu quero chamá-los para compor a mesa aqui agora comigo. Nós vamos ter uma mesa única.

E quero informar aos nossos expositores que é regra, numa audiência pública, que o Parlamentar que vier à audiência e pedir a palavra pode fazer a pergunta ao expositor que estiver falando, ou ele pode tão somente fazer a manifestação dele e sair.

Nós estamos numa tarde com muitas atividades, é o último dia do semestre legislativo, então está todo mundo cheio de atividades. Então, se qualquer Parlamentar vier a esta audiência e pedir a palavra, a gente interrompe. Logo após a fala dos senhores, a gente não passa para o outro expositor e já concede a palavra ao Parlamentar.

Mas eu quero convidar para compor a mesa, para estar comigo aqui agora, Sheila Fernandes Borges, esposa do Jesse Lane Pereira. Sheila, seja bem-vinda. Obrigada por ter aceitado o convite, é uma alegria te receber na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. (*Pausa.*)

Eu quero chamar para compor a mesa Edjane Cunha, esposa do Clezão, esposa do Cleriston Pereira da Cunha. Obrigada, Jane, por ter vindo. (*Pausa.*)

Nós estamos com duas pessoas que estão chegando – o carro quebrou, isso acontece, estão chegando – e nós temos já na mesa, por videoconferência, Vanessa Rolim Vieira.

Permitam-me fazer uma fala inicial.

Muitos irão questionar o porquê de esta Comissão de Direitos Humanos ouvir o depoimento de familiares de presos políticos de 8 e 9 de janeiro de 2023. Mas deixem-me explicar uma coisa: é atribuição deste Colegiado proteger os direitos humanos de todos os brasileiros e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar violações à dignidade humana. Nós enxergamos este Colegiado como refúgio dos desamparados, dos invisibilizados e dos injustiçados.

Nossa Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário consagram direitos que, nos últimos anos, com o objetivo de sufocar um movimento político que nasceu da indignação de um povo com a corrupção, têm sido sumariamente ignorados.

O que nos traz aqui hoje não são apenas discussões sobre dispositivos legais, mas vidas humanas, histórias de famílias que foram profundamente impactadas, julgamentos arbitrários e punições que ultrapassam, com imensa margem, as dosimetrias penais previstas em nosso arcabouço jurídico.

Temos acompanhado de perto a situação dos brasileiros detidos não apenas no território nacional, mas também aqueles que, por força das circunstâncias, encontram-se encarcerados fora do país.

Esta Comissão tem se empenhado em diversas frentes para garantir a transparência e o respeito às garantias processuais, bem como para enfrentar as diversas violações de direitos que estão acontecendo desde janeiro de 2023 a olho nu, sob o manto de uma vingança.

Com esse objetivo, os Parlamentares que compõem esta Comissão aprovaram, por unanimidade – lembrando que esta Comissão é formada por Parlamentares de direita, de esquerda, de centro-esquerda, de centro-direita –, ainda em março, um requerimento pela realização de visita aos presídios brasileiros, onde muitos ainda se encontram em custódia, a fim de apurar denúncias de tortura e violações de direitos.

Passados quatro longos meses e apesar dos reiterados pedidos, infelizmente, até o presente momento, o Supremo Tribunal Federal não nos autorizou a realizá-las, ferindo diretamente dispositivos constitucionais e regimentais que atribuem essa responsabilidade a esta Casa Legislativa e a esta Comissão de Direitos Humanos. É uma situação inédita e extremamente preocupante. Uma Comissão de Direitos Humanos, Jane, ser impedida de verificar as condições de presos políticos em seu próprio país. Pasmem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, não conseguimos cumprir nosso requerimento, mas realizamos uma diligência na Argentina, para visitar brasileiros detidos em Buenos Aires. Inclusive, me acompanhou nessa audiência a Dra. Carolina, que está aqui presente, que é servidora da Casa e foi advogada e é de muitos dos presos políticos. Obrigada, Dra. Carolina.

É uma situação absurda que um órgão de direitos humanos do Brasil consiga visitar presos fora do Brasil, mas não consiga fazer o mesmo em território nacional. E depois acham ruim quando, lá fora, estão dizendo que a gente vive uma ditadura aqui.

Esse episódio de não autorizar a Comissão de Direitos Humanos da Casa Legislativa Alta de visitar os presos está mostrando para o Brasil, para o mundo, que tem alguma coisa errada no Brasil. E esse episódio, o Supremo Tribunal poderia ter evitado.

A Suprema Corte parece que fica puxando a corda. Nós demos a chance à Suprema Corte. Permita que os Deputados visitem os presos políticos. Nós fizemos o instrumento certo, no fórum certo, na Comissão certa, conduzido de forma certa, com serenidade, com o apoio de unanimidade da Comissão. Queríamos fazer tudo certo, como queremos fazer tudo dentro das quatro linhas da Constituição.

Mas o que está sendo mostrado para o mundo? Não permitir que Senadores visitem presos políticos, Senadores membros da Comissão de Direitos Humanos não visitem presos. O recado para o mundo foi: as instituições no Brasil estão em crise. Só esse episódio chamou a atenção do mundo. E a Suprema Corte poderia ter evitado isso.

Nós não brigamos, não fizemos barulho, não gritamos, tão somente usamos um instrumento legislativo. Tão somente usamos a Constituição. Aprovado por unanimidade. Em não permitir Parlamentares visitarem, não permitir os Parlamentares desta Comissão visitarem os presos mostrou para o mundo que é possível que estejamos vivendo uma democracia relativa no país.

A Suprema Corte teve a oportunidade de, até hoje, até hoje de manhã, ter mandado uma carta, "a Comissão está autorizada a visitar os presos". Se tivesse nos autorizado, nós não faríamos esta reunião. Nós ouviríamos o que vocês vão dizer lá no presídio, lá nas residências, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente também quer visitar os que estão em prisão domiciliar. Mas a Suprema Corte parece que não está preocupada com as relações institucionais.

O debate de hoje, com os depoimentos que ouviremos de alguns dos familiares aqui presentes, nos permitirá ir além dos números e das manchetes. Suas vozes trarão a dimensão humana e o impacto real das decisões judiciais na vida de famílias inteiras, reforçando a urgência de uma análise profunda e empática sobre os casos de detenções arbitrárias, a falta de individualização de condutas e a suposta aplicação de um direito penal do inimigo.

Hoje temos pessoas com graves problemas de saúde encarceradas, idosos, mulheres, pais e mães de famílias. São pessoas comuns – açougueiros, vendedores, cabeleireiras, sorveteiros –, gente que acredita num país melhor e estava nas ruas lutando por isso. E aí veio uma acusação de tentativa de golpe de Estado, sem que um tanque de guerra nem sequer estivesse nas ruas. Quem tivesse a intenção de depor autoridades faria tudo isso num domingo? No dia em que nem sequer temos expediente? Houve baderna, sim, excesso, sem dúvida, mas a acusação de golpe é inaceitável.

Em todo esse cenário, há algo mais grave. Há uma clara violação direta ao princípio do grau de jurisdição previsto no Pacto de São José da Costa Rica, o qual é enfático ao dizer que toda pessoa acusada de delito tem direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior. Temos centenas de pessoas condenadas diretamente pela instância da Justiça brasileira, nenhuma delas com foro privilegiado. A quem irão recorrer? Às cortes internacionais? É isso que decidiremos hoje à tarde?

Esse é o momento de refletir sobre a necessidade de se reafirmar o compromisso com o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. É também uma oportunidade para impulsionar reformas que aperfeiçoem nosso sistema legal e judiciário, tornando-o mais transparente, imparcial e acessível.

Que esta audiência pública seja um divisor de águas na busca pela verdade e pela justiça! Que possamos juntos garantir que as violações à dignidade humana sejam não apenas denunciadas, mas também reparadas, interrompidas, e que injustiças não se perpetuem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao debatermos sobre os direitos dos presos políticos, estamos, na verdade, defendendo os alicerces da nossa democracia e os direitos inalienáveis de cada cidadão brasileiro.

Que seja este o início do fim de tanto desrespeito à nossa Constituição! Que seja este o novo marco em nossa democracia, não uma democracia relativa!

Com alegria, nós vamos ouvir vocês.

E nós vamos começar ouvindo você, Sheila.

Sheila Fernandes Borges, esposa do Sr. Jesse Lane Pereira Leite.

A SRA. SHEILA FERNANDES BORGES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer à Senadora Damares, agradecer a esta Casa.

Quero dizer que Jesse era um senhor de 67 anos, quando foi preso em 8 de janeiro, em tratamento. Jesse se operou de câncer. Ele estava em tratamento. Ele teve algumas complicações devido a esse problema de saúde dele e, quando estava preso, ele estava tratando uma superbactéria que tinha adquirido.

Então, Jesse passou sete meses preso no presídio da Papuda, e nós não tivemos como entregar para o Jesse os medicamentos, os antibióticos que ele usava para combater essa bactéria. Não é porque não foi comprado. Nós levamos, os advogados entregaram, mas não foi dado a ele o direito de continuar com o tratamento.

Então, além de todas as violações que o pessoal do 8 de janeiro tem sofrido, Jesse passou por essa situação também dentro do presídio. Já é de praxe: todos os que vêm falar nessas audiências falam da questão da falta de atendimento médico a que têm direito lá, da dificuldade que é. Jane bem sabe disso.

Jesse teve a privação de continuar o tratamento dele. Ele já estava fazendo o acompanhamento dessa superbactéria, já tomava antibiótico, mas era uma bactéria superresistente. Ele estava ali, em tratamento, e foi negado a ele o direito de continuar o seu tratamento. Jesse passou sete meses preso, sete meses sem tratamento. Jesse saiu em 8 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agosto, de tornozeleira, sob as cautelares que o ministro impôs, e cumpriu por oito meses essas cautelares.

Nós tivemos a nossa vida estacionada por causa do presídio. Tivemos que parar todos os nossos planos e projetos, assim como todos os outros que estão nessa situação, como nós, e, mesmo diante da soltura com a cautelar da tornozeleira, também tivemos todas as dificuldades por que um tornozelado passa: discriminação, dificuldade para ir ao médico, porque tinha que fazer um pedido para poder sair de casa para poder ir ao médico, para poder fazer algum procedimento que era necessário para o tratamento dele.

Mas a Dra. Taniéli Telles, que é a advogada dele, conseguia fazer esses pedidos, e ele saía para fazer o tratamento. Até que ele não suportou mais e está em exílio até hoje. Jesse faz 70 anos este ano. Está longe da família, longe dos filhos. O filho dele se encontra aqui – ele veio comigo hoje –, o Daniel. E a gente está longe, fazendo o que podemos.

O Jesse teve a sua aposentadoria cortada, bloqueada pelo ministro. Ele recebe ajuda de doações. A advogada dele, que também tem o Instituto Gritos de Liberdade, o ajuda com cestas básicas, também vai à Argentina para estar em encontros com o pessoal que está passando por dificuldade, passando necessidade.

O Jesse tem praticamente 70 anos, e ele está enfrentando estar num país estranho, com uma língua estranha, com tudo estranho, e sozinho, por conta de uma situação que nós temos enfrentado, e passando por toda uma série de dificuldades, de humilhação, porque, com a perseguição, ele não pode renovar o asilo dele – o pedido de asilo no Conare. Então, ele está passando por dificuldades, porque, lá também, ele está se sentindo perseguido. E nós, como familiares, ficamos de cá, sofrendo com os que convivemos e os que continuam presos.

A D. Eli não chegou ainda, mas o Clayton continua lá, passando apuros, doente, precisando de auxílio, e o presídio não tem condições de cuidar deles lá dentro – não tem! E sofremos pelos que estão exilados, pelos que estão presos ainda, não só aqui, no presídio da Papuda.

E o Jesse tem passado por isto: fica triste quando recebe notícia dos companheiros dele que estão aqui ainda, de cada um que tem passado dificuldade. E nós, como família, estamos nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, preocupados com a saúde dele, porque o Jesse precisa de tratamento – ele precisa continuar o tratamento de saúde dele –, e sem condições de agir, de reagir.

Então, é bem preocupante pra gente, é bem difícil ver que alguns se interessam pela nossa causa, mas muitos que também poderiam fazer, estão deixando a gente de lado. Então, nós, como família... e quando eu digo nós, nós estamos juntas desde o início, Jane, as meninas, D. Eli, todos os familiares sempre juntos, tentando buscar alguma forma de a gente ser enxergado, de alguém zelar pelos nossos direitos.

Sempre falamos isto: se existe alguma culpa, aponte qual é a culpa, o que foi feito. A gente sempre fala: a gente não quer impunidade. Teve quebradeira. Então, mostre quem quebrou, responsabilize cada um. A gente não está caçando impunidade, mas a gente quer justiça. A gente quer justiça. Um senhor da idade do Jesse estar num lugar sozinho, sem receber o direito de aposentadoria que ele tem, precisando de doações, isso é desumano. Isso é desumano.

Então, essa é a nossa dificuldade. Eu como representante do Jesse nesse momento: essa é a nossa dificuldade, é estar longe de tudo, longe da família, longe dos amigos, longe da realidade que ele construiu. O Jesse é um cidadão honesto, sempre pagou seus impostos, nunca fez mal a ninguém. Nunca fez mal a ninguém, e ele está passando por essa situação. Então, o que a gente quer, todas as vezes que nós viemos e participamos, mesmo sem falar na bancada, mas como um telespectador que senta aí nessas audiências, a gente vem participando como família, como pessoas que estávamos juntas desde que aconteceu esse 8 de janeiro, o nosso interesse é justiça. É justiça. A gente tem buscado por isso, e é isto que nós queremos, que olhem por nós, que olhem pelos nossos, pelos que estão trancados ainda, pelos que estão em casa de tornozeleira, porque isso é um prejuízo para a vida de cada um deles.

E a gente sempre fala: a nossa vida parou. A nossa vida parou. Nós não temos mais como continuar. E todas as vezes que conversamos, nós falamos: nós ainda vamos prosseguir. Mas todos vamos começar do zero, porque não tem mais como ser como era antes, não tem mais. Todas as vidas foram impactadas. São mães que estão chorando, são esposas que estão chorando, são filhas que estão chorando. E nós precisamos de ajuda. Nós precisamos que tenha mudança, que seja feita justiça por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a vida do Jesse, assim como nós que estamos aqui, os familiares que ainda têm os seus entes queridos presos, está parada. Está parada, e sofrendo. Então, é isto: queremos justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sheila. Seu Jesse tem 70 anos de idade. D. Vildete, 74? Estava no cárcere: 74 anos, no cárcere. Saiu tem uns três meses – 74 anos, no cárcere. Que mulher perigosa...

Aí esta Comissão, Sheila, já recebeu aqui, nesta mesa, em 2023 ou 2024, um homem que perdeu a esposa e as três filhas – qual o nome deles, Ezequiel? – em Sorriso, Mato Grosso.

Um bandido entrou na casa, estuprou a esposa, estuprou as três filhas e matou a esposa e as três filhas, um bandido que tinha ordem de prisão emitida por estupro e que tinha várias passagens na polícia. (*Pausa.*)

É o Sr. Regis, inclusive a lei que foi aprovada aqui recebe o nome das filhas e da esposa dele.

O bandido só matou a esposa e as três filhas – sabem o que é um pai perder as três filhas e a esposa no mesmo ato? – porque ele estava solto, um bandido perigoso. Aí o Sr. Regis está condenado e a D. Vildete na cadeia.

Eu só estou falando isso para vocês sentirem a dosimetria. Tem alguma coisa errada. Nós temos dois bandidos em Fortaleza, Senador Jaime, que decapitaram uma mulher e a torturaram. Quando venceu o prazo do inquérito e o advogado pediu que eles saíssem, o juiz o soltou, porque já tinha vencido o prazo de encerrar o inquérito. Eles torturaram e decapitaram uma mulher e estão na rua. O Clezão não quebrou nada nem estava na hora do quebra-quebra.

Então, gente, tem alguma coisa errada nesse... Como é que alguém lá de fora olha para essa nação e fala: "Não, tem alguma coisa errada"? Tem alguma coisa errada. E eu estou muito preocupada com a forma como os líderes mundiais estão olhando para o Brasil – muito preocupada –, porque os sinais que estamos mandando são de que tem alguma coisa muito errada.

Há duas semanas, eu e a ex-Ministra de Direitos Humanos, que está aqui presente, fomos visitar uma creche aqui, em Brasília, em que um homem entrou nessa creche, uma creche com 80 crianças. Ele entrou armado e apontou a arma na cabeça das crianças, que não morreram porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a arma não funcionou; inclusive, tinha um menininho, que é coisa mais linda, o João Mandioca. As crianças o chamam de João Mandioca, não sei por quê; e ele fala que ele se chama João Mandioca. Só na cabeça do João Mandioca o cara colocou a arma duas vezes, e a arma não disparou. E, no final, ele deu um tiro. A dona da creche estava com uma criança no colo, inclusive ela caiu com essa criança, mas a bala não pegou.

Aí, quando prenderam esse bandido, ele tinha nove prisões e estava na rua, inclusive prisões por tentativas de homicídio antes. Aí o Sr. Jesse, com 70 anos, está condenado...

A SRA. SHEILA FERNANDES BORGES – A dezesseis anos e meio.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a dezesseis anos e meio.

Tem alguma coisa errada; e a gente vai ter que falar à luz dos direitos humanos. Tem alguma coisa errada com a dosimetria da pena para quem quebrou e em relação a um bandido perigoso. Tem alguma coisa errada no Brasil.

Nessa sequência e falando dessa forma, nós vamos ouvir Edjane Cunha, que falará sobre as consequências fatais da prisão, a perda do Cleriston e a luta por transparência e responsabilidade.

Seja bem-vinda, Jane!

A SRA. EDJANE CUNHA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Presidente Damares.

Obrigada pela oportunidade de estar dando voz a nós e estar dando voz ao povo do dia 8 de janeiro.

Estão aqui presentes as minhas duas filhas, e, a cada vez que a gente fala, a cada audiência, a cada Comissão, é uma ferida que vai só se abrindo a cada dia mais. Quando eu olho o rosto das minhas filhas... (*Manifestação de emoção.*)

... eu vejo o quanto a nossa vida mudou a partir do dia 8 de janeiro, com a injustiça cometida à minha família, um dano que não vai ser mais reparado; a anistia que não vai trazer meu esposo de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, hoje, nos encontramos nós três em uma casa vazia e sem alegria, porque o Clezão era alegria, era proteção, era amparo. E, hoje, nos encontramos somente nós três.

E eu venho falar sobre a prisão do Clezão. Clezão foi preso no dia 8 de janeiro. Ele foi preso já em cadeira de rodas. Ele ficou 20 dias no presídio, sendo carregado pelos companheiros e pelos colegas de cela para tomar banho de sol. A primeira visita em que conseguimos ver o Clezão foi no dia 20 de abril; só que, antes, os advogados levaram os medicamentos do Clezão. Clezão tomava nove remédios por dia; e os advogados deixavam os remédios lá no presídio e esses remédios não chegavam até Clezão; e, quando chegavam, eram alguns, e, quando chegavam, já tinha se passado muito tempo.

E Clezão, Senadora... Esses dias, o Dr. Ezequiel, meu advogado, foi ler o prontuário dos atendimentos do Clezão lá no presídio. Clezão desmaiou e chegou a desmaiar duas vezes em um dia. Quando ele desmaiava, ele era levado para um lugar chamado "corró", porque alguns policiais falavam que era frescura do Clezão. Clezão emagreceu 40kg.

Na visita a ele, as minhas filhas, quando chegaram lá, não acreditaram e não reconheceram o pai. Dia 20 de abril foi o dia que a gente conseguiu ver Clezão pela primeira vez. É uma dor e é uma ferida que não se cura. É o tamanho da injustiça para a qual a gente não tem resposta, Senadora.

Clezão se tornou somente mais um dentro daquele presídio. Meu esposo não era bandido, ele não foi cometer crime algum. Meu esposo queria paz.

Tem um vídeo, Senadora, que eu gostaria que passassem, com ele dentro do Senado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. EDJANE CUNHA – Então, meu esposo sempre usava esta frase: "Nós vamos vencer". Foi no que ele acreditou: que a gente ia vencer. Ele sempre estava passando mal dentro do presídio, aí, ele foi definhando. Só que ele acreditou, tinha fé em que ia sair daquele lugar, um lugar onde pai de família não era para estar, ainda mais quem não cometeu crime algum. Ele estava lá, mas ele não deixou de acreditar que ia sair. A cada visita em que a gente ia vê-lo, ele falava: "Jane, tenha fé, vou sair daqui. Nossa vida vai voltar ao que era antes". E nós contamos com essa saída dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cada visita a que as minhas filhas iam, a gente torcia para entrar um biscoitinho a mais. A gente com tanta fartura aqui e eles lá passando necessidade, passando fome! Clezão chegou a falar que, para comer, ele tinha que tampar o nariz, porque não suportava o cheiro da comida. Foram achados dentro das marmitas pedaços de vidro, pedras. A comida era horrível, gente. Vocês não têm noção do tanto que a comida era horrível, do tratamento que eles tiveram lá dentro, da humilhação que ele passou lá dentro.

Minhas filhas deixaram de fazer a faculdade, deixaram de cursar Medicina. A nossa vida mudou totalmente. Hoje minhas filhas... Eu tive que pedir emprego para minhas filhas. Deixaram a faculdade para poder ir trabalhar para manter a nossa vida, para conseguir pagar as nossas contas, quando o Clezão era o nosso provedor.

Hoje eu estou com a loja, a distribuidora de bebidas, contando com a ajuda dos amigos para estar mantendo, porque é um ambiente muito, muito pesado, é um ambiente muito difícil, para a mulher, estar à frente de uma distribuidora de bebidas.

Hoje a gente se encontra nessa dificuldade toda, acreditando que a gente vai ter justiça, acreditando no resultado e acompanhando todos, porque nós estamos no mesmo barco, como o Jesse, como os outros que estão em exílio. A gente acompanha todos, porque estamos no mesmo barco, Senadora. É uma dor. E a gente não consegue seguir a nossa vida. E mesmo que a gente saiba, eu e minhas filhas saibamos que a gente não vai ter o Clezão de volta, a gente se sente feliz em saber que os outros familiares vão prosseguir suas vidas.

Quero deixar aqui registrado que amanhã Clezão iria completar 48 anos de idade. Ele era uma pessoa sonhadora, uma pessoa jovem que tinha tudo pela frente ainda. Tiraram estes direitos dele: o direito de ser avô, o direito de ver as filhas formadas. (*Manifestação de emoção.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Jane, são inúmeras as vezes em que você tem dado o seu testemunho em audiências públicas, em reuniões, em praça pública – Jane fala para milhares e milhares de pessoas. De todos os manifestos que tem tido no Brasil, você e as meninas têm participado e têm falado da história do Clezão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre quem viu as imagens, talvez alguns vão dizer: "Olhem, lá. Bandido". Está provado nos autos que Clezão estava em casa quando começou a quebradeira. Ele estava trabalhando. Está provado. Tem na câmera a hora em que ele estava trabalhando na loja dele. Clezão desce para cá para ajudar a acalmar as pessoas que estavam dentro dos Plenários. Observe que ele estava com os policiais, acalmando as pessoas. Tanto que, quando não conseguia mais, um policial apenas pede para ele sair, e ele sai. E essas imagens de um homem acalmando, pedindo para as pessoas saírem – ele estava aqui acalmando e pedindo para as pessoas saírem –, essa imagem desse homem, pedindo para as pessoas deixarem o ambiente... Levam esse homem para a prisão e para a morte. É inadmissível! Não tem uma imagem do Clezão quebrando nada. Tem a imagem dele ajudando os policiais a tirarem as pessoas de dentro do Plenário. E essa imagem...

Ele poderia ter ficado em casa, Senador Jaime, assistindo a tudo pela televisão, mas resolveu vir ajudar. Quando alguém ligou para ele: "Olha, o pessoal está aqui muito alvoroçado", ele veio para acalmar, porque ele era um líder amado. Ele é tão amado, Brasil, que, na cidade dele, que é uma cidade que está em regularização, uma das cidades administrativas do DF, já tem uma rua com o nome dele, já perpetuamos a memória de Clezão. Ele era tão amado que o DF está clamando para que a filha mais velha seja a nossa próxima Deputada no DF.

Clezão era um cristão, um líder cristão que veio para ajudar a acalmar, e ele entra na prisão e sai morto. Houve ou não violação de direitos humanos? Esta Comissão só quer discutir isso: houve ou não exagero na prisão e na manutenção da prisão de Clezão?

Já que você se recuperou, pode terminar, Jane.

A SRA. EDJANE CUNHA – O que a gente busca é justiça. O Clezão foi preso injustamente, o Clezão não cometeu crime, ele simplesmente estava lá.

E eu quero agradecer à Dra. Carol, à Asfav, que têm lutado, têm defendido muito a nossa causa, não só a da família do Clezão, mas sim a de várias outras. E eu queria que a minha filha Luiza falasse um pouco mais, porque ela tem um pouco mais de desenvoltura; eu fico nervosa, eu já começo a chorar. Pode, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LUIZA CUNHA (Para expor.) – Eu nem sabia que eu ia falar. Menina? (*Risos.*)

Boa tarde a todos! Eu gostaria de agradecer não só pela oportunidade de estar aqui falando, mas também agradecer à Senadora por ter me convidado para trabalhar com ela. (*Manifestação de emoção.*) Trabalhei quase um ano com a Senadora Damares, e ela cuidou de mim como se eu fosse filha dela, e toda a equipe, que eu amo de coração, vocês vão sempre morar no meu coração. Obrigada pela oportunidade de ter trabalhado com a senhora e obrigada por trilhar o meu caminho para eu abrir mais uma porta para mim, uma nova oportunidade. Obrigada de verdade!

O dia 8 de janeiro não só para a minha família, mas para todos não foi só a prisão que acabou com a nossa vida; foram os julgamentos, as condenações, provar aquilo que a gente não fez, o que o nosso pai, o nosso avô, o nosso tio, o nosso irmão fez. Meu pai era um homem livre, um homem feliz. A gente tem uma distribuidora de bebidas; ele poderia pegar qualquer bebida a hora em que quisesse. E um momento marcante para mim foi na visita de Dia dos Pais, em que ele trocou dois pães para dar um suco e um Toddynho para minha irmã, de presente, porque a gente ia visitá-lo no Dia dos Pais.

Hoje é a véspera do aniversário dele. Uma hora dessas, se ele estivesse aqui, ele estaria muito animado, porque meu pai é da alegria. Quando se fala Clezão, além do sinônimo de garra, força e patriotismo, ainda tem o sinônimo de alegria– meu pai era a alegria da nossa casa. E a nossa dor não acabou no dia 20 de novembro, no dia do falecimento dele; até hoje a gente sente a dor. E todas as vezes que eu falo do meu pai, é como se eu o estivesse sepultando novamente.

Hoje, eu não consigo realizar meu sonho de ser médica, não consigo realizar meu sonho de entrar na igreja, com o meu pai do lado. Tudo que eu faço hoje, vivo hoje eu não tenho oportunidade de contar para o meu grande conselheiro e meu grande amigo, que é o meu pai. E tem outras famílias com o risco de isso acontecer.

A Agnes é filha de dois patriotas que foram presos no dia 8, que inclusive foram presos junto com o meu pai. Muita gente não sabe, mas o meu pai foi preso no Plenário do Senado. Foi o único lugar que não foi depredado, a única depredação que tinha no Plenário do Senado era um microfone que estava sem parafuso, talvez isso nem tenha acontecido no dia 8 de janeiro. E os pais da Agnes estão na Argentina. O pai da Agnes, o Joelton, está preso, em cárcere, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentina, e a mãe da Agnes está escondida, com medo de ser presa, e a Agnes fazia odontologia. Hoje em dia a Agnes não tem mais essa oportunidade de fazer odontologia.

Com outras filhas eu divido a mesma dor. Eu sei que hoje meu pai não volta, mas os pais delas podem voltar. Por isso é doído, como eu disse, falar do meu pai, da história que a gente viveu, do sofrimento que a gente vive todos os dias, é como se tivesse sepultando meu pai. Mas, se um dia, eles tentarem, mais alguma vez, destruir minha família, eles não vão conseguir, e, se eles tentarem me calar, eles não vão me calar, eles não vão me calar! Todo sofrimento que eu passei hoje se tornou luta.

Eu e minha família, a gente poderia muito bem se recolher na nossa dor e viver o nosso luto. Até hoje eu ainda passo pela fase de negação do luto, eu ainda acredito que meu pai vai voltar para casa. As roupas do meu pai ainda continuam no guarda-roupa, o chapéu do meu pai continua no mesmo lugar, a botina do meu pai continua no mesmo lugar, esperando que ele volte, e ele nunca mais vai voltar.

A anistia não vai trazer meu pai de volta e este sofrimento vai ser eterno. O 8 de janeiro foi um ponto final para as nossas vidas, para a vida da família do Clezão. A anistia vai trazer muitos de volta, mas o sofrimento que a gente vai passar vai ser eterno, o trauma que a gente passou vai ser eterno, as humilhações que a gente passava para visitar os nossos familiares dentro do presídio vai ser eterna.

Era isso que eles queriam: fazer isso com a gente? Era uma vingança? Quem vai responder pela morte do meu pai? Quem vai pagar pela morte do meu pai? O meu pai foi morto, mas ele foi assassinado, ele foi condenado à morte, e quem vai responder por esse crime? É torturante, porque a gente não pode falar quem foi, a gente não pode falar como foi, a gente não pode fazer o nosso papel de cidadão, que é correr atrás de justiça, porque somos perseguidas. Nossa família foi destruída e, se a intenção deles era destruir a família do Clezão para tentar nos calar, vocês conseguiram acabar com as nossas vidas, mas a gente não vai se calar.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está no Plenário o Senador Jaime, o Senador Girão. Quando um Parlamentar chega, a gente já passa a palavra para eles.

Só queria lembrar, Senador Jaime, Senador Girão, que essas meninas, tanto a Luiza como a irmã, que está do lado, e a mãe, passavam por revista íntima para visitar o pai. Você tem ideia do sofrimento dessas meninas? Quando a Jane falou que o sonho delas, durante a semana, elas oravam e jejuavam para que o carcereiro deixasse passar uma paçoquinha a mais, porque, quando elas levavam uma paçoquinha para o pai, que é o único doce que pode entrar na cadeia, o pai dividia com todo mundo, porque muitos não recebiam visita, porque as famílias estavam fora. Então, tem uma quantidade de paçoquinhas. São oito, né? Sete, né? Então, elas ficavam orando para que as deixassem entrar com dez, porque o pai queria dar para os outros.

Então, as meninas que sonhavam em ser médicas passam a sonhar em ter três paçoquinhas a mais na mão do pai. É uma mudança completa de horizonte. A anistia não vai devolver sonhos, não vai devolver o pai, elas não vão recuperar o que elas já perderam. Então, acho que esta audiência mostra muito para o Brasil, as pessoas que falam: "Os golpistas, os criminosos, os terroristas...". Olha aqui, gente, essas meninas são terroristas, essa mãe é terrorista, essa esposa é terrorista?

Eu vou dar a palavra ao Senador Jaime e depois ao Senador Girão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado pelas suas palavras, nossa Presidente, Senadora Damares. Cada vez eu admiro mais você pela sua dedicação, pela sua hombridade, pela sua sabedoria em ver, verificar não só nesse caso aqui do dia oito de janeiro, mas todas as ações sociais em que tem trabalhado e por que tem lutado pelo nosso Brasil.

Quero agradecer aqui à Sheila, à Edjane – essa situação do Clezão –, sua filha, que acabou de falar, mas eu quero falar depois que a Vanessa, que vai entrar em vídeo, que é de Rondônia, duas famílias com dez crianças, depois eu quero fazer um comentário. A Vanessa tem seis e a Cesconetto Sartori mais quatro. Depois eu vou fazer um comentário para isso. Os dois ficaram sete meses na cadeia, nove meses de tornozeleira, se refugiaram fora do país por uma situação inexplicável, inexplicável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala, Senadora Damares, nossa Presidente – a imprensa enche a boca para falar – golpista, golpista, eu não posso nem ouvir mais isso. Golpista é quem vai com arma de fogo para dar um golpe. Onde que essas pessoas foram dar um golpe? Depois eu vou explicar essas duas pessoas, o Antonio Marcos e o Ezequiel. Eles chegaram exatamente, Senador Girão, já fazia mais de hora que estava acontecendo a invasão, só tiraram foto. Nunca vi, na história do Brasil – nunca vi – alguém ser julgado pela Suprema Corte sem nenhuma prova, sem nada, mas depois eu vou entrar nesses detalhes aí.

E quero depois frisar o que a PGR está fazendo: arquiva investigação contra Carlos Lupi, Ministro da Previdência, por fraudes no INSS Paulo Gonet. Gente, o roubo é muito menor, o roubo aos idosos é muito menor do que o que essas pessoas fizeram... Não fizeram nada. Então, é isso que eu quero dizer, mas depois eu vou entrar nos detalhes.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Senadora Damares, paz e bem! Paz e bem, Sheila, nossa querida Jane, também a Késia, a Luiza e todos vocês que aqui estão nesta Comissão!

Olhem o que é que Deus faz, né? Esta Comissão, Senadora Damares, há 15 anos mais ou menos, 15, 20 anos... A gente se conheceu aqui, né? Se contar ninguém acredita. E eu acho que foi nesta sala. Aqui era a CDH naquela época, e nós tivemos... Deus nos reuniu, e jamais passou pela minha cabeça – não sei se passou pela da senhora – um dia está servindo como Senador. Mas Deus, que é bom, justo, fiel e misericordioso, nos trouxe para cá num momento sombrio. Como é que nós vamos colaborar neste momento sombrio que a gente vive, de trevas, nebuloso?

Eu subi à tribuna agora há pouco tempo, falei inclusive do Clezão, falei do José Cezar, do Claudinei. Eu confesso que, se não for a fé que a gente tem, aí não tem jeito. Sem a fé em Deus e em Jesus, que está no comando, seria muito difícil, mas, como a gente sabe, a gente consegue forças lá de onde nem imagina que tem, porque tem muitos brasileiros, milhões de brasileiros que, neste momento, estão constrangidos, estão solidários, estão orando por nós todos, estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo a sua parte. Muitos não, muitos estão tentando ganhar o pão de cada dia e não entram nessa questão política, que não é uma questão que deveria ser política, porque é uma questão de humanidade. Isso aqui que a gente está vivendo é para unir quem é de direita, quem é de esquerda, quem é contra o Governo Lula, quem é a favor, isso aqui era para unir a gente, pelo bom senso.

Olha, o ódio a uma pessoa... Vamos combinar, o ódio ao Bolsonaro que foi criado pelos poderosos de plantão, pelo *establishment*, cega. É tanto ódio que cega e resvala em pessoas que não tem nada a ver, que é o que a gente está vendo aqui, como um morto já sob a tutela do Estado, assassinado, que é o Cleriston Pereira da Cunha, o Clezão, e tantas outras vidas destroçadas, devastadas. Mas, olha, é muito fácil falar do meu lugar, eu sei que é muito fácil, porque só vocês familiares e vítimas do dia 8 de janeiro sabem pelo que vocês passam. A gente tem uma ideia, mas a dor que vocês sentem por um ente com quem vocês conviveram a vida inteira só vocês sabem da perda que é.

Mas eu peço – eu não preciso nem pedir porque eu sei da fé também de todos vocês, e é o que nos segura – que tenhamos esperança. Se foi da vontade permissiva de Deus que tudo isso ocorresse, tem um propósito maior. Não há mal... Senador Jaime Bagattoli, Senadora Damares e todos vocês que estão aqui, não há mal que não coopere por um bem maior, e não há mal que perdure para sempre, não há!

Então, Senadora Damares, Deus a colocou numa posição de ser a Presidente daquela Comissão a que, 15 anos atrás, ou 20, a gente vinha com cartaz. E eu tenho certeza de que esse tipo de milagre Ele vai fazer com muita gente aqui.

E não é com ódio no coração, com sentimento de revanche, que não pertencem aos cristãos, que a gente vai conseguir nada; a gente vai conseguir com amor, com perdão, porque Deus está vendo tudo o que está acontecendo, e os cidadãos de bem do país, que a cada dia, eu percebo, se conscientizam mais dessa situação, vão agir cada vez mais, Senadora Damares, e é no tempo de Deus, não é no nosso tempo. A gente queria que fosse agora, mas Ele está mexendo peças, inclusive no mundo, para que as pessoas, até do Brasil, percebam que nós não temos uma democracia aqui, nós temos uma ditadura da toga, nós temos pessoas que estão caçando, implacavelmente, quem pensa diferente delas, o que está trazendo vítimas: crianças sem os pais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esposas sem os maridos, e está deixando uma marca muito profunda na história desta nação, mas tudo passa. Essa amizade que está se formando aqui, Senador Jaime, entre pessoas que estão nesta sala e muitas outras que não estão, verdadeiros gigantes, o pessoal da Asfav, as famílias, as nossas assessorias, muitos brasileiros que estão indignados com o que está acontecendo, rezando, agindo como podem, disso está nascendo algo muito grande, muito grande!

Eu estava agora na tribuna, também, falando e eu quero aqui fazer um breve resumo – peço autorização aqui da nossa Presidente para ler, para não esquecer de nenhum detalhe –, porque essa injustiça está acontecendo com milhares, com dezenas de milhares de pessoas, se você pegar os familiares, se você envolver os familiares. São dezenas de milhares de brasileiros, num país que é a maior nação católica do mundo, a maior nação espírita do mundo, quase a maior evangélica, está chegando à primeira – nós somos a segunda, só perdemos para os Estados Unidos, olhe só os sinais –, mas aqui todo mundo se relaciona bem. Não é o espírito do brasileiro o de vingança, gente, não é o nosso espírito! O nosso espírito é de gente íntegra, pacífica, amiga, solidária. Não é! É por isso que, às vezes, a gente vê assim e diz que só pode ser espiritual isso, Damares, da guerra espiritual que a gente vive.

Quando a gente vê autoridades como a PGR, como Ministros do STF, como os Presidentes de Casas Legislativas... A história vai mostrar quem se calou, quem foi conivente neste momento, omisso, e o Senado, que é parte do problema hoje, vai ser parte da solução. Eu tenho convicção de que vai chegar, no Senado aqui, um momento – e eu espero que seja muito antes do que a gente imagina, no tempo de Deus, mas muito antes – para cessar o sofrimento: a anistia geral, ampla e irrestrita. O mundo está vendo, o mundo já está cobrando, o mundo já está cobrando do Brasil! O *impeachment* do Ministro que fez isso tudo parado? O Senado podia corrigir isso, botar cada um no seu quadrado e vamos seguir: vamos voltar à nossa democracia, vamos voltar à separação entre os Poderes, a independência deles. O Senado pode fazê-lo, e nós estamos aqui, somos minoria ainda, mas nada como o povo brasileiro, que se levanta, que está voltando às ruas, que vai participar de uma eleição... Eu espero que não precise chegar até lá. Eu acredito que, neste segundo semestre, a gente tem o dever moral de fazer essa anistia, porque a cobrança está sendo internacional, inclusive.

Eu não posso deixar de registrar aqui que a Sra. Presidente Damares quebrou paradigmas. A senhora teve a coragem de fazer... Nós, desde 2022, estávamos sem analisar, aqui na Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Direitos Humanos, as violações de direitos humanos que estavam acontecendo, como a gente diz no Nordeste, nas nossas ventas, na nossa cara. Não tive... Eu fiz requerimentos aqui para fazer audiências dessas lá no começo de 2023. Infelizmente, nós não conseguimos, houve um bloqueio.

Esta Comissão não visitou os presos políticos do Brasil. Em pleno século XXI, esta Comissão foi omissa, mas, com a Senadora Damares, você não pode, absolutamente, falar que não deu a atenção devida, inclusive fora do Brasil, porque nós pedimos aqui ao Ministro Alexandre de Moraes para que a gente pudesse visitar os presos políticos do Brasil; algo tão elementar, tão básico: visitar presos para ver as condições sanitárias, a condição moral, espiritual, enfim, para ouvir os seres humanos, e nós não tivemos autorização. Ou já teve Senadora Damares? (*Pausa.*)

Não tivemos ainda, mas, da Justiça lá da Argentina, a gente conseguiu para visitar. Fomos e vamos voltar agora no dia 15 ou dia 16... Dia 18, Senador Jaime, eu tinha lhe falado outra data. Vai um grupo de Deputados e de Senadores voltar lá para a gente acompanhar o que está acontecendo.

A turma de lá, Jane... É só para a gente lembrar, não é para ter nenhum sentimento ruim. A turma de lá... E o atual Vice-Presidente da República disse em alto e bom som, gravado, que queria voltar à cena do crime, e hoje ele é Vice-Presidente dessa turma que queria voltar à cena do crime. A turma de lá assaltou banco, a turma de lá sequestrou embaixadores; passado recente. A turma de lá, Sheila, sequestrou avião, pegou em arma de fogo. A turma de cá estava com a Bíblia, a bandeira do Brasil, batom, tinha vendedor de picolé, de algodão-doce, é um negócio até chocante a gente ter que falar esse tipo de coisa. Não tiveram... Diferente da turma de lá, que teve anistia. A turma daqui não teve direito à ampla defesa e ao contraditório. Da turma daqui os advogados não tiveram acesso aos autos. A turma daqui não teve a dupla jurisdição, que está no nosso ordenamento jurídico. A turma daqui não teve a individualização das condutas, como o senhor falou agora, Senador Jaime Bagattoli, a prova. Não tem nada.

Então, é uma injustiça que bate forte no espírito, bate forte no espírito! E a turma de lá não quer anistia. E eles tiveram anistia com coisas muito mais graves, com coisas graves aqui. Para pessoas que nem cometeram crimes, eles não querem anistia. Qual é o nome disso? Qual é o nome que se dá a esse sentimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiras, brasileiros que nos acompanham, eu uso a palavra, no dia de hoje, com o coração partido, mas com a consciência em paz por estar cumprindo o meu dever de representante do povo brasileiro, especialmente daqueles que hoje não têm voz, dos esquecidos, dos encarcerados sem julgamento justo, enfim, daqueles que são invisíveis ao sistema – perdão –, ao regime que hoje comanda o Brasil.

Hoje quero clamar por humanidade, por justiça e por compaixão. Entre tantos casos relativos ao 8 de janeiro, eu vou me deter agora em dois deles, apenas dois de milhares, que demonstram a gravidade de uma situação em que o Estado brasileiro abandona sua obrigação de garantir direitos mínimos: o direito à vida, à saúde, à dignidade, mesmo diante de uma punição severa e injusta.

O primeiro caso é o de José Cezar Duarte Carlos, preso desde o dia 6 de junho de 2024. Trata-se de um pai de família, *personal trainer*, cidadão brasileiro que sofre de transtorno afetivo bipolar, com episódios psicóticos. No momento de sua prisão, ele estava em processo de recuperação de uma crise que exigiu internação médica. A nova privação de liberdade o fez mergulhar novamente em um surto e seu estado atual é deplorável. Podia ser cada um de nós aqui, qualquer um de nós. É preciso se colocar no lugar dele. Cezar está sem se alimentar adequadamente, sem beber água com regularidade, sem realizar higiene pessoal e se recusando a tomar medicação. Médicos já alertaram: não há estrutura para tratá-lo no local onde se encontra. O relatório médico afirma, com todas as letras, que a ausência de tratamento adequado pode gerar danos neurológicos irreversíveis em um irmão nosso, brasileiro, cidadão. Ainda assim, ele segue confinado no presídio Nelson Hungria, em Minas Gerais. Ele tem uma filha de 11 anos, também com problemas mentais, que sente a ausência e o sofrimento imposto ao pai. (*Pausa.*)

Minha filha hoje está fazendo essa idade.

O segundo caso é o de Claudinei Pego da Silva, preso desde o fatídico dia 8 de janeiro de 2023. Claudinei não invadiu qualquer prédio público, não cometeu depredação, não feriu ninguém. Ele veio a Brasília para acompanhar um amigo, ficou na rodoviária e, quando ouviu bombas e tumulto, desceu a Esplanada tentando retirar o colega. Foi preso mesmo assim. Desde então, nunca mais foi solto. Sua pena, 16,5 anos de prisão. Durante esse período, Claudinei já tentou o suicídio três vezes. A primeira vez, ainda na Papuda, foi salvo por uma policial atenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, passou pela ala psiquiátrica e foi transferido também para o presídio Nelson Hungria. A situação de Claudinei é gravíssima. Ele não tem acompanhamento psicológico suficiente. Não há estrutura no presídio que garanta a sua vida. Ele é casado, tem filhos e trabalhava honestamente em sua oficina de lanternagem. Não há prova alguma que o vincule a qualquer ato de violência.

Senhoras e senhores, a defesa de ambos já solicitou a prisão domiciliar por razões humanitárias, previstas no nosso ordenamento jurídico. Não se trata aqui de um favor, não; nem de impunidade. Trata-se de salvar vidas, trata-se de garantir a mínima dignidade humana prevista na Constituição, na Lei de Execução Penal e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Estamos falando de dois cidadãos brasileiros sem histórico de violência, pais de família, trabalhadores e doentes, em risco iminente de morte por negligência e ausência de cuidado adequado.

Quantas mortes mais precisam acontecer para que o Judiciário reaja, para que o Senado reaja, para que o Senado acorde? Serão necessários outros clezões? Ainda precisa jorrar mais sangue de inocentes, mais lágrimas de sofrimento?

Esse discurso não é dirigido apenas ao Ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos referente ao dia 8 de janeiro, e, sim, a todos os 11 magistrados que formam a Suprema Corte da Justiça brasileira, que não pode se transformar num tribunal de exceção, com requintes de um tribunal de inquisição. Esse tempo já passou. E pode ter certeza, Ministro Alexandre de Moraes e outros ministros, esses milhões de brasileiros, inclusive famílias dilaceradas com essas decisões injustas, movidas pela vingança, pela revanche, oram pelo senhor. O senhor não sabe o que está fazendo, o senhor não tem noção do que está fazendo. Precisamos orar pelo senhor, pela sua alma e para que o senhor possa pensar – ou a sua família, enfim, pessoas próximas –, ter um pouco de humanidade nessa questão. Chega de tantos abusos!

Ouçam, Srs. Ministros, o clamor dos médicos, ouçam o clamor dos advogados, ouçam o clamor das famílias, ouçam o clamor das ruas! Ainda há tempo para salvar a vida de Cezar e de Claudinei – esse é um apelo, esse é um alerta. O cárcere não pode ser uma sentença de morte disfarçada, Senadora Damares, não pode! Que esta Casa não silencie, que o Brasil não feche os olhos, que a justiça divina seja o guia seguro de nossas consciências!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro com esse profundo pensamento nos deixado, há mais de 30 anos, pelo Papa João Paulo II: "Não há paz sem justiça, não há justiça sem perdão, não há perdão sem amor". Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Girão. Comovente e provocadora a sua fala.

Nós só temos ainda a Vanessa para ouvir, mas, antes da Vanessa, está *online* – e eu acho que a Vanessa vai querer, inclusive, ouvi-lo também, e ele está quase na hora de entrar em sessão – o nosso querido Deputado Rodrigo Valadares, que é o Relator do projeto de lei da anistia. Então, acho que a gente poderia abrir esse espaço para o Rodrigo Valadares falar, ele vai ter uma manifestação, uma rápida manifestação, nos atualizar, inclusive, sobre o projeto, e na sequência a gente ouve a Vanessa e já vai para o encerramento de nossa audiência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senadora Damares...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a nossa equipe vai ficar aqui acompanhando.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu vou ter que sair, porque nós estamos entrando com um pedido de *impeachment* de um desses ministros, uma dessas ministras hoje, agora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E, aí, eu volto assim que fizer esse ato lá na Presidência do Senado, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deputado Rodrigo Valadares, obrigado por participar da nossa audiência. O senhor tem a palavra.

O SR. RODRIGO VALADARES (UNIÃO - SE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, querida Senadora Damares, minha conterrânea sergipana. Sem dúvida nenhuma, é uma grande referência a senhora, Damares, primeiro como mulher cristã, mulher de Deus; segundo como uma política que vem se revelando uma verdadeira leoa nesta e em tantas outras lutas que o nosso povo vem sofrendo.

Escutar o meu querido amigo Senador Eduardo Girão também falar é um motivo de muita alegria, de muita honra. Eu até faço essa rápida provocação – Senador Jaime, que também está aí, um grande abraço. Se nós tivéssemos, minha Senadora Damares, Presidente desta importante Comissão, se nós tivéssemos uma maioria de Senadores com esse perfil que eu acabei de mencionar – Senadora Damares, Senador Girão, Senador Jaime –, será que o Brasil estaria na situação em que está? Será que nós estaríamos enfrentando essa tirania que vem do Supremo Tribunal Federal?

O Senador Eduardo Girão foi muito feliz quando falou que não é endereçado apenas ao Ministro Alexandre de Moraes. A gente entende que existe um consórcio que apoia não só a totalidade dos ministros, mas grande parte, o que dá um conforto para esses abusos que nós estamos vendo a cada dia. E eu sempre falo, eu que fui Relator na CCJ, no projeto de anistia: um dia para quem está preso, um dia para os seus familiares é como se fosse uma eternidade.

Então, a cada dia (*Falha no áudio.*) ... minha Senadora, no ar-condicionado, tomando café quente, água gelada e discutindo sobre a vida dessas pessoas, elas estão na Papuda, elas estão na Colmeia, elas estão presas, ou elas estão foragidas, seja na Argentina, nos Estados Unidos, no Paraguai, exiladas. Nas famílias, como diz o nosso Presidente Bolsonaro, há órfãos de pais vivos. Então, muito nos dói, e a nossa vontade, já desde o início de todo esse processo, era (*Falha no áudio.*) ... geral e irrestrita já tivesse passado.

Hoje, apenas fazendo uma analogia – não sou católico, somos evangélicos, não é, Damares? –, mas, em alusão (*Falha no áudio.*) ... ao catolicismo, chamam de purgatório, parece que está num limbo, parece que está querendo que os poderosos querem que ela seja esquecida. E muito nos preocupam, Senadora – nós que já temos na Câmara as assinaturas suficientes do requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de urgência –, duas coisas: primeiro (*Falha no áudio.*) ... o votado; segundo, a relatoria, para quem irá? Não falo isso em defesa do nosso nome, que é a indicação da oposição, do PL, do União Brasil, mas, se vão realmente fazer uma anistia, ou se as notícias que nós (*Falha no áudio.*) ... na grande mídia, de uma tentativa de uma anistia branca, ou uma anistia *light*, ou a anistia do Alcolumbre... Será que realmente essa anistia vai trazer justiça, vai virar paz, essa anistia vai trazer a pacificação que nós advogamos para o nosso país? Anistia é justiça, anistia é uma causa humanitária, anistia é pacificação. E a gente escuta, Senadora Damares, algumas possibilidades de anistia – não posso nem falar assim – como: quem já cumpriu um sexto da pena iria para o regime aberto ou estaria anistiado. Isso é cumprimento de lei penal. Cumpriu um sexto da pena, você já tem direito à progressão do regime, isso não é anistia.

Outra fala que a grande mídia... E é muito engraçado que nenhuma dessas pessoas bota a cara, sempre é um jornalista que ouviu falar, que ouviu dizer... Mas outra possibilidade de que falam, além desse um sexto, seria reconhecer o *bis in idem*, que o Supremo Tribunal Federal vem adotando; ou seja, em linguagem popular, muitas pessoas, para não dizer a totalidade delas, estão sendo condenadas por dois crimes idênticos, que são a abolição violenta do Estado democrático de direito e golpe de Estado. Os crimes são os mesmos; ou seja, é como uma pessoa cometer um homicídio e ter uma pena dupla: responder por homicídio e matar alguém. E aí a sua pena pode – sei lá, ser de oito anos em uma e nove em outra – ser somada. Isso está acontecendo. Por isso, nós estamos vendo também penas tão elevadas, porque esses crimes em abstrato não têm penas elevadas. Então, reconhecer o *bis in idem*, num projeto de anistia, é necessário? Eu digo que não. O Supremo Tribunal Federal, numa simples revisão penal, já poderia fazer isto: reconhecer o *bis in idem* e cortar as penas no mínimo em 40%, de 40% a 50%. Isso não é anistia.

Minha Senadora Damares, todos aqueles que nos ouvem e nos veem, familiares das vítimas, que são as pessoas mais interessadas, o que dói na nossa nação é a gente ver essa injustiça. Essa injustiça, inclusive, já está chamando a atenção dos olhos internacionais por missões internacionais diversas que a Senadora Damares fez, que o Senador Eduardo Girão fez, que nós fizemos, denunciando-a ao mundo.

Eu tive a oportunidade de ir ao Parlamento da Argentina fazer essa denúncia, de denunciar no Parlamento do Mercosul, de denunciar lá nos Estados Unidos; ou seja, a gente se preocupa com que a nossa voz chegue ao mundo, porque é muito difícil lutar contra uma injustiça, contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma tirania, estando dentro da tirania. Como você vai apelar a César, se César é corrupto? Como você vai apelar a César, como o apóstolo Paulo o fez, se o nosso César está tomando decisões injustas?

Essa nossa voz chegou a outros locais. Hoje, o Brasil já é reconhecido por muitos países como um país em que a democracia não prevalece, um país em que já existe uma democracia fragilizada, um país em que existe um acordo que está sobrepujando o seu poder, invadindo outras consequências e tomando decisões políticas.

Eu estava hoje mais cedo num debate – debate, não; numa entrevista, numa *live* – com a Débora, da Revista Oeste, e com o grande Prof. Ives Gandra. São tantos absurdos que nós estamos vendo... Primeiro, anistia de crime que não aconteceu já é um absurdo por si só, mas nós não temos outra opção – nós não temos outra opção. A anistia é o único caminho. Esses crimes nem deveriam ser reconhecidos, pois não aconteceram, são crimes impossíveis. E aí a gente volta àquele velho embate: dar golpe de Estado com senhora, sem arma, sem nenhuma coordenação, sem as instituições cooperarem, sem líder, em que o maior beneficiário nem no Brasil estava, depois de um novo Governo tomar posse, num feriado, nas férias... Se a gente for entrar pelo argumento jurídico... Mas, infelizmente, a tirania não permite que a verdade vença, que a lei vença, que a Constituição vença. A gente está vendo um Ministro que é vítima, é inquisidor, é Relator... Ele participa da colaboração premiada e ele mesmo pergunta se falaram mal dele. Eu nunca vi isso na minha vida. Eu sou advogado, formado desde o ano de 2011, e eu nunca vi isso na minha vida.

Minha Senadora Damares e todos que estão nos acompanhando, eu acho que a mensagem – e eu já parto para minha finalização, não quero tomar muito tempo de vocês – que a gente tem que bater e frisar é anistia ampla, geral e irrestrita, porque nós estamos falando de pessoas de bem. Nós não podemos dar margem para que essas pessoas continuem nem um dia sequer na cadeia. Qualquer coisa diferente disso é enganação ao público. Qualquer coisa diferente disso é enganação às famílias. Você querer manter pessoas presas por crimes inexistentes dói no coração de cada um dos brasileiros.

Eu não tenho dúvida, minha Senadora Damares, Senadores presentes e familiares das vítimas, de que esse episódio por que nós estamos passando ficará para sempre manchando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história do nosso país. Nós sobreviveremos a esse episódio – eu tenho fé em Deus, minha fé está no Senhor Jesus Cristo –, nós sobreviveremos a ele. As famílias das vítimas sobreviverão a ele. Nós chegaremos ao outro lado. Nós atravessaremos o Mar Vermelho, não tenho dúvida disso, e olharemos para trás para vermos isso como o mais triste episódio da nossa nação.

Obrigado pela oportunidade, Senadora Damares. Foi um prazer imensurável estar aqui com vocês.

Contem conosco, com o Deputado Rodrigo Valadares.

E vamos defender sempre: anistia, justiça, pacificação, virada de página já.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado, muito obrigada.

Parabéns por sua luta e dedicação a esse tema! O senhor é realmente aquele jovem Parlamentar que nos orgulha e que nos enche de esperança de um Parlamento justo, um Parlamento competente, um Parlamento, que, de fato, represente a vontade do povo. Parabéns, Deputado! Eu tenho muito carinho pelo senhor, por sua família e por ser sergipano. Somos do mesmo estado. Sou apaixonada por vocês.

Está no auditório a Tereza Elvira Vale Almeida. Ela é mãe do João Lucas Vale Giffoni. Lucas ficou preso sete meses na Papuda e atualmente está exilado, mas a Tereza luta incansavelmente nos corredores do Congresso por justiça.

Seja bem-vinda, Tereza.

E nós temos outros parentes de familiares.

Nós vamos ouvir agora quem seria a nossa última, mas a Eli conseguiu chegar – não é, Eli? – e já pode ocupar a cadeira aqui. Nós vamos ouvir agora Vanessa Rolim Vieira, esposa do Sr. Ezequiel, que vai fazer a participação dela por videoconferência.

Seja bem-vinda, Vanessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por ter aceitado o convite de vir se expor. Muitas famílias não querem falar com medo da exposição, mas você está vindo, com muita coragem, trazer o relato das dores da sua família.

Seja bem-vinda, Vanessa.

A SRA. VANESSA ROLIM VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares. Obrigada pela oportunidade.

É uma honra poder participar desta audiência.

Eu quero também, neste momento, agradecer à senhora e ao Senador Jaime Bagattoli o apoio, e cumprimentar todos os presentes, em especial os familiares dos presos do 8 de janeiro.

Meu nome é Vanessa. Eu sou esposa do Ezequiel Ferreira Luís, que foi preso no dia 8 de janeiro e condenado a 14 anos de prisão. Meu marido foi condenado sem o devido processo legal e sem provas. Não há vídeo, não há fotos, não há reconhecimento por testemunha, não há nada contra ele, e, mesmo assim, ele foi condenado a 14 anos.

Junto comigo, está aqui também Eliana Cesconetto Sartori, esposa do Antonio Marcos. Antonio Marcos também é de Ji-Paraná e foi preso em uma situação semelhante à do meu marido. Meu marido foi, junto com o Antonio Marcos, devolver um carro alugado.

Só um instante. (*Pausa.*)

Como os senhores podem ver, eu estou aqui rodeada de crianças. São dez crianças órfãs de pais vivos.

Eu espero conseguir expor tudo aquilo que eu preparei, mas o mais importante neste momento que eu quero que vocês, senhores, possam compreender é a dimensão das consequências que essas prisões trouxeram não somente para a vida do meu marido e para a do Antonio Marcos, mas para a de todas essas crianças, porque, junto com a condenação do meu marido, Ezequiel, e do Antonio Marcos, nós, as esposas deles, e todas estas dez crianças fomos condenadas juntas às sanções e penalidades. (*Manifestação de emoção.*)

Eles não cometeram nenhum crime. Eles não estiveram nem presentes. Nem o meu marido nem o Antonio Marcos cometeram nenhum crime. Além do meu marido e do Antonio Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terem sido penalizados injustamente, eu e todas essas crianças estamos sendo também penalizadas.

O meu marido, Ezequiel, no dia 7 de janeiro, no sábado, de madrugada, saiu daqui de Ji-Paraná e foi devolver um carro alugado em Brasília, devido ter sido furtado, em dezembro, um carro (*Falha no áudio.*) ... e, como o meu marido era motorista, esse amigo pediu para o meu marido devolver esse carro em Brasília. O Antonio Marcos o acompanhou, porque era para ser um bate e volta. Eu estava fragilizada, porque eu tinha terminado de ter uma perda gestacional gemelar, e a Eliana também estava com um bebê recém-nascido, de dois meses. Então, eles não tinham a intenção de ficar em Brasília, era para ir e retornar; o Antonio Marcos foi para acompanhar.

Quando eles estavam chegando, próximo a Brasília, eu me lembro de ter conversado com o meu marido. Ele estava em Anápolis – era em torno de 2h da tarde, horário de Brasília –, e eles estavam almoçando num restaurante chamado Barriga Cheia. Não sei, vocês devem conhecer melhor a distância de Anápolis até Brasília, mas eles demoraram mais um tempo até chegar em Brasília; e, quando chegaram, tudo já estava destruído. Mas infelizmente – é uma coisa que eu pessoalmente tenho raiva de falar até – meu marido foi curioso. Infelizmente, eles foram curiosos; eles viram aquela cena de guerra e foram, inocentemente... Sabe quando você tem uma situação de curiosidade e inocência juntas? Foi o que aconteceu. Eles foram inocentes, ingênuos, e subiram a rampa. Então, começaram a jogar bombas de gás. Os helicópteros começaram a jogar bombas de gás, e os policiais – os próprios policiais – os conduziram para dentro do Planalto. Não há... Eles não cometeram nada, não teve nem tempo (*Falha no áudio.*) ... pelo horário em que ele chegou ao Planalto, pelo horário em que ele foi preso... Só pelo horário já era para ter prova suficiente para falar que eles não tocaram em nada. E, a exemplo disso, não há nenhuma prova. Mas, mesmo assim, ele foi condenado a 14 anos de prisão.

Quando eu soube da condenação, eu fiquei muito aflita, mas eu pensava comigo: "Está tudo bem, é só mostrar que ele não cometeu nenhum crime que tudo vai se resolver". Mas não foi isso o que aconteceu. Fiquei dias sem nenhuma notícia do meu marido. Todas as informações que a gente tinha eram generalizadas: "Está bem" ou "Não, teve um probleminha aqui". No caso do Antonio Marcos mesmo, ele ficou isolado 15 dias dos outros, e não tinha notícia nenhuma sobre se ele estava vivo ou se ele estava morto – e simplesmente "está tudo bem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para nós, devido à distância, era impossível irmos até Brasília para fazer visita presencial, devido às nossas crianças e ao fato de nós estarmos sobrecarregadas – nós tínhamos que assumir todas as responsabilidades. Eu tinha o meu trabalho, tinha que assumir as responsabilidades dos bens que naquele momento nós tínhamos, porque o meu marido era motorista de caminhão boiadeiro e também tinha – agora está com os bens bloqueados – caminhões. Eu precisava gerir tudo isso, cuidar da alimentação, saúde, moradia, segurança, de todos, de tudo o que envolve proteção. E, além disso, precisava conversar com advogado, tentar resolver, garantir que entrasse comida para ele, alguma coisa, porque ele perdeu mais de 20kg. Meu marido quase morreu devido a problemas intestinais, pela comida de péssima qualidade, falta de higienização – era um cheiro horrível que ele relatava.

As minhas crianças sofreram muito. As crianças da Eliana também. (*Manifestação de emoção.*) Nós somos próximas, a gente viu junto, a gente chorava junto, a gente lutava junto para tentar dar um mínimo de dignidade para os nossos maridos, que estavam lá dentro. E, aqui, nossos filhos pedindo pelo pai: "Mãe, meu pai não vai voltar?". E eu falava: "Meu filho, vai, com a graça de Deus. Confiando em Deus, ele vai voltar". Passaram-se 7 dias, 15 dias, 30 dias, 90 dias, foram sete meses sem nem ter a oportunidade de fazer visita virtual. Eles nos negaram até a visita virtual, porque nós não tínhamos três doses de covid. Nós fomos impedidos de termos comunicação direta com o meu marido. A única informação que tanto eu quanto a Eliana tínhamos era através de advogados.

Passaram-se os sete meses, e, com a graça de Deus, ele veio de tornozeleira, ficou nove meses de tornozeleira em casa e, nesses nove meses, cumpriu todas as medidas de restrição que foram impostas; mesmo assim, com a condenação, foi muito difícil aquele final, porque eu estava grávida do Paulo. Eu não sei por que, mas eu confio em Deus e por algum motivo Ele me escolheu para ter todas essas crianças. Eu sei que a vida é uma bênção e sou muito feliz por ter cada uma delas, mas sei a responsabilidade que é a educação de cada um.

Naquele momento, eu estava com um bebezinho pequeno e o marido condenado a 14 anos. Meu marido sofreu uma grande angústia por não saber qual a melhor decisão que ele poderia tomar para proteger a própria família. Ele teve que tomar uma decisão sozinho, porque só caberia a ele. Ele decidiu sair do Brasil e deixar a família, para fazer uma tentativa de se manter vivo – o exemplo do Clezão foi determinante –, porque ele quase morreu também dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presídio, e, se ele voltasse, também poderia acontecer a ele o mesmo que aconteceu com o Clezão. Também foi uma forma de buscar a proteção da nossa família daquele ambiente prisional.

Mas não para só por aí. Além da condenação e da ausência do pai (*Falha no áudio.*) ... pagamento de uma multa de R$30 milhões, e, desde o início de 2023, teve o bloqueio dos bens.

Depois da condenação, em junho de 2024, além do bloqueio da venda dos veículos, dos caminhões, que eram todos alienados, foi impedido o licenciamento. Esses caminhões não podem mais circular. Agora, todos os veículos estão completamente parados e mofando. E, juntamente a esse bloqueio, o meu salário – o meu salário, senhores! –; não era o salário do meu marido, que também não poderia ser bloqueado, mas o meu salário foi bloqueado, por ordem do STF. Foi isso que a fonte pagadora me informou: por ordem do STF, o meu salário está retido, e eu não posso contar com ele.

Eu peço aos Srs. Senadores que me ajudem a tentar restituir e a tentar voltar com a nossa fonte de sustento. Qual é a intenção do STF? Qual é a intenção do Estado brasileiro de tirar todas as fontes de sustento da minha família? E não é só a minha família que está nessa situação. Eu tenho certeza de que tem várias outras famílias. A Eliana também sofre dores semelhantes. Se ela tiver a oportunidade de expor, não sei do tempo...

Senadora Damares, nós estamos vivendo tempos difíceis. Graças a Deus e às pessoas que me ajudam

Graças a Deus e às pessoas que me ajudam, já tem muito tempo que eu estou vivendo – graças a Deus – com a ajuda dos meus familiares e de pessoas próximas. E agora, recentemente, em que a situação tinha tomado uma proporção muito maior de dívidas, eu precisei fazer uma campanha de arrecadação, para que mais pessoas pudessem me ajudar e para que eu conseguisse sair desse sufoco. (*Manifestação de emoção.*)

A gente está lutando. Eu estou lutando para tentar garantir a saúde dos meus filhos, a alimentação, a moradia. Os meus filhos, todos os dias, pedem pelo pai. Eu não sei o que aconteceu ou o que está acontecendo, mas a imunidade deles tem abaixado muito. São constantes os casos de pneumonia. Meus filhos não tinham pneumonia. Eu tento fazer de tudo para eles ficarem bem saudáveis, mas eles constantemente... Na semana passada, meu filho mais velho estava com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pneumonia. Nessa noite, foram tosses e tosses, e eu fico com o coração aflito todo mês. Como são várias crianças – entra um e sai outro –, a minha cabeça fica a ponto de explodir.

Então, diante de toda a situação, eu comecei a fazer tratamento psiquiátrico, porque é uma situação, assim, de tantos absurdos, que, por mais que a gente busque o auxílio espiritual (*Falha no áudio.*) ... nossa mente, eu sei que eu não vou suportar. Peço o auxílio. Eu quero muito, senhores, que vocês se coloquem no meu lugar. Srs. Senadores, mães Senadoras, pais Senadores, pais e mães brasileiros, coloquem-se no meu lugar. (*Manifestação de emoção.*)

Eu sou uma viúva de marido vivo. Meus filhos são órfãos de um pai vivo, porque eles, quando podem, ouvem a voz através de um contato esporádico. Por exemplo, eu estou sem, absolutamente, contato com o meu marido. Eu não sei o que aconteceu com ele. Eu não sei o que está acontecendo com o meu marido. Se ele morrer, eu não sei onde ele estará, porque ele preferiu assim, para preservar a nossa família.

Como o Deputado Rodrigo Valadares falou, ele está em uma situação como se ele estivesse no purgatório. Ele não pode fazer nada. Ele não pode fazer nada por nós e nem pode fazer nada por ele.

Nós – eu, que estou aqui, e os senhores, que estão aqui –, somente nós podemos fazer algo por essas pessoas que foram presas e que estão vivendo situações miseráveis, porque eles estão foragidos, mas não pensem os senhores que eles estão vivendo uma vida boa; pelo contrário, eles não sabem o que vão comer; os locais onde eles vão dormir são hostis, são frios. Eles passam por dificuldades que meu marido, muitas vezes, prefere não me contar; mas eu sei que ele passa dificuldades. E muitas vezes ele fala: "Nossa, eu quase morri; eu passei por uma situação difícil", quando ele entra em contato, esporadicamente, porque a todo momento é uma insegurança jurídica, é um medo em que o próprio...

No dia em que os policiais estiveram aqui em casa, eram quase 6h da manhã, e meu filho mais velho falou: "Mãe, a polícia está aqui na frente". Eu tinha terminado de dar banho nos meus dois menores, porque eles tinham acordado muito cedo, e falei: "Como assim? A polícia está aí?". E ele falou: "Está". Coloquei a cabeça para fora e vi os policiais e um monte de carros. Eu pedi para o policial: "Só espere eu cobrir os meus filhos" – porque eles estavam desprotegidos, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam nus. Aquela cena me marcou, e eu tenho certeza de que marcou cada uma dessas crianças. São muitas coisas que eu poderia estar aqui expondo.

Eu não sei mais do tempo que eu estou gastando, eu não queria perder a questão do protocolo. Se alguém puder me auxiliar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vanessa, a Eliane quer falar? (*Pausa.*)

Vanessa?

A SRA. VANESSA ROLIM VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Sim, ela aceita falar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Passa para ela rapidinho. Depois o seu Senador quer falar na sequência.

Passa para ela um pouquinho, Vanessa.

A SRA. ELIANA CESCONETTO SARTORI COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senhoras e senhores, obrigada pela oportunidade de a gente vir colocar aqui a nossa situação.

Como a Vanessa falou, o meu esposo saiu de casa no dia 7 de janeiro. Era para, em três a quatro dias, ele estar de volta em casa junto com a família, e esse retorno dele demorou sete meses. Esse sofrimento nosso já está com mais de dois anos, dois anos e meio. E o quanto que nós temos sofrido, estamos sofrendo... Eu sofro, minha família sofre, tantas outras famílias sofrem a injustiça de sermos condenados por algo que não fizemos, algo que meu esposo não fez, e ele foi condenado. Tem provas que ele, aí, no dia 8 de janeiro, já às 18h, mais de 18h... E nada disso, dessas provas, foi visto. Não nos foi dada a oportunidade de mostrar a verdade dos fatos. Por isso, nós pagamos e pagamos um alto preço.

Hoje meu esposo está refugiado, está em outro país, vive de forma precária – tem seus problemas de saúde, tem um lugar precário para dormir. E nós, em casa, também sofremos muito. As crianças sofrem muito, têm estado doentes com muita frequência, choram... Quantas noites a Cecília, que tem cinco anos, acordou chorando pedindo pelo pai? O José, de dois anos, mal viu o pai – poucos meses ele passou em casa, do tempo que saiu da prisão para quando teve que sair do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós clamamos pela misericórdia de Deus, pela misericórdia dos Senadores, que têm o poder, a condição de nos ajudar, de olhar por nós, de lutar por nós, de pedir essa anistia, que é a esperança de os nossos esposos voltarem para casa, de nos dar o direito de ter a nossa vida de volta, porque, há mais de dois anos, nós não conseguimos nos deitar na cama tranquilamente.

É lamentável as crianças estarem crescendo longe dos pais. Só Deus para reparar essa falta nessas crianças, a perseguição que nós vivemos, a fragilidade em que nós vivemos, a questão financeira de ter nossos bens todos bloqueados. Nós também temos os nossos bens 100% bloqueados, o que também não poderia acontecer. Tanto da parte do meu esposo, quanto da minha parte – nós temos sítio, nós somos da roça –, nossas coisas estão todas bloqueadas. A gente vive em uma incerteza de que, a qualquer momento, pode perder tudo. Nós clamamos: lutem por nós! Às vezes a gente se sente muito frágil, porque a gente não consegue... Fazer o quê? Como lutar? É rezar e pedir a Deus a misericórdia de Deus por nós.

Então, os senhores e as senhoras que podem lutar por nós que lutem, que continuem lutando para que nossas vidas possam ser restauradas, que nossos esposos e todas essas famílias que sofrem injustiça do dia 8 de janeiro possam ter a graça de estarmos todos juntos novamente.

Agradeço a oportunidade, e continuem lutando por nós!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Eliana e Vanessa, permaneçam um pouco conectadas ainda, porque o Senador Jaime quer falar. E, depois que ele falar, vocês, por favor, tragam as crianças de volta, porque eu quero falar com suas crianças. Pode ser?

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Nossa Senadora Presidente Damares... (*Manifestação de emoção.*)

Antes de eu começar minhas palavras, Senadora, peço que esta Comissão possa denunciar às cortes internacionais essas condições injustas referentes ao dia 8 de janeiro. Isso tem que ser levado às cortes internacionais, isso não pode mais ficar impune do jeito que está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer ao Sr. Alexandre de Moraes que talvez o seu coração seja de pedra, ou, quando o senhor faz essas condenações, talvez o senhor pegue o seu coração e coloque dentro de um *freezer*. O senhor deve colocar o coração dentro de um *freezer* para não sentir nenhum remorso.

Mas tem uma passagem bíblica... Jesus Cristo tinha dez leprosos, curou os dez, e só um foi agradecer. E ele pergunta: "Onde estão os outros?". E eu vou fazer a mesma pergunta ao Supremo Tribunal Federal: Alexandre de Moraes, eu sei que você se considera muito superior a Deus, pelas suas atitudes – muito superior a Deus o senhor deve se considerar –, mas onde estão os outros dez Ministros?

Há muita reclamação no Senado Federal, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado. Aqui, Srs. Ministros, não são os 81 que estão calados, aqui tem Senadores que estão se pronunciando. Eu gostaria de ver a manifestação... Como se manifestam os dez demais Ministros?

Quero falar um pouquinho a vocês sobre a Vanessa e a Eliane. A Eliane é a esposa do Antonio Marcos. O Antonio Marcos, Presidente Damares, é um produtor rural, pequeno produtor rural. Eu fui lá logo que eu soube que eles estavam presos aqui e os visitei. Estive lá na propriedade. Essa mulher passou dificuldade para colher o café, porque era o marido quem determinava a colheita de café. Eu vi as dificuldades. Eles têm quatro crianças, e o Antonio Marcos é o esposo dela. Eu tinha mais contato com o Ezequiel, que é o esposo da Vanessa. O Ezequiel tem quatro caminhões, trabalhou para mim, para o Grupo Bagattoli, puxando gado – eu mexo muito com isso no estado, sou produtor rural e empresário.

Quero dizer, Sr. Ministro Alexandre de Moraes, que eu ajudo essa família, e o nosso grupo manda levar em dinheiro uma pequena ajuda todos os meses, porque o senhor tirou tudo dessas famílias – tudo. O senhor tirou o emprego dessa mulher, porque ela era funcionária do Idaron, o senhor tirou o emprego dessa mulher, dessa esposa sofrida, com seis crianças. O senhor mandou tirar o emprego, congelou o salário, congelou tudo, não tem mais nada. O senhor teve a capacidade – a capacidade – de dar uma multa para uma pessoa que tinha quatro caminhões financiados, autuando-o em R$30 milhões. Meu Deus! Eu faço as seguintes perguntas: onde está a nossa justiça neste país? Onde está a nossa OAB neste país? Onde está o nosso Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público neste país? E olha que eu sou frequentador da Igreja Católica, sou cristão, conheço... Isso que eu falei é até de uma passagem da Bíblia, conheço a Bíblia. Sou uma pessoa muito cristã, empresário, muito bem-sucedido e quero dizer para vocês que eu nunca tinha visto tamanha injustiça como o que está acontecendo com isso aqui.

Quero dizer para você, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e ao nosso ex-Presidente do Senado, Pacheco, que vocês dois se acovardaram. Vocês são vergonhosos para o nosso país. Tem gente que defende vocês, mas vocês são vergonhosos para o nosso país. E agora nós temos aí o Hugo Motta, que é o Presidente da Câmara dos Deputados, e temos o Davi Alcolumbre, Presidente do Senado. Eu espero que vocês dois não se acovardem também, como os outros dois. Peço que vocês não se acovardem como os outros dois, porque esse caso dessas famílias... São centenas de pessoas, dez crianças, ali são dez crianças. O mais velho da Vanessa tem dez anos, e são seis crianças. O mais velho da Eliana tem oito anos, são mais quatro crianças.

Meu Deus, por que não ter sensibilidade? Por que não ter coração? Por que não ter hombridade? Por que não se manifestar? Qual medo que vocês têm? Vocês devem para o Judiciário? É isso que é o problema? Mas um dia Deus irá cobrar de vocês por essa responsabilidade que vocês tiveram, e vocês não fizeram.

Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, vamos ter que fazer algo por este Brasil. Eu não quero ser Senador, não. Se quisesse ficar com o meu mandato, só em contrapartida, para nós termos anistia dessas pessoas, para mim estava tudo certo, eu nem preciso ser Senador, não quero ser Senador, porque eu tenho vergonha de ser Senador, vergonha de quando eu chego ao meu estado e as pessoas cobram isso, porque estão todos preocupados, Deputados e Senadores, com como vão fazer para se reeleger em 2026, com quanto que vão receber do dinheiro do fundo partidário. É com isso que estão preocupados. Só isso. E eu não falo aqui de sigla partidária, não; é independente de sigla partidária, porque esse caso não é uma questão de esquerda, de centro, de direita: isso é uma questão de humanidade, isso é uma questão de direito dessas pessoas. Sr. Alexandre de Moraes, uma pessoa que foi pega com R$50 milhões dentro de apartamentos, se não me falha a memória, há oito, dez anos, solta, em casa, e Cabral para cima, tudo solto.

Por isso que tem que fazer essa denúncia aqui. Essa denúncia tem que ser feita, Senadora Damares, porque, aqui no Brasil, o que serve é a corrupção, é ser ladrão. O cara roubar o dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público está tudo certo, não é crime. Roubar dinheiro público no Brasil não é crime. Isso é o que eu vejo no aval do Supremo Tribunal Federal. Já vai para mais de 60 dias sobre a situação do INSS. Olha lá, se fosse no Governo ou em qualquer governo anterior, o que estaria acontecendo: nada. Não vai acontecer absolutamente nada. Não adianta fazer CPI nesta Casa, porque o Judiciário não concorda em fazer CPI nem em fazer nada. É triste, é triste, é dolorido.

Aí você vê uma imprensa – não sei se tem alguém aqui dentro da imprensa – que chega a encher a boca de falar: "Golpista, golpista, golpista!". Vocês têm que ter vergonha. A imprensa tinha que ter vergonha neste país. Faz mais de dez dias que eu venho acompanhando: não fala nada em roubo do INSS – nada, nada! Só fala que quer prender as pessoas do golpe, numa perseguição implacável em cima do ex-Presidente. É uma coisa implacável, é uma coisa indiscutível isso. Isso não é só vergonhoso, não; é criminoso o que eles estão fazendo. Isso não existe. Por isso que eu não concordo com essa omissão do Senado Federal.

Senadora Damares, nós, quando chegamos a 30 Senadores, é quando nós chegamos aí... Nós temos mais de 50 Senadores, por outro lado. Por que não dar dignidade para essas pessoas?

Eu queria, Supremo Tribunal Federal, talvez vocês não acreditem nessa história, talvez vocês não acreditem... Essas pessoas não tiveram o direito. Os que roubaram o país tiveram o direito de julgamento desde a primeira instância; agora, essas pessoas, não: essas pessoas só têm que ser julgadas pelo rei, só pelo Supremo, é só o Supremo que decide. Não tem prova, não tem nada, jogaram dentro de uma vala e foram julgando todas as pessoas, para um dando 14 anos, para outro, 16 anos. Que é isso? Aonde vocês querem levar isso? Supremo Tribunal Federal, vocês estão acabando com as futuras gerações do país.

Eu não estou preocupado aqui com este mandato, pode tirar este mandato, isto aqui para mim não serve para nada, nada, porque nós não vencemos nada. Quem determina hoje é só o Supremo. Está aí a questão do IOF, que vai ser decidida também pelo Sr. Alexandre de Moraes, vai ser decidido pelo senhor também como é que vai ficar, porque este Congresso se acovarda, um Congresso que se acovarda, um Congresso que não tem autonomia. Quando se diz que era muito melhor fechar mesmo o Congresso Nacional, porque, se quem manda é o Supremo, deixa que o Supremo continue mandando no país, pelo menos economizava e o Brasil não gastaria nem com a Câmara dos Deputados... E vai aumentar agora, saindo de 513 para 531, me parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é, vai aumentar 18 agora. Para quê? Para dar mais gasto, porque não serve para nada, absolutamente nada. Quem determina é o Supremo Tribunal Federal, essa que é a realidade, e nós estamos sofrendo demais com isso. Agora tem mais essa questão, os empresários, todo mundo sofrendo no Brasil por uma questão pela qual não precisava o país estar passando, não precisava estar acontecendo nada do que está acontecendo neste país.

E quero dizer para vocês que todas essas famílias que estão sofrendo no Brasil, essas pessoas que estão exiladas, estão no exterior, que é o caso aí do Antonio Marcos e do Ezequiel... Eu quero dizer para o Sr. Alexandre de Moraes que o Ezequiel, no dia em que fui visitá-lo no presídio, só não se suicidou porque não teve oportunidade. Ele teria se suicidado também no presídio, ele não teve oportunidade. E digo para o senhor: quando ele saiu do Brasil – não sei para onde ele foi, deve estar na Argentina ou em outro lugar, não sei onde ele está –, ele me ligou, Sr. Alexandre de Moraes, e falou para mim. Esse cara, eu o tenho no coração, ele trabalhou para mim. O senhor pode não ter coração, seu coração é de pedra, mas, quando você olha essas famílias, essas crianças, talvez, se o senhor tem filho, se os Srs. Ministros do Supremo Tribunal têm filho, olhem para essa situação, olhem para essa situação. E dizer que isso aí é golpista, isso aí é golpista?

O que o senhor fez? O senhor acabou com muitas famílias neste país – muitas famílias. O senhor destruiu as famílias deste país. Eu não culpo só o senhor, não; eu culpo o Supremo Tribunal Federal e nos culpo, o Congresso Nacional. O Congresso Nacional é culpado por isso, porque é covarde, em sua maioria é covarde quem está aqui dentro. Desculpem-me os nossos colegas, mas não têm coragem para enfrentar uma situação. Isso aí é situação de esquerda, de centro, de direita. Isso aí o que é?

Eu quero terminar minhas palavras, Senadora, e dizer para vocês que nós precisamos dar um basta nisso, nós precisamos dar um basta nisso, nós precisamos dar um fim, botar um ponto final nisso aí. Não é possível que isso vai continuar, que essas pessoas vão continuar presas, que muitas pessoas vão continuar foragidas, que muitas pessoas ainda vão morrer talvez dentro da prisão.

E ao Brasil eu peço, independentemente de sigla partidária, quando vocês forem escolher Senadores, que vocês escolham Senadores de verdade, vocês escolham Deputados Federais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, representantes que vão representar vocês de verdade em todos os aspectos, porque ninguém chega aqui a esta Casa e é sábio em tudo, cada um tem uma vocação para algo, mas nós precisamos, Senadora Damares, trabalhar pelo nosso Brasil, nós precisamos pensar nas futuras gerações.

Eu tenho uma filha que tem cinco crianças, inclusive, amiga da Vanessa – tem mais este detalhe: da Igreja Católica e amiga da Vanessa –, e, quando eu vejo essa situação aí, minha filha fala: "Pai, faz alguma coisa para aquela mulher, para aquelas crianças, para aquela mãe e aquele pai daquelas crianças". Minha filha tem cinco, e eu fico olhando: quantas pessoas que estão nessa situação?

Eu peço ao povo de Rondônia, a quem estiver nos acompanhando no Senado e no Brasil que nós possamos, lá em Rondônia, ajudar não só essas duas famílias, tem mais pessoas, mas as duas situações mais assim críticas são dessas duas famílias. Eu peço ao nosso querido povo de Rondônia, a quem puder ajudar essas pessoas, essas famílias que nós ajudemos essas famílias, porque essas crianças estão vivendo como órfãos de pai vivo. E é muito triste tudo isso que está acontecendo, sofro muito com isso. Todos os dias, eu venho implorando para que isso tenha um fim, mas vejo que não podemos perder as esperanças. Nós somos cristãos, nós temos Deus no coração.

E eu digo ainda que tenho esperança de que o próprio Supremo Tribunal Federal, a própria PGR, Sr. Paulo Gonet, já que o senhor manda arquivar... O senhor manda arquivar processos contra o Lupi, contra o Ministro da Previdência. Não estou dizendo aqui se ele é culpado ou se ele não é culpado, mas o senhor sabe que quem roubou tem que ir para a cadeia. Então, olhe também por essas pessoas, porque, quando o senhor veio, eu fui um que sabatinei o senhor. Eu estava lá no Senado. O senhor veio e conversou comigo no meu gabinete. Eu encontrei com você e vi, nos seus olhos, que o senhor é uma pessoa do bem. Eu não acredito, não posso acreditar que o senhor, por uma questão de ideologia partidária, de vingança, possa não olhar por essas pessoas. Mas eu ainda acredito que o senhor também vai ajudar a rever essa situação.

A pacificação do nosso país, como disse o Senador Girão, depende muito dessa anistia. E essas pessoas não podem pagar essa conta por pessoas que tenham talvez cometido algo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham quebrado alguma coisa; mesmo quem quebrou alguma coisa que pague por isso, mas não com 14 ou com 16 anos de cadeia. Isso é muito injusto.

De mais a mais, eu quero deixar o meu abraço a todo o povo de Rondônia, a todo o povo brasileiro e quero dizer que o Senador Jaime Bagattoli é um Senador, é um empresário, é um produtor rural, é uma pessoa que conhece as dificuldades deste país. Já estou com 64 anos, tenho vivido bastante a minha vida, mas eu jamais imaginei, na minha vida, que eu ia ver algo parecido com isso.

Meu muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Vanessa, você está *online* ainda?

A SRA. VANESSA ROLIM VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Sim, estamos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – As crianças estão por perto?

A SRA. VANESSA ROLIM VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Estão por perto. Já estão chegando. Já estão chegando. Venham todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É que tem Deputados que chegaram agora e não viram vocês.

Eu quero falar com suas crianças, Vanessa.

Vocês estão vendo a tia aqui? Estão vendo? Oi. Oi.

Olhem, crianças, deixe-me dizer uma coisa para vocês: eu sou Senadora. Senadora é uma pessoa que faz leis, uma pessoa que cuida do Brasil. Eu sou uma Senadora das crianças e aqui nós estamos reunidos numa Comissão que cuida de crianças.

Eu queria dar um recado para vocês. Preste bem atenção: as mães de vocês, as duas mães estão muito tristes, e vocês precisam cuidar da mãe. O outro recado é o seguinte: o pai de vocês não fez nada de errado. Nós aqui gostamos muito dos pais de vocês e nós vamos lutar. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prometo – eu, Senadora Damares, o Senador Jaime e os Deputados que estão aqui – que nós vamos lutar pelo pai de vocês. Amem o pai de vocês e saibam que ele não fez nada de errado. Eu vou fazer um compromisso com cada uma de vocês: nós vamos lutar todos os dias para trazer o pai de volta para casa. Está certo?

Vocês são lindas. Vocês apareceram numa tela enorme aqui, todo mundo viu vocês. Vocês apareceram na televisão para o Brasil inteiro; o Brasil inteiro está apaixonado por vocês.

Fiquem firmes, todo mundo estudando muito na escola, todo mundo rezando, o.k.? Todo mundo rezando. E nós vamos lutar para trazer o pai de vocês de volta.

Acreditem: o pai não fez nada de errado. Tem pessoas malvadas no Brasil que cometeram um erro, mas o pai de vocês não fez nada de errado.

Obrigada por vocês virem aqui, por aparecerem na tela. Eu quero dar tchau para vocês. Tchau.

Tchau, mães, eu sei que é difícil se manter conectada. Vou liberar vocês.

Mães, tem o compromisso desta Comissão de que nós não vamos descansar um dia sequer, enquanto a gente não vir a justiça ser feita para a família de vocês. Obrigada pela participação nesta audiência.

Tchau, crianças, Deus abençoe vocês.

A SRA. VANESSA ROLIM VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Tchau.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tchau. Vocês são lindas, tchau.

Nós temos a nossa última expositora, mas, conforme eu disse para as nossas convidadas, quando um Parlamentar chega e pede a palavra, a gente interrompe a sequência de falas. E agora nós temos a presença de dois Deputados muito comprometidos com a causa.

Eu vou conceder a eles a fala e depois a gente vai correr, ouvir a nossa Eli. Nós já estamos com a Ordem do Dia iniciada aqui no Senado, e a gente precisa também encerrar a nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir primeiro o Deputado Sargento Gonçalves, que é um parceiro – acho que quem está com mais pressa é o Sargento, não é? –, é um amigo.

Quero lhe agradecer, Deputado, por estar na audiência conosco nesta tarde.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) – Senadora Damares... Boa tarde a todos.

Serei breve. Peço desculpas, já, pelo atraso na chegada – de fato, tem várias demandas sendo atendidas lá na Câmara também –, mas não poderia deixar de passar aqui para, mais uma vez, reafirmar meu compromisso com todas as famílias vítimas dessa injustiça acontecida no 8 de janeiro. Todos os que acompanham as audiências sabem que eu faço questão de estar, de comparecer.

Eu tenho dito que... Hoje já concedi entrevista dizendo, mais uma vez, que o compromisso número um nosso é com a liberdade do povo brasileiro – não apenas com os injustiçados do dia 8 de janeiro, mas com o povo brasileiro. Eu tenho dito que a liberdade é o bem mais precioso do que... ou tão quanto a vida, porque sem liberdade você não vive plenamente.

O sentimento é de angústia, e, muitas das vezes, eu fico com sentimento de constrangimento em saber que tem homens e mulheres de bem presos, enquanto nós estamos aqui, no ar condicionado, sentados em uma cadeira acolchoada. Então, me constrange, mas eu quero, mais uma vez, dizer que, se dependesse de mim apenas, nós já tínhamos resolvido esse problema.

Eu lamento que aqueles que cumpriram o juramento de proteger a Constituição, proteger as leis do nosso país infelizmente sejam aqueles que têm mais atacado as leis do nosso país, a Constituição. Aqui eu me refiro, de forma muito direta, ao Ministro Alexandre de Moraes, sem nenhum problema, hoje já como indiciado também, e isso me causa até um constrangimento menor, Senadora: num dia eu soube que estava indiciado pela Polícia Federal por uma postagem que fiz nas redes sociais.

Aqueles que acompanham o meu mandato, que nos acompanham, sabem que sou policial militar, tenho 20 anos de polícia militar e combati muito crime e criminosos de verdade – não essas senhoras e esses senhores, mas bandidos de verdade. Tem bandidos lá na Zona Norte de Natal que eu já prendi três, quatro, cinco vezes, e eu passo pelo sujeito, e ele está livre, está solto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei extremamente constrangido, Deputado Rodolfo. Certa vez, fui à casa da Sra. Francisca e do Sr. Maxwell, que foram presos – são lá de Parnamirim. Foram presos no dia 8 de janeiro... No dia 8, não; na verdade, no dia 9. Não chegaram no dia 8 a Brasília, Senador Damares. O casal Maxwell e D. Francisca, lá de Parnamirim, chegou a Brasília já à noite, já quase na madrugada do dia 9, e a PRF abordou o veículo na BR e o parou ali. Eles desceram do veículo na madrugada, pegaram um uber e foram até a frente do quartel. Então, não tinham nada a ver com esse quebra-quebra que houve aqui nos prédios dos três Poderes, mas, pasmem, foram abordados pela Polícia do Exército ali pela manhã, naquela covardia que fizeram com aqueles homens e mulheres de bem, e a verdade é que foram presos.

Quando eu fui visitar a D. Francisca, ela estava de tornozeleira eletrônica e o Maxwell ainda preso aqui em Brasília. Na segunda vez que me encontrei com esse casal, já no centro comercial lá de Parnamirim, um casal "tornozelado", de costas, caminhando, de fato eu imaginei: "Rapaz, um casal de criminosos". Quando, em determinado momento, se viraram, eu percebi que era o Sr. Maxwell e a D. Francisca, um casal ficha limpa, diferentemente do Presidente hoje que está aí, que assumiu a Presidência da República, símbolo de corrupção, diferentemente do Alberto Youssef, doleiro que foi descondenado nesta semana pelo Ministro do STF, diferentemente de tantos outros que roubaram os velhinhos... Este aí foi o verdadeiro golpe que foi dado. Enquanto estão nos enganando, Senadora, com essa narrativa fajuta de golpe, de um crime impossível de ser praticado, sobretudo pelo Presidente Bolsonaro, o verdadeiro golpe estava sendo aplicado nos senhores, nos velhinhos aposentados no nosso país.

Essa, infelizmente, é a realidade, mas eu, enquanto cristão que sou, não poderia deixar de, mais uma vez, deixar uma mensagem, concluir a minha fala deixando uma mensagem para a família do Clezão, a esposa, as filhas que estão aqui na minha retaguarda, a mãe do Clezão, com quem eu ainda não tinha tido esse contato... Ou é do Clayton? Não, de outro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) – Do Clayton, não é? Também a todos os demais familiares desses presos injustiçados, mas sempre me refiro muito ao Clezão porque custou sangue; o preço foi sangue. E eu digo sempre que as mãos do Ministro Alexandre de Moraes estão sujas de sangue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O bandido quando aperta o gatilho... Eu costumo sempre dizer que o sangue escorre não é só na mão do bandido que apertou o gatilho, mas nas mãos também daqueles do Judiciário, de políticos que estão coniventes.

O pecado da omissão é tão grave quanto o pecado da ação, então o sangue não está só nas mãos do Ministro Alexandre de Moraes, é bom deixar claro isso, está na mão de Senadores omissos que não emparedam, de fato, este Ministro que tem sido, infelizmente, inimigo da pátria, inimigo da Constituição brasileira, que, de fato, não exercem a responsabilidade e o compromisso que um dia assumiram aqui com a nação brasileira. Infelizmente, essa é a realidade.

A palavra que eu deixo aqui sobretudo para o Ministro Alexandre de Moraes... A Bíblia que eu creio, a palavra que eu creio diz assim: "[...] antes que houvesse dia, eu sou [diz o senhor] e [...] [não] há [...] [quem] possa [...] escapar das minhas mãos: operando eu, quem impedirá?".

Então, Ministro Alexandre de Moraes, apesar de toda a dificuldade que nós temos enfrentado, eu descanso no Senhor, porque eu creio que essa solução virá de Deus, e abominável coisa é, terrível coisa é cair nas mãos do Deus Todo-Poderoso.

Então, não tenho dúvida de que uma hora será cobrado. Deus irá cobrar esses sanguinários, esses homens maus que Deus colocou, Senador, numa posição de destaque, numa posição de honra, porque eram para honrar o povo brasileiro, mas que, infelizmente, têm utilizado sua posição para oprimir homens e mulheres de bem na nossa nação.

Que Deus possa usar misericórdia com todos que estão nessa situação difícil. Que o Espírito Santo de Deus possa trazer conforto ao coração de vocês.

Mais uma vez, eu repito: eu não deito um dia a cabeça no travesseiro sem que eu relembre o meu compromisso, a minha responsabilidade com essa pauta principal, que é a anistia dos injustiçados políticos do dia 8 de janeiro. Tenho certeza disso. Infelizmente, ainda não somos maioria, mas a Senadora Damares, o Senador Girão, o Deputado Rodolfo e tantos outros Parlamentares aqui têm esse compromisso com a nação brasileira.

Mais uma vez, eu digo: não é um compromisso só com aqueles que estão presos ou que perderam a vida, mas é com todo o povo brasileiro, porque ontem foi o Clezão, mas amanhã pode ser eu, pode ser você que nos ouve. Por isso, liberdade é coisa séria, não podemos abrir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão da nossa liberdade. Liberdade a gente defende até com o risco da própria vida, porque é liberdade. E eu quero deixar um futuro de liberdade para as minhas três filhas, para o meu filho que está com 30 dias de nascido ontem, o Elias Emanuel, e eu quero que ele viva em uma nação livre, democrática. Por isso, nós temos lutado aqui.

Deus não nos trouxe aqui por acaso, não foi para se acovardar, para se calar diante de tantas injustiças. E, diante do Deus que eu sirvo, eu reafirmo esse compromisso. Se nós terminarmos este mandato, quatro anos de mandato aqui – e Deus não me tirou de dentro de uma guarnição de polícia para vir aqui à Câmara Federal para me acovardar –, sem fazermos justiça, sem conseguirmos a anistia, o sentimento é o de que nós não cumprimos a missão. E eu creio piamente que Deus nos constituiu para este tempo. Muitas vezes, eu penso: "Mas, Deus, o senhor me tirou lá de dentro de Nossa Senhora da Apresentação, um dos bairros mais carentes de Natal, me tirou de uma guarnição de polícia, eu que não tinha nenhum tipo de expressividade política e me trouxe ao Congresso Nacional justamente neste momento?! Que imprensado o senhor me colocou!". Mas eu creio que foi justamente para cumprirmos essa missão. Deus nos constituiu para este tempo, Senadora Damares.

E eu me sinto orgulhoso de poder combater ao lado de homens e mulheres tão valorosos como são os senhores e as senhoras. Tem uma frase que eu sempre gosto de postar nas minhas redes sociais e que diz assim: quem estará com você na trincheira, e isso importa? Respondem: importa mais do que a própria guerra. E o sentimento que eu tenho aqui hoje é este: é com quem eu tenho combatido, de fato, Senadores e Deputados com quem, de fato, eu me sinto muito orgulhoso de combater. E é o testemunho que eu trago para a nação brasileira, para aqueles que muitas vezes dizem assim: "Esses Deputados e Senadores não estão fazendo nada!". Aqui tem homens e mulheres combativos de verdade, que têm o sangue nos olhos, como nós dizíamos na guarnição de polícia, a disposição de trocar tiro com bandido, como nós tínhamos na guarnição. Tem Deputados, Senadores aqui que têm esse espírito combativo. O apóstolo Paulo disse lá em Segunda a Timóteo: é espírito de coragem de fato, não é de covardia. Então, se ainda não conseguimos, tenham certeza de que não é por falta de vontade da nossa parte, realmente, de resolver esse problema.

Deus abençoe a todos os senhores e as senhoras, essas crianças que vimos e que nos fazem encher os olhos de lágrimas. Lembro-me das minhas filhas, dos meus filhos. É como se fossem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas filhas, meus filhos ali representados – simbolizam isso para mim. Então, essa briga, essa guerra é nossa, tenham certeza disso. Deus abençoe o Brasil. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sargento.

Só vou dizer uma coisa. O Senador Jaime falou assim: "O Supremo Tribunal não tem dó de crianças?". Tem! Ele se enganou: teve dó da filha do Cabral. Lembram? Tinha 12 anos a menina. Daquela menina o Supremo teve dó. Desses não.

Vamos ouvir agora o nosso querido Deputado Rodolfo Nogueira. Obrigada, Deputado, por participar da nossa audiência.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS) – Boa tarde, Senadora.

Primeiro, quero parabenizar a senhora por esta iniciativa desta audiência pública.

A gente ouviu aqui o Senador Jaime citar o Senado, esta Casa, que omissa está, mas eu falo um pouquinho mais. Eu vejo muitos Senadores aqui, realmente, sem compromisso nenhum com a justiça, sem compromisso nenhum com a Constituição Federal e, pior de tudo, Senadores prostrados ao regime do Supremo Tribunal Federal. Presidentes que aqui passam nesta Casa, Senadora Damares, que não têm o mínimo de reação contra os desmandos do Supremo Tribunal Federal também em cima das nossas prerrogativas, que são prerrogativas parlamentares.

Por isso, meus parabéns, Senadora, pela coragem, pelo espírito de intrepidez que está dentro da senhora, e é o Espírito Santo que traz esse espírito de coragem, de intrepidez, porque falar por aqueles que não podem falar pode ser realmente um ganho espiritual para todos nós. Então, a senhora é boca de muitos, boca dessas crianças com quem a senhora acabou de falar, boca de justiça.

Então, eu queria aqui cumprimentar a Edjane Cunha, que é a esposa do Clezão, nós já nos conhecemos. Na sua pessoa, Edjane, cumprimento todos aqui que estão representando os seus familiares que estão injustiçados pelo Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E quero dizer, Senadora, que a base... Cumprimento meu colega Sargento Gonçalves, que estava conosco ali no Plenário da Câmara, viemos juntos para cá, nessa incumbência também de poder trazer o nosso apoio nesta audiência e nosso apoio aqui para a Senadora Damares.

Quero dizer aqui, e já foi falado tanto sobre a palavra de Deus aqui, sobre justiça, que o trono do nosso Deus está sentado em cima de justiça e equidade. Essa é a base do trono do nosso Deus. E são duas palavras, Senadora, que fugiram do vocabulário do Supremo Tribunal Federal: justiça e equidade. Porque a justiça não está sendo feita, e a equidade, que seria justiça para todos, não está sendo praticada. E eu vejo, Senadora, um mundo hoje, no Brasil, dividido e, realmente, uma confusão jurídica e uma confusão de moral está sendo feita hoje no Brasil.

A gente vê a Justiça devolver, dar soltura para o André do Rap, um traficante famoso, devolveu o seu helicóptero. O Supremo Tribunal Federal devolveu o helicóptero para o André do Rap. Nós vimos também, há poucos dias, o funkeiro Poze do Rodo sair pela porta da frente do presídio aclamado, um cara que foi visto em *shows* armado. A gente o viu cometer crimes, praticar, na verdade, crimes, influenciar jovens ali a praticarem crimes e sair aclamado pelo presídio. A gente viu também, como a senhora falou, um ex-Governador do Rio de Janeiro condenado por 400 anos de corrupção sair pelas portas da frente e ficar postando vídeo na sua piscina...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Cobertura.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS) – ... na sua cobertura, debochando da Justiça deste país e debochando das pessoas de bem deste país, Senadora, enquanto a gente viu o Clezão perder e pagar com a sua própria vida – com a sua própria vida – a injustiça cometida contra milhares de presos políticos do 8 de janeiro neste país. São pessoas de bem, pessoas que, influenciadas por outras, cometeram delitos pequenos.

E aí, Senadora, eu chamo aqui as manifestações que aconteceram nesta Casa dos índios, quando invadiram esta Casa, este Congresso Nacional; do MST, que é um movimento terrorista – esse, sim, que comete crimes pelo Brasil inteiro e, aqui nesta Casa, já cometeu crimes. E nós vimos, agora, há poucos dias, uma Ministra de Estado, a Ministra Marina, participando de uma marcha e uma confusão com a polícia parlamentar: tiros foram disparados, gás de efeito moral, uma tentativa de invasão desta Casa e ninguém falou absolutamente nada – nada. Uma Deputada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, uma Ministra do Governo Federal, indígenas tentaram invadir, agora, esses dias, e o Supremo Tribunal Federal calado, e o Governo Federal calado.

Meu Deus, que Justiça é essa? Que Justiça é essa que condena a Débora, sobre a qual realmente já foi dito, todo mundo sabe: a mulher escreveu de batom; no outro dia, lavaram, e acabou-se o crime dela. Está condenada, está numa prisão domiciliar, a mais de 14 anos de prisão. Essa é a Justiça que nós queremos para o nosso país? Não, não, senhoras e senhores. Nós estamos aqui lutando.

E agora nós ganhamos uma força de peso, que é a força do Presidente Trump, que condenou a Justiça do Brasil, que condenou a perseguição implacável nessa balança desigual que o Supremo Tribunal hoje pesa na Justiça, porque para a direita o peso pende – pende –, para a esquerda tudo pode. E o Trump não para de citar – praticamente todos os dias, está citando – a perseguição política implacável em cima do nosso Presidente Bolsonaro e dos seus apoiadores, que são apoiadores também do 8 de janeiro, só que, Senadora Damares, eu sei que, nesse caso, o Governo Federal, o Presidente Lula, o Supremo Tribunal Federal, o Sr. Ministro Alexandre de Moraes deveriam recuar. Se eles pensassem no povo brasileiro, na economia do país e na crise que vai ser gerada, eles teriam que recuar, mas não irão. Eles estão acobertados do orgulho, eles estão andando de passos largos com o orgulho. E eu creio que a resposta para essa crise diplomática que está sendo gerada por essa perseguição, Senadora Damares, é esta Casa que pode, sim, dar; é o Congresso Nacional – o Senado e a Câmara –, através de ações, através de leis aprovadas nesta Casa, que pode realmente trazer o equilíbrio dessa desavença na nossa diplomacia com os Estados Unidos, através da anistia.

E aqui eu discordo um pouco do Sargento Gonçalves, quando ele falou que poucos estão a favor dessa anistia. Não, Sargento: mais de 300 Deputados assinaram a anistia? (*Pausa.*)

Mais de 300 Deputados assinaram essa anistia e, se for para Plenário hoje, Senadora Damares, a anistia passa; passa, e nós vamos atropelar na votação, na Câmara dos Deputados.

O problema é esta Casa, e aqui eu vou colocar o nome dos bois, porque eu sou da pecuária e vou usar um ditado nosso. O Senador Presidente Davi Alcolumbre não quer pautar a anistia. Eu não sei... E eu pergunto para ele: por qual motivo, Senador, o senhor não quer trazer justiça para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pessoas que estão sendo condenadas a penas irreais, a penas que não se dizem justas para os crimes cometidos? Por qual razão, Senador Davi Alcolumbre, Presidente Davi Alcolumbre?

Então, esse peso, hoje, eu trago sobre as costas do Presidente desta Casa do Senado, Senador Davi Alcolumbre, que tem essa missão de pacificar o Brasil, como a Senadora falou, de trazer justiça para essas crianças que aqui falaram, para trazer justiça para as famílias, para trazer justiça e consolo, talvez, para a família do Clezão, que lá na prisão morreu. É hora de este Senado rever e realmente trazer na pauta a anistia já. Esse é o clamor do povo brasileiro, da grande maioria do povo brasileiro e da grande maioria deste Congresso Nacional.

Senadora Damares, novamente, parabéns pela coragem, pela intrepidez de estar aqui, representando e falando por essas famílias e pelo povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Deputado. Obrigada.

A gente termina este semestre legislativo com esta audiência, nesta Comissão, torcendo para que os testemunhos cheguem aonde tem que chegar. Inclusive, o pedido do Senador Jaime foi de que a gente fosse às cortes. Na primeira sessão desta Comissão, nós vamos propor a ida da nossa Comissão à Comissão de Direitos Humanos da ONU e à corte internacional, à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Mas eu quero informar aos familiares, ao Senador Izalci, aos Deputados que, no final da semana passada, eu fui a Lisboa; não fui como Presidente da Comissão, porque não aprovei o requerimento aqui. Fui à Espanha ter reuniões com Deputados de Portugal e da Espanha e levar a situação do que está acontecendo no Brasil e dos presos políticos, mas acho que agora a gente vai como Comissão – nós vamos como Comissão.

Eu não sei se os Deputados sabem, nós aprovamos um Requerimento aqui, em fevereiro, para a Comissão, um Requerimento aprovado por Senadores de direita e de esquerda, para a Comissão visitar os presos políticos. Nós estamos hoje no dia – hoje são 15? – 16 de julho. Até hoje, o Ministro Alexandre não autorizou a Comissão de Direitos Humanos do Senado a visitar os presos políticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o mundo inteiro está sabendo disso. É claro que o mundo está olhando para cá e está dizendo: "É ou não é democracia o Brasil?".

Então, Deputados, obrigada por terem participado. Nós vamos ouvir a nossa última expositora.

Senador Izalci – eu sei que está todo mundo correndo –, o senhor quer fazer a fala?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Quero, sabe por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Ainda tem destaque lá no Plenário, mas eu não poderia deixar de passar aqui para manifestar também a minha indignação com relação não só a isso, mas ao que vem acontecendo aqui, no Brasil, de uma forma especial com o Ministro Alexandre, que virou o imperador – ele decide tudo.

Ele teve a coragem agora, no IOF, de convocar o Presidente do Senado e convocar o Presidente da Câmara para uma audiência de conciliação para reverter essa questão do IOF. Ora, se a coisa é inconstitucional, se é 1%, ou 10%, ou 0,1%, é tudo inconstitucional. Então, não caberia. Ainda bem que o Presidente da Câmara e o do Senado não foram, mas mandaram advogados, que também não fizeram acordo nenhum. Espero que o Ministro mantenha a decisão da inconstitucionalidade do IOF.

Mas, com relação aos presos do dia 8, é um absurdo. Até hoje, na audiência, Senadora, no caso daqui, do DF, a Constituição diz, no art. 21, o seguinte:

> Art. 21. Compete à União:
> .....
> XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar [...];
> .....

Há uma distorção nisso, porque realmente é o que a gente está querendo mudar, mas é, inclusive, passível de questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, se a Constituição diz que compete à União organizar a segurança do DF, caberia a eles terem resolvido a questão do dia 8 de janeiro. Então, desse aspecto ninguém falou até hoje, mas é um ponto que merece atenção, porque a justificativa do Governo é que tinha que pedir autorização e não sei o quê, o que não é verdade, porque tinha o Plano Escudo, tinha a Força Nacional. Tem uma série de coisas que nós desvendamos na CPI do 8 de Janeiro.

Mas quero aqui me colocar à disposição, como sempre, e dizer o absurdo que está acontecendo. São inadmissíveis as penas aplicadas. E soltando os traficantes, pessoas de alta periculosidade sendo soltas e deixando as pessoas e as mães de família, com filhos pequenos, presas.

Então, conte comigo.

Essa questão da audiência é um absurdo. V. Exa. lembra quando a gente foi visitar tanto o Anderson Torres quanto o...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... Silvinei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é.

Levaram quase dois meses para despachar e autorizar... Vários Senadores, foram mais de 40 Senadores que assinaram o requerimento.

E agora a gente fica mais assustado ainda com o pedido da Comissão de Direitos Humanos, que sempre esteve aqui, sempre utilizaram esta Comissão em defesa realmente. Agora parece que há uma discriminação, não sei se por V. Exa. ser a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É por isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Provavelmente, mas é um absurdo, e cabe ao Senado, principalmente ao Presidente do Senado, exigir e questionar isso junto ao Supremo.

Então, parabéns pela iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conte comigo. Estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Sargento, o senhor também está liberado. Eu sei que vocês estão correndo lá na Câmara. Não se prenda a nós aqui.

Senador Izalci, obrigada pela participação.

Vamos ouvir a nossa última convidada, a Eli Emília, que é mãe do Clayton.

Eli, obrigada por ter aceitado o convite de estar conosco nesta audiência.

A SRA. ELI EMÍLIA (Para expor.) – Eu quero agradecer a cada um que está aqui, aos Senadores e àqueles que têm nos ajudado nesta causa tão complicada, porque, desde o dia 8 de janeiro, em que o meu filho saiu de casa e resolveu vir para cá, para este lugar horrível – eu nem gosto de passar por aqui muito, porque eu lembro e já entro em desespero –, aí já começou o nosso pesadelo.

Ele foi preso e, desde aquele dia, está lá preso até hoje. As filhas dele todas com problema, agitadas. Todo dia a pequenininha, de cinco anos, chora, pede e quer o papai. Elas estão já tendo, assim, problemas, mas as condições... Como que se leva a criança ao psicólogo se a gente também está sem psicólogo?

Visito o meu filho direto. Meu filho está alegre e falou: "Mãe, eu já cumpri, então, pelo tempo que eu trabalhei aqui dentro". Ele está trabalhando lá, já trabalhou dois anos. Ele já tem dois anos e seis meses que está lá e já está feliz, achando que cumpriu o tempo dele determinado, até pelo tempo que ele trabalhou, mas aí a gente fica todos nas dúvidas, porque quem está comandando tudo...

Aí a gente não sabe o que fazer. A gente está amarrado. A gente está querendo correr atrás para ver o que fazer.

O meu filho está com esse problema da psoríase na pele. Eles não deram para que o meu filho fique em casa. Então, a imunidade dele abaixa naquele lugar, que não tem uma alimentação boa, não tem uma saúde boa. Nos dentes dele, já está pegando o problema, porque, devido à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psoríase, acontece isso. Na última visita que eu fui, o dente dele está começando a entortar, a cair. (*Manifestação de emoção.*)

Eu falei: "Filho, não se preocupe, logo você vai sair, a gente vai tratar", mas aí a gente fica desse jeito. Eu escuto os relatos sem esperança, sem entender qual o final disso tudo. Aí eu não sei o que eu penso.

Eu queria o meu filho em casa, eu preciso do meu filho em casa. Ele precisa fazer tratamento daquela doença que ele sempre teve, da psoríase – ele sempre tratou. Desde pequeno, desde os 12 anos de idade, ele trata dela. A Dra. disse: "Olha, quando ele toma essa injeção, ele tem que ter uma alimentação boa e tem que ter um lugar limpo". Ele não pode, a imunidade abaixa muito. E eu fico assim, nesse desespero. Eu não sei o que eu penso, o que eu falo.

Eu o visito e levo esperança, esperança que até eu já não tenho mais, infelizmente. Eu oro, eu peço a Deus. Deus pede para a gente ter esperança, mas, infelizmente, eu já estou no fim do poço. Infelizmente, é só isso que eu posso falar.

Agradeço a cada um que ajuda a gente.

O Brasil inteiro, desesperado. Eu tenho conversado com pessoas que até não confiavam muito. Então, quando eu conto o relato – porque ele entrou, não quebrou nada, e não tem câmeras, não tem nada lá –, quando eu converso com as pessoas, elas falam: "Não, eu pensei que eles tinham quebrado". Não, ele não quebrou. Vocês podem ouvir, e todo mundo fala. Ele me explicou: "Mãe, eu cheguei lá, eu entrei, eu estava lá em cima, eu só estava orando. Eles nos mandaram entrar, os próprios policiais mandaram a gente entrar". Aí: " É, filho". Aí é assim, é o que nós estamos vivendo neste país, e eu não sei nem o que falar mais.

Os meus neurônios estão totalmente desgastados, porque eu tenho que manter a pose, tenho que sorrir para as meninas, tenho que passar paz para elas e para o meu filho, e está difícil, eu não estou conseguindo mais.

Então, nós estamos aqui a pedir, pelo amor de Deus, que façam alguma coisa pelos nossos familiares. Crianças necessitando de pais, esposas amarradas. Nós mães sofrendo, pessoas doentes ali. Já foi o Clezão, já foram alguns outros. Será que estão querendo mais mortes? Gente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se for olhar por bandidos, por pessoas normais, ele já remiu a pena pelo tempo que ele está trabalhando ali dentro, mas não sei o que esperar. Do final de tudo isso, eu não sei.

Eu só espero que o Alexandre de Moraes, que está sendo o delator de tudo e mandando em tudo, repense o que está fazendo e olhe pelos nossos, porque nós precisamos de uma resposta boa e certa. E peço, para aquele que está com os papéis da anistia, para que ele venha a anistiar, para que esse povo possa ter a liberdade dele, para que eles possam retornar aos seus lares, rever a família, conseguir respirar e ter a vida deles de volta.

É o que eu peço e agradeço a cada um que está trabalhando por nós. Eu agradeço por essa oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Obrigada, D. Eli. Obrigada. O seu testemunho também nos comove. No que depender de nós e de um grupo enorme de Parlamentares, faremos tudo para que a justiça seja restabelecida, restaurada.

Nós estamos indo para o final, mas o Daniel Lane está ali, olhando para mim assim, ó. O tempo todo. Ele já chorou, já se emocionou. Daniel é o filho do Jessé. A Sheila é a esposa, o Daniel é filho. Daniel, em três minutos você consegue falar?

O SR. DANIEL LANE – Consigo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está bom?

O SR. DANIEL LANE – Vou ser o mais breve possível.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. DANIEL LANE (Para expor.) – Boa tarde a todos, muito obrigado pela oportunidade. Quando eu estive com o meu pai, tive a oportunidade de falar com ele, eu temi que ele falasse para mim que queria continuar sendo preso de novo, porque, para nós, é muito mais difícil com ele preso; é muito mais difícil para nós até do que para ele preso, porque quando um vento gelado bate na gente, a gente pensa nele, não é? Ele tem 67 anos, nunca foi preso por nada, nunca foi julgado por nada na vida. E aí você começa hoje a ter que provar que você é vítima. Não é provar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você é inocente; você tem que provar que você é vítima, porque a gente está sofrendo isso dentro de casa.

Não dói tanto igual as pessoas na rua falarem da gente; não, não dói. Vou falar bem a verdade, mas dentro de casa você ser posto à prova? E eu, como homem, cheguei no meu pai e falei: "Você precisa me falar". Quando eu tive a oportunidade, eu falei: "Pai, me fala o que é, o que aconteceu; se você tem qualquer participação", porque eu não tenho como ter responsabilidade por ninguém que é maior mesmo – isso eu não tenho. E assim, até isso eu tive que fazer com uma pessoa que ficou sete meses presa. Tive que fazer, porque se ele tivesse alguma coisa... Vou falar para todo mundo que está ouvindo: não é questão de direita e esquerda, nada não; é questão de justiça. Se ele fez errado, ele tem que pagar mesmo.

Mas aí eu li todo o processo, eu acompanhei tudo. Aí ele vai e fala: "Não, o pai não fez nada não, e nem tem condições de ficar preso de novo, filho, porque eu tive bactéria lá dentro, e o pior já aconteceu, eu perdi irmãos". Porque o Clezão, ele falou, "É irmão, agora é tudo minha família". Aí se tornaram família minha.

Então, hoje, pela oportunidade, eu venho sentir a dor do meu pai, mas eu quero falar de uma pessoa que eu não conheço. Eu nunca vi na vida, mas que, por relatos de muitos que chegaram a mim, eu me preocupei com essa pessoa, e meu pai não me deu a benção de ir atrás dele, não me deu a benção de fazer alguma coisa por ele. Eu fiz pelo meu pai como, como a minha arca. Eu falei: "Pai, a gente não está fugindo. A gente recua para gente continuar com a nossa opinião, porque Elias, Davi e o nosso Sr. Jesus também precisaram recuar para que fosse cumprido o propósito". E ele entendeu, só que depois não me deu a benção de ir atrás dessa pessoa.

Então, Sr. Francisco, eu não conheço o senhor. Ele é surdo e estava preso lá. Tem relatos que eu ouvi de várias pessoas. Não tem como uma história ser diferente porque ouvi de várias pessoas: por ele ser surdo, ele nem sabia onde estava. Esse senhor de mais de 70 anos, lá de Tocantins, preso, foi para o corró, porque ele não escutou o policial falar com ele. Não o escutou falar com ele. E quando entrava um pessoal lá, soltava bomba, fazia muita coisa lá dentro, porque era uma obrigação, e meu pai foi visto como uma ameaça para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pô, diante de tudo isso aí... Eu temia que meu pai quisesse prosseguir, continuar preso, mas quando ele falou "Não, o pai não tem condições de ser preso e tudo", eu falei: "Então fechou, é isso mesmo; eu estou contigo, e você não está errado, porque a família fez a gente pensar isso". Não foram as pessoas na rua, não; a família mesmo fez a gente pensar que a gente estava errado.

Então, eu estou aqui para falar para todas as pessoas que estão nessa: vocês não estão errados. Eu tive a oportunidade de ver várias pessoas que chegaram a mim e falaram assim: "Olha, eu podia estar preso no lugar do teu pai, eu podia". E eu falei assim: "Até eu", porque ele vai completar 70 anos e já teve câncer e várias comorbidades.

Então, eu estou só aproveitando a oportunidade para pedir desculpa para o Sr. Francisco, porque eu não fui atrás do senhor e eu não tive a benção do meu pai – e eu só faço as coisas assim. Então, perdão, Sr. Francisco. Não sei se o senhor vai ver isso um dia. Eu não sei se a sua família vai ver isso; mas eu me lembrei do senhor. E hoje é para essas pessoas serem ouvidas e serem representadas.

Muito obrigado, Damares e Senadores que estão aí e que deram esta oportunidade para a gente.

Não falamos nada antes. Eu não falo nada em rede social, por motivos muito óbvios, porque eu não quero nem que prejudique outras pessoas, porque hoje é assim. Meu pai já não quis que eu fosse ajudar, por quê? Porque estava achando que poderia prejudicar o filho dele e que poderia... Meu pai tem três filhos e seis netos. Eu tenho filhos pequenos. Então, eu entendo a preocupação dele, hoje, comigo. Até eu ter o meu filho, eu, por mim, morreria antes do meu pai; mas, agora que eu tenho o meu filho, eu entendo meu pai partir, entenderam? Hoje, eu consigo entender meu pai partir; mas, sem filho, eu jamais iria entender meu pai partir antes de mim, não.

Então, quando ele falou comigo, eu me coloquei nessa situação. E eu deixo bem claro também: é a benção do meu pai. Ele falar para mim: "Eu te abençoo, em nome de Jesus"; aí, só o Senhor sabe. Lutar e não ficar calado eu vou fazer sempre; eu não vou ficar calado não, não é?

Mas era só isso mesmo o que eu queria dizer e muito obrigado pela oportunidade, está bom? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Daniel.

Obrigada por expor o que sente no coração e obrigada por ter representado o Sr. Francisco também. Você, aqui, representou seu pai e representou o Sr. Francisco. Vamos conhecer melhor a história do Sr. Francisco. A advogada está aqui.

O SR. DANIEL LANE – Só um minuto. Isto aqui é importante demais. Desculpa mesmo, tá?

É porque é o seguinte: já foi dada essa palavra diretamente à pessoa, e agora eu vou ler aqui, rapidinho, olhem só:

> Vocês, governantes, sabem o que significa justiça? Acaso julgam o povo com imparcialidade? De modo algum! Tramam injustiça em seu coração e espalham violência por toda a terra. Os perversos são pecadores desde o ventre materno; mentem e se corrompem desde o nascimento. São venenosos como serpentes, como cobras que se fazem de surdas, para não ouvir a música dos encantadores, ainda que eles toquem com habilidade. Quebra os dentes dos perversos, ó Deus! Despedaça, Senhor, a mandíbula desses leões. Que desapareçam como água em terra sedenta, que se tornem inúteis as armas em suas mãos. Que sejam como a lesma que se desmancha em lodo, como a criança que nasce morta e nunca verá o sol. Deus os eliminará, tanto os jovens como os velhos, mais depressa que um fogo de espinhos esquenta uma panela. O justo se alegrará quando vir a vingança contra a injustiça; no sangue do perverso, lavará os pés. Então, por fim, alguém dirá: "De fato, há recompensa para o justo; com certeza há um Deus que faz justiça na terra".

Isso não é vingança nossa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Daniel.

Para a gente encerrar, a Dra. Clarice... Três minutos, Dra. Clarice, porque nós estamos com o horário de Plenário. A senhora pode usar o microfone, por três minutos, aí mesmo na bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém a ajude...

A SRA. CLARICE PEREIRA PINTO (Para expor.) – Boa noite a todos. Meu nome é Clarice. Eu sou advogada. Antes de ser advogada, fui professora por 30 anos, trabalhei três turnos e dei aula para muitas pessoas. Eu tenho um convívio social bastante extenso, sou uma pessoa... Desculpe-me um pouquinho, eu tenho que falar um pouquinho de mim porque eu sou uma pessoa resistente, resiliente e persistente.

Eu entrei para advogar para uma pessoa do 8 de janeiro, no processo que está no Supremo, porque ele foi meu aluno, eu conheci de perto a pessoa. Então, assim, eu conheci como adolescente, em sala de aula. Quando a família me procurou chorando e me colocando a situação dele, realmente fiquei muito comovida e falei: "Não acredito". E passei, fui atrás, para vocês imaginarem, em todas as instâncias, OAB, OAB Federal, OAB do DF, Câmara, Senado, em tudo que é possível eu já estive, inclusive no STF, no gabinete do Ministro Edson Fachin. Fui ao gabinete do Ministro Alexandre de Moraes; ele não recebe a gente. Infelizmente, ele tem a síndrome do poder grudada nele, acha que é o todo, mas os homens passam, e ele esquece que a estada dele lá também é passageira.

Eu vim aqui, Senadora; eu a conheço de antes de ser Senadora. A senhora pode não se lembrar de mim, lá do Gama, num comício, a gente tirou foto juntas. Fui e sou eleitora da senhora, estimo muito seu trabalho. E eu entrei – olha a minha audácia, uma professorinha, professorazinha – na Comissão de Direitos Humanos da OEA contra o Supremo Tribunal Federal, não só denunciando as arbitrariedades do Ministro Alexandre de Moraes, mas como de outros juízes que nós temos dentro do nosso Judiciário. Eu já cansei de pagar multa por embargos protelatórios, já fui admoestada várias vezes, ameaçada de prisão. Nem ligo para o que eles falam; eu tenho a minha convicção da verdade e luto por ela. Escrevi na minha cartilha que não passo dessa para melhor enquanto eu não conseguir, porque não sou daquelas pessoas que deixam pela metade. Eu acho que é isso, eu me identifico muito com o trabalho da senhora.

Então, eu peticionei lá na OEA, e o processo fica só assim, em análise, em análise. Já até passou pela minha cabeça pagar uma passagem e ir lá cobrar deles uma posição: "Espera aí, quanto tempo mais vocês vão ficar em análise nesse negócio? Tem que dar uma resposta para a gente, o pessoal está esperando". Inclusive tenho também contato com o pessoal que está lá na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentina, são mais de 2 mil, entre familiares e presos são 600. Presos, eu digo assim, entre os que estão encarcerados e os que estão em asilo político temporário.

Mas eu vim aqui, eu aguardei até este momento para um pedido meu para a senhora de reconsideração, porque eu fiz um pedido a esta Comissão de Direitos Humanos para acompanhar – pelo menos acompanhar – a minha denúncia junto à OEA. Se eu não puder atuar como assistente – eu sei que tem uns problemas burocráticos, entraves –, quero pelo menos acompanhar para sair dessa situação de em análise, porque isso me irrita profundamente. Se você não pode dar uma resposta para a pessoa sobre a situação ali, imediata, não deixe a pessoa esperando, e é isso o que eles fazem no Supremo Tribunal Federal.

Lá no Supremo, o processo em que eu atuo eu vou dizer para a senhora em qual estado que está. Eles sabem quem eu sou lá dentro do Supremo – eles já sabem. O que o Ministro fez? Sentou-se em cima do processo. Ele vai julgar o processo? Eu acredito que não; ele vai deixar prescrever, passarem todos os processos, porque ele não vai dar o gosto de que eu... Vai dizer assim: "Olhe, aquela fulana lá veio aqui me desafiar", porque é isso que eu ouvi da boca miúda deles lá.

Então, eu vim aqui e aguardei até... Desculpe-me, acho que até excedi o meu prazo, mas foi para fazer um pedido de reconsideração. Nos processos a gente faz muitos pedidos de reconsideração.

Se possível, se puder, eu gostaria de obter o apoio desta Comissão, porque eu creio que essa causa vai muito além de uma questão, como se diz, política, religiosa; é uma questão humanitária.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Dra. Clarice, eu acolho o seu pedido e vou além: nós estamos hoje, nesta audiência, também para fazer alguns encaminhamentos. Um deles é para a gente ir à Corte, também há uma proposta de a gente ir à OEA, e nós vamos também à Comissão de Direitos Humanos da ONU, como Comissão do Senado. Nós vamos apresentar o requerimento na primeira audiência de agosto – já estamos nos organizando. Já estamos com uma outra viagem organizada para a Argentina, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é isso, Dra. Carol? E já temos, também, uma viagem aos Estados Unidos, para visitar os presos nos Estados Unidos. Na nossa viagem à OEA, eu farei o convite para a senhora acompanhar a Comissão também, e a gente, já na OEA, também acompanha o processo de que a senhora está cuidando lá.

Esse é o encaminhamento; eu espero que lhe satisfaça esse encaminhamento. Peço que a secretaria faça as anotações.

Nós vamos encerrar, mas nós estamos com uma pessoa que está acompanhando a audiência desde o início, que é a ex-Ministra dos Direitos Humanos, a Dra. Cristiane Britto. Ela ouviu relatos, e eu vi que ela ficou incomodada em alguns dos relatos.

Nós vamos encerrar, ex-Ministra, te ouvindo por cinco minutos, se possível, mas eu acho que as suas impressões são necessárias.

Não vamos ouvir a Dra. Carolina, porque ela já foi ouvida em outras audiências. Ela já está no Senado agora como assessora, servidora desta Casa, vai nos ajudar muito nos encaminhamentos, mas eu gostaria de ouvir a Dra. Cristiane Britto, ex-Ministra dos Direitos Humanos.

A SRA. CRISTIANE BRITTO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Damares, já a cumprimento e parabenizo pela coragem desta audiência, na qual a verdade foi revelada para todo o Brasil.

Quero cumprimentar os familiares aqui presentes na pessoa da Jane, da sua filha Luíza, que eu tanto admiro, e cumprimentar também, de forma especial, os advogados dessas famílias. E por que eu falo isso, Senadora? Porque, além de ex-Ministra dos Direitos Humanos, eu também sou advogada, e eu vi aqui que as relações de direitos humanos relatadas estão sendo, Deputado, instrumentalizadas pelo Poder Judiciário. Isso é surreal.

Então, quando o Senador Jaime fala que isso tem que ser levado às cortes internacionais, precisa mesmo, porque a gente aprende, dentro da faculdade, que a pena não pode passar da pessoa acusada, e a gente ouviu aqui os familiares relatando que estão tendo bens bloqueados. As próprias crianças estão tendo, de uma certa forma, a sua própria infância ceifada, sem direito a uma escola particular, sem direito à saúde, porque os bens dos seus familiares estão bloqueados. Isso é inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma Constituição que eles prometeram cumprir e zelar, mas não é a isso que a gente está assistindo. O duplo grau de jurisdição onde fica, se essas pessoas estão sendo investigadas e julgadas pela mesma pessoa?

Então, são acusações gravíssimas, são constatações gravíssimas. Quando a gente vê presos que violaram os direitos humanos muito mais absurdamente do que a gente ouve falar do que aconteceu aqui, a gente está falando de pessoas que roubaram dos cofres públicos, da saúde, como foi falado aqui do Sérgio Cabral, e cumpriram pena domiciliar, enquanto a gente vê familiares relatando que os presos estão lá com comorbidades constatadas e têm o direito à prisão domiciliar negado.

Então, não, a justiça não está sendo feita – e isso a gente já sabe –, mas é preciso ir além do nosso Brasil. Agora, a senhora já está levando isso ao mundo, mas é preciso uma união de esforços, e eu acho que só este Senado Federal, junto com os Deputados corajosos, pode fazer com que essa verdade chegue aos quatro cantos do mundo.

Para os advogados, é frustrante. Como advogada há mais de 22 anos, eu digo que não foi essa justiça que eu aprendi, não foi essa Constituição que eu aprendi no banco das faculdades. E só me resta torcer, Senadora, como ex-Ministra dos Direitos Humanos, para que tudo isso seja reparado. Não como no caso do Clezão, porque a gente sabe que não o vai trazer de volta, mas que sirvam como lição a história de vocês e a luta que vocês estão hoje enfrentando pelos outros que ainda estão nessa situação.

Parabéns, Senadora, pela coragem.

Conte comigo sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ministra.

Nós vamos encerrar com os seguintes encaminhamentos: primeiro, que a Secretaria faça um ofício ao Presidente Davi Alcolumbre e ao Presidente Hugo Motta sobre a necessidade urgente de a Casa ter a coragem de, no mínimo, discutir anistia. Pautem-na, porque o que vimos aqui hoje é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pena é personalíssima. O primeiro princípio jurídico que a gente aprende na faculdade é que a pena é personalíssima. Uma pessoa não pode responder pela pena do outra. Quando se bloqueia o patrimônio de uma esposa, quando se bloqueia o salário de uma mãe para alimentar os filhos, a pena foi estendida às crianças. Pasme, Brasil! Temos crianças cumprindo pena no Brasil. Então, que os Presidentes da Câmara e do Senado recebam um ofício desta Comissão.

Eu gostaria que, nesse ofício, fosse um recorte do vídeo da família de Rondônia. Por que eu não vou colocar o vídeo dessas outras famílias? Ao da Jane já foi constantemente assistido, mas eu gostaria muito de que o Presidente da Câmara e do Senado recebessem o *link* com o vídeo das famílias de Rondônia. Gostaria muito de que eles vissem os rostos das crianças. Eu acredito que quando os olhos não veem, o coração não sente. Primeiro encaminhamento.

Segundo – e o segundo encaminhamento, nós vamos fazer com muita maturidade –: eu queria que a Comissão editasse os vídeos das crianças, das famílias, legendassem em pelo menos três idiomas, e nós vamos encaminhar aos Deputados que já conhecem o que está acontecendo no Brasil. Os Deputados dos Estados Unidos, os Deputados de Portugal e os Deputados da Espanha, para que eles conhecessem mais um testemunho, porque eles já conhecem outros testemunhos.

O outro encaminhamento que faço é um encaminhamento para o meu gabinete. Eu não poderei fazer isso em nome da Comissão, porque eu não apresentei a proposta para a Comissão, e não há nenhum Parlamentar. Eu quero um ofício para o gabinete de todos os Ministros do Supremo Tribunal – todos –, dizendo que aconteceu uma audiência pública nesta Comissão, mas é em nome de meu mandato, não da Comissão. Esse é um recado para o meu gabinete.

Neste ofício, eu quero que seja encaminhado também o *link* com o vídeo do depoimento da família de Rondônia, solicitando que, por gentileza, os ministros assistam ao vídeo, porque eles vão entender que eles condenaram crianças no Brasil. E quero lembrar que não são as primeiras crianças. No dia da prisão, crianças foram presas. No dia 9 de janeiro – o mundo precisa saber disso –, crianças foram levadas presas dentro daquele ônibus e passaram o dia na Polícia Federal presas. É ou não é violação de direitos humanos, Deputados?

Estes são os encaminhamentos. E claro, na primeira sessão pós-recesso, nós vamos votar uma diligência desta Comissão à ONU, em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos votar uma diligência à OEA e nós vamos votar o encaminhamento de todos os processos à Corte Interamericana, por meio desta Comissão.

Agora, pasmem, senhores, acabei de ser convidada para ir visitar, com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, os presos na Papuda. (*Palmas.*)

Mas pasmem: foi autorizado os Deputados Federais visitarem os presos, e o Senado não? Pasmem, senhores: é possível que a vingança seja tão grande a quem serviu o Governo anterior, que esta Comissão não está recebendo autorização para visitar os presos tão somente por causa da Presidente? Isso é muito grave, Supremo Tribunal. Prejudicar presos e famílias de presos tão somente porque não concordam com o que a Presidente da Comissão pensa, penalizar toda uma Comissão por causa da Presidente é uma perseguição pessoal, Supremo Tribunal.

Supremo Tribunal, então, que analise o nosso pedido, o pedido já feito pelo Senado, e delibere. A Comissão está autorizada, exceto a Presidente. Vou me conformar com a decisão. Só não quero mais que violações de direitos humanos sejam perpetuadas no Brasil sem o acompanhamento desta Comissão.

Dito isso, eu espero que a Suprema Corte receba os recados.

Dito isso, declaro encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 42 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcio Bittar e Mara Gabrilli. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CDH, de autoria Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Finalidade: 2ª Audiência Pública para Avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025. Participantes: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke, Diretor de Projetos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Eduardo Dalbosco, Coordenador-Geral do Departamento de Apoio ao Empreendedorismo - representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Isabela Amaral Sales, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável Substituta, do Ministério do Meio Ambiente -SNPCT/MMA; Henrique Villa da Costa Ferreira, Coordenação Geral de Cooperação Internacional do CNPq; e Alexandre Alonso, Chefe da Embrapa Agroenergia. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/04

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta é a segunda reunião pública realizada nos termos do Requerimento nº 4, de 2025, da Comissão, de autoria do Senador Mecias de Jesus, de Roraima, que tem como objetivo avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), no exercício de 2025.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211. Essa ligação não tem nenhum custo, eu vou repetir o número – você pode interagir com a gente durante esse trabalho –: 0800 0612211.

Nós temos hoje como convidados nesta audiência pública:

Henrique Villa da Costa Ferreira. Henrique é o Coordenador-Geral de Cooperação Internacional do CNPq. Muito bem-vindo, Henrique. Henrique vai abordar desafios e avanços para a participação e controle social nas políticas públicas de desenvolvimento com grande impacto socioambiental. Nós vamos ficar com a Diretriz 5 – "Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento", no Objetivo estratégico I – "Garantia da participação e do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento com grande impacto socioambiental". Obrigada, Dr. Henrique, pela participação.

Nosso segundo convidado é o Fernando Henrique... Fernando, vai ser difícil falar seu nome inteiro, tá? Vou deixar você falar o seu sobrenome. Fernando Henrique, que é Diretor de Projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Iica), vai abordar desafios e avanços no fortalecimento de modelos de agricultura familiar e agroecológica no Brasil. Nós vamos trabalhar a Diretriz 4, que é "Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório"; no Objetivo estratégico II do programa – claro que vai focar o "Fortalecimento de modelos de agricultura familiar e agroecológica".

Temos o Eduardo Dalbosco, que já está conosco na sala, Coordenador-Geral do Departamento de Apoio ao Empreendedorismo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Estaremos falando sobre os desafios e avanços para a promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e vamos trabalhar a Diretriz 4, no Objetivo estratégico I: "Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório"; e, claro, o Eduardo vai falar sobre "Implementação de políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social".

Ainda temos Alexandre Alonso, Chefe da Embrapa Agroenergia, e nós vamos trabalhar com ele o Objetivo estratégico III do programa, que é "Fomento à pesquisa e à implementação de políticas para o desenvolvimento de tecnologias socialmente inclusivas, emancipatórias e ambientalmente sustentáveis".

Senhores e todos que estão nos acompanhando, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal está realizando, no ano de 2025, a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3. O programa foi instituído em dezembro de 2009 e surgiu como uma carta de intenções governamentais, resultado de um amplo e participativo debate nacional. Seu propósito primordial foi estabelecer diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas para influenciar e consolidar o arcabouço jurídico dos direitos humanos no Brasil. Ao longo de mais de uma década e meia, o programa buscou orientar um modelo de desenvolvimento que fosse intrinsecamente ligado à inclusão social e econômica, ao equilíbrio ambiental, à responsabilidade tecnológica e ao respeito pela diversidade cultural e regional, sempre sob a égide da não discriminação e da participação cidadã. No entanto, a avaliação de políticas públicas com longo período de vigência é essencial, pois a realidade socioeconômica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política em um país está em constante evolução. Relatórios de análise de desempenho do PNDH-3, inclusive os produzidos pelo próprio Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e seus antecessores, têm apontado desafios significativos, entre eles destaca-se a evidente deficiência na definição de insumos, recursos financeiros e indicadores claros para as ações programáticas, especialmente no Eixo 2, o que dificultou a mensuração precisa de sua efetividade. Ademais, foi identificado um desalinhamento das políticas a partir de 2015, com impactos nas ações do programa devido a mudanças ministeriais e decisões políticas que alteraram o cenário de sua implementação.

É neste contexto, é dentro deste contexto que a Comissão vem fazer a avaliação do PNDH-3. Inclusive, senhores, entendo que demorou o Senado Federal fazer essa avaliação. O art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal determina que as Comissões são obrigadas a avaliar duas a três políticas públicas por ano, relativas à sua pasta, e há muito tempo eu acho que o Senado já deveria ter parado tudo e se debruçado sobre o PNDH-3. Os senhores que conhecem o programa sabem que ele é imenso, ele é extenso, ele foi construído num momento em que os programas eram entregues exatamente dessa forma, com inúmeros eixos, inúmeros objetivos, centenas de ações programáticas – difícil de ser avaliado, acompanhado, monitorado, melhorado e implementado.

No passado, eu estive como assessora no Congresso Nacional, ajudando na construção do PNDH-3, muito envolvida com a sociedade civil, mas teve um momento em que eu fui para a crítica ao programa, acompanhando de uma forma muito crítica como ativista de direitos humanos, entendendo que é uma nação imensa, diversa e plural, que é difícil, na área de direitos humanos e especialmente na área que os senhores vão abordar, a gente colocar tudo dentro de um quadradinho, uma nação diversa como esta, uma nação com um território imenso, uma nação com tantos povos culturais, tantos povos tradicionais, com tanta diversidade cultural, uma nação de uma pluralidade que não dá nem para a gente ficar aqui dizendo: "Olha, não, nós temos uma pluralidade no nosso bioma, na nossa cultura...". É uma nação extraordinária. Eu costumo falar que – desculpe, Alexandre, que está fora do Brasil; não é, Alexandre? Desculpe falar. Não, não é o Alexandre, é o Eduardo... Não, não é o Eduardo, é o do Ilca, é o Fernando. (*Risos.*)

Eu sei que você está na Costa Rica. Desculpe, mas o Brasil é a mais extraordinária nação do mundo. Está bem, Fernando? É o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente tem um programa. Esse programa nos impõe todas as políticas públicas, todo o ordenamento jurídico no país, só que ele é criado em um momento, em 2009... Nós estamos em 2025, ele não foi avaliado ainda pelo Congresso Nacional, e agora o Senado vem, desta forma ousada, fazer a avaliação, com vistas a melhoramentos, encaminhamentos, apontamentos. Quem sabe já não esteja na hora de a gente ter o PNDH-4? Nós vamos falar (*Falha no áudio.*) ... diversos aqui, mas eu queria que os senhores imaginassem (*Falha no áudio.*) ... do programa. Quando ele foi construído em 2009, nós não tínhamos, por exemplo, senhores, tantos crimes cibernéticos como temos hoje. As crianças não estavam em 2009 tão vulneráveis nas redes sociais como estão hoje. O mundo mudou de 2009 para cá. As relações interpessoais mudaram. As relações trabalhistas mudaram. As relações sociais mudaram. O mundo mudou. Hoje, a gente vai abordar aqui as questões climáticas também, e o mundo mudou nessa área. Nós estamos num pós-pandemia, nós temos lições de uma pandemia para a gente trazer para um novo Programa Nacional de Direitos Humanos. Então, senhores, dito isso, nós entendemos que o Senador Mecias de Jesus acertou ao pedir que esta Comissão, especialmente no ano em que nós estamos sediando no Brasil a COP 30 (*Falha no áudio.*) ... acreditamos que o Senador Mecias de Jesus acertou em pedir que esta Comissão avaliasse o PNDH-3.

E, nessa expectativa, com a certeza de que estamos fazendo o trabalho certo na Comissão de Direitos Humanos, trabalho necessário e oportuno, que é esta avaliação, nós damos início às apresentações dos senhores.

E eu tenho a honra de, logo de imediato, passar a palavra para Fernando Henrique – ele vai dizer o sobrenome dele, eu não ouso falar seu sobrenome –, que é o Diretor de Projetos do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura e que está falando conosco nesta manhã diretamente da Costa Rica.

Alexandre, seja bem-vindo. Estamos numa expectativa muito grande para ouvi-lo. Obrigada por ter aceitado o convite.

O SR. FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Damares Alves.

Quero iniciar parabenizando esta ação de avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos, proposta pelo Senador Mecias de Jesus, conduzida pela senhora. Creio que, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida, estes são momentos de muita reflexão, importantes para a melhora das políticas públicas do nosso país.

Hoje, como integrante do Instituto Interamericano, eu tenho o orgulho de dizer que o Brasil é uma referência na América Latina em inúmeros projetos, inúmeras ações na área da agricultura, da agricultura familiar, dos direitos humanos... É um orgulho poder servir meu país fora do país, mas tendo como espelho inúmeras políticas construídas nestes últimos anos. Eu fiz parte do Governo passado, como Secretário Nacional de Agricultura Familiar e Cooperativismo, e pude constatar a grandeza que o nosso país tem em inúmeras políticas públicas.

Quero aproveitar e saudar os meus colegas aqui de painel: o Henrique, o Eduardo, o Alexandre e a Isabela. Sem dúvida nenhuma, eu acho que toda essa construção que a gente pode fazer e apresentar conjuntamente engrandece muito o nosso debate.

Eu vou compartilhar aqui a minha lâmina. Não sei se todos enxergam – sim? Enxergam minha apresentação? (*Pausa.*)

Está bem.

Bom, eu vou tentar ficar dentro dos meus dez minutos.

Deixe-me ver, porque eu não estou conseguindo passar a minha lâmina. (*Pausa.*)

De novo. Na tela. (*Pausa.*)

Acho que aí vai.

Bom, eu quero fazer uma reflexão em cima do Censo Agropecuário de 2017, porque esses são os dados oficiais que nós temos em relação à agricultura do Brasil, à agricultura familiar. A gente espera que nós tenhamos, no ano que vem, o próximo censo, que é feito de dez em dez anos, porque, na verdade, ele é o grande condutor, vamos dizer assim, das decisões de políticas públicas, e a gente consegue ter uma, uma real dimensão da dinâmica de como a agricultura familiar está se movendo.

Queria começar mostrando que a agricultura familiar no Brasil, em 2006, tinha um valor bruto de produção agropecuária de 101 bilhões; aumentou 5%, mas a agricultura não familiar cresceu muito mais, e esse é o reflexo que nós conseguimos enxergar no agro brasileiro e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a dinâmica que o agro brasileiro tem. Isso não diminui a importância dos agricultores familiares do país, mas demonstra a importância que eles têm e, justamente, de a gente poder fortalecer este setor da agricultura, que, na minha opinião, é uma só.

Os agricultores familiares continuam com em torno de 80 milhões de hectares. Esse é um volume extremamente considerável e importante na produção de alimentos das cadeias integradas, que, sem dúvida nenhuma, tem um papel fundamental (*Falha no áudio.*)

... dentro... (*Falha no áudio.*)

... agrícola do nosso...

Eu quero chamar a atenção aqui para a primeira questão. Eu acho que ela tem bastante a ver também com o que está acontecendo no nosso país.

Certamente esses dados vão piorar no próximo Censo, devido ao envelhecimento do produtor rural brasileiro, mas isso tem a ver com o envelhecimento da nossa própria população brasileira, não é?

Em 2006, nós tínhamos 38% de agricultores com mais de 55 anos. Hoje... Em 2017, na verdade, nós tínhamos 45%, e vamos esperar o resultado do próximo Censo, que deverá sair em 2027, se for feito no ano que vem, e nós vamos ver esse dado, que, para mim, necessita de uma reflexão muito importante, porque isso tem muito a ver com, primeiro, um olhar muito importante a essa população que vai precisar de uma assistência social forte, importante, um acolhimento, mas, por outro lado, também tem a ver com a produção agropecuária e a inserção de jovens agricultores ou de jovens produtores que se mantenham na propriedade rural.

Aqui eu quero chamar a atenção para, justamente, políticas que possam trazer de volta esse jovem, que possam mantê-lo no campo e que possam acolher esses idosos que estão envelhecendo no campo também.

Para mim, a conectividade vai ter um papel extremamente importante nas áreas rurais brasileiras, e a gente sabe que existe um trabalho que está sendo realizado, mas ele vai precisar ser bastante fortalecido nos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero mostrar aqui um fenômeno que aconteceu, de 2006 a 2017, e que tem a ver justamente com esse desafio ou do envelhecimento ou da falta de renda, que é a concentração das áreas no sul do Brasil, que é onde você tem o maior valor bruto de produção das propriedades rurais, e a fragmentação no Nordeste, que é justamente onde você tem o menor valor bruto de produção agropecuária. Isso demonstra que, onde você tem uma grande produção agropecuária, quem não é eficiente e efetivo está saindo do campo e está vendendo as suas propriedades, provavelmente, e, no Nordeste, porque existe uma grande parte de uma agricultura familiar pobre, provavelmente eles estejam vendendo pedaços, mas se mantendo no campo.

Então, esse é um fator importante de ser olhado, porque, depois nós vamos olhar aqui a dinâmica do tamanho dessas propriedades e se é uma agricultura familiar pobre, e nós vamos ver que o Estado tem atuado muito em cima desse pessoal da agricultura familiar pobre.

Aqui estão os dados que mostram isso: de 2006 a 2017, (*Falha no áudio.*)

1% de médios, normalmente porque os estabelecimentos diminuíram, mas as áreas aumentaram.

Nós tínhamos 4,3 milhões de agricultores familiares. Caímos para 4,1 milhões, mas os pequenos não agrofamiliares aumentaram, e provavelmente esses sejam moradores rurais.

Então, nós saímos de 351 mil de pequenos produtores não agricultores familiares, moradores rurais, e esse número aumentou para 754 mil estabelecimentos rurais.

Aqui a gente começa a olhar muito fortemente o olhar que o Estado tem que ter para esse percentual da agricultura familiar pobre, que produz muito pouco, mas que está no campo e que, muitas vezes, necessita de outras políticas públicas, que são políticas públicas não necessárias à produção agropecuária, mas políticas sobre as quais eu sei que, provavelmente, o Eduardo vai falar fortemente, como as políticas de acesso à água, políticas de acesso à luz, uma saúde de melhor qualidade, uma educação de boa qualidade...

Quer dizer, esse é um pessoal que, muitas vezes, não acessa o Pronaf. O Pronaf está muito mais sendo acesso por aquela parte produtiva do que por esta parte da agricultura familiar pobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a pandemia, nós tivemos vários debates, inclusive com a Contag, conversando sobre um pouco da assistência a esse pessoal, e a gente vai olhar... Talvez o Eduardo tenha esses números mais atualizados, mas nós tínhamos mais de 50% desses agricultores familiares pobres que recebiam do Bolsa Família. Portanto, eles já têm uma ação do Estado sobre eles, mas, para tornar as políticas públicas eficientes, talvez – e essa é uma sugestão – fosse interessante olhar a legislação da agricultura para estratificar, a fim de que as políticas possam ser mais eficientes para públicos distintos.

A agricultura do Brasil é muito diversa, e a agricultura familiar também é diversa. Eu faço aqui coro ao discurso de abertura da Ministra Damares, dizendo que o Brasil é uma nação tão diversa, tão plural e tão cultural... E isso também acontece dentro da agricultura familiar, onde nós temos diversos estratos e, para que nós tenhamos políticas públicas eficientes, talvez fosse interessante fazer uma reforma na lei e trabalhar com um ou dois estratos da agricultura familiar: quem sabe uma que está voltada, integrada e que tem menos de 1,5 milhão de agricultores; uma agricultura familiar de subsistência, aqueles que estão no campo e que praticamente produzem os seus alimentos; e essa outra agricultura familiar, que talvez não seja agricultura familiar, mas que tenha que ir para o Ministério do Desenvolvimento Social, que são os pobres e que muitas vezes necessitam mais do acolhimento do Estado.

O que nós estamos verificando nesses últimos anos é um acirramento das desigualdades. E aí, justamente, vale a pena nós nos debruçarmos sobre isso, olharmos e podermos agir para que essa desigualdade não seja tão grande, ou pelo menos que a gente trate isso de uma forma distinta.

De um lado – aqui são os pobres – nós temos uma dinâmica de perda de função produtiva. Então, aumentando a renda de fora da propriedade, a aposentadoria sendo a principal renda de muitas dessas propriedades ou programas sociais, onde a gente tem exclusão, envelhecimento, dependência do Estado e agendas muitas vezes retardatárias, talvez seja importante olhar para isso e poder agir de uma forma que a gente traga quem puder de volta para o sistema produtivo e trabalhe com os que fiquem com políticas públicas de atendimento social.

Por outro lado, nós temos um grupo que está se concentrando, aumentando a escala – a gente mostrou isso nos dados daquele mapa – trazendo uma agricultura mais digital, 4.0, olhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o mercado e trabalhando com inovação. E aqui a gente tem até um grupo de jovens voltando, mas, na grande maioria, isso não tem acontecido.

Aí a gente tem um pouco essa grande pirâmide desses agricultores, que são mais ou menos 4,5 milhões de agricultores, que foram considerados... Aqui é importante relatar que eu estou usando os dados do Grupo de Políticas Públicas da Esalq, que, para mim, faz um trabalho espetacular na análise dos censos. Nós temos aí em torno de 3,2 milhões de agricultores que são vulneráveis, e esses realmente precisam de uma política pública que os acuda, que os leve para cima ou que possa atendê-los nas suas vulnerabilidades. São 70% dos estabelecimentos – isso é muita gente –, mas produzem muito pouco, só 8% do valor bruto da produção. Muitos não produzem nada, outros são agricultores de subsistência, mas nós estamos falando aqui de 44 milhões de hectares que precisam realmente de um olhar forte do Estado.

Nós temos esses que estão sobrevivendo, que estão lutando, né, que eles chamam de resilientes, que são 85 milhões de hectares, 22% de estabelecimentos, são um milhão. O Pronaf tem em torno de 1,5 milhão de empréstimos por ano, e aí a gente vê realmente quem acessa esse Pronaf: são esses produtores que estão inseridos em alguma cadeia produtiva, que estão lutando e que buscam o crédito como uma ferramenta importante de desenvolvimento. E, esses agricultores, é importante que a gente possa jogá-los lá para cima, porque são importantes na produção agropecuária.

E nós temos um grupo de 8%, 350 mil, que produz quase 70% do que o Brasil produz no agro, né? E só nesses 10% da área dos 22 milhões de hectares. Então, para mim são dois grupos: o grupo dos vulneráveis, que precisam de políticas mais de assistência social, e o grupo dos resilientes e empreendedores, que precisam de políticas de mercado.

Meu tempo está acabando, eu vou para o final.

Bom, a sugestão é na parte de cima: a gente fortalecer as políticas de crédito. A gente viu que acabou de ser lançado o Plano Safra. Ele é importante para esse grupo, apesar de já não ser mais a grande parte do financiamento da agricultura brasileira; mas para a agricultura familiar ele é extremamente importante; e é importante que se possam baixar juros para alavancar a produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha opinião, o grande desafio é a transferência tecnológica através de inovação, assistência técnica no país. Com isso, as cadeias que estão integradas com cooperativas, com empresas, é onde nós conseguimos ter o melhor resultado nesse sentido. Cadeias como o café, como suínos, aves, fumo, são cadeias que estão extremamente integradas, onde o agricultor consegue ter acesso à assistência técnica e à inovação.

Acessar mercados. Aqui o cooperativismo tem um papel fundamental na questão dos pequenos agricultores e, na minha opinião, devemos fortalecer a intercooperação das cooperativas do Sul do Brasil, Sul e Sudeste, para o Norte e Nordeste do Brasil. E, na parte de baixo, os agricultores vulneráveis precisam, sem dúvida nenhuma, de um processo de inclusão produtiva, porque são agricultores muitas vezes de subsistência e precisam de uma assistência social muito mais forte: água, luz, saúde.

O Chile tem um trabalho muito interessante de alimentação equilibrada, onde se faz toda uma avaliação dos agricultores para que eles produzam aquilo que vai dar uma alimentação para eles, de qualidade, através, na minha opinião, de uma assistência descentralizada, via prefeituras que estão muito mais próximas do problema. Sem esquecer da importância da titulação da terra, que é um problema no Brasil, mas que precisa ser enfrentado para que esses agricultores tenham, efetivamente, o título da sua terra na mão e possam fazer todos os investimentos com segurança.

Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade, e estamos à disposição. (*Pausa.*)

A senhora está mutada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência.*) – Bom, agora estão ouvindo, o.k?

O SR. FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE (*Por videoconferência.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência.*) – Fernando, quero agradecer. Você só não disse seu sobrenome todo. Pelo amor de Deus, fale.

O SR. FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE (Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Meu sobrenome é Kohlmann Schwanke.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – A Lei da Agricultura Familiar nasce em 2006. Em 2009, nasce o PNDH-3, com base na Lei da Agricultura Familiar, de 2006. O PNDH-3, gente, nasce por meio de decreto, e aqui eu aponto uma fragilidade do programa: o decreto presidencial teve alterada a sua primeira edição, depois ele teve uma modificação em alguns itens, porque, quando ele foi enviado para o Congresso, houve uma reação. Mas ele nasce por meio de decreto, o que eu considero, para um programa desse porte, um instrumento frágil, porque um decreto pode ser extinto por uma canetada. Basta um Presidente da República entrar e dizer: "Eu não vou cumprir esse PNDH" e, num "canetaço", ele faz um "revogaço". Vocês sabem do que eu estou falando, vivemos isso no Brasil o tempo todo.

A gente teve aí, Fernando, recentemente, inúmeras, inúmeras alterações na Lei da Agricultura Familiar, agora, em 2024, como também no programa de alimento, no programa de cesta básica, e em outras legislações voltadas para a área. Então, o que eu observo, Fernando – não sei se você observa isso –, é que há um descompasso entre o PNDH-3 e todos os avanços legislativos na área. O PNDH-3 tinha que ser a base, o fundamento para a construção de todas as outras legislações e tinha que ser a base, o fundamento para a construção das novas políticas públicas.

Vejo que você traz aí avanços, mas você traz preocupações também. Você traz uma informação para a qual a gente precisa ter um olhar atencioso, que é com relação aos jovens, a esse reingresso dos jovens no campo, sobre que direito nós estamos garantindo para esses meninos voltarem para o campo e serem felizes e produzirem no campo. Então, acho que a sua fala traz aqui muito, Alexandre, essa minha preocupação, a preocupação da Comissão sobre o descompasso que a gente teve nos últimos anos entre os avanços legislativos na área da agricultura familiar e o PPA, além de o PNDH-3 tendo ficado estático, parado num tempo e num ambiente em que a sociedade ia mudando.

Você gostaria de fazer só um comentário sobre isso e eu já o libero? Você concorda, Alexandre... Desculpe-me. Você concorda com que o PNDH-3 seja estabelecido em forma de lei, para a gente ter a garantia da continuidade e sustentabilidade dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE (*Por videoconferência*.) – Ah, eu não tenho dúvida disso, Ministra, Senadora.

A Lei da Agricultura Familiar, justamente por ser uma lei, garantiu muitos avanços para esse setor da nossa sociedade, justamente porque se tinha uma lei que assegurava isso. E o tema de direitos humanos pode caminhar junto a isso, porque o envelhecimento da população rural e as mazelas que nós temos no campo, sem dúvida, necessitam de um olhar bastante acurado do tema dos direitos humanos.

Eu tenho muita expectativa no próximo censo da agricultura familiar, porque essas mudanças que a senhora traz, desses últimos 10 ou 15 anos – uma mudança radical no nosso estilo de vida, no mundo, na digitalização, nos crimes cibernéticos, em tudo –, provavelmente isso vai estar refletido no próximo Censo Agropecuário e vai necessitar... Já temos diferenças muito grandes de 2006 a 2017 e, certamente, teremos mudanças maiores ainda de 2017 a 2027, que necessitarão de uma reflexão muito grande do Parlamento brasileiro para acurar, melhorar as nossas ferramentas de políticas públicas para esse público, que é extremamente importante na parte produtiva de alimentação do nosso país, mas não só nisso, na parte cultural, na parte social, na parte do estrato social do nosso país. Eu acho que as coisas podem caminhar bem, juntas.

Muito obrigado, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Obrigada, Fernando. Foi uma alegria.

Se puder continuar com a gente, será uma alegria, mas a gente sabe das agendas dos senhores. Tendo alguma outra dúvida, eu o aciono por *e-mail*. Quero agradecer demais ao instituto. Sucesso no seu trabalho. Nós, que o acompanhamos no Governo, sabemos do nível de compromisso que você tem com a nação, com o tema; da sua capacidade; das suas habilidades nessa área. O Brasil está muito bem representado por você no instituto.

Parabéns! Sucesso! E nós continuamos aqui e vamos acioná-lo sempre que preciso, o.k.? Muito obrigada, Fernando.

Nós agora, na sequência, vamos ouvir o Alexandre Alonso, que é Chefe-Geral da Embrapa Agroenergia. A fala dele faz exatamente diálogo com a fala do Fernando. Ele vai falar sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivo estratégico III do PNDH-3, que é o fomento à pesquisa e à implementação de políticas para o desenvolvimento de tecnologias socialmente inclusivas, emancipatórias e ambientalmente sustentáveis.

Seja bem-vindo. É uma alegria. Eu já agradeço à Embrapa por tê-lo designado para estar com a gente nesta manhã.

Você tem o seu tempo.

O SR. ALEXANDRE ALONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Bom dia.

Quero aqui cumprimentar a senhora, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Quero cumprimentar os demais Parlamentares presentes; autoridades; meus colegas especialistas, como o Fernando, que me antecedeu – é uma honra para mim participar de um grupo tão seleto aqui –; e também os representantes da sociedade civil que nos acompanham pelo YouTube.

Em nome da Embrapa, eu gostaria (*Falha no áudio.*) ... audiência pública no âmbito da avaliação (*Falha no áudio.*) ... PNDH-3. É uma honra contribuir com este debate que trata, Senadora, de um tema tão essencial, que é a construção de um modelo de desenvolvimento que seja, ao mesmo tempo, sustentável, inclusivo e socialmente emancipador.

A Embrapa, como empresa pública de pesquisa agropecuária, tem como missão gerar conhecimento, tecnologias e inovações para a agropecuária brasileira, promovendo assim a segurança alimentar, a sustentabilidade dos recursos naturais e a inclusão socioeconômica da população rural. Nosso trabalho, Senadora, está, assim, profundamente conectado com os princípios do Eixo II do PNDH-3, que buscam conciliar o desenvolvimento econômico com justiça social e com equilíbrio ambiental. A atuação da Embrapa se traduz, principalmente ao longo das últimas (*Falha no áudio.*) ... democratização do acesso à tecnologia agropecuária, com forte presença nas Regiões Norte e Nordeste (*Falha no áudio.*) ... de maior vulnerabilidade social.

A pesquisa pública brasileira contribuiu de forma decisiva para a redução da pobreza rural, para o aumento da produtividade, com conservação ambiental, e para a geração de renda, inclusive em territórios que são historicamente excluídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria aqui, Senadora, de aproveitar a oportunidade para destacar algumas tecnologias e algumas iniciativas que refletem essa visão de ciência inclusiva que a Embrapa pratica no dia a dia.

No campo da agricultura familiar, que já foi muito bem abordado aqui pelo Fernando, nós desenvolvemos inúmeras soluções, como, por exemplo, novas cultivares adaptadas para o contexto dos pequenos agricultores, cultivares biofortificadas para ajudar na alimentação, sistemas agroecológicos, sistemas de produção orgânica, práticas de manejo adaptadas a pequenos produtores. Acho que é muito relevante quando a gente fala em práticas de manejo, em práticas agrícolas. Como o Fernando bem colocou, a gente tem diferentes realidades na agricultura brasileira e é preciso desenvolver práticas que sejam adaptadas a esses pequenos produtores e também tecnologias de mecanização apropriadas e acessíveis. Essas inovações são pensadas, assim, para diferentes realidades, respeitando o conhecimento local e potencializando as capacidades dos agricultores.

Na dimensão ambiental, Senadora, a gente promove o uso de matérias-primas ativas, como, por exemplo, a macaúba, para a produção de bioprodutos, como, por exemplo, o biodiesel e os bioinsumos. Nós também desenvolvemos soluções para o aproveitamento integral de resíduos agrícolas, seja para a geração de biofertilizantes, biogás, biochar, fomentando, assim, uma economia circular, que reduz passivos ambientais e que gera novas oportunidades de renda no campo.

Eu gostaria aqui de também trazer a experiência da Embrapa Agroenergia, que é a unidade que eu tenho a satisfação de liderar. Uma unidade que atua com um foco muito grande em bioeconomia e na transição energética sustentável.

Nós desenvolvemos, Senadora, biocombustíveis e bioprodutos a partir de matérias-primas regionais e que têm um interesse social. Eu cito aqui, por exemplo, o biogás, que pode ser produzido a partir de resíduos de pequenas propriedades agrícolas, e o biodiesel, a partir, por exemplo, da macaúba, que pode incluir, dessa forma, comunidades extrativistas e agricultores familiares, como, por exemplo, no Semiárido brasileiro. E nós também estamos estruturando, como bem colocado pelo Fernando, uma série de parcerias com cooperativas e *startups*, articulando, assim, a inovação com inclusão socioprodutiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Senadora, mais do que gerar conhecimento, a gente acredita que a ciência deve servir como um instrumento de justiça social. Isso passa, portanto, pela valorização da diversidade sociocultural do país, pelo fortalecimento da resiliência climática dos sistemas produtivos e pelo respeito aos direitos territoriais e ambientais dos povos tradicionais e indígenas, e é por isso que nós temos buscado ampliar as ações voltadas à juventude rural, às mulheres no campo e a populações em situação de vulnerabilidade.

Essa visão tem se materializado, por exemplo, por meio de um conjunto robusto de iniciativas de cunho de inovação social. A Embrapa desenvolve, valida e compartilha tecnologias sociais, como sistemas simplificados de irrigação, barraginhas, unidades de produção de bioinsumo, entre outras soluções de baixo custo, fácil aplicação e grande impacto local. Essas tecnologias têm sido apropriadas, por assim dizer, por comunidades em todos os biomas do nosso país, que, como a senhora bem destacou, é bastante grande e bastante diverso, e essa apropriação dessas tecnologias tem gerado, promovido maior autonomia para as comunidades, aumento de renda para os nossos agricultores, segurança alimentar – algo tão caro para o nosso país –, e protagonismo social.

Um exemplo emblemático é o programa InovaSocial, que a Embrapa desenvolve, que articula soluções sociotécnicas com cadeias produtivas locais em territórios rurais. O programa apoia uma série de redes de agricultores familiares, extrativistas, assentados com foco em agroecologia, segurança alimentar, cooperativismo e valorização da biodiversidade.

A Embrapa, além disso, Senadora, lançou recentemente um novo portfólio de pesquisa chamado de Agroecologia e Inclusão Socioprodutiva, que busca integrar ações de pesquisa e desenvolvimento e transferência de tecnologia voltadas a sistemas agroalimentares sustentáveis na valorização de práticas tradicionais e no fortalecimento das economias locais. O portfólio atua em todo o país e articula projetos em rede, com universidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, promovendo inovação em territórios vulneráveis e reconhecendo a diversidade cultural e produtiva brasileira como fonte de conhecimento e de transformação.

Esse conjunto de ações que eu me atrevi a elencar aqui dialoga diretamente com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com destaque para: ODS 1, de erradicação da pobreza; ODS 2, fome zero e agricultura sustentável; ODS 10, redução das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdades sociais e territoriais; ODS 13, ação contra a mudança global do clima por meio de sistemas de baixo carbono – essa é uma temática muito importante, principalmente neste ano, por conta da COP 30 –; e outros ODS, como, por exemplo, ODS 15, que traz o uso de recursos naturais.

Mas a gente sabe, Senadora, que ainda há desafios importantes a superar, e um deles, talvez um dos principais, é garantir que as nossas agendas de pesquisa estejam ancoradas em demandas reais da sociedade. Só é possível a gente gerar impacto se nós conhecermos em profundidade as diferentes realidades do mundo rural brasileiro. Por isso, a Embrapa tem investido na escuta ativa, no mapeamento de sinais emergentes e no uso de ferramentas de inteligência territorial.

Outro desafio é garantir que as tecnologias desenvolvidas sejam acessíveis. Isso significa investir em soluções de fácil uso, com manuais simplificados, com linguagem adequada, custos reduzidos e, sempre que possível, sem barreiras de propriedade intelectual. Precisamos superar assim a complexidade como barreira de entrada e tornar a adoção da tecnologia mais democrática.

Por fim, é essencial fortalecer os mecanismos de transferência de tecnologia, como o Fernando bem apontou. Não basta fazer ciência, é preciso garantir que a inovação chegue à ponta. As ações de pesquisa e desenvolvimento precisam estar integradas com as estratégias de capacitação, de comunicação e de assistência técnica.

A Embrapa tem consolidado esse esforço por meio de uma série de vitrines tecnológicas, *kits* demonstrativos, parceria com associações, cooperativas, projetos territoriais e cada vez mais por meio de ferramentas digitais. Duas iniciativas estratégicas que se destacam nesse contexto são a plataforma Ater+ Digital e a plataforma e-Campo.

Desenvolvida pela Embrapa, a Ater+ Digital é uma solução digital, Senadora, que organiza e disponibiliza conteúdos técnicos qualificados, sob a forma de vídeos, áudios, infográficos, aplicativos, cartilhas, cursos, para que técnicos e produtores possam acessá-los, com foco, portanto, na ampliação e qualificação da assistência técnica e extensão rural no Brasil. A plataforma está estruturada em *hubs* temáticos, como, por exemplo, o *hub* de mudança climática, de apicultura, de feijão, de segurança alimentar, entre tantos outros, e vem contribuindo para superar o desafio histórico de acesso limitado à assistência técnica e extensão rural pública, ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restritos a uma parcela reduzida da agricultura familiar. Além de ampliar o alcance, a Ater+ Digital qualifica o diálogo técnico e contribui para a inclusão digital, o acesso a mercados, como o Fernando também mencionou, e a formação de redes socioprodutivas e territoriais.

Complementarmente, a Embrapa mantém uma plataforma chamada de e-Campo, que é um ambiente virtual de aprendizagem, que oferece cursos *online* gratuitos, além de materiais didáticos, *podcasts*, vídeos, publicações técnicas voltadas à capacitação de agricultores, estudantes, técnicos e gestores públicos.

A plataforma representa, assim, um canal estratégico para que a gente possa levar a ciência ao campo de forma acessível, flexível e contínua. Entre os cursos disponíveis, eu destaco aqui, por exemplo, dois deles que são oferecidos pela Embrapa Agroenergia, que incluem temas como produção de biodiesel e também patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, que reforçam o compromisso da empresa com a bioeconomia inclusiva e a valorização da sociobiodiversidade brasileira.

A transformação digital, portanto, Senadora, será cada vez mais determinante para que a gente possa garantir que o conhecimento gerado pela ciência pública chegue, de forma ampla, ágil e qualificada, a quem mais precisa dele. Trata-se de uma condição de fortalecimento da autonomia, da inovação social e da inclusão produtiva nos diversos territórios brasileiros.

Diante disso – já me encaminhando para o final aqui –, eu gostaria de aproveitar esse espaço para apresentar algumas recomendações. A primeira delas é que é fundamental reconhecer a ciência agropecuária como uma política de Estado para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do país.

E eu fico muito feliz aqui de poder sempre contar com o seu apoio, Senadora, apoiando a Embrapa, destinando recursos, apontando caminhos para que a gente possa seguir.

A segunda é que é necessário ampliar o financiamento de pesquisas voltadas tanto à agropecuária, mas principalmente também a territórios vulneráveis, com foco em soluções de baixo carbono e uso social. Infelizmente, o financiamento da pesquisa ainda é restrito, ainda é limitado. O Brasil precisa investir mais em ciência e tecnologia, principalmente com esse foco social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a terceira: é preciso reforçar a cooperação entre os ministérios, as universidades, os centros de pesquisa, os movimentos sociais, porque esse movimento é essencial para que a inovação seja verdadeiramente transformadora.

E, por fim, a gente precisa fomentar redes de inovação, novos *hubs* voltados à bioeconomia regional, para que a gente possa fortalecer o protagonismo local e a valorização do nosso conhecimento tradicional associado.

Encerrando, Senadora, eu reafirmo aqui que a Embrapa está comprometida com uma ciência pública participativa, plural e voltada para o bem comum.

E me coloco e coloco a empresa à disposição desta Comissão para continuar contribuindo com os trabalhos de avaliação do PNDH-3 e com a construção de políticas públicas que coloquem a ciência a serviço da inclusão, da sustentabilidade e da dignidade humana.

Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade. Parabenizo-a pela iniciativa e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Alexandre; obrigada à Embrapa. E parabéns pelo painel que está atrás de você: chamaram a atenção de todo mundo esses desenhos de criança que estão atrás de você.

As pessoas que estão ligando a televisão agora talvez não estejam entendendo o que tem a ver Embrapa com o Programa Nacional de Direitos Humanos que nós estamos avaliando. Tudo a ver. O nosso querido Alexandre, da Embrapa, acabou de falar sobre fomento à pesquisa, que é o Objetivo estratégico III do programa: "Fomento à pesquisa e à implementação de políticas para o desenvolvimento de tecnologias socialmente inclusivas, emancipatórias e ambientalmente sustentáveis".

Aí a pergunta sempre é, Alexandre: todas as vezes que vocês vão criar um programa na Embrapa, que vocês vão desenvolver uma pesquisa, vocês estão trazendo como base o PNDH-3? Ou o PNDH-3, como em algumas outras instituições do Governo Federal, está na gaveta e não se observam os objetivos, as metas, as estratégias, os objetivos específicos, os temas do PNDH-3? Essa tem sido a nossa preocupação. Por isso que trazer vocês aqui para essa discussão, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu olho para a Embrapa avançando tanto em pesquisa – e eu sou apaixonada pela Embrapa, todo mundo sabe disso, eu não sou nem um pouquinho modesta na hora de elogiar a Embrapa –, mas a minha preocupação: desenvolvimento tecnológico, pesquisa no campo com a garantia de direitos humanos.

Obrigada, Alexandre, pela participação. Se puder (*Falha no áudio.*) ... continuar participando conosco será uma alegria.

Especialmente, Alexandre e Fernando – que bom que o Fernando continuou aqui –, o agro é violador de direitos humanos? Nos últimos anos, a gente tem visto apontar muito para o agro a violação de direitos humanos no Brasil, e a gente está sentado aqui com técnicos especialistas que estão mostrando: "Não, não é nada disso. Dá para a gente trabalhar desenvolvimento no agro com políticas públicas inclusivas, com garantias de direitos humanos, com políticas públicas ambientalmente sustentáveis. O agro não é violador de direitos humanos". Então, ter vocês neste debate hoje é extremamente importante para a gente caminhar numa proposta de se vamos ou não apresentar um novo PNDH para o Brasil.

Nesse sentido, fazendo diálogo com a fala do Fernando, com a fala do Alexandre, já está na sala com a gente – nós já vamos passar a palavra para ela – a Isabela Amaral Sales, que é a Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, ela é a Secretária substituta, do Ministério do Meio Ambiente. Isabela, que alegria recebê-la na nossa sala, na Comissão de Direitos Humanos, nesta manhã, nessa sala virtual, para juntos fazermos a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretária, dez minutos para a sua fala inicial, duas pessoas já lhe antecederam; já falou o representante da Embrapa e já falou com a gente também, nesse primeiro momento, o Diretor de Projetos do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Secretária, seja bem-vinda!

A SRA. ISABELA AMARAL SALES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares. É uma alegria estar aqui. Senhoras e senhores, bom dia!

Em nome da Ministra Marina Silva, de toda a nossa equipe da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, primeiro nós gostaríamos de agradecer pelo convite para participar deste momento. Na oportunidade, cumprimento todos os Parlamentares que, porventura, acompanham a pauta, essa pauta que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de suma importância, especialmente neste momento em que vivemos, no país, o avanço das mudanças climáticas; os Parlamentares que compõem a Comissão de Direitos Humanos, então, na pessoa da Sra. Relatora Damares Alves, eu os cumprimento; assim como os colegas aqui que me acompanham, o Fernando, do IICA, o Alexandre, da Embrapa, que são duas instituições parceiras do Ministério do Meio Ambiente; também o Eduardo e o Henrique; os colaboradores; os que nos assistem e os demais convidados dessa sessão.

É uma satisfação estar aqui para falar do PNDH-3, especialmente neste momento da história que, como disse, assistimos aos efeitos das mudanças climáticas se agravarem de forma recorrente, o que evidencia a necessidade de uma abordagem do meio ambiente a partir dos direitos humanos e vice-versa. É exatamente esta uma das diretrizes do PNDH-3: promover e proteger os direitos ambientais (*Falha no áudio.*) ... incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos.

É a partir dessa premissa que eu gostaria de trazer (*Falha no áudio.*) ... o Ministério do Meio Ambiente para (*Falha no áudio.*) ... tem um eixo específico que trata de desenvolvimento e direitos humanos (*Falha no áudio.*) ... nós falamos necessariamente de um modelo de desenvolvimento sustentável, como agora há pouco citou a Exma. Senadora, que inclua as pessoas social e economicamente também, que seja ambientalmente equilibrado, que seja tecnologicamente responsável, que seja cultural e regionalmente diverso, que seja participativo e não discriminatório, que é o que anuncia a Diretriz 4 do PNDH-3.

E, como exemplo de todas essas premissas, eu trago um programa, do qual nos orgulhamos muito aqui no Ministério do Meio Ambiente, que é o programa Bolsa Verde, de conservação da biodiversidade. Esse programa foi retomado no ano de 2023. É um programa que começou a ser executado em 2011, pós-PNDH-3, portanto. Basicamente, ele reconhece os serviços ecossistêmicos que são prestados pelas populações tradicionais que vivem em territórios considerados ambientalmente relevantes, como as unidades de conservação, os territórios quilombolas e os assentamentos agroextrativistas. Esse programa oferta um valor trimestral de R$600 para essas famílias como uma contrapartida pela conservação dos ecossistemas. Hoje, nós temos quase 70 mil beneficiários inscritos. Para acessar esse programa, é importante dizer que os beneficiários (*Falha no áudio.*) ... inscritos no CadÚnico, e o território precisa cumprir os requisitos da legislação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o mais interessante, Senadora, é que, a partir do Bolsa Verde, os beneficiários passam a acessar toda a rede de proteção social e de serviços públicos a partir do CadÚnico. Então, esses serviços vão desde o acesso à documentação civil básica, que, inclusive, é também um dos objetivos do PNDH-3, pois isso é um problema no nosso país ainda hoje, até programas de assistência técnica rural socioambiental, que é especializada para esse público, e também acesso ao programa de cisternas e a outros serviços prestados pelos parceiros do programa Bolsa Verde. Então, é um programa que muito nos orgulha, exatamente porque ele proporciona essa abordagem de desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Com o mesmo propósito, cito aqui que, no ano de 2024, o Governo Federal lançou a Estratégia Nacional de Bioeconomia, com ações que envolvem 13 ministérios e buscam estimular que esse modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em valores de justiça social, justiça ambiental, ética, inclusão seja capaz de gerar produtos, processos e serviços eficientes, com base no uso sustentável desses recursos, na regeneração e na conservação da biodiversidade, norteado também pelo conhecimento científico, mas não só por ele, pela valorização dos conhecimentos tradicionais, com as suas inovações, com as suas tecnologias, visando agregar a essa cadeia serviços e conhecimentos que gerem a valorização do trabalho, que gerem renda e sustentabilidade e que contribuam para o equilíbrio climático. Então, essa é uma premissa na qual também temos investido muito tempo, muita energia e é uma das linhas mestras aqui do nosso trabalho.

No mesmo sentido, eu cito aqui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Dentro da execução dessa política, foi possível viabilizar, no ano passado, a integração das catadoras e catadores de materiais recicláveis no Sistema Nacional de Informações sobre a gestão dos resíduos sólidos. Isso possibilita agora que esses atores, que são fundamentais para o processo de logística reversa, para o processo de tratamento de resíduos, possam estar inseridos no ciclo de gestão dos resíduos sólidos nas suas respectivas localidades e que, portanto, eles possam receber pagamentos por esses serviços ambientais.

No ano passado, o Ministério do Meio Ambiente pôde lançar um edital no valor de R$8 milhões para apoiar as cooperativas de catadores de recicláveis, já que é do interesse do Estado brasileiro que esses atores sejam visibilizados, que as cooperativas se organizem e, portanto, integrem essa rede de serviços ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que eu gostaria de destacar, agora já pensando aqui na pauta falada pelos colegas que me antecederam, da transição agroecológica e a sua intersecção com as questões de saúde, é que o MMA acompanhou e vem acompanhando, de forma ativa, as discussões do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) e tem articulado esforços junto a outros atores para que esse programa tenha êxito. Nesse sentido, foi lançada, no ano passado, a Estratégia Nacional de Monitoramento Ambiental de PFOS e Agrotóxicos, que está sendo implementada juntamente com a Embrapa, aqui presente, e vai monitorar 53 substâncias em todo o país.

Os PFOS, Senadora, são produtos, substâncias que derivam dos agrotóxicos e que, uma vez em contato com o meio ambiente, se tornam substâncias de difícil degradação. Eles passam a sofrer um processo de bioacumulação, que, muitas vezes, vai parar na nossa cadeia alimentar e se tornam substâncias perigosas e nocivas para a saúde humana.

Eu ressalto aqui também, já no outro sentido, no objetivo estratégico de garantia do direito a cidades inclusivas e sustentáveis, o programa Cidades Verdes Resilientes, que foi instituído pelo Ministério do Meio Ambiente em 2024 e estabelece uma estratégia de uma série de ações compartilhadas com outros ministérios para aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras diante dos impactos da mudança do clima por meio da integração de políticas urbanas, ambientais e climáticas, estimulando práticas sustentáveis e a valorização dos serviços ecossistêmicos também no meio urbano, pois nós sabemos que as mudanças climáticas afetam todos de uma maneira geral, uns mais, outros menos, de maneiras diferentes, mas as cidades são grandes alvos dessas mudanças.

Em relação às políticas públicas de grande impacto também, aqui foi citado sobre as comunidades tradicionais, a agricultura familiar, e o Ministério do Meio Ambiente está atento aos direitos dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e vem tentando orientar também os outros ministérios, os outros atores envolvidos nas dinâmicas das grandes intervenções nesses territórios, principalmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental, que é um processo também de garantias dos direitos dessas populações; e não podemos deixar de destacar a sua importância para todos esses processos, que também são garantias de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e é de conhecimento, o MMA reconhece que essas grandes intervenções socioambientais geram efeitos adversos sobre os povos indígenas, sobre comunidades tradicionais, sobre os defensores de direitos humanos e também comunicadores. E, por isso, o Ministério do Meio Ambiente vem contribuindo, junto ao Ministério de Direitos Humanos e demais envolvidos, com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e Comunicadores Ambientalistas, em todo o território nacional, considerando que esses grupos, muitas vezes, pagam, com a sua própria vida e integridade física, a defesa do meio ambiente.

Em igual sentido, já aqui finalizando, reconhecemos também que o agravamento das mudanças climáticas gera efeitos desproporcionais sobre as populações mais vulnerabilizadas, e por isso o Plano Clima, que é uma grande estratégia de adaptação para as mudanças climáticas... E, até 2035, o MMA propõe planos específicos para povos indígenas, comunidades tradicionais, igualdade racial e ações transversais, incluindo mulheres enquanto juventude, que são públicos que não podem ficar de fora das ações a longo prazo e a médio prazo.

Por fim, finalizando, já agradecendo por este espaço, eu gostaria de colocar aqui que, neste momento em que vivemos o agravamento da urgência e emergência climáticas, que configura hoje uma crise para todos os setores da sociedade, o MMA e o Governo Federal propõem que nós façamos um balanço ético das nossas estratégias, nossas ações.

Essa emergência climática não é só um desafio; ela é também um chamado para a ação global, especialmente nesses tempos que precedem a COP 30, que acontecerá na Amazônia.

Essa estratégia de ação exige coragem, escuta, compromisso e, principalmente, colaboração. Por isso, nós conclamamos todos os atores a comporem esse mutirão global, para que, assim, nós possamos imaginar caminhos para um futuro mais justo, inclusivo, sustentável e atento aos direitos humanos de todos e todas.

Muito obrigada, fico à disposição, e é sempre uma satisfação poder colaborar com esta Casa Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Secretária, eu só tenho que te agradecer pela participação e a importância de tê-la conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem está ligando a televisão agora, acabou de falar Isabela Sales, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, e ela fez uma fala sobre o objetivo estratégico I do PNDH-3, do Programa Nacional de Direitos Humanos, que é sobre afirmação dos direitos ambientais como direitos humanos.

Isabela, na primeira vez que eu fui chamada para um debate sobre a influência climática em relação à violência contra a mulher – isso faz aqui uns 15 anos, quando começamos a fazer esses debates cruzados –, a violência contra a mulher e questão climática, eu confesso para você que eu era só uma ativista de defesa da mulher e eu pensei comigo: "O que vou falar lá? O que tem a ver clima com mulher? O que tem a ver clima com violência contra a mulher? O que tem a ver clima com direitos humanos?". Aí, você vem aqui e dá essa aula, dá esse *show* para a gente, entendendo que não tem como a gente trabalhar, no Brasil, sem o PNDH-3 dessa forma transversal. O PNDH-3 passa pela sua secretaria, passa lá pela Embrapa, passa lá pelo instituto do Alexandre, passa lá pelo CNPq – a gente já vai ouvir agora o Henrique falar –, já passa lá pelo Ministério do Combate à Fome. Olha a importância de a gente ter um Programa Nacional de Direitos Humanos atualizado.

Você é de uma secretaria que nos chama muito a atenção, que é a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais. E eu vou te lançar um desafio, Secretária. Não vai ser possível a gente fazer esse diálogo aqui e agora. Eu fui Ministra da pasta e a minha grande preocupação é com a classificação de povos e comunidades tradicionais. Eu acredito que nós estamos hoje com 38 comunidades e povos classificados como tradicionais, mas nós temos uma lista enorme de pedido de reconhecimento. Um dos pedidos que mais me chamou a atenção, de vez em quando eu sou acionada, mesmo não estando no Governo, é dos moradores de Fernando de Noronha, que querem ser reconhecidos como povos tradicionais, como uma comunidade tradicional. O reconhecimento das comunidades como (*Falha no áudio.*)... com o PNDH-3, com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Direitos Humanos, Secretária, é urgente e necessário. Tão logo, se a gente puder ter um encontro, Secretária, entre nós – a Igualdade Racial, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Direitos Humanos –, esta Comissão fica à sua disposição para a gente, quem sabe, rever os critérios de classificação de comunidades tradicionais. Esses critérios serão estabelecidos por lei ou esses critérios serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subjetivos, como tem sido nos últimos anos? E eu me preocupo muito com isto – muito com isto. Mas eu fico muito contente com esse diálogo, com a abertura desse espaço com a sua secretaria. Obrigada por sua participação e que todos agora entendam, ó: clima tem tudo a ver, mudança climática tem tudo a ver com violência contra a mulher. Especialmente, Isabela, quando ontem o Brasil traz como matéria, numa grande emissora nacional, que 52% dos lares no Brasil hoje são liderados por mulheres. Deixe-me repetir aos homens que estão aqui na sala: 52% dos lares no Brasil hoje são liderados por mulheres, vivem sob a liderança de uma mulher, inclusive economicamente. Então, qualquer problema ambiental, é lógico, 52% dos líderes que serão atingidos serão mulheres. E olha a importância de a gente ter um PNDH-3, Isabela, com este olhar bem amplo, com este olhar para além do que é a sua pasta, do que é a pasta do Alexandre, do que é a pasta do Fernando, fazendo essa transversalidade.

Secretária, obrigada. Agradeça à Ministra e acredite, nós vamos te acionar muito aí, muito, para a gente ter esse diálogo com relação às comunidades, povos tradicionais. Obrigada por sua participação e sucesso no trabalho de vocês. Muito obrigada, Secretária.

Gente, na sequência, nós vamos ouvir agora o Henrique Villa, que é do CNPq. Mas, antes de passar a palavra ao Henrique Villa, que é o nosso penúltimo expositor – nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro –, eu só vou... A Comissão separou algumas participações, por exemplo, observem as participações que estão chegando.

Luiz do Distrito Federal. Ele disse o seguinte: "Os direitos humanos são os descritos na carta da ONU. Sua aplicação não deveria depender de análise jurídica, especialmente da nossa".

Vitória, lá do Maranhão, diz o seguinte: "É urgente reavaliar o PNDH-3 para que continue sendo um instrumento eficaz frente às demandas contemporâneas de direitos humanos no Brasil".

Marcondi, do Rio Grande do Norte – olha, gente, o Brasil inteiro. "[É preciso] [...] transformar o PNDH-3 em lei [aquilo que estávamos falando, Fernando], com obrigações para gestores públicos, e criar metas claras e mensuráveis para [cada um de seus eixos]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leandro, de Santa Catarina: "[É necessário] [...] contemplar novos desafios do país, como o aumento da intolerância política, [...] a violência digital e os retrocessos ambientais". Tudo a ver com sua pasta, Isabela.

E a gente tem aqui mais quatro participações.

Ítalo, do Distrito Federal: "Considerando as metas originais do projeto, quais são as análises da gestão sobre os resultados obtidos até o momento?". É exatamente isso que a gente quer fazer nesta avaliação do PNDH-3.

Samir, de São Paulo, diz o seguinte: "Com a modernização tecnológica e o advento da inteligência artificial [...], existe alguma forma disso interferir nos direitos humanos [no Brasil]?".

Claro. É claro, é óbvio, e como tem!

Gabryel, do Mato Grosso do Sul, diz o seguinte: "Há indicadores públicos atualizados sobre a implementação do programa [nas esferas] [...] federal, estadual e municipal?". É o que a gente está propondo nesta Comissão.

E Anderson, do Rio Grande do Sul – do seu estado, Fernando –, diz o seguinte: "O que fazer quando [agentes] do Estado violam o PNDH-3? [Eles] devem perder o cargo e [serem impedidos de assumir novas] funções públicas [...]?". Aí eu vou deixar essa fala já para o Henrique, para o próximo orador.

E que os nossos órgãos de controle, Isabela, Alexandre e Fernando, cobrem mais. Eles precisam cobrar mais a implementação do PNDH-3.

Eu não sei vocês que estão aí na gestão agora, mas eu tenho observado que os órgãos de controle não têm cobrado como deveria cobrar a efetivação do programa, o cumprimento das metas, como a gente faz hoje com as ODSs. Nós não temos o monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos no Brasil. Quem sabe, a partir dessa avaliação aqui, a gente possa trazer, como instrumento para o Brasil, um monitoramento do PNDH.

Isabela, muito obrigado.

Nós vamos ouvir, agora, Henrique Villa. Para mim é muito fácil apresentá-lo. Eu tenho uma ligação anterior com o Henrique Villa. Nós trabalhamos juntos no Ministério dos Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos. Ele hoje atua na Coordenação-Geral de Cooperação Internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq. Possui experiência anterior como assessor especial no Ministério de Direitos Humanos, com foco em cooperação e políticas públicas.

Deixe-me explicar para vocês que estão entrando na sala agora, ou que estão ligando a televisão. No Governo anterior, nós tínhamos um programa chamado Abrace o Marajó. Era um programa de enfrentamento à violação de direitos humanos em uma região do país. Mas nós entendemos, Isabela, naquele momento, que não se enfrenta violação de direitos humanos sem desenvolvimento territorial e sem desenvolvimento sustentável.

Então, nós trouxemos para o Brasil um programa de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento sustentável que tivesse como objetivo enfrentar violações de direitos humanos. E o Henrique foi cedido pelo CNPq para o ministério, na época, para conduzir esse programa, que teve indicadores, resultados, números, e ele acabou ficando no nosso ministério. Era para ele ter ficado no Ministério do Desenvolvimento Regional, mas acabou ficando no nosso ministério para a gente ter esse olhar do acompanhamento do desenvolvimento territorial e regional com vistas ao enfrentamento da violação dos direitos humanos.

Então, nós vamos ouvir agora o Henrique Villa. É uma alegria, Dr. Henrique, estar contigo, vê-lo novamente. Estava com saudade.

Seja bem-vindo a esta reunião, a esta sala. Nós todos da Comissão de Direitos Humanos agradecemos a sua participação.

Dez minutos.

O SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora. Bom dia, colegas.

É uma alegria estar aqui. Eu queria louvar a iniciativa do Senado Federal e cumprimentar meus colegas aqui presentes, da Embrapa, do Iica, do BNDES e do MMA, e também saudar quem nos acompanha pela TV Senado, pelo YouTube e pelas redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, um dos maiores desafios que eu tenho hoje aqui é entregar o que eu preciso e o que eu quero dizer em dez minutos. E hoje eu estou com um problema mais sério ainda: a minha colega Susana, que sempre me acompanha há anos nesse quesito também, não está aqui do meu lado. Então, eu vou tentar colocar aqui rapidamente um cronômetro para eu não subverter a ordem da audiência.

Eu queria fazer alguns comentários iniciais sobre o Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos e sobre a Diretriz 4, em particular, que fala sobre a Efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso. Vejam o tamanho do enunciado da Diretriz 4. Eu estou falando de modelo de desenvolvimento sustentável. Que modelo é esse? – só para começar aqui a provocação dessa minha participação.

Mas, antes disso, antes de entrar especificamente no que eu quero falar, permitam-me fazer dois ou três comentários partindo do geral para o específico. São coisas, eu diria, que me deixam muito desconfortável enquanto servidor público, há mais de 40 anos servindo aos Governos e ao Estado brasileiro.

Primeiro, existe uma descontinuidade de execução de políticas públicas no Estado brasileiro, o que é deletério, é ruim para o encaminhamento dos nossos programas e projetos e para a nossa estratégia de desenvolvimento nacional. A gente continua convivendo com descontinuidade. A cada quatro ou oito anos, a gente se reinventa, a gente quer começar de novo, e descontinua coisas importantes que estão em andamento. A gente não pode continuar com esse tipo de prática no Brasil.

A segunda é a nossa incapacidade de planejar a longo prazo. Nenhum país moderno, desenvolvido do mundo abre mão de olhar no médio, sobretudo no longo prazo. A gente não consegue estabelecer uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo neste país. A gente precisa rever isso, a gente precisa ter consensos, sabe, em que as questões nacionais estão acima de qualquer outra peleja nossa.

A terceira e última intervenção neste preâmbulo é que existe uma dificuldade enorme neste país de executar políticas de caráter multissetorial ou transversais, portanto, eu estou me referindo – e aí vou direto ao assunto – ao PNDH-3. Isso serve também para a própria política (*Falha no*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áudio.) ... tempo à frente, no Ministério da Integração Nacional, serve para o Abrace o Marajó, numa outra escala, numa miniescala. Políticas, programas, projetos de caráter multissetorial ou transversais são extremamente desafiadores e absolutamente complexos de serem implementados, sobretudo porque eles requerem um alto grau de coordenação, requerem integração, requerem visão estratégica, compromissos de curto, médio e longo prazo, e são atributos muito pouco triviais para um país, sobretudo como o Brasil.

E aí me permitam só um parêntese – não vou tocar neste assunto aqui do parêntese –: para coordenação, para integração, para compromisso de longo prazo, para coordenação de Governo, a gente tem um desafio que se coloca para isso. Portanto, esse desafio atinge o PNDH-3 em específico e outras políticas que têm esse tipo de viés. É que nós temos uma composição, no Estado brasileiro, de uma democracia de coalizão que torna dantesco esse desafio – torna dantesco esse desafio –, porque nem sempre as forças políticas que compõem governos estão imbuídas de uma mesma direção, e disputam espaço dentro do ambiente político. Portanto, fazer coordenação nesse nível, integração nesse nível é um processo bastante complexo.

Dito isso, deixe-me ir diretamente à questão especificamente dos pontos do PNDH-3, o Decreto 7.037, de 2009. Não há nenhuma dúvida da importância de instrumentos e mecanismos de uma política ou programa para os direitos humanos no Brasil como o marco normativo de conceito de direitos humanos no Brasil. Isso não se discute, Senadora e colegas, e eu vou absolutamente ao encontro disso.

Segundo, nessa complexidade em que o PNDH-3 está inserido, é aquilo que eu comentei brevemente, anteriormente, por exemplo a questão da complexidade da coordenação de um programa como esse, eu acho que algumas questões precisam ser levantadas. Primeiro, vamos à Diretriz 4: "Efetivação de um modelo de desenvolvimento sustentável com inclusão social [...]". Primeiro, a questão do enunciado da Diretriz 4: que modelo de desenvolvimento sustentável é esse, Senadora? Que modelo de desenvolvimento sustentável que o Brasil implementa ou vem implementando? Nós perdemos a oportunidade, estamos perdendo a oportunidade com a Agenda 2030 de fazê-lo.

A Agenda 2030, aquela que surgiu em 2015, aquela dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), aquela com que o Brasil assinou um compromisso em 2015 na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONU, aquela que foi amplamente discutida com diversos atores, aquela que o Brasil liderou a partir do evento do Rio 2012. O Brasil foi, eu diria, o elemento fundamental na proposição da Agenda 2030, que migrou da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda dos ODM para a Agenda dos ODS, exatamente com essa ideia de participação e envolvimento dos atores. A agenda foi amplamente discutida com a sociedade civil, inclusive a sociedade civil do Brasil, que até hoje se debruça sobre a agenda. Então, nós perdemos, nos últimos anos, uma oportunidade de implementar um modelo de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Dito isso, esse enunciado se torna um enunciado absolutamente (*Falha no áudio.*) ..., não é? Porque nós nos afastamos de um modelo de desenvolvimento sustentável nos últimos 25 anos. Tivemos a oportunidade da agenda ODM, aquela que vigeu de 2000 a 2015, na qual nós conseguimos, sim, o combate à pobreza, mas apenas isso, nos (*Falha no áudio.*) ... e nos 17 objetivos da agenda a gente tem pouco avanço. Portanto, pouco avanço na agenda de desenvolvimento sustentável do Brasil.

Deixe-me rapidamente colocar isso para vocês.

Uma rede mundial que acompanha a implementação da Agenda 2030, portanto, a agenda dos objetivos de desenvolvimento sustentável, lançou um relatório recente, em final de junho, está novinho o relatório. Essa instrução é coordenada pelo eminente Jeffrey Sachs, que é uma figura de proa na questão do desenvolvimento sustentável no planeta. Ele trouxe alguns dados alarmantes, Senadora e colegas.

Primeiro, dos 17 objetivos da agenda, nenhum deles será atingido até 2030, menos de 20% das metas serão atingidas até 2030. Portanto, nós vamos ter que fazer alguma coisa em 2030, porque a gente não cumpriu a agenda. Segundo, em relação ao Brasil, a gente tem hoje avanços importantes no ODS 7, a questão da matriz elétrica e da matriz energética. A gente tem acesso importante no ODS 9, a gente está ampliando o acesso à rede de internet do Brasil inteiro e em mortalidade infantil e mortalidade neonatal no ODS 3. Todos os demais objetivos brasileiros estão ou estacionados ou andando para trás, segundo a avaliação desse relatório. Portanto, a gente está perdendo a oportunidade de fazer desenvolvimento sustentável do Brasil por um modelo. A gente não deve fazer isso, a gente deve avançar nessa discussão, essa discussão tem que estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na linha de frente do processo. Então, voltando à questão da diretriz, se não há modelo de desenvolvimento sustentável no Brasil, essa diretriz é frágil.

Deixe-me partir rapidamente para um outro objetivo estratégico – e eu estou aqui controlando o meu tempo para não subverter a ordem –: o de valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento. Estou falando da Diretriz 5, lá do Eixo 2. O Objetivo Estratégico 1 fala sobre a garantia de participação social e controle social nas políticas públicas de desenvolvimento com grande impacto socioambiental. Pois bem, a participação social e o controle social são conquistas importantes da Constituição nossa de 1988, são elementos fundamentais, centrais na democracia brasileira.

Eu sabia que iria acontecer isso, Senadora, se a senhora puder me dar um pouquinho mais de 15 segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Fique à vontade, Henrique, fique à vontade.

O SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Eu disse para todos que eu deixaria falar o necessário.

O SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (*Por videoconferência*.) – A Susana não estando aqui comigo sempre complica mais, mas, enfim, essa questão da participação social é uma conquista da sociedade brasileira, do Estado brasileiro. A gente não discute participação e controle social, ele é fundamental na gestão e na governança de políticas públicas. Eu tenho dito sempre isso!

Inclusive, na minha passagem pela Presidência da República, em 2016, a gente inseriu esse aspecto de inovação social em políticas públicas como um elemento exatamente para ir ao encontro de participação e controle social ampliado nessas políticas públicas, mas essa é uma outra agenda de que a gente fala numa outra oportunidade. Portanto, o que eu queria dizer é que esse objetivo estratégico continua sendo um enorme desafio para a gente, esse do controle e participação social, porque, no que tange à participação social em gestão de políticas públicas, esse é um desafio que a gente ainda precisa elaborar melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não basta você ter atores participando das diversas entidades de governança que a gente constrói, esses atores precisam ser plurais, precisam representar toda a complexidade da sociedade brasileira e precisam estar preparados para o processo de participação. São (*Falha no áudio.*) ... infelizmente, nossa conversa (*Falha no áudio.*) ... querendo dizer. Sobre a participação social em políticas públicas, as organizações complexas têm pouca experiência nisso. E nossas instituições, via de regra, são organizações complexas. A gente ainda tem que avançar muito nisso. Não basta você ter um elemento de um ministério A, B ou C, dentro de uma estratégia de participação ou de controle social, dentro de uma política pública, sendo que ele não necessariamente representa todas as entidades daquela unidade que ele representa. E a Isabela do MMA sabe o que eu estou dizendo, sabe da complexidade do MMA e sabe que, quando a Isabela está sentada numa entidade qualquer de governança, da área do conhecimento ou da área da missão que ela representa, nem sempre é trivial levar todo o ministério para a instância de governança. Essa é uma arte em que a gente ainda precisa evoluir.

Portanto, eu queria, dizendo basicamente isso, chegar, Senadora, a alguns breves comentários e sugestões finais. Primeiro, levando-se em conta que o PNDH-3 tem essa dificuldade, como comentamos anteriormente, e sem perder de vista – eu insisto – a sua indiscutível importância para o Estado brasileiro, eu queria dividir os meus comentários gerais em quatro categorias.

A primeira é quanto à participação social. A gente precisa institucionalizar a participação social no PNDH-3. A gente precisa torná-la mais ampla, mais plural e sistêmica. E giram muito fortemente em conceitos de inovação social em políticas públicas... E está aí meu colega Sérgio Viana (*Falha no áudio.*) ... que deve estar nos acompanhando lá da (*Falha no áudio.*) ... de Pernambuco, que está liderando no Nordeste, que pode nos ajudar para que conceitos sejam aplicados ao programa PNDH-3.

Quanto à categoria cooperação federativa, a gente precisa fortalecer o processo e prestigiar a participação das três esferas de Governo e da sociedade civil em geral. A gente precisa efetivamente avançar na estratégia de trazer estados e municípios para o programa. Sem isso, a gente não consegue sucesso algum. Portanto, a gente precisa fortalecer a cooperação federativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem uma outra categoria que eu queria levantar – é a penúltima, não vou mais tomar o tempo dos senhores –, que é quanto aos novos princípios, conceitos e procedimentos do PNDH. A inovação, Senadora e colegas, precisa ser ativo da cultura institucional, no setor público em geral e no PNDH em particular. Ademais, eu acho que esse programa deve fortalecer seus mecanismos de monitoramento, acompanhamento (*Falha no áudio.*) ... fundamentos (*Falha no áudio.*) ... para qualquer política pública, programa ou projeto que seja.

Eu queria também, quanto ao programa de Governo, sugerir um olhar dedicado a algo como uma atualização ou redesenho ou revisão do mesmo (*Falha no áudio.*) ... modelo lógico mais robusto, com clara indicação do problema a ser enfrentado.

Desde o começo da nossa audiência pública... O PNDH-3 é um mundo. A gente falou de energia, a gente falou de agricultura, a gente fala de violação de direitos humanos *stricto sensu*, a gente fala de tecnologia, de ciência. Então, a gente precisa, eu diria, ter muito clara a indicação do problema, do desafio a ser enfrentado.

E, finalmente, eu acho que a gente precisa, no caso que já foi comentado, tornar o PNDH-3 uma iniciativa de Estado, a partir da aprovação no Parlamento de uma lei para tal. Com isso, na lei já viria, eu diria, muito explícito isto: criação de indicadores, metodologia de avaliação participativa, produções, produções sistemáticas de relatórios, de avaliações, etc. A gente já tem muita coisa produzida na academia, muita coisa produzida no setor público. A gente poderia partir desse documento para, eu diria, começar uma iniciativa de revisão ou redesenho do PNDH-3. Inclusive, houve um trabalho que eu lembro que, se não me engano, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos fez em 2022, um trabalho de fôlego, com a ajuda da Enap, se não me engano.

Por fim, agora é por fim mesmo, Senadora e colegas, quanto ao ambiente de implementação do PNDH-3, a gente precisa criar novos arranjos institucionais, ampliando o acesso e o protagonismo da população em geral, do cidadão comum em especial, deixando claro o papel de cada um, de cada ator coletivo ou ator social nessa iniciativa. A gente não pode abrir mão de ter a sociedade civil conosco na implementação, desde a gênese, da discussão, e na implementação de um programa com esse perfil, que não é trivial, como eu disse, e que é bastante complexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela paciência, Senadora. Obrigado pelo convite. E obrigado a todos aqui por estarmos trocando essas ideias aqui com vocês.

Satisfação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Dr. Henrique, eu só... (*Falha no áudio.*) ... certeza de que a sua fala seria desafiadora, provocativa e incômoda. É exatamente isso, Secretária Isabela, Fernando, Alexandre e Eduardo. Quando o Dr. Henrique chegou ao ministério para me ajudar a construir um projeto, era exatamente por esta fala desafiadora: de a gente estar construindo tantas propostas no Brasil, sem o monitoramento, sem a efetividade, sem o acompanhamento e, o mais sério, sem a sustentabilidade, sem a continuidade. E aí, Isabela e Fernando – Fernando que esteve na gestão, Isabela que está, Alexandre que está –, ele traz um aspecto extremamente desafiador: os entes federados, em todas as instâncias. A gente assume, Isabela, com um grupo de Prefeitos lá na ponta – não é isso, Fernando? Não é isso, Alexandre? –, a gente tem o primeiro ano para gente apresentar o nosso planejamento, com um PPA pronto, porque a gente tem que cumprir um PPA, senão os órgãos de controle nos... (*Falha no áudio.*)

Quando a gente começa a construir o nosso PPA, os nossos projetos, um ano depois muda toda a ponta lá. E, quando muda o Prefeito, é bom a gente lembrar que muda o Secretário de Saúde, muda o de Educação, muda o de Meio Ambiente, muda todo mundo. Aí a gente tem que esperar eles se organizarem por um ano. Quando a gente começa com a nova equipe a se organizar, já está terminando a nossa gestão. Como é difícil! E como é difícil, Isabela, Fernando, Alexandre, Eduardo, às vezes a gente não ouvir técnicos, como vocês, que estão na ponta.

Como é difícil! O Henrique falou que a academia já produziu muita coisa. Eu tenho certeza disso. Eu fui dos bastidores, eu vim dos bastidores e vi vocês especialistas se preparando, se formando, fazendo mestrado, fazendo doutorado, organizando-se, tendo ideias, construindo planejamento, mas não sendo ouvidos muitas vezes, porque o ator político no Brasil... Desculpe, aqui é uma crítica da Senadora – e eu posso falar, porque eu tenho imunidade parlamentar; vocês não podem –: o ator político, às vezes, fala mais alto que o aspecto técnico, pedagógico, científico de uma política pública. E é este o meu medo, o de os atores políticos quererem estar o tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo reinventando a roda, e projetos e programas extraordinários serem interrompidos o tempo todo. O PNDH-3 é um exemplo disso.

Obrigada por você ter sido bem franco com a gente, Henrique – obrigada –, porque, Isabela, água é direito humano, saneamento básico tinha que passar pelo PNDH-3, porque, Fernando, alimento é direito humano, porque, Alexandre, saneamento básico, água é direito humano, mas liberdades individuais também é direito humano. Tudo passa pelo PNDH-3.

Aí, vou fazer agora uma crítica ao Parlamento. O Parlamento – que deveria acompanhar, avaliar, cobrar – tem feito, de fato, o seu papel? Nós temos aí na execução os nossos órgãos de controle, que, às vezes, nos dão um trabalho... Eu não sei quanto tempo vocês gastam respondendo para TCU, CGU e todos os "u" da vida, mas e o Parlamento tem feito seu papel, um Parlamento, Henrique, que poderia ter essa participação social com que você tanto sonha, porque somos nós que representamos o povo? O Parlamento poderia vir com a participação social acompanhando as políticas públicas, os programas e projetos que estão postos.

Nós temos ODS, nós temos outras propostas superinteressantes, mas acredito que a sustentabilidade é o carro-chefe de a gente continuar ou não com o PNDH no Brasil – a sustentabilidade. E qual vai ser o instrumento: lei, decreto, portaria, instrumentos tão frágeis, objetivos inalcançáveis, metas que foram construídas num mundo que não tem nada a ver com a nossa realidade aqui embaixo, com o mundo real aqui? Rever algumas metas, rever alguns objetivos, vamos ter que ter a coragem de fazer isso. É para isso que esta Comissão está discutindo o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Estou como Relatora, mas o autor da ideia é o Senador Mecias – que vem lá do Norte, com todas as angústias da garantia de direitos humanos numa região tão complexa que é o Norte do nosso país... Estou como Relatora, mas aqui, ouvindo vocês e me sentindo, Henrique, desafiada com a sua (*Falha no áudio.*) ... metas e objetivos inalcançáveis nós vamos ter que nos afastar deles imediatamente – imediatamente –, porque senão vai ser mais um programa bonito, escrito sem efetividade, sem resultados e sem a possibilidade de ser medido.

Muito obrigada, Henrique, por sua participação, que eu creio que nós vamos ter que continuar chamando para essas rodas de conversa de avaliação do PNDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, Eduardo? Ficou aí o desafio para você nos dar algumas respostas. Nós vamos ouvir agora o Coordenador-Geral, que é do Departamento de Apoio ao Empreendedorismo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Empreender é um direito? E aí? Como é que a gente começa a sua fala, Eduardo? Como é que está a construção de todos os programas no seu ministério, levando como base ou não o PNDH-3? Seja bem-vindo. São dez minutos. Você vai falar sobre o Objetivo Estratégico 1, que é implementação de políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social.

O SR. EDUARDO DALBOSCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Parabéns aos meus colegas Fernando, Alexandre, Isabela e, especialmente, Henrique, pela rica provocação aí para o debate.

Em nome do Ministro Wellington Dias, lá do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e do Secretário Luiz Carlos Everton, da Secretaria de Inclusão Socioeconômica, eu gostaria de agradecer imensamente o convite aí da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Quero apresentar meus cumprimentos particulares à Senadora Damares Alves e ao Senador Mecias de Jesus pela realização desta audiência, a todos os Senadores que acompanham e a todos que assistem à transmissão aí pelos canais.

Eu acho que o debate sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos é uma reflexão fundamental para a sociedade brasileira e acho que esta audiência pública colabora para este debate.

O Ministério do Desenvolvimento Social abriga as políticas de proteção do Estado brasileiro, envolvendo o Sistema Único da Assistência Social, os programas de transferência de renda para cidadania, a segurança alimentar e nutricional, a Política Nacional de Cuidados e a mobilização de oportunidades para a superação da pobreza e da fome. A assistência social, como sabem, como a previdência e a saúde, faz parte da seguridade social, ou seja, é um sistema de proteção para garantir os direitos básicos de todos os cidadãos, é um conjunto de ações do poder público e da sociedade, importante dizer, financiado por todos, com o objetivo de promover a justiça social e a dignidade humana. Os seus serviços e benefícios promovem o acesso aos direitos individuais e coletivos para todos os que precisam de apoio, especialmente aqueles mais vulneráveis e em situação de risco social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou servidor da Secretaria de Inclusão Socioeconômica, no Departamento de Apoio ao Empreendedorismo, e nós trabalhamos com as pessoas do Cadastro Único no âmbito do Programa Acredita no Primeiro Passo. Esse programa foi aprovado pelo Legislativo brasileiro em 2024 por meio da Lei 14.995 e tem o objetivo claro de mobilizar as oportunidades de inclusão socioeconômica para a população inscrita no Cadastro Único, em situação de baixa renda ou em situação de pobreza. Eu gostaria de destacar que esta Casa, o Senado Federal, especialmente com a importante contribuição da Senadora Mara Gabrilli, colaborou muito para o texto final do nosso programa, incluindo as pessoas de deficiência no rol do público prioritário, além de aperfeiçoar os mecanismos de controle social, com metas anuais, com instrumentos de monitoramento... Acho que essa contribuição foi decisiva.

O nosso Programa Acredita no Primeiro Passo tem três eixos: emprego, qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo. Nosso objetivo é fazer com que o desenvolvimento das capacidades e habilidades rompam as barreiras sociais e econômicas que mantêm 70 milhões de pessoas na pobreza e na baixa renda, com ocupações precárias e baixa remuneração.

É bom dizer que o Cadastro Único tem 94 milhões de pessoas, não é? Vinte e quatro milhões de pessoas ganham acima de meio salário mínimo. Então, a nossa prioridade é uma renda familiar de até meio (*Falha no áudio.*) ... de trabalho para (*Falha no áudio.*) ... milhões de pessoas, tá?

É importante dizer que o saldo do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de 2024 mostrou que 87 (*Falha no áudio.*) ... naquele ano, ou seja, 1,6 milhão de vagas foram ocupadas por pessoas do Cadastro Único; ou seja, as pessoas do Cadastro Único trabalham, procuram emprego, são economicamente ativas, mas os déficits da pobreza multidimensional, como a escolarização, como a moradia, o transporte, o saneamento básico, ou a volatilidade do mercado de trabalho e a concentração da riqueza nacional não permitem uma distribuição mais justa através do trabalho ou do empreendedorismo.

Então, o programa acredita num primeiro passo: ele quer mudar essa situação e promover oportunidades de emancipação e autonomia socioeconômica das famílias, com o aumento da produtividade de trabalho e mecanismos de acesso ao crédito produtivo orientado.

Nós identificamos, em numerosas pesquisas, inclusive com o apoio do Sebrae, que hoje a principal barreira para as pessoas terem um crédito produtivo é o acesso ao crédito, não é? Muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas usam o cheque especial, o dinheiro mais caro que existe, ou o cartão de crédito para financiar os seus investimentos, não é? Nós queremos trazer essa pessoa para o crédito produtivo orientado: criamos aí um fundo de garantia para operações de pessoas do Cadastro Único – o FGO acredita no primeiro passo – e uma rede de estruturadores de negócios, que é para dar um apoio técnico para que essas pessoas rompam essas barreiras e consigam, então, ampliar a renda das suas famílias, não é?

Nós reconhecemos que o plano de direitos humanos 3 expressa o compromisso do país com a promoção e a defesa dos direitos humanos, à luz da Constituição Federal e das normas internacionais de direitos humanos ratificadas pelo Estado brasileiro. Ele alinha-se com os objetivos, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que o Governo subscreveu, como o nosso colega Henrique já abordou anteriormente.

Também já foi abordado aqui – eu tive a oportunidade de assistir a outra audiência – que o PNDH-3 foi resultado de um amplo processo de participação social, não é? Ele produziu seis eixos orientadores, 25 diretrizes, mas é importante resgatar que ele foi construído com 50 conferências temáticas, entre 2003 e 2009, com destaque para a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2008, que reuniu 2 mil representantes do poder público, da sociedade civil organizada, de movimentos sociais e de especialistas das mais diversas áreas. Computa-se que mais de 14 mil pessoas participaram desse processo.

Então, assim, o plano assegura o princípio da transversalidade dos direitos humanos, o que é uma decisão corajosa e ousada, envolvendo a presença integrada de políticas de educação, segurança, meio ambiente, desenvolvimento social, comunicação, cultura, dentre outros.

Nesse sentido, o PNDH-3, como instrumento normativo do Estado, manteve diretrizes duradouras, que instruíram como referência os diversos governos que se sucederam nesse período de vigência, não é? Nós tivemos várias sucessões governamentais – aqui já foi abordado pelo Henrique o que representam de dificuldade essas sucessões, pela cultura política do país –, mas o plano se manteve, e ele continuou orientando essa transversalidade.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e sobretudo agora, diante dessas transformações sociais e tecnológicas do mundo moderno, que são rápidas e instantâneas, digitais, é muito positivo e necessário – e a Comissão está de parabéns – que se faça esse debate

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre esse papel do ser humano como sujeito central do desenvolvimento, inclusive incorporando o debate sobre o direito à dignidade humana e à própria felicidade.

As políticas públicas submetem-se, evidentemente, às determinações legais, mas, mais do que isso, é importante que haja compromisso, que haja engajamento, que haja a reprodução, por exemplo, dos valores éticos da Constituição Federal, que é uma conquista do país, tais como a cidadania, dignidade da pessoa humana, e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Também é preciso sempre repetir os objetivos fundamentais da Constituição Federal de "construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Eu estou lendo apenas a Constituição Federal – certo, gente? – e eu acho que é importante a gente repetir esses enunciados, porque respeitar a Constituição e incorporar os seus desígnios no cotidiano da vida pública é uma questão de viver em sociedade, com regras pactuadas, que transformem a nossa vida em uma vida coletiva e socialmente mais organizada.

A prevalência dos direitos humanos também é princípio de nossas relações internacionais e está perfeitamente contemplada nos documentos estratégicos que orientam a atual gestão pública, no plano atual de governo, no planejamento plurianual e no planejamento estratégico das suas unidades.

Eu vou dar um exemplo aqui do Ministério do Desenvolvimento Social. Nós temos lá o nosso Planejamento Estratégico Institucional.

Vejam só os valores do planejamento, o nosso PEI.

> [O primeiro:] Ética – harmonização e conciliação das práticas pessoais e institucionais com os valores civilizatórios;
> Valorização das Pessoas – humanização das relações de trabalho e promoção da saúde ocupacional;
> Comprometimento – priorização e defesa do interesse público;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transparência – fortalecimento da participação social e do acesso a informações e dados públicos;
Respeito – reconhecimento da dignidade, da diversidade, da autonomia e do direito ao cidadão; e
Inclusão – integração e promoção de oportunidades ao cidadão.

É por isso que, como missão estratégica do MDS, nós chegamos, assim, a "superar a fome, reduzir a desigualdade social e garantir a dignidade, a inclusão, a proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social."

Então, gente, como representante do Ministério do Desenvolvimento Social, eu gostaria de destacar, rapidamente... Já está terminando meu tempo, mas eu vou abusar um pouquinho da Senadora Damares e vou cumprir com três observações, primeiro tentando relacionar o nosso ministério com o Plano Nacional de Direitos Humanos.

Primeiro, o Eixo Orientador I - "Interação Democrática entre Estados e Sociedade Civil", Diretriz 1: "Interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa". Ora, essa questão está plenamente contemplada na organização do Sistema Único de Assistência Social, com instâncias tripartites de pactuação e sistemáticos processos conferenciais do local ao nacional que ensejam o fortalecimento da participação democrática e o controle social sobre o sistema social.

Neste ano nós vamos ter a realização da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, comemorando os 20 anos do Suas, e teremos um avanço institucional, que são as conferências livres. São espaços autogestionários organizados pela sociedade, além da representação dos delegados pelos entes federados e das entidades que participam do sistema, com o propósito de discutir, propor e deliberar sobre os temas relacionados à Política Nacional de Assistência Social.

O Conselho Nacional de Assistência Social, que é o guardião do Suas, tem uma representação de usuários, entidades privadas, gestores públicos e do Governo Federal. A própria Ouvidoria do MDS tem uma atuação ativa e diversos mecanismos de interação e transparência com a população. Com o Sisan (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), elaborado e articulado (*Falha no áudio.*) ... nacional, estadual e municipal, tendo a (*Falha no áudio.*) ... humana como foco e a participação social como princípio. Da mesma forma, ocorre na Rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal de Fiscalização do Bolsa Família ou nas rodas de conversa qualificadas que orientaram a elaboração da política de cuidados. Eu quero dizer com isso que nós temos uma aderência e um *link* direto com o Eixo Orientador I.

O Eixo Orientador II, "Desenvolvimento e Direitos Humanos", Diretriz 4: "Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório".

Eu acho que o colega Henrique já falou do desafio de abordar uma proposta de um modelo, mas, no MDS, o desenvolvimento social está centrado no fortalecimento da família e na ruptura do ciclo geracional da pobreza.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família, por exemplo, como a saúde e a educação de crianças, com valorização e o empoderamento da mulher no núcleo familiar, promovem um círculo virtuoso para o combate da pobreza e redução das desigualdades. Essa não é uma ação isolada do ministério, mas é uma ação planejada e sistêmica, que envolve todas as áreas governamentais, em que a transversalidade de políticas econômicas – como, por exemplo, o aumento real do salário mínimo, o incremento da política habitacional, o aumento de fomento à agricultura familiar ou a majoração de valores da alimentação escolar – compõem uma política social que tem, sim, a dignidade humana como valor fundamental.

E, por último, no Eixo III, "Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades", Diretriz 9: "Combate às desigualdades estruturais"; e Diretriz 10: "Garantia da igualdade na diversidade", eu gostaria de dizer que o enfrentamento da desigualdade estrutural é um compromisso inarredável do MDS. Nós atuamos fortemente para promover uma sociedade mais justa e mais (*Falha no áudio.*) O país acabou de sair do Mapa da Fome, o que é uma conquista. Nós temos o recorde de pessoas no mercado de trabalho e uma das menores taxas de desemprego da nossa história, 5,8% no trimestre de abril a junho de 2025. O Índice de Gini no Brasil, que mede a desigualdade, é de 0,506, ou seja, é o menor valor da série histórica que mede a desigualdade. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam ainda que o rendimento mensal real domiciliar *per capita* atingiu R$2 mil, um aumento de 4,7% em relação a 2023 e de 19% em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparação a 2012. Ainda em 2024, a renda dos 40% da população com menores rendimentos chegou ao maior valor da série histórica, confirmando o caminhar pela redução da desigualdade.

Por isso, o MDS tem uma forte interlocução com todos os ministérios da Esplanada, o Ministério da Fazenda, do Meio Ambiente, da Igualdade Racial, das Mulheres, da Educação, da Saúde, do Trabalho, dos Povos originários, no sentido de desenvolver políticas intersetoriais com ações, programas e projetos de inclusão socioeconômica, de ações antirracistas, do combate da violência contra a mulher, de apoio à população de rua, sobre o acolhimento de imigrantes e repatriados, com a população indígena; ações contra o trabalho infantil, o trabalho escravo; ou mesmo em frentes coletivas com entes federados, nas ações de enchentes ou queimadas.

É claro que esse é um caminho. Nós temos muito o que fazer, ainda, para ter um país com indicadores de desenvolvimento sustentável, de inclusão social e de maior integração da sociedade.

Por isso eu concluo, parabenizando mais uma vez a Senadora Damares Alves, o Senador Mecias de Jesus e a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal por este debate fundamental. Eu concordo totalmente com a Senadora que o fortalecimento e a institucionalidade de políticas públicas são fundamentais para nós garantirmos os direitos individuais e sociais e para impedirmos o arbítrio do Estado ou de eventuais Governos contra a sociedade. O melhor caminho para ampliarmos e fazermos valer os direitos humanos é consolidarmos a democracia como participação soberana da população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Eduardo. Quero agradecer; sucesso a você, ao Ministro. Já falei e vou repetir, mas eu falei acho que no privado. Tenho muito carinho e admiração por seu Ministro. Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo. Sucesso.

A gente chega ao final das exposições e eu vou repetir bem devagarinho a Diretriz IV do PNDH-3: "Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uau! Como é difícil. Como é difícil. E quando Henrique separou, ficou mais difícil ainda, mais provocador, mais desafiador. Mas é para isso que nós estamos aqui, Eduardo, Isabela, Alexandre, Henrique, porque nós queremos o melhor para o país. Se a população, por meio de conferência, os técnicos, todos que participaram, decidiram essa diretriz e trouxeram tantos objetivos estratégicos, é porque era possível naquele momento ser alcançado. Se não alcançamos é porque ou não observamos as dinâmicas sociais, as mudanças sociais, as mudanças que aconteceram no mundo, de lá para cá, ou não tivemos órgãos de controle responsáveis o suficiente para cobrar de nós a efetivação, ou o Congresso se omitiu, ou a nossa máquina – e agora eu posso falar; vocês não podem, mas eu posso fazer a crítica – administrativa precisa ser reavaliada. Precisamos nos reinventar. Não somos uma máquina grande, pesada, em descompasso com a realidade. E quem tem que falar isso somos nós, é o Parlamento, são vocês, da forma como estamos fazendo aqui este debate, de forma didática e madura, nesse nível. Olhem o currículo dos expositores aqui hoje. Eu só quero agradecer a todos os senhores.

E a gente vai para o final agora. Eu vou passar para vocês dois ou três minutos – fiquem à vontade – para agradecimentos finais, alguma pergunta ou alguma consideração.

A gente vai começar pelo Alexandre. Alexandre está com a gente ainda – Alexandre Alonso, da Embrapa –, para considerações finais e agradecimento?

Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ALONSO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, quero só agradecer a oportunidade novamente de participar aqui.

Como eu disse no início, é uma oportunidade para debater um tema que é essencial. Eu acredito, e a gente daqui na Embrapa acredita que esse modelo de desenvolvimento que concilia, ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável, inclusivo, socialmente justo e emancipador passa também pelo desenvolvimento da nossa agricultura, passa pelo desenvolvimento da tecnologia. Então, eu acho que é muito oportuno trazer esta discussão aqui para esta Comissão.

Eu busquei, na minha fala, mostrar um pouco das tecnologias, das iniciativas, alguns dos desafios associados às políticas públicas que a gente tem enfrentado. Deixei aqui algumas recomendações, entre elas: reconhecer o papel da pesquisa realmente como uma política tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de agropecuária, como de Estado, necessária para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do nosso país; ampliar as fontes de financiamento para pesquisa e desenvolvimento, principalmente para as soluções de baixo carbono em territórios vulneráveis. E quero reforçar algo que já foi dito aqui, que é essa cooperação, essa conexão entre diferentes atores. Eu acho que um programa desse só funciona com essa articulação.

E, no mais, quero só colocar novamente a Embrapa à disposição. A gente está comprometido com uma ciência pública participativa, plural, voltada para o bem comum e a gente vai continuar desenvolvendo o nosso papel aqui em prol da agricultura brasileira e da sociedade brasileira.

Agradeço de novo a oportunidade de contribuir.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Alexandre. Parabéns à Embrapa pelo trabalho que faz.

O Fernando continua com a gente ainda, o Fernando Henrique, do IICA? Acho que ele já se desconectou, não é?

Então, vamos ouvir agora a nossa Secretária Isabela, do Ministério do Meio Ambiente.

Isabela?

A SRA. ISABELA AMARAL SALES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, Relatora, todos os colegas, é uma honra poder dividir este debate, realmente, com colegas dessa estirpe.

Agradecemos aqui, em nome do Ministério do Meio Ambiente, da Ministra Marina Silva, a oportunidade de agregar a este debate e, sobretudo, de receber esse *feedback* da visão da Comissão, que tem esse papel fundamental de fazer o acompanhamento, de apoiar o monitoramento dessas políticas. É importante receber esse *feedback*, Senadora, exatamente porque, muitas vezes, as lacunas não são muito aparentes para quem está aqui deste lado da gestão da política.

Como falou o Henrique, muito bem colocado, trabalhar na transversalidade é hoje um dos maiores desafios, principalmente quando a gente trata de um tema muito multidisciplinar, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o meio ambiente (*Falha no áudio.*) ... os direitos humanos, temas que (*Falha no áudio.*) ... espaços do poder público, todos os Poderes e também os parceiros, a comunidade, a sociedade civil como um todo.

Os desafios também nos trazem oportunidades, então é muito interessante receber aqui o *feedback* do Henrique, que esteve já no Governo, que acompanhou outro período dessa política; da Senadora também, que traz uma experiência de trabalho com direitos humanos. Certamente, nós vamos levá-los em consideração aqui no nosso trabalho e continuaremos tentando trabalhar com transversalidade. Aqui a gente tem uma equipe de muita gente que vem da (*Falha no áudio.*) ... a nossa Secretária titular aqui vem do Marajó, eu venho da Amazônia, nós temos vários colegas que vêm aqui da Caatinga, de todos os biomas do Brasil, que têm uma experiência interessante de campo e certamente isso agrega a esse desafio da transversalidade.

A gente fica à disposição, Senadora, colegas. Muito obrigada e um bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Secretária. Imagino como a sua agenda está hoje e você tirou esse tempo precioso para ficar com a gente. Eu observei que você é Defensora Pública e veio lá do Amazonas, então que experiência incrível. Nós vamos querer manter este diálogo com a sua secretaria, especialmente na classificação, cuidado e garantia de direitos dos nossos povos tradicionais.

Obrigada, Secretária. Um abraço para a Ministra.

O Alexandre está... O Fernando Henrique está conosco, o Fernando Henrique, do IICA, foi o primeiro a falar. Considerações finais, Fernando? (*Pausa.*)

O Fernando está...

O SR. FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE (*Por videoconferência.*) – Agora me escutam?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência.*) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ministra, primeiramente, quero agradecer pelo convite. Realmente foi muito rica a discussão e creio que colaborou bastante com o objetivo de vocês. Eu queria só aproveitar para citar uma política (*Falha no áudio.*) ... que já está implementada no nosso país há 30 anos, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passa governo, de esquerda, de direita, de centro, e é uma política que continua e que trouxe enormes benefícios para um público extremamente importante do nosso país, que são os pequenos agricultores que mantêm a cultura agrícola do nosso Brasil tão diverso.

Esses 30 anos trouxeram enormes benefícios de uma política que se consolidou independentemente de governo, por quê? Porque olha para a sociedade acima de ideologias políticas. Eu acho que esse é um exemplo importante para outras políticas que nós necessitamos consolidar dentro do nosso país, integrando, por exemplo, as políticas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social, as políticas do Ministério do Meio Ambiente, as políticas do Ministério dos Direitos Humanos, enfim. Na verdade, creio que nós temos capacidade intelectual, inteligência, técnicos muito capazes de construir essas políticas que sejam de Estado, mas que não sejam de governos e efêmeras.

Muito obrigado pela oportunidade. Contem conosco. Parabéns por esta excelente discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Obrigada, Fernando. E obrigada por ter nos lembrado do Pronaf. Se o Pronaf deu certo, se os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, se outros programas deram tão certo, têm continuidade, monitoramento, são cobrados, o PNDH-3 tem que seguir o mesmo caminho. É isso que nós queremos nesta Comissão, porque as coisas se complementam, elas tão somente se complementam. Obrigada por ter nos trazido a lembrança do Pronaf.

Nós vamos ouvir agora, porque foi um dos nossos oradores, o Henrique.

Henrique, três ou quatro minutos para as suas considerações finais.

Dr. Henrique Villa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora, quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês. É ótimo ouvir os ministérios, ouvir o IICA e ouvir a Embrapa, que é um orgulho para todos nós aqui no Brasil.

Senadora e colegas, além de reiterar esses cumprimentos, deixem-me fazer dois ou três comentários para encerrar aqui a nossa participação. Eu já extrapolei o tempo na minha outra participação por aqui e não gostaria de fazer da mesma forma.

Eu acho que são três pontos que eu queria deixar claros.

Primeiro, acho que ficou evidente o quão ousada e complexa é a implementação de um programa como o PNDH-3, que transita entre estratégia e execução. Ele é enorme, é complexo e é absolutamente, eu diria, desafiador enquanto estratégia ou política ou programa ou projeto de direitos humanos. Segundo, eu acho que o PNDH-3, que é um instituto de 2009, precisa, sim, de um importante olhar para algo como uma, não sei, revisão, reestruturação, um novo olhar.

Repito, a gente precisa revisitar o PNDH-3 de 2009 num novo momento da sociedade brasileira, pois o mundo está num novo momento. Eu iria falar um pouco sobre isso, o contexto mundial que a gente está vivendo, complexo, absolutamente disruptivo e perturbador. A gente precisa, evidentemente, trazer a discussão de um programa como esse dentro desse complexo momento que a gente vive no planeta, com mudanças climáticas, enfim, com tudo que tem acontecido e que a gente conhece bem, mas a gente precisa fazer essa discussão a partir – eu insisto, Senadora e colegas – de um modelo lógico robusto, sustentável no âmbito mais amplo da palavra, com participação social desde a gênese dessa discussão. A gente vai precisar ter muita, eu diria, capacidade de envolver os atores, a pluralidade desses atores.

E, por fim, Senadora, mais uma vez, reiterando a alegria de estar aqui com vocês e de ter este começo de semana tão prazeroso, quero me comprometer em enviar os comentários que eu fiz e os comentários que eu não fiz, porque o tempo não permitiu, para a Secretaria da Comissão, para que possa, de alguma forma, servir para essa caminhada e para esse trabalho da CDH.

Muito obrigado e é uma satisfação enorme estar com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dr. Henrique Villa, muito obrigada.

E agora, Eduardo, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que foi o nosso último expositor.

O SR. EDUARDO DALBOSCO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu vou aproveitar os meus minutinhos aqui para lhe responder sobre o empreendedorismo na população de baixa renda.

Nós temos, no Cadastro Único, 11 milhões de pessoas que se declararam por conta própria. Esse número pode ser o dobro, inclusive porque tem muitas pessoas no Cadastro Único que não se declaram. Nós temos 4,6 milhões de MEIs no Cadastro Único. Só no Bolsa Família, nós temos 1,8 milhão de MEIs, que são os microempreendedores individuais.

Então, o potencial de trabalho empreendedor do público de baixa renda é muito forte e representativo. Representa hoje uma grande alternativa para o aumento de renda das famílias, uma alternativa que dialogue, inclusive, com as dificuldades do mercado de trabalho, as exigências de qualificação profissional e produtividade que existem hoje no mercado dominado pela tecnologia. Então, a gente acredita muito no empreendedorismo da baixa renda. E o nosso Programa Acredita no Primeiro Passo tem esse objetivo de impulsionar esse potencial, qualificar, assessorar e fazer com que represente uma boa oportunidade de superação da pobreza para essas pessoas.

Eu encerro aqui parabenizando o seu trabalho, Senadora Damares, e gostaria de parabenizar também a Comissão de Direitos Humanos por este debate. Eu acho que nós aprendemos muito aqui com esse diálogo. Eu acho que há um consenso aqui que nós precisamos ter uma visão de mais longo prazo para que as coisas se executem com sucesso, com efetividade. A gente entende que a cultura política do país é problemática, os mandatos curtos, os mandatos do Executivo curtos, com muita alternância, acabam dificultando a permanência das políticas. Eu acho que esse é o nosso desafio, se a gente quer ter, como eu falei na minha fala, institucionalidade, uma boa institucionalidade que represente de forma segura o avanço da via de direitos humanos no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pela audiência pública, eu acho que há condições para que a gente avance neste debate.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Secretário, obrigada – viu, Secretário? Sei o tamanho do seu desafio nessa pasta do empreendedorismo e como empreender com garantia de direitos. Eu acho que a gente pode ajudar muito nesse diálogo também, o PNDH pode ajudar muito no alcance desse objetivo. Parabéns.

Olha, o nível do nosso debate foi extraordinário, mas deixe que eu falo, eu tenho a imunidade, eu posso brigar, e me dê, por favor, o norte. Não nos deixem, vocês que estão na ponta trabalhando, como Congresso Nacional, tomar decisões equivocadas; não nos deixem errar, não nos deixem sair do rumo, do prumo, nos ajudem. Às vezes, eu vejo uma distância muito grande entre nós e vocês, e olha que eu transitei por todas as pastas, eu transitei pelas esferas diferentes, eu sentia essa distância, mas a gente precisava diminuir essa distância, porque aqui as decisões são tomadas e decisões que eu imponho a vocês a execução. Não nos deixem tomar decisões erradas.

Obrigada, Secretário... Coordenador.

Nós vamos para o final de nossa audiência. Nós tivemos uma participação imensa da sociedade, por exemplo:

O Victor, do Rio de Janeiro, fala o seguinte: "É fundamental incluir dispositivos no PNDH-3 [...] [sobre] questões digitais em complementariedade à LGPD". Concordo.

Marcondi, do Rio Grande do Norte – de novo, Rio Grande do Norte –: "[É importante] criar ouvidorias independentes com foco em violações de direitos. [Além de] estimular a participação da sociedade civil na revisão periódica [do plano]". O que todos nós falamos aqui: participação popular.

Fabíola, do Rio de Janeiro, diz: "[É necessário] atualizar o PNDH-3 para combater a disseminação de discursos de ódio, intolerância e desinformação, que afetam a proteção de minorias". Concordo com você, Fabíola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos os nossos expositores. Muito obrigada por terem destinado esse tempo precioso de vocês para esse trabalho da Comissão. Agradeço ao Senador Mecias por ter apresentado o requerimento de avaliação do PNDH-3. E nós vamos continuar. Acompanhem o nosso trabalho.

Agradeço a audiência de todos que estão nos acompanhando pela TV Senado, pelas redes sociais, pelo YouTube.

Que todos nós tenhamos uma semana abençoada, feliz, cheia de sucesso e realizações.

Assim, nada mais tendo a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública, esta reunião.

Muito obrigada, senhores.

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Flávio Arns, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Ana Paula Lobato e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 49/2025 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros., SUG 1/2024, de autoria Programa e-Cidadania, e SUG 40/2019, de autoria Programa e-Cidadania. Finalidade: Instruir a SUG 1/2024, que "propõe que a prática da psicoterapia seja de carácter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras", e a SUG 40/2019, que sugere a "regulamentação da "Psicoterapia" como prática privativa de Psicólogos com CRP ativo". Participantes: Paulo Mayall Guilayn, Coordenador de Democratização do trabalho na Saúde - Ministério da Saúde; Paulo Roberto Alves de Pinho, Coordenador-Geral de Residências em Saúde - Representante do Ministério da Educação - MEC; Irani Tomiatto de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia – ABEP; Maycoln L. M. Teodoro, Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia; Christina Ribeiro Neder Cerezetti, Presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia – ABRAP; Rodrigo Lancelote Alberto, Membro da Câmara Técnica de Psiquiatra do Conselho Federal de Medicina – CFM; Vitor Douglas de Andrade, Diretor de Operações da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências; Fábio Lopes, Federação Brasileira de Psicanálise; Rodrigo Acioli Moura, Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia; Fernanda Magano, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Ícaro Vieira, Representante da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências e autora da SUG 1/2024; Regina Braghittoni, Instituto Matema; Leandro Bonvino, Instituto Matema; Rafael Marmo, Representante do Coletivo Acorda Psicologia; Ricardo Marques, Representante da Federação Nacional dos Terapeutas - FENATE; Vânia Maria Machado, Presidente da Federação Nacional de Psicólogos e Psicólogas – FENAPSI; e Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/05

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 49, de 2025, da CDH, de minha autoria, para instruir a SUG 1, de 2024, que propõe que a prática da psicoterapia seja de caráter exclusivo a psicólogos e médicos psiquiatras, e a SUG 40, de 2019, que sugere a regulamentação da psicoterapia como prática privativa de psicólogos com CRP ativo. (*Palmas.*)

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, os nossos honrados convidados.

Paulo Roberto Alves de Pinho, Coordenador-Geral de Residências em Saúde, representante do Ministério da Educação. Muito, muito obrigada pela presença.

Paulo Mayall Guilayn, Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde, representante do Ministério da Saúde. Muito obrigada pela presença.

Carla de Figueiredo Soares, Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que também está presente por videoconferência. Obrigada, Carla.

Vitor Douglas de Andrade, Diretor de Operações da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências. Obrigada pela presença, Vitor.

Irani Tomiatto de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep). Também, Irani, muito obrigada por sua presença.

Agora, Christina Ribeiro Neder Cerezetti, Presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap). Muito obrigada pela participação.

Fábio Lopes, Federação Brasileira de Psicanálise. Obrigada pela presença, Fábio.

Rodrigo Lancelote Alberto, que é membro da Câmara Técnica de Psiquiatra do Conselho Federal de Medicina (CFM). Muito obrigada pela presença, Rodrigo.

Mais um, Rodrigo Acioli Moura, Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia, que solicitou ficar mais para o final. Muito obrigada por sua presença também.

Fernanda Magano, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que solicita falar por último. Fernanda, obrigada pela sua presença.

Maycoln Teodoro, Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia, participando também em videoconferência. Muito obrigada por sua presença.

Regina Braghittoni e Leandro Bonvino, Instituto Matema. Também estão participando por videoconferência. Muito obrigada por estarem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafael Marmo, representante do Coletivo Acorda Psicologia, também participando por videoconferência. Muito obrigada, estou vendo você aqui.

Vânia Maria Machado, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos e Psicólogas (Fenapsi). Muito obrigada.

Ricardo Marques, representante da Federação Nacional dos Terapeutas (Fenate), participando também por videoconferência. Muito obrigada, Ricardo. (*Pausa.*)

Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, solicita falar por último, também através de videoconferência. Muito obrigada pela presença, Antônio. (*Pausa.*)

Eu gostaria primeiramente de sugerir que compusessem a mesa: Paulo Mayall Guilayn, o nosso Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde, que representa o Ministério da Saúde; o Paulo Roberto Alves de Pinho, que é o Coordenador-Geral de Residências em Saúde, que representa o Ministério da Educação (MEC); a Irani Tomiatto de Oliveira, que é Presidente da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (Abep); e também a Christina Ribeiro Neder Cerezetti, que é a Presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap). Se for possível, que eles possam compor a mesa.

Então, primeiro queria agradecer a presença de todos vocês, de todas e todos os nossos convidados de honra, todos são, que se dispuseram a participar desta audiência para a gente discutir propostas de iniciativa popular, que são as SUGs, porque já é um grande orgulho poder estar aqui discutindo propostas de iniciativa popular que visam regulamentar a atuação dos profissionais na prática da psicoterapia.

Como é de conhecimento de todos, estamos debatendo aqui na CDH duas sugestões legislativas.

Pode me dar. Estou tomando uma homeopatia aqui para amostra. (*Pausa.*)

A SUG 40, de 2019, que é a Ideia Legislativa nº 123.431, proposta pela cidadã Shaiana Lick Psicologia, de São Paulo, alcançou 21.120 apoios em julho de 2019. A proposta defende que a prática da psicoterapia seja considerada privativa de psicólogos com CRP ativo e sugere que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinação seja incluída na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os recursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo no Brasil.

A (*Falha no áudio.*) ... é a SUG 1, de 2024, que é a Ideia Legislativa nº 180.807, de (*Falha no áudio.*) ... do cidadão Ícaro de Almeida Vieira, também de São Paulo, que alcançou 20.974 apoios em março de 2024. A proposta defende que a prática da psicoterapia seja exercida exclusivamente por psicólogos e médicos psiquiatras.

Ambas as sugestões legislativas argumentam que o principal objetivo é o de proteger a sociedade de profissionais que estão fora do escopo de formação em saúde mental. Os autores das duas propostas argumentam que hoje há diversos profissionais em atividade no país que oferecem serviços de psicoterapia sem ter a formação adequada ou o preparo técnico para isso, o que já é um risco por si só. E, como agravante, esses profissionais não se submetem a qualquer tipo de supervisão ética de conselhos de classe. (*Pausa.*)

De fato, estabelecer uma norma legal acerca das competências necessárias para a psicoterapia é uma medida extremamente relevante para que não coloquemos em um risco ainda maior a saúde mental de pessoas já fragilizadas, algo que poderia inclusive agravar suas condições, sobretudo para aquelas em crise.

A Organização Mundial de Saúde considera que a saúde mental ou o estado de bem-estar vivido pelo indivíduo possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade, e a preocupação com a saúde mental ganhou contornos ainda mais fortes no Brasil e no mundo também, durante a pandemia e após a pandemia de covid-19.

Quando a gente enfrenta um cenário complexo como o que nós vivemos, em que toda a população ficou envolvida com as medidas de isolamento social, o medo, o luto e tantas questões que foram desafiadoras (*Falha no áudio.*)

... se multiplicar. E dados recentes indicam um aumento significativo nos casos (*Falha no áudio.*)

... e de depressão na população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma pesquisa divulgada pelo Ministério da Previdência Social mostrou, em 2024, que foram quase meio milhão de afastamentos do trabalho por questões de saúde mental, o maior número em dez anos, e isso demonstra também o impacto direto da saúde mental na vida de milhões de trabalhadores e de suas famílias, porque, se a gente está falando de um trabalhador, a gente está falando da família inteira, assim como nas empresas, assim como no mercado de trabalho.

E outros estudos apontam que os jovens brasileiros, com idades de 16 a 24 anos, estão entre os grupos mais afetados por problemas de saúde mental. Olhem a gravidade disso, porque são os jovens que já estão afetados sofrendo de baixa estima, conflitos familiares, isolamento social, influência excessiva de redes sociais, de *fake news* e da saúde mental dos próprios colegas que estão com essa situação abalada.

E, por outro lado, os jovens e novas gerações, que parecem estar mais abertos a compreender o sentido de seus sentimentos e o significado de suas experiências, também estão mais propensos a buscar ajuda e tratamento profissional para as suas questões de saúde mental, como se houvesse também a conscientização da importância de se prevenir algum transtorno de saúde mental.

E todo esse cenário mostra a urgência em assegurarmos acolhimento e respeito a essas pessoas, mas sobretudo assegurarmos assistência psicológica, de modo ético, responsável, em diversos âmbitos, inclusive nas escolas, para que a gente possa ajudar no combate à violência, ao *bullying*, à discriminação, e hoje estamos reunidos aqui para que a gente consiga refletir juntos sobre todas essas questões e para buscarmos ouvir os argumentos e sugestões de profissionais e conselhos de classe, que são importantíssimos, os ministérios pertinentes, a quem agradeço de novo a presença, para a gente poder ouvir o tema e todos os interessados.

E queremos também exercitar a "ouvirtude", algo que é fundamental para o trabalho do psicoterapeuta. E a gente acredita que, dessa forma, nós vamos poder construir um caminho adequado, coerente, que dê segurança e beneficie toda a sociedade brasileira, e que a psicoterapia possa, de fato, ajudar as pessoas a compreenderem as suas crises, comportamentos complexos, a encontrarem soluções para as dinâmicas e para os problemas da família, da vida e a serem felizes com maior facilidade. Acho que tudo o que a gente vislumbra é isso, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço mais uma vez a presença de todos os nossos convidados e vamos dar início à audiência. A preciosidade aqui é a palavra de vocês.

E lembramos a todos e a todas que cada expositor terá dez minutos para fazer suas considerações. E aqui o tempo é cronológico, viu? Diferentemente de Lacan, em que o tempo é lógico, os dez minutos serão respeitados puramente. Mas um chorinho dá para se dar, tá? (*Risos.*)

Então, com a palavra o Sr. Paulo Mayall Guilayn, Coordenador de Democratização do Trabalho na Saúde, representante do Ministério da Saúde. Muito obrigada.

Paulo, você está com a palavra.

O SR. PAULO MAYALL GUILAYN (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu pedi para botar um PowerPoint, só para resumir um pouco, enfim, as ideias do Ministério da Saúde nessa área. E entendemos que é uma discussão muito preliminar ainda. Nós precisamos evoluir um pouco na discussão para tomar ou para ter uma posição deste ministério.

Eu estou aqui representando o Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde, que é parte da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. É uma secretaria bastante transversal, ela abrange todos os níveis de atenção, ela não é exatamente uma secretaria finalística.

O próximo, por favor.

Eu não vou me estender muito em falar qual é a função desta secretaria, estou só destacando algumas coisas: realizar a ordenação de recursos humanos, isso é algo que está escrito na Constituição; coordenar a regulação do trabalho; fazer políticas nacionais de gestão do trabalho e educação – o próximo –; planejar a integração e o aperfeiçoamento da gestão do SUS, com a integração de todos os entes federativos, planejando a oferta de educação e de trabalho; definir o dimensionamento, que hoje é uma palavra bastante importante, definir quantos profissionais serão necessários para cumprir todas as nossas funções constitucionais – o próximo –; estabelecer políticas remuneratórias, e vamos lembrar que hoje este ministério está complementando, dando assistência complementar para o piso da enfermagem e também para os salários de agentes comunitários de saúde; e coordenar programas federais de provimento, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, fornecer trabalhadores para o SUS. É uma coisa que está acontecendo hoje com o Mais Médicos e agora com o Mais Especialistas, e provavelmente virão outros programas voltados a outras profissões que são necessárias e em que se identifica uma falta.

Dentro dessa secretaria, nós formamos a Câmara de Regulação do Trabalho. É uma câmara consultiva meramente. Ela esteve durante cinco anos sem se reunir e voltou a se reunir no meio do ano passado. É uma câmara que reúne 13 conselhos profissionais da área da saúde, que reúne também o Conselho Nacional de Saúde, a Mesa de Negociação, a Anvisa... E, eventualmente, tenho certeza de que o MEC vai participar. Afinal, ele tem sido convidado para todas as reuniões desde o ano passado.

Essa câmara de regulação, que é consultiva, tem a função de debater toda a atividade de regulação, principalmente a de escopos de prática. Evidentemente, eles não têm poder de regular, porque não é poder do ministério regular as profissões, mas eles têm essa prerrogativa de debater temas, propor medidas para a regulação, para a harmonização e para a convergência regulatória – aí eu falo que é preciso haver uma conversa constante entre conselhos, inclusive –, cooperar com todos os órgãos e entidades que têm poder de regular as profissões e, eventualmente, fazer manifestações técnicas ou mesmo propor iniciativas legislativas. Tenho certeza de que essa câmara não fez nenhuma proposta de projeto de lei até agora, mas o nosso departamento se manifesta frequentemente sobre projetos de lei que vêm do Senado e da Câmara. Nós temos sempre uma manifestação técnica baseada em evidências para colaborar com os processos legislativos deste Congresso. (*Pausa.*)

Tendo dito a nossa função, o nosso caminho nos processos de regulação, eu gostaria de falar um pouco sobre a Política Nacional de Saúde Mental, que foi instituída pela Lei nº 10.216. E, desde então, foram formados os Centros de Atenção Psicossocial, que fazem parte da Rede de Atenção Psicossocial. Eu não vou ter números agora para mostrar, mas aconselho vocês a lerem o relatório Saúde Mental em Dados, que é um relatório anual desse ministério, do Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, sobre os números de Caps, os números de unidades que fazem a atenção à saúde mental e os serviços que elas prestam.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vocês têm aqui as diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial. Eu vou destacar que aqui a diretriz é ofertar cuidado integral, assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar.

Evidentemente que nós estamos falando de vários profissionais trabalhando com saúde mental, porém, até onde eu sei, quem trabalha com psicoterapia são psicólogos e psiquiatras, dentro do Centro de Atenção Psicossocial.

O próximo.

Obrigado.

A rede se compõe de várias unidades, inclusive hospitais, inclusive Samu, inclusive UPAs e várias outras ações, mas principalmente os Centros de Atenção Psicossocial.

O próximo.

Aqui vocês veem os vários tipos, e vou dispor aqui, destacar o que está escrito na portaria, que dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial, que é o seguinte: dentro dos Caps existe atendimento individual, psicoterápico, existe psicoterapia em grupos, além de vários outros tipos de atendimento, visitas domiciliares, atividades comunitárias, tudo isso feito por uma equipe multiprofissional.

Próximo.

Essa é a equipe mínima do Caps, e aí, como vocês estão vendo, no mínimo tem que ter psiquiatra e tem que ter psicólogo. Então, subentende-se que, dentro dos Caps, quem realizada psicoterapia são psicólogos ou psiquiatras.

Então, essa é a situação, hoje, dos Caps. O.k.?

O próximo.

Bom, desculpem se sou um pouco resumido nas minhas falas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MAYALL GUILAYN – ... graças a Deus... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... mas eu gostaria de terminar com uma fala, pelo menos, já que nós estamos começando uma discussão.

Eu vou lembrar a nossa bela Constituição, que diz, no art. 5º, que é livre o exercício de qualquer profissão no Brasil, salvo aquelas que a lei restringe.

Bom, quando se pensa em estabelecer alguma atividade como privativa de um certo tipo de profissional, essa restrição tem que ser justificada e muito bem baseada no risco potencial que causa à sociedade o exercício de um profissional despreparado, por sua imperícia, por sua negligência, por sua má-fé. No entanto, esse risco tem que ser demonstrado com dados. Nós precisamos trabalhar com evidências e todas essas coisas. É isso que o Ministério espera ouvir nesses debates.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Paulo, muito obrigada! Muito obrigada pela sua participação.

Agora eu quero passar a palavra para o Sr. Paulo Roberto Alves de Pinho, que é o Coordenador-Geral de Residências em Saúde, que também está representando aqui agora o Ministério da Educação.

Bem-vindo, Paulo!

O SR. PAULO ROBERTO ALVES DE PINHO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora.

É uma honra muito grande estar aqui com a senhora e poder participar desse momento que deve ser muito significativo para a nossa sociedade, já que estamos falando de levar profissionais de saúde onde eles são necessários. Estamos cumprindo com uma obrigação enquanto servidor público de prover meios para que isso possa ser possível.

A primeira frase que eu quero trazer para os senhores é de uma profunda concordância com o Paulo que me antecedeu, quando ele disse que nós estamos numa fase crescente de acumular experiências e pensar em regulações para que esta prática possa ser amplamente disponível, principalmente – e aí falo com certeza em nome de nós dois – para as pessoas que são atendidas no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um Brasil litoral e um Brasil central. Cinquenta e dois por cento das vagas que eu libero, que eu autorizo na Comissão Nacional de Residência Médica estão no litoral. Mais da metade está dentro da Região Sudeste. Uma única região e o seu litoral concentram os profissionais de saúde.

Quando nós pensamos que temos que levar qualquer tipo de tratamento – ainda estamos numa fase inicial da construção do raciocínio –, quando nós temos que levar essa disponibilidade de profissionais de saúde um pouco mais para o interior, nós precisamos de fortes políticas de Estado, de políticas públicas que façam esse direcionamento, porque a resistência a se afastar da praia é notória.

Nós temos, então, um esquema de educação, um sistema de educação que é formativo, e, no meu caso, eu devo zelar pela formação médica e pela formação multiprofissional, onde estão os psicólogos nessa formação, e tenho que zelar que esta formação garanta qualidade na hora da oferta do seu serviço. Esse é o meu papel e é com esse que eu quero contribuir com os senhores, trazendo-o para o debate.

Então, quando nós falamos se tem um profissional ou outro profissional ou qualquer profissional, nós não estamos falando entre categorias, porque isso faz que nos coloquemos em divisões que não contribuem em nada para o provimento de cuidado; mas nós estamos falando de pessoas que precisam ter uma formação garantida, uma formação de qualidade que faça com que seu produto de entrega, se médico, se psicólogo, se terapeuta de qualquer natureza, seja de qualidade no momento do fornecimento, no momento da entrega, no momento do compartilhar.

Temos bons profissionais médicos e não médicos, psicólogos e não psicólogos. Nós não estamos falando dos maus profissionais; estamos falando exclusivamente da excelência em cada categoria.

E a excelência como eu meço? Como eu meço? Na formação, tem o nome de matriz de competências. Juntos, pactuamos o que é necessário para que alguém possa ser certificado naquela condição de provedor de um determinado tratamento.

Digamos que eu e meu xará Paulo sejamos cirurgiões cardíacos. Ambos somos médicos, ambos somos interessados em cardiologia, ambos somos interessados em cirurgia cardíaca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós identificamos se o nosso produto também é similar? Que tipo de desfechos nós medimos? Que tipo de formação nós buscamos garantir para que a nossa prática pudesse ser similar na hora da entrega, na hora do provimento deste tratamento?

Então, o primeiro grande parâmetro que eu queria trazer é que, mais do que duelarmos entre categorias, vamos duelar sobre qual o conhecimento nós queremos dominar para que a gente possa, sim, dizer "este profissional psicólogo serve para o que eu estou propondo"," este profissional médico serve para o que eu estou propondo"; "estes outros não, porque têm carência na sua formação".

Então, que variável, de verdade, eu quero que seja foco da nossa discussão? Disponibilizar para a prática a terapia psicológica, a psicoterapia, com qualidade a quem dela demanda e no local onde ela é demandada, sejam as comunidades ou territórios, famílias ou pessoas. É com esta clareza que eu queria discutir que, considerado que isso é o núcleo da nossa discussão, o nosso passo seguinte é: que força, que dimensionamento de força de trabalho eu preciso prover, porque esse é o tamanho da demanda da nossa sociedade. Eu tenho que identificar que o SUS é, sim, o meu patrão intelectual e monetário. Ele é intelectual, porque ele direciona minhas energias para a formação: é o SUS que me diz quem é necessário, onde é necessário, como é necessário.

E quero, neste momento, dizer: para mim, psicólogos e médicos se igualam se ambos tiverem a formação correspondente e necessária. Para isso, eu imagino uma grande matriz de competências que esteja pactuada dentro da sociedade como domínio de saberes necessários para a prática de uma atividade.

Segundo, esse profissional precisa de uma formação que não é de curso de 360 horas, dito curso de especialização. Isso não está nem em discussão, a meu juízo, claro. Estou falando de uma formação que requer tempo – tempo! Eu preciso de um tempo em que eu faço aquisição num tempo em que eu faço a prática sob supervisão, e ela é corrigida. Então, eu estou falando de um rigor metodológico formativo, e formativo com capacidade de corrigir desvios e não simplesmente políticas de avaliação que punem quem está dentro do período de formação.

A palavra punição não existe no espaço da educação; existe acolhimento e provimento daquelas que são as deficiências de um momento. Se nós temos um sistema de avaliação potente, eu posso identificar que correções são necessárias e todos poderíamos percorrer o caminho. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há por que imaginar que o caminho se interrompe para algumas pessoas. Aqueles que desejarem se empenhar terão sucesso, alguns em 18 meses, outros em 20 meses, outros em 30 meses, mas nunca em 360 horas, porque isto não é possível ao grau da humanidade, ao grau do que nós somos capazes de aprender.

Queria também uma outra coisa: nós vivemos um sistema de aumento do sofrimento mental, da doença mental. Isto é fruto em grande parte da desigualdade social na qual estamos imersos, uma sociedade privativa de direitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROBERTO ALVES DE PINHO – ... – obrigado –, e não uma sociedade que compartilha direitos. Não vejo com bons olhos a possibilidade de se falar em psicoterapia buscando adaptações ao continente social. Não é assim que eu imagino. Eu imagino um sofrimento mental precisando da terapia psíquica e isto requer a formação, mas não estamos falando nisto, em adaptação social e intolerância com a desigualdade; com a desigualdade, encontrarão todos a nossa energia para superá-las.

Obrigado, senhores. Obrigado, Senadora, pelo carinho com que nos recebeu e com o carinho que nos acolhe. Obrigado e boa tarde a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, obrigada eu, e meus parabéns a vocês pela precisão no horário, viu? Muito obrigada.

O SR. PAULO ROBERTO ALVES DE PINHO – É o seu relógio, Professora. É quase opressivo, sabe? Eu estou quase pedindo terapia para poder vencer o relógio. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você tem um espírito suíço. (*Risos.*)

Com a palavra a Sra. Irani Tomiatto... (*Pausa.*)

Ah, não? (*Pausa.*)

Ah, perdão, errei. Não é a Irani ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com a palavra a Sra. Carla de Figueiredo Soares, Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que fará suas considerações de modo remoto.

Perdão, Irani, daqui a pouco eu te chamo. (*Pausa.*)

Ah, a Carla não está presente? (*Pausa.*)

Ah, então, eu posso passar para a Irani.

Vamos lá, Irani.

Com a palavra, Irani Tomiatto de Oliveira, que é Presidente da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, a Abep.

Obrigada, Irani, pela sua presença.

A SRA. IRANI TOMIATTO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu é que agradeço, ilustre Senadora, pela honra de estar aqui neste momento.

Agradeço em meu nome e em nome da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia. É um momento tão importante, acima de tudo, para a saúde mental da população brasileira.

Como já foi dito, meu nome é Irani Tomiatto de Oliveira. Sou, no momento, a Presidenta da Adep. Sou psicóloga em São Paulo, fiz minha graduação e meu doutorado na Universidade de São Paulo e atuo há cinco décadas como psicoterapeuta e na formação de novos profissionais da psicologia.

Sublinho que a psicoterapia, objeto hoje da nossa discussão, se trata de uma prática científica, com bases teóricas, com múltiplas referências teórico-metodológicas, uma vez que não é possível abarcar, apreender a imensa... O psiquismo das pessoas com uma única referência, não é possível restringirmos isto; e é uma prática que, além dos fundamentos científicos e técnicos, deve ser embasada por princípios éticos da profissão, que se desenvolve em contexto clínico e num relacionamento interpessoal, quando ela é praticada por profissionais com formação adequada e cuja atividade é orientada e fiscalizada por um conselho profissional, assim como possui um código de ética, que é o que dá uma garantia de qualidade e a possibilidade de avaliação e de um controle de qualidade desse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como estou aqui representando a Abep, me cabe falar mais diretamente sobre a questão da formação, e da formação em psicologia, que é um processo extremamente complexo, regido por diretrizes curriculares nacionais, como, em geral, os cursos superiores do sistema federal de ensino no Brasil. Essas diretrizes, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo ministério, as DCNs de psicologia mais recentes, publicadas em 2023, foram fruto de um grande processo de elaboração democrática, ampla e participativa, coordenado pelo Conselho Federal de Psicologia, pela Abep e pela Federação Nacional dos Psicólogos. Foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Nacional de Saúde, e tiveram, na sua construção, a participação de milhares de profissionais da área, que participaram diretamente, presencialmente. Todo esse processo resultou em diretrizes curriculares que incluem princípios, valores e compromissos a partir dos quais a formação deve criar condições para que o futuro profissional desenvolva competências de caráter científico e profissional que assegurem a possibilidade de prestação de serviços psicológicos de qualidade técnica e ética.

A psicoterapia é uma atividade não apenas complexa, mas muito delicada e sensível. Cada ser humano é único, e o atendimento às suas demandas e necessidades exige conhecimentos vastos e profundos sobre muitas matérias relacionadas ao tema: sobre o desenvolvimento humano, sobre os referenciais teóricos, metodológicos e técnicos que alicerçam diferentes modalidades de psicoterapia, sobre psicopatologia e suas diversas expressões, dinâmicas de relacionamento e avaliação psicológica do indivíduo em sua subjetividade, considerando não só as dificuldades e os transtornos, mas também as capacidades e o seu potencial.

Além disso, a formação para psicoterapia exige, como apontou o nosso colega de mesa, uma prática supervisionada e orientada por profissionais experientes e uma formação pessoal que permita ao futuro psicoterapeuta lidar com suas próprias características e valores e discriminá-los dos usuários de seus serviços. Não basta, portanto, cursar algumas disciplinas. É preciso desenvolver competências científicas, técnicas e pessoais específicas, que não cabem – estou totalmente de acordo – em 360 horas.

Essa formação não pode se dar em cursos isolados de curta duração nem em disciplinas descontextualizadas presentes em cursos que têm outro objetivo, sem exigências em relação a bases teóricas robustas e à prática consistente. Pelo contrário: além da formação específica da graduação, é preciso seguir com aprimoramento e atualização profissional na forma continuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse que exerço esse trabalho há 50 anos e continuo precisando estudar muito. É uma coisa que não tem fim.

Com base nessas premissas e na minha longa experiência na prática da psicoterapia e na formação de psicoterapeutas na graduação e na especialização, venho colocar a minha posição de que a prática da psicoterapia necessita, com urgência, de regulamentação. O cenário com o qual nos deparamos já há tempos e que só se agrava, fruto da ausência dessa regulamentação e controle, é um cenário de graves riscos à saúde mental da população.

Em meio a uma profusão de ofertas e de publicidade enganosa, multiplicadas pelas redes sociais e potencializadas pela pandemia da covid-19, a população em geral não tem elementos para discriminar um trabalho sério de um inconsistente ou até de práticas desonestas. Ao contrário: muitas vezes, as pessoas são atraídas por promessas de soluções rápidas e indolores, algumas vezes mágicas, que um profissional ético e competente nunca poderia fazer. Então, cabe às instâncias reguladoras garantirem o direito da população a serviços de qualidade, ainda mais porque boa parte dos que procuram por assistência psicológica se encontram fragilizados, em situação de vulnerabilidade.

Nem é possível enumerar a quantidade de ofertas absurdas de cursos de curta duração que prometem uma formação em psicoterapia de final de semana. Nem é possível enumerar a quantidade de pessoas que já recebi que não apenas perderam seu tempo e seus recursos financeiros, mas que tiveram agravos importantes em sua saúde quando atendidas por pessoas sem qualificação adequada.

Ao lado do Conselho Federal de Psicologia e de outras entidades da psicologia, a Abep tem trabalhado há anos na criação de orientações, referências e regulações que se aplicam a psicólogas e psicólogos, mas é preciso contar com bases legais que permitam que as regulações atinjam todos os envolvidos.

Sabemos que a procura por psicoterapia, como já foi citado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRANI TOMIATTO DE OLIVEIRA – ... aqui, a partir do período da pandemia, teve um aumento muito expressivo. Sem regulamentação, sem regras e sem uma fiscalização responsável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e com uma procura crescente, a psicoterapia se torna alvo de muitos interesses escusos, que se aproveitam da fragilidade dos vulneráveis ou até da boa vontade de pessoas bem-intencionadas, mas que não se prepararam para esse trabalho e que também não estão em condições de realizá-lo. É nossa responsabilidade e responsabilidade dos legisladores brasileiros evitar que isso continue acontecendo cada vez mais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, eu, Irani. Muito obrigada pela sua contribuição, pelas suas palavras.

E agora eu queria chamar, de forma remota, o Sr. Maycoln Teodoro, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia. Por favor, Sr. Maycoln, está com a palavra.

O SR. MAYCOLN L. M. TEODORO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado pelo convite, Senadora Mara Gabrilli.

Boa tarde a todos e a todas.

É um prazer participar desta audiência.

Eu sou Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia, uma sociedade que (*Falha no áudio.*) ... há mais de 50 anos sem fins lucrativos. Pessoalmente, eu sou professor da Universidade Federal de Minas Gerais, professor do curso de Psicologia e da pós-graduação, e trabalho com clínica. Eu sou psicoterapeuta e coordeno um ambulatório de comportamento suicida e coordeno também o Escuta Susp, que é vinculado ao Ministério da Justiça.

Parte da minha fala vai refletir os comentários da Profa. Irani, que me precedeu. Eu concordo com ela quando ela disse que nós precisamos de regulamentação urgente, porque existe uma falácia de que psicoterapia não faz mal. E eu vou tentar pegar dois pontos para tentar desconstruir esse argumento. A psicoterapia é maléfica quando a intervenção é inadequada ou quando a escolha da técnica ou a escolha do processo psicoterapêutico não é adequada para aquele caso; e a psicoterapia também faz mal quando ela é malfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou pegar o primeiro argumento. A gente já sabe que, hoje em dia, as psicoterapias não servem para todos os casos, existem processos psicoterápicos que são mais adequados para determinados casos e aí a gente avalia, assim como foi feito no caso das vacinas, a eficácia e a efetividade das psicoterapias para determinada população e para determinada situação. Quando a melhor escolha não é feita, o paciente está perdendo tempo, está perdendo tempo e a situação dele está se agravando.

Vou dar um exemplo que cobre esses dois esses dois argumentos. Hoje em dia é muito comum que a ABA seja utilizada para intervenção com crianças com autismo. A ABA é (*Falha no áudio.*) ... funcional do comportamento, não é só uma técnica. Se a pessoa não tem uma formação em análise experimental do comportamento, em análise funcional do comportamento, não é aprendendo como reforçar, como punir uma criança ou como colocar essa criança em extinção que esse tipo de intervenção vai funcionar. Com isso, a criança vai se desenvolvendo, vai crescendo e aquela janela temporal ótima para a intervenção se perde.

Um outro exemplo mais da minha área. Antigamente as pessoas tendiam a fazer um contrato de não tentativa de suicídio com os pacientes. Algumas pessoas ainda fazem isso, mas isso é comprovadamente ineficaz. Então, nós temos técnicas que nós já sabemos que não funcionam e a gente sabe que existem terapias que funcionam melhor para determinadas situações. Isso com a formação, com uma formação constante, com uma formação duradoura, e não somente em curso de especialização ou cursos de finais de semana.

Este fim de semana eu andei procurando cursos de formação de psicoterapia e vi desde cursos de final de semana até cursos que você poderia assistir e pagar pelo certificado. Qualquer pessoa pode fazer esse curso, acabar se achando um psicoterapeuta e passar a oferecer esse serviço.

E aí a gente entra no segundo ponto dessa falácia de que a psicoterapia não faz mal, que é quando a psicoterapia é malfeita. Toda a capacitação e todo o treinamento de um profissional têm todo um ciclo básico com disciplinas básicas de avaliação psicológica, psicologia do desenvolvimento, psicopatologia, até chegar, ao final, com a ênfase e a formação psicoterápica. A Profa. Irani comentou das DCNs que estão mudando a matriz curricular, são superimportantes e têm uma regulamentação ética que vai reger esse trabalho do profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes o que a gente acaba observando, infelizmente, é uma confusão entre psicoterapia e o uso de técnicas. Técnica não é igual a psicoterapia, a psicoterapia precisa de um processo terapêutico que envolve um conhecimento teórico escolhido para compreender aquele sujeito, um plano de intervenção e aí, sim, usa-se a técnica. Muitas vezes a gente encontra cursos que são focados exclusivamente numa técnica que sabidamente não tem nenhuma eficácia ou efetividade comprovada.

Então, todo esse arcabouço ético que rege a regulamentação profissional é necessário para que a gente implemente nas psicoterapias, porque não adianta nada a gente ter profissionais que são bem-informados, a gente constituir uma boa matriz de formação desses profissionais e esse trabalho não ser regulamentado posteriormente.

Aí vem a importância dos Conselhos Federais. Os Conselhos Federais têm um papel extremamente importante no acompanhamento, na regulação das profissões e na produção de normativas. E essa é uma característica que dá segurança para a psicoterapia feita tanto pelos profissionais da psicologia como também pelos psiquiatras, que, historicamente, têm uma tradição na profissão desde a década de 80, primeiro com a psicanálise e, agora, também com a terapia, regidos por normas e um conselho.

Para encerrar, volto a uma frase de que eu gosto... (*Falha no áudio.*)

O SR. MAYCOLN L. M. TEODORO (*Por videoconferência.*) – ... o Brasil precisa de regulamentação.

Não dá para a gente continuar fazendo formação de fim de semana e deixar que essas pessoas saiam atendendo pessoas com necessidades sem uma regulamentação ou supervisão.

Então, eu agradeço o espaço e coloco a Sociedade Brasileira de Psicologia à disposição para novas consultas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Maycoln, pela sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamo agora, para as considerações, a Sra. Christina Ribeiro Neder Cerezetti, Presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap).

A SRA. CHRISTINA RIBEIRO NEDER CEREZETTI (Para expor.) – Exma. Senadora Mara Gabrilli, autoridades presentes, colegas e representantes da sociedade civil, uma ótima tarde para todos nós, uma tarde produtiva e amorosa.

Na qualidade de Presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia, falo aqui em nome da Abrap. Inicialmente, agradeço esta oportunidade para contribuir com esta discussão tão necessária e tão esperada sobre a regulamentação da psicoterapia no Brasil.

Desde o reconhecimento da psicologia como profissão, isso em 1962, uma figura insigne lutou pelo reconhecimento da psicoterapia no Brasil como profissão. Trata-se da Professora Dra. Mathilde Neder, a psicóloga mais antiga do Brasil, a de CRP inicialmente nº 4. Atualmente, ela foi homenageada com a carteira nº 1 do Conselho Federal de Psicologia.

Hoje, com 101 anos de idade, ela se mantém em plena atividade física e mental e é a atual Diretora Científica da Abrap. Quando contei a ela que eu estaria aqui nesta audiência, ela ficou muito feliz e disse: "Vá e volte com uma ótima notícia para mim". Então, assim, todos esses anos, ela espera e luta. Ela lutou muito pela psicologia no Brasil e espera muito por essa regulamentação. Sem dúvida, já está a tempo e pronta para essa regulamentação.

A Abrap hoje, aos 21 anos de existência, está presente nesta audiência pública como mais uma oportunidade de participar desse importante processo de construção.

Já em 2018, nossa associação esteve presente na criação do caderno Reflexões e Orientações sobre a Prática da Psicoterapia, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, pelos conselhos regionais e pelo grupo de trabalho da Abep. Com certeza, ele será muito útil para todos nós durante toda essa discussão, nesta oportunidade com a presença da nossa Presidente de então, a Profa. Dra. Angela Hiluey.

Não podemos nos esquecer de que a psicoterapia é uma prática importante para a prevenção e promoção da saúde mental. Ela exige uma formação acadêmica que é norteada por um código de ética, por profissionais, e que garante a qualidade do serviço. Segundo dados do Conselho Federal de Psicologia e da Organização Mundial da Saúde, observa-se um aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerável na procura por psicoterapias realizadas por psicólogos, um crescente expressivo de mais de 200% nessa procura. Esses dados são claros e revelam que o sofrimento psíquico tem aumentado de maneira preocupante. Contudo, infelizmente, também tem surgido uma oferta desordenada de psicoterapia realizada por pessoas com o mínimo de formação – e eu gostaria até de colocar essa psicoterapia entre aspas – que oferecem serviços sem o respaldo técnico, científico ou ético, o que é gravíssimo, posto que uma psicoterapia mal conduzida, como já foi mencionado aqui, sem critérios mínimos de formação e posterior fiscalização, pode agravar problemas psíquicos ou postergar a assistência necessária, o que configura um tempo perdido que provoca muitas perdas nos vínculos interpessoais e nas oportunidades sociais na vida dessa pessoa.

Esta é a hora e a oportunidade de nos perguntarmos seriamente: é isso que nós queremos? Desejamos que pessoas em estado de vulnerabilidade, muitas vezes desesperadas, desamparadas, sejam atendidas por pessoas sem formação suficiente e sem fiscalização ética? Não podemos ser coniventes em expor pessoas frágeis a esse risco.

Desde sua fundação, a Abrap só aceita como sócios psicólogos e psiquiatras. Sempre defendemos que a psicoterapia é uma prática que exige formação acadêmica em saúde mental, supervisão clínica continuada e vivência de psicoterapia pelo próprio profissional, além da adesão aos códigos de ética profissional. A posição da Abrap não é nova, já que sempre adotamos que esses são os critérios mínimos para pertencer a essa associação supra-abordagens, que propõe, então, amparar uma prática de cuidado humano tão fundamental.

Hoje, no Brasil, apenas dois grupos profissionais têm por lei e formação uma base mínima necessária: os psicólogos e os psiquiatras, médicos com formação em saúde mental. Além disso, é importante destacar que todos somos fiscalizados por conselhos federais e regionais, respondemos a códigos de ética rigorosos e temos a responsabilidade legal perante a sociedade. Devemos ter consciência de que a ausência de uma regulamentação séria para o exercício da psicoterapia tem permitido a sua banalização.

Então, nós temos visto vários casos, como já foram citados aqui, e é a nossa responsabilidade tomar uma atitude mais efetiva perante esta realidade que vivemos. Por isso, propomos, enfaticamente, que se defina quem está apto a realizar a psicoterapia com segurança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantindo que somente psicólogos e psiquiatras ofereçam esse serviço, que a fiscalização continue sendo feita pelos conselhos que já existem e que a população saiba exatamente quem é qualificado para cuidar de sua saúde mental. Tudo isso sem gerar custo adicional ao Estado, pois a estrutura de fiscalização já está implantada.

Cabe lembrar também que essa regulamentação vem coroar o esforço coletivo de décadas. Psicólogos e psiquiatras vêm investindo em formações exigentes e contínuas, baseadas em abordagens teóricas reconhecidas. Todos nós sabemos o quanto nós investimos na nossa profissão e no nosso cuidado pessoal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTINA RIBEIRO NEDER CEREZETTI – Por isso, em nome da Abrap, pedimos o apoio desta Casa para aprovar uma regulamentação que garanta à população brasileira um atendimento psicoterápico realizado por psicólogos e médicos especializados, alinhado ao modelo já defendido por seus conselhos profissionais.

Desejamos que a vocação de servir à população com ética e qualidade guie também este ilustre Senado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Sra. Christina Ribeiro; obrigada por toda a sua explanação.

Eu quero agradecer a preciosa contribuição de todos nesta primeira rodada de discussões. A gente está buscando o melhor caminho para que as pessoas possam ter acesso, acolhimento e acompanhamento por meio de abordagens sérias, com embasamento científico, para poder aliviar os dramas e os anseios tão inerentes à alma humana.

E, agora, a gente vai desfazer a nossa primeira mesa. Peço aos senhores que cedam os lugares aos demais convidados para a nossa segunda rodada de debates.

Então, eu quero convidar para compor a segunda mesa o Sr. Vitor Douglas de Andrade, que dividirá tempo de dez minutos com o Sr. Ícaro, ambos Diretores da Associação Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Psicologia Baseada em Evidências. Depois, também para compor a mesa, eu convido o Fábio Lopes, da Federação Brasileira de Psicanálise. Convido também o Rodrigo Lancelote Alberto, que é membro da Câmara Técnica de Psiquiatra do Conselho Federal de Medicina para compor a mesa.

Seja bem-vindo, Rodrigo; e seja bem-vindo também, Rodrigo Acioli, que comporá a mesa como Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia; e mais a Fernanda Magano, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Seja bem-vinda, Fernanda, a nossa única mulher nesta mesa.

Com a palavra o Sr. Rodrigo Lancelote Alberto, da Câmara Técnica de Psiquiatra do Conselho Federal de Medicina.

Está com a palavra, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO LANCELOTE ALBERTO (Para expor.) – Obrigado.

Uma boa tarde a todos.

Agradeço imensamente à Senadora Gabrilli pela condução da mesa e pela importância deste tema que discutimos hoje.

De formação, sou médico psiquiatra, fiz o meu quarto ano de residência em psicoterapia e mais dois anos de psicoterapia psicodinâmica na Unifesp, em São Paulo.

Eu acho que o tema da discussão hoje é relevante, justamente porque a gente está falando de uma área de conhecimento comum a duas profissões. Historicamente, como já foi trazido aqui, as bases da psicoterapia vieram, principalmente, da atuação de médicos também, com Freud e Aaron Beck; e, dentro da psicologia, a formação e o entendimento estrutural da psicoterapia, com Wundt. Eu acho que isso tudo traz aquilo que eu trouxe sobre a educação e sobre a área de conhecimento.

Ao se falar de psicoterapia – é importante que a gente traga aqui–, é necessário um conhecimento não só da alma, porque a alma não pode ser etérea, não tem uma alma andando por aí... Ela é representada fruto de um órgão, que é o cérebro, que compõe um corpo. Então, ter o conhecimento da formação, dentro da área da saúde, em que se entenda minimamente do funcionamento do organismo, já é uma base importante que a gente deve conduzir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A psicoterapia é utilizada como uma técnica dentro das suas diretrizes e há necessidade de protocolos que a individualize, mesmo porque a gente está discutindo aqui a psicoterapia como algo genérico. Mas, como os colegas que me antecederam já trouxeram, não pode ser trazido como algo que seja uma técnica inventada e utilizada de forma não técnica, dentro das evidências necessárias. O aprendizado, o conhecimento dentro da psicoterapia deve ser enfatizado, como foi trazido pelo Dr. Paulo, com uma ordem curricular adequada e de formação.

A repercussão ética da psicoterapia deve ser destacada porque, muitas vezes, o acesso de pessoas vulneráveis produz a falta de limites e a infração em relação à condução da confiabilidade da informação e do sigilo com que ele é afetado. Esse tipo de conhecimento deve ser priorizado dentro da formação. Pessoas que não têm esse tipo de conhecimento acessam e, muitas vezes, transcendem, não é incomum a gente perceber isso dentro dos conselhos, transcendem a individualidade das pessoas, gerando infrações éticas em relação à sua condução.

Tudo isso a gente traz para uma população que necessita, carece de um acesso a profissionais com uma formação numa área tão importante como é a área da psicoterapia, com um crescente da população em relação às doenças mentais, o que se agravou e ficou muito evidente, como a gente viu, durante a pandemia. Esta Comissão de Direitos Humanos eu acho que é muito propícia para a discussão desse tema.

A técnica de que se utiliza a psicoterapia provém... Até mesmo eu não consigo entender e vislumbrar uma atuação psiquiátrica sem o conhecimento psicoterápico, desde a propedêutica de atuação de entrevista de um paciente, em qualquer área que seja, em especial da medicina, para o entendimento da individualidade. Não dá para desintegrar ou dissolver o que um médico, em especial o psiquiatra, ao avaliar um paciente que vai fazer uso de uma medicação; ele vira somente um prescritor, é inconcebível. O cérebro faz parte do organismo humano. Com isso, a gente não pode pensar única e exclusivamente, se não mudar comportamentos e estilo de vida, que só a medicação vai trazer proveito para o paciente, é inconcebível fazer isso. Essa dicotomia, que deve ser evitada dentro da área da saúde, não só da saúde mental, faz com que a gente tenha compartimentalizações, o que é aquele negócio, como tem também na psicologia, aqueles que trabalham com seleção, com psicologia hospitalar, com psicologia enfim, dentro da medicina também, dentro das suas especialidades, você compartimentaliza tanto que o paciente não é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém, porque cada um vê um ponto e ninguém vê o indivíduo como um todo. Essa é uma questão que deve ser levada em consideração.

O Decreto 8.516, de 10 de setembro, e a Resolução nº 34, de 2 de setembro de 2021, do Conselho Nacional de Residência Médica, já trazem como área de atuação a psicoterapia, como um item dentro da residência, como o quarto ano da residência médica, como outras subespecialidades dentro da psiquiatria. Então há de se convir que temos a necessidade, a importância de que áreas comuns do conhecimento não tragam conflitos, que tragam, dentro da atuação para atendimento da população, a integração. Nós falamos e discutimos tanto a multidisciplinaridade, e esta é a oportunidade que a gente tem de trazer isso de forma integrada. Eu acho que os antecessores que estavam aqui na mesa trouxeram essa questão da formação. O importante, a discussão principal de uma regulamentação é que ela deve ser baseada justamente nas questões de formação e de educação desses itens da psicoterapia. A gente pensar que outros profissionais e outras pessoas não regulamentem isso... A gente expõe a riscos uma população que muitas vezes, na sua imensa maioria das vezes, procura profissionais e muitas vezes não sabe nem a capacidade curricular que essas pessoas têm, às vezes vai pela mídia, vai pelo nome e isso é um perigo, é uma questão que deve ser absolutamente combatida, assim como o exercício ilegal de qualquer profissão, não só da saúde, mas qualquer profissão que exista. Então, eu acho que esse tema tem que trazer uma união, tem que trazer uma questão técnica, tem que ter um conhecimento teórico do que a gente está falando em relação à atuação da psicoterapia, e isso é indissolúvel, indivisível dos estudos do corpo humano como uma técnica.

Nos primórdios, se a gente pensar bem... Percebam como isto é difícil: não adianta a gente falar de doença mental – por exemplo, que seja a esquizofrenia, que seja o TDAH, que seja qualquer tipo, depressão... A gente abre o livro teórico e o que tem lá? Estudamos a serotonina, os neurotransmissores, as áreas cerebrais que isso afeta. Quando nós vamos estudar a personalidade e a gente abre o capítulo, está estudando o quê? Aí tem Freud, Jung. Como é que a gente compõe uma teoria de mente, uma questão teórica que tem o seu referente prático, cerebral, se a gente não tiver uma teoria de mente com que a gente possa atuar em cima do paciente?

Como eu trouxe, eu não vejo, dentro da prática psiquiátrica principalmente, como você não se utilizar da propedêutica na entrevista psiquiátrica, dos fundamentos psicoterápicos, de você se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximar e ver, dentro da personalidade do paciente, questões que precisam ser modificadas e atuadas junto com a medicação, porque senão a gente potencializa uma ou outra, e os estudos mostram que a correlação de psicoterapia e de uso de medicação, salvo nos casos refratários que felizmente são a minoria, tem uma efetividade que passa dos 90%. Então, a gente tem aí uma questão que é importante e prática de atuação. Em que pese a área comum da psicoterapia, a área da psicologia tem os seus afazeres, assim como o médico psiquiatra tem os seus, existe um ponto em comum, não é uma substituição que está sendo debatida, não há uma questão em que há uma disputa.

Nós temos uma população brasileira, como foi trazido anteriormente aqui, extensa no nosso país. A promoção, a regulamentação e a qualidade de levar a esses pacientes, em todas as regiões do Brasil, trarão um ganho para a assistência, com certeza, dos nossos pacientes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LANCELOTE ALBERTO – ... da nossa população, e uma acessibilidade que, certamente, a população merece dentro dos direitos constitucionais que nós temos.

Eu agradeço, mais uma vez, a V. Exa., Senadora Gabrilli, e a todos os presentes. É uma honra poder compartilhar e aprender com todos aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Rodrigo. Muito obrigada pela sua explanação (*Falha no áudio.*) ... elas foram muito elucidadoras. Queria agradecer muito o nível desta audiência.

E agora a gente vai para as considerações da Sra. Regina e do Sr. Leandro Bonvino. (*Falha no áudio.*)

A SRA. REGINA BRAGHITTONI (*Por videoconferência*.) – ... autoridades, membros da mesa, colegas, profissionais, prezados Legisladores que estão aqui presentes, eu queria passar a fala para o Dr. Leandro Bonvino, que vai falar primeiramente. Pode ser? Se puder abrir o microfone dele. É possível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Pode, claro, claro.

A SRA. REGINA BRAGHITTONI (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

O SR. LEANDRO BONVINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde, Exma. Senadora Mara Gabrilli. Quero externar que é uma honra poder partilhar deste momento com V. Exa., profissionais da saúde mental, cidadãs cidadãos que nos acompanham também pela TV Senado.

Meu nome é Leandro Bonvino. Eu sou advogado, represento o Instituto Brasileiro de Psicanálise Matema, que é vinculado ao MEC, pela Universidade Anhanguera.

Vou dispensar um pouquinho das apresentações e ir direto ao ponto, tá? Permitam-me começar com uma reflexão simples, tá bom? Quem vai escutar o povo (*Falha no áudio*.) ... da ideia legislativa apresentada, que propõe restringir a psicoterapia exclusivamente a psicólogos e psiquiatras. A proposta até parece técnica, mas, na prática, ela desemprega e cala milhares de vozes que sustentam, com ética e humanidade, o cuidado emocional no Brasil.

Então vamos aos fatos. Hoje menos de 3% dos brasileiros, Excelência, têm acompanhamento psicológico ou psiquiátrico contínuo pelo SUS. A fila de espera nos Caps, como já citado, de acordo com o Ministério da Saúde, ultrapassa três meses em muitas cidades.

No setor privado, o problema ainda é mais grave. Uma sessão com um psicólogo, segundo o próprio Conselho Federal de Psicologia, que oferta, uma ideia de cobrança parte de R$213. Uma consulta com um psiquiatra vai variar entre R$400 e R$700. Enquanto isso, milhares de psicanalistas que estão espalhados pelo Brasil atendem por R$60, R$70. Muitas vezes, com valores até adaptados à realidade do paciente.

E para muita gente, com a máxima vênia, essa é a única escuta possível. Silenciar esses profissionais é dizer, com todas as letras: quem não pode pagar, que permaneça em silêncio.

É bom que haja o debate e que isso venha de uma ideia advinda do cidadão, mas temos que levar também o ponto jurídico em questão. Como já citado anteriormente aqui, a proposta, com todo o respeito, não se sustenta constitucionalmente. Temos o art. 5º, que assegura o livre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercício profissional, já citado; o art. 196, que garante o direito universal à saúde; o art. 1º, que protege o valor social do trabalho; o art. 170, que assegura a livre iniciativa. Então existe uma série de problemáticas.

Além disso, a profissão de psicanalista é reconhecida pelo Estado brasileiro, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações, como sendo uma atividade autônoma, não subordinada a conselhos. Excluir esses profissionais, Excelência, com a máxima vênia, seria insegurança jurídica, desemprego em massa e obviamente um apagamento institucional de saberes legítimos.

E se a dúvida for sobre formação, permitam-me recorrer a quem fundou a psicanálise e que, até o momento, foi citado uma vez.

Em 1926, Freud, o pai da psicanálise, escreveu o ensaio *A Questão da Análise Leiga*, um texto essencial para esse debate, que, até o momento, não foi citado. Na época, médicos tentavam impedir que não médicos praticassem a psicanálise. Freud foi categórico, até peço vênia aqui, aspas: "A aptidão para a análise não está no diploma de Medicina, mas no domínio da técnica analítica". Com a devida vênia, parece-nos que a intenção é inventar a roda, tendo em vista que o tema é tratado pelo próprio pai da psicanálise dessa forma.

Freud defende que a psicanálise é uma prática clínica com ética própria, que exige formação rigorosa, mas que não pertence à medicina, tampouco deve ser controlada por conselhos de outras áreas. Segundo Freud, o que legitima o analista é o tripé de formação. Seria o quê? O estudo teórico profundo, a análise pessoal extensa, supervisão clínica constante. Esse é o modelo formativo que se exige tanto do profissional quanto da instituição. E é seguido até hoje, inclusive, por instituições sérias como, por exemplo, a IPA, a Sociedade Brasileira de Psicanálise. No mais, a ciência moderna também valida esse saber.

O neurocientista Sidarta Ribeiro, em seu livro *O Oráculo da Noite*, demonstra, com base em estudos empíricos, a existência do inconsciente e do valor clínico dos sonhos, confirmando o que Freud construiu há mais de um século. Não é apenas filosofia ou narrativa, mas uma ciência do cuidado psíquico.

Portanto, nós não estamos falando de práticas soltas, estamos falando de gente séria cuidando de gente que precisa, com formação, compromisso e simpatia. Nós não somos contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentar, somos, sim, radicalmente contra excluir. Queremos sim uma regulamentação que respeite a história, a pluralidade, o compromisso ético de quem, inclusive, já atua com responsabilidade. Por isso defendemos a criação, sim, de um Conselho Federal de Psicanálise autônomo, independente de outas categorias, técnico e verdadeiramente representativo, que seria capaz fiscalizar com rigor, proteger o público e garantir a formação séria dos profissionais sem subordinar a psicanálise a lógicas que não lhe pertencem, sem apagar trajetórias legítimas feitas com estudo (*Falha no áudio.*) ... escutar. Quem escuta (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você acabou, Leandro? (*Pausa.*)

O Leandro congelou.

O SR. LEANDRO BONVINO (*Por videoconferência*.) – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Voltou?

O SR. LEANDRO BONVINO (*Por videoconferência*.) – Voltou.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você encerrou?

O SR. LEANDRO BONVINO (*Por videoconferência*.) – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você encerrou?

O SR. LEANDRO BONVINO (*Por videoconferência*.) – Não, por algum motivo eu caí aqui. Eu estava (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, está bom.

Você estava congelado. Continue, pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO BONVINO (*Por videoconferência*.) – Para mim aqui, Excelência, estava passando normal. Não sei se... Para mim estava normal. Então, não sei de que ponto parou efetivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Quer ir fazendo o encerramento, para eu poder passar a palavra?

O SR. LEANDRO BONVINO (*Por videoconferência*.) – Tá. Basicamente, nós defendemos sim a regulamentação, mas somos contra, literalmente, a exclusão. Então, pedimos que essa proposta não avance nos termos atuais e que o Senado abra um debate técnico e plural, em que a voz da população, dos profissionais e da ética sejam de fato ouvidas, porque silenciar a psicanálise é como arrancar a última ponte de quem já caminha à beira do abismo. Não se trata apenas de técnica, mas de permitir que alguém, enfim, seja ouvido antes de cair.

Muito obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Leandro, pela sua explanação.

E agora é o tempo – que você está dividindo – da Regina.

Vamos lá, Regina, a palavra está com você.

A SRA. REGINA BRAGHITTONI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, é importante dizer que nós não somos contra a regulamentação da psicanálise, mas nós somos, sim, contra uma exclusão e uma monopolização que pode haver.

É importante dizer que nós temos hoje no Brasil muitos profissionais que são psicanalistas e nem todos são formados em psicologia e muito menos em medicina.

Então, nós temos aqui Maria Rita Kehl (*Falha no áudio.*) .... outro: Joel Birman, que é Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor da USP. Nós temos vários profissionais que são doutores, Ph.D, que estão aí dentro da psicanálise há décadas e que estão, de alguma forma, lutando para que a psicanálise seja uma psicoterapia, porque ela é focada numa psicoterapia, mas que seja desvinculada de qualquer conselho. Por quê? É importante salientar que, para você se tornar um bom psicanalista, você precisa ter, sim, rigor e ética no momento da sua formação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a supervisão clínica, que é importante de se ter; a supervisão, inclusive, da terapia didática, que o (*Falha no áudio.*) ... e o próprio analista também precisa ter. Nós precisamos ter instituições que estejam vinculadas a um órgão.

Então, eu trago aqui algumas propostas, inclusive, para propor essa regulamentação. Uma delas é fazer com que a psicanálise tenha ali um órgão regulamentador como o MEC, que possa, de alguma forma... até uso a palavra do Paulo Roberto no começo desta audiência pública, em que ele fala do que é a instituição MEC. Nós precisamos colocar profissionais que de fato estejam dispostos a ir para o SUS e a também trabalhar com convênios médicos, de repente, pagando lá R$30 a hora, que é o que os convênios médicos pagam. E tem essa escassez de psicólogos, porque muitos não querem ganhar isso.

Então, acho que a psicanálise, sim, pode ser dada como um curso técnico, assim como enfermagem, radiologia e outros cursos afins. É importante deixar bem claro que nós não somos contra a regulamentação, mas nós somos contra uma elitização, uma monopolização; isso, sim, porque tirar a psicanálise hoje da população... Hoje nós temos aí, em média, 70 mil profissionais que estão dando assistência a pessoas de baixa renda e, muitas vezes, essas pessoas não chegam a um médico, a um psiquiatra, que cobra de R$400 a R$700 numa sessão por uma hora – não o desmerecendo, porque ele estudou para aquilo, é óbvio.

Então, esta é a minha proposta, Exma. Senadora, que vem aqui trazer algo em que a gente pudesse também criar um conselho federativo, um conselho de psicanálise, que pudesse, de alguma forma, trazer à luz aí algumas expectativas de regulamentação, mas não de monopolização.

Então, é isso.

Muito obrigada, ouviu?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Regina.

Obrigada pelas suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu quero convidar o Sr. Fábio Lopes, da Federação Brasileira de Psicanálise, para fazer sua apresentação.

Seja bem-vindo, Fábio!

O SR. FÁBIO LOPES (Para expor.) – Obrigado, Exma. Sra. Senadora.

Na sua pessoa, eu gostaria de cumprimentar as autoridades e as demais pessoas, presentes aqui ou que nos acompanham pela internet. Agradeço, em nome da Federação Brasileira de Psicanálise, o convite para compor esta mesa e a oportunidade de trazer a esta Casa a voz de um campo de saber e de um ofício com mais de um século de história e tradição.

Fundada em 1967 como Associação Brasileira de Psicanálise, e denominada Federação Brasileira de Psicanálise a partir de 2008, a Febrapsi congrega atualmente mais de 2,5 mil profissionais que exercem a psicanálise como prática clínica de forma ética e qualificada, distribuídos em 19 entidades federadas, localizadas nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país.

A formação de seus membros se dá segundo os moldes da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), na sigla em inglês, instituição fundada em 1910 por Sigmund Freud; formação esta constituída de estudo teórico intenso, supervisão individual e análise pessoal, com duração superior, muitas vezes, a seis anos.

Supomos que esta audiência, motivada pelas Sugestões Legislativas nº 40, de 2019, e nº 01, de 2024, venha de uma preocupação que nos parece legítima com o processo de banalização do uso do termo "psicoterapia" ou "terapia" no Brasil, por pessoas que não têm preparo, formação, ou que confundem religião com atendimento terapêutico na área da saúde mental, entidades ou grupos que não têm história ou tradição em formar indivíduos para trabalhar com pessoas com sofrimento psíquico.

Essa preocupação, Sra. Senadora, é extremamente legítima. O ponto que nos clama a discordar refere-se à proposta de exclusividade do exercício da psicoterapia a duas categorias profissionais, o que entendemos ser, entre outros aspectos, uma redução indevida da pluralidade epistemológica e metodológica que caracteriza o campo da clínica psicoterapêutica no Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mundo, além de desconsiderar o valor histórico, social e teórico de outras formas, também legítimas, de escuta do sofrimento psíquico.

Como foi dito aqui nessa mesa, a mente humana é extremamente complexa para ser abarcada por uma única referência teórica.

Entendemos que é fundamental, na formação em psicoterapia, qualquer que seja a sua linha metodológica e epistemológica – apenas para citar algumas –: as psicoterapias de base analítica, as psicoterapias cognitivo-comportamentais e suas derivadas, as psicoterapias sistêmicas e familiares, as grupoterapias... é fundamental, repito, considerar o que sucede à graduação, o que se dá após a formação universitária.

Sabemos que estudantes de Psicologia têm muito pouco tempo de ensino e treinamento durante o curso, em psicoterapia geral, que é apenas um dos campos de sua atuação profissional. Estudantes de Medicina têm ainda menos vivência prática em psicoterapia quando concluem a faculdade.

Apenas os médicos que, após a graduação, realizam especialização em Psicoterapia – que, em geral, é de três anos – e optam por mais um ano de estudo e treinamento em Psicoterapia Geral, que abrange várias formas de psicoterapia, linhas de psicoterapia, têm, formalmente, titulação em Psicoterapia reconhecida pelos conselhos de medicina.

Esse um ano é tempo ínfimo, se considerarmos a complexidade teórica e de treinamento das diversas modalidades de psicoterapia citadas anteriormente.

Nenhum médico psiquiatra ou psicólogo tem obrigação acadêmica de passar, ele mesmo, por processo psicoterápico. Ou seja, a graduação em Medicina ou Psicologia, ou mesmo a especialização em Psiquiatria, em si, não garantem que aquele que deseja atuar como psicoterapeuta tenha realizado o mínimo necessário para atuar nessa área: a sua própria terapia. Justamente para corrigir eventuais falhas na escuta do sofrimento psíquico e não haver aquilo que foi também citado aqui sobre a importância da subjetividade e da intersubjetividade: não basta saber fazer uma entrevista, uma anamnese psiquiátrica; tem que entender o que se passa na relação e o que o entrevistador – que pode ser um psiquiatra, um terapeuta, enfim – sente em relação àquela entrevista que ele está vivenciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualquer uma das modalidades e submodalidades de psicoterapia já mencionadas implica a realização de um curso de especialização, de duração média de três anos – mais de cinco, no caso da psicanálise –, envolvendo, como já foi mencionado nesta exposição, estudo teórico intenso, prática supervisionada e, no caso das psicoterapias de base psicanalítica, das quais a psicanálise é a pedra angular, terapia pessoal de alta frequência e por um período extenso.

Em vários países, após a realização de uma graduação – que costuma ser em Psicologia ou Medicina, mas que pode ser em Sociologia, Enfermagem, entre outros –, é indispensável a realização de uma formação específica para atuação em psicoterapia, qualquer que seja a modalidade.

Consideramos que a proposta de tornar as psicoterapias atos privativos de psicólogos, como demanda a SUG 40, de 2019, ou de psicólogos e médicos psiquiatras, à luz da SUG 1, de 2024, além de se tratar de um movimento de exclusão e reserva de mercado, desconsidera que, historicamente, pessoas de outras áreas do conhecimento, de outras profissões que não psicólogos ou psiquiatras tornaram-se grandes referências mundiais no campo da psicoterapia.

Cito, entre outros: Virginia Satir, professora e assistente social, e Gregory Bateson, antropólogo, na área da psicoterapia sistêmica; Carl Rogers, formado em História e Teologia, criador da abordagem terapêutica centrada na pessoa; e mais especificamente, na psicanálise, Sigmund Freud, que era neurologista, criador da psicanálise, Melanie Klein e Anna Freud, que construíram as bases para a compreensão psíquica e o manejo psicoterápico de crianças, dando origem a diversas outras abordagens da psicoterapia da infância e adolescência.

No Brasil, para citar minimamente: Contardo Calligaris e Virgínia Bicudo, que era socióloga – primeira psicanalista sem formação médica a ser reconhecida em nosso país, na década de 40, e falecida em 2003, membro da Sociedade Brasileira de psicanálise de São Paulo, uma das 19 entidades filiadas à Febrapsi.

Em nosso entendimento, debater a qualidade e qualificação dos profissionais que exercem a psicoterapia envolve pensar nos cursos após a graduação desses profissionais. Muitas instituições sérias, com bases epistemológicas e éticas bem consolidadas, como a secular Associação Psicanalítica Internacional, já mencionada, têm critérios rigorosos de seleção, avaliação de candidatos à psicanálise e evolução dessas formações. Em várias dessas instituições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é exigida a graduação em Medicina ou Psicologia, como na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, já mencionada.

Há, entretanto, uma disseminação de cursos de poucos meses de duração sendo oferecidos *online*, muitos deles vinculados a universidades – a exemplo das faculdades de graduação em Psicanálise, em fase de reconhecimento pelo Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal – que se propuseram a criar supostas formações em psicoterapia sem qualquer vínculo ou fundamentação com instituições tradicionais de renomada qualificação, muitas delas, pasmem, integralmente em formato de ensino à distância. Entendemos que as atenções do Legislativo bem como do Executivo deveriam se dirigir à disseminação desenfreada e sem critérios mínimos de cursos para psicoterapeutas.

Em suma, a questão que este debate se propõe a tentar resolver nos parece muito relevante; no entanto, entendemos que restringir a duas categorias profissionais o exercício reconhecido da psicoterapia no Brasil não é o caminho adequado para solucionar os impasses que se apresentam.

O foco deveria estar na busca por garantir a qualidade da formação que se dá após a graduação, bem como encontrar maneiras de estabelecer os critérios básicos norteadores do que se pode, ou não, chamar efetivamente de formação para psicoterapeutas no país, ao modo de outros países que lidam de maneira mais cuidadosa e exigente com o tema das psicoterapias.

Nesse sentido, a posição da Febrapsi e do Movimento de Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras – que congrega mais de 30 entidades, com uma longa história de serviços prestados ao país, nesta área que também representamos nesta audiência – é que somos contrários a tornar a psicoterapia ato privativo de psicólogos e psiquiatras.

Somos favoráveis, isso sim, à ampliação e ao aprofundamento do debate sobre os riscos da falta de critérios e cuidados na formação de psicoterapeutas no Brasil, um tema urgente, que nos causa imensa preocupação, mas não concordamos com a ideia de que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO LOPES – ... restringir a prática psicoterapêutica a egressos de duas graduações seja a forma mais adequada de resolver essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a oportunidade de representar aqui a Febrapsi nesta audiência, e agradeço a Senadora Mara Gabrilli pelo convite.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Fábio Lopes. Agradeço muito sua explanação.

E agora eu passo a palavra ao Sr. Rafael Marmo, que é representante do Coletivo Acorda Psicologia, que fará suas considerações de modo remoto.

O SR. RAFAEL MARMO (*Por videoconferência*.) – Apareci? Vocês estão me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estamos, você está aparecendo.

O SR. RAFAEL MARMO (*Por videoconferência*.) – O.k. (*Falha no áudio.*) ... a Comissão de Direitos Humanos, por esta audiência pública, ela é muito interessante, muito importante.

Eu acho que até o momento desta audiência (*Falha no áudio.*) ... para que todos me vejam, eu quero me apresentar como um homem branco, de cabelos castanhos claros, olhos verdes, vestindo uma camisa azul clara e um paletó cinza. E, atrás de mim, tem uma gravura de um gato preto apreciando uma bebida.

Eu represento o Coletivo Acorda Psicologia ou A Cor Da Psicologia. Nós somos um coletivo de psicólogos de diversas regiões do Estado de São Paulo e do Brasil. E nós buscamos construir uma psicologia democrática, participativa, científica e crítica.

Parabenizando novamente a Senadora e a Comissão (*Falha no áudio.*) ... e o grande imbróglio que a Senadora vai ter que resolver, porque, neste momento da audiência, nós temos uma confusão muito grande entre a prática da psiquiatria, a prática da psicoterapia e a prática da psicanálise.

Os nossos colegas psicanalistas, de verdade, têm uma história, eles têm uma história técnico-científica muito importante que deve ser considerada, mas eu acredito que os nossos colegas psicanalistas precisariam trabalhar, apresentar propostas, sugestões, pode ser para o Senado, pode ser para a Câmara, de regulamentação da psicanálise, porque essa distinção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, por exemplo, nós estamos aqui analisando duas sugestões: uma sugestão de 2019, que tramita há seis anos no Senado; e uma sugestão que tramita há um ano. Essa sugestão de 2019, que coloca a prática da psicoterapia exclusiva para psicólogo, tem mais de 110 mil assinaturas favoráveis, diferentemente da Sugestão 0124, em que, no Portal do Senado, nem é mencionado o tanto de pessoas que aprovaram esse projeto, essa sugestão.

E uma sugestão que eu queria fazer à Senadora é que essas duas sugestões, a 4.019 e a 124, fossem tramitadas separadamente, porque uma não tem nada a ver com a outra.

E uma terceira (*Falha no áudio.*) ... que houvesse uma sugestão de regulamentação da psicanálise, porque isso seria importante também. Eu acho que os nossos colegas psicanalistas necessitam dessa regulamentação.

Então, eu queria começar analisando a importância técnico-científica da parceria entre a psicologia e a psiquiatria em todos os níveis de atenção. Aqui foram mencionadas a atenção básica, a atenção secundária, a atenção terciária. Se a gente pegar, por exemplo, os Caps da cidade de São Paulo, nós temos 103 Caps.

A parceria entre o psiquiatra e o psicólogo faz com que os casos, os pacientes sejam tratados com a maior eficácia, desde o acolhimento ao diagnóstico e aos projetos terapêuticos, isso trazendo um prognóstico clínico tremendamente favorável para os pacientes. Então, essa troca de saberes entre a psicologia e a psiquiatria, além de ser histórica, é importantíssima pelos rincões do Brasil.

E uma questão que eu queria colocar é em relação à psicoterapia. Foi colocado aqui que a psicoterapia é uma técnica. De fato, a psicoterapia não é uma técnica. A psicoterapia é uma prática composta por diversas técnicas. Na formação da Psicologia, desde o primeiro ano, as técnicas vão se sobrepondo até o quarto ano e depois (*Falha no áudio.*) ... muitas vezes no próprio quarto ano até o quinto ano da graduação em Psicologia, é feita a prática da psicoterapia com supervisão de mestres, de doutores e de especialistas.

Então, para você aprender psicoterapia não basta você fazer um curso, como foi dito aqui pelos colegas psicanalistas, não basta você fazer um curso de final de semana, um curso de EAD ou qualquer outra questão dessa. Esse mínimo de uma hora supervisionada é tremendamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para a formação. Inclusive, as melhores faculdades, universidades de Psicologia do Brasil exigem que o futuro psicoterapeuta, psicólogo, faça também a sua psicoterapia, como foi colocado, como é uma forma de trabalhar também dos psicanalistas.

Uma questão importante de a gente pensar é o precedente que se abre quando se compartilha com uma outra profissão uma prática restrita de uma outra. Por exemplo, nos Estados Unidos, em alguns estados, é permitido ao psicólogo prescrever medicamentos psicoativos. Mas, para que ele faça isso, ele precisa ter uma formação extremamente rigorosa. Por quê? Porque essa é uma prática do psiquiatra. Na sugestão do ano passado, de 2024, é colocado que basta ter formação. Mas qual formação? Seria, por exemplo, uma graduação em Psicologia? É uma questão a ser pensada.

Uma outra questão: das 11 especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, muito poucas não utilizam a psicoterapia. O que acontece? Atualmente, os planos de saúde exigem, para que a pessoa faça psicoterapia, para que ela passe por uma consulta psicológica, que ela tenha um encaminhamento médico. É algo que não tem sentido. Então, as autoridades da psicologia deveriam estar muito mais preocupadas com isso do que aprovar um projeto que compartilha com a outra profissão a psicoterapia, que é uma técnica tradicionalmente da psicologia.

A pergunta que fica é: daqui a 18 dias, nós teremos eleições para o Conselho Federal de Psicologia e para os conselhos regionais de psicologia, será que as autoridades hoje do Conselho Federal e dos regionais que defendem esse compartilhamento estarão na gestão desses conselhos?

E uma reflexão aos psicólogos: vamos observar quais chapas que estão concorrendo a esses conselhos aprovam a regulamentação da psicologia como exclusiva do psicólogo ou quais delas que compartilham com uma outra profissão, porque nós abrimos, nesse compartilhamento, as portas para a invasão da psicologia. Por que o psiquiatra com formação pode fazer psicoterapia? Por que um enfermeiro, um assistente social, um filósofo não poderiam fazer também a psicoterapia? Esse é um precedente muito perigoso que se abre.

Então, eu gostaria de propor ao conselho federal, aos conselhos regionais, à Federação Nacional dos Psicólogos, aos sindicatos que fizessem uma consulta, através de congressos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontros, aos psicólogos a respeito dessa questão. Este ano, nós tivemos, em todo o Brasil, congressos regionais de psicologia e congresso federal de psicologia também e, em nenhum momento, foram reservados dez minutos para discutir essa questão.

Então eu gostaria de sugerir à Senadora que tramitassem separadas essas duas sugestões e que os conselhos, sindicatos e federação de psicologia fizessem um debate com todos os 500 mil psicólogos do Brasil, para que a gente pudesse se colocar para que os psicólogos clínicos que têm como base a psicoterapia pudessem se manifestar também.

Quero novamente agradecer à Senadora pela atenção, pelo cuidado e pelo convite.

E eu ficaria por aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Rafael Marmo, por toda a sua explanação.

E agora eu quero passar a palavra para o Vitor Douglas de Andrade, que também vai dividir o tempo de dez minutos com o Ícaro, diretores ambos da Associação Brasileira de Psicologia baseada em Evidências.

Agora vocês dois que dizem quem vai ser o primeiro.

O SR. VITOR DOUGLAS DE ANDRADE – Senadora, é o Ícaro.

Ícaro, pode se pronunciar?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Então, com a palavra o Ícaro, Diretor da Associação Brasileira de Psicologia Baseada em Evidências.

O SR. ÍCARO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, boa tarde aos demais convidados. É uma honra estar aqui com vocês. Eu sou psicólogo clínico, um cidadão membro da ABPBE e também sou criador da Sugestão Legislativa 01, de 2024.

O motivo de eu ter criado essa sugestão é que vivemos hoje no Brasil e no mundo uma hecatombe no sofrimento mental. Nos anos da pandemia, por exemplo, a ansiedade aumentou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 25%, segundo a Organização Mundial da Saúde. Em anos (*Falha no áudio.*) ... não passava de 3%. É uma taxa inaceitável. Esse dado se reproduz em outras condições mentais como a depressão, a autolesão, a ideação suicida.

Eu queria compartilhar que eu comecei minha carreira em anos pandêmicos, quando foi bastante desafiador com o distanciamento social, muitas mortes, luto e o adoecimento mental profundo da população. A procura pelo serviço de saúde mental disparou e eu via que, em países sérios, a psicoterapia era um serviço em que o Estado se debruçava sobre as suas preocupações e a sua regulamentação, sabendo que uma má psicoterapia, quando administrada de uma maneira ruim, ceifa vidas. E é por isso que criei essa sugestão legislativa. Nós aqui no Brasil não temos uma regulamentação que proteja a nossa sociedade de charlatães ou leigos, que têm a pretensa ideia de que um rápido curso é páreo para os desafios implacáveis que a doença mental e o sofrimento mental nos impõem.

Logo no início da criação da sugestão legislativa, eu vi o rápido apoio a que os profissionais estudantes de psicologia e de medicina deram suporte. Foram quase 80 mil apoios de si, o que me deixa muito grato e honrado. Como colaborador da ABPBE, esse projeto foi abraçado e criamos o maravilhoso projeto de lei delineado por mãos talentosas, com muita *expertise* em leis que temos na nossa associação. Inspirados em leis exemplares ao redor do mundo, com uma definição bastante clara e fundamentada sobre a psicoterapia, prevendo inclusive que os infratores tenham multa e uma multa revertida para os cofres do Fundo Nacional de Saúde.

Ambos os Conselhos de Psicologia e Medicina estariam juntos na fiscalização da prestação desses serviços à comunidade. Isso não é nenhuma quimera, haja vista que outros países fazem exatamente o mesmo que estamos propondo, como a Alemanha, a Suíça ou até mesmo a Áustria.

Por um cenário arrasador em saúde mental é que estamos aqui pela vida e pela saúde mental das pessoas.

Psicoterapia não é uma conversa qualquer. Não é um bate-papo. É um tratamento altamente complexo, uma intervenção mental da ciência aplicada na saúde da mente humana, que pode salvar vidas ou destruí-las se feita de maneira irresponsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no Brasil, qualquer pessoa pode se apresentar como terapeuta sem qualquer formação ética nem supervisão. E o que acontece? Pessoas fragilizadas e muito vulneráveis, em sofrimento psíquico, se tornam alvo de leigos que querem trabalhar com a população com doenças mentais.

A quem a sociedade recorreria diante de um abuso ou violência praticada por uma pessoa que não fez uma carreira regular em uma profissão de saúde mental e que não tem a menor fiscalização dentro de um conselho profissional?

Psicólogos e médicos são fiscalizados seguindo rigoroso código de ética. Não haveria nenhuma repercussão legal a um dito terapeuta com práticas violentas como a conversão de sexualidade ou mesmo a identidade de gênero, a famosa "cura gay", que é bastante difundida entre terapeutas livres, infelizmente, práticas que são coibidas pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Conselho Federal de Psicologia. São, inclusive, equivalentes a tortura, segundo a OMS.

E é este o cenário: pessoas que passam por práticas violentas podem ter seus algozes livres para continuar praticando, porque estão fora do escopo de uma regulamentação, de uma fiscalização.

Se alguém deseja trabalhar com a psicoterapia, o meu recado é que esse serviço de saúde mental exige muito estudo. Inclusive, a psicanálise é uma abordagem ofertada em 80% ou mais dos cursos de psicologia no Brasil. Portanto, ela não será uma abordagem silenciada. Ela sempre fez parte das faculdades de psicologia e da formação de psiquiatras no Brasil.

Hoje em dia, mais de 0,5 milhão de psicólogos existem no Brasil. E até mesmo, segundo os dados do Conselho Regional de Psicologia, 70% deles escolheram a psicanálise e as abordagens psicodinâmicas para atuarem como psicoterapeutas. Esse enfoque também é compartilhado pelos médicos psicoterapeutas. Muitos deles são psicanalistas, então, não será uma abordagem silenciada.

A formação do psicoterapeuta exige no mínimo uma faculdade de psicologia ou uma escola médica. E eu aconselho que essas pessoas façam uma faculdade de medicina ou de psicologia e não barrem essa regulamentação tão importante.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Douglas, você vai vir agora?

O SR. VITOR DOUGLAS DE ANDRADE – Senadora? Agora, foi.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora, é o Vitor Douglas de Andrade.

Obrigada, Ícaro.

O SR. VITOR DOUGLAS DE ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde.

Em primeiro lugar, para mim é uma honra muito grande compor esta mesa com pessoas tão ilustre, eu, como graduando de psicologia.

Venho aqui, na verdade, não falar como Vitor, mas venho dar voz a uma instituição que hoje tem mais de quatro mil psicólogos, mais de 50 mil apoiadores e dar luz a uma sugestão legislativa que recebeu milhares de apoios ao longo desta trajetória. E essa voz que eu quero dar é uma voz de insatisfação.

A regulamentação da psicoterapia, pessoas – e aqui eu quero puxar um histórico –, quando nós pensarmos em psicologia e quando pensamos que, em 2009, nós já tivemos o ano da psicoterapia, em que foi falado, abro aspas: "O Conselho Federal de Psicologia deveria trabalhar em vistas com a construção de políticas e normativas sobre a psicoterapia no campo da psicologia", a ideia de que a classe de profissionais realmente apoiava a regulamentação era evidente, mas demorou mais de uma década para nós termos uma primeira SUG, de fato, a de 2018, pautando a regulamentação da psicoterapia. Foi muito tempo de espera, muito tempo, mas, finalmente, estamos aqui agora, em 2025, numa mesa discutindo sobre a regulamentação.

E por que a regulamentação é tão pertinente? O Ícaro fez os comentários técnicos, e eu queria aqui chamar a questão do ponto de vista político da coisa. Quando nós falamos de psicoterapia, nós temos que ter em mente que, durante todo esse tempo em que não houve regulamentação, a psicoterapia virou um espaço em que diversos outros profissionais se apropriaram dele para exercer psicoterapia sem ter formação adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste ano, nós tivemos a decisão do Conselho de Enfermagem colocando resolução para que enfermeiros atuem com a psicoterapia, mas o pior não é isso; o pior, Senadora, é pensarmos que nós temos – e aqui eu quero dar voz ao que a Irani trouxe e ao que outros trouxeram, como o Rodrigo –, que existem muitos e muitos cursos de formação livre em que um sujeito, na internet, atua por meio desses cursos como psicoterapeuta.

E aí você tem – e é importante dar nome aos bois aqui, para a gente entender exatamente do que a gente está falando –, por exemplo, a formação Italo Marsili, de 12 semanas, são 12 semanas para um sujeito virar psicoterapeuta, e o Instituto Veríssimo, também formação de 12 semanas. Eu queria chamar a atenção aqui para o Instituto Flávio Pereira. Ele coloca no *marketing* o seguinte, abro aspas: "Seja psicanalista ou psicoterapeuta sem ser psicólogo. 100% legal. Com certificado. Suporte vitalício. Te prometo formar em dois meses". E você procura lá e ainda tem a logo, Andressa, do Conselho Federal de Psicologia, como se tivesse alguma validação do conselho, que, obviamente, não há, mas há um espaço sendo aproveitado para que, cada vez mais, indivíduos acabem utilizando esse espaço para ganhar dinheiro.

São milhões e milhões de reais para cursos de formações livres para que pessoas se formem por meio de uma demanda de mercado, porque saúde mental é uma pauta importante, é uma pauta que, cada vez mais, vem sendo discutida no Brasil, em função dos dados alarmantes que nós temos em saúde mental, e, por haver algum mercado, você acaba criando cursos muito facilitadores, mas formando uma mão de obra precária que não terá condições, de fato, de atender a população vulnerabilizada. E quem se prejudica com isso são os mais pobres, são as pessoas menos capazes ainda de avaliar se um psicoterapeuta é ou não adequado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR DOUGLAS DE ANDRADE – Por isso, é muito importante nós pensarmos em regulamentação pensando no cenário político em que nós estamos inseridos.

E daí veio luz à sugestão legislativa de 2024. O Ícaro trouxe aqui um pouco acerca do projeto da ABPBE. Vai estar na sua mesa – viu, Senadora? – esse projeto, que, na verdade, já está com a assessoria parlamentar, mas nós podemos discutir isso mais profundamente. É muito importante nós termos uma regulamentação para psicólogos e médicos psiquiatras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, eu só queria finalizar discordando do Instituto Matema, quando diz que a regulamentação não deveria abarcar a psicanálise e não deveria ser excludente nesse sentido.

Eu vou pedir só mais um minutinho para eu poder finalizar. A minha fala foi um pouco dividida. Todo mundo cumpriu o tempo, mas eu só queria trazer este ponto aqui, porque é muito pertinente. Não faz sentido fragmentarmos a formação em psicologia. Psicanálise é a abordagem da psicologia.

Falaram de fazer um conselho federal de psicanálise; vamos fazer, então, um conselho federal de análise do comportamento, um conselho federal de TCC, um conselho federal de humanista, um conselho federal de Gestalt. Isso não faz sentido! É muito melhor você ter um terapeuta que teve toda uma formação ampla da área e que será capaz de tratar de diversos problemas, por meio de uma formação ampla, do que você fragmentar cada vez mais a profissão.

Eu falo aqui enquanto graduando. Eu tenho mais de 400 horas de formação de prática baseada em evidências. Eu não estou em condições de ser um psicoterapeuta. Não estou. O que a formação de psicologia traz é uma amplidão em relação ao entendimento sobre comportamento humano, sobre como atuar na clínica, de fato, por meio de diversos espectros, e não apenas espectros isolados.

Então, eu fiquei muito feliz quando o Conselho Federal de Psicologia, de fato, demonstrou uma posição favorável em relação à SUG 1, de 2024, e esperamos que a gente possa unir forças. Vamos deixar as diferenças de lado, vamos nos unir enquanto categoria e fazer acontecer, de fato, uma regulamentação que dê orgulho, que possa proteger a população e proteger, de fato, as pessoas em vulnerabilidade. E que também combata picaretas e pessoas que, mesmo bem-intencionadas, não têm, de fato, boas condições de formarem psicoterapeutas.

Então, muito obrigado e passo a palavra. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada a você, Dr. Vitor Douglas. Agradeço a sua explanação e a sua emoção.

E com a palavra, agora, Vânia Maria Machado, que é Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos, por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VÂNIA MARIA MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Olá!

A SRA. VÂNIA MARIA MACHADO (*Por videoconferência*.) – Uma boa tarde a todos, todas e "todes". Quero agradecer à Senadora Mara pelo convite, primeiramente.

Eu estou falando aqui de Santa Catarina. Eu sou psicóloga e Presidente da nossa federação nacional, que é a única entidade sindical aqui presente. Nós temos 18 sindicatos de psicólogos pelo Brasil afora, então, é uma federação que agrega uma representatividade da nossa profissão.

A federação é favorável à regulamentação da psicoterapia de forma privativa para as duas profissões regulamentadas por lei e que possuem, no seu escopo formativo de graduação e pós-graduação, a possibilidade para o exercício da psicoterapia, qual seja a profissão de psicólogos e psicólogas e de médicos e médicas psiquiatras.

Nossa justificativa – eu vou procurar ser até bastante objetiva – vem da solicitação da nossa base da categoria, em que somos uma maioria de psicólogos autônomos atuando em consultórios e clínicas, enfim, utilizando a psicoterapia.

A nossa formação é uma formação sólida de psicólogos, historicamente utilizando a psicoterapia, tanto no aspecto formativo, nas diferentes abordagens, teóricas, técnicas e metodológicas, que são ensinadas e praticadas nos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, como em centros formadores privados (*Falha no áudio.*) ... porque temos muitos (*Falha no áudio.*) ... que não são só de 360 horas – no mínimo, tem uma média de três anos, eu diria –, e muitos deles são credenciados para oferta desses cursos formativos, com possibilidade de título de especialista pelo CFP. Então, a nossa categoria possui, de fato, referências teóricas e técnicas para o exercício da psicoterapia, não só na iniciativa pública, como também nos serviços privados.

Também, outra justificativa é pelo campo de atuação profissional. Somos uma maioria, como já disse, de psicólogas autônomas atuando em consultórios e em clínicas, seja como única atividade profissional (*Falha no áudio.*) ... ou complementar a sua atividade profissional com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vínculo empregatício. A psicoterapia, portanto, está entre as especialidades previstas na resolução do CFP na especialidade de psicologia clínica.

É também pela regulamentação que já temos da psicoterapia dentro da nossa profissão, inicialmente, como já foi citado, pela lei que regulamenta a psicologia, a Lei 4.119, de 1962, lembrada pelas nossas colegas anteriormente; e, também, muito recentemente, em 2022, pela Resolução 13, que regulamenta o uso da psicoterapia pelos psicólogos, que se traz todo um cuidado com questões técnicas e éticas para o nosso profissional no exercício da psicoterapia.

Embora tenhamos uma formação generalista, o que significa que nós estamos sendo preparados para atuar em qualquer campo, o exercício da psicoterapia requer, de fato, uma qualificação permanente. (*Falha no áudio.*) A nossa profissão não se (*Falha no áudio.*) ... anos de graduação. Nós dedicamos muitos anos para a nossa qualificação, e a busca pelo reconhecimento e valorização da nossa profissão e do profissional é uma constante para nós.

Considerando que a prática da psicoterapia (*Falha no áudio.*) ... essas abordagens metodológicas e técnicas, que são aprendidas e ensinadas por psicólogos nos cursos de graduação, nos cursos de pós e nos centros de formação, como já falei, e até mesmo por associações específicas – nós temos muitas no Brasil, há aqui até algumas presentes –, (*Falha no áudio.*) ... instituídas por psicólogas e psicólogos... Isso até deveria nos dar segurança, proteção no ensino (*Falha no áudio.*) ... da psicoterapia, mas não é o que acontece, como já foi apontado aqui.

A maioria da nossa motivação pela busca da exclusividade (*Falha no áudio.*)

... pela facilidade do acesso a essa formação, nas diferentes abordagens psicoterapêuticas aqui já citadas, reconhecidas inclusive pela psicologia em Constituição, mas se constata que outras profissões que não têm em sua formação ou graduação a previsão legal, nem mesmo nas diretrizes curriculares, utilizam a psicoterapia acessando essas formações, inclusive o uso indiscriminado do título de psicoterapeuta por quem ainda não tem habilitação e qualificação profissional de forma adequada. Precisamos então regulamentar a psicoterapia e o uso do título de psicoterapeuta, a partir de profissões regulamentadas por lei, e não criar outra profissão, como já foi aqui apontada a profissão de psicoterapeuta ou outra similar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que temos garantido dentro da nossa profissão é o título de psicólogo, reservado e inscrito no Conselho Regional de Psicologia. Nesse sentido, a categoria não deveria abrir mão para outros títulos, muitos psicólogos abrem mão, quando se formam (*Falha no áudio.*) ... psicoterapeutas, psicanalistas, terapeutas familiares, gestalterapeutas, psicodramatistas e por aí. Nossa sugestão seria então que o psicólogo e a psicóloga se denominassem psicólogo e psicóloga psicoterapeuta ou psicólogo e psicóloga clínica, que estão num campo da nossa especialidade em psicologia clínica.

E aí apontar alguns impactos que poderíamos ter com a regulamentação da psicoterapia de forma privativa para os psicólogos e médicos psiquiatras, pensando na psicologia, porque estamos aqui falando em nome dela: maior proteção para os usuários, o que já foi aqui apontado, até porque vão recorrer a um profissional habilitado e qualificado, até por conta do que já foi aqui também apontado, um grande número de afastamento do trabalho por motivação relacionada à saúde mental, o que tem levado muita procura à nossa profissão; valorização e reconhecimento do nosso profissional nas políticas públicas e também no setor privado; garantia também de contratos com operadoras de planos de saúde de forma mais sólida e outros tipos de contratos também (*Falha no áudio.*) ... e disciplinar o trabalho dos psicólogos psicoterapeutas. Supõe-se que a psicoterapia também esteja sendo praticada dentro de plataformas digitais, então, que possa haver uma regulação ou orientação também nesse sentido.

Penso que ainda tenho um tempinho, eu gostaria de ler, nós pedimos à nossa assessoria jurídica um parecer quanto ao impacto da nossa regulamentação. São poucas coisas, já encerro.

A exclusividade da psicoterapia para psicólogos e psiquiatras encontra respaldo não apenas nas leis que regulamentam essas profissões, como a Lei 4.119, de 1962, e a Lei 3.268, de 1957, mas também no princípio constitucional de proteção à saúde e no dever de garantir que serviços dessa natureza sejam prestados por profissionais habilitados e fiscalizados por seus conselhos.

Aí conclui: é juridicamente viável a regulamentação restrita (*Falha no áudio.*) ... restrição seja instituída por lei federal. A formação de psicólogos e psiquiatras apresenta, sob o prisma normativo, os requisitos mais sólidos para fundamentar essa restrição. Qualquer tentativa de incluir outras categorias profissionais demandaria mudanças estruturais e demoradas na base curricular e no marco legal aplicável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão legislativa em curso é legítima, pois trata de proteger a população e assegurar a qualidade da atenção à saúde mental. Sem adentrar no mérito técnico, este parecer enfatiza que a psicologia possui, no cenário atual, a formação acadêmica, regulamentação legal e estrutura de fiscalização mais alinhadas às exigências de segurança, competência e proteção do usuário de serviços psicoterapêuticos.

Por essa razão, a presença e a atuação estratégica da Fenapsi, no debate legislativo, são fundamentais para que a regulamentação final seja construída de forma a preservar a qualidade e a efetividade da psicoterapia no Brasil.

Muito obrigada. E um bom debate aí na continuidade.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Muito obrigada mesmo.

E agora vamos ouvir as considerações do Sr. Ricardo Marques, que é representante da Federação Nacional dos Terapeutas, e também vai falar através de videoconferência.

Está com você a palavra, Ricardo Marques.

O SR. RICARDO MARQUES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Boa tarde. Estão me escutando bem aí?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Superbem.

O SR. RICARDO MARQUES (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Quero agradecer à Senadora Mara Gabrilli pela oportunidade concedida, a todos os colegas e às autoridades presentes. Quero parabenizar a todos pelas palavras. Eu acredito que todos que falaram até agora são muito bem-intencionados, ninguém tem má intenção aqui no que está propondo.

O que eu consigo perceber, gente, é que nós vivemos tempos, hoje em dia, no Brasil e no mundo, em que a verdade objetiva, factual, dá muito espaço a uma lógica... Usam-se argumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lógicos, com verniz lógico muito bem construído, com dados, com argumentos muito interessantes, mas que não se sustentam quando você espreme e vai atrás da verdadeira premissa que está por trás de tudo, premissa essa que muitas vezes nem sequer é percebida pelos seus proponentes.

Então, falou-se aqui a respeito de regulamentação. Eu acredito que quase todos são favoráveis à necessidade de uma regulamentação para evitar alguns problemas graves que a gente sabe que acontecem no campo da psicoterapia, que são os da banalização, dos cursos irresponsáveis e inconsequentes que existem no mercado, dos maus profissionais que são malformados e verdadeiramente põem, sim, em risco, assim como os maus psicólogos também põem – eu conheço vários casos – em risco a saúde mental e até a própria vida de tantas pessoas. Então, são argumentos muito óbvios e muito fáceis de a gente acolher.

A questão é que, se a gente for espremer isso, como eu falei há pouco, o que tem por trás de todo esse arcabouço lógico é uma premissa falsa. Qual é a premissa, no final de tudo? Não é a regulamentação. Se a questão fosse regulamentação, seria muito mais fácil de se resolver. A polêmica se dá porque a premissa, se nós formos honestos e sinceros em admitir, é que se está admitindo, se está tomando por base que se alguém não é graduado em psicologia ou não tem residência em psiquiatria, automaticamente essa pessoa é desqualificada para trabalhar com saúde mental.

Isso é uma mentira. Isso é uma mentira do ponto de vista lógico, científico, histórico, epistemológico, inclusive no histórico da própria psicoterapia ou das psicoterapias.

Eu queria convidar vocês aqui a refletirem comigo em algumas coisas que eu quero citar, tá bom? Primeiro, as narrativas precisam ser desmascaradas, mesmo que sejam bem intencionadas. Às vezes, elas são baseadas em informações equivocadas, não é? Como, por exemplo, a ideia de que fora do Brasil, nos países de primeiro mundo, nos países mais desenvolvidos, as psicoterapias são reguladas de uma maneira como se está querendo fazer aqui, ou seja, tem que ter um conselho profissional que toma para uma categoria profissional específica, a psicoterapia se apossa dela, e ninguém mais pode exercer a psicoterapia fora daquela categoria. Isso é um equívoco. Não é assim no resto do mundo, nem mesmo na Alemanha e na Suíça, como foi citado aqui, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece em quase todo o mundo, inclusive em vários países da América do Sul, nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na Europa quase como um todo e em várias outras nações é que as psicoterapias são historicamente e até hoje exercidas por psicólogos, por médicos e por profissionais de outras origens, de outras graduações, de outras formações, mas que fizeram formações que os habilitaram para as psicoterapias. Então, se é assim, se foi e é assim em praticamente todo o mundo, por que é que o Brasil tem que ir na contramão disso?

E aqui a gente tem mania, faz parte da nossa cultura brasileira a gente ignorar o que está acontecendo no mundo, filtrar, ter uma visão seletiva das coisas, usar só o que interessa a determinados interesses de categorias profissionais, reserva de mercado e coisas do tipo, e construir um arcabouço lógico que não se sustenta, porque a premissa real é: quem não tem graduação em psicologia ou em psiquiatria é desqualificado automaticamente para trabalhar com saúde mental. É uma narrativa falsa. Isso desmonta todo o arcabouço lógico que se tenta construir. É lógico, sim, mas é uma falsa lógica. É uma narrativa que não se sustenta.

Em praticamente nenhum lugar do mundo, as psicoterapias não foram, nem são monopólios da psicologia, tampouco da psiquiatria. Grande parte dos fundadores das principais abordagens psicoterápicas, embora sejam chamados de psicólogos, desde as abordagens psicoterápicas pioneiras até as mais recentes, cujos fundadores estão vivos, não era e não são de graduados em psicologia. E nem de médicos. Sim, Freud era médico; Aaron Beck era médico. Então, tem alguns que eram médicos, mas a maioria sequer psicólogo era, sequer médico era.

Mas vamos para os fatos. Não adianta ficar fazendo narrativa, a gente tem que demonstrar. Não é baseado em evidências? Então, vamos lá. Vamos falar aqui de alguns casos famosos. Espero que o tempo dê. Tenho tanta coisa para falar.

Eu tenho uma nota técnica e uma moção que a gente protocolou. Eu gostaria que isso ficasse disponível em todo o processo dessas duas SUGs para que todas as pessoas honestas, sinceras, que querem ter acesso à verdade factual possam acessar, ler e considerar. Está certo? Então, vamos lá.

Há muita desinformação. Então, vamos lá. O argumento de que tem que ser psicólogo, de que tem que ter graduação em psicologia para poder ser qualificado para cuidar de alguém na área de saúde mental não se sustenta historicamente em lugar nenhum, nem atualmente. Maus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais existem em todas as profissões. Por isso, sim, regulamentação. Sim, regulamentação é necessária, mas exclusividade para uma ou duas categorias profissionais não tem sustentação de nenhum tipo. A sustentação – quando é feita – dessas duas propostas é uma sustentação apenas aparente, não se sustenta nos fundamentos legítimos.

Então, vamos lá. Eu quero deixar alguns exemplos, deixando de fora os médicos, porque a gente já sabe que historicamente alguns médicos foram fundadores. Vamos falar de não médicos.

Carl Rogers era graduado em História. Como é que ele entrou na área de Psicologia? Através de pós-graduação em Psicologia clínica? No entanto, mesmo não sendo graduado em Psicologia – era historiador –, Carl Rogers foi considerado o maior psicólogo de todos os tempos, o principal pai da Psicologia humanista e o criador da terapia centrada no cliente. Revolucionou o mundo da psicoterapia. Mesmo não sendo graduado em Psicologia, presidiu a APA (Associação Americana de Psicologia) e a Academia Americana de Psicoterapeutas, que corresponde ao nosso Conselho Federal de Psicologia. Imaginem, aqui no Brasil, um graduado em História que se pós-graduou em Psicologia clínica criar uma abordagem psicoterápica, ficar reconhecido mundialmente por isso e ainda presidir o Conselho Federal de Psicologia. Parece esquisito, mas é esquisito para a mentalidade brasileira, que bagunça tudo, que enxerga tudo de forma distorcida.

O famoso Albert Ellis. Albert Ellis era graduado em Administração e se pós-graduou em Psicologia. Albert Ellis é classificado como o segundo psicoterapeuta mais influente da história. Um administrador, gente! É o segundo psicoterapeuta mais influente da história, só perde para o Carl Rogers. Ele criou a terapia comportamental emotiva racional, que se tornou o fundamento para todas as terapias cognitivo-comportamentais. Imaginem! E aqui no Brasil o pessoal quer proibir pessoas de outras graduações, que não sejam Psicologia, de estudarem e exercerem a terapia cognitivo-comportamental, quando o fundador de toda a base teórica da terapia cognitivo-comportamental, ou das terapias dessa área, era um administrador. Está vendo como a lógica não se sustenta?

O Skinner, B. F. Skinner era graduado em Língua Inglesa e se pós-graduou em Psicologia. Foi criador da análise do comportamento, foi classificado pela APA...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MARQUES (*Por videoconferência*.) – ... mais eminente do século XX e influenciou gerações. Erik Erikson não tinha graduação, era artista plástico. Gordon Allport, graduado em Filosofia e Sociologia, foi um dos fundadores da psicologia da personalidade. Paul Goodman, um dos criadores da Gestalt-terapia, era artista e trabalhava com literatura.

A Sue Johnson, graduada em Literatura Inglesa, viva ainda hoje, fundou a Terapia Focada nas Emoções. Famosa psicóloga clínica, mas ela era formada em Literatura Inglesa, gente!

Eu estou omitindo aqui, mas tudo isso está na nota técnica. Eu gostaria que vocês verificassem isso.

O Leslie Greenberg, graduado em Engenharia, foi um dos criadores da Terapia Focada nas Emoções também, junto com a Sue Johnson, e é considerado hoje um dos maiores psicólogos clínicos da atualidade.

Martin Seligman, graduado em Filosofia, mas desenvolveu a Psicologia Positiva e a Psicoterapia Positiva. E presidiu a APA.

Howard Gardner, graduado em Relações Sociais, que se pós-graduou em Psicologia, pai da Teoria das Inteligências Múltiplas, considerado psicólogo de referência. Nem graduado em psicologia ele era.

Daniel Goleman, graduado em Antropologia, mas famoso como psicólogo, pai da inteligência emocional.

Anna Freud nem graduação tinha. Era professora de ensino fundamental, fundadora da psicologia infantil.

Melanie Klein não tinha diploma de graduação, pioneira da (*Falha no áudio.*)

... Erich Fromm, graduado e pós-graduado em Sociologia, grande influência na psicoterapia humanista.

Virginia Satir, graduada em Educação e uma das pioneiras da terapia familiar.

Rollo May, graduado em Teologia e em Inglês, se pós-graduou em Psicologia, grande referência em psicoterapia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jay Douglas Haley, jornalista e graduado em Biblioteconomia, foi pioneiro no desenvolvimento da psicoterapia breve.

E assim vai. São tantos! Por favor, visitem lá depois, porque vocês vão ficar impressionados, tá certo?

Então, isso, no mundo todo, nós temos ainda hoje muitos psicólogos famosos que não eram graduados em Psicologia e que são reconhecidos pela Psicologia brasileira como grandes autoridades na área. E estamos usando aí as abordagens psicoterapêuticas deles, não é?

Então, gente, não se sustenta o argumento. É possível, sim, se fazer um trabalho excelente na área de saúde mental tendo graduação em outras áreas. Agora, regulamentação é preciso. Garantir a formação de excelência é fundamental.

Eu queria, então, fechar, lendo aqui duas frases de dois psicólogos brasileiros.

Dra. Bárbara Conte, graduada, mestre e doutora em Psicologia, psicóloga clínica, ex-Conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Ela disse: "A psicologia é uma das categorias profissionais que exerce a psicoterapia, mas sabidamente não é a única. Pensar o que é a prática da psicoterapia é situar critérios técnicos e éticos que abarquem a diversidade das psicoterapias e dos grupos profissionais que as exercem. Os conselhos regionais e o federal de Psicologia legislam e fiscalizam os psicólogos. No entanto, é preciso respeitar as especificidades sem imposição de controle sobre as outras categorias profissionais. A psicoterapia não é uma prática que deva ficar restrita a uma ou duas categorias profissionais".

E, por fim, o Dr. Henrique Leal Rodrigues, psicólogo e doutor em Epistemologia, da UFRJ, disse que: "O campo das psicoterapias é antigo, amplo e diversificado. Logo, tratá-lo como... da psicologia nos remete a um equívoco não apenas epistemológico, mas também de ordem política. Pensar a psicoterapia como exclusividade da psicologia é não se dar conta da realidade que se apresenta em nosso entorno".

Então, me perdoem por ter excedido o tempo, mas eu agradeço muito a paciência de vocês.

Tem muito mais coisa para falar, mas eu recomendo: leiam a nota técnica que a gente postou, tá certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grato.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Ricardo Marques, por toda a sua explanação e por tanta informação que você nos trouxe.

E agora eu passo a palavra para o Sr. Antônio Geraldo da Silva, que é Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria e vai fazer sua apresentação de forma remota. (*Pausa.*)

Antônio...

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. É um prazer estar aqui novamente com a senhora.

E eu quero fazer um alerta: psicoterapia é coisa séria, gente! Nós não podemos confundir a formação de outros países, de outras épocas, num outro contexto mundial, com o que temos hoje em dia.

Por que deve ser exercida apenas por psicólogos e psiquiatras? Psicoterapia não é autoajuda. Há uma confusão enorme em relação a isso. Não é escuta informal, não é espiritualidade aplicada. Psicoterapia é técnica clínica com base científica. Existe uma formação profunda, ética, supervisão.

Ela pode transformar vidas, mas também pode causar efeitos colaterais graves, por exemplo: agravamento de sintomas, indução de falsas memórias, reforço de traumas, dependência emocional.

E quem pode, então, exercê-la com segurança? Aqui no Brasil, com as formações que nós temos dos profissionais, que estão já descritas as matrizes de competências de cada uma das profissões: psicólogos e psiquiatras, com base na formação (*Falha no áudio.*) ... temos no Brasil (*Falha no áudio.*) ... com matrizes de competências completas em saúde mental (*Falha no áudio.*) ... das doenças mentais.

A gente tem que trabalhar com promoção, com prevenção, com atenção. Porque nós temos que ter uma formação de Estado estruturada e baseada em ciência. Isso não é para cursos ocasionais ali, caça-níqueis. Precisa ter conhecimento profundo em psicopatologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neurobiologia, desenvolvimento humano, ética clínica, conselho de classe que regula, que orienta, que fiscaliza.

Sim, outras categorias da saúde também têm conselhos profissionais. Mas a formação em psicoterapia, no Brasil, é parte orgânica da trajetória universitária apenas na psicologia e na formação médica, especificamente na matriz de competências do psiquiatra, incluindo disciplinas teóricas, estágios supervisionados, construção técnica contínua.

Eu quero alertar contra essa tentativa de banalização. Há uma onda perigosa em curso. No Brasil, por exemplo, só temos crescido no número de pessoas que se suicidam. Por quê? Exatamente pela má assistência, pela falta de acesso a quem pode cuidar adequadamente.

Criar reservas de mercado para cursos superficiais de final de semana, vendendo a ilusão de que qualquer um pode ser psicoterapeuta... Isso não protege os nossos pacientes. Protege interesses comerciais; e há pessoas, inclusive, falando aí: "clientes".

Realmente, para quem tem cliente, tudo bem. Agora, quem cuida de quem padece de doenças, ou até o chamado sofrimento psíquico, que é inerente à formação, inerente ao ser humano, precisa proteger essas pessoas desses interesses comerciais que não podem ficar à custa da saúde psíquica da população.

Mas o que é que dizem os estudos sobre isso? Segundo a própria American Psychological Association, terapias mal conduzidas podem aumentar o risco de desistência de tratamentos e recaídas; a Cochrane aponta que intervenções sem preparo técnico não superam placebo na maioria dos casos; a própria Organização Mundial da Saúde afirma: saúde mental exige cuidados baseados em evidências, competência e ética.

Concluindo, defender que apenas psicólogos e psiquiatras realizem psicoterapias no Brasil não é elitismo; é responsabilidade, é ciência, Senadora Mara, é proteger quem mais precisa: o paciente. Se você não deixaria um leigo operar seu coração, por que deixaria alguém sem preparo intervir na sua mente? Por quê? Psicoterapia é instrumento clínico e, como todo instrumento clínico, deve ser usada por quem está preparado.

Cuidado! Estão confundindo a psicoterapia que nós precisamos usar na área de saúde com as brincadeiras do dia a dia em qualquer outra área, mas na área de saúde não se brinca, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem muita gente morrendo, tem muita gente se suicidando exatamente por culpa de intervenções irresponsáveis, inadequadas. Há pessoas se tratando aí, fazendo psicoterapia meses a fio, que chegam ao consultório e nós identificamos que têm meningioma, tumores cerebrais, áreas cerebrais atingidas. As pessoas não têm nem noção do que se trata! E continuam ali, fazendo "psicoterapia", fazendo "psicoterapia" – aqui, é "psicoterapia", entre aspas!

Uma das grandes felicidades que eu tive em formação de associações, nos últimos tempos, foi a ABPBE. Por quê? Passaram a estudar psiquiatria baseada em evidências, uma psicologia responsável. Nós não podemos brincar com isso. A matriz de competências dos psiquiatras nos leva a fazer uma formação de três anos, de 2.880 horas por ano, dando um total, Senadora Mara, de quase 10 mil horas – depois de um curso de Medicina de 10 mil horas. São 20 mil horas! (*Falha no áudio.*) ... gente, não se pode brincar com isso.

A saúde da população brasileira agradece que isso seja apreciado com muita atenção, com muito carinho. Criem outro nome para a outra coisa, para o que estão fazendo por aí e querem continuar fazendo, mas misturar isso ao sistema de saúde, deixar isso ser usado dizendo que nós vamos tratar pessoas é de uma irresponsabilidade incrível. Não podemos permitir isso.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, em nome da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Grato.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Grata também, Dr. Antônio. Muito obrigada.

Agora, nós vamos ouvir o Sr. Rodrigo Acioli Moura.

Eu queria pedir desculpas para vocês, porque eu adoraria comentar cada fala – comentar, debater –, mas eu estou acelerada, porque o nosso tempo está... E a gente está conseguindo continuar, porque o Plenário não abriu, então a gente conseguiu passar das 16h. Por isso que eu não estou comentando caso a caso, eu estou acelerando aqui para gente conseguir fazer com que todos consigam falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a gente vai ouvir o Sr. Rodrigo Acioli Moura, que é Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia.

Está com a palavra, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO ACIOLI MOURA (Para expor.) – Bem, boa tarde, Sra. Senadora, agradeço a oportunidade de estarmos aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

O SR. RODRIGO ACIOLI MOURA – ... de abrir esse espaço para esse debate, um espaço onde nós podemos concordar e discordar com total tranquilidade e respeito mútuo uns com os outros – é muito importante espaços como esse.

Bem, primeiro, nós no Conselho Federal de Psicologia temos o hábito de fazer uma autodescrição, em respeito àquelas pessoas que têm baixa visão ou não têm visão, para que possam nos identificar, possam conseguir nos enxergar.

Então, primeiro caso, tem alguém aqui na plateia?

Aqui na frente, Rodrigo Acioli Moura, sou um homem branco, com cabelo curto castanho, barba começando a ficar grisalha, estou vestindo um paletó azul-marinho, com uma blusa azul-claro, uma gravata azul-escuro e um pin na minha lapela com um símbolo da letra grega psi, psiquê, símbolo da nossa psicologia.

Bem, primeiro, prometo tentar me manter dentro dos dez minutos, como os nossos colegas fizeram, mas, como bom carioca, também não recuso um chorinho no final – vou tentar manter o nosso tempo aqui para ajudar os nossos trabalhos, tá?

Então, na pessoa da Senadora Mara Gabrilli, dou boas-vindas e agradeço por estar presente aqui com toda a mesa, com todas as pessoas que nos antecederam. Quero fazer uma referência também às pessoas aqui presentes e a quem nos assiste nas redes sociais. E também fazer uma deferência à nossa Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Alessandra Almeida, que nos acompanha também aqui no nosso plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, é importante lembrar que nós não podemos ignorar a história, mas também não podemos ignorar a nossa realidade brasileira, as realidades brasileiras, nesses brasis com que nós convivemos.

Entendo que estamos aqui hoje reunidos por um pensamento, um entendimento em comum. A discussão de hoje vai além de regulamentar uma prática como exclusiva. Na verdade, estamos construindo ativamente um projeto que tem por objetivo garantir à sociedade brasileira uma maior qualidade na atenção e cuidado no que se refere à saúde mental.

Entendemos que, em princípio, um projeto de regulamentação da psicoterapia como prática exclusiva de psicólogos e médicos psiquiatras pode gerar preocupação em alguns setores e grupos da sociedade.

O campo da saúde mental é marcado pela atuação multidisciplinar em relação direta com a concepção de saúde integral, por isso profissionais regulamentados de diversas profissões podem trabalhar e já trabalham no campo, cada um atuando de acordo com a sua formação específica, seja a partir do campo científico acadêmico ou técnico, em ações que contemplam diferentes aspectos das ações de promoção e assistência à saúde.

Essas outras profissões podem conduzir uma diversidade de terapias, como as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics), tipo de tratamento realizados de modo contínuo e abrangendo técnicas diversas, vinculado diretamente ao modelo clínico característico das profissões da saúde; mas marcamos que psicoterapia tem particularidades muito significativas, já que foca na organização das funções psíquicas, em aspectos emocionais, comportamentais e relacionais, com o emprego de métodos e técnicas relacionados a cada abordagem.

Como já exposto aqui, no Brasil, hoje apenas duas profissões têm uma formação adequada para a condução da psicoterapia. Pesquisadores indicam, inclusive, que a constituição profissional participa em grande medida na aliança terapêutica, que é a relação que se estabelece entre quem procura esse cuidado e quem o presta. Essa relação é um dos fatores mais determinantes para a efetividade da psicoterapia. Por isso quero aproveitar esse espaço para destacar que, além do currículo, da formação acadêmica, profissionais da psicologia e da psiquiatria têm, cada um, um conselho de fiscalização instituído por lei, que resguarda a sociedade de qualquer prática inadequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso significa contar com um sistema de fiscalização que emite orientações, produz parâmetros éticos e técnicos para o conjunto de profissionais, que permite a organização da categoria e tem como função precípua a legitimidade para apurar as denúncias apresentadas em face de seus profissionais e garantir o devido processo por conta de infrações éticas, que dizem, de um exercício profissional inadequado e, se for necessário, aplicar as devidas penalidades.

Ao contrário disso, qualquer cidadã, qualquer cidadão brasileiro que hoje seja atendida ou atendido em psicoterapia por uma pessoa não seja reconhecida por um desses conselhos de classe não está protegida. Não é incomum ouvir relatos de pessoas que procuraram ajuda especializada e depois descobriram que não estavam sob o cuidado de profissionais com uma formação adequada.

Muitas dessas pessoas que tentaram recorrer a instâncias para denunciar uma prática inadequada não conseguiram porque, por lei, os conselhos profissionais só podem fiscalizar profissionais e instituições reconhecidas por elas mesmas.

Situações como essa só fazem aumentar estigmas e preconceitos contra a psicoterapia e com o cuidado da saúde mental. Por muitas décadas pessoas tiveram medo, vergonha ou receio de procurar profissionais da psicologia e da psiquiatria, sem contar aquelas pessoas que faziam acompanhamento, mas o omitiam, preocupadas com julgamentos ao seu redor.

Atualmente, o tabu é menor, mas ainda existe. Uma das maneiras que temos para quebrar mais tabus e, consequentemente, tornar esse cenário mais seguro é regulamentar a prática e qualificar a formação. Sabemos que o Brasil tem suas peculiaridades, como já dito aqui, suas singularidades; somos diversos brasis, como já dito, mas também podemos olhar para fora, ter alguns exemplos de lugares com culturas diferentes, mas para poder entender outras formas de funcionamento e tentar aproveitar também o funcionamento em outras instâncias; e de que maneira nós podemos aproveitar também outros saberes, outros conhecimentos.

Uma experiência internacional bem semelhante com a que debatemos aqui hoje se deu no Canadá. Na Província de Quebec, em 2009, foi aprovada a Lei nº 21, regulamentando a psicoterapia apenas para psicólogos e médicos psiquiatras. A lei definiu critérios de formação, como carga horária mínima, estágio supervisionado na atividade e destacou a aprovação da Ordem dos Psicólogos do Quebec como condição indispensável para o exercício na prática – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante também lembrar, pessoal, pessoas que nos acompanham aqui, que a urgência de se regulamentar a prática não significa criar uma profissão de psicoterapeuta. É bom separar isso também, distinguir.

Identificamos nessa experiência uma aplicação que, na realidade brasileira, demonstra vinculação com os conselhos profissionais regulamentados já existentes e com uma melhor perspectiva.

A pandemia foi um marco não só nas nossas vidas pessoais, mas também na ciência, no tratamento das pessoas que nos procuram, ajudou-nos a compreender melhor o trabalho em favor da saúde mental. A pandemia nos trouxe realidades, quebrou uma série de tabus. As pessoas passaram a falar mais abertamente sobre o cuidado com a saúde mental. Dados da ANS mostraram, nesse período, que houve um aumento de 208% de procura por profissionais de terapia via planos de saúde, sem contar – como no nosso dito popular, quando nós não temos plano ou quando temos oportunidade de procurar ajuda sem ser pelo plano – a procura no particular. Então, temos esses dados via plano de saúde, mas somados aos que não estão contados, aos das pessoas que procuraram ajuda no particular.

Quem conhece a história sabe do comprometimento do Sistema Conselhos do Conselho Federal de Psicologia nesta pauta. Já tivemos algumas vitórias, algumas derrotas, inclusive dentro das Casas Legislativas, mas todas elas geraram conquistas, entendimentos e, consequentemente, aprendizados e parcerias que têm nos ajudado. E, quando digo "nos ajudado", pessoal, digo nós enquanto Sistema Conselhos e sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ACIOLI MOURA – Me refiro ao... Tomei um susto – desculpem – com essa sineta aqui. Achei que já tivesse me acostumado, mas não.

Vamos lá: quando eu digo "nos ajudado", é ao Sistema Conselhos e a sociedade nessa construção de um caminho seguro para as pessoas que procuram ajuda, um cuidado, por via da psicoterapia, em prol de sua saúde mental.

Por isso, também agradecemos às dezenas de associações e grupos de pesquisa que caminharam e caminham conosco até aqui, ajudando a construir os entendimentos, ajudando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir os nossos debates no Sistema Conselhos de Psicologia, ajudando nas nossas audiências públicas, e que aceitaram e responderam as convocações para ajudar nos debates, que nos ajudaram a construir as nossas regulamentações, as nossas resoluções. Agradeço o empenho nesses anos para que hoje também possamos estar aqui discutindo abertamente.

Para encerrar – prometo – e conseguir fechar dentro do tempo, existem também essas preocupações: uma possível regulamentação ou projeto poderia talvez prejudicar as nossas atuais políticas de saúde mental? Acreditamos que não, porque os trabalhos das equipes multidisciplinares continuam. As equipes mínimas continuam.

Por isso, pessoal, há esse entendimento, por uma questão social, em respeito às pessoas que nos procuram, ao cuidado com a sociedade brasileira, da importância da regulamentação da prática da psicoterapia com os psicólogos e médicos psiquiatras e também da melhor qualificação da formação profissional.

Agradeço a todos pela atenção.

Obrigado, Senadora, e finalizo, passando a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sr. Rodrigo. Obrigada mesmo.

Antes de passar a palavra para a Sra. Fernanda, para ela terminar o nosso evento com chave de ouro, eu queria falar de algumas mensagens que vieram no e-Cidadania. É importante para a gente saber.

Flávio, do Rio de Janeiro, comenta: "Como garantir a segurança e o bem-estar da população ao permitir que profissionais sem formação específica em saúde mental atuem nesse campo".

Depois a Moara, de São Paulo, fala assim: "Precisamos deixar claro a toda a população que a psicoterapia é um tratamento com bases científicas".

O Marcos, também São Paulo, fala assim: "A psicanálise não é elitista: diversas escolas e clínicas sociais oferecem atendimento acessível ou gratuito, ampliando o cuidado à saúde mental".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho importante que a gente está fazendo uma construção coletiva: eu, junto com vocês, com as associações. Então é muito importante a gente ouvir a sociedade.

E aí o Gabriel, da Bahia, pergunta: "A regulamentação pode limitar o acesso à psicoterapia em regiões com poucos profissionais?".

E a Gabriele, de Santa Catarina, pergunta: "O que é mais importante na prática psicoterapêutica: a formação acadêmica formal ou a experiência prática do profissional?".

Então, tudo isso é para a gente ir construindo. Já que vocês trouxeram tanta amplitude de ponto de vista, é para que a gente continue ouvindo a sociedade.

E antes de eu terminar, quero passar a palavra para a Sra. Fernanda Magano, que é Presidente do Conselho Nacional de Saúde.

Muito obrigada, Fernanda, pela sua presença e por esperar até agora, como todos vocês. E aí, depois que você terminar a sua fala, eu faço o encerramento.

Muito obrigada.

A SRA. FERNANDA MAGANO (Para expor.) – Boa tarde a todos, todas e "todes" que estão presentes e que nos acompanham pelas redes. É um prazer estar aqui. Agradeço imensamente à Senadora Mara Gabrilli pela sensibilidade, por chamar esta audiência, por comportar tantas representações e referenciar aí a parceria que temos com as entidades da psicologia brasileira e com o Conselho Federal de Psicologia, pela fala através do Rodrigo, mas também referenciar a Alessandra, nossa Presidenta. Na nossa diversidade da psicologia, pois a gente faz psicologia pensando em raça, pensando em etnia, e aí temos aqui também a nossa representante indígena da psicologia, como uma referência importante, para dizer que a psicologia é para todos e "todes".

Vou me autodescrever: sou uma mulher branca, acima do peso, 50 mais, cabelos castanhos nos ombros, uso uma blusa azul-marinho com laço, um bóton da psicologia e um bóton do Zé Gotinha como guardião do controle social do nosso Conselho Nacional de Saúde, então com a logomarca.

Quero fazer uma retomada dessa experiência que tivemos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começamos com as representações formais. Então, a representação do Degerts, da Sgtes, da regulamentação e saúde através do Ministério da Saúde com um dos Paulos, e o outro Paulo representando aqui o MEC. E houve falas importantes, em que o Paulo Guilayn apresenta que há uma câmara de regulação do trabalho em saúde, que os debates são feitos lá, mas que são com as profissões regulamentadas. E isso é um indicativo importante aqui para as nossas considerações. E depois o nosso Paulo, do MEC, traz os elementos tão importantes aí da questão da matriz curricular, das diretrizes curriculares nacionais, e uma fala muito lincada ali com a fala da Irani, muito em sintonia, da importância de uma formação de qualidade e todo o trabalho que fizemos com o ano da formação e a revisão das nossas diretrizes curriculares. Chris, então, traz aí muitos elementos da importância dessa convivência equilibrada de psicólogos e psiquiatras na Abrap, toda essa construção.

Sentimos falta da Carla, da ANS, porque seria muito importante ouvir a saúde suplementar, já que a gente tem os planos e seguros de saúde fazendo ações que são terríveis e grotescas para psicólogos e psiquiatras. Aqui se falou de valor, se falou de referência, não queremos tratar dessa referência valorativa, mas da qualidade da formação e também de um reconhecimento formal das profissões psicologia, psiquiatria e medicina e, através disso, também na remuneração. Não estamos na briga pela reserva de mercado e não por uma briga meramente remuneratória, mas, sim, pelo cuidado de vidas.

E aí vem a minha referência de como o CNS está aqui. O Conselho Nacional de Saúde versa sobre 14 profissões regulamentadas da saúde. Hoje há um debate sobre a então regulamentação da musicoterapia, a recente regulamentação aprovada neste espaço de leis da figura do sanitarista, e estamos até discutindo essa questão, mas debater essa questão da regulamentação é uma questão muito delicada que passa por esta Casa de Leis. Não passa por um debate aqui profícuo se estar regulamentado ou não vai garantir o melhor exercício profissional em psicoterapia.

Eu fiquei quase brincando aqui de Shakespeare, regulamentar ou não, eis a questão, porque a gente fica no limite. "Não, não queremos regulamentar para psicólogos e psiquiatras porque é mais amplo, porque temos os psicanalistas, os leigos, não podemos tolhê-los do mercado." Ora, mas queremos regulamentar a psicanálise e queremos um conselho profissional para psicanálise. Para regulamentar com um conselho profissional, como diz o advogado, *data venia*, essa profissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa estar descrita, e, para estar descrita, muda o seu *status quo* da figura do leigo para uma profissão regulamentada. Então, é outra armadilha. Também temos aqui um advogado versando a defesa de uma categoria que se diz aí de psicanálise.

Outra coisa que eu quero destacar, e que eu quero confessar me deixou bastante irritada, é o Sr. Ricardo Marques se identificar como federação de psicoterapia, só que lá na descrição dele, no *site*, estava como Instituto Kenosis. Instituto Kenosis, verificando no *site* deles, é um instituto religioso de aconselhamento cristão.

Ora, faça-me o favor, não é? (*Palmas.*)

Primeiro, não use de artifícios para estar aqui; segundo, assuma a sua verdadeira face, porque a psicologia tem que ser laica. Temos que defender uma psicologia como ciência e profissão e o exercício profissional da psicoterapia é como ciência e profissão, seja no debate do laico ou do não laico. Não podemos misturar religião aqui. Então, isso me chama muito a atenção.

Os nossos colegas da psicologia em evidências inclusive falaram de quanto essas armadilhas são grotescas até nos casos de reversão sexual, a que somos absolutamente contrários. Então, queremos destacar isso também como um elemento importante em nosso debate.

Vamos continuar esse debate, vamos ter aí as proposituras de regulamentação, mas a gente precisa ser muito franco, dirimir quaisquer questões de quem pode fazer o trabalho. É consciência e profissão. É com uma prática calcada, sim, na experiência, mas numa experiência também com uma ação formativa anterior a essa experiência.

E precisamos demarcar também que há, hoje, um debate que foi trazido aqui sobre quanto há de profissionais e se é reserva de mercado ou não.

Hoje, na categoria da psicologia, no Brasil, os psicólogos são os maiores em número no mundo. Então, trouxeram exemplos de outros países e da importância dessa profissão para este país que tem se dedicado. Hoje, no SUS, são mais de 45 mil, no Brasil como um todo, isso porque ainda está sendo refeito o censo da força de trabalho no SUS. É um trabalho que está iniciando por iniciativa deste Governo democrático e popular na perspectiva de retomar o nosso Sistema Único de Saúde, que foi tão aviltado pela pandemia e pelo pandemônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos marcar também que a gente tem uma condição de que esses psicoterapeutas estão na Raps, com foi dito aqui, em relação direta com a Saes (Secretaria de Atenção Especializada à Saúde), mas estão na APS (Atenção Primária à Saúde), nas UBS.

Em recente debate e censo realizado pela Saps (Secretaria de Atenção Primária à Saúde), tem lá toda uma ação que estamos aí dialogando como conselho nacional para fortalecer e estar presente na atenção primária e também na atenção especializada, para tirar o falso dilema de que a psicologia dentro do Sistema Único de Saúde é só da atenção especializada.

Precisamos, sim, melhorar o acesso. Precisamos, sim, ter ainda mais profissionais, porque, nesses 45 mil, tem também as diferenças pelas regionalidades. Tem uma concentração sulista.

Então, precisamos avançar. São 45 mil. Precisamos de 90 mil no SUS para, no mínimo, atender a essa população e fazer o cuidado com aquilo que – estou nos meus minutos finais – vem sendo trabalhado na pauta de saúde mental da OMS.

Na 76ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2023, ainda no rescaldo da pandemia, se estabeleceu um plano integral para a saúde mental dentro da Organização Mundial da Saúde. E ele tem uma meta para que se estabeleça de 2023 a 2030, dentro também dos ODS, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA MAGANO – E o ponto 4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é a pauta da saúde.

Esse objetivo da OMS é tão importante, Senadora Mara, que estamos na CDH e que a assembleia mundial da ONU, que é geral de direitos humanos, terá uma sessão específica, pareada à assembleia mundial, para discutir doenças raras e saúde mental.

Então, eu quero aqui desmistificar esta falsa polêmica: regulamenta ou não regulamenta.

Queremos defender o exercício profissional com qualidade de psicólogos e médicos e médicos psiquiatras numa certeza de que precisamos cuidar da nossa população brasileira e fazer isso de modo científico e de modo a garantir vida e vida de qualidade a essa população e garantir acesso à saúde mental no público, mas também na relação com os planos e seguros de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Carla, não fuja do debate. Precisamos fazer esse debate com você. E não venha me dizer sobre CBO, porque a CBO está ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego e não fala de uma regulamentação de profissão, apenas descreve as profissões existentes e como o Ministério do Trabalho e Emprego lida com isso. Precisamos também reabrir esse debate com a CBO.

Então, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministro Marinho, estamos à disposição.

Eu acho que esse debate tem que avançar, mas também nos patamares adequados em que a gente faça florir vidas e cuidado, germinar vida entre nós porque somos mulheres na maioria da profissão da psicologia.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Sra. Fernanda Magano. É "magano" ou "mágano"?

A SRA. FERNANDA MAGANO – Magano.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Então, muito importante a sua fala, esclarecedora.

Eu queria dizer a vocês que esta audiência pública foi admirável, muito rica, opiniões importantíssimas, informações importantes para a gente. A gente vai continuar a receber de vocês notas técnicas e tudo o que vocês quiserem mandar para a gente analisar com todo carinho, cuidado e respeito que a profissão merece.

Assim, eu quero que vocês saibam que todo o meu mandato sempre foi muito voltado à saúde, e hoje é o ponto em que a gente está trabalhando demais, inclusive para desmistificar o acesso à saúde mental e a sua importância. Além de tudo, eu sou psicóloga de formação e sou publicitária também. Eu trabalhava com publicidade, fiz a faculdade de psicologia e quebrei o pescoço, depois que eu terminei a faculdade. Depois de quebrar o pescoço, eu voltei para fazer a residência e poder clinicar.

Eu estou dizendo isso para vocês porque foi um processo educativo e foi essa a profissão que me resgatou de volta para a sociedade e me fez sentir participativa, ativa. Mesmo na situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que eu me encontrava, eu tinha total competência e consciência para conseguir ouvir, para tentar ajudar o próximo.

Então, eu estou numa posição aqui totalmente sem tendência a um lado, sem tendência a outro lado, mas na minha posição de valorizar a profissão e de saber a importância da profissão, principalmente agora, no momento que a gente está vivendo depois da pandemia. Inclusive, a gente tem que trabalhar para fazer com que a profissão não seja discriminada, que todo mundo entenda a importância dessa profissão e o quanto (*Falha no áudio.*) ... para que qualquer pessoa tenha mais condição de ter acesso à felicidade. De novo eu falo que é isso que a gente busca, é isso que a gente procura e, claro, que uma boa terapia ajuda. Quanto melhor ela for, melhor capacidade a gente vai ter de conseguir fazer desse material a nossa felicidade.

Então, eu agradeço muito a vocês, do fundo da minha alma, por ter trazido tanto para esta audiência e vamos continuar trabalhando.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Romário, Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Leila Barros, Zenaide Maia, Ana Paula Lobato e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 63/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: A Audiência Pública tem o objetivo de proporcionar visibilidade, debater, subsidiar e propor políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher, em alusão ao "Agosto Lilás" – Campanha de Conscientização e Combate à Violência Contra a Mulher. Participantes: Senadora Zenaide Maia, Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal; Deputada Federal Coronel Fernanda, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados; Senadora Soraya Vieira Thronicke, Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal; Senadora Jussara Lima, Senadora da República; Andréa Rodrigues Pereira de Albuquerque Ferreira, Presidente do Instituto Banco Vermelho; Giselle Ferreira de Oliveira, Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal; Tenente-Coronel Renata Braz das Neves Cardoso, Chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública da Polícia Militar do Distrito Federal – PROVID – Patrulha Maria da Penha; e Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/06

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 63, de 2025, de minha autoria, subscrito por várias outras Senadoras, que visa proporcionar visibilidade, debater, subsidiar e propor políticas públicas eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher, em alusão ao Agosto Lilás, campanha de conscientização, prevenção e combate à violência contra a mulher.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós vamos ter uma mesa, nesta audiência, espetacular. É claro que, se a gente fosse trazer todas as grandes mulheres que estão lutando pelo fim da violência contra a mulher, nós não teríamos, Senadora, mesa suficiente neste Senado.

Nós temos a honra de ter na mesa, nesta audiência conosco, a Senadora da República Zenaide Maia, que já está sentada aqui. Ela é a Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal. Deixem-me dizer uma coisa para as mulheres que estão aqui: médica, guerreira, aguerrida, uma história e uma trajetória no Estado do Rio Grande do Norte, amada por todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra ter a senhora com a gente nesta audiência, nossa Procuradora. (*Palmas.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu convido para fazer parte da mesa a Deputada Federal Coronel Fernanda, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados.

É uma honra, Deputada Procuradora, tê-la conosco. (*Palmas.*)

A Deputada Coronel Fernanda... Pelo nome, vocês já viram que veio da área militar. Eu quero que vocês imaginem a luta que é para uma mulher ser Coronel, chegar aonde chegou. Não é fácil para nós mulheres que estamos em lugares de poder e de decisão. E hoje a Câmara dos Deputados a tem como Procuradora. É uma honra... E eu sei que a sua agenda está uma loucura – imaginem – com o que está acontecendo aqui, o que está acontecendo na Câmara e em diversos lugares. Então, nós vamos ter um momento muito rápido aqui. Depois, a gente vai para o banco vermelho, porque hoje a gente tem que sentar no banco vermelho.

Convido para fazer parte da mesa a nossa querida Andréa Rodrigues Pereira de Albuquerque, Presidente do Instituto Banco Vermelho, que já está conosco.

Andréa, muito obrigada por estar conosco. (*Palmas.*)

Convido para fazer parte da mesa, representando o Executivo e todas as mulheres que estão em área de gestão no país, que estão executando lá na ponta a política pública – e me permitam falar –, a mais incrível Secretária da Mulher do país: Giselle Ferreira de Oliveira, Secretária de Estado da Mulher aqui do meu Distrito Federal. (*Palmas.*)

Já vamos também convidar para compor a mesa a Tenente-Coronel Renata Braz das Neves Cardoso – gente, esta mesa está poderosa hoje –, Chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública da Polícia Militar do Distrito Federal/Provid/Patrulha Maria da Penha.

Coronel Fernanda, é uma honra, era um sonho unir a senhora ao nosso Provid.

Faço questão de convidar a Tenente-Coronel para compor a mesa com a gente. Obrigada, Provid, por tudo que vocês estão fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode puxar. Cabe todo mundo – na mesa cabe todo mundo.

E quem não conhece o Provid hoje, o Brasil que não conhece vai se surpreender com o nosso Provid.

Tenente-Coronel, estamos providenciando um lugar para a senhora vir à mesa.

E nós estamos aguardando a presença da Diretora-Geral do Senado, a Dra. Ilana, que já deve estar chegando.

Nós vamos dar início a esta audiência de uma forma diferente. Nós não poderíamos deixar que o Hino Nacional hoje fosse executado de uma forma feminina, de uma forma extraordinária. E eu convido todos vocês agora a ficarem de pé, em posição de respeito. Nós temos a honra de ter uma violinista conosco nesta manhã.

Quero informar também que esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, pelas redes sociais do Senado – muitos Senadores também estão transmitindo por suas redes sociais.

Ela é também uma audiência inclusiva. Nós estamos com os nossos intérpretes de Libras.

E nós temos a honra agora de ter a execução do Hino Nacional com a alma feminina nesta manhã – muito bem-vinda, obrigada por estar conosco nesta manhã.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada à violinista Kathia Pinheiro, por ter nos presenteado com a sua participação, mas você não vai embora.

Nós agora vamos assistir a um vídeo institucional, um vídeo falando do Agosto Lilás.

Registro a presença da nossa Senadora Jussara, que já está no Plenário conosco. Nós temos inúmeros convidados, e a gente vai registrando a presença. Nós temos Prefeitas aqui hoje – viu, Andréa? – que vão aceitar um desafio. Nós vamos ter banco vermelho no Entorno do Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, sim – nós vamos ter banco. Temos primeiras-damas aqui também, Vereadoras. E o objetivo é: banco vermelho em todo o Entorno. A ex-Ministra da Mulher também está conosco, a Ministra Cristiane. Nós estamos registrando os nomes ao longo da audiência.

Mas vamos assistir agora a um vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senhores e senhoras, é com grande satisfação... E hoje eu falei senhores primeiro, porque nós precisamos trazer todos os homens para esta luta. Esta não é uma luta tão somente de nós, mulheres; é uma luta de todos nós.

É com grande satisfação e um profundo senso de urgência que, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tenho a honra de lançar a campanha Agosto Lilás, do Senado Federal. Não é uma campanha da Comissão. É o primeiro ato da campanha. É uma campanha de todo o Senado Federal.

E já está conosco a nossa Diretora-Geral, que abraçou essa campanha e que fez todos os órgãos do Senado aderirem de uma forma extraordinária. Não se fala em outra coisa neste Senado desde sexta-feira, a não ser o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E ainda nem viram o que vai acontecer durante estes dias aqui, no Senado.

Essa iniciativa, que conta com o imprescindível apoio da Diretora-Geral Dra. Ilana, da Bancada Feminina do Senado, sob a Presidência agora de nossa Senadora Dorinha, mas tudo isso foi construído ainda na gestão da nossa querida Senadora Leila, e da Procuradoria Especial da Mulher, da nossa Senadora Zenaide, é um chamado à reflexão, sobretudo à ação.

Neste mês, o país inteiro volta seus olhos para uma chaga social que insiste em sangrar: a violência contra a mulher. Celebramos a Lei 14.448, de 2022, nova, é uma lei recente, que instituiu a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no nosso Agosto Lilás, de 2022 – mas já faz muito tempo que agosto é lilás no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como também, senhores, nós vamos aprovar agora, nesta semana, no máximo na próxima, a lei que vai instituir oficialmente o nome da Lei Maria da Penha, porque a gente chama de Lei Maria da Penha, mas oficialmente não tem o nome dela.

Então observem que o Senado, o Parlamento está o tempo todo se atualizando, aperfeiçoando a legislação, trazendo novas leis, fiscalizando a política pública. A gente não para neste Senado.

E se depender das Senadoras que estão no exercício do mandato, o feminicídio vai ser zero no Brasil. Há um grupo de Senadoras – não é, Jussara? – incrível aqui – incrível! –, que não baixa a guarda um único momento.

É importante ressaltar que temos também uma lei recente, a Lei 14.942, de 2024, aprovada agora, no ano passado, que alterou a legislação para incorporar a iniciativa do Banco Vermelho como um símbolo da campanha, uma forma poderosa de dar visibilidade e nos lembrar das vítimas do feminicídio.

Duas leis recentes: uma que instituiu o Agosto Lilás e a outra, a Campanha do Banco Vermelho.

É de forma especial que reverenciamos, no dia 7 de agosto, dia que marca a sanção da Lei Maria da Penha, a nossa maior e mais importante ferramenta no combate à violência doméstica.

E eu quero trazer uma notícia, eu não sei se todos já estão sabendo: a Lei Maria da Penha já está sendo considerada a melhor lei de proteção de mulheres do mundo.

Em 2020, ela era considerada a terceira melhor, mas o aperfeiçoamento que ela recebeu de 2020 para cá, inclusive as últimas leis sancionadas em 2024 e agora em 2025, transformaram a Lei Maria da Penha num instrumento poderoso.

O Brasil tem motivos para se orgulhar de ter a melhor legislação de proteção de mulheres do mundo, mas o Brasil, infelizmente, não tem muito a celebrar, porque somos o quinto que ainda mais mata mulheres no mundo.

Essa equação, Senadora Zenaide, não fecha. Como é que temos a melhor lei do mundo? Como é que temos as mais incríveis Senadoras do mundo? Desculpe a falta de modéstia, tá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zenaide? Como é que nós temos uma rede de proteção... Vocês me dão aqui, uma rede de proteção... Nós estamos aqui na Mesa o Providi, a Giselle, tantas iniciativas, temos uma Câmara dos Deputados atuante.

No tema mulher, gente, as Parlamentares de direita e esquerda estão juntas, unidas – não há briga. Quando o tema é mulher, não há briga no Congresso Nacional. E por que ainda estamos amargando a classificação de sermos o quinto do mundo que mais mata mulheres? Nós vamos precisar virar esse quadro.

Ainda somos também a pior nação da América do Sul para se nascer menina. Que vergonha... Mas nós estamos empenhadas. E, com essa campanha sendo lançada hoje, esta Comissão tem o compromisso, todos os membros desta Comissão, nós estamos empenhados, o Parlamento está empenhado.

Os convidados que estão aqui, que às vezes estão olhando para o Parlamento e estão falando: "Mas vocês só brigam". Não, a gente trabalha muito aqui. É que a televisão não mostra o nosso dia a dia numa Comissão. A Zenaide vai ter que falar e sair correndo, a Fernanda vai ter que falar e sair correndo, porque a Casa está em funcionamento, e nós temos muita coisa para votar hoje.

Nós não estamos de braços cruzados, nós estamos empenhados em transformar esta nação, de sairmos da classificação de pior nação da América do Sul para se nascer menina, para ser a melhor nação do mundo para se nascer mulher.

É nesse sentido que nessa Mesa está sentada a sociedade civil, o Poder Executivo, o Legislativo, as duas grandes Casas, e que estamos com tantas pessoas queridas sentadas no Plenário para acompanhar o lançamento desta campanha.

Sejam todas e todos muito bem-vindos a esta audiência!

E que lilás não seja só o mês de agosto; que todos os dias no Brasil sejam lilás.

Que Deus abençoe vocês! Obrigada por estarem conosco! (*Palmas.*)

Quero convidá-la para compor a mesa, ela que está em uma correria hoje, porque o Senado hoje está vivendo também um dia atípico, a nossa querida Diretora-Geral, Ilana Trombka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ilana, antes de você se levantar, muito obrigada por ter abraçado a campanha da forma como você fez, unindo todo mundo nessa campanha este ano. Venha para a mesa, venha se sentar conosco, tem um lugarzinho para você aqui. (*Pausa.*)

Eu só quero lembrar a todos que esta vai ser uma audiência dinâmica, rápida, e depois todos nós vamos para o banco vermelho, onde vai ter uma outra cerimônia lindíssima, mas também muito rápida.

Eu concedo a palavra agora à querida Senadora da República Zenaide Maia, Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal.

Muito obrigada, Zenaide, por estar neste ato conosco.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) – É bom-dia ainda? É.

Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Eu quero cumprimentar nossa Presidente, a Senadora Damares, Presidente da CDH, que eu acho uma Comissão das mais importantes deste Congresso Nacional, porque fala em direitos humanos. E é essa que é a luta das mulheres. As mulheres, Damares, não podem ser um pequeno detalhe, nem um setor deste país e, principalmente, deste Congresso. Nós somos mais de 50%; como querem que a gente seja um detalhe? Essa luta das mulheres, Damares, é para a gente não ser um detalhe, porque, na hora em que a gente é um detalhe, a gente passa a ser subestimada de uma maneira geral. Então, parabéns, Senadora Damares.

Eu sou a Procuradora Especial da Mulher, mas é isso aí. Defesa, conscientização pelo fim da violência contra a mulher não tem partido nem cor, nem sexo, nem nada. Isso é uma luta de todas nós! Não é possível que a gente fique omissa num momento como este, quando se assassina uma mulher, praticamente, neste país, a cada seis horas, só pelo fato de ser mulher, gente. Imaginem que nós, mulheres, além dessa violência, de que muitas vezes ninguém toma conhecimento, porque é dentro de casa... Às vezes, num elevador, como aconteceu recentemente – tinha câmeras, mostrando como a tecnologia é importante, porque, se ali não tivesse câmeras, ninguém ia saber, pois a covardia chega muito perto do agressor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui cumprimentar a Deputada Federal Coronel Fernanda, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados; Andréa Rodrigues Pereira de Albuquerque, Presidente do Instituto Banco Vermelho; Giselle Ferreira de Oliveira, Secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal; Tenente-Coronel Renata Braz das Neves Cardoso, Chefe do Centro de Políticas de Segurança Pública da Polícia Militar do Distrito Federal (Provid), Patrulha Maria da Penha, que está aqui conosco; nossa Diretora-Geral do Senado, Ilana Trombka, que atua em todos os setores, mas, quando o assunto é mulher, ela vai para cima.

Eu queria dizer aqui o seguinte – as meninas prepararam aqui uma fala, que eu vou falar, mas eu queria falar algo antes de começar essa fala –: nós precisamos empoderar nossas mulheres. É disto que precisamos: estar presentes nos locais de poder. E a gente precisa... Quando eu assumi a Procuradoria, Ilana, a maioria era só para atender violência. E é uma luta contínua da gente de mostrar às mulheres brasileiras que nós precisamos, sim, estar presentes no orçamento, na segurança pública, na saúde, na educação, e termos argumentos para convencer nossas mulheres... Às vezes eu ouço, como ela falou... Eu sou médica de formação. "Ah, Dra. Zenaide, eu não tenho nada a ver com política".

Como não tem, senhora, se é a política que define o nosso salário, se é a política que define quantas horas vamos trabalhar, com que idade vamos nos aposentar? Alguém tem dúvida neste país de que, se fôssemos maioria ou se pelo menos tivéssemos equidade nesse Congresso, teriam aumentado sete anos de trabalho para nós mulheres? Mesmo todos reconhecendo que você pode ser o que for, policial, médica, Senadora, Deputada, alguém deixa de ser responsável pela sua casa, pela sua família? Claro que não! A gente tem um terceiro expediente, e olhe lá.

Quero dizer aqui, começando por isso.

Agora eu vou para a fala mais formal para dizer o seguinte: a grande luta nossa é para nos empoderarmos. Conseguimos chegar aqui, precisamos convencer nossas amigas. Como não tem nada a ver com política? Como não tem? Quem define os recursos que vão para a educação pública, onde vamos botar nossas crianças e nossos adolescentes... A gente sabe que, se o Estado brasileiro não adotar, o crime vai cooptar as crianças. Entendeu?

Quando a gente vai falar em punição, nós temos, como foi falado aqui, a lei mais moderna, mais protetiva do mundo, que é a Lei Maria da Penha. Aí é onde nós paramos para pensar. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção é o empoderamento, porque a gente sabe que, apesar de se ter essa violência toda, que é uma triste estatística que nos deixa estarrecidas, a grande maioria de feminicídios, violência, estupros é das mulheres e crianças negras e pobres.

Então, isso já mostra, Damares, que a gente tem que cuidar da prevenção. Tudo tem. Imediata, a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, vamos correr para punir cada vez mais e nos preocupar em empoderá-las com educação, com saúde. E a gente sabe que a educação...

Eu sempre costumo falar aqui sobre o nosso patrono da educação, que esteve no meu estado, em Angicos, que dizia assim: "De pé no chão também se aprende a ler". Mas sabe o que ele dizia? Vocês não são pobres, nem estão na miséria porque Deus quer – Deus quer vida plena –, mas, sim, porque o Estado brasileiro está sendo omisso em educar todos, oferecer uma educação pública de qualidade, em tempo integral. Isso é o que o mundo faz. O mundo diminuiu a violência com educação pública de qualidade em tempo integral.

E é por isso que nós temos que lutar: combater a violência, que é a curto prazo, deixar essas leis mais rigorosas, mas a gente já sabe, a gente tem um diagnóstico, que só punir não está resolvendo. Está subindo, assim, a violência. Só punir não está resolvendo.

Então, gente, vamos dar as mãos, independentemente de partido, cor. Feminicídio não tem cor, nem tem partido. Feminicídio tem é luta de dar as mãos e transformar isto aqui.

Qual é a importância do Agosto Lilás? Dar visibilidade, porque informação é poder. O que empodera um povo é informação correta. Então muita gente, muitas mulheres não denunciam, às vezes porque não sabem nem dos seus direitos.

Então estamos aqui, esta Casa, junto com Damares, com todas, e toda a sociedade civil organizada e os homens. *He for she*, não é? Eles por elas. Isto aqui não é querendo criar um *apartheid* com os homens. Nós temos que conscientizá-los de que eles têm mãe, avós, filhas. E temos que correr atrás disso. Infelizmente, não é fácil.

Como ela falou aqui, nós nunca tivemos uma Presidente do Senado, e acho que nem da Câmara. Então os locais de poder... E nós temos como chegar. Quando eu fui, então ainda, quando Deputada, para aquele *HeForShe*, que era uma luta do México e depois aos Estados Unidos, àquele congresso da mulher na ONU, e a gente via, por exemplo, que naquela época, na Colômbia, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande problema era que não tinha mulheres qualificadas. Então eles tinham um instituto para qualificar as mulheres. Esse não é o nosso caso. Nós temos centenas de mulheres que podem ocupar qualquer cargo deste país, da Presidência da República a qualquer outro cargo. A vantagem da gente é essa.

E aquilo que aprova, aquilo que depende de processos seletivos, nós já estamos nos igualando, não é? Agora, na hora do poder, aí nós estamos bem atrás. E precisamos, sim, empoderar aquelas mulheres de que nós somos voz e voto.

E a saída é esta: colocar na educação, e eu vi aqui até uma pergunta – como usar a educação? A educação é a base de tudo. Povo educado é povo mais saudável, povo educado é povo que cobra mais, porque tem conhecimento dos seus direitos.

Por isso que eu digo aqui: a Rádio Senado, a TV Senado, a Agência Senado nos empoderam, gente, porque elas estão mostrando aqui para o Brasil que existem as leis, que o Congresso está preocupado, que, apesar de a gente ser minoria, hoje somos a maior bancada do Senado. E é baseado nisso que nós nos unimos hoje, que nós temos ganho, que nós temos uma Liderança, que não tinha, passava anos sem ter uma liderança. Por que a Liderança? Porque a reunião de Líderes é que diz a pauta. Está aí Damares aqui falando sobre a pauta, que a gente tem vários projetos de lei.

Eu venho nessa luta, desde então Deputada e como médica, de como convencer as mulheres a participarem da política. Perguntam a mim: "Como a senhora foi?". Eu disse: "Eu, como médica da universidade, eu podia atender um leque muito pequeno de pessoas", entendeu?

A gente só pode abraçar mais mulheres e todos neste país se for através da política – no município, no estado e no seu país. Isso muitas vezes não é só sendo candidata, é sendo ativa, com conselho comunitário, cobrança. Ninguém dá nada de graça pra gente. É uma luta a cada dia. Eu costumo dizer: é um leão a cada dia que a gente tem que enfrentar, respeitando as leoas, que defendem os filhos. Eu, quando vi aquela agressão bárbara... Porque a gente vê que os animais, quando lutam pelo seu espaço, quando o adversário se entrega, se levantam e saem – se levantam e saem. É o instinto de ver que "você está rendido, então eu não vou mais bater em você, vou procurar o rumo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas queria dizer aqui o seguinte: eu lembro quando a gente trazia a inscrição clamando pelo fim da violência contra a mulher e também uma frase curta que dizia no banco vermelho – um banco que é tão alto que a gente às vezes não alcançava os pés, tinha que ficar com os pés assim –: "Sentar, pensar, levantar e lutar". Quando eu digo assim: "Somos mulheres de fé", é aquela fé que faz a gente insistir, persistir e nunca desistir de lutar por nós mulheres e os mais vulneráveis. Porque eu costumo dizer que, quando é mais vulnerável, tem muita gente falando grosso, Damares; agora, quando são poderosos, tem muita gente falando fino. E nós mulheres não somos servis. Nós chegamos aqui e sabemos que temos essa responsabilidade.

Então, eu convocaria: mulheres brasileiras, vamos ser todas mulheres de fé, dar as mãos, lutar por cada uma, gente. O que me apavora é ver o descuido com a vida. Assassina-se uma mulher, ela passa a ser um número, um registro. É um ser humano, gente! Eu sou médica do serviço público, nunca fui para a iniciativa privada – nada contra –, mas eu passava a noite acordada num plantão com um paciente com câncer em fase terminal, aqueles que ficam lúcidos, muitos até a hora de morrer, e esperando, deixando-o vivo para ele se despedir da família; ou seja, mulheres, uma vida importa e muito para todas nós.

Vamos à luta e vamos fazer mais eventos, para a população brasileira saber que nós estamos aqui e que não vamos ceder fácil a qualquer direito já conquistado com muita luta, muitas vezes sem ser por esta Casa, mas pelo Poder Judiciário.

Muito obrigada, um bom evento.

Passaria a manhã todinha aqui discutindo sobre esse assunto com esta mulher maravilhosa.

Mãos dadas, só vamos olhar para uma mulher de cima para baixo se for para dar a mão e levantá-la.

Que Deus nos proteja! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não disse a vocês, a quem não conhecia a Zenaide? Gente, além de tudo, é uma mãe atípica. Quando ninguém falava de mães atípicas, a Zenaide lá atrás, há algumas décadas, levantava a bandeira da mãe atípica, às vezes em silêncio, sozinha, em uma voz solitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zenaide, você é um orgulho para todas nós mulheres do Brasil, é a nossa Procuradora Especial, é a nossa companheira. E muitas leis que vocês estão, lá na ponta, colocando em prática, são de autoria da nossa querida Senadora Zenaide. E nós vamos liberá-la, porque ela tem que ir ali agora, correr para ler um monte de voto.

Zenaide, obrigada! Obrigada e que Deus te abençoe.

Não é apaixonante ela, gente? (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu que agradeço. Eu agradeço, viu? E deixei aqui o papel, porque as meninas fazem uma fala maravilhosa, mas eu espontaneamente consigo botar mais emoção. Eu penso, eu costumo dizer, eu sou, às vezes... Você sabe que o partido vem com uma coisa para a gente ler. Isto aqui, quebrando o protocolo. Ler: nem me mande ler se eu não acreditar. Porque se eu não acredito, imagine quem está me vendo. Não subestimem a inteligência de nós mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí! (*Palmas.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada. Obrigada. E ainda recebo um presente, um mimo. Deixe-me abrir. Poxa! Ótimo! É isso aí! Não vamos perder a vaidade. (*Risos.*)

E nem baixar a cabeça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos agora ter a honra de ouvir, e também imediatamente liberá-la, a nossa querida Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, a nossa Deputada Coronel Fernanda.

Eu queria chamar a Jussara para vir aqui para a mesa, compor. A Ilana também vai vir para a mesa daqui a pouco. Então vem para cá, Jussara, vem sentar aqui com a gente. A Ilana é nossa anfitriã hoje. Vem cá, Jussara.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Eu posso deixar nossa colega...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, vem cá.

Jussara, para quem não conhece, é Senadora pelo Estado do Piauí.

Gente, nós somos 16 Senadoras hoje.

Vem cá, Jussara.

Ela já vem, Ilana já vem.

Nós temos 16 Senadoras na Casa: mulheres lindas, incríveis, extraordinárias. O Distrito Federal tem duas Senadoras, dos três Senadores, duas são mulheres, eu e a Leila. Mas nós temos essa mesma situação acontecendo no Mato Grosso do Sul, por exemplo. Nós temos duas Senadoras do Mato Grosso do Sul, tá? Nós temos também no Maranhão duas Senadoras, a Senadora Eliziane e a Senadora Ana Paula.

E nós temos a alegria de ter a Senadora Jussara representando o Estado do Piauí. O que vocês viram, a garra na Zenaide, vocês verão a doçura na Jussara. Aguardem para vocês verem.

Coronel Fernanda, Deputada, Procuradora da Câmara dos Deputados, a senhora tem a palavra.

A SRA. CORONEL FERNANDA (Bloco/PL - MT. Para expor.) – Bom dia, Senadora Damares. Gente, eu fico nervosa. Falar perto da Damares é diferente. A gente tinha a Damares e continua tendo, é uma grande orientadora, como uma pessoa que transmite coisas boas e ensinamentos, não é? Uma voz agradável, sábia, que conduz tudo em que ela coloca a mão.

Nós já estivemos em algumas missões lá em Roraima, enfrentamos a tempestade, o medo, mas continuamos firmes e fortes no nosso propósito sobre a defesa dos povos indígenas.

Eu sou a Deputada Federal Coronel Fernanda, sou Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Fico feliz quando vejo as policiais aqui, tratando principalmente do cuidado com as mulheres.

E o que é que eu vou falar para vocês? Acho que eu vou falar um pouquinho da experiência, Senadora, se me permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua pessoa, quero cumprimentar toda a mesa e todas as mulheres que estão aqui presentes.

E quero dizer qual é o papel importante das policiais que estão diretamente ligadas à defesa das mulheres.

Eu entrei na Polícia Militar em 1996 e fui para a reserva em 2020. Durante todo esse tempo, eu sou da Academia da Polícia Militar, sou do quadro combatente. Então, para você ter uma ideia, na minha época, à mulher era proibido atender ocorrência na rua. Nós só podíamos atender ocorrência para parturiente, para pessoas com debilidades mentais e outras ocorrências envolvendo mulheres. Éramos proibidas! Nós tínhamos uma companhia, era a única companhia no estado inteiro, que agregava lá 50 mulheres, que era o que a gente tinha de efetivo, e só podíamos atender esse tipo de ocorrência. No ano de 2001, acabou a companhia, e nós fomos transferidas para as unidades operacionais. Eu fui para o 3º Batalhão, onde fiquei oito anos. Fui a primeira mulher a ir para o 3º Batalhão e ficar lá na função, oito anos! Um batalhão com mais de 200 homens, e eu era a única mulher.

Quando eu cheguei nesse batalhão, eles fizeram um teste comigo. Eles me levaram para um local ermo... Primeiro, passaram uma ocorrência, dizendo que estava tendo troca de tiro, e lembrando que eu era Comandante da guarnição, era a Comandante daquele dia, eu era a Aspirante, era a Oficial do dia. Eles me levaram para um lugar ermo, falando que era troca de tiro e, chegando naquele lugar: "Agora vamos voltar, Aspirante, porque aqui já acabou". Eu falei: "Acabou não, agora nós vamos para o mato. Vocês não me trouxeram para o mato? Nós vamos achar os bandidos. Teve troca de tiro aqui?". "Teve". "Então, vamos para o mato". Entramos no mato, entramos nos buracos e isso virou a noite inteira. "Mas, aspirante, não tem mais nada". "Tem, vocês vão aprender que aqui tem. Quando vocês colocarem uma mulher aqui, numa viatura, vocês vão ter que respeitá-la. E aqui nós temos troca de tiro, teve troca de tiro ou vocês estão mentindo para mim? Porque, se vocês estiverem mentindo, eu vou prender vocês aqui, agora", e viramos a noite. E a guarnição não era uma viatura que eu comandava, eram viaturas da região. Então, eram cinco, seis viaturas, e nós tínhamos lá 30, 40 homens de serviço comigo. Eu sei que todo mundo saiu preso às 7h da manhã. Na hora em que eu botei todo mundo em forma, eu falei: "A partir de hoje [naquela época a gente podia fazer isso], vocês estão detidos comigo". E na minha época, a escala era 24 horas de serviço e 48 horas de folga. Nas 48 horas de folga, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazia serviço administrativo, então a gente não tinha folga. E eu já tinha três filhos, tá? Eu tenho quatro filhos.

E sei que falaram: "Não, a senhora não pode fazer isso comigo, não pode fazer isso com a gente. A minha escala é daqui a 48 horas, a minha escala é diferente da escala da senhora". Eu falei: "Eu gostei tanto de vocês, vocês cuidaram tanto de mim no mato que, a partir de hoje, se vocês entrarem em serviço, no outro dia em que eu estiver, vocês também estão comigo. São seis meses fazendo isso, para vocês aprenderem que, quando uma mulher fardada entrar nesse quartel, eu sou a primeira, mas as outras deverão ser respeitadas".

Nunca mais eles quiseram levar ninguém para troca de tiro. (*Palmas.*)

E quando a gente vê o olhar do Estado qualificando as mulheres... Eu quero que qualifique os homens também, porque ainda nós temos discriminação no atendimento de ocorrência com violência voltada para as mulheres. As pessoas não falam isso.

Eu fiz meu tema do CAO e do CSP a participação do atendimento às mulheres. Pasmem, Senadoras, quando acionava a rede rádio: "Furto de galinha, briga de bar, roubo a banco, briga na rua...", todas as viaturas queriam ir, todas! "Estou em QAP". "Viatura tal em QAP". "Viatura tal em QAP". "Viatura tal em QAP". "Em deslocamento". Quando eu falava assim: "Briga de marido e mulher [porque era assim que se falava], briga de marido e mulher!". "Ah, não vou, não vou atender". "Vai, a sua viatura é que vai". "Não, não vou. Vou chegar lá, aí a mulher quer chorar, a mulher não vai deixar levar o marido dela... A mulher é isso, a mulher é aquilo, a mulher é aquilo outro".

E hoje, eu estou aprendendo todos os dias. Eu sou Procuradora da Mulher. Eu acabei me formando de um jeito mais rústico, mais duro. Acho que a Renata entende muito disso, não é, Renata? Nós somos forjadas, às vezes, quatro, cinco mulheres numa turma de formação de 30, 40 homens, ralando igual a eles, estudando igual a eles, na mesma escala de serviço, sendo presas administrativamente com eles, juntos, durante a formação, e tendo que superar uma carreira totalmente masculinizada.

Inclusive, Senadora Damares e demais, está pautado na Câmara Federal – eu sou a Relatora... Tanto as mulheres da direita, quanto da esquerda estão trabalhando para que seja colocado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Código Penal Militar o crime de assédio sexual, porque nós temos mulheres nas unidades militares e agora mais ainda nas unidades federais e não existia esse papel. As mulheres que entravam, por exemplo, nas Forças Armadas iam para o serviço administrativo. Eram pouquíssimas. E agora nós vamos ter mulheres também no serviço voluntário e nós precisamos fazer com que essas instituições entendam o papel da mulher e não as discriminem, dizendo que a atividade é mais pesada, para mostrar que aquela mulher não tem condições, para mostrar que ela é covarde, para mostrar que ela tem medo. Todos nós temos medo. Todas nós temos medo.

Quantas vezes, como Comandante de uma unidade, numa viatura, indo para uma ocorrência, eu estava pensando nos meus filhos que eu deixei em casa, como que eu ia chegar lá, qual era o clima da ocorrência, quantos marmanjos eu ia achar nessa ocorrência? Mas eu não podia mostrar. Eu tinha que ser a mais valentona de todas, porque, se eu arregasse, a minha tropa arregava. Então, eu, Oficial, tinha o compromisso de cuidar daqueles.

Hoje a gente tem, na Patrulha Maria da Penha, pessoas que entendem que não estão indo para uma ocorrência de marido e mulher. Não existe mais esse termo "ocorrência marido e mulher". Hoje nós temos uma patrulha especializada para atender as mulheres que estão sofrendo violência em casa. Aquela mulher, às vezes, não denuncia o marido, porque ela sobrevive do dinheiro dele. "Gente, mas ela é preguiçosa, ela não quer trabalhar?". Não. Gente, para uma mulher, ser vítima de violência psicológica, viver sempre como escrava do sentimento que aquele homem fez com que ela nutrisse é pior do que apanhar, porque ela não consegue soltar as algemas da vida dela, ela não consegue andar um passo sem permissão dele, ela não consegue nada. Então, a violência psicológica ninguém vê – só a mulher sofre – até o momento em que ela explode e é chamada de louca por todo mundo.

Então, quando a gente olha mulheres, atendendo ocorrência, não existe mais briga de marido e mulher. Isso me deixou feliz. Mesmo que aquela mulher queira voltar com aquele homem, eu tenho que a entender e não a julgar, eu tenho que dar os primeiros atendimentos, eu tenho que socorrê-la, porque, atrás dessa mulher, tem crianças. E nós temos que trabalhar para que esse ciclo de violência acabe.

Temos leis pesadas? Temos. Mas ainda somos nós mulheres culpadas pelo ciclo de violência, porque esse agressor homem não nasce de outro homem, ele nasce de uma mulher. Nós os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criamos, nós que temos que ser duras com eles enquanto crianças, porque, quando eles crescem, eles são donos de seus narizes. Mas nós temos que mostrar para essas crianças enquanto pequenos que temos que respeitar a sua irmã, a sua tia, a sua mãe, a sua avó. Começa conosco. Essa rede tem que crescer conosco, mulheres. Esse clamor tem que nascer conosco, porque, na hora da violência, eles são violentados junto conosco. E, às vezes, eles repetem isso. E, muitas vezes, eles repetem essa violência, porque eles entendem que aquilo é possível, é verdadeiro, que ele pode bater, pode agredir, porque o pai dele agrediu.

A minha cena mais triste, no meu CAO – um curso que a gente faz na polícia, no qual fiz as minhas duas especializações, as minhas duas monografias – foi a de um homem, uma vítima. Eu fiz 101 mulheres no Estado de Mato Grosso. Todas que tinham boletim de ocorrência, fui atrás de cada uma para a pesquisa. E uma me chocou quando me relatou que o marido dela, quando criança, viu o pai, o tempo inteiro, agredir fisicamente aquela mãe, botava a mãe trancada na casinha do cachorro e dava comida para essa mãe, Senadora Damares, pelo buraco, igual cachorro comia. Esse menino cresceu, se casou e adivinha o que fez com a mulher dele? A mesma coisa, a mesma coisa!

Então, nós somos responsáveis, porque nós mulheres, às vezes, falamos o seguinte, eu sou mãe de três homens e de uma menina: "O meu filho pode tudo, errada é a mulher que se casou com ele, errada é a mulher que namorou ele. O meu filho é homem, o meu filho é macho, o meu filho pode empurrar. Ele empurrou, porque você o deixou nervoso". Eu acho que nós temos que começar a pensar e fazer essa reflexão. "Meu filho, se você está nervoso, vai pescar; se você está nervoso, vai orar a Deus para pedir sabedoria; se você está nervoso, vai para um canto e baixa o seu facho, porque, se você se meter a agredir sua namorada, sua mulher, quem vai te dar uma surra sou eu, para você aprender a respeitar uma mulher". Nós temos que ter esse entendimento. Temos que sair dessa casinha e sempre dar a mão para outra mulher.

Lá em Mato Grosso, agora em outubro, nós vamos fazer – eu vou estar promovendo isso juntamente com as desembargadoras – o projeto que se chama Ajudar sem Julgar, em que vou trazer todas as autoridades, Senadora, eu gostaria de convidar as senhoras para estarem lá comigo, todas as autoridades, para a gente entender que não é porque aquela mulher não chegou aonde eu cheguei que ela precisa ser julgada. Pelo contrário, eu tenho que dar a mão para elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem julgá-las, porque a dor é dela só ela que sabe, só ela sabe, porque chegou ali e onde ela pode andar. Se a gente der a mão àquela mulher sem julgar, essa mulher vai dar novos passos.

Eu fico feliz quando eu vejo mulheres chegarem para mim hoje, Senadora Damares... Se eu contar minha história ao entrar na política, a senhora chora junto comigo: foi muita humilhação, até hoje eu sofro humilhação. Tenho duas graduações, sou advogada, sou Coronel da polícia militar, enfrentei toda uma vida para chegar aonde eu cheguei. No dia em que o Presidente Bolsonaro me colocou como candidata ao Senado em Mato Grosso, sou especialista, tenho seis especializações, falaram, deram entrevista os candidatos: "Essa mulher é burra, essa mulher é um poste, essa mulher não sabe fazer nada, ela é um boneco, ela é isso, ela é aquilo". Mulheres, quando vocês vêm para o lado de cá, olham para nós aqui e acham que nós somos tão fortes, que nós somos tão respeitadas, vocês não sabem a luta que nós temos para enfrentar e chegar aonde nós chegamos. O poste, como me chamaram lá, em 2020, foi a luz que me fez chegar em 2022 na Câmara Federal e é a luz que me tem feito mudar muito do que eu tenho sobre o conceito de mulher e mudar muito o meu jeito de pensar para ajudar cada vez mais mulheres. É dando a mão sem julgar, porque muitas de vocês podem não ter seis especializações, mas sabem fazer o melhor bolo do mundo, sabem fazer a melhor coisa do mundo, coisa que eu não sei fazer. Deus não deu para todo mundo o mesmo dom, porque senão nós seríamos iguais, ele gosta é da diferença, porque uma vai completar a outra.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Coronel Fernanda, a gente entende por que a Câmara a escolheu para ser Procuradora da Mulher, neste momento: precisávamos de uma pessoa corajosa, ousada, diferente. Nós somos diversas, nós nos completamos, gente, nós nos completamos!

Eu só queria dizer para vocês que a Coronel Fernanda, junto comigo... Nós fomos as autoras da CPMI do INSS, mas a gente está, aqui no auditório, também, agora no Plenário, com a Senadora Soraya, que foi a Relatora da última CPI desta Casa, que enfrentou leões. Na verdade, não foram leões, foram abutres. Você enfrentou abutres e covardes aqui nessa CPI. Então, as mulheres no Parlamento estão fazendo a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Soraya precisa sair e é regra da Casa que, quando um Parlamentar entra, pode falar, eu vou conceder a palavra à Soraya e depois à Jussara, porque eu sei que a Jussara também está com a agenda cheia. Na sequência, a gente vai ouvir as nossas falas.

Coronel Fernanda, eu sei que o seu dia está cheio lá. Vocês estão em confusão lá na Câmara. Nós queremos liberá-la e agradecê-la. Sucesso aos eventos de vocês lá na Câmara e contem com as Senadoras para apoiarem vocês nos eventos do Agosto Lilás. Que todo dia seja lilás lá na nossa Câmara do Deputado!

Deus a abençoe. Obrigada, Coronel. (*Palmas.*)

Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discursar.) – Senadora Damares, Ilana, Senadora Jussara, Deputada Coronel Fernanda, é um prazer estar aqui com vocês, com todas vocês, neste momento. Peço desculpas, porque hoje a Casa está conturbada e eu precisei fazer três relatorias *ad hoc*, lá na CCJ, não consegui chegar em tempo e tive agenda externa também.

Eu queria lembrar o seguinte: nós precisamos também nos unir. Há muitos projetos de lei parados, nossos. São projetos de lei de extrema importância nessa luta contra a violência contra a mulher, de todas as formas, inclusive no trabalho, inclusive na política. Não caminham, nada anda. Há projetos de lei belíssimos, mas algo que me incomoda.

Muita gente é até a favor do porte de arma, da posse e tal, mas não quer ter uma arma. É o meu caso, eu não quero. É incrível como, no Brasil, você pode andar armado, mas nós temos um limbo jurídico acerca da arma não letal, que é o *spray* de pimenta, a espuma de pimenta, que são os *tasers*. Nós não podemos andar com aquilo dentro da bolsa e aquilo ajuda, sim. Quando eu fiz o projeto de lei, eu tive contato com todas essas armas não letais ou menos letais. Por quê? Porque você consegue, pelo menos, fugir do agressor. Você consegue, sim, aprendendo a lidar com elas, pelo menos fugir, porque com uma espuma de pimenta que vai direto no olho do agressor, você consegue sair correndo, com um *taser*, com alguma coisa assim.

Esses dias, uma policial penal que trabalha comigo foi ao Paraguai. Ela pode carregar essas armas não letais. Ela falou: "Eu vou trazer uma, Senadora, para a senhora". É uma lanterna, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples lanterna, mas dependendo de como você usa a lanterna, ela é um *taser*. Então, isso não anda, esse projeto de lei.

O projeto de lei do cão protetor... A Ilana esteve comigo num evento, lá na Embaixada de Israel, faz muito tempo. E nós... Tudo o que é bom você copia. Naquele momento, uma moça abriu uma ONG em Israel, justamente porque a irmã foi morta brutalmente pelo marido e aquilo tomou conta da vida dela. O cão protetor... O projeto está aí, o cão já está treinado, é barato, quem sabe lidar com animais poderia, sim, ter animais treinados; e o animal, diferentemente... Porque não dá para colocar segurança para todas essas mulheres, né? Mas uma mulher que lida com o animal, o animal é só falar: "Pega, Rex". Pronto, acabou. Não vai matar, mas o Rex é treinado para pegar na mão, para pegar na perna. O agressor não vai chegar perto dela, sabendo que ela tem um animal treinado. Então, são inúmeras alternativas que nós temos.

Outro projeto que não andou, que eu estou fazendo agora como um projeto social. No projeto de lei, é o seguinte: cada cidade com no mínimo 50 mil habitantes, que ela tenha um treinamento de autodefesa para as mulheres, aquelas mulheres que estão com medidas protetivas. É possível, sim. Agora eu estou trabalhando dentro de um projeto social, contratando professores de lutas, de artes marciais e tudo, para ensinar, pelo menos, de alguma forma, para que essa mulher consiga se defender.

Então, o que nós precisamos fazer, Ilana, precisamos da sua ajuda, eu vou pedir à minha assessoria, é todas nós levantarmos os projetos de lei para os quais sequer foram designadas relatorias, desde 2019, 2020, 2021, projetos maravilhosos que não tramitam – não tramitam. Enfim, e quero lembrar que nós estamos dentro de uma reforma eleitoral, não podemos permitir retrocesso na legislação. Estamos tendo que jogar um xadrez danado, eu sei que muita gente é contra cota, mas não é isso que eu... O que é importante dizer é que aqui, sozinhas, em um número tão pequeno, a gente não consegue fazer andar, os projetos não caminham, não tramitam, fica tudo engavetado. Então, aumentando o número de mulheres com direito a cadeiras – cadeiras –, a vida já seria mais fácil aqui entre nós, porque, quando alguém pensa que nós somos as poderosas, a gente chega aqui dentro e enfrenta um outro poder.

Então, que possamos, sim, brigar pela paridade no Legislativo, paridade de verdade. Eu fiz a emenda, o Relator Senador Marcelo Castro não acolheu a emenda, e ele disse que... Por que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não acolheu? Ele falou: "Olhe, Soraya, a emenda sua da paridade não vai passar, então é melhor não acolher". Eu falei: "Relator, o senhor deveria acolhê-la, porque o senhor está falando que ela é meritória, e eu quero ver cada Parlamentar colocar o seu dedo e a sua digital, para que o Brasil saiba quem é quem. Dê a chance para que nós saibamos quem é quem". A emenda está ali, e eles não deixam a gente nem emendar, porque ninguém quer rejeitar, quer colocar a sua digital, mas seria o caso de a gente... Sabe, eu quero ver quem é quem.

Fabiano Contarato, lá atrás, protocolou um projeto de lei de paridade de verdade, então eu destaco aqueles homens que têm a coragem e não têm medo de enfrentar as urnas conosco. Nós não queremos o espaço de ninguém, nós só queremos o nosso.

Então, eu preciso ir, Presidente Senadora Damares, agradeço, mas eu peço essa... No dia em que a sociedade civil, em que as mulheres se unirem conosco também, não só aqui dentro, só entre nós, mas lá fora, exigirem e pedirem, e a gente entrar numa campanha de pressão mesmo, poderíamos começar uma campanha de pressão para que o Senador Marcelo Castro acolha a emenda número... sei lá que número que é, porque foram tantas, mas que ele a acolha e que a leve à votação; precisamos disso, está bom?

Obrigada, parabéns, e que o Agosto Lilás... A gente não tem o que comemorar em março – eu sempre falo, eu sou a que põe água no chope –, não temos o que comemorar. A gente comemora há não sei quantos anos, 83 ou 93 anos, o direito de votar. Nunca mais comemoramos nada além disso; temos que encarar a realidade nua e crua.

E lembro o Estado de Mato Grosso do Sul que, há três ou quatro anos, eu indiquei emenda para a construção de cinco salas lilases e até agora ninguém executou. E eu estou extremamente chateada com isso, porque a emenda está lá, está no cofre da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, o maior número de feminicídios no Brasil deste ano é no meu estado e nós nessa situação, com emenda lá e ninguém executa.

Então, é hora de cobrarmos, tá?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Soraya, nossa Vice-Líder da Bancada Feminina. Que orgulho de a gente ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancada, a gente orienta a voto no Plenário: "Como orienta a bancada?", a gente fala "sim" ou "não", "obstrução". É, nós estamos fazendo a diferença, 16 Senadoras aguerridas. Obrigada, Senadora Soraya. Que Deus a abençoe!

O Senado fez 200 anos, gente, e, por 150 anos, nunca teve uma mulher. Apenas em 1979, tivemos a primeira Senadora. E agora a gente tem a alegria de receber mais duas aqui: a Senadora Margareth e a Senadora Leila. A Jussara também vai ter a fala dela, está todo mundo correndo, a Jussara vai cumprimentar as nossas... Está o.k.? A Senadora Jussara, do Piauí.

Olhem, eu só quero avisar que as colegas Senadoras estão passando aqui; é uma oportunidade de vocês observarem que eu sou a Senadora mais bonita do Brasil, não é, Leila? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Mas eu só falo isso muito longe da Leila, viu, gente?

Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar aqui a nossa querida Presidenta, a Senadora Damares, que tão bem desempenha aqui o seu papel como Presidente desta Comissão tão importante, que é a Comissão de Direitos Humanos. Quero cumprimentar todas as Senadoras, os Senadores, todas essas mulheres que aqui se encontram, que têm toda uma história perante a sociedade brasileira.

Eu também, às vezes, gosto de falar, mas fiz uma falazinha aqui, para que não tome tanto tempo porque nós temos outras coisas a fazer.

A nossa luta é uma luta de milhões de brasileiras que enfrentam um dos mais perversos dramas sociais do nosso país. Neste mês, o Agosto Lilás, vivemos uma campanha de conscientização sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, criada em alusão ao aniversário da Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006. Essa campanha almeja mais do que nos lembrar dessa triste realidade, ela nos convoca a agir.

Desde o início desta legislatura, tenho me dedicado com afinco a desempenhar uma intensa e mobilizadora atuação legislativa em defesa dos direitos das mulheres. É de suma importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar visibilidade às ações do Agosto Lilás, como forma de sensibilizar a sociedade, os poderes públicos e as instituições sobre tão grave problema estrutural, que precisa ser combatido com urgência, coragem e responsabilidade.

A formulação de políticas públicas que assegurem proteção, dignidade e justiça para as mulheres está na ordem do dia e se tornou para mim uma verdadeira obsessão. Por isso, sou autora e Relatora de diferentes projetos voltados para o enfrentamento da violência de gênero, sob diversas frentes. Como exemplo, cito o Projeto de Lei 1.976, de 2025, que altera a Lei Maria da Penha e a lei de registros públicos para permitir que vítimas de perseguição ou ameaça possam alterar legalmente seus nomes, dificultando sua localização por parte do agressor. A proposta representa proteção e recomeço para as mulheres em situação de risco.

Outro projeto de grande relevância é o PL 2.927, também deste ano, em que propusemos mudanças no Código Penal para tipificar o crime de submissão à prostituição ou a outras formas de exploração sexual, especialmente quando a vítima não possui condições de oferecer resistência. Essa medida reconhece a complexidade da violência sexual e fortalece os mecanismos de responsabilização dos agressores.

Fui ainda Relatora do projeto que originou a Lei 14.942, de 2024, que criou o Banco Vermelho, iniciativa nacional de enfrentamento ao feminicídio, e do PL 2.221, de 2023, aprovado pelo Congresso e em fase de sanção presidencial, que assegura a criação, nas instituições vinculadas ao SUS, de salas de acolhimento exclusivo para mulheres vítimas de violência. Com isso, será disponibilizado um ambiente seguro e humanizado para o primeiro atendimento, rompendo o ciclo de silêncio e de medo de muitas mulheres ao buscar ajuda.

Estamos também atuando no PL 4.411, de 2021, que garante prioridade na emissão de documentos pessoais para as mulheres vítimas de violência patrimonial, um tipo de violência de certa forma invisível, mas que impacta diretamente a possibilidade de reconstrução da vida das vítimas.

Não podemos ficar sentadas no banco esperando que criminosos covardes parem de nos matar, precisamos nos levantar e agir. A mudança de comportamento e as ações efetivas de prevenção são o caminho para mudarmos este cenário. O feminicídio zero deve ser uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública prioritária em todas as esferas: federal, estadual e municipal, uma bandeira única do Governo, da oposição e uma batalha travada por toda a sociedade brasileira.

O Agosto Lilás é um símbolo, mas não se resume a um mês; é uma luta a ser travada 365 dias por ano, até que um dia possamos nos orgulhar de sermos um país que ama, respeita e protege todas as mulheres no seu vasto território. Nesse dia, teremos cumprido uma das mais nobres missões da nossa história.

Que o lilás deste mês seja mais do que uma cor. Que ele seja um pacto de vida, um pacto de igualdade, um pacto de respeito pelas mulheres, hoje e sempre.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não falei para vocês que nós temos aqui a bravura, a doçura. A Jussara é a Senadora que cuida de todos nós, que nos abraça, que nos acolhe.

Eu só quero registrar rapidamente que já passou pelo plenário também o Senador Esperidião Amin, que tirou foto com muita gente.

Estão conosco: a ex-Ministra da Mulher Cristiane Britto, que tem sido parceira desta Comissão; a Dra. Lucia Bessa, Presidente do Instituto Viva Mulher – obrigada, Doutora –; Daniela Cellane, Tenente-Coronel, Comandante do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Escolar, que faz um trabalho lindo – obrigada –; Joel Cordeiro Rafhael, Major Cordeiro da PMDF; Rita de Cássia, dirigente do Se Liga Irmã, no Distrito Federal; Liliane Alves de Oliveira, Assessora Especial da Secretaria da Mulher – obrigada, Liliane, que está sempre com a gente –; Marileia de Paula, Coordenadora da Rede de Proteção da Mulher da Secretaria da Mulher do DF; Ângela de Carvalho, Presidente da OAB/Águas Claras e da Comissão de Direito à Saúde, que está sempre com a gente nos debates também sobre saúde; Rafael Henrique, Presidente da Ambi; Daniel de Maia, Diretor da Prefeitura de Itapema, Santa Catarina – já passou por aqui também –; Vereador de Itapema Márcio José; Elaine Pink Brasil, fundadora do Instituto Pink Brasil 50 Tons de Rosa – inclusive, eu fui a uma discussão sobre os 50 Tons de Rosa, parabéns –; Valquíria Durães, advogada da câmara de mamoplastia em defesa dos direitos da paciente – obrigada, Doutora, por estar aqui com a gente –; Welma Gama, professora aposentada do Projeto Bem Me Quero do DF – parabéns,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professora! –; Maria do Rosário, colaboradora do movimento 7 Esferas de Influência, no Distrito Federal; Leandra Mendanha, fundadora do movimento 7 Esferas; Ana Aparecida, Presidente do Projeto Saúde Mental do DF – obrigada, Ana –; Cícera Kátia, membro do Projeto Saúde Mental; Sandra Moreira, do mesmo projeto; Luciana Dalla, Vereadora de São João d'Aliança – obrigada, Vereadora, temos um desafio para você daqui a pouco –; Ariane Oliveira, Primeira-Dama de Cabeceira Grande... Cadê a nossa Primeira-Dama? Ela estava aqui nesse instantinho. Linda, extraordinária! Nós temos também aqui Polliany Martins Pimenta, Vereadora e mãe atípica da Câmara Municipal de Cabeceira Grande – obrigada, Polliany –; Ana Claudia de Abreu, Vereadora, Presidente da Câmara Municipal de Cabeceira Grande – está aqui a Presidente da Câmara, que coisa boa –; Virginia Castro, Prefeita de Água Fria de Goiás... Cadê a Virgnia? Gente, Virginia foi Primeira-Dama por muitos anos. Vereadora também, Virgínia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não. E agora é a Prefeita. E, quando eu vou lá, eu tenho que falar com o "primeiro-damo" também, com o Primeiro-Cavalheiro. Obrigada, Prefeita, por estar aqui. Temos um desafio para você.

E está conosco também, gente, a Karen Langkammer – eu sempre confundo o nome dela –, Diretora da Divisão Integrada de Atendimento à Mulher da gloriosa Polícia Civil do Distrito Federal.

Obrigada a todos vocês que estão conosco, os assessores dos Senadores.

Estão conosco agora duas Senadoras e... Gente, é regra da Casa, eu preciso fazer isto.

Nós vamos ouvir o cumprimento da Senadora Margareth Buzetti. Gente, deixem-me falar uma coisa. Eu gosto de apresentar do meu jeito. A Senadora Margareth é do Mato Grosso. Ela nunca tinha sido política e já chegou Senadora. E ela está sendo conhecida no Brasil e no mundo como o terror dos estupradores. (*Risos.*)

Vocês não têm ideia das leis que nós estamos aprovando de autoria da Senadora Margareth.

Atenção, estupradores e pedófilos: nós estamos fechando o cerco contra vocês no Brasil. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discursar.) – Obrigada, Presidente mais bonita do Brasil.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Elas não mentem!

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Isso!

Na pessoa da nossa Presidente Senadora Damares, cumprimento toda a mesa: Ilana – saudade de você –; Senadora Damares; Andréa Rodrigues, Presidente do Instituto Banco Vermelho; Secretária de Estado Giselle Ferreira de Oliveira; Tenente-Coronel Renata Braz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Depois de tanto tempo, a gente enxerga pouco, não enxerga muito bem, sabem?

Senadora, enquanto nós não aceitamos a admissibilidade do *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, nós estamos aqui – fico feliz – firmes e fortes em defesa das mulheres.

Eu tive a honra e o prazer de, quando cheguei à Casa, como nunca tinha sido política...Puxaram um projeto que estava parado na Câmara, e eu tive a honra e o prazer de fazer com que ele andasse aqui. Tratava-se de tirar a obrigatoriedade de a mulher ter autorização do marido para fazer laqueadura. Esse foi o primeiro passo que eu dei em defesa das mulheres. Conseguimos aprová-lo, e hoje a mulher tem direito a não querer filhos, a querer ter filhos... Eram normas absurdas: você tinha que ter três filhos do mesmo marido; você tinha que ter autorização desse marido; se você tivesse dois filhos com um e um com outro, não estava certo; você tinha que ter mais de 30 anos. Isso era um absurdo!

Enfim, começamos a luta em defesa das mulheres, porque você não pode ver os números que aí estão e não falar nada, com o homem achando que nós somos propriedades. E ainda vêm mulheres, quando a gente defende no nosso Instagram, na nossa rede social, dizer que isso é mi-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mi-mi. São quatro mulheres mortas por dia por elas serem mulheres! Se uma mulher morre por ser traficante, por ter roubado, por ter assaltado, por ter feito outra coisa, é um homicídio de mulher, não é feminicídio. No feminicídio, ela morre por ser mulher.

E aí eu fiz o pacote antifeminicídio, que elevou a pena para 40 anos no caso da morte das mulheres e elevou todas as penas que antecedem o feminicídio. Fiz a Lei Mulheres Calvi Cardoso, cujo julgamento em Sorriso será amanhã, que é o Cadastro Nacional de Pedófilos e Estupradores. E fiz a lei da reconstrução da mama da mulher por qualquer tipo de mutilação. São três leis sancionadas em defesa das mulheres e das crianças.

E há o pacote antipedofilia – e chamo de pacote com orgulho, porque na mesma lei você faz várias modificações, e tem algumas coisas que são inovações, não é, Senadora Damares? –, que está na Câmara, e agora eu vou cuidar para que ele seja aprovado lá. Se Deus quiser, ele será aprovado.

Nós não podemos continuar assim. Tem três causas que são alarmantes: crianças, que é uma exploração sexual bilionária – não é milionária, é bilionária –; mulheres, que são mortas a cada seis horas no Brasil; e idosos. E eu faço parte da Frente Mista do Idoso com o maior orgulho. Então, eu quero dizer a todas vocês: contem comigo para essas lutas e outras tantas que nós temos. Essas causas nos unem, e nas outras a gente vai sozinhas e separadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Isso! A gente dialoga – isso.

E essa mulher aqui é uma maravilhosa também.

Um beijo a todas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada. Senadora Margareth, obrigada. Obrigada por tudo que a senhora tem feito aqui.

Senadora Leila, a Giselle vai ter que entrar ao vivo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pode, pode ser. Tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ser? Dá tempo de ela ainda...? Então, está bom.

Senadora Leila, tem a fala.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mas, se vai entrar ao vivo, Giselle, fique à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discursar.) – Eu vou ser muito rápida aqui.

Primeiro, quero cumprimentar a todas e a todos. Tem muitas figuras aqui... Eu acho que até seria uma irresponsabilidade da minha parte nominar e esquecer, mas, na pessoa da Senadora Damares, que está comandando a audiência, eu cumprimento a todas as mulheres, autoridades, enfim, representantes de instituições, sociedade civil. A presença também de todos os nossos assessores, enfim, todos aqueles que nos ajudam diariamente no nosso trabalho aqui, dentro da Casa...

Senadora Damares, quero cumprimentá-la pela iniciativa.

Estou no Senado há seis anos, seis anos de luta, e vocês já chegaram e já incorporaram... E é isso. Acho que, na nossa bancada, você falou tudo, nós somos combativas, somos aguerridas. E, independentemente de campos, quando se trata de defesa da mulher, da família, da infância, do idoso, são pautas que convergem. E aqui a gente não mede esforços para lutar.

Eu acho que a maior... O que representa as mulheres dentro desta Casa é resiliência e coragem. A gente diariamente trata de inúmeros temas que são difíceis para a gente, e a gente corre tanto quanto os homens aqui. Olhem, hoje eu estou na II Cúpula Parlamentar de Mudança Climática e Transição Justa para os países da América Latina e Caribe, já comandei a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte sobre desporto militar, estou aqui com vocês, mais tarde nós vamos estar em outros *fronts*, debatendo outras temáticas que são de importância também.

Rapidamente também, eu trouxe duas páginas, porque o meu discurso sobre o Agosto Lilás foi fruto de uma conversa que eu tive esta semana, inclusive, com as minhas assessoras – e às duas eu quero agradecer, que são a Jaque e a Jane – tratando desse cenário que a gente vive hoje com relação às mulheres.

Só em 2025, 16 mulheres foram assassinadas aqui no Distrito Federal, 16 histórias interrompidas, 16 famílias destruídas. E, por trás de cada número, há uma vida que poderia e deveria ter sido protegida.

Dedico boa parte do meu trabalho à defesa das mulheres, todos vocês sabem. A última agora que nós aprovamos, eu ainda era Líder, foi a cota dos 30%, a garantia de 30% das mulheres nas sociedades e nas empresas estatais. Então, foi uma luta nossa, que a gente com muito... Com espírito combativo, a gente conseguiu chegar lá, contando com o apoio da Ilana, junto com o Presidente. Então, eu dedico todo o meu trabalho à defesa das mulheres. Já fui Procuradora, já estive Líder. E, quando estive na Liderança da bancada no Senado, junto com minhas combativas colegas Senadoras, conseguimos aprovar leis importantes.

No ano passado, foram 24 leis para fortalecer redes de proteção e avançar em políticas públicas na defesa das mulheres, mas confesso que, muitas vezes – e eu já externei isto –, a sensação é de estar enxugando gelo ou fazendo um buraco na água. Parece que, enquanto legislamos e conquistamos avanços, a realidade nos grita com novos casos de violência todos os dias: ou são 61 socos, ou são facadas na saída da academia, ou um apartamento incendiado, ou até filhos assassinados por vingança de homens que consideram as mulheres suas propriedades. Nós não podemos aceitar isso como mais uma notícia, não podemos aceitar que mulheres vivam com medo dentro de suas próprias casas, que meninas cresçam ouvindo que violência é algo normal, que agressores se sintam impunes. Essa é a nossa realidade.

Senhoras e senhores, nós estamos falhando como sociedade quando um feminicídio vira apenas mais um caso, e é o que está acontecendo. É preciso coragem, coragem política, coragem institucional e coragem social, para mudar essa realidade, e é essa coragem que nos move, eu tenho certeza disso. Só isso faz sentido em estarmos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu e a nossa bancada estamos lutando por legislações vigorosas, como o pacote, como a questão dos estupradores também, trabalhando para ampliar recursos para a proteção. Aprovamos os 5% de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para ações de combate à violência contra a mulher e de acolhimento das vítimas, batalhando por educação, educação que transforme a mentalidade dos futuros homens que virão, porque a nossa agora falhou. Então, a gente tem que se preocupar com os nossos filhos, com os nossos netos, com os futuros homens que nós estamos gerando e educando na nossa sociedade.

Que este Agosto Lilás não seja só uma campanha, que seja um chamado de ação, porque, cada dia que passa sem enfrentarmos esse problema de forma contundente, mais mulheres correm o risco de não voltar para as suas casas. Eu não vou descansar, nem eu e nem a bancada, enquanto houver uma mulher vivendo com medo.

Eu quero parabenizar a Andréa Rodrigues e a Paula Limongi pela iniciativa da criação do Banco Vermelho no combate ao feminicídio e pelo fim da violência contra as mulheres, que a Senadora Damares trouxe, em parceria, para o Senado, para esta campanha junto ao Senado do Agosto Lilás. E por mais ações que possam vir para o Senado, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e a Direção-Geral da Casa, com a parceria da Ilana, possibilitando a todos juntarem-se neste desafio de acabar com a violência praticada contra as mulheres, contra todas as nossas mulheres, para fortalecer esta importante campanha do Agosto Lilás, para que juntas possamos criar soluções para este desafio de preservar a vida das nossas mulheres.

Enquanto uma mulher sofrer calada, a gente vai continuar gritando – e isso não é exagero. A gente vê as estatísticas: a cada 17 horas uma mulher está sendo assassinada no nosso país. Então, é muito sério o que nós estamos vivendo.

Eu reforço uma coisa: eu adoro uma Casa cheia de mulheres, mas, enquanto nós não tivermos nestes momentos, nestas iniciativas uma maior participação masculina, porque o problema não está em nós, nós simplesmente somos uma voz... Nós precisamos é que os homens compreendam a importância dessa parceria juntos a nós. Esse é o nosso maior desafio.

E quero parabenizar o seu trabalho – já estamos aqui há dois anos, com uma parceria que demonstra civilidade e que demonstra respeito – e o de todas as Senadoras, assim como o da nossa Diretora-Geral, a Ilana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós funcionamos muito bem, pessoal. Olhem, eu vou falar: se não fosse esta nossa luta diária aqui, realmente a situação estaria mais difícil em termos de legislação, mas é claro que, pelos números e pela estatística, ainda é insuficiente. Precisamos do apoio dos homens nesse *front* e maior educação para os pequenos, talvez em uma matéria não só transversal, mas aquela que traga a reflexão mesmo ali na nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

É isso, obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senadora Leila, eu faço isto o tempo todo e todo mundo que me acompanha sabe – e nós estamos com muita gente do DF aqui. Gente, nós temos uma grande Senadora: a Senadora Leila. Acreditem no que eu estou falando. Quando eu cheguei a esta Casa, eu era tão desacreditada. Eu era uma mulher comum, que serviu a um governo barulhento, e eu cheguei aqui com medo, desacreditada, sob severos ataques, e a Leila me acolheu. Já tínhamos tido uma parceria lá atrás, enquanto eu era Ministra e ela, Senadora. Inclusive, aqui a gente tem quatro mulheres do DF: eu, a Ministra Cristiane, a Giselle e a Leila, que na legislatura passada lutou por muito dinheiro para as mulheres do DF, para as Casas da Mulher Brasileira, que eu, como Ministra, e a Cristiane tivemos que executar, e a Giselle está fazendo a entrega. E queremos muito, Giselle, a sua secretaria com muito dinheiro, para você conseguir executar tudo que você sonha. Então, eu precisava fazer esse registro do amor e respeito que eu tenho pela minha amiga Leila. Às vezes, as pessoas perguntam: "Como são vocês duas, que são de espectros políticos diferentes?". Parceiras, amigas. A Leila é essa amiga de todas nós. Foi a nossa Líder – não é, Jussara? – na Bancada Feminina. Esta campanha que está sendo aberta hoje começou ainda na gestão dela, porque ela a deixou agora, no final de julho.

Leila, obrigada por tudo que você tem feito pelo meu Distrito Federal, pelas mulheres do DF e pelas mulheres do Brasil. É a Leila do Vôlei, que a gente aplaudiu, pela qual a gente chorou e pela qual a gente torceu. Eu era fã da Leila, gente! Ela sabe que foi emoção no dia em que eu conheci Leila. Eu estava muito... E sou fã do marido dela também, aquele gato. (*Risos.*)

Gente, quero dizer para as instituições do DF que estão aqui: quem não tem ainda uma aproximação com a Leila abrace a Leila e a conheça, como eu a conheço. Nós temos Prefeitas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Prefeitas da região aqui. Vamos levar a Leila no nosso encontro de primeiras-damas com a gente, para tomar um café com a gente.

Leila, que Deus a abençoe por tudo que você foi.

A Bancada Feminina no Senado só existe por causa da persistência da Leila – temos até sala e um espaço com cafezinho e tudo.

Leila, as mulheres do Brasil agradecem a você e a Jussara, por tudo que vocês estão fazendo por nós, à Margareth e a essas mulheres guerreiras. Somos 16, mas a gente dá muito trabalho aos homens nesta Casa!

E, claro, agora imaginem: tudo isso acontece, porque tem uma mulher Diretora nesta Casa – eu preciso deixar isso bem claro –, uma mulher que está aqui, às vezes, com chicote na mão. Vocês não têm ideia. Tem que ter pulso. O orçamento que ela gerencia é maior que o de muitos ministérios. As decisões partem desta Casa. Ter uma Diretora nesta Casa faz toda a diferença não só para os trabalhos internos, mas para o Brasil.

Chegou também nossa Deputada Geovania de Sá. Obrigada, amiga. Depois, nós vamos lhe conceder a palavra.

Vamos ouvir agora a nossa convidada, Secretária de Estado do DF, Giselle Ferreira.

A SRA. GISELLE FERREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia – é bom dia ainda, não é, gente?

Primeiramente, quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estarmos aqui.

Senadora, antes da minha fala, eu pedi só para a gente passar uma campanha que nós fizemos aqui no Distrito Federal para vocês entenderem a importância...

Vamos lá, vamos passar aqui.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

A SRA. GISELLE FERREIRA DE OLIVEIRA – Essa campanha é forte, faz com que a gente use a inteligência artificial para uma coisa boa, no sentido de divulgar, no sentido de falar que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem, sim, em briga de marido e mulher, que meter a colher. E essa é uma pauta de homens e mulheres.

Nós trabalhamos a proteção à mulher de janeiro a janeiro, mas, agora, em agosto, nós estamos intensificando. Na Secretaria da Mulher, nós vamos ter mais de cem ações voltadas a essa temática.

E, como nós estamos aqui nesta Casa tão representativa que é o Senado... Senadora Damares, muito obrigada por trazer essa temática a este centro político tão importante. Como eu estou agora no Executivo... Aqui por trás está uma mulher, uma mãe, sou servidora pública, professora, fui Secretária de Esporte também aqui do Distrito Federal. Agora estou nesta pauta aqui. E a gente entende a importância de levá-la para todas as esferas e compartilhar aquilo que tem funcionado. Eu fui Chefe de Gabinete da atual Vice-Governadora do Distrito Federal, a Celina Leão – hoje nós temos uma mulher aqui no comando –, e eu sei como é difícil, primeiro, ganhar uma eleição e, depois, apresentar um projeto e esse projeto não ser implementado, o que causa uma frustração, eu sei disso. A Senadora Soraya, que me antecedeu aqui, eu vi a angústia dela falando com relação a isso, aos projetos de lei.

Eu falo que a lei tem que ser de homens e mulheres: não somente as mulheres fazerem com que a gente coloque esses projetos de lei. Então, o que eu tenho feito aqui no Distrito Federal? Nós temos tirado essa legislação do papel. E aí vocês viram essa campanha aqui.

Quando nós chegamos – Lucia Bessa, minha conselheira do direito, aqui no Distrito Federal, das mulheres –, não existia uma política pública que está prevista na Lei Maria da Penha, que amanhã vai completar os seus 19 anos, que é a de cuidar dos órfãos do feminicídio. Nós não gostaríamos de perder nenhuma mãe, nenhuma mulher, mas nós nos deparamos com os órfãos do feminicídio. Andréa, aqui no Distrito Federal, nós cuidamos com o benefício de um salário mínimo por criança...

E um dia desses eu estava conversando e uma técnica até falou: "Secretária, o recurso financeiro é muito importante, mas é 30%". A gente tem que dar o acolhimento. A gente faz o acompanhamento junto com o Conselho Tutelar para dar uma esperança, porque nós já estamos nos deparando com meninas que são órfãs de feminicídio sofrendo violência. Então, o que a gente tem feito? A gente tem feito essa rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como a gente está aqui com vários Senadores e há vários que estão nos escutando, vamos levar para os estados, gente, essa questão, porque a gente precisa cuidar desses órfãos de feminicídio.

Outra questão é que nós implementamos também uma lei que é o aluguel social. A gente fala assim para a mulher: "Ah, você tem que ter a sua autonomia financeira". A Ilana sempre fala muito sobre isso, e eu quero falar, de forma especial, o que ela tem feito aqui, já há muitos anos. Mas tem creche para deixar a criança? Tem um recurso? Ela vai morar onde? Então, aqui no Distrito Federal, nós temos o aluguel social, com o qual a gente ajuda. É muito mais do que um assistencialismo, uma porta de entrada, mas é uma porta de saída, porque a gente faz com que ela tenha um acompanhamento psicológico, que ela procure estar na empregabilidade, para ela ter a porta de saída. Então, no Distrito Federal, a gente tem implementado essa questão. E a gente tem trabalhado muito essa autonomia econômica, com o ACT. Muitos órgãos públicos têm uma porcentagem de vagas para as mulheres. E aí teve uma senhora a quem eu falei: "É a saída dela ter esse recurso financeiro". Ela falou: "Não, eu já recebo um benefício. Eu vou perder". E aí a gente foi mostrar para ela que é muito mais do que um auxílio financeiro. Você ter a sua própria renda, com certeza, é a sua liberdade. Então, a Ilana tem acompanhado isso com a gente. Por isso, a importância de as mulheres estarem nesses locais de poder, de saberem a importância disso.

E eu falo que eu tenho muito orgulho da rede de proteção aqui no Distrito Federal. Gente, esse Provid, que é da Polícia Militar e que a gente fala que é a Lei Maria da Penha nas ruas, é muito importante. Nós temos o Copom Mulher. É quando uma mulher liga pedindo ajuda, e aí a polícia vai até lá. Se ela fala "não, seu guarda, eu só queria dar um susto" e tenta retirar, elas, especializadas, vão até lá e a convencem. Nós não perdemos nenhuma mulher que é assistida. Então, a importância desses exemplos... Está a Delegada Karen aqui também que sabe que a Polícia Civil tem um programa aqui que é o Viva Flor, que é um dispositivo que é acionado, que a mulher segura, e não perdemos nenhuma mulher.

Ainda é pouco, ainda é pouco. A gente não quer perder nenhuma mulher, porque é inadmissível. Quando você perde uma mulher, é uma filha, é uma mãe... E isso a gente não pode admitir. Então, tem diminuído, sim – a gente tem acompanhado –, mas a gente quer zerar. É feminicídio zero!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, Senadora Jussara. Antes de se tornar lei o Banco Vermelho, tanto a Andréa quanto a Paula e a Senadora Damares estiveram aqui... Aqui no Distrito Federal, nós implantamos o Banco Vermelho, porque eu achei.. Quando elas foram contar que perderam uma amiga e que, em vez de sentarem e lamentarem, elas sentaram, refletiram, levantaram e estão agindo, trazendo várias ações... Amanhã, elas já vão estar conosco também, porque a gente quer... O que é bom, gente, tem que ser replicado.

O Governador Ibaneis e a nossa Vice-Governadora Celina falam: “Gente, não é gasto!”. O que a gente implementa, o que a gente faz, o que a gente... Eu falo: eu sou servidora pública, estou como Secretária da Mulher, mas eu vou passar. Por isso, a gente tem implementado... Tudo que é bom a gente copia, sim!

A Dra. Janete, que é do Grupo Mulheres do Brasil – a Ilana sabe, eu a conheci há dez anos lá, junto –, me liga para falar o que está acontecendo em qualquer local. A gente quer isto: compartilhar essas boas ações.

Então, Agosto Lilás é esse momento de a gente intensificar.

Eu vou ter que me retirar realmente e aí eu quero falar uma coisa para vocês: amanhã, a Lei Maria da Penha completará 19 anos, e a gente fez uma ação aqui, que é Meninas em Ação; 31 meninas estão sendo acompanhadas por mulheres que estão em algum tipo... Nós temos hoje uma Comandante da PM, que é mulher, nós temos duas Senadoras mulheres, nós temos secretárias mulheres; elas estão acompanhando essas meninas para saber que o mundo precisa disto – sabe, gente –: inspirar meninas também para elas saberem que não é fácil estar aqui, mas, quando uma está na frente, com certeza, abre porta para outras mulheres.

Senadora Damares, muito obrigada por estar no nosso dia a dia, no Executivo, nos ajudando através de recursos financeiros e de legislações. Você sabe que a gente tem trabalhado com as mães atípicas com afinco também, porque a gente, muitas vezes, escutava, Cristiane Britto, os testemunhos das mulheres: "Meu filho está fazendo tratamento, e eu estou lá fora sentada aguardando", e elas não eram tratadas. Então, a gente tem feito um trabalho também com as mães atípicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, para concluir, uma frase que a gente tem usado nas nossas campanhas, que eu acho que é para a gente refletir: "O silêncio pode ser tão violento quanto a agressão". Quero fechar com essa palavra para a gente refletir e para nos unirmos, porque, quando o Estado está sendo acionado, nós estamos salvando as mulheres. Então, essa é uma responsabilidade de todos nós, homens e mulheres.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretária.

Secretária, como você presenteou todo mundo no Plenário, a Comissão se sentiu também no direito de a presentear.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. GISELLE FERREIRA DE OLIVEIRA – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deus a abençoe, Secretária.

Obrigada.

No Agosto Lilás, está todo mundo com muita atividade, todo mundo correndo.

Obrigada, Secretária, falando em nome do Executivo. Muito obrigada.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Tenente-Coronel Renata Braz das Neves Cardoso, Chefe do Centro de Política de Segurança Pública da Polícia Militar do DF, Provid. Quem não o conhece vai se apaixonar hoje pelo que ele faz. Às nossas colegas de outros estados, levem a essência do Provid para os seus estados. Vocês vão entender o que o nosso Provid faz.

Tenente-Coronel, muito obrigada pela presença.

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa da Senadora Damares. Eu queria agradecer-lhe a deferência e o convite também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer estar aqui e falar a respeito não somente do Provid, mas o que nacionalmente é conhecido como Patrulha Maria da Penha, porque tem tantos nomes: Patrulha Maria da Penha; Ronda Maria da Penha; Grupo de Atendimento a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que é o GAV, lá do Ceará. Nós temos a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais, a Ronda Maria da Penha. Enfim, são tantas patrulhas na proteção da mulher.

Eu tenho um carinho especial, porque eu tive a honra e o privilégio de ombrear com a senhora e com a nossa Ministra Cristiane Britto também, ali, no Ministério da Mulher, onde foi possível a gente conhecer tanto deste Brasil, que é tão diferente, que é tão grande, um país continental. Eu ficava exatamente fazendo a análise de PLs, uma análise técnica. À época, eu analisei mais de 300 projetos de lei para alteração da Lei Maria da Penha.

Então, era um trabalho exaustivo e sobre o qual a gente se debruçava e discutia a respeito de tantas ideias, inovações, do que era factível, do que não era, mas foi uma experiência ímpar e que nos oportunizou a ampliar tanto o leque do que realmente é o trabalho de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher.

Hoje eu estou à frente do Centro de Políticas de Segurança Pública da Polícia Militar e tive a oportunidade de comandar o Batalhão de Policiamento Escolar, que é o maior batalhão da Polícia do Distrito Federal. Nós temos hoje 1.647 escolas cadastradas aqui, no DF. Então, a gente tem um emprego maciço ali de policiamento de ordem operacional.

Trabalhei como Coordenadora-Geral de Articulação Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e estou agora trabalhando ali junto à Universidade de Brasília no desenvolvimento de um doutorado para estudar a idade como fator de risco da violência contra a mulher.

A gente tem hoje um trabalho muito voltado – e ele é assertivo – em relação às mulheres que estão sofrendo as maiores violências, um grupo em ascensão, infelizmente, que é o da mulher idosa, porque ela sofre de uma dupla vulnerabilidade em razão da sua condição de ser mulher e em razão da sua condição da idade.

Então, a tese de doutorado é exatamente para analisar a governança das políticas de segurança pública no enfrentamento à violência contra a mulher idosa, abarcando a idade como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um fator de risco. Além disso, eu tive a oportunidade de trabalhar, aqui, no Distrito Federal, num estudo pioneiro sobre os homens autores de violência da segurança pública que cometem violência doméstica contra as suas parceiras, porque também nós tivemos uma informação de que aqui, no Distrito Federal, metade das mortes de mulheres, seguidas do suicídio do autor, eram cometidas por servidores da segurança pública. E um dos fatores de risco que a gente tinha era exatamente a questão do porte de arma.

Então, à época... E eu agradeço e tenho a felicidade de nela estar em uma Corporação que avançou muito na incorporação da Lei Maria da Penha nos seus pressupostos.

O nosso Departamento de Controle e Correição, a Corregedoria autorizou na época... Foi uma dissertação de mestrado também na Universidade de Brasília, em que foi possível identificar o perfil do homem autor de violência da segurança pública, policial militar. A partir daí, nós inserimos um grupo, chamado Grupo Refletir, que hoje está sendo executado pela Secretaria de Segurança do Distrito Federal, em que em todos os casos judicializados nos quais o homem autor de violência é um servidor da segurança pública, seja ele da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, do Detran e também do sistema penitenciário, ele é obrigado a comparecer a esse grupo reflexivo como medida protetiva de urgência em um monitoramento de, no mínimo, dois meses.

Desde 2018, nós praticamente zeramos a prática de feminicídio cometido por servidor da segurança pública e sobre isso tem um monitoramento muito grande, com reincidência de apenas 3%.

Então, eu acho que essa é uma prática inovadora e de um custo muito acessível para que seja implementado em todo o Brasil.

E eu sempre gosto de trazer esse eslaide da nossa rede de atendimento, porque existe muita confusão entre o que é enfrentamento, o que é combate, o que é atendimento. Então, quando a gente fala em atendimento é realmente quem coloca a mão na massa, é quem está ali atendendo a mulher. E nós temos esses cinco principais atores: a segurança pública, a Justiça, a saúde e a assistência social, e todos esses atores têm os serviços especializados e não especializados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro aqui do nosso papel – segurança pública, a Polícia Militar, e não só a Polícia Militar, mas também a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, o Detran e o sistema penitenciário –, nós estamos trabalhando em rede, para que a gente possa operacionalizar essas ações de serviços especializados e não especializados.

Então, nós temos hoje que o não especializado é o radiopatrulhamento, é o 190 de todo o país. Infelizmente, hoje, a ocorrência mais registrada em todos os centros de operação do Brasil é a ocorrência de violência doméstica e familiar. Só perde para perturbação da ordem, ficam ali disputando: uma, primeiro; outra, segundo lugar. Então, a gente chama isso de serviço de primeira resposta.

E como a Coronel, a Deputada falou aqui, anteriormente: esse servidor não gosta de atender essa ocorrência, porque ela é diferente do crime urbano. No crime urbano, aquela pessoa que é vítima de qualquer violência quer que a pessoa seja presa, ela quer ter o seu aparelho celular recuperado, quer que de alguma forma a justiça seja feita, e, no caso da violência contra a mulher, a gente tem uma especificidade, porque a mulher, na maior parte das vezes, quer que a agressão cesse; ela não quer se separar, ela não quer desfazer a família por uma série de questões: ela tem vergonha, ela não tem autonomia econômica, ela sofre uma pressão familiar; às vezes, ela sofre até uma pressão da própria comunidade, da igreja – e a gente tem trabalhado muito junto às igrejas para elas serem um fator de proteção, e não para que a mulher fique em risco.

Então, dentro dessa ação, na Polícia Militar a gente tem trabalhado de uma forma muito forte a questão da capacitação tanto do atendimento não especializado quanto do atendimento especializado. Então, quando uma mulher está em situação de emergência, a gente tem que orientar que ela busque imediatamente o serviço de atendimento de emergência, que é ligar para o 190.

E quantas mulheres ligam com códigos: "Olha, eu quero uma pizza"; "eu quero um açaí"; "eu estou aqui, mas não estou...". Elas vão falando a informação por meio de códigos, e a gente precisa capacitar o nosso efetivo para que esse policial militar, esse atendente também entenda essa situação de vulnerabilidade.

E aí a gente tem o nosso serviço especializado, que são as Patrulhas Maria da Penha, que é o Provid, que é a PVD, que é o GAV, que é a Ronda. E, Senadora, esse pessoal que trabalha nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço especializado são policiais voluntários, abnegados, e a gente tem buscado também tratar de quem cuida, porque é muito problema que esse pessoal escuta e, às vezes, eu tenho que falar: "Olha, calma! A gente só pode até aqui. Lembra da rede? O nosso papel é esse...". Mas por vezes eles extrapolam.

Eu me lembro, quando a gente estava fazendo um trabalho no Governo Federal, de em quantos estados nós fizemos um aporte de recursos ali, entregamos equipamentos, entregamos viaturas. Quantos estados... O estado, às vezes, ligava: "Olha, eu não preciso de uma viatura; eu preciso de um barco, porque aqui eu só chego de barco, aqui eu só chego com tal equipamento".

A gente precisa trabalhar, ter essa governança do Governo Federal para o governo estadual, distrital, municipal, fazer com que essa política pública não seja apenas de palavras ou de ações que não sejam pragmáticas. É um efetivo que precisa de um aporte de recursos, principalmente, na ordem ali de equipamentos, de viaturas. Até de armamento a gente conseguiu doação do Ministério, à época o da Justiça, porque tinha policial que me ligava: " Coronel, eu não tenho arma. Eu não tenho viatura, mas eu quero ir lá, eu quero ajudar". Então, a gente ia, organizava, ligava. Olha, eu até peço desculpas. Quando a pessoa me dá um cartão, eu falo: meu Deus, cuidado, porque eu vou ligar. Eu vou atrás, porque a rede é isso, nós somos a rede.

Então, aqui, no DF, nós entendemos, junto ao comando da corporação, que não adianta eu ter um serviço especializado incrível e um serviço não especializado que não entende a complexidade dessa demanda do crime de violência doméstica familiar. Então, em razão disso, nós incluímos na matriz curricular de formação de todos os cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do DF uma disciplina específica sobre o atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar, porque, para esse servidor, não era suficiente uma palestra explicando o que era a Lei Maria da Penha, em duas horas. Então, ele fica agora, no mínimo, 30 horas-aula em uma sala de aula onde vai aprender por que existe o direito da mulher, desde a carta dos direitos humanos, passando pela Cedaw, pela Convenção de Belém do Pará, pela Lei Maria da Penha, pela qualificadora do feminicídio e por tantas atualizações que nós temos da Lei Maria da Penha. A gente tem tido muito retorno, principalmente nas audiências. Os próprios magistrados falam como melhorou o serviço de atendimento, como aumentou o comprometimento desse serviço não especializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em razão disso, a gente escreveu vários livros, vários compêndios, e está tudo à disposição de qualquer corporação, de qualquer força, para o que precisarem, tudo disponibilizado. Além disso, o próprio Governo do Distrito Federal lançou também o Ressignificar, que é uma plataforma *online* para o treinamento dos seus servidores.

E a responsabilização dos homens autores de violência, porque além do cuidado da mulher, que é primordial, nós temos que trabalhar com a responsabilização desses homens autores de violência. Não basta judicializar o processo, colocar uma tornozeleira eletrônica. Tem gente que tira a tornozeleira eletrônica e ainda a coloca em cachorro, para acharem que está sendo monitorado, que tira a tornozeleira e reincide na agressão à mulher. Então, a gente precisa responsabilizar esses homens autores de violência, fazer valer a responsabilização como medida protetiva de urgência. Nós temos todas essas ações.

Eu trago o atendimento do Provid hoje, só de 2025, que é o Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica. Nós contamos com um aporte, também, com o apoio da senhora, materializando esse apoio, porque é necessário. Então, nós tivemos só neste ano 1.171 processos abertos. São mulheres em situação de risco extremo, é a mulher que não pode sair na rua, pois o homem já está ali, na porta dela, querendo cometer o feminicídio.

Nós temos ali 1.657 pessoas assistidas. Já realizamos mais de 16 mil visitas solidárias. Dentre essas pessoas assistidas, 240 idosas e 135 menores. Então, hoje nós fazemos um atendimento em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Vem ali a violência psicológica como a principal forma de violência. E a gente esclarece àquela mulher que ela está em situação de risco, porque o maior problema é que a mulher não acha que está em risco. A gente fala, explica, desenha, abraça. Pelo amor de Deus, vamos sair dessa situação – e, por vezes, ela não quer. E a gente tem que ir lá atender de novo e orientar o nosso policial lá do 190: "Se a Dona Maria ligar uma vez, duas, dez, vinte, não importa, nós iremos atender como se fosse a primeira vez", para ele não revitimizar essa mulher, mas que a gente possa trazer um atendimento ali humanizado.

E ali a origem da demanda: o TJDFT é a primeira, porque nós temos um acordo de cooperação com o Tribunal de Justiça para remessa dos casos judicializados. E outros... Já vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em segundo lugar, porque o Provid, os batalhões estão de portas abertas. Qualquer pessoa pode procurar essa ajuda dentro do batalhão.

E nós temos essa inovação que é o Copom Mulher. O Copom Mulher é uma estratégia baseada em um indicador. Nós temos uma Câmara Técnica de Monitoramento do Feminicídio aqui, no Distrito Federal, que faz o estudo de todos os laudos, infelizmente, das mortes de mulheres em razão de gênero. A partir dessa informação, o que nós tivemos como resposta? Que 68% das mulheres vítimas de feminicídio no Distrito Federal nunca ingressaram na rede formal por meio do registro de um boletim de ocorrência. É quase 70%. É a mulher que não registra o boletim de ocorrência. E a forma de ingresso na rede é a judicialização dessa ação por meio do registro do boletim de ocorrência, mas em algum momento ela chamou a Polícia Militar. E essa informação fica no nosso registro.

Então, o que a gente faz agora? A Dona Maria ligou: "Olha, eu estou com problema, o meu marido está aqui, está me batendo. Eu não vou registrar ocorrência, eu não quero." "Um minuto, Dona Maria". Tem uma policial feminina, no momento da ocorrência, e, no calor da ocorrência, na confusão, com menino chorando: "Dona Maria, tudo bem com a senhora? Aqui é a policial Joana. A senhora está bem? Está precisando de uma ajuda? O que a gente pode fazer para ajudar a senhora?". Ela esclarece que é importante ela fazer esse registro de ocorrência. E a gente está conseguindo reverter ali para registro uma média de 20% a 25%. Então, a gente está reduzindo o fator de risco de feminicídio que é o não registro do boletim de ocorrência.

E esses 80%, 75% das mulheres que não querem a gente encaminha para todos os Provids do DF.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – E o Provid vai lá: "Dona Maria, estou aqui porque a senhora registrou uma ocorrência. Vamos registrar?" "Ah, não quero de jeito nenhum". "A senhora pode registrar *online*", porque a Polícia Civil tem a delegacia *online*, que é uma grande ferramenta. Às vezes ela não quer, não tem dinheiro, está com vergonha, não quer que o companheiro saiba. Então, são estratégias. E a gente tem unido esforços exatamente para que essa mulher não seja uma vítima de feminicídio. Então, já foram mais de 2.571 atendimentos. Esse serviço funciona 24 horas aqui, no Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tem um vídeo que eu queria passar rapidamente. E quero dizer que, aqui, no Distrito Federal, nós temos a honra e a felicidade de ter a Coronel Ana Paula como a nossa comandante. (*Pausa.*)

Não chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO – Então, em outro momento, se tiver oportunidade...

Eu encaminho aqui, Senadora, explicando o que é o Provid, como é o nosso atendimento. Temos a nossa Comandante-Geral Ana Paula, que tem feito um trabalho de excelência em colocar essas mulheres em espaços de poder.

Não temos mais o indexador de ingresso de mulheres na nossa corporação. Hoje, entram quantas passarem no concurso público. E estaremos, agora, com força total, na Operação Shamar, que é a operação do Ministério da Justiça para o enfrentamento à violência contra a mulher, estimulando o serviço exatamente do 190, porque é onde está hoje a maior porta de entrada dessas mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

E nos colocamos também à disposição para ter esse lindo banco vermelho em frente ao nosso Quartel do Comando-Geral. (*Palmas.*)

Acho que é uma grande iniciativa, e a gente permanece sempre à disposição, não só o Provid, mas também todas as patrulhas Maria da Penha do Brasil.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Tenente-Coronel Renata.

Gente, no Distrito Federal, o Comando-Geral da PM é uma mulher, tá? Lá em Roraima, a Secretária de Segurança é uma mulher, não é, Senador? Então, aqui a gente tem a alegria de ter uma Comandante incrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora... Nós estamos indo para o final de nossa audiência e nós vamos sair da audiência atrás de um violino que vai ser tocado até o banco vermelho, onde vai ter a cerimônia. Vai ser muito lindo.

Nós vamos ouvir – eu quero só registrar a presença do Senador Chico Rodrigues; daqui a pouco, no final da fala, ele vai ter a oportunidade –: a Rafaela Ribeiro, Defensora Pública do DF; a Dra. Giselle Rodrigues, também Defensora; a Tamara Castro, Secretária de Assistência Social e Primeira-Dama de Alexânia – tudo bem, Tamara? Que bom ter você aqui! –; e a Marcia Cristina Monteiro, Supervisora da Diretoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Andréa, Presidente do Instituto Banco Vermelho.

A SRA. ANDRÉA RODRIGUES PEREIRA DE ALBUQUERQUE FERREIRA (Para expor.) – Boa tarde. Quer dizer, é bom dia ainda, não é? Eu não sei, estou sem horário aqui.

Eu gostaria de cumprimentar essa mesa formada por mulheres maravilhosas, em nome da nossa querida Senadora Damares, Presidente da CDH, e também de agradecer essa grande oportunidade. E quero dizer para vocês, como sociedade civil, o quanto eu me sinto honrada de estar aqui, fazendo parte deste momento. E, se eu me emocionar, já peço desculpa para vocês a partir de agora, porque para a gente é um momento muito simbólico e emblemático estarmos aqui discutindo esse tema. Eu não quero perder nunca a minha capacidade de me indignar e de me emocionar diante desse assunto.

Então, muito obrigada, Senadores, Senadoras, senhores e senhoras e todos que estão aqui presentes hoje.

Eu vou ler aqui a minha fala, porque nosso horário está avançado, mas existem algumas provocações que eu acho muito importante, por termos Senadoras aqui, de a gente trazer também, porque são itens para a gente pensar e que podem ajudar aí nesse tema de enfrentamento à violência.

Bom, eu sou a Andréa Rodrigues, eu sou mãe atípica e também sou uma mulher atípica – eu estou no espectro autista. Sou Presidente do Instituto Banco Vermelho, um instituto que nasceu da transformação de um luto em luta. Após a perda da minha melhor amiga, vítima de feminicídio, junto com a Paula – Paula, levante a mão –, que também perdeu uma amiga para esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime bárbaro, nos unimos e hoje nos dedicamos integralmente à prevenção ao feminicídio, porque nada traz uma mulher morta de volta.

Hoje, os bancos vermelhos, símbolo da nossa luta, são, através da Lei Federal nº 14.492, uma política pública de prevenção à violência contra a mulher. Inclusive, temos um banco vermelho aqui, fixo no Senado Federal, e já estamos em metade do país. Por que um banco, me perguntam? Bem, porque ele é um ícone democrático. Ele está nas principais vias, nas praças, na periferia, nas ruas, está no cotidiano das pessoas. Por isso, é um excelente vetor de comunicação. Um banco de praça comum convida a pessoa a sentar-se e a descansar. O nosso banco vermelho vai além. Ele convida você para se sentar e refletir, levantar e agir. E o banco gigante é o nosso ícone maior de luta. Ele é gigante porque a causa também é gigante. E ele é vermelho porque representa o sangue derramado pelas vítimas de feminicídio.

Cada banco, pequeno ou grande, carrega uma mensagem de prevenção e traz canais de ajuda para a mulher buscar apoio, para si ou para alguma outra que conheça. E hoje, temos um banco gigante exposto aqui, no Senado, na Praça das Abelhas. Todos e todas estão convidados a sentar-se e refletir, levantar para agir.

Quando o nosso Instituto criou a campanha e a marca Feminicídio Zero, cedida ao Ministério das Mulheres por meio de um acordo de cooperação técnica, a nossa intenção era clara: trazer a mensagem de tolerância zero a esse crime brutal. O Instituto Banco Vermelho tem atuado com intensidade e compromisso em todo o país, não apenas instalando bancos que informam e conscientizam, mas também indo além, com diversas ações com foco em prevenção. Além disso, fortalecemos e damos visibilidade à rede de proteção já existente, mostrando para cada mulher que ela não está sozinha e que há caminhos de apoio e saída, mas nós também falamos com os homens. E isso entra muito na fala do que comentou agora a Tenente Coronel — é muito importante. E é o que vai permear um pouco da minha fala a partir de agora.

Então, nós falamos muito com homens, em projetos como, por exemplo, o Banco Vermelho Vai à Obra, criado pelo nosso Instituto para levar prevenção e informação direta aos trabalhadores da construção civil dentro dos próprios canteiros de obra, porque o enfrentamento à violência contra a mulher também passa — e principalmente passa — por trazer homens para esse diálogo. E é sobre isso que eu quero falar um pouco mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse convite tão importante que recebi para estar aqui hoje, decidi que eu não traria mais do mesmo, porque os números já gritam por si só, e há muito tempo nós sabemos que vivemos um colapso no Brasil. Sabemos que o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres do mundo, em um universo de 196 nações.

Sabemos que a cada seis horas uma mulher é assassinada no Brasil. Temos quatro mulheres vítimas de feminicídio por dia em nosso país. O que nós não sabemos é sobre o perfil dos homens que estão agredindo e matando essas mulheres. Quase nada, Senadora Leila, sabemos sobre eles – quase nada.

Hoje, quero trazer uma abordagem que não tem recebido um foco necessário, mas que é absolutamente indispensável, se quisermos, de fato, mudar esse cenário.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2024, cerca de 90% dos assassinos de mulheres são homens. Se os homens são os vetores centrais dessa violência, então eles precisam ser parte da solução. Ocorre que nós sabemos muito pouco sobre eles.

A mulher que morre, nós já sabemos: 64% são negras, a maioria vive na periferia; 71% têm entre 18 e 44 anos; cerca de 70% morrem dentro de suas próprias casas, nas mãos de seus companheiros ou ex-companheiros. Mas quem é o homem que mata? Quem é o homem que agride? Não há uma base de dados nacional robusta, consolidada e qualitativa sobre quem são os homens, qual a sua faixa etária, o seu grau de instrução, a sua ocupação, o seu histórico familiar ou criminal.

Essa ausência de informação compromete a criação de políticas públicas assertivas e impede ações preventivas eficazes. Precisamos de uma base de dados profunda sobre o perfil do agressor. Sem conhecer quem são esses homens, continuaremos atuando apenas nos campos da repressão e da reação, e não no da prevenção. Ninguém nasce feminicida; isso é ensinado por uma cultura machista e misógina. Precisamos entender esse perfil.

Para avançar nessa direção, seria fundamental termos uma pesquisa nacional profunda, de caráter oficial, voltada exclusivamente para mapear o perfil dos autores de feminicídio, mas também queremos chamar a atenção para algo igualmente importante: toda comunicação, de forma geral, oficial ou não, sobre violência doméstica é sempre voltada exclusivamente para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres. Mas e os homens? Por que não estamos falando diretamente com eles, se são eles que estão agredindo e matando? Ignorar essa parte da equação é fechar os olhos para a raiz do problema.

O perfil da campanha de enfrentamento à violência contra a mulher ainda coloca todo o peso da denúncia e da saída da situação sobre os ombros da própria mulher. É como se a responsabilidade fosse sempre dela: ela que perceba os sinais; ela que denuncie; ela que rompa o ciclo; ela que enfrente; e ela que sobreviva.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANDRÉA RODRIGUES PEREIRA DE ALBUQUERQUE FERREIRA – A pergunta que precisa ser feita é: onde estão as campanhas para os homens, as campanhas que os confrontem com a realidade de que eles podem estar cometendo um crime? Onde está a mensagem direta da intolerância do Estado ao comportamento misógino e machista?

Os homens agressores, em sua maioria, não se reconhecem como agressores e muito menos como criminosos. Quando nós falamos com os homens em nossas ações de campo, percebemos que a maioria, com exceção da violência física, desconhece os outros tipos de violência doméstica previstos na Lei Maria da Penha, como psicológica, moral, patrimonial e sexual. Eles não sabem que essas formas de agressão também são crimes e que podem resultar em medidas judiciais.

Por isso, é urgente que o enfrentamento à violência contra a mulher também envolva os homens por meio da responsabilização e da conscientização. Eles precisam ser confrontados com a realidade, precisam se enxergar como parte do problema para serem parte da solução. Os que agridem precisam se reconhecer como criminosos; os que não agridem não podem ser omissos.

O combate ao feminicídio não deve ser uma luta contra um gênero, mas, sim, um enfrentamento a uma cultura de dominação que justifica o direito de matar como se a mulher fosse uma propriedade. Nós não podemos mais gritar sozinhas – Senadora Damares, não podemos mais gritar sozinhas – por ajuda, enquanto os homens permanecem em silêncio. É urgente trazer os homens para essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu quero dedicar o dia de hoje, este momento de hoje à Juliana, sobrevivente de feminicídio após receber 61 socos do seu agressor, Igor Eduardo Pereira Cabral. Esses golpes não atingiram apenas a ela, atingiram a cada uma de nós, mulheres, porque a violência contra uma é a violência contra todas. Estamos todas socadas, marcadas e feridas, mas seguimos em pé, na luta, recusando-nos a ser silenciadas, a cada dia mais conscientes, mais fortes, mais determinadas para falarmos aos homens: nem pensem em nos matar.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores presentes aqui no momento, essa não é uma luta só de nós mulheres, nós precisamos de vocês homens também. Essa luta é emergência nacional! O Brasil está vivendo uma epidemia de feminicídio e violência contra a mulher.

O Instituto Banco Vermelho se coloca à disposição para fazer parte dessa mudança. Eu peço gentilmente que todos possam seguir o nosso Instagram: @bancovermelho. Lá diariamente, nós trazemos informações sobre prevenção para homens, para mulheres, para todos. E convidamos todos para essa luta.

Eu gostaria de encerrar com uma analogia que nós costumamos fazer: "O que eu desejo para o Banco Vermelho?". Perguntam-me sempre: "O que você pensa do Banco Vermelho daqui a alguns anos?". O meu sonho é que ele vire um memorial, assim como o orelhão hoje, quando eu tenho que explicar para os meus filhos para que serve um orelhão de fazer ligação: "Olhe, meu filho, um dia alguém colocava aqui uma ficha e fazia uma ligação para alguém". "Mãe, isso acontecia?" E eu: "Acontecia, sim". Eu quero que os meus netos olhem para um banco vermelho e perguntem qual era a utilidade desse banco e vou falar para ele que era do tempo em que homem matava uma mulher pelo fato de ser mulher. Ele vai falar: Nossa, e isso acontecia?". "Acontecia, mas não acontece mais."

É essa a minha esperança e é essa a nossa luta diária. Nós abandonamos nossa vida profissional e pessoal por essa luta hoje, que é de todas nós.

Muito obrigada por este momento. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Falar o quê depois de Andréa?! Mais nada!

Nós temos um Senador homem que foi desafiado e nós vamos para o banco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos com muitas crianças, Ilana, lá no banco. A Ilana organizou tudo de forma extraordinária, compôs esta mesa, mas vai fazer a fala dela lá no banco.

Nós vamos seguindo uma violonista, nós vamos seguindo a música, em silêncio, ouvindo a música até o banco. Dessa forma... (*Pausa.*)

Não, o Chico Rodrigues vai falar lá no banco, porque ele foi desafiado – ele foi desafiado! (*Risos.*)

Dessa forma, eu vou encerrar, dizendo à nossa Diretora-Geral: muito obrigada por este momento, Ilana. Muito obrigada!

Vamos todos para o banco, ouvindo e acompanhando a nossa violonista.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos, do dia onze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 48/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Audiência Pública sobre "O Trabalho das mulheres frentistas no Brasil". Participantes: Telma Maria Cardia, Secretária da Mulher da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo - FENEPOSPETRO e da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo - FEPOSPETRO; Maria Aparecida da Silva Martins, Diretora da FENEPOSPETRO; Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da CODEMAT; Shakti Prates Borela, Auditora-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Lucineide de Souza Sampaio, Diretora da FENEPOSPETRO; Renata Lucas dos Santos Silva, Diretora da FENEPOSPETRO; Laura de Fátima Pereira Santos, Secretária de Políticas para mulheres e gênero da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo - FEQUIMFAR; Renan Fabian Lisboa, Coordenador de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC; e Maria Angelica Iguaracema Rodrigues da Costa, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos das Mulheres no Trabalho do Ministério das Mulheres. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/11

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 48, de 2025, CDH, de autoria deste Senador, para debater o tema "O trabalho das mulheres frentistas no Brasil".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Agradecemos de imediato à TV Senado, à Rádio Senado e à Agência Senado pela cobertura do evento. Agradeço também à Presidenta da Comissão, Damares Alves, que, quando suscitei o requerimento para que vocês estivessem aqui, de imediato ela o botou em pauta e informou a todos que estava confirmado o evento no dia de hoje.

Eu quero também cumprimentar a todos aí. Eu só não entendi por que barraram vocês por causa disto aqui – parece que é proibido falar em flores aqui, né? Porque aqui se fala de flores. Mas, felizmente, eu falei com o pessoal da segurança que estava aqui, e o meu pessoal esteve lá, e daí foi liberado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se diz aqui? Agora virou manchete, né? Se não tivesse barrado, não virava manchete. O que se diz? Olha, diz: "Trabalho com dignidade. Respeito e igualdade. Fenepospetro e Fepospetro". Embaixo disso: "Juntos somos mais fortes". Estão aqui rosas simbolizando a luta das mulheres, pelos desenhos que tem. Não tem problema nenhum! Eu quero dar é uma salva de palmas para quem bolou esse leque aqui, que diz tudo aqui.

Parabéns, viu? Parabéns! (*Palmas.*)

Porque chega gente aqui nesta Casa com cartazes, às vezes – não estou nem classificando quem é de um lado ou do outro, né? –, ofendendo os Parlamentares. Vocês estão abraçando os Parlamentares.

Então, parabéns a vocês!

Vamos... Como é de praxe, sempre há, no início dos trabalhos, a fala da Presidência. Então, vamos lá.

Senhoras e senhores, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal tem como objetivo debater um tema de extrema relevância social: "O trabalho das mulheres frentistas no Brasil". A realização deste encontro foi solicitada pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro) e pela Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Fepospetro-SP).

Estamos aqui para dar visibilidade às condições de trabalho enfrentadas por milhares de mulheres que atuam como frentistas em todo o país, profissão que historicamente tem sido marcada por jornadas extenuantes. E temos que ficar esperto, viu? Eu vi hoje uma matéria que no Vale do Silício, nos Estados Unidos,

Eu vi hoje uma matéria em que, no Vale do Silício, nos Estados Unidos, eles querem a jornada 9-9-6, ou seja, eles querem que comece 9h da manhã e termine 9h da noite, enquanto a nossa proposta é 36 horas – todo o movimento sindical e todos Parlamentares aqui do Senado e da Câmara vão na mesma linha. É a jornada... Na verdade, o objetivo é 4 por 3, né? Hoje é praticamente 5 por 1... é 6x1. Por que é 6x1? Porque as horas do sábado a gente paga, né? Então é 6x1, é um dia de descanso. E, nessa proposta que eles estão discutindo lá e estão fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência em empresas... Inclusive, tu tens que ver em qual o dia que eles podem te dar a licença. Existe projeto aqui dentro já querendo que quem decida o dia da licença seja o empregador e não o trabalhador. Então, vem num bom momento essa iniciativa de vocês.

Bom, essa profissão tem sido marcada por jornadas extenuantes, baixos salários, insalubridade, entre tantas outras medidas que prejudicam a trabalhadora.

Hoje, estima-se que o Brasil tem em torno de 500 mil trabalhadores e trabalhadoras no setor, sendo 30% a 35% de mulheres. Quero sublinhar o desamparo vivido por esse conjunto de trabalhadoras, que enfrentam, cotidianamente, inúmeras formas de negligência e violência nos postos de serviço, como, por exemplo, negativa sistemática de afastamento de trabalhadoras grávidas de ambientes comprovadamente insalubres – mulher grávida não deveria trabalhar em área insalubre –, contrariando assim, infelizmente – esses setores, empregadores –, normas básicas de proteção à maternidade e à saúde da gestante e do nascituro; demissões ocorridas em diversos estados em retaliação à exigência de um direito tão elementar: duas folgas mensais aos domingos, garantidas pela legislação trabalhista e reafirmadas em decisões judiciais, e infelizmente, nem essas são cumpridas. São recorrentes também casos de assédio moral e sexual nos locais de trabalho, práticas inaceitáveis, que ferem a dignidade da mulher trabalhadora e que muitas vezes encontram silêncio, conivência ou omissão por parte de empresas.

Diante desse cenário, este debate se torna não apenas necessário, mas urgente. Cabe a esta Comissão de Direitos Humanos, que tem a defesa das políticas humanitárias – como eu digo, direitos humanos como princípio primeiro –, promover escuta, propor soluções e encaminhar medidas legislativas e institucionais que garantam a proteção, o respeito e a valorização das mulheres. Nosso compromisso é com a dignidade do trabalho, com a igualdade de direitos e com a justiça social.

Que esta audiência pública seja um espaço de acolhimento, de denúncia, mas sobretudo de construção coletiva para melhores condições de vida e trabalho para todas as mulheres frentistas do Brasil.

Viva as mulheres do Brasil e do mundo! (*Palmas.*)

De imediato, vamos à formação da mesa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.

Vamos, de imediato, registrar os convidados, dizendo que os convidados principais são vocês do Plenário, viu? E eu vi que estão aí todos firmes, prontos para participar do bom debate. (*Pausa.*)

Isso.

Eu estou aqui vendo a pronúncia, e ele está tentando me ajudar. Eu acho que é isso.

Shakti Prates Borela, Auditora-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – não sei se ela já está. (*Pausa.*)

O.k., mas fica já registrado, porque eles vão chegando e vão para a mesa.

Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Codemat.

Telma Maria Cardia, Secretária da Mulher da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro) e da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Fepospetro) – já está aqui conosco à mesa. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda.

Maria Aparecida da Silva Martins, Diretora da Fenospetro – já está aqui, pode vir para a mesa. (*Palmas.*)

Renata Lucas dos Santos Silva, Diretora da Fenospetro – já está aqui conosco. Seja bem-vinda, Renata.

Lucineide de Souza Sampaio. (*Pausa.*)

Ah, tá. Ela vai estar *online*.

Laura de Fátima Pereira Santos, Secretária de Política para Mulheres e Gêneros da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo – pode vir, por favor. (*Palmas.*)

A primeira mesa é essa, então? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só lembram aqui que a Shakti Prates Borela já está aqui à mesa. Ela é Auditora Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego. Muito bem! (*Palmas.*)

O Ministro Marinho se faz presente.

A Lucineide vai ser *online*.

Laura de Fátima Pereira Santos, Secretária de Política para Mulheres e Gêneros da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo.

Renan Fabian Lisboa, Coordenador dos Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – não sei se o Renan já chegou.

Maria Angelica Iguaracema Rodrigues da Costa, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos das Mulheres do Ministério das Mulheres.

Confirmo que nós vamos ter mais que uma mesa, viu? A primeira mesa pode ser esta? (*Pausa.*)

O.k. Vamos ver quem se dispõe aqui a ceder o espaço. Vocês que escolhem aí... (*Pausa.*)

A Renata Lucas dos Santos Silva cedeu o espaço. (*Palmas.*)

Então, com satisfação, ajustamos a primeira mesa para começarmos os debates.

A Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho, representando o Ministro Marinho. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda, doutora.

Eu pergunto se, da parte de vocês, tem alguma preferência para quem inicia o debate. É indiferente? Vai pela distribuição que a Secretaria fez.

Então, aqui, pela distribuição vai ser a Telma Maria Cardia, Secretária da Mulher da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro) e da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo, (Fepospetro).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Sra. Telma Maria Cardia. O tempo é seu: dez minutos, com mais cinco se necessário.

A SRA. TELMA MARIA CARDIA (*Fora do microfone*.) – Obrigada. Está me ouvindo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É só apertar, acende o verde aí.

A SRA. TELMA MARIA CARDIA – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Bom dia – bom dia!

A SRA. TELMA MARIA CARDIA (Para expor.) – É com grande respeito e admiração que nós temos pela sua pessoa, por ter encampado, desde 2017, a questão das mulheres grávidas que não têm onde... As empresas não têm onde alocar essas mulheres. Então, em 2016, nós fizemos uma plenária aqui, em Brasília, com várias diretoras de todos os estados, e nós tínhamos já essa preocupação. E o senhor, em 2017, colocou o PL a respeito disso, dessas mulheres. Então, para nós, é uma satisfação muito grande.

Quero cumprimentar também todos os meus companheiros, cumprimentar a mesa, cumprimentar a nossa amiga aqui do Ministério do Trabalho, e dizer que a nossa preocupação, como já foi dito, é que quando essas mulheres engravidam, parece que é uma sentença, sabe? É uma sentença para essas mulheres, porque assim, as empresas... Nós tentamos, por várias vezes, que essas mulheres saiam do ambiente delas, insalubre, porque é muito perigoso. Então, o posto de gasolina não tem onde alocar essas mulheres. Em compensação, os proprietários, também não têm o que fazer com essas mulheres.

Então, nós entramos num acordo para que a empresa pague essas mulheres em casa. O que acontece? Elas perdem o tíquete-refeição. Parece que é uma coisa tão abusiva: elas perdem o tíquete-refeição, vale-transporte, ela perde também o adicional de periculosidade quando é o momento mais crucial da vida dela, em que ela necessita.

E nós temos também aí que, quanto às mães solo, a última estatística mostrou que quase 50% das mulheres são mães solo, que realmente precisam trabalhar. E o mais agravante: quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas mulheres retornam, terminou a estabilidade de um mês mais 30 dias, elas são demitidas no momento em que elas mais precisam.

Então, a gente precisa debater isso, a gente precisa achar solução, porque nós precisamos trabalhar. A única coisa que as mulheres têm neste momento é o trabalho dela para sustentar seu filho, porque é solo, uma mãe solo. (*Palmas.*)

E a gente viu que as o seu projeto de lei abrange essas mulheres de uma tal maneira que eu fico até emocionada de ver esse projeto, e também fico muito triste, porque, desde 2017, esse projeto está parado. Parece que não interessa para a sociedade, parece que é uma coisa que não interessa, mas é vida, essas mulheres estão trazendo a vida! Então, a gente precisa debater, a gente precisa colocar na linha de frente que nós precisamos dessa dignidade, desse respeito. Assim como se diz aqui: dignidade para as trabalhadoras, todas as trabalhadoras, principalmente nós trabalhadoras nesse momento mais lindo que é a gravidez de uma mulher. É um momento lindo, sublime, em que os legisladores precisam olhar com outros olhos para essas mulheres.

Como se não bastasse, Senador, nós atravessamos problemas dificílimos. Muitos, muitos empresários usam as mulheres como chafariz, chamando... Colocam aquelas calças *leggings*; é uma calça altamente corrosiva, é uma calça que dá problema de corrimento, entre outros, para essas mulheres. E a gente tem combatido isso veementemente, nós temos combatido! Temos também aqui a Procuradoria, o Ministério do Trabalho. Nós estamos tendo acolhimento, mas é preciso de uma legislação muito mais séria nesse sentido, para que essas mulheres realmente não sejam expostas da maneira que elas são expostas.

E outra coisa bem séria que acontece com as mulheres é o assédio, é o assédio! Você é obrigada a usar essas roupas, você é assediada, e muitas vezes nós precisamos do trabalho e nós nos calamos, nós nos calamos, porque nós precisamos trabalhar, assim como as grávidas. Eu vi muitas grávidas num posto de gasolina abastecendo. Isso é um crime, é um crime contra a mulher, um crime contra o nascituro! Então, nós precisamos ter essa bandeira de luta.

Quero pedir para o senhor sempre ficar, nunca saia – nunca saia –, porque o senhor tem uma bandeira de luta tão grande das mulheres que merece uma salva de palmas toda hora. Por isso que eu aplaudo esse Senador. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa bandeira de luta, gente, se vocês pesquisarem lá, vocês vão ver esse PL desse nosso Senador que é muito importante para nós mulheres. Só que eu acho que nós temos que movimentar, nós temos que estar... Nós temos que bater na porta dos Senadores, dos Deputados e dizer da importância, que nós precisamos dessa lei, precisamos que esse PL realmente venha a ser de fato e de direito, para que nós realmente...

E tem outra, nós nos preocupamos também com os empresários, porque os empresários não têm onde alocar essas mulheres. Então, o que eles fazem? Demitem as mulheres, não estão pegando mais mulheres. Quando nós temos essa questão de que as mulheres precisam de dois domingos – é lei, é lei! –, o que eles fizeram? Eles mandaram a maioria das mulheres embora, porque eles não queriam dar dois domingos para as mulheres. Foi uma luta muito grande. Agora está começando a voltar, porque tudo não é novo, porque já estava na CLT, mas eles acham que é uma novidade, e mandaram essas mulheres embora.

Então, a conscientização vem gradativamente. Como foi dito, nós temos aí 35% de mulheres trabalhadoras em posto de gasolina, mulheres que realmente abastecem, mulheres que realmente mantêm a sua família. Então, nós precisamos olhar com carinho, estar sempre juntos com esse Senador, para realmente essa lei venha a ser de fato de direito.

Quero agradecer o senhor ter nos recebido aqui e ter esse olhar, o senhor tem um olhar muito, muito aguçado para essa questão das mulheres. Isso aí é tão importante, gente, tão importante! Eu não sei, assim... Eu fico assim, estarrecida. Eu fiz uma cirurgia recentemente, estou com 35 pontos, mas jamais deixaria de estar aqui, parabenizando V. Exa. e dizendo assim: muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

Muito obrigada. Espero que o senhor esteja sempre aqui no Senado. Não saia nunca, por favor, não saia. Você é o nosso alicerce; nossa bandeira de luta se inicia conosco, mas o senhor a encampa. Então, muito obrigada.

É esta a nossa discussão: realmente a gente precisa ser respeitada dentro do nosso trabalho, e que nós tenhamos dignidade no momento sublime que é o primeiro momento em que a gente sabe que está grávida, que sabe que já é mãe, né? A gente já é mãe. É uma coisa muito sagrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só agradecer e também agradecer a todos os meus companheiros, às minhas companheiras que estão aqui hoje, que sabem da luta que nós enfrentamos, dia a dia, dentro do posto de gasolina. Muito obrigada, e que Deus abençoe e abra a mente desses legisladores para que eles realmente olhem para as mulheres com um olhar diferenciado, até porque eles, todos eles nasceram de uma mulher. Esse dom Deus deu para nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Senador, eu trouxe aqui para o senhor um documento que relata todos os nossos pedidos, nossas aflições.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço. Sra. Telma Maria Cardia, Secretária da Mulher da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis, que fez aqui uma bela exposição, falando a realidade das mulheres grávidas, do assédio sexual, do assédio moral, sobre a mulher grávida trabalhar em área insalubre – porque é insalubre – e nem em dois domingos poder ficar com a família – nem dois, o que é lei, pelo menos dois. Já que a gente entende que aos domingos grande parte dos postos estão abertos, então a lei garante dois. Infelizmente, a senhora destacou que nem esses dois... E os outros trabalhadores têm quatro domingos para ficar em casa.

Esperamos que ainda aprovemos a jornada de trabalho, vocês sabem dessa luta antiga de todos nós, do movimento sindical: nós queremos que vá primeiro para 40 horas e depois para 36. Agora, o domingo... Por isso foi importante o que a senhora falou. O domingo, hoje, pelo menos, quando querem que os trabalhadores de outras áreas trabalhem no domingo, eles têm que conversar, dialogar com as entidades sindicais, mas entrou um projeto na Câmara – já se aprovou –, dizendo que quem vai decidir o dia em que você fica em casa é o empregador. Se isso passar, vocês não terão mais chance nenhuma de dois domingos. Ele que vai dizer o dia, se é segunda, ou é terça, ou é uma quarta, ou sei lá, o dia que ele bem entender. Por isso a importância deste momento. Vocês vão ver que a luta de vocês está ligada à luta de todos os trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso esse cartaz, esse leque, como você destacou, veio em boa hora, é só trabalho com dignidade e respeito. Então, vamos juntos nessa caminhada. Foi a primeira fala, mas já ilustrou a importância do nosso trabalho.

Eu já mandei a minha assessoria pegar o projeto. Vamos ver o projeto, em que estágio está neste momento. Eu achei que já estava aqui na mesa, mas vai chegar daqui a um pouquinho. Não vou fazer crítica aqui, não. (*Risos.*)

Nós vamos combinar, já na abertura dos trabalhos: nós vamos pegar esse projeto e vamos procurar os Líderes junto com vocês, para dar urgência urgentíssima ao projeto que está em debate, que cuida da vida de vocês e das nossas crianças. (*Palmas.*)

Eu já fui criança também, graças a vocês.

Vamos em frente.

Maria Aparecida da Silva Martins, Diretora da Fenepospetro, o tempo é seu, por dez minutos com mais cinco. Aperte ali que o verde acende.

A SRA. MARIA APARECIDA DA SILVA MARTINS (Para expor.) – Bom dia, Senador. É uma honra estar aqui com o senhor – estou muito feliz –, um dos Senadores mais respeitados do Brasil. Tenho muito orgulho de estar aqui à mesa com o senhor.

Eu vou começar não deixando de agradecer ao Presidente da federação, Eusébio, que é quem me deu essa oportunidade de estar aqui hoje, graças a Deus; e ao Presidente Luiz Arraes, da Fepospetro, de São Paulo, que é estadual. (*Palmas.*)

E à Secretária da Mulher Telma Cardia meu muito obrigada. (*Palmas.*)

E quero dizer que o desafio da mulher frentista é muito mais além do que a exposição à saúde. A mulher frentista quer respeito, quer dignidade. Ela não quer que a lei vire contra ela uma punição, porque, qualquer coisa que se fala para mulher, tem uma punição. Na questão dos dois domingos, porque foi aprovado que a mulher teria folga dois domingos na semana, e o que aconteceu? Agora isso virou uma punição, ninguém quer contratar mais as mulheres porque tem que folgar dois domingos no mês. Então, assim, é surreal: no Brasil, tudo que se fala em mulher é uma punição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o que eu falo: eu estou aqui, tenho muito orgulho de estar aqui na categoria, de ver meninas novas, como a Fernandinha, a quem o Presidente deu a oportunidade de entrar, que tem 22 aninhos. Eu estou muito feliz. Seja bem-vinda, Fernanda, para a luta. Você vai ver que não é fácil. E a mulher frentista precisa de respeito. Ela precisa de um EPI decente, não de uma calça *legging*. Ela precisa do domingo dela, porque, além do trabalho, ela tem dupla jornada – ela lava, passa, cozinha, e ainda cuida dos filhos.

Então, é isso. Eu queria que a sociedade visse isso como uma luta das mulheres, não só das mulheres frentistas, das mulheres químicas, mas das mulheres do Brasil. Precisamos de respeito, de dignidade, e não de que qualquer coisa que se fale em mulher, pronto: "não vamos contratar mulher". É tipo uma punição. Então, que direito nós vamos ter no futuro? É isso.

Eu quero agradecer muito por estar aqui e quero dizer que eu estou muito feliz e que a luta é de todas – de todas. Vamos lutar para que as mulheres frentistas consigam mais dignidade, mais respeito, mais segurança no ambiente de trabalho e para que ela tenha sua proteção pelas leis trabalhistas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Maria Aparecida da Silva Martins, Diretora da Fenepospetro. Muito bem, fez uma bela exposição, como foi também a da Telma, demonstrando que essa luta que vocês trouxeram para esta Comissão há de avançar – há de avançar.

Sabe que, nesta Comissão, a maioria são mulheres, inclusive a Presidenta. E nós vamos conversar com ela também para que a gente possa assegurar esse direito, e não deixar aprovar esse outro projeto – e eu consegui botar a mão em cima dele, viu? Eu consegui botar a mão para relatá-lo. Tem uns cinco projetos aqui dentro do Congresso que ferem de morte os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quatro eu já pedi para pegar e pude pegar para relatar, né? Estou atrás de querer pegar o quinto agora, para evitar que ele tramite com facilidade, porque isso é um absurdo num mundo como o nosso; vendo aqui o relato que vocês dão, é assustador.

Só porque eu pedi já que o pessoal botasse o projeto na mesa, um projeto simples... O que diz, com o destaque que vocês deram, o projeto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Fica revogado o art. 394-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.
Art. 2º Fica restabelecida a Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

E aqui naturalmente tem toda a justificativa. A justificativa que está aqui é o que vocês falaram. Então me sinto contemplado, e vamos pedir urgência para esse projeto de forma bem contundente.

Vamos agora passar para... Quem é que teria que sair de imediato? A Dra. Cirlene? (*Pausa.*)

Pediu para usar a palavra neste momento a Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Codemat, Dra. Cirlene Luiza Zimmermann.

Por favor, Doutora, o tempo é seu por 10 mais 5, o que daria 15 minutos.

Ela está *online*. Por isso é que eu a procurava...

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Por isso é que eu a procurava aqui na mesa e não encontrava. Mas fui socorrido aqui pelos Líderes: "Não, ela está *online*, Senador".

O tempo é seu, Doutora.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (*Por videoconferência*.) – Está certo.

Mais uma vez é uma satisfação encontrá-lo, ainda que virtualmente, Senador Paim. Parabéns! Parabenizo-o por se dignar a buscar este espaço para discutir esse tema tão importante.

Cumprimento a todos e todas presentes, nesta audiência pública presencial, telepresencialmente; as representantes das trabalhadoras frentistas, das empresas, da sociedade civil, para este debate, para o qual o Ministério Público do Trabalho, nossa Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora... E vejam que esse nome é simbólico, porque, em 2022, quando nós mudamos o nome da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenadoria e trouxemos de forma expressa a ideia de que a saúde do trabalhador e da trabalhadora precisa ser cuidada, prevenida, é porque a gente precisa justamente ter um olhar especial para as mulheres trabalhadoras, porque há situações, há cenários em que esse cuidado precisa ser diferenciado. E esta audiência pública retrata muito bem que esse cenário e essa decisão foram acertados, porque esse olhar precisa ser diferenciado.

Então, no momento que a gente tem uma audiência pública em que a gente pode dar essa visibilidade à realidade enfrentada pelas milhares de mulheres frentistas em todo o território nacional, isso é extremamente importante. Eu até não tinha noção da quantidade de mulheres que eram... Até achei que fosse menos, quando a representante da federação comenta que são mais de 300 mil, 500 mil trabalhadores no setor, e cerca de 35% são mulheres. Então, realmente é um volume muito expressivo para o qual a gente precisa ter um olhar muito especial, especialmente neste cenário em que são trazidas essas condições indignas de trabalho a que essas trabalhadoras estão submetidas, que violam direitos mais (*Falha no áudio.*) ... dessa proteção ao trabalho de que nós precisamos, quando há relatos de demissões em massa em razão do direito a dois domingos de folga por mês.

Mas muito mais grave que isso, quando temos a situação de não afastamento de trabalhadoras gestantes em ambientes insalubres, essas situações inaceitáveis de assédio sexual, de assédio moral, de discriminação, o que também é relatado aqui, logo no retorno da licença-maternidade.

Então, nesta audiência pública, quando esse leque é mostrado pedindo trabalho com dignidade, com respeito, com igualdade... Senador Paim, essa deveria ser a realidade de todas as pessoas trabalhadoras no Brasil, não é mesmo? E, infelizmente, nesta audiência pública, pelos relatos trazidos aqui e em tantos outros momentos em que podemos estar juntos buscando essa melhoria das condições de trabalho, nós vemos que, sim, isso ainda precisa ser pedido de forma expressa, porque ainda não é respeitado.

Então, no momento em que nós temos um cenário relatado de desamparo estrutural – porque foi essa terminologia que foi utilizada no requerimento –, quando nós temos as trabalhadoras gestantes sendo mantidas nesses ambientes insalubres, expostas a agentes químicos e físicos que colocam em risco não só a sua saúde, mas a dos seus filhos, a atenção à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maternidade, que deveria ser um compromisso de toda a sociedade, parece que tem sido desconsiderada nos postos de combustíveis. Tem a reiterada negativa desse direito ao afastamento, em flagrante descumprimento da legislação vigente, porque, sim, nós tivemos em 2023 a decisão do Supremo Tribunal Federal afastando, declarando a inconstitucionalidade da alteração que nós tivemos pela reforma trabalhista, em 2017, que apontava aquela necessidade de a trabalhadora gestante e lactante apresentar um atestado de médico de sua confiança para poder ser afastada do ambiente insalubre. Isso foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Então, hoje o que nós temos é que todas as trabalhadoras gestantes e lactantes têm direito a esse afastamento, sem prejuízo da sua remuneração, incluído o adicional de insalubridade.

Então, vejam, é mais uma denúncia o que a representante dos trabalhadores, das trabalhadoras coloca aqui no início dessa mesa: mesmo quando acontece o afastamento, retira-se o direito ao adicional. Hoje está previsto pela legislação vigente que isso está proibido.

Na última semana, inclusive, Senador Paim e todas as pessoas presentes, nós tivemos uma decisão importantíssima, uma decisão liminar deferida no interior de São Paulo, em razão de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho, requerendo o afastamento, sem prejuízo da remuneração, de todas as trabalhadoras gestantes em atividades insalubres em frigoríficos. É um ambiente extremamente insalubre com inúmeros riscos, e as trabalhadoras atuando ali naquela condição, afrontando o direito à proteção integral da criança, o respeito à dignidade das mulheres. Então, é preciso que a gente tenha esse olhar e garanta esse mesmo direito às trabalhadoras dos postos de combustíveis.

Lembremos de que nessa atividade, nos postos de combustíveis, um dos mais graves agentes de risco a que esses trabalhadores estão expostos é o benzeno, uma substância cancerígena presente nos combustíveis, aquela que dá o cheiro do combustível, de que alguns até gostam, mas que é uma substância altamente cancerígena, com riscos comprovados à saúde humana. As consequências podem ser as mais severas. Especificamente no caso das mulheres, os estudos apontam danos ao sistema reprodutivo, problemas no ciclo menstrual, pode afetar a fertilidade das mulheres, causar aborto espontâneo, além de relacionar também a exposição ao benzeno com o câncer de mama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tudo nos demonstra a urgência desse cuidado com as mulheres trabalhadoras nos postos de combustíveis, de ter esse olhar sobre a saúde e segurança com essa perspectiva de gênero, tendo esses impactos que são, sim, diferenciados sobre os corpos femininos.

E aqui, Senador Paim, a gente precisa registrar uma grande contradição, porque multiplicam-se campanhas, discursos contrários ao aborto, mas raramente se vê a mesma energia política, a mesma energia social, direcionada a eliminar as condições insalubres no trabalho, que, muitas vezes, provocam a perda involuntária de gestações. Proteger a vida também significa assegurar que nenhuma mulher seja exposta, por causa do seu trabalho, a riscos que coloquem em perigo a continuidade de uma gestação desejada. Então, é preciso, sim, que a gente tenha esse olhar.

Tem outro aspecto importantíssimo que a gente precisa relatar aqui também: uma das NRs, a Norma Regulamentadora 20, do Ministério do Trabalho, determina, de forma expressa, que os uniformes dos trabalhadores e das trabalhadoras de postos de combustíveis devem ser lavados, higienizados pelo empregador. Por quê? Justamente porque esses uniformes estão contaminados com benzeno. Se a lavagem é feita em casa, há um risco de contaminação das roupas das pessoas daquela família, e a água daquela lavagem é eliminada de forma a contaminar também o meio ambiente, enquanto que, se o empregador é responsável, ele precisa dar uma lavagem, fazer essa higienização de uma forma que não venha a contaminar o meio ambiente e nem mesmo as pessoas que não estão ali vinculadas àquele ambiente de trabalho. Isso é uma norma de saúde e segurança do trabalho, não é uma cortesia que a norma regulamentadora está dando. Mas o que nós temos ouvido dos sindicatos é que há uma pressão enorme, gigantesca – são denúncias que estamos recebendo –, no sentido de que os sindicatos estão sendo pressionados pelo setor patronal a abrir mão desse direito nas negociações coletivas; ou seja, que os trabalhadores lavem os seus uniformes em casa. Não pode ser objeto de barganha algo que é uma norma de saúde e segurança no trabalho. Então, precisamos exigir esse cuidado e, sobretudo, defender os sindicatos e a liberdade de negociação dos sindicatos em situações como essas.

Por outro lado ainda, as denúncias, as gravíssimas denúncias de assédio moral e sexual nos postos de combustíveis, muitas vezes com essas mulheres sofrendo em silêncio, com medo de retaliações, de demissões, muitas vezes com a conivência dos próprios empregadores, porque, no momento em que se entrega uma roupa que seja apertada no corpo, uma *legging*, o que significa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Uma certa conivência também com a possibilidade de, naquele ambiente, a mulher ser assediada sexualmente. Essas mulheres que, muitas vezes, escutam frases até abusivas de clientes são expostas a constrangimentos porque supostamente estão exercendo uma profissão que é considerada mais masculina e acabam também, em função disso, sendo alvo desse desprezo, dessa invisibilidade ou mesmo dessa violência que é relatada aqui, e tudo isso agregado – o assédio moral, o assédio sexual – à discriminação, especialmente nessa fase do retorno da licença-maternidade.

Então, todas essas violências – assédio, discriminação, assédio de todas as formas – são fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. A lista de doenças relacionadas ao trabalho no Ministério da Saúde aponta, de forma expressa, assédio, discriminação, todas as formas de violência como fatores de riscos psicossociais relacionados a uma série de doenças relacionadas ao trabalho, afetando a saúde mental dessas mulheres trabalhadoras e, em muitas situações, também a dos homens trabalhadores.

Mas, infelizmente, a gente teve recentemente o adiamento da entrada em vigor da atualização da NR-1, que trouxe essa obrigação de forma expressa, de os empregadores identificarem esses riscos, avaliarem, prevenirem os riscos. E veja: uma das grandes justificativas dos empregadores era que o Ministério do Trabalho precisava definir, publicar uma cartilha, definir um questionário que precisaria ser aplicado para identificar esses fatores de risco.

Veja, a denúncia está aí, Senador Paim. Se há uma discriminação contra a mulher no retorno da licença-maternidade, se há uma situação, exposta, notória de assédio moral, de assédio sexual, é preciso que a trabalhadora responda um questionário positivamente para, depois disso, a empresa tomar uma atitude para combater essas formas de violência no trabalho?

Então, as trabalhadoras frentistas estão aqui denunciando que a sua saúde mental, a sua dignidade não podem mais esperar. É um contrassenso adiar uma norma, paralisar a atividade da fiscalização quando as situações são tão notórias e estão, sim, afetando a saúde das pessoas trabalhadoras.

Ainda, Senador, a questão das demissões em massa de mulheres porque conseguiram um direito, porque o STF lhes garantiu que, a cada 15 dias, tenham uma folga semanal aos domingos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no momento em que a gente tem essa lógica perversa sendo trazida – porque é uma lógica perversa –, em que as organizações de trabalho apontam que essa presença feminina e esses direitos conquistados têm que ser repelidos, isso também demonstra, além dessa afronta ao direito ao trabalho digno e esses direitos mínimos básicos, uma afronta a direitos familiares – o senhor muito bem lembrou –, comunitários e até religiosos, porque o domingo, de fato, historicamente, é o dia em que as famílias podem estar juntas. Então, quando se preza tanto as famílias, mas não se permite o descanso semanal aos domingos, como essas famílias vão se reunir? Como os eventos comunitários vão acontecer no momento em que a comunidade pode se reunir, se fortalecer. Os próprios eventos religiosos que acontecem nesse dia, mas historicamente, apesar de isso estar muito bem definido em termos comunitários, na prática, as empresas têm subtraído esse direito e até gerado, como a denúncia diz, demissões em massa, justamente porque o direito foi assegurado pelo STF.

Isso tem total relação, sim, Senador Paim, com a outra discussão que nós estamos reiteradamente tendo nesta Casa Legislativa, que é a questão da redução da jornada semanal sem redução do salário. Veja, a gente tem uma luta aí para conseguir garantir um direito ao domingo, mas a gente precisa, como um todo, reduzir essa jornada, e a adesão da sociedade a esse debate demonstra como isso é importante, como isso é necessário.

Nós temos, então, aí um problema realmente estrutural, como o requerimento dessa audiência pública nos mostrou. Isso exige respostas institucionais, firmes, integradas, fortalecendo a atuação das instituições que protegem o direito ao trabalho seguro e saudável, fiscalizando o cumprimento das normas de saúde e segurança, como é o caso da auditoria fiscal do trabalho, exigindo, investigando, exigindo a correção das irregularidades, como é o caso do Ministério Público do Trabalho – que aqui eu represento –, julgando e condenando de forma adequada, no caso da Justiça do Trabalho. Precisamos do fortalecimento também das Vigilâncias em Saúde do Trabalhador nos municípios, para poder atuar de forma centrada, próxima aos locais de trabalho, conscientizando os empregadores, capacitando as pessoas trabalhadoras também, acompanhando ali, de forma mais próxima, o impacto de todas essas denúncias que as senhoras trouxeram aqui na saúde dessas trabalhadoras frentistas.

A gente precisa também estimular mais esses estudos sobre a proteção da saúde e segurança das mulheres. A gente precisa fomentar a Fundacentro, fortalecer a Fundacentro, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiocruz, o Inca (Instituto Nacional de Câncer), para trazer mais estudos sobre isso e a gente ter um cuidado também dessa saúde e segurança com perspectiva de gênero, mas, sobretudo, a gente precisa fortalecer a luta dos sindicatos.

Parabéns aos sindicatos, às representantes sindicais aqui presentes, porque vocês estão aqui buscando esses direitos, mas vocês precisam também estar fortalecidos para poder ter negociações livres que não imponham renúncias a direitos, como essas denúncias que a gente tem recebido, e muito menos quando são direitos relacionados à saúde e segurança no trabalho. Então a gente precisa ter essas representações fortalecidas, mas precisa a consciência também das representações patronais.

Ainda nesse final de semana, teve uma publicação sobre as dúvidas em volta à auditoria das contas do Sistema S. Veja, o Sistema S também tem que ser utilizado para subsidiar, capacitar, conscientizar, e a representação patronal tem que ser envolvida em campanhas que sejam contra... que demonstrem claramente a política de serem contra todas essas situações, essas pautas aí que certamente não estão demonstrando o cumprimento da função social por parte dessas empresas.

Então, já finalizando aqui minha fala, agradeço mais uma vez o espaço, reforçando que, em 2022, quando a Organização Internacional do Trabalho passou a considerar o direito ao meio ambiente de trabalho seguro e saudável como um princípio fundamental do trabalho, a gente tem justamente esse cenário de que o que está sendo relatado aqui com certeza não é esse ambiente de trabalho seguro e saudável. Por isso que a gente precisa lutar de todas as formas contra essa exposição a agentes químicos, essa discriminação, essa violência que as mulheres frentistas estão aqui denunciando.

E a gente sempre espera justamente deste Senado Federal, a Casa da democracia, que está dando espaço, está dando voz às frentistas brasileiras, que os seus direitos sejam, sim, respeitados. Haverá essa luta justamente coletiva. E o MPT também registra aqui o máximo respeito pela categoria das frentistas e o compromisso com a proteção e a luta por condições de trabalho, que precisam sempre ser muito dignas.

Muito obrigada, Senador Paim. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Codemat.

Eu quero cumprimentar mais uma vez a Dra. Cirlene. Ela tem sido uma grande colaboradora, eu diria, uma grande companheira – um termo mais direto – na luta dos trabalhadores do movimento sindical, social, do campo e da cidade.

E ela se lembrou aqui do benzeno, viu? O pessoal do Rio Grande do Sul me procurou com essa questão do benzeno. E nós já estamos marcando uma audiência pública para discutir todo o mal que o benzeno faz. A chamada da campanha deles lá é "Benzeno Mata!". "Benzeno Mata!" é o nome da chamada. Calculem: eles são petroleiros, a maioria, e já estão na briga lá pela produção do benzeno e tudo que significa... No dia em que marcarem a audiência pública, eu vou fazer um convite, naturalmente, a vocês presentes para que venham aqui para fazer esse bom debate.

Também quero dizer à Dra. Cirlene e a todos que estão aqui – todos que falaram e que vão falar ainda, mas a gente vai já adiantando – que o projeto está na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), cujo Presidente é o Renan Calheiros.

O Renan Calheiros é um grande Senador, tem responsabilidade com o social e, com certeza, com as mulheres. Eu me comprometo de falar com ele logo que eu tiver tempo, ou no meio da audiência ou no fim, pedindo para que ele indique uma mulher como Relatora. E quem sabe a gente já consiga indicar o nome, já que o projeto é de minha autoria? Ele tem sido um grande parceiro, viu?

Vocês sabem que, quando foi criado o salário mínimo, foi o Senador Renan Calheiros que nos chamou lá? Todo ano tinha o debate do salário mínimo, e ele montou uma Comissão. Eu fiquei como responsável por esta Comissão. Viajei quase todo o Brasil para construir a política do salário mínimo de inflação mais PIB. E fiquei com a relatoria, depois, como coordenei. Daí montamos o projeto. Depois avançou, claro! As centrais e todo o movimento sindical colaboraram, tanto nos debates nos estados... Nós tirávamos carta estado por estado para essa nova política do salário mínimo. E, quando o Lula chega ao poder, ele chama todo mundo e consolida então coletivamente essa proposta. Mas eu quero render essa homenagem aqui ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros, com uma grande salva de palmas. É um grande Senador da República. Podem crer! (*Palmas.*)

Todas as vezes em que eu o procurei em questões relacionadas ao social, ao movimento sindical, aos trabalhadores do campo e da cidade, ele sempre foi parceiro. Eu não tenho nenhuma dúvida de que nessa ele também será.

Vamos em frente.

Ele assumiu a Presidência este ano; por isso que a gente vai trabalhar com ele com certeza.

Eu passo a palavra, neste momento, para Maria Aparecida... Já foi?

Agora é a Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eu sempre digo lá do Ministro Marinho, pelo carinho que eu tenho por ele. Então, uma salva de palmas ao ministério, que está aqui muito bem representado por você, que já esteve aqui em outros momentos. (*Palmas.*)

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA (Para expor.) – Já estive sim, Senador.

Bom, primeiro eu queria mais uma vez cumprimentar o Senador Paulo Paim, que realmente é incansável na luta pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras brasileiras. Faço coro aqui com a companheira Maria Aparecida: não se afaste desse Parlamento, Senador! O senhor é fundamental aqui nessa luta.

Quero cumprimentar as demais companheiras de mesa, a Maria Aparecida, a Telma; tem mais uma companheira que ainda não falou. Como é o nome? Laura; a Dra. Cirlene, que participou de forma remota.

É muito bom ver essa quantidade de mulheres no movimento sindical, que a gente sabe que ainda é um espaço muito masculino. O movimento sindical ainda é muito dominado, na maior parte das suas representações, por homens, e é importante que as mulheres ocupem esses espaços. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À medida que a gente vai ocupando os espaços, as nossas vozes vão sendo ouvidas e as nossas pautas também entram, ganham outra relevância, outra dimensão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus companheiros sindicalistas estão no Plenário (*Fora do microfone.*). Esta mesa representa essa tua visão.

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA – Exatamente. E eu fico muito feliz de participar de uma mesa com essa representação de mulheres. É muito importante, sim.

Bom, entrando no nosso tema propriamente dito, acho que esta audiência traz uma relevância muito grande. Nós temos um volume...

Eu também desconhecia esses números, que mais de 30% dos frentistas no Brasil são mulheres, e são mulheres que hoje estão sujeitas a uma série de problemas na relação de trabalho, a uma série de irregularidades nas relações de trabalho.

Eu fiz um levantamento muito rápido, por meio de um sistema que a fiscalização do trabalho tem, e nós detectamos mais de 2 mil denúncias da área dos postos de combustíveis, de 2024 para cá, das quais um grande número levanta, aponta questões do trabalho da mulher: questões de discriminação salarial, questões de ausência de instalações sanitárias separadas por sexo, ou a utilização, por exemplo, da mesma instalação sanitária para os clientes e para os trabalhadores e as trabalhadoras, a questão da licença-maternidade, que eu acho que é uma questão da... Da licença-maternidade não; perdoem-me: a questão do afastamento, das condições de saúde dessa mulher durante a sua gravidez, que foi um dos pontos que foram levantados aqui, questões como o trabalho aos domingos – essa questão do trabalho aos domingos é uma questão muito grave... Todas essas questões têm aparecido e também questões de assédio moral e assédio sexual, né?

E aí acho que vale a gente fazer algumas observações.

Muito já foi falado aqui sobre essa questão, eu acho que a situação em si já foi bastante relatada e comentada, mas eu acho que vale falar de alguns aspectos, pensando do ponto de vista da fiscalização do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem questões que estão muito colocadas objetivamente na norma, e a gente, enquanto inspeção do trabalho, vem buscando fazer frente a essas questões, vem buscando conseguir estar nesses ambientes de trabalho.

Acho que todo mundo que é do mundo do trabalho sabe que houve uma defasagem muito grande no nosso quadro. Nós temos um quadro que é de cerca de 3,7 mil auditores fiscais, e hoje tem mais de 2 mil vagas que não estão preenchidas. Isso afetou muito a atuação do Ministério do Trabalho.

Nós estamos com um concurso que está na fase já de homologação e de posse de 900 novos auditores, com a possibilidade de se chamar um pouco mais, e com isso a gente busca qualificar nossa atuação e estar presente no maior número possível de ambientes de trabalho, e com certeza ambientes de trabalho insalubres, como é o caso dos postos de gasolina, que são um dos focos prioritários da ação da inspeção do trabalho.

Então, ações como essa questão da folga quinzenal, a fiscalização do ambiente, das questões de segurança e saúde...

Hoje nós temos a NR-24, que fala das instalações sanitárias, que têm que ser separadas por sexo; nós temos a NR-9 e a 20, que tratam especificamente de riscos químicos e tratam de risco de explosão, como é o caso da NR-20 – são todas normas que a gente fiscaliza –, a NR-1, que fala da gestão e avaliação dos riscos... E isso é fundamental, porque, como disse a Dra. Cirlene, a exposição especialmente ao benzeno, aos riscos químicos, mas especialmente ao benzeno, que está presente nos postos, afeta de forma diferente o organismo das mulheres, principalmente das mulheres grávidas, as mulheres lactantes, né?

Há uma exposição, e o organismo da mulher absorve de uma forma diferente, especialmente quando a gente está falando de grávidas e lactantes.

E lembro que a gente tem a norma constitucional. Ela protege crianças, ela protege a maternidade. Nós precisamos cuidar desses seres, que estão chegando para continuar nossa espécie inclusive, né? Então, são todas.

Quando a gente fala dessas normas de proteção à mulher, a gente está falando de normas de direitos humanos, a gente está falando de normas de garantia de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria entrar, de uma forma mais específica, nas questões da discriminação e do assédio.

Nós temos uma lei... A gente não está falando nenhuma novidade quando a gente fala da discriminação, e é quando a gente tem, agora...

A gente teve, em 2023, e no decorrer de 2024 inteiro, nós trabalhamos muito com isto, a Lei da Igualdade Salarial, a Lei 14.611, que estabelece a obrigatoriedade da igualdade salarial e laboral – ela não fala só de salário –, e ela traz algumas ferramentas novas, é extremamente importante – a gente está conseguindo fazer um trabalho muito bom com ela –, mas ela não traz, no seu cerne, grandes novidades, porque, desde 1943, a lei fala que é proibida a discriminação salarial em razão de sexo, raça...

Em 1995, teve a Lei 9.029, que proíbe qualquer tipo de discriminação. Então, quando uma empresa demite mulheres porque o descanso semanal dela deve coincidir com o domingo a cada 15 dias, ou quando uma empresa demite mulheres que retornaram da licença-maternidade cujo período de estabilidade se encerrou, essas empresas estão frontalmente infringindo as leis, porque a lei fala que não pode ter qualquer tipo de discriminação em razão de sexo, idade, situação familiar, estado civil, né?

Então, são coisas que a gente tem, e, como eu acho que a Dra. Cirlene trouxe muito bem, não são questões que a inspeção do trabalho vai resolver sozinha, nem o Ministério Público do Trabalho, nem os sindicatos, mas demandam realmente uma ação coletiva, e vocês, as entidades sindicais, estão muito mais próximos no cotidiano dessa realidade e acompanhando tudo isso, né?

A fiscalização dessa área de discriminação e assédio é uma fiscalização que se estruturou para ser feita de forma sistemática nos últimos anos, e a gente tem conseguido levar isso à frente, porque existem algumas questões: a gente sabe que as mulheres são um alvo muito maior do assédio moral, e, quando a gente fala do assédio moral, a gente não está falando só daquele chefe abusivo. A gente está falando de um assédio organizacional, de uma gestão por assédio, de estabelecimento de metas abusivas, de uma série de questões que afetam e que vão afetar, acabam afetando, de uma forma desproporcional, mulheres. As mulheres acabam sendo um alvo maior desses assédios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente fala também... E aí, no caso da frentista, ganha uma forma muito relevante o assédio sexual – né? –, e a gente tem que fazer uma diferenciação, porque nós temos o conceito de assédio sexual do Código Penal.

O Código Penal fala que o assédio sexual é aquele praticado por superior hierárquico, que tenha ascendência, que tenha um poder direto sobre aquele trabalhador ou aquela trabalhadora – lembrando que, em mais de 90% dos casos de assédio sexual, o alvo são mulheres, né?

Mas, quando a gente fala na questão do Direito do Trabalho, o assédio sexual ganha uma outra característica. Ele não necessariamente precisa ser feito por esse superior hierárquico; ele pode ser feito por vários outros: pelos colegas, até por subordinado e, no caso dos postos, pelos clientes. E aí, para ser considerado um assédio sexual e não uma importunação ou coisa do gênero, precisa que a empresa seja conivente. E, mais do que a empresa seja conivente, em muitos casos, a empresa não é simplesmente conivente; ela usa isso, e aí vocês trazem essa questão das vestimentas, inclusive em desrespeito às normas de saúde e de segurança, mas as vestimentas que elas usam, o assédio sexual, a exposição do corpo da mulher como uma estratégia comercial, como uma estratégia de lucro, e isso claramente é um estímulo. Então, portanto, é um assédio sexual que essa empresa está praticando.

Então, são coisas que a gente vai percebendo, e tem uma legislação que protege, tem uma legislação que proíbe, que cuida de todos esses aspectos, porque tudo isso está dentro da discriminação, tudo isso são práticas discriminatórias, né? E a gente precisa realmente ter esse esforço interinstitucional da sociedade como um todo, para coibir esse tipo de prática.

E aqui eu quero colocar a fiscalização do trabalho com o Ministério do Trabalho à disposição. A gente tem nossos canais de denúncia, entrando na página do Ministério do Trabalho, tem o denuncia.sit. Se vocês pesquisarem, vocês vão encontrar.

E quero falar que nós estamos realmente imbuídos nesse esforço de atacar, além da fiscalização rotineira que já é feita sempre, mas especialmente nesses últimos anos, de buscar, fazer frente, fazer um enfrentamento a essas práticas discriminatórias, a essas práticas de assédio que afetam o que a gente chama de um público mais vulnerabilizado, porque não são vulneráveis não, são vulnerabilizados, pela forma como a sociedade como um todo age e permite que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça, que são mulheres, que são pessoas negras, que são pessoas com deficiência – mulheres negras, mais especialmente –, que são pessoas idosas...

Então, a gente tem buscado criar estruturas e ferramentas de fiscalização que consigam fazer esse enfrentamento.

E nos colocamos à disposição tanto para os sindicatos quanto, Senador Paulo Paim, para o que for preciso, para pensar mudança de legislação, novas normas que ajudem e contribuam com esse enfrentamento da discriminação, do assédio e de práticas que têm, em si, um prejuízo para a saúde das mulheres e também das nossas crianças.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Parabéns, Shakti Prates Borela, Auditora-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que reforçou todos os pontos de vista que já foram colocados aqui, e agradeço pela doutora que falou por videoconferência.

Inclusive o benzeno, né?

Eu falei benzeno, porque as pessoas do Rio Grande do Sul estão assistindo e já fortaleceram, porque a luta do benzeno é fundamental e é fundamental para nós – desculpe falar neste momento.

Eu sei que o Ministro Marinho é companheiro nosso de longa jornada. Essa do benzeno será em setembro. É fundamental a presença de vocês – o convite já está feito –, além, naturalmente, dos líderes que atuam nessa área, que são vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isto.

Parabéns!

Agora, então, é Laura de Fátima Pereira Santos, Secretária de Políticas para Mulheres e Gênero da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA DE FÁTIMA PEREIRA SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todas as companheiras e todos os companheiros.

Quero aqui cumprimentar a mesa, cumprimentar o Senador, posso dizer, um companheiro de luta, que está sempre aí apoiando e defendendo a classe trabalhadora.

Não vou falar muito, porque todos aqui já colocaram pontos tão importantes e pontos decisivos, e, com certeza, esta mesa e o Plenário, nós estamos aqui, hoje, sendo a voz de todas essas mulheres que trabalham nesses locais insalubres e que, ao se afastarem, ficam desamparadas não só economicamente, mas socialmente e na parte da saúde.

Bom, eu quero aqui reforçar a esta Comissão – também a todos os Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas que estão nos assistindo, aos que estão nesta sala – a importância da urgência da análise deste PL para todas essas trabalhadoras.

Reforço também que todos tenham um olhar humano para esta trabalhadora com ênfase na proteção à maternidade, proteção à vida.

Sabemos que a nossa Constituição fala da proteção à maternidade. As Convenções 103, 183 da OIT falam dessa proteção à maternidade e garantias de direito, mas garantias de direito não podem ser limitadoras, principalmente a nós, mulheres.

Muitos empregadores ou a sociedade não podem nos dizer quando nós temos que engravidar ou não engravidar, porque, se optarmos por uma gestação, nós não teremos salários, nós não teremos um amparo.

Como ficam essas trabalhadoras? Como ficam mentalmente essas trabalhadoras?

Então, nós temos, sim, que dar voz para que esse PL seja aprovado e levar a essência do princípio dessa maternidade, dessa proteção à maternidade.

Eu quero falar para vocês aqui dessa proteção, dessa essência, que muitas vezes é esquecida, sim, também pela nossa sociedade, que é assegurar a gestação, o parto; que o período posterior seja vivido com dignidade, segurança, estabilidade, evitando discriminação ou prejuízo, sejam eles econômicos, sociais ou da saúde para essa trabalhadora; e garantir também o bem-estar ao bebê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu coloco aqui a essa mesa, aos que estão nos assistindo: que esse PL seja estendido não só para as mulheres frentistas, mas para todas as mulheres brasileiras que trabalham nesses locais insalubres. (*Palmas.*)

E termino a minha fala aqui colocando o que foi muito bem apresentado no folheto de vocês que é que nós mulheres trabalhadoras queremos um trabalho com dignidade, respeito, igualdade, e eu acrescento mais: equidade.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos à Laura de Fátima Pereira Santos, Secretária de Políticas para Mulheres e Gênero da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar). Parabéns! E a frase dela é abrangente e é o que diz o projeto de lei, que você destacou muito bem.

Eu estou tentando já contato com o Senador Renan. Ele não está aqui em Brasília, mas pode ser que eu consiga falar com ele hoje ainda, para que vocês saibam quem será a Relatora. A Relatora tem que ser uma mulher – não sei por quê, mas tem que ser. (*Palmas.*)

Não precisa nem argumentar. E sei que ele vai concordar. Da parte dele... Sem falar com ele, eu tenho certeza de que vamos assegurar. O projeto vai nesta linha: "[...] a fim de proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres". É a síntese do projeto.

Muito bem, vamos lá.

Agora passamos a palavra para a Lucineide de Souza Sampaio, Diretora da Fenepospetro. É Salvador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, de Salvador, da Bahia, Bahia de Todos os Santos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabem que eu tenho o título de cidadão da Bahia, que ganhei lá da Assembleia? Tenho o maior orgulho.

É contigo, Lucineide.

A SRA. LUCINEIDE DE SOUZA SAMPAIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k.

Bom dia a todos e a todas. Chamo-me Lucineide Sampaio, estou Diretora aqui do Sinposba, o sindicato que representa os trabalhadores em postos de combustível aqui no Estado da Bahia.

É uma honra estar presente, participando da discussão de um tema tão necessário, importante para a categoria, para as trabalhadoras, mulheres dos postos de combustíveis.

Já foram muito bem relatadas, detalhadas pelas outras colegas todas as dificuldades que nós mulheres enfrentamos aqui no local de trabalho. Do que a gente necessita... Mesmo com a legislação que protege o trabalho e a trabalhadora gestante, muitas ainda enfrentam a dificuldade em manter seu posto de trabalho ou conseguir realocações seguras durante a gestação. Então, do que realmente precisamos é de fiscalização e diálogo com o patronal, com os empregadores, para garantir o cumprimento dessas leis. Precisamos tornar essas mulheres visíveis, ouvir suas vozes, reconhecer suas histórias e lutar para garantir os seus direitos, para que eles sejam garantidos. A invisibilidade é uma forma de violência, e combatê-la deve ser dever de toda a sociedade.

Não vou me prolongar, não vou ser repetitiva, porque isso já foi muito bem relatado pela nossa colega Telma e pelas demais companheiras.

Que a gente consiga avançar nessa luta e garantir o direito de todas as mulheres. Estamos juntas na luta.

Agradeço a participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns à Lucineide de Souza Sampaio, Diretora da Fenepospetro, que fortaleceu todos os argumentos que foram colocados até o momento sobre a importância deste evento.

Vamos, neste momento... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu convidaria para que voltassem para o plenário... E vamos para a segunda mesa. É isso? (*Pausa.*)

Chamamos para a segunda mesa – se vocês entenderem que alguma tem que ficar na mesa, podem ficar, fiquem bem à vontade – Renata Lucas dos Santos Silva, Diretora da Fenepospetro. (*Palmas.*) Renan Fabian Lisboa, Coordenador de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O Renan se encontra? Opa, muito bem, Renan! Estava preocupado já. (*Palmas.*)

Ele só faltou dizer: "Calma, Senador, estou chegando". (*Risos.*)

E Maria Angelica Iguaracema Rodrigues da Costa, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos das Mulheres no Trabalho, do Ministério das Mulheres. Muito bem. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda.

Vamos em frente.

No final, se vocês assim concordarem, a gente pode abrir a palavra para algumas. Vocês escolham cinco no plenário para que tenham cinco minutos...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, agora pode falar homem! Senão, não tem... (*Risos.*)

Não, pode falar homem também, é fundamental, até porque foi você que...

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (*Fora do microfone.*) – Olhem a igualdade!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É, olhem a igualdade, a igualdade...

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Aliás, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Identifique-se primeiro, não para mim, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES (Para expor.) – Eu sou Luiz Arraes, da Federação dos Empregados em Postos de São Paulo.

Elas tinham que nos enaltecer. Nós deixamos os nossos filhos em casa para estar junto com elas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É, também. Saiu bem, saiu bem, saiu bem, saiu bem, saiu bem. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – No Dia dos Pais, no Dia dos Pais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele está desde ontem aqui de plantão. E olhem que me procurou para esta audiência aqui. Sempre que eu tinha um problema de informação, dizia: "Não, é assim, pá-pá-pá". Parabéns!

A Renata já está aqui, não é? Então, eu passo a palavra de imediato à Renata Lucas dos Santos Silva, Diretora da Fenepospetro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – De Niterói, Rio de Janeiro. Ganhei título lá também – não de Niterói, mas do Rio eu ganhei.

A SRA. RENATA LUCAS DOS SANTOS SILVA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim – obrigada pela oportunidade de abrir espaço para nós mulheres – e todas as mulheres na pessoa da Presidenta Telma. Todos os homens que entendem a nossa luta eu quero cumprimentar nas pessoas do Presidente Eusébio e do Presidente Luiz Arraes, Presidentes das federações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. (*Palmas.*)

A SRA. RENATA LUCAS DOS SANTOS SILVA – Quero dizer que é motivo de bastante alegria estar aqui compondo a mesa para falar de mulheres.

Confesso que, assim que a Presidenta Telma me ligou para falar que a gente ia falar de mulheres, principalmente mulheres mães, eu fiquei pensando... Tinha que ter representatividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na mesa, tinham que ser mulheres mães ou mulheres gestantes. Então, eu fui conversar com a base. Sou frentista do Posto Carrefour, atualmente afastada para exercer o mandato sindical. Então, na base, eu fui ver o que eu poderia falar aqui hoje, por quem eu represento, já que eu não sou mãe.

Atualmente, eu represento as mulheres que desistiram da maternidade para manter os seus empregos. Conversando com uma dessas mulheres, uma mulher quase na fase de aposentadoria falou que desistiu da maternidade para manter os seus empregos. E, atualmente, gente, quantas desistências nós mulheres temos que ter para manter os nossos empregos? Eu me coloco nessa situação, porque a gente vem lá do Nordeste para tentar melhores condições de trabalho. A gente vai conversando com mulheres e vê que isso é comum. E a gente não vê homens desistindo da paternidade. Então, por que não respeitar as mulheres que querem ser mães e que querem trabalhar? (*Palmas.*)

Eu estou aqui hoje em respeito a essas mulheres, porque a gente tem visto que as mulheres têm, cada vez mais, desistido de um sonho para realizar outro. A gente tem desistido do sonho de ser mãe para lutar para que outras mulheres tenham espaço e ocupem espaços.

A gente hoje tem uma legislação que pune, às vezes, porque, quando a gente consegue um direito, a gente perde nossos empregos. Nas bases é muito comum um caso que me chamou bastante a atenção. Eu estava no posto de combustível, e a trabalhadora me chamou e falou assim: "Renata, tire essa lei lá". Aí eu: "Qual?". Ela disse: "Essa lei dos dois domingos. Já falaram que a gente vai perder os empregos". Então, quando a gente vê a preocupação em abrir mão de um direito que foi conquistado para manter um emprego, a gente vê o quanto a sociedade ainda precisa avançar.

É isso. Acredito que essa discussão seja bastante produtiva, porque a gente vai conhecendo a realidade de cada setor, vai conhecendo a realidade de cada mulher, mas a gente não pode esquecer dessas mulheres que desistiram, porque só quem já desistiu de algo que queria muito é que tem propriedade de fala. Há mães que, muitas vezes, têm que deixar os filhos em casa. Acredito que aqui tem muitas chefes de famílias, porque a maioria das mulheres são chefes de famílias, que ontem deixaram seus filhos para estar aqui hoje, compondo a plenária. Meu respeito a vocês! E a gente está aqui para essa luta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente hoje tem outro grande problema: quando as mulheres retornam da maternidade, elas são dispensadas. A gente da Sinpospetro Niterói tem uma convenção coletiva que dá uma proteção de 90 dias de estabilidade para essa mulher, para ela provar que, mesmo depois de ser mãe, consegue exercer suas atividades profissionais. Então, isso é o retrato da sociedade que temos hoje.

A minha pergunta, a minha reflexão é: quando é que um homem vai precisar desistir de um sonho para realizar um sonho profissional? E também se... (*Manifestação de emoção.*)

A gente, às vezes, vai ficando emocionada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está indo muito bem!

A SRA. RENATA LUCAS DOS SANTOS SILVA – ... porque a gente vê isso na prática, com a mulher falando assim: "Eu vou me aposentar, mas aí eu trabalhei aqui mais de 30 anos e não sei o que vou fazer da minha vida, porque abri mão de ser mãe, abri mão de ter uma família. Eu vou procurar outra coisa para fazer". Então, eu trago essa reflexão. É por essas mulheres que eu estou aqui, para que a gente consiga sanar esse problema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Renata. Muito bem, Renata Lucas dos Santos Silva, Diretora da Fenepospetro, que trouxe um exemplo clássico, tranquilo e muito positivo, infelizmente, de uma lei que é negativa. Essa é a realidade. E a lei devia ser melhorada e não retirada.

Eu fui Constituinte aqui – casualmente, eu vou falar do Renan de novo –, e só tem dois Senadores em atividade que foram Constituintes: eu e o Renan Calheiros. E eu nunca me esqueço de que, quando nós fomos para o debate... O Alceni Guerra foi autor da licença-paternidade. Ele disse: “Ó, estão criando mais um problema para a demissão; ninguém mais vai querer ter filho, porque vai ser demitido”. Passamos a licença-paternidade, e o Alceni Guerra foi aplaudido de pé, porque... Quando ele foi lá defender a licença-paternidade, começaram a rir no Plenário. É como se dissessem que ele tinha que ficar grávido, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que todo mundo entendeu a importância da licença-paternidade à maternidade. Por isso, eu entendo com muita tranquilidade – eu acho que todo o Plenário e o Brasil entendem – o absurdo que é a mulher ter que desistir... Eu tenho cinco filhos e desistir de ter um filho ou uma filha... Eu tenho três meninas e dois meninos. E ter que desistir do sonho de ter um filho ou uma filha para manter o emprego é muito triste.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu vi isso na sua fala e como eles devem falar... Você está expondo aqui uma realidade que é lá fora.

Aí, mais do que nunca, eu assumo, aqui, cada vez mais, a responsabilidade de trabalhar muito em cima deste projeto, ao contrário – ao contrário – do que alguns dizem. (*Palmas.*)

Parabéns, Renata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então passamos a palavra para o Sr. Renan Fabian Lisboa, Coordenador de Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Muito bem, Renan, aqui você representa o Governo, e eu entendo que este Governo tem compromisso com essas causas. (*Palmas.*)

O SR. RENAN FABIAN LISBOA (Para expor.) – Bom dia.

Quero agradecer, cumprimentando-o, ao Senador Paulo Paim pela iniciativa e pelo convite aqui ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o qual represento. Quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, as mulheres frentistas e suas lutas.

Nós do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania estamos de mãos dadas com vocês. E a nossa fala aqui coaduna e reforça todas as mulheres que falaram anteriormente e contribuíram com a sua vivência e com o seu estudo para adicionar à luta e aos objetivos que as mulheres frentistas querem alcançar e querem galgar tanto na sua prática laboral quanto na sua vida social também. Então, em nome da Coordenação-Geral de Direitos Humanos e Empresas e do Ministério dos Direitos Humanos, eu agradeço o convite e registro aqui a importância da escuta e do debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar essas mulheres que representam suas colegas aqui na audiência e que, ao longo dos anos, têm sido vozes firmes na denúncia de condições de trabalho marcadas por precariedade, insalubridade e violência.

O requerimento que fundamenta esta audiência é claro. Estamos diante de relatos de negativa de afastamento de gestantes em ambientes insalubres; demissões em massa em razão do exercício do direito a dois domingos de folga; assédio moral; assédio sexual em postos de trabalho. Não são fatos isolados, e eles compõem um padrão recorrente, sustentado por desigualdades estruturais que atravessam gênero, raça e classe.

Ao tratarmos das frentistas, não podemos perder de vista que se trata de trabalhadoras, mulheres, chefes de família, moradoras de periferias urbanas submetidas a jornadas extenuantes. A intersecção gênero, raça e condição socioeconômica amplia a vulnerabilidade e agrava os impactos dessa violação.

Nesse contexto, como atuação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, eu quero trazer aqui a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, por meio do seu canal, que é o Disque 100, que acolhe denúncias de violações de direitos humanos. Embora não tenhamos um recorte específico para a categoria das frentistas, as estatísticas relacionadas à violência contra a mulher, no ano de 2024, são contundentes. Na nossa Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, foram 74.092 registros de denúncias de violações. Desses, 20.491 correspondem à tortura psíquica; 15.024, à negligência; 14.511, a constrangimento; 12.371, à exposição de risco à saúde; e 11.695, à ameaça ou coação. São ocorrências que dialogam diretamente com as denúncias trazidas pela categoria das frentistas, especialmente nos casos de assédio, exposição a riscos físicos e químicos e falta de garantia à saúde materna.

O trabalho da ouvidoria segue um fluxo preciso: atendimento humanizado, com registro detalhado do relato, classificação segundo o tipo de violação e encaminhamento aos órgãos competentes, o Ministério Público, a Defensoria Pública, uma delegacia especializada, a auditoria fiscal do trabalho ou o serviço de assistência social. Diante dessas denúncias, elas são acompanhadas até o encerramento do caso. Em 2024, essa rede de articulação foi fortalecida por ações itinerantes, levando o atendimento a diferentes regiões do país, e por processos formativos que envolvem a sociedade civil e gestores públicos para criar respostas eficientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando analisamos dados referentes a grupos vulnerabilizados, percebemos a transversalidade da violência.

No mesmo ano de 2024, a pessoa com deficiência foi alvo de 152.088 denúncias, com destaque para negligência, 39 mil, e exposição a risco de saúde, 34 mil.

No caso das frentistas, exposição a combustíveis e solventes – vocês relataram o benzeno aqui –, riscos de incêndio, explosão e agressões físicas de clientes, colegas, além do assédio moral e sexual, são fatores que, combinados, configuram graves violações à dignidade, à integridade física e à saúde mental. Essas situações não apenas violam direitos trabalhistas e de saúde emocional, mas também se enquadram em violações de direitos humanos.

O papel do poder público nesse cenário é múltiplo. De um lado, deve garantir que órgãos, como o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde e o próprio Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, atuem de forma coordenada para que possam proteger o ambiente laboral e as mulheres.

É importante sublinhar que a violência de gênero no ambiente de trabalho não se limita a episódios pontuais; ela integra um *continuum* de violências que atravessam a vida de todas as mulheres. Diante disso, não basta responder caso a caso; é necessário sempre pensar em políticas preventivas e ações afirmativas que enfrentem as causas dessa violência e discriminem positivamente grupos mais expostos a riscos.

A experiência de campanhas – como Faça Bonito, voltada ao enfrentamento de violência sexual contra crianças e adolescentes – mostra que é possível a gente mobilizar diferentes setores da sociedade para transformar as percepções e as práticas sociais.

Também é fundamental reconhecer e fortalecer o protagonismo dessas trabalhadoras. As soluções mais efetivas nascem quando as próprias frentistas participam da formulação das políticas e do desenho dos protocolos de proteção.

Este momento – eu quero ressaltar – deve servir como um ponto de inflexão, e o debate aqui precisa se desdobrar em ações concretas que envolvam diversos agentes e instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reafirma o compromisso de seguir colaborando na articulação intersetorial necessária para que esses avanços aconteçam. Temos clareza de que a promoção dos direitos humanos no mundo do trabalho não é responsabilidade exclusiva de um único setor ou de uma secretaria. Ela é transversal e exige cooperação entre ministérios, entes federativos, sindicatos, empresas e sociedade civil. (*Palmas.*)

Finalizo aqui reiterando que esta audiência pública não deve ser vista como um ato isolado, mas como um marco para um plano nacional de enfrentamento à violência e à discriminação contra mulheres frentistas, ancorado em dados, evidências e na escuta qualificada de todas vocês, trabalhadoras. A vida, a integridade e a dignidade dessas mulheres – de vocês – não são negociáveis, e protegê-las é um dever constitucional do Estado brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Renan Fabian Lisboa, Coordenador dos Direitos Humanos e Empresas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Parabéns! Mostrou uma bela fala, de forma ampla, total, geral, no sentido de que todo o setor deve se envolver contra a violência às mulheres.

Nós estamos aqui falando de uma das violências que é contra as mulheres frentistas, mas as mulheres são as que mais sofrem violência neste país. Ninguém tenha dúvida quanto a isso, infelizmente. Eu não queria violência contra ninguém.

Agora, com muita satisfação também, passamos a palavra à Sra. Maria Angelica Iguaracema Rodrigues da Costa. Ela é a Coordenadora-Geral de Garantia de Direito das Mulheres no Trabalho do Ministério das Mulheres. Seja bem-vinda. Vocês aqui representam o Governo, como aqui já se falou representado o Ministro Marinho. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA ANGELICA IGUARACEMA RODRIGUES DA COSTA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Vou aproveitar para cumprimentá-lo e cumprimentar as demais pessoas da mesa, a Sra. Telma... Eu não consigo ver seu nome, mas, por favor, sinta-se cumprimentada.

A SRA. RENATA LUCAS DOS SANTOS SILVA – Renata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ANGELICA IGUARACEMA RODRIGUES DA COSTA – Renata, prazer, sinta-se cumprimentada.

Quero cumprimentar o colega Renan.

Foi bem interessante um ponto... Vou até começar fazendo um gancho com uma fala do Renan, quando ele fala de colaboração, porque, de fato, é muito importante. A gente que está num ministério pensando em políticas públicas sempre recebe denúncia com certa tristeza e indignação, porque a gente passa um bom tempo pensando em que políticas vão ajudar, vão garantir que as mulheres possam estar inseridas no mercado de trabalho. E inserida, gente, não é só entrar... Bom, a gente tem um fato aqui no Brasil, um problema estruturante que é a inserção da mulher no mercado de trabalho, porque a gente vive uma divisão do trabalho que não é posta, é tácita, em que a gente vê que às mulheres, em geral, são delegadas as tarefas domésticas e o trabalho com os cuidados. E isso já é não exatamente... É um problema também, mas é um empecilho para que a mulher possa exercer esse direito a trabalhar, porque, em geral, ela não consegue... Principalmente mulheres negras acabam não conseguindo entrar no mercado de trabalho, porque estão com essas tarefas. Então, a gente precisa... A gente tem feito muitas discussões, conversado com vários ministérios para tentar garantir que a gente tenha mais aparelhos públicos – claro, não é uma tarefa exclusiva do âmbito federal, mas de outros entes – para que haja mais creches e... Hoje em dia, fala-se em mais casas de repouso para idosos, porque a gente já está vivendo uma situação em que muitas mulheres têm que ficar em casa ou, às vezes, se aposentar ou abrir mão do trabalho não só pelo sonho de ser mãe, mas pela obrigação de cuidar dos pais idosos. Então, a gente precisa dessa cooperação geral da sociedade, dos estados, dos diferentes entes federativos e também das empresas – por que não? – para que essa tarefa que a mulher tenha possa ser absorvida e possa ser dividida.

A gente fala lá muito também da divisão no âmbito da família; que outros entes daquela família também possam assumir algumas tarefas em casa. Então, o compartilhamento de tarefas no âmbito familiar também é uma pauta nossa que a gente está sempre reforçando, para que as mulheres não tenham que abrir mão dos seus sonhos, de ter um trabalho. A gente sabe que o trabalho tem esse poder de dar dignidade à pessoa, e, infelizmente, as mulheres são muito prejudicadas nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que a gente sempre reforça também é a importância de ter políticas para permanência da mulher no trabalho. O combate às diversas formas de violência é uma forma de a gente manter a mulher no trabalho, porque a gente também ouve casos de mulher que abre mão de trabalhar porque ela não tem mais o psicológico para aguentar as inúmeras violências que ela sofre.

Isso sem contar a parte de saúde, que é muito grave. Eu acho uma denúncia muito grave essa que a gente está ouvindo aqui, de elas serem expostas não só no durante a gravidez, mas a todo o tempo serem expostas a esses produtos que podem, no longo prazo, trazer complicações muito maiores para a vida dessa mulher. (*Palmas.*)

O nosso trabalho é para que essas mulheres tenham os seus direitos respeitados. A gente sabe que a gente tem uma boa legislação, mas ainda falta essa questão cultural, a sociedade entender essa importância, como eu falo, não achar que a mulher é o papel mais frágil e que, então, são elas que eu posso atacar, de quem eu posso tirar direitos.

Desde que eu cheguei ao Ministério das Mulheres – não tem muito tempo, eu estava antes no da Igualdade Racial –, me chama a atenção, porque a gente consegue ter dados que demonstram o quanto o trabalho da mulher gera de renda para o país, o quanto o país cresce com o trabalho das mulheres... A gente tem algumas pesquisas. Eu trouxe uma aqui da McKinsey que fala que... É uma pesquisa que foi feita em âmbito mundial, mas a gente também tinha um dado do Dieese que falava o quanto que representa em dinheiro. Aqui eles trazem US$12 trilhões com a inserção igualitária da mulher no trabalho.

Eu digo igualitária, porque neste momento a gente está com uma lei que foi citada aqui, a Lei 14.611, que fala da igualdade salarial. Até a colega falou: "Não, mas isso não é nem novidade". A lei não traz novidade, ela traz mecanismos novos, mas são mecanismos em que também a gente percebe as pessoas tentando desfazer, burlar, porque são inseridos não só... Às vezes até o salário é dito que é o mesmo, mas são inseridos critérios, e, por esses critérios, sei lá, uma pessoa que possa fazer mais hora extra vai receber mais. A gente sabe que muitos desses critérios são critérios que jogam contra as mulheres. Uma mulher talvez não tenha, até pela sua carga dupla de ter que tratar da família, de estar em casa, de chegar, de pegar filho na escola, etc., a disponibilidade de ficar um pouquinho mais de tempo no trabalho ou de se ausentar para fazer uma viagem, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ausentar da sua casa para fazer uma viagem por algum período, ou de fazer um curso em um outro horário; então elas acabam sendo prejudicadas com vários dos critérios remuneratórios que são inseridos no salário, fazendo com que ela tenha uma diferença na renda final que ela recebe.

Então, uma das coisas que a gente percebeu – e aqui eu gostaria muito não só de agradecer, mas de parabenizar os sindicatos – é que os sindicatos são grandes aliados para com essas políticas que a gente com tanta dificuldade consegue que sejam aprovadas. E eles são aliados nesse cumprimento dessas políticas, né? A gente, nesse sentido, tem até... A gente está até propondo, lá no nosso Ministério, Senador, uma capacitação, uma qualificação para mulheres líderes sindicais. Ela já está até com um desenho pronto. (*Palmas.*)

A gente já está até com um desenho pronto. Essa qualificação deverá ter um primeiro módulo agora, em novembro. E o objetivo é este, não só encorajar. Como é uma capacitação que também trabalha com replicação, que essas mulheres que estão formadas também sejam formadoras de outras mulheres, e a nossa intenção é de que não só elas estejam preparadas para argumentar, para conseguir trazer dados técnicos, fazer esses levantamentos, para poder exigir que elas também consigam participar nas negociações coletivas, que elas possam se sentar à mesa, que elas estejam preparadas para isso, que elas estejam preparadas para pautar cláusulas que são importantes para as mulheres no mundo do trabalho que garantam a elas esses direitos. Então, essa é uma das nossas apostas.

A gente enxerga essa parceria com as categorias bastante importante neste momento, e também com os representantes das categorias. Claro que a gente tem outras sugestões e ideias, mas aí eu queria deixar registrado aqui o quanto a gente reconhece o papel do sindicato como importante. Inclusive a própria Lei da Igualdade, que já foi citada aqui, também reserva ali, no âmbito da lei, um espaço para que os sindicatos acompanhem os planos de promoção da igualdade salarial dentro das empresas. Então, é bastante importante que a gente tenha essa participação dos sindicatos.

A gente tem trabalhado em colaboração com alguns ministérios, sim, de forma transversal. A gente tem um Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral, que não visa só à igualdade de renda. Inclusive, no Ministério dos Direitos Humanos, a gente não visa a só à igualdade na renda, mas em todos os aspectos relativos ao trabalho da mulher. Assim, o que é importante para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso da mulher ao trabalho, capacitação, qualificação e etc. O que é importante para a permanência: a garantia de direitos, que o trabalho seja decente, que seja formalizado e que ela possa, no final de um percurso, ter direito a uma aposentadoria, a ter férias, ter folgas semanais. Então, a gente tem essa luta para que o trabalho não seja simplesmente um trabalho, mas que ele seja um trabalho imbuído de todos os direitos.

E, dentro desse plano também, a gente tem campanhas. Então, a gente tem trabalhado – são 11 ministérios – para que a gente não tenha que se sentar e ouvir com muita tristeza que os direitos não estão sendo preservados, não estão sendo respeitados, e que até hoje as mulheres ainda estejam enfrentando essas dificuldades no seu ambiente de trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigada, líder Maria Angelica Iguaracema Rodrigues da Costa. Ela é Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos das Mulheres no Trabalho, do Ministério das Mulheres.

E parabéns por esses cursos de formação lá, porque, como aqui já foi dito, cada vez mais nós temos que ter mulheres também sindicalistas, porque as mulheres lá são minoria. Eu não sou daqueles que dizem que tem que ter só mulheres, mas tem que ter também mulheres.

Eu cheguei a apresentar um projeto aqui no Congresso, um projeto de resolução interno, dizendo que, nas mesas de debate, tem que ter sempre a paridade, de preferência cinco homens e cinco mulheres, três mulheres e três homens, para falar de todos os temas, e não somente, às vezes, da discriminação, como o que vocês estão fazendo aí – estão dando um curso.

Eu me proponho, porque eu sou aqui o Relator do estatuto da CLT do século XXI, que seria o novo mundo do trabalho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, isso. Não, eu estou há cinco anos relatando esse projeto já, para você ver como é delicado, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu proponho nós fazemos uma audiência pública, ou aqui ou na Comissão de Assuntos Sociais, para debater exatamente o tema que vocês estão colocando em formação lá. É uma forma de divulgar, inclusive, a importância das mulheres no mundo do trabalho.

Por exemplo, essa lei que nós aprovamos com muita batalha... Desde a Constituinte, eu me lembro de que, com a Benedita, nós brigávamos para aprovar essa lei, e só foi aprovada agora, nesse último Governo do Presidente Lula. E, infelizmente – você deu os dados aí – ainda não é cumprida. Não é cumprido isto: mulher, homem, na mesma atividade, com o mesmo salário. Continua uma diferença enorme. Então, exige-se mais fiscalização, mais acompanhamento. A diferença ainda continua... Sem medo de errar, vou dar um número aqui: a diferença do salário é mais ou menos de 60% para 40%. Mulher fazendo o mesmo trabalho, na mesma função, ela ganha 40%. E o homem ganha 60%, no caso, do que deveria ganhar. A desproporção é tão grande que merece um trabalho mais árduo de todos nós. É um absurdo a mulher ganhar 40% do que ganha o homem. Então, isso merece um debate.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Por ser mulher, pelo simples fato de ser mulher.

Vamos em frente.

Agora nós teremos um momento de perguntas, que vocês poderão responder e a Mesa poderá também responder, vindas do e-Cidadania, já que estamos ao vivo, pela TV, Rádio e Agência Senado, para todo o Brasil.

Perguntas do e-Cidadania.

Izaque, do Rio Grande do Norte: "Como proteger as mulheres da ação algoz daqueles patrões que se aproveitam das suas necessidades funcionais e de trabalho para assediá-las?".

Laura, de Minas Gerais: "A concessão de pausas adicionais... (*Pausa.*)

Não é o meu celular tocando, né? Porque fica feio se for o meu... (*Pausa.*)

É minha filha, lá do Rio Grande do Sul. É para elogiar a audiência pública, ela deve querer elogiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Laura, de Minas Gerais: "A concessão de pausas adicionais para gestantes frentistas é amparada pela CLT ou dependeria de negociação coletiva?". Essa é a pergunta que eles fazem.

Sarah, do Maranhão, pergunta: "De que forma a legislação atual protege – ou falha em proteger – as frentistas contra abusos e condições precárias?".

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Por que não criar um canal pra denúncias, que faça com que uma fiscalização ocorra no posto, como se fosse rotina, sem associar com a pessoa [que denunciou]?"

É o sigilo da informação, isso é garantido.

Isaque, do DF: "Como o Governo garantirá o afastamento imediato de gestantes expostas a riscos, como o benzeno, em postos de gasolina?"

Aqui eu posso dizer que vamos ter uma audiência pública agora em setembro que vai tratar desse tema.

Marisandra, do Rio Grande do Sul: "Há registro de ações judiciais contra empresas que descumprem esse direito?" É uma pergunta. "Se sim, quais os resultados?"

Edfran, do Amazonas: "Seria possível criar canais específicos e seguros para denúncias de assédio no setor de postos de combustíveis?"

Camila, de São Paulo: "O que tem [sido] feito para proteger frentistas mulheres contra o assédio moral [sexual] no ambiente de trabalho?

Ana, do DF: "A primeira mudança seria mudar a cultura das empresas, porque o respeito é para ambos, mas geralmente quem trabalha nessa área sofre [os] abusos".

Francisco, do Mato Grosso do Sul: "A trabalhadora frentista tem que ter mais direitos [...] [como] folgas e auxílio maternidade [...] durante a gestação."

Alberto, do Rio de Janeiro: "A solução desse problema é simples: revogar a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000, que proíbe o autoabastecimento".

Aqui perguntam bem de todo tipo, né? Cristiano... Eu leio tudo, viu? para ver que são 90% positivos e sempre tem 10% que criticam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristiano, de São Paulo: "Sou contra o [...] [autoabastecimento]. Sou favorável [...] [ao direito ao] afastamento da frentista gestante. Precisamos proteger o futuro [ou seja, as crianças] do Brasil.

Esse aqui já fez a defesa aqui. (*Palmas.*)

Eu só li, hein. Eu só li. O Cristiano já recebeu as palmas aqui.

Letícia, de Minas Gerais: "Postos não contratam mulheres em idade fértil, pois, se engravidam, não há onde realocá-las, e mandá-las para casa retira-lhes a dignidade".

Uma bela ponderação também.

Lucimar, de São Paulo: "Concordo [...] [que] a legislação de proteção à mulher e que ela deve receber o mesmo salário [...] [pago aos] homens [...].

É aqui essa luta da lei que aprovamos, mas que, infelizmente não é cumprida.

Sérgio, de Minas Gerais: "Para gestantes, o afastamento de atividades insalubres é [...] lei, com realocação ou salário maternidade. [Criar] canal de denúncias contra o assédio".

Por fim, Ana, do DF: "A primeira mudança seria mudar a cultura das empresas, porque o respeito é para ambos, mas geralmente quem trabalha nessa área sofre abusos.

Francisco, do Mato Grosso do Sul: "[...] [a trabalhadora] frentista tem [que] ter mais direitos [...] [como] folga [e] [...] auxílio maternidade [...] durante a gestação".

Alberto, do Rio de Janeiro: "A solução desse problema é simples... [Aí vem de novo a mesma, mas eu leio tudo aqui para que eles não digam depois que eu não li as críticas]. Alberto, do Rio de Janeiro: "A solução desse problema é simples: revogar a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000, que proíbe o autoabastecimento."

É, mas eles combinam, viu? É tudo robô! (*Risos.*)

Aí o Cristiano disse também: "Sou contra [...]! Sou favorável [...] [ao direito do] afastamento da frentista gestante! Precisamos proteger o futuro do Brasil". Aqui ele repetiu só, mas vai na mesma linha, mandaram duas vezes.

O.k., vamos agora para os nossos convidados do plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começamos pelo líder, o líder Luiz Arraes, que esteve comigo diversas vezes – né, Luiz? –, até que conseguimos pautar a aprovação, e hoje estamos realizando esta audiência. O Luiz Arraes é Presidente da Fepospetro e é um dos líderes da central...

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Do FST, sou coordenador. Coordenador do FST.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas repete, na íntegra.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – É o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, ele é Coordenador do Fórum Sindical Brasil dos Trabalhadores.

Luiz Arraes, com a palavra.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Bom, mais uma vez, bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador, um Senador do Brasil, né? Quando o Rio Grande ele elege um Senador, ele elege um Senador para o Brasil.

Senador, eu primeiro parabenizo nossas companheiras, que tão bem nos representaram aí e que trouxeram um problema que nos deixa muito angustiados. Em pleno século XXI, nós estarmos discutindo um problema dessa natureza num país como o nosso... Não era para estar acontecendo isso. A gestação é um tema que nos angustia muito, porque, quando a frentista engravida, o que seria um momento de comemorar, de comemorar a vida, é um momento que ela tem como uma punição, porque não tem onde alocar ela e o médico, lá no primeiro mês, já a afasta, por conta dos agentes químicos que tem no combustível. E aí o médico manda a cartinha, e no posto dizem: "Eu não tenho onde colocar ela". E é nesse momento, em que ela está mais precisando de proteína, de viver bem, de ter uma saúde sem nenhum tipo de comprometimento, que nós temos que negociar – e ela também, às vezes – para que ela seja afastada; e a empresa quer tirar os 30% de periculosidade, tirar *ticket* refeição.

Então, não pode ser uma punição, a gestação dessa frentista não pode ser uma punição; pelo contrário, ela teria que ter um prêmio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Qualquer país, qualquer sociedade civilizada do mundo e qualquer país desenvolvido do mundo sabe que isso não é custo, que tratar bem a gestante... Nós já fomos um país... melhorou nos últimos anos, mas nós já fomos campeões de morte de crianças, de mortalidade infantil; nós estivemos, por muito tempo, ali em paridade com alguns países pequenos da África. Em alguns governos aí, no Governo Lula principalmente... Aliás, o Presidente Lula, em várias falas dele, fala que foi um vencedor só em ter sobrevivido lá na seca, onde nasceu, no Nordeste e ter vindo para cá, porque o índice de mortalidade infantil do Brasil era uma coisa absurda. E qualquer país do mundo sabe que investir neste momento, na gestação da mulher, num pré-natal em que ela tenha todas as condições, é um investimento, porque aquela criança vai nascer saudável, não vai estar no médico toda hora. Teria que ter como um investimento.

Agora, culturalmente, o setor empresarial é muito atrasado. Senador, eu estava na minha sala e chegou um dono de um posto de uma região lá do Alphaville, em São Paulo, e disse: "Presidente, eu queria conversar com o senhor". "Mas o que é que aconteceu"? Ele disse: "Rapaz, eu estou com um problema muito sério lá no meu posto". "O que foi"? Ele disse: "Rapaz, a cegonha cagou no meu posto!", porque ele tinha 11 mulheres e quatro engravidaram ao mesmo tempo.

Aí eu falei: "Não pode ser assim! Você não pode tratar um tema de tanta importância com um palavreado desse. Pelo contrário, você tinha era que festejar, ajudar essas mulheres que estão trabalhando com você há tanto tempo".

Agora, pasmem, 50% ou mais das mulheres, quando retornam da gravidez, são demitidas ou pedem para se desligar. Como é que pode a gestação ser uma punição? E, aliás, não é só a gestação. Qualquer lei hoje que saia para proteger, não é... Também não é só a mulher, não; até os homens. Você vê que, por essa questão do domingo, de a mulher trabalhar num domingo sim, num domingo não, nós tivemos ameaças sérias e demissões em massa de mulheres por conta disso.

Isso é uma coisa absurda, que tem que ser combatida de alguma forma. E não é só lei. Tem que ser culturalmente. Os empresários têm que ter essa cultura. Será que eles nasceram de chocadeira? Será que a mãe deles também não teve uma gestação? Será que nem isso os sensibiliza de que as nossas mulheres têm que ter essa proteção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós trabalhamos em conjunto, as duas federações. Nós temos avançado muito nisso. Nós temos tentado fazer muita coisa. Só para você ter uma ideia, Senador, em nenhum estado da Federação brasileira, uma mulher, num posto de gasolina, ganha menos que um homem. Em nenhum, nós chegamos a esse patamar. (*Palmas.*)

Todas as mulheres têm os mesmos direitos dos homens. Agora, são sacrificadas por conta da gestação. Aliás, nós tivemos aí atrás algum Presidente que falou que a mulher tinha que ganhar menos, porque ela engravidava, né? Teve uma fala de um ex-Presidente aí. E não é disso que nós temos que tratar.

Nós temos que proteger as nossas mulheres de tudo. O assédio nos postos de combustível, que já foi tratado aqui pelas nossas companheiras, é uma coisa absurda. Quando eles colocam essas roupas coladas nas meninas para fazerem o chamariz... Nós tivemos um caso em Osasco que saiu até no Fantástico, de um cara que parou o carro no posto para abastecer, ficou olhando a menina pelo retrovisor e, quando a menina chegou com a maquininha para passar o cartão, ele estava se masturbando.

Então, nós temos, inclusive, nós dos sindicatos, que fazer uma grande campanha para que os nossos trabalhadores protejam as nossas trabalhadoras no local de trabalho. Quando um trabalhador vir isso, que ele não fique indiferente, não; vá lá defender a colega, defender a colega que está lá trabalhando. (*Palmas.*)

São esses os tipos de problemas por que passam as nossas trabalhadoras dos postos de gasolina, o assédio moral, o assédio sexual, a exposição e o mais grave é essa questão da gravidez.

Então, nós insistimos com o Senador, que nos atendeu prontamente.

Agradeço a todo o pessoal do gabinete, que esteve conosco aí em todos os momentos. Fizemos todo o esforço para trazer as nossas mulheres. Aqui tem mulheres de todo o Brasil. A nossa companheira não pôde vir, mas participou no *online*.

Agradeço ao Senador mais uma vez.

E aí eu quero mudar um pouquinho o foco aqui da minha fala e falar um pouquinho do meu amigo Senador. O Senador Paim tem uma história muito grande aqui no Parlamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. Eu acho que ele lembra quando nós fizemos uma vigília na Câmara para termos um salário mínimo de US$100, em que desligaram a luz e nós ficamos lá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – No Governo do Fernando Henrique.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – ... com as luzes de vela. Nós ficamos com as luzes de velas acesas e passamos a noite no Salão Verde, fazendo uma vigília para termos um salário de US$100. Quando o Senador ficou bravo lá e rasgou uma folha da Constituição, ele disse: "Vocês estão querendo fazer isso com a Constituição" e a jogou lá. Ameaçaram de nos cassar e nós estivemos juntos.

Quando o Senador, em uma disputa da campanha lá muito dura, nós do movimento sindical – muitos – fomos lá para o Rio Grande do Sul pedir voto para que o Senador não saísse do... estivesse junto conosco aqui. Em todas as batalhas, no *self-service*, no projeto que nós aprovamos aqui, o Senador foi de suma importância. Portanto, Senador, além de tudo, hoje eu lanço aqui oficialmente a campanha *hashtag* #FicaPaim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas que barbaridade!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi uma bela surpresa, mas, realmente, não sei como a segurança... Isso aí eu não vi... (*Risos.*)

Ou eles vão dizer: "Passa, passa, essa passa". Porque os seguranças, no fundo, são todos meus amigos aqui, viu, pessoal? Realmente, eu tenho o maior carinho por todos os homens e mulheres da segurança.

Pois é, agora fiquei sem palavras. Eu, né...? (*Risos.*)

O grande Luiz Arraes é um companheiro de longas jornadas, e eu estou praticamente com esse mandato indo para, como eu disse, eu e o Renan somos dois dos Constituintes que estão ainda em atividade... Aqui dentro, eu vou para 40 anos no Congresso: são quatro de federal e três de Senador. Eu falo muito em passar o bastão para os mais jovens e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... esse é um debate que acabou se instalando no Rio Grande do Sul, puxado pelos movimentos sociais, pelo movimento sindical, por todos aqueles que combatem o preconceito contra negro, contra índio, contra as mulheres, contra LGBT, enfim, em todos os sentidos. E... eu sinto – a tranqueira aqui não é falta de palavra porque eu diria mil coisas, mas é mais pela emoção –, eu sinto como se fosse um acolhimento, quer dizer, o povo trabalhador, quando faz essa, que nem vocês fizeram aqui, é como se eu tivesse me acolhido, né? (*Manifestação de emoção.*)

Valeu cada dia, cada hora, cada minuto. Faria tudo outra vez. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Obrigado, obrigado, obrigado.

Quando eu digo que faria tudo outra vez, escreveria de novo o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, as políticas de salário-mínimo com as quais fomos vitoriosos. O Fernando Henrique me encontrou dois meses depois que veio o US$100 e disse: "E aí, Paim, está contente agora?". "Mas por que, Presidente?". "O Brasil tem cem pains". Era o US$100. Daí eu disse... Dei um abraço nele, agradeci e, depois, no Governo Lula, aplicamos então a política de inflação mais PIB, com a qual o salário-mínimo chegou a US$350. Mas é um processo de construção.

Eu sempre digo que estou no Senado, mas eu sou um trabalhador. Eu nunca vou esquecer de onde eu vim. Quando eu estou aqui, cada lei que a gente aprova, discute... Porque ninguém faz nada sozinho. É com o apoio de todos aqueles que concordam com aquele ponto de vista e com a mobilização da sociedade organizada em torno de uma centena de leis, da Constituinte até hoje, mas sempre fruto de um debate de baixo para cima.

Para vocês terem uma ideia, só como exemplo, o Estatuto do Idoso foi um senhor bem velhinho que escreveu, lá no Rio de Janeiro – e ele mandou para um monte de gente, segundo o filho dele conta até hoje, porque ele já morreu. Eu peguei aquela cartinha, achei tão bonita aquela carta que disse: "Não, eu vou ter que tocar para a frente". Aí, aprovamos o Estatuto do Idoso, com muito debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Estatuto da Igualdade Racial, eu me inspirei quando eu fui à África do Sul, porque nós Constituintes tínhamos uma carta à libertação do Nelson Mandela. Fomos lá, o Mandela foi liberto naquele ano mesmo, e a Winnie Mandela me deu uma carta chamada Carta da Liberdade do Povo Sul-Africano. Eu voltei ao Brasil, discutimos com o movimento negro. A bancada da Constituinte era Caó, Benedita, Edmilson e Paim, quatro negros entre quase 600, que é 513 mais 81. E, com muito debate, surgiu o estatuto, cujos 15 anos festejamos agora – é tanta data... Foi um momento bonito de 2015, com o apoio sempre – isso tem que ser dito – dos Ministérios correspondentes: da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, do Trabalho.

Lembro-me de que, no dia da sanção do estatuto – e aqui eu vou terminar, porque não vou contar a história de cem projetos; não dá, não é? –, o Presidente Lula foi lá no Itamaraty. O Presidente Lula disse: "Paim, eu sei que não é unanimidade o estatuto [nem entre o movimento negro! Era um debate forte na época, você lembra, não é? Mas foi um debate, como é normal, e foi salutar], mas eu vou sancionar porque nem daqui a cem anos vocês conseguirão construir um estatuto como esse" – que é o farol para todas as políticas públicas hoje, para as políticas... Existem cotas nas universidades, existem cotas no serviço público. Em um deles, inclusive, por grandeza até do Governo, que me indicou, eu fui Relator; de outro, eu fui autor.

Mas talvez... Eu vou contar um caso bem simplesinho, que é bem curto, foi nesta sala aqui: a lei dos autistas. Eu estava aqui sentado, despachando – eu despachava aqui, o Presidente ia ali –, e entraram aqui, chegaram aqui, pediram, naturalmente, uns 30 pais e os filhos. Eu digo: "Entrem, entrem; sentem-se aqui, vamos conversar um pouco". Aí, eles me disseram: "Senador, não tem nenhuma lei dos autistas ainda, e nós precisamos muito. E nos disseram – andamos muito – que tínhamos que vir aqui nesta sala, que o senhor estava aqui e que aqui ia resolver". Olhem a responsabilidade que me passaram! E aqui falaram crianças autistas, falaram as mães... Berenice Piana de Piana – nunca me esqueço –, do Rio de Janeiro, que coordenava; inclusive, eu botei o nome da lei – porque tem lei que pega e que não pega, e essa pegou –, e o nome da lei é Berenice Piana de Piana, a primeira lei dos autistas. Em resumo: é claro que não fui só eu; aqui nasceu, não é? Aí teve bom debate nas duas Casas, e nós criamos, naquele ano, a Lei dos Autistas.

Enfim, a reunião é outra, hoje, vamos lá. Eu fiquei emocionado aqui, eu sei que a moçada filmou, a TV Senado filmou. Quando um dia eu... Eu vou conseguir ainda escrever a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biografia, e podem saber com certeza que esta foto vai estar lá, com muito orgulho do que vocês aqui apresentaram. (*Palmas.*)

Eusébio Luis Pinto Neto, Presidente da Fenepospetro.

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

É um orgulho muito grande estar aqui, uma alegria mais uma vez estar presente aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, que tantas lembranças nos traz.

Cumprimento o nobre Senador Paulo Paim e quero dizer, Senador, que estar mais uma vez contigo aqui nos dá ânimo para continuar a luta, junto com você.

Cumprimento a companheira Telma, Secretária da Mulher. Cumprimentando a Telma, cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

Cumprimento os palestrantes, que tão bem expuseram aqui a realidade da nossa categoria, e cumprimento os companheiros trabalhadores, o dirigente sindical presente aqui, nesta Comissão, para prestigiar este momento tão importante da nossa categoria.

O que nós estamos pedindo aqui é um ambiente seguro e saudável de trabalho: dignidade, respeito e igualdade – é o mínimo.

As mulheres, que têm feito uma luta imensa ao longo da história do nosso país, tantas conquistas conseguiram através da sua luta, não é? Muitas vezes, atrapalhadas pelo homem, que o homem não facilitou nada, infelizmente – a grande parte deles, evidentemente; não são todos –, mas elas chegaram até aqui, conseguindo, com muita dificuldade, em muitos e muitos setores, superar o homem.

Então, eu só tenho aqui que parabenizar essas mulheres e me sentir, digamos assim – apesar de mais de três décadas, Paulo Paim, de dirigente sindical, como fundador, junto com outros companheiros aqui, como V. Exa. tem acompanhado, da nossa categoria –, muito agradecido por ter conseguido presenciar esse avanço da nossa categoria, com esse depoimento que aqui presenciamos das mulheres.

Nossa categoria tem feito uma luta muito grande para defender os direitos das mulheres – de todos os trabalhadores, mas principalmente das mulheres – no ambiente de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participamos aí de várias Comissões para formular NRs e construímos, ajudamos a construir várias NRs, mas nós sabemos da dificuldade.

Nossa categoria tem um perfil muito difícil, porque é uma categoria pulverizada, não é? Nós temos mais de 45 mil empresas no Brasil, onde trabalham, aproximadamente, mais de 500 mil trabalhadores. Entre esses trabalhadores, certamente, existem mais de 100 mil mulheres, mães de famílias, que trabalham nesses postos de combustíveis, e, evidentemente, a maioria donas de casa e, muitas vezes, responsáveis pelo seu lar, não é?

Então, essas mulheres que têm essa dádiva, dádiva divina, de dar luz a uma vida, como foi muito bem retratado aqui, muitas vezes, nesse momento tão sublime, não são respeitadas na sua dignidade.

O que nós queremos aqui é que a mulher que trabalha na nossa categoria tenha o direito de, quando engravidar, ser afastada do ambiente de trabalho, porque nossa categoria é insalubre, periculosa e tem ainda a incidência do benzeno, que nós sabemos o quanto mal faz para a pessoa, principalmente para uma criança quando está em gestação. (*Palmas.*)

Essa luta nós travamos silenciosamente, há muitos anos, há mais de 20 anos, desde quando... Há 30 anos, quando começamos a organizar a nossa categoria ali na Fundacentro, agora na Fiucruz, em vários outros... Até na USP, na Unicamp. Tivemos vários momentos de luta. A Telma participou de muitas dessas lutas, como participa até hoje.

Então, este momento aqui é um momento culminante, e não poderia deixar de ser, porque as mulheres têm esse papel relevante.

O que nós queremos é que essas mulheres tenham essa liberdade e que possam, com segurança, cuidar da sua família e prestar esse relevante serviço que prestam à sociedade, porque a nossa categoria, Senador Paulo Paim, como o senhor conhece bem, é uma categoria que está em todos os municípios e rodovias do Brasil.

Muitas cidades nasceram através de um posto de combustível. Essa categoria que hoje possui essa quantidade de mulheres – mais de 25%, 30% trabalhando – veio dar mais qualidade ao serviço prestado à sociedade, porque num posto de gasolina não só vai aquele cliente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutor do automóvel; converge toda a sociedade, para pedir informação, para ir a uma loja de conveniência, etc. Então, eu quero dizer que essa categoria tem esse papel relevante.

Eu vou dizer para vocês o seguinte... Abro aqui um parêntese, se me permite, para fazer um registro histórico: quando adentrei aqui no Senado, hoje, eu parei ali em frente à biblioteca, Paulo Paim, e me lembrei – precisava fazer esse registro – de que, há mais de 20 anos, eu acho, estive ali, pela primeira vez, acompanhado de um companheiro, muito seu amigo, José Carlos Perret Schulte, para participar do lançamento do seu livro, e ali eu pude ver o grande respeito que o Senador tem aqui nesse Senado: estavam praticamente todos os Senadores presentes no lançamento daquele livro. Faz, eu acho, mais de 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Faz mais de 20 anos...

O SR. EUSÉBIO LUIS PINTO NETO – Ao citar aqui o nosso amigo José Carlos Perret Schulte, eu pediria licença a V. Exa. pelo papel relevante que esse cidadão prestou aos trabalhadores brasileiros.

Muitas leis que eram para precarizar o trabalho aqui nesta Casa não passaram graças à coragem e à determinação deste companheiro.

Então, eu peço à minha categoria aqui presente, pelo grande serviço que este homem prestou, inclusive aos frentistas, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Senador Paulo Paim, aqui, nesta Comissão, travamos várias lutas. Aqui foi trincheira de lutas para proibir o *self-service* nos postos de combustíveis.

V. Exa. foi um que liderou aqui nesta Casa a resistência. Por várias e várias vezes, aqui chamou audiências públicas, para que nós pudéssemos debater e construir a lei que proibiu o autosserviço em postos de combustível e que garantiu o emprego de mais de 500 mil trabalhadores e trabalhadoras.

Até hoje, essa lei existe, e nós conseguimos sustentá-la aqui nesta Casa. Então, eu quero fazer esse registro histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim é esse Senador que seguramente é o Senador que mais defende o trabalhador neste país, o Senador que mais defende os direitos humanos neste país e que tem uma história brilhante.

Eu quero aqui dizer que os frentistas, nesse momento, o abraçam e lhe agradecem muito o trabalho relevante que V. Exa. presta à sociedade brasileira.

Muito obrigado, companheiro Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado. Eu que agradeço.

Eu percebo, no tom da voz, a emoção do nosso querido Eusébio, como também na do Luiz Arraes, e isso, claro, mobiliza o que há de melhor dentro da gente.

Mas vamos em frente, porque a emoção não pode tomar conta também, senão não tem audiência pública.

Antonio Marco dos Santos, Presidente do Sinpospetro, de São José do Rio Preto.

O SR. ANTONIO MARCO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, quero agradecer ao nosso Senador pelo carinho que tem pela nossa categoria.

Falar depois desses mestres – estou caminhando ainda na nossa categoria... Mas quero agradecer... Não vou falar frentistas, mas vou falar guerreiras, porque não é fácil ser mulher hoje e trabalhar num posto de gasolina. Elas são privadas dos direitos que têm. Quando não, como a nossa companheira de Niterói falou, a gente corre os postos, chega lá, para que a empresa exerça o direito dela de trabalhar em um domingo e folgar no outro, e as próprias trabalhadoras, com medo de perder o emprego, falam: "Não, deixa quieto, não mexa com isso, senão eu vou perder meu emprego, e vai fazer falta para mim".

Eu acho que nós temos, realmente, Senador, que colocar uma lei – se a gente conseguir, porque não é fácil – na mão do senhor, como há muitos anos já passaram várias leis...

Eu acho que a gente vai conseguir, Telma, colocar essa lei da mulher gestante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o dono de posto, isso é um problema, mas, gente, ela tem o direito de viver, de criar o seu filho.

Então, eu agradeço... Estou na categoria há 35 anos e ver essas mulheres guerreiras que trabalham não só aqui, mas na base... Quando você está fazendo base para todos os lados, você vê essas mulheres guerreiras vestindo a camisa da categoria frentista.

A Telma, eu falo nem como Presidente, é uma guerreira, luta por essas mulheres incansavelmente.

Eu queria aqui uma salva de palmas para todos as trabalhadoras frentistas que não puderam estar aqui, mas que estão no posto também. (*Palmas.*)

E obrigado, Senador, por mais esta audiência.

E eu tenho certeza de que os trabalhadores frentistas lá de longe estão agradecendo pelo senhor estar aqui e sempre estar abrindo esta Casa para a categoria frentista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o Antonio Marcos dos Santos, Presidente do Sinpospetro, São José do Rio Preto, que faz também uma fala, eu diria, carregada de emoção e que mostra o compromisso de vocês com essa luta, que é a luta de todos nós, de homens, de mulheres, das nossas mães, das nossas avós. Ontem foi o Dia dos Pais. E quantas as mulheres solo não tem neste país?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quarenta e cinco por cento das mulheres solo são mãe e pai, e essa é uma justa homenagem que nós estamos fazendo, neste momento, às mulheres do nosso querido Brasil.

O Wellington Bezerra, Secretário-Geral da Fenepospetro.

O SR. WELLINGTON BEZERRA DE ALMEIDA HOLANDA (Para expor.) – Bom dia, companheiros. Bom dia, especialmente às companheiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta mesa, eu saúdo primeiramente o Senador Paulo Paim. Às mulheres aqui presentes e às mulheres da mesa, eu saúdo na pessoa da companheira Telma, a quem a gente tem muito a agradecer.

Telma, você lidera muito bem, de forma fantástica, as mulheres da nossa categoria.

A Telma, Senador, é um exemplo de luta, é uma guerreira, uma grande mãe, uma mulher inteligente, uma mulher que bate na mesa com esse monte de homem sindicalista, que levanta a voz das mulheres...

Vai! Vai pela Telma! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON BEZERRA DE ALMEIDA HOLANDA – Vou puxar saco, sim, Arraes, porque o trabalho que ela faz é lindo. Não é à toa que a Telma é Secretária da Mulher da Fenepospetro e da Fepospetro, e hoje estamos aqui nesse lindo evento, nesta audiência pública liderada pela Telma.

A Telma traz para gente um exemplo que as frentistas devem seguir. Que as novas lideranças aqui, as mulheres sindicalistas se espelhem na Telma. A Telma trará muitas lições para vocês.

Em nome dessas mulheres frentistas, Telma, eu parabenizo você, parabenizo as mulheres frentistas do Brasil.

Nós, que somos da escola, Senador, do trabalho de base... O Sinpospetro tem uma escola, que é do trabalho de base, trabalho de rua. O Sinpospetro, sindicato de frentistas do Brasil, não espera atrás da mesa. Os sindicatos frentistas vão até os postos de combustível diariamente, com suas equipes, fiscalizar, orientar cada trabalhador, cada trabalhadora. (*Palmas.*) E encontramos, sim, com grande frequência, mulheres grávidas na pista. E, com muito trabalho, estamos tirando elas dos locais insalubres.

Infelizmente, os patrões não cumprem a legislação quando é para defender as mulheres.

Essas mulheres que têm uma jornada, vamos falar, dupla, tripla. É incrível como elas dão conta de tanta tarefa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mulher frentista, vamos exemplificar aqui, depois de ficar 8 horas ou 12 horas em pé no posto de combustível, ir para casa e ter tempo para o filho, tempo para o marido, tempo para estudar, tempo para se cuidar... Como é que elas conseguem fazer isso? Eu fico de boca aberta mesmo e parabenizo cada dia mais a vocês, mulheres.

E cabe a nós, homens, fazer com que essas mulheres ocupem e tenham o seu espaço e também com que as mulheres frentistas tenham toda a proteção de que elas precisam e necessitam de nós, dirigentes e sindicalistas deste Brasil.

Eu parabenizo você, Telma, e na sua pessoa parabenizo as mulheres, e aqui parabenizo o Sinpospetro. Fico feliz com este plenário cheio de mulheres de todo o Brasil, resultado aqui do trabalho do Sinpospetro, da união da Fenepospetro e da Fepospetro, que sempre, juntas, abraçam bandeiras e vão em busca de vitórias. Hoje, isso aqui, para a gente, é um dia de grande vitória.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns, Wellington Bezerra, Secretário Geral da Fenepospetro, que dá um depoimento importante.

Eu sempre fui sindicalista, vocês sabem disso, não é? Eu nunca nego a minha história. E é bonito a gente saber que, primeiro, vocês estão permanentemente lá na base, onde estão acontecendo, muitas vezes, situações quase de desespero dessas mulheres. Eu fiquei muito feliz de ouvir aqui também o que vocês falaram: na categoria de vocês tem esses problemas – tem –, mas devido à fiscalização, à atuação do sindicato, homem e mulher ganham o mesmo salário. Eu vou falar aos quatro ventos deste país, quando eu falo... É porque eu falo de jornada, eu falo de trabalho do homem e da mulher, enfim, mas quero dar esse exemplo, que, aí sim, merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

E pode falar de novo. Pode falar.

O SR. WELLINGTON BEZERRA DE ALMEIDA HOLANDA – Senador, eu quero fazer mais um registro aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou que aquela foto vai estar na sua biografia. Pode ter certeza de que hoje vai ser mais uma página do senhor na nossa categoria, na nossa história, no nosso livro, para a eternidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu que agradeço, muito obrigado a vocês.

Agora vamos à Luana Deny, de Curitiba, Diretora do Sinpospetro.

A SRA. LUANA DENY (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Eu venho representando o Sinpospetro Curitiba. Tenho muito orgulho de dizer que o nosso sindicato é o único da categoria que tem paridade de gênero na composição da diretoria: são 50% homens e 50% mulheres. (*Palmas.*)

Obrigada.

Queria agradecer ao Senador Paulo por este momento de escuta, que a gente sabe que é muito importante.

Queria agradecer também à Telma por representar com tanta força e tanto poder as mulheres da nossa categoria de frentista.

Queria agradecer à Renata, que trouxe um relato da história, da realidade. Quem trabalha na base, quem está diariamente falando com a trabalhadora ali sabe o quanto é difícil. E você trouxe uma história que nos emocionou, porque é a realidade. Só a gente sabe como funciona.

Queria contar uma historinha, rapidinho, aqui, para vocês, de quando eu virei a chave para essa luta do direito da mulher. Foi num momento de negociação coletiva do nosso sindicato, justamente na pauta do direito ao domingo da mulher. O representante patronal teve a audácia de nos dizer ali: "Já não basta quando elas engravidam, que eu não tenho onde colocá-las, e agora vocês querem que eu dê mais um domingo para elas?". Aí eu falei assim: "Cara, não é possível isso". Então, é por causa desse tipo de pessoa que nós mulheres temos que lutar, nos unir e nunca, nunca, jamais abaixar a cabeça, entenderam? (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que a nossa luta não é de agora, não vai parar agora, vai durar muito tempo, mas a gente não pode desistir, não pode abaixar a cabeça, porque nós somos poderosíssimas – é ou não é?

É isso.

Eu queria agradecer. Muito obrigada, meninas. Parabéns, meninas. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Luana Deny, pelo seu depoimento espontâneo, verdadeiro, como foi o de todos que falaram aqui. Isto é muito bom: ver que as pessoas falam...

Aí eu vou contar, em um minuto, algo sobre isso. Eu era sindicalista, na Diretas Já... É porque eu vim de outros tempos; se deixarem, eu conto aqui dez horas de história. Eu vou falar, porque, Luana, veja bem, eu disse que você falou com o coração, não é? Comício das Diretas em Porto Alegre. Eu fui escalado para falar pelo movimento sindical, porque eu coordenava a central estadual, que unificava todo o movimento sindical gaúcho. E eu tenho uma relação excelente com todas as centrais até hoje. E daí fala um, fala o outro, pá-pá-pá... Aí fala o Brizola. Sabem que o Brizola encantava... Não é que ele encantava a serpente, ele encantava até as flores, as rosas, os jardins, parece que todas ficavam mais vivas! E, quando o Brizola fala, todo mundo aplaude todo o período de um comício com 100 mil pessoas! Disseram: "Agora vai falar, depois do Governador Brizola, o líder dos trabalhadores, o sindicalista Paulo Paim". Eu olhei para ele e disse: "Governador, o que é que eu falo agora, depois de tudo que o senhor falou aqui?". Ele me olhou, bateu no ombro e disse: "Companheiro Paim, fale com o coração. Só isso. Vá ali e fale com o coração". E assim eu fiz. Eu gostava muito dele.

Uma salva de palmas ao Brizola, ao Covas, ao Ulysses! (*Palmas.*)

São homens que já morreram, mas que não podemos esquecer, assim como tantos outros de que aqui simbolicamente eu acabei falando.

Meus amigos, nós terminamos a nossa audiência pública num horário bom, porque os funcionários daqui almoçam meio-dia. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vocês estão cumprindo: iniciaram no horário, às 9h em ponto nós iniciamos, e estamos terminando 11h30. Então, dá para todo mundo ainda organizar sua vida.

Eu, em algumas audiências... Eu faço muita audiência pública. Ao longo da minha vida foram... Não sei se milhares, mas centenas com certeza. E esta foi uma das tantas de que eu posso dizer: bonita, bonita e bonita – até me lembrei daquela música que diz a vida é bonita e é bonita...

Eu volto com o coração... Volto para a minha atividade, às 2h eu estou no Plenário, eu volto para o Rio Grande e volto para as grandes caminhadas, independente do que for o resultado, que vai ser tomado em relação ao ano, para o ano que vem, em que todos nós temos que estar muito firmes em defesa da soberania, da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, das políticas humanitárias que abraçam a todos, em defesa do movimento sindical, porque querem criar um clima em que defender o movimento sindical é como se estivesse fazendo uma coisa errada. É tanto projeto vagabundo e ruim que tem aqui em que eu acabo metendo a mão que eu fico indignado! Podem dizer o que quiserem, mas eu nunca deixarei de dizer: "Fui e sou um sindicalista".

Um abraço a todos vocês. Está encerrada a nossa audiência de hoje... (*Palmas.*)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Senador, nós temos mais... Está encerrada a audiência, mas nós temos mais uma homenagem para fazer para o senhor. Nós vamos aí, o Eusébio, com as meninas, fazer uma homenagem para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, ela não está terminada, vai terminar depois disso, então.

(*Procede-se à entrega de placa de homenagem ao Senador Paulo Paim.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esta vai para minha galeria! (*Pausa.*)

Eu tenho tipo um museu, onde podem ter certeza de que esta placa vai estar em lugar de destaque. Não é grande o museu, mas tem três andares. Não tem mais espaço na parede. Se alguém duvida, pode ir lá filmar que vai ver que não tem espaço mais na parede, mas para este aqui eu vou achar um lugarzinho de destaque lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço a todos.

Está encerrada a audiência pública.

Uma salva de palmas à luta de todas as mulheres do Brasil e do mundo. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência.

(*Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dois minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves, Marcio Bittar e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Flávio Arns, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da trigésima nona à quadragésima quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1331, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do autor. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3091, de 2024 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre as exigências a serem cumpridas para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4022, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir a notificação obrigatória de casos de desnutrição grave entre indígenas." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 547, de 2022 - Não Terminativo - que: "Estabelece o direito à cota em dobro para mães solo nos benefícios do Auxílio Brasil." Autoria: Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela conversão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto em indicação ao Poder Executivo, na forma que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela conversão do projeto em Indicação ao Poder Executivo. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6050, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas." Autoria: CPI DAS ONGS. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH (de redação). Na sequência a Comissão aprova o requerimento nº 89/2025-CDH, quer requer a urgência da matéria. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 47, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 49, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, da Presidência da República, que regulamenta o exercício do poder de polícia na Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que exorbita do poder regulamentar ao atribuir à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) competências incompatíveis com a ordem constitucional, violando o princípio da legalidade, o devido processo legal, a ampla defesa e a reserva de competência em matéria de segurança pública." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao PDL nº 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade, com consequente arquivamento dos PDLs nos 49 e 50, de 2025. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 7 - Relatório que : "null" Autoria: CDH. Resultado: Aprovado o relatório.. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 72, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador I do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 73, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador I do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 74, de 2025 que: "Requer que sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 75, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, Márcia Lopes, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 76, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 77, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 78, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 79, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 80, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 81, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 82, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa à residência do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, onde atualmente cumpre prisão domiciliar, com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 83, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir o Dia Nacional das Porfirias, a ser celebrado, anualmente, no dia 18 de maio." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 84, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a oferta da medicação nusinersena para Atrofia Muscular Espinhal (AME) 5q tipo 3, em pacientes com capacidade de deambulação." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 85, de 2025 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a prevalência e o impacto da Síndrome do X Frágil (SXF)no Brasil e instituir a data de 22 de julho como Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 86, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em setembro, em alusão ao "Setembro Roxo", mês mundial de conscientização da Trombocitopenia Imune PTI Brasil, com o objetivo de debater as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes de PTI, anteriormente conhecida como Púrpura Trombocitopênica Idiopática." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 23 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 87, de 2025 que: "Requer criação de Subcomissão Permanente aos indígenas que habitam a Terra Yanomami." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. ITEM 24 - Projeto de Lei n° 1473, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição." Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas de nº 1-CDH e 2-CDH. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 89, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6050/2023." Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o requerimento, com os votos contrários dos Senadores Fabiano Contarato e Paulo Paim. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 88, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no município de Viamão-RS, com esse objetivo e oitiva na Câmara de Vereadores do Município." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª à 44ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senador?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente Damares, eu peço só a inversão da pauta, já que estamos aqui, prontos para dar continuidade ao projeto de nossa autoria: o item 5 passar para o item 1, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Senador.

A gente tem feito isso, quando a gente começa a reunião, com quem está presente, se não há nenhuma objeção de a gente fazer a inversão de pauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O.k.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas.

Autoria: CPI DAS ONGS

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CI, CMA E CCJ.

Em reunião realizada em 15/07/2025, foi realizada audiência para instruir a matéria.

Em 16/07/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Eu até tinha pensado que ele era uma SUG; ele não é uma SUG, ele é um PL que se originou na CPI.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Já foi lido o relatório, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Já foi lido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CDH de redação.

Senador, o senhor poderia... O senhor está muito ocupado?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Poderia presidir, para que eu fizesse a leitura de pelo menos dois ou três votos?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone*.) – Como é que eu vou negar um pedido seu?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Passo a palavra à Senadora Damares, para a leitura sobre o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4022, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir a notificação obrigatória de casos de desnutrição grave entre indígenas.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e CAS em deliberação terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, permita-me ir direto à análise, inclusive, de forma resumida.

A proposição, Sr. Presidente, é meritória do ponto de vista dos direitos humanos e da saúde pública. Sua meta principal é estabelecer uma resposta célere e articulada do Estado diante de situações de desnutrição grave entre pessoas indígenas, com ênfase em crianças, adolescentes e demais indivíduos em condição de vulnerabilidade, em consonância com o princípio da proteção integral previsto tanto na Constituição Federal quanto no ECA.

A medida proposta fortalece o arcabouço legal de proteção à população indígena ao atribuir ao Distrito Sanitário Especial Indígena o dever de notificação compulsória, no prazo de até 24 horas, dos casos de desnutrição grave constatados. Ao fazê-lo, possibilita a atuação imediata do Poder Público, reduzindo o risco de agravamento clínico e de mortalidade. Tal celeridade é essencial à efetividade da resposta estatal, como evidenciado no caso da crise sanitária vivida pela população Yanomami, que contou com forte repercussão nacional e internacional.

Além disso, a obrigatoriedade da notificação, somada à tipificação da omissão como infração administrativa passível de responsabilização, com base no art. 245 do ECA, contribui para consolidar uma cultura de vigilância ativa e de responsabilização institucional, combatendo a invisibilidade epidemiológica que ainda afeta os povos indígenas no Brasil.

A literatura científica demonstra a gravidade do problema. Publicação recente intitulada *Perfil epidemiológico da mortalidade em crianças indígenas menores de cinco anos no Brasil: uma revisão integrativa da literatura*, publicado em 2025 na *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, identificou que a taxa de mortalidade infantil entre povos indígenas variou, por etnia, de 15,2 por mil nascidos vivos (caiabi) até 307,7 por mil (de uma outra etnia), índice mais de dez vezes superior à média nacional.

Reforço a gravidade da situação: para todas as etnias e regiões do país, as crianças indígenas brasileiras menores de um ano apresentam taxas de mortalidade elevadas, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparadas às crianças não indígenas. O estudo também aponta que as principais causas de morte nesse grupo são doenças respiratórias, infecções e desnutrição, todas potencialmente evitáveis com intervenções rápidas e coordenadas.

A inserção da obrigatoriedade de notificação, nos termos previstos no PL 4.022, de 2024, atua diretamente sobre essa lacuna, criando um fluxo institucional claro, com prazo legal e sanção prevista, promovendo a articulação imediata entre os setores responsáveis.

Dessa forma, a proposição em análise pode subsidiar políticas de prevenção mais eficazes, ao permitir o mapeamento sistemático de áreas com maior prevalência de desnutrição, viabilizando a destinação de recursos públicos, como cestas nutricionais, equipes multiprofissionais e ações estruturantes em saúde e assistência.

Assinale-se, ainda, que destacamos em especial a proteção do direito da criança e do adolescente indígena, tornando obrigatória a comunicação imediata ao conselho tutelar e ao Ministério Público, para adoção das providências cabíveis à apuração das causas e à promoção de solução adequada, incluindo, quando necessário, o provimento de suporte nutricional necessário pelos órgãos competentes e, em caso de omissão das autoridades responsáveis, estas incorrerão na pena administrativa prevista no art. 245 do ECA, qual seja, "multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência".

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, como é meritória a matéria – o autor é um Senador que já esteve na condução da saúde indígena, entende muito, é um médico de uma área que tem muitos indígenas –, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.022, de 2024, na forma de uma emenda (substitutivo) que já está devidamente publicada.

Peço aos pares a aprovação do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1 - CDH (Substitutivo). (*Pausa.*)

Esta Presidência abre, então, o item 7 da pauta.

ITEM 7

RELATÓRIO

Autoria: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatório de Diligência Externa – Operação Acolhida e Território Yanomami.

Leitura do relatório.

Passo a palavra à Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, o relatório foi entregue há mais de 20 dias, acho que antes do recesso. Deixamos à disposição para todos os membros apresentarem sugestões, acréscimos, supressões no relatório. O relatório foi lido, as assessorias acompanharam.

Eu vou fazer, Presidente... Como o relatório é muito extenso, nele constam, inclusive, imagens, fotos, gráficos, vou fazer uma leitura rápida do relatório e a gente já vai para aprovação direto, porque eu acho que não houve dúvidas: todos os colegas leram e concordaram com o relatório. É apenas uma questão protocolar.

Relatório da diligência à Operação Acolhida e ao Território Indígena Yanomami.

A diligência desta Comissão aconteceu nas datas de 29 a 31 de maio de 2025 e teve como objetivo verificar *in loco* a situação do Estado brasileiro em duas frentes humanitárias críticas: a Operação Acolhida e a situação sanitária e humanitária na Terra Indígena Yanomami.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Operação Acolhida.

A operação foi instituída em 2018, é uma ação conjunta de Governo Federal, Forças Armadas, estados, municípios, organismos Internacionais e, claro, sociedade civil, organizada em quatro níveis de governança.

A Terra Indígena Yanomami, demarcada e homologada em 1992, é o maior território indígena do Brasil, com 96,65 mil quilômetros quadrados, abrangendo os Estados de Roraima e Amazonas, com população estimada em até 45 mil pessoas.

A visita à Operação Acolhida, Presidente, e as agendas institucionais relacionadas à população ianomâmi foram realizadas por comitiva oficial, composta por Senadores, Deputados Federais, assessores, autoridades públicas locais e do Executivo Federal, representantes do sistema de justiça, incluindo: Senadora Damares, Senadores Hiran e Chico Rodrigues; Deputados Federais Coronel Fernanda e Antônio Carlos Nicolleti; Deputados Estaduais: Soldado Sampaio, Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, e Aurelina Medeiros.

Relatório à Operação Acolhida e ao Território Yanomami.

Assessores, Consultores da Câmara e do Senado, representantes de órgãos como o Ministério da Defesa, a Funai, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, autoridades municipais de Pacaraima, representantes do sistema de justiça e lideranças indígenas ianomâmis.

A programação contemplou visitas técnicas, em Pacaraima e Boa Vista, às instalações da Operação Acolhida, incluindo postos de recepção, triagem, vacinação, abrigos e centros de interiorização, reuniões com órgãos públicos e lideranças indígenas em Boa Vista, visitas às Casas de Governo, à Casai Yanomami e à Casai Leste, ao Conselho Tutelar, além de um encontro com o Governador de Roraima.

Tivemos uma tentativa frustrada devido às condições meteorológicas, por duas vezes, de deslocamento aéreo a Surucucu e ao território ianomâmi.

As visitas realizadas no âmbito da diligência evidenciaram um importante desafio a ser enfrentado pelos órgãos públicos. Destaco abaixo os principais desafios constatados em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Operação Acolhida: fronteira, falta de controle migratório efetivo, posto da Polícia Rodoviária Federal fechado, estradas irregulares, ausência de acordo com a Venezuela e policiamento insuficiente.

Ocupações.

Seis ocupações espontâneas, sem saneamento ou serviços básicos e aumento da população em situação de rua. Diferentemente dos abrigos: nós temos abrigos e temos ocupações espontâneas; também tem um número muito grande de venezuelanos nessas ocupações espontâneas.

Atendimento especializado.

Ausência de Funai, Sesai e MPI lá no acolhimento do indígena na Operação Acolhida. O indígena venezuelano entra sem esse atendimento inicial lá na Operação Acolhida.

Identificação e abrigos.

Nós observamos documentação precária, risco de exploração, estadas prolongadas, subutilização de vaga e carência de medidas para longos períodos.

A interiorização.

Baixa adesão de indígenas na interiorização, que estão ficando, na grande maioria, no estado, retração de municípios, falta de incentivos e ausência de acompanhamento pós-deslocamento. Nós precisamos incrementar mais a interiorização dos imigrantes venezuelanos.

Serviço público.

Sobrecarga em saúde local, educação e saúde, cortes orçamentários e exclusões indevidas do Bolsa Família de alguns imigrantes.

Agências internacionais.

Dependência da OIM e Acnur, impacto da crise das agências e conflitos de gestão com o comando militar. Nós vimos que essa crise que as agências estão sofrendo agora, inclusive por falta de repasses internacionais, está afetando. A Operação Acolhida, Presidente, trabalha muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em parceria com as agências internacionais. Então, se as agências estão em crise, automaticamente também vai refletir lá na ponta, no atendimento da Operação Acolhida.

Proteção infantil.

Falhas na integração com órgãos de proteção, ausência de equipes especializadas e necessidade de fortalecer conselhos tutelares.

Quanto à população ianomâmi, o que nós identificamos? Estrutura precária na Casa de Governo, falta de gestão integrada e transparência, insegurança jurídica na atuação das Forças Armadas. Entendemos que a Casa de Governo foi uma excelente ideia e precisamos fortalecer a Casa de Governo.

Recursos públicos.

Falta de dados sobre custos e execução orçamentária, contratos sem licitação, denúncias de mau uso de verbas.

Saúde indígena.

Infraestrutura deficiente nas Casais. Carência de medicamentos, equipamentos e profissionais, promessas não cumpridas, foi o que observamos na saúde.

Recursos humanos.

Houve um atraso de nomeação de uma coordenadora do Dsei, mas já foi resolvido, e condições de trabalho e déficit crítico de psicólogos.

Educação.

Início tardio do ano letivo na área ianomâmi e ausência de apoio federal para professores e infraestrutura.

Logística e meio ambiente.

Falta de aeronaves, pistas homologadas, sucatas abandonadas, insumos culturais inadequados e custos elevados de transportes sem fiscalização adequada.

Fiscalização e garimpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Divergência de dados sobre desintrusão, mas sucesso na retirada de garimpeiros da área.

Violações de direitos.

Subnotificação de nascimentos, mortes e violência sexual, ausência de protocolos e profissionais especializados, relativização de direitos por justificativas culturais.

Sobrecarga dos serviços públicos.

E nós terminamos o relatório com encaminhamentos para o Poder Executivo, para o Poder Legislativo e para o Poder Judiciário. Todos os Poderes recebem encaminhamentos por meio do relatório.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aí, Presidente, para eu não precisar ler todos os encaminhamentos, que já estão devidamente publicados, um dos encaminhamentos para o Poder Legislativo é a instituição, nesta Comissão, de uma subcomissão permanente para acompanhar as questões na área ianomâmi. A gente entende que não tem que ficar só uma Comissão Temporária. Nós entendemos, indo lá, que as ações emergenciais precisam ter continuidade, deu muito certo inclusive o projeto de desintrusão. Então, como esta Comissão aqui é a Comissão responsável pela discussão das questões indígenas, decidimos apresentar um requerimento para criação de uma Comissão Permanente. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – De uma subcomissão?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – De uma subcomissão que vai acompanhar o trabalho de todos os governos daqui para frente. É mais para a gente garantir a sustentabilidade de boas práticas que vimos lá e, claro, influenciar em mudanças de outras práticas que não estejam tão adequadas.

Então, um dos encaminhamentos ao Poder Legislativo, Senador Paim, é a gente ter aqui, no Parlamento, uma Subcomissão permanente para a gente acompanhar a crise humanitária que assola o povo ianomâmi há muitos anos – que a gente observou. O Parlamento tem que fazer o seu dever de casa, especialmente com relação a esse território, a esse povo tão querido. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é um dos encaminhamentos legislativos e os demais estão devidamente publicados no relatório.

Esse é o relatório, que eu gostaria muito que os colegas aprovassem, para a gente já fazer os encaminhamentos aos outros Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só lembrando, mais uma vez, que nós estamos falando da maior reserva indígena do Brasil, que é maior do que Portugal, por exemplo; daí, a importância dos encaminhamentos e, principalmente, da criação da Subcomissão permanente para acompanhar essa região, essa área, que é imensa.

Bom, esse é o relatório de diligência externa à Operação Acolhida e ao Território Yanomami.

A Senadora Damares já fez a leitura.

Coloco em votação os encaminhamentos do relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu passo de novo a Presidência da Comissão para a titular, Senadora Damares. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 4 da pauta – a Relatora está presente.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 547, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece o direito à cota em dobro para mães solo nos benefícios do Auxílio Brasil.

Autoria: Senador Alexandre Silveira (PSD/MG)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela conversão do Projeto em indicação ao Poder Executivo, na forma que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CAE.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente da CDH, Senadora Damares Alves, meu querido Senador Paulo Paim e todos os Senadores e Senadoras.

Peço permissão, Senadora Damares, e passo diretamente à análise do mérito da proposição.

Segundo dados do estudo "Perfil síntese da primeira infância e famílias no Cadastro Único", publicado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, três a cada quatro crianças na primeira infância no Cadastro Único estão em famílias do tipo monoparental (76,5%), e aquelas especificamente com mãe solo são 73,8% do total.

Esse dado mostra que a configuração da família brasileira mais vulnerável é aquela sem o pai. O papel feminino é desafiador em vários sentidos: além da missão de educar os filhos, essas mães precisam conciliar trabalho e cuidado da casa, sem, muitas vezes, contar com qualquer rede de apoio.

Um dado que exemplifica um desses desafios é o ônus excessivo com aluguel enfrentado por mães solo – situação na qual o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais de 2022, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esse ônus excessivo está presente em 14,2% dos arranjos domiciliares formados por mulheres sem cônjuge e com filhos de até 14 anos de idade. No polo oposto, a menor proporção foi registrada entre casais sem filhos, configuração em que apenas 3,6% dessas famílias comprometem 30% ou mais da sua renda com aluguel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verifica-se, pelos dados expostos, que não há dúvidas de que a situação das mães solo merece atenção especial do poder público. Contudo, apesar do seu inquestionável mérito, a proposição não atende às exigências constitucionais e legais relativas à responsabilidade fiscal. De acordo com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. Ainda de acordo com a Constituição Federal, em seu art. 195, §5º, nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.

Por sua vez...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está difícil para a Relatora ler por causa da conversa paralela.

Vamos fazer silêncio?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Senadora.

Por sua vez, o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da criação, da expansão ou do aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, também prevê a necessidade da apresentação prévia da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de sua entrada em vigor e nos dois subsequentes, bem como da declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária e compatibilidade...

Só um minutinho. (*Pausa.*)

... com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sob o ponto de vista constitucional e legal, o PL em análise padece de inconstitucionalidade e injuridicidade – que nome difícil –, pois não observa as exigências constitucionais nem as normas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais de responsabilidade fiscal. Ainda assim, conforme demonstrado nesta análise, as mães solo – chefes de famílias – enfrentam diversas dificuldades que não podem ser ignoradas.

Nesse sentido, entendemos que a necessidade de amparo às mães solo deve ser convertida em uma política pública ampla, robusta e responsável. Assim, a nosso ver, o Poder Executivo, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – que acumula décadas de experiência na execução de políticas ligadas à assistência social – tem plena capacidade de desenhar uma política holística que vá além da simples transferência de renda, mas que também apoie, efetivamente, as mães solo em suas principais demandas.

Esse apoio deve possuir várias dimensões, como, por exemplo: o acesso a creches, a serviços de saúde, à educação e ao emprego. Por isso, cabe ao Executivo, ao formular a política que indicaremos, dispor da capacidade técnica necessária para articular e integrar diversas ações governamentais em benefício das mães solo.

Acreditamos que essas iniciativas de amparo devem ser articuladas de forma estratégica no âmbito de uma política pública especificamente desenhada para as particularidades e para os desafios sociais ligados à maternidade solo. Assim, tal política precisa não apenas amparar as mães solo, mas também promover mudanças sociais capazes de incentivar a paternidade responsável e de mobilizar toda a sociedade na superação de estereótipos de gênero, de modo a garantir cuidados efetivos às mães e aos seus filhos.

Diante dos fatos apresentados, nos termos do art. 224, inciso I, combinado com o art. 227-A, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, concluímos pelo encaminhamento de indicação ao Poder Executivo para instituir política pública destinada às mães solo cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Ante o exposto, o voto é pela conversão do Projeto de Lei nº 547, de 2022, em indicação ao Poder Executivo.

Esse é o meu voto, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Relatora, antes de eu passar para a discussão, quero parabenizá-la, porque é muito meritória a proposta, mas como é que a senhora ia se virar com uma proposta em que a gente cria despesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Executivo numa nação em que mais de 32% dos lares são liderados, Senador Paim, por mães solo? Então, o impacto é muito grande. É claro que o certo seria a rejeição imediata, por causa da criação da despesa, mas a senhora trouxe uma alternativa extraordinária. A senhora trouxe uma alternativa de indicação de políticas públicas para mãe solo.

Eu sou mãe solo, eu sei a dificuldade de uma mãe solo. Imaginem uma mãe solo que faz parte do CadÚnico, com quatro crianças: tem que sair às 5h da manhã para trabalhar, voltar de noite, não tem onde deixar as crianças.

Então, a senhora teve uma sensibilidade muito grande de aproveitar, absorver a ideia, que é extraordinária – mas a gente não podia aceitar o projeto – e transformá-la em uma indicação.

Parabéns, Senadora Jussara, pela sensibilidade. Que as mães do Brasil vejam o malabarismo legislativo que a senhora fez e a alternativa que a senhora encontrou para que a ideia fosse agasalhada, não fosse rejeitada, mas de forma que também não tivesse nenhuma arguição de inconstitucionalidade.

Parabéns, Senadora!

Depois desse elogio, acho que ninguém vai votar contra, viu? (*Risos.*)

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... se a senhora me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só um minuto.

Coloco em votação o relatório pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo, na forma em que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

Eu peço, inclusive, que a Secretaria fale com a comunicação da Secretaria, porque a esta matéria a gente precisa dar uma visibilidade. São mães solos que estão sendo acolhidas por esta Comissão.

Parabéns, Senadora!

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Senadora, nossa Presidente, eu peço extrapauta... Eu estou entrando com um requerimento de urgência para votação em Plenário do projeto que nós aprovamos aqui hoje, o Projeto 6.050, que permite – não obriga, mas permite – algumas atividades econômicas em áreas indígenas.

A gente acabou de ver o relatório de uma comissão que visitou a Reserva Yanomami e vê uma realidade que não é diferente na Amazônia brasileira como um todo.

Então, eu peço que a gente aprove a urgência para votarmos em Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador Marcio, eu tenho uma série de requerimentos. Eu vou trazer o seu para o bloco de requerimentos, porque eu também tenho um outro extrapauta do Senador Paim. Então, eu leio e, se houver alguma manifestação contrária aos requerimentos, a gente discute o requerimento que tenha manifestação contrária, mas eu acho que os requerimentos que estão aqui postos são de extrema concordância – todo mundo vai concordar –, e a gente coloca o seu também extrapauta, o.k.?

Item 6 da pauta.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, da Presidência da República, que regulamenta o exercício do poder de polícia na Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que exorbita do poder regulamentar ao atribuir à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) competências incompatíveis com a ordem constitucional, violando o princípio da legalidade, o devido processo legal, a ampla defesa e a reserva de competência em matéria de segurança pública.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao PDL nº 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade, com consequente arquivamento dos PDLs nos 49 e 50, de 2025.

Observações:

Tramitação: CDH E CCJ.

Com a palavra o Relator, o Senador Zequinha Marinho, para a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, bem como fiscalização e controle das políticas governamentais relativas aos direitos humanos, de forma geral, e especificamente aos direitos das minorias sociais ou étnicas, como é o caso dos povos indígenas.

Ademais, consoante o art. 90, incisos VII e X, do Regimento Interno do Senado Federal, compete genericamente às Comissões propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar e exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo.

Tendo a matéria sido despachada também à CCJ, cabe a ela examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições. Por sua vez, compete a esta CDH opinar sobre o mérito dos projetos.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que, conforme as regras previstas no art. 260 do Risf, que regulam a tramitação em conjunto de proposições, os três projetos deverão receber um único relatório desta Comissão. Além disso, tem precedência na análise o projeto mais antigo, que, no caso, é o PDL nº 47, de 2025. Os demais ficam prejudicados, nos termos do art. 334, do mesmo Regimento Interno aqui da Casa.

No mérito, somos pela aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É competência exclusiva do Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, consoante o art. 49, inciso V, primeira parte, da Constituição Federal.

O poder regulamentar, de titularidade do chefe do Poder Executivo, é aquele destinado à produção de normas jurídicas que sirvam para especificar, detalhar e pormenorizar o conteúdo da lei ou, na dicção do art. 84, inciso IV, da Lei Maior, para garantir a sua "fiel execução".

A sustação de ato normativo do Executivo é um instrumento específico de que dispõe este Congresso Nacional para zelar pela preservação de sua competência legislativa. A exorbitância do poder regulamentar é, em essência, a contrariedade às regras de competência estabelecidas pela Constituição e, em última análise, representa uma violação ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Constituição Federal).

Tendo isso em mente, entendemos que o Decreto nº 12.373, de 2025, extrapola o poder regulamentar conferido ao Presidente da República e, com isso, viola o princípio da legalidade, que deve reger toda a administração pública (art. 5º, inciso II, e art. 37, *caput*, da Constituição Federal). Cabe a este Congresso Nacional, portanto, no legítimo exercício de sua função fiscalizatória típica, sustar o ato impugnado.

O referido decreto ofende diversos bens jurídicos tutelados em nosso ordenamento, como a segurança jurídica, o direito de propriedade, o devido processo legal e as garantias do contraditório e da ampla defesa. Suas disposições são demasiadamente genéricas e não possuem respaldo legal.

O art. 3º do decreto impugnado, em seus incisos, tipifica diversas infrações administrativas que não encontram amparo em nenhuma lei vigente. Inclusive, a redação de algumas dessas infrações apresenta elevado grau de indeterminação, circunstância que pode dar margem a interpretações ampliativas, abusivas e subjetivistas pelos aplicadores da norma. Por exemplo, destacamos aqui a punição de “práticas” que “atentem” contra o “patrimônio cultural, material e imaterial” dos povos indígenas, ou contra o “conhecimento tradicional” desses povos (incisos II e III do art. 3º).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o parágrafo único do art. 3º não estipula, de forma específica, clara e objetiva, as sanções que podem ser aplicadas aos infratores que praticam as condutas listadas.

Na mesma linha, o art. 4º confere à Funai diversos poderes que não têm previsão legal, permitindo que a entidade adote medidas cautelares extremamente invasivas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... e violadoras de direitos fundamentais, como a destruição, inutilização ou destinação de bens (inciso VII do art. 4º). O pressuposto para a adoção dessas medidas, previsto no decreto, é a presença de "risco iminente aos direitos dos povos indígenas", requisito genérico e aberto que não observa a estrita legalidade.

Assim, entendemos que a proteção dos direitos dos povos indígenas não pode levar à supressão dos direitos dos demais cidadãos brasileiros, como os produtores rurais. Deve-se encontrar um ponto de equilíbrio entre os direitos fundamentais de um e de outro grupo, visto que todos são salvaguardados pela Lei Maior.

No voto, Presidente, ante o exposto, opinamos pela aprovação do PDL nº 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade, com consequente arquivamento, dos PDLs nºs 49 e 50, também de 2025.

Era essa a análise, Presidente, também o nosso voto no relatório.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Relator.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, com todo o carinho e respeito que eu tenho pelo nobre Relator, eu, seguindo a orientação do Governo e com os argumentos que se tem aqui em mãos, simplesmente peço vista para que possamos olhar com mais carinho a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Eu vou conceder vistas coletivas e já informo ao Senador Paim e aos demais que a matéria volta à pauta na próxima semana.

Os senhores perceberam que a gente trouxe temas indígenas a esta sessão. Nós estamos trabalhando muito temas em datas alusivas. Nós tivemos esse final de semana o Dia Internacional dos Povos Indígenas. E a gente tentou trazer matérias que versassem sobre o tema, para que a gente estivesse aqui discutindo política pública para indígena, mesmo que a matéria não tenha sido votada, mas a gente está apreciando também em alusão ao Dia Internacional dos Povos Indígenas.

Senhores, vista coletiva concedida.

Só quero relembrar o seguinte: a nossa pauta ela é imensa. O item 1 foi retirado a pedido do autor. O 2, nós estamos aguardando um ajuste na redação – que eu acho que ainda vamos colocar antes do final da reunião. Nós já deliberamos os itens 3, 4, 5, 6 e 7. Agora, do item 8 ao item 23 são requerimentos devidamente publicados que eu acho que não têm nenhum problema, não houve nenhum questionamento. Eu vou sugerir aos senhores... Inclusive tem um do qual eu não sou autora, eu vou subscrever. Eu vou ler a ementa dos requerimentos, os que já foram publicados, e a gente vai votar em bloco os que estavam publicados. Depois, na sequência, eu tenho dois requerimentos extrapauta. Esses dois extrapauta, eu farei votação separada.

Pode ser assim? Para a gente não ter nenhuma dúvida.

Então, item 8 da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador I do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Esses requerimentos são apenas para completar o trabalho que nós estamos fazendo de avaliação do PNDH. Então, não é nenhum requerimento polêmico, é para ela mandar uma informação ou outra de cada eixo, o.k.?

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador I do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, Márcia Lopes, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 77, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 78, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 79, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 80, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 81, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador III do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 82, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa à residência do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, onde atualmente cumpre prisão domiciliar, com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

É só para completar um que a gente tem aqui de visita aos presos, é só acrescentar o nome de mais um preso.

Já estava publicado esse requerimento. Por isso que eu estou lendo.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 83, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instituir o Dia Nacional das Porfirias, a ser celebrado, anualmente, no dia 18 de maio.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Autoria: Senador Flávio Arns e Senadora Damares Alves.

ITEM 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 84, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a oferta da medicação nusinersena para Atrofia Muscular Espinhal (AME) 5q tipo 3, em pacientes com capacidade de deambulação.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Autoria: Senador Flávio Arns e Damares Alves.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 85, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a prevalência e o impacto da Síndrome do X Frágil (SXF)no Brasil e instituir a data de 22 de julho como Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Autoria: Senador Flávio Arns e Senadora Damares.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 86, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Para discutir a doença que a gente já apresentou no requerimento anterior.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 87, DE 2025

- Não terminativo -

Requer criação de Subcomissão Permanente aos indígenas que habitam a Terra Yanomami.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Último requerimento que estava devidamente publicado.

Requer Subcomissão Permanente de acompanhamento das ações aos indígenas que acompanham a Terra Yanomami.

Lidos os requerimentos que estavam devidamente publicados, coloco, em bloco, em votação os requerimentos.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação

Aqueles que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86 e 87, da Comissão de Direitos Humanos.

Vamos agora para dois requerimentos extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prestem bem atenção. E por que eu estou acolhendo os dois requerimentos? Primeiro, porque ele é emergencial. Nós estamos combinados aqui na Comissão de a gente receber requerimentos extrapauta; podemos ler, mas discutir na outra reunião.

Mas esse do Senador Paulo Paim tem uma certa urgência, porque a situação é grave.

Então, extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2025

- Não terminativo -

Requer diligência e oitiva em Viamão

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Requerimento nº 88, do Senador Paulo Paim, que requer diligência e oitiva na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul.

Para defender o requerimento, Senador. (*Pausa.*)

Mas eu consulto antes sobre a inclusão dos dois requerimentos extrapauta.

Sim? (*Pausa.*)

Aprovada.

Senador Paim, para defender o seu Requerimento de nº 88.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Meu gabinete foi acionado para alguma realidade na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso ler aqui a síntese dos fatos que me foram relatados e entendi que era possível, conversando no município, fazermos lá uma diligência com o objetivo de verificar os fatos e analisar o que poderíamos fazer para a construção do entendimento.

Justificativa.

O meu mandato foi acionado para uma diligência no Município de Viamão, para tratar das seguintes demandas: situação dos povos tradicionais; abastecimento e acesso à água; lixão em áreas de nascentes; e permanência da Intersindical Viamão em uma área pública, onde está há 24 anos.

O Município de Viamão, localizado no Rio Grande do Sul, é um município com características marcantes, incluindo sua história, tamanho, localização na região metropolitana de Porto Alegre e atividades econômicas. É o maior município em extensão territorial da região metropolitana e o sétimo mais populoso do estado.

A cidade possui um plano municipal de saneamento básico e dados sobre gestão de saneamento, além de informações hidrográficas. Essa grande área correspondia às serras do sul do Rio Mampituba, tendo ao leste o Oceano Atlântico e ao oeste e ao sul baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos.

Em face do exposto, entendemos nós ser de extrema importância que esta Comissão de Direitos Humanos, pelo apelo feito por setores da sociedade daquela cidade, realize, então, uma diligência. A data já acordada na Câmara de Vereadores seria o dia 4 de setembro de 2025, para verificar os fatos narrados e a tomada de providências possíveis junto às autoridades competentes.

Esse é o Requerimento.

Só conseguimos data lá, Presidente, para o dia 4, na Câmara de Vereadores. Vai ser pela manhã, às 9h. Não vai ter despesa nenhuma para esta Comissão, porque é o meu estado, eu me destino para lá. Eu tenho uma equipe, também, de assessores lá, que vão poder fazer o relatório para que a gente veja e proceda aos próximos encaminhamentos possíveis.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.K.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Podemos vamos em conjunto os dois?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu voto o dele e já falo sobre o seu, porque são temas bem diferentes.

Talvez algumas pessoas perguntem por que, se a diligência é dia 4, estou colocando extrapauta. Deixe-me explicar uma coisa para os senhores. Só o fato de a gente aprovar um requerimento desse, em que nós estamos com o olhar atento para uma área de conflito, já se apaziguam os ânimos lá. As pessoas já ficam na expectativa: "Olha, vão nos ouvir". Então, a aprovação de um requerimento desse tem um efeito muito grande lá na ponta. É por isso que a gente acolhe e o parabeniza, Senador Paim, pela iniciativa, dizendo o seguinte: enquanto o senhor estiver realizando a audiência pública lá, a Secretaria vai ficar à sua disposição para encaminhamento. Se tiver algum encaminhamento instantâneo, nós já estaremos aqui à sua disposição. O.k.?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu pulei aqui, mas não foi proposital.

O requerimento envolve também a situação dos povos indígenas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, o senhor logo cedo comigo. É mais uma matéria de povos indígenas sendo apreciada nesta semana, em que nós estamos fazendo uma homenagem, um pouquinho tardia, mas merecida e acredito que ainda oportuna, ao Dia Internacional dos Povos Indígenas.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneça como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 88, de 2025, autoria Senador Paulo Paim. Agora acabamos de instituir uma diligência e a oitiva na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul.

Parabéns, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 336, III, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6050/2023.

Autoria: Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)

O PL 6.050, de 2023, foi o primeiro item lido na pauta. Ele o leu e foi aprovado.

Em discussão.

O autor quer fazer a defesa do requerimento?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Rapidamente, Sra. Presidente.

Primeiro, quero dizer que esse projeto vem sendo bem trabalhado desde a CPI das ONGs, e ele visa a regulamentar atividades econômicas em terras indígenas. Mais uma vez, estou dizendo que ele permite, não obriga.

Eu peço a votação em Plenário, onde todos teremos a oportunidade de externar opiniões e votar favoravelmente ou não, para eliminar um pouco o tempo, que urge, para que essas pessoas, em querendo, possam ter algum tipo de atividade econômica em áreas tão vastas, combatendo a fome que a gente vê ainda grassando por quase todas as comunidades indígenas.

Era só.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Sra. Presidenta, é bem rápido.

O Líder da bancada, o Senador Rogério Carvalho, tinha apresentado, em relação a esse projeto, um voto em separado. V. Exa. cumpriu o ritual, como sempre cumpriu, inclusive comigo. Ele não pôde estar presente e, consequentemente, ele não leu o voto em separado – o que é normal: se não está presente, não vai ler mesmo.

Pondero ainda que esse projeto estava previsto para ir ainda para a Comissão de Infraestrutura, para a Comissão de Meio Ambiente e para a CCJ. Houve um debate longo aqui, nesta Comissão, porque é um tema, de fato, considerado polêmico – todos nós sabemos disso. Eu não estava aqui, mas sei que foi um debate duro, foi para a audiência pública e foi vista coletiva.

Entendo eu que seria bom que ele passasse pela CMA, pela CCJ e pela Comissão de Infraestrutura. Essa é a vontade também do Líder. Pelo número de autoridades hoje – acho que deve estar em torno de 30 autoridades – que estão sendo votadas nas Comissões, ele não pôde estar aqui. Então, o apelo que eu faço é esse.

Eu sei – eu sou realista – que, se votarem, naturalmente, o meu pleito, é difícil que avance, mas o apelo que eu faço é este: que ele vá pelo menos para mais uma Comissão e, a partir de lá, pela importância do projeto – acho o projeto muito importante –, a gente vá ao Plenário.

É isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Eu queria também fazer um apelo ao querido Senador Marcio Bittar, no sentido de que – eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente – esse tema tem pertinência com a Comissão, diretamente. Eu assumo o compromisso aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe que eu não tenho, como hábito, por exemplo, segurar nenhum projeto de lei. Aconteceu isso com o licenciamento ambiental, que pautei e foi aprovado. Eu tinha divergência com relação ao projeto, mas eu não o segurei em pauta. Aconteceu com PDLs de interesse da própria Santa Catarina, também da mesma forma.

Então, eu só acho assim – e aí eu faço um pedido como Presidente da Comissão –: esse tema tem uma correlação direta com a Comissão de Meio Ambiente. Então, se V. Exa. permitir uma sugestão, a gente retira esse requerimento de urgência e, ele indo para a Comissão de Meio Ambiente, eu me comprometo, obviamente, a pautá-lo, porque eu não vou segurar projeto nenhum, porque eu primo que, dentro de um campo democrático, dentro de uma Comissão, vai se vencer no voto. Ora, a gente ganha, ora a gente perde, mas eu tenho que ser subserviente àquilo que a maioria decidir.

Então, eu só faço este apelo a V. Exa.: como o tema está totalmente em ligação com a Comissão de Meio Ambiente, que deixe pelo menos passar pela Comissão, porque lá eu vou pautar esse projeto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, lamentavelmente, eu vou apelar para a votação.

Eu respeito todos os nossos colegas e sei da diligência do Senador Contarato, mas, antes de ir para a Comissão de Meio Ambiente, ela vai para outras Comissões; e, de fato, eu tenho uma dificuldade muito grande de compreender a resistência. Eu, embora seja paulista de nascimento, sou um amazônida, conheço a Amazônia desde dez anos de idade e vejo índios passando fome.

Agora, recentemente, eu tive o desprazer de ter que colocar, em um vídeo, índios do Município de Feijó, no meu estado, levando rato para comer em casa. Hoje, eu escuto e vejo relatos de Prefeitos em vários municípios da Amazônia e, particularmente, do Acre, de que uma das tarefas, todo dia de manhã cedo, é recolher lixo que foi revirado ao longo da noite por pessoas, inclusive várias de comunidades indígenas, porque não têm o que comer.

Então, permitir – não obrigar, permitir – e regulamentar atividades econômicas em terra indígena é você tirar da tutela índios que, em sendo tutelados, preservam os piores indicadores humanos de todas as... Enfim, na escala do Brasil, eles hoje são os mais penalizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu não vejo razão nenhuma para retirar o meu requerimento de urgência. Eu mantenho o requerimento de urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Registro o meu voto contrário, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dois votos contrários.

Nós temos mais dois a favor.

Eu vou ter que dar um voto de Minerva. Isso é histórico.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, o meu voto também é contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É contrário, né?

Então, o requerimento está aprovado, com três votos a favor e dois contrários.

Mas eu preciso, Senador Zequinha, antes de que o senhor saia, fazer uma observação aqui – prestem bem atenção –: mais cedo ou mais tarde, o Congresso Nacional vai ter que deliberar sobre atividades em áreas indígenas. O Presidente Davi Alcolumbre criou um grupo de trabalho – atenção, Governo, atenção, PT, atenção, todo mundo! –, exatamente, para discutir atividades econômicas em áreas indígenas e mineração. E a Presidente é a nossa ilustre Senadora Tereza Cristina.

Deixem-me dizer uma coisa para o Governo: esta legislatura, mesmo que tenha uma oposição ativa, tem uma oposição extremamente coerente. A sugestão que eu daria para a Funai, para o Ministério dos Povos Indígenas e para o Governo é que esse grupo de trabalho existe. Será que não está na hora de as assessorias se sentarem e pegarem tudo o que está tramitando na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa – porque agora vai um para a Mesa, mas tem o do Mecias, que eu não li hoje, tem outros em outras Comissões – e reunirem nesse grupo de trabalho e, com essa composição coerente que nós temos... Desculpem, mas eu estou nesta legislatura e eu estou muito feliz. Nós estamos fazendo acordos nesta Casa, entre Governo e oposição, extraordinários. O bom senso está permanecendo.

Repito: que Congresso nós teremos em 2027? Com esta legislatura, eu sei que a gente pode ter grandes diálogos e encaminhamentos muito coerentes. Mais cedo ou mais tarde, o Congresso vai ter que deliberar essa matéria. E por que, nesta legislatura, a gente não fazer essa discussão?

Então, fica a sugestão. O requerimento do Senador Marcio Bittar está indo para a Mesa. É claro que a gente sabe que vai ter recurso, vai ter votação em Plenário, mas, se chegarem à conclusão de se reunirem todas as propostas em um único lugar, sob a coordenação de Tereza, e, dali, já sair um grande encaminhamento do Senado, eu acho que a gente ganharia muito, porque não atrasaria as que estão nas Comissões, aprovaríamos o do Marcio, já trazendo todos juntos para uma aprovação em conjunta. Fica a sugestão.

Eu estou aqui, nesta Casa, gente, somando entre mandato e assessoria, quase 30 anos. Em 98, eu, como assessora, escrevi um voto de um projeto de 96, lá na Câmara, do mesmo tema. São assuntos, cuja discussão o Congresso, possivelmente, não vai mais poder adiar tanto.

Então, fica aqui a minha posição com relação a essas matérias. É uma posição de uma pessoa que ama os povos. Eu acho que vocês não podem duvidar do meu amor aos povos, mas eu temo, de repente, em uma outra composição do Congresso – o Senador Marcio Bittar pensa diferente do Governo, mas o que ele quer é o desenvolvimento dos povos; ele não tem interesse econômico algum nisso –, que as motivações não sejam tão sérias. Então, fica aqui o meu registro.

Terminando, o projeto seguiria para análise na Comissão de Infraestrutura, na CMA e na CCJ, mas a gente aprovou um requerimento de urgência. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na verdade, ele ainda vai. O requerimento já foi para a Mesa. Agora, a Mesa pauta lá.

Nós vamos voltar à nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos para o item 24 da pauta, que é um projeto de autoria do Senador Fabiano Contarato, mas a relatoria é da Senadora Damares.

Senador Paim, o senhor poderia presidir só para eu ler o voto do projeto de lei do Senador Fabiano Contarato, que é um projeto extraordinário? Fizemos esse acordo ontem, lá na Comissão de Segurança. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Assumo a Presidência por indicação da Senadora Damares.

Passamos para o item 24.

ITEM 24

PROJETO DE LEI Nº 1473, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Passo a palavra à Senadora Damares Alves neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu peço para ir direto à análise do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com muita alegria pela presença do autor aqui, na Comissão, com a gente, neste momento.

Preliminarmente, Sr. Presidente, destaco que a CCJ, lá na frente, irá se manifestar sobre os aspectos de juridicidade, constitucionalidade do texto. Por essa razão, o exame aqui estará concentrado na análise do mérito da proposição. Neste aspecto, a matéria é relevante, digna de acolhida.

A legislação brasileira que trata da responsabilização de adolescentes e jovens em conflito com a lei determina que a medida socioeducativa de internação deve ser aplicada apenas nos casos de atos infracionais de maior gravidade, geralmente associados à violência ou grave ameaça à pessoa. No entanto, observa-se, em muitos casos, uma clara desproporcionalidade entre a gravidade das condutas praticadas e o tempo máximo de internação atualmente permitido, limitado a três anos, com liberação compulsória aos 21 anos de idade.

Nesse cenário, Presidente, a ampliação do prazo de internação, especialmente para os casos que envolvem violência ou grave ameaça à pessoa, como apresentado pela proposição, revela-se uma medida necessária e urgente para o aprimoramento da eficácia das medidas socioeducativas.

A proposição acertadamente introduz no ECA critérios diferenciados de tratamento para atos infracionais de maior gravidade, como os cometidos com violência, grave ameaça, contra a dignidade sexual ou dolosos que resultem em morte. Nesses casos, propõe-se que o prazo de internação seja estendido para até cinco anos ou até o dobro do limite atual e possibilita-se que seja ultrapassada a idade de liberação compulsória aos 21 anos, o que reforça a proporcionalidade da resposta estatal frente à gravidade e ao impacto social do ato infracional.

Tal medida, Presidente, reforça a previsão já existente no inciso IV do art. 35 da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Sinase), no qual é garantido que as medidas socioeducativas serão regidas, dentre outros, pelo princípio da proporcionalidade em relação à ofensa cometida, reforçando assim a proposta apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ampliação do prazo de internação proposta, por um lado, possibilita uma avaliação mais criteriosa e individualizada, oferecendo margem mais adequada para a personalização da medida às necessidades do infrator para que ela cumpra plenamente sua função pedagógica. Isso porque, em casos mais graves, é comum que seja necessário um período mais longo para a implementação efetiva de programas educacionais, terapêuticos e de capacitação profissional, essenciais para a reabilitação do adolescente. Esse tempo adicional também favorece o acesso ao acompanhamento psicológico e educacional indispensável à reinserção social do infrator, contribuindo para a redução da reincidência. Por outro lado, a medida reforça a credibilidade do sistema de justiça juvenil e a proteção da sociedade ao assegurar que adolescentes autores de infrações graves, que ainda não apresentem sinais de recuperação, não sejam liberados prematuramente.

Quanto à ampliação do prazo de reavaliação da medida de seis meses para um ano, entendemos que a previsão contribui para uma gestão mais eficiente do acompanhamento judicial das medidas de internação.

A supressão da limitação da medida de internação em até três meses por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta também é meritória.

Consideramos igualmente relevantes as alterações propostas no Código Penal. A proposição, ao atualizar os critérios de atenuação de pena e prescrição, elevando de 70 para 80 anos a idade para aplicação desses benefícios, reflete o aumento da expectativa de vida da população brasileira. Assim, confere maior coerência entre o envelhecimento real da sociedade e os critérios legais previstos. Ao mesmo tempo, a revogação da redução pela metade dos prazos prescricionais para agentes com menos de 21 anos à época do crime corrige uma distorção que, por vezes, favorecia indivíduos plenamente capazes de compreender a ilicitude de suas condutas.

Dessa forma, entendemos que o PL nº 1.473, de 2025, adequa a legislação à realidade dos atos infracionais praticados, às necessidades de reabilitação dos adolescentes e à proteção da sociedade.

No entanto, vislumbramos, Presidente, a necessidade de realizar, em seu texto, pequenos ajustes que eu estou aqui apresentando em forma de emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de tudo o que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.473, de 2025, com as emendas, que já estão devidamente publicadas.

Antes de devolver a palavra, para a gente já votar, quero mandar um recado para aqueles agressores de mulheres e de crianças, que estão fazendo 70 anos e que acham que vão sair ilesos: o Senador Contarato está de olho em vocês.

Se uma pessoa pode ser hoje... No mundo inteiro, os grandes líderes do mundo, hoje, passam dos 70 anos de idade. O nosso Presidente Lula tem mais de 70, o ex-Presidente Jair Bolsonaro tem mais de 70, o Presidente Trump tem mais de 70. Se podem liderar nações, se podem ser CEOs de grandes empresas, se podem ser médicos, inclusive cirurgiões, por que não podem responder pelo crime?

Então, o Senador Contarato traz aqui essa inovação de a gente aumentar a idade da prescrição de pena de 70 para 80 anos de idade, e faz essa correção. Nós estamos fortes e sadios, vivemos mais, então temos que também ter mais responsabilidade.

Parabéns, Senador Contarato.

Esse é o meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns a V. Exa. pelo relatório.

Eu pergunto se o Senador Contarato, como autor, quer comentar. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, autor do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo à Senadora Damares, porque eu apresentei uma emenda no sentido de estabelecer que esse período de internação saia de três anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Senadora Damares, só para ajudar: ele está apresentando uma proposta de mudança de uma parte do texto para a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É porque, na verdade, eu estou fazendo o seguinte: houve um equívoco na equipe quando botou fazendo diferenciação. O que eu estou fazendo é o seguinte: como o estatuto fala que é até três anos, eu estou botando que, para todo e qualquer ato infracional, passa a ser até cinco anos e, se for ato infracional praticado com violência, grave ameaça ou equiparado a crime hediondo, pode ser até dez anos, o dobro.

Então é isso a emenda. Não está fazendo... É porque antes tinha uma diferenciação, etc. Então, eu pediria a compreensão de V. Exa. de acatar esse ajuste que foi feito, porque o objetivo é o mesmo. Só que eu estou colocando que, em qualquer ato infracional, o juiz vai analisar caso a caso: se o adolescente praticou um roubo, ele pode aplicar até cinco anos; se foi um furto, ele pode aplicar um ano, dois anos, três anos e assim sucessivamente.

Eu quero... Se V. Exa. assim concordar, não muda em nada, muito pelo contrário, eu acho que ele fica muito melhor fazendo esse ajuste, que corrige qualquer... Porque antes se estava botando "três; depois, cinco, se for com violência; o dobro, se for"... Não, aqui já está aumentando. Como o estatuto fala até três anos, passa a ser até cinco anos.

E eu quero fazer também aqui, Senador Paim... O senhor sabe e, Senadora Damares, a senhora sabe também da minha adesão à pauta de direitos humanos. A senhora sabe que eu fui delegado, e sei que, muitas vezes, o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele, mas a gente tem que acompanhar também, e dar tratamento igual a comportamento igual e tratamento diferente a comportamento diferente.

Eu vou citar dois fatos que aconteceram no Espírito Santo.

No Espírito Santo, Senadora Damares, um rapaz de 16 anos entrou armado numa escola, matou quatro pessoas e deixou outras tantas feridas. Atualmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ele pode ficar até três anos. Isso é inadmissível! Nós temos que dar tratamento igual a comportamento igual. Então, o que é que o projeto faz? É simplesmente falar que, se for um ato infracional praticado com violência ou grave ameaça ou equiparado a hediondo, o juiz pode dar até dez – "até" não quer dizer que ele vai dar dez, ele vai dar dois... Eu tive um caso, como delegado, de um homicídio qualificado em que, se fosse um maior, a pena era de 12 a 30 anos; a juíza deu um ano de internação. Então, aqui nós estamos só corrigindo isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, longe de mim ter um comportamento... Eu sei do crime como fenômeno social, eu sei que o Estado tem que dar condições à infância, à dignidade da pessoa humana, mas nós... Como o Estado avocou para si a *persecutio criminis*, ele tem que dar a punição ou a medida adequada para aquele caso! Não é razoável... Por exemplo, hoje, se um rapaz de 17 anos, 11 meses e 29 dias matar, estuprar e matar e ocultar o cadáver, ele vai ficar, no máximo, três anos – podendo ficar um ou dois ou, no máximo, três.

A gente tem que acompanhar isso, a gente tem que fazer essas correções. É como eu já consegui aprovar aqui... A Senadora Damares sabe como foi a minha luta para tornar crime hediondo o crime de corrupção. Ora, porque, quando um político desvia a verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas! Então, a gente tem que corrigir isto daqui; aumentar a pena do peculato, cuja pena era de dois a doze. Por que dois? Porque a tendência do direito penal moderno é condenar a dois; com dois anos, ele tem *sursis*, que é a suspensão condicional da pena; com dois, ele tem acordo de não persecução penal – aí eu não acho razoável! O rapaz que furtou lá uma botija de gás vai ter o rigor da lei, enquanto um funcionário público, no exercício da sua função, praticou um peculato-furto, peculato-desvio ou peculato-apropriação indébita e pode nem ter qualquer tipo de persecução penal, pode ter *sursis* ou acordo de não persecução penal.

Então, o que eu estou fazendo aqui – e eu sei que eu recebo críticas de todos os segmentos, principalmente vinculados aos direitos humanos – é porque eu quero deixar meu depoimento como delegado. Eu trabalhei 27 anos na ponta na Polícia Civil, eu sou professor de Direito Penal e Processo Penal, Senadora Damares, desde 1999. O que eu estou fazendo aqui? Eu estou clamando para corrigir uma injustiça.

Explique para uma mãe que perdeu uma filha por homicídio qualificado, em que o rapaz tinha 17 anos, que ele vai ficar no máximo até três anos. Não é razoável isso! Explique para uma mulher que foi vítima de um estupro ou uma extorsão mediante sequestro, ou qualquer crime que nós tenhamos no Código Penal, um roubo qualificado, que ele vai ficar no máximo até três anos. Esse parâmetro que hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente coloca, de só três anos no máximo, fere a proporcionalidade, fere o princípio da ofensividade. Como é que você...? Você tem que dar tratamento igual a comportamento igual. Então, é essa a previsibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou colocando aqui também, Senadora Damares, algo que eu acho muito importante, que é prever que, quando ele atingir 18 anos, ele vá ficar num estabelecimento específico, para quem ficar de 18 até – o máximo é de dez, então seria 27 – 27, numa ala específica, só para esse tipo, para você não misturar, porque, pelo princípio da atividade, "considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro tenha sido o momento do resultado".

Então, eu não poderia colocar uma pessoa que está em uma medida socioeducativa num presídio comum, com um imputável, com um maior de 18 anos. Então, eu estou criando aqui uma espécie em que ele atingiu 18 anos – até mesmo para preservar os que estão lá dentro do sistema socioeducativo até 18 e incompletos –, ele vai ficar em uma ala específica destinada àquele adolescente que praticou antes de 18 anos e que foi estabelecida uma medida de internação, que pode chegar até dez anos num estabelecimento adequado ao cumprimento daquela medida.

Então, eu faço só esse apelo a V. Exa., acatando-o, corrige-se isso. Crie esse estabelecimento específico ou a ala específica para fazer essa transição de 18 até, no máximo, 27 anos, mas eu acho que o Senado está dando uma resposta aos anseios da população.

Por que a população se vê vulnerabilizada no ponto mais delicado? Segurança pública. Sabe por quê? Porque ela não vê a função do Estado, ela não vê a presença do Estado. Ela não tem liberdade para andar com relógio, com cordão ou com telefone celular. Quando a polícia efetivamente detém, vem...

Imaginem um latrocínio. Eu estava num plantão no Município de Cariacica – eu era o delegado plantonista –, a polícia militar me trouxe um rapaz de 17 anos, que entrou em uma farmácia para praticar um roubo, popularmente conhecido como assalto. O dono da farmácia falou assim: "Meu irmãozinho, eu estou sem dinheiro". Essa era a forma como aquele farmacêutico falava, ele utilizava a expressão "irmãozinho". O adolescente falou: "Irmãozinho?", e meteu o tiro na cabeça daquele chefe de família. Quero dizer, isso é um latrocínio previsto no art. 157, §3º, "Subtrair coisa..." – está lá estabelecido em que ele vai ficar no máximo três anos, então, é até. Então, você pode pegar uma pessoa permissiva que vai falar: "Eu vou dar um ano". Pode pegar outro mais permissivo: "Vou dar seis meses", ou você pode pegar um que fale: "Não, ele violou o principal bem jurídico que é a vida e ainda o patrimônio – até três". O que nós estamos fazendo aqui é aumentar de três para cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, isso não foi da minha cabeça que surgiu. Eu fiz uma pesquisa, Senadora Damares. De todos os países do G20, o Brasil é o mais permissivo – o Brasil é o mais permissivo. Não há razoabilidade. Perdoem-me todas as instituições relacionadas e vinculadas a direitos humanos, com isso não estou ofendendo em absolutamente nada. Eu só estou tratando igualmente os iguais na medida que eles se desigualam.

Nós temos que dar garantia àquele direito constitucional expresso no art. 144 da Constituição. Segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Rapidamente a votação.

Eu apenas pergunto a V. Exa. se acata o adendo que o autor está colocando neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Acato, Presidente. Acato.

O voto fica completo. Eu faço esses ajustes e entrego, mas acato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, vamos à votação.

Autoria do Senadora Fabiano Contarato, Relatora, Damares Alves, favorável ao projeto com a emenda que apresenta e o ajuste colocado agora pelo autor.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta e o ajuste apresentado pelo autor.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH e o ajuste por parte do autor que a Relatora acatou.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3091, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre as exigências a serem cumpridas para fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CE em decisão terminativa.

Com a palavra a Senadora Relatora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

Esse PL já estava publicado e, durante a reunião, a gente ainda fez um pequeno ajuste, por isso que ele ficou por último. Ele era o item 2 da pauta, e fizemos um pequeno ajuste, conversando com os órgãos do Governo, então eu acho que nós não vamos ter nenhum problema com o relatório apresentado.

A constitucionalidade, Presidente, da matéria nos parece garantida, bem como sua adequação à Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Em verdade, a proposição atende melhor aos requisitos constitucionais e legais de educação do que o atual parágrafo único do artigo 26 da LDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista dos direitos humanos, a matéria nos parece trazer importante avanço para a concretização dos direitos de quilombolas, indígenas e campesinos, que passam, com sua aprovação, a contar com proteção perante a racionalidade "cega" dos sistemas educacionais. E isso em que se desconsidere a eventual necessidade de, realmente, fechar uma escola cujas funções possam ser mais bem desempenhadas de outra forma.

Louvamos a iniciativa e a consideramos inovadora e modelar, pois seu detalhamento tem como consequência a "escuta" atenta das razões das populações a que se dirige, trazendo ao Estado o tipo de sensibilidade que a sociedade espera dele.

Por fim, para melhor aperfeiçoamento da proposta, sugerimos a alteração do art. 2º do Projeto de Lei nº 3.091, de 2024, garantindo que, para o fechamento de escolas de campo em comunidade indígenas e quilombolas, a manifestação da comunidade escolar deverá ser feita atendendo, Presidente, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O voto.

Em razão dos argumentos trazidos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.091, de 2024, conforme a emenda já devidamente publicada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda apresentada pela Relatora e já exposta aqui.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 desta Comissão.

O projeto segue para análise terminativa da Comissão de Educação.

Permita-me ainda, Senadora, em 30 segundos, só agradecer a V. Exa., que colaborou comigo na hora de eu aprovar também aquele requerimento, como fez no dia de hoje. Quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentá-la, porque, ao separar as duas matérias, a senhora deu a oportunidade de que quem fosse contra votasse. Se deixasse os dois juntos, não daria essa oportunidade. Meus cumprimentos pelo encaminhamento feito, que permitiu que a gente votasse contra, e aqueles que são a favor votassem também.

Também quero dizer que hoje às 14h30 teremos aqui um debate sobre o corpo do Estatuto do Trabalho, ou a CLT do século XXI, que trata da redução da jornada de trabalho. Será um belo evento também à tarde, cujo requerimento foi aprovado com o apoio de V. Exa.

Passo a palavra e a Presidência para a Presidente Damares.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bom, gente, nós cumprimos a nossa pauta, deliberamos 26 itens hoje, com o apoio do Senador Paim, conduzindo dessa forma.

Tivemos, nesta semana, uma audiência pública também sobre o trabalho das mulheres frentistas, que foi dirigida pelo Senador Paim. E foi muito boa a audiência. Hoje, temos mais uma audiência e, amanhã, outra. Então, esta Comissão está trabalhando bastante.

Parabéns, Secretaria, pelo trabalho que vocês estão fazendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Somos testemunhas. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós agora vamos para aquela parte de leitura de expedientes, que eu vou fazer de forma muito rápida.

Primeiro, nós vamos para as denúncias. (*Pausa.*)

Amanhã, a audiência pública é sobre assistolia fetal, uma resolução do Conselho Federal de Medicina que, inclusive, está em discussão no Judiciário. Vamos ter uma audiência pública com o Conselho de Medicina aqui amanhã.

Denúncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 263: mulher com deficiência denuncia perseguição, violência psicológica e assédio por parte de indivíduos e entidade, alegando omissão institucional e solicitando intervenção urgente para garantir sua segurança. Encaminhamento: orientar a denunciante, caso ainda não tenha sido feito, a registrar boletim de ocorrência, denunciar pelo Disque 100 e buscar orientação jurídica. Recomendar, ainda, que, caso exista uma secretaria da pessoa com deficiência em seu município ou estado, procure o órgão para apoio.

Denúncia 264: denúncia sobre a Operação Sigma – relata que uma estrutura criminosa foi mapeada com um mandante político que obstrui investigações e solicita reforço federal imediato para a contenção da quadrilha. Encaminhamento: informar que esta Comissão não possui competência investigativa policial e orientar a encaminhar a denúncia ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, ao Disque 100, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Procuradoria-Geral do estado; e a CDH encaminhar a denúncia ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Justiça. Não temos competência para investigar, mas estamos encaminhando para o MPF.

Denúncia 265: relatos urgentes de violações de direitos de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento em Governador Valadares, Minas Gerais, incluindo violência, cárcere e punições, com pedidos de investigação e proteção. Encaminhamento: orientar o cidadão a formalizar denúncias nos seguintes órgãos – MPE, Conselho Estadual do Direito da Criança e Adolescente, Disque 100, Defensoria Pública do estado; e a CDH oficiar o Ministério Público local, a Prefeitura e a Defensoria Pública, solicitando análise e providências.

Denúncia 266: denuncia o descaso com a comunidade indígena Boa Esperança, em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, que sofre com um lixão próximo, causando doenças e impacto na vida cotidiana, e solicita intervenção urgente. Encaminhamento: oficiar o Ministério Público local, encaminhando a denúncia e solicitando providências.

Denúncia 268: cidadão solicita apoio para a inclusão de sua filha com deficiência intelectual moderada, relatando 40 anos de desafios em educação, trabalho e pedindo a criação de políticas públicas específicas. Encaminhamento: agradecer o envio da mensagem e as sugestões e informar que a Comissão irá analisar as sugestões enviadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 275, do Senador Marcos do Val: denuncia e repudia medidas judiciais ordenadas de forma monocrática pelo Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, do STF, expedidas à revelia do devido processo legal, sem acusação formal ou direito de defesa. Encaminhamento: diante da gravidade da denúncia de um Parlamentar democraticamente eleito, encaminhar, de forma imediata, os documentos para a Presidência do Senado, solicitando medidas institucionais.

Denúncia 276, da Ouvidoria do Senado: cidadã denuncia situação de abandono e negligência contra idosa. Encaminhamento: orientar a denunciante a registrar formalmente a denúncia, caso ainda não tenha feito, pelos seguintes canais: Disque 100, delegacia de polícia, preferencialmente uma especializada em crimes contra idosos, se houver na localidade, Promotoria de Defesa da Pessoa Idosa e Ministério Público estadual. Orientar a acionar a rede de proteção social local e procurar o serviço de acolhimento institucional.

Denúncia 278: cidadão denuncia maus-tratos e abandono de incapaz e cárcere privado de idosa em uma clínica em Itapecerica da Serra. Encaminhamento: sugerir que a denúncia seja registrada imediatamente pelos seguintes canais: Disque 100, delegacia de polícia e Delegacia de Proteção ao Idoso, no Centro de Referência de Assistência Social e no Conselho Municipal do Idoso de Itapecerica da Serra e, em caso de risco iminente à vida, acionar o Samu 192.

O Senador Contarato é membro da Comissão, não é? Eu ia solicitar que essa Denúncia 278 fosse encaminhada aos gabinetes dos Senadores Contarato e Magno Malta. Os dois são do Espírito Santo, são desta Comissão, são extremamente proativos na defesa do idoso. Quem sabe a assessoria deles, *in loco*, possa também fazer alguma coisa? Mais esse encaminhamento, tá?

Vamos agora para as solicitações.

Ofício do Ministério Público Federal solicita informações sobre o resultado de visita ao Arquipélago do Marajó, realizada pela comitiva de Parlamentares de 26 a 29 de junho. Informar que o relatório será ainda apreciado pela Comissão.

Inclusive, quero informar que o relatório já está publicado, aguardando sugestões, aprimoramentos, e que nós votaremos o relatório na próxima semana. Está disponível no *site* da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 274. Associação dos Vigilantes em Direitos Humanos Internacional de Goiás (AVDHI) solicita apoio institucional e reconhecimento para as suas ações de promoção e defesa dos direitos humanos. Agradecer o contato e informar que a Comissão não presta apoio institucional a entidades civis.

Solicitações 277 e 279. Pedido de acompanhamento em processo judicial. Informar que a Comissão não possui atribuições regimentais para esse tipo.

Vamos agora para os informes.

Informe nº 269. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) convida para o Seminário "Planejamento do Desenvolvimento Regional", evento *online,* em 20 de agosto de 2025, focado em políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia Legal.

Informe nº 270. A Carta de São Paulo, em comemoração aos dez anos da Lei Brasileira de Inclusão, cobra regulamentação plena da LBI e alerta contra retrocessos legislativos.

Vamos agora para as respostas de ofícios que chegaram a esta Comissão.

Ofício do Ministério da Saúde, em resposta ao nosso Ofício nº 142, esclarece as reivindicações da comunidade indígena caiapó sobre a precariedade do atendimento de saúde indígena. O Dsei KPA, o DAPSI e a Sesai informam as ações realizadas para atendimento à saúde.

Obrigada ao Ministério da Saúde pela resposta ao nosso ofício.

Resposta ao nosso Ofício nº 248, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal: informa que já havia sido comunicado e respondido sobre denúncia de manutenção de agente condenado em cargo de confiança.

Isto posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da Comissão de Direitos Humanos; os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais ficam na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Informo, ainda, nesses mesmos termos, que os documentos lidos nas 34ª, 35ª e 39ª Reuniões serão arquivados.

Bem, depois de uma pauta extensa, eu quero agradecer a todos que colaboraram para que a gente tivesse os resultados que nós tivemos, inclusive às assessorias de Governo, dos gabinetes e das Lideranças.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Obrigada, Secretaria.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Marcio Bittar, Jussara Lima, Flávio Arns, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Damares Alves, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 20/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros., REQ 70/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), PEC 148/2015, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros., e SUG 12/2018, de autoria ALJT, Anamatra, ANPT, Sinait. Finalidade: Realização do: "Ciclo de debates do novo Estatuto do Trabalho (SUG nº 12/2018), focado, eficiente, com qualidade técnica e representatividade necessárias sobre a PEC 148 de 2015, que "altera o inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal". Participantes: Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional; Lucas Reis da Silva, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Loricardo de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT; e Francisca Trajano dos Santos, Coordenadora MSI-CUT. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/13

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos dos Requerimentos nº 20 e nº 70, de 2025, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema do novo Estatuto do Trabalho com foco na redução da jornada de trabalho, ou a "CLT do século XXI".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Antes mesmo de chamar os convidados e de fazer o pronunciamento da abertura, eu quero aqui cumprimentar o Dr. Fernando Maciel e a sua filha Luna Dias Maciel. Ele tinha me convidado para o lançamento do livro dele. Essa história de que tudo se apaga em 24 horas nos nossos celulares... E eu me comprometi a ir e eu não podia porque perdi o dia, o local e a hora. Ele sabia do evento aqui, então veio aqui.

É com muita alegria que eu recebo o livro dele *Direito Previdenciário de Pai para Filhos*. Que idade tem sua filha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dez anos.

Escreveram juntos?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você foi falando para ela e ela foi dando a opinião dela...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ela foi lhe perguntando...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, é com alegria que eu o lanço aqui. Eu sou um apaixonado pela nossa Previdência!

A previdência pública no Brasil é fundamental. Seguidamente, a gente vê teorias de que se precisa de outra reforma da previdência, só para tirar os direitos dos trabalhadores, assim como eu vi congelar o salário mínimo por seis anos. É claro que eu me indignei, fui para a tribuna e... Vocês entenderam: fiz uma crítica muito dura mesmo; ora, é como se o salário mínimo e a Previdência fossem culpados dos males que podem acontecer em qualquer país.

Então, fico muito feliz aqui com a dedicatória que você fez: "Ao Senador Paulo Paim, incansável defensor dos direitos sociais em nosso país, com os cumprimentos dos autores". Aqui tem a assinatura da filhinha dele e dele. Dê um abraço forte para ela.

O pessoal da nossa equipe... (*Pausa.*)

O.k., amigão? Foi um prazer.

Vamos agora de imediato para a nossa audiência pública de hoje. (*Pausa.*)

Está bem.

Muito bom, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou chamar a primeira mesa: Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT Nacional). Seja bem-vindo, Valeir, com os nossos cumprimentos! (*Palmas.*)

O Juiz de Direito Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor Legislativo da Anamatra. Seja bem-vindo também! (*Palmas.*)

Loricardo de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), que foi quem me procurou para provocarmos... Ele está vindo?

O SR. VALEIR ERTLE (*Fora do microfone.*) – Ele está chegando aqui, eu acabei de falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. Eu até propus para ele, ele ia entregar um abaixo-assinado, eu disse: "Entrega primeiro na Câmara", porque lá podia ser de manhã, e à tarde viria para cá. Ele deve estar chegando, né?

Lucas Reis da Silva, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vindo, Lucas. (*Palmas.*)

As senhoras que estão de pé podem se sentar nas cadeiras aqui, que serão bem-vindas, viu? Fiquem à vontade, porque tem cadeira sobrando aqui.

Como é de praxe, eu vou fazer uma introdução do tema, para que todos saibam o que estamos debatendo. Na verdade, hoje aqui o eixo é a redução de jornada, mas é sobre o mundo do trabalho, todos os temas que interessam aos trabalhadores do campo e da cidade.

Vamos lá.

Senhoras e senhores, estamos dando continuidade ao ciclo de debates desta Comissão de Direitos Humanos sobre a redução da jornada de trabalho, a extinção da escala 6x1, e caminhando, como o mundo está caminhando, para uma escala que seja menor, ou seja, 4x3.

Este é o nosso terceiro encontro. Esse tema é um dos mais importantes para o mundo do trabalho na atualidade. Trata-se de uma proposta que visa melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, aumentar a produtividade, impulsionar a economia. Inclusive, isto hoje é uma tendência mundial: a redução de jornada sem redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

salário. É claro que cada um vai vendo qual a escala mais apropriada. A saúde dos trabalhadores, das trabalhadoras também está no centro dessa discussão, bem como primar pela vida e seguir os caminhos da felicidade humana, que todos nós queremos.

Aqui no Senado, a PEC nº 148, de 2015, de nossa autoria, tem a relatoria do Líder no Senado Rogério Carvalho, que já deu o parecer, e ela está pronta para ser votada na CCJ. Essa proposta, de 2015, num primeiro momento, reduz a jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário; depois, uma hora por ano, até chegar às 36 horas, ou seja, à escala 4x3. Há outras propostas, tanto aqui no Senado, por exemplo, do Weverton e do Cleitinho, como na Câmara de Deputados, da Erika Hilton, Reginaldo Lopes e Daiana Santos. Todas vão na mesma linha. O objetivo é a redução da jornada sem redução de salário.

A história nos mostra que a redução da jornada de trabalho é uma luta de décadas e décadas da classe trabalhadora. No início do século XX, a nossa gente chegava a cumprir jornadas exaustivas de até 16 horas diárias. Isso era a realidade do Brasil da época. Foi com muita mobilização social que a Constituição de 1934 garantiu a jornada de 48 horas semanais. Na Constituição de 1988 – eu estava lá porque fui Constituinte, lembro aqui de Lula, Olivio Dutra e tantos outros –, com a pressão do movimento sindical e da bancada que tem compromisso com a classe trabalhadora, nós conseguimos avançar para 44 horas semanais, o que foi fundamental para a criação de novos postos de trabalho e para a melhoria das condições de vida da população.

Diziam que ia aumentar o número de desempregados; foi o contrário. Foi a época, em seguida, em que tivemos o menor número de desempregados no país e chegamos, no primeiro Governo Lula e agora de novo, a uma taxa de desemprego de 5,5%.

Os benefícios de uma jornada reduzida são inegáveis, menos horas de trabalho significa mais tempo para lazer, família, estudo e qualificação profissional. O estresse produzido impacta diretamente na saúde física e mental dos trabalhadores e das trabalhadoras. Além disso, empresas que implementaram a redução de jornada constataram: aumento da produtividade, maior engajamento dos funcionários, redução da rotatividade, menos acidentes de trabalho, menos doenças no trabalho.

Diversos países têm colhido frutos positivos com essa medida. Só alguns exemplos rápidos. A Islândia, por exemplo, adotou uma jornada de quatro dias por semana, a famosa 4x3, e registrou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um crescimento econômico de 5%, enquanto mais da metade da população ativa passou a trabalhar menos horas sem perder renda e o PIB aumentou. Na Alemanha, as empresas que testaram a semana de quatro dias, com o modelo 100x80x100 – 100% de salário, 80% da carga horária e 100% de desempenho –, mantiveram a prática, pois observaram um aumento na produtividade e redução de custos, repito, diminuindo a rotatividade.

O argumento de que a redução da jornada gera desemprego é uma falácia, é um mito que já foi derrubado ao longo da história. Quando reduzimos a carga horária, abre-se espaço para a contratação de mais trabalhadores, fortalecendo o mercado interno e gerando crescimento econômico sustentável. O Dieese fala de em torno de 4,5 milhões de novos empregos com a redução de jornada.

Com a automação e o avanço tecnológico, precisamos ajustar o tempo de trabalho para garantir que a inovação seja um instrumento de bem-estar social, e não de precarização do trabalho. Reduzir a jornada de trabalho é reconhecer que o trabalhador tem direito a um ritmo de vida equilibrado, tranquilo e que não faça mal para a sua saúde; significa promover um modelo de desenvolvimento justo e sustentável, que priorize a qualidade de vida e os direitos sociais.

Mas também precisamos ficar atentos. Alguns países – isso é recente –, como os Estados Unidos, estão testando a chamada jornada 996, ou seja, 72 horas de trabalho semanais, é no tal Vale do Silício – 72 horas de trabalho semanais –, com uma escala das 9h da manhã às 21h da noite, durante seis dias por semana. Isso é, sem sombra de dúvida, trabalho escravo em qualquer país do mundo. Quando eu vejo isso aqui, eu me lembro logo do tal tarifaço, que o tal de Trump inventou; e ele vai se quebrar aí, vocês vão ver só. Mas esta é a tendência, os outros países vão se organizando, vão apontando outros caminhos, e aqueles que vão para essas aventuras de só querer sacrificar o trabalhador vão se dar mal.

O Brasil tem a oportunidade de transformar a vida das pessoas instituindo a escala 4x3, com jornada de 30 horas semanais, sem redução do salário. Já disse na abertura e repito aqui: num primeiro momento, sairia de 44 para 40 horas; depois diminuiria uma hora por ano, até chegar às 36 horas. Um caminho novo, avançando para um futuro de mais dignidade, produtividade e justiça social. A redução da jornada de trabalho é também uma questão de direitos humanos, por isso estamos aqui, nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro ainda que, no dia 4 de agosto, fizemos em Porto Alegre um grande debate com o movimento sindical sobre a redução da jornada de trabalho.

Agora, em setembro, vamos dar continuidade, junto com o movimento sindical, e vamos iniciar uma série de encontros regionais no Rio Grande do Sul para discutir a redução da jornada de trabalho. Há encontros já marcados na Serra Gaúcha, em Caxias do Sul, no Vale do Rio dos Sinos, com foco em São Leopoldo e Novo Hamburgo, na região metropolitana e nas cidades-satélite de Porto Alegre, também na área central do estado, que pega ali Santa Maria, litoral norte, litoral sul, Planalto e também a região de Pelotas e Rio Grande. Serão em torno de 15 encontros, estamos trabalhando com os organizadores desses eventos.

Claro, ali vamos discutir pejotização, vamos discutir terceirização, vamos discutir o direito dos trabalhadores e vamos discutir os principais projetos que estão tramitando aqui no Senado, que são cinco. Quatro eu consegui pegar para relatar e, naturalmente, estou com eles sob o alcance da mão e dos olhos para não permitir que eles votem de forma atropelada, prejudicando os trabalhadores.

Mas, enfim, o próprio Ministério do Trabalho – me dizia o Claudir, que é o nosso secretário regional lá, dessa pasta – vai programar um grande encontro lá também em setembro. Vamos todos trabalhar para que a redução da jornada se torne realidade.

Já fiz a introdução, já lancei um livro aqui que não é meu, é de um senhor que me apresentou o livro sobre a previdência, muito interessante.

Eu já havia chamado a mesa. Só quem faltou aqui à mesa, que não tinha chegado ainda, foi o Loricardo de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Eu até disse, como você não tinha chegado, que você foi um dos primeiros que me procurou para fazer o evento no dia de hoje e ali discutimos que, de manhã, seria lá na Câmara dos Deputados e, à tarde, vocês viriam para cá.

Tenho certeza de que foi um grande evento lá. E vamos trabalhar juntos! Não tem essa de quem apresentou primeiro ou por último, porque, se for por apresentar primeiro, fui eu, pois apresentei em 2015, mas não é isso o que importa, o que importa é nós aprovarmos o mais rápido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível o projeto que está na Câmara e aprovar o que está aqui – o que aprovar primeiro anexa. E vamos trabalhar juntos, é isto que interessa: jornada 4x3 e o fim da 6x1.

Vamos, de imediato, iniciar aqui, então, a nossa fala.

Eu vim aqui e cheguei no horário, 14h30 em ponto eu estava aqui. Eu olhei e tinha umas 10, 12 pessoas. Fiquei um pouco preocupado, viu?

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Depois eu te explico por que foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, para aí, deu certo.

Eu fiquei aqui ganhando um tempo e vocês chegaram e lotaram a sala, então uma salva de palmas para vocês e a todos que estão aqui. (*Palmas.*)

Vamos lá, Valeir. Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nacional.

Estou sabendo já e fui convidado para o dia 23, em Porto Alegre. Vai ter um grande evento da CUT, o Presidente nacional da CUT vai estar lá e eles me obrigaram a estar lá, obrigaram no bom sentido! Eu coordeno aqui o Programa Jovem Senador, e é toda uma semana que eles ficam aqui, três Senadores por estado, e eu fico com eles. Mas, assim mesmo, termina na sexta e sexta à noite eu pego o voo para no sábado estar lá com o Presidente da CUT. Avisem que, se quiserem fazer lá uma mesa positiva, eu estarei junto com eles lá.

O SR. VALEIR ERTLE (Para expor.) – Primeiro, boa tarde a todos e todas, inclusive aos que estão nos assistindo.

Lógico, Paim, você é sempre um cara intimado e um Senador que sempre atendeu à nossa pauta.

Eu já disse, o pessoal do Rio Grande do Sul tem que trabalhar para você ser candidato novamente, não dá para você jogar a toalha, não. Está aí bem de saúde, emagreceu e tudo, está cheio de disposição, tem que continuar nessa luta, que é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem a campanha "Fica, Paim" que lançaram lá, e ele daqui já está injetando.

O SR. VALEIR ERTLE – Não, eu fui a uma atividade lá e todo o auditório, tinha umas 300 pessoas, todo o auditório estava pedindo para que realmente o Paim continue como Senador. Em várias atividades que eu tenho participado, e acho que naquela audiência pública lá no Plenário do Senado você viu quantas pessoas estavam pedindo.

É porque você não é só Senador do Rio Grande do Sul, Paim, você sabe disso, você é um Senador do Brasil, você é um Senador que articula com todo o movimento social, com o movimento sindical do Brasil inteiro. (*Palmas.*) As pautas que você enfrenta com toda a qualidade, com toda a sua articulação política são muito válidas, com certeza. Muitos projetos importantes você conseguiu aprovar aqui com todo o seu empenho, com todo o seu trabalho, então isso é fundamental.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho, parabenizá-lo por ter solicitado o desarquivamento desse estatuto do trabalho, que foi um estatuto feito, debatido com a ALJT, Anamatra, ANPT, Sinait, e tem o apoio das centrais sindicais. Nós participamos de muitos debates na construção daquela proposta e, com certeza, tem todo o apoio e o empenho do movimento sindical.

A gente bem sabe, Paim, que, a partir da reforma trabalhista de 2017, são revelados os retrocessos impostos pela reforma trabalhista, que é muito danosa a toda a classe trabalhadora. Os retrocessos são infundados, são muito ruins, a gente sabe todo o impacto que têm em toda a classe trabalhadora.

Aqui, hoje, há inúmeros dirigentes da CUT nacional, da direção executiva da CUT: aqui está o Renato, está o Claudinho, está a Cida, além de outros dirigentes das nossas confederações, que estão aqui, da alimentação, da metalúrgica, entre outras; os comerciários estão aqui, então tem vários... (*Palmas.*)

Eu pedi para falar primeiro porque, em seguida, tenho uma reunião com o Presidente do PT para organizar o dia 7 de setembro, que é a marcha dos excluídos. Com certeza vamos fazer um grande ato nacional em São Paulo – não é, Renato? Vamos fazer atos, estamos orientando e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutindo lá hoje para tirar toda a orientação para fazer atos no Brasil inteiro para defender os empregos, defender a soberania e defender o nosso pós-trabalho, que são fundamentais.

A questão do estatuto tem um foco muito grande, ainda mais agora, quando ganhou muito mais peso, mais relevância a questão do debate da 6x1. Vai retomar; a informação que tenho – estava num debate na Comissão de Trabalho hoje de manhã – é que, na semana que vem, a gente já retoma naquela Comissão, que está sendo presidida lá pelo Gastão, em que estão discutindo, estão reativando esse debate lá, com a Erika Hilton e os demais Deputados. É importante, não só lá como aqui no Senado. Já foram feitas várias audiências públicas, vários debates e ciclos de debates nesse sentido, o que é fundamental.

A gente vê toda a situação que tem hoje. Hoje as pessoas reclamam que não conseguem mais contratar gente para trabalhar no setor de comércio, no supermercado. Por quê? As pessoas pagam pouco, infelizmente, com lucros exorbitantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Trabalham muito e pagam pouco.

O SR. VALEIR ERTLE – Trabalham muito e ganham muito pouco. O cara trabalha de segunda a segunda. Pega uma folga num período da semana, quando o filho está estudando. É muito ruim a desagregação familiar, ela é muito, muito ruim. Então, por isso que é fundamental... Foram feitas pesquisas em que as pessoas não querem trabalhar nesse segmento em função do salário baixo e da carga horária exaustiva. Então é fundamental discutir isso, pelo menos dois dias por semana para ter a folga, né? E a redução da carga horária é necessária. Há quantos anos estamos debatendo isso aqui, né, Paim? Desde lá da Constituinte. Conseguimos aprovar 44, já estamos em debate há muitos anos para reduzir para 40 horas semanais. E aí, cada entidade, hoje tem muitos sindicatos que já têm carga horária de 36, de 40, de 38, fazem os acordos coletivos, mas reduzindo, com certeza, tu vais conseguir fazer um acordo para reduzir mais ainda, né?

Então, a questão do Estatuto do Trabalho tem um foco fundamental para a gente discutir a precarização do trabalho, que infelizmente aumentou, e aumentou muito, com a reforma trabalhista. Então, hoje tem essa questão da... Depois, com as plataformas digitais, a uberização – não só do transporte, mas virou uberização da contratação em vários segmentos por plataformas digitais, o que é muito ruim: as pessoas ganham menos, não têm segurança jurídica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm os acordos, as garantias necessárias, não têm garantia da previdência social, não têm garantia de férias, de décimo terceiro, essas questões todas. O cara vira escravo de si mesmo, né?

E, além disso, Paim, a questão da pejotização, que é um tema que tem projetos aqui, inclusive, e debates para regulamentar essa questão aqui, no Senado Federal. E é um cúmulo do absurdo. A decisão que o Gilmar Mendes tomou... A gente teve, eu tive a oportunidade de ter uma audiência com ele – eu, o Sérgio Nobre, da CUT, com as centrais sindicais –, colocando a situação para ele, né? Porque, se realmente prosperar aquela decisão do Gilmar Mendes, se não mudar aquela decisão, será um absurdo. Tu acabas com a possibilidade de as empresas contratarem via PJ. A gente viu o que tem, quantos PJs sofreram com a pandemia. Nem sequer conseguia aplicar o bem lá para o pessoal que era PJ, porque simplesmente a empresa tem 30 dias, "não vou precisar mais do teu trabalho", a pessoa ficou a deus-dará. É uma situação muito ruim, muito difícil.

Então, é um ponto fundamental, com certeza, tanto aqui como lá na Câmara, que estão debatendo bastante, e a gente tem que discutir, tem que achar uma forma de regulamentar e colocar os limites. Acho que o PJ é o PJ de verdade, o cara que realmente presta o serviço, tem uma empresa e presta serviço para uma empresa, não como hoje. O que as empresas estão fazendo? – e está acontecendo isso, inclusive, no comércio. Eu sou comerciário, as pessoas simplesmente dizem: "Ó, estou te demitindo, você abre uma MEI e, a partir de agora, você vai ganhar um pouco mais". Você ganhava R$2 mil, vai ganhar R$3 mil. Mas o cara faz o custo-benefício, o quanto significa isso? Às vezes a pessoa até se ilude: "Ah, não, vou ganhar mais, vai ser mais, mais importante". Só que a pessoa não tem mais Fundo de Garantia, não tem mais aviso prévio, não tem mais décimo terceiro, não tem mais nada, o cara vira escravo. E ele não tem... Quando muito, às vezes alguns profissionais liberais que são PJs conseguem – pela necessidade, o bom empenho, engenheiro, outras funções – negociar lá férias, décimo terceiro. Mas a grande maioria dos PJs não tem essa condição.

E, o que é pior, com isso – nós colocamos isso para o Gilmar Mendes, inclusive – a previdência vai quebrar. Acho que a reforma que foi feita da previdência social... Um debate de como financiar a previdência social é uma coisa absurda. Então, o impacto... Hoje, o PJ não recolhe um centavo de previdência social da parte patronal. Então, todos os 20%, e olhem o impacto que têm. Se prosperar isso, de 30% a 40%, em pouco tempo, viram PJ. Olhem o impacto que têm na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência social, olhem o impacto que está tendo, hoje, na previdência social! Já são bilhões de reais impactados a partir da reforma trabalhista. Então, ia ser uma coisa, assim, absurda.

Nós levamos, inclusive, os dados para o Gilmar Mendes colocando essas questões: "Ah, mas eu não sabia bem disso, não sei o quê...". Então, espero, dia 10 de setembro vai ter a primeira audiência pública lá no STF. Com certeza, todas as centrais sindicais se habilitaram, a CUT está habilitada desde o início – foi a primeira a se habilitar –, e outras entidades, como o Sinait, como a ANPT, como a Anamatra, várias outras estão se habilitando lá para fazer o debate. Acho que nós temos um trabalho conjunto com a Abrat, a ANPT, a Anamatra, trabalhando nesse sentido – com o Sinait –, sempre fizemos um trabalho conjunto nesse sentido, que é fundamental.

E uma das questões que tem que estar no Estatuto do Trabalho – não é, Paim? – é a questão do fortalecimento da negociação coletiva. Hoje, as entidades sindicais começam a negociação com a faca no pescoço, a partir do fim da ultratividade das nossas convenções coletivas de trabalho, porque os caras vêm, impõem um monte de condições, querem reduzir a convenção coletiva de trabalho, dizendo: "A partir do 1º de setembro, ninguém tem mais garantia nenhuma". Então, é uma situação muito ruim. E está na proposta a questão de restabelecer a ultratividade, o trabalho intermitente, o que é um absurdo.

E o QBQ é mais absurdo – não é, Paim? –, por que a gente lutou tanto, e não conseguiu segurar aqui. Ainda colocaram na própria Constituição que se podem somar dois, três meses de trabalho para isso dar um mês de garantia na previdência social. Então, é um contrassenso. Tu não teres, no mínimo, a garantia de a pessoa poder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – ... receber sobre o salário mínimo é um contrassenso.

Tem inúmeras questões: a terceirização, que foi um tema que sempre foi muito importante para todo debate que você fez, sempre levou essa luta. O projeto que foi aprovado lá, aquele Projeto 4.330, se fosse hoje, seria um mar de rosa, não é? Porque o que foi para resgatar um projeto do FHC, lá de trás, realmente hoje... E a decisão que o STF tomou foi vergonhosa: a terceirização ampla, geral e irrestrita. Então, com o que está virando, os servidores públicos têm que começar a pensar em representar os terceirizados, porque tem segmento do serviço público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem mais terceirizados do que pessoas contratadas. Então é muito mais cômodo o pessoal fazer um contrato do que fazer um concurso, estarem-se preparando essas pessoas nesse sentido.

Eu teria muita coisa para dizer. Acho que essa questão da licença-maternidade, licença-paternidade, da ampliação, isso é fundamental, mas, pelo tempo, eu sei que... Aqui, vai ficar o pessoal da CUT – eu vou ser obrigado a sair para outra reunião –, mas está o Renato, está a Cida, está o Claudinho, estão os demais membros daqui das nossas confederações, que podem debater, discutir, complementar a opinião.

Parabéns, Paim! Parabéns por todo o trabalho, por todo o seu empenho nesse sentido! Acho que é importante a gente retomar esse debate e, com certeza, vamos agora ter que rearticular aquela conversa que a gente fez lá com o Alcolumbre, criar uma Comissão Especial, porque esse sistema do Estatuto de Trabalho pode ir para essa Comissão Especial para agilizar e poder-se trabalhar. Então, nós temos que fazer... Vou pedir para que ajude a marcar uma conversa – nós estamos solicitando também – com o Alcolumbre para a gente se sentar, no máximo, na semana que vem, para acertar isso e acertar essas questões todas que nós acertamos com ele.

Os temas estão maduros, vão para a votação, e é muito mais rápido. Vai da Comissão direto para o Plenário – que é uma Comissão Mista, entre Câmara e Senado – e depois vai para o Plenário do Senado e vai para o Plenário da Câmara. É muito mais fácil a gente conseguir aprovar e ter a agilidade necessária para a gente conseguir restabelecer o *status quo* anterior.

Fortalecer a negociação coletiva é fundamental. E tem várias questões que têm que ser alteradas para fortalecer a nossa negociação coletiva, como já tem vários projetos nesse sentido.

A questão da homologação nas entidades sindicais é fundamental. O pessoal da Anamatra sabe: o que mais tem processo trabalhista hoje é o problema das rescisões de contrato, que são pagas de forma errada, e o sindicato não está ali para... Quando o sindicato conferia tudo, verificava, era obrigado a... Encaminhava para a Justiça se não desse... Ou fazia a ressalva necessária, mas nem isso. Hoje, muitos caras: "Ah, dizem que vão depositar". Nem sequer depositam. O cara vai lá, assina a rescisão de contrato, nem sequer recebe.

Vamos em frente.

Parabéns pelo trabalho, parabéns pela luta, Paim! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Valeir está sempre presente aqui, é o – como é que chama? – ponta de lança, o homem que faz gol, da CUT, que está sempre aqui dentro, para lá e para cá. De vez em quando, ele me bota numa prensa: "Paim, mas e esse projeto aqui? Como é que vamos fazer?". É porque eu estou aqui dentro, tenho que responder mesmo. A gente trabalha, e temos conseguido aí segurar os piores projetos. Depois, no final, eu vou citar uns quatro, cinco para vocês aqui, inclusive aquele que proíbe a eleição de sindicalista mais de uma vez, só uma reeleição no máximo. Até nisso eles... Esse foi aprovado na Câmara e já está aqui, mas eu consegui pegar esse. E tem um outro, então, que mexe em todo o sistema de trabalho, não permite nenhum tipo de ajuda financeira, de ajuda – eu diria, decisão de assembleia – para os sindicatos. E por aí vai.

Eu vou parar de falar, pois quem tem que falar são os convidados.

Convido, neste momento, para usar a palavra o Juiz do Trabalho Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor de Assuntos Legislativos da nossa querida Anamatra, parceira nossa aqui sempre. (*Palmas.*)

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente eventual da Comissão, desta Comissão, desta importante Comissão.

Em nome da Anamatra (Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho), eu agradeço a oportunidade que nos é franqueada para participar deste importante ciclo de debates sobre o direito do trabalho e, especialmente, sobre a possibilidade de redução da jornada de trabalho.

A Anamatra tem a honra de ter atuado e contribuído para a proposta do novo Estatuto do Trabalho, que foi referida há pouco, uma proposta que foi apresentada desde 2018. E, desde daquela época, já havia essa previsão de redução da jornada de trabalho para 40 horas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita que eu diga que a Anamatra é um dos signatários. Quando nós discutimos isso, uma série de entidades assinou. E entraram aqui com a chamada SUG nº 12 – você também está. E, no embalo, eu presidia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles encaminharam o projeto, aí eu peguei a relatoria, e aí ficou tudo entre nós, está tudo na nossa mão aí.

Vá lá.

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – Pois é. É uma grande honra para nós ter contribuído com esse projeto.

E, como eu estava dizendo, desde então, já havia essa proposta com um capítulo lá destinado à duração da jornada de trabalho, com a previsão de redução da jornada para 40 horas semanais.

Nós sabemos que houve um avanço, em 1988, com a promulgação da nova Carta Constitucional, reduzindo a jornada de 48 horas para 44 horas semanais, sem nenhum tipo de prejuízo econômico; muito pelo contrário, houve um ganho para o trabalhador, porque nós vivemos trabalhando, evidentemente, e nossa vida, nossas vidas são centradas no trabalho, mas nós precisamos também ter momentos de lazer, momentos de convivência familiar. Então, sem sombra de dúvidas, é uma demanda muito importante dos trabalhadores.

E o que é mais importante ainda, relacionado à jornada do trabalho, à redução da jornada do trabalho, é justamente a questão de saúde e segurança, porque, evidentemente, quanto maior a jornada, maiores são os riscos de acidente de trabalho, porque aumenta o estresse, aumenta a exaustão física e mental, e, com isso, evidentemente, aumentam os riscos de acidente de trabalho. E o Brasil é um país que não está bem em matérias de acidente de trabalho; muito pelo contrário, os nossos números são alarmantes. A cada dia, Senador, morrem seis trabalhadores em decorrência de acidente de trabalho. Isso aí é uma média que foi feita nos últimos anos, não é? Ou seja, são aproximadamente 83 acidentes de trabalho por hora no Brasil.

Então, a situação está realmente muito preocupante, e nós precisamos pensar em solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Seis?

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – É, são seis mortes a cada dia e 83 acidentes sem resultado morte necessariamente por hora no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são números realmente alarmantes que, além, obviamente, de ceifar a vida do trabalhador, ainda causam também prejuízos econômicos, porque hoje é uma grande preocupação para a nação a questão orçamentária, a questão dos gastos públicos e, evidentemente, a cada acidente desse de trabalho, há uma repercussão na previdência, não é? São milhares e milhares de reais gastos pela previdência social, justamente com benefícios previdenciários decorrentes de acidente de trabalho.

Então, é um assunto muito sério, não apenas aqui, no Brasil. É um assunto que é debatido internacionalmente, essa questão dos acidentes de trabalho. Tanto é que o dia 28 de abril é considerado o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidente do Trabalho; é o dia em memória das vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Portanto, nós precisamos nos empenhar para mudar essas estatísticas e melhorar as condições de trabalho de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

E agora nós temos um outro motivo de preocupação, que realmente é o avanço das tecnologias – digo preocupação com relação a esse impacto na vida do trabalhador. Nós estamos ouvindo falar agora da inteligência artificial, que está chegando com toda a força, e as perspectivas de redução dos postos de trabalho em razão dessas novas tecnologias. E nós temos uma proteção, um direito protegido constitucionalmente, que é a proteção contra a automação.

Então, é realmente um tema essencial para o Senado debater, essas questões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Deixe-me interromper, Doutor, porque o Loricardo, perspicaz como ele é, disse: "Paim, não chamaram a Cida". Então, neste momento, eu chamo a Cida Trajano, Coordenadora (*Palmas.*)...

do Macrossetor da CUT, até porque, seguindo nas audiências públicas, eu estou aqui presidindo, aí o telefone toca: "Paim, repetindo o erro, hein?". Eu disse: "Onde é que eu errei?". "Não tem uma mulher na mesa".

Então, Cida, sente-se logo aí! (*Risos.*)

Pode tocar, e eu vou dar mais um tempo para você.

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma grande honra contar com a Cida aqui, uma mulher na mesa...

A Anamatra também é defensora dessa paridade de gêneros. Tanto é, que, recentemente, alteramos o nome da associação, para incluir a previsão das magistradas no nosso nome, que passou a ser Associação Nacional das Magistradas e Magistrados da Justiça do Trabalho.

Então, Senador, dando continuidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vá lá, vá lá...

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – ... nós agradecemos essa oportunidade de estarmos aqui, neste importante debate sobre os direitos do trabalho.

Agora, tão importante, Senador, quanto a discussão sobre o direito do trabalho é a discussão sobre a Justiça do Trabalho, sobre o Poder Judiciário especializado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem... (*Palmas.*)

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – ... nas causas trabalhistas.

Não adianta haver previsão de direitos dos trabalhadores se não houver uma Justiça forte, uma Justiça preparada, uma Justiça célere, para justamente trazer e dar efetividade a todos esses direitos.

Então, nós pedimos o apoio e a atenção do Senado também para esse importante assunto que envolve os direitos dos trabalhadores, que é a Justiça do Trabalho, que é a Justiça que conta com as magistradas e os magistrados especialistas nessa matéria, que estudam o direito do trabalho a fundo, e que, com certeza, vem, ao longo desses anos, prestando uma jurisdição de qualidade para os trabalhadores.

E, sem sombra de dúvidas, há inúmeras outras questões que nós poderíamos aqui tratar, que estão na agenda nacional do Brasil hoje, como por exemplo a pejotização, e isso vai estar sendo debatido no Supremo Tribunal Federal.

É importante que todos se debrucem sobre essa matéria, procurem entender, procurem atuar, levando as suas contribuições, para que saia uma decisão justa para os trabalhadores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadoras do Brasil, porque nós temos a certeza de que os direitos previstos para os trabalhadores, na Constituição Federal, merecem ser resguardados, e não é possível se convalidarem fraudes.

Sem sombra de dúvidas, é plenamente possível que haja pessoas dispostas a empreender no país. Isso é muito bom, é saudável para a economia que haja empreendedores, mas o que a gente não pode admitir é que trabalhadores celetistas sejam chamados de empresários sem serem. Então, é importante que haja realmente esse debate.

E o mais importante ainda é que seja preservada a competência da Justiça do Trabalho para apreciar eventuais fraudes nesses contratos, sem sombra de dúvida.

Então, a Justiça de Trabalho é uma Justiça que teve a sua competência ampliada com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004. De lá para cá, a Justiça do Trabalho não apenas trata das questões relacionadas ao emprego, mas, sim, trata de todas as relações de trabalho decorrentes do contrato de trabalho. Inclusive, é importante que essas novas modalidades laborais continuem sendo debatidas no Parlamento, para que haja as regulamentações, pois nós sabemos também que são trabalhadores hipossuficientes que terminam tendo que trabalhar, às vezes, de maneira muito precária, para essas novas modalidades de tomadores de serviço.

O mais importante, como eu havia dito, é justamente a gente preservar a competência da Justiça do Trabalho para apreciar essas demandas, para poder aplicar a melhor justiça no caso concreto.

A Justiça do Trabalho, Senador – e aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE – ... me encaminhando para o final –, é uma Justiça preocupada com os direitos sociais, que aplica a legislação de forma isenta, e, para isso, nós precisamos realmente de leis justas. Temos a sorte de ter o Senador aqui no Senado, defendendo os direitos sociais – um grande defensor dos direitos sociais, um parceiro da Justiça do Trabalho.

Agradecemos imensamente por esta oportunidade de falar para os trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes, para todo o público que nos assiste pela transmissão ao vivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecemos por todo o respeito que a Justiça do Trabalho tem e pedimos, conclamamos a todos para que, efetivamente, a gente preserve a competência da Justiça do Trabalho, que é uma Justiça de mais de 80 anos e que é um patrimônio também dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Então, fica o nosso muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Juiz do Trabalho Leonardo de Moura Landulfo Jorge, Diretor Legislativo da Anamatra, que lembrou muito bem que há um ataque à Justiça do Trabalho. Já fizemos até ato no Plenário do Senado, provocado por nós e pela Anamatra, para debater a Justiça do Trabalho. Ora, se a Justiça do Trabalho não pode julgar as causas trabalhistas, quem pode? Eles querem ir para a Justiça comum, né? É um absurdo isso.

Homens e mulheres, preparados, que conhecem... Todos eles que vêm aqui dão um *show* do mundo do trabalho. E eles querem acabar com a Justiça do Trabalho, porque esse é o objetivo – esse é o objetivo. Por isso a tal de pejotização já foi lá para o Supremo, né? E o Gilmar... Eu não tenho nada contra o Supremo, mas, quando o Supremo vota contra os trabalhadores, aí eu fico tinhoso, como diz o outro.

Ora, o Supremo Tribunal Federal votar algumas coisas contra a parte mais vulnerável, que são os trabalhadores do campo e da cidade, que é o caso lá que ele mandou deixar parada a questão dos PJs, né? Tem milhares de casos da questão da pejotização que não avançam, estão trancados lá, e o empregador que usou desse falso trabalho, falsa legislação, acaba sendo beneficiado. Então, Gilmar, dê uma mão para nós aí, viu?

Vamos em frente.

Eu passo, de imediato, a palavra para a líder Francisca Trajano dos Santos, Coordenadora do MSI-CUT.

A SRA. FRANCISCA TRAJANO DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos os presentes.

Quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui debatendo esse assunto tão importante, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A todos da mesa quero dizer que esse é um momento oportuno e muito importante para todos nós, haja vista que estamos passando por um tsunâmi, vamos dizer, neste momento. E, quando se trata da classe trabalhadora, sempre aparece esse tipo de tsunâmi nas nossas vidas.

Estávamos preparados, Senador, para este momento, mas pensando diferente, achando que o dia de hoje seria um dia que poderíamos ter muito mais debate em relação a essa questão, mas, infelizmente, como estamos passando com a questão do tarifaço, por Trump e companhia limitada, etc. e tal, a gente acabou não podendo fazer outras agendas. Mas, mesmo assim, essa agenda aqui contigo é muito importante. É importante porque você também é um grande parceiro nosso da Central Única dos Trabalhadores e de todos os sindicatos a ela filiados, é um parceiro em todas as nossas pautas. Inclusive, em outros momentos, já foi debatida a questão de cooperativas, que também é um outro problema para nós trabalhadores.

E aqui já foi colocado, primeiramente pelo Valeir, que apontou uma série de pontos superimportantes que nos foram tirados na reforma, na "derreforma" trabalhista, como a questão da ultratividade, como a questão da homologação. E, inclusive, tiraram a hipossuficiência do trabalhador e da trabalhadora na ação processual, e isso também dificulta muito para os nossos trabalhadores entrarem com uma ação para reclamar os seus direitos.

Mas, falando da nossa redução da jornada de trabalho... E já se adiantaram colocando várias questões que fazem parte dessa nossa defesa, inclusive a saúde do trabalhador e da trabalhadora. Como foi colocado, no mundo de hoje, onde os grande parte da classe trabalhadora são terceirizados e terceirizadas, isso tem trazido, de fato, muitos problemas em relação a acidente de trabalho, inclusive com jornadas exaustivas. Então, é muito importante que todos e todas procurem obter um pouco mais de conhecimento, o que significa essa jornada na vida das pessoas e, principalmente, no momento em que nós estamos vivendo uma grande mudança no mundo do trabalho com a inteligência artificial e toda essa corrida, vamos dizer assim, de automação e outras coisas mais.

Então, peço aqui para todos que se engajem nessa luta, porque nós não estamos falando apenas da relação salarial ou de emprego. Nós estamos falando de vida e de melhores condições de trabalho, principalmente se nós quisermos também debater a questão da transição justa, que tem a ver com a redução da jornada de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Francisca Trajano dos Santos, Coordenadora do MSI-CUT, que fez uma fala resumida, mas bem objetiva, nossos cumprimentos.

Passo a palavra agora para esse que me provocou para este momento da reunião de hoje. Eu tive a satisfação de ele me visitar no gabinete me falando que iria trazer hoje algumas assinaturas para a Câmara, e ele disse: "Quem sabe de tarde, fazemos aqui?". Eu disse: "O.k.", e já fechamos a parceria. O tema foi para debate na Câmara de manhã e, de tarde, aqui no Senado.

Loricardo de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT).

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas, a quem está nos assistindo... Senador, tem muita gente nos assistindo agora, o pessoal está mandando recado aqui de que está assistindo a gente pelo YouTube.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Depois eles reproduzem, passam de novo.

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA – Quero saudar nossos companheiros e companheiras e quero saudar aqui o Dr. Leonardo Moura, da Anamatra, é bom estar com você aqui; o Lucas Reis, os auditores fiscais.

Agradeço demais ao Senador Paim por esse espaço aqui. É um debate muito importante.

A minha companheira aqui, eu chamo de Cida Trajano, porque eu não gosto de chamar de Francisca, Cida é muito mais legal. (*Risos.*)

Quero agradecer àqueles nossos companheiros presidentes das Confederações, Paim: está aqui, da alimentação, o Josimar; o Claudinho, da construção civil. Eu não sei se o pessoal da energia está por aqui, acho que eu não vi, mas está chegando. Também aos metalúrgicos, companheiros e companheiras que estão aqui, de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, que estão aqui presentes. Quero, muito especialmente, agradecer aos meus companheiros e companheiras comerciários. Um abraço para vocês aqui de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um abraço a todos! (*Palmas.*)

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA – A todos. Saudações a esse pessoal que veio para cá.

Quero registrar aqui minha energia positiva para a companheira Geralda, que está lá comigo na CTPP, está se recuperando de saúde, então, um abraço muito especial, também ao meu querido Renato, que é o nosso Secretário-Geral da CUT Nacional, que está aqui (*Palmas.*), enfim, a todos os nossos companheiros e companheiras que estão presentes.

Paim, tem algo que a gente faz, enquanto metalúrgico, enquanto trabalhador da indústria, do comércio, que poucos fazem. Eu estava vendo o Josimar aqui, que é da alimentação, ele me mostrando uns vídeos, umas fotos, ele disse assim: "Nós estamos 4h30 da manhã, 5h da manhã, dentro da empresa, colhendo assinatura". Tem metalúrgico aqui que fez muita assinatura, metalúrgico que colheu muita assinatura de madrugada. O pessoal de Manaus, que está ouvindo a gente, eu sei que o fez dentro dos refeitórios das empresas, de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná (*Palmas.*)... esteve aí colhendo assinatura dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria. E aí a gente pergunta: são esses trabalhadores que trabalham na escala 6x1? Muitos não. Muitos não; trabalham numa escala 5x2, numa jornada compensatória do sábado, mas esses trabalhadores querem além da 6x1: nós queremos a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Esse é o caminho que nós estamos traçando e é esse debate que nós estamos fazendo no chão da fábrica. Tem muita gente dizendo o seguinte: "Pô, se eu soubesse que vocês iam entregar mesmo, nós tínhamos feito mais assinaturas". E o pessoal está colhendo mais assinaturas.

Nós estamos num momento importante do país. Acabei de vir agora – por isso que eu demorei, Paim, eu nem almocei ainda –, junto com a menina que está aqui com a gente, da imprensa, nós estávamos lá no lançamento do Plano Brasil Soberano, da defesa da indústria, defesa do emprego, defesa do trabalho, defesa da renda, defesa do direito deste país soberano. Por isso que a nossa vinda aqui... E nós estamos tramitando dentro do Congresso Nacional e vamos continuar tramitando, até que as PECs sejam votadas nas Comissões.

Nós falamos hoje para o Presidente da CCJ na Câmara que é importantíssima a votação, é importantíssimo ter esse caminho dentro do Congresso. Nós sabemos que não é só dentro do Congresso que mobiliza. Nós temos os Senadores, temos os Deputados, está aqui o Paim, estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí os outros Deputados que estão junto com a gente. Agora vamos sair daqui, vamos para uma conversa com a Erika Hilton, que está lá movimentando também dentro do Congresso, da Câmara Federal. Mas, se nós não tivermos o que nós estamos fazendo no local de trabalho, nas nossas assembleias, nas nossas mobilizações, nós temos certeza de que não vai acontecer – não vai acontecer. Essa é a tarefa que nós temos.

Os dados... Nós temos uma apresentação, que não vamos apresentar aqui, porque nós mandamos já para você por *e-mail*, para mandar para o Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado. Nós, inclusive, vamos entregar para você aqui, simbolicamente, essa entrega que nós mandamos para vocês num *link*, onde estão as assinaturas, porque nós temos certeza absoluta de que não é possível ficar do jeito que nós estamos.

Eu estava, essa semana, Cida, na empresa Stellantis, lá em Pernambuco, da Fiat. Por que a Fiat trabalha 44 horas... É uma montadora no Brasil, não está lá nos Estados Unidos, não está nos outros países, está no Brasil. Por que lá tem que trabalhar 44 horas e numa empresa, as mesmas montadoras, em São Paulo, trabalham 40 horas? Qual é a diferença? Os trabalhadores são os mesmos, o país é o mesmo, a legislação é a mesma. Qual é o problema?

Então, nós temos certeza e nós vamos nos preparar... Inclusive, saindo daqui, nós vamos continuar fazendo a votação do plebiscito, que está sendo feito, que vai além da jornada de trabalho, vai para a isenção do Imposto de Renda. Mas nós estamos trabalhando aqui porque homens e mulheres precisam ter, neste país, o direito ao descanso.

Nós estamos com a campanha "Porque a vida não é só trabalho". (*Palmas.*) A vida também é estar em casa, sair com a família, descansar, namorar, pescar. Nós temos que ter tempo para isso, não é só para trabalhar. Parece-me que a gente só serve para trabalhar e ganhar pouco. Porque nós, da indústria, Paim, pelo menos no ramo metalúrgico, estamos recuperando a nossa autoestima salarial. Nós temos um piso salarial...

Eu lembro quando você dizia, lá atrás, que o salário mínimo tinha que ser US$100 – você dizia isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – US$100.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA – Hoje nós estamos buscando ganhar muito mais que isso, porque o nosso piso do setor da indústria é muito baixo. Não estou falando nem do comércio, que eu sei que também é. Mas, na indústria, é como se a gente trabalhasse para baixo e não para cima, parece que a gente é custo. Nós não somos custo, nós não somos aqueles que dão problema. Nós somos soluções para o trabalho, nós somos soluções para a indústria. Nós queremos dignidade, principalmente para as mulheres, que são as que menos ganham dentro da indústria, têm os salários mais baixos.

Então, reduzir a jornada de trabalho é dar oportunidade de nós melhorarmos a vida do povo brasileiro. É melhorar a vida não só de quem está com a CTPS, a carteira assinada, que somos poucos. É um país que está cada vez mais fazendo o trabalho ficar precário. Mas nós temos certeza, Paim, de que, nesta Comissão aqui...

Nós vamos deixar depois um documento para você passar para o Alcolumbre, porque a gente não conseguiu a reunião com o Alcolumbre. Nós estamos acertando agora de tarde a conversa com o Hugo Motta. Estamos acertando agora de tarde lá para a entrega desse documento.

Mas nós temos certeza de que aqui, como lá na CCJ, vai andar essa votação e nós vamos nos preparar para fazer uma grande festa nacional, porque eu disse já lá no Planalto: "Vai ser muito legal o Presidente Lula entregar para os trabalhadores do Brasil um dia de descanso a mais para essa população que tanto trabalha e tanto faz este país crescer".

Muito obrigado.

E, no final, queremos fazer essa entrega desse documento, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Faremos.

Parabéns, Loricardo de Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT), que tem andado por este país todo – e sou testemunha, porque a gente conversa de vez em quando – com esse objetivo.

Nós marcamos agora, lá no Rio Grande Sul, dez eventos regionais – eu falei na abertura aqui –, junto com o nosso Secretário de Governo lá... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Claudir! E o Claudir é meu amigo, e estava me escapando aqui o nome dele. E meu assessor falou: "Claudir, Paim". O Claudir está marcando um grande encontro lá, ainda este ano, junto com o Ministério do Trabalho. E o objetivo, a pauta é essa que nós estamos debatendo aqui. E nós vamos estar todos juntos lá para alavancar a proposta.

Lucas Reis da Silva, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Depois, se vocês tiverem tempo, a gente abre aí para uns quatro, cinco do plenário aí. Você quer falar que eu sei. (*Risos.*)

Vamos lá.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Lucas Reis, eu sou Diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Gostaria aqui de cumprimentar os meus colegas e a minha colega da mesa. Gostaria de cumprimentar também os trabalhadores e as trabalhadoras presentes aqui nesta Comissão, durante esta audiência pública. Gostaria de cumprimentar também os trabalhadores e as trabalhadoras que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado ou pelos canais do YouTube.

Gostaria de também parabenizá-lo, Senador Paulo Paim, pela realização desta audiência pública. Este tema da redução da jornada de trabalho é um dos temas mais relevantes do mundo do trabalho na atualidade, tanto no Brasil quanto no mundo como um todo. E este tema da redução da jornada de trabalho envolve questões econômicas, mas também envolve questões sociais, envolve questões de direitos humanos e envolve questões de saúde pública. Eu gostaria de frisar isto: a redução da jornada de trabalho é uma questão de saúde pública. A gente precisa ter isso bem determinado. (*Palmas.*)

E a gente precisa compreender a importância desse tema a partir do relevo que esse tema toma quando a gente discute redução da jornada de trabalho e os impactos da redução da jornada de trabalho na saúde pública do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A jornada de trabalho, na CLT, em 1943, era uma jornada de 48 horas semanais. Com a Constituinte em 1988, quatro décadas depois, foi reduzida para 44 horas semanais. E, depois disso, depois de outras quatro décadas, a jornada de trabalho se mantém em 44 horas semanais. Ela está intocada desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ou seja, já se passaram outras quatro décadas, praticamente, e a jornada de trabalho ainda se mantém a mesma de 40 anos atrás. E, nessas últimas quatro décadas, Senador e colegas de mesa, a gente teve um enorme avanço tecnológico, um enorme avanço científico, um aumento da produtividade por parte das empresas; e a jornada de trabalho se mantém em 44 horas semanais.

É importante a gente comparar a jornada de trabalho à qual os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras são submetidos e submetidas com a jornada de trabalho praticada pelos trabalhadores em outros países, para a gente compreender como a jornada de trabalho no Brasil é extensa.

No fim da década de 90, na passagem da década de 90 para os anos 2000, a França já realizou uma redução da jornada de trabalho e instituiu uma jornada de trabalho padrão, no território francês, de 35 horas semanais – 35 horas semanais, como jornada padrão, na virada da década de 90 para os anos 2000. E a gente já está em 2025, e no Brasil a gente ainda tem uma jornada padrão de 44 horas semanais. A diferença é muito grande, Senador.

A gente pode observar que, de acordo com os dados da Trading Economics, no segundo trimestre deste ano de 2025, na França – no mesmo país –, a jornada praticada pelos trabalhadores, a jornada efetivamente praticada pelos trabalhadores na França, foi de 31,2 horas por semana. Dados também da Trading Economics apontam que, na Alemanha, a jornada efetivamente praticada pelos trabalhadores é de 34,2 horas por semana. A jornada de trabalho à qual os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiras estão submetidos é muito extensa.

Para a gente comparar com um país da América do Sul, aqui, vizinho nosso, o Chile, em 2023, reduziu a jornada de trabalho para 40 horas. O Parlamento chileno aprovou uma redução gradual da jornada de trabalho para 40 horas, de 2023 a 2028, já puxando esse bonde que o Brasil precisa seguir. O Brasil também precisa reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais e isso é urgente. No Brasil, a nossa jornada de trabalho se mantém inalterada desde a Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1988, já há quase quatro décadas com a mesma jornada de trabalho, mesmo com o avanço tecnológico, o avanço científico e o aumento da produtividade por parte das empresas.

Então, uma comparação entre a jornada de trabalho praticada pelos trabalhadores brasileiros, à qual os trabalhadores brasileiros estão submetidos, e a jornada de trabalho em nível internacional comprova que a redução da jornada de trabalho é uma necessidade que se impõe para o mundo do trabalho aqui no Brasil, não é?

E aí eu gostaria de apresentar três argumentos rápidos a favor da redução da jornada de trabalho. O primeiro argumento é o argumento da produtividade. Esse argumento, de forma falaciosa, tem sido utilizado contra os trabalhadores, no sentido de que a produtividade diminui com a redução da jornada de trabalho, mas experimentos recentes e estudos empíricos têm comprovado exatamente o contrário: a redução da jornada de trabalho aumenta a produtividade, não diminui.

E aí eu posso citar um experimento da Microsoft, realizado no Japão, em 2019. Em 2019, a Microsoft, de forma experimental, implementou a jornada de quatro dias no Japão, com inúmeros trabalhadores, e esse experimento comprova que a redução da jornada de trabalho para quatro dias na semana aumentou a produtividade em 40% – nesse experimento realizado no Japão, em 2019, 40%.

Um experimento também realizado na Irlanda e no Reino Unido, que é um experimento que caminha no mesmo sentido, quatro dias de trabalho por semana, comprovou que a redução de um dia de semana de trabalho resultou em um aumento da produtividade em 20%.

Então, a redução da jornada de trabalho não diminui a produtividade; pelo contrário, os experimentos mais atualizados e os estudos empíricos atualizados comprovam que a redução da jornada de trabalho aumenta a produtividade e não o contrário.

O argumento de que a produtividade é diminuída com a redução da jornada de trabalho é um argumento completamente falacioso, porque a redução da jornada de trabalho faz com que as empresas repensem processos, faz com que as empresas eliminem desperdícios, faz com que as empresas automatizem tarefas, e, nesse sentido, a reorganização do processo produtivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto pela redução da jornada de trabalho resulta num aumento da produtividade, não o contrário.

Dois professores estadunidenses, a Profa. Juliet Schor e o Prof. Peter Cappelli, também realizaram estudos empíricos com trabalhadores nos Estados Unidos e comprovaram que a produtividade tende a se manter ou aumentar com a redução da jornada de trabalho, e não o contrário.

Então, o primeiro argumento favorável à redução da jornada de trabalho é o argumento do aumento da produtividade, e não o contrário. Esse argumento que diz que a redução da jornada de trabalho diminui a produtividade é um argumento completamente falacioso, se a gente toma dados da realidade, estudos empíricos e estudos, experimentos reais, concretos, que comprovam para a gente que a redução da jornada de trabalho aumenta a produtividade, na verdade.

O segundo argumento favorável à redução da jornada de trabalho se relaciona com questões de segurança e saúde no trabalho. E, com relação a esse aspecto, nós, auditores-fiscais do trabalho, conseguimos perceber isso na prática. Quando acontecem os acidentes de trabalho graves e fatais, são os auditores-fiscais do trabalho e as auditoras-fiscais do trabalho os primeiros servidores públicos a chegarem no ambiente de trabalho para realizar a fiscalização e para realizar a análise do acidente de trabalho. São os auditores-fiscais do trabalho que chegam quando da ocorrência de acidentes graves e fatais no meio ambiente laboral. E os auditores-fiscais do trabalho, de forma empírica... A nossa prática profissional demonstra para a gente de forma muito evidente que existe uma relação direta, uma relação proporcionalmente direta entre jornadas extensas e ocorrências de acidentes de trabalho e agravamento de doenças ocupacionais. Nós, auditores-fiscais do trabalho, somos testemunhas, porque a gente vê isso na prática, no dia a dia, durante as nossas fiscalizações. Então, a redução da jornada de trabalho é uma questão que também se relaciona com questões de segurança e saúde do trabalho. E o Brasil é um dos países que mais acidenta trabalhadores no mundo, e isso impõe para nós ainda mais a necessidade de redução da jornada de trabalho, inclusive como forma de redução dos acidentes de trabalho e do agravamento de doenças ocupacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí existem inúmeros, dezenas, centenas de estudos que demonstram que o trabalho em jornadas excessivas é uma das principais causas de acidente de trabalho, uma das principais causas de ocorrência de doenças ocupacionais.

Tem um estudo da Inc. Magazine, nos Estados Unidos também, que comprova que o pico de acidentes de trabalho ocorre entre a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – .. oitava hora e a nona hora de trabalho. Existem vários estudos do Dieese que também comprovam isso.

Mas eu gostaria de citar só um estudo conjunto da OMS e da OIT, da Organização Mundial de Saúde e da Organização Internacional do Trabalho, Senador, que foi realizado em 2021. Esse estudo da OMS em conjunto com a OIT estima que o trabalho de 55 horas ou mais em 2016 foi responsável por 745 mil mortes por AVC e doença isquêmica do coração – em 2016, 745 mil. Esse mesmo estudo estima que os trabalhadores submetidos a uma jornada de 55 horas semanais ou mais têm o risco 35% maior de ocorrência de AVC e 17% maior de ocorrência de doença isquêmica do coração, se comparados aos trabalhadores que experimentam uma jornada de trabalho de 35 a 40 horas semanais. Ou seja, os dados comprovam que a redução da jornada de trabalho é uma questão de saúde pública; a redução da jornada de trabalho é uma questão importante para enfrentar os dados alarmantes de acidentes de trabalho no Brasil, que colocam o Brasil numa das posições mais graves, um campeão ao contrário em ocorrência de acidentes de trabalho no mundo. Então, a redução da jornada de trabalho é urgente para o enfrentamento aos acidentes de trabalho.

E, por fim, o último argumento, bem rápido para eu terminar. O terceiro argumento que justifica a redução da jornada de trabalho se relaciona com justiça social e distribuição do trabalho. A redução da jornada de trabalho contribui com o enfrentamento do desemprego, contribui também com o combate à precariedade no trabalho. Dados do Dieese também comprovam que a redução da jornada de trabalho no Brasil de 44 para 40 horas semanais provocaria de imediato um incremento de 2 milhões a 4 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos no Brasil, imediatos, pela simples redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas semanais. Além disso, o aumento dos postos de trabalho cria uma demanda que é um instrumento importante para o combate à precariedade no trabalho.

Agora, para finalizar, eu gostaria de falar diretamente com os trabalhadores e as trabalhadoras que lotam esta Comissão neste momento e que também nos ouvem de forma remota ou nos assistem de forma remota. Os trabalhadores e as trabalhadoras sabem, eles experimentam na prática, que a redução da jornada de trabalho vai ter impacto na sua qualidade de vida, vai ter impacto no momento que eles vão poder passar com seus filhos, com seus pais, na possibilidade de os trabalhadores e as trabalhadoras se capacitarem, aprenderem a tocar um instrumento, irem para a escola, fazerem um curso, viverem a vida, viverem em sociedade. É importante os trabalhadores compreenderem isto: a redução da jornada de trabalho tem impacto direto, concreto e real na qualidade de vida de cada um e de cada uma de vocês que me escutam agora. Nesse sentido, é importante que os trabalhadores e as trabalhadoras se engajem na luta pela redução da jornada de trabalho; é importante que os trabalhadores e as trabalhadoras tomem a redução da jornada de trabalho como uma bandeira, para que a gente possa alcançar um avanço civilizacional neste patamar civilizatório mínimo em que a gente se encontra neste momento.

Há quase 40 anos a jornada de trabalho é a mesma no Brasil. A gente experimentou avanços científicos, avanços tecnológicos, a gente experimentou um aumento da produtividade, e a jornada de trabalho continua a mesma, ou seja, quem se beneficia com a jornada de trabalho no Brasil, hoje, é uma pequena parcela da população brasileira; quem se beneficia com a jornada de trabalho de 44 horas, no Brasil, hoje, é aquela parcela de empregadores que produz mais, que lucra mais, mas que emprega menos. É essa parcela da população brasileira que lucra, que ganha mais, que se beneficia mais com uma jornada de trabalho de 44 horas semanais.

A gente precisa, de forma imediata, de forma urgente, reduzir a jornada de trabalho para que os avanços científicos, para que os avanços tecnológicos não sejam mais apropriados por essa pequena parcela da população brasileira, mas que sejam apropriados pelo conjunto da sociedade brasileira, por todos os trabalhadores e por todas as trabalhadoras, e não só por essa pequena parcela que lucra com uma jornada de trabalho tão extensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado aos trabalhadores, muito obrigado a todos e todas por me ouvirem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Lucas Reis da Silva, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, que trouxe, inclusive, dados e números novos para nós aqui. Porque a redução da jornada eu estou discutindo desde a Constituinte, viu? Na Constituinte, nós trabalhamos muito. E eu quero fazer uma pequena homenagem para um que acabou liderando, porque era do centrão, era mais fácil para ele do que para nós: Gastone Righi, que deve ser do Rio de Janeiro, né? Ele disse: "Paim, olha, se vocês assinarem aqui entre os primeiros, não passa. Eu assino, e vocês assinam atrás". Aí fizemos um acordão, seriam 40 horas, né? Daí aprovamos as 44 horas, lá na Assembleia Nacional Constituinte. Como falou, eu completo 40 anos de Congresso no ano que vem; é exatamente isso, vai dar 40 anos que nós passamos para 44 horas. E não houve nenhum retrocesso nesse aspecto, só avançou, né? Saúde do trabalhador, carga horária, enfim...

Vamos em frente. Eu conversei aqui com o Loricardo e queria abrir para o plenário, dentro do tempo de vocês, claro, para cinco inscrições. (*Pausa.*)

Vai também?

Então, cada um que levantou a mão diga o nome; pode pegar o microfone, apertar aí e dizer o nome e a entidade.

O SR. CLAUDIO DA SILVA GOMES – É Claudio da Silva Gomes, da Conticom (Confederação Nacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira), da CUT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está tomando nota, não é? (*Risos.*)

Ela não estava.

O SR. BOB MACHADO – Bob Machado, do Sinait.

O SR. JOSIMAR LUIZ – Josimar, da Contac, CUT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem mais dois ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – Luiz, da Contracs, CUT.

O SR. CLÁUDIO ARAÚJO – Cláudio, do Stimeic, de Extrema, Minas Gerais, metalúrgico.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE JESUS – Marco Antônio, Presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k., vamos lá, então.

Eram cinco que viraram sete, mas faz parte do jogo. (*Risos.*)

Então, o primeiro...

O SR. CLAUDIO DA SILVA GOMES – Vou ser bem sucinto, Senador, até para não colocar... Porque todo mundo já sabe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Toda vez que for falar, para efeito de registro da Casa, dê o nome e a entidade, e daí comece a falar.

Cinco minutos para cada um.

O SR. CLAUDIO DA SILVA GOMES (Para expor.) – Tudo bem. É Claudio da Silva Gomes, da Conticom, CUT.

Como foi dito pelo último orador, se implementada a redução da jornada, nós vamos ter uma ampliação da base de trabalhadores. Isso interessa muito aos capitalistas, porque você vai ter um mercado consumidor maior, e os trabalhadores vão ter tempo para consumir. Então, é uma coisa diretamente interessante ao capitalismo, que é você ter uma ampliação da base do mercado consumidor, numa sociedade em que a produtividade cada vez aumenta mais e mais produtos são colocados à disposição. Se a gente não fizer a redução, se não aumentar a base de trabalhadores, como é que nós vamos consumir os produtos que são produzidos? Então, é importante até pensar nesse aspecto.

Uma outra coisa importante é a redução do absenteísmo, a redução da falta ao trabalho, porque o trabalhador descansado não vai faltar. Ele vai ter tempo para resolver os problemas particulares dele no período em que ele estiver folgando, não precisa faltar ao trabalho para poder fazer seus compromissos. Também vai ter tempo para voltar descansado ao local, e, com certeza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descansado, ele será mais produtivo. A gente tem como exemplo que as empresas que pagam mais e que dão ao trabalhador mais liberdade nessa questão de tempo são as que têm os maiores índices de produtividade, assim como aquelas que pagam melhores salários e distribuem PLR. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Quem é o próximo? Do lado, aí, você.

O SR. JOSIMAR LUIZ – Alô, alô. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É você aí. Diga nome e entidade.

O SR. JOSIMAR LUIZ (Para expor.) – Josimar Luiz Cecchin, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação (Contac), da CUT.

Nós viemos do setor alimentício, e o setor alimentício tem algumas diferenças de outros setores. Nós temos muito a questão da insalubridade, principalmente no setor frigorífico e no setor frio. A redução da jornada, Paim, nesse setor vai ajudar, principalmente, nas doenças osteomusculares dos trabalhadores que estão diretamente inseridos no frio e, principalmente, nas doenças psicossociais, porque o trabalhador fica muito tempo fechado dentro da fábrica, o que acaba fazendo com que atrapalhe, principalmente as mulheres, porque hoje muitas delas – e tem um estudo, inclusive, sobre isso –, as mulheres grávidas que ficam nesse setor fechado, com o frio, e a criança... O protetor é para a mãe, a proteção é para a mãe, mas o filho está só numa pelezinha, não é?

Então, muito disso vai contribuir para a diminuição... Tem um estudo do tempo de exposição auditiva da criança, que pode prejudicar no futuro. Então, é um estudo do Dr. Roberto Ruiz, da ObAgro – que é um observatório do agro –, muito importante sobre isso. Também não tenho tempo hoje para falar muito disso, mas é um estudo que está sendo feito e que tem comprovações científicas quanto a isso. Nós estamos falando com comprovações científicas, não como aconteceu lá no tempo da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer isto: no setor da alimentação, além do que, os trabalhadores andam mais de duas horas de ônibus – são duas horas e meia de ônibus para ir ao trabalho. Então, essa redução vai ajudar também para que os trabalhadores diminuam seu cansaço, mas, além disso, possam ficar junto com a família. E quando a gente fala de família, a gente fala em religião; que possam também ficar um pouquinho mais na sua particularidade da sua religião, podendo rezar um pouquinho mais, talvez, não é, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sempre é bom.

O SR. JOSIMAR LUIZ – A gente só fala em Deus, pátria e família, mas se esquece de defender esses compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permita-me que eu diga, eu tinha um amigo em São Paulo – um dos fundadores da CUT, inclusive, do meu tempo, viu? –, o Gilmar, do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Ele dizia: "Nunca esqueça, Paim, orai e vigiai". Era na linha do que você estava falando.

O SR. JOSIMAR LUIZ – É isso aí, Paim.

Então, se nós não pensarmos nisso também... E o movimento sindical pensa tudo isso.

Eu agradeço a você por esse belíssimo trabalho que vem desempenhando, e "Fica, Paim", não se esqueça disso. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já falou, já falou, já falou!

Vai lá, mestre.

O SR. BOB MACHADO (Para expor.) – Senador Paim, gostaria de saudá-lo e os integrantes da mesa, meu colega Lucas, o Loricardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu sei teu nome, mas a turma toda não sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BOB MACHADO – Ah, é, eu esqueci. Eu sou Bob Machado, estou Presidente do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores) aí pelos dois últimos mandatos.

O Lucas fez uma exposição irretocável. Lucas, meus parabéns. O colega abordou praticamente todos os pontos que nós consideramos essenciais nessa relação do dia a dia do trabalhador. Nós, que estamos na ponta lá, com os trabalhadores, toda vez que acontece um acidente... E acontece, Senador, um acidente a cada 43 segundos. São mais de 2 mil acidentes por dia no Brasil. São 3 mil mortes por ano no Brasil por acidente de trabalho.

E esses trabalhadores, quando a gente vai verificar a fundo... Porque normalmente a culpa é do trabalhador. Tu chegas lá: foi o trabalhador que teve um ato falho, um ato inseguro, a culpa é do trabalhador. Tu vais investigar: aquele trabalhador era de um outro setor, a empresa não tinha dado treinamento suficiente para aquele trabalhador, faltou um trabalhador de outra área, movimentou para um outro setor, o trabalhador estava com excesso de jornada, e, obviamente, nós somos seres humanos, máquinas biológicas, nós cansamos – é natural que isso ocorra. E aquele trabalhador vem a óbito, se acidenta, falha.

O mundo inteiro discute, Senador, a redução da jornada de trabalho. O mundo inteiro discute renda mínima, hoje, para os trabalhadores. Por que o mundo discute isso? Porque o mundo é bonzinho, os capitalistas mundo afora são bonzinhos? O mercado, o capital? Não. Porque eles sabem o que está vindo por aí: as alterações tecnológicas, a proteção à automação, Senador, não é? A redução de jornada de trabalho deixará de ser uma demanda dos trabalhadores para se tornar uma imposição necessária da sociedade, em breve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. BOB MACHADO – E nós precisamos, efetivamente, nos debruçar sobre isso, e o Senado precisa trabalhar no sentido de construir proteções também, Senador, a esse, vamos dizer assim, avanço da alteração sem considerar a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

É claro que mais tempo em casa, mais tempo com a família é mais qualidade de vida. O trabalhador tem direito. O trabalhador não é uma máquina de trabalho que, quando se aposenta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que morrer, e muitos pensam assim. A nossa elite atrasada... E a gente viu isso na pandemia, quando queriam que os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil fossem trabalhar e colocassem suas vidas em risco, enquanto eles estavam nas suas casas de praia, nas suas casas na montanha, em outros países.

Essa é a visão do capital no país. Essa é a visão do capital no mundo. E o trabalhador precisa enxergar atrás da cortina. O trabalhador precisa se mobilizar. Precisa ir à luta, e fazer essa luta.

Nós vamos fazer, Senador.

Eu quero também... Como representante do sindicato nacional, eu tenho muitos amigos que trabalham, por exemplo, de Uber. Nenhum deles, Senador, tem uma outra atividade principal. A atividade principal deles é o Uber. Nós que pegamos o transporte coletivo, ou Uber, ou táxi, sabemos que aqueles que estão no Uber o têm como atividade principal.

Essa falácia, que o capital constrói e, a preço de muito *lobby*, aqui no Congresso defende, é um absurdo. Cabe a esta Casa, cabe aos Senadores, Deputados e a nós sociedade pressionar para mudar essa realidade, porque, no final das contas, todos somos iguais. Não interessa se é o Elon Musk, o maluquinho lá dos Estados Unidos, que tem trilhões de dólares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BOB MACHADO – ... ou a pessoa que está morando embaixo da ponte: todos somos seres humanos, todos precisamos comer, todos precisamos de carinho e todos precisamos ter uma vida plena. E a redução da jornada de trabalho, obviamente, caminha nesse sentido; mas não só a redução: sem redução de salário e aumento da remuneração, para que eles possam gozar, efetivamente...

Eu sei, Senador. Eu quero parabenizá-lo por sua história nesta Casa. Eu me lembro da sua luta pelos US$100. Eram US$100 para aumentar o salário mínimo, mas não era o dólar de hoje, não era o salário mínimo de hoje. Graças a Deus, sua luta foi um sucesso. Hoje, é muito mais do que era, mas ainda está muito aquém do que deveria ser para garantir tudo aquilo, para os trabalhadores e trabalhadoras deste Brasil, que está esculpido na nossa Constituição Cidadã. E nós precisamos defender essa Constituição com unhas e dentes, todos os dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero também, como gaúcho, como brasileiro, como trabalhador, pedir: fica, Paim, por favor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse foi o grande Bob Machado, Presidente do Sinait, que fez também uma bela exposição.

Já falou o Claudio da Silva Gomes, já falou o Josimar, falou agora o Bob Machado...

Agora é o Cláudio Araújo, da metalúrgica, Stimeic, Minas Gerais.

O SR. CLÁUDIO ARAÚJO (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde a todos.

Meu nome é Cláudio. Estou aqui representando o sindicato de Extrema, no caso, a Stimeic, dos metalúrgicos de Extrema e região.

Primeiramente, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui na mesa, podendo me expressar também, e espero que todos os que fizeram aquele trabalho de estar coletando as assinaturas do fim da escala 6x1, fim da redução de jornada – no caso, sem redução de trabalho... Esse trabalho nosso não foi em vão. Acredito que ele será colocado para votar, para a gente levar para os nossos sócios – o pessoal do sindicato e os sócios também – acreditarem no nosso trabalho, porque a gente vem aqui para representar, para eles estarem juntos com a gente. E eles vão estar juntos com a gente, a partir do momento em que tivemos essa abertura de trazer essa pauta aqui para ser votada. A gente vai ganhar mais prestígio com eles também.

Gostaria de agradecer a todos os sindicatos que se organizaram e vieram aqui, além de ao meu sindicato também, ao sindicato de Pouso Alegre, ao sindicato de BH-Contagem, e agradecer à Mesa. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Cláudio Araújo, metalúrgico do Stimeic, de Minas Gerais, que agradeceu, lembrando da minha capital Porto Alegre. Obrigado pela lembrança.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CLÁUDIO ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – É Pouso Alegre, Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pouso Alegre, Pouso Alegre! Eu me lembrei de Porto Alegre. Como um bom gaúcho, eu me lembrei de Porto Alegre quando você falou Pouso Alegre.

O SR. CLÁUDIO ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Pouso Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, um abraço para Pouso Alegre.

O SR. CLÁUDIO ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Pouso Alegre, Extrema, tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, estamos todos juntos. É isso o que interessa.

Luiz Saraiva, Contracs, CUT-DF.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Meu nome é Luiz Saraiva, sou Diretor da Contracs (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços), da CUT, e sou Diretor do sindicato dos empregados no comércio aqui do Distrito Federal.

Queria agradecer já inicialmente ao Senador Paulo Paim por sempre estar nessa luta junto com os trabalhadores e as trabalhadoras, agradecer aqui também a quem fez toda a mobilização aqui, ao nosso querido Loricardo de Oliveira, junto com a nossa companheira do Sindicato dos Comerciários, a Geralda Godinho. (*Palmas.*)

Toda a turma que está aqui hoje está numa luta, e, desde 1988 – não é, Senador? –, não se fala em mexer na jornada de trabalho. Então, é muito tempo, já era para ter acontecido para os trabalhadores terem uma qualidade de vida melhor. E a gente está trabalhando para quê? Para viver só trabalhando, 24 horas. Nós não temos tempo para estudar, não temos tempo para esporte, não temos tempo para lazer nenhum, para igreja, para se qualificar, para ter sua vida com a família... Para quê? Só para trabalhar? Não se justifica. Enquanto as empresas – a gente está vendo aí –, todo final de ano, têm o balanço dos lucros, e são bilhões, os trabalhadores estão com a conta lá negativa. Então, isso não justifica. Nós temos que reduzir a jornada de trabalho. Essa luta sua é de muito tempo, junto com todas as nossas centrais, com a CUT...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós trabalhadores já viemos aqui quantas mil vezes, né, Senador? Está passando da hora. Então, vamos batalhar realmente para que todos compreendam que os Deputados, que os Senadores... Porque o Governo Federal, o Governo Lula já sabe que tem que reduzir a jornada de trabalho, mas o Congresso tem que estar junto, entendeu? Tem que apoiar. É uma pauta necessária, pois já passou da hora de a gente reduzir, de a gente dar dignidade para as pessoas, porque são os trabalhadores que trazem a riqueza para nosso país. Nosso país é um país muito rico, muito diverso. Então, está na hora de valorizar o trabalhador e a trabalhadora e reduzir a jornada de trabalho para que esse trabalhador possa realmente viver com dignidade.

As pesquisas estão aí, de vários países que tiveram essa iniciativa, e todas foram positivas. Dar qualidade de vida para os trabalhadores é melhorar a vida do país, é melhorar a vida da empresa, porque vai ter mais produção com certeza –, é o que mostram as pesquisas.

Nós estamos com plebiscito, que é nacional, buscando assinaturas dos trabalhadores para dizer que querem reduzir a jornada de trabalho, querem o fim da escala 6x1. Está sendo votado em todas as categorias, e a gente espera que o Congresso Nacional respeite o trabalhador e a trabalhadora e reduza a jornada de trabalho sem redução de salários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Luiz Saraiva, Contracs, CUT-DF.

É isso mesmo!

Faltou aqui só o Marco Antônio, Presidente da Federação dos Metalúrgicos da CUT-Minas Gerais.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE JESUS (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Meu nome é Marco Antônio, eu sou Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e Presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT.

Eu vou tentar aqui não ser repetitivo, sendo o último a falar.

Queria só destacar aqui que nós temos que lembrar... Eu sou aqui uma testemunha viva de 1988, e a gente, naquele momento em 1988, já debatia que a jornada de trabalho tinha que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduzida para 40 horas semanais. E foi um acordo dos Constituintes naquela época que levou à redução para 44 horas semanais, com o debate de que, em alguns dias depois, em alguns meses depois, a gente voltaria a discutir as 40 horas semanais. Já se passaram 40 anos, e não fizemos mais o debate, não teve mais o debate nesta Casa com relação à questão das 40 horas semanais. Então a gente tem que lembrar essa questão lá de 1988, quando foi debatido e foi feito um acordo entre os Deputados Constituintes.

E naquele momento também – a questão foi muito bem falada pelos companheiros da mesa – os empresários falavam que iria quebrar as empresas, que iria ter desemprego, iria quebrar as empresas, e nada! Pelo contrário, hoje a gente está vendo as empresas faturando muito mais. Alguém falou da questão do lucro, e é correto. O problema é que os empresários não abrem mão do lucro.

Nós estamos com uma empresa mineradora em Minas Gerais que pagou lá, pelos problemas que teve com o desastre que teve, 36 bilhões, e o lucro desses 36 bilhões era apenas de um trimestre. Nós estamos com o empresário da área de supermercado que falou que nunca ganhou tanto dinheiro na vida agora no final do ano passado, que nunca vendeu tanto na vida e nunca abriu tanto supermercado igual está sendo. Então, assim, tem muito empresário ganhando muito dinheiro e não quer abrir mão do lucro para que seja feita a redução da jornada de trabalho sem redução de salário ou o fim da escala 6x1.

O debate que está sendo feito agora em Minas Gerais... Nós acabamos de entregar a pauta de reivindicações para começar a nossa campanha salarial, e o grande debate feito em Minas Gerais é a questão do apagão da mão de obra. Não tem mão de obra. Mas por que não tem mão de obra? Não tem mão de obra porque o salário é baixo, não tem mão de obra porque a jornada é excessiva, e, mesmo assim, eles não querem fazer o debate para reduzir a jornada. Então, acho que a questão...

Também foi discutido aqui, algum tempo atrás, que a questão seria discutida nas convenções coletivas, e nós não podemos transmitir este debate para convenção coletiva, porque essa questão das convenções coletivas é que traz a divisão dos trabalhadores. É isso que traz a divisão, porque hoje nós temos bancários, professores, saúde, nós temos várias categorias já com redução de salário, aliás, com a redução de jornada, e aí não entram na campanha no total, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem a campanha do conjunto dos trabalhadores, porque alguns já têm na convenção coletiva. Então nós temos que trazer o conjunto dos trabalhadores para discutir a redução da jornada sem redução de salário, para que a gente possa unificar o conjunto dos trabalhadores, e a questão essencial com relação à questão do fim da 6x1, porque pode também existir jornada menor e tal, mas não existir a redução da questão 6x1.

Então, eu acho extremamente oportuno este debate, porque o momento exato em que nós estamos discutindo é de apagão da mão de obra, a questão da importação e exportação. Então, eu acho que tudo isso leva a que a gente possa aprovar a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, com o fim da escala 6x1.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Marco Antônio, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais.

Eu vou só deixar aqui no ar e, depois, se for o caso, nós respondemos, via Comissão, o que chegou aqui do e-Cidadania.

Lilian, do Espírito Santo: "Com a redução da jornada, os salários também seriam impactados? Ou a irredutibilidade salarial será mantida?". As propostas todas vão nesse sentido, reduzir jornada sem reduzir salário.

Álvaro, do Paraná: "Como a redução da jornada impactará os custos trabalhistas e encargos contábeis das empresas?". Por tudo que eu ouvi aqui – vocês podem complementar –, não vai ter impacto nenhum, porque quando você reduz a jornada e aumenta ainda a produtividade, quem tem lucro a mais? Quem vai lucrar é a empresa. O trabalhador vai continuar com o mesmo salário dele. E, por toda a experiência contada aqui, fica muito claro que aumenta a produtividade, aumenta o lucro, há menos acidente, menos doenças do trabalho, menos rotatividade. Então, o impacto será positivo. Eu assumo a responsabilidade de responder que não tem redução... não tem prejuízo nenhum para o empregador.

Robson, do Rio Grande do Sul: "Qual é o principal desafio para conciliar a redução da jornada [...] com a manutenção da produtividade e da competitividade?". Tudo que eu tenho ouvido nesse período mostra que aumenta a produtividade. Só não vamos repetir aqui os mesmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumentos, né? É menos acidente, é saúde, é menos estresse, é menos doença, é menos rotatividade, menos falta – menos falta, que é além da rotatividade. Eu só estou aqui revisando aquilo que eu ouvi.

Vítor, do Rio Grande do Sul: "Como [...] [ficará] a situação de quem [...] deseja trabalhar seis [...] ou mais [vezes] por semana [...] [para, em determinado período da vida, obter maior renda]? Será proibido?". Isso aqui é a famosa hora extra, né? Nós temos que ter jornada de seis horas, que é o que todos nós defendemos, e o camarada poderá ter, se assim entender, outra atividade, da forma como ele entender mais adequada.

Valdinei, de São Paulo, diz que devem ser criados mecanismos para impedir que empregadores burlem a redução de jornada. Esse aqui, vocês, que são fiscais do trabalho – viu, Bob? –, é um dos principais problemas. O Bob está ouvindo? Esse é um dos principais problemas: devem ser criados mecanismos para impedir que empregadores burlem a redução de jornada.

Eu vou dar um dado aqui, com tristeza. Desde a Constituinte, nós sempre brigamos: mulher e homem, mesma função, mesmo salário. Muito bem. Depois de quase 40 anos, aprovamos. O que aconteceu? Mulher e homem continuam com uma diferença enorme na mesma função, principalmente as mulheres negras. As últimas pesquisas a que eu tive acesso mostram isso. Os culpados são vocês e não o mercado de trabalho? Não, não são. Mas dizem que é a área de vocês, né?

Mas eu vou permitir, aqui neste encerramento, em seguida, em seguida... Vocês vão entregar um abaixo-assinado aqui, né? Um documento dizendo o número de assinaturas, que já chegou ao Congresso. Mas eu vou permitir que os três que estão na mesa, cada um fale por três minutos, para as suas considerações finais, e daí teremos o ato de entrega desse documento, e tu vais chamar as entidades. Então fique por último, para fazer ao mesmo tempo isso.

Então começo com o Lucas. Lucas, três minutos aí, faça uma síntese como tu bem entenderes.

O SR. LUCAS REIS DA SILVA (Para expor.) – Só para concluir, eu gostaria de comentar só duas questões bem rápidas aqui. A primeira é sobre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Álvaro, do Paraná, perguntou: "Como a redução da jornada [de trabalho] impactará os custos trabalhistas e encargos contábeis das empresas?". As experiências internacionais têm demonstrado, Álvaro, que a redução da jornada de trabalho impõe às empresas a redução de custos, não a partir da exploração da jornada do trabalhador, mas a partir de outros meios, como a redução, a automatização de algumas atividades ou a luta contra o desperdício dentro das empresas. Então, as empresas, quando se veem diante da necessidade de reduzir a jornada de trabalho, elas reorganizam o processo produtivo, e essa reorganização do processo produtivo é o que impacta positivamente a produtividade e impede que os mesmos lucros sejam reduzidos, né? Então, a reorganização do processo produtivo por parte das empresas é que impede o aumento de custo.

E o Valdinei, de São Paulo, pergunta: "Devem [...] [ser criados] mecanismos [para impedir que empregadores burlem] a redução da jornada?". Eu acho que é importante a gente pontuar aqui que um dos instrumentos mais eficientes para reprimir as irregularidades trabalhistas, e nesse caso reprimir a redução da jornada de trabalho, é o investimento do Estado brasileiro na inspeção do trabalho.

Nós ficamos quase 13 anos sem concurso para Auditor-Fiscal do Trabalho. O número de auditores-fiscais do trabalho ainda é reduzido no Brasil. No ano passado, a gente teve um grande concurso para Auditor-Fiscal do Trabalho, o maior concurso da história, 900 vagas, com a possibilidade, inclusive, de ampliação das convocações para um número maior do que 900, então é o maior concurso da história. E o impedimento, a burla da redução da jornada de trabalho ou as irregularidades com relação à jornada de trabalho como um todo passam pelo fortalecimento da inspeção do trabalho no Brasil, para que haja inspetor, auditor-fiscal do trabalho, para que haja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS REIS DA SILVA – ... inspeção do trabalho em cada estabelecimento, acompanhando cada processo produtivo em cada empresa do Brasil. Essa é a melhor forma de se combaterem as irregularidades trabalhistas como um todo, inclusive com relação à jornada de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de me despedir desta audiência pública. Gostaria de me despedir mais uma vez dos trabalhadores e das trabalhadoras aqui presentes, das suas entidades representativas, dos meus colegas de mesa e dos trabalhadores e das trabalhadoras que nos acompanham remotamente.

A importância da redução da jornada de trabalho está na mão dos trabalhadores. São os trabalhadores que precisam se engajar nessa luta para que a gente dê um passo adiante nesse processo civilizatório e aumente o patamar civilizatório mínimo da sociedade brasileira.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Doutor!

Francisca Trajano dos Santos, Coordenadora da MSI da CUT.

A SRA. FRANCISCA TRAJANO DOS SANTOS (Para expor.) – Macrossetor da Indústria.

Bom, o Lucas nos trouxe vários dados importantíssimos. Acho que você pode até nos passar depois algum desses dados, principalmente quando se trata da questão da saúde do trabalhador e da trabalhadora.

E quero dizer que agora, do dia 18 até o dia 21, acontecerá a 5ª Conferência Nacional de Saúde do trabalho, em que, com certeza, vamos debater a questão da saúde do trabalhador e da trabalhadora, porque a redução da jornada de trabalho faz parte disso.

Agora, além da saúde do trabalhador e da trabalhadora e o que foi colocado aqui em termos de acidente de trabalho, hoje nós temos que pensar muito além: na saúde mental do trabalhador e da trabalhadora frente a todas essas mudanças no mundo do trabalho. E, com certeza, a redução da jornada de trabalho também fará a diferença na questão da saúde mental de toda a nossa população trabalhadora. Então, eu quero terminar dizendo isto: a saúde mental é algo em que nós temos que prestar atenção.

Eu costumo dizer, Senador, que, quando se trata da questão da saúde mental, seja em casa ou seja no trabalho, não é apenas afetado aquele que sente o problema, aquele que está doente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sim todos que estão ao redor, inclusive a própria produtividade e a qualidade do produto – se é o que mais se teme por parte dos empresários.

Então, vamos pensar a questão na redução da jornada, pensando na saúde e na qualidade de vida da nossa população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Francisca Trajano dos Santos, que encerra a sua fala fortalecendo a saúde, inclusive a saúde mental.

Agora vamos para o Loricardo de Oliveira, para os seus cinco minutos finais. E, ao mesmo tempo, ele vai fazer a simbologia do ato; e depois eu encerro.

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – O.k.

Quero saudar meu querido Senador Paim e dizer que a oportunidade que nós temos tido no país de discutir a relação de trabalho é muito fruto do Governo Lula, que dá a oportunidade que nós estamos tendo para fazer esses debates, algo que nós não tínhamos, inclusive, desde 2018.

Essa possibilidade da redução da jornada de trabalho, Paim, que é de 44 horas há 40 anos... Quando teve a redução para 44 horas, não vamos esquecer que a indústria brasileira robotizou a indústria, mecanizou a indústria, diminuiu os postos de trabalho, e a produção continuou a mesma. Nós estamos numa fase da inteligência artificial. As empresas estão digitalizando o trabalho. Mais gente vai ficar sem trabalho. Então, discutir a redução da jornada de trabalho neste momento é a oportunidade de dar cidadania para muita gente que está fora do mercado de trabalho.

Eu vi uma pergunta aqui feita: "Como eu vou trabalhar mais?". Talvez não seja essa a pergunta. É: como nós vamos fazer com que a produção brasileira seja feita com menos gente trabalhando, mas com mais gente ganhando salário? Mas menos gente trabalhando... Do jeito que está não dá. Nós queremos com carteira assinada, porque hoje nós estamos com 30 milhões de brasileiros que não têm carteira assinada. Eu digo até que é privilégio ter a CTPS assinada. E nós queremos que mais gente tenha carteira assinada. É isso que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a oportunidade que nós temos de reduzir a jornada de trabalho é agora. Mesmo com todo o problema que está tendo no Congresso Nacional, nós sabemos, Paim, que se houver a mobilização nacional, como a gente está tendo, dos Senadores e Deputados que estão a fim de fazer isso junto conosco, nós temos absoluta certeza de que chegou a hora de reduzir a jornada de trabalho sem reduzir salário.

Chegou o momento, é agora! (*Palmas.*)

Por isso que nós colhemos assinaturas e por isso que nós estamos mobilizando dentro da fábrica e por isso que eu estou dizendo também algo que a gente tem dito para os companheiros. Eu estive em algumas agendas de fábrica e quero dizer algo muito importante: tem muitos de nós que não estão acreditando que poderá haver redução de jornada de trabalho, mas, se você for lá perguntar para o trabalhador na fábrica, ele acredita, tem confiança, e a juventude que está entrando no mercado de trabalho quer essa redução de jornada, eles querem mais do que os que estão há mais tempo na fábrica ou no local de trabalho. Porque nós não somos máquinas, nós somos seres humanos, e é isso que nós queremos.

Para isso, eu queria convidar os nossos companheiros, representantes das federações que viessem aqui, com os companheiros da CUT, as companheiras que puderam estar aqui para fazermos a entrega do abaixo-assinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos bater palmas para a sua fala agora.

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA – Ah, então está bom. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pode chamar agora.

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA – Tem os companheiros que são os presidentes das federações, confederações, sindicatos, quem quiser vir aqui na frente para fazer a entrega aqui. Eu pedi aí para quem tem os abaixo-assinados impresso, para simbolicamente a gente fazer a apresentação aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos entregar, Paim, para você um documento para você entregar para o Presidente, Senador Davi Alcolumbre, dos abaixo-assinados que nós estamos fazendo, que são milhares de assinaturas pelo Brasil, e que vamos continuar fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Neste momento, vocês me entregam simbolicamente. Quantas assinaturas foram conseguidas?

O SR. LORICARDO DE OLIVEIRA – Agora não tenho o total, mas são milhares – milhares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse documento representa milhares de assinaturas – foi entregue por eles na Câmara, estão entregando o documento para mim, e eu vou entregar para o Presidente Davi Alcolumbre –, fruto dessa jornada nacional dos trabalhadores do campo e da cidade com a redução da jornada sem redução de salário.

Assim, terminamos a audiência pública de hoje, agradecendo aos painelistas, agradecendo a todos que vieram de longe, dos seus estados, para fazer esse movimento aqui no Senado da República e também na Câmara.

Uma salva de palmas a vocês. Uma salva de palmas à jornada reduzida sem redução de salário.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Augusta Brito e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CDH, de autoria Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Finalidade: 3ª Audiência Pública para "Avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, no exercício de 2025". Participantes: Giselle da Silva Cyrillo, Subsecretária de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais; Rafael Satiê, Município do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão de Combate ao Racismo; Thiago Vieira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião; Mariana de Sousa Machado Neris, Diretora de Políticas Públicas para Mulheres da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Estado do Paraná; e Thiago Vieira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/18

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta é a terceira audiência pública realizada, nos termos do Requerimento nº 4, de 2025, de autoria do Senador Mecias de Jesus, de Rondônia, do partido Republicanos, do Estado de Rondônia, que tem como objetivo avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), no exercício de 2025, na perspectiva do Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades.

Vamos aos nossos convidados de hoje, que farão o debate.

Nós temos a honra de ter conosco nessa manhã Giselle da Silva Cyrillo, que eu convido para compor a mesa comigo. Giselle é Subsecretária de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais.

Bem-vinda, Giselle, bem-vinda.

A Giselle também foi Coordenadora Nacional do Socioeducativo no Governo anterior. Vocês vão entender por que ela está sendo convidada, essa discussão precisa ser feita.

Inclusive, Giselle, semana passada, o socioeducativo foi tema de debate nesta Comissão, aprovamos um projeto de lei voltado ao tema. Há uma discussão muito grande dentro do Congresso Nacional, em que os meninos em conflito com a lei e os que estão internados precisam ter um olhar diferenciado deste Congresso Nacional. Essa discussão dentro dessa avaliação do PNDH-3 é mais que necessária, muito mais que necessária. Seja bem-vinda.

Nós temos a honra de ter aqui na mesa com a gente também o Rafael Satiê, Vereador do Município do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão de Combate ao Racismo. Quero que venha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compor a mesa comigo. Ele é escritor, *influencer*, que desperta amor e ódio ao mesmo tempo. (*Risos.*) Um jovem Vereador.

Bem-vindo. Um jovem Vereador, que faz um debate sobre a igualdade racial com um outro olhar, numa outra perspectiva.

É uma honra, Vereador, tê-lo conosco aqui, uma honra. Eu sou sua fã, eu sigo você, eu curto e eu compartilho. E, se eu fosse do Rio de Janeiro, eu votaria em você, tá? (*Risos.*) Bem-vindo, Vereador, é uma alegria tê-lo conosco!

Nós temos mais dois participantes, dois debatedores que farão participação *online*.

Uma das nossas participantes, com muita honra: Mariana de Sousa Machado Neris. Ela é hoje Diretora de Políticas Públicas para Mulheres, já foi Secretária Nacional de Assistência Social e Secretária Nacional de Direitos Humanos no Governo anterior.

Bem-vinda, Mariana. Que honra ter você conosco.

Hoje ela está como Secretária de Políticas Públicas para Mulheres no Estado do Paraná, e faz um trabalho incrível. E morremos de saudade da Mariana, que também foi Secretária de Assistência Social em governos anteriores; e no Governo anterior, sim, ela trabalhou como Secretária Nacional de Direitos Humanos.

E temos a honra de ter conosco, também, hoje, o Dr. Thiago Vieira, Escritor e Advogado, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião.

Muito bem-vindo, Dr. Thiago! É uma honra tê-lo conosco nesta audiência pública.

Eu informo que a audiência está sendo transmitida, e nós temos inúmeras instituições nos acompanhando. Quero informar aos preletores que nós temos muita gente nos acompanhando – as pessoas que são interessadas no tema estão acompanhando –, mas informo que o Governo Federal foi convidado, em especial o Ministério do Esporte, porque nós vamos debater o que faz parte da universalização dos direitos, e há dentro do PNDH-3, na Diretriz 7, a promoção do direito à cultura, lazer e esporte. Então, o Objetivo VII, na verdade, VIII, da Diretriz 7, do PNDH-3, versa sobre promoção do direito a cultura, lazer e esporte como elementos formadores de cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós convidamos o Ministro – ou que ele indicasse alguém – para discutir e para dizer se isso está sendo colocado em prática. Nós estamos conseguindo alcançar esse objetivo? Mas o Ministério do Esporte não mandou ninguém, o Ministro não fez nenhuma indicação e também não veio, mas nós vamos pedir, por escrito, que o ministério se manifeste com relação ao Objetivo Estratégico VIII.

Nós gostaríamos muito que o Governo estivesse participando mais ativamente desta avaliação, porque o objetivo desta avaliação... Esta avaliação nos é imposta, Vereador, pelo art. 96 do nosso Regimento Interno. O art. 96 do Regimento Interno do Senado obriga que as Comissões avaliem, todo ano, uma ou duas políticas públicas da sua competência. Então, neste ano, esta Comissão está avaliando duas políticas públicas: o PNDH-3 e está avaliando o Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.

A importância de uma avaliação pelo Congresso Nacional é exatamente cumprir o nosso papel de fiscalizador. O Congresso Nacional fiscaliza a política pública. Mas há uma outra vertente: é o Congresso Nacional que faz o Orçamento da União. Então, fazer essa avaliação é também entender a necessidade de ampliação de recursos para a política pública, a necessidade de fortalecimento da rede ligada à política pública que está sendo avaliada. Então, não é que o Congresso Nacional, que a gente se reúna aqui para avaliar negativamente um governo. Não. Nós estamos avaliando uma política pública de Estado, inclusive para dar nortes, para dar orientações, para dar encaminhamentos. É isso que nós fazemos nessa avaliação.

Nossa avaliação consiste em algumas atividades, audiências públicas, e isso aqui é uma atividade da avaliação, mas nossa avaliação também trabalha com requerimentos de informações, trabalha com diligência, trabalha com dados, pesquisas, a gente faz confronto de dados, consolidação de dados, para que a gente possa entregar no final do ano um relatório.

Vamos ouvir os nossos ilustres convidados.

Nós faremos o seguinte: um convidado presencial e um convidado *online*. A gente vai revezar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos começar, neste exato momento, ouvindo a nossa querida Giselle. A Giselle vai falar sobre a experiência de Minas Gerais na implementação do Sinase e os desafios na reinserção social de adolescentes em conflito com a lei.

A Diretriz 8 do PNDH fala sobre "promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação". E o objetivo estratégico está lá no PNDH-3. Objetivo estratégico VII: implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

E aí, Giselle, se você puder também abordar que não é fácil a implementação do Sinase... Eu fui, Rafael, a Ministra da pasta, e isso era um desafio diário. Era um desafio diário chamar os entes federados para a implementação e o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. A Giselle vai explicar, para quem está nos acompanhando, o que é o Sinase. Ela vai começar explicando o que é o Sinase. Poucas pessoas falam do Sinase, só quem está mesmo ligada a essa política pública. Você vai explicar o que é o Sinase, depois você vai abordar a experiência de Minas Gerais, e, se possível, apontar se PNDH-3 cumpriu a meta ou não cumpriu? Temos que melhorar nesse objetivo estratégico VII o seguinte... É isso que nós esperamos de você.

Mas lembro, Giselle, que, semana passada, nós aprovamos nesta Comissão o Projeto de Lei 1.473, de 2025, de autoria do Senador Contarato. Para quem não sabe, ele é Líder do PT na Casa. Eu fui Relatora. Esse projeto de lei diz o seguinte: nós vamos ampliar o número de anos de internamento de um menino.

Inclusive, Vereador, o Senador Contarato – inclusive foi uma surpresa ter vindo dele essa proposta – usou o seguinte exemplo: um menino que mata com requinte de crueldade uma mulher grávida. Esse menino é recolhido para a unidade socioeducativa, ele fica dois anos, três anos. E ele sai, porque não pode passar de 21 anos de idade lá. Então, a intenção desse projeto de lei é ampliar o número de anos que ele vai ficar lá dentro, chegando a dez anos. Então, não ser mais no máximo três anos, podendo chegar a dez anos. E aí houve um questionamento: "Mas o senhor está rompendo com uma cláusula pétrea da Constituição que fala da maioridade penal." Ele disse: "Não. Eu estou ampliando a medida socioeducativa." E aí a gente poderia te ouvir, Giselle: se essa lei for aprovada – porque ainda está em tramitação –, as unidades socioeducativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil estão prontas para ter lá dentro da unidade um menino com 28 anos de idade, sendo que a gente recolhe meninos com 12, 13 anos? Essas unidades estão prontas? Esses meninos deverão ir para o presídio? Se essa lei passa, como as unidades socioeducativas no Brasil vão receber isso? Nós temos material humano para isso? Nós temos estrutura? As nossas unidades no Brasil estão prontas para isso? Dentro das unidades nós temos meninos faccionados já. Nós temos meninos de 12 anos que cometeram um crime, mas nós temos meninos de 17 anos que já são faccionados, com 18 anos, 19 anos. Como nós vamos lidar com isso a partir de agora, se essa lei também for aprovada?

E é claro, Giselle, eu queria muito que você chocasse o Brasil também e os nossos convidados, se você puder dizer quanto custa um menino preso.

Rafael, Mariana e Thiago, vocês vão se surpreender com quanto a gente gasta por mês com um menino numa unidade socioeducativa.

Para a sociedade que está nos acompanhando, unidade socioeducativa é o que nós chamávamos no passado de Febem, tá? Tem muita gente que não entende o termo. É o que a gente chama lá em São Paulo de Fundação Casa. É o lugar onde ficam os meninos com menos de 18 anos em conflito com a lei, que cometeram crimes. Até com a expressão "cometer crime" a gente tem que ser polida, porque eles têm menos de 18 anos, mas é para que vocês entendam. Quanto custa manter um menino internado? A gente não fala nem preso, mas recolhido, internado. Quanto custa? Será que esse dinheiro que a gente gasta com esse menino por mês, se nós tivéssemos investido neste menino lá na primeira infância, nós não teríamos evitado que ele fosse para o crime? Então, essa discussão vai ser extremamente interessante e vai nos dar norte para a gente entregar um relatório avaliando, com muita clareza e imparcialidade, o PNDH-3.

Giselle, seja bem-vinda. Você tem dez minutos, ali atrás tem um cronômetro, mas eu vou dizendo o seguinte: os dez minutos são protocolares. Se precisar se estender, fique à vontade. Eu sou uma Senadora bem generosa, está bem?

Bem-vinda, Giselle.

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora Damares. É um prazer reencontrar a senhora, Senadora Damares, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na administração passada, portanto gestora nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, do sistema socioeducativo em meio fechado, com quem eu tive a alegria de poder colaborar na gerência técnica dessa política.

E aí, Senadora, cumprimento a todos, todos aqueles que nos acompanham pelos canais de transmissão. E eu vou procurar – eu tenho treinado isso, Senadora – ficar agora adstrita objetivamente dentro do tempo que me é proposto. Na secretaria em que eu trabalho, em regra, eu não consigo, mas eu vou me esmerar aqui. Porque o meu compromisso maior aqui é de fazer frente aos vários desafios que a senhora propôs no âmbito desta discussão, e a senhora os propõe porque está muito apropriada da realidade.

A primeira coisa, a primeira palavra que a gente pode usar para mencionar o Sinase, antes de nós entrarmos de fato nos seus conceitos técnicos, é: desafio. Porque o Sinase é um sistema que estrutura a política de responsabilização do adolescente no Brasil. Em algum momento, o ordenamento jurídico brasileiro decidiu que jovens, adolescentes entre 12 e 18 anos, não deveriam ser responsabilizados por condutas delitivas. Aqui, Senadora, em respeito aos cidadãos que nos assistem e que não são e nem têm obrigação de ser apropriados das nomenclaturas técnicas – e também porque, nos lembremos, a palavra "cachorro" não morde –, eu vou chamar a coisa do nome que ela tem. Tecnicamente a gente chama de "ato infracional", mas, no dia a dia da sociedade, sobretudo daquelas pessoas que são acossadas como vítimas "crime".

Uma pessoa entre 12 e 18 anos, entendeu o ordenador jurídico nacional que não deve ser responsabilizada como uma pessoa adulta, porque ela se encontra numa fase de desenvolvimento. Portanto, ela deve ser responsabilizada tendo uma natureza pedagógica que prevaleça sobre a natureza punitiva.

E aqui é preciso que a gente diga: não é que a política, não é que o sistema socioeducativo ou as medidas socioeducativas não tragam em si uma natureza retributiva punitiva, traz, porque o adolescente é privado de liberdade, porque ele é submetido a uma série de obrigações que ele precisa cumprir no decorrer do cumprimento dessa medida, mas elas não têm uma natureza prioritariamente retributiva. O que o ordenador quis foi aproveitar este momento da vida, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um momento de desenvolvimento, para prover a ele pedagogia, atividades educacionais, reconstrução dos seus vínculos familiares e comunitários, de forma que ele pudesse se reintegrar à sociedade com a perspectiva de uma outra atuação na comunidade que não seja a prática delitiva.

Dentro dessa perspectiva, o Sinase se estrutura em dois modelos de medidas socioeducativas: aquela que nós chamamos de medidas socioeducativas em meio aberto, em que o adolescente não vai para nenhuma instituição, ele não fica vinculado, privado de liberdade em nenhuma instituição. Essas medidas são executadas pela prefeitura, são a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, e são prioritárias na lógica do Sinase, porque elas incidem no momento em que o adolescente está menos comprometido com a criminalidade. É uma oportunidade de o Estado, lá no território do adolescente – e a prefeitura é que conhece a história daquele garoto, a sua trajetória, as suas referências familiares –, incidir e responsabilizá-lo no âmbito do seu território, junto com a escola a que ele já está vinculado, aos equipamentos e políticas de assistência a que ele já deve estar vinculado.

E aqui é impossível, Senadora, eu não me remeter àquele que era o nome do ministério – o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos –: na sua família, nas suas referências familiares, porque nós não podemos nos esquecer de que nós temos um mandado constitucional que responsabiliza a família, a sociedade e o Estado pela garantia de direitos e pelo dever de cuidado de crianças e de adolescentes.

E aí, numa perspectiva muito realista e de fato cidadã, invocando aqui a liberdade e a autonomia inerentes ao conceito de cidadania, nós temos que nos lembrar desta escala de prioridades: nós temos a família em primeiro lugar, como responsável pelo cuidado e pelo direcionamento da criança e do adolescente; o equipamento social, a malha social do seu entorno, a igreja, a escola, o clube, as associações; e o Estado como quem vai conceber e gerir as políticas públicas que estão em volta desse cuidado familiar e societário desse adolescente.

E, por fim, as medidas em meio fechado, que é aquilo de que cuido no Estado de Minas Gerais, gerencio no Estado de Minas Gerais, gerenciei aqui no âmbito do Governo Federal, que são as medidas de privação e restrição de liberdade, que são direcionadas para aqueles adolescentes que tiveram uma atuação mais grave, que têm mais engajamento com a trajetória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminal, ou que cometeram de fato atos infracionais mais graves e que, portanto, ficam institucionalizados. Ficam internados, ficam nas casas de semiliberdade, nas unidades de internação.

Senadora, nós tivemos, durante muitos anos, no Brasil, um grande desafio, que era pelo menos comprometedor, de que nós pensássemos de maneira mais qualificada em tudo que é preciso, para responsabilizar esse jovem na medida socioeducativa, que era um quadro de superlotação dramática no sistema. Nós tínhamos aí, no Brasil, no ano de 2019, uma média de aproximadamente 120% de superlotação.

Quando a gente pensa numa perspectiva comparativa com o sistema prisional, a gente fala, isso é um suco, não é? Isso não é nada, mas a gente tem que pensar que a estrutura de uma unidade prisional, de um corpo de policiais penais, da equipe que está ali, preparada para garantir a segurança e o atendimento numa unidade prisional, é completamente diferente de uma unidade socioeducativa, pela diferença da natureza dessas políticas. A medida socioeducativa tem uma natureza prioritariamente pedagógica, o que se reflete na sua infraestrutura, o que se reflete em como são preparados e como atuam esses profissionais. Então, 120% de lotação num equipamento socioeducativo é um drama muito mais aprofundado do que seria esse mesmo número numa unidade prisional.

No ano de 2019 e no ano de 2020, nós temos dois marcos que são muito fundamentais na mudança dessa lógica. Nós temos o julgamento de um HC, de um *habeas corpus*, pelo Supremo Tribunal Federal, que calhou no estabelecimento de *numerus clausus* de ocupação do sistema socioeducativo. Eu não posso ter, no sistema socioeducativo, em nenhuma unidade socioeducativa de internação do Brasil, mais adolescentes do que eu tenho de vagas. Não importa a demanda. Se eu tenho 50 vagas naquela unidade, eu só posso ter 50 adolescentes.

No ano de 2020, nós tivemos aí o advento da pandemia pela covid-19, que mudou todos os protocolos de atuação das políticas públicas. As políticas de privação de liberdade, pela própria natureza de um equipamento de liberdade, eram um vetor transmissor por excelência da moléstia com a qual lidávamos. E aqui eu preciso dizer que tudo na vida é pelo menos uma moeda bifacetada, não é, Senadora? A gente teve todas as questões, os desafios da pandemia, sobre os quais a gente não precisa dizer, porque nem é o nosso objeto de discussão aqui, mas nós tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que é o primeiro grande desafio de reinserção dos adolescentes e que nós conseguimos, àquela época, fazer frente, que é a integração das políticas públicas. A pandemia obrigou que o Poder Executivo, o sistema de Justiça e o sistema de garantia de direitos, sofisticassem o seu nível de articulação.

Então, nós conseguimos, àquela época, pelos ministérios gestores dessa política, pelos conselhos superiores do sistema de Justiça, consolidar protocolos que permitiram que a população do sistema socioeducativo se mantivesse adequada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO – ... àquelas contingências sanitárias impostas pela pandemia.

E aí foi possível que nós nos desdobrássemos sobre outros desafios para a implementação do Sinase. E aqui eu já quero trazer um pouco do nosso exemplo, porque é um exemplo prático, verificável, não é? E aqui já pensando na análise da política pública baseada em dados, em evidências do Estado de Minas Gerais. Esse foi um momento que permitiu aos gestores brasileiros que se voltassem para o fortalecimento daquele instrumental metodológico e de orientação do trabalho, que é fundamental para a reinserção desse adolescente.

Aqui, no Estado de Minas Gerais, já para apontar, Senadora, futuramente aqueles que são os nossos maiores desafios, que vêm ao encontro da necessidade da avaliação do PNDH de que se ocupa agora esta Comissão no Senado, que é a integração de fato da política de atendimento socioeducativa com as políticas de proteção, de prevenção social à criminalidade e um diálogo com as políticas de segurança pública.

E aqui, Senadora, há quem vá querer me matar saindo daqui, mas é preciso que eu diga, não é possível a gente conceber atendimento socioeducativo sem que nós tenhamos em vista políticas de segurança pública, porque a senhora bem disse, hoje a gente vive uma realidade que não vivíamos antes, que é a cooptação ativa desses adolescentes, cada vez mais jovens, pelas facções e pelas organizações criminosas. Essa hoje é uma realidade.

Quando eu entrei no sistema socioeducativo, apesar de parecer não ter idade suficiente para isso, 15 anos atrás, isso não era uma realidade. O garoto era aquele garoto, perfil ex-Febem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batedor de carteira no centro, puxava aqui a correntinha da senhora. Esse era o garoto. Hoje, não. Hoje esses garotos são ativamente engajados com a organização criminosa. Então a gente não faz política de direitos humanos desconsiderando que a segurança não é uma força de repressão, a segurança é um direito fundamental que o Estado deve garantir.

Então, o Estado de Minas Gerais tem uma articulação entre a política de atendimento socioeducativo e as políticas de segurança pública. Por isso que é um dos únicos estados do Brasil em que a pasta de atendimento socioeducativo está alocada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e que tem uma interface direta com a pasta de prevenção social à criminalidade, que também está na Justiça e Segurança Pública, com a pasta de política sobre drogas, que também está na Justiça e Segurança Pública, porque nós somos um repositório que nos retroalimentamos de informação e direcionamento do trabalho aquele agente, aquele gestor das forças de segurança pública que está lá na ponta, e nós, que somos operadores de uma política, sim, de garantia de direitos humanos, mas que não podemos desconsiderar essa realidade que acossa a nossa juventude – a gente está em agosto, mês da juventude –, que acossa a nossa juventude hoje. Nós, Senadora, disputamos a nossa juventude com o tráfico de drogas e toda a estrutura que está por trás, que é extremamente sofisticada.

E aqui eu vou pedir licença à senhora para já fazer um juízo de valor. Nós temos um PNDH – como ele está estruturado – que hoje desconsidera vários elementos da nossa realidade: a mudança da sociedade, a mudança do perfil desses adolescentes, da dinâmica social. Hoje nós tivemos, pouco tempo atrás, a denúncia trazida a público da adultização da infância, que é algo de que a senhora fala desde priscas eras, embora também seja muito jovem, é preciso que a gente diga. Mas, eu preciso dizer que a adultização da juventude, das crianças e dos adolescentes, não é algo, Senadora, que está restrito à questão da erotização e da sexualidade. A adultização da criança e do adolescente também está no contexto da violência. Agora, às 10h da manhã, há um sem-número de crianças e adolescentes que estão na *deep web*, na *dark web*, consumindo e produzindo conteúdos de uma violência bestial. Não há outro adjetivo para eu chamar aqui.

Então, nós temos essa integração de política de atendimento socioeducativo, prevenção social à criminalidade, política sobre drogas; essa articulação com as políticas de segurança pública, que nos permite, inclusive, antecipar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos nas unidades socioeducativas o que não tínhamos antes, que era um perfil que eu chamava de perfil do psicopata da Netflix. A gente só via lá, que era aquela coisa meio anglo-saxã, *O Canibal de Milwaukee*, *o Assassino de Green River*. A gente não via isso no Brasil. A gente vê... a gente tem hoje, no sistema, adolescentes que cumprem medida por ataques à escola, ataques aleatórios. Mata a garota que era sua amiga, sua companheira de igreja, que frequentava a sua casa e, banalmente, diz: "É porque eu tinha inveja da alegria dela". Isso é algo orquestrado. Existe um movimento por trás disso, que leva as nossas crianças e os nossos adolescentes a essa banalização da violência. E a gente precisa fazer frente a isso no sistema.

Em Minas Gerais – essa é a nossa experiência de integração dessas políticas, falando de uma maneira muito pragmática aqui também –, há a estruturação de um programa que acompanhe o adolescente que sai da medida socioeducativa. Em Minas Gerais é denominado programa Se Liga, que é um programa que acompanha esses adolescentes que passaram pela medida, voltado a garantir que eles permaneçam na escola, voltado a garantir que eles permaneçam naqueles equipamentos sociais aos quais eles foram vinculados durante o cumprimento das medidas, que garante atendimentos que fortaleçam os seus enlaçamentos com os seus vínculos familiares e comunitários, que é algo em que a gente sempre insiste.

Não existe cidadania, não existe reinserção, ressocialização sem a família. Não há estado que dê conta desse trabalho se nós não engajarmos uma família funcional, estruturada, em que cada um tem o seu papel e o seu lugar de condução, educação e formação daquele adolescente.

Então nós temos consolidados hoje e atuando essa metodologia e esse programa de acompanhamento ao adolescente que cumpriu medida, antigamente chamado adolescente egresso. Eu não sei por que não se pode mais usar esse nome aí. Tem uma corrente que diz isso porque as pessoas pensam que a palavra "cachorro" morde, mas, para que você que está em casa compreenda, é o adolescente egresso. Não é bonito dizer isso mais, mas este é o nome: "egresso" é o adolescente que cumpriu medida.

Nós temos uma integração com os programas de prevenção social à criminalidade, como o programa Fica Vivo!, que atua nos territórios, fazendo oficinas, enlaçando esses adolescentes aos equipamentos sociais de dentro dos seus territórios, às ações voltadas ao fortalecimento das comunidades étnicas, das comunidades tradicionais – aí, Vereador Rafael, muito dentro do matiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que o senhor trabalha –, e também com a política sobre drogas, acompanhando a dinâmica de envolvimento, de engajamento, de cooptação desses adolescentes também na perspectiva do uso. Tudo isso voltado para fortalecer o seu vínculo com a comunidade depois da saída da medida socioeducativa; para acompanhar isso e ser capaz de gerar evidências de efetividade dessas políticas públicas, porque são políticas públicas caras.

A senhora me deu o desafio aqui de dizer o preço de um adolescente. É sempre bom que a gente se lembre de que não existe dinheiro público, o que existe é o dinheiro do contribuinte que paga imposto. Então a gente precisa ser capaz de dizer o quanto essas políticas públicas estão resolvendo o problema que elas vieram resolver – e política pública existe para isto: para resolver problemas, e não para vir ao encontro de concepções ideológicas. Isso também é importante que a gente diga.

E aí, Senadora – eu sei que eu já extrapolei meu tempo, acho que duas vezes –, eu vou aqui caminhar para o fim, lançando a informação que a senhora pediu, dizendo sobre quanto custa o adolescente. Hoje, um adolescente numa unidade de internação – isso sofre variações de acordo com o estado, estruturação de quadro funcional, tamanho da unidade – pode custar entre R$8 mil, R$9 mil R$10 mil até R$23 mil por mês – por mês. E aqui considerando todos os custos, inclusive os custos de pagamento do pessoal da equipe técnica, de segurança, de gestores que estão ali engajados para o atendimento a essa política.

Isso é importante dizer para que a gente saiba que é preciso que a gente se debruce sobre essa política e que a gente a atualize de acordo com as nossas necessidades concretas, Senadora. É preciso que a gente dê conta de responsabilizar adolescentes a esse custo. A gente não tem a opção de uma política ineficiente a esse custo.

É claro que a gente sabe que a política socioeducativa, muitas vezes, vem num momento em que todas as outras políticas públicas se ausentaram da vida daquele adolescente. Esse é um déficit que se reflete no custo. O adolescente entra no sistema socioeducativo com uma defasagem de idade-série superior a cinco anos. Então, é como se não estudasse há cinco anos. Em regra, a gente recebe adolescentes de 15, 16 anos, com 1,92m, 100kg, analfabetos absolutos. Eles não reconhecem símbolos, letras e números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse déficit vai se traduzir no custo, inevitavelmente. Agora, conquanto isso justifique, também nos dá o ônus de estruturar e de executar uma política que resolva o problema social que ela foi concebida para resolver, que é tirar o adolescente do contexto da criminalidade.

São essas as minhas considerações iniciais, tentando me manter dentro das linhas que a senhora me propôs, Senadora.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau! Uau, Giselle, desafiador! Como é que a gente vai lidar com isso dentro do PNDH-3, que propõe uma política para um adolescente de 2009? Esse adolescente hoje é outro, como ela disse.

E eu quero lembrar o seguinte, Giselle. As pessoas, quando olhavam para o nosso ministério, diziam assim: "Ai, que bonitinho o trabalho com criança! Que bonitinho esse ministério!". Nas unidades socioeducativas tem motim, tem rebelião, tem tortura, tem assassinato. O nosso telefone não parava no final de semana. Enquanto o Ministério da Justiça cuida dos presídios de adultos, é o Ministério de Direitos Humanos que cuida das unidades. Então, os desafios eram os mesmos. E as pessoas acham que é tão romântico... Não tem nenhum romantismo nisso. Tem é muito desafio, tem é muita, muita coisa para fazer e para mudar.

Giselle, eu vou só fazer uma pergunta. Depois, no final, vou te dar a palavra para considerações finais.

A pergunta que não se cala: no sistema socioeducativo, esses meninos estão no Ministério dos Direitos Humanos, o.k.? Há um movimento antigo para que essas unidades saiam do Ministério de Direitos Humanos e passem para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mas há resistência do Direitos Humanos em mandar essas unidades para o sistema de justiça, de segurança, que acha que têm que ficar no Sistema de Direitos Humanos. Essa discussão vocês fazem internamente, vocês, os agentes, vocês, os gestores do Sinase? As unidades devem continuar no Ministério dos Direitos Humanos ou devem ir para o Ministério da Justiça e serem cuidadas pela área de segurança?

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO – Senadora, eu não tenho nenhuma dúvida de que a política socioeducativa é uma política de atendimento a direitos humanos. Agora, existe uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, que é fundamental, que é a necessidade do reconhecimento da importância da segurança, inclusive da qualificação e da profissionalização da segurança, nessa perspectiva de uma mudança de dinâmica. Hoje nós temos um perfil de adolescentes, de engajamento com a criminalidade que nós não tínhamos há dez anos. Então, se eu não sou...

Em Minas Gerais, o que eu posso dizer é que foi muito feliz a escolha política do estado, da manutenção da política na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Isso, inclusive, não é nenhum impeditivo de que nós tenhamos fluxos de atendimento, de orientação e de incidência, execução da política, muito bem definidos com a Secretaria de Desenvolvimento Social, que é a pasta que cuida dos direitos humanos em nível de estado, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde.

Com isso, eu quero dizer que o mais importante é que a gestão do sistema socioeducativo, esteja ela no MJ, esteja ela no MDH, seja capaz de articular as políticas transversais que são responsáveis pelo atendimento do adolescente na ponta e pela garantia de um trabalho possível dos operadores na ponta. E aí, pensando nas coisas como elas são hoje, é preciso que os atuantes das políticas de direitos humanos entendam que segurança e direitos humanos não são perspectivas mutuamente excludentes. A segurança está abarcada pelos direitos humanos.

Então, não vejo nenhum impeditivo de que elas permaneçam alocadas no Ministério dos Direitos Humanos, mas é preciso que o Ministério dos Direitos Humanos se fortaleça na articulação com a Justiça e Segurança Pública e se fortaleça na articulação com as políticas transversais de atendimento ao adolescente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Só mais uma pergunta, depois a gente volta. O Sinase está devidamente implementado? Alcançamos o objetivo do PNDH em todo o país?

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO – Senadora, nós fizemos uma pesquisa ainda aqui no Governo Federal, sob a gestão da senhora, em que nós fizemos exatamente essa pergunta: nós implementamos o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no Brasil? E a resposta redonda, rotunda e inequívoca foi: "Não, não implementamos o Sinase no Brasil". E há questões que são estruturantes, não é o detalhe, não é a maquiagem; existem ainda desafios que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturantes para que a gente possa dizer que uma política de responsabilização pedagógica do adolescente foi implementada no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Giselle.

É desafiador. O Vereador estava aqui do meu lado: "Eu não sabia nada disso".

Antes de passar a palavra para a Mariana, deixe-me fazer uma reflexão com quem está no plenário comigo. Este menino custa, vamos imaginar, R$22 mil para uma unidade por mês. Aí ele fica três anos na unidade, gastamos R$22 mil por mês. Só que ele sai da unidade, ele volta para onde? Para a casa dele. E a gente tem... A Giselle me falava muito sobre isso, quando o carro está levando-o de volta, na esquina já está o traficante esperando em pé, morrendo de rir: "Meu soldado está voltando", depois que ele ficou três anos custando R$22 mil. Se a gente estivesse pagando para esse menino uma faculdade fora, nos Estados Unidos, ficaria mais barato. Se estivéssemos trabalhando como ela está fazendo, o acompanhamento...

A família tem que ficar nesse lugar, nesse mesmo lugar, para o menino voltar para o mesmo lugar e continuar sendo soldado do crime? Ou esse valor poderia ser usado para relocar essa família para um outro lugar, para dar uma chance a esse menino para, quando sair da unidade, morar em outro lugar?

Vocês estão vendo como tudo isso é complexo? É muito complexo, porque, às vezes, ele já sai da unidade com missão. Ele tem que cumprir missão, porque lá dentro ele encontrou um faccionado e ele vai ter uma missão aqui fora – por mais que as unidades se esforcem.

Eu quero, Giselle, cumprimentar o Governo de Minas Gerais pela forma como ele está lidando com isso durante o período em que o menino fica e depois, o acompanhamento. Nas suas considerações finais, eu queria que você falasse para mim sobre quantos meninos têm em uma unidade – parece que a unidade pode ter, no máximo, 91 meninos – e sobre as visitas íntimas, que eram um grande desafio, e agora não só a visita íntima, mas o Conanda fala também que, se dois meninos se apaixonarem dentro do Sinase, eles vão morar juntos na mesma cela e, se duas meninas se apaixonarem, também vão morar juntas. Como vocês estão lidando com isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No final, eu queria muito que você dissesse para mim sobre reincidência: qual é o percentual de reincidência? O sistema está dando certo, esses meninos voltam para o crime ou não?

Obrigada, Giselle.

Eu acho que o Sinase tinha que ser um tema de debate de um dia inteiro nesta Comissão. A unidade socioeducativa tem que ser um tema de debate de um dia inteiro. Você também ficou de me responder, se puder, anote aí: vocês estarão prontos para receber meninos para ficar mais de dez anos lá dentro? Esta é a pergunta.

Pronto, vamos respirar e vamos agora...

Espero que ela venha com boas notícias. Nós vamos ouvir agora a nossa ex-Secretária Nacional de Direitos Humanos, a Mariana Neris, que hoje está no Estado do Paraná como subsecretária, coordenadora nacional de políticas para mulheres.

Mariana, ninguém tem mais propriedade de avaliar o PNDH do que você, que esteve como Secretária Nacional de Direitos Humanos, e nós vamos trabalhar com você o tema, agora de manhã, sobre desafios na universalização do registro civil e acesso à documentação básica para populações em situação de vulnerabilidade.

A gente falará sobre a Diretriz 7 do programa, que é: "Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena".

Gente, os objetivos são tão lindos, vou repetir: "Garantia dos direitos humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena", essa é a Diretriz 7.

Objetivo estratégico I: "Universalização do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica". Alcançamos ou não o objetivo, Secretária Mariana?

Seja bem-vinda, Mariana Neris.

A SRA. MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas que nos assistem. Bom dia, Senadora Damares, cumprimento na sua pessoa todos os Parlamentares. Quero também cumprimentar a Giselle e o Rafael, aí presentes, e o meu amigo Thiago, que está também aqui *online*. Eu estou em Curitiba, está frio aqui, imagino que também para o Thiago esteja um pouco frio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer já o seu convite, Senadora, e o da sua equipe, para que nós pudéssemos compartilhar aqui um assunto de grande relevância para todo o país.

Estou também extremamente surpresa com todas as informações que a Giselle nos passou e realmente provocada por tudo que nos foi passado, mas eu vou tentar me ater aqui ao nosso tempo, porque eu acredito que tenha também outras informações tão relevantes ao longo deste dia.

Eu queria começar dizendo que nós...

Deixe-me ver se eu consigo aqui fazer a apresentação.

Vocês estão enxergando a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, estamos enxergando. Está muito boa, inclusive.

A SRA. MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS (*Por videoconferência*.) – Tá.

Então, eu quero dizer, primeiro, que o nosso nome é a primeira história que nós recebemos. Isso quem nos disse foi a Clarice Lispector. Então, eu queria começar fazendo a minha apresentação e gostaria de colocar – desculpem-me, acho que eu fechei aqui – que possuo também três sobrenomes: o sobrenome da minha mãe, de Sousa; Machado, do meu pai; e Neris, do meu esposo, Pedro.

Da minha trajetória, como a Senadora já mencionou, eu sou servidora de carreira e estive à frente da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cuja liderança esteve na mão da nossa Senadora e então Ministra Damares, nos anos de 2021 e 2022, e atualmente eu sou Diretora de Políticas Públicas para Mulheres no Paraná, junto com a nossa Secretária Leandre Dal Ponte.

Eu gostaria primeiro de relembrar que, dentre as competências dessa secretaria que eu liderei ali, em 2021 e 2022, havia a competência de coordenar as ações referentes à política de promoção do registro civil de nascimento e o acesso à documentação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que eu não estive sozinha, e eu acho muito importante relembrar aqui os atores estratégicos que foram fundamentais para que a gente conseguisse o alcance dessa política pública.

Primeiro, a própria Senadora Damares hoje, então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que impulsionou a política nacional de universalização da documentação básica.

Também preciso relembrar do apoio das Secretárias Tatiana Alvarenga, Viviane Petinelli, Ana Lúcia Munhoz dos Reis, do Secretário da Criança Maurício Cunha, da Secretária Fernanda Monteiro e também da Secretária Cristiane Britto, que se tornou também a nossa Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Na Secretaria de Proteção Global, que é a Secretaria de Direitos Humanos, nós também tivemos o Sérgio Queiroz, o Alexandre Magno, o Eduardo Melo, o Jailton Almeida e a Natammy Bonissoni.

Esses atores foram fundamentais para o desenvolvimento dos programas e da avaliação que nós teremos aqui.

Então, eu gostaria de começar dizendo que o registro civil de nascimento garante um nome, um sobrenome, uma relação de filiação e uma nacionalidade. Isso é extremamente importante, não só para que a gente tenha uma identificação pessoal, mas para que a gente acesse direitos básicos de cidadania.

Eu quero aqui mencionar que isso se dá em uma legislação muito abrangente – hoje nós não vamos conseguir explorar toda ela –, que remonta desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Como esta Casa é de leis, é bem importante que esta Comissão de Direitos Humanos se atente a monitorar cada uma das convenções e protocolos que respaldam a importância de se ter um nome, uma nacionalidade, um sobrenome, e isso se dá desde a proteção da criança até os direitos civis e políticos.

Mais recentemente, eu quero só destacar o Marco Legal da Primeira Infância, que foi uma lei extremamente importante, que buscou já trazer a identificação dos bebês com biometria, além da criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Busca de Pessoas Desaparecidas, da criação do programa Pró-DH, que financiou a aquisição de equipamentos de modernização, inclusive para o registro civil de nascimento; a criação do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos, na gestão do Presidente Bolsonaro...

E agora, recentemente, Senadora Damares, nós identificamos um projeto de lei, que tramita na Câmara dos Deputados – PL nº 1.626, de 2025, do Deputado Adail Filho, do Republicanos –, que institui o Plano Nacional de Identificação Biométrica Neonatal.

Então, já deixo aqui para os Senadores a oportunidade de se debruçarem sobre esse projeto de lei, com vistas inclusive a fortalecer esse instrumento tão importante, que é o registro civil de nascimento.

Bom, mas é importante a gente relembrar que o próprio Programa Nacional de Direitos Humanos é bem abrangente. Ele foi criado em 2009 e atualizado em 2010 e ele tem seis eixos orientadores, 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e ações programáticas. E, nesse conjunto, nesse universo deste grande programa, nós já temos um marco legal reconhecendo o registro civil de nascimento como um direito humano fundamental e o primeiro passo para o exercício da cidadania plena.

Então, durante o Governo Bolsonaro, toda a equipe do ministério, juntamente com outras políticas públicas, como a Casa Civil, o Ministério da Economia, a Segurança Pública, entre outros atores, não só do poder público, mas também da sociedade, construíram uma avaliação, uma análise de todo esse programa e publicaram relatórios que são objeto, inclusive, dessas audiências públicas que estão sendo promovidas pelo Senado Federal.

Eu quero falar aqui especificamente sobre o Eixo III da universalização dos direitos em um contexto de desigualdades: a Diretriz nº 7, que é a garantia dos direitos humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena, e a universalização do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica.

E o grande pressuposto de que nós precisamos nos lembrar é que a universalização do registro, da documentação, assegura o acesso aos direitos básicos. Ela amplia e iguala o acesso aos direitos fundamentais, contribuindo para a redução das desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as desigualdades aqui, neste contexto, vão além da questão econômica e consideram questões como discriminação, violência e falta de documentação como barreiras que impedem o acesso a direitos, porque, afinal, o que se pretende combater com o acesso a uma documentação é, em primeiro lugar, a exposição a graves violações de direitos humanos, como o tráfico humano, o desaparecimento e o tráfico de órgãos.

Também uma criança sem documento não só está exposta à violação de direitos humanos, mas também a falta de filiação ou a ruptura dos vínculos com os seus familiares, com os seus pais e com a sua nacionalidade oportuniza a troca de bebês, sequestros, adoção ilegal e também apatridia, que a gente não lembra, mas o quanto é importante ter uma nacionalidade.

Em terceiro lugar, a gente entende que ter uma documentação suplanta as barreiras de acesso aos direitos como saúde, educação, assistência social e os direitos políticos, porque também, sem documento, ninguém pode votar e ser votado.

E, além disso, toda a política nacional de universalização da documentação básica também impõe a responsabilidade para o poder público, a sociedade, as famílias, o sistema de justiça e também os cartórios.

Então, quais foram as primeiras impressões que nós tivemos, os diagnósticos que nós tivemos?

Em 2018 – aqui a imagem não está muito boa, porque a gente fez aqui um *print* do próprio relatório da análise *ex ante* do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos –, tinha sido identificado, pelos dados do IBGE, que cerca de 3% dos registros de crianças e adolescentes eram tardios, ou seja, tinham sido registradas as crianças nascidas nesse período mais de um ano depois do nascimento delas. E cerca de 68% dessas crianças residiam nas Regiões Norte e Nordeste do país.

Nós também vimos que a disparidade, em cada estado, era bastante significativa, tanto em 2018 como em 2019. Só no Estado de Roraima, por exemplo, nós tínhamos esse registro tardio de cerca de 18%. Isso foi reduzindo aí, então, para o ano de 2019, mas nós tivemos, basicamente, mais de 20 estados que reduziram o sub-registro de nascimento de um ano para o outro, entre 2018 e 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regiões Sul e Sudeste tinham uma taxa menor, mas as Regiões Norte e Nordeste ainda eram bastante expressivas.

Isso se deve a vários fatores, como a questão mesmo da distância e das desigualdades regionais.

Mas nós tivemos avanços, Senadora.

Em 2018, o Ministério da Saúde, em conjunto com o CNJ, lançou diretrizes para obrigatoriedade de registro biométrico de bebês e de suas mães em maternidades, e Brasília serviu de piloto para o projeto ser amplamente implementado em outros estados.

Essa implementação e a validação de toda essa trajetória se deram muito em virtude do apoio que nós tivemos com a iniciativa do Governo Federal, e foi através de um compromisso nacional, criado em 2019 pelo Decreto Presidencial nº 10.063, que se instituiu o Compromisso pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, um marco institucional importante, que amparou muitas ações que vieram depois.

O que nós construímos, então? Uma política nacional, porque, através deste compromisso, estruturamos um comitê nacional gestor que coordenou ações interministeriais; elaborou documentos de apoio aos estados; estimulou a criação de comitês gestores estaduais e municipais para implementação local desta política; criou campanhas, como a semana nacional de mobilização para sensibilização e atendimento; financiou unidades interligadas em maternidades e cartórios; desenvolveu pesquisas e também um curso na Escola Virtual de Governo ligada à Enap.

Nós tivemos avanços na área de tecnologia, na coleta de dados, como a biometria neonatal, e a interligação de cartórios interoperados com outras políticas públicas.

Nós sabemos que hoje já existem novas tecnologias que surgiram no mercado para viabilizar o registro civil de nascimento. Os cartórios passaram a ser mais tecnológicos, porque o Brasil passou por uma revolução digital, incluindo melhorias no Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, Sistema Eletrônico dos Registros Públicos, unificando os cartórios no país. Então, nós tivemos várias iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou correr aqui por causa do nosso tempo.

As unidades interligadas dentro das maternidades proporcionaram, então, que o bebê, ao nascer, já pudesse ter a captura do seu registro junto com a sua mãe, e, dessa forma, a gente não perdesse mais o bebê com a mãe nem fizesse com que essa criança saísse da maternidade sem um registro.

Qual foi o resultado, então, Senadora? Nós atingimos, já em 2023, a taxa de sub-registro no Brasil de 1,05%, o menor índice já registrado na série histórica, mas, embora pareça reduzido, nós estamos falando ainda de 26,8 mil crianças que tiveram seus registros tardios, ou seja, que puderam estar expostas às violações que eu já mencionei.

Então, quase batemos a meta de 100%, mas ainda temos de monitorar especificamente essas crianças.

E nós também avançamos na unificação de dados. Em 2022, já estava em andamento, por iniciativa dos Ministérios da Economia e da Casa Civil, a nova carteira de identidade nacional no modelo único, que foi, então, objeto de bastante debate e construção, no ano de 2022, e que hoje já está em implementação em todo o país.

Nós temos ainda desafios, como a Região Norte, em que, historicamente com menores índices de registro, a gente teve uma evolução expressiva: passou de 92%, em 2010, para 97,3% de registros de crianças, em 2022.

E todas as regiões do país alcançaram índices superiores a 97% de registro civil de nascimento, e cerca de 20% dos municípios brasileiros já cumpriram a meta de 100% de cobertura de registros, segundo o IBGE.

Nós temos ainda desafios estruturais, Senadora. Nós temos a dificuldade ainda do acesso geográfico, pois a distância dos cartórios ainda é muito grande em regiões remotas; a falta de documentação dos pais, o que dificulta o registro dos filhos; o desconhecimento sobre os procedimentos, especialmente em populações vulneráveis; fatores socioeconômicos, como pobreza extrema, que dificulta o deslocamento; fatores culturais, como resistências em algumas comunidades tradicionais; e ainda, muito presente, o racismo institucional, com a discriminação no atendimento ocorrendo muitas vezes e desestimulando o atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, no campo das tecnologias, nós sabemos que, embora a digitalização tenha avançado significativamente, ainda persistem: a desigualdade digital entre cartórios de grande porte e pequeno porte, a infraestrutura tecnológica limitada em municípios menores, a necessidade de capacitação para profissionais dos cartórios e da rede de atendimento e a ausência ou insuficiência de integração entre sistemas de diferentes órgãos públicos.

Temos algumas recomendações para finalizar. Então, quero recomendar, Senadora, que o Senado possa se desdobrar, através dos relatórios divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que apontam a necessidade de se intensificarem ações específicas para grupos prioritários, especialmente populações indígenas e tradicionais, que têm uma taxa de sub-registro ainda maior. Quero recomendar: expandir programas de capacitação para servidores públicos em direitos humanos que precisam fazer esses registros; fortalecer parcerias entre União, estados e municípios; ampliar investimentos em infraestrutura digital para regiões remotas; e desenvolver políticas inovadoras digitais, transversais, que possam ser interoperáveis com sistemas e bases de dados integrados entre cartórios e políticas públicas.

E deixo aqui a frase de Hannah Arendt: "O direito de ter direitos começa pelo reconhecimento da pessoa como sujeito".

Fico à sua disposição, Senadora, Ministra Damares, para o que for necessário a gente complementar aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretária Mariana.

Eu não sei se é ético eu falar aqui na mesa, mas eu vou falar: nós estamos morrendo de saudade de você e do seu trabalho – morrendo de saudade.

A SRA. MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Paraná ganhou, mas o Brasil perdeu a sua gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mariana, o censo de 2022 apontou mais de 114 mil crianças de até cinco anos que não apresentavam registro civil, crianças vivas. Aqui eu quero fazer essa observação, Vereador. O censo fala de 114 mil crianças vivas sem certidão de nascimento. Não sabemos quantas nasceram e morreram sem certidão de nascimento e sem declaração de óbito. Esse é o país que nós temos.

Nós vimos, no seu gráfico, que Roraima despontava com muito destaque em relação aos outros estados. Eu acredito, Mariana, e eu queria que você confirmasse, que é pela questão indígena, por mais de 70% do Estado de Roraima serem território indígena. A subnotificação de nascimento em área indígena é, inclusive, objeto do relatório que nós entregamos na semana passada e aprovamos aqui.

Nós não sabemos, de fato, quantas crianças indígenas nascem; portanto, não sabemos quantas crianças indígenas morrem. Qual é a realidade?

Aí eu te pergunto isto: se essa diferença proporcional de Roraima em relação aos outros estados é por conta de ser território indígena.

A segunda pergunta que lhe faço é se é possível, Mariana, a gente fazer o seguinte... Os pais não registram essas crianças, mas eles batizam ou consagram em uma igreja evangélica ou em uma outra religião de que eles participam. É possível a gente ter aí um programa de integração poder público com as religiões: as religiões não consagrarem nenhum bebê, ou a Igreja Católica não batizar – a Igreja Católica é inclusive mais organizada – nenhum bebê sem o registro desse batismo e compartilhar esse registro com o poder público?

Na igreja evangélica – eu sou pastora –, especialmente em igrejas pequenas, Rafael, o pai chega, na hora do culto, com a mãe e com o bebê, ele leva o bebê, o pastor pega, pergunta qual é o nome do bebê, ora, acabou, vai embora, o pai e a mãe nunca mais voltam e não se sabe mais desse bebê. Mas trazer as religiões para esse programa, trazer as igrejas seria ferir a liberdade religiosa, já que o pai não quis registrar, mas trouxe para a igreja? Seria uma afronta à Lei Geral de Proteção de Dados?

Mas a gente tem um desafio. Nós temos muitas crianças sem documento; na verdade, Mariana, muitos adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente esteve no Marajó – você esteve comigo –, nós encontrávamos pessoas de 65 anos sem certidão de nascimento, portanto sem identidade, sem CPF, pessoas que eram invisibilizadas para o Estado. Então, a pergunta é: você acha que um programa nacional envolvendo a sociedade civil...

Outra coisa que eu lhe pergunto, Mariana: na região ribeirinha, essas crianças nascem, muitas nascem com parteiras tradicionais, parteiras tradicionais, na sua grande maioria, analfabetas. Como que elas preenchem a declaração de criança nascida viva? A parteira tem um catálogo, assim, um bloquinho em casa, e, a cada hora que ela vai fazer um parto, ela o preenche? Depois que ela o preenche, ela entrega onde esse documento?

Nós temos parteiras fazendo partos, mas, se a gente for cruzar os dados, tem mais partos do que crianças registradas. Como lidar com esse desafio, sendo que é uma meta do PNDH-3 a universalização dos documentos?

A SRA. MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS (*Por videoconferência*.) – Perfeito, Senadora.

Nós temos uma taxa – estava aqui tentando localizar – de 96,7%, se eu não me engano, 98% dos partos sendo realizados em maternidades ou hospitais. Isso significa que o foco da política nacional foi diretamente atingir essas unidades que são maternidades, oficialmente os espaços onde se tem o parto, mas obviamente as crianças, os bebês, nascem em todo lugar, não só em maternidades. Então, de fato, nós temos uma grande taxa de sub-registro em regiões onde os bebês não nascem em maternidades.

De fato, as Regiões do Norte e do Nordeste têm essa expressão de índices mais elevados, justamente porque contam com comunidades tradicionais, que muitas vezes não acessam essas maternidades e esses hospitais para que os bebês venham ao mundo. Então, nós temos, sim, em Roraima e em outros estados, essas taxas maiores, sem dúvida, em virtude das comunidades tradicionais indígenas, ribeirinhas, entre outras, que são responsáveis por essa taxa elevada.

E também pela questão tecnológica, Senadora, porque nós temos ainda um Estado de Roraima que tem muitas fragilidades em relação a essa questão tecnológica, entre outras questões, que são de dificuldade de acesso, muitas vezes, e de orientação, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós trabalhamos juntamente com instituições, como a Caixa Econômica Federal, para que se pudesse, através dos barcos – não só no Estado de Roraima, mas na Região Norte como um todo –, ter dentro do banco da Caixa Econômica a unidade de registro civil. Assim, quando a família vai acessar o Bolsa Família, ela pode ali, enquanto vai sacar o benefício, enquanto vai fazer o seu cadastro, pode já fazer o registro da criança. Então, também é muito importante a gente contar com as instituições bancárias, porque muitas vezes ter um filho, ter mais uma pessoa na família impacta diretamente as questões que são financeiras da própria família. Portanto, o benefício pode vir também a partir daí.

Sem dúvida, trabalhar com as igrejas e com a sociedade civil como um todo, com as universidades, com as escolas, em programas de extensão universitária, também contribui para que a gente consiga levar essa conscientização, a partir da importância de uma documentação básica. Às igrejas pode ser um ótimo projeto desenvolver esta viabilidade de que a criança, ao ser levada ao batismo ou a outra forma de apresentação na igreja, possa ter, da parte da sua liderança, daquela comunidade, esta reflexão: "Olha, traga a pessoa para o registro civil, faça a certidão de nascimento da criança". Isso é um acesso a direito.

Então, as igrejas têm esse papel de, também, promover o acesso aos direitos.

Sem dúvida, o Thiago Vieira vai poder nos dizer que isso não é uma violação de forma alguma, porque o Brasil tem que trabalhar em colaboração com cada uma dessas instituições religiosas. É a laicidade colaborativa que nós vivemos no Brasil.

Então, sem dúvida, é dever, né? O Thiago está mostrando o livro dele ali, que nós já lemos, e temos essa mesma compreensão de que as igrejas, as famílias são parceiras na garantia dos direitos. Nós temos, sim, que relembrar esses instrumentos.

E não só a certidão de nascimento, como disse bem a Senadora, mas a de casamento também, porque nós temos direitos civis e deveres relacionados aos compromissos que se firmam, seja a certidão de casamento, seja o divórcio, toda essa parte civil implica também em acessos a benefício.

Por fim, quero só lembrar também, Senadora, que nós tivemos um apoio importante através da Política Nacional da Pessoa Idosa. Pela primeira vez, a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituiu, ainda na pandemia, uma varredura dentro das instituições de longa permanência, para identificar as pessoas idosas sem registro de nascimento, ou que chegaram lá em abandono, ou que tiveram dificuldades de poder localizar as suas famílias, para que, através da tecnologia de biometria – que não é neonatal, mas é de biometria também, igual –, pudessem fazer a identificação dessas pessoas idosas para localização das suas famílias.

Então, o quanto é importante a gente também fazer incentivos na área de tecnologia, na área de sistemas, para que a gente consiga integrar as bases de dados e constituir assim, então, o acesso à cidadania plena de todas as pessoas, não só bebês e suas mães, mas também das pessoas idosas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mariana, obrigada, muito obrigada.

Nós ainda vamos – se você puder ficar mais um pouquinho, Mariana – para as considerações finais e, com certeza, teremos mais perguntas, mas, se precisar sair, todos os expositores, se precisarem sair, a gente entende e a gente continua o diálogo por *e-mail* com os senhores.

Vamos agora ter a alegria de ouvir o Vereador Rafael Satiê, Vereador do município do Rio de Janeiro, escritor e Presidente da Comissão de Combate ao Racismo.

O tema que o Rafael vai trazer é a importância de políticas públicas focadas na igualdade racial e no combate à discriminação, com dados sobre o impacto do racismo na sociedade.

A Diretriz 9 do PNDH, Rafael, fala sobre "Combate às desigualdades estruturais", e Objetivo I dessa diretriz fala: "Igualdade e proteção dos direitos das populações negras, historicamente afetadas pela discriminação e outras formas de intolerância".

O PNDH-3 alcançou esse objetivo?

O SR. RAFAEL SATIÊ (Para expor.) – Bom, muito bom dia a todos. É uma honra muito grande poder estar aqui com cada um de vocês.

Senadora Damares, é um prazer estar aqui, na Casa Alta, inclusive, pela primeira vez, fazendo uso da palavra num tema tão pertinente e importante para nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu nome é Rafael Satiê, sou Vereador eleito na cidade do Rio de Janeiro, defendendo os valores da família, da pátria, os valores cristãos, que, evidentemente, nos conduziram até aqui, como sociedade, e o ocidente inteiro como sociedade, no crescimento tecnológico, no crescimento dos direitos, bem como também no crescimento dos deveres e direitos do cidadão.

Bom, sou Vereador na cidade do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, na história da Câmara Municipal, eu sou um Presidente da Comissão de Combate ao Racismo, que é uma Comissão Permanente, Comissão essa presidida, pela primeira vez, por um conservador, contra, infelizmente, muitos pretos que deveriam se orgulhar, no momento de conquista, evidentemente, de um Vereador negro, conservador, assumindo uma pasta que, de fato, é pertinente a uma pessoa negra, mas, infelizmente, não foi dessa forma que eu fui recebido ali pelos meus colegas, inclusive, de Parlamento.

Homens e mulheres pretas, porque acreditam, entendem e vivem por um outro prisma e por um outro espectro ideológico, decidiram rechaçar, zombar ou até mesmo ignorar a minha Presidência, mas, graças a Deus, diante de uma equipe técnica muito bem preparada, a gente tem conseguido conduzir com maestria e com, de fato, o valor e o merecimento de que a pasta evidentemente precisa.

Eu, no Rio de Janeiro não sou, de fato, uma pessoa que tem inovado, porque muitas coisas estão escritas e, se a gente, de fato, praticar aquilo que está escrito, a gente vai fazer muita diferença.

Bom, mas eu criei uma frase no Rio de Janeiro, que é uma frase, Senadora Damares, que gerou muito impacto, diante de um caso do Igor Melo, um homem negro que foi alvejado por um policial, quando estava voltando do trabalho. Ele, que tem duas jornadas de trabalho, jornalista fazendo a cobertura do Clube Botafogo, que é um clube nacionalmente conhecido, e à noite ele trabalhava num restaurante.

Voltando para casa, ele foi alvejado por uma bala deflagrada por um policial militar, e ele, nessa ocasião, teve o seu rim perfurado, ele perdeu o rim direito e parte do seu intestino em uma cirurgia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a mídia, evidentemente, no primeiro momento, disse que era racismo, e esse foi o primeiro caso que caiu na minha mesa como Presidente da Comissão de Combate ao Racismo na cidade do Rio de Janeiro.

E, Senadora Damares, a gente foi fazer uma análise técnica precisa, sem critério emocional – como a gente diz no Rio de Janeiro, com os pés no chão –, e nós constatamos que não foi racismo, evidentemente, porque o policial que alvejou o Igor Melo também era um homem negro, e um homem negro retinto, diferente de mim, que sou mais pardo, digamos assim, do ponto de vista da própria certidão de nascimento.

Bom, eu me considero uma pessoa preta, negra, mas há também, por uma questão de militância esquerdista, a colorimetria, onde, infelizmente, dentro da paleta de cor da militância, da colorimetria da militância, eu, por ser um preto mais claro, sou mais privilegiado do que um preto mais retinto.

É uma situação complexa e a gente não vai debater sobre esse tema.

A questão é: a frase que eu disse, amplamente divulgada nas redes de TVs, na cidade, no Estado do Rio de Janeiro, foi: "Todo racismo é crime, mas nem todo crime é racismo".

O que aconteceu com o Igor Melo, de fato, foi algo criminoso, e esse policial precisa ser responsabilizado, responder pelos seus atos e, na minha visão, sumariamente exonerado do seu cargo policial e das suas prerrogativas de Polícia Militar da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a irresponsabilidade em fazer o manuseio da sua arma de fogo para atingir alguém que nenhum crime havia cometido naquele momento. Agora, alegar que aquilo fosse algo de teor racista seria leviano e irresponsável da minha parte.

Assim, eu começo presidindo a Comissão de Combate ao Racismo lá na cidade do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro, e, por esta razão, sendo odiado por muitos da militância, sobretudo do movimento negro, que é pioneiro na cidade do Rio de Janeiro, bem como na cidade de São Paulo.

Então, falar sobre a questão dos direitos humanos é muito importante para mim, muito pertinente. E, antes de começar, de fato, a minha fala nesse sentido, eu parabenizo, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que me antecederam, pela tecnicidade, pela maneira como conduziram e pelas informações cruciais que trouxeram.

Mas eu gosto também... Além de me comunicar tecnicamente com os meus pares aqui presentes, bem como com os que estão presentes aqui nesta Comissão, neste auditório, eu também não me furto em comunicar com aquelas pessoas simples que estão nos assistindo e que, posteriormente, nos assistirão, essas pessoas que estão dentro das comunidades, que estão dentro das favelas – assim, no Rio de Janeiro, dizemos; em São Paulo, nas periferias –, em todos os rincões deste Brasil. Por essa razão, eu também quero me expressar, além da maneira técnica, de uma maneira bem simples, a fim de que essas pessoas compreendam a realidade, a atual situação em que nós nos encontramos hoje, fazendo um panorama rápido sobre a questão histórica dos direitos humanos.

A gente vai ver diversas vertentes, inclusive históricas. E não é um assunto de agora, né?

Às vezes, alguns grupos políticos tentam se apoderar dessa questão dos direitos humanos, dizendo que eles são os criadores e que, de fato, eles são os únicos que têm – abro aspas – "o lugar de fala" – fecho aspas – para tocar em determinados assuntos ou representar determinada minoria.

De fato, eu discordo veementemente dessa terminologia e dessas ações, tendo em vista que a prática dos direitos humanos é uma prática milenar, a começar pelo Código de Hamurabi. Isso eu estou falando da sociedade babilônica, de centenas, de talvez milhares, milhares de anos, melhor dizendo, dos dias que nós estamos aqui.

Passando disso, você tem a Carta Magna, uma coisa mais atual, a Grande Carta, numa tradução livre em português, que é do Parlamento britânico. Ela basicamente tirava todo o poder absoluto da monarquia. A gente está falando de algo e de uma diretriz do século XIII, precisamente do ano de 1215, ali na Europa, na Inglaterra.

Depois, a gente vai falar também do Renascimento. Os direitos humanos vão passar por esse período. Eles passam pela reforma protestante – talvez um assunto que o nosso Prof. Thiago Rafael vá abordar aqui com a gente. Então, eles passam pela reforma protestante. E, Senadora Damares, todas as vezes que eu vejo alguém que representa os direitos humanos, de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sumária, essa pessoa nos restringe – "nós", cristãos protestantes ou cristãos católicos apostólicos romanos – de um debate de que fomos cruciais na construção, a partir de 1517, com Martinho Lutero, que foi um dos grandes protagonistas, e outras pessoas, cristãos protestantes, que levantaram a bandeira dos direitos humanos. E aí, vai passar pelo iluminismo também e chega, talvez, aos dias atuais, digamos assim, à 1948, evidentemente.

Bom, o tema, além de ser um tema técnico, trata de alertar sobre os riscos de um projeto político-ideológico disfarçado de promoção de direitos humanos.

Bom, eu sou Vereador no Rio de Janeiro, tenho um cargo eletivo, então, faço política propriamente dita com o meu mandato, e eu não poderia me furtar de falar sobre o tema e não falar sobre o sequestro da pauta ideológica – ou da militância – por grupos esquerdistas, desse tema tão pertinente, que não deveria ser.

Os direitos humanos não deveriam ser uma pauta sequestrada, não deveriam ser uma pauta simplesmente dominada por determinado tipo de pessoas que inviabilizam qualquer forma de expressão retórica de grupos distintos daquilo em que aquela pessoa acredita. É como se eu, um homem negro, não tivesse a possibilidade ou – abro aspas – "o lugar de fala" – fecho aspas – para falar de um outro homem negro, porque eu não sou um negro que compartilha do mesmo espectro político-ideológico dessas pessoas que se apoderaram dessa pauta ou a sequestraram, digamos assim.

O Decreto 7.037, de 2009, assinado pelo Governo Lula, aprovado como política nacional, é a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, que é um extenso plano de ação baseado em eixos, diretrizes para o Estado brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SATIÊ – E onde está o problema disso? Aparentemente o texto traz bandeiras muito nobres – é óbvio, é sempre com bandeiras muito nobres, sempre com bandeiras que a gente olha ali, do ponto de vista didático e teórico, muito bonitas, muito pertinentes –, mas ao analisarmos com atenção, percebemos a subversão da autoridade institucional – já entrando agora, de fato, na minha fala, pertinente ao eixo que fui conduzido aqui pela Senadora Damares, as diretrizes que defendem um combate à violência institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que seria o combate à violência institucional ou o que seria, de fato, a violência institucional ou a redução da letalidade policial? Escondem um viés ideológico de enfraquecimento das forças policiais, evidentemente. O que seria, de fato, a redução da letalidade policial? E por que a letalidade está sempre antecedendo a palavra policial? E por que não se fala de letalidade do tráfico de drogas? E por que não se fala da letalidade do uso das drogas? E por que não se fala da letalidade de tantas outras coisas que levam os nossos jovens pretos, pobres, periféricos e favelados à morte precoce ou ao aprisionamento precoce?

Bom, talvez você não conheça a fundo, mas quem vos fala é uma pessoa que, de fato, tem esse – abro aspas – "lugar de fala" – fecho aspas –, afinal de contas, esse Vereador que vos fala é filho de um ex-traficante que ficou preso durante oito anos, irmão de um outro homem que foi morto pelo tráfico de drogas há aproximadamente quatro anos, e também irmão de um homem – mais novo do que eu, eu sou o filho mais velho de cinco – que encontra-se nesse exato momento no Complexo de Gericinó, Bangu 3, por assalto à mão armada e, enfim, diversos outros – o meu irmão assalta com mão armada, que é o art. 157, me parece, e depois o 155 também, sem armas.

Por que este que vos fala tornou-se Vereador da segunda cidade mais importante do Brasil, e culturalmente falando, a cidade mais importante do Brasil? Porque as decisões são individuais – as decisões são individuais.

Eu não sou fruto do meio, eu não sou fruto da região, eu não sou fruto do Complexo do Lins, de onde eu vim, ou da Favela do Jacarezinho. Bom, eu não necessariamente preciso de políticas públicas ou talvez um lugar de fala dado por um Governo para que eu possa prosperar e crescer na minha vida. Eu não compactuo com esse tipo de pensamento e, por essa razão, entendo que, muitas vezes, as políticas de direitos humanos propostas pelo atual Governo – desculpe, Senadora Damares – são políticas que mais afastam o preto, o pobre e o favelado do sucesso e mais o aproximam do fracasso. (*Palmas.*)

Então, termos, como erradicação da tortura, são usados de forma ampla, deslegitimando a atuação e criminalizando o policial militar, que hoje é o verdadeiro garantidor da paz das comunidades. Bom, há, sim, os excessos da polícia militar, evidentemente; há, sim, os excessos das forças de segurança no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, talvez numa incursão, talvez numa operação. Sim, possivelmente há. Eu também não posso colocar a minha mão no fogo por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os membros da polícia militar, mas eu nunca vi um policial militar arrancando a cabeça de um bandido.

Ninguém fala da altíssima taxa de letalidade entre os bandidos para com os bandidos, porque o que me parece, quando o Governo faz uma declaração dessa ou um plano desse sem avaliar minuciosamente a realidade dos rincões e as diferenças das regiões do Brasil, é que isso se torna um processo totalmente irresponsável, sem avaliar o conflito de facções entre as próprias facções. Porque, no Rio de Janeiro, quando se fala de problemas de tráfico de drogas, a interferência do tráfico de drogas na sociedade, a gente tem que falar de várias camadas. Diferentemente de São Paulo, em que a gente tem uma única facção e, por essa razão, ao que me parece, as coisas parecem mais ordenadas e menos letais.

Você não vê na cidade de São Paulo, por exemplo, um homem andando com um fuzil invadindo uma outra comunidade com outro fuzil. Por que isso não acontece? Porque São Paulo é melhor ou pior? Não, porque existe só uma facção. Agora, quando você fala de Comando Vermelho, de Terceiro Comando, de Amigos dos Amigos, de milícia e de toda a sorte de coisas ruins que assolam as áreas periféricas do Rio de Janeiro, você não pode, simplesmente, taxar a polícia militar ou as forças de segurança como forças que exercem altíssimas taxas de letalidade.

E por que isso é perigoso, Senadora Damares? Porque esse tipo de ação e esse tipo de projeto fazem com que se criem políticas públicas como, por exemplo, a evocada pelo PSB, no Supremo Tribunal Federal, por uma decisão monocrática do Ministro Edson Fachin, a ADPF 635, que é uma política pública baseada na taxa de letalidade da polícia e que, durante o ano de 2020, na pandemia, que foi a causa justificatória para esse fato ou para esse ato da ADPF 635, simplesmente impediu a polícia militar de fazer as suas operações nas favelas, aumentando ainda mais a expansão territorial das facções criminosas. Senhoras e senhores, nós estamos falando de uma política pública baseada em projetos e planos de direitos humanos que inviabilizou o trabalho da polícia militar, fazendo com que a abrangência do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro crescesse exponencialmente como nunca visto na história.

Bom, quando se fala de direitos humanos, durante muitos anos foi denunciado nas redes sociais, pela direita, evidentemente, o "direito dos manos", não é? Pois só se versava sobre a linha ou o aspecto de quem estava cometendo um crime. E o direito humano é muito mais amplo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso. Historicamente – eu dei dados históricos aqui, da Babilônia, da Carta Magna da Inglaterra, da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 – não podemos reduzir esse trabalho, evidentemente, brilhante, não podemos reduzi-lo ao criminoso; não podemos reduzir àquele que comete crime. Ou, afinal de contas, o pai de família não é digno dos direitos humanos quando sai da sua casa e depois tem que voltar para sua casa? Ou, afinal de contas, a mulher que sai da sua casa para trabalhar ou que permanece em casa para cuidar de seus filhos não merece ser assistida pela política de direitos humanos? A família...

Bom, por essa razão, essa releitura ideológica e histórica nacional tem impactado. O Eixo 6, por exemplo, trata do direito à memória e à verdade, mas apenas sob a ótica da esquerda. Ignora os crimes cometidos por alguns grupos armados revolucionários, distorcendo a história da luta armada contra o regime militar. Esse eixo sustenta comissões parciais que atacam militares e promovem o revanchismo. Você tem a doutrinação educacional e tantos outros.

E para finalizar, Senadora Damares, porque eu também não quero me ater... É um tema muito pertinente, e por isso eu agradeço à senhora. Muitas vezes a gente é convidado para falar de temas sobre os quais a gente fica até engessado, né? São temas pertinentes, mas não têm uma profundidade técnica e uma abrangência grande. Então me sinto muito honrado, nesta manhã de segunda-feira, em estar falando sobre um tema muito pertinente e sobre o qual pouquíssimas pessoas estão falando.

E, quando se fala, tratando-se ali do Rio de Janeiro, tal qual cidade e estado, simplesmente é pelo viés ideológico e pelo viés vitimista, infelizmente, reduzindo a ação do homem negro, a ação daquele que sempre precisa e que nunca é capaz de entregar ou de fazer nada.

Bom, eu sou contra essa estatística. Eu não faço parte dessa estatística. Sou empresário, sou escritor, sou político muito bem-sucedido, sem precisar de cota racial ou qualquer tipo de coisa que, talvez, me eleve ao nível de um homem branco.

Desculpas os homens brancos desta sala não me devem, não me devem perdão. Muito pelo contrário: vocês não são maiores do que eu. Eu sou igual a você e talvez maior do que muitos de vocês. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, Senadora Damares, meus pares, a audiência que também está nos assistindo neste dia, é inegável que o Brasil traz marcas da desigualdade. Reconhecer isso é necessário, mas não significa transformar o passado em justificativa para dividir a sociedade e criar privilégios permanentes.

Bom, existe, sim, um problema e uma cisão racial. Não dá para se negar o racismo.

Eu já sofri racismo, meu Deus! Eu já andei pelo bairro de Ipanema, e a senhora que estava na minha frente segurou um pouco a bolsa. Bom, em certo ponto, isso pode ser considerado um racismo, mas também pode ser uma questão de segurança e estatística.

Afinal de contas, hoje, existe um índice de estatística de que a maior probabilidade de você ser assaltado no Rio de Janeiro é com dois homens sobre uma moto. Isso significa que, todas as vezes, dependendo de um período do dia, em que dois homens sobre uma moto passem próximo de você, a probabilidade de você ser assaltado é grande. Não significa que, se a mesma senhora esconder a bolsa de dois homens de moto, seria "motofobia". Afinal de contas, tal senhora está respeitando a estatística.

Bom, podemos também usar esse mesmo exemplo e chegarmos à conclusão de que a grande maioria dos assaltos cometidos na cidade do Rio de Janeiro são por pessoas pretas, pardas e assim por diante. Podemos também chegar à conclusão de que uma senhora, ainda que seja preta, negra, parda, ao ver um homem preto se aproximando, pela estatística, pode achar que vai ser assaltada. E isso, de igual modo, com o motoqueiro, não é racismo. É um respeito à estatística.

Então, ter essa visão e ter essa percepção com sobriedade é o que esta audiência propõe e é parte da minha fala nesta manhã.

Por essa razão, a gente milita, sobretudo, inclusive nas vestimentas do homem preto.

Originou-se, no Movimento Negro Unificado, na cidade de São Paulo, que uma das vertentes do movimento negro, além da fala, além da oratória, além da etiqueta, era a vestimenta.

Bom, eu sou apaixonado pelo Flamengo, mas não faz sentido algum eu vir a uma audiência pública nesta Casa Alta vestido com a camisa do Flamengo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E nem entrava. Nesta Comissão, talvez entrasse. (*Risos*.)

O SR. RAFAEL SATIÊ – E nem entrava, né?

Com toda a vênia, acho que está por baixo aqui.

Cada local necessita de um *dress code* ou de uma vestimenta necessária para cada ambiente.

Por esta razão, não adianta o preto dizer que está sendo discriminado, num determinado local, porque ele é preto. Na verdade, ele está chamando a atenção, porque não está atendendo o *dress code* daquele local.

Vá para dentro do Palácio do Itamaraty, de bermuda e de boné para trás; você vai ser olhado torto, sim, e isso não é racismo!

O óbvio precisa ser dito.

De fato, a igualdade perante a lei, prevista na Constituição, já é o maior instrumento contra qualquer tema de discriminação. O que precisamos é aplicá-la de maneira real e imparcial.

Bom, nós estamos, ou estávamos, muito mais avançados do que a sociedade norte-americana, onde teve uma guerra civil entre norte e sul, nortistas e sulistas, escravagistas e os que eram contra a escravidão. Guerrearam, numa guerra civil, a fim de que isso acabasse, terminasse.

Pois bem. Eles finalizam uma guerra, vem a Constituição dos Estados Unidos, na cidade de Filadélfia, se não me falha a memória em 1776. Até então, o negro não tinha o direito ao voto.

Bom, eles fazem uma guerra civil, e a Constituição não garante ao negro norte-americano um lugar digno na sociedade. Isso só vai acontecer nos anos 50, 60, com o pastor protestante Martin Luther King.

No Brasil, diferente disso, na nossa Constituição, já nasce o direito à igualdade do homem preto, assim como o homem branco. Nós estávamos mais avançados do que eles, mas essas políticas retrógradas, militantes, fizeram com que o negro e o preto brasileiro não desenvolvessem a medida do preto norte-americano. Por quê? Porque o racismo, nos Estados Unidos, é um homem com a arma apontada na sua cara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, existe o racismo estrutural nos Estados Unidos: rua de preto, bairro de preto, música de preto, restaurante de preto e até igreja de preto, em que eu tive a honra de ir em Nova York, no Brooklyn. Aquelas senhoras com chapéu, no domingo de manhã, com *dress code* perfeito para a ocasião. Todo mundo de terno, todo mundo alinhado, aqueles negões de dois metros de altura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL SATIÊ – Em determinado momento, eu falei: "Senhor, por que é que eu nasci no Brasil?".

Bom, agora eu finalizo de fato: a sociedade norte-americana, mesmo com o racista com uma arma apontada sobre o seu rosto – ou seja, ele sabe quem é o racista; ele sabe onde está o racista –, mesmo assim, a sociedade norte-americana tem o maior jogador de golfe da história, o Tiger Woods, um homem preto; o maior jogador de basquete da história, o Michael Jordan, um homem preto; a maior jogadora de tênis da história, Serena Williams, uma mulher preta; um Presidente da República. Embora seja democrata, sim, teve um Presidente preto nos Estados Unidos. E a Oprah, que é, ou que foi, a maior apresentadora de televisão da história dos Estados Unidos, uma mulher preta!

Bom, por que é que nos Estados Unidos, onde o racismo é um homem apontado com a arma na cara, onde todo mundo sabe onde está o racismo, um homem preto conseguiu chegar a patamares inimagináveis, e, no Brasil, onde o racismo é uma pessoa com a arma apontada na sua nuca, você não sabe quem é o racista, você não sabe quem ele é...

E pasmem, senhores: pode ser que o racista seja aquele que viva o tempo todo chamando você de racista, e a manutenção e a retroalimentação do poder dele consistem em manter você na senzala ideológica.

E por que o preto brasileiro, hoje, infelizmente, quando aparece em alguma rede de TV, aparece com *black power*, com a camisa da África, grafitando um muro ou dançando *hip hop*?

Cadê os pretos advogados? Cadê os pretos engenheiros? Cadê os pretos médicos? Cadê os pretos Senadores da República? Já tem um preto Vereador. (*Risos.*)

Eu finalizo a minha fala com esta frase: o desafio do PNDH-3 é universalizar direitos sem cair em narrativas políticas que conduzam os direitos humanos a bandeiras de minorias. O Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa de uma política de direitos humanos que seja realista, justa e aplicada ao cidadão comum, respeitando nossa Constituição e os valores que unem a nossa nação.

Muito obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau, Vereador! Uau!

Esta é a graça do Parlamento: trazer para a mesa as diversas manifestações, os diversos pensamentos.

Por muitos anos, eu estive ali, sentada, como assessora, vendo os debates nesta Comissão apenas sob um ângulo. Trazê-lo, hoje, para fazer essa análise sobre o racismo é a gente realmente ousar que esta Casa seja a Casa, Vereador, das múltiplas ideias. Isso aqui é diversidade de verdade. Podemos nem concordar com tudo que você fala, mas a gente precisa te ouvir.

Voltando, Vereador, à questão do racismo, ao que o PNDH se propõe, o enfrentamento ao racismo: o que a gente viu é que houve um enfrentamento aguerrido de um movimento. Mas, por exemplo, cadê os ciganos, que também sofrem preconceito e discriminação? Nós não estamos vendo uma luta nacional pelo fim da discriminação aos ciganos.

Há um outro público que já tentou encontrar espaço nesta Comissão e foi recebido de forma tímida – mas acho que esse público precisa ter um espaço no debate –, que são os mestiços.

Esta é uma nação com muitos mestiços. No Norte do país, nós encontramos pessoas que não são indígenas, não são negras e não são brancas. Elas se autodeclaram mestiças. E a gente não vê programas de enfrentamento ao preconceito ao mestiço. Eles já vieram aqui. Eles não estão nem no censo. No censo, estão pardo, branco, negro, mas não tem mestiço. Mas esta é uma nação, na sua grande maioria, formada por mestiços. A gente não viu esse grupo sendo respeitado.

E também o que é que a gente tem visto hoje? Um letramento contra o racismo, um policiamento muito grande, inclusive a palavras.

Inclusive, quando eu faço debate sobre racismo, eu pergunto: "Como é o nome desta dor?". A minha filha, que é indígena, já foi expulsa de elevador. A minha filha, quando criança, era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconvidada para festa de aniversário. Já falei sobre isso. Marisa me acompanha desde quando eu adotei a Lulu.

Eu lembro que acontecia muito isto na escola, Giselle: ela vinha com o convitinho de aniversário – porque o aniversariante distribuía para todos os coleguinhas da sala – e, no dia do aniversário, a mãe da criança me ligava: "Olha, a festinha foi cancelada". Nós já tínhamos comprado o presentinho para Lulu levar.

Foi uma vez cancelada – na segunda-feira, ela levava o presentinho para a coleguinha –, duas vezes... Na terceira vez, eu disse: "É muito cancelamento de festa." Eu peguei o carro e fui.

A festinha estava acontecendo, e foi cancelada apenas para a minha filha, que era indígena, porque a coleguinha dava com carinho, mas a mãe dizia: "Eu não quero a índia na festa, porque índio é doente, índio tem piolho" – especialmente se a festa tivesse piscina.

As mães das crianças brancas não aceitariam suas filhinhas lindas, loiras, mergulhadas numa piscina junto com a minha filha indígena. Eu passei por isso.

Que nome dar a essa dor que Lulu sentia? É racismo? Nós temos que falar sobre isso de uma outra forma? Essa briga do movimento negro, que se fez necessária em um momento, precisa continuar da forma como continua? O PNDH deixou outros segmentos para trás, Vereador? Os indígenas, os ciganos, os imigrantes...

Hoje a gente vê aí muito preconceito, discriminação aos imigrantes, especialmente aos venezuelanos e a outros segmentos.

Como nós vamos lidar? Que proposta eu poderia trazer para um novo PNDH em que todos os segmentos que sofrem preconceito e discriminação possam ser alcançados?

O SR. RAFAEL SATIÊ – É evidente, Senadora, que o PNDH deixou sim outras minorias, diversas outras...

O PNDH-3, melhor dizendo, deixou outras minorias de fora: os indígenas, os ciganos e tantas outras minorias no nosso Brasil, e é óbvio que, por essa razão, eu faço essa denúncia da politização, da ideologização do PNDH-3, justamente por isto, porque não deveria ser politizada ou muito menos polarizada a pauta dos direitos humanos – eu também sou Vice-Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos da cidade do Rio de Janeiro, na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro –, porque direitos humanos é para todos, é o direito humano da pessoa humana. No entanto, simplesmente se fecha esse assunto dentro da pauta preta ou da questão racial.

E aí você vai abrir várias vertentes, e uma das vertentes, como a senhora muito bem explanou aqui, é o letramento racial.

Não sei se vocês que estão nos assistindo ou vocês que estão aqui também no Plenário sabem o que é o letramento racial. É, por exemplo, a proibição da palavra denegrir, a proibição da palavra esclarecer, a proibição da palavra buraco negro, por exemplo.

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO (*Fora do microfone*.) – O emburrecimento...

O SR. RAFAEL SATIÊ – Hã?

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO (*Fora do microfone*.) – O emburrecimento...

O SR. RAFAEL SATIÊ – O emburrecimento linguístico, melhor dizendo, é o que eles chamam de letramento racial.

Bom, mas por que focam tanto na pauta preta e, evidentemente, negligenciam os indígenas, negligenciam os mestiços, negligenciam também os ciganos e tantas outras minorias, como, por exemplo, os imigrantes, que são uma grande dificuldade que a gente vive hoje?

Nós recebemos muitos imigrantes, por exemplo, da América Latina, oriundos de uma ditadura sanguinária. E talvez seja esse o motivo e a razão pelas quais, ou pelos quais, eles não sejam inseridos, porque inserir, talvez, um imigrante dentro do PNDH-3, como uma minoria a ser assistida, é praticamente a declaração e aceitação de que os países vizinhos, como Nicarágua – não tão vizinho – ou Venezuela – sim, vizinho, de costas –, de fato, é uma ditadura, e é o que o atual Governo não quer, evidentemente, deixar claro.

Então, sim, as minorias ou todas as minorias não foram atendidas, e é necessário revisar sim e – por que não, Senadora Damares? – propor um PNDH-4, estrutural, que seja abrangente a todas essas minorias, sobretudo as minorias que foram negligenciadas no PNDH-3.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereador. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos passar a palavra depois para vocês fazerem agradecimentos, considerações finais.

Eu queria que você falasse do seu livro depois, onde as pessoas podem encontrar. É uma nova visão sobre o enfrentamento ao racismo no país, e quero dizer, Vereador, que foi uma alegria tê-lo conosco neste rico debate.

Vamos ouvir agora o último expositor, que é o Dr. Thiago Vieira, advogado, escritor, inúmeras obras que ele assina como autor e como coautor, e hoje ele é Presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Religião.

O tema do Thiago será a liberdade religiosa e a laicidade do Estado como pilares para a convivência pacífica em uma sociedade plural. É a Diretriz 10 do PNDH-3, que é a garantia da igualdade na diversidade, e Objetivo estratégico VI: respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado.

Dr. Thiago, eu quero lhe fazer um desafio, porque as nossas falas estão muito conectadas. Quando a Gi traz um menino negro no sistema, quando o Rafael traz esse combate ao preconceito, quando a Mariana traz a região ribeirinha e indígena com sub-registro, os temas estão muito entrelaçados.

E aí, Dr. Thiago, meu querido amigo, eu fui vítima de preconceito por muitos anos por ser religiosa, por ser cristã. Eu sofri na escola porque eu usava saia, a minha igreja pedia saia. Eu era objeto de ridicularização o tempo todo. Eu sofri *bullying* o tempo inteiro, por conta da minha fé e da minha saia, e a vida inteira foi isso. Eu ia a um debate na área de direitos humanos, estava lá: "Ativista de direitos humanos". Quando alguém na mesa dizia "mas ela é crente?", todo o meu debate era desqualificado. Eu era às vezes convidada a ser retirada, como se crente não pudesse entender de direitos humanos.

O maior exemplo, Thiago, e aí eu faço esse desafio a você, foi quando eu fui convidada a ser Ministra de Direitos Humanos. Eu fui objeto de ridicularização no Brasil. "Como uma pastora pode ser Ministra de Direitos Humanos?". E aí, Thiago, o preconceito não era pelas minhas ideias conservadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui, nos últimos anos, Rafael – e a Gi também sabe –, o maior exemplo de discriminação por religião. Eu fui rejeitada tão somente por ser evangélica.

Eu virei motivo de gozação, quando eu falei da minha fé na infância, o exemplo de Jesus no pé de goiaba, aquela minha história, criança na infância...

Gente, não sei se vocês sabem, eu fui carro alegórico. No Carnaval de 2019, teve carro alegórico com Jesus no pé de goiaba, rindo da minha história.

Eu fui fantasia de carnaval! Teve uma boate no Nordeste que todo mundo estava... Era a boate inteira com bruxas em vassoura, mas o rosto da bruxa era eu, marcha de carnaval – eu poderia até ganhar dinheiro com isso, pedir direitos autorais, né? –, fantasia, personagem de novela, personagem de programa de humor... Só tem um que eu autorizo, que é o Tom Cavalcante. Continue, então. (*Risos.*)

Eu amo quando o Tom me imita.

Tudo isso porque eu era religiosa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Música, marchinha de carnaval. Eu fui um dos maiores exemplos de perseguição religiosa no Brasil.

Por exemplo, quando eu contei aquela historinha que eu vi Jesus na infância... E eu vi, gente. Se vocês não veem Jesus, o problema é de vocês, mas eu vi na infância. As crianças veem anjos na infância. Aí nós temos uma apresentadora de televisão – e eu não vou dizer o nome, porque ela não me ama – que viu um duende, adulta. Ela disse que viu um duende, na fase adulta, e ela não foi objeto de ridicularização. Pelo contrário, foi cultuada por ter visto um duende. Eu vi Jesus na infância e fui objeto do ridículo.

Então, Thiago, o PNDH-3 me deixou para trás. Foi! Não existia um programa, não existiam políticas públicas, nada de campanha para se evitar o preconceito à fé cristã. E a gente tem que enfrentar tudo. Este um país plural, este é um país de todas as religiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, eu acho isso incrível no Brasil! Nós temos os budistas, nós temos o pessoal das religiões de matriz africana, nós temos os cristãos, nós temos os judeus, nós temos diversas religiões no Brasil, e a gente consegue conviver com isso. Mas eu fui um objeto de... Meu Deus do céu, como foi difícil!

Teve até um momento em que eu pensei em desistir de ser Ministra. Foi no dia em que um jornalista escreveu – gente, um jornalista! – que eu era louca. porque eu tive a oportunidade de ter relações sexuais com Jesus no pé de goiaba e eu não transei com Jesus. Quer dizer... Naquele momento... Eu me lembro de que estava em Belo Horizonte recebendo um prêmio de direitos humanos quando a matéria saiu. Eu comecei a chorar. Uma coisa é eu ser perseguida por minha fé – eu suporto –, mas ridicularizarem o meu Jesus para me alcançar... Então, era o contrário; agora estavam atacando Jesus para me atacar. Naquele momento eu disse: "Será que eu preciso ser um objeto de escárnio? Será que eu preciso estar aqui para atacarem o meu Jesus?" E aí eu queria desistir, mas alguém disse: "Não, não desista, continue". Que bom que eu continuei! E eu fui muito feliz até o final do meu trabalho no ministério.

Mas a pergunta é, Thiago: como lidar com a liberdade religiosa no país? Como fazer o enfrentamento a todos os preconceitos por conta da religião e como garantir a laicidade do Estado?

Bem-vindo, Dr. Thiago.

E o PNDH-3 alcançou o seu objetivo ou não nessa área?

Música, marchinha de carnaval. Eu fui um dos maiores exemplos de perseguição religiosa no Brasil.

Por exemplo, quando eu contei aquela historinha que eu vi Jesus na infância... E eu vi, gente. Se vocês não veem Jesus, o problema é de vocês, mas eu vi na infância. As crianças veem anjos na infância. Aí nós temos uma apresentadora de televisão – e eu não vou dizer o nome, porque ela não me ama – que viu um duende, adulta. Ela disse que viu um duende, na fase adulta, e ela não foi objeto de ridicularização. Pelo contrário, foi cultuada por ter visto um duende. Eu vi Jesus na infância e fui objeto do ridículo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Thiago, o PNDH-3 me deixou para trás. Foi! Não existia um programa, não existiam políticas públicas, nada de campanha para se evitar o preconceito à fé cristã. E a gente tem que enfrentar tudo. Este um país plural, este é um país de todas as religiões.

Gente, eu acho isso incrível no Brasil! Nós temos os budistas, nós temos o pessoal das religiões de matriz africana, nós temos os cristãos, nós temos os judeus, nós temos diversas religiões no Brasil, e a gente consegue conviver com isso. Mas eu fui um objeto de... Meu Deus do céu, como foi difícil!

Teve até um momento em que eu pensei em desistir de ser Ministra. Foi no dia em que um jornalista escreveu – gente, um jornalista! – que eu era louca. porque eu tive a oportunidade de ter relações sexuais com Jesus no pé de goiaba e eu não transei com Jesus. Quer dizer... Naquele momento... Eu me lembro de que estava em Belo Horizonte recebendo um prêmio de direitos humanos quando a matéria saiu. Eu comecei a chorar. Uma coisa é eu ser perseguida por minha fé – eu suporto –, mas ridicularizarem o meu Jesus para me alcançar... Então, era o contrário; agora estavam atacando Jesus para me atacar. Naquele momento eu disse: "Será que eu preciso ser um objeto de escárnio? Será que eu preciso estar aqui para atacarem o meu Jesus?" E aí eu queria desistir, mas alguém disse: "Não, não desista, continue". Que bom que eu continuei! E eu fui muito feliz até o final do meu trabalho no ministério.

Mas a pergunta é, Thiago: como lidar com a liberdade religiosa no país? Como fazer o enfrentamento a todos os preconceitos por conta da religião e como garantir a laicidade do Estado?

Bem-vindo, Dr. Thiago.

E o PNDH-3 alcançou o seu objetivo ou não nessa área?

O SR. THIAGO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, Senadora Damares, sempre Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Na sua pessoa, cumprimento todos os que estão presentes nesta audiência pública. Também tenho a alegria aqui de compartilhar este espaço – além da senhora, minha amiga – com a Mariana e com o Raphael. Aproveito também para cumprimentar a Dra. Giselle, que eu estou tendo o prazer de conhecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento, os Parlamentares que porventura estão na sessão e todos aqueles que nos assistem no canal do Senado Federal, via YouTube.

São muito importantes as suas colocações. Não há dúvida de que a senhora foi vítima de perseguição religiosa. Estou sendo o último a falar e eu me Lembro de que quando eu fiz a primeira audiência da minha vida, eu tinha 23 anos, recém-saído da universidade...

Eu fui fazer uma audiência criminal ou uma audiência de um ato infracional de um menor infrator – foi minha primeira audiência –, e eu fui o último a falar, porque eu era o defensor, motivo pelo qual eu comemorei, porque para o último a falar, nessa circunstância, é sempre melhor. Aqui, não; aqui ser o último a falar apenas aumenta a minha responsabilidade, depois de falas tão brilhantes e tão práticas de todos que me antecederam. Minha fala vai ser um pouco mais teórica, tendo em vista que sou um acadêmico inveterado, mas vou tentar trazer também para o mundo prático, para o mundo da vida de todos nós, não é?

Já entrando nesse aspecto prático e tentando iniciar uma resposta ao seu questionamento, talvez alguém até possa dizer que falar de liberdade religiosa, falar de Estado laico é batido, é chover no molhado, que isso já está... Que todo mundo sabe que tem liberdade religiosa no Brasil, que o Brasil é um Estado laico, mas não é verdade. Nós precisamos reiterar as liberdades, especialmente esta, que é a primeira das liberdades.

Por exemplo, em todos os continentes nós temos altos níveis de perseguição religiosa, e na América não é diferente. Entre os *tops* 30 países com maior perseguição religiosa, temos Cuba, Nicarágua, México. E o Brasil, que já esteve entre os países com menor perseguição religiosa no mundo, já está entrando, daqui a pouco, entre os *tops* 50.

Além de a senhora sofrer essa perseguição que está sofrendo agora – eu não sei se a senhora sabe, mas está sofrendo agora, porque eu fui ao canal do YouTube, e tinha pessoas falando do pé de goiaba nos comentários, agora, ao vivo –, tem pastores e padres sendo processados criminalmente por falar que pecado é pecado nas suas igrejas, no púlpito de suas igrejas. Inclusive, um padre no Rio de Janeiro, Padre Antonio, lá em Niterói, Vereador Raphael; um pastor aqui em Porto Alegre. Os casos aumentam. Há discriminação também contra terreiros, contra religiosos de matriz africana. Infelizmente, o Brasil não é mais o mesmo Brasil de antes, se formos pensar em liberdade religiosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero pedir vênia para trazer outro aspecto da liberdade religiosa que, infelizmente, no Brasil é pouco falado pela doutrina. A gente fala muito nos livros acadêmicos e nos livros que são publicados sobre o âmbito protetivo da liberdade religiosa, que é a proteção aos direitos de manifestar, ensinar, assistir, cultuar e se organizar enquanto religião; é a proteção individual do religioso e coletiva da religião. Mas eu quero falar aqui sobre a dimensão objetiva da liberdade religiosa ou função estruturante, que é pouco discutida, pouco ensinada pela doutrina especializada brasileira.

Na Europa e na América, chovem livros, chovem livros, Mariana, que falam sobre essa função estruturante. Agora, nós estamos começando a sentir o petricor, ou seja, o cheiro de chuva que bons ventos estão trazendo; uma chuva serôdia de especialistas a se debruçarem sobre esse tema. Enquanto essas obras não são produzidas, vocês vão ter que realmente ficar comigo mesmo aqui e eu mesmo vou ter que falar sobre isso.

Mas a liberdade religiosa, além da proteção da pessoa religiosa – e isso é importante, Parlamentares que estão me vendo, que estão me assistindo –, é um princípio de organização social e de configuração política, isto é, é um direito humano fundamental que expande os seus efeitos, além de uma disciplina jurídica de proteção do religioso, para impregnar a vida pública.

Como ensina o português Jorge Miranda, é a partir da liberdade religiosa que a liberdade política floresce. Sem liberdade religiosa, não há liberdade política. Sem liberdade política, estaríamos vivendo sob a égide de um regime totalitário, servindo a um só deus, com "d" minúsculo, encarnado na figura de um ditador, de um partido único ou de uma oligarquia. E sabem por que isso acontece? – eu vou pedir vênia aqui para fazer um "*merchan*" e ler uma página do livro que Jean e eu escrevemos. Na p. 139, diz assim:

> Todas as atividades que o ser humano realiza, ou em que deposita suas esperanças, aquela que define sua relação com Deus lhe é a mais sagrada, ocupando um lugar privilegiado. O encontro da pessoa humana com a pessoa divina requer um espaço de liberdade que transcende a existência do próprio Estado e de sua estrutura. Se o Estado não conseguir respeitar esse primeiro âmbito de liberdade, nascente no coração de cada um, não há outro espaço da vida humana que não sofrerá diretamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intromissão estatal; ou seja, se o estado conquistar o espaço sagrado da relação Deus-homem, terá toda [toda] a atividade humana aos seus pés.

Então, onde a liberdade religiosa é negada, todas as outras liberdades civis fundamentais desaparecem, como diria o Prof. Ignacio Rubio López, sob a sombra crescente de um Estado opressor.

E, daqui, Senadora, decorre a importância do Estado laico, mas não um Estado laico que nasceu por ódio da religião, como o laicismo francês do século XVIII, que pregava que a liberdade só seria possível após o enforcamento do último rei pelas tripas do último padre. Não é dessa laicidade que eu estou falando. Eu estou falando de uma laicidade nascida na América, fruto de um pacto entre os puritanos, católicos e sem religião, ancorados na Plymouth Rock, no convés do Mayflower. É uma laicidade pactuada para proteger (*Falha no áudio.*) ... sem exceção, pessoa religiosa da sanha opressora do Estado. É um Estado laico, cuja laicidade nasceu para proteger o religioso, e não para persegui-lo. E essa laicidade foi mais bem desenvolvida no século XX, após os horrores de duas guerras mundiais. Nasceu em países europeus que compreenderam que o fenômeno religioso é (*Falha no áudio.*)

... Alemanha, Espanha, Portugal e Itália entenderam a importância de contar com a fé e de desenvolver uma laicidade cooperativa, demonstrando que o Estado não deve impor, interferir nas fés, mas pode, pode contar, e deve, com elas... (*Falha no áudio.*)

E foi o Brasil, o nosso Brasil... Eu ouvi, quando estive numa audiência lá na Câmara Alta da Inglaterra, da Parlamentar Elizabeth Berridge, que o Brasil – o Brasil, o país da liberdade, da diversidade – foi o que melhor desenvolveu o sistema da cooperação.

Acrescentando, Senadora, a igual consideração...

Já vou pedir vênia para passar do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Fique tranquilo, fique tranquilo.

O SR. THIAGO VIEIRA (*Por videoconferência.*) – O Estado deve colaborar com a religião, mas de forma igualitária, porque é apenas – e é aqui que eu vou entrar na igualdade, que é um eixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui do PNDH – com a liberdade religiosa, em seu plexo de direitos, que citei antes, em pleno exercício e proteção, que podemos ter uma sociedade plural, uma sociedade inclusiva e uma sociedade que reflita, como diria Ulysses Guimarães, uma Constituição cidadã, porque é com a liberdade religiosa que diferentes cosmovisões, distintas formas de ver o mundo se encontram na arena pública.

Em um Estado laico, que verdadeiramente prestigia a participação dos religiosos – e não discrimina, como aconteceu com a senhora –, em que as visões de mundo, diferentes, estão em todos os espaços, é que existe diversidade. E, com a diversidade, acontece o importante adjetivo do PNDH chamado pluralidade. O ambiente plural qualifica qualquer democracia, gerando o que Tocqueville, há quase 200 anos, falava: condições gerais de igualdade.

Queremos ter condições gerais de igualdade, queremos ter igualdade, precisamos ter pluralidade, e uma sociedade plural só é possível com liberdade religiosa plena. Depois, nós temos a inclusão da religião majoritária, da religião minoritária, da tradicional, da milenar, da recém-criada. Essa igualdade, gente, que tanto buscamos, não é aquela igualdade artificial, em que o Estado interfere ao alvidre do Governo do dia, mas uma igualdade gerada, uma igualdade que nasce, uma igualdade que floresce, e floresce porque as pessoas têm voz no espaço público, porque as pessoas podem viver as suas vidas, porque as pessoas não são objeto – como diria a minha falecida mãe – de chocarrices, porque as suas crenças mais íntimas, por mais que discordemos delas, podem ser vividas em qualquer espaço.

Essa atual situação de coisas que vivemos no Brasil, em que parece que cancelar é a forma de tratar aqueles de quem discordamos, inclusive nas mídias digitais – cancelar, excluir as pessoas da comunidade –, isso é supressão do pluralismo, supressão da democracia e da própria dignidade da pessoa humana. Cancelar, excluir, ser alvo de chocarrice é o novo ostracismo que acontecia ao cidadão grego, e a gente só vai conseguir desenvolver uma sociedade plural, uma sociedade inclusiva, que tenha igualdade quando todos possam ter espaço.

E aí – encaminhando já para o final da minha fala – alguém pode dizer o seguinte: "Tá, mas é que existem religiões que são antagônicas, que são muito diferentes, que, se tiverem espaço na arena pública, vão digladiar, vão gerar tensão", como o pastor que diz que os deuses da Umbanda são do Diabo, dando um exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, a gente precisa lembrar que o florescimento humano, que nós só crescemos enquanto pessoas com o confronto de ideias. E o confronto de ideias só é possível numa sociedade plural, porque aí nós somos instigados a pensar criticamente, a refletir e a exercitar nossa inteligência, até para vencer no debate o outro. É assim que nós crescemos. Não é bebendo o leite da mamãe a vida toda.

Então, a plena liberdade religiosa é a que permite uma sociedade plural, uma sociedade igual, enriquece a sociedade, fortalece a cidadania e gera uma sociedade plural. Impedir o debate, impedir a diferença é criar uma geração de autômatos. Lembrando o clássico The Wall, de Pink Floyd, ou *1984*, de George Orwell, é essa nação que a gente quer, de autômatos? Uma geração monocórdica, uma geração que só tem uma nota? Ou nós queremos uma geração sinfônica de diversas notas, com uma linda melodia de notas tão diferentes como um dó e como um si bemol, mas que juntas fazem um Brasil melhor?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau, Prof. Dr. Thiago! Nós só temos que lhe agradecer. O senhor realmente nos inspira e o senhor nos provoca o tempo todo com suas falas.

Muito obrigada, doutor.

Nós vamos agora para o final da audiência em que eu vou devolver a palavra aos expositores por três, quatro minutos para agradecimentos finais e respostas.

E, na sua resposta, Dr. Thiago, eu queria fazer uma pergunta. Nós estamos vendo um crescimento muito grande do antissemitismo no Brasil, e isso tem me preocupado, mas me preocupado de forma absurda, porque eu tenho visto cenas no mundo inteiro... Essa onda de antissemitismo tem crescido, mas no Brasil em especial. Já estamos vendo, inclusive, violência contra judeus no Brasil. Eu queria te ouvir sobre isso.

E outra coisa, Dr. Thiago. O senhor falou o seguinte: "A liberdade religiosa no Brasil tem que ser garantida em qualquer espaço". Aí eu quero trazer um espaço e lhe fazer essa pergunta. O indígena é brasileiro, o.k.? A Constituição também é para ele. Então, todas as garantias constitucionais também alcançam os indígenas. Mas a gente vê um movimento antropológico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, em que nenhuma instituição que tenha origem religiosa, especialmente cristã, pode entrar em área indígena, nem para fazer trabalho social.

Ao indígena é proibido conhecer outras religiões. Isso é uma violação, doutor? Nós temos, inclusive indígenas, que são católicos e que, às vezes, não podem entrar na sua própria aldeia porque eles são católicos ou porque são evangélicos. Quando os próprios indígenas se convertem ao cristianismo, os antropólogos acham que eles deixaram de ser indígenas; e a gente sabe que isso não é verdade. Eu vou lhe ilustrar com a minha história, inclusive.

Quando o Governo Bolsonaro se iniciou, a Funai, com a política indígena, iria para o Ministério dos Direitos Humanos, do qual eu era a Ministra. Aí houve um movimento dentro do Congresso – a Marisa se lembra disso – de que a Funai não podia ficar comigo porque eu era evangélica, como se eu fosse usar a Funai para evangelizar índio. Esse movimento cresceu e, na hora de se votar a MP da estruturação do Governo Bolsonaro, a Funai foi para o Ministério da Agricultura – que não tinha nada a ver – e, depois, voltou para o Ministério da Justiça; mas a Funai não podia ficar com uma Ministra evangélica.

Eu entendi ali como mais uma discriminação e perseguição religiosa à Ministra – o.k. Aí, depois, os mesmos que tiraram a Funai de mim vieram dizer que eu matei indígenas ianomâmis e queriam me cassar. Eu não podia cuidar dos indígenas, porque eu era evangélica, mas, quando os indígenas morreram, especialmente na pandemia, a culpada era a Ministra evangélica.

Então, é muita confusão no Brasil, mas eu queria ouvi-lo. Dentro de um acampamento cigano, pode ter uma missa? Pode ter um culto, se o cigano quiser? Dentro de uma aldeia, eles podem querer conhecer, por exemplo, o cristianismo, o budismo, a religião de matriz africana? O indígena pode – o indígena brasileiro – ter o direito à liberdade religiosa? Eu queria ouvi-lo sobre isso, tá?

E, agora, a gente vai para o final, e nós vamos fazer esta fala final, de considerações finais e agradecimento, com a Giselle; mas eu vou provocá-la, Giselle: quantos adolescentes podem ter numa unidade? Quanto custa para se construir uma unidade, mais ou menos, hoje? E sobre, claro, visitas íntimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO (Para expor.) – Bom, como estas são as considerações finais, eu queria, muito brevemente, Senadora, mais uma vez, agradecer à senhora pelo fomento deste espaço, pelo convite e pela promoção deste diálogo tão caro, agradecer e dizer que foi um prazer, aqui, ouvir a Mariana, o Dr. Thiago e o Vereador Rafael – eu estou encantada pelo senhor, inclusive a gente tem o mesmo cabelo, guardadas as proporções, e uns óculos muito parecidos. (*Risos.*)

Estamos juntos. Eu quero o senhor falando para os meus adolescentes em Minas Gerais e, inclusive, levando o seu livro também.

Bom, Senadora, eu vou começar pelo início, pelo mais prático. Nós temos, pelo Sinase, a limitação de até 90 adolescentes em uma unidade socioeducativa de internação. Nas casas de semiliberdade, que, segundo as diretrizes arquitetônicas do Sinase, devem observar padrões residenciais, essa lotação máxima é de 20.

Essa restrição da capacidade, inclusive, tem uma comunicação direta com o valor *per capita* do adolescente. Hoje, nós temos, considerando todas as unidades de internação e semiliberdade do Brasil, cerca de 14,5 mil adolescentes em cumprimento de medida. Esses são os últimos dados tornados públicos pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

E, aqui, eu vou aproveitar que estamos falando de estrutura para responder a pergunta da senhora sobre a eventual preparação ou não do sistema para lidar com a eventualidade de uma mudança legislativa no que diz respeito ao tempo possível de cumprimento de medida, que hoje, pela lei, é de, no máximo, três anos ou até o adolescente completar 21, entendendo, inclusive, que ele pode ser apreendido para o cumprimento da medida depois de já ter completado 18 anos, se essa medida tiver sido decretada antes, e passaria a dez anos.

A resposta, Senadora – sem fazer qualquer juízo de valor sobre o aumento do tempo do cumprimento de medida, entendendo-o como um anseio social muito legítimo e considerando que essa é uma sociedade acossada por números de violência que remetem à guerra –, é que o sistema socioeducativo precisa ser preparado para essa mudança legislativa. Primeiro porque é muito importante que nós possamos garantir uma separação etária desses adolescentes. Aqui quem é pai ou mãe de adolescente, quem foi adolescente muito recentemente e, portanto, consegue se lembrar – como eu (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, a gente sabe que é muito preponderante a diferença entre um garoto de 12 e um garoto de 14 anos – são duas pessoas completamente diferentes –, entre um garoto de 15 e um garoto de 18. Então, não dá para a gente conceber, dentro da proposta do atendimento socioeducativo, coexistindo na mesma unidade, garotos. Conquanto eles possam ser internados, inseridos em medidas a partir de 12, a faixa etária preponderante, Senadora, é entre os 16 e os 18 anos. Esse é um dado hegemônico, em todo o Brasil é assim. Não entendo como adequado – empiricamente, não se mostra adequado – que convivam, dentro do mesmo programa, dentro da mesma unidade, adolescentes de 16, 17 e aqueles que poderão ter até 31 anos. Se a gente pensar na possibilidade de apreensão para o cumprimento da medida depois da maioridade, desde que aplicada antes e que o tempo máximo seja até os 21, a gente pode ter um jovem senhor de 30... Apesar de que agora a adolescência é cada vez mais postergada, né? A geração Z é cheia de adolescente de 30 anos. A gente pode ter adolescente de até 30 anos dentro de uma unidade socioeducativa. Então, é preciso que o sistema seja preparado em termos de infraestrutura, mas também em termos de proposta de atendimento, porque...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO – ... um homem de 25 anos tem que trabalhar, já um adolescente de 13 tem, inclusive, uma série de limitações legislativas que nos vão fazer encaminhá-lo para as atividades de orientação, de preparação profissional, mas ele tem limitações objetivas para o exercício profissional. Um homem de 25 anos, se a gente está falando em responsabilização, no mínimo, esse homem tem que trabalhar – no mínimo, ele tem que trabalhar. Então, tem que ter estruturas diferentes e inclusive um nível de preparo diferente dos operadores do sistema socioeducativo.

Aqui, Vereador Rafael, eu quero fazer coro com o senhor – com o que entendo também que é o pensamento da Senadora Damares, como alguém que está, neste momento, avaliando o PNDH com o repertório de uma atuação de muitos anos nessas políticas – quanto à necessidade da construção do PNDH-4. Estamos fechados nisso aqui, além das nossas outras semelhanças, que saltam aos olhos. (*Risos.*)

É preciso que nós instrumentalizemos os operadores do sistema socioeducativo, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Giselle, quando você fala em instrumentalizar, deixe-me fazer uma pergunta: o agente socioeducativo pode usar arma dentro da unidade? Se eu vou ter um menino lá – se a lei passar – de 30 anos, menino, esse agente, como é que ele lida com uma rebelião, com um motim? Vocês podem usar arma? Como é que funciona isso?

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO – Eu vou falar. O agente não pode usar arma dentro da unidade e hoje – enfim, é uma temática extremamente judicializada – nem fora da unidade. E aí nós temos duas questões que são essenciais. As diferenças entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional são muito patentes dentro desse programa, mas para o operador, quando ele está na rua e é abordado por um bandido, e encontram a carteira funcional dele de agente socioeducativo, ninguém vai fazer diferença entre ele, o policial penal e o policial militar: ele vai morrer, pela carteira funcional. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, nós temos uma diferença do perfil de adolescentes e nós temos hoje um debate, dentro do sistema socioeducativo, que é desolador, porque nós temos hoje, Senadora, judicialização – eu nem vou chegar na arma – do uniforme do agente. Minas Gerais implementou um uniforme para os agentes socioeducativos e é preciso que a gente lembre que o uniforme é um equipamento de proteção individual, concebido considerando as circunstâncias a que aquele usuário do uniforme vai se submeter. O uniforme, a farda do bombeiro militar tem uma razão de ser, que é a exposição ao calor extremo, que é a necessidade de mobilidade; a do policial penal e a do agente de segurança, idem, não tem nada a ver com você querer impor um ambiente militarizado e hostilizado, como se um ambiente militarizado fosse por si hostil, né?

Há pouco tempo, eu recebi uma sugestão de suprimir de documentos técnicos a palavra disciplina. Eu falei, gente, mas veja, sem disciplina, a gente não consegue ser nem um adulto funcional, eu não conseguiria estar aqui, porque eu estaria desatenta ao horário, eu não conseguiria pegar meu voo, eu não ia, é isso.

Então, veja, é muito dramático, Senadora, o que vivemos hoje em termos de discussão, para que a gente entenda o que é garantia de socioeducação com disciplina, com qualificação de segurança, inclusive uniforme, porque o argumento é que o uniforme é algo que militariza o sistema e que oprime os adolescentes. Eu não consigo, com a educação e o decoro que esta Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exige, sobretudo com o fato de que minha mãe está me assistindo lá em casa, pelo canal Senado, dizer o adjetivo para uma ideia que surge nesse ponto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO – Por fim, as visitas íntimas. Senadora, eu vou usar uma expressão que está em voga e com que todo mundo começou a se preocupar agora, por ocasião de ter sido usada por um *influencer*. A visita íntima começou lá no sistema prisional, essencialmente, como uma contenção da agitação dentro de uma unidade. Então, vamos organizar aqui, vamos deixar esses caras receberem suas senhoras, suas namoradas. A gente tem aqui, esse é o histórico, não estou falando da normatização, estou falando de um histórico. São homens adultos, são homens, no mais das vezes, casados ou que têm estabelecidas relações com suas companheiras há muito tempo.

No sistema socioeducativo, como eu disse, eu recebo um garoto de 1,85m, 100kg, que nunca foi ao dentista, que é um analfabeto absoluto, que é rompido com a escola há dez anos, com a família há não sei quantos, filho de pai ausente, de mãe vulnerabilizada, exposto e atravessado, embora eu deteste essa palavra, por toda sorte de carências e vulnerabilidades.

E aí eu me preocupo em dar a ele uma visita íntima, quando ele não tem repertório psicológico para estabelecer uma relação salutar nem entre ele e os pais, que são a primeira relação que uma psiquê saudável desenvolve. Então, queiram desculpar-me os entusiastas desse direito, mas a visita íntima não é nada mais nada menos – alô, Felca – do que a adultização da adolescência.

É isso. (*Palmas.*)

O garoto está ali para ser responsabilizado, o garoto está ali para entender que o que ele cometeu a gente chama tecnicamente, sim, de ato infracional, mas que é um crime; ele está ali para voltar para a escola, está ali para construir uma perspectiva profissional e porque é preciso. Hoje, ele fica, em média, um ano. A lei permite que fique três. Em média, no Brasil, ele passa um ano em cumprimento de medida.

E aí eu tenho que devolver um Harry Potter para a sociedade, mas o cara, quando entrou lá, era um analfabeto absoluto. E ele tem o direito de sair da unidade para ir ao território dele, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercer todos os afetos que ele achar que tem que exercer, inclusive esse. E eu o desencorajo, inclusive, adolescente, a fazer isso, vá estudar, vá ler um livro, você vai ter muito tempo para isso tudo depois. Não é na unidade que a gente tem que fazer isso. Na unidade, a gente tem que preparar um jovem, um adolescente, para que possa sair, tendo nós a chance mínima de ganhar a concorrência com a criminalidade, porque os garotos e as garotas que hoje, Senadora, estão no tráfico – e aqui eu faço muito um linque com a fala do Vereador Rafael – não estão só para amealhar renda. Conquanto o *ranking* dos atos seja esse, todos eles com caráter, obviamente, patrimonial (furto, roubo, tráfico de drogas), não se trata de levar o pão de cada dia para dentro de casa – isso não lhes falta –, trata-se de algo que na psicologia a gente chama de inscrição social. A gente tem, no Brasil, em marcha, a instalação de uma cultura que incute na mentalidade desses garotos que eles se tornam respeitáveis, que eles se tornam grandes quando estão na criminalidade. Eles encantam as meninas, subjugam a família, tornam-se o chefe da casa porque chegam lá com uma 9mm. Eu não sou muito versada nessa coisa de armas não, embora trabalhe com um monte de militares, na Sejusp, eu não conheço muito bem. Mas é disso que se trata.

Então, a gente precisa, para ter chance de tirá-lo desse substrato... Não dá tempo de ficar oferecendo motel nas unidades. Gente, desculpem-me, mas temos que ter outras propostas para responsabilizar esses adolescentes.

Essas são as minhas considerações a respeito da visita íntima, o que significa dizer, portanto, que na gestão do Estado de Minas Gerais nós não somos nem um pouco entusiastas dessa ideia. Nós queremos responsabilizar adolescentes. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uau, Giselle!

Eu quero lhe agradecer, Giselle, mas quero lembrar a quem está nos assistindo que um menino de 14 anos que está numa unidade... De 15, vamos colocar 15. Que idade tem a namorada dele para ter visita íntima? Aí nós vamos permitir que uma menina de 14 anos vá para uma unidade socioeducativa ter relações com o seu namorado. "Ah, mas tem que ter a comprovação da união estável". Mas eles estão em união estável lá fora. Infelizmente, o Brasil é o quarto país do mundo em casamento infantil. Eles estão em união estável aqui fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente vai pegar essa menina, passá-la por uma revista íntima e mandá-la se deitar com o namorado numa unidade que não está preparada para isso – vocês não têm cama para isso –, e um agente socioeducativo na porta, esperando os dois adolescentes terem relação sexual, tipo assim: "Levanta que tem mais um casal aqui. Levanta". Eu não consigo imaginar vocês sendo pagos para isso, sendo que, Giselle, aqui fora, para entrar num motel, tem que ter 18 anos de idade. E como é que a gente vai permitir um motel para esses adolescentes nas unidades financiado por verba pública? Então, assim, tem alguma coisa errada.

Então, para essa discussão, a gente não pode fechar os olhos. Está dentro do PNDH-3, está dentro do Sinase, não é uma discussão ideológica, por favor. Por eu ser religiosa, já vão dizer que eu quero implantar abstinência. Não. Pelo amor de Deus. Eu estou falando do dia a dia. Vou pagar um agente para ser porteiro de quarto de motel. Então, a gente precisa rever. Que bom que foi você que falou, e não eu. Que bom!

E a gente tem aí também um outro elemento, que é a identidade de quando dois meninos se apaixonam dentro da entidade terem que ficar na mesma cela ou, quando duas meninas se apaixonam, terem vida conjugal dentro da unidade. Isso também me preocupa porque, como você disse, na unidade tem um menino de 16 anos, mas nós podemos ter um de 25 anos agora. Esse de 25 anos que já é faccionado vai pegar aquele menino que chegou ali por causa de um furto, de 14 anos, e dizer assim: "Você vai ter que comprovar que nós estamos apaixonados". Eu tenho medo disso.

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO (*Fora do microfone*.) – Isso acontece.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Isso acontece. E aí a unidade vai ter que pegar o de 14 anos e colocá-lo na mesma cela com o de 25 anos que o está obrigando a dizer que eles são um par, e não são. Então, ele está obrigando. Então, assim, é delicado.

Esta Comissão toca em temas delicados. Nós não podemos fechar os olhos para isso. É nesta Comissão, e eu não tenho medo de fazer o debate.

Então, Giselle, você colaborou demais. Nós vamos apresentar um relatório. Você colaborou demais, mas não se pode escrever um outro PNDH sem essa atenção especial ao Sinase, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agentes e aos meninos que estão na unidade socioeducativa. Que meninos nós queremos depois? Qual é o índice de reincidência? É muito alta a reincidência, Giselle, só para encerrar?

A SRA. GISELLE DA SILVA CYRILLO (Para expor.) – Hoje nós não temos a medição da reincidência em nível nacional. E isto eu preciso dizer: com todos os FCRs, existe uma resistência ideológica à aferição da reincidência no sistema socioeducativo total. Nós temos alguns estados que a executam com metodologias diferentes, o que coloca esse dado, portanto, sob questionamento. Nós temos aí algo desde os 20% até os 40% em iniciativas esparsas que fazem essa aferição, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ter o gasto de R$20 mil por mês com esse menino, ele sai e volta. Essa é a realidade que nós temos no Brasil.

Nós vamos ter que falar sobre isso afastando as brigas políticas, as brigas ideológicas desse tema.

Obrigada, Giselle. Foi uma alegria recebê-la nesta Comissão.

Na sequência, vamos ouvir Mariana Neris.

Mariana está *online* ainda?

A SRA. MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS (*Por videoconferência.*) – Olá, Senadora e todas as pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mariana, antes da sua fala, permita-me só dizer que o Brasil é o quarto país no mundo, entre 195, em casamento infantil. O.k.?

Nós estivemos no Marajó agora – a Comissão foi ao Marajó – e descobrimos o seguinte: uma menina, com menos de 14 que engravida, porque ela se casa com menos de 14... Nem todas as gravidezes lá foram violentas, mas a nossa legislação diz que é estupro, porque ela tem menos de 14, mas ela está casada, morando com a anuência da família. Quando ela engravida, por ela ter menos de 14, ela não faz o pré-natal, porque, se ela chegar ao postinho médico para fazer o pré-natal, como ela tem menos de 14, automaticamente a polícia tem que ser notificada e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marido ser preso. Portanto, se ela não faz o pré-natal, ela também não registra esse bebê. Então, nós temos filhos de adolescentes que não são registrados, porque a mãe não quer que o pai vá para a cadeia.

Como lidar com isso, Mariana? Observando essa questão da regionalização, acontece. Somos o quarto país, infelizmente – o quarto país! –, do mundo com mais casamentos infantis. Como enfrentar a subnotificação diante desse fato também, Mariana?

Com a palavra.

A SRA. MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero também aqui agradecer as palavras da nossa Senadora em relação ao momento de saudade. Sinto também muita saudade, Senadora.

Tenho uma missão aqui no Paraná de trabalhar também as políticas voltadas à maternidade e às mulheres, que também sofrem muito com as questões de discriminação. Quero aqui ser solidária à sua luta e à sua dor, durante a sua trajetória pessoal e profissional, não só a violência religiosa, a intolerância religiosa pela qual a senhora passa, mas também toda a violência política pela qual a senhora vem passando, por ser uma mulher, por ser uma mulher conservadora, uma mulher cristã, que tem valores. E quero aqui trazer também o meu reconhecimento pela sua coragem, pela sua luta, pela sua dedicação à infância, à proteção dos direitos humanos que acompanhei, durante dois anos ininterruptamente, dia e noite, todos os finais de semana, em que nós vimos o seu grande compromisso com este país. Também quero fazer um reconhecimento à sua dedicação relacionada às Regiões Norte e Nordeste, ao Centro-Oeste, à sua região do Distrito Federal, e ao quanto o trabalho junto à infância tem sido a sua luta e nos desafiado a todos. Então, quero também trazer aqui este reconhecimento.

E quero dizer que muito do que nós tratamos aqui, ao longo desta manhã, foi relacionado ao que o Thiago nos traz, que é a cosmovisão, a visão de mundo, e eu acho que é este o grande debate que nós precisamos agora trazer para o centro da nossa discussão: qual é a visão de mundo que embasou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)? Foi uma visão de mundo relacionada às partes, como nos disse o Vereador Rafael, como nos disse também a Giselle, que é a parte pelo todo e parece que isso desqualifica todo o conjunto. Então, está na hora de a gente enxergar o ser humano na sua integralidade, buscando compreender que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos ser, ao mesmo tempo, uma mulher, uma Senadora, uma pastora e podemos estar, inclusive, na gestão pública, por que não? Então, essa é a dimensão da compreensão de que nós temos multifunções e que nós precisamos ser respeitadas e respeitados em qualquer espaço onde nós tenhamos liberdade em exercer plenamente a nossa função. Então, por isso também defendo a bandeira da liberdade como já foi tratado aqui.

Em relação às violações de direitos humanos contra as crianças, elas são também base dessa fala que eu venho trazer aqui. Nós não enxergamos as crianças em sua integralidade, por isso também não enxergamos que elas são sujeitos que dependem de uma proteção do Estado; não enxergamos que esses adolescentes são sujeitos em desenvolvimento, essas crianças de 12, 13 e 14 que estão em unidades socioeducativas. Por isso, nós fazemos com que outros direitos que são atribuídos a pessoas adultas sejam estendidos às crianças, isso também – eu concordo com a fala da Dra. Giselle – é uma adultização, e nós precisamos, sim, trazer para o centro do debate.

Agora, é o seguinte: nós temos que enxergar a vida para além de tudo isso. O direito à vida, que é um direito humano primaz que suplanta todas essas outras questões, tem que estar na nossa discussão. Por que nós o estamos trazendo para a discussão de uma política que deveria proteger atributos que são para a desproteção da infância? De fato, isso precisa voltar em um plano nacional de direitos humanos, em uma política séria de proteção a todas as pessoas, humanas, de qualquer idade.

Trago também a compreensão de que, sim, o casamento infantil deve ser a exceção da exceção, pelas características antropológicas, pelas características de grupos e populações específicos que trazem na sua cultura esse mecanismo – isso deve ser tratado de uma forma pontual e não como um direito universal.

Quando a gente fala da universalização, nós temos muitos outros direitos que vêm antes, como a questão do desenvolvimento cognitivo, do desenvolvimento infantil, como já foi falado, do direito à educação, do direito à formação enquanto seres humanos, enquanto pessoas que vão lidar com o dia a dia, seja de uma maternidade... Isso, sim, deve ser objeto de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para duas infâncias – uma menina de 12 anos que já tem um bebê –, de fato, deve haver políticas públicas sérias, comprometidas com o desenvolvimento infantil. Nós temos, sim, que olhar atentamente.

Agora, uma menina que tem uma filha, um bebê, aos 12 anos, aos 13 anos, não pode ser apartada de acessar os direitos. Não ter um registro de nascimento não coloca essa pessoa fora das políticas públicas. O que precisa acontecer é: uma vez que uma unidade de saúde identifica que essa pessoa não tem um registro de nascimento, é necessário, sim, chamar o conselho tutelar, chamar a rede de proteção da infância, primeiro, para identificar quais são as razões. Às vezes, é pelas questões de discriminação, de acesso aos territórios, de acesso ao cartório, de informação, mesmo, de que se precisa ter um registro, mas, às vezes, pode ser violência dentro da própria família: o domicílio é, ainda, o ambiente mais violador de direitos humanos de crianças e de mulheres.

Então, nós precisamos entender e não deixar de acessar as políticas públicas. E, sem dúvida, uma vez que haja casamentos infantis devidamente identificados por questões culturais em comunidades tradicionais em que isso é permitido, é claro que o Ministério Público e a Defensoria Pública estarão à disposição (*Falha no áudio.*) ... proteção daquela situação em que há, de fato, uma relação conjugal, mas isso é a exceção da exceção: nós vemos no Brasil, inclusive, que o número de casamentos na adolescência tem sido reduzido ao longo dos anos, justamente pela (*Falha no áudio.*) ... da infância de uma forma mais alargada. No entanto, nós temos que, sim, adotar como referência todas essas questões.

Eu recebi também aqui uma sugestão, Senadora, de que nós (*Falha no áudio.*) ... colocar aqui – foi o Adevane Júnior que me mandou – para que a gente consiga colocar no radar do nosso planejamento, ainda na perspectiva de universalização dos direitos, a necessidade de se resgatar o projeto da biometria neonatal (*Falha no áudio.*) ... junto com o registro civil, em uma única operação das maternidades, porque isso também faria uma redução desse sub-registro. Sem dúvida, mutirões específicos em comunidades tradicionais, com a presença da Funai, a presença de organizações da sociedade civil que possam fazer o acompanhamento desses povos tradicionais, são extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu citei um dado aqui equivocado, vou só corrigir. Eu comentei sobre a cobertura de partos em hospitais e maternidades. Esse dado então é de 98,4%, ou seja, nós ainda temos em torno de 1,6% de territórios que não são abrangidos por maternidades e hospitais e que precisam, sim, de estratégias específicas, de mutirões para registros de nascimento e (*Falha no áudio.*)

... agora única. Então também é muito importante trabalhar as regiões mais isoladas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, para que a gente consiga avançar.

Por fim, quero aqui deixar também franqueado que nós já temos novas tecnologias sendo implementadas, várias empresas que estão atuando no Brasil. Uma mais conhecida é a Infant.ID, a Natosafe, que tem trabalhado com o poder público, mas nós temos também a Synolo, que é uma empresa que tem chegado através da (*Falha no áudio.*)

que tem trazido, pela Fundação Bill Gates, várias tecnologias que permitem a rastreabilidade da imagem e a usabilidade sem contato digital, embora seja biometria, para atingir também todas as idades. A Synolo tem trazido essa nova tecnologia, e é algo sobre o qual também a gente pode se debruçar, pensando nessa integração de tecnologias, nessa integração de estratégias, para que a gente consiga então superar essa ausência de reconhecimento das pessoas ao longo da história, fazendo com que as pessoas sejam visíveis, enxergadas pelas políticas públicas e acessem plenamente a cidadania.

Agradeço, Senadora, e coloco-me à disposição. Agradeço aos colegas aqui que dividiram esta mesa, parabenizo-os por tanto aprendizado. E coloco-me à disposição não só como especialista, mas também aqui no Governo do Paraná, para o que se fizer necessário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretária.

Deixe-me só informar a todos: nós estamos tendo uma grande audiência, não param de chegar perguntas e manifestações via *online*.

Na sequência, o Vereador Rafael, para considerações finais, agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL SATIÊ (Para expor.) – Bom, primeiro quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Damares pelo convite. É uma honra muito grande poder estar aqui com vocês na Câmara Alta, na Casa Alta, no Senado Federal, para evidentemente falar sobre esse tema tão pertinente, que é o tema dos direitos humanos.

Bom, eu quero agradecer também à Mariana, à Giselle – parabenizo por essa sinergia, por razões óbvias, não é? – e ao Prof. Thiago Vieira também, que eu conheci inclusive em Assunção, quando nós estávamos falando sobre a questão da perseguição religiosa. Na minha palestra lá em Assunção, no Paraguai, sobre a perseguição política que a gente viu no Brasil, na ocasião, estávamos no Banco Central do Paraguai, um lugar também muito icônico. É uma honra estar com o senhor, ainda que *online*, aqui nesta manhã.

E eu finalizo a minha participação falando algo sobre o tema evidentemente. Direitos humanos não são seletivos, não servem para dividir a sociedade entre oprimidos e opressores. Eles devem ser universais, aplicados igualmente ao trabalhador honesto, ao jovem que busca oportunidade, à família que quer viver em segurança.

A verdadeira defesa dos direitos humanos exige um olhar para a realidade atual do Brasil: violência crescente, insegurança nas ruas, famílias desestruturadas, jovens sem oportunidade.

Tratar desses problemas concretos, à luz dos direitos humanos, é muito mais efetivo do que discursos ideológicos que isolam o tema a pautas de grupos específicos. Direitos humanos não devem ser apropriados por ideologias ou reduzidos a bandeiras de grupos específicos. Eles não são de partidos, não são de movimentos sociais organizados e não podem se restringir a causas de minorias que buscam transformar direitos em instrumentos de política.

Na sua essência, os direitos humanos pertencem a todos. Eles existem para proteger o cidadão comum, a família que trabalha, o idoso que precisa de dignidade, a criança que deve ter acesso à oportunidade e, também, o trabalhador que cumpre seus deveres e exige respeito da lei. A base é clara: vida, liberdade, segurança, dignidade e igualdade de oportunidades.

Mais uma vez, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Vereador, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir o nosso último expositor para as considerações finais. E, se puder, responda, Thiago, no tempo que lhe é permitido, sobre o antissemitismo e a questão do "qualquer espaço".

Dr. Thiago.

O SR. THIAGO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Primeiramente, reitero os meus cumprimentos a todos os que participaram desta importante audiência pública. Quero dizer que estou com saudade da Mariana, das nossas reuniões em defesa da liberdade religiosa, lá no ministério, assim como também da Senadora mais bonita do Brasil, a minha amiga, Senadora Damares Alves...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esse homem não mente. (*Risos.*)

O SR. THIAGO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – É isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O Dr. Thiago não mente, viu, gente?

O SR. THIAGO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – É isso aí. Não tenho nenhuma dúvida disso.

O Rafael, que é meu xará – meu nome do meio é Rafael –, tive a alegria de conhecer lá em Assunção. A Giselle estou conhecendo agora. Enfim, a todos...

Eu quero começar pela situação que a senhora levantou dos indígenas, primeiramente para dizer o seguinte: a liberdade religiosa é um direito humano fundamental. O que isso implica dizer? Implica dizer que é uma condição intrínseca ao fato de ser humano. Se eu sou humano, eu tenho liberdade religiosa.

Por que ela é chamada de uma das primeiras liberdades? Porque foi a primeira liberdade pela qual o ser humano lutou. Se nós... Tem um livrinho muito interessante, de que eu recomendo a leitura, de Benjamin Constant, *A liberdade dos antigos comparada à dos modernos,* que demonstra que no passado não existia ideia de liberdade. As pessoas não tinham nada de liberdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia de liberdade é algo que nasce, primeiramente, no povo de Israel, lá na confederação das doze tribos – aquele povo que entra em Canaã; lá nasce a ideia de liberdade –, e depois é desenvolvida, pela graça divina e por obra do Espírito Santo, pelo apóstolo Paulo, nas suas cartas, e pelo próprio Jesus Cristo. É a partir desses aportes – ou seja, dos aportes da tradição judaico-cristã, e isso é inegável – que nós temos, então, a ideia de liberdade: que o ser humano, por ser humano, é livre.

E o indígena é um ser humano? É óbvio que é um ser humano. Então, se um indígena é um ser humano, ele tem liberdade religiosa. Se ele é um ser humano, ele tem o direito de ouvir e ser ouvido com questões relacionadas à religião – não importa qual religião.

Evidentemente que nós temos, no direito ocidental, especialmente, muito por escritos de católicos, o princípio da autodeterminação dos povos indígenas. Devemos, de novo, esse princípio à religião. Foram os (*Falha no áudio.*) ... católicos que defenderam, lá no século XVI, o Direito dos Índios, em O Direito das Gentes, que era o antigo Direito Internacional. Então, a tribo indígena tem o direito de autodeterminação.

O que eu quero dizer com isso? Que só uma pessoa pode negar o acesso a um missionário: é o cacique. O cacique pode dizer: "Damares, nós não queremos você aqui, você não entra aqui". Agora, o Estado não pode interferir na relação indígena com o missionário, com qualquer pessoa que queira fazer prosélito.

E aqui eu quero entrar em uma outra situação rápida. Direito humano também é denominado de direito fundamental. Quando é que é um direito fundamental? Quando ele está previsto, internalizado, na Constituição de um país.

Direitos humanos são aqueles que estão no catálogo dos direitos humanos na DUDH, que foi falado aqui pelo Rafael. Quando um país internaliza aqueles direitos humanos, ele se torna fundamental naquele país. Pois muito bem, se o direito humano à liberdade religiosa é fundamental, como é que uma portaria da Funai o restringe? Então ele não é fundamental. Talvez, Mariana, ele seja fundamentalzinho, talvez. Não, não existe direito fundamentalzinho, e nem direito fundamentalzão. Todos os direitos humanos são fundamentais, inclusive o direito humano do índio de ter acesso à religiosidade, diferente da dele, que está previsto inclusive na Constituição, no art. 231, se eu não me engano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, um pouquinho de teoria constitucional, todo direito fundamental tem (*Falha no áudio.*) E esse núcleo, segundo, por exemplo (*Falha no áudio.*) ... Jorge Bacelar Gouveia e muitos outros doutrinadores (*Falha no áudio.*) ... objeto de total (*Falha no áudio.*) ... do Estado (*Falha no áudio.*) ... ou seja, o núcleo de um direito fundamental não pode ser restringido totalmente. E qual é o núcleo do direito fundamental da religião? Eu vou dizer para vocês: ensino religioso e proselitismo.

O proselitismo é nuclear da liberdade religiosa. Sabe por quê, Rafael? Porque sem proselitismo a religião deixa de existir. Se eu não tiver o direito de falar da minha fé para outra pessoa, para que ela tenha a mesma fé que eu confesso, ao longo das gerações, a minha fé deixa de existir. Então o proselitismo é o oxigênio da religião. E, se é o oxigênio da religião, assim como o ensino, deve ser ainda mais preservado. Essa patacoada, desculpe a expressão, de que proselitismo ofende direitos, isso é um absurdo. Não há religião sem proselitismo. Não há direito humano da liberdade religiosa sem proselitismo.

E agora eu vou entrar na questão dos judeus. Discriminação não é proselitismo. Discriminação é crime, e crime dá cadeia. Quando é que nós estamos diante de discriminação, de racismo e não de proselitismo? Quando alguém diz: "Eu e o fulano lá, o índio, somos diferentes". Isso é discriminação? Não, não é; é uma constatação. Os seres humanos são diferentes, foi o que eu falei antes. O Estado não pode gerar igualdade artificialmente. Graças a Deus, somos diferentes. Segundo, por causa dessa diferença, há valoração. Ainda não estamos na discriminação. Estamos na discriminação quando, por causa da diferença, eu proíbo ou interfiro no exercício de direitos fundamentais do outro. Então, no momento em que um missionário não pode entrar numa tribo indígena, isso é discriminação, é crime inafiançável, art. 20 da Lei do Racismo. Quando um judeu é valorado e, por causa da sua etnia, é excluído, é cancelado, crime inafiançável, grade para quem faz isso.

Então, uma coisa é conflito de direitos humanos, que é normal numa sociedade plural; a outra coisa é, em razão da condição intrínseca que a pessoa tem de ser humano, retirar o espaço dela da sociedade: você não pode ter espaço aqui porque você é preto, você não pode ter espaço aqui porque você é índio, você não pode ter espaço aqui porque você é judeu. Não importa se foi oral, se foi escrito, se foi à força; é crime, e crime tem que ser punido da forma mais severa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível pelo Estado. Por quê? Porque, se não for punido, nós teremos a desordem, e a desordem é exatamente o oposto do bem comum.

Então, não sei se eu respondi à senhora, mas, agradeço-lhe novamente o espaço e a oportunidade. Eu e o IBDR estamos sempre à disposição.

Quero também trazer aqui o abraço a todos do nosso Presidente de Honra, Dr. Ives Gandra, e também do Presidente do nosso conselho, Dr. Davi Charles Gomes, e quero falar que o Jean Regina mandou um abraço para a senhora, porque, se eu não falo e ele vê a gravação depois, ele fica me xingando: "Mas você não falou que eu mandei um abraço para a Senadora". Então, também estou mandando um abraço do Jean Regina para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Thiago. Dê um abraço em todos eles. Tenho saudade dessa turma e de fazer essa discussão nesse nível sobre liberdade religiosa, que é um direito constitucional garantido e um direito intrínseco ao ser humano.

Eu posso continuar, sim, falando que eu vi Jesus num pé de goiaba e quero respeito porque é a fé de uma criança que tem que ser respeitada.

Chegamos ao final de nossa audiência.

As apresentações que foram mostradas vão ficar à disposição do público. Qualquer pessoa pode baixá-las, guardá-las. Se vocês tiverem alguma dúvida, podem mandar pergunta.

Eu encerro registrando só algumas participações *online*.

Guilherme, de São Paulo, pergunta o seguinte: "Como o PNDH-3 poderia ser atualizado para lidar com desigualdades no momento socioeconômico do país, verificando os direitos de cada pessoa?".

Gisele, da Bahia: "Como o PNDH-3 aborda desigualdades específicas, como a das mulheres negras, evitando uma visão genérica dos direitos humanos?".

Ana, de São Paulo: "Quais ações o PNDH-3 prevê para proteger os ecossistemas marinhos e garantir os direitos das comunidades costeiras e pescadores artesanais?". E, aqui, eu acrescento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as nossas marisqueiras, que foram deixadas para trás. Precisamos falar das marisqueiras, lembra, Giselle?

Pergunta da Regiane, do DF: "O PNDH-1 e o PNDH-2 foram orientadores; o PNDH-3 buscou implementar normas. Houve mecanismos mais severos nessa atualização?". Não, nem monitoramento tem, tá, Regiane?

Leonardo, do Espírito Santo: "Como integrará inovação, sustentabilidade e formação cidadã, preparando também [para] enfrentar desafios socioambientais e tecnológicos do Brasil?". Esse é um desafio para o próximo PNDH. A tecnologia mudou; tudo mudou. Hoje, nós temos crimes cibernéticos que não existiam quando o PNDH-3 foi apresentado. O mundo mudou.

Gabriel, de São Paulo: "Como pretendem enfrentar a letalidade policial na atualização do PNDH-3, alinhando a segurança pública aos direitos humanos?".

Liliane, da Bahia: "O programa conseguiu dialogar com as demandas de direitos humanos relacionadas ao trabalho e à precarização contemporânea?". Que pergunta!

E a gente vem com comentários.

Isaque, do DF: "Transformar o PNDH em lei é crucial. Direitos humanos devem ser política de Estado, não de governo, garantindo continuidade e estabilidade". E isso a gente tem discutido muito, Rafael. Entra um governo e acha que direitos humanos é isso e aí faz isso; entra outro, acha que é aquilo e faz aquilo. Então, talvez a gente deva transformar essa diretriz que o PNDH tentou ser em uma lei, para ter sustentabilidade, norte e continuidade de algumas ações.

Airton, do Rio Grande do Sul: "Reativar a disciplina de OSPB para mostrar aos adolescentes seus direitos e deveres num Estado democrático de direito!". Enquanto você falava, ele estava mandando a pergunta.

Nílton, de São Paulo: "Direitos humanos é saúde sem corrupção na compra de equipamentos e remédios, com administração competente e profissionais da área sérios". Nós concordamos com você – pelo menos nós da antiga gestão de direitos humanos – que corrupção é violação de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adelgício, de Minas Gerais: "Acho importante a proteção dos indígenas diante das mineradoras e indústria de madeiras".

Finalizando, Adão, do Rio Grande do Sul: "O PNDH-3 deve ter garantias no principal foco do nosso país: desigualdades sociais, na humanização dos Cras, incluindo pessoas [em situação] de rua".

Úrsula, do Paraná: "A política nacional deve contemplar mecanismos mais sólidos e efetivos de proteção de ativistas, que seguem pouco protegidos ainda".

Eu fiz a leitura de algumas perguntas e alguns comentários, para os senhores terem a ideia da participação popular. É uma reunião de avaliação; não é uma reunião para a qual a gente chama toda a sociedade. A gente avisa que vai acontecer, mas prioriza para o convite os especialistas na política; mas a sociedade está participando e está acompanhando.

Eu agradeço a audiência, agradeço à TV Senado, à Agência Senado, a todos que estiveram presentes no plenário, à Secretaria, aos consultores do Senado que estão acompanhando para a produção de um relatório e aos nossos debatedores.

Que riqueza de debate!

Esta audiência vai ser reprisada inúmeras e inúmeras vezes, vocês vão se ver muitas vezes ainda na TV Senado.

Quero agradecer!

Assim, cumprido o objetivo desta reunião e nada mais havendo a tratar, declaro-a encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves, Jussara Lima e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Flávio Arns, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quadragésima quinta à quadragésima oitava reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1331, de 2022 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Jussara Lima. Na sequência, o Senador Paulo Paim faz a leitura do voto em separado do Senador Rogério Carvalho. Em seguida, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas de nº 1 a 7-CDH, com os votos contrários dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 47, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 49, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, da Presidência da República, que regulamenta o exercício do poder de polícia na Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI." Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2025 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que exorbita do poder regulamentar ao atribuir à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) competências incompatíveis com a ordem constitucional, violando o princípio da legalidade, o devido processo legal, a ampla defesa e a reserva de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência em matéria de segurança pública." Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao PDL nº 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade, com consequente arquivamento dos PDLs nos 49 e 50, de 2025. Resultado: A Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao PDL 47 de 2025 e pela recomendação de declaração de prejudicialidade com consequente arquivamento dos PLS's 49 e 50 de 2025. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2206, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar a notificação da vítima de violência doméstica e familiar quanto aos atos processuais realizados no curso do processo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Ivete da Silveira. Relatório: favorável ao Projeto, com uma Emenda (de Redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de Redação). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5195, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para prever ações direcionadas às pessoas com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: favorável ao Projeto, com duas Emendas (de redação) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1773, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA)." Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3112, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Paulo Paim como relator ad-hoc. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 754, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação de canais de atendimento à mulher vítima de violência no programa A Voz do Brasil." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1977, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever, nas ações de família em que houver alegação de violência doméstica e familiar contra a mulher, o direito à não realização de procedimentos de solução consensual da controvérsia." Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para o Senador Paulo Paim. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 90, de 2025 que: "Requer a realização de Audiência Pública "Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 45ª e da 48ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas.

Vamos fazer uma inversão de pauta, nós vamos direto para o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública "Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim, para defender o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, Senadora Damares Alves, se V. Exa. permitir, para simplificar, eu vou direto à justificação, que é curta, para que eu possa depois, conforme acordado com V. Exa., ler o voto em separado do Líder Rogério.

Justificação.

A audiência pública em debate visa discutir a violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, e foi solicitada a este Senador pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Episódios de violência contra jornalistas fazem parte do recente relatório apresentado pela Fenaj, cujo período é de 2018 a 2024.

O número de episódios de violência, como ameaças, intimidações, hostilizações, agressões físicas, etc., contra jornalistas foi o mais alto em 2021, atingindo 430 casos.

Segundo o relatório, entre os tipos mais recorrentes de violência em 2024, o assédio judicial se destacou com uma das práticas mais graves: 15,97% envolveram o uso da Justiça como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intimidação e censura; mas, nesse último ano da análise, no total dos casos, houve uma redução de 20,44%, registrando 144 casos de violência contra jornalistas – é muita coisa.

Como fundamento da relevância e da urgência da audiência pública, faz-se necessário informar alguns percentuais levantados pela Fenaj sobre a violência contra jornalistas e ataques à liberdade de imprensa no Brasil, no período de 2018 a 2024: agressão física: 20,83%; assédio judicial: 15,97%; ameaça ou ataque verbal presencial: 10,42%; ameaça ou ataque virtual: 8,33%; censura: 7,64%; ataque misógino: 4,86%; tentativa de homicídio ou ameaça de morte: 4,17%; violência contra sindicatos: 2,78%; racismo: 1,39%.

Outros tipos de agressões, não menos importantes e sim muito preocupantes, serão apresentados, é claro, nos debates que teremos na audiência pública.

Esta é a justificativa, Sra. Presidente Damares Alves.

Desde já, agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Senador Paim.

Dos itens 4 e 5 o Relator é o Senador Eduardo Girão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5195, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para prever ações direcionadas às pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: favorável ao Projeto, com duas Emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1773, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e terminativo na CAS.

Em reunião realizada em 11/07/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

Ele solicita a retirada de pauta. Nós vamos retirar, mas já informo à assessoria dele que eles voltam para a pauta na próxima reunião. Se ele não estiver, nós vamos nomear Relatores *ad hoc*.

Senador Paim, eu não sei como é que está a sua disponibilidade, mas do item 7 e do item 8 eu sou a Relatora, e a autora é a Senadora Jussara. Ela está pedindo tanto que a gente aprove esse projeto! O senhor assumiria a Presidência para eu ler os votos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu prometo que eu vou direto para a análise. São matérias de consenso, matérias extraordinárias inclusive. Eu vou direto à análise, inclusive de uma forma resumida, e depois a gente volta ao item 1 da pauta.

Eu sei que o senhor vai pedir verificação de quórum e só tem eu e o senhor, vai dar empate. É possível que a Presidente, antes de começar a ler, retire de pauta, para não ficar esse peso com nós dois, Senador.

Os itens 7 e 8 de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Assumo a Presidência, já que a Presidenta Damares Alves é a Relatora de dois projetos.

Vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 754, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a divulgação de canais de atendimento à mulher vítima de violência no programa A Voz do Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCDD.

Autoria: Deputada Federal Lídice da Mata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves, a quem eu passo a palavra neste momento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, tenho a honra de relatar este projeto, vindo da Câmara, da aguerrida Deputada Lídice da Mata. A gente está sempre em lados diferentes, politicamente, mas nós convergimos e essa é a graça desta Comissão. Quando se fala de direitos da mulher, quando se fala de direitos humanos, a gente afasta qualquer briga ideológica, política, partidária. E eu tenho a honra de relatar esse projeto dela.

Presidente, permita-me ir direto à análise.

A inserção de informações sobre canais de atendimento no programa A Voz do Brasil – um programa muito ouvido ainda, por incrível que pareça; onde a gente passa no Brasil, há alguém que fala: "Eu te ouvi na Voz do Brasil!" – é importante, porque contribui para disseminar informação sobre as redes de proteção institucionais, o que fortalece, simultaneamente, a conscientização social e o acesso efetivo aos mecanismos de denúncia e de apoio às mulheres em situação de violência.

É adequada a escolha do programa A Voz do Brasil como veículo dessa política pública, em razão de sua extraordinária capilaridade territorial. Esse programa, criado em 1935 e considerado o mais antigo do país ainda em funcionamento – e com grande audiência –, apresenta o meio de comunicação oficial com maior penetração em áreas remotas e em comunidades vulneráveis. Além disso, sua transmissão diária, de segunda a sexta-feira, garante a repetição das informações, aspecto fundamental para a fixação do conhecimento sobre os serviços disponíveis na população-alvo.

Por sua vez, o aumento dos atendimentos nos últimos anos da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 demonstra a crescente demanda social por informações sobre canais de denúncia e a necessidade de diversificar os meios de divulgação desses serviços essenciais.

A medida proposta transcende seu objetivo imediato de informar sobre canais de atendimento. A veiculação periódica dessas informações contribuirá para a conscientização coletiva sobre a inaceitabilidade da violência contra as mulheres e sobre a existência de mecanismos institucionais especializados para seu enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluímos, Presidente, pela aprovação do Projeto de Lei 754, de 2023. Essa iniciativa legislativa representa não apenas uma medida prática de divulgação de informações de utilidade pública, mas um importante símbolo de compromisso institucional do Estado brasileiro com a erradicação da violência contra a mulher e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 754, de 2023.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCDD.

Parabéns, Deputada Lídice da Mata e Senadora Damares. É uma justa homenagem ao A Voz do Brasil, que enriquece o interior deste país, levando a todos a boa informação. A Voz do Brasil: mais democrática impossível, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tudo o que falamos aqui dentro, A Voz do Brasil, de forma resumida, acaba divulgando para todo o país.

Parabéns, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Item 8 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Item 8 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 1977, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever, nas ações de família em que houver alegação de violência doméstica e familiar contra a mulher, o direito à não realização de procedimentos de solução consensual da controvérsia.

Autoria: Senadora Jussara Lima (PSD/PI)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Relatoria: a Presidente desta Comissão, Senadora Damares Alves.

Eu lhe passo a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu também peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não foram identificados óbices de natureza legal, jurídica ou constitucional ao projeto. Ao contrário, a proposição se revela meritória. A experiência adquirida na gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos me permite inferir a imperiosa necessidade de se instituir dispositivos legais mais benéficos e garantistas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a atuação do legislador deve ser pautada pela premissa de evitar que a mulher seja exposta a situações que possam gerar sua revitimização. Tal princípio corrobora a justificação apresentada pela autora do projeto.

O atual panorama do ordenamento jurídico brasileiro permite que a mulher, mesmo tendo formalizado sua situação de violência doméstica e familiar no Juizado especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, seja compelida a seguir ritos ordinários e potencialmente danosa submissão ao reencontro com seu agressor. Tal inconsistência legal configura uma lacuna que abre precedente para a manifestação de novas situações de violência em detrimento da mulher. Destarte, é fundamental assegurar à mulher em situação de violência doméstica e familiar o direito de não ser submetida a um reencontro com o seu agressor, especialmente quando tal imposição é consequência de uma determinação legal irrefletida.

A doutrina especializada se alinha a esse entendimento. Conforme exposto na revista científica do Instituto Brasileiro de Direito de Família, Carlos Ferraz e Eduardo Cambi dizem: "A audiência de conciliação ou de mediação não deve ser realizada contra a vontade da vítima, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, pois forçá-la a comparecer a tal audiência pode configurar indevida violência processual e injusta revitimização", Presidente. Inclusive, tem mulheres que desistem por causa dessa audiência.

Essa perspectiva é corroborada por organismos internacionais.

Pode-se concluir, portanto, que o projeto de lei em questão promove uma inovação substancial no ordenamento jurídico pátrio, estabelecendo o bom direito e observando os princípios do bom senso, as melhores práticas doutrinárias e as orientações internacionais de direitos humanos, que o Estado brasileiro tem o dever de seguir.

Portanto, parabenizando a autora pela iniciativa, por todos os argumentos trazidos no meu relatório, Presidente, eu voto pela aprovação do Projeto de Lei 1.977, de 2025, e peço apoio aos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

Vamos voltar para a nossa pauta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1331, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CMA e CCJ em deliberação terminativa.

Em reunião realizada em 16/07/2025, foi concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em reunião realizada em 13/08/2025, a matéria foi retirada de pauta a pedido do autor.

Em reunião realizada, Srs. Parlamentares, foi lido o relatório e, em seguida, concedida vista coletiva.

Em 12/08, foi recebido voto em separado do Senador Rogério Carvalho, pela rejeição do projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Lembramos que já foi lido o relatório. Nós vamos discutir e nós temos um voto em separado para ser lido.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para voto em separado.) – Presidenta, eu agradeço a V. Exa. e ao Senador Mecias de Jesus, que estão nos dando a oportunidade. Eu sei que, regimentalmente, teria que se aprovar, para ler o relatório em separado, preferencialmente, mas V. Exa., numa postura de grandeza, assegurou que eu faça a leitura do relatório, que é do Líder do PT, o Rogério Carvalho. É um relatório breve e que não vai suscitar muita polêmica – creio eu –, e depois vamos ao ritual normal.

Presidenta, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei nº 1.331, de 2022, do nobre Senador Mecias de Jesus, que pretende regulamentar a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação.

A proposição prevê que a Agência Nacional de Mineração possa autorizar a pesquisa e conceder lavra garimpeira em terras indígenas, sem prejuízo da integridade cultural, social e econômica das comunidades afetadas, que serão consultadas e terão direito a de 2% a 4% do faturamento bruto obtido com a comercialização dos minerais extraídos.

O PL 1.331, de 2022, estipula prazo máximo de 90 dias para que o Poder Executivo regulamente os critérios de participação nos resultados e de distribuição proporcional entre áreas indígenas diversas que sejam afetadas pelo mesmo empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, estabelece que os estados, o DF e os municípios receberão Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, na forma prevista na Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, observadas as alíquotas estabelecidas no anexo da Lei 13.540, de 18 de dezembro de 2017, com percentual máximo de 4%. A vigência prevista seria imediata.

Após manifestação da CDH, a proposição seguirá para análise da Comissão de Meio Ambiente e, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Preliminarmente, cabe observar que o PL 6.050, de 2023, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que dispõe sobre atividades econômicas em terras indígenas, está na pauta desta mesma Comissão. *A priori*, sem adentrar na análise de mérito, parece-nos que o conteúdo daquela proposição é mais abrangente e seu texto tem maior rigor técnico. De qualquer forma, não convém, absolutamente, aprovar duas proposições diferentes sobre o mesmo tema.

Passando à análise do PL 1.331, de 2022, a CDH deve opinar sobre as proposições submetidas à sua apreciação sob a perspectiva da garantia e da promoção dos direitos humanos, conforme disposto no inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Sob essa perspectiva, preocupa-nos a discussão de tema tão sensível sem a participação direta dos principais afetados, que são os povos indígenas. Ao proceder dessa forma, descumpre-se a obrigatoriedade de "consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente", estabelecida nos termos do Artigo 6º, parágrafo 1, alínea "a", da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, e atualmente consolidada no Decreto 10.088, de 5 de novembro de 2019. Trata-se de norma garantidora de direitos e garantias fundamentais, com aplicação imediata em amparo constitucional, na forma dos §§1º e 2º do art. 5º da nossa Constituição Federal de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aspecto, isoladamente, já seria suficiente para obstar a aprovação da matéria, sob pena de violação de direito expressamente garantido à consulta livre, prévia e informada, que a proposição afirma preservar. Todavia, há outros problemas sobre os quais devemos nos manifestar.

Agora vai rápido, Presidenta.

O primeiro é a afirmação de que a pesquisa e a lavra garimpeira em terras indígenas correrão sem prejuízo da integridade cultural, social e econômica das comunidades afetadas. Qualquer extração mineral, mesmo que seja realizada em áreas indígenas, tem evidente impacto sobre as comunidades próximas, o que expõe o vazio da declaração. Ademais, o garimpo como tem sido ilegalmente praticado há décadas em terras indígenas envenena os próprios garimpeiros, os indígenas, a terra e os rios com mercúrio, a tal ponto que a contaminação da terra ianomâmi chega a Boa Vista, a centenas de quilômetros rio abaixo, colocando em risco a saúde da sua população. Trata-se de uma substância perigosa, acumulada e magnificada na cadeia alimentar, que age como uma neurotoxina no corpo humano e tem alto potencial teratogênico e abortivo.

A história antiga e recente do garimpo enseja cautela. Os indígenas são ameaçados, atacados e mortos por invasores, enquanto são expulsos de suas terras tradicionais. Meninas indígenas são estupradas ou forçadas a se prostituir em troca de mantimentos, já que as roças, a caça e a pesca são afetadas pelo garimpo. Durante as operações de desintrusão realizadas em 2023, as forças de segurança resgataram adolescentes que haviam sido aliciadas para trabalhar como cozinheiras, com promessa de alta remuneração, mas foram forçadas a se prostituir para pagar o custo com o próprio transporte e alimentação. Além dos crimes contra a União e os indígenas, há o tráfico de meninas e a escravidão sexual. Enquanto isso, a proposição admite o trabalho de indígenas no garimpo, mas veda a cooptação de indígenas por meio de promessas, favores e benefícios financeiros, sem oferecer qualquer garantia nesse sentido ou prever sanção aos violadores.

Preocupa-nos ainda a facilidade com que facções criminosas foram convidadas a participar do garimpo, supostamente para prover segurança aos garimpeiros, e acabaram por tomar conta de vastas operações, inclusive em faixa de fronteira. Os municípios com presença de garimpo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veem explodir as taxas de criminalidade. O ouro ilegalmente extraído acaba servindo para lavar o dinheiro do tráfico de drogas, e a proximidade da fronteira propicia contatos com grupos criminosos estrangeiros, com os quais trocam armas e drogas. Sem a devida atenção ao comércio de ouro, à lavagem de dinheiro e às cadeias delituosas envolvidas neste meio, é temerário aprovar proposições, sem uma ampla discussão, como essa.

Evidentemente, tratamos aqui da disciplina legal do garimpo, e não de liberar a exploração absolutamente criminosa, predatória e irresponsável – é a última página, Sra. Presidente – que vemos ocorrer há décadas, sob o beneplácito de governantes que valorizam mais o próprio bolso do que a vida alheia. Mas a legitimidade da regulamentação depende inescapavelmente de ouvirmos os indígenas, de avaliarmos cuidadosamente os riscos envolvidos e de estabelecermos garantias sólidas aos direitos fundamentais.

Passando a alguns aspectos mais técnicos, o PL 1.331, de 2022, determina que, na consulta, seja garantida efetiva participação das comunidades afetadas, prevendo o uso de sua língua; a participação de instituições representativas dos povos interessados; a discussão sobre direitos humanos inalienáveis; avaliação das preocupações e das expectativas das comunidades indígenas, a fim de mitigar possíveis efeitos nocivos da atividade garimpeira; e o uso de procedimentos adequados às circunstâncias e à boa-fé, mediante manifestação majoritária da comunidade, sendo vedada a tomada de decisões unilaterais por lideranças indígenas.

Ocorre que a imposição de uma regra uniforme a povos e comunidades tão diversos – e são centenas de povos indígenas em diferentes biomas e com dinâmicas de contato bastante específicas pelo Brasil afora – simplesmente não atende à garantia dos direitos de todas as comunidades. Há povos que já têm protocolos de consulta aprovados, outros têm trabalhos nesse sentido e muitos nem sequer iniciaram esse processo, mas a diversidade de situações nos leva a constatar que a definição das regras específicas seria matéria típica de regulamentos e portarias, não precisaríamos de lei, que deveria prever apenas normas gerais nesse caso.

Já com relação à regulamentação, ressalvamos a nítida inconstitucionalidade de estipular prazo para que o Poder Executivo edite decreto com os critérios de participação nos resultados de comercialização dos minérios. Salvo a inconstitucionalidade por omissão, não cabe a um Poder estipular prazo para que outro exerça a própria competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sra. Presidente.

Pelas razões aqui expostas, concluímos a leitura desse voto em separado do Líder Rogério Carvalho. Ele pede, naturalmente, a rejeição do Projeto de Lei 1.331, de 2022.

É isso, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Em discussão, a matéria do relatório da Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu queria me inscrever antes do autor. Na verdade, eu já fiz a minha defesa do projeto, já trouxe todos os meus argumentos, e eu queria, na verdade, Senador Paim, fazer uma proposta ao projeto de lei, uma proposta para o Governo. Atenção, Governo!

Na semana passada, nós votamos uma matéria tão sensível e conexa, que é a atividade econômica em áreas indígenas, e passou aqui nesta Comissão. Nós vamos colocar esse em votação, e é possível que o senhor ou mais alguém do Governo peça verificação, voto nominal... Eu queria fazer uma proposta: a gente avançar nesse projeto de lei, a gente aprová-lo nesta Comissão, sem verificação.

Porque foi criada nesta Casa uma Comissão Especial para deliberar sobre atividade econômica e mineração em área indígena. O Presidente Davi Alcolumbre criou essa Comissão, ela vai começar a funcionar. O que eu faria como Presidente? Se a gente aprovar, a gente já vence essa etapa nesta Comissão. Nós vamos remeter tanto esta matéria como a aprovada na semana passada para essa Comissão Especial.

A Presidente dessa Comissão é a Senadora Tereza, e nós estamos trabalhando a proposta com ela de reunir tudo o que está na Casa, porque não são só essas duas matérias; em diversas Comissões tem matérias semelhantes. Esse é um assunto extremamente antigo.

Eu até trouxe uma informação semana passada de que, em 1998, 1999, eu, como assessora, fiz um voto a um projeto semelhante cujo autor era o Romero Jucá. Olha há quantos anos isso tramita nas duas Casas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais cedo ou mais tarde, o Congresso vai ter que deliberar sobre o assunto, não tem mais como adiar – mais cedo ou mais tarde. E eu fico torcendo para que seja nesta legislatura. Desculpa a falta de modéstia, eu repito isso o tempo todo: esta é uma legislatura, aqui no Senado, extremamente madura. Direita, esquerda, oposição e situação têm diálogo nesta Casa. Eu gostaria muito que isso fosse deliberado agora, porque eu não sei que Congresso nós teremos em 2027. Se a gente pudesse deliberar com a maturidade que esta legislatura tem, eu ficaria muito tranquila, muito tranquila! Nem que passasse depois para a outra Casa, mas esta composição é muito boa.

Por exemplo, qual é o interesse do autor dessa matéria, vindo de um estado indígena? Ele está realmente preocupado com a comunidade. A gente conhece o trabalho do Senador Mecias com as comunidades indígenas, não tem interesse econômico brilhando nos olhos dele, tem a vontade de dar uma resposta.

Por conta da maturidade desta legislatura, se a gente pudesse caminhar a essa Comissão Especial com um voto nesta composição, em que Governo e oposição conseguem dialogar nessa matéria, seria extraordinário.

Então, o meu apelo seria... E que compromisso faço como Presidente da Comissão? Qualquer matéria que entre sobre o assunto, enquanto eu for Presidente, eu não trago para deliberar, remeto imediatamente para o grupo especial. Essa é a minha proposta, vou manter a minha palavra de que não delibero mais, até o final do meu mandato, nenhuma matéria sobre o assunto. Sendo distribuído para a Comissão, eu devolvo para a Mesa para que seja remetido para o grupo especial.

Eu trago essa proposta, converso com o Governo, com a oposição e direita; e, se o autor concordar, a gente delibera, aprova e sobe para o grupo especial.

Essa é a minha fala.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente, eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, só para deixar em ata, eu passei a Presidência da Comissão agora para a Senadora Jussara, porque eu sou Relatora da matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Tá. Sra. Presidente Senadora Jussara, Sra. Relatora Senadora Damares e colegas Senadores, eu ouvi atentamente aqui o voto lido pelo Senador Paim, mas o voto é do Senador Rogério Carvalho, um outro grande companheiro.

Eu concordo plenamente com o que a senhora acabou de colocar, é uma posição da senhora. De qualquer forma, depois desta Comissão, o projeto ainda teria que ir para a Comissão de Meio Ambiente e depois para a Comissão de Constituição e Justiça, ou seja, esse projeto não tem vida fácil. Não tem vida fácil, tem um caminho longo a ser percorrido.

Mas esta Comissão de Direitos Humanos analisa neste momento um projeto que vai, sem dúvida nenhuma, trazer melhoria de vida de fato para as comunidades indígenas afetadas. Eu vou dar alguns exemplos aqui, Senador Paim. Eu sei que V. Exa. entende, está dizendo aqui que, pelo que eu entendi, concorda com a opinião da Senadora Damares e que entende essa situação.

Lá no Município de Normandia tem um garimpo na Comunidade Napoleão, Senador Rogerio Marinho, mas os indígenas, como qualquer outra pessoa, são impedidos de garimpar. E lá, nessa comunidade, o Prefeito e o Governo do estado têm que distribuir cesta básica todos os meses. Os índios estão em cima de vários minerais valiosíssimos, e eles poderiam estar muito bem de vida – muito bem de vida –, explorando com serenidade os minérios que estão no subsolo deles.

Eu só vou apontar, se me permite, para ser rápido, alguns pontos contra o voto em separado do Senador Rogério Carvalho, Senadora Jussara e colegas Senadores. Eu vou fazer uma fundamentação rápida.

1. O voto em separado sustenta que a regulamentação da mineração em terras indígenas poderia representar ameaça aos povos originários.

O art. 231, §3º, da Constituição Federal, já autoriza expressamente a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas, desde que atendidos três requisitos: autorização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional, consulta prévia às comunidades e participação nos resultados. O PL 1.331, de minha autoria, cumpre integralmente esses requisitos e, com as emendas da Relatora, Senadora Damares, reforça salvaguardas constitucionais, evitando abusos e dando segurança jurídica.

2. Sobre a consulta livre, prévia e informada, a que ele se refere no voto dele.

O voto dele em separado questiona a suficiência da consulta e sugere que os indígenas não teriam garantia de manifestação livre. Isso não existe! Os indígenas têm totalmente manifestação livre, em todos os tempos. Quem conhece lá de perto, como eu conheço – e todas as comunidades –, sabe disso. O projeto disciplina de forma detalhada a consulta, prevendo o uso da língua materna ou intérprete, participação de entidades representativas, debate sobre direitos humanos e meio ambiente, avaliação das preocupações e manifestação majoritária da comunidade, vedando decisões unilaterais de lideranças.

O parecer da Senadora Damares acrescenta ainda prazo máximo de três meses, renovável, para o processo de consulta, o que dá previsibilidade e segurança. Trata-se de modelo alinhado, inclusive, à Convenção 169 da OIT.

3. Da proteção das comunidades e limites a atividades.

O voto em separado acusa o projeto de abrir espaço ao garimpo predatório.

O PL, reforçado pelas emendas da Senadora Damares, veda expressamente mineração industrial em terras indígenas, atividade em terras de povos isolados ou de recente contato, garimpo em áreas de habitação permanente e espaços necessários às tradições.

4. A estrutura da subsistência e fiscalização.

O voto em separado afirma que a regulamentação seria porta de entrada para interesses econômicos em detrimento dos indígenas. Na verdade, o cenário atual de ausência de lei é que alimenta a exploração criminosa, porque não tem uma lei que ordene isso, feita pelo Congresso Nacional, regulamentada pelo Governo Federal. Sem lei, é o que dá essa invasão sem nenhum regulamento e, em prejuízo disso, estão todas as comunidades indígenas do Brasil, a violência e a degradação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL cria regras transparentes, permite fiscalização pela União e assegura compensação financeira de 2% a 4% do faturamento bruto diretamente às comunidades, além da Cfem para estados e municípios. O parecer da Senadora Damares aprimora o texto ao retirar a imposição de prazo para o Executivo regulamentar a lei, preservando a separação de Poderes, sem fragilizar o direito dos indígenas à repartição de benefícios.

5. Os precedentes nacionais e internacionais.

O voto em separado sugere que a regulamentação contraria o princípio de proteção internacional. O STF já pacificou que a exploração mineral em terras indígenas é compatível com a Constituição, desde que observados os parâmetros legais. Ademais, países como Canadá, Estados Unidos, Chile e Austrália já conciliam proteção indígena e exploração mineral regulada, com benefícios diretos às comunidades.

O parecer da Senadora Damares reforça esse equilíbrio ao condicionar toda a atividade ao consentimento prévio e majoritário da comunidade indígena. O que nós autorizamos no nosso projeto é que as cooperativas devem ser fundadas, criadas pelas comunidades indígenas para essa exploração, e que lá não haverá nenhum tipo de invasão sem a participação deles, sem que eles autorizem. Todo minério que for lá explorado tem que ter a participação das comunidades indígenas.

O que nós queremos evitar é que, para o indígena comer, o Governo Federal tenha que mandar cestas básicas. O Governo Federal gastou no ano passado quase R$2 bilhões dentro das terras ianomâmis, enviando cesta básica. Inclusive, lamentavelmente, por não conhecer as tradições e os costumes das comunidades indígenas, o Governo Federal mandou jabá para as comunidades indígenas comerem. Eles não comentam nada disso, mas alguns que comeram tiveram fortes dores de barriga, grandes processos de saúde, e passaram a evitar simplesmente. Depois que descobriram que vinham do jabá, eles jogaram fora. Só quem manda jabá para um indígena comer lá no meio dos ianomâmis é quem não conhece a realidade daquele povo. Eles são milionários, e passam fome – são milionários, e passam fome. O que nós queremos é apenas que eles tenham o direito, não representados por ONGs. Algumas ONGs ganham muito dinheiro para preservar não a natureza e o minério, mas para preservar os indígenas com fome. É isso que eles estão fazendo até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à Senadora Damares e parabéns ao Senador Paim por concordarem com o encaminhamento para esta Comissão que está sendo criada.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Com a palavra o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente.

Eu quero apenas corroborar as palavras do Senador Mecias de Jesus, porque também sou da Amazônia, do Estado do Pará, que tem uma população em torno de 52 mil índios. Não é uma população grande, porque o nosso território é enorme, mas nós temos diversos povos, diversas etnias, com muitas delas nós temos uma relação muito próxima e conhecemos bem a vida desses povos.

A necessidade de a gente botar a Constituição para funcionar é urgente em relação a isso. O art. 231 e o art. 176 nos orientam, e a gente precisa avançar com isso. Nós não estamos inventando a roda. Ela já foi pensada, inventada, a gente tem que dar condições de funcionamento.

Os índios paraenses, de um modo geral, passam por muitas dificuldades, morando sobre as terras mais ricas não só do Pará, mas deste país, sem poder usufruir, como é a lei, da terra. Como a lei diz, eles têm o usufruto da terra. O índio pode ter isso, desde que o processo legal seja devidamente instalado.

Só queria lembrar duas coisas: primeiro, no Município de Cumaru do Norte, no sul do Pará, Aldeia Gorotire, muito conhecida, terra de garimpo, os índios lá fazem, ou faziam do jeito deles, algo para ganhar algum dinheiro, desde pedágio para entrar na região, Senadora Damares, cobrando ali de caminhonete, moto, caminhão grande, cada um tem um valor. Então, arrecadava-se alguma coisa disso. Depois, na exploração lá dentro, o cacique arrumava uma área para o cara explorar e acompanhava, e essa exploração tinha um percentual destinado, um negócio do jeito deles, sem observar... Quer dizer, se nós não corrermos para regulamentar esse tipo de procedimento, a coisa errada vai continuar acontecendo porque eles precisam comer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu quero dizer antes de eles fazerem esse tipo de procedimento? Foi descoberta uma grande quantidade de indígenas morrendo de tuberculose, e a razão da tuberculose: uma alimentação extremamente carente de nutrientes, comendo coisas fraquíssimas, sem proteína, sem as menores condições de nutrição para dar condições. Então, se adoece de uma gripe, de um resfriado, aquilo vai se aprofundando, uma hora aquilo vira uma outra doença, e o indígena morre. Esse é um ponto para os senhores considerarem.

Um outro ponto é o agronegócio brasileiro. Nós importamos dos macronutrientes o NPK; grande parte, 95%, por exemplo, do kalium, do potássio, são importados. É uma dependência internacional muito grande, e boa parte desse potássio que nós importamos vem do Canadá. E adivinhe quem vende potássio para o agronegócio brasileiro? Indígenas canadenses. Indígenas canadenses exploram, direta ou indiretamente, essas minas e comercializam, mandam para o mundo. E nós recebemos aqui, nós importamos uns 95% do que precisamos. Digamos que, do Canadá, vêm uns 30% daquilo que nós usamos hoje. Quer dizer, de um lado, aqui, eu tenho o índio morrendo de tuberculose por uma alimentação deficiente, comendo quando dá certo, porque a caça e a pesca ficam difíceis. Pescar o suficiente para abastecer uma vila indígena, que parece mais já uma cidadezinha, não é fácil. A caça também não dá. E em cima do ouro!

Por que o índio canadense está enriquecendo, exportando potássio para o mundo, inclusive para a gente aqui, e para o índio brasileiro a gente não dá condições de, esse indígena, explorar de forma direta ou indireta: direta, quando ele mesmo garimpa, explora; indiretamente, quando ele concede, contrata uma empresa, uma mineradora para fazer isso com a tecnologia de que dispõe?

Queria fazer um apelo a todo mundo que ama este país e, principalmente, nossos indígenas. O indígena paraense – eu não posso falar pelos outros, mas eu falo pelos nossos – precisa urgentemente da regulamentação dessa parte constitucional.

Estava também, recentemente, Senadora Damares, na cidade de Jacareacanga. É o fundão do Pará, dividindo com o Amazonas. Só Jacareacanga tem quase 20 mil indígenas do povo mundurucu precisando urgentemente produzir alguma coisa para o seu alimento. A prefeitura é pequena, os recursos são mirrados. E você tem uma demanda maluca. E eles estão lá em cima da riqueza que é o ouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o Congresso Nacional não resolve esse problema? É apenas uma questão de compreensão, de humanidade e de praticidade também.

Então, Senador Mecias, quero aqui me somar à ideia de V. Exa., que é de Roraima. Os ianomâmis são famosos não só no Brasil, mas no mundo, e têm certeza da necessidade de se regulamentar esse artigo constitucional.

Nós, no Pará, não podemos mais esperar, Senadora.

Muito obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Jussara, só uma informação.

Finalmente, algo vem do Supremo Tribunal Federal que a gente pode dizer que é com o olhar para os mais necessitados. O Ministro Flávio Dino acaba de dar uma decisão mandando o Ministério dos Povos Indígenas ouvir os índios cinta larga sobre a possibilidade de mineração na região deles.

O que o nosso projeto prevê é isto: os povos indígenas têm que ser ouvidos. É isso que o projeto propõe.

Fico feliz com a decisão do Ministro Flávio Dino de ouvir os povos de fato; não ouvir líderes, ouvir a população de fato. É essa a decisão dele e é o que o nosso projeto propõe.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bem, bom dia. Obrigada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senadora Augusta, eu vou pedir para fazer aqui, agora, uma intervenção bem humanitária. A Senadora Ivete, que chegou cedo, está passando mal, e o próximo item da pauta é o dela.

Eu queria ouvir os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente pode interromper, por dez minutos, a discussão – eu sei que é uma questão regimental – desse projeto? O dela é extremamente consensual. Ela faria a leitura do dela e a gente liberaria a Senadora Ivete.

Os colegas concordam? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está certo.

Então, eu volto para a Presidência e depois devolvo para você, Jussara. Não saia daqui não, tá?

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2206, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar a notificação da vítima de violência doméstica e familiar quanto aos atos processuais realizados no curso do processo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: favorável ao Projeto, com uma Emenda (de Redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra à Relatora para a leitura do seu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Agradeço a gentileza de trocarem o item da pauta.

Eu posso ir direto à análise?

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, direitos da mulher e proteção à família, o que torna regimental a análise do PL nº 2.206, de 2022, por este Colegiado.

A mencionada proposição versa sobre direito penal e procedimentos em matéria processual, temas sobre os quais a União tem competência privativa e concorrente para legislar, conforme disposto nos arts. 22, inciso I, e 24, inciso XI, da Constituição Federal. Portanto, não há óbice constitucional à iniciativa.

Também se apresenta na forma adequada – projeto de lei –, e atende aos requisitos de juridicidade, pois se coaduna com as demais normas legais estabelecidas. Além disso, acolhe as exigências de técnica legislativa, exceto por pequena imperfeição, que será corrigida em emenda de redação apresentada ao final, cuja finalidade é corrigir a numeração dos parágrafos apostos ao art. 21 da Lei Maria da Penha.

No mérito, as alterações que o projeto opera na Lei Maria da Penha têm a finalidade de assegurar que a mulher seja informada pessoal e preferencialmente sobre todos os passos relacionados ao processo ao qual o agressor esteja submetido. Hoje, a mencionada lei já prevê a notificação, mas não estipula a maneira como será feita.

A proposição tem, portanto, o objetivo de garantir que a vida da mulher não esteja em risco por alguma falta de comunicação entre as instâncias judiciais encarregadas do processo e a ofendida, ou seus representantes, garantindo que ela terá ciência a respeito das mudanças processuais.

Além disso, a proposição determina que tais notificações devam sempre dar preferência à mulher, sem prejuízo da comunicação ao advogado constituído ou ao defensor público. Acrescenta, ainda, que eventuais alvarás de soltura em benefício do agressor preso, ou levantamento de medidas protetivas, somente serão efetivadas após a entrega da notificação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher, exceto quando tal providência se mostrar comprovadamente impossível, conforme atestado por oficial de justiça, o que ensejará a notificação aos representantes legais antes da ofendida.

Trata-se, portanto, de importante aperfeiçoamento do sistema normativo de enfrentamento à violência doméstica familiar.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.206, de 2022, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.206, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 2º. O art. 21 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação, redesignando-se como § 3º o atual parágrafo único:
> 'Art. 21. A ofendida deverá ser notificada pessoalmente dos atos processuais, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.
> § 1º Quando se tratar especialmente de atos processuais pertinentes à saída do acusado de agressão da prisão ou levantamento de quaisquer das medidas do art. 22 desta Lei, a notificação deverá ser realizada primeiramente à ofendida.
> § 2º A eficácia do ato processual de liberação do acusado de agressão da prisão ou de levantamento de medida protetiva ficará condicionada à notificação de que trata o § 1º deste artigo, salvo se certificada pelo oficial de justiça a sua impossibilidade, caso em que a precedência será de notificação do advogado constituído pela ofendida ou do defensor público que a assiste.
> .....'(NR)"

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CDH, de redação.

O projeto segue para análise da CCJ.

Parabéns, Senadora Ivete, pelo relatório.

Eu agora devolvo a Presidência à Senadora Jussara, para a gente continuar a discussão do item 1 da pauta.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Vocês desculpem a minha ausência, mas eu gostaria imensamente de continuar ouvindo a discussão desse relatório, que é muito pertinente e que depende muito da aprovação para que os indígenas tenham o seu valor na história do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada.

Bom dia, Senadora Damares, Senadora Jussara, Senadora Ivete, que também já fez aqui seu relatório.

Eu venho aqui, especialmente, falar sobre este projeto com uma preocupação muito grande.

Primeiro, quando se trata de questões de terras indígenas, obviamente, a gente sempre tem uma preocupação, um cuidado diferenciado, e ainda quando se trata de mineração dessas terras.

Sobre o projeto, já ouvi aqui um pouco o autor, que falou que tem todo um cuidado sobre a relação com os povos indígenas e que vai ser positivo e não negativo. Eu tenho dúvida, porque eu não sei se sou leiga sobre isso, mas eu também recebi mulheres indígenas ontem no meu gabinete e procurei estudar o assunto.

Entre as minhas preocupações, eu peguei alguns dados que eu queria que fossem considerados. Nós temos aqui dados do impacto, nas terras onde já existe mineração dos povos indígenas, do que impacta especialmente em mulheres e crianças: impacta em aborto espontâneo, impacta em crianças que morrem também por conta, com comprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente, da exposição ao metilmercúrio. E aí eu fico com uma preocupação que é minha – eu digo minha como Senadora; eu não estou falando, agora, neste momento, como Líder do partido – de como vai impactar nessas mulheres, para que continuem tendo aborto, para que essas mulheres continuem perdendo seus filhos e tendo um prejuízo na sua saúde por conta das minerações ilegais que acontecem em todos os povos.

Tem vários dados aqui, eu não vou ficar repetindo, sobre a mortalidade infantil. Especialmente aqui, eu tenho este dado do que exatamente foi uma crise humanitária, que foi agravada, nos povos ianomâmis, exatamente pelo garimpo. Foram 570 crianças de zero a cinco anos que morreram, entre 2019 e 2022, exatamente por desnutrição e doenças que as infectaram.

Eu queria fazer um apelo. Eu ouvi um pouco e falei um pouco com o nosso Senador Paulo Paim, que fez um voto em separado. Soube que, aqui no Senado Federal, existe um grupo de trabalho que foi formado para que a gente possa aprofundar um pouco mais. Agora, como já foi falado aqui que Flávio Dino disse que tem que ouvir verdadeiramente os povos indígenas, que, antes da aprovação, a gente possa realmente ouvir os povos indígenas. Eu não vejo uma urgência para que a gente tenha que aprovar um projeto sem que as pessoas que estão envolvidas diretamente tenham sido ouvidas. Eu quero fazer um apelo. Não estou tirando o mérito do projeto, não estou tirando o mérito, de forma alguma, da Relatora. Pode ser que seja superessencial e necessário que ele seja aprovado, mas eu ainda não tenho o convencimento de que é agora, de que tem urgência e de que a gente não pode ouvir, dentro do grupo de trabalho, os povos que estão diretamente envolvidos no que vai afetar realmente esse projeto.

Então, eu faço este apelo – eu sei que o nosso querido Senador Paulo Paim já fez um voto separado –: queria muito que a gente pudesse discutir um pouco mais dentro do grupo de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Obrigada, Senadora Augusta Brito.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, eu vou na mesma linha da Senadora Augusta Brito, primeiro, no sentido de registrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a importância do voto em separado que aqui foi apresentado pelo Senador Rogério Carvalho em relação a este projeto por várias razões, não é?

A primeira delas é que há uma definição da Constituição brasileira de que os direitos dos povos originários sobre suas terras tradicionais é algo que lhes assegura o usufruto exclusivo, inclusive vedando o ingresso de terceiros sem qualquer tipo de autorização.

Segundo, pelas experiências que nós tivemos e temos, o que tem sido claro é que o garimpo nas terras indígenas tem provocado impactos ambientais extremamente sérios. Num momento em que nós estamos vivendo um processo de aquecimento global, de mudanças climáticas importantes, vários alertas têm sido produzidos não só pela comunidade acadêmica, mas pelos serviços de gestão e acompanhamento de meteorologia de diversos países, no sentido que nós estamos marchando fortemente para um processo que talvez se torne irreversível de danos ambientais, de aquecimento global. O Brasil, inclusive, é um dos países que mais está exposto às complicações maiores desse processo: devastação de florestas, contaminação dos rios por mercúrio, destruição da fauna e da flora, poluição do solo, alterações climáticas.

Todos sabem que os indígenas dependem muito disso para sua sobrevivência. Há o risco à saúde das comunidades, além das intoxicações produzidas por esses produtos químicos, proliferação de drogas, aumento de violência. Portanto, também há esse problema.

Violência e criminalidade. Hoje nós todos sabemos que, nessas regiões, a presença do crime organizado, das chamadas facções é algo extremamente, presente, forte.

Por último, também um sentimento, tanto entre as comunidades indígenas, como em relação à sociedade, de não concordar com isso.

Obviamente, a gente não pode interditar o debate, mas eu acho que justamente o objetivo deve ser o de aprofundar o debate. Na medida em que já há, hoje, uma comissão organizada aqui para debater este tema, eu acho que nós poderíamos ser mais comedidos nessa discussão, aprofundar esse debate e, com isso, votar esse tema num outro momento, mas muito mais conscientes e conhecedores de tudo que pode haver de positivo e também de tudo que pode haver de negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu pedido, nossa querida Senadora Damares, seria que nós, em vez de votarmos hoje aqui, pudéssemos colocar esse tema em discussão nesta Comissão e, no momento adequado, votá-lo aqui ou quem sabe até diretamente no Plenário. É esse também o apelo que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. É só para...

Eu sou de uma terra que tem garimpo de sobra. O pessoal, às vezes, quando fala em garimpo, fala da devastação ambiental, naturalmente. Mas para você conseguir uma PLG, que é a sigla que se dá, tipo um alvará, para poder explorar, você não consegue isso se não trouxer a licença ambiental na qual você se compromete com o Estado em fazer aquilo dentro da norma ambiental. E como é a norma ambiental? Você explora e, à medida que avança, você vem trazendo a terra para o devido lugar onde ela estava e replantando aquele pedacinho ali com espécies nativas daquela região. Eu já até sugeri para alguns amigos... Eu digo: "Olha, se fosse eu, plantava mais açaí, porque além de dar cobertura vegetal e resolver o problema ambiental, a gente também usufrui do alimento e da comercialização".

Qual é o tipo de garimpo que traz problema e é crime ambiental? É o garimpo ilegal. O garimpo ilegal é mortal, porque eu nunca vi um ladrão entrar numa casa, arrebentar porta, janela, passar e, depois, vir consertando tudo isso e organizando. Não existe isso. Ele entra correndo e sai voando para não ser pego. É a mesma coisa lá na prática do garimpo, do garimpo legal, o garimpo controlado, fiscalizado, acompanhado de perto e com todas as condições, a partir do momento em que a pessoa consegue a sua licença ambiental. Ao se fazer garimpo legal, como é o caso – a exploração legal, é este o caso –, não há dificuldades com relação a essa questão do crime, de não sei o quê. Quem traz crime ambiental, quem traz problema ambiental é o garimpo ilegal, como acontece hoje. É essa situação aí que nós temos que combater. Para combater essa situação posta hoje, nós temos que entrar pela legalidade, não é?

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Humberto, eu fiz uma proposta inicial, o senhor não estava aqui, e eu queria lhe falar da proposta.

Primeiro, esta Comissão está debatendo não se vai garimpar ou não, mas o direito à atividade econômica para o indígena. Nosso aspecto aqui é tão somente discutir: o indígena tem direito ou não? Tem. Ele tem direito de ganhar dinheiro, tem direito de ir e vir, tem direito à liberdade. Tem. Esta Comissão não nega isso.

Nesta Casa, foi criado esse grupo de trabalho, e eu quero lembrar, Senador Humberto, que tem inúmeras propostas semelhantes a esta, não é só esta. Na semana passada, a gente aprovou uma matéria conexa, inclusive com um requerimento de urgência para o Plenário. E olhem que eu segurei a discussão até vocês chegarem para ter o contraditório semana passada.

Então, a gente já tem matérias aprovadas, mas dessa eu sou Relatora, e eu queria muito chegar nesse grupo de trabalho também como Relatora, porque eu acho que vocês não têm dúvida do meu respeito aos povos e da minha preocupação com os povos. Acho que esse grupo de trabalho tem que começar logo – a Presidente do grupo, inclusive, é a Senadora Tereza – para a gente reunir, Senador Humberto, tudo que está na Casa, tudo. A gente faz uma força-tarefa – inclusive, o Ministério dos Povos Indígenas está aqui – para jogar tudo para esse grupo de trabalho e criar um grupo sério. Essa legislatura tem condição de fazer isso. Nós temos, Senador Humberto, falei, repeti e vou repetir, uma legislatura madura, em que direita e esquerda conversam, oposição e Governo conversam. Há muitas pessoas bem-intencionadas nessa legislatura. Só que eu não sei que Congresso nós teremos em 2027, Senador. Essa é a minha preocupação. Se a gente pudesse fazer esse grupo de trabalho funcionar nos próximos dois anos e deliberar "sim" ou "não" à atividade econômica – não é só a mineração, é toda atividade econômica –, eu acho que essa legislatura daria uma contribuição espetacular para o Brasil.

Esse projeto, sendo rejeitado o meu voto, eu vou ficar muito triste, mas informo que não é o único. Mas, sendo aprovado... Eu não estou fazendo um apelo aqui porque eu sou Presidente da Comissão. Eu vou para esse grupo de trabalho, inclusive com legitimidade de me sentar, "ó, tem uma matéria lá em que eu discuti a questão dos direitos e eu quero discutir agora, se isso for aprovado, de que forma será". Porque a minha preocupação é igual à da colega Augusta. Esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minérios estão ou não estão provocando aborto nas nossas indígenas? Fazem ou não fazem mal para a criança? Eu estou preocupada com esse aspecto também.

Então, eu peço... E eu faço o seguinte compromisso também, Senador Humberto: a gente aprovando aqui, enquanto eu for Presidente, não delibero mais essa matéria, tudo que chegar eu remeto para o grupo de trabalho. Eu faço esse compromisso. Mas sobe essa matéria junto com a que foi aprovada semana passada para o grupo de trabalho. Então, eu volto a fazer esse apelo ao senhor, que não estava aqui, mas a gente vai agora... Claro que o Plenário é soberano, mas eu ainda queria fazer mais esse apelo ao Líder Humberto. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, o Senador Humberto fez uma defesa tranquila, com muito equilíbrio, foi ouvido com muito carinho por todos. Eu vou ser coerente com o que eu penso. Eu montei um grupo de trabalho e já falei com o Presidente Davi para que os temas trabalhistas, aqueles mais polêmicos, sejam jogados todos nesse grupo, com a participação de situação e oposição. Isso está encaminhado, e eu estou defendendo essa tese junto aos meus pares aqui. Na verdade, também é nesta Comissão, porque seria dentro da discussão da CLT do século XXI, que é o Estatuto do Trabalho, com o que V. Exa. tem colaborado aqui, e eu estou coordenando esse trabalho, ouvindo todos. O objetivo é o mesmo, mas temas polêmicos, vamos discutir tudo dentro desse grupo de trabalho, que já está entre nós acertado.

O que V. Exa. está propondo é praticamente a mesma coisa. Eu conheço esta Comissão e a senhora também conhece. Em cada mandato a gente conhece. Indo a matéria a votação, a gente sabe qual vai ser o resultado. Pode botar o painel e todos irão votar e sabemos o resultado. Eu proporia – e, claro, eu tenho que ver se os meus pares também concordam – que a gente fizesse a votação simbólica, dando o direito, naturalmente, que nós temos de votarmos contra. E o resultado encaminha então sobre o relatório de V. Exa. Não sei se o Humberto entendeu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nós vamos votar contra, naturalmente. Perderemos, porque eu sei o resultado deste Colégio aqui, como perdemos na semana passada, mas ela leva o relatório com o voto contra do PT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – E não dá urgência. Inclusive...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só uma pergunta.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Não dá urgência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Inclusive, aquele outro que foi votado, para o qual foi dada urgência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Entraria também?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... também vai para lá. Todos vão para lá. Vota tudo por grupo.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – E a gente conversa com o Senador Davi para não votar o requerimento no Plenário. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com sete emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas de 1 a 7, da CDH.

O projeto segue para análise da CMA e, em seguida, para análise terminativa da CCJ.

O projeto teve três votos contrários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Só me permita, Presidente. É muito importante a fala que V. Exa. fez agora no final, de que todos os projetos, inclusive aquele que votamos na semana passada, vão para esta Comissão. Eu acredito muito nesta Comissão. Lá nós vamos buscar o caminho certo.

Então, parabéns pelo encaminhamento feito por V. Exa.!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente, quero agradecer a todos os membros da Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Devolvo a Presidência à Senadora Damares.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Quero agradecer a todos os membros da Comissão e parabenizar pelo debate tranquilo e alvissareiro, porque é o início de um debate. A aprovação desse projeto permite que as comunidades indígenas sejam ouvidas se concordam ou não. É o que nós propomos. E esse projeto que acaba de ser aprovado, com parecer favorável da Senadora Damares, trará, sem dúvida nenhuma, se alcançarmos o final dessa longa estrada que ele tem até a Câmara Federal, ganhos significativos para uma vida digna de todas as comunidades indígenas do Brasil.

É isso, Sra. Presidente. Parabéns e muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Líder Mecias. Parabéns!

Nós temos o item 2 da pauta, cujo Relator é o Senador Zequinha.

Senador Zequinha...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, Senadora Damares Alves, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, gostaria de tecer algumas considerações de agradecimento pela aprovação do Projeto 1.977/2025, de minha autoria.

O PL em apreço intenta contribuir para alinhar o procedimento já adotado nas varas dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, que é regulado pela Lei nº 13.498, de 2019, e com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, com o procedimento da vara de família, que é regulado pelo Código de Processo Civil. 3

Atualmente, no procedimento especial da vara de família, do CPC, há previsão de realização de audiência de mediação e de conciliação para que as partes alcancem um acordo. Destaque-se que as audiências podem se repetir tantas vezes quantas se considerem necessárias para alcançar um entendimento consensual entre as partes. Porém, para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, especialmente as que já contam com medida protetiva de proibição de aproximação do seu agressor, essas audiências não são apenas constrangedoras, mas são incompatíveis com os demais procedimentos legais relativos a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O fato é que, concretamente, em uma relação que desandou para a violência contra a mulher, não há possibilidade de diálogo genuíno. A imposição legal vigente de busca reiterada de conciliação em ações de família acaba por impor à mulher vítima de violência doméstica e à família nova violência, dessa vez promovida pelo próprio Estado. Esse tipo de situação pode inclusive levar a mulher a comprometer-se com acordos prejudiciais a ela e a seus filhos. De fato, ao se posicionar diante de seu agressor, a mulher pode aceitar qualquer acerto para livrar-se da situação geradora de medo e de ansiedade provocados pela mera presença de seu agressor.

A aprovação desse projeto de lei assegurará à mulher o direito de não conciliar em ações de famílias regidas pelo CPC. Dessa forma, o processo judicial não se tornará mais uma forma de violência. A mulher terá o direito de escolher se deseja ou não ser submetida a procedimentos de mediação ou de conciliação nas ações de famílias propostas em contextos de violência doméstica e familiar. Bastará um simples requerimento dela para que não seja designada audiência de mediação e conciliação. E, na hipótese de haver procedimento de mediação em andamento, este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será imediatamente encerrado. Ressalte-se que bastará o peso de sua palavra e de sua vontade para afastar as tentativas de conciliação e de mediação.

Por fim, quero agradecer, em especial, pela relatoria da querida Senadora Damares Alves, por meio da qual foram apresentados os benefícios desse projeto às mulheres em geral e à nossa sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Jussara. E a gente aprovou assim: vapt! Matéria de consenso, muito elogiada, parabéns!

Foi uma honra relatar a matéria de sua autoria e a gente deu um passo hoje gigante na proteção da mulher. É uma honra dividir esta legislatura com a senhora, Senadora. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Primeiro, eu cumprimento as mulheres pelo projeto aprovado.

O Senador Flávio Arns perguntou se eu podia relatar *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como eu tenho compromisso com o Jovem Senador em seguida, eu queria ver se V. Exa. permite que eu faça... Eu faço em um minuto o relatório, porque o projeto é tranquilo. Se a senhora puder...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só consulto o próximo Relator, que é o Senador Zequinha, se o Senador Paim pode ler em um minuto o relatório dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Em um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Eu tenho que voltar para outra Comissão, mas eu concedo ao senhor...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Um minuto. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vai ser mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 6 da pauta – e é bom que a gente limpa a pauta hoje.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3112, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher somente seja realizada mediante manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer a leitura *ad hoc*, no lugar do Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, é um projeto muito simples, não é polêmico, bem o contrário, tem tudo a ver com a Comissão de Direitos Humanos e será aprovado por unanimidade.

Eu vou direto ao voto, porque eu entendo que esse final é perfeito para todos terem claro o que votamos.

Assim, entendemos que a proposição – que vai ao encontro do já decidido pelo Supremo Tribunal Federal e pelo STJ – merece acolhida, a fim de que não restem dúvidas de que a audiência de retratação prevista no art. 16 da Lei Maria da Penha tem a função estrita de permitir que a vítima possa livremente expressar sua vontade acerca da retratação, se assim o quiser, não cabendo ao juiz designar a audiência de ofício, se a própria ofendida não a requereu.

É o voto: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do relatório do Senador Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para a análise da CCJ.

Obrigada, Senador Paim, é mais um passo importante na proteção da mulher.

Parabéns, Senador Flávio Arns e autora, Deputada Laura Carneiro!

Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho que me retirar mesmo, por causa dos compromissos assumidos. A pergunta que eu faço a V. Exa. sobre o item 2: não cabe... Porque ele vai tratar do poder de polícia da Funai nas atividades...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... voltado, é claro, aos povos indígenas. A pergunta que eu faço: não cabe também esse projeto ser endereçado a esse grupo de trabalho?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ao grupo de trabalho? Eu não sei, Senador. Eu tenho dúvida, porque o poder de polícia vai estar em áreas com atividade econômica e não, e esse grupo vai votar apenas as atividades econômicas. O que eu posso perguntar – porque já houve outros pedidos aqui na mesa – ao Relator é se ele concorda em retirar de pauta, porque parece que mais pessoas querem discutir, e a CCJ está pegando fogo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas o Relator está aqui desde cedo, e eu acho que está aqui por conta dessa matéria.

Mantemos na pauta, mas ainda cabe também pedido de vista ao relatório do Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já foi.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já foi lido, verdade. Já foi lido, verdade.

Então, o Relator... A gente nem vai precisar ler, a gente vai tão somente colocar em votação, porque já foi lido o relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Isto aqui é uma questão legal, uma questão... Por exemplo, eu não conheço... O Brasil, às vezes, arruma uma jabuticaba e a coloca em prática. O Ibama tem poder de polícia e a experiência é simplesmente desastrosa.

Não se cria polícia por decreto. Criar uma polícia, dar à Funai, ao servidor da Funai, o poder de... Que treinamento esse servidor público recebeu para ser um policial? Como é que os estados e como é que o Governo Federal aqui, por exemplo, nomeia a Polícia Federal para trabalhar? Tem um processo específico para aquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se você for aos estados, o Governador, quando abre isso... É um processo longo: primeiro, passar no concurso, ter conhecimento; segundo, você ser chamado para o treinamento, para a preparação psicológica, etc., mexer com arma, com tudo, para depois começar a dar os primeiros passos como recruta – como recruta. Aí eu aqui faço um decreto e amanhã o cara amanhece com um revólver na cintura.

Pare com isso. Nós não somos mais uma "republiqueta das bananas" da América Central, este é um país decente. Então, vamos acabar com esse negócio, com essa falta de bom senso. Por isso, eu fiz aqui um relatório aprovando o PDL, porque eu acho necessário.

Isso aí é um debate que não faz parte da questão do grupo que vai tratar sobre a questão indígena; isso aqui é uma outra questão que tem que ser decidida na CCJ com muito debate, com profundidade jurídica.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Então, nós vamos para a (*Fora do microfone.*) etapa da discussão.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que regulamenta o exercício do poder de polícia da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, da Presidência da República, que regulamenta o exercício do poder de polícia na Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que exorbita do poder regulamentar ao atribuir à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) competências incompatíveis com a ordem constitucional, violando o princípio da legalidade, o devido processo legal, a ampla defesa e a reserva de competência em matéria de segurança pública.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao PDL nº 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade, com consequente arquivamento dos PDLs nos 49 e 50, de 2025.

Observações:

Tramitação: CDH E CCJ.

Em reunião realizada em 13/08/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Permita-me discordar do meu nobre colega, pelo qual eu tenho muito respeito.

Eu estou em mãos com o seguinte documento sobre cumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal: o decreto atende a uma determinação do Supremo Tribunal Federal na ADPF 709, que solicita a regulamentação do poder de polícia da Funai. Ele quer que haja regulamentação do poder de polícia da Funai, especialmente em relação à proteção das terras indígenas.

Estou lendo o que eu tenho aqui em mãos. Não sou dono da verdade, apenas li uma decisão do STF. Se nós chegássemos a um acordo, tirássemos de pauta com o objetivo de constatar essas informações, votaríamos na semana que vem, se fosse o caso. Se não...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, o Senador Paim fez uma leitura e ele não está equivocado. Porém, equivocou-se o Governo de fazer isso por decreto porque, quando o Supremo disse que o Governo deveria criar mecanismos para cuidar das comunidades indígenas, ele não mandou que o Governo fizesse por decreto uma polícia e armasse essa polícia; ele disse que deveria seguir os critérios legais. Os critérios legais seriam através de lei aprovada pelo Congresso Nacional, e não por um decreto, sem dar o mínimo treinamento necessário àqueles que vão usar uma arma. Nós não podemos autorizar alguém a usar uma arma sem o menor preparo, sem o menor treinamento.

Eu vou contar agora o que houve há pouco tempo lá em Roraima, nas Terras Indígenas de Pirititi e Waimiri Atroari, sobre o Rio Jauaperi. O rio sempre foi navegável por todos. Os indígenas, junto com a Funai, armados, começaram a impedir e colocar a arma na cabeça de produtores que passavam por lá, impedindo isso. O estado, se não me engano, fez uma ação no Supremo Tribunal Federal, e o Ministro Flávio Dino arbitrou uma conversa e fez uma conciliação de que os indígenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a Funai não poderiam mais impedir a passagem dos pequenos produtores, dos ribeirinhos, ali pelo rio.

Portanto, a arma concedida pelo Governo através de decreto para a Funai é um absurdo e vai gerar muita insegurança, violência e morte no interior deste país.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Gostaria de justificar, Presidenta, a minha argumentação, porque é uma decisão do Supremo. Já hoje existe isso. Independentemente do decreto, desde 1967, a Funai já tem o poder de polícia para defender a integridade física dos indígenas.

Mas, enfim, percebi que não há acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Deixem-me colaborar com o debate.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Só gostaria de dizer, Sra. Presidente, para finalizar, que a Funai, toda vez que solicita, tem a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Força Nacional, as polícias militares dos estados, polícia civil sempre à disposição deles. O que não é possível é dizer: "Olha, eu sou servidor da Funai e agora eu tenho uma arma para usar aonde quer que eu vá!".

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixem-me colaborar com o debate.

Há um projeto de lei do Senador Contarato que passou nesta Comissão e já passou também na Comissão de Segurança, permitindo armas para os agentes da Funai; portanto, está sendo discutido na CCJ.

Esse projeto de lei do Senador Mecias não é terminativo. Se passar aqui, ele sobe para a CCJ, e eu creio que ele caminha em conjunto com o que já está na CCJ. Então, não é terminativo, Senador Paim. Como a gente está discutindo, na CCJ, armas para agente da Funai, eu creio que essas coisas vão se relacionar lá na outra Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Poderão ser apensados?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já aprovou na CCJ arma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está em Plenário?

Eu acho que, mesmo derrubando o seu, se já aprovou na CCJ, vão ter poder de polícia daqui a pouco.

Então, não tendo mais quem discutir, eu vou colocar em votação, e a gente encaminha essa proposta na CCJ, caminhando com a proposta que já está em Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com a possibilidade, naturalmente, com a toda a franqueza e a verdade, de nós pedirmos que ele seja apensado ao que está no Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive eu acho que o Senador Mecias não está questionando o mérito, mas o instrumento. Pelo que eu entendi do Relator também não é o mérito, é o instrumento, não é?

Então, vamos colocar em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta, permita-me, só para deixar bem claro, nós vamos pedir o apensamento...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu sei que será aprovado. Como eu digo, eu conheço a Comissão como a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pede o apensamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vai ser aprovado e eu vou pedir que seja apensado ao do Contarato que já está no Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já sobe inclusive para Plenário, nem passa na CCJ. O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao PDL 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade com o consequente arquivamento dos PDLs 49 e 50, de 2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com um voto contrário do Senador Paulo Paim, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao PDL 47, de 2025, e pela recomendação de declaração de prejudicialidade com o consequente arquivamento dos PDLs 49 e 50, de 2025.

O projeto segue para análise da CCJ, é claro, deixando aí em aberto o pedido de apensamento aos demais.

Nós encerramos a nossa pauta. Inclusive, hoje eu não vou ler os informes, vou deixar os informes para ler todos na próxima semana.

Cumprida a missão desta sessão, nada mais tendo a declarar, eu declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho - Análise da Seguridade Social 2024. Finalidade: Lançamento do livro "Análise da Seguridade Social 2024". - Miguel Arcanjo Novo - Presidente Executivo da ANFIP - Wanderson Dias Ferreira - Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 69/2025 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater a "Defesa da Causa Animal". Participantes: Cristiano Ferreira Moraes, Câmara Municipal – Ativista da causa animal PV de Canoas/RS; Carine Zanotto, Presidente da ARCANIMAL; Fernanda Juliana Becker, Presidente da SOAMA de Caxias do Sul; Morgana Piás, Funcionária Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Vânia Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Animal; Deputado Estadual Leonel Radde PT/RS, Presidente da Comissão de Serviços Públicos e Modernização do Estado; Rosangela Gebara, Diretora Técnica do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo – IMVC; Ingrid Bueno Atayde, Médica Veterinária – Representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Renata Zainard, Advogada – Representante das Protetoras; Amanda Lührs, Advogada, pós-graduada em Direito Animal e atuante na causa; Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente; e Deputada Fernanda Melchionna PSol/RS, Deputada Federal. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/25

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

O nosso encontro de hoje será realizado em duas partes. Na primeira, faremos o lançamento do livro *Análise da Seguridade Social 2024,* da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Na segunda, será realizada uma audiência pública, nos termos do Requerimento 69, de 2025, da CDH, de minha autoria, para debater a defesa da causa animal.

Ambas as reuniões serão transmitidas ao vivo e estarão abertas à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 061 2211.

De imediato, eu convido para a primeira parte da nossa reunião de hoje, para o lançamento da 25ª edição do livro *Análise da Seguridade Social 2024,* as seguintes autoridades: Miguel Arcanjo Nôvo, Presidente Executivo da Anfip (*Palmas.*) – está aqui –; e Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Anfip. (*Palmas.*)

Tudo bem? Seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como de praxe, primeiramente, agradeço à Senadora Damares, que é a Presidente desta Comissão, por ter aprovado este espaço para que nós pudéssemos discutir, de forma breve, a *Análise da Seguridade Social 2024*, e estão aqui já à mesa os convidados. E, às 9h em ponto, nós vamos iniciar o debate sobre a causa animal.

Como é de praxe, faço a leitura da introdução sobre a seguridade.

Todos sabem o compromisso e a responsabilidade que tenho com a nossa previdência social pública. Por isso, aos que estão aqui representando a Anfip, não sei se serão os mesmos, na próxima segunda-feira teremos um debate – aí é específico sobre a previdência –, e é importante que também vocês mostrem o livro lá. Vai ser às 9h da manhã também, lá na Comissão de Assuntos Sociais.

Introdução.

A *Análise da Seguridade Social 2024* está organizada em cinco capítulos que traçam um panorama do financiamento da seguridade social, considerando seus empenhos e fontes de custeio, sempre contextualizados pelos acontecimentos econômicos, legais e sociais mais recentes. Evidenciam-se os impactos da desoneração da folha de pagamento, das renúncias fiscais e de outras medidas que reduzem a arrecadação da seguridade, além da análise do comportamento e das tendências das despesas no setor. O estudo também avalia os efeitos iniciais das políticas públicas dos últimos anos, especialmente das reformas previdenciária e trabalhista, que restringiram quantitativa e qualitativamente o acesso aos benefícios previdenciários.

A ampla apresentação de dados, com tabelas e gráficos, oferece ao público conteúdo técnico, aprofundado e imparcial, essencial ao debate e à compreensão dos desafios, ameaças e relevâncias da seguridade social no Brasil como instrumento de cidadania – eu diria, de distribuição de renda, pois é o maior programa social que temos.

A discussão sobre o modelo mais adequado da seguridade social em termos de financiamento e despesas deve ocorrer com base em informações concretas, claras e objetivas, propostas de ajustes por parte dos governos, seja pela receita ou despesa, devem ser justas e compatíveis com as necessidades do povo brasileiro. Nessa edição, o livro traz um texto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comemorativo, alusivo aos 35 anos do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando sua trajetória, conquistas e desafios ao longo de mais de três décadas de contribuição à população brasileira.

Vamos lá. Como nosso tempo é pequeno, agora nós vamos diretamente aos convidados.

Inicio a nossa reunião de hoje com a fala do Presidente Executivo da Anfip, que tem sido parceira nossa desde que eu cheguei aqui – faz 38 anos, serão 40 anos; 39 com este ano e 40 com o ano que vem –, Miguel Arcanjo Nôvo e, na sequência, vai ser o Sr. Wanderson.

O SR. MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – São dez minutos para cada um.

O SR. MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO (Para expor.) – Nós vamos aqui dividir os 20 minutos para ver... Como o Wanderson vai ser, na verdade, o nosso porta-voz do livro... Eu, como Presidente, me apresento: eu sou o Miguel Arcanjo Simas Nôvo, Presidente da Anfip Nacional. Esta entidade tem 75 anos, completamos neste ano. Temos três quartos de século de existência e, coincidentemente, este livro que nós estamos lançando agora tem um quarto de século de publicação, esta é a 25ª edição. Então, a Anfip, durante esses anos de existência, mesmo depois da fusão – porque a nossa origem, o nosso DNA é na previdência social, nós fomos admitidos no serviço público federal através de concursos para Auditor da Receita Previdenciária e, desde 2007, nós passamos a pertencer à Receita Federal do Brasil –, a Anfip não perdeu as suas origens, ela continuou fazendo os trabalhos em que sempre teve *expertise*, que é na área de previdência, na saúde e na assistência social.

Este livro traz exatamente um apanhado de como funciona o orçamento que traz as receitas, as despesas, envolvendo esse grande projeto social que o Brasil tem. Eu diria que é um dos poucos países do mundo que tem um projeto desse na sua Constituição, tanto é que existem três orçamentos na Constituição: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento das estatais.

Então, aqui, este livro vem exatamente trazer um balanço social do Brasil. O que o Brasil arrecada e como ele investe esses recursos nesses projetos de saúde, previdência e assistência. Eu, como não sou o autor, eu sou só o Presidente – um dos autores está aqui do lado e vai falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais detalhadamente sobre o livro –, eu elegi um tema dentro do livro que tem bastante assunto para ser discutido e que hoje está bastante em voga.

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre os malefícios que a renúncia fiscal traz para a seguridade social e, o que é pior, sobre a renúncia fiscal dentro das contribuições sociais. Porque fazer renúncia fiscal tem... Normalmente, o Governo faz para beneficiar, para incentivar, setores da economia. Mas esses benefícios fiscais...

Eu me lembro de que ouvi uma palestra, há muitos anos atrás, de um ex-Ministro da Previdência chamado Reinhold Stephanes. Ele ainda é vivo hoje, é muito estudioso. Ele sempre... Era um cara que fazia análises bem técnicas e dizia o seguinte: "É um crime fazer renúncia fiscal nas contribuições sociais". Porque fazer renúncia fiscal em tributos, nos impostos, é o correto, porque ali, quando se arrecada, não tem nenhum compromisso, na arrecadação, de para onde vai ser destinado. São as políticas... É o Governo que vai destinar os recursos. É diferente das contribuições sociais, porque o Governo, quando institui uma contribuição social, ela já vem carimbada, destinada, já vem dizendo para onde vai ser destinado esse recurso.

Então, o Brasil, infelizmente... E este Governo, quero deixar bem claro, vem batendo nessa tecla para tentar diminuir os valores que estão sendo renunciados em relação às contribuições sociais. Para uma delas ele já fechou as portas: é sobre a substituição da contribuição da folha de pagamento em relação à receita bruta. Ela ainda existe? Existe, mas está em extinção. Isso é uma coisa muito boa que este Governo fez e que a gente tem que comemorar.

Mas ainda tem muita coisa para ser feita. Eu vou colocar aqui para vocês, e está registrado nesse livro. "A renúncia fiscal, no ano de 2024 (...)". É exatamente o que o livro vem analisando: o orçamento de 2024. "A receita bruta das contribuições sociais, no orçamento da seguridade social, girou em torno de R$1,361 trilhões". É o que entrou nos cofres públicos, quando deveria ser um de R$1,651 bilhões. Ou seja, o Estado brasileiro abriu mão de R$290,4 bilhões, o correspondente a quase 18% do orçamento. Agora, vejam só, são valores astronômicos que poderiam muito bem ser arrecadados e levados para beneficiarem os setores que envolvem a previdência e a assistência social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz um quadrinho aqui para mostrar os malefícios e o impacto na sociedade em relação a essa renúncia fiscal. Um malefício: a redução da arrecadação, na seguridade social, tem um impacto na sociedade: são menos recursos para a saúde, a previdência e a assistência social.

Um malefício: tem também um desequilíbrio financeiro da previdência. Um impacto na sociedade: aumento do déficit e necessidade de aporte do Tesouro.

Um malefício: aumento do desequilíbrio social. Um impacto: transferência de renda pública para setores que precisam na sociedade.

Um malefício: redução da capacidade de investimento público. Um impacto: cortes em programas sociais, como SUS e assistência.

Dependência maior do orçamento fiscal é um malefício. No momento em que se renuncia receita de contribuições sociais, vira uma dependência maior no orçamento fiscal. Um impacto: pressão sobre o Orçamento da União.

Um malefício: baixa eficiência econômica. Um impacto: benefícios sem comprovação de retorno social.

É claro que, na renúncia fiscal, muitas delas se justificam. Por exemplo, no caso do Simples. O Simples gerou muitos empregos. Você tem, por exemplo, a Zona Franca de Manaus, que também gera... O Amazonas vive em função dessa renúncia fiscal que o Estado brasileiro dá. Mas você tem outros setores em que o retorno é quase insignificante, em número de empregos e em... Claro, a economia aumenta, os donos do negócio ficam mais ricos, mas o retorno social é pífio. É o caso, por exemplo, da área da agricultura, em que realmente a renúncia fiscal é muito grande, mas o retorno social é muito pequeno.

Então, colegas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO – ... como o nosso colega Wanderson vai aprofundar... Eu escolhi especificamente esse tema, porque eu entendo ser importantíssimo; está na pauta do dia, e eu resolvi aprofundá-lo um pouco mais.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, vamos contar aqui com a palavra do nosso especialista Wanderson, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Anfip. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Miguel Arcanjo Nôvo, Presidente-Executivo da Anfip, que ficou exatamente em 9,5 minutos, então ficou dentro dos 10 minutos.

Agora, é Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Anfip.

Parabéns por cumprir o horário.

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Bom dia, Presidente Miguel. Bom dia a todos, às autoridades presentes, a todos os ouvintes.

Como o Presidente Miguel já expôs na sua fala inicial, o tema da seguridade social é muito importante para a sociedade brasileira. Não à toa, os Constituintes originários o colocaram no capítulo Da Ordem Social – não foi à toa.

A previdência social, a seguridade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sem interrompê-lo, mas só para lembrá-los de que eu estava lá e participei desse debate. Eu fui Constituinte.

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – Parabéns!

Então, não à toa, a sociedade brasileira depende de que o tripé previdência, assistência e saúde esteja funcionando a contento.

É óbvio que, ao longo do tempo, as mudanças econômicas, sociais nas relações de trabalho acabam impondo uma dinâmica diferente daquela quando a Constituição foi promulgada. Mas de toda sorte, é preciso que a sociedade esteja vigilante em relação a todas as propostas de alteração, seja nos direitos, seja nas bases de financiamento da seguridade social.

Nesse sentido, a Anfip enquanto associação – em tese muita gente acha que ela é apenas uma associação de classe, que defende os interesses da categoria dos auditores fiscais da Receita Federal – não tem somente uma dimensão de proteger os seus associados, mas também tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso com a sociedade brasileira, principalmente na divulgação, na preparação de estudos técnicos, para que eles sejam, em primeiro lugar, isentos do componente político-partidário. Somos uma associação que não tem financiamento público ou privado e isso nos garante certa autonomia – para não dizer total autonomia –, para que a gente possa trabalhar com os dados e com tudo o que é necessário ser discutido.

Bom, depois desse introito, como é que está estruturada a nossa publicação? A nossa publicação tem o condão de querer instrumentalizar o debate. É isso que a gente pretende. Ela não tem a pretensão de querer encerrar o debate sobre o que é certo, sobre o que é errado em termos da seguridade social. O que a gente pretende é fazer um raio-X para que a sociedade, nos seus mais diversos locais de debate, possa fazê-lo com dados e fatos, não somente presa a ideais, sejam ideológicos, sejam de toda natureza, mas com fatos e dados. É isso que a gente traz nessa publicação. A gente quer que o debate sobre a seguridade social seja feito com isenção aqui no Congresso, no caso, aqui no Senado, na Câmara, nas escolas... (*Pausa.*)

... enfim, nas universidades, ou seja, a gente tem que discutir isso, mas discutir com pelo menos uma base mínima para que a gente não cometa alguns percalços.

O primeiro deles é achar que não é necessária a questão da seguridade social e, em especial, da previdência social, que é muito atacada – sempre foi muito atacada. Primeiro, a gente trabalha numa questão do déficit. O aspecto do déficit sempre foi tratado... A gente combateu, a Anfip sempre combateu a não existência do déficit, porque sempre se considerava que o conceito do déficit eram as contribuições que eram vertidas exclusivamente para a previdência com os benefícios pagos, sendo que a própria Constituição Federal coloca que o orçamento público tem que complementar – isso faz parte do financiamento da seguridade social, enfim.

Então, essa publicação também tem uma outra característica. Na maioria das vezes, quando se discute seguridade social, o debate é realizado apenas com dados e de forma sincrônica, ou seja, olha-se para o momento e não se olha para toda a história e todo o comportamento.

O trabalho que a gente apresenta aqui tem uma característica diacrônica. A gente vem buscando todas as características de financiamento e de despesa pelo menos ao longo dos últimos 15 anos, mostrando que a previdência pública é viável, sim, e que, em tempos de crescimento econômico, a gente teve uma previdência superavitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As senhoras e os senhores vão poder comprovar aqui que nós temos esses dados – a gente prova com dados – e que todos os dados são de fontes oficiais, sejam fontes do Ministério da Previdência Social, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do IBGE, da Pnad Contínua: todos os dados são dados públicos e sem qualquer tipo de manipulação.

Outro aspecto que é importante neste debate da seguridade e que a gente traz aqui no livro – a gente procura fomentar – é que, quando se tem uma análise ao longo do tempo, nós também podemos perceber que, efetivamente, a sociedade brasileira está envelhecendo. Existe, de fato, uma mudança na estrutura da pirâmide etária. Nós enquanto sociedade temos que pensar nos nossos direitos, na previdência social concedendo benefícios... A gente tem alguns eslaides, que eu não estou seguindo fielmente, em que a gente percebe que o *gap* de financiamento vem diminuindo ano a ano, tempo a tempo.

A gente tem que fazer o debate. Quando a gente olha – principalmente por uma questão de política de Governo – para o atual Governo, que é um Governo muito voltado a questões da ordem social, vemos que ele conseguiu, com o apoio do Senado e da Câmara, do Congresso Nacional, voltar a aumentar o financiamento nas políticas públicas, nas políticas sociais, tanto que na área de saúde, com a queda do teto de gastos, a gente conseguiu voltar a ter o financiamento de 15% da receita corrente líquida para a área de saúde, o que aumentou sobremaneira os investimentos na área de saúde.

E essa saúde é muito importante. Tem uma dimensão da saúde em que poucas pessoas conseguem observar: ao longo do tempo, o quanto encareceu o custeio dos planos de saúde. Para as senhoras e os senhores terem uma média, nos últimos três anos, a gente teve alguma coisa em torno de 17% ou 18% de reajuste nos preços dos planos de saúde no Brasil, e isso tem atraído muitas pessoas, principalmente da classe média, para o sistema público. E o sistema público é cada vez mais importante: ele representa uma forma indireta de remuneração ao trabalhador brasileiro.

Então, a gente tem que ter muito carinho, muito cuidado com a questão do financiamento porque, quando se analisa o déficit– eu tenho observado vários debates de ilustres colegas da área acadêmica – e quando se propõe a sua diminuição, ou seja, sua equalização, algumas soluções, do ponto de vista matemático e, eu até diria, econométrico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – ... são eficientes.

Algumas delas, para diminuir o déficit, vão querer desvincular o salário mínimo do benefício. O próprio nome já diz: o salário é mínimo – é uma remuneração mínima para que as pessoas consigam sobreviver.

Como é que você vai querer dar um benefício que é menor do que o mínimo? Então, é uma conta que se propõe ser simples, mas ela vai de encontro ao princípio daquilo a que se propõe.

E, para finalizar, nós enquanto sociedade – eu reforço o convite – precisamos enfrentar esse debate com bases fortes e, por conta disso, essa publicação... A gente tem aqui a publicação impressa do nosso livro, mas o acesso à publicação é franqueado de forma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDERSON DIAS FERREIRA – ... gratuita a toda a sociedade através do Portal da Anfip, naquele *link* que ali se encontra, ou seja, qualquer cidadão, qualquer instituição pode clicar, baixar o arquivo PDF e ter acesso integral a todo o conteúdo.

Sem falar que todas as publicações, toda a tiragem impressa, a gente direciona a todos os formadores de opinião, aos maiores formadores de opinião da sociedade brasileira: aqui ao Congresso, às universidades públicas e privadas e a outros agentes de mudança, ou seja, aos órgãos de imprensa.

Então, eu gostaria de agradecer a todos pela atenção e convido a conhecerem a nossa publicação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Wanderson Dias Ferreira, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da Anfip.

Eu cumprimento ambos. Eu sei que o tempo foi pequeno, mas já está marcada no dia 1º, segunda-feira – e nós vamos debater, porque nessa segunda-feira... eu peguei os dados de lá –, às 9h, na Comissão de Assuntos Sociais, audiência pública para instruir o projeto sobre a Semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional da Previdência Social. É o PL 2.783, de 2022, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria do Senador Flávio Arns.

Lá nós vamos debater um pouco mais. Vamos ter a manhã toda lá e vocês serão painelistas como os outros. Um dos temas será discutir os dados, os números, uma forma para que o povo brasileiro saiba efetivamente, pelos dados que a Anfip tem, como está a seguridade social.

Então, eu queria dar uma salva de palmas a eles. Nós nos encontrarmos na próxima segunda, às 9h da manhã. (*Palmas.*)

Eu vou pedir para o pessoal da Anfip, que está em plenário, que venha aqui para uma foto. Em seguida, vamos iniciar a outra sessão. (*Pausa.*)

Iniciar o outro espaço, que é a discussão da causa animal. (*Pausa.*)

Sim, sim, vamos lá!

O pessoal da Anfip que está aí. (*Pausa.*)

Agora, vamos dar sequência à segunda parte da nossa audiência pública, que vai discutir a causa animal.

Convidamos para a primeira mesa:

- Carine Zanotto, Presidente da Arcanimal – presença confirmada, está aí, não é? – (*Palmas.*); - Vereador Cristiano Ferreira Moraes, Cris Moraes, da Câmara Municipal de Canoas, Rio Grande do Sul, que é ativista da causa animal PV – eu andei em cima de caminhão com o Cris muito tempo lá. Grande Cris, seja bem-vindo (*Palmas.*); - Fernanda Juliana Becker, Presidente da Soama, de Caxias do Sul (*Palmas.*); - Morgana Piás, funcionária pública do Estado do Rio Grande do Sul, funcionária do TJRS. (*Palmas.*)

Como é de praxe, eu faço uma pequena fala de abertura, para que aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado tenham uma noção, e vocês aqui vão aprofundar pelo tempo que for necessário. Se não me engano, são doze painelistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus amigos e minhas amigas, esta audiência pública da CDH... Primeiramente, eu agradeço à Presidenta Damares, que se prontificou, inclusive abriu o espaço, no primeiro momento, para a previdência e agora é o espaço principal, em que nós teremos aqui em torno de quatro horas para debater o tema.

Esta audiência pública da CDH tem como foco a defesa da causa animal. Temos aqui convidados importantes. Quero reforçar que a causa animal não é só uma questão de carinho, é também uma questão de humanidade e de saúde pública.

No Brasil, a gente tem hoje algo em torno de 62 milhões de cães e 32 milhões de gatos, só que cerca de 35% desses animais vivem nas ruas ou em abrigos. Somos o terceiro país do mundo em número de *pets*, só atrás da China e dos Estados Unidos, segundo a Cultura Rede de Comunicação.

Durante a tragédia climática do Rio Grande do Sul, em 2024, vimos na prática como o poder público estava completamente desorganizado em relação aos animais. Ninguém assumiu a responsabilidade pelo resgate, acolhimento e alimentação, somente depois de liderados por vocês. Eu mesmo estive lá e vocês conversaram comigo, disseram que estavam muito preocupados e que fizeram tudo o que foi possível, mas vamos falar aqui em seguida. Os voluntários e as ONGs conseguiram resgatar e cuidar de mais de 20 mil animais.

Nas periferias da nossa cidade, a situação também é muito dura, milhões de animais sem vacinação, sem castração e com doenças que podem passar para os humanos. Eles se produzem rápido e, muitas vezes, acabam acolhidos por protetoras que não têm recurso nem para si mesmas, transformando suas casas em verdadeiros abrigos improvisados.

O fato é que o Estado brasileiro, especialmente estados e municípios, não tem como assumir essa responsabilidade – ou não assume, eu estou sendo aqui mais brando possível, né? Por isso, precisamos de um estatuto dos animais domésticos.

Eu quero dizer que todas as siglas que são aqui colocadas são obra de vocês. Eu não invento nada.

Precisamos de um estatuto dos animais domésticos (cães e gatos). Esse estatuto, a SUG nº 10, de 2025, não vem pronto, fechado. Ele foi construído por entidades, advogados, protetores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que amam os animais. A ideia é que ele sirva como um norte para debatermos políticas públicas, responsabilidades e recursos necessários. Este é o objetivo: abrir um debate sério no Senado e na Câmara, porque os animais não podem continuar sendo invisíveis para o poder público.

Maltratar animais é negar a própria existência, é não ter alma, coração e sensibilidade. Por isso, uma salva de palmas a todos aqueles que defendem a causa animal. (*Palmas.*)

Como já fiz um pronunciamento de introdução, depois eu vou comentando junto com vocês.

De imediato, passo a palavra para Carine Zanotto, Presidente da Arcanimal.

Vou dar dez minutos para cada um, mas, se for necessário, depois a gente, no debate, avança.

A SRA. CARINE ZANOTTO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Em nome de toda a sociedade civil organizada, de ONGs e protetores independentes, a gente agradece essa abertura que o senhor nos deu.

Nossa conversa se iniciou na Feira do Livro, em novembro do ano passado. Em fevereiro, nos encontramos em Porto Alegre. E, gentilmente, o senhor entendeu a necessidade e a urgência da causa e nos trouxe até aqui.

Eu quero fazer a entrega simbólica, Senador, do projeto de lei do estatuto. Vou fazer a entrega simbólica. A gente já protocolou. Virou uma SUG, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

A SRA. CARINE ZANOTTO – Vamos fazer a entrega simbólica aqui, então, do estatuto dos cães e gatos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem. Foi protocolado na sexta-feira, né?

A SRA. CARINE ZANOTTO – Foi protocolado na sexta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi protocolado na sexta, e eu já conversei com a Presidenta Damares desde o primeiro momento em que vocês começaram a conversar, a partir da enchente no Rio Grande do Sul. Nós tivemos um encontro ali na praça, naquele momento. Depois, vocês desdobraram, só para situar, para aquela grande audiência pública em Porto Alegre.

E hoje, aqui, nós temos o registro oficial, que foi feito na sexta.

Eu já falei com a Presidenta antes, a partir da conversa que tivemos no início, e ela se comprometeu a me indicar como Relator. (*Palmas.*)

Então, eu vou fazer de tudo para colaborar com vocês.

A SRA. CARINE ZANOTTO – A gente trouxe aqui também um mascotezinho para o senhor, com a *hashtag* #ficapaim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A *hashtag* é #ficapaim.

Casualmente, é negão esse cara. Casualidade, viu?

Muito, muito obrigado. Muito bonito, o gesto de vocês. Recebo com muito carinho. Este aqui não vou dar para ninguém. Se as netinhas estiverem olhando lá, esse é meu!

Vou deixar aqui na frente. Arcanimal aqui, com uma faixa.

A SRA. CARINE ZANOTTO – É para o senhor se lembrar da gente sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou lembrar sempre. Vai ficar comigo.

A SRA. CARINE ZANOTTO – Eu vou iniciar a minha fala dizendo que a gente está aqui em nome da sociedade civil organizada, que pede socorro.

Eu escrevi aqui o meu texto, eu copiei ao Senador e trouxe aqui a minha colinha para a gente não esquecer nada, porque o momento é tão importante que esquecer algo seria um ato falho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os animais, então, como todos sabem, são seres sencientes. O que significa isso? Eles são seres que sentem, amam, têm medo, assim como nós. Não merecem viver acorrentados, procriando sem controle, entregues à própria sorte.

Cada corrente que prende um animal, cada ninhada indesejada, abandonada em caixas de papelão, porque esta é a realidade desses animais, Senador, muitas vezes entregues em caixas de papelão sem a mãezinha, sem poder sequer amamentar, sem poder sequer subsistir, nos primeiros dias de vida, esse é um retrato de uma sociedade que ainda não reconhece a dignidade dos animais.

Nós vivemos numa bolha em que nós protetores reconhecemos, ONGs reconhecem, mas a gente precisa que a sociedade reconheça que eles têm direitos e são passíveis de direitos à vida, assim como todos nós.

A vida de um animal não vale menos que a vida de um ser humano. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sabem por que eu bati palmas? Alguém pode perguntar "mas não é a Comissão de Direitos Humanos, por que eles estão discutindo o direito dos animais?".

Você já traduziu aí, no início da sua fala.

A SRA. CARINE ZANOTTO – Direito à vida, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É direito à vida!

A SRA. CARINE ZANOTTO – Aí a gente tem um problema invisível.

E vinha hoje aqui e fiquei por muitos dias pensando no que eu vinha falar e tentando entender tudo que a gente tem vivido, porque a gente viaja principalmente os três estados do Brasil, mas a gente veio de Belém, onde a gente também conheceu a realidade dos veterinários da Amazônia através da Conferência da Medicina Veterinária do Coletivo.

E a gente percebeu que a causa animal é uma causa de impacto social. Não é só ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no Brasil, a gente não tem dados reais. O senhor citou alguns dados, e a gente, com base nesses dados, ficou pensando: mas de onde vieram esses dados? E nós fomos atrás dos dados e nós não encontramos um método, uma fonte confiável. Esse é um dado de 2012.

Então, o que a gente começou a fazer dentro da causa animal? Diagnóstico situacional das protetoras e censo de animais de rua, métodos que estamos testando e que são métodos que a gente pretende, sim, vender para os municípios, porque a gente precisa monetizar o nosso trabalho. Nós como instituto, como ONG, nos entendemos como empresa, precisamos monetizar o nosso trabalho para que a gente possa conseguir trabalhar.

E onde vem o impacto social disso? das pessoas protetoras, 98, 99% são mulheres, chefes de família, sem emprego formal, geralmente com um, dois ou três filhos para sustentar. E elas acabam movimentando um trabalho informal. Elas fazem brechó, elas catam papelão, elas vendem tudo o que elas podem, elas fazem o que elas podem, elas pedem ajuda, pedem doações para poder alimentar animais que elas resgatam; quando não, outras pessoas resgatam e acabam deixando esses animais, vítimas de maus-tratos, que são resgatados e são largados para elas cuidarem, sem nenhum subsídio.

A pessoa vai lá, tira, resgata, faz ali o seu ato midiático, larga esses animais na mão de uma protetora com 160, 170, 180 animais, dá 1kg, 2kg de ração, some, desaparece, e essa protetora segue com mais um animal. E esse é um problema histórico, que não começou agora; ele se repete. Talvez, na enchente, a gente tenha tirado a sujeira de debaixo do tapete e as pessoas começaram a olhar para isso. Inclusive a Arcanimal fez um levantamento no Rio Grande do Sul: foram 493 abrigos e 19 mil animais resgatados na enchente. Tem animais, até hoje, dentro de abrigos, precisando de ajuda.

E quem paga a conta dessa omissão? São essas protetoras. E aí, só para ilustrar, eu trouxe algumas histórias, trouxe três histórias.

A Osana, de Piraquara: 62 anos, cuida sozinha de 154 cães.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Cento e...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARINE ZANOTTO – São 154 – sozinha. E recebe cães de maus-tratos, os que algumas pessoas tiram de maus-tratos, largam lá para ela e esquecem esses cães com ela. E não é só com ela, isso acontece em outros lugares do país também.

Aí nós temos a D. Alice, né, Renata? D. Alice, 85 anos, sem herdeiros, Porto Alegre, 145 cães.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CARINE ZANOTTO – Tem 84 anos. Recebe o seu valor de pensão, é viúva...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. CARINE ZANOTTO – Foi bloqueado o valor da sua pensão, por causa das dívidas de IPTU. Então, ela não paga as dívidas de IPTU porque ela tem que pagar a ração, e aí ela paga essa ração... No dia em que a gente foi lá, ela disse assim: "Minhas prioridades um, dois e três são a alimentação dos animais. Se eu não tiver o que comer, não tem problema". Ela dorme dentro de um lugar que era um gatil – com 84 anos.

Nós temos a Lu Baldi, também na região metropolitana lá de Porto Alegre. Ela tem 74 animais dentro da casa dela e ela perdeu a casa porque ela não conseguia pagar a prestação. Então, agora ela está com uma ordem de despejo. E a pergunta é: ela se arruma, e o que a gente faz com os 74 animais que ela tem dentro de casa?

Então, o que a gente percebe com essa situação toda? O impacto é social, sim, porque nós temos pessoas que abdicam das suas vidas e que deixam de viver vidas com o mínimo de dignidade para que possam suprir aquilo que o poder público não faz. E aí eu digo que não é só o poder público, o poder público tem a sua responsabilidade de dar um atendimento de urgência e emergência, castrar esses animais, dar o subsídio mínimo; e a sociedade tem que entender que ela precisa fazer a sua parte, adotando, também castrando, respeitando, alimentando, colocando um pote de água, porque isso é uma questão de dignidade. Às vezes você está numa cidade, em um calor extremo: coloque um potinho de água na frente da sua casa; não adianta querer enxotar o cão. Ele não pediu para nascer, ele não pediu para estar ali. Se ele está ali, é por uma omissão nossa, dos seres humanos, que muitas vezes não temos a decência mínima de compreender que esse animal também tem direito à vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, por que cães e gatos? A gente precisa dar um primeiro passo, né, Senador? Fazer um estatuto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARINE ZANOTTO – ... da causa animal como um todo...

Eu já vou concluir.

Fazer o estatuto da causa animal como um todo, neste momento... A gente precisa até entender que precisamos seccionar as coisas. Cada animal, cada classe de animais tem as suas peculiaridades. Talvez a gente consiga evoluir para o momento de: um estatuto de cães e gatos, um estatuto de equinos, um estatuto de silvestres, um estatuto de animais de produção, mas cada coisa precisa ser feita no seu tempo, no seu processo, para que a gente possa, aos poucos, ir atendendo a essas necessidades. A gente precisa ir discutindo aos poucos, porque nós temos um país muito plural, muito diverso, e a gente precisa entender também as diversas realidades. A gente não vai conseguir mudar essa realidade do dia para a noite, mas se, aos poucos, a gente puder ir avançando...

Com esse estatuto de cães e gatos, basicamente, o que a gente traz? Direitos dos animais, deveres dos tutores, deveres do Estado. Se cada um assumir a sua parcela de responsabilidade, a gente consegue fazer alguma coisa.

A gente pensa, inclusive, na questão da valorização e da regulamentação do papel da protetora. Por que a protetora não pode ser uma profissão regulamentada, para poder abrir um MEI, poder ser contratada, poder recolher os seus direitos, para que ela possa se aposentar um dia?

A D. Alice, a Renata depois vai poder falar como representante das protetoras independentes, é uma senhora de 84 anos sem o mínimo de dignidade. Ela compra uma marmita de R$20 que ela divide em três dias. E o fogão dela não tem comida que ela cozinha para si. No fogão dela, ela cozinha o arroz para os animais. Ela disse para nós que tem um Celtinha 2010, ela dirige, e ela percorre os açougues da cidade, recolhe os ossos na terça-feira, os legumes na quarta-feira. Ela faz ali um arroz para misturar na ração, que é de baixa qualidade, para dar um mínimo de dignidade para esses animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a nossa conversa aqui hoje é para abrir o debate. Nós tentamos, Senador, trazer pessoas que representem um pouquinho de cada esfera, e a gente precisa que esse estatuto... Pedimos aqui que os Deputados, que os Senadores, que os Presidentes das Comissões, que todas as pessoas a quem chegar esse estatuto, por favor, olhem com decência, olhem como um ato de Justiça social, porque a gente vê aprovar tantas coisas que no fim das contas não funcionam.

Claro que a gente entende que podemos discutir sobre esse estatuto, alterar o que for necessário, mas a gente precisa que esse estatuto reconheça os direitos dos animais e seja aprovado, porque a gente começa, com a aprovação do estatuto, uma cadeia de eventos que aos poucos pode resolver, mesmo que seja a longo prazo, a realidade dos animais e a realidade das pessoas no Brasil.

E aí tem outras questões de saúde única, e tem outras pessoas que vão falar na frente, porque cuidar dos animais é cuidar das pessoas; e somos todos parte do mesmo ambiente que precisa se manter equilibrado, até para que a gente possa garantir a nossa própria subsistência.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Tinha sido combinado antes já, e eu fui avisado, que ela daria parte do seu tempo para o Alexandre Beltrão Braga, que eu também conheci lá em Porto Alegre, depois no escritório em Canoas.

Foi dessa conversa que avançamos para que o estatuto fosse apresentado aqui, não por um ou outro Parlamentar, fosse apresentado pelas entidades, pela entidade que realmente está lá na luta – eles são os autores. Nós, eu como Relator, e outros, vamos colaborar agora.

Então, é com muita satisfação que eu te passo a palavra, Alexandre Beltrão Braga.

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA (Para expor.) – Sr. Senador Paulo Paim, é uma grande honra estar aqui representando a causa animal, protetores e outras ONGs.

A Arcanimal articulou desde o começo com o senhor, a gente chegou a falar sobre a necessidade de resolver muitos problemas na causa animal, problemas do bem-estar do animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu complemento as palavras da Carine, porque ela trouxe um olhar social. Eu sou advogado há 13 anos pela seccional do Paraná, trabalho arduamente em prol da Justiça, e faço muita caridade, sempre fiz, atuando como defensor dativo. A gente observa questões muito importantes no processo penal. Isso tem que ser regulamentado, assim como foi feito com a Lei Maria da Penha, em 2006 – Lei 11.340 –, e a Lei 11.343, também de 2006, que é a lei do tráfico de drogas. Essas leis especiais resolveram muitos problemas sociais, que devem ser levados a resolver também os problemas da causa animal.

Por exemplo, a insegurança jurídica é muito grande, porque hoje uma protetora recebe um animal de maus-tratos – ou qualquer outra pessoa que faça um lar temporário – e vai ficar com aquele animal, sem garantia nenhuma da manutenção da subsistência daquele animal; ou seja, se ela não procurar um advogado e se o entendimento de um magistrado não for de dar uma responsabilização civil para aquele agressor custear um animal que está sob a tutela de outra pessoa, porque ele não pode estar, vai causar um grande um grande transtorno.

A gente tem que ter uma segurança jurídica na persecução penal, em que a atuação do flagrante e a relação do processo penal dos maus-tratos consigam abarcar uma apreensão de bens e valores, um objeto do agressor, para que ele consiga patrocinar a vida daquele animal. Essa é uma questão vivenciada por muitos advogados e por muitas protetoras que, hoje, têm que se humilhar, pedir Pix, fazer o que for para conseguir sustentar animais que estão sob a sua responsabilidade; e, se não estiverem com elas, ninguém vai fazer esse serviço.

Então, não existe tramitação processual clara. Nós estamos sem previsão legal específica para garantir que esse animal permaneça protegido. Precisamos regulamentar o processo com protocolos de operação padrão.

Em Santa Catarina, nas nossas idas e vindas pela Arcanimal, descobrimos o Protocolo 103430, que funciona superbem em Joinville e em algumas cidades de Santa Catarina que já implantam esse sistema, que é uma padronização, uma tabela organizada para identificação dos maus-tratos, e que, através desse texto, desse dispositivo que dá, antecipadamente, o que são maus-tratos, de uma forma a criar um *score*, vai facilitar a vida do delegado, da polícia que vai fazer a apreensão, do Ministério Público, para realizar uma denúncia, e do juiz que for julgar. Isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, é uma necessidade urgente, Excelência. Isso é uma questão social e uma questão de ordem pública, tá?

O reconhecimento das protetoras é muito importante, porque elas muitas vezes precisam usar um serviço público através do Cade; mas eu conheço protetoras que ganham R$40 mil por mês – são advogadas –, mas gastam R$35 ou R$40 mil na proteção animal. Ou seja, ela precisa do subsídio também do poder público em questão da saúde.

O que pedimos, em nome da Arcanimal e de todas as entidades aqui presentes, é que o Estado dê o próximo passo. Nós estamos dando o primeiro, senhor. E reconhecer, regulamentar e estruturar a causa animal é reconhecer também o esforço humano de milhares de mulheres e homens...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – ... que atuam junto à causa animal e dão suas vidas por isso.

O estatuto, hoje, está sendo apresentado de forma solene, e o senhor vai ser o nosso Relator. O estatuto dos cães e dos gatos visa a organizar a senciência do animal, a questão de se ter um mínimo de saúde em cada município, para que a vida da protetora não fique tão onerada e tão desgastada, porque ela vai deixar de sobreviver e de comer, de fazer as coisas dela, para pagar um tratamento para o animal; e muitas vezes o animal chega atropelado lá. Então, são R$2 mil a R$10 mil cada animal.

O atendimento público e o custeio ficam muito mais baratos e desoneram também os veterinários, que ficam dando também as suas vidas e às vezes não conseguem cobrar ou receber pelo atendimento médico que estudaram para fazer.

Por fim, eu parabenizo todas as protetoras do Brasil – todas as protetoras –, como a Áurea Caribé, lá em Salvador, e as veterinárias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – ... as veterinárias que fazem castrações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E finalizo com uma palavra, Excelência: o médico cura a humanidade... Perdão. "O médico cura pessoas; e o médico veterinário cura a humanidade" – essa frase é do Louis Pasteur –, porque, através dos animais, se conseguiu curar a sociedade hoje, visto que conhecemos a penicilina e outros métodos.

Hoje, neste momento, temos que reconhecer também doenças psicológicas que essas protetoras têm abarcado e têm carregado. Chamam-nas de loucas. Que isso acabe agora, porque elas precisam de um apoio também das redes de todas as secretarias. Vamos começar pela educação e pela saúde única. A saúde deve colocar os seus funcionários que vão às casas para saber como é a relação delas com o emocional e colocar os atendimentos do Caps para funcionar, e não apenas retirar os animais e mandá-las para o SUS sem nenhum subsídio.

Então, a gente tem que conversar entre as secretarias. É uma matéria, sim, de direitos humanos e de direito social.

Eu agradeço essa iniciativa. Que ela seja apenas o começo, e que nós não tenhamos que batalhar e lutar por algo que é iminente, é necessário e que não podemos mais ficar sem. Que todos os municípios tenham uma secretaria de bem-estar animal, com pessoas que saibam o que estão fazendo. E que elas não tenham que criar gabinetes ou criar uma rede privada, como funciona em muitos estados. Cito principalmente Porto Alegre, que é uma capital doente na causa animal; é zero. Se ela começar a enxergar, a abrir os olhos, vai ter um bom começo no Sul do Brasil. Com a enchente no Rio Grande do Sul, que juntou animais, poderia ter sido feito o maior plano de castração e de regulamentação de toda a causa animal, mas isso não foi feito, e a oportunidade está sendo perdida nesse um ano que se passou. Então, basta!

A proteção animal deve ser olhada agora com os mesmos olhos, as mesmas lentes com que se olha para a saúde e que se olha para outros eventos sociais.

Muito obrigado, Excelência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Alexandre Beltrão Braga, um dos líderes da causa animal. Parabéns pela sua fala, que completou o que a Carine Zanotto tinha explicitado aqui, com muita emoção e dando exemplos de vida – de vida das pessoas e de vida dos animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARINE ZANOTTO (*Fora do microfone*.) – Exemplos reais, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Exemplos reais, dando nome e endereço se quiserem. Esse é o mundo real.

Então, parabéns para ambos.

Eu já informo aqui, então – a Secretaria-Geral da Mesa me passou o documento –, que, ao receber a proposta das entidades, que foi processada na SUG 10, de 2025, a tramitação se inicia nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em seguida, a Presidente desta Comissão, que é a Senadora Damares, indica, então, um membro da Comissão para relatar a matéria, algo que já fizemos em contato direto – porque, enquanto há uma matéria, o Senador tem que pedir, dizer que quer relatar, porque tem compromisso com aquela causa, e isso nós já fizemos. Uma vez concluído o relatório, ele será pautado e votado pelo Colegiado da Comissão em reunião deliberativa. Sendo favorável à sugestão legislativa, a respectiva sugestão tornar-se-á projeto de lei e tramitará nas Comissões e, posteriormente, no Plenário, conforme despacho a ser realizado pela Presidência do Senado Federal.

Claro que a gente recebe a proposta e não vai simplesmente modificá-la ou não e passar o aval como Relator. É nossa intenção – pelo menos, a minha intenção –, conversando com a Presidenta, que a gente faça um debate nacional, de preferência nos estados, para que as pessoas possam falar como veem esse instrumento e como a gente pode complementá-lo. Eu sempre disse que o segredo do homem público e de quem tem responsabilidade com a causa da vida é escutar, escutar e escutar para depois transformar em lei.

Então, é, com satisfação, que eu recebo aqui o documento. Nós vamos fazer de tudo para que ele ande dentro da pressa possível, nem muito correndo, mas também nem muito devagar. Que ele ouça a população para ter a redação final.

A SRA. CARINE ZANOTTO – Teremos outras audiências públicas, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza, com certeza, não só aqui, como em seus estados até, a gente vai se dispor a estar. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – Nós estamos realizando várias audiências públicas, Excelência, em vários municípios e levando já dados, cadastrando protetoras e, inclusive, abrindo agora um novo serviço, que é o censo de animais de rua. Nós estamos trabalhando de forma ativa, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Isso é o que vai fazer com que o estatuto pegue corpo e, na redação final, represente a vontade da maioria da população.

Vamos, de imediato, agora ao meu amigo aqui. Eu nasci em Caxias, sou um cidadão caxiense, mas, por obra dele e de outros, eu recebi o título de cidadão também canoense, moro hoje em Canoas. Eu passo a palavra ao Vereador Cristiano Ferreira Moraes, Cris Moraes, da Câmara Municipal de Canoas, ativista da causa animal, do PV de Canoas. Eu sou testemunha do trabalho dele lá. Por isso, ele foi um dos Vereadores mais votados naquele município. Foi o mais votado ou um dos?

O SR. CRISTIANO FERREIRA MORAES (*Fora do microfone.*) – Segundo mais votado pela segunda vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O segundo mais votado pela segunda vez. Então, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

E ele fez questão de estar aqui hoje. O tempo é seu, Cris.

O SR. CRISTIANO FERREIRA MORAES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento e, na sua pessoa, cumprimento a mesa e aproveito para lhe agradecer a sensibilidade, a franqueza, a tranquilidade e o compromisso com que o senhor recebe a causa animal aqui, no Senado.

Eu lembro, Senador, que, lá em 2016, eu entrei para a política porque eu queria fazer mais pelos animais e vi que era a ferramenta correta. E nós mudamos a realidade da causa animal em Canoas. Tem muito mais a fazer? Por óbvio, tem. Mas uma das coisas que eu aprendi na política é que não existe espaço vazio. Então, a gente nunca perde a oportunidade.

Em 2016, eu lembro que o senhor estava na Câmara, e a Carol Vegans, que era uma colaboradora do meu gabinete na época, e a Telma Moraes lhe entregaram um documento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciava uma discussão de uma legislação de cunho nacional, para que nós pudéssemos ter algo mais robusto para a causa animal. Depois, em 2023, fizemos uma visita ao seu gabinete – quem marcou foi a Gabi, a quem eu já quero agradecer e agradeço todo dia por ter feito aquela agenda para a gente – e nós fomos juntos com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para ser bem sincero, a Gabi a que ele se refere é a minha neta.

O SR. CRISTIANO FERREIRA MORAES – É isso aí. Ela é nossa colaboradora, nossa colega lá na Câmara Municipal e exerce um excelente trabalho.

Nós fomos, então, com o Vereador Emilio Neto e lhe entregamos uma proposta, lá no seu escritório político, que discutia a causa animal e pensava na possibilidade de um estatuto.

E aproveito para cumprimentar aqui também as pessoas que nos brindam com as suas presenças e as que nos acompanham pela internet.

Senhoras e senhores, lá em Canoas, quando a enchente chegou, em 2024, mais de 200 mil pessoas ficaram fora das suas residências e, com elas, os seus animais. Milhares de animais tiveram que sair das suas casas: era cavalo preso em cima de telhado; era cachorro nadando para salvar a própria vida; era gato ilhado, sem comida; era protetor arriscando a própria vida para salvar os seus animais e de outrem.

Eu estava lá, eu vivi tudo isso, assim como muitos que eu vejo aqui estavam lá, tentando ajudar a gente naquele momento. Nós vimos de perto o quanto faz falta política pública e leis que de fato resguardem o cuidado com os animais.

Nós legislamos no Município de Canoas? Sim, algumas leis. Tem algumas leis no estado? Sim, tem algumas leis no estado, mas nós precisamos de algo maior, algo que consiga perceber a necessidade, que não é distinta de um município para o outro... Eu acho que, com essa discussão – conseguir perceber que não há distinção das necessidades dos animais, seja no Município de Belém do Pará ou seja em Erechim, no Rio Grande do Sul –, a gente consegue começar a pensar em algo mais estruturante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa proposta que hoje, timidamente, este grupo seleto de pessoas entrega, assinada e construída por várias das pessoas que estão aqui hoje, Senador Paulo Paim, traz algo bastante estruturante: ela reconhece os animais como seres sencientes e obriga o poder público a agir em situação de desastres, com planos de contingência para resgatar não só as pessoas.

Senhoras e senhores, em Canoas e no Rio Grande do Sul nós não tínhamos plano nem para resgatar as pessoas, então, os animais surgem neste cenário também para nos forçar a pensar que nós podemos, sim, com essas mudanças climáticas que vivemos, ter outras tragédias. Nós temos que ter, sim, um plano de atuação para salvar as pessoas e salvar os animais. (*Palmas.*)

Traz também, senhoras e senhores, recursos permanentes para a castração, para a vacinação; a identificação por intermédio do *microchip*; e a educação para a causa animal. Sem isso, nós não vamos avançar; sem isso, nós não vamos ter resultados; sem isso, os municípios ficarão mais uma vez à mercê da boa vontade política, à mercê de alguém como nós, que se incline para ajudar os animais. A gente não pode mais viver desta forma, nós temos que ter algo institucionalizado.

Esse texto traz inovações históricas, traz direitos fundamentais, que a gente já lida há tanto tempo aqui nesta Comissão: direito fundamental, direito à vida. E assim como nós temos direito à vida, os animais também têm direito à vida, à integridade física e psíquica, aos abrigos, à saúde, ao resgate em desastres, à adoção responsável e ao acesso à Justiça – direitos e deveres do poder público. Esse documento traz direitos e deveres para o poder público, criando programas permanentes de controle reprodutivo. Sem isso, nós não avançamos. Vacinação, microchipagem...

E, neste momento, eu faço um parêntese – eu achei que ela estivesse aqui, talvez esteja atrasada – à Vanessa Negrini, que acabou de chegar. (*Risos.*)

Eu faço... Eu quero estender os cumprimentos à Vanessa pelo excelente trabalho que ela vem fazendo no DPDA.

Eu fico imaginando... Eu queria que vocês largassem canetas, celulares e pensassem comigo. Quem não viveu Canoas, acompanhou pela TV. Imaginem se nós tivéssemos um SinPatinhas, Senador, ativo, completo, com todo mundo participando; todos os animais identificados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

castrados e registrados no *microchip*. Vocês acham que esses mais de 20 mil animais, que foram parar em abrigos, não estariam já com seus tutores, de volta?

Nós teríamos tido problemas com pessoas que adotaram, e isso parecia um problema, mas era algo que a gente não conseguia entender, Senador, porque tínhamos animais de pessoas que não foram procurar; nós tínhamos pessoas que queriam adotar, e nós não sabíamos o que fazer. Entregamos esses animais para adoção, mas, se aquela família que perdeu tudo, e perdeu também o seu animal, for procurar e não o encontrar, como é que a gente justifica? Como é que a gente lida com esse sentimento?

Se nós tivéssemos um SinPatinhas, Vanessa, teríamos resolvido esse problema. Eu sei que tem outros vários segmentos, mas a gente precisa, de fato, gente, ter uma política pensada, com proibição clara contra os maus-tratos e contra o abandono. Nós precisamos de adoção responsável.

Esse serviço, esse documento, traz a tutela do cão comunitário, que sempre é um problema, porque tem o vizinho que gosta de bicho e tem o vizinho que não tolera. E aí a gente alimenta... Eu tenho 34 animais em casa e três gatos que vivem na minha rua, aos quais dou ração na rua porque não consigo mais botá-los dentro de casa. Aí tem o vizinho que gosta e tem o vizinho que não gosta. Este documento regulamenta isso, e isso faz toda a diferença.

E aí a gente traz também, neste documento, o conceito de família multiespécie. O direito vem avançando. Os operadores do direito – e aqui eu quero render um agradecimento especial ao Prof. Vicente, ao Prof. Franscisco e ao meu amigo, Prof. Rogério Rammê, lá do Estado do Rio Grande do Sul – revisaram este documento, então, é uma construção coletiva com a ciência junto: a medicina veterinária, aqueles que atuam na ponta, os protetores, os políticos, sim. E eu tenho orgulho de ser o Vereador da causa animal na cidade de Canoas. Antes de ser Vereador, era protetor, e levei a proteção para dentro da política.

Costumo dizer, Senador Paim, que antes eu latia de fora e não era ouvido. Quando comecei a latir dentro da Câmara dos Vereadores, a imprensa começou a ouvir, os blogues começaram a ouvir, as redes sociais, as pessoas, e o nosso latido ficou muito maior.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CRISTIANO FERREIRA MORAES – Nós estamos saindo de um Brasil onde os animais eram vistos como coisa, lá no Código Civil, para um país que reconhece direito, dignidade e cidadania animal.

Senhoras e senhores, eu não vou me delongar, mas... que a dor da enchente da cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, não seja apenas uma lembrança triste. Que dela nasça um compromisso, um compromisso para o Brasil: que nenhum animal nunca vai ser deixado para trás!

Conclamo esta Casa a transformar este projeto de lei em um estatuto da causa animal, para que nós consigamos, juntos, construir um Brasil mais justo, mais humano e mais ético e, sim, construir do Brasil um lugar melhor para nós e para os animais.

Muito obrigado, Senador.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, grande Vereador Cristiano Ferreira Moraes – chamado lá na nossa cidade de Cris Moraes.

Atua há quantos mandatos?

O SR. CRISTIANO FERREIRA MORAES (*Fora do microfone.*) – Três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Três mandatos como Vereador. Sempre foi ativista da causa animal e é do PV.

Meus cumprimentos pela bela exposição que fez.

Nós vamos ter algumas pessoas que vão entrar por vídeoconferência. Tem dois que já pediram por outros compromissos: a Deputada Fernanda Melchionna, do Psol, pediu para entrar às 11h, e o Deputado Estadual Leonel Radde, do PT, do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Serviços Públicos e Modernização do Estado – você me dizia que foi ele quem conseguiu o espaço lá para a audiência que vocês realizaram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Então, é com muita satisfação – já o recebi também no meu gabinete mais de uma vez – que eu passo a palavra ao Deputado Estadual Leonel Radde, do PT.

O tempo é seu por dez minutos, Leonel. (*Pausa.*)

Ele está avisado? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LEONEL RADDE PT/RS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Vocês me veem bem? (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, perfeito. Pode começar a falar. (*Pausa.*)

Acho que ele está na rua. Esse é o problema.

A SRA. CARINE ZANOTTO – Enquanto ele não vem, recebemos a notícia hoje de que conseguimos a subcomissão, lá no Rio Grande do Sul, para fazermos um código... iniciarmos um grupo de trabalho, na verdade, para um código estadual, lá no Rio Grande do Sul; pretendemos fazer com o Marcius Machado, em Santa Catarina e com outro Deputado, no Paraná – criar códigos estaduais de proteção animal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tudo isso fortalece o código nacional.

Muito bem, parabéns! (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LEONEL RADDE PT/RS (*Fora do microfone.*) – Senador, nossos amigos da Arcanimal, Cris, tantos Parlamentares aí envolvidos, eu estou aqui com a Madonna, que foi resgatada da enchente, por isso eu quis fazer aqui esse nosso diálogo – eu a resgatei do centro de animais aqui em Porto Alegre – animais que estavam numa situação mais precária. E essa adoção aqui foi muito importante. Então, ela está aqui bem saudável; é uma cachorrinha resgatada das enchentes – a gente homenageou a Madonna, que estava fazendo o *show* naquela época aqui no Brasil, e me deu toda uma polêmica em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas falando rapidamente, quero parabenizar por essa iniciativa e dizer que a gente está trabalhando aqui com todos os amigos, protetores e protetoras. Nós vamos estabelecer uma subcomissão da causa animal na Assembleia Legislativa. Já conseguimos organizar essa parte legal. Tinha algumas discussões em relação a isto: se era possível fazer pela Comissão de Serviços Públicos. A gente conseguiu, finalmente, chegar a esse consenso.

Estamos fazendo também uma revisão da legislação aqui da causa animal, no Rio Grande do Sul, junto com o Vereador Cris, com a Arcanimal, com tantos protetores e protetoras também da causa. Em breve teremos aqui, com certeza, uma nova legislação e a ocupação desse espaço na Assembleia Legislativa.

Quero parabenizar, então, o Senador pela iniciativa.

Muito obrigado pelo convite, mais uma vez.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu. Foi o grande Deputado Estadual Leonel Radde, um homem de grandes causas. Ele é Presidente da Comissão de Serviços Públicos e Modernização do Estado. Uma fala rápida, mas bem objetiva. Ele falou aquilo que você também avisou...

A SRA. CARINE ZANOTTO – É. Porque a gente fez essa audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Que já estão lá criando uma subcomissão.

A SRA. CARINE ZANOTTO – Exato. Porque a intenção é a gente conseguir que cada estado faça a revisão. Em São Paulo, o Deputado Rafael Saraiva está fazendo também.

Se cada estado fizer a sua revisão e consolidação, a gente consegue fortalecer o estatuto e trabalhar de forma ordenada. Os municípios também podem fazer o mesmo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CARINE ZANOTTO – Revisar e consolidar as suas leis para a gente trabalhar, todo mundo, falando a mesma língua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso é perfeito.

Eu que sou... Eles me chamam, aqui no Brasil, eu diria, de o homem dos estatutos. Porque eu sou autor do Estatuto do Idoso, autor do Estatuto da Igualdade Racial, autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Relator do Estatuto da Juventude, e tem mais uns três que estão circulando agora. E, neste momento... O que posso dizer, ao vivo? Radde, você, inclusive, confirmou. Nos estados também eles criaram: o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Então, foi um trabalho coletivo, que veio surgindo em nível nacional.

Quis o destino, a vida – eu diria, com alegria –, que eu fosse convidado para ser Relator, também, desse estatuto.

Agora eu vou passar a palavra... Eu vou botar um lá e um aqui, um na rede e um aqui. Vou passar a palavra para a Fernanda Juliana Becker, Presidente da Soama de Caxias do Sul, minha cidade natal. Saí de lá com 33 anos.

A palavra é sua, Fernanda.

A SRA. FERNANDA JULIANA BECKER (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes.

Eu gostaria apenas de fazer um rápido agradecimento. Estou aqui hoje graças à Marcele Brusa; ao Rubinho Pires; à Carine; à Alê, da Arcanimal; à Catia, da PAC de Caxias do Sul; à minha família, aqui presente, me assistindo; e à minha colega de causa Natasha Oselame Valenti. Quero agradecer principalmente ao meu conterrâneo, o Senador Paulo Paim.

Bom, eu sou Presidente da Soama, uma das ONGs mais antigas de proteção animal da cidade de Caxias do Sul, idealizadora do movimento Salvem as Pombas.

Hoje eu não estou aqui para falar no meu nome, eu estou aqui para falar em nome de milhares de vidas que não têm voz, de vidas que sofrem em silêncio, invisíveis aos olhos de uma sociedade que insiste em virar o rosto diante da dor dos mais frágeis.

Há quase três décadas que existe a Soama. Eu não sei se vocês sabem, mas em determinado momento da nossa história, a nossa entidade ficou conhecida internacionalmente como a maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favela de cães do mundo. Eu preciso dizer: isso nunca foi e jamais será um orgulho para nós. Aquele lugar abrigava milhares de cães resgatados e não era um símbolo de vitória, era um retrato cruel de uma sociedade moralmente falida.

Ainda continuaremos sendo uma sociedade moralmente falida enquanto os nossos animais sofrerem silenciosamente nas nossas ruas e todos nós e a nossa sociedade fizermos cara de paisagem, fingindo que não vemos. Essa sociedade falida é incapaz de assumir responsabilidades básicas com aqueles que ela mesma domestica, explora e descarta quando não servem mais. Cada olhar de medo, cada corpo debilitado, cada vida esquecida nos canis da nossa entidade gritavam silenciosamente o fracasso coletivo de um país sem políticas públicas efetivas de proteção animal.

Não era a Soama que estava fracassando, era a sociedade e, principalmente, o poder público. Era a ausência de uma legislação firme, clara e aplicável.

Nestes anos todos, nós testemunhamos a chegada de cães mutilados, atropelados, espancados, animais que carregavam no corpo e na alma marcas de uma violência que nunca deveria existir.

Por trás de cada um deles, estava sempre a face mais sombria da nossa sociedade: a indiferença. Indiferença de quem abandona, indiferença do poder público que não fiscaliza, indiferença de uma cultura que ainda enxerga os animais como objetos, e nunca como sujeitos de vida.

E é justamente por isso que este momento aqui no Senado tem um significado tão profundo para nós. Hoje, nós discutimos a criação do Estatuto de Proteção de Cães e Gatos, e esse não é apenas um conjunto de artigos e capítulos; é um marco civilizatório na história do Brasil, senhores! (*Palmas.*)

Ele representa décadas, décadas de luta de cada um de vocês que está aqui protegendo os animais! Ele representa todos os ativistas e as entidades que, com suas próprias mãos, recursos e muitas lágrimas, fizeram aquilo que o Estado se omite em fazer há anos.

O estatuto nasce da realidade das ruas, dos abrigos superlotados, das histórias de dor que nos assombram e, ao mesmo tempo, nos movem. Se aprovado, ele trará diretrizes claras sobre os direitos dos animais, os deveres dos tutores e a responsabilidade do poder público. Mas mais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso: dará base jurídica para que possamos finalmente transformar indignação em ação, compaixão em políticas públicas e dor em esperança!

Não estamos falando apenas de cães e gatos. Estamos falando de uma mudança cultural. Estamos falando da chance de escrever uma nova narrativa no Brasil, uma narrativa em que a proteção dos mais frágeis não seja vista como favor, mas como obrigação ética, moral e civilizatória.

O abandono de um animal não é um problema de bem-estar animal. É um problema de saúde pública, a gente cansou de falar, mas eles fingem não ver. É um problema de segurança. É um problema, principalmente, de educação, como todos os problemas no nosso país. E, acima de tudo, um problema moral.

Uma sociedade que permite que milhares de cães e gatos e outros animais vivam em condições desumanas está falhando nos princípios básicos de humanidade. Por isso eu faço aqui um apelo, Senador: que este estatuto não seja apenas mais um papel esquecido nas gavetas frias do Congresso. Que seja tratado com a urgência e a seriedade que a causa exige. Que, daqui a alguns anos, possamos olhar para trás e dizer: "Foi aqui que a história começou a mudar! Foi hoje que a história começou a mudar!". (*Palmas.*)

A SRA. FERNANDA JULIANA BECKER – Quero dizer também que os cães e gatos que hoje lutamos para proteger não pediram para nascer. Eles estão aqui porque nós, seres humanos, os domesticamos, nós os tornamos dependentes e, infelizmente, os tornamos vulneráveis. Temos, portanto, uma dívida moral com eles, e esse estatuto é, no mínimo, o início do pagamento dessa dívida.

Outra coisa que é urgente a gente falar: é vergonhoso esta Casa aqui ter uma bancada da bala, uma bancada evangélica, uma bancada ruralista, e não ter uma bancada animalista e ambientalista! (*Palmas.*)

A SRA. FERNANDA JULIANA BECKER – É uma vergonha, porque, lá fora, a propaganda que o Brasil adora fazer é mostrar a nossa fauna, os nossos animais, isso tudo está implícito nas nossas propagandas, e a gente não é capaz de mostrar que a gente cuida bem deles. A gente apenas vende muito bem o nosso produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como o Alê e a Carine falaram que estão fazendo um trabalho maravilhoso na contagem desses animais, querem imoralidade maior? No último censo realizado no nosso Brasil, no nosso país, custava ter uma pergunta "quantos animais o senhor tem na sua casa"? Não. De novo, nós, voluntários, temos que ir para as ruas, investir gasolina e nosso tempo para contar esses animais, porque sequer foram capazes de pensar nisso.

Finalizo também fazendo minhas um pouco as palavras do Cris em relação às nossas enchentes.

Há 19 mil animais nos abrigos. Esses animais são os que estavam abandonados nas ruas e não tiveram tutores, que escancararam, de fato, a ausência de políticas públicas. É muito triste tudo isso.

E hoje nós vamos sair aqui do Senado e vamos para a Câmara dos Deputados, para falar de outra grande imoralidade, que depois eu vou compartilhar com o senhor: é a questão da alta carga tributária incidente na ração e nos insumos veterinários.

Senador, a gente precisa aprovar com urgência o PL 195, que reconhece a alimentação animal como bem essencial. Os protetores, as pessoas, a própria comunidade não tem hoje, muitas vezes, o que comer em casa, e ela está abandonando os seus animais, porque ela não tem dinheiro para comprar comida, ela não tem dinheiro para comprar o básico, e é vergonhoso a gente ter uma das maiores cargas tributárias do país em cima da ração – do mundo, inclusive! Do mundo, meus caros! (*Palmas.*)

É vergonhoso tudo isso.

Se a gente for comparar, hoje o Brasil chega em torno de 51% a carga tributária contra 7% dos Estados Unidos e 18% da Europa. É urgente que esta Casa comece a olhar para isso e a deixar de tributar aqueles que sofrem em silêncio.

Para finalizar, então, que o Brasil, tantas vezes lembrado por suas tragédias, possa também ser reconhecido por um gesto de compaixão e de justiça, e que possamos transformar a dor em legado e o sofrimento em esperança.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Fernanda Juliana Becker, Presidente da Soama de Caxias do Sul, que deu dados importantíssimos, inclusive sobre a carga tributária. Achei interessantíssimo.

Eu sei disso e sou testemunha, porque eu tenho quatro. Eu tenho um lá chamado Negão. Eu contava aqui, e não contei em público. Sabem como o chamam? De Senador, porque estou mais na rua do que lá. "Ó, o Senador chegou". Vão ver, e o Negão entra lá. Eu sei o custo que é.

Eu posso pagar, mas eu é uma coisa; outra coisa é a população em geral. Deram depoimento de que as pessoas passam até fome para comprar a ração dos animais.

Parabéns pela fala.

De imediato, eu vou passar – que já estava esperando à distância, por videoconferência – à Sra. Rosangela Gebara, Diretora Técnica do Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC).

A SRA. ROSANGELA GEBARA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia! Bom dia a todos!

Eu gostaria primeiramente de agradecer o convite para participar desta audiência pública e de parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado por organizar esta audiência no dia de hoje.

Parabenizo todas as pessoas que falaram antes de mim. Foram falas superimportantes e necessárias.

Eu gostaria de começar dizendo que nem sempre os avanços em prol dos animais começaram com a aprovação de uma lei, mas, com certeza, nós, que trabalhamos com a causa animal – eu trabalho com a causa animal há mais de 20 anos –, sabemos que é muito importante ter uma lei para garantir a sustentabilidade e a efetividade das ações em prol dos animais. Somente com uma lei, a gente consegue assegurar a continuidade das ações que são feitas em nível municipal e estadual.

Nós precisamos das leis, mesmo que, muitas vezes, elas pareçam inalcançáveis; mesmo que, muitas vezes, elas pareçam estar muito à frente aí de uma evolução social, porque elas têm um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caráter educativo. Então, eu acho muito importante esse estatuto. Ele vem, talvez, até com um papel muito importante: educativo.

A gente precisa lutar por leis cada vez mais severas e mais restritivas, para mostrar para a sociedade que os animais não são coisas, são seres sencientes, dotados de direito, e especificamente esse Estatuto dos Cães e Gatos tem essa característica de versar sobre tudo o que está relacionado a esses direitos fundamentais dos cães e gatos.

Eu acredito que esse estatuto é um grande avanço, mesmo tendo um arcabouço legal importante no Brasil, e, apesar de ele versar sobre duas espécies – os cães e os gatos –, se for aprovado – e é o que a gente espera –, vai abrir um precedente legal importante para esses animais que estão em quase 50% dos lares brasileiros, de acordo com a última Pesquisa Nacional de Saúde. Eles fazem parte da chamada família multiespécie, de que foi falado hoje aqui várias vezes.

É muito importante a gente saber que esse estatuto foi construído com a participação de diversos setores e também tem, obviamente, uma parte cientificamente embasada, ética. Ele é uma legislação abrangente e, ao mesmo tempo que é abrangente, é preciso, avançado, moderno e pode ser executado; tudo que uma lei precisa ser. Então, a lei precisa ser ética, precisa ser cientificamente embasada, precisa ser abrangente e precisa ser precisa, moderna, executável e aplicável.

E eu fico muito feliz que esse estatuto trouxe, na verdade, uma proposta centrada no bem-estar animal, também fala da prevenção à crueldade e, obviamente, pensa na saúde única e na sociedade como um todo: nos seres humanos, no ambiente e nos animais.

Voltando especificamente ao estatuto, ele explica, no seu texto, a responsabilidade e os deveres das três esferas – e isso é muito importante –: a responsabilidade das pessoas, do cidadão, dos tutores; do Estado, do agente executor; e das autoridades, do agente fiscalizador.

Apesar de a gente ter importantes legislações, como eu já mencionei anteriormente – a Lei 9.605 (Lei de Crimes Ambientais); depois veio a Lei Sansão; a gente tem a Lei Federal 14.228, que proibiu a eutanásia de cães e gatos para controle de zoonoses –, o estatuto vem consolidar e condensar esses direitos dessas espécies, especificamente dos cães e gatos, e traz como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marco legal para guiar esses municípios na execução das políticas públicas, de maneira mais eficaz e sustentável.

Eu li várias vezes o estatuto. A gente vê que tem várias coisas no texto sobre as quais a gente pensa "nossa, mas isso é muito avançado. Será que a gente vai conseguir implementar no nosso país?", mas eu gostaria de destacar alguns pontos muito importantes desse estatuto.

Primeiro, ele se estrutura em pilares essenciais, como os direitos fundamentais dos cães e gatos, e também os deveres de cada ente, como eu falei anteriormente; descreve as proibições essenciais; define as sanções e os crimes; e o mais importante, que eu achei: define as indenizações pelo dano existencial aos cães e gatos.

O segundo ponto mais importante – e eu o considero importantíssimo – é que ele traz os princípios importantes, os princípios norteadores: o princípio da dignidade animal, o princípio da universalidade da proteção, o princípio da participação comunitária, o princípio da educação animalista, que eu considero um dos mais importantes, o princípio da cidadania animal, da prevenção, da precaução, e o princípio da vedação ao retrocesso. Então, ele é um texto muito completo.

O terceiro ponto que eu destaco, já chegando ao final da minha fala, é que ele tem um capítulo de proibições. Ele discorre de forma clara sobre a proibição de manter animais em correntes, que é uma das causas muito comuns de maus-tratos em nosso país; a proibição de sortear, de rifar os animais como meros objetos; a criação, reprodução e venda de forma clandestina; a alocação de animais para segurança, para segurança patrimonial, em que a gente vê muitos casos de maus-tratos. Também destaca outras causas importantíssimas relacionadas à proibição de sanções impostas de forma indiscriminada dentro dos condomínios, como a proibição de alimentar animais comunitários e uma série de outras tantas.

O quarto ponto que eu destaco também é que o estatuto versa de forma muito clara sobre os deveres dos tutores e dos responsáveis e os deveres do Estado, como a responsabilidade dos tutores de conduzir os animais em vias públicas com coleiras; assegurar assistência veterinária; e realizar identificação dos animais no Cadastro Nacional de Animais Domésticos, que foi um grande avanço no nosso país. Obviamente, versa sobre os deveres do Estado, que eu destaco também, de instituir programas de identificação; incluir os animais nos planos de contingência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas respostas em casos de desastres, para minimizar todo o dano que a gente viu, em 2024, no Rio Grande do Sul; instituir conselhos e fundos públicos municipais de proteção animal; instituir a fiscalização e a regulamentação da criação e comercialização de cães e gatos e outras ações, como campanhas públicas regulares de conscientização da população.

Por último, voltando até ao que o Vereador Cris falou, o capítulo sobre animais comunitários versa sobre o transtorno de acumulação e a promoção da adoção responsável.

Nós sabemos que somente a aprovação de uma lei muitas vezes não consegue mudar uma realidade. A gente tem leis importantes no nosso país, mas a gente ainda vê abandono, descaso, maus-tratos, negligência. A gente sabe que a lei tem que vir acompanhada de campanhas de educação, e o estatuto fala sobre isso.

Para saber que a sociedade vai evoluir de forma verdadeira e permanente, a gente precisa mudar o comportamento humano. Só na hora em que a gente mudar o comportamento humano é que a gente vai conseguir realmente mudar essa realidade, e essa mudança comportamental não vem do dia para noite. Como eu disse no princípio da minha fala, essa lei tem um caráter educativo. Então, é importante aprovar esse estatuto, para que se atraia os olhos da sociedade e a gente consiga, cada vez mais, implementar uma conscientização.

Eu já viajei para diversos países, trabalhando com a questão de advocacia em direitos dos animais, e a gente vê que os países que mais evoluíram, na questão do manejo populacional de cães e gatos e na proteção contra os maus-tratos, como, por exemplo, Alemanha, Holanda e alguns países do Norte da Europa, implementaram legislações bastante restritivas décadas atrás.

É lógico que nós temos desafios muito diferentes desses países, desafios muito maiores, nós temos um território maior, um número de animais maior, falta de órgãos fiscalizadores, um baixo nível de guarda responsável, situação de extrema pobreza e vulnerabilidade, mas, mesmo com todos esses desafios e com as particularidades do nosso país, precisamos seguir pelo mesmo caminho. Precisamos de leis que assegurem os direitos dos animais, que promovam e garantam a continuidade das políticas públicas efetivas. Precisamos de conselhos municipais, fundos governamentais que sirvam como garantia de programas bem delineados, éticos e sustentáveis.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSANGELA GEBARA (*Por videoconferência*.) – Eu termino aqui a minha fala parabenizando todos que tiveram a iniciativa de escrever esse estatuto e com o meu agradecimento a todas as pessoas que o apoiaram até agora. Com certeza, os cães e gatos agradecem muito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Rosangela Gebara, Diretora Técnica do Centro de Medicina Veterinária do Coletivo IMVC.

Mas o Cris aqui, com o olhar dele muito centrado – a senhora viu também? –, ele que me alertou, tinha um gatinho lá em cima do guarda-roupa.

Meus parabéns, viu? E a fala dela foi muito clara, nítida, contundente e empolgante, porque ela disse que pelo menos a lei será educativa, o mínimo do mínimo. Será muito mais, claro, mas só no caráter educativo já estaríamos avançando.

Eu sei que muitos querem falar e, tudo no tempo certo, abrirei o espaço, né?

Agora eu passaria a palavra para Morgana Piás, funcionária pública do Estado do Rio Grande do Sul, do TJ do Rio Grande do Sul.

A SRA. MORGANA PIÁS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Na sua pessoa, Senador Paulo Paim, saúdo todos os componentes da mesa e os demais presentes. E também o parabenizo, o senhor recebeu o prêmio Congresso em Foco 2025, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Obrigado.

A SRA. MORGANA PIÁS – Eu não sou uma ativista direta da causa animal, então não é fácil estar aqui, não é fácil falar de dor sem que ela pareça espetáculo e, ao mesmo tempo, não é fácil calar. O silêncio, nesse caso, não me protege; pelo contrário, abre espaço para que outras pessoas sigam expostas a uma violência que pode ser evitada.

Eu falo como alguém que, em outubro do ano passado, foi atacada por dois cães da raça *american bully* e arrastada por um deles na rua de Porto Alegre. Eu tive ruptura de ligamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos joelhos, tive lesões sérias na face, no braço, perdi gordura e tecido onde sofri a mordida, que foi a centímetros da minha artéria femoral. Sim, eu poderia ter morrido e, sim, eu sou uma mulher de sorte. Talvez um idoso nas mesmas circunstâncias não teria essa sorte e certamente uma criança não teria essa sorte.

Nesse mesmo outubro do ano passado, o Sr. Claudionor Pacheco de Abreu, também em Porto Alegre, foi atacado por dois *pit bulls* que fugiram da casa de seus tutores, e precisou ter a orelha reconstruída.

Roseana Murray, escritora e poetisa carioca, em abril do mesmo 2024, sofreu um ataque de *pit bulls* em Saquarema, Rio de Janeiro, animais de estimação de seu vizinho, que resultou na amputação de seu braço direito e na sua quase morte.

Em novembro de 2024, Nilton Nivaldo de Souza, um pedreiro contratado para reformar um imóvel, foi morto, após ser atacado por um *pit bull* da casa em que estava fazendo a reforma, que arrebentou uma porta de metal na Grande São Paulo.

Até aqui, não falei dos cães que estão atacando os seus próprios tutores, são inúmeros os casos. Conforme dados da *Folha de S.Paulo* e da CNN Brasil, os números indicam um aumento significativo de mortes por ataque de cães, que cresceram 27% em 2023, em comparação a 2022, totalizando 51 óbitos, o maior número desde 1996. São Paulo e infelizmente o Rio Grande do Sul estão entre os estados com o maior número de casos de ataques e mortes. No Rio Grande do Sul, houve um crescimento de 40% de mortes em relação a 2022.

Eu sinto aqui não trazer dados mais novos, mas é como disse a Carine, não existem comunicações oficiais a respeito. O que se tem vem de reportagens que, de tempos em tempos, são feitas.

Então, eu falo como alguém que experimentou a fragilidade diante da força e do domínio de um animal, que, se estivesse sob uma tutela e guarda responsável, não teria me atacado ou talvez tivesse feito menos estragos.

Eu não venho aqui demonizar raças. Estou aqui para defender um capítulo nesse estatuto que diga sobre a tutoria responsável de cães que possuam um potencial lesivo grande e para enfatizar o que o mundo já entendeu, em diversos idiomas, legislações e culturas, que há raças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com potencial lesivo imenso e que exigem regras firmes: *pit bull*, *american bully*, fila brasileiro, *dogo* argentino, *rottweiler*, *dobermann*, *bull terrier*, *akita*. A lista muda conforme o país, mas a ideia é sempre a mesma: certas forças precisam de limites para que a convivência seja possível.

Em lugares como o Reino Unido, não basta amar o seu cachorro. É preciso licença, *microchip*, seguro de responsabilidade civil, focinheira e guia curta em locais públicos. Na França, o tutor que não cumpre essas regras pode perder o direito de ter animais e até ser preso. Em Portugal e na Espanha, o seguro é obrigatório.

A lógica é clara: quem assume a guarda de um cão com grande potencial lesivo precisa assumir também a responsabilidade. E quando há um ataque, em várias legislações, as penas são proporcionais: multas pesadas, apreensão de animal, perda da guarda. Se há lesões graves, como foi no meu caso, a responsabilização penal é direta. Na França, pode chegar à prisão.

Não precisamos ir longe. Em uma decisão inédita e de forma unânime, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul recebeu, no processo em que eu sou vítima, a denúncia por tentativa de homicídio por dolo eventual, tendo como ré uma tutora reiteradamente irresponsável.

Estados como Minas Gerais e Santa Catarina resolveram fazer suas próprias leis. Minas Gerais proibiu, de forma drástica, a procriação e a entrada dessas raças no estado. Santa Catarina também proibiu a criação, a comercialização e a circulação de cães das raças *pit bull*, *american bully* e suas variantes. Inclusive, *pit bulls* não podem nem circular em logradouros públicos.

Eu não acredito em regras tão severas assim. Por isso, eu peço que esta Casa reflita e receba essa sugestão de lei, o estatuto dos cães e gatos, e projete um capítulo com condições mínimas para a tutoria de cães com elevado potencial lesivo, porque, em mãos irresponsáveis, esses animais de estimação podem virar armas.

Nesse sentido, é imperioso que o tutor seja maior de idade e que comprove capacidade física e psicológica; é necessário que ele tenha um curso obrigatório de manejo e convivência responsável; adestramento do cão; registro e *microchip* em base nacional; seguro de responsabilidade; focinheira e guia em locais públicos e áreas comuns; e é imperioso o combate aos canis clandestinos; punições severas de multa à perda da guarda em casos de ataque e responsabilização penal; que os centros de atendimento médico, postos de saúde sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigados a comunicar casos de ataque; que as guardas municipais, auxiliadas pela polícia militar, façam essa fiscalização.

É indispensável que os tutores tenham conhecimento sobre as raças de seus animais de estimação. A tutora que conduzia os cães que me atacaram não tinha conhecimento para parar um ataque. Se não fosse pelo meu namorado, que segurou o cachorro até próximo à asfixia – porque, sim, infelizmente, só assim que a mordida se destrava –, ele não teria me soltado.

Não se trata aqui, eu repito, de punir o cachorro ou demonizar uma raça. Muito pelo contrário, trata-se aqui de protegê-los, de responsabilizar quem os escolhe, a fim de que outras pessoas não precisem contar com a sorte, como eu contei.

Eu agradeço muito a escuta de todos, a oportunidade, né?

Sr. Presidente, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns, Morgana Piás, funcionária pública do Estado do Rio Grande do Sul, do TJ do Rio Grande do Sul.

É interessante o ponto de vista que você aborda, porque nós todos, até o momento, estávamos abordando somente num ângulo. Você mostrou um outro ângulo, e esse outro ângulo não é ser contra os cachorros...

A SRA. MORGANA PIÁS – Não. Muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, eu estou destacando a tua fala.

De forma tal que a gente tenha o devido cuidado – é o devido cuidado. Com o devido cuidado, não acontecerão todos os fatos que você falou.

A SRA. MORGANA PIÁS – Eu nunca vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Por isso que é importante a tua fala.

Pode continuar porque você ainda tinha dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MORGANA PIÁS – Eu nunca vou me esquecer da nossa primeira reunião, onde eu conheci a Carine e o Alê. A Carine me disse assim: "isso não é demonizar nenhuma raça, é necessário que a tutoria seja responsável". Essa responsabilidade é um cuidado com o próprio animal, né?

Então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. É o cuidado.

Eu, só para ilustrar o que tu estás falando – e ele sabe –, é lá em Canoas. A minha residência é no bairro Igara. Tinha um senhor de idade que caminhava todo dia com o seu cachorro. Ele passou em frente à minha casa, foi para lá e foi assaltado por um marginal, que encostou a moto e o assaltou. O cachorro dele peleou com o bandido; o bandido o matou, subiu na moto e foi embora.

Por isso cabe essa sua reflexão, séria como é, e eu conto esse pequeno pedaço, né?

Vou falar do Negão de novo – é um Senador. O que eu vou falar do Negão? O Negão de dia descansa. A minha casa não tem guarda nenhum, e são um terreno bom e uma casa boa. O Negão de noite faz a ronda – estou contando como exemplo, né? Ele faz a ronda e de manhã cedo vai tomar o café dele e descansar. Para ver como a gente tem que unir.

Parabéns pelos fatos que você trouxe!

Nós temos que regulamentar tudo isso, para fortalecer os cães que são dóceis, que estão do nosso lado sempre e protegem até criança. Contaram-me há pouco tempo que numa piscina a criança caiu e o cachorro se atirou atrás e a pegou de um jeito ou do outro.

Mas como tem aqueles cães, e você relatou muito bem... Por isso é bom o debate, a democracia, que os pontos sejam colocados com o objetivo comum de ajudar a humanidade na sua amplitude e ajudar os animais, no caso. Você está propondo que a gente tenha o devido cuidado com os animais – isso toma uma série de raças, inclusive.

A SRA. CARINE ZANOTTO (Para expor.) – E quero abrir um parênteses, Senador. Isso que ela cita é muito importante porque a gente está tratando de combater canil clandestino. Se, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinadas raças, a gente conseguisse exigir que o tutor tivesse um alto grau de responsabilidade, não teríamos animais sendo procriados, como *pit bulls* e raças que têm uma força maior, no quintal de casa e que as pessoas estão vendendo por R$500 para qualquer pessoa e para pessoas que, se saírem na rua com o cão, não vão conseguir proteger esse animal em alguma situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu estou elogiando a tua fala, porque dizem que são todos raças pequenas, os Billy da vida – de amigas minhas com cachorros pequeninhos, todos são Billy –, mas tem um outro lado que tem que ser visto. E você trouxe isso para o debate do estatuto. Parabéns! Tenho certeza de que o Plenário te entendeu. (*Palmas.*)

Eu vou passar a palavra agora para Vânia Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Nacional de Defesa Animal.

Por favor, Diretora Vânia Plaza Nunes.

A SRA. VÂNIA PLAZA NUNES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos que estão na mesa.

Inicialmente, Senador, eu queria muito agradecer a sua gentileza na realização desta audiência, assim como esta Comissão; parabenizar todos que estão aí presentes, todos que estão acompanhando virtualmente, como eu, que estou aqui em São Paulo, esta audiência.

Quero dizer para o senhor que eu vou falar em nome do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, do qual eu sou Diretora Técnica há 23 anos, e, pela ausência da Dra. Ana Paula de Vasconcelos, por uma questão de deslocamento aéreo, eu também vou falar em nome do Grad Brasil, que é o Grupo de Resposta a Animais em Desastres, do qual eu sou Vice-Presidente desde que a entidade foi constituída.

Acho que muitas coisas já foram ditas, já foram faladas, então, provavelmente, eu vou repetir algumas, mas eu gostaria de lembrar que tudo é uma construção, tudo é uma história. Hoje, em 2025, quando a gente chega neste momento, na apresentação desse importante instrumento que está sendo proposto como um estatuto para cães e gatos, é importante a gente lembrar que essa história começou há mais de 30 anos. Eu fiz parte dessa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou médica veterinária há 42 anos, formada pela Unesp de Botucatu, tive a oportunidade de trabalhar, por 26 anos, no serviço público e depois ser gestora pública por mais oito anos. Conhecendo a complexidade do serviço público e a forma com que a gente tratava os animais e como nós tratamos hoje, para mim, é muito claro que a gente já avançou muito, mas não foi uma estrada simples, e é uma estrada que, constantemente, precisa ser reparada.

Eu acho que o estatuto, como bem a Dra. Rosangela trouxe, tem pontos centrais. Aqui eu vou focar em alguns pontos para que, na verdade, não sejam esquecidos, porque eles são a realidade do cenário atual.

Inicialmente, eu gostaria de lembrar que muito do que a gente está discutindo aqui hoje se deve a um trabalho muito importante que foi realizado ainda no século passado, mas que repercutiu, que começou lá no Instituto Pasteur de São Paulo, no final do século passado, início deste século, através de manuais técnicos que foram produzidos. A gente não pode esquecer o caminho que a gente percorreu até chegar aqui.

Não posso me esquecer do papel central que a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo teve, quando, em 2003 e 2004, nós começamos a discutir um manual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, no Estado de São Paulo – todos esses materiais estão disponíveis para os senhores – e também um manual de controle populacional da população de equídeos do Estado de São Paulo, que foi publicado em 2009, que são pautas que, não por acaso, se reúnem, quando a gente pensa na discussão de proteção e defesa dos animais, principalmente dos que vivem em áreas urbanas.

Recentemente, a gente viu a violência e o absurdo acontecido com um cavalo aqui no interior do Estado de São Paulo, em Bananal, mas isso não é exceção, senhores; isso, infelizmente, é a regra, assim como muitas das violências que nós temos normalizado na nossa sociedade em relação a cães e gatos.

Em 2008, nós tivemos aqui, no Estado de São Paulo, a Lei Feliciano, Lei 12.916, que, pela primeira vez, proibiu que cães e gatos pudessem ser mortos de diferentes formas: em câmara de descompressão, com injeção letal, enfim, na forma com que fosse feita essa eliminação, como forma de controle populacional, e também criou a figura do cão comunitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo que hoje, quando a gente tem um estatuto muito mais elaborado, muito mais detalhado, ele aprimora legislações que foram construídas nesse século e que foram marcos importantes que criaram situações semelhantes em outros estados brasileiros. Então, até que a gente tivesse a lei federal mais recente, que eu vou citar para os senhores aqui, que proibisse a eutanásia como forma de controle populacional – e isso só aconteceu aqui no Brasil em 2021, com a Lei 14.228 –, nós tivemos 20 estados que já tinham essas leis como obrigatórias e pacificadas nesses estados.

Eu também não posso me esquecer da Lei 13.426, de 2017, que criou um programa nacional de castração para cães e gatos e trabalhos educativos. Mas, de uma forma muito pouco responsável, a gente teve a vedação das fontes de financiamento para que essas atividades ocorressem. Então, o que eu acho também que o estatuto prevê – e espero que ele seja implementado nas 5.570 cidades brasileiras – é a necessidade de criação de fundos específicos de atenção para as populações mais vulneráveis, ou seja, a gente tem que ter uma atenção para aquelas populações que vivem em situação mais vulnerável e que têm todo o direito de ter seus animais de estimação, para que esses animais possam ser atendidos.

A gente sabe que hoje, principalmente nas capitais, nas maiores cidades que nós temos no país, os programas de controle populacional existem, mas talvez falte esse aprimoramento que o estatuto vem trazer, para que a gente possa, de fato, atender a quem mais precisa, ou seja, agir naquelas populações mais necessitadas, embora o direito do acesso aos serviços da área de saúde seja algo dado a toda a população brasileira. Mas o princípio da equidade deixa claro que nós temos que prever aquilo que as populações mais vulneráveis precisam, com mais exatidão.

Eu também gostaria de lembrar aos senhores aqui que, neste ano de 2025, a gente teve a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos, a Lei 12.439. Então, quando a gente reúne isso na legislação, parece-me que a gente tem avançado, mas eu queria trazer aqui para os senhores alguns pontos que o estatuto traz e nos quais nós precisamos avançar, assim como nessas outras legislações, para que tudo funcione da melhor forma possível.

Eu vejo que nós temos um ponto muito importante, que é a deficiência na fiscalização dos maus-tratos aos animais, e os maus-tratos podem ser coisas que, muitas vezes, são parte de uma vida do passado comum da população. Então, muitas pessoas veem que, por exemplo, cães e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gatos que têm água, comida e um lugarzinho para dormir está tudo bem com eles, sem lembrar que esses animais adoecem e têm uma alta capacidade cognitiva. Eles precisam de estímulos e convívio com indivíduos da mesma espécie ou de outras espécies de forma saudável, de forma positiva, uma vez que são seres conscientes e capazes de tomar decisão e também lembrar do que aconteceu no passado; ou seja, quando a gente pega dados da ciência e não os inclui em legislações, em pautas que vão criar avanços na nossa sociedade, nós estamos dizendo que negamos a ciência – e a gente sabe que a gente já passou por fases muito difíceis nesse cenário, e ainda estamos vivendo, em muitos locais, essa situação – e, além disso, deixamos de investir na mudança da cultura da nossa sociedade em relação a essa questão dos animais.

Hoje, praticamente 90% da população brasileira vivem em áreas urbanas, e muitas dessas famílias, se não quase a totalidade – o último censo, infelizmente, como disse a Fernanda, muito desatualizado, precisaria ter incluído esse novo levantamento do número de animais pelo menos dentro dos domicílios, e isso não aconteceu –, a gente sabe que vivem com cães e gatos.

Eu, por exemplo, tenho doze gatos e três cães. Todos esses animais que eu tenho aqui, sem exceção, vieram de situações de maus-tratos. Todos esses animais, assim como outros tantos que eu já tive e, infelizmente, partiram, depois de serem tratados, recuperados, castrados, cuidados afetiva e sanitariamente de forma adequada, são negligenciados por nossa sociedade.

Então, quando a gente fala de maus-tratos, a gente tem que entender que nós precisamos ter não só uma sociedade entendendo a questão dos maus-tratos, mas avanços na formação daqueles profissionais, seja da área da saúde, seja da área do meio ambiente, seja da área da segurança pública, da forma como cada município decidir tratar desse tema, como pessoas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VÂNIA PLAZA NUNES – ... compromissadas que cuidam dessa questão.

Eu acho que foi a Fernanda também que trouxe um dado bem interessante sobre o número de animais que foram resgatados nas enchentes, nas inundações que afetaram o Rio Grande do Sul, no ano passado, e já voltaram, neste ano – agora, infelizmente, algumas cidades também foram afetadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente percebe é que, de fato, muitas das políticas públicas do nosso país têm sido focadas em coisas pontuais, e isso cria situações de vulnerabilidade. Por quê? Porque nem todos os animais precisavam estar na rua, mas podiam ter acesso a ela parte do dia. As pessoas não tinham acesso a programas de controle reprodutivo e, mesmo que tenham acesso, elas não têm o entendimento da importância do registro, da identificação, da castração, da manutenção com cuidados adequados para aquele animal. Como eu costumo dizer, não é o mínimo, é o básico, pelo menos, de que os animais precisam.

Então, eu acredito que o estatuto é um avanço sobre todas essas políticas, mas mostra que a gente tem muito ainda que caminhar de forma integrada, como uma rede, formando educadores, capacitando agentes públicos, agindo, de fato, para que a gente possa avançar no nosso marco civilizatório, uma vez que a gente já está em 2025 – a gente já andou um quarto deste século.

Eu vejo e sou testemunha histórica da mudança que nós tivemos do final do século passado, do final dos anos 80 e 90, para cá, mas isso não é suficiente diante do que nós podemos avançar, apesar de sermos um país de caráter continental.

A Rosangela citou a política que existe em outros países, com a qual a gente não pode comparar, mas acho que a gente nem precisaria dessa comparação. A gente pode olhar para o nosso próprio país...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VÂNIA PLAZA NUNES (*Por videoconferência.*) – ... que é continental, que tem diversidades culturais, que tem diversidades de uso e ocupação de solo, de tradições, de fato, que falam com aquelas comunidades. Mas eu queria deixar, aqui, um apelo a todos os senhores, porque nós, Senador, neste momento, estamos muito preocupados com duas situações que estão acontecendo com as populações de cães e gatos e que fogem, única e exclusivamente, aos pilares de um programa de manejo populacional de cães e gatos.

Ele faz parte, mas neste momento eu gostaria de ressaltar a ausência que nós temos de uma política nacional de controle de esporotricose – hoje, a gente sabe que o nosso grande desafio é o controle populacional de gatos –, e, ao mesmo tempo, de um apoio fundamental, que nós estamos precisando, para que nós possamos avançar nas políticas de controle de leishmaniose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero lembrar aos senhores que nós temos duas doenças de caráter zoonótico que não têm sido tratadas de acordo com o Ministério da Saúde e nós precisamos ampliar este cenário de cuidado, de atenção e de provimento de recursos para diagnóstico, para tratamento, para acompanhamento, uma vez que você pode controlar a leishmaniose, mas você pode curar a esporotricose no animal e fazer com que esse animal viva de forma mais inclusiva.

Os programas de controle de populações de gatos que vivem em vida livre também precisam contemplar ações específicas para o controle dessas populações.

Então, pela experiência que nós temos observado, tanto no fórum, onde a gente trabalha políticas públicas pelos animais há 23 anos – para todos os animais –, quanto no Grad, em que nós trabalhamos o resgate e a resposta aos animais em situação de desastre, pensando em cães e gatos, eu acho que esses dois pontos, a lei do programa efetivo de manejo populacional de cães e gatos e a inclusão do programa de combate aos maus-tratos aos animais, pensando que, também, toda vez que eu sou negligente com maus-tratos a cães e gatos, principalmente dentro de uma família ou dentro de uma comunidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VÂNIA PLAZA NUNES (*Por videoconferência.*) – ... eu estou facilitando que aquelas pessoas que têm esse comportamento possam reproduzir esse mesmo comportamento com seres humanos, e eu não preciso dizer para vocês o cenário que a gente tem observado, infelizmente, no nosso país. É triste, mas é real.

Se nós não entendermos que temos como agir, quando nós somos negligentes com o que é mais vulnerável, cães e gatos, a gente vai deixar que isso chegue a crianças, a mulheres, a idosos, a populações vulneráveis, como indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, enfim, a todos aqueles que estão mais fragilizados.

Então, eu parabenizo a todos que participaram da elaboração desse estatuto, que puderam participar desde o início ou que fizeram contribuições pontuais, mas deixo aqui a nossa contribuição, enquanto Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e enquanto Grad Brasil, para que, no andamento deste processo legislativo, que agora, provavelmente, vai se iniciar, nós possamos apoiar e contribuir com aquilo que nós tivermos de melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar com os senhores aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Vânia Plaza Nunes, Diretora Técnica do Fórum Animal. Parabéns pela exposição. Trouxe uma bela contribuição a nós todos.

E a importância é que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. Eu já vi aqui pela Agência Senado e pelo e-Cidadania, pelas perguntas, que alguns milhares – milhares. Eu não vou ter a ousadia de falar milhões – de pessoas estão assistindo.

Neste momento, eu vou para a segunda mesa. Então, eu convido os meus palestrantes dessa mesa, para que retornem ao plenário, porque eu agora chamarei a segunda mesa.

Uma salva de palmas aqui a todos que falaram até o momento! (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Segunda mesa: Ingrid Bueno Atayde, médica veterinária e representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária – seja bem-vinda, Dra. Ingrid. (*Palmas.*)

Renata Zainard, advogada e representante das Protetoras – seja bem-vinda, Dra. Renata. (*Palmas.*)

Também advogada, Amanda Lührs, Pós-Graduada em Direito Animal e atuante na causa. (*Palmas.*)

E, por fim, nesta mesa, Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais, do Ministério do Meio Ambiente.

Muito bem. (*Palmas.*)

Estava preocupado já, porque ninguém do meu governo aparecia. "Mas como que não aparecia?!".

Você está aqui há tempo já, desde o início. (*Risos.*) (*Pausa.*)

A Deputada Federal Fernanda Melchionna se inscreveu. Não sei se ela está na tela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Federal Fernanda Melchionna, do PSOL – não sei se ela está pronta para falar ou não. (*Pausa.*)

Ela não está.

Vamos lá, então.

Vamos passar a palavra, de imediato, para a segunda mesa.

Eu só estava olhando aqui o e-Cidadania, perguntas e comentários, sinal de que muita gente está nos assistindo.

De imediato... (*Pausa.*)

De imediato... Eu iria passar a palavra, mas o assessor é quem manda. Eu sou bem-mandado.

Ele pediu que eu registrasse a presença da Deputada Federal Gisela Simona, do União Brasil, de Mato Grosso; e do Deputado Federal Delegado Matheus Laiola, do União Brasil, do Paraná.

Então, palmas para os dois, que estão aqui presentes. (*Palmas.*)

E vão poder usar a palavra também, viu?

Mauro da Conceição, Presidente da Câmara Municipal de Guanhães, em Minas Gerais – é isso? (*Pausa.*)

Está aí?

Está lá atrás.

Nossos cumprimentos também à Câmara Municipal de Guanhães. (*Palmas.*)

Vereadores da Câmara Municipal também de Guanhães: Leila Rosa, André Luiz, Nivaldo dos Santos, Maria Anídia, Nelci Pereira, Beneir Alves, Adilson de Souza.

Olhem... (*Palmas.*)

... Minas está presente em massa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, eu passo a palavra para Ingrid Bueno Atayde, médica veterinária, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

São 10 minutos para cada convidado.

A SRA. INGRID BUENO ATAYDE (Para expor.) – Muito bom dia, Senador. Muito obrigada pela oportunidade de uma discussão tão madura. Em sua pessoa, eu cumprimento a todos os demais. Eu não posso deixar de falar das pessoas queridas que estão sempre com a gente, Vanessa, Rosangela, Vânia e tantas outras – a gente se une nessa discussão.

A minha fala vai corroborar o que a gente já tem visto e dito aqui, mas algo eu preciso ressaltar: é uma discussão bastante madura neste momento. Em muitas ocasiões, as discussões são passionais, mas eu percebo uma maturidade acontecendo aqui. Ninguém até agora pediu qualquer favor, qualquer emotividade, apenas legislação, apenas regularização e reconhecimento. Dessa forma, a gente protege os animais e as pessoas.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária tem seus posicionamentos e nós gostaríamos de falar um pouco sobre como isso corrobora o que nós vimos já nessa proposta e o que mais deve ser observado, visto que eu tenho aqui o nosso Relator, que precisa estar atento a alguns pontos.

Quero dizer que, desde já, nós continuamos à disposição para auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estou aprendendo muito com vocês, podem crer.

A SRA. INGRID BUENO ATAYDE – Muito obrigada.

Bom, a mesa, por favor, pode passar para a gente o próximo eslaide.

Por que é importante a gente ter políticas públicas para falar dos animais?

Eu já tenho como médica veterinária 24 anos de atuação em vários extratos sociais, inclusive em hospital escola, me encontrando com essas pessoas que resgatam, que cuidam ou as que têm os próprios animais e precisam de apoio, e sou também psicóloga. Eu também entendo e conheço as pessoas que lutam, que têm e que amam os animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo, por favor.

Quando a gente fala em saúde única... E por que nós estamos numa câmara de direitos humanos? Porque nós estamos falando de saúde única, estamos falando de pessoas também. A saúde única é o que conta para a gente que as saúdes animal, ambiental e humana estão interligadas. Não dá para uma pessoa, gostando ou não de animais, ser feliz e ter bem-estar se o seu ambiente não está equilibrado, se os animais desse ambiente não estão em equilíbrio. Como a gente consegue garantir e cuidar disso? Com todos os agentes, como disse já a Rosangela, ou seja, com todos os agentes sendo pontuados: o poder público, a sociedade, os profissionais. Quando falamos dos profissionais, não há como não falar no sistema que os regula, que é o sistema CFMV/CRMVs, e várias das resoluções que o sistema faz para regular como esses profissionais devem agir pela causa animal, pelos animais, pelas pessoas.

Próximo, por favor.

Quando a gente fala em bem-estar único, esse bem-estar, falando da saúde única, vai ser essa intersecção do bem-estar humano, animal e do equilíbrio ambiental. A gente acha que ela é pequena, mas, na verdade, a gente tem que pensar nela como essa figura da direita. Esse ponto em que as nossas vidas, os nossos ambientes se intercruzam é muito maior do que se imagina.

O próximo, por favor.

O que é, então, falar em bem-estar animal? A minha definição preferida é uma vida que vale a pena ser vivida. Quem pode atuar nesse bem-estar único? Quem pode ajudar nesse bem-estar? Então, o poder público vai cuidar da saúde de pessoas, de animais e do ambiente, das legislações de proteção e responsabilização, respaldando-se nas orientações profissionais. A sociedade vai ter que cuidar da guarda responsável, ações comunitárias e também seguir as orientações profissionais, porque muitas vezes nós vemos pessoas com boas intenções, sem saber como agir. Quando a gente fala isso, a gente se junta à fala da Morgana, que me toca muito. Realmente, a sua fala protege mais os animais, e, você, mais do que ninguém, poderia falar contra os animais. Normalmente nas situações de agressões, de violência, como aconteceu com você, os animais são penalizados, e não aqueles que não souberam entender o que esses animais diziam antes de um ataque, de uma agressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema CFMV/CRMVs regula o exercício profissional para que o profissional consiga atuar na sociedade, junto ao poder público, da maneira mais responsável e adequada. Assim, traz segurança para os animais, para a sociedade, e orienta as ações e as políticas públicas.

O próximo.

Gente, por favor, fica implícito se eu falar só: "o próximo".

Bom, qual é o interesse dos animais? Como entender e como legislar para eles e cuidar deles? O interesse deles é não sofrer, e nós podemos garantir isso. Então, nós temos uma população animal carente, que está aí devido ao abandono e sujeita ao abandono, alimentando essa população; altas taxas de natalidade; fome; e doenças. Essa é a realidade que a gente precisa observar.

O próximo, por favor.

Mas como a gente vai fazer políticas públicas para essa proteção? Primeiro, educação e informação, especialmente da sociedade; alimentação a esses animais; prevenção e tratamento de doenças; coibir maus-tratos; pensar e regular a questão dos animais comunitários. Aí entra a educação. Animal comunitário não é aquele que todo mundo vê, passa a mão e, de vez em quando, alguém dá comida. Não há responsabilidades, tanto da população local quanto da política pública do estado, município, para com esses animais.

As campanhas de esterilização. Como elas devem ser feitas? Qual o foco? Porque não é só esterilizar em massa, a gente tem que garantir que esses animais tenham um tratamento digno, que eles recebam medicação anestésica e analgésica adequada, que eles tenham um pré-operatório que permita segurança no procedimento e um pós-operatório de cuidados. Então, às vezes a gente regula, reduz a quantidade, faz exigências, não é pensando em dificultar o processo, mas é pensando em dar dignidade e segurança a esses animais e às famílias que cuidam e que amam esses animais.

A questão dos abrigos temporários ou de abrigos mais permanentes, isso também precisa ser visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, quando a gente fala em colocar isso tudo dentro de uma política, ela tem que ser normatizada pensando na segurança de todos e na efetividade e eficácia, porque, se for uma política pública, a gente também está falando de dinheiro público. Nós precisamos fazer o melhor uso. Qualquer iniciativa relacionada aos animais tem que considerar esses fatores. O estatuto precisa também observar esses fatores, como a gente tem percebido.

O próximo, por favor.

Há algumas iniciativas, então, com que a gente tem que ter um cuidado especial. As campanhas de castração, de controle populacional, têm riscos cirúrgicos e anestésicos que precisam ser mitigados. Precisamos de materiais adequados, ambientes adequados, cuidados pré e pós-operatórios. Gente, isso não é nem o mínimo, isso é o básico. É a partir daí que a gente precisa começar a pensar.

Precisamos falar na situação das unidades de vigilância em zoonoses, falar da situação dos abrigos. UVZ não é abrigo. Muitas vezes é desvirtuada a sua atribuição, cobrando que seja um abrigo. Nos abrigos, a gente percebe superlotação, a gente percebe pessoas em situação de acumulação de animais. Essas pessoas precisam de atenção, precisam de atenção social, psicológica, por vezes psiquiátrica, seja porque o cuidado com os animais no resgate, na proteção, cobra um peso emocional, seja porque algumas dessas pessoas têm transtornos psiquiátricos mais graves, que precisam ser vistos, seja porque algumas pessoas exploram os animais na condição de proteção. Nós temos aí vários perfis, que precisam ser diferenciados. É preciso lidar com cada um deles de maneira diferente.

Quando eu escuto a Arca falando em regulamentar, em fazer, de repente, da proteção uma profissão, uma MEI, dar direitos, dar cuidados, eu vejo isso com excelentes olhos, porque a gente afasta essas pessoas que estão abusando dos animais numa pseudoproteção ou pessoas que estão exercendo seus sintomas de outros problemas sobre os animais e a gente dá visibilidade, dá cuidado e oportunidade para as pessoas que querem fazer um trabalho sério e só precisam de dignidade e olhar.

Então, sim, quando eu digo que essa discussão é madura, começa nessa sua fala. Essa discussão amadureceu muito nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INGRID BUENO ATAYDE – E precisamos cuidar com as ações desorganizadas, que podem trazer riscos à população. É importante alimentar, pôr uma água para os animais, mas não é só isso. Quando a gente faz isso, a gente causa um desequilíbrio naquela região, naquela estrutura, então, isso também precisa ser orientado. A adoção dos animais também precisa observar certos perfis. Então, são muitas camadas a se observar.

O próximo, por favor.

E a família multiespécie. Hoje a gente chama de família multiespécie essa convivência próxima que a gente tem com os animais, enfrenta muitos desafios. Primeiro, porque as nossas legislações são antropocêntricas, mas, tudo bem, se a partir daí a gente tem conseguido avanços, o.k., mas cuidado com o especismo. De algumas espécies a gente cuida mais do que outras, com algumas a gente se identifica mais do que com outras.

Cuidados com a humanização dos animais. Gente, eles têm as características e as necessidades deles. A humanização é muito prejudicial.

A preocupação com a natureza jurídica, e aí é a hora em que esta Casa precisa conversar, porque hoje a gente tem uma dificuldade. A gente fala em posse. Uma vida pode ser posse? Não, a gente fala em tutela, tutela por carinho, porque legalmente nós não podemos falar em tutela – tutela tem aí toda uma personificação. A gente fala em guarda. Talvez. Eu gosto de falar em família, porque o IBGE diz que família é quem mora no mesmo ambiente domiciliar, tem vínculos, podem ser de parentesco, podem ser de convivência doméstica, então, para mim, eu falo a família dos animais.

É preciso reconhecer esse vínculo, o luto por esses animais, os cuidados. Quantas empresas permitem que a pessoa se afaste para levar este animal ao veterinário? Entendem que depois desse óbito ela tem um luto? Um luto, gente, às vezes, mais doloroso do que o de um ente familiar, porque a gente tem um vínculo de ocitocina, de viver por olhares e toques, que é intenso por 10, 12, 16 anos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INGRID BUENO ATAYDE – Eu peço desculpa por me estender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não, vai lá.

A SRA. INGRID BUENO ATAYDE – Então, quando a gente fala...

Outra coisa de que a gente precisa é da regulação em saúde. A gente fala em universalidade e equidade. Essas famílias que têm animais precisam ser vistas. A gente precisa de assistência para elas, como nós já temos o médico veterinário, timidamente ainda, na atenção básica à saúde, mas em uma família que tem uma pessoa transplantada, por exemplo, eu tenho que ter um cuidado redobrado naquela casa, naquela rua, naquela região com as zoonoses, e a gente só vai saber disso com o veterinário nas equipes multiprofissionais de saúde, a gente só vai saber disso vendo esses animais como parte da sociedade, porque eles se relacionam com essas pessoas.

Temos que ter cuidado também com a regulação de mercado. Sim, a nossa ração tem impostos mais altos, os nossos medicamentos têm impostos mais altos. Como podemos cuidar desses animais? Os animais não são abandonados só porque nascem, mas principalmente porque adoecem e a família não tem como cuidar.

E o reconhecimento e a valorização do profissional que pode ajudar a cuidar disso. É garantir qualidade na sua formação, a presencialidade dessa formação, a estrutura dos cursos, coibir o exercício ilegal, que só confunde as pessoas que amam e gostam dos animais, que só atrapalha esse equilíbrio da sociedade.

O próximo, por favor.

Então, a gente não tem uma solução pronta, mas tem caminhos: a gente tem que regulamentar a questão dos animais comunitários, o que é importante, como nós podemos ter cuidados preventivos, *vouchers* de tratamento a vários municípios, trazendo soluções interessantes. Nós precisamos dar acesso à saúde para esses animais, ações preventivas, não apenas curativas; coibir os maus-tratos; e atualizar as políticas públicas.

O próximo, por favor.

Quando a gente fala em bem-estar e maus-tratos, a gente precisa entender como observar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. INGRID BUENO ATAYDE – Nós temos cinco liberdades e seus domínios. O mínimo que a gente tem que dar para eles é a liberdade da fome, da sede, da dor e da doença, do desconforto, a liberdade para expressar o seu comportamento e a liberdade do medo e do estresse.

O próximo, por favor.

E entender que, em se falando de maus-tratos, nós temos a Teoria do Elo, que fala que, quando um animal está em vulnerabilidade, uma pessoa também está em vulnerabilidade. Há uma ligação muito grande entre a violência contra os animais, a violência doméstica, os maus-tratos infantis e os maus-tratos a idosos, e poderíamos passar uma manhã falando sobre isso, mas o animal pode e deve ser visto como uma sentinela para a violência e para a criminalidade.

Há dados de que pessoas que cometem crimes contra os animais cometem outros crimes violentos, graves, estão envolvidas em tráfico, etc. O impacto disso sobre as crianças e adolescentes, sobre o comportamento de autoextermínio, de automutilação, sobre a manutenção do ciclo da violência. Então, falar nos direitos dos animais, no estatuto dos animais, é abordar a segurança pública também.

O próximo, por favor.

Quando falamos em legislação, nós temos que entender que, da mesma maneira que nós podemos legislar por alguém que é vulnerável a nós, nós também somos vulneráveis, e é esse mesmo olhar de justiça que queremos para nós que precisamos querer para os animais.

O próximo, por favor.

Então, nós agradecemos. Estamos à disposição e gostaríamos que esta discussão continuasse neste nível. Podemos falar um pouquinho depois também sobre a atuação nas questões de desastres, uma atuação muito forte, em que ocorreu uma mobilização muito grande, que ganhou visibilidade. Isso também entra nesses cuidados com os animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço mais uma vez. Eu sei que, para muitos, esta fala foi apenas um reforço do que já conheciam, mas nós temos que lembrar que esta audiência pública também vai servir para instruir muitas pessoas, e esse é um pouquinho do panorama do que nós vivemos hoje.

Muito obrigada.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dra. Ingrid Bueno Atayde, médica veterinária, representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que fez uma fala abrangente e profunda também, ao mesmo tempo. Os nossos cumprimentos.

Eu passo a palavra agora para a Dra. Renata Zainard, advogada, representante das protetoras.

A SRA. RENATA ZAINARD (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer aqui primeiro à Carine, que me fez esse convite, e eu fico bem lisonjeada. Nós nos conhecemos na enchente, não é, Carine?

E queria agradecer-lhe, Senador Paim. Muito obrigada. É um prazer conhecê-lo também pessoalmente. Eu sou de Porto Alegre. Para quem não me conhece, nasci e cresci em Porto Alegre. Eu sou advogada de formação, mas acho que sou cachorreira desde que me conheço por gente.

Muitos aqui falaram da educação. Eu agradeço, pois acho que tive essa oportunidade na minha família. Somos uma família assim: meu pai e minha mãe nunca se importaram; eu sou da época em que Porto Alegre permitia carroça. Eu era daquelas que brigava com os carroceiros, e a minha mãe também. Então, eu acho que, sim – alguém falou aqui de educação –, isso vem muito da educação. Eu tive esta visão na minha casa sempre: de que os animais sempre foram importantes. Meus pais me passaram isso, e isso é uma coisa que eu tento passar para minha filha também. E eu só agradeço por estar aqui.

Não sei se posso me considerar uma protetora, porque conheço protetores que – meu Deus! – fazem aquilo que a gente não consegue imaginar, sabe? São pessoas, assim, que dedicam 24 horas do seu tempo. São pessoas que estão hoje emocionalmente afetadas. Às vezes as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas me perguntam: "Como é que tu consegues ver aquele cachorro lá aos pedaços?". A questão não é ver o cachorro aos pedaços; a questão é que eu sempre penso que é melhor pegar aquele cachorro aos pedaços do que deixá-lo do jeito que ele está. (*Palmas.*)

Então, é aquela coisa assim... Como é que eu vou dizer? A gente engole o choro e vai. Não tem... É aquela expressão que se costuma dizer – não é, Cris? –: se está com medo, vai com medo mesmo. E a questão é esta: a gente precisa recolher.

Eu acho que é muito importante este espaço que a gente está tendo. E não dá mais para os municípios e os estados terceirizarem essa função aos protetores. Isso é uma questão que tem que acabar.

Eu vejo assim... Eu atuo nas ilhas desde 2020. Para quem não conhece as ilhas, é o Bairro Arquipélago. Para quem passa a ponte do Guaíba, são 3km; para quem vai de carro, são 5km. E eu atuo lá desde... Eu comecei a atuar lá com a pandemia. E, obviamente, aquilo foi me chamando a atenção: são animais, são animais, são animais... São pessoas de baixa renda. A maioria das pessoas são pescadoras. E, por incrível que pareça, agora, na enchente de 2024, foram as pessoas que mais resgataram e que mais ajudaram. Eu vejo assim... Eu os chamo carinhosamente de "meus barqueiros", o Maninho e o Éder, pessoas que perderam tudo, mas colocaram seus barcos à disposição. Nós resgatamos durante 22 dias, eu e a minha parceira aqui de coração, Andriele. Então, são pessoas que merecem absolutamente todo o respeito – todo o respeito. (*Palmas.*)

Eu considero esses protetores, que são natos, porque isso eu acho que vem... Isso é feito por amor. São pessoas que não têm dinheiro, são pessoas que não têm um acompanhamento. Eu fiz questão de levar o Beltrão e a Carine para conhecer a D. Alice. A D. Alice é uma pessoa de 84 anos, que fala francês, que era uma pessoa de posses. A casa que ela tem hoje, o sítio que ela tem, é ali na Vila Nova.

Antigamente ali o pessoal tinha aquelas propriedades como casa de final de semana. Foi o que sobrou para ela, e ela, mesmo não tendo condições, é uma protetora que recebe uma pensão de R$5 mil por mês, já foi acometida por um câncer. Ela tem uma saúde completamente debilitada. Ela tem um caseiro que a auxilia há mais de 20 anos. E é aquela protetora raiz, como a gente costuma dizer. Os vizinhos já conhecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou da década de 70. Na minha época, quem tem mais ou menos a minha idade lembra muito a D. Palmira. Todo mundo, eu era pequena, todo mundo falava: "Ah, na D. Palmira, na D. Palmira". Todo o pessoal da Vila Nova, é a D. Alice.

Então, quer dizer, ela já não tem condições, mas a própria sociedade terceiriza isso. Ah, deixa o cachorro lá com a D. Alice, ela cuida. Deixa o cachorro lá com a D. Alice, ela leva. Deixa, sabe... Não é só o estado e o município; a sociedade também tem que entender que ela não pode mais terceirizar isso. Não dá mais para deixar na mão dos protetores. Os protetores já não têm mais condições, já não têm mais recursos financeiros.

Quando a gente fala da enchente de 2024, obviamente ela foi um marco, porque eu acho que aquilo só veio à tona... Eu acho que o Rio Grande do Sul tem muito a agradecer. Nós recebemos ajuda de praticamente todo o país. Eu acho que foi uma comoção assim que eu, como gaúcha, agradeço de coração. Eu repito aqui para vocês, eu resgatei durante 22 dias. Eu, a Andriele, a Mariana Serra, da VV, que também está sempre conosco ali.

Mas assim, a situação permanece, e é óbvio que as pessoas não têm mais o dever de ficar ajudando o Rio Grande do Sul. A gente tem que caminhar com as próprias pernas. E eu acho que todos os estados também.

Então eu acho que isto aqui é um momento que a gente consegue agora, é uma discussão importantíssima. Os protetores não podem ficar infinitamente vivendo de Pix, como o Beltrão falou, vivendo de doação. Nós resgatamos agora, enquanto eu estava aqui, ontem, a Andriele e o Andrei, meus parceiros lá, resgataram uma cadela que estava, assim, com um tutor de baixa renda, com quatro filhotes mortos. Ela não conseguia... quer dizer, tivemos que fazer uma cesariana de emergência para retirar os filhotes. É R$5 mil.

E não tem mais, não existe mais uma explicação, uma questão... As pessoas têm que entender que hoje a gente fala muito de inteligência artificial, mas o protetor não é uma atividade infelizmente que vai ser substituída pela inteligência artificial. Não temos mais como prolongar essa... empurrar com a barriga essa questão. Os protetores estão aí, e eles precisam, de uma forma ou de outra, ser valorizados e precisam ser regulamentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu moro numa cidade que eu falei aqui, Porto Alegre. Infelizmente nós não temos um hospital, nós temos o que se chama Usav, que fica no município vizinho, que atende de segunda a sexta, das 8h às 17h, com 20 fichas diárias e que não tem internação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Cumprimento você com palmas, mas também...

A SRA. RENATA ZAINARD – Também tive aqui o... (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA (Para expor.) – Parabéns aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Deve ter todos os ... para mostrar a importância deste debate. Obrigado pela presença aqui, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ele ajuda aqui na Casa, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA (*Fora do microfone*.) – Senador, queria pedir a palavra rapidinho, porque eu conversei com o seu Diretor de Segurança, e falei, "não tem cachorro aqui neste prédio?" "Tem sim". Aí eu vou trazer aqui. Então pede para o Senador lá, para ficar tudo certo.

E eu queria só pontuar que, muitas vezes, esses animais são os nossos olhos, muitas vezes esses animais são os nossos policiais que salvam da criminalidade, (*Fora do microfone.*)

com várias apreensões. Isso muda muito a nossa realidade. Então, além disso, eles precisam do reconhecimento.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Volto a palavra para a Renata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENATA ZAINARD – Então, eu só queria complementar que eu acho que, para quem resgata, esta é a realidade dura: não ter aonde levar. Muitas vezes as pessoas me ligam: "Ah, tem um atropelado". E a gente vai fazer o quê? A gente não tem para onde levar. Essa situação de que eu falo eu acho que não deve ser única e exclusiva, talvez, de Porto Alegre. Eu falo de Porto Alegre porque eu vivencio esta situação em Porto Alegre: a questão de que as pessoas que resgatam não têm aonde levar. A gente só tem a agradecer também a muitos veterinários que auxiliam – sempre. Sempre, a gente sabe: é uma corrente. Os protetores, felizmente, estão ligados a uma corrente humanitária que realmente ajuda, mas não temos outra saída senão tentar regulamentar e dar um pouco mais de suporte – né, Cris? – a essa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA ZAINARD – ... situação que já é insustentável.

Então, eu agradeço aqui, mais uma vez, Senador. Eu também me coloco à disposição e, sempre que precisarem de Porto Alegre num resgate, a gente vai estar lá. (*Palmas.*)

Não vamos nos negar. Mesmo com essa dificuldade, a gente permanece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Renata Zainard, advogada, representante das protetoras. Eu acho isso fundamental para que elas tenham reconhecimento, porque elas ajudam a salvar vidas, e não é só a dos animais. Salvam outras vidas, porque, se eles não forem cuidados, nós sabemos que isso tem impacto na saúde.

A SRA. CARINE ZANOTTO (*Fora do microfone.*) – A Renata faz mais do que ela fala, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu acredito, mas ela falou com muita emoção também, viu?

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – Muitas vidas foram salvas, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Com certeza.

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – Muitas vidas. Senão estariam mortas hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu passo a palavra agora à Amanda Lührs, advogada pós-graduada em Direito Animal e atuante na causa.

A SRA. AMANDA LÜHRS (Para expor.) – Bom dia.

Cumprimento o Senador, na pessoa de quem cumprimento a todos os demais presentes.

Gostaria de agradecer primeiro pela oportunidade de estar aqui. Acho que sou a mais jovem – não de idade, mas de experiência mesmo. Sou advogada, como bem-dito. Sempre atuei em direito de família, em direito civil, e há aproximadamente dois anos trabalho com direito animal. Sempre tive animais em casa, mas acho que é diferente. Quando a gente entra nesse mundo, a gente tem outros olhos, a gente começa a ver de outra forma.

Então, há mais ou menos dois anos eu comecei a advogar nessa área. Eu me interessei, fiz uma pós-graduação, e venho me especializando e trabalhando. Apesar de ser uma área relativamente nova, a gente percebe que ela vem crescendo – ainda bem –, vem ganhando bastante importância.

E, falando especificamente do estatuto, tanto a elaboração do estatuto quanto a presente audiência, designada para debater, hoje, sobre o tema, justamente demonstram como a causa animal, especialmente no que diz respeito aos cães e gatos, que a gente sabe que acabam tendo privilégios com relação aos outros animais, tem ganhado cada vez mais espaço e importância na sociedade. Ainda que a gente ache que é a passos lentos, a gente tem que admitir que é um grande avanço.

Pela leitura do projeto, analisando mais pelo viés da advocacia, pelo que eu atuo, a gente verifica que se utiliza muito a linguagem dos direitos. Então, vem trazer direitos dos animais. Mas um ponto que eu acho bem importante é que ele também incorpora os princípios animalistas, que, no fim, acabam corroborando até para julgados, para jurisprudência, complementam até mesmo a legislação em si. A gente consegue ampliá-la aí, enfim... E o plano de fundo, a base, me parece que é o princípio da dignidade animal, que é o que dá base para tudo, que desenvolve todo o estatuto, as demais disposições.

Pela leitura do projeto, chamam-me a atenção, pelo que eu vejo no dia a dia, quatro pontos, quatro temas que foram trazidos por ele, que, embora a gente os enfrente diariamente, ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram regulamentados. A gente acaba, por analogia, trazendo-os para os casos, mas não existe uma regulamentação específica.

O reconhecimento das famílias multiespécies.

A gente já vê, inclusive, tribunais julgando temas assim, mas não existe uma regulamentação específica sobre isso. No Direito de Família, isso é muito comum. Cada vez é mais comum ver os animais como membros de família, em ações de divórcio, até de alimentos, enfim...

A regulamentação dos animais em condomínio é uma questão muito latente. A gente vê problemas diariamente com isso. As pessoas têm *pets* nas suas unidades condominiais. Existem, de certa forma, alguns problemas. Não tem uma regulamentação específica para isso. Então, a gente acaba usando, por analogia, alguma coisa, mas não existe uma regulamentação direta.

Destaco os direitos dos animais em situação de rua, que me parece que são os mais fragilizados. Dentre todos, eles são os que menos têm proteção, especialmente porque dependem do poder público, que falha muito. E a gente vê muito a questão, hoje em dia, chega para nós, a questão de alimentação dos animais em situação de rua. Tem muita gente que quer auxiliá-los, protetores, ONGs, ou até mesmo a população, e tem pessoas que querem que isso seja proibido. Então, existe essa divergência e, por isso, a importância de que isso seja regulamentado.

Por último, a questão da criminalização das condutas.

Hoje em dia, nós temos uma lei que trata do crime de maus-tratos. Então, individualizar condutas, aumentar o rol, a tipificação específica de cada crime, aumentar as penas para cada um dos crimes e incluir a modalidade culposa são pontos que reputo importantes desse estatuto.

Aí, ouvindo aqui os demais palestrantes, acho que um ponto importante, trazido pela Renata, foi a questão da responsabilidade do poder público, que acaba se omitindo, e os protetores e as ONGs assumem essa responsabilidade. Então, apesar de essa responsabilidade já estar na Constituição Federal, acho que é muito importante que a gente venha e a reitere – reitere, reitere –, para que o poder público, de fato, cumpra o papel que já é dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que foi trazido foi a questão dos canis, principalmente os das raças tidas como perigosas, o que é de suma importância. A gente sabe que os animais continuarão sendo vendidos, mas, assim, há a importância de se fiscalizar e de se regulamentar, para que se tenham canis, criadores sérios, que se comprometam com determinadas regras, e não haja essa venda de animais indiscriminada.

Por último, queria fazer uma comparação. Guardadas as proporções, parece-me que o presente estatuto de cães e gatos pode ser comparado com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Digo isso porque é um grande marco você reconhecer os animais, como, na época, as crianças e os adolescentes foram reconhecidos, como sujeitos de direitos e que merecem, então, ser tutelados.

Agradeço, então, a participação.

Queria parabenizar todos que participaram da elaboração desse projeto, em especial o Senador.

E é isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Amanda Lührs, advogada, Pós-Graduada em Direito Animal e atuante na causa, que lembrou – e lembrou bem – do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como eu estou aqui dentro há 40 anos, eu entrei e nunca saí, porque eu cheguei na Constituinte, eu acompanhei a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi o primeiro dos grandes estatutos que surgiram aqui no Congresso.

E você lembrou aqui, lá atrás, a importância daquele estatuto. Então, parabéns!

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – Foi o ECA, agora é o EPA, Estatuto da Proteção Animal. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora à Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais, do Ministério do Meio Ambiente.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI (Para expor.) – Obrigada.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos e todas.

É com grande alegria que participo desta audiência, representando o Governo Federal, e, principalmente, tendo o senhor capitaneando a relatoria desse projeto, o senhor que, alguns anos atrás, também relatou uma SUG que eu tive a alegria de trazer para esta Casa, que debatia o fim do teto dos gastos públicos. A gente teve aí mais de 70 mil apoios, e o senhor também relatou essa matéria, que foi aprovada por unanimidade aqui na Comissão.

Então, estamos em excelentes mãos também neste debate em defesa da causa animal.

Quero cumprimentar o público, na figura da Carine, da Arca Animal, representando toda essa comunidade de protetores que dedicam suas vidas, seu tempo, sua energia, seus recursos financeiros e, principalmente, emocionais a cumprir esse papel.

A Constituição Federal diz que cuidar dos animais é um dever de todos. Isso inclui o Governo, os estados, os municípios, os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e a sociedade civil, mas a gente sabe que, até então, recai com um peso ainda maior em cima da sociedade civil e das mulheres. São as mulheres que cuidam e que dedicam o seu tempo.

Bom, quanto ao estatuto – e sua iniciativa –, eu o celebro com muita alegria, até mesmo porque ele caminha junto com uma série de medidas que o Governo do Presidente Lula vem adotando. A gente tem tido avanços extraordinários ao longo deste Governo do Presidente Lula.

É claro que tem uma longa caminhada ainda, muita coisa a ser conquistada, mas a gente precisa reconhecer aquilo que a gente já trilhou até agora, a começar pela criação do próprio Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, atendendo a uma reivindicação da sociedade civil – é importante deixar isso claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o controle populacional ético de cães e gatos foi a política pública mais votada no Plano Plurianual Participativo, em 2023; e, desde então, nós temos priorizado a execução dessa política.

Este ano, o Presidente Lula editou o Decreto Presidencial 12.439, de 2025, criando o ProPatinhas e o SinPatinhas.

O ProPatinhas é o Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos, que prevê uma série de medidas, desde capacitação de agentes públicos, desde a transferência de recursos financeiros e tecnológicos para os municípios, para que a gente tenha uma abrangência maior dessas ações conjuntas.

O SinPatinhas, que o Vereador Cris, da Causa Animal, mencionou, é o sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Como a Dra. Vânia falou, todos os países que encararam com seriedade o controle populacional ético de cães e gatos, necessariamente, passou pelo registro animal, e o SinPatinhas é isso.

Quero aproveitar para agradecer aos Deputados da causa animal.

Está aqui o Deputado Matheus Laiola, que, com suas emendas parlamentares, ajudou a custear o desenvolvimento do SinPatinhas.

Muito obrigada.

Este ano, nós estamos executando um orçamento de R$86 milhões para políticas de castração e controle populacional de cães e gatos. Ainda é longe daquilo que a gente precisa, mas é um grande avanço, é preciso reconhecer isso.

Em 2022, no governo passado, a gente executava menos de R$9 milhões. Isso significa que este ano a gente teve um incremento de 856% em menos de três anos. Então, é importante que a gente reconheça esse avanço, mas sem perder de vista que ainda precisamos continuar avançando muito mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, com esses Parlamentares da causa animal, a gente tem uma bancada muito aguerrida, tanto aqui no Senado quanto na Câmara dos Deputados, que estão aí lutando pela expansão orçamentária, para que a gente possa, cada vez, mais ampliar essas políticas.

Quero ressaltar que, na emergência do Rio Grande do Sul, nós conseguimos instituir, junto com a Defesa Civil, o rito sumário da proteção animal, com repasses imediatos. Sempre quando tem uma emergência, a gente transfere, historicamente, recursos para os municípios, para salvar as vidas humanas. Nessa emergência do ano passado, no Rio Grande do Sul, pela primeira vez na história, o Governo Federal transferiu recursos específicos para o acolhimento de animais, para a proteção de animais. Foram 69 municípios atendidos com recursos depositados na conta do município, sem nenhuma burocracia, tá?

E, além disso, enviamos *kit* de atendimento veterinário, com mais de 32 itens, com antibiótico, carrapaticida, tudo necessário para manter a vida desse animal, para atendimento de 8,8 mil cães e gatos.

Custeamos as diárias de mais de 50 médicos veterinários através do Ibama – essas pessoas ficaram lá durante toda a emergência.

E, através da FAB, enviamos, mais de 700 toneladas, destacando aqui o papel da nossa Ministra Marina Silva, que, nas reuniões ministeriais, bateu o pé, falando que esses itens deveriam estar no topo da prioridade, porque a gente sabe que, quando acontece uma emergência, os equipamentos públicos ficam colapsados, e a gente tem que tomar a decisão de gestão dificílima de saber o que é que nós vamos priorizar: é envio de roupa? É envio de medicamento? É envio de água? É envio de quê?

E, dentro desses itens prioritários, desde o primeiro avião da FAB, também tinha os insumos para salvar as vidas dos animais, graças muito à sensibilização da nossa Ministra Marina e também da Primeira-Dama Janja – muito atuante. Inclusive, ela doou uma cachorrinha lá das mãos... A Esperança.

E estamos caminhando.

Nessa articulação do Governo Federal com o Congresso, com a Câmara dos Deputados, aprovamos, recentemente, o fim dos testes cosméticos em animais, um projeto que já tramitava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há mais de 13 anos aqui no Congresso, a Lei 15.183, de 2025, e aprovamos também – essa lei passa muito despercebida, mas, no futuro, vai ser lembrada como o início, o embrião do SUS Animal – a Lei 15.143. (*Palmas.*) A Lei 15.143, de 2025, vai ser a certidão de nascimento do SUS Animal, porque ela traz, além da resposta à fauna atingida ou potencialmente atingida em emergências e incêndios, graças a uma emenda do nosso Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo, a gente incluiu a possibilidade de repasses de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para a conta específica do município, sem a realização de convênio. Isso é o nosso fundo a fundo.

Então, hoje, a gente tem o instrumento para chegar aos nossos 5.570 municípios, com recursos desburocratizados para a proteção e o manejo populacional ético de cães e gatos.

Com relação ao censo animal, além de o SinPatinhas trazer esse censo diariamente, a gente precisa trabalhar para que todos os municípios e pessoas façam adesão ao SinPatinhas. Já temos mais de 700 mil cães e gatos registrados. Precisamos chegar aos nossos mais de 200 milhões de animais.

Na última Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2019, a pesquisa disse quantos cães e gatos nós temos. É o único dado oficial que nós temos. Em 2026, essa pesquisa vai ser replicada. Conseguimos manter essa questão e ampliá-la: além de perguntar quantos cães, quantos gatos nós temos, o IBGE vai perguntar quem está castrado e quem não está castrado. Isso é importantíssimo para a tomada de decisão de políticas públicas e para a gente disputar o orçamento. Para disputar o orçamento não é achismo. Eu tenho que trazer dados. Política pública se faz com ciência, com dados. Então, isso é muito importante.

O Decreto 12.439, que instituiu o ProPatinhas, já incorpora muitos desses princípios que estão nesse estatuto ora discutido, como a dignidade e senciência animal, atenção à saúde animal, educação pelos direitos animais e participação social. Para a gente, é muito emocionante ver um decreto presidencial reconhecendo dignidade e senciência animal. É um grande avanço, e vai ser muito importante a gente incorporá-lo através de uma lei.

Aqui, no Senado Federal, nós conseguimos incluir um capítulo sobre direitos animais na reforma do Código Civil, na constituição de juristas que foi instituído – inclusive, indicamos um membro para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI – ... representar a causa animal – já concluindo –, que foi o Prof. Vicente.

Aproveito para pedir o seu apoio, Senador, para que a gente dê andamento a essa discussão da reforma do Código Civil, defendendo esse capítulo de direitos animais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já posso adiantar que tem meu apoio total, geral e irrestrito.

A SRA. VANESSA NEGRINI – Pronto! Eu tenho certeza disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns pela proposta.

A SRA. VANESSA NEGRINI – Muito obrigada, muito obrigada.

Já encerrando, então, para ficar dentro do tempo: nesta semana, nós estamos votando, lá na Câmara dos Deputados, o PL 347, de 2003, ou seja, nós estamos, há 30 anos, esperando para votá-lo. É um projeto que aumenta as penas contra o tráfico da fauna silvestre. A gente conseguiu incluir um artigo para aumentar as penas contra crime contra cavalos. (*Palmas.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI – Eu sei que a gente está falando aqui do estatuto de cães e gatos, mas vimos o que aconteceu na semana retrasada, quando – não vou nem chamar de tutor uma pessoa dessa – uma pessoa amputou as patas do seu cavalo depois de uma morte tão cruel. A gente vai tentar fazer desse limão uma limonada e fazer com que esse tipo de crime tenha a equivalência com a Lei Sansão e o aumento da pena de dois anos a cinco anos.

Agradeço imensamente a bancada da causa animal, em nome do Deputado Matheus, que está aqui, e todos os Parlamentares que estão fazendo esse trabalho.

Estivemos, na semana passada, com o Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta, com a Liderança do Governo. Temos o apoio e o aval da Liderança do Governo para a gente seguir nessa discussão. Se Deus quiser, a gente vai avançar também. E, assim como a gente, Senador Paulo Paim, tenho certeza de que o Governo estará trabalhando *pari passu* para a gente avançar também com esse estatuto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada!

Parabéns a todos e todas e parabéns, Senador, por abraçar essa causa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns para você também, Vanessa Negrini, que fez um resumão também de tudo aquilo que o Governo, é claro, de forma resumida, está fazendo pela causa animal.

Eu fiquei feliz de ver aqui, no encerramento, que o Governo vai apoiar esse estatuto, como apoiou todos os outros. Foram nos Governos Lula e Dilma que os estatutos foram aprovados e sancionados.

A SRA. VANESSA NEGRINI (*Fora do microfone.*) – E vamos ter esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos ter esse também, com a assinatura, quem sabe já.... (*Palmas.*)

A SRA. VANESSA NEGRINI – Vou deixar aqui para o senhor o bóton do nosso Simpatias e convidá-lo já para registrar os seus animais, fazer o RG animal dos seus animais no SinPatinhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vou registrar os meus lá.

A SRA. VANESSA NEGRINI – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Depois, aqui no final, antes de sair, você vai colocar aqui.

Essa foi a Vanessa Negrini, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais, do Ministério do Meio Ambiente, que falou aqui pelo Governo Lula, dando um resumo do que foi feito até o momento e tudo no que podemos avançar.

Parabéns!

Agora, permitam-me primeiro registrar a presença também aqui de Amanda, do Amigo Cão, Vereadora de Formosa; de Marly, da Causa Animal, Vereadora de Viçosa; de Anderson Correia, Vereador de Caruaru; e ainda de Shirley Simone Guimarães, advogada animalista e Vice-Presidente da Pet , em Jataí, Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, neste momento, vou passar a palavra...

A SRA. FERNANDA JULIANA BECKER – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... para os dois Parlamentares que estão aqui. (*Pausa.*)

A Fernanda está fazendo um aparte.

A SRA. FERNANDA JULIANA BECKER – Isso, é apenas um parêntese.

Agradeço, Vanessa, porque você trouxe essas informações importantes, mas, embora para os leigos possa parecer "uau, que números incríveis!", na prática não atinge um décimo da ponta do *iceberg* que é a tragédia que nós vivenciamos.

O que o Rio Grande do Sul passou...

Nós sobrevivemos e nós continuamos aqui graças à ajuda da população brasileira, porque, de fato, para nós, muito pouco chegou de ajuda. Então, isso apenas significa que, apesar desses números parecerem enormes, eles não adiantam nada. A gente precisa de um levante muito grande para a gente poder mudar a realidade, porque, enquanto formos os melhores funcionários públicos que este país tem, eu tenho a sensação de que as coisas vão continuar como estão.

Então, se você puder levar essa minha fala, dizendo que precisa muito mais ser feito, eu agradeço. (*Palmas.*)

Pode falar, pode falar. Aqui...

A SRA. VANESSA NEGRINI – Fernanda, eu entendo completamente a sua fala e a sua inquietação, até porque, como protetora, eu sinto todos os dias na pele isso. Estou aqui em audiência, daqui a pouco vou para o MMA, tenho minha agenda, e, quando chego em casa, eu tenho 22 animais para alimentar, cuidar, medicar. Eu vivo na pele o dia a dia de protetora, porque também sou.

O que todos esses números trazem é que, pela primeira vez na vida, nós temos o Governo Federal se movimentando junto com a sociedade para criar políticas públicas de Estado, políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas que fiquem e que, independentemente do Governo que estiver gerindo o país, vão ter continuidade.

Mas eu comecei a minha fala justamente destacando que, hoje, como sempre, o peso maior recai sobre a sociedade civil. O que nós precisamos é de aumentar a presença do Estado, para que realmente a gente mude essa concepção. Por quê? Porque o dever de cuidar da fauna e proteger os animais é do Estado. O particular pode, mas o Estado deve. E a gente precisa lutar sempre para que tenhamos políticas públicas fortes e consistentes, para proteger nossos animais e para que os protetores não sejam penalizados no final.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Pronto! Nós temos um grande acordo aí.

Saiu bem, Vanessa, na resposta, e você fez o questionamento legítimo.

Eu sempre digo que, na vida pública, às vezes, eu uso o seguinte termo: fizemos muito, mas temos muito, muito ainda para fazer. Esse é o compromisso de todos nós.

Eu vou passar a palavra agora a dois Parlamentares que estão presentes.

É só apertar aí o botão, acende o verde e pode falar.

Deputada Federal Gisela Simona.

A SRA. GISELA SIMONA (Bloco/UNIÃO - MT) – Bom dia ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vai ter o mesmo tempo dos painelistas: dez minutos.

A SRA. GISELA SIMONA (Bloco/UNIÃO - MT. Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Primeiramente, eu quero parabenizá-lo, bem como toda a Comissão de Direitos Humanos, pela iniciativa e, em especial, a todas as ONGs e protetores dos animais que têm unido esforços para que a gente tenha uma realidade no nosso país, que é esse Estatuto dos Cães e Gatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço o registro de que seria muito bom que nós tivéssemos uma sociedade já civilizada, a ponto de não precisar de uma legislação para o cuidado dos nossos animais, mas, enquanto isso não é possível – e vivemos, sim, num Estado democrático de direito –, nós entendemos fundamental a existência desse Estatuto dos Cães e Gatos.

Como nós estamos numa audiência – e a audiência é exatamente a oportunidade de aperfeiçoarmos todo o texto legislativo –, como representante do povo que sou, eu trago aqui uma angústia para compartilhar com vocês e verificar a possibilidade de inclusão ou não.

Vi praticamente, nas falas aqui, um consenso em relação a cães e gatos – e é claro que isso se justifica, em razão dos números: mais de 60 milhões de cães e mais de 30 milhões de gatos que nós temos no nosso país –, mas eu trago uma angústia dos outros animais de estimação, que, toda vez que tem um projeto de lei no Congresso Nacional como um todo, se sentem, de certa forma, excluídos também.

Eu trago um apelo daqueles que cuidam dos coelhos no Brasil, que é o terceiro grupo de animais de estimação do nosso país.

A representante do Governo Federal colocou aqui a situação dos cavalos nesse caso emblemático, triste e covarde, que aconteceu na última semana, com a amputação das quatro patas de um cavalo. Então, se a gente não estender para também não generalizar e, muitas vezes, não avançar, talvez o conceito de animal de estimação dentro desse estatuto seja algo importante, para que nós possamos, ainda que por analogia e dentro do direito, estender regras importantes que estão sendo criadas nesse estatuto para os demais animais. Então, é algo que deixo para apreciação.

Outra situação que digo é que eu sou da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados e lá fiz, na última semana, uma audiência pública para tratar do antimonopólio, na verdade, que queremos no Brasil, com relação especificamente ao que vivemos neste momento, que é a fusão entre a Petz e a Cobasi, duas grandes empresas do varejo, tanto *online* quanto com serviço convencional.

Essa fusão está em procedimento no Cade, e corre-se o risco, sim, de diminuirmos a concorrência no mercado *pet* no Brasil, o que nos preocupa bastante, porque nós estamos falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui de abandono e sabemos que, junto com a falta de concorrência, temos um risco de aumento de preço de rações e de insumos para os animais de maneira geral. E, ficando cada vez mais caro, a possibilidade de abandono desses animais também é maior. Então, isso nos preocupa. É uma pauta da causa animal, e são empresas que, inclusive, se negaram a estar presentes nesta audiência.

Aqui nós falamos do Rio Grande do Sul, e não é demais recordar que a Cobasi preferiu salvar computadores em vez de salvar os seus animais. (*Palmas.*)

Então, são empresas que estão tomando o comando do mercado *pet* do nosso país, e nós não podemos deixar de nos mobilizar nesse sentido também. Por isso, é importante a mobilização sempre crescente de vocês, que fazem a diferença, no individual e no coletivo, o que é muito importante.

Quero dizer à Fernanda, que fez um apelo à Câmara dos Deputados, que tive muita honra de, recentemente, ser designada, Fernanda, como Relatora do PRC 119/2023, para criar a bancada da defesa dos animais na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Então, precisamos, sim, do apoio de vocês, para que, juntos – e o Matheus, a quem eu peço orientação sempre, que é um legítimo Deputado da causa animal, e eu estou sempre aprendendo com ele e com cada um de vocês –, a gente possa avançar.

O estatuto avança, seja na via preventiva de cuidados, seja na questão da via administrativa ou nas questões penais; então, isso é muito relevante. E a nossa briga eterna, como disse aqui a Vanessa, é por orçamento dedicado à causa animal.

Precisamos muito ter, em cada um dos municípios brasileiros, um espaço adequado, seja uma coordenadoria, uma secretaria, que cuide do bem-estar animal. Já passou da hora de o Brasil, que tem uma das maiores populações de animais de estimação do planeta, ficar de fora desta realidade.

Então, se não foi por amor, que seja pela lei, que seja pela obrigação e pela responsabilização no nosso país, para a gente avançar na causa animal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contem comigo. Sou uma Deputada do Estado de Mato Grosso, voltada muito para área do consumidor, mas apaixonada por animais, daquelas que já têm mais animais em casa do que gente, mas estamos juntos lutando por esta causa, porque, realmente, como disse a nossa colega no painel anterior, é, sem dúvida, um marco civilizatório do nosso país ter um estatuto que realmente valorize aqueles que nós amamos tanto, que são os animais de estimação do nosso país.

Parabéns, Senador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

A Deputada Federal Gisela Simona, da União Brasil, Mato Grosso, na sua fala, deixou uma série de contribuições. São ideias que, ao longo do debate do estatuto, serão analisadas por todos vocês.

Parabéns pelo trabalho que vem fazendo e as contribuições que deixou neste momento.

Agora, eu passo a palavra para o Deputado Federal Delegado Matheus Laiola, União Brasil, Paraná.

O SR. DELEGADO MATHEUS LAIOLA (Bloco/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Bom dia a todos e todas.

Obrigado pela participação.

Senador Paim, parabéns por bater no peito e tocar esta sugestão, este projeto de lei, que vai ter muita dificuldade em ser aprovado, mas eu vou explicar aqui os detalhes do Congresso Nacional.

Parabéns, Vanessa!

A Vanessa faz um trabalho fantástico junto ao Governo Federal.

Gisela, obrigado pelas palavras.

Quando eu tomei conhecimento desta audiência pública, eu já vi um monte de gente falando: "Ah, mas por que só estatuto de cão e gato? Por que não estatuto dos animais?" – porque já começam, né? Aí, eu me lembrei da Lei Sansão. Quando, em 2020, estava para ser aprovada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei Sansão, um monte de gente estava falando o seguinte: "Tá, mas está errado, porque é só para cão e gato, e tem que ser para todos os animais". E a gente concorda que tem que ser para todos os animais. A gente gostaria que fosse estatuto dos animais, com certeza, mas a gente tem que pensar em como que funciona aqui, dentro do Congresso Nacional.

Se a gente pensa que, na política, é tudo ou nada, a gente não avança em nada, né, Senador? O senhor tem muito mais tempo do que eu na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito!

Floriceno Paixão – para quem é do Rio Grande do Sul... – já faleceu. Quando eu cheguei aqui na Constituinte, ele disse: "Paim..."... Ele já estava aqui e me disse: "Projeto bom é projeto aprovado".

É nessa linha que você aprova. (*Palmas.*)

O SR. MATHEUS LAIOLA – É. É isso aí.

Então, na Lei Sansão, se fossem aplicar a regra do tudo ou nada, não existiria nenhuma proteção maior para os cães e gatos. E aí se optou por retirar todas as espécies e deixar apenas cão e gato, porque, numa delegacia de polícia, por exemplo, de proteção ao meio ambiente, a gente está falando de 80% das denúncias. Então, não é o ideal, mas é o que era possível. É a mesma coisa nesse sentido aqui.

Então, o estatuto dos animais seria perfeito, mas a chance é zero de passar – a chance é zero de passar –, assim como a Lei Sansão. Se fosse uma lei para aumentar os maus-tratos para todas as espécies, a gente não teria isso daí. Todos os crimes de maus-tratos seriam de menor potencial ofensivo, e continuaria termo circunstanciado. Então, é essa a realidade.

Para vocês terem uma ideia da dificuldade que a gente tem aqui no Congresso Nacional para aprovar algo em favor da causa animal... Vou falar da zoofilia. Eu tenho certeza aqui de que a maioria pensa como eu, de que é a modalidade de maus-tratos mais cruel, mais pervertida. O pior tipo que tem é a zoofilia, que é o abuso sexual entre animal humano e não humano.

Nós apresentamos o projeto, que tinha um monte de apensado, tudo, e principal. Eu tinha acabado de chegar aqui na Câmara dos Deputados – ali do lado, porque aqui a gente está no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado – e pensei, na minha inocência, dentro da Câmara dos Deputados: "Ah, ninguém vai ser contra". Vocês não fazem ideia da dificuldade que foi para aprovar a zoofilia... É porque nada se resolve no Plenário.

Vamos falar um pouquinho de bastidores. Se chegou ao Plenário, tem que ter quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito, perfeito.

O SR. MATHEUS LAIOLA – Então, tudo é antes: nas reuniões, nos almoços, nos cafés ali. Se chegou ao Plenário, a tendência é 99% aprovarem e, se se tirou de pauta, é porque não tem voto. Não é isso, Senador? É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É isso mesmo. É isso mesmo.

O SR. MATHEUS LAIOLA – É.

Então, o da zoofilia a gente teve dificuldade de pautar, porque vários Líderes de partido disseram que não havia dano algum aos animais, porque os animais não têm sentimento. Então, essa era a justificativa.

Aí, a gente conseguiu passar e colocar para o então Presidente da Casa, o Arthur Lira, pautar. Então, a gente estava lá na expectativa de ser pautado – o Presidente da Câmara tem o cronograma de ordem ali –, e, do lado do Presidente da Câmara, eu falei assim: "Agora é o nosso, não é, Lira?". Ele falou: "Não. Você tem que convencer aquela bancada ali, aquele Líder ali. Eu vou tirar de pauta, porque não tem consenso". Falei: "Mas já foi conversado antes já". "Vai lá. Se ele der o sinal de positivo, eu pauto". Aí eu fui lá conversar, aí o Deputado falou: "Mas, Delegado, qual é o dano que provoca ao animal? Olhem o absurdo. Vocês querem dar a maior pena de maus-tratos para a zoofilia, sendo que não pratica nenhum dano ao animal". Eu falei: "Deputado!", fui explicando, explicando, e ele falou assim: "Ah, está bom, então!"; e foi aprovado de maneira simbólica.

Teve um monte de resistência nos bastidores, e ninguém teve coragem de ir ao microfone e falar: "Eu sou contra a zoofilia". Isso é para vocês terem a ideia da dificuldade de aprovar algo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por quê? Porque a gente é um Pinscher ali na Câmara dos Deputados, não tem nem dez Deputados contra bancadas gigantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MATHEUS LAIOLA – Sim, contra bancadas gigantes. A gente não está nem em dez ali... Eu falo Pinscher porque é pequenininho, mas faz barulho pelo menos.

Então, a gente tem essa dificuldade muito grande. Nós aprovamos um dos nossos projetos – o projeto de que eu falo é da Bancada Animal, não estou falando que é meu, não –, de proibir a tração animal. Na Comissão de Meio Ambiente, vai, porque a gente tem maioria lá. Na Comissão de Meio Ambiente, hoje, a gente tem maioria. Num passado não muito distante, a gente era minoria. Só que a gente sabe que não vai a Plenário, infelizmente não vai. E não vai, por quê? Porque em muitas regiões do Brasil é cultural. Você vai à beira-mar de várias capitais e é tração animal, animal na carroça com toneladas de caliça, fazendo frete... Coisa que, por exemplo, no Paraná, a gente já não tem tanto essa realidade. Existe, óbvio, mas bem menos do que em outras regiões. Então, a gente sabe que nós temos uma dificuldade muito grande.

Sobre animal silvestre, que a Vanessa comentou agora há pouco, nós queremos aprovar isso há décadas, há décadas. Sempre quando dá algum caso de repercussão, ou seja, mataram uma onça-pintada, mataram um tamanduá, vem todo mundo falar que tem que aumentar a pena para o animal silvestre. É óbvio que tem que aumentar, só que, será que a Câmara dos Deputados está madura o suficiente para ser aprovada? Porque na Câmara são 513 Deputados e são recortes de pensamento de cada Deputado. Então, tem gente que defende o agro, tem gente que defende o desmatamento, tem gente que defende a zoofilia. Tinha um Senador, na legislatura passada, que defendia a rinha de galo, que ia ao Plenário dizer que era um absurdo o que estavam fazendo com os rinheiros.

Então, é a nossa realidade, aí a gente está tentando que passe o "animal silvestre", então, a gente aproveitou a questão que aconteceu em Bananal, em relação ao cavalo. Então, a gente colocou uma emenda para tentar passar o "animal silvestre" mais "cavalo" e veio um monte de gente falar: "O Congresso não faz nada, só se mobiliza quando dá algum fato específico". Infelizmente, é assim. Então, é a sociedade demandando do Congresso Nacional para que mudemos a legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existiam já vários projetos de lei para aumentar a pena de homicídio, para torná-lo crime hediondo desde a década de 1980. Teve que acontecer, em 1992, aquele crime envolvendo o Guilherme de Pádua e a Daniella Perez – em ele que matou a atriz, no qual ele também era ator – , para a sociedade inteira se mobilizar. Então, 1992, foi aprovada a Lei dos Crimes Hediondos; para a Lei de Sansão, foi a mesma coisa: todo mundo reclamando, porque realmente era muita impunidade. Teve que acontecer aquele crime em Minas Gerais, do cachorro Sansão, da raça *pit-bull*, em que cortaram as patas, aí, o Presidente da Casa, o Congresso Nacional, falou: "Não, vamos passar".

Quem sabe – e a gente torce para isso – teve que acontecer o caso de Bananal... Vamos pensar no único fator positivo desse caso. Quem sabe isso faça com que mude a legislação para os cavalos... Eu acho muito difícil, porque, quando se fala em cavalo, pode dar a entender que é tração animal, e dando tração animal, a gente não tem voto aqui. Então, a gente colocou "animal silvestre" e a gente colocou "cavalo".

Nós fomos semana passada – não é, Vanessa? –, conversar com o Presidente Hugo Motta; fomos eu, a Vanessa, o Fred Costa, o Bruno Lima, e o Presidente se comprometeu a colocar nesta semana. A gente torce para que consiga essa pauta, mas eu acho difícil. Não estou sendo negativo, mas pelo fato de o cavalo estar ali, eu acho que a gente vai ter uma resistência de outras bancadas, mas a gente vai brigar, a gente vai brigar, a gente vai brigar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELEGADO MATHEUS LAIOLA (Bloco/UNIÃO - PR) – Aí eu vou chegar a do cão e do gato.

Então, a gente tem que ter essa sociedade pressionando, mas sabendo que nós somos poucos aqui, não é, Gisela? Somos poucos aqui. Tem bancada que engole a gente, assim, numa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO MATHEUS LAIOLA (Bloco/UNIÃO - PR) – Já concluiu, já.

Tem bancada que engole a gente. Num grupo de mensagem, eles lotam a Comissão e derrubam a pauta, e a gente não consegue votar. Então, é difícil a gente conseguir avançar. A gente tem melhorado aos poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vez de a gente apresentar, na Câmara dos Deputados, um estatuto como esse, a gente decidiu, por estratégia política, fatiar os assuntos, porque aí a gente entende que é menos difícil de passar. Então, se a gente coloca um estatuto desse, acredito que a gente tenha mais dificuldade para passar, mas vamos brigar, porque é o mundo ideal, este estatuto de cães e gatos aqui é o mundo ideal. Vamos trabalhar para que a gente consiga passar aqui no Senado, passar na Câmara, e que o Presidente da República o sancione. Vai ser difícil? Vai ser difícil, mas com certeza a gente vai estar lutando aqui junto com o Senador, junto com a Gisela, enfim, as pessoas que amam a causa animal e se dedicam a ela.

Então, o projeto, a intenção é muito boa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATHEUS LAIOLA – Apesar de todas essas dificuldades, eu acredito que só de estarmos aqui discutindo já é um avanço. Com certeza, há cinco anos, isso era inimaginável, há dez anos... O senhor tem muito mais tempo de Casa do que eu, então, sabe que a gente está evoluindo, não ao passo que a sociedade quer – tenho certeza de que não –, mas a gente consegue evoluir a passos de formiga e aos poucos a gente vai melhorando.

Tão importante quanto a gente brigar por alterar, para melhorar a legislação – já vou finalizar, Senador –, é a gente impedir que haja retrocesso. Então, isso daí é muito importante. Ali na Comissão de Meio Ambiente, por exemplo, faz duas semanas que queriam, com o nome Lei Agenor Tupinambá, liberar a venda de animal silvestre em vitrines de *pet shop*. "Vamos vender capivara, vamos vender tamanduá, vamos vender tudo... Caça? Vamos liberar a caça! Tem o problema do javali? Vamos liberar tudo!". Aí a gente tem esse objetivo de impedir que haja retrocesso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATHEUS LAIOLA – Então, são dois objetivos no geral: a gente conseguir melhorar o que já tem e impedir que piore o que já tem. Eu sei que às vezes quem está na cidade trabalhando com a proteção animal pensa: "Mas a legislação é muito ruim...". Houve um avanço sim, a legislação é excelente, mas a gente precisa mudar e não depende apenas e tão somente da bancada ali de menos de dez Deputados, mas pode ter certeza de que a gente vai lutar por uma proteção animal melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Deputado Federal Delegado Matheus Laiola.

Ele fez uma análise aqui, pessoal, bem realista. É exatamente assim que funciona. Temos que falar da realidade para vermos o quanto nós temos que nos mobilizar para atingirmos os objetivos que foram retratados hoje aqui neste espaço. Um dos eixos é o estatuto e há também projetos pontuais que estão andando na Casa.

Agora vamos para a Deputada Federal Fernanda Melchionna, do PSOL do Rio Grande do Sul, que já está pronta para falar por videoconferência.

A SRA. DEPUTADA FEDERAL FERNANDA MELCHIONNA PSOL/RS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia!

A SRA. DEPUTADA FEDERAL FERNANDA MELCHIONNA PSOL/RS – Então está indo o áudio, Senador...

Eu quero cumprimentá-lo, Senador Paim, sempre portador de grandes causas aí no Senado da República, no Congresso Nacional.

Achei muito importante esta audiência pública requerida por V. Exa., como a liturgia do cargo exige, mas por você, companheiro de tantas lutas, junto com a Arcanimal, com as ativistas da causa, diante dessa proposição superimportante, o estatuto dos cães e gatos. Eu acho que nós precisamos avançar muito enquanto sociedade no que diz respeito à legislação de proteção aos animais de uma forma geral.

Ouvi atentamente o Deputado Matheus sobre o caso gravíssimo agora do cavalo, que mostra uma barbárie, uma agressividade, um crime bárbaro que chocou todos nós. Eu não tenho dúvida de que tem várias pautas na Câmara dos Deputados de que nós precisamos tratar, e, ao mesmo tempo, claro, como foi bem falado, temos essa questão das dificuldades e da mobilização da sociedade para conseguir avançar em determinadas causas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando o tema do estatuto dos cães e gatos, lembro-me de algumas situações nossas aqui, gaúchas, que certamente o Senador Paulo Paim conhece bastante, como a questão do abandono. Lembrava que um dos tópicos que o estatuto trata é justamente essa questão do abandono, do caso da Patas Dadas, lá na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, durante muitos anos, tem acolhido cães abandonados, mas a quantidade de abandono e a forma como se abandonam os animais é de uma crueldade sem tamanho. E os ativistas, em geral, voluntários, nos relatam há muito tempo essa questão do abandono.

Segundo, a própria enchente aqui no Rio Grande do Sul, em que nós vimos crimes bárbaros, como da Cobasi, que deixou os animais para serem mortos, salvou computador, salvou vários materiais de infraestrutura, botou para cima e deixou os animais embaixo, infelizmente, foram vitimados pela força das águas. Mas, na própria questão dos resgates, sabe, gente, a gente viu um colapso do sistema de proteção, de defesa civil, e o Brasil inteiro ficou conhecendo o caso do cavalo caramelo, mas não foram um nem dois casos em que a sociedade civil, os ativistas da causa animal nos demandavam, e que não tinha previsão de resgate de canis, de locais que tinham muitos animais, enfim. Eu acho que esse aprendizado doloroso tem que nos servir para buscar legislações que protejam os animais domésticos.

E, por fim, um tema não menos importante, mas que eu acho que é um avanço no estatuto, é o tema das políticas que o Estado tem que fornecer para que a população possa fazer a vacinação e a castração. Hoje o próprio Senador Paim fala, na justificativa, que se estima que se tenha 62 milhões de cães, 32 milhões de gatos, muitas famílias com animais domésticos, mas a gente vai nas periferias, nos bairros populares e vê a dificuldade de cuidadores, donos, enfim, com o processo de castração devido aos altos custos, né? Nós vivemos num país extremamente desigual, o salário mínimo é insuficiente, então, eu acho que batalhar por políticas públicas que obriguem o Estado, enquanto Estado, dividindo entre os entes federados, mas obriguem o Estado, enquanto Estado, a fornecer as condições para que esses animais tenham direito à vacinação, tenham direito à castração, tenham direitos que possam ajudar na qualidade de vida e também, claro, no combate às zoonoses.

Por isso, aqui no Rio Grande do Sul, junto com a Luciana Genro, que é uma grande parceira, Deputada Estadual, é uma grande parceira da causa animal, nós fizemos, junto com uma ONG, um projeto, a partir de uma emenda, de castração, um valor significativo para uma emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar, R$1 milhão, mas, ao mesmo tempo, muito insuficiente, porque não vai conseguir abarcar a necessidade, o que os nossos bairros populares precisam. Então é mais uma demonstração de que a gente precisa avançar nesse estatuto, garantir direitos e garantir a responsabilização do Estado também nessas questões.

Eu quero te cumprimentar, Paim, e dizer para a Arcanimal, que provocou junto contigo e outras instituições presentes nesta audiência pública, que tu podes contar comigo nessa luta em defesa do estatuto, das formas que a gente puder fazer para pressionar, para que ande no Senado, depois ande na Câmara, e a gente possa garantir direitos para os animais domésticos. A gente sabe que, na Câmara, tem que ter pressão, tem que ter mobilização, tem que ter a pressão sistemática. Então, nessa pressão política de fora para dentro, no que vocês precisarem de mim e da gente, certamente contem conosco nessa mobilização para aprovar esse estatuto.

Um abraço. Obrigada pelo convite de estar com vocês aqui nesta audiência de forma virtual, porque eu estou no Rio Grande do Sul – estou indo hoje à noite –, mas com o mesmo compromisso dos que estão presentes em atuar e batalhar para que essa nobre causa prospere no Senado e na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Deputada Federal Fernanda Melchionna, Psol do Rio Grande do Sul. Parabéns pela fala.

E você falou exatamente aquilo que cai bem no encerramento, praticamente. Se não houver mobilização e pressão, não vota nem lá e nem aqui. Aqui a história é essa. Às vezes, falam: "No Senado é mais fácil". Não é não. Nós sabemos como é que funciona e quem tem é a maioria nas duas casas. Não estou nem falando de questão ideológica, estou falando de poder econômico, ali que é mais complicada a coisa.

Aqui, por uma questão de ofício e de justiça com o programa e-Cidadania, para vocês terem uma ideia mais ou menos do acompanhamento, eu tenho que fazer a leitura das perguntas que me chegaram.

Cynthia, de São Paulo: "Como nós protetores podemos ter [apoio] [...] do poder público, [...] [já que] recolhemos os animais doentes e abandonados das ruas, diariamente?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniel, de Goiás: "O país tem o aparato necessário para levar o acesso a um possível estatuto dos animais domésticos [...] [em] regiões mais isoladas?"

Felipe, do Mato Grosso do Sul: "De que forma podemos fortalecer a conscientização sobre a guarda responsável, [...] [para combater] o abandono [...]?"

Ana, de São Paulo: "Quais políticas públicas e ações da sociedade civil serão essenciais para garantir que a proteção animal no Brasil evolua de forma eficaz?"

Bruna, do Mato Grosso: "Quais tecnologias (monitoramento por sensores, IA na fiscalização, bancos de dados de bem-estar) podem fortalecer a proteção animal?"

Aline, do DF: "Precisamos de políticas públicas para garantir a castração de animais de rua e punir de forma [...] [efetiva quem os abandona?]."

Maria, do Rio de Janeiro: "Muito importante falar sobre os animais [...] [já que] há uma grande população de gatos e cachorros nas ruas."

Aline, do DF: "Hoje temos um grande índice de animais abandonados [...]. Quais as estratégias para que esse número caia consideravelmente?"

Priscilla, da Bahia: "Como o [...] Estatuto pretende assegurar a fiscalização e a responsabilização? Quais órgãos estarão envolvidos?"

Gabrielle, da Paraíba: "Como fortalecer a polícia ambiental para respostas ágeis a denúncias dos maus-tratos a animais?"

Ana, do Minas Gerais: "Há previsão de incluir médicos veterinários nos conselhos, [...] ou órgãos de gestão que irão condenar as políticas do estatuto?"

Matheus, de São Paulo: "Como a criação do [...] estatuto [...] [poderá] se estender às práticas culturais que ferem a fauna, como o rodeio e a vaquejada?"

Bettina, do Rio Grande do Sul: " O estatuto deve prever a responsabilidade do município pela castração [...] e penas maiores para maus-tratos".

Diego, da Bahia: "É importante que a proteção [...] inclua outros animais [domésticos] além de cães e gatos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Giovanna, de São Paulo: "A causa animal precisa ser vista como política pública essencial, e não apenas como ações isoladas".

Essas são as perguntas.

Nós estamos com um problema de horário, pessoal. Estamos chegando ao meio-dia, e chegou ainda aqui agora na mesa o nome de três Vereadores que gostariam de usar a palavra. O que nós podemos fazer, devido ao horário, é dar em torno de três a cinco minutos para os três que se prontificaram a falar e cujos nomes chegaram aqui para mim, e depois a...

A SRA. CARINE ZANOTTO – ... Carine quer fazer o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... a Carine gostaria...

A SRA. CARINE ZANOTTO – ... de dar uma palavrinha no final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Já que foi ela que nos procurou, num primeiro momento, junto com...

O SR. ALEXANDRE BELTRÃO BRAGA – ... o Alexandre.

A SRA. CARINE ZANOTTO – ... o Alê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... o Alexandre. Ela faria uma fala de encerramento. Pode ser? O.k., pessoal?

Então, vamos lá.

De imediato, Goretti Queiroz, ativista animal e ex-Vereadora de Recife; depois, Anderson, Vereador de Pernambuco, de Caruaru; e Marly da Causa Animal, Vereadora de Viçosa.

Goretti Queiroz, por favor.

A SRA. GORETTI QUEIROZ (Para expor.) – Pois não, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Cinco minutos cada um.

A SRA. GORETTI QUEIROZ – Está ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito.

A SRA. GORETTI QUEIROZ – O.k. Muito obrigada pela oportunidade, Sr. Senador.

Sou legisladora também. Fui Vereadora da cidade do Recife, sou jornalista de profissão e tenho um *podcast* voltado para a questão animalista. Venho do Nordeste, onde ainda temos que conviver absurdamente com a crueldade da vaquejada e das pegas de boi do sertão. Temos que conviver – algo que eu não vi ainda ser tocado nesta Comissão, nesta reunião – com a questão da extinção dos nossos jumentos. Inclusive, vim aqui com um brinco em homenagem (*Palmas.*) aos animais que estão em fase de extinção a passos largos. Provavelmente, em 2030, estaremos sem esses animais tão importantes para a nossa fauna, não só nordestina, como do Brasil inteiro.

Sr. Presidente desta sessão, eu sou muito honrada pelo estatuto que está sendo montado, mas eu gostaria de pedir a V. Exa., ao Senado da República e, mais ainda, aos Deputados Federais aqui presentes: não vamos esquecer a questão dos animais de grande porte. Eu sou ativista e resgato animais de grande porte. Já tirei mais de 500 animais das ruas; animais sofridos, animais que vivem nas carroças, penando, suados, sendo açoitados e morrendo à míngua, sem falar na questão do Jack. Que o seu sangue não seja perdido lá nas terras de Bananal. Que o sangue do Jack não seja esquecido. Vamos lutar, com dificuldades ou não, como muito bem expressou o nosso Deputado Federal Matheus Laiola, mas que a sociedade brasileira não admita mais que esses animais de grande porte sejam discriminados do jeito que são.

Então, eu venho, Sr. Presidente, para encerrar, com a bagagem cheia aqui: centenas de assinaturas de pernambucanos que são a voz desses animais e que me pediram para deixar aqui com V. Exa., com o Senado da República, esse nosso clamor para que a justiça seja feita.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Goretti Queiroz, ativista animal, ex-Vereadora de Recife.

A assessoria me informa, Goretti, que chegou aqui uma proposta com mais de 20 mil assinaturas, a chamada SUG nº 9, de 2025, que proíbe o abate dos jumentos (*Palmas.*) e, naturalmente, os maus-tratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou trabalhar com a...

A SRA. GORETTI QUEIROZ – Notícia maravilhosa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu vou trabalhar com a Presidenta da Comissão... Se nós podemos trabalhar com os dois, só para não acumular, para não misturar, mas trabalhar com os dois para, quem sabe, aprová-los o mais rápido possível.

Agora, o Anderson Correia, Vereador de Caruaru, Pernambuco, e defensor dos animais.

O SR. ANDERSON CORREIA (Para expor.) – Bom dia, Senador Paulo Paim, é um prazer imenso estar aqui ao lado do senhor e de tantos amigos aqui da representação da causa: Delegado Matheus Laiola; minha amiga Vanessa; Carine, da Arca, com quem a gente já vinha dialogando para que a gente, realmente, pudesse trazer essa discussão aqui para este momento.

Sou advogado animalista, pós-graduado também em direito animal e Vereador de Caruaru, a capital do forró. E, antes de iniciar a minha fala, Senador, eu gostaria de saudar a todos os protetores do Brasil, aqueles que estão ali, na ponta, que precisam da política pública, que precisam, realmente, fazer com que os animais tenham sua dignidade respeitada.

Eu queria também saudar o Dr. Vicente Ataide Junior, um grande amigo, um grande professor (*Palmas.*); e o Dr. Francisco, que é um irmão, advogado animalista da Paraíba, guerreiro, inspirador para todos nós, advogados animalistas, Vereadores da causa e Deputados.

Eu queria sintetizar aqui e falar um pouco do direito animal de forma técnica, para que a gente possa, realmente, dar essa proteção e garantir os direitos aos protetores, aos animais não humanos.

É importante falar do art. 225 da nossa Constituição porque ele emana, ele diz, ele fala, a gente não precisa... O art. 225, §1º, inciso VII, diz que os animais não podem ser submetidos a atos cruéis. Ora, a Constituição já reconhece a senciência animal, já reconhece que os animais não são coisas. Os animais merecem ter a sua dignidade respeitada.

O art. 196 da Constituição, que garante o direito à saúde, ao SUS, diz que o direito à saúde é de todos, não só dos humanos, mas também dos não humanos. E a gente precisa avançar nessa discussão. Avanço, vou ainda mais além, ao art. 182 da Constituição, que diz que os municípios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem implementar políticas públicas para todos os seus habitantes – não diz que esses habitantes são só os habitantes humanos, mas os habitantes, também, não humanos.

É uma luta que não é fácil. Não é fácil você estar ali na ponta com os protetores, pensando política pública, garantindo os direitos fundamentais dos quais eu vi os amigos falando – o Vereador falou, a veterinária falou da questão de garantir o direito à saúde também das pessoas. É importante que a gente, realmente, possa ter uma discussão técnica sobre o direito animal. Não é o cachorrinho, não é o gatinho: são vidas que merecem ser respeitadas.

E eu vi também que uma amiga também falou aqui da questão da tributação da ração. Em Pernambuco, eu apresentei uma indicação à Governadora Raquel Lyra para que ela diminua a alíquota da ração, que é de 18%, e equipare-a a 5%, que é a mesma da cesta básica. Os protetores precisam de ajuda (*Palmas.*), os protetores precisam ter voz. E isso tem que vir do Poder Executivo. Nós legisladores pedimos, a gente tem que pedir e a gente precisa ser atendido pelos Poderes Executivos. E eu espero que um dia essa realidade dos animais não humanos mude.

Para finalizar, também em consonância com o art. 225 da Constituição, §1º, inciso VI, agora, há o princípio da educação animalista. Em Pernambuco, a gente está com a caravana do direito ao anima, visitando escolas desde 2018. A gente só vai mudar a realidade dos animais não humanos com a educação. Se a gente não mudar com a educação, realmente a gente não tem o que fazer. A gente precisa mudar nas escolas: levar a educação animal para as escolas para que a gente possa ter menos abandono, menos maus-tratos, menos violência com os animais. Essa é uma luta, Senador.

Fico muito honrado de estar aqui ao lado do senhor. Não tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, é hoje a primeira vez. E fico muito feliz de você, Vanessa, Matheus, que é um irmão de longas datas de luta nessa causa, com o Bruno, com todos os Deputados animalistas.

E eu espero que essa realidade dos animais não humanos mude no Brasil. E este momento aqui é um momento importante para que a gente realmente possa mudar e transformar a vida de todos esses seres, pensando em todos.

Sem mais, obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Anderson Correia, Vereador de Caruaru, Pernambuco, defensor dos animais, que foi bem objetivo aí e apontou caminhos. Parabéns pela sua fala.

Por fim, Marly da Causa Animal, Vereadora de Viçosa, Minas Gerais.

A SRA. MARLY COELHO JANUÁRIO (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa composta e os que antecederam.

Em nome da Arca Animal, eu cumprimento a todos os presentes que aqui estão.

Eu trago, na minha fala, muito do que já trouxeram aqui, que é sobre também os protetores, que resgatam, acolhem e são cobrados cotidianamente por toda a sociedade. A sociedade insiste em cobrar dos protetores uma conta que não é deles. Então, toda vez que acontece alguma coisa em relação aos animais em situação de rua, com a maioria, cães e gatos que estão pelas cidades, os protetores são cobrados. E eu, como Vereadora da causa animal, eleita pela pauta, sou extremamente cobrada.

No entanto, quando eu proponho políticas públicas, sou muito ridicularizada também, na minha cidade, por muitas das políticas públicas. Mas estou no segundo mandato e sou uma pessoa difícil de desistir. Então, não me incomoda o tanto que eu sou ridicularizada. Eu sigo no propósito.

Só que nós precisamos falar que nós protetoras mulheres somos a maioria, mas na política, somos a minoria. E aqui eu falo em nome das Vereadoras, principalmente da pauta animal, e dos Vereadores também.

E muitas vezes, a sociedade entende como resolver o problema tirando o problema dos animais em situação de rua dos olhos, da sua visão. Eles querem que a gente resgate e, muitas vezes, os protetores acabam resgatando esses animais, perdem sua qualidade de vida, tornam-se acumuladores, e os animais também perdem totalmente a qualidade de vida, não sendo respeitados nas suas cinco liberdades.

Em Viçosa, pensando nisso, eu lancei, junto ao Poder Executivo hoje... A gente conseguiu articular e criar o Departamento de Bem-Estar Animal. Através de emenda impositiva de Vereadora, nós conseguimos lançar o programa Protetor Protegido, que é um programa que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar amparo psicológico aos protetores da nossa cidade, para que reconheçam os seus limites (*Palmas.*) e possam falar "não" sem perder sua noite de sono, porque toda vez que nós sabemos que um animal está em situação de maus-tratos, ou está em situação de rua, sofrendo, nós nos sentimos obrigados. Uma vez que a gente fala "não" também, a gente não dorme de noite pensando naquele animal. Então, precisamos reconhecer os nossos limites e, para isso, precisamos de amparo psicológico, para que possamos ter o mínimo de qualidade de vida, e para que os animais continuem tendo o mínimo de dignidade.

Em Viçosa também, nós temos o conselho, e através da articulação do mandato, nós conseguimos criar o Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Animais. Viçosa também aderiu ao programa Prodevida, que, através do Ministério Público de Minas Gerais, os municípios fazem um acordo e se comprometem a fazer castração, educação ambiental nas escolas; e o Ministério Público também provê a capacidade para os profissionais, para os protetores – eu tive a oportunidade de fazer também esse curso – e também para os funcionários públicos, para que avancem nessa temática.

Mas, ainda, a gente enfrenta muita resistência. E, toda vez também que tem um ataque de cães, vira um desespero, porque a gente é cobrado como se a gente fosse responsável por aquele ataque, e, infelizmente, a recorrência está sendo cada vez maior, uma vez que as famílias não estão se responsabilizando pelos seus animais e os deixam soltos pelas ruas – ou para dar uma voltinha para se alimentarem, devido ao custo da ração, ou porque não têm condições e acabam abandonando mesmo.

E é muito importante também a gente pensar, Vanessa, num programa nacional com mais ênfase, para que as pessoas consigam e queiram fazer o cadastro no SinPatinhas. A gente enfrenta dificuldades, porque vem aquela desinformação de que se está cadastrando para cobrar imposto. A gente precisa tentar desmistificar isso em grande escala.

Sinto falta também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLY COELHO JANUÁRIO – ... da presença, nesta audiência pública – eu vou concluir –, de alguém do Ministério da Educação, porque a gente não vai avançar se não tiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação nas escolas sobre essa temática, sobre essa pauta. A gente, enquanto município, enquanto protetor, tenta fazer o máximo para visitar essas escolas, mas, muitas vezes, a gente nem consegue agenda. Então, é importante tratar desse assunto.

Por último, mas não menos importante, eu saio um pouco da pauta cães e gatos e vou pedir a cada protetor que está aqui presente nesta audiência pública para me ajudar, para ajudar a nossa cidade, porque corremos o risco de retroceder numa legislação municipal que é a proibição do rodeio em nossa cidade.

Nossa cidade – Viçosa, Minas Gerais – não é palco de rodeio, isso não é cultural. Nós temos uma legislação municipal que proíbe a prática do rodeio na nossa cidade. No entanto, um Vereador acaba de protocolar um projeto para permitir o rodeio, e passou pela CCJ. Agora vai para a nossa Comissão, e a gente vai usar de todos os prazos que a gente tiver regimentalmente para retardar o máximo que aconteça...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLY COELHO JANUÁRIO – ... que esse projeto de lei vá para Plenário para ser votado.

Então, eu peço a ajuda de cada um aqui. Se puderem se unir a mim, fazer um vídeo falando do que é o rodeio, a verdade sobre o rodeio que não é contada. O pré-rodeio é maravilhoso, no entanto, no rodeio, a gente bem sabe que existe, sim, prática de maus-tratos.

Então, eu conclamo aqui todos os protetores, os Parlamentares da causa animal que aqui estão para que possam me ajudar para que esse retrocesso não aconteça na minha cidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Marly da Causa Animal, Vereadora de Viçosa, Minas Gerais.

Agora nós vamos para o encerramento e, conforme o entendimento que fizemos aqui, a Carine da Arcanimal vai fazer a fala de encerramento, falando em nome de todos os painelistas do Plenário, inclusive em meu nome também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora é com você.

A SRA. CARINE ZANOTTO (Para expor.) – Bom, então, quero encerrar esta audiência pública.

Muito obrigado, Senador, pela generosidade em nos acolher. Nós tivemos uma conversa com o Senador, no final do ano passado, na Feira do Livro. Nós contamos o nosso trabalho para ele e ele abraçou a causa e trouxe a gente para o Senado.

Então, embora a gente saiba que a gente terá muita dificuldade pela frente e que a gente tem um longo caminho pela frente, o fato de estar aqui eleva a causa animal a outro nível, eleva a causa animal a um debate nacional em que a gente pode estar sentado aqui no Senado, hoje, debatendo sobre isso, um assunto que sempre foi marginalizado, um assunto que sempre foi tido como... A gente recebe aqueles apelidos – né, Senador? –: os loucos dos cachorros, as loucas dos cachorros, os loucos dos gatos.

A gente, hoje, faz um trabalho de prevenção de saúde pública, a gente faz um trabalho de impacto social e a gente faz um trabalho de dar dignidade aos animais, que merecem dignidade como qualquer outro ser vivo.

Fica aqui o meu pedido, então, aos Deputados, na pessoa do Deputado Matheus Laiola, para que a gente possa avançar nesta conversa, para que você possa levar aos outros Deputados o teor do estatuto e que, mesmo que a gente entenda que tenham assuntos que a gente precisa suprimir do estatuto, não tem problema. A gente está aberto à conversa para que a gente possa chegar a um modelo de estatuto com que todos concordem, mas a gente precisa que o mínimo dele seja aprovado, porque todo o trabalho que a gente fez de chegar até aqui, o trabalho que o Senador fez de nos trazer até aqui, o trabalho que a gente teve de estar aqui debatendo isso não podem, quando a gente sair por essa porta, ser esquecidos.

Eu acho que os Deputados e os outros Senadores têm que nos ver como seres que votamos e que colocamos vocês nesse lugar para vocês nos ouvirem. Nós estamos aqui clamando e pedindo ajuda, e essa ajuda precisa ser ouvida de alguma forma.

Não vai ser todo o estatuto? O.k., mas conversem, chamem-nos para que a gente chegue a um ponto (*Palmas.*) que seja comum a todos, mas a gente não vai desistir para que o mínimo desse estatuto seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero fazer um combinado aqui com todos vocês que estão representando os seus municípios, Vereadores, legisladores, mas também pessoas físicas, com relação aos dados: sessenta milhões, trinta milhões... Este número não existe. Categoricamente, nós fomos atrás de todas as fontes possíveis e esse número não existe.

Qual é o trabalho que a Arcanimal hoje está fazendo? A gente está fazendo diagnóstico de animais que estão com protetoras e com ONGs, mapeamento e censo de animal de rua. A gente fotografa e conta através de um método que a gente validou e, como nós vemos a nossa ONG como uma empresa, a gente vende esse serviço para municípios.

Então, vamos fazer um combinado de falar em números quando nós soubermos que número é esse porque, quando a gente alardeia um número de trinta milhões, sessenta milhões, cem milhões, as prefeituras olham para isso e pensam, Senador: "Não vou nem me meter porque isso é impossível de se resolver".

No último município que nós fomos (*Falha no áudio.*) ... animais de rua, nós chegamos, não finalizamos o relatório, mas vamos chegar a 1.500 animais de rua. E qual foi o combinado que a gente fez com a prefeitura? A gente conversou com eles (*Falha no áudio.*) ... o nosso censo faz mapa de calor. Então, vamos pegar o bairro onde, de 100 animais, 97 são machos, e todos não estão castrados, e vamos fazer um trabalho neste bairro? Vamos monitorar este bairro por um ano, para a gente entender a entrada e a saída de animais?

Então, se não pode ser com o município porque não tem dinheiro, vamos falar com o MP?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARINE ZANOTTO – Vamos falar com pessoas? Vamos falar com empresas privadas que possam financiar? Porque uma coisa é você pensar em castrar 5 milhões, outra coisa é você pensar em castrar 1,5 mil, outra coisa é você pensar em castrar cem. Então, se a gente fatiar o problema, se a gente levantar os dados e fatiar o problema, a gente percebe que é um problema mais fácil de ser resolvido.

E somente com dados é que a gente consegue, inclusive, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais e municipais, para você fazer provisionamento de orçamento, você tem que saber quantos animais você quer vacinar, quantos animais você quer encoleirar e quantos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animais você quer castrar, porque senão o município e o estado ficam: "Ah, é muito dinheiro, não temos dinheiro". E eu entendo: como é que eles vão saber quanto dinheiro, se eles não sabem de quanto dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O número exato.

A SRA. CARINE ZANOTTO – ... estamos falando?

Para finalizar, a gente sempre gosta de deixar claro que existem dois mundos na causa animal: o mundo dos animais tutelados, que são os animais que, em tese, estão protegidos ou que deveriam estar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARINE ZANOTTO – ... protegidos, e o mundo dos animais sem domicílio permanente, que são os animais nas ruas e que estão com protetoras. Então, a gente faz um trabalho pelos animais sem domicílio permanente, porque, Vanessa, a gente entende que é muito importante saber, pelo IBGE, quantos animais estão dentro das casas. Maravilhoso, mas a gente precisa mesmo é saber quantos animais estão com as protetoras, nas ONGs, e, principalmente, quantos animais estão nas ruas, porque entendemos que são os vulneráveis e que numa lista de prioridades, numa ordem de hierarquia, a política pública deve vir primeiro para quem mais precisa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Carine Zanotto, Presidente da Arcanimal, pela sua fala.

E agora nós vamos encerrar. Primeiro, quero dizer a vocês que foi uma audiência pública que efetivamente vai ficar para a história. Olha que eu estou aqui há alguns anos e eu nunca vi uma audiência pública como esta, pela causa animal. Nunca. (*Palmas.*)

Que bom, né? Que bom a gente...

A SRA. CARINE ZANOTTO – Avançar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Avançar e chegar a assistir a uma audiência com todas as informações que vocês deram, que o Governo deu. E com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um propósito afirmativo, positivo, de que vai sair o estatuto. Pode não ser exatamente como nós sonhamos, mas que vai sair, vai.

Quero dizer... Como é o nome da senhora?

A SRA. NATASHA VALENTI (*Fora do microfone*.) – O meu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É.

A SRA. NATASHA VALENTI (*Fora do microfone*.) – Natasha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A Natasha foi a mais chorona aqui, viu? (*Risos.*)

Mas eu quero uma salva de palmas. (*Pausa.*)

Porque, se nós perdermos as emoções pelos animais, pela vida, pelo meio ambiente, não tem mais razão de nós estarmos aqui. É ou não é? É a emoção que nos leva num momento como este.

Então, eu quero dizer a vocês... Eu combinei com ela que, depois que ela terminasse, eu nem ia falar. Só ia dizer que foram atingidos todos os objetivos. Daqui para a frente... Quero só deixar, como Relator: não farei nada sem conversar com vocês. Vou ouvir todo mundo, recolho o material. Se tiver alguma uma audiência que tivermos que fazer em nome da Comissão de Direitos Humanos, em algum estado, pela importância do tema, faremos, iremos ao estado. Levamos aqui a estrutura da Comissão de Direitos Humanos, o pessoal da assessoria, que pode levar a televisão, pode levar tudo para aquele estado. Nós faremos uma audiência estadual, se for o caso.

A SRA. CARINE ZANOTTO – É bom fazer em estados onde a gente não tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Exato, vamos pensar nisso.

Eu quero dizer que eu estou inteiramente à disposição. As contribuições que foram aqui colocadas pelos nossos convidados, tanto aqui da Mesa quanto no Plenário... A assessoria tomou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nota de tudo. Serão instrumentos de construção coletiva. Eu repito, não farei sozinho. Vocês são os autores.

Quando me procuraram, num primeiro momento – eu vou terminar com isso... "Mas quem sabe nós lhe apresentamos um projeto, Senador? O senhor está com 40 anos de Congresso, tem muita experiência. Quem saber o senhor nos ajuda a aprovar?". Eu disse: "Eu ajudo a aprovar, mas o bom mesmo é uma SUG". É porque vem de baixo para cima, vem da sociedade e não tem dono. O dono não é o Paulo, o Roberto, o João, o Paim ou o Sicrano, foi a sociedade que montou. Nós aqui, Senadores e Deputados, vamos contribuir com ideias e com relatórios, mas o projeto é originário de uma SUG construída pela sociedade.

A Arcanimal, claro, cumpriu um papel fundamental, desde o primeiro momento da enchente lá em Porto Alegre. Eles me atacaram, os dois aqui: "Senador, dê um tempinho para nós aqui". Aí foram falando, foram falando. Quando terminou, vocês se sentaram no meu gabinete, em Canoas, e lá me deram os dados, os números. Eu não fiquei com nenhuma dúvida: construam o projeto, apresentem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A Presidente indica um Relator. Eu vou me apresentar como candidato – já falei com ela, e ela disse que não há problema nenhum – para que a gente consiga construir junto essa bela proposta, que é a defesa da vida.

Eu sempre digo que a defesa do meio ambiente é a defesa da vida, a defesa do planeta; a defesa dos animais é a defesa da vida. Quando a gente fala em flor, em jardim, em primavera, de que eu gosto muito, é a defesa do meio ambiente, da vida, da semeadura e disso tudo que vocês estão fazendo, que é salvar vidas, tanto as vidas animais como as vidas humanas.

Por isso, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência, que atingiu todos os objetivos.

Está encerrada.

Agora me pediram uma foto coletiva, porque é muito importante uma foto coletiva para mostrar esta data histórica.

Nós podemos passar, nós que estamos aqui vamos para a frente, os painelistas ali para a frente, o nosso pessoal aqui sobe até a mesa, se for necessário, e filmem vocês todos aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá!

(*Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI Nº 2/2025-CN, QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da quadragésima nona e da quinquagésima reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa das emendas ao PLDO. Finalidade: Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 2/2025-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências". Relatoria: Senadora Damares Alves. A Senadora Damares Alves passa a Presidência para o Senador Paulo Paim. Em seguida o Presidente Eventual Senador Paulo Paim dá a palavra à Senadora Damares Alves que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Presidente Eventual põe em votação o Relatório da Senadora Damares Alves. Resultado: A Comissão aprova o relatório, consignando que deverá apresentar as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 2, de 2025:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ementa	Autoria [Senador(a)]	Programa (Código e Nome)	Objetivo	Unidade de medida	Acrésc/Inclusão/Cancel. Meta
CDH 027 - Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.	Humberto Costa	5662 - Mulher Viver sem Violência	0027 - Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.	unidade	90
CDH 040 - Realizar o enfrentamento à violência e à discriminação contra pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 2 do Plano Viver Sem Limites 2.	Professora Dorinha Seabra	5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	0200 - Realizar o enfrentamento à violência e à discriminação contra pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 2 do Plano Viver Sem Limites 2.	número absoluto	100000
CDH 054 - SENADORA DAMARES ALVES - Ampliar a meta do Objetivo Específico 0193 – Prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência letal, sexual, doméstica e no trabalho infantil, de 6 para 12 ações em 2026.	Damares Alves	5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	0193 - Prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência letal, sexual, doméstica e no trabalho infantil.	número absoluto	12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ementa	Autoria [Senador(a)]	Referência	Texto atual	Modalidade (Aditiva, Modificativa, Supressiva ou Substitutiva)	Texto proposto
CDH 004 - Anexo III	Paulo Paim	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	M	Inclua-se na Seção I do Anexo III - Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, o seguinte inciso: "... – despesas com ações da Fiscalização do Trabalho no combate ao trabalho escravo, no combate ao trabalho infantil e na prevenção da segurança e saúde no trabalho".
CDH 055 - SENADORA DAMARES ALVES - Acrescenta parágrafo ao dispositivo que trata da destinação de recursos incentivados para o desporto, estabelecendo prioridade a projetos desportivos e paradesportivos voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção II, Art 91	Art. 91. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos a título de contribuições de capital dependerá de prévia autorização em lei especial, conforme disposto no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	A	"§ ___. Terão prioridade na destinação de patrocínios incentivados os projetos desportivos e paradesportivos direcionados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, articulados a programas federais de proteção e promoção de direitos."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

CDH 056 - SENADORA DAMARES ALVES - Inclui no Anexo III da LDO 2026 as despesas destinadas à execução e expansão de programas de proteção integral a crianças e adolescentes entre aquelas que não serão objeto de limitação de empenho.	Damares Alves	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	A	"Inclua-se no Anexo III – Despesas que não serão objeto de limitação de empenho: – as despesas destinadas à execução e expansão de programas de proteção integral a crianças e adolescentes, com ênfase no Programa Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – PRO-DH e no Programa Protege Brasil, no âmbito do Governo Federal."
CDH 057 - SENADORA DAMARES ALVES - Acrescenta parágrafo ao dispositivo que trata das deduções de imposto relativas a patrocínios culturais, desportivos e sociais, para priorizar projetos destinados à proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.	Damares Alves	Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção II, Art 91	Art. 91. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos a título de contribuições de capital dependerá de prévia autorização em lei especial, conforme disposto no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	A	"§ ___. Na aplicação dos incentivos fiscais de que trata este artigo, serão priorizados projetos, programas e ações destinados à proteção e à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, notadamente aqueles executados no âmbito do Programa Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – PRO-DH e do Programa Protege Brasil, observado o disposto no art. 227 da Constituição Federal."

Ao final o Senador Paulo Paim devolve a presidência à Senadora Damares Alves. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente, encaminhada à CMO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Damares Alves**
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Flávio Arns, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Augusta Brito, Paulo Paim e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 715, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento para a realização de cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para a mulher vítima de agressão da qual resulte dano à sua integridade física ou estética." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5253, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 961, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para dispensar o exame de corpo de delito nos crimes cometidos no contexto de violência doméstica e dá outras providências." Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 421, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Eduardo Girão. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2195, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Eduardo Girão. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3833, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, desde a data do pedido de medida protetiva de urgência que venha a ser concedida e por até 2 (dois) anos após sua revogação, a mulher em situação de violência doméstica e familiar terá direito à gratuidade da justiça." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 383, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Resolução nº 249, de 10 de julho de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescentes - Conanda, que "dispõe sobre a proibição do acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas."" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: O relatório foi lido, na sequência, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. ITEM 8 - Sugestão n° 16, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre garantir banheiros separados por sexo de nascimento para mulheres e crianças do Brasil" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: O relatório foi lido, na sequência, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais. ITEM 9 - Relatório que : "null" Autoria: CDH. Resultado: A Comissão aprova o relatório da diligência realizada no Arquipélago do Marajó. . ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 91, de 2025 que: "Requer os termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Adultização Infantil e Exposição de Crianças em Plataformas Digitais", com foco nos casos recentemente denunciados pelo youtuber Felipe Bressamin Pereira, conhecido como Felca." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado pela Comissão. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 92, de 2025 que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 93, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 94, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 95, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Luiz Paulo Teixeira, informações sobre a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 96, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 97, de 2025 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislação Participativa (CDH)." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 98, de 2025 que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 84/2025 - CDH sejam incluídas as seguintes convidadas." Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A matéria é incluída como Item Extrapauta. Na sequência, a Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado pela Comissão. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 99, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que visa disponibilizar implantes subdérmicos de etonogestrel como método contraceptivo para crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos na rede pública de saúde." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A matéria é incluída como Item Extrapauta. Na sequência, a Senadora Damares Alves e a Senadora Augusta Brito subscrevem o requerimento, que é aprovado pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2025.

A nossa pauta foi devidamente publicada, e nós vamos fazer uma inversão de pauta: nós vamos direto para o item 9 da nossa pauta.

O item 9 da nossa pauta é o relatório da diligência da Comissão de Direitos Humanos realizada no Arquipélago do Marajó.

Farei a leitura do relatório – estive responsável pela confecção do relatório – e, na sequência, a gente fará a votação do relatório.

Farei uma leitura resumida do relatório. Ele já foi devidamente publicado. Nós o deixamos publicado há alguns dias, aguardando dos demais Senadores contribuições, de quem fez parte da comitiva, contribuições. E, hoje, a gente traz o texto final. E por que nós vamos apreciá-lo e votá-lo já com uma certa urgência hoje? O Ministério Público está pedindo o relatório. O Ministério Público do Estado, acho que do Estado, não é o Federal.

É o Federal?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É o MPF.

O Ministério Público Federal está pedindo o relatório, quer ter acesso ao relatório, mas a gente informou que nós só enviaríamos o relatório aprovado no final.

Eu espero que o Ministério Público Federal, depois de ter acesso ao relatório, nos ajude nos encaminhamentos que o relatório está apontando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Arquipélago do Marajó, situado na foz do Rio Amazonas e composto por mais de 2,5 mil ilhas, é a maior ilha fluviomarítima do mundo, com aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, área equivalente ao território de Portugal.

Em seus 16 municípios habitam cerca de 557 mil habitantes, cuja diversidade cultural expressa origens indígenas, afrodescendentes, ribeirinhas e caboclas.

Essa riqueza cultural se manifesta em saberes tradicionais, culinária, festas e artesanato de grande relevância.

Por outro lado, o isolamento geográfico do arquipélago impõe desafios logísticos que dificultam a presença do Estado, agravando a exclusão social. Municípios como Melgaço e Afuá apresentam baixos índices de urbanização, altas taxas de analfabetismo em áreas rurais, em comparação à média do país, quase inexistência de saneamento básico e acesso precário à água potável. Crianças e adolescentes enfrentam taxas preocupantes de desnutrição e ainda se testemunha exploração sexual, trabalho infantil e tráfico humano no território.

Nesse contexto, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou a diligência de avaliar a situação local, dialogar com autoridades e comunidades e coletar elementos sobre violações de direitos humanos.

A missão teve como foco a proteção da infância, apuração de casos emblemáticos de violência contra crianças e a identificação de necessidades estruturais para a formulação de políticas públicas.

A comitiva contou com a presença da Senadora Damares, dos Deputados Federais Delegado Caveira, do PL do Pará, Éder Mauro, do PL do Pará, e Carlos Jordy, do PL do Rio de Janeiro, além do Deputado Estadual Rogério Barra, do PL do Pará.

Participaram também assessores legislativos, consultores do Senado e membros da Polícia Legislativa.

Nós estivemos em duas cidades.

Em Breves, a programação incluiu: visita à Operação Excelsior, da Força Aérea Brasileira, e ao seu hospital flutuante, que realizou milhares de atendimentos de saúde itinerante durante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Operação Excelsior; inspeção ao Centro de Atendimento Especializado de Meninas e Mulheres Marajoaras, unidade integrada para enfrentamento à violência contra a mulher.

Esse centro de atendimento é da Prefeitura de Breves. E, na verdade, deixe-me explicar, é uma versão da Casa da Mulher Brasileira. O espaço, inclusive, foi projetado como Casa da Mulher Brasileira, mas tem, devido à necessidade da região, um atendimento especializado de meninas e mulheres marajoaras.

Tivemos, ainda em Breves, reunião com a Superintendência da Polícia Civil do Marajó Ocidental e com a Delegacia da Mulher, abordando segurança pública, tráfico humano e exploração infantil. O superintendente cuida de uma região enorme do Marajó e nos trouxe, como superintendente, a visão da questão da segurança pública naquela região.

Depois nós seguimos para a cidade de Anajás.

A comitiva participou, em Anajás, de sessão solene na Câmara Municipal, em que ouvimos manifestações da sociedade civil, e tive a honra de receber uma homenagem da Câmara. Havia uma comenda aprovada para mim, eu fiquei muito feliz – e eu divido essa homenagem com todos os membros da Comissão de Direitos Humanos.

Tivemos ainda: reunião na delegacia de polícia, com a presença da mãe da menina Amanda Julie Ribeiro Sobrinho, que foi brutalmente assassinada, estuprada, torturada, em 2022; reunião com a família da menina Elisa Ladeira Rodrigues, uma menina desaparecida desde 2023, com a presença de agentes públicos locais que acompanham o caso – e a família – desde o desaparecimento; encontro com o Prefeito de Anajás, Vivaldo Mendes da Conceição.

E tivemos também encontro com o Conselho Tutelar de Anajás.

Tendo isso em vista, autoridades e profissionais da rede de proteção apontaram as seguintes necessidades estruturais prioritárias, tanto em Breves como em Anajás.

Transporte: aquisição de voadeiras, barcos-voadeiras, e fornecimento regular de combustível para atendimento pelas redes de proteção.

Segurança pública: ampliação do efetivo policial, criação de delegacias especializadas e dotação de embarcações blindadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pasmem os senhores, tem delegacia que não tem embarcação, e as ruas do Marajó são rios. Não adianta mandar uma viatura para lá, inclusive o carro do conselho tutelar; não adianta ficar mandando carro; eles precisam de barcos. Não existe viatura da polícia em forma de barco não. E o conselho tutelar também não tem barco. Então, para ir a uma comunidade isolada – e grande parte da área de Anajás é comunidade rural –, eles não têm como ir. Então, tem inúmeras comunidades que o conselho tutelar nunca visitou. A polícia, quando precisa fazer uma diligência nessas áreas, tem que pedir um barco emprestado à prefeitura.

Registro civil: realização de mutirões periódicos integrados com unidade de saúde e assistência social.

Na área da educação: capacitação de educadores para identificação de situações de abuso sexual e violência de gênero.

Saúde: garantia de atendimento psicossocial imediato após denúncias de violência sexual.

Infância e juventude: criação de centros integrados de acolhimento e proteção de crianças e adolescentes vítimas de violências múltiplas.

Diante disso e com base nas escutas e constatações realizadas, sugerem-se, entre outras, as seguintes medidas:

- Federalização das investigações sobre o caso de Elisa Ladeira Rodrigues.

E aqui, senhores, eu quero dizer o seguinte: depois que nós estivemos no Marajó, nós temos novidades do caso da menina Elisa. A menina desapareceu com dois anos de idade, ela está com quatro anos agora, e, na semana em que nós estávamos lá, em reunião com a família, a família tinha recebido uma foto da menina, com quatro anos.

Nós ouvimos da família que quem sequestrou a criança já tinha ido três vezes à casa da mãe, e uma das vezes levou a menina para a mãe dar a bênção. E os sequestradores disseram para a mãe – gente, toda a família testemunhou isso – que só devolvem a menina Elisa quando entregarem para os traficantes a criança que eles compraram.

Esse inquérito estava encerrado e foi reaberto, por conta desses novos fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senador Seif, depois da nossa vinda e já depois da elaboração do relatório, fomos procurados, na semana passada, de novo pela família de Elisa: a foto de Elisa está novamente numa rede social e já se sabe onde a menina está e a casa onde ela está. E nós estamos aguardando que a polícia do Pará faça a visita a essa possível casa onde ela está.

Por isso que nós pedimos a federalização da investigação, especialmente do caso da menina Elisa. Já conversei com o Ministro da Justiça e agora eu espero que o Ministério Público Federal também nos ajude na federalização do caso;

- Criação de delegacias especializadas da criança e do adolescente em Breves;

- Reforço imediato da polícia civil, com embarcações, efetivos, logística e perícia técnico-científica;

- Fortalecimento e valorização dos conselhos tutelares, com equipamentos, proteção institucional e melhoria salarial;

- Implantação de protocolos de fiscalização no transporte fluvial, para prevenir desaparecimentos e tráfico de pessoas;

- Campanhas permanentes de registro civil, com foco em áreas rurais e ribeirinhas;

- Ampliação da saúde itinerante, com integração aos prontuários locais e presença de especialidades médicas;

- Criação de um polo de formação médica no Marajó, com curso superior de Medicina em Breves;

- Apoio à proteção de famílias vítimas de violência, com inclusão em programas de proteção a testemunhas; e

- Fortalecimento da Base Integrada Antônio Lemos, com atuação coordenada entre forças federais e estaduais.

Concluindo, a diligência evidenciou uma conjuntura complexa, ainda marcada por deficiências estruturais, desafios institucionais e persistente violação de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O isolamento territorial do arquipélago amplia as dificuldades da ação estatal, tornando a presença parlamentar um gesto necessário de escuta e responsabilização pública.

Esse é o relatório.

Nós colocaremos em votação o relatório.

Os senhores que... Aqueles que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório agora será encaminhado às autoridades, inclusive ao Ministério Público Federal.

E eu queria fazer um convite aos senhores: há um filme que foi produzido e recentemente ganhou inúmeros prêmios internacionais, chamado Manas, que retrata a história de uma das meninas do Marajó. E, nesse final de semana, estreou uma obra de ficção na Netflix, uma série com quatro episódios, com o título Pssica. Essa série fala... Inclusive tem uma cena muito deprimente – que é a realidade do Marajó –, em que meninas de 13 anos são levadas a leilão, com autoridades, com Prefeitos...

A série é uma ficção, mas o escritor construiu aquela obra com base na realidade local. Inclusive, parte da série é em Caiena, para onde as meninas, nessa série, são levadas.

E aí, Senador, eu quero lembrá-los do nosso colega funcionário da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados que estava no Pará, indo para um leilão de meninas. Já tinha estado em Caienas, estava indo para um leilão. Ele me ligou às 8h da noite – eu trabalhava na Câmara como assessora – e me disse o seguinte: "Se acontecer alguma coisa comigo, cuide do meu filho, Léo".

O Tupinambá está aqui. Tupinambá lembra do nosso colega, o Amarildo. E, às 22h, ele sofre um acidente, ele e o cinegrafista da Globo. Eles morrem.

A instituição Repórter Sem Fronteiras, por muito tempo, questionou esse acidente, especialmente porque o pé do Amarildo desaparece, e ele foi enterrado sem o pé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma dúvida sobre esse acidente. Foi dado como acidente, mas ele estava indo para um leilão, junto com o cinegrafista da Globo, para filmar o leilão, só que ele tinha muito conteúdo, e todas as outras fitas deles, DVDs, foram entregues para a Comissão.

A morte de Amarildo foi no ano de 2008.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara perdeu um guerreiro, que estava investigando o tráfico de meninas no Marajó e que estava indo para um leilão. E essa obra de ficção que estreou na Netflix, neste final de semana, assistam. É exatamente um dos leilões. É como se tivessem ouvido o Amarildo para construir essa obra.

Então, o nosso relatório...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Qual é o nome? Qual é o nome do...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pssica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pssica?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pssica. Manas é o filme.

Tem um filme, que foi lançado recentemente com as mesmas histórias, e, agora, a Netflix tem uma série.

Inclusive, a série da Netflix é tão impressionante, que ela traz os ratos dos rios.

O Brasil não sabe que nós temos piratas nos rios. Esses ratos dos rios, daquela região, são ligados ao crime organizado.

Eles são cruéis. Eles matam. Eles torturam. Inclusive, eu não entendi por que a Netflix lança essa série às vésperas da COP. Qualquer estrangeiro que assistir a essa série não vai querer ir para o Pará, porque é muito ruim. Inclusive, foi retratado.

Eu questiono, porque eu falo das violências que acontecem no território, mas eu faço muita questão de exaltar o território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O território é lindo, o povo é incrível, o povo é maravilhoso. Os criminosos que usam o território é que têm que ser preso. E nem todos que cometem o crime são de lá. Eles usam o arquipélago por causa da logística.

É muito fácil traficar uma pessoa pelo território do Marajó. Necessariamente, não são as pessoas do Marajó que cometem os crimes.

E a série trouxe só coisas negativas do arquipélago, e eu questiono muito, questionei muito a série. Não era a hora de ser lançada essa série agora, às vésperas da COP 30. Muita gente vai ficar com medo de ir para o Pará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas a COP já é um fracasso, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A COP já é uma tragédia anunciada deste Governo, que não...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas recomendo vocês assistirem à série para vocês terem uma ideia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou assistir. Já está anotado aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... do que é a realidade no Marajó.

Vai ter momento que vocês vão chorar, quando um pai fala o seguinte...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não dê *spoiler*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... "Está aqui a minha filha de 13 anos. Leve. Ela sabe fazer"... Ele ainda diz o seguinte: "Ela sabe fazer muito bem".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Meu Jesus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito ruim, gente.

Então, o relatório está aqui. Leiam o relatório da nossa comitiva.

Acho que nós devemos voltar ao Marajó. A gente deve continuar cuidando do Marajó.

Os preços que eu pago por isso são altos. Agora chegou mais um inquérito meu no Supremo Tribunal. Um inquérito que estava aqui na Justiça comum, subiu, porque eu tenho foro privilegiado.

E o inquérito é porque eu prevariquei. Olha só! Primeiro, disseram que eu menti, que não tinha casos; aí, entraram com uma ação de que eu menti; agora, entraram com outra de que não, os casos e indícios... Mas ela prevaricou.

Quando eu criei, dentro do governo anterior, o maior programa de desenvolvimento territorial, que é o Programa Abrace o Marajó, só de energia elétrica – Seif estava lá. Seif foi ministro –, só de energia elétrica, em um único dia, nós levamos R$700 milhões para o Marajó. Como é que eu prevariquei? Sem energia elétrica, não tem como ligar no Disque 100; sem energia elétrica, não tem como levar segurança para as crianças.

Mas tudo bem, vou continuar pagando um preço, mas que a gente não esqueça não só as crianças do Marajó, mas todas as crianças desta nação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Mas, Presidente, sabe por que é que está acontecendo isso com a senhora, e eles não se decidem? Porque a senhora tem se posicionado firmemente, com relação a abusos que têm acontecido vindos da nossa Suprema Corte. Quem faz isso hoje, no Brasil – e o Senador Seif também –, vira alvo.

E eu vou dizer uma coisa para a senhora: Eu acabei de voltar da Argentina. Fui com o Deputado Marcel van Hattem. Nós estivemos, na semana passada também, lá, visitando os presos. Finalmente, eu consegui conversar com os presos, porque, na última vez, a burocracia foi grande, mas, pelo menos na Argentina, a gente tem a possibilidade, eles autorizam que Parlamentares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros visitem os presos políticos que estão lá. São cinco: uma mulher, Ana Paula, e quatro homens.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a Ana Paula está doente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito. Eu estive com ela.

E, Senador Seif, eu quero convidá-lo – a Senadora Damares foi, ficou de voltar. Quero convidar você. Nós precisamos fazer uma nova missão.

Mas eu estou cada vez mais indignado com a postura do Relator, Ministro Alexandre de Moraes, que não liberou a gente para visitar os presos políticos aqui no nosso país!

Eu pergunto à senhora, que é Presidente desta Comissão: aquele pedido que nós fizemos, no início aqui da sua Presidência, já foi respondido pelo Ministro Alexandre de Moraes?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – São inúmeras tentativas, inúmeros contatos com o gabinete dele, para que ele nos autorize, e ele não autoriza. E o sistema prisional, tanto do DF como de outros estados, só vai nos deixar entrar se o Ministro autorizar.

E aí, Senador Girão, como ele não responde a uma decisão de um Colegiado desta Casa, então ele desrespeita uma instituição, a Advocacia do Senado ingressou com uma ação, e nós estamos aguardando uma obrigação de fazer. Ele tem que atender, porque foi uma decisão de um Colegiado.

E nessa semana a gente teve uma situação bem ruim: a avó de um dos presos morreu. As imagens são muito fortes. E foi difícil liberar um menino para ir ao velório da avó, aqui em Brasília, tão pertinho da Papuda – da Papuda ao cemitério, uma viagem rápida.

Então, a gente está vendo muitas violações. A gente só quer ir lá, visitar os presos.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade, Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senadora, se a senhora só me permitir...

Nós temos denunciado as violações de direitos humanos do Ministro Alexandre de Moraes há muitos anos. Nós não estamos fazendo isso há uma semana, ou dez dias, ou vinte. Nós estamos falando isso desde que nós estávamos no Governo do Presidente Bolsonaro, devido à escalada de perseguição e violência política, religiosa, que nós estamos vivendo.

Nós vimos agora um pastor, uma liderança brasileira, um dos maiores líderes evangélicos do nosso país, o grande Pastor, o grande líder Silas Malafaia ser emboscado no retorno de uma viagem de Lisboa.

Pegaram os cadernos de oração, os cadernos que ele escreve, as pregações dele... Pegaram!

Pegaram o passaporte! Ele tinha agora um casamento para celebrar nos Estados Unidos, tinha uma pregação para fazer numa igreja dele de Boston.

Então, nós estamos falando de vários tipos de violência, de vários tipos de abuso, de vários tipos de violações do que é ministro, mas deveria ter outro nome, porque, para mim, quem comete crimes contra a nossa Constituição... Quem deve guardar a Constituição, e a fere e a rasga e a despreza não é ministro; é criminoso. E esse cidadão...

E eu quero lembrar aqui para quem está nos ouvindo em todo o Brasil, Senadora Damares Alves... Eu falava, ontem, com a Ministra Tereza Cristina, sobre a minha indignação com o que está acontecendo no Brasil. E nós, que trabalhamos com o Presidente Bolsonaro, não podemos nos calar, porque nós vimos este país dando certo.

Eu quero dizer para a senhora e lembrar a cada um dos brasileiros que está nos prestigiando com a sua audiência, em todo o Brasil: criminosos, no Brasil – criminosos de verdade, Girão –, traficantes, pedófilos, estupradores, assassinos, terroristas, todos esses tipos de criminosos recebem visita íntima. Sim! Eles fazem amor sob os cuidados de policiais – se assim eu posso dizer. Não posso usar aqui a palavra que eu gostaria, mas, então, eu vou falar bem leve. E esses mesmos tipos de criminosos no Brasil recebem salário!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos pedindo para Senadores – eu tive 1,5 milhão de votos de catarinenses –, com alta representatividade de votos, numa eleição majoritária, que é dificílima... Elegemo-nos, nós três e tantos outros aqui, numa eleição majoritária.

Eu represento 8 milhões de catarinenses; pedi para visitar o Presidente Bolsonaro. Fui negado. Pedimos para visitar os presos de 8 de janeiro; fomos negados. Pedimos para visitar o Braga Netto; até hoje, eu acho, não teve resposta. Se eu não me engano, ou não teve resposta, ou foi negativa.

Então, Alexandre de Moraes, além de ser um violador de direitos humanos... E que bom que a maior nação do mundo, a maior economia, a maior democracia, o maior poderio bélico do mundo... Não são agora Girão, e Seif, e Damares, e Magno Malta, e Rogerio Marinho, e Portinho e Flávio que estão reclamando em microfone; nós estamos falando da maior nação do mundo, gostem ou não dos Estados Unidos da América. Sancionaram, e graças a Deus por isso, porque isso é justiça. Quem viola direitos humanos, quem é um violador contumaz, proposital, criminoso, perseguidor, precisa ser sancionado por uma lei de abusadores.

E eu espero que os demais membros da Suprema Corte se afastem desse leproso... Porque ele, hoje, é um leproso. Hoje ele botou o Brasil na pior condição em que um país pode estar – na pior! –, que é um país sancionado por uma Lei Magnitsky.

Eu não me alegro com isso, mas agradeço a Deus porque, pelo menos alguém, além de nós, denunciou.

E eu espero que os demais membros da Suprema Corte não paguem com as suas vidas, com as vidas de suas esposas, com a vida de seus filhos, e sejam também sancionados, e sejam também uns leprosos: "Esse cara é um leproso" – com todo respeito às pessoas que têm hanseníase.

Eu estou falando leproso porque ele é um doente, ele é um sancionado, ele é um excluído. Ele não pode mais viajar para os Estados Unidos e, em breve, se Deus quiser também, será um nome na lista da Interpol como violador de direitos humanos em todo o planeta Terra. Vai ter que se contentar em ficar no Brasil, enquanto o Lula for Presidente, que vai sair também. Aí, ele saindo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente... Aqui dentro ele também não vai poder sair de casa, porque o lugar dele não é na Suprema Corte; o lugar dele é na prisão.

Esse cara é um criminoso. Ele viola a Constituição Federal. Quem viola a Constituição e deveria guardá-la é um criminoso.

Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos na Comissão de Direitos Humanos, muito bem presidida, com muita legitimidade, pela sua história de vida, por V. Exa., Damares Alves. E, olha, a gente não ter tido a autorização do Ministro Alexandre de Moraes a um requerimento aprovado por unanimidade pelos Senadores desta Casa, para visitar os presídios do Brasil, não é humilhação; isso é uma violação à nossa prerrogativa, violação à Constituição do Brasil.

E outra coisa: ele é tão violador contumaz global de direitos humanos, que nós fizemos uma reunião aqui, Senador Seif – o senhor, que é um defensor da vida desde a concepção... Nós fizemos, algumas semanas atrás, uma sessão aqui, em que uma decisão...

A Damares lembrou agora da idosa, da morte da velhinha, da avó de um desses prisioneiros políticos do dia 8 de janeiro, ontem... Outros velhinhos que estão presos, pessoas idosas, pelos atos do dia 8 de janeiro, por 16, 17 anos... Mas vai desde idoso a violação de direitos humanos, do Ministro Alexandre de Moraes, até a bebê.

Nessa audiência pública que nós fizemos, sobre a assistolia fetal... Está pendente uma decisão, uma resolução do Conselho Federal de Medicina, que reúne centenas de milhares de médicos. Esteve aqui o representante, dizendo da proibição da assistolia, que nem em animais é permitida mais. E o Conselho Federal de Medicina toma decisão técnica, científica, e o Supremo, através de quem? Ministro Alexandre de Moraes vai lá, dá uma canetada e suspende.

Está acontecendo a torto e a direito no Brasil a assistolia. O aborto praticamente legalizado.

Então, viola direitos humanos da mais tenra idade até o idoso. É um contumaz! E o Senado, acovardado, assim, de joelhos sobre a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora está dando uma notícia agora de que a nossa Advocacia do Senado vai entrar no circuito.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Já entrou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já entrou.

Eu não sei que tipo de... A senhora enviou o relatório lá da Argentina para ele também, aquele relatório do que foi feito aqui, votado? (*Pausa*.)

E à Comissão de Direitos Humanos da OEA? Já enviou? Não?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Estamos mandando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Também?

Porque, realmente, é algo, assim, surreal o que está acontecendo.

Eu só tenho uma coisa para fechar aqui: tudo o que a gente planta a gente colhe. É a lei da semeadura. É isso que me conforta e que me dá esperança, para que dessas pessoas cesse o sofrimento, porque a justiça dos homens e, principalmente, a de Deus já estão encaminhadas com esse tipo de abuso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senhores, para a gente encerrar este debate – e nós já vamos para os itens 7 e 8 da pauta –, há outra expectativa de mais uma violação de direitos humanos, e eu queria fazer um manifesto, como Presidente desta Comissão e também um manifesto muito pessoal.

A Polícia Federal orientou que, a partir de agora, tenha um policial dentro da casa do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Todo mundo viu, isso foi matéria de notícia a noite inteira.

Que Polícia Federal é esta? Dentro da casa do Presidente Bolsonaro, onde ele está em prisão domiciliar, tem uma criança e uma esposa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mesma corte – eu espero que a corte não decida pelo que a Polícia Federal está pedindo –, mas essa mesma corte disse que policial não poderia estar dentro das comunidades lá no Rio, onde tem criminosos, e alegaram, inclusive, a segurança das crianças, porque, se os policiais fazem operação nas comunidades, colocam em risco a integridade e a dignidade das crianças. Mas um policial dentro da casa do ex-Presidente não vai colocar em risco a dignidade dessa menina? O choque emocional para uma menina ter que dormir e acordar com policiais dentro da casa...

Até onde vai a humilhação a um ex-Presidente da República? Uma das mais terríveis violações de direitos humanos, se isso acontecer.

E me assusta muito ter uma recomendação da Polícia Federal. Sabe por quê? A serviço de quem está essa Polícia Federal?

No dia 9 de janeiro de 2023, essa mesma Polícia Federal foi ao acampamento, pegou crianças e levou presas. Foi um dia de vergonha para a história do Brasil quando a nossa Polícia Federal prendeu crianças no Brasil. Quem estava no acampamento...

Gente, era janeiro, e muita gente, de férias, vinha para orar no acampamento. Acreditem! Muita gente veio para Brasília, conheceu Brasília no acampamento, porque eram chamados para virem orar em Brasília.

Crianças foram levadas para a prisão. Essa polícia violou um dos mais sagrados direitos humanos, no dia 9 de janeiro de 2023.

Mas a serviço de quem está essa Polícia Federal?

Eu não vou citar exemplo dos senhores. Vou citar outro exemplo meu. É uma necessidade que essa polícia tem de desgastar a imagem de quem é conservador também.

Em 2023, um avião da igreja do meu tio foi sequestrado, e colocaram drogas dentro do hangar onde ele ficava. E o piloto descobriu. O piloto da igreja, com os pastores, ligou para a Polícia Federal e disse: "Ó, colocaram drogas dentro do avião da igreja. Vão lá fazer a apreensão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fez-se a apreensão, mas a notícia era: avião da igreja do tio da Damares foi pego com droga. Tanto que eu pedia para a Polícia Federal dizer que foi o pastor que denunciou. Se aquele piloto tivesse voado, poderia...

Inclusive, quem contratou o avião que colocou a droga poderia ter sequestrado o piloto! Mas não. Um ano falando: o avião da igreja do tio da Damares, um senhor de 70 anos, mas era para desgastar a imagem da bolsonarista – Polícia Federal! Aí, na semana passada, de novo, a mesma Polícia Federal.

Em 2021, 2022, eu fiz uma denúncia de uma suspeita de uma emenda que foi mandada para o nosso ministério de uma instituição. Eu fiz a denúncia, e, na semana passada, teve operação policial, por causa da denúncia que eu fiz, mas a Polícia Federal disse para a imprensa: "Estamos fazendo uma operação no antigo ministério da Damares". Foi um dia lutando para a imprensa falar a verdade. E a imprensa disse: "Mas foi o que a Polícia Federal falou: 'Nós estamos investigando o antigo ministério da Damares'". Não disse, mas era o nome da Damares. Aí tinha gente falando: "Polícia Federal na casa da Damares". "Polícia Federal atrás da Damares". É o desgaste da imagem dos conservadores. É trazer angústia para nós. Tudo bem, eu me viro com isso, a gente se resolve. Mas a serviço de quem está essa Polícia Federal quando levam crianças presas? Inúmeras iniciativas para desgastar a imagem dos conservadores e agora orienta que tenha um policial dentro da casa de um ex-Presidente idoso, doente, em crises de soluço, muito doente, com uma criança e uma esposa. Eu espero que a Suprema Corte não acate a orientação da Polícia Federal – eu espero.

Nós vamos encerrar. (*Pausa.*)

Inclusive, a gente tem um requerimento para ir à casa do Presidente Bolsonaro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão também, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim. (*Pausa.*)

Foi o Requerimento 82. Já foi aprovado e já estamos pedindo autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu, na verdade, critiquei quando foram impostas essas medidas cautelares ao ex-Presidente Bolsonaro, porque me parecem absolutamente exageradas: primeiro, a censura, e, depois, a prisão domiciliar. O Lula nunca foi submetido a medidas equivalentes. Antes, inclusive, do julgamento, ele dava entrevistas com abundância e sempre foi muito duro nas suas palavras contra juízes e promotores. E esse tipo de restrições acaba até afetando a credibilidade do processo, mesmo porque nós não vemos com...

Primeiro, não se pode proibir alguém de falar, de se defender perante a opinião pública; depois, com relação à questão de risco de fuga, parece-me que não existe nenhum elemento concreto.

Ontem, vi a decisão do Ministro Alexandre em relação à intensificação da vigilância fora da casa e também entendo que isso é um exagero, mas esse pedido do Diretor da Polícia Federal, de colocar alguém dentro da casa, é absolutamente extravagante. Não conheço precedente nem vislumbro essa necessidade. Espero que o Judiciário tenha a sabedoria de não acatar uma solicitação dessa espécie.

O que a gente tem visto, infelizmente, nos últimos meses, é uma escalada cada vez maior disso. E eu tenho reiterado que o país precisa de distensionamento.

Desde o início, o Supremo errou em assumir a competência sobre esse caso, porque ele modificou a jurisprudência, ficou soando como uma mudança de ocasião, algo que não deveria ter feito, e em relação, igualmente, a também os manifestantes do 8 de janeiro.

Em relação a esse, Senador Girão, eu tive a oportunidade até de externar a minha opinião a alguns membros do Supremo. Disse: "Olha, as penas não podem ser excessivas, desproporcionais, porque essas pessoas, em qualquer das narrativas possíveis do que elas fizeram, são pessoas que não tinham aquele potencial lesivo; ou eram pessoas que se exaltaram numa manifestação que saiu do controle, ou, ainda, na versão mais rigorosa do desejo de implementar um golpe, teriam sido aí, no máximo, massa de manobra". No entanto, temos lá essas penas de 18 anos, de 17 anos, prisões preventivas de dois anos, prisões preventivas de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um ano sem denúncia. Então, a discrepância disso tem lesionado o devido processo e a credibilidade, infelizmente, da condução desses processos pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu nunca vi a Polícia Federal solicitar autorização para que um policial ficasse dentro da Casa de alguém em prisão domiciliar. Se isso for autorizado, será mais um excesso, e espero que não cometam esse erro.

Mas, desde logo, aqui, cabe censurar o Diretor da Polícia Federal por fazer esse tipo de solicitação absurda ao Supremo Tribunal Federal. Aliás, a gente está vendo algumas movimentações muito estranhas da Polícia Federal. Eu destaco aqui, em especial, essa investigação do desconto fraudulento dos aposentados e pensionistas do INSS.

A Polícia Federal, atuando na base, vinha fazendo um bom trabalho, revelando ilícitos que chocaram o país, como o roubo desses aposentados e pensionistas, da ordem de 5 bilhões, e, de repente, todos esses processos são encaminhados ao Supremo Tribunal Federal por uma prevenção que depois se mostrou não existente, a pedido de um delegado atuante perante o Supremo Tribunal Federal.

Então, a gente tem que distinguir também duas coisas: a Polícia Federal é uma corporação que a gente respeita, formada por profissionais habilitados, mas existem algumas movimentações que vêm da Polícia Federal, em Brasília, da cúpula, com as quais não se pode concordar e que não têm precedente na história da corporação. Durante o meu tempo de Ministério da Justiça e Segurança Pública, isso nunca acontecia, e, se tivesse acontecido, a gente exonerava, no momento, ali, o delegado que abusasse dessa posição.

Então, registro aqui também o meu repúdio a essa solicitação e a esse excesso cometidos em relação ao ex-Presidente.

Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Damares, eu só queria, se a senhora me permitir...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – ... eu só queria complementar. É sobre restrição de liberdade ao Presidente Bolsonaro.

Eu queria lembrar de novo ao Brasil: Fernandinho Beira-Mar deu entrevista na cadeia, Elias Maluco deu entrevista na cadeia, Marcola deu entrevista na cadeia, Luiz Inácio Lula da Silva deu entrevista na cadeia. Bolsonaro não pode usar celular, não pode falar com os filhos, não pode falar com os netos, não pode receber visita, não pode ter rede social, não pode sair de casa. E agora querem colocar polícia dentro da Casa dele. Então, o que estão fazendo com esse homem é um absurdo.

E eu quero uma outra reflexão do Brasil. Veja, rapaz, veja se só eu penso isso, Senador Moro, Senadora Damares, Senador Girão: um homem – um homem – que salvou a democracia da ditadura, um homem com esse título, com essa força, com essa coragem, seria um herói. Ou não? Salvou a democracia. E um herói... O que o povo faz com o Super-Homem, com a Mulher Maravilha, com o Batman, nos filmes? São celebrados. Pô, salvou a democracia. O Brasil hoje viraria uma ditadura: "Eu salvei a democracia".

Esse homem não sai na rua. Ô, Alexandre de Moraes, já te convidei umas cinco vezes, vai a sexta. Vamos às ruas juntos. Vamos andar em Balneário Camboriú, em Itajaí, na Avenida Atlântica. Vamos na Avenida Paulista. Sem colete, igual eu ando. Sem colete, sem carro blindado e sem segurança. Tu não é salvador da pátria, cara? Tu não é herói? Um herói que não sai às ruas, que é encastelado, é do Supremo para casa com 50 segurança, é três, quatro carros para despistar, medroso! Sabe por quê? Tu não é herói coisa nenhuma; tu é um covarde. Um covarde que não sai às ruas, porque se fosse herói e se tivesse salvado a democracia, como você se autointitula – uma piada intergaláctica –, você sairia às ruas e seria celebrado pelo seu povo, como o meu Presidente é. Aí, sim. Aí é herói do povo, aí é capitão do povo, diferente de você, que é expurgado pela sociedade.

E os níveis de aprovação e de confiança do povo brasileiro sobre o Supremo Tribunal Federal é o mínimo histórico, graças ao herói, ao herói que salvou a democracia.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senhores.

Obrigada, Senador Seif.

A discussão começou por causa de uma deliberação da Comissão de visitar os presos, que não foi atendida ainda. Mas nós vamos voltar para a pauta. Eu peço a colaboração dos colegas.

O item 9 já foi deliberado; dos item 3 e 6, as Relatoras pediram retirada de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 961, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) para dispensar o exame de corpo de delito nos crimes cometidos no contexto de violência doméstica e dá outras providências.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3833, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, desde a data do pedido de medida protetiva de urgência que venha a ser concedida e por até 2 (dois) anos após sua revogação, a mulher em situação de violência doméstica e familiar terá direito à gratuidade da justiça.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Nós agora, como fizemos inversão de pauta, vamos para o item 7 e o item 8; depois a Senadora Augusta tem os itens 1 e 2, né?

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2024

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Resolução nº 249, de 10 de julho de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescentes - Conanda, que "dispõe sobre a proibição do acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas."

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu queria parabenizá-la pela sua sensibilidade em ser autora desse projeto, que mostra muita humanidade, para quem conhece realmente da tragédia que são os vícios, qualquer um deles, né? E, e eu tenho a oportunidade de também de visitar, de estudar bastante esse assunto. Eu peço a sua autorização para ir direto aqui à análise.

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal confere a esta Comissão competência para opinar sobre matérias relacionadas à proteção da infância e da juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, prevê, no seu art. 101, incisos IV e VI, a possibilidade de inclusão em programas comunitários ou oficiais de auxílio, orientação e tratamento, bem como de acolhimento institucional, sempre que necessário à proteção integral. Além disso, o art. 88, inciso I, estabelece a municipalização do atendimento como diretriz fundamental, em consonância com o princípio da descentralização político-administrativa.

A Resolução nº 249/2024, ao vedar de forma absoluta a atuação das comunidades terapêuticas no acolhimento de crianças e adolescentes, extrapola o poder regulamentar e interfere indevidamente na competência dos Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que detêm primazia na fiscalização e autorização dessas entidades. A centralização imposta pela norma contraria a lógica constitucional e legal de descentralização das políticas públicas e reduz a capacidade de resposta do sistema de proteção.

Ademais, o Conanda parece desconhecer a notória carência de equipamentos públicos para atender crianças e adolescentes atingidos pelas drogas. Se houver irregularidades em algum programa, ou em alguma instituição, é justo que sanções sejam aplicadas e erros sejam corrigidos, mas a exclusão total das comunidades terapêuticas traz mais prejuízos que benefícios.

A solução adequada é o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, não a eliminação generalizada de um modelo de atendimento que, em muitos municípios, constitui o único recurso disponível para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade decorrente da dependência química.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados do Relatório Mundial sobre Drogas 2022, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), indicam que aproximadamente 284 milhões de pessoas, entre 15 e 64 anos, fizeram uso de drogas em 2020, número 26% superior ao de dez anos antes. No Brasil, levantamento do Ministério da Saúde aponta que apenas parte dos estados dispõe de unidades do tipo Caps AD III, o que evidencia a insuficiência da rede pública para atender a demanda existente.

A ausência de tratamento adequado aumenta a reincidência no uso de drogas, favorece a evasão escolar, a ruptura de vínculos familiares e a inserção precoce na criminalidade. O custo social e econômico dessa omissão é alto, enquanto o investimento em comunidades terapêuticas, especialmente em parceria com o poder público, gera retorno positivo na redução da demanda por serviços de saúde, segurança e assistência social.

Além disso, estudo do Ipea (2017) identificou a existência de mais de 2 mil comunidades terapêuticas no país, atendendo cerca de 83 mil pessoas. Pesquisa da Fiocruz revelou que essas instituições são, proporcionalmente, mais utilizadas por dependentes químicos que buscaram tratamento do que os próprios Caps AD (0,61% contra 0,24% de prevalência). No Estado de Minas Gerais, por exemplo, aproximadamente 200 comunidades terapêuticas atendem 100 mil pessoas, sendo 26 mil dessas vagas financiadas pelo poder público estadual e municipal.

As comunidades terapêuticas oferecem um ambiente estruturado, com acompanhamento médico, psicológico e social, possibilitando não apenas a desintoxicação, mas também a reintegração familiar e escolar. Além disso, a capilaridade dessas instituições faz com que, para milhares de famílias, sejam a única porta de entrada para atendimento especializado.

Nesse cenário, a atuação das comunidades terapêuticas – quando regular e devidamente fiscalizada – contribui para a garantia dos direitos fundamentais à saúde, à convivência familiar e comunitária, e à vida, previstos nos arts. 6º e 227 da Constituição Federal. Essa atuação não substitui o dever constitucional do Estado, mas cumpre função complementar e essencial na proteção de crianças e adolescentes em situação de drogadição, sobretudo nas localidades onde a rede pública é inexistente ou insuficiente. Sem elas, milhares de menores ficariam totalmente desassistidos, com graves consequências para sua saúde, dignidade e futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a Resolução nº 249/2024, ao impor uma proibição absoluta, não observa a proporcionalidade nem o razoável equilíbrio entre a proteção de direitos e a necessidade de preservação da vida e da saúde de crianças e adolescentes. Trata-se de medida desproporcional que, sob o pretexto de prevenir abusos, suprime uma alternativa de proteção, agravando a omissão estatal já existente.

Então, Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2024, de autoria da Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares Alves.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Presidenta, eu queria aqui, de forma muito respeitosa, pedir vista desse projeto, acreditando já que deve ser meritoso, mas tenho dúvidas porque essa resolução foi baixada exatamente porque houve muitas denúncias, segundo tive informações, de maus-tratos, de medicações sendo aplicadas indevidamente. Então preciso de um pouco de tempo para poder estudar realmente e ver se posso também contribuir com esse projeto de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vista concedida, vou conceder vista coletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vista coletiva, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 8 da pauta.

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 16, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre garantir banheiros separados por sexo de nascimento para mulheres e crianças do Brasil

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Autoria: veio da sociedade, com mais de 20 mil apoiamentos.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Senadora Damares, vou ler o relatório. Está saindo minha voz no microfone? Alô?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Chega à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão Legislativa nº 16, de 2023, oriunda da Ideia Legislativa nº 177.199, apresentada por meio do Programa e-Cidadania, que propõe garantir o direito à privacidade, à segurança e à proteção de mulheres e crianças, por meio da preservação de banheiros separados conforme o sexo biológico de nascimento. A proposta visa resguardar princípios objetivos da ordem social brasileira frente às recentes tentativas de relativização de categorias biológicas essenciais à proteção de direitos fundamentais.

A sugestão estabelece, de forma clara e objetiva, que o critério exclusivo para o acesso de indivíduos a banheiros, vestiários, enfermarias e ambientes similares, tanto em escolas quanto em espaços públicos, estabelecimentos comerciais e locais de trabalho, deve ser o sexo biológico atribuído no nascimento. Trata-se de uma diretriz que busca conferir segurança jurídica e proteção à integridade física e emocional de mulheres e crianças, diante de uma crescente pressão ideológica que insiste em dissolver limites naturais e sociais historicamente reconhecidos.

Na justificativa apresentada, a autora da ideia legislativa ressalta que o uso de banheiros públicos com base em critérios de autoidentificação ou autodeterminação de gênero é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida de caráter subjetivo, desprovida de critérios técnicos e potencialmente danosa ao ambiente de segurança e privacidade que deve ser garantido especialmente a meninas, adolescentes e mulheres adultas. A autora defende que apenas uma lei pode assegurar a manutenção da distinção entre os espaços íntimos de uso coletivo com base em critérios objetivos e verificáveis, como o sexo biológico, em oposição a concepções fluídas e ideológicas de identidade.

O apoio expressivo à proposta, recebido entre os dias 9 de outubro e 22 de novembro de 2023, com um total de 21.523 manifestações favoráveis, conforme atestado pela Secretaria de Comissões no Ofício SCOM 36, de 2023, demonstra que a sociedade civil brasileira, Senadora Damares, majoritariamente conservadora em seus valores, deseja ser ouvida e respeitada em temas que envolvem a integridade das famílias, a inocência das crianças e a proteção da mulher. O alto número de apoiamentos é um reflexo legítimo da preocupação da população com os rumos que esse debate tem tomado, especialmente quando se busca impor, por vias administrativas ou normativas, as ideologias que confrontam a realidade biológica e os fundamentos do bom senso.

Análise.

À luz do disposto no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o parágrafo único do art. 6º da Resolução 19, de 27 de novembro de 2015, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre sugestões legislativas oriundas do Programa e-Cidadania que alcancem o apoio mínimo de 20 mil cidadãos em até quatro meses. Assim, a análise da Sugestão 16, de 2023, por este Colegiado encontra pleno amparo no Regimento do Senado Federal.

A proposta, Senadora Damares, versa sobre um tema de grande sensibilidade social: a preservação da segurança, da privacidade e da dignidade das mulheres e crianças em ambientes coletivos de uso íntimo, como banheiros, vestiários e enfermarias. Ao estabelecer, de forma objetiva, que o critério para acesso a tais espaços deve ser o sexo biológico de nascimento, a medida busca resguardar aqueles que mais frequentemente se encontram em condição de vulnerabilidade, especialmente em escolas, repartições públicas e locais de grande circulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, importa frisar que a proposição em nenhum momento busca impedir o acesso de qualquer cidadão a banheiros e vestiários. Trata-se, ao contrário, de estabelecer regras claras e equilibradas, baseadas em critérios biológicos, com vistas a evitar desconfortos, constrangimentos ou riscos que possam surgir da ausência de parâmetros objetivos. Não é razoável, senhoras e senhores, que a mera declaração verbal de identidade de gênero seja suficiente para franquear o ingresso em ambientes destinados ao público feminino, sem qualquer tipo de verificação ou controle. Tal liberalidade pode representar grave ameaça à proteção de mulheres e meninas, ao abrir brechas para situações abusivas, constrangedoras ou até criminosas.

A proposta se ancora também em dispositivos constitucionais, como o art. 227 da Carta Magna, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de proteger a criança contra toda forma de negligência. É dever do Parlamento promover a harmonização dos direitos fundamentais, assegurando que o respeito à identidade de gênero não se sobreponha – ou colida frontalmente – com o direito das mulheres e crianças à integridade, à privacidade e à proteção contra riscos previsíveis.

O que se propõe, portanto, é um marco de equilíbrio entre liberdade individual e responsabilidade coletiva. A matéria não impõe, tampouco sugere, qualquer medida discriminatória; antes, reconhece que a convivência social exige limites claros, baseados em critérios objetivos, para garantir a paz, a segurança e a previsibilidade nas relações interpessoais, especialmente quando envolvem menores de idade em ambientes de uso comum.

Dessa forma, somos inteiramente favoráveis à conversão da sugestão em projeto de lei, a fim de estabelecer que o acesso a banheiros e vestiários de uso coletivo, em ambientes escolares, públicos e privados, observe a designação conforme o sexo biológico para o qual o espaço foi originalmente instituído. A redação sugerida respeita a autonomia dos estabelecimentos privados, não impõe gastos ou reformas estruturais, mas estabelece parâmetros normativos mínimos, de baixo custo e alto impacto protetivo, especialmente para os serviços essenciais como saúde e educação.

Meu voto, Senadora Damares.

Diante do exposto, o meu voto é favorável à Sugestão nº 16, de 2023, com sua transformação em projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora, eu quero só lembrar às senhoras e aos senhores que eu tenho um projeto de lei, que já tramita no Senado Federal, que diz exatamente isto: não dá para nós brincarmos com a proteção das nossas mulheres e crianças.

Acima de tudo, eu tenho uma filha de 13 anos de idade. Eu não gostaria... Imagine... E eu quero fazer aqui um exemplo prático. Vocês estão me vendo aqui: eu sou homem, eu tenho barba e eu me visto como homem. Mas, por uma autodesignação, se, a partir de daqui a dez minutos, eu falo: "Senadora Damares, eu me sinto mulher", eu passo a usar banheiros femininos, vestiários femininos, e ninguém pode falar nada, porque a discriminação dá até cadeia. No entanto, isso coloca em risco mulheres de verdade – não mulheres que se sentem mulheres, mas que nasceram biologicamente mulheres – e crianças.

E eu tenho um trabalho que eu fiz aqui, junto com a minha assessoria, tratando e mostrando, Senador Girão, no mundo inteiro, que a maior quantidade de estupros, de violência contra mulheres e crianças, foi justamente por pessoas de sexo masculino que se autodesignam mulher e em ambientes coletivos; ou seja, o cara está lá no ginásio, fez lá a natação dele, diz que se sente mulher, entra no vestiário feminino, vê uma menina lá e a estupra.

Eu não estou falando de um caso, não. Quem quiser, está disponível, eu vou até colocar nas minhas redes sociais o trabalho que a minha assessoria legislativa buscou no Brasil, nos Estados Unidos, na Suécia, em todo o mundo.

E mesmo que a pessoa se declare – pode se hormonizar, pode fazer o que for –, as pesquisas... Tem uma pesquisa na Suécia que diz, Senadora Damares, que mesmo passando por todo o processo de transformação em mulher, por assim dizer, os índices de brutalidade, de violência e de criminalidade não reduzem. Então, a mulher que nasceu mulher biologicamente tem direito ao espaço exclusivo dela, tem que ser protegida, porque casos estão se multiplicando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mundo, com essa conversa de "eu me sinto mulher", e é homem, e entra nos espaços, estupra nossas crianças, estupra nossas mulheres, violenta e mata!

Este Senado Federal, esta Comissão de Direitos Humanos, que tem preocupação com a mulher, que tem preocupação com as crianças, precisa impor limites a essa conversa ideológica, que, no final das contas, no final do dia, tem colocado, sim, nossas mulheres, nossas mães, nossos familiares, nossas crianças sob risco, sob exposição, por conta dessa normalização absurda de que o cara se declara mulher e pode frequentar ambientes que são exclusivamente femininos e delas. Esse era meu comentário, Senadora Damares.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Senador Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Nossa Presidenta, eu não iria nem falar, mas eu não posso também não falar depois da fala do nobre Senador, porque eu discordo plenamente. A grande maioria dos estupros que ocorrem com mulheres, sobretudo com crianças, são cometidos por homens que são homens, que dizem que são homens e que têm tudo de homem biologicamente, mentalmente, fisicamente, de todas as formas. E, infelizmente, com pai, tio, parente, vizinho é o maior número também dos acontecidos.

Então, não é porque uma pessoa se identifica ou é LGBTQIA+, ou diz que é mulher, estupra. Eu não vi, eu não reconheço esses dados. Peço até depois para vê-los, porque os dados que eu tenho, que são de fontes seguras, que eu tenho certeza de que a Senadora Damares também tem, a maioria, se eu não me engano aqui, se eu não me falha a memória, 87% dos casos de estupro contra nós mulheres são cometidos por homens que são homens, que dizem que são homens e que são, infelizmente, na sua grande maioria, bem próximos, parente, pai, avô, tio, vizinho. Então, não posso aceitar aqui, sem questionar – obviamente, eu não estou desfazendo da fala de ninguém –, sem questionar, esses dados que eu não reconheço. Peço até que eu possa ter acesso a eles, porque eu não o reconheço de forma alguma. Não existe esse dado de que o maior número de estupros é feito por pessoas LGBT, que se identifiquem como homem ou como mulher, ou da forma como for.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que o sexo e a forma como você se reconhece não dizem respeito ao seu caráter, nem ao que você vai ser para a sociedade. Então, não acho que deva ter nenhum tipo de recriminação com ninguém, nem com homem, nem com mulher, nem com LGBT, nem com lésbica, nem com ninguém.

Eu sou exatamente a favor e considero que quem estiver errado, qualquer um, do sexo que for, também seja julgado e condenado; mas não vai ser por mim, porque eu não sou juíza para isso. Mas eu queria muito... Nem iria falar sobre isso, mas diante desse dado que eu não reconheço, eu queria pedir para que me fosse dada essa fonte, para que eu possa estudar também.

E já vendo que... Eu também não iria nem me manifestar nem pedir vista, mas eu quero pedir vista para poder saber se esses dados realmente têm fundamento e eu quero estudá-los até para que eu possa fazer alguma proposição também dentro desse projeto, para que possa fortalecê-lo, se os dados realmente forem dignos do que foi dito pelo Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, vou conceder... Sim.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senadora, deixe-me só deixar algo claro aqui para a Senadora Augusta. O pedido de vista é regimental e é todo o direito de qualquer Senador.

Vamos deixar claro, eu não falei que a... Vamos deixar claro aqui, porque daqui a pouco tem cancelamento meu na internet. Eu não estou falando que a comunidade que se diz trans, etc, são as maiores estupradoras. Em nenhum momento eu disse isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que eu disse... Não, eu não disse, mas tudo bem, depois a senhora pode resgatar a fala aqui da Comissão. O que eu disse foi que espaços públicos que são frequentados por homens que se declaram, autodeclaram mulheres, tornam as mulheres mais vulneráveis. E eu tenho aqui, por exemplo... Só vou ler algumas manchetes para a senhora. São estudos, inclusive, tem um estudo lá na Suécia. Eu vou te dar esse papel aqui, vou mandar para a assessoria da senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ribeirão... São notícias que estão na internet, mas tem estudo. Eu estou trazendo só algumas manchetes para vocês entenderem do que nós estamos tratando, que é proteção da mulher em ambientes de intimidade, como banheiros e vestiários. Essa é a minha proposição: homens que nasceram homens, independentemente de sua autodeclaração, não possam frequentar esses ambientes. Seria um espaço exclusivo para mulheres biológicas. Essa é a minha luta aqui dentro.

Ribeirão Pires: uma adolescente de 17 anos foi vítima de estupro dentro do banheiro público da Praça Municipal por suspeito que trajava roupas femininas e alegava ser mulher trans. Rio de Janeiro: mulher trans é presa por importunação sexual contra mulher em vagão. Curitiba: mulher trans é presa por abusar de adolescente. Sergipe: mulher trans abusava sexualmente de criança adolescente, filmava e vendia conteúdo. Tocantins: travesti agride mulher, que sugeriu que usasse o banheiro masculino. Mulher trans é presa por estuprar jovem autista no lugar onde trabalhava como técnica de enfermagem. Mulher trans agride aluna que questionou sua presença no banheiro. Então, se a mulher tem o seu banheiro feminino, se declara qualquer outra coisa, vai em outro, tem banheiros unissex também e tem banheiros masculinos. Então, a minha luta é realmente para proteger as mulheres nesses ambientes, visto que... Eu vou passar para a senhora, para a assessoria da senhora. O objetivo do projeto é proteger as mulheres biológicas desses questionamentos de gênero que, infelizmente, se acirraram aqui e no mundo inteiro, e que podem tornar a mulher vítima, especialmente de emboscadas em locais como banheiros e vestiários.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós vamos conceder vista coletiva, mas, antes de ir para o próximo item, eu só quero fazer referência à autora da sugestão. Senadora Augusta, eu estou trazendo todas as SUGs para discussão, porque a gente quer que a sociedade participe mais do processo legislativo. Mesmo que a SUG seja rejeitada, eu acho que a gente precisa dar para as pessoas que tiveram a ideia a oportunidade de que a ideia dela seja discutida. E quem trouxe essa ideia, essa sugestão foi Maiara Giacomelli, inclusive ela é de Santa Catarina. Ela apresentou a ideia no dia 09/10/2023 e, no dia 26/10, poucos dias depois, ela conseguiu o apoiamento de 21.523 assinaturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero explicar para quem está nos acompanhando: nós estamos discutindo agora a sugestão. Se a sugestão passar, ela se transforma em projeto de lei. Aí começa a tramitação do projeto de lei.

O assunto é delicado, o assunto divide opiniões, mas esta Comissão não vai se furtar de fazer a discussão se a SUG passar.

Se passar, nós vamos trabalhar a escolha de um Relator no projeto de lei, porque com certeza vai começar por aqui a tramitação. Se passar, eu até ia recomendar uma discussão em forma de audiência pública, porque, Senador, do mesmo jeito que nós temos as pessoas que correm esse risco, a gente sabe que um número enorme de meninos *gays* são estuprados em banheiros também e meninas lésbicas apanham dentro dos banheiros também. Então, o assunto é demais delicado, e a gente está aqui querendo cuidar de possíveis vítimas: a possível vítima menina, mulher, que pode ser estuprada por um suposto trans. Tem homens que fingem que são trans para entrar no banheiro feminino. Isso a gente já viu. Como nós vamos cuidar desta mulher, mas também não pôr um trans dentro de um banheiro masculino para ser estuprado?

A gente vai ter que se encontrar nessa discussão. Se a gente quer proteger direitos, e garantir dignidade humana, e proteger pessoas, nós vamos ter que discutir com o pé no chão tanto a posição do Senador Seif, que quer proteger mulheres – e sei que a intenção é proteger mulheres e meninas –, como a da Senadora, que levantou outra questão. E eu trago outra aqui. Eu trabalho com infância, gente, e acho que ninguém pode duvidar da minha militância na infância. E não foi uma, nem duas, nem três vezes que adolescentes chegam para mim destruídos, porque são estuprados em banheiros. Basta se identificarem *gays* na escola, eles correm risco. E eu precisava falar sobre isso. "Mas a senhora é uma Pastora conservadora". Eu sou defensora da infância e eu tenho que trazer essa discussão.

Então, nós temos, nesta Comissão, Senadores maduros o suficiente para a gente fazer essa discussão, se a sugestão se transformar em projeto de lei, e a gente apontar um caminho em que a gente proteja a menina, que a gente proteja a mulher, que a gente proteja o menino *gay*, que a gente proteja a menina lésbica. Todos têm que ser protegidos nesta nação.

Assim, parabenizo o Senador Seif pela coragem e pela forma como trouxe os dados, trouxe pesquisa, trouxe matéria; a Augusta, que sentiu necessidade de pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou trazer para discussão na próxima semana, mas aviso aos senhores: eu vou conduzir com muita maturidade essa matéria, se passar a sugestão e se transformar em projeto de lei. E nós vamos cuidar de todos nesta Comissão.

Então, vista coletiva. Volta para a pauta na próxima semana.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senadora Damares...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Senadora...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... eu só queria... A prioridade é sempre da mulher.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, não...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu sou cavalheiro, apesar de ser meio truculento. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai, Augusta, fala.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Não, eu quero só parabenizar a fala de V. Exa., porque é exatamente isso. Eu já soube, já ouvi, da mesma forma que a senhora também, relatos de meninas que foram estupradas dentro do banheiro por homens que entraram sem dizer que eram nada, não inventaram que eram trans – eles entram escondidos mesmo. Então, não é este o fato.

É só esse o questionamento. Eu nem sou contra a proposição, eu acho que é legítima, tem que ter discussão, tem que ter realmente uma audiência pública. Então, eu quero aqui ressaltar a sua fala, que representa muito o que eu penso: que a gente tem que defender, sim, a mulher, a mulher trans, o homem *gay*, a mulher lésbica, enfim, nós temos que realmente resguardar a todos e todas. E isso faz com que eu tenha mais convicção de que este debate nesta Comissão sendo conduzido por V. Exa. me dá uma tranquilidade.

A minha fala, que não ia nem ser para pedido de vista, foi pela forma como foi botado, como se toda pessoa trans tivesse a intenção de ser trans ou dizer que é para fazer o mal a alguém em algum local. Foi isso que eu percebi. Se não foi isso, eu também tenho humildade para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecer quando eu não escuto, mas foi bem o que me transpareceu na fala do nobre Senador. E eu não ia ficar calada com prejulgamento sendo feito aqui.

Mas, diante da sua fala, eu já quero parabenizá-la.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora, só para complementar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim? Ah, Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu repito, Senadora Augusta, que eu não falei... As mulheres são estupradas, logicamente, amplamente por homens que se declaram homens. No entanto, no ambiente de intimidade, segundo dados, estatísticas, muitos homens que se dizem mulher ou que se autodeclaram mulher têm utilizado esses espaços para cometer crimes de estupro, assassinato, nã-nã-nã.

E eu queria também exaltar a minha conterrânea catarinense, a Maiara Giacomelli. Maiara, muito obrigado pela sua sugestão! Quero te dizer que eu, como Senador de Santa Catarina, já fiz uma proposição semelhante, que provavelmente será apensada, ou seja, serão unidos os projetos, se isso aqui avançar.

E eu quero deixar uma reflexão a todos aqui. Eu vou me declarar mulher agora à tarde, e eu gostaria de saber das mães de todo o Brasil: você gostaria que a sua filha entrasse num banheiro com um cara que se diz mulher? Por exemplo, você ficaria à vontade, não teria medo, se eu entrasse num banheiro com a sua filha – eu, barbado desse jeito, me declarando mulher, ela num espaço em que ela pode estar sozinha? Eu com esse corpo todo, com quase 1,85m... Vocês vão se sentir à vontade? Quem se sentir à vontade, parabéns. A grande maioria das mulheres brasileiras não querem esse uso compartilhado. A grande maioria... E nós aqui fazemos leis para a maioria; podemos, sim, olhar para as minorias, mas precisamos fazer lei para a maioria. A maioria das mães que estão me assistindo, a maioria das mulheres que estão me assistindo, só me respondam isto: vocês gostariam que a sua filha adolescente... Ou sua esposa: você que é marido gostaria que eu, barbado desse jeito, me declarando mulher, entrasse num banheiro em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estivesse a sua mulher dentro? Você vai ficar absolutamente tranquilo? Você não vai ter medo? Sua mulher, que vai estar no banheiro comigo, vai se sentir à vontade? Não vai ficar constrangida e não estará em risco? Então, eu só quero essa reflexão de todo o Brasil. E quem apoia aí faça... O pessoal pode acessar o YouTube, pode acessar os canais do Senado. Deixe a sua opinião: se você gostaria que a sua filha ou a sua mulher ou a sua mãe entrasse no banheiro com um cara, muitas vezes, com porte físico masculino, forte, barbado, que se autodeclara mulher; se você vai se sentir à vontade ou se a sua mulher vai se sentir à vontade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Nós vamos agora para o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 715, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento para a realização de cirurgia plástica reparadora, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para a mulher vítima de agressão da qual resulte dano à sua integridade física ou estética.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

A autoria veio da Câmara dos Deputados, da ilustre Deputada Federal Marília Arraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Augusta para a leitura do relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, nobre Senadora, nossa Presidenta. Quero dizer que estou com muito orgulho de V. Exa. hoje, sobretudo da sua fala.

Aqui, eu quero pedir já a permissão para fazer a leitura desse relatório a partir da análise do projeto.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre os direitos das mulheres. Nesse sentido, é regimental a análise do PL nº 715, de 2019.

Em relação ao mérito, o projeto trata de questão de grande importância para a sociedade brasileira.

Infelizmente, o Brasil não ocupa boa posição no que se refere à garantia dos direitos das mulheres. Em 2024, foram registrados 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos e lesões corporais seguidas de morte de mulheres. Esse cenário demonstra que a violência ou o medo da violência faz parte do cotidiano das meninas e mulheres do nosso país.

Esses dados estatísticos, apesar de assustadores, ainda não revelam os números exatos da gravidade da violência contra nós, mulheres. Isso porque as consequências desastrosas desse tipo de violência não acabam no momento em que acontece, mas possuem a aptidão de serem duradouras, permanentes; de serem físicas, psicológicas, sociais.

As mulheres que sofreram algum tipo de violência podem desenvolver transtornos psicológicos, como depressão, estresse pós-traumático, transtorno de personalidade e outros problemas de autoestima, havendo ainda o risco de a mulher carregar consigo sequelas físicas originadas da violência.

Podemos dizer com certeza que a violência, independentemente do seu tipo, afeta todas as mulheres que a sofrem.

Sobreviver e afastar-se do agressor frequentemente não apagam as marcas da violência, cabendo ao Estado prover o atendimento rápido e eficaz às mulheres que dele necessitem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 8.080, de 1990, prevê a organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

Por sua vez, a Lei nº 13.239, de 2015, também dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra nós, mulheres.

Não obstante o mérito do PL nº 715, de 2019, fizemos alguns ajustes visando ao seu aprimoramento, visto que parte do objeto do projeto foi contemplado em legislação posterior a 2019.

Alteramos parcialmente o disposto nos arts. 1º e 2º, pois entendemos importante, em relação à assistência psicológica e social, que seja assegurada com prioridade a todas as mulheres que sofreram algum tipo de violência, e não somente àquelas que, em decorrência de agressão, tenham ficado com danos físicos ou estéticos, como se depreende da atual redação do PL nº 715, de 2019. Isso porque visto que traumas psicológicos podem ocorrer independentemente de sequelas físicas ou estéticas e possuir igual ou maior gravidade. Lógica parecida é aplicada no âmbito da Lei nº 12.845, de 2023, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual e prevê o controle e o tratamento dos agravos tanto físicos quanto psíquicos decorrentes da violência.

Fizemos ajustes para que não repita o que já é previsto na Lei nº 13.239, de 2015, que foi atualizada com a Lei 14.887, de 2024, que altera a Lei Maria da Penha, para estabelecer prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e a Lei nº 13.239, de 2015, acima citada, para determinar que a mulher vítima de violência tenha atendimento prioritário para cirurgia plástica reparadora entre os casos da mesma gravidade.

Quanto ao art. 4º, entendemos que é desnecessário sua repetição, visto que a Lei Orgânica da Saúde e a Lei nº 8.742 já preveem a possibilidade de o poder público celebrar parcerias, contratos ou convênios para concretizar o direito à saúde e à assistência social da população, no qual se inclui o direito da mulher que sofreu violência a ser atendida com prioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao art. 5º do PL nº 715, de 2019, observamos que a lei que estabelece o orçamento anual é de iniciativa do Poder Executivo, de modo que delimitar a alocação de recursos financeiros e determinar a programação orçamentária correspondente – ainda que de modo genérico – podem ser interpretados como violação à separação de Poderes. Com isso, optamos por suprimir o disposto no art. 5º.

Por fim, sugerimos que a prioridade na realização de cirurgia plástica reparadora seja inserida também na Lei nº 13.239, de 2015, o que promoverá maior coesão e clareza na legislação que trata do atendimento prioritário à mulher que sofreu violência e que necessita de cirurgia plástica.

Mais uma vez, louvamos o mérito da proposição, que concretiza mais uma ação do Parlamento na busca por uma sociedade mais igualitária e que garanta integralmente os direitos das mulheres, especialmente daquelas que sofreram violência.

Em razão do que foi exposto apresentamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 715, de 2019, na forma da emenda substitutiva.

Era isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1.

Senadora, parabéns! Eu pus para votar correndo, porque eu queria ver esse projeto ser aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria fazer, Senador Girão... Ontem, pela primeira vez, aquela mulher de Natal, aquela moça linda, que levou 61 socos no rosto, deu a primeira entrevista, com muitas sequelas ainda, mas ela teve a coragem de se expor. E ela teve atendimento imediato, mas eu ando pelo Brasil, eu tenho irmãzinhas na igreja que não estão indo mais nem ao culto de vergonha, se isolam, porque o rosto está desfigurado.

Então, esse projeto vem num bom momento. Parabéns, Senadora Augusta, pelo voto! Olha, gente, ele vem lá da Câmara, ele é de 2019, uma matéria tão necessária tramitando há tanto tempo. Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nessa forma como se apresentou, a emenda ficou perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Exato. Pela ordem, rapidamente. Até falei aqui com a Senadora Augusta, parabenizando-a pelo relatório. Ela tem outro projeto também, agora.

Eu só queria pedir uma inclusão extrapauta depois do dela. Está certo? Eu tenho certeza de que ela vai concordar comigo, porque é uma democrata. Nós temos divergência nesse tema; não nesses que estão postos, em que eu vou votar a favor, mas numa questão que está acontecendo em Fortaleza. A gente precisa ouvir, fazer uma audiência pública para ouvir quem pensa a favor, quem pensa contrariamente. É, Presidente, com relação à iniciativa da Prefeitura de Fortaleza, que visa disponibilizar implantes subdérmicos de etonogestrel, como método contraceptivo para crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos, na rede pública de saúde.

Então, aqui eu estou com o requerimento. Eu tenho certeza de que a Senadora Augusta Brito não vai se opor, já que é apenas uma audiência pública – ninguém está votando absolutamente nada com relação ao projeto de lei –, para que a gente possa debater ou sugerir nomes. Ela também pode depois sugerir outros nomes, mas é para que a gente possa entender exatamente o que está acontecendo com relação a esse assunto.

Eu vi até um vídeo da senhora, Senadora Damares, muito bom, sobre esse tema, e é importante que esta Comissão de Direitos Humanos não se omita com relação a esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço se puder incluir extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Nós temos dois pedidos de extrapauta, o Requerimento 98, do Flávio Arns, acrescentando um nome a uma audiência pública já aprovada, e o 99, Senador Girão, agora, que é para se realizar uma audiência pública sobre uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Eu só consulto se eu posso colocar extrapauta. Não vou votar o Requerimento agora, só extrapauta. O.k.? (*Pausa.*)

No final a gente vota os requerimentos.

Senadora Augusta, item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5253, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever o atendimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar preferencialmente por profissional de saúde do sexo feminino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, que agora é oficialmente chamada de Lei Maria da Penha – aprovado ontem em Plenário. Até ontem não era, viu, Girão? Até ontem era uma lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todo mundo chamava de Maria da Penha; a partir de ontem, virou, de fato, Lei Maria da Penha.

É de autoria do Deputado Federal Romero Rodrigues.

Concedo a palavra à Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada. Que boa lembrança, viu? Porque a gente já é tão acostumada a chamar de Lei Maria da Penha, não é? Mas precisava realmente ser oficializado esse reconhecimento a essa grande mulher lá do meu Estado do Ceará.

Eu quero pedir permissão à Presidente para eu fazer a leitura do nosso projeto a partir da análise. (*Pausa.*)

Então, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre matéria que diz respeito à proteção dos direitos humanos, inclusive os direitos das mulheres, o que torna regimental a análise do projeto nesta Comissão.

Em relação ao mérito, a proposição é medida legislativa importante para o aprimoramento da Lei Maria da Penha, visto que objetiva tornar o atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar mais humanizado e livre de constrangimentos. O PL observa também os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil relacionados ao enfrentamento da violência contra nós mulheres.

De fato, o atendimento por profissional de saúde do sexo feminino revela-se como uma importante proteção adicional voltada para diminuir o sofrimento da ofendida e à promoção de um ambiente que propicie maior sensação de segurança e empatia. As mulheres que sofrem violência doméstica e familiar estão em situação de grande vulnerabilidade, e qualquer elemento que traga maior acolhimento e fortaleça o vínculo de confiança durante o seu atendimento é bem-vindo.

Profissionais de saúde do sexo feminino frequentemente possuem uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de poder e de gênero e das experiências das mulheres que sofrem violência. Além disso, podem contribuir para a redução do desconforto e da revitimização e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maximizar a privacidade e o respeito às mulheres que sofreram violência, especialmente durante a avaliação de lesões físicas ou em casos de violência sexual.

Não se trata de uma imposição, mas de uma preferência legal por profissionais de saúde do sexo feminino especificamente nos casos de mulheres que sofreram violência doméstica e familiar, respeitada a capacidade operacional do sistema de saúde.

Ademais, destacamos que a Lei Maria da Penha já dispõe que é direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial prestado por servidores preferencialmente do sexo feminino. Nesse sentido, a alteração trazida pelo PL harmoniza-se com o espírito protetivo da Lei Maria da Penha e reforça noções já introduzidas no diploma normativo.

Em razão do exposto, apresentamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.253, de 2023.

Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senadora, pelo voto!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto.

Senadora Augusta, só um comentário. Nós temos 305 povos indígenas no Brasil. Alguns povos não permitem que a mulher seja tocada por um outro homem. A saúde indígena já tem isso na prática. A mulher indígena em muitas, em muitas etnias é atendida só por profissional mulher. Mas nós temos mais de 1,5 milhão de ciganos no Brasil. As ciganas também preferencialmente querem ser atendidas só por mulheres, em todos os atendimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a senhora traz agora um outro público, a mulher vítima de violência, seja cigana, seja indígena, na hora do atendimento, ela já está tão machucada que ela quer um abraço e ela se sente mais identificada com uma profissional mulher. Então, ao garantir a ela esse direito de poder escolher – "Eu quero aquela médica cuidando de mim, não aquele médico" –, neste momento de vulnerabilidade, extrema vulnerabilidade, eu acho que a gente faz justiça. Parabéns pelo voto, parabéns!

Senador Girão, dos itens 4 e 5 eu sou Relatora. Os votos são curtos. Para a gente limpar essa pauta, o senhor poderia presidir para eu fazer a leitura dos votos? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 421, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aumentar o prazo decadencial do direito de queixa ou de representação quando se tratar de crime praticado no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CSP, CDH e CCJ.

- Em 24/06/2025, a matéria recebeu Parecer favorável da CSP.

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise. É uma matéria aprovada pela Câmara com consenso, e eu vou direto à análise.

Nós não observamos nenhum vício constitucional, regimental ou jurídico.

No que se refere ao mérito, é importante destacá-lo positivamente. O Projeto de Lei nº 421, de 2023, atende aos anseios mais legítimos da sociedade, que tem demonstrado crescente repulsa à violência e maior consciência sobre os mecanismos que a ocultam e a naturalizam. A sociedade tem descoberto diversas formas pelas quais a violência doméstica e familiar se perpetua, enraizando-se culturalmente.

Uma dessas formas diz respeito ao prazo que a mulher dispõe para apresentar denúncia ou representação. É sabido que a violência doméstica impõe obstáculos adicionais à vítima, prolongando-se no tempo sob a forma de estigmas. A proposição demonstra sensibilidade ao perceber que os prazos legais vigentes dialogam com crenças culturais profundamente arraigadas. A atuação do Estado, nesse caso, revela-se especialmente inteligente: amplia-se o prazo sem comprometer o instituto da decadência, essencial à segurança jurídica.

A proposição também se insere em um contexto político de fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção da mulher, especialmente em um momento em que o Parlamento brasileiro tem buscado ampliar sua atuação na defesa dos direitos humanos. Ao propor o aumento do prazo para queixas e representações, o projeto reforça o compromisso do Estado com a dignidade da mulher e com a efetividade da Lei Maria da Penha.

Além disso, trata-se de uma medida que dialoga com a crescente mobilização da sociedade civil, que tem pressionado por mudanças estruturais no enfrentamento à violência contra a mulher.

O apoio político à proposta representa, portanto, um gesto de responsabilidade institucional e de alinhamento com os valores democráticos e republicanos que sustentam nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A aprovação do PL nº 421, de 2023, será um marco simbólico e prático na luta contra a impunidade e na construção de um país mais justo e igualitário para todas as mulheres.

Por tudo isso, saudamos a iniciativa da Deputada Laura Carneiro.

O meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 421, de 2023, e peço aos demais a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Então, o relatório é favorável ao projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ.

Muito bem.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2195, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Autoria: Deputada Federal Laura Carneiro.

Eu concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

De forma resumida também, informo que não há vício regimental, nem constitucional, nem jurídico.

O projeto de lei, Presidente, no mérito, é devidamente oportuno.

Eu vou só fazer uma fala. Há julgadores que, na hora de julgar um estupro de vulnerável, falam o seguinte: "Mas a menina já tinha feito antes". Então desconsidera que é um estupro de vulnerável. E já vi também julgadores dizerem o seguinte: "Ah, ela engravidou. Então não é estupro, né? Ela quis". O que a gente está querendo nesse projeto aqui é que tão somente, Presidente – tão somente –, tem menos de 14 anos, não importa a vida dela lá atrás, não importa a roupa que ela estava usando, vai ser considerado estupro. É tão somente isso.

Então, no mérito, é oportuno o projeto.

Enfatizamos que o estupro de vulnerável é uma das mais graves violações de direitos humanos: trata-se de ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com crianças, adolescentes menores de 14 anos ou pessoas que, por enfermidade ou deficiência mental, não têm o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não podem oferecer resistência.

Ao prever que a presunção da vulnerabilidade da vítima de estupro de vulnerável é absoluta, a proposta busca evitar interpretações que promovam a revitimização e desconsiderem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gravidade do crime e de suas repercussões, a curto e longo prazo, para as pessoas que são estupradas.

O princípio da dignidade da pessoa humana, que permeia toda a Constituição de 1988 e o ordenamento jurídico brasileiro, exige proteção adequada aos mais vulneráveis. Nesse sentido, é indispensável que se altere o art. 217-A do Código Penal, nos termos do PL, para obstar que, no momento de sua aplicação, distorções históricas preconceituosas e discriminatórias submetam a vítima de estupro a sofrimento adicional, advindo justamente das instituições que deveriam protegê-la – especialmente os magistrados.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, a faixa etária com maior taxa de vitimização de estupro, em 2023, foi a de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos, que chegou a 233,9 casos para cada 100 mil habitantes nesse grupo etário. A segunda maior taxa de vitimização ocorreu entre crianças de 5 a 9 anos, com 103,3 casos para cada grupo de 100 mil crianças nessa mesma idade. Além disso, a taxa de vitimização por estupro de bebês e crianças de 0 a 4 anos chegou a 68,7 casos por 100 mil habitantes nesse grupo.

Se admitirmos relativização do crime de estupro de vulnerável, especialmente em país profundamente marcado pela exploração sexual e pela desigualdade, enfraqueceremos todo o sistema protetivo dos direitos de pessoas vulneráveis, notadamente de crianças e adolescentes, que são as maiores vítimas de estupro, e chancelaremos as sequelas físicas, psicológicas e sociais que o estupro produz naqueles que o sofrem. Dessa forma, é imperioso que determinemos em lei a presunção absoluta da vulnerabilidade e reforcemos que as penas serão aplicadas independentemente de experiência sexual da vítima ou de gravidez resultante da prática do crime.

O voto é pela aprovação do projeto.

Eu peço aos pares que me acompanhem.

Presidente, só lembro que, nesta Casa, o PLS 236, de 2012, na época era PLS – pasme, Augusta –, quer diminuir para 12 anos a idade do consentimento. E não foi arquivado o projeto, ele está na Comissão de Constituição e Justiça, que é a reforma do Código Penal. Mas aí, Augusta – eu era só uma assessora de corredor –, escreveram doze, mas tinha umas conversinhas aqui de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentar-se emenda para dez. Então a gente não pode baixar a guarda nunca. Nós não vamos liberar o estupro de crianças neste país.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro. Com a palavra a Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Quero só parabenizar a nossa Relatora.

Infelizmente, eu tenho aqui um dado de que, só em 2024, nós tivemos aproximadamente 87 mil casos de estupros. E, infelizmente, também nós sabemos que a grande maioria – não estou com o dado aqui correto, ainda, específico – é de crianças e adolescentes. E aí a gente fica pensando que o local que é para ela ter sua segurança, ter o amor, ser acolhida, que é o seu lar, faz parte de 61% desses casos de estupro, é onde acontece, no seu próprio lar. A gente fica pensando o que fazer.

Por isso que eu digo que não aceito nenhum tipo de criminalização pela escolha de sexo, porque, infelizmente, isso não tem a ver com o caráter, aliás, felizmente, não tem a ver com caráter. Então, não é porque uma pessoa é lésbica ou porque uma pessoa é LGBT que vai estuprar; muito pelo contrário. Essa pessoa que se faz pelo que não é... Não é culpa da pessoa trans, não é culpa do *gay* ou culpa da lésbica; a culpa é de quem está mentindo, a culpa é da pessoa. A gente não pode atribuir isso a uma escolha sexual de outra pessoa.

Por isso que eu fiquei indignada com a fala, porque ninguém é juiz, ninguém pode julgar sem nenhum dado, porque notícia de jornal a gente tem de todo tipo. Se a gente for pegar aqui, a gente tem notícia de jornal de todo tipo, tem notícia de jornal de homem que estuprou criança, até, como a senhora falou aqui, infelizmente, de zero mês. A gente não precisa nem dizer que isso é impensável. Então, não é uma questão de ser ou não ser LGBT, de ser biologicamente o que você nasceu. Por isso que eu me indignei com a fala do nobre Senador e continuo ainda indignada, porque ele disse, repetiu e reafirmou novamente o que ele pensa, dizendo que não disse, mas é a vida, cada um pensa da forma como quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada e parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Passo a Presidência à nossa querida Senadora Damares. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senhores, como eu tinha anunciado no início, eu vou subscrever todos os requerimentos. Como eles foram publicados e ninguém questionou nenhum requerimento, me permitam, eu vou fazer a leitura da ementa dos requerimentos e vou colocá-los todos, inclusive os extrapautas que foram aceitos, em votação em bloco.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Senadora, eu queria subscrever o que entrou extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – E queria pedir um prazo para eu sugerir, também, nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Aqueles que aprovam os requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91, DE 2025

- Não terminativo -

Requer os termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "Adultização Infantil e Exposição de Crianças em Plataformas Digitais", com foco nos casos recentemente denunciados pelo youtuber Felipe Bressamin Pereira, conhecido como Felca.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros

A autoria é do Senador Magno Malta e da Senadora Damares.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Igualdade Racial, Anielle Franco, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Senadora Augusta, esses requerimentos de informações fazem parte da avaliação que a gente está fazendo. Toda semana a gente aprova um requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Também de minha autoria.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre a efetivação de ações programáticas previstas para o Eixo Orientador IV do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, aprovado pelo Decreto nº 7.307, de 21 de dezembro de 2009.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 95, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Luiz Paulo Teixeira, informações sobre a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Requerimento nº 96, também de minha autoria, item 15 da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 96, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações sobre a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Requerimento nº 97, também de minha autoria.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 97, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, informações sobre a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a fim de subsidiar o processo avaliativo dessa política pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Agora vamos para o Requerimento nº 98, do Senador Flávio Arns, que foi um dos que incluímos.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 84/2025 - CDH sejam incluídas as seguintes convidadas.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros

Requer que na audiência pública objeto do Requerimento 84, já aprovado, seja incluído mais convidado, e o nome ele já apresentou aqui. (*Pausa.*) Dois convidados, não é?

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 99, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que visa disponibilizar implantes subdérmicos de etonogestrel como método contraceptivo para crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos na rede pública de saúde.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

A autoria é do Senador Girão, subscrito pela Senadora Augusta e por mim. A Senadora Augusta, inclusive, vai indicar nomes para a audiência pública.

De todos os requerimentos os Senadores que são a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os requerimentos.

Quero agradecer a presença dos meus Senadores.

Eu vou agora para aquela leitura de informes protocolar; vou fazer a leitura, mas os senhores estão dispensados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só quero fazer um pedido para a senhora, para a Senadora Augusta também, para a gente poder realizar o quanto antes essa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque esse fato mexe com Fortaleza, com todo o Estado do Ceará. É um precedente perigosíssimo, Sra. Presidente, porque, como está divulgado na imprensa, nas diversas redes, o Município de Fortaleza implementou uma política pública que versa sobre a disponibilização do implante subdérmico de etonogestrel, como método contraceptivo para adolescente de 10 a 19 anos, na rede municipal de saúde. Essa medida, embora ostente o objetivo de mitigar a gravidez não planejada, revela graves dissensos com as diretrizes emanadas por órgãos de saúde do Ministério da Saúde, além de colidir com os princípios fundamentais constitucionais estabelecidos pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em consonância com documentos técnicos produzidos por instâncias competentes do próprio Ministério da Saúde, a faixa etária recomendada para a utilização do mencionado implante situa-se entre 14 e 17 anos. Olhem aí a contradição que está ocorrendo. A extensão dessa faixa etária, para abranger crianças a partir dos 10 anos, conforme delineado na política pública municipal, desprovida de sustentação técnica e científica, expõe essa população vulnerável a riscos desnecessários e potencialmente nocivos à sua saúde e desenvolvimento.

Com efeito, a oferta irrestrita de métodos contraceptivos de longa duração para crianças de 10 a 14 anos – eu faço questão de repetir isso –, desacompanhada da indispensável avaliação individualizada e do acompanhamento multidisciplinar adequado, pode ser interpretada como estímulo à atividade sexual precoce, negligenciando os aspectos psicossociais e emocionais inerentes a essa fase do desenvolvimento. Ademais, a administração de hormônios sintéticos em organismos em formação pode acarretar efeitos adversos em curto e longo prazo, comprometendo a saúde reprodutiva e o bem-estar geral dessas crianças.

Assim, a realização dessa audiência pública, Sra. Presidente, é essencial para garantir que qualquer medida voltada à saúde de criança e adolescente seja pautada por diálogo intersetorial, transparência, respaldo científico, sempre priorizando o desenvolvimento integral da pessoa humana e a proteção de futuras gerações.

Eu sou de Fortaleza, nasci em Fortaleza, sou um Senador do Estado do Ceará e não participei disso aqui! Isso foi uma decisão da cabeça não sei lá de quem, não sei que interesses isso aqui está representando. Por isso, eu proponho urgência com relação a esse tema.

Agradeço à Senadora Augusta Brito por ter aceitado a inclusão extrapauta, porque, inclusive, eu me coloco à disposição se tiver que debater... Se a CDH do Senado for ao Ceará, a gente consegue o auditório da Assembleia Legislativa para fazer um debate maduro, tranquilo. A senhora, inclusive, está convidada para estar lá, é muito querida no Estado do Ceará.

Eu estou sugerindo aqui alguns convidados, mas qualquer outro Senador do Ceará ou de outro estado – como a Senadora Augusta Brito vai fazer, é importante que faça – pode fazer sugestão de nomes para a gente ver o impacto disso. Será que é uma bomba hormonal, como já foi apontado por alguns outros cientistas? Então, representante do Conselho Federal de Medicina é um nome que eu estou sugerindo; representante do Conselho Regional de Medicina do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ceará é um nome que eu estou sugerindo; representante da associação brasileira de pediatria, representante da Secretaria da Saúde de Fortaleza, também estou sugerindo, assim como representante do Sindicato dos Médicos do Ceará, representante do Ministério da Saúde e outros nomes que a gente possa ter para esse debate ser produtivo e a gente entender exatamente o que é que está se passando.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, é só aqui para colaborar também.

Eu fui Deputada Estadual e eu nunca fui contra nenhum tipo de discussão, eu nunca fui contra requerimento de informação, nenhum tipo de requerimento de debate. Então, eu acho que o debate é válido.

Só fico triste ao mesmo tempo, porque, se existe essa sugestão, com certeza, ela é baseada em algum dado, alguma fundamentação. Aí volta aquela história do estupro, porque, se as crianças de Fortaleza estão engravidando com dez anos, eu não vejo o erro em poder evitar que elas fiquem grávidas, porque, além de estuprada, ainda ter uma gravidez... Você sendo criança cuidar de outra criança... Eu estou só levantando aqui as questões que têm que ser discutidas através de uma audiência pública.

E aí para a gente não estar ou responsabilizando, o que eu também não posso fazer, porque eu nem sabia que isso estava acontecendo, até porque é uma questão do Executivo, é uma decisão do Executivo... Então, a gente quer contribuir, obviamente... Como somos Senadores, e eu também sou de Fortaleza, então, a gente quer contribuir para que seja feito realmente o que é necessário para que as crianças não continuem sendo violentadas, de qualquer forma que seja, crianças e adolescentes... E se for uma forma de deixar... Se a única forma for essa para que elas não engravidem sendo crianças, aí a gente tem que discutir realmente amplamente, num local de muita responsabilidade, sem levar nenhuma questão partidária ou ideológica para isso, porque se está falando de vidas e vidas que são muito importantes que dependem da gente, pois são as crianças e os adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só para fazer esse contraponto e dizer que eu não sou de forma alguma contra nenhum tipo de debate.

Quero botar uns nomes que eu acho que possam também contribuir para que a gente possa ouvir, informar, construir um consenso...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Inclusive, Senadora Augusta, eu quero participar do debate, porque, você imagine, eu fui acionada na hora, pois tudo o que diz respeito à criança... Que bom que as pessoas me identificam como a defensora da infância! A imprensa do Brasil inteiro me ligou, e eu fui dura. Eu disse que quero ver o processo, qual foi o parecer técnico que subsidiou, que fundamentou, mas é uma discussão que a gente pode fazer de uma forma muito madura. Por quê? Meu medo são alguns precedentes e de que forma isso está sendo aplicado numa criança de dez anos. Quando a gente fala para a criança de dez anos "eu vou dar um remedinho para você não engravidar", eu posso mandar a mensagem "você pode fazer sexo, só não pode engravidar". Então, é a forma da comunicação. E a minha preocupação é que haja um *lobby* da indústria farmacêutica, daqui a pouco, em tudo que é município para a gente liberar o hormônio para criança de dez anos. Assim, eu acho que é uma...

E que bom que foi em Fortaleza, pois eu tenho dois Senadores de Fortaleza nesta Comissão! A gente vai fazer uma discussão, não política, mas técnica, para a gente, inclusive, não deixar que erro aconteça no Brasil. Mas, se eles tiverem pareceres científicos, a gente vai entender.

Eu fui acionada imediatamente. Fiquei brava, brava, brava, mas depois eu disse: "Espera aí, nenhum gestor toma uma atitude sem um processo no SEI. Tem um processo que foi instruído. Vamos ver a instrução desse processo.". Então eu acho que vai ser interessante. Se quiser fazer em Fortaleza, a gente fazendo numa sexta à tarde, eu já fico sábado e domingo lá. (*Risos.*)

Estou brincando. A gente pode fazer em Fortaleza, mas eu acho que é um debate que requer muita discussão. Podemos fazer *online*, com as pessoas *online*, sem precisar gastar dinheiro com passagem, mas eu acho que é um debate oportuno.

Parabéns, Senador, e parabéns pelo consenso. (*Pausa.*)

Nós vamos só ter cuidado com o número de convidados, Girão e Augusta, para não ser uma audiência muito longa; trazer pessoas bem específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, dado o horário da reunião, e, por a Senadora Presidente não estar se sentindo muito bem... Inclusive, hoje, na reunião mais cedo, eu fiz um anúncio público na outra Comissão, e acho justo eu fazer esse anúncio aqui também. Há um mês eu fui diagnosticada com câncer. Eu estou num enfrentamento à doença e estou tendo a coragem de fazer esse anúncio público. Requer muita coragem, os assessores já sabiam, mas eu fiz esse anúncio público hoje, porque, na nossa Comissão de saúde, a gente hoje instalou a Subcomissão do Câncer. E eu sou membro, e eu serei a membro mais legítima da Comissão, porque eu estou enfrentando isso.

Neste exato momento a gente teria a leitura dos informes, das denúncias, que já deixamos da semana passada para esta semana, mas eu vou deliberar no sentido de a gente fazer na próxima semana. Não são muitas. Na próxima semana, quem sabe, até eu já começo a audiência, a sessão lendo os informes... É porque realmente eu já estou no meu limite físico neste momento.

Quero agradecer às pessoas que acompanharam a sessão, a reunião, aqui, presencialmente, e às pessoas que estão nos acompanhando à distância. Esgotamos a pauta.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas do dia hum de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Oriovisto Guimarães, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 84/2025 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 98/2025 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: Debater a oferta da medicação nusinersena para Atrofia Muscular Espinhal (AME) 5q tipo 3, em pacientes com capacidade de deambulação. Participantes: Andréa Joana da Silva Gomes, Mae de duas crianças com AME 3; Juliana Pereira França Ferreira, Paciente com AME 3; Vanessa Nicolao, Representante da Associação de Pacientes residentes do Instituto de Apoio e Cuidados às Pessoas com Atrofia Muscular Espinhal – PROCLAME; Ana Angélica R. de Lima, Fisioterapeuta; Felipe Franco da Graça, Médico Neurologista; e Natan Monsores, Coordenador de Doenças Raras do Ministério da Saúde. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/01

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 53ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública, no dia de hoje, será realizada nos termos dos Requerimentos nºs 84 e 98, de 2025, da CDH, Comissão de Direitos Humanos, ambos de minha autoria, todos subscritos por esta Presidência, para debater sobre, abro aspas: "A oferta da medicação nusinersena para atrofia muscular espinhal (AME) 5q tipo 3, em pacientes com capacidade de deambulação".

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Quero, de imediato, dar as boas-vindas aos convidados, que já estão presentes remotamente: Felipe Franco da Graça, médico neurologista – seja muito bem-vindo, é uma alegria tê-lo nesta audiência –; Juliana Pereira França Ferreira, paciente com AME 3 (atrofia muscular espinhal 3); Ana Angélica R. de Lima, fisioterapeuta – seja bem-vinda também –; Vanessa Nicolao, representante da associação dos pacientes residentes do Instituto de Apoio e Cuidados às Pessoas com Atrofia Muscular Espinhal (Proclame); Andréa Joana da Silva Gomes, mãe de duas crianças com AME 3 (atrofia muscular) – eu sempre falo AME e lembro atrofia muscular espinhal para as pessoas que nos acompanham; eu sou assim a favor de que a gente sempre fale por extenso para que todo mundo acompanhe. AME 3 –; e a representação do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer aos que já chegaram que sejam bem-vindos e bem-vindas novamente. Quero enfatizar isso. Estamos aqui para dialogarmos, discutirmos, vermos os desafios e acharmos soluções, construirmos soluções. Inclusive, quero, de imediato, para contextualizar para todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, ler a justificativa do requerimento bem rapidamente. É uma página de justificativa.

Passo a ler, então, essa justificativa.

A atrofia muscular espinhal (AME) é uma doença neuromuscular que causa fraqueza muscular progressiva e consequente perda de movimentos. Nusinersena é um medicamento que visa a interromper ou retardar a progressão da AME, atuando na causa da doença.

Existem diferentes tipos de AME, sendo os tipos mais frequentes: 1, 2 e 3. Atualmente o SUS somente garante medicamentos na rede pública para os tipos 1 e 2 da AME: Zolgensma, tipo 1; nusinersena, 1 e 2; e risdiplam, 1 e 2.

Quero inclusive parabenizar pela introdução do Zolgensma também, que é um medicamento, é uma revolução que aconteceu nesta área também. E a oferta de tratamento multidisciplinar, que visa a melhorar a função respiratória e a motora, estimular o desenvolvimento infantil e as atividades da vida diária.

A AME tipo 3 é uma doença grave e progressiva e os tratamentos multidisciplinares sozinhos não são capazes de modificar o curso da doença.

O consenso da Academia Brasileira de Neurologia para diagnóstico, aconselhamento genético e uso de terapias modificadoras na atrofia muscular espinhal 5q recomenda o uso de terapias modificadoras de doenças disponíveis para AME tipo 3, entre eles o medicamento nusinersena. Ressalta-se que o medicamento nusinersena é utilizado para AME tipo 3 em diversos países, onde há estudos observacionais, além de relatos de vida real, nos quais o uso do medicamento demonstrou eficácia e que, após o uso da medicação, as pessoas mantêm seus movimentos preservados e conseguem andar com e sem auxílio.

A apreciação inicial do nusinersena para atrofia muscular espinhal AME 5q tipo 3 em pacientes com capacidade de deambulação recebeu o encaminhamento à consulta pública com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecer desfavorável na 141ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – desfavorável.

Assim, considerando que o dia 8 de agosto, menos de um mês atrás, é o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME), data estabelecida com o objetivo de conscientizar sobre a doença e suas consequências, além de promover a importância do diagnóstico precoce e do acesso ao tratamento, foi proposta a realização desta audiência pública – ainda pensando no mês de agosto, mas não foi possível, mas agora, no início, no primeiro dia do mês de setembro – para debater especificamente a incorporação no SUS de medicação nusinersena para atrofia muscular AME 5q tipo 3 em pacientes com capacidade de deambulação.

Então, essa foi a justificativa do requerimento, em função da necessidade das pessoas, das famílias, da orientação médica, dos relatos vindos de países europeus em que já se adota a incorporação da medicação, e com parecer desfavorável da Conitec.

Aliás, a Conitec havia sido convidada a participar desta audiência pública e declinou do convite, o que é lamentável, porque nós temos agora, inclusive, a Lei 15.120, de 7 de abril de 2025, porque, quando se debate a incorporação de um medicamento, a sociedade especificamente da área, pais, pessoas, profissionais têm que participar deste debate. Nós estamos fazendo este debate público através do Senado Federal, e a Conitec, apesar da lei, declinou do convite para participar.

Eu até sugiro ao Ministro Padilha que dê um bom puxão de orelhas na Conitec pela ausência do órgão neste debate, em desconsideração ao Senado, em desconsideração às pessoas com AME, às famílias, aos profissionais, porque estamos aqui reunidos para acharmos desafios: não vamos parar nesta audiência. Vamos falar sobre isso o tempo todo até que a Conitec, apesar de não estar presente, que deveria estar representada... Lamentamos isto profundamente, que um órgão dessa responsabilidade decline, se negue a participar de uma audiência pública.

Então, o nosso primeiro posicionamento de apelo ao Ministro é de que ele chegue lá na Conitec e diga: "O que está acontecendo? Por que vocês não participaram? Estavam lá as famílias, as mães, os filhos, os profissionais, o Senado". E a Conitec diz: "Não, não vamos participar, declinamos do convite". É um absurdo absoluto, é uma atitude da qual o Brasil tem que se afastar. O órgão público tem a obrigação de escutar, de dialogar, de achar soluções; às vezes as soluções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são difíceis, mas tem que se dialogar, conversar, ver o que pode ser feito, e é isso o que a gente gostaria que a Conitec estivesse fazendo, e não declinando do convite.

Então, Ministro Padilha – a quem a gente respeita muito –, eu quero ter uma resposta, como autor desse requerimento, assim como todos os membros da Comissão de Direitos Humanos: por que a Conitec se negou a participar da audiência pública? Inclusive, eu sugiro à Secretaria da Comissão que já faça o ofício para o Ministro, indagando por que a Conitec declinou do convite, não quis participar, se negou a participar desta audiência pública, por favor, já na próxima reunião. (*Pausa.*)

Pois não. (*Pausa.*)

É a Conitec ou o Ministério da Saúde? (*Pausa.*)

Sim, é porque havia dois convidados no requerimento: um deles o Ministério da Saúde, porque o departamento, a Secretaria de Doenças Raras, que é muito importante porque nós estamos falando de uma doença rara, que é a AME (Amiotrofia Muscular Espinhal), de uma situação bem específica... Então, o Ministério da Saúde e o outro representante da Conitec mesmo, da Comissão Nacional, uma pessoa que participe e explique por que houve uma decisão desfavorável em relação àquilo que as famílias desejavam. Então, vamos observar o requerimento, está lá representante do Ministério da Saúde, doenças raras, obviamente, representando a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Muito bem. Então, já feita essa manifestação – para nós, é desagradável quando um órgão declina de um convite para um debate com a sociedade –, já recebemos várias perguntas que eu pedi que fossem transmitidas também aos nossos expositores e expositoras, mas eu passo a ler essas perguntas, para que todos que nos acompanham – que bom! – pelos meios de comunicação, tenham conhecimento do que está sendo indagado.

Elysa, de Mato Grosso: "Como avaliar eficácia em um paciente que mantém a deambulação, mas apresenta progressão muito lenta da AME tipo 3?";

Leticia, de São Paulo: "Quais [...] os critérios clínicos e econômicos que justificam ou dificultam a incorporação do nusinersena no SUS?";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hellen, da Bahia: "Quais indicadores e fontes de dados serão usados para monitorar efetividade, segurança e adesão ao nusinersena em pacientes com AME tipo 3?";

Daniel, de Minas Gerais: "A tecnologia envolvida neste medicamento permitiria sua fabricação por indústrias genéricas após a quebra de sua patente?" – é uma pergunta –;

Maiane, da Bahia: "A incorporação pode reduzir desigualdades regionais de acesso a terapias de alto custo?".

E dois comentários, por enquanto. Um do Erasmo, da Paraíba: "Importante [...] [incluir] todas as patologias [...] [de fundo imunológico, garantindo acesso a medicamentos e a devida proteção a todos]"; e um da Andreza, do Distrito Federal: "Pela incorporação do nusinersena no SUS. Os pacientes com AME precisam desse recurso [...] [para a sua] qualidade de vida [...]".

Excelente, muito bem. Nós temos, como eu disse, vários convidados. Combinamos, antes do início desta nossa audiência, que em primeiro lugar falaria a mãe, que está acompanhada dos filhos, e depois a paciente, porque são as pessoas mais importantes. É em função da mãe e da paciente que a gente está reunido aqui para discutir: "Vamos pensar juntos no que fazer". E depois vem a associação que representa os pacientes de uma forma geral, aí vem a fisioterapia, aí vem o Dr. Felipe, que é neurologista, para fazer um apanhado geral de tudo que foi falado, e depois virá a representação do Ministério da Saúde, para se posicionar em relação a tudo o que tiver sido colocado, seja presencialmente ou... Quer dizer, as perguntas e comentários devem nortear sempre – não que se necessite haver uma resposta específica – as nossas explicações.

Muito bem; até me alonguei um pouco demais – desculpem-me –, mas havia essa necessidade.

Passo, então, em primeiro lugar, a palavra à mãe de duas crianças com AME 3, que é Andréa Joana da Silva Gomes.

Combinamos que cada um teria em torno de dez minutos para falar, Andréa.

Então, você está com a palavra. Seja muito bem-vinda!

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia!

Eu estava com um problema aqui no microfone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês me ouvem?

Eu não estou ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está perfeito, está ótimo.

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Beleza.

Bom dia!

Meu nome... (*Pausa.*)

Obrigada.

Como fui apresentada, meu nome é Andréa e tenho dois filhos com AME tipo 3: Noemy e Natan. Os sintomas de ambos apareceram com um ano – um, com um ano e um mês; e outro, com um ano e três meses. E, desde quando apareceram os sintomas da Noemy, nós estivemos nessa busca do diagnóstico, em que, só em 2023, já com o Natan, tivemos o diagnóstico.

Os sintomas deles são muito parecidos. Os dois têm dificuldade de se locomover; ambos têm quedas frequentes. E, em 2022, após uma longa jornada com médicos, a Noemy, no caso, teve o diagnóstico até errado. E, com o Natan, a gente continuou a busca e teve o prazer de conhecer o médico que fechou o diagnóstico deles. Isso foi em 2023, dez anos após essa busca, com a Noemy. E eles vão, dia após dia, após o diagnóstico, perdendo as funções motoras.

Nessa jornada da busca do diagnóstico, o médico teve a desconfiança de ser a AME e passou para a gente que iria colher o material genético deles e passou para a gente o que era a AME; até então, a gente nunca tinha escutado falar dessa doença – nunca.

E, antes do diagnóstico, eu fui pesquisar sobre essa doença. E, ali, nessa pesquisa, pela internet, até mesmo nunca conhecendo ninguém com essa condição genética, eu, como mãe, vendo os relatos na internet, prontamente já falei que a condição deles, comparada com essas pessoas as quais a gente estava vendo e pesquisando, era muito parecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ali meu coração já ficou temeroso, porque eu vi muitos relatos de pessoas com essa condição; relatos de que iam perdendo as funções motoras e que cada dia os levava a perderem a mobilidade que eles tinham até então, as condições que eles tinham.

E aí veio o diagnóstico.

O médico chegou para a gente, conversou. Mas, mesmo com a triste realidade desse diagnóstico, ele nos deixou confiantes de que existia uma luz no final do túnel, de que existia uma medicação que iria paralisar a progressão dessa doença. Mas que, infelizmente para a AME, para a condição que eles tinham, eles não iam ter acesso, a não ser por uma via judicial, a não ser por isso. E em 2023 a nossa luta começou. Começamos a correr atrás dessa melhora com a medicação e da possibilidade de eles terem uma qualidade de vida melhor. A nossa luta começou e aí, recentemente, tivemos a negativa. Com pouco mais de um mês, o juiz determinou que eles não vão ter acesso a essa medicação, que vai estabilizá-los e dar uma qualidade de vida melhor para eles.

Eu, como mãe, fiquei muito triste com essa decisão, muito triste e desesperada porque, antes do diagnóstico, nós não sabíamos o que eles tinham, principalmente a Noemy, que é mais velha. A gente ouvia de médicos inexperientes que ela não conseguia algumas coisas e eu tinha que forçá-la a conseguir fazer algum movimento, tipo subir uma escada. Eu ouvia do médico e ia incentivando: "Noemy, você não consegue, vamos forçar." E a AME não é assim. Com esse diagnóstico eu fiquei triste. Como mãe eu me senti muito... Eu me bloqueei. É como se, como ela se encontra hoje, a culpa fosse minha mesmo, porque eu a forcei a fazer coisas que ela não conseguia. E aí hoje eu sofro muito com isso. Como mãe eu sofro muito, porque eu tive o acompanhamento de um médico que dizia que ela conseguia e tinha que forçar.

Pois bem, vamos seguindo, infelizmente, com a perda, pois foi perdendo dia após dia.

Hoje eles têm uma limitação muito grande. Hoje eu escuto o Natan, que é o mais novo, com sete anos, falar comigo que quer brincar, que quer jogar bola, que quer chegar na fisioterapia, por exemplo, que é a terapia que ele faz, e andar de bicicleta e gastar a energia que ele tem. Escuto de pessoas que não conhecem a condição genética deles falarem que ele tem que gastar. Ele é criança, ele tem muita energia. Essa não é a realidade de uma pessoa com a AME.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sofro muito em dizer não para eles e tentar não deixá-los gastar a pouca energia que hoje eles têm, principalmente por serem crianças, para poder preservar, tentar preservar os neurônios motores que eles têm ali ainda ativo. E aí, o futuro que eu temo quanto a isso, porque eu sou mãe... (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

Oi. Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ouviu, Andréa? Houve uma pequena dificuldade.

Eu peço também que a Secretaria deixe o meu microfone aberto, assim, quando houver um problema dessa natureza, eu posso falar com o expositor. E eu fecho por aqui também.

Mas, Andréa, eu acho que agora voltou. Foi questão de um minuto – esse último minuto – de problemas.

Pode continuar.

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Então, como eu relatei – não sei se vocês ouviram–, eles têm essa dificuldade.

Eu ouço, de pessoas ao meu redor, que eles são crianças – de pessoas que não conhecem o diagnóstico, que nem ouviram falar sobre a AME –, que eles têm energia para gastar e que eles podem gastar. Não é essa a realidade, né?

E, hoje, eu não sei se vocês ouviram, o Natan, que é o mais novo, o que mais se sente como criança e quer ser ativo como criança, chega, por exemplo... Eu vou dar um exemplo da fisioterapia, que é o exercício que ele faz. Ele quer chegar da fisioterapia e andar de bicicleta, por exemplo, mas não é uma realidade, para quem tem AME, gastar essa pouca energia que tem através dos exercícios físicos. E eu tenho que ficar falando não para ele: "Não, você não pode. Vamos ficar quietinhos, vamos tentar preservar ao máximo essa força que você tem". E eu, como mãe, me sinto... A força que eles têm – que eles não têm... Desculpem-me: a força que eles não têm. Eu os levo para a fisioterapia, eu os levo para todos esses lugares. Eu sou a força que eles têm – que eles não têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há o medo do futuro. E o que eu tenho, o meu medo maior é que um dia eles não consigam se locomover sozinhos, porque essa é a realidade da AME. Um dia eu tive um sonho de ter um filho. Depois de ter esse primeiro filho, o sonho de ter outro filho foi maior. Por quê? Porque eu vejo que uma pessoa sozinha não é legal. Eu vim de uma família de quatro filhos – eu sendo a quarta – e eu vejo a união, ali, dos irmãos. Infelizmente, nesses 25% de chance de ter essa condição genética, ela veio para os dois. E como será a vida deles sem a medicação no futuro? Talvez eu não esteja aqui, porque o percurso natural da vida é que a mãe vai embora e os filhos ficam. O que vai ser deles sem essa medicação? Esse é o meu maior medo quanto ao futuro – meu maior medo quanto ao futuro –: eles não estarem devidamente respaldados quanto a essa medicação, não poderem usar essa medicação.

Eu falo que, se houver algum estudo clínico que fala que vai entrar um teste com uma mãe – por mais que eu também seja portadora, mas não está ativa a AME em mim, nos neurônios motores que eu tenho –, se eles falarem "Você pode? Nós vamos fazer um teste, vou tirar dos seus neurônios para passar para os seus filhos, mas você corre um risco muito grande de um dia não conseguir nem levantar de uma cadeira ou só erguer o pescoço", eu falarei "Pode! Os meus filhos precisam, os meus filhos merecem. Então, eu quero fazer parte desse estudo, correr o risco de perder tudo por conta deles...".

A gente está nessa luta aí de tentar medicação por via judicial. Infelizmente, mais um "não" foi falado para eles. Até quando esse "não" vai existir na vida deles?

Essa é a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem...

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Nós somos uma família que acredita muito em Deus. Antes do diagnóstico, no nosso momento ali com Deus, antes de ouvi-los falar, pedi a Deus que iluminasse, que aparecesse um médico para poder fechar o diagnóstico deles. Deus ouviu a oração deles, e, hoje, após o diagnóstico, o pedido para Deus é outro, é pedir que a medicação venha rápido. Este é o pedido de duas crianças para Deus: que a condição não se agrave, que eles tenham uma qualidade de vida melhor. Esse é o pedido que eles fazem para Deus frequentemente, diariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpa a todos.

E agradeço a oportunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – A gente é que agradece a você, Andréa, que faz um depoimento dos mais importantes, para que as famílias que têm os filhos diagnosticados com AME tenham, desde o início, diagnóstico, atendimento, tratamento, medicação, para saberem que estão acompanhados, supervisionados no decorrer da caminhada da vida, com tranquilidade, como você colocou.

Só quero saber – não sei se você falou no começo – o nome dos filhos, da filha e do filho.

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Esta é a Noemy.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Noemy e...

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Ela, hoje, está com 12 anos. O Natan hoje está com sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom! Parabéns para vocês aí! Fiquem firmes. Estamos juntos!

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Vamos lá! A mãe de vocês é uma batalhadora, e vocês são batalhadores também. Vocês é que têm que inspirar as pessoas todas. Parabéns!

Passamos em seguida a palavra para Juliana Pereira França Ferreira, como havíamos combinado. Ela é paciente com AME 3.

Seja bem-vinda também, Juliana, assim como a Andréa. Com a palavra, Juliana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIANA PEREIRA FRANÇA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Aproveito o momento para agradecer esta oportunidade ao senhor e a todos os que abriram este espaço para a gente.

Vou me apresentar. O meu nome é Juliana, e eu tenho atrofia muscular espinhal (AME) tipo 3. Eu estou aqui hoje por mim, pelos meus pais, pelo meu marido, pela minha filha e também estou aqui hoje por todas as pessoas com AME do tipo 3 e por seus familiares que convivem com o drama de ter uma doença tão grave, tão rara e sem acesso ao tratamento que pode mudar o curso dessa doença nas nossas vidas.

Para vocês, como (*Falha no áudio.*)... 3, como eu, que ainda sou deambulante... Também todas as outras pessoas com AME 3 que não são deambulantes, que perdem movimentos e força no dia a dia... Como a gente recebeu essa discussão da Conitec para incorporação do nusinersena no SUS?

Eu nasci em 1981, eu tenho 44 anos, e, apesar de começar a andar na idade esperada, a AME já estava lá comigo. Então, com dois anos, eu usei bota ortopédica para corrigir meu pé torto, mas não era pé torto, era AME. Eu vejo vídeos antigos meus. Nas minhas atividades de criança, eu tinha que apoiar a mão no chão para me levantar de um jeito diferente das outras crianças, e já era AME naquele tempo, mas só que o meu diagnóstico só veio quando eu tinha 12 anos. E isso não foi porque meus pais não me levaram aos médicos, mas é porque a doença é muito rara, e os médicos não conheciam essa doença.

Depois do meu diagnóstico, eu ouvi de especialistas que "não tinha o que fazer" – mesmo dos médicos especialistas que me deram o diagnóstico de AME –, que era uma doença sem tratamento. Naquela época, eu ouvi que a única esperança eram pesquisas que estavam em andamento e que, talvez, dali uns dez anos, chegasse um medicamento. Só que essa promessa de dez anos se estendeu até hoje, 32 anos depois. E não foi porque não veio o medicamento, não foi porque não descobriram o medicamento, mas é porque o medicamento existe, só que nós AME tipo 3 não temos acesso a esse medicamento. Durante esse período todo, o meu corpo perdeu força, minhas pernas falharam, eu deixei de fazer movimentos que antes eu conseguia. E o medo de acordar pior a cada dia se tornou constante, porque a AME sempre piora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós que vivemos com AME, essa doença molda cada decisão da nossa vida, cada plano de futuro. Ela não afeta as nossas capacidades cognitivas, e, então, eu estudei, eu fiz faculdade, eu me formei, eu trabalho, eu também sou o sustento da minha família, mas eu precisei decidir cada coisa da minha vida baseada em limitações impostas pela AME. Então, eu abri mão de carreira, porque eu precisava estar mais próxima da minha rede de apoio. Eu penso muito no meu futuro, em como vai ser. Eu vou ser totalmente dependente de alguém? Será que eu vou ter condição de pagar cuidadores para ficar comigo 24 horas por dia? A AME impacta a nossa autonomia, a nossa dignidade, as nossas questões financeiras e também a nossa saúde mental.

Hoje as minhas dificuldades são andar longas distâncias, subir escada, levantar-me do chão, levantar-me de uma cadeira sem ter que me apoiar, sentar-me em algum assento muito baixo; eu não consigo me levantar, erguer objetos mais pesados. Para resumir para quem não conhece a AME, viver um dia com AME, por causa da fadiga que a gente sente, é como se a gente tivesse disputado uma maratona. Então, nós somos maratonistas diários.

Por ela ser progressiva, eu sempre tenho medo de perder a capacidade de andar, que eu ainda tenho e de me tornar dependente de um cuidador. Isso não é um capricho. Isso é uma luta pela nossa independência, pela nossa capacidade, pela nossa oportunidade de viver com qualidade.

Por isso, dói muito em nós pessoas com AME 3 quando alguém nos descreve como pessoas saudáveis. E, infelizmente, na reunião da Conitec que discutiu a incorporação, para a AME 3, da nusinersena, isto foi dito: pelo fato de nós andarmos, nós somos assintomáticos. O nosso andar não é igual ao dos outros, não é igual ao das outras pessoas. Então, é muito duro quando eles nos comparam com crianças com AME 1 e 2 e dizem que o nosso tipo de AME é leve e que por isso a gente não precisa de tratamento.

Quando o primeiro medicamento para a AME, que é o nusinersena, foi aprovado aqui no Brasil pela Anvisa em 2017, e ele foi aprovado, inclusive, para o tipo 3, eu chorei de alegria, mas isso logo virou uma frustração (*Falha no áudio.*)... a medicação custa muito caro, é inacessível. E a frustração foi maior ainda, porque ela não foi incorporada no SUS para a AME tipo 3. E eu me sinto muito injustiçada e muito sem valor, assim como todas as outras pessoas com AME 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a judicialização foi um último recurso. Em 2024, com uma decisão liminar, eu consegui iniciar o tratamento. Aí eu chorei de alegria de novo, só que essa foi uma vitória momentânea, porque as decisões judiciais são montanhas-russas. A ansiedade com que a gente vive é no limite. O desgaste é financeiro. E a gente sabe que a qualquer momento esse tratamento pode ser interrompido. E o meu foi. Onze meses depois que eu consegui iniciar o tratamento, eu perdi meu tratamento, por causa da decisão recente da STF, do fim do ano passado, sobre o Tema 1.234, o Tema 6. Ele fechou as portas do Judiciário para nós e depositou na Conitec a responsabilidade total por um tratamento médico dessa magnitude de uma doença rara como a AME.

A nossa única esperança hoje reside na decisão que a Conitec está para chancelar nos próximos dias. A gente não tem mais a quem recorrer.

Eu queria falar sobre o tratamento que eu fiz em si e o que ele significa para alguém com AME.

Desde a primeira aplicação, eu senti alguma coisa diferente. As minhas conexões pareciam estar ligando. O cansaço, a fadiga que tira a nossa disposição começou a mudar, eu comecei a ter mais disposição. De primeira, o tremor das minhas mãos diminuiu. Eu comecei a sentir menos cansaço para subir um degrau, para caminhar, para subir uma rampa de acesso para o meu trabalho. Com os acompanhamentos que eu fui fazendo na fisioterapia, os resultados começaram a ser mensuráveis. Então, eu consegui ganhar um ponto na escala Hammersmith em 11 meses de tratamento e aumentei em 42% a quantidade de caminhada durante um teste que é feito, que se chama teste de caminhada de seis minutos. Eu saí de 322 metros caminhados para 460 metros caminhados. Esse teste foi ignorado na avaliação preliminar da Conitec, sendo que ele é muito específico para quem tem AME 3, porque só quem é AME 3 consegue andar para fazê-lo. E não foi levado em conta esse teste. E ele não é número, ele é ganho de vida.

Essa é uma doença em que sempre se espera que a gente perca. A gente nunca... Nunca, nessa doença, a gente vai andar mais no dia seguinte, mas, com o tratamento, isso aconteceu. Eu consegui andar mais.

Essa medicação, de fato, muda o curso da doença. E isso significa, para mim, mais tempo para caminhar com a minha filha, a esperança de continuar andando e de não perder a minha independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu e tantos outros pacientes com AME tipo 3 – não só os deambulantes, ressalto aqui –, todos temos relatos impressionantes de ganho de força e manutenção do movimento, quando a gente faz o tratamento com o nusinersena, que geralmente é por via judicial. As evidências estão aí, não dá para negar essas evidências. São oito anos desde que a Anvisa aprovou essa medicação para AME tipo 3, a que a gente não teve acesso, e, nesses oito anos, as perdas também estão inegáveis, em oito anos a gente perde muito os movimentos.

A gente não pode mais esperar, esse não é um luxo que a gente possa nos dar. Ele é prejudicial num nível que quem não tem AME não consegue imaginar, é perda de autonomia, de dignidade, de capacidade de viver plenamente, é a condenação à dependência total de um cuidador. A vida (*Falha no áudio.*)... quando é uma chance que a gente tem de qualidade de vida e independência. A gente não quer apenas sobreviver, a gente quer viver com dignidade e autonomia. Hoje a gente só está lutando para sobreviver, mas a gente quer viver.

E a decisão que vai ser tomada pela Conitec não é apenas sobre um medicamento, é sobre a nossa vida, é sobre a vida de pessoas que lutam diariamente contra uma doença que é devastadora, é sobre dar a nós todos os pacientes com AME tipo 3 – e aqui eu digo que precisa ser para todos, não só para os deambulantes, para os não deambulantes também, precisa ser para todos, sem limite de idade, sem condições limitantes – a oportunidade de viver a vida que merecemos viver.

Eu agradeço a todos que hoje estão aqui, que nos ouvem e que abrem este espaço para nossa manifestação, porque não é todo mundo que faz isso, são poucas as pessoas que escutam a nossa voz. Nós não somos invisíveis por sermos raros, nós existimos e nós estamos aqui.

Eu agradeço a oportunidade.

Estou aberta a perguntas, se houver.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos a você, Juliana, um depoimento forte, bom e importante, como havia sido o da Andréa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre lembro que agora nós temos a Lei 15.120, de 7 de abril de 2025, que, no art. 19-Q, §1º-A, coloca sobre assento na Conitec: o assento destinado – que tem que haver– ao representante de organização da sociedade civil de caráter nacional é de ocupação rotativa e será preenchido pela entidade cuja representatividade seja afeta à condição de saúde analisada. Então, as pessoas com AME têm que estar lá na Conitec discutindo junto – as famílias, as pessoas, os pacientes.

E esse seu depoimento é muito importante, porque antigamente havia a ideia de que, enquanto se estivesse discutindo, a Conitec, o conselho, não poderia se manifestar a respeito da discussão – aliás, a Conitec é uma comissão, não um conselho. Hoje em dia, mudou isso. O enfoque é justamente o contrário, não que não possa a comissão discutir, a comissão tem que discutir. A audiência pública é o momento mais oportuno para que esta discussão aconteça também.

A gente, realmente, espera que a Conitec reveja a posição, mas principalmente fazendo um apelo ao Ministro Padilha, que tem uma outra visão de sociedade, uma visão de garantia de direitos, de cidadania.

Como você colocou, não é questão de sobreviver. É de viver. Se existe um medicamento, com mais qualidade, menos custo, custo-eficiência. É uma discussão que sempre o pessoal traz: custo-eficácia.

Quer dizer, tem um custo, mas a pessoa, você devolve para a sociedade em trabalho, em impostos, em tudo, uma vida boa, independente, melhor, sempre, tanto quanto possível.

Obrigado, viu, Juliana?

Então, tem que discutir. A Conitec tem que discutir, porque, inclusive, está na lei agora. Fizemos uma lei porque não havia essa discussão. Agora, a lei já foi aprovada, foi sancionada, e o debate tem que acontecer assim, escancaradamente, eu diria.

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra à Vanessa Nicolao, que é representante da Associação de Pacientes Residentes do Instituto de Apoio e Cuidados às Pessoas com Atrofia Muscular Espinhal (Proclame).

Com a palavra, Vanessa. Seja bem-vinda.

A SRA. VANESSA NICOLAO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada pela palavra.

Bom dia a todos. Meu nome é Vanessa. Eu sou a representante do Proclame, represento as pessoas com atrofia muscular espinhal no Brasil.

O Proclame é uma associação que, na verdade, nasceu para defender o direito das pessoas com AME tipo 3 que estavam sem medicação. Nós defendemos todas as pessoas com AME, mas esse é o foco principal da nossa luta.

Eu peço licença para falar, neste momento, não só como representante de associação, mas como paciente.

Eu sou uma pessoa com atrofia muscular espinhal. Eu sou cadeirante, eu tenho bastante limitação física já em razão da AME. Diferente da Juliana, eu tenho a mesma idade da Juliana, mas não tenho mais os movimentos. Eu tenho dificuldade de manter o pescoço. Então, para mim, às vezes, vou me escorar porque me dói muito.

Por que eu digo isso? Porque nós somos muito heterogêneos dentro da AME, mas todos nós precisamos da medicação. Nós somos raros. Nós representamos uma parcela pequena de pessoas dentro de uma doença que já é rara. Nós somos poucos, mas nós existimos.

As pessoas com AME 3 no Brasil acompanharam a trajetória do nusinersena, como a Juliana já mencionou, inclusive. Quando saiu a medicação, nós todos comemoramos muito. Foi aprovada em 2017 pela Anvisa. Em 2019, foi incorporada para as pessoas com AME tipo 1. Em 2021, ela foi aprovada para as pessoas com AME tipo 2. E nós do tipo 3 ficamos esperando, e, no entanto, desde aí, houve um silêncio ensurdecedor.

Nós nos tornamos, durante esse período, invisíveis para o Estado e para a sociedade, enquanto nós continuamos lutando contra a nossa doença e contra o declínio do nosso próprio corpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos a necessidade da Conitec em ser criteriosa na avaliação das medicações em relação ao gasto. O dinheiro público deve ser bem controlado, porém a gente não pode, baseado nisso, deixar as pessoas desassistidas de uma medicação tão importante.

O Governo atual comemorou a decisão do Tema 1234 como grande coisa, porque tinham economizado muito dinheiro, porém esqueceu quantas vidas foram prejudicadas e, inclusive, perdidas durante esse processo.

Nós não queremos ser um fardo para a sociedade. Nós acreditamos que existem iniciativas viáveis e imediatas que podem garantir o acesso ao medicamento a todas as pessoas com AME no Brasil. Essa é a razão dessa audiência pública. Nós queremos ser ouvidos. Não queremos ser, estamos fartos de ser ignorados.

Paciente com AME tipo 3 não é diferente dos pacientes do tipo 1 e 2, apenas a doença é um pouco menos acelerada que nos outros tipos e, ainda assim, dentro do tipo 3, há diferenças, o que significa que todos nós temos o mesmo defeito genético. É um gene que não produz uma proteína, que mata os nossos neurônios motores e que vai causar, inevitavelmente, a perda de movimentos com o passar do tempo. Nós perdemos a independência, a saúde, com o tempo nós perdemos o trabalho, o nosso sustento e a dignidade e não por raras vezes perdemos a vida. Pessoas com AME tipo 3 não raras vezes são produtivas, trabalham e sustentam as suas famílias. E tudo isso está sendo perdido enquanto não recebemos o medicamento.

Foi mencionado, inclusive, várias vezes na Conitec que a sobrevida de uma pessoa com AME tipo 3 é próxima ao normal. Ocorre que a nossa vida não é normal. Nós temos uma vida cheia de limitações, o tempo torna irreversível as nossas perdas e nós nos tornamos um fardo para nós mesmos e para as pessoas ao nosso redor. Se isso pode ser evitado, por que nos condenar a esse destino?

Na última reunião da Conitec sobre a incorporação do medicamento nusinersena, os membros da Conitec apresentaram um relatório desfavorável à incorporação, baseando-se na justificativa da não eficácia, o que sabemos não é verdade. E sabemos também que essa decisão também vem baseada no alto custo da medicação. Nós do Proclame entendemos que a eficácia está plenamente comprovada. Inclusive, pelo depoimento dos especialistas que serão ouvidos hoje, isso poderá ser demonstrado. A análise da Conitec no último relatório de incorporação foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desatualizada, desinformada e tendenciosa. É uma pena que eles não estejam aqui hoje para que nós possamos manifestar a nossa opinião a respeito! Os pareceristas que elaboraram o relatório apresentaram um destaque apenas nos pontos negativos dos estudos apresentados.

O Proclame apresentou um relatório contrapondo cada uma dessas informações que foram consideradas negativas, mas eu vou fazer aqui um apanhado simplificado.

Na análise da Conitec, foram excluídos diversos estudos sem uma justificativa válida e foram excluídas escalas de avaliação motora que serviriam muito para avaliar o progresso ou não da doença, a melhora ou não do paciente. Escalas, como a que a Juliana falou da caminhada, foram excluídas, escalas como a Rulm, que analisa movimentos de tronco superior, de membros superiores, não foram incluídas e melhoras que não apresentavam um aumento de três pontos na escala foram também desqualificadas como resultados positivos.

Acontece que, para quem tem AME, qualquer mínimo movimento adquirido, qualquer melhora na função motora, de conseguir pentear melhor o cabelo, de conseguir escovar os dentes, levar o garfo à boca... Eu hoje preciso de um canudo porque eu não consigo erguer o copo. Então, qualquer mínimo movimento adquirido é um benefício, e isso foi ignorado pela Conitec.

Além disso, quem convive com qualquer... Para quem está na fase adulta como nós, a estabilização da doença é um fator de benefício incalculável. Para quem convive com a perda, com o fantasma da perda dos movimentos diariamente, a estabilização da doença significa tudo. Nós sabemos que não há uma cura para a AME, mas poder contar com a ideia que nós não vamos mais perder os movimentos que nós ainda temos é algo que deve ser considerado como positivo pela Conitec.

Além disso, nós sabemos que as agências reguladoras em todo o planeta já incorporaram o nusinersena para o tipo 3, como nos Estados Unidos, na Itália, na França, na Espanha e na Austrália. Inclusive, ele está incorporado pelo Nice, do Reino Unido, que é uma das agências mais rigorosas, sem limite de idade. A Conitec apresentou, em seu relatório, que o Nice só forneceria até 18 anos. Isso não condiz com a realidade. A verdade é que o relatório apresentado pelos pareceristas influenciou diretamente a opinião dos membros da Conitec, que acabaram por decidir não incorporar o medicamento por falta de conhecimento sobre a realidade das pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com AME tipo 3. Inclusive, na audiência, na reunião, um membro do Ccates mencionou que as pessoas com AME tipo 3 que deambulam são saudáveis. Isso foi extremamente mal recebido pela comunidade de AME e mostra o profundo desconhecimento e desrespeito com os desafios e as dores das pessoas com AME, que sofrem diariamente com a doença e seus efeitos.

Outro representante do Conasems utilizou um caso particular do seu convívio para fundamentar e justificar a não recomendação do remédio baseado exclusivamente no alto custo e usurpou o lugar de fala do paciente com AME que havia sido escutado antes, o Lucas, que relatou uma experiência completamente diferente, dizendo que o remédio era importante e indispensável para a vida dele.

Essa postura de dizer que as pessoas poderiam preferir o dinheiro ao medicamento influenciou negativamente os colegas que acabaram também votando... (*Falha no áudio.*)

A verdade é que... (*Falha no áudio.*)

... votar, mas influenciou as outras pessoas que votaram.

Além disso, um dos membros da Conitec mencionou que deveriam ter sido apresentados estudos de mais alto nível, randômicos, com duplo cego. Nós também questionamos essa exigência, porque fazer um duplo cego randômico oferecendo placebo a pessoas que estão com uma doença rara, grave, que vão perder seus movimentos, é antiético e inaceitável a essa altura, quando nós já sabemos que o medicamento funciona para pessoas com AME tipo 3. Além disso, nós sabemos que esse tipo de estudo tem um alto custo, milionário, e que só encareceria mais ainda a medicação.

Houve também manifestações no Conitec de que é possível substituir a terapia e que a fisioterapia é suficiente para das pessoas com AME tipo 3. Isso não condiz com a realidade. Os especialistas hoje aqui ouvidos poderão contribuir com essa informação, mas é uma informação equivocada. E, além de tudo, nós sabemos que a terapia multidisciplinar ajuda na reabilitação, mas sem a medicação, não há estabilização nem melhora da doença, porque só a medicação evita a morte dos neurônios motores.

Por isso nós não aceitamos essa interpretação equivocada e de cunho duvidoso de que as terapias multidisciplinares poderiam substituir o uso do medicamento, quando se sabe que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há fisioterapia disponível para todos no SUS. Além disso, do ponto de vista do usuário do medicamento, nós sabemos que podemos fazer uma fisioterapia, buscar uma fisioterapia, ainda que com um custo próprio, mas é impossível a qualquer cidadão comprar a medicação necessária. Essa fala não representa as nossas necessidades, os nossos anseios.

Por fim, eu gostaria de falar um pouco da minha história. Questionamos aqui todos os pontos controversos do relatório da Conitec. Essas questões foram colocadas no nosso relatório que nós apresentamos na consulta pública, mas eu gostaria de também cumprimentar Andréa, que é nossa associada; a Juliana.

A luta das pessoas com AME no Brasil tem sido muito difícil. As pessoas com AME tipo 3 passaram totalmente despercebidas e foram ignoradas até hoje. Isso não pode mais acontecer. Eu gostaria de fazer um pequeno relato da minha própria vida. Eu sou uma pessoa com AME tipo 3 que até o ano de 2017 possuía bons movimentos. A medicação não chegou a tempo pra mim. Eu iniciei o tratamento via judicial no ano de 2020, quando eu ainda tinha alguma força muscular de membro superior. A minha irmã, Daiana, tem 45 anos, tem AME tipo 2. Tinha menos movimentos do que eu na época e iniciou também o tratamento com a medicação. Com o tempo, eu perdi a medicação via judicial, fiquei sem nenhum tratamento. E a Daiana continuou fazendo o tratamento com o nusinersena. Hoje, a Daiana tem mais força do que eu. Antigamente, eu abria a garrafa pra ela, alcançava as coisas na prateleira, hoje é ela que faz isso por mim.

Então, a verdade é inevitável. Pessoas com AME tipo 3 precisam da medicação para manutenção dos seus movimentos. Crianças com AME tipo 3, como o Natan e o Noemy, precisam da medicação para se desenvolver de uma forma saudável. Deixar as pessoas sem a medicação é um crime.

Eu espero que os membros do Ministério da Saúde que estão aqui hoje e toda a sociedade nos ouça e nos ajude, porque nós não podemos mais fechar os olhos para as pessoas dessa maneira, simplesmente porque um remédio é de alto custo.

Além disso, a gente sabe muito bem que a última proposta feita pela farmacêutica para a venda do medicamento para o Governo foi bem vantajosa, reduzindo bastante os valores. Então não há justificativas válidas para que a Conitec não recomende a incorporação pelo SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, aproveito esse espaço... Eu sei que eu já ultrapassei o meu tempo, mas a ansiedade que a gente tem de defender essas pessoas – de defender a mim mesma, mas todas as pessoas com AME tipo 3 no Brasil – é tanta que a gente extrapola um pouco.

Para todas as pessoas que estão nos ouvindo e que têm AME tipo 3 e que precisarem de apoio, ajuda e auxílio, procurem o Proclame. Nós estamos aqui para isso, e o nosso compromisso com a sociedade e com o Governo é dizer que nós não vamos parar enquanto todas as pessoas com AME no Brasil tenham medicação; pessoas com AME tipo 3 que andam e que não andam.

Esse é o nosso recado para a sociedade como um todo. Eu agradeço esse espaço e peço desculpa pelo nervosismo.

Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos muito a você, Vanessa Nicolao. É um depoimento também muito importante, contundente, bem fundamentado, de acordo com o que existe de debates no mundo inteiro, como você colocou.

Você mencionou, ao final da sua fala, que vocês não vão parar. Contem com o Senado Federal nessa iniciativa.

Vamos, a partir desta audiência pública, retomar todo esse debate, junto ao Ministro Padilha, junto à ausência não justificada da Conitec nesta audiência pública, apesar de existir a legislação em que vocês têm que participar de todo o debate nessa área em relação à incorporação de medicamentos.

A gente lamenta de novo, mas certamente o Ministro Padilha vai tomar as providências necessárias e cabíveis diante dessa ausência e diante de todas as evidências que você trouxe na sua fala, assim como também a Juliana e a Andréa.

Obrigado, Vanessa. Estamos juntos também, quero dizer.

Eu passo, em seguida, a palavra à Ana Angélica Lima, que é fisioterapeuta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda, Ana Angélica.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, muito obrigada.

Eu vou compartilhar aqui a minha apresentação.

Acredito que não está permitido para eu compartilhar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Pessoal aí da Secretaria...

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Ah, agora...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Já deu.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Agora deu certo, deu.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ainda não está... Ah, sim, agora sim.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem bem? Conseguem ver a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Ainda não está em tela cheia. O pessoal poderia ver aí a tela cheia para...

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Agora está?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Vamos ver se vem a tela cheia, porque senão depois até há uma complicação para ir passando as telas.

Olha aí. Agora está ótimo.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Com a palavra Ana Angélica.

Seja bem-vinda também.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Bom dia, meu nome é Ana Angélica Ribeiro de Lima, eu sou fisioterapeuta, doutora em Ciências pela USP e mestre em Ciências da Reabilitação pela Faculdade de Medicina da USP.

Também tenho Especialização em Intervenção Fisioterapêutica em Doenças Neuromusculares pela Unifesp, de São Paulo. Acompanho pessoas com doenças neuromusculares desde 2011, e a minha tese de doutorado foi acompanhando pessoas com AME por mais de um ano, principalmente pessoas com AME tipo 3.

A AME, atrofia muscular espinhal, é uma doença rara que apresenta como principal sintoma a fraqueza muscular progressiva. Ela é classificada em quatro tipos: 1, 2, 3 e 4. Essa classificação é baseada na idade de início dos sintomas e na maior função motora alcançada, ou seja, se essa pessoa não se senta, se senta ou se ela anda.

Na AME tipo 3, o perfil é um pouco diferente das pessoas com AME tipo 1 e tipo 2, primeiramente porque eles andam; e, segundo, porque a classificação de idade dos sintomas é a partir dos 18 meses de idade. Além disso, eles são muito diferentes entre si, porque algumas pessoas vão começar os sintomas logo na infância; alguns, na adolescência; e alguns outros, até no final da adolescência. Vale lembrar que essas pessoas não necessitam de suporte ventilatório.

Então, em comparação com AME tipo 1 e tipo 2, ela acaba tendo uma gravidade um pouco menor. No entanto, apesar de ter esse quadro clínico diferente, que não coloca um risco iminente à vida, a AME vai trazer uma série de prejuízos para a vida das pessoas com AME tipo 3.

Estes daqui são alguns dados de estudo de vida real.

Após os 11 anos de idade, essas pessoas apresentam uma perda progressiva na velocidade da marcha. Após os 20 anos de idade, elas vão ter uma diminuição em média, mais ou menos, de quase dez metros no teste de caminhada de seis minutos, que é um teste em que eles precisam caminhar ao longo de seis minutos sem parar. Após os 44 anos de idade, existe um risco muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentado da perda da marcha, ou seja, isso significa que essas pessoas vão ter que iniciar o uso da cadeira de rodas. Quando a pessoa inicia o uso da cadeira de rodas, tem uma perda progressiva da função respiratória e também da força dos membros superiores.

Existe uma escala, sobre a qual a gente vai conversar diversas vezes, hoje, durante a minha fala, que é a escala Hammersmith Functional Motor Scale – Versão Expandida. É uma escala para avaliar habilidades motoras como subir e descer escada, caminhar, levantar de uma cadeira, levantar-se do chão. E os estudos nos mostram que pessoas com AME do tipo 3 apresentam uma perda progressiva de habilidades motoras.

Este daqui é um estudo brasileiro de vida real, de Mendonça e colaboradores, que observaram, como a gente pode ver aqui no primeiro gráfico, por meio dessa linha decrescente, que representa as pessoas com AME tipo 2, que eles vão perder ao longo de dois anos, 3,4 pontos na escala Hammersmith. Essas pessoas não estão fazendo o uso da medicação.

O segundo gráfico indica as pessoas com AME tipo 3. Ao longo de dois anos, as pessoas com AME tipo 3 vão perder 4,6 pontos.

Isso significa uma mudança clinicamente diferente – pontuações acima de 3,2 pontos já mostram essa mudança significativa –; ou seja, as pessoas com AME Tipo 3, de forma geral, vão ser mais habilidosas e por isso vão ter uma pontuação na escala Hammersmith mais alta em comparação com os outros tipos de AME. Mas isso não impede uma perda progressiva e acelerada ao longo do tempo. Ao longo de dois anos, elas podem perder uma ou duas habilidades; por exemplo, não serem mais capazes de se levantar do chão, subir e descer escadas e, por exemplo, de andar.

Apesar de a AME não colocar esse risco iminente para a vida, como acontece nas pessoas com AME tipo 1 ou tipo 2, eles vão sofrer as consequências da AME associadas ao envelhecimento. Com o passar do tempo, eles vão estar muito mais suscetíveis às quedas e, por conseguinte, a fraturas e à perda da marcha; algumas pessoas, por conta de necessitarem ficar imobilizadas por uma fratura, acabam perdendo força muscular e não conseguem, por exemplo, recuperar a marcha; podem ter complicações respiratórias e necessidade do uso do suporte ventilatório. Isso significa uma diminuição na autonomia. Muitas pessoas com AME tipo 3 são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis por sustentar suas famílias, e isso pode implicar o afastamento do trabalho ou a necessidade do custo em relação aos cuidados especializados.

Vale lembrar que o nusinersena não é uma cura para a AME, mas é uma mudança no curso natural da doença. Essa medicação vai diminuir os impactos e as consequências da AME na vida dessas pessoas.

Aqui eu trouxe para vocês alguns dados de uma revisão sistemática com a metanálise que foi publicada neste ano sobre o uso do nusinersena em adolescentes e adultos com AME. Eles relataram que ocorreram ganhos em todas as escalas utilizadas nos estudos, que é a escala Hammersmith para avaliar as habilidades motoras; a Rulm, que é uma escala para avaliar função de membro superior; e no teste de caminhada de seis minutos, que é o teste em que a pessoa precisa caminhar ao longo de seis minutos.

Esses aqui são alguns dos dados da escala Hammersmit – a análise dos dados da metanálise. Aqui eles fizeram uma divisão por meio do tempo de acompanhamento. Então, aqui são os dados de um ano, entre um ano e dois anos, aqui entre dois anos e três anos, três anos e quatro anos.

Dos 21 estudos que foram incluídos na metanálise, 20 apresentaram mudanças na pontuação da escala Hammersmith, e essa mudança foi maior principalmente para as pessoas que andavam.

Eu não vou me alongar e me aprofundar sobre os dados da Rulm, que é para avaliação de força de membro superior, porque as pessoas com AME tipo 3 já têm uma força maior de membros superiores. Por isso, muitas vezes, elas vão atingir o que a gente chama de efeito teto na escala, ou seja, a maior pontuação. E por isso foi esperado que a mudança fosse maior nas pessoas com AME tipo 2. No entanto...

Esses daqui são os dados do teste de caminhada de seis minutos, que é um teste específico para quem anda.

Todos os estudos aqui que estão apresentados – aqui são os nomes dos autores e aqui são os resultados do estudo representados por essas bolinhas – mostraram mudanças, sendo que 52,8% dos estudos apresentaram uma mudança clinicamente significativa, principalmente entre três e quatro anos de acompanhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu gostaria de destacar duas questões importantes aqui. A primeira a gente pode observar por meio desses dados sobre a heterogeneidade dos estudos, ou seja, aqui no teste de caminhada de seis minutos, a heterogeneidade foi bem menor. Outro ponto importante é que, progressivamente, ao longo do tempo que nós podemos observar aqui por meio desses dados, eles aumentaram ganhos. Por exemplo, no primeiro ano foi em média de 24m, entre o primeiro e o segundo ano foi de 22m, entre o segundo e o terceiro ano foi de 29m, e entre o terceiro e o quarto ano foi de 36m. Vale destacar aqui que alguns desfechos que são muito importantes para pessoas com AME tipo 3 ainda foram pouco explorados, como a fadiga, o equilíbrio corporal e o risco de quedas.

E, para finalizar a minha fala, uma participante do meu estudo de doutorado me disse algo que me marcou muito. Ela disse: "Existe minha vida antes do Spinraza e após o Spinraza". Após a medicação, ela relatou que existiu a diminuição do medo de cair. Outros pacientes que eu tenho acompanhado ao longo dos anos começaram a praticar esportes como jogar futebol, praticar natação, participar de competições de natação adaptada, fazer hidroginástica, balé, e aumentaram, por exemplo, o tempo de caminhada na esteira. Isso significa que essas pessoas estão saindo de um quadro de reabilitação para um estágio de prática de esporte e também de atividade física, que é tão preconizado pela Organização Mundial da Saúde. Mas existe um ponto chave nessa situação: não estamos esperando a morte dos neurônios para começar a agir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos também a você, Ana Angélica de Lima, fisioterapeuta. Parabéns pela apresentação, muito importante na fundamentação da abordagem que se está dando nesta audiência pública. Parabéns pelo trabalho!

Permita-me perguntar só de onde que você está falando. De São Paulo, Paraná, Rio?

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Eu sou de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – De São Paulo.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – De São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Parabéns pelo trabalho.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Passamos, em seguida, então, para o lado da medicina.

Eu quero dar as boas-vindas também ao Dr. Felipe Franco da Graça, que é médico neurologista. E seja muito bem-vindo também, Dr. Felipe. Com a palavra.

O SR. FELIPE FRANCO DA GRAÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer primeiro à Comissão pelo convite, aos pacientes por terem começado. Eu acho que é muito importante a gente ouvir os pacientes primeiro, porque a gente aqui vem falar muito de ciência, vem falar muito de dados, mas esses dados são todos por causa dos pacientes, né?

Queria também... Eu vi que o Dr. Natan, da Coordenação de Doenças Raras do ministério está aqui. A gente sabe da dificuldade de fazer as doenças raras acontecerem no Brasil, de fazer as coisas acontecerem.

E eu estou aqui hoje para falar um pouco de como é a experiência de quem está na ponta do tratamento desses pacientes, porque é muito importante trazer essa experiência para o ministério, trazer essa experiência para o Senado.

Vocês estão conseguindo ver minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Sim, estamos vendo.

O SR. FELIPE FRANCO DA GRAÇA (*Por videoconferência*.) – Tá, eu vou voltar aqui um pouquinho.

Então, meu nome é Felipe Franco da Graça. Eu sou neurologista e neurofisiologista clínico, especialista em doenças neuromusculares. Eu atuo, hoje, no Ambulatório de Doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neuromusculares da Unicamp e também no setor de saúde suplementar, e eu sou membro titular da Academia Brasileira de Neurologia.

Minha pesquisa, minha área principal de pesquisa é justamente avaliar biomarcadores em pacientes com atrofia muscular espinhal tardia ou pacientes com AME tipo 3. Então, eu vou tentar simplificar um pouquinho algumas coisas que já foram ditas, trazer um pouco de dados. Acho que a Ana já trouxe dados muito bons que corroboram a importância do tratamento, mas eu tentei trazer um pouco desses dados misturados com a minha experiência clínica aqui, hoje.

Então, só para gente voltar no que já foi dito várias vezes, a AME é uma doença que é genética, afeta 1 para cada 10 mil, mais ou menos, nascidos vivos e leva à morte prematura dos neurônios da medula responsáveis pelo movimento. O que são esses neurônios? São esses neurônios que estão destacados aí na imagem e, quando a gente dá um *zoom* e simplifica essa imagem, todos esses que são cinza aí são os neurônios motores e essas fibrazinhas vermelhas são os músculos. Toda vez que a gente contrai um músculo, a gente precisa que essa informação venha de um neurônio, que são essas imagens em cinza. Em qualquer forma de AME que a gente tenha, o que acontece progressivamente é que esses neurônios vão morrendo e essas fibras musculares não recebem mais informação do neurônio, então elas param de funcionar. Então, se eu não tenho neurônio, eu não tenho fibra muscular, e isso vai acontecer com todas as formas de atrofia muscular espinhal, ou seja, tipo 1, 2, 3, todas. O que muda aqui é a taxa com que isso acontece. Então, nas formas de AME tipo 1, por exemplo, essa progressão é mais rápida; nas formas de AME tipo 3, essa progressão é mais lenta, mas o processo é exatamente o mesmo.

E quando a gente fala de tratar atrofia muscular espinhal, o que a gente quer com o tratamento? A gente quer – o tratamento a gente vai considerar como se fosse essa seta – interromper esse processo de morte. Quando a gente interrompe o processo de morte do neurônio, a gente não vai fazer com que esse neurônio se recupere. Então, daí vem a nossa urgência de tratamento – aquele neurônio que foi perdido não é mais recuperado –, mas, quando a gente consegue tratar essa doença numa certa etapa, vocês vejam aí que nessa primeira parte da imagem, quando eu tenho três neurônios sobrando, aqueles três neurônios conseguem ocupar parcialmente a função daqueles neurônios que foram perdidos, enquanto, quando eu trato essa doença numa fase mais tardia, o que vai acontecer? Eu vou tratar esse paciente, ele vai ter uma melhora, mas essa melhora não vai ser igual à do paciente que foi tratado precocemente, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele neurônio que foi perdido já foi perdido e aquele único neurônio que sobrou ali não vai dar conta de fazer o trabalho de vários neurônios. Então, basicamente o que a gente tem, quando a gente tem essa progressão, é essa perda neuronal, e a importância do tratamento precoce é que, uma vez que eu perdi o neurônio, ele não vai ser recuperado, e eu vou ter que me basear naqueles neurônios que sobraram para ter a minha função e para ter a melhora de função.

Aí vem a primeira coisa. Por que o paciente mais velho com AME tem uma recuperação mais lenta que a criança? Porque a criança está em fase de desenvolvimento, a criança está em fase em que eu tenho uma plasticidade neuronal muito maior. Então, a grande diferença principal vai ser que a criança vai recuperar mais rápido aquela função dos neurônios perdidos não porque ela recuperou mais neurônios, mas porque aqueles neurônios que sobraram conseguem, de maneira mais rápida, ocupar aquele espaço. No adulto, muitas vezes, essa plasticidade vai ser menor, mas, da mesma maneira, a medicação consegue evitar que eu tenha essa progressão de morte neuronal pelo menos na mesma velocidade que acontecia sem o tratamento. Então, esse é o primeiro ponto.

E aqui eu gosto muito desse gráfico para a gente ver, quando a gente compara a evolução de ganho de habilidades motoras e de perda de habilidades motoras nos pacientes com diferentes tipos de AME, a gente vê que a curva tem o mesmo formato em todos os tipos, ou seja, esse paciente ganha algumas habilidades e depois perde. A única coisa que muda aqui é que os pacientes com AME tipo 3 ganham mais habilidades, e a perda vai ser um pouquinho mais tardia, mas o formato, a progressão é absolutamente igual em todos os tipos, com a diferença do tempo em que isso acontece. E isso se diferencia completamente daquele indivíduo normal – lá em cima do gráfico.

Este é um gráfico que vai mostrar também muito bem aquilo que já foi dito tanto pelos pacientes quanto (*Falha no áudio.*)

... Os pacientes com tipo 3 – e aqui são vários grupos de pacientes com tipo 3 – vão evoluir de maneira diferente. A gente tem pacientes com tipo 3 que vão perder a marcha de maneira muito rápida – é esta primeira curva que a gente vê aí embaixo – e a gente tem pacientes com tipo 3 que vão perder a marcha de maneira mais lenta. A gente tem subgrupos, mas o fato é que todos vão evoluir em algum momento para perda da marcha. Então, a gente não pode dizer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como já foi mencionado aqui, que o paciente com tipo 3 é um paciente estável ou saudável. A AME não é uma doença estável, a AME é uma doença degenerativa.

E a piora também não acaba quando o paciente perde a capacidade de andar, a piora continua acontecendo. É que a gente usa a capacidade de andar como um marco, porque é um marco muito importante, mas para alguns pacientes, por exemplo, a dificuldade de alimentação e a dificuldade de se higienizar podem ser piores do que a perda da marcha. Isso aumenta ainda mais a dependência. Então, é importante dizer que a perda também não acaba quando o paciente perde a marcha.

E aqui eu vou trazer só dois estudos, pois eu sei que a Ana já trouxe coisa muito boa. Eu trouxe metanálises mais recentes, mas eu escolhi esses estudos um pouco mais antigos justamente para mostrar que a gente já tem dados desde 2020, mostrando a eficácia do nusinersena em pacientes com tipo 3. Isso não é uma novidade. É por isso que, desde 2020, de lá para cá, vários países têm incorporado o uso do nusinersena para AME tipo 3.

Com este dado aqui, o que a gente vê é que a grande maioria dos pacientes com tipo 3 em 14 meses, quando tratados, consegue ter uma estabilidade ou melhora. E é muito importante dizer aqui que, como a AME é uma doença progressiva, a estabilidade já é um ganho. Se a gente não está perdendo pontos todo ano, se a gente consegue manter onde aquele paciente está, a gente já está ganhando, a gente já consegue que aquele paciente consiga se adaptar às próprias limitações. Um grande problema para o paciente com AME é que ele não se adapta à limitação: ele tem uma limitação; mês que vem, ele já tem outra; no outro ano, ele tem outra; e ele não consegue se adaptar àquela alteração que ele tem de motricidade.

Este é outro estudo, só para mostrar que não é um estudo só, a gente tem vários, a Ana já mostrou. E aqui a gente consegue ver que, em todas as faixas etárias, a barrinha branca é o ganho nos pacientes que trataram, e a barrinha escura é os pacientes que não trataram. Então, a gente consegue ver que os pacientes que trataram estão sempre melhores que aqueles pacientes que não trataram. Este aqui é o acompanhamento em um ano, mas a gente já tem, como a Ana mostrou, estudos um pouco mais longos de acompanhamento.

E, para dizer que a gente não tem dado do Brasil, este é um estudo que, inclusive, adereça uma das questões que a Ana trouxe, que é a fadiga, mostrando que a fadiga é uma coisa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecede, inclusive, a perda motora. Esses pacientes, muitas vezes, não conseguem fazer as coisas, porque eles têm muito cansaço. Este é um dado do nosso grupo, comparando pacientes que fizeram o tratamento, que tiveram acesso ao tratamento, pela saúde suplementar, com pacientes que, pelo SUS, por exemplo, não tinham acesso ao tratamento. E, quando a gente compara esses dois grupos, a gente vê que o grupo que foi tratado tem uma frequência de fadiga muito menor do que aquele grupo que não foi tratado, ou seja, o grupo não tratado tem muito mais fadiga, fica muito mais cansado em comparação àquele grupo tratado. E isso a gente consegue ver já com pouco tempo de tratamento. Então, isso aqui corrobora que o remédio atua não só exclusivamente no ganho de escala, mas também na parte de qualidade de vida, porque fadiga está diretamente relacionada à qualidade de vida. Isso responde um pouquinho uma das questões que fica de que as pesquisas ainda não estão tão claras, que é justamente a piora da fadiga nesse grupo de pacientes.

E o que isso significa para os pacientes, na verdade? Então, se a gente fala de escala motora, o.k., escala motora é muito legal para gente, é muito legal para avaliar a resposta, mas eu fiz um exercício nessa semana e perguntei para alguns pacientes: o que a piora motora significa para você? E esses pacientes me responderam isto aqui. Para alguns deles, é que não conseguem planejar o futuro, ou seja, eu sei que eu vou piorar, aí como que eu vou planejar alguma coisa se eu não sei até onde eu vou chegar, se eu não sei até que ponto vai ser minha piora? Outra questão é não conseguir se adaptar às limitações. Uma coisa é o paciente, por exemplo, que sofre um acidente, tem uma perda motora e começa a se adaptar àquela perda motora. O paciente com AME sempre vai ter aquela perda motora de maneira progressiva. Ele não consegue fazer uma adaptação, porque, conforme ele se adapta àquela perda, ele já vai ter uma nova perda e ele não conseguiu nem se adaptar à perda anterior. Não conseguir ir ao banheiro ou se higienizar sozinho, isso, para uma das minhas pacientes, é o maior medo da vida dela, ela acha que é uma grande limitação. Precisar de ajuda para se alimentar... Uma questão muito importante aqui que a gente fala é que os pacientes deixam o trabalho, mas as mães e os familiares também deixam o trabalho para cuidar desses pacientes, então esse impacto econômico é muito além do paciente em si. Deixar de pintar, para uma paciente minha que é artista plástica, e, por fim, deixar de segurar o filho, para uma paciente que teve uma gestação recente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em conclusão, a AME é uma doença progressiva e ela é progressiva em todos os tipos quando não tratada. A gente já tem evidência em estudos randomizados sobre o benefício e em estudos de vida real. A gente tem... Os estudos randomizados são menores, o Cherish traz um pouco dos pacientes com AME tipo 3, e, nos estudos de vida real, a gente tem mais dados ainda, e os pacientes tratados têm melhoras motoras e melhoras de qualidade de vida.

Mas os pacientes podem voltar a piorar depois de um tempo? Podem, porque o envelhecimento faz a gente piorar. Todo mundo perde com o envelhecimento, só que não adianta a gente deixar o envelhecimento se somar à doença. A gente precisa trabalhar no que a gente consegue, e o que a gente consegue hoje é tratar a doença.

É isso, agradeço e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos também a sua participação, muito importante, muito didática, Dr. Felipe, Ana Angélica, bem como as demais pessoas foram assim muito... A compreensão certamente das pessoas que nos acompanham pelo Brasil ficou bastante clara com todas as explicações. Inclusive eu quero ressaltar que o material fica disponível na página da Comissão de Direitos Humanos, e vamos até depois organizar esse material, que é tão bom, tão interessante, para fazermos uma publicação do Senado para podermos enviar ao STF, até para mostrar as dificuldades, porque o STF continua acompanhando isso. Inclusive, o Ministro Fachin, atual Presidente, é muito ligado à área da doença rara, particularmente a mielomeningocele – ou espinha bífida –, a família dele. E vamos mandar também para o Ministro Padilha, para a Conitec, para mostrar que... Quer dizer, temos um conjunto de explicações que corroboram a necessidade de dar a atenção devida a isso, inclusive com pareceres da Conitec, que, talvez por desconhecimento – certamente por desconhecimento – da causa e por outras razões, eventualmente olhando para a parte financeira... Isso vem em detrimento de direitos humanos, de cidadania e de efeito efetivo na qualidade de vida das pessoas.

Muito bem, Dr. Felipe, sempre desejo também um belo... Sabe que nós estamos debatendo esse assunto na Comissão de Ciência e Tecnologia também, que eu tenho a honra de presidir. E gostaria, Dr. Felipe, Ana Angélica e todos, de, do ponto de vista da pesquisa, também colaborar com a área de doenças raras, não só do ponto de vista aqui da dispensação do medicamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é essencial, mas como que essa pesquisa vem acontecendo numa instituição, inclusive tão renomada, como a Unicamp. Que bom, mas ficamos à disposição.

Finalmente, como última fala, passamos a palavra a Natan Monsores de Sá, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde. Com a palavra, Natan.

O SR. NATAN MONSORES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Arns. Em sua pessoa, cumprimento a todos aqui, todos e todas presentes.

Sim, eu estou aqui, ouvi os depoimentos de todos, tentando, com muita empatia aqui, com muita seriedade, indicar aqui mecanismos ou caminhos para gente poder apoiar a demanda de vocês, mas, antes de eu falar um pouquinho do que a gente tem feito aqui, na Coordenação-Geral de Doenças Raras, Senador, eu acho importante só diferenciar um pouquinho papéis.

Então, eu sei que, neste momento, eu represento o Ministério da Saúde, sou a cara do Ministério da Saúde aqui, nesta audiência, mas é importante salientar que a Conitec é um fórum que tem certa independência, né? Ela trabalha assessorada aqui pelo Ministério da Saúde, mas ela é composta por diversos órgãos aí do nosso ecossistema da saúde, né? Então, tem o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais, enfim, o Conselho Federal de Medicina, algumas representações acadêmicas. O processo de tomada de decisão lá, na Conitec, segue um regramento baseado em lei e diz respeito ao nível das evidências que vão ter que ser avaliadas, ao mecanismo de custo-efetividade.

Eu sei que esse é um debate recorrente nesta Casa. O Senado tem feito reiteradamente essa discussão, mas só para, enfim, salientar, por mais que a gente, enquanto área finalística, a Coordenação de Doenças Raras, se expresse internamente, esse processo de tomada de decisão não é nosso. Não é a Coordenação de Doenças Raras que decide se o medicamento vai ou não vai ser disponibilizado na rede, vai estar disponível para os pacientes ou para as equipes clínicas fazerem uso, mas a gente tem uma outra responsabilidade nesse processo.

E aí, Senador, antes de eu avançar para a outra responsabilidade, só queria destacar: como o debate sobre a disponibilização de medicamentos para a AME ainda está acontecendo no cenário da Conitec, os representantes da Conitec, por uma questão de legalidade e de ética, infelizmente não podem antecipar a posição final do plenário antes de cumprir todo o rito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsto em lei. Então, essa é a razão deles não estarem aqui; o Departamento de Gestão de Incorporação de Tecnologias, que é o DGITS, não está aqui com a gente hoje, tá? Então, só estou trazendo esse esclarecimento, mas o Ministério da Saúde não se furta a estar aqui, com vocês, conversando.

Então, o que é que a gente tem feito em relação às demandas dos familiares, das pessoas que vêm com AME aqui à Coordenação Geral de Doenças Raras?

Todos sabem dos anúncios recentes em relação à disponibilização de tecnologia, principalmente para crianças, para bebês de até seis meses de vida, mas a gente tem trabalhado aqui na Coordenação de Doenças Raras, uma série de especialistas – neurologistas, equipes de genética, fisioterapeutas, enfim... –, a gente tem trabalhado em documentos internos, e nesse momento, a gente tem feito isso, no sentido de tentar construir e ofertar para a população uma linha de cuidados voltada para as diferentes faixas etárias de pessoas que vivem com AME, hoje, no Brasil. Então, isso inclui orientações desde a tenra idade, a identificação precoce da AME, passando pelo Programa de Triagem Neonatal, que é algo que a gente tem trabalhado aqui internamente, que tem sido uma pauta inclusive com o Ministro Padilha... Nós temos trabalhado na expansão da triagem neonatal, nós temos trabalhado na questão dos programas de suporte aos pacientes também...

Enfim, uma série de ações estão em construção neste momento, inclusive com escuta das associações de pacientes. Diversas vezes recebemos aqui, no Ministério da Saúde, as representações das associações de AME, a gente tem ido aos eventos de neurologia, de neurogenética, ouvir os especialistas também sobre o que tem acontecido aí no cenário de mundo real, para tentar, a partir disso, discutir como que a gente pode avançar.

Então, enquanto coordenação de raras – eu não posso falar aqui do dossiê da Conitec tá, Senador? –, enquanto coordenação de doenças raras a gente está aberto a essa discussão em relação ao uso do nusinersena, de maneira estendida, para adultos.

A gente sabe que o perfil clínico que tem sido relatado dentro dos estudos clínicos, como os colegas que me antecederam disseram, nos traz algum perfil de melhoria discreta para pacientes adultos com AME tipo 3, já tem algum perfil de segurança boa trazido dentro dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudos, mas, aí a gente esbarra num problema que é importante para o rito da Conitec, que é a questão da força e a disponibilidade da evidência.

Eu não queria enveredar para isso, mas, infelizmente, hoje, – ou felizmente, hoje –, dentro dos ritos, esses aspectos precisam ser considerados, para o bem ou para mal. Mas, para as linhas de cuidado, a gente consegue avançar.

Eu sei que o pedido de vocês aqui é diretivo para nusinersena, mas, para a rede de apoio dentro do SUS, a gente tem tentado melhorar e qualificar os profissionais de saúde do SUS para tentar colher melhor esses pedidos e tentar ser diretivo também, no sentido de tentar aportar algum grau de orientação clínica, suporte no que se refere à fisioterapia...

Eu sei que isso está muito distante ainda do pedido que vocês trazem aqui hoje, mas a Coordenação de Doenças Raras está aberta a acolher essa demanda e, internamente – tá, Senador Arns? –, levar isso ao conhecimento do Ministro Padilha também, para tentar, de alguma forma, juntar coro aos personagens de saúde, aos pacientes, para que, à medida que evidências não sejam suficientes, a gente construa canais para que essas evidências cheguem ao Pleno da Conitec e possam entrar também no debate.

Então, eu queria deixar aqui meu compromisso para a Juliana, para a Vanessa, para a Andréa, que tem um filho que é meu xará também, trazer aqui o nosso compromisso de solidariedade, enquanto Coordenação de Doenças Raras, para acolher... Eu tomei nota aqui de várias falas de vocês em relação a esse relato de mundo real, de já terem tido algum grau de acesso à terapia, mas foge à minha capacidade de tomar decisão o fornecimento por via judicial, o fornecimento que não aquele orientado pela Conitec, tá? Mas eu deixo aqui o meu compromisso, para encerrar minha fala, Senador, de sempre estar aberto a ouvir.

Aí peço ao Felipe e à Ana Angélica também para que, na medida do possível, façam contato com a gente aqui na Coordenação de Doenças Raras, encaminhem essas evidências, e aí a gente vai tentar construir internamente aqui um dossiê, um documento, uma nota técnica e endereçar isso para tentar fortalecer ou pelo menos não deixar este debate ser perdido aqui no interior do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doença rara não afeta só a criança, isso é uma coisa que eu tenho dito nos eventos também. Há muitos adultos que vivem com doenças raras neurológicas, imunomediadas, reumatológicas, que precisam também do nosso olhar empático, atento, humanizado. Então, a gente está aqui disposto a acolher.

Juliana, Vanessa, Andréa, se quiserem também pedir aqui uma conversa conosco, o *e-mail* da Coordenação de Doenças Raras é público: cgraras@saude.gov.br – cg é coordenação-geral. Vocês podem pedir aqui para a minha equipe um momento de conversa. A gente vai acolher vocês, vai ouvi-los, vai ouvir os especialistas, e aí, juntos, a gente pode tentar construir um cenário mais favorável para este debate. Eu sei que às vezes a discussão na Conitec é árida, fica na questão de evidências, custo-efetividade, mas a gente pode tentar construir outras alternativas aqui também, como cenários de acesso gerenciado, chamar a empresa para conversar sobre propostas de compartilhamento de risco, enfim, esse não é um cenário fechado, a gente está aberto a fazer isso, está bom?

Então, Senador, eu mantenho aqui a coordenação à disposição do Senado, à sua disposição. Mães aqui, a gente está à disposição também para ouvir. Infelizmente, eu não posso me comprometer aqui na oferta da terapia, porque ela precisa dessa decisão da Conitec, mas a gente está aberto a, junto com vocês, fazer este debate e tentar manter essa pauta viva aqui para a gente tentar construir alternativas, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você, Natan Monsores de Sá, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras.

Eu, como Senador, e certamente as pessoas que estão participando desta audiência pública e todos e todas que nos acompanham pelo Brasil, nós entendemos perfeitamente que, sobre essa decisão, a área de doenças raras**,** que o senhor preside, não é a área que decide pela incorporação do medicamento. Tudo isso deveria tirar o seu sono, dizendo que algo tão injusto, tão inadequado, tão distante da realidade está acontecendo dentro do ministério do qual V. Exa. é parte, quer dizer, uma desconsideração em relação às pessoas, às famílias, aos profissionais. Isso não é aceitável sob hipótese alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a sua proposta de falar, de colaborar para falar com as pessoas da Conitec é perfeitamente aceitável, lógico, mas, claro, quando você pensa que tem que qualificar as pessoas, tem que diagnosticar a doença, tem que ter terapias, isso da sua parte é muito importante, mas, ao mesmo tempo, é preciso ter acesso ao medicamento, não é? Como foi comprovado na audiência pública, é essencial, e alguém chegar e dizer "não, não tem eficácia comprovada" é um absurdo absoluto, considerando o quadro mundial de abordagem da doença.

E o que é pior: sobre a Conitec, que havia sido convidada para participar, recebi da Secretaria da Comissão a informação de que ela declinou do convite – declinou do convite. Declinou significa "eu não quero participar, eu não desejo participar". Isso é inaceitável de uma comissão nacional, da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde. Estão os pacientes aqui, as pacientes, os pacientes de uma maneira geral, as famílias, os profissionais da área, o Senado: "Não, eu declino do convite". E depois a Aspar, a Assessoria Parlamentar, veio com o argumento de que não se pode, que a Conitec não participa, não pode participar da discussão quando ainda a incorporação do medicamento está sendo analisada. É exatamente o contrário, não é? Quer dizer, esse é um pensamento atrasado, arcaico, que não leva em consideração as necessidades da população e em desacordo, inclusive, com a Lei 15.120, que nós aprovamos no Senado Federal.

As pessoas têm que ser ouvidas, têm que participar, têm que ouvir. Não é o técnico encastelado lá no seu gabinete, no Ministério da Saúde, na Conitec que vai decidir, não é? Tem que escutar as famílias, as pessoas, olhar as pesquisas, caso não conheça tudo. A Ana Angélica, o Dr. Felipe e a Proclame trouxeram aqui um relatório. "Não. Declino de ouvir ou de participar". Isso é impossível. A pessoa que falou que declina tinha que ser, de imediato, exonerada para o bem do Brasil, para o bem das pessoas.

Então anota a nossa nota, a nossa fala de indignação pelo desprestígio para a doença. E nós esperamos com o senhor, como Coordenador da área de doenças raras – para não ficar enxugando também gelo, quer dizer, derretendo também – que também haja colaboração. Mas nós vamos falar para o Ministro Padilha tudo isso por escrito, para o Supremo Tribunal Federal por escrito, para saber o que está acontecendo depois da decisão que... Não é essa a decisão. A decisão, inclusive, induz para que – nós vamos estudar isso direito – haja uma inversão de rota nesse sentido do desprestigiamento da cidadania. Infelizmente, eu lastimo, porque o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Padilha é uma pessoa tão atenta às necessidades, e tem uma assessoria tão distante daquilo que todos nós achamos que seja justo e adequado.

Então, a nossa nota de profunda indignação e repulsa a isso que aconteceu.

Muito bom, então, passamos em seguida... Eu passo de novo para todas as pessoas, para alguma consideração final, mas vamos tomar todas essas providências. Eu digo isso particularmente para a mãe, Andréa, para a Juliana, que falou em seguida, para a Vanessa, que representa tão bem a área, para a Ana Angélica, que é uma fisioterapeuta de alta qualidade, e o Dr. Felipe, que é um pesquisador e, além de tudo, médico, atende, pesquisa, ensina, participa, e ressaltando que nós também, na Comissão de Ciência e Tecnologia, queremos abordar a doença rara sob o ponto de vista... Até o Dr. Felipe, eu penso, a Ana Angélica, a Proclame, todos, enfim, que nos acompanham poderiam apontar as pesquisas, depois, no Brasil, também nesse sentido.

Mas só para valorizar também as perguntas... Várias delas já foram respondidas no decorrer das falas.

Carla, de São Paulo: "Quais critérios de elegibilidade devem ser adotados para incluir pacientes AME 3 na terapia com nusinersena?".

João, de Pernambuco: "Seria necessário [...] mover todo o aparato legislativo a toda inclusão de um tratamento novo no sistema SUS ou existe uma maneira à parte?". É isso que a gente está debatendo, né?

Marcos, de São Paulo: "O que a experiência de outros países pode ensinar sobre o uso do nusinersena na AME 3?". Eu acho que isso foi bem abordado também nas exposições todas.

Yasmine: "Quantas pessoas vão se beneficiar da inclusão do medicamento?".

Então, para alguma ideia final, para nós irmos nos direcionando para a conclusão, passo, em primeiro lugar, para a Andréa Joana da Silva Gomes – acho que está presente ainda –, que é mãe de crianças, filhos com AME.

A SRA. ANDRÉA JOANA DA SILVA GOMES (Para expor. *Por videoconferência.*) – É isso mesmo, a gente... A minha luta é particular, pelos meus filhos, mas em geral, por todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes com AME, que hoje não têm um tratamento digno para poder ter uma qualidade de vida melhor.

Foi colocada muito bem aí a questão de não somente sobreviver, e sim, viver, né? Vamos continuar lutando de mãos dadas, unidos, com a força, como familiar, que nós temos, para que consigamos, para que cada um, cada pessoa com AME tenha o direito de ter esse tratamento digno, cada um deles.

Agradeço muito a participação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Obrigado de novo, Andréa Joana da Silva Gomes. Que a sua luta seja a nossa luta também, de todos nós.

Passo, em seguida, a palavra para Juliana Pereira França Ferreira, que é paciente com AME 3, sempre lembrando: atrofia muscular espinhal (AME).

Com a palavra, Juliana.

A SRA. JULIANA PEREIRA FRANÇA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Na consideração final, eu queria pedir ao Ministério da Saúde, à Conitec, a todos que pensem e reflitam a respeito desse pedido de incorporação, porque a gente precisa de uma análise justa e profunda dos dados que estão disponíveis hoje a respeito do nusinersena, que façam a seguinte reflexão: talvez os dados não sejam robustos o suficiente porque estão olhando para o lugar errado. Talvez estejam olhando para dados desatualizados. Então, é preciso que a análise seja feita de uma forma muito profunda, porque não é justo que uma decisão como essa seja baseada em estudos que não levam em consideração escala, observações que tenham a nossa realidade, que reflitam a realidade da pessoa com AME 3. E são diferentes. A gente viu aqui, o Dr. Felipe mostrou, a Dra. Ana Angélica mostrou, e nós temos ciência de que esses dados existem. Então, é preciso que seja feita de uma forma profunda.

Só para finalizar, eu queria dizer que nós não somos invisíveis e que nos ignorar, ignorar a nossa existência não vai fazer a gente sumir. A gente continua existindo, né? Mas a gente vê cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia, tanto no mundo real, nas nossas experiências, como nos estudos, com as escalas corretas, com a abordagem correta para AME 3, a gente vê que a AME, a atrofia muscular espinhal, pode ter o seu curso mudado.

É com isso que eu queria contribuir na minha consideração final aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço, Juliana. Muito boa a fala, assim como a da Andréa e demais pessoas. E vamos em frente. Estamos juntos aí na luta – luta por dignidade, cidadania e atendimento adequado.

Passo, em seguida, a palavra à Vanessa Nicolao, que é representante da Proclame – só vou ler aqui o nome, porque é bem interessante –, Associação de Pacientes Residentes do Instituto de Apoio e Cuidados às Pessoas com Atrofia Muscular Espinhal.

Com a palavra, Vanessa.

A SRA. VANESSA NICOLAO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu só queria, primeiro, agradecer a oportunidade, Senador, que foi muito importante para nós.

Eu sei, eu entendi a palavra do Sr. Natan, respeito muito a capacidade e o profissionalismo deles. Nós entendemos muito bem a função da Conitec e a função do Ministério da Saúde. O que nós estamos questionando é justamente o fato de a Conitec não estar sendo fiel aos dados que estão sendo apresentados. Eles estão apresentando uma análise que parece quase "desprofissional", que não está entendendo o que está sendo apresentado nos laudos que foram entregues, nas pesquisas. Nós conseguimos analisar isso com muita profundidade como pacientes – nós temos os médicos, os especialistas nos auxiliando – e a verdade é que muitos estudos foram excluídos de uma forma sistemática, procurando achar um resultado negativo. É isso que nós vimos. Então, nós não sermos ouvidos nesse momento da Conitec, antes de uma decisão final, é injusto, porque eles estão tapando a nossa voz para não ouvir onde estão os erros. Nós queremos ser ouvidos antes da tomada final de decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que eu peço a ajuda do Ministério da Saúde e do Senador para que esta reunião chegue até eles. Nós queremos que a nossa voz seja ouvida, a nossa opinião e a nossa vontade sejam consideradas no que está sendo decidido sobre nós. Então, nós sabemos que esses dados existem, que esses dados de eficácia comprovada existem. A questão do custo-benefício está demonstrada porque não há custo. Nós conhecemos a proposta da farmacêutica. Então, nós queremos ser ouvidos antes de uma decisão final.

E, por fim, só para dizer o que o Senador já falou, o que justifica essa insistência sistemática em dizer que não há dados robustos se agências internacionais do mundo inteiro já aprovaram? Então, assim, se não for aprovado dessa vez, nós não vamos ficar calados. A Juliana falou que nós não vamos ficar calados, nós vamos partir para outras atitudes, porque nós não estamos mais... Nós já fomos ignorados durante cinco anos. Então, a Conitec ignorar a opinião do usuário, do cidadão, que é quem vai receber a medicação, para tomar uma decisão, não é justo.

Enfim, peço desculpas se às vezes a gente se exalta, mas a gente tem convivido com essa dor há muito tempo e a gente está cansado. A gente já está muito cansado. Nós queremos que pessoas, que crianças como o Natan e a Noemy não passem pelo que eu passei na minha vida e que as pessoas adultas com AME tenham o direito a ter dignidade de erguer um garfo para comer, de respirar sozinha, de segurar o pescoço. Isso é o que é justo. Isso é o que está dentro da lei e é um direito nosso.

Agradeço aos presentes, aos colegas que estão aqui, ao Senador e aos representantes do Ministério da Saúde pela oportunidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos a você de novo, Vanessa Nicolao. Parabéns pelo trabalho, pela caminhada, pela união de pessoas!

E o que você falou... Justamente você falou que não estão sendo ouvidos e não eram ouvidos e não são ouvidos. Por isso é que nós aprovamos a Lei 15.120, de 7 de abril de 2025, em que está escrito claramente: "O assento destinado ao representante de organização da sociedade civil de caráter nacional é de ocupação rotativa e será preenchido pela entidade cuja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representatividade seja afeta à condição de saúde analisada". Então, vocês tinham que estar lá juntos e apresentando todos os detalhes disso para orientar a própria decisão da Conitec, né? Está na lei agora, porque justamente não se escutava a sociedade, sejam os pais, sejam os pacientes.

A vocês, parabéns, porque têm documentos muito robustos e organizados nessa área! Parabéns!

Passo, em seguida, a palavra a Juliana Pereira... Aliás, desculpem, a Juliana já falou, né? Para a Ana Angélica de Lima, que é fisioterapeuta.

Com a palavra, Ana Angélica.

A SRA. ANA ANGÉLICA R. DE LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Para essa finalização, como fisioterapeuta e também como pesquisadora, gostaria de dizer que a fisioterapia é essencial para qualquer pessoa com AME. No entanto, a fisioterapia não tem a capacidade de parar a degeneração do neurônio motor inferior. Hoje o melhor cenário que nós temos é a junção da fisioterapia, o atendimento com a equipe interdisciplinar, mais a medicação. Então, o acesso a esses dois acompanhamentos é essencial para essas pessoas.

E quero dizer também que eu estou à disposição no que eu puder colaborar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos também à Ana Angélica, parabéns pelo trabalho. Novamente, quero reiterar isto, né? Muito bom. E muito clara, muito didática.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Felipe Franco da Graça, médico neurologista. Com a palavra, Dr. Felipe.

O SR. FELIPE FRANCO DA GRAÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado a todos, novamente, pelo convite.

Queria agradecer pela possibilidade de estar aqui falando um pouco desses dados, porque como eu disse, a gente está sempre na ponta e é muito bom poder trazer essa informação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem toma as decisões; e dizer também que a gente está à disposição, como pesquisador, como médico, para fazer a contribuição.

Felizmente, o Brasil tem um número muito grande de pesquisadores em AME, de médicos especialistas que têm bastante experiência, de profissionais com bastante experiência, isso em todo o país. Então a gente está aqui para contribuir. E eu espero que realmente, no futuro breve, a gente possa oferecer o tratamento aos nossos pacientes, que já colaboram tanto com a gente nas pesquisas, né? Importante dizer que. mesmo sem o tratamento, esses pacientes topam participar das pesquisas, eles se deslocam até os centros universitários, mesmo que a gente não possa oferecer para eles o que a gente gostaria de oferecer em termos de tratamento.

Então, queria também aproveitar este momento para agradecer a todos os pacientes que têm participado das pesquisas clínicas aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo ao Dr. Felipe, parabéns pelo trabalho da universidade, de ensino, de pesquisa que é desenvolvida. Ficamos à disposição da extensão, como é agora nessa articulação com a sociedade, que são vertentes importantes das instituições de ensino superior. Foi um prazer conhecê-lo também.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Natan Monsores, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

O SR. NATAN MONSORES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Arns.

Enfim, só reiterando para as pessoas presentes aqui, para quem nos ouve, né? A Coordenação de Doenças Raras está aberta, Vanessa, enfim, os colegas aqui que são professores universitários, como eu também sou, para que encaminhem para a gente, tá? Eu já tenho o banco de dados aqui com os estudos clínicos, com algumas informações, mas é importante essa manifestação específica, principalmente dos pacientes, das pessoas que vivem com AME.

Então, Vanessa falou do dossiê algumas vezes. Vanessa, se você puder nos encaminhar aqui na Coordenação de Doenças Raras, a gente vai acolher, te chamaremos aqui para uma conversa. Se também a equipe do gabinete do Senador Arns quiser participar, está convidada também, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente entender um pouquinho melhor esse cenário que vocês trazem de discordância em relação ao que está sendo discutido na Conitec, tá?

Senador, só reiterando aqui também, né? Eu, enfim, eu não sou um burocrata, eu sou um pesquisador, professor da Universidade de Brasília, pesquisador no campo das doenças raras há mais de 20 anos, trabalhando sempre aí muito próximo aos movimentos de pacientes, aos colegas do campo científico também. E em razão dessa proximidade com as associações de pacientes, a gente tenta sempre trazer aqui na Coordenação de Doenças Raras essa postura aberta, empática, inclusive para discussão dessa questão das evidências, um tema que reiteradamente a gente tem tratado aqui dentro do Ministério da Saúde.

O nível, a discussão sobre evidências para doenças raras tem outras características, muito diferentes das doenças prevalentes, das doenças transmissíveis prevalentes. Então, é essa a sensibilização que a gente tem feito aqui internamente, no Ministério da Saúde, tá?

Senador, novamente, eu me coloco à disposição do seu gabinete, à disposição do Senado, desta Comissão de Direitos Humanos, para em conjunto a gente ir remodelando esse ecossistema de cuidados, atendimento e direito das pessoas com doenças raras – e, nesse caso aqui, das pessoas que vivem com AME, tá?

Então, quero só reiterar aqui a nossa abertura sempre ao diálogo democrático, aberto sobre qualquer tema que esta Casa queira trazer aqui para a gente na Coordenação de Doenças Raras.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço novamente ao Dr. Natan Monsores de Sá.

É uma interface de várias Comissões, né? Aqui, na de Direitos Humanos, a gente está discutindo, porque é um direito humano, é cidadania, é dignidade, respeito. Ao mesmo tempo, quando se fala de qualificação, de atendimento, de terapias, é Comissão de saúde, a CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Muitas dessas crianças precisam de um atendimento, de uma modificação na educação, que seria a Comissão de Educação, também atenta para as necessidades específicas das pessoas. E lá, como eu falei, na Ciência e Tecnologia, que eu presido, eu tenho muito interesse – e a Comissão também – na pesquisa, no desenvolvimento do trabalho, particularmente, das universidades e de outras instituições, para o desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos, de terapias e de tanta coisa importante que está acontecendo. Então, a gente agradece; agradeço novamente.

E qual vai ser o passo seguinte? Vamos organizar esse material da audiência pública – há tanta informação boa que, inclusive, pode servir como publicação do Senado –; vamos entrar em contato, como eu disse, e eu vou mostrar para os expositores e expositoras aí o material também; vamos falar com o Ministro da Saúde; vamos enviar para a Conitec; vamos enviar para o Dr. Natan e também para o Supremo Tribunal Federal, para que todos tomem conhecimento do que foi feito aqui; e vamos acompanhar os desdobramentos. Estamos pedindo essencialmente aquilo que a gente fala na pessoa com deficiência, mas que serve para doenças raras: "Nada sobre nós, sem nós". Quer dizer que as (*Falha no áudio.*) ... representativas da área sejam escutadas. Só isto que se está pedindo: que haja um diálogo, que haja sensibilidade, conscientização. Isso serve para todas as áreas, para o comércio, para a agricultura, para a indústria... Se a gente fizer isso, não haverá problemas maiores, porque o bom senso prevalecerá. E tem tanto documento tão bom da área – não é? –, e dos profissionais da área, que pode servir de subsídio!

Agradeço, então, de novo – e me permitam chamá-los pelo primeiro nome –, ao Felipe, à Juliana, à Ana Angélica, à Vanessa, à Andréa, ao Natan.

Agradeço também à Secretaria da Comissão, aos meios de comunicação do Senado, que permitem que este debate vá para o Brasil inteiro.

E vamos em frente, vamos juntos, contem com o Senado Federal!

Tenho absoluta convicção de que Senadores e Senadoras estão, todos nós, solidários com esse assunto.

Nada mais havendo a tratar, então, declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e cinco minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim, Tereza Cristina e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 52ª e da 53ª Reuniões da CDH, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5195, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para prever ações direcionadas às pessoas com deficiência." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas (de redação) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH (de redação). O Senador Eduardo Girão apresenta requerimento de urgência extrapauta, que é aprovado pela Comissão. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1773, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA)." Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 383, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos da Resolução nº 249, de 10 de julho de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescentes - Conanda, que "dispõe sobre a proibição do acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas."" Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto. ITEM 4 - Sugestão n° 16, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre garantir banheiros separados por sexo de nascimento para mulheres e crianças do Brasil"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à sugestão, na forma do projeto de lei. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3833, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, desde a data do pedido de medida protetiva de urgência que venha a ser concedida e por até 2 (dois) anos após sua revogação, a mulher em situação de violência doméstica e familiar terá direito à gratuidade da justiça." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 880, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a implementação de mecanismos de identificação, prevenção e indisponibilização imediata de conteúdo de sexo explícito ou pornográfico envolvendo a participação de crianças ou adolescentes." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 -CDH. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 100, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública para debater e instruir o PL 4381/2023." Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 101, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ. n° 100, de 2025 – CDH seja incluída a seguinte convidada: Maria Aureni Finiô – Povos Funiô – Brasília/DF." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 102, de 2025 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5195/2020." Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 52ª e 53ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria, até em respeito à senhora, em respeito ao povo brasileiro, especialmente do Estado do Ceará, fazer aqui um comunicado à senhora muito sério – eu considero.

Cheguei aqui faltavam 2 minutos para as 11h da manhã. Procuro participar de várias Comissões. Às vezes, não dá tempo para você participar de todas, porque são muitas Comissões Temáticas ao mesmo tempo, em alguns horários, mas eu nunca faltei a uma sessão do Senado Federal, a votações no Plenário. Sempre estive presente em todas, porque eu levo a sério a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política: para mim é missão de vida e para mim é um privilégio estar representando o meu estado, o Estado do Ceará.

Agora, eu sou testemunha de defesa do Deputado Gustavo Gayer, e a gente sabe que está existindo uma caçada a Parlamentares de direita, conservadores, no Brasil. Isso é claro como o sol. Ontem ficou explícito isso na Comissão de Segurança Pública com o depoimento do Sr. Tagliaferro. E, coincidentemente, quem está como Relator desse processo do Deputado Gustavo Gayer é o Ministro Alexandre de Moraes. Três testemunhas de defesa são Senadores da Casa: Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição; Senador Wilder Morais, que é do mesmo estado do Deputado Gustavo Gayer; e eu, que integro outro partido e que também fui arrolado como testemunha. Os três Senadores pediram adiamento da oitiva, porque a gente está em atividade Parlamentar, e o Senador tem prerrogativas para isso. Nenhum foi aceito, nem o do Rogerio Marinho, nem do Wilder Morais, e o meu nem sequer responderam até o presente momento. Eu pedi o adiamento.

Então, reiterei, hoje de manhã cedo, à nossa equipe. Eu não posso afirmar, seria leviano da minha parte dizer que isso é coisa... é uma intransigência do Ministro Alexandre de Moraes; da pessoa, não, mas do gabinete dele, sim, né? Porque a gente está pedindo o adiamento para uma data que não choque com as atividades Parlamentares. Sexta-feira é um dia até mais tranquilo, que dá para... Agora, não receber nenhum tipo de retorno e negativa de outros dois colegas, eu não concordo com isso.

Estou aqui para cumprir o meu dever. Tenho duas relatorias, um projeto meu, que é uma resolução para votar, e eu vou sempre optar por cumprir o meu dever. Eu não vou legitimar esse tipo de abuso, de aberração com relação à caçada implacável que existe hoje.

Se querem fazer a coisa direita, vamos respeitar a prerrogativa dos Parlamentares, que têm dever a cumprir com a nação. E aí, na hora que se pode, se ajusta o horário, mas por que essa pressa toda? É muito estranha essa pressa, essa coisa atabalhoada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Feito o registro, Senador, passo aqui meus votos de solidariedade e, ao mesmo tempo, meus votos de repúdio a algumas atitudes de S. Exa. o Sr. Ministro Alexandre de Moraes.

Vamos para a nossa pauta. Item 1 da pauta.

Antes disso, quero cumprimentar – está conosco – o ex, incrível, maravilhoso, querido Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga. Seja bem-vindo! Estava morrendo de saudade, viu?

Está conosco também a nossa Deputada Mariana Carvalho, do Maranhão. Seja bem-vinda, Mariana! Também estava com saudade de você.

Eu só queria dizer uma coisa, Ministro Queiroga – me permita, se eu puder –: o senhor fica muito bem sentado numa cadeira de Senador. O senhor está entendendo o recado? Entendeu? Combina, não combina? Eu acho que a Paraíba precisa entender que o senhor combina muito bem sentadinho aí.

Vamos para o item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5195, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para prever ações direcionadas às pessoas com deficiência.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH.*

Em reunião realizada em 20/08/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria do projeto: Deputada Federal Rejane Dias, grande Deputada.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório, sem antes deixar de dizer que esta é a nossa primeira reunião do Setembro Amarelo, e nós vamos pautar, ao longo do mês, inúmeras matérias, requerimentos voltados à prevenção da automutilação e do suicídio.

Antes que o senhor profira seu voto, alterando a Lei 13.819, Senador Girão, queria dizer que fui eu que escrevi essa lei. Eu escrevi essa lei em 2018; Osmar Terra ainda era Deputado. Não, ele voltou um período como Deputado, depois da eleição, né? Apresentou, aí ele voltou como Ministro, aí a gente trabalhou para que essa lei seja aprovada.

Eu tenho a alegria de dizer que ela foi aprovada em 24 horas, na Câmara... Não, em 48 horas na Câmara e em 24 horas aqui, no Senado, uma lei que institui no Brasil a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Então, nós vamos alterar aí. Aprovada em 24 horas depois de uma conversa nossa com os Presidentes das Casas. Eles sentiram a necessidade de a gente ter uma política.

E o Ministro Marcelo Queiroga esteve lá, à frente da condução dessa política, da efetivação da política.

Senador Girão, com a palavra, para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Olha, minha querida Senadora, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares Alves, é uma honra, para mim, relatar aqui esse projeto.

Quero, em primeiro lugar, render as minhas homenagens a esse grande brasileiro, esse grande paraibano, que fez a diferença, enquanto Ministro e enquanto cidadão, desde aquele momento em que o Brasil o conheceu, pela sua dedicação, pela saúde... É uma honra Marcelo Queiroga, e eu concordo com a senhora: ele combina bem aqui, com este ambiente do Senado Federal. O Brasil precisa.

Nossa Deputada, seja muito bem-vinda aqui à Comissão.

Eu peço a sua autorização para ir direto à análise. Pode ser? (*Pausa.*)

O.k. Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência deste Colegiado para opinar sobre a proteção às pessoas com deficiência. Já o inciso VII, do mesmo dispositivo, dispõe que cabe a esta Comissão manifestar-se sobre a proteção à infância e à juventude, sendo estes dois dos grupos mais vulneráveis psicossocialmente, nos quais a ocorrência de suicídios tem aumentado de modo alarmante nos últimos anos.

É uma verdadeira pandemia – diga-se de passagem –, Senadora.

O projeto mostra-se necessário e oportuno. Estudos nacionais e internacionais indicam que pessoas com deficiência estão expostas a riscos significativamente mais altos de sofrimento psíquico, automutilação e suicídio.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), fatores como isolamento social, discriminação, falta de acesso adequado a educação e saúde, e exposição recorrente a situações de violência — inclusive institucional — contribuem para o agravamento de quadros depressivos e ansiosos entre esse público.

No Brasil, dados do Ministério da Saúde revelam que a taxa de suicídio tem aumentado de forma preocupante em todas as faixas etárias, com destaque para adolescentes e jovens adultos.

O Boletim Epidemiológico de Vigilância de Violências Autoprovocadas (2023) aponta que, entre 2015 e 2022, o número de notificações de tentativas de suicídio entre pessoas com deficiência cresceu mais de 30%, sendo especialmente elevado entre pessoas com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista.

É importante ressaltar que a violência autoprovocada, incluindo a automutilação, não é apenas uma questão individual ou médica, mas também social e coletiva. Ela reflete, muitas vezes, o fracasso de políticas públicas em garantir suporte emocional, acolhimento, acessibilidade e inclusão.

Ainda que o Brasil tenha avançado em marcos legais que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), a realidade vivida por essas pessoas é, em muitos casos, marcada por barreiras atitudinais, negligência institucional e falta de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao prever que as ações da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio considerem as peculiaridades de populações mais vulneráveis e consequentemente com maior risco de violência autoprovocada, incluindo as pessoas com deficiência, o projeto alinha-se aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada com *status* de emenda constitucional (Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), que impõe aos Estados Partes o dever de promover e proteger os direitos humanos de pessoas com deficiência, inclusive no tocante à saúde mental e à integridade física e emocional.

A obrigatoriedade de comunicação às autoridades sanitárias por parte dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência também contribui para aperfeiçoar, sim, o sistema de vigilância e resposta rápida, possibilitando intervenções precoces e articuladas.

Diante do exposto, considerando as estatísticas, os compromissos legais e a urgência – reitero: urgência – de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, entendemos que a aprovação da matéria é oportuna e necessária.

Não obstante, alguns ajustes redacionais são necessários.

O primeiro é relativo à ementa, cuja redação pode dar a entender que as alterações seriam pertinentes somente às pessoas com deficiência, ao passo que a parte dispositiva cita esse grupo como exemplo de um segmento populacional com maior risco de sofrer com depressão e suicídio.

O segundo ajuste é justificado pela importância de caracterizar de modo mais preciso as necessidades, e não as peculiaridades, do conjunto das pessoas abrangidas pelo dispositivo, que são todas aquelas psicossocialmente mais vulneráveis ou com maiores riscos de desenvolvimento de doenças ou transtornos mentais que aumentem o risco de violência autoprovocada, como automutilação e suicídio.

Do voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.195, de 2020, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH (de redação)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 5.195, de 2020, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para prever ações direcionadas às pessoas psicossocialmente mais vulneráveis ou com maiores riscos de desenvolvimento de doenças ou transtornos mentais que aumentem o risco de violência autoprovocada, como automutilação e suicídio".

EMENDA Nº – CDH (de redação)

Dê-se ao inciso X que o art. 1º do Projeto de Lei nº 5.195, de 2020, acrescenta ao art. 3º da Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, a seguinte redação:

"X – considerar as características e as necessidades das pessoas psicossocialmente mais vulneráveis, tais como pessoas com deficiência, ou com maiores riscos de desenvolvimento de doenças ou transtornos mentais que aumentem o risco de violência autoprovocada, como automutilação e suicídio".

Sra. Presidenta, eu tive a bênção... Quero agradecer aqui à senhora e à Deputada Rejane Dias pela iniciativa, claro, mas agradeço também à senhora por ter me concedido, porque eu não sei se... A senhora lembra? Eu fui o Relator dessa matéria também aqui no Senado Federal. Eu estava chegando no Senado Federal e tive esse presente, essa benção.

Então, que Deus te abençoe hoje e sempre.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Voto perfeito, que aperfeiçoa a lei de uma forma extraordinária.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Isso quer dizer que ela não vai voltar para a Câmara, porque são emendas de redação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2, de redação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Perfeito. Muito obrigado, Presidente.

Eu queria só pedir, se fosse possível, a urgência para que vá ao Plenário, se possível, ainda hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

Vamos colocar em votação o requerimento de urgência.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Girão, esse projeto daqui já iria diretamente mesmo para o Plenário. Agora, com o pedido de urgência, a gente podia conversar com o Presidente Davi para fazer essa entrega no mês de setembro, no Setembro Amarelo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Boa!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E – quem sabe? – a gente articular com o Governo, que não me ama, para a gente sancionar... Seria uma grande entrega para o atual Ministro já fazer as adequações à política nacional de combate ao suicídio e automutilação de crianças... A política nacional, como um todo.

Agora, só tem um segundo item também, que vai fazer o recorte de crianças e adolescentes.

Parabéns, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para fazer um parâmetro, rapidamente...

O Governo sabe – e eu quero cumprimentar o Governo, sempre muito presente aqui – que esse é um assunto que transcende...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... questão de direita, de esquerda, contra Governo... Ela nos une, como outras pautas também nos unem. Trata-se de humanidade.

Eu tenho certeza de que o Governo vai também ajudar a pedir ao Davi Alcolumbre para a gente aprovar isso hoje ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1773, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes (PNCSCA).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutiva) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH, CCJ e CAS, em deliberação terminativa.

Em reunião realizada em 20/08/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Em 02/09/2025, o relator encaminha novo relatório.

É um recorte da política nacional.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Pedindo novamente à senhora para a gente ir diretamente à análise...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção à infância e à juventude. Assim mostra-se plenamente regimental a análise do PL em apreço pela CDH.

Poucas situações podem se revelar mais trágicas que a do suicídio da pessoa na flor da idade. A natureza segue seu curso esperado quando o jovem sucede ao idoso na pirâmide etária. Se ocorre o contrário, há algo de profundamente errado na sociedade, algo capaz de levar à interrupção precoce da vida de quem deveria estar apenas começando a descobrir o mundo.

Segundo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, com dados até 2021, a taxa de suicídios cresceu 49% entre jovens de 15 a 19 anos entre 2016 e 2021, chegando a 6,6 óbitos por 100 mil habitantes – é de se arrepiar com isso aqui. Já entre aqueles de 10 a 14 anos, embora a taxa seja menor (1,33 por 100 mil habitantes), a alta foi igualmente preocupante (45%). É inadmissível que a morte autoinfligida seja uma das principais causas de morte entre jovens.

O mundo tecnológico atual mostra-se particularmente preocupante para a saúde mental de nossos jovens. Um tipo de perigo é a constante comparação com exemplos de jovens aparentemente bem-sucedidos e a ansiedade daí resultante. Outro perigo se apresenta no medo de serem excluídos caso não participem de desafios coletivos que envolvam infligir lesões a si mesmos. Todos esses fatores, associados à insegurança e ao desconhecimento habituais na juventude, criam situação calamitosa. O advento das redes sociais realmente é muito preocupante, o isolamento que... É muito preocupante. Acho que muitas famílias, muitos têm essa situação aqui, e precisamos agir.

Já no século XIX, o sociólogo Émile Durkheim asseverou que o suicídio é sempre um fato social. E, neste começo de século XXI altamente tecnológico, somos obrigados a render-nos à sua longeva conclusão. Em outras palavras, faz-se necessário que o poder público aja para evitar que contínuas tragédias humanas se abatam sobre milhares de famílias brasileiras.

Quando se falou aqui naqueles desafios, são jogos perigosos, né? É muito triste essas coisas que acontecem. Inclusive, lá no Ceará, teve tragédias muito fortes com relação a isso, com pessoas que hoje estão engajadas em projeto para prevenir isso, para alertar sobre isso. Sem falar, Ministro Queiroga – se Deus quiser, futuro Senador –, na questão do vício em jogo, em jogatina, em jogos de azar. Ali é tudo uma estratégia, né? Você vai viciando, eles têm toda uma imagem que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construída, um *design* de *marketing* ali. Quando você começa a perder, para você não desistir, eles botam para você ganhar. É uma coisa, é uma armadilha terrível para isolar o jovem. Aquilo vai criando uma ansiedade, vai criando um vazio existencial, vai afastando da família, que é a base de tudo numa sociedade.

Dessa maneira, Sra. Presidente, é plenamente justificado que a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes previna e monitore o suicídio de crianças e adolescentes, assim como crie indicadores. E igualmente necessárias são as propostas de canais de comunicação e de criação de semana do diálogo. Ora, nossos jovens precisam ter com quem se abrir e precisam ouvir sobre os riscos da solidão, da ansiedade e da depressão.

Não obstante o inquestionável mérito da proposição, acreditamos que há espaço para o seu aperfeiçoamento, como passamos a expor.

Inicialmente, propomos a inclusão do Conselho Tutelar e dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente – instituições essenciais na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente – para que atuem, juntamente com os demais atores previstos na matéria, na formulação, revisão e controle da Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes. Além disso, incluímos, como ações a serem adotadas pelos entes federados, a garantia de formação continuada e capacitação para os profissionais que atuam nesses conselhos e, ainda, o incentivo para que o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente participem do compartilhamento de informações sobre o suicídio de crianças e adolescentes entre os órgãos competentes.

Prosseguindo com a nossa exposição, parece-nos necessário que a referida política não só incentive pesquisas que ajudem a compreender o fenômeno das lesões autoinfligidas e dos suicídios entre crianças e adolescentes, mas também assegure a coleta e a divulgação anual, em acesso público, dos dados correspondentes, de modo a aprofundar a compreensão das complexidades do problema e identificar pontos de melhoria. Além disso, parece-nos evidente que não se pode atentar apenas para o momento anterior ao suicídio; é preciso, também, considerar suas consequências. Isto é, a política nacional de combate ao suicídio de crianças e adolescentes deve oferecer cuidados de posvenção, dando apoio à família da criança ou do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescente que se suicidou, bem como dar suporte à criança e ao adolescente que sobreviveram a uma tentativa de suicídio.

Registro aqui a presença do nosso colega Senador Zequinha Marinho, que chega aqui.

A nosso ver, configura grave lacuna legal dispor sobre uma política nacional de combate ao suicídio de crianças e adolescentes sem incluir a previsão de pesquisas cientificas que permitam compreender o fenômeno, assim como sem prever apoio após a concretização ou a mera tentativa de suicídio. Considerando que uma política nacional deve se mostrar holística e integral, oferecemos emenda para sanar essa lacuna.

Ademais, considerando a necessidade de assistência médica especializada que, efetivamente, pode salvar a vida de nossas crianças e adolescentes, propomos a inclusão de dispositivo ao PL para prever que as ações de atenção especializada à saúde mental previstas no âmbito da política deverão contar permanentemente com médicos psiquiatras, preferencialmente com especialização em psiquiatria da infância e juventude.

Outro ponto que consideramos relevante reforçar é a coordenação nacional da política. Para isso, sugerimos a criação de um comitê intersetorial, de natureza deliberativa, composto por representantes de órgãos e instituições de referência na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Adicionalmente, para financiar a política, propomos destinar parte da receita aferida com loterias federais. Assim, garante-se uma fonte regular de financiamento da política nacional de combate ao suicídio de crianças e adolescentes, permitindo o planejamento de longo prazo e a execução contínua das ações previstas.

Só para deixar muito claro que essas loterias que são propostas aqui, loterias federais, não têm a ver com aquele jogo de azar que vicia, que é completamente diferente, que é aquele em que é instantâneo o resultado. É aquilo que vai te pegando. Esse aqui já é uma coisa institucionalizada, você aposta, passa dias para saber o resultado. Não fica naquela fissura, não dá aquela fissura. O senhor, como médico, sabe que é completamente diferente, né?

Então, como última alteração proposta, sugerimos o acréscimo de dispositivo para prever que as ações estabelecidas no PL 1.773, de 2022, deverão adotar estratégias culturalmente adequadas às crianças e aos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como os povos indígenas e quilombolas. Isso porque a proporção de suicídios entre indígenas é 2,7 vezes maior do que na população geral, sendo que 64% dos casos ocorreram entre indivíduos com menos de 24 anos. É estarrecedor. Segundo informa a Fiocruz, a faixa etária dos 10 aos 24 anos registrou os maiores números de suicídio em todos os anos observados.

Como conclusão, é com muito apreço que encaminharemos voto pela aprovação do projeto em tela.

Registramos nossos votos de felicitação ao Senador Alessandro Vieira, autor da proposta, e aos coparticipantes de sua elaboração: Laboratório de Produção Legislativa, vinculado ao Centro Universitário Newton Paiva, bem como organizações dedicadas à saúde infantojuvenil e à prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Voto, Sra. Presidente.

Em razão dos argumentos apresentados, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.773, de 2022, com a seguinte emenda substitutiva...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já está publicada a emenda?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já está publicada, não está?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, está aqui ela. Pronto.

Agradeço a oportunidade, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelo relatório, Senador Girão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Parabéns!

A matéria segue para a CCJ e, posteriormente, será terminativa na CAS.

Parabéns, Senador Girão!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu estou sendo muito bem lembrado aqui pelo nosso Ministro da necessidade... O Ministro Queiroga está colocando aqui – ele que esteve na linha de frente – e dizendo que a gente precisa reforçar os CAPs, né? Reforçar e monitorar para ter os números, Deputada, para que a gente possa ter realmente uma efetividade maior em salvar vidas, em poupar sofrimentos. Então, muito bem lembrado aqui pelo nosso Ministro e, se Deus quiser, futuro Senador Marcelo Queiroga.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito bom.

Há aqueles que talvez vão questionar, Senador Girão: por que o recorte para crianças e adolescentes? Acaso criança pensa em suicídio? Pensa.

A Presidente desta Comissão tentou suicídio aos dez anos de idade. Todo mundo conhece a minha história. Eu estava num profundo processo de dor e sofrimento por constantes estupros, e eu tentei. E eu não fui a única menina de dez anos. Nós temos, no DataSUS – o Ministro Queiroga sabe disso –, números alarmantes. A Mariana trabalha com isso no Maranhão. A Mariana trabalha no enfrentamento à automutilação. Nem sei se ela está aqui hoje por causa dessa matéria, mas é um dos temas de Mariana. Nós temos um número absurdo. A semana passada eu recebi um relato de uma criança de seis anos tentante, com seis anos de idade. Essa geração está querendo desistir da vida cada vez mais cedo. E eu estou muito preocupada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Alessandro foi muito oportuno em apresentar, porque agora vai ter esse recorte para a infância.

E então, parabéns, Senador Girão, pelo relatório. E nós vamos ter que, realmente, Ministro Queiroga – profetizei –, reforçar a política de saúde mental no Brasil. Nós precisamos ter Caps em todos os lugares. O senhor tem razão.

Parabéns, Senador Girão.

Item 3 da pauta, que também é de relatoria do Senador Girão.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2024

- Não terminativo -

Susta os efeitos da Resolução nº 249, de 10 de julho de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e do Adolescentes - Conanda, que "dispõe sobre a proibição do acolhimento de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas."

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ. Em reunião realizada em 27/08/2025, foi concedida vista coletiva.*

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, só lhe perguntar. Vai para CCJ ainda, né? Pela tramitação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O número dois, o item 2?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, esse do Conanda, da resolução.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, vai para CCJ ainda. Está bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então está, então não adianta pedir urgência, apesar do assunto urgente, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas precisamos falar com o Senador Otto para colocar o quanto antes. A senhora como... De Presidente para Presidente, tem mais força.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Senador, farei, farei o meu papel.

Senador Girão, registrando, essa semana nós tivemos um problema bem desagradável em Brasília. Nós tivemos um incêndio numa comunidade terapêutica, não sei se vocês acompanharam, em que cinco pessoas morreram, o que acende um alerta muito grande para todos nós.

Quando a gente vê essa resolução do Conanda, a gente questiona, porque as mães não sabem onde colocar as crianças. E às vezes tem uma comunidade terapêutica na comunidade ali, onde ela mora, que esse adolescente poderia estar lá sendo tratado. Mas a gente sabe que tem comunidades terapêuticas que não estão prontas para receber nem adulto, quiçá criança. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, quando eu apresentei o projeto de decreto legislativo questionando mesmo a resolução do Conanda... Mas que eu acho que esses dois conselhos, Conanda e Conade, têm que se sentar... A gente vai ter que encontrar uma alternativa. Nós não temos Caps para todas as crianças do Brasil. E tem comunidades terapêuticas muito boas que podem receber adolescentes. Mas o que aconteceu aqui essa semana foi extremamente triste, para não dizer trágico. Uma comunidade terapêutica que não tinha nem o alvará do Corpo de Bombeiros recebendo adultos. E, no incêndio, ninguém sabia onde estava a chave, porque eles trancam os recuperandos à noite, para não ter o risco de fugirem, né? Trancaram, ninguém sabia onde estava a chave do cadeado, aquela correria toda, e cinco pessoas não sobreviveram.

Então a gente precisa ter esse alerta quanto... A gente entende que quem monta uma comunidade terapêutica está muito bem motivado, mas não é só com boa vontade que se faz um bom trabalho. É com condições, com preparo, com fiscalização. Então, eu precisava fazer esse alerta.

Não fui irresponsável quando eu apresentei o projeto de lei, é porque eu lido com dependentes químicos adolescentes, a demanda é muito grande, e nós temos comunidades prontas. Mas, claro, vai ter toda uma fiscalização de Conselho Tutelar, como Girão trouxe aqui no voto dele, vai ter toda uma fiscalização em torno.

Desculpa, aqui no relatório anterior. A gente tem... Nós temos uma rede de proteção que pode fiscalizar essas crianças nos conselhos, nas comunidades terapêuticas, mas fica aí o alerta. E vamos para a próxima Comissão, a CCJ, onde pode ser aperfeiçoado o projeto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só a título de justiça, no item 2 do projeto do Senador Alessandro, que eu relatei, que institui a Política Nacional de Combate ao Suicídio de Crianças e Adolescentes, teve um pesquisador de Minas Gerais, o Sr. Vítor Cardoso Alves, que fez pesquisas e ajudou muito a dar origem a esse PL. Então esse pesquisador foi muito importante na construção do projeto, e eu gostaria... O nome dele é Vítor Cardoso Alves.

Muito obrigado, Vítor, pelo apoio, pela ajuda aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador, nós vamos fazer uma inversão de pauta por solicitação do Senador Zequinha, que gostaria que a gente deliberasse o item 6. Eu quero apresentar o pedido de inversão de pauta.

Os senhores concordam? (*Pausa.*)

O.k. Então, vamos fazer a inversão de pauta.

item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a implementação de mecanismos de identificação, prevenção e indisponibilização imediata de conteúdo de sexo explícito ou pornográfico envolvendo a participação de crianças ou adolescentes.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ em deliberação terminativa.*

Em 2/7, a matéria foi retirada de pauta; em 26/8, o Relator encaminhou novo relatório.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise do projeto, considerando que é um tanto grande, mas vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 102-E, inciso VI, cumpre à CDH opinar sobre a proteção à infância e à juventude, o que insere o projeto em exame no seu rol de atribuições.

A proposição é altamente meritória, necessária e inova o ordenamento jurídico ao estabelecer a obrigatoriedade de implementação por parte dos provedores de aplicações de internet, de mecanismos de identificação, prevenção e indisponibilização imediata de conteúdos de sexo explícito ou pornográfico envolvendo crianças e adolescentes, inclusive, nos casos de simulações criadas por qualquer meio tecnológico, como as chamadas *deepfakes*. Ainda se trata de resposta adequada e necessária frente ao alarmante crescimento dessa prática criminosa.

Dados recentes da organização não governamental SaferNet, especializada na promoção dos direitos humanos nas redes sociais, apontam um aumento de 78% nas denúncias de grupos e canais em aplicativos de mensagens contendo imagens de abuso e exploração sexual infantojuvenil entre o primeiro e o segundo semestres de 2024. Nesse mesmo período, o número de usuários envolvidos nesses crimes superou 2 milhões, com um crescimento de 19% no número de grupos e canais ativos com tal conteúdo ilícito – dos quais 349 continuavam operando sem moderação adequada no final de 2024.

A proposição é inspirada em modelos e recomendações internacionais, como o Material sobre Abuso Sexual Infantil, Legislação Modelo e Revisão Global, publicado pelo Centro Internacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas, demonstrando maturidade legislativa e compromisso com a construção de um ambiente digital mais seguro.

Cumpre ressaltar que a proposta avança na responsabilização dos agentes econômicos que operam na internet, exigindo proatividade na detecção e remoção de conteúdo ilícito, sem prejuízo da garantia ao contraditório e à ampla defesa dos usuários, em caso de falsos positivos.

Do mesmo modo, o PL fortalece a atuação das autoridades competentes ao prever a comunicação obrigatória às instâncias policiais e ao Ministério Público, com o fornecimento dos dados necessários à investigação e persecução penal. Ao se introduzir um novo patamar de responsabilidade no marco civil da internet, a proposição não se desvirtua das garantias de liberdade de expressão. Ao contrário, afirma um imperativo moral, constitucional e legal: proteger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças e adolescentes contra abusos irreparáveis, que se multiplicam exponencialmente no ambiente digital.

Destaca-se que o projeto contribui para a construção de um ecossistema jurídico mais eficaz, ao articular-se harmoniosamente com a legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Geral de Proteção de Dados e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil relacionados à proteção infantojuvenil.

A orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal ao interpretar o art. 19 do marco civil da internet aponta que, em crimes gravíssimos – expressamente incluindo a pornografia infantil e delitos graves contra crianças e adolescentes –, recai sobre os provedores um dever de cuidado cuja inobservância configura falha sistêmica, aferida segundo o estado da técnica. Trata-se de vetor normativo que estimula a adoção de medidas adequadas de prevenção e remoção, compatibilizando a proteção da infância com as liberdades comunicacionais em bases proporcionais.

Neste sentido, o PL alinha-se a essa diretriz ao exigir mecanismos de identificação e prevenção que tornem o conteúdo indisponível tão logo seja identificado. Entretanto, observamos a necessidade de serem propostas algumas emendas a fim de aperfeiçoar o seu alinhamento às garantias procedimentais e à cooperação com autoridades.

Nesse sentido, quanto ao §3º, a redação sugerida – de comunicação dos motivos de indisponibilização e garantia de meio para o exercício do contraditório – materializa o devido processo informacional na relação plataforma-usuário, sem interferir na persecução penal, que segue por canais próprios.

Por fim, no §4º, a substituição da expressão "às autoridades policiais ou ao Ministério Público" por "autoridades competentes" e a referência ao art. 15 do marco civil da internet visam harmonizar o fluxo de reporte com a prática de cooperação já consolidada e evitar a duplicidade burocrática, ao mesmo tempo que ancoram o fornecimento de dados em base legal clara.

Do voto, Sra. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 880, de 2025, com as seguintes emendas da CDH:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CDH

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 21-A da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 880, de 2025:

"§ 3º Sempre que houver informação de contato do usuário diretamente responsável pelo conteúdo a que se refere o *caput*, caberá ao provedor de aplicações de internet comunicar-lhe os motivos relativos à indisponibilização de conteúdo e proporcionar meio que permita o exercício do contraditório."

A outra emenda diz o seguinte:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se a seguinte redação ao § 4º do art. 21-A da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 880, de 2025:

"§ 4º Identificado conteúdo que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo a participação de criança ou adolescente, o provedor de aplicações de internet comunicará o fato às autoridades competentes, fornecendo o material tornado indisponível e os dados pessoais do usuário diretamente responsável, nos termos do art. 15 desta Lei, para fins de sua utilização nas atividades de investigação e repressão de infrações penais."

Eram esses a análise, o voto e as emendas, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Relator.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, eu tenho que cumprimentar. Primeiramente, o Senador Marcos do Val, um Senador capixaba injustiçado, implacavelmente caçado, que dá uma grande contribuição para o Senado da República. Está aqui um exemplo disso: um projeto de lei inspirado, que ele fez para proteger a infância, a adolescência, contra essa tragédia que atenta contra a pureza dos nossos filhos e netos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão de pornografia é algo que tem destruído famílias inteiras, viciado homens e mulheres. Agora, criança é uma coisa assim... Poxa, precisamos resguardar.

E o Senador Marcos do Val, repito, um Senador cassado por esse regime de Lula, do Governo Lula e de alguns ministros do STF, inclusive com a conivência da classe política, é um Senador que, de uma certa forma, estava até dias atrás com tornozeleira eletrônica; por mais de dois anos, com rede social bloqueada, instrumento de trabalho; não podia dar entrevista; sem salário. Rapaz, a lista de abusos contra esse cidadão, contra esse Parlamentar brasileiro é um negócio absurdo. A Deputada colocou a palavra correta, entendeu? A gente não pode achar que isso é normal de uma democracia. E olha a falta que ele faz: em meio a toda essa caçada, ele ainda produz aqui, conseguiu produzir projeto, e outros bons projetos dele. Você imagine se nós tivéssemos numa democracia em que as ideias possam fluir melhor, sem perseguição, sem nada.

Então, fica meu abraço ao Senador Marcos do Val, e quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho por ser uma pessoa correta que a nossa Presidente Damares Alves escolheu para ser Relator, que tem sensibilidade. E parabéns – viu, Senador Zequinha? – pelo relatório! E que a gente possa aprovar a urgência disso aqui.

Vai para outras Comissões ainda?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vai à CCJ.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vai à CCJ.

Que a gente possa também, Presidente, eu lhe faço... Eu sei que não pode pedir urgência, mas a senhora pode falar com o Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... com o Presidente Otto Alencar para colocar isso em pauta urgentemente, junto com o Setembro Amarelo, né?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De uma certa forma, isso aqui pode gerar problema de suicídio, de automutilação, porque a consequência é muito grave da pornografia para as crianças e os adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1 e 2.

Quero cumprimentar o Relator.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

E quero cumprimentar o autor, que está nos assistindo, tá? O Senador Marcos do Val está mandando mensagem aqui, está de licença. A família... Ele está com sérios problemas de saúde na família, ele também está com problema, mas a gente precisa destacar: ele colaborou com o Parlamento nos últimos seis anos, ele foi eleito pelo voto legítimo. O povo do estado dele ama o Senador Marcos do Val. E ele fez, ele cumpriu a missão, tem cumprido sua missão aqui, a exemplo dessa proposta e tantas outras – tantas outras.

E é um cara bom de relacionamento, ele ama a gente, ele tem o temperamento dele exclusivo, quando ele quer falar, ele fala, mas na intimidade ele é o amigo querido de todos nós – está todo mundo solidário a ele.

Então, eu quero mandar um abraço para o nosso querido colega Senador Marcos do Val, desejar que a sua mãe fique bem, ele também está com a enteada internada, que a sua enteada fique bem, que Deus te abençoe.

Volte logo, Marcos, sua casa é aqui, esta Comissão é sua casa, volte porque a gente precisa muito de você no Parlamento, que Deus te abençoe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha, pediu a palavra?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Só para fazer... Primeiro, quero cumprimentar o Senador Marcos do Val pela iniciativa do projeto, pela compreensão da necessidade e da importância de a gente melhorar a legislação e impedir o avanço de crimes cometidos, hoje, anonimamente. O pessoal se esconde atrás dessa situação do anonimato para cometer crimes que terminam deixando pessoas em situação difícil.

Eu quero fazer um registro de um grande amigo e parceiro político no Estado do Pará, cidade de Redenção, o ex-Prefeito Mario Moreira, que está conosco aqui neste Plenário.

Muito obrigado. Seja bem-vindo, Mario.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Bem-vindo, Seu Mario, bem-vindo à nossa Comissão. Que Deus abençoe Redenção.

Quanto ao item 5 da pauta, a Relatora pediu que tirasse de pauta, então nós tiramos o PL 3.833, de 2024.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3833, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, desde a data do pedido de medida protetiva de urgência que venha a ser concedida e por até 2 (dois) anos após sua revogação, a mulher em situação de violência doméstica e familiar terá direito à gratuidade da justiça.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*)

Nós vamos para o item 4.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 16, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre garantir banheiros separados por sexo de nascimento para mulheres e crianças do Brasil

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH. Em reunião realizada em 27/08/2025, foi concedida vista coletiva.*

Já foi lido o voto, não tem nenhum óbice de a gente colocá-lo em votação, é uma SUG, uma sugestão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma do projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como tem muita gente nos acompanhando: não está aprovado o projeto de lei. Aprovamos a transformação da sugestão em um projeto de lei. Nós já temos matéria semelhante tramitando na Casa, e possivelmente essa matéria será apensada à matéria que já está em trâmite.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 100, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater e instruir o PL 4381/2023.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

Eu vou subscrever. Ela requer, nos termos constitucionais e nos termos do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e instruir o Projeto 4.381, de 2023, que estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de Justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar nas hipóteses previstas na Lei 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência, e institui a Semana da Mulher Indígena.

Tem alguém que queira discutir o requerimento? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dois itens extrapauta.

Solicito a inclusão extrapauta do Requerimento 101, de 2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Requerimento 101, de 2005, é um requerimento em que a gente pediu a questão de urgência... Não, o Requerimento 101, a inclusão do próximo requerimento, requerimento de inclusão extrapauta do Requerimento 100.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 101, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ. nº 100, de 2025 – CDH seja incluída a uma convida.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Requerimento 101, não terminativo, requer que, na audiência pública objeto do requerimento aprovado agora, da Augusta, também subscrito por mim, seja incluída a seguinte convidada: Maria Aureni, do povo fulni-ô. Autoria Senadora Damares.

Em votação o Requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É só inclusão de um nome na audiência pública.

Nós esgotamos a nossa pauta hoje. Quero agradecer a colaboração, mas eu terei que fazer o meu papel protocolar agora. Tem duas sessões que não leio os expedientes, eu não posso deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acumular, vou ter que ler os expedientes. É aquele momento longo, triste e chato. E os Senadores que estão com agenda fiquem liberados, mas terei que fazer as leituras protocolares.

Expediente. Denúncias e alegações.

Denúncia nº 283. Advogado encaminha pedido de prisão domiciliar humanitária para uma detenta de 8 de janeiro, cuja saúde física e mental se deteriorou no cárcere, alegando risco de vida caso permaneça. Encaminhamento: informar que, por ter havido decisão do Procurador-Geral da República, na última sexta-feira, 15/8, a favor da soltura da cidadã, não há providências a serem tomadas por esta Comissão.

Denúncia 286. Denúncia de tortura e agressão a uma idosa presa em Florianópolis. A defesa alega risco de morte, após a Procuradoria-Geral da República negar prisão domiciliar e denuncia ainda perseguição institucional. Encaminhamento: informar que a CDH irá oficiar a secretaria prisional de Santa Catarina, solicitando informação sobre a integridade física da presa e acompanhará o caso. 2- Oficiar à secretaria prisional do estado solicitando as informações.

Denúncia 287. Psicólogo do interior de São Paulo solicita apoio para a valorização da categoria. Ele denuncia o salário de R$1.578 para 40 horas de trabalho, oferecido em um concurso público da cidade de Tarabai. Eu vou repetir. O Município de Tarabai, São Paulo, abriu um concurso público para psicólogo e o salário é de R$1.578. Encaminhamento: informar que a CDH não tem competência regimental para interferir diretamente na fixação salarial do concurso em comento. Orientar o demandante a formalizar a denúncia junto ao Conselho Regional de Psicologia e ao Ministério Público do Trabalho. Eu vou me conter para não comentar essa denúncia. No mês em que nós estamos falando de saúde mental, a gente vê a não valorização de um profissional da saúde mental. Eu vou me conter para não fazer nenhum comentário.

Denúncia 290. Indígena do povo fulni-ô denuncia o abuso sexual de uma criança xavante de 13 anos na aldeia São Marcos, em Mato Grosso. Ela solicita proteção da vítima e investigação do caso. Encaminhamento: oficiar o Ministério Público do Estado do Mato Grosso, solicitando informações sobre as medidas tomadas e sugerindo a inclusão da vítima no programa de proteção, a Secretaria de Segurança Pública do estado, solicitando informações sobre o caso e pedindo que sejam tomadas as medidas para a responsabilização dos envolvidos no crime de estupro de vulnerável, e o Ministério dos Povos Indígenas, para que acompanhem o caso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulem junto à rede socioassistencial do município e do estado, o acompanhamento psicológico da vítima. Informar à demandante os encaminhamentos realizados pela CDH.

Denúncia 294. Pede providências na retirada de tornozeleira eletrônica em pessoa de espectro autista absolvida em 01/03/2025. Encaminhamento: informar ao demandante que a CDH irá solicitar informações à vara de execução penal sobre a situação. Oficiar à Vara de Execução Penal do Estado do Mato Grosso sobre essa situação.

Denúncia 296. Casal de professores indígenas denunciam suposta perseguição e exoneração da escola da comunidade após se converterem ao cristianismo. Já acionaram órgãos de educação e Defensoria Pública. Encaminhamento: encaminhar ofício para o Ministério Público Federal, para o Ministério dos Povos Indígenas, solicitando informações sobre o caso, e para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, pedindo providência, por tratar-se de um caso de violação do direito da liberdade religiosa. Quero acompanhar esse caso.

Denúncia 297. Relata que brasileiros e familiares estão cercados há 37 dias em Sueida, no sul da Síria, sob risco de sequestro e violência. Solicita ação urgente para proteção e repatriação e articulação internacional diante da situação crítica. Encaminhamento: oficiar ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando informações oficiais sobre a situação dos brasileiros e familiares em Sueida, medidas urgentes de proteção e de repatriação e inclusão do caso nas prioridades da diplomacia brasileira.

Denúncia 301. Cidadã aponta violações em abrigos para mulheres vítimas de violência e solicita seu reconhecimento como defensora de direitos humanos e inclusão em programa de proteção. Encaminhamento: oficiar ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, solicitando avaliação de inclusão no programa de testemunhas, o Provita, no caso em comento.

Denúncia 302. Denunciante informa que seu caso foi admitido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, em 2019, sem avanço de negociação amigável com o Governo brasileiro, e solicita apoio da CDH. Oficiar ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, solicitando atualização sobre o caso em comento.

Denúncia 303. Advogada denuncia que decisão do STF violou direitos à saúde, ao trabalho e à liberdade religiosa de sua cliente. Informar que vários Parlamentares já estão atuando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favor da causa dos presos do 8 de janeiro, mesmo diante das limitações institucionais do Senado Federal. Orientar a advogada da parte a realizar peticionamento relativo a essas violações diretamente na Corte Interamericana de Direitos Humanos, tendo em vista que essas representações são de cunho personalíssimo.

Denúncia 304. Moradores de edifício no Rio de Janeiro solicitam apoio da CDH para prorrogação de prazo em processo de despejo de famílias vulneráveis. Encaminhamento: informar que a Comissão não tem competência regimental para interferir em processos judiciais individuais, orientar o demandante a procurar atendimento urgente e solicitar pedido de prorrogação de prazo e suspensão de despejo com base na vulnerabilidade social – idosos, crianças, pessoas doentes. Na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, solicitar à Defensoria para ingressar com pedido de tutela de urgência para prorrogação do prazo e suspensão do cumprimento de mandado.

Denúncia 311. Cidadão alega que, após atualização cadastral, não foi incluído no Bolsa Família e diz ter sofrido discriminação por ser idoso, negro e pessoa com deficiência. Encaminhamento: orientar o cidadão a registrar boletim de ocorrência na polícia civil e denunciar na corregedoria do órgão que sofreu a discriminação.

Denúncia 312. Cidadão alega ter sofrido discriminação em banco privado por ser PcD. Informar que a CDH não atua em questões administrativas. Orientar o demandante a registrar denúncia junto à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, relatando a discriminação, e registrar reclamação no Banco Central do Brasil, que fiscaliza as instituições financeiras.

Vamos para os informes.

Informe 281, da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul: solicita ao Congresso Nacional a revogação da Lei de Alienação Parental – da Assembleia do Mato Grosso do Sul. Acusamos recebimento.

Informe 282, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania: encaminha a Carta de Brasília das Mulheres com Deficiência, documento construído de forma coletiva por mulheres com deficiência de todas as regiões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, durante e após o Encontro Nacional de Mulheres com Deficiência, realizado em 25 e 26 de março de 2025. Acusamos recebimento.

Informe 291: agradece à Comissão o tratamento dado ao caso dela. De nada. Acusamos recebimento e informamos que a Comissão está à disposição.

Informe 292, do Ministério Público: solicita o relatório da diligência realizada ao Arquipélago do Marajó. A Secretaria já informou que o relatório preliminar está disponível no portal e, tão logo haja definitivo aprovado, também ficará disponível. Já foi aprovado, já tem que informar ao MP que ele já está aprovado e está à disposição.

Conanda: encaminha a nota de posicionamento do Conanda sobre a garantia de orçamento para políticas públicas de crianças e adolescentes. Acusamos recebimento.

Respostas de ofícios.

Ofício 288, ofício do Ministério da Saúde: resposta ao nosso Ofício 070, que encaminhou denúncia da Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil, que aponta irregularidades e falta de regulamentação do programa PAES-PopTrans.

Ofício da Casa Civil de Minas Gerais: resposta ao Ofício 238, da nossa Comissão, informando sobre a apuração do suposto assédio moral contra uma delegada de polícia com aplicação de sanção ao servidor envolvido.

Ofício recebido do Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais em resposta ao Ofício 240: sobre o caso de assédio moral contra a delegada, informa a decisão do processo.

Ofício do Procurador-Geral de Justiça do Pará em resposta ao Ofício 84, da Comissão, informa sobre a tramitação de procedimento administrativo para fiscalizar a política de saúde e adotar medidas para implantação de leitos de UTI no SUS.

Ofício do Ministério de Justiça e Segurança Pública em resposta ao Ofício 245, da Comissão, sobre grupos indígenas da Tríplice Fronteira: apresenta as informações solicitadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício recebido da Defensoria Pública de Minas Gerais em resposta ao nosso Ofício 267: informa que as denúncias apresentadas resultaram na instauração do processo judicial atualmente em apuração.

Ofício recebido da Secretaria de Justiça também Minas Gerais em resposta ao Ofício 239, sobre o caso de assédio moral contra a delegada: informa que o processo foi remetido à Polícia Civil.

Ofício da Coordenadoria Disciplinar do Ministério Público: encaminha a decisão do procedimento Notícia de Fato 101373/2024-91.

De todos os ofícios acima, acusamos recebimento e agradecemos o retorno.

Estamos indo para o final. Agora só solicitações.

Deportado da Rússia solicita ajuda para retornar àquele país onde constituiu família. Encaminhamento: uma vez que a Comissão só foi copiada em um *e-mail* para a Embaixada do Brasil, dar ciência... Não foi solicitado nada; só fomos copiados.

Moção 059, da Câmara Municipal de Jaguariúna, pedindo ao Senado Federal agilidade na aprovação do Projeto de Lei 401, de 2019, que reduz para 50 anos a idade de idosos com deficiência intelectual – Projeto 401, de 2019. Depois eu verifico se está na Comissão, tá?

Solicitação 285. Cidadã que reside no Rio de Janeiro e precisa se tratar em São Paulo alega que precisa, urgentemente, do Passe Livre, pois não tem condições de pagar as passagens. Orientar a cidadã a acessar o *site* eletrônico para a solicitação de Passe Livre e seguir as instruções.

Se já não foi encaminhada a solicitação para ela, informe a ela sobre o Tratamento Fora do Domicílio (TFD). De repente, ela se enquadra no TFD, o.k.?

A Solicitação 293. Foi recebido ofício do Conselho Nacional de Direitos Humanos, perguntando a respeito dos encaminhamentos da Comissão Nacional da Verdade. Em razão do amplo escopo das solicitações desse conselho, encaminhar a demanda à Presidência do Senado para resposta ao colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação 298. Solicita a lei federal que assegure direitos a pessoas com síndrome do X frágil e denuncie falhas no acesso à reabilitação pelo SUS. Nosso encaminhamento: agradecer a sugestão e sugerir envio para membros da Comissão, para avaliação e providências, se oportunas.

Solicitação 299. A Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas encaminha documentos complementares relacionados ao caso de assédio moral contra delegada. Solicita acompanhamento da Comissão. Informar que a Comissão já acompanha o caso.

Solicitação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Solicita informações referentes a relatório final sobre a implementação de recomendações da Comissão Nacional da Verdade. Encaminhar a demanda à Mesa do Senado, por meio de ofício, para resposta institucional adequada.

Essa solicitação já não compete mais à CDH; é ao Senado. Por isso que estamos remetendo tudo para o Presidente do Senado.

A Associação Brasileira de Ataxias Hereditárias solicita a realização de audiência pública em alusão ao Dia Internacional das Ataxias. Agradecer a sugestão e informar que será avaliada. Também sugerir que provoque diretamente os Senadores membros da Comissão, solicitando a realização da reunião.

Solicitação 309. Solicita o arquivamento da SUG 6, de 2025, que propõe elevar a idade de consentimento sexual de 14 para 18 anos. Acusar o recebimento e explicar que as sugestões de leis são de autoria voluntária de cidadãos, competindo à Comissão recepcionar quando alcançarem mais de 20 mil assinaturas a favor.

Acho que essa SUG ainda está tramitando, buscando assinaturas, não é?

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da Comissão de Direitos Humanos. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais ficam na Secretaria, para a manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nós só não estamos dando acesso a documentos que têm informações sigilosas, por exemplo, os que dizem respeito a crianças ou mulheres que estão protegidas. Então, a Comissão observa todos esses destalhes, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados – a gente também obedece ao que determina a Lei Geral.

Bom, nada mais tendo a tratar, quero agradecer a presença de quem está nos visitando hoje.

O Amari Tupinambá já virou membro efetivo desta Comissão. Seja bem-vindo.

Nós temos a Raquel, que está nos acompanhando hoje, a Deputada, o ex-Ministro... A todos vocês muito obrigada.

Obrigada à Secretaria – eu li tudo. Está vendo?

Vocês observam o quanto esta Secretaria trabalha, gente? Olha o número de denúncias, de solicitações, de encaminhamentos. Esta Secretaria não para. Eu tenho a melhor Secretaria do Senado. Davi Alcolumbre, a melhor Secretaria do Senado está aqui nesta Comissão.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Jussara Lima, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Beto Faro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4159, de 2023 - Terminativo - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4476, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 218-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a conduta de submeter menor de 14 (catorze) anos a presenciar evento cultural ou artístico que contenha nudez ou simule atos de lascívia ou sexo explícito." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência à Senadora Jussara Lima. Na sequência, é aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2847, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 6.259, de 30 de outubro de 1975, que organiza as ações de vigilância epidemiológica, para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre os jovens." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com três emendas (de redação) que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência à Senadora Jussara Lima. Na sequência, é aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH (de redação). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3555, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5997, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para implementar medidas que impeçam o contato psicológico prejudicial do autor do fato com crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante o depoimento especial." Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2429, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a pena do crime de corrupção de menores." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3833, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, desde a data do pedido de medida protetiva de urgência que venha a ser concedida e por até 2 (dois) anos após sua revogação, a mulher em situação de violência doméstica e familiar terá direito à gratuidade da justiça." Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 103, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 11/2024,que "institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional"." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Senadora Damares Alves subscreve o requerimento. Na sequência, a Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 104, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidada na Audiência Pública objeto do REQ 103/2025 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 11/2024, que "institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional" ." Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A matéria é incluída como Item Extrapauta. Na sequência, a Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado pela Comissão. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 105, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam incluídas convidadas na Audiência Pública objeto do REQ 103/2025 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 11/2024, que "institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional"." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A matéria é incluída como Item Extrapauta. Na sequência, a Senadora Damares Alves subscreve o requerimento, que é aprovado pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 54ª Reunião da CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nós temos oito itens na pauta que foi publicada e nós temos dois requerimentos que vão entrar extrapauta, mas são requerimentos de consenso, estão trazendo nomes para uma audiência pública. Então, nós não vamos ter problema nenhum com os requerimentos extrapauta.

Nós temos sete PLs, né? Do item 7 da pauta a Relatora é a Senadora Jussara. Quer inversão de pauta? (*Pausa.*)

O.k. Inversão de pauta.

Então, nós vamos direto ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3833, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever que, desde a data do pedido de medida protetiva de urgência que venha a ser concedida e por até 2 (dois) anos após sua revogação, a mulher em situação de violência doméstica e familiar terá direito à gratuidade da justiça.

Autoria: Senadora Rosana Martinelli (PL/MT)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

- Em 27/08/2025, a matéria foi retirada de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Muito justo o projeto.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exma. Sra. Presidenta, Senadora Damares Alves, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Peço permissão para ir direto à análise.

O Projeto de Lei nº 3.833, de 2024, traz três inovações à Lei Maria da Penha: estende o direito à gratuidade da Justiça a todas as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, independentemente de sua situação econômica; amplia o benefício para todos os processos judiciais nos quais a mulher é parte; e estabelece a gratuidade ampla desde a data do pedido de medida protetiva de urgência e até dois anos após sua revogação.

Entendemos que a concessão da gratuidade independentemente da situação econômica é medida razoável e adequada, pois as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar se encontram em situação de vulnerabilidade que pode presumir a insuficiência de recursos.

Há que se ressalvar, no entanto, que a gratuidade é necessária em ações judiciais que, de alguma forma, relacionem a vítima ao agressor, como as referentes às próprias medidas protetivas ou a processos de separação, divórcio, de guarda ou de dissolução de sociedade comercial, sobretudo para evitar novas violências. Para causas envolvendo terceiros, as disposições do Código de Processo Civil já são, a nosso ver, suficientes, visto que preveem a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 98, *caput*) e determinam que se presuma como verdadeira a alegação de insuficiência feita por pessoa natural (art. 99, §3º).

Sobre esse ponto, cumpre lembrar que o art. 9º, §2º, inciso III, da Lei Maria da Penha prevê que o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, o encaminhamento à assistência judiciária, enquanto o art. 28 prevê a garantia do acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de assistência judiciária gratuita a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também ressalvamos que o §6º do art. 19 determina que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade da ofendida ou de seus dependentes. Dessa forma, a redação original do projeto de lei, ao conceder a gratuidade por até dois anos após a revogação da medida protetiva de urgência, na prática, pode se tornar insuficiente para dar a devida proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e patrimonial. Dessa forma, a nosso ver, ficaria agredido o princípio da razoabilidade, sobretudo se a medida for estendida a todos os processos judiciais dos quais a mulher é parte.

Finalmente, cabe apontar que a proposição é restritiva ao permitir a gratuidade apenas à mulher a quem foi concedida medida protetiva de urgência, visto que este não é o único indicativo de vulnerabilidade da mulher em um processo de violência doméstica e familiar. Em casos de violência patrimonial, assim como nos casos de violência psicológica ou de assédio moral, mulheres aparentemente em boa situação econômica prévia podem ser colocadas em condição de vulnerabilidade.

Para corrigir esse ponto, propomos vincular as disposições relativas à gratuidade judiciária ao art. 28 da Lei Maria da Penha, que já prevê medidas correlatas. Ademais, para reforçar a legalidade da medida e torná-la mais eficaz, sugere-se sua previsão expressa também na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Código de Processo Civil.

Com as melhorias propostas, consideramos que o projeto representa um importante avanço do sistema normativo e processual. De fato, a mudança legal proposta permitirá que mulheres vítimas de violência se desembaracem juridicamente de seus agressores sem ter de arcar com custas judiciais, independentemente de prévia concessão de medida protetiva e por prazo indeterminado. Por esse motivo, merece a aprovação desta Comissão.

Ante o exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.833, de 2024. Esse é o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. O substitutivo (*Fora do microfone.*) já está devidamente publicado.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quero parabenizá-la, Senadora, pelo voto, mas eu quero, antes de fazer meus elogios com mais detalhes, colocar em discussão a matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma da emenda.

O projeto segue para análise terminativa – ele se encerra aqui na CCJ.

Parabéns, Senadora, é uma grande entrega! A gente sabe que a mulher vítima de violência, aquela que tem menos recursos, às vezes acha que entrar na Justiça é caro, ela não tem dinheiro. Mas, além de a gente fazer essa garantia, acho que precisamos de campanhas de conscientização, porque nós temos uma Defensoria Pública. Que ela tenha acesso à Justiça gratuita e aos custos do processo gratuitos, da forma como a senhora apresentou no substitutivo. Parabéns! Dessa forma a gente acolhe as mulheres que estão precisando de medidas.

A gente sabe, Senadora, que a Defensoria Pública não está chegando em todos os municípios. E quanto processo não é iniciado, ou é interrompido, ou fica anos no arquivo, porque nós não temos um defensor público? O que nos leva a uma reflexão, Senadora: a gente tem que fortalecer a Defensoria Pública no país; tanto a Defensoria Pública da União como as Defensorias estaduais. Todos têm o direito de acesso à Justiça, mas como ter acesso à Justiça sem um defensor?

Então, parabéns pelo seu voto. Eu gosto muito de nomeá-la Relatora por causa do capricho com que a senhora conduz os votos. A assessoria fica doida, com certeza não dorme de noite, fazendo esses votos tão primorosos. Parabéns! Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora para... Eu queria pedir à Senadora Jussara que assumisse a Presidência. Eu tenho dois votos para ler, enquanto isso a Senadora Ivete está chegando. Que alegria recebê-la, Senadora Ivete! Que alegria vê-la! Bom dia.

A Senadora Jussara assume, eu faço a leitura e a gente volta para a pauta. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Bom dia.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4476, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 218-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a conduta de submeter menor de 14 (catorze) anos a presenciar evento cultural ou artístico que contenha nudez ou simule atos de lascívia ou sexo explícito.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Damares, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, inclusive de forma resumida, porque o relatório foi publicado, e eu creio que é matéria de consenso; todos aqui querem proteger crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a matéria vai para a CCJ, eu não farei análise da constitucionalidade e da juridicidade. Eu vou direto, realmente, à análise de mérito da matéria.

A proposta de tipificação penal da conduta de submeter crianças menores de 14 anos à exposição a nudez ou simulações de lascívia ou sexo explícito se fundamenta na necessidade de fortalecer a proteção da infância e prevenir a erotização precoce, em consonância com o princípio da prioridade absoluta, previsto no art. 227 da Constituição Federal. Trata-se de um aprimoramento da legislação penal, que visa a preencher lacunas normativas hoje exploradas por práticas culturais que, sob a justificativa de liberdade artística, acabam por colocar crianças em situações de vulnerabilidade psíquica e moral.

Embora o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente disponham sobre crimes contra a dignidade sexual e proteção da criança em ambientes de trabalho, educação e convivência familiar, não há hoje previsão legal específica que reprove penalmente a exposição deliberada de crianças a nudez ou atos simulados de natureza sexual em ambientes públicos ou artísticos. Essa lacuna permite que eventos culturais com nudez ou erotização explícita, sem qualquer restrição etária ou filtro de acesso, envolvam a presença de crianças, muitas vezes levadas por seus próprios responsáveis, o que acarreta sérias consequências para sua formação emocional, psicológica e moral.

Dados recentes da Fundação Abrinq, disponibilizados no relatório Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2024, mostram que, em 2022, do total de notificações de violência sexual recebidas em órgãos públicos oficiais, em torno de 74% a vítima é criança ou adolescente. Em 68,7% dos casos, ou seja, na maior parte, o abuso ocorreu no ambiente residencial. A exposição precoce à sexualidade – inclusive não necessariamente por meio de abuso físico direto, mas por meio de visualização de atos, simulações ou nudez – é apontada por especialistas como porta de entrada para traumas, distúrbios do desenvolvimento e naturalização da hipersexualização da infância.

Eu quero fazer este alerta: muitas pessoas acham que essa matéria, Senadora, é de cunho moral; não, é saúde. Hoje, com o avanço da internet, nós estamos encontrando muitos psicólogos – muitos – que estão usando as redes para orientar as famílias, e eles estão chamando a atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das famílias sobre essa questão da sexualização precoce. Então, o projeto não tem aqui um cunho moral; ele tem um cunho realmente de proteger a criança.

Nesta Comissão, nós vamos discutir o mérito. Aceitamos ou não a tramitação do projeto. As questões jurídicas, regimentais serão discutidas na outra Comissão, e ele ainda vai para a Câmara. Então, ele tem um longo caminho. Mesmo que alguns não concordem, tem pessoas que vão dizer: "Esse projeto aqui vai impor uma censura às manifestações artística e culturais". Não. Entre a liberdade da manifestação artística e cultural e o direito da criança – nós temos conflito aqui de dois direitos –, prevalece o direito à proteção da infância. Então, aqui é só uma questão de hierarquia de direitos. O direito à vida, o direito à proteção da criança tem que prevalecer. É isso que o projeto traz.

A Sociedade Brasileira de Pediatria, em nota técnica publicada em 2020 – todos dados muito recentes –, alertou para os riscos da "erotização precoce das crianças nas mídias e espaços públicos". E foi exatamente o que este Congresso fez recentemente aprovando o Projeto de Lei 2.628, contra a adultização e erotização precoces. Este projeto aqui é apenas uma complementação do que esta Casa já aprovou.

Casos concretos nos levam a refletir. E aqui, eu não vou ler o caso que está no voto, mas vou falar de um caso em que eu estive no protagonismo. As minhas sobrinhas vieram a Brasília, as meninas estavam com sete, oito aninhos. Elas moram no interior, onde tem um museu deste tamanhinho, então, o sonho era conhecer o Museu da República. Então, vocês imaginem a tia proporcionar: "Vamos conhecer o Museu da República". Quando nós chegamos ao museu, não tinha nenhum cartaz de classificação indicativa, Senadora, e a exposição – já tem um filme sobre isso, inclusive, tem um filme, "meu ânus é belo"... mas não é nem ânus que eles falam no nome do filme –, essa era uma exposição voltada exatamente para esse tema. E quando a gente entrou, foi um choque para elas e para mim, eu fiquei constrangida. A primeira foto era uma Kombi, todos estavam na janela da Kombi, com o bumbum na janela, voltados... Era só os bumbuns que a gente via, e eles ainda expunham, abriam o bumbum. Quando as meninas entram no Museu da República, e a primeira foto, enorme, era aquilo, elas ficaram assim... Eu percebi no olhar, e eu era só uma tia, ativista pela infância. Eu fiquei tão abismada, porque para elas foi um susto, foi um susto muito grande! Elas não quiseram continuar, e eu queria mostrar a grande obra que nós temos, que é o Museu da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cenas como essa precisarão ter, pelo menos, um cartaz de classificação indicativa. Os pais vão entrar ou não com os seus filhos. Então, esse projeto está muito nessa direção. As manifestações artísticas, culturais que têm nudez, simulação de sexo explícito, os pais serão alertados de que a exposição fala sobre isso, e eles entrarão ou não com a criança, lembrando que eles podem ser responsabilizados se expuserem as crianças a esse tipo de ato.

Continuando, é importante lembrar que a legislação brasileira já prevê limites ao conteúdo exibido a crianças e adolescentes em obras audiovisuais e espetáculos públicos, conforme o art. 74 do ECA, sendo necessária classificação indicativa. No entanto, a ausência de sanção penal específica aos responsáveis que descumprem tais normas, especialmente em eventos ao vivo e em ambientes de "arte contemporânea", dificulta a fiscalização efetiva e deixa os menores desprotegidos.

Nesse contexto, o PL não configura censura ou moralismo, mas sim uma resposta normativa proporcional e tecnicamente justificada ao cenário crescente de permissividade e banalização da exposição de crianças a conteúdo impróprio. Não trata a proposição, ademais, de cercear direitos, mas antes, ao contrário, de promovê-los. O Estado deve assumir o leme nas épocas de acelerada transformação social, que tendem à revogação tácita de qualquer norma tradicional, ainda que boa e de capacidade formadora.

Assim, ao propor a inclusão de parágrafo no art. 218-A do Código Penal, o projeto insere essa conduta no rol dos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, reforçando o entendimento de que nenhuma liberdade artística ou cultural pode se sobrepor à proteção integral e prioritária da infância, como determina a ordem constitucional.

Para além da inclusão da referida conduta no rol de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, não é demais lembrar que cresce de modo exponencial no Brasil a utilização da tal liberdade artística para a prática de crimes, como apologia ao uso de drogas, ao uso de armas, apologia ao crime organizado, músicas exaltando, enaltecendo criminosos condenados.

Essa prática tem destruído as famílias brasileiras e roubado o futuro de nossa geração. De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, seis em cada dez estudantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre 13 e 17 anos já experimentaram bebida alcoólica e 13% de escolares dessa mesma faixa etária experimentaram alguma droga ilícita.

Nesse sentido, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e gozam da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, sendo dever do Estado, da família e da sociedade atuarem de forma a lhes prover sua proteção integral.

A exposição precoce de crianças e adolescentes a temas que trazem em seu bojo a incitação à lascívia, sexo, apologia ao uso de drogas, incitação ao crime e apologia ao crime possui o poder de destruição desse público, com o real potencial de lhes impedir o acesso a um futuro de felicidades e realizações.

Em função disso, apresentamos uma emenda para incluir no texto do PL nº 4.476/2021, a "apologia ao uso de drogas, incitação ao crime e apologia ao crime" e, em função disso, alteramos, também o teor da ementa da matéria.

À vista de tudo isso e em virtude dos argumentos expostos, Sra. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto 4.476, de 2021, com as emendas que já estão devidamente publicadas.

Eu peço apoio aos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Passo ao Projeto de Lei 2.847/2002, não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2847, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 6.259, de 30 de outubro de 1975, que organiza as ações de vigilância epidemiológica, para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre os jovens.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com três emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

Autoria: Deputadas Jaqueline Cassol, Edna Henrique, Mara Rocha, Liziane Bayer e Luisa Canziani.

Concedo a palavra à Senadora Damares para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise, tão somente chamando a atenção dos senhores para o fato de que esse projeto de lei altera uma lei de 1975, altera uma lei de 1996, que é a LDB, altera uma lei de 2013 e uma lei de 2019, um único projeto de lei.

Como ele vai para a CCJ, não vou falar sobre a constitucionalidade nem a regimentalidade, mas preciso saudar a iniciativa oriunda da Câmara dos Deputados, informando que ele é fruto de um grupo de trabalho destinado ao estudo sobre o aumento de suicídio, automutilação e problemas psicológicos entre os jovens brasileiros, instituído no âmbito daquela Casa, em 2021. Esse grupo pluripartidário foi coordenado pela Deputada Liziane Bayer e suas atividades foram relatadas pela Deputada Jaqueline Cassol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relevância dessa temática é indiscutível, da mesma forma como é premente a necessidade de adoção de medidas de enfrentamento. Com efeito, durante a nossa gestão à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tivemos a oportunidade de promover a instituição do "Grupo de Trabalho sobre Prevenção ao Suicídio e Automutilação de Crianças, Adolescentes e Jovens", com o objetivo de discutir e propor políticas públicas prioritárias a serem implementadas no âmbito do Governo Federal.

A respeito do dimensionamento do problema, levantamento conduzido pela Fiocruz mostrou que a taxa de suicídio entre jovens cresceu 6% ao ano no Brasil entre os anos de 2011 e 2022. A gente teve um agravante aí da pandemia. Já as taxas anuais de notificações por autolesões na faixa etária de 10 a 24 anos aumentaram 29% nesse mesmo período. O número foi maior do que na população em geral, cuja taxa de suicídio teve crescimento médio de 3,7% ao ano e a de autolesão 21% ao ano, nesse mesmo período. Ressalte-se que o suicídio constitui a terceira maior causa de mortalidade entre os jovens brasileiros e a segunda entre adolescentes.

Segundo as pesquisadoras responsáveis pelo estudo, dispor de dados de qualidade é uma estratégia fundamental para instituir ações de prevenção do suicídio. O acesso a estes dados ainda é um problema no mundo todo, seja por estigma, seja por questões legais. Por isso é tão relevante a iniciativa de tornar obrigatória a notificação dos casos identificados.

Senadora, por que a notificação é importante? Tem casos em que ele é investigado, encontra-se a pessoa morta, então estão investigando o caso. Está na delegacia, se conclui que foi suicídio, mas fez tempo, tempo que está investigado, a delegacia não notifica o Ministério da Saúde. Tem acidentes de trânsito que não são acidentes, especialmente na estrada, são suicídios. Carro que cai, por um acaso, na montanha, carros que batem em muretas estranhamente. A gente sabe que alguns desses casos são suicídios, mas estão sendo investigados como acidente. Quando se conclui que é suicídio, tem que notificar o Ministério da Saúde, para a gente ter dados e números. É a isso que esse projeto também se propõe. E esse projeto tem um recorte criança e adolescente.

Especificamente a respeito do sofrimento psíquico, estudo publicado na Revista Mineira de Enfermagem, com dados extraídos da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2019, mostrou aumento do sofrimento mental entre os adolescentes brasileiros. Os resultados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revelaram relações de desigualdades estruturais de gênero e classe social. Na opinião das autoras, é necessário maior investimento em políticas públicas, a fim de diminuir as consequências do sofrimento mental entre os adolescentes brasileiros.

Não obstante o seu mérito, a proposição merece ajustes pontuais – e eu faço esses ajustes por meio de emendas.

Com fulcro no art. 13, da Lei Complementar nº 95, propomos também a atualização da denominação dos órgãos e ajustes de redação.

Cabe salientar que os conselhos tutelares são órgãos permanentes e autônomos encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme estabelecido no ECA. Formados por conselheiros eleitos pela comunidade, esses colegiados têm a missão de agir sempre que os direitos infantojuvenis forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade, do Estado, dos pais ou responsáveis.

O funcionamento do conselho tutelar é pautado pela escuta ativa e acolhimento de denúncias de negligência, violência física ou psicológica, abandono, exploração sexual, entre outras violações. Por certo, essas situações estarão potencialmente presentes em casos de automutilação.

Os conselheiros não substituem os pais, não têm função judicial, mas aplicam medidas de proteção previstas em lei, podendo encaminhar os casos às autoridades competentes, como o Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude, ou a rede de assistência social. Os Conselhos têm atuação direta e próxima da comunidade, constituindo um elo fundamental entre a população e o sistema de garantias de direitos. Por conseguinte, não podem ser alijados da cadeia de notificações.

Em virtude do exposto, meu voto é pela aprovação do projeto, com as emendas que eu trago aqui, envolvendo todos, a educação, os Conselheiros Tutelares, ou seja, todos, na obrigatoriedade da notificação da tentativa de suicídio, do suicídio e da automutilação. Às vezes, o professor está vendo os alunos se cortando e não está notificando. Uma notificação para que o órgão de saúde cuide desse menino pode salvar a vida do menino.

Esse é o projeto e esse é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Lima. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Muito obrigada, Senadora Damares. É um projeto de grande relevância para a nossa juventude.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com três emendas de redação que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CDH, de redação.

O projeto segue para análise da CAS. (*Pausa.*)

Devolvo agora a Presidência à Presidente da CDH, Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 8 da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 103, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 11/2024, que "institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional".

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES) e outros

O que propõe esse projeto? Ele pede audiência para discutir o projeto que institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele traz aqui no requerimento um número enorme de convidados.

Eu estou subscrevendo o requerimento, por isso que estou colocando-o em votação, mesmo com a ausência do autor. Eu estou subscrevendo-o.

Em discussão. (*Pausa.*)

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós temos agora dois requerimentos extrapauta.

Eu quero perguntar se os colegas concordam com a inclusão de dois requerimentos que tratam apenas de acréscimo de nomes ao requerimento anterior, aprovado. São dois requerimentos: o Requerimento 105 e o Requerimento 104. O 105 é de minha autoria, o 104 é de autoria do Magno Malta. (*Pausa.*) O 105 é do Senador Humberto, o 104 é do Senador Magno Malta.

Subscrevo os dois.

Podemos colocá-los extrapauta? (*Pausa.*)

O.k.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 104, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidada na Audiência Pública objeto do REQ 103/2025 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 11/2024, que "institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional" .

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES), Senadora Damares Alves

Ele indica o convidado no requerimento.

Em votação o Requerimento 104. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento 105, que eu também subscrevo, de autoria do Senador Humberto Costa, que requer também a inclusão de novos convidados, mais convidados, à audiência pública objeto do Requerimento 103.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 105, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 103/2025 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 11/2024, que "institui o Programa de Conscientização contra o Aborto em âmbito nacional"

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Aprovados esses três requerimentos, eu quero me dirigir aos autores, Senador Magno Malta e Senador Humberto: ficou enorme o número de convidados. É possível que a gente tenha que fazer duas, dividir esta audiência pública em duas partes. Eu vou requerer à assessoria da Comissão que converse com os autores sobre a gente fazer esta audiência em duas partes, e vamos decidir quem vai presidir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um tema polêmico; tem o contraditório sendo convidado, mas eu não quero que esse tema seja discutido de uma forma banal nesta Comissão. Nós vamos falar sobre saúde da mulher. Aqui não se vai discutir a legalização do aborto, mas estratégias para alertar mulheres sobre o aborto. Eu acho pertinente a gente fazer essa discussão.

Então, que seja afastada a discussão da legalização do aborto, e a gente vai discutir tão somente o objeto do projeto, ouvindo o contraditório, especialmente com o recado para aquela mulher que tem um aborto espontâneo e fala "já desceu", lá no interior, "vou embora", e não vai ao médico para se cuidar, fazer uma curetagem, não se cuida. Então, eu acho que esse é o objetivo do projeto. Então, é polêmico, o assunto é polêmico.

Nessa legislatura a gente não discutiu o aborto, porque aborto, vida de mulher e de criança, num contexto de tantas brigas, o assunto não foi pautado em nenhuma Comissão, em respeito às vidas. Mas, como eu estou colocando todas as matérias em discussão, essa estava na fila, e eu, com muita maturidade, coloquei, distribuí, coloquei relatoria, mas eu sei como são as audiências públicas sobre aborto. Então, eu quero que a Comissão converse com os autores do requerimento sobre quem vai presidir. Eu me ofereço para presidir. Não vou avocar a Presidência da audiência, mas quero conversar com os relatores.

E essa audiência vai ser conduzida com respeito à mulher. Nós não vamos ter briga nessa audiência. Está dado o recado? Os assessores dos Senadores aqui vão me ajudar?

E olha que eu sou ativista desse tema! Eu tenho posição clara com relação a esse tema, mas, na hora em que eu sentar aqui, eu serei imparcial, e vou conduzir respeitando as posições. Inclusive, vem gente na audiência que não me ama nada, que até já me processou, e eu subscrevi o requerimento para eles virem. A gente vai conduzir com maturidade. Se as nossas Senadoras puderem estar aqui, a gente vai conduzir com maturidade. Está dado o recado? O.k.? Vocês me ajudam?

Gente, nós não temos mais nenhum relator presente. Eu esgotei a pauta hoje.

O Senador Alessandro Vieira está vindo. Então, se ele chegar, eu volto para o item da pauta, que é o item de que ele é o Relator.

E eu quero dizer para as minhas Senadoras que, se precisarem sair, fiquem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou para aquela parte protocolar, que é a leitura dos expedientes. Se o Relator Alessandro chegar, como é um voto de consenso – acho que não vai haver discussão, nem pedido de vista –, eu coloco em votação o relatório do Senador Alessandro. Vamos para a parte...

Nós temos uma advogada que está nos acompanhando. Ela está sempre presente. Eu só preciso explicar para ela que, na hora da discussão de matéria, regimentalmente, só Senadores podem falar. Convidados que não são Senadores podem se manifestar em audiências públicas, mas, aqui, quando eu coloco em discussão, só Senadores podem, pois nós estamos numa reunião deliberativa.

Expediente.

Denúncias e alegações.

Denúncias nºs 316 e 324. Cidadão denuncia perseguições ideológicas em... (*Pausa.*)

Quem não conhece a Senadora Ivete? Essa Senadora é a mais amada do Brasil.

Denúncias nºs 316 e 324. Cidadão denuncia perseguições ideológicas em universidades e discursos de ódio e antissemitas em redes sociais, solicitando providência para garantir liberdade de expressão e coibir incitação ao ódio.

Encaminhamento da Denúncia 316: por poder configurar crime de perseguição previsto na Lei 14.132, de 2021, sugeri registrar boletim de ocorrência na delegacia de polícia de sua localidade, levando todas as provas disponíveis. Caso necessite de orientação e apoio jurídico, procurar a Defensoria Pública de seu estado, que poderá prestar assistência gratuita. O Ministério Público estadual também pode ser acionado para acompanhar e promover as medidas legais cabíveis.

Da Denúncia 324, que é do mesmo teor: informar ao demandante que ele agiu corretamente ao encaminhar a denúncia também ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral da República, que tem atribuição legal para investigar e promover ações penais, e que a CDH não possui atribuição investigativa ou sancionatória, cabendo a esses órgãos e às autoridades policiais a apuração e responsabilização dos envolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denúncia 319. Denúncia envolvendo *stalking*, difamação, calúnia e perseguição virtual sistemática. Solicita apoio para responsabilizar plataformas digitais e autoras de ataques, bem como avançar em leis mais rigorosas contra crimes de ódio e capacitismo na internet.

Encaminhamento: informar que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa não possui atribuição investigativa ou sancionatória, cabendo às autoridades policiais e ao Ministério Público a apuração criminal e a responsabilização dos envolvidos. Porém, informar que a CDH acompanhará o caso dentro de suas competências legais. Recomendar que continue acompanhando o andamento junto à delegacia responsável e ao Ministério Público, preservando todas as provas digitais.

Na oportunidade, eu quero fazer um voto de solidariedade à Senadora Soraya Thronicke. A polícia prendeu, nesta semana, um criminoso – isso é crime – que estava ameaçando a Senadora Soraya pelas redes sociais. Ele foi preso. Inclusive, ele dizia que ia quebrar as pernas da Senadora, que ia machucá-la. Nós mulheres na política estamos sendo muito vítimas desse tipo de crime de covardes que se escondem atrás de um computador dizendo o tempo todo que vão nos matar, que vão nos perseguir, que vão nos ferir. Eu quero lembrar que o Congresso Nacional tipificou o crime de *stalking*. Cadeia, não é, doutora? A doutora tanto participa das audiências aqui. Cadeia!

Eu fui muito... Eu sou muito vítima disso. No meu caso, inclusive, uma vez fizeram a forma como vão me matar e matar a minha filha. Nós seríamos empaladas. Eu quero que vocês entendam quando a minha filha viu a imagem: uma indiazinha empalada. É muito, muito triste o que tem acontecido no Brasil, é muito ódio. Então, nós estamos com mais uma denúncia aqui de mais um caso de *stalking*.

Mas eu quero fazer aqui o registro, em nome da Comissão, de todas as Senadoras e dos Senadores desta Comissão, de um voto de solidariedade à Senadora Soraya, que foi nesta semana vítima desse bárbaro crime. Mas o bandido foi preso. Que ele fique muito tempo na cadeia!

Informe 318. Denúncia 318, da Câmara Municipal de... Não, esse não é denúncia, é um informe. Câmara Municipal de Santa Bárbara encaminha moção de apoio pela adoção de medidas urgentes para a adultização de crianças e adolescentes nas redes sociais, a exploração sexual, a pedofilia e a indução à automutilação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informe 323. Jornalista encaminha moção de repúdio ao Banco do Brasil, denunciando a perda do único bem de família de um casal idoso em execução judicial que se arrasta há décadas. Lamentável.

Da Secretaria do Comissário de Direitos Humanos do Parlamento ucraniano, encaminha informe sobre a guerra da Ucrânia. Estamos muito preocupados com a Ucrânia.

Encaminhamento para esses três informes: apenas acusamos o recebimento.

Solicitações.

Solicitação 317. Solicita apoio para a transferência do seu julgamento para outra comarca, alegando risco à imparcialidade do julgamento devido a vínculos do pai da vítima, ex-policial militar, com autoridades locais.

Esclarecer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado tem competência para receber denúncias de violações de direitos humanos, acompanhar casos, encaminhar informações aos órgãos competentes, mas não exerce advocacia individual nem possui atribuição para determinar a transferência de processos judiciais. Nesse caso, o pedido de desaforamento deve ser apresentado pela defesa ao tribunal de justiça competente, por meio de advogado ou defensor público. Sugerir procurar a Defensoria Pública de seu estado, caso não disponha de advogado particular, para que seja avaliada a pertinência de requerer o desaforamento.

Informe 320. Instituição Ipsen solicita a realização de audiência pública sobre doenças raras do fígado.

Sugerir que a proposta seja encaminhada diretamente aos Senadores membros desta Comissão, uma vez que cabe ao Parlamentar, individualmente, propor a realização de audiências públicas no Colegiado.

Eu até iria sugerir que vocês façam, por favor, Secretaria, um *e-mail* para essa instituição, informando o *e-mail* da Presidente da Subcomissão de Doenças Raras. Nós temos uma Subcomissão sobre este tema lá na CAS. Acho que seria interessante fazer esta audiência por essa Subcomissão da CAS, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informes 321 e 322. Solicitam o arquivamento ou melhor análise da SUG 6/2025, que propõe elevar a idade do consentimento sexual para 18 anos.

Informar que a CDH acompanha com atenção a sugestão legislativa e que a mim, na qualidade de Presidente da Comissão, cabe designar Relator para a referida sugestão. Neste caso, o Relator designado é o Senador Magno Malta. O assunto é polêmico – ele sabe disso – e requer realmente uma discussão nesta Casa.

Solicitação 325: encaminha a recomendação ao MPF sobre o Concurso Público Nacional Unificado (CNPU) e solicita apoio da Senadora para atuação conjunta diante da ilegalidade apontada.

Reforçar a resposta enviada anteriormente de que foi encaminhado o Ofício 5.825 ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviço Público, quando a Comissão foi acionada pela primeira vez em março deste ano.

Isso posto, lidas as denúncias, os pedidos, os informes, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12/2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da CDH. Os demais ficam na Secretaria para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nós vamos voltar para a nossa pauta.

Já está no plenário conosco o Senador Alessandro Vieira, que é Relator de duas matérias.

Vamos para o item 5 da pauta.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5997, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para implementar medidas que impeçam o contato psicológico prejudicial do autor do fato com crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante o depoimento especial.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Peço licença e vou diretamente à análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção da infância, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno desta Casa. Portanto, o projeto apresentado atende aos critérios de regimentalidade.

No mérito, a proposição é oportuna e aprimora os preceitos do depoimento especial e da escuta protegida para atender aos objetivos desses instrumentos. Ainda que esses mecanismos tenham a função de tornar o ambiente judicial menos traumático para crianças e adolescentes, as lacunas ilustradas pela autora denotam como a realização do depoimento especial e da escuta protegida ainda pode criar constrangimentos e gerar desconfiança nas vítimas e testemunhas.

Contudo, identificamos a oportunidade de aprimorar a proposição, razão pela qual apresentamos emenda substitutiva com o objetivo de resguardar maior escopo de proteção à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança e ao adolescente, promover a preservação da segurança emocional e psicológica da vítima ou testemunha como elemento basilar para a realização dos procedimentos em apreço e autorizar o juiz a dispensar atos procedimentais que possam gerar constrangimentos à criança e ao adolescente.

A atual redação do art. 9º da Lei 13.431, de 2017, contempla o resguardo da criança e do adolescente de qualquer contato com o suposto autor ou acusado ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento. Esse dispositivo cita, a título de exemplo, o contato visual, mas não exclui a proteção contra outras formas de contato, como o físico ou o psicológico. Apesar da intenção do PL 5.997, de 2023, de expandir essa proteção, a redação proposta altera a atual redação exemplificativa por uma redação exaustiva referente ao contato físico, visual ou psicológico, sendo, portanto, mais restritiva. Nesse sentido, eliminamos essa alteração, com o objetivo de manter a atual redação da Lei 13.431, que é mais abrangente e mais protetiva.

Ademais, o PL 5.997 sugere atribuir ao profissional especializado a responsabilidade de zelar pela adequação dos ritos e circunstâncias do depoimento especial, como também de promover as mudanças que entender necessárias para endereçar a situação. A preocupação da proposição é pertinente, mas entendemos que sua finalidade seria atingida com maior precisão com a determinação da realização da escuta especializada e do depoimento especial, de forma a preservar a segurança emocional e psicológica da vítima ou testemunha. Nesse sentido, o zelo pelo sentimento de segurança e conforto passa a ser requisito da realização do procedimento e, assim, passa a ser, também, responsabilidade de todos que nele atuam.

Quanto à dispensa de atos do protocolo de entrevista, a heterogeneização dos ritos do depoimento especial a partir da perspectiva de cada profissional especializado pode gerar conflitos na condução do procedimento penal no caso concreto ou mesmo incidir em nulidades processuais. Cabe ao juiz gerenciar o processo e garantir a higidez dos atos nele conduzidos, razão pela qual essa autoridade é a mais indicada para, mediante comunicação do profissional especializado, decidir acerca da eventual necessidade de dispensa ou não de atos procedimentais.

Finalmente, em relação à permanência ou não do autor na sala de audiência, a redação atual do art. 12, §3º, da Lei 13.431 prevê a possibilidade de comunicação pelo profissional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializado ao juiz se verificar que a presença, na sala de audiência, do autor da violência pode prejudicar o depoimento especial ou colocar o depoente em situação de risco. Nessa hipótese, pode ser realizado o afastamento do imputado, medida essa respaldada pela jurisprudência do STJ, em especial se justificada por receio de intimidação ou qualquer outra circunstância que possa comprometer o depoimento da vítima. Verifica-se que o texto legal não obriga o envolvimento da criança e do adolescente na decisão quanto à permanência ou não do imputado, pois apenas determina que, verificada a presença dos elementos aplicáveis, o profissional especializado comunicará ao juiz para que o juiz adote as medidas cabíveis.

Assim, a redação proposta pelo PL teria apenas o efeito de tolher a autonomia do profissional especializado em envolver ou não a criança ou adolescente na decisão. A vedação absoluta a essa consulta pode gerar distorções nos casos concretos e limitar a capacidade do profissional especializado de oferecer um parecer contundente acerca da existência de intimidação ou qualquer outra circunstância que possa comprometer o depoimento da vítima. Dessa forma, a alteração proposta quanto a esse tema conflita com as finalidades almejadas pela proposição.

Sra. Presidente e colegas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.997, de 2023, na forma da emenda substitutiva que apresento.

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda 1.

O projeto segue para análise terminativa – que bom, não é, Senador? – na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro, é muito ruim trabalhar com o senhor, porque, quando o senhor apresenta um voto, ninguém vem nem discutir, seus votos são tão perfeitos! E vou até lhe falar, Senador, às vezes a gente subestima um voto, mas eu tenho visto pesquisadores, escritores pegando dados nos pareceres apresentados pelos Senadores. Os nossos votos se tornam uma obra – uma obra! Então, parabéns pelo voto! E a gente faz mais uma entrega nesta Comissão, hoje, na proteção da criança e do adolescente. É muito bom poder contar com o senhor. E, às vezes, na hora de nomear o Relator, meu dedinho só quer escrever Alessandro, Alessandro – tenho que me conter, às vezes.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2429, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aumentar a pena do crime de corrupção de menores.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Ele melhora ainda o projeto apresentando uma emenda.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente, obrigado pelas palavras. De fato, o processo legislativo serve, inclusive, de fonte legítima de interpretação posterior da legislação que aprovamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à análise, Sra. Presidente.

Compete à CDH opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção à infância e à juventude, conforme dispõe o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna. De acordo com dados do IBGE, havia, em 2022, 756 mil crianças e adolescentes exercendo as piores formas de trabalho infantil, entre as quais se incluem a utilização, o recrutamento ou a oferta de menores de idade para atividades ilícitas — em especial a produção e o tráfico de entorpecentes —, prática elencada na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho. Embora esses dados não especifiquem o percentual de crianças e adolescentes usados pelo tráfico, acreditamos que, devido à subnotificação, a realidade seja ainda mais grave do que os números revelam, isso porque é extremamente difícil levantar informações sobre essas crianças e adolescentes, que, quase sempre, vivem em áreas sob controle de facções. Dessa forma, acabam, infelizmente, invisibilizados pelo crime.

Diante disso, cabe ao Estado tomar providências concretas sobre esse problema. E, nessa esteira, surge o PL em discussão. O crime organizado tem total *expertise* sobre o nosso sistema legal; conhece suas brechas, seus pontos fracos. Justamente por isso, usa crianças e adolescentes como ferramentas de trabalho, por serem inimputáveis criminalmente. Não podemos permitir que o crime organizado vença duplamente: ao explorar mão de obra infantojuvenil para alcançar seus objetivos e, ao mesmo tempo, ao corromper nossos jovens para o crime.

Nesse sentido, o art. 227 da Constituição Federal estabelece ser dever de todos, com absoluta prioridade, colocar crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência e crueldade. Em cumprimento a esse dever, apoiamos a presente matéria, que busca punir com mais rigor e proporcionalidade as consequências catastróficas impostas à vida de crianças e adolescentes usados em práticas ilícitas.

Cabe, no entanto, emenda para manter a simetria e a proporcionalidade penal diante da alteração recentemente aprovada pela CCJ no Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, que pretende elevar a pena do art. 218 do Código Penal, referente a induzir alguém menor de idade – menor de 14 anos – a satisfazer a lascívia de outrem para 6 a 14 anos de reclusão. Então, nesse sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é recomendável ajustar também a pena do crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do ECA. Atualmente fixada em 1 a 4 anos de reclusão, a pena proposta passa a ser de 6 a 14 anos de reclusão mais multa, garantindo compatibilidade entre condutas de natureza semelhante, uma vez que, em ambos os casos, o agente não pratica diretamente o crime ou o ato libidinoso, mas recruta, induz ou instrumentaliza o menor para a execução da conduta ilícita (exploração sexual, no art. 218 e qualquer infração penal, no art. 244-B). Ao alinhar as faixas punitivas, preserva-se a coerência do sistema penal e reforça-se a mensagem de que a instrumentalização de crianças e adolescentes, para fins sexuais ou não, exige resposta legislativa de idêntica gravidade.

O voto, Presidente, pelo exposto, é pela aprovação do projeto com a emenda que segue.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perfeito, Senador, perfeito!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

O projeto segue para análise terminativa – é mais um que se encerra em Comissões – na CCJ.

Por falar nisso, Senador – parabéns! –, a gente encontra colegas, às vezes, que falam: "Ah, não gosto de ir para Comissão". Eles esquecem que tem muitas matérias que se encerram na Comissão, a importância e como as Comissões estão produzindo. Esta Casa não para; mesmo diante de tantas brigas, confusões, as Comissões estão entregando. Hoje, nós entregamos quatro grandes matérias de proteção da infância. Até quero que a Comissão faça aí uma ampla divulgação para as instituições que trabalham com a infância. Nós fizemos quatro entregas extraordinárias aqui, hoje. Parabéns, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação ao seu voto, só destaco a referência ao crime organizado. Lamentavelmente, os heróis de muitas crianças no Brasil têm sido os líderes do crime. Eu vi um vídeo, Senador, de meninos de 8 a 11 anos num *show* de um dos cantores que fazem apologia ao crime: os meninos choravam de emoção. Os meninos, Senador, estão fazendo tornozeleira de brincadeira, colocando-a na perna, porque eles querem parecer com o ídolo que, às vezes, está cantando com tornozeleira. Então, eu estou muito preocupada com isso. E o senhor traz um voto e o senhor faz uma menção a essa cooptação que o crime organizado tem feito de nossa infância, de nossa infância! Quando criança... Aqui, agora, recentemente, o herói das crianças era Ayrton Senna; um pouco antes, aí – e não vou dizer há quantos anos – o meu herói era o Pelé; aí, hoje, a gente vê as crianças tendo como heróis os criminosos. Então, Senador, a gente vai precisar estar atento a tudo isso. Há uma geração inteira sendo cooptada e corrompida pelo crime no Brasil, que está agora parecendo que são heróis e grandes artistas. Parabéns pelo seu voto!

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Nós só temos um projeto, que, inclusive, é terminativo, que é o item 1 da pauta... A gente vai fazer a leitura dele na próxima semana, porque a Senadora Dorinha está ocupada em outra Comissão – está todo mundo hoje muito ocupado. Então, ele vai ser o item 1, de novo, da pauta na próxima semana. Vamos conversar com a assessoria dela. E o item 4, que é do Senador Marcos Rogério, que também quer pessoalmente lê-lo, fica para a próxima semana.

Assim, esgotada a nossa pauta e lidos os informes, agradecemos a presença dos Senadores e de todos que estão acompanhando esta audiência, que é a audiência que tem a Presidente mais bonita do Senado. (*Risos.*) E sejam todos bem-vindos!

Eu declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CDH, de autoria Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). Finalidade: Avaliar os Eixos Orientadores IV e V: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência e Educação e Cultura em Direitos Humanos, do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3). Participantes: Daniele de Sousa Alcântara, Doutora em Sociologia - Chefe da Assessoria de Segurança Cidadã e Assessora Especial na Subsecretaria de Integração de Políticas Públicas de Segurança da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Marcos Antônio Contel Secco, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos do Ministério da Educação; Lucia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais do Ministério da Educação; Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; e Maria Clara D'Avila Almeida, Diretora de Promoção de Direitos da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/15

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento 4, de 2025, aprovado nesta Comissão, em 26 de março de 2025, que tem como objetivo avaliar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), no exercício de 2025, na perspectiva dos Eixos Orientadores IV e V: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, e Educação e Cultura em Direitos Humanos.

Pela primeira vez nesse nosso trabalho de avaliação, nós abordaremos dois eixos temáticos: o eixo que trata sobre segurança pública, assim como o eixo que trata especificamente sobre educação, apresentando objetivos e ações programáticas que dizem respeito à formação, à capacitação de gestores públicos e da sociedade como um todo. Em razão dessa intercessão entre eles e por sua implementação envolver os mesmos órgãos públicos federais, executores, nesta quarta audiência de avaliação do PNDH-3, trataremos o Eixo Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência e o Eixo Educação e Cultura em Direitos Humanos.

Iniciaremos debatendo, em princípio, um dos eixos, mas é possível que a gente tenha que mesclar os oradores por uma questão de problemas técnicos com as pessoas que estão *online*. Nós temos quatro convidados, presenciais e dois convidados *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Informo que a sociedade já está participando da audiência mesmo antes de ela acontecer. As perguntas já chegaram, muitas manifestações... Há um interesse nessa avaliação.

Eu chamo para compor a mesa a Major Daniele de Sousa Alcântara. Ela é Doutora em Sociologia, Chefe da Assessoria de Segurança Cidadã e Assessora Especial na Subsecretaria de Integração de Políticas Públicas de Segurança da Secretaria de Segurança Pública do DF.

Bem-vinda, Doutora, bem-vinda. Obrigada por ter aceitado. Já leve um abraço para o nosso Secretário de Segurança.

Convido para compor a mesa Marcos Antônio Contel Secco, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que vai fazer a abordagem do Eixo Segurança.

Que alegria ter você aqui, Marcos.

Ainda para compor a primeira mesa, convido Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos.

É uma honra recebê-lo, Dr. Erasto, nesta audiência.

Chamo ainda Lucia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais do Ministério da Educação.

É um prazer tê-la conosco, Professora.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, no exercício de sua competência para avaliação de políticas públicas, dará continuidade hoje, senhores convidados, ao ciclo de análises do Programa Nacional de Direitos Humanos 3.

Nesta audiência pública – nós juntamos na mesma audiência a quarta e a quinta –, nós vamos falar sobre seis eixos, uma série de seis avaliações, e ela reunirá hoje dois eixos.

Nós estamos tão somente, senhores convidados, cumprindo o Regimento Interno do Senado. O art. 96 do Senado Federal, nos obriga, professor, professora, major, a avaliar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política pública temática relativa à Comissão. E esta Comissão decidiu, por unanimidade, que nós avaliaríamos o PNDH-3.

Acho que um pouquinho tarde, um Programa Nacional de Direitos Humanos que nos foi entregue há mais de uma década, um programa que precisa ser revisto, que precisa ser atualizado, avaliado... Até onde nós avançamos? Em que precisamos melhorar? E, nesse período, o Brasil mudou, o mundo mudou, as relações sociais mudaram, o MEC mudou algumas vezes, o Ministério de Direitos Humanos, da Segurança, muitas mudanças, gestões diferentes... Mas nós queremos saber: o PNDH-3 alcançou os objetivos propostos? É isso que esta Comissão está fazendo.

Esse trabalho de avaliação não é apenas por meio de audiências públicas. Nós estamos na série de buscar dados por meio de requerimento de informações, cruzamento de dados por meio da Lais, reuniões técnicas, diligências. É dessa forma que a gente está avaliando o PNDH-3.

Nós estamos ansiosos para ouvi-los – cada um na sua área, cada um no seu tema. Nós queremos saber como está a promoção de direitos humanos, como o MEC tem avançado na educação para direitos humanos. Nós queremos entender também como estão os objetivos especificamente os voltados à segurança. Segurança é um tema delicado por demais. Esta Casa tem uma Comissão especial de Segurança, como tem uma Comissão especial de Educação. Os dados buscados, os dados conquistados e os dados confrontados nessa nossa avaliação serão devidamente compartilhados com as duas Comissões. E há a necessidade de a gente fazer isso inclusive antes do final do ano, antes da votação do Orçamento Geral da União. Alguns dos senhores, com certeza, vão apontar que sem dinheiro a gente não alcança o objetivo. E eu quero muito ouvir isso, especialmente do meu pessoal da criminalística. Eu quero muito ouvir isso.

A gente cria projetos extraordinários, programas extraordinários, a gente lança, faz uma festa para lançar, mas, na hora da execução, a gente esqueceu de garantir o orçamento devido para aquela meta, o orçamento devido para aquela ação programática. E nós queremos aqui, muito com o pé no chão, fazer essa avaliação.

Então, com muita alegria, nós vamos ouvir, neste momento – começando pela área da educação –, o Erasto Fortes Mendonça, Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo. O senhor tem dez minutos a princípio, mas, se precisar passar do seu tempo, a gente vai estender. Vai tocar uma campainha, mas não se assuste com ela, porque eu sou bem generosa, está bom, Professor? Não se assuste com ela.

O senhor trouxe apresentação ou não? (*Pausa.*)

Não, né? Dr. Erasto, a gente quer, inclusive... Se precisar depois complementar, a gente fará perguntas por *e-mail*, e buscaremos algumas respostas por *e-mail* também.

Seja bem-vindo e obrigada por estar participando conosco desta audiência pública.

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA (Para expor.) – Muito obrigado a V. Exa., Senadora Presidente desta Comissão. Eu quero fazer uma saudação aos Parlamentares presentes e às pessoas que acompanham esta audiência. Trago também uma saudação do Ministro Camilo Santana, Senador desta Casa, e da Secretária Zara Figueiredo, titular da Secadi, onde se localiza a Coordenação de Direitos Humanos.

Eu quero ressaltar que o PNDH-3, objeto desta audiência, é o resultado da Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada no ano de 2008. Naquele momento, eu tive a honra de coordenar a educação em direitos humanos na então Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A inclusão de um eixo orientador no PNDH foi um enorme avanço nas políticas de educação e direitos humanos, inclusive porque instituído por decreto em 2009. Esta audiência tem um dos focos na Diretriz 19 do Eixo Orientador V - Educação e Cultura em Direitos Humanos: "Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras".

É importante assinalar, em princípio, que as Diretrizes 18 e 19 não devem ser analisadas e avaliadas isoladamente, porque são parte das ações no campo da educação em direitos humanos nas instituições de ensino, seja na educação básica ou na educação superior, que é responsabilidade do Ministério da Educação como coordenador da Política Nacional de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os objetivos estratégicos da Diretriz 19 se resumem em inclusão da temática na educação básica, nos cursos das instituições de educação superior e no incentivo à transdisciplinaridade e à transversalidade. Essa inclusão da temática já está regulada pelas diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, respondendo já inicialmente, portanto, uma inquirição da Sra. Senadora. Já é uma ação, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministro de Estado da Educação, as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos, Parecer 8/2012, Resolução 1/2012.

Mais recentemente, em 2021, lei aprovada por este Congresso, Lei 14.164, alterou a redação do art. 26 da LDB, que trata de currículos da educação básica. O §9º tornou obrigatória a inclusão de direitos humanos como tema transversal em todas as etapas e modalidades da educação básica, portanto, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, além dos temas do enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes e contra as mulheres.

Sobre essa obrigatoriedade, importa lembrar que o sistema federativo, instituído pela Constituição de 1988, atribui à União e, no campo educacional, ao MEC, a função normativa, supletiva e redistributiva. E aos estados, municípios e ao Distrito Federal, a autonomia na organização de seus sistemas de ensino e de suas propostas pedagógicas, desde que respeitadas a legislação e a Base Nacional Comum Curricular.

Nós, no Ministério da Educação, temos feito encontros frequentes e oficinas com gestores, que são considerados pelos secretários de educação dos estados e do Distrito Federal os pontos focais da temática dos direitos humanos.

Por meio da Coordenação-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos, o MEC vem realizando parcerias também com instituições federais de ensino, fornecendo apoio financeiro e técnico para a oferta de processos formativos voltados a profissionais da educação em exercício na educação básica, nos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em 2023 e 2024, foi realizado um curso de aperfeiçoamento de 180 horas para 5.413 profissionais da educação que atuam em escolas de educação básica nas 27 unidades da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A parceria com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (Forproex) possibilitou o engajamento de várias instituições de educação superior e dos sistemas de ensino. Esse curso foi coordenado pela Universidade Federal de Uberlândia.

Em 2024, com a colaboração e articulação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, uma entidade da sociedade civil, foram realizados cursos de extensão e aperfeiçoamento presenciais e semipresenciais sobre educação em direitos humanos para a formação de profissionais da educação em cada uma de 13 instituições federais de ensino.

A nova parceria com a Universidade Federal de Uberlândia permitiu a oferta do curso de Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que está em ação neste momento, apoiado também pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), com a oferta de 5,4 mil vagas e carga horária de 225 horas.

Com a Universidade Federal Fluminense, está sendo realizado, com apoio da Secadi do MEC, curso de aperfeiçoamento denominado Educação Democrática e Enfrentamento às Violências, com 210 horas de duração e oferta de 2 mil vagas para profissionais da educação de todo o Brasil.

Além desses processos formativos, a Secadi do MEC apoia a consolidação do Observatório Nacional da Violência contra Educadores na Universidade Federal Fluminense, em parceria com outras instituições de educação superior.

Em relação a materiais de apoio às escolas, que também é uma das estratégias do programa, nós temos feito apoio às escolas para o desenvolvimento das temáticas de educação em direitos humanos, das quais eu destaco em especial dois projetos.

Com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), foram elaborados conteúdos para publicação de seis cadernos temáticos sobre o papel da escola para a promoção e defesa dos direitos humanos. O primeiro caderno tratou do papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e pode ser consultado por meio de um *link* do Ministério da Educação que é conhecido, o MEC RED, que hospeda vários materiais pedagógicos. O segundo caderno já diagramado e pronto para ser publicado no portal de materiais pedagógicos trata do papel da escola no enfrentamento ao trabalho infantil. Outros quatro cadernos estão em fase de revisão técnica para diagramação e divulgação ainda neste ano: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel da escola no sistema de garantia de direitos, o papel da escola na defesa dos direitos de meninas e mulheres e o combate à misoginia, o papel da escola no acolhimento de refugiados e apátridas e o papel da escola no combate à homofobia.

A Universidade Federal de Goiás está produzindo *podcasts*, *videocasts* e as chamadas pílulas, que são pequenos trechos de temática virtual sobre temáticas de educação em direitos humanos para uso nas redes sociais e nas escolas de educação básica. Serão mais de 8 mil horas de gravações.

Nesses processos formativos, já apoiamos a oferta de 15.840 vagas em cursos de aperfeiçoamento e extensão universitária, com possibilidade de replicação desses cursos por outras instituições de educação superior. Os valores empenhados em custeio para a realização desses cursos foram de R$6.826.379, fora as bolsas pagas a professores, em estrita obediência à legislação que regula o Sistema de Monitoramento da Formação Continuada (Sisfor) e pelas normas da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor).

Em conclusão, quero me referir ao âmago da Diretriz 19 do plano nacional aqui discutida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA – ... que é tema de parte desta mesa: o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos nas instituições de ensino. A conexão entre direitos humanos e democracia é reconhecida em vários instrumentos de direitos humanos aprovados e ratificados pelo Estado brasileiro.

Educar em direitos humanos envolve a pretensão de formação de uma nova mentalidade de convivência humana, mentalidade coletiva de exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância, mecanismo, portanto, de formação de sujeitos de direitos, especialmente para as populações vulnerabilizadas – são os "esfarrapados do mundo", no dizer de Paulo Freire, na epígrafe de seu livro *Pedagogia do Oprimido*. No mundo em que os homens são desumanizados, cabe à educação em direitos humanos humanizar a humanidade, reconhecendo em todos, indistintamente, a dignidade humana.

A educação em direitos humanos que se desenvolve nas instituições de ensino é, portanto, na medida em que promove, no ambiente escolar e acadêmico, o respeito e a garantia dos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos, um mecanismo privilegiado de fortalecimento da democracia – da democracia interna, em primeiro lugar, por meio da gestão democrática, princípio insculpido no inciso VI do art. 206 da Constituição Federal –, mas, acima disso, também como preparação de sujeitos de direitos para, na sociedade, assumirem o compromisso de defesa incondicional da democracia. Norberto Bobbio nos ensina: "Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há [possibilidade de] democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas [e o ambiente] para a [...] [realização e prática desses direitos]".

Em nome da lealdade que devemos às gerações que nos precederam na luta pelos direitos humanos, é nosso compromisso compreender a educação em direitos humanos como forma incontestável da afirmação de que o Brasil não renuncia à democracia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor.

Nós temos alguns questionamentos, mas, para a gente conseguir garantir a conexão, eu vou pedir à Profa. Lucia... Nós vamos ouvir, porque tem conexão com o tema, tem diálogo com os temas... Nós vamos ouvir... Está *online* a nossa convidada Élida Lauris, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que vai abordar educação e cultura em direitos humanos.

É claro que não tem como a Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos também fugir do tema violência.

Secretária, quero muito agradecer a participação. Já aproveita e leva um abraço para a Ministra.

A gente sabe que a sua participação não fica apenas nesses minutos de exposição aqui na audiência pública. Nós estamos o tempo todo acionando o ministério, a secretaria para a busca de elementos, com o objetivo da avaliação do PNDH-3 pela Comissão de Direitos Humanos do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Élida, seja bem-vinda. A senhora tem a princípio dez minutos, mas não se assuste se tocar uma campainha, a senhora pode continuar. O tema é por demais delicado para a gente colocar numa janelinha de dez minutos.

Seja bem-vinda.

A SRA. ÉLIDA LAURIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Damares.

Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Secretária. Sim.

A SRA. ÉLIDA LAURIS (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Começo por parabenizar a iniciativa da discussão de fundo do nosso Programa Nacional de Direitos Humanos.

Queria começar cumprimentando, através da Presidente desta Comissão, a Senadora Damares, todas as Senadoras e os Senadores que estão presentes, representantes da sociedade civil, educadoras, educadores; cumprimentar o Prof. Erasto, Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos do Ministério da Educação; e cumprimentar, de maneira geral, os defensores e defensoras de direitos humanos, que são um pilar também da nossa democracia.

Quero falar da honra de estar participando desta audiência: a importância estrutural do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído em 2009, e o seu papel estruturante no balizamento dos princípios, dos valores, das diretrizes do que a gente pode chamar de política de direitos humanos.

Esta audiência tem o foco sobre o Eixo IV: "Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência" e o Eixo V: "Educação e Cultura em Direitos Humanos". Como bem disse a Senadora Damares, um tema está muito relacionado com o outro, não se pode falar de um tema sem tocar no outro.

Também gostaria de trazer para minha intervenção recomendações, convenções, parâmetros internacionais para esses dois temas, princípios e diretrizes internacionais da educação para paz e direitos humanos, tratados e convenções internacionais e outros manuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também ajudam a balizar internacionalmente o tema da educação para direitos humanos, segurança pública e violência.

Começando pelo tema do Eixo IV, que trata de segurança pública e combate à violência, acho que a primeira grande ideia para ressaltar é que o PNDH-3 compreende a ideia de segurança como proteção da vida, proteção da dignidade e promoção da dignidade e cidadania. A Diretriz 15 do PNDH-3 é muito evidente. Ela diz que cabe ao Estado consolidar a assistência a vítimas e testemunhas, proteger crianças e adolescentes ameaçados, garantir a segurança de defensores e defensoras de direitos humanos e constituir um sistema de proteção integral.

É importante ressaltar que esses compromissos traçados lá em 2009 foram, de forma consistente, se materializando em políticas. A primeira delas é o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita); o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); e o Programa de Proteção às Defensoras e aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH).

Ao todo, nós contamos mais de 2 mil pessoas, crianças e adolescentes, acolhidas sob proteção. E os dados também mostram que a violência no Brasil tem uma dimensão de gênero, de raça e de território. São mulheres, são pessoas negras, são pessoas que trabalham e se colocam na linha de frente da defesa do meio ambiente e dos territórios.

Temos trabalhado no ministério para consolidar as políticas de maneira integrada, apostando na maior integração federativa, apostando na maior cobertura dos estados nas políticas de proteção e na criação da padronização de procedimentos e criação de protocolos nacionais de atendimento. Esse é o nosso entendimento. Segurança pública baseada em cidadania e dignidade exige investimento, integração, equipes multidisciplinares e criação de procedimentos e protocolos comuns.

Dentro do ministério, há um grande investimento e uma grande atenção do Governo para garantir o orçamento para os programas de proteção, porque ele é a linha primeira da defesa da vida. Esse é o entendimento do ministério e deste Governo. Proteger vidas não é gasto; é investir na nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando para o Eixo V, Educação e Direitos Humanos, é importante destacar não só o presente, como também o Prof. Erasto trouxe, todas as ações, investimentos e como historicamente o Governo brasileiro tem trabalhado no fortalecimento da educação em direitos humanos, tanto do ponto de vista da educação formal, com a criação de toda uma estrutura de política pública que permite que o tema dos direitos humanos penetre os diversos níveis de educação, principalmente para falar do futuro, não é? A educação para os direitos humanos é uma garantia do futuro da própria democracia.

É importante relatar que o Brasil foi pioneiro ao elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, ao aprovar as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Agora, em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania recriou o Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos, de forma a conduzir uma revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pensando em seis grupos de trabalho: educação básica, superior, mídia, educação não formal, direitos humanos e natureza e segurança pública.

A educação para os direitos humanos tem objetivos claros: incidir direitos humanos em currículos, formar professores e agentes públicos, valorizar a diversidade cultural, reconhecer a educação não formal e democratizar a comunicação. Ela não é só conteúdo; ela é formação de valores, atitudes e práticas sociais. Ela combate o que a gente entende, nos direitos humanos, como discriminações estruturais, como, por exemplo, o capacitismo. Ela enfrenta discursos de incitação à violência e ela valoriza as informações credíveis e fiáveis como forma de consolidar a melhor formação e capacitação tanto do público em geral quanto de agentes públicos.

É importante trazer para cá a recomendação da Unesco de que a educação deve ser transformativa. Ela deve formar pessoas críticas, empáticas, capazes de resolver conflitos pacificamente, conscientes da interdependência entre os povos e comprometidas com a sustentabilidade e o meio ambiente. O Manual da Anistia Internacional, por exemplo, lembra que a educação em direitos humanos deve ser prática, participativa e com capacidade de se adaptar aos contextos locais. Não é só ensinar conceitos; é permitir que os direitos sejam vividos na escola, na comunidade, na sociedade em geral, na família e nos meios de comunicação.

O Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos, promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos, representa, por exemplo, uma iniciativa robusta, gratuita, *online*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificada, acessível para toda a população brasileira. São mais de 20 cursos disponíveis atualmente, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública.

Desde 2018, nós contabilizamos mais de 1 milhão de matrículas e mais de 500 mil certificados.

Os temas abordados são diversificados: cidadania e direitos humanos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiências, imigrantes e refugiados, igualdade racial, população em situação de rua, direitos das pessoas idosas, povos indígenas, direitos LGBTQIA+, enfrentamento à violência contra a mulher, prevenção à tortura, empresas e direitos humanos, saúde mental e direitos humanos.

O programa é voltado para profissionais que atuam com grupos em situação de vulnerabilidade: servidoras e servidores públicos, educadores e educadoras, estudantes e sociedade civil.

Qualquer que seja o cidadão interessado, pode acessar os cursos. Em 2024, por exemplo, o curso de Introdução à Libras teve participação de mais de 80 mil pessoas, bem como o curso de Direitos Humanos e Saúde Mental teve mais de 17 mil inscritos.

Também vale a pena falar da iniciativa recém-lançada pelo ministério, que é a Rede Nacional de Educação em Direitos Humanos. A ideia é uma política pública voltada à educação em todo o país.

A rede foi instituída por portaria do ministério, e ela traz tanto um portal oficial como um catálogo de cursos e informações.

Essa rede oferece mais de cem cursos, divididos entre modalidades à distância, presenciais e híbridas. Ela é resultado do trabalho do ministério, e os cursos são gratuitos e voltados para o público em geral e profissionais em áreas estratégicas.

A ideia da rede Tecer Direitos humanos é sustentada em quatro grandes pilares: formação permanente, acessível e descentralizada e, portanto, com capacidade de se adaptar a diferentes públicos e a diferentes realidades regionais; articulação institucional e intersetorialidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrando as iniciativas do Governo, da academia e da sociedade civil; monitoramento e avaliação contínuos, difusão de conhecimento e valorização de experiências.

Mais do que reunir cursos, a rede pretende ser um espaço de articulação de saberes, práticas e políticas que consolidem a cultura dos direitos humanos no Brasil.

É muito importante ter em mente que qualquer discussão sobre política de educação em direitos humanos aponta para a gente discutir a disponibilidade, o que é que nós temos em número suficiente em termos de materiais, infraestrutura e, portanto, todos os esforços que têm sido feitos no Ministério da Educação, na produção de materiais, no Programa Nacional do Livro Didático, em atingir e alcançar as redes estaduais e municipais de educação, e educação em direitos humanos é um esforço para garantir a disponibilidade da educação em direitos humanos; a acessibilidade, que é garantir que a educação seja aberta a todos, sem discriminação, acessível, alcançável, e todo o esforço do Ministério dos Direitos Humanos em criar possibilidades de acesso a cursos e a conteúdos plenamente acessíveis para toda brasileira e brasileiro.

E os métodos têm que ser culturalmente apropriados, relevantes e adequados aos contextos locais, como foi o nosso esforço com a rede Tecer Direitos.

Também é importante a adaptabilidade às mudanças culturais, ambientais e tecnológicas.

Isso não são retóricas; são obrigações dos estados que vêm dos tratados internacionais e funcionam para avaliar nossas políticas educacionais e políticas de direitos humanos.

O direito à educação é consagrado em instrumentos internacionais, o que é de conhecimento de todo mundo, mas vale a pena destacar aqui a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção da Unesco contra a Discriminação na Educação, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Declaração e Programa de Ação de Viena. Esses tratados nos obrigam a avançar na consolidação do PNDH-3 como dever jurídico internacional.

Na prática, proteção da vida e educação caminham juntas. Sem proteção, não há como aprender. Quem vive sob ameaça não pode estudar nem ensinar. Sem educação, não há como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenir e evitar que a violência se repita. Educação e segurança e proteção são duas mãos que se entrelaçam e garantem o presente e o futuro.

Com base no que foi exposto aqui por mim, eu gostaria de destacar compromissos estratégicos do ministério, que envolve a conclusão da revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o fortalecimento do Programa Nacional de Formação Continuada, o fortalecimento e a consolidação dos programas de proteção. Além disso, devemos construir indicadores, protocolos e mecanismos que permitam que a gente possa avançar e consolidar ainda mais as políticas públicas que temos desenvolvido.

Com isso, termino e agradeço a atenção de todos e todas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretária, quero agradecer, mas eu quero aproveitar que a senhora está *online* e fazer uma consideração e direcionar um questionamento.

Todas as vezes em que se fala de uma avaliação ou de uma revisão do PNDH-3, a gente sente alguns setores da sociedade reagindo: "Não toca: ele foi construído a várias mãos; ele é fruto de um debate social".

A gente reconhece, a gente sabe disso, e é exatamente por isso que a gente precisava e a gente precisa fazer uma avaliação dele.

Nós temos inúmeros objetivos específicos no programa que já foram alcançados há anos – inúmeros – e alguns que jamais serão alcançados, porque, da forma como eles estão colocados no programa, é difícil a execução.

Secretária, está *online* ainda, não é?

Se a gente pegar...

Ela está *online*? Está *online*?

A SRA. ÉLIDA LAURIS (*Por videoconferência.*) – Estou *online*. Estou *online*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu não sei se vocês têm feito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o cuidado de ler os últimos PPAs à luz do PNDH-3. Eu vi, nos últimos PPAs de governos diferentes, a ausência da observação do PNDH-3. Vejo, todos os dias, projetos de lei que instituem políticas públicas sendo aprovados no Congresso Nacional sem a observância dos eixos e diretrizes do PNDH-3.

A pergunta é, Secretária... Na área da promoção de educação em direitos humanos, de 2009 para cá, nós temos uma outra realidade no Brasil. Em 2009, quando as conferências entregaram o PNDH-3, nós não tínhamos um mundo *online* tão ativo como temos hoje. Nós não tínhamos, Secretária, uma rede social que tanto tem sido usada para o bem como para o mal. Nós não tínhamos, em 2009, a inteligência artificial, que tem nos tirado o sono hoje.

Quando eu vejo, Secretária, a preocupação dos profissionais da área de saúde mental, de que IA está substituindo terapeutas, na área de saúde mental, a minha preocupação é muito grande. Então, essa avaliação é para gente tomar...

Inclusive, um direcionamento no relatório final é: vamos caminhar para a apresentação de um novo PNDH que diz respeito à nossa realidade hoje. Por exemplo, essa avaliação agora está sendo buscada por um Senador do Norte do país. Eu apresentei, no primeiro ano nesta legislatura, a sugestão para que a Comissão de Direitos Humanos fizesse esse debate de avaliação. Por que, Secretária? A gente vê lá a Comissão de Educação, no mínimo três anos, fazendo um debate inteiro, integral, amplo, extraordinário sobre o PNE – porque vai ser construído o novo PNE –, mas a gente não vê um debate aprofundado, a gente não estava vendo no Parlamento, sobre o PNDH-3, que é inclusive norte para o PNE.

A pergunta é, Secretária... O Senador que propôs agora, e a gente conseguiu aprovar, veio muito com a preocupação do engessamento de políticas públicas de um programa que não está sendo atualizado. Eu sei que, na prática, a gente faz, mas, por exemplo, ele vem de uma área indígena, ele vem de um estado extremamente indígena, em que os novos indígenas, os jovens indígenas querem tecnologia, querem atividade produtiva em sua área. Estão trabalhando com etnoturismo, com pequenas cooperativas de artesanato, querem inclusive trabalhar com tecnologia em área indígena, poder ganhar dinheiro sentadinhos num computador, dentro da área indígena, e o nosso PNDH-3 não fala dessa nova realidade, desse novo tempo, desse novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, em que hoje, por exemplo, Secretária, a segunda causa de mortes entre adolescentes é o suicídio.

Então, a pergunta é: no eixo, exatamente, Promoção da Educação em Direitos Humanos, de que forma a senhora avalia apresentar um novo PNDH?

E digo o seguinte, Secretária, vou ser um pouquinho mais dura na minha fala: eu acho que diretrizes para direitos humanos, no nível em que foi o PNDH-3, não deveriam ser por decreto, mas eu entendo que por lei, para que a gente possa ter a continuidade e a sustentabilidade. Eu entendo – e a gente vai discutir isso no final – que o instrumento legislativo é frágil. Decreto se revoga com uma canetada – a senhora sabe o que eu estou falando. A gente não teve esse desprazer e essa tristeza no Brasil, porque os governos que vieram pós-PNDH-3 tiveram a compreensão da importância de ter um marco, de ter uma diretriz.

Mas a pergunta é: está na hora de a gente fazer apresentação de adequações ou entrega para o Brasil, pensando na Promoção de Educação em Direitos Humanos, diante dos novos desafios? Está na hora de a gente apresentar um novo instrumento, claro, sem deixar a sociedade de fora, com as grandes discussões?

Está na hora de a gente fazer isso, Secretária?

A SRA. ÉLIDA LAURIS (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora, pela pergunta.

Eu acho que a sua pergunta envolve algumas outras; é uma pergunta que pode ser desdobrada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Secretária, eu estou sabendo que a senhora vai cair neste exato momento. Segure a pergunta, que a senhora vai retornar. Está o.k.?

A SRA. ÉLIDA LAURIS (*Por videoconferência.*) – Está bem, eu aguardo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Segure! É uma questão técnica. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto ela volta, nós vamos, então, ouvir a nossa terceira convidada, Lucia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral... Inclusive, Lucia, já pode começar a pensar nessa pergunta que eu fiz, que também, Dr. Erasto, é direcionado ao senhor, que esteve lá atrás na construção do PNDH. Eu também estive; eu era ativista lá, depois vim acompanhar a tramitação dele no Congresso, depois fui executar como Ministra, e hoje estou aqui avaliando. Então, a minha ligação com o PNDH-3 é muito antiga. E é por isso que eu faço esse questionamento que o autor do requerimento trouxe para nós e gostaria que fosse o norte das nossas reuniões e da nossa avaliação.

Profa. Lucia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral de Relações Estudantis e Serviços Digitais do Ministério da Educação.

A SRA. LUCIA CAMPOS PELLANDA (Para expor.) – Obrigada, Exma. Sra. Presidente, Senadora Damares Alves, Sras. e Srs. Parlamentares, meus colegas autoridades da mesa e as pessoas que nos assistem. Eu trago também a saudação do nosso Secretário de Educação Superior, Prof. Marcus David.

E em atenção ao Requerimento 4, de 2025, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, apresentado pelo Senador Mecias de Jesus, que propõe a avaliação da implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), a Secretaria de Educação Superior apresenta as principais ações desenvolvidas no âmbito das universidades federais, com foco na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos.

A Sesu-MEC reconhece que o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade é um direito fundamental e um instrumento estratégico para a superação das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais e territoriais. Nesse sentido, nossas políticas estão alinhadas aos eixos do PNDH-3, especialmente aqueles voltados à universalização dos direitos, à valorização da diversidade e à promoção da inclusão, e mais especificamente ao Eixo Orientador V: Educação e Cultura em Direitos Humanos, e a Diretriz 19, que já foi citada pelo Prof. Erasto. Por isso, eu passo a comentar dessa forma as ações da Secretaria de Educação Superior em relação aos direitos humanos nas universidades federais, como fundamentos para uma sociedade justa e democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A educação é um direito humano fundamental, reconhecido internacionalmente como base para o desenvolvimento individual, social e econômico. No contexto da educação superior, esse direito se desdobra em múltiplas dimensões: o acesso equitativo às universidades, a permanência com dignidade, a valorização da diversidade e a promoção de ambientes acadêmicos seguros, inclusivos e democráticos.

A essência da universidade é o debate respeitoso e a pluralidade de ideias, e as universidades públicas brasileiras, especialmente as instituições federais de ensino superior, têm um papel estratégico na consolidação dos direitos humanos. Elas não apenas formam profissionais e produzem conhecimento, mas também atuam como espaços de transformação social e promoção da cidadania, e transformam histórias de vida.

Garantir os direitos humanos na educação superior significa enfrentar desigualdades históricas, combater todas as formas de discriminação e assegurar que os estudantes de diferentes origens, sociais, étnico-raciais, territoriais, culturais e de gênero, tenham condições reais de acesso, permanência e sucesso acadêmico. Isso exige políticas públicas robustas, intersetoriais e sustentáveis que reconheçam a educação como instrumento de justiça social.

Nesse sentido, as ações da Secretaria de Educação Superior (Sesu-MEC) estão alinhadas aos princípios do Programa Nacional de Direitos Humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

O primeiro item que eu gostaria de citar é a assistência estudantil como política de direitos humanos. Nas Ações Programáticas: "h) Fomentar as ações afirmativas para o ingresso das populações negra, indígena e de baixa renda no ensino superior".

A Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) recentemente transformada em política de Estado pela Lei Federal 14.914, de 2024, é um dos principais instrumentos de garantia de permanência e inclusão no ensino superior. O programa contempla ações voltadas à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Em 2024, foram investidos mais de R$1,27 bilhão em benefícios diretos e indiretos, atendendo 213 mil estudantes em 69 instituições federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Nacional de Informações e Controle da Assistência Estudantil (SisPNAES) foi instituído para monitorar e avaliar a implementação dessas ações, promovendo transparência e eficiência na gestão dos recursos.

Programas complementares de inclusão e permanência.

O Programa Bolsa Permanência, voltado a estudantes indígenas e quilombolas, com bolsas que foram aumentadas de R$900 para R$1,4 mil em 2023, e em 2024 foram autorizadas 6 mil novas vagas, sendo que há previsão de mais 1,5 mil bolsas para o programa bolsa permanência do Mais Médicos.

O Programa Estudantil de Moradia (PEM) garante moradia digna a estudantes em situação de vulnerabilidade, com investimento global de mais de R$212 milhões.

O Programa Incluir promove acessibilidade nas instituições de ensino superior.

O benefício permanência na educação superior, articulado ao Cadastro Único, visa apoiar famílias de baixa renda com dependentes matriculados em universidades públicas.

Eu vou pular aqui a valorização da diversidade e da cultura popular, porque o Prof. Erasto já comentou bastante.

Expansão e interiorização do ensino superior: "i) Ampliar o ensino superior público de qualidade por meio da criação permanente de universidades federais, cursos e vagas para docentes e discentes".

O novo PAC prevê a criação de dez novos *campi* universitários, com investimento de R$600 milhões, ampliando o acesso ao ensino superior em regiões historicamente excluídas. Além disso, há R$5,5 bilhões destinados à consolidação das universidades existentes, com foco em infraestrutura, laboratórios, moradias estudantis e hospitais universitários, permitindo a ampliação das vagas em áreas estratégicas.

4. Pacto universitário pela promoção do respeito à diversidade, da cultura da paz e dos direitos humanos. Lançado pelo MEC em 2016, o pacto universitário é uma das principais iniciativas nacionais voltadas à institucionalização da educação em direitos humanos, nas instituições de ensino superior. Até 2018, 343 instituições aderiram ao pacto, sendo 43

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades federais. E as ações desenvolvidas pelas universidades signatárias incluem: criação de núcleos de direitos humanos, implantação de disciplinas específicas ou transversais nos cursos de graduação e pós-graduação, formação de comitês gestores locais, com representação da comunidade universitária, desenvolvimento de projetos de extensão voltados à promoção da diversidade, combate à violência e valorização da cultura da paz. Algumas universidades já aprovaram a política de promoção da cultura da paz e resolução de conflitos nas suas instituições.

5. Projetos de extensão e pesquisa, que também já foram citados pelo Prof. Erasto. Só vou detalhar um pouco mais que as universidades devem atuar como espaços de formação crítica e emancipadora, de acordo com o PNEDH, e as ações recomendadas incluem: projetos de extensão com foco em capacitação, assessoria, eventos e ações culturais; linhas de pesquisa e áreas de concentração em direitos humanos com incentivo à interdisciplinaridade; e criação de centros de referência, observatórios, cátedras e comissões voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos. Exemplos práticos incluem a Clínica de Direitos Humanos da Unifap, vinculada ao grupo de pesquisa Edhucas; projetos de extensão na UFF, como ciclos de debates interdisciplinares sobre direitos humanos.

Mas esses são apenas alguns exemplos específicos. A atuação da extensão como promotora de pontes dialógicas entre a academia e a sociedade está alinhada a múltiplas ações do Plano Nacional de Direitos Humanos e, de forma transversal, em todas as áreas do conhecimento e é fundamental para a formação cidadã dos nossos futuros profissionais.

6. Inserção curricular nos cursos de graduação e pós-graduação do Objetivo Estratégico 2. Diversas universidades federais têm incluído a temática dos direitos humanos em seus currículos, tanto em disciplinas obrigatórias como em optativas, nos cursos de licenciatura, direito, ciências sociais, psicologia, entre outros; programas de pós-graduação específicos com linha de pesquisa em direitos humanos, cidadania e diversidade e cursos de especialização voltados à formação de educadores e agentes sociais em educação de direitos humanos.

Essas ações demonstram o compromisso da Sesu e das demais secretarias do MEC com a promoção dos direitos humanos nas universidades federais, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos com dignidade, respeito à diversidade e valorização das identidades culturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós permanecemos à sua disposição para contribuir com a avaliação do PNDH-3 e fortalecer, junto ao Congresso Nacional, as políticas públicas que asseguram uma educação superior inclusiva, democrática e transformadora. Nós acreditamos firmemente que é a educação que constrói o futuro do país.

Eu agradeço muito pela oportunidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora. Obrigada pela colaboração.

Nós vamos aproveitar que a nossa Secretária Élida está *online* novamente. Antes que ela caia, eu vou passar para ela responder ao questionamento e também fazer considerações.

Na minha fala, Élida, está na hora de a gente fazer uma mudança e a gente propor novas metas arrojadas que provoquem o Executivo na execução dessas metas? E o Judiciário e também o Legislativo para estar atento ao PNDH-3?

A SRA. ÉLIDA LAURIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Queria lhe agradecer pelas perguntas e por este debate franco que a senhora está propondo.

Eu tenho algumas considerações a fazer. A primeira é a própria ideia de que o PNDH-3 é uma política estruturante. Ele representa uma das mais abrangentes estratégicas e iniciativas do Estado brasileiro no campo dos direitos humanos. Não é pontual, não é setorial; foi concebida como uma base normativa e estratégica de longo prazo para organizar, orientar e articular o conjunto de ações estatais no que diz respeito à promoção da dignidade humana. É fundamental entender e reafirmar sua validade, atualidade e legitimidade como referência num projeto democrático brasileiro.

O segundo ponto é que ele deve ser visto como uma política de Estado, não de Governo. Ele não é fruto de uma vontade de um Governo específico; é fruto de um amplo processo democrático e participativo. Envolveu sociedade civil, especialistas, gestores, contou com mais de 50 conferências nacionais. É fundado nos princípios constitucionais da nossa República e nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromissos internacionais que nós, como Estado, assumimos em tratados e convenções internacionais.

Há uma coerência na escolha de ele ser feito por decreto em relação a um processo de democracia participativa. Foi uma decisão legítima e coerente com o modelo de democracia participativa. Planos nacionais são instrumentos programáticos que traçam diretrizes e métodos que cabem ao Executivo coordenar e formalizar. Aqui, o decreto presidencial é instrumental e garantia de uma vontade popular que foi expressa nas conferências e formaliza o que foi construído coletivamente. Portanto, o uso do decreto é a afirmação de um processo democrático e popular.

Mais importante: o PNDH-3 tem uma estrutura transversal e articuladora. Ele articula direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais de forma transversal e intersetorial; ele estabelece diretrizes para diversas áreas, como segurança pública, educação, saúde, cultura, comunicação, meio ambiente, sistema de justiça e políticas urbanas e rurais; é capaz de alinhar ações diversas sobre um único eixo orientador: promoção da dignidade humana. Desorganizar a coerência das políticas públicas, como está especificado no PNDH-3, é um risco e pode comprometer a capacidade transformadora de uma política de direitos humanos.

A fundamentação jurídica do PNDH-3 é sólida, porque está firmemente ancorada nos princípios fundamentais da Constituição de 1988. E concretiza vários compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Então não é só uma decisão política conjuntural. A ideia de rever um plano como o PNDH-3 pode, inclusive, implicar violações de obrigações constitucionais e internacionais do Estado brasileiro.

Quinto ponto: o compromisso do PNDH-3 com a proteção de grupos historicamente vulnerabilizados. Um dos principais eixos é o combate à desigualdade e à discriminação, com foco especial em grupos historicamente discriminados no nosso país, como crianças e adolescentes, mulheres, indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiências, idosos, trabalhadores e trabalhadoras informais e pessoas em situação de rua. O programa reconhece que a promoção dos direitos humanos exige ações afirmativas, políticas de reparação histórica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão ativa desses grupos. Não se pode postular nada que, em substituição ao PNDH-3, possa ignorar ou enfraquecer o compromisso e a necessidade de se garantir a inclusão histórica de grupos que sofrem discriminação estrutural no nosso país.

Outro ponto é a proteção integral à infância e adolescência. O PNDH-3 integra, de forma robusta, diretrizes voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes. Em consonância com o ECA, propõe ações concretas para prevenir e combater a violência doméstica, abuso sexual e trabalho infantil; fortalecer conselhos tutelares e sistema de garantias de direitos; ampliar acesso à educação de qualidade e à cultura; garantir a escuta ativa e a participação de adolescentes nas decisões públicas. Isso faz dele um instrumento vivo de proteção infantojuvenil, essencial para enfrentar múltiplas formas de vulnerabilidade que atingem crianças e adolescentes no nosso país.

Apesar de elaborado em um momento em que a inteligência artificial ainda não era dominante, o PNDH-3 possui fundamentos conceituais e normativos que o tornam plenamente aplicável aos desafios éticos e sociais da nossa era. O programa estabelece a defesa da privacidade, da intimidade e da proteção contra abusos na comunicação e na tecnologia; incentiva o controle social e a transparência das ações estatais e privadas com potencial impacto sobre os direitos humanos; promove a democratização da comunicação e o acesso crítico à informação; traça diretrizes que são compatíveis com as demandas atuais de regulação ética da inteligência artificial – uso responsável de algoritmos, proteção de dados pessoais; combate à desinformação/ e combate à vigilância em massa.

Ele não precisa ser mantido para se manter relevante em face das novas tecnologias, porque ele já fornece bases sólidas e concretas para regulação crítica e humanista da inteligência artificial.

Outra coisa que se deve sempre ter em conta quando se olha para o PNDH-3 é aquele conceito básico de direitos humanos que a gente chama de adaptabilidade. Não se pode substituir um plano nacional com essas características por um instrumento que não assegure a adaptabilidade que ele tem. Ele tem flexibilidade e abertura; as diretrizes, metas e ações não são rígidas nem padronizadas, mas adaptáveis aos contextos sociais, culturais, regionais e institucionais do Brasil. Isso significa que estados, municípios e comunidades podem ajustar a implementação do plano conforme suas realidades locais. Portanto, há um compromisso contínuo com uma execução democrática e continuada e situada desse plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, o PNDH-3 posiciona o Brasil como um país comprometido com valores de direitos humanos, conforme exigem os tratados internacionais e padrões internacionais de direitos humanos. Portanto, fragilizar um instrumento como o PNDH-3 poderia significar um retrocesso, inclusive em acordos e relações multilaterais e parcerias estratégicas do Brasil que estão baseadas no respeito à dignidade humana.

O PNDH-3 é atualizável sem perder a sua essência. Ele é um plano conceitualmente robusto, normativamente aberto, que permite uma ampla adaptabilidade das suas estratégias de implementação. O desafio é monitorar, aplicar e fortalecer os mecanismos que garantem a sua efetividade.

Para concluir, eu queria dizer que o PNDH-3 é uma conquista histórica da sociedade brasileira. Ele é um marco civilizatório e ele representa um compromisso com o projeto democrático que foi fundado na Constituição de 1988. Por isto é importante que ele seja monitorado, implementado e assegurado: porque ele garante bases sólidas, adaptáveis e situadas para uma boa implementação da política de direitos humanos no nosso país.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Secretária. Obrigada pelos esclarecimentos, obrigada pela forma como a senhora trouxe. Obrigada pelas colaborações, mas saiba que eu ainda vou continuar conversando muito com a senhora até o final dessa avaliação. Muito obrigada por sua participação.

Para a gente garantir que a participação *online* e a reunião seja completa, eu vou falar com os nossos convidados da mesa, os outros dois, e depois eu volto ao senhor, Prof. Erasto.

Nós vamos ouvir agora a nossa outra convidada que está *online*, antes que a gente tenha um problema técnico novamente. Nós vamos ouvi-la, e aí a gente dá origem ao debate na área da segurança, na área da proteção, do acesso à Justiça. Nós vamos ouvir a Maria Clara D'Avila Almeida, Diretora de Promoção de Direitos da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos abordar com ela a Diretriz 13 do Objetivo Estratégico 6: a prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos, que estão previstos no nosso PNDH-3.

Dra. Maria Clara, bem-vinda! Obrigada e já leve um abraço ao Ministro.

A SRA. MARIA CLARA D'AVILA ALMEIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora. Cumprimento os integrantes da mesa na pessoa da Senadora, as demais autoridades, educadores que se fazem presentes e participantes dessa audiência.

É com grande honra que venho aqui representar o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Venho também em nome da Secretária de Acesso à Justiça, Sheila de Carvalho. Estou hoje como Diretora de Promoção de Direitos dessa secretaria.

Queria contextualizar que o PNDH-3 nasce com esse desafio histórico de aproximar o campo da segurança pública e da justiça desse campo dos direitos humanos, rompendo com um senso equivocado de que há um antagonismo entre essas agendas. O Eixo IV do PNDH-3 nos ensina que só é possível construir uma segurança pública democrática e uma paz social se o respeito aos direitos fundamentais estiver no centro das políticas do Estado. Ele reafirma que a democracia exige uma segurança pública transparente, preventiva, não violenta e participativa, associada a um sistema de justiça universal, inclusivo e humanizado; prevê reformas em instituições que preveem a proteção de grupos vulneráveis, o fortalecimento das defensorias, a valorização dos profissionais de segurança e o combate firme às violações de direitos humanos; e é um dos pilares mais sensíveis do PNDH-3 porque toca diretamente (*Falha no áudio.*)... brasileiros porque trata da segurança pública, proteção de direitos e enfrentamento da violência e o pleno acesso à Justiça.

Nesse sentido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem atuado de forma sistemática e articulada, desenvolvendo políticas, programas e projetos que dialogam com cada diretriz estabelecida nesse eixo.

Eu faço um pequeno destaque: minha fala hoje vai privilegiar as políticas de acesso à Justiça, em razão da nossa atuação na Secretaria de Acesso à Justiça, mas eu também vou trazer alguns pontos importantes em relação às demais diretrizes que tocam a segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar com uma pontuação sobre a Diretriz 11, em relação à democratização e modernização do sistema de justiça e segurança pública, que traz um marco normativo da gestão do sistema de segurança pública, buscando superar entraves históricos e ampliar a eficiência do Estado na prevenção e no combate à violência, e principalmente a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública, que promove a integração entre a União, os estados e municípios, com a definição das responsabilidades compartilhadas no planejamento e execução das políticas de segurança. Essa integração é fortalecida pelo condicionamento do repasse de verbas federais à elaboração e revisão periódica dos planos estaduais e municipais de segurança pública, que é uma medida que incentiva também a profissionalização e a responsabilização territorial.

Faço um destaque também à apresentação da PEC da segurança pública, que visa a dar *status* constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública, atualmente criado por lei ordinária. Essa alteração visa estabelecer as competências da União para dar diretrizes gerais da política de segurança pública e defesa social, inclusive também do sistema penitenciário. A constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário garante também o financiamento contínuo para tecnologias, equipamentos e capacitação e para ações estruturantes de segurança. Isso também garante uma maior uniformidade nos protocolos operacionais, reforçando o controle sobre as práticas desiguais entre diferentes estados.

Faço um destaque também para a expansão do Pronasci 2, retomando o foco na prevenção social, na proteção de mulheres vítimas de violência, da juventude negra e dos territórios vulneráveis e na valorização profissional e proteção dos agentes de segurança, com o fortalecimento da formação, na proteção da saúde mental dos profissionais e políticas de acompanhamento psicológico, fornecimento de equipamento de proteção, em consonância com os objetivos estratégicos dessa diretriz.

Sobre a Diretriz 12, da transparência e participação popular, destaco que a transparência é indispensável para a confiança da sociedade.

Foi avançada a publicação das estatísticas criminais, a modernização do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, com o lançamento de ferramentas como o Sinesp Validador e os painéis interativos, que visam à padronização dos dados sobre a criminalidade, sobre a letalidade policial, a apreensão de armas e vitimização de agentes. Essa disponibilização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das informações fortalece a gestão baseada em evidências e permite também um maior controle social.

Sobre a prevenção da violência e profissionalização da investigação, a Diretriz 13 reforça a importância de que a prevenção da violência, do controle de armas e a qualificação da investigação criminal são componentes estratégicos para uma segurança pública que visa à defesa dos direitos humanos. Um marco nesse esforço é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2). Nessa nova etapa (*Falha no áudio.*)... territórios mais vulneráveis, com foco na juventude negra, nas mulheres e na prevenção da violência doméstica. Esse programa articula ações de segurança, cidadania e políticas sociais com um olhar mais transversal para a prevenção, que é o que visa o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Também se inserem nessa diretriz as campanhas de desarmamento e o fortalecimento do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e outros instrumentos voltados ao controle efetivo da circulação de armas de fogo no país. Em 2023, o Governo retomou esse controle de armas, também restabelecendo limites ao porte, ampliando a rastreabilidade e a integração entre o Sinarm e o Sigma, investimento em campanhas (*Falha no áudio.*)... padronização de protocolos de investigação, além do fomento à pesquisa e capacitação de profissionais para tornar a investigação mais efetiva.

Sobre a Diretriz 14, ela tem foco na erradicação da violência institucional, com a redução da letalidade policial, a erradicação da tortura e o enfrentamento da violência institucional. O Ministério da Justiça e da Segurança Pública, como um indutor de políticas nacionais, tem atuado junto aos entes subnacionais e às instituições policiais para o fortalecimento de protocolos de atuação e fornecimento de equipamentos e capacitações.

Faço menção especificamente a dois projetos estratégicos: o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, regulamentado pela Portaria do Ministério da Justiça nº 648, de 2024, e o Projeto Nacional Qualificação de Uso da Força, que são voltados para garantir maior transparência e segurança nas abordagens policiais.

Também em relação ao atendimento das vítimas da violência do Estado, a Secretaria de Acesso à Justiça tem promovido iniciativas voltadas ao atendimento psicossocial de familiares vítimas da violência, investindo em projetos que ampliam o sentido de acesso à Justiça em sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva integral, aliando serviços psicossociais e jurídicos. As iniciativas demonstram que o enfrentamento da violência institucional exige tanto medidas preventivas quanto políticas de reparação às vítimas e seus familiares, e é também o que é preconizado pelo PNDH-3.

Sobre os direitos das vítimas e proteção de pessoas ameaçadas, a secretaria trouxe bastantes avanços sobre o Programa de Proteção a Testemunhas. Eu faço apenas um destaque com relação às políticas desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Políticas Penais com relação às ações voltadas para vítimas de delitos, com o programa de atenção à vítima, que busca ampliar também as políticas de acolhimento para as pessoas que sofrem crime, não apenas do ponto de vista repressivo, mas também de cuidado, de acolhimento e de reparação.

Com relação à Diretriz 16, sobre a execução penal humanizada, essa diretriz propõe uma modernização da execução penal, priorizando as medidas alternativas à prisão e a melhoria do sistema penitenciário. O PNDH orienta que a prisão seja medida de última instância, propondo a ampliação das penas alternativas e a garantia de dignidade das unidades prisionais. Nesse sentido, eu faço o destaque do programa Pena Justa, que é uma ferramenta essencial para concretizar metas que promovem a modernização de unidades, a adoção de programas de atenção a egressos e o fortalecimento das centrais de alternativas penais, tudo alinhado às diretrizes do PNDH-3.

Esse programa inclui também medidas sobre o controle do uso de vagas, progressão de regime, saída das pessoas em privação de liberdade e ações que reforçam a ressocialização, como a promoção do acesso à educação, à saúde e oportunidades após a prisão. Também prevê investimento em melhorias das unidades prisionais, a capacitação de servidores e a adoção de programas de formação, além de medidas para tornar mais célere e justa a progressão de regime e a saída da pessoa presa, quando ela está prevista legalmente.

Sobre a Diretriz 17, sobre o sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, o PNDH-3 (*Falha no áudio.*)... se todas as pessoas puderem, sem ter barreiras econômicas, sociais ou culturais, ter os seus direitos reconhecidos e protegidos. O PNDH apontou alguns caminhos, como a difusão dos conhecimentos sobre os direitos em linguagem acessível, o fortalecimento das redes de denúncia, a criação de centros integrados de serviços públicos, a ampliação das Defensorias Públicas e o estímulo a mecanismos de mediação, de conciliação e Justiça comunitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De lá para cá, nós temos avançado na construção dessas políticas, com a implementação de projetos de Justiça comunitária, que levam técnicas de mediação e conciliação para dentro das comunidades, capacitando lideranças locais a resolver conflitos sem violência, e também com o fortalecimento de iniciativas de Justiça restaurativa, especialmente no campo da infância e juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

Devo dizer que a própria criação da Secretaria de Acesso à Justiça em 2023 é também uma resposta a essa demanda ampla dos movimentos da sociedade civil para ampliação da democratização do acesso à Justiça, que tem como uma das principais atribuições também a promoção de políticas públicas voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços judiciários, articulação com órgãos do sistema de justiça para o enfrentamento da violência e da desigualdade, especialmente em relação aos grupos vulnerabilizados.

Mais recentemente, também demos passos mais decisivos para aproximar a Justiça da população, com o lançamento do Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos, que tem sido coordenado pela Secretaria de Acesso à Justiça, que visa expandir a rede de atendimento da Defensoria Pública por meio de postos comunitários, unidades móveis e carreta itinerantes. Foram previstos investimentos iniciais de R$50 milhões e estamos levando a Defensora Pública...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Maria Clara, mais três minutos para a senhora concluir.

A SRA. MARIA CLARA D'AVILA ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Vou finalizar.

O Plano Nacional Defensoria Pública em Todos os Cantos tem levado o atendimento da Defensoria Pública para territórios mais vulneráveis, áreas rurais e comunidades tradicionais e periferias urbanas, tendo como foco o atendimento a mulheres vítimas de violência, população negra, povos indígenas, população em situação de rua, crianças e adolescentes e população LGBTQIA+. O Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos é um paradigma desse princípio da universalização do acesso à Justiça e visa ao fortalecimento dessa rede de Defensorias Públicas, promovendo a justiça sem barreiras geográficas, sociais ou culturais.

A Secretaria de Acesso à Justiça também tem promovido projetos de ampliação da documentação básica e iniciativas de mediação e Justiça comunitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro programa importante de ser mencionado é o programa +Justiça Socioambiental na Amazônia Legal, que estrutura núcleos técnicos nos tribunais de Justiça e no Tribunal Federal da 1ª Região, nos estados da Amazônia, para (*Falha no áudio.*) ... os conflitos fundiários e ambientais, beneficiando as comunidades tradicionais e os povos da floresta. São iniciativas também que dão conta da descentralização e da capilaridade da Justiça que o PNDH-3 promove.

Além disso, a Saju também tem promovido vários projetos voltados à promoção de direitos para grupos vulnerabilizados, com destaque para enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, contra crianças e adolescentes e promoção da justiça racial. Faço um destaque aqui ao programa Antes que Aconteça, que busca interromper o ciclo de violência contra as mulheres antes de sua consumação, por meio da promoção de educação, conscientização e políticas de prevenção.

Como último destaque, como hoje também estamos fazendo a avaliação em relação aos eixos voltados à educação, a Saju também tem promovido políticas que visam aliar a difusão de conhecimento com os projetos de empoderamento comunitário legal, empoderamento jurídico comunitário. Faço um destaque aqui ao projeto Jovens Defensores Populares, que visa à formação de jovens lideranças, atuando como multiplicadores de defesa e promoção de direitos em seus territórios. A gente investe na capacitação desses jovens para também contribuir na redução da violência e da criminalidade por meio do acesso à informação de qualidade e o fortalecimento do conhecimento sobre direitos e garantias dos adolescentes.

Além disso, temos também o projeto Defensoras Populares, que é voltado para a formação de lideranças comunitárias mulheres, como multiplicadoras de conhecimento.

Também temos desenvolvido, por fim, a Escola Nacional de Acesso à Justiça (Enaju) que visa à disseminação de conhecimento através da plataforma de cursos EaD, voltados para difusão de conhecimento sobre acesso à Justiça.

Por fim, para concluir, eu só reforço que o PNDH-3 permanece como um guia fundamental e um norte estratégico para a construção de um Brasil mais justo, mais democrático, mais seguro, e que, apesar dos desafios que ainda permanecem para a implementação das suas diretrizes, das suas ações, ainda é um marco fundamental na concretização dos direitos humanos, que mostra que os direitos humanos, a segurança pública e acesso à Justiça são caminhos complementares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que a democracia só se fortalece quando a segurança e a justiça é garantida com o respeito à cidadania, à dignidade de todas as pessoas.

Eu reforço aqui o compromisso do Ministério da Justiça e da Segurança Pública e da Secretaria de Acesso à Justiça em seguir avançando na concretização do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, quero agradecer sua participação.

Eu só queria saber se a senhora tem a sua fala também por escrito para nos enviar depois por *e-mail,* porque a gente teve algumas pequenas interrupções. E quero parabenizá-la, Diretora. Eu estava aqui conversando com a Major: como é que alguém tão jovem está na direção de um programa tão extraordinário, de uma diretoria tão extraordinária? Eu fico tão feliz, Doutora, tão feliz em ver essa nova geração trazendo dinamismo para as políticas públicas, oxigenando a máquina pública! Parabéns! Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo! Acredite: a senhora colaborou muito, muito com a nossa avaliação. Obrigada. Se continuar *online* ainda, a gente pode voltar a falar. Muito obrigada, Doutora.

Prof. Erasto, vamos fazer o seguinte: nós só temos mais dois para serem ouvidos, por dez minutos cada um, e a gente faz as considerações finais e o senhor responde à minha pergunta.

Vamos ouvir agora a Major Daniele de Sousa Alcântara. Ela é Doutora em Sociologia – com certeza, tem acompanhado o PNDH desde a sua estreia –, é Chefe da Assessoria de Segurança Cidadã e Assessora Especial na Subsecretaria de Integração de Políticas Públicas de Segurança da Secretaria de Segurança aqui do nosso DF. Ela vai estar abordando a Diretriz 11: Democratização e modernização do sistema de segurança pública.

Bem-vinda, Major!

A SRA. DANIELE DE SOUSA ALCÂNTARA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom dia aos participantes.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, em nome do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento a Senadora Damares Alves e, na pessoa dela, todos os que nos assistem e todos os presentes aqui.

Eu pude ter acesso, sim, ao Programa Nacional de Direitos Humanos e, aqui, como Consesp, o que a gente vai colocar é como têm sido realizadas as reuniões também e o debate, no âmbito nacional, para a promoção especificamente do objetivo estratégico.

Lendo o requerimento, eu proponho, inicialmente, aqui, uma reflexão. Eu acho que, no âmbito de Brasil, ouvindo todas essas falas, Senadora, a proposta não seria no sentido de anular tudo que foi feito até hoje, mas, sim, de revisitar alguns programas e ações públicas. Nós estamos falando aqui de um programa muito denso, com 15 anos de existência. E o próprio requerimento cita, de lá para cá, que o Brasil avançou muito. Nós temos agora uma política de governança estabelecida – e aí eu vou fazer o *link* de por que eu estou destacando isso agora nessa minha fala, nesse tempo que eu tenho – que resultou no *Guia Prático de Análise Ex Ante,* publicado em 2018 pelo Ipea. É um movimento muito importante, porque isso permite que a gente pense programas, projetos e ações, no âmbito do Brasil, de forma estruturada. A partir daí, a gente vai ter um zelo, seja pelas ações, seja pela integração, seja pelo gasto público. E o DF também, em 2025, publicou o nosso guia *ex ante* nesse mesmo sentido.

O que tem acontecido – voltada agora para a Diretriz 11, que é a democratização e modernização do sistema de segurança pública – especificamente no objetivo que trata da promoção dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública?

Na atuação do Consesp atualmente, sempre há um momento para exposição de dados, para o fortalecimento de ações integradas no âmbito do Brasil, e a gente consegue isso por meio também de apresentação de boas práticas. Então, todas as reuniões temáticas ocorrem, dentro da ótica do PNDH-3, partindo do princípio da segurança pública baseada em evidências. E esse movimento tem sido muito fortalecido nos estados por meio de exemplos práticos, por meio de atuações e protocolos nacionais, pensando na proteção também dos profissionais da segurança pública.

A valorização e a formação continuada de profissionais da segurança pública são pré-requisitos para garantir que atuem de forma ética, técnica e alinhada aos direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Profissionais bem treinados e amparados são mais eficazes, respeitados e capazes de gerar confiança.

Nesse sentido, além do fortalecimento de equipamentos da segurança pública, há uma preocupação com a qualidade de vida dos profissionais. E um exemplo mais recente, que serve como parâmetro e tem sido tratado no âmbito do Consesp, é a saúde mental dos profissionais de segurança pública. Recentemente, a Secretaria de Segurança Pública do DF inaugurou o Centro de Apoio Psicossocial, que eu pude conhecer pessoalmente, seja por atendimento, seja pelos espaços que estão sendo oferecidos para esses profissionais, e essas boas práticas estão sendo reverberadas para todo o Brasil.

Não se pensa hoje em promoção dos direitos humanos no Brasil que não seja por meio de uma atuação para quem está na rua, para quem está na ponta, por isso o papel importante e fundamental do Consesp, porque os secretários de segurança pública estão em vários estados do Brasil para que a gente possa, de forma integrada, promover os direitos humanos para todo mundo na sociedade. Um exemplo prático: a gente percebe aqui um programa grande, com vários eixos, com várias diretrizes.

No DF nós também temos, Senadora, a Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social. Um exemplo prático de como é importante a gente revisitar esses espaços de planejamento no campo da segurança pública foi, no ano passado, quando foi feita a Confedisp. O foco agora aqui é segurança pública. Então, a gente tem uma referência nacional que também cita o campo dos direitos humanos, que é a Política Nacional de Segurança Pública. Ela prevê que, a cada cinco anos, as políticas sejam revisitadas nos seus estados. Então, o que a gente fez no âmbito do Distrito Federal? Foi o primeiro estado... O Dr. Sandro, que aqui não pôde estar presente, é o chefe hoje do Consesp. Brasília promoveu, o ano passado, a primeira Conferência Distrital de Segurança Pública. Foi o primeiro estado a oportunizar, de forma integrada, com todas as estruturas da sociedade e os profissionais da segurança pública, uma reavaliação da política distrital, uma política muito boa, uma política muito bem elaborada. E, quando a Confedisp terminou, essa primeira conferência, nós saímos com mais de cem ações para que a política pudesse contemplar também eixos não contemplados anteriormente. Por quê? Justamente pela evolução, e porque hoje o ciclo de política pública no Brasil oferece uma ordem lógica que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preconiza zelar pela pessoa humana e zelar também pela capacidade que a gente precisa ter de chegar às políticas e também de monitorar e dar uma devolutiva.

As ações hoje, os debates em torno do Consesp e a articulação com os secretários têm ocorrido muito em realizar diagnósticos muito claros dos problemas, uma definição clara desses objetivos, uma identificação clara do público-alvo, com cada política, e proteção aos direitos humanos, planejamento de indicadores e mecanismo de monitoramento. Então, olha só, por meio da própria Confedisp, que foi essa conferência no Distrito Federal – volto a dizer que foi o primeiro estado que realizou uma avaliação de política pública que já estava prevista na lei que institui o sistema, no Brasil, de segurança pública, dessa conferência –, nós pudemos perceber, sim, que precisavam alguns itens ser atualizados.

Por exemplo, nós não tínhamos, pensando em direitos humanos, um foco específico na promoção da saúde mental dos profissionais de segurança pública, no fortalecimento da segurança escolar, no fortalecimento da busca e localização por pessoas desaparecidas. Então, são esses espaços que nos permitem revisitar programas instituídos, mas muito no sentido de fortalecer as suas ações e, sim, de pensar no ciclo completo de políticas públicas.

Então, é nesse sentido que o fortalecimento dos direitos humanos, no âmbito dos profissionais de segurança pública, também tem sido pensado, considerando as tecnologias, considerando a rotina desses próprios profissionais e a necessidade, no Brasil, do atendimento humanizado de forma integrada. E aí o debate entre todos os estados tem sido promovido, volto a dizer, sempre com a apresentação de dados, sempre com o pensamento de que eu estou implementando essa política pública, de onde eu quero chegar, de como eu vou promover, do custo que eu vou ter e de como eu vou monitorar e justificar todo o emprego para que a gente possa promover de fato uma política pública. E a gente está falando de utilização racional dos meios, de cuidado com o que é nosso, de cuidado com os profissionais, cuidado com a sociedade, cuidado com os recursos públicos que chegam até as esferas, para que a gente possa atuar de fato e promover um espaço de paz no Brasil, porque é disso que a gente está falando.

Não vejo como demérito, nesse sentido, revisitar espaços e programas instituídos de forma legítima. Especificamente, foi citado aqui que o Programa Nacional de Direitos Humanos veio de uma conferência. Ele é um programa de 15 anos, e, nesse sentido, é salutar que essas conferências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existam de tempos em tempos a exemplo, como eu já falei, da área de segurança pública, em que a gente tem uma obrigação legal de, a cada cinco anos, revisitar a política e fazer uma avaliação. Na experiência que a gente teve recentemente, que foi apresentada ao Consesp, temáticas novas apareceram – embora a gente pense a política –, que não haviam sido contempladas. E a gente tem um desafio muito grande no campo da segurança pública e no campo dos direitos humanos, que são os crimes cibernéticos, que são as violências diversas que estão ocorrendo com o emprego de recursos digitais e que têm sido um desafio para todo o Brasil. Então, nesse sentido, os programas, é salutar que sejam fortalecidos, com ações específicas para essa área.

A qualificação dos profissionais de segurança pública, nesse sentido, tem sido fortalecida no âmbito nacional, e aí a gente vai ter também ainda a parte de investigação e o desafio do emprego da tecnologia. Hoje a gente tem a diminuição de muitos crimes no Brasil, mas a gente também acompanha uma evolução muito grande dos crimes digitais, envolvendo principalmente grupos vulneráveis, pessoas que não têm a capacidade de se defender. Então, o Consesp tem atuado também na capacitação, no que se refere à capacidade dos agentes de Estado, no campo da segurança pública, de atuar em proteção a determinados grupos vulneráveis. Dentro disso, constantemente, nas reuniões que são temáticas, os convites são feitos no sentido de que o Brasil possa atuar com integralidade, com integração.

Resumindo, a conversa do dia a dia é que os atores da segurança pública, no âmbito nacional, possam se conhecer, e o Consesp tem cumprido esse papel de ocupar esse espaço democrático de integração e interlocução. Os desafios são muitos, porque nós estamos falando de um Brasil que vive realidades diferentes no campo da segurança pública. E, aí, o estabelecimento de protocolos para a atuação dos agentes da segurança pública para a qualificação desses agentes da segurança pública atendem, em alguns momentos, sim, as especificidades de cada estado, mas também de cada corporação, de cada área de atuação no Brasil.

A gente tem participado da reformulação da matriz nacional da Senasp, a gente tem participado desse espaço, que é um espaço importante, por quê? Porque serve, desde o seu lançamento, como uma importante referência na qualificação dos profissionais pelo Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um avanço muito importante também, nesse sentido, se refere à criação de programas nacionais de saúde mental e prevenção ao adoecimento ocupacional, principalmente de casos de suicídio e *burnout* no campo da segurança pública. Propomos a ampliação de programas de segurança pública e proteção a qualquer campo que possa ameaçar a ação integrada pelo Brasil. E trabalhamos também, no âmbito do Consesp, na construção de carreira estruturada e nacionalmente harmonizada, proteção funcional justa e capacitação permanente da segurança pública. É fomentado também que o debate a respeito de direitos humanos no âmbito dos estados ocorra de forma sempre atualizada e estruturada para esses profissionais de segurança pública, tendo como referência que esses profissionais fazem parte da sociedade.

É comum ainda que, quando a gente pense em segurança pública, a gente olhe quem é da segurança pública de um lado e a sociedade do outro, e a proposta não é essa. A proposta é que a gente entenda que esse público, esses profissionais que promovem a segurança pública no Brasil fazem parte da sociedade, eles estão na sociedade.

Dentro disso, eu vou encerrando a minha fala, destacando a importância de incentivo a políticas de equidade de gênero e diversidade das forças de segurança pública, com protocolos de prevenção de assédio moral e sexual e promoção também da liderança feminina, que tem sido uma pauta muito fortalecida pela atuação do Dr. Sandro à frente do Consesp: o respeito às mulheres, o respeito aos demais grupos em situação de vulnerabilidade.

Bom, dito isso, eu agradeço a oportunidade.

E eu destaco a importância da utilização do ciclo completo de políticas públicas no âmbito do Brasil e que experiências inovadoras são muito bem-vindas, a exemplo da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública no âmbito do DF.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELE DE SOUSA ALCÂNTARA – A Política Distrital de Segurança Pública atualmente está passando por aperfeiçoamento, embora ela só tenha cinco anos. E eu acho que isso é uma boa prática.

Bom, agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Obrigada, Major. É desafiadora a sua fala e faz um contraponto: vocês defendem a visita aos programas, aos projetos, aos planos, às políticas públicas a cada cinco anos, pelo que você falou.

Em 2009, quando o PNDH foi construído, não se tinha briga pelas câmeras corporais nos policiais, é uma nova realidade. Em 2009, nós não tínhamos um efetivo tão grande, na PRF, de mulheres como hoje. Eu ainda vou nas bases, nas estradas, e vejo mulheres PRFs tendo que dividir alojamento com os meninos. Então, a gente ainda tem aí alguns desafios na área de segurança, pensando também na garantia dos direitos humanos do profissional, que é o que a diretriz faz também, fala também. E a senhora trouxe aí os crimes cibernéticos.

E aí, Dr. Erasto, eu faço essa provocação. É uma nova sociedade. As mudanças sociais... Existem mudanças sociais, das relações sociais; as relações trabalhistas mudaram.

Nós não tínhamos um Uber em 2009. Nós não tínhamos um iFood em 2009. Nós não tínhamos aplicativos em 2009. Não tinha tanta gente em *home office,* em 2009. Todas as relações pessoais, trabalhistas, sociais, inclusive as manifestações religiosas mudaram.

E a senhora trouxe aí a questão da violência contra os vulneráveis. Nós estamos investigando a maior violência contra idosos que aconteceu na última década. E está sendo investigada numa CPMI. A fraude do INSS é crime cibernético que colocou, nesta nação, de joelhos os idosos e vulneráveis. O que fizeram com os indígenas, nas fraudes do INSS! O que fizeram com os quilombos, com as pessoas com deficiência, com os indígenas é uma violência que a gente não conseguia prever em 2009, porque nós não tínhamos o avanço tecnológico que temos hoje.

Então, parabéns por sua fala, e nós agora vamos para o último orador, o nosso último expositor, que é o Marcos Antônio Contel Secco, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que também vai abordar o eixo estratégico segurança, os objetivos específicos.

E aí o PNDH-3 alcançou todas as suas metas, seus objetivos, os seus eixos foram respeitados? Onde precisamos avançar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer tê-lo aqui conosco. O Marcos Antônio é um companheiro da Casa, está aqui o tempo todo com os Parlamentares, nos orientando, nos ajudando nas discussões de segurança pública aqui no Legislativo.

Obrigada por estar conosco nesta audiência, Marcos.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO (Para expor.) – Eu que agradeço, Senadora Damares, na pessoa de quem eu quero agradecer a todos os Senadores que compõem esta Comissão. À amiga Daniele, já trabalhamos juntos no MJ, nas coordenações em que havia integração, desaparecidos e outros. E aos demais integrantes: Prof. Erasto, Lucia.

De antemão, já respondo a sua pergunta. Não, não cumprimos todos. O caminho ainda é muito longo, muito extenso. Então, vou fazer uma explanação no cenário de como se comporta a perícia oficial de natureza criminal no Brasil.

Hoje, das 27 unidades da Federação, nós temos um modelo que está tentando cumprir as determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos e demais organismos, onde nós temos 20 estados que estão subordinados à Secretaria de Segurança Pública e sete estados que hoje estão subordinados diretamente aos delegados-gerais das Polícias Civis.

Marcos, todos têm essa autonomia? Não. No modelo em azul, que são os estados que estão subordinados à Secretaria, há algum estado que ainda é Polícia Civil? O policial sim. A atividade não é dirigida pela Polícia Civil, mas, devido à ausência de legislações, que é um dos itens que o PNDH exige e não está sendo cumprido, os estados acabam fazendo alguma engenharia legislativa para poder manter seus direitos e prerrogativas e o próprio órgão funcionando. Por quê?

O Estatuto do Desarmamento é taxativo nos incisos que compõem o 144, os órgãos integrantes de segurança pública. No campo de benefícios do servidor, 4º-B do 40 da Constituição, também é taxativo, integrante dos incisos.

Produtos controlados para que o órgão possa trabalhar, porque é preciso adquirir produtos controlados para que tenha referência no seu laboratório de química, para falar que aquela droga é a droga A que está sendo investigada, ou seja, investimento também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não, não tem cumprido isso. E a gente tem buscado. Então, num cenário em que nós temos quase 75% do Estado subordinado à Secretaria de Segurança Pública, quebra aquele ledo conceito de que a perícia é da Polícia Civil. Né? Então, como podemos ver, ele não é um órgão subordinado diretamente à Polícia Civil, é uma atividade que nasceu lá atrás, juntamente com as investigações, mas, com o passar do tempo foi-se vendo a necessidade de se fazer essa emancipação, já que a prova está ali para fazer o levantamento, porque a finalidade da perícia é você determinar a materialidade, a autoria e a dinâmica do fato, e não necessariamente para você subsidiar hipóteses criminais.

Então, quando você faz uma análise de risco do que pode influenciar na sua tomada de decisão no decorrer do processo, então a gente já tem que afastar esse risco, e uma forma de afastamento desse risco seria a autonomia desses órgãos.

No PNDH, o termo perícia foi citado 14 vezes nas suas ações programáticas do plano, né? E eu vou fazer uma apresentação do mais contundente no decorrer do plano.

Na Diretriz 11, destacado lá: "Assegurar a autonomia funcional dos peritos e a modernização dos órgãos periciais oficiais, como forma de incrementar sua estruturação, assegurando a produção isenta [...]"

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Marcos, teve gente que perguntou por que os peritos vão estar na mesa para fazer essa avaliação? Vocês foram citados quantas vezes no PNDH-3? Repete, para todo mundo ouvir.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – Quatorze vezes, em quase todos os eixos.

Então, veja, já aproveitando o gancho, lá na frente, eu ia já discutir, mas antecipando, pena justa. O que é uma pena justa? Como eu disse, eu preciso materializar, dar a dinâmica e a autoria de um fato. Um fato delituoso. Então, eu tenho que ter um processo. Se eu não tiver isso, como eu vou fazer uma acusação de forma corrente e de forma assertiva? Quanto custa para a sociedade manter uma pessoa presa de forma errônea? Então, eu preciso da prova material, eu preciso, de um processo... Eu preciso de um processo de forma correta, mas assertiva.

Então, o outro objetivo estratégico, a prova, produção de prova pericial com celeridade e procedimento padronizado... É propor regulamentação da perícia. O que seria essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação? É o que a gente está tentando hoje na PEC 76 e tentando uma emenda na PEC 18, que está na Câmara.

A Senadora Damares tem ajudado muito, e principalmente já aproveito o agradecimento a...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É, e aí, Prof. Erasto, a resistência do Congresso a esse Objetivo Estratégico III e à autonomia administrativa das perícias tem sido absurda. Aí eu pergunto: o PNDH-3 foi construído ouvindo todo mundo, lá em 2009, e já se supunha que essa autonomia seria necessária para o respeito à vítima, para que a vítima tivesse o respeito aos direitos humanos.

Aí eu vejo hoje, Prof. Erasto, uma resistência muito grande. Veja a necessidade da avaliação do PNDH-3. Por que essa resistência de um objetivo estratégico construído lá atrás pela sociedade, com todos os órgãos, e hoje, em 2025, a gente ainda vê resistência? Ao que eu lhes chamei a atenção, Prof. Erasto, Profa. Lucia e secretária? Da não observância do PNDH na construção de projetos de lei, na execução de política pública e em julgamentos. O Judiciário às vezes tem ignorado o PNDH-3.

Então, desculpe-me, eu precisava fazer essa justificativa.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – Eu agradeço e até puxou o gancho.

Lembrando que o PNDH foi em 2009, e em 2009 nós tivemos a 1ª Conseg, do Conferência de Segurança Pública, e a segunda diretriz mais votada, que perdeu por um voto, foi a autonomia das perícias. Em 2009, foi aprovada a Lei 12.030, que é um projeto de 1994, que foi enxugado e conseguimos ainda prever a autonomia técnico-científica e funcional na Lei 12.030, né? Porque a 12.030 regula o perito oficial.

Se nós formos lá, aqui na frente eu vou mostrar já o CPP. Depois eu volto aqui. O CPP instituiu a cadeia de custódia, que reforça justamente todo o processo da prova, o rito que se deve seguir com relação à prova, e ele diz, lá no art. 159: "O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior". A Lei 12.030, de 17/09/2009, dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências. Então, justamente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprir já o plano, conseguimos a aprovação, teve uma evolução, sim, mas nós precisamos fazer isso de fato.

O outro objetivo. Olha lá o que eu destaquei. Consolidação de política nacional visando à erradicação da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes. Instituir grupo de trabalho para discutir, propor atualizações, aperfeiçoamento... E aí já vou lá na frente, ó: Estipular marco legal para definição de regras unificadas de exame médico-legal, bem como estimular ações preventivas obrigatórias como formação específica, né? Então, a integração entre o policial que faz o trabalho ostensivo, o investigativo e quem faz a produção da prova. Lembrando bem que integração não é subordinação.

Aqui eu até brinco nas apresentações. Na semana passada, na Comissão de Direitos Humanos também da Câmara, parece rótulo de vitamina, né? O art. 158 foi alterado, de A a F. Então, a evolução que nós tivemos nesse quesito legislativo, ainda, é de manter um processo de forma mais assertiva, dando um direcionamento.

Como eu disse, a Lei 12.030 diz: "No seu exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – ... para o provimento do cargo do perito oficial".

Sempre destacando a importância do órgão de perícia oficial. Um destaque aqui na evolução da padronização, na parte, Prof. Erasto, nós tivemos aqui... Juntamente com o Ministério da Justiça, através da Senasp, já tivemos atualização, tivemos a produção do POP, que está no nesse *link* específico, dentro do *site* do Ministério da Justiça. E também no ano passado já teve atualização. Então, já tem um procedimento operacional, teve uma evolução.

Nós temos, no âmbito do Ministério da Justiça, também um incentivo ainda, que a gente precisa evoluir: duas redes integradas no cenário nacional, que é a rede integrada de perfil balístico e a rede integrada de perfil genético. A de perfil genético já tem mais de dois anos, a RIBPG, que está diretamente relacionada com a nossa audiência, a penúltima audiência, que foi a do tema "Desaparecidos". Então, se eu tenho um desaparecido – nós comentamos até na época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, em quanto tempo que eu quero resolver o problema? A atividade de perícia é cara, a produção da prova não é barato, só que eu não trato como despesa, eu trato como investimento. Quanto custa uma pessoa presa de forma errada e quanto custa eu fazer um investimento?

Quanto aos desaparecidos... Nós fizemos, brincando, uma continha de mesa de bar, na última audiência... Nós temos a capacidade de produzir, processar informação de DNA... Porque eu não posso deixar também parados os outros exames, eu não posso focar só naquilo, só no setor de desaparecidos. Eu tenho uma capacidade de 900 por mês e tenho hoje um passivo de mais de 12 mil ossadas para serem... só ossadas para serem processadas. Então, é só fazer uma continha: quantos meses eu levaria hoje para produzir ossada no Brasil das que estão necessitando ser catalogadas ainda e coletado o material para eu poder processar. Eu tenho capacidade de 900 e tenho mais de 12 mil, arredondando, de passivo, fora o que já entra diariamente. Então, se eu tenho uma continha rápida aí, dá mais de um ano e meio de trabalho só para aquilo que eu tenho de passivo hoje, fora o que vai entrando; ou seja, então se entrar algo novo hoje, daqui de um ano e meio a dois anos é que ele vai poder ter um resultado. Então, quanto eu quero de celeridade na resposta a isso? Então, eu preciso ter investimento de novos métodos, o que envolve capacitação; preciso ter investimento em novas tecnologias; preciso também ter o meio acadêmico desenvolvendo novas tecnologias. Então, investimento massivo no desenvolvimento de nova tecnologia, para que isso reflita lá na ponta da segurança pública. Entendeu?

Então, eu tenho hoje plataformas automatizadas, mas eu consigo adquirir isso? Eu consigo ter o profissional para fazer isso? – porque aí já entra nos recursos humanos também. O Estado está disposto a investir? Em quanto tempo eu quero essa resposta?

Legalmente, eu tenho que dar o prazo, eu tenho um prazo legal para cumprir isso: dez dias. Mas eu consigo cumprir toda a minha demanda hoje em dez dias com a ausência de recursos humanos e com a ausência de infraestrutura? Aí fica para os executores.

Bem, aí, o que tem acontecido? Na tentativa de dar uma resposta rápida à sociedade, infelizmente a segurança pública tem descumprido, tem tentado dar um *bypass* aí na legislação, seja intencional ou não – não vamos entrar nesse mérito. E aí tem colocado o andor na frente, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na frente de quem puxa. E tem sido derrubado nas cortes superiores justamente porque não seguiu o rito.

Então, quanto dinheiro que eu joguei fora, que poderia ter sido investido? Então, é uma análise que nós precisamos fazer, porque aí eu levo para o conselho. Nós temos medidas, e essas métricas estão conseguindo medir tudo para eu fazer um planejamento?

Eu sei muito bem que nós somos da ponta. Tem muito aquela sensação de enxugar gelo, sempre o recidivo, ciclo, ciclo, ciclo... Por que está sendo enxugado gelo? O processo está sendo feito da forma correta? O Judiciário chega, vai cumprir um rito, que vai chegar lá à frente: "Opa, você não seguiu isso". Então, ele derruba. Teve um caso no Ceará em que 96 faccionados foram liberados justamente por causa da quebra da cadeia de custódia, foi feito o exame de forma ilegal. Aí há sempre aquela desculpa: "Mas nós fizemos, porque a perícia demora". A perícia demora por quê? Porque não tem investimento no Cellebrite? Não tem investimento no profissional para fazer aquele exame? Só que o Cellebrite foi utilizado em outro setor, ora! Eu não posso fazer tal coisa, mas tais pessoas querem fazer o meu serviço. Então, acaba caindo aqui.

No âmbito da ADPF 635, o CNJ solicitou um levantamento das políticas de perícia criminal na garantia dos direitos humanos, e foi emitido esse relatório sobre a autonomia da perícia técnico-científica da Profa. Flavia Medeiros, lá de Florianópolis, que diz a importância e a necessidade, até mesmo no cumprimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, lembrando que o Brasil é signatário de cumprimento de sentença da corte. E, no julgamento da Corte Interamericana contra o Brasil, no caso Favela Nova Brasília, ela condenou o Brasil para que os órgãos de perícia sejam desvinculados das demais forças de segurança pública. Ora, aí é aquele tema alfinetado na PEC 76, não é, Senadora? Eu tenho um termo de exclusividade. Se a determinação fala que o órgão de perícia é o responsável por realizar a perícia, por que eu tenho que tirar a exclusividade e permitir que outros setores da segurança façam perícia? Nós já sabemos que é uma atividade cara. Vamos pensar de forma administrativa, nem no cumprimento da sentença. Se é uma atividade cara, é melhor eu investir e concentrar todo o recurso num órgão que presta serviço para todos os outros demais, dando conta de ter uma melhor resolução daquele caso, ou ter uma aplicação ínfima picotada? Vamos pensar como administrador. Agora, em cumprimento de sentença, não tem como tirar termo de exclusividade. Ele tem que estar garantido, porque quem faz perícia é perito, e o órgão de peritos está subordinado à polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científica, que é o caso do tema da PEC 76. Então, é quem vai fazer aquilo lá. Eu presto o serviço para os demais.

No cumprimento dessa condenação, juntando o processo também da ADPF 635, o caso da ADPF das favelas, que foi julgado no STF, o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu a Resolução nº 15 no ano passado, que diz – olhe lá novamente –, buscando tentar cumprir o PNDH, sobre a garantia da autonomia técnico-científica, funcional e administrativa dos órgãos centrais de perícia oficial de natureza criminal dos estados e do Distrito Federal. Apesar de na ementa estar "estados e Distrito Federal", no decorrer da resolução, trata-se também no âmbito da União. (*Pausa.*)

Opa, passou.

Ah lá! Essa dispõe sobre as diretrizes nacionais a respeito da autonomia técnico-científica, funcional e administrativa dos órgãos centrais de perícia de natureza criminal, segurança dos peritos oficiais de natureza criminal, a fim de garantir a devida proteção dos direitos humanos nas investigações criminais, conforme uma lei orgânica específica, já direcionando lá para o PNDH, que cobra isso.

E aí destaquei: as autoridades públicas devem assegurar autonomia. Então, ficou aberto, não fala em Senador, Deputado, Governador ou Ministro, mas que as autoridades públicas devem garantir isso.

E ela cita o que seria essa autonomia técnico-científica, funcional e administrativa, principalmente por quê? Porque, mesmo nos estados em que eu estou subordinado à Secretaria de Segurança Pública, no modelo híbrido que eu mostrei lá no início, em que eu tenho corregedoria, ela fica ligada a uma outra força, ela não fica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – ... ligada diretamente ao órgão de perícia. Então, é uma forma de inibir: vai ter que ser assim, o procedimento vai ser assado... E eu faço essa cobrança através da corregedoria. Então, bate principalmente nas determinações para que o servidor tenha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um recorte da condenação de que estávamos tratando, que a gente tem utilizado aqui para difundir o conhecimento junto aos Senadores e, logo mais, se der tudo certo, na Câmara.

Os outros recortes das principais ADIs que nós temos julgados no STF, que tratam justamente batendo na autonomia técnico-científica e funcional... A ADI 4.354 questionou a Lei 12.030, se ela seria constitucional ou não. O STF reafirmou que sim, ela é constitucional e ainda enfatizou a necessidade do cumprimento dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – A 1.454 questionou a autonomia, entraram com uma ação, uma ADI no Maranhão questionando a autonomia. O predatorismo classista entrou com uma ação. Tudo isso daí são predatorismos classistas que entraram com ação. Graças a isso, também conseguimos mostrar, via STF, a necessidade do cumprimento das sentenças e do PNDH. A penúltima lei... Tem três, foram três julgados na mesma ADI, que foi sobre uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o poder investigatório: além de dizerem que era incompatível a ação, fortaleceram o poder investigatório do Ministério Público e ainda fortaleceram que tem uma autonomia de um órgão de perícia autônomo – então, requisitar a perícia de um órgão autônomo. E a ADPF 635...

Os destaques – vamos correr por causa do tempo – e aí os desafios: o aumento do efetivo de peritos e técnicos auxiliares; a constitucionalização através da PEC 76 ou da PEC 18, que é a PEC da segurança, que está na Câmara; a utilização de bancos de dados integrados... Como já citei, temos o Banco Nacional de Perfis Balísticos, temos o banco nacional de DNA e temos, já instituído também, mas não operacionalizado ainda, o Banco Multibiométrico, que seria da parte de identificação também. E há outros bancos que nós temos, porque, quando eu trato ali, fazendo um *link* ali naquele item inteligência pericial, não é uma inteligência pericial no sentido de sair investigando, indo atrás de pessoas que cometeram delito... A atividade de perícia é transversal. Eu tiro um plantão hoje, a Senadora tira um plantão amanhã...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO – ... e a Dani tira um plantão no outro dia. Eu não consigo me comunicar. Se eu não tenho um sistema... Vejam lá: está um sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento já lá no plano nacional – monitoramento. Daquilo que eu não consigo mensurar eu não consigo fazer avaliação.

Então, quando eu trato desse termo "inteligência pericial", e a atividade é transversal... Você tem, por exemplo, um incêndio provocado por um equipamento de ar-condicionado. Aí eu tenho três casos, só que a comunicação não chega. Se eu tenho um sistema que monitora isso, eu posso falar assim: "Olhe, ar-condicionado tal está produzindo incêndio". Eu passo lá para a secretaria de consumidor, que vai passar para o fabricante, que vai ver a necessidade de fazer um *recall*. Quem teve carros que tiveram *recall* do *airbag* Takata... Foram acidentes que estavam correndo, acontecia um acidente com o veículo, o *airbag* disparava, o condutor vinha a óbito não por causa do acidente em si, mas por causa de fragmentos que saíam do *airbag*. Então foi evidenciado isso, e foi feito um *recall*.

Seriam uma maior integração; uma modernização tecnológica, como já citado, que aí envolve financiamento, ciência e tecnologia, capacitação, produção de conhecimento científico também, integração com as universidades; e uma parte de gestão da qualidade e acreditação, que é fundamental, porque, em técnico-científico, aquilo que eu faço hoje, se eu fizer amanhã, tem que dar o mesmo resultado.

No âmbito da comemoração de 50 anos do Instituto Vladimir Herzog, foi feita uma avaliação nacional, foi produzido este material – se acessarem o *site* do instituto... – que fala sobre autonomia da perícia oficial, do perito Bruno Telles, aqui do DF, e também foi produzido um material sobre formação de peritos oficiais e aperfeiçoamento do ensino criminal no Brasil, do perito e Prof. Claudemir Rodrigues. Também tudo nós encontramos lá dentro do *site* do instituto.

E aqui a minha deixa e meus contatos, para qualquer dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcos, obrigada. Obrigada. Foi enriquecedora a sua fala.

Quando a gente fala de perícia, da garantia dos direitos da criança, Prof. Erasto, eu já presenciei, acompanhando uma menininha, alguns anos atrás, vítima de estupro a uma perícia... Na mesma sala, estava todo mundo que ia passar por uma perícia, acidente de trânsito, facada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

briga... Aí a pessoa saía lá de dentro com um papel e fala: "Maria, a menina que foi vítima de estupro, cadê? Entre, entre". Na frente de todo mundo! Essa era a nossa realidade.

Quando você fala dos mortos desaparecidos, em dar uma resposta para a família, você trouxe um número de ossadas aqui que nos assustou. A gente tem que dar essa resposta para a família.

A sua participação na audiência foi rica e nos faz perguntar, Prof. Erasto, Profa. Lucia, Major: precisávamos ter colocado tantos objetivos específicos, tão detalhados, com "crie-se um projeto de lei"...? A gente não criou, não aprovou, o PNDH está sendo avaliado, porque não cumpriu isso. Então, será que nós, na construção do PNDH, com a maturidade de agora...? Os anos agora nos trazem esta reflexão: ele não deveria ter sido mais genérico do que ficar colocando tantas metas e objetivos específicos não alcançáveis? Quando a gente for avaliar o programa, vai dizer que o programa não alcançou. Ele até alcançou as diretrizes, o espírito do programa é espetacular, mas a gente minuciou de tal forma que... "Construa um projeto de lei e aprove." Não construímos, não aprovamos, e, então, o PNDH vai ser avaliado como não exequível. Então, ficam aí as nossas reflexões.

Nós vamos para o final da audiência. Eu vou conceder a cada expositor aí cinco minutos, três a cinco minutos, para agradecimento e resposta às perguntas.

E a sociedade está participando. Só para os senhores terem uma ideia de algumas perguntas que chegaram aqui – não precisam necessariamente respondê-las –, eu preciso registrá-las.

Márcio, de Minas Gerais, pergunta: "As forças de segurança recebem formação continuada em direitos humanos?".

Ruda, do Rio de Janeiro: "De que forma o PNDH-3 pode fortalecer a justiça restaurativa, a diversidade e os direitos humanos frente à violência estrutural no Brasil?".

Diana, do Rio Grande do Sul: "Como o PNDH-3 capacita profissionais de saúde, educação e segurança para atender a pessoas autistas, respeitando seus direitos?".

Luciana, do Piauí: "Quais medidas estão sendo implementadas para evitar que adolescentes sejam usados pelo crime organizado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais perguntas.

Ana, do Distrito Federal: "O combate à violência contra grupos específicos [...] seguiu as diretrizes do plano?". LGBTI, negros, população de rua, povos indígenas...

Mônica, de São Paulo: "Policiais de São Paulo e Brasil afora executando a juventude negra e periférica. Quais medidas serão adotadas para conter esse extermínio?".

Marisandra, do Rio Grande do Sul: "Se educação reduz crime, por que priorizar segurança repressiva em vez de escolas?".

Vivilane, do Rio de Janeiro: "Como a segurança pública pode integrar a educação no sistema prisional para reduzir a reincidência?".

Gilson, do Paraná: "Quais avanços e desafios ainda permanecem na implementação de políticas que conciliem a redução da violência com a garantia dos direitos humanos?".

E nós temos seis comentários.

Douglas, do DF: "Segurança pública é construída com inteligência, prevenção e confiança entre Estado e povo, valorizando vidas e promovendo paz".

Gabrielle, do Paraná: "Importante pensar em formas de promover lazer a áreas desassistidas como parte de um planejamento para garantir os direitos humanos". Aí, Profa. Lucia, falou com a senhora.

Marinna, de Goiás: "Revisitar a história do Brasil, se aprofundar nas chagas que relutam em existir até hoje, esse é o único e assertivo caminho [...] [contra] injustiças".

Eliana, de São Paulo: "Ambos os eixos se destacam pela inovação e extrema relevância; entretanto, permanecem naquelas tristes questões entre intenção e prática".

Relly, do Paraná: "Importante que as ações em [..] [direitos humanos] na educação escolar tenham foco na questão da sexualidade para evitar abusos e violência". É para o senhor, Prof. Erasto.

Vítor, de São Paulo: "A educação voltada aos direitos humanos deve ter em foco sua universalidade e importância para manutenção do Estado de direito".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fez essa seleção de perguntas e comentários para mostrar para todos vocês que estão aqui que nós estamos sendo muito acompanhados nesta manhã. Nós estamos com uma audiência muito grande. As pessoas estão interessadas na avaliação do PNDH-3.

Registro que estão no plenário conosco o Deputado Estadual Bosco, de Araxá, Minas Gerais, e a Comandante da Marinha Vitória Régia Coelho Costa, Assessora de Relações Institucionais da Marinha. Bem-vinda.

Prof. Erasto, vamos começar aqui... Tem alguém *online* dos que falaram *online*? (*Pausa.*)

Não, não é? Como a gente previa, a conexão caiu.

Prof. Erasto, cinco minutos para considerações finais e resposta de alguma pergunta, já agradecendo a sua participação.

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora, pelo retorno da palavra.

Em relação à criança a qual a senhora acabou de se referir, é muito importante que a Lei da Escuta Protegida seja, de fato, respeitada, para que a criança possa ter a privacidade na oitiva, que sempre é necessária em relação a abusos e exploração sexual.

Eu penso que talvez seja oportuno comentar brevemente a questão da outra realidade que existe no Brasil, após 2009, sobre a pertinência ou não de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos. Eu quero dizer que, para facilitar a minha posição, eu acompanho integralmente as palavras da Secretária Élida, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Sobre a expressão de que o Programa Nacional de Direitos Humanos é intocável, ora, nem a Constituição Federal de 1988 é intocável, ela já tem emendas – não é? – variadas, ela só não é tocável nas cláusulas pétreas, ainda bem. Decreto se revoga com uma canetada, de fato isso é uma verdade. Mas a lei também pode ser modificada, né? Talvez com mais dificuldade, mas constantemente nós temos revisão legal neste Congresso Nacional.

Eu queria lembrar aqui que o programa nacional ou o Plano Nacional especificamente de Educação em Direitos Humanos é resultado da Conferência Mundial da ONU, em Viena, em 1993, quando a ONU declarou a Década Mundial da Educação em Direitos Humanos e concitou os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados-membros a planejarem e organizarem seus programas e planos, tanto na área geral de direitos humanos, como especificamente na área de educação em direitos humanos.

Nós tivemos três programas nacionais de Direitos Humanos. Dois programas foram no Governo Fernando Henrique Cardoso: em 1996 foi o primeiro e, depois, em 2002, o segundo programa. Por isso esse nosso programa em discussão aqui é chamado de PNDH-3.

Veja bem, o programa primeiro, que é de 1996, tratou de direitos civis e políticos como ênfase, não é? Ele tinha 228 proposições – 228. Já o programa segundo, que é de 2002, incorporou os direitos econômicos e culturais, que é uma tendência, inclusive, nos documentos internacionais, não é? E foi também resultado de uma Conferência Nacional de Direitos Humanos organizada pela Câmara dos Deputados em 1999. A Casa Civil se preocupou de organizar e sistematizar os dados. E nós tivemos sabe quantas propostas? Houve 518, que fazem parte do programa segundo. O programa terceiro, que tem, como já vimos, 6 eixos, 25 diretrizes, 82 objetivos, tem 519 ações, uma a mais apenas do que o programa de 2002, ainda do Governo Fernando Henrique Cardoso. Então, eu pessoalmente não considero que exista, assim, um exagero de proposições. Eu acho que ele segue um acompanhamento, inclusive da contemporaneidade dos direitos humanos.

Agora, é inegável que 2025 é diferente de 2009. Para não falar nada mais, as redes sociais, ou antissociais, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Anti.

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA – Eu já ando desconfiado desta expressão "rede social" tanto pelo benefício que ela pode trazer, mas também pelos grandes malefícios que tem causado à nossa sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERASTO FORTES MENDONÇA – ... em especial crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis. Eu defendo que o programa nacional possa ser revisitado – não tenho nenhum problema assim em relação a isso –, mas acho que essa revisitação pode ser feita por meio de portarias, especificamente de cada política pública – no caso, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério de Direitos Humanos. E acho que o PNDH como decreto se caracteriza por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que a Secretária Élida pronunciou ao final de sua fala, porque a participação da sociedade civil é fundamental, não é? A democracia participativa precisa ser garantida, consolidada, e penso que o movimento das conferências nacionais pode facilitar isso com a finalização por meio de um decreto.

Agradeço o convite para que o Ministério da Educação se fizesse presente, o qual permanece sempre à disposição para o diálogo com esta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professor. Não se esqueça de levar o meu abraço ao Ministro Camilo.

Professora Lucia.

A SRA. LUCIA CAMPOS PELLANDA (Para expor.) – Bom, também gostaria de agradecer a participação aqui e a das pessoas que nos acompanham e reforçar o papel das universidades na construção deste país democrático, justo, desenvolvido, na promoção da cultura da paz e na prática do debate respeitoso. Eu acho que é nessa prática que os nossos futuros profissionais vão aprender a cidadania.

E, respondendo à sua pergunta, Senadora, é saudável que as políticas sejam revisitadas e que os debates sejam contínuos para acompanhar as transformações do mundo, né? No entanto, esse documento foi fruto de um debate muito amplo e, como disseram a Secretária Élida e o Prof. Erasto, é um marco histórico, juridicamente muito sólido, além de também ter sido um marco da participação popular. Estima-se que mais de 14 mil pessoas tenham participado desses debates, né?

Então, eu acredito que neste momento talvez o mais importante e efetivo seja continuar trabalhando para o cumprimento das metas, principalmente no que se refere ao eixo da educação, e amadurecer a discussão para uma posterior revisão, com os mesmos princípios da elaboração, uma participação democrática ampla da sociedade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Professora. Obrigada por sua colaboração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Major Daniele.

A SRA. DANIELE DE SOUSA ALCÂNTARA (Para expor.) – Gostaria de agradecer o convite em nome do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.

Eu vejo uma preocupação muito grande no Brasil para a capacitação continuada da segurança pública como fonte de enfrentamento às violências diversas. Esse tem sido um compromisso e um desafio muito grandes para um país tão diverso, inclusive em realidades locais.

Então, no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública, a gente reafirma o nosso olhar para a diversidade no Brasil, e direitos humanos têm sido já há algum tempo tratado no âmbito dos estados de uma forma mais ampla na formação desses profissionais, incluindo o respeito aos grupos diversos.

Então, foi percebida já há algum tempo a necessidade de tratar direitos humanos, mas também tratar direitos humanos com foco especial em alguns grupos, no que se refere ao atendimento de profissionais da segurança pública às mulheres, às crianças, aos idosos, aos adolescentes, às pessoas com deficiência, diversos grupos que, por motivos de vulnerabilidade mesmo, passam em diversos momentos por focos muito específicos de violência. Então, a gente tem aí uma evolução no respeito aos direitos humanos no campo da segurança pública, para além da forma genérica, mas, sim, olhar agora no caminho das especificidades que essa formação continuada exige no âmbito do Brasil.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e coloco o Consesp à disposição. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Major.

Fazer essa discussão trazendo educação e segurança para essa mesa uma semana depois que uma menina de 11 anos foi espancada dentro de um banheiro de escola e assassinada por tão somente não querer namorar um menino que queria namorar com ela... Então, a gente tem tanto para fazer, tanto para avançar. E às vezes estamos nos perdendo em tantas brigas bobas – não é, Professor? – com tanta coisa para a gente fazer nesta nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar e mandar um abraço para a família dessa menina. Eu fico imaginando o sofrimento dessa família. Ela tinha apenas 11 anos de idade.

Dr. Marcos, suas considerações finais, agradecimentos, respostas.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CONTEL SECCO (Para expor.) – Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de estarmos discutindo sobre a perícia oficial de natureza criminal.

Tenho, talvez, um apelo, uma consideração aqui ao Prof. Erasto, que, como disse, as redes dissociais têm provocado uma grande dificuldade para a gente na ponta. Para fazer um local de crime bem-feito, eu preciso da preservação, já que eu tenho que encontrar uma materialidade daquele fato. E às vezes o afã dos pseudojornalistas... as pessoas têm aquele afã de, quando veem um crime, quererem correr lá para saber o que aconteceu e acabam desfazendo o local de crime. No desfazer esse local de crime, ele pode estar se autoincriminando, né? Então, uma das dificuldades da demora também é todo o processamento que eu levo e pessoas que surgem no cenário de um local de crime em que eu tenho que fazer investigação, e toda a persecução penal acaba demorando justamente por isso.

Aí é neste sentido que eu faço um apelo ao Prof. Erasto e à Profa. Lucia: quando a gente fala em educação e direitos humanos, também trabalhar a criminalística. A dificuldade que eu tenho percebido nos três anos frente à associação é que o próprio profissional de direito não sabe de criminalística. Então, no currículo acadêmico, fortalecer o conhecimento de criminalística, nas ciências, nas outras formações da ciência, para expandir o conhecimento, para trazer ferramentas para as ciências forenses. E também lá na base, na educação infantil e média, a educação para que não se mexa no local de crime. Aconteceu um crime, fique longe. Depois a imprensa, o profissional vai lá e mostra. Não tem que sair lá correndo, porque não vai conseguir ajudar, não vai; pelo contrário, atrapalha.

E outra situação é... Nós vimos que temos já Conseg, 2009; temos leis de 2009; temos o próprio plano, o PNDH 2009, que trata da autonomia e da importância da perícia; e nós temos a resolução, em 2014, de um conselho instituído pela Presidência da República, em que umas das 22 cadeiras são do Ministério da Justiça, do Ministério de Direitos Humanos, do Senado, da Câmara e de outros organismos, de outros conselhos, como o próprio Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto muito, assim, de "olha, para se fazer alguma coisa, eu tenho que partir do exemplo". Se um conselho federal, um colegiado federal instituiu uma resolução, por que não começar pela Polícia Federal e pelo Distrito Federal, já que é bancado pela União? Então, o exemplo vem de cima. Então, é um comentário que eu deixo.

E demais legislações... Nessa briga predatória classista, eu deixo aí o recado: interessa a quem a não evolução da perícia?

Agradeço a oportunidade. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Marcos, obrigada; demais expositores, presenciais e os que estavam *online*, eu agradeço.

Nós vamos, se precisar – professor, professora, Major, Dr. Marcos – enviar alguns *e-mails* para complementar.

Acompanhem a nossa avaliação. Nós ainda vamos ter um longo trabalho até o final do ano para gente fazer essa entrega da avaliação do PNDH-3, que consideramos um dos instrumentos mais extraordinários que o país tem.

Eu fui a Ministra dos Direitos Humanos e eu andei o Brasil, o mundo afora com o PNDH debaixo do braço, mostrando, falando, explicando. Lá atrás, participei de sua construção, de uma outra forma, numa outra posição, e hoje tenho a honra de estar aqui, nesta Comissão, fazendo a discussão sobre o avanço no que não conseguimos avançar, no que precisamos melhorar.

Eu agradeço a presença dos senhores e agradeço a audiência, a todos que estão participando pela TV Senado, pelo YouTube, pelas nossas redes sociais. Agradeço a audiência.

Cumprida a missão desta reunião, e nada mais tendo a tratar, eu a declaro encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Tereza Cristina, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Beto Faro, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Eduardo Braga, Weverton, Jaime Bagattoli e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro da Defesa, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto no art. 103, § 2º do RISF. **Participante:** Excelentíssimo Senhor José Mucio Monteiro Filho, Ministro de Estado da Defesa. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

Notas taquigráficas revisadas

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reunião essa Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Finalidade: a reunião será dedicada à audiência pública em atendimento ao disposto no §2º do art. 103 do Regimento do Senado Federal, para ouvir, na qualidade de convidado, o Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, para prestar informações no âmbito de suas competências.

Solicito que se possa fazer a entrada do Ministro até a sala da reunião. (*Pausa.*)

Apenas uma informação: a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Conforme V. Sas. já testemunharam, tive a honra de cumprimentar o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho.

De pronto, para cumprir a finalidade desta reunião extraordinária, passo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro José Mucio Monteiro Filho. V. Exa. dispõe de até 30 minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário, para concluir a sua exposição inicial.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (Para expor.) – Meu caro Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad, eu aqui lembro que fui colega, por muitos anos, do seu pai.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Fico muito feliz com essa lembrança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Minha cara e querida Secretária-Geral do Ministério da Defesa, Cinara Wagner Fredo; Sras. e Srs. Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os que estão aqui presentes nesta Comissão...

Cumprimento a todos que nos acompanham de forma virtual, cumprimento a todos os companheiros que nos ajudam no Ministério da Defesa, agradecendo a presença, o incentivo e o apoio.

Minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria de começar, Sr. Presidente, dirigindo os cumprimentos a todos aqui nesta mesa, a todos que nos assistem, ao prezado amigo, à Vice-Presidente – quero mandar um abraço para ela, que não está aqui, a Tereza Cristina –, nas pessoas de quem estendo a saudação a todos que fazem parte do Senado e, em particular, desta Comissão. Manifesto, assim, também o meu respeito e o meu reconhecimento a cada um dos Senadores, dos senhores e das senhoras, pelo valoroso empenho que dedicam, dia a dia, em benefício deste país.

Na minha visão, o Brasil precisa de união. Devemos vencer os desafios dos nossos tempos e buscar soluções racionais para cada ameaça, cada dificuldade, cada obstáculo que nos separa uns dos outros e a todos nós de nosso futuro como uma nação próspera. E temos muitos desafios a vencer. Também precisamos de maturidade para identificar as oportunidades, buscando os objetivos estratégicos, pensando mais nas futuras gerações do que propriamente nas futuras eleições.

Caros Senadores e Senadoras, eu sou, por temperamento, um otimista e acredito que o nosso país tem um enorme potencial para desenvolver-se; para oferecer novas oportunidades aos nossos jovens; para vencer a fome, o desemprego, as desigualdades, o analfabetismo, a insegurança, enfim, as mazelas e problemas estruturais que não se iniciaram hoje, mas que são marcos da história deste país.

Por isso, acredito que devemos planejar nossa trajetória como nação com foco no futuro. Devemos nos posicionar como quem dirige um carro: com maior atenção para os para-brisas do que para o retrovisor. Não podemos ser um país que tem um enorme passado pela frente, que é o que nós testemunhamos nos dias de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou dizendo que nós devemos esquecer a nossa história, mas sim aprender com ela. Não podemos ser um país pequeno – não mesmo – sendo do tamanho que nós somos.

Nesse contexto, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas estão permanentemente prontos e unidos para cooperar como organizações que, independentes de governo, atuam em proveito do Brasil. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições nacionais, regulares e permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, valorizam o mérito e o trabalho em equipe. São instituições de Estado, que devem funcionar à parte das tensões, dos interesses e dos humores da política.

Estou aqui para compartilhar o meu desafio diário de liderar uma das mais expressivas estruturas nacionais, a Defesa do Brasil, composta por instituições seculares onde trabalham dedicados civis e militares, homens e mulheres, brasileiros como nós.

Vivemos tempos desafiadores, Sr. Presidente, tempos de permanente mudança. Cabe a cada país a sabedoria de interpretar as oportunidades e os obstáculos que são impostos pela conjuntura. Os países precisam organizar-se com antecipação, empenhar todo o esforço nacional para dirigir os seus objetivos estratégicos, e alcançá-los com competência, adaptabilidade, espírito de cooperação e foco nos resultados planejados.

Eu gostaria de destacar duas instituições de nosso país: a Diplomacia e as Forças Armadas, as duas que possuem especial atenção desta Comissão do Senado. Eu costumo dizer que a Diplomacia e a Defesa são como irmãs inseparáveis, são duas armas à disposição do Estado para vencer a guerra da sobrevivência nesse mundo de constantes transformações e imensos desafios, instituições fundamentais quando pretendemos falar de soberania.

O desenvolvimento do país deve ser alicerçado pelas capacidades operativas e funcionais dessas instituições, dispondo de Forças Armadas e de um corpo diplomático comprometido, conscientes de suas responsabilidades e capazes de compreender que nem somente a pena, nem somente a espada devem ser o único argumento de um rei, pois a virtude consiste em bem conjugar todos os recursos dos quais o Estado dispõe.

Assim, a minha fala é sobre união, minha visão é de otimismo e minha esperança é de poder contribuir para um Brasil mais fraterno, organizado, justo e promissor, onde possamos vencer as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades com trabalho e planejamento, onde possamos viver em paz, em harmonia e em segurança, principalmente respeitando as diferenças.

Em "Cartas de Inglaterra", correspondência remetida ao *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, no fim do século XIX, Ruy Barbosa disse, abrem-se aspas: "Esquadras não se improvisam, e as nações que confiam mais em seus diplomatas do que nos seus marinheiros e soldados estão fadadas ao insucesso. Temos excelentes diplomatas, mas uma esquadra moderna leva mais de dez anos para ser projetada e construída, quando se tem os recursos materiais, financeiros e a tecnologia necessária" – fecham-se aspas. Se vivesse nos dias de hoje, ao se referir às esquadras, Ruy Barbosa certamente estaria falando também em blindados, aviação, submarinos, grandes unidades operacionais, satélites, cibernética, domínio nuclear e outros temas. A defesa é uma capacidade concreta, não há espaço para amadorismo ou meias soluções. Ou o país tem ou não tem defesa.

De fato, há excelentes diplomatas no nosso país. Nesse campo, somos inspirados por expoentes como Ponte Ribeiro, Rio Branco, Ruy Barbosa e Oswaldo Aranha. E eu citaria ainda o Diplomata João Augusto de Araujo Castro, que atuou na política externa independente.

Ao tratar do poder mundial, Castro defendia que, quando falamos de poder, não falamos apenas do poder militar, mas também do poder político, do econômico, do científico e do tecnológico. A união constrói, edifica, amplia o alcance e o poder nacional. É da união que se promove a soberania.

O patrono da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, por sua vez, defendia que: "Nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte, [assim como] é muito bom discutir acordos tendo por trás de si uma esquadra com credibilidade" – fecham-se aspas. Rio Branco parece concordar com o seu contemporâneo Ruy Barbosa.

A tradição pacífica brasileira nos mantém com boas e estáveis relações junto aos nossos vizinhos. Por isso, o país é historicamente lembrado como valoroso mediador de ação cooperativa, compartilhando espaços geográficos, preocupações ambientais, problemas e desafios. Podemos considerar que, no âmbito regional, o Brasil se destaca por suas estruturas de defesa, mas, no campo militar, precisamos ainda, meu caro Presidente, vencer limitações políticas e econômicas, sob risco de cairmos em defasagem tecnológica e operativa. Não é porque vivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje em paz que podemos garantir que estaremos para sempre em paz e livres de conflitos. Como instituições de defesa, precisamos estar permanentemente preparados e motivados para defender a nossa soberania. E isso se conquista com previsibilidade e planejamento estratégico.

Testemunhamos um mundo em rápido processo evolutivo. Se pararmos para pensar como era o nosso país quando éramos jovens, comparando com a realidade de hoje, uns poucos anos depois, poucos mesmo, perceberemos que saímos de uma era pós-industrial para uma era de tecnologias disruptivas, da antiquada máquina de escrever para os computadores, de aviões movidos a hélices para modernas aeronaves a jato e *drones*, de navios a vela e o a vapor para submarinos com propulsão nuclear e modernos navios de guerra.

Hoje, falamos em sistemas antimísseis, mísseis hipersônicos, armas a *laser*, inteligência artificial e vários outros recursos. Os conflitos recentes, especialmente aqueles que testemunhamos a cada dia no noticiário, nos apresentam novos armamentos, veículos blindados, munições inteligentes e a conquista do plano espacial para o emprego militar e muito mais. Estão aí, diante dos nossos olhos, nas áreas de tensão na Europa, no Oriente Médio e na Ásia. Isso não é ficção, é fato.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bom dia, Ministro.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone*.) – Meu caro... É bom revê-lo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Como vai o Senhor?

Tudo bem?

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone*.) – É bom revê-lo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É bom revê-lo aí.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Seja bem-vindo!

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Muito obrigado.

Os conflitos recentes, especialmente aqueles que testemunhamos a cada dia no noticiário, nos apresentam novos armamentos, veículos blindados. Acompanhamos com atenção a evolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos combates após a Segunda Guerra Mundial, cujo marco definitivo e a vitória aliada completam 80 anos. Os brasileiros estiveram lá e venceram. Os senhores podem intuir o quanto foi difícil ao país, de economia agrária, nos anos 1940, preparar e enviar soldados, marinheiros e aviadores para, atravessando o Atlântico, lutarem nos campos e nos céus europeus. Muitos deles deram a vida e por lá ficaram, em sacrifício pelos ideais democráticos e pela paz mundial.

De lá para cá, foram vários conflitos que ocorreram no mundo, entre eles a Guerra da Coreia, do Vietnã, das Malvinas, os genocídios africanos, a guerra atual na Europa e as ocorrências no Oriente Médio. As Nações Unidas se empenham em monitorar e controlar as áreas litigantes por meio de resoluções e pelo envio de missões de capacetes azuis. O Brasil está presente, sempre presente, nesse contexto, como ator importante nas missões de paz através do mundo.

A paz é uma luta diária, Sr. Presidente, e tem sido cada dia mais difícil obtê-la. Um país não pode descuidar de estar preparado para manter sua integridade, sua inviolabilidade, sua soberania e sua defesa. Outros aspectos, por mais importantes que sejam, não podem justificar que um país descuide das Forças Armadas. Elas são o seguro de vida e da existência de um país.

Outro recurso, como poder para conquistar a paz, é a diplomacia. É a força da palavra, do convencimento, da argumentação sobre a força bruta das armas. Mas como falar de diplomacia, por exemplo, diante do terrorismo, do extremismo ou das crises cujos fundos de palco se baseiam na identidade étnica ou na intolerância religiosa? O general chinês Sun Tzu, que viveu cinco séculos antes de Cristo, em sua obra *A Arte da Guerra*, descreveu princípios e estratégias militares do seu tempo, muitos dos quais ainda presentes e válidos até hoje. Um deles preconiza, abro aspas: "A suprema arte da guerra consiste em derrotar o inimigo sem lutar" – fecho aspas. O que mais evidenciaria a relação entre a guerra e a diplomacia?

Por isso, venho hoje nesta Casa, honrado, abordar com os senhores as minhas impressões sobre esta tarefa que recebi do Presidente Lula, o Presidente da República: liderar a nossa estrutura de Defesa, conduzir a direção superior das Forças Armadas, buscando dirigir as capacidades, as qualidades e as estruturas militares, a serem cada vez mais postas a serviço da nação.

As Forças Armadas brasileiras se destacam historicamente pelo apoio, amparo e atenção à população. O soldado, o marinheiro e o aviador vêm do meio do povo, eles são partes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indissociáveis da nossa sociedade. A essência do militar é servir. Nesse sentido, são várias atribuições que não raramente levam o Estado ao emprego de tropas, meios ou outros recursos, tudo isso graças à capilaridade das unidades militares, à capacitação operativa e logística, à capacidade de movimentação em qualquer terreno, via ou espaço, ao preparo técnico e profissional para enfrentar as adversidades.

Ao profissional das armas cabe a defesa da soberania, o preparo para a guerra, a prontidão para as missões a tempo e com organização, o cumprimento das leis e das normas, a disponibilidade permanente e a disciplina. Não cabe ao militar, entretanto, a questão política, que, uma vez entrando pelo quartel por uma porta, desafia a hierarquia e força a disciplina a sair pela outra. Essa deve ser uma atenção permanente desta Casa, inclusive, Sr. Presidente.

A Defesa se faz presente em toda a estrutura nacional. Está na indústria, na tecnologia, na educação, na logística, na saúde, na pesquisa, na ciência, na infraestrutura e na segurança, e, em muitos casos, em campos da vida diária. Defesa é um termo mais amplo e representativo do que se pensa. Nenhuma instituição possui a presença geográfica, a disponibilidade ou a mobilidade estratégica das nossas Forças Armadas. Em muitas regiões, o militar é a única presença efetiva do Estado.

Nós habitamos uma ilha de paz no contexto global, isso é verdade, mas não estamos imunes aos humores internacionais. Há hoje nações que são gigantes econômicas, potências militares, que se preparam para vencer os adversários em cenários – que não podemos considerar em um futuro próximo – altamente perigosos e até mesmo possíveis.

O mundo vive hoje nova corrida armamentista, isso é incontestável. Os investimentos globais em defesa sofreram um aumento considerável nos últimos dez anos. Em 2023 foram US$2,2 trilhões, em 2024 subiram para US$2,7 trilhões, e há expectativa de ampliação para este ano. Ressalto que 52% desse montante são investimentos dos Estados Unidos e da China. O Brasil, que é a décima economia mundial, responde apenas por 1% dos investimentos globais em defesa.

Vemos as nações se armando, a Otan estipulou que os investimentos em defesa devem ser agora de 5% do PIB, e antes eram apenas 2% do PIB. O domínio de tecnologias, como robótica, inteligência artificial e cibernética, dita os parâmetros das armas, não do futuro, mas já as de hoje, e o Brasil não pode ficar atrás disso. Com todas as nossas riquezas, a Amazônia, a Amazônia Azul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o agronegócio, nossos campos produtivos e os campos petrolíferos, não temos o direito de ficar de braços cruzados no cenário atual. Precisamos pensar em como construir um país deslocado dos principais eixos de conflitos atuais, estruturas que assegurem o poder da dissuasão e da persuasão, das armas e da diplomacia, a fim de garantirmos a nossa segurança, a nossa soberania e a nossa voz junto às nações.

Para que sejamos respeitados, precisamos impor respeito. Assim, apesar de restrições orçamentárias, a Defesa tem muito a apresentar ao país. Começo pela história da indústria de defesa. O Brasil é o mais relevante espaço para o desenvolvimento da indústria de defesa regional, o principal exportador de produtos de defesa da América Latina. Dispomos de uma base industrial expressiva, de inegável valor estratégico e apta para atender os mercados mais exigentes, com produtos tecnologicamente avançados.

Em 2023, no primeiro ano de nossa gestão, obtivemos expressivos resultados na indústria de defesa com exportações de 1,40 bilhão, superando em mais de 100% o resultado do ano anterior. Em 2024, conquistamos o recorde de exportações autorizadas, com o equivalente a 1,78 bilhão. Agora, em 2025, já superamos o recorde do ano anterior, com mais de 2,5 bilhões em exportações autorizadas, o que nos traz expectativas animadoras até o final do ano.

A base industrial de defesa conta com cerca de 270 empresas estratégicas, sendo responsável por 3 milhões de postos de trabalho e 3,6% do PIB nacional. Ela é capaz de produzir, com competência, submarinos convencionais, fragatas, viaturas blindadas, sistema de artilharia com mísseis e foguete, armamento leve, munições, explosivos, blindagens, radares, equipamento de proteção e aeronave tecnológica e operacionalmente avançada, além de componentes e muitos outros produtos.

Com todo esse potencial, mesmo sob um orçamento restrito, registramos significativos marcos, bastante tangíveis para o setor de defesa. Entregamos o Submarino Humaitá ao setor operativo da Marinha. Lançamos ao mar o Submarino Tonelero e realizamos o batismo da Fragata Tamandaré, em 2024, e da Fragata Jerônimo de Albuquerque, em agosto deste ano, ampliando a nossa capacidade naval. Além disso, avançamos no desenvolvimento do nosso navio de pesquisa antártica e do nosso primeiro submarino com propulsão nuclear, para que possamos ampliar a segurança e garantir a soberania da Amazônia Azul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As nossas fronteiras estão seguras com as ações do Exército e integração às demais Forças, contando com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), a condução da Operação Ágata, as ações de vigilância e a capilaridade, que são características da força terrestre e, em particular, o trabalho realizado nos Pelotões Especiais de Fronteira, cujo lema é "vida, combate e trabalho". Além disso, temos a evolução das forças blindadas e o apoio de fogo.

Também expandimos as capacidades de transporte e a defesa do espaço aéreo com a entrega de novas aeronaves, com destaque para o cargueiro multifunção KC-390 e o caça Gripen, além das ações dos demais vetores aéreos, de asa fixa e de asa rotativa. Cabe ainda ressaltar a ativação, em julho, da Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil (Alada).

Por outro enfoque, Presidente, tratamos da atenção ao povo brasileiro: houve amplo emprego de tropas no Rio Grande do Sul; apoiamos as ações do Ministério do Meio Ambiente no combate a incêndios em São Paulo, na Amazônia e no Pantanal; conduzimos a operação de ajuda humanitária durante a severa estiagem e combate aos incêndios na Amazônia Legal em 2024; e a Operação Roraima, para garantir a soberania e a neutralidade brasileira em nossa fronteira norte, a mais difícil. Destacam-se ainda as operações de desintrusão em terras indígenas, que contribuíram para a remoção de invasores e para o combate ao desmatamento ilegal e à degradação ambiental, promovendo também a preservação da biodiversidade e o respeito aos povos indígenas.

E a Defesa também pensa no futuro. Caminhamos para novas conquistas na atenção à população, especialmente aos jovens, que passarão a contar com novas oportunidades para o ingresso na carreira das armas, no serviço militar inicial e na educação científica e tecnológica. Com esse foco, registramos esforços para o estabelecimento de uma nova e moderna Escola de Sargentos do Exército em Pernambuco, de um novo *campus* do Instituto Tecnológico da Aeronáutica no Ceará e de um novo centro de pesquisas aeroespaciais na Bahia.

Também ampliamos as oportunidades para as mulheres, que, a partir deste ano, Sr. Presidente, puderam se alistar como voluntárias para o serviço militar inicial. Para 2026, já somamos 33 mil alistadas nas três Forças. Essa é uma ação pioneira do Ministério da Defesa, que abre novas oportunidades para a mulher brasileira. Destaco que já formamos as primeiras mulheres combatentes no Corpo de Fuzileiros Navais da nossa Marinha. Temos hoje uma mulher

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à frente da Secretaria-Geral do Ministério, a servidora Cinara Fredo, aqui presente entre nós – é a 02 do Ministério da Defesa. Ao lado dela está a Brigadeiro Carla, primeira mulher a ser Comandante da Escola Superior de Defesa. E destaco, ainda, que temos a primeira mulher à frente do esquadrão de KC-390, a Tenente-Coronel Joyce, que também muito nos orgulha – ela só não está aqui porque trabalha no Rio de Janeiro.

É um prazer revê-la, Senadora.

Outra medida de extrema importância foi a criação da carreira civil de defesa, que traz, em seu bojo, o compromisso em dar maior amplitude às discussões de defesa nacional, responsabilidade que não é apenas dos militares, mas que permeia toda a sociedade.

Meus caros Senadores e Senadoras, com esse recurso de informações, abordamos alguns aspectos que, na minha opinião, são de interesse comum a nós, políticos, diplomatas e militares, pessoas sobre as quais recai a responsabilidade de garantir a soberania, a liberdade e a existência do Estado.

Somos otimistas e prevalecemos na busca dos nossos objetivos, para que possamos desfrutar de um Brasil mais justo, melhor e mais fraterno, onde desejamos criar os nossos filhos e os seus descendentes. Dispomos hoje de um imenso potencial para integração e colaboração. A união é fundamental, Sr. Presidente. Compartilhamos a vontade política e a capacidade para crescer e viver em paz.

Portanto, as nossas expectativas são de que o Brasil possa continuar a trilhar esse caminho, que leva ao desenvolvimento, bem como possa se relacionar com os demais parceiros globais, com dinamismo, em um ambiente de oportunidades, trabalho, cooperação, integração e respeito, acima de tudo, um ambiente de paz.

São quase três anos de intenso trabalho no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas. Enfrentamos e vencemos diversos desafios. Foi um tempo de muito empenho, realizações, conquistas e progresso. Estamos no rumo certo e seguiremos sempre no objetivo de reconstruir e fortalecer o nosso país, promovendo a defesa e prestando apoio à nossa gente. Unidos sempre, muito unidos sempre.

E agora convido a todos os senhores para assistir a um breve vídeo sobre a nossa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Presidente, muito obrigado.

É isso aí. Essa é a nossa força.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as palavras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu não posso deixar de tornar público que eu não estou saindo da reunião. Eu estou indo para a CMO devidamente expulso deste recinto...

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Essa é uma parte do vídeo feito no ministério, em que passa o investimento que a gente está fazendo com o emprego da mão de obra feminina.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação do Ministro José Mucio.

Gostaria de também registrar a presença dos colegas Senadores que estão participando desta manhã de trabalho: Senador Jorge Seif, Senador Chico Rodrigues, Senadora Tereza Cristina, Senador Fernando Dueire, Senador Rogério Carvalho, Senador Dr. Hiran.

Também gostaria de registrar a presença, já devidamente registrada pelo Ministro, mas nunca deixa de ser importante...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Presidente, dê-me licença: Laércio Oliveira; Senador Laércio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Laércio Oliveira, desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... da Sra. Cinara Fredo, Secretária-Geral do Ministério da Defesa; do Dr. Marcelo Martins Pimentel, Chefe de Gabinete do Ministério da Defesa; do Dr. Rafaelo Abritta, Assessor Especial de Relações Institucionais do Ministério da Defesa; da Sra. Priscila Leite de Mesquita Novaes Mendonça, Assessora Especial de Comunicação; do Major Brigadeiro do Ar José Ricardo de Meneses Rocha, Assessor Especial Militar do Ministério da Defesa; do General de Divisão Ricardo de Castro Trovizo, Assessor Especial Militar do Ministério da Defesa; do Vice-Almirante Elson Luiz de Oliveira Góis, Assessor Especial Militar do Ministério da Defesa; da Major-Brigadeiro Médica Carla Lyrio Martins, representando também a Aeronáutica.

O primeiro a chegar foi o Senador Jorge Seif. Passo-lhe já, de pronto, a palavra, para sua pergunta, e deixo abertas as inscrições para os demais colegas se inscreverem e fazerem as perguntas ao Ministro.

Senadora Tereza, Senador Hiran, Senador Laércio – vou botá-lo na frente para compensar a gafe –, Senador Chico Rodrigues e Senador Rogério Carvalho.

Eu peço... Nós vamos fazer uma dinâmica...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim. Nós vamos fazer uma dinâmica...

O Ministro... Por favor, arrumem três folhas de papel em branco para o Ministro, para ele ir anotando as perguntas – está aqui –, porque nós vamos perguntar de cinco em cinco, e aí fica mais rápido.

Jorge Seif, vamos lá.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Ministro Mucio; senhoras e senhores colegas do Parlamento, senhoras e senhores que representam nossas honrosas Forças militares, muito bom dia a todos.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, de participar desta audiência. Eu tinha outro compromisso agora, em paralelo, mas, quando vi que nós receberíamos a presença do Ministro Mucio, eu precisava vir para honrá-lo e, logicamente, para interagir sobre nossas Forças Armadas, porque, acima de questões políticas partidárias, é um interesse nosso enquanto nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, Ministro Mucio... Logicamente, o senhor não vai se recordar disso, mas, durante o Governo do Presidente Bolsonaro, eu trabalhei junto com a Ministra Tereza Cristina, na ocasião, Ministra da Agricultura – eu era Secretário Nacional de Pesca. E, em algumas oportunidades, o senhor me orientou por telefone, por WhatsApp. Eu, novato no serviço público, e o senhor sempre foi uma pessoa extremamente gentil, prestativa. Eu preciso deixar registrada a minha gratidão, porque, especialmente no nosso começo, estávamos com medo, saíamos da iniciativa privada vindos para o setor público – tanta confusão acontece –, e são muito importantes essas pessoas ao longo do caminho, assim como a Tereza também sempre foi uma grande orientadora. Quero agradecer-lhe por isso.

Outra questão: também quero exaltar aqui a grandeza do senhor enquanto homem público. O senhor não é um homem nem de direita, nem de esquerda; o senhor é um homem público que honra o Brasil. E explico: a lucidez do senhor, a coragem do senhor, e o senhor, com algumas opiniões que o senhor tem demonstrado, sem medo, sem receio, despindo-se completamente de qualquer receio de que um não goste, de que outro não goste... Eu chamo isso de coragem, que é a mãe ou o pai de todas as demais virtudes.

Eu gostaria muito, a minha oração diária é de que o senhor pudesse inspirar pessoas do atual Governo, que pessoas tivessem a sua lucidez, a sua clareza, e que não se esquecessem, acima de tudo, do seu passado, porque esta é a pior coisa: você esquecer o seu passado e mudar seu discurso. Mas tudo bem.

Eu queria fazer ao senhor algumas questões. A primeira delas – e para quem não acompanhou as falas do Ministro Mucio, que me surpreendeu positivamente... Fiquei muito feliz, porque é uma voz dissidente no Governo. Em fevereiro de 2024, se eu não me engano... Não, em fevereiro de 2025, o senhor, não sei se foi a primeira, a segunda, ou a terceira vez, comentou que o então Presidente Bolsonaro o auxiliou e o ouviu, na verdade. O senhor foi um mediador para fazer a transição de Governo. Isso acaba enobrecendo e tirando qualquer pecha e qualquer narrativa sobre o Presidente Bolsonaro e alguma resistência. Afinal de contas, para fazer golpe de Estado, você precisa estar alinhado com as Forças Armadas. Se ele, através do seu pedido, fez a transição para os chefes de Forças Armadas indicados pelo Presidente Lula, logicamente não havia esse interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão também é que o senhor foi o primeiro deste Governo – aliás, o único – que disse que, em 8 de janeiro, não houve golpe de Estado, mas uma baderna, vandalismo, um efeito manada, um efeito revolta, qualquer coisa menos golpe de Estado. Eu agradeço ao senhor pelas palavras e pela sinceridade, porque muitos sabem disso, mas não têm coragem, porque são, muitas vezes, subservientes a ideologias, a partidos, e não têm a coragem e a grandeza que o senhor tem. Quero parabenizá-lo por isso.

Por fim, Sr. Ministro, uma coisa que me inquietou: o senhor comentou sobre um certame de compra de tanques. Como é que fala? (*Pausa.*)

Edital, licitação...

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone.*) – Licitação.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E o senhor disse que os israelenses, judeus, como queira, ganharam aquela licitação, que, no entanto, não pode ser concretizada.

Então, esta é a minha primeira pergunta para o senhor: como se desenrolou isso, e se as questões ideológicas ainda permeiam esse tema, visto que, se eles ganharam, foi por tecnologia *versus* preço? Então, o Brasil ganharia com mais equipamentos.

A minha segunda pergunta para o senhor é sobre uma proposta que hoje está em debate aqui no Senado Federal sobre o afastamento, por completo, de militares para concorrer a cargos eletivos E já me posiciono. Os militares, sejam eles do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da polícia civil, da polícia militar, dos bombeiros, não podem ser considerados uma subclasse de brasileiros. Se o senhor é médico e o senhor quer concorrer à política, o senhor concorre e, se der errado, o senhor volta para a medicina. Se o senhor é um advogado, a mesmíssima coisa. Se o senhor é um servidor público, a mesmíssima coisa. E aqui, infelizmente, nós vemos que existe essa... Até entendo que as Forças Armadas não podem ser politizadas. Concordo com o senhor. O senhor já fez essa frase umas duas ou três vezes, com muita felicidade. Concordo 100% com o senhor, mas preterir o militar das Forças Armadas me parece subjugar a classe militar a uma subclasse de brasileiros, com o que eu não concordo. Essa é a segunda pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta que eu faço para o senhor: tramita também aqui a Proposta de Emenda à Constituição 55, de autoria do Senador Portinho, à qual eu também me inscrevi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

... sou coautor – obrigado! – sobre o orçamento mínimo de 2% do Produto Interno Bruto para as Forças Armadas. Eu queria saber a opinião do senhor, apesar de desconfiar.

Eu falo para o senhor que, infelizmente, além dos números ínfimos que o Brasil tem investido nas suas Forças Armadas... Espera aí, Nelsinho, o senhor está me atrapalhando aqui. Além disso, nós temos... Eu recebo aqui militares, Ministro Mucio, e vários deles vêm pedir uma emenda. Isso faz parte do *show*. O senhor já foi Parlamentar também, foi Deputado Federal, e sabe que vêm militares de tudo que é patente, especialmente das mais altas, nos pedir ajuda, nos pedir auxílio.

E uma coisa que me preocupa sobremaneira é que, por exemplo, no Estado de Santa Catarina – e vou aqui proteger a fonte –, está faltando dinheiro para pagar conta de luz, está faltando dinheiro para comprar o rancho para os alunos de algumas escolas, que eu também não vou falar, senão o senhor vai matar qual é a escola de que estou falando, vai descobrir. E isso me parece tão absurdo.

Então, eu quero já dizer que nós queremos apoiar esta Proposta de Emenda à Constituição 55. Eu também queria que o senhor se manifestasse, aproveitasse e pedisse uns votinhos também, se for a favor. Mas creio que aqui todos vão nos ajudar.

Por fim – agora, por fim de verdade –, a última pergunta, Sr. Presidente. Eu queria saber do senhor o que nós, enquanto Parlamento, além dessa PEC nº 55, podemos fazer para ajudar as Forças Armadas? Eu não falo em nome do Ministro Mucio, mas em nome de Forças soberanas. Nós temos 8,5 mil quilômetros de costa, mais oito mil e tantos quilômetros de fronteira, e as Forças Armadas têm que estar preparadas. Como eu fui Ministro da Pesca, recebia constantemente, Ministro Mucio, muitas queixas de pescadores de que barcos estrangeiros vinham à nossa costa, arrastavam, pegavam nossas riquezas, nossa biodiversidade, nosso pescado e iam descarregá-las em outros portos, com que eles têm acordo – por exemplo, no Uruguai. Vinham aqui, arrastavam, que é a pesca mais predatória que tem, e de pesca eu entendo um pouquinho... A pesca mais predatória que tem é arrastar. Você vai lá no fundo do mar, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrastão, e arrasta mesmo. São correntes com chumbo e vão, como um arado na terra, cavando ali – e destroem ninhos, destroem corais... É uma desgraça, infelizmente – desculpa o termo, mas é uma desgraça completa. Mas várias embarcações...

E quem poderia nos proteger e defender a nossa soberania, por um lado, e as nossas riquezas, por outro, seria a Marinha do Brasil, se tivesse equipamentos, navios, fragatas e submarinos em maior quantidade.

Por isso, mais uma vez, reitero aqui, o nosso inteiro apoio à melhoria das condições das Forças Armadas.

Agradeço ao senhor a presença. Muito obrigado pela presença do senhor. Obrigado pelo homem público que o senhor é e obrigado por honrar o nosso Brasil.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, Senador Jorge Seif.

Conforme a dinâmica estabelecida, de pronto, passo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

Peço aos colegas Senadores que sejam sucintos nas suas perguntas, para que o Ministro possa compilá-las e responder a todos.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Bom dia, Senador Nelsinho, caros colegas.

Quero cumprimentar de maneira muito especial nosso Ministro, meu amigo. Como o Jorge Seif falou, muito obrigado pelo homem público que o senhor é e pelo que o senhor tem feito pelo Brasil. Não interessa em que Governos, por onde o senhor passou, além de amigos, o senhor deixa a sua competência. Então, é um prazer estar aqui nesta manhã com o senhor.

Mas, Ministro, sendo muito sucinta, como nos pediu o Senador Nelsinho, eu venho de um estado de fronteira, fronteira seca, com o Paraguai, com a Bolívia – o meu estado e o do Senador Nelsinho. E muito nos preocupa aquela fronteira, porque, só de fronteira seca com o Paraguai, são mais de 700km, em que você anda a pé de um lado para o outro, não precisa rio, não precisa barco, basta ter pernas que você passa de um lado para o outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente sabe de todos os problemas que uma fronteira como essa traz nos descaminhos, principalmente na entrada de drogas, de cigarro, de contrabando, de defensivos agrícolas adulterados, enfim... E hoje as facções têm tomado conta aí, infelizmente, do nosso território.

O Sisfron é um programa do Exército Brasileiro de monitoramento das nossas fronteiras, que é um instrumento, na minha opinião, estratégico, mas ele tem andado muito devagar, por falta de recursos.

Como nós poderíamos aqui no Senado suprir, além dos 2% do Orçamento, que eu não sei se é isso, mas, enfim, alguma coisa prática, para que pelo menos as fronteiras brasileiras pudessem hoje estar mais protegidas? Não sei se é só o Sisfron ou se temos outro sistema também de proteção.

A gente vê a Amazônia também sendo tomada pelas facções, com drogas, com garimpo ilegal. Enfim, nós temos problemas de sobra, devido a desmatamentos ilegais, devido a esta grandiosidade, a este país continental que nós temos e precisamos mais de proteção nas nossas fronteiras.

Então, eu gostaria de saber qual é a previsão do término de implantação do Sisfron hoje com os recursos que temos e o que nós poderíamos fazer talvez para indicar recursos para que o Sisfron pudesse caminhar mais rapidamente.

Eu fico muito preocupada – é a última pergunta que eu teria para o senhor – com a nossa fronteira com a Venezuela. A gente tem visto movimentos dos Estados Unidos, que colocaram frota agora para afundar barcos com droga. Enfim, estão próximos à fronteira do Brasil, dado que a Venezuela é um dos países fronteiriços. Como o Governo brasileiro e o Exército Brasileiro têm visto e qual é a apreensão que o senhor tem em relação a esse movimento que está aqui tão perto da gente?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Conforme havia anunciado, Senador Laércio Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Nelsinho Trad. Bom dia a todos que estão participando aqui conosco: meus colegas, minhas colegas e todos que nos acompanham nesta Comissão de Relações Exteriores.

Obrigado, Presidente, pela gentileza da palavra.

Eu vim aqui para honrar um homem público que admiro muito e por quem tenho muito carinho. O Ministro José Mucio é uma pessoa que faz parte da minha lista de pessoas muito queridas. Como o Jorginho fez, eu quero lhe contar também uma passagem... Eu acho que o senhor vai colecionando essas passagens ao longo da vida.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Ele é bom de contar as passagens. (*Risos.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É, né?

Ministro José Mucio, eu participei de uma eleição em 2006 e perdi – ele sabe bem dessa história. Nós temos um amigo em comum muito querido.

Em 2008, eu fui chamado como suplente para assumir. Eu venho da atividade empresarial, nunca tinha me envolvido com política, e o Ministro José Mucio também sabe disso. Quando eu assumi e cheguei ao gabinete, no dia seguinte, de manhã cedo, uma pessoa chega perto de mim e diz: "Olha, o Ministro quer falar com você". "Ministro falar comigo?! Eu?! Um pobre mortal aqui, e um Ministro ligando para cá?". E era exatamente o Ministro José Mucio para me dar as boas-vindas, e eu cheguei na condição de suplente. Acho que ele era Ministro das Relações Institucionais ou alguma coisa assim e me ligou para me dar as boas-vindas e para dizer que estaria à disposição. De qualquer assunto que eu quisesse tratar, eu poderia procurá-lo. Ministro José Mucio, eu nunca esqueci isso. Esse gesto tem uma importância na minha vida tão grande, porque, poxa, suplente, marinheiro de primeira viagem receber uma ligação de um Ministro? Então, eu queria deixar registrado aqui para o conhecimento público esse momento especial da minha carreira política.

Eu ia falar alguma coisa sobre a Operação Atlas, principalmente com foco também no que a Ministra Tereza colocou, sobre esse conflito de fronteiras entre Venezuela, Estados Unidos e Brasil e o impacto que isso pode trazer, mas vou pegar carona na pergunta que ele fez. Seria a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma pergunta, a narrativa do senhor com referência à Operação Atlas, e essa questão de fronteira contempla a necessidade da minha pergunta.

Obrigado, Ministro. Obrigado, Nelsinho.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a palavra, Senador Rogério Carvalho; depois, Chico Rodrigues.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente – eu estou vendo que o senhor está muito bem auxiliado aí pelo Senador Jorge Seif – e cumprimentar o Ministro José Mucio.

Acho que todos nós temos um consenso que é a necessidade de a gente ter mais investimento nas nossas Forças Armadas. Acho que a gente precisa encontrar um caminho que não se distancie muito do conjunto da administração pública federal, em que determinadas despesas estão no mesmo patamar e na mesma posição que as do conjunto dos servidores públicos federais, que têm política, organização, carreira, etc.

Sobre a questão do investimento, eu acho que, para a gente avançar, o investimento deveria ter uma fonte específica que fosse agregada àquilo que já existe dentro da regra geral de custeio, de custeio de pessoal, de algo que já esteja dado. Isso que está dado deveria ter uma agregação que dialogasse com o que existe de mais atual em termos de administração. E, nesse sentido, seria preciso ter uma fonte, uma fonte específica, cuja receita fosse agregada e não substitutiva das fontes atuais do que já está no orçamento das Forças Armadas de uma maneira geral. Eu acho que a gente tinha que ter essa preocupação.

Tem uma fronteira nova que se abre para o mundo, uma área estratégica que requer segurança nacional, uma questão de segurança nacional que são os metais nobres. São os minérios, as chamadas terras-raras, que, na verdade, são minérios nobres que estão associados com a telecomunicação, com a mobilidade, com a produção de energia através da energia solar – são componentes da produção de baterias. Ou seja, o futuro dependerá da disponibilidade desses minérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que nós deveríamos pensar numa solução definitiva que seria ter recursos decorrentes do resultado dos *royalties* 100% destinados a uma fonte suplementar, uma fonte extra para o financiamento do investimento nas nossas Forças Armadas.

Nós precisamos manter as nossas Forças Armadas com quantidade e modernidade, atualizadas, para que possamos ter mais segurança ou estar mais protegidos, em função do que representamos. Nós somos um país, como disse aqui o Ministro, que tem água, tem esses minérios raros... Inclui-se aí toda a área, desde petróleo até o ouro, passando pelo nióbio, pelo urânio, por tantos minérios que poucos países no mundo têm na proporção que nós temos. A China é o primeiro, o Brasil é o segundo na disponibilidade desses minérios. Nós temos comida, a segurança alimentar é uma questão estratégica para o mundo. Nós somos hoje o país mais importante para garantir a segurança alimentar do mundo, né? Portanto, nós temos água, comida, minério, que são coisas extremamente importantes, relevantes, que a gente precisa cuidar o tempo todo e proteger, além de uma extensão territorial gigantesca, a nossa integridade territorial.

Nós temos uma biodiversidade que nós não sabemos e não mensuramos o valor que tem para nós e para a humanidade como um todo, mas é uma riqueza que está sob nossa custódia, está no nosso território, é nosso, e faz parte proteger, isso faz parte da garantia da nossa soberania. Ou seja, nós temos um potencial e nós temos uma riqueza extraordinária que precisa ser, de certa maneira, cuidada, protegida. Eu penso que a gente precisa avançar nesse sentido.

Acho que os modelos... Tem um questionamento muito grande. Por exemplo, a assistência social não conseguiu ter vinculação de receita. No Brasil, a gente tem duas vinculações de receita basicamente: saúde e educação, certo? Além disso, eu acho que a gente tem uma situação que amarra demais o orçamento e tira a mobilidade de quem governa, seja qual for o governo. Agora, nós não podemos deixar de ter – que é diferente, certo? – uma receita grande e dirigida para esse fim. Poderia ser do petróleo? O petróleo já tem hoje destinação, o Fundo Social já tem as suas amarras, mas eu creio que já tem... Até poderia ser a Margem Equatorial, né? Poderia ter alguma possibilidade, mas ela já está submetida a um regramento; na hora em que você leiloa, já está vinculada a um fundo, que é o Fundo Social, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, essa nova fronteira que está surgindo no Brasil com força... Eu acho que nós poderíamos ter um compromisso de fazer uma vinculação no sentido de ela ser uma fonte para investimento nas nossas capacidades de defesa, do nosso território, de todas as riquezas e do papel estratégico que a gente cumpre junto ao mundo como um todo.

No mais, quero cumprimentar o Ministro José Mucio pela sua dedicação, pela sua parcimônia, capacidade de diálogo, de conversa, de mediar, e para isso tem que ter muita competência, muita inteligência emocional, muito bom humor, e, acima de tudo, qualidades que eu acho que a gente precisa buscar o tempo todo que é ter conteúdo, não ter uma visão rasa nem das relações, nem dos fatos, nem das coisas. É preciso ter uma visão mais profunda sobre essas questões.

Quero concordar, para concluir, com V. Exa., que felizmente não teve golpe, foi só uma tentativa de golpe, está certo? (*Risos.*)

Para podermos ficar todos na mesma página.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

Depois, Dr. Hiran.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Nelsinho Trad, meu colega Senador Jorge Seif, demais Senadores, Senadora Tereza Cristina, eu estava aqui atento, acompanhando a apresentação do Ministro José Mucio Monteiro, que é o 15º Ministro de Estado da Defesa, e não poderia deixar de rapidamente passar aqui pelo seu currículo como Ministro do Tribunal de Contas da União, Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais do Brasil, Deputado Federal por Pernambuco de 1º de fevereiro de 1991 a 23 de novembro de 2007, ocasião em que convivemos durante cinco mandatos consecutivos. Foi Secretário Municipal de Planejamento do Recife, minha terra natal também, Secretário Estadual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Transportes de Comunicação e Energia de Pernambuco, Prefeito de Rio Formoso – o José Mucio já foi Prefeito também, foi Prefeito de Rio Formoso –, mostrando exatamente que tem um currículo extremamente vigoroso. Mas, mais do que isso, ele é reconhecido pela sua liderança nas nossas Forças Armadas, pelo Presidente Lula, pela base aliada e mesmo pela oposição, como um quadro de grande competência, dono de um verdadeiro espírito republicano (*Falha no áudio.*) à conciliação e ao diálogo. Sua atuação é irretocável à frente do Ministério da Defesa, sempre em situações sensíveis se colocando como um algodão entre os cristais. E momentos assim nós temos vivido, nessa última quadra da história brasileira.

Tenho certeza de que o Presidente, ao escolhê-lo e insistir na sua permanência no cargo, com ventos nem sempre favoráveis a isso, mostra exatamente, Ministro José Mucio, que esse seu espírito público, esse seu espírito republicano tem dado uma garantia de segurança à institucionalidade.

Portanto, não poderia, de forma alguma, deixar de fazer esses registros para mostrar exatamente que, em função de todas as situações vividas e pelas posições assumidas por V. Exa., acredito, como cidadão, como brasileiro, que V. Exa. deve permanecer nesse cargo, até para dar tranquilidade à nossa institucionalidade.

Acredito que é motivo de muito orgulho também para V. Exa. ocupar tão relevante cargo da República e estar dando tantas contribuições para a nossa democracia.

Apesar de pernambucano, sou Senador pelo Estado de Roraima, onde já estou há 40 anos. Trabalhei por vários anos com o Governador Marco Maciel, fui para Pernambuco, lá assumi a Secretaria de Agricultura, entrei na vida pública e estou no nono mandato. É lógico que eu gostaria de tratar aqui de um assunto a que tangencialmente a Senadora Tereza Cristina já se reportou, em relação à situação que vivemos hoje, da instabilidade política na Venezuela, com reflexo direto sobre a vida da população do Brasil, mas especificamente sobre a população do nosso Estado de Roraima, onde vivem hoje mais de 120 mil venezuelanos para uma população total de 800 mil habitantes, que é a população do Estado de Roraima.

É lógico que o Governo brasileiro está fazendo todas as ações no sentido de manter o equilíbrio, no sentido de assistir os venezuelanos que ali chegam e que se estabelecem, porque mais de 900 mil venezuelanos já passaram pelas nossas fronteiras para outros estados, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros países da América Latina, mas realmente os reflexos sociais, políticos e econômicos são fortíssimos na vida da nossa população. Você imagina o que é: para cada oito brasileiros ali, de Roraima, um é venezuelano. Os hospitais já não suportam mais, 40% dos nascimentos na maternidade da nossa capital são de venezuelanos. A penitenciária agrícola do nosso estado tem mais de 10% dos prisioneiros ali venezuelanos. Portanto, é uma situação muito sensível.

É lógico que a presença do braço forte, da mão amiga do Exército Brasileiro, através da Operação Acolhida, tem mitigado, de certa forma, esses efeitos no nosso estado. No entanto, apenas para esclarecimento público, a gente sabe que hoje a tendência natural – em função da pressão do Governo americano na costa venezuelana – é de que essa debandada de venezuelanos em direção ao Brasil seja cada vez mais intensa. Tem semanas em que diariamente passam na nossa fronteira mais de 500 venezuelanos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Já passaram mil, inclusive, V. Exa. está confirmando.

Então, nós gostaríamos de saber quais... Várias operações estão obviamente... Operações de rotina, treinamento das Forças Armadas na região, mas claro que atentos que são os nossos militares – orientados, creio, por V. Exa. – estão realmente atentos em relação a qualquer momento de conflito do Governo americano com a Venezuela, o que vai realmente impactar muito o nosso estado e a região.

Portanto, gostaria de saber quais são as ações executadas pelo Ministério da Defesa para o nosso estado e para a Região Norte em relação especificamente a essa questão da crise da Venezuela.

É lógico que, se, de um lado, nós temos uma crise, o réquiem de um perigo anunciado, nós temos, do outro lado, ali, não menos distante, em uma fronteira de aproximadamente também mil quilômetros, a República Cooperativa da Guiana, que hoje é a nova Dubai. Então, se, de um lado, tem a crise da Venezuela, do outro tem realmente uma perspectiva de desenvolvimento e de trocas econômicas fantásticas em relação à Guiana, mas, especificamente, eu deixaria aqui essa pergunta para V. Exa., em relação à condição das ações desenvolvidas pelas nossas Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa em relação a Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Chico Rodrigues.

De pronto, o Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Nelsinho Trad. Bom dia, querido Ministro de Estado da Defesa, meu amigo Ministro José Mucio. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e a todos os oficiais das três Forças, que o acompanham aqui nesta sua visita ao Parlamento. Aliás, é uma honra para esta Comissão ter a sua presença e a presença das Forças Armadas aqui, nesta Comissão.

Eu quero me ater, basicamente, Ministro, à situação grave que nós vivemos desde 2017. Nós temos, lá no nosso estado, como já se falou aqui, o meu colega e amigo Chico Rodrigues já falou sobre a Operação Acolhida, que, aliás, é um exemplo de acolhimento de imigrantes para o mundo – para o mundo. Eu conheço um pouco de imigração na Europa e na África também e posso dizer, com segurança, que a Operação Acolhida, que é um projeto de Estado – que começou a ser gestada ainda na gestão do Presidente Michel Temer no final de 2017 e em 2018 – é uma operação que tem realmente diminuído o nosso sofrimento, apesar de que Roraima vive uma situação muito difícil do ponto de vista social, do ponto de vista da segurança pública, da educação, da saúde.

O Senador Chico falou sobre a nossa maternidade, o índice de nascimento de venezuelanos é muito grande, e o senhor sabe também que eu sou oftalmologista ainda ativo, e na nossa clínica lá, em uma das nossas clínicas, nós atendemos muito SUS. E hoje, nos nossos mutirões de catarata, a metade dos operados na nossa clínica são venezuelanos, quer dizer, isso impacta muito nos nossos custos, e Roraima tem sido penalizada com essa demanda imensa social, que é essa migração, que não entra só pela Acolhida, é bom que as pessoas entendam. Uma parte dessa população é acolhida, e ela é interiorizada para outros lugares do Brasil e para outros países da América do Sul, enfim, mas aquela porção de venezuelanos que fica em Boa Vista impacta muito no nosso orçamento público, tanto do estado, quanto dos municípios e de Boa Vista. Inclusive, temos lutado para conseguir receber do Governo Federal a compensação do que foi gasto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017 até 2019, que já foi, inclusive, fruto de uma ação que nós já ganhamos no Supremo Tribunal Federal.

Mas, Ministro, eu queria que V. Exa., que certamente vai falar sobre a Operação Atlas, que também aqui já foi mencionada pela nossa Senadora Tereza Cristina e pelo Senador Chico...

Nesta semana, o senhor estará em Boa Vista, na quinta-feira, para fazer uma supervisão nessa operação, que está se desenrolando lá no Amazonas e em Roraima. Eu queria que V. Exa. detalhasse um pouco sobre essa operação, que, aliás, reforça a nossa soberania naquela região longínqua do país, e também queria que o senhor falasse um pouco da magnitude dessa Operação Acolhida, que já gastou certamente mais de R$2 bilhões com o acolhimento de venezuelanos, só através do Governo Federal, fora o que nós já gastamos, como eu falei aqui, no estado e nos municípios.

E queria também falar que, em janeiro deste ano, eu lhe encaminhei um ofício. Tivemos uma preocupação, pois houve informações na fronteira de que poderia ter havido violação do nosso território através de forças venezuelanas que faziam treinamento na fronteira perto de Pacaraima, em Santa Elena de Uairén, no Estado de Bolívar. Eu até, àquela época, procurei ir a Santa Elena. Entrei na Venezuela, e, com certeza, não ficou configurada essa invasão, até porque as nossas Forças de segurança são muito equipadas com o monitoramento das nossas fronteiras, e eu acho que isso teria uma reação rápida do Governo brasileiro.

Mas eu queria que V. Exa. fizesse aí um apanhado geral de tudo que é gasto com essa Operação Acolhida, para que o povo brasileiro saiba do que nós fazemos em relação a esse Governo tirano, sanguinário, que é classificado como narcoterrorista, da Venezuela, que causa tanto sofrimento a mais de 6 milhões de venezuelanos que vagam em situação de vulnerabilidade pelo mundo afora. Então, gostaria de que o senhor fizesse aí um apanhado orçamentário, já que o senhor é um homem de tribunal de contas, é um homem que tem muito conhecimento da matéria; que o senhor falasse um pouco desses gastos que nós estamos tendo com a Operação Acolhida, inclusive com a interiorização de venezuelanos através de convênios que nós temos com companhias aéreas que tiram esses venezuelanos de Roraima para outros lugares do país e os alocam em outros locais, em outros estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela sua gestão, Ministro. Realmente quero aqui fazer minhas as palavras de todos que me antecederam. A sua credibilidade, a sua honra, a sua história, de um brasileiro extremamente comprometido com os interesses da nossa nação, o qualificam sobremaneira para ocupar essa posição que o senhor ocupa e que dá tanta tranquilidade e equilíbrio ao nosso país.

Parabéns! Vida longa e saúde para você.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Para finalizar o bloco de perguntas, o Deputado Girão.

Peço que seja objetivo, conforme os outros colegas.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN) – Bom dia, meu caro amigo, Ministro Mucio. Muito obrigado pela presença de V. Exa.

Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad, por nos permitir, como Deputado, participar desta audiência aqui, do Ministro Mucio.

Eu separei alguns tópicos para conversar com o Ministro Mucio, mas acredito que... Antes disso, gostaria de deixar muito claro também para cada um dos presentes, tanto os militares das Forças Armadas – com alguns nós trabalhamos, usamos farda juntos... E a gente, realmente, como o senhor muito bem sabe, não tira a farda, né? A farda continua na gente.

Eu tenho aqui dois Senadores que me conhecem bastante, porque morei 11 anos em Roraima, trabalhando lá e, vamos dizer, deixando o nosso sangue, o suor e lágrimas também; lágrimas em função daquilo que a gente sabe que foi talvez uma das maiores agressões contra a soberania brasileira, que foi a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Já tinha recebido o Estado de Roraima uma grande pancada com a demarcação, na época do Presidente Collor, da reserva indígena Yanomami, que é impossível de ser vigiada e patrulhada, assim como a Raposa Serra do Sol também tem as suas características.

Mas, Ministro, a minha preocupação hoje, o foco maior tem que ser o extremo norte do Brasil. Muitos aqui não sabem, talvez, que o extremo norte, o ponto extremo do norte do Brasil é o Monte Caburaí, que fica lá em Roraima. Ainda pensam que o Brasil de norte a sul é do Oiapoque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Chuí; não, é do Caburaí ao Chuí. A gente teve a oportunidade de ver isso, e estou falando aqui como sendo uma informação de cultura geral.

Mas, quanto à crise no extremo norte do Brasil, Ministro Mucio, eu participei da organização da primeira grande operação militar nos moldes dessa que vai acontecer, já está acontecendo lá em Roraima, nos idos de 1993. Uma operação militar é importante para marcar terreno, mas o que garante mesmo, Ministro, a soberania brasileira naquele espaço de território – Ministro Mucio e Senadores aqui, Chico Rodrigues e meu amigo aqui, Dr. Hiran – é a permanência das Forças que vão garantir a soberania brasileira. Não adianta mandar 5 mil homens para lá, homens e mulheres, e depois eles saírem e ficar...

Então, essa permanência não é somente das Forças Armadas; essa permanência é daquelas Forças que a gente sabe que vão trabalhar para desenvolver o país, para manter o país como sendo nosso. E nós estamos com uma quantidade muito grande, Ministro, eu não sei se o senhor está sabendo, mas na Câmara, nós estamos, desde o começo deste ano, pedindo para fazermos uma visita à Operação Acolhida, e até agora, não conseguimos fazer. É uma pena, porque, quanto à Operação Acolhida – e eu tive a oportunidade de estar lá em 2019, então, seis anos atrás – eu tenho recebido diariamente, de amigos que mantêm o contato lá em Roraima, a situação de Roraima não está agradável. E na Operação Acolhida, está entrando alhos e bugalhos, como a gente diz. Entra todo mundo, e a gente não tem um controle do que é que está acontecendo aqui.

Então, eu me preocupo muito com a soberania brasileira naquela região territorial do Brasil, porque já temos uma grande vulnerabilidade, que são as terras indígenas. E agora, com essa penetração de estrangeiros lá, não digo que os venezuelanos sejam más pessoas, mas está vindo gente que a gente não sabe nem o que é. Ele chegou lá e foi acolhido, é o nome da operação. Então, isso nos preocupa bastante.

Eu gostaria, Ministro, também, de completar para V. Exa., ontem recebemos, aqui, na Câmara, uma comitiva da Áustria. O Ministro de Negócios Estrangeiros da Áustria, com o Embaixador novo da Áustria, e é mais um europeu que nos procura aqui, no Brasil, pedindo a ação do Brasil em relação às guerras que estão acontecendo lá fora. Guerra é seu assunto. Relações internacionais, eu sei que é o Ministério das Relações Internacionais, mas guerra é seu assunto. Guerra é uma demanda sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor deve estar lembrado que eu falei, um dia desse, para o senhor, numa sessão na Câmara.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone.*) – É evitá-la também. (*Risos.*)

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN) – Também.

Mas eu falei, um dia desse, para o senhor, o seguinte: o Brasil precisa de pacificação. Então, eu espero que V. Exa., dentro dessa fidalguia, inteligência e capacidade de trabalho, consiga fazer, junto a este Governo que está aí, com que o Governo abra os olhos para a importância de uma participação na negociação para que a paz possa acontecer.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia, a invasão só tem um jeito de acontecer ali: é cessar fogo imediato, e vamos sentar para discutir e chamar todos os jogadores. O Brasil é um dos jogadores, pelo menos, era. Depois dessa história aí da jabuticaba e da mesa com a cervejinha lá, isso aí não, isso aí não é demonstração de jogador, isso aí é brincadeira.

Então, o Brasil é um jogador. Tem que chamar para conversar mesmo e chamar mais a Índia, chamar a Turquia, chamar todos os vizinhos lá. Uma ação numa usina atômica na Europa, que eu espero que nunca aconteça, vai causar um problema seriíssimo para toda a Europa, a Europa central, norte e sul também. Então, o Brasil precisa agir de maneira diplomática e militar, mostrando que nós precisamos de paz no mundo.

Para concluir, Sr. Ministro, em relação à guerra interna, eu insisto com V. Exa. Para mim, como militar da ativa... Trabalhei subordinado ao General Heleno, passei missão, no exterior, para o General Braga Netto, trabalhei com ele, fomos instrutores juntos, e com outros generais, vários coronéis, que já perderam as suas carreiras. Ministro Mucio, meu amigo, é inaceitável, para este velho soldado, ver uma condenação em cima do General Heleno e todos os demais, e as nossas Forças Armadas ficarem silentes, aceitando tudo como se eles fossem criminosos. Aliás, criminosos piores do que Fernandinho Beira-Mar e outros. Eu me dou o direito de não falar o nome de quem não presta. Esses caras estão sendo tratados como se fossem os piores criminosos da história do Brasil. E isso daí foi uma narrativa, que a gente sabe, envolvendo inclusive militares, lamento muito. Envolveu o ministro-chefe do GSI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consigo aceitar, de maneira nenhuma, Ministro, que... Eu sei que o seu cargo é político, por causa disso eu estou cobrando que o MD aceite isso daí vindo do STF, condenando esses militares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a participação do Deputado Girão e encerro a fase de perguntas.

Antes, porém, gostaria de registrar a presença do ex-Senador Cássio Cunha Lima. É um grande prazer recebê-lo nesta Casa. V. Exa. aqui deixou grandes marcas da sua atuação.

É apenas para dizer ao Ministro Muio que algumas virtudes que V. Exa. comentou no início da sua fala, também gostaria de compartilhar. Por ser médico, defensor da vida, da saúde, eu aprendi a ser otimista também por natureza, conforme V. Exa. E creio também que a diplomacia e a segurança andam sempre lado a lado e quase sempre promovem o entendimento.

V. Exa. é dotado de uma inteligência emocional, como já foi dito, muito grande, e eu acrescento que é pós-graduado na inteligência espiritual, que é algo muito importante e de que o nosso tempo está precisando.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar das Terras Raras, aqui, no Senado, com o apoio dos colegas que assinaram esse requerimento. A pergunta que eu deixo aqui é: qual a prioridade que está sendo dada, pelo Ministério da Defesa, no sentido dessas reservas estratégicas de terras-raras no nosso país, especialmente na Amazônia. E um comentário muito breve de V. Exa. a respeito do programa Sisfron, que lá no meu estado, como já disse a Senadora Tereza Cristina, fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, ao que nos consta, já está num estágio realmente mais avançado de implementação.

Era isso.

Passo a palavra a V. Exa. para poder, de forma tranquila, responder aos questionamentos dos colegas que aqui ainda se encontram.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer por esta oportunidade, agradecer ao Presidente Nelsinho, agradecer ao Jorge, que fez a primeira pergunta e está conosco aqui, na mesa. Aliás, desculpe, Senador Jorge – desculpe a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intimidade. Ao Senador Chico Rodrigues, à minha querida amiga Tereza Cristina, ao Laércio Oliveira, ao Rogério, que precisou se retirar, ao meu prezado Dr. Hiran, ao Senador Esperidião Amin, que passou por aqui, ao Beto Faro, que esteve aqui conosco, ao meu prezado companheiro Randolfe Rodrigues, ao Senador Flávio Bolsonaro e ao ex-Senador e grande amigo, Senador Cássio Cunha Lima.

Na realidade, eu vim aqui – se os senhores quiserem que eu fale com muita franqueza – atrás de ajuda. A Defesa nunca fez parte de projeto político de nenhum candidato à Presidência da República e nem fez parte de nenhuma prestação de contas de nenhum Presidente da República. Ou seja, as coisas que acontecem na Defesa são episódicas.

E eu, ao mesmo tempo em que venho pedir uma ajuda...

Quero cumprimentar também, pela presença, Eva, uma grande colaboradora nossa, ex-colaboradora do Ministério da Defesa, os meus companheiros do Ministério das três Armas e os civis que ocupam o Ministério.

Eu vim pedir uma ajuda, mas vim fazer um gravíssimo alerta. Nós temos uma impressão das Forças Armadas brasileiras completamente diferente do que elas são. Nós não somos nada em relação ao tamanho do país. Eu comparo isso muito a uma orquestra com músicos satisfeitos e competentes com instrumentos velhos e uma orquestra com instrumentos novos e músicos insatisfeitos. A sinfonia sai melhor com músicos satisfeitos e instrumentos velhos do que com instrumentos novos e músicos insatisfeitos.

Quem sustenta as nossas Forças Armadas é o heroísmo do... É o fator humano, são os marinheiros, são os soldados, são os aviadores e o profundo respeito que eles têm, porque, diferentemente de nós políticos, eles passam 50 anos acreditando na mesma coisa, obedecendo às mesmas pessoas e tendo a consciência de que precisam servir ao Brasil. Nós passamos quatro, às vezes, renovamos quatro, às vezes, renovamos quatro. Eles são amigos, se constrangem com essas condenações, se indignam quando as coisas são provadas. Nós nos esquecemos até dos melhores amigos que tivemos aqui no passado, porque o tempo dilui essa relação.

Hoje, é muito grave dizer isso aos senhores... Nós somos o maior país da América Latina, temos 52% do PIB da América Latina, mas as nossas Forças Armadas não sei nem se estão entre as três primeiras. Nós temos bastante equipamento, mas nós não temos dinheiro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

combustível. Nós temos bastante equipamento comprado, existem financiamentos para comprar novos, mas nós não temos dinheiro para comprar peças. Falta combustível, falta peça, falta munição.

Nós temos 30 dias de munição? Em 30 dias, se espanta o inimigo, mas, se ele voltar, nós não temos nada a fazer. Isso é culpa de quem? Isso é culpa dos nossos problemas. Isso não é culpa de nenhum ex-Presidente da República, nem do Presidente da República. Se eu fosse Presidente da República, o caso seria o mesmo. Se Nelsinho o fosse, seria o mesmo, o Jorge ou qualquer dos senhores, porque é muito difícil um Presidente da República, num país onde faltam vacinas, remédios, livros, alimentos, comprar um Gripen que custa US$100 milhões. Nós precisamos de 30, 40. Você comprar um submarino que custa 800 milhões de euros. Será que a sociedade ia aceitar, a imprensa ia dizer que o Governo fez certo se em vez de comprar remédios comprasse um submarino de 800 milhões de euros? Será que a imprensa ia dizer para a sociedade que o Governo fez muito bem em comprar uma frota de Gripen de US$100 milhões, quando nós não compramos livros, remédios, quando tem escolas que estão sem o alimento que precisam ter para os alunos? Essa é a nossa prioridade, porque nós somos um Brasil profundamente desigual. Eu digo muito que nós somos tão desiguais que nem as classes sociais são as mesmas no Brasil!

Uma vez eu fui criticado num *blog* porque disse que o sonho do pobre do Amazonas, da Região Amazônica e do Nordeste, é ser pobre numa região mais rica do Brasil, porque é onde ele vai ter escola, onde os filhos vão ter oportunidade, onde as mulheres vão poder trabalhar, onde vão ter educação, saúde. Como é que nós vamos dar prioridade à defesa?

O Chile, hoje, tem uma frota de aviões maior do que a nossa; a Colômbia também tem. Qual foi o segredo que o Chile, que esses países adotaram? Eles criaram uma fonte de financiamento que independe do humor da política.

Nós precisamos tirar da América do Sul a nódoa de que os militares são pretensos golpistas ou sonham em mudar o Governo. O militar não pode fazer política, meu caro Senador Jorge, porque ele é funcionário do Governo que estiver no plantão, e a Constituição diz: o Chefe das Forças Armadas – está na Constituição – é o Chefe do Poder. É o único emprego no Brasil que, à meia-noite do dia 31 de dezembro para o dia 1º, troca de chefe, e todos têm que prestar continência ao novo chefe, seja ele quem for! A classe militar não pode estar agradando partidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lideranças políticas atrás de apoio, porque o objetivo dela não é o partido A nem o B, nem esquerda nem direita: o objetivo das Forças Armadas é zelar pelo patrimônio da sociedade brasileira, que é o Estado brasileiro, seja lá governado por quem.

Proibidos de ir para a política eles não são, como não são os juízes. Podem ir e ficar, como os promotores; podem ir e ficar, mas não podem levar para dentro dos quartéis as manobras eleitorais, os agrupamentos eleitorais para a próxima eleição.

Por que as nossas polícias civis, militares, nos estados de vocês, sofrem tanto? Você tem um comandante da polícia de Roraima, mas você tem um ou dois Deputados Estaduais que têm mais força até do que o próprio comandante. Houve uma militarização, uma politização das polícias, do setor repressivo brasileiro. Como o delegado do Rio de Janeiro se elege Deputado Estadual, se não prestando favores? E que tipo de favores são esses? Quem paga é a sociedade, nesses tipos de favores para beneficiar família de bandido, soltar culpados. Se nós politizamos as nossas forças, nós estamos comprometendo o risco da nação brasileira.

O Uruguai é deste tamanhinho. Tem 2% do PIB para a defesa do Uruguai. Você diz: "Mas é muito pouquinho" – mas esses 2% são o tamanho da responsabilidade que eles têm com o patrimônio do Uruguai. A Colômbia tem 2,6%; o Paraguai tem um percentual; os países vizinhos do Brasil têm um percentual. O menor investimento de defesa da América do Sul é do Brasil, com, ano passado, 1,04%.

Aí dizem alguns companheiros da política: "Mas as despesas das Forças Armadas brasileiras são todas com pessoal". Hoje, são quase 80% com pessoal, e, na toada em que nós vamos, pode chegar a 100%. A comparação que eu faço é que você tem um carro e um motorista: se o carro quebra e você não pode demitir o motorista, sua despesa de transporte passa a ser 100% com o motorista, porque o carro está quebrado.

Se nós investirmos, como os outros países estão investindo, esse percentual, que é de 80%, vai para 60%, para 50%. Acontece que nós não estamos investindo em equipamento. Um percentual da nossa frota está parado, completamente parado. Culpa de quem? Culpa da prioridade que não foi dada à defesa. E como nós estamos, nunca se dará prioridade à defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Rogério falou aqui, agora há pouco, uma coisa importantíssima: nós precisamos estabelecer um percentual de alguma coisa para que seja da defesa, seja o Presidente da República quem estiver no plantão.

O Chile tira isso do cobre. Nós poderíamos tirar de outras coisas. Nós estamos trazendo aqui para os senhores... nós precisamos ter previsibilidade. Nós compramos um equipamento que tem prazo de entrega de seis anos, e, quando muda o Governo, o dinheiro não vem, e nós não pagamos a primeira prestação. Nós não temos uma previsibilidade do que podemos gastar. Nós precisamos não é de 2%, que seja 1,5%. Nós precisamos saber se vamos pagar a primeira prestação de uma munição, a primeira prestação de um avião, de um submarino, de um radar do Sisfron. Com 1% a gente não paga nada.

Eu recebi uma delegação, quando o Presidente Macron esteve aqui. Eles têm um Ministro que faz compras para as Forças, e ele foi falar comigo. O cidadão não era simpático: agressivo, reclamando, zangado e brabo, porque nós não estávamos comprando helicópteros produzidos por ele, e começou a falar alto.

E eu sou péssimo de briga – se tem um cidadão que não sabe brigar, Senador, sou eu. Aí eu disse: "Eu vou fazer uma coisa, eu vou resolver o seguinte: nós não vamos comprar o helicóptero do senhor". Aí ficou aquele silêncio na sala, e ele disse: "Não vai comprar por quê?". Eu disse: "Eu não vou comprar porque, para você me vender, está me tratando desse jeito, imagine quando eu não lhe pagar a primeira prestação". (*Risos.*)

"Então, nós não vamos fazer negócio nenhum mais. Eu não quero arrumar encrenca com você. De maneira que não compro, porque já lhe adianto que não vou lhe pagar. Então, vamos sair daqui amigos".

É isto que tem acontecido. Eu tenho números aqui que impressionam, Girão – desculpe, Deputado Girão.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não, que é isso?

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Nós postergamos as nossas compras. Repare a compra de aviões aqui. Nós compramos para 2025; nós postergamos para 2033; estamos atrasados oito anos com a compra dos Gripen. Os juros que nós pagamos equivalem a seis aviões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O KC-390 nós adiamos a entrega de 2026, como não temos dinheiro, para 2035. Os juros vão dar dois aviões. Postergamos o pagamento da Marinha – o Almirante Góis está aqui. Os juros equivalem a dois submarinos.

Então, é essa falta de programa de todos os governos. E, repito: se eu fosse o Presidente da República acho que seria a mesma coisa, porque eu não teria coragem de tirar dinheiro de remédio para comprar munição, para comprar avião, para comprar submarino, para comprar radar.

O que nós precisamos é fazer com que a sociedade brasileira, os partidos, os lados, as bandas, entendam que a defesa pertence ao país, a quem vencer e a quem perder.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Sim

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Nós, quando guardamos o país, guardamos o país do Governo e da oposição.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Quando nós defendemos o Brasil, nós defendemos o Brasil do Governo e da oposição.

Nossas fronteiras precisam ser cultivadas com diplomacia. Se o mundo investiu, no ano passado, US$2,7 trilhões, se nós não investirmos na diplomacia e todo mundo usar o que comprou nós explodimos o planeta.

O Japão tinha na Constituição uma proibição de comprar equipamentos de defesa, depois que eles experimentaram duas bombas. Tiraram este ano e investiram 30% em defesa. Portugal, que é um país pacífico, está investindo em defesa. Ou seja, está todo mundo com medo de todo mundo? E se todo mundo resolver investir o que comprou?

Nós precisamos cultivar as nossas... A palavra... Deus não foi por acaso que deu, dos animais a nós, a palavra. Podia ter dado à vaca, ao burro; deu ao homem e à mulher, para que nós exercitemos a fraternidade, discutamos. A mais forte arma da sociedade – do homem – é a palavra e a fraternidade, é a mão estendida. Nenhum desses conflitos vai ser resolvidos com armas. A Rússia não usou na Ucrânia as armas letais. Israel está fazendo o que está fazendo em Gaza. Aqueles conflitos da África são tão frequentes que nós já nos acostumamos a eles. Brigam por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta de quê? De quem é Deus? De quem nasceu de quem? De etnias e de religião? Transformamo-nos em belicosos, viramos animais ferozes, dotados de equipamentos modernos com uma capacidade gigantesca de matar.

Nós temos 340 mil homens nas nossas Forças. Para o país, não é nada, mas, pior, são competentíssimos e poderiam ser muito mais fortes se nós tivéssemos instrumentos eficazes que hoje nós não temos mais. Vocês lembram que, uns anos atrás, alguém resolveu fazer uma manifestação com um automóvel da Marinha aqui, na Praça dos Três Poderes, e eles esfumaçaram por todo lado? Falta de manutenção, falta de equipamento. Existem linhas de financiamento para comprar avião, mas não existe linha de financiamento para consertar avião. Existem linhas de financiamento para comprar obuseiros, mas não existe financiamento para consertar obuseiros.

E por que eu estou pedindo ajuda aqui, aos senhores? Nós precisamos criar alguma coisa que não dependa de o Governo dizer: "As Forças não me apoiaram". Isso é uma coisa perigosíssima para nossa democracia. Isso tem sido a grande ameaça das democracias sul-americanas. "As Forças não estão do nosso lado". As Forças têm que ficar do lado do país, seja lá quem estiver governando. Está na Constituição que elas são soberanas. Está lá na Constituição que elas têm que obedecer – não é adesismo –, têm que obedecer a quem se empossou, porque assume a responsabilidade do país, e as Forças são quem respondem pela garantia do país.

Então, o que foi que eu vim pedir aqui, aos senhores da Comissão de Defesa? O Senador Portinho vai apresentar, Randolfe acho que vai relatar, um projeto para que nós tenhamos uma previsibilidade, um PLP que está sendo enviado para cá.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – A PEC, né?

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – Pois bem, R$30 bilhões, R$5 bilhões por ano.

Faz falta na educação? Faz. Faz falta na saúde? Faz, mas nós precisamos defender o país.

Eu fui para um debate na Câmara, e um Deputado disse assim: "Eu não sei para que nós temos Forças se nós não temos guerra". Temos muitas guerras aqui: 10 mil homens, 20 mil homens no Rio Grande do Sul em 48 horas é uma guerra para salvar os gaúchos; 10 mil homens no Mato Grosso do Sul, no seu estado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Para apagar um incêndio.

O SR. JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO – ... para apagar um incêndio, é uma guerra? O tráfico no Rio de Janeiro, tão presente, e no litoral de São Paulo, é uma guerra que nós temos? A saúde na Amazônia, para a gente manter na sua região, Senador Hiran, é uma guerra? Levar água quando não tem... Você imagina que nós levamos água para o Amazonas? Como é que você leva água para o Amazonas? Difícil explicar a um cidadão da rua que, às vezes, o Amazonas precisa de água de beber, quando seca. É este o Exército, a Marinha de que nós precisamos nos orgulhar.

Aí dizem assim: "É uma elite". Sabe quanto ganha um general? Depois de 50 anos de serviço? Ele vai para casa com R$24 mil. Eu, às vezes, digo para companheiros de Governo, eles não acreditam. Quanto ganha um brigadeiro quando vai para casa? R$23 mil, R$24 mil depois de 50. A única coisa que conseguiram poupar foi uma casa e comprar um carro e educar os filhos, que ficaram dispersos, porque a cada dois anos, eles mudam de lugar. Nós não fazemos justiça com as nossas Forças Armadas. (*Palmas.*)

Nós somos injustos com o que as Forças fazem e fizeram por este país.

Eu vim pedir aos senhores aqui que ajudem o país. Não é ajudar Governo, nem quem vai ser Governo, quem não vai ser Governo; é o país.

Um coronel sai da aposentadoria com R$15 mil. Depois de quantos anos? Cinquenta. Ninguém acredita. Um dia desses, eu levei para um colega ministro, está aqui o resultado. "Não, porque vivem em festa". Não vivem nada, eles vivem absolutamente em plantão, porque eles não têm nem sábado, nem domingo, nem fundo de garantia.

E por que é que eu torço para que... Os senhores não tiveram simpatia com a proposta de eles não poderem se candidatar? Podem se candidatar. E tem homens competentíssimos para serem brilhantes políticos. Agora, eles não podem voltar derrotados, com proselitismo de candidatos das futuras eleições, fazendo grupo de WhatsApp, reunindo-se dia de sábado, fazendo grupo. Vai para o beleléu a disciplina. Não obedece mais ao chefe, não quer mais ser transferido, não recebe missões. E eles não podem ter escolha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive em São Gabriel da Cachoeira, conversando com um general recém-chegado de Londres, onde passou dois anos. Eu disse: "Você, de Londres, foi designado para vir para aqui?". "Fui. Eu vim trabalhar em São José da Cachoeira durante dois anos". E não pode dizer que não gostou, porque discordar fere a disciplina. Ele tem que ir. Se ele for político, o presidente do partido vai ligar para o general, um ministro vai ligar para o general, um Senador vai ligar para o general para ele ser transferido e para começar a ter preferidos. E as Forças Armadas só têm uma coisa preferida: é a integralidade do nosso patrimônio. É o amor pelo país. É só por isso que eles querem lutar.

Então eu estou atrás de comprar equipamentos para esses músicos competentes tocarem melhor do que tocam com instrumentos precários e velhos.

E as nossas fronteiras? São 16,7 mil quilômetros de fronteira, uma das maiores fronteiras do mundo. Agora, os senhores imaginem que as três maiores extensões territoriais do mundo são Brasil, Índia, Rússia, China e Estados Unidos. A previsão das forças armadas da Índia é 2,4% do PIB.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Dois vírgula quatro. Dos Estados Unidos, é 3,4%. A China, eles não dizem quanto é, mas gastaram, no ano passado, US$800 bilhões em equipamento. E a Rússia, é 6,9%. Quanto investe a Venezuela? A Venezuela hoje tem caças mais eficazes e importantes do que os nossos.

Nós precisamos cultivar as nossas fronteiras, Nelson, Senador Nelson, para que elas não se transformem em trincheiras. Primeiro, não é inteligente, e segundo, nós não temos equipamento para investir em trincheiras. Nós precisamos é conversar mais, perguntar por que foi, pedir chance, ir lá.

Essa Operação Atlas da Venezuela, são quase 10 mil homens. Na realidade, são...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Preciso ir. Obrigado pela presença.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Prazer em vê-lo. Muito obrigado... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, na Operação Atlas, 8,6 mil militares, 1,2 mil meios militares. Estamos gastando R$70 milhões para fazer essa Operação Atlas. Aí, alguns companheiros da imprensa perguntam: "É por conta da Venezuela?". Não; é por conta da nossa fronteira. A gente não está brigando com a Venezuela. A questão da Venezuela com o americano é briga de vizinho: "Eu quero que não mexam no meu muro nem cortem a luz da minha rua". Nós temos que cuidar para que se acertem, para que não briguem, mas é briga de vizinho. Se nós formos tomar partido e opinar, nós vamos ter que ter lado. E nós não podemos ter lado. A gente tem que cuidar é do Brasil. A gente precisa acabar com essa história e encarar as nossas guerras, com as quais nós já vivemos todos os dias.

Agora, o Brasil sempre investiu mais em cuidar do Centro-Sul. Nós falamos na Amazônia, "é um patrimônio nosso, ninguém entra", mas nós vamos pouco lá. Há muito discurso sobre a Amazônia. A gente só vai lá quando alguém entra, alguém de fora. Às vezes tem estrangeiro que chegou lá antes de nós. Nós usamos isso nos palanques, nos discursos, para tomar posições políticas, mas não são as posições que interessam ao país. A Venezuela só não teve um problema maior com a Guiana porque só passa por Essequibo. E Essequibo a gente... A única passagem é em Roraima, não é isso? Nós reforçamos as Forças em Roraima, não para provocar a Venezuela nem tomar partido pela Guiana, mas para que nós não fôssemos protagonistas de uma briga que não é nossa. Nós cuidamos da fronteira do Uruguai. Temos problema com o Uruguai? Não. Do Paraguai; temos problema? Não. Da Argentina, e vamos subindo, mas a nossa fronteira norte é quase uma desconhecida. Quem a conhece mesmo são os traficantes. E nós somos coniventes, porque prendemos traficantes, trazemos e os entregamos aqui, e eles, através de alguns instrumentos, são soltos. E eles descobriram que a Amazônia é um grande local para eles proliferarem as suas más intenções.

Shakespeare dizia que quem se omite permite, e quem permite é cúmplice. De certa forma, nós temos sido cúmplices dessas operações, porque deveríamos ter um sistema mais eficaz, mais homens, mais equipamentos, mais quartéis. Precisamos, por incrível que pareça, assumir mais um pedaço do Brasil a que a gente vai às vezes. A Operação Atlas está indo para lá para que a gente ocupe, principalmente, aquelas fronteiras do norte que você tão bem conhece. Serve para a COP, para marcarmos presença na COP; serve para a interoperabilidade, de as três Forças trabalharem juntas; serve para que nós pratiquemos mais e frequentes deslocamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nossa operação no Amazonas não devia nem ser objeto de pergunta aqui, porque devia ser permanente e frequente. Se os senhores estão fazendo perguntas sobre a Operação Atlas é porque tem alguma coisa errada, porque a gente já devia estar lá há muito tempo.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – A última grande operação foi a Operação Surumu, em 1993.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Pois bem. Tomara que no ano que vem você diga: "Foi no ano passado". (*Risos.*)

Precisamos assumir isso. E eu preciso que os senhores nos ajudem.

Essa operação de Roraima, a Operação Acolhida, é a cara do Brasil, eu acho: primeiro, tem a presença do Exército Brasileiro, que diz que esse território é nosso; e, segundo, tem um acolhimento que é a cara da fraternidade do brasileiro. Nós não podíamos... Durante muitos meses, depois que eu assumi, eram mil venezuelanos por dia que chegavam sem documentos, famintos, sem roupa; pais e mães carregando filhos, muitos deles nos braços. E lá teve acolhida. Nós lá estamos fazendo o papel de solidariedade com Roraima, protegendo Roraima. Devíamos até proteger mais do que está protegido, dando acolhida nos hospitais, infelizmente inserindo-os nas nossas questões de justiça e os nossos presídios hoje já têm uma ocupação quase de 10%, mas nós estamos exercendo não só o nosso papel de brasileiro, mas estamos exercendo em Roraima o nosso papel de cidadão, de amor ao próximo e de solidariedade absoluta em não deixar que aquilo prolifere e que o Brasil faça a sua parte para conter.

A ONU qualifica a Operação Acolhida como uma das operações humanitárias mais justas que existem no Brasil. De maneira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Do mundo, desculpe-me, do mundo. Essa proposta que os Senadores estão trazendo para os senhores é apenas 1,5% da receita corrente líquida. A proposta inicial de 12% superaria a chancela que tem educação e saúde. Seria muito difícil a gente justificar que nós precisamos de mais dinheiro para defesa, se nós não estamos em guerra, do que mais dinheiro para educação e defesa. Com 1,5%, com um aumento gradual a cada ano durante alguns anos, nós vamos poder ter as forças armadas de que o Brasil precisa. Agora, isso é um trabalho que tem que ser contínuo, solidário e por que tem que se despolitizar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para que a gente saia desses números. Se não, nós vamos continuar durante toda a vida pagando o salário dos militares, mas não investindo em defesa.

Existem nódoas de golpes passados, cicatrizes de movimentos recentes. Nós precisamos passar um pano nisso, despolitizar, despartidarizar. O ideal seria que esta Casa aqui votasse, o que já votaram, a Constituição proibiu para os magistrados: magistrado pode ir para a política, não volta mais, para não contaminar a Justiça. Ministério Público pode ir para a política, mas não volta mais, se não perder, para não contaminar o Ministério Público. Nós precisamos fazer a mesma coisa.

Eu sei que você é contra, entendo os seus motivos, mas quando...

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu não sou contra, Ministro. É o contrário. Eu acho que não tem que ter política no quartel, também não, pelo amor de Deus.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Pois bem, tudo bem.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu sou contra prenderem Almirante Garnier e General Heleno... Essa daí eu não posso aceitar de maneira nenhuma.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Está fora do meu enunciado aqui que o Presidente me deu, de maneira que...

Vou dizer uma coisa a você, Girão, olhe. Logo que eu assumi, eu não sou... Eu não sou homem de... Você me conhece há muitos anos, sabe que eu não sou homem de briga. Logo que eu assumi, tinha um grupo de generais conversando assim, eu disse olhem: "Fiquem tranquilos que eu não sou homem de..." Eu aprendi com um Vereador... Eu tenho uma regra de um Vereador lá do interior de Pernambuco, de Capoeira, ele virou para mim e disse: "Doutor, na hora da confusão, o meu lema é mato ou morro". Aí, o general disse: "Mas o senhor não tem essa fama". Eu disse: "Exatamente, eu corro para o mato ou corro para o morro, mas na briga não fico de jeito nenhum". (*Risos.*)

Dessa maneira, a nossa função na defesa não é, como você disse, a guerra, é evitá-la. Graças a Deus, com a ajuda das três Forças, de todos os oficiais, de toda a tropa, nós estamos conseguindo nesses três anos manter um distanciamento constitucional das Forças e da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos os nossos sentimentos, as nossas preferências, os nossos desejos, mas nós não verbalizamos isso enquanto com farda.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Corrigir o sentimento? Eu sou a favor. Eu entrei na política depois da...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Dessa maneira, Sr. Presidente, eu vim pedir para que os senhores entendam que esse desejo, esse projeto nosso de investimento é um projeto para fortalecer o país. Essa previsibilidade, pelo menos por 30 anos, ou melhor, por seis anos... Nós, quando falamos em previsibilidade, é para que esses seis anos se estendam para, já que a defesa não faz parte das plataformas dos candidatos, nem de prestação de contas, que ela continue somente prestando contas à sociedade e cumprindo o seu papel.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Ministro, o senhor merece minha continência. O senhor é o primeiro Ministro da Defesa que eu vejo, desde a criação do Ministério da Defesa, que pensa desse jeito.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Obrigado.

Deixe-me ver se tem mais alguma pendência aqui.

Da fronteira, já falei; da Operação Atlas, já falei.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Fique aí, fique sentado. É bom vê-lo.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Muito obrigado. Obrigado.

Girão, já nos falamos.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Já, obrigado, viu?

Minha continência para o senhor.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Muito obrigado.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor merece minha continência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Obrigado.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone*.) – E não fique com esse sentimento errado de mim, não... Por favor. (*Risos*.)

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Não tem nada de errado.

Sr. Presidente, eu acho que eu respondi todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pode concluir e agradecer.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Eu quero agradecer aos senhores, aos Senadores, ao Deputado Girão, à Mesa, aos companheiros do Ministério da Defesa, das três Forças, às pessoas que nos assistem, ao Senador Cássio, que está nos prestigiando, à assessoria das três Forças; agradeço a ajuda, fica o desejo de que tudo dê certo. Na realidade, estamos torcendo pelo país.

Quero dizer que nós estamos sempre à disposição desta Comissão e que isso é uma coisa muito importante, meu caro Chico, que nós tenhamos um desenho de futuro para as Forças Armadas brasileiras, porque, se continuar na toada que nós vamos, os seus netos vão reclamar de você por não ter levantado sua voz com indignação por esse descaso de tantos anos por conta de nossas outras prioridades. Jamais, sem estar em guerra, a defesa será uma prioridade, mas nós precisamos tomar precauções para que, no futuro, nós não sejamos cobrados disso.

Sr. Presidente, estou muito honrado de estar aqui.

Muito obrigado. Estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sr. Ministro José Múcio Monteiro Filho, quero agradecer a sua participação, bem como a dos integrantes das nossas três Forças, ao Senador Chico Rodrigues, que nos acompanhou até o fim.

A gente recebeu aqui 3, 6, 8, 11 perguntas, que eu vou compartilhar com V. Exa., e aqui tem o *e-mail* para resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor peça, por favor, a sua assessoria que responda a essas perguntas, para a gente poder mandar de volta para: o Weltonibe, do Amazonas; o Keve, do Piauí; o Kaio, de São Paulo; Emanoel, da Paraíba; o Salvo, da Bahia; o Clayton, do Distrito Federal; o Tiago, de Sergipe; a Leila, do Rio de Janeiro; o Jonas, de São Paulo; o Luiz, do Paraná; Alan, do Tocantins; Kaua, de Santa Catarina e Antônio, de Pernambuco.

Registro que V. Exa. deu um Ibope muito bom aqui para a gente com a participação ativa aqui das pessoas do Brasil todo.

Cumprida a finalidade desta sessão, nada mais havendo a tratar, novamente sob a proteção de Deus...

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO (*Fora do microfone.*) – Você me dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pois não.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO – Tem uma pergunta interessante de Kaio, de São Paulo, que eu acho que eu já respondi, mas queria responder para o Kaio, que está me ouvindo: "O Brasil chega a gastar 80% do seu orçamento em defesa com despesas pessoais. Por quê? Nos outros países, é uma média de 25% a 40%". Você está certíssimo, porque nos outros países eles investem em defesa. Aqui pode dar 100%, se a gente continuar assim. Se eu voltar daqui a um ano ou dois, você pode me fazer essa mesma pergunta para saber por que está em 100%. É porque não se investiu.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Retomando.

Cumprida a finalidade, agradeço a participação dos senhores e das senhoras, dos Senadores e das Senadoras, das autoridades aqui presentes, em especial do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa José Múcio Monteiro Filho.

Convido o Senador Chico para que, junto comigo, possamos tirar uma foto com o Ministro da Defesa e os representantes das três Forças.

Está encerrada a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Tereza Cristina, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Beto Faro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Jaime Bagattoli, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4497, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista concedida. **Observação:** Vista concedida pelo prazo de 5 (cinco) dias, conforme RISF, art. 132, § 1º. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Invocando a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião da Comissão, ocorrida em 30 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Finalidade da reunião. Conforme a pauta publicada, a reunião destina-se à apreciação do Projeto de Lei 4.497, de 2024, item único.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4497, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

2. Em 17/09/2025 foi realizada audiência pública de instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Federal Tião Medeiros.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina para proferir seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senador Nelsinho, Presidente desta Comissão.

Meus colegas, Senador General Mourão, Senador Rogério Carvalho, muito obrigada pela presença aqui para a análise deste que é um projeto com que eu espero que nós possamos resolver o problema de regularização da faixa de fronteira no Brasil, que há mais de cem anos é um problema para aqueles que compraram terras e que estão ali na faixa de fronteira, que são 150km das divisas do nosso país com Argentina, Paraguai, Bolívia, lá em cima com as Guianas e com o Peru. Enfim, esse problema, Senador Rogério Carvalho, que persiste aí há tantos anos, nós precisamos resolver de uma vez por todas e dar o direito àqueles que têm direito a essas terras.

Então, já há dois meses, aprovamos a prorrogação, em um projeto do Senador Nelsinho, do prazo, que vencia agora em outubro. Prorrogamos por cinco anos, mas eu gostaria muito que fizéssemos um relatório e aprovássemos para que, antes desses cinco anos, todos aqueles que estão nessa faixa de fronteira pudessem estar regulares, regularizados, podendo então produzir sem nenhuma dor de cabeça.

Eu vou ler. Peço ao Presidente para ir direto à análise, já que o relatório está publicado desde ontem para a apreciação dos colegas e das consultorias. Eu vou direto à análise.

Objetivo da proposição.

A presente proposição visa aprimorar o regramento relativo à ratificação de registros imobiliários em áreas de fronteira.

É preciso, porém, ter bem delineado o que está em jogo.

Inúmeros registros imobiliários na faixa de fronteira estão atualmente sob uma ameaça jurídica de virem a ser derrubados por dois vícios na sua origem da cadeia dominial: (a) a alienação *a non domino* feita por estados da Federação envolvendo terras devolutas da União; e (b) alienações de terras estaduais sem anuência do Conselho de Segurança Nacional.

A verdade é que, desde o século XIX, após a Lei de Terras (Lei nº 601, de 1850), muitos estados alienaram imóveis na faixa de fronteira a particulares com algum dos vícios acima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realidade atual é a de que grande parte dessas áreas está ocupada e devidamente registrada em cartório de imóveis, mas sob um gravíssimo risco jurídico de o poder público federal vir a demandar a invalidação ou a declaração de ineficácia desses registros por conta dos vícios supracitados.

Essa "Espada de Dâmocles" sobre a cabeça dos produtores rurais prejudica gravemente a economia de diferentes modos: dificulta a obtenção de créditos diante do receio dos bancos em aceitarem garantias reais sobre imóveis em situação jurídica de incerteza; inibe investimentos de maior expressão no agronegócio pelo receio de um repentino derretimento do registro imobiliário; prejudica a produção rural e a geração de empregos.

O mais intrigante em tudo isso é que a situação perdura desde o século XIX, Senador Nelsinho, sem que o poder público tenha dado segurança jurídica aos produtores rurais das faixas de fronteira.

Por isso, fizemos um projeto de lei para que nós pudéssemos dar segurança jurídica, mas diminuir a burocracia que hoje os produtores vêm encontrando, bem como os cartórios, que não estão conseguindo chegar até o título original dessas cadeias. Então, esse projeto visa trazer segurança jurídica e trazer para o Governo também a segurança de que as terras ali colocadas, dos estados e da União, possam ser terras que estejam produzindo. Para isso, nós precisamos resolver esse gravíssimo problema que perdura desde o século XIX.

Era isso, Sr. Presidente, e vamos ao voto.

Voto.

Em face de todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, na forma do seguinte substitutivo apresentado. (*Pausa.*)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Coloco em discussão o relatório da Senadora Tereza Cristina.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, em comum acordo com a Relatora, peço vista coletiva já, para que ninguém se dê ao trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer à Senadora Tereza por concordar em a gente retomar a discussão na próxima semana e, ao mesmo tempo, dizer que essa é uma matéria extremamente relevante. São mais de 10 milhões de pessoas que vivem nessa área de fronteira; são mais de 8,5 mil quilômetros de fronteira; são mais de 500 municípios que estão nessa área. Portanto, é de extrema complexidade o debate sobre esse tema.

Por isso, pedi para ela até a próxima semana, e gentilmente ela – tinha, é óbvio, a previsão legal da vista e que poderia voltar amanhã – acordou de a gente retomar o debate na próxima terça-feira.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Senador Nelsinho.

Só para contribuir aqui, vamos dar essa vista coletiva por uma semana. Depois dela, esse projeto vai para a Comissão de Agricultura, conforme acordado com o Governo, quando da votação do projeto de lei da prorrogação da faixa de fronteira. Quero dizer que nós temos um prazo, e esse prazo é o georreferenciamento, que, vamos dizer assim, na verdade, é um jabuti que veio dentro deste projeto, não é? Mas nós precisamos resolver esse problema, senão ele vence em 20 de novembro. Então nós temos um espaço curto para votá-lo na Comissão de Agricultura e levá-lo a Plenário; depois ele volta à Câmara dos Deputados, para ser aprovado lá ou rejeitado. Eu espero que seja aprovado, para que nós possamos dar essa segurança jurídica e resolver esse problema que vem aí desde o século passado.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Então, está acordado que, na terça-feira que vem, nós vamos debatê-lo aqui e votá-lo, para que vá para a Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Antes de a Mesa decidir sobre essa questão, eu vou passar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério, só um minutinho.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

Senadora Tereza Cristina, Relatora, senhores membros desta Comissão de Relações Exteriores (CRE), do Senado Federal, inicio minha fala cumprimentando a nobre Senadora Tereza Cristina, Relatora do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024. O seu relatório, Senadora, não apenas demonstra a profundidade com que V. Exa. tratou do tema, mas também com a urgência em resolvermos um problema histórico que aflige milhares de brasileiros e compromete o desenvolvimento de uma área estratégica para o nosso país, a faixa de fronteira.

A faixa de fronteira equivale a 16,6% do território nacional, englobando 11 estados da Federação, com 588 municípios afetados em uma área de aproximadamente 120 milhões de hectares e 11 milhões de habitantes. No dia 17 de setembro, realizamos uma audiência pública nesta Comissão para debater a matéria. Ouvimos os anseios, as angústias e as propostas de quem vive a realidade na faixa de fronteira. E o relatório que temos em mão hoje não apenas ouviu, mas traduziu essas vozes em um texto legislativo que finalmente enfrenta o problema de frente.

Como bem disse a Relatora em seu parecer, os produtores rurais em faixa de fronteira vivem há mais de um século com uma enorme insegurança jurídica. São registros imobiliários de terras que foram compradas, na maioria das vezes, e não doadas pelo estado. Terras que foram ocupadas, tornadas produtivas e que ajudaram a garantir a soberania e a economia do Brasil. No entanto, por vícios formais na sua origem, esses produtores vivem em um limbo que impede o acesso a crédito, inibe investimentos e gera instabilidade.

As tentativas passadas de resolver essa questão, como bem apontou o relatório, fracassaram por partirem de uma premissa de má-fé do cidadão e por criarem exigências burocráticas irreais e desconexas na finalidade da ratificação. Foi justamente para corrigir essa distorção e criar caminho claro e seguro que protocolei, nesta Casa, o Projeto de Lei 986, de 2025. Meu projeto está alinhado ao projeto original da Câmara e, agora, ao substitutivo da Senadora Tereza Cristina – em um só.

Regulamentar e pacificar é dar ao produtor o que ele tem de mais sagrado, depois de sua família: a segurança de sua propriedade. O substitutivo apresentado pela Senadora Tereza Cristina avança de forma decisiva nesse sentido.

Primeiro, ele simplifica e define como será a comprovação da função social. Exige apenas o certificado de cadastro de imóvel, CCIR, um documento oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, o texto sabiamente revoga o art. 2º da lei, eliminando a exigência de prévio georreferenciamento para o ato específico da ratificação. Como o parecer destaca, a ratificação visa corrigir um vício de origem e não ser um saneamento geral do imóvel. A obrigação do georreferenciamento continua existindo para os demais atos, como ocorre em qualquer outro imóvel rural no Brasil, mas ele deixa de ser um obstáculo intransponível para a segurança do título.

Terceiro, o substitutivo regulamenta de forma clara o procedimento para aprovação de áreas maiores que 2,5 mil hectares pelo Congresso Nacional, preenchendo uma lacuna que paralisava a regularização dessas áreas.

Senhores, este não é um projeto sobre perdoar ilegalidades. É sobre reconhecer a legalidade e a legitimidade de quem produz e ocupa nossas fronteiras há gerações. É sobre trocar a burocracia ineficiente pela segurança jurídica eficiente.

Por todo o exposto, parabenizo, mais uma vez, a Relatora, Senadora Tereza Cristina, e declaro meu total apoio e meu voto favorável à aprovação do relatório do Substitutivo ao Projeto de Lei 4.497, de 2024.

Presidente, só para concluir, essa situação do georreferenciamento é a mais crítica que eu vejo, cujo prazo está vencendo, está estourando, agora, no dia 20 de novembro. Então, nós precisamos colocar um ponto definitivo e resolvermos definitivamente essa situação das áreas de fronteira.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as colocações ao Senador Jaime.

Quero apenas registrar, Senadora Tereza, demais colegas, a confiança total no encaminhamento do Senador Rogério Carvalho. Eu estou há mais tempo com ele aqui do que muitos de vocês, eu e o Heinze. Não teve um acordo que a gente tivesse tabulado que ele não tivesse cumprido. Então, eu tenho a certeza absoluta de que V. Exa. vai fazer de tudo para que esse projeto possa estar aqui, conforme a determinação que eu decidi agora, na próxima sessão.

Dessa forma, o novo relatório do PL 4.497, de 2024, muda a forma como são regularizados os registros de terras localizadas na faixa de fronteira. Antes, havia regras diferentes conforme o tamanho do imóvel. Agora, todas seguem o mesmo procedimento, o que simplifica e reduz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

burocracia. O novo texto torna o processo mais rápido, menos burocrático e com mais segurança jurídica para quem ocupa e produz nas áreas de fronteira.

Com isso, a Presidência concede vista do processo, pelo prazo regimental, determinando a sua reinserção na pauta na próxima terça-feira, dia 14 de outubro, sendo o primeiro item da ordem do dia.

Às providências. (*Pausa.*)

Alguém mais quer fazer...? Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação os encaminhamentos que a Mesa tomou.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Beto Faro, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Jorge Seif e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4881, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para destinar recursos à redução de tarifas de energia elétrica praticada em Estados da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4199, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1521, de 2025 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Presidente José Fragelli" o trecho da rodovia BR-419, entre os Municípios de Aquidauana e Rio Verde de Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1522, de 2025 - Terminativo -** que: "Denomina "Rodovia Coronel Zelito" o trecho da rodovia BR-419 situado entre os Municípios de Aquidauana e Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 68, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a privatização dos rios da Amazônia." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 69, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, informações sobre operação realizada no rio Madeira e imediações, em especial nos municípios de Humaitá e Manicoré, com a destruição de embarcações e bombardeio de áreas ribeirinhas a pretexto de cumprir instruções judiciais." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **Observação:** Registrou-se verbalmente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoiamento dos(as) Senadores(as) Marcos Rogério, Esperidião Amin, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina e de um não membro da Comissão, Senador Omar Aziz. Fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Plínio Valério, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Jamie Bagattoli e Omar Aziz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de setembro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós temos alguns itens que estão na pauta de hoje, com pedidos do Relator para que a gente faça a redesignação de data, em razão de ajustes que estão sendo feitos nos textos.

Eu indago ao Senador Plínio Valério, que é o Relator do item 1, se está em condições de apresentar o relatório ou também há demanda em relação ao item 1.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, o relatório está pronto. Eu o apresentaria hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lucas ainda não veio, mas eu fui procurado por setores não só do Governo, como de outros interesses, para que a gente possa reunir e discutir.

Eu acho que o Senador Lucas não vai se opor. Eu não me oponho...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... a discutir, com os setores do Governo, tudo o que for para acrescentar e melhorar, mas eu queria de volta já na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Então, fica, a pedido do Relator, retirado o item 1, que, na próxima reunião da Comissão, estará de volta à pauta, com apenas esse tempo para os possíveis contatos e ajustes que se fizerem necessários.

No item 2, também há pedido do Relator para que a gente faça a retirada de pauta na data de hoje.

Portanto, acolhidos os dois pedidos, ficam os dois itens retirados de pauta.

Na sequência, item 3.

Eu vou apregoar o item 3.

O Senador Esperidião Amin solicitou a palavra? Não.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 1521, DE 2025
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Presidente José Fragelli" o trecho da rodovia BR-419, entre os Municípios de Aquidauana e Rio Verde de Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Votação nominal

Concedo a palavra ao eminente Senador Plínio Valério para a leitura do seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Presidente, o senhor já leu a ementa. O relatório fala que vem à análise desta Comissão.

No art. 1º, a proposição institui a homenagem ao Presidente José Fragelli; no art. 2º, estabelece a vigência da lei em que se converter a matéria.

Na justificação, a autora destaca a trajetória cívica e o legado deixado por José Manuel Fontanillas Fragelli, um destacado político e pecuarista brasileiro.

A proposição, à qual não se oferecem emendas, foi distribuída para apreciação terminativa deste Colegiado.

Análise.

Sendo competência nossa e, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça e Cidadania, se pronunciar também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito às técnicas legislativa e regimental da proposição.

Constitucionalidade, tranquilo.

Além de terem sido atendidos os requisitos constitucionais formais, constata-se o cumprimento dos requisitos constitucionais materiais, haja vista a ausência de vício de constitucionalidade na proposição.

Do mesmo modo, não foram observadas falhas de natureza regimental.

No que diz respeito à juridicidade, também a iniciativa encontra respaldo na Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que trata da denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e proíbe, em todo o território nacional, a atribuição do nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava em qualquer modalidade a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

No que se refere ao mérito da proposição, esta se revela indubitavelmente digna de aprovação.

José Manuel Fontanillas Fragelli, nascido em Corumbá, em 30 de dezembro de 1915, destacou-se como uma figura eminente na política brasileira, cuja vida e obra deixaram um legado significativo para a história de Mato Grosso do Sul.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela veneranda Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, iniciou sua carreira no serviço público como promotor de justiça em Campo Grande, além de ter exercido papel relevante como redator-chefe e diretor do Correio do estado.

A Senadora Tereza relata aqui a biografia, e eu diria a ela que nem precisava. Bastava que o projeto fosse seu, e eu acreditaria nisso e estaria fazendo o mesmo relatório.

Ela fala que sua carreira tomou impulso com a eleição à Assembleia Constituinte de Mato Grosso, em 1947. Isso é significativo.

Estou destacando, Presidente, só algumas coisas aqui.

O que mais?

Depois de um breve afastamento da vida política, retornou à cena política em 1964, pela Ação Democrática de Mato Grosso.

Sua ascensão ao Senado, em 1980, consolidou sua posição como uma das figuras mais influentes da política regional.

A atribuição do nome "Rodovia Presidente José Fragelli" ao trecho da Rodovia BR-419 perpetua sua memória e inspira futuras gerações a valorizar o serviço público e o bem comum.

Por tais razões e por outras que constam aqui, que eu não me permiti ler, consideramos justa e merecida a homenagem proposta.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.521, de 2021.

Eis o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Por se tratar de matéria terminativa, nós teremos que submeter à votação nominal.

Os itens 3 e 4 tratam de temas semelhantes. Então, vou apregoar também o item 4, para fazermos uma votação em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 1522, DE 2025
- Terminativo -

Denomina "Rodovia Coronel Zelito" o trecho da rodovia BR-419 situado entre os Municípios de Aquidauana e Anastácio, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)
Relatoria: Senador Plínio Valério
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Votação nominal

Com a palavra, o Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – De igual teor daquele, a homenagem é justa, apresentada pela Senadora Tereza Cristina.

A ementa foi lida.

Aquelas condições todas foram supridas, e eu vou à análise, mas falando antes que, no art. 1º, a proposição institui a homenagem ao Coronel Zelito e, no art. 2º, estabelece a vigência imediata da lei em que se converter a matéria.

A autora destaca a trajetória cívica e o legado de serviço público deixado por José Alves Ribeiro, o Coronel Zelito.

Não oferecemos emendas, e ela foi distribuída para apreciação terminativa deste Colegiado.

O Regimento Interno permite; todas as exigências legais foram supridas.

No que respeita à juridicidade também, a iniciativa encontra respaldo na Lei, a exemplo do outro relatório, 6.454, de 24 de outubro de 1977, que trata da denominação de logradouros.

No que concerne ao mérito da proposição, revela-se digna de aprovação.

José Alves Ribeiro... E a Senadora me diz que ele foi sogro do José Serra?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – José Fragelli.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, do José... Que bom. Está todo mundo junto aqui.

José Alves Ribeiro, amplamente reconhecido na história regional como Coronel Zelito, nasceu em Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul, e dedicou sua vida ao serviço cívico e à salvaguarda da comunidade.

Sua trajetória no âmbito político e social deixou um legado incalculável, sendo amplamente reverenciado por sua excelência em liderança e pelo comprometimento com as demandas da população local.

Em sua atuação como Deputado Estadual e, posteriormente, na função de Chefe do Poder Executivo do Município de Aquidauana, Coronel Zelito destacou-se por suas iniciativas voltadas para a promoção da infraestrutura e para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos, recebendo, assim, o respeito e a consideração de seus pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua influência se estende por gerações, com familiares seguindo seus passos na política, perpetuando assim seus ideais de liderança e compromisso comunitário.

A denominação do trecho da rodovia BR-419 como Rodovia Coronel Zelito é uma justa homenagem ao impacto positivo que teve na segurança pública e no desenvolvimento da região.

O voto, Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.552, de 2025.

Eis aí o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Relator o relatório apresentado.

A matéria está em discussão.

Eu indago, Senadora Tereza Cristina, como se trata de matéria terminativa, se a gente pode abrir a votação e, aí, a gente segue com a discussão do tema e com a fala da autora, obviamente, preferencial.

Então, submeto à votação os itens 3 e 4.

Por se tratar de matéria terminativa, a votação será pelo sistema nominal.

Quem aprova os projetos vota "sim", quem os rejeita vota "não".

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Presidente, Senador Marcos Rogério; Senador Plínio Valério, muito obrigada pela sua relatoria; caros colegas.

Essa homenagem é uma homenagem mais do que justa. Primeiro, essa rodovia corta a propriedade que foi do Coronel Zelito, que era uma propriedade enorme – depois, foi dividida pelos seus herdeiros –, e o Coronel Zelito foi importantíssimo, realmente, na segurança daquela região do Estado de Mato Grosso do Sul à sua época.

O José Fontanillas Fragelli era seu genro, casado com a sua filha, Lourdes Fragelli, e ele foi um homem muito importante.

Ele era um Senador muito firme, uma pessoa de uma honestidade, enfim, e de uma personalidade, que marcou presença e tempo aqui nesta Casa do Senado Federal.

Ele foi quem possibilitou a posse de José Sarney como Presidente da República, porque, na morte de Tancredo Neves, ele era o Presidente e foi ele que deu posse a José Sarney, naquele momento conturbado da República, em que morre Tancredo Neves, recém-empossado.

Havia várias teses de quem deveria ser o Presidente àquela época, e foi ele que, muito firmemente, disse: "Não, quem é o Presidente é o Vice-Presidente eleito na chapa". Então, de lá para cá, o Brasil passou por um novo momento da democracia no Brasil.

Então, era essa uma homenagem, acho que mais do que justa, para esse grande brasileiro que foi José Fragelli, e também o Coronel Zelito, à sua época, que também garantiu segurança ao sul do Mato Grosso do Sul, quando ainda era um estado uno. Era o Mato Grosso, o grande Estado do Mato Grosso, que depois foi dividido entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa. pela iniciativa e subscrevo conjuntamente a homenagem que faz, oportunamente, nesta Comissão.

A matéria, os dois itens continuam em votação.

Aqueles que estão fora da sala da Comissão podem votar pelo aplicativo, até alcançarmos o quórum. Aguardaremos a manifestação dos Senadores.

Senador Plínio, V. Exa. tem um requerimento extrapauta, e, se V. Exa. quiser, nós podemos, enquanto os Senadores vão votando pelo aplicativo, a gente pode adiantar o tema.

Eu vou apregoar o item de V. Exa., com a concordância do Plenário, não havendo objeção em relação à inclusão extrapauta do Requerimento nº 68, de 2025, fica assim incluído, e já apregoo esse item.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 68, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a privatização dos rios da Amazônia.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Requer nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a privatização dos rios da Amazônia.

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante da Casa Civil, representante do Ministério dos Transportes, representante da população local, representante da Antaq.

Se V. Exa. me permite, de repente, podemos acrescentar aqui um representante do Ministério dos Portos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Marinha...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É dos Portos e Aeroportos, que o Ministério dos Portos teria pertinência para também estar, sem prejuízo, de repente, de outros nomes que os Senadores entenderem necessários aqui.

Mas fica, portanto, apregoado o item.

Com a palavra o autor, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente, por lembrar e ler esse requerimento. É de extrema importância para todos nós, da Amazônia.

Preocupou-me um edital publicado pela Casa Civil, pela Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, dando conta da privatização da Hidrovia do Rio Madeira, da Hidrovia do Rio Tocantins e Hidrovia do Rio Tapajós, que serão privatizadas. Estão inclusas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, como empreendimento público federal do setor hidroviário, no Programa Nacional de Desestatização.

Assusta-nos sobremaneira, porque nós, amazônidas, temos umas questões muito delicadas em relação ao meio ambiente. O maior exemplo é a BR-319, que liga o seu estado, o estado do meu amigo Jayme, ao nosso. Quando a gente fala de BR-319, vêm mil defensores do meio ambiente para falar do entorno, para falar do impacto, para falar de mudanças climáticas, e essas hidrovias têm moradores ao longo, na margem, que habitam lá há décadas.

É uma comunidade que será impactada e que não foi ouvida. Deve também ter lá alguns cacos de artesanato indígena – a gente pode encontrar quem sabe um prato ou alguma coisa – para que a gente possa alegar que também foi terra indígena, mas nada disso é observado. Portanto, é uma coisa de cima para baixo.

Ótimo. E eu quero discutir isso aqui, Presidente. Quero ouvir também – obrigado pela sugestão de portos e aeroportos – a Marinha. Num primeiro momento, a gente apresenta alguns, complementando depois, mas a sugestão é pertinente. Por que a comunidade local não está sendo ouvida? De que forma vai ser?

Eu lembro aqui aos sulistas, ao Sudeste, aos brasileiros, enfim, que, na Amazônia, nós não trafegamos! Na Amazônia, nós navegamos. As estradas são os nossos rios. E, quando a gente quer uma estrada em terra de verdade, não nos deixam, haja vista a BR-319.

Presidente, eu acho pertinente e agradeço a sua boa vontade em antecipar para a gente fazer o quanto antes, marcando essa audiência para que possamos discutir os nossos direitos, o direito dos amazônidas de serem ouvidos também nessa questão.

Outra coisa, só para especulação – é minha, e eu assumo toda a responsabilidade do que estou dizendo, uma especulação. Domingo agora, sábado ou domingo, a Polícia Federal patrocinou um evento assustador na cidade de Manicoré. Manicoré festejava sua padroeira, Nossa Senhora das Dores, dia santo, e a polícia foi lá... E, se eu pudesse mostrar os vídeos, eu mostraria aqui. São cenas de filme de Hollywood! É o extrativismo mineral praticado por famílias há décadas no nosso estado, na margem, à vista de todos. As casas ficam lá flutuantes, e eles garimpam no leito do rio. Eles vivem dessas migalhas, que são gramas de ouro, com o que não dá para comprar nem em supermercado. A polícia foi lá e explodiu, colocando em risco toda a população do Município de Manicoré. Mais do que um protesto aqui, é realmente uma especulação. Olhe só. Eu acabei de falar da privatização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... da Hidrovia do Madeira. E esse rio, ontem, onde a Polícia Federal fez aquilo é o Rio Madeira. E onde estão garimpando é no Rio Madeira. E o Rio Madeira será ganho por quem? Pelos chineses? Pela JBS? Vão dragar o rio para poder enlarguecê-lo, vão dragar o rio para poder pedir permissão... E, ao dragarem o rio, vão encontrar muito ouro no leito do Rio Madeira. Eu quero juntar as duas coisas e aqui assumo a especulação que faço – a primeira parte é do requerimento, ótimo, mas a especulação é minha, é minha – de que quem ganhar aquela privatização vai dragar o rio, porque é obrigado a dragar o rio, e vai encontrar esse ouro que os pobres coitados exploram há décadas. E eles agora foram expulsos de sua residência, porque aquilo é moradia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se pudesse eu mostrar os vídeos... Eu vou tentar hoje lá à tarde mostrar, porque esses vídeos serão mostrados, Senadores, lá em Nova York e em Paris como se a Polícia Federal tivesse explodido garimpo clandestino, com dragas enormes de poderosos. Não! Ela está tirando o sustento dessas famílias de forma cruel – de forma cruel! Aí cabe abuso de autoridade. São cenas dantescas, são cenas de apocalipse, assustando toda aquela comunidade, colocando-a em risco.

E pior: agora, com a madeira submersa, com óleo diesel na superfície do rio, em cima do rio, os peixes serão mortos, a fauna toda ali vai perecer.

E tudo isso, meu amigo Jaime, em nome do meio ambiente. Quanta hipocrisia! É contra isso que eu estou protestando.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao nobre Senador Plínio Valério...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, desculpe interrompê-lo, mas parece que a gente podia mostrar o vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir à Secretária da Comissão, porque eu acompanhei as imagens dessa operação. Parece-me que essa operação aconteceu nas cidades de Manicoré e de Humaitá, nas duas cidades...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, desculpe. Aí é o Porto de Manicoré, aí é o porto da cidade, não é no meio do rio, não. Esses barcos aqui não têm nada a ver com os flutuantes que extraem ouro. Isso aí não é clandestino, é ilegal porque ninguém consegue legalizar, é à vista de todo mundo. Mora gente aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tiraram do...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tiraram as pessoas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eles tiraram do filme Apocalypse Now.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Apocalypse Now, isso aí.

O que me irrita é que essa cena vai ser mostrada em Nova York, em Paris, seja lá onde for, vai ser mostrada como se estivessem combatendo garimpo clandestino, como se estivessem o combatendo narcotráfico. São leões para combater essa gente, mas são gatinhos com o narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha, são cenas realmente muito impactantes, e parece cena de filme mesmo. E a preocupação... Assim, eu acho que um ponto é a questão do combate à ilegalidade, ao crime; quanto a isso, não há, obviamente, questionamento, quando se faz dentro da lei.

Agora, num rio como esse, você fazer a destruição de embarcações como essa, você está agredindo duplamente o meio ambiente. Você aqui tem a fumaça que sobe, o óleo que desce, a contaminação da água, da fauna aquática, porque você dar uma explosão dessa num ambiente como aquele... Então, fala-se tanto em defesa do meio ambiente... Nós estamos hoje discutindo – tem lá o caso de Belo Monte, da usina que foi feita em Belo Monte – para fazer um ajuste em relação aos tanques que não têm reservatório, porque é fio d'água. Aí, não, precisa fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajuste porque é uma usina que foi projetada para onze... Capacidade, o dobro que tem, acho que onze ponto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acho que 11,4 megas, e está operando com quatro ponto alguma coisa.

Estão discutindo um projeto para poder ampliar essa capacidade de produção. Aí, todos os questionamentos, todos os argumentos para ser contra, porque vai impactar fauna aquática, porque vai impactar flora, enfim. Aí, chegam em um rio como esse, da nossa Amazônia brasileira, e praticam esse crime ambiental. Para combater um crime, cometem-se outros crimes graves – graves – contra o meio ambiente.

Então, quero chamar a atenção do Ministério da Justiça, mais uma vez, para isso. Portanto, acolho o registro que faz o Senador Plínio Valério, e depois peço à Comissão para que a gente possa preparar um expediente também ao Ministério da Justiça, que é o ministério a que a Polícia Federal está vinculada. Acho que essa ação deve ter sido da Polícia Federal, do Ibama, ICMBio e de todas essas instituições envolvidas.

O que chama a atenção, além da destruição de patrimônio – você está destruindo um patrimônio; privado, mas patrimônio –, é que você tem aqui uma questão ambiental: o impacto nas águas, o impacto na fauna aquática, o impacto no ar com toda a fumaça que é emitida.

Pois não, Senador Esperidião. (*Pausa.*)

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Eu só queria colaborar com a fala do Senador Plínio e a sua, dizendo que realmente é estarrecedor, mas isto é o que acontece hoje no Brasil: ninguém quer resolver o problema.

Então, que eles estão na ilegalidade, estão. Foi o que o Senador Plínio Valério acabou de falar, mas por que não chegar para resolver o problema dessas pessoas? Eles precisam de uma licença? Eles precisam de mais tecnologia? Eles precisam mudar de ramo? Enfim, mas chegar agora... Isso aí realmente serve para a narrativa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Espetacularização.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Nós temos que acabar com isso. É muito melhor resolver o problema, porque eles daqui a pouco vão estar em outro lugar fazendo a mesma coisa. Vão dar um jeito porque é a vida deles. Então, vamos resolver, vamos na causa do problema.

No Brasil, infelizmente, hoje... Não é só com o garimpo, não, é com muitas áreas. Na mineração, é impressionante como nós somos refratários a resolver esse problema! Há um preconceito com esse setor que em outros países do mundo traz riqueza – e nós até cobiçamos. Olha lá o Canadá, que manda para nós cloreto de potássio! É mineração. Olha lá a Austrália, que vive de minério! Um dos itens da sua pauta de receitas é a mineração, e no Brasil a gente acha melhor a clandestinidade – porque resolve para uns – ou a espetacularização de pequenos garimpeiros como essa, à margem, como disse aqui o Senador, da cidade – aqui não está escondido no meio de um rio –, no Rio Madeira, na beira do rio, na cidade de Manicoré, e parece que em Humaitá também.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sobre espetacularização, eu já tinha dito ao Senador Plínio Valério que isso aí vai ser apresentado na COP como sendo uma ação de Governo contra garimpeiros perigosos. Isso é espetacularização premeditada, ou seja, preparada para uma narrativa que virá.

Por isso, objetivamente, as minhas sugestões são as seguintes: feito este expediente, eu gostaria de subscrever o mesmo expediente com V. Exa., com os Senadores aqui presentes que concordarem, e apresentar na Comissão de Justiça também. Sabe por quê? Porque na Comissão de Justiça nós teremos a possibilidade de solicitar uma resposta do Ministério da Justiça sobre a ocorrência. Vamos pedir o BO disso, o boletim de ocorrência. Segundo a Polícia Federal e outros atuantes, eles estavam cumprindo ordens, mas foi feita essa visualização.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não sei quem é que fez a visualização, quem é que filmou isso. Não sei se o Senador Plínio Valério pode nos dizer. Alguém filmou! Alguém que estava no ar também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. Tem imagem aérea, tem tudo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É imagem ou de um *drone* ou de um outro equipamento aéreo. Não foi filmada do solo, nem de satélite, foi no nível... O ângulo de visada da câmera é mais ou menos parelho, então, isso foi filmado com algum propósito. Pedir o BO, ou seja, pedir...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O registro de ocorrência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o relatório dessa operação ao Ministério da Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para eventualmente realizarmos uma audiência pública. Porque, se for para combater crime, se justifica; agora, se for para combater extrativismo, tem que tirar o nome do Chico Mendes do instituto... O que é o seringueiro? É um extrativista.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que é o catador de caranguejo lá do meu estado? É um extrativista.

Caranguejo é um dos pratos prediletos da nossa gastronomia. Ele é tirado do mangue. No Rio de Janeiro, onde tem mangue, tem caranguejo. É o berço da vida, e nós vivemos da vida – da vida alheia, seja hortaliça, seja fruta, seja carne, nós vivemos da vida alheia. É porque não filmaram ainda o gemido de um tomate quando você o arranca, mas ele talvez tenha alguma reclamação a fazer. Nós vivemos da vida alheia, só que queremos que seja o mais sustentável possível, mas o extrativismo existe e faz parte da história da humanidade. Depredação é outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minha sugestão: pedir um BO, sob a forma de relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, se for relacionado ao extrativismo, essas casas não foram construídas na véspera, nem foram construídas ao arrepio das autoridades. Existem consolidadas há décadas. Quer dizer, daqui a pouco você vai passar numa palafita e explodir a palafita, porque ela está construída irregularmente? Isso é cinismo e hipocrisia, cara de pau. E deve ser mais do que isso, deve ser uma espetacularização visando a uma narrativa muito oportuna.

De sorte que eu quero subscrever aqui o pedido do Senador Plínio Valério e quero subscrever na Comissão de Justiça. Por quê? Porque isto é afeto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dessa operação, não sei quais as agências que participaram dela, mas ela não foi determinada pelo superintendente local de uma delas, isso veio de um colegiado superior.

Se o Senador Omar Aziz assistir a esse filme, ele vai pedir uma CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, e acolho a sugestão de V. Exa.

Eu acho que o Senador Plínio, o Senador Omar, que está aqui... De repente propor, no caso da Comissão de Constituição e Justiça, um requerimento e nós subscrevermos conjuntamente o requerimento.

Senador Jaime está solicitando a palavra; na sequência, o Senador Omar Aziz.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério.

Eu quero primeiro dizer ao Senador Plínio Valério que quero subscrever esse requerimento também – subscrevo o seu requerimento.

Quero dizer para você, Marcos Rogério – convido já o Plínio Valério –,que hoje, às 17h, nós vamos ter uma reunião da bancada sobre essa situação de desestatização das hidrovias do Madeira, do Tocantins e do Tapajós.

Eu quero dizer para vocês que a hidrovia... Eu tenho conversado com o Bertolini. O Bertolini vai entrar em videoconferência conosco nesta reunião, porque o que está acontecendo com a Hidrovia do Madeira é um absurdo. A Hidrovia do Madeira é uma hidrovia já consolidada. O que é preciso nela fazer são poucos investimentos. E o que o Senador Plínio Valério falou aqui é exatamente isto: vai tirar todos os garimpeiros fora, ninguém vai dar garantia a esses garimpeiros. Estão lá há praticamente 50 anos na hidrovia, sem dar a legalidade para eles, e alguém vai levar vantagem sobre isso.

Então, eu tenho conversado com o Bertolini...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Provavelmente alguém de fora. Não é?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A hidrovia do Madeira é uma hidrovia já consolidada, só precisa de poucos investimentos. Agora, as duas hidrovias que precisam mais de investimentos são a do Tocantins e a do Tapajós. Essas duas precisam de um pouco mais de investimentos. Mas os portos, hoje, que estão em cima dessas hidrovias, já são da iniciativa privada. E, segundo o Bertolini, vai encarecer e muito o custo para o nosso povo da Amazônia, principalmente para o seu estado, para Manaus. Quem vai pagar essa conta dentro da exportação, no caso dos grãos, vai ser o produtor rural. Quem vai pagar a outra conta, na outra ponta, vai ser o próprio consumidor.

Então, nós vamos ter essa reunião hoje, é uma reunião importante. Eu acho que é de suma importância que a bancada do Amazonas... Se eles puderem ter um representante lá, junto com a gente, de Rondônia, seria muito importante, porque nós temos que discutir esse assunto para não acontecer a mesma situação que aconteceu com a BR-364.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

Senador Omar Aziz...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Senador e amigo Amin, eu não só vi como presenciei tudo isso ontem. E ontem mesmo tomei a iniciativa de questionar o porquê dessa operação. O mais engraçado de tudo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fico contente porque eu estava defendendo V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, o mais engraçado de tudo é que vão lá e tocam fogo, dizem que é o narcotráfico e não prendem ninguém. Veja bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Lucra na mesma linha.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não prenderam absolutamente ninguém. Só destruíram, poluíram, prejudicaram. E tem pessoas que moram nessas embarcações porque não têm moradia. Quando você fala numa bitola de 6 inches, é extrativismo; quando você fala numa bitola de 30, 40 inches, é outra coisa, aí sim você entra no macro. Mas isso é histórico, nós já tivemos lá a retirada de minério extrativista, que é da nossa cultura. Não vão mudar a nossa cultura explodindo balsa.

O pior é que a Polícia Federal solta uma nota sem pé nem cabeça. Eu quero saber do Andrei quem foi o traficante ou narcotraficante que foi preso nessa operação ontem. Quem foi preso? Não, vocês prejudicaram pessoas pobres, vocês prejudicaram pessoas humildes no Rio Madeira todo.

Senador Jaime, esqueça a privatização da hidrovia. Tem mil para isso acontecer. Não vão privatizar a hidrovia do Madeira nunca. Sabe por quê? Porque isso aí é querer utilizar recursos do Governo Federal para dar à iniciativa privada achar que nós somos imbecis. A gente mora na Amazônia, mas ninguém tem o nariz atravessado não, rapaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que fizeram ontem... A Polícia Federal, ontem, com a autorização da Justiça – e eu vou querer saber quem foi o juiz que autorizou isso porque não fizeram isso sem uma autorização judicial...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu pedi o ofício também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós precisamos saber quem foi o juiz que autorizou e quais são as provas concretas que tem, se tem narcotraficante. Por que a Polícia Federal e o juiz não mandaram prender os cabeças do narcotráfico? Isso tem acontecido sempre. O que a gente não quer e não defende: irregularidade, não vai defender aqui o narcotráfico – esqueça! –, porque ninguém vai defender narcotraficante. Agora, a gente não pode permitir que todos sejam tratados igual, como se todos aquelas pessoas humildes do Rio Madeira, principalmente dos Municípios de Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Borba, Nova Olinda, que são os municípios que estão ali, sendo afetados por uma coisa que a gente só está vendo em Gaza... Parecia Gaza, com explosões, helicóptero sobrevoando, explodindo, pirotecnia pura – pirotecnia pura. O certo: as balsas estavam ali atracadas, elas não estavam em operação. Não precisam destruir. E V. Exa. falou agora sério: primeiro polui com aquela fumaça toda, depois polui por baixo, quando o combustível vai para dentro do rio.

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas entrou com uma ação de que não foi dado conhecimento aqui no STF em relação a esse tipo de operação.

Então, das imagens há pouco mostradas pelo Senador Plínio Valério, nós já tínhamos conhecimento desde ontem, até porque todos os Prefeitos e lideranças da região encaminharam essas imagens tanto para mim, como para o Senador Eduardo, para o Senador Plínio, para os Deputados Federais do meu estado e devem ter feito a mesma coisa com os Senadores e representantes de Rondônia.

Então, eu quero aqui dizer o seguinte: somos a favor do combate ao narcotráfico. Deveriam fazer esse tipo de operação no Alto Solimões, onde entra a droga toda hora – droga toda hora.

E eu já disse aqui, Senador Marcos Rogério: uma balsa dessa tem um custo. Se ela fosse regulamentada, a extração mineral extrativista, esse dinheiro e esse ouro ficariam no Brasil com a Caixa Econômica comprando. Hoje, pelo Japurá, ele vai para a Colômbia; pelo Rio Negro, vai para Venezuela e para outros países esse ouro, que era para ficar aqui, que é brasileiro, porque não está regularizado. A Câmara está, há mais de 15 anos, com um projeto para regulamentação extrativista de extração mineral. Já teve isso no nosso estado. Quando eu era Governador, quando o Eduardo era Governador, a bitola maior era de 6 inches, a que podia, extrativista. Depois, é lógico, sem uma fiscalização, começou a entrar a de 20 inches, 30 inches, e, aí sim, há um prejuízo. E não utilização do mercúrio na extração extrativista.

Então, o apelo que eu faço aqui... E eu vou assinar também o pedido do Senador, vou subscrever o pedido do Senador Plínio, porque, é lógico, neste momento, nós estamos todos juntos nessa luta, não só o Senador Plínio, como eu, como o Senador Eduardo, como os Deputados Federais do meu estado. Nós não aceitamos que pessoas humildes, que pessoas trabalhadoras sejam tratadas como narcotraficantes. Se tem narcotraficante, e deve ter, a Polícia Federal e o juiz que autorizou têm obrigação de prender e mostrar nome a nome quem é que está por trás disso, e não fazer pirotecnia. Não é chegar e explodir, achando que, com isso, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combatendo o garimpo ilegal. O que acontece no Amazonas é totalmente diferente do que aconteceu no Estado de Roraima, onde os indígenas foram prejudicados. Lá não, estão prejudicando pessoas, caboclos e caboclas que trabalham, e trabalham duramente, para sobreviver, não é para ficar rico, não. São pessoas que trabalham para sobreviver.

Então, a Polícia Federal ontem... Ela tem obrigação não é de dizer para mim, como Senador, não; é para toda a sociedade: dar nome aos bois, quem é quem. Não basta fazer esse tipo de coisa, tem que dar nome. Por essas operações em que você explode balsa e não prende ninguém quem é o responsável? A balsa sozinha não se opera: alguém tem que operar essa balsa, alguém financia essa balsa, alguém comprou e fez essa balsa; e esse cara que comprou e fez tem que ser penalizado, se estiver realmente envolvido.

Somos contra a extração irregular, não somos a favor disso. Queremos uma extração regular, assistida, fiscalizada. Que esses recursos, que essa riqueza que está saindo pelas fronteiras do Brasil fique no Brasil, porque disso nós precisamos.

Dito isso, eu quero dizer que todos nós estamos muito chocados. As imagens são muito fortes. Realmente ontem era o dia da padroeira do Município de Manicoré.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E a procissão foi interrompida ontem, porque houve essa ação de forma não republicana. Sério mesmo, não é. Eu tenho todo o respeito pelo trabalho das polícias, mas o que foi feito ontem... E não é só a polícia, não; o juiz que concedeu isso: por que concedeu e que argumentos deu nessa autorização para a Polícia Federal agir dessa forma?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Omar Aziz.

Cumprimento o Deputado Átila Lins pala presença aqui, o mais longevo dos Deputados Federais em exercício na Câmara dos Deputados. O Omar não era nem nascido, e o Átila já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Trinta e cinco? Trinca e cinco anos como Deputado Federal o Deputado Átila Lins, o decano da Câmara dos Deputados.

Eu faria, a par dos argumentos todos trazidos aqui inicialmente pelo Senador Plínio Valério, pela Senadora Tereza Cristina, pelo Senador Esperidião Amin, pelo Senador Jaime Bagattoli e agora pelo Senador Omar Aziz, um ofício da Presidência ao Ministério da Justiça, porque formalmente teria que ser assim, mas eu queria quebrar o protocolo aqui um pouquinho e vamos fazer em nome da Comissão.

Portanto, eu vou submeter ofício... Requerimento verbal, depois nós vamos transformá-lo em requerimento formal.

Requerimento da Comissão de Infraestrutura, solicitando informações ao Ministério da Justiça dessa operação da Polícia Federal, que é do Ministério da Justiça – penso que o Ibama deve ter acompanhado. Quem mais acompanhou lá?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, o Ibama não acompanhou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi só a Polícia Federal?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, isso foi uma operação policial só, só que tem um juiz que deve ter autorizado isso. E agora a gente quer saber, Senador e Presidente, quais são os argumentos para autorizar a destruição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Isso para mim é indiscriminadamente, porque você pode muito bem, numa investigação, descobrir quem são as pessoas que estão envolvidas com o narcotráfico e quem são as pessoas de bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, perfeitamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não dá para chamar todo mundo de narcotraficante ali.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Então, Presidente, eu estava providenciando o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu vou fazer o seguinte: eu vou encerrar primeiro a votação dos dois itens.

Na sequência, nós vamos submeter à votação o requerimento verbal feito aqui, mas, a par das manifestações de todos os Senadores, para encaminhar ao Ministério da Justiça, porque, se a gente for deixar para, na próxima terça-feira, fazer um ofício ao Ministério, para eles dentro do prazo darem uma informação, é tempo demais.

Então, está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que proclame no painel o resultado dos itens 2 e 3.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM, 12 Senadores. Nenhum voto contrário.

Portanto, estão aprovados os dois projetos constantes dos itens 3 e 4, da Senadora Tereza Cristina.

Também submeto à votação um requerimento extrapauta do Senador Plínio Valério.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora submeto à apreciação da Comissão, não havendo objeção, o requerimento verbal com pedido de informações ao Ministério da Justiça relacionadas aos temas tratados nesta Comissão no dia de hoje, inclusive aqui com as imagens apresentadas.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Portanto, o requerimento vai como requerimento aprovado da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Senador Esperidião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com o pedido da cópia, para que nós apresentemos também na Comissão de Justiça amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

Eu designo como primeiro signatário o Senador Plínio, que foi quem inaugurou o tema aqui. Peço à assessoria que só formalize, e a Comissão depois faz o encaminhamento conforme manda o Regimento.

Eu indago se todos os Senadores querem ficar como subscritores. Primeiro, o Plínio. Todos os Senadores subscrevem conjuntamente, Senador Omar? O requerimento fica como subscrito por todos nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho até que o Deputado Átila Lins pode assinar como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Como testemunha. (*Risos.*)

Tenho certeza... Pois não?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Aliás, o Deputado Átila Lins inclusive esteve lá em Manicoré nesse final de semana, até na Festa da Padroeira sábado, agora, a gente não imaginava que podia ser dessa proporção, com essa destruição... Suspender uma procissão?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Loucura.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – A arquidiocese agora acaba de soltar uma nota. Eu acabo de receber aqui do Prefeito Lúcio Flávio, Plínio, uma nota da arquidiocese em relação ao que aconteceu lá ontem. Veja bem a que ponto nós estamos chegando, a arquidiocese acaba de soltar uma nota.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Arquidiocese de Manaus ou de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De Manaus?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se for de Manaus...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – "A Diocese de Humaitá manifesta sua profunda indignação..." Olha aqui a nota, Senador Amin. Eu pediria licença aos Senadores e Senadoras para poder ler esta nota.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É uma nota de repúdio e solidariedade.

> A Diocese de Humaitá e as Paróquias Nossa Senhora das Dores [era ontem o dia da padroeira] e Maria Auxiliadora dos Cristãos, de Manicoré, manifestam sua profunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indignação e repúdio diante dos atos de violência ocorridos na manhã deste 15 de setembro de 2025, dia em que a Igreja celebra a memória de Nossa Senhora das Dores.

Neste dia sagrado, marcado pela compaixão da Mãe de Jesus diante do sofrimento humano, recebemos, com consternação, a notícia das explosões e queima imprudente das balsas de extrativismo mineral familiar no Rio Madeira, às margens das cidades de Humaitá e Manicoré, fato que atinge diretamente os garimpeiros artesanais e suas famílias [quem está falando isso não sou eu; quem está falando isso aqui é a Diocese de Humaitá e de Manicoré], que vivem do trabalho simples e digno de suas mãos.

Erguemos nossa voz para denunciar qualquer prática que, em vez de buscar caminhos justos e pacíficos de resolução, recorre à violência, destruindo vidas, sonhos e a subsistência de inúmeras famílias.

Toda forma de injustiça social é contrária ao Evangelho, ferindo a dignidade dada por Deus a cada pessoa e o cuidado da Igreja para com a ecologia integral.

Ao mesmo tempo, manifestamos nossa solidariedade fraterna às famílias atingidas, assegurando-lhes nossa proximidade espiritual, nossas orações e nosso compromisso em apoiar iniciativas de diálogo, justiça e paz que respeitem a vida, a dignidade humana e o cuidado com o caso comum.

Confiamos este momento doloroso à intercessão de Nossa Senhora das Dores, para que, unindo nossas lágrimas às dela, possamos encontrar força na fé e esperança na construção de um futuro de reconciliação e justiça.

Dom Antônio Fontinele de Melo, Bispo Diocesano de Humaitá-AM.

Então, nós estamos falando aqui da Igreja Católica se posicionando. Nós não estamos falando aqui de entidade extrativista, de nada. Estamos falando aqui... Quem está falando aqui é o Bispo da cidade de Humaitá, que está consternado, e, com certeza absoluta, toda a sociedade amazonense ficou consternada com as imagens que vimos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Omar Aziz, e o registro que faz dessa manifestação da Igreja Católica da cidade de Humaitá.

Ontem, várias lideranças de Porto Velho me fizeram contato também, mandando-me vídeos denunciando – e certamente que o Jaime recebeu também a mesma coisa – os abusos que aconteceram na cidade de Humaitá e também lá na cidade de Manicoré.

Essa é uma questão que se repete. Em Porto Velho, isso já aconteceu também, e sempre com o mesmo método: agressão a quem está nessa atividade.

E, aí, o que a Senadora Tereza Cristina trouxe aqui chama a atenção de todos nós, não é? Não há um ambiente de diálogo, de busca de entendimento, para tentar resolver o problema. Apenas vão lá e destroem. E, daqui a pouco, volta a acontecer tudo de novo, porque é da natureza do ser humano...

Tem ali, todo mundo sabe que é um rio rico em minério, mas não se discute uma solução estruturada, porque, se você tem um programa, um projeto, para fazer a extração controlada, com mitigação dos efeitos dessa extração, com fiscalização – não é? –, você tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento de solução para o problema, mas não; apenas destrói – apenas destrói. E aí você tem impacto ao meio ambiente... Como disse agora há pouco: água, fauna aquática...

Ontem eu via o fogo, o combustível que vazou das embarcações em cima da água, e o fogo pegando em cima da água. A coisa mais absurda, a cena mais horrorosa que se pode ter num rio como o nosso.

Então, eu me somo a todos os argumentos aqui apresentados, lamentando, uma vez mais, que isso tenha acontecido, e vamos encaminhar ofício ao Ministério da Justiça, pedindo as informações.

Não havendo mais nada a tratar, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Laércio Oliveira e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Sergio Moro, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Beto Faro, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Augusta Brito e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wilder Morais, Rogério Carvalho, Weverton e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 65/2025 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 70/2025 - CI, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), REQ 71/2025 - CI, de autoria Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), e REQ 72/2025 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Finalidade:** Debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025, que trata da revisão tarifária dos gasodutos de transporte (TAG, NTS, TBG, GOM e TSB), válida para o período de 2026 a 2030. **Participantes:** Heloisa Borges, Diretora de Petróleo e Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Daniela Florêncio de Souza, Coordenadora de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (ABRAGET); Lucas Netto, Coordenador do Comitê de Gás da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP); Marcello Gomes Weydt, Diretor do Departamento de Gás Natural da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Symone Christine de Santana Araujo, Diretora Técnica de Gás Natural da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Rogério Manso, Presidente Executivo da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás); Bruno Armbrust, Arquiteto, urbanista e pesquisador; Álvaro Tupiassu, Gerente Executivo de Gás e Energia da Petrobras; Marcelo Lima de Mendonça, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS); Adrianno Lorenzon, Vice-Presidente do Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural; Sylvie D'Apote, Diretora Executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); e Lucien Belmonte, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro – Abividro. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fez uso da palavra o Senador Luis Carlos Heinze. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Luis Carlos Heinze
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Senador Laércio Oliveira
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos; bom dia, senhoras; bom dia, senhores. Muito obrigado pela presença de todos.

Como nós temos uma agenda muito intensa na manhã de hoje, a gente vai logo dar início à nossa audiência pública.

Eu queria já, de bate-pronto, chamar os convidados que estão na primeira fila aqui – não sei se todos estão presentes. Vou fazer um negócio bastante informal para a gente otimizar o tempo, viu, gente? (*Pausa.*)

Deixe-me ver aqui a relação.

Rogério Manso está a caminho.

Daniela está aqui.

Venha para cá logo, Daniela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Netto não chegou? Não? (*Pausa.*)
Venha para cá, Lucas, também, para ajudar a fazer a vida melhor.
Sylvie não chegou ainda, né? (*Pausa.*)
Eu não vi Sylvie aqui.
Heloisa está aqui, que eu já vi e já abracei.
Venha para cá logo, Heloisa, vamos trocar as placas.
Heloisa é *top*, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Depois, ele entra no outro grupo.

Marcello está por aqui também, que eu já vi. Venha para cá também. (*Pausa.*)

Quero agradecer muito – viu, gente? – a presença de todos vocês aqui nesse nosso encontro. Depois a gente forma a nossa mesa.

Antes de passar a palavra aos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

As perguntas que chegarem – comumente chegam perguntas –, a gente vai direcionar às pessoas sugeridas pela sociedade brasileira que acompanha a gente pela TV Senado e pelos canais de comunicação daqui do Senado Federal.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Eu queria pedir muito – e vou repetir isto na outra mesa – a eficiência de cada um de vocês com referência ao prazo. Nós temos... A ideia de fazer esta audiência era com oito convidados apenas para a gente aprofundar um pouco a discussão, mas os Senadores têm a prerrogativa de indicar nomes para que venham. O único pedido que eu fiz aos Senadores e aos convidados é que eu não aceitaria via internet, vídeo. Eu sempre acho que, quando a gente faz uma audiência pública e você a faz presencial, o rendimento é muito melhor do que fazê-la por via do vídeo, do sistema. Essa foi a primeira decisão que a gente tomou.

Então, agradeço muito a presença de todos. Sei que é uma movimentação que se precisa fazer para estar presente aqui, mas, pela grandiosidade do tema e em respeito aos que estão aqui, ficou decidido isso. Então, todas as apresentações serão feitas presencialmente, na presença de cada um dos senhores que foram convidados, gentilmente convidados, e mais gentilmente ainda aceitaram participar com a gente deste primeiro momento de um tema tão importante, que a gente quer aprofundar aqui, no Senado, para discutir com vocês.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas.

Hoje é um dia de quarta-feira, é um dia muito intenso aqui, e muitos deles já estão espalhados nas Comissões. Nós temos a Comissão de Constituição e Justiça, que discute hoje a PEC da blindagem, que para mim é a PEC da impunidade. Eu vou votar contra. A gente está se reunindo na CCJ, a partir de agora, das 9h da manhã também, para que a gente... A ideia é rejeitar logo o projeto na Comissão, na CCJ, para dar um ponto final, o Senado Federal se posicionando com referência a isso, mas é uma posição pessoal. Talvez, em algum momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu precise sair daqui, no intervalo para a merenda – como se dizia antigamente – para poder ir lá apresentar a minha indignação e apresentar meu voto também.

Bom, mais uma vez, muito bem-vindos todos que estão aqui presentes, acompanhando esta audiência pública.

Quero fazer uma abertura aqui para contextualizar a iniciativa.

O mercado de gás natural brasileiro vem passando por um processo de amadurecimento legal, regulatório e comercial a partir da aprovação do novo marco legal, a Lei 14.134, de 2021, que tive o privilégio de relatar na Câmara dos Deputados.

O gás tem importantes papéis para a sociedade brasileira, seja como combustível para a indústria, uso domiciliar, combustível veicular, como garantia de confiabilidade, resiliência para o sistema elétrico nacional, seja pelo papel estratégico, enquanto combustível da transição, substituindo o diesel no transporte ou o óleo combustível na indústria, viabilizando o atendimento dos compromissos climáticos.

O gás natural esteve no centro dos debates energéticos nacionais dos últimos anos, merecendo destaque por sua importância e sendo tratado como verdadeira política de Estado. No entanto, sabemos que, para o gás natural se consolidar como combustível da transição dentro do país, temos que avançar numa série de desafios para que ele se torne mais competitivo para o mercado. Toda a potencialidade do gás como grande elemento de segurança para o setor elétrico, locomotiva de crescimento da indústria e alavanca para a transição energética no transporte de cargas somente se dará se conseguirmos avançar com a agenda de tornar o gás mais competitivo em nosso país.

A audiência pública que estamos promovendo hoje é histórica por contribuir com a solução de uma das principais demandas dos usuários na rede de gás natural do Brasil: o aperfeiçoamento da metodologia para revisão das tarifas de transporte.

Embora o gás nacional seja produzido a preços competitivos, é entendimento consensual entre os consumidores que os elevados custos da infraestrutura inviabilizam o crescimento do mercado de gás no país. Desta forma, temos um volume de consumo estagnado há mais de dez anos.

A entrada em produção dos novos projetos Rota 3, Raia e Sergipe Águas Profundas representa o aumento de oferta de gás nacional de mais de 50 milhões de metros cúbicos por dia e, portanto, será necessário desenvolver mercado, o que implica necessariamente viabilizar uma redução do preço ao consumidor. Nessa toada, precisaremos buscar discutir os custos e tarifas de todos os elos da cadeia do gás natural.

Assim, sendo o segmento de transporte de gás natural um monopólio natural regulado e constituído sob regime de autorização, a criação de mecanismos de regulação, em especial da tarifa de transporte, é fundamental para garantir a oferta do gás natural da forma mais competitiva possível para o consumidor brasileiro.

Neste ponto, a atuação proativa do regulador, no caso a ANP, é fundamental para promover o avanço da política de gás natural como viabilizador da transição energética, instrumento de desenvolvimento regional e alavanca da competitividade econômica.

E, nesse contexto, está inserida a Consulta Pública ANP 08, de 2025, que visa a participação social e obtenção de subsídios sobre as propostas tarifárias e propostas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valoração da base regulatória de ativos, realizadas pelas transportadoras de gás natural para o ciclo tarifário 2026-2030.

Essa pauta também está diretamente conectada com a Consulta Pública nº 05, de 2025, representando uma oportunidade única de promover justiça tarifária, segurança jurídica e competitividade.

Não podemos correr o risco de cometer erros regulatórios que penalizam a sociedade e travam o desenvolvimento do setor do gás natural. O Parlamento está acompanhando o deslinde destas questões na expectativa de que a ANP reconheça as amortizações já feitas e que as tarifas reflitam a justa remuneração, sem onerar desnecessariamente a sociedade brasileira. Todos desejamos que a regulação seja coerente, previsível e comprometida com o interesse público.

Conforme Requerimento nº 65, de 2025, que apresentei à Comissão de Infraestrutura, os objetivos da presente audiência pública são: debater a curta janela para avaliação do mercado e aprovação pela ANP, impedindo a adequada análise das propostas que devem vigorar já a partir de 2026; discutir a necessidade de revisão ampla das tarifas de transporte, contemplando inclusive os contratos legados ainda vigentes, que hoje representam ônus significativo para consumidores e novos entrantes; avaliar o melhor método de valoração da BRA (Base Regulatória de Ativos), prezando por aquele menos oneroso para os consumidores, como sugere o princípio da modicidade tarifária, evitando que ativos já amortizados continuem na BRA, gerando um ganho extraordinário para as transportadoras e um ônus excessivo para os consumidores;

4) Debater a divisão de tabelas tarifárias com ou sem térmicas, sugerindo o repasse tarifário injustificado aos consumidores do setor elétrico para subsidiar o segmento de transporte de gás natural, o setor de gás;

5) Examinar a importância de se definir uma metodologia clara de apropriação e rateio de valores decorrentes de investimentos em ampliações de rede ou melhorias, de forma que os custos sejam atribuídos a quem efetivamente se beneficia, evitando a socialização indevida. Em particular, deve-se considerar que áreas a serem atendidas devem garantir a expectativa de retorno dos investimentos, como no caso de reforços de vazão para o atendimento de regiões específicas.

Neste momento decisivo, reafirmo o meu compromisso com o Brasil que valoriza a eficiência, a competitividade, a transparência e a justiça tarifária. O Senado Federal estará vigente, vigilante e atuante, como sempre esteve, para garantir que a regulação do setor caminhe ao lado dos interesses públicos e da competitividade econômica. O futuro do gás natural brasileiro não será escrito por poucos, será construído com diálogo, responsabilidade e coragem política.

Feita esta breve contextualização do atual cenário do mercado e das dificuldades enfrentadas para o seu desenvolvimento, passarei, a seguir, a palavra para os convidados, para que façam as suas manifestações.

Eu queria começar... Eu tenho a honra de conceder a palavra a Heloisa Borges, que é Diretora do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja muito bem-vinda, Heloisa, muito obrigado. É um prazer muito grande revê-la aqui na manhã de hoje.

A SRA. HELOISA BORGES (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador. Agradeço ao Senado Federal pelo convite. Parabenizo o senhor e a Comissão de Infraestrutura pelo interesse no tema. É sempre um prazer estar aqui, nesta Casa, e estar aqui com o senhor, viu?

Bom, vamos lá. Não tenho apresentação, mas acho que todos os que estão aqui na sala já acompanham o gás natural há muito tempo.

Farei um breve histórico, para a gente sair... A gente precisa sair desse debate, talvez um pouco fechado, do clube do gás. Porque a gente começa debatendo o gás natural e formando um grande consenso sobre algumas necessidades importantes para expandir o sistema de gás natural, lá com o Gás para Crescer. Naquele momento, interesses particulares acabaram impedindo depois o avanço do debate. A gente conseguiu construir, de novo, o novo mercado de gás; conseguimos ter um projeto de lei robusto, brilhantemente liderado e defendido pelo Senador Laércio, na época Deputado Federal; conseguimos um novo marco legal para o gás natural. E a partir desse marco, a gente precisa de uma série de regulamentações.

Não é segredo para ninguém que o gás natural é fundamental para o desenvolvimento do país, e, daí, a percepção no Programa Gás para Empregar... E o nome Gás para Empregar não é por acaso. A gente nomeia Gás para Empregar justamente porque é uma indústria que tem um potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico do país por conta do potencial de recursos naturais. E, de novo, a gente tem alguns estados que muito se beneficiam dessa aceleração.

A gente vem tratando bastante do potencial de desenvolvimento para a Região Nordeste, principalmente para o Estado de Sergipe, com o desenvolvimento do Sergipe Águas Profundas; a gente vem tratando do potencial do gás natural na produção terrestre, como que isso dinamizou o mercado de gás natural; e a gente já está vendo efeitos concretos da chegada do Rota 3, que trouxe aí – com o perdão da palavra, Álvaro – mais um gás para o setor de gás natural. Conseguimos, finalmente, entrar com mais volume, mais liquidez.

A gente tem que lembrar que, para a gente ter um mercado robusto, competitivo, a gente precisa da oferta e da demanda, e, durante muito tempo, a gente teve essa trava.

Então, a gente está avançando, a passos largos, no aumento da oferta, e o Plano Decenal de Expansão de Energia da EPE mostra isso. A gente tem um potencial muito grande. A gente entra com, depois do Rota 3, Raia, entrando, de novo, ali na Região Sudeste, e, no final do horizonte, contamos com Sergipe, com o projeto Sergipe Águas Profundas, além da revitalização dos campos *onshore*.

Bom, durante muito tempo, a gente tinha um debate de onde está a demanda para esse gás. A gente vem avançando de forma clara, o Senador mostrou o potencial da demanda... E por que é que a gente traz isso? Porque, quando a gente olha o cenário de longo prazo do Brasil, a disponibilidade de gás natural não como combustível de transição, mas como combustível de destino da descarbonização da indústria brasileira, fica muito clara.

Nos nossos cenários de longo prazo, a demanda de gás natural, no Brasil, mais do que dobra, e, lá no final do horizonte, se a gente aumenta essa mistura com biometano, a gente consegue, de forma concreta, dar um combustível de descarbonização para a indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aparece, por exemplo, no Plano Clima, no Plano Clima Energia, no Plano Clima Indústria e no Plano Clima Transportes. Não é por acaso que o gás natural foi reconhecido como fundamental e que tem ações concretas, principalmente no Plano Clima Indústria, para viabilizar esse combustível.

Mas, além disso, para a gente viabilizar o avanço das renováveis no sistema elétrico brasileiro, a gente precisa de algum combustível, alguma tecnologia, para dar garantia para esse sistema, e aí vem o papel do gás natural, oferecendo essa segurança para o sistema elétrico brasileiro.

A gente tem que lembrar que a maior parte dos modelos de emissões são modelos de despacho, não modelo de capacidade. Isso faz diferença, porque, quando a gente olha, no final do horizonte, e pensa que, muito provavelmente, eu vou ter um percentual baixo de despacho de energia elétrica, isso não quer dizer que eu não vou precisar de muita capacidade instalada de termelétrica para oferecer essa segurança para o sistema, e isso precisa ser dito.

Como o Senador bem notou, e a gente vem trabalhando isso bastante na EPE, no âmbito do planejamento, Senador, a gente precisa avançar nos custos de infraestrutura, e, ao longo desse ano, trabalhamos de forma muito assertiva para trazer clareza para este debate, no âmbito do papel de planejamento e pesquisa de subsidiar esse desenho de políticas públicas. Então, a gente publicou, no início do ano, uma consulta pública com uma metodologia para valoração das infraestruturas de escoamento e processamento de gás natural e, em seguida, avançado esse debate, começamos a trabalhar, junto com o Ministério de Minas e Energia – não é, Marcello? – , na construção de uma metodologia que apoia a agência reguladora para essa revisão tarifária de gás natural.

Quanto ao método, o que é que ele permite? Ele ajuda o tomador de decisão a fazer as suas escolhas. Então, temos, inclusive, amanhã de manhã, uma reunião com os Diretores Symone e Pietro, para apresentar as nossas contribuições – estão aqui, ó, estão olhando e rindo para mim –, no âmbito da consulta pública, e acho que esse é o processo mesmo.

O processo precisa ser público, transparente. Então, a gente vem para colaborar e contribuir com a agência reguladora.

A gente também está começando... Na segunda-feira, a gente vai dar início à consulta pública do Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano. A ideia do plano nacional integrado é justamente endereçar e trazer clareza para essa infraestrutura, uma expansão de infraestrutura que seja coordenada, que seja racional e que pense na eficiência sistêmica.

E, aí, eu vou finalizar a minha fala, endereçando os seus pontos, Senador, porque a gente precisa começar a pensar, como o senhor bem falou, como é um dos pontos, inclusive, na eficiência sistêmica do sistema de transporte. E é isto que o plano nacional integrado vai fazer: pensar nos custos não para um empreendedor individual, para uma empresa individual, mas em como é que a gente otimiza as infraestruturas, reduzindo o custo para a sociedade.

A gente precisa avançar na expansão de infraestrutura e a gente precisa reconhecer o papel que a infraestrutura de gás natural, que a disponibilidade de infraestrutura presta tanto para a indústria quanto para o setor elétrico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante muito tempo, esse atributo, que é como a gente chama, não foi corretamente valorado, no sentido de que esse valor não era percebido. A infraestrutura simplesmente estava lá e, por estar lá, era tomada como dada.

Então, a gente precisa avançar na expansão da infraestrutura de escoamento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELOISA BORGES – ... e de transporte, para que a gente possa, aí sim, destravar esses nossos investimentos.

O plano nacional integrado vai trazer investimentos na ordem de mais de R$42 bilhões em projetos de infraestrutura. Na nossa metodologia, a gente vai apresentar para a ANP como é que a gente avança isso sem impacto negativo na tarifa de transporte, mas a gente precisa conseguir debater esses temas de forma técnica, sem clubismos, e a gente precisa conseguir reconhecer o papel da infraestrutura na segurança do sistema.

Concordo que a gente tem uma janela muito curta para avaliação, mas, em defesa da minha casa original, da ANP... Durante muito tempo, a gente estava reclamando que a ANP não avançava com a agenda regulatória. Aí, agora que a ANP avançou com a agenda regulatória, a gente reclama que a ANP avançou com a agenda regulatória. Então, a gente precisa entender o que é que a gente quer.

A ANP colocou todas as cartas na mesa e avançou, de forma clara, com a agenda, para a gente poder debater, de forma pública, transparente, em sociedade, todos esses temas, e eu acho que é para isso que a gente está aqui, Senador.

Bom dia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Heloisa, por sua exposição.

Eu vou conceder a palavra agora – esta mesa tem duas damas. Então, as damas têm privilégio aqui; desculpem os marmanjos que estão aqui. (*Risos.*)

Eu quero passar a palavra para Daniela Florêncio de Souza, que é Coordenadora de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas. Por favor, Dani.

A SRA. DANIELA FLORÊNCIO DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado pelo convite, Senador.

A gente vê que o seu discurso foi excelente, eu acho que já vai abordar um pouco a nossa preocupação do impacto com a questão das tarifas.

Então a gente trouxe aqui, já pensando assim, vendo o público que tem de especialistas aí no setor de gás, a gente quer dar um olhar do setor elétrico brasileiro. Qual seria o impacto dessa tarifa que está sendo discutida aí na audiência pública no leilão de LRCap? Para nós, na termelétrica, esse leilão de LRCap é importantíssimo para garantir a segurança elétrica e energética do sistema, principalmente a elétrica, tendo em vista como hoje está se comportando a matriz e como é a questão da inserção de renováveis e a importância, o papel da termelétrica nesse contexto, tá? Então eu vou, perdoem-me o tecnicismo, mas eu preciso abordar essa questão, porque mais à frente a gente vai concatenar com a audiência pública.

O que seria a confiabilidade no setor elétrico brasileiro? Ele tem dois grandes... O conceito de confiabilidade é dividido em dois grandes atributos, que seria a adequacidade, o que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leilão, de fato, promove, que é você ter a garantia do atendimento à carga em qualquer momento do sistema, que é de 24 horas, sete dias por semana... Muita gente às vezes confunde, dizendo que é o atendimento à ponta, à ponta da ponta, e não é. Muitas vezes, a térmica, quem vê vai ver que ela está ligada, começa a ser ligada no finalzinho da tarde, que é quando a geração renovável, no caso a solar, cai bastante, e fica ligada até 10h, 11h da noite. Então, é muito mais do que um atendimento à ponta, que o pessoal entende que é de uma hora, duas horas, mas, não, são várias horas.

E como é que faz a gestão desse recurso, o que é que o operador tem? Ele tem disponível a hidrelétrica. Antigamente, você tinha até grandes reservatórios, você tinha um recurso de muito longo prazo. Hoje, você já tem essa intermitência de médio e longo prazos, tem momentos do ano, seis meses do ano, em que você precisa usar recursos de térmica para garantir essa carga 24 horas por dia. Tem as renováveis, que, de fato, trazem eficiência na questão do custo da energia, mas elas são intermitentes, têm uma intermitência de curto prazo. Então, a quantidade adequada para suprir essa carga é promovida pelas térmicas.

E, para esse serviço, que antigamente era o serviço de energia que era por todos os geradores, fossem renováveis, fosse a geração hidrelétrica, termelétrica, hoje você precisa, foi identificada a necessidade de um serviço de confiabilidade. E essa confiabilidade só pode ser promovida por termelétricas ou, eventualmente, hidrelétricas que tenham reservatórios. E as termelétricas, por você ter garantia do suprimento, no caso, pode ser pela malha ou por outros combustíveis, ou mesmo GNL, a termelétrica tem uma coisa que – porque o mundo elétrico lhe dá uma inércia – precisa, o sistema elétrico, por mais que ele seja renovável, ele não pode ser 100% renovável, porque ele tem controladores que não são conectados à rede, não tem máquinas síncronas, então, o sistema elétrico precisa dessa robustez, precisa ter controladores de tensão e de frequência que os inversores das renováveis não possuem. E, principalmente, nível de curto-circuito, para garantir, com qualquer efeito, que aquele ponto que estava lá... Quer dizer, ao você contratar a térmica, para você garantir essa inércia para o sistema, você vai ter a garantia do sistema para segurança elétrica, seja em momentos de contingência também, em que você precisa... E foi o que faltou no apagão de 2023.

Então, tendo em vista isso, o que a gente quer mostrar? A percepção do que é uma segurança energética – você vê um período crítico que aconteceu em 2021. Esse seria o... é aqui – não é?– o visorzinho. (*Pausa.*)

Isso.

Então, nesse momento aqui... (*Pausa.*)

Não bate, não é?

Então, essa linha cinza seria o armazenamento do sistema. Você vai ver que está aqui chegando a 17% e, mesmo no período úmido, ela não conseguiu ir muito acima, ela chegou a 30%. Então, esse reservatório precisou ter a garantia energética e as térmicas ficaram muito tempo ligadas. Só que estão entrando muitas renováveis, então você... e o período crítico acontece a cada três, quatro anos. Então, em boa parte do tempo, você vai ver o quê? Muito reservatório, ótimo, mas, mesmo assim, você precisa de térmica. Por quê? Porque você precisa da garantia elétrica. E essa segurança elétrica é dada, seja em dias muito quentes, seja mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em contingências do sistema, em que você precisa ter a térmica para poder garantir a estabilidade do sistema.

Então, tendo em vista isso, agora vamos ao ponto que importa. O que foi definido no LRCap de 2026? Diferentemente do de 2021, foi identificada já essa questão que a gente comentou – o senhor comentou muito bem – da importância da malha de transporte, e também foi dividido, porque também faz parte do seu atributo ter um ponto de confiabilidade diferente. O Governo identificou isso e dividiu os produtos.

Então, sem entrar no mérito da política pública, o que a gente percebeu? Que essa exigência de contrato firme não está coerente com o produto que a gente aqui mostrou, que é um produto flexível. Ora você precisa da térmica, ora você não precisa; ele não é contínuo. Então, esse uso contínuo da malha de transporte não está batendo com o objetivo do leilão LRCap.

Outra coisa, a gente identificou que o produto, então, é um risco para a termoelétrica. A gente está bastante preocupado com que o teto do leilão venha a, de fato, dar esse sinal econômico perfeito, porque senão você tem o risco de não ter a contratação da térmica da malha. E daí você tem um impacto profundo no transporte, porque, se você não mensura bem esse teto, pode acontecer de as termoelétricas, tendo em vista que essa exigência de contrato acaba sendo um peso muito grande para o cara quando o gerador vai entrar no leilão, porque ele tem que ter certeza de que esse teto vai cobrir esses custos.

Então, como não existe, não tem disponível nas transportadoras contratos de sete anos, já com regras definidas na MP, a gente entende que, de fato, a UTE conectada, como bem disseram aí, é importante para garantir um melhor custo, mas, em contrapartida, ela pode não ser contratada. Então, tem o risco de não se contratar essas térmicas.

Então, o objetivo do leilão é ter produtos flexíveis. O que a gente propõe como uma solução que a gente está desenhando? É ter uma tarifa binominal. Por quê? Ela poderia dar uma parcela fixa, que aí, de fato, é uma parcela pequena, e uma parcela variável, sim, que, quando fosse despachada, fosse valorada até a maior do que a parcela fixa, para você fechar aí a conta aí.

Então, essa tarifa de transporte seria... Por que a gente acha que isso é importante? Porque, com isso, você vai promover a maior eficiência do recurso, você vai ter a alocação de recursos no país, e você vai garantir a segurança energética quando você precisar.

Por fim, aí para ter a relação com a audiência pública, você ter uma correta valoração da BRA (Base Regulatória de Ativos), vai promover também esse benefício e você vai poder ter uma tarifa mais eficiente, tá? Então, de fato, vai ser muito comentado, o método que a gente acha que deve seguir é o que está preconizado na ANP, que é o método CHCI, que é o custo histórico de correção, e que, inclusive, tem regulação vigente. Porque isso tem... A gente entende que essa Base Regulatória de Ativos tem que ter a sua valoração conforme a amortização dos ativos ao longo do tempo, tá?

Então, obrigada. Desculpe por passar um pouquinho do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Daniela, por sua exposição. Agradeço demais.

E agora eu quero passar a palavra para Lucas Netto, Coordenador do Comitê de Gás da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip).

Por favor, Lucas, fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS NETTO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Senador que preside esta audiência pública. Cumprimento também, nas figuras do Diretor Marcello, da Diretora Symone, do Diretor Pietro, da Diretora Heloisa, os colegas integrantes da mesa, e, nas figuras dos colegas da Abpip aqui presentes, o Presidente Marcio Félix e o Sr. Lucas Lima, os demais presentes.

A Abpip atua desde 2007 para promover, defender e estimular o desenvolvimento na atividade de exploração e produção de petróleo e gás no Brasil pelas empresas independentes. A entidade hoje conta com 37 associados que totalizam aí a capacidade de produção em terra para o gás no Brasil.

E, partindo para o tema da audiência pública, se a nova lei do gás permitiu uma consolidação legal muito relevante para o setor, o segundo semestre de 2025 tem registrado uma verdadeira inflexão normativa para o gás natural. Já são sete consultas públicas abertas nos últimos três meses, como bem mencionou a Diretora Heloisa. A audiência pública hoje é de discussão histórica, por isso a gente gostaria de externalizar a honra da Abpip em participar de um momento tão relevante para a viabilização de um mercado de gás natural líquido, transparente e competitivo.

Como é de conhecimento geral, hoje é consenso entre os usuários da malha que o patamar atual da tarifa de transporte, se mantido, deve inviabilizar o crescimento do mercado de gás natural, impedindo que a sociedade brasileira se beneficie de tudo que uma realidade de gás natural competitivo pode trazer: motor de crescimento da indústria, elemento de segurança para o setor elétrico e alavanca da transição energética no segmento de transporte de cargas.

Desde a publicação da nova lei do gás, em 2021, a gente notou esforços significativos de vários elos da cadeia do gás natural no sentido de promover maior competitividade ao mercado. O segmento do transporte, no entanto, ainda nos parece apresentar desafios importantes para alinhar-se plenamente a esse movimento, ou seja, enquanto os demais elos trabalharam em incentivos para reduzir preços e viabilizar negócios, o segmento de transporte manteve altas tarifas, 20% do preço final, é o dobro praticado internacionalmente, segundo os estudos do CBIE, e não registrou a construção de novos trechos de gasoduto entre 2009 e 2021, estagnação que é de conhecimento de todos.

Por esse motivo e em se tratando de monopólio natural sob regime de autorização, é fundamental que os mecanismos regulatórios corretos sejam adotados em favor da modicidade tarifária e com vista a conter o eventual poder de mercado das transportadoras. Aqui reitera-se, portanto, a relevância do papel da ANP, entidade competente não só do ponto de vista institucional, mas, sobretudo, do ponto de vista técnico, claro, com o apoio da EPE, para avaliar a proposta tarifária e prezar pelo melhor interesse público.

O processo de revisão tarifária, tema da audiência pública, é fundamental para garantir a remuneração justa e adequada aos transportadores, mas não pode perder de vista seus impactos sobre a modicidade tarifária e o pleno desenvolvimento do setor de gás natural do Brasil. Por isso, a gente traz duas observações e três contribuições sobre a consulta pública que está em aberto.

A primeira observação, que já foi dita aqui, é sobre a curtíssima janela para avaliação da proposta pelo mercado. O processo gera análise de cerca de 500 páginas e 26 planilhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complementares em uma janela de 45 dias. Embora esse prazo seja o previsto na lei das agências reguladoras, esse volume de documentação, em um cenário em que houve sete consultas públicas concomitantemente abertas na ANP nos últimos meses, impossibilita uma análise mais correta e detalhada por parte do mercado e certamente por parte da própria ANP

A segunda observação é sobre o aumento das tarifas propostas em revisão. Era esperado de um processo de revisão tarifária que o resultado incorresse em redução das tarifas, mas as propostas em processo, a depender do cenário analisado, sugerem aumentos médios de até 61%, como no caso da TAG, ou até 22% no caso da NTS.

Os estudos realizados pelo CBIE estimam que a tarifa deveria se reduzir após a proposta. Estudos, inclusive, apontam que deveria reduzir até 70%.

Por suposto, o nosso posicionamento aqui parte de duas importantes premissas que devem nortear todo este debate: o respeito aos contratos e a busca da eficiência da modicidade tarifária em prol do desenvolvimento do mercado. A partir deles, apresentamos a primeira contribuição que é sobre o numerador da tarifa, RMP, que é obtida a partir da BRA. A gente entende que os investimentos que já tenham sido amortizados economicamente no primeiro ciclo de seus contratos com a Petrobras e, mais recentemente, com o mercado, sejam totalmente excluídos da BRA. O consumidor brasileiro não pode pagar duas vezes por uma mesma infraestrutura. Acatar os pleitos de somente excluir o valor depreciado e não amortizado economicamente faz com que o consumidor de gás pague novamente por gasodutos que já foram pagos. Isso é especialmente relevante para o debate em um cenário em que as transportadoras registraram a maior margem Ebitda sobre a receita líquida do Brasil: 90% para a NTS e 86% para a TAG, segundo o *Valor Econômico*.

A nossa segunda contribuição é sobre o denominador da tarifa, o volume. A gente considera que o volume a ser considerado na tarifa dos contratos legados deve refletir o compromisso de volume original da Petrobras, isso é, a cláusula de *ship-or-pay* dos contratos. Os contratos devem ser respeitados em sua totalidade – não somente a receita, mas também o compromisso de volume. Esse risco não pode ser transferido para o mercado. E mais importante: qualquer ônus decorrente desse cálculo deve ser resolvido entre Petrobras e transportadoras. Afinal, trata-se de um risco privado, passado para um outro agente através de compromissos particulares. Em outras palavras, o risco de volume em torno dos contratos legados não pode ser socializado com os demais usuários da malha de transporte.

A terceira contribuição é sobre o saldo da conta regulatória. Consideramos que o saldo positivo da conta regulatória deva priorizar a modicidade e estabilidade tarifária, especialmente num cenário em que os consumidores brasileiros pedem tanto pela redução das tarifas de transporte. A utilização do saldo para a ampliação da infraestrutura, como sugerido pela minuta de resolução em alguns casos, não nos parece a melhor prática a ser adotada, pois incentiva a propor investimentos não necessariamente eficientes para atendimento da demanda, em especial num cenário de grande estagnação do mercado, causado justamente por conta desses elevados preços.

E aqui, já concluindo a minha fala, a Abpip entende que a construção de um ambiente regulatório exige coragem institucional, escuta ativa e responsabilidade com o interesse público. O setor de transporte, por sua natureza monopolista e estratégica, deve estar sujeito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismos que assegurem modicidade tarifária e justiça econômica. Não se trata de penalizar agentes, mas de garantir que distorções de mercado sejam corrigidas.

Em conclusão à minha fala, resumo as indagações dos produtores independentes em quatro pontos a serem respondidos nesta audiência pública e nos espaços de discussão subsequentes: Como justificar tarifas que representam 20% do preço final do gás natural do Brasil, o dobro do padrão internacional, segundo alguns estudos? Por que as transportadoras, mesmo com as maiores margens do Brasil, investiram tão pouco na expansão da malha entre 2009 e 2021? Faz sentido que consumidores paguem duas vezes por uma mesma infraestrutura? Quem se beneficia com a transferência do risco de volume dos contratos legais para a sociedade?

A Abpip enxerga a presente audiência pública como um convite desta Casa Legislativa para que a ANP, MME, EPE e demais atores setoriais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS NETTO – ... sigam exercendo seu papel institucional e promovendo ajustes que reflitam o espírito da nova Lei do Gás – mais concorrência, mais investimentos e mais gás para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Lucas, por sua exposição.

E o quarto a se pronunciar, neste momento... Eu concedo a palavra a Marcello Gomes Weydt, Diretor do Departamento de Gás Natural da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Obrigado por sua presença, é um prazer revê-lo. E a palavra está com você.

O SR. MARCELLO GOMES WEYDT (Para expor.) – Bom dia a todos.

Mais uma vez, Senador Laércio, agradeço o convite por representar aqui o Ministério de Minas e Energia. É um prazer estar aqui sob sua liderança, discutindo um tema tão importante para o país, né? O senhor, bastante engajado no setor de gás natural, entendeu a complexidade, lutou desde a época da relatoria, vem acompanhando. Nós passamos aqui por outros debates tratando também dos três anos da nova Lei do Gás. Isso ampliou a discussão também na Casa sobre os temas afetos ao gás natural, e não só ao gás, mas à importância das agências reguladoras. Acho que a gente está realmente num grande desafio, e o senhor, muito engajado, solidário, entendedor do desafio e da importância da agência para o país, vem lutando para essa melhoria, para acelerar todo esse processo.

E, de fato, eu queria aproveitar essa oportunidade, Senador, para destacar exatamente esse caminho das agências reguladoras a que o senhor tem chamado a atenção, e a importância delas de fato para a economia, né? Hoje nós temos um desafio no setor do gás natural, porque o gás natural está associado diretamente ao desenvolvimento da competitividade da indústria nacional. Do outro lado, um grande consumidor é o próprio setor elétrico, o que impacta diretamente no preço de energia elétrica observado aos consumidores. E, de fato, isso traz diretamente emprego, renda, tributos, alívio de contas da sociedade, motor, de fato, da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso a gente vai conseguir atingir com uma agência reguladora forte, capacitada, com recursos, com servidores. A agência, a carreira típica de Estado, é a porta de entrada, de fato, para as carreiras típicas de Estado e, infelizmente, a gente tem muitos servidores migrando, não só para o setor privado, como para outras carreiras no setor público, como Receita Federal, por exemplo, ou outras carreiras como o Banco Central, que têm realmente um valor diferenciado. Então, esse é um ponto que eu queria aqui destacar, porque no final a gente está vendo um processo em que a agência necessita de capacitação, de cada vez mais servidores. Nós tivemos agora a aprovação de um concurso de 44 servidores para trazer reforço para dentro da própria instituição.

Então, agradeço mais uma vez todo o seu empenho. E é com muita alegria que estou aqui no dia de hoje.

Sendo muito pragmático e objetivo aqui em relação ao desafio, o Gás para Empregar identificou o que mais impacta no preço do gás natural hoje. Olhando não só a falta de oferta para gerar a concorrência, mas o impacto que todas as infraestruturas de escoamento, processamento, transporte e distribuição carregam ao preço, esses são os grandes elementos de custo, principalmente quando a gente olha a nossa produção nacional, o elo de escoamento e processamento.

Com isso, nós viemos discutindo dentro do gás para empregar. Foram amplos nove meses de discussão. Publicamos um decreto em setembro de 2024, e, feito esse passo do decreto, já em novembro, nós fizemos uma ação estratégica no âmbito da Resolução CNPE 3, de 2022, que instituiu que o Ministério de Minas e Energia iria coordenar os agentes entre o setor durante um período de transição. Nós conversamos com a ANP em novembro, numa sequência de datas muito próximas. Fizemos a reunião com a diretoria da ANP, citando os pontos importantes que o ministério via como estratégicos para o país, e, dentro desse grande conjunto de ações, diversas ações de transporte estavam endereçadas.

Com isso, nós fizemos, na sequência, a reunião com os CEOs dos transportadores, apresentamos o mesmo plano, indicando a importância de caminharmos naquele sentido. Depois fizemos, em novembro ainda, no dia 19, um workshop no MME, tratando exatamente dos desafios e oportunidades para aprovação de novos investimentos e a modicidade tarifária no país, que é um grandessíssimo desafio, porque nós já havíamos percebido qual era o grande desafio que nós iríamos enfrentar em 2025, que seria não só a questão do escoamento e processamento, em que o Ministério de Minas e Energia está, junto com a PPSA, buscando a negociação de acesso e que resultou na MP 1.304 aqui no Congresso, para, junto com a ANP, desenvolver as ações necessárias para reduzir as tarifas de transporte e destravar os novos investimentos.

Então, com isso, todo o primeiro semestre, praticamente, do ano de 2025 foi de intensa articulação com os transportadores, discutindo receita, Wacc, uma resolução transitória, né? E aqui, muito com o apoio do time da EPE, que brilhantemente tem uma equipe muito capacitada para isso, recebeu reforço de concurso no meio desse caminho também, nós avançamos significativamente, já promovendo a discussão entre os agentes do tema. Com isso, nós conversamos também com o CdU, que são os usuários, e mostramos esse plano de ação. O objetivo era alinhar os agentes para já facilitar um processo de revisão ao futuro com a agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, nós entramos. No meio do caminho, a ANP sinalizou de fato o avanço dos temas, que iria fazer a revisão tarifária; os transportadores ficaram sem dormir, porque era o Ministério de Minas e Energia também chamando, já desenvolvendo o trabalho, e, no meio do caminho, como que a gente vai atender os dois cronogramas? Com isso, o Ministério viu que já tinha caminhado num sentido, eles seguiram com a proposição, com a apresentação de todas as informações para a agência, para a revisão tarifária, e depois o Ministério voltou novamente na sua articulação.

Então, é colocado. No dia 30/06, nós fizemos mais uma nova reunião, colocamos todos os agentes no Ministério de Minas e Energia, discutindo o tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO GOMES WEYDT – Então, é extremamente importante esse prazo, a gente viu que é extremamente importante, exatamente para ter uma qualidade decisória desse processo. Ele é importante; de fato, é o primeiro ponto a que se chama atenção. Existe realmente uma curta janela, entretanto a gente já vem discutindo isso de uma maneira mais inteirada.

Entretanto, os consumidores não tiveram um acesso a esse conjunto de informações, e, quanto a isso, todos se mobilizaram amplamente, contrataram consultorias... Acho que a gente já está até com escassez de consultoria no setor, porque são muitos assuntos que estão caminhando. E é como a Heloisa comentou: ficou muito tempo parado e, quando anda, anda realmente com diversos assuntos ao mesmo tempo. Eu não vejo isso como negativo, mas como um compromisso da própria instituição para que isso avance. Então, aqui acho que é uma grande forma de a gente ir ajustando.

E, dentro desse processo, o Ministério de Minas e Energia vê, com muita clareza, a importância dos contratos legados. Nós, dentro dessa interação, envolvemos os transportadores e a Petrobras, induzimos essa discussão, e eles já vêm discutindo, há longo tempo, essa revisão, tendo em vista o impacto que ela traz ainda nas tarifas vigentes.

De maneira geral, Senador, acho que o objetivo aqui foi posto. E, conforme for, a gente adentra em cada tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço a você, Marcello, por sua exposição.

Com a fala de Marcello, a gente desfaz essa primeira mesa. Gostaria que os meus convidados daqui ocupassem as cadeiras da Comissão.

E eu queria convidar já, para ocupar aqui, à frente, Rogério Manso, para compor essa nova mesa.

Quero convidar Álvaro Tupiassu, para fazer esse presente aqui a esta reunião também.

Quero convidar Symone de Santana Araujo, para também vir compor esta nova mesa. (*Pausa.*)

E quero convidar Bruno, também para vir aqui compor a mesa. (*Pausa.*)

É esse nome aí.

O Bruno tem um sobrenome complicado. Deixe esse negócio para lá. (*Risos.*)

Essas coisas... Rapaz, isso no Nordeste é uma complicação, viu? Se fosse Silva, Sousa, mas esses nomes assim... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, mais uma vez renovo aqui o apelo para que vocês se detenham ao tempo, porque nós ainda temos uma outra mesa depois dessa e, dependendo do andar desta audiência pública, a gente pode avançar em alguns outros pontos que a gente quer abordar com vocês.

Se não for possível, a gente tenta arrumar, com alguns encaminhamentos aqui, mas nós temos esta segunda mesa, que tem, felizmente, a presença de uma grande mulher, uma sergipana, como se diz no Nordeste, uma sergipana *top*, chamada Symone Araujo, que é a Diretora Técnica de Gás Natural da ANP, e é com ela que eu começo este segundo painel, concedendo a palavra, com muita honra e com os meus agradecimentos por sua presença.

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO (Para expor.) – Obrigada, muito obrigada, Senador. Bom dia ao senhor e bom dia a todos os presentes.

Eu acho que o tema da tarifa de transportes transformou-se num tema central, e eu, recentemente, até fiz um comentário, em uma oportunidade, de que este é o ano do transporte de gás natural. Se a gente fosse escolher, no conjunto de temas que estão em discussão, a gente começaria com isso.

Queria agradecer aqui a presença do meu colega, o Diretor Pietro, e ressaltar a honra de estarmos trabalhando lado a lado. Por uma dessas coincidências cósmicas, os temas de gás estão ali um pouco mais com ele e um pouco comigo e têm sido dias intensos – não é, Pietro? – desde que você chegou.

Eu fiz uma breve apresentação, Senador, e eu vou tentar cumprir exatamente o tempo, precisamente porque eu queria aqui tentar organizar um pouco o olhar da ANP acerca de duas tarefas muito importantes que a ANP está fazendo em 2025, que são tarefas simultâneas.

Então, nós temos a realização da revisão das tarifas, notadamente, das cinco transportadoras, mas aquelas que são principais são a NTS e a TAG – de fato, neste momento, se faz a revisão das tarifas das cinco transportadoras: NTS, TAG, TBG, GOM e TSB –, e, ao mesmo tempo, nós estamos também revisando a resolução de tarifas.

Então, eu começo com esse debate, porque até, aproveitando algumas considerações que a Heloisa trouxe, de fato, este é um ano em que nós estamos levando muito ao mercado a ideia de fazer participação social, e há vários processos de participação social em curso.

Aproveito a oportunidade para lembrar a todos que amanhã é o último dia para fazermos as contribuições precisamente para a participação social que diz respeito à revisão de tarifa. E, por mais uma coincidência cósmica, o dia em que se encerra exatamente a consulta pública da revisão tarifária é o dia em que faremos a audiência pública da revisão da resolução.

Então, realmente os temas têm caminhado, aí, de forma imbricada, mas, para nós, é fundamental que esses temas andem, e o processo de participação social é o processo em que a gente encontra, de alguma forma, formatadas no nosso rito todas as informações que são trazidas pelos agentes.

Assim, eu recomendo que, na medida do possível, não hesitem. Se necessário, façam contribuições, neste momento, com o que vocês têm na mão, para a revisão da resolução, sem prejuízo de, durante o processo de revisão de tarifa, você também trazer essa contribuição, porque, como eu disse, os assuntos são imbricados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversando há pouco com o Pietro, a nossa percepção é que esse processo de revisão de tarifa alimenta a resolução, e a resolução alimenta o processo de revisão de tarifa com os princípios, sobretudo porque, passado esse, digamos assim, segundo ciclo de revisão tarifária – a gente começou com a TBG em 2019, 2020 –, a nossa expectativa é que a gente consiga, num ciclo seguinte, ter as regras cada vez mais claras, consolidar o nosso conhecimento sobre o tema, mas, sobretudo, trazer mais previsibilidade.

Mas aí eu já passo aqui rapidamente.

Na minha apresentação, eu vou falar dos três temas que pulsam no tema de transporte de gás natural em 2025, que é a consulta pública que se encerra amanhã sobre a revisão da Ranp 15/2014, o tema dos contratos legados, contratos legados esses que estartam precisamente o seu vencimento, estartam precisamente a Consulta Pública 8, de 2025, de revisão tarifária.

Só fazendo um breve lembrete para vocês, sempre que nós estivermos falando de regulação de tarifa, nós vamos ter que atribuir quatro princípios importantes. O primeiro deles é modicidade.

Isso não significa que há uma hierarquia entre os princípios, mas, para mim, foi fundamental elencar o primeiro como a modicidade, porque nós estamos falando precisamente de uma atividade regulada.

O gás natural, se comparado com os outros temas de regulação dentro da ANP, petróleo e biocombustíveis, pode ser entendido inclusive como um setor hiper-regulado, porque é apenas no gás que nós estamos falando de monopólio natural, e é num monopólio natural que o regulador precisa atuar de forma mais intensa.

Segurança do serviço. O serviço de transporte é vital e, consequentemente, o atendimento das necessidades do mercado. Nós precisamos de expansão, está aqui, a própria EPE já nos trouxe, e a ideia de que esse é um espaço para promover concorrência e eficiência no mercado.

Essa consulta prévia está em curso – de 2025. Ela começa com um conjunto de sugestões, que vieram por meio da primeira consulta prévia, e ela nos indicou fazermos essa revisão em dois momentos.

Hoje, o que é crucial para a gente é: receita máxima permitida, base regulatória de ativos e conta regulatória – e é isso que nós estamos atacando –, ficando, portanto, a fase 1 já hoje detalhada na própria resolução que está em curso.

Alguns dos elementos são antecipados, mas a ideia é que eles sejam efetivamente aprofundados na segunda fase, como, por exemplo, regulação por incentivo e tarifas específicas.

A tarifa... Se a gente vai ou não trabalhar com tarifas, por exemplo, para armazenamento ou para térmicas, como tarifas diferenciadas, tudo isso ficou para a segunda *tranche*.

E aí a gente fala um pouco dos famosos contratos legados, não é?

Os contratos legados são contratos que foram basicamente firmados... Aqui a gente pode até estender um pouco no tempo, mas aqui eu fiz questão de lembrar um aspecto importante.

O Decreto 9.616, de 2018, preconizou a ideia de entrada e saída, e nós já, ao longo tanto dos processos de contratação de capacidade da TBG quanto do processo de oferta e contratação de capacidade, notadamente NTS, TAG e TBG mais recentes, a gente já trabalha com entrada e saída, a despeito de que os contratos de serviço de transporte de gás natural tenham sido firmados antes do regime de entradas e saídas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente considera é que esses contratos são fundamentais para este momento, e o seu vencimento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAUJO – Vou precisar só de mais cinco minutos, Senador.

... e o seu vencimento trará importantes informações do ponto de vista do acesso à infraestrutura e do que se espera de cálculo tarifário. E, ao tempo que a gente está falando no vencimento dos contratos, a gente tem que combinar o vencimento deles com este processo de revisão, mas, sobretudo, com a nova contratação, aí sim, plenamente no modelo de entrada e saída.

A gente tem feito um esforço grande de transparência. O Conselho de Usuários tem sido extremamente vocal neste elemento. Hoje a gente já tem o conjunto das memórias de cálculo dos contratos legados e propriamente dos contratos legados em atendimento a um ofício inclusive feito pelo Marcello, mas eu sei que o CdU vai trazer isso a pelo menos mais sete informações que o CdU tem solicitado.

Eu marquei aqui o conjunto dos contratos legados, assinalando os dois que vencem em 2025, basicamente o contrato Malha do Sudeste, que libera quase 44 milhões de capacidade contratada, e o contrato Malha do Nordeste, de que nós estamos falando aí de 21,5 milhões de metros cúbicos. Lembro que no caso da TBG nós já fizemos duas revisões tarifárias, uma em 2019, concluído em 2020, e uma em 2021.

E aqui é um pouco como esses contratos legados irão vencendo ao longo do tempo. Essa informação vai ficar disponível, assim como qual é efetivamente a QDC, a quantidade de área contratada, para cada um dos transportadores e para cada um desses contratos.

Um outro movimento que está ocorrendo paralelamente a este movimento de vencimento dos contratos é que os contratos estão sendo adequados à luz do próprio art. 44, porque nós temos um prazo, Senador, trazido na lei, que nos determina entre três e cinco anos para que a gente faça toda a adequação desses contratos para o modelo de entrada e saída.

E a gente enxerga um tema que é fundamental, que é a receita desses contratos. Esses contratos se ancoram na recepção dos contratos existentes na lei anterior, na Lei 11.909 – e aqui estão os dois dispositivos que tratam disso. Já na Lei 14.134 isso é trazido de uma forma mais moderna, porque o que se coloca especificamente são os aspectos de receita.

Bom, e aí a gente entra especificamente na revisão tarifária. Eu acho que valeria aqui fazer um princípio básico, tá? A orientação da revisão tarifária, para além de todos aqueles princípios que nós falamos, leva em conta também que a agência deverá evitar que você realize a dupla remuneração do investimento, ou seja, todo o nosso cuidado – né, Pietro? –, todo o nosso zelo é especificamente para que a gente assegure, por meio de um processo de um rito regulatório transparente, que todas as informações, todos os cálculos vão demonstrar, de maneira inequívoca, que não há, por assim dizer, uma dupla remuneração.

E o segundo aspecto é que serão tomadas todas as cautelas e todos os cuidados pelo regulador para assegurar a continuidade da prestação do serviço de transporte. Então, nós faremos, é nosso dever fazer esse balanço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro aspecto que eu acho que é importantíssimo a gente esclarecer aqui é o seguinte: eu escuto muitas... Eu leio muitas e vejo muitas declarações em que se comenta que há uma proposta da ANP em consulta pública. Não há uma proposta da ANP em consulta pública. O que nós fizemos foi aplicar integralmente o método da contestação, ou seja, pegamos a proposta dos transportadores de maneira bruta, colocamos no mercado e só aí, a partir da coleta dessas contribuições, é que a ANP irá fazer as suas manifestações.

Então, o primeiro aspecto é: não há proposta da ANP em relação à revisão tarifária. Há, sim, um processo de contestação daquela proposta que veio originalmente pelos transportadores. É diferente do processo que ocorreu na TBG. O que aconteceu na TBG? Por ocasião da revisão da TBG, lá em 2019, 2020, os mesmos dois métodos: CHCI, CRN. Naquela ocasião, a ANP fez os cálculos em relação ao CHCI, e a TBG, recomendada pela ANP, trouxe a revisão com base no CRN. Quando a gente abriu a participação social, havia sim uma proposta da ANP, naquela ocasião, que era um caminho no meio entre o CHCI e o CRN. O tema foi para várias deliberações da diretoria e, ao final, a escolha da diretoria foi o menor valor da BRA naquele processo, que foi pelo CHCI. Para demonstrar que, na verdade, a depender dos parâmetros econômicos e do momento em que você estiver avaliando, o CHCI pode trazer mais modicidade do que o CRN ou vice-versa. Então, esse é um elemento importante.

O ponto seguinte é fazer um pouco essa linha do tempo, que eu acho sempre importante. Esse assunto não começa agora, particularmente, quando você está falando dos contratos malha. Os contratos malha foram assinados em 2003 e tiveram sucessivos momentos de termos aditivos, eu acredito até que o Álvaro vai trazer esse elemento. A nossa avaliação da proposta tarifária dos transportadores que está sendo debatida no âmbito do mercado, cuja consulta pública acaba dia 8 de outubro, vai ser analisada considerando todo esse conjunto de informações, basicamente enxergando a própria Base Regulatória de Ativos, de um modo geral, e a metodologia. E lembrem: a nossa própria regulação já considera que o valor residual dos ativos existentes levará em conta depreciação, amortização e, adicionalmente, todos os investimentos prudentes que foram previamente aprovados pela ANP ao longo do ciclo de que nós estamos falando. E, aqui só lembro a célebre fórmula da tarifa, parece tão simples, tem um numerador com duas caixinhas, um denominador com uma caixinha e se chega à tarifa de transporte, mas a grande, digamos assim, ciência é chegar exatamente à receita.

E aqui, só corroborando um pouco o que a representante da Abraget já colocou de por que é importante debater as térmicas conectadas no sistema de transporte, mas lembrando que eventuais tarifas diferenciadas serão consideradas mais à frente. Como nós estamos no *status* da revisão? Ao tempo em que vocês estão fazendo, no âmbito da consulta, nós também estamos fazendo um conjunto de estudos internos.

Passei um pouco aqui, Senador, muito rapidamente, por uma pergunta que o senhor fez na nossa convocação. A pergunta é: por que se está trabalhando com CHCI em detrimento, por exemplo, do custo de reposição ou do CRN, por assim dizer? Na verdade, Senador, a questão talvez não seja o método. Eu tenho feito vários debates. Conversei com a ATGás, conversei com a Petrobras, conversei com a Eneva, conversei com a Abrace, conversei com o CdU... Quem chegou lá para conversar... Porque a gente gosta de conversar, né? A gente gosta de ouvir todo mundo. Eu entendo que o nosso rito regulatório não é hermético, portanto, ele cumpre um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo de *accountability*, de prestação de contas. Mas papel é órfão, né? Papel não tem tradutor aqui do lado dizendo: "Quando eu disse isso, eu queria dizer aquilo". Por isso, é importante essa escuta ativa.

Todavia, um aspecto que me parece mais importante, estudando muito e inclusive debatendo bastante com o Pietro e com a própria equipe técnica da ANP, é que, na verdade, entre as grandes propostas que estão aí no mercado, sob o ponto de vista de olhares dessa revisão, eu diria que as nossas diferenças de olhares não estão tanto na metodologia, mas em o quanto você está trazendo para dentro desse processo de revisão a amortização. Esse é o debate central. Quando você olha para a proposta dos transportadores, ela tem toda uma lógica, mas, quando você a compara com todas as outras propostas que circulam, que estão sendo debatidas, extremamente produtivas, a grande diferença é o quanto você aporta para dentro da apreciação BRA (Base Regulatória de Ativos) a amortização.

Aqui é um pouco só mostrando para vocês como estava na Resolução Anp 15 e como está hoje na minuta em discussão.

Igualmente, sobre a questão do rateio dos efeitos dos investimentos, nós debatemos esse tema já na consulta prévia, e está dentro da própria resolução. Isso é fundamental, porque tem princípios ali que são importantes no debate, que são o conceito de tarifa incremental e o conceito de tarifa compartilhada. E há um outro elemento de também discussão: se nós vamos nos aproximar, por exemplo, do modelo da distribuição.

O que acontece na distribuição? Você aprova os investimentos previamente e, ao final do ciclo seguinte, você avalia efetivamente se esses investimentos ocorreram, se eles corresponderam às previsões, e aí você faz um ajuste para o seguinte. Na tarifa de transporte, usualmente, o que se tem trabalhado? Você apresenta o conjunto de investimentos, você aprova esses investimentos, mas eles só vão ser efetivamente incluídos na tarifa, eventualmente, nesses casos, ao longo dos processos de oferta e contratação de capacidade – que foi o que a gente fez, por exemplo, no Gasig –, ou, eventualmente, *a posteriori*, quando eles efetivamente estiverem realizados. Hoje, nós temos, de novo, propostas diferentes na mesa. Repito: a ANP não tem proposta; a ANP abriu um processo de contestação.

Bom, aqui só para lembrar para vocês, desculpe, tudo o que ocorreu desde 2019, nós fizemos cinco chamadas públicas para a ANP, o denominado CPAC, mas basicamente, desde 2023, em particular, após o acordo de redução de flexibilidade, a gente tem feito processos anuais de oferta de contratação de capacidade.

Então, concluindo, Senador, esses são os nossos próximos passos. E ali no final, lembrando que a gente tem ali na EPE também um grande parceiro nesse processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Dra. Symone, por sua apresentação. Agradeço mais uma vez a participação da ANP, na sua pessoa, e conforme já foi dito aqui por V. Sa., registro a presença também do Diretor Pietro Mendes aqui conosco.

Eu quero passar a palavra a Rogério Manso, que é Presidente Executivo da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (AtGas).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério, muito bem-vindo, muito prazer em revê-lo aqui. É sempre bom estar com você. A palavra é sua.

O SR. ROGÉRIO MANSO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Acho que está meio fora de foco, ou eu estou sem óculos? (*Pausa.*)

Bom, Senador, começo agradecendo ao senhor pela convocação, pelo convite e parabenizando-o por conseguir colocar nesse auditório aqui a tropa de elite do mercado de gás. A elite do mercado de gás, vamos dizer assim.

É um prazer estar aqui, é um prazer estar discutindo aqui um tema que para nós, obviamente, é fundamental, mas que a gente entende como importante para todo o mercado. Na pessoa da Diretora Symone, cumprimento também os demais colegas da mesa.

Bom, aí começo com uma descrição gráfica do que é o sistema de transporte, essa rede que está sobreposta aí, interligada, desde o sul até o nordeste do Brasil, unindo 17 estados, atendendo 17 estados, inclusive as duas capitais ali, Manaus e Cuiabá.

No momento em que se negocia qualquer coisa, parece sempre que há uma contraposição de interesses, mas queríamos deixar claro que, em última instância, estamos todos no mesmo barco, estamos todos na mesma indústria e temos objetivos comuns que já foram alguns citados aqui, e alguns talvez mais do que repetidos, de competitividade, um mercado deambulando entre transparência na composição do preço – vou voltar a esse ponto na transparência seguinte –, segurança de abastecimento, regras claras para investimento.

A Diretora Heloisa Borges falou hoje aqui como o gás impulsiona a economia. E a gente coloca aqui como o transporte impulsiona o gás, impulsiona não apenas o mercado, mas impulsiona também o desenvolvimento das nossas reservas de gás e de petróleo, já que é um processo associado.

Eu faço essa provocação aí: sistema de transporte mais benefício menos custo, para ressaltar do lado esquerdo um entendimento de quais são os benefícios que o transporte traz para o mercado. Ele promove a competição e a liquidez, integrando as diversas ofertas numa única plataforma. Ele integra as regiões do país, evitando que você tenha ilhas com preços isolados, que um mercado possa ter preço mais baixo e outro preço mais alto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MANSO – ... ele garante a segurança energética, principalmente para a geração de energia elétrica, mas também para quem depende do gás como fonte primária de energia; e dá resiliência para o processo de descarbonização – alguma coisa já foi falada aqui. Eu uso o gráfico da direita para abordar uma questão que foi levantada aqui na mesa anterior, falando em 20% da participação do transporte no preço final do gás, e para dizer que, pelos levantamentos que nós temos, com os dados que estão colocados ali – da plataforma Ignis, dos *sites* das distribuidoras, da TAG e da NTS –, o transporte, em uma seleção de importantes áreas de concessão, varia de 8% a 10%, com base nos dados de maio. Eu uso os dados de maio, apesar de o ministério já ter publicado os de junho, porque essa tabela já foi mostrada para a indústria, de uma maneira geral, numa reunião que o MME promoveu no dia 30 de junho sobre esse tema. Então, quero dar clareza de que, se alguém está com 20%, não é o transporte.

Vamos falar do Custo Histórico Corrigido pela Inflação (CHCI). Já foi comentado aqui pela ANP, então trago simplesmente a visão da transportadora das questões que são importantes em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao custo histórico. Ele trabalha com informações que são públicas e auditáveis por empresas independentes; é uma metodologia utilizada em outros setores regulados, tanto no Brasil quanto no mundo – no Brasil citamos dois reguladores importantes: tanto a Arsesp, do ponto de vista estadual, quanto a Aneel, do ponto de vista federal –; é uma metodologia já estabelecida desde 2014 na Ranp 15, pela ANP, e que é utilizada recorrentemente nas revisões tarifárias; e baseia-se em informações aprovadas pela ANP, os Anexos III e IV, de que eu vou falar um pouquinho mais à frente, de termos de referência firmados entre a ANP e as transportadoras da Petrobras.

Para fins de valoração da BRA, no caso que já foi citado aqui, da TBG, nós colocamos aí a nota técnica da ocasião, mostrando basicamente que a ANP ressaltou o ponto que colocamos aqui, de serem dados auditados independentemente e seguirem a legislação empresarial aplicável.

A ANP, como eu disse, em relação aos Anexos III e IV desses termos de compromisso, que estão colocados ali à direita como amostra, validou a relação dos bens e instalações dos contratos – leia-se os ativos; quando se fala base regulatória de ativos, está-se falando basicamente desses bens e instalações dos contratos legados da NTS e da TAG, ou seja, não foi um acordo... Esses ativos não aparecem no balanço com o desconhecimento ou à revelia da ANP. Muito pelo contrário, têm o conhecimento dela e estão anexados às autorizações de operação, tanto a descrição quanto os valores e a vida útil dos ativos, ou seja, parte-se de uma base de referência conhecida, transparente e reconhecida pelo regulador.

Menciona o senhor também na convocação a questão das térmicas. Por que térmicas? Por que cenários de térmicas? Já foi falado aqui anteriormente pela Diretora Symone, ao mostrar inclusive a fórmula da tarifa, da importância do denominador para se determinar a tarifa, porque a discussão da base regulatória de ativos, em última instância, é uma discussão da receita máxima permitida. A tarifa em si depende da base volumétrica sobre o qual se vai calcular isso.

Daí surge a importância de se colocar isso, mas obviamente é um tema amplo. A própria representante da Abraget colocou aqui a importância e algumas alternativas das discussões que envolvem um leilão. A gente certamente estará à disposição para um debate mais amplo. Achamos que é válido, acho que é cabível ter um debate sobre essa modelagem no momento oportuno.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MANSO – O sistema de transporte, como já foi colocado aqui pela Diretora Heloisa, é um sistema de disponibilidade, ele tem que estar disponível para quando o sistema precisa despachar. Se ele precisar despachar hoje, a capacidade máxima do sistema tem que estar disponível. E as regras, a transparência são fatores importantes.

Termino deixando então aqui, basicamente, a mensagem de que as informações das transportadoras na revisão tarifária, esses documentos que já foram citados aqui, os diversos documentos em que se buscou dar o máximo de transparência possível, seguem justamente esses princípios de transparência e de regulação da ANP. Então, a quantidade de documentos é para ajudar, não é para complicar. São informações auditáveis e estão de acordo com as boas práticas dos setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pontos de preocupação, Sr. Senador: a abertura de mercado está andando e está andando forte. Ontem o IBP fez um evento para reunir a comunidade: faltou lugar. E ainda teve penetra, né? E era para acabar às 5h e poucos da tarde, acabou mais de 7h da noite. Mostrou-se ali que os contratos subiram de 100 contratos, em 2022, para mais de 2,5 mil contratos só este ano – aumentou 25 vezes o número de contratos. E, interessante, hoje 50% dos contratos são feitos por comercializadores, então novos agentes que estão entrando no mercado porque acreditam nisso.

Para a gente manter isso, além de a agenda avançar – como a Diretora Symone está basicamente conduzindo aí de maneira bastante clara, objetiva, como lhe é própria –, estabilidade jurídico-regulatória é essencial. Continuidade dos investimentos depende não apenas dos investidores, que são os proprietários dos ativos, mas também existem transportadores aqui que têm dezenas de contratos com financiadores bancários. E, obviamente, assim, numa questão mais operacional, é importante que o processo de oferta de capacidade possa andar, para que a gente comece 2026 com o pé direito.

Agradeço mais uma vez. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Rogério Manso, por sua exposição, sua clara e lúcida exposição.

Eu quero conceder a palavra agora para o Bruno, Arquiteto, Urbanista e Pesquisador.

Você está com a palavra, Bruno.

O SR. BRUNO ARMBRUST (Para expor.) – Bem, bom dia a todos.

Meu querido Senador Laércio, gostaria de inicialmente parabenizá-lo pela iniciativa, não só desta discussão hoje, mas de todas que vêm ocorrendo no âmbito do mercado de gás. A gente sabe que a abertura do mercado de gás não se dá numa primeira lei, ela se dá depois, por aperfeiçoamentos da primeira lei. A gente tem experiências internacionais nesse sentido.

E eu gostaria de cumprimentar a minha querida Symone.

Eu me lembrei agora, Symone, de um evento, logo quando você estava para ir para a ANP, em Belo Horizonte, na Cemig, em que eu comentei: Symone, olha, se você acha que o trabalho da 14.134 foi duro, você vai ver agora regular. E o Pietro vai ter a mesma dificuldade, agora.

E aí, Pietro, eu começo com esse primeiro eslaide, que foi objeto de muitas apresentações, sua, do Marcello, do ministério. Agora que você está lá na ANP, vai ser cobrado sobre como se chega a isso. Quer dizer, a gente tinha aí uma expectativa. A gente sabe que esses contratos legados, na medida em que começassem a terminar, teriam uma expectativa, realmente, de queda de tarifas, de queda da receita máxima permitida.

Quero só comentar que estudos... Nós os iniciamos, realizando estudos com base no custo de reposição novo. Eu estava até comentando com a Symone agora. Assim, eu acho que a questão do custo de reposição novo deveria ter sido analisada previamente ao processo de venda das transportadoras, porque se tratou de um processo de verticalização do setor. Em todas as análises que a gente fez, identificou-se alguns custos projetados nos fluxos bastante elevados. Não só de Capex, como de Opex. Então, eu acho que deveria ter sido precedido, mas não foi.

Hoje eu entendo que a discussão se centra mais não entre CHCI ou CRN, mas mais em como será a depreciação desses ativos, porque, quando a gente olha o caso dos contratos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legados que estão vencendo, o Malha Sudeste e Malha Nordeste, a gente vê que, nos fluxos econômicos que foram tornados públicos pela ANP, em março deste ano, a gente alcança 98% do valor já depreciado e amortizado. Se a gente considera que o Malha Sudeste e o Malha Nordeste têm um peso de quase 30%, na média, havia a expectativa, realmente, de ter uma redução. É lógico que sem contar os investimentos que foram feitos, entre 2017 e 2025, e os investimentos futuros, mas havia, realmente, uma expectativa.

A questão é que muitos desses ativos têm mais de 30, mais de 40 anos. Essa quantidade de informação... Eu concordo quando a Heloisa diz assim que a ANP agora está trabalhando. Reclamaram que não estava trabalhando. Realmente, a gente tem que reconhecer isso, mas a quantidade de consultas que vêm ao mesmo tempo, e todas muito importantes.

E aí eu me lembro – eu acompanho muito a regulação europeia – de que, por exemplo, na Espanha, o próximo ciclo de revisão das tarifas de transporte vai de 2027 a 2032, lá são seis anos. E agora, no final de 2025, quer dizer, quase um ano antes, já eles vão divulgar as condições. Então, assim, é uma crítica construtiva. É lógico que vai ter que consertar o carro andando, mas eu acho que esse é um tema que a ANP tem que considerar.

A Symone comentou também que a gente está trabalhando em cima de propostas que eles colocaram das transportadoras por enquanto. Não tem uma posição da ANP, virá posteriormente.

É comum também lá fora, quando ocorre isso, ter uma segunda rodada de informação, quer dizer, de todas as contribuições das propostas sobre o que a ANP delibera. Inclusive, posicionamentos dos próprios ministérios, do Governo também com relação a isso. Mas havia essa expectativa e, na verdade, a expectativa era em função de que os contratos legados teriam um modelo regulatório, praticamente, de recuperação do investimento em 20 anos, em que, com dez anos, já se teria o capital recuperado e, com 20 anos, quando acabariam os contratos, você teria 98% do capital recuperado e remunerado.

Quando a gente falava de revisão tarifária integral dos contratos, sempre falávamos: "Não, é segurança jurídica. Tem que respeitar os contratos". Então, a gente entende, e aí, nesse ponto, o Lucas da Abpip foi cirúrgico – nos quatro pontos que você colocou –, que vamos respeitar os contratos. E, realmente, tem que se seguir ou refletir o modelo de remuneração aplicado aos contratos legados. Não tem por que ser diferente.

Quanto aos CHCI e ao CRN, eu, particularmente, acho que valeria a pena a ANP fazer uma análise de CRN, porque, nos nossos estudos, e eu trouxe aqui como exemplo, entre os custos que a gente identificou no Gasduc III, no Malhas II, no Gastau, que vão ainda passar por um processo de finalização dos contratos legados, a gente encontrou custos muito elevados se a gente os compara com o *benchmark* internacional.

A gente tem ali... A gente buscou uma série de informações internacionais e a gente vê que, no período em que esses gasodutos foram construídos, é lógico, tem as particularidades de como foi – do terreno, do licenciamento, dos prazos –, mas a gente encontrou médias internacionais entre 50 e 100US$/m.pol.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO ARMBRUST – Então, esse é um ponto sobre o qual eu acho que algum estudo, em algum momento, vale a pena, porque esses três gasodutos, esses três contratos legados – Gasduc III, Malhas II e Gastau – representam 70% da RMP da NTS, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Opex, eu acho que vale a pena também dar uma olhada. Nada contra o vídeo, a gente trouxe como exemplo o Malha Nordeste, mas a gente fez uma análise do Opex proposto *versus* um *benchmark* internacional e encontramos valores 75% acima do limite máximo do *benchmark* que a gente viu.

Então, qual era a expectativa que se tinha? Era de que os contratos legados cobrissem todos os custos; que apenas ativos em operação e úteis deveriam compor a BRA; que a depreciação-amortização não pudesse ter uma dupla retribuição; e um Wacc ali girando em torno de 7%, o que levaria a uma redução de 30%, sem considerar investimentos que eventualmente tenham sido feitos.

E, na realidade, na proposta das transportadoras – não da ANP, Symone –, a gente tem o reconhecimento de gastos e de investimentos de *sustaining* Capex ocorridos entre 2017 e 2025, na vigência dos contratos. Quer dizer, eu acho que cabe uma análise para ver se, eventualmente, alguns desses custos não deveriam estar cobertos pelos próprios contratos legados.

Quanto à metodologia de CHCI nos contratos que terminam entre esses anos de 2025-2030, somente com relação ao Malha Sudeste e ao Malha Nordeste, a gente identifica um pagamento em duplicidade em torno de R$10 bilhões e um Wacc de 9,4%, que a gente entende que a ANP vai revisar, seguramente, gerando um aumento, sem considerar o efeito, volume de 20%. Então, a gente está aí numa faixa bastante complexa.

A gente entende que as transportadoras não devem receber uma dupla retribuição. Algumas das informações com que a ANP está trabalhando, como, por exemplo, a análise tanto da TAG quanto da NTS, contratada pela KPMG – ninguém está questionando –, em que, na verdade, eles fazem papel de juiz e parte... A gente entende que algumas dessas análises deveriam ser realizadas e contratadas independentemente pela ANP.

A gente entende que alguns gastos estão elevados; deveriam ser revisados com *benchmark*, o IPCA como indexador – a gente vê aqui não integralmente – e adotar... A Symone comentou, fez a comparação da distribuição; quer dizer, eu acho que isso pode ser usado, mas a distribuição tem a característica de que são muito atomizados os investimentos. No caso do transporte, é muito pontual, é muito específico: são dois ou três investimentos no quinquênio. Então, a gente entende que eles têm que ser realizados, colocados em operação e depois remunerados – essa é a minha opinião – e que a questão do reforço da auditoria, da transparência, da governança está ocorrendo, a gente vê ocorrendo, mas a gente entende que pode ainda avançar mais.

Assim, como conclusão, a gente entende que é importante evitar a migração indevida de custos para a BRA, respeitar a depreciação acelerada já aplicada, a continuidade sem recontabilizar os ativos.

Como boas práticas, a gente coloca aqui a questão dos prazos compatíveis...

Eu vou dar um exemplo da distribuição. Mais um minuto, Senador.

... É comum, em revisões quinquenais, que são processos complexos nas distribuidoras, eventualmente passar um pouco do prazo e a decisão vir dois, três, seis meses depois, sendo retroativa à data em que deveria ter ocorrido. Não sei se tem algum prejuízo que possa ocorrer, mas é algo que pode ser analisado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expurgos dos valores já recuperados e essencialidade de novos investimentos: a gente vê aí, ao mesmo tempo em que a EPE está construindo um plano de investimentos, as transportadoras propondo também. Não sei, eu acho que algo nesse sentido precisa ser analisado

Prazos de depreciação dos ativos padronizados: quer dizer, é comum lá fora se colocar prazos específicos; casos específicos podem ter prazos diferenciados, mas desde que comprovados. Por exemplo, não faz sentido um gasoduto que se interliga a uma instalação de biometano, que vai ter uma vida útil de 15 anos, ter uma depreciação, amortização de 30.

E, para não falar só de forma crítica, havia uma preocupação em muitos reguladores lá fora de que, ao final da vida útil, agentes regulados quisessem fazer novas infraestruturas, descomissionando antigas. Então, se estabeleceu um tipo de retribuição por extensão da vida útil, que é sobre o Opex, exatamente para premiar esse agente que eventualmente consegue operar de forma eficiente. Isso é algo que vale a pena, Symone. Eu deixei como sugestão.

A conta regulatória para modicidade tarifária do ano seguinte: realmente, transformar a conta regulatória em investimentos não tem muito sentido.

O cumprimento – como o Lucas falou – integral das obrigações de contratos legados: quer dizer, se realmente tem compromissos dos contratos ainda vigentes com capacidades contratadas pela Petrobras, que elas sejam efetivamente, mantidas, né?

Bem, desculpe ter passado um pouco do tempo, mas espero ter contribuído.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Bruno, por sua participação.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado – que é exatamente Álvaro Tupiassu, que é Gerente-Executivo de Gás e Energia da Petrobras, a quem eu agradeço mais uma vez a presença – eu quero registrar aqui, com muita honra, a presença do nosso sempre Deputado, um Parlamentar brilhante nesta Casa, especialista nessa área de energia, com quem eu tive o privilégio de conviver, de ter sido aluno durante muito tempo, na nossa lide aqui no Parlamento, que é Zé Carlos Aleluia, que está aqui na minha frente. Obrigado por sua presença aqui.

E quero cumprimentar o meu colega correligionário, Luis Carlos Heinze, que está aqui presente. Queria convidá-lo para que você continue conosco na formação da outra Mesa; eu gostaria que você assumisse aqui a Presidência dos trabalhos. Como nós somos do mesmo partido, é mais um motivo para a gente compartilhar esse tema tão importante, em que você também é um especialista, ajuda tanto, e é uma referência aqui dentro do nosso Senado Federal.

Portanto, Álvaro, a palavra é sua.

O SR. ÁLVARO TUPIASSU (Para expor.) – Senador Laércio, muito obrigado. Bom dia. Obrigado pelo convite em nome da Petrobras, é uma alegria estar aqui. Muito bom dia a todos.

Vou fazer uma breve apresentação, se for possível colocar, para colocar a visão que a Petrobras tem sobre as consultas públicas em andamento – tema da nossa audiência.

Nós temos hoje em andamento duas consultas públicas sobre o tema do transporte de gás natural, mais ou menos em simultaneidade. Uma delas mais geral, mais conceitual, a CP 05, para definir critérios de cálculo, é mais geral. A outra é mais específica, mais pragmática, para definir a tarifa que vai ter vigência a partir de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso foco aqui é nessa segunda, vamos comentar, mas sabendo que as duas têm aí uma questão de simultaneidade e conexão entre si.

A questão chave aqui, que já foi falada antes de mim, é quanto da amortização da rede de gasodutos já ocorreu até o vencimento desses contratos da TAG e da NTS, que vai ocorrer daqui a um pouco mais de 90 dias. Quer dizer quanto já foi amortizado, isso tem que ser bem aferido, bem apurado, bem calculado, para evitar que haja uma duplicidade de remuneração num segmento que é regulado.

E aí, o ponto chave, eu já passei aqui, é a definição da base regulatória de ativos. A proposta que foi colocada pelas transportadoras nesta consulta pública, na nossa visão, não atende ao que está no regulamento vigente, porque ela não considera a depreciação e a amortização efetivamente ocorridas até o momento.

Se for cumprido o que está nessa proposta original das transportadoras, vai haver aquela duplicidade a que eu me referi, porque essa proposta não guarda uma relação com o racional econômico original, que já previa uma grande parte da amortização, não integral, mas grande parte, nesses primeiros 20 anos dos contratos legados.

A ANP, como a Diretora Symone colocou, disponibilizou todos os dados, já são públicos. E a questão do valor residual ao final dos 20 anos é muito importante, porque ela forma a base do que vai ser a base regulatória a partir de agora.

Para dar uma referência de números, a gente traz uma estimativa nossa aqui, a base regulatória esperada desses dois contratos, que vão vencer daqui a pouco, com mais de 90 dias, se observada a amortização efetivamente ocorrida, seria de R$600 milhões, mas, se considerada a proposta que foi colocada na consulta, R$8,9 bilhões. Essa é a diferença, sendo certo que temos que considerar que houve outros investimentos que as transportadoras fizeram e que esses investimentos que tenham sido feitos e considerados pela ANP teriam que ser também adicionados para remuneração subsequente no próximo exercício.

E aí temos que lembrar também que esses dois contratos que vencem agora em dezembro perfazem alguma coisa entre 25% e 28% do total de receitas que estão envolvidas nos contratos legados. E a gente aqui está conversando sobre uma coisa – e aí eu me refiro a outra consulta pública – que vai definir o critério que vai ficar, que vai abrir a precedência de critério. Se esse mesmo critério for aplicado, então, para os contratos que virão depois, com vencimentos em 2030, 2031 e 2033, o total de diferença já se aproxima mais da nossa estimativa de cerca de R$20 bilhões – isso para dar algumas referências de valores, tá?

Esse ponto da base regulatória é assim, eu diria, o principal. A metodologia para definir é muito importante, e aqui é muito importante que, mesmo que seja usado o método chamado CHCI, que é o do custo histórico, que ele seja considerando a amortização efetivamente já ocorrida.

Mas vou falar também aqui de outros três pontos, para poder encerrar, que estão na consulta pública, que também são objeto da análise que vai ser feita e para os quais precisamos ter atenção, porque aqui também se envolvem questões de método, que vão ficar para depois, e também a questão da finalidade do serviço. A gente não pode esquecer que tem muitos investimentos que as transportadoras precisam fazer continuamente para que elas possam garantir a entrega do serviço com a qualidade requerida. Investimentos tanto aqueles correntes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você faz a todo momento para garantir a confiabilidade, quanto investimentos de desgargalamento e expansão.

O Capex que está proposto na consulta pública, trazido pelas transportadoras, na nossa visão precisa, para a parte realizada, ser aferido pela ANP; se o que foi realizado está de acordo com as melhores práticas e se teve essa autorização da ANP. E, para os projetados, a nossa visão é que, como a maior parte deles – não todos, mas a maior parte – é mais necessária a partir da próxima década, então, seria mais adequado deixar para que eles sejam tratados na outra revisão tarifária que se inicia em 2031. Até porque lá, em 2031, você vai ter mais vencimento, e isso vai abrir mais espaço para que você possa receber novos investimentos.

Com relação ao Opex, nós vimos propostas de custos de operação de Opex trazendo estudos de abertura de mercado que precisamos entender melhor, porque nos pareceram valores muito altos, tá?

Temos também um comentário sobre a taxa de retorno, a chamada Wacc. Vimos que, recentemente, outras agências reguladoras de outros setores, como a distribuição ou energia elétrica, praticaram taxas de retorno mais próximas dos segmentos atuais da economia, na faixa aí de 7% a 8% ao ano acima da inflação. E aqui, o que está sendo considerado nessa consulta como proposta, está na faixa de 9% a 9,4%. Então, a gente também vê espaço aqui para trazer para uma realidade mais próxima do que está sendo praticado hoje na economia para esse segmento.

E, por fim – essa aqui é a última mensagem – é a conexão que existe entre este tema que a gente está tratando aqui e o leilão de reserva de capacidade, que vai ocorrer no dia 13 de março de 2026, e que também tem uma consulta pública que está em andamento, que acabou de ter o prazo de contribuições encerrado no último dia 12. Esse leilão é muito importante – já foi dito aqui pela Daniela – para garantir a segurança energética e de atendimento de potência do Brasil. Ele vai recontratar, potencialmente, várias termelétricas que ocupam essa capacidade. Se não houver essa recontratação, o denominador da conta – lembrando que a tarifa é a divisão do numerador, que é a receita, pelo denominador, que é a base instalada de demanda –, se essas térmicas não forem contratadas, o denominador vai diminuir em relação ao que poderia ser, a tarifa vai aumentar desnecessariamente, e um custo que já está incorrido vai acabar gerando uma tarifa maior.

Então, a nossa visão é que existe um aperfeiçoamento possível na regra do leilão para dar mais flexibilidade na contratação, tanto em duração de contratos quanto na possibilidade de ter parcelas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁLVARO TUPIASSU – ... flexíveis ali na tarifa. Como eu disse, isso não está pautado nesta Consulta 08 da ANP, mas é um tema relacionado que está pautado, de certa forma, na consulta do leilão, e os temas se juntam. Então, alguma ação tem que haver também, aqui na nossa visão, por parte das transportadoras e da ANP para tratar.

Agradeço aqui o tempo, Senador, e fico à disposição para os debates.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Álvaro, por sua exposição sempre muito embasada e contributiva aos temas que nós já tivemos a oportunidade de discutir.

Eu vou desfazer essa mesa, agradecendo a presença de todos.

De imediato, eu já quero convidar para ocupar os seus lugares: Sylvie, que é Diretora Executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás; quero convidar Adrianno Lorenzon, que é Vice-Presidente do Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural; quero convidar Marcelo Lima de Mendonça, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás); e quero convidar... (*Pausa.*)

Convido o meu colega Senador Luis Carlos Heinze para presidir esta sessão.

Quando eu cheguei aqui, recebi uma solicitação do Senador Heinze com referência a convidar mais uma pessoa. Nós temos o tempo convergindo a favor e tem uma cadeira disponível aqui. Isso não tira o brilhantismo da pessoa, cujo nome foi sugerido, que é Lucien.

Lucien está por aqui, está? (*Pausa.*)

Lucien venha para cá também.

Lucien é uma pessoa muito querida. Ele é da indústria do vidro. Pode vir, Lucien, sente-se aqui. Lucien trouxe uma contribuição muito grande quando a gente estava discutindo a Lei do Gás. Então é uma pessoa já conhecida, conhecedora do tema.

Eu recebo você aqui com muito prazer. Seja muito bem-vindo!

Passo a palavra, para a condução dos trabalhos, ao meu colega Senador Heinze.

Peço a sua autorização para eu chegar na CCJ e fazer o meu voto lá. Sei que você já passou por lá.

Daqui a pouco, eu volto aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bem, bom dia!

Então, vamos para o Marcelo. Ele é o primeiro que está aqui? (*Pausa.*)

É o Marcelo Lima Mendonça.

Ah, não? (*Pausa.*)

O.k.

Marcelo Lima de Mendonça, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

Com a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Agradeço, Senador, por poder participar desta audiência e contribuir com essas discussões que a gente já vem pautando aqui. Ao Senador Laércio também quero agradecer, por ter puxado essa pauta – um Senador muito empenhado nas discussões do tema do gás natural.

E quero parabenizar a Casa, justamente por aprofundar esta discussão, que a gente vê que é necessária. Pelas informações que já foram colocadas aqui, a gente vê que tem várias camadas e, a cada camada, a gente vai ter que aprofundar mais a discussão.

Eu trouxe uma apresentação aqui, para embasar e trazer questões aqui para a gente pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como já foi colocado, a Abegás representa as distribuidoras de gás canalizado. A gente está presente em todos os estados da Federação.

O primeiro ponto que queria trazer já foi colocado aqui na apresentação da Eneva. Então, também é uma ponderação.

A gente está vendo aqui um resultado muito importante, no *ranking* Valor 1000, da NTS e da TAG se posicionando bem acima no mercado. E, aí, é uma ponderação – não é? –: como empresas reguladas, que possuem uma receita máxima permitida, conseguem atingir tais patamares de Ebitda?

Como a gente viu, na conta apresentada pela Dra. Simone, a gente tem dois fatores ali, a receita máxima permitida e a conta regulatória. Então, a gente só consegue ter esse resultado com a variação. Ou a receita máxima permitida está sendo permitida demasiadamente, ou, então, essa conta regulatória deveria voltar para o mercado dentro da revisão tarifária. Então, são pontos, assim, que reforçam a necessidade de a gente olhar ainda mais as questões da revisão tarifária.

Um outro ponto que já foi colocado aqui também é a discussão sobre qual o percentual do transporte na composição da tarifa.

Assim... Essa discussão é pouco aprofundada também e acho que irrisória. A questão é como se mantém esse percentual sem fazer os investimentos necessários, ao longo de 15 anos, e se isso não é reflexo da falta de revisão tarifária durante esse período.

As distribuidoras têm feito investimentos, duplicando sua rede, ao longo dos mais de 20 anos, e com revisões tarifárias permanentes.

A importância desse tema já foi discutida aqui, mas é importante a gente discutir, nesta Casa, a Consulta Pública nº 05, de 2025, que discute a base regulatória da BRA, dos transportes de gás, afetando diretamente as tarifas pelos consumidores.

Então, acho que esse é o tema essencial que a gente vem discutindo, e os pontos também já foram colocados aqui, o tratamento dessa BRA, como se fossem ativos novos, desconsiderando a depreciação já paga ao longo de décadas, resultando numa dupla cobrança.

Acho que esse é o tema principal, que já foi colocado e que a gente realmente não pode aceitar, não tem como aceitar. A Lei 14.134 e a resolução da ANP 15, de 2014, são claras: a BRA deve refletir a justa remuneração do capital investido, descontando a depreciação; e recalcular tudo como novo fere a lei do gás, a regulação e o bom senso. Cabe ressaltar que esses ativos de transporte em serviço nunca foram fiscalizados ou avaliados com base em laudos independentes para que se determine assertivamente a eficiência do uso e a valoração definitiva da base blindada. Esse é um ponto também decorrente.

Nós estamos no meio de uma consulta pública e, ao longo dessa consulta pública, nós estamos recebendo informações. A gente já vem, há mais de dois anos, solicitando essas informações para que a gente possa aprofundar e trabalhar com consultorias, porque é um tema muito importante para o mercado, só que a gente vem avançando nessa discussão sem as informações necessárias. Então, há pouco nós recebemos informações sobre a abertura dos contratos legados. Então, a gente precisa ter uma rearrumação desses assuntos para que a gente possa avançar nessa análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como também já foi colocado aqui, a gente tem a expectativa do mercado na base, considerando a depreciação desses ativos, a gente tem uma expectativa de redução de pelo menos 50% nas tarifas de transporte. Essa expectativa foi colocada pelo Ministério de Minas e Energia, embasada nessa discussão, e a gente recebe o resultado final como uma proposta das transportadoras com incremento de mais de 20%. Então, ao invés de ter uma redução das tarifas de transporte, nós teríamos um incremento das tarifas de transporte em 20% – baseado em que critérios?

Então, a gente destacou alguns critérios aqui com que a gente discorda, e eu acho que a gente deve avançar nessa discussão: depreciação contábil de ativos já amortizados, acho que esse é o tema principal e que reflete o pagamento em duplicidade desses ativos; investimentos, de 2017 a 2025, que eram investimentos não autorizados e estão sendo colocados nessa discussão; custos operacionais, de 2017 a 2025; investimentos futuros sem prévia aprovação e oferta a outros interessados. Então, acho que essa é uma questão que também já foi colocada aqui.

A gente tem discussão do plano coordenado e do plano integrado e a previsão de investimentos futuros. Primeiro, a gente não deve confundir o sistema de concessão com o sistema de autorização. Os transportadores estão sob o regime de autorização. Então, não necessariamente esses investimentos vão ser executados por eles, e a gente precisa deixar claro isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA – Então, a gente tem esses pontos que a gente precisa colocar e até a determinação da taxa de remuneração.

O risco da dupla cobrança já foi colocado aqui.

Como foi dito pela Dra. Symone, da ANP, essa é uma proposta. Dois transportadores não é uma proposta da ANP. Porém, eu gostaria de fazer uma ressalva, Dra. Symone, até pela questão do objetivo da harmonização: dentro das agências estaduais, às vezes, a gente toma também esse procedimento de colocar esse material para que o mercado o avalie e retorne para o mercado. Isso é chamado de tomada prévia de contribuições. Depois de receber essas contribuições, a posição da agência é colocada para consulta pública. Então, acho que é importante a gente ter um posicionamento da agência, para que a gente não reflita a nossa posição em cima de uma posição do agente regulado. Eu acho que a gente precisa se posicionar em uma proposta da agência reguladora.

As planilhas divulgadas pela ANP, base para a construção das tarifas da NTS e da TAG, que vencem em dezembro de 2025, demonstram que os ativos estão quase totalmente amortizados. Isso daria uma transferência adicional de recursos de R$9 bilhões para NTS e TAG; e, se se considerarem os contratos futuros, a gente chegaria a mais de R$20 bilhões de transferência de ativos, de transferência de recursos. Então, acho que, realmente, a gente precisa pensar, repensar no formato que está sendo constituído.

Senador, já estou caminhando aqui para o final. Quero somente comentar – também foi uma pauta puxada pelo Senador Laércio – sobre a sobreposição dessas consultas relevantes, que estão neste momento... Então, a gente até montou aqui um cronograma. A gente tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobreposição de consultas relevantes, após dois anos de solicitação de informações, para que a gente pudesse montar essa base de avaliação.

A gente vê aqui que essas informações se comunicam. Por exemplo, a gente está discutindo a CP 08, mas está passando agora a questão da metodologia – a gente já está em consulta pública sem definição de qual é a metodologia. A gente está discutindo também o plano integrado, mas já foi dito aqui que esse plano integrado vai ter um impacto muito grande com o resultado do LRCap. Então, são informações que se complementam, e a gente não vê uma sequência lógica dessas consultas públicas, para que uma alimente a outra.

Acho que esse é um ponto de reflexão; acho é que o ponto central desta audiência a gente repensar a questão como está sendo tratada, para que a gente possa seguir numa sequência lógica de avaliação e tenha um resultado benéfico para o mercado, porque, se a aprovação for em torno de um aumento de tarifas de 20%, resultando que o mercado pague a mais, é preferível que a gente pare agora e reflita o que está fazendo, para que a gente tenha uma apreciação justa desse processo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Marcelo.

Com a palavra, então, Adrianno Lorenzon, Vice-Presidente do Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural.

O SR. ADRIANNO LORENZON (Para expor.) – Obrigado, obrigado a todos. Bom dia.

Obrigado, Senador, por presidir aqui a nossa mesa. Agradeço também, claro, ao Senador Laércio por trazer esse tema aqui, tão importante para uma discussão pública.

Eu acho que todos os brasileiros, de alguma forma, vão sentir o resultado desse tema que está sendo discutido aqui, revisão tarifária, seja ele consumidor de gás natural, seja ele consumidor de qualquer bem que é produzido a partir do gás natural, e notadamente energia elétrica é esse bem. Então, de alguma forma é importante. Acho que o Lucien aqui pode falar também depois a importância do gás natural para a indústria e para a geração termoelétrica.

Eu sou Diretor da Abrace Energia, Diretor de Gás Natural. Hoje eu estou representando o CDU, o Conselho de Usuários, uma entidade criada pela Lei do Gás, de 2021, e que congrega os clientes do setor de transportes. Então, nós representamos os clientes dos transportadores, essa visão. A ideia da Lei do Gás foi criar essa entidade para monitorar a atividade de transporte de gás natural, e várias das associações que estão aqui fazem parte, além das empresas diretamente, dessa entidade que se chama Conselho de Usuários de Gás Natural.

Eu vou tentar aqui não ser repetitivo, acho que já foram ditas muitas coisas. Eu vou talvez falar as mesmas coisas com outros ângulos, para a gente contribuir realmente com o tema.

O que é que está sendo discutido aqui? A Consulta Pública 08/2025, da ANP, na qual é colocada, para avaliação do mercado, a proposta tarifária dos transportadores. É a primeira revisão tarifária de dois dos três principais transportadores, NTS e TAG. A TBG, como foi falado, já teve a primeira revisão tarifária em 2019.

Aqui eu resumo a proposta dos transportadores, desses três principais transportadores, em relação às tarifas vigentes em 2025. Foram falados aqui uns números, 20% em média, mas os números podem ser bem mais altos que esse. A proposta traz para a NTS uma variação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sai de -4% a 18% até 2030, nesse ciclo 2026-2030, nesses cinco anos; na TBG, 60% de aumento; e, na TAG, algo em torno de 30% de aumento. Então, é um aumento extremamente relevante, que, como também já foi dito, vai na contramão do que todo o mercado esperava.

Como a gente tem esses contratos legados, firmados há muito tempo, e a base, os ativos construídos, já têm pelo menos 20 anos, era esperado, a perspectiva de todos que atuam no mercado é que haveria uma redução tarifária agora, a partir de 2026, e o que a gente está vendo aqui, pelo menos pela proposta dos transportadores – e é algo que a gente está aqui discutindo para reverter realmente –, é um aumento, e um aumento muito relevante, até porque a gente está lidando aqui com um mercado de gás natural que está caindo, estacionado e caindo. Então, é uma proposta que vai na contramão de tudo que foi desenhado de política pública nos últimos dez anos, seja no Governo, Executivo, seja nesta Casa, no Senado, no Legislativo. Todas as políticas públicas que foram desenhadas, inclusive a Lei do Gás, foram no intuito de reduzir o custo final, e não é isso que a gente está vendo. É por isso que é tão importante aqui essa discussão.

Um ponto aqui que foi bastante falado, mas eu não posso me furtar a comentar, é que um dos principais aspectos que geram esse aumento, ao invés de uma redução, é a forma como os ativos estão sendo valorados na proposta dos transportadores, em que os transportadores, como foi falado aqui também, utilizam um valor contábil. O valor contábil é um valor que está em balanço que serve para fins de Imposto de Renda, etc., mas há uma diferenciação entre contabilidade e base de ativos regulatória. Aqui o que a gente está discutindo é a base de ativos regulatória que deve ser determinada pela ANP para fins de cálculo da tarifa. Então, acho que é importante separar contabilidade e auditoria contábil com regulação. Esse é o ponto que a gente traz aqui: deve ser observada a regulação. Por quê?

Como já foi dito aqui também, os contratos legados entre Petrobras e transportadores preveem que ao fim de 20 anos a base de ativos teria um valor residual bem menor do que esse valor contábil. Então, a gente não está aqui dizendo que o valor inicial não tem que ser o método que está em resolução, que é o CHCI, o custo histórico corrigido pela inflação. Sim, a gente pode obedecer esse método. A questão é como isso vai ser depreciado, amortizado ao longo do tempo.

Aqui graficamente eu quero mostrar que você tem ali duas formas claras: a contábil, que é a azulzinha, que é linear ao longo de 30 anos, e o que foi considerado nos contratos legados, que é essa depreciação acelerada, porque, depois de 20 anos, a depreciação é bem maior do que a contábil e, por consequência, o valor residual é bem menor. É isto o que a gente está defendendo como Conselho de Usuários: que a ANP considere o valor residual, menor do que o valor contábil. Isso tem, claro, uma implicação muito relevante do ponto de vista econômico aqui.

Não está passando. Espera aí. Deixe-me tentar. Para cá? (*Pausa.*)

Foi, pronto.

Quando a gente faz essa diferença entre os dois tipos de valoração, a contábil ou a regulatória – acho que a Petrobras, o Álvaro trouxe esses números, eu estou só corroborando –, ao final de todos os contratos que vão vencer nos próximos anos, a gente tem uma diferença de R$18,3 bilhões. Então, é esse o valor que a gente está discutindo e por isso é que se está dando tanto enfoque aqui nesta discussão técnica, mas importante, que é a forma de valoração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos ativos das transportadoras. É uma alteração muito relevante, e isso vai ser o fiel da balança, se a gente vai ter um aumento ou uma redução tarifária.

Um ponto que é sempre trazido à discussão é: "Ah, mas a TBG foi diferente". Foi a primeira em que ocorreu a revisão tarifária; a TBG olhou a depreciação contábil. Por que a ANP vai fazer diferente? Bom, o que a gente traz aqui, eu não vou ler isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANNO LORENZON – ... é um trecho da Nota Técnica 13, de 2019, da ANP, falando por que ela não considerou a depreciação dos contratos legados. Ela não considerou porque não havia documentação comprovando aquilo. São ativos mais antigos, de 1996 e 1997, não havia comprovação documental daquilo, e não é o caso agora. Agora a gente tem ampla documentação mostrando que não foi considerada a depreciação contábil desses ativos.

Eu avancei em vez de passar.

Por fim, só para terminar aqui – faltam 20 segundos –, além de toda essa questão da depreciação e da valoração dos ativos, a gente tem outros itens, é claro, que reiteram essa proposta de aumento, que a gente acha que realmente a ANP deve revisar isso.

Primeiro, é a proposta da taxa de retorno, do Wacc, de que também já foi falado aqui. A gente tem uma proposta bem acima do que é praticado no mercado, que é em torno de 7% a 8%, e foi proposto 9,40% para os transportadores, o que aumenta esse reajuste que está sendo colocado em consulta pública.

E o investimento *versus* demanda.

O que está sendo colocado, em consulta pública, é uma proposta de investimento de mais de R$10 bilhões, e ninguém é contra o investimento, Senador. Do que a gente é a favor é de investimento eficiente e razoável. Quando a gente olha que tem mais de R$10 bilhões de investimentos e tem redução de demanda proposta, a gente vê uma incoerência nesse processo. Então, para o quê que está sendo investido? É só para aumentar o retorno ou para efetivamente desenvolver o mercado? O que está sendo proposto...

A gente vê que alguns investimentos são necessários, mas, a maior parte, a gente questiona a necessidade desse investimento, especialmente neste momento.

Então, R$10 milhões de investimento, com redução de demanda, tem que ser muito bem avaliado e discutido, antes de ser aprovado e tirado do papel.

Então, esta era a apresentação aqui para o Conselho de Usuários.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Adrianno.

Agora, com a palavra Sylvie D'Apote, Diretora-Executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás.

Com a palavra, Sylvie.

A SRA. SYLVIE D'APOTE (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Sr. Luis Carlos Heinze e ao Senador Laércio Oliveira pelo convite para que o IBP esteja aqui hoje, nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do Senador Luis Carlos Heinze, eu também cumprimento todos os Senadores e os Deputados que estão aqui e também os meus companheiros de mesa e os meus colegas de mercado.

Parabenizo esta Casa por abrir este espaço de diálogo, muito importante, democrático, construtivo, tratando de um tema de altíssima relevância para o setor de gás e para o futuro da regulação do país.

Para o IBP, é um tema de altíssima relevância, porque os membros do IBP, que são empresas de produção de petróleo e gás, são os maiores carregadores, hoje, carregadores sendo o usuário do sistema de transporte, sendo que o IBP não está sozinho nessa análise e nesse debate.

Os membros do IBP... Tivemos um aqui, a Petrobras, obviamente, é membro do IBP, e também o IBP faz parte do Conselho de Usuários – do qual atualmente sou Presidente, e o Adrianno, Vice-Presidente –, que representa todos os carregadores com contratos vigentes no país.

Então, as mensagens aqui vão, Senador Laércio, ser bem parecidas às mensagens que já escutamos do CDU e também da Petrobras, e, em certo sentido, também agradeço às apresentações anteriores, da Diretora Symone, da ANP, e da Heloisa Borges, que trouxeram um panorama do setor e deram para os senhores a importância desse setor.

Às vezes, as nossas discussões parecem muito técnicas, mas, por trás disso, está em jogo o desenvolvimento do mercado de gás, que, por sua vez, é um insumo importantíssimo para a indústria deste país e também para a transição energética.

Então, é muito bem-vindo este diálogo, e quero aqui lembrar que a discussão fundamental aqui é que temos que achar um equilíbrio – acho que foi um eslaide que a Symone falou – entre a remuneração adequada dos investimentos, e isso, para que as transportadoras possam continuar investindo, sem contudo onerar, desproporcionalmente ou desarrazoadamente, os usuários do serviço de transporte, porque, no final, esse custo de transporte, essa tarifa de transporte irá também aumentar o preço para o consumidor final.

E, nesta discussão, é importante notar que estamos todos aprendendo. É um processo de aprendizagem tanto para nós, carregadores, como para a ANP, como para as transportadoras. E já foi dito aqui: esse é um processo novo, esta é a primeira grande revisão tarifária depois da Lei do Gás.

Houve uma revisão tarifária da TBG, mas ela foi diferente. A TBG era antes da Lei do Gás, era antes, e os investimentos da TBG foram feitos até antes da criação da ANP. Então, é um contexto realmente diferente, e hoje nós estamos num processo bastante complexo.

E é importante dizer que a ANP está conduzindo isso de maneira extremamente profissional, um pouco apressadamente, talvez, mas isso se deve ao fato de que temos contratos legados que vencem este ano, e as transportadoras, obviamente, precisam recontratar a capacidade com outros – outros ou os mesmos – carregadores, em base a novos contratos, com condições tarifárias conhecidas. Então, é verdade que nós temos aqui uma pressa para concluir todo esse processo até dezembro deste ano.

Mas é importante também considerar que, na verdade...

E eu não estou nem passando aqui, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos à frente...

Pode passar mais uma?

O.k.

Que estamos enfrentando não somente a CP8, que trata dessa revisão, mas estamos enfrentando, neste momento, uma multitude, um quebra-cabeça regulatório, em que está sendo discutido tudo ao mesmo tempo, tanto os planos de investimentos das transportadoras, como a evolução da demanda, com o LRCap, com as consultas públicas do LRCap.

A metodologia também está sendo revisada.

O Plano Integrado de Infraestrutura está quase pronto, como foi mencionado pela Diretora Heloisa.

E, no meio de tudo, a gente está também revisando a BRA, que são os investimentos passados, olhando para o Wacc e a taxa de remuneração, e tudo isso baseado num processo extremamente democrático, com muitos documentos disponíveis, que precisam ser analisados, e nem todos ainda estão disponibilizados.

Então, nós temos aqui um problema de um fator tempo e também um problema de sequenciamento lógico, tá?

O IBP já se debruçou, e os dados mostrados pelo CDU e pela Petrobras representam também o trabalho do IBP, porque nós estamos bastante preocupados com temas de avaliação, como vai ser avaliada a BRA, como vai ser decidido qual é o tipo de depreciação...

Também estamos estudando, junto com os colegas do CdU, qual o Wacc mais apropriado para o nosso setor, e, enquanto isso, também temos que avaliar, projeto a projeto – quais foram os projetos que foram colocados no plano – e olhar também qual vai ser a demanda, porque, como bem foi mencionado, no final, a tarifa tem um numerador e um denominador, e ambos são muito importantes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SYLVIE D'APOTE – ... para definir as novas tendências.

Então, o que a gente está pedindo à ANP, Senador, é um adiamento e um sequenciamento das ações, para poder melhor analisar isso. É claro que isso não é o melhor dos mundos, porque a gente já sabe que isso vai fazer com que tenhamos que ter tarifas extraordinárias em vez de novos contratos com tarifas firmes a partir de 1º de janeiro de 2026. Não é o melhor dos mundos, porém, acreditamos que seja melhor termos regras robustas, claras, bem discutidas com todos os agentes, do que, de fato, apressar esse processo, que é muito complexo, como todos podem ter apreciado durante esta audiência pública.

E essa prática de tarifas extraordinárias não é uma prática incomum ou desconhecida – já a tivemos. Portanto, aqui, além de todas as mensagens que já vieram antes de mim, a mensagem que eu quero aqui deixar para o Sr. Senador e todos os participantes, é que esse processo regulatório está sendo, sim, liderado pela ANP de maneira muito bem-feita, muito profissional, mas talvez um pouco apressadamente; e nós queremos que esse processo dê soluções muito bem alinhadas e fundamentadas, para não haver nenhum problema, no futuro, de previsibilidade e segurança jurídica para todos os agentes envolvidos.

Muito obrigada pela oportunidade de contribuir com este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Sylvie, pela sua participação. É sempre muito bom ouvir você, é sempre muito bom conviver com você dentro desses temas que nós estamos discutindo e de tantos outros de que nós já participamos.

Eu quero passar a palavra para Lucien Belmonte, que é Presidente da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro).

Lucien, muito prazer em tê-lo aqui. A palavra está com você.

O SR. LUCIEN BELMONTE (Para expor.) – Senador, muito obrigado pela oportunidade de a gente trazer uma mensagem dos consumidores nesse tema. Todos os agentes que aqui falaram até o momento falaram que são agentes da cadeia, e nós somos os coitadinhos que vão ter que pagar a conta no final. Se a conta for mal calculada, sai do nosso bolso. Então é importante que a gente saliente alguns pontos nesta discussão.

O primeiro deles é que a gente já paga um preço extorsivo de gás natural no Brasil, na ordem de US$14, US$15 por milhão de BTUs, que é mais ou menos o dobro do que se paga na Europa depois da guerra da Ucrânia. Então, tem alguma coisa profundamente errada para os consumidores neste país, tem uma estrutura, uma arquitetura de mercado que funciona contra os consumidores. Sendo que, no Brasil, é diferente de países frios, como na Europa, onde você tem grande uso de aquecimento.

Aqui, o fator mais importante é o setor industrial, e aqui as indústrias acabam sendo excessivamente penalizadas: o setor químico, que é o maior usuário; o setor cerâmico, que é o segundo; o setor de vidro, que é o terceiro; enfim, uma série de outros setores que poderiam ter a sua competitividade recuperada, e hoje nós estamos, pelo contrário, sofrendo invasão de produtos de outros países que não têm gás natural, mas conseguem um gás natural mais barato do que a gente no Brasil.

Sobre algumas coisas que foram faladas, é curioso que é o único país do mundo onde a contabilidade não funciona e a depreciação não acontece nos ativos. Então, tem alguma coisa errada.

Sobre o que a Diretora Heloisa falou do Plano Clima, não tem descarbonização com gás natural porque é o seguinte: não aumenta o consumo, então, não é um combustível de transição. Se ele fosse um combustível de transição, seria porque a gente estaria aumentando o consumo como, por exemplo, a Gerdau, que é uma grande empresa, ou a ArcelorMittal que poderiam utilizar o gás natural para descarbonização de processos industriais, coisa que não acontece no Brasil pelo preço extorsivo.

Sobre o processo de privatização que foi feito, a venda dos gasodutos, foram vendidos os gasodutos ou foram vendidos fluxos de caixa descontados de gás natural? O que foi garantido para as empresas que compraram a TAG ou a NTS foi atrelado a volume, a um mercado de gás natural, ou foi em relação ao dinheiro que elas pagaram na privatização? O entendimento que nós temos como consumidores é que é muito dissociado esse conceito de o que eles receberam foi pelos gasodutos; se foi pelos gasodutos, que são autorizações, como já foi falado, o absurdo de a gente ter um Ebitda de 90% na NTS – a TAG foi menos eficiente, conseguiu apenas 86% de rentabilidade –, o que eu acho que deveria ser revisto, porque, afinal de contas, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facilidade essencial e é uma autorização, e, no mínimo, a gente deveria rediscutir o equilíbrio econômico-financeiro desses contratos.

O Pietro, que está aqui, sempre me fala da primeira reunião que ele teve, que era uma reunião que foi comandada pelo Aurélio, ex-Diretor da ANP, que está lá atrás, na qual a gente falava que o problema do gás natural era a estratégia do traficante. Quando a gente começou a utilizar gás natural, ele era baratinho, depois foi só encarecendo. E é o seguinte: duvido que o traficante esteja tendo 90% de rentabilidade, não dá isso aí. Isso aí começa a realmente trabalhar contra a efetividade do país e contra a efetividade de todos os processos industriais.

Os investimentos propostos no próximo ciclo são investimentos absurdos para um mercado que não cresce, um mercado declinante historicamente. Para você enterrar tubo, a única razoabilidade que teria seria para garantir rentabilidade para quem está fazendo isso aí; ou seja, o negócio é tão bom, com 90% de rentabilidade, que o cara quer enterrá-lo mesmo, colocar dinheiro lá, porque tirar 90% é abusivo.

Outro problema que eu gostaria de trazer aqui para a Comissão e para essas discussões tem a ver bastante com o transporte – e estão aqui a Diretora Symone e o Diretor Pietro –: as empresas que fazem parte da malha de transporte têm informações sobre quem está se declarando como consumidor livre. E essas empresas conseguem direcionar os preços que eles vão ofertar como carregadores ou como comercializadores de forma diferenciada das empresas que não têm acesso. Então, a MGas e a Petrobras, como são transportadores, têm acesso à informação privilegiada para ofertar a outras empresas que estão querendo participar do mercado. Então, vamos imaginar que uma vidreira vá se declarar como consumidor livre, declara a intencionalidade. Essas empresas acabam tendo essa informação e podem direcionar, enquanto outras não podem fazer essa mesma competição. Isso é um problema extremamente grave do direito da concorrência, mais um dos problemas do direito da concorrência no tema do gás natural, que deveria ser obrigatoriamente abordado aqui – pela ANP e pela própria Comissão de Infraestrutura – em cima desses dados. Acho que seria extremamente importante que esses temas fossem debatidos.

E, por fim, a gente quer o gás mais barato não para que a gente possa lucrar ou para que uma indústria tenha um Ebitda de 90%; a gente está brigando é para sobreviver mesmo, porque a gente compete é com produto chinês, é com produto malaio, é com produto turco, é com produto mexicano. É isso que está tirando a competitividade da nossa indústria.

Sobre os energointensivos, o custo de gás natural é, no mínimo, 30% do seu custo final de produção – no mínimo. Se isso daí é o dobro do preço internacional, eu já estou saindo de cara com 15% de prejuízo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIEN BELMONTE – Então, realmente é um problema.

Symone, Pietro, os dois corajosos da história do gás – Symone, nossa grande guerreira –, eu reforço o pedido constante a vocês de coragem regulatória, para enfrentar um monte de discursos bonitos, bem entoados, bem preparados, e que escondem um monte de desvantagens para os usuários do mercado de gás e para os consumidores, que não aguentam esse preço que está sendo cobrado deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela oportunidade de trazer essa rápida mensagem para vocês, que é a mensagem da indústria que luta para sobreviver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Lucien, por sua exposição; e, com ela, a gente conclui essa fase de ouvir os nossos convidados neste evento aqui.

É claro que, neste auditório extremamente qualificado, como foi dito aqui por um dos expositores, tem muita gente que, se fosse possível conceder a palavra, enriqueceria e muito essa discussão. Eu consigo avistar aqui Adriano Pires, Ovídio, Marcelo Menezes, Márcio Félix, Pietro Mendes e Marcelo Lopes, entre tantos outros que têm conhecimento, que têm conteúdo e que, certamente, enriqueceriam este ambiente, além do nosso Deputado José Carlos Aleluia.

Mas o propósito desta audiência pública, a ideia de promover este debate nasce lá em 2021, com a relatoria da Lei do Gás. A Lei do Gás – e o avanço que ela alcançou – cumpriu, em parte, o seu papel, mas eu quero confessar a vocês que me incomoda bastante a gente ainda não ter a plenitude do gás como esse combustível da transição, sendo utilizado da maneira como o Brasil merece e precisa.

Lucien acabou de falar: a indústria brasileira anseia por um gás competitivo, para que ela tenha competitividade com o mercado internacional. Nós temos ações as mais diversas possíveis nas quais o gás poderia ser um combustível farto, em benefício do desenvolvimento de regiões, por exemplo, do meu Estado de Sergipe e de tantas outras regiões do nosso país.

Então, a ideia dessa discussão com os senhores e as senhoras é trazer exatamente um olhar e uma análise profunda sobre o que falta para termos um gás com um preço competitivo. O que a gente pode fazer? Então, revisar os componentes que formam o preço do gás talvez seja um caminho.

Quero dizer às senhoras e aos senhores também, claramente: aqui não existe razão. Não é a minha intenção, sob hipótese alguma – sob hipótese alguma –, buscar criticar ou condenar um determinado setor dentro da cadeia. O que eu preciso e o que eu busco é entender se as formas e os pontos que se apresentam ao final, no preço do gás... Será que estão corretos? Será que se pode fazer algum ajuste? Qual o caminho a gente precisa encontrar para ter um preço de gás e entregar ao país e à sociedade brasileira um gás competitivo? Então, buscar esse resultado me faz ser um otimista em, através da competência de cada um dos senhores, construir esse caminho.

Eu sei que não é uma tarefa fácil fazer isso, mas eu tenho... E eu posso dar um testemunho aqui de que, com a ajuda dos senhores, acho que a tarefa é menos dolorosa: a Lei do Gás foi esse modelo. Eu ouvi tanta gente boa deste Brasil, e a unidade de forças que a gente construiu... E eu repito isso com muita frequência, porque eu acho que esse é o modelo ideal que a gente precisa perseguir. Os investidores querem, sim, investir no Brasil, mas eu tenho a impressão de que, se esses investimentos chegassem dentro de um ambiente seguro, como foi dito aqui por alguns dos palestrantes que passaram por esta bancada, certamente nós teríamos um ambiente muito melhor adiante. Eu sonho com esse ambiente melhor, eu quero esse ambiente melhor e, enquanto aqui estiver, eu quero oferecer o meu gabinete, me colocar à disposição para ouvir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos vocês, receber todas as contribuições, construir projetos ou ações que resultem nesse ambiente que eu tenho certeza absoluta de que é muito bom para o país.

Não existem vencidos e nem vencedores; o que existe é uma disposição coletiva de a gente entender que parte a gente pode fazer para tornar o gás um insumo importante, acessível e que alcance o propósito dele.

Está dito aqui: as reservas que virão somadas à competência e à capacidade, por exemplo, que a Petrobras tem... Será que isso vai tornar o ambiente melhor? Essa é a discussão e essa chama eu quero deixar acesa permanentemente.

Portanto, eu vou passar a palavra para quem quiser fazer as suas considerações finais e quero honrosamente abrir esse leque de conversas. A gente conseguiu avançar bastante. São 11h32min, então, vamos repartir os 30 minutos que nos restam ouvindo aqueles que desejarem acrescentar alguma coisa.

A conclusão que eu tiro é que nós ouvimos pontos de vista muito interessantes, o que me dá a convicção de que nós faremos um outro encontro como esse. Nós vamos desenhar qual é o modelo desse novo encontro e trazê-los outra vez aqui a Brasília para que tenhamos mais tempo para que, ao final da fala de talvez um grupo menor do que o que aqui se apresentou, façamos um debate mais aprofundado, tentando, a partir daí, construir os caminhos importantes para chegar aonde desejamos chegar.

Eu quero abrir esta última quadra da nossa conversa concedendo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (Para expor.) – Meu querido amigo Laércio, Senador, parabéns pela iniciativa sua e da Comissão.

Eu vim aqui ouvir porque eu sinto uma certa agonia com a modelagem do setor de gás no Brasil. Eu tive a oportunidade de trabalhar na modelagem do setor elétrico. Não tem reunião para discutir o nível de coisas que se discutiu aqui no setor elétrico, sobretudo na área de transporte.

A área de transporte do setor elétrico, Lucien, é um modelo. Existem outros problemas associados à conta de desenvolvimento energético mal usada, mas o modelo está correto. E o modelo nunca deixa de ter gente interessada em investimento. Quando você fala que tem uma linha de transmissão, os deságios cada dia são maiores e as obras são feitas. Na área de gás, nós estamos paralisados e o modelo está equivocado.

Quando o meu querido amigo Eliseu Resende fez o projeto de lei do gasoduto da Bolívia, eu tive a oportunidade de dizer a ele: "Esse gasoduto não pode pertencer a uma empresa. Ele tem que ser o início de um *grid* nacional, como é no setor elétrico". No setor elétrico ninguém discute quem é dono de linha de transmissão – ninguém é dono de linha de transmissão. Ele é remunerado pela linha de transmissão, tem depreciação e acaba o prazo.

Portanto, é só essa a contribuição que eu quero fazer. Nós temos que talvez voltar à origem para atender à indústria. Para mim, o que mais me tocou foi a fala da indústria. A indústria não pode continuar sofrendo. Sofre a energia elétrica, mas sofre muito o gás. O mercado de gás não cresce porque ele está sendo abafado pelo meio, pelos terminais, pelo transporte. Então, é preciso que nós apoiemos Laércio, porque Laércio pode ser o libertador do gás no Brasil.

Muito obrigado. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Como se diz na nossa região: "Deixe de brincadeira, rapaz!". (*Risos.*)

Por favor, quem quer se manifestar para as suas considerações finais? Sempre as mulheres em primeiro lugar. Heloisa vai falar? Débora, você também? Daniela aliás.

A SRA. HELOISA BORGES (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom, eu gostaria de agradecer as contribuições aqui recebidas. Eu acho que a gente já vem conversando, há muito tempo, sobre esses temas, naturalmente é um tema complexo que a gente defere à agência reguladora. Tenho certeza de que a Symone, o Pietro, o Arthur, o Daniel e o Fernando estão ativamente preocupados com isso. Ontem mesmo, estava num outro compromisso e o Daniel veio conversar comigo também sobre uma questão relacionada ao tema de transporte de gás.

Eu queria reforçar o compromisso da EPE e dizer que a gente está à inteira disposição para apoiar a agência reguladora, seja no debate da Bras, seja para destrinchar aquelas planilhas todas. Vou fazer uma reclamação, porque a Symone foi elegante e não fez, mas eu vou fazer para as transportadoras. Não sei se vocês notaram que as planilhas, cada uma tem uma cara, né? Pelo menos padronizaram o Adrianno, a Sylvie e o Lucien que tiveram que examinar as planilhas.

Acho que a gente precisa avançar e conto com o apoio das transportadoras para a gente ter respostas e esclarecimentos o mais rápido possível. A EPE tem uma metodologia de cálculo de WACC já consolidada e é utilizada em outros segmentos de infraestrutura. A gente também se coloca à disposição para apoiar nesse debate. O debate da tarifa, Álvaro, a gente já está há um tempo nessa questão de uma solução tarifária hoje, mas é que as coisas estão andando em paralelo, a gente precisa separar: uma coisa é a metodologia de revisão tarifária, outra coisa é a revisão tarifária em si e outra coisa é eventualmente a gente debater novas formas ou modelos mais modernos de tarifa, e a gente precisa, sim, fazer isso tudo.

Então, a gente reforça aqui o agradecimento, em nome do Presidente Thiago Prado. Agradeço o convite à EPE e coloco a gente sempre à disposição para apoiar o Senado Federal, Senador.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, muito obrigado.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Marcelo, passar a palavra para o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, é só para agradecer ao Lucien por ter feito a manifestação. E isso me toca, o Aleluia fala na questão da energia, Aleluia. Nós temos o Brasil onde essas fontes de energia hídrica é energia mais barata e, no entanto, a energia se torna cara. E, quando eu ouço o que o Belmonte fala aqui na questão do gás, eu fico estarrecido. Acho que é dever desta Comissão, do ministério e também da própria agência reguladora fazer essa discussão a partir do que nós conversamos hoje aqui. Temos que baixar o preço desses insumos, seja a energia elétrica, seja o gás, que é um insumo para produção. O Brasil precisa crescer e se desenvolver, agora não vai crescer e se desenvolver dessa forma. Então, o custo é altíssimo para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou agricultor, produtor rural, e o que eu vejo, essas concentrações hoje, o que eu consumo são os defensivos, são os fertilizantes, e o Laércio fez um trabalho forte sobre a questão do potássio, não é, Laércio? É um insumo de que nós temos raridade aqui no Brasil, mas os custos são altíssimos e chegam para nós. Quando eu vou comprar, eu não pergunto... Quando eu vou vender, eu não pergunto... Eu quero tanto pelo saco de soja, de arroz, enfim. Eu pergunto: "Quanto é que você me paga?". Quando eu vou comprar, eu pergunto: "Por quanto é que você me vende?". Então, esse é um insumo, Marcello, sobre o qual a gente teria que fazer uma discussão a partir desta conversa de hoje aqui. E quero agradecer ao Belmonte pelo esclarecimento que deu, pela fala, porque isso é importante.

Aqui está... O que nós precisamos é o consumidor final, que é a indústria que nós precisamos ter, ser competitiva. Nós não somos competitivos com relação à mão de obra. O que nós pagamos hoje de leis sociais, com qualquer país do mundo, é um absurdo, não é?

Agora mais um outro insumo, que é o gás. Então, assim, realmente nós não somos competitivos em muita coisa. E aqui é um ponto em que acho que esta Casa pode ajudar Laércio.

Estamos juntos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Heinze. (*Falha no áudio.*) Marcello Weydt, por favor.

O SR. MARCELLO GOMES WEYDT (Para expor.) – Obrigado pela palavra, Senador.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela organização e pelo comprometimento com o setor. Faço aqui coro ao que o Deputado Aleluia chamou a atenção, que, de fato, por exemplo, hoje nós estamos na Comissão de Infraestrutura, falando sobre transporte, e o ativo não é tratado como infraestrutura. A lógica, de fato, setorial, a gente tem muito a avançar nas discussões sobre essa estruturação.

E não é só sobre transporte. A gente tem desafios em relação a escoamento, processamento, distribuição. Então existe uma grande confusão sobre regimes, por exemplo.

Vamos falar de regimes dentro da própria Lei do Petróleo. Nós temos concessão de campo, que não tem nada a ver com concessão de serviço público. É outra lógica que está associada, que está estruturada. A mesma coisa, nós tínhamos uma concessão, na antiga Lei do Gás, que não tem nada a ver com concessão de serviço público. Inclusive ela vinha colocando objetivamente que não era serviço público. E isso fica muito no regime. Ah, é uma autorização, é uma concessão?

E a realidade é que isso não se materializa. A gente chega a um resultado em que o ativo não é tratado como bem de infraestrutura, como infraestrutura, como atividade econômica estrita, sem depreciar, sem amortizar e sem ter as condições para que os investidores aportem capital.

E esse foi o diagnóstico do gás para empregar. Nós discutimos muito sob essa ótica. E a gente precisa difundir, de fato, cada vez mais, nos agentes do setor, aqui na Casa, ter uma visão. É muito bom a gente discutir sobre esse tema.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Marcelo.

Algum dos expositores? Manso? Rogério Manso, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MANSO (Para expor.) – Obrigado, Senador, obrigado a todos pelas contribuições.

Espero que eu não quebre o protocolo, se eu for fazer alguns comentários sobre algumas posições que foram colocadas aqui. Mas é sempre no sentido do diálogo, da construção, como o senhor bem colocou, de ter realmente elementos que ajudem e contribuem para a gente traçar um rumo, um norte forte, e siga nessa direção.

Eu acho que vou começar pela questão do investimento, que é uma questão que foi colocada aqui e colocada até, em alguns momentos, sugerindo posições muito ruins, não é? Eu estou com os transportadores há seis anos e posso dizer que não é o tipo de atitude que eu vejo lá, de alguém querer investir para fazer um retorno num investimento que seja desnecessário.

Nós trabalhamos, durante três anos, seguindo uma determinação da Lei do Gás, de apresentar um plano. É a primeira vez que os operadores se juntam para apresentar um plano coordenado, com o horizonte de dez anos. Esse plano foi colocado em consulta pela ANP.

Ele tem 31 projetos. Esses projetos, pela primeira vez, dão visibilidade, para todo o mercado, de onde é o projeto, qual é o racional, quando ele começa, quando ele acaba, qual é o valor. E eu tenho publicamente dito... Eu disse inclusive qual o estágio de maturidade.

A maior parte desses projetos está no chamado conceitual ou pré-conceitual. O senhor vai dizer: "Por que se coloca um projeto conceitual para o conhecimento do mercado?". Para que justamente se possa ter esse diálogo, se possa trabalhar. E tenho sentido muita falta, pelo menos nos fóruns públicos... Eu estou muito ansioso em ver o que a ANP vai divulgar quando der publicidade disso ao mercado, porque eu tenho sentido falta de contribuições específicas. Não vejo ninguém me dizer aqui: "Olha, eu não quero o projeto da Rota do Bode porque eu acho que, se interiorizar o gás no Nordeste, você não vai ter mercado". Isso vai tudo passar por teste de mercado e tem mais do que tempo suficiente para a gente fazer isso.

Eu vejo contribuições do tipo: "Olha, não, mas quem foi que mandou, foi a ATGás ou foram as transportadoras?", "Não deveria ter sido fulano ou sicrano a mandar?". Questões temporais, etc. Nós precisamos investir, e, acho que todos já deveriam saber, a essa altura do campeonato, que tem investimentos que não são necessariamente apenas vinculados ao crescimento do mercado, eles vão permitir realmente o desenvolvimento do mercado, mas vão permitir conectar, por exemplo, o Projeto Raia, o projeto Sergipe Águas Profundas, colocar o gás que hoje está represado dentro do Rio de Janeiro, na região do Gasbol, onde a gente caminha para perder o suprimento estável da Bolívia.

Então, talvez, de todas as questões colocadas aqui... Eu não quero fugir, se vocês quiserem, eu posso, à vontade, abordar uma série de questões que foram colocadas aqui, mas eu gostaria realmente de convidar a todos para que tivessem um olhar mais positivo do que está pela frente e que dessem, no mínimo, um crédito de confiança de que o que está colocado pelas transportadoras é legítimo. Nós estamos abertos a conversar. Eu assumo, como representante da indústria, a culpa de não ter feito reuniões, divulgações mais amiúde com os diversos clientes, mas, enfim, o nosso tempo é um pouco limitado. Mas fica aqui um convite realmente para que se olhe isso também, se permita um olhar positivo do que nós estamos, em última instância, querendo construir com esse plano de investimentos, e o propósito dele é isso. Então, por favor, sejam específicos: projeto A, projeto B.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro de um outro grupo da comunidade de gasodutos, a gente recentemente teve um que disse: "Olha, vocês não colocaram o projeto que vai para o Maranhão". É verdade, não colocamos. Vamos discutir se o projeto da TMN, para Piauí e Maranhão, deveria entrar ou não. Ele certamente já deve ter feito parte de outros planos da própria EPE.

Então, paro por aqui na questão dos investimentos, mas não podia deixar de fazer um comentário muito rápido. Tem várias questões que eu fico à disposição para comentar, mas tem uma em particular que eu queria ressaltar, talvez até por obrigação junto aos meus representados, porque falaram muito isso, mas eu não quis enfatizar isso, até a bem do tempo.

É uma questão em última instância, a discussão do critério de amortização, de CHCI, etc. O que a gente tem prezado é a objetividade. Quando a gente fala ali da questão de auditar, da questão de ser passível de você auditar independentemente... E aqui eu não tiro o mérito, tá? Olho para o Adrianno – olho para o Lorenzon –, olho para os diversos clientes. Não tiro o mérito dos objetivos de ninguém. Olho para o Marcelo... Não quero tirar o método do objetivo que eles estão perseguindo, muito pelo contrário, nós nos consideramos parceiros em relação a isso.

Agora, quando se fala de fazer um critério objetivo, quando a Petrobras vem aqui e levanta que ela tem uma visão de que a planilha que se trabalhou lá, durante o processo, era a planilha A, B e C, eu me coloco como uma pessoa que já participou de vários processos de M&A, e tenho muita dificuldade de ver, porque você pode estar trabalhando numa planilha com teu comprador ou teu vendedor, mas a tua perspectiva ser diferente. E ela reflete uma perspectiva de momento, de decisões que foram tomadas lá atrás.

A gente querer agora trazer para este momento uma questão extremamente subjetiva, que se opõe justamente à objetividade, que tem o critério do balanço do CHCI, vai colocar a gente num território muito complicado em relação a questões – como todos já colocaram aqui – de segurança jurídica, de credibilidade e do ambiente de negócios que a gente pretende construir neste país, em última instância. Pode parecer simples e seria simples se a gente tivesse de fato um documento formal, formalizado por todos, que desse lastro a isso, mas como a gente vê aqui, temos as mentes mais brilhantes do setor que estão reunidas hoje aqui nesta sala e, certamente, alguns nos assistindo. E cada um pode, em última instância, construir um modelo e um critério. Acho que isso, francamente, não vai ser conducente ao ambiente que a gente tem aqui. Sem prejuízo, repito, de a gente fazer críticas às questões que estão colocadas, às propostas que estão colocadas.

Obrigado e desculpe me alongar.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Rogério Manso, agradeço sua contribuição.

Percebi exatamente esse ambiente que você narra aí, por isso que falei aqui que há necessidade e vou tentar organizar um novo encontro para que a gente aprofunde mais nesse tema e saia construindo sugestões válidas, sólidas e verdadeiras, acima de qualquer coisa.

Acho que esse é um desafio que compete a cada um de nós.

Algum dos demais expositores...

Lucien...

O SR. LUCIEN BELMONTE – Só um comentário super rápido, Manso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto de confiança a gente dá, desde que vá na direção do estudo da própria EPE e do Ministério, de a gente ir para um transporte a US$1, por milhão de BTU.

Se a gente for nesse sentido, acho que está todo mundo disposto a conversar e encontrar uma fórmula de trabalho.

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA – Senador, posso complementar também?

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado Lucien.

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA (Para expor.) – Senador, acho que todas as falas que foram colocadas aqui, inclusive o posicionamento agora do Manso, reforçam uma fala que o senhor teve de termos uma outra audiência para a gente seguir e aprofundar essas análises.

Acho que o que foi colocado aqui reforça essa posição, e que hoje o mercado não está maduro para chegar e colocar uma consulta pública desse montante.

Acho que o que foi colocado pelo Manso só reforça essa posição. O mercado hoje não está pronto, não está maduro, para que se coloque em consulta pública algo com esse montante e que pode resultar em um prejuízo para o mercado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

Alguém mais? (*Pausa.*)

Não. Então, eu quero finalizar esta reunião.

Antes do encerramento dos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Ademais, quero agradecer a presença de todos. Já fiz alguns registros, mas, não menor, quero registrar aqui a presença do *staff* da Secretaria do Desenvolvimento do Estado de Sergipe, na pessoa do Sr. Secretário Valmor Barbosa; do Presidente da Sergas, Alan; do Diretor-Presidente da Codise, Ronaldo, que aqui está. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Pedro Chaves, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Weverton, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Jayme Campos, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Beto Faro, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4199, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 124, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 70, de 2025** que: "Requer a inclusão de um representante do Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural (CdU) na Audiência PúbIica prevista pelo REQ 65/2025, que terá o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 71, de 2025** que: "Requer a inclusão do Senhor Bruno Armbrust como convidado na Audiência Pública prevista pelo REQ 65/2025 - CI, que terá o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 72, de 2025** que: "Requer aditamento ao REQ 65/2025 - CI, para inclusão da Senhora Magda Chambriard, Presidente da Petrobras, como convidada na Audiência Pública prevista pelo REQ 65/2025 - CI, que terá o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 73, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, e pelo Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Sr. Marcio Rea, informações sobre os resultados do Plano de Operação Energética (PEN) de 2025 e sobre os avanços regulatórios recentes em prol da segurança do abastecimento do Sistema Elétrico Nacional (SIN)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 74, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Sandoval Feitosa de Araújo Neto, informações sobre o impacto tarifário aos consumidores cativos e livres em eventual ressarcimento aos geradores em ocasião dos cortes de geração (curtailment) aos empreendimentos eólicos e solares fotovoltaicos." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 75, de 2025** que: "Requer a inclusão do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro – Abividro, Senhor Lucien Belmonte, na audiência pública de que trata o REQ 65/2025 - CI." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 77, de 2025** que: "Requer a inclusão do Senhor Mario Menel da Cunha, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE na audiência pública objeto do REQ 50/2025-CI." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 78, de 2025** que: "Requer realização de Audiência Pública para apresentação pela CNTA da Pesquisa sobre a realidade do Caminhoneiro Autônomo em 2025" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 79, de 2025** que: "Requer aditamento do REQ 68/2025-CI, para ampliar o rol de convidados para a audiência pública." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 50/2025 - CI, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO), REQ 53/2025 - CI, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), REQ 54/2025 - CI, de autoria Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), REQ 56/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 57/2025 - CI, de autoria Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), e REQ 77/2025 - CI, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Finalidade:** Discutir os efeitos do mecanismo de constraint-off no setor elétrico, com foco nos impactos contratuais, nos encargos tarifários e nas consequências para o consumidor brasileiro. **Participantes:** Júlio César Rezende Ferraz, Assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Marcio Rea, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; Marisete Pereira, Diretora-Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica - ABRAGE; Lourenço Henrique Moretto, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC; Frederico de Araújo Teles, Diretor do Departamento de Políticas Setoriais do Ministério de Minas e Energia – MME; Rui Altieri, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE; Mário Menel da Cunha, Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE; Paulo Pedrosa, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - ABRACE; Eduardo Müller Monteiro, Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil; Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL; Felipe Starling, Diretor Institucional da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE; Natalia da Silva Caldeira, Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEÓLICA; Rosimeire Costa, Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica - CONACEN; Luiz Eduardo Barata, Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia; Guilherme Cardozo, Sênior de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR; e Edmundo Alfredo Pochmann da Silva, Consultor da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas - ABRAGET. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Plínio Valério, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Jaime Bagattoli e Lucas Barreto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de setembro de 2025.

Eu comunico que foram apresentados à Comissão um conjunto de documentos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Aviso 943/2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional para avaliar a sustentabilidade econômico-financeira das concessões de distribuição de energia elétrica e as providências adotadas pelos órgãos e entidades competentes em relação aos problemas identificados.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, da Secretaria-Geral da Mesa, estarão disponíveis para consulta no *site* da Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira é deliberativa e a segunda é audiência pública interativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

O item 1 é o Projeto de Lei 4.199, de 2024, não terminativo. (*Pausa.*)

O Senador Mecias, Relator, ainda não chegou.

Então, eu vou sobrestar, vou aguardar um pouco mais para apregoar o item 1.

Chamo o item 2...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que é da lavra do Senador Heinze.

Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Permita-me, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Permita-me, Senador Heinze.

Eu vim aqui, Presidente, porque, mais do que nunca, nós precisamos da resposta daquele requerimento endereçado ao Ministério da Justiça sobre a operação em Manicoré e Humaitá.

A Senadora Damares e eu estivemos lá, representando a Comissão de Direitos Humanos. Presidente, é muito pior do que nós pensávamos a situação no Rio Madeira. A destruição, aquela barbaridade que foi feita... É uma atrocidade. Nós estamos com o relatório, e eu trouxe, vídeos, relatos... É um negócio que dá pena e revolta, porque o Ministério da Justiça está divulgando que a operação foi para destruir dragas, mas não tem uma draga destruída. São aqueles pequenos flutuantes de moradia, e eles praticam o extrativismo mineral, o extrativismo familiar – eles moram ali.

Só para listar e não ser cansativo, há todo tipo de crime ambiental. Mais de 1,5 mil bombas foram jogadas no rio – bombas. Elas matam peixe e assustam os que estão vindo. Os pescadores já começaram a ficar aterrorizados, porque o peixe sumiu – sumiu. Quando eles explodem, Presidente, vai a bateria lá do flutuante, vai o mercúrio do flutuante, vai o motor do flutuante. Então, em nome de proteger o meio ambiente, eles praticam todo tipo de crime. Mas esse relato vai ser depois – vai ser depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Famílias inteiras desabrigadas vão passar fome, o comércio vai começar a desempregar... É o caos total. Crianças traumatizadas... Crianças vão para a escola e, depois de cinco dias, ficam perguntando o tempo todo quando é que eles voltam e se vão matar os pais. Foi helicóptero, foi bomba, um negócio terrível.

Agora, eu só queria relatar aqui o mais... O mais, não, não tem o mais complicado. Sabe quem provocou, Presidente, essa operação? O Greenpeace. E sabe o que acontece? Nós descobrimos que o Greenpeace – eu não sei se é novidade – tem um instrumento chamado Papa Alpha, que monitora a Amazônia de lá do exterior. O Greenpeace monitora o Brasil do exterior. Foi ele que provocou essa operação; ou seja, eles monitoram lá, eles veem o garimpo que eles chamam de ilegal, acionam o Ministério Público, que, de forma obediente e colonial, atende. Papa Alpha, Alpha Papa, não sei... Monitoram a nossa região, Presidente, de lá! Nesse minuto agora, estão monitorando. Aí eles monitoram a área e comunicam ao Ministério Público: "Tem garimpo ilegal no perímetro tal". O Ministério Público, de forma obediente e servil, vai lá e faz esse sacrilégio.

No final, a gente vai ter que apresentar um projeto e regularizar isso, Presidente. Eu estou falando como quem esteve lá, que já conhecia, mas a gente, vendo, é pior.

A Senadora Damares – e aqui um elogio à Senadora Damares, que mulher formidável! – chorava, emocionada.

Todo tipo de coisa a gente viu, o que você listar para incriminar, para botar crime ambiental, todos! Ar, rio e leito do rio. Direitos humanos foram todos desrespeitados. Tem uma mulher grávida que chegaram para ela no flutuante... Estou falando para vocês que eles moram ali. É uma bomba que eles têm cuja bitola é pequenininha, e eles não ferem o solo, eles sugam. São gramas de que eles vivem ali... O máximo que eles conseguem – o máximo que eles conseguem – é botar um filho na faculdade. Não compram bicicleta porque não têm dinheiro. Uma senhora gestante com um filho, policiais encapuzados: "Bora, bora, vai logo, vai logo. Se a senhora não for, vai ter que ir a nado". Mulher gestante com criança! O rapaz foi tentar... "Pelo amor de Deus, eu quero levar minha roupa". Levou bala de borracha. O que você imaginar está ali, e nós não podemos ficar calados diante disso.

Presidente, vamos apressar essa resposta do Ministério da Justiça, que, de forma hipócrita, está mentindo, dizendo que destruiu dragas. Dragas eles não têm coragem de destruir, porque draga tem bala! Se eles forem lá às dragas, eles são recebidos à bala. Esses leões que foram a Humaitá e a Manicoré não têm coragem de enfrentar as dragas. As dragas, sim, tiram 1kg de ouro por semana, essas, sim, prejudicam o meio ambiente.

Eu estou falando de milhares de famílias que foram jogadas ao relento, estou falando do comércio que vai colapsar, estou falando de direitos humanos e de direitos ambientais. Portanto, Presidente...

E outra coisa: ataca a soberania. O Greenpeace – vou repetir para quem não viu – tem um instrumento chamado Papa Alpha, que monitora a Amazônia em tempo real – em tempo real! Aí ele só faz acionar os servis do Ministério Público Federal, os servis da Polícia Federal, dizendo: "Olhe, tem lá...". Não tem origem de quem provocou essa operação. Então, isso não pode ficar desse jeito, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos humanos nós estamos fazendo um relatório... No final, eu já estou encomendando um projeto para ver se a gente consegue regularizar a vida dessas pessoas, porque já vão fazer de novo, pois já estão tirando do leito do rio o que sobrou... Eu disse: "Tirem, e vamos fazer de novo". Não sei se vão me processar. É porque eles não têm do que viver! Tirem a comida de um animal, mexam com o filho de um animal, de um leão, de um tigre, para ver o que vão sofrer! E estão mexendo com os filhos, estão mexendo com a comida, alimentação de milhares de seres humanos.

Obrigado, Presidente.

Eu só queria fazer este registro de um Senador que continua indignado. Mais do que nunca, vamos pegar essa resposta do BO, do Ministério da Justiça, que, de forma hipócrita, está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., Senador Plínio Valério, sobre este assunto, mais uma vez reiterado nesta Comissão: o que aconteceu no Estado do Amazonas e que atingiu dezenas de embarcações de trabalhadores. Ao argumento de combate ao crime ambiental e à exploração ilegal de minérios, fizeram uma operação altamente impactante ao meio ambiente. E V. Exa. tem razão. O impacto do que fizeram talvez seja maior do que aquilo que eles julgam combater. É um absurdo! Além de uma criminalização de um segmento importante da economia do país... Não enfrentam o problema na sua dimensão maior, com diálogo, com busca de corrigir mediante uma legislação que permita a exploração dentro de um ambiente de controle, de mitigação dos efeitos... Enfim, preferem ir lá e fazer o que fizeram.

Agora, o pior... E o que V. Exa. traz aqui é grave, porque não é papel do Ministério Público tomar decisão e simplesmente ir lá e mandar destruir equipamentos, muito menos teleguiado por ONGs internacionais. Isso é algo realmente que precisa ser enfrentado e apresentado às autoridades para as devidas providências.

Nós encaminhamos ofício, nós encaminhamos documento ao Ministério da Justiça, estamos aguardando a resposta. Encaminhamos pela Comissão e fizemos também o encaminhamento à Mesa do Senado para que o faça em nome do Senado Federal, como matéria deliberada na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. E o ministério, até agora, não respondeu. E me parece que foi uma ação isolada, sem o próprio respaldo do ministério. O que se verifica até agora é que parece não ter tido a participação direta, mas vamos aguardar a resposta que o ministério vai encaminhar oficialmente à Comissão de Infraestrutura e aí, depois, tomaremos as medidas que forem necessárias, a partir daqui, dentro dos limites que nós temos de atuação.

Mas cumprimento V. Exa. pelo protesto que faz, mais uma vez, em defesa desses trabalhadores e em defesa do meio ambiente, o que parece uma contradição.

Vejam V. Exas.: nós é que temos que denunciar aqui que o que o Ministério Público e essa ONG estão fazendo é uma agressão ao meio ambiente, além da agressão a famílias, a trabalhadores que lá estão.

1ª PARTE
ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 124, DE 2022
- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prever medidas de flexibilização tarifária referentes aos serviços de energia elétrica e de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante a vigência de calamidade pública decretada em razão de desastres naturais ou de emergências climáticas.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Relator, para apresentar o seu relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, este projeto é de autoria do nosso Júlio Delgado, nosso colega Parlamentar, sobre a energia que sobra, para que a gente possa destinar essa sobra de energia a creches, asilos, hospitais, entidades filantrópicas que fazem grande serviço no Brasil inteiro.

A proposição, sob o aspecto da constitucionalidade e juridicidade, encontra amparo na ordem constitucional vigente. A competência para legislar sobre normas gerais de energia e saneamento básico é da União, conforme o inciso IV do art. 22 da Constituição Federal.

As medidas propostas visam à proteção social e ao auxílio a populações em situação de vulnerabilidade, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da busca pela erradicação da pobreza, previstos nos arts. 1º, inciso III, e 3º, inciso III, da Constituição.

A previsão de custeio por fundo federal, como o Funcap, é compatível com a competência da União para organizar e manter a Defesa Civil, nos termos do art. 21, inciso XXVIII, da Constituição. Inexiste, portanto, qualquer vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade.

Nos termos do inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

Vamos seguir adiante no texto.

O texto normativo fortalece a capacidade de resposta institucional do Estado, uma vez que integra o regime de flexibilização tarifária à política nacional de defesa civil, ampliando a eficácia das ações de recuperação em áreas atingidas.

A proposição, em sua essência, reafirma o compromisso do Estado com a justiça social e com a eficiência regulatória. A modicidade tarifária é preservada ao impedir a socialização indiscriminada dos custos; as empresas são resguardadas mediante ressarcimento adequado; e as populações afetadas encontram, no ordenamento jurídico, uma rede de proteção que lhes garante a continuidade do acesso a serviços indispensáveis à vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei projetada apresenta-se não apenas como oportuna, mas também como expressão necessária de um modelo regulatório que busca equilibrar solidariedade, sustentabilidade e proteção da dignidade humana diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelos desastres naturais.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto e, no mérito, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu volto ao item 1, uma vez que o Relator já se encontra presente.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4199, DE 2024
- Não terminativo -

Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer pela aprovação.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

3. Em 29/09/2025, o relator entregou novo relatório pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Marcos Rogério, quero cumprimentar V. Exa., todos os colegas Senadores e Senadoras, os nossos visitantes.

Presidente, depois de muitas idas e vindas, retiradas de pauta para fazermos acordo com o Governo, nós chegamos a um relatório conciso em acordo com o Governo e com o autor da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. me permite, eu quero ir direto à análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias relativas a transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, parcerias público-privadas, agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Assim, a análise deste colegiado incide sobre o mérito do projeto no tocante aos seus impactos relacionados ao transporte aquaviário.

A proposta busca fortalecer a navegabilidade nos corpos d'água da região por meio de ações como dragagem de manutenção, manejo integrado, monitoramento e sinalização das vias interiores. Esses elementos são fundamentais para melhorar a infraestrutura hidroviária, tornando-a mais segura, confiável e eficiente. Ao priorizar essas intervenções, o projeto responde à necessidade histórica de valorização do transporte fluvial, sobretudo em áreas com baixa cobertura rodoviária e grande dependência das vias naturais de circulação.

Além disso, a proposição estrutura um modelo de governança descentralizado e cooperativo, envolvendo os entes federados e os comitês de bacias hidrográficas, o que tende a favorecer a coordenação de ações entre os diferentes níveis de Governo.

Essa articulação pode impulsionar a realização de obras públicas voltadas à navegabilidade, com maior efetividade, reduzindo a fragmentação institucional que frequentemente prejudica a execução de projetos logísticos na Região Norte.

Embora alguns dispositivos repliquem conteúdos já previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, a proposta apresenta valor ao concentrar esforços e prioridades em um programa direcionado exclusivamente à Amazônia Legal, com foco explícito na infraestrutura hidroviária. Esse recorte regionalizado favorece o alinhamento com políticas setoriais de transporte, desenvolvimento regional e meio ambiente, podendo induzir investimentos públicos e privados, inclusive por meio de parcerias e programas de fomento.

Adicionalmente, a implementação das diretrizes propostas exigirá a atuação coordenada com agências reguladoras, como a Agência Nacional de Águas e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, cuja presença institucional contribuirá para garantir que as ações do plano observem os marcos regulatórios vigentes e sejam compatíveis com as normas de prestação dos serviços de transporte e de gestão dos recursos hídricos.

Reconhecemos o relevante e meritório trabalho do Senador Sérgio Petecão. Todavia, entendemos oportuno realizar ajustes de natureza técnica, a fim de promover aprimoramentos na proposição e assegurar maior efetividade em sua implementação. Nesse sentido, propõe-se a substituição da denominação "Plano Rios Livres da Amazônia" por "Programa Rios Livres da Amazônia", a fim de conferir maior permanência e operacionalidade à iniciativa.

Ato contínuo, promovemos ajustes na estrutura de governança, com a supressão da figura do Comitê Gestor e o reforço do protagonismo dos comitês de bacia e dos entes federativos, evitando sobreposição de instâncias e assegurando a integração direta dos estados da Amazônia Legal no processo decisório.

Além disso, buscou-se alinhar as atribuições às já previstas no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, fortalecendo o papel dos comitês de bacia e ampliando os objetivos do programa, de modo a estimular arranjos institucionais e o debate sobre o transporte hidroviário. Os ajustes realizados preservam a finalidade original do projeto e, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo tempo, asseguram maior participação social e efetiva integração federativa para a implementação das diretrizes voltadas à navegabilidade da Amazônia Legal.

A proposição oferece uma resposta oportuna à necessidade de valorização da navegação interior, especialmente em uma região de ampla malha fluvial e de difícil acesso por outros modais. À Amazônia, a infraestrutura de transporte sustentável pode gerar ganhos sociais, econômicos e ambientais significativos.

Assim, Sr. Presidente, entendemos que a criação de um programa específico voltado à navegabilidade e à conservação na Amazônia Legal pode conferir maior efetividade às ações públicas, além de integrar políticas de infraestrutura e meio ambiente sob uma abordagem regionalizada.

Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.199, de 2024, na forma do substitutivo.

Sr. Presidente, volto a informar que o projeto foi retirado de pauta por algumas vezes para chegarmos a um acordo comum com o Governo e com o autor. Encontrado este acordo, submetemos esse projeto, pedindo aos colegas, aos nobres pares, a aprovação do nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. (*Pausa.*)

Nós vamos deliberar agora alguns requerimentos, alguns inclusive sobre a reunião do dia de hoje, apresentados por Senadores.

Item 3.

1ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 70, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão de um representante do Conselho de Usuários do Sistema de Transporte de Gás Natural (CdU) na Audiência Pública prevista pelo REQ 65/2025, que terá o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A audiência pública objeto deste requerimento foi realizada em 24/09/2025. Trata-se, portanto, de aprovação ad referendum.

Item 4.

1ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 71, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Bruno Armbrust como convidado na Audiência Pública prevista pelo REQ 65/2025 - CI, que terá o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Observações:

1. A audiência pública objeto deste requerimento foi realizada em 24/09/2025. Trata-se, portanto, de aprovação ad referendum.

Também *ad referendum*.

Item 5.

1ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 72, DE 2025
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 65/2025 - CI, para inclusão da Senhora Magda Chambriard, Presidente da Petrobras, como convidada na Audiência Pública prevista pelo REQ 65/2025 - CI, que terá o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Observações:

1. A audiência pública objeto deste requerimento foi realizada em 24/09/2025. Trata-se, portanto, de aprovação ad referendum.

Também *ad referendum*.

Item 6.

1ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 73, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, e pelo Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Sr. Marcio Rea, informações sobre os resultados do Plano de Operação Energética (PEN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025 e sobre os avanços regulatórios recentes em prol da segurança do abastecimento do Sistema Elétrico Nacional (SIN).

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Vou fazer a deliberação em conjunto de todos os requerimentos.

1ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 74, DE 2025
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dos arts. 90, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sr. Sandoval Feitosa de Araújo Neto, informações sobre o impacto tarifário aos consumidores cativos e livres em eventual ressarcimento aos geradores em ocasião dos cortes de geração (curtailment) aos empreendimentos eólicos e solares fotovoltaicos.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

1ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 75, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão do presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro – Abividro, Senhor Lucien Belmonte, na audiência pública de que trata o REQ 65/2025 - CI.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Observações:

1. A audiência pública objeto deste requerimento foi realizada em 24/09/2025. Trata-se, portanto, de aprovação ad referendum.

1ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 77, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Mario Menel da Cunha, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE na audiência pública objeto do REQ 50/2025-CI.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

1ª PARTE
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 78, DE 2025
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer realização de Audiência Pública para apresentação pela CNTA da Pesquisa sobre a realidade do Caminhoneiro Autônomo em 2025

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

O Senador Esperidião Amin não está presente para fazer o encaminhamento. Eu vou subscrever os requerimentos dos Senadores que os apresentaram e que não estão presentes – creio que também o Senador Mecias o faz –, considerando que regimentalmente requerimentos apresentados precisam ter o autor presente na hora da votação.

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 79, DE 2025
- Não terminativo -

Requer aditamento do REQ 68/2025-CI, para ampliar o rol de convidados para a audiência pública.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

De igual forma, que também fique subscrito. (*Pausa.*)

Submeto à votação em bloco os requerimentos apresentados.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados. (*Pausa.*)

As matérias deliberativas que tínhamos na sessão do dia de hoje foram esgotadas.

Nós vamos agora à segunda parte, que é a audiência pública, mas eu vou, para a gente organizar, aqui suspender a sessão por dois minutos. E, na sequência, já reabriremos com a audiência pública objeto desta sessão de hoje.

(Suspensa *às 10 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 08 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Reaberta a sessão.

Esta segunda parte da reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir os efeitos do mecanismo de *curtailment* no setor elétrico, com foco nos impactos contratuais, nos encargos tarifários e nas consequências para o consumidor brasileiro, em atenção aos Requerimentos nºs 50, de 2025, de autoria do Senador Marcos Rogério; 53, de 2025, de autoria do Senador Eduardo Gomes; 54, de 2025, de autoria do Senador Cleitinho; 56, de autoria do Senador Esperidião Amin; 57, de autoria do Senador Jaime Bagattoli; 77, de autoria do Senador Eduardo Gomes.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Júlio César Rezende Ferraz, Assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Marcio Rea, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Marisete Pereira, Diretora Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage); Lourenço Henrique Moretto, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Frederico de Araújo Teles, Diretor do Departamento de Políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Setoriais do Ministério de Minas e Energia; Rui Altieri, Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Mário Menel da Cunha, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape); Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace); Eduardo Müller Monteiro, Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil; Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel); Felipe Starling, Diretor Institucional da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee); Natalia da Silva Caldeira, representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) – acho que nesse caso está representada, depois eu peço que faça a atualização de quem a representa –; Rosimeire Costa, Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen); e Guilherme Cardozo, Sênior de Relações Governamentais da Absolar.

Antes de iniciar as tratativas aqui e conceder a palavra aos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem realizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá contar com o uso da palavra... E aqui nós estamos com quantos convidados? (*Pausa.*)

Dezesseis convidados. Portanto, eu acho que nós nunca tivemos uma audiência pública aqui com esse número. É algo absolutamente incomum.

Obviamente que a gente compreende, dada a dimensão do tema, e, por isso, os requerimentos foram sendo aprovados e nós fomos incorporando. Agora, isso vai em prejuízo também ao debate. É bom que se diga, porque você conceder a palavra para alguém desenvolver o tema num prazo muito curto acaba não permitindo aprofundar em nenhuma questão. Por outro lado também, impedir que haja participação plural acaba sendo uma decisão em desprestígio a todas essas entidades e em desprestígio a quem os indicou, a quem os referendou pelos requerimentos apresentados, os Senadores e as Senadoras.

Por isso, optei por fazer uma audiência pública com a participação de todos e vou estabelecer um tempo de cinco minutos. Inicialmente, a assessoria queria estabelecer um tempo de três minutos, considerando o conjunto das falas. Eu estou estendendo para cinco minutos: três minutos, com a tolerância de mais dois minutos, porque aí fica de bom tamanho, senão a gente ultrapassa isso, e aí fica uma audiência interminável.

E vou conceder ao representante da Aneel e do Operador Nacional do Sistema dez minutos de fala para os dois representantes, que entendo ser a parte técnica de maior importância, porque é o regulador.

Então, ao representante da Aneel e do Operador Nacional, eu vou estabelecer um tempo de dez minutos, tempo limite para as suas manifestações.

Feito esse registro, com relação à questão do tempo, eu inicio fazendo aqui um agradecimento pela presença de cada representante do setor elétrico, e o faço de maneira muito especial, porque esta audiência pública deveria ter acontecido na semana passada, na terça-feira, e não aconteceu, em razão do impedimento deste Presidente que aqui está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acabei passando por um processo de internação. Fiquei de sexta-feira até quinta-feira, à tarde, numa internação, enfrentando uma situação que, inicialmente, não se sabia o que era, mas que depois descobri que era efeito de uma dengue. E assim aproveito para fazer uma advertência: uma dengue que apareceu sem os sintomas corriqueiros, mas que acabou gerando um quadro de uma infecção quase que generalizada, atingindo todos os órgãos, enfim, que levou a uma internação. E por isso não pude estar aqui naquela audiência pública. Eu peço desculpa aos senhores e às senhoras e lhes agradeço por hoje poder estar aqui.

Eu comunico também – e, na sequência, vou fazer uma sucinta fala – que nós temos acho que dois convidados que estão no Rio de Janeiro e que vão participar remotamente. E só estou abrindo exceção para participar remotamente porque se trata de um fato superveniente de força maior: eles estavam com um voo que viria para cá, e parece que houve um acidente de vazamento de óleo, o voo foi cancelado e eles não puderam chegar aqui.

Então, em razão de algo que é superveniente e é de força maior, eu estou fazendo essa concessão para que a gente possa ouvi-los em razão disso. Aos demais, que por outras razões não puderam estar, nós não faremos a mesma concessão. Parece-me que tem representantes que ocuparão o lugar aqui nesta Comissão.

Portanto, mais uma vez, agradeço a presença de representantes do setor elétrico, geradores, consumidores, órgãos e sociedade civil.

A audiência pública que chamei hoje trata sobre um assunto que é o assunto do momento, é o assunto do momento no setor elétrico, o *curtailment*, ou, no bom português, os cortes de geração, isto é, a redução deliberada da injeção de energia na rede por motivos operacionais, de segurança ou de gestão do sistema elétrico.

O objetivo desta audiência pública é proporcionar um espaço transparente para ouvir informações, experiências, dados e propostas que permitam compreender melhor as causas operacionais do *curtailment*, seus impactos, as consequências para os consumidores e geradores e avaliar quais instrumentos técnicos, regulatórios e de mercado podem endereçar as questões que envolvem o tema.

É importante fomentar o debate de forma clara e objetiva, assim como busquei fazer quando relatei o PLS 232, em que tive naquele momento a participação de boa parte dos senhores e das senhoras que aqui estão, naquele debate que foi um debate profundo, técnico e que, ao final, nos permitiu votar aquela matéria aqui, sendo aprovada à unanimidade pela Comissão e nem passando pelo Plenário, foi direto à Câmara dos Deputados.

Uma pena que lá não tivemos a mesma sorte de a matéria avançar para a modernização do setor elétrico. De lá para cá, uma verdadeira colcha de retalhos vem sendo o desenho das reformulações do marco legal do setor elétrico, o que mais fragiliza o setor do que o moderniza e o aperfeiçoa.

Mas é com essa mesma experiência que estamos trazendo este debate aqui, também como o fizemos na privatização da Eletrobras, que abordou ainda o risco hidrológico naquele tema naquela sentada.

Nosso objetivo, portanto, é subsidiar a formulação de políticas públicas e regulatórias futuras. Há quem defenda que é um problema que deva ser socializado e quem defenda que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um risco de negócio. O que queremos é um sistema elétrico mais seguro, eficiente e justo para todos.

Portanto, é dentro dessa premissa, dessa visão que estabelecemos o debate no dia de hoje.

Asseguro a palavra inicialmente ao Dr. Júlio César Rezende Ferraz, Assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para sua manifestação inicial.

O SR. JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Bom dia a todos.

Eu vou fazer aqui uma tentativa de resumo de tudo que deve ser discutido em seguida, a começar pelo óbvio, que é: o que a gente está discutindo aqui hoje nada mais é do que o sucesso de diversas políticas públicas que foram feitas para incentivar a inclusão de geração no sistema.

Então, cerca de R$25 bilhões em incentivos só em 2024 levaram a uma quantidade muito grande de geração incentivada, inclusive aquela de pequeno porte e aquela que é instalada por pessoas em suas casas.

Os consumidores têm a liberdade de instalar aquelas placas solares nas suas residências, isso foi extremamente incentivado e o reflexo é o que a gente veio discutir aqui hoje. Mas não foram só eles; os geradores solares e eólicos também tiveram um incentivo grande nas últimas décadas, e tudo isso monta uma situação em que a gente tem mais geração não controlável do que o sistema pode suportar normalmente.

O que levou, então, de novo, a esse sucesso? Como eu disse, essa série de incentivos.

A questão que se apresenta hoje é: como resolver dois problemas que esses incentivos criaram?

Primeiro, um problema financeiro: alguns dos geradores têm prejuízos, e esses prejuízos, no entender desses geradores, têm que ser arcados, em menor monta ou em maior monta – alguns desejam até em total monta –, por terceiros. Um outro problema é uma questão técnica – o ONS vai ter oportunidade de falar brevemente sobre isso –, é que essa quantidade de geração não controlável impede a manutenção da segurança do sistema em qualquer instante.

Já houve duas ocorrências neste ano em que o ONS chegou muito próximo de perder a capacidade de controlar a frequência e a tensão no sistema. Esse tipo de situação é uma situação física, então ela não se resolve única e exclusivamente com discussões filosóficas, mas as discussões filosóficas são importantes para evitar que isso se agrave.

De novo: a gente tem uma quantidade de incentivos que levou com sucesso à inclusão de uma quantidade considerável de geração no sistema. Essa geração hoje monta cerca de 250GW no seu total. Micro e mini GDs, que é aquilo que expandiu muito rapidamente nos últimos três, quatro anos, já representam cerca de um quinto disso. Aquelas instalações residenciais já representam cerca de 30GW, 35GW, e essa quantidade de geração tem consequências.

Então, além da questão financeira, a gente tem um ponto técnico, e daí vêm os cortes. Como o ONS já mencionou uma vez – se não me engano, o Zucarato –, o ONS não corta por boniteza, mas sim por precisão. Esse tipo de corte é necessário, porque senão não tem como se atender a carga, não tem como se manter o sistema em pé.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cada instante o ONS é obrigado a equiparar a demanda de carga com a geração que faz frente a essa demanda. E aqui não tem nada de excepcional em relação a desde que a engenharia elétrica se iniciou: o equilíbrio entre carga e geração é algo do dia a dia de qualquer operador, desde sempre. A questão é: quando a gente tem um sistema em que a quantidade de geração não controlável é de grande monta, essa capacidade do operador de operar é bastante, muito significativamente impactada.

Então, o que o ONS tem que fazer? Como eu mencionei já, em dois dias, neste ano, chegou prestes a perder o controle desse sistema. Bom, você tem que controlar o que se controla e se submeter ao que não se controla. Como aquilo que não se controla tem crescido absurdamente, o sistema corre um perigo de ninguém ter energia em casa durante alguns momentos. É óbvio que é isso que a gente quer evitar.

Essa situação pode ser evitada de duas formas: tecnicamente e com incentivos econômicos. Não existe uma bala de prata, então não vai ter aqui uma solução do tipo "ah, encontramos a solução, façamos isso e está resolvido o problema!". Isso não existe. O que a gente vai ter que ter é uma paciência, uma razoabilidade de entender os diversos pontos de vista, e o Parlamento identificar qual que é a solução mais razoável para todo o Brasil.

Então, no caso da Aneel, quanto a esses cortes que, como eu disse, são necessários – o ONS identifica a necessidade de se fazer –, a Aneel regulamentou três tipos básicos desses cortes. Um deles, quando tem algum tipo de restrição na rede. Um outro, associado à necessidade de se manter a segurança operativa – então o ONS, identificando que tem um problema de segurança, retira o gerador. E, no terceiro caso, por falta de demanda – não tem carga necessitando ser atendida. Desses três tipos de corte, em um deles há ressarcimento: aquele que se trata de restrição na rede.

Hoje, na Aneel, a percepção dos geradores é que isso é muito tímido, é um montante que poderia ser maior do que é hoje, e isso está sendo discutido na Aneel em três aspectos basicamente. O primeiro é o de rever os critérios para se chegar a esses valores. Um segundo é o de eventualmente ratear o custo que se tem hoje com um grupo de geradores por todos os geradores, inclusive aqueles dos consumidores residenciais, aqueles que estão numa situação, eu diria, de pequena monta, mas são muitos de pequena monta. E um terceiro aspecto é o de você conseguir ordenar esses cortes de uma maneira que seria mais razoável. Então, esses três tópicos estão em análise atualmente na Aneel. Isso tudo, considerando a legislação atual e o poder que a Aneel tem de regulamentar esse tema.

É possível que só isso não seja o suficiente para se resolver a questão que a gente tem aqui. Mas, por outro lado – e o Senador Marcos Rogério mencionou duas vezes isto –, qual é o impacto para o consumidor de tudo que a gente está falando aqui? Bom, o Senador Marcos Rogério acabou de comentar sobre aquela questão do GSF, de cerca de dez anos atrás: os consumidores pagaram cerca de R$45 bilhões referentes àquilo – vêm pagando ao longo do tempo –, R$45 bilhões. Referentes aos incentivos de fonte incentivada e geração distribuída, como eu mencionei, no ano passado, foram R$25 bilhões. Este ano, terminado o nono mês, já está em R$20. Então, tem mais três meses aí de gastos.

Sobre a discussão de corte de geração de geradores solares e eólicos centralizados, a discussão dos valores hoje está em torno de R$3 bilhões a R$5 bilhões. Existe alguma discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto a isso, mas tomemos R$3 bilhões. Então, R$45 mais R$25 por ano, mais R$3... Não precisa nem de fazer a conta. Já é grande o suficiente para a gente parar e refletir: será que não tem que dar aqui um freio de arrumação no que a gente está fazendo? O modelo é esse mesmo? O modelo necessita de incentivos, para depois chamar o consumidor para pagar o resultado do incentivo e, eventualmente, ainda ter um problema técnico de corte de carga? Será que a gente não tem que botar o pé no chão, com muita parcimônia, sabedoria – o Parlamento, o Poder Executivo, e aí tanto o poder concedente, o ministério, quanto a Aneel, no que lhe cabe, que é menor –, não tem que todo mundo assentar e discutir: "Poxa, será que o que a gente está fazendo é razoável"? Lembrando aqui que tudo que a gente está tratando está associado a uma liberdade que tem um preço.

O que a gente tem hoje é: qualquer gerador pode colocar qualquer coisa em qualquer lugar, participando ou não de leilão, seja num ambiente de contratação livre, seja num ambiente de contratação regulada. Isso leva uma pressão ao planejador do sistema a, no modelo atual, licitar companhias de transmissão que vão implementar aquela transmissão, sempre correndo atrás daquilo que já foi implementado de geração. Isso leva a atrasos, e esses atrasos, como eu mencionei, também são ressarcidos pelo consumidor.

Aquele gerador que, por sua vontade, por sua decisão, entra no sistema para competir com diversos outros geradores, ele o faz por sua conta e risco. Hoje não tem garantia nenhuma, nem intervenção estatal no valor da energia que é comercializada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ – Quando ele faz isso por sua conta e risco, e o risco se apresenta como prejuízo, não é razoável ele trazer a conta para o consumidor fechar o balanço.

Então, o que a gente tem hoje é uma situação em que um gerador não tem capacidade de controlar uma operação do sistema – é o ONS quem faz isso –; ele não tem capacidade de planejar como esse sistema evolui – é o planejador, o ministério que faz isso –; ele não tem capacidade de controlar a competição – por óbvio, qualquer gerador pode colocar a geração e qualquer consumidor hoje pode colocar a geração na sua própria casa –; ele também não consegue controlar quando ele vai conseguir entregar energia, dependendo da fonte primária dele, ele não controla o sol e ele não controla o vento, apesar de haver solução para possível armazenamento, ela hoje é pouco utilizada.

Então, a situação que a gente tem é um gerador que entra por sua decisão para vender um produto que ele não controla quando vai ser entregue, por quem, quando e como. Ainda assim, quando ele é verificado, se a quantidade que ele vendeu não foi atendida, ele tem que arcar com o valor. E aí a discussão que a gente pode ter aqui é: isso é razoável? A gente está num caminho em que essa quantidade de liberdade, todo mundo tendo liberdade, cada um vai arcar com seu prejuízo ou o prejuízo é tão grande que é razoável a gente repensar o que está acontecendo e dar alguns passos atrás?

Será que um modelo em que é necessário incentivo e depois uma série de instrumentos para que o consumidor feche a conta é razoável de ser mantido? Isso é para reflexão, tá? Não tem nenhuma... Porque às vezes as pessoas vão achar assim: "Pô, agora, daqui a pouco, ele vai vir com, logo...". Não, não tem logo. Esse é o problema. Essa é a situação que a gente tem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e aqui é o lugar para que isso tudo possa ser discutido, eventualmente resolvido. Porque, a solução vai ser feita. A questão é como, em qual nível, em qual ponto, de qual forma. E a Aneel, obviamente, está, está disponível para implementar qualquer que seja essa decisão.

Perdão, então. Eu acho que até estendi o tempo, mas eu fiz aqui um panorama. É possível que vários aqui tenham visões, obviamente, um pouco distintas, mas o problema, em geral, é esse, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Júlio César pela exposição que fez, pelos alertas que fez, sobretudo pela advertência que faz quanto ao endereçamento sempre, que vai sempre estourar lá na ponta, com o consumidor. No final, quem sempre paga o pato é o consumidor. E por isso a gente precisa fazer esse juízo de ponderação, considerando todos os aspectos relacionados.

Na sequência, eu asseguro a palavra ao Dr. Marcio Rea, que é Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, mas faço menção à presença do Dr. Alexandre Zucarato, Diretor de Planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico, e agradeço. Os dois administrarão o tempo que têm para fazer a apresentação em nome do Operador Nacional. Mas agradeço a presença dos dois Diretores, a presença dos dois é em prestígio a esta Comissão e à importância do tema para o Brasil.

Com a palavra, Dr. Marcio Rea.

O SR. MARCIO REA (Para expor.) – Bom dia, senhoras e senhores. Quero cumprimentar o Senador Marcos Rogério, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares e colegas do setor elétrico aqui presentes. O Júlio já facilitou minha fala, porque já falou bastante da minha fala, então, fica mais tranquilo.

É uma honra, como Diretor-Geral do ONS, participar desta audiência pública.

Agradeço ao Senador Marcos Rogério pela oportunidade de trazer esclarecimentos sobre este tema, que é o *curtailment*.

O ONS tem como missão coordenar a operação do Sistema interligado Nacional, sim, garantindo a segurança, a continuidade e a eficiência no atendimento das demandas de energia. A restrição de geração, conhecida como *curtailment*, é um instrumento operacional necessário, não é uma escolha do ONS, mas é uma necessidade técnica. Hoje, na maioria das vezes, essa restrição se dá por uma questão de excesso de geração de energia no sistema, principalmente durante o dia. O ONS precisa fazer essa gestão de excedentes de forma a preservar a confiabilidade e a estabilidade do sistema, assegurando que somente a energia demandada pela sociedade seja entregue.

Nos últimos anos, a operação do Sistema Interligado Nacional tornou-se cada vez mais complexa. O aumento da geração de energia proveniente de fontes não despacháveis, como é o caso da eólica e da solar, somado ao crescimento acelerado da micro e minigeração distribuída, a exemplo dos painéis fotovoltaicos instalados nos telhados das residências, trouxeram novos desafios para o nosso sistema. Na prática, o que observamos diariamente é um excesso de oferta durante o dia, mais precisamente entre 9h da manhã e 16h da tarde, e uma necessidade de geração adicional na ponta noturna, o que a gente costuma chamar, no setor, de potência, que acontece entre 18h e 21h, justamente quando o sol se põe e a geração a partir da MMGD deixa de contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, o ONS não possui mecanismos técnicos regulatórios para gerenciar a MMGD, uma vez que ela está conectada diretamente às redes de distribuição.

Aqui a gente percebe que o futuro traz ainda mais desafios. Projeções indicam que, até 2029, apenas 45% da capacidade instalada de geração estará sob coordenação centralizada do ONS. Isso é um risco. O restante será formado principalmente por MMGD e usinas conectadas às distribuidoras.

Esse cenário reforça a urgência do debate sobre o papel dos operadores de sistema de distribuição, capazes de coordenar os recursos conectados diretamente às redes de distribuição, distribuidoras.

Para enfrentar esses desafios, o ONS tem atuado em estreita colaboração com o Ministério de Minas e Energia, com a agência nacional, Aneel, e com a EPE, buscando equilibrar responsabilidades, aumentar a eficiência alocativa e garantir eficiência operacional.

Participamos ativamente de grupo de trabalho sobre o *curtailment* coordenado pelo MME, e dos debates regulatórios conduzidos pela Aneel, como a Consulta Pública 45, que estabelece critérios para restrições de geração e que está para ser finalizada – não é, Júlio? – nos próximos dias. Está com a... A Diretora Agnes é a Relatora, não é?

O SR. JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ – Sim.

O SR. MARCIO REA – O ONS também vem buscando soluções para o tema. Já foram implementados aprimoramentos nos Sistemas Especiais de Proteção, os SEPs, possibilitando o aumento de 1 mil megas de escoamento de energia no Nordeste para o Sudeste, aproveitando ainda mais a energia renovável daquela região.

Também foi reconhecido, em caráter estratégico, a instalação de compensadores síncronos em subestações do Rio Grande do Norte e do Ceará, além da adoção de metodologia que visa equilibrar o volume de cortes promovidos dentro de uma única região, mesma região.

Quero reafirmar que o *curtailment* é um mecanismo de operação do sistema e que sua evolução precisa caminhar junto com os novos instrumentos regulatórios e tecnológicos. O que o ONS mantém é o compromisso de atuar de forma transparente, colaborativa e responsável, sempre em benefício da segurança do sistema, em pleno atendimento à sociedade.

Eu estive, há um mês, dois meses atrás, na China. Fui conhecer os sistemas de armazenamento de baterias deles, o que eles têm de inovação. Eles estão bem adiantados nessa questão, né? E a gente está fazendo alguns trabalhos, alguns testes, alguns modelos para tentar trazer essa tecnologia para cá. O Ministério de Energia está finalizando um leilão para bateria, também o LRCap, né? Isso vai ajudar um pouco. Mas o que me preocupa, eu sempre faço uma analogia... Eu tenho um teatro. Então, nesse teatro cabem 500 pessoas sentadas. Quando eu vou abrir a sessão, eu tenho 700 pessoas fora, ou seja, eu vou colocar as 500 sentadas, com segurança, e as outras 200 não vão poder entrar. Só que aí, pela porta de trás do teatro, entram 300 pessoas de que eu não tenho esse controle. Então, isso causa esse problema que a gente está tendo.

E assim, eu tenho falado muito, conversado muito com os nossos operadores, e cada dia é uma missão diferente, né? O Pedrosa e o Mário conhecem também como é que funciona o ritmo de uma sala de operação, né? E o que a gente está tentando evitar é ter um colapso no sistema. Não adianta a gente ter energia sobrando e essa energia acabar complicando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação do sistema, porque o nosso compromisso é manter o sistema sem ter risco de ter um apagão. Então, essa é a minha missão, e a gente está trabalhando para isso.

Eu vou passar aqui a palavra para o Zucarato, se o senhor me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. MARCIO REA – O Zucarato vai fazer... o Zucarato é o nosso Diretor de Planejamento. Ele está no segundo mandato dele aqui no ONS, e ele fez uma apresentação mostrando tecnicamente os riscos e o que está acontecendo hoje no setor.

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO (Para expor.) – Obrigado, Diretor Marcio. Obrigado, Senador Rogério, pela oportunidade, demais Senadoras e Senadores e convidados. É uma satisfação trazer alguns esclarecimentos aqui para esta Comissão.

Eu acho que começo a minha fala caracterizando que o corte de geração tem duas grandes origens, né? Uma delas decorre do tamanho da região de segurança. Então, eu costumo dizer que o ONS, para garantir a sua operação segura, precisa fazer uma conta e assegurar que toda a operação corra dentro de um cercadinho, onde o sistema não vai cair. Isso não dá para fazer em tempo real, a gente faz antes. Então, a gente fica estudando num simulador, estressando o sistema numa geração. Quando o sistema capota, você bota um guarda-corpo e fala o seguinte: não pode passar dali. Você faz isso para todas as direções, isso gera região de segurança.

O episódio de 15 de agosto, quando nós tivemos um *blackout*, mostrou que a resposta que a gente achava que tinha em campo não era daquilo ali. Isso encolheu a região de segurança da noite para o dia, o que fez com que os cortes aumentassem da noite para o dia também.

O outro aspecto é justamente uma matriz elétrica que cresce de forma diferente da carga, e num ritmo maior. Aí, Sr. Senador, a expressão "quem vai pagar o pato" é muito propícia, porque na verdade o grande problema é a curva do pato, em que basicamente a carga líquida ao longo do dia tem uma diminuição e uma ponta lá de noite. E esse pato está engordando e ficando mais pescoçudo. E, quando a barriga do pato encosta no chão, esse pato para de andar. Então, nos episódios comentados pelo Júlio ao longo deste ano, nós tangenciamos a barriga do pato raspando no chão.

Tem um breve histórico do que eu comentei aqui a respeito desse importante fenômeno aí da perturbação, de nós descobrirmos que a região de segurança era menor do que a gente imaginava, mas é importante relatar que, de lá para cá, em cinco anos, nós saímos de 16GW de geração eólica e fotovoltaica centralizada e chegamos a 40GW, tendo mais 20GW a caminho. No meio desse processo, nós fizemos a maior licitação de transmissão comandada pelo poder concedente, operacionalizada pela Aneel, de R$60 bilhões de ativos de transmissão que estão chegando, só que no meio do caminho houve, então, esse encolhimento da região de segurança e a participação cada vez mais maciça de fontes como, em particular, a solar que entra num determinado horário do dia e desaparece com a carga, seja centralizada, seja distribuída, que é o corte por falta de carga. Então, eu vou pular o eslaide que mostra o problema do apagão e vou mostrar como algumas coisas já evoluíram em relação à capacidade de transmissão.

Cada barrinha dessa conta o limite de transmissão em determinado instante de tempo. Eu vou pegar o terceiro bloco de barrinhas, EXPNE, que é a exportação total do Nordeste. A primeira barrinha de 13 mil megawatts era a capacidade de exportação do Nordeste antes do apagão. Depois do apagão, a gente teve que fazer uma restrição a 8 mil megawatts para entender o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu e operar de forma mais segura. Quando conseguimos dar uma calibrada no simulador, a gente começou a subir; entramos com mais ativos de transmissão e hoje nós estamos operando num patamar já superior ao anterior do apagão. Isso é importante destacar, porque, mesmo que a gente tivesse transmissão infinita, não resolveria o problema do *curtailment*, pois houve uma questão pontual onde a transmissão fez muita diferença no corte, mas o sistema está em migração, e a predominância futura é que esse corte seja muito mais provocado por falta de carga do que por falta de transmissão.

E é justamente isso que eu pretendo mostrar neste próximo eslaide. O ministério solicitou que a gente fizesse, na medida do possível, um exercício de projeção disso, com uma série de simplificações, basicamente imaginando que 5 anos à frente, em 2029, chovesse e fizesse o vento e o sol de cada uma das 8.760 horas do ano de 2024. A gente tentou estimar o quanto cabia na transmissão e o quanto caberia na carga neste ano de 2029. Os resultados estão aqui. Eu quero chamar a atenção para a figurinha no canto inferior esquerdo. Cada bloco desse representa um pedaço das 24 horas do dia: a madrugada, de 0h às 6h; no extremo direito inferior, a noite, de 18h às 23h; no...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – ... canto superior direito, é a ponta do dia, quando o sol começa a subir e começa a ir embora; e o que chama a atenção é o miolo do dia, quando você tem o sol produzindo mais geração solar. Então, se a gente levar em consideração a oferta que a gente chama de PMO, aquelas ofertas que têm alguma viabilidade de construção verificada pela fiscalização da Aneel e aprovada no comitê de monitoramento, a gente projetou que em 47%... Cada bolinha dessa é um dia do ano... É uma hora de cada dia do ano nesse intervalo. Em 47% das observações, a gente percebe que vai ter algum tipo de corte; em 47% do tempo das horas diurnas, vai ter algum tipo de corte. E esse corte pode alcançar até 25 mil megawatts, que é a escala da curva da esquerda.

Se, além dessa geração considerada mais viável, forem acrescentados 20GW de outras usinas que não têm essa viabilidade, mas que têm contrato de uso com o sistema de transmissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – ... a situação fica um pouquinho mais complexa. A violação de capacidade de escoamento dessa geração atinge 84% das horas diurnas com volume de corte que pode chegar a 40 mil megawatts em algumas horas, ao longo desse ano – a gente fez essa prospecção.

Colocando isso em resumo, basicamente, cada barrinha azul dessa representa a geração eólica, e a barrinha amarela representa a geração solar. O que está sólido é o corte energético e o que está hachurado é o corte por razões elétricas. Então, observem que há uma predominância significativa do corte energético, né? A questão, o problema é a barriga do pato.

Em média, com essa oferta considerada de maior viabilidade, a gente está falando de cortes de 5% da geração eólica e de 10% da geração solar centralizada. Se a gente acrescentar os 20GW de usinas que têm contrato de uso da transmissão assinado mas não estão classificadas com viabilidade, o problema dobra de tamanho: mantém-se a permanência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restrição energética perante a restrição elétrica, mas os cortes ali vão para 10% para eólica e 20% para geração solar centralizada.

Também foi solicitado que a gente fizesse uma avaliação: se a gente pegar toda a geração do Brasil, independentemente de ela ser centralizada ou estar no telhado de um consumidor, e redistribuir esses cortes, como é que ela ficaria? Então, para terminar a apresentação, o que foi feito foi isso: na *pizza* de cima é aquele cenário de expansão com as usinas mais viáveis; à esquerda, o cenário atual. Esse corte de mil megawatt médio é mais ou menos dividido, metade para solar, metade para eólica. Se a gente incluir toda a geração que não faz parte do perímetro centralizado, que é a geração distribuída de maior porte, a mini e a microgeração distribuída, elas responderiam por 58% do rateio desse corte, porque elas estão fora. Se a gente for para aquela outra base que leva em consideração esses 20GW de usina que não são tão viáveis centralizadas, o problema muda de dimensão: ele triplica do ponto de vista de corte, para 3GW médio; tem muito mais corte solar centralizado do que eólico, porque boa parte dessa expansão é de geração solar centralizada; e, quando a gente faz esse rateio com a geração distribuída de maior e de menor porte, mais ou menos metade seria rateada pela geração distribuída de maior e menor porte, e um quarto, mais ou menos, ali entre geração eólica centralizada e solar centralizada.

Então, basicamente, aqui encerro essa explicação, um pouquinho, do porquê que nós chegamos nesse ponto e das perspectivas que a gente tem em relação aos cortes, para dizer que o problema, como bem falou o Dr. Júlio, é de natureza física, é uma questão basicamente envolvendo a física do problema, e a solução não é simples porque, para a gente acomodar a física do problema, a gente precisa de investimentos adequados para que essa matriz elétrica evolua adequadamente e assegurar também que haja o tempo suficiente para essa carga crescer.

Se me permite um rápido registro, Sr. Senador, como um técnico que vem aqui prestar alguns esclarecimentos, meu trabalho de doutorado foi motivado por um artigo, que já tem seus quase 30 anos, que falava sobre investimentos em ativos de geração. O resumo do artigo, que chamou muito a minha atenção, é que, ao longo de um período de tempo, por exemplo, dez anos, a quantidade de investimento tem que ser proporcional à economia do país, à carga... Se o investimento for muito acelerado, ele vai passar por um período de desaceleração depois, porque a integral do investimento tem que ser aquela. Então, ele basicamente descreve que, a cada ciclo de euforia de investimentos, a gente vai passar por um ciclo de depressão de investimentos, porque o somatório dos investimentos ao longo do tempo está envelopado pelo crescimento econômico e demográfico de um país.

Então, basicamente, nós passamos por um período de euforia de investimentos, como o Júlio já falou, pelo sucesso de uma série de políticas públicas que trouxeram esse incentivo, e agora a gente está do outro lado da balança, nessa fase em que os sinais econômicos estão dizendo: "Ó, esses investimentos precisam ser recolhidos, a despeito dos incentivos econômicos".

Por outros caminhos que não seriam os sinais econômicos tradicionais, o setor elétrico está gritando, dizendo: "Precisamos de um tempo, para conseguir reacomodar essa matriz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elétrica, com outras características de ativos, para ajudar a atender ao desafio dessa carga num momento de transição energética".

Agradeço a oportunidade das explicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a apresentação feita e as observações todas e aproveito para sublinhar: o que o Operador traz aqui, além de tudo, é um alerta sobre algo que, em razão do que aconteceu no passado, se verifica para frente, sobre a questão da necessidade de potência nos próximos anos.

O que gerou, de forma muito objetiva, a queda do Nordeste foi...

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO (*Fora do microfone*.) – Em Quixadá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quixadá.

O que é que foi apurado, com relação à queda do sistema naquele momento?

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – O blecaute de 2023?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – Exatamente.

A gente se utiliza de dissimulares para calcular essa região de segurança, para operar dentro dela. Os nossos simuladores estavam alimentados com modelos enviados pelos agentes, que performavam melhor que no campo – a resposta, em campo, era aquém do que tinha no modelo.

Então, nós desenhamos uma região de segurança desse tamanho, tivemos uma perda simples, caiu uma linha, Quixadá-Fortaleza, que não deveria acontecer absolutamente nada, só que a região de segurança real era menor do que a região de segurança que a gente tinha desenhado.

A apresentação, tinha um eslaide que responde exatamente à sua pergunta. Se tiver condição de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu estou perguntando sobre o que aconteceu lá atrás para poder determinar se isso é uma questão resolvida ou se essa questão ainda é um fantasma a ser enfrentado.

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – A questão dos modelos não está 100% resolvida, mas está mitigada. Nós não conseguimos validar todos os modelos que nós recebemos para trabalhar com os nossos simuladores, mas conseguimos, por meio da observação daquele dia e de outras capacidades de observabilidade que nós temos, calibrar o nosso simulador, os dados de entrada do simulador, para não incorrer mais na situação de 15 de agosto de 2023.

O ideal seria ter validado exatamente o que está em campo, e a responsabilidade é dos agentes. O que a gente fez foi intervir na base de dados e fazer um ajuste nessa base de dados.

Enquanto a gente ainda não consegue ter 100% da validação, a gente interveio na base de dados, para assegurar que ela represente, mais fidedignamente, o que a gente acredita que está em campo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Agradeço a V. Sa. pelo esclarecimento.

Passo a palavra à Dra. Marisete Pereira, Diretora-Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARISETE PEREIRA (Para expor.) – Bom dia, Presidente, Senador Marcos Rogério. Inicialmente, em sua pessoa, quero cumprimentar a todos os Senadores aqui presentes e que estão nos assistindo.

Cumprimento os nossos colegas aqui das associações e demais.

E quero parabenizá-lo por esta oportunidade de a gente fazer uma discussão de um tema que é o tema do momento. Isso se discute todo dia, no Executivo, no Legislativo, nos bancos financiadores... Ou seja: é um tema que, de fato, tem trazido aí grandes preocupações.

Mas, como meus colegas que me antecederam, tanto o Júlio, o Márcio Rea, como o Zucarato colocaram muito bem, Presidente, o problema que nós estamos enfrentando é um problema de expansão da nossa matriz. O que está acontecendo? A expansão da nossa matriz não está mais sendo expandida de acordo com os recursos de que o sistema precisa, ou seja, esse desarranjo dessa expansão tem provocado esse *constrained-off*, esse corte de geração.

E eu...

Espera aí. Não está indo? Deixe-me ver. Está.

E o que, talvez... Eu não quero ser repetitiva, vou ser muito rápida. Eu acho que... Quais são os fatos de fato? Como os meus colegas já comentaram, essa expansão da matriz vem sendo realizada com uma geração não controlável. Isso tem trazido o desequilíbrio entre a oferta e a demanda, agravado pela localização, especialmente, dessa geração não controlável, que fica distante do centro de carga.

Portanto, para trazer essa energia para o centro de carga, eu tenho que fazer vultosos investimentos nas redes de transmissão. E, para os senhores terem ideia, esse custo hoje desse sistema de transmissão, nos últimos dez anos, já cresceu mais do que a inflação.

Então, mesmo que estejamos trazendo essa energia para o centro de carga, ampliando o nosso sistema de transmissão, esse corte de geração, se nós não olharmos de maneira responsável a expansão da nossa matriz, essa questão do corte vai continuar existindo por muitos anos.

E o que está acontecendo com essa expansão que não tem aderência a essa necessidade dessa oferta, aliás, dessa demanda? Obviamente, é a falta de capacidade e flexibilidade de serviços ancilares. E quem pode, de fato, prover o sistema com esses recursos? São as fontes firmes, como as hidrelétricas, as térmicas flexíveis e a própria nuclear.

Essas fontes não controláveis só agregam ao sistema energia. Portanto, esse excesso de oferta está trazendo, obviamente, esse corte de geração.

E, somado a tudo isso, essa expansão fenomenal aí que aconteceu da geração distribuída, que terminou alterando o padrão da geração e trazendo os problemas, esses que o ONS e a própria Aneel têm indicado, dos riscos em relação à segurança energética.

E o que está acontecendo? Obviamente, o excesso de oferta nas hidrelétricas tem sido muito agravado, porque as hidrelétricas, em maior volume, são as primeiras a serem cortadas.

Portanto, esse corte como o vertimento turbinável tem trazido aí prejuízos não só para os investidores, os geradores, mas também para os consumidores.

Resumindo isso, como o senhor bem pontuou, onde está o recurso potência? Nós estamos enfrentando aí um déficit de potência que tem sido indicado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARISETE PEREIRA – ... tanto pela empresa de pesquisa energética quanto pelo ONS muito assustador. Pela EPE, o indicativo para 2026 é em torno de 5GW de necessidade de potência. E o PEN indica, para 2030, uma necessidade de 10GW, chegando, em 2035, a 35GW.

E é isso que eu coloquei. O nosso problema central está na forma como a expansão vem acontecendo.

Quando nós olhamos o ano de 2010, nós tínhamos recursos por geração hidrelétrica, de capacidade instalada, que representavam 71% da totalidade dos nossos recursos. Em 2024, esse número caiu para 46%. Quando a gente olha aquelas fontes que, de fato, são fontes firmes, que dão lastro para gerar energia 24 horas por dia, sete dias por semana, eu tenho aí um somatório, um lastro de – deixe-me só... – 32% entre as fontes intermitentes e as fontes firmes. Então, ainda em 2024, eu tinha esse lastro. Quando eu vou para 2034 e a geração hidrelétrica cai para 36%, a térmica cai para 12%, esse meu lastro é de apenas 14%.

Então, vejam o risco que a gente vem enfrentando em relação a essa expansão, que eu digo: é uma expansão desordenada, uma expansão que não está conectada com a nossa necessidade de recursos, de fato, da nossa matriz.

Aqui, o impacto do *curtailment*, como o Zucarato colocou: quando eu olho das 7h da manhã às 15h da tarde...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARISETE PEREIRA – ... eu tenho uma abundância de geração, tanto fotovoltaica como geração distribuída. E o que acontece? A partir dali, é a tal curva do pato ou a rampa que as hidrelétricas e as térmicas diariamente têm que disponibilizar para o sistema. Isso representa algo da ordem de 40GWh diários, e isso tem... Vai chegar um momento em que não haverá mais condições de essa rampa ser, de fato, atendida. E o que isso representa? Uma necessidade urgente de se colocar recursos de flexibilidade no sistema.

Em relação aos impactos do *curtailment*, só um resumo geral: nós fizemos um estudo, a PSR e a RegE, que mostrou que, entre 2022 e 2024, foram cortados 98TWh, dos quais 86% só das hidrelétricas, ou seja, de vertimento turbinável. Isso traz prejuízo para os consumidores – nesse período, os consumidores tiveram prejuízo da ordem de R$516 milhões, em média, por ano – e para os estados e municípios, que deixaram de arrecadar Cfurh de R$155 milhões; ou seja, há urgentemente uma necessidade de se ordenar esses cortes para que o ONS possa ter uma maior otimização em relação aos recursos que ele tem disponíveis para atender a segurança, atender o sistema.

Quando eu olho aqui a questão da audiência pública que a Aneel...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARISETE PEREIRA – É a terceira fase, é a CP 45, de que o Júlio já comentou. O que acontece? Aqui fica claro que, se a gente não colocar a micro e minigeração distribuída também para fazer parte desse rateio, porque ela... Ou seja, ela é parte da causa, ela tem que fazer parte da solução. Se isso fosse possível, a gente poderia redistribuir esses cortes aí representando 19%.

Finalizando, Presidente, o que a gente traz aqui como reflexão para a gente poder, de fato, minimamente atacar esse problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu acho que é finalizar essa audiência pública da Aneel, que já está em fase de conclusão; a Diretora Relatora é a Agnes. Isso possibilitaria uma melhor distribuição nesses cortes.

A questão da exportação de energia, quando você tem aí o período úmido, poder exportar para os países vizinhos, o Uruguai e a Argentina, esse excedente de geração; a redução da inflexibilidade térmica, que o Ministério de Minas e Energia já endereçou, por meio desta portaria do ministério, a 115, de 2025; e, gente, a tecnologia de armazenamento.

A tecnologia de armazenamento, Marcio Rea e Presidente, não é só das baterias. A tecnologia de armazenamento precisa também ser uma tecnologia de longo prazo, de maior período de duração. As baterias e as de armazenamento hidráulico são complementares. As baterias, eu consigo armazenar num período de quatro a oito horas. As de sistemas de armazenamento hidráulico, de oito a semanas. E a China, gente, já investiu nisso, aliás, está investindo mais de 90 gigas, e no mundo, quando a gente olha o que já foi investido em sistemas de armazenamento hidráulico, já foram mais de 190 gigas. Então, o Brasil, que tem 110 gigas de usinas existentes, não pode abrir mão de uma tecnologia de longo prazo. O Brasil tem que usar bateria para curto e médio prazo, e de longo prazo ao próprio sistema de armazenamento hidráulico, né?

E outra: eu acho que a questão da eletrificação é aqui o que o Júlio colocou – é a gente, de fato, ter preços e tarifas com sinais de preços corretos, né? É isso.

E finalizando, Presidente, o que nós imaginamos aqui, o que nós traríamos como reflexão, como medidas aí para a questão do *curtailment*? Priorizar o tratamento do vertimento turbinável, que traz prejuízo, principalmente para os consumidores; valorizar a geração hidrelétrica por seus benefícios ao consumidor e segurança do sistema; incluir a micro e a minigeração na solução, já que também integra o problema; reequilibrar oferta e demanda de forma coordenada e estrutural sob a perspectiva da matriz, que eu falei anteriormente; otimizar o uso de todas as fontes, fomentando a competição e a segurança do sistema; alinhar a formação de preços à realidade da operação, com sinais econômicos eficientes e remuneração adequada para os serviços prestados; e tratar os efeitos dos cortes já realizados (passado), mas desenvolver solução para evitar seu agravamento (futuro).

Só assim a gente consegue, de fato, encaminhar esse problema, para o qual eu acho que está sendo muito oportuna aqui a discussão.

Muito obrigada.

E desculpe-me, Presidente, porque eu passei do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dra. Marisete, pela explanação que faz.

Eu acho que nós vamos ter que, um pouco mais à frente, aprovar um novo requerimento aqui para reabrir uma nova audiência pública para discutir com mais profundidade alguns aspectos que a gente vai identificando na discussão aqui. Nós estamos falando aqui hoje de forma geral sobre o problema do *curtailment*, que eu acho que é o assunto que está na mesa, na antessala de todo mundo aqui, mas nós estamos diante de um cenário desafiador, porque aquilo que é uma vantagem hoje me parece, a cada fala que eu ouço, ser um problema logo à frente. Porque agora há pouco o Diretor Zucarato falou aqui – e ele usou de um eufemismo para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dar uma envernizada – no que aconteceu de fato e que colapsou o sistema: informação errada ou dado errado gerou o que gerou lá atrás.

Mas aquilo que representa hoje o avanço de algumas fontes de geração, no sistema que nós temos hoje, passa a ser um desafio. Como é que você equaliza isso tudo se você não tem uma energia firme? Você não tem um sistema de ancoragem no Brasil. Bateria pode ser uma solução? Ela pode representar uma solução. Mas ela é uma solução estruturada no tempo?

Então, eu acho que nós vamos ter que voltar ao assunto. E aí, eu prometo, faço um compromisso aqui, e pedindo perdão aos meus colegas Senadores: nós vamos ter que fazer aqui mais audiência pública, mais três ou quatro, e aí dando tempo para fazer o debate, para depois fazer o enfrentamento, com questionamentos técnicos, para a gente poder aprofundar, senão a gente fica apenas no superficial e o problema vai continuar nos atormentando a todos.

Com a palavra, Dr. Luiz Eduardo Barata, Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, que participará remotamente em razão do que nós já anunciamos agora há pouco, do problema de voo.

Tem a palavra Luiz Barata. Bem-vindo à Comissão de Infraestrutura. Obrigado pela paciência de nos aguardar.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcos Rogério. Muito obrigado por ter aberto essa excepcionalidade de participação remota. De fato, eu cheguei ao Aeroporto Santos Dumont às 15 para as 5h, e, por um problema havido nessa madrugada, o nosso voo foi cancelado e não pudemos participar presencialmente, como era nosso objetivo.

Bom, inicialmente, eu queria rapidamente falar sobre a Frente Nacional dos Consumidores de Energia: ela foi constituída ou criada em 2022 a partir da percepção, pelas instituições que defendiam os interesses dos consumidores, da necessidade de uma atuação conjunta para que nós pudéssemos aumentar o protagonismo do consumidor.

O que nós temos visto – e eu tenho quase 50 anos de experiência no setor... O setor elétrico brasileiro sempre foi reconhecido no mundo inteiro como um setor de excelência, muito bem administrado, bem expandido, mas o que a gente tem que reconhecer é que o consumidor de energia, que no final das contas é o pagador da conta, tem uma participação sempre muito, eu diria, finalística – ele só participa na hora de pagar a conta. O que nós pretendemos, lá em agosto de 2022, ao criar a Frente Nacional dos Consumidores de Energia, foi mudar um pouco esse quadro e dizer: "nós queremos participar efetivamente dos desígnios do setor", que, como eu disse, teve uma expansão, um funcionamento muito elogiado em nível mundial, mas que recentemente tem apresentado uma série enorme de problemas, Senador.

Veja, neste momento agora, nós focalizamos a questão do *curtailment*, que foi muito bem apresentada pelo Júlio, pelo Dr. Marcio Rea, pelo Zucarato, e nós compreendemos claramente o que está acontecendo. E aí, eu diria o seguinte: o que está acontecendo é fruto de coisas boas, coisas positivas que nós fizemos ao longo dos últimos anos. Mas nós nos esquecemos apenas de uma coisa: que o arcabouço setorial, o modelo setorial que temos hoje no Brasil – e que nos permite planejar, operar, comercializar – está preparado para uma configuração completamente diferente da que nós temos hoje, absolutamente. E isso não aconteceu hoje, isso vem acontecendo ao longo do tempo. Então, se nós olharmos de quem é a culpa, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente é de todo mundo ou de ninguém, porque tudo foi feito segundo regras que estão estabelecidas. O problema todo é que essas regras não estão em sintonia com a realidade que nós temos hoje.

Então agora sobre a questão do *curtailment*. O Júlio foi muito claro quando ele disse: o crescimento da expansão se deveu a uma série de subsídios ou incentivos que nós viemos a dar. E quem foi que pagou esses subsídios e esses incentivos? Foram os consumidores de energia no Brasil. E aí é importante mencionar, consumidores regulados e consumidores livres.

Neste momento agora, pelo excesso de geração que se tem, é necessário cortar a geração. *Curtailment* é um nome anglicanizado, mas é isto que está se fazendo mesmo, corte de geração. E quem é que se imagina que será chamado a pagar por esses cortes de geração? O consumidor? Nós não podemos concordar com isso. Então esse é o primeiro ponto que eu gostaria de colocar nesta audiência pública. Nós, consumidores de energia, somos absolutamente, totalmente contrários a que os custos do *curtailment*, do *constraint-off* ou dos cortes de geração sejam imputados aos consumidores de energia. O Brasil tem condições de ter um dos custos menores de energia no mundo. E não é isso que nós percebemos.

Então, a primeira questão é essa. Até porque é um problema que não se resolve com o pagamento desses custos que hoje se estimam em R$5 bilhões. Esse é um problema que vai continuar aumentando. E essa é a nossa grande preocupação. A questão conjuntural se resolveria, não bota isso na conta dos consumidores, mas a questão estrutural não se resolve. A questão estrutural não se resolve porque ela só virá com uma reforma estrutural, abrangente, do modelo que nós temos hoje. Caso contrário, obviamente os investidores vão continuar instalando seus geradores onde é mais barato, onde é melhor para eles; a carga vai se instalar onde é melhor para a carga. Então, se não houver uma enorme conciliação de todas as partes do setor – desde a produção, passando pela transmissão, pela distribuição e pelo consumo –, a conta irá para alguém pagar. E nós, consumidores, entendemos claramente que não devemos pagar nem mais um tostão dessa conta.

Senador, no primeiro momento, é esse o comentário que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, pela participação, Dr. Luiz Eduardo Barata, representando aqui a Frente Nacional dos Consumidores de Energia.

Asseguro a palavra ao Dr. Lourenço Henrique Moretto, Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

O SR. LOURENÇO HENRIQUE MORETTO (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a S. Exa., Senador Marcos Rogério, pelo convite e pela recepção, pois sempre nos recebe enquanto instituto nas demandas de energia.

Bom, em primeiro lugar, acho que muitos dos meus colegas que me antecederam já expuseram as razões do *curtailment*, mas a principal delas, como disse o Zucarato, é a questão do descasamento da oferta e da carga. A gente tem uma oferta de uma sobreoferta de energia em certos horários do dia – é importante lembrar isso, né?, não é uma sobreoferta em todo o tempo, é uma sobreoferta em certos horários, que, geralmente, a depender da área de concessão, claro, coincide com os períodos de insolação e tem um período de pico ali em torno das 6h até às 9h da noite. Claro que, como disse, varia de... E o que o ONS tem sido demandado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– está aqui o ONS para não me deixar mentir – é pela flexibilidade, que o sistema tenha flexibilidade operativa de fontes despacháveis. O problema é que muito da expansão que foi pensada nos últimos anos é de fontes intermitentes, principalmente renováveis intermitentes, que não têm essa flexibilidade operativa, não têm despachabilidade. E isso gera um problema porque você não consegue manusear adequadamente essa geração, despachar essa geração quando ela é necessária.

Então, um dos problemas decorrentes disso é o *curtailment*, porque você não tem que fazer a não ser cortar nesses períodos de descontrole da malha. E muito disso vem em decorrência de muitos *lobbies* setoriais que vêm a esta Casa, a todo e qualquer projeto de lei, tentar enfiar mais subsídios, mais reservas de mercado, criando ineficiências no sistema, térmicas inflexíveis, subsídio à geração distribuída, desconto no fio para geração incentivada. Então, tudo isso acabou por chegar a essa situação em que nós estamos hoje, de um extrapolamento total do sistema, em que se discute agora quem deve pagar. E, na maioria das vezes, muitas das associações aqui presentes defendem que tem que ser o consumidor, e não tem que ser o consumidor.

Como advogado, sou advogado de formação, a gente tem um princípio no direito que é: quem dá causa tem que responder pelo dano. Quem deu causa aos cortes não foi o consumidor, senhoras e senhores – quem deu causa não foi o consumidor. Esse descasamento de carga e oferta não foi o consumidor que causou. E tem mais uma questão, que é a questão do risco da atividade econômica: toda atividade econômica tem risco. Atividade econômica sem risco não é capitalismo, senhoras e senhores. Se a gente quiser mudar o sistema, então é outro sistema. Então, toda atividade econômica tem risco.

Agora, se calcularam errado, se fizeram cálculos errados, na faculdade de direito a gente aprende que o empresário tem um agir racional, e pressupõe-se que ele faz cálculos. E esses cálculos, se errados, têm que sofrer o prejuízo. Agora, se geradoras fizeram um cálculo errado e estão tendo cortes de geração – claro, com exceção da parte da razão externa, que é aquela que já é ressarcida hoje –, esses cortes não devem ser ressarcidos pelo consumidor, porque, primeiro, não é ele que dá causa e não é ele que causa. Então, a questão é que quem causa o risco, quem assume o risco tem que responder pelos prejuízos desse risco.

Então, há algumas soluções possíveis hoje para isso, acho que algumas delas já foram mencionadas aqui, como as soluções de armazenamento. E armazenamento aqui a gente diz não é só bateria, podem ser soluções relacionadas à reversibilidade de hidrelétricas. O Brasil tem hoje um parque hidrelétrico invejável no mundo inteiro e pode ter uma capacidade aí de um leilão de reversibilidade, para poder incentivar que haja uma política de armazenamento.

A ampliação de reservatórios, baterias em sentido estrito. E as baterias aí podem ter usos variados, podem ter uso no próprio sistema de transmissão, usos na geração, usos na própria estabilização ali do sistema. Então, são variados os usos possíveis. E fora que há outras soluções que devem ser incentivadas para o próprio consumidor, resposta da demanda. Então, são soluções possíveis que podem trazer aí possibilidades de como a gente resolver esse problema.

E uma outra solução também é que a gente ainda tem no Brasil sistemas isolados. Enquanto alguns lugares têm uma sobreoferta de energia, outros lugares têm uma falta de energia. Então, a gente tem sistemas isolados hoje que estão majoritariamente situados na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia Legal, nos estados da Amazônia Legal, e que são causa de uma energia muito cara para esses consumidores, uma das energias mais caras do Brasil. Acho que, se não me engano, o Pará hoje tem a energia mais cara do Brasil – o Estado do Pará. E essa interligação pode auxiliar nesse processo de você aumentar a demanda pelo suprimento onde há hoje um escoamento reduzido ou uma falta total de interligação com o sistema interligado nacional. Então, esse é um ponto também que precisa ser levado em consideração.

Bom, aí eu volto, senhoras e senhores, para uma questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LOURENÇO HENRIQUE MORETTO – ... qual é a razão de ser do sistema elétrico? Qual é a razão de existir o sistema elétrico? Atender o consumidor, concordam? Atender um serviço essencial que é a energia, dar dignidade às pessoas, para elas poderem fazer suas atividades, dar condições às atividades econômicas. Isso é o porquê de existir do sistema elétrico. A gente se esqueceu disso no Brasil, se esqueceu de qual que é a razão principal do setor elétrico, porque, passa dia e mais dia, e qualquer projeto vem aqui, com outras organizações setoriais, para pedir mais um pedacinho da conta para eles, mais uma reserva de mercado aqui, mais um subsídio acolá. Aí vêm térmicas inflexíveis, carvão, geração distribuída, etc. A gente precisa criar uma lógica de eficiência do sistema e não de completa ineficiência, em que ele está inserido hoje, senhoras e senhores. O setor elétrico não pode ser essa colcha de retalhos que ele é hoje.

Então, qual é a razão de ser? Atender ao consumidor. O que passa a ser hoje é um cenário de total disputa, na verdade, de quem vai tirar mais do consumidor, não é para atender ao consumidor. Em qualquer setor econômico, busca-se maximizar a experiência do consumidor, busca-se dar eficiência. Os concorrentes disputam para dar um serviço melhor para o consumidor. No setor elétrico, isso não acontece. A energia é cada vez pior e cada vez mais cara. Disputa-se para tirar do consumidor e não para entregar uma energia eficiente, uma eficiência, uma qualidade do serviço.

Encerro a minha fala para dizer isto, senhoras e senhores: a gente tem que mudar a lógica do sistema urgentemente, porque, na situação que está, os consumidores já não aguentam mais, as pessoas estão endividadas. E não só... Tem estados da Federação em que as atividades econômicas não se desenvolvem pelo preço da energia. Então, a gente tem que pensar uma solução global, pelo fim desta questão de só ficar colocando na conta do consumidor todo e qualquer custo.

A gente é terminantemente contra, como já disse o Barata aqui na fala anterior, qualquer imposição de corte de geração na conta do consumidor. O consumidor não aguenta mais pagar conta na altura em que está. Energia não é mercadoria de luxo.

Encerro aqui minha palavra e agradeço, mais uma vez, ao Senador Marcos Rogério.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Lourenço Henrique Moreto, que falou pelo Idec.

Na sequência, com a palavra, Frederico de Araújo Teles, Diretor do Departamento de Políticas Setoriais do Ministério de Minas e Energia.

O SR. FREDERICO DE ARAÚJO TELES (Para expor.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Marcos Rogério o convite realizado ao Ministério de Minas e Energia.

Eu vou tentar falar aqui rapidamente. Acho que os expositores anteriores já colocaram que a gente precisa de uma solução estrutural que olhe para a frente, mas a gente vai demonstrar aqui na nossa fala que o Ministério de Minas e Energia e as suas vinculadas não estão parados, estão trabalhando.

O ONS teve a oportunidade de falar, a Aneel teve a oportunidade de falar, mas as EPEs também estão colaborando com o MME, em busca não da solução final, não da bala de prata, como todos gostariam, mas de uma solução intermediária que trata vários problemas que foram levantados.

Então, com esse espírito, depois do dia 15 de agosto de 2023, quando teve o apagão do Nordeste, o ministério, junto com as suas vinculadas, avaliou qual seria o momento propício – isso foi em março de 2025 – para que fosse feito um grupo de trabalho, e mais de duas dezenas de frentes foram abertas para que a gente pudesse tratar os cortes de geração naquela época.

O problema dos cortes de geração é que eles aumentaram muito; eram valores menores e hoje estão, em algumas empresas, na ordem de 30%, 40%. Nessas frentes de trabalho, o ministério trabalhou com a parte de diagnóstico. Então, o ONS fez o diagnóstico e as perspectivas desses cortes de geração.

E estão em andamento no ONS também o *status* das providências desse RAP do dia 15 de agosto, os possíveis encaminhamentos e a evolução dos limites de transmissão dos cortes dos eventos pós-15 de agosto também – quais são as obras e os modelos dos geradores, que foi um problema citado pelo Zucarato. Na questão ainda do diagnóstico, a CCEE e a Aneel estão avaliando o *status* dos ressarcimentos contratuais e das ações judiciais, porque tem uma ação judicial de algumas associações que estão, inclusive, no STJ, e a avaliação dos sinais econômicos, o preço e a tarifa, que foi uma questão citada pela Marisete, para o consumo do excedente de geração renovável. Então, a CCEE e a Aneel estão fazendo esses estudos relacionados ao diagnóstico.

As outras quatro frentes de trabalho de que eu também vou falar aqui foram questões com soluções regulatórias, operacionais, de planejamento e de política pública. Com relação às soluções regulatórias, a Aneel já realizou uma análise sobre a reclassificação dos cortes por confiabilidade para indisponibilidade externa, por eventos de atraso da transmissão, e ela está dando andamento a duas coisas. Uma que tem uma relevância muito grande é a terceira fase da CP 45, que é aquela que vai fazer a definição e o ordenamento dos rateios dos cortes, que todo mundo entende que é importante. E a segunda que está em andamento é a regulamentação do *constrained-off* de hidrelétricas, também citado pela Marisete, que deve ser finalizada até metade do ano que vem. Então, essas são as partes regulatórias que estão finalizadas ou em andamento na Aneel.

Com relação às soluções operacionais, foram feitos quatro eixos. O primeiro eixo dessas soluções operacionais foi relacionado à transparência das informações, com quatro ações do ONS que já foram atendidas e outra que está em andamento. Eu não vou citar pormenorizadamente quais foram essas ações, mas elas tiveram o condão de trazer à sensibilidade de todos os agentes o que eram as restrições, o que eram as inadequações e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era a política de cortes adotada pelo ONS. Então, tem três já finalizadas, a transparência de informações está maior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO DE ARAÚJO TELES – ... e uma frente ainda está em andamento.

Também teve outra frente... Outra frente, não; ainda estamos na frente de solução operacional, na questão de... um dos eixos foi de apuração de dados, que foram duas ações que são compartilhadas entre Aneel e ONS, para avaliação dos critérios de tolerância para que haja os cortes e para que haja o tratamento dos cortes. Na gestão da operação, que também envolve muito o ONS, o CMSE deu um comando para que houvesse a priorização e a antecipação de entrada de empreendimentos de operação. Esse comando foi tanto para o Ministério quanto para a Aneel, para que fosse feito um monitoramento diferenciado das instalações de transmissão que trazem energia do Nordeste, para que os cortes sejam minorados.

O ONS atendeu e fez um estudo para avaliação do risco e retorno de critérios de operação. Ele fez essa apresentação em junho, que era a questão de se o sistema poderia ser atendido em N-2 ou N-1... N-2 é quando dois elementos podem ser cortados sem que haja corte de carga, para cair para N-1, que é quando só um elemento pode ser cortado.

E, nessa questão do N-2 para o N-1, o ONS fez apresentação tanto para o CMSE quanto para os agentes, falando que não faz tanta diferença. Então, o critério de segurança que tem que ser adotado continua sendo o N-2. E foram feitas outras questões na gestão da operação.

Com relação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO DE ARAÚJO TELES – Eu vou finalizar rapidamente.

Com relação às soluções de planejamento, o ministério também entende que têm que ser feitos estudos de planejamento, participação da transmissão. E há a questão de compensadores síncronos. Dois compensadores síncronos que vão ser colocados na Região Nordeste devem ser licitados agora no final de outubro, o que deve resultar numa diminuição dos cortes. E outras questões de planejamento devem ser resolvidas no começo de 2026, que é a questão de mais expansões de transmissão a serem previstas no plano de outorgas, no Potee, avaliação de uma metodologia para análise de custo-benefício para as soluções de mitigação dos cortes de geração e identificação de melhorias para a expansão do sistema, todas essas questões sendo compartilhadas entre MME e EPE.

E, por fim – acho que este ponto aqui já foi tratado por outras pessoas que falaram antes de mim –, são as questões de soluções de política pública que o MME vê que estavam em sua alçada.

A gente tratou da questão da redução da inflexibilidade termoelétrica no âmbito da Portaria Normativa 115, que foi publicada recentemente.

A gente está tratando da questão da exportação de energia elétrica, que também pode minorar os cortes de geração. A gente enviou um ofício para o ONS, e estamos vendo como que a gente pode exportar mais para Argentina e para o Uruguai.

A gente também está avaliando ajuste nos incentivos para geração e mitigação dos riscos do *curtailment*, a gente ainda está na fase de avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na própria MP 1.300, foi aprovado um dispositivo que é referente à demanda de irrigação. Em irrigação só podia ter desconto se fosse gerada entre 21h30 e 6h da manhã do dia seguinte. Aí houve uma flexibilização disso na aprovação da MP 1.300, que traz uma forma de ter geração no mesmo horário em que tem geração e carga, para que a irrigação possa se utilizar desse benefício.

Eu tentei passar rapidamente aqui as mais de duas dezenas de ações que o ministério tem tentado... A gente conversou com várias entidades, a gente teve reuniões internas com todas as vinculadas e várias associações. Então, o ministério está tratando do problema como foi apresentado à época, e era a forma como a gente podia tratar. Várias questões já foram até citadas por outros agentes aqui. A gente segue aberto e a gente acha que, para a busca de uma solução maior, a gente precisa de uma conversa, um pensamento mais estrutural de todas as ações.

Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Frederico de Araújo Teles. Parece que esse equipamento consegue entregar uma energia firme... O compensador...

O SR. FREDERICO DE ARAÚJO TELES – Os compensadores síncronos estabilizam a... O Zucarato pode falar melhor do que eu, mas eles estabilizam...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas isso é uma solução estruturada ou é algo paliativo?

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – É uma solução estruturada. É uma máquina síncrona que provê...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em que pé está essa aquisição?

O SR. FREDERICO DE ARAÚJO TELES – A gente vai fazer licitação agora... Está prevista para 31 de outubro. A entrega é em torno de 42 meses.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele não consegue transformar uma energia intermitente em razão da natureza, mas ele entrega uma energia firme?

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – Não, ele não entrega uma energia firme, Sr. Senador; ele entrega outros atributos que são necessários para manter o sistema em condições estáveis. Então, você tem que fazer o controle de frequência, o controle de tensão e gerar energia firme, né?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – Esse equipamento consegue entregar controle de frequência....

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então ele não é uma solução.

O SR. ALEXANDRE NUNES ZUCARATO – Não, faz parte. Faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele melhora o sistema.

O SR. FREDERICO DE ARAÚJO TELES (*Fora do microfone*.) – Ele estabiliza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele estabiliza o sistema. O.k.

Agora, apenas a título... Eu vou passar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, os Senadores que estão aqui têm que ir para outras Comissões também, e na sequência eu volto às manifestações dos representantes. Mas, apenas à guisa de reflexão, a gente está falando aqui de excesso de energia e menor demanda, né? Fala-se em venda de energia para a Argentina, ouvi aqui o representante do Ministério de Minas e Energia falando agora.

Eu vou solicitar depois, na próxima audiência, na próxima sessão da Comissão de Infraestrutura, um requerimento de informação à Agência de Energia Elétrica (Aneel) e ao Operador com relação às demandas que nós temos de parecer de acesso sobre o setor de eletrointensivos, os *data centers*. O que é que nós temos de demanda? Porque são altamente, consomem um volume muito grande de energia. Como é que está sendo endereçado isso? Primeiro, qual é a demanda que nós temos? Em que pé que está? Porque me parece que tem consulta pública em andamento, parecer de acesso com dificuldade, e há um grupo de investidores querendo avançar nessa pauta, mas têm encontrado dificuldades. Isso não seria uma solução?

Outra coisa: o deslocamento da demanda. Investir nesse setor em São Paulo ou no Rio de Janeiro é muito legal, mas às vezes você está com um excesso de energia sendo gerado no Nordeste brasileiro a partir das eólicas, onde hoje você tem um problema com corte de geração, e você pode endereçar. E aí o formulador de política pública precisa ter essa leitura de Brasil para endereçar aquilo que é um problema como sendo parte da solução.

Estou apenas sublinhando isso aqui de maneira muito superficial, mas eu vou depois endereçar o requerimento – farei aos três, à Aneel, ao Operador Nacional e também ao Ministério de Minas e Energia –, para a gente colocar o assunto em pauta e tentar avançar um pouco mais.

Senador Jaime Bagattoli com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da Comissão, Marcos Rogério; cumprimentar o Júlio César e, nas pessoas do Júlio César, do Marcio e do Alexandre Zucarato, cumprimentar todos os convidados.

Quero dizer para você, Senador Marcos Rogério, que uma audiência... Talvez terá duas, três ou quatro, não sei quanto tempo para nós... Porque esse problema que está no Brasil hoje é um problema seríssimo. Na época em que foi feita Itaipu, foi uma solução que gera 14GW – acho que são 14GW, acho que é isso. Agora, nós temos hoje sobrando energia, nós temos excesso de energia solar – não só solar, como também energia eólica, que não são constantes, mas o que não é constante é a solar. Eu tenho, inclusive, e joga na rede, para o consumo, para consumidor final, 1,7 mega – fiz isso há uns quatro, cinco anos atrás. Nós estamos tendo problema hoje com isso aí.

Nós precisamos encontrar uma solução, por quê? Porque nós temos hoje um grande problema também na geração de energia que é a questão tributária no nosso país. Se é verdade ou não, não sei. Se alguém puder me responder...

Muitas empresas hoje estão indo, inclusive, para o Paraguai, que é um grande gerador de energia – Itaipu, 50% é deles, mais usinas que eles têm lá. Dizem que a energia no Paraguai –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sei se é verídico ou não – é 50% do valor da do Brasil. Então, muitas empresas hoje estão indo para lá, não só pela questão da energia, mas pela questão tributária, e estão se deslocando.

O que nós estamos vendo? No Brasil, nós estamos crescendo muito pouco. O nosso consumo de energia também vai crescendo pouco. E outra coisa: nós estamos desestimulando a indústria brasileira. Entendeu? Há um desestímulo na indústria brasileira. E como poderia ser feito isso? Talvez seria um cronograma de horário de consumo – não sei –, para aquela hora em que tenha mais, entrar mais a energia hidráulica, as térmicas, porque a eólica e a solar, principalmente a solar, a gente sabe, além de se gerar só durante o dia... Por exemplo, no Norte do Brasil, nós temos cinco, seis meses que ela gera bem pouco, porque chove muito, o tempo fica muito nublado.

Nós temos a indústria de alumínio. Hoje o Brasil quase não produz, não industrializa o alumínio, porque o custo é alto.

Outra coisa que está acontecendo no Brasil: as grandes indústrias que estão sendo montadas hoje no Brasil, a primeira coisa que elas pensam já é logística, geração, como vai funcionar a questão de funcionário e tal, mas a grande preocupação dela é de gerar energia própria. E hoje o que eu vejo é assim: as pequenas PCHs só estão dando viabilidade se você gerar para consumir – aquela empresa mesmo consumir. Se ela também tiver que jogar na rede, a gente ouve muita gente falar: essas usinas que estão gerando também estão trabalhando com prejuízo.

Então, nós precisamos encontrar um denominador, porque senão nós vamos entrar num colapso à frente dessa situação.

Mas eu queria deixar uma pergunta aqui, se algum dos convidados pudesse responder.

É muito caro? Como funciona esse sistema de armazenamento para energia solar? Como funciona? E por que não foi pensado isso antes, na hora em que se montava a energia solar, já ter colocado um incentivo, pelo menos há uns dois anos – não vou dizer quando se começou lá, seis, oito, dez anos atrás, mas agora nos últimos dois anos –, um sistema de armazenamento, para que não houvesse esse desperdício.

Agora você imagina, o consumidor pagando uma geração de energia, e não sendo utilizada! Isso aí é que eu vejo que é o maior gargalo, o maior problema. E aí ao invés de nós acharmos que iam arrumar uma solução, que iam diminuir a conta da energia, pelo contrário, se nós continuarmos com isso aí, da forma como estamos seguindo aí, o consumidor vai pagar caríssimo por esse erro, por essa situação que nós vamos ter que enfrentar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Na sequência o Senador Lucas Barreto, e aí volto às manifestações.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para interpelar.) – Presidente, parabéns pela condução, que é um tema muito importante para o Brasil, né?

E o Amapá está envolvido nesse tema, porque é o segundo estado de maior geração de energia da Amazônia. Lá nós temos quatro hidrelétricas. A Usina de Paredão foi onde... Quando da construção da Usina de Paredão, criou-se a Eletronorte e criou-se depois a Eletrobras para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrar a Eletronorte. Então, hoje, o Amapá injeta quase mil megawatts no Linhão de Tucuruí, que não foi para levar energia para o Amapá; foi para buscar energia.

Só que hoje, no Amapá, nós temos uma peculiaridade: nós pagamos 37% de transporte de energia, e, pelo que se sabe, 7% só poderiam ser cobrados – esses 7% a mais, dos 37% – se tivéssemos *backup* de Linhão, o que nós não temos ainda. Estão construindo. Por sinal, devastando tudo: entraram nos castanhais, nas reservas, há uma denúncia lá, estão invadindo propriedades e passando direto, e isso acabou de ser denunciado no MPF, lá no Amapá.

Então, esses 7% nós estamos levantando, para que a população do Amapá possa receber de volta.

Agora, está se querendo... Propuseram um aumento de 12% a 20%, mas na conta do Amapá, e ninguém aguenta mais lá.

Lá, é necessidade mesmo. Eu falo até que só existem dois lugares mais quentes que o Amapá: o Piauí e o Sol. E lá é quente. É ali a Linha do Equador. E os conjuntos habitacionais não previram isso. É um forno. Então, lá, ventilador, ar-condicionado, não é luxo; é necessidade mesmo.

Então, dessas quatro hidroelétricas, agora estão querendo criar, construir mais uma. Já até houve licitação, na Usina de Paredão, no vertedouro.

Nós consumimos apenas 320MW. Então, eu protocolei um projeto de lei, para que a gente equilibre isso, porque nós não podemos pagar o transporte como se estivesse vindo de Tucuruí, quando nós produzimos. E nós consumimos bem menos.

Então, enquanto não houver um equilíbrio de produção e demanda, que a gente possa pagar uma tarifa de transporte menor, bem menor. Nós estamos mandando energia.

Então, a CEA, lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... nós estamos com um problema grave.

Presidente, rapidinho. Eu já vou terminar de falar.

No contrato de privatização da CEA, ela poderia cobrar, ordinariamente, os investimentos que fossem feitos. No ano passado, ela tentou cobrar e criar um aumento de 44%, que foi compensado pelo Fundo Amazônia, só que ela diz – que é um pedido de uma CPI que eu tenho aqui para a CEA Equatorial, porque lá, no Amazonas, já tiraram a companhia de eletricidade, a distribuidora – que ela cobrou do Amapá, dos funcionários do Amapá, R$250 milhões, do dia 1º de janeiro ao dia 1º de junho. E, do dia 2 de junho ao dia 30 de junho, ela também... Ela cobrou 250 milhões, do dia 1º de janeiro ao dia 1º de junho. E, do dia 2 de junho ao dia 30 de junho, outros 250 milhões. E a gente quer saber onde ela investiu e também o que foi feito com os cabos 1/0 AWG, um de aço 2/0 AWG – caríssimos! – e com os postes de concreto. Aonde ela levou isso? Para quem ela vendeu? Porque isso tinha que ser também descontado. Isso era patrimônio.

Então, tem aí toda uma questão. Nós precisamos saber onde ela investiu para tentar diminuir essa conta do Amapá, que é a mais cara do Brasil, apesar de ser o estado o segundo maior gerador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma informação também. Quando do apagão, não houve fiscalização da Aneel, quer dizer, nós tínhamos lá, na subestação, três transformadores e um estava em manutenção. Quando deu o problema no outro, o apagão, o Amapá ficou 26 dias sem energia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Presidente, se não puder falar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço.

É porque o assunto que nós estamos tratando aqui é corte de geração.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sim. Calma.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou com dez convidados para falar ainda, mas eu agradeço.

Vou assegurar a V. Exa. o direito de se manifestar sobre a situação do Amapá.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Não. Eu pensei que a gente era amazônida e podia falar, porque o tempo é para isso aqui. É parlar, é falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não. Mas, Senador Lucas...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Por exemplo, nós estamos lá num processo de licenciamento de petróleo. Se nós conseguirmos explorar o petróleo, nós vamos ter 2 trilhões de metros cúbicos ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós podíamos fazer outra audiência sobre isso.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... para a produção de energia e energia limpa. E pode-se injetar no Linhão do Tucuruí.

Então, quero pedir ao senhor, pedir ao Presidente da Aneel...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... que a gente tenha essa compreensão e, na CPI, é claro, vamos chamar todo mundo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. E eu peço desculpa. O tema, o assunto corte de geração é um assunto que envolve muitos convidados. Nós ainda temos dez convidados para falar sobre o assunto no dia de hoje.

Então, vou tentar estabelecer uma dinâmica para ouvir os demais convidados.

Mas eu agradeço e, sobre o assunto do Amapá, nós já fizemos audiência pública. Vamos voltar a fazer, novamente. O Senador Lucas Barreto sempre trouxe essa pauta como prioridade na defesa do seu estado aqui.

Com a palavra o Dr. Rui Altieri, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

O SR. RUI ALTIERI (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu represento aqui a Apine (Associação dos Produtores Independentes de Energia), e, na Apine, Senador, temos todos os tipos de geração: hidroelétrica, solar, eólica, térmica.

Então, aqui nós não temos preconceito com nenhuma das fontes, nem privilegiamos alguma delas. Vamos tentar falar aqui sobre a visão de todas elas.

Senador, muito já foi falado aqui... Os três grandes problemas no corte de geração são: limitações de transmissão, restrição de segurança operativa. O Dr. Júlio já falou que esses dois estão sendo bem tratados lá na Aneel, tem alguns ajustes que tem que ser feitos, mas o foco principal vai ser a falta de carga e o excesso de geração. É isso que está nos incomodando bastante. Eu acho que esse é o principal problema do setor elétrico.

Vou pegar aqui um dado que o ONS divulgou pouco tempo atrás. Entre janeiro e agosto deste ano, em média, 14% da energia que poderia ser produzida no Brasil foi cortada. Em agosto, esse percentual chegou a 20%. E tem algumas projeções em que até 84% das horas diurnas terão cortes em 2029, com valores acima de 20GW.

Aqui vou falar um pouquinho da micro e minigeração distribuída. A micro e minigeração distribuída já passou de 40GW de potência instalada em 2025. Pelas previsões, deve chegar a 53GW em 2029. Já atende hoje 10% de todo o consumo das distribuidoras.

O proprietário de uma micro e minigeração distribuída é definido na lei como um consumidor-gerador, ou seja, algumas horas do dia ele opera como consumidor, entre as 6h da tarde e as 6h da manhã, ele é um consumidor, mas, entre as 6h da manhã e as 6h da tarde, ele é um gerador. No nosso entendimento, na parcela de energia que ele injeta na rede, ele é responsável, ele opera como um gerador, tem que arcar com o custo desse acesso de geração também – não sozinho, mas também, com eles.

O ONS também fez uma simulação: se não existisse a micro e minigeração distribuída, os cortes cairiam em 83% – mas esse cenário não existe! A micro e minigeração distribuída está aqui. Então, se ela participar do rateio, o corte para os demais geradores reduz em 41%. A gente sabe que é impossível desligar as usinas de micro e minigeração distribuída, porque são milhões – na verdade, 3,8 milhões hoje –, mas existe uma maneira, um rateio comercial que pode ser feito. Existe uma proposta da Apine, que está na Consulta Pública 45, da Aneel, para dar um tratamento equânime para todas as fontes que contribuem para o acesso de geração: não pode ser só hidráulica, não pode ser só eólica nem pode ser só solar; todas têm que participar, na sua parcela de contribuição.

Um dado importante: fala-se muito de que a micro e minigeração distribuída é a solução, mas, olhem, em subsídios, ela levou, no ano passado, R$11,5 bilhões, quase que o dobro da tarifa social, que foi de R$6 bilhões. Recentemente saiu um artigo de dois pesquisadores do Gesel, da UFRJ, que diz o seguinte do perfil dos beneficiários da micro e minigeração distribuída: em 2022, 67% dos sistemas estavam em famílias de alta renda, e apenas 3% em famílias de renda mais baixa – não baixa renda, mas mais baixa.

Será que é justo que esse pessoal não contribua também, na parcela que eles estão afetando o problema principal do setor elétrico hoje, que é o corte de geração por excesso de geração ou falta de carga? Nosso entendimento é de que sim, eles devem participar, e a Aneel tem competência para isso, pode resolver essa questão na Consulta Pública 45.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falamos aqui também sobre: "Ah, tem que dar sinais econômicos...". Olhem essa sinalização: semana passada, no dia 23, na terça-feira, no dia em que seria realizada a audiência pública, durante 20 horas do dia, houve corte de geração. Olhem o preço do mercado de curto prazo: R$295...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUI ALTIERI – Que sinalização é essa? Apenas uma hora do dia foi no preço mínimo. Se tem excesso de um produto, a lógica diz que o valor devia estar baixo, incentivando o consumo nas horas de excesso de geração, mas, olhem, esse é o preço do dia 23, publicado pela CCEE. Aqui embaixo está o relatório do ONS daquele mesmo dia.

Vou falar aqui dos impactos sistêmicos, ou impactos econômicos e comerciais.

No nosso entendimento, todos os cortes a que os geradores não deram causa – e aqui a gente fala daqueles dois primeiros que o Júlio falou – têm que ser ressarcidos, mas não necessariamente impactar a tarifa do consumidor. Existe um mecanismo que foi feito recentemente, um mecanismo concorrencial, que estende um pouco as concessões das UHEs, que não afetou em nada a tarifa; muito pelo contrário: teve uma redução, porque o ágio que foi praticado lá foi destinado à CDE, reduzindo ainda mais a tarifa. Agora, os cortes por excesso de geração devem ser compartilhados por todos os geradores, incluindo a micro e minigeração distribuída.

Pegando uma fala sua, Senador, ninguém... Até agora não vi nenhum palestrante aqui falar que quer que o consumidor pague o pato do excesso de geração, mas não é justo que alguns geradores não paguem nada desse pato; eles têm que pagar também, na parcela que eles contribuem. Esse é o nosso principal pleito.

Acho que tem competência a ANEEL para fazer, se precisar colocar alguma legislação que o diga, mas não pode ficar sem tratar essa questão.

Eu ia falar um pouquinho do Dia dos Pais aqui, mas já foi muito bem tratado pelo ONS e não vale a pena, tá?

As nossas considerações finais, Senador, seriam o seguinte: nós temos que assegurar a confiabilidade do sistema, evitando cortes injustificados e distorções de mercado. Isso vai ser resolvido com as ampliações planejadas. Agora, incluir a micro e a minigeração distribuída nos cortes por excesso de geração é fundamental. Se isso não for feito, não vamos conseguir resolver a questão do corte de geração de maneira justa.

Eu encerro aqui, Senador. Agradeço o tempo que me deram, três minutos, que acho que é o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito. Agradeço ao Dr. Rui Altieri, Presidente da Apine, pela contribuição que traz.

Com a palavra, Mário Menel da Cunha, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

O SR. MÁRIO MENEL DA CUNHA (Para expor.) – Bom dia, Presidente Marcos Rogério. Espero que a gente tenha essa discussão, como o senhor prometeu, igual como nós tivemos no 232, que foi exaustiva. Aqui, nessa mesma sala, nós tivemos uma Comissão e conseguimos uma solução estruturada, uma tentativa de solução estruturada para o setor elétrico, que foi bastante interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito já foi falado aqui, mas eu quero dizer o seguinte: não é um problema somente do Brasil, né? É um problema... A Austrália tem problema, o Chile tem problema, a Alemanha, a Irlanda, a Inglaterra; em maior ou menor quantidade, mas cada um tem o seu problema. Só quero dizer que o do Brasil é maior do que os de todos esses países aí.

O que acontece? Em mercados mais maduros, nós temos soluções, como acredito que o Júlio já tenha apontado na sua fala, soluções de mercado, né? E não cabe a nós, porque nós não temos um mercado maduro para isso, não temos regulação para isso. Então depende, Júlio, muito de a Aneel também criar essas condições para que a gente tenha uma solução de preços, o preço indicando cortes, indicando a expansão da rede.

No Brasil, diferentemente daqueles países que foram mencionados, nós temos soluções que são do regulador, do Ministério de Minas e Energia, do Judiciário – nós temos judicialização desse caso – e nós temos o Congresso Nacional. Então, essa situação levou a uma minirreforma e não àquela reforma a que eu estava me referindo ainda há pouco para o Senador Marcos Rogério, que continha no 232 uma solução estrutural, uma solução de que nós precisamos hoje, uma solução como tem defendido a Marisete, como tem defendido o Paulo Pedrosa, como o próprio ministério defende, uma solução mais estruturada.

Nós temos aqui um trabalho que foi contratado por esse grande número de associações, que conclui o seguinte: a causalidade entre o crescimento da MMGD e os cortes é flagrante – né? – e vem crescendo. A assertividade neste ano é mais contundente do que nos anos anteriores. Então, o crescimento de MMGD e *curtailment* têm uma ligação muito íntima.

Depois, o quadro seguinte, embaixo – no meio, na verdade –, ele diz o seguinte: não há essa distribuição que a gente espera. Vejam no primeiro triângulo: somente 3% de empreendedores atendem 50% dos consumidores, né? Então não há uma distribuição como a gente está pensando. É uma distribuição... Concentra-se, na verdade, é uma concentração de renda.

E, embaixo, o último quadro mostra a atratividade do negócio. Então, nós temos lá uma comparação, temos segmento de distribuição, segmento de transmissão, com TIR em torno de 12%. Digamos que 10% a 15% são TIR. E, se a gente vê MMGD, nós temos 63%. Na média, 48%, o que mostra então que não há a mínima necessidade de ter qualquer tipo de incentivo para que seja rentável o negócio da MMGD.

As conclusões desse relatório são de que a gente precisa implementar soluções regulatórias para que todos os... O nosso companheiro Lourenço salientou bem o aspecto de que quem dá causa tem que ser o pagador também. Isso nós acreditamos que é um princípio que veio, inclusive, da Consulta Pública 32, feita pelo Paulo Pedrosa quando era Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. E também o relatório conclui que tem que antecipar prazos de redução dos incentivos. Nós temos incentivos que não podem ser perpetuados e não podem ser transferidos para os consumidores.

Então, infralegalmente, nós temos algumas ações, que já foram mencionadas aqui: a CP 45 da Aneel, que equaliza impacto entre as fontes despachadas pelo ONS; e a CP 27, que também foi falada aqui e que aprimora o uso da rede, o que também foi colocado aqui pelo Zucarato. Nós temos que ter uma melhora nessas transferências de energia, no melhor uso da rede de transmissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos a oportunidade da MP 1.304, que tem um prazo ainda de análise, está em análise pela Comissão Mista, que não foi constituída ainda... Aliás, foi constituída, e foram indicados o Presidente e o Relator, mas não está instalada ainda, devidamente, né? Então, isso é uma oportunidade, é uma janela de oportunidades excelente que nós temos para conversão dos prejuízos em extensão de outorga. O Rui já falou aqui: é um mecanismo concorrencial. Nós já tivemos um sucesso agora na solução quase que definitiva do GSF, que se arrasta por dez anos. Nós tivemos esse mecanismo proposto pela 1.300, que foi implantado com sucesso absoluto. E agora nós temos a possibilidade de dar um sinal legal na 1.304, para que a gente possa, então, ter uma extensão que também não prejudica a tarifa, como o Rui colocou, mas que é uma solução bastante razoável, uma solução de mercado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO MENEL DA CUNHA – É feito um leilão, afinal de contas, e vence quem dá o maior deságio; portanto, a melhor solução para todos, na verdade.

E a inclusão da MMGD como um gerador qualquer na divisão dos cortes de geração e do ressarcimento dos prejuízos é uma coisa fundamental. Não dá para a gente achar que vai ter solução – também eu acho que o Rui foi feliz ao colocar isto – sem a participação desse segmento que está crescendo mais.

E, representantes dos consumidores que estão aqui, a certeza que nós temos é que as tarifas vão subir, vão continuar subindo, porque os cortes de geração, como foi mostrado ali, estão tendendo a subir. Eles vão aumentar os cortes de geração até o horizonte que nós temos visível, enquanto, para minimizar isso, nós estamos fazendo leilões de capacidade, estamos comprando térmicas necessárias para a operação do sistema. Isso foi mostrado aqui. Então, vão aumentar as tarifas com certeza. O custo de operação do sistema vai aumentar.

Então, o que nós estamos todos dizendo aqui – parece que é uma consolidação dos diagnósticos – é que nós temos que fazer alguma coisa, porque como está não pode ficar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado pela exposição, Mário Menel, falando pela Abiape.

Na sequência, com a palavra o Dr. Paulo Pedrosa, Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Meus colegas de audiência, o Senador Laércio, que estava aqui, que – é importante registrar – deu ao país a Lei do Gás, como Relator, enquanto Deputado, e agora trabalha para viabilizar a lei aqui, como Senador.

Senador Marcos Rogério, eu acho que há uma clareza, uma convergência aqui entre Aneel, ministério, ONS e nós agentes do mercado: o setor está doente – o setor está doente. Nós criamos um mecanismo de subsídios, e esse mecanismo de subsídios está matando o setor. Nós estamos tendo uma oferta de energia de má qualidade. E essa oferta de energia de má qualidade tem consequências importantes para a economia do país.

Hoje um brasileiro rico que coloca um painel solar em casa e compra um carro elétrico importado é subsidiado a cada mês com R$1,2 mil pelo sistema. A indústria brasileira paga por esse subsídio. Não produziu o aço, o vidro, o plástico, a borracha nem para o automóvel, nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o painel; não gerou emprego no país; não pagou imposto para o SUS e para a educação do país. E isso destrói valor da sociedade. O Brasil podia ser o país da energia limpa e barata, para produzir aqui produtos verdes e competitivos para o mundo. Então, o primeiro ponto é dizer o seguinte: nós temos que parar de cavar esse buraco.

Agora, na 1.304, os Senadores e os Deputados têm que encontrar uma maneira de interromper, porque senão isso só vai crescer – no ano que vem, nós vamos ter uma outra audiência pública discutindo o dobro do *curtailment*, porque o custo dos equipamentos está caindo. E esse subsídio estimula também uma crise no setor, um corte dos geradores, prejuízos que vêm buscar ressarcimento junto aos consumidores, problema no sistema financeiro. Então, é um momento em que o Senado e a Câmara precisam atuar para conter os danos.

Depois a questão do *curtailment* tem várias origens. Alguns geradores não têm o equipamento que eles diziam que iam ter quando pediram as autorizações ao ONS e não performam como deveriam performar. Então, esses têm que melhorar os equipamentos deles. O custo não pode ser sistêmico.

Outra questão é que o *curtailment* é um problema geral do país, as hidrelétricas são cortadas através do GSF há anos. É um problema estrutural, não pode ser arcado só por um grupo de geradores, tem que ser rateado por todos os consumidores, porque o Operador do Sistema faz o corte usando as regras elétricas da Lei de Kirchhoff, e às vezes concentra todo o corte tecnicamente no gerador que está mais perto de um determinado ponto de conexão. Quer dizer, deveria haver um movimento para reduzir a necessidade de cortes, como está havendo com a implantação dos compensadores, para atribuir a responsabilidade, no caso em que ela seja clara, a quem deu causa ao problema e para ratear um problema sistêmico por todos os geradores, inclusive por aqueles geradores que principalmente trazem a causa do problema, que são os geradores de mini e microgeração distribuída. Eles têm que participar, não só do rateio do corte do sistema, seja físico, seja financeiro, quando for o caso, como eles precisam participar também do rateio do custo da energia ao longo do dia. Eles entregam para o sistema energia quando ela vale pouquíssimo e buscam quando ela vale muito.

Esse outro subsídio que não está explicitado também precisa ser compensado, esses geradores precisam fazer a troca de energia conforme o valor econômico e não conforme o quilowatt-hora injetado no sistema ou retirado dele.

E, finalmente, Senador, os consumidores não podem pagar pela falta de demanda. Quer dizer, como se eu fosse a um restaurante e, ao pedir a minha conta, o restaurante me trouxesse a conta da mesa do lado, que está vazia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PEDROSA – Quer dizer, se o dono do restaurante não investiu ou a demanda não veio, o consumidor que foi não tem que pagar por aquilo, isso é um risco claro do agente de mercado que... Ou vários outros podem ser mitigados, corrigidos até em interesse do consumidor, para reduzir o custo de capital e o risco do investimento do setor, mas não o risco da redução de mercado. Esse precisa ser enfrentado com a mudança da visão da transição energética no Brasil. A transição energética no Brasil foca em incentivar a oferta, o gerador. A transição energética ocorre no consumo. Então, se o gerador eólico tem incentivo, por que a caldeira elétrica que consome a energia da eólica não tem incentivo? Por que o motor elétrico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai substituir um motor a óleo que emite não tem incentivo? Nós precisamos criar um programa nacional de incentivo ao consumo, aumentar o consumo de energia no Brasil, porque aumentando o consumo a gente dilui os encargos, dilui o custo da infraestrutura e resolve o problema. A indústria nacional está há 14 anos com o mesmo consumo de energia. Nós precisamos ter clareza e criar um programa de aumento do consumo.

Data center é legal, hidrogênio talvez não seja tão legal, para mim é um delírio. Boa parte do *data center* também, mas tem o aço verde, o alumínio verde, tem dezenas de rotas tecnológicas que precisam ser estimuladas para aumentar o consumo de forma estrutural do Brasil, para fazer, junto com a transição energética, a transição da nossa sociedade para uma sociedade mais próspera e mais justa.

Esse é o enfrentamento.

Eu acho que agora na 1.304, juntos, com essa unidade que o senhor está vendo aqui, nós podemos trabalhar para parar de cavar o buraco, melhorar o setor e olhar para o consumo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Paulo Pedrosa. Talvez, no caso do hidrogênio verde, o Brasil vai viver um pouco mais à frente o mesmo drama que viveu lá atrás, quando houve incentivo para a indústria do etanol brasileiro: "Ah, o mundo vai consumir, o mundo vai demandar", e depois nós tivemos que fazer os enfrentamentos internos para dar as soluções que tivemos que dar para sustentar o setor de pé. Qual o custo de produção dessa energia ou dessa bateria do futuro, né? Então, mas essa é uma outra discussão, vamos entrar nela agora não, enfim.

Com a palavra o Sr. Dr. Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel).

O SR. HEBER GALARCE (Para expor.) – Boa tarde, já por quatro minutos. Queria cumprimentar primeiramente o Presidente Marcos Rogério, que eu tive a oportunidade de, na época lá da taxação do sol – lembra, Senador Marcos Rogério? –, termos discussões intensas e calorosas – e através da primeira expressão que eu queria utilizar e reforçar aqui todos os senhores participantes – de muito diálogo, para acalmar essas situações. Eu tenho certeza de que todos os integrantes desta sala querem a resolução do setor elétrico. Apesar de eventualmente a gente ser incentivado a buscar cada um pelo seu quinhão, que é uma fala, eu acho, extremamente irresponsável.

Mas quero lembrar também, e agradecer à Marisete, que estava secretária-executiva na época, lembrar e mencionar o ex-Ministro Bento.

Nós tivemos dois anos, Presidente Marcos Rogério – o senhor se lembra? –, discutindo a tal da 14.300. Não era do jeito que nós queríamos, não era do jeito que a Abradee queria, mas foi o que foi possível ser feito. E o senhor é participante desse avanço. Então, quero, em memória, agradecer a atuação intensa do senhor e dos demais Senadores aqui participantes.

Sobre o que comentou o colega da Abrace, Paulo Pedrosa, se não estou equivocado, que é um colega do setor muito experiente, eu queria dizer que talvez não seja verdade que a GD seja só culpada e tenha que entrar numa confusão, e eu tomei o cuidado, Presidente, de anotar por quatro ou cinco vezes pessoas de lugares distintos, com agendas distintas, concluindo que nós estamos vivendo uma colcha de retalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena que durante os três minutos de gestão desta pasta de Ministério de Minas e Energia, nós não tenhamos nos dedicado a fazer a tão desejada reforma do setor elétrico, que também não é só culpa deste Governo, veio do Governo anterior, mas eu até entendo a inteligência eventualmente do Ministro Alexandre Silveira, quando não é da área, e vê o tamanho do problema que está se arrastando faz tempo, e aí se dedica numa agenda mais individual, de políticas públicas e coisas que ajudam até a popularidade do Palácio. Eu acho que eu faria a mesma coisa, você vê a confusão que está aqui dentro, e a gente tentando arrumar o problema.

Agora, fiquei muito feliz com o senhor presidindo esta mesa, nesta Casa, que nós vamos abrir uma sequência de audiências com qualidade, para a gente sair desse problema, porque o problema já está constatado. Quando a gente fala que o problema está constatado, ele não está especificamente em lugar nenhum, que eu acho que é o princípio da baixa tensão de diminuir a temperatura aqui, para a gente conseguir dialogar e sair dessa confusão.

Veja, na ausência de um ministério, tem um Congresso forte, com lideranças capacitadas, com credenciais, que tratam e andam com os assuntos com conforto – Presidente Marcos Rogério é um deles –, e essas causas têm restrição de escoamento elétrico, o planejamento de rede que não acompanha a velocidade da instalação das usinas. A ONS alterou, dentro do que achou razoável, a segurança para adequar a incerteza dos modelos de usina renováveis, é verdade. O aumento da oferta de energia em determinados horários, sendo necessário cogeração e usinas que não são despacháveis, a falta de recursos e armazenamento para diminuir isso.

Só quero lembrar uma coisa – vou tentar correr o máximo possível, Presidente. Nós nunca nos reunimos, pelo menos em recente, apesar de, de novo, defender a Comissão de Infraestrutura e lembrar que, por duas vezes, ela não se furtou em procurar defender e entender por que as altas da tarifa... Se eu não me engano, Presidente Marcos Rogério, junto com o Diretor da Aneel aqui, trouxe essa questão, saiu do comum, não se furtou em procurar e em dar um freio de arrumação. Então, parabéns de novo ao Senado, a todas as Casas. Mas eu nunca me lembro – queria fazer um convite a todos os senhores das entidades – de a gente criar comissões com foco na centralidade, no eleitor, no caso do Congresso, no consumidor em casa, no João, na D. Maria, para a gente discutir, livre de dogmas ou de interesses estritamente exclusivos, não é só um defendendo uma fonte, não sou só eu defendendo uma fonte. Nisso eu coloco a geração distribuída, que cresceu desordenadamente, porque é o grito silencioso de pessoas que querem uma alternativa à tarifa, que querem alternativa à geração e a liberdade de gerar energia. Então, quando a gente fala tecnicamente que o pessoal da MMGD cresceu desordenadamente, vamos traduzir para: eleitores e cidadãos que não veem uma saída de um setor elétrico ineficiente, antigo e centralizado e, com seus próprios investimentos, procuram sair desse problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEBER GALARCE – Então, a gente não pode chegar agora para essas pessoas e falar: "Vocês tentaram sair, eu vou voltar vocês, porque nós fomos incapazes, incompetentes de fazer uma nova reforma no setor elétrico". Esse é o fato. A quem de... Mudar o domínio de grandes grupos econômicos, empoderar, descentralizar e diluir esse volume econômico em corrente dentro de todo o país, é óbvio que vai incomodar muita gente, isso é natural, isso está posto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, vamos criando mais audiências com foco em consumidor e pensando como é que ele vai ter a energia mais limpa; de repente, vamos descobrir que é a nuclear; de repente, vamos descobrir que a hídrica, a hidrelétrica ali tem um papel que está subjugado, e está, deveria estar sendo remunerada por outras coisas. Esse é o bom debate; não debate de acusação, não debate de inverdades, não debate de transformar a geração descentralizada na Geni. Isso é ridículo, não tem a menor condição de manter isso.

Então, a responsabilidade não tem um, são todos nós, senhores, somos responsáveis por isso, e, infelizmente, com uma ausência de executivo de uma pasta, mas a gente vai encaminhar isso.

Para finalizar, queria chamar mais uma outra atenção para uma coisa. As reformas estruturantes não podem ser tratadas num bingo de MPs: manda uma, não vai; manda duas, não vai; manda três, não vai... Ninguém vai ter Natal aqui, a gente vai ficar em casa, a família já não aguenta mais ficar monitorando, e a gente se agredindo, isso não é bom. Eu fiz um convite, na audiência da CDE, pelo Fábio Andrade, que é um Parlamentar muito esforçado, também do PSD, do partido do Ministro, eu falei: "Nós precisamos fazer um grupo técnico emergencial de 90 dias que seja, mas sair com qualquer consenso, com algum consenso, nós não podemos continuar nessa escalada". Isso desgasta, inclusive, as relações pessoais.

Para terminar, a GD é culpada? Para o *curtailment* de causa elétrica não, porque os problemas elencados remontam a restrições de transmissão nas quais a GD não interfere, uma vez que ela está conectada na média e na baixa tensão. Fato. Segunda coisa, no aspecto do *curtailment* energético, a GD modifica a curva de carga? Sim, a suprir parte da demanda diretamente, o que pode levar a uma menor necessidade de energia na rede em certos momentos. O que a gente vai fazer? O Congresso vai fazer... E aí, de novo, parabenizo o Presidente Marcos Rogério. A gente tem a carga, a gente tem a demanda, vamos acelerar a política do Redata, vamos buscar um outro eletrointensivo, vamos ver o sinal locacional, vamos fazer políticas de arrumação disso. Tem tecnologias que melhoram a estrada, mas não ampliam o tamanho da estrada, vamos ampliar o tamanho da estrada, o volume de energia, vamos juntos dar a mão nisso. Esta acho que é a primeira coisa: políticas estruturantes.

Por final, só quero fazer um comparativo, hoje ninguém reclama de caixa d'água em casa, é uma coisa muito normal. Você quer ver como eu vou trazer a caixa d'água? Fecha os olhos – dez segundos, terminando, Presidente –, estamos lá no Semiárido nordestino, aí na estrutura ali de municípios se constrói uma cisterna, tem os canos finos na medida do que dá para fazer para distribuir a água. O que o papel da caixa d'água faz hoje? Acomoda as diferenças. Não dá para ser água só no tempo exato, consome ou não, a pressão do chuveiro, como é que vai ou não. Eu não vejo ninguém contra a caixa d'água hoje. Eu estou mencionando que nisso uma das coisas que pode ajudar é um incentivo com prazo para término, de tecnologias que são novas e que o mundo já está adotando, de a gente colocar as caixas d'água, aí muda o papel para bateria residencial, e não é o absurdo de coisa para gente rica. Isso é outra inverdade. A maior parte de que compra energia solar é classe C. Você tem *kits* a partir de R$7 mil. Você me desculpa, falar que o sujeito pode financiar R$7 mil em 72 vezes numa financeira com juros um pouquinho mais altos – de juros a gente não pode fugir, o cenário do Brasil é esse –, isso não é coisa de rico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente se despir dos dogmas individuais e se a gente fizer um espírito de consenso e começar a levar as coisas estruturantes, eu acho que pode sair.

E vejo, Presidente, agora finalizando, com muita felicidade, as palavras de orientação do senhor, que é experiente, e de demais outros Senadores que vêm aqui cansados, como o Senador Jaime, que falou de baterias e de coisas que estão à nossa mesa. Se a gente conseguir finalizar neste ano com o pontapé de um grupo técnico, estamos à disposição. O Inel está à disposição, de novo, para dar o exemplo. O Inel não acredita que vai ser só a energia solar no país. Vou apanhar quando desligar este microfone. Meu telefone vai ser um inferno, mas é essa a minha posição de responsabilidade. Se todos os senhores se imbuírem desse espírito de responsabilidade e construção, Senador Marcos Rogério, acho que a gente avança, tá? E o senhor poderia ser a pessoa a levar isso para o futuro junto com o Presidente.

Queria cumprimentar o Marcio Rea e dizer que os demais participantes das entidades fazem um trabalho fantástico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a você, Dr. Helder Galance, falando pelo Inel, e pode ter certeza de que o assunto não se encerrará nesta audiência pública. Nós vamos dar sequência com as preocupações todas que envolvem o tema.

Eu acabei, por lapso, pulando aqui um os convidados, mas asseguro agora a palavra a ele.

Com a palavra, o Dr. Eduardo Müller Monteiro...

O SR. HEBER GALARCE – Eduardo, me desculpe, eu não tinha percebido que era a sua vez, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas o erro foi meu. Eu fiz a confusão.

O SR. HEBER GALARCE – Senador, eu tenho responsabilidade. Entre o senhor errar e eu errar, eu errei duas vezes já. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor, o que é isso?

Com a palavra, Eduardo Müller, Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil.

O SR. EDUARDO MÜLLER MONTEIRO (Para expor.) – Enquanto carregam, por favor, o meu material, quero agradecer ao Senador Marcos Rogério pelo convite, expressar a nossa felicidade em tê-lo de volta com sua saúde 100% recuperada. Isso é muito importante para os trabalhos que estão acontecendo hoje aqui, sob a sua liderança.

Senador, apelando para a sua experiência anterior de jornalista, esse é um tema de altíssima complexidade para reportar, né?

Então, aqui, tentando não cair na tentação do jargão técnico, tentar traduzir tanto para a Casa do povo quanto para quem nunca entrou num laboratório de energia elétrica, talvez a única diferença que eu colocaria em relação às apresentações anteriores é que a gente vai colocar um pouco de números aqui para ajudar nos diagnósticos. Acho que, para tudo que a gente vai passar, tem uma expressão que vai se repetir o tempo inteiro que é risco, né? De vez em quando, a gente vai falar risco sistêmico, de vez em quando risco gerenciável ou controlável, e, às vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

risco de negócio, que acho que também é uma coisa que tem aparecido aqui com muita frequência, e é bom a gente colocar um pouco de luz sobre isso.

Aqui, esse gráfico... O que ele está fazendo? A gente está começando lá em outubro de 2021, tentando expressar como aconteceu a evolução dos cortes. Dá para perceber, fica muito claro que, lá no comecinho, essa coisa de *curtailment*, de corte de geração era quase que insignificante, ninguém prestava atenção, porque ela não pegava muito no bolso de ninguém, não preocupava o operador, muito menos os geradores e, portanto, os consumidores que são aqueles para os quais todos trabalhamos.

Para dar um exemplo, mais ou menos no meio do gráfico, apareceu a Resolução Normativa 1.030, de 2022, da Aneel, que disciplina como os cortes deveriam acontecer; ou seja, ela apareceu num momento em que o *curtailment* não tinha essa configuração tão pesada, e hoje está completamente diferente.

Se a gente pegar só os últimos 12 meses, vocês estão vendo ali nas barras azuis o que é eólico, e em amarelo o que é solar, a média dos cortes foi de 15% da produção potencial dessas fontes. Não dá para você imaginar a sustentabilidade de qualquer empreendimento de geração ou não, com esses tipos de cortes do seu gerador de receita. Se isso continuar, como o Paulo Pedrosa colocou já com muita contundência, a gente está empurrando um problema sistêmico com a barriga, para a frente, e ele só vai piorar. A gente voltaria aqui em alguns meses para falar de um problema que está multiplicado.

Quando a gente pega e traduz esses montantes de cortes – perdão – em dinheiros, a gente está então pegando a metodologia mais conservadora, para não entrar em controvérsias, em polêmicas. A gente pega a quantidade de energia que foi cortada e valora o que a gente chama de PLD. PLD é um valor de referência para quando eu, como gerador, preciso honrar meus compromissos no mercado de curto prazo. A gente está falando, Senador, de 3,85 bilhões. É o que a gente tem nessa janela de tempo de outubro de 2021 até agora, de uma maneira conservadora, e entra, bate com aquela janela que o senhor mencionou aqui, alguns entre quatro e seis, a gente está sendo aqui bastante conservador, né?

Tem uma sutileza técnica em que a gente aqui vai voar. Tem três tipos de corte. O primeiro ali, que está na parte inferior da tela, é aquele que acontece porque faltou, para simplificação da expressão, linha de transmissão. Eu não tenho como escoar o eletro, eu preciso cortar, estou no papel do ONS, é uma coisa fácil de entender. A que está no meio, a número dois, Senador, ela é um pouco menos intuitiva, porque é aquele tipo de coisa que só quem entrou no laboratório de eletrotécnica entende. Olha, eu preciso cuidar da frequência, da tensão, daquele sinal elétrico, mas para o ONS isso é fundamental. Se ele não fizer isso, eu tenho problema de instabilidade na rede.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MÜLLER MONTEIRO – Está acontecendo também. E agora também a gente está indo para razão energética porque faltou demanda. Eu tenho oferta maior que a demanda, eu preciso fazer corte também.

Então, perguntas bem didáticas do ponto de vista de quem não conhece nada: esses cortes se devem a falhas dos geradores? Não. Esses empreendimentos estão aptos a operar e eles só reduziram sua produção porque o operador falou: "Ó, preciso te cortar". Não é, então, voltando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as palavras de quem está falando em nome do consumidor: "Olha, quem tem quem pagar é aquele que tem culpa?". A culpa não é do gerador; ele estava pronto para operar, mas foi cortado.

Dois tipos de cortes que estão nessa classificação. Esses cortes de geração eram previsíveis? Também não. E aí a gente vai para o risco sistêmico que não estava no plano de negócio de nenhum gerador. Ele tem que obedecer aos comandos do operador e ele não sabe exatamente o que vai acontecer no futuro. Literalmente, Senador, o senhor deve estar sendo visitado por geradores, por empreendedores, ele não sabe se, para a planta que ele está planejando investir, ele projeta no seu plano de negócio 5%, 15% ou 50% de *curtailment*. Esse é o nível de drama de quem quer investir hoje no Brasil.

E a micro e miniGD, ela contribui para os cortes? Aqui a gente já está meio que saturado com esse diagnóstico. A gente fez até um exercício bem didático aqui com essa curva. Como é que a gente lê essa curva para explicar a influência da GD? Vocês estão vendo de baixo para cima o que é azul escuro, que é a operação que aconteceu pelo comando do ONS de usinas hidrelétricas, subindo para o cinza, termoelétrica, subindo para o cinza claro, a eólica. Vocês estão vendo aquele hachurado vermelho e branco, que é a entrada da GD, mini e microgeração distribuída. E quando a gente vê a carga, a carga é o quê? É o consumo de energia, a carga é a linha tracejada. Eu tenho que acompanhar em tempo real o que está acontecendo com a minha demanda, né? Nos momentos em que eu tenho mais geração do que consumo, eu corto. E quem foi cortado, Senador? São aquelas duas áreas hachuradas, amarela e azul, né? E vamos entender se a gente não tivesse a geração da GD. O que teria acontecido? Olha lá para a linha tracejada, o tempo inteiro não atendida, portanto não precisei de corte, só faria um corte ali mais ou menos entre meio-dia e duas da tarde, um pouquinho de eólica nessa simulação que a gente fez aqui, tá?

Então, está muito caracterizado: se não houvesse a participação da GD, não haveria necessidade de corte de geração em 10 de agosto, que foi o Dia dos Pais, um exemplo que está sendo muito trazido aqui.

Indo agora para a numerologia, é uma mensagem provavelmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MÜLLER MONTEIRO – ... diferente da que os consumidores gostariam de ouvir, mas o que a gente colocou aqui como proposta de condução para desanuviar essa paralisia? Se a gente somar, daqueles 3,8 bilhões, os cortes que não foram por razão de energia, que é o mais polêmico, e a gente colocar só o número um e o número dois – faltou linha ou o ONS decidiu fazer o corte por razão de estabilidade da rede –, eu teria uma conta de R$2,8 bilhões. Fazendo a divisão desses R$2,8 bilhões pelo mercado total que o Brasil tem hoje, a gente está falando de R$340 bilhões, o que daria mais ou menos 0,84% de impacto em custo. Só que, para diluir este impacto de 0,84% em cinco parcelas anuais, os consumidores teriam um aumento de custo de 0,19% durante cinco anos. Isso é falando do passado, do que já aconteceu, para aqueles R$2,8 bilhões. Daqui para a frente, o problema persistirá, pode haver certo alívio com a entrada de certas linhas de transmissão, e, fazendo as contas, esse impacto em custo é de 0,66% no próximo ano. Somando 0,19% com 0,66%, a gente chega a um impacto de 0,85% de custo para o consumidor por ano durante cinco anos. Então, demos nomes aos bois e fizemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a quantificação, porque, às vezes, Senador, eu acho que fica esta discussão de "vai ter aumento, não vai ter aumento". Esta é a ordem de grandeza: é inferior a 1%.

E aí o mais importante é... Aqui a nossa conclusão. Por que o ressarcimento precisa acontecer? Porque esses empreendimentos visitados pelos empreendedores estão em fases iniciais de operação, os financiamentos não estão sendo honrados, o BNDES está com uma fila de pedidos para postergação dos pagamentos dessas dívidas. Isso vai se tornar um risco sistêmico estrutural, que vai lá no final se traduzir em um risco que o consumidor vai ter que pagar, porque todo mundo vai incorporar nos seus novos empreendimentos um risco aumentado. E, obviamente, esse descompasso que está acontecendo por causa da GD e do perfil da carga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO MÜLLER MONTEIRO – ... precisa ser endereçado, e ela precisa entrar na contribuição do problema que ela está ajudando a aumentar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Müller, pela contribuição que traz.

Na sequência, com a palavra Felipe Starling, Diretor Institucional da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

O SR. FELIPE STARLING (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Queria cumprimentá-lo aqui pela iniciativa da audiência e registrar aqui a impossibilidade do nosso Presidente Madureira de estar aqui presente – ele está em férias.

Eu vou tentar ser breve e falar de forma muito objetiva, concordando aqui com o que foi colocado muito bem pela Aneel, pelo ONS e pelos que me antecederam.

Senador Marcos Rogério, o senhor comentou do etanol. O Brasil foi muito bem-sucedido nos seus programas de incentivo à energia renovável, nos combustíveis como no Proálcool, lá da década de 70, década de 80, depois com o biodiesel hoje, com os mandatos que a gente tem... Eu tive a oportunidade de trabalhar no setor de petróleo, de combustíveis. Com a energia renovável, a geração de energia renovável, não foi diferente. O Brasil foi muito bem-sucedido, como o Júlio comentou, no seu programa de incentivo à geração solar, geração eólica, mas acontece que esses subsídios agora já não são mais necessários. A gente entende que alguns anos atrás, Senador, o preço das placas era um preço muito mais alto, o mercado ainda não era maduro, o mercado estava se iniciando, muitas vezes o mercado nem existia, e as políticas públicas do Brasil foram muito eficientes em incentivar, incrementar o mercado de geração de energia renovável como um todo, o de geração também na esfera dos combustíveis, como o senhor comentou.

O ponto é que agora a gente chegou numa instabilidade por excesso de incentivos. Então, o que a gente tem aqui, de uma forma muito clara, e que foi colocado pelo Operador Nacional e pela agência, é que a gente está tendo uma geração muito alta de energia solar, fruto desses incentivos, e, enquanto perdurarem, vai perdurar o incremento de geração, e o problema do *curtailment* vai continuar.

Hoje, a cada 15 minutos uma usina de MMGD é ligada no sistema – isso são dados das distribuidoras de energia. Isso proporciona problemas de tensão, sobrecarga, desbalanceamento de fases, falhas de proteção e, em última instância, o *curtailment*. Os cortes são, em grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte, resultado desse sistema errático de planejamento e que precisa, como o Paulo Pedrosa comentou aqui mais cedo, ter um freio de arrumação. A gente precisa desse freio de arrumação. O senhor também, Senador Marcos Rogério, comentou da colcha de retalhos que está o setor, né? O setor precisa desse freio de arrumação, senão esses problemas vão aumentar.

A gente não tem mais capacidade de absorção do excesso de geração em função dos inúmeros incentivos que a gente tem. O Subsidiômetro da Aneel está disponível para qualquer cidadão, este ano já são R$33 bilhões em subsídios que o consumidor está pagando: um terço, R$10,2 bilhões, por geração de fonte incentivada, que são as renováveis; outro terço, geração distribuída, GD; e no outro terço estão todas as outras linhas de subsídios. O consumidor está pagando a conta, e, concordando com o Lourenço, com o Barata, o consumidor de forma alguma pode pagar, deve pagar a conta do excesso de geração. Esse é o primeiro ponto.

Para concluir, que medidas que a gente consegue...

Só reforçando aqui o Alexandre Zucarato, a gente tem hoje a curva do pato, e esse pato está ficando pesado. A demanda líquida, que é a diferença entre a demanda, a carga, e a geração solar vem diminuindo ali ao longo do meio-dia, e depois a gente tem uma rampa, que é saindo da barriga do pato e indo até o pescoço e a cabeça, uma rampa, como a Marisete comentou, de mais de 40 gigas de energia. Isso é muito mais do que... É como se a gente colocasse Madureira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE STARLING – Meu Presidente repete isso a todo instante, é como se a gente colocasse a Espanha dentro do setor elétrico do Brasil em poucas horas para a gente dar conta de suprir essa diferença, em função, obviamente, do pôr do sol.

A gente entende que, primeiro, o consumidor não pode sustentar essa conta; dois, os benefícios, os incentivos da geração distribuída precisam ser revistos, se eles não forem, o problema não vai acabar; três, a gente precisa estudar sistemas de flexibilização das tarifas. Foi dito aqui, inclusive, pelo meu antecessor: é preciso criar uma flexibilidade tarifária e a precificação em função do horário e, de forma inteligente, nós vamos incentivar o consumo quando houver mais disponibilidade de energia.

Soluções de armazenamento são muito bem-vindas, de novo, desde que não seja colocada a conta novamente no consumidor, como a gente vê aí algumas sugestões.

Por último, quanto a rever a estrutura de subsídios, a gente está com um sistema de incentivos de todos, inclusive da geração distribuída, mas a gente está com um sistema de incentivos muito errático e que precisa ser revisto. Enquanto essa rota não for revista, os mesmos problemas persistirão. Eu vou aqui fazer coro ao Mário Menel, ao Rui, à Marisete, ao Paulo Pedrosa, aos representantes dos consumidores, ao Lourenço, ao Barata, ao ONS, né?

Enquanto esse sistema de subsídios não for revisto, nós vamos continuar, estaremos aqui no ano que vem, fazendo a mesma audiência pública, com um problema muito maior para ser resolvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Felipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, com a palavra, Dra. Natalia da Silva Caldeira, representando a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

A SRA. NATALIA DA SILVA CALDEIRA (Para expor.) – Boa tarde. Obrigada, Senador Marcos Rogério, pela oportunidade.

Estou aguardando a apresentação.

Aqui a gente trouxe uma apresentação dos grandes números do impacto dos cortes de geração para renováveis. Então, o que a gente tem?

Desde a regulamentação proporcionada em 2021, então, de outubro de 21 até 24 de setembro de 2025, sob a visão do empreendedor, nós temos um impacto de 5,8 bilhões. O que é isso em energia? São 31TWh que foram cortados e desperdiçados sob o âmbito da energia eólica, o vento. Isso corresponde ao consumo dos estados do Rio Grande do Norte e da Bahia inteiros cortados, apagados ao longo do ano de 2024, que são exatamente os dois maiores estados geradores de energia eólica do país.

Então, o que eu vou comentar aqui? O mais importante é esse primeiro gráfico, onde estão concentrados os cortes por razão energética, que somam cerca de 37% durante todo esse histórico, e a gente entende que o problema é dado, conforme já falado anteriormente, por essa sobreoferta de energia, quando existe. O ONS vem enfrentando esse desequilíbrio estrutural entre carga e geração.

Os outros dois gráficos mostram os montantes referenciados à razão elétrica, aquele que, por segurança, é a confiabilidade, o gráfico do meio, e por razão, indisponibilidade externa, que é o gráfico marcado em verde.

Hoje, pela regulamentação, a gente tem a possibilidade, é elegível a um ressarcimento apenas a categoria elétrica. E isso, descontada a franquia de horas, resultou, para os geradores, na oportunidade de ressarcimento apenas de 2% dos montantes de frustração de energia. Em 2025, esse montante chega apenas a 5%. Então, está nítido o desequilíbrio, a não oportunidade e o desperdício de geração renovável.

Então, o que a gente traz como emenda na solução legal que a gente tem vislumbrado via MP 1.304?

A gente traz uma proposta de que os esquemas de corte de geração já previstos na Lei 10.848, de 2004, sejam passíveis, elegíveis aos encargos, aqueles de natureza elétrica, como amplamente debatido aqui. Agora, aqueles de sobreoferta, de razão energética, devem ser melhor apurados e rateados para quem dá causa a esse problema.

Então, o que é que seria essa definição de sobreoferta que nós entendemos adequada? Seria aquilo que o ONS tem como base para operação. Então, seriam as usinas que ele não tem como colocar na base, não tem como mexer nessa oferta, que seriam as usinas com outorga e não simuladas individualmente, a geração hidrelétrica que vai ter as limitações mínimas legais, ambientais e outras que o ONS também não tem autonomia para mexer, nesse montante mínimo, e as inflexibilidades térmicas previstas em contratos e que estejam previstas ali na garantia física dessas usinas.

Então, tendo isso como base, o potencial de geração eólica e solar que estaria passível à sobreoferta seria quando você não tem o encontro, ali, entre a carga bruta do sistema e essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro variáveis, que vão ser o potencial eólico e solar centralizado, mais esses três pontos sobre os quais o ONS não tem gestão.

Então, trazendo, o que é que seria essa compensação?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATALIA DA SILVA CALDEIRA – Essa compensação seria dada por meio dos contratos regulados, no âmbito dos contratos regulados, e os demais contratos seriam de ambiente livre de contratação, via PLD. Isso tudo, mediante a contrapartida de renúncia do direito legal, hoje, em litígio com a Aneel e os agentes do setor eólico e solar.

Então, rapidamente, passando pelas considerações finais, o que a gente quer destacar aqui é que não há uma guerra entre as fontes. Existe uma discussão sobre o equilíbrio do setor renovável.

A sobreoferta de energia é uma condição sistêmica, e os agentes que dão causa a esse fenômeno devem participar da solução. É uma causalidade dos custos. A gente tem que ver quem que está causando essa questão.

Então, a ABEEólica apoia a tecnologia de geração distribuída. Contudo, a gente vê uma distorção do seu processo de inserção e que se mostrou ineficiente.

Aí, aqui eu não vou trazer os pontos que o ONS já ressaltou nem os dias críticos de operação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATALIA DA SILVA CALDEIRA – E ainda, por fim, finalizando aqui a minha fala, eu coloco que o art. 28, da Lei 14.300, de 2022, qualifica o mínimo de geração distribuída como produção de energia. Então, com isso fica explícita a lacuna regulatória que se tem, quando nós prevemos que nenhuma instalação conectada ao sistema elétrico brasileiro está isenta da competência da Aneel de regular e fiscalizar em nome do interesse público.

Então, na hora em que a gente joga todo esse risco para o empreendedor renovável – e aqui eu falo no setor eólico –, todo o risco, por definição, é aquilo que é "ingerenciável". Quando ele não é "ingerenciável", isso é incerteza. E, quando a gente coloca incerteza no negócio, isso já é percebido pelas instituições financiadoras e credoras. Então, isso é muito ruim para o setor.

E, quando a gente fala de incentivo à carga, *data centers* e tudo mais, eu nem vou dizer que é fundamental a expansão da geração renovável; eu vou dizer que é imprescindível. É vinculante a expansão dessas cargas ultraeletro extensivas com as fontes renováveis, inclusive para honrar nossos compromissos de acordos internacionais e uma transição energética justa.

Eram essas as minhas considerações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado pela contribuição, Natalia da Silva Caldeira, pela ABEEólica.

Com a palavra Rosemeire Costa, Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen).

A SRA. ROSIMEIRE COSTA (Para expor.) – Bom dia, já boa tarde. Muito obrigada.

Marcos Rogério, estive este ano lá em Porto Velho. Parabéns! Que estado lindo da Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Venho aqui para dizer que represento o Conselho de Consumidores da Energisa MS, e fui eleita para representar todos esses conselhos.

Muito obrigada pela oportunidade.

O conselho nasceu com essa responsabilidade, pela Lei 8.631, uma lei federal de 1993, para tratar da qualidade da prestação e do fornecimento de energia elétrica e da tarifa. Então, isso nos credencia a vir aqui. Muito obrigada pelo convite.

Aqui eu trouxe, só para deixar para os Anais da Casa, que a geração distribuída, olhando a COP 30, que é o evento que nós vamos realizar daqui a pouco, não tem efeito nenhum, emitiu 0,85% de efeito estufa, a energia elétrica.

Este aqui é um gasto que nós estamos tendo. Eu vou trazer a Energisa MS, porque é o meu território. Nós acabamos de comprar essa energia de uma usina, de uma usina a gás natural, uma energia firme. Olha, isso está custando para o brasileiro, até 2040, R$140 bilhões, fatiados em todas essas áreas de concessão. A Energisa vai pagar isso durante algum tempo, são R$240 milhões ano. Isso é só para dizer que nós temos a expansão. Trouxe isso para ficar aqui, falando desse descompasso.

O Brasil está pensado, segundo a EPE, para crescer 3,5%. Já aumentamos um pouquinho, para 7,5. O nosso Senador que estava aqui presente disse: "Nós não crescemos", mas eu tenho esse dado constatado. Só que, na nossa produção de energia, não vou reportar – já foi falado pela Aneel, já foi falado pelo Operador Nacional do Sistema –, há o descompasso.

E olha que maravilha esta curva aqui: é a tal curva do pato.

O que aconteceu agora no Dia dos Pais? Nós estávamos em bandeira vermelha patamar dois. Faltavam só dois gigas para o sistema colapsar. O Operador Nacional do Sistema desligou todo mundo, e nós estamos pagando o quê? A energia mais cara possível. Nós já estamos pagando. Se todo mundo aqui... "Não, eu vou pagar, eu vou pagar." Olha aqui, senhores. Nós estamos com a Itaipu vertendo água, sem gerar energia, e nós estamos pagando bandeira vermelha patamar dois e agora bandeira vermelha patamar um. Isto eu não consigo, Senador Marco Rogério, transmitir, traduzir para o consumidor residencial: por que nós estamos pagando. Todo mês eu sou entrevistada. Por que nós estamos em bandeira vermelha? Se eu falar isso para o consumidor, ele vai falar assim: "O que significa isso?". Então, nós precisamos, de fato, resolver esse problema.

Trouxe dois exemplos aqui de unidades. Primeiro, da Energisa MS, que tem contratos bilaterais, contratos com usina, Angra, enfim, eu tenho 81% de energia firme. E aqui trouxe CPFL Piratininga, 92% de contrato de energia firme. O que é que eu não tenho? Eu não tenho demanda, eu não tenho gente para gastar isso, então eu estou sobrecontratado, sobreofertado, eu estou em desequilíbrio no meu sistema. Conclusão: excetuando o que nós estamos tratando ali na CP 45 e o que a Natalia acabou de colocar aqui em nome da ABEEólica, com o que eu também concordo, o consumidor cativo, que não deu causa, mas que está no sistema e não está aproveitando isso, não deve pagar o *curtailment* a que ele não deu causa.

Nós teremos que trazer aqueles que estão na base para dividir não só os subsídios, mas dividir agora aquilo que a gente disse, porque, se eu tinha liberdade de investir, conforme o art. 170 da Constituição Federal, em novos negócios, isso é um risco do negócio e quem dele não participou não tem que pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, preciso, como alguns já falaram, de uma redução de subsídios que são desnecessários para o momento. O Brasil vai crescer aí os próximos 7,5... Não tem demanda. E aí: "Ah, vamos trazer *data center*!". À noite, quem vai ter energia firme? Nós vamos continuar pagando termelétrica?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Para sustentar?

Então, assim, a gente precisa de modicidade tarifária clara. O consumidor tem que saber efetivamente o que ele está pagando e ele está pagando muito, R$50 bilhões/ano. Essa é a projeção para a CDE este ano. A D. Maria, o Sr. João, aquele que botou o telhado, aquele que... Hoje, o colega aqui do Inel falou que é 7 mil, mas teve gente que colocou 30, 40 mil. E hoje nós estamos nesse processo de desafio.

Nós não podemos nos furtar, Senador, a resolver esse problema. Todos têm que ser chamados à colação. Todos têm que pagar, mas quem não deu causa, como a D. Maria, como quem não tem telhado, como eu... Eu não tenho que pagar essa conta.

A gente tem que contar com a agência nacional de regulação, que eu reporto sempre que é responsável por regular, tem pessoas cabalmente capacitadas, junto com o Operador Nacional, junto com a Câmara de Comercialização de Energia, porque a gente tem uma governança do setor elétrico que precisa ser chamada.

E eu convoco também aqui, na vossa pessoa, Senador Marcos Rogério – porque eu já vim nesta Casa para bebericar nessa fonte – os consultores de energia aqui do Senado. O senhor tem um pessoal de alta qualificação. Todos aqui que já falaram contribuíram com alguma coisa para mitigar esse problema. E eu tenho certeza de que os seus consultores também serão capazes disso.

E, nessa próxima audiência pública em que o senhor está pensando, eu gostaria de participar, porque estou quase no final e o senhor deixou a gente bem no final mesmo, porque, no final, é o destinatário final, é o consumidor final que está bancando essa conta, infelizmente.

Muito grata pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a você, Dra. Rosimeire Costa, pela palavra.

Quando debati aqui o 232, tinha uma frase que eu usava sempre e quem participou das audiências sempre me ouviu repeti-la aqui: o consumidor que paga a conta, na maioria das vezes, ou quase sempre, não é chamado à mesa para discutir nada; só paga a conta. E agora ele está pagando o pato, literalmente.

Falaram tanto do pato ali, né? Ah, é o bico do pato, é o bico do pato. O consumidor é o que paga o pato, né?

Todo mundo faz planos. Projetam, constroem, desenvolvem. No final, dá errado e quem é que paga o pato? É o consumidor.

Então, essa discussão a gente tem que fazer com a profundidade necessária, com a seriedade necessária, com a responsabilidade necessária, porque o setor precisa ter equilíbrio e sustentação, mas não podemos perder de vista que o destinatário final de toda essa discussão é sempre o consumidor, que já não suporta mais a conta que paga, no patamar que está hoje.

Nós já estamos caminhando para o final, temos apenas mais duas manifestações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Guilherme Cardozo, Sênior de Relações Governamentais da Absolar.

O SR. GUILHERME CARDOZO (Para expor.) – Primeiramente, boa tarde a todos.

Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Marcos Rogério, Presidente da CI.

Essa pauta é importantíssima.

Vocês vão ver ali que está a foto da nossa Diretora Técnica-Regulatória, Talita Porto, que está agora, neste momento, falando num evento lá em São Paulo sobre armazenamento de energia e hidrogênio verde. Então, eu faço a representação aqui da Absolar.

Antes de começar minha apresentação, Presidente, eu quero trazer só dois apontamentos.

Foi falado aqui que hoje os módulos solares fotovoltaicos têm subsídios, mas isso não é verdade, Presidente. Hoje o senhor tem até um projeto de lei, que é o PL 4.607, de sua autoria, falando sobre o imposto de importação dos módulos solares, que hoje estão em 25% – isso fruto da Resolução 666, de 2025, do Gecex, junto ao Ministério da Indústria.

Quero também falar um pouquinho sobre a questão do Subsidiômetro, que muito foi falada aqui. Hoje fala-se muito sobre subsídios de GD, só que, infelizmente, a gente só olha uma face do problema, porque lá na Lei 14.300 a gente tem a outra face – isso eu tenho falado incessantemente –, que é a face dos benefícios da geração distribuída. Isso não está elencado lá no Subsidiômetro. A Aneel, a partir da Lei 14.300, teria um prazo de seis meses para fazer os cálculos dos custos e benefícios da geração distribuída. Ocorre que, desde o advento da Lei 14.300, não foi feito esse cálculo pela nossa agência reguladora. Isso está lá na STD da Aneel, e, obviamente, também estamos aqui com o Júlio, que sabe muito bem dessa questão.

Então, o Subsidiômetro lá da Aneel só vê uma face, Presidente. Muito se fala aqui sobre os subsídios da geração distribuída, mas só tem uma face lá no Subsidiômetro. Cadê a outra face, os benefícios da geração distribuída? Isso nunca é aventado nos nossos debates.

Passando aqui à apresentação propriamente dita – vamos lá –, o que a gente traz como primeira questão é: nós temos uma lei que fala sobre os cortes de gerações, que é a Lei 10.848, de 2004, e também um decreto presidencial que trata disso, que é o Decreto 5.163, de 2004, que assegura aos geradores a compensação financeira pelo corte de geração realizado pelo ONS, ou seja, lá tem solar, tem eólica, tem térmica, todos os cortes advêm aí da lei e desse decreto. Ocorre que, como a gente tem visto, a geração solar e a geração eólica têm sido cortadas de forma demasiada, Presidente. É isso que tem acontecido. O que ocorreu?

A Aneel, ao regulamentar essa lei e o decreto, através da Resolução 1.030, de 2022, restringiu esse direito: somente um dos três tipos de corte de geração renovável seria compensável, e, ainda mais, Presidente, só depois de a gente ter 30 horas e 30 minutos de corte; só depois de 30 horas de corte é que há ressarcimento! Então, obviamente, os agentes do setor solar fotovoltaico estão à míngua, Presidente. Tem agentes que não chegam até dezembro, porque não há, hoje, ressarcimento de todos esses cortes; ainda, esses cortes só são ressarcidos após 30 horas e 30 minutos de corte.

A solução de cortes está em discussão no GT Cortes, lá no CMSE, e isso está sendo debatido dentro do MME. Porém, ainda não há indicativos de solução concreta, né? E a gente está falando aqui que, de abril de 2024 até hoje, somente 25% do total de impacto financeiro (R$1,9 bilhão) estão sendo ressarcidos aos geradores cortados. E a gente está falando aí numa ordem de R$5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Absolar, em conjunto com a ABEEólica, tem uma ação judicial que hoje está em tramitação. Temos aí uma proposta com agentes do setor, que é a Emenda nº 9, do Senador Fabiano Contarato. Também temos uma emenda, Presidente, o senhor, enquanto membro da Comissão Mista da Medida Provisória 1.304, uma emenda do Deputado Alceu Moreira, que trata justamente sobre essa questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME CARDOZO – ... dos cortes de geração.

Para isso a gente precisa de uma solução urgente, porque os novos investimentos estão parados no país, estão congelados, e os pagamentos das dívidas desses projetos atuais estão completamente em risco. Como foi dito aqui, há uma solicitação de *standstill* junto ao BNDES para os financiamentos hoje das gerações renováveis no país, porque os agentes não conseguem hoje sequer pagar esses financiamentos, porque a grandeza de corte hoje ultrapassa 40% de corte entre esses agentes. Então, não tem como falar em risco do negócio, Presidente. Você ter 5%, 10% de corte, aí, sim, a gente pode falar em risco do negócio, mas mais de 40% de corte dentro desses agentes, isso é completamente imprevisível. Está bom, Presidente?

A falta de uma solução para a causa de cortes... Hoje a gente tem fuga de investimentos no país em cerca de R$30 bilhões em projetos de gerações renováveis que estão parados no país.

Já falei da questão do *standstill*. A geração solar frustrada somente em 2025 poderia abastecer 5,47 milhões de famílias por ano, e esses projetos estão todos parados.

Impacto financeiro, na visão do agente, como a gente disse: R$1,9 bilhão em passivos acumulados. E menos de 10% desse passivo hoje estão sendo ressarcidos.

No último trimestre, com a safra dos ventos, onde entra muito a geração solar, mais de 30% da geração solar têm sido cortada, impedindo os geradores de cumprirem seus contratos, tanto no ACR quanto no ACL, que aí é a questão do mercado livre. Algumas usinas estão sendo cortadas em mais de 70%, Presidente.

Houve um dia, em maio, lá no Estado da Bahia, em que houve agentes que tiveram 100% de cortes. Pensa em geração solar e geração eólica e você ser 100% cortado durante um dia inteiro. Então, obviamente, essas estruturas não param de pé, porque hoje a gente está sendo cortado de modo, vamos dizer assim, praticamente geral e irrestritamente.

Esse é o meu obrigado, Presidente.

Eu queria só trazer um último panorama, e é importante esta fala...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME CARDOZO – Os agentes não podem, vamos dizer assim, pagar, como está sendo pago agora, por falta de planejamento. Então, toda essa questão de política pública foi gerada, esses agentes tiveram outorga, então todos estão em pleno funcionamento e gerando sua energia. Infelizmente, a gente está tendo hoje um corte de mais de 40% de geração renovável no país, e, como bem dito, menos de 10% sendo ressarcidos. Obviamente, esses agentes estão hoje à míngua no país. Está bom, Presidente?

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado a V. Sa. pela palavra.

Último inscrito...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Como outros já deixaram as perguntas, eu também quero deixar as minhas duas perguntas para que V. Exa., oportunamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... se for possível, as faça; se não for, que as remeta para que eles respondam em outro momento,

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir que depois eles respondam as perguntas para cada gabinete.

Pois não. Quer fazer agora?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, já estão aí na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, já está aqui?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já, já.

E eu quero parabenizá-lo, porque esse tema realmente é um tema extremamente importante e foi uma audiência proposta por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dezesseis convidados para debater o assunto aqui hoje. Imagine, foi a audiência pública com o maior número de convidados, mas é um assunto realmente muito importante, que tem impacto na vida do consumidor.

Eu agradeço a V. Exa. pela presença aqui, pelo questionamento que faz. Eu vou endereçar aqui já aos nossos convidados. E eu entendo que nós vamos ter que trazer o assunto novamente ao debate, e aí com um afunilamento, talvez, da abordagem, para a gente tentar ter um proveito. Aqui, com exceção de um ou outro que conseguiu entrar no ponto mais sensível da questão de... Olha, assim, a constatação geral é de que todos sabem do problema. Agora, como é que você enfrenta o problema olhando para o retrovisor? E como é que você encara o problema olhando para a frente? Esse é o grande desafio. Poucos ousaram falar aqui: "Olha, nós queremos ser ressarcidos daquilo que foi gerado como prejuízo nesse momento".

Então, nós temos um problema à mesa e precisamos encarar. No final, vou fazer uma abordagem sobre isso.

Mas, com a palavra, o último convidado inscrito, que vai fazer remotamente, o Dr. Edmundo Alfredo Pochmann, Consultor da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget). Ele está remotamente e participa com a gente.

O SR. EDMUNDO ALFREDO POCHMANN DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Rogério. É um prazer estar aqui com vocês. Sinto muito não ter podido estar aí presente, tentei, mas o Santos Dumont fechou e não me deixou decolar.

Já está carregado aqui, pode passar, por favor? Estou sem o controle aqui.

Só um pouquinho. Focou agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante ficar por último aqui, porque eu vou poder colocar a importância dessas térmicas numa tentativa de solucionar o problema do *curtailment,* e as térmicas auxiliam na tentativa de solucionar esse problema, tá? Por quê? Como é que elas atuam no sistema? Elas fazem o atendimento, participam do atendimento da carga, 24 horas por dia, e atuam na segurança. Essa ponta de que se fala: "Ah, não, as térmicas estão para atender a ponta"... Não, essa ponta, como está na Curva do Pato, foi mostrada, não é uma ponta de uma hora, não, é uma ponta que dura seis horas ou mais, né? Por quê? A curva diária do sistema é atendida por usinas hidrelétricas, que têm uma intermitência de médio e longo prazo; pelas usinas eólicas e solares, que têm intermitência de curto prazo; e precisa ter uma complementaridade que é exercida pelas usinas termelétricas.

O próximo, por favor.

A Curva do Pato aqui já foi falada, e como é que é feito esse atendimento desse rampeamento de seis horas aí? – que é muito íngreme. Hoje em dia, como foi falado pela Dra. Marisete, chegou a praticamente a 40GW, né? Isso é feito pelas usinas termelétricas e as usinas hidrelétricas, que principalmente são as com os reservatórios. São as únicas despacháveis que provêm o controle do ONS para poder fazer o equilíbrio entre carga e a geração do sistema elétrico.

O próximo, por favor.

Ouvi falar muito aqui deste problema de se trazerem, como solução, os armazenadores, as baterias. Vejam bem, vamos tomar cuidado para não começar a colocar um monte de soluções que precisam ser muito bem avaliadas, tá? As usinas de máquinas síncronas... Tem máquinas síncronas, que são as hidrelétricas com reservatórios, as hidrelétricas e as termelétricas, e são máquinas robustas, que possuem inércia, propiciam o controle que o sistema elétrico precisa, e o controle direto da frequência e da tensão de que o ONS precisa. Elas é que trazem a segurança elétrica ao sistema, mas, definitivamente, estas máquinas que são ligadas a inversores, que são as solares, eólicas e baterias também, não têm inércia, não têm regulação primária, não têm regulação secundária e não têm comando sobre... Têm pouco comando sobre a tensão e a frequência. Então, não trazem a segurança elétrica de que o ONS precisa. Eu estou dizendo com isso o quê? Que as baterias não têm... Elas têm seus atributos, suas outras funções; não para isso.

O próximo, por favor.

Onde é que está o *curtailment*? Aqui nós temos o nosso sistema elétrico em quatro subsistemas e o sistema nordeste. Na parte bem norte desse sistema nordeste é onde está o problema, porque tem uma grande concentração de renováveis, como já foi mostrado em vários gráficos aí ao longo do dia. Com essa concentração de renováveis, ele está sujeito à instabilidade de tensão, dificuldade de robustez do sistema e sujeito à instabilidade de frequência e tensão. Então, de que nós precisamos? Nós precisamos solidificar essa parte norte aqui desse sistema, onde é o ponto fraco. Nós não temos um MVA de curto-circuito, como falado no jargão técnico do sistema elétrico. O nível de curto-circuito aí é muito baixo. Falta geração com inércia.

Por favor, o próximo.

E aqui o problema do *curtailment* que acontece quando não temos carga no sistema, que é o que acontece nos Dia dos Pais, ou domingos, que é um horror para a operação do sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ONS, ele sofre. Tem que cortar essa geração solar, porque você não tem a carga suficiente. Ele vai cortando a geração até chegar ao ponto de não ter controlabilidade. E o que isso faz? Isso faz com que o sistema oscile. O sistema tem oscilado – essa é a verdade –, não está tendo confiabilidade. Então, ele precisa de melhores soluções para minimizar esse *curtailment*.

O próximo, por favor.

Isso aqui é para mostrar para vocês como as termelétricas são a solução. Aqui nós simulamos a ocorrência de 15 de agosto de 2023 – simulamos direitinho o que aconteceu, o fenômeno foi bem simulado – e mostramos que, colocando uma usina termelétrica com 240MW em Fortaleza; ou, em Pecém, com 620MW, o sistema é estabilizado, completamente estabilizado. Isso propicia trazer 20GW dessas fontes renováveis. Quer dizer, a solução do problema já está aí: é só despachar termelétrica nos pontos necessários. Isso já foi levado para o ONS, já foi levado para a EPE, já foi levado para o ministério, e o ONS está se esforçando em analisar o problema para colocar isso na sala de controle e poder operar o sistema assim.

O próximo, por favor.

E isso aqui é para mostrar o que eu ouvi falar: "Vamos colocar compensadores síncronos, vamos colocar mais linhas de transmissão...". Gente, isso tem que ser muito bem equacionado, porque nós avaliamos: esses três compensadores síncronos que estão sendo colocados adicionais no sistema não resolvem o problema de instabilidade do sistema. Nós fizemos esse estudo, usando as ferramentas do ONS, usando os dados básicos do ONS, todo o ferramental do ONS, e nem com isso conseguimos estabilizar o sistema. Por incrível que pareça, quando esses síncronos forem entrar, já está entrando o elo de corrente contínua de Graça Aranha até Silvânia, o que também minimiza o problema. Quer dizer, por que nós vamos gastar dinheiro agora? Vamos estudar isso direitinho com mais calma. Isso tem que ser estudado com planejamento de longo prazo, porque precisa ser avaliada essa quantidade enorme que estão querendo colocar de síncronos no sistema e de linhas de transmissão, porque não é a solução do problema. O problema é fonte lá em cima, onde o nível de curto-circuito é muito baixo.

O próximo, por favor.

E, com relação ao problema do *curtailment*, hoje em dia, eu acho que quem está dando causa, que é a micro e a minigeração, precisa ser bem avaliado; o problema contábil precisa ser bem avaliado aí no sistema, tá?

É o que eu tinha para falar.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Edmundo Alfredo Pochmann, que falou pela Abraget, o último inscrito para falar no dia de hoje.

Eu quero mais uma vez registrar meu agradecimento a todos os convidados que aqui vieram nas pessoas dos dois Diretores das agências que são mais afetas ao setor, o setor elétrico, que veio debater o assunto e o Operador Nacional, com dois Diretores. Marcio, eu quero agradecer muito a presença de vocês aqui. Eu entendo que a partir do que nós ouvimos aqui hoje, a missão não está concluída. Eu acho que nós apenas colocamos o assunto na mesa, mas agora é preciso refinar a abordagem para encontrar caminhos de solução, de maneira que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equacione os mais diversos interesses envolvidos, mas, sobretudo, como já dito antes, o interesse do consumidor.

Eu perguntei aos componentes da mesa se não queriam fazer considerações finais. Considerando o avançado da hora, a resposta veio, disseram assim: "Olha, é uma sugestão induzida". (*Risos.*)

Como nós vamos abordar o assunto novamente para tentar refinar alguma proposta em cima desse tema, eu pedi hoje – inclusive aprovei dois ou três requerimentos aqui solicitando – informações tanto à Agência Nacional de Energia Elétrica quanto ao Operador Nacional, e faremos, na próxima reunião, mais dois ou três requerimentos na esteira do que já anunciei no início desta reunião.

Mas, como nós vimos hoje, aqui nos últimos 15 anos o Brasil investiu e incentivou fortemente a expansão das energias renováveis, e hoje nos deparamos com este paradoxo: o que representa uma riqueza, a diversidade de fontes no Brasil – e isso é um fato, sobretudo, fontes renováveis –, passou a ser também um desafio. Imaginem a D. Maria, como já dito aqui, pessoa que mora numa casa simples, assim como milhões de brasileiros, e percebe que, ano após ano, a sua conta de luz segue aumentando sem entender o motivo. Mesmo economizando, a conta só aumenta. Nem passa na cabeça dela como a expansão das fontes se deu nem quanto custa, e, muito provavelmente, não tem noção do quanto ela paga de subsídios e que isso pesa na conta dela.

É importante destacar que esses cortes de geração afetam as usinas eólicas e solares, que, em grande parte, foram construídas para atender o mercado livre de energia, de que nós e a D. Maria, ou seja, os consumidores residenciais, não participamos de forma direta. Aliás, o corte não atinge apenas essas duas fontes: por dever de lealdade, afeta também outras fontes. E os cortes acontecem justamente porque são fontes que geram mais em momentos em que não há toda essa demanda para absorver a energia. Se não há necessidade de consumo, o Operador Nacional do Sistema precisa realizar o corte para a segurança do sistema.

Aqui há um claro paradoxo a partir das falas que observei: excesso de incentivos nos últimos cinco anos. Só para se ter uma ideia, nos últimos cinco anos, foram 184 bilhões de incentivos. E não estou falando aqui do GSF, que levou mais 45 bilhões. Aliás, levou não, ainda está levando, porque são dez anos, um lapso temporal de dez anos, e eu tive a oportunidade lá atrás de participar dessa discussão do GSF, e o que me assombra é que o mesmo cenário que se descortinou para gerar o GSF, é o que se mostra neste momento. E, se nós não tomarmos as medidas necessárias e com as cautelas necessárias, daqui a pouco é o consumidor que vai pagar essa conta de novo.

Então, 45 bilhões a mais do GSF. Só este ano, eu estava olhando aqui... Como é que é o nome? Subsidômetro. Até este momento, são R$33 bilhões sendo repassados para o consumidor pagar até este momento – R$33 bi de incentivos pagos pelos consumidores. Então, não estou falando de impostos, mais a tributação, a carga... Ou seja, pesa muito para o consumidor. Consequência sobre a oferta de energia elétrica: devido à grande quantidade de usinas instaladas e por não haver demanda suficiente, os cortes ocorrem.

Nesta audiência ficou claro que os investidores pedem ressarcimento a serem pagos novamente pelos consumidores, porque o Estado, o poder público, jamais cogita colocar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento público o custo dessa situação. É o consumidor que sempre tem o endereçamento da conta, a fatura vai para ele. E, por outro lado, os consumidores protestam: "Essa conta não é minha. Eu não quero pagar".

Aliás, o STJ suspendeu decisões que obrigavam o ressarcimento integral para evitar repasse imediato aos consumidores. E aí, advirto aqui, porque eu vi esse mesmo filme lá atrás também em relação ao GSF. E o endereço foi o mesmo. Num primeiro momento, não; num segundo momento, veio a conta e ela foi pesada e está sendo pesada até hoje para os consumidores.

No mais, é preciso levar em conta ainda que a expansão massiva dessas fontes foi influenciada por ganho mercadológico, o desconto do fio. O que é isso? Para transportar a energia, o gerador precisa pagar pelo uso das redes de transmissão e distribuição, mas o gerador renovável tem um desconto sobre esse uso, e foi por isso que o mercado renovável avançou tanto nos últimos dez anos, especialmente. E detalhe, sempre digo que não há almoço de graça. Se alguém recebe um benefício, outra pessoa vai pagar a conta do benefício concedido. Nesse caso, os consumidores de energia que pagam via conta de luz são quem arca com esse peso todo. São bilhões e bilhões pagos pelos consumidores nos últimos anos.

E, novamente, eu quero lembrar aqui da lei da privatização da Eletrobras, que, entre outras questões, endereçou também o risco hidrológico. Eu fui o Relator dessa matéria aqui no Senado Federal, e fizemos uma intensa agenda de debates entre todos os interessados, de modo especial, a agência Aneel e também os agentes de mercado. E, na época, a solução encontrada, em conjunto, ajudou a destravar o mercado, mostrou que parte dos riscos estavam atrelados aos geradores, apesar de a situação agora ser diferente. Eu creio que a ótica é bastante similar, e nós vamos ter que fazer este debate com profundidade também.

Eu não quero demonizar – e não estou fazendo – os geradores. O que quero trazer neste momento é que precisamos de serenidade para tratar o tema do *curtailment* e entender também a realidade, sobretudo, dos consumidores brasileiros.

Como endereçar para a frente a solução estruturada do problema? O passivo apurado, o prejuízo tem que ser compensado? Por quem? Pela D. Maria? E aqui eu acho que nós vamos ter duas situações. Uma: como enxergar o problema e criar uma solução estruturada olhando na perspectiva do daqui para a frente? Outra questão: aquilo que houve de frustração para trás, tem que endereçar isso para alguém? É risco de mercado? É risco do investimento? "Não, o consumidor tem que pagar essa conta." Eu acho que essa discussão nós temos que fazer aqui, mas com todas essas variáveis que coloquei aqui, porque o consumidor já paga uma das contas mais altas do mundo.

Agora há pouco a representante do consumidor falava, e aí explicar isso para o consumidor lá na ponta é muito difícil. Como é que você deixa de gerar uma energia numa binacional com o potencial que tem, em usinas estruturantes com o potencial que tem, energia mais barata, e às vezes você injeta no mercado justamente a energia mais cara? Aí é porque nós estamos falando de um sistema, é um sistema com múltiplas fontes, complexo, e que uma gera uma energia num modelo, outra em outro, e que você tem... E aí o operador tem um papel fundamental em tudo isso, que é quem, com seus botões, estarta a que vai gerar, a que vai deixar de gerar. Mas o consumidor lá na ponta não consegue entender essa equação, ele só entende uma coisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando ele pega a conta de luz e ele fala: "Aqui nunca cai, aqui só sobe". Às vezes, o que cai é a oferta, mas o preço nunca cai, ele nunca baixa, ele sobe o tempo todo.

Mesmo quando há, e como agora nós estamos fazendo com a 1.300, uma política pública anunciando desconto, redução até tarifa zero, mas é um presente que às vezes ele dá com a mão e tira com a outra, porque você tem hoje o consumidor que até 220kW de energia – no escalonamento até 220kW – tem os descontos na tarifa. Aí você pega e agora oferta... O consumidor que vai até 80kW de energia está com a conta zerada. E aí tem uma escala ali, até acho que 120kW, que vai ter um pequeno abatimento. Mas aquele consumidor que tinha no escalonamento até 220kW, neste momento passa a não ter mais.

Então, assim, o formulador de política pública, o Parlamento, que é quem discute esses temas, tem que ter muito cuidado. Bom, primeiro que toda... Repito, não existe almoço de graça. Para você ofertar uma proposta, um programa social, você vai colocar alguém para pagar essa conta. Por outro lado, às vezes para você atender uma parcela da sociedade naquele momento, você está sacrificando outra parcela da sociedade. Tudo isso está conectado. Então, quando o consumidor recebe lá na ponta a conta de luz, ele não leva em consideração: "Olha, puxa, essa proposta é muito legal, é muito boa", mas mal sabe ele que no mês seguinte a conta dele vai ser impactada por aquela proposta que foi aprovada. Essas cautelas nós temos que ter.

Então, não há como negar. Parece que os empreendedores assumiram o risco ao entrar em um mercado, pautando-se pelos subsídios oferecidos.

A Aneel mostrou aqui hoje – e estou finalizando – que o consumidor está cansado de pagar contas altíssimas de energia e o modelo precisa mudar. Agora, como mudar? De que maneira mudar? O consumidor, repito, deve arcar com quase 50 bilhões só neste ano – só neste ano. Até agora está em 33, e, só neste ano, devem chegar em 50 bilhões os incentivos. Sabe o que significa isso na conta de luz? Significa que 17% da conta mensal de energia do consumidor residencial é de subsídios. Como resolver? Eis o desafio para todos nós.

A 1.304 está logo ali, nós vamos ter que discutir. Nós discutimos recentemente a 1.300, e acho que, dentro do que foi possível, foi aprovada. Acho que tem pontos ali que terão que ser corrigidos logo adiante. Não acho que para de pé. Ali houve a aprovação com relação ao uso de bem público, que vai tentar solucionar uma situação de aumento de conta em regiões do Brasil, mas com uma proposta que, para mim, é equivocada, porque você tira recursos, você faz um abatimento em um momento em que você tem uma Selic na casa dos 15. Se você fosse apurar até o final, você teria um valor muito maior. Aí você faz um abatimento para poder alguém antecipar, para poder resolver um problema que é apagar o fogo de uma floresta usando um regador, né? Então, são soluções que, infelizmente, não representam soluções estruturadas.

A 1.304 traz a limitação dos subsídios, ou seja, ela limita a CDE, cujo teto será o orçamento de 2026. E aí o Júlio está aqui, da Aneel... Quase todo ano, a Aneel precisa revisar o orçamento para adequar esse subsídio. Neste ano, repito, vai chegar em 50 bilhões; no ano que vem, talvez 55, 60 ou mais. Então, é algo que a cada ano aumenta, e, toda vez que isso acontece, a conta do consumidor vai ficando mais pesada.

Eu fiz questão de trazer essas brevíssimas reflexões ao final, depois de ouvir todos aqui, para demonstrar o nível de complexidade deste debate. Agora, toda essa complexidade não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode estar desconectada sobretudo desta variável que não se pode tirar da equação: o consumidor, o consumidor que paga a conta. E aí é o consumidor de modo geral.

Feitas essas observações, agradeço mais uma vez a presença de todos. Nós vamos voltar a esse assunto talvez aqui na Comissão, em sede de audiência pública, mas vou pedir, como dever de casa – alguém já mencionou aqui a qualidade da nossa assessoria técnica, e isso nós já estamos fazendo... Já pedi a eles um conjunto de sugestões para a gente abordar esse tema, e, com as informações técnicas que virão da Aneel e do Operador Nacional, nós vamos tentar nos sentar à mesa e endereçar algum nível de encaminhamento.

No mais, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Plínio Valério, Marcelo Castro, Sergio Moro, José Lacerda, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Sérgio Petecão, Jorge Seif e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2647, de 2022** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº3-Plen, pela prejudicialidade da Emenda nº 4-Plen, e pela rejeição das Emendas nº 5-Plen e nº 6-Plen. **Resultado:** Aprovado o relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Wilder Morais, Jaime Bagattoli e Esperidião Amin. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de outubro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Antes de apregoar o item 1, quando a gente faz a abertura da sessão e diz "havendo número regimental", parece uma contradição porque não tem o número regimental para deliberação, mas, para abrir a sessão, para a leitura de pareceres, há número regimental. Por isso, o registro.

ITEM 1
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N° 2647, DE 2022

Ementa do Projeto: *Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a fim de incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre as prioridades da política agrícola.*

Autoria do Projeto: Câmara dos Deputados

Relatoria das Emendas: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº3-Plen, pela prejudicialidade da Emenda nº 4-Plen, e pela rejeição das Emendas nº 5-Plen e nº 6-Plen.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

2. Foram apresentadas as emendas nº 3-PLEN, nº 4-PLEN, nº 5-PLEN e nº 6-PLEN.

Com a palavra o eminente Relator para o seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Para ganhar tempo, Presidente, o nosso relatório também já está publicado e eu quero ir direto à análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura emitir parecer sobre matérias relativas aos transportes terrestre, marítimo e aéreo, às obras públicas em geral, à mineração e aos recursos geológicos, aos serviços de telecomunicações, às parcerias público-privadas, às agências reguladoras correspondentes e a outros temas conexos. Considerando que a diversificação das fontes de geração de energia elétrica tem repercussões diretas sobre a infraestrutura energética nacional, o projeto de lei em exame insere-se no escopo de atuação da CI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando o atual estágio de tramitação da matéria, e seguindo o disposto no Risf, a CI deve opinar a respeito do mérito das Emendas nº 3-Plen a 6-Plen, e essa é a razão exclusiva do presente relatório.

As Emendas nº 3-Plen e nº 4-Plen, de mesmo teor, são meritórias, uma vez que a inserção do biogás na matriz energética nacional permite a reintegração de resíduos aos ciclos produtivos por meio de tecnologias que promovem o aproveitamento energético de externalidades negativas antes desconsideradas ou negligenciadas. Nesse contexto, o biogás constitui uma alternativa técnica viável à geração convencional de energia, além de ser um instrumento de reconfiguração de cadeias produtivas, com potencial para induzir transformações estruturais nas dinâmicas de produção e consumo energético.

A geração descentralizada propiciada por essa fonte possui mérito adicional, especialmente em regiões de baixa densidade de infraestrutura elétrica. Nessas localidades, a implantação de sistemas de geração a partir do biogás pode contribuir para a elevação da confiabilidade e da autonomia no suprimento de energia, ao mesmo tempo que reduz perdas associadas ao transporte de energia a longas distâncias.

Ademais, estudos apontam que os usos de biodigestores e geradores de biogás, além de reduzir os custos energéticos nas propriedades rurais, são formas economicamente viáveis de aproveitamento energético. O retorno sobre o investimento em sistemas de biogás pode ser alcançado em prazos relativamente curtos, dependendo da escala e do tipo de resíduo.

Sobre a Emenda nº 5-Plen, de redação, entendemos que texto original proposto pelo projeto de lei é suficientemente claro para assegurar que os incentivos sejam direcionados para a agricultura familiar. A alteração proposta pela emenda apenas é redundante com relação à intenção de estabelecer tal incentivo, razão pela qual somos pela sua rejeição.

Quanto à Emenda nº 6-Plen, reconhecemos o mérito da proposta legislativa ao buscar promover a inclusão produtiva e energética. Contudo, embora os objetivos da proposição sejam legítimos e socialmente relevantes, as alterações sugeridas não são claras quanto à alocação de seus custos particularmente no que se refere à dispensa do pagamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – ... de operação e manutenção do serviço de distribuição de energia para os equipamentos de geração financiados. Não resta claro na proposta quem deverá arcar com as despesas correspondentes a esses custos, e, na ausência dessa definição, abre-se a possibilidade de que sejam transferidos à Conta de Desenvolvimento Energético, fundo setorial que já suporta uma série de subsídios e encargos, majoritariamente financiados pelos consumidores finais de energia elétrica mediante as tarifas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Essa indefinição compromete a transparência e a previsibilidade do impacto financeiro da medida, criando o risco de que os encargos decorrentes da gratuidade proposta venham a onerar de forma difusa a coletividade dos consumidores. Por esse motivo, somos pela rejeição dessa emenda.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando o exposto, somos pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, pela prejudicialidade da Emenda nº 4-Plen, de mesmo teor, e pela rejeição das Emendas nº 5-Plen e nº 6-Plen, conforme descrito no relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator, Senador Wilder Morais, pelo relatório apresentado. Com o seu relatório lido, enquanto lia, nós alcançamos o quórum até além daquele que era o mínimo necessário. Portanto, agradeço a V. Exa. pelo relatório lido.

A matéria está em discussão.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero dizer da minha satisfação de poder intervir com essa manifestação no projeto de lei que é de autoria de um coestaduano nosso, quase seu, portanto, porque quem é catarinense é do seu coração.

E eu estou me valendo de sugestões do próprio, que é o Deputado Pedro Uczai, atual coordenador do nosso fórum parlamentar, ou seja, da nossa bancada, uma instituição informal que nós temos em Santa Catarina, desde 1991. Então, a nossa bancada, Deputados e Senadores, tem um coordenador dos interesses do estado.

Percebo aqui que há uma evolução exatamente no inciso V, referente ao art. 94, mencionado no art. 2º. Não é isso?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela fala que o *caput* do art. 94 da Lei 8.171 passa a vigorar acrescido de um inciso.

E aí eu peço também a atenção para o nosso comandante de longo curso, quase almirante de longo curso, muito embora prefira sempre águas internas. O Senador Jaime Bagattoli já acompanhou a graduação do nosso Senador Wilder, que alguns chamam de Wildener em Santa Catarina.

Então, objetivamente, na CRA, o inciso V recebeu a designação ou a especificação, né? Vou ler: "V – a aquisição de equipamentos que utilizem energia solar, energia eólica, biomassa ou biocombustível, para a produção de energia limpa e sustentável [...]".

No texto do Senador Wilder Morais, a expressão "ou biocombustível" virou "ou biogás". E finalmente, a posição aqui da secretaria, ou seja, do Ministério de Energia, no caso, é de "ou biocombustível".

Eu, pessoalmente, acho que sendo biocombustível é mais genérico do que biogás e não exclui o biogás.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Fora do microfone*.) – Vou fazer essa correção aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Da leitura, o que é que eu apreendo? Biogás. Biogás é um biocombustível. Nem todo combustível é biogás. O que é biocombustível?

Nós estamos na questão, por exemplo, do novo combustível marítimo, em que há uma grande discussão sobre quem é que vai suceder o *bunker*, que é o atual combustível do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte marítimo, muito importante para nós que percorremos sempre... As nossas rotas são as mais longas; por isso, as mais caras. Qualquer modificação de combustível, quer na importação, quer na exportação, repercute para o Brasil muito fortemente. Certo? Porque as nossas rotas são do Sul, quando não do Mato Grosso, que ainda tem um percurso de interior, vamos chamar assim. Mas seja o Porto de Santos, seja o Porto de São Francisco, em Santa Catarina, ou Itajaí, ou Navegantes, as nossas rotas são as mais longas. Então, o combustível tem um efeito.

Eu defendo e nós defendemos, aqui na Comissão de Infraestrutura, que o *bunker*, que é um derivado do petróleo, seja substituído por biocombustível. Por exemplo – ouro sobre azul, diplomaticamente –: seja metanol – não para colocar em cachaça –, seja etanol, é um biocombustível renovável que eu planto. E isso beneficiaria quem, Senador Jaime? Os Estados Unidos, que ficariam mais amigos nossos; o Brasil; e a África. Porque vai plantar onde? Na Europa? Ou no Extremo Oriente? Mas aí não é a nossa paróquia.

Eu digo que nós seremos beneficiados se houver biocombustível. O biogás é uma espécie de biocombustível. Não sei se eu estou errado tecnicamente. Não é isso? Está certo? Ou seja, o biocombustível pode ser álcool de cana, o biocombustível pode ser álcool de milho, e pode ser todo o biogás, que é derivado do quê? De uma queima de material orgânico que se transformou em gás.

De sorte que eu acho que não há motivo para...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Consultem inclusive o autor para dar uma interpretação autêntica. Se fosse o Relator, eu ficaria com a expressão biocombustível.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se V. Exa. me permite, até para o Relator refletir um pouco mais, ele rejeitou a Emenda nº 5, e talvez me parece que, do ponto de vista formal, seria uma estreita possibilidade de fazer o milagre para acatar a emenda que o Senador Esperidião Amin está propondo. E aí teria que ser um acolhimento parcial da emenda, porque lá fala de biocombustíveis.

Agora, o que precisa ser compreendido aqui, Senador Esperidião Amin... O que precisa, o que precisa ser compreendido aqui é realmente o objetivo de quem está propondo a alteração, porque, quando fala de biogás, você está limitando. O biogás é uma espécie de biocombustível. Agora, quando você fala biocombustível, aí você está falando de biogás, biomassa, os demais combustíveis todos que são dessa categoria. Então, você amplia o rol de maneira a compreender todos os biocombustíveis. Essa foi a vontade do legislador quando aprovou em Plenário o tema na Câmara e no Senado? Esse é o ponto.

Agora, do ponto de vista formal, a possibilidade de acolhimento da emenda do Senador Esperidião Amin importaria uma revisão do relatório, porque ele rejeitou a Emenda 5. A Emenda 5 compreende o texto biocombustíveis. Então, se houver a reconsideração parcial dessa emenda, eu vejo que não haveria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Marcos Rogério, o senhor acha que isso não é uma emenda de redação?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, ele rejeitou a outra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Substituição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não, não! Aí não é emenda de redação, porque, quando você fala especificamente do biogás, você está dizendo... Quem é da lavoura aqui conhece. O Jaime não sei se produz biogás lá, porque quem trabalha com confinamento, quem trabalha com granja, enfim, produz o biogás a partir desse insumo, desse rejeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dejeto suíno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, exato. Então, é específico. Agora, quando você fala biocombustíveis, você tem aquilo que é derivado da própria atividade rural e você tem aquilo que pode não ser da atividade rural – e entraria no escopo total.

Por isso estou fazendo essa menção, mas é possível acolher a emenda...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu entendo que, se o Relator entender pertinente, é possível acolher a emenda, porque, na Emenda 05, tem a previsão do biocombustível, e aí ele poderia acolher parcialmente...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... se for esse o entendimento do Relator.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu acho que nós estamos aqui com o autor do projeto, e o objetivo do projeto é subsídio para que você possa ser um agente provedor de desenvolvimento em região que não tem energia.

Quando você abre para biocombustível, eu acho que aí – eu consulto aqui o autor do projeto –, eu acho que se abre, o que tira a finalidade do projeto. E, por uma coincidência grande, Presidente, aqui está o autor também do projeto, e, duas semanas atrás, nós tivemos a abertura do plantio de soja no Estado de Goiás, oficial. E a demanda daquela região, uma região nova, que é o Vale do Araguaia, é porque não tem energia, e nós temos muita água. Então, a maior demanda daquela região exatamente para o desenvolvimento era a questão de energia. Quando você chega com as energias renováveis, você vem aqui com as fotovoltaicas, e esse tipo de biogás, você vai atender aquela região.

Inclusive, até o Governo pediu, na época, se a gente pudesse também, não inserir onde tenha as grandes geradoras de energia e transmissão. Nós estamos falando desse projeto em regiões que não têm, e em que é para se fazer desenvolvimento.

Então, eu consulto o autor do projeto, que está aqui. Eu acho que, quando a gente abre... Eu acho que pela leitura nossa do projeto dele, por questão de incentivo, ele não abriria para biocombustível. Eu queria consultar ele aqui também. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica a redação do jeito que está, com "biogás" mesmo, e mantendo a rejeição da Emenda nº 6, de "biocombustível".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. Indago...

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a primeira vez que Santa Catarina é maioria aqui. (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Senador Amin, Senador Wilder, o projeto é do...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deputado Pedro Uczai.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Deputado Pedro... Pedro Uczai, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Amin, a importância do biogás nas pequenas propriedades... Você conhece lá em Santa Catarina, no norte...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Começou em Jaborá.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, eu já presenciei, já fui ver diversas propriedades que têm biodigestor para gerar o biogás, principalmente nas granjas de suíno. Estão se fazendo testes hoje, em confinamentos, que têm que ser calçados, pavimentados, para fazer também o biogás do resíduo dos animais.

Eu quero que fique claro, Senador Wilder, ele é muito viável desde que ele produza o biogás e ele mesmo já gere a energia, porque, só para vender o biogás, não dá viabilidade econômica.

Então, ele tem que fazer... Como funciona, Senador Marcos Rogério, Presidente? Funciona assim, ele já gera energia, joga na rede. Aí nós temos aquele outro problema que discutimos aqui, que se joga na rede e não tem.

Agora, há uma grande vantagem no biogás para quem gera energia, que ele pode se programar na hora que a rede de distribuição mais precisa de energia, que é diferente da energia solar. Ele pode gerar no momento de ponta, em qualquer momento que ele precisar ele pode gerar e jogar na rede.

Biocombustível. São todos os biocombustíveis que são produzidos de soja, de milho, de cana... Tudo que vem ou que é produzido, que vem da terra, do produtor rural.

Mas, aqui neste caso, pelo que entendi, a grande preocupação se chama biogás. É isso, não é Deputado?

Então está bom, obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

Amin, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero fazer uma observação.

Primeiro, quero cumprimentar o Relator, Senador Wilder Morais, que deu a este diálogo aqui o sentido mais positivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E quero agradecer pela sua compreensão. Também, ao nosso Senador Jaime Bagattoli, que tem um profundo conhecimento até da nossa realidade.

No nosso caso, são pequenas propriedades com atividade intensa de suinocultura, que dão rentabilidade. Somos o maior exportador de suíno do Brasil, e o terceiro maior do mundo, e a carne mais consumida no mundo é a carne de suíno.

E, curiosamente, um técnico nosso da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) tinha o mesmo nome, só que era Karl, e não Karlos Rischbieter, que também era de Santa Catarina, o Ministro da Fazenda, Karlos Heinz Rischbieter, nascido em Blumenau. E tínhamos na Epagri um especialista nesta matéria de produção de energia a partir de biodigestores de dejetos de suínos, seguindo um modelo que religiosos da região de Joaçaba disseminaram, seguindo uma técnica chinesa.

Em 1979, a estatística era a seguinte. Na China existiam 7 milhões de biodigestores, nas propriedades rurais. E claro que isso se desenvolveu, é uma solução relativamente simples, que regenera o meio ambiente, e por isso merece realmente subsídio para seu incentivo, porque ela transforma algo que é poluidor, se for lançado na água do rio, em energia.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O rejeito vira receita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O rejeito, nesse caso, o lixo, rejeito ou dejeto, como se queira, é dinheiro, e purifica, quer dizer, limpa o ambiente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Esse é o objetivo do projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse é o objetivo do projeto.

Por isso, quero terminar, cumprimentando o Deputado Pedro Uczai, que eu já apresentei. É um Deputado que, tirando o período de seminário – que ele desistiu de perdoar os seres humanos... (*Risos.*)

Mas ontem conheci um colega de seminário com que ele se confessou, lá em Mafra, Casimiro Konkel. Não é isso? Ele não contou os segredos de confissão, não, mas confirmou. (*Risos.*)

Mas tudo isso, quero dizer com a maior cordialidade, somos adversários políticos, mas de extraordinária parceria em vários campos, desde o início da discussão do programa de atendimento a estudantes carentes de ensino superior de Santa Catarina, em que ele ajudou a construir um projeto que foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a participação dele.

Então, partido, partido; pensamento, pensamento, mas, neste caso, eu quero cumprimentá-lo, porque o senhor está prestando um benefício à nossa raiz, né? Santa Catarina, especialmente em Concórdia, tem um privilégio de ter uma empresa da Embrapa que criou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suíno tipo carne, que naturalmente tem grandes vantagens comerciais. Então, Santa Catarina criou uma marca. A primeira vez que o Japão aprovou importação de carne de suíno foi de carne de suíno de Santa Catarina e de Itapiranga, foi do Safrita, que era um pequeno frigorífico lá no extremo oeste de Santa Catarina.

Então, o Deputado Pedro Uczai merece de nós todos respeito e, nesse caso, um aplauso muito especial dos catarinenses aqui presentes. Dos que deram palpite com a saída do Lacerda, dos cinco, três são catarinenses, e o senhor é quase. E o Wilder merece, porque, como gosta de mar e navegação, também tem a nossa sina.

Cumprimento, portanto, o Deputado Pedro Uczai; o Senador Wilder pelo relatório; V. Exa., pela boa intermediação; e o Governo, que está aqui representado pela titular, pela Eva, Eu acho que chegamos aqui a um bom termo, e é uma solução muito prática que vem ao encontro dos nossos objetivos de ajudar a economia e desenvolver a proteção ao meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, uma memória sempre brilhante, trazendo aí os grandes feitos de Santa Catarina e o pioneirismo em vários campos da economia daquele estado que repercutem no Brasil inteiro.

Senador Jaime, solicita a palavra?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para concluir, Deputado e Relator aqui, o Wilder.

No resíduo de bovino, Senador Marco Rogério, se você conseguir – os estudos a gente já foi ver –, se você extrair o biogás, você pode jogar na lavoura, não precisa fazer a compostagem da forma como nós fazemos hoje. Hoje nós não tiramos o biogás, mas temos que fazer um sistema de compostagem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A partir do momento que você gera o biogás, você tem as duas vantagens, as duas riquezas, você gera o gás e ainda tem o fertilizante.

Obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E queima metano. Queima metano, que é muito mais poluente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois é.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Viu, Senador Amin? Você veja que tudo do suíno e do bovino dá dinheiro, até o berro, então, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Agradeço, a participação, o debate enriquece a matéria, aperfeiçoa.

Mas, dessa forma, portanto, fica conforme o relatório apresentado pelo Relator.

Indago se há mais alguém que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

A matéria será submetida à votação simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, pela prejudicialidade da Emenda nº 4-Plen, e pela rejeição das Emendas nº 5-Plen e nº 6-Plen.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Portanto, não havendo... Há apenas a ata para ser deliberada.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e da que a antecedeu.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e onze minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, José Lacerda, Marcos Rogério, Wilder Morais, Beto Faro, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 108/2024 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 110/2024 - CI, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Finalidade:** Debater a situação atual das concessões rodoviárias e a otimização dos atuais contratos, bem como as perspectivas para o futuro. **Participantes:** Anderson Santos Bellas, Coordenador-Geral de Concessões e Serviços Rodoviários da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes; Nicola Espinheira da Costa Khoury, Secretário de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos do Tribunal de Contas da União - TCU; Marco Aurélio Barcelos, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR; e Fernando de Freitas Bezerra, Superintendente de Infraestrutura Rodoviária - ANTT. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos e Jaime Bagattoli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

Comunico o arquivamento dos documentos que tiveram o seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação atual das concessões rodoviárias e a otimização dos atuais contratos, bem como as perspectivas para o futuro, em atenção ao Requerimento nº 108, de 2024, de autoria deste que fala, e ao Requerimento 110, igualmente de 2024, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Convido para tomar assento à mesa, na forma do requerimento, primeiro, o representante do Ministério dos Transportes; o representante do TCU; o representante da ANTT; e o representante da Associação Brasileira de Concessionárias.

Esta reunião, como foi enunciado no requerimento, foi marcada para que se tenha uma visão geral de como estão os contratos de concessão, especialmente a otimização dos contratos.

Eu falo também com o interesse de natureza estadual, do estado que eu represento, preocupado com o andamento desse processo, que teve início, para nós, em janeiro deste ano e acabou dando entrada no Tribunal de Contas apenas em agosto deste ano. E, pelo que eu sei, o processo de otimização não venceu ainda, digamos, as etapas preliminares de contatos com o ministério, com a ANTT e com o próprio Tribunal de Contas da União. De sorte que eu gostaria de pedir uma apresentação breve e objetiva a respeito dos processos de otimização que se encontram no Tribunal de Contas da União e como se encontram.

Por isso, não estando presente o Ministro, eu peço ao seu representante que nos dê a informação essencial. Não se trata de apresentação. Nós já temos informações – eu próprio tenho um levantamento razoável – e não queremos exposição. Se o Ministro aqui estivesse, até seria muito aprazível ouvi-lo.

Então, eu gostaria de saber da parte do representante do ministério: quantas são as concessões cujo processo de otimização se encontra no Tribunal de Contas da União?

O senhor tem o tempo que precisar para responder a essa pergunta e a outras que se seguirão.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS (Para expor.) – Boa tarde, pessoal. Desculpa. Bom dia, pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me fazer uma explanação rápida, já que o Senador solicitou que fosse rápido. Eu vou trazer o cenário dos contratos de concessões que apresentaram otimização para a gente e os que, porventura, chegaram ao TCU.

Os quatro mais de que a gente, inicialmente, tratou eram Eco 101, que é a BR-101, do Espírito Santo; MSVia, BR-163, Mato Grosso do Sul; Autopista Fluminense, que é a BR-101, do Rio de Janeiro; e a Via Bahia. Esses quatro, inicialmente, já foram finalizadas as suas ações dentro do TCU, e, se eu não me engano, falta a Fluminense fazer o processo competitivo agora. A MSVia e a Eco 101 já estão com contrato assinado, rodando; e a Via Bahia – não sei se vocês têm informação – a gente acordou a saída da empresa.

Depois deles, posteriormente, a gente avançou com a Fernão Dias, BR-381, Minas Gerais-São Paulo, que já está com o edital publicado também e vai ser em dezembro o processo competitivo da agência. A Régis Bittencourt, que é a BR-116, São Paulo-Paraná, também já foi aprovado pelo plenário do TCU e está em fase de processamento na agência para a gente fazer o leilão no ano que vem.

Posteriormente a isso, tem o contrato da Via Brasil, que é a BR-163, ali no Mato Grosso e Pará, que está em fase final de análise e avaliação no TCU, e a gente já está na parte até de pós-comissão ali no TCU e, provavelmente, até o final do ano, deve ter aprovação no plenário.

Aqui tem a Concebra, que é essa rodovia que liga Brasília a BH, passando por Goiânia e Itumbiara. A gente também está com o processo bem adiantado já de discussão com eles. Acabou sendo um pouco mais complicado do que a gente esperava no final.

E, por último, agora a gente tem o início do processo da Litoral Sul. Se eu não me engano, acho que é isso, não é, Nicola? Acho que não esqueci nenhuma, não, né? Iniciaram-se as reuniões da comissão recentemente. Se eu não me engano, teve duas reuniões oficiais agora. A gente acabou fazendo várias reuniões preliminares com a concessionária e com a ANTT para poder adiantar algumas coisas. Pela experiência que a gente já teve com a Arteris Fluminense e com a outra empresa que fechou com a gente, a gente já adiantou algumas coisas preliminares para ganhar tempo dentro da comissão do TCU.

Então, esse é o *status* de todos os projetos que chegaram ao TCU.

A gente tem ainda a Transbrasiliana, que é a BR-153, São Paulo, e, se eu não me engano, a Planalto Sul; as duas faltam chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por favor, apresentar uma listagem, porque eu não sei quantos são esses processos que já estão em evolução.

Saúdo aqui a presença do Senador Jayme Campos. Não sei se ele chegou a ouvir sobre a rodovia do Mato Grosso.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – É a Via Brasil, que a gente citou. A Via Brasil também é um processo que envolve o Estado do Mato Grosso e o Estado do Pará e está já em fase final de passar para o TCU. As reuniões da área técnica já chegaram ao final, e a gente está no processamento final para poder sair para o TCU.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente – bom dia a todos –, o senhor me permite fazer apenas uma indagação, Senador Amin?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Na verdade, a concessionária Via Brasil vai do trecho que demanda Sinop até o Pará. É uma concessão dada por 12 anos, se não me falha a memória.

Todavia, com o crescimento do volume de automóveis e caminhões que trafegam ali, há essa proposta da possível prorrogação dessa concessão para mais 20 anos, para que permita, com certeza, a empresa fazer alguns melhoramentos, sobretudo duplicando o trecho de Sinop até a divisa do Mato Grosso com o Estado do Pará.

Porque, infelizmente, a concessão, com todo o respeito, foi muito draconiana, ou seja, foi perniciosa. Quase nada ou pouco se foi feito em termos de investimentos. Virou verdadeiramente apenas também uma praça de caça-níquel, na medida em que a rodovia de que nós estamos falando aqui, a BR-163, demandava Mato Grosso do Sul até o Estado de Mato Grosso, que era da concessionária Rota do Oeste, que era um braço dado a Norberto Odebrecht, e, com a dificuldade que eles atravessaram, fruto de alguns problemas, dos quais não vamos entrar no mérito, infelizmente ele não investiu nada.

Precisou-se de que o Governo do Mato Grosso assumisse essa obra, através de uma negociação muito ampla e uma engenharia financeira muito bem-feita, que permitiu ao Governo do estado assumir, através da Nova Rota do Oeste, e nós estamos duplicando essa estrada, que é considerada a estrada da morte. Infelizmente, morreram mais de 300 ou 400 pessoas, diante do que é um movimento, assim, gigantesco, e, infelizmente, os investimentos foram poucos.

Agora, eu espero que não só o TCU permita, como também a ANTT, que é o órgão regulador, que é a agência responsável, e possamos ainda, até neste ano, se for possível, fazer um chamamento público, ou seja, uma concorrência nova, para termos a Via Brasil ou uma outra empresa que possa se interessar, no sentido de nós duplicarmos também essa importante rodovia.

Então, queria fazer esse esclarecimento, Senador Amin – V. Exa. também é muito conhecedor profundo da matéria. Algumas concessões que aconteceram foram draconianas, em todo o Brasil, lamentavelmente, como foi o caso da Ferronorte, lá atrás, que hoje está prosseguindo – foi draconiano. A empresa foi lá, ganhou e daqui a pouco fez só o que ela bem entendeu, e quem paga a conta é a sociedade, sobretudo com a nossa produção, para escoar.

Dessa forma, eu acho louvável essa iniciativa de V. Exa. em promover esta audiência pública e espero que possamos também dar a nossa contribuição aqui, nesta hora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeitamente.

Eu gostaria, então, que o senhor pudesse compilar, nesse enunciado, se tiver, algum documento, sintetizando ou relacionando essas concessões.

Eu tenho, aqui, um estudo que o meu gabinete fez a respeito do assunto, que vou confrontar depois de ouvir o representante do TCU.

E, aí, eu peço ao Sr. Nicola Espinheira da Costa Khoury que, por favor, se puder, exponha quais são os processos que estão no Tribunal de Contas da União e quais as suas respectivas fases, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

Cumprimento o Senador Jayme.

É um prazer estar aqui, representando o tribunal e participando desta audiência pública, porque, para nós, Presidente Esperidião Amin, é um privilégio, de fato, o tribunal ter a oportunidade de trazer algumas informações de como tem sido o trabalho no âmbito das comissões de solução consensual do TCU.

Eu não sei se o senhor acha interessante... Eu tenho uma breve apresentação para falar do fluxo das comissões, com uma visão geral, se o senhor entender pertinente. Caso não, eu falo dos processos especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, fale dos processos só, porque...

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A portaria e as regras, tanto as do Tribunal de Contas da União como as envolvendo o ministério e a ANTT, são do nosso conhecimento.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Perfeito.

A secretaria foi criada no finalzinho de 2022 e iniciou o funcionamento em 2023. De lá para cá, Senador, nós recebemos mais ou menos 45 pedidos de formação de uma comissão de solução consensual. Alguns não foram admitidos, porque não preenchiam os requisitos da norma.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Todos de otimização?

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Não, não, de temas variados. Então, tivemos lá aeroportos, termoelétricas, rodovias, ferrovias – temas variados.

De 45, 10 não foram admitidos, porque não tinham...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu gostaria que o senhor se fixasse na questão das...

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Rodovias. Otimização de contratos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Otimização de contratos de rodovias.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Perfeito. Nós tivemos... Os casos de rodovias foram, como já dito pelo ministério, balizados pela Portaria 848, do Ministério dos Transportes. Vários pedidos chegaram ao ministério, e alguns foram remetidos ao TCU.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No final de 2023?

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Isso. Dos que foram remetidos ao TCU, nós tivemos – um, dois, três, quatro, cinco – seis processos já homologados pelo tribunal.

E aí, falando por fases, que foi o que o senhor pediu...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – ... os seis que foram homologados foram Eco 101 e MSVia, que já tiveram oferta ao mercado...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa Eco 101 é do Espírito Santo?

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Espírito Santo, exatamente. Inclusive, no Espírito Santo, até o final do ano, vão ser mais ou menos de 20km a 22km já duplicados – agora em andamento.

Então, Eco 101 e MSVia já foram a mercado. Nós temos aí a Fluminense, a Fernão Dias e a Régis, que já foram homologadas e, em breve, irão a mercado, na mesma lógica das otimizações. E a Via Bahia também foi homologada, mas em um acordo diferente, um acordo de saída. E aí vai ter um leilão tradicional, dentro do fluxo decisório da ANTT. Então, esses seis foram os casos já homologados.

Nós temos outros dois casos que foram admitidos no tribunal e que estão na fase de formalização das aprovações do ministério, da agência e da empresa. São os casos da Concebra e da Via Brasil. Ou seja, existe uma proposta de solução para o problema, mas essa proposta de solução aguarda a aprovação, porque, Senador, depois que tem, na comissão, a idealização de uma solução... Nas reuniões da comissão não estão lá, por exemplo, toda a colegiada da agência, o Ministro de Estado e o *board* da empresa – todos esses são representados pelos seus times. Essa proposta de solução que a comissão identifica ser possível seguir nesse caminho é submetida a uma aprovação formal dessas governanças – do Ministro de Estado, da colegiada da agência e do *board* da empresa –, para depois seguir o fluxo interno no TCU. Então, Concebra e MSVia estão nessa fase de aprovação das governanças – ministério, colegiada da agência e empresa –, para depois seguir o fluxo de Ministério Público junto ao TCU e Plenário. Concebra e Via Brasil, então, estão nessa fase.

E aí nós temos a fase seguinte – o próximo grupo é um processo só –, que é justamente o processo da Litoral Sul. O processo da Litoral Sul chegou ao TCU; e, fruto do próprio aprendizado, Senador Esperidião Amin, das comissões anteriores, nós percebemos que tinha uma série de informações que poderia levar dificuldades ao processo decisório da comissão. E aí nós solicitamos algumas informações adicionais à agência reguladora, que realizou um complemento dessas informações e entregou ao tribunal. Essa documentação foi analisada como suficiente para iniciar os trabalhos, e a comissão iniciou na semana passada.

Então, na semana passada, nós tivemos duas reuniões, como já foi dito pelo Anderson, do ministério, em que os trabalhos do caso da Litoral Sul foram iniciados, estão em fase de discussão agora no tribunal. Aí, nós temos outros dois possíveis casos que não foram remetidos ao TCU, mas que foram também objeto de requerimento das empresas junto ao Ministério dos Transportes, que são os casos da Transbrasiliana e Planalto. Então, essas duas não foram remetidas ao TCU.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A 153 e... A Transbrasiliana é a BR-153.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Transbrasiliana é a BR-153.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – A 376 e a 153. Como elas não vieram ainda, eu confesso que eu não tinha essa resposta de cor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Então, hoje, no que de fato a gente está investindo mais energia, Senador, para discutir, é o caso que está em andamento: o caso da Litoral Sul.

Só para aproveitar a oportunidade, como funciona esse trabalho da comissão? Eu o dividiria em três etapas. A primeira etapa é uma etapa em que a gente busca nivelar informação dentro da comissão. O ministério, a agência, a empresa, eles trazem a esse ambiente de discussão da comissão a visão deles do que é o problema, por que o contrato está com dificuldade, quais são os principais gargalos, quais são os problemas que o contrato enfrenta. Então, é a fase inicial de buscar nivelar conhecimento sobre os problemas do contrato.

A segunda fase é buscar identificar quais são os caminhos para resolver esses problemas, quais são os possíveis caminhos para endereçar a solução desses problemas.

A terceira fase é, identificando o caminho, que seria um caminho que, no fim do dia vai respeitar a legislação e ampará-la em pé, dar concretude a esse caminho. Então, como mitigar os riscos desse caminho, como explorar melhor os benefícios que ele pode trazer para o usuário. Essa é uma diretriz do Ministro Vital do Rêgo, em que sempre a gente tem uma atenção muito grande ao benefício para o cidadão. Então, esse é o olhar que a comissão busca ter, endereçando a solução para melhor atender ao cidadão, sempre balizando os pilares tradicionais de prazo, tarifa e pacote de investimentos que caberiam para que a tarifa não fique tão alta, ou que o prazo não fique tão longo. Então, como balizar essas três variáveis de modo a atender melhor o usuário é o tema que acaba sendo foco de discussão no âmbito das comissões, Senador.

Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – ...teria alguma informação adicional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não preciso lhe dizer que, pessoalmente, o meu maior interesse é exatamente conhecer...

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ...o desdobramento dessa questão da Litoral Sul. O Senador representa o Brasil, mas representa, acima de tudo...

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... os seus estados. E essa rodovia é, talvez, a de pior nível de serviço, em termos de qualidade de serviço, que o Brasil registra atualmente, de forma que eu voltarei a lhe fazer indagação a respeito de outros temas que os Senadores aqui levantem e sobre esse também.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou abrir a palavra ao representante da ANTT, o Sr. Fernando, para que nos informe a respeito dos contratos, do andamento dos processos no Tribunal de Contas da União, dos contratos que estão nessa fase inicial, como eu considero que está o contrato da 101 Norte, que é o da Litoral Sul.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA (Para expor.) – Bom dia a todos presentes. Agradeço a oportunidade, Senador, pelo convite.

Como foi colocado, no início, tinha uma previsão de 14 contratos para serem otimizados, e três não foram admitidos. Então, a gente já tem dois contratos que já se iniciaram: da Eco 101, no Espírito Santo – manteve-se o grupo controlador, o grupo EcoRodovias –; e, no Mato Grosso do Sul, da MSVia. As duas mudaram o nome: agora a MSVia se chama Motiva Pantanal, e a Eco 101 é Eco Capixaba. Foi importante... Teve um processo competitivo transparente, outras empresas puderam participar e permaneceram as atuais empresas. Do ponto de vista da gestão contratual, foi interessante, porque são empresas que têm grande capacidade de execução, grupos grandes, que já tinham projetos em andamento. E inclusive, no Espírito Santo, há a previsão de que a gente antecipe já a primeira meta do primeiro ano de duplicação, de obras de ampliação de capacidade. Vai ter entregas já neste mês ainda, provavelmente. Então o início está sendo bem exitoso.

Foi estabelecido, na otimização, acompanhamento trimestral. Então a gente vai acompanhar mais de perto esses contratos. Vai ter um período de transição de três meses. Eu sou o Superintendente que faz a gestão dos contratos, então a gente instituiu comissões para acompanhar de perto a evolução dos investimentos, porque, se a concessionária não cumprir alguns trimestres, ela tem uma aceleração num processo de encerramento do contrato. É isso que a gente não quer, então a gente tem tido reuniões para tomar ações preventivas, porque o objetivo da gente é que dê certo. E tem que dar certo. Então, a gente está trabalhando em conjunto com essas concessionárias.

E no âmbito da ANTT, a gente sabe que a gente teve uma restrição orçamentária que afetou a força de trabalho da gente, da parte de supervisão de obras. Então, nas otimizações, em todos os contratos também, a gente está instituindo a figura do verificador independente, que são empresas com *expertise*, com conhecimento de acompanhamento de obra, acompanhamento de serviços, que vão dar apoio à superintendência e gerar relatórios e gerar indicadores que a gente possa acompanhar. Então a gente está instituindo essa figura de verificador, que vai nos auxiliar, haja vista que teve restrição orçamentária, e a força de trabalho de servidores também não é muito grande na agência.

E hoje a gente está com 31 contratos. Teve o contrato da Concer, no Rio de Janeiro, que substituiu a empresa, e vai iniciar agora a Elovias, que é uma empresa nova.

Hoje a gente está em torno de 16 mil quilômetros. E temos mais sete leilões neste ano para serem realizados. Desses sete, como foi colocado, dois são de otimização contratual.

Então a agência se preparou para este momento de aumento de concessão e das otimizações, o que está aumentando muito a quantidade de investimentos. Então, Senador e demais, este início está sendo bem exitoso.

Quanto à MSVia também, acredito que a gente vai conseguir antecipar investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem conversado muito com o Ibama, porque hoje a gente tem uma dificuldade, é um caminho crítico o processo de licenciamento. Então a gente também tem trabalhado junto, para que não ocorram atrasos no cronograma de obras em função do licenciamento também.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito.

Gostaria de abrir um espaço também para o representante da associação, da ABCR, que se faz presente, o Sr. Marco Aurélio Barcelos.

O SR. MARCO AURÉLIO BARCELOS (Para expor.) – Muito bom dia, Senador Esperidião Amim. Agradeço ao senhor o convite, a oportunidade de poder estar na bancada e contribuir com as informações necessárias.

Cumprimento os Srs. Senadores aqui também presentes, a todos os presentes.

Quero dizer que, sob o ponto de vista setorial, a ABCR entende que os processos de otimização representam oportunidades, como o próprio nome diz, de trazer uma nova tônica para os contratos, de otimizar contratos que vinham apresentando frustrações, problemas de *performance* decorrentes de múltiplos erros do passado.

E quero dizer, Senador, que, no nosso entendimento, a governança instituída via Ministério dos Transportes, sobretudo com a liderança do Tribunal de Contas da União, confere os ingredientes necessários para que a gente nutra perspectivas muito otimistas sobre o futuro desses contratos.

Nós acreditamos, como o Superintendente Fernando Bezerra já antecipou, nós acreditamos que esses contratos passarão a entregar serviços de obras em qualidade, em patamares ainda não testemunhados. E isso agrega ao portfólio de novos projetos que o Ministério dos Transportes vem constituindo e que faz, Senador, com que nós vivamos hoje, de fato, um momento muito positivo para a infraestrutura rodoviária no país.

A ABCR está à inteira disposição do gabinete do senhor, assim como de todos os Parlamentares aqui da Comissão de Infraestrutura do Senado. E gostaríamos, de forma sempre muito expedita, de atender às demandas e às informações que o senhor entender necessárias.

Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade que nos foi conferida.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu fico muito grato.

Eu vou passar agora às perguntas pontuais, que eu próprio tenho e os Senadores já inscritos também. O Senador Jayme Campos tem a palavra, depois eu falarei e eventualmente o terceiro a falar é o Senador, também Jaime, Bagattoli.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Presidente, Senador Esperidião Amin, senhores convidados, eu prestei atenção à fala naturalmente do representante da ANTT, do Ministério dos Transportes, do TCU, do nosso representante aqui da ABCR. Eu acho muito oportuna esta audiência aqui, até para nós dirimirmos algumas dúvidas que existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas antes disso, eu quero fazer um elogio ao Tribunal de Contas da União. Todas as vezes em que, nós, de Mato Grosso, estivemos procurando lá o tribunal para resolver algumas demandas, sobretudo em relação ao prosseguimento da nossa ferrovia, que demanda Rondonópolis até Lucas do Rio Verde, fomos muito bem atendidos, na medida em que essa ferrovia tinha um problema muito sério, Senador Amin.

Para o prosseguimento, era feita a concessão através do Governo Federal. E a própria Constituição Federal, lá nos seus artigos, diz o seguinte: que quando essa ferrovia está, ou seja, ingressou no território estadual, ela também poderá ser feita via concessão estadual. Para tanto, nós aprovamos uma lei, na Assembleia Legislativa, e depois de uma negociação ampla que nós fizemos com o Ministério do Transporte, na pessoa do ex-Ministro Tarcísio, conseguimos esse avanço.

Mas tudo isso aconteceu porque o Tribunal de Contas da União permitiu que fosse renovada essa concessão, pelo fato de que existia há pouco tempo. Como é que você vai fazer um investimento desse tamanho, dessa grandeza, se nós não tivéssemos uma garantia de que essa concessão permaneceria em sua mão?

Feito isso, foi resolvido. A obra está andando em direção a Lucas do Rio Verde. O primeiro trecho, eu imagino que por volta de janeiro, fevereiro, talvez março do ano que vem, já poderemos receber carga lá em Campo Verde. Daí para a frente, prosseguindo naturalmente com os transbordos que poderão acontecer.

Então quero aqui louvar a iniciativa do Tribunal de Contas, que tem contribuído sobremaneira, não só nesse caso particularmente, mas sobretudo, nessa demanda que havia também em relação à BR-163, cujo detentor era a Odebrecht, através da Rota do Oeste. Feito isso, teve a participação efetiva do DNIT, da ANTT, todos contribuíram e, graças a Deus, as obras estão indo muito bem, sendo resolvidas.

Mas eu queria só fazer uma pergunta ao Fernando, sem muita delonga.

Fernando, a Agência Nacional de Transportes Terrestres tem realizado consultas públicas com o intuito de conhecer as realidades e necessidades dos usuários das rodovias federais do Brasil? Em caso positivo, quais os resultados encontrados por estado? Essas manifestações públicas foram levadas em consideração nos processos de concessões de rodovias abertas neste ano. Quais foram os critérios de escolha de rodovias a serem concedidas especificamente no Estado de Mato Grosso? Os usuários das estradas e os habitantes das cidades vizinhas às rodovias foram ouvidos nesse processo de seleção? Em caso positivo, que melhorias foram demandadas e qual dessas melhorias estão previstas no leilão de 2025?

Veja se você consegue me dar essa informação aí.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS (*Fora do microfone.*) – É para o ministério, né?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O Ministério dos Transportes.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – O ministério, né?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O Ministério dos Transportes; Anderson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS (Para expor.) – Deixe-me só entender a sua pergunta: você perguntou da questão das audiências públicas relacionadas aos contratos de concessões novos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Positivo.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – E a questão de melhorias... Está bom, entendi. Relacionadas ao Mato Grosso, é o que o senhor quer saber, certo?

Os projetos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Essa pergunta aqui é endereçada ao Fernando lá, que é da...

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – ANTT

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... ANTT. Isso.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – É que eu acho, Senador, que talvez o ministério tenha mais propriedade...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo!

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – ... porque é o formulador de política pública quem define, né?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, concluindo, para ficar já...

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – É meio isso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Anderson, já concluo aqui, então, já coloco as duas aqui, e você responde, tá?

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – Deixe-me tentar colocar o que o senhor perguntou.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, coloque porque eu vou fazer outra pergunta só.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – A questão do critério: qual é o critério para se definir onde se conceder ou não se conceder?

Essas carteiras que a gente tem hoje na lista, de 2023, 2024, 2025, até 2026, normalmente, são carteiras que já vêm sendo desenvolvidas há bastante tempo. A União tem a sorte de ter uma equipe técnica, um corpo técnico de servidores muito qualificados que lidam com essa parte de estruturação. Aí, eu estou falando não só do Ministério dos Transportes; eu estou citando a própria ANTT, a Infra S.A. – o pessoal que trabalha, que estrutura – e o pessoal do BNDES. Então, a gente tem um corpo maduro que já vem há bastante tempo, desde a época da terceira etapa de concessões. E, baseada na experiência que a gente tem, a gente consegue ter hoje um filtro muito bom de onde se tem melhores expectativas de projetos maduros de concessão.

Em geral, você vai olhar a questão do tráfego pagante que está disponível naquela região. Quando você tem uma região que tem baixo tráfego pagante, você não consegue viabilizar uma concessão, porque você não tem a quantidade de pessoas suficiente que vai pagar e vai gerar um Capex ou um valor financeiro suficiente para fazer investimentos naquela rodovia. É até um desafio que futuramente o Governo vai enfrentar. Daqui a pouco, a gente vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar a ter só rodovias não concedidas, que, para se viabilizarem, vão se viabilizar somente se tiver um aporte financeiro ou esse tipo de coisa.

Então, no caso do Mato Grosso, especificamente, nos estudos de tráfego que foram feitos nos últimos anos, identificou-se que apenas a BR-163, por óbvio – já tinha a CRO lá –, a BR-262 e a BR-267, que, por sinal... Não, desculpa; é do Mato Grosso do Sul que eu estou falando, não do Mato Grosso – desculpa. Confundi aqui.

Então, as demais rodovias do Mato Grosso... Tem duas rodovias – eu não me lembro do número delas, tá? – mais abaixo da CRO que também vão compor...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tem a BR-158, a BR-242...

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – Isso! A Rota Agro Norte, a Rota Agro acabou que compôs. São as rodovias em que, junto com a malha do Estado de Goiás e do Estado de Rondônia, a gente conseguiu compor projetos em que a gente teria um tráfego suficiente para suportar investimentos ao longo da rodovia. Então, basicamente é isso. São estudos de engenharia que verificam tráfego e capacidade de investimento. Então, no Estado do Mato Grosso, a gente já está caminhando para cumprir com todas as rodovias que têm um tráfego estimado que permita uma concessão.

Quanto à audiência pública, é uma etapa obrigatória a audiência pública nos processos de concessões. Então, para essas duas rodovias do Mato Grosso que a gente fez recentemente – está na nossa carteira –, a gente teve a etapa da audiência pública. Ela é feita pela ANTT, tá? Apesar de o Ministério dos Transportes ter a política pública, quem executa para a gente é a agência. O pessoal que faz nem está aqui, né, Fernando? O Fernando é da superintendência de gestão de contratos, e quem faz audiência pública para a gente é o pessoal do Stéphane – né, Stéphane? –, que é a superintendência de concessões. Mas em geral a gente tem todo um detalhamento. Tem um documento técnico que a agência faz lá, pedido a pedido que o pessoal faz, e justifica se aceitou ou não.

Você perguntou aí o detalhe, para mim, de quais pedidos foram solicitados, o que foi aceito. Assim, peço desculpas, é que não dá para lhe dizer com detalhes aqui, porque é um documento gigante mesmo lá que a ANTT faz, é uma nota técnica muito grande, e a gente teria que pegar, ler e mostrar item a item para vocês do que foi apresentado pela sociedade, o que foi aceito e o que não foi aceito, está bom?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Está ótimo.

Presidente, mais uma pergunta para o nosso querido amigo aí, Nicola.

O Tribunal de Contas da União já afirmou a necessidade de melhorias na divulgação dos contratos e na publicidade, de que dê informações a respeito das concessões de rodovias no país. Eu quero solicitar a V. Exa., como representante, que elucide essas falhas, que esclareça se há falta de transparência nos dados divulgados pela ANTT. Como o TCU tem atuado para proteger o usuário, ou seja, o cidadão brasileiro, quando concessionárias não cumprem os seus contratos?

Essa é a minha indagação que eu quero fazer para V. Exa.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, nessa pergunta...

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Senador Jayme Campos, é incorporada a grande preocupação da Comissão de Serviços de Infraestrutura, exatamente no mesmo sentido.

Portanto, o senhor considere que a indagação do Senador Jayme Campos é da própria Comissão.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Obrigado, Presidente.

Senador, internamente no TCU nós temos várias divisões. Hoje eu estou liderando a área que trabalha com soluções consensuais, mas já atuei também coordenando a área de infraestrutura do tribunal; então, logicamente tenho um conhecimento dos trabalhos do TCU, mas tem uma área específica que é a auditoria que cuida de rodovias e aviação, que pode trazer... Eu posso encaminhar para os senhores, Sr. Presidente, mais detalhes sobre as informações.

O que eu posso dizer é que o tema transparência é um tema muito caro para o tribunal. Então, o tribunal seguramente tem trabalhos buscando avaliar o quanto a agência tem avançado nesse sentido. E, de igual modo, falando da área que eu atuo, mesmo nas comissões de solução consensual, hoje, a gente tem, por exemplo, no nosso *site*, um resumo de cada caso. Agora, a Litoral Sul está começando, começou na semana passada. Uma das primeiras atividades é buscar fazer um resumo das controvérsias que estão em discussão na comissão e publicar na página do tribunal. Todo julgado tem uma um resumo do julgado também na página do tribunal. Então, veja, tanto internamente quanto externamente, é um tema que o tribunal tem um olhar atento.

Eu posso encaminhar depois para os senhores informações sobre a atuação mais específica da nossa unidade especializada em auditoria em rodovias, e de como na visão da unidade tem avançado o tema da transparência – mas é uma informação que eu não tenho aqui agora em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA (Para expor.) – Senador, só aproveitando a pergunta, a gente participou, umas duas semanas atrás, de uma reunião no TCU, justamente com a equipe especializada, e tem um processo de auditoria em andamento. A gente recebeu uma diligência recente do TCU com uma proposta de encaminhamento.

De forma geral, a ANTT tem dado publicidade, o *site* da ANTT é bem completo, mas a gente precisa organizar melhor a informação para o usuário comum, porque às vezes a gente tem lá documentos muito técnicos que o usuário comum não consegue entender. A gente está com um trabalho internamente para fortalecer o diálogo com a sociedade muito na linha até da visão do TCU, de participação e controle social, do cidadão conseguir participar e fiscalizar.

Então, no âmbito dos contratos, a gente instituiu comissões tripartites para todos os contratos. São reuniões que acontecem com uma periodicidade pelo menos semestral, em que qualquer empresário, sociedade civil, prefeituras ou o próprio estado pode participar e contribuir na fiscalização com propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também tem instituído um processo de levantamento de necessidades, no qual a gente realiza reuniões participativas nos estados. A gente teve uma recente, por exemplo, em Santa Catarina, lá na Via Costeira. A gente coleta subsídios também que podem fornecer elementos para uma revisão quinquenal do contrato, um termo aditivo simples e temos as revisões quinquenais também que têm audiências públicas que têm a participação de toda a sociedade. Tem a participação oral, tem participação escrita, e como o Anderson falou, nas audiências públicas é gerado um relatório e analisadas todas as contribuições, mesmo as que não foram aceitas tem a justificativa e o motivo.

Então, a ANTT tem trabalhado para que a gente dê mais transparência. Por exemplo, a gente começou agora a publicar as autorizações de início de obra no *Diário Oficial*, porque aí todo mundo sabe que a obra foi autorizada, o prefeito consegue cobrar a concessionária e nos ajuda também nessa fiscalização para que a gente consiga entregar os investimentos. Existe, então, uma auditoria no TCU hoje justamente para aperfeiçoar a transparência ativa da agência e o TCU contribuiu muito, pois eu acho que a gente precisa melhorar realmente. A gente está trabalhando, este ano, para melhorar o *site*, mas, também, divulgar na própria concessionária, no dia a dia do usuário, na forma como ele paga. A gente tem, por exemplo, o Free Flow, que tem muitas dúvidas ainda, então a gente tenta esclarecer o máximo para o cidadão para que ele não tenha dúvida, saiba dos direitos dele e o que ele está pagando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Quero só fazer um aparte a V. Exa.

O Free Flow, o nosso mestre é o autor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Relator...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E eu tive a primazia de ser o Relator, com certeza um projeto de avanços, talvez dos últimos 10, 20 anos que nós tivemos no Brasil.

Está de parabéns o Senador Amin, que lutou lá na Câmara e depois, como Senador, conseguiu esse grande feito para a sociedade, sobretudo para quem trafega em nossas rodovias, para pedagiar no Brasil.

Parabéns, Senador Amin, uma vez mais.

Eu tenho dito que ele é um craque, mas ele é o nosso mestre, o nosso professor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Parabéns a V. Exa. que foi o Relator que introduziu o Free Flow em nossa legislação.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS (Para expor.) – Deixe-me só complementar a resposta do Fernando.

Eu vi essa auditoria que o TCU estava fazendo de transparência com a agência. Eu sou da carreira da ANTT, então, desde 2014 eu trabalho com concessão. Inclusive aquela do contorno de Florianópolis quem fez a nota técnica para o aditivo fui eu, Senador.

O Senador sabe o papel que teve para a gente conseguir terminar aquele contorno de Florianópolis.

Eu estou falando que fui eu quem redigiu ali aquela nota para poder sair aquele aditivo lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só um detalhe, a natureza da informação de concessões de rodovias, e isso eu não falo só de rodovias, mas concessões também quando você lida com concessão de energia, ou seja, qualquer tipo de concessão, normalmente é muito tecnicista e difícil para a gente levar para a população.

Então, esse é um desafio que o TCU está impondo para a gente agora como Governo, para a ANTT – o Fernando sabe do que estou falando –, e é um trabalho que o Fernando está começando a conduzir. A ideia é que a gente tente trazer alguma forma de simplificar a informação, que é tecnicamente complicada, para a população comum ter um entendimento melhor do que está acontecendo no contrato de concessão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY (Para expor.) – Esse trabalho que está em andamento, essa auditoria sobre transparência, deve ser concluída pela unidade técnica até o final do mês agora, e o relator é o Ministro Jorge Oliveira. Então, o processo está em andamento – só para dar um panorama.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Indago se o Senador Jayme Campos está satisfeito – não se está satisfeito com o resultado final, mas se está satisfeito com as respostas.

Eu gostaria de transmitir ao representante do Ministério dos Transportes, à ANTT e ao Tribunal de Contas da União... Não vou abordar toda a questão, mas há um assunto que vai nos levar à Comissão de Segurança Pública...

O senhor transmita isso ao Ministro, por favor. (*Fora do microfone.*)

Nós vamos acabar fazendo uma sessão, uma audiência pública, na Comissão de Segurança Pública, que é sobre a questão do Morro dos Cavalos.

Em março deste ano, nós tivemos um acidente naquela obra, que é uma meia sola, que é uma gambiarra, que não tem pai nem mãe, porque ela é de um trecho que não fazia parte do contrato da Litoral Sul. Foi aditado para retirar, de dentro do centro de Palhoça, do Rio Cubatão, a praça de pedágio, que hoje é o único ponto de parada e descanso de motoristas instalado em Santa Catarina, depois de dez anos do pedido.

Em 2014, eu fiz o pedido à ANTT. O Dr. Jorge Bastos, que hoje é o Presidente da Infra, deferiu, e só foi inaugurado em abril de 2024, mas, neste ano, nós tivemos um acidente em que a mão de Deus impediu uma mortandade.

Naquela gambiarra, que é uma espécie de canaleta, um caminhão, que transportava um inflamável potente, capotou e derramou aquele líquido incandescente naquela canaleta da subida do Morro dos Cavalos. Senador Jayme, 21 automóveis e cinco caminhões se incendiaram e ninguém morreu. Numa canaleta! Foi a mão de Deus, mas aquilo lá é uma questão de segurança pública, de forma que o próximo convite ao Ministro será na Comissão de Segurança Pública, porque a solução do Morro dos Cavalos está dependendo do Ministério dos Transportes.

Não posso pessoalizar, mas deveria; ou seja, nós todos sabemos que aquilo é o ponto mais vulnerável da rodovia no Mercosul. Todo mundo sabe disso. O aviso mais eloquente já veio: um incêndio, um acidente com 21 automóveis incendiados e cinco caminhões. E estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependendo da definição de qual obra será feita para dar uma solução definitiva ao gargalo do Morro dos Cavalos.

O que eu quero deixar consignado é o seguinte: essa obra toda a sociedade catarinense considera prioritária, por causa da segurança das pessoas que ali trafegam. E o que é pior, ela será uma obra pesada, cara, que todos nós, em decisões havidas em reuniões regionalizadas, desejamos que seja cominada – essa obra – ao contrato da CCR, agora, Motiva, porque nós estamos no período de avaliação, de revisão, de contrato quinquenal, e essa é a decisão tomada.

Agora, sobre qual é a obra, isso é uma decisão do Ministro. Claro que não é uma decisão solitária, mas todos nós reconhecemos a sua autoridade para isso, também a sua responsabilidade. Nós não sabemos ainda qual é a decisão. Quero louvar a atitude do Presidente do Tribunal de Contas da União, que nos recebeu no dia 12 de agosto... Você não estava naquela reunião?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estava.

Então, o que o Ministro disse? "Olhe, para que isso seja aprovado, é preciso que haja unanimidade". Claro que o tribunal ainda vai analisar. Então, há unanimidade absoluta das lideranças, da classe política, dos Prefeitos, dos Vereadores, das entidades de classe, patronais e de trabalhadores, de que é melhor deslocar essa obra, com seu respectivo custo e concepção, para o contrato da CCR, porque ela fica ao sul de Florianópolis, num trecho que foi incorporado ao contrato, em caráter emergencial, para deslocar a praça de pedágio.

Ora, essa decisão tem que ser encaminhada por quem de direito ao Tribunal de Contas da União. Quem é de direito? É o Ministério dos Transportes, claro que com o apoio da ANTT, com as manifestações técnicas, ou seja, isso é uma obrigação do ministério. Então, eu quero deixar consignado isso.

Quero pedir ao Anderson, que foi tão útil no destravamento da obra do nosso contorno viário, que transmita ao nosso colega Senador Renan Filho que nós seremos obrigados a convidá-lo, no mínimo convidá-lo – e se necessário, de uma maneira mais enfática, convocar –, para que ele nos dê uma resposta. Eu sei que ele é um homem operoso, trabalhador. Então, queria que isso chegasse institucionalmente ao Ministro Renan Filho: sobre a definição do Morro dos Cavalos, qual é a obra que o ministério opta por fazer? Se são dois túneis, se é um túnel, o alargamento ou a utilização do traçado atual? Se é o túnel ou se é o contorno do Morro dos Cavalos? E a aflição é muito grande, porque o aviso, repito: já foi o acidente de março, mais do que aquilo, então não precisa receber de aviso. Então, eu queria que o senhor... Eu queria deixar registrado, com o maior apreço e respeito: nós precisamos da definição de como nós vamos abordar o Tribunal de Contas nas negociações, seja da otimização, seja da renovação quinquenal...

Qual é o nome técnico?

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – Revisão quinquenal do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Revisão quinquenal.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS (*Fora do microfone.*) – A cada cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para que nós possamos pedir. Não há o que pedir ao Tribunal de Contas da União, se não houver a definição do partido assumido; e não há como cobrar prazo nem solução. Portanto, ficaremos nessa incerteza de insegurança indefinidamente.

Então, esta reunião tem o aspecto nacional que está sendo aqui abordado, mas eu faço, da maneira mais enfática, o apelo para que o ministério, para que o Ministro, para que a Dra. Viviane e para que a ANTT conduzam, no Tribunal de Contas da União, esta questão dessa forma.

Com relação às obras de otimização da BR-101, nós queremos um fluxo para debater. E, na revisão quinquenal do trecho sul, queremos a inclusão, da maneira mais imediata possível e correta, com a autorização do TCU dessa obra, que é a prioridade número um para a vida dos catarinenses. Não é apenas um gargalo; é um gargalo com alto poder deletério, tanto em termos de vidas humanas quanto em termos de economia, posto que não há, nas imediações, uma alternativa para passar por ali, em transporte rodoviário. Parou... Deu um acidente, parou, acabou! Não tem conversa, e o risco de vida é dramático.

Essa é a colocação que eu faço e quero deixar registrada. Peço que transmitam, em seus relatórios, tanto à ANTT quanto ao Ministério dos Transportes, e que o senhor transmita, junto com o nosso agradecimento, ao Presidente do TCU também um apelo para que o próprio TCU também cobre uma solução, para poder encaminhar os seus estudos que o senhor muito bem aqui descreveu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY (Para expor.) – Presidente, obrigado pela problemática que o senhor traz. É um tema que é sensível, e todos sabem os desafios que é a implantação do tema do Morro dos Cavalos.

Eu diria, Presidente, que essa escuta, a importância dessa escuta de que o senhor falou, é bem retratada na própria cobrança interna que o Presidente nos faz, o Ministro Vital, para realizar painéis de referência sobre todos os processos que estão em andamento no TCU.

Então, cada processo que está em discussão na SecexConsenso, nas Comissões de Solução Consensual – e na Litoral Sul não vai ser diferente, porque a gente ainda vai marcar a data, provavelmente, para meados de novembro ou para o final de novembro... Esse painel de referência...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já leve o pedido para antecipar para este mês, por favor.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Na verdade, depende muito da... É aquilo que eu falei para o senhor: o conhecimento da problemática para discutir a solução. A ideia é um painel para discutir a solução, e a gente sempre tem convidado também as bancadas, tem convidado os Parlamentares da região para que possam ir lá levar a sua mensagem, levar as suas preocupações, levar o seu senso de urgência e de priorização para o tema.

A ideia é que esse painel de referência possa debater quais investimentos também devem ser priorizados no estado, já que a própria demanda, com relação à Litoral Sul, é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande. São múltiplos investimentos e, dificilmente, você consegue encaixar todos os investimentos no contrato, buscando ter uma tarifa que seja, de fato, razoável para o usuário, para que a tarifa não exploda...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já antecipo ao senhor: sem a obra do Morro dos Cavalos no contrato da Litoral Sul, eu acho que as coisas ficam palatáveis.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Seguramente, porque a solução do Morro dos Cavalos é muito onerosa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A solução do Morro dos Cavalos é onerosíssima.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Sim. Isso está em debate.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, na revisão quinquenal do trecho Sul, não há nenhuma outra obra, ou seja, na linguagem mercadológica é um mar azul, não tem competição. No trecho da Litoral que é a BR-101 Norte, o mar é vermelho, como se diz, está havendo briga, está havendo excesso de pescador e excesso de mortandade, em termos de danos a evitar.

O SR. NICOLA ESPINHEIRA DA COSTA KHOURY – Perfeito, Presidente.

Eu acho que é essa a solução sobre a qual o ministério vai seguramente se debruçar também junto com a agência, buscando avaliar qual o impacto na tarifa de cada contrato para ter uma solução que enderece melhor a problemática. Isso está no radar, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Jaime Bagattoli. A bancada de Santa Catarina hoje está forte.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – Senador Esperidião, quer que eu atualize rapidinho, em nome da ANTT, sobre o Morro dos Cavalos?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA (Para expor.) – De forma bem rápida, objetiva, aproveitando a oportunidade.

Como o Senador Esperidião comentou, a Litoral Sul se conecta com a Via Costeira – e são dois contratos diferentes. Um pouco antes de iniciar o processo de revisão quinquenal, a gente fez um estudo para tentar incorporar esse investimento e que a Via Costeira fizesse o investimento dentro do trecho da Litoral Sul. Mas aí a gente, do ponto de vista jurídico, teve uma barreira, porque hoje a gente não tem previsão de investimento cruzado, é um investimento de um contrato dentro do outro. Como o senhor falou, para ser feito esse investimento, a gente teria que fazer um termo aditivo, retirar o trecho da Litoral Sul e incorporar na Via Costeira. A Via Costeira tem uma tarifa baixa, então comporta. Mas o que a gente está fazendo nesse meio tempo? Considerando que o trecho ainda está no escopo da Litoral Sul, a gente fez uma proposta para a diretoria para autorizar um estudo de viabilidade técnico, econômico e ambiental, o qual, a ser desenvolvido pela atual concessionária Litoral Sul, vai dizer qual a melhor obra para aquele trecho, se vai ser um túnel. O Dnit, no passado, já tinha iniciado um processo de licenciamento ambiental como um projeto de túnel.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já tinha licitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – Licitado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quem embargou a licitação foi o Tribunal de Contas da União com a alegação – que eu não vou dizer que é controversa – de que, enquanto não conduzirem as obras da 280 e da 470, não tem cabimento começar uma obra nova. Foi mais ou menos esse o texto da decisão do TCU.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – Sim. E o Governo do estado, se não me engano, apresentou também uma proposta de um traçado, mas passa por uma área indígena. Então, a gente vai fazer esse estudo de viabilidade nesse meio tempo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Passa por uma área indígena decretada em dezembro do ano passado e que está sofrendo um PDL já aprovado no Senado Federal – está na Câmara –, sustando os seus efeitos.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – Então, só para dizer que estão autorizando o estudo de viabilidade, que vai endereçar qual a melhor obra, e que a gente vai dar esse tratamento, nesse meio tempo, até ter a otimização contratual. Então, a ANTT ela está trabalhando nesse sentido, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente, hoje o Esperidião Amin...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ontem, eu estive com o Secretário de Transportes de Santa Catarina – seus vizinhos –, Jerry Comper, e os seus primos, todos os seus primos. Ele manda na Secretaria de Transportes de Santa Catarina também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero cumprimentar aqui o nosso Senador Esperidião Amin e dizer para você, Esperidião, que você tem razão, talvez eu conheça algumas rodovias lá em Santa Catarina, mais do que muitos Parlamentares de lá, até porque fui motorista de caminhão, andei um pouco lá também, mas há muitos anos.

Quero cumprimentar aqui o Anderson, Coordenador-Geral das Concessões, convidado, o Nicola, o Marco Aurélio. Quero cumprimentar o Fernando, da ANTT.

Digo para vocês o seguinte: eu não sou contra a privatização de rodovia, até porque eu tenho um grande conhecimento e sei que o Governo não tem braço, não tem mais recurso, não tem mais condição a não ser a privatização. É rodovia, é ferrovia, são os aeroportos, enfim, a infraestrutura do Brasil que se está por fazer tem que ir para a iniciativa privada, tem que ir para a privatização.

Nós temos a 364, a 163 e a 101. A BR-364 é uma rodovia de mais de 3 mil quilômetros, quase 3,3 mil quilômetros. Nasce aqui, na divisa, praticamente, de São Paulo, corta o Goiás, o Mato Grosso, corta Rondônia, chegando ao Acre, na divisa, e é a BR-364 que interliga a Rodovia Transoceânica, pela qual nós chegamos ao Pacífico, depois de sair da 364, entrando no Peru. É tudo asfalto hoje, até lá, na Cordilheira dos Andes. E eu estou no Município de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vilhena, que é exatamente na divisa do Mato Grosso e é a divisa das águas entre o Oceano Pacífico e o Oceano Atlântico. Dali ao Oceano Pacífico é a mesma distância de você ir a Santos, aqui no Oceano Atlântico.

O que me preocupa muito na questão da privatização... Vocês, a ANTT... Foi feita a privatização da BR-364 em torno de 685km; pegaram dez quilômetros à frente de Vilhena, 12km, em um trevo que vai para Colorado do Oeste, e privatizaram esses seiscentos e oitenta e poucos quilômetros, com custo, Senador Jayme Campos, de R$40 por tonelada: um custo altíssimo, pouco investimento, são só 110km de duplicação, só vai ter em torno de 195km de terceira faixa, os primeiros três anos com praticamente zero, 25km de terceira faixa em três anos e oito anos para concluir esses 195km, mais esses 110km de duplicação, e uma concessão por 30 anos.

Agora, o que me preocupa muito é que, quando se fizeram os estudos, falou-se que foi feita audiência pública. Não foi feita audiência pública, só foram comunicar, comunicar que a rodovia ia ser privatizada.

E eu queria, sim, que o Governo... Nós não tivemos a oportunidade de chegar e conversar sobre essa situação. É a única BR que corta o estado. É a espinha dorsal, só tem ela, não existe outra. É diferente do Paraná, é diferente de São Paulo, é diferente de qualquer outro estado, só existe ela, e sobrou um custo para a sociedade, principalmente para o Acre e para o nosso povo de Manaus, porque ela interliga a BR-319.

Senador Jayme Campos, o que mais me preocupa também é que – eu já pedi esse esclarecimento ao Ministro Renan Filho e queria ver se, depois, o Fernando, não precisa ser neste momento, ou o Anderson, poderiam nos dar essa resposta... A população precisa saber. Veja bem, o Governo sai do ônus. Para vocês entenderem, essa BR tinha um orçamento de R$450 milhões, só para este ano, 2025 – em torno de R$450 milhões, quase R$500 milhões! –, para fazer o conserto e a manutenção preventiva. O Governo sai do ônus. E nós precisamos saber – porque eu sei que o Governo vai arrecadar imposto em cima dela... Entendeu, Senador Amin? O Governo vai arrecadar mais impostos em cima do pedágio. Quer dizer, sai do ônus e entra mais – ainda volta a arrecadar imposto. Então, a grande preocupação nossa é o custo que isso tem para a sociedade.

Outra coisa, como saiu o Município de Vilhena, os outros municípios foram contemplados.

No Município de Vilhena, a BR cruza a cidade no meio, porque a cidade é dividida, e a parte de Vilhena já está duplicada. Mas não foi contemplada em nada. Então, eu quero que, depois, essa é uma outra pergunta que eu quero fazer a vocês – porque vai privatizar, Senador Jayme Campos... Estão querendo privatizar, também, passando por Vilhena, Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo – tudo onde está o setor produtivo –, e a grande preocupação nossa é que vai inviabilizar a rodovia.

Quero que vocês façam um estudo, porque a Ferrogrão vai sair. Não pode mais aquilo ficar só no papel, tem que sair, a Ferrogrão vai sair. Vai ser, realmente, construída pela iniciativa privada. E Sapezal e Campo Novo são divisores de água. Vai se fazer o custo para onde que vai mandar isso? Se vai mandar para Santos? Se vai mandar para Miritituba? Ou se vai para Porto Velho, indo pela BR-364? Você imagina privatizar mais esse trecho, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jayme Campos? Um caminhão nove eixos, se ficar nos mesmos custos, vai dar mais de R$3 mil.

Digo mais para vocês, quando o Senador Amin diz que tem que fazer uma revisão sobre as privatizações que temos no Brasil, Ponta Grossa e Curitiba, – eu fui motorista de caminhão, em 1981 –, era pista simples. Em 82, ela foi duplicada. Estamos em 2025, fazem 43 anos. Eu passei lá, há pouco, fazia muitos anos... Passei de automóvel esses dias lá. Senador, 100km... Um caminhão gasta mais de cinquenta, praticamente 50% do que ele gasta de óleo diesel, para fazer os 50km, os 100km, com três pedágios.

Eu pergunto aos senhores, 43 anos – e olha que eu conheço, eu conheço aquilo lá... Não sei quem é a concessionária, não sei quem pegou, isso não me interessa. Só pintaram o meio-fio, roçaram a grama e nunca fizeram nada. E quem fez na época foi a União. E aí eu digo para vocês que precisa ser revisto isso. É porque eu quero que vocês entendam o seguinte: nós estamos indo para o gargalo, para o extremo. Cada vez se cobra mais imposto da sociedade e nós temos que fazer as privatizações.

Por isso, não havendo reforma administrativa, o país vai entrar em colapso. Nós vamos entrar em colapso. Nós não temos mais para onde seguirmos. Mas, assim, eu vejo que não tem outro caminho, que tem que ser a privatização. Mas eu deixo essas duas perguntas para vocês: o que nós vamos fazer, a ANTT e o Dnit? Estou indo hoje lá. Tenho uma reunião lá no Dnit, porque nós ficamos à mercê. Se eu colocar todas as emendas parlamentares minhas... Senador Jayme Campos, se eu colocar todas as emendas parlamentares, durante quatro anos, eu não consigo fazer aquela travessia de Vilhena. Não consigo fazer. E aí nós ficamos para trás, saímos de lá e de cá. O Governo quer sair e quer deixar para a privatização. Isso está errado, gente! Pelo amor de Deus, está errado! Por quê? Porque o Governo já saiu do ônus sobre seiscentos e poucos quilômetros. Agora, nós temos ainda, então, esse grande problema.

Então, eu deixo a seguinte pergunta: há intenção da ANTT, do Governo, do Ministério dos Transportes, de privatizar essa situação, vindo por Mato Grosso, da BR-364? Pergunta número dois: não vai existir praça de pedágio onde tem esses seiscentos e poucos quilômetros. Qual é o mecanismo que tem? É porque todos estão me cobrando lá para saber se o caminhão está vazio, está carregado, está com o eixo erguido, não está. Inclusive o setor de transporte está me cobrando isso. Vai-se cobrar por um painel, pela placa? Não sei como é que vai funcionar. Se pudessem explicar para nós realmente como é que vai funcionar.

Quero dizer para vocês que esta é a nossa grande preocupação. A nossa grande preocupação é que nós precisamos discutir, e eu preciso saber – eu não –, o povo brasileiro precisa saber qual é a carga tributária que se paga em cima da privatização, em cima do valor dos pedágios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero que valem só as duas perguntas, porque da carga tributária ninguém sabe ainda.

De qualquer maneira, eu transfiro as perguntas ao representante do Ministério da ANTT.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS (Para expor.) – É só para deixar claro, Senador, as duas perguntas, exatamente: beleza a da carga tributária, e qual é a outra que se colocou exatamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Aquele trecho também, eu perguntei também sobre o trecho saindo de Vilhena. Os dez quilômetros antes, chegando em Vilhena, aí indo a Comodoro, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo, se está no plano do Governo, no projeto da...

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – Você lembra o trecho, Stéphane? É porque, pelo nome assim, eu não consigo identificar as rodovias. Hein, Stéphane, você lembra que trecho é esse?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não entendi.

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – Não, estou perguntando para o Stéphane, porque, pelo nome que você falou, não consegui identificar as rodovias.

O SR. STÉPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD – Posso complementar, Senador?

O SR. ANDERSON SANTOS BELLAS – Mas o pessoal da ANTT vai ter informação lá.

O SR. STÉPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD (Para expor.) – Bom dia a todos!

Senador Jaime, a gente já se encontrou justamente para falar da concessão entre Vilhena e Porto Velho.

Bom dia a todos!

Eu sou da ANTT, da área justamente que estrutura concessões. Para responder à pergunta do Senador Jaime, de fato, está em fase final de avaliação pelo TCU – a auditoria especializada em rodovias – o trecho entre Cuiabá e Vilhena, que vai corresponder a esse trecho da 070, 174, 364, assim como o ramal que vai para Sapezal.

Talvez sobre a questão do Free Flow, acho que é isso que o Senador queria falar, o Fernando já pode dar mais informações.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA (Para expor.) – Sim.

Só para atualizar rapidamente sobre o sistema de livre passagem, o Free Flow.

A ANTT está finalizando uma resolução para tratar desse tema, mas, no início do ano, a diretoria aprovou um termo aditivo referencial para todos os contratos e a gente, então, está migrando para os locais onde não tem praça física, para o pórtico.

A nova 364 é a mesma empresa, a 4UM Opportunity, que assumiu a nova 381 em Minas Gerais. E lá já iniciaram com dois pórticos de cobrança. Eu estive lá semana passada e, no estado, o pessoal tem elogiado muito o trabalho dessa empresa, então, acredito que vai refletir também num bom trabalho em Rondônia, assim a gente espera.

Quem fiscaliza Rondônia é a coordenação do Mato Grosso, que dá esse apoio também na fiscalização e a concessionária já apresentou proposta de substituição das praças físicas por pórticos. A cobrança vai ser o mesmo modelo, ele pega um trecho de cobertura entre praças, tem uma tarifa quilométrica, lá deve estar próximo dos 0,20 por quilômetro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E se o pneu estiver levantado, não cobra?

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – Isso, tem a questão do eixo suspenso...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Câmeras, são câmeras CAPs?

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – CAPs fabricadas *made in* Áustria.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – E esse sistema é bom, tem vários...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que vão ter a colaboração de uma empresa catarinense, a Intelbras.

O SR. FERNANDO DE FREITAS BEZERRA – O sistema detecta por *tag* ou placa, leitura OCR.

E o Senatran também está desenvolvendo um sistema para conectar junto à CDT (Carteira Digital de Trânsito). Então, se a pessoa passar, vai ser comunicada.

A gente está trabalhando... Tem concessionárias que têm plataformas que o usuário consegue pagar depois, por Pix, por cartão de crédito, mas tem uma proposta em andamento, então, dessa concessionária para instalação do sistema de livre passagem. Todos os contratos recentes estão migrando já para esse sistema, então, a tendência agora acho que é não ter mais praça física.

As obras, como o senhor comentou, são avaliadas, então, como o Anderson já tinha falado, através do estudo de tráfego, tem vários estudos que embasam os investimentos do tempo. Esses contratos têm gatilho de tráfego. No futuro, se exigir uma duplicação, uma faixa adicional, a concessionária vai ser demandada a executar no futuro. Então, por isso que não tem muita duplicação talvez no início, mas podem acontecer novos investimentos no prazo de 30 anos. A cada cinco anos a gente revisita o contrato, na revisão quinquenal, então, quando tiver próximo, vão ter audiências públicas nos municípios polos ali para que a gente possa rediscutir o contrato, mas eu acho que na época, não sei se o Anderson ou o Stéphane querem comentar, mas acredito que deva ter tido, é padrão, ter audiências públicas. Não sei em qual município teve, mas normalmente a agência tem e faz um relatório detalhando. Esses estudos, então, seguem uma política pública do Ministério do Transporte também que define, então, quais rodovias vão ser concedidas, quais investimentos vão ser alocados. É feito um balanço, a gente sempre preza a modicidade tarifária, então, você não pode colocar muito investimento também no início, se não a tarifa fica muito alta. Então, tem todo esse equilíbrio, e quem vai definir é o estudo de viabilidade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Eu quero só fazer uma pergunta aqui, diante da indagação do Jaime Bagattoli.

No território de Rondônia está já sacramentada, definido qual é a empresa que vai explorar a concessão, etc. Gostaria de saber se há um estudo no território mato-grossense. Ou seja, ela inicia no Trevo do Lagarto, ali pega para esquerda e sobrepõe alguns trechos em relação a 070, a 163, a 164 e a 174. Feito isso, o que eu quero indagar? Se há um estudo sendo realizado, nessa possibilidade também – como privatizou o Estado de Rondônia –, se há também no Estado de Mato Grosso? Porque ela corta a minha cidade de Várzea Grande, demanda Cáceres e assim por diante, Planalto da Serra, Comodoro, Lacerda, Conquista. Se já está sendo estudada essa possibilidade também de fazer ali a privatização desse trecho do Mato Grosso?

O SR. STÉPHANE LOUIS GEORGES QUEBAUD (Para expor.) – Então, Senador, este projeto é exatamente o traçado que o senhor comentou, foi objeto de análise na mesma época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que o trecho de Rondônia e está hoje em fase final de apreciação pelo TCU, já passou pelo crivo técnico, e a gente está na fase do relatório técnico final da auditoria especializada, que vai depois para o Ministro Relator e depois para o Plenário. Então, já em andamento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Só me causa uma preocupação, Sr. Presidente e demais convidados aqui: imaginem você pegar praça de pedagiamento – vamos imaginar só no trecho da Várzea Grande, porque o cara vem vindo de São Paulo, Paraná etc – e vir mais uma praça de pedagiamento de Várzea Grande, no Trevo do Lagarto, demandando ao Estado de Rondônia. Deverá ter, no mínimo, no mínimo, ali 12 a 15 praças de pedágio. Muitos vão parar. Na verdade, não vai aguentar pagar, sobretudo o transporte nosso lá. O transporte rodoviário é o maior volume do Mato Grosso, que, infelizmente, tem pouca ferrovia, quase nada, e muito menos o transporte aquaviário. Eu não sei como vai sair a margem de lucro para qualquer empresário da região. Essa é a minha preocupação. É pesado o pedágio, não é barato. Mesmo que, em algumas concessões, já estejam até defasados os preços, mesmo assim, ele é pesa no bolso, sobretudo, do transportador, do caminhoneiro – vamos chamar assim – ou das empresas transportadoras. Eu não sei qual vai ser a base que vai ser cobrada, a faixa de km. Por exemplo, o Free Flow cobra por km rodado. Entretanto, daí para a frente, eu não sei quantas praças vai ter, qual vai ser a tarifa que vai ser praticada. Isso vai pesar no bolso da sociedade lá, mas vai pesar muito. Alguém vai ter que pagar essa conta da privatização. O Governo entrega, privatiza, mas o cidadão brasileiro vai ter que pagar essa conta, todos aqueles que trafegam. Eu não sei quantas praças de pedágio, qual vai ser o valor praticado.

Enfim, eu quero até fazer um requerimento, via Comissão de Infraestrutura, pedindo não só para Agência – que eu acho que é o órgão mais competente –, e o próprio Ministério da Infraestrutura. Essa é uma indagação.

É uma boa notícia lá para o povo do Mato Grosso se preparar. Senador Jaime já está reclamando desse trechozinho, mas tem mais um trecho no Estado de Mato Grosso.

Obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só uma complementação, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Stéphane, você que é da ANTT, quero que vocês entendam o seguinte: saindo de Vilhena, em cem quilômetros, você está no Comodoro, aí há a bifurcação. Como disse o Senador Jayme Campos, um ramal vai Cáceres ligando.... Então, dali de Comodoro a Cuiabá, Senador Jayme Campos, dá em torno de 620 a 640 quilômetros – até Cuiabá. O outro ramal, saindo de Comodoro – aí é a 364, indo, porque a outra é a 174, que vai a Cáceres... Essa que vai a Campos de Júlio, Sapezal e Campo Novo, ligando a BR-163, que já está pedagiada, do lado de lá para cá, vai dar em torno de uns 500km. Aí o que acontece? Esse percurso da BR-364 é de 5 a 1, ou seja, a cada cinco caminhões que estão ali, ou seis, tem um por Cáceres, está me entendendo? É de cinco a seis, se não for mais, e vocês já fizeram os cálculos... Eu conheço as duas rodovias. Você imagina cercar o povo, entendeu? E cercar tudo, igual o Jayme Campos falou aqui... Você imagina o caminhão sair de Porto Alegre – vocês têm que fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa conta, estamos fazendo essa conta – para chegar a Rio Branco no Acre? Vou dizer para vocês aqui, claramente: o caminhão, no óleo diesel e no pedágio, já dá muito mais do que o valor do frete hoje, muito mais. Vai ser uma coisa que nós não sabemos... Quer dizer, esse custo vai para alguém, vai ter que sair de alguém. Mas é uma grande preocupação nossa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, as respostas possíveis foram dadas. Elas podem não satisfazer, mas é isso mesmo. Temos que conhecer essas dificuldades – em primeiro lugar, conhecê-las. Não podemos exigir dos que estão aqui presentes nenhuma decisão política a respeito do assunto.

Considero que a reunião cumpriu a sua finalidade, em parte, e renovo aqui a minha solicitação para que tanto a ANTT, quanto o Ministério dos Transportes, considerem as questões aqui colocadas, todas, de igual forma e com a mesma dimensão, e a questão do Monte dos Cavalos como uma dívida escriturada do Ministério e da ANTT e ainda não escriturada do Tribunal de Contas.

Muito obrigado, está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Beto Faro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Eduardo Gomes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações das Emendas RP8 - 4º Ciclo**. **Finalidade:** 4º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Indicações de emendas RP8 aprovadas, conforme o relatório apresentado e planilha (Anexos I e II). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de setembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão recebeu o Aviso nº 952-GP/TCU, encaminhado pelo TCU para conhecimento do Acórdão nº 2005/2025 proferido pelo Plenário do TCU, na Sessão Ordinária de 03/09/2025, ao apreciar o TC-000.101/2025-7, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

O mencionado processo trata de auditoria realizada no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional com o objetivo de avaliar a maturidade estratégica das rotas de integração nacional, em especial quanto à qualidade de sua implementação e quanto ao alcance de seus objetivos e metas.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo, a qualquer momento, este Colegiado solicitar a autuação desse período.

A presente reunião destina-se à deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN

Antes de darmos início à apreciação das indicações, gostaria de trazer um breve panorama do andamento das Emendas de RP8 no Orçamento da União.

Na Integração Nacional, Emenda 60110001, dotada de R$700 milhões disponíveis, alcançamos já o montante de R$645 milhões em indicações, representando 92,21% do total, restando um saldo aproximadamente de R$54.557.207,00 ainda em aberto.

No Turismo, a Emenda 60110002 tem dotação inicial de R$400 milhões previstos. Já foram indicados R$366.978.546,00, o que corresponde a 91,75%, restando apenas R$33 milhões.

Esses números demonstram que a Comissão tem avançado de forma significativa na destinação dos recursos, contemplando todas as regiões do Brasil.

Até o momento, a distribuição regional se apresenta da seguinte forma:

- Nordeste, 40,8%, R$413.311.620,00;

- Norte, R$295.558.691,00, 29,2%;

- Centro-Oeste, R$137.855.295,00, 13,6%;

- Sudeste, 9,3%, montante de R$93.956.613,00;

- Sul, R$71.739.120,00, correspondente a 7,1%.

Essa distribuição evidencia o compromisso desta Comissão em contemplar de forma equilibrada as cinco regiões, respeitando as especificidades locais e as prioridades apresentadas pelos Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reforço que a Comissão segue atenta à transparência orçamentária e ao cumprimento do que foi definido em reunião. Assim, reafirmamos nosso compromisso com políticas públicas que tragam resultados concretos para a população brasileira.

Agora, passemos à deliberação das indicações referentes ao quarto ciclo, cujo prazo de envio encerrou-se quarta-feira passada, dia 24 de setembro.

A coordenação das sugestões de indicação nesta Comissão ficou a cargo desta Presidência, que recebeu exclusivamente pelo sistema 323 indicações (Anexos I, II e III).

Farei agora a leitura do parecer.

Nos termos da Lei Complementar 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução orçamentária decorrente das emendas de comissão à Lei Orçamentária Anual de 2025.

1. Emenda 60110001
1.1. Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial
1.2. Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
1.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo / 244 - Assistência Comunitária
1.4. Subtítulo: 0001 - Nacional
1.5. Valor: R$ 700.000.000,00

2. Emenda 60110002
2.1. Programa: 2323 - Turismo, esse é o destino
2.2. Ação: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística
2.3. Função/Subfunção: 23 - Comércio e Serviços / 695 - Turismo
2.4. Subtítulo: 0001 - Nacional
2.5. Valor: R$ 400.000.000,00

No novo prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas 323 sugestões de indicações de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo à LOA 2025, listadas no Anexo I, II e III.

É o relatório.

As indicações constantes no Anexo I são novas e atendem a todos os requisitos formais; portanto, o voto é pela sua aprovação integral e posterior encaminhamento aos ministérios competentes.

O Anexo II apresenta solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendem aos critérios formais analisados. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional e do Turismo (MTur) para que o remanejamento seja efetivado.

Por fim, as indicações constantes no Anexo III foram desconsideradas ou rejeitadas, seja por solicitação de seus autores, seja por apresentarem incorreções técnicas.

Nosso voto é pela aprovação das indicações elencadas nos Anexos I e II, rejeitadas aquelas constantes no Anexo III (30 de setembro de 2025).

Passamos à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira mais discutir, coloco em votação a tabela com as indicações válidas e a relação de remanejamento solicitado por seus autores, conforme constante no relatório apresentado, que será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização e aos ministérios, juntamente com a ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. As indicações dos Anexos I e II serão publicadas e enviadas aos ministérios.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que o prazo para apresentação das indicações remanescentes para as programações decorrentes das Emendas de Comissão RP 8, será reaberto a partir de amanhã, 1º de outubro, no Sistema de Indicação de Emendas de Comissão (Sinec), nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025.

Destaques: serão aprovadas as indicações até para fazer o total disponível nas emendas aprovadas na LOA de 2025, garantindo o direito de indicação de todos as Senadoras e de todos os Senadores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4087	Carlos Alberto Dias Viana	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE ARAGUARI	MUNICÍPIO DE ARAGUARI		16.829.640/0001-49	MG	ARAGUARI	4	40	Construção de praça para eventos.	2.086.956,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Vargem Bonita		16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de São João do Pacuí		01.612.474/0001-57	MG	SAO JOAO DO PACUI	4	90	Aquisição de quatro microtratores com acessórios	93.214,00
60110001	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	53000	53101	00SX	Município de São João da Baliza			04.056.248/0001-25	RR	SAO JOAO DA BALIZA	4	40	Melhorias de estradas vicinais	3.000.000,00
60110001	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	53000	53101	00SX	Município de Pacaraima			01.612.675/0001-54	RR	PACARAIMA	4	40	Melhorias de estradas vicinais	2.478.000,00
60110002	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	54000	54101	10V0	Governo do Estado de Roraima			84.012.012/0001-26	RR	AMAJARI	4	30	Promoção do Turismo no complexo da Serra do Tepequem	3.132.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	Pedranópolis	Pedranópolis	Pedranópolis	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Modalidade 3: Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	400.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	VIRADOURO	VIRADOURO	VIRADOURO	45.709.912/0001-75	SP	VIRADOURO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à	500.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

														infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas;	
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	POPULINA	POPULINA	POPULINA	51.842.177/0001-76	SP	POPULINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas;	450.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	QUEIROZ	QUEIROZ	QUEIROZ	44.568.749/0001-05	SP	QUEIROZ	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas;	600.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	MANDURI	MANDURI	MANDURI	46.223.749/0001-07	SP	MANDURI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas;	500.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	BADY BASSITT	BADY BASSITT	BADY BASSITT	45.093.267/0001-09	SP	BADY BASSITT	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	500.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	ARIRANHA	ARIRANHA	ARIRANHA	45.117.116/0001-43	SP	ARIRANHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à	450.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

														estruturação de cadeias produtivas	
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	MONTE ALTO	MONTE ALTO	MONTE ALTO	51.816.247/0001-11	SP	MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	600.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	ADOLFO	ADOLFO	ADOLFO	45.140.431/0001-91	SP	ADOLFO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	450.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	TUPA	TUPA	TUPA	44.573.087/0001-61	SP	TUPA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	700.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	RIOLANDIA	RIOLANDIA	RIOLANDIA	45.162.864/0001-48	SP	RIOLANDIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	500.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	SALTO DE PIRAPORA	SALTO DE PIRAPORA	SALTO DE PIRAPORA	46.634.093/0001-07	SP	SALTO DE PIRAPORA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de	700.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

														cadeias produtivas	
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	PALESTINA	PALESTINA	PALESTINA	45.149.184/0001-94	SP	PALESTINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	600.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	LUPERCIO	LUPERCIO	LUPERCIO	44.518.397/0001-83	SP	LUPERCIO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	520.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	IARAS	IARAS	IARAS	57.263.949/0001-00	SP	IARAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	460.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	Mendonça	Mendonça	Mendonça	46.935.110/0001-46	SP	MENDONCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	600.000,00
60110001	4094	Mara Cristina Gabrilli	53000	53101	00SX	BASTOS	BASTOS	BASTOS	44.930.931/0001-64	SP	BASTOS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos para apoio à infraestrutura produtiva e à estruturação de cadeias produtivas	600.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	54000	54101	10V0	Município de Costa Rica			15.389.596/0001-30	MS	COSTA RICA	4	40	Apoio a Projetos voltados para atividades turística.	2.086.956,00
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	54000	54101	10V0	Município de Três Lagoas			03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	Apoio a Projetos voltados para atividades turística.	1.130.434,00
60110002	4086	Soraya Vieira Thronicke	54000	54101	10V0	Estado Mato Grosso do Sul	Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura - SETESC		15.412.257/0001-28	MS	CAMPO GRANDE	4	30	Apoio a Projetos voltados para atividades turística.	2.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

INDICAÇÕES ALTERADAS
8270, 9420, 9850, 9851, 9852, 9853, 9854, 9855, 9856, 9857, 9858, 9859, 9860, 9866, 9867, 10949, 10962, 10965, 10968, 10973, 10978, 10986, 10987, 10991, 10996, 10999, 11001, 11006, 11008, 11013, 11016, 11018, 11023, 11028, 11073, 11087, 11097, 11101, 11113, 11117, 11121, 11125, 11139, 11159, 11145, 11148, 11153, 11197, 11281, 11293, 11342, 11415, 11418, 11422, 11425, 11430, 11433, 11435, 11643, 12137, 12144, 12158, 12171, 12254, 12258, 12259, 13178, 13185, 13188, 13189, 13191, 13194, 13196, 13199, 13207, 13208, 12798, 13223, 13227, 13498, 13989, 17289, 16273, 16277, 16278, 16279, 16280, 16281, 16284, 16285, 16287, 14041, 14374, 14745

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS - COODENADORIA ESTADUAL EM SERGIPE			00.043.711/0001-43	SE	ARACAJU	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	5.000.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	4ª SR da Codevasf em Aracaju/SE		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado	4.130.434,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Moradores do Povoado Lagoa do Mato	Aquidabã	01.014.933/0001-09	SE	AQUIDABA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Produtores de Leite de Aquidabã	Aquidabã	01.629.094/0001-25	SE	AQUIDABA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Moradores Sol Nascente do Município de Campo do Brito	CAMPO DO BRITO	03.881.335/0001-54	SE	CAMPO DO BRITO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária do Povoado do Congo e Adjacência	CAPELA	01.150.810/0001-97	SE	CAPELA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Intermunicipal de Moradores e Acampados da Junco	FREI PAULO	48.228.425/0001-89	SE	FREI PAULO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Intermunicipal de Moradores e Acampados da Junco	FREI PAULO	48.228.425/0001-89	SE	FREI PAULO	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Intermunicipal de Moradores e Acampados da Junco	FREI PAULO	48.228.425/0001-89	SE	FREI PAULO	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Comunitária do Povoado Bom Jardim	ITABAIANA	16.219.750/0001-99	SE	ITABAIANA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Agrícola e Comunitária Povoado Carro Quebrado	JAPOATÃ	56.002.143/0001-97	SE	JAPOATA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar do Município de Japoatã - COOFAMJAP	JAPOATÃ	44.473.104/0001-99	SE	JAPOATA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar do Município de Japoatã - COOFAMJAP	JAPOATÃ	44.473.104/0001-99	SE	JAPOATA	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Cooperativa de Agroecologia e Agricultura Familiar do Município de Japoatã - COOFAMJAP	JAPOATÃ	44.473.104/0001-99	SE	JAPOATA	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade João Ventura e Gonçalão	NOSSA SENHORA DAS DORES	00.634.920/0001-61	SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação Comunitária da Lagoa do Escurial e Adjacências	NOSSA SENHORA DE LOURDES	32.727.919/0001-78	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação dos Agricultores Familiares do Povoado Ponta de Areia (ASSAF-PPA)	PACATUBA	45.577.435/0001-31	SE	PACATUBA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento do Jacaré Curituba - ADJC	POÇO REDONDO	17.862.751/0001-10	SE	POCO REDONDO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento do Jacaré Curituba - ADJC	POÇO REDONDO	17.862.751/0001-10	SE	POCO REDONDO	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento do Jacaré Curituba - ADJC	POÇO REDONDO	17.862.751/0001-10	SE	POCO REDONDO	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe - COOPAC	POÇO REDONDO	11.426.040/0001-16	SE	POCO REDONDO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe - COOPAC	POÇO REDONDO	11.426.040/0001-16	SE	POCO REDONDO	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Comunitária Bom Jardim - ACBJ	POÇO VERDE	03.794.395/0001-30	SE	POCO VERDE	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Comunitária Bom Jardim - ACBJ	POÇO VERDE	03.794.395/0001-30	SE	POCO VERDE	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Comunitária Bom Jardim - ACBJ	POÇO VERDE	03.794.395/0001-30	SE	POCO VERDE	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pequenos Produtores Rurais São Judas Tadeu	PORTO DA FOLHA	05.405.636/0001-37	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pequenos Produtores Rurais São Judas Tadeu	PORTO DA FOLHA	05.405.636/0001-37	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pequenos Produtores Rurais São Judas Tadeu	PORTO DA FOLHA	05.405.636/0001-37	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	RIACHUELO	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	Kits de Irrigação Localizada por Gotejo de 500 m^2	168.877,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	RIACHUELO	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	Caminhonete - Utilitário médio	120.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Batinga	RIBEIRÓPOLIS	04.565.153/0001-37	SE	RIBEIROPOLIS	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.839,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Cooperativa dos Criadores de Galinha Caipira do Estado de Sergipe	SIMÃO DIAS	41.734.235/0001-94	SE	SIMAO DIAS	4	90	Veiculo Leve de Carga (VLC) baú frigorífico - carga útil 1.300 kg	358.435,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Associação Comunitária do Povoado Barrinha	UMBAÚBA	10.997.089/0001-66	SE	UMBAUBA	4	90	Caminhonete - Utilitário médio	120.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe - COOPAC	POÇO REDONDO	11.426.040/0001-16	SE	POCO REDONDO	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ	AQUIDABÃ	13.000.609/0001-02	SE	AQUIDABA	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM	BOQUIM	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Perfuração e instalação de	150.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

														poços artesianos	
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	Associação de Caridade Monte Carmelo	CARMÓPOLIS	06.098.870/0001-21	SE	CARMOPOLIS	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA D'AJUDA	ITAPORANGA D'AJUDA	13.128.889/0001-39	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	300.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	Associação Agrícola e Comunitária Povoado Carro Quebrado	JAPOATÃ	56.002.143/0001-97	SE	JAPOATA	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	Associação dos Produtores Rurais e Moradores de Malhador e Adjacências	MALHADOR	13.000.144/0001-90	SE	MALHADOR	4	90	Trator com implementos	300.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	Cooperativa dos Produtores Rurais do Estado de Sergipe	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	03.712.985/0001-76	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão-pipa	566.667,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES	NOSSA SENHORA DAS DORES	13.094.446/0001-74	SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	300.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	Associação de Moradores do Loteamento Praia do Sol	PIRAMBU	19.151.236/0001-57	SE	PIRAMBU	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	Associação Comunitária Bom Jardim - ACBJ	POÇO VERDE	03.794.395/0001-30	SE	POCO VERDE	4	90	Caminhão-pipa	566.667,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	Associação do Desenvolvimento Comunitário São João	POÇO VERDE	02.695.497/0001-35	SE	POCO VERDE	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	Associação Comunitária dos Produtores Rurais São João Batista da Comunidade Lagoa do Enxu	PORTO DA FOLHA	23.542.843/0001-15	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão-pipa	566.667,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO DANTAS	RIACHÃO DO DANTAS	13.107.180/0001-57	SE	RIACHAO DO DANTAS	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00 SX	DNOCS	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riachuelo	RIACHUELO	32.845.422/0001-54	SE	RIACHUELO	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	300.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO	SALGADO	13.107.453/0001-63	SE	SALGADO	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	300.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	Associação de Moradores do Grande Rosa Elze	SÃO CRISTOVÃO	08.710.851/0001-30	SE	SAO CRISTOVAO	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	300.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	13.114.533/0001-46	SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	150.000,00
60110001	4144	Alessandro Vieira	53000	53101	00SX	DNOCS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS	SIMÃO DIAS	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Perfuração e instalação de poços artesianos	300.000,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba			00.399.857/0001-26	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Equipamentos	8.530.434,00

PARA:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA		07.954.563/0001-68	CE	FORTALEZA	4	30	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	8.530.434,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF	8ª Superintendência Regional da Codevasf - MA		00.399.857/0001-26	MA	SAO LUIS	4	90	Apoio a Projetos de Desenvolvimento	130.434,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF	Sindicato dos Pescadores (As) Profissionais e Artesanais, Aquicultores (As), Criadores (As) de Peixe e Trabalhadores (As) na Pesca do Municipio		11.287.222/0001-53	MA	BACABAL	4	90	Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	65.313,00
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF	Conguaras Consorcio da Floresta dos Guaras		10.807.713/0001-15	MA	CURURUPU	4	90	Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	43.107,00
60110001	4139	Eliziane Pereira Gama Melo	53000	53101	00SX	CODEVASF	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS RURAIS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E AQUICULTORES - COARPAS		20.960.069/0001-74	MA	PINDARE-MIRIM	4	90	Kit A.Q. 05 – Pesca	20.900,00

DE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Araçoiaba	Araçoiaba	00.399.857/0001-26	PE	ARACOIABA	4	90	Aquisição de Compactador	600.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Camaragibe	Camaragibe	00.399.857/0001-26	PE	CAMARAGIBE	4	90	Pátio Multiuso	350.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Capoeiras		00.399.857/0001-26	PE	CAPOEIRAS	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	400.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura de Feira Nova	Feira Nova	00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	Aquisição de Compactador	600.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Frei Miguelinho	Frei Miguelinho	00.399.857/0001-26	PE	FREI MIGUELINHO	4	90	Aquisição de Compactador	600.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Jucati	Jucati	00.399.857/0001-26	PE	JUCATI	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	350.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Ouricuri	Ouricuri	00.399.857/0001-26	PE	OURICURI	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	350.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Paulista	Paulista	00.399.857/0001-26	PE	PAULISTA	4	90	Pavimentação	2.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Pesqueira	Pesqueira	00.399.857/0001-26	PE	PESQUEIRA	4	90	Pavimentação	2.000.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Santa Cruz	Santa Cruz	00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ	4	90	Aquisição de Compactador	600.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Sertânia	Sertânia	00.399.857/0001-26	PE	SERTANIA	4	90	02 Pátios	700.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Frei Miguelinho		00.399.857/0001-26	PE	FREI MIGUELINHO	4	90	Aquisição de Rolo Compactador	580.434,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Pesqueira	Pesqueira	10.264.406/0001-35	PE	PESQUEIRA	4	90	Pavimentação em Concreto Asfáltico Usinado à Quente	2.000.000,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Paulista	Paulista	10.408.839/0001-17	PE	PAULISTA	4	90	Pavimentação em Concreto Asfáltico Usinado à Quente	2.000.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Frei Miguelinho	Frei Miguelinho	11.361.854/0001-10	PE	FREI MIGUELINHO	4	90	Rolo compactador	470.250,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Glória do Goitá	Glória do Goitá	11.049.814/0001-37	PE	GLORIA DO GOITA	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Capoeiras	Capoeiras	11.256.088/0001-23	PE	CAPOEIRAS	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SAPUCARANA	BEZERROS	09.296.516/0001-08	PE	BEZERROS	4	90	Trator agrícola 90 CV	168.245,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Jucati	Jucati	35.450.790/0001-91	PE	JUCATI	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Ouricuri	Ouricuri	11.040.904/0001-67	PE	OURICURI	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco	Joaquim Nabuco	10.192.441/0001-96	PE	JOAQUIM NABUCO	4	90	Kit P. 01 - Panificação	49.115,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Santa Cruz	Santa Cruz	24.301.475/0001-86	PE	SANTA CRUZ	4	90	Microtrator com acessórios	23.303,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FARINHA DE MANDIOCA E SEUS DERIVADOS DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA - COOPFFEN	Feira Nova	31.613.942/0001-79	PE	FEIRA NOVA	4	90	Kit A. P. 06 - Máquina Sachê de Mel	85.690,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Chã de Alegria	Chã de Alegria	11.049.798/0001-82	PE	CHA DE ALEGRIA	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Vertente do Lério	Vertente do Lério	40.893.646/0001-60	PE	VERTENTE DO LERIO	4	90	Pá carregadeira	407.547,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Sirinhaém	Sirinhaém	10.292.209/0001-20	PE	SIRINHAEM	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Bom Jardim	Bom Jardim	10.293.074/0001-17	PE	BOM JARDIM	4	90	Kit P. 01 - Panificação.	49.115,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO	SÃO JOÃO	10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12m³	635.360,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00 SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Petrolândia	Petrolândia	10.106.235/0001-16	PE	PETROLANDIA	4	90	Retroescavadeira	401.467,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DE SAPUCARANA	BEZERROS	09.296.516/0001-08	PE	BEZERROS	4	90	Grade aradora com 16 discos de 26"	25.080,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Verdejante	Verdejante	11.348.570/0001-93	PE	VERDEJANTE	4	90	KIT I. F. 02 - Irrigação Familiar por Aspersão - 1 ha	18.810,00
60110001	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Pedra	Pedra	10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	90	Microtrator com acessórios	23.303,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Associação Casa Clarice Lispector	Associação Casa Clarice Lispector	Recife	53.634.482/0001-06	PE	RECIFE	4	50	Reforma do Museu	700.000,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110002	2885	Humberto Sérgio Costa Lima	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Caruaru	Prefeitura Municipal de Caruaru	Caruaru	10.091.536/0001-13	PE	CARUARU	4	40	Obra de infra estrutura turística	700.000,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4080	Jaques Wagner	53000	53101	00SX	Governo do Estado da Bahia	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Aquisição de máquinas e equipamentos	9.130.434,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4080	Jaques Wagner	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR		13.221.247/0001-80	BA	SALVADOR	4	90	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	9.130.434,00

[redacted]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Palmelo			01.181.239/0001-78	GO	PALMELO	4	40	Pavimentação	717.391,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Palmelo			01.181.239/0001-78	GO	PALMELO	4	40	Construção de Praça de eventos	717.391,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Varjão/GO		01.218.643/0001-79	GO	VARJAO	4	90	Motoniveladora	623.865,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Formosa/GO		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	90	Motoniveladora	623.865,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Aparecida de Goiânia/GO		01.005.727/0001-24	GO	APARECIDA DE GOIANIA	4	90	Motoniveladora	623.865,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Porangatu/GO		01.801.612/0001-46	GO	PORANGATU	4	90	Motoniveladora	623.865,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bela Vista de Goiás		01.005.917/0001-41	GO	BELA VISTA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	623.865,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Plantaltina		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	90	Motoniveladora	623.865,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Santo Antônio do Descoberto		00.097.857/0001-71	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Escavadeira Hidráulica	682.176,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Mineiros		02.316.537/0001-90	GO	MINEIROS	4	90	Escavadeira Hidráulica	682.176,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaguari		24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	90	Retroescavadeira	354.255,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Lagoa Santa		04.215.178/0001-00	GO	LAGOA SANTA	4	90	Retroescavadeira	354.255,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Hidrolândia		01.105.329/0001-80	GO	HIDROLANDIA	4	90	Retroescavadeira	354.255,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	90	Retroescavadeira	354.255,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bela Vista de Goiás		01.005.917/0001-41	GO	BELA VISTA DE GOIAS	4	90	Caminhonete 4x4	231.781,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaja		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	90	Caminhonete 4x4	231.781,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Santo Antônio do Descoberto		00.097.857/0001-71	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhonete 4x4	231.781,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Faina		25.141.318/0001-13	GO	FAINA	4	90	Caminhonete 4x4	231.781,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Terezópolis de Goiás		36.985.455/0001-50	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Caminhonete 4x4	231.781,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Mutunópolis		01.799.683/0001-51	GO	MUTUNOPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	513.617,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Anápolis		01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	90	Caminhão tipo Baú 3/4	341.715,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Goianésia		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	Motoniveladora	623.865,00

Para:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Santo Antônio do Descoberto		00.097.857/0001-71	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Escavadeira Hidráulica	721.050,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Aparecida de Goiânia		01.005.727/0001-24	GO	APARECIDA DE GOIANIA	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Bela Vista de Goiás		01.005.917/0001-41	GO	BELA VISTA DE GOIAS	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Goianésia		01.065.846/0001-72	GO	GOIANESIA	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Anápolis		01.067.479/0001-46	GO	ANAPOLIS	4	90	Caminhão Leve 3/4 baú	409.640,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Hidrolândia		01.105.329/0001-80	GO	HIDROLANDIA	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Varjão		01.218.643/0001-79	GO	VARJAO	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Plantaltina		01.740.422/0001-66	GO	PLANALTINA	4	90	Motoniveladora	764.234,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Mutunópolis		01.799.683/0001-51	GO	MUTUNOPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 9.000L	577.049,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Mineiros		02.316.537/0001-90	GO	MINEIROS	4	90	Escavadeira Hidráulica	721.050,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Lagoa Santa		04.215.178/0001-00	GO	LAGOA SANTA	4	90	Retroescavadeira	401.467,00
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Itaguari		24.850.109/0001-86	GO	ITAGUARI	4	90	Retroescavadeira	401.467,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Simolândia		24.855.058/0001-85	GO	SIMOLANDIA	4	90	Retroescavadeira	401.467,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Superintendência Regional do DNOCS			00.043.711/0012-04	SE	ARACAJU	4	90	Aquisição de Máquinas e equipamentos e projetos de engenharia	7.500.000,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Superintendência Regional do DNOCS	Prefeitura de Canhoba	Canhoba	13.115.381/0001-04	SE	CANHOBA	4	90	Caminhão Basculante Tipo Toco com Caçamba Metálica	490.000,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. dos Prod. de Leite e Derivados Lourdence	Canhoba	27.650.777/0001-58	SE	CANHOBA	4	90	Carreta Agrícola	22.499,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. dos Moradores e T. Rurais do Povoado Curituba	Canindé de São Francisco	00.554.757/0001-27	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Kit Agrícola: Trator e implementos	319.298,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Povoado Melancia	Carira	04.885.750/0001-49	SE	CARIRA	4	90	Kit Agrícola: Trator e implementos	319.298,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. Beneficente Elenizio Dantas de Souza	Feira Nova	05.492.929/0001-07	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Basculante tipo toco com caçamba metálica	490.000,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. dos Amigos de Olhos D'água e Adjacências	Lagarto	00.308.054/0001-19	SE	LAGARTO	4	90	Kit Agrícola: Trator e implemento 110cv	520.096,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. Com. dos Produtores R. da C. Baixa Coxa	Monte Alegre de Sergipe	01.126.024/0001-54	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Retroescavadeira	369.790,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa	757.968,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. dos Produtores da Divisa	Nossa Senhora da Glória	32.712.903/0001-91	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Kit Agrícola: Trator e implemento	345.998,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. Moradores do Povoado Serradinho e Mucambo	Nossa Senhora da Glória	13.945.290/0001-98	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Kit Agrícola: Trator e implementos	345.998,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Coop. Dos Prod. Rurais do Estado de Sergipe	Poço Redondo	03.712.985/0001-76	SE	POCO REDONDO	4	90	Carreta Agrícola	22.499,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Coop. dos Produtores Rurais do Estado de Sergipe	Poço Redondo	03.712.985/0001-76	SE	POCO REDONDO	4	90	Carreta Agrícola	22.499,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Prefeitura de Santo Amaro das Brotas	Santo Amaro das Brotas	13.110.218/0001-40	SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	4	90	Retroescavadeira	369.790,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. de Desenv. Com. dos Moradores do Povoado Candeal Grande	Simão Dias	16.223.141/0001-03	SE	SIMAO DIAS	4	90	Kit Agrícola: Trator e implementos 110cv	520.096,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. Comunit. Ação Social Nossa Senhora da Saúde	Telha	04.985.702/0001-22	SE	TELHA	4	90	Plantadeira	42.347,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00 SX	Superintendência Regional do DNOCS	Prefeitura de Aquidabã	Aquidabã	13.000.609/0001-02	SE	AQUIDABA	4	90	Motoniveladora	696.800,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. de Desenv. Comunit. do Povoado Queimada Grande	Tobias Barreto	07.932.829/0001-71	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Kit Agrícola: Trator e implementos	328.698,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. de Desenv. Comunit. Vila Samambaia	Tobias Barreto	15.067.366/0001-55	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa	757.968,00
60110001	4095	Rogério Carvalho Santos	53000	53101	00SX	Superintendência Regional do DNOCS	Assoc. De Desenv. Comunit. dos Prod. R. e Art. do Lugarejo Faveira II	Tobias Barreto	40.064.291/0001-04	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa	757.968,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	CODEVASF	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RN	NATAL - PASSA E FICA - SÃO PEDRO - NÍSIA FLORESTA	00.399.857/0001-26	RN	NATAL	4	90	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO	10.956.521,00

PARA:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	NATAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	40	PAVIMENTAÇÃO	4.956.521,00
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	PASSA E FICA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA		08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	PAVIMENTAÇÃO	2.000.000,00
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	SÃO PEDRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO		08.079.915/0001-46	RN	SAO PEDRO	4	40	PAVIMENTAÇÃO	2.000.000,00
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	08144784000133	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	PAVIMENTAÇÃO	2.000.000,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

							Direta/Codevasf)								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Recife - CNPJ 10.565.000/0001-92		00.399.857/0001-26	PE	RECIFE	4	90	Pavimentação de ruas	3.000.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Olinda - CNPJ 10.404.184/0001-09		00.399.857/0001-26	PE	OLINDA	4	90	Pavimentação de ruas	2.200.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM - CNPJ 04.767.271/0001-28		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e Solidários da Mata Sul - COOPEMASUL - 43.705.719/0001 -30		00.399.857/0001-26	PE	PALMARES	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Altinho - CNPJ 10.091.502/0001-29		00.399.857/0001-26	PE	ALTINHO	4	90	Aquisição de Retroescavadeira	450.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF CNPJ 04.697.093/0001-06		00.399.857/0001-26	PE	OROBO	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação da Agricultura familiar Che Guevara dos Moaradores do Engenho Terra Nova - CNPJ 56.544.783/0001-29		00.399.857/0001-26	PE	GOIANA	4	90	Caminhão 3/4 com Carroceria de Madeira	300.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores da Baixa do Tatu - CNPJ 17.286.729.0001-79		00.399.857/0001-26	PE	PETROLINA	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Araçoiaba - CNPJ 01.613.860/0001-63		00.399.857/0001-26	PE	ARACOIABA	4	90	Caixas D´Água de Mil litros	100.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação das Mulheres do Interior de Santa Filomena - CNPJ 06.974.327/0001-40		00.399.857/0001-26	PE	SANTA FILOMENA	4	90	Caixas D´Água de Mil litros	100.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Pequenos Agricultorees Familiares do Sítio Baixa Fazenda Volta - CNPJ 05.876.667/0001-76		00.399.857/0001-26	PE	SANTA CRUZ	4	90	Caixas D´Água de Mil litros	100.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores e Moradores de Vila Bengala - CNPJ 42.234.946/0001-62		00.399.857/0001-26	PE	PASSIRA	4	90	Perfuração de Poços Artesianos	200.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Familiar do Sítio São José e Adjacencias - CNPJ 07.774.240/0001-92		00.399.857/0001-26	PE	ALAGOINHA	4	90	Caixas D´Água de Mil litros	100.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Social, Padre Arnóbio Patricio de Melo - CNPJ 03.927.576/0001-97		00.399.857/0001-26	PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	4	90	Kits de Maquinas de Costuras	100.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra - CNPJ 07.945.755.0001/08		00.399.857/0001-26	PE	CASINHAS	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Sítio Quandus - CNPJ 43.944.851/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	BELEM DE MARIA	4	90	Aquisição de Caixa D´Água de Mil litros	50.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM - CNPJ		00.399.857/0001-26	PE	FEIRA NOVA	4	90	Aquisição de Caixa D´Água de Mil litros	100.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

							04.767.271/0001-28								
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de Campos do Borba, Lagoa Nova e Gabioé - CNPJ 00.837.218/0001-03		00.399.857/0001-26	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares - AMDEPAR - 12.887.816/0001-68		00.399.857/0001-26	PE	PALMARES	4	90	Trator agrícola 75 cv + implementos	300.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação do assentamento Gulandy Guabiraba - 10.704.132/0001-58		00.399.857/0001-26	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Aquisição de Caixa D´Água de Mil litros	80.434,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores e Criadores de Caprinos e Ovinos de Icó de Né Gomes - CNPJ 04.233.282/0001-28		00.399.857/0001-26	PE	PETROLINA	4	90	Perfuração de poços artesiano	150.000,00

Para:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores e Criadores de Caprinos e Ovinos de Icó de Né Gomes	Petrolina	04.233.282/0001-28	PE	PETROLINA	4	90	Poço tubular com motobomba	198.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores da Baixa do Tatu	Petrolina	17.286.729/0001-79	PE	PETROLINA	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores da Baixa do Tatu	Petrolina	17.286.729/0001-79	PE	PETROLINA	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores da Baixa do Tatu	Petrolina	17.286.729/0001-79	PE	PETROLINA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores da Baixa do Tatu	Petrolina	17.286.729/0001-79	PE	PETROLINA	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores da Baixa do Tatu	Petrolina	17.286.729/0001-79	PE	PETROLINA	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores e Moradores de Vila Bengala	Passira	42.234.946/0001-62	PE	PASSIRA	4	90	Poço tubular com motobomba	198.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Altinho	Altinho	10.091.502/0001-29	PE	ALTINHO	4	90	Retroescavadeira	401.468,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de Campos do Borba, Lagoa Nova e Gabioé	João Alfredo	00.837.218/0001-03	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de Campos do Borba, Lagoa Nova e Gabioé	João Alfredo	00.837.218/0001-03	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de Campos do Borba, Lagoa Nova e Gabioé	João Alfredo	00.837.218/0001-03	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de Campos do Borba, Lagoa Nova e Gabioé	João Alfredo	00.837.218/0001-03	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Trabalhadores Rurais das Comunidades de Campos do Borba, Lagoa Nova e Gabioé	João Alfredo	00.837.218/0001-03	PE	JOAO ALFREDO	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Familiar do Sítio São José e Adjacencias	Alagoinha	07.774.240/0001-92	PE	ALAGOINHA	4	90	Poço tubular com motobomba	198.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Olinda	Olinda	10.404.184/0001-09	PE	OLINDA	4	90	Pavimentação em Concreto Asfáltico Usinado à Quente – CBUQ	2.202.204,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Recife	Recife	10.565.000/0001-92	PE	RECIFE	4	90	Pavimentação em Concreto Asfáltico Usinado à Quente – CBUQ	3.000.000,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF	Orobó	04.697.093/0001-06	PE	OROBO	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF	Orobó	04.697.093/0001-06	PE	OROBO	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF	Orobó	04.697.093/0001-06	PE	OROBO	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF	Orobó	04.697.093/0001-06	PE	OROBO	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	COMUNIDADE SEMEANDO O FUTURO - COMSEF	Orobó	04.697.093/0001-06	PE	OROBO	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Araçoiaba	Araçoiaba	01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	90	Kit C.C. 01 – Corte e Costura	188.100,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM	Feira Nova	04.767.271/0001-28	PE	FEIRA NOVA	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM	Feira Nova	04.767.271/0001-28	PE	FEIRA NOVA	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00 SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM	Feira Nova	04.767.271/0001-28	PE	FEIRA NOVA	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	SSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM	Feira Nova	04.767.271/0001-28	PE	FEIRA NOVA	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM	Feira Nova	04.767.271/0001-28	PE	FEIRA NOVA	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PESCADORES E AGRICULTORES DO SÍTIO SEBO E BARRAGEM	Feira Nova	04.767.271/0001-28	PE	FEIRA NOVA	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Sítio Quandus	Belém de Maria	43.944.851/0001-03	PE	BELEM DE MARIA	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação da Agricultura familiar Che Guevara dos Moaradores do Engenho Terra Nova	Goiana	56.544.783/0001-29	PE	GOIANA	4	90	Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	268.565,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra	Casinhas	07.945.755/0001-08	PE	CASINHAS	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra	Casinhas	07.945.755/0001-08	PE	CASINHAS	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra	Casinhas	07.945.755/0001-08	PE	CASINHAS	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra	Casinhas	07.945.755/0001-08	PE	CASINHAS	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.155,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Moradores e Agricultores de Lagoa de Pedra	Casinhas	07.945.755/0001-08	PE	CASINHAS	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Social, Padre Arnóbio Patricio de Melo	Camocim de São Felix	03.927.576/0001-97	PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	4	90	Kit C.C. 01 – Corte e Costura	188.100,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares	Palmares	43.705.719/0001-30	PE	PALMARES	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares	Palmares	43.705.719/0001-30	PE	PALMARES	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares	Palmares	43.705.719/0001-30	PE	PALMARES	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares	Palmares	43.705.719/0001-30	PE	PALMARES	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Palmares	Palmares	43.705.719/0001-30	PE	PALMARES	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e Solidários da Mata Sul - COOPEMASUL	Palmares	12.887.816/0001-68	PE	PALMARES	4	90	Trator agrícola 75 cv	147.659,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e Solidários da Mata Sul - COOPEMASUL	Palmares	12.887.816/0001-68	PE	PALMARES	4	90	Carreta agrícola de aço - 4 T	21.266,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e Solidários da Mata Sul - COOPEMASUL	Palmares	12.887.816/0001-68	PE	PALMARES	4	90	Grade aradora com 14 discos de 26"	25.394,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e Solidários da Mata Sul - COOPEMASUL	Palmares	12.887.816/0001-68	PE	PALMARES	4	90	Grade niveladora com 28 discos de 20"	29.156,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa das Agricultoras e dos Agricultores Familiares e Solidários da Mata Sul - COOPEMASUL	Palmares	12.887.816/0001-68	PE	PALMARES	4	90	Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	32.908,00
60110001	4278	Maria Teresa Leitão de Melo	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação do assentamento Gulandy Guabiraba	Lagoa dos Gatos	10.704.132/0001-58	PE	LAGOA DOS GATOS	4	90	Poço tubular com motobomba	198.000,00

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI/MS	AMAMBAI/MS		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	40	Infraestrutura	1.278.260,00
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO/MS	ELDORADO/MS		11.109.890/0001-90	MS	ELDORADO	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	450.000,00
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO/MS	ANTÔNIO JOÃO/MS		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	622.173,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	Prefeitura Municipal de Eldorado/MS		03.741.675/0001-80	MS	ELDORADO	4	90	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	450.000,00
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	Prefeitura Municipal de Antônio João/MS		03.567.930/0001-10	MS	ANTONIO JOAO	4	90	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	622.173,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	Prefeitura Municipal de Amambai/MS		03.568.433/0001-36	MS	AMAMBAI	4	90	INFRAESTRUTURA	1.278.260,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Municípios e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos do Estado da Paraíba		00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Perfuração e Instalação de Poços Artesianos	1.500.000,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Município de Caraúbas		01.612.638/0001-46	PB	CARAUBAS	4	90	KIT C.C 01 - Corte e Costura (11 unidades)	155.183,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Município de Belém do Brejo do Cruz		08.920.126/0001-96	PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	4	90	Poço Tubular com Motobomba	198.000,00
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação dos Pequenos Produtores de Salgado do Bola e Malhada dos Bezerros		02.759.633/0001-03	PB	CASSERENGUE	4	90	Poço Tubular com Motobomba	198.000,00
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Comunitária Rural do Sítio Lagoa do Poldro		02.748.120/0001-05	PB	POMBAL	4	90	Poço Tubular com Motobomba	198.000,00
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Associação dos Criadores de Alevinos do Município de Aroeiras		09.180.888/0001-66	PB	AROEIRAS	4	90	Poço Tubular com Motobomba	198.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

						FRANCISCO E DO PARNAIBA									
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Comunitária de Lagoa de Santana e Adjacências		07.471.081/0001-57	PB	AREIA	4	90	CISTERNAS	351.747,00
60110001	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	Associação Comunitária do Pequeno Agropecuarista de Dalmopolis		02.306.477/0001-25	PB	JURU	4	90	Poço Tubular com Motobomba	198.000,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	Município de São Miguel do Guamá	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de implementos agrícolas	200.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Rio Maria (04.144.176/0001-78)	Município de Rio Maria	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamentos para panificação e equipamentos de corte e costura	200.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Municípios de Novo Repartimento (34.626.416/0001-31), Tucuruí (05.251.632/0001-41), Breu Branco (34.626.440/0001-70), Marabá (05.853.163/0001-30), Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26), Mocajuba (05.846.704/0001-01), Jacundá (05.854.633/0001-80), Breu Branco (34.626.440/0001-70), Conceição do Araguaia (05.070.404/0001-75), São Félix do Xingu (05.421.300/0001-68), Breves (04.876.389/0001-94), Melgaço (04.876.470/	Municípios de Novo Repartimento (34.626.416/0001-31), Tucuruí (05.251.632/0001-41), Breu Branco (34.626.440/0001-70), Marabá (05.853.163/0001-30), Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26), Mocajuba (05.846.704/0001-01), Jacundá (05.854.633/0001-80), Breu Branco (34.626.440/0001-70), Conceição do Araguaia (05.070.404/0001-75), São Félix do Xingu (05.421.300/0001-68), Breves (04.876.389/0001-94),	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 1500 (un.) motores para rabetas	1.875.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

							0001-74), Anajás (05.849.955/ 0001-31), Portel (04.876.447/ 0001-80), Curralinho (04.876.710/ 0001-30) e Bagre (04.876.538/ 0001-15)	Melgaço (04.876.470 /0001-74), Anajás (05.849.955 /0001-31), Portel (04.876.447 /0001-80), Curralinho (04.876.710 /0001-30) e Bagre (04.876.538 /0001-15)							

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Nova Vitória - ATTRNV (27.617.762/0001-98) e Instituto de Integração Social do povo da Amazônia (03.465.983/0001-20)	Associação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Nova Vitória - ATTRNV (Pau D'arco) e Instituto de Integração Social do povo da Amazônia (Conceição do Araguaia)	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	597.173,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de moradores agricultores apicultores e psicultores da Rodovia Acará Moju (22.711.317/0001-79)	Acará	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação da comunidade quilombola de Mocajuba (17.265.269/0001-00)	Bujaru	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de São Félix do Xingu	São Félix do Xingu	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	Município de São Miguel do Guamá	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Trator Agrícola com implementos e equipamentos para beneficiamento de castanha	305.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Rio Maria (04.144.176/0001-78)	Município de Rio Maria	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Trator agrícola com implementos	260.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Moju (05.105.135/0001-35)	Município de Moju (05.105.135/0001-35)	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa dos produtores e extrativistas sustentáveis do Brasil - COOPES (38.261.401/0001-78)	Município de Irituia	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Curionópolis (22.938.732/0001-60)	Município de Curionópolis (22.938.732/0001-60)	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Trator Agrícola e Caminhão Frigorífico	631.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Óbidos (05.131.180/0001-64)	Município de Óbidos (05.131.180/0001-64)	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de 150 motores para rabeta e 5 barcos de alumínio	292.500,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos pequenos produtores rurais da Colônia Potirita (09.614.952/0001-70)	Município de Paragominas	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores do Travessão Flamingo Norte dos lotes 98,99,112 e 113 - AAFN (38.498.274/0001-25)	Município de Anapú	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de caminhão 9T, secador de pimenta e equipamentos para produção de pimenta	615.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Tomé-Açu (05.196.530/0001-70)	Município de Tomé-Açu (05.196.530/0001-70)	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Conceição do Araguaia (05.070.404/0001-75)	Município de Conceição do Araguaia (05.070.404/0001-75)	00.399.857/0001-26	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000,00

Para:

EMENDA	**Cod. Parlamentar**	**Parlamentar Solicitante**	**Cod. Órgão**	**Cod. UO**	**Cod. Ação**	**Favorecido**	**Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)**	**Município Indicação Vinculadas**	**CNPJ**	**UF**	**Município**	**GND**	**Mod**	**Objeto**	**Valor Indicado**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Nova Vitória - ATTRNV	Município de Pau D'arco	27.617.762/0001-98	PA	PAU D'ARCO	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.838,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Instituto de Integração Social do povo da Amazônia	Município de Conceição do Araguaia	03.465.983/0001-20	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.838,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de óbidos		05.131.180/0001-64	PA	OBIDOS	4	90	150 Motores de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	195.937,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG	Município de São Miguel do Guamá	29.359.372/0001-90	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	90	Carreta agrícola de aço - 6 T, Grade aradora com 16 discos de 26, Grade niveladora com 32 discos de 20 e Plantadeira e adubadeira mecanizada 5 linhas	115.593,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de São Félix do Xingu	São Félix do Xingu	05.421.300/0001-68	PA	SAO FELIX DO XINGU	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Curionópolis	Município de Curionópolis	22.938.732/0001-60	PA	CURIONO POLIS	4	90	Trator agrícola 75 cv e Veiculo Leve de Carga (VLC) com baú frigofíco - carga útil 1.300 kg	506.093,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Rio Maria	Município de Rio Maria	04.144.176/0001-78	PA	RIO MARIA	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG	Município de São Miguel do Guamá	29.359.372/0001-90	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	90	Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	283.838,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Tomé-Açu	Município de Tomé-Açu	05.196.530/0001-70	PA	TOME-ACU	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Novo Repartimento	Município de Novo Repartimento	34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Tucuruí	Município de Tucuruí	05.251.632/0001-41	PA	TUCURUI	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Breu Branco	Município de Breu Branco	34.626.440/0001-70	PA	BREU BRANCO	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Marabá	Município de Marabá	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	90	150 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	195.937,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Nova Ipixuna	Município de Nova Ipixuna	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Mocajuba	Município de Mocajuba	05.846.704/0001-01	PA	MOCAJUBA	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Jacundá	Município de Jacundá	05.854.633/0001-80	PA	JACUNDA	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Breu Branco	Município de Breu Branco	34.626.440/0001-70	PA	BREU BRANCO	4	90	50 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	65.312,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Conceição do Araguaia	Município de Conceição do Araguaia	05.070.404/0001-75	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	4	90	50 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	65.312,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de São Félix do Xingu	Município de São Félix do Xingu	05.421.300/0001-68	PA	SAO FELIX DO XINGU	4	90	50 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	65.312,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Breves	Município de Breves	04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Melgaço	Município de Melgaço	04.876.470/0001-74	PA	MELGACO	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Anajás	Município de Anajás	05.849.955/0001-31	PA	ANAJAS	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Portel	Município de Portel	04.876.447/0001-80	PA	PORTEL	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Curralinho	Município de Curralinho	04.876.710/0001-30	PA	CURRALINHO	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Bagre	Município de Bagre	04.876.538/0001-15	PA	BAGRE	4	90	100 unidades de Motor de rabeta 4 tempos - 6,5 Cv	130.625,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos pequenos produtores rurais da Colônia Potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação da comunidade quilombola de Mocajuba	Município de Bujaru	17.265.269/0001-00	PA	BUJARU	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação de moradores agricultores apicultores e piscicultores da Rodovia Acará-Moju	Município de Acará	22.711.317/0001-79	PA	ACARA	4	90	2 unidades de Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	512.760,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa dos produtores e extrativistas sustentáveis do Brasil - COOPES	Município de Irituia	38.261.401/0001-78	PA	IRITUIA	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa Agro familiar dos fazedores de florestas do Moju – Cooperpalma	Município de Moju	36.852.476/0001-06	PA	MOJU	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Conceição do Araguaia	Município de Conceição do Araguaia	05.070.404/0001-75	PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Rio Maria	Município de Rio Maria	04.144.176/0001-78	PA	RIO MARIA	4	90	14 unidades de Kit C.C. 01 – Corte e Costura	197.505,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Associação dos Agricultores do Travessão Flamingo Norte dos lotes 98,99,112 e 113 - AAFN	Anapú	38.498.274/0001-25	PA	ANAPU	4	90	Veículo Leve de Carga (VLC) carroceria aberta em madeira ou aço - carga útil 1.300 kg e 3 unidades do Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	417.791,00
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Município de Santana do Araguaia	Município de Santana do Araguaia	05.832.977/0001-99	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	4	90	Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	256.380,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	ESTADO DA PARAÍBA	00.043.711/0001-43	PB	JOAO PESSOA	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU OBRAS	3.652.173,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

Para:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA	NOVA PALMEIRA	08.739.930/0001-73	PB	NOVA PALMEIRA	4	90	EQUIPAMENTO E/OU SERVIÇOS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS/PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBUZEIRO-PB	UMBUZEIRO-PB	08.869.489/0001-44	PB	UMBUZEIRO	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO-PB	GADO BRAVO-PB	01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU OBRAS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS-PB	Prefeitura Municipal de Tavares-PB	TAVARES-PB	08.944.092/0001-70	PB	TAVARES	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA-PB	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	452.173,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR-PB	AGUIAR-PB	08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO-PB	LOGRADOURO-PB	01.612.986/0001-13	PB	LOGRADOURO	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ-PB	INGÁ-PB	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000,00
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTA A SECA - DNOCS-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS-PB	CARAÚBAS-PB	01.612.638/0001-46	PB	CARAUBAS	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA		18.468.041/0001-72	MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	4	90	Aquisição de equipamento agrícola.	370.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE SERRA DO SALITRE		18.468.058/0001-20	MG	SERRA DO SALITRE	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	370.000,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA		16.788.309/0001-28	MG	VARGEM BONITA	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	370.000,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE GUIMARÂNIA		18.602.052/0001-01	MG	GUIMARANIA	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	370.000,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE TAPIRA		18.140.806/0001-40	MG	TAPIRA	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	370.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DE MINAS		18.306.670/0001-04	MG	SAO ROQUE DE MINAS	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	370.000,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE		23.097.454/0001-28	MG	LAGOA GRANDE	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	592.173,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS		18.313.817/0001-85	MG	PARA DE MINAS	4	90	Aquisição de equipamento agrícola	370.000,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA	MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ		01.612.474/0001-57	MG	SAO JOAO DO PACUI	4	90	Aquisição de equipamentos	100.000,00

Para:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Serra do Salitre		18.468.058/0001-20	MG	SERRA DO SALITRE	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Pára de Minas		18.313.817/0001-85	MG	PARA DE MINAS	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Lagoa Grande		23.097.454/0001-28	MG	LAGOA GRANDE	4	90	Aquisição de caminhão pipa 9000 L	577.049,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Guimarânia		18.602.052/0001-01	MG	GUIMARANIA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Cruzeiro da Fortaleza		18.468.041/0001-72	MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Tapira		18.140.806/0001-40	MG	TAPIRA	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de São Gotardo		18.602.037/0001-55	MG	SAO GOTARDO	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468,00
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Unaí		18.125.161/0001-77	MG	UNAI	4	90	Aqusição de trator agrícola 75 CV	147.659,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II
ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Unaí		18.125.161/0001-77	MG	UNAI	4	90	Carreta agrícola de aço - 6T	22.432,00

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS- Fortaleza - CE 00043711000143	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS		00.043.711/0001-43	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas	3.652.173,00

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E ENTIDADES RURAIS - FAMER DE SAO BENEDITO	SÃO BENEDITO/CE	08.992.716/0001-24	CE	SAO BENEDITO	4	90	Trator agrícola	201.342,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação Comunitária e Habitacional dos Moradores de Cedro de Santan	PALHANO/CE	04.459.693/0001-36	CE	PALHANO	4	90	GRADE ARADORA 14 DISCOS DE 26	20.265,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação Comunitária e Habitacional dos Moradores de Cedro de Santan	PALHANO/CE	04.459.693/0001-36	CE	PALHANO	4	90	CARRETA COM CARROCERIA METALICA, BASCULANTE HIDRAULICA	16.615,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação Comunitária e Habitacional dos Moradores de Cedro de Santan	PALHANO/CE	04.459.693/0001-36	CE	PALHANO	4	90	MAQUINA MULTIPROCESSADORA DE FORRAGENS	19.473,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores do Setor NH5	LIMOEIRO DO NORTE/CE	12.461.323/0001-61	CE	LIMOEIRO DO NORTE	4	90	GRADE ARADORA 14 DISCOS 26	20.265,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores do Setor NH5	LIMOEIRO DO NORTE	12.461.323/0001-61	CE	LIMOEIRO DO NORTE	4	90	CARRETA, CARROCERIA METALICA, BASCULANTES HIDRAULICA	16.615,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores do Setor NH5	LIMOEIRO DO NORTE	12.461.323/0001-61	CE	LIMOEIRO DO NORTE	4	90	MAQUINA MULTIPROCESSADORA DE FORRAGENS	19.473,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores do Setor NH5	LIMOEIRO DO NORTE/CE	12.461.323/0001-61	CE	LIMOEIRO DO NORTE	4	90	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA MECANIZADA 4 LINHAS, TIPO ENGATE HIDRAULICO	28.732,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores do Setor NH5	LIMOEIRO DO NORTE	12.461.323/0001-61	CE	LIMOEIRO DO NORTE	4	90	CARRETA TANQUE CAPACIDADE 6.500 L	37.620,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Associação de Moradores do Setor NH5	LIMOEIRO DO NORTE/CE	12.461.323/0001-61	CE	LIMOEIRO DO NORTE	4	90	ROÇADEIRA HIDRAULICA ARTICULADA	48.477,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	UNIAO DAS ASSOCIACOES DO MUNICIPIO DE UBAJARA	UBAJARA/CE	27.685.366/0001-06	CE	UBAJARA	4	90	TRATOR AGRICOLA	201.342,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	UNIAO DAS ASSOCIACOES DO MUNICIPIO DE UBAJARA	UBAJARA/CE	27.685.366/0001-06	CE	UBAJARA	4	90	GRADE ARADORA 18 DISCOS DE 28	35.216,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	UNIAO DAS ASSOCIACOES DO MUNICIPIO DE UBAJARA	UBAJARA/CE	27.685.366/0001-06	CE	UBAJARA	4	90	CARRETA,CARROCERIA METALICA,BASCULANTE HIDRAULICA	16.615,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	UNIAO DAS ASSOCIACOES DO MUNICIPIO DE UBAJARA	UBAJARA/CE	27.685.366/0001-06	CE	UBAJARA	4	90	ROÇADEIRA HIDRAULICA ARTICULADA	48.477,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	União das Associações de Ubajara	UBAJARA/CE	27.685.366/0001-06	CE	UBAJARA	4	90	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA MECANIZADA 4 LINHAS, TIPO ENGATE HIDRAULICO	28.732,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO MUNICIPIO DE UBAJARA -	UBAJARA/CE	02.302.948/0001-27	CE	UBAJARA	4	90	TRATOR AGRICOLA	201.342,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

							CEARA - FEMAC								
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO MUNICIPIO DE UBAJARA - CEARA - FEMAC	UBAJARA/CE	02.302.948/0001-27	CE	UBAJARA	4	90	GRADE ARADORA 18 DISCO DE 28	35.216,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO MUNICIPIO DE UBAJARA - CEARA	UBAJARA/CE	02.302.948/0001-27	CE	UBAJARA	4	90	CARRETA, CARROCERIA METALICA, BASCULANTE HIDRAULICA	16.615,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO MUNICIPIO DE UBAJARA - CEARA	UBAJARA/CE	02.302.948/0001-27	CE	UBAJARA	4	90	ROÇADEIRA HIDRAULICA ARTICULADA	48.477,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES COMUNITARIAS DO MUNICIPIO DE UBAJARA - CEARA	UBAJARA/CE	02.302.948/0001-27	CE	UBAJARA	4	90	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA MECANIZADA 4 LINHAS TIPO ENGATE HIDRAULICO	28.732,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E ENTIDADES RURAIS - FAMER DE SAO BENEDITO	SÃO BENEDITO/CE	08.992.716/0001-24	CE	SAO BENEDITO	4	90	GRADE ARADORA 18 DISCOS DE 28	35.216,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E ENTIDADES RURAIS - FAMER DE SAO BENEDITO	SÃO BENEDITO/CE	08.992.716/0001-24	CE	SAO BENEDITO	4	90	CARRETA, CARROCERIA METALICA HIDRAULICA	16.615,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E ENTIDADES RURAIS - FAMER DE	SÃO BENEDITO/CE	08.992.716/0001-24	CE	SAO BENEDITO	4	90	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA MECANIZADA 4 LINHAS, TIPO ENGATE HIDRAULICO	28.732,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

							SAO BENEDITO								
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE MORADORES E ENTIDADES RURAIS - FAMER DE SAO BENEDITO	SÃO BENEDITO/CE	08.992.716/0001-24	CE	SAO BENEDITO	4	90	MAQUINA MULTIPROCESSADORA DE FORRAGENS	19.473,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	DISTRITO DE IRRIGACAO DO PERIMETRO TABULEIRO DE RUSSAS (DISTAR)	RUSSAS/CE	06.195.691/0001-02	CE	RUSSAS	4	90	ESCAVADEIRA HIDRAULICA	604.825,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO CEARA	FORTALEZA/CE	12.221.362/0001-91	CE	FORTALEZA	4	90	TRATOR AGRICOLA POTENCIA MINIMA DO MOTOR 100 CV (07) SETE UNIDADES	1.410.000,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA	FORTALEZA/CE	12.221.362/0001-91	CE	FORTALEZA	4	90	GRADE ARADORA 14 DISCO DE 26 - (07) SETE UNIDADES	142.000,00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 27ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.

							DO ESTADO DO CEARA								
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO CEARA	FORTALEZA/CE	12.221.362/0001-91	CE	FORTALEZA	4	90	PLANTADEIRA E ADUBADEIRA MECANIZADA 4 LINHAS, TIPO ENGATE HIDRAULICO (07) SETE UNIDADES	201.125,00
60110001	4138	Luis Eduardo Grangeiro Girão	53000	53101	00SX	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO CEARA	FORTALEZA	12.221.362/0001-91	CE	FORTALEZA	4	90	CARRETA METALICA, BASCULANTE HIDRAULICA - (06) SEI UNIDADES	100.693,00

JUSTIFICATIVA:
Foram identificadas e corrigidas hipóteses de impedimento técnico nas indicações aprovadas, a exemplo de indicações com inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondentes à do beneficiário (LC nº 210/24, art. 10, XVII) ou indicações de objetos com valor inferior ao montante mínimo exigido para a situação, conforme o relatório aprovado em 30/09/2025, na 27ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, José Lacerda, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Beto Faro, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Carlos Portinho, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eliziane Gama e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Discutir as políticas do Ministério, sua integração com o desenvolvimento regional e o turismo, e avaliar diretrizes, desafios e oportunidades para promover o desenvolvimento urbano sustentável no país. **Participante:** Sr. Jader Barbalho Filho, Ministro de Estado das Cidades. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza em 8 de outubro de 2025.

Comunico que, conforme divulgado pelos canais de comunicação da CDR, estão abertos os prazos para envio de emendas de Comissão RP 8 à LOA de 2025 no Sistema de Indicação de Emendas (Sinec). O sistema estará disponível até 9 de outubro, quinta-feira, às 18h. Esta Presidência informa que esse será o último prazo para apresentação de indicações ou correções.

Reitero, ainda, para dar continuidade às execuções de emendas no âmbito do RP 8, que é imprescindível a identificação completa do beneficiário final, incluindo nome e CNPJ, condição necessária para que os ministérios competentes possam prosseguir à tramitação.

Indicações corrigidas deverão ser enviadas via Sinec, dentro do prazo estabelecido, e também oficializadas por meio de ofício a essa secretaria.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as políticas do ministério, sua integração com o desenvolvimento regional e o turismo, e avaliar diretrizes, desafios e oportunidades para promover o desenvolvimento urbano sustentável no país, em atenção ao Requerimento nº 3, de 2025, de minha autoria.

Já está conosco na mesa o Ministro Jader Barbalho Filho, Ministro de Estado das Cidades.

Seja bem-vindo, Ministro. É um grande orgulho recebê-lo na nossa Comissão.

Antes de passar a palavra...

Está também conosco o Secretário Hailton Madureira. Eu vou saudar toda a equipe do Ministro também, mas ele já está aqui conosco na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou ainda pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como a apresentação que for utilizada pelo expositor.

Na exposição inicial, o Sr. Ministro poderá fazer uso da palavra por trinta minutos, prorrogáveis.

Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos a exposição, gostaria de compartilhar algumas perguntas que chegaram via portal.

Eu gostaria de agradecer a presença do Senador Rogério Carvalho, Líder do Governo; do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB e um grande companheiro nosso de trabalho; do Deputado Carlos Gaguim, Deputado Federal pelo Tocantins; e da Deputada Vanda Monteiro, Deputada Estadual do Tocantins. Já esteve conosco aqui o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que foi fazer a abertura da Comissão de Educação, mas também retornará para acompanhar. Também esteve aqui o Senador Jorge Seif, Vice-Presidente, que foi abrir uma Comissão e deve retornar.

Kauã, de Santa Catarina: "Quais ações o Ministério das Cidades adota para integrar habitação, mobilidade e turismo no desenvolvimento regional sustentável?".

João, do Rio de Janeiro: "Há previsão de incentivos para pequenas e médias cidades com potencial turístico, mas que ainda carecem de infraestrutura adequada?".

"Como cobrar de concessões que praticam degradação ambiental em prol de um lucro, priorizando carros, sem melhorar a mobilidade urbana?" – esse é o Daniel, de São Paulo.

Paulo, do Rio Grande do Norte: "Como evitar que pontos-chave para o turismo em pequenas cidades sejam monopolizados por empreiteiras ou grandes empresários?".

Eugênio, de Minas Gerais, faz um comentário: "Precisamos de trens pra rasgar este Brasil de canto a canto. O transporte ferroviário é fundamental para fortalecer o turismo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cláudia, de Sergipe: "As construtoras precisam colocar árvores em todos os projetos. Cidades sem árvores futuramente [serão] cidades sem água. Casa [sem] água, sem comida".

João, de São Paulo: "O Brasil é um país muito bonito e diversificado. O turismo deveria ser um dos maiores focos para [...] [melhorar a] nossa economia".

Aqui, Ministro, sobre essa pergunta, inclusive, sobre o turismo e a infraestrutura, não sei se tem algum projeto específico. Aqui nós temos um secretário que é do Jalapão. É uma região fortíssima no turismo, mas também tanto o acesso quanto a infraestrutura da cidade... Hoje está em andamento, inclusive, a construção de um moderno aeroporto na região do Jalapão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Primeiro, quero elogiar V. Exa. pela oportunidade desta audiência pública e cumprimentar as Senadoras, os Senadores, o nosso Ministro Jader Filho, que tão bem tem representado o Ministério das Cidades, o nosso Secretário Hailton Madureira, que também tem... Na pessoa dele, quero cumprimentar toda a equipe do Ministério das Cidades.

Estou fazendo este pela ordem, porque estou vendo várias perguntas sobre turismo.

Tenho certeza de que o Ministério das Cidades adoraria ter uma Secretaria Nacional de Turismo sob a sua tutela, mas temos um Ministério específico sobre turismo, conduzido por um outro paraense, que não o Senador Jader Filho, mas sim, o Deputado Federal Celso Sabino.

Então, para não deixar o nosso Ministro das Cidades, que responde por habitação, saneamento, infraestrutura urbana, mobilidade urbana e tantos outros assuntos tão importantes para debatermos, talvez ter que gastar o tempo falando sobre turismo, eu apontaria a V. Exa. um convite ao Ministro do Turismo, já que estou vendo muito interesse sobre a questão do turismo, mas para não colocar o Ministro Jader Filho na condição, um tanto quanto constrangedora, de ter que responder sobre matéria que não é subordinada ao Ministério das Cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para essa contribuição – não a V. Exa., que sei que sabe muito bem sobre isso, até melhor do que eu –, mas aos nossos cidadãos, que estão acompanhando pelo e-Cidadania e fazendo perguntas sobre turismo voltadas ao Ministro das Cidades, que trata de habitação, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, saneamento, transporte urbano, transporte público e metrô. Todas essas questões estão subordinadas ao Ministério das Cidades, mas o turismo é conduzido por um outro ministério.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero cumprimentar o Senador Chico Rodrigues e agradecer a presença.

É usual nesta Comissão a leitura de todas as questões que chegam. É uma Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. As leituras são feitas para que os expositores possam, na medida do que for possível, integrar – como no caso específico das Cidades, que mencionam, justamente, isso, entre a área de infraestrutura, que é a responsabilidade específica, se tem alguma ação que pode estar integrada.

O Ministro Celso Sabino já esteve aqui conosco.

Obviamente, as questões podem ser tratadas, e vão, ao longo da audiência, chegar outras questões. Algumas não serão tratadas, outras podem ser encaminhadas e, futuramente, o Ministro, dentro do seu interesse, vai fazer a exposição.

Agradeço a presença da equipe do ministério, que está aqui, também, acompanhando o Sr. Ministro Hailton Madureira, Secretário-Executivo; Denis Andia, Secretário Nacional de Mobilidade Urbana; o Sr. Leonardo Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental; o Sr. Guilherme Simões, Secretário Nacional de Periferias; o Sr. Carlos Tomé, Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, e o Sr. Augusto Rabelo, Secretário Nacional de Habitação.

Sejam todos bem-vindos.

Ministro, com a sua exposição, fique à vontade pelo tempo necessário.

O SR. JADER BARBALHO FILHO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero iniciar saudando a Senadora Dorinha e agradecendo o convite de poder estar hoje aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional; quero saudar o meu Líder, o Senador e amigo, Senador Eduardo Braga; saudar o Senador Chico Rodrigues; saudar o querido amigo Deputado Carlos Gaguim; e os nossos Deputados e Secretários. Quero saudar aqui todo o meu time, na pessoa do Secretário Hailton Madureira, do Guilherme Simões, do Carlos Tomé, do Denis Andia, do Augusto Rabelo e do Leonardo Picciani. Quero agradecer a presença de todos vocês.

Espero hoje poder aqui, minha Senadora e Senadores presentes, trazer todas as informações relacionadas ao que nós estamos fazendo à frente do Ministério das Cidades e nos colocar à disposição para qualquer dúvida que possa haver relacionada aos estados, aos municípios.

Eu pedi, Senadora – é bom que fique registrado aqui –, inclusive a presença dos nossos Secretários aqui para que, se tiver alguma ação específica... Por exemplo, vejo ali o Secretário de Jalapão, se tiver algum questionamento sobre o Jalapão, sobre o aspecto das obras de infraestrutura do Ministério das Cidades, estamos aqui à disposição para poder falar, ou de qualquer outro município do Brasil. Se a gente precisar, o nosso time trouxe aqui as informações todas no nosso sistema lá do ministério.

Quero iniciar, se me permite, Senadora, aqui a nossa apresentação a partir do Ministério das Cidades. Pretendo não cansá-los, então vou passar as informações para vocês, para que nós possamos seguir.

Aqui é uma imagem, obviamente – quero abrir aqui –, do principal programa do Ministério das Cidades, que é o Minha Casa, Minha Vida.

Pode passar a primeira página, por favor?

Aqui, obviamente, as ações. Tudo aquilo – é bom que fique claro – que se refere, Líder Eduardo, tudo aquilo que é infraestrutura urbana nas cidades, dentro do Governo Federal, o que é infraestrutura, é dentro do Ministério das Cidades. Da área rural, o que também está dentro do Ministério das Cidades é a política de saneamento.

Então, vamos supor, toda a política de saneamento que é feita na área rural também é dentro do Ministério das Cidades. Por quê? Porque o Ministério das Cidades, Senadora Dorinha, é o ministério que cuida da questão do saneamento no país, então, na hora da divisão das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuições, foi destinado também para o Ministério das Cidades tudo aquilo: esgotamento sanitário da área rural é feito no Ministério das Cidades, abastecimento de água rural é feito no Ministério das Cidades. Então, só essas duas ações, com mais uma que também ficou, porque a política de habitação é dentro do Ministério das Cidades; então, o Minha Casa, Minha Vida rural também é dentro do Ministério das Cidades. O resto, Líder Eduardo, Senador Chico, tudo obviamente se distribui pelos outros ministérios daquilo que é a zona rural. O urbano é dentro do Ministério das Cidades.

O ministério é dividido em cinco secretarias: Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Secretaria Nacional de Periferias, que foi uma inovação desse terceiro mandato do Presidente Lula, para poder atender as periferias brasileiras aqui – e é aqui representada pelo Secretário Guilherme Simões –, e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, que é representada aqui pelo Secretário Carlos Tomé.

Próximo.

Esse é o número hoje que nós temos em termos de contratação do Minha Casa, Minha Vida até este momento. Nós temos 1,8 milhão de casas contratadas no Brasil, sendo que, desse 1,8 milhão, nós temos em obra 1,1 milhão de casas já contratadas neste momento. Uma parte delas já foi entregue, e uma parte delas está no processo do curso de entrada de obra, seja por alguma licença ou alguma ação suspensiva que possa ter dentro da Caixa Econômica Federal.

Então, a nossa ideia é que nós cheguemos à contratação daquela meta que foi estabelecida. É bom lembrar aqui – os Senadores devem lembrar –: o Presidente Lula estabeleceu como meta, para os quatro anos, 2 milhões de casas contratadas em quatro anos. Nós vamos chegar, Senador Chico, ao final deste ano, com um ano de antecedência, ao número que foi estabelecido pelo Presidente Lula. Nós vamos chegar, em dezembro deste ano, Líder Eduardo, ao número de 2 milhões de casas contratadas dentro do Governo Federal.

E nós já aumentamos essa meta que foi estabelecida no início do Governo do Presidente Lula: de 2 milhões, nós passamos a meta para 3 milhões. Então, nós queremos chegar, no final do ano de 2026, com 3 milhões de casas contratadas, com isso superando em 50% a meta inicial que foi estabelecida pelo Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu transcorro... Vou abrir o que significa esse 1,8 milhão.

Por favor, a próxima.

Aqui nós temos, obviamente, a informação: esse é o maior programa habitacional da história do Brasil. Ele já contratou... Desde 2009, são 9 milhões de casas contratadas desde o início do programa, que foi lançado em 2009. Ele foi retomado agora, em 2023. Nós ficamos quatro anos sem o programa Minha Casa, Minha Vida, e agora ele é retomado. E, com isso, nós temos um investimento, gerando emprego e renda, da ordem R$285,1 bilhões injetados na economia.

E aí, meu Líder Eduardo, acho que é importante ter clareza. Vou dar uma informação que eu acho muito importante. Abro aqui e já começo falando sobre essas informações, porque eu acho que o Senado precisa ter atenção relacionada a isso. O Governo Federal está tomando as ações necessárias, mas é muito importante que o Senado tenha conhecimento disso.

O Presidente Lula, Senador Chico, vai fazer... Na próxima sexta-feira, vai ser lançado um novo programa de poupança para o Brasil, a partir de um questionamento que nós vínhamos fazendo. Desde a época do Presidente do Banco Central Campos Neto, nós vínhamos apontando, Líder Eduardo, que havia um movimento, um segmento, por parte da poupança no Brasil, de esvaziamento da poupança. Só para vocês terem uma ideia, só no ano de 2025, Senadora Dorinha, houve uma retração, só na Caixa Econômica Federal – ouçam bem: só na Caixa Econômica Federal –, da ordem de R$30 bilhões. Isso só na Caixa Econômica Federal. Eu não estou falando aqui do Itaú, eu não estou falando do Bradesco, eu não estou falando do Santander, eu não estou falando de nenhum outro banco; eu estou falando só da Caixa. Houve uma retração de R$30 bilhões.

O que isso significa, Senador Chico? Que não tem dinheiro para fazer financiamento para as famílias brasileiras. Hoje você tem, de um lado, o Minha Casa, Minha Vida com toda a força – e os números, eu vou segui-los aqui, e vocês vão ver isso de uma maneira muito clara –, mas na outra mão você tem uma falta de recursos para que as famílias possam adquirir. Então, hoje uma família que está acima de R$12 mil – que é o teto em que vai o Minha Casa, Minha Vida Classe Média –, de maneira muito objetiva, se as famílias forem hoje a qualquer banco do Brasil, inclusive à Caixa Econômica, não têm financiamento, ou melhor, tem, a um juro altíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Muito restritivo.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Absolutamente restritivo: uma média de, mais ou menos, Senador Chico, 19% a 22% é o juro cobrado hoje, Senadora Dorinha, para as famílias.

O que é que isso significa? Vou dar um exemplo para vocês: enquanto o Minha Casa, Minha Vida, este ano cresce em suas contratações 14%, a poupança, fora... Tudo aquilo que é contratado fora do Minha Casa, Minha Vida, tem uma queda de 20%. O que é que isso significa? Se, ano passado, Líder, nós tivemos um crescimento da construção civil, puxado pelo Minha Casa, Minha Vida, na porta de 4,2% – o que ajudou fortemente o PIB do Brasil, que cresceu a 3,5% –, o que é que vai acontecer? Vai haver uma retração na construção civil e, havendo uma retração na construção civil, vai haver uma retração no PIB do Brasil. Isso é fato. E nós viemos alertando isso ao Presidente Campos Neto. Desde o final de 2023, a gente vem questionando o porquê do não uso do compulsório se nós tínhamos um movimento claro de retração da poupança e, obviamente, havendo uma retração da poupança, as famílias não têm...

E aí, quem é que financia a casa, Senador Chico? Quem tem dinheiro, os ricos. A classe média não tem. O professor não tem como fazer, o operário não tem como fazer. E o Presidente Lula, por conta disso, chamou o atual Presidente do Banco Central, o Galípolo, para que nós pensássemos juntos, e o Presidente Lula vai lançar na próxima semana – agora, sexta-feira, perdão –, em São Paulo, a nova política habitacional da poupança, estabelecendo que 80% de todos esses recursos que vão vir do compulsório sejam colocados para o sistema financeiro da habitação, 20% para o sistema financeiro imobiliário, limitando a taxa de juros até 12%, para que volte a ter recursos para a classe média, Senador Weverton – para que volte a ter recursos para a classe média.

Eu acho que é muito importante esta Comissão e o Senado Federal terem atenção sobre isso porque, se o Brasil não entender, não haverá... Líder, enquanto houver uma taxa de juros desse tamanho que tem hoje, não vai mais ter recurso na poupança no Brasil. A poupança vai definhar e, obviamente, a poupança definhando, vai faltar recursos para financiamento, porque a poupança sempre, no Brasil, foi quem financiou a habitação – neste país, foi a poupança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, é um fato, é o fim... Quero deixar claro isso para os senhores: se esse movimento se seguir, será o fim da poupança no país. Isso é um fato, está precificado; então, se nós não mudarmos essa lógica, ou através da taxa de juros, ou buscando alternativas para poder compensar essa queda, isso está precificado e, obviamente, uma parte da nossa sociedade estará privada da possibilidade de ter um financiamento para comprar sua casa no Brasil.

A próxima, por favor.

Aqui são as linhas; chamo a atenção dos Senadores para que conversem com os Prefeitos, com os Governadores. Nós temos, aqui na primeira linha, à esquerda, tudo aquilo que é para a Faixa 1, as famílias que ganham até R$2,85 mil, que é o Minha Casa, Minha Vida tradicional urbano, que é são: o FAR; o Entidades, que são aquelas casas que são feitas pelas entidades que lutam pela moradia; o Rural, que é o Minha Casa, Minha Vida Rural; e o FNHIS, que é para os municípios abaixo de 50 mil habitantes.

O segundo, que são os financiamentos do Minha Casa, Minha Vida, os financiamentos para as faixas 1 e 2, que são subsidiadas. Nas faixas 3 e 4, os juros são subsidiados, mas não há subsídio para poder... como a gente chama, para dar a entrada – não há o subsídio.

E, por último...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Exatamente: para poder amortizar a entrada.

E, por último, o que eu considero que foi... Senadora Dorinha, Senador Weverton, foi o grande pulo do gato para que nós alcançássemos, Senador Chico, esse resultado que nós temos hoje. Esse é o grande pulo do gato. Por que é o pulo do gato? Líder, quando nós chegamos ao Ministério das Cidades, diante da questão da pressão sobre a questão fiscal do Brasil, nós percebemos claramente que não haveria, como aconteceram em primaveras anteriores, o número de recursos para fazer as contratações de habitação do país. E aí nós entendemos, houve uma sensibilidade, nós identificamos, chamamos Prefeitos, chamamos Governadores para que nós unificássemos a política habitacional no Brasil. Foi isso o que aconteceu e criamos o Minha Casa, Minha Vida - Cidades, porque, quando nós chegamos ao Ministério, na primeira ação que nós fizemos, nós identificamos que o problema das famílias, Sras. e Srs. Senadores, não é a parcela do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha Casa, Minha Vida. A parcela do Minha Casa, Minha Vida, na sua maior parte, na maioria dos casos, é menor do que o que as famílias já pagam de aluguel hoje.

O problema das famílias é a entrada. Elas não têm condição de dar a entrada. Então, o que nós fizemos no Ministério das Cidades? Nós ampliamos o valor da entrada – que sai de R$47,5 mil para R$55 mil –, reduzimos a taxa de juros. Só que, quando nós fazíamos a conta, uma média de entrada, hoje, de um apartamento no Brasil, gira entre R$90 mil e R$70 mil, então nós tínhamos... Vamos pegar do menor número. Nós pegamos R$55 mil, nós tínhamos que botar R$25 mil na cabeça disso aí. Então o que isso significa? Perdão, são R$15 mil para poder alcançar R$70 mil. O que significa? Qual é a família que ganha hoje até R$2,85 mil, meu Líder Eduardo, que tem na poupança R$15 mil? Ou em qualquer aplicação? Não existe isso. Então nós mostramos isso aos Governadores, mostramos isso aos Prefeitos e os chamamos para que eles pudessem unificar. E aí nós conseguimos a adesão de diversos estados do Brasil, em que os Governadores entram com R$20 mil, com R$15 mil, com R$5 mil.

Por exemplo, o Governo do Estado de Goiás entra com um limite, Líder Eduardo, de R$46,5 mil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Exatamente. Ele dá um cheque de R$46,5 mil.

Pernambuco, por exemplo, entra com um cheque de R$20 mil; Mato Grosso entra com um cheque de R$20 mil. Então, isso se disseminou pelo Brasil e foi possível que nós chegássemos a esse número de R$1,8 milhão, porque, se não fosse assim, Senador Weverton, as famílias não teriam condição. Mesmo que nós déssemos o cheque de R$55 mil na cabeça, eles não conseguiriam, porque eles não teriam essa diferença para poder fazer esse pagamento. Então foi fundamental a ação.

As prefeituras, por exemplo: nós possibilitamos que as prefeituras pudessem entrar com o terreno. Então, vamos lá: ela não pode dar a entrada, mas ela pode dar o terreno. E o terreno se abate de onde? Abate-se do valor que as famílias vão pagar. Então, fomos buscando diversas ações para que nós pudéssemos unir, Senador Chico, as políticas habitacionais em nível federal, estadual e municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Aqui nós temos o Minha Casa, Minha Vida - Classe Média, que foi outra inovação que nós tivemos. Aí, de novo, volto ao tema: nós buscamos fazer essa atenção, Líder Eduardo, por quê? Porque hoje a classe média não tem como fazer o seu financiamento, então nós mostramos isso ao Presidente Lula: "Presidente, nós precisamos fazer uma nova faixa". E era uma coisa, justiça se faça ao Presidente, que ele já vinha falando, que nós precisávamos estender o Minha Casa, Minha Vida, e foi o que nós fizemos. E nós inserimos aí, aumentamos o valor do financiamento de R$350 mil para R$500 mil, porque é o preço que nós temos hoje para essa faixa de renda nos imóveis, até R$500 mil, para uma renda de até R$12 mil.

Aqui chamo atenção sobre a questão dos financiamentos, é muito importante que as prefeituras e os estados tenham conhecimento disso. Nós temos diversas linhas de financiamento que podem ser utilizadas. Eu vejo muito acontecer, por desinformação, Deputado Gaguim, os Prefeitos e Governadores irem buscar linhas de financiamento, seja do Banco do Brasil, seja da Caixa Econômica Federal, com taxa de juros muito mais elevadas – muito mais elevadas –, em que não há carência alguma. E vou citar esse exemplo, lá na frente volto a falar dos outros exemplos em que, por falta de informação, Líder Eduardo, os municípios não vão buscar esses financiamentos. Aqui, por exemplo, eu falo do Pró-Moradia, que é para as famílias, em que as prefeituras, os Governos de estados podem tomar financiamentos para fazer casa para essas famílias. São juros de até 8%, 4 anos de carência e 20 anos para pagar. E vejo, por exemplo, Senador, os Prefeitos e os Governadores indo buscar o Finisa, carência zero, juros de 12% a 15%, e o cara já paga no primeiro dia, no mês seguinte, e muito mais alto. Então veja, Líder, que é absoluta desinformação, para fazer as mesmas coisas que nós fazemos.

O que nós temos lá, vou antecipar para vocês, temos o Pró-Transporte. O Prefeito ou o Governador quer fazer obra de mobilidade, quer fazer asfaltamento, quer fazer um recapeamento, pode pegar no Pró-Transporte. Ele quer fazer uma obra de saneamento, botar abastecimento de água, pode usar o Pró-Saneamento. Ele quer fazer iluminação pública, pode fazer no Pró-Cidades. Então tudo, 100%, tudo que acontece nas cidades – tudo! – pode ser financiado no Ministério das Cidades. E nós temos disponível, ouçam bem, R$8 bilhões, e todo ano, por essa desinformação, por falta de projeto, nós devolvemos esse dinheiro ou, quando a gente não percebe que vai acontecer, a gente pega esse dinheiro, Senador Weverton, e bota no Minha Casa, Minha Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico vendo, todo dia, fico ouvindo os Prefeitos "Ah, eu fiz um Finisa", "Eu fiz um Finisa, eu fiz um Finisa". Você percebe? É pura desinformação. Então é muito importante que vocês possam ser os vetores e avisar isso aos Prefeitos, que eles não precisam pegar e se endividarem; eles podem fazer um financiamento mais barato, que vai alcançar o mesmo objetivo.

Só para ficar claro, eu peguei, só para homenagear a minha Senadora, e botei aqui os investimentos, por exemplo, no Tocantins: só do Minha Casa, Minha Vida, nós temos R$580 milhões do OGU e R$805 milhões do FGTS.

Próximo.

Aqui alguns exemplos de obras que já foram entregues no Brasil. Essas obras são obras que foram retomadas ou, aqui, algumas obras que foram entregues. Essas obras, algumas delas, estavam paralisadas, nós retomamos e entregamos.

Aqui o caso, por exemplo, do Rio Grande do Sul. Só para vocês terem uma ideia, que foi uma outra linha que nós criamos, Deputado Gaguim, para o Brasil para atender aos eventos climáticos extremos, só para vocês saberem – eu vou dar uma referência –, aqui nós tínhamos uma previsão, Líder Eduardo, no Rio Grande do Sul, de contratar no Compra Assistida 5 mil casas, 5 mil, Senador Weverton, 5 mil casas. Deu tão certo que nós estamos substituindo aquilo que a gente ia construir por casa que já está pronta.

O que é o Compra Assistida? O Compra Assistida, nos municípios onde houver, por exemplo, uma tragédia como aconteceu no Rio Grande do Sul e tiver casas disponíveis no mercado, prontas, seja na planta, sendo construídas, seja casas usadas por um ente privado, por um ente unitário que queira vender a casa dele, nós estamos comprando essa casa e dando-a para as pessoas do Rio Grande do Sul. Nós já alcançamos, Senadora Dorinha, já tem 6.625 famílias.

Até houve uma matéria recentemente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Compras avulsas.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma matéria recentemente num veículo de imprensa nacional, que falou que havia 6,6 mil pessoas que haviam sido atingidas. Não. Foram 6.625 famílias – famílias. Se a gente multiplicar por 4, aí sim, nós temos um número que... E aí, por que eu estou dizendo isso para vocês? Porque houve um equívoco.

Esse programa é um programa de sucesso. Ele deu tão certo que nós o estamos levando já agora para um problema social grave que está acontecendo em São Paulo, que é a Favela do Moinho. A partir de uma ação entre o Governo de São Paulo e o Governo Federal, nós estamos retirando as famílias da Favela do Moinho – lá vai ser construído um parque – e nós já vamos usar esse mesmo sistema.

E esse sistema, por exemplo, Líder Eduardo – Deus que livre e guarde –, aconteça um evento climático extremo em Manaus. E as famílias vão ficar desalojadas? Não ficarão mais porque não vamos esperar, como era antigamente, construir, Senador Chico, as casas para poder as famílias de Manaus morarem. Não. A gente vai disponibilizar para as famílias de Manaus R$200 mil na cabeça para que elas possam adquirir as casas lá, casas que estejam prontas em Manaus, do mesmo jeito que aconteceu no Rio Grande do Sul.

Próximo, por favor.

Aí passando aqui para a mobilidade. Esse foi o investimento que foi feito, desde 2023, em mobilidade, são cerca de R$45,5 bilhões.

Próximo.

Aqui, alguns exemplos do que a gente está fazendo, em termos das médias e grandes cidades. Aqui foi feito um investimento de R$31,14 bilhões E aí, nessas ações...

Outra ação, perdão, importante, que foi adotada foi a renovação de frota. Foi a primeira vez que foi feita uma ação, Senador Portinho, de renovação de frota, foi essa agora, nesse PAC, nunca havia tido uma de renovação de frota. Então, nós fizemos e foi fantástico, porque parte delas já foi com ônibus elétrico, com Wi-Fi, com ar-condicionado, então você tem uma questão também ambiental forte sendo adotada na questão, Deputado Gaguim, sendo feita dentro do Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora disso, o restante foi feito em Euro 6. E aí quero deixar claro aqui para as senhoras e para os senhores, algumas pessoas têm criticado que nós temos feito investimentos em Euro 6, Líder Eduardo, e isso é fundamental, porque o Euro 6, quando você substitui um ônibus normal, você reduz a emissão de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Carbono.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – ... exatamente, carbono em nossa atmosfera em 18 vezes. Então, você tira um ônibus que está emitindo absurdamente gases que vão atingir o nosso meio ambiente e reduz em 18%. E, ainda, Senadora Dorinha, nós não estamos preparados, não é em todos os lugares do Brasil que o ônibus elétrico ou que o ônibus a gás é possível, não há infraestrutura para isso – não há infraestrutura para isso!

Então, o Brasil precisa compreender a realidade do país; nós vivemos em um continente e o Brasil é absolutamente diverso. Como ele é um continente e é absolutamente diverso, Senador Portinho, você precisa ter diversas possibilidades, você tem um leque de possibilidades. O que cabe para o Rio de Janeiro, para a Cidade Maravilhosa, não cabe na minha Belém ou não cabe lá em Manaus, do Senador Eduardo, não cabe em São Luís, do Senador Weverton. Então, é por isso que é muito importante a gente ter clareza e o Brasil precisa entender, como eu estou falando, que as realidades são muito diversas e por isso é necessário que você tenha muitas alternativas.

Próximo.

E aqui nós temos as ações de mobilidade. Aqui alguns exemplos, só para vocês terem uma ideia, como, por exemplo, a expansão da Linha 2-Verde, em São Paulo, obra que está em andamento, o metrô de Fortaleza.

Próximo.

Aqui algumas obras que foram entregues. Lá, na sua capital, Senador Portinho, nós entregamos o BRT TransBrasil; lá em Salvador, o BRT Lapa-Iguatemi; e, em São Paulo, o BRT de Campinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas dessas obras, aqui é bom que se diga, eram obras que estavam paralisadas, obras que foram retomadas e entregues já neste mandato do Presidente Lula.

E, mais uma coisa, uma informação importante, Senadora Dorinha, essas obras não foram contratadas recentemente, não foram não. Essas obras são obras do PAC 1 e do PAC 2, é importante que tenham clareza disso, de 2012, 2010, 2013.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – A de ontem, lá em Imperatriz, foi de...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – De 2012.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – ... e entregamos ontem.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Tem que ter clareza disso.

Viu, senhoras e senhores, é muito importante vocês tenham clareza disso. Isso não foi obra que foi iniciada recentemente não, é obra de 10, de 12, de 15 anos que estão sendo entregues agora, por falta de recursos, por problemas em obras, problemas em projetos que aconteceram ao longo do tempo.

Próximo.

Aqui os investimentos em saneamento. Nós temos aqui R$50,5 bilhões em investimentos de financiamentos no Brasil.

Próximo.

Aqui os programas que nós temos: drenagem; manejo de água, de esgoto e de resíduos sólidos; abastecimento de água nos municípios... Mais de 800 municípios foram beneficiados no novo PAC com essas ações. Nós temos R$24 bilhões de investimentos ativos em saneamento básico neste momento no Brasil. Uma outra ação importante que estamos incentivando, crescendo dentro do Ministério, Senador Chico, são as debêntures incentivadas. Por quê? Porque aí já é uma outra ação, que foi feita aqui neste Congresso Nacional, que é a questão do marco do saneamento. E para que o marco do saneamento de fato aconteça, que foi um grande absurdo que foi feito por este Congresso Nacional, Senadora Dorinha, que nós temos que incentivar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir das debêntures incentivadas. Então, estamos acelerando a questão das debêntures para que as concessionárias, tanto públicas quanto privadas, vão até o mercado, façam a captação dos recursos para poder fazer os investimentos que são necessários no Brasil.

Nós temos hoje quase 1,1 mil contratos de saneamento em andamento, desde 2023.

Aí já são novos contratos que estão em atividade já nessa nossa passagem dentro do Ministério.

Próximo.

Aqui algumas obras grandes que estão em andamento.

Aí Cito Natal, Fortaleza e, na Bahia, Lauro de Freitas.

Próximo.

Aqui algumas obras que já foram entregues. O esgotamento sanitário do Rio de Janeiro, quase R$650 milhões. Em Belo Horizonte, o amortecimento das cheias. A estação de tratamento de esgoto do UNA.

Aí, só para vocês terem uma ideia, Senador Eduardo, você conhece bem Belém... Olha só, Belém é uma cidade de mais de 400 anos. Essa é a maior estação de tratamento de esgoto da história da cidade. E essa obra, Senadora Dorinha, sabe de quando é, Senador Eduardo? De 2007 – 2007! E está sendo entregue em 2025.

Aqui alguns investimentos, tanto de contenção de encostas, quanto urbanização de favelas. São quase R$13 bilhões.

Próximo.

Aqui, quais são as ações dentro da Secretaria de Periferias, que foi uma inovação do Governo do Presidente Lula, como eu disse.

Ali dividido nas suas carteiras. Nós temos, em urbanização, R$5,3 bilhões. Em regularização fundiária, R$613 milhões e, em contenção de encostas R$3,7 bilhões. Faço um parêntese aí, Senador Weverton, para poder mostrar a importância da mudança de visão do Governo do Presidente Lula, Senadora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para você ter uma ideia, o Orçamento que foi encaminhado para vocês, antes da PEC da Transição... Senador Weverton, você sabe quanto tinha na LOA que foi apresentada pelo Governo Federal, naquele ano, em 2023, antes da PEC da Transição, para todas as obras do Brasil, novas ou velhas? Sete milhões de reais. Isso não dava, Senador Eduardo, nem sequer para manter uma obra do Ministério das Cidades em atividade no Brasil.

Por exemplo, só para você ter uma ideia, lá em Manaus, depois que aconteceu aquele evento climático extremo, só aquela obra, Senador Eduardo, são mais de R$60 milhões.

Então, faça uma correlação disso, pessoal. Eu estou pegando uma obra em Manaus, R$60 milhões. No Orçamento todinho do Brasil para prevenção, e eu estou falando de contenção de encostas... Prevenção se dá em drenagem e contenção de encostas, Senador Portinho. Não, mas olha que loucura, olha a falta de visão, a falta de prioridade no Brasil: quando se está vendo no mundo – não é no Brasil – o tanto de eventos climáticos extremos acontecendo, tinha, no Brasil, para tudo, tanto para drenagem quanto para contenção de encosta, R$7 milhões no Orçamento, e para uma obra de contenção de encostas – não é de drenagem –, em Manaus, R$60 milhões, uma.

E aí vocês, junto com o Presidente Lula, junto com o Ministro Fernando Haddad, fazem a PEC da transição e esse orçamento sai de R$7 milhões para R$264 milhões naquele ano. E no primeiro Orçamento do Presidente Lula, esse número sobe para R$536 milhões. Então, é para vocês verem qual era a prioridade que era dada para um tema que é tão urgente. Por exemplo, nas suas encostas lá do Rio de Janeiro, quantas tragédias a gente já não viu acontecer? E não havia recurso para isso.

E aí eu vou dar sequência aqui: nas favelas, são 47 ações; regularização fundiária, outro tema importantíssimo do Brasil, são 365 ações pelo Brasil, e contenção de encostas, 86.

Próximo.

Aqui, são algumas ações que estão dentro lá do ministério. Nós temos a Bacia do Mata Fome, que são 144 milhões na minha Belém; na beira do Rio Condor, em Olinda, são 400 milhões.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos ações que foram já entregues. Nós temos o Parque das Flores, que são 3,7 milhões, que vai atender aí a 386 famílias, e tivemos 61 famílias que foram removidas para lugares seguros. Pessoas que moravam nessa encosta foram remanejadas.

Próximo.

Aqui são outras ações da periferia, como o Cep para Todos, que foi uma ação junto com o Ministro Juscelino, das Comunicações, foi feita dentro do ministério. É porque diversas periferias, diversas favelas no Brasil não tinham sequer um CEP. Então, se tivesse uma entrega, por exemplo, da Amazon em qualquer lugar, não tinha como identificá-la. Nós fizemos uma ação em que a favela tem um CEP. Pasmem, senhoras e senhores, tinha favelas que ela toda não tinha CEP, e agora você está fazendo essa ação, ou nós estamos indo, rua a rua, Senador Weverton, fazendo e dando CEP para cada uma das casas ou um CEP para aquela rua.

Nós temos a Caravana das Periferias, outra ação importantíssima. Nós estamos pegando os exemplos, Senador Portinho, nas periferias do Brasil, visibilizando-as para que essas ações possam se multiplicar pelo Brasil, premiando com recursos essas ações. E por quê? Porque a gente entende que aquilo que possa ser feito numa favela, por exemplo, no Rio de Janeiro, possa ser exemplo para uma favela lá em Belém. Então, o que nós queremos? É visibilizar, Senador Chico, e incentivar que novas ações como aquela possam se repetir, se replicar pelo Brasil. E é isso que nós estamos fazendo, a partir da ação lá da Secretaria Nacional de Periferias. É uma ideia extraordinária, que foi feita pela equipe do Guilherme Simões. E a gente está fazendo isso lá.

Nós temos o Prêmio Periferia Viva, que estou citando aqui para vocês. Nós temos a questão do Mapa das Periferias, que é uma plataforma interativa de mapeamento e cadastro dessas periferias, e a Plataforma Nós Periféricos, que é uma oportunidade de projetos aí. Aí nós temos já 7,5 mil usuários alcançados.

Próximo.

Aqui nós temos o programa de regularização fundiária e tudo que já foi feito, inclusive boa parte aqui por este Congresso Nacional.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos a Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Nós temos hoje, dentro da nossa carteira, R$1,2 bilhão para desenvolvimento das cidades – são praças, orlas, iluminação pública, pórticos das cidades... São diversas ações dentro do Ministério, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. E aí, Deputado Gaguim, é importante ter clareza disso, é isso que eu digo. Muitas vezes eu vejo que o pessoal vai lá na Caixa Econômica e pega um Finisa para fazer a entrada da cidade. Pode ser feito aqui dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Pode ser feito de duas maneiras, Senador Portinho: pode ser a partir de uma emenda parlamentar, ou a partir de um financiamento. A orla, a mesma coisa. Uma praça, também. Iluminação pública, ciclovia... Tudo isso pode ser feito dentro do Programa Pró-Cidades, que é dentro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Próximo.

Aqui, os programas que estão dentro delas, e os investimentos. E aí, alguns exemplos de obra. Estamos fazendo o parque urbano da bacia do Igarapé São Joaquim, lá em Belém. Nós temos, só no Município de Santo André, R$27,3 milhões, já dentro desse programa de financiamento.

Próximo.

Aqui, quero citar para vocês aquilo que eu estava dizendo ainda há pouco, e a gente precisa divulgar isso, Líder Eduardo, para os municípios, Senador Chico, Senador Weverton, Senador Portinho, Deputado Carlos Gaguim.

O que é que eu fico vendo, assim? Os Prefeitos, com toda a razão, não estou aqui tirando a razão dos Prefeitos, vindo até vocês, desesperados atrás de emendas parlamentares. E nós temos hoje, Senador Portinho, uma oportunidade para dentro dos municípios, aqueles municípios que estão com suas contas em dia, de poderem pegar financiamentos para fazer o projeto que eles quiserem – que eles quiserem, Senador Carlos! Senador Chico, aqui, ele pode atender qualquer interesse que tem na cidade dele. Então, vamos dizer o seguinte, se vocês não têm o recurso... Vamos supor, está aqui, vocês recebem a emenda de vocês no início do ano, que não tem mais... A solução não está perdida. Se o município tiver capacidade de tomar financiamento, ele pode ir lá e tomar o financiamento. Ele vai ter quatro anos para pagar, 8%...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quatro de carência.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Perdão, quatro de carência, para começar a pagar a primeira parcela, 8% ao ano, e 20 anos para pagar.

Então, é muito importante. E vejam aqui as quantidades, os números, os valores, são muito grandes.

Olha só, vejam lá, para o Pró-Moradia, para o Prefeito, para o Governador, fazer moradia, R$3,3 bilhões. O Pró-Cidades, que é aquela ação que eu estava dizendo aqui para vocês, que pode fazer iluminação pública, pode fazer uma orla, pode fazer uma praça, pode fazer a entrada da cidade, R$1,9 bilhão. No saneamento, tudo que está vinculado ao saneamento, drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, R$13,8 bilhões. O Pró-Transporte, R$9 bilhões.

Por exemplo, a concessionária de um estado de vocês, se ainda for pública, ela pode fazer os investimentos aqui, se ela tiver a capacidade de tomar investimento e financiamento.

Então, perceba que nós temos outras alternativas no Brasil e que, muitas das vezes, os estados e os municípios não têm conhecimento dessas alternativas.

Próximo.

Aqui nós temos um programa, que é muito importante também, e eu recomendo aos nossos Parlamentares que mostrem isso aos Prefeitos. Ali está o *link*. Pessoal, nós temos duas frentes: um, são treinamentos que são feitos dentro do Ministério das Cidades, a partir de TEDs que são feitos com as universidades, e dentro do Portal do Ministério das Cidades. Tudo aquilo, por exemplo, todos esses programas que eu citei aqui para vocês, tudo está contido nesse *link* aqui, se o Prefeito ou se o Governador quiser ter informação. Lá dentro ensina como você deve fazer.

Obviamente, a nossa equipe coloco aqui à disposição de vocês. Quem tem relacionamento próximo comigo e a minha equipe toda sabem disto: nós temos que ajudar os municípios, nós temos que ajudar os nossos Prefeitos e os nossos Governadores a terem acesso a esses recursos. Então, nós botamos aqui o seguinte – e a minha equipe sabe –: vamos trabalhar juntos, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar na mão dos estados e dos municípios, mas dentro do Capacidades tem as informações necessárias para que os técnicos das prefeituras possam ter acesso a isso.

Próximo.

Aqui, por Região, os investimentos que nós temos hoje dentro do Ministério das Cidades. Nós estamos atendendo hoje, dos 5.570 municípios, têm ações ativas 3.617 municípios, com R$78,3 bilhões, e aí dividido nas regiões.

Para o final aqui, quem quiser ter acesso aos nossos programas.

Mais uma vez, Senadora Dorinha, muito obrigado pela sua gentileza de poder ter nos oportunizado esta manhã para a gente poder dar as informações.

Eu estou aberto às senhoras e aos senhores todos para que a gente possa tirar as dúvidas. O que a gente quer, na verdade, é que vocês, pelo contrário, joguem junto com a gente para que a gente possa desenvolver o nosso Brasil.

E quero deixar clara uma coisa com que eu gostaria de finalizar a minha fala: o Brasil, pessoal – e eu tenho viajado muito o mundo –, é um dos poucos países do mundo, Senadora Dorinha, que tem um Ministério das Cidades; 70% da população brasileira, Senador Eduardo, vive nas cidades. Então, como nós queremos que essas pessoas vivam bem, se a gente não levar a infraestrutura para lá, para onde as pessoas estão?

Então, é fundamental – e aqui faço este encerramento –, se nós queremos cuidar do Brasil, nós precisamos iniciar a partir das cidades. As pessoas não vivem no Brasil, as pessoas não vivem nos estados, as pessoas vivem nas cidades, e é lá que a infraestrutura tem que chegar.

Muito obrigado, Senadora Dorinha e nossos Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ministro, eu, primeiramente, gostaria de agradecer-lhe a vinda e parabenizar o seu trabalho e a sua equipe.

Por isso, eu insisti tanto, e, finalmente, nós conseguimos organizar uma agenda, justamente para dar visibilidade ao trabalho, porque um dos grandes problemas que nós temos ainda – nós que lidamos diretamente com os nossos Prefeitos –, às vezes, é a falta da informação e o acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao conhecimento. É um ministério que vem de uma mudança, porque é um ministério novo, e, ao mesmo tempo em que algumas ações ficaram no Ministério de Desenvolvimento Regional e Integração, várias foram criadas.

Na sua apresentação ficam claras muitas ações novas, dando sequência a ações já existentes, recuperando até a credibilidade de obras que estavam paralisadas há muito tempo, mas com uma visão nova que permite, inclusive, a conversa e a integração com outros ministérios.

Quanto à sua fala sobre divulgação, eu, em particular, depois vou combinar com a equipe e com a associação dos municípios do meu estado para a organização de uma ida da sua equipe. Vejo muitos municípios acessando um financiamento via Finisa muito mais alto. A modalidade é muito mais dura com os municípios, mais alto o juro. O pagamento é imediato, então aqui é possível fazer um planejamento e uma ação. Tenho certeza de que há falta de acesso e comunicação, muitas vezes, aos próprios municípios. Então, o nosso objetivo é esse.

No caso específico de moradia, a nossa briga é por mais. Eu acompanhei, fui Relatora da receita para o Orçamento de 2024 e foi muito desafiador. Na verdade, tentar ajudar, com os valores, o próprio Ministério... Mas as ações são estruturantes. À medida que o Ministério das Cidades funcione nos nossos estados, você tem condição de atrair o turismo, o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida. É por isso que, nesta Comissão, Líder Eduardo, eu tenho procurado trazer ministros diferentes, porque o desenvolvimento regional e a redução da desigualdade não é só do Ministério da Integração ou do Ministério do Turismo, mas das diferentes áreas. E quero parabenizá-lo por essa organização.

Uma das perguntas, Ministro, é se existe alguma articulação, se é possível também um diálogo com os fundos públicos que estão hoje no Ministério da Integração – eles já estiveram aqui, junto com o Ministro Waldez, mas nós temos alguma ação específica, e eu vou trazer os fundos aqui –, se existe essa possibilidade do ponto de vista de financiamento de projetos integrados junto aos fundos.

Sobre aquela questão do programa da Faixa 4, da classe média, é possível fazer alguma ação direcionada para categorias profissionais, por exemplo, professores, policiais? Entendo que talvez seja... Pergunto se tem alguma ação que seja possível fazer nesse sentido da questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitação. Vi que existem programas muito... Houve uma diversificação em termos de público. Então, queria saber se existe essa possibilidade.

Eu recebi perguntas, fazendo afirmação e trazendo preocupação em relação à questão do acesso a programas habitacionais. Acho que o Ministro tocou um pouquinho nessa questão, sobre a burocracia, às vezes, do acesso ao crédito junto à Caixa Econômica ou a alguns programas. São famílias que, em muitos casos, não têm condição de ter a mesma exigência de burocracia que um banco. Pergunto para saber se existe alguma ação, se há alguma coisa que nós, enquanto Congresso, podemos fazer junto à Caixa Econômica em relação à facilidade do acesso, uma vez que os programas, principalmente para as famílias de menor renda, às vezes elas não conseguem acessá-los. Obviamente, elas vão conseguir pagar, porque elas pagam um aluguel muito mais caro do que uma prestação de um imóvel que é delas, que passa a ser delas. Pergunto se existe alguma ação que nós poderíamos, quem sabe, construir.

Eu dei o exemplo do Jalapão. O Jalapão é um lugar lindíssimo, visitado pelo mundo inteiro, mas para fazer uma casa popular ou uma obra ou um asfalto, nem... é uma terra de areia, mas a areia de lá não serve para construção. Então, o custo de toda obra pública lá é muito mais alto, mas, em algumas situações, o custo de uma casa, em zonas, municípios do interior ou até de um lugar de difícil acesso, como o caso do Jalapão, fica menor do que na cidade de Palmas ou de Araguaína numa tabela. Se isso é possível pensar já diferente, porque, para chegar até a areia, o construtor tem que levar.

Em alguns casos, ontem, uma cidade, Abreulândia, que é uma cidade no interior do meu estado, não tão de difícil acesso, mas ele conseguiu 50 casas populares agora. Ele me disse que o construtor que iria fazer desistiu, porque, às vezes, é uma empresa que não compensa para ela construir 50 casas.

Se existe alguma possibilidade de pensar em consórcios municipais, do tipo lote, em Abreulândia, do lado tem Divinópolis, que tem umas cinco, seis cidades, mas é só um exemplo, em um lote poderia um construtor só pegar esse conjunto de casas, porque aí passa a ser interessante. Ele se interessa por 300 moradias num determinado lugar, mas não se interessa por 50, por 25. Se existe esse desenho, que o Ministro poderia explicar, ficaria como essa sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só parabenizar essa questão da... Não tinha conhecimento sobre a Secretaria de Periferias e entendo que, embora esteja direcionado, foi dado exemplo, de favelas e outras moradias, mas a capital do meu estado, que é uma cidade planejada, V. Exa. esteve lá, viu a cidade, uma cidade bonita, mas tem região de muita pobreza. Acho que, talvez, nesse desenho, vou conversar com o Prefeito da capital, o Prefeito de Araguaína também, para a gente fazer uma visita ao secretário e conhecer os programas.

Vejam que, por falta de conhecimento, muitas vezes os agentes públicos municipais têm procurado outras formas de acesso muito mais dispendiosas, caras e inacessíveis para os municípios e acho que esse conhecimento das ações do ministério... Novamente, gostaria de parabenizar pelo seu trabalho e pela sua equipe, por esse olhar tão diversificado.

A última situação são casas que estão inacabadas. O meu estado teve uma situação bastante grave alguns anos atrás. Dos 139 municípios, 117 ficaram com casas inacabadas, problemas que houve com os bancos financiadores naquela época. Talvez, se houver, ou então, depois a sua equipe puder orientar em relação a essa... Muitos têm terminado, muitos Prefeitos também acabaram concluindo.

São essas as minhas perguntas.

Eu vou passar para os Senadores que estão inscritos, porque aí acho que, ao final, o Ministro faz uma intervenção geral.

O Líder Senador Eduardo Braga é o primeiro inscrito. Eu tenho a inscrição do Carlos Portinho em seguida e a do Senador Weverton.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Primeiro, parabenizando mais uma vez a nossa Presidente, porque acho que audiências públicas como esta são importantes para informar e para esclarecer.

Mais uma vez, eu quero parabenizar o Ministério das Cidades, parabenizar a gestão do Ministro Jader Filho, que, após quase três anos da recriação do ministério e de implementação de novos programas, de novos modelos, etc., tem conseguido fazer avanços quânticos bastante expressivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria começar fazendo sugestões ao nosso Ministro. Eu acho, Ministro, sensacional a ideia de criar programas de capacitação, acho que esse é um dos caminhos para que a gente possa começar a ensinar os pequenos municípios a conhecerem a nova modelagem e até mesmo as novas tecnologias que estão disponíveis para uma série de obras no setor urbano. Eu vou dar um exemplo: a captação de recursos. Criar um tema de planejamento de captação de recursos para municípios de pequeno, médio e grande porte, porque grandes cidades estruturadas, que têm uma boa secretaria de finanças, que têm uma boa assessoria de planejamento, etc., esses acabam sempre se beneficiando, é aquela história: a água sempre corre para o mar. Mas não é porque a gravidade queira obrigatoriamente que a água corra para o mar, muitas vezes é por desinformação. E, se o Ministério criar temas e estimular esses pequenos municípios a terem acesso a essas informações, eu acho que nós vamos mudar o perfil.

Só reforçando o que a nossa querida Presidente Dorinha acabou de colocar, por exemplo, os fundos constitucionais. No nosso caso, o FNO. O recurso mais barato do FNO é IPCA mais 4% ao ano, isso é mais caro do que 8%. Portanto, é mais barato você pegar recursos em qualquer desses programas, do Pró-Moradia, qualquer desses programas aqui, do que pegar no FNO, na linha mais barata, que é a linha de investimento em infraestrutura urbana do FNO. Então, esses recursos, não existem similares no mercado, é como se fosse joia rara, mas aos bancos não interessa divulgar, porque eles não vão ganhar *spread* e isso é concorrente. Então, a quem interessa divulgar? A quem interessa divulgar seria, no caso, o Ministério das Cidades, através de um programa como esse.

Outro programa que eu acho que seria fantástico se o Ministério implementasse é de novas tecnologias. Eu acabei de ouvir a nossa Presidente Dorinha falar de Jalapão, que tem problema de areia, que tem problema de custo de material de construção, etc. Isso não existe só no Jalapão. No meu estado tem vários municípios que têm o mesmo problema. Mas, se nós conseguíssemos desenvolver programas informativos sobre as novas tecnologias disponíveis, como o *steel frame*, com que você consegue construir casas pré-moldadas que não usam matéria-prima local, que são de baixo custo porque são produzidas em linha industrial, etc., isso poderia mudar, inclusive, o perfil construtivo das casas populares em regiões extremamente carentes deste país. Agora, o que acontece? A engenharia daquele município, a engenharia, muitas vezes, da própria prefeitura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem acesso a essas informações. É preciso, portanto, que o ministério seja também um disseminador de tecnologias novas, inovadoras.

E talvez, ministro, uma coisa que a CDR poderia encampar... O grande sucesso de algumas áreas no Brasil é exatamente o incentivo da debênture estruturada. Agora mesmo, nós estamos discutindo no Congresso Nacional a MP 1.303, e a Câmara dos Deputados me parece que está chegando hoje ao entendimento de um acordo para votar agora de manhã na Comissão, para votar à tarde no Plenário, e a gente poder votar no Senado amanhã. No apagar das luzes, novamente, nós vamos ter que votar uma matéria extremamente importante – no apagar das luzes –, mas nós só estamos conseguindo fazer investimento em infraestrutura porque as debêntures estruturadas são incentivadas. Elas são mais baratas do que você captar recurso, porque você paga um IPCA mais 5,5, a longo prazo, cuja curva de juros vai fechar, mas no curto prazo, não. Então, o que vai acontecer? É mais barato você financiar saneamento público com debênture estruturada, mas nós não temos debêntures estruturadas no setor imobiliário.

Então, a ausência do *funding* da poupança, que é praticamente insolúvel, porque a poupança estava desenhada para um modelo de poupança nacional, em que você desonerava de imposto, mas remunerava a uma taxa muito baixa. Portanto, o que acontece com a poupança? Ela perdeu competitividade com os produtos do mercado. Se o Ministério das Cidades estimular, de repente, na discussão, por exemplo, do PL, que está aqui no Senado, que acabou de ser votado na Câmara, e que está criando fontes de compensação para a desoneração de determinados programas, a implementação de uma debênture incentivada imobiliária para uma faixa de renda que hoje não consegue captar, porque a taxa de juros está muito alta, seria de repente uma solução que não é inflacionária, é uma solução que não mexe com a fonte Tesouro, é uma solução que não vai impactar o Orçamento Geral da União e que vai fomentar enormemente o setor imobiliário, que é a indústria da construção civil.

Eu acho que o Minha Casa, Minha Vida está dando um grande empurrão na indústria da construção civil, mas, lamentavelmente, o outro pedal, o outro pilar fundamental, que seria a construção... Então, hoje, nós estamos com o mercado imobiliário no Brasil com a seguinte dicotomia: na Faixa 1, Faixa 2, Faixa 3, Faixa 4 do Minha Casa, Minha Vida está acelerado; no *high-end*, na classe A e na classe B, está acelerado; aqui no meio está achatado e não tem projetos. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivermos um mecanismo financeiro, tipo a debênture estruturada incentivada, para essa faixa, nós vamos fazer o PIB brasileiro crescer em pelo menos de 1% a 1,5%.

No mais, quero cumprimentar V. Exa., parabenizar o trabalho de V. Exa. Eu acho que muitos no Brasil não conheciam o seu talento, a sua personalidade, o seu jeito carismático, o seu jeito atencioso de tratar as questões. Seja com um Vereador dos mais humildes municípios do Brasil, seja com um Senador ou com o Governador representante da unidade federativa mais expressiva do país, V. Exa. o faz com a mesma atenção, com o mesmo carinho, com a mesma dedicação, o que tem possibilitado em muito o acesso ao Ministério das Cidades.

Portanto, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo e desejar muito sucesso para que V. Exa. possa continuar servindo o Brasil e o nosso querido Estado do Pará.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Senador Eduardo Braga, muito bem colocado sobre as debêntures incentivadas e a necessidade de atender essa classe média – é a classe média –, aliás, sempre muito sofrida.

Senadora Dorinha, parabéns pela convocação desta audiência pública, que é um espaço aberto para a gente poder conhecer melhor os projetos e levar aos nossos Prefeitos. Há muito desconhecimento. E eu reforço essa sugestão do Senador Eduardo Braga na parte de capacitação: capacitar os municípios pequenos, seus quadros, justamente para que o ministério possa difundir também os seus projetos e as linhas de acesso a eles, porque eu vejo também no meu estado os municípios pequenos, que, pelos seus quadros técnicos, têm muita dificuldade em conhecer. E, geralmente, eles vão para as emendas. Como V. Exa. disse, Ministro, geralmente eles pensam sempre nas emendas, quando na verdade não são todas suficientes – nunca serão – para as necessidades do nosso país, porque quem puxa esse vagão é o ministério, são os ministérios, é o Governo Federal, independentemente da sua gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizá-lo, Ministro Jader, pela sua capacidade. Eu comentei aqui... Tivemos pouca oportunidade de estar juntos, mas comentei isso aqui com o Senador Eduardo Braga, muito bem impressionado com a sua apresentação.

E, dentro dessa lógica da construção conjunta não só da divulgação, mas também de solução dos problemas, eu faço só uma introdução: eu fui Secretário de Habitação da cidade do Rio de Janeiro em duas oportunidades, no Governo Eduardo Paes e no Governo Crivella. No Governo Eduardo Paes, inclusive, eu tenho a marca, na cidade do Rio de Janeiro, de Secretário que mais entregou unidade habitacional, quando do anterior Programa Minha Casa, Minha Vida, e que mais entregou títulos de regularização fundiária na história da cidade do Rio de Janeiro, e que não é recente. E, por isso, conheço bem a realidade, não só do programa, mas dos territórios onde foi implementado no Rio de Janeiro, e os desafios, desde a conclusão das obras até mesmo a manutenção dos seus moradores nas unidades.

É curioso: quando eu fui Secretário de Ambiente do estado, Senador Weverton, a gente usava lá o Programa Minha Casa, Minha Vida, na Secretaria de Ambiente, para reassentamentos de vítimas de tragédia, a maioria de inundações naturalmente – tragédias na região serrana, onde, infelizmente, como bem dito pelo Ministro Jader, se repete a necessidade de obras de contenção.

Então, foi muito bem colocado também, Ministro; sua percepção do todo está completamente alinhada com a realidade.

E na Secretaria do Ambiente, como era reassentamento, você tinha a demanda, os moradores – você sabia o cadastro, quem é que ia morar ali –, mas não tinha os imóveis, os imóveis tinham um problema, na secretaria, de obras, de construção: muita obra parada, travada, Caixa Econômica, burocracia. E eu tive primeiro essa experiência. Depois, quando eu fui para a Secretaria de Habitação, eu vi o cenário inverso no Rio de Janeiro: a gente tinha obras prontas, mas não tinha a demanda do sorteio, a de reassentamento, naturalmente, os cadastros você tinha, mas você não tinha demanda do sorteio.

Esse foi um grande desafio e eu acho que o resultado que eu tive foi, justamente, que eu consegui destravar os sorteios. E eu queria passar um pouco dessa experiência e dos problemas que nós tivemos que enfrentar. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem uma unidade habitacional, conjuntos habitacionais prontos; a maioria, um terço ou dois terços, praticamente, já com os cadastros para darem entrada nos sorteios, mas você não pode entregar – pelo menos na minha Cidade do Rio de Janeiro é a realidade – porque, se você entrega dois blocos e o outro bloco está todo vazio, não tenha dúvida, será invadido. Então, a gente tinha que correr com os sorteios para ter a demanda desse último bloco e poder entregar e, enquanto isso, há um custo, inclusive, para a própria construtora, de vigilância e tudo mais para evitar as invasões.

Nós criamos, lá no Rio, para resolver isso um critério que na época foi autorizado – confesso que não sei hoje como está na Secretaria de Habitação do Rio, da cidade, tratando-se disso –, que era o critério da territorialidade. Por quê? Muitos dos chamamentos dos sorteios davam vazios porque o morador não queria morar naquele bairro mais distante e, observando isso, nós, no Rio de Janeiro, criamos, com a autorização do Ministério, o critério da territorialidade, que, a partir do terceiro sorteio, o que continuasse vazio a gente pegava o raio, só o raio, dos inscritos no programa numa faixa próxima ao empreendimento. Não deu outra: conseguimos preencher imediatamente e entregar, e foi por isso o sucesso das minhas entregas na minha gestão.

Isso foi só um ponto de atenção. Não sei como, hoje, as cidades estão lidando com isso, mas fica essa experiência, que foi muito positiva. Não sei se esse critério da territorialidade, que o Rio adotou, se isso se replicou e continua.

Um outro problema muito comum no meu Município do Rio de Janeiro e em outros... Na verdade, é um problema do Brasil. Eu até trouxe uma matéria recente para a gente ver como é esse desafio, e a gente tem que ter soluções conjuntas e por isso, aqui, minha participação é para ajudar. Dia 18 de setembro de 2025, a coluna da Berenice, lá do Rio, uma repórter política muito conhecida. Ela botou aqui: "Justiça Federal determina que poder público garanta direito de moradores expulsos por invasões criminosas em Jacarepaguá".

Eu li essa matéria e eu fiquei curioso porque nós enfrentamos isso no passado também, e eu acho que isso é uma realidade em quase todos os estados, o crime organizado está em todos. E, lá no Rio de Janeiro, as invasões quando não são do tráfico são da milícia, inclusive com *modus operandi* muito semelhante e próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me deparei, na primeira semana em que eu assumi a secretaria, com uma comitiva de moradores de Guadalupe que haviam sido expulsos. A Caixa Econômica ainda não tinha retomado o imóvel, já fazia mais de dois anos que eles aguardavam a retomada do imóvel.

Mas eu me preocupei muito, conhecendo o território, com o seguinte: como é que essa pessoa expulsa? Como é que o síndico do condomínio, que geralmente é chamado lá pelo chefe do narcotráfico, porque aí a gente envolve milícia e tráfico numa coisa só, porque é tudo bandido, como é que ele volta para aquele condomínio?

E nós também, e aí, com a participação do Ministério das Cidades à época, se eu não me engano, era o Ministro Presidente Kassab, com a equipe de trabalho dele, nós criamos um outro procedimento, que envolveu a Polícia Civil do Rio, a Polícia Militar e a própria Polícia Federal em reuniões conjuntas. Criamos um procedimento específico, em que foi feita uma portaria, na época do programa anterior, que permitia a essas famílias expulsas pelo tráfico e pela milícia serem realocadas seguindo um procedimento de boletim de ocorrência, de comprovação e tudo mais, em outros conjuntos habitacionais, inclusive com sigilo, para manter preservada a integridade dessas famílias. E nós assim conseguimos dar o destino a muitas famílias expulsas, enquanto a Caixa ainda tentava recuperar esses imóveis.

Então eu não sei se essa portaria, confesso ignorância minha, não sei se ela continua válida para o programa atual Minha Casa, Minha Vida. E peço também como ponto de atenção, porque eu li essa matéria e não entendi, porque eu falei, ué, mas isso aí, pela portaria, já acontecia. Como é que a Justiça garante agora ao morador uma coisa que a portaria já garante? E até fiz um *post,* no dia 18 de setembro, sobre isso.

Mas eu quero entrar, na verdade, do ponto de vista colaborativo, Ministro, nessa questão da segurança dos moradores desses condomínios, que, na sua maioria, Faixa 1, Faixa 2 ainda têm alguma ocorrência. E quero chamar atenção para o seguinte, Ministro, e apelar ao seu esforço. Eu já conversei com o Ministério da Justiça a respeito. Isso é dinheiro público, isso é dinheiro federal. A Caixa Econômica Federal é que constrói esses condomínios. Por que não, Ministro, a Polícia Federal, tratando-se de organizações criminosas que inclusive estão espalhadas por todo o território brasileiro, por que não avocar para a Polícia Federal essas investigações e as ações de retomada? Porque é dinheiro público federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na maioria das vezes, no caso, quando tem envolvimento de milícia, é o próprio batalhão que está envolvido onde tem milicianos, que muitas vezes, estão envolvidos na invasão desses condomínios, que vai cuidar da retomada. A gente precisa, eu acho, discutir isso um pouco mais com o Ministério da Justiça. Eu queria fazer esse encaminhamento a V. Exa.

Eu disse ontem isso em uma palestra na Unig, em Nova Iguaçu, exatamente sobre esse tema. O tema era segurança, e eu dei esse meu testemunho do que vivenciei como Secretário de Habitação. E o que eu acredito: se é recurso federal, a Polícia Federal tem que assumir a frente dessas investigações e da retomada desses condomínios, para o bem da Caixa Econômica, que perde dinheiro com isso inclusive, dinheiro federal, dinheiro público, federal novamente. E pelo fato de esse crime estar espalhado em todo o território, você tem como justificar a avocação desses inquéritos, desses procedimentos, e até uma força-tarefa, porque isso ocorre no Maranhão, no Rio de Janeiro, no Ceará – muito –, no Pará, em todo o país.

Para encerrar, um outro tema levantado – eu queria reforçar – pela querida Senadora Dorinha, dos consórcios municipais nessas cidades menores, e que se possa dar escala, inclusive.

Quero trazer aqui o meu testemunho, como Relator da Comissão na legislatura passada, da última tragédia das chuvas em Petrópolis. Petrópolis é região serrana. Pelo seu próprio relevo, é um local muito propenso a esses desastres climáticos e é muito difícil você encontrar terrenos que sejam seguros, justamente por conta desse relevo da região serrana do Rio de Janeiro, que é próprio, mas, se você for para a cidade vizinha, por exemplo, Senadora Dorinha, Areal – que é dividida por uma rua com Petrópolis e que não é distante, que tem transporte público, em que já há uma troca, uma interconexão entre essas cidades, até mesmo se for a Três Rios, que é uma cidade mais plana, que também é próxima – você consegue, ali, terrenos para construção de unidades habitacionais no programa Minha Casa, Minha Vida, que talvez não sejam encontrados, ou pelo menos não numa escala de muitas unidades, na cidade de Petrópolis. E há essa dificuldade, porque Petrópolis vai se habilitar no programa, mas o terreno... Ela até tem muitos cadastrados lá, mas não, certamente, no volume necessário para fazer frente aos desalojados, até hoje, das chuvas de 2011.

Então, eu reforço essa sugestão – para que seja refletida – que traz a Senadora Dorinha, da possibilidade de consórcio, porque você poderia beneficiar os moradores, nesse caso específico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Petrópolis, os que estão lá desalojados desde 2011, mas também beneficiar os de Areal, porque lá também tem vítima da última tragédia de 2011, ainda. Nós construímos lá, agora, o condomínio Carmen Portinho, que atendeu uma parte da demanda, mas ainda falta muita coisa. Esse foi pelo Governo do Estado. E aí você ainda pode, inclusive, dar até uma oferta maior de imóveis para outros municípios daquela região.

Então, a Senadora Dorinha foi muito feliz, e eu quis encaixar justamente o caso da região serrana, como Relator da tragédia, em que nós recomendamos isso, e recomendamos também, concluindo no mesmo ponto, a compra assistida.

Esse instrumento da compra assistida é fundamental para aqueles que são vítimas dessas tragédias, que não podem esperar três anos, quatro anos, cinco anos, dois anos que sejam, da construção de um novo empreendimento. É uma resposta imediata. Inclusive, nós sugerimos – tanto ao Poder Executivo quanto a nós, Poder Legislativo – poder legislar sobre o assunto, e eu me coloco à disposição, se for do interesse do ministério, na redação de um tema conjunto, que dá uma resposta mais imediata, mais breve do que a construção dessas unidades.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Portinho.

Passo a palavra para o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para interpelar.) – Presidente, bom dia.

Quero cumprimentar aqui todos os colegas da Comissão, o Ministro Jader e toda a sua equipe.

Quero cumprimentá-la, Presidente Dorinha, como aqui já foi feito por todos, de forma muito justa, com o reconhecimento pela condução e pelo trabalho que V. Exa. tem tido aqui, à frente desta Comissão, trazendo temas importantíssimos, ditos de forma muito repetitiva.

Precisamos ajudar ainda mais a levar informação para os nossos Prefeitos, para os munícipes, ali para a ponta, para que a gente possa, mais do que nunca, ajudar a municipalidade, ajudar o país na execução das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou fazer pergunta nem dar sugestão, porque todo dia aqui eu estou aprendendo ao lado do Ministro Jader, acompanhando de perto, desde o primeiro dia, o seu trabalho, mas não poderia deixar de fazer aqui esse reconhecimento público, nesta Comissão e nesta Casa, pelo seu excelente trabalho, pela sua presteza e pela da sua equipe junto a todas as demandas que o nosso estado e o país sempre têm.

É um dos ministros mais atentos e sempre abertos para tratar com os congressistas – e sempre foi – o Ministro Jader Filho. Eu sempre digo que filho de peixe peixinho é. Tenho certeza de que o nosso Senador querido Jader tem orgulho de ver a sua carreira, a forma como V. Exa. está aqui ajudando o Brasil. Tenho certeza de que o Estado do Pará está de olho nessa sua *performance*. Já, já você vai dar outras contribuições importantes para o Brasil e, com isso, continuar fortalecendo as ações cada vez mais.

Senadora Dorinha, eu estive com o Ministro Jader e o Presidente Lula lá em Imperatriz. Esse residencial de que ele falou aqui é uma cidade nova que nasceu: você está falando aí de quase 3 mil, Deputado querido amigo Gaguim, unidades habitacionais – são duas mil, oitocentas e poucas –; você está falando de quase 12 mil pessoas impactadas diretamente. Com isso, não são só casas.

Eu sempre digo que o Programa Minha Casa, Minha Vida não é um papel, ele não é o tijolo, ele não é a porta, não é o telhado que está lá – já está falando: "minha vida".

A maioria, você percebe, são mulheres, muitas das vezes mães solo, separadas, mas estão lá com seus filhos. Elas saem ali que nem as leoas, de manhã cedo, de casa, mas deixam seus filhos na creche, na escola e vão atrás de vencer o dia, para depois voltar de novo e começar tudo de novo no outro dia, mas ter a sua casa ali, para ela dizer: "Isto aqui é meu, o meu lar, o lar da minha família" – isso daí não tem preço; é fundamental, e só quem tem sensibilidade pode fazer com que as coisas aconteçam.

Então, primeiro, meu reconhecimento e meus parabéns ao Presidente Lula, que está tendo essa sensibilidade. Ao chegar lá ao condomínio, no evento ontem, a primeira coisa que ele perguntou foi quantas quadras, quantas escolas, quantos postos de saúde, o que ia ser feito lá, delegacia... Tudo, porque, se não ocupar, o crime vai ocupar, e vai virar um grande favelão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário fazer com que o poder público chegue rápido, de forma articulada e independente de questões, de conjunturas políticas. É município, é estado, é União, é bancada, todos têm que entrar nesses empreendimentos, para a gente poder fazer com que isto aqui se torne, de verdade, uma referência para cuidar das pessoas, porque, no final, o que vale é isto: é você fazer do instrumento do seu mandato ou do seu espaço, da sua oportunidade um instrumento para melhorar a coletividade, principalmente dos invisíveis, aqueles que não são vistos – os que não têm nenhum tipo de referência, que não são filhos de grandes empresários, que não são filhos de grandes políticos, que estão lá na ponta e que, geralmente, são os mais atingidos pelas desigualdades que nós sabemos que enfrentamos.

Por último, esse reconhecimento sobre o Ministério das Cidades... Isto eu sempre digo, Ministro, sempre digo: muita gente gosta de falar mal do seu próprio país, mas, na hora em que você vai dar uma volta no mundo, você percebe o quanto nós já avançamos em políticas públicas em referência. Poucos, poucos não... Quando você fala que aqui nós temos o Estatuto das Cidades, aprovado e debatido por esta Casa, com várias mãos, com várias opiniões, você fala de coisas estranhas lá fora. A acessibilidade, até no respeito mútuo aqui entre um e o outro não se vê mais o que está lá fora: você está na porta de um restaurante e tem gente fumando, jogando fumaça no seu rosto e tudo. E aqui, no Brasil, a gente já evoluiu, e muito, na questão de legislação e do norte que nós queremos para médio e longo prazos.

Obviamente, com essas possibilidades aqui colocadas, se a gente consegue fazer essa grande coordenação, seja através de consórcios, como foi sugerido pela Presidente Dorinha, ou seja através de assessoria técnica e de consultoria técnica para esses municípios, principalmente os menores, eles vão acelerar ainda mais esse norte importante que nós queremos dar ao Brasil.

Então, primeiramente, obrigado pelo carinho, pela amizade e parabéns ao querido Ministro amigo Jader e, claro, parabéns ao querido povo do Pará, que mandou esse quadro importantíssimo para ajudar o nosso país.

O SR. JADER BARBALHO FILHO (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só cumprimentar o Senador José Lacerda, do Mato Grosso, Senador que, acho, assumiu agora. Seja bem-vindo.

Passo a palavra para o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Senadora Dorinha Seabra, parabéns pela iniciativa do convite do Ministro Jader Filho.

Eu entendo, pela apresentação de forma muito simples, mas didática, desse conteúdo de ações de transformação do Ministério das Cidades do Governo do Presidente Lula, que V. Exa. é um desses expoentes que têm dado visibilidade a programas sociais fundamentais, importantíssimos para o nosso país.

Acho que, pela demanda reprimida que existe no país inteiro e pela cobrança justa e natural que é feita por parte da população, talvez este Plenário devesse estar lotado de Senadores e Senadoras, porque uma das maiores cobranças que nós temos no cotidiano é exatamente a questão da habitação.

E, com muita competência, tanto o Ministro Jader Filho quanto o Hailton Madureira, o Secretário-Executivo, e o Augusto Rabelo também, como Secretário Nacional de Habitação, têm tido uma capacidade de articulação e compreensão dessas demandas que são levadas ao Ministério, com muita clareza, independentemente do corte desse ou daquele Parlamentar ou dessa ou daquela instituição que buscam as informações necessárias.

E aqui, nas apresentações de V. Exa., em cada um desses mapas – e eu fiz questão de mandar imprimir esse roteiro para entregar para o Prefeito da capital, o Prefeito Arthur Henrique, e para os Prefeitos das demais cidades – somos apenas 15 cidades no Estado de Roraima –, a questão da habitação cada vez mais se torna imprescindível. E é compreensível. Além da população do nosso estado, de brasileiros do nosso estado, no nosso estado hoje vivem mais de 110 mil venezuelanos – 110 mil venezuelanos.

O Brasil inteiro acompanha essa migração por questões conjunturais internas do país amigo e vizinho, que é a Venezuela, que, ao longo da sua história, sempre teve uma relação de dupla troca com o Brasil. Mas, independentemente das questões atualmente vividas pelo país, isso reflete diretamente em todos os segmentos: da saúde, da habitação, da segurança, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura, enfim – da nossa capital, principalmente. E, com isso, obviamente, volta à baila a questão da habitação. Lá, nós estamos acompanhando aquele programa do Minha Casa, Minha Vida – Entidades, com uma representante social muito importante no nosso estado, que tive a oportunidade de levar com V. Exa., como é do seu caráter, da sua conduta. Também, como foi dito aqui e eu tenho que repetir: "Filho de peixe, peixinho é". O seu pai tem uma capacidade de articulação invejável na política, e V. Exa., na verdade, herdou esse dom também e a tratou com extrema maestria. Ela, hoje, na verdade, se se mudasse para o Pará, eu acho que seria sua primeira cabo eleitoral. Eu brinco com ela que ela fala mais do Ministro Jader Filho do que o Senador Chico Rodrigues lá em Roraima. Então, nós estamos agora consolidando essas 435 unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida – Entidades.

Temos também outro segmento em que há um fatorial de demanda reprimida enorme, que é a questão do Minha Casa, Minha Vida – Rural. Nessa Portaria 1.161, o estado foi contemplado com 725 unidades habitacionais para o Minha Casa, Minha Vida – Rural, e nós temos hoje em torno de 32 mil pequenos produtores da agricultura familiar. Aproximadamente de 10% a 15%, segundo estimativas, têm realmente problemas de habitação. Lá é uma área de migração enorme, de brasileiros de todos os estados, principalmente do Estado do Maranhão, e é claro que nós temos que trabalhar no sentido de atender a essa demanda da habitação rural também.

Então, eu quero deixar apenas essas observações aqui, agradecendo a V. Exa. pela gentileza e pelo tratamento, um dos ministros que tem mais transversalidade nas ações de Governo do Presidente Lula, e isso é reconhecido. Que todas essas demandas do nosso estado, Ministro, que foram apresentadas aqui com muita precisão e de forma pontual, que cada uma delas possa ser acessada pelos municípios do nosso estado, porque eles vivem praticamente na demanda, na expectativa das nossas emendas parlamentares. Mas, obviamente, os programas que o ministério conduz podem aumentar de forma substancial essas demandas do nosso estado, das nossas cidades, enfim.

Então, quero agradecer a V. Exa., a toda a sua equipe e à nossa Governadora... ops!, Senadora Dorinha Seabra – estou chamando de Governadora. Quero agradecer a ela por essa iniciativa própria. Às vezes, a agenda do Ministro é muito complicada, mas a Comissão, Ministro, é uma caixa de ressonância para toda a sociedade brasileira. Tenho certeza de que milhares de pessoas que estão acompanhando esta audiência pública receberam informações do forno,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quentinhas, que podem realmente transformar a vida de cada um desses municípios brasileiros, que V. Exa. tão bem conduz.

Portanto, muito obrigado. Parabéns a V. Exa. e a toda a sua equipe. Acho que audiências como esta realmente representam o verdadeiro sentido das audiências públicas aqui da CDR.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Chico Rodrigues.

O Deputado Gaguim vai ter dois minutos para falar.

Nós estamos aqui fazendo uma grande referência a uma figura histórica e a um grande político, o Senador Jader Barbalho, mas eu não posso deixar de fazer uma a ela, que foi minha colega Deputada, minha amiga Elcione Barbalho.

Eu tive a oportunidade de ser Líder da Bancada Feminina e ela foi Líder, foi Procuradora e é uma Deputada muito atuante. Então, na verdade, não tinha jeito de não dar certo, porque a vivência, o trabalho, e a Deputada Elcione Barbalho faz um grande trabalho, não só no Pará, mas pelas pautas que ela assumiu, uma grande participação na mudança, inclusive no combate à violência contra a mulher, a garantia da mulher nos espaços políticos muito importantes.

Então, ao Senador, sim, mas também à Deputada Elcione Barbalho, com a sua história de muita dedicação.

Deputado Gaguim, e eu já volto a palavra para o Ministro Jader.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Bom dia, Senadora. Quero parabenizar por esta audiência importante para o país e para o nosso Tocantins.

Ao nosso querido Ministro, parabéns pela equipe. Eu acho que é uma das equipes mais qualificadas do Planalto, só pessoas que entendem realmente das ações do ministério. Parabéns. Eu também sou Vice-Presidente lá da sua mãe, na Comissão do Meio Ambiente, minha amiga, eu vou procurar o Picciani, na questão do Tocantins, para a gente ver essa questão lá do Tocantins, do meio ambiente, esses projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tem um projeto do Tocantins, lá de Palmas, o BRT, é de 2014. Esse projeto deu entrada, teve uma paralisação, em 2018, esse projeto não deu mais andamento. Nós queríamos aí a possibilidade, com quem tratar, junto com a Senadora, para a gente reativar esse projeto, que é importante para a cidade de Palmas.

E parabenizo também, Ministro, pelas obras importantes. Hoje, quero agradecer à equipe do Ministro, lá no Tocantins, como lá em Gurupi. São 40 milhões, uma obra belíssima que o ministério está fazendo, lá em Paraíso e Araguaína, as três maiores cidades, e Porto Nacional. As quatro maiores cidades têm ali a parceria efetiva do Governo Federal e do Ministério das Cidades. Parabéns.

Só para finalizar, Professora, eu tenho um projeto que é uma sugestão ao ministério: a substituição do bujão de gás pela energia solar. Eu estou indo para a China agora, essa semana, vou estar lá na BYD, que é hoje a representante mundial em baterias. Esse projeto, os quatro anos que a gente está trabalhando esse projeto, é para todas as casas populares já serem entregues com energia solar. A placa joga na bateria, para essa bateria jogar o gás. É esse tema. Então, eu deixo essa sugestão para o ministério. Eu acho que o ministério vai ver a viabilidade e a gente já está com esse estudo bem avançado.

Estou à disposição, Ministro. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço e passo a palavra para o Ministro Jader Filho, para as suas considerações finais.

O SR. JADER BARBALHO FILHO (Para expor.) – Quero, Senadora, se me permite, iniciar com a fala para o Senador Portinho. O Senador Portinho me pediu, ele tem uma agenda agora, vou iniciar por ele.

Senador, primeiro, sobre a questão relacionada ao crime organizado nos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida: isso é uma realidade – isso é uma realidade. É inegável o que está acontecendo hoje em termos de Brasil na questão. Inclusive, antes de o Ministro Flávio Dino sair do Ministério da Justiça e ir para o Supremo, eu tive um diálogo com ele sobre isso, mostrando para ele que isso é um processo, isso é uma epidemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso aconteceu, Senador, logo que eu cheguei ao Ministério das Cidades. O Presidente Lula... Nós retomamos diversas obras. Só para você ter uma ideia, nós tínhamos 87 mil casas paralisadas quando nós chegamos ao Ministério das Cidades – 87 mil casas. Dessas 87 mil, nós já retomamos as obras em cerca de 70 mil dessas unidades. Tem algumas situações que são situações mais graves, que dependem de decisão judicial – e obviamente que isso não depende só do Ministério das Cidades para que a gente dê sequência –, mas a nossa ideia, Senador Weverton, é que a gente finalize, que a gente retome todas as obras até o final dessa passagem do terceiro mandato do Presidente Lula.

Mas esse ponto é um ponto crucial, e já estou aqui fazendo isso, já tomando uma ação. Já falei aqui com o nosso Secretário-Executivo, com o Hailton, e chamo aqui o nosso Secretário de Habitação também, o Augusto, para que nós tenhamos um diálogo tanto com o Ministro Lewandowski, quanto com o Delegado-Geral da Polícia Federal, o Andrei, para que nós possamos fazer uma ação conjunta em relação a isso. Repito: é uma epidemia dos residenciais.

E aí volto para o início da minha fala: por que eu sei disso? Na minha primeira entrega de residenciais do Minha Casa, Minha Vida, Professora Dorinha, o Presidente Lula quis fazer uma entrega conjunta, uma espécie de ação conjunta, não só no município. Ele lá, de Santo Amaro da Purificação, na Bahia, quis fazer simultaneamente as entregas em diversos lugares, e aí teve um empreendimento na Baixada Fluminense, Senador Portinho, que nós estávamos para entregar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, não foi Queimados. Queimados vai ser entregue agora. Acho que, se eu não estou enganado, foi em Belford Roxo.

E aí, Senador, só para o senhor saber, a minha assessora foi até o residencial e, no primeiro momento, ela não conseguiu entrar – ela não conseguiu entrar. E aí houve um diálogo entre a nossa assessoria com determinadas lideranças para que houvesse uma redução da pressão em relação a isso, para que nós pudéssemos adentrar. E aí eu fui descobrir que a pressão para que nós não pudéssemos entrar partia do Comando Vermelho. Logo depois, a gente descobriu isso. Então, vejam bem: uma entrega do Governo Federal de um residencial que ainda iria ser entregue, Senador, e o Comando Vermelho não permitindo a entrada da Caixa e do Ministério das Cidades no residencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir dessa ação, eu procurei o Ministro Flávio Dino, na época, para que nós pudéssemos fazer uma ação conjunta dentro do Ministério das Cidades com a Polícia Federal, e aí nós vamos retomar essa ação para que a gente possa avançar nesse tema, que eu entendo que é uma sugestão absolutamente importante e urgente que a gente precisa fazer. E ontem, Senadora Dorinha, um dos comentários que foi feito com o Presidente Lula é exatamente isso.

E aí faço um outro parêntese: ontem de manhã, eu falando com um Parlamentar, com o Deputado Hildo Rocha, e o Deputado Hildo Rocha me relatando que tem um residencial que se chama Régis – me foge agora o segundo nome, logo depois. Então a cidade de Imperatriz está aqui. Na sequência, é o condomínio que nós entregamos ontem lá em Imperatriz, que era o Residencial Canto da Serra. E agora o Régis, agora eu não vou me recordar do... Por favor, Augusto, se você puder lembrar aí o nome do residencial. E esse residencial já está dominado pelo PCC. Já está dominado pelo PCC. Então essa é a realidade do que está acontecendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se o senhor puder relatar, é só um aparte, Ministro.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como é o *modus operandi*? Porque é até para a gente compartilhar essa informação. Porque todo mundo sabe como acontece no Rio. Acontece assim: você entrega o condomínio, os moradores elegem o síndico entre eles, que também foi beneficiado pelo sorteio. Aí o chefe da organização mais próxima do narcotráfico, narcoterrorista, o que for, em determinado momento, leva aquele síndico para o seu covil, digamos assim, bate no síndico, espanca o síndico, toma do síndico todas as senhas da conta de administração do condomínio. E fala para o síndico "foge, senão você vai morrer". Lógico que o cara vai morrer, vai fugir – não é? –, senão ele morre.

E aí, no dia seguinte, o emissário dele, que geralmente – é por isso que eu digo que é importante a Polícia Federal – é uma pessoa jurídica, uma imobiliária regular, regularmente estabelecida, chega lá e fala: "Olha, o síndico fugiu com todo o dinheiro do condomínio, mas pode deixar que agora a gente vai administrar aqui, isso não vai acontecer".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o *modus operandi,* e eu sei que isso acontece no Rio de Janeiro e acontece em todo o Brasil. Por isso a necessidade da investigação.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, então eu já estou fazendo aqui, já tomando uma ação, já estou pedindo à minha assessoria que marque uma ida até o Ministro Flávio Dino, para que nós possamos tratar especialmente sobre esse... Você me mandou aqui, Augusto? (*Pausa.*)

Sebastião? O Residencial Sebastião Régis, viu, Senador Weverton? Lá é o residencial que está dominado pelo PCC em Imperatriz.

E aí, faço então, já estou aqui pedindo. Pedi para ir até o Ministro Lewandowski e ter uma audiência com o Delegado-Geral, Andrei, sobre essa questão da invasão por parte das milícias e das siglas do comando, vamos dizer assim, dos PCCs da vida e dos comandos vermelhos da vida em relação aos residenciais espalhados pelo Brasil.

Sobre debêntures incentivadas, que é um questionamento feito pelo Senador Eduardo e pelo senhor, Senador Portinho, peço que a minha assessoria leve essa informação, vou já passar aqui para o Senador Portinho. E gostaria – viu, Glauber?! – que você levasse isso para o Senador Eduardo Braga.

Nós regulamentamos as debêntures incentivadas para habitação também agora, já no ano de 2025. Então já está valendo esse processo, para que a gente possa fazer. Nós estamos buscando, Senador, diversas ações, diversas. Tanto que agora, sexta-feira, é mais uma delas, que era uma coisa que a gente já vinha pleiteando ao Banco Central já tinha muito tempo.

É aquela coisa: apesar de nós tratarmos da questão pública, nós temos uma diretoria, Senador Chico, dentro do Ministério das Cidades, que está dentro da Secretaria de Habitação, que olha, Deputado Gaguim, não só a questão pública da questão da habitação, mas nós estamos atentos ao setor da habitação como um todo.

E nós temos uma diretoria dentro do Ministério das Cidades, que é o Diretor Daniel Sigelmann, que cuida exatamente disto, de ficar analisando o setor da habitação como um todo. E a gente está trabalhando em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós trouxemos essa sugestão, que vai ser feita agora, sexta-feira, pelo Presidente Lula, sobre a questão do compulsório, que vai ser disponibilizada para substituir exatamente o recurso que está na poupança, Senador Chico – agora, sexta-feira. Isso é uma preocupação clara que a gente tem, então tudo aquilo que a gente tem feito... Obviamente, como a gente sabe que estão faltando recursos, nós temos feito as debêntures incentivadas.

Conseguimos, finalmente, que esse nosso pleito com a questão do compulsório fosse liberado para uso na habitação. E não é qualquer uso na habitação; é exatamente para atender a essa realidade que foi trazida por vocês aqui, porque não é, Deputado Gaguim, para atender qualquer caso. Não é para o rico: é para a professora, é para o operário, é para o bancário. É para eles que a gente está buscando alternativa, porque está faltando dinheiro, Senador Weverton. Não é para todo mundo. Está faltando dinheiro para essa faixa. Por quê? Porque as Faixas 1, 2 e 3 e a classe média estão atendidas no Minha Casa, Minha Vida. Então, família de zero até R$12 mil tem alternativa. As famílias ricas estão bem atendidas, mas o cara que tem 16... Eu vou lhe fazer uma pergunta, Senador Chico: em uma família – Deputado Gaguim, não é uma pessoa, é a família – que ganha R$16 mil, se a mulher tem um salário de R$8 mil e o marido tem um salário de R$8 mil, essas pessoas são ricas? (*Pausa.*)

Um salário de R$8 mil mais um de R$8 mil dá R$16 mil. Está fora. Não tem isso, Senador Weverton. Se ela for ao banco hoje, se for à Caixa Econômica Federal, não tem dinheiro para financiar essa família. Essa é a nossa preocupação, essa é a nossa questão.

Uma família, por exemplo, em que o marido ganhe R$7 mil e a mulher dele ganhe R$6 mil, essa família é rica? (*Pausa.*) Pois é, essa família não tem direito a um financiamento hoje, porque quem financiava essa família era a poupança, e a poupança não tem recurso.

No Governo anterior a este, Senador Chico, foi feita uma ação por parte do Ministério da Fazenda que tirou a obrigatoriedade, Senador Carlos Portinho, de o recurso da poupança ser utilizado como ele era antigamente, em que até 80% tinham que ser utilizados com juros limites de 12%. Hoje, esse limite não existe mais. E a função, senhoras e senhores, vocês todos sabem, vejo muitos desses temas sendo discutidos aqui, Deputado Gaguim: banco não faz caridade; a função do banco é ganhar dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu vou lhe fazer uma pergunta, Senador Weverton: se não existe trava como existia antes dessa alteração que foi feita no Governo anterior e o recurso é pouco, Senador Portinho, o banco vai emprestar a 12%? (*Pausa.*) Essa é a realidade que está posta no Brasil hoje, Senadores, e o Brasil precisa discutir isso. Tem um grupo de famílias no Brasil que hoje está cerceado de ter direito a um financiamento. Essa é a realidade do país hoje e é isso que a gente está discutindo.

É por isso que eu vinha discutindo com o Presidente do Banco Central, mostrando para ele essa realidade, que a cada ano ia ser pior. E não tem volta. Aquilo que o Senador Eduardo disse, não tem volta. A poupança no Brasil dificilmente, Senador Weverton, vai voltar a ser o que era antes. Ou melhor, digo para vocês, ser como era antes, nunca mais; o que pode haver é um rebate e ter uma melhora nos números, mas voltar a ser o que era antes, nunca mais na história. Sabe por quê? Porque está na palma da mão, Senador Chico. Está na palma da mão.

Hoje uma senhora, lá em Palmas, tem a aplicação dela, Deputado Gaguim. Ela vai botar na poupança, para perder dinheiro? Ela, com um simples clique, na palma da mão dela, tira o dinheiro da poupança dela e bota no CDB, porque ela sabe que vai ganhar mais dinheiro no CDB do que na poupança.

Então qual é a chance, Senador Weverton, de a gente voltar a reagir? Então essa é a realidade que está posta no país.

Mas dando sequência aqui, saudando aqui o nosso novo Senador, desejo-lhe muita sorte aí na sua passagem aqui dentro do nosso Senado, que tem muita honra de estar aqui, todos nós do Brasil, e de recebê-lo, Senador José.

E quero dar sequência aqui sobre a questão das... E aí, quero fazer uma ação específica sobre a questão de Petrópolis, Senador. Isso é possível, tá? Vou lhe dar inclusive um exemplo prático do que já está sendo feito no Ministério das Cidades.

Nós tínhamos um problema em Santos, no litoral paulista, onde as famílias não tinham uma área para que pudessem ser atendidas. E aí, o que foi que aconteceu? Houve um trabalho conjunto entre a Prefeitura de Santos e a Prefeitura de São Vicente. Então a obra foi feita em São Vicente, para atender as famílias de Santos. Como são municípios conurbados, então as famílias de Santos foram morar em São Vicente. Houve uma tratativa de os dois municípios fazerem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensação, porque aí obviamente o Município de São Vicente vai ter uma pressão social sobre o aspecto da escola, a questão de saúde. Então houve uma tratativa em relação a isso. Esse condomínio já está inclusive entregue, é o condomínio Tancredo Neves, que foi feito em São Vicente.

Então seja lá, tanto em Petrópolis, quanto em Areal, isso pode ser possível em qualquer lugar, em qualquer parte do Brasil, sendo pactuado pelos dois municípios. Isso estando combinado, a gente pode avançar.

E aí, para lhe dar uma informação relacionada ao Município de Petrópolis... Cadê aqui, Ailton? Só para a gente poder... Acho que para cá, não é? Aqui. Petrópolis, nós temos em construção hoje, 140 unidades. E é possível Petrópolis apresentar, nessa nova seleção do FAR, 400 unidades, tá?

Do FGTS, nós temos 459 unidades do período de 2023 a 2025, num total de investimentos do Minha Casa, Minha Vida, no Município de Petrópolis, da ordem de R$95 milhões. E no Município de Areal, foi aberta a seleção. Tem 20 unidades agora, nessa última seleção do sub 50. Então aqui, agora que o município foi selecionado, essa pactuação é feita entre o ministério e o Município, para que o Município possa construir essas 20 unidades lá no Município de Areal.

E, neste momento, tanto para Petrópolis quanto para Areal ou para qualquer município no Tocantins, enfim, em Roraima, no Maranhão ou no Mato Grosso, está aberto tanto o Minha Casa, Minha Vida – Rural quanto o Minha Casa, Minha Vida – Entidades. Todos os dois estão abertos para seleção.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive, recebi aqui o convite para o lançamento hoje às 5h da tarde. Agradeço à sua assessoria, que também comunica muito bem.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Muito obrigado, Senador.

Quanto às obras paradas, eu já lhe falei das 87 mil que nós retomamos.

Sobre os treinamentos, nós temos incentivado cada vez mais os treinamentos com o Secretário Carlos Tomé, em termos do Capacidades. Nós temos feito cada vez mais treinamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa divulgar isso, mas acho que sempre a gente pode fazer mais. Então, eu já faço aqui um chamamento ao nosso querido Carlos Tomé para que ele possa avançar.

Aí eu volto aqui – permita-me, Senador – para falar com a Senadora Dorinha sobre a questão do custo.

Nós fizemos, Senadora – obviamente, eu sou um amazônida, como a senhora e o Senador Chico Rodrigues também... Nós fizemos uma ampliação para que as obras possam acontecer na Região Norte do Brasil como um todo. Em todos os estados da Região Norte, nós fizemos uma ampliação no valor do Minha Casa, Minha Vida em 10%. Então, em todas as obras do Minha Casa, Minha Vida na Região Norte do Brasil, o preço está majorado em 10%. Isso é para poder justificar exatamente o custo Amazônia que a gente tem, o custo da Região Norte, que é um custo da questão do deslocamento, para poder chegar o material de construção, a questão do frete. Então, isso já está precificado na portaria do Ministério das Cidades. Tanto para o Minha Casa, Minha Vida – Urbano, para o Sub 50, para o Minha Casa, Minha Vida – Rural e para o Minha Casa, Minha Vida – Entidades, em toda a tabela, quando se trata do Estado do Tocantins, do Estado de Roraima, do Estado do Pará, do Estado do Amazonas – o que também foi um questionamento do Senador Eduardo Braga –, está majorado em 10% o valor das obras nos municípios.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Esqueceu de colocar o Maranhão, não é?

O SR. JADER BARBALHO FILHO – É porque a Região Norte é que tem um problema. Pelo contrário, o Maranhão está bombando de...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Senadora Dorinha, o Tocantins está bem contemplado. Quando o Ministro Juscelino chegou à Comunicação, tinha o Programa Nordeste Conectado. Aí, ele foi procurar lá o Maranhão; não estava. Aí, no Norte Conectado, ele foi procurar o Maranhão; não estava. A gente fica ali no meio...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nem o Tocantins. Nem no Norte, nem no Centro-Oeste, nem no Nordeste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Só pela legislação. Você pega, dos 217 municípios, 182 são todos com legislação amazônica – reservas; tudo é com a legislação amazônica –, agora, na hora...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Augusto, já tens uma missão dada aqui pelo Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Na hora do benefício, aí o estado não entra.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Olha, vamos pegar a Amazônia Legal, que a gente aproveita e já inclui Mato Grosso também nessa conversa logo. Pronto.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Nós somos vítimas disso e, na hora de se beneficiar, não pode.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Olhe aí. Está vendo só, Augusto? Olhe aí. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Valeu o choro, Weverton.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Vamos lá. A gente já inclui a Amazônia Legal nisso aí.

Vamos dar sequência aqui nos questionamentos sobre a questão da Secretaria de Periferias.

Senadora, de fato, essa foi uma ação muito importante. Eu acho que a gente precisa, de fato, ter atenção com as periferias do Brasil e ter a noção de que a gente precisa ter diversos tipos de políticas públicas, por conta de que a realidade da periferia, por exemplo, de Palmas é diferente da realidade da periferia, por exemplo, do Rio de Janeiro, porque lá as periferias são planas e tem outros problemas. A minha periferia... Na periferia de Belém, por exemplo, como é o caso de Boa Vista, como é o caso também de Porto Velho, a realidade é a seguinte: lá é o alagadiço. Cada uma é uma realidade, então você tem uma realidade... E aí o Secretário tem tido muita sensibilidade nessa questão das periferias.

Sobre a questão, Senadora, das obras paralisadas, nós criamos um programa exatamente para poder fazer com que essas obras retornassem, que é o programa #BotaPraAndar. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem ido junto aos Prefeitos, junto aos Governadores, tratando caso a caso, a todos os municípios do Brasil, dialogando exatamente sobre a política pública, como é que a gente pode buscar.

Por exemplo, tem situações que estão consolidadas já, como aquela invasão que houve, a ocupação que houve daquele Minha Casa, Minha Vida. São 15 anos. Senador Chico, como é que nós vamos tirar uma família que está há 15 anos morando numa casa? A casa não é mais a mesma, a realidade é outra. Então, nós fizemos uma tratativa: a gente faz uma destinação para o município, e o município faz o processo de regularização. Nós cuidamos da parte externa, se não estiver finalizada. Então, a drenagem é feita pelo ministério, o asfaltamento é feito pelo ministério, o calçamento é feito pelo ministério, o abastecimento de água é feito pelo ministério, iluminação pública é feita pelo ministério. O que nós não podemos é terminar as casas, porque, para terminar as casas, essas famílias têm que se deslocar delas para que a gente possa fazer a obra naquela casa. Mas toda a parte da infraestrutura externa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, se não estiver ocupada, é o que eu acabei de lhe dizer: já são cerca de 70 mil obras retomadas que estão em obras nesse momento no Brasil. Eu estou tratando exatamente daquele outro caso – o caso em que o local está ocupado e a família não quer se deslocar daquela obra.

Eu acho que eu respondi a todos ou fiquei com alguma coisa pendente? Se fiquei, só me lembrem aqui para eu poder dar sequência aqui aos questionamentos que foram firmados. Volto aqui para tratar com a Senadora Dorinha.

Ah, está aqui: a questão da oferta pública, Senadora, que a senhora tocou, que é exatamente a dos bancos que a senhora havia questionado.

Nós temos alguns desses casos que os bancos estão retomando; outros nós já estamos tomando ações judiciais em cima desses bancos, para que eles façam a devolução do recurso ou que eles terminem as obras que ficaram por finalizar. Isso está incluído dentro dessas 87 mil unidades, então é uma das ações do nosso jurídico que tem sido feita junto com o pessoal da AGU, para que a gente possa fazer... relacionada com a questão dessas obras que ficaram por serem entregues por parte dos pequenos bancos que estavam dentro do Minha Casa, Minha Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora para os questionamentos do Senador Eduardo.

Da capacitação já falei.

A industrialização. É importante – viu, Glauto? – que você leve isso ao Senador Eduardo Braga. Foi uma inovação, Senador Weverton, que nós fizemos agora dentro do ministério. Por exemplo... Vou lhe dar um exemplo prático, Senadora: nos Estados Unidos hoje, quase todas as construções são feitas com *wood frame* ou com *steel frame* – quase todas. E aí, no Brasil, e a gente percebia que no Minha Casa, Minha Vida... E aí eu não estou fazendo nenhuma crítica ao modelo convencional que é usado dentro do Minha Casa, Minha Vida, pelo contrário; na verdade, a gente está ampliando as possibilidades. E aí nós criamos uma portaria dentro do ministério, incentivando a questão da industrialização. Como nós fizemos isso? Porque qual era o grande problema, Senador José? O que as empresas que trabalham com o *wood frame* e com o *steel frame* tinham que fazer, Senador Dorinha? Elas tinham que ter, Deputado Gaguim, um recurso privado; então, primeiro elas tinham que ir lá na indústria fazer toda a casa. Então, ela "tirava do bolso" toda a casa, quando ela terminava a instalação, é que a Caixa Econômica vinha e pagava. Então, a construtora, Senador Chico, tinha que ter um capital de giro gigantesco.

O que é que nós permitimos com essa portaria, Senador Weverton? Que a Caixa possa pagar aquela obra na indústria. Então, quem financia agora é o Minha Casa, Minha Vida, justamente para poder incentivar essa industrialização dentro do Minha Casa, Minha Vida.

Antes, a construtora tinha que ter um recurso do bolso dela e fazer aquele investimento antes. O que é injusto. Por quê? Porque, na construção que era feita de maneira tradicional, eu vou pagando conforme a medição: botou um tijolo, eu pago o tijolo; botou uma parede, eu pago a parede. Por que, na construção *wood frame*, *steel frame* ou em qualquer outra dessas inovações, ela tinha que construir tudo e só depois que ela recebia? Que tipo de concorrência a gente estava estimulando, Senadora? Não é justo.

Então, nós modificamos isso e agora o Minha Casa, Minha Vida já pode pagar as construções da industrialização na fábrica e, com isso, a gente está trazendo novos modelos construtivos. São modelos mais rápidos, mais limpos e ambientalmente, muitas das vezes, até mais responsáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, então é importante levar para o Senador Eduardo Braga o que já foi feito em relação a isso.

Aqui eu acho que respondi todas as do Senador Eduardo.

As do Senador Portinho eu já havia respondido.

Quanto ao Senador Weverton aqui, eu só agradeço o carinho de sempre. E o que a gente faz lá, a gente não faz mais do que a nossa obrigação e estamos sempre à disposição para que a gente possa responder a todos os questionamentos do seu mandato, que é um mandato muito presente, não só em defesa do Maranhão, mas em defesa do nosso país. E parabenizo, Senador, tudo o que você tem feito pelo nosso país, em especial pelo estado vizinho lá dos nossos irmãos maranhenses. Parabéns, Senador, pela sua atuação.

Senador Chico Rodrigues, o Minha Casa, Minha Vida Rural. É muito importante, como você falou da questão das atualizações que nós fizemos. Uma atualização acho que importante que nós fizemos, além dessa, de criar o Compra Assistida, de a gente fazer o pagamento na fábrica das inovações, das construções industrializadas, também nós fizemos uma inovação que é o Minha Casa, Minha Vida Rural Calamidade. Isso foi realizado para poder atender ao Rio Grande do Sul. Então, o que o Minha Casa tem feito, Senador Weverton? Se atualizar.

Nós temos hoje uma curva de aprendizado muito grande. O programa começou em 2009. Por exemplo, aquele questionamento, Senador Weverton, que nós fizemos, que foi feito pelo Senador Carlos Portinho, da questão da violência, do PCC, do Comando Vermelho. Por que nós reduzimos a quantidade no Minha Casa, Minha Vida? Colocamos um limite? Você tem, por exemplo, empreendimentos como esses que aconteceram ontem, de 2.836 unidades em Imperatriz. Nós vamos entregar daqui a pouquinho, lá em São Luís e no Mato Grosso com 3 mil unidades. Lá em Santarém, nós vamos entregar o Moaçara com 1.484 unidades.

O que aconteceu? O que nós percebemos ao longo dessa curva de aprendizado do Minha Casa, Minha Vida, Senador José? Que quando o condomínio é menor, existe o sentido de pertencimento. As pessoas se conhecem. E, com isso, diminui a possibilidade de o Comando Vermelho, PCC e tantos outros agentes do crime organizado atuarem naquele condomínio. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas cuidam. Em todos esses empreendimentos menores, Senadora Dorinha, dificilmente a gente vê uma ação dessa do crime organizado dentro deles, porque a comunidade se conhece.

Agora, Senador Weverton, num condomínio, minha Senadora, de 3 mil casas, como vão fazer para as 3 mil famílias se conhecerem?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Só o Vereador.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Só o Vereador.

É loucura isso! É uma cidade. Mas, pior do que isso, Senador, é que é uma cidade – escute bem, Senador – em que falta infraestrutura. Dois: numa cidade, você tem que ter o quê? Ter raízes.

Senador Chico, nós temos diversos municípios lá no seu Estado de Roraima que têm menos pessoas do que esse residencial lá de Imperatriz. E sabe o que acontece, Senador? A questão não é essa, Senador Weverton; são as raízes. Você tem lá um município de 5, 6, 8 mil habitantes em que as pessoas, ao longo dos 20, 30, 40 anos em que aquele município existe, se conhecem, as famílias se relacionam. Agora, como é que você faz para, da noite para o dia, Deputado Carlos Gaguim, colocar 12 mil pessoas que nunca se viram na vida para conviver? Qual a chance de dar certo?

Então, se nós... E aí eu me coloco, me ombreio com o Presidente Lula. Esse condomínio, Senadora, nós não poderíamos deixar de entregar. Como é que nós vamos deixar sem entregar 2.836 unidades? Como é que a população de Imperatriz iria compreender isso?

O que é obrigação nossa, do Governo Federal; nossa, do governo do estado; nossa, dos governos municipais? É fazer a atuação, fazer a ocupação do território. Por isso que eu disse na minha fala ontem, Senador, que a obra que foi entregue foi a das casas, mas as obras do Canto da Serra não concluíram. Nós não concluímos, Senadora Dorinha, a entrega do Canto da Serra. Tem obra... Tem um posto da polícia militar que está sendo construído e vai ser entregue até dezembro. Nós temos creche que vai ser entregue até dezembro. Nós temos escola de tempo integral que está sendo construída pela prefeitura. Nós temos escola de ensino médio sendo construída pelo estado. Tem uma ação do Ministro Fufuca, uma obra, que é a Arena Brasil, que vai ser construída lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos colocamos, com o nosso secretário, Senador Weverton – e faço, através do seu mandato, chegar isso para o povo do Maranhão... Eu, ontem, quando saí de lá, dei determinação ao Secretário Augusto para que ele vá até o Município de Imperatriz e faça uma avaliação de quais são os equipamentos necessários para a gente levar até o Canto da Serra. Não há limite, Senador, não há limite. E, Senador Chico, eu falei isto ao Augusto: eu quero que o Canto da Serra seja um exemplo para o Brasil, seja um *case*. Então, eu pedi, Senador – e peço a sua ajuda em relação a isso –, que a gente identificasse qual é a universidade, qual é o ator que nós podemos colocar para poder atender e ajudar o Governo do estado e a prefeitura, pagos pelo Ministério das Cidades, para que a gente possa fazer o acompanhamento da comunidade do Canto da Serra?

Então, nós queremos fazer uma atenção. Além do trabalho social que já está inserido no empreendimento, nós queremos ampliar. Inclusive, falei isso com o Secretário Guilherme Simões também, para que me ajudasse nesse processo, para que a gente possa identificar qual é a instituição que pode nos ajudar nesse acompanhamento da comunidade, que possa dar treinamento para os nossos jovens, que possa dar treinamento para as nossas mulheres para que elas consigam ter um emprego. Que tipo de equipamento precisa ser feito lá, além desses equipamentos que estão sendo realizados? Nós precisamos estudar lá o empreendimento.

Então, Senador Weverton, eu lhe peço a sua ajuda para que nós possamos, a quatro mãos, construir as soluções para o Canto da Serra. E aí uma coisa que eu tenho conversado com a minha equipe, Senador Weverton: aqui de Brasília, a gente não conhece o Brasil. Quem conhece o Brasil são os maranhenses, no caso do Canto da Serra; quem conhece são os cidadãos de Imperatriz, é o líder comunitário, é o Prefeito, é o Vereador, é o Deputado, é o Senador, é o Governador. Então são de vocês que nós temos que ouvir quais são as necessidades do Canto da Serra, como nós vamos ouvir de vocês também quais são as necessidades do Residencial Mato Grosso.

Então, peço a sua ajuda, e já aqui prestando contas ao Brasil em relação a essa ação, porque, se nós de fato não agirmos, Senadora Dorinha, nós vamos ter situações como essas que foram narradas aqui do Rio de Janeiro, nós vamos rapidinho ver acontecer lá no caso do Canto da Serra.

E quero agradecer o carinho de sempre, Senador, pelas suas palavras, e dizer que estou sempre à disposição lá, na minha passagem pelo ministério, a minha equipe em defender o povo de Roraima lá, que é um povo tão querido, nossos irmãos amazônidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo agora ao Senador Carlos Gaguim.

Senador Gaguim, em relação a...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ele é Deputado...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ele está querendo chegar aqui, mas... (*Risos.*)

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Deputado Gaguim, aqui vamos falar sobre a questão do que nós temos de investimentos. Nós temos o corredor de ônibus na cidade de Palmas, um investimento de R$413 milhões com a Prefeitura de Palmas – eu não sei se é essa a obra que você estava querendo comentar em relação à questão do BRT –; nós temos ciclovia também no Município de Palmas, são R$29 milhões; e agora nós fizemos também um investimento de R$28,7 milhões para os abrigos de ônibus também lá no Município de Palmas, agora em 2025, na seleção de financiamento lá para a Prefeitura de Palmas.

Minha Senadora, acredito que eu tenha respondido todos os questionamentos, e, se houver mais algum, estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu queria só... Talvez não seja possível...

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Esses R$400 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Esse do corredor não... É melhor ver a informação...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Foi selecionado, Deputado, na seleção de mobilidade dos grandes e médios municípios...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vai ser feito, portanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, agora em 2024. Está dependendo da prefeitura somente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – São obras novas, né, Ministro?

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sobre a questão do Fundo Social e autorização para usar para a política de moradia, já está divulgado como é que vai ser essa utilização em termos de critério?

E um pedido, né? O Presidente Lula quer visitar o Jalapão. Eu sei dos 10% no custo da Região Norte, porque é o custo que a gente chama de custo Amazônia, mas, no caso específico do Jalapão, a gente vai marcar para dialogar. O Presidente disse que quer conhecer. Eu disse que ele não pode ir ao Jalapão sem levar presente, e uma das coisas que nós queríamos era essa questão da moradia. Lá tem a região onde é produzido o capim dourado, que é uma região quilombola muito visitada, enfim, mas que tem uma situação específica. Eu vou procurar a sua equipe sobre a questão de moradia indígena – entendo que foi lançado um edital, teve uma ação específica – e, ao mesmo tempo, quilombola.

E queria saber se nós, do ponto de vista de orçamento... Eu sou Relatora da receita este ano, o Deputado Gaguin também está lá. O Tocantins tem seis membros lá na Comissão, mas eu gostaria muito de ajudar, porque os números para o meu estado têm sido muito pequenos – pequenos porque, lógico, o esforço do ministério é nacional. Houve um grande lapso temporal entre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a sua retomada, né? Então, o que nós pudermos fazer em termos de orçamento sobre essa questão do uso específico do fundo social... Queria perguntar se não é possível, na agilidade que o FAR tem – quando a gente lida com a entidade, ele é mais lento –, adotar a mesma lógica para garantir agilidade, e, quando um município ou um estado não cumpre a sua cota, se isso é possível ser transferido para outro, com remanejamento. Os números mostram que o ministério está superando as suas metas iniciais, inclusive com novas avaliações. Então, esse procedimento... Pensando na situação específica e nos casos nacionais em que houver margem, como é que isso é adotado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Gaguim não conhece porque são novas, são coisas que foram aprovadas no PAC. Então, o município está em processo de credenciamento e o Secretário-Executivo vai te mandar a informação.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – E essa questão do BRT?

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Eu acho que eu não tenho... O que nós temos... O corredor que foi apresentado pela Prefeitura de Palmas foi o corredor de ônibus da faixa exclusiva para o município. Eu não sei se essa é a mesma ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, é porque existia o BRT em uma outra gestão. Então, precisa ver se houve uma desistência, qual é a situação.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/UNIÃO - TO) – É que estavam, dentro do ministério, 260 milhões em 2017. Aí sumiu esse dinheiro lá.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Depois você vai olhar, Gaguim, especificamente.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, nós temos... Está aqui o Secretário Denis, que está dizendo o seguinte: "Não, não é BRT, o que nós temos lá é o corredor exclusivo de ônibus. Não é a obra do BRT, é o corredor exclusivo de ônibus lá no Município de Palmas".

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu acho que o Deputado Gaguim pode depois tratar diretamente com o Secretário, porque o BRT avançou muito, começou inclusive o processo de desapropriação, houve um lapso dentro da Comissão de Orçamento, o TCU tinha levantado questionamentos em relação a esta obra... E aí a questão nossa é porque, na sucessão de gestões municipais, o Deputado quer saber como é que está isso, mas eu acho que ele pode tratar especificamente sobre o caso de Palmas, até para avaliar com o novo gestor se o município continuou com interesse, se mudou o desenho, qual é a lógica adotada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Tá.

Relacionado, Senadora Dorinha, eu pedi para o Hailton agora levantar o que nós temos hoje, se existe alguma proposta, se foi feita alguma proposta para o Jalapão dentro do Ministério, ou seja, na questão de habitação ou qualquer uma das outras ações...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Jalapão é uma cidade, é uma região que tem Ponte Alta, São Félix e Mateiros. Especificamente aqui nós estamos falando...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Desculpe, Senadora, a minha... Essa aula de geografia eu perdi. Pensava que Jalapão era um município aqui. Vamos lá.

Em Ponte Alta, nós temos, são 20 unidades do Sub 50. Em São Félix são mais 20 casas que nós temos lá no município. E Mateiros não tem...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, o pedido nosso é especificamente para olhar a situação de Mateiros, que é onde tem essa região quilombola, que é o coração do Jalapão.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Está. Então, e exatamente. É isso que eu... Aí eu já engato para falar sobre o aspecto da questão rural lá em Mateiros.

O edital do Minha Casa, Minha Vida Rural foi aberto na última segunda-feira. Então, tanto o município quanto as entidades que lutam pela moradia podem dar entrada no pedido em relação...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Podem apresentar projeto.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Podem apresentar projeto em relação à questão do Município de Mateiros. Abriu hoje o sistema, né? O sistema abriu hoje. Peço aqui ao Secretário Augusto que tenha atenção em buscar e ajudar o Município de Mateiros, aí em pegar pela mão, como também os outros dois municípios, para a gente poder ajudar a região lá do Jalapão, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a questão do remanejamento é sim possível, Senadora. A gente sempre trabalha da seguinte maneira: se naquela região não aconteceu prioritariamente, vamos dizer, se dentro daquela região teve algum estado que não apresentou, não só no Minha Casa, Minha Vida, mas em qualquer uma das ações, seja de mobilidade, seja de saneamento, a gente destina o recurso para a região e o recurso tem que ficar prioritariamente na região.

Então, eu vou dar um exemplo prático: mobilidade. E aconteceu isso na prática. Aconteceu isso na prática, na Região Norte. Só teve dois projetos da mobilidade que ficaram de pé, na Região Norte, na ação de 2024. Um foi de Palmas e o outro foi de Santarém, do Governo do Estado. Nenhuma outra ação. Então, o que aconteceu, Deputado Gaguim? Os recursos primeiro giraram dentro da região. Sobrou dinheiro. Aí foi distribuído para o resto do Brasil.

Então, primeiro na ordem. Cada estado tem a sua meta, se em qualquer uma das cinco secretarias em que estiver aberta a seleção, seja na mobilidade, na habitação, no saneamento, primeiro prioritariamente se distribui dentro dos estados daquela região. Então, primeiro começa no estado, depois dos estados da região, e se aí não foi atendido naquela região, aí se distribui para o Brasil.

Então, pode, sim, respondendo o seu questionamento, não só na habitação, mas em qualquer uma das outras ações, ele ser distribuído sim regionalmente. Foi uma inovação que nós fizemos dentro do Ministério das Cidades para diminuir a questão, porque, exatamente, ficava o tempo inteiro... Ou você tinha, por um lado, o recurso que ficava represado, ou o outro em que o dinheiro acabava sempre indo para as regiões mais ricas do Brasil, porque é onde se têm projetos.

Para finalizar, sobre essa questão também do remanejamento, muitas vezes acontece isso, Senadora, pela ausência de projetos.

Senador Chico, Senador José, Deputado Gaguim e Senadora Dorinha, deixe-me dizer uma coisa a vocês: na maioria dos casos, o nosso problema no Brasil não é falta de recurso, é falta de bons projetos.

Isso é uma realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Na moradia, não, nós precisamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, não, na moradia precisa de mais recursos, mas eu estou falando sobre as obras de infraestrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Você falou isso...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – É fundamental ter clareza em relação a isso. Não é falta de recurso, é falta de bons projetos. E é por isso, Deputado Gaguim, que as obras ficam pelo caminho. É por isso. Porque você não faz um bom projeto e, aí, quando você pede o recurso, Senador Chico, você depara com a realidade, e a realidade é outra: aquele recurso não é, muitas das vezes, suficiente, e a obra fica pelo caminho.

Então, eu estou aqui, faço essa observação ao Senado da República, que é muito importante: o Brasil precisa reforçar os projetos na hora de apresentar os recursos, seja no PAC ou seja em outras ações do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sobre o Fundo Social, Ministro, e o Senador...

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Não, o Fundo Social, Senador, desculpe...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Já tem regra?

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Já tem totalmente... Ele tem a atenção. O Fundo Social hoje, na verdade, a parte inicial dele, está sendo colocada dentro da questão da habitação.

Então, foi feita uma ação, Senadora, que é o seguinte: nós pegamos o recurso do Fundo Social, jogamos para atender as famílias que vão de R$4,4 mil até R$9,6 mil, que é o Faixa 3, e nós pegamos parte do recurso do FGTS e jogamos para atender a classe média. Isso está já regulamentado, então esse dinheiro do Fundo Social é para atender as famílias do Faixa 3 na questão da habitação, da construção das casas.

O que ainda está por ser lançado – o Presidente Lula deve lançar nas próximas semanas – é a regulamentação do uso do recurso do Fundo Social para a questão do financiamento das reformas – das reformas. O Governo Federal vai disponibilizar para reformas das Faixas 1, 2, 3 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do classe média, agora. Nas próximas semanas, o Presidente Lula deve lançar e deve disponibilizar R$40 bilhões para que nós possamos fazer reformas das casas do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Reforma e ampliação?

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Reforma e ampliação.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito bom.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Mas só para ficar claro, Senadora: o Fundo Social é crédito, ele não é a fundo perdido.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

Senador José Lacerda, do Mato Grosso – creio que é a primeira semana.

Senador, por favor.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Bom, em primeiro lugar, eu quero informá-los de que eu estou chegando e tinha feito a opção da lei do silêncio por um período. Mas, Senadora Dorinha e Ministro Jader, o tema é tão importante e tão relevante para o Brasil, porque nós estamos falando de vida humana. Vida humana não se compra. Nós estamos falando de qualidade de vida. E pelo art. 5º da nossa Constituição, tem qualidade de vida quem mora, quem come, quem tem direito ao lazer.

O meu estado, Mato Grosso, é um estado hoje que é o maior produtor de grãos do país, um dos maiores. Se se separasse individualmente, seria o quinto maior produtor de alimentos do mundo. E nós temos um estado que foi dividido pela Lei Complementar 31, de 1977. E na divisão, nós ficamos com 35 municípios e uma população de 480 mil habitantes.

Em apenas 50 anos, nós temos hoje 142 municípios e uma população de 3,8 milhões de habitantes, pela estatística, mas é um estado que tem um potencial grande. Com certeza, se nós industrializarmos o que ele produz, será um estado extremamente representativo, com qualidade de vida para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos ainda um déficit de 120 mil habitações no estado para as pessoas de baixa renda. Na agricultura familiar, tem uma média de aproximadamente 48% que estão abaixo da linha da pobreza. São 28 municípios que Mato Grosso tem na faixa de fronteira. Nós sabemos que a faixa de fronteira do Brasil é de 16,4 mil quilômetros quadrados e atinge 570 municípios e 10,6 milhões de habitantes. E, infelizmente, Senadora Dorinha, a faixa de fronteira ainda é considerada como área de risco e não como área de integração.

Eu sou um homem da fronteira. Sou um campesino, que nasci no Pantanal, na faixa da fronteira. Então, a gente, desde antes, e lá na época em que eu nasci, ainda analfabeto, quando aprendi a ler e escrever... Sou advogado há 43 anos, membro da Academia de Direito Constitucional, tive oportunidade de ser Deputado Estadual Constituinte, fui Secretário de Estado cinco vezes, e duas vezes Chefe da Casa Civil. A gente sofre ainda essa consequência...

O nosso estado precisa ter que a fronteira brasileira, que nós dividimos lá com a Bolívia, precisa de uma visão um pouco diferente do que a que nós tínhamos no passado. No passado, quando os diplomatas e as autoridades brasileiras passavam num voo de Brasília a La Paz, nós éramos vistos de cima. E essa foi a grande dificuldade, foi um dos motivos pelo qual nós reagimos na fronteira. Como nós não éramos prioridade do Estado nacional, nós tivemos que ser a nossa própria prioridade.

Ministro Jader, conheço muito a trajetória da sua família. Fui fundador do MDB com a minha família – o primeiro diretório do MDB em Mato Grosso. O Dr. Ulysses lançou a candidatura dele com o Valdir Pires na minha cidade, Cáceres, na fronteira.

Peço a V. Exa. que tenha uma visão de fronteira um pouco diferenciada e mais voltada para aquelas pessoas de baixa renda, porque o IDH lá é o pior; a renda *per capita,* da mesma forma. E nós precisamos dar uma atenção a isso.

Convido V. Exa. e a Senadora Dorinha também para visitar o meu estado. Vamos conhecer o meu estado. Eu convido a Câmara dos Deputados e o Senado da República, o Congresso Nacional, as duas Casas – principalmente o Senado, que é a Casa da democracia –, para que a gente consiga compreender essa questão da nossa realidade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Ministro Jader. Sucesso na sua caminhada. Eu estou aqui como um aprendiz. Preciso muito da orientação dos Deputados e Senadores, dos ministros e dos homens da República, para que eu possa conduzir um mandato que tenha respeito, e com dignidade, com o apoio de base do Governo do nosso Presidente Lula.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador.

Ministro, para encerrar.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Para expor.) – Senador José Lacerda, eu quero, primeiro, agradecer. Fico feliz com a sua trajetória no nosso partido. Para nós é muito importante ter contribuições como a sua na nossa... porque eu acho que o Senado da República ganha muito com as suas multivisões sobre este Brasil, sobre o continente que é o Brasil, e acho que sua contribuição, como um homem da fronteira, é fundamental nesse processo de construção do nosso país.

E aí passo a falar de algumas ações que têm sido feitas. O Estado do Mato Grosso, Senador, seguramente – perdão –, é um dos estados da Federação em que mais nós temos avançado na questão da habitação, fruto da parceria, que eu citei no início da minha exposição, com o Governo do estado, que tem sido uma parceria muito importante. A gente tem conseguido desenvolver a ação do Minha Casa, Minha Vida.

E aí eu passo a lhe dar alguns números em relação à questão do Minha Casa, Minha Vida no Estado do Mato Grosso. Por exemplo, no FAR, que foram selecionadas em 2023, nós temos 2.531 unidades para as cidades, para a parte da área urbana. Nós temos, também dentro do FAR, se a gente totalizar, mais cerca de 400 unidades. Então, nós vamos citar aqui 3 mil unidades no FAR, que é o Minha Casa, Minha Vida – Urbano. Nós temos, para os municípios abaixo de 50 mil habitantes, 1.180 unidades. Somadas aqui, vai dar cerca de 2 mil unidades o que foi selecionado em 24 e 25 para os municípios abaixo de 50 mil habitantes, um pouco menos de 2 mil unidades.

No Minha Casa, Minha Vida – Rural, nós temos mais de 3 mil unidades para atender as famílias quilombolas, os agroextrativistas, os pequenos agricultores, também os indígenas, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da região lá do Mato Grosso. Nós estamos atendendo, só para o meu querido Senador, um total de casas, com OGU, até agora, porque tem uma nova seleção do Minha Casa, Minha Vida – Rural, uma seleção do Minha Casa, Minha Vida – Urbano e do Minha Casa, Minha Vida – Entidades... Nós temos cerca de 7.791 unidades. Então, facilmente a gente consegue ultrapassar as 10 mil unidades daquilo que é feito com o Orçamento Geral da União.

Se nós formos citar o FGTS, que faz parte dessa parceria com o Governo do estado, com as prefeituras, nós chegamos a 26 mil unidades só no Estado do Mato Grosso, nesse período de 2023 até agora. É um investimento total só de financiamentos, um investimento de R$4,5 bilhões, só no Estado do Mato Grosso. E nós já entregamos, dessa retomada que nós fizemos do Minha Casa, Minha Vida, 4 mil unidades dessas unidades que estavam paralisadas. E nós entregamos também no seu estado.

Se eu for falar da questão do PAC no Mato Grosso, nós temos um investimento total só no Ministério das Cidades de R$493 milhões em abastecimento de água, em drenagem, em esgoto, em mobilidade e também na renovação de frota.

E aí falo especialmente para a região de Cáceres: nós temos lá 200 unidades, e estamos abertos para que o Município de Cáceres possa fazer a inscrição e nós possamos enviar casas também para o Município de Cáceres. Eu tenho diversos amigos queridos daquela região, que se deslocaram do Mato Grosso para o Pará. Então, eu conheço, já ouvi falar muito... Não estive em Cáceres ainda, mas, agora, com o convite que foi feito a mim e à Senadora Dorinha, nós vamos ter que ir lá. Tenho muitos amigos daquela região, então tenho um carinho por todo o povo do Mato Grosso, em especial da região de Cáceres.

Espero poder ter respondido aos seus questionamentos. Estou sempre à disposição e desde já eu o convido a tomar um café lá no Ministério das Cidades, para que a gente possa tratar das ações do Estado do Mato Grosso.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu só vou fazer uma... Eu disse que fui fundador do MDB, mas hoje eu estou filiado ao PSD.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – E, como eu fui fiel ao MDB por 40 anos, cumprindo o estatuto, vou cumprir também o estatuto do PSD.

Obrigado.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Permita-me, Senadora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não.

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Deixe-me lhe dizer o seguinte: a porta do MDB está sempre escancarada, viu? Fique à vontade. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Quarenta anos, não é?

O SR. JADER BARBALHO FILHO – Quarenta anos, viu? Então, diga para o Fávaro para ele ficar lá no PSD e – quem sabe? – você volta para o nosso MDB.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Distribuir forças, não é, Ministro?

Bom, eu agradeço a gentileza e a disposição do Ministro e de toda a sua equipe que está aqui. Tenho certeza de que, a partir dessa grande exposição, é possível cada um... Tudo o que foi falado está à disposição do Senado e, de minha parte, também tentarei organizar para que a informação possa chegar para talvez realizar reuniões técnicas com a associação dos Prefeitos dos estados. Eu acho que o Ministro conhece muito bem a realidade do Tocantins, que não é diferente da do Pará. Muitas vezes, a informação não chega, não é? Há uma dificuldade de comunicação, até porque o ministério apresenta muitas inovações do ponto de vista de oportunidades e de gestão.

Então, eu lhe agradeço e, ao mesmo tempo, parabenizo-o pela sua disposição e pela ação realizada no Ministério das Cidades.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e doze minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Beto Faro, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Eliziane Gama, José Lacerda, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações das Emendas RP8 - 5º Ciclo**. **Finalidade:** 5º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Indicações de emendas RP8 aprovadas, conforme o relatório aprovado e planilha (Anexos I e II). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, assim como a ata da reunião anterior, que são aprovadas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro.

A presente reunião destina-se à deliberação das indicações das Emendas RP8 da Lei Orçamentária Anual de 2025, nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025.

Quero fazer uma breve exposição.

Da área da Integração Nacional, Emenda 60110001, dotada de R$700 milhões, já alcançamos o montante R$699.819.502 em indicações, representando 99,99%.

No Turismo, a Emenda 60110002 tem dotação de R$400 milhões previstos; já foram indicados R$399.675.758 – 99,91% –, restando, empenhados, R$76.761.357.

Reforço que a Comissão segue atenta à transparência orçamentária e ao cumprimento que foi definido em reunião. Assim, reafirmamos nosso compromisso com as políticas públicas para a população brasileira.

A coordenação das sugestões e das indicações desta Comissão ficou sob a responsabilidade desta Presidência, que recebeu, exclusivamente pelo sistema, 92 indicações – Anexos I, II e III –, cujo prazo de envio encerrou-se quinta-feira passada, dia 9 de outubro.

Farei, agora, a leitura do relatório.

No novo prazo concedido...

Vou direto para a análise.

As indicações constantes no Anexo I são novas e atendem a todos os requisitos formais. Portanto, o voto é pela sua aprovação integral e pelo posterior encaminhamento aos ministérios competentes.

O Anexo II apresenta solicitações de alteração das indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, que também

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendem aos critérios formais analisados. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), e do Turismo (MTur), para que o remanejamento seja efetivado.

Por fim, as indicações constantes no Anexo III foram desconsideradas ou rejeitadas, seja por solicitação de seus autores, seja por apresentarem incorreções técnicas. Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas nos Anexos I e II, e pela rejeição daquelas constantes no Anexo III.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela com as indicações válidas e a relação de remanejamento solicitado por seus autores, conforme constante no relatório apresentado, que será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e aos Ministérios, juntamente com a ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as indicações nos Anexos I e II.

Publicadas, serão enviadas aos respectivos Ministérios.

Antes de finalizarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo, ainda, às Sras. e aos Srs. Senadores que o sistema Sinec será reaberto a partir de amanhã, quarta-feira, 15 de outubro, exclusivamente para envio de correções, em razão de impedimento técnico nas indicações já aprovadas anteriormente, e permanecerá aberto até o dia 30 de outubro. Ressalto que não será possível o cadastro de novas indicações, uma vez que o limite orçamentário destinado à Comissão foi integralmente atingido.

Informo ainda que, após o término desta reunião, haverá a 30ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, para a realização de audiência pública referente à política pública de saneamento básico de 2025 (*Pausa.*) e para deliberar, ainda, alguns requerimentos já previamente colocados na pauta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Já passo a Presidência da sessão que vai ser aberta ao nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Seif.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4093	Antônio Mecias Pereira de Jesus	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA	MUNICÍPIO DE IRACEMA		01.613.028/0001-67	RR	IRACEMA	4	40	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES EM ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE IRACEMA.	4.260.870
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Sindicato dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Itapipoca	Itapipoca - CE	13.820.168/0001-95	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Grade arada 14 discos	25.393
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação comunitária dos pequenos agricultores de Lagoa das Mercês	Itapipoca - CE	86.893.427/0001-81	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator 75cv	147.658
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Lar Dona Pautilha	Itapipoca -CE	42.874.280/0001-07	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Grade arada 14 discos	25.393

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de Tamboril - CE		07.705.817/0001-04	CE	TAMBORIL	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Retroescavadeira	401.467
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Lar Dona Pautilha	Itapipoca - CE	42.874.280/0001-07	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator 75cv	147.658
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de Bela Cruz - CE		07.566.045/0001-77	CE	BELA CRUZ	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Trucado Basculante	635.361
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação Comunitária de Lagoinha II	Itapipoca - ce	00.955.926/0001-30	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Grade arada 14 discos	25.393
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação Comunitária de Lagoinha II	Itapipoca - CE	00.955.926/0001-30	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator 75cv	147.658

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Fecogesa Federação das Entidades Comunitárias de General Sampaio	GENERAL SAMPAIO - CE	03.756.209/0001-78	CE	GENERAL SAMPAIO	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria aberta em madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	268.565
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação Comunitária da Mangueira	Itapipoca - CE	01.273.198/0001-40	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Grade arada 14 discos	25.393
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Sindicato dos Pequenos Produtores da Agricultura Familiar de Itapipoca	Itapipoca - CE	13.820.168/0001-95	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator 75cv	147.658
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de Acaraú - CE		07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Trucado Basculante	635.360

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	Fecogesa Federação das Entidades Comunitárias de General Sampaio	GENERAL SAMPAIO - CE	03.756.209/0001-78	CE	GENERAL SAMPAIO	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator agrícola 75cv, Carreta Agrícola de aço - 4 T, Grade aradora com 14 discos de 26" Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	231.435
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação Comunitária da Mangueira	Itapipoca - CE	01.273.198/0001-40	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator 75cv	147.658
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação comunitária dos pequenos agricultores de Lagoa das Mercês	Itapipoca - CE	86.893.427/0001-81	CE	ITAPIPOCA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Grade arada 14 discos	25.393
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de Itarema - CE		07.663.941/0001-54	CE	ITAREMA	4	90	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação TSD	2.771.829

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de Itarema - CE		07.663.941/0001-54	CE	ITAREMA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Trucado Basculante	635.360
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Coop. Da Agricultura Familiar de Marco	Marco - CE	30.261.296/0001-65	CE	MARCO	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Caminhão Toco Carroceria madeira ou aço - carga útil 9.000 kg	465.559
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de São Luis do Curu- CE		07.623.051/0001-19	CE	SAO LUIS DO CURU	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Retroescavadeira	401.467
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Prefeitura de Acaraú- CE		07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	90	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação TSD	1.818.771
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE MATIAS OLIMPIO			06.554.182/0001-29	PI	MATIAS OLIMPIO	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE MIGUEL LEAO			06.554.935/0001-04	PI	MIGUEL LEAO	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE MONSENHOR GIL			06.554.877/0001-00	PI	MONSENHOR GIL	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE NOVO ORIENTE DO PIAUI			06.554.836/0001-14	PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE PAES LANDIM			06.553.663/0001-10	PI	PAES LANDIM	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE PARNAGUA			06.554.265/0001-18	PI	PARNAGUA	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUI			41.522.186/0001-26	PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE RIBEIRO GONCALVES			06.728.240/0001-93	PI	RIBEIRO GONCALVES	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI			01.612.678/0001-98	PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO FIDALGO			01.612.611/0001-53	PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE SIMOES			06.553.853/0001-37	PI	SIMOES	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	578.260

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE SOCORRO DO PIAUI			06.553.671/0001-66	PI	SOCORRO DO PIAUI	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	53000	53101	00SX	MUNICIPIO DE VILA NOVA DO PIAUI			01.612.614/0001-97	PI	VILA NOVA DO PIAUI	4	40	Obra de Infraestrutura Rural	400.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS	MONTADAS	08.739.351/0001-20	PB	MONTADAS	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA	VÁRZEA	08.884.066/0001-01	PB	VARZEA	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	500.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS	CABACEIRAS	08.702.862/0001-78	PB	CABACEIRAS	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	850.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDOS	CACHOEIRA DOS ÍNDOS	08.923.997/0001-63	PB	CACHOEIRA DOS INDIOS	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	428.260
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDE	CONDE	08.916.645/0001-80	PB	CONDE	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	500.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	BOQUEIRÃO	08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTA A SECA - DNOCS-PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA	ARARUNA	08.927.105/0001-00	PB	ARARUNA	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	400.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI	CUITEGI	08.781.791/0001-46	PB	CUITEGI	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA	JUAREZ TÁVORA	08.919.490/0001-36	PB	JUAREZ TAVORA	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	500.000
60110001	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	53000	53101	00SX	DEPARTAMENTO DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS PB	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	REMIGIO	09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	90	EQUIPAMENTOS E/OU SERVIÇOS	1.000.000
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Belém			12.227.641/0001-62	AL	BELEM	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Campestre			01.631.604/0001-07	AL	CAMPESTRE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado	700.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Jaramataia			12.207.544/0001-08	AL	JARAMATAIA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Maravilha			12.251.286/0001-67	AL	MARAVILHA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Minador do Negrão			12.237.038/0001-61	AL	MINADOR DO NEGRAO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Olho d'agua Grande			12.207.411/0001-31	AL	OLHO D'AGUA GRANDE	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Palestina			12.369.872/0001-00	AL	PALESTINA	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Paulo Jacinto			12.335.030/0001-38	AL	PAULO JACINTO	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de São Brás			12.207.437/0001-80	AL	SAO BRAS	4	40	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	530.917
60110001	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	53000	53101	00SX	Rorainópolis			01.613.031/0001-80	RR	RORAINOPOLIS	4	40	Melhorias de estradas vicinais	5.478.260
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Uruaçu		01.219.807/0001-82	GO	URUACU	4	90	Pá Carregadeira	407.547
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Doverlândia		00.078.790/0001-28	GO	DOVERLANDIA	4	90	Retroescavadeira	401.467

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Buritinópolis		24.856.569/0001-11	GO	BURITINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	407.547
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Porteirão		01.617.413/0001-82	GO	PORTEIRAO	4	90	Caminhão Basculante 6 m³	496.596
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Palminópolis		01.178.573/0001-72	GO	PALMINOPOLIS	4	90	Pá Carregadeira	407.547
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Iaciara		01.740.448/0001-04	GO	IACIARA	4	90	Retroescavadeira	401.467
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Luiz do Norte		25.043.639/0001-85	GO	SAO LUIZ DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	407.547

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	Montividiu do Norte		25.005.166/0001-21	GO	MONTIVIDIU DO NORTE	4	90	Pá Carregadeira	407.547
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Miguel do Passa Quatro		24.862.864/0001-80	GO	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	4	90	Retroescavadeira	401.467
60110001	4555	Pedro Pinheiro Chaves	53000	53101	00SX	CODEVASF	São Patrício		01.616.670/0001-08	GO	SAO PATRICIO	4	90	Retroescavadeira	401.467
60110001	2969	Wilder Pedro de Morais	53000	53101	00SX	Prefeitura de Posse			01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	40	IMPLANTAÇÃO DE OBRA	500.000
60110002	4093	Antônio Mecias Pereira de Jesus	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA	MUNICÍPIO DE NORMANDIA		04.056.222/0001-87	RR	NORMANDIA	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE ESTRADA PARA ACESSO À CAPELA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ,	2.434.783

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

														PADROEIRA DO MUNICÍPIO, SITUADA NO MORRO DO CRUZEIRO, COM INFRAESTRUTURA ADEQUADA À TRAFEGABILIDADE	
60110002	4081	Cid Ferreira Gomes	54000	54101	10V0	Secretaria de Estado do Turismo/CE			00.671.077/0001-93	CE	FORTALEZA	4	30	Obras e Serviços de Engenharia - Recuperação de Infraestrutura de Interesse Turístico	5.217.391
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE CABECEIRAS DO PIAUI			41.522.277/0001-61	PI	CABECEIRAS DO PIAUI	4	40	Implantação de Infraestrutura Turística	1.130.434
60110002	2900	Ciro Nogueira Lima Filho	54000	54101	10V0	MUNICIPIO DE CAMPO MAIOR			06.716.880/0001-83	PI	CAMPO MAIOR	4	40	Implantação de Infraestrutura Turística	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO	ASSUNÇÃO	01.612.635/0001-02	PB	ASSUNCAO	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	430.434
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA	MATURÉIA	01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.700.000
60110002	4141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.000.000
60110002	4239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Maceió			12.200.135/0001-80	AL	MACEIO	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	3.130.434
60110002	4269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	54000	54101	10V0	São João da Baliza			04.056.248/0001-25	RR	SAO JOAO DA BALIZA	4	40	Promoção ao turismo	3.130.434

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I
INDICAÇÕES APROVADAS - 29ª REUNIÃO DA CDR
LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Posse			01.743.335/0001-62	GO	POSSE	4	40	Infraestrutura Turística	521.739
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Santa Rita do Araguaia			01.067.990/0001-48	GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	4	40	Infraestrutura Turística	521.739
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	São Domingos			01.068.014/0001-00	GO	SAO DOMINGOS	4	40	Infraestrutura Turística	521.739
60110002	4555	Pedro Pinheiro Chaves	54000	54101	10V0	Estrela do Norte			01.800.465/0001-90	GO	ESTRELA DO NORTE	4	40	Infraestrutura Turística	521.739

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

INDICAÇÕES ALTERADAS
9407, 9409, 9956, 10486, 13225, 19100, 19107, 19110, 19112, 19136

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	POSSIBILITAR O MUNICÍPIO DE PINHEIRO NO MARANHÃO DE MELHORES CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA.	9.130.434

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4283	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	53000	53101	00SX	CODEVASF	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	Pavimentação com Tratamento Superficial Duplo -TSD.	9.130.434

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de Pára de Minas		18.313.817/0001-85	MG	PARA DE MINAS	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4087	Carlos Alberto Dias Viana	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Município de São Roque de Minas		18.306.670/0001-04	MG	SAO ROQUE DE MINAS	4	90	Aquisição de retroescavadeira	401.468

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

								Vinculadas							
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	NATAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	40	PAVIMENTAÇÃO	4.956.521
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	PASSA E FICA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA		08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	PAVIMENTAÇÃO	2.000.000
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	SÃO PEDRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO		08.079.915/0001-46	RN	SAO PEDRO	4	40	PAVIMENTAÇÃO	2.000.000
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	08144784000133	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	40	PAVIMENTAÇÃO	2.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	CODEVASF	NATAL		08.241.747/0001-43	RN	NATAL	4	90	Pavimentação em Bloco Intertravado de Concreto – Bloquete	4.956.521
60110001	4142	Eann Styvenson	53000	53101	00SX	CODEVASF	PASSA E FICA		08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	90	Execução de Capa Asfáltica com CBUQ	2.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

		Valentim Mendes													
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	CODEVASF	SÃO PEDRO		08.079.915/0001-46	RN	SAO PEDRO	4	90	Execução de Capa Asfáltica com CBUQ	2.000.000
60110001	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	53000	53101	00SX	CODEVASF	NOVA CRUZ		08.144.784/0001-33	RN	NOVA CRUZ	4	90	Pavimentação em Bloco Intertravado de Concreto – Bloquete	2.000.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS		01.740.455/0001-06	GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	4	40	Obra de infraestrutura	591.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE GOIÁS (GO)		01.761.113/0001-72	GO	SANTA ROSA DE GOIAS	4	40	Obra de infraestrutura	789.325

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	04.215.178/0001-00	MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA		04.215.178/0001-00	GO	LAGOA SANTA	4	40	Obra de infraestrutura	591.000
60110002	9206	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	54000	54101	10V0	01.787.506/0001-55	MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS		01.787.506/0001-55	GO	CALDAS NOVAS	4	40	Obra de infraestrutura	789.325

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	4	40	Aduelas de concreto	398.260

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	9224	Marcos Rogério da Silva Brito	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	4	40	Aduelas de concreto	400.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO II

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 29ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025.

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS	ANGÉLICA/MS		03.747.649/0001-69	MS	ANGELICA	4	40	Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	2.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4279	Tereza Cristina Corrêa	53000	53101	00SX	SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	ANGÉLICA/MS		03.747.649/0001-69	MS	ANGELICA	4	90	Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	2.000.000

JUSTIFICATIVA:

Foram identificadas e corrigidas hipóteses de impedimento técnico nas indicações aprovadas, a exemplo de indicações com inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondentes à do beneficiário (LC nº 210/24, art. 10, XVII) ou indicações de objetos com valor inferior ao montante mínimo exigido para a situação, conforme o relatório aprovado em 30/09/2025, na 27ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6252479138

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jorge Seif, Augusta Brito, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLDO 2026. A Presidência comunica terem sido apresentadas 96 (noventa e seis) Propostas de Emendas ao PLDO 2026: 54 (cinquenta e quatro) de Metas e 42 (quarenta e duas) ao Texto da Lei. Relatoria das Emendas da CRA ao PLDO 2026: Senador Pedro Chaves. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 38 (trinta e oito) Emendas ao PLDO 2026, sendo 03 (três) Emendas de Meta e 35 (trinta e cinco) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme as seguintes tabelas:

Emendas de Meta				
Emenda	**Programa**	**Objetivo Específico**	**Iniciativa (Senadores)**	**Meta indicada**
1-CRA	2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.	Alan Rick Augusta Brito Fernando Farias Jaime Bagattoli Pedro Chaves Professora Dorinha Seabra Wellington Fagundes Zequinha Marinho	484
2-CRA	1144 - Agropecuária Sustentável	Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária e da pecuária familiar	Chico Rodrigues Hamilton Mourão Pedro Chaves Zequinha Marinho	29

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855468954

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emendas de Meta				
Emenda	**Programa**	**Objetivo Específico**	**Iniciativa (Senadores)**	**Meta indicada**
3-CRA	1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais	Augusta Brito Fernando Farias Hamilton Mourão Jussara Lima	15.000

Emendas de Texto			
EMENDA	**Autor(a)**	**TIPO**	**Referência**
4-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Anexo III
5-CRA	Professora Dorinha Seabra	ADITIVA	Anexo III
6-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Anexo III
7-CRA	Professora Dorinha Seabra	ADITIVA	Anexo III
8-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Anexo III
9-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855468954

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

10-CRA	Professora Dorinha Seabra	ADITIVA	Anexo III, Seção II, Inciso IV
11-CRA	Wellington Fagundes	ADITIVA	Anexo III, Seção II, Inciso IV
12-CRA	Wellington Fagundes	ADITIVA	Anexo III
13-CRA	Wellington Fagundes	MODIFICATIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 20, § 3
14-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Anexo III, Seção II, Inciso IV
15-CRA	Wellington Fagundes	ADITIVA	Anexo III
16-CRA	Wellington Fagundes	ADITIVA	Anexo III
17-CRA	Chico Rodrigues	ADITIVA	Anexo III, Seção II, Inciso IV

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855468954

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

18-CRA	Alan Rick	ADITIVA	Anexo III
19-CRA	Jaime Bagattoli	MODIFICATIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 84, § 5
20-CRA	Alan Rick	ADITIVA	Anexo III, Seção II, Inciso IV
21-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção III, Art 83
22-CRA	Alan Rick	ADITIVA	Anexo III
23-CRA	Jaime Bagattoli	SUPRESSIVA	Corpo da Lei, Cap V, Seção III, Art 105, § 7
24-CRA	Pedro Chaves	ADITIVA	Anexo III
25-CRA	Jaime Bagattoli	MODIFICATIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855468954

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

26-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção II, Art 100
27-CRA	Jaime Bagattoli	ADITIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 5
28-CRA	Beto Pereira	ADITIVA	Anexo III
29-CRA	Tereza Cristina	ADITIVA	Anexo III
30-CRA	Beto Pereira	ADITIVA	Anexo III
31-CRA	Tereza Cristina	ADITIVA	Anexo III
32-CRA	Tereza Cristina	ADITIVA	Anexo III, Seção I, Inciso LXX
33-CRA	Tereza Cristina	ADITIVA	Anexo III
34-CRA	Tereza Cristina	ADITIVA	Corpo da Lei, Cap XII, Art 183
35-CRA	Jaime Bagattoli	MODIFICATIVA	Corpo da Lei, Cap IV, Seção X, Subseção IV, Art 87, § 1, Inciso I
36-CRA	Zequinha Marinho	ADITIVA	Anexo III

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855468954

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

37-CRA	Zequinha Marinho	ADITIVA	Anexo III
38-CRA	Zequinha Marinho	ADITIVA	Anexo III, Seção II, Inciso IV

O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima segunda Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9855468954

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberar as sugestões de indicação para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2025, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 210, de 2024, e do artigo 45-A da Resolução 01, de 2006-CN, conforme planilha anexa. Registram presença os Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Jorge Seif, Augusta Brito, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à deliberação das indicações para as programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2025, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 210/2024 e do artigo 45-A da Resolução 01/2006 do Congresso Nacional. Dados da Emenda RP8: Número: 60120002; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura e Pecuária. Relatoria e coordenação das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Por unanimidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, deliberou e aprovou 568 (quinhentas e sessenta e oito) indicações conforme planilha anexa gerada pelo sistema Sinec. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da vigésima terceira Reunião, que é aprovada. Sem mais, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezesseis minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO ÚNICO

PLANILHA SISTEMA SINEC

INDICAÇÕES PARA AS PROGRAMAÇÕES DECORRENTES DA EMENDA 60120002 – Ação: 20ZV (Fomento ao Setor Agropecuário) - Unidade Orçamentária: Ministério da Agricultura e Pecuária

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Alan Rick Miranda	9631	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de	R$ 3.652.173,00
Alessandro Vieira	11270	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
Alessandro Vieira	11273	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento			00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 6.500.000,00
Alexandre Luiz Giordano	9599	MUNICÍPIO	MUNICÍPIO		46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 9.130.434,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9986	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9988	PEDRO DO ROSÁRIO	PEDRO DO ROSÁRIO	PEDRO DO ROSÁRIO	01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9991	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9992	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	PAULINO NEVES	01.562.914/0001-09	MA	PAULINO NEVES	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9995	CODO	CODO	CODO	06.104.863/0001-95	MA	CODO	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9996	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	SÃO VICENTE DE FERRER	06.421.119/0001-14	MA	SAO VICENTE FERRER	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	9997	SANTA HELENA	SANTA HELENA	SANTA HELENA	06.226.583/0001-50	MA	SANTA HELENA	4	90	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10174	Secretaria de estado dos Transportes - SETRANS - CNPJ - 08.809.355/0001-38			06.553.481/0001-49	PI	TERESINA	4	30	Aquisição De Equipamentos/Material Permanente	R$ 500.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00
Antônio Mecias Pereira de Jesus	6939	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Apoio à execução de serviços de preparação de solo para o plantio, com destoca, para atender produtores rurais	R$ 2.700.000,00
Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
Augusta Brito de Paula	9665	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
Augusta Brito de Paula	9676	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
Augusta Brito de Paula	14322	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
Augusta Brito de Paula	14327	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
Carlos Eduardo de Souza Braga	11995	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
Carlos Eduardo de Souza Braga	12003	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.260.869,00
Carlos Francisco Portinho	9908	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
Cid Ferreira Gomes	10057	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.700.000,00
Cid Ferreira Gomes	10188	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
Cid Ferreira Gomes	12799	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba			00.399.857/0001-26	CE	FORTALEZA	4	90	Aquisição de Equipamentos	R$ 5.554.571,00
Cid Ferreira Gomes	12829	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$ 875.863,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12205	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12206	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12208	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12209	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12210	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ciro Nogueira Lima Filho	12212	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12214	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 452.173,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12215	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Ciro Nogueira Lima Filho	12216	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 452.173,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu - MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
Confúcio Aires Moura	10200	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
Confúcio Aires Moura	10201	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
Confúcio Aires Moura	10206	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
Confúcio Aires Moura	10207	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
Confúcio Aires Moura	10210	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
Confúcio Aires Moura	10211	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
Confúcio Aires Moura	10212	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Damares Regina Alves	7910	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
Damares Regina Alves	7912	EMBRAPA			00.348.003/0017-88	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
Damares Regina Alves	7913	EMBRAPA			00.348.003/0017-88	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias	R$ 1.700.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 452.173,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$ 438.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	Prefeitura de Canguaretama	Prefeitura de Canguaretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13839	Prefeitura de Caraubas	Prefeitura de Caraubas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 914.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$ 700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$ 438.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$ 642.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	11724	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.500.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	11726	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Açailandia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.000.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	11728	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.130.434,00
Eliziane Pereira Gama Melo	11770	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.500.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	11773	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	aquisição de equipamentos agrícolas e de apoio ao desenvolvimento econômico de municípios	R$ 1.000.000,00
Eliziane Pereira Gama Melo	11775	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas e de apoio ao desenvolvimento econômico de municípios	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esperidião Amin Helou Filho	12303	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	12305	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$ 627.325,00
Esperidião Amin Helou Filho	12308	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$ 635.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	12321	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	12325	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$ 269.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	12330	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	14555	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$ 320.000,00
Esperidião Amin Helou Filho	14564	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 702.173,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 250.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
Fabiano Contarato	8800	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0025-00	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
Fabiano Contarato	8802	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0025-00	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
Fabiano Contarato	8803	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0025-00	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 500.400,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fabiano Contarato	8805	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0025-00	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
Fabiano Contarato	8806	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE		00.396.895/0025-00	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$ 721.834,00
Fabiano Contarato	8807	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0025-00	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 01 CAMINHÃO CAÇAMBA	R$ 501.000,00
Fabiano Contarato	8808	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0025-00	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
Fabiano Contarato	8809	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0025-00	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
Fabiano Contarato	8810	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0025-00	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$ 500.400,00
Fabiano Contarato	8811	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO		00.396.895/0025-00	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$ 376.000,00
Fabiano Contarato	8812	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0025-00	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
Fabiano Contarato	8813	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0025-00	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
Fabiano Contarato	8815	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0025-00	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
Fabiano Contarato	8816	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0025-00	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$ 650.000,00
Fabiano Contarato	8821	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0025-00	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
Fabiano Contarato	8822	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0025-00	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 628.000,00
Fabiano Contarato	8823	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0025-00	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
Fabiano Contarato	8824	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0025-00	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
Fabiano Contarato	8827	SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - SPA/ES	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0025-00	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10929	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10935	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10938	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fernando Antonio Caminha Dueire	10939	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10943	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$ 1.000.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10945	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$ 1.000.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10946	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10954	Prefeitura Municipal			11.993.316/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.130.434,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	10957	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$ 500.000,00
Fernando Antonio Caminha Dueire	11195	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.000.000,00
Fernando Lopes de Farias	10573	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00
Fernando Lopes de Farias	10577	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00
Fernando Lopes de Farias	10724	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$ 1.000.000,00
Fernando Lopes de Farias	10737	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
Fernando Lopes de Farias	10740	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
Fernando Lopes de Farias	10743	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
Fernando Lopes de Farias	10850	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.330.434,00
Flávio José Arns	10812	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 400.000,00
Flávio José Arns	10814	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10816	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 460.217,00
Flávio José Arns	10818	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10819	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Flávio José Arns	10820	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10821	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 460.217,00
Flávio José Arns	10822	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10825	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10827	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10828	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10830	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 530.000,00
Flávio José Arns	10832	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10833	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 530.000,00
Flávio José Arns	10835	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10836	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10838	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10841	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 400.000,00
Flávio José Arns	10843	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
Flávio José Arns	10847	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 500.000,00
Flávio Nantes Bolsonaro	9587	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 1.852.173,00
Flávio Nantes Bolsonaro	9588	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 1.800.000,00
Francisco de Assis Rodrigues	10885	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$ 9.130.434,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.130.433,00
Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9817	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9818	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9820	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 800.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Humberto Sérgio Costa Lima	9821	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9822	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9823	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9824	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9825	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9828	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9830	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9832	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9834	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9835	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9836	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9837	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9839	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9840	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9842	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9844	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	600.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9845	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9846	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
Humberto Sérgio Costa Lima	9847	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Humberto Sérgio Costa Lima	9848	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
Irajá Silvestre Filho	14085	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$ 9.130.434,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10882	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10893	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$ 250.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10897	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$ 400.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10899	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$ 330.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10902	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10906	Prefeitura Municipal			11.599.943/0001-07	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$ 200.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10909	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$ 400.434,00
Ivete Marli Appel da Silveira	10916	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$ 450.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11133	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11136	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11140	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11144	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$ 450.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11146	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$ 400.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11149	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11151	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11154	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$ 250.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ivete Marli Appel da Silveira	11156	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11160	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$ 500.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11161	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$ 600.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11162	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$ 600.000,00
Ivete Marli Appel da Silveira	11163	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$ 300.000,00
Izalci Lucas Ferreira	10506	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$ 3.652.174,00
Jader Fontenelle Barbalho	9735	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
Jader Fontenelle Barbalho	9737	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.500.000,00
Jader Fontenelle Barbalho	9740	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
Jader Fontenelle Barbalho	10396	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.630.434,00
Jaime Maximino Bagattoli	10316	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 650.000,00
Jaime Maximino Bagattoli	10320	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
Jaime Maximino Bagattoli	10321	PREFEITURA DE ESPIGÃO D´OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
Jaime Maximino Bagattoli	10323	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 502.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Jaime Maximino Bagattoli	10324	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
Jaime Maximino Bagattoli	10325	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
Jaime Maximino Bagattoli	10326	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	11409	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 2.000.000,00
Jaques Wagner	11424	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 1.000.000,00
Jaques Wagner	11429	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 400.000,00
Jaques Wagner	11552	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	12279	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	14090	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 400.000,00
Jaques Wagner	14179	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	14202	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Jaques Wagner	14204	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	14205	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
Jaques Wagner	14210	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 650.000,00
Jaques Wagner	14223	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 1.680.434,00
Jayme Veríssimo de Campos	7738	Município de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$ 2.098.434,00
Jayme Veríssimo de Campos	7978	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisição de caminhão truck.	R$ 7.032.000,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 699.565,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 480.700,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.350,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.350,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 699.565,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 574.750,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.000,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 568.693,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 771.900,00
Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 528.665,00
Jorge Seif Júnior	10116	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10117	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10118	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10119	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 262.152,00
Jorge Seif Júnior	10120	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
Jorge Seif Júnior	10122	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10123	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10124	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10126	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10127	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10128	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10129	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10131	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Jorge Seif Júnior	10132	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$ 230.000,00
Jorge Seif Júnior	10133	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00
José da Cruz Marinho	12262	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
José da Cruz Marinho	12264	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 1.152.173,00
José da Cruz Marinho	12265	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 500.000,00
José da Cruz Marinho	13220	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$ 1.732.000,00
José da Cruz Marinho	13221	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$ 730.000,00
José da Cruz Marinho	13222	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 292.000,00
José da Cruz Marinho	13224	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 600.000,00
José da Cruz Marinho	13229	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$ 570.000,00
José da Cruz Marinho	13231	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
José da Cruz Marinho	13232	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
José da Cruz Marinho	13234	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
José da Cruz Marinho	13235	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
José da Cruz Marinho	13238	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
José da Cruz Marinho	13240	Município de Paragominas (05.193.057/0001-78)	Município de Paragominas (05.193.057/0001-78)	Município de Paragominas (05.193.057/0001-78)	05.193.057/0001-78	PA	PARAGOMINAS	4	40	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$ 544.000,00
José da Cruz Marinho	13241	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

José da Cruz Marinho	13242	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
José da Cruz Marinho	13243	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.758.434,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 4.000.000,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 800.000,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 530.434,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	12341	MUNICÍPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE	MUNICÍPIO DE MATRIZ DE CAMARAGIBE		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.500.000,00
José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
José Roberto Oliveira Faro	7523	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.100.000,00
José Roberto Oliveira Faro	7527	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 4.618.434,00
José Roberto Oliveira Faro	7550	Prefeitura Municipal de Castanhal	Prefeitura Municipal de Castanhal	Prefeitura Municipal de Castanhal	05.121.991/0001-84	PA	CASTANHAL	4	90	Aquisição de máquinas	R$ 517.500,00
José Roberto Oliveira Faro	7557	Prefeitura Municipal de Castanhal	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	05.121.991/0001-84	PA	CASTANHAL	4	90	Aquisição de máquinas.	R$ 617.500,00
José Roberto Oliveira Faro	7564	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	01.613.338/0001-81	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Aquisição de máquinas.	R$ 638.500,00
José Roberto Oliveira Faro	7569	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia.	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia.	Floresta do Araguaia.	01.613.338/0001-81	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Aquisição de máquinas.	R$ 638.500,00
Laércio José de Oliveira	8870	Prefeitura MunPropriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$ 3.652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Laércio José de Oliveira	8873	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$ 5.478.260,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9594	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 400.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$ 2.000.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.000,00
Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.130,00
Luis Carlos Heinze	7890	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
Luis Carlos Heinze	10251	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
Luis Carlos Heinze	10255	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
Luis Carlos Heinze	10257	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
Luis Carlos Heinze	10258	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 817.173,00
Luis Carlos Heinze	10260	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
Luis Carlos Heinze	10261	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Luis Carlos Heinze	10716	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$ 405.000,00
Luiz Cantuária Barreto	10020	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Aquisição de Máquinas	R$ 9.130.434,00
Magno Pereira Malta	9950	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
Magno Pereira Malta	9954	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
Magno Pereira Malta	9955	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
Magno Pereira Malta	9957	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
Magno Pereira Malta	9959	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
Marcelo Costa e Castro	11410	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00
Marcelo Costa e Castro	11460	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	11490	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	13546	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	13547	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	13549	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	13550	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$ 400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcelo Costa e Castro	13560	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	13565	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
Marcelo Costa e Castro	13568	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
Marcelo Costa e Castro	13570	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
Marcelo Costa e Castro	13573	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
Marcelo Costa e Castro	13574	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
Marcelo Costa e Castro	13576	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
Marcelo Costa e Castro	13578	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.300.000,00
Marcelo Costa e Castro	14086	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			06.553.481/0001-49	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
Marcelo Costa e Castro	14100	Município de Campo Maior			09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$ 1.600.869,00
Marcelo Costa e Castro	14109	Município de Barras			09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
Marcelo Costa e Castro	14112	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
Márcio Miguel Bittar	14326	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$ 2.652.173,00
Márcio Miguel Bittar	14394	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$ 1.000.000,00
Marcos Cesar Pontes	10130	Prefeitura Municipal de São Paulo	Prefeitura Municipal de São Paulo		46.395.000/0001-39	SP	SAO PAULO	4	40	Equipamento	R$ 3.652.173,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10473	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10477	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Marcos Rogério da Silva Brito	10479	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$ 1.040.000,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10480	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 2.050.000,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10482	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	4	40	Aduelas de concreto	R$ 308.260,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10542	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.300.000,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10546	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.850.000,00
Marcos Rogério da Silva Brito	10549	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$ 502.174,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$ 600.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 800.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 600.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 660.869,00
Maria Teresa Leitão de Melo	10171	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Maria Teresa Leitão de Melo	10484	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Duda no município de Granito	R$ 1.500.000,00
Maria Teresa Leitão de Melo	10494	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$ 1.000.000,00
Maria Teresa Leitão de Melo	10521	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
Maria Teresa Leitão de Melo	11636	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$ 1.130.434,00
Maria Teresa Leitão de Melo	13620	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$ 1.000.000,00
Maria Teresa Leitão de Melo	13999	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$ 1.000.000,00
Maria Teresa Leitão de Melo	14003	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$ 1.000.000,00
Nelson Trad Filho	9235	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.434,00
Nelson Trad Filho	9236	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$ 700.000,00
Nelson Trad Filho	9237	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.130.000,00
Nelson Trad Filho	9238	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
Nelson Trad Filho	9239	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$ 300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nelson Trad Filho	9240	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
Nelson Trad Filho	9241	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	13735	Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - M.A.P.A	Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - M.A.P.A	Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento - M.A.P.A	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamentos para Atendimento aos Municípios da Bahia	R$ 2.500.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 1.130.434,00
Paulo Renato Paim	6638	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6639	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6640	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6641	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6642	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6643	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6645	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6651	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	6652	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Paulo Renato Paim	6655	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6658	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6659	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6671	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6675	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6694	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6696	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6698	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6699	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6701	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6704	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6707	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6708	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6709	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6710	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6711	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	6712	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
Paulo Renato Paim	7935	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	430.434,00
Paulo Renato Paim	10474	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Paulo Renato Paim	10487	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
Paulo Renato Paim	12950	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13753	Ministério da Agricultura	Niquelândia		02.215.895/0001-07	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$ 460.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13757	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		36.862.621/0001-21	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$ 460.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13759	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		01.756.741/0001-60	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13761	Ministério da Agricultura	Faina		25.141.318/0001-13	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13764	Ministério da Agricultura	Castelândia		37.275.849/0001-88	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13865	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.236.968/0001-11	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13867	Ministério da Agricultura	Cezarina		25.043.530/0001-48	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13869	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.097.857/0001-71	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13871	Ministério da Agricultura	Porangatu		01.801.612/0001-46	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13875	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		01.616.520/0001-96	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13876	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		01.067.941/0001-05	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13877	Ministério da Agricultura	Silvania		01.068.030/0001-00	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13879	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13880	Ministério da Agricultura	Formosa		01.738.780/0001-34	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13881	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		02.264.166/0001-40	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13884	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		02.024.933/0001-44	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
Pedro Pinheiro Chaves	13885	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		36.985.455/0001-50	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pedro Pinheiro Chaves	13887	Ministério da Agricultura	Panamá		01.163.336/0001-38	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	Prefeitura Municipal de Prauúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$ 9.130.434,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$ 630.434,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$ 950.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$ 1.000.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$ 800.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	Prefeitura Municipal de Álvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$ 450.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rogério Simonetti Marinho	10615	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraúbas/RN.	R$ 700.000,00
Rogério Simonetti Marinho	10619	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R$ 500.000,00
Rogério Simonetti Marinho	10622	Espirito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$ 877.000,00
Rogério Simonetti Marinho	10624	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$ 800.000,00
Rogério Simonetti Marinho	10669	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
Rogério Simonetti Marinho	10670	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12828	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$ 700.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12831	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12833	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 700.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12836	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12839	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$ 750.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12843	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$ 1.000.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12847	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 490.000,00
Rogério Simonetti Marinho	12859	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
Rogério Simonetti Marinho	14569	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 677.800,00
Romario de Souza Faria	10252	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$ 3.652.173,00
Romario de Souza Faria	10343	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$ 5.478.260,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sérgio de Oliveira Cunha	13985	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Municípios do Acre		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinários via PROMAQ, do Ministério da Agricultura	R$ 9.130.434,00
Soraya Vieira Thronicke	15106	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$ 900.000,00
Soraya Vieira Thronicke	15107	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$ 1.200.000,00
Soraya Vieira Thronicke	15108	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$ 610.000,00
Soraya Vieira Thronicke	15109	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$ 442.173,00
Soraya Vieira Thronicke	15110	EMBRAPA CENTRO-OESTE			00.348.003/0066-66	MS	DOURADOS	4	90	Evento de Tecnologia da Agricultura	R$ 500.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13215	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 700.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13217	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$ 4.000.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13218	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ/MS	CORUMBÁ/MS		05.443.851/0001-22	MS	CORUMBA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 400.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13219	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS	DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS		11.394.413/0001-14	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 378.260,00
Tereza Cristina Corrêa	13485	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13487	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 500.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13488	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13489	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 800.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13490	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 550.000,00
Tereza Cristina Corrêa	13491	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 252.173,00
Tereza Cristina Corrêa	13492	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 350.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11364	Município de Juru			09.165.176/0001-78	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	Município de Maturéia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 425.494,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 404.560,00
Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
Wellington Antonio Fagundes	14898	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	Custeio GND 3 - Equipamentos	R$ 3.652.173,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9621	Munícipio de Santa Inês			06.198.949/0001-24	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 567.540,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9623	Munícipio de Carolina			12.081.691/0001-84	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 917.278,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9632	Munícipio de Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 600.000,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9637	Munícipio de Vitorino Freire			06.018.568/0001-16	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 698.997,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	Munícipio de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$ 1.617.188,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	Munícipio de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 3.000.000,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	Munícipio de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 4.000.000,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	Munícipio de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 5.000.000,00
Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	Munícipio de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$ 1.760.869,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$ 450.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 400.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$ 700.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$ 500.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do município	R$ 600.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$ 300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perímetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Disrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$ 3.000.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$ 500.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$ 1.100.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$ 449.109,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$ 400.000,00
Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$ 731.325,00
											R$ 553.254.568,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9514269376

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Hamilton Mourão e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Paulo Paim e Weverton, e dos Senadores Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho e Beto Faro. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Flávio Arns, Daniella Ribeiro e Dr. Hiran, conforme os REQ 437/2025-CDIR, REQ 429/2025-CDIR, REQ 401/2025-CDIR e REQ 441/2025-CDIR, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. O senhor presidente comunica o arquivamento do Ofício nº 82/25-SG, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, lido na 12ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2025, sem que tenha havido manifestação de senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª Parte - Proposta de Plano de Trabalho para Avaliação de Política Pública** - Apreciação da Proposta de Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública sobre o tema "Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População". **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho para a Avaliação da Política Pública. **2ª Parte – Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4007, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para prever a não ofensa aos direitos autorais do uso de imagens de obras por museus." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 330, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 233, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do PL 233/2022, com a emenda que apresenta, e pela aprovação das Emendas nº 1 a 15 da CRE, com a subemenda à Emenda nº 1-CRE. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CRE/CCT a 15-CRE/CCT e a Emenda nº 16-CCT, e com a Subemenda nº 1-CCT à Emenda nº 1-CRE/CCT. **ITEM 4 - Requerimento da**

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 14, de 2025, que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 15, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os avanços, os desafios regulatórios e o financiamento das vacinas nacionais estratégicas em estágios clínicos avançados de desenvolvimento, com especial ênfase na vacina contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan, e na vacina SPINTEC contra a COVID-19, desenvolvida pelo CT-Vacinas da UFMG." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 16, de 2025,** que: "Requer que na Audiência Pública, objeto do REQ 14/2025-CCT, destinada a debater a Política Nacional de Educação Digital, seja incluído representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 17, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O Programa de Clima Espacial Brasileiro e a missão espacial de grande porte para observações solares (Missão Telescópio Espacial Solar Galileo) e o seu possível impacto como ferramenta para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e os serviços prestados na previsão do clima espacial."" **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo senador Hamilton Mourão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão
Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática
no exercício da Presidência

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/09

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Aprovação de ata. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Reuniões da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 82/25-SG, da Câmara Municipal de Lins, São Paulo, lido na 12ª Reunião da Comissão, realizada no dia 28 de maio do corrente ano, sem que tenha havido manifestação de Senador membro desta Comissão para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A pauta.

Informo que a reunião está dividida em duas partes: a primeira parte consiste na apreciação da proposta de Plano de Trabalho para Avaliação da Política Pública sobre o tema Inteligência Artificial no Brasil: Impacto das Políticas Públicas para seu Desenvolvimento e Bem-Estar da População, de relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes; a segunda parte destina-se à deliberação de matérias não terminativas que serão votadas pelo processo simbólico.

Eu anuncio o item 1 da pauta, então, a apreciação da proposta de plano de trabalho. Uma vez que o Senador Astronauta Marcos Pontes não se encontra presente, eu vou passar a Presidência para a Senadora Teresa Leitão e farei a leitura da proposta *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos passar então a palavra a V. Exa. para a leitura do plano de trabalho que avaliará a política pública de inteligência artificial, substituindo o Relator, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora.

A avaliação de políticas públicas pelo Senado Federal é previsão do art. 96-B do Regimento Interno.

Dessa forma, nossa Comissão aprovou o Requerimento nº 7, do corrente ano, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, para que pudéssemos avaliar as políticas públicas norteadas pelo tema "Inteligência Artificial no Brasil".

Em dezembro do ano passado, o Senado Federal aprovou o PL 2.338, de 2023, que dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana. A proposição, remetida à Câmara dos Deputados, representa um esforço conjunto do Senado Federal e da sociedade civil para estabelecer normas gerais voltadas à governança responsável de sistemas de inteligência artificial no Brasil.

Trata-se, portanto, de norma a ser observada por todas as iniciativas pretendidas e em desenvolvimento no território brasileiro relacionadas à inteligência artificial.

Por sua vez, enquanto o PL 2.338 aguarda a deliberação da Câmara dos Deputados, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, divulga e implementa iniciativas constantes da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (Ebia) e do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (Pbia).

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A estratégia tem por objetivo potencializar o desenvolvimento e a utilização da tecnologia com vistas a promover o avanço científico e solucionar problemas concretos do país, identificando áreas prioritárias nas quais há maior potencial de obtenção de benefícios.

Já o Pbia, o plano brasileiro, foi lançado durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e, com um investimento previsto de R$23 bilhões para o período que compreende, tem por objetivo transformar o país em referência mundial em inovação e eficiência no uso da inteligência artificial, especialmente no setor público.

Assim, esse nosso trabalho de avaliação terá os seguintes objetivos:

- Identificar as principais iniciativas propostas na estratégia e no plano;
- Avaliar os resultados pretendidos realizados até o momento;
- Analisar a convergência das iniciativas propostas na estratégia e no plano com os objetivos do PL 2.338.

A avaliação será norteada pelas seguintes questões:

1) Quais iniciativas destacam-se no âmbito da estratégia e do plano?

2) Os resultados obtidos até o momento pelas iniciativas desenvolvidas no âmbito da estratégia e do plano atendem os objetivos das políticas?

3) Embora o PL 2.338, de 2023, ainda esteja em tramitação no Congresso Nacional, seus objetivos estão contemplados nas iniciativas desenvolvidas no âmbito da estratégia e do plano?

Cronograma de atividades.

Abaixo o nosso cronograma:

i. apresentação e votação do plano de trabalho: até julho de 2025;

ii. apresentação e votação de requerimentos de informação e de audiência pública: até agosto;

iii. envio de requerimentos de informações ao MCTI e a outros órgãos: até outubro;

iv. realização de audiências públicas: até novembro;

v. apresentação do relatório: até novembro;

vi. discussão e votação do relatório: até dezembro.

Poderão ser requeridas informações a órgãos e entidades que desenvolvam atividades relacionadas à inteligência artificial, a fim de subsidiar a avaliação sobre as iniciativas desenvolvidas no âmbito da estratégia e do plano.

Para as avaliações, serão encaminhados requerimentos de informações ao MCTI.

Em relação às audiências públicas, pretendemos ouvir os principais órgãos e entidades do Governo relacionados às iniciativas desenvolvidas no âmbito da estratégia e do plano consideradas relevantes à avaliação pretendida por esta Comissão.

Os trabalhos se concentrarão em identificar a atuação do poder público na implementação das políticas públicas relacionadas à inteligência artificial, lacunas legislativas e outros aspectos relevantes para que, ao final, sejam propostas soluções legislativas e, também, recomendações ao Poder Executivo.

O relatório consolidará as informações recebidas via requerimento de informações e audiências públicas. Fundamentado por esses elementos, apresentará soluções legislativas e recomendações técnicas ao Executivo, se necessário.

Coloco em discussão o plano de trabalho... É a senhora que tem que falar.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O plano de trabalho está em discussão. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, Senador, parabenizar a escolha do tema. É um tema importantíssimo. Nós também estamos debatendo esse tema na Comissão de Educação. E, certamente, esse plano de trabalho colocará luzes sobre muitas coisas que precisam ser explicitadas e reguladas, sobretudo, em relação à inteligência artificial.

Então, não havendo mais quem queira discutir, simbolicamente está aprovado o plano de trabalho que será desenvolvido por esta Comissão, tendo em vista a apresentação feita pelo Relator *ad hoc*, substituindo o Relator Astronauta Pontes.

Muito obrigada.

Aprovada a proposta, encerro aqui a primeira parte da reunião.

E eu devolvo a Presidência para o Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão a disponibilidade e a camaradagem para conseguirmos tocar os trabalhos desta Comissão. Muito obrigado, Senadora. (*Pausa.*)

O item 1 da pauta, o PL 4.007, de 2020, cuja Relatora é a Senadora Dra. Eudócia, foi retirado da pauta por solicitação da Sra. Senadora Dra. Eudócia.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4007, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para prever a não ofensa aos direitos autorais do uso de imagens de obras por museus.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senadora Dra. Eudócia

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Educação e Cultura após a deliberação da CCT.)

O item 2, que é o PL 330, de 2022, não terminativo, de minha relatoria, também está retirado de pauta para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 330, DE 2022
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.) (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo a Presidência à Exma. Sra. Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos passar agora para o item 4 da pauta, que se refere a requerimento.

2ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 14, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Eu concedo a palavra, para leitura do requerimento, ao Senador Mourão, que subscreve todos os requerimentos aqui apresentados.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Requerimento nº 14, do Senador Marcos Pontes, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno deste Senado, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura com o objetivo de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida lei.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Conselho Nacional de Educação; o Sr. Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital; o Sr. Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis; e o Sr. Felipe França, Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil.

A justificativa é que a Lei 14.533 representa um marco essencial para a inclusão digital no Brasil, promovendo a democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação e fomentando a capacitação digital da nossa população. Em um mundo onde as competências digitais são determinantes em diversas situações, como no mercado de trabalho, acesso a serviços essenciais e participação cidadã, a implementação efetiva dessa política é fundamental para reduzir desigualdades e fortalecer a soberania digital do Brasil.

Entre os principais objetivos que se pretende atingir com a solicitada audiência pública, estão, por exemplo, a discussão sobre os desafios e oportunidades a alcançar com a regulamentação da lei e a identificação de estratégias que garantam a eficácia da política nacional, além de reunir contribuições de diversos setores envolvidos para a elaboração das necessárias diretrizes e normativas complementares à legislação.

É o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

Consulto se há alguém que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar agora para o item 5, que se refere também a um requerimento, o Requerimento nº 15, autorizada a subscrição pelo Senador Mourão do requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes.

2ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 15, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os avanços, os desafios regulatórios e o financiamento das vacinas nacionais estratégicas em estágios clínicos avançados de desenvolvimento, com especial ênfase na vacina contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan, e na vacina SPINTEC contra a COVID-19, desenvolvida pelo CT-Vacinas da UFMG.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento, ao Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – O presente requerimento trata de debater os avanços, os desafios regulatórios e o financiamento das vacinas nacionais estratégicas em estágios clínicos avançados de desenvolvimento, com especial ênfase na vacina contra a dengue, desenvolvida pelo Instituto Butantan, e na vacina Spintec contra a covid-19, desenvolvida pelo CT-Vacinas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Instituto Butantan; representante do CT-Vacinas da UFMG; representante do MCTI; representante da Anvisa; representante da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); representante da Academia Brasileira de Ciências e representante do Ministério da Saúde.

A justificativa é que o desenvolvimento de vacinas nacionais é estratégico para a soberania sanitária do Brasil.

Os projetos aqui mencionados representam não apenas avanços científicos, mas também a capacidade instalada do país em responder a demandas críticas de saúde pública com soluções tecnológicas próprias.

A audiência permitirá o debate técnico-científico e institucional sobre os caminhos para garantir que essas vacinas avancem até a etapa final de disponibilização à população brasileira, enfrentando os desafios de ordem regulatória, orçamentária e de infraestrutura industrial.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Esse foi o Requerimento nº 15, lido.

Alguém quer encaminhar a votação? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará todas as providências necessárias e pertinentes.

Vamos ao item 6.

2ª PARTE
ITEM 6

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública, objeto do REQ 14/2025-CCT, destinada a debater a Política Nacional de Educação Digital, seja incluído representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento, *ad hoc*, ao Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

É o requerimento – que estou subscrevendo – do Senador Esperidião Amin e se relaciona ao Requerimento nº 14, que acabamos de ler, do Astronauta Marcos Pontes.

O Senador Amin requer que, na audiência pública ali solicitada, se inclua um representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

É o requerimento, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O aditamento de participantes, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Alguém quer usar da palavra? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as providências.

Vamos para o último item da pauta, ainda a subscrição do Requerimento nº 17, do Senador Astronauta Marcos Pontes.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "O Programa de Clima Espacial Brasileiro e a missão espacial de grande porte para observações solares (Missão Telescópio Espacial Solar Galileo) e o seu possível impacto como ferramenta para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e os serviços prestados na previsão do clima espacial."

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do requerimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Presidente, o requerimento destina-se à realização de audiência pública, para debater "O Programa de Clima Espacial Brasileiro e a missão espacial de grande porte para observações solares (Missão Telescópio Espacial Solar Galileo) e o seu possível impacto como ferramenta para alavancar o

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e os serviços prestados na previsão do clima espacial".

Os seguintes representantes de entidades são propostos para a audiência: representante do MCTI; o Sr. Marco Antonio Chamon, Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB); o Sr. Joaquim Eduardo Rezende Costa, Chefe da Divisão de Clima Espacial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); o Sr. Luís Eduardo Antunes Vieira, Investigador da Missão Telescópio Espacial Solar Galileo; e o Sr. Alisson Dal Lago, Investigador da Missão Telescópio Espacial Solar Galileo.

Na justificativa, é colocado que o Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro de Clima Espacial é um programa estratégico que coloca o Brasil na vanguarda de monitoramento e previsão do clima espacial, sendo fundamental para garantir segurança tecnológica e operacional em setores críticos. Sua atuação global e suas colaborações internacionais consolidam sua importância na comunidade científica, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os efeitos do Sol na Terra e o desenvolvimento de estratégias de mitigação.

Prevê-se que o esforço do Governo brasileiro para promover a interação entre pesquisa e educação fundamental se beneficiará do desenvolvimento da Missão Galileo, uma vez que o intenso programa de divulgação científica pode ser implementado em paralelo.

Essas, então, são as razões para a realização dessa audiência pública, e esse é o requerimento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senador.

Consulto se há quem queira usar a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo, votação encaminhada. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo para a Secretaria da Comissão tomar as devidas providências.

Há um outro requerimento, que é o item... (*Pausa.*)

Há um projeto que é o primeiro item da pauta, é o primeiro item a ser debatido... (*Pausa.*) Foi retirado. (*Pausa.*)

Nós vamos aguardar só um minutinho, não é isso, Senador? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ele já aceitou?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu sou o Relator *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Então, pronto.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 233, DE 2022
- Não terminativo -

Dispõe sobre a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no País.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do PL 233/2022, com a emenda que apresenta, e pela aprovação das Emendas nº 1 a 15 da CRE, com a subemenda à Emenda nº 1-CRE.

Observações:

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela CRE, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 a 15-CRE;

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

É de autoria do Senador Efraim Filho.

Concedo a palavra, para leitura do relatório, ao Relator *ad hoc*, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Peço permissão para ir direto à análise, Sra. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar sobre o desenvolvimento científico, tecnológico, inovação tecnológica e outros assuntos correlatos, o que insere o projeto em exame no seu rol de atribuições.

Não há nenhuma ressalva em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Não obstante, mostra-se pertinente tecer alguns esclarecimentos adicionais que podem contribuir para o aprimoramento da compreensão da matéria.

Em relação ao mérito, a proposição possui objeto louvável: a implementação de medidas que visam aumentar a transparência nas estruturas corporativas e, consequentemente, prevenir e combater a corrupção, a sonegação e a lavagem de dinheiro. Considerando as competências desta Comissão e o trâmite futuro da matéria em outras duas Comissões temáticas desta Casa, os aspectos relativos à proteção de dados e sopesamento entre a transparência e a privacidade pessoal merecem escrutínio.

Com fulcro na Constituição Federal, nos incisos XIV e XXXIII do art. 5º, tem-se que a transparência ativa é direito fundamental para o controle social, para o acesso à informação que envolva a gestão pública, para o exercício da democracia e para trazer a responsabilização e prestação de contas (*accountability*) da atividade governamental.

Cabe destacar que, na mesma Constituição, estão enunciados outros direitos fundamentais, nos incisos X e LXXIX do mesmo art. 5º, que tratam, respectivamente, da proteção da vida privada e dos dados pessoais. Não há hierarquia entre direitos fundamentais, portanto deve haver harmonização entre eles. A Lei de Acesso à Informação materializa a transparência ativa, ao passo que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estipula limites e regras para uso e divulgação de dados de pessoas naturais.

Ao considerar esses dois corpos legais bem estabelecidos, e o julgado do Supremo Tribunal Federal (STF), no Agravo Regimental na Suspensão de Segurança 3.902-SP, relatado pelo então Ministro Ayres Britto, consideramos que há a proibição de revelar o endereço residencial, o CPF e o RG de cada servidor público, uma vez que essas informações, em princípio, estariam inseridas na seara da vida privada dos indivíduos. Logo, o PL em tela, ao demandar a divulgação na internet de mais informações sobre os beneficiários finais do que exige a transparência ativa destinada aos servidores públicos, extrapola o que foi constitucionalmente aceito pelo STF.

Dito entendimento foi solidificado no Recurso Extraordinário com Agravo nº 652.777, relatado pelo então Ministro Teori Zavascki, em que foi declarada a constitucionalidade da divulgação do nome completo e remuneração dos servidores públicos, sem se revelar o endereço residencial, o CPF ou o RG.

Fechando o tema, o Código Civil, por sua vez, afirma, em seu art. 21, que "a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma". Então, parece-nos demasiadamente ampla a gama de informações a serem tornadas públicas sobre os beneficiários finais, listadas no inciso I do art. 13 do

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

PL aqui em análise. Sugerimos a adequação à legislação e ao entendimento da constitucionalidade, suprimindo a divulgação do ano de nascimento, do país de residência e do CPF, mesmo com dígitos ocultos.

Também deve-se balizar o prazo da divulgação das informações relativas aos beneficiários finais, considerando que as entidades às quais eles estão ligados podem ser extintas. Não nos parece razoável que tais informações permaneçam indefinidamente publicadas, considerando que a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o Código Tributário Nacional, estabelece no art. 174 um prazo prescricional de cinco anos para que o crédito tributário seja cobrado. Sugere-se adotar tal prazo no PL para que as informações continuem a ser divulgadas, após a dissolução da entidade a que o beneficiário final estava ligado.

Registre-se, por fim, que as emendas aprovadas na Comissão de Relações Exteriores aprimoram o projeto e merecem ser incorporadas ao texto final do projeto de lei, na medida em que aperfeiçoam os objetivos da proposição, de coletar e compartilhar dados sobre o beneficiário final de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras com atividades no país. Oferecemos apenas uma adequação à primeira emenda aprovada na CRE, para aprimoramento da técnica legislativa.

Apresentamos, assim, emenda ao projeto para aperfeiçoá-lo, objetivando alcançar o cerne de combater a corrupção sem cruzar os limites da vida privada e das informações de foro íntimo. Considerando estes ajustes, entendemos que a proposta é meritória.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 233, de 2022, com a emenda apresentada a seguir, e pela aprovação das Emendas nº 1 a 15 da CRE, com a subemenda à Emenda nº 1-CRE apresentada abaixo:

SUBEMENDA Nº 1-CCT

(à Emenda nº 1-CRE ao PL nº 233, de 2022)

Dê-se a seguinte redação à Emenda nº 1-CRE ao PL nº 233, de 2022:

[Abrem-se aspas] "Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 233, de 2022, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os beneficiários finais de pessoas jurídicas brasileiras, pessoas jurídicas estrangeiras ou arranjos legais que têm atividades no Brasil, e demais entidades ou arranjos legais no exterior que tenham participação de pessoas jurídicas no Brasil ou de pessoas físicas constantes do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

....."

Também uma emenda que dá ao art. 13 do mesmo PL a seguinte redação:

EMENDA Nº 16-CCT

Dê-se ao art. 13 do Projeto de Lei nº 233, de 2022, a seguinte redação:

"Art. 13. .....

I – relativamente aos beneficiários finais, o nome completo, a nacionalidade e as condições presentes nos termos do art. 1º;

.....

§5º As informações constantes no inciso I permanecerão na página eletrônica pelo prazo de 5 (cinco) anos após a extinção da entidade no órgão de registro."

É o relatório, Sra. Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação simbólica.

Quem aprova permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço, mais uma vez, à Senadora Teresa Leitão pela cooperação e a camaradagem nos trabalhos desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6136157638

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Teresa Leitão, Paulo Paim e Weverton, e dos Senadores Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Efraim Filho e Beto Faro, conforme os REQ 473 e 472/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento n° 9, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR) e Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) com a finalidade de debater sobre o monitoramento do desmatamento de biomas, com a participação de Claudio Almeida, Coordenador do Programa de Monitoramento BiomasBR do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Gilberto Câmara, Pesquisador colaborador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); e André Rodolfo Lima, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/143205

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre o monitoramento do desmatamento de biomas, em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2025 - CCT, de minha autoria.

Eu quero enfatizar que o público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Nós temos a grata satisfação de contar com a participação de pessoas altamente ligadas à área, expoentes nessa área, pesquisadores, organizadores de subsídios para as políticas públicas, a quem eu

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quero já de antemão agradecer pela participação, pela presença e por esta abertura de caminhos para que não só o Senado Federal, mas toda a sociedade possam participar desse monitoramento desses pulmões, eu diria, do Brasil, dessa biodiversidade, os seis biomas brasileiros, para todos nós participarmos desse esforço de conservação, de utilização sustentável de tudo isso, para que nós possamos ter um país que realmente atenda os grandes objetivos de preservação, como o Papa Francisco diria, da nossa casa comum, que dá sustentação para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social e esta interação e integração entre as áreas.

Gostaríamos que, a partir desta audiência pública, houvesse, assim, desdobramentos, como comentava aqui já antes da abertura, para a legislação, se for necessário ser aprimorada, e também em termos de orçamento, para que especialistas, pesquisadores, interessados, tanta gente que participa dessa iniciativa possam ter a sustentação financeira, econômica, orçamentária, verificar como os resultados desta reunião podem ser levados para o público em geral e também, particularmente, envolver crianças, adolescentes, a educação básica, preparar a nova geração para o enfrentamento e o respeito a essa diversidade, aos desafios que são postos no Brasil e no mundo também – as crianças e adolescentes têm uma sensibilidade muito grande para isso, e o conhecimento, a informação estão aí também –, como fazer essa transição também para a área da educação, quer dizer, a ciência, tecnologia, a inovação, o meio ambiente, a pesquisa chegando lá ao ensino fundamental, ao ensino médio, à pré-escola, para que esse envolvimento da sociedade aconteça, porque as crianças sendo sensibilizadas vão sensibilizar os pais também e outras pessoas, como a gente sabe que aconteceu com o cigarro.

Mas eu quero agradecer a presença, aqui ao meu lado, do Claudio Almeida. Seja muito bem-vindo! Ele é Coordenador do Programa de Monitoramento BiomasBR, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Seja muito bem-vindo!

Também se encontram presentes remotamente, por meio do sistema de videoconferência, o Gilberto Câmara, que é pesquisador, colaborador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Também quero dar as boas-vindas – se me permite chamá-lo de você – ao Gilberto e também ao André Rodolfo de Lima, que é Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Inclusive as apresentações vão acontecer nesta ordem: o Claudio em primeiro lugar, o Gilberto... (*Pausa.*)

Eu estou sendo avisado também de que o André tem algum problema de compromisso também, mas eu gostaria que, antes dele também, as pessoas pudessem falar. Está bom? Porque, de acordo com os dados, com a base, com a pesquisa que acontece, o Ministério depois vai ter que usar esses dados e ver quais as políticas, quais os caminhos a serem organizados para o atendimento das necessidades.

Então, em primeiro... Já temos várias perguntas aqui também, e eu, inclusive, lerei as perguntas.

Rosilene, do Paraná: "Como integrar Prodes, Deter e MapBiomas à [...] [inteligência artificial] e a novas [...] [tecnologias] para melhorar precisão e transparência no monitoramento?".

Diego, do Rio de Janeiro: "O Brasil possui satélites modernos de alta resolução e independentes para realizar monitoramento frequente e constante dos nossos biomas?".

Rafael, do Rio de Janeiro: "Há leis para sua proteção e preservação [de todos os biomas brasileiros]? – inclusive, eu pedi que todos os expositores apresentassem se há necessidade, qual a lei, se há necessidade de aprimoramento da legislação, qual o nível de efetividade dessas normas.

Enzo, do DF: "[...] [Como o atual sistema de monitoramento é auxiliado] nas ações [...] de combate ao desmatamento?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Camila, de São Paulo: "O monitoramento traz dados [...] [para] quantificar [as perdas na produção brasileira] [...] com o desmatamento?".

E comentários:

Joaquim, do Rio Grande do Sul: "Acredito ser importante a celeridade na cobrança de multas. Recursos adiam pagamentos".

Alexandre, de São Paulo: "Com tantas terras federais sem fiscalização, [...] [basta começar para] darem o exemplo".

Camila, de São Paulo: "Monitorar o desmatamento e fornecer dados para fiscalização é ótimo, mas com o novo código ambiental, muito do detectado deixará de ser crime" – é um desafio também.

Em primeiro lugar, passo a palavra, com satisfação, ao Claudio Almeida, que está aqui presente e tem o tempo de até 20 minutos.

Obrigado.

O SR. CLAUDIO ALMEIDA (Para expor.) – Alô, bom dia.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos os presentes aqui. É uma satisfação imensa estar aqui hoje falando do nosso sistema de monitoramento. Eu sempre digo que é parte do meu trabalho não só a gente fazer esse monitoramento, entregar os dados, mas também poder bem comunicar à sociedade, para que a sociedade entenda aquilo que está sendo feito, entenda a importância que isso tem, e como é que isso impacta o dia a dia das pessoas.

O sistema de monitoramento do Inpe é um sistema que já tem mais de 37 anos de monitoramento constante. A gente começou na Amazônia em 1988. O Inpe está fazendo esta semana – inclusive, amanhã é no nosso – o evento lá em São José, na unidade lá, para comemorar os nossos 64 anos de idade. É um instituto que já há mais de 60 anos vem desenvolvendo tecnologia para o país.

A gente começou lá na década de 70, quando a gente começa a receber as imagens de satélite, começou a desenvolver tecnologia e, a partir de 1988, nós passamos a fazer o monitoramento dos biomas, começamos com a Amazônia, depois fomos migrando para os outros biomas. Hoje o Brasil é todo monitorado. Desde 2020, nós temos um sistema de monitoramento que cobre todos os biomas brasileiros, na sua grande diversidade.

A gente sabe que cada um desses biomas tem características próprias, tem características, tem a questão ecológica, sejam florestas, sejam campos, seja pantanal. Todos eles têm importância, são milhares de espécies que vivem neles. O Brasil é um país megadiverso. São bilhões de toneladas de carbono que estão estocadas nessa região, mas, ao mesmo tempo, esses biomas também abrigam produção. O Brasil é um grande produtor agrícola. É uma importante pauta econômica, que gera renda, gera empregos. Então, o Brasil precisa desse dado, com toda essa importância, esse capital, seja um capital ecológico, ligado à questão de conservação, de preservação do patrimônio; seja um capital ligado à produção. Nós temos, então, necessidade de ter soberania, de ter controle sobre esse território. Para ter controle sobre esse território, você precisa ter um sistema de monitoramento atuante, um sistema de monitoramento que mostre para a sociedade, que mostre para os órgãos públicos o que está acontecendo, onde está acontecendo e quando está acontecendo, para que todo o processo seja não somente fiscalizado, mas para se ter planejamento. Você não pode planejar, não pode pensar política pública se você não tem dados que pautem essa política pública. E é isso que o sistema de monitoramento – o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros (BiomasBR) – vem fazendo, vem oferecendo para a sociedade: produzindo informações sistemáticas sobre mudança do uso da terra, seja desmatamento, seja degradação, seja plantio, enfim, o que está acontecendo na superfície brasileira, em todo o território brasileiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, nós temos três grandes sistemas: o Prodes, o Deter e o TerraClass. Cada um deles tem uma característica própria, cada um deles tem um objetivo próprio. Eu vou procurar falar, de maneira rápida aqui, da situação e do que cada um deles faz, e quais os resultados mais recentes que a gente tem, os mais significativos.

Óbvio que isso tudo dentro desse tempo que a gente previu, então é uma apresentação rápida para que as pessoas possam entender.

Vamos começar pelo Prodes. O Prodes é o sistema mais antigo. Como eu disse, ele está, desde 1988, fazendo o monitoramento da supressão de vegetação nativa, aquilo que a gente conhece também por desmatamento, dizendo onde é que desmatou. Mas, à medida que o Prodes foi ampliado para outros ambientes além do ambiente florestal – a gente faz o monitoramento do Pampa, do Pantanal, que são formações não florestais –, a gente substituiu o termo "desmatamento" por "supressão de vegetação nativa". Então, é isto que a gente estava mostrando: o que o Prodes mostra é onde havia uma vegetação nativa, vegetação natural daquela região, e aquela vegetação foi suprimida para dar origem a... pode ser plantio, pode ser um outro uso da terra.

E a gente faz isso a partir de imagens de satélite. São imagens, então, que... Eu comparo sempre as imagens atuais, desse ano, com imagens do ano passado. Para isso, a gente usa um conjunto de satélites. Desde 1988, nós já trabalhamos com satélites da série Landsat, que é uma série mais longeva – ela tem, desde 1973, imagens do mundo todo –, e a gente já trabalha com satélites brasileiros também.

Aí depois eu já respondo à pergunta do nosso interessado lá: o Brasil tem sistemas, tem satélites para isso. Isso faz parte desse pacote tecnológico. O Brasil é uma das poucas nações que tem esse controle: ele tem capacidade técnica desde projetar um satélite, construir esse satélite, operar esse satélite depois de lançado – a gente contrata esse lançamento, e ele opera e é capaz, então, de produzir imagens sobre todo o território brasileiro o tempo todo.

Então, para isso, a gente usa esses satélites. Atualmente a gente tem trabalhado principalmente com o satélite europeu chamado Sentinel-2, que tem uma resolução de 10m, então você consegue, em qualquer área de 10m por 10m, identificar o que está acontecendo naquela região ali. São sistemas com grande acurácia: a gente tem mais de 93% de acurácia, o que é muito alto. Nesse sistema de uso e cobertura da terra, é uma acurácia realmente muito elevada.

O Inpe vem desenvolvendo tecnologia. Eu vou falar muito rápido – o Dr. Gilberto Câmara vai abordar isso com muito mais profundidade depois –, mas o Inpe vem desenvolvendo tecnologia ao longo desses 40 anos para monitoramento. Quando eu comecei a trabalhar com isso lá atrás, Senador, a gente ainda fazia tudo à mão. Eram imagens de papel. Você colocava as imagens de papel, colocava um papel transparente em cima daquela imagem e desenhava cada polígono de desmatamento. E, ao longo desses 40 anos, nós passamos por diversos avanços. Atualmente estamos – e também já respondendo a uma das perguntas – desenvolvendo mecanismos que usam bastante IA. São metodologias, são algoritmos que usam inteligência artificial para auxiliar esse processo. A inteligência artificial – é importante que se diga – auxilia, mas ela não vai resolver todos os problemas; ainda a coisa mais importante é ter especialistas que conheçam o assunto, que tenham capacidade de analisar aquelas informações, tenham capacidade de analisar, inclusive, o dado que é gerado pela inteligência artificial, se ele está coerente com a realidade que a gente percebe no campo. Mas o Inpe vem trabalhando e atuando nisso.

Hoje a gente tem, então, esse mapa completo de toda a supressão que é vista em todo o Brasil. Ele está disponível na nossa página, no TerraBrasilis – está o endereço ali: terrabrasilis.dpi.inpe.br –, o que permite, então, que toda a sociedade acompanhe o tempo todo. E esse dado é o dado oficial do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Governo brasileiro no que diz respeito às medidas de desmatamento e ele é usado seja para inventário de gases de efeito estufa... No MCTI, então, o país tem que fazer o seu reporte de quanto ele emitiu de gases de efeito estufa, então, em toda mudança de uso da terra, é considerado esse dado do Prodes para essa referência.

O André Lima, o Secretário André Lima, vai poder falar muito melhor de toda a questão do dos PPs, PPCDAm e PPCerrado, que são os planos de prevenção e combate ao desmatamento, que também são baseados nos dados do Prodes. O Fundo Amazônia, que recebe recursos da Noruega, da Alemanha, de outros países, recebe com base nessas medidas que o Prodes faz. Quer dizer, ele comprova quanto o país evitou de desmatamento e, com isso, ele consegue receber esses recursos.

Moratória da soja, ataque da carne, produção acadêmica, enfim, é um dado que é riquíssimo e permite que a sociedade tenha conhecimento. Por exemplo, esse gráfico aqui, que mostra o que aconteceu no desmatamento nos últimos 12 anos aí na Amazônia. Em 2012, foi a menor taxa já registrada, desde 1988, quando a gente começou a fazer o monitoramento. A maior taxa foi em 1995: 29 mil km^2 na Amazônia. Em 2012, foram 4.571, a menor taxa já registrada. A gente depois voltou a ter um crescimento do desmatamento até 2021. De lá para cá, a gente está retornando, então, ao controle do desmatamento. E só, por exemplo, para mostrar os dois últimos anos aí, 2023 e 2024, houve uma queda de 45%. Quer dizer, só com essa queda nesses dois últimos anos, evitou-se um desmatamento da ordem de 790 mil hectares. São milhões de toneladas de carbono que não foram emitidas. Certamente, uma das maiores contribuições que qualquer país pode dar em termos quantitativos, o Brasil oferece essa contribuição ao controlar esse desmatamento, Senador.

Um outro dado que nós produzimos também, agora recentemente, para atender a uma demanda do Ministério da Agricultura, foi uma atualização desse dado. O dado do Prodes é sempre feito de agosto a julho do ano seguinte. A legislação que foi aprovada na União Europeia diz o seguinte: toda área produtiva desmatada até dezembro de 2020 pode exportar para a União Europeia dentro daquelas sete cadeias, soja, carne, óleo de palma, madeira, cacau, café, a borracha. Então, essas *commodities* só podem ser exportadas para a Europa se elas forem produzidas em áreas desmatadas antes de dezembro de 2020. Então, nós fizemos a atualização desse dado para dezembro de 2020, considerando uma área mínima de meio hectare, que é o que a legislação europeia exigiu. Usamos imagens de satélites, imagens de radar, inclusive, para poder fazer esse mapeamento.

Acho que o passador não está rodando aqui. Foi.

A gente, então, usou essas imagens de radar para poder fazer esse mapeamento, porque normalmente o período de dezembro é um período que tem muita nuvem, muita cobertura de nuvens nos trópicos, é período de chuva. Então, as imagens ópticas, essa mais à esquerda, elas têm muitas nuvens, é muito difícil. Para isso, então, o Inpe desenvolveu tecnologia, aplicou tecnologia usando imagens de radar que permitiram fazer esse mapeamento mesmo durante o período chuvoso.

Para além desse dado, então, anual, que é o dado oficial, a gente produz um alerta diário de supressão. Esse alerta visa atender as equipes de fiscalização, a equipe do Ibama, as secretarias estaduais de meio ambiente que estão no campo. Então, a gente produz um alerta num sistema que a gente chama de Deter, que é detecção em tempo quase real. Esses alertas são enviados automaticamente todos os dias para o Ibama, para os órgãos de controle, Ministério Público, secretarias de meio ambiente, e eles ficam disponíveis para a sociedade, a sociedade pode consultá-los através da plataforma. Pode ter acesso não só às tabelas, aos gráficos, mas também a todo dado espacialmente explícito. Então, ele pode identificar dentro de cada propriedade se está ocorrendo um desmatamento, cada Prefeito pode ter acesso a esse dado, para saber o que está acontecendo dentro do seu território.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com os últimos dados do Deter, especificamente para a Amazônia aí, a gente considerando o ano passado, até o mês de junho deste ano, a gente consegue comparar lá. Então, nos meses de... No agregado de agosto a dezembro, até o ano passado, a gente teve aí uma queda ligeira com relação ao ano anterior, né? Foram 1.870km^2; e, no ano imediatamente anterior, naquele mesmo período de agosto a dezembro, tinha sido 2.007km^2. Esse primeiro semestre apontou, mostrou uma ligeira alta nessa área: de 1.645km^2, passou para 2.090km^2.

Parte dessa alta foi principalmente, Senador, por conta dos incêndios florestais que ocorreram no ano passado.

Ano passado foi um ano extremamente seco, com temperaturas muito altas, e isso fez com que os incêndios florestais na Amazônia, principalmente, explodissem, né? A gente consegue ver ali naquele gráfico que, de agosto a dezembro do ano passado – a quantidade ali é em quilômetros quadrados queimados na área de floresta da Amazônia –, foram mais de 40 mil quilômetros quadrados queimados de agosto a dezembro do ano passado, muito mais do que em anos anteriores, por conta justamente desses efeitos da mudança do clima na região.

A gente percebe que esses incêndios na Amazônia atingiram principalmente áreas de vegetação natural primária, né? Isso mostra que a floresta está fragilizada. Normalmente, a floresta não seria suscetível à ocorrência desse incêndio, ela resistiria; mas ela já está fragilizada. Então, por isso, ela está suscetível e está tendo esse desmatamento, que vem dessa ocorrência de fogo.

Essas imagens mostram isso, né? A gente consegue perceber, na imagem seguinte, o quanto queimou.

Se a gente vai e volta, a gente percebe que a maior parte do incêndio, nessa região aí de São Félix do Xingu, foi justamente em cima de áreas florestais. São áreas que já estão degradadas por vizinhança, por retirada de madeira, enfim, por um conjunto de outras ações que vão degradando, vão tirando a capacidade da floresta de resistir.

E finalmente, Senador, vou falar do TerraClass, que é um sistema de monitoramento do uso da terra. É uma parceria entre Inpe e Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Então, nós somamos os nossos conhecimentos, somamos as nossas capacidades e fortalezas para gerar um sistema que pudesse dizer o seguinte: uma vez que o Prodes disse "isso está desmatado", o que é que está acontecendo naquela área depois que ela foi desmatada? Ah, ela tem pecuária, ela tem agricultura, ela voltou a regenerar, ela estava sendo usada para uma fruticultura... Enfim, poder dizer o que é que acontece com aquela área que foi desmatada. Isso é muito importante para você entender o efeito de política pública, como é que aquilo se distribui.

Então, no TerraClass, com esse dado, por exemplo, dado de 2022 para o bioma Amazônia, a gente percebe que 52% da área que foi desmatada estava sendo usada como uma pastagem que a gente chama de pastagem herbácea – é aquela pastagem onde existe um predomínio de gramíneas –; 12% era uma pastagem que a gente chama de arbustiva-arbórea. Por quê? Porque ela é uma pastagem que já tem presença de regeneração, presença de invasoras arbustivas-arbóreas.

A Região Amazônica é uma região em que, se você abrir uma estrada, abrir qualquer coisa e não mantiver aquilo depois, a floresta tende a voltar, tende a reocupar. Então, essa pastagem arbustiva-arbórea é justamente uma pastagem que já vem sendo recolonizada por espécies naturais arbustivas e arbóreas.

E 21% dessa área já desmatada da Amazônia já estava num processo de regeneração. Ou seja, ela foi usada, foi abandonada, e a vegetação nativa estava se recuperando já com um porte florestal nessa região, e cerca de 8% vêm sendo usados para áreas com agricultura.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No Cerrado brasileiro, esse é um quadro similar, só que o Cerrado já tem uma área desmatada, uma área suprimida muito maior.

Na Amazônia, isso está na casa de um pouco mais de 20%; no Cerrado brasileiro, isso já passou dos 50% de área que já foi desmatada.

O Cerrado tem uma presença muito maior de produção agrícola. Então, você tem uma área ocupada por culturas temporárias bem maior no Cerrado brasileiro.

E, finalmente – eu já estou finalizando, Senadores. Esse é o meu último eslaide –, a importância que esses dados têm para toda a sociedade.

É um dado que começa com um viés bastante acadêmico.

Lá, na década de 80, a nossa maior preocupação, naquele momento, era entender como é que estava, quais os efeitos que aquele desmatamento estava tendo sobre a floresta, sobre o clima da região. Então, a gente começa com um objetivo muito acadêmico, e ele é hoje ainda a principal referência para produção de ciência sobre a Floresta Amazônica.

São milhares de teses, de artigos que são produzidos em toda a sociedade, seja no Brasil, fora do Brasil, e todos sempre são baseados nesse dado do Prodes pela transparência, pela facilidade de uso, pela confiança que esse dado transmite para a sociedade.

A sociedade, não só o Brasil, mas também outros órgãos do mundo todo, confia no dado que o Inpe produz, porque é um dado sólido, é um dado que tem referência científica em sua produção.

Ele define hoje política pública no Brasil. Como eu já disse, cálculo de emissões; submissão de REDD; o controle do desmatamento; a fiscalização – o André vai poder falar muito disso –, tudo é baseado nesse dado que a gente produz; as cadeias econômicas: cadeia da soja, da carne, outras cadeias... Agora, essa legislação europeia exigindo que se mostre esse *compliance* ambiental... Então, esse dado suporta o desenvolvimento dessas cadeias econômicas.

E um último comentário que eu faço: quando nós fizemos o projeto de monitoramento do Cerrado, que foi financiado pelo Banco Mundial, o Banco Mundial, de maneira totalmente independente, achou por bem contratar uma consultoria econômica, a Codex, para dizer o seguinte: "Olha, muito bem, nós fizemos um investimento aí de 260 milhões na época, para desenvolver". Não era só monitoramento, era um projeto bem maior, ele tinha questões que envolviam vários institutos de pesquisa, mas ele falou: "Olha, quanto que houve de retorno para a sociedade nesse investimento? Nós fizemos um investimento, criamos um sistema de monitoramento, e o que retornou para a sociedade?".

Essa consultoria aplicou modelos econométricos e chegou à conclusão de que, para cada real investido nesse projeto, houve um retorno de R$5,89 para a sociedade em bens e serviços. Isso mostra a importância que é você manter um sistema de monitoramento.

O sistema de monitoramento traz benefícios à sociedade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO ALMEIDA – ... ele permite que a sociedade continue se desenvolvendo de maneira sustentável.

É um grande prazer ter participado aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Muito bom. Muito interessante.

Parabéns pelo trabalho, Claudio Almeida, Coordenador do Programa de Monitoramento BiomasBR, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo em seguida a palavra ao Gilberto Câmara, que é pesquisador do Inpe também, pesquisador colaborador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Gilberto Câmara, seja muito bem-vindo!

Com a palavra.

O SR. GILBERTO CÂMARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador, pelo convite. E obrigado por todo o apoio da Comissão.

Eu queria pedir para que liberasse aqui a minha tela. Como eu tenho 20 minutos, eu tenho uma pequena apresentação. É possível? Porque aqui está dizendo *host disable participant screen*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que já está liberado.

O SR. GILBERTO CÂMARA (*Por videoconferência.*) – Ótimo! Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está perfeito.

Só a tela cheia, talvez...

Isso aí.

Valeu!

O SR. GILBERTO CÂMARA (*Por videoconferência.*) – Muito bem.

Eu queria complementar o que Cláudio Almeida falou e, para benefício do Senador, da Comissão e das pessoas que nos assistem, dar uma perspectiva um pouco mais institucional dessa situação toda do monitoramento ambiental do Brasil.

Quero dizer, eu vou voltar aqui à Rio 92, quando nós estabelecemos os princípios da declaração da chamada Carta da Terra, e um dos princípios básicos são as questões ambientais, e o princípio estabelece que as questões ambientais são mais bem-tratadas com a participação de todos os cidadãos e que cada indivíduo deve ter acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente, e o Brasil é um dos países que mais segue esse princípio, como a gente vai apresentar.

E como é que esse contexto – nós falamos aqui do monitoramento, fala-se aqui do Inpe – de uso da informação ambiental se coloca dentro das instituições públicas e dos aparelhos de Estado e da regra da lei?

Na prática, as democracias modernas, como a nossa, têm três elementos constituintes que garantem, vamos dizer assim, a estabilidade da democracia, tão contestada em vários pontos.

O primeiro é a capacidade do Estado, poder da equipe do Estado, desde o poder de polícia, Justiça, diplomacia, instituições bancárias e de instituições técnicas – ministérios, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde... Quer dizer, sem essa capacidade técnica, o Estado não existe para os cidadãos.

O segundo ponto, evidentemente, é o Estado de direito; são as leis que definem os limites do poder do Congresso, o limite do Judiciário, e, nesse sentido, vamos dizer assim, estabelecem o que é possível e o que não é possível numa democracia.

E, finalmente, a verificação pública, que os ingleses chamam de a*ccountability*, que é a capacidade de a sociedade exercer o seu direito de controle sobre o Estado, através de eleições, plebiscitos e manifestações de opinião pública.

As instituições de ciência têm a obrigação de servir a cada um desses elementos. Em primeiro lugar, evidentemente, servir ao Estado, dar ao Estado os meios para executar as suas políticas. Sejam dados de saúde, sejam dados de meio ambiente, seja dados de censo... As instituições têm que fornecer, com qualidade, senão a política pública não funciona.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As instituições também têm que ser transparentes para a sociedade e atuar de forma que a sociedade perceba que aquilo que é fornecido como informação para o Governo tomar ação não é fornecido às escondidas, mas é tudo disponível para verificação, contestação, aprovação pela sociedade.

E, finalmente, as instituições têm que trabalhar dentro dos limites do Estado de direito. Têm que verificar, por exemplo, a aplicação de regras, como o nosso Código Florestal, as leis e dispositivos que governam o desmatamento.

Ou seja, as instituições se equilibram neste triângulo entre o Estado, o Estado de direito e a sociedade.

No caso brasileiro, como ficou claro pelo trabalho do Claudio, o Brasil vem desenvolvendo tecnologias de monitoramento ambiental por satélite há várias décadas, 40 anos, e o Brasil hoje é o líder mundial não só na aplicação, como mostrou bem o Dr. Claudio Almeida, como na verificabilidade, na transparência dos dados e no seu – e se pudermos usar o termo em inglês – *accountability*, na capacidade da sociedade, qualquer que seja o elemento da sociedade, em verificar a acurácia dos dados publicados.

E o que é essencialmente feito no monitoramento ambiental? Nós, no fundo, atribuímos significado à natureza. As imagens de satélite nos oferecem, vamos dizer assim simplificadamente, fotografias da natureza – isso é um pouco menos técnico –, e o significado dessas fotos, o conteúdo dessas fotos, seja uma queimada, um desmatamento, uma área alagada, uma inundação, uma área de floresta estabelecida, uma reserva indígena preservada, é (*Falha no áudio.*) ... de um intérprete, de um intérprete, seja ele simplesmente manual, ou seja, auxiliado por (*Falha no áudio.*) ... que é essencialmente o serviço que o Inpe presta à sociedade.

Então, nesse contexto, qual é o papel que o Inpe exerceu e vem exercendo? É um papel múltiplo.

O primeiro ponto é a institucionalidade.

O que é que a gente entende por institucionalidade? Quer dizer, é o conjunto de leis, decretos, portarias, planos que definem missões do aparelho do Estado. E, nesse caso, as missões estabelecidas nos planos, por exemplo, o plano mais recente de combate ao desmatamento na Amazônia, o plano recente (*Falha no áudio.*) ... de combate ao desmatamento no Cerrado, estabelecem que o Inpe tem missão de fornecer a informação, de forma acurada, temporalmente adequada, para a tomada de decisões.

Então, há uma institucionalidade clara estabelecida pelo Governo.

Outro aspecto importante é que essas tecnologias de meio ambiente, principalmente as derivadas de imagens de satélite, elas têm uma quantidade ou um conteúdo de conhecimento científico que está sempre evoluindo. Então, ao colocar a institucionalidade do monitoramento ambiental nas mãos de uma instituição científica, o legislador, o Governo, os planos de Governo que vêm fazendo isso há 40 anos entendem que isso é uma maneira de garantir que o trabalho seja continuamente aprimorado e verificado com os melhores parâmetros científicos, com o rigor científico do trabalho e com as tecnologias mais atualizadas.

Finalmente, o Brasil é líder mundial, institucionalmente, na transparência. Há um decreto do Governo Dilma, um decreto em vigor, que estabelece que os chamados dados georreferenciados produzidos por todos os elementos do aparelho de Estado, e com isso me refiro não apenas ao Inpe, me refiro ao Ibama, me refiro ao IBGE, me refiro ao Ministério da Saúde, todos esses dados que dizem onde tem doenças, onde tem desmatamento, onde estão as pessoas, o censo, eles são, por decreto

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

presidencial, livres. Isso é uma política de abertura que tem poucos paralelos no mundo inteiro, um país que diz: "Eu não tenho nada a esconder, eu vou fazer melhor política pública com dados livres".

A consequência disso é que nós dizemos que a transparência gera governança. Com a transparência de dados... Esses são os dados, um exemplo dos dados disponíveis num portal chamado TerraBrasilis, do Inpe. Essa transparência permite a qualquer cidadão, seja ele proprietário de terra, líder indígena, líder quilombola, cientista, ou simplesmente um cidadão interessado no meio ambiente brasileiro, seja ele um técnico de órgão público, seja ele um secretário, seja ele um cidadão comum, verificar e poder contestar as informações.

Essa governança que daí decorre nos estabelece parâmetros de ação difíceis de contestar na base da opinião. O grande valor da transparência e do rigor científico é reduzir o impacto do "eu acho", "eu acho que", "eu acredito em", "minha opinião é essa". Na ciência não existem certezas, existem dados experimentais que são comprovados. Já dizia a Inquisição sobre Galileu... Galileu disse: "Está bom, eu vou aceitar porque eu quero ficar vivo, mas a Terra se move". Ou seja, a ciência sempre está dando dados que contestam os padrões estabelecidos, mas é importante que eles sejam contestados também.

Essa governança ambiental de que o Brasil dispõe, repito, é algo muito singular no concerto das nações, numa nação onde o meio ambiente é tão importante.

Como o Claudio já apresentou aqui, essa é a série completa de áreas de desmatamento da Amazônia, que vem desde 1988, e como ela já foi verificada, mexida de todas as formas. Os noruegueses nos cedem recursos, os alemães, para o Fundo Amazônia, por conta dos resultados que nós temos do desmatamento, ou seja, os noruegueses não precisam de uma verificação independente porque entendem que a verificação do Inpe é uma verificação séria. Os tomadores de decisão do Governo certamente levam isso em consideração. Os pesquisadores, com mais de mil artigos publicados em revistas científicas indexadas.

Então, nós temos um aparato científico de rigor e de transparência que realmente é algo que nós, como brasileiros, temos que valorizar bastante, porque nos dá uma base sólida para, por exemplo, definir... Uma das perguntas que o Senador Arns levantou, de um participante, é: "Mas a legislação não vai enfraquecer a legalidade e ilegalidade?".

Não. A legalidade e a ilegalidade continuam verificadas, e os números mais recentes... Aqui é 2021, mas os números mais recentes continuam mantendo que 90% do desmatamento é ilegal. Isso, no mínimo! No mínimo! Então, é o número mínimo: 91%, 92% do desmatamento, no mínimo, é ilegal. Daí para mais.

Então, no momento em que, entre as sanções aplicáveis pelo Governo Trump nessa investigação que foi aberta pelo Departamento do Comércio, não se limitam ao Pix... Aqueles que acompanham as notícias – certamente é o caso do Senador – sabem que uma das investigações que está sendo arrolada, seja por desculpa política, seja por instrumento de coerção, é o desmatamento da Amazônia, e esse mesmo desmatamento já é sujeito a críticas e controles pela União Europeia.

Existe – aqui está em inglês – a EUDR (Regulation on Deforestation-free Products) – Regulação da Comissão Europeia em Produtos Livres de Desmatamento. Qualquer governo europeu... Vamos supor que a gente exporte soja para a Alemanha. O Governo alemão pode, com base na informação que ele, Governo alemão, achar, contestar a origem dessa soja, e caberá ao produtor brasileiro ter dados confiáveis para mostrar que essa contestação não tem base, caso, evidentemente, esse produtor esteja legal. E quem vai fornecer os dados que ele pode contestar, caso o Governo alemão decida embargar o seu carregamento de soja? Os dados públicos do Inpe.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje em dia, deixou de ser apenas uma coisa que... Além de proteger a floresta, ela regula a produção. Hoje, os dados produzidos pelo Inpe têm a múltipla função de proteger nossa biodiversidade, de proteger o nosso meio ambiente, de reduzir as emissões, mas também de regular os limites do uso da natureza pelos produtores.

A China já deu sinais de que vai entrar no mesmo tipo de controle, no mesmo tipo de verificação. Então, nós estamos numa situação em que não adianta a aplicação de conformidade – nós chamaríamos –, estar em conformidade com as regulações externas, não as nossas. Além das nossas, ela requer informação de muita qualidade.

E, finalmente, como foi perguntado por alguns dos nossos assistentes, o Inpe continua aqui no... Não vale a pena entrar em detalhes – estou à disposição para dar mais detalhes –, mas as nossas tecnologias utilizam os dados mais recentes.

Há um termo um pouco jargão que se utiliza, um "cubo de dados", um cubo como se fosse um cubo mesmo, um cubo que a gente utiliza para jogar dados, e, nesse cubo, se colocam as imagens, e, das imagens, ocorre a variação da natureza, que a gente chama de "séries temporais". Ou seja: "Aqui tinha soja, aqui não tem mais soja; ah, plantou soja de novo; aqui tinha desmatamento, cortou; aqui queimou...", e tudo isso leva a capacidade do Inpe de monitorar o meio ambiente brasileiro a um novo patamar, ainda mais, digamos assim, de acordo com o rigor científico e a qualidade que a nação espera.

Então, se tiver que... O Senador levou as possibilidades aí, dizendo: "Olha, será que é necessário legislação?" Eu entendo, Senador, que, na legislação, há uma sempre uma batalha em termos da legislação, e se há alguma ação do Congresso que se tornaria urgente seria a questão da destinação de recursos públicos para as atividades de monitoramento, que atualmente estão muito ainda se ressentindo de recursos; os recursos são muito escassos e se trabalha muito no limite. Então, se posso chamar a sua atenção para o assunto, é para o fato de que hoje tudo é feito com recursos muito aquém do que seria razoável de se esperar para um assunto tão sério e tão importante quanto esse.

É isso que eu tenho para apresentar. Quero agradecer muito o convite feito pela Comissão, pelo Senador. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço – permita-me chamá-lo de você –, a você, Gilberto Câmara, pela competência, qualidade, pelo trabalho referencial, assim como eu já havia dito para o Claudio Almeida. É um trabalho realmente impressionante, e isso deve ser levado, eu penso, para acharmos caminhos, alternativas para que a sociedade se conscientize cada vez mais e que todo esse conhecimento chegue ao ensino superior de todos os cursos, e à educação básica também, para que a gente forme uma nova mentalidade em relação a esse cuidado que se deve ter por todas as razões, inclusive econômicas, de orientação, de políticas públicas, a partir do trabalho exemplar que o Inpe realiza no Brasil.

Até foi mencionado o Presidente Trump. Ele certamente não conhece aquilo que o Brasil desenvolve e faz nesta área, mas os Estados Unidos poderiam aprender com o Brasil também, não é verdade? Quer dizer, eu tenho certeza de que o Inpe não vai se negar a ensinar aos Estados Unidos como ter trabalho com dados livres, acessíveis, que possam ser contestados – a ciência é isso mesmo, não é? Quer dizer, você tem que deixar livre para poder se contestar, verificar e avançar – e que sejam confiáveis. E ele nem precisaria fazer, bastaria os auxiliares do Presidente Trump olharem os dados que estão disponíveis, estão livres, eles podem ter acesso, não é? Está tudo à disposição para ver que o trabalho é sério, é bom, é competente e precisa de mais recursos, obviamente. Nisso ele poderia auxiliar também, fazer uma generosa doação para esse trabalho. Com isso, o Brasil poderia auxiliar os Estados Unidos ainda mais, caso eles quisessem isso, não é?

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito bom. Agradeço ao Gilberto Câmara, pesquisador do Inpe.

Passo em seguida a palavra ao André Rodolfo Lima, e me desculpo, viu, André? Eu sabia que você tinha um compromisso, mas eu considerei importante que o Inpe colocasse os dados, porque você agora... Permita-me chamá-lo, com todo o respeito, de você, você que é do Executivo, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, porque tudo isso vai orientar não só este ministério, mas também os outros, para os encaminhamentos necessários.

Então, seja muito bem-vindo também, André. Quero dizer que a gente está feliz com a sua presença e passo a palavra, então. Obrigado.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito grato, Senador Flávio Arns e demais Senadores, Senadoras e assessores da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado.

É uma alegria e uma honra estar aqui também com os meus amigos Gilberto Câmara e Claudio Almeida, com quem a gente dialoga constantemente em função aí da nossa missão de chegar ao desmatamento zero no Brasil até 2030 – vou falar desse assunto aqui nesta audiência.

E quero dizer que eu consegui dar um rearranjo na agenda aqui, Senador. Era até para eu estar aí presente fisicamente com os senhores, mas eu tinha uma reunião às 9h30 da manhã, que eu já tinha adiado três vezes, e eu fiquei avexado aqui de adiar por uma quarta vez. E depois tinha um Deputado que eu ia receber aqui às 11h, mas eu consegui empurrar para mais tarde, às 11h30. Então, eu tenho mais um uns 40, 45 minutos com os senhores aqui.

Eu também vou pedir a gentileza de me autorizar aqui a apresentar alguns eslaides, Senador, porque realmente foi bem pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está autorizado já.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Grato.

Foi bem pertinente ter deixado aqui os meus amigos Claudio e Gilberto Câmara apresentarem antes, porque assim eu posso falar das medidas.

Os senhores estão vendo aí minha apresentação, né? Porque eu já não...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estamos vendo. Se puder ver a tela cheia, que daí fica mais visível para o pessoal que nos acompanha pelo Brasil. Só apertar o...

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Eu já coloquei na tela cheia. Não está aparecendo tela cheia?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não está aparecendo tela cheia, não, mas está aparecendo...

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Espera aí, vamos lá. Vamos fazer de novo então.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É...

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Desculpe. Vamos lá, porque eu coloquei na tela cheia...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Antes de compartilhar, apertar a tela cheia.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – É. Então, mas é que aqui não tem como fazer isso antes. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Será? Deixe-me ver aqui, espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Experimenta aí.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Vamos tentar. É que, se eu deixar na tela cheia, eu não consigo abrir o aplicativo aqui.

Vamos lá. Vai dar certo. (*Pausa.*)

Como está aí, Senador? Agora tela cheia?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não está cheia, mas estamos enxergando. Também se tiver algum problema, fica assim também, né?

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – É, porque eu já coloquei aqui, não sei se está com algum *delay*, mas vamos lá.

Nesse eslaide, vocês estão vendo toda a dinâmica.

Eu comecei falando especificamente da Amazônia, mas, na sequência, vou falar também dos demais biomas, porque eu sei que a audiência hoje trata de todos os biomas brasileiros, né?

Mas aqui, na Amazônia, a gente está vendo aí as fases dos planos de prevenção e controle dos desmatamentos, em que...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Você não mudou o eslaide na tela também.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Então, eu vou fazer o seguinte: eu vou pedir para a assessoria, que tem a minha apresentação, que vocês possam colocar na tela. Eu vou parar de compartilhar porque não está funcionando aqui o meu sistema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É possível aqui também? (*Pausa.*)

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Porque eu encaminhei para vocês aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um minuto de reflexão aqui sobre a tecnologia. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Mas, enquanto isso, eu já vou falando aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe, se você quiser ir falando também.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Pois não. É, eu vou falando enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Demora aqui um minuto só para abrir o arquivo também.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Está certo.

Eu estava dizendo que a gente tem uma sequência aí, desde de 2003, na primeira gestão do Presidente Lula e já também com a Ministra Marina Silva, o Governo Federal fez, vamos dizer assim, uma revolução no plano das políticas para enfrentamento do problema dos desmatamentos e, sobretudo – não apenas, mas também – em função, obviamente, dos nossos compromissos associados à agenda climática, uma vez que o desmatamento, não só na Amazônia, mas em todos os biomas, no Cerrado também, é o principal fator de emissões de gases de efeito estufa no Brasil.

E já em 2003, o Presidente criou uma Comissão Interministerial, formada então por 13 ministérios, coordenada pela Casa Civil e secretariada pela Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, para elaboração e implementação da primeira fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, naquela oportunidade, na Amazônia, depois isso, se expandiu para todos os biomas. E

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a grande novidade é que o problema deixou de ser um problema específico do Ibama – porque historicamente, na questão do desmatamento, quando se pensava em desmatamento, todo mundo pensava em Ibama, o que, obviamente, não é suficiente para resolver o problema – e, a partir de então, se estruturou um instrumento que depois veio a ser aprovado na Lei de Política Nacional sobre Mudança do Clima como um dos instrumentos da política de clima, que são os planos de prevenção e controle dos desmatamentos nos biomas.

De 2004 até 2008, nós tivemos a primeira fase do PPCDAm, e nessa primeira fase nós obtivemos uma queda de 53,5% dos desmatamentos na Amazônia. A segunda fase do PPCDAm; já na segunda gestão do Presidente Lula e da Marina Silva, da Ministra Marina, entre 2008 e 2012, e aí alcançamos mais 64% de (*Falha no áudio.*)...

Nesse período, de 2004 a 2012, o Brasil deu a maior contribuição histórica para toda a agenda da convenção de clima em relação à redução, à redução de emissões de gases de efeito estufa. O único país que em menos de dez anos – na verdade, foram oito anos – deu uma contribuição de redução superior a 2 gigatoneladas de CO_2 que deixaram a atmosfera, coordenado pelo Governo Federal, em parceria com os estados e em parceria com o setor privado e a academia.

Depois, tivemos a terceira fase do plano, de 2012 a 2015, em que o desmatamento na Amazônia se estabilizou ali na faixa dos 5,5 mil quilômetros quadrados, uma faixa muito baixa, comparada com o histórico que é feito pelo Inpe desde 1988. E aí, infelizmente, a partir de 2016, com as mudanças de gestão, o plano foi deixando de ter, foi perdendo prioridade e, não por acaso, a partir de então, a gente veio assistindo a uma retomada dos desmatamentos, não só na Amazônia, nos demais biomas, com um momento crítico, infelizmente, que foi o período do Governo Bolsonaro, entre 2018 e 2020, em que o desmatamento voltou à casa superior (*Falha no áudio.*) ... acima dos 10.000km, praticamente a extinção do PPCDAm e dos planos de prevenção e controle dos desmatamentos, que agora foi restabelecido por essa gestão do Presidente Lula.

Eu não sei se a assessoria está com condição aí de colocar na tela a apresentação. Eu posso seguir falando aqui, mas tem alguns eslaides que ilustram bem aí o que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A informação que a gente tem é de que agora está entrando. Vamos ver se já está acessível para auxiliar na fala também.

Agora já está.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Pronto. Então, passem aí uns dois eslaides para frente. Essa daí eu já falei, esse aqui também eu já falei. Pode ir para o próximo.

Aqui, então, foi a retomada – pode deixar nesse eslaide – desta que é a fase atual do PPCDAm, a quinta fase do plano de prevenção e controle dos desmatamentos. Aí tem um calendário de ações, só para mostrar como é que é a dinâmica, porque um plano não (*Falha no áudio.*)

... um plano com uma única cabeça brilhante é um plano daqueles que depois rapidamente fica na gaveta. Então, esse plano foi construído do dia 1º de janeiro com um decreto do Presidente Lula, um dos dez decretos que ele assinou no primeiro dia da gestão dele foi a restituição da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle dos Desmatamentos, que se reuniu no dia 8. Em pouco mais de um mês, já teve a sua primeira reunião; na semana seguinte, já instalou uma subcomissão; na semana seguinte, já teve a segunda reunião já tratando dos diferentes eixos dos planos; no início de março, o X Seminário Técnico-Científico de Análise de Dados do Desmatamento na Amazônia, quer dizer, os outros nove aconteceram nas gestões anteriores do Governo Lula e da Presidente Dilma.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode pôr o próximo eslaide e ir passando.

Várias reuniões da subcomissão por eixo de atividades: 8 de março, 15 de março, 22 de março. As 21 reuniões bilaterais com os ministérios e órgãos vinculados, mais de 15 órgãos vinculados: Ibama, ICMBio, Incra, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Embrapa, Anater, entre outros órgãos aí importantes. Consulta pública com mais de 540 contribuições, aprovação na subcomissão no dia 17 de maio e, por fim – pode andar para frente aqui –, em 5 de junho, o lançamento do plano.

Próximo eslaide.

O dia do lançamento do plano foi no Dia Mundial do Meio Ambiente, o primeiro Dia Mundial do Meio Ambiente desta gestão, em 2023. Presidente Lula, Ministra Marina, Ministro Haddad, Vice-Presidente Alckmin, Ministra dos Povos Indígenas também presente, apresentando e lançando a quinta fase do PPCDAm, sendo que a gente já vinha, obviamente, com as ações de controle do desmatamento desde janeiro deste mesmo ano.

Próximo eslaide.

A estrutura, como é a estrutura de um plano? Porque o plano precisa ter realização. Para ter realização ele tem que ter (*Falha no áudio.*)

... ele tem que ter responsáveis por sua implementação. O próximo eslaide mostra como é estruturada essa comissão. A comissão tem duas subcomissões executivas, uma da Amazônia e uma do Cerrado. Nós também estamos estabelecendo comissões para os demais biomas. São 13 órgãos que a integram e muitos órgãos convidados. Só para citar mais alguns: BNDES, Ministério do Turismo, a Funai, o próprio Inpe, Censipam, Polícia Federal, Embratur, Embrapa, Incra, Anater, entre outros. E dois núcleos: o Núcleo de Articulação Federativa, porque esse plano precisa estar articulado com os estados; e o Núcleo de Monitoramento e Avaliação, de que fazem parte representantes da Controladoria-Geral da União, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil, da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente.

Pode ir para o próximo eslaide.

Aqui são os quatro eixos do PPCDAm. E todos os planos que vieram na sequência – o do Cerrado, o do Pampa, o do Pantanal, o da Caatinga e o da Mata Atlântica – têm esses quatro eixos.

O primeiro eixo trabalha atividades produtivas sustentáveis, porque não se derruba desmatamento apenas com fiscalização, controle, multas, embargos, mas também promovendo as atividades com a floresta em pé.

O segundo eixo é o eixo do monitoramento e controle, que tem a ver com as ações de responsabilização por crimes e infrações ambientais e envolve muito trabalho de monitoramento. E o Inpe nos presta esse serviço de monitoramento em tempo real do desmatamento, dos incêndios, dos focos de queimada.

O terceiro eixo é importantíssimo, sobretudo em se tratando de Amazônia. Nós temos mais de 50 milhões de hectares, Senador Arns, na Amazônia, de terras públicas federais e estaduais ainda não destinadas e que, obviamente, por não serem destinadas, estão vulneráveis às ações da grilagem, do crime organizado... E tem todo um trabalho de destinação dessas florestas que eu vou falar um pouco adiante.

E o quarto eixo, tão importante quanto os demais, são os instrumentos normativos que dão suporte para todas as ações... (*Falha no áudio.*) ... os instrumentos econômicos, como, por... (*Falha no áudio.*) ... o próprio mercado... (*Falha no áudio.*) ... que eu vou falar com a aprovação da lei do mercado brasileiro de carbono.

Próximo eslaide.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cada eixo tem um objetivo. Não vou ler todos, mas depois essa apresentação fica à disposição dos senhores e das senhoras, mas – próximo eslaide – cada eixo tem um objetivo. Cada objetivo... Pode passar. O eixo II, de monitoramento; o eixo de ordenamento; o eixo de instrumentos econômicos. E, depois, cada objetivo – essa é a planilha detalhada do plano – tem um resultado esperado; cada resultado esperado tem um conjunto de linhas de ação; e, para cada linha de ação, a gente tem um – ou mais de um – órgão responsável tanto pela coordenação quanto pela colaboração e execução das ações.

Então, é um plano bastante complexo. Só o PPCDAm tem 196 ações. E a gente tem depois também um sistema de monitoramento disso que a gente pode também, Senador, mandar para o senhor e a sua assessoria, se quiser, pode entrar no sistema para verificar como é que está o andamento dessas ações.

Próximo eslaide.

As principais ações em curso. Eu destaquei algumas – não tem condição de falar de todas as ações –: o aumento da fiscalização e responsabilização administrativa, várias operações do Ibama de maneira muito mais inteligente, muito mais estratégica...

E eu destaco aqui não só o aumento significativo em termos percentuais de operações do Ibama e do ICMBio, se comparado com 2022 e com a média da gestão anterior – aumento de 96% pelo Ibama, 110% pelo ICMBio –, mas um instrumento estratégico que envolve muita tecnologia e todo esse serviço prestado pelo Inpe, que são os embargos remotos de uso do solo, ou seja, quando um desmatamento hoje é detectado pelo Deter ou pelo Prodes – principalmente pelo Prodes, mas também é possível pelo Deter –, o Ibama já tem essa informação e já usa mecanismos lá, inclusive com ferramentas de inteligência artificial, para definir com precisão os polígonos e já fazer um embargo remoto, virtual, sem a necessidade de presença física de fiscais no campo, o que, obviamente, barateia muito a ação de fiscalização e dá uma escala nunca antes possível. Porque antes era preciso abrir um processo administrativo para cada embargo e um fiscal ter que ir lá bater na porteira da fazenda, levar um papel, e o infrator ter que assinar a notificação de embargo. Hoje esse embargo é remoto, o Banco Central, os bancos, a cadeia produtiva, a cadeia de compradores daqueles produtos agropecuários já têm acesso aos imóveis que têm embargos por desmatamento ilegal e, portanto, a gente tem condição de estabelecer um controle muito mais amplo.

Próximo eslaide.

Reforço na responsabilização administrativa, como eu falei, com a alteração do decreto de crimes e infrações ambientais, aumentando penas e sofisticando os mecanismos.

Pode andar para a frente, por gentileza.

Aí temos esse decreto que alterou e criou esse embargo de uso do solo cautelar coletivo.

Próximo eslaide.

A Polícia Federal também está investigando os crimes não só por incêndios, mas grilagem na região, aumentando as suas ações de investigação por incêndios e desmatamento na região. Tem vários números, a gente pode ver aqui os dados de aumento.

Pode apertar aí mais alguns, ó, fiscalização, 148%, aumento do número de ocorrências, aumento do número de ocorrências de crimes, número de pessoas fiscalizadas, veículos abordados, apreensões, as ações da Polícia Federal...

O garimpo tem um impacto pequeno direto na taxa de desmatamento porque é muito pontual, mas, quando ele se expande por muitas regiões, além, obviamente, de aumentar o impacto, tem a poluição dos recursos hídricos na Amazônia, a contaminação, o problema com a saúde das populações

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ribeirinhas, indígenas, tradicionais, mas, sobretudo, ele financia a expansão da grilagem, porque o fluxo financeiro, econômico do garimpo gera uma economia clandestina local que se potencializa financiando atividades madeireiras, financiando a grilagem de terra, financiando a pecuária clandestina. Então, essa ação sobre o garimpo na Amazônia é superestratégica, a Polícia Federal tem colocado um foco muito importante nessas ações.

Próximo eslaide.

Como eu falei, a Polícia Federal, inclusive com recursos do Fundo Amazônia... Só do Fundo Amazônia foram R$318 milhões disponibilizados para estruturar o Plano Amazônia Mais Segura, que é o Amas, para dar suporte às ações da Polícia Federal na ponta e para articulação da Polícia Federal com as polícias militares nos estados, com polos de articulação nas capitais dos estados amazônicos.

Próximo eslaide.

Avanço também não só na responsabilização administrativa e criminal, mas a AGU entrando na estratégia do desmatamento zero, ingressando com ações civis públicas pedindo a recomposição do dano e a indenização por danos climáticos. Essa é uma grande novidade que fez aumentar significativamente o valor das indenizações, porque uma coisa é restaurar uma floresta, é caro, já é um custo alto, mas também tem que pagar pelo carbono emitido, porque uma floresta em restauração não demora menos de 25, 30 anos para capturar, abaixo inclusive disso, o que foi emitido naquele hectare desmatado. Então, tem uma indenização também por danos climáticos, a AGU entrando nessa estratégia também, mais um dos órgãos que compõe toda esta comissão interministerial.

Próximo eslaide. Importante também, como eu falei, a destinação de florestas públicas teve a retomada da Comissão da Câmara Técnica de Destinação de Florestas, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário, com um forte protagonismo do nosso Ministério, propondo mais de 15 milhões, pode clicar aí. Melhoramos a regulamentação, implantamos a Câmara Técnica de Destinação de Florestas Públicas, já foram mais de 15 milhões de hectares declarados de interesse para a destinação.

E isso significa bloquear essas áreas para qualquer tipo de interesse privado, bloqueia acesso a crédito, bloqueia acesso a regularização fundiária, ou seja, a área fica congelada, vamos dizer assim, para estudos e para a destinação, seja para comunidades indígenas, tradicionais, para unidades de conservação, concessão florestal.

Então, tem uma agenda muito intensa em curso nesses últimos dois anos e meio.

Próximo eslaide.

O Programa União com Municípios, eu quero dar um destaque para isso, Senador Arns, porque não adianta só o Governo Federal, mesmo que articulado com vários ministérios e com os órgãos estaduais... Nós precisamos envolver cada vez mais o poder político local nessa agenda.

E nós criamos um programa construído com Parlamentares, Senado e Câmara, que estiveram no Ministério do Ambiente pedindo uma agenda positiva de regularização ambiental e fundiária para a Amazônia, esse programa foi articulado entre março e setembro de 2023. De setembro até agora, nós estamos na implementação desse programa, mais de R$770 milhões. Uma parte disso já está sendo executada este ano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – ... para os municípios considerados prioritários.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a novidade, Senador, cada município tem que trazer o apoio de um Senador, de um Deputado Federal, de um Deputado Estadual, porque a gente quer catalisar mais recursos de emendas parlamentares para essa agenda.

E a agenda não é a agenda de comando e controle, de punição, de responsabilização, é a agenda de investimento em regularização ambiental dos pequenos proprietários rurais, pequenos produtores e agricultores familiares, regularização fundiária, que é fundamental para tirar da clandestinidade a economia da Amazônia. Nenhum proprietário rural pega crédito, ou vai conseguir mercados qualificados para exportar, ou para vender seus produtos se ele não tiver a regularização (*Falha no áudio.*)... Esse é um programa importante, são mais de 80 municípios, dos quais 70, Senador, assinaram o pacto de adesão. Aqui tem uma foto do evento com Prefeitos e o Presidente da República.

Próximo eslaide.

Eu vou pedir, Senador, se o senhor puder me dar mais alguns minutos, porque tem muita coisa que a gente fez...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só, eu gostaria, sim, que fosse concluindo, para que a gente ficasse dentro do tempo também, que a gente já estendeu o tempo para 20 minutos.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Está certo. Eu vou acelerar bastante.

A aprovação da Lei de Manejo de Fogo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mais dois minutos, então. Podem ser mais dois minutos?

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Podem ser, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – Vou passar rapidinho a apresentação e eu vou para a frente.

Próximo eslaide. Pode ir tocando.

Aprovação da lei do mercado brasileiro de carbono com apoio do Senado.

Próximo eslaide.

Retomada e aceleração dos investimentos do Fundo Amazônia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA – ... mais de R$800 milhões ano passado, destinados a anúncios de mais de R$3 bilhões de novas doações, embora os Estados Unidos, obviamente, vão cancelar a sua promessa de doação e aí vai cair para algo em torno de R$1,5 bilhão.

Próximo eslaide.

Aí são os dados. Olha como aumentou. De 2018 a 2022, não teve nada de doação para o Fundo Amazônia. E, nestes primeiros dois anos, já R$1,4 bi.

Próximo eslaide.

Aprovação de projetos, a mesma coisa. De 2018 a 2022, nenhum projeto financiado na Amazônia e, nos últimos dois anos já R$2,3 bilhões já contratados ou em processo de contratação.

Próximo eslaide.

Fundo Amazônia, aí falei.

Retomada do programa Floresta+ – próximo eslaide –, que investe R$500 milhões em pagamento por serviços ambientais. Esse eslaide é interessante. Nós já temos – pode voltar um – 6.324 pequenos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

produtores rurais inscritos no programa; 2 mil já vão, a partir desse ano, receber pagamento por serviços ambientais. E nós queremos chegar ao pagamento de pelo menos 5 mil famílias recebendo por manutenção de floresta.

Próximo eslaide.

Retomada do sistema de Redd.

Próximo eslaide.

Eu vou concluir, Senador, tem muita coisa aqui, infelizmente não vai dar para falar tudo.

Captação de US$1,3 bilhão para investimento em restauração, recuperação de espaço de pastagem, recuperação produtiva de pastagem para reduzir pressão sobre o desmatamento. Aumentando produção nas áreas já abertas, reduz pressão por abertura de novas áreas. Isso aqui é um envolvimento e liderança do Ministério da Fazenda junto com o Ministério da Agricultura e Pecuária.

Próximo eslaide.

Investimentos de R$450 milhões em restauração florestal na Amazônia condicionados à captação de outros R$450 milhões, projetos do BNDES.

Pule alguns eslaides, porque eu quero concluir com um que mostra os seis planos.

Normas do Banco Central, restringindo acesso a crédito.

Pode ir para a frente.

Os dados do desmatamento, mostrando queda significativa nesses últimos dois anos em todos os biomas brasileiros.

Volte um eslaide. Desculpe. Um, dois eslaides. Volte um, dois eslaides para eu concluir – mais um, mais um. Pode voltar mais um. Mais um eslaide, mais outro. Ah, não tem aí.

O que eu queria mostrar – faltou o eslaide, acho que eu me enganei aqui – é que nós já lançamos os planos da Amazônia em 2023, em junho; do Cerrado em novembro de 2023; do Pantanal e da Caatinga no primeiro semestre de 2024; e agora, em 2025, já lançamos Pampa e Mata Atlântica. Boa parte dessas ações que eu listei aqui, que eu falei, Senador, são ações que se aplicam a todos os biomas, embora, obviamente, tenham um impacto bastante significativo nessa redução do desmatamento que vocês veem aqui. Nós estamos aí há três anos seguidos com queda expressiva do desmatamento na Amazônia, queda no Cerrado também 25 (*Falha no áudio.*)... queda no Pantanal de (*Falha no áudio.*)... de 55% na Mata Atlântica. Portanto, os resultados estão aí, o Governo está fazendo o que pode com todas as limitações, dificuldades, obviamente, políticas, oposições. O projeto de lei de licenciamento ambiental, Senador, que foi aprovado pelo Senado e pela Câmara, coloca em risco esses resultados. Então é importante considerar... Virão vetos presidenciais a alguns pontos importantes do projeto de lei.

E também é muito importante – eu não pude e não tive tempo de falar – falar do manejo do fogo. É importante também falar um pouco dos incêndios. A gente estabeleceu uma nova política aprovada aí pelo Congresso Nacional (*Falha no áudio.*)... me manisfestar. Muito grato aí pelo tempo também adicional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, caro André Rodolfo Lima, que é Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Ressalto, de acordo com as apresentações, que esses dados estão todos disponíveis no Inpe, nas plataformas do Inpe. Inclusive, como foi ressaltado, aumentou o desmatamento na Amazônia, num percentual, e a pergunta que vem é por que aumentou? Ao mesmo tempo, o que está acontecendo com aquelas terras que foram de alguma forma degradadas? Qual que é a atividade que está lá? E uma

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

coisa importante para Prefeitos e Governadores é que o monitoramento mais no microdado, eu diria, pode mostrar para cada município como é que aquele município está em relação à questão do controle do desmatamento, como é que essa situação está ocorrendo naquela região, e isso vai reforçar o argumento para que possa ter acesso, por exemplo, a programas financiados até pelo meio ambiente, porque essa preocupação do município então... Até conversava aqui com o Claudio também, dizendo: "Olhe, a gente pode até fazer, fruto desta audiência pública, um endereçamento para Prefeitos, Vereadores, secretários, para que eles olhem lá e se acostumem a olhar nos relatórios do Inpe, para saberem como é que está a saúde ambiental do município".

Então é muita coisa interessante que a gente pode, a partir desta audiência pública... Para não ficar só na apresentação que foi e está sendo muito interessante. Mas que a gente possa ter ações, desdobramentos para que tudo isso chegue lá, na ponta, na criança, na escola, no Prefeito, no secretário, não é? Enfim, fazer uma atividade assim de consolidação de toda essa informação e conhecimento.

Eu vou passar a palavra de novo, rapidamente, ao Claudio, ao Gilberto e ao André, para as considerações finais, mas antes eu leio mais perguntas que chegaram pelo e-Cidadania.

Paulo, de São Paulo: "[...] [Ao se descobrir] uma atividade anormal, quais providências imediatas serão tomadas?".

Outra pergunta, da Gabriela, do Rio de Janeiro: "Quais são as principais limitações das ferramentas de georreferenciamento [...] no combate ao desmatamento dos biomas brasileiros?".

Ana, do Distrito Federal: "Quais [...] medidas [...] o Governo [toma] quando há invasões das reservas ambientais por garimpeiros ou posseiros?".

Lorena, de Minas Gerais: "Como o PL 2.159 impactará [...] os programas de monitoramento, já que a [...] [licença por adesão e compromisso pode legitimar] o desmatamento [...]?".

Fernanda, do Distrito Federal: "Quais [...] biomas brasileiros [...] estão sendo mais afetados pelo desmatamento [...] [atualmente]?".

E dois comentários – e a gente agradece pelas perguntas e comentários também.

O do Adão, do Rio Grande do Sul: "Proponho melhorias no monitoramento e pressão política e econômica. É fundamental que haja uma articulação entre os órgãos de controle".

O do Roberto, do Rio Grande do Sul também: "Revogar projetos aprovados na Câmara que visam liberar diversas atividades [...] [sem] estudo de impacto ambiental, [por exemplo, o] PL 2.159".

Então eu passo novamente a palavra para o Claudio, depois para o Gilberto, Pesquisadores do Inpe, e para o André, que é o Secretário, para algum apontamento que considerem importante ser dito nesta hora.

O SR. CLAUDIO ALMEIDA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu vou primeiro responder rapidamente, aqui, a algumas perguntas que estão diretamente ligadas à gente.

Por exemplo, a Gabriela fala das limitações. Gabriela, o nosso sistema de monitoramento se beneficia dessas melhorias de georreferenciamento. Quando você georreferencia aquela propriedade, quando você põe aquela informação no CAR, georreferenciando aquele perímetro e colocando informações de quem é o proprietário, você consegue, então, saber quem está por trás do controle daquela área e saber onde é que está alocada a reserva legal, onde está alocada a área de preservação. Isso tudo ajuda no processo de monitoramento.

A respeito da questão de como é que o PL vai impactar o monitoramento. Não tem um impacto direto na atividade de monitoramento. Nós vamos continuar a fazer o monitoramento normalmente e a apresentar os resultados para a sociedade. A questão simplesmente é a legalidade da autorização para

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fazer aquilo. Hoje, eles não têm e passariam a ter essa legalidade, mas, de qualquer forma, o monitoramento vai apresentar, vai mostrar quais são as áreas que estão sendo convertidas, e em que lugares essas áreas estão sendo convertidas.

Então, acho que a questão é que nós vamos continuar fazendo o monitoramento. Isso é importante também que as pessoas saibam, é comum às vezes as pessoas vão lá: "Ah, o Prodes apontou um desmatamento, mas eu tenho autorização". O Prodes vai apontar o desmatamento tendo ou não tendo autorização. O que o Prodes faz é mostrar onde havia uma vegetação nativa, uma floresta, um Cerrado, um Pantanal e onde ela foi suprimida. Então, cabe a quem fez aquela supressão comprovar que ele está a uma situação de legalidade.

A Fernanda perguntou: "Quais são [...] os biomas [...] mais afetados pelo desmatamento [...]?" Amazônia e Cerrado são os que têm a maior taxa recorrente de desmatamento. A Mata Atlântica, apesar de ter taxas absolutas pequenas, mas mais de 70% dela já foi desmatada, então realmente ela tem pouco ainda para desmatar, mas é uma área que teve muito desmatamento.

E, como palavras finais, eu gostaria, de agradecer primeiro essa oportunidade, Senador Flávio Arns, é um prazer poder estar aqui, poder conversar com os Senadores, conversar com a sociedade que nos acompanha através dos canais da TV Senado e de outros aí. Acho que é muito importante essa oportunidade. É importante que a gente... O que se percebe é que nós temos um excelente sistema de monitoramento, mas que precisa sim ser apoiado tanto em termos de recursos para que a gente tenha continuidade, como a própria estrutura dentro do instituto precisa ser melhorada para a gente poder continuar avançando.

Um sistema de monitoramento não é algo que você tenha e que você vai ter para sempre. Ele só vai existir se houver um contínuo investimento de melhorias. O instituto faz um grande esforço para manter esse sistema funcionando. Com muito prazer, a gente consegue manter isso funcionando, mas é importante que se aloque recursos para que se tenha a capacidade de investimento para a gente continuar avançando nesse processo.

Eu finalizo realmente mostrando o quão importante isso é para a sociedade, o quanto de benefícios isso traz para a sociedade, né? O que as pessoas têm que perceber é que é um sistema de monitoramento que mostra que não há como você fazer política pública se não houver dados transparentes. Se as pessoas... O legislador não pode pensar política pública se ele não sabe o que está acontecendo. O Executivo não pode acompanhar política pública se ele não sabe o que está acontecendo. A sociedade não pode saber se aquilo está sendo bem executado pelo Estado, se não houver dados públicos e transparentes.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós agradecemos a você, Claudio Almeida, que é Coordenador do Programa de Monitoramento BiomasBR do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Muito importante, muito bom, parabéns pelo trabalho.

E vamos trabalhar juntos adiante, né?

Esse é só um momento da audiência pública.

O SR. CLAUDIO ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo em seguida a palavra ao Gilberto Câmara, que é pesquisador também, colaborador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Com a palavra, Dr. Gilberto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILBERTO CÂMARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Nobre Senador, muito obrigado pela oportunidade. O Claudio já respondeu praticamente as perguntas todas referentes ao trabalho do Inpe. Eu quero só adicionar que é muito importante para nós termos essa oportunidade de conversar com o senhor e conversar com a sociedade. Também entendo que o país tem um valor enorme no sistema de monitoramento, no seu uso.

Mais uma vez, parabenizo o Secretário André Lima e o Ministério do Meio Ambiente, com a nobre Ministra Marina, a quem eu tive a honra de servir durante muitos anos, pelo desvelo, pelo trabalho enorme que está sendo feito de utilização de mecanismos, mecanismos de controle, mecanismos de incentivo. É um pacote abrangente de recursos, dedicados realmente à proteção da floresta e à organização da área produtiva do Brasil.

Que se diga, claro, os cientistas não estão a favor nem contra os produtores, nem contra ninguém. Nós produzimos os dados objetivos e entendemos que eles têm sido, como mostrou bem o André, mecanismos importantes de política pública. É uma honra trabalhar pelo Brasil. Tenho muita honra em servir ao país como servidor público e agradeço muito pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós que agradecemos, Dr. Gilberto Câmara, também a participação, o trabalho, a qualidade, a pesquisa, que são essenciais para o Brasil. Achei interessante quando foi dito também, tanto pelo senhor como pelo Dr. Cláudio, que o monitoramento sempre vai acontecer. "Ah, mas eu tenho aqui a autorização". "Está ótimo, mas o monitoramento vai apontar aquilo, e você, então, vai demonstrar se está legalizado, se não está legalizado". Agora, ter esse dado, esse dado livre, inclusive confiável, confiável pelo mundo... O mundo inteiro confia no que o Inpe faz. Então, isso é muito importante, inclusive dá todo o subsídio para que o Ministério do Meio Ambiente possa dizer se o desmatamento caiu, aumentou. "Nessas áreas aqui nós temos que ajudar, temos que auxiliar, porque os dados apontam para isso".

Por isso que eu passo a palavra agora também ao André Rodolfo Lima, para as considerações finais, que é o Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Com a palavra, Dr. André.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito grato, Senador Flávio Arns, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui apresentando algumas informações. O tempo não foi suficiente para mostrar tudo que a gente está fazendo, mas eu quero deixar quatro recados nessa minha fala final.

Primeiro, o senhor falou aí que teve (*Falha no áudio.*) ... o desmatamento. Claro, né? O desmatamento no Brasil está caindo há dois anos em praticamente todos os biomas, né? O que nós estamos assistindo agora, relativamente ao ano de 2024, é que, mesmo na Amazônia, o desmatamento a corte raso continua caindo. O que é o desmatamento a corte raso? Aquele em que tradicionalmente se passa trator, motosserra, derruba árvore. Mesmo esse desmatamento continua caindo ainda em 2025. O problema é que os impactos da seca na Amazônia, sobretudo em 2023 e 2024 – inédito, dois anos seguidos de seca grave –, geraram um incêndio ou vários incêndios na Amazônia no ano passado.

E teve uma novidade. Que novidade é essa? – não sei se está cortando aí, se vocês estão me ouvindo. A novidade é que...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estamos ouvindo bem.

O SR. ANDRÉ RODOLFO LIMA (*Por videoconferência.*) – ... nós tivemos mais florestas colapsadas por incêndio, e isso está afetando a taxa de perda de floresta, mas o desmatamento continua caindo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O nosso maior desafio, agora, além de manter as políticas e fortalecer as políticas de controle do desmatamento, é fazer uma boa ação de prevenção, uma ação consistente de prevenção e planejamento relacionada aos incêndios florestais. Então, eu coloco isso como um grande desafio, Senador, para que talvez tenha um desdobramento na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque nós vamos precisar investir muito mais no Inpe. O Inpe tem dificuldades orçamentárias, e a unidade que faz monitoramento de desmatamento e de incêndios florestais tem dificuldades orçamentárias. Precisamos de mais apoio, e o Parlamento, que tem um volume expressivo de emendas parlamentares, poderia e pode dar apoio ao Inpe nesse trabalho.

E também, Senador, eu quero lançar aqui uma ideia – depois, a gente pode conversar – de a gente desenvolver uma política de ciência, tecnologia e inovação para a agenda do manejo de fogo no Brasil. E por que eu estou lançando essa ideia aqui? Porque os incêndios florestais vão ser o nosso maior desafio daqui para frente. Por quê? A gente já sabe como controlar o desmatamento, a gente tem as ferramentas, mas nós estamos começando a perder mais florestas por incêndio do que por desmatamento.

Então, não adianta nada chegar ao desmatamento zero no Brasil, em todos os biomas, se a gente não tiver um Brasil, um país com territórios e comunidades resilientes ao fogo. Isso implica investimento em ecologia do fogo, política do fogo, sociologia do fogo. Na Amazônia, usa-se fogo há milênios, e isso precisa mudar. Tem uma série de estudos que a gente pode aprofundar em diferentes áreas da ciência. É por isso que ouso propor uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação, inclusive inovações tecnológicas. Hoje, já tem *drone* que monitora fogo e torres com informação em tempo real. Então, eu faço esse convite, Senador, e me coloco à disposição para a gente pensar nessa formulação.

E, por fim, de novo sobre o PL do licenciamento, alguns que estão acompanhando me perguntaram: sim, da forma como foi aprovado, infelizmente, se alguns vetos que virão forem derrubados, porque nós vamos ter que vetar alguns dispositivos que vão aumentar desmatamento e incêndio florestal no Brasil inteiro, e a LAC é um desses problemas... Então, é muito importante, Senador, ter um apoio aí para a manutenção dos vetos que virão, e vai ter. O Governo vai propor (*Falha no áudio.*) ... inclusive legislativa, para aqueles dispositivos que forem vetados, a ideia de um novo projeto de lei em caráter de urgência, eventualmente medida provisória. Estamos conversando com Líderes no Senado e na Câmara para propor um acerto para evitar um grande desastre que é a implementação dessa nova lei de licenciamento ambiental, que avançou em muitos aspectos – sim, é verdade –, mas tem problemas graves relacionados (*Falha no áudio.*) ... florestais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos também, André Rodolfo Lima.

Quero dizer que gostaríamos de continuar com a "provocação" — entre aspas — que foi feita para que não só o Brasil, mas o mundo inteiro, ou seja, a gente acompanhe isso, sobre incêndios florestais e sobre cultura de utilização do fogo, que de fato acontece em muitas regiões do Brasil. Quanto ao Projeto de Lei 2.159 — que foi objeto de inúmeras perguntas —, é interessante haver esse debate aqui na Câmara e no Senado, porque, afinal, as duas Casas vão ter que se debruçar sobre isso. Havendo vetos tem que haver o diálogo. Eu acho que o diálogo tem que ser a marca do Executivo com o Legislativo e com a sociedade também, mostrar: "Olhe, isso aqui vai acarretar danos nesse sentido, vai aumentar a área, vai diluir a responsabilidade. Cada um vai fazer de uma maneira ou coisa semelhante". E o que nós estamos propondo? É fazer esse contato, esse entendimento permanente entre os Poderes.

Então, eu sugiro, para não haver só a medida provisória, ou só isso, só aquilo... Para haver a conversa, o entendimento, a convergência, para que a gente consiga ter um resultado positivo para a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sociedade toda, porque, quando nós pensamos em meio ambiente, em licenciamento e tudo, a sociedade toda está atenta a isso e quer também que seja algo justo, adequado, que afinal possa ser abordado de uma maneira que atenda os debates que vêm acontecendo.

Então, sugiro esse entendimento, mas nos colocamos à disposição para fazer isso também, como Comissão. Inclusive, com base para que os Senadores e Deputados, inclusive, tenham plena consciência dos dados que o Inpe traz, porque eu também não tenho. Muitas vezes, o pessoal pode pensar em termos de dados, mas, tendo toda essa realidade à mão, visível, isso pode colaborar na elaboração de uma lei adequada.

Eu quero dizer para todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação e também para as pessoas do Senado que todo esse material — as falas e as apresentações — estarão disponíveis aqui no *site,* na página da Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, qualquer pessoa que queira rever alguma coisa, ver o dado, ou seja, se foi feita uma observação, o que foi dito realmente, está tudo disponível aqui na página da Comissão. Eu, da minha parte, considerei muito importante e interessante.

Eu convido o Dr. André, Dr. Claudio e Dr. Gilberto para articularmos ações como desdobramento desta audiência pública, para que a gente não fique só na audiência. Há muito, ou seja, é um campo muito amplo que a gente tem que quebrar a cabeça — que nem o povo diria —, pensar em alternativas para que todo esse conhecimento, essa informação, essa preocupação cheguem a todos os setores da sociedade. E penso que atingimos os objetivos de levantar o olhar para esses desafios que o Brasil enfrenta, e os mecanismos que o Brasil tem — muito bons, adequados para o mundo, inclusive – de acompanhamento do que vem acontecendo.

Então, quero parabenizar o Inpe.

Quantos anos mesmo?

O SR. CLAUDIO ALMEIDA (*Fora do microfone.*) – São 64 anos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – São 64 anos de trabalhos, que, como o Dr. Claudio mencionou na fala, começaram com papel, com papel transparente, fazendo a lápis e tal, e hoje temos um sistema de monitoramento – obviamente aprimorado no decorrer do tempo e que tem que continuar sendo aprimorado, por isso o orçamento necessário.

Agradeço o apoio todo da Secretaria da Comissão, dos meios de comunicação do Senado, sempre atentos e disponíveis para que a sociedade possa acompanhar o debate que vem acontecendo aqui, e quero também que todos que nos acompanham continuem mandando as sugestões, perguntas – porque estamos abertos para que novas iniciativas possam acontecer – e ideias interessantes que possam também subsidiar todo o trabalho do Inpe e como isso pode atingir todos os setores da sociedade – Prefeitos, Governadores, educação superior, educação básica –, porque seria uma revolução interessante a acontecer no Brasil.

Então, muito obrigado a todos e todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8845584926

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Weverton e Ciro Nogueira, e dos Senadores Plínio Valério, Zenaide Maia, Wilder Morais, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Chico Rodrigues, Beto Faro e Hamilton Mourão, conforme os Requerimentos 477, 479, 492 e 486/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 11, de 2025-CCT, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR) e do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à escalada dos desastres naturais decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos, com a participação de Regina Alvalá, Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), representante do Cemaden e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); e Jose Antonio Marengo, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/143469

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à escalada dos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desastres naturais – está escrito aqui naturais, mas depois vai ser explicado que não são só naturais – decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos, em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2025-CCT, de minha autoria.

Quero dizer ao público, às pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação e que desejem participar desta audiência pública que elas poderão enviar perguntas e comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. Incentivamos, estimulamos e queremos motivar as pessoas a participarem, para entenderem o que é esse centro, o trabalho que nele é desenvolvido, como que isso está envolvido com a ciência, com a inovação, com a tecnologia e os benefícios que um Cemaden no Brasil, sendo referencial como é, pode auxiliar municípios, estados. Esse é um trabalho articulado, e essa articulação é sempre um desafio.

Encontra-se presente no Plenário, aqui à minha direita, a Sra. Regina Alvalá, Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), representando o Cemaden e também o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Encontra-se também presente – e quero saudá-lo, além de saudar a Dra. Regina Alvalá – o Dr. Jose Antonio, que está remotamente, pelo sistema de videoconferência. É o Dr. Jose Antonio Marengo, Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Eu quero, inclusive, ressaltar que o nosso desejo é de que haja desdobramentos da audiência pública em termos dos desafios, colocar o estado da arte, eu sempre costumo dizer: o que vem sendo feito, a importância do órgão, os trabalhos articulados com a sociedade, com os órgãos públicos e os desafios para o futuro. E de que maneira o Senado Federal pode contribuir com um órgão da importância do Cemaden. Obviamente, em termos de orçamento, que é sempre um desafio, da legislação e também do orçamento, quero deixar isto muito claro: legislação. E como isso tudo que vai ser falado aqui vai impactar na sociedade, particularmente com crianças, adolescentes e jovens.

Eu falo do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, da pós-graduação, para que os desafios sejam colocados lá: mudar as cabeças, a mentalidade, a cultura dessa população jovem. Porque, às vezes, mudar a cabeça do adulto, a gente sabe, é algo necessário, porém complicado. Então vamos pensar na geração futura.

Isso eu já falei para o Inpe, semana passada, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que tem um trabalho extraordinário, com dados livres para o mundo inteiro. Qualquer pessoa do mundo pode acessar os dados do Inpe e, ao mesmo tempo, saber como é que está, por exemplo, o desmatamento na Amazônia, que aumentou; mas está lá escrito, é um dado livre. Ninguém precisa perguntar, porque, inclusive, a União Europeia e outros países aceitam a pesquisa e os números, as estatísticas do Inpe, pela alta credibilidade que o órgão tem.

Então, essa radiografia do Inpe vai dizer também muito em termos de áreas de desmatamento. Eles não entram na legalidade ou ilegalidade; constatam, por exemplo, uma área de desmatamento, de queimada, disso, daquilo. E os órgãos próprios é que têm que ter políticas públicas para abordar aquilo que o Inpe registra. Tanto que, na semana passada, o Ministério do Meio Ambiente esteve presente para dizer quais eram as políticas do ministério em relação a isso tudo.

Então, falo tudo isso para que as pessoas que nos acompanham vejam como isso pode ser colocado. E nós temos até aqui – nós já fizemos o levantamento junto à Consultoria... A criação do Cemaden não é tão distante, é de 2011, pelo que consta no meu documento. De 2011 a 2025, são 14 anos. Não é tanto tempo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A implantação da rede nacional de sensores é de 2011 a 2014. Apoio a ações contra a seca no semiárido: 2012. Crises hídricas – e todo mundo acompanha isso pelo Brasil –: 2014. Também a nova sede... O Cemaden torna-se uma unidade de pesquisa em 2016.

Então, nós estamos em 2025 – são nove anos para o desenvolvimento de uma pesquisa –, é um processo ainda em andamento, mas que tem que ser valorizado, prestigiado. Quer dizer, tem o lançamento do canal Fala DC (Defesa Civil), a manutenção... Isso foi de 2024. Neste ano vai ser abordado, certamente.

Mas todos nós também nos lembramos dos incêndios florestais, que são quase uma rotina em nosso país; de uma chuva que aconteceu – todo mundo se lembra – no litoral norte de São Paulo; da seca na Amazônia, de dois anos atrás; da região árida na Bahia. Primeira vez na história em que é registrada uma região árida no Brasil. Então, é preocupação nossa. Estamos no Sul, estamos no Norte, temos que olhar para a Bahia, porque isso é consequência de um conjunto de coisas que têm que ser abordadas.

No ano de 2024, todos acompanhamos o desastre no Rio Grande do Sul – isso pode ser abordado para dizer que praticamente todos os municípios do Rio Grande do Sul sofreram os impactos daquela inundação –, e, ainda no ano passado, na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal. Então, tudo isso é muito importante.

Quero dar as boas-vindas... O que nós temos que pensar em relação ao Cemaden? Muito trabalho; muita disposição; certamente, infraestrutura abaixo, de pessoal, de equipamentos – isso tem que ser colocado –, de orçamento; mas principalmente que as pessoas, que a sociedade perceba a importância do órgão para a segurança, a saúde, o bem-estar, a preservação do meio ambiente. Esse é o grande objetivo desta audiência, e só temos duas pessoas, para que elas possam falar até com mais calma, não é? A gente gosta que as pessoas tenham tempo para falar – não demais... (*Risos.*) mas que possam ter a oportunidade de falar. Não é mesmo, Regina? (*Pausa.*)

Vamos dizer, assim, quanto tempo? Uns 20, 25...

A SRA. REGINA ALVALÁ (*Fora do microfone.*) – É, acho que uns 20, 25...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vinte minutos, 25 no máximo. Está bom?

A SRA. REGINA ALVALÁ (*Fora do microfone.*) – No máximo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque sempre é bom as pessoas que nos acompanham dizerem: "Poxa, foi tão bom, foi rápido, bom, direto, assertivo", não é? Eu gosto dessas coisas, para não ficar discutindo eternamente.

De qualquer forma, eu já quero ler algumas perguntas que vieram.

Rafael, do Paraná: "Por que [...] [é necessário] debater o papel do Cemaden? Não é bem clara a função e o dever desse órgão?". Então, Rafael, espero que fique claro após esta audiência pública.

Edfran, do Amazonas: "Quais estratégias o Cemaden pretende adotar para aprimorar o monitoramento e os alertas diante do aumento dos desastres naturais?". Eu gosto da palavra "aprimorar", porque é o que a gente está fazendo; a gente tem que aprimorar, melhorar, inovar a vida toda.

Marcos, do Distrito Federal: "O Cemaden está [utilizando] ou pretende incorporar ferramentas de inteligência artificial [...] para [...] desenhar cenários que antecipem eventos climáticos?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo, de Alagoas: "Existe integração em tempo real entre os alertas do Cemaden e aplicativos ou plataformas que chegam ao público diretamente por meio de celular?" – quer dizer, como é que é essa cadeia, não é? É algo que certamente vai ser colocado.

Bruno, da Paraíba: "Como o Cemaden pretende ampliar sua atuação [novamente] diante do aumento de desastres naturais causados pelo aquecimento global?".

E há comentários.

Gentil, da Paraíba: "[...] [Devem ser previstas punições] para governantes locais em [...] [caso] de tragédias ambientais, pois todas são cíclicas". É um comentário.

Domingos, do Rio Grande do Sul, com seu comentário: "[...] Todos os municípios deveriam ter um plano de contingência específico para suas condições particulares e possíveis eventualidades".

Kayo, do Rio de Janeiro: "O Cemaden é fundamental para prevenir e minimizar impactos de desastres agravados pelo aquecimento global [...]".

Muito bom. Parabéns para os que já fizeram os comentários e as perguntas.

Eu só quero dizer inclusive que, anos atrás, eu tive a felicidade de ser também Secretário de Educação do Estado do Paraná e instituímos, em todos os colégios estaduais, nas Apaes, coirmãs, em todos os colégios conveniados com a Secretaria de Educação, um ano antes do desastre na Boate Kiss – não foi por causa da Boate Kiss, mas um ano antes –, o que a gente chamou de Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola.

Então, eu sei que a Regina e o Jose Antônio vão falar sobre o Cemaden Educação, porque é um trabalho que tem que acontecer nas escolas também, com conhecimento, informação e assim por diante.

Muito bem. Passamos a palavra à Sra. Regina Alvalá, que é, como eu já disse, Diretora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Isso significa Cemaden, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Às vezes, o pessoal fala Cemaden e não sabe o que Cemaden significa, a sigla, mas sempre vamos usar por extenso também, que é Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Muito bom.

Com a palavra.

A SRA. REGINA ALVALÁ (Para expor. *Fora do microfone.*) – Bom dia a todos e a todas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos colocar para não te atrapalhar...

A SRA. REGINA ALVALÁ – Mais uma vez, bom dia a todos e a todas aqui presentes, os que nos escutam virtualmente. Muitíssimo obrigada, Senador Flávio Arns, é uma honra estar aqui falando do que nós fazemos no escopo de ciência, tecnologia e inovação, em especial na temática desastres, monitoramento e alertas, num centro que é essencialmente de ciência, tecnologia e inovação.

Então, é com grande alegria que eu venho aqui para abordar, muito rapidamente, porque daria para passar horas falando do que fazemos no Cemaden, mas eu particularmente gostaria também de registrar a alegria de ver o tema que foi proposto para tratarmos hoje: o papel do Cemaden frente à escalada dos desastres decorrentes por conta do aquecimento global, e as perspectivas estratégicas do órgão, do ministério, para os próximos anos.

Eu deixei ali em detalhe os "naturais", em destaque, e já, já eu explico por que é que a gente não usa mais o "naturais". Eu começo só, também muito rapidamente, explicando que a minha apresentação se complementará com a do meu colega Dr. Jose Marengo, que falará na sequência, então eu só vou fazer um pequeno *link.*

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Falamos muito de mudanças climáticas, mas essa figura resume sucintamente o que as mudanças climáticas fazem, contribuem como multiplicador de instabilidades. Então, nós temos os gases do efeito estufa presentes na atmosfera, e os seus aumentos acabam sendo responsáveis pelo aquecimento global e regional, não é global, mas cada região tem consequências distintas em função desse aquecimento.

Entre essas várias consequências, destaco ali aquela que está mais associada com desastres, não só no Brasil, mas em todo o planeta, que está associada às mudanças nos padrões de chuvas nas diferentes regiões do planeta. E, entre os vários impactos, destacam-se então extremos climáticos mais intensos e frequentes, como as ondas de calor, ondas de frio, os furacões, secas, incêndios, os deslizamentos de terras, as enxurradas, as inundações, que são tipologias de desastres que acontecem praticamente em todas as áreas continentais do nosso planeta. Nós não temos, por exemplo, no Brasil furacões, mas nós temos outros desastres deflagrados em razão desses extremos mais intensos e frequentes.

E se só olharmos para as duas últimas décadas, o Brasil – e aí vamos só olhar aqui o nosso país – tem sido impactado e continua sendo impactado por esses extremos e, como consequência, com impactos socioeconômicos nos vários ecossistemas do nosso país, distintamente.

Então, tem ali alguns dados só para nos situarmos. Houve secas na Amazônia em 2005, 2010, 2016, 2023, 2024. O Acre, agora, neste ano, foi impactado tanto por secas quanto por inundações em 2025, mas também ocorreram inundações na Amazônia em 2009, 2013, 2014, etc. Houve queimadas no Pantanal, em 2020, 2022, 2023, 2024. No Rio Grande do Sul, na Região Sul, ocorreram secas por um período bastante significativo, entre 2020 e 2023, e, logo na sequência, as inundações em junho de 2023, setembro de 2023 e a grande inundação de 2024. Neste ano também já tivemos eventos de inundações não tão regionalizados, mas em algumas partes do Estado do Rio Grande do Sul. Secas na região semiárida do Brasil. Chuvas em várias partes da Região Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais. Seca também na Região Sudeste do Brasil, que, inclusive, gerou a pior crise de água que a gente podia ter visto, desde 1960, que foi a seca de 2013 e 2014, que impactou o principal sistema de abastecimento de água para a população na cidade de São Paulo, que é o Sistema Cantareira. Então, a gente está tendo esses eventos cada vez mais frequentes e cada vez com impactos socioeconômicos mais significativos.

Eu destaquei, lá atrás, que os "naturais" nós não usamos mais, e não nós, no Cemaden; isso vem da ciência dos desastres, como as pessoas que trabalham com as ciências nos vários cantos do mundo, olhando também para os marcos internacionais de gestão e de redução de riscos de desastres, já, digamos assim, aboliram a terminologia "naturais".

Claro que, por exemplo, um vulcão em erupção ou mesmo um abalo sísmico até a gente pode dizer que é um desastre geofísico ou um desastre natural. Mas no caso das tipologias de desastres que acontecem no Brasil, o que nós temos é essa combinação da ameaça – a ameaça é natural, é uma chuva mais intensa, mais frequente, mais localizada – com a vulnerabilidade. Então, quando a gente combina a ameaça com a vulnerabilidade, é que nós temos o desastre. Por isso, inclusive, que, muitas vezes, o foco nesses desastres deflagrados por chuvas demais, decorrentes de inundações, de enxurradas, de deslizamentos de terra, sempre está nas áreas urbanas, que é onde tem a população que vai ser mais impactada por eles.

Bom, é dentro desse contexto, então, de desastres que o Cemaden foi criado em 2011, como o senhor bem destacou. É um centro bastante jovem, tem apenas 14 anos de criação, com uma missão

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito clara, que é realmente prover esses serviços climáticos, fazer o monitoramento relevante para subsidiar a gestão, mas também a redução do risco de desastres, considerando o monitoramento das condições – tem um nome bastante grande ali, mas é porque, como os desastres são naturais, então a gente precisa monitorar essas condições – geo-hidro-meteorológicas e socioambientais, que vão deflagrar esses desastres que mais impactam o território brasileiro, que são os desastres geológicos, hidrológicos e meteorológicos.

Então, como um centro que tem uma missão de monitoramento, nós trabalhamos ininterruptamente 24 horas por dia. Como também é uma instituição de ciência, tecnologia e inovação, nós desenvolvemos pesquisas, inovação, contribuímos para a formação de recursos humanos – mesmo o centro novo tem um programa de pós-graduação desde 2019 – e também no outro extremo, para chuvas demais, monitoramos movimentos de massa e os riscos hidrológicos, e, para chuvas de menos, monitoramos as condições de seca, os seus impactos na agricultura, na gestão, na geração de água para abastecimento humano, os recursos hídricos e também o risco de propagação de fogo. E como toda instituição de CIT, trabalhamos com parcerias nacionais e internacionais.

Bom, do ponto de vista de monitoramento dos desastres associados às chuvas demais, então, aos riscos de deslizamentos de terra e aos riscos hidrológicos, lá em 2011, quando o centro foi criado, com o decreto de criação do centro em 1º de julho, em 2 de dezembro, nós já estávamos monitorando ininterruptamente. Começamos monitorando 56 municípios e este número de municípios foi gradativamente aumentando.

Então, em 2012, foram elencados 821 municípios considerados críticos para o Cemaden monitorar, e esse número foi vigente desde 2012 até 2022, final de 2022. No início de 2023, fez-se então uma reanálise, uma reavaliação dessa lista de municípios mais críticos, um trabalho coordenado pela Secretaria de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil, da Presidência da República, com contribuições não só do MCTI, mas do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério das Cidades, do Serviço Geológico do Brasil, que está vinculado ao Ministério de Minas e Energia, e também do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Este número saltou de 821 para 1.942 municípios, que foram considerados mais suscetíveis à ocorrência tanto de desastres associados a movimento de massa quanto de desastres hidrológicos. E no início deste ano, após também o desastre no Estado do Rio Grande do Sul, no ano passado, mais 153 municípios, considerando aí uma avaliação, um período bastante longo com uma base de dados de 1991 a 2024, foram incorporados aos 1.942. Então, hoje, essa lista de municípios suscetíveis a ocorrências dessas tipologias de desastres soma 2.095 municípios. Nesses municípios vivem praticamente a maior parcela da população do Brasil. Nós temos 5.570 municípios no território brasileiro, mas, nesses que o Cemaden monitora vivem... Hoje nós monitoramos 1.133 desses 2.095 municípios, e, nesses 1.133, vivem 60% da população. Com os 2.095, vive um pouquinho mais de 70%. Nesses municípios também, obviamente, têm registros de ocorrências de desastres, de pessoas desalojadas, desabrigadas. Então, todo o trabalho se alicerçou em várias bases de dados, tanto associadas à clima quanto à ocorrência de desastres com os impactos. Nós olhamos muito de *zoom* para cada um desses 1.133 municípios que o Cemaden monitora, nós temos todas as áreas de riscos mapeadas. Hoje nós monitoramos entre 35 e 40 mil áreas de riscos. A gente olha bem de *zoom* para aquelas áreas, porque nem toda a cidade tem moradias que vão ser impactadas por uma chuva mais extrema ou por uma chuva contínua, mas que tenha um padrão de vulnerabilidade maior. Então, o nosso foco é olhar para as áreas de riscos mapeadas dentro dos municípios.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também, desenvolvemos um índice, por exemplo, de vulnerabilidade a deslizamentos de terra. Então, para a gente também é importante saber, das várias áreas de riscos que são suscetíveis aos deslizamentos, quais são as mais críticas das críticas. Esse também é um trabalho de pesquisa conduzido pelo Cemaden e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para subsidiar o monitoramento que o Cemaden faz, o centro ficou incumbido, como o senhor também destacou, de implementar uma rede de monitoramento ambiental, que foi implementada entre 2013 e 2014. Nós adquirimos um conjunto de equipamentos para dispor de informações em tempo mais real, uma vez que a base de dados que o país tinha não dispunha informações em intervalos ou escalas temporais mais finas para subsidiar o monitoramento. Aí o Cemaden, então, adquiriu nove radares meteorológicos, um pouco mais de 3 mil pluviômetros automáticos, estações hidrológicas, estações geotécnicas – que também nos permitem monitorar não só a chuva que cai, mas a água que infiltra dentro do solo até a profundidade de 3m, por exemplo – e um outro conjunto de equipamentos para monitorar a região semiárida do Brasil.

Está ali, em destaque, como esses dados são transmitidos. Eles precisam chegar em tempo real ao nosso centro para subsidiar as equipes que trabalham, fazendo o monitoramento.

O centro também desenvolve plataformas e ferramentas. Acho que teve aqui uma inversão do eslaide, mas não tem problema. Por exemplo, para monitorar os riscos de deslizamentos de terra, nós temos uma sala operacional onde trabalham profissionais especialistas da área de geologia, da área de geodinâmica, da área de hidrologia, da área de meteorologia e também profissionais que são mais especialistas nas áreas das humanas, das sociais, que entendem das vulnerabilidades. Então, essa sala operacional é como uma UTI de hospital em que profissionais, com diferentes conhecimentos específicos e técnicos, trabalham em conjunto, e, desse trabalho em conjunto, os alertas são emitidos.

Os alertas emitidos pelo centro são imediatamente, após a sua emissão, encaminhados para a Defesa Civil Nacional, vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e também para as defesas civis dos municípios alertados. Os alertas só são emitidos quando há realmente uma convergência de informações e dados e de situação que demanda realmente a emissão de um alerta mais específico.

A gente costuma dizer que nós não somos uma instituição de meteorologia. As instituições de meteorologia fazem diariamente as previsões de tempo, mas nem toda chuva que cai numa determinada região, numa determinada cidade, numa determinada área vai se singularizar num desastre, vai culminar num desastre. Então, é preciso diferenciar. A previsão de tempo é um insumo, é um dado, é uma informação útil para subsidiar o monitoramento, mas, para esse monitoramento mais amplo, nós consideramos uma série de outros dados e informações.

O Cemaden, no contexto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, desenvolveu esse sistema de previsão de riscos de deslizamentos de terra que combina acumulados efetivos de chuvas. A gente conhece os limiares críticos, qual limiar de chuva que pode fazer uma encosta deslizar ou uma área mais ou menos inclinada. Esses limiares não são idênticos.

Esse sistema incorpora essas informações, incorpora informações da chuva que acumulou no solo, da chuva que já caiu, e também previsões de chuva, as previsões de chuva futura.

Com esse sistema, a gente consegue fazer previsões com até 72 horas de antecedência, ou seja, três dias de antecedência, considerando os vários municípios do país que têm risco, que têm suscetibilidade aos riscos de deslizamentos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um sistema público, está no *site* do Cemaden. Qualquer cidadão pode também entrar e acompanhar o que acontece na sua região, no seu município.

Eu já estou até adiantando um pouquinho de como a gente já está prevendo para o futuro.

Este também é um outro sistema que está em desenvolvimento no Cemaden. O que eu mencionei anteriormente é o sistema só direcionado para deslizamentos de terra. Este aqui é um sistema para previsão de riscos de inundações, que nós chamamos Hidro-Risk. A gente mapeou e faz uma previsão hidrológica para os próximos dias, para cada bacia hidrográfica do país.

Então, aqui tem um *zoom* para o Rio Grande do Sul. Tem ali uma veinha vermelhinha, uma laranjinha, uma amarelinha, ilustrando aqui uma previsão de risco de inundação para uma região do Rio Grande do Sul, que, recentemente, realmente passou por uma inundação. Aqui, tem o exemplo de uma previsão feita da vazão. A gente combina modelo hidrológico com previsão meteorológica. Tem um trabalho de pesquisa e desenvolvimento bastante substantivo por trás dessa ferramenta, e a gente consegue ir gerando, então, previsões, várias previsões de vazão para os próximos dez dias. Isso também é bastante importante, porque a gente consegue alertar cada vez mais com antecedência. Aqui é um exemplo para Alegrete, no Rio Grande do Sul, feito mais recentemente em maio de 2025, e de fato depois extrapolou a cota de inundação ou não. Você consegue ir acompanhando se vai extrapolar, e as defesas civis dos municípios alertados podem se antecipar para agir.

Hoje, neste trabalho feito no contexto do sistema Hidro-Risk, a gente já mapeou todas as bacias do Atlântico Sudeste e algumas também da região do Estado do Paraná, bacias do Rio Tocantins, do São Francisco, etc. Tem ainda lacunas. A gente está agora trabalhando para completar as bacias da Região Nordeste e também as bacias da Região Amazônica, que têm um conjunto de municípios com riscos para inundações, alagamentos e enxurradas. Então, esse também é um trabalho que contempla desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimentos tecnológicos e também inovação.

Bom, nós temos também esse canal que foi aqui mencionado: "Fala Defesa Civil". Todos os alertas, como eu já mencionei, emitidos pelo Cemaden são imediatamente encaminhados para a Defesa Civil Nacional e para a Defesa Civil do município. Então, nós também criamos essa plataforma por meio da qual as defesas civis têm um contato mais estreito e direto com o Cemaden.

Eu mencionei a rede de monitoramento de chuvas que o centro tem, e esses dados nós recebemos em tempo real e eles também são disponibilizados em tempo real para a sociedade. Então, via mapa interativa, no centro, qualquer cidadão pode entrar e acompanhar como é que estão as chuvas pelos equipamentos do centro por esse canal que nós chamamos do Fala.BR.

Bom, considerando que a rede de monitoramento foi implementada praticamente uma década atrás, a gente tem que, obviamente, estar sempre inovando. Então, o Cemaden, no trabalho de desenvolvimento tecnológico e de inovação... Porque manter essa rede de equipamentos funcionando é dispendiosa, ela demanda recursos para as manutenções, tanto preventivas quanto corretivas. Visando, então, minimizar o custo de manutenção dessas redes, o Cemaden desenvolveu um conceito de novas plataformas de coleta de dados para monitorar chuvas e criou, então, um protótipo de um sistema que permite acoplar um sensor para monitorar chuvas, que pode inclusive ser incrementado com outros sensores para monitorar outras variáveis climáticas e já transferiu isso para as empresas no Brasil.

Então, hoje já tem empresa fabricando este novo pluviômetro mais compacto, com maior eficiência energética, com tempo de vida útil maior – estimada em cinco anos para a bateria –, sem muitas componentes externas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O pluviômetro inicial da rede implementada tem um painel solar, tem cabos e, às vezes, há vandalismo, há roubo de cabos e há animais que impactam ali – comem os cabos, etc. Então, esse equipamento é hoje bem mais compacto, permite a transmissão dos dados, via NBIoT, sem fio de baixa potência, a instalação também é bem mais simplificada, a caixa é pequena, então tudo isso também diminui os custos de fabricação desses equipamentos. Este equipamento já foi homologado pela Anatel. E é com muito orgulho que eu até compartilho que as indústrias, as empresas fabricantes de equipamentos para monitoramento de chuvas têm procurado a empresa brasileira que fabricou esse nosso equipamento porque se interessaram pelo desenvolvimento tecnológico e inovação que esses equipamentos já incorporam. Tanto já fabricaram bastante que nós instalamos, nesse pacote de equipamentos novos, 418 novos pluviômetros no Estado do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul foi bastante impactado, no ano passado, por aquele grande desastre, dos equipamentos tradicionais, mais de cem foram perdidos pelo desastre. Então nós já instalamos 418 equipamentos e já estão funcionando, já estão transmitindo dados para o nosso centro. Aqui é um exemplo dele já instalado, muito próximo de uma área que foi destruída, de uma escola, de uma cidade próxima do Rio Taquari, no Rio Grande do Sul. E estamos expandindo também a rede observacional, porque nós temos que monitorar mais municípios, 1.133, praticamente metade daqueles 2.095, então, com recursos do PAC, nós estamos adquirindo equipamentos para serem instalados nos municípios que ainda não contam com informações sobre chuvas para subsidiar o monitoramento.

Além disso, também estamos com investimento para expandir a capacidade do parque de tecnologia da informação do centro, porque vamos receber mais dados. O nosso parque é do início da criação do centro, e a gente sabe que tecnologia da informação avança muito rapidamente, então a gente também vai ter um Tier III agora, uma infraestrutura mais compatível para poder armazenar, receber, processar, etc., dados, em tempo praticamente quase real; nós também mudamos recentemente o nosso sistema de vídeo *wall*, esse sistema fica na sala de operações e é fundamental para permitir a visualização e o cruzamento de várias camadas de informações para subsidiar o trabalho de monitoramento e emissão de alertas. E esse trabalho é feito ininterruptamente 24 horas por dia, sete dias da semana, por profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Onde que funciona o Cemaden, é bom falar.

A SRA. REGINA ALVALÁ – O centro funciona em São José dos Campos. Nós estamos sediados dentro da área do parque tecnológico da cidade, que fica ali na Rodovia Presidente Dutra, todo o centro, nós não temos nenhuma outra filial, digamos assim, todo o estafe do centro está concentrado então numa área que ocupamos no parque tecnológico do Cemaden.

Eu não vou falar muito aqui sobre isso, o Dr. Marengo deve falar, mas a gente também acabou de submeter um projeto, e vamos criar três grandes laboratórios: um de geotecnia; um integrado de simulação de chuvas, que vai ser o primeiro laboratório de simulação de chuvas do Brasil; e um outro de visualização de encostas. Numa chamada recente de uma carta convite do MCTI/Finep/FNDCT, ficamos muito felizes, porque saiu ontem o resultado, e o centro vai avançar com a criação desses laboratórios, com *softwares* de processamento, com equipamentos para coleta de dados, coleta de dados também por *scanners*, etc. e inclusive com um laboratório de realidade virtual, o que vai colocar o Brasil também no patamar de outros centros avançados de desastres do mundo – o Japão é muito avançado nessa área. Essa coisa com animação demora um pouquinho mais. Enfim, particularmente,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com esse laboratório, vai ser possível fazer vários estudos e aprimorar não só o monitoramento, mas a própria atuação das defesas civis que atuam lá na ponta.

E, no outro extremo, nós fazemos o monitoramento operacional de secas – vou passar muito rapidamente. Nós começamos monitorando inicialmente a região semiárida, lá em 2012, mas, desde 2017, nós monitoramos todo o território brasileiro, considerando várias fontes de dados e gerando vários produtos, considerando obviamente uma abordagem multidisciplinar. Então, olhamos não só a chuva, mas a água no solo, como é que está a situação da vegetação, a vazão dos rios, os níveis dos reservatórios e várias outras fontes de dados, como a vulnerabilidade socioeconômica, o mapeamento dos setores expostos às secas, e geramos, então, informações que nos permitem olhar como é que está a severidade da seca – e aqui sim – para cada um dos 5,57 mil municípios do território brasileiro. Então, o impacto da severidade da seca nas áreas agroprodutivas, nos assentamentos rurais, nas terras indígenas, nas unidades de conservação.

Essas informações são muito importantes e úteis para subsidiar a redução de impactos, inclusive, de políticas públicas conduzidas pelo Brasil. O Cemaden gera um dos indicadores que subsidia um importante programa que o país tem, há mais de 20 anos, que é o Garantia-Safra, identifica também os municípios...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA ALVALÁ – ... em situação emergencial, reuniões de salas de crise e várias outras aplicações destacadas à direita. Eu estou quase concluindo.

No contexto de avanços – é até uma das perguntas aqui, a que já adianto respondendo –, o Cemaden está pensando em usar inteligência artificial, a gente está já, sim, com pesquisas em andamento, esforço em andamento para usar inteligência artificial para a previsão das secas agrícolas e também das secas hidrológicas.

Geramos também uma outra informação muito importante que subsidia o monitoramento de 42 bacias hidrográficas do Brasil, na questão de como está a situação dessas bacias que proveem água para abastecimento, água para geração hidrelétrica e água para navegação. Fazemos essa comunicação por diferentes mecanismos, as informações ficam disponibilizadas no *site* do centro, os dados todos também disponibilizados para todos os interessados.

E, por fim, uma outra frente que nós trabalhamos no Cemaden, também já há praticamente mais de uma década, é o Programa Cemaden Educação, uma rede de escolas e comunidades na prevenção de desastres que tem o foco de mobilizar jovens, estudantes, principalmente de nível médio, mas também de universidades, professores e todas as comunidades, com o foco em construir conhecimento, refletir e agir na prevenção dos riscos de desastres no Brasil.

A gente tem bastante orgulho de dizer que essa iniciativa do Cemaden Educação foi considerada como uma prática inspiradora pelas Nações Unidas, pelo combate às mudanças do clima da ONU, e a gente tem trabalhado nessa frente com redes de escolas, com mobilização, com campanhas, etc. O meu colega, Dr. Marengo, deve detalhar um pouquinho mais à frente.

Só fechando, nem elenquei aqui, deveria ter vários pontinhos ali, mas recursos orçamentários para a manutenção da rede são cruciais, não só para a rede já implementada, mas, também, para a complementação que ainda se faz necessária e também para ampliação do quadro de recursos humanos do centro. Nós acabamos de absorver servidores no centro agora, nesse finalzinho de julho a agosto, mas ainda precisamos de mais recursos humanos para dar continuidade ao que fazemos no centro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe ter me alongado, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Dra. Regina Célia dos Santos Alvalá.

Até nós demos um tempo a mais, foram 35 minutos, para que a explicação pudesse transcorrer até o final, um pouco apurado no final. (*Risos.*)

Mas eu quero dizer a todos e a todas que nos acompanham pelos meios de comunicação que a apresentação ficará inteira na página da Comissão, bem como a exposição da Dra. Regina e também a do Dr. Jose Antonio, que falará na sequência.

Eu quero dizer que muitas pessoas certamente vão dizer: "Olhe, poderia ter isso, poderia ter aquilo". A gente está... A Comissão do Senado Federal, nesta área, está aberta a receber sugestões da sociedade que vão nos subsidiar no Congresso e subsidiar o próprio trabalho do Cemaden.

Então, lembrando: "ce" é centro, "m" é monitoramento, "a" é alerta de desastres naturais... Tem que mudar o nome do Cemaden...

A SRA. REGINA ALVALÁ (*Fora do microfone.*) – Tem que mudar o nome. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque não é natural só, não é?

Então, tem que pensar numa nova expressão para não ser... Vocês nos induziram a erro, não é? (*Risos.*) Está certo?

Então, está bom, muito bem.

Passamos, em seguida, a palavra ao Dr. Jose Antonio Marengo, que é Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – ou não.

Então, está bom.

Com a palavra o Dr. Jose Antonio.

O SR. JOSE ANTONIO MARENGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

O Cemaden agradece ao Senador Flávio Arns e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática pelo convite para apresentar as atividades do Cemaden.

O meu nome é Jose Antonio Marengo, Coordenador de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro. Eu sou climatologista, então, trabalhamos já há 14 anos com esses assuntos de extremos. Então, talvez o que seria um pouco importante... Os desastres, como a Dra. Regina falou, no Brasil, são basicamente desastres climáticos e, obviamente, as ameaças climáticas e os desastres têm uma interação muito complexa. Temos eventos meteorológicos extremos, como chuvas intensas, falta de chuva, que deflagram enchentes, secas e tempestades, que são os desastres mais importantes no Brasil.

Temos aí, por exemplo, como disse, não só os principais impactos ou os desastres, como temos as perdas econômicas associadas e, particularmente, a vulnerabilidade e o impacto social, ou seja, as pessoas com maior pobreza no Brasil são as mais afetadas, aquelas que têm uma desigualdade social no Brasil e (*Falha no áudio.*) ... áreas não seguras e sem saneamento básico. E, como consequência, nós temos mortos e feridos, deslocamentos, imigrações e problemas de saúde.

Então, após todo desastre, aparecem muitas consequências: não só o desastre mesmo, mas problemas de saúde e, particularmente, problemas mentais, como já aconteceu em estudos dos desastres de Blumenau, em 2008, e, recentemente, no Rio Grande do Sul, em 2024.

Uma das coisas importantes é que a Organização das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres já tem feito avaliações, e eles estimam que o número de desastres esteja aumentando, já

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desde os anos 70, e existe uma tendência de aumento, tanto do número de desastres, caso, por exemplo, também, do número de secas... Talvez as secas não matem tantas pessoas como as inundações, mas afetam grandes áreas...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dr. Jose Antonio, eu só vou me desculpar e fazer uma interrupção, porque os eslaides, a apresentação não está em tela cheia e não há possibilidade de os eslaides, as fotografias da exposição serem passados. A tela não está mudando.

O SR. JOSE ANTONIO MARENGO (*Por videoconferência.*) – Opa, desculpem-me. (*Pausa.*)

Aqui não é tela cheia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, ainda não está em tela cheia.

O SR. JOSE ANTONIO MARENGO (*Por videoconferência.*) – Está agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Espere só um pouquinho que o Leomar, que é o Secretário, já o orienta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O senhor só diz: "O seguinte, o seguinte", e as pessoas aqui da própria secretaria passam, então, à exposição seguinte. Só dê um sinal por aí, não é, Dr. Jose Antonio?

O SR. JOSE ANTONIO MARENGO (*Por videoconferência.*) – Sim, sim, desculpem-me pelo incômodo. Aqui estava funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tudo bem. O.k.? (*Pausa.*)

Agora até eu estou enxergando. (*Risos.*)

O SR. JOSE ANTONIO MARENGO (*Por videoconferência.*) – Desculpem-me.

Então, como já tínhamos falado aqui, no caso das ameaças climáticas e dos desastres no Brasil, há uma interação muito importante. Os desastres no Brasil são de origem climática, tanto muita chuva como pouca chuva, e a combinação que pode existir, por exemplo, ondas de calor com secas e todo esse tipo de fatores.

É claro que todos os desastres no Brasil, como em todo o mundo, geram perdas econômicas importantes e geralmente afetam as pessoas mais pobres, ou seja, as pessoas que são socialmente mais vulneráveis. E dentro das consequências dos desastres, nós temos obviamente mortos, ferimentos, desaparecidos, deslocamentos e migrações, que é um aspecto muito importante, e problemas de saúde. Esses problemas, tanto psicológicos como de traumas, aparecem geralmente depois do desastre e é algo que pode durar por anos.

Próximo, por favor.

Então a Organização das Nações Unidas para a Redução de Risco de Desastres tem feito avaliações sobre projeções, e todas elas apontam um aumento, já observado desde os anos 70 e possivelmente até os próximos dez anos, no número de desastres em todo o mundo.

Próximo.

Tanto na parte de secas também – próximo – como também na parte de extremos de temperatura, particularmente ondas de calor. Ondas de frio também, mas ondas de calor são desastres mais importantes, porque interagem muito com secas, e é aí que vêm desastres como, por exemplo, risco de incêndios florestais.

Próximo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, no caso das emissões, as maiores emissões de gases de efeito estufa são nos Estados Unidos, mas vocês podem ver essas cores azul e verde. No caso de Estados Unidos e China, a maior emissão é de queima de combustível fóssil. E no caso do Brasil e Indonésia, por exemplo, a maior contribuição é manuseio do solo, ou seja, mudanças no uso da terra, que podem ser também uma parte disso associado ao desmatamento, não só da Amazônia, desmatamento de todos os biomas. Então isso mostra um pouco a origem da contribuição do Brasil para a emissão de gases de efeito estufa.

Próximo, por favor.

E já falamos de aquecimento global. Então esta figura é do Centro Copérnico, da Europa. Aquelas linhas laranjas que vocês veem na esquerda são as anomalias, ou seja, anomalia seria o valor da temperatura do ano menos a climatologia, neste caso, de 1991 a 2010. E aí vocês podem ver já desde os anos 60, e recentemente o ano de 2024 ultrapassou o valor de 1,5º.

E esse valor de 1,5º é aquele que foi discutido no Acordo de Paris. A ideia era reduzir emissões de gases de efeito estufa, reduzir desmatamento, para não chegar a esse 1,5º. Por quê? Porque, ultrapassando isso, nós teríamos um aumento na frequência de eventos extremos. Então, quando a atmosfera está muito quente, armazena maior volume de umidade atmosférica, e isso, de certa forma, acelera a circulação atmosférica. É como se estivéssemos colocando gasolina no fogo.

E isso é preocupante. Por quê? Porque, nos primeiros cinco meses de 2025, também ultrapassamos 1,5º. Então, é ainda cedo para dizer que o Acordo de Paris foi um fracasso. É simplesmente uma luz vermelha de que estamos próximos demais ao que nós estabelecemos como limite.

E aquela figura mundial são anomalias de temperatura do ano de 2024. E aí vocês podem ver quase todo o domínio em vermelho, que é aquecimento, tanto na região do Hemisfério Norte como também nas regiões do Hemisfério Sul, incluindo quase todo o Brasil.

Próximo, por favor.

Bom, e esse aquecimento não é só global, já também se observa regional.

Aí vocês observam as anomalias de temperatura. As linhas e cores representam vários bancos de dados de temperatura, mas todos eles apontam para 2024 ter sido o ano mais quente no México, no Caribe, na América Central e na América do Sul, ou seja, 2024 foi o ano mais quente, tanto em nível global como em nível regional. E, no Brasil, também foi o ano mais quente desde 1961.

Próximo, por favor.

Então, aí nós enfrentamos o que nós chamamos crise climática, que já estamos experimentando, e a emergência climática, ou seja, a forma como nós vamos enfrentar esse problema.

Próximo, por favor.

Bom, esta figura é meio complicadinha, mas vou tentar simplificar. São três elipses. Há uma elipse que representa a vulnerabilidade, que é um conceito social, ou seja, predisposição de pessoa ou grupo a ser afetado negativamente por algum fator, neste caso, o clima. Obviamente, isso vai depender de idade, gênero, educação, pobreza. Depois nós temos *exposure*, a exposição: predisposição de um grupo a ser afetado, por exemplo, imagine uma cidade que está morando próxima de mais de um rio ou de um morro – está exposta. E o terceiro, que aparece como w*eather and climate events*, seria a ameaça, a ameaça meteorológica: chuvas intensas ou falta de chuva, ondas de calor que podem gerar desastres. Essa combinação dos três nos dá o risco de desastre, ou seja, a chuva não é o desastre. O que se recebe muitas vezes no celular é previsão de chuva. E aí, automaticamente, quem faz essa previsão no aplicativo assume que essa chuva vai gerar uma enchente. Pode ser que gere uma enchente se cair em

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma área exposta ou uma área urbana, mas se cair no meio da Amazônia, simplesmente vai ser uma chuva intensa, não vai ser um desastre.

Então nós temos que diferenciar: a chuva não é o desastre; a combinação de chuva extrema em áreas expostas e vulneráveis, isso sim gera um desastre. E o Cemaden trabalha justamente com essa combinação dos três, para a redução de risco de desastre.

Próximo, por favor.

Então, os diferentes dados. Alguém perguntou sobre inteligência artificial e outros. Para trabalhar com chuva, primeiro, ou seja, com ameaça, nós temos as redes que já foram apresentadas pela Dra. Regina; os diversos tipos de modelagem, previsão melhorada de tempo e clima, ou melhoria dos sistemas de alerta precoce, ou seja, aqueles alertas precoces, aqueles que são emitidos pelo Cemaden, com dias de antecedência, sobre a possibilidade de um desastre afetar uma área.

Para isso utilizamos modelos matemáticos e empíricos, a previsão numérica do tempo (PNT), inteligência artificial, aprendizado de máquina, redes neurais – todas essas técnicas nos ajudam a melhorar nossos modelos e nossas previsões –, como também trabalhamos com modelos hidrológicos e de deslizamentos de terra e, obviamente, observações de campo de nossas redes, das redes do Inmet, do Inpe, da Agência Nacional de Águas e também das redes dos estados.

Então, a ideia disso é, por exemplo, vulnerabilidade: se nós queremos reduzir ou melhorar a previsão dos impactos e das ameaças, é para poder reduzir o risco de desastres. E para poder reduzir o risco de desastres, também precisamos de redução da pobreza, melhor educação e desenvolvimento sustentável e, obviamente, para exposição, realocação de ativos, ativos de proteção contra intempéries. Por exemplo, uma solução baseada em adaptação, a construção de um dique ou de uma barragem para proteger algumas cidades e já se começa a discutir um pouco na parte de seguros. Então, é isso o que o Cemaden trabalha e também com os aspectos de redução de vulnerabilidade e exposição.

Próximo, por favor.

Quando nós falamos de desastres, vemos fotografias de São Paulo inundada, mas isso não é algo dos últimos anos. Estas são figuras que eu obtive da internet de grandes enchentes, em São Paulo, em 1929 e em mil novecentos e cinquenta e tantos. Vejam que são similares ao que acontece agora. Claro, é diferente, por exemplo, do próximo eslaide.

Próximo, por favor.

É algo mais recente, podemos dizer, mas os desastres continuam aí: os rios estão, as inundações aparecem, as inundações costeiras e também as grandes áreas urbanas inundadas, como no caso de São Paulo, ou seja, o risco sempre existiu. Talvez, antes, a vulnerabilidade era menor, o número de população era menor, a exposição era menor, mas agora com construções muitas vezes irregulares, em áreas de risco, e migração para as cidades, o risco de desastres aumentou, nas últimas décadas.

Próximo.

Também temos que lembrar alguns desastres, como aquele desastre de fevereiro de 2022, em Petrópolis. Foi uma chuva intensa. Vocês podem ver o que a chuva gerou: esses deslizamentos de terra, aquelas áreas sem vegetação e que isso matou 234 pessoas. Em eventos como esses, por exemplo, a chuva intensa é o processo deflagrador do desastre. Mas a exposição dessas áreas, a falta de proteção vegetal e a localização de casas em áreas de risco aumentou essa vulnerabilidade e aí nós temos um número grande de pessoas que morreram.

Próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Algo similar em Recife, em maio de 2022, em que 130 pessoas morreram. Na cidade de Olinda, por exemplo, registrou-se 199mm em 24 horas e a climatologia era de 311mm, ou seja, mais da metade caiu em um dia, e 130 pessoas morreram como consequência disso.

Próximo.

O desastre mais recente, no Rio Grande do Sul: 184 mortos, 463 municípios afetados, mais de 2 milhões de pessoas afetadas. O que temos que ver é que em todos esses desastres... Particularmente sobre aquele do Rio Grande do Sul, o Cemaden já tinha emitido alertas de desastres com alto risco de desastres geológicos e de desastres hidrológicos, com dias de antecedência. Já tinham sido emitidos esses alertas para a Defesa Civil, ou seja, o Cemaden não tem atribuição de mandar os alertas para a população. É feito através do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ou seja, da Defesa Civil.

Próximo, por favor.

Bom, e também pelo outro lado, incêndios, secas. O risco de incêndios vai depender da seca, por exemplo, e de ondas de calor, como já aconteceu em 2023, 2024 e 2019, 2019 e 2020, no Pantanal e na Região Amazônica, ou seja, não foi só o calor, foi a combinação de seca com calor. E isso é realmente o que está afetando e aumentando o risco de incêndios, não só nessas regiões, mas também em outras áreas do Cerrado também.

Próximo.

E se pensarmos no futuro um pouco? Essas são as projeções dos modelos do IPCC, em que se pensa, por exemplo, em um aumento de 4º, global, ultrapassando, e muito, o 1,5º do Acordo de Paris, e uma concentração de 500ppm.

A primeira figura vem toda em vermelho, ou seja, um aquecimento que no caso do Brasil pode ultrapassar os 6º. O segundo mapa mostra as anomalias de chuva e vejam que partes da Região Amazônica estão no lado marrom, ou seja, mais secas. E, nas regiões que atualmente são muito vulneráveis aos excessos de chuva, no futuro, teríamos mais chuva. E o terceiro mapa mostra que essas chuvas seriam na forma de extremos.

Então, a situação em toda as Regiões Sudeste e Sul do Brasil, que são as mais afetadas pelos extremos de chuva no presente, no futuro, poderia continuar, ou seja, a ameaça está aumentando. Nós temos que ver formas de reduzir a vulnerabilidade da população, a exposição dela a isso, com medidas de adaptação para que não se tenha um impacto muito grave nas populações no futuro.

Próximo.

E aí nós temos um sumário do que poderia ser esperado até o final do século XXI em cada uma das regiões. Em todas elas se observa aumento de temperatura, o que se observa também ao nível global. Em alguns casos, como nas Regiões Sudeste e Sul, se mostram chuvas intensas e irregulares, o que significa que podemos ter chuvas concentradas em poucos dias que geram desastres e, depois, ter períodos secos e quentes que poderiam gerar incêndios, ou seja, um clima bastante extremo e irregular.

Próximo, por favor.

Bom, e aqui as linhas de pesquisa do Cemaden. Justamente focados nisso, nós temos uma linha de pesquisa a que nós chamamos de Alertageo, que objetiva aprimorar o entendimento científico dos mecanismos deflagradores de movimentos de massa, ou seja, deslizamentos de terra. A Dra. Regina já mostrou a rede instrumental, a rede de observações que tem e também o nível de modelagem que nós utilizamos para isso. Utilizamos isso aqui para nossas atividades regulares todos os dias e usaremos também para futuro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Secas também, que já foram apresentadas. Lembro que nós temos seca hidrológica, seca meteorológica. O que nós chamamos de seca socioeconômica seria o impacto. Utilizamos geração de conhecimento científico sobre ameaças. E a seca é um fenômeno muito importante no Brasil. Utilizamos todo tipo de informações que possamos obter, informações de satélites, informações de nossa rede.

O próximo, por favor.

O Programa Hidro, que tem a ver com os processos hidrológicos em diferentes escalas temporais, que tem a ver com inundações e enxurradas, por exemplo, através de sistemas de previsão de modelagem e instrumentação que nós temos já instalados nos principais rios das áreas monitoradas pelo Brasil.

Próximo, por favor.

E o Cemaden na Sociedade. Este programa é extremamente importante. É aqui que entra o Cemaden Educação. E por que isso é importante? Porque nós podemos ter a melhor previsão hidrológica, a melhor previsão de desastres, mas, se a população não entende, se o pessoal da defesa civil, se os Prefeitos ou os Vereadores não entendem o que é desastre, muitas vezes, eles não agem.

Então, nós temos que criar essa cultura de percepção de risco de desastre. E isso envolve, obviamente, socioeconomia, capacidade de preparação da população. Isso é extremamente importante e um tema de excelência desenvolvido no Cemaden, ou seja, queremos criar essa percepção de risco de desastre para que as pessoas entendam que um desastre pode matar, que fiquem atentas aos alertas, que sejam evacuadas quando for necessário, porque isso pode salvar vidas no presente e também no futuro, num clima mais irregular.

Próximo, por favor.

Bom, os materiais produzidos pelo Cemaden em educação são guias para professores, material audiovisual, joguinhos para as crianças nas escolas e para professores de escolas.

Próximo.

E também, bom, aqui, é o que a Dra. Regina já falou: modelos de previsão hidrológica utilizando previsões meteorológicas de centros brasileiros, americanos e da União Europeia.

Próximo.

Aqui, creio que é importante. Os laboratórios que a Dra. Regina mencionou, que estão sendo financiados pela Finep, já que temos conhecimento de que eventos extremos de chuva podem acontecer no futuro em áreas, então, este laboratório é integrado para simulações pluviométricas. É um laboratório onde nós podemos simular, por exemplo, chuvas intensas de 300mm, 200mm por hora e quais seriam seus impactos na superfície, tanto na superfície inclinada, como na superfície plana, uma área urbana ou vegetal, preparado neste laboratório. Assim como temos modelos (*Falha no áudio.*) ... permitiria, naturalmente, em um ambiente controlado, poder, por exemplo, estabelecer novos limiares de chuva e fazer simulações laboratoriais sobre possíveis impactos de chuvas intensas no futuro.

Próximo, por favor.

Próximo também. Não vou falar disso.

E o outro laboratório, o laboratório de geotecnia, onde temos ensaios geotécnicos voltados a movimentos de massa, com movimentos de modelos de fluxo em encostas e também calibração de sensores.

Próximo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que mais ou menos representa isso: uma estrutura de laboratório. E justamente esse laboratório, LabGeotec, trabalha com eventos climáticos extremos, particularmente com temperaturas de alta precipitação. Na próxima, que já é a última – próxima, por favor –, nós temos a combinação dos dois: podemos simular chuvas extremas que aconteceriam no futuro, calibrar nossos sensores e trabalhar em ambientes controlados sobre o que poderia acontecer na superfície. Ou seja, basicamente poderíamos simular, por exemplo, o impacto de chuvas intensas numa área urbana, numa área rural, numa superfície inclinada. É uma forma maravilhosa de poder complementar as informações das observações e dos modelos e, com isso, podemos simular dessa forma, mais tipo laboratório, os possíveis impactos extremos no futuro.

Bom, e com a próxima, agradeço muito a atenção. Eu acho que me mantive dentro do tempo. Muito obrigado novamente pelo convite ao Cemaden.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Dr. Jose Antonio Marengo, que é Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – e não naturais – (Cemaden).

Eu quero parabenizá-los, tanto a Dra. Regina quanto ao senhor, Dr. Jose Antonio, pela clareza da exposição, pela qualidade da exposição, e ficamos muito satisfeitos de que um órgão tão jovem, de 2011 – são 14 anos –, já desenvolva um trabalho de tanta qualidade e de importância para o nosso país. Então, parabéns em primeiro lugar.

Recebemos mais perguntas e comentários... Enfatizando para que todos e todas, não só nesta audiência, possam enviar para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática sugestões, ideias, questionamentos, porque esta audiência pública não deve, em termos de iniciativa, terminar nessas exposições. Tem que continuar, porque temos que inovar o tempo todo também, pesquisar e discutir, e as entidades ambientais também devem, na medida do possível, se posicionar e colocar o que se considera importante e necessário nessa área.

Mas temos aqui as perguntas.

Lucas, de Santa Catarina: "Quais parcerias o Cemaden está desenvolvendo para fortalecer a resiliência em comunidades vulneráveis?".

Renato, da Bahia: "Quais tecnologias e modelos de previsão o Cemaden usa hoje [eu acho que boa parte foi bem colocada e respondida. Só para, inclusive, valorizar quem fez a pergunta também, eu penso assim: é claro que às vezes é difícil em meia hora explicar tudo, mas todos os dados estão disponíveis, para as pessoas] e como planeja atualizá-los diante das mudanças climáticas?". Isso foi bastante abordado.

Isabele, de Alagoas: "Como [...] [o monitoramento de desastres] pode ajudar o turismo e a hotelaria?". Basta ver Petrópolis, não é? Uma cidade bonita, histórica, acolhedora, e de repente acontece um desastre desses – ou no Rio Grande do Sul. A economia toda fica afetada: hotéis, turismo, desenvolvimento econômico e social. Então, pode ajudar a... Mas como fazer para que a população, a comunidade se envolva?

Comentários agora, não perguntas.

Paulo, de São Paulo: "Um serviço essencial [ele coloca]. Minimizar tempo de resposta e prevenção [...] [com] comunicação e ações rápidas salva vidas".

Izabela, de Pernambuco, com seu comentário: "O Congresso devia pensar em um estatuto a ser seguido pelas prefeituras sobre o tema desta audiência". É uma ideia também, não é?

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lurdes, do Rio Grande do Sul: "Precisamos ir além da teoria e capacitar as crianças, para que se tornem agentes ativos na prevenção de riscos climáticos". Crianças, e eu acrescentaria – viu, Lourdes? – adolescentes e jovens das universidades também, porque estão se formando na área, e criança, adolescente e jovem fazem revoluções.

Eu gostaria até que isso fosse abordado um pouco, porque o Cemaden, na verdade, tem esse conjunto de informações e conhecimento, e como é que isto é transmitido para a Defesa Civil nos estados, nos municípios? A gente tem que ter pessoas muito qualificadas lá para agirem, conforme foi perguntado, rapidamente. Como é que acontece essa qualificação?

Eu gostaria de saber como é que é também a interface – eu falei jovens agora há pouco, porque estão no ensino superior ou ensino técnico, profissionalizante – das pesquisas junto com as instituições de ensino superior, essa interface. Para quê? Nós tenhamos uma rede de universidades federais, comunitárias, particulares, filantrópicas, estaduais, porque é uma atribuição precípua de uma instituição de ensino superior ter o ensino, a pesquisa e a inovação.

E também sobre a extensão, porque o pessoal pergunta como trabalhar com a comunidade. Então, extensão é isso, trabalhar, mas como que fazem isso com as instituições?

Foi falado, Dra. Regina, sobre o novo pluviômetro que a indústria desenvolveu, o que é ótimo, porque as indústrias também podem fazer pesquisas, e esse pluviômetro vem servindo, inclusive, de alternativa para outras situações. E eu fico pensando sobre como é que as universidades podem se envolver no desenvolvimento de tecnologia para a área. Como é que vocês estão pensando?

O Cemaden Educação, e novamente eu retorno à Lurdes, porque ela diz que, para as crianças, adolescentes e comunidades, a gente tem que pensar bem sobre como articular isso com o meio ambiente e com a educação também, porque aqui é uma Comissão de ciência, tecnologia, e até tive a honra de presidir a de educação e cultura nos dois últimos anos, mas isso tudo tem que ser levado para a educação de criança, adolescente, adulto, pós-graduação e assim por diante.

Passarei então a palavra novamente para a Dra. Regina, já agradecendo, para as considerações finais, mas abordando, durante alguns minutos, esses aspectos, vamos dizer assim... Por quantos minutos a senhora acha? Uns cinco minutos, está bom?

A SRA. REGINA ALVALÁ – É, acho que uns cinco minutos dão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, mas eu dou mais, caso perceba que precisa um pouco mais. Eu dou mais tempo, está bom?

A SRA. REGINA ALVALÁ – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, com a palavra a Dra. Regina Alvalá.

A SRA. REGINA ALVALÁ (Para expor.) – Bom, agradeço mais uma vez o convite do Senado para estar aqui e também as perguntas e os comentários que nós recebemos.

Eu diria que praticamente todas elas nós, de alguma forma, respondemos. É claro que, em duas apresentações relativamente curtas, é difícil a gente detalhar tudo o que fazemos, mas, debater o papel do centro é sempre muito importante. Acho que todas as instituições têm que, obviamente, investir esforços e recursos para não fazer mais do mesmo. Em ciência, todo dia a gente avança e aprimora, e debater o que nós fazemos no Cemaden é algo que nós internamente fazemos, inclusive, rotineiramente.

Sobre estratégias que o Cemaden adota para aprimorar o monitoramento, eu acho que na apresentação nós destacamos os avanços em pesquisas, os avanços em termos de desenvolvimentos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnológicos – permanentemente nós fazemos isso. Nós fazemos, inclusive, todos os meses, e deve ser hoje, uma reunião que nós chamamos de reunião mensal de avaliação de impactos. Então, quanto aos alertas que o Cemaden emitiu no mês anterior, é feito um balanço, é apresentado, e são reuniões abertas em que todas as pessoas podem entrar e assistir em tempo real, ou podem assistir depois no canal do YouTube. Tudo fica gravado e disponibilizado no centro no nosso *site*.

Bom, se o Cemaden utiliza ou pretende incorporar ferramentas de IA, eu destaquei, quando eu mostrei o sistema, por exemplo, de GeoRisk, que ele já incorpora o uso de ferramentas de inteligência artificial, e estamos usando também para o monitoramento e aprimoramento das ferramentas que utilizamos para fazer o monitoramento de secas. Então, é parte inerente do que fazemos.

Se existe integração em tempo real entre os alertas do Cemaden e os aplicativos, não. Os alertas que o Cemaden emite são muito direcionados para as defesas civis. Então, para cada nível do alerta tem uma ação correspondente que a Defesa Civil tem que adotar lá na ponta.

Mas, por outro lado, o Cemaden divulga e dissemina no seu *site* todo dia – aliás, duas vezes por dia – o que nós chamamos de uma previsão de risco geo-hidrológico. Então, a gente faz uma previsão para as próximas 24 horas de quais mesorregiões têm ali um risco para ter um deslizamento de terra e/ou inundação – a gente até separa o risco hidrológico do risco geológico, que é diferente da previsão de tempo. Então, acompanhar a previsão de tempo é uma história; acompanhar a previsão de risco de ter desastres é o que compete ao Cemaden.

Como o Cemaden pretende ampliar sua atuação diante do aumento, bom, acho que a gente mostrou bastante isso, inclusive a atualização da lista de municípios prioritários para monitoramento. Para gerar aquela lista, foi feito o cruzamento de várias informações. Uma contribuição bastante significativa que o Cemaden fez foi pegar série longa de dados e ver, para cada município do território brasileiro, quantos dias teve de chuvas até 50mm, até 100mm, que são valores bastante altos e, acumulados esses, que podem deflagrar os riscos de deslizamentos e mesmo de enxurradas e/ou inundações.

Então, tudo isso é feito levando em conta tudo que a ciência consegue ir acompanhando com bases atualizadas de dados, com mais informações e com a própria base de dados gerados no escopo do centro.

Sobre as parcerias que o Cemaden está desenvolvendo para fortalecer a resiliência em comunidades vulneráveis, aqui também, infelizmente, não dá para mostrar tudo, mas nós temos um projeto bastante importante, liderado por um pesquisador do Cemaden, um sociólogo, que tem trabalhado num projeto que ele chama de Cope, que é a capacidade de trabalhar com as defesas civis nos municípios, conhecendo o monitoramento, o alerta, etc., como se pode trabalhar para as cidades ficarem mais resilientes à luz dos eventos extremos mais frequentes e mais intensos.

É um projeto bastante importante, infelizmente não temos tempo para mostrar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Mas está disponível, não é?

A SRA. REGINA ALVALÁ – Mas está disponível, está no *site.* É um projeto que envolve defesas civis, que envolve escolas, um projeto bem bacana e que eu recomendo ao Lucas que possa entrar no *site*, e, se também tiver interesse em conhecer mais detalhadamente, que consulte o Dr. Victor Marchezini, o pesquisador do nosso centro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, sobre quais tecnologias e modelos de previsão o Cemaden usa, o Cemaden usa vários modelos. Os modelos que nós já desenvolvemos para deslizamentos de terra, os modelos hidrológicos acoplados a previsões meteorológicas.

Nós usamos todas as previsões meteorológicas disponíveis – disponíveis no Brasil, disponíveis por centros americano, europeu, alemão, japonês, canadense, todas as previsões.

Quando eu mostrei o gráfico do Hidro-Risk, em que apareciam várias previsões ali para aquelas duas cidades, que tinha várias curvas, ali são alguns modelos meteorológicos. Os do GeoRisk também usam em torno de 15 modelos meteorológicos disponíveis mais os que a gente desenvolve no centro, que, aí sim, focados para as tipologias que nós monitoramos.

E "como o monitoramento de desastres pode ajudar o turismo e a hotelaria?" Uma coisa é o monitoramento de desastres, outra coisa é o monitoramento do risco de desastres – o desastre é porque já aconteceu, não é? O risco é o que antecede. Então, o nosso foco, obviamente, é muito no pré-desastre. Mas tudo o que nós fazemos, como a previsão de risco disponibilizada, etc., pode e é relevante para subsidiar o turismo.

Aí um pequeno parêntese aqui. Por exemplo, em 2023, o desastre que aconteceu em São Sebastião, aquela cidade do litoral norte do Estado de São Paulo, aconteceu exatamente em pleno Carnaval. Já no sábado, com quatro dias de antecedência, o Cemaden já alertou sobre a probabilidade de ter deslizamentos de terra, como de fato aconteceu. Então, o que talvez não tenha sido tão eficiente foi o município não ter se preparado melhor. Inclusive, recebeu um grande contingente de população, por conta do feriado do Carnaval, e os alertas, de uma certa forma, não foram levados em consideração no planejamento. Mas alertamos com antecedência.

Agradeço também pelos comentários.

Eu gostaria, então, de destacar mais especificamente sobre a questão da educação. O Cemaden Educação trabalha com várias frentes, eu diria. Nós trabalhamos com crianças, com jovens, com alunos, principalmente alunos de ensino médio, com educação formal e com educação não formal, com jornadas pedagógicas, com campanhas, com vídeos. Tem muito material gerado no centro, como histórias em quadrinho, porque você tem que trabalhar com diferentes faixas etárias, com ferramentas e com mecanismos que as pessoas possam incorporar. E a linguagem também tem que ser adequada para cada nível de formação.

Uma coisa é trabalhar, por exemplo, com professores universitários, outra coisa é trabalhar com crianças pequenas, para as quais você tem que se municiar de materiais que sejam mais claramente introspectados por diferentes públicos. Trabalhamos com as defesas civis, com professores, com organizações não governamentais. Até com uma frente de lideranças religiosas nós também temos trabalhado, o que, no Cemaden, nós recebemos periodicamente. São lideranças religiosas de praticamente todas as...

Oi?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – De todas as denominações.

A SRA. REGINA ALVALÁ – Isso tem sido também um trabalho bastante importante, porque ajuda. E como essas pessoas têm também depois uma capilaridade lá na ponta, nos seus redutos, então esse também é um caminho que tem se mostrado bastante interessante e com resultados muito bons. Já fazemos isso desde 2023. Essas lideranças passam um dia no Cemaden, depois passam um dia no Inpe, entendendo como funciona um centro de monitoramento e alerta, como é feito o monitoramento do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento, depois levam os conhecimentos adquiridos e compartilham, o que não deixa de ser também um mecanismo de educação.

Eu recomendo darem uma olhada no *site* Cemaden Educação, que é um *site* à parte com vários materiais: a gente ensina a fazer pluviômetro de garrafa PET, por exemplo; histórias em quadrinho. Todo o material pode ser baixado e "introspectado".

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem! Agradeço a participação e a exposição, Dra. Regina Alvalá, muito didática, assertiva, com muitas ideias também, expondo, de uma maneira muito clara, o trabalho.

Eu só quero lembrar que, às vezes, nós temos que – no sentido de aprimorar...Lá em São Sebastião, às vezes, o alerta vem pelo celular para as pessoas. Eu conheço muitas pessoas que olham o celular depois de 15 dias, 30 dias, 20 dias. Eu, por exemplo, muitos anos atrás, morei três anos ao lado de Chicago, uma terra de ventos e tornados. Quando havia um problema de alerta de tornado, tocava uma sirene na cidade que a gente escutava em qualquer lugar da cidade e a gente tinha que procurar um lugar seguro, um abrigo. Nunca aconteceu, mas era o alerta para a gente se precaver. Então, sempre pensar, né?

Eu inclusive sugiro, para as pessoas que perguntaram ou que fizeram comentário – se vocês aceitarem e me permitirem uma tarefa –, olhar no município e falar com a Defesa Civil no município para ver como essa exposição está chegando naquela Defesa Civil. Eu acho que seria muito interessante mandar o resultado disso para a nossa página aqui, né, Leomar – você, que é o nosso Secretário? (*Pausa.*)

Sem problemas, né? Muito bom!

Passo em seguida a palavra ao Dr. Jose Antonio Marengo, a quem agradeço também pela exposição muito clara, muito ilustrativa, porque o Dr. Jose Antonio procurou colocar tudo isso dentro de um contexto mais geral, que afeta tudo aquilo que acontece no mundo e no nosso país.

O Dr. Jose Antonio, para as considerações finais, também é Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Cemaden. Sempre importante lembrar que é "ce" de Centro, "m" de monitoramento, "a" de alertas, "den" de desastres naturais. Aí o nome vai ser revisto na sequência, né?

Com a palavra, Dr. Jose Antonio.

O SR. JOSE ANTONIO MARENGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Realmente, o Cemaden é um centro – posso dizer pela minha experiência – único na América Latina. Eu tenho apresentado essa iniciativa. Alguns países tentaram ou tentam ter algo similar, em que juntem várias ações para a redução de risco de desastres. E claro, novamente, eu tenho certos reparos quanto ao celular, porque o celular depende de energia, muitas pessoas dependem de energia para celular e internet, e, às vezes, em um desastre, não tem nada disso. O celular, muitas vezes, não serve para nada.

Mas o que é importante, sim, se considerar é que muitas dos alertas que aparecem, que as pessoas recebem pelo celular, por aplicativos, são alertas de extremos de chuva.

O Senador mostrou claramente a situação em Chicago; em Wisconsin, também a mesma situação: escutava-se o alerta de tornado, ninguém perguntava, ninguém questionava se era aquecimento global ou sei lá, e todo mundo se escondia. Essa é um pouco a percepção de risco, essa cultura que, no Brasil, ainda não está bem estabelecida.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No caso de desastres, nós temos que trabalhar mais na prevenção, que é o papel do Cemaden, do que na reconstrução, recuperação. Isso é algo que também deve ser estabelecido talvez em políticas públicas.

Também foi mencionado algo de participação. Nós temos parcerias com universidades federais, universidades estaduais do Brasil. No exterior, nós temos parcerias com o Japão, temos parceria com os Estados Unidos, com a União Europeia, com o Reino Unido, para trabalhar em diferentes aspectos de desastres. Ou seja, isso nos permite, de certa forma, estar atualizados e nos preparar com nossos modelos e todas as nossas tecnologias para o futuro.

Na verdade, o futuro já começou, é o que eu digo, em termos de mudanças climáticas.

É um centro de primeiro mundo aqui no Brasil, e, realmente, para mim, é um orgulho trabalhar no Cemaden, realmente, pelos comentários recebidos, muitos deles bastante interessantes e reais.

Novamente, agradecemos o convite do Senado para apresentar o trabalho do Cemaden e de desastres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Agradeço novamente. De fato, Wisconsin é ao lado do Estado de Illinois, onde fica a cidade de Chicago.

Mas muito bom.

Agradeço novamente à Dra. Regina, ao Dr. Jose Antonio, a todas as pessoas que nos acompanharam nesta audiência pública enriquecedora, muito boa. Mas vamos trabalhar juntos para frente.

Até a Dra. Regina me convidou, para dizer que é oficial o convite, para eu visitar São José dos Campos – não eu, a Comissão, o Senado. Nós vamos fazer uma programação, sem dúvida, porque também, com a USP, há muitos trabalhos de energia nuclear, por exemplo, de submarino nuclear. Ontem mesmo, fizemos uma reunião de praticamente uma hora com professores da USP para articular também algumas iniciativas.

Então, agradeço. Agradeço todo o trabalho da Secretaria, da consultoria, dos meios de comunicação, porque permite que o Brasil acompanhe as informações e os debates que acontecem aqui.

Todo o material ficará disponível. Se alguém não escutou bem e quiser saber como era aquele dado, aquele mapa e tal, está tudo aí na página da Secretaria.

Muito bom.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5496035320

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e um minuto do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão e Paulo Paim, e dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia, Beto Faro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 14ª, 15ª e 16ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. A presidência comunica o recebimento do Aviso nº 778-TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 1.699, de 2025, proferido no processo que trata de relatório de auditoria operacional (NOP), que tem por objeto avaliar aspectos relacionados à governança, estratégia e gestão das ações e programas afetos às políticas públicas de inclusão digital a cargo do Governo Federal. O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. O senhor presidente informa, ainda, que recebeu, no dia 7 do corrente, expediente convidando para participação na 15ª reunião internacional para ministros e membros de Parlamentos, a ocorrer entre os dias 28 e 30 de setembro de 2025, na cidade de Sydney, Austrália, no âmbito do 76º Congresso Internacional de Aeronáutica, sendo indicados para representar no referido evento a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado os Senadores Flávio Arns, Hamilton Mourão e Astronauta Marcos Pontes. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3218, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Observação**: O Senador Astronauta Marcos Pontes faz uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2831, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências"; a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas físicas e dá outras providências; a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências; e acrescenta o art. 42-C a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer o fortalecimento e desenvolvimento de startups." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Observação**: Os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Flávio Arns fazem uso da palavra na fase de discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 18, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 207/2023, que "dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor, senador Alessandro Vieira. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 19, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a incorporação de novas tecnologias para pacientes diagnosticados com Amiloidose Hereditária por Transtirretina (TTR) em falha terapêutica no SUS." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 20, de 2025,** que: "Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 17/2025-CCT, destinada a debater "O Programa de Clima Espacial Brasileiro e a missão espacial de grande porte para observações solares (Missão Telescópio Espacial Solar Galileo) e o seu possível impacto como ferramenta para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e os serviços prestados na previsão do clima espacial"." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 21, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública para tratar das iniciativas que se destacam no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial - EBIA, objeto da Política Pública a ser avaliada pela CCT no ano de 2025, aprovada pelo REQ 7/2025-CCT." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Observação**: Os senadores Hamilton Mourão e Flávio Arns fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 22, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública para tratar das iniciativas que se destacam no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA, objeto da Política Pública a ser avaliada pela CCT no ano de 2025, aprovada pelo REQ 7/2025-CCT." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a substituição do representante da Receita Federal do Brasil pelo representante do Ministério da

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 23, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras no Brasil." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Observação**: Os senadores Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 24, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Observação**: Os senadores Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão fazem uso da palavra na fase de encaminhamento da matéria. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 25, de 2025,** que: "Requer a realização de audiência pública, com objetivo de instruir o PL 330/2022, que "altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica"" **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelos senadores Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 26, de 2025,** que: "Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 23/2025-CCT, destinada a debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras no Brasil." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelos senadores Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/143799

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciar... (*Pausa.*)

Há um equívoco aqui, então, em vez de 18ª, é a 17ª Reunião desta Comissão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Feita a correção, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 14ª, 15ª e 16ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 778-TCU, encaminhando para ciência cópia do Acórdão nº 1.699, de 2025, proferido no processo que trata de relatório de auditoria operacional (NOP), que tem por objeto avaliar aspectos relacionados à governança, estratégia e gestão das ações e programas afetos às políticas públicas de inclusão digital a cargo do Governo Federal.

O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Esta Presidência também recebeu, no dia 7 do corrente, expediente convidando para participação na 15ª reunião internacional para ministros e membros de Parlamentos, a ocorrer entre os dias 28 e 30 de setembro de 2025, na cidade de Sydney, Austrália, no âmbito do 76º Congresso Internacional de Aeronáutica, sendo indicados para representar no referido evento a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado os Senadores Flávio Arns, Hamilton Mourão e Astronauta Marcos Pontes.

Informo que a reunião destina-se à deliberação de matérias não terminativas, que serão votadas pelo processo simbólico.

Quero saudar o Senador Marcos Pontes, muito bem-vindo, o Senador Izalci Lucas, o Senador Confúcio Moura. É uma alegria tê-los aqui, como aos demais Senadores.

Passamos de imediato ao item 1 da pauta, que é o PL 3.218/2023, não terminativo, que tem como relatoria o Senador Izalci Lucas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3218, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. O projeto constou da pauta da 9ª reunião realizada em 07/05/2025;

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório, caro Senador e uma das lideranças importantes desta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. para ir direto à análise.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, incisos I, II, VI e IX, cumpre à CCT opinar sobre o desenvolvimento científico, tecnológico, inovação tecnológica e outros assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame desta Comissão.

Desde 1969, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), as políticas de financiamento de pesquisa e de infraestrutura do ensino no Brasil passaram por diversos períodos de restrição orçamentária e declínio, especialmente na década de 1990. Essa conjuntura começou a se modificar no final dos anos 90, com a destinação de parte dos *royalties* da produção petrolífera ao Ministério da Ciência e Tecnologia, culminando na criação do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro), em 1999.

A implementação dos fundos setoriais configurou um novo instrumento de fomento à ciência, tecnologia e inovação, que incrementou o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Por outro lado, a promulgação da Lei nº 12.734, de 2012, redirecionou parte substancial dos recursos do CT-Petro para o Fundo Social, destinado às áreas de educação e saúde, o que reduziu consideravelmente a arrecadação e ocasionou frequentes contingenciamentos durante a década de 2010, provocando atrasos nos projetos de pesquisa.

Em 2020, o Senador Izalci Lucas – aqui Relator deste PL – apresentou um projeto de lei complementar que originou a Lei Complementar nº 177, sancionada em 12 de janeiro de 2021, transformando o FNDCT em um fundo de natureza contábil e financeira. Com essa nova legislação, os recursos do FNDCT deixaram de estar sujeitos à limitação de empenho prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto em casos de frustração de arrecadação, e ficou vedada a alocação desses recursos em reservas de contingência de natureza primária ou financeira.

Outras alterações significativas incluíram a ampliação do limite de empréstimo do fundo de 25% para 50% da dotação orçamentária anual e a inclusão de programas desenvolvidos por organizações sociais qualificadas, que, por meio de contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, promovem e incentivam a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, observando o limite de 25% dos recursos disponibilizados para operações não reembolsáveis a cada exercício.

Em relação ao mérito da proposição em análise, aduzo que, com a eclosão da pandemia do novo coronavírus, ficou cristalina a importância da ciência e da inovação: na identificação do novo patógeno, na rápida criação de imunizantes eficazes e seguros, nos protocolos de prevenção e de tratamento. Vidas foram salvas no mundo todo graças ao uso do método científico, da implementação de tecnologias de ponta nas pesquisas pelas vacinas, da colaboração acadêmica instantânea ao redor do mundo através das redes digitais. Por trás desse aparente milagre, estiveram as incontáveis horas de trabalho dos cientistas, técnicos, acadêmicos e médicos. A ciência não se faz apenas com computadores e equipamentos, mas primariamente com material humano, que precisa constantemente ser renovado nas universidades, nos laboratórios e nos centros de pesquisa e inovação. Fomentar o ingresso dos jovens nas carreiras científicas e tecnológicas, então, contribui para que o corpo de trabalho nesses ramos seja mantido e expandido. Assim, o Brasil pode fortalecer sua independência internacional e aprimorar sua produção científica atual, fortalecendo a indústria

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nacional e dando suporte aos mais diversos campos técnicos e produtivos, como o agronegócio, ramo cada vez mais tecnológico.

A divulgação científica nas instituições educacionais dá transparência aos jovens estudantes sobre como o dinheiro público é investido em ciência, tecnologia e inovação. Além disso, ela demonstra quais retornos para a sociedade são obtidos com o trabalho acadêmico, traduz o jargão técnico de dentro das universidades para um público leigo, permitindo a compreensão do mundo, e fomenta o pensamento crítico e criativo.

Nas palavras da neurocientista Suzana Herculano-Houzel – abro aspas –, "a ciência só faz sentido quando o conhecimento gerado é transferido de volta para as pessoas e essas podem usar esse conhecimento para ter uma vida melhor".

Logo, verifica-se que o projeto em tela é meritório, por buscar direcionar parte dos recursos do FNDCT para capacitação de professores na divulgação e popularização da ciência, tecnologia e inovação entre os jovens estudantes, através de políticas públicas com os investimentos necessários.

Sob a égide da Constituição Federal, em seu art. 24, inciso IX, depreende-se que ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação são temas cuja competência legislativa é verticalmente concorrente entre União, estados e Distrito Federal, incumbindo ao Congresso Nacional legislar as matérias de alçada federal. Nesse sentido, ressalto que a Lei Maior, em seu art. 218 e parágrafos, comanda uma atitude proativa na promoção estatal da ciência e da capacitação científica e tecnológica.

Feitas essas considerações, conclui-se que o projeto aqui sob escrutínio está envolto em constitucionalidade e sem vícios, sendo meritório e eivado de juridicidade e legalidade.

O fortalecimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a Lei Complementar 177, de 2021, sedimentou a segurança orçamentária desse fundo de desenvolvimento. A proposta de direcionamento de percentual dos recursos já existentes para a popularização da ciência, tecnologia e inovação, do Senador Astronauta Marcos Pontes, é bem-vinda para o país, em consonância com os ditames da Constituição Federal.

Presidente, ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 3.218, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E quero já enaltecer aqui a iniciativa do nosso querido Astronauta, porque este é um dos maiores desafios que nós temos: popularizar a ciência e a tecnologia.

Segundo pesquisa que fizemos e já divulgado aqui em audiências públicas, as pessoas não têm a mínima noção do que é ciência, do que é inovação, do que... Então, as pessoas acham que esse celular aqui caiu de paraquedas, alguém chegou e montou. Isso aqui foi anos e anos de pesquisa. Então, a pessoa precisa saber que o sabonete com que ela toma banho – aquele sabonete – teve também estudo. Então, você tem que popularizar isso para as pessoas começarem a questionar. V. Exa. sabe que a pressão popular é muito importante na política pública. Então, se as pessoas não sabem a importância da ciência, a gente precisa popularizar.

Por isso é que eu quero parabenizar a iniciativa, que é muito boa, e espero que os nossos pares possam aprovar esse projeto.

Obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Izalci Lucas. Quero parabenizá-lo – e depois passar a palavra também ao autor da matéria, Marcos Pontes.

Muita gente faz ciência no Brasil e não sabe que está fazendo ciência, inovação, né? Então, popularizar e ter um recurso específico para essa finalidade, isso é muito bom.

Passo a palavra, para discussão da matéria, para o autor do projeto, o Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, bom dia a todos.

Gostaria inicialmente de parabenizar o Senador Izalci pelo relatório e pela defesa constante que ele tem feito aqui no Senado, no Congresso, da ciência e da tecnologia. Eu lembro, no meu tempo ali como Ministro, que, volta e meia, eu dava uma ligada aqui para o Izalci: "Olha, nós estamos precisando disso, é importante". E ele compreende exatamente essa importância de ciência, tecnologia e inovações no contexto do desenvolvimento econômico e social do país.

Basicamente, se olharem todos os países desenvolvidos – eu já repeti isto várias vezes, mas vale a pena repetir sempre –, sem exceção, hoje, no contexto internacional obviamente, o que esses países têm em comum? É simples: eles têm em comum uma educação focada em resultados; investimentos concisos e consistentes em ciência, tecnologia e inovação; e um ambiente de negócio favorável para o desenvolvimento de empresas que tratem de temas ou que usem a tecnologia como base da sua operação. É isso que eles têm em comum, basicamente é isso que eles fizeram. É assim que se explica a subida vertiginosa da qualidade de vida na Coreia do Sul, em Israel e em outros países que são exemplos no setor.

E no Brasil a gente ainda fica engatinhando, sempre discutindo a importância do orçamento de ciência e tecnologia, como se isso fosse uma coisa para daqui a dez anos. Não, é para agora. Se a gente não começar a investir agora, se nós não começarmos a colocar na linha correta os investimentos do setor, nada disso vai acontecer.

E como é que acontece isso? Começa com a educação, como sempre, né, Presidente? Sempre na educação, é ali onde nós vamos ter que convencer as crianças, preparar os professores para que entendam de ciência e tecnologia e transmitam para esses jovens a importância não só do uso de tecnologia, como a do celular, mas de também trabalhar nesse setor, porque daqui para a frente todos os setores, sem exceção, precisam de tecnologia, trabalham com tecnologia. Então, qualquer profissional hoje em dia precisa conhecer tecnologia.

O fato de se promoverem a ciência e a tecnologia dentro das escolas; de se prepararem professores qualificados para ensinar as matérias; de se ter infraestrutura adequada dentro das escolas, como laboratórios; de se ter motivos ou atividades que sejam atraentes para os jovens, como robótica, como lançamento de foguetes, como astronomia, como computação, tudo isso faz parte de acender aquele talento na cabeça dos jovens, e todos eles têm talento para perceberem que podem ter uma vida feliz, de sucesso, através da tecnologia.

Então, esse projeto dá partida nesse sistema.

Logicamente que o sistema se completa dentro das universidades também, também na formação técnica, depois nas universidades, com adequação dos cursos e da infraestrutura, para que nós possamos desenvolver essas tecnologias no Brasil, e a pesquisa básica é essencial para qualquer coisa, senão, não dá para desenvolver nada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, depois, o ambiente de negócios, com o fomento seja pela Finep ou pela Embrapii, pelo BNDES, de forma que a gente tenha aqui o desenvolvimento das nossas tecnologias.

Hoje em dia, acho que as pessoas estão assustadas com as coisas que acontecem na geopolítica e começam a perceber o quão custoso é para o país não ter as suas próprias tecnologias, assim como aconteceu durante a pandemia, quando nós buscávamos ali respiradores, e depois descobrimos, através lá do ministério também, que dava para fazer no Brasil os respiradores e outros sistemas, e hoje a gente tem isso aí pronto. A mesma coisa com vacinas, a mesma coisa com remédio...

Então, é importante ter esse tipo de utilização de recursos, e a Lei 177, de 2021, depois de muito sacrifício, muita conversa, Izalci e outros Parlamentares aqui, defendendo a necessidade da liberação, o descontingenciamento do FNDCT, que ele foi feito para isso, e não para ficar fazendo superávit, e foi liberado então, nessa Lei 177, mas constantemente corre risco ainda, pelo setor de economia, de ser contingenciada, tirada... Com nomes diferentes, mas tirar a sua aplicação primária.

Até eu coloquei outra PEC, a 26, também, para evitar o contingenciamento do FNDCT. Por incrível que pareça, existem essas coisas.

Mas, de novo, parabenizar o Senador Izalci e a todos aqueles que apoiam a ciência no Brasil como uma maneira de futuro não só para cada um dos jovens que trabalha nisso, mas para o país como um todo, para o desenvolvimento econômico e social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado pela exposição, pela explicação, pela apresentação do projeto, e obrigado ao Senador Izalci Lucas, que é uma liderança, como eu já disse, pelo relatório apresentado e pelo esforço, que é bom que o público saiba, no decorrer dos anos, a favor não só dessa área, mas especialmente, vamos dizer, da ciência, tecnologia...

Parabéns!

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Izalci Lucas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 2831, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências"; a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências; a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências; e acrescenta o art. 42-C a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para favorecer o fortalecimento e desenvolvimento de startups.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, então, para a leitura do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Presidente, vou direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O PL 2.831, de 2019, vem ao exame da CCT para que esta opine sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica e sobre a política nacional de ciência, tecnologia, inovação e informática, em cumprimento ao disposto no art. 104-C, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O objetivo do projeto é prover instrumentos de apoio ao surgimento e desenvolvimento de empresas *startups*, de forma a gerar maior avanço tecnológico para o país.

Inicialmente, destacamos que, ao longo da tramitação do PL nº 2.831, de 2019, entraram em vigor duas importantes leis que tratam do mesmo tema e apresentam definições para empresas *startups* no ordenamento jurídico brasileiro.

A primeira é a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, que criou uma definição legal de empresa *startup* e simplificou significativamente o processo de abertura e fechamento dessas empresas, bem como autorizou a comercialização experimental, algo fundamental para empresas inovadoras. De acordo com a referida lei, considera-se *startup* a empresa de caráter inovador que visa a aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de negócio, de produção, de serviços ou de produtos, os quais, quando já existentes, caracterizam *startups* de natureza incremental, ou, quando relacionados à criação de algo totalmente novo, caracterizam *startups* de natureza disruptiva. Ademais, as *startups* caracterizam-se por desenvolver suas inovações em condições de incerteza que requerem experimentos e validações constantes, inclusive mediante comercialização experimental provisória, antes de procederem à comercialização plena e à obtenção de receita.

A segunda é a Lei Complementar nº 182, de 2021, que apresenta regras claras para o enquadramento de empresas *startups*, que levam em conta a receita bruta, anos de formação, entre outros.

Por outro lado, o PL nº 2.831, de 2019, ora em análise, apresenta uma definição de *startup* extremamente restritiva, a tal ponto de ser difícil encontrar no país empresas que possam nela se enquadrar. Em primeiro lugar, define condições que estejam inscritas no estatuto da empresa. Também demanda que tais empresas tenham mais de um décimo de sua força de trabalho constituída, cumulativa ou alternativamente, por profissionais com características de qualificação dificilmente encontradas nos próprios exemplos de empreendedores de sucesso, como ter mestrado,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

experiência acadêmica ou até mesmo depósitos de pedidos patentes registrados. Tais exigências são extremamente restritivas, considerando que empresas hoje gigantes que foram *startups*, foram iniciadas por estudantes de graduação, como Facebook. Bill Gates fundou a Microsoft sem terminar a graduação em Harvard. Sam Altman, que comanda a OpenAI, uma das principais líderes em inteligência artificial, abandonou os estudos na Universidade de Stanford. Nenhum deles havia publicado artigos científicos, nem possuíam pedidos de patente quando iniciaram suas empresas.

Ainda com relação à definição de *startup*, o projeto faz exigências até mesmo quanto à publicação das demonstrações financeiras, estatuto social e suas alterações. Por exemplo: o pedido de arquivamento e a publicação na internet de que trata a alínea "g" do inciso XV devem ocorrer em até 15 dias úteis após a elaboração das demonstrações financeiras ou do estatuto social e suas alterações. Ou seja, o projeto cria burocracia para as *startups*.

Lembro que o Google, quando recebeu seu primeiro cheque de um investidor anjo ainda não estava nem registrado. Uma das *startups* mais emblemáticas não poderia ser considerada uma *startup* de acordo com o PL nº 2.831, de 2019.

Assim, em razão de recente e atual legislação discutida e aprovada pelo Senado Federal, qual seja: Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, que criou uma definição legal de empresa *startup*, e a Lei Complementar nº 182, de 2021, que instituiu o marco legal das *startups*, recomendamos a declaração de prejudicialidade da matéria.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.831, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo a V. Exa. pelo relatório. Também agradeço à Senadora Leila Barros pela apresentação de uma ideia, de uma proposta que está sendo debatida, a legislação superveniente que mudou a matéria, que adequou a matéria. E o assunto então ficou até aprimorado na legislação existente. Por isso, o voto de prejudicialidade.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do caro Senador Izalci Lucas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pela declaração de prejudicialidade.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu subscrevi dois requerimentos da Senadora Teresa Leitão, porque ela não pôde vir hoje aqui, que são os Requerimento 25 e 26.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ótimo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para dizer que eu os subscrevi. Se V. Exa. puder votar... Ela pediu que eu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas nós vamos considerar que V. Exa... Eu sei que está na CCJ também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu vou passar a palavra ao Senador Confúcio Moura, mas depois colocamos em votação. Eu acho que não há objeção. Há justificativa também. E, se for necessário, todos nós subscrevemos também o requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

Eu sei que as Comissões têm a exigência de os Senadores estarem em dois, três locais no mesmo horário. Mas parabéns! Obrigado, Senador Izalci.

O item 3 da pauta, o PLC 143, de 2019, não terminativo, tem a relatoria do caro Senador Confúcio Moura – quero dizer a todo o povo também que ele é uma grande liderança do Senado Federal, extremamente respeitado.

ITEM 3
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra a V. Exa. para leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto é de autoria do Deputado Marcos Pereira. Já tramita desde o ano 2000, quer dizer, de 2000 para cá. Aliás, não é; altera a Lei 101, de 2000. O projeto é mais recente.

É um projeto simples, com dois artigos. Em resumo, o que ele pretende aqui é o não contingenciamento de recursos do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial).

Então, eu vou à análise aqui bem rapidinho, é bem curto.

Compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática opinar sobre assuntos como esse projeto em tela.

É sabido que o INPI é que garante o direito de exclusividade de uso de uma invenção ou criação intelectual. Maior incentivo à inovação não há!

Trata-se de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria e para proteção jurídica da propriedade industrial no país.

O INPI, então, deve ser considerado estratégico e de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país. Clarividente que prejuízos ao seu orçamento resultam em perdas econômicas e atraso tecnológico nacional, em uma época tão competitiva, o que deve ser combatido e tempestivamente remediado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PLP nº 143, de 2019 – portanto, há seis anos tramitando – se demonstra oportuno, adequado e meritório ao vedar o contingenciamento ao orçamento das despesas relacionadas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para esse propósito, expressamente destacando as relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Eu estava falando inovação, mas é propriedade industrial. Eu estava enganado.

As consequências de sua aprovação só alcançam aspectos positivos, reafirmadores de sua viabilidade em todas as esferas, como: (1) melhora da qualidade e eficiência dos serviços prestados pelo INPI, devido a maior garantia de recursos aplicados efetivamente em suas atividades; (2) maior satisfação dos usuários, incluindo empresas e inventores, eis que a excelência na prestação de serviços se reflete em um atendimento mais ágil e eficiente e, consequentemente, facilita o registro de patentes e marcas; (3) ampliação da promoção da inovação e desenvolvimento tecnológico, bem como da percepção da sociedade em geral quanto aos impactos positivos nos índices de crescimento econômico e competitividade do país; (4) o próprio executivo se obrigará a realizar uma melhor previsão e controle das receitas e despesas (planejamento), ajustando a gestão orçamentária para que os recursos não sejam contingenciados.

Sr. Presidente, isso é muito importante, esse não contingenciamento, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é da década de 90, aliás do ano 2000. É uma lei muito importante, muito importante mesmo, mas ela precisa ser flexibilizada ao longo do tempo. Por exemplo, esse tema aqui é fundamental, a pesquisa científica e a propriedade intelectual, porque a gente tanto sofre e é humilhado em relação a muitos países do mundo. Quando se compara o desenvolvimento do nosso país na pesquisa, a gente fica assim até de cabeça baixa devido à diferença que nós temos em relação aos países que prestigiam a ciência, não é?

Então, o meu voto é pela aprovação desse projeto, o Projeto de Lei nº 143, de 2019.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Confúcio Moura.

Está em discussão a matéria.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu só gostaria de colocar um ponto da importância desse projeto.

Aliás, quero cumprimentar o Senador Confúcio Moura pela sua relatoria.

Nós temos a necessidade de transformar as nossas ideias aqui no Brasil em produtos – produtos, serviços etc. E isso só pode ser feito de uma maneira segura através da patente, que é colocada ali pelos inventores ou pelos desenvolvedores daquela ideia. Universidades, centros de pesquisas, nós temos ali muitas ideias que muitas vezes ficam só na prateleira, sem gerar nada. E é importante, porque isso é parte do dinheiro público e é importante transformar essas ideias em nota fiscal e emprego. E a maneira de se fazer isso é ter uma patente e transformar aquilo ali.

E além da velocidade, de ser um tratamento expedito dessas patentes, o que INPI tem melhorado ao longo do tempo – eu me lembro de que era uma das minhas discussões ali no Ministério; nós íamos trazer, inclusive, para o Ministério o INPI, e acabou não funcionando essa transferência –, ele tem uma função muito importante e tem que ser feito num prazo mais curto. Eles têm trabalhado, têm reduzido esse prazo, mas a introdução de novas tecnologias, como inteligência artificial e outras, além da complementação de pessoal, isso certamente vai poder adiantar esse

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

expediente, porque essas patentes vão ser liberadas mais rapidamente, esses produtos, na sequência, vão ser liberados para uso mais rapidamente. Então, é importantíssimo.

Quando a gente compara a nossa velocidade aqui com países como Israel, por exemplo, mesmo os Estados Unidos, a gente vê o quanto nós somos lentos ainda nisso aí. Isso atrapalha no desenvolvimento de nota fiscal e emprego, colocando dessa forma aqui.

Então, parabéns ao proponente da matéria, parabéns ao Senador Confúcio por trazer esse relatório. Eu espero que seja aprovado e que isso aí realmente funcione aqui no país, porque um dos nossos gargalos é justamente isso.

Então, obrigado. Tenho certeza de que isso vai contribuir, entre outras coisas, para o aperfeiçoamento do desenvolvimento de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Agradeço a contribuição de V. Exa. para a discussão.

O projeto é de autoria do Deputado Marcos Pereira. E já veio, então, para o Senado. Não é terminativo nesta Comissão, mas é um marco importante.

Inclusive, podemos solicitar informações atualizadas sobre o INPI, o estado da arte atual, para se observarem os avanços, até sob a ótica de V. Exa., que já passou pelo ministério, para nos subsidiar com informações a esse respeito.

Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação a matéria relatada pelo caro Senador Confúcio Moura.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item nº 4 será retirado de pauta por solicitação, a pedido do proponente, Senador Alessandro Vieira.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 18, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 207/2023, que "dispõe sobre Finanças Abertas e dá outras providências".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE).

Eu tenho alguns requerimentos de minha autoria, mas nós vamos lê-los em conjunto depois. Eu solicito até para o caro Senador Mourão que possa também nos ajudar aqui, como Vice-Presidente desta Comissão.

Temos o item nº 6 da pauta.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 20, DE 2025
- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a inclusão de convidado na audiência pública, objeto do REQ 17/2025-CCT, destinada a debater "O Programa de Clima Espacial Brasileiro e a missão espacial de grande porte para observações solares (Missão Telescópio Espacial Solar Galileo) e o seu possível impacto como ferramenta para alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e os serviços prestados na previsão do clima espacial".

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

Concedo a palavra a V. Exa. para algum comentário sobre o Requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Simplesmente esse requerimento é para que nós possamos incluir nessa audiência pública o membro do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Então, é o tipo de um assunto técnico que precisa de um conhecimento que esse pesquisador tem lá no Inpe.

Portanto, é simplesmente para que nós possamos colocar, acrescer, nesta audiência pública, o Sr. Adenilson Roberto da Silva, Coordenador-Geral de Engenharia, Tecnologia e Ciências Espaciais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 21, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para tratar das iniciativas que se destacam no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial - EBIA, objeto da Política Pública a ser avaliada pela CCT no ano de 2025, aprovada pelo REQ 7/2025-CCT.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Senador Marcos Pontes com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Nesse requerimento, eu requeiro, nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a política pública norteada pelo tema "Inteligência artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população", objeto do Requerimento nº 7.

O objeto deste requerimento terá, como tema específico, as iniciativas que se destacam no âmbito da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.

Só relembrando, nós temos atualmente um Plano Brasileiro de Inteligência Artificial e, na minha época no ministério, nós lançamos a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Mas essa estratégia lançada lá atrás precisa ser discutida e atualizada, porque esse é um tema que evolui de forma muito rápida. Portanto, esta audiência pública vai ter essa finalidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu proponho a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; representante da Associação Brasileira de Governança de Dados; também o Sr. Edson Amaro Júnior, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para tratar dos temas que estão especificamente relacionados à inteligência artificial na medicina; o Sr. André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Diretor do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo, para tratar dos temas específicos da inteligência artificial na educação; o Sr. Carlos Eduardo Miguel Sobral, Coordenador-Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para tratar da inteligência artificial na segurança pública, que também tem uma importância grande; o Sr. Bruno Jorge Soares, Gerente da Unidade de Difusão de Tecnologias da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, no caso para tratar do fomento a *startups* que tratam de inteligência artificial...

Aliás, isso é uma necessidade que nós temos no país. Na época, nós lançamos dois editais através da Finep, também na minha época do ministério, que a gente chamava de IA², Inovação Aberta e Inteligência Artificial, em que nós tivemos a presença, a participação de várias *startups* que hoje já têm bastante sucesso. E a gente só não conseguiu incentivar mais porque não tinha recurso suficiente para contemplar outros projetos importantes, mas, sem dúvida nenhuma, é um esforço que tem que ser feito em conjunção federal, estadual, municipal e dos diversos órgãos de fomento.

E também queremos convidar o Sr. Rony Vainzof, Diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, para tratar de segurança digital e também, do ponto de vista das indústrias, da utilização da inteligência artificial.

Então, esse é o requerimento, com alguns detalhes.

Eu não vou ler toda a justificação, porque é um pouco longa, mas é necessário que o país tenha essa estratégia atualizada e, em conjunção com a regulamentação da inteligência artificial, que está agora na Câmara dos Deputados, que nós possamos também atualizar a estratégia e o plano nacional.

Não adianta só ter a regulamentação, que muita gente vê de uma forma amedrontada, com receio da utilização da inteligência artificial. Eu deixo bem claro aqui que é mais perigoso para o país, ou mais arriscado, não usar a inteligência artificial, do ponto de vista social e econômico, do que usar, e para isso a gente tem que ter uma estratégia de desenvolvimento e de utilização aqui no país. Então, essa audiência pública tem esse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Consulto se há alguém que queira encaminhar também.

Senador Mourão?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Quero só cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa.

Nós que trabalhamos com estratégia ao longo da vida sabemos que ela define os grandes objetivos, e eles mudam. E é com base nessa estratégia que nós teremos o plano que vai nos levar... Se não se tem a estratégia, o plano não funciona e será algo com que não vai se chegar a lugar nenhum.

Então, a estratégia é exatamente definir aonde queremos chegar. E, conforme V. Exa. colocou muito bem, nós não podemos fechar os olhos para isso. É dever do Parlamento, em particular da nossa Comissão, tratar desse assunto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. É verdade.

Como o tema é importante, há um número mais elevado de convidados – e com toda a razão – e provavelmente até outras audiências poderão ser necessárias, talvez a gente possa dividir em duas audiências. Isso é a seu critério, também, como organizador, para as pessoas terem tempo suficiente para exporem as ideias.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Inclusive, certamente vão aparecer outros nomes para participação. Então, aqui nós colocamos o cerne, o núcleo, mas certamente outros nomes vão aparecer para discutir essa estratégia, o que, sem dúvida nenhuma, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Muito bem.

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Secretaria da Comissão vai tomar as providências necessárias, as devidas providências.

Item 8.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 22, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para tratar das iniciativas que se destacam no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA, objeto da Política Pública a ser avaliada pela CCT no ano de 2025, aprovada pelo REQ 7/2025-CCT.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Este aqui basicamente é uma continuação. Como nós falamos da importância da estratégia, nós temos uma política que norteia o desenvolvimento da inteligência artificial no país. Em seguida, é a estratégia e, na sequência, também, o plano de inteligência artificial.

Então, essa audiência pública trata justamente do tema da inteligência artificial no Brasil e o impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar; ou seja, trata do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. Então, a sequência é política, estratégia e plano – essa trata do plano.

Para essa audiência pública, eu proponho a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; representante do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; representante do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Aqui, no texto original, está um representante da Receita Federal do Brasil, mas eu gostaria de substituir esse representante por um representante do Ministério da Fazenda; um do Ministério da Fazenda em vez de um da Receita Federal, porque dá uma amplitude maior aqui para a discussão;

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E também proponho um representante da Finep; representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e representante do Laboratório Nacional de Computação Científica.

Se observar, dentro desses representantes, a gente vê que tem várias áreas de grande influência de inteligência artificial nas áreas contempladas aqui, assim como do desenvolvimento no uso de inteligência artificial desde as pequenas empresas, porque esse é um dos pontos importantes. A gente vê a utilização de inteligência artificial em grandes empresas, corporações, etc., mas tem que lembrar que a maior parte dos empregos no Brasil vem de micro e pequenas empresas, e o Sebrae tem uma participação gigante nessa força que o Brasil tem e precisa desenvolver. A gente não pode deixar essas micro e pequenas empresas fora desse avanço da eficiência econômica com a inteligência artificial. Portanto, o Sebrae também faz parte dessa necessidade.

O representante do Laboratório Nacional de Computação Científica é mais no sentido de ver a inteligência artificial, o desenvolvimento de aspectos da inteligência artificial aqui no Brasil. Eu quero lembrar que lá também, no LNCC, existe um supercomputador, que é o mais rápido aqui do Brasil, o Santos Dumont, e, dentro desse supercomputador, um dos módulos trabalha com uma simulação de computação quântica.

Por que isso é importante de se falar aqui? Com o que isso tem a ver? Computação quântica é o próximo salto – ironicamente falando – quântico da inteligência artificial, porque, no momento em que esse tipo de computador entrar em operação de forma efetiva, isso vai transformar o que nós temos hoje. Pensando só em criptografia, por exemplo: uma criptografia das mais avançadas hoje, que demoraria talvez cem anos para ser quebrada por um supercomputador atual, vai ser quebrada em questão de dois ou três minutos, no máximo, com a computação quântica.

Então, é só para dar uma noção da importância que se tem em focar também o caminho do Brasil no quântico e no pós-quântico, em relação ao uso de inteligência artificial, mas também de segurança cibernética, porque as coisas se confundem bastante ali na frente. Uma coisa vai trabalhar junto com a outra, tanto na defesa quanto no ataque. Então, é importante que isto esteja incluído no plano também: como a gente vai tratar desses assuntos aqui no Brasil.

Então, este o requerimento e a justificativa para esta audiência pública, que, como a outra, tem vários membros – talvez seja até conveniente a gente separar em duas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Consulto se há alguém que queira encaminhar também.

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Este requerimento, então, está aprovado com a alteração do nome, inclusive sugerido por V. Exa., bem como o requerimento anterior também, lido por V. Exa., que está aprovado.

A Secretaria vai tomar as providências pertinentes.

V. Exa. está subscrevendo também dois requerimentos da Senadora Teresa Leitão.

Eu penso que é o 11 ou o 12. Não é? Então, é o Requerimento nº 25, 2025. O Senador Izalci Lucas também está subscrevendo.

Item 11.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 25, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com objetivo de instruir o PL 330/2022, que "altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica"

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Concedo a palavra a V. Exa. para o Requerimento nº 25.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Esse requerimento que eu subscrevo, assinado pela Senadora Teresa Leitão, requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL nº 330/2022, que altera o Decreto Lei 2.848, 7 dezembro de 1940, para dispor sobre crime de má conduta científica.

Proponho, para essa audiência, a presença dos seguintes convidados: representante do CNPq; representante da Finep; representante do MCTI; representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos; representante da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); representante da Academia Brasileira de Ciências; representante da Fiocruz; da Universidade de Brasília; e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Aqui só um comentário sobre esse requerimento. Como em toda a área, a pesquisa científica deve ser conduzida dentro dos padrões de ética, honestidade, integridade, transparência, tudo isso. Uma das coisas piores que pode acontecer para a credibilidade da ciência é quando algum desses elementos é quebrado. Portanto, é importante que se discutam as metodologias existentes e possíveis melhorias para que nós tenhamos o comportamento, dentro da pesquisa científica, de forma correta, sempre. E isso vai desde a ética no uso das ferramentas científicas, para a determinação de algum tipo de parâmetro. Inclusive, é bom citar também que nós temos, no próprio Ministério de Ciência e Tecnologia, um comitê... Quando eu falo isso aqui, o pessoal, às vezes, pensa também na utilização de animais, por exemplo. Nós temos um comitê, uma comissão, voltada para isso, para a utilização ética de animais na pesquisa em testes pré-clínicos, por exemplo, etc.

Obviamente, quando se trata de seres humanos, aumenta ainda mais essa necessidade ética, em todo o tratamento que é dado. Indo lá para o final dessa sequência, em como são utilizados os recursos para ciência e tecnologia, o controle desses recursos, para que não aconteça o caso, por exemplo, de termos um recurso alocado para uma pesquisa na mão de um pesquisador e esse recurso acabar sendo mal utilizado, no sentido pior da palavra. Então, a gente precisa ter realmente uma discussão profunda sobre isso, estabelecer, seguir essas regras. Esses participantes, como o CNPq e a Capes, que são financiadores da pesquisa básica, necessariamente precisam participar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado de novo.

Não havendo quem queira fazer algum encaminhamento, coloco em votação a matéria.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria vai tomar as providências necessárias.

O item 12 é da autoria Senadora Teresa Leitão, que não pôde estar presente, também é subscrito pelo Senador Izalci Lucas e por V. Exa.

Requerimento nº 24, de 2025.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 26, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a inclusão de convidados na audiência pública, objeto do REQ 23/2025-CCT, destinada a debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras no Brasil.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Com a palavra V. Exa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Este requerimento é simplesmente para que sejam incluídos os seguintes convidados na já aprovada audiência pública, que foi objeto do Requerimento nº 23, de 2025: representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, especialmente da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; representante do Centro de Tecnologia Mineral; representante do Ministério da Fazenda; e representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A ideia de trazer esses representantes é para contribuir no aprofundamento do debate, com subsídios técnicos e experiências relevantes no tema em análise na audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço... De novo, não é? (*Risos.*)

Já agradeci algumas vezes, mas é sempre importante escutar V. Exa., assim como o Senador Hamilton Mourão, porque os assuntos são, também, trazidos à tona com mais detalhes, até para o público que nos acompanha pelos meios de comunicação do Senado.

Faço uma pequena correção, porque aqui era o Requerimento de nº 26 e não o de nº 24.

Não havendo quem queira encaminhar a votação, coloco em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria tomará as providências cabíveis.

Há três requerimentos de minha autoria. Eu passo, então, a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

É bom estar cercado de pessoas competentes e da área também, para juntos fazermos o trabalho.

Não só passo a palavra; é para usar a palavra como Presidente. Então eu passo a Presidência ao Senador Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, estou muito honrado por assumir a Presidência no lugar de V. Exa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 19, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a incorporação de novas tecnologias para pacientes diagnosticados com Amiloidose Hereditária por Transtirretina (TTR) em falha terapêutica no SUS.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Concedo-lhe a palavra para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Temos algumas áreas prioritárias aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, como a inteligência artificial, também, a má conduta e toda a pesquisa com várias audiências públicas, e outra área é a de doenças raras – inclusive há uma Subcomissão que é presidida pela Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo; eu vice-presido também esta Subcomissão. Mas aqui é para fazermos esse debate sobre essa doença rara também, a pedido da sociedade, para que esse debate aconteça, e as pessoas possam ser conscientizadas.

No requerimento, já de conhecimento dos membros da Comissão, são indicadas algumas pessoas para abordar o assunto, como médicos, associações, também a Conitec, que é trata da ciência e da tecnologia do Ministério da Saúde, no caso, e também a Defensoria Pública.

Então, é um requerimento para o debate dessa doença rara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco-o em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o item 9 da nossa pauta.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 23, DE 2025
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras no Brasil.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

A autoria é do nosso Presidente, Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra para leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É o debate que também vem acontecendo no Brasil nos últimos tempos, em função das relações internacionais, e é importante termos, como é colocado, o estado da arte, os desafios, o impacto econômico, como a situação está sendo desenvolvida em nosso país. E, para isso, nós estamos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

convidando, por enquanto – certamente outros nomes podem ser trazidos também –, representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Mineração, do Serviço Geológico do Brasil e o Dr. Landgraf, que é Coordenador do Instituto Nacional de Processamento e Aplicações de Ímãs de Terras-Raras para Indústria de Alta Tecnologia.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de colocar uns detalhes a respeito de terras-raras, porque às vezes o pessoal ouve falar terras-raras e fica imaginando o que é isso. É uma coisa difícil de achar, né?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Terra rara é Bagé, no Rio Grande do Sul. (*Risos.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É uma coisa difícil de achar em algum lugar.

É que o Brasil tem grandes reservas das chamadas terras-raras.

Terras-raras recebem esse nome na tabela periódica. Para quem for fazer uma consultinha na tabela, quero lembrar que tem duas linhas embaixo, na parte de baixo da tabela, que vão lá do lantânio até... São 17 elementos – 17 elementos de terras-raras. Inclusive o neodímio, em que uma de suas aplicações é a de criar ímãs com grande força. São superímãs, que podem ser utilizados em muitos tipos de sistemas, assim como em eletrônica, por exemplo, como em ligas metálicas. Ou seja, terras-raras, esses elementos têm uma aplicação muito grande.

E o que o Brasil precisa desenvolver... E essa é uma coisa que eu gostaria de falar aqui, de novo, com aquela ideia do próprio tempo do ministério. Não sei se o pessoal se lembra, mas nós trabalhamos muito com grafeno e nióbio, de que o Presidente Bolsonaro costumava falar bastante, embora grafeno e nióbio não sejam terras-raras. Podem até classificá-los como materiais críticos, mas não são terras-raras. Mas a questão vai da mineração até o desenvolvimento de equipamentos, de sistemas com valor agregado maior, e o Brasil tem toda a capacidade de fazer isso.

A gente precisa estabelecer essa indústria desde o momento da mineração, atendendo a critérios de proteção ambiental, que é importantíssimo nesse sentido, mas, a partir daí, a transformação do material básico ali em alguma forma daquela terra-rara, que pode ser, por exemplo, o nióbio.

Se a gente fala em nióbio, tirou de lá – de novo, não é terra-rara; é material crítico, mas vamos usar como exemplo algo que está mais na cabeça das pessoas – em forma como pó, como pequenos *pellets*, etc., e, daquilo ali, então, construir um material que pode ser, no caso do nióbio... Vamos usar o nióbio de exemplo. Está lá na terra, tira-se, faz-se a depuração desse material e vai se transformar em nióbio puro. Para que esse nióbio puro possa ser usado em liga, por exemplo, liga metálica com aço, ele vai ter que ter uma redução da sua temperatura de fusão. Então, para isso, vai ter que ser usado, por exemplo, com óxido, com O_2 ali junto, e, aquilo ali depois vai ser misturado em quantidades pequenas, mas que dão uma mudança de característica muito grande no aço, que pode ser utilizado para turbinas, para motor de foguete e para muitas outras aplicações. E aquilo ali, então, no final das contas, vai gerar um motor, vai gerar algo. Então, você vê que tem várias etapas, e a gente pode e precisa desenvolver isso no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quando a gente fala de terras-raras, é necessário ter – de novo, como eu falei em inteligência artificial – uma política, uma estratégia e os planos de utilização e desenvolvimento disso no Brasil, que inclui financiamento para empresas que queiram desenvolver e que vão desenvolver os produtos com terras-raras; e isso tem uma aplicação enorme.

E o aumento do valor agregado desses produtos vai dar à nossa indústria, já que a gente tem o recurso natural também, uma capacidade muito grande e competitiva, com exportações e uso interno. Portanto, é um tema muito importante.

Parabéns por chamar este tema para a discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Complementando aqui, Presidente, acabei de vir da Comissão de Relações Exteriores, na qual foi criada a Frente Parlamentar em Defesa das Terras-Raras Brasileiras, indo, então, exatamente ao encontro do que V. Exa. está propondo aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Incluíram Bagé?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Incluíram Bagé. (*Risos.*)

É importante destacar também, Presidente, que hoje nós temos projetos de mineração de terras-raras aqui, no Brasil, a maioria na mão de empresas multinacionais, mas não estamos trabalhando o beneficiamento, que é exatamente o que o Senador Astronauta Marcos Pontes está colocando.

Então, nós temos que romper esta situação na qual nós estamos de ser um mero exportador do produto bruto, para, realmente, entrarmos na cadeia de maior valor agregado. Isso é fundamental para o nosso país.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até a gente tomou o cuidado de colocar aqui de, às vezes, termos o estado da arte. Em que ponto estamos? Está sendo exportado o produto bruto? Como beneficiar? Quais os desafios, estratégias, política? Quer dizer, é o estado da arte, para chegarmos a conclusões, assim, com as boas explicações que foram dadas.

E certamente haverá mais de uma audiência pública, acrescentando-se outros nomes, assim como na inteligência artificial também. Eu acho que o debate continua.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Anuncio o item 10 da pauta, o Requerimento nº 24, de 2025.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 24, DE 2025
- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), sua importância estratégica para o Brasil, seus avanços científicos e operacionais, bem como os desafios e perspectivas para o futuro.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

A autoria é do nosso Presidente, Senador Flávio Arns, a quem passo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Temos também estado muito em contato com a Marinha, com as várias iniciativas que são desenvolvidas pela Marinha, no Brasil e também no Chile, em outras áreas, em conjunto com a USP, em São Paulo.

Propriamente, não seria uma audiência pública; o que nós gostaríamos é que a Marinha viesse aqui à Comissão, e há um portfólio assim enorme de iniciativas que estão sendo desenvolvidas por ela, para apresentar para a Comissão e para o público no Brasil o que está sendo desenvolvido, quais são os desafios na Marinha, não propriamente convidando outras pessoas, mas unicamente a Marinha, porque eu considero um trabalho extraordinário que vem sendo feito na Marinha. Como acontece com o Exército também. Outro dia nós poderíamos, por exemplo, discutir especificamente o Sisfron, que é o Sistema de Monitoramento de Fronteiras, algo essencial para o Brasil, e o Exército precisa ter todo o apoio para essa iniciativa.

Então não é uma audiência de exposição. Pode haver debates depois também, lógico, mas, num primeiro momento, é exposição das iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela Marinha no Brasil na área da ciência, tecnologia, com ênfase, como foi colocado também, no Programa de Desenvolvimento de Submarinos, no Programa Nuclear, na Antártida também e assim por diante. Eles terão tempo para apresentar o que vem sendo desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Consulto se há quem queira fazer uso da palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Novamente, Presidente, obrigado pela oportunidade.

Parabéns, Senador Flávio Arns, por trazer esse tema. E é importante o debate, a apresentação desse tema, principalmente para popularização, vamos chamar assim, do conhecimento do público a respeito do Programa Nuclear.

Muitas vezes, quando se fala em Programa Nuclear, duas coisas vêm à cabeça da pessoa normal. Uma são as usinas nucleares para produção de energia elétrica, então a utilização de elementos nucleares basicamente para aquecer a água, que vai girar uma turbina, como se fosse um motor a vapor, que vai gerar, então, energia elétrica, com energia nuclear. Nós temos o desenvolvimento disso aqui no Brasil. Mas outra coisa que vem à cabeça é o armamento nuclear, como bomba atômica, essas coisas.

Eu gosto de deixar sempre bem claro que o Brasil não tem a intenção, o interesse de desenvolvimento de armamento nuclear. Por outro lado, a utilização da tecnologia nuclear é extremamente importante para vários setores. Um deles, por exemplo, é o desenvolvimento do motor do submarino nuclear, é um motor nuclear para movimentação do submarino – não é um submarino com armamento nuclear, ressalto de novo. E, para que esse desenvolvimento aconteça, tem um ponto essencial dentro de tudo isso, que é o Reator Multipropósito, o RMB.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse RMB começou com um projeto, em 2008, em parceria com a Argentina, país com o qual o Brasil tem uma relação única no planeta Terra, uma relação entre dois países vizinhos de desenvolvimento e fiscalização mútua do programa nuclear. Esse reator multipropósito, no Ministério, eu pedi para fazer uma reavaliação do projeto em si, do projeto original. De 2008 até hoje, nós já tivemos uma série de melhorias nas tecnologias associadas. Isso aí imagino que tem sido feito, inclusive com a participação do pessoal do Cnpem, que trabalha com acelerador de partícula, que também gera radiação com movimentos de elétrons e, com isso, parte dos objetivos do RMB podem ser feitos com miniaceleradores de partículas.

Para que isso aí? Para ser utilizado, por exemplo, na fabricação de radiofármacos no Brasil. É um problema seriíssimo a gente ter que importar isótopos. Lembro que qualquer componente nuclear – vamos dizer assim, um isótopo – vai perdendo a sua capacidade de radiação, a meia-vida. Quando ele chega aqui importado já chega perdendo capacidade. É como se a gente comprasse um produto líquido com vazamento, vamos chamar de forma fácil de enxergar.

Então, a gente precisa desenvolver isso no Brasil, para desenvolver radiofármacos com as nossas capacidades aqui – o Ipen faz isso –, mas ter o Reator Multipropósito vai ser muito importante, inclusive com o domínio dessa tecnologia para produção de energia elétrica em lugares distantes com minirreatores nucleares, que são mais seguros, são fáceis de produzir e são modulares. Então, a gente consegue produzir na quantidade necessária para vários locais do Brasil, como a Região Amazônica e outros locais onde a gente pode utilizá-los.

Esse é um tipo de discussão essencial para a gente ter aqui, para colocar o apoio à Marinha do Brasil. Assim como a Força Aérea desde a década de 1960 vem trabalhando com o Programa Espacial, a Marinha vem trabalhando com o Programa Nuclear e o desenvolvimento dessa tecnologia no país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só gostaria de acrescentar, Presidente, a importância do submarino nuclear, porque o submarino nuclear, exatamente por ter o motor com esse reator, consegue permanecer largo tempo submerso, diferente dos demais submarinos, que têm que emergir para poder carregar a bateria e continuar a operar. Então, um submarino com propulsão nuclear tem essa capacidade que permite que o país tenha uma defesa, principalmente para nós que temos 7,5 mil quilômetros de costa para defender, com muito mais capacidade. Obviamente, pela descontinuidade em termos orçamentários, financeiros, que tem ocorrido aí ao longo dos diferentes governos – isso não é culpa de governo A, B, C ou D –, a Marinha tem se arrastado com esse projeto e até hoje nós não terminamos. Então, é importante a vinda dos oficiais de Marinha aqui para apresentarem os problemas que estão enfrentando.

Em votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Presidente, retorno a Presidência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, porém, dizendo que, em cinco minutos, estaremos nos reunindo para apreciarmos as emendas à LDO apresentadas pelos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

membros da Comissão e sendo relatadas pelo Senador Marcos Pontes. Então, em cinco minutos, a gente retoma os trabalhos.

Esta reunião está, portanto, encerrada.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7878586845

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Paulo Paim e Hamilton Mourão, e dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Plínio Valério, Nelsinho Trad e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia e Dr. Hiran. Deixa, ainda, de comparecer o Senador Beto Faro, conforme REQ 492/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 2, de 2025, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática vinte e três sugestões de emendas de Metas e Prioridades e duas sugestões de emendas ao Texto da Lei, totalizando vinte e cinco sugestões de emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do senador Astronauta Marcos Pontes, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática aprovadas: EMENDAS À METAS E PRIORIDADES – **Emenda nº 1:** Objetivo Específico: 0524 – Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional – Programa 2324 – Inovação nas empresas para uma nova industrialização – Meta 2026: 20 – Apoiamento dos Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim e Confúcio Moura; **Emenda nº 2:** Programas de pesquisa para Amazônia e pesquisa polar - Objetivo Específico: 0416 – Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações – Programa 1158 – Enfrentamento da emergência climática – Meta 2026: 5 – Apoiamentos do Senador Astronauta Marcos Pontes; **Emenda nº 3:** Objetivo Específico: 0215 – Promover as iniciativas de popularização da ciência e tecnologia e educação científica no país – Programa 2304 – Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social – Meta 2026: 483 – Apoiamento dos Senadores Hamilton Mourão, Astronauta Marcos Pontes e Confúcio Moura. EMENDA AO TEXTO DA LEI – **Emenda nº 4:** Exército Brasileiro – Emenda de Texto – Inclua-se no Anexo III do PLN 2/2025 a Seção III – Das demais despesas ressalvadas, juntamente com as respectivas ações a serem ressalvadas. - Apoiamento do Senador Marcos Do Val. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6905619757

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/134196

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6905619757

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

Informo que foram oferecidas duas sugestões de emendas ao texto da lei e 23 sugestões de emendas de metas e prioridades, totalizando 25 sugestões de emendas.

Passo a palavra ao nosso Senador Marcos Pontes para, como Relator, proferir o relatório.

Com a palavra, então, o Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Antecipadamente, eu agradeço pela confiança. Para mim, como ex-Ministro do setor, apresentar essas emendas, apresentar essas diretrizes é bastante importante e muito correlato com o que nós fizemos e tem sido feito no setor de ciência, tecnologia e inovação.

Lembro que, no desenvolvimento desse relatório, eu entrei em contato também com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para ver o alinhamento com os projetos que têm sido trabalhados no ministério atualmente também.

Então, conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2025, que dispõe sobre diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026, o PLDO.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2026, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autora de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2026 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO.

No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: i) emendas para inclusão ou acréscimo de metas vinculadas a objetivos específicos dos programas do Plano Plurianual para o quadriênio 2024 a 2027, limitadas ao máximo de três emendas (item 2.2.2 do Parecer Preliminar); ii) emendas de texto, sem limite de quantidade (item 2.1.4 do parecer preliminar).

Vale destacar também que o parecer preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata de reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentadas a esta Comissão 23 propostas de emenda para o Anexo de Prioridades e Metas e duas propostas de emenda de texto.

Análise.

Foram contempladas nas propostas 23 objetivos específicos do Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das sugestões, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas três emendas. Assim, foram selecionados os seguintes objetivos:

Descrição do objetivo. Primeiro, fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização da tecnologia de informação e comunicação (TIC) nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional. Essa é a Sugestão 10, a autora é a Senadora Teresa Leitão, com a Meta nº 20.

Segundo: Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações. Sugestão 20, de minha autoria, com a Meta 80.

Promover as iniciativas de popularização da ciência & tecnologia e educação científica no país. Essa é a Sugestão nº 25, do Senador Hamilton Mourão, com a Meta 483.

Essa seleção contempla os objetivos que receberam maior número de sugestões ("fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional" e "promover as iniciativas de popularização da ciência & tecnologia e educação científica no país") e abrange desenvolvimento social, econômico, ambiental e institucional, em linha com os três eixos do PPA.

Os programas alcançados por essas emendas,"1158 - Enfrentamento da Emergência Climática", "2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social" e "2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização", correspondem a 12 das 23 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apresentadas, ou seja, foram contempladas mais da metade das emendas que foram propostas – 52%.

Entendemos, ainda, que esses objetivos tratam de temas correlatos ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica e à Política Nacional de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Portanto, se inserem nas atribuições regimentais desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, de acordo com o art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal.

Adicionalmente, foram contempladas nas propostas duas emendas de texto. Somos pela apresentação da Sugestão 13, que confere a determinados projetos estratégicos, com características de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico, um tratamento semelhante ao das despesas custeadas pelo FNDCT. No entanto, somos pela rejeição da Sugestão nº 5, que criaria exceção à regra de execução provisória do orçamento cujo escopo poderia alcançar investimentos não correlatos às atribuições desta Comissão.

O voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas e da seguinte emenda no anexo de texto:

Emenda 1, Sugestão 10: Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Emenda 2, Sugestão 20: Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emenda 3, Sugestão 25: Promover as iniciativas de popularização da ciência e tecnologia e educação científica no país.

Em termos de texto, de mudança de texto, de emenda de texto, a Emenda nº 4, então, segue com a Sugestão 13, que é a Seção III do texto: Das demais despesas ressalvadas

I - Projeto Forças Blindadas do Exército;

II - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - Sisfron;

III - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros;

IV - Implantação do Sistema de Aviação do Exército.

Assim, serão acolhidas as propostas nºs 10, 20, 25 e 13, com rejeição das demais sugestões.

Ressalta-se que as emendas de Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas.

Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas, junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

E, no anexo, são apresentadas as emendas, descritas cada uma das 23 emendas, assim como as duas emendas sugeridas de texto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. pelo trabalho.

Quero parabenizar também o trabalho da Consultoria. Parabéns ao Ricardo Liberalquino, que colaborou com toda a elaboração desse estudo; e ao Senador Marcos Pontes, que é, como todos sabem, uma autoridade nessa área também. E isto é muito bom: termos todo esse conhecimento na Comissão.

Está em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Acho que está tudo bem, não é?

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do caro Senador Astronauta Marcos Pontes, que passa a constituir o parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia.

As emendas aprovadas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu sempre agradeço, além do consultor, o Ricardo Liberalquino, a toda a equipe aqui da Secretaria, que se desdobra – não é, Leomar? – com a organização da reunião; aos meios de comunicação do Senado, que fazem com que todo o debate possa chegar aos diversos cantos do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA (19ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (26ª REUNIÃO), EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton e Hamilton Mourão, Ana Paula Lobato, Humberto Costa, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Alan Rick, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Dr. Hiran, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Magno Malta e Damares Alves. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Beto Faro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Laércio Oliveira, conforme os Requerimentos 508, 538, 363, 534 e 471/2025-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 14, de 2025-CCT, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Requerimento nº 16, de 2025-CCT, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Requerimento nº 30, de 2025-CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e Requerimento nº 32, de 2025-CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), com a finalidade de debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida Lei, com a participação de Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação (MEC); Cláudia Ferreira de Maya Viana, Coordenadora-Geral de Educação Científica da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Julia Sant'Anna, Diretora-Executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB); Lia Roitburd, Gerente Sênior de Implementação da Fundação Telefônica Vivo; Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital; Felipe França, Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil; Israel Batista, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); e Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis (CME). O senhor presidente concede a palavra a Angela Amin, ex-deputada (PP/SC), autora do Projeto de Lei nº 4513, de 2020, transformado na Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital. Os Senadores Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Teresa Leitão e Esperidião Amin fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e a 26ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para debater a Política Nacional de Educação Digital, instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, bem como a necessária regulamentação da referida lei, em cumprimento aos Requerimentos nº 14, de 2025, da CCT, esta Comissão, e nº 30, de 2025, da Comissão de Educação, de minha autoria; e aos Requerimentos nº 16, 2025, CCT, do Senador Esperidião Amin, e nº 32, de 2025, da Comissão de Educação, da Senadora Dorinha Seabra.

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br... (*Pausa.*)

Houve uma interferência tecnológica, mas já foi corrigida também.

Não tem problema, está tudo bem.

Eu estava dizendo como as pessoas que nos acompanham podem participar com perguntas ou comentários, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 08000612211.

Sempre incentivamos, inclusive, mesmo depois da audiência pública, que mandem comentários, sugestões, perguntas, porque isso ajuda a orientar o debate tanto nos órgãos públicos, privados e nas próprias Comissões.

Encontra-se presente no Plenário da Comissão, aqui à minha direita, Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação.

Seja muito bem-vinda.

Também aqui à minha esquerda, seja muito bem-vinda, Cláudia Ferreira de Maya Viana, Coordenadora-Geral de Educação Científica da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Teremos, daqui a pouco, o Israel Batista, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Também, aqui à minha esquerda, seja muito bem-vinda, Lia Roitburd, Gerente Sênior de Implementação da Fundação Telefônica Vivo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Encontram-se também presentes, por meio do sistema de videoconferência, Julia Sant'Anna, Diretora-Executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira; Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital; Felipe França, Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil.

E teremos, daqui a pouco também, a presença de Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis.

Como nós temos oito pessoas, e o Senador Marcos Pontes, inclusive, vai continuar, daqui a pouco, na Presidência da Comissão, se me permitem sugerir dez minutos para cada apresentação, estaria bem?

Remotos, está bem? Tudo bem?

Dez minutos. Sempre tem um relógio aqui na frente se a pessoa desejar ver quanto tempo que já passou. E, quando faltar um minuto, não sou eu quem bato a campainha, então, não fiquem bravos comigo, mas baterá uma campainha para dizer "olha, você tem mais um minuto". Não que eu vá cortar a palavra também, mas não usem, em vez dez, 20. Dá para fazer um pouco mais, mas não muito mais.

Muito bem.

Temos algo importante, lembrando, inclusive, que, hoje à tarde, nós temos a discussão no Plenário e a votação do Projeto de Lei 2.628, que trata da proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Naturalmente, tudo isso tem interfaces com o conjunto de iniciativas e também sempre tem a interface para os pais, para as crianças, para os adolescentes, para os educadores, para as secretarias, para as prefeituras, para os conselhos de educação.

Por isso, a vinculação, uma audiência pública conjunta entre CCT, Ciência e Tecnologia, e Educação.

Nesse sentido, quero destacar também a presença da Presidente da Comissão de Educação, Senadora Teresa Leitão. Seja muito bem-vinda também. É uma alegria tê-la aqui na Comissão. Eu estava explicando que é uma audiência conjunta da Comissão que V. Exa. preside com esta Comissão também.

Muito bom.

Passamos, em primeiro lugar, a palavra à Anita, se você concorda, Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do MEC (Ministério da Educação).

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Obrigada, Senador Flávio Arns. Agradeço o convite e também cumprimento a Senadora Teresa Leitão e os demais que nos acompanham.

Primeiro, parabenizo pela convocação desta audiência. Nas últimas semanas, os temas de educação digital, de internet e, principalmente, para crianças e adolescentes, ganharam muito a pauta, e a gente parabeniza o Congresso Nacional por colocar em votação e discussão o Projeto 2.628, porque a gente entende que é um avanço importante para a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no ambiente digital. É uma preocupação, e, nós, do Ministério da Educação, naquilo que é da nossa competência, no que cabe à educação básica e é o que eu vou falar aqui –, estamos avançando em alguns temas. Com certeza, essa lei, quando aprovada, vai nos ajudar bastante a constituir mais ainda o sistema de proteção para crianças e adolescentes para além do ambiente escolar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma apresentação aqui, são alguns eslaides, vou me ater ao tempo dos dez minutos e, depois, estou aberta a perguntas.

Bem, acho que vale um resgate histórico de antes da Pned (Política Nacional de Educação Digital), que é uma lei muito importante, que ajudou a condensar alguns princípios da educação digital. Antes mesmo disso, já tinha alguns avanços no que tange à educação tratando da temática.

Em 2017, na BNCC, esse tema de cultura digital está presente de uma maneira transversal, para todas as competências a serem trabalhadas na educação básica.

Em 2021, teve uma lei também da PIEC (Política de Inovação Educação Conectada), que também traz a questão não só do conteúdo, mas da universalização do acesso à internet para uso pedagógico nas escolas.

Em 2022, a inclusão da BNCC Computação, que é como se fosse um *zoom* na questão de educação digital, mundo digital, pensamento computacional dentro das habilidades previstas a serem ensinadas no âmbito da educação básica.

Em 2023, no começo do ano, a Política Nacional de Educação Digital cria o componente de educação digital como obrigatório, inclusive, para os currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

A lei, como é de conhecimento, vai para além da parte da educação básica – ela olha também para a educação superior –, mas, hoje, a gente trouxe aqui os destaques principalmente na educação básica, porque a gente está falando de 40 milhões de estudantes que acabam sendo a base de onde esse tema tem que ser trabalhado para conseguirmos avançar numa cidadania digital, que eu acho que é a principal preocupação aqui de todos, num mundo cada vez mais digitalizado como o que temos hoje. (*Pausa.*)

Em 2023, o Presidente Lula assinou um decreto que instituiu a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que condensa um pouco dessas várias iniciativas que estavam em execução até então, mas tentando colocar uma organização, uma coordenação dos diversos esforços do Governo Federal nessa temática, principalmente para garantir, de fato, a universalização da conectividade para fins pedagógicos.

E a gente tem já alguns avanços.

Atualmente, a gente se encontra com 60% das escolas de educação básica do país já conectadas para utilizar a internet com intencionalidade pedagógica, ou seja, colocando nas mãos dos professores um instrumento de apoio à sua prática pedagógica, de interação e de ampliação do conteúdo na relação de ensino e aprendizagem com os estudantes.

Então, isso é muito importante, porque a defesa do Ministério da Educação sempre foi a de que a internet tem que ser utilizada para fins pedagógicos. Ela não é uma utilização indiscriminada, ela não é uma utilização sem filtro, sem uma mediação de adultos. Isso é muito importante porque a gente sabe que pode haver perigos e riscos à saúde mental, à saúde física dos estudantes, e que, por isso, a gente precisa garantir que a escola seja um lugar onde o tema da educação digital e midiática seja trabalhado até para fortalecer o papel das crianças e dos adolescentes no que são os seus direitos, para eles entenderem os riscos, mas entenderem também os seus direitos nesse ambiente.

O próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A estratégia tem seis grandes eixos, como eu falei, uma parte de infraestrutura mais uma parte importante dos aspectos pedagógicos, que é o que a gente vai trazer aqui para este debate, principalmente.

Acho que o meu colega o Conselheiro Israel vai trazer que a gente teve um avanço muito importante no começo deste ano e, pensando a partir dos últimos dois anos, que o Governo Lula tem trazido esforços para conseguir concretizar o que muito estava nas leis, em ações e políticas públicas efetivas.

Então, em 2024, a gente lançou o Referencial de Saberes Digitais Docentes, justamente para que os professores saibam o que eles precisam ensinar, o que eles precisam aprender a incorporar nas suas práticas docentes sobre educação digital e midiática.

Em 2025, com a lei que restringe o uso de celulares em escolas, a gente traz a conexão de como garantir que, quando for utilizado o celular, ele seja utilizado de forma intencional e pedagógica.

Aí o Conselho Nacional de Educação promulgou diretrizes operacionais para apoiar esse uso e integrar, de fato, no currículo das escolas, a educação digital e midiática, para apoiar mesmo municípios e estados na concretização disso, para tentar empoderar os professores e os gestores nesse processo.

Vou deixar essa parte das diretrizes para o Conselheiro Israel, mas acho que o principal é que reforça a obrigatoriedade da educação digital e midiática nos currículos, articula diversos conceitos e referenciais já existentes – isso ajuda a organizar o trabalho das secretarias de educação –, e orienta caminhos, incluindo a questão do prazo. Então, nas diretrizes, se coloca que este ano é o ano de adaptação curricular para que, no ano que vem, todas as salas de aula e as escolas brasileiras, públicas e privadas, tratem desse tema no seu currículo.

Lembro que tem especificidades. Da educação infantil ao ensino médio, a forma como se fala sobre educação digital e midiática, ensinar e aprender, vai se alterando. Então, desde o começo, desde a educação digital – perdão –, da educação infantil, é possível tratar de educação digital e midiática, não necessariamente com tela, de forma conectada, mas sobre os algoritmos, sobre a lógica, o pensamento computacional. E aí, conforme os estudantes vão avançando na idade escolar, a gente vai aprofundando esse conhecimento e essa discussão.

O Ministério da Educação tem feito assessoria técnica aos estados e municípios nesse processo de reorganização curricular. Aderiram 23 estados, e muitos municípios estão participando de especialização que estamos organizando sobre o tema de educação digital e midiática, garantindo mais ferramentas mesmo para esse tema, que é um tema complexo. A gente sabe que existe ainda uma necessidade de formação inclusive de professores, formação inicial nesse tema, mas que pelo menos no âmbito da formação continuada a gente consiga ir avançando na implementação. E, para isso, todas essas ferramentas que estão em tela – seja o Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes, os referenciais, uma plataforma de objetos digitais de aprendizagem gratuitas – estão disponíveis no *site* do MEC para todos os professores, de redes públicas ou privadas, para fortalecer esse tema de maneira segura, intencional, responsável, equilibrada de utilizar a tecnologia como uma ferramenta que vai facilitar e apoiar a aprendizagem e não como até então, infelizmente, em alguns casos, a gente estava vendo como algo que estava distraindo, roubando o foco e a atenção dos nossos estudantes.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI – Temos também muitos cursos no Avamec. Só neste ano a gente lançou 60 cursos novos, totalizando 80 cursos gratuitos na ferramenta de cursos de formação *online* do Ministério da Educação.

Apoiamos também a campanha da restrição de celulares na escola, e a gente tem recebido muito *feedback* positivo sobre essa questão.

Estamos tratando sobre inteligência artificial na educação básica, que também é uma nova fronteira do uso de tecnologia.

E, recentemente, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático, a gente incluiu o livro de educação digital e midiática como obrigatório. Então, agora, inclusive, todas as redes de ensino médio estão com a fase de escolha de livros, as escolas estão escolhendo. E a gente tem lá livros, pela primeira vez, de educação digital e midiática, que serão entregues gratuitamente para todas as escolas do Brasil.

Por fim, meu último eslaide, acho que vale dizer o esforço que o Governo tem feito para garantir uma conectividade adequada, porque, se a gente não tem uma conectividade que garanta um uso pedagógico, a gente vai ter sempre um uso muito superficial da tecnologia. E aí corremos o risco de não fazer essa transformação digital com responsabilidade e com ética na educação.

Então, para isso, pelo PAC, tem um recurso aí de mais de R$6 bilhões previsto até o final do ano que vem, sendo que R$3 bilhões dele já foram investidos para aumentar a conectividade das escolas no Brasil.

Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia – acho que a Cláudia vai falar –, temos o Programa Mais Ciência na Escola, que também trata isso de uma maneira mais interessante, com laboratórios de ciência, tecnologia e inovação nas escolas brasileiras.

Fico à disposição.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à cara Anita Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional do Ministério da Educação.

Destaco também a presença, que já havia anunciado antes, do Israel Batista, também uma liderança importante, que é Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Seja muito bem-vindo, Israel!

E nós teremos... Antes de passar a palavra, de forma remota – teremos uma pessoa presencial e uma remota –, ao Francisco Antonio Soeltl, que é Presidente do Instituto Brasil Digital, quero convidar só o Senador Marcos Pontes – eu só estava aqui o substituindo, espero que tenha substituído à altura – para que V. Exa. possa dar continuidade ao trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom dia, bom dia a todos.

Obrigado, Senador Flávio Arns, por dar a partida nesta audiência tão importante.

Quero registrar também a presença da Senadora Teresa Leitão aqui, Presidente da Comissão de Educação, conosco também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só uma pequena palavra aqui, antes de passar para o início do próximo orador remoto, sobre a importância desse tema. É um tema que, obviamente, já foram ditas aqui algumas ideias sobre ele, mas, da maneira como eu vejo e tendo sido Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – então, com uma parte aqui eu tenho uma ligação direta, que é justamente a infraestrutura necessária para as nossas escolas em termos de conectividade, para que nós tenhamos, sim, isso feito de uma forma homogênea no país –, nós sentimos muita dificuldade com isso durante a pandemia, quando foram necessárias aulas remotas. E nota-se claramente que a internet ainda não cobre tudo que seria necessário no território nacional. Mesmo com o SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas), nós temos dificuldades porque a banda é muito estreita, às vezes não consegue comportar a necessidade de transmissão de dados que nós precisamos. Então, é um esforço enorme que precisa ser feito em conjunto com os estados, com os municípios, de forma que a gente possa ter essa cobertura.

Eu lembro que na época a gente utilizou inclusive a divisão da faixa de TV digital em quatro faixas para poder transmitir conteúdos, mas é importante que se tenha internet, justamente, em todo o território nacional. Isso é uma prioridade para o país.

Além da infraestrutura, logicamente, nós precisamos do conteúdo, conteúdo adequado, a preparação, a formação dos professores para tratar desse tema – como eu estava acompanhando a apresentação muito bem-feita, parabéns! – e essa preparação dos professores também para esta nova fase na história do planeta incluindo inteligência artificial. Eu confesso, eu era o Vice-Presidente da Comissão de Inteligência Artificial, que uma das minhas preocupações ali era justamente com a educação. De que forma nós vamos ajustar a utilização da inteligência artificial com o aprendizado das crianças, para que ela seja utilizada de forma adequada e positiva no aprendizado e não de uma forma em que ela acabe sendo uma ferramenta muito utilizada, mas atrapalhando o desenvolvimento cognitivo das crianças, porque a inteligência artificial, entre aspas, "resolve tudo"? E ela não resolve tudo. A gente precisa achar uma maneira realmente de deixar as crianças pensarem, raciocinarem, criarem as ideias, porque a inteligência artificial é uma ferramenta e não pode tomar decisão no lugar dos seres humanos. A gente precisa formar cidadãos preparados para tomarem essas decisões, aprenderem, terem conhecimento e não serem simplesmente usuários da inteligência artificial. Essa é uma preocupação grande.

Eu vi que vão ter alguns encontros sobre isso, dos quais eu faço questão de participar, porque realmente é uma preocupação enorme.

E fico feliz também pela participação, por poder, dentro das escolas, chamar a atenção das crianças para elas se protegerem nesse mundo da internet, que obviamente tem muita coisa boa, mas tem muita coisa ruim também. A gente precisa proteger as nossas crianças e, de alguma forma, atingir os pais, para que eles também participem disso e monitorem o que os seus filhos estão fazendo na internet. Às vezes, eu ouço aqui o pessoal falando: "Ah, eu não vou interferir na privacidade do meu filho". Não! Você tem a responsabilidade de interferir, de olhar o que ele ou ela está vendo ali. A responsabilidade, em última instância, é do pai e da mãe.

Dito isso, eu gostaria de passar a palavra agora para o primeiro orador remoto, Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já de antemão, agradeço a participação de todos aqueles que nos acompanham presencial e remotamente também pelas redes do Senado. Obrigado!

A palavra é do Dr. Francisco – bom te ver novamente, Francisco – que tem oito minutos. Você vai ter que controlar o tempo por aí, porque você não vai ter o relógio daqui para acompanhar. Então, peço-lhe para controlar o tempo, porque nós temos vários expositores e não podemos atrasar as próximas audiências aqui, na sala. Obrigado!

O SR. FRANCISCO ANTONIO SOELTL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu queria iniciar, apenas comentando que a minha dedicação ao tema vem de 2015, quando a gente elaborou o Manifesto Brasil Digital para Todos pelo MBC, que foi entregue ao MCTI, na época, MCTIC. O nosso Senador fez todo um trabalho importantíssimo de condução dos trabalhos, de audiências públicas e tudo o mais, para que nós tivéssemos a primeira estratégia brasileira de transformação digital publicada, portanto, em março de 2018.

Eu queria pedir ao pessoal da técnica uma ajuda para passar, primeiramente, um vídeo de um minuto e trinta.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FRANCISCO ANTONIO SOELTL (*Por videoconferência.*) – Agora, na sequência, eu estou compartilhando com vocês alguns eslaides e vou resumi-los rapidamente em seis minutos.

Como vocês viram, então, o Instituto Brasil Digital é uma associação sem fins econômicos, de trabalho voluntário e suprapartidário, ou seja, acima dos interesses e das ideologias político-partidárias, com o propósito de capacitar e empoderar as pessoas e a sociedade no domínio das tecnologias digitais habilitadoras, de forma inclusiva. Como podemos ver nessa imagem, representado pelo vovô autista, o papai com deficiência auditiva, o menino com deficiência visual e a menininha cadeirante.

Esse nosso trabalho tem o Brasil Digital para Todos como um movimento cujo propósito é, no Brasil, nós consolidarmos os fundamentos para que o Brasil se torne um protagonista global em inovação e transformação digital.

Esse trabalho vem alinhado com os objetivos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, apoiando na operacionalização da E-Digital, como disse o Decreto 9.319, de março de 2018, e é também, então, regida pelo CITDigital (Comitê Interministerial para a Transformação Digital), que é subordinado à Casa Civil. Também temos uma participação ativa na elaboração do Plano Brasil Digital 2030+ pela Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital, que foi apresentado à Presidência da República em dezembro do ano passado, de 2023, perdão, e está aí numa fase inicial da segunda etapa.

Nessa imagem, vocês observam a imensa oportunidade de desenvolvimento que temos em nosso país. Com a implantação da Lei 14.533, que foi publicada em janeiro de 2023, e vem sendo operacionalizada em Santa Catarina, nos municípios de Florianópolis, e em São Paulo, em São José dos Campos, os avanços mostram-se segmentados, porém, com muitas desigualdades regionais, mesmo em dois estados como São Paulo e Santa Catarina, o que se agrava quando a gente analisa o território nacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui na 50ª posição no Índice Global de Inovação e, se formos ágeis, podemos recuperar, contextualizando e aplicando as melhores práticas desses outros países que aqui estão melhor posicionados.

No Estado de Santa Catarina, com a ajuda do Tribunal de Contas, foi feito um levantamento, este ano, quanto à efetiva aplicação da Lei Federal 9.394, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional em 1996, e a Lei 14.533. E o que se constatou é preocupante, porque mais de 80% dos 295 municípios ainda não possuem uma política de educação digital definida, não instituíram a comissão ou grupo responsável pela sua implementação e não possuem boas práticas de educação e inclusão digital. Veja que o cenário é muito propício a essa melhoria que a gente está propondo.

Nesta imagem, nós estamos destacando a adequação da 14.533 no Município de São José dos Campos, em São Paulo, e comparando o levantamento feito nesse município com os dados de Santa Catarina.

Em infraestrutura e conectividade, São José dos Campos apresenta 100% das escolas com internet de alta velocidade, como disse o nosso Senador, nosso Ministro também, equipamentos são suficientes e o plano contínuo de expansão existe; enquanto que, no Estado de Santa Catarina, parte das escolas conectadas é apenas um percentual, existe muita variação regional na velocidade da internet nessas escolas, e ainda temos uma questão de equipamentos não suficientes. Portanto, também é necessária uma padronização, como já foi dito aqui pela nossa colega Anita.

Quanto à formação e confiança dos docentes, São José já capacitou praticamente 100% dos seus docentes, tendo reforços trimestrais e apoio pedagógico digital estruturado; enquanto que, em Santa Catarina, as capacitações ainda não são regulares, carecem de um suporte continuado.

Finalmente, quanto às principais barreiras a serem superadas em São José, ainda se apresentam as carências na infraestrutura, na atualização tecnológica e, como desafio permanente, uma frente de inovação acelerada; enquanto que, em Santa Catarina, se apresentam as disparidades regionais, os pequenos municípios, a ausência de um orçamento dedicado, e de um planejamento de como atrair profissionais, pessoas capacitadas no tema digital – uma amostra bem próxima do que devemos encontrar em todas as regiões de nosso país.

Aqui, para implantação, além da publicação das diretrizes regulamentando a lei, é necessária a alocação de recursos federais, pois a grande maioria dos municípios brasileiros, em especial, os menores, não dispõem dos mesmos.

Assim, é fundamental a atuação dos Parlamentares no Congresso Nacional, no sentido de viabilizar e destinar recursos para a efetiva capacitação de professores. De acordo com a Resolução 2, de 21 de março de 25, como mencionado aqui pela Anita, a elaboração de novos currículos e o acompanhamento pleno de formação docente devem ser dados ao longo do ano com a efetiva implementação dessa regulamentação, como já foi dito.

Em síntese, o que a gente está percebendo é o seguinte: a gente precisa de um apoio do Senado para, dentro do art. 11 dessa nossa política, buscar a dotação orçamentária necessária para os estados e municípios.

Aqui, eu não vou ler, pois vocês podem ler com calma.

E, por fim, encerrando a minha participação, eu gostaria de mencionar o seguinte: dada a relevância e a urgência na tramitação para a garantia de recursos, no curto prazo nós precisamos

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar com emendas parlamentares – individuais, de bancada estadual e de Comissões –, que poderiam ser aplicadas para atender diretamente estados e municípios; e, a médio e longo prazo, temos que ter a necessária previsão desses recursos na LDO e na LOA.

Para encerrar, investir em educação digital é investir em inclusão, empregabilidade, inovação e competitividade nacional e internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Francisco Antonio Soeltl, Presidente do Instituto Brasil Digital.

Na sequência, passo a palavra, por oito minutos, à Dra. Cláudia Ferreira de Maya Viana, Coordenadora-Geral de Educação Científica da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI.

A SRA. CLÁUDIA FERREIRA DE MAYA VIANA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar aqui todos os Senadores, os Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Quero parabenizá-los pela realização desta importante reunião entre as duas Comissões e quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes e também aquelas que acompanham esta discussão de forma virtual.

Vou começar também aqui me autodescrevendo: eu sou uma mulher negra, de pele clara, tenho os cabelos cacheados e uso um *blazer* rosa. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, trazendo as reflexões sobre esse tema, reflexões que têm motivado a atuação do MCTI. E, por outro lado, quero também falar sobre esses esforços que vêm sendo desenvolvidos em parceria com o Ministério da Educação, em torno da educação digital.

Então, em relação às reflexões, é importante a gente perceber, e a gente compreende, que a educação digital está imersa no contexto da educação brasileira como um todo e está inserida nos desafios da educação brasileira. Então, hoje, quando a gente analisa os índices, como os resultados do Brasil no Pisa, que é a avaliação internacional liderada pela OCDE, que envolve 81 países, a gente vê que a gente precisa de um esforço muito grande para qualificar a educação brasileira. Esse esforço é mais grave no que se refere a áreas como matemática e física, áreas que vão, no futuro, influenciar a formação de engenheiros, de cientistas, enfim... Então, é um desafio estratégico para o Brasil avançar no tema da educação digital e no da educação brasileira.

Nesse sentido, a gente vê que esse é um desafio que não é novo para o Brasil, é um desafio histórico que exige união de esforços entre educação, ciência e tecnologia; entre gestores, legisladores, professores, educadores, cientistas, universidades e governos locais.

É nesse sentido que a gente tem atuado dentro do MCTI, em três frentes: uma frente normativa, uma segunda frente que tem a ver com financiamento, e uma terceira, que está relacionada à articulação interfederativa e à articulação institucional.

Do ponto de vista da educação digital, é importante a gente perceber que o mundo é cada vez mais influenciado pelas tecnologias digitais. Então, é muito importante que a gente perceba que, por um lado, as tecnologias digitais são uma necessidade, para que a gente ofereça às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros uma educação digital, para que eles possam lidar com essas tecnologias, e, por outro lado também, que as tecnologias digitais podem ser uma ferramenta para diversas áreas e para uma transformação da educação brasileira também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É uma oportunidade que nós temos de inovar a educação, de ter ferramentas mais interativas e de potencializar o aprendizado das crianças e dos adolescentes na educação; é uma oportunidade que os professores têm de ferramentas também para o seu trabalho.

Então, nesse sentido, quero falar primeiro aqui da do Programa Mais Ciência na Escola, que foi construído, tecnicamente, a partir da cooperação técnica entre equipes do MEC e equipes do MCTI, foi criado pelo Presidente Lula, por meio do Decreto 12.049, de 2024. O Programa Mais Ciência na Escola tem como objetivo disseminar a educação digital e o conhecimento científico, ou seja, ele trabalha a ideia da educação digital como complemento e como parte de um enfrentamento à questão da qualidade da educação, potencializando a questão da ciência na escola.

Então, são diretrizes do programa, por exemplo: o estímulo à educação científica na educação básica; o estímulo à educação digital e midiática na educação básica; a promoção da inclusão social e produtiva; o estímulo às carreiras científicas e tecnológicas entre os jovens; a valorização dos educadores e da educação científica como elementos-chave na ampliação da cultura científica na sociedade brasileira; a equidade no acesso à educação científica e à educação digital; a promoção de acessibilidade, incluído o acesso a tecnologias assistivas; o respeito à diversidade de gênero e o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

E tem como objetivos: oportunizar o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas a conhecimentos em ciência e tecnologia, com abordagem STEAM, ou seja, ciências, tecnologia, engenharia, artes e matemática; promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento de arranjos locais; promover a inovação e a qualidade do ensino e do aprendizado de ciências e de educação digital e midiática; incentivar o uso de metodologias ativas de ensino; promover o letramento digital, o ensino e a aprendizagem por investigação e a experimentação científica voltados à solução de problemas e à orientação a projetos; fomentar...

Foi muito rico esse processo e é muito rica essa relação entre MEC e MCTI, porque a gente soma esforços na questão da educação integral, por exemplo. Então, nesse programa, a gente tem um esforço do Governo Federal muito forte de expandir a jornada escolar, expandir o tempo na escola. E essa expansão do tempo não pode ser uma expansão do tempo para reproduzir práticas e reproduzir conteúdos; ela precisa ser uma expansão do tempo que qualifique, que dê oportunidades e que traga coisas novas para os estudantes, enfim.

Então, o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) investiu R$100 milhões nessa política, e nós fizemos uma chamada pública, via CNPq, para as instituições científico-tecnológicas. Então, foram selecionadas universidades federais, universidades estaduais, universidades filantrópicas, a Fiocruz – a Anita está lembrando aqui – e mais de seis institutos federais, em uma chamada pública que é estadual.

Então, todos os estados do Brasil estão implementando redes do programa em que 50% do recurso é para equipamentos e os outros 50% do recurso são para formação de professores, para ter um bolsista professor da educação básica na escola, estudantes montando clubes de ciência, participando de olimpíadas científicas e feiras de ciências.

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLÁUDIA FERREIRA DE MAYA VIANA – Então, o objetivo do programa é trabalhar essas ferramentas, potencializando o protagonismo estudantil, valorizando os professores e o conteúdo.

Só para terminar, o conteúdo dos projetos que são desenvolvidos nos vários estados é muito diferente. Por quê? Porque a gente quis potencializar e valorizar o que já é desenvolvido pelas universidades, com a anuência dos secretários municipais e estaduais de educação. Isso é muito importante na chamada. A gente está aproximando universidades, secretarias de educação e equipes de ciência, tecnologia e educação para oferecer educação digital e experimentação científica na educação básica.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente. Parabéns pela apresentação!

Gostaria de ressaltar uns pontos que eu acho muito importantes, como a necessidade desse trabalho coordenado de muitas instituições juntas por esse tema que, na verdade, é o tema que constrói o futuro do país. Se a gente não tiver uma educação muito bem desenhada que atenda aos requisitos do futuro, é muito difícil a gente pensar em desenvolvimento do país. Então, parabéns pela continuidade dos programas.

Eu me lembro do Ciência na Escola. Cadê o Marcelo? Ele estava por aqui. O Marcelo foi um que incentivou muito isso lá no tempo em que eu estava no ministério. A gente também colocou lá 100 milhões para justamente incentivar a criação de laboratórios, levar alunos para dentro das universidades, dos centros de pesquisa e vice-versa. Então, isso é muito importante, a gente ter esse suporte geral. Contem com a gente aqui também para dar continuidade a esses projetos.

Gostaria de registrar a presença aqui também do Senador Izalci Lucas. Fazemos parte da bancada de ciência e tecnologia e ressalto a importância desse tema. Vejam que nós temos a Presidente da Comissão de Educação e o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia aqui conosco o tempo todo, o que não é comum. É importante ter essa presença. Registro que isso é um esforço de todos nós.

Aliás, vou deixar aberta a palavra aos Senadores presentes. Em qualquer momento que quiserem falar, por favor, é só sinalizar que a palavra é aberta, está certo?

Eu passo, então, a palavra agora ao Dr. Felipe França, que se encontra remoto. Ele é Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil.

O Dr. Felipe tem oito minutos. Novamente eu peço para coordenar o tempo por aí, contar o tempo por aí, porque você não vai ouvir. Talvez você ouça uma voz muito afirmativa aos 15 segundos, dizendo que faltam 15 segundos... (*Risos.*)

Obrigado.

Tem a palavra.

O SR. FELIPE FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente. Eu vou ser breve.

Antes de tudo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, autoridades, especialistas e convidados, meu nome é Felipe França. Eu sou Diretor-Executivo do Conselho Digital do Brasil, entidade que representa e coordena o ecossistema de provedores de aplicação de internet aqui no país.

É uma honra falar da Lei 14.533, de 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital, porque eu tive o orgulho de ser Secretário da Frente Parlamentar Digital quando o projeto tramitou

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Congresso e pude acompanhar de perto a atuação da Deputada Angela Amin, autora do projeto, do Deputado Professor Israel Batista, então Relator na Câmara, e do Senador Rodrigo Cunha, Relator no Senado.

Graças a eles e a vários outros Parlamentares, o Congresso entregou ao país um marco normativo essencial para o futuro do Brasil, uma lei que, de fato, se antecipou às principais discussões sobre políticas digitais que temos hoje. É uma lei curta, simples, de 12 artigos, mas essa política pode definir se o Brasil terá capacidade de se afirmar como uma sociedade democrática, inovadora e competitiva na área digital, ou se vai ficar para trás.

Entre os méritos da política, a lei deu dois passos fundamentais. Primeiramente, ela incluiu, no art. 4º, XII, da Lei de Diretrizes e Bases, a educação digital, com dever de garantir conectividade de todas as instituições públicas à internet em alta velocidade, da educação básica à superior. Em segundo lugar, no art. 26, §11, da LDB, definiu que a educação digital é um componente curricular obrigatório. E ela define o que é essa educação digital: ela coloca letramento digital, pensamento computacional, programação, robótica, ciência de dados e educação midiática. Portanto, a Política Nacional de Educação Digital não é apenas sobre infraestrutura, mas também sobre garantir que os nossos estudantes desenvolvam habilidades digitais para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e para os desafios de um mundo integrado à internet e à inteligência artificial. Mas precisamos ter atenção para alguns indicadores. Alguns dados mostram que a distância entre a lei e a realidade é grande, o que vai exigir atuação intensiva na implementação dessa política.

Sobre conectividade, segundo o Censo Escolar da Educação Básica, publicado em 2024, 89% das escolas têm internet, mas apenas 62% a usam pedagogicamente. É claro que os dados são ainda de 2023, mas isso já mostra o tamanho do desafio. Segundo o medidor de educação conectada do NIC.br, só 11% atingem a meta de 1MB por segundo por aluno, uma média de 0,26MB por segundo por aluno, ou seja, ainda não é suficiente para a questão da alta velocidade.

Sobre equipamentos, novamente, segundo dados do NIC.br, apenas 29% das escolas têm dispositivos para os estudantes, em média um para cada dez alunos.

Sobre formação docente, ainda com dados do Cetic.br, do NIC.br, em publicação de 2024, menos de 40% dos professores receberam capacitação em pensamento computacional ou letramento digital.

Sobre mão de obra qualificada, no estudo da Brasscom de 2023, há apenas 4,4 mil especialistas em TI no Brasil, contra mais de 400 mil vagas corporativas, um desequilíbrio grave.

Ainda não temos dados consolidados para 2025 para avaliar se a política está sendo implementada com êxito. Mas, em resumo, a educação brasileira está com baixo uso da tecnologia e os professores não estão preparados para o uso e o ensino dela.

E aqui vale uma digressão importante: o Brasil se encontra diante de um ponto de inflexão histórico. A revolução da inteligência artificial tem o potencial de redesenhar a economia global da mesma forma que a revolução industrial transformou o mundo no século XIX. Mas, diferentemente daquela época, temos agora a oportunidade de agir com consciência desde o início e decidir se seremos protagonistas ou meros coadjuvantes nesse novo ciclo.

A inteligência artificial é uma tecnologia transversal, com aplicações diretas e revolucionárias no agronegócio, na indústria, no setor de serviços, no mercado financeiro, nas *startups* e na

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

administração pública. É uma ferramenta que pode impulsionar a produtividade, solucionar gargalos estruturais e ampliar a nossa competitividade global. Mas isso só ocorrerá se dermos as condições necessárias para que o nosso ecossistema floresça. E para isso, novamente, precisamos de educação digital.

O Brasil tem um marco robusto, mas a execução ainda é fragmentada e insuficiente. É importante compreender que a Política Nacional de Educação Digital não é uma política acessória; ela é a base para enfrentar muitos dilemas que hoje debatemos nesta Casa. O Senador Flávio mencionou antes, e de fato vai ser votado hoje o PL 2.628, que trata sobre a proteção de crianças e adolescentes na internet. Parte da solução passa pelo letramento digital, ou seja, de fato, ensinar nossos jovens a aprender a caminhar com segurança no mundo digital, a reconhecer riscos e a exercer seus direitos digitais.

Quando debatemos o PL 2.338, já aprovado nesta Casa, sobre regulação de inteligência artificial, a gente precisa lembrar que não tem inovação sem mão de obra qualificada, e essa formação começa na educação básica, mas avança em cada fase da educação com lógica, programação, ciência de dados, robótica e tantas outras. É urgente e necessário para o nosso país estar em pé de igualdade em termos de mão de obra qualificada.

E quando tratamos do PLP 112, que está tratando sobre regras eleitorais também no ambiente digital, precisamos entender que não há ferramenta mais forte contra a manipulação *online* que o letramento digital. O instrumento mais poderoso nesse caso não é a regulação, é a educação midiática, ou seja, boa parte dos problemas que hoje buscamos resolver com leis e (*Falha no áudio.*) ... tem em sua raiz algo mais profundo: a formação digital dos nossos cidadãos. Isso está previsto na Política Nacional de Educação Digital.

O Congresso fez sua parte ao aprovar a lei, inclusive, corrigindo vetos importantes. Agora, precisa avançar na implementação, formar professores em larga escala em pensamento computacional, robótica, letramento mediático, criar um painel público de monitoramento com metas e indicadores transparentes de conectividade, formação e aprendizagem.

É importante a gente ter isso para justamente poder entender esses números que a gente apresentou antes – quanto disso evoluiu, como está evoluindo e qual é a velocidade dessa evolução – e também garantir financiamento alternativo para cursos curtos e *bootcamps*, já que o financiamento via Fies foi vetado pelo Executivo.

E a gente não vai conseguir resolver o *gap* entre mão de obra qualificada e formação educacional se a gente não tiver também cursos curtos e *bootcamps* para formação em programação e tudo mais. Sem isso, a Política Nacional de Educação Digital corre o risco de se tornar mais um diploma legislativo ambicioso, mas sem impacto real.

Senhoras e senhores, a conectividade é a base, mas o verdadeiro impacto da Política Nacional de Educação Digital está em desenvolver habilidades digitais. É isso que vai preparar o Brasil para enfrentar os desafios *online*, proteger nossas crianças, sustentar nossa democracia digital e nos impulsionar na economia da inteligência artificial.

O futuro do país está sendo definido agora nas salas de aula. É hora de transformar a Política Nacional de Educação Digital em realidade concreta.

Muito obrigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu queria fazer um pedido a V. Exa. Eu estou na CCJ, em votação nominal, e tenho que voltar daqui a pouco para lá, mas eu não poderia deixar de passar aqui para prestigiar – é um tema tão importante – e cumprimentar, inclusive, os autores dos requerimentos para esta audiência.

Eu poderia fazer algumas questões? A resposta eu vou ver depois, nas notas taquigráficas, porque também não vou poder...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Fique à vontade.

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Eu queria fazer alguns questionamentos rápidos aqui. Aqueles que puderem responder...

Bem, a pesquisa da TIC Kids Online, agora, em 2024, revelou que 93% das crianças e adolescentes brasileiros entre nove e 17 anos estão conectados à internet, predominantemente via celular e imersos em plataformas como YouTube, TikTok e WhatsApp.

No entanto, esse uso maciço de tecnologia não se traduz em competências digitais críticas. Apenas 37% sabem verificar a veracidade de informações *online*, mais da metade nunca recebeu instrução sobre navegação segura, e a maioria apresenta dificuldade de identificação de fontes confiáveis.

Paralelamente, o uso da inteligência artificial já permeia o cotidiano dessa geração por meio de sistema de recomendação, filtros e jogos automatizados, porém de forma invisível e não mediada, com poucos tendo consciência de que interagem com a inteligência artificial ou compreendem como seus dados são utilizados.

Então, eu pergunto aqui: diante disso, como a Política Nacional de Educação Digital pretende estruturar, de forma concreta e mensurável, o desenvolvimento do letramento digital crítico nas escolas públicas, considerando que o atual modelo educacional não tem conseguido formar cidadãos capazes de navegar criticamente em ambiente digital? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: que medidas específicas serão implementadas para tornar visível e compreensível o funcionamento da inteligência artificial para crianças e adolescentes, garantindo que compreendam como os algoritmos influenciam sua experiência digital e como seus dados pessoais são coletados e utilizados? E como será enfrentada a reprodução das desigualdades históricas no ambiente digital, especialmente considerando que as crianças de famílias com menor renda têm acesso limitado a dispositivos e maior exposição – é evidente – a riscos digitais?

Na segunda questão também: estudos do Inaf de 2024 e também da TIC Kids Online evidenciam uma situação paradoxal da população brasileira. Embora mais de 90% estejam conectados, essa população apresenta baixos níveis de compreensão crítica sobre conteúdos digitais. Vivem imersos em algoritmos sem compreender seu funcionamento e interagem diariamente com sistemas de inteligência artificial sem reconhecê-los como tais. Simultaneamente, a formação docente em cultura digital permanece insuficiente, limitando a capacidade das escolas de atuarem como mediadoras

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

seguras no uso da tecnologia, o que representa um risco de aprofundamento das desigualdades educacionais.

Então, com relação a isso, eu pergunto: quais estratégias concretas a Política Nacional de Educação Digital estabelecerá para desenvolver o letramento algorítmico dos jovens, capacitando-os não apenas a operar a inteligência artificial, mas a compreendê-la criticamente e, quando necessário, questioná-la ou recodificá-la? Como será estruturado o programa nacional de formação em cultura digital para educadores, em cumprimento ao art. 3º, §1º, IX, da Lei 14.533, de 2023, que determina a "promoção da formação inicial de professores da educação básica e da educação superior em competências digitais ligadas à cidadania digital e à capacidade de uso de tecnologia, independentemente de sua área de formação", considerando a urgência de prepará-los para mediar o uso pedagógico da inteligência artificial de forma ética, transparente e alinhada aos direitos humanos? E, por último: que mecanismos de participação ativa e consciente dos jovens serão criados para que possam contribuir efetivamente na moldagem do futuro digital, superando a atuação na condição de usuários passivos e tornando-se protagonistas na construção de uma cultura digital equitativa e emancipadora?

Essas são algumas questões, Presidente, que são muito importantes. E lembro que nós já falamos, que tem lei, que já discutimos aqui, por exemplo, recursos do Fust, banda larga nas escolas. Cara, estou aqui há sei lá quantos anos e a coisa não acontece, né? Então, é bonita a lei, são bonitas as apresentações, mas, na prática, a coisa já faz algum tempo que não acontece.

Então, eu vou deixar com V. Exa. esse questionamento e, depois, eu vou, nas notas taquigráficas, observar as respostas, porque eu tenho que ir lá votar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Senador Izalci, que está aqui sempre lutando.

Eu lembro do tempo do ministério, sempre lutando também pelo orçamento de ciência e tecnologia, pelas necessidades. E, muitas vezes, o que a gente vê é que o ministério pede um orçamento; isso vai para o setor de economia, lá eles fazem o primeiro corte; depois vem para cá e – embora tenha muita gente que fale que apoia a ciência e tecnologia e apoia a educação – tem outro corte em cima.

Então, eu gostaria...

Se puder deixar as perguntas com eles, para a Mesa tirar cópias e poder distribuir para os apresentadores, para os oradores, serão respondidas no final das apresentações, assim como as perguntas que nós recebemos aqui pelo e-Cidadania.

Então, eu vou ler rapidamente as perguntas, que também vão ser distribuídas e enviadas para os que estão remotamente.

A Bruna, do Mato Grosso: "Como medir o impacto da educação digital na redução de desigualdades educacionais?".

A Celina, do Espírito Santo: "Se os supercomputadores conseguem rastrear tudo e todos e usam todos os [...] dados para implementar negócios, como [o] governo vai nos proteger?" – é importante, em produção de dados.

O Marcos, de São Paulo: "Quais as medidas tomadas para que não haja exclusão digital e consequentemente exclusão social [...]?".

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Diogo, de Pernambuco: "Haverá incentivo à indústria nacional de tecnologia, garantindo que o acesso ocorra com produção brasileira, gerando empregos?".

A Simone, do Paraná: "Para que haja acesso [amplo] de todos existe também [...] [é necessária a] implementação de equipamentos, como [...] [vai se dar] esse acesso?".

O Kauan, de Goiás: "Como a Lei 14.533/2023 garantirá que chegue de forma efetiva a implementação dessa política aos interiores, onde o acesso ainda é limitado?".

A Laura, de Minas Gerais: "A regulamentação da lei protege dados e garante soberania digital em plataformas educacionais públicas e privadas?".

O André, de Pernambuco: "[...] [O programa] prevê internet e computadores, mas como o governo garantirá que escolas e estudantes receberão [...] [essas tecnologias]?".

O Sérgio, do Rio de Janeiro: "Quais são as fontes de financiamento previstas para a implementação da política [...]?" – essa já foi, de certa forma, citada aqui, mas eu vou deixar para os nossos oradores responderem no final.

A Izabela, de Pernambuco: "A ampliação da inclusão digital pressupõe a alfabetização 'real' e o aumento da capacidade de consumo do estudante brasileiro" – isso já é um comentário.

A Karina, do Rio de Janeiro: "Precisamos regulamentar o conteúdo da educação digital como tema transversal e até mesmo como conteúdo obrigatório dentro da escola".

Isso foram perguntas e comentários recebidos através do portal do senado.leg.br/ecidadania e também pelo nosso telefone do Portal e-Cidadania.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu vou deixar cópia com os nossos oradores e no final, então, nós teremos tempo para resposta.

Pois não, Senadora Teresa Leitão, por favor, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para interpelar.) – Eu estava pensando em me inscrever ao final. Eu tenho um teto de 11h30, acho que vai dar, porém tanto o palestrante anterior, o Felipe França, quanto as indagações do Senador Izalci me instigaram a fazer uma breve intervenção, sem querer atrapalhar as outras duas intervenções restantes, às quais eu espero poder assistir.

Trata-se de um projeto de lei de minha autoria, o 1.010, o qual eu estou também pedindo, já, Senador, que seja distribuído; ele já foi depositado na Mesa Diretora. Por quê? Ele não colide, de forma nenhuma, com a lei. Inclusive, no último artigo, ele cita a lei, a Lei 14.533: "Serão observadas, na implementação desta Lei, as disposições da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023", porém o foco dele é, exatamente, na formação – exatamente. A ementa diz: "Estabelece normas gerais de caráter nacional para educação midiática e digital no enfrentamento de redes de desinformação, produção e disseminação de conteúdos falsos e discursos de ódio". Esse é o mote para a formação, para o letramento, para o acesso, com um componente que até então não consta em nenhuma das leis até agora aprovadas.

Por isso, eu destaco a importância desse projeto, porque ele, no seu art. 4º, remete à LDB. Ele altera o art. 4º da LDB para incluir a educação midiática e digital com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas no capítulo que trata dos dispositivos da lei. Então, nenhum lugar melhor para citar uma proposta de educação midiática do que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais adiante, ele cita novamente a LDB, fazendo referência ao seu art. 26-C: "A educação midiática e digital, de caráter transversal, é obrigatória nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados".

Eu vou me dedicar agora, nesse período... Hoje a gente vota a lei que já foi aprovada do Senador Alessandro Vieira, importantíssima para este momento que a gente está vivendo e para prevenção futura. Acho que, após isso, eu vou me dedicar, eu vou me articular com meus pares – sei que conto com o apoio do Presidente desta Comissão –, para a gente fazer tramitar esse projeto, porque a gente está em tempo de debate do Plano Nacional de Educação. Muita coisa em termos de organização curricular, muita coisa em termos da BNCC está sendo debatida, organizada no Ministério da Educação, em consórcio com o Ministério da Ciência e Tecnologia – essa é uma parceria fundamental para esse tema –, então a gente também não estaria descoberto.

O Senado está pensando nisso e vamos tentar agilizar a aprovação desse projeto, sabendo que a Casa está muito sensível a essa temática – muito sensível. A aprovação da urgência foi quase unânime, não é, Senador? O Senador Flávio Arns, junto com o autor, o Senador Alessandro Vieira, fizeram o apelo e foi praticamente urgente. Foi aprovada a urgência ontem, hoje a gente já vota o que veio da Câmara.

Então, eu quero só dizer que estamos também atentos e atentos a essa questão da formação dos professores e dos estudantes, porque achamos que também é uma medida preventiva em relação a esse assédio, a essa participação – não é? – em redes não recomendáveis para crianças e adolescentes.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação aqui do Senado.

Eu me lembro, durante a sua fala também, de alguns projetos que estão parados na CCJ com relação à proteção das escolas, à segurança das escolas. Lembra-se daqueles projetos em que nós trabalhamos no ano passado? A gente não pode esperar ter um outro atentado numa escola, perder mais vidas e não colocar aqui ou ficar esperando para dar mais um salto de galinha. A gente precisa realmente colocar para votar, são prioridades do país.

Eu passo a palavra, na sequência, ao Dr. Israel Batista, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para os seus oito minutos.

Obrigado.

O SR. ISRAEL BATISTA (Para expor.) – Senador Marcos Pontes, é uma honra estar aqui nesta Comissão do Senado para discutir esse assunto tão fundamental.

Quero cumprimentar a Senadora Teresa, o Senador Flávio Arns e todos os colegas de mesa que vêm tratar desse assunto, um assunto que me toca pessoalmente, porque eu fui o Relator da matéria na Câmara dos Deputados e a aprovação da Pned é um avanço muito importante para o nosso país.

O Brasil, finalmente, resolveu enfrentar de forma clara e taxativa esse desafio, que é trazer a educação digital, trazer as competências digitais, a inclusão digital para a pauta nacional. Foi um momento de amplo debate. A Deputada Angela Amin era a autora do projeto e, aqui no Senado, o Relator foi o Senador Rodrigo Cunha.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos, então, um debate muito rico que levou à aprovação da Pned, que é uma legislação moderna e que traz à tona as questões que precisariam ser tratadas. Depois de aprovada essa legislação, eu passei a ser membro do Conselho Nacional de Educação e acabei sendo o Relator da normatização da Pned. Nós, então, estabelecemos a Resolução nº 2, de 2025, que trata justamente do eixo Educação Digital Escolar.

Como o tema desse nosso encontro é justamente a regulamentação da Pned, eu creio que a gente já traz aqui pelo menos uma parte dessa regulação. Como ela é uma lei complexa, ampla, nós vamos ter que envolver muitos órgãos do Governo Federal, vamos ter que envolver os estados, os municípios, mas nós estamos assistindo a alguns avanços muito importantes.

A Pned reorganiza o papel do Estado diante dessa nova realidade digital. Pela primeira vez, a gente coloca na lei os quatro eixos estruturantes, isso é organizador das nossas ações. Então, vamos ter Inclusão Digital, Educação Digital Escolar, Capacitação e Especialização, Pesquisa e Desenvolvimento.

A lei alterou a LDB e tornou obrigatória a educação digital e computacional no currículo da educação básica, trouxe foco ao letramento digital, robótica, pensamento computacional e cidadania digital. Então, é uma lei que dá os caminhos para que a gente chegue a uma educação que consiga levar o Brasil para esse século XXI, com formação profissional e pesquisa. A lei traz esses caminhos, eu diria esses encaminhamentos.

E o que nós já podemos dizer que está regulamentado, Senador Marcos? A Resolução nº 2, de 2025, ali do CNE, permite que a lei deixe de ser apenas uma letra de lei e passe a orientar pedagogicamente; então, a Resolução nº 2 é uma diretriz pedagógica.

A resolução que nós fizemos regulamenta o eixo Educação Digital Escolar.

Ela vai determinar que o uso pedagógico das tecnologias seja parte do currículo; ela vai estabelecer orientações por etapa de ensino, respeitando o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens; ela vai reconhecer a educação midiática como um instrumento de leitura crítica do mundo, porque, com essa multiplicação dos emissores na comunicação, por conta das redes sociais, nós temos um excesso de informação, e isso precisa ser tratado. A gente precisa preparar a sociedade para isso. E ela vem reafirmar o papel essencial da formação docente e da gestão escolar como pilares de transformação.

Em suma, Senador Marcos, essa resolução do Conselho Nacional materializa o que a Pned desenhou em educação digital escolar: uma educação que prepara para a cidadania digital e a atuação crítica nas redes e nas plataformas.

Onde é que a gente já avançou em termos de regulamentação?

O Estado brasileiro está avançando. Nós tivemos a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que a Anita já trouxe e já é uma agenda intergovernamental voltada para a inclusão digital escolar.

A Secretaria de Comunicação, por sua vez, está articulando a estratégia brasileira de educação midiática, e nós estamos tendo uma evolução interessante de formações, de construção de conteúdos, em parceria, inclusive, com entidades da sociedade civil.

O Ministério da Educação, pela Avamec e por acordos com universidades, iniciou a formação de professores e gestores em educação digital, com a previsão de 300 mil professores formados nos próximos dois anos, até o final de 2026.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas é claro que esses avanços, Senador Marcos, ainda não compõem o sistema totalmente articulado. Muitos pontos da Pned precisam ainda de regulamentação e institucionalidade.

A Senadora traz um aperfeiçoamento muito importante, que vai lançar um olhar mais aprofundado sobre um tema fundamental. Então, nós, do conselho, vamos acompanhar sim, porque é excelente essa iniciativa.

O próximo passo que eu imagino, para que a gente possa consolidar essa política, seria institucionalizar um comitê interministerial de governança da Pned, porque a gente precisa integrar o MEC, integrar o Ministério da Ciência, Tecnologia, integrar a Secom, o Ministério do Trabalho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ISRAEL BATISTA – ... tem que integrar o Inep, por conta do eixo de avaliação, tem que trazer parceiros federativos, para que a gente tenha sinergia, metas comuns e um monitoramento estruturado.

Nós precisávamos pensar num plano nacional de educação digital. A gente ainda não tem um documento estratégico unificado.

Nós precisamos fortalecer a participação federativa. Os estados e municípios precisam sentir que têm esse apoio. Eu acho que avançou muito, Senador, mas ainda não é suficiente. A gente vai ter que dar impulso a isso.

Então, nós temos aqui uma responsabilidade compartilhada.

A gente está num país em que 95% dos nossos jovens têm acesso pleno à internet, mas a metade dos nossos jovens não sabe diferenciar uma matéria jornalística de um fato científico ou de uma mera opinião. Então, é muito mais grave do que o que a gente está falando, e a Pned é o caminho institucional para isso e, como qualquer caminho, Senador, a Pned vai precisar dessa terra firme para pisar.

Então, eu coloco o Conselho Nacional à disposição. Informo que nós, neste momento, Senador Flávio Arns, estamos trabalhando numa resolução que vai gerar diretrizes operacionais nacionais para o uso da inteligência artificial na educação, que dialoga com a Pned, e eu quero colocar o Conselho à inteira disposição do Senado, desta Comissão, para fazer os debates e para buscar soluções para esse tema tão importante.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, muito obrigado, Dr. Israel Batista, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Fiz algumas anotações aqui de pontos com que eu concordo. Espero que a gente possa levar adiante também isso aqui no Senado.

De imediato, eu passo, então, a palavra agora à Dra. Lia Roitburd – espero que tenha falado direito –, Gerente Sênior de Implementação da Fundação Telefônica Vivo, para oito minutos de apresentação.

Obrigado.

A SRA. LIA ROITBURD (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia para todo mundo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de estar aqui compartilhando este momento.

Gostaria de saudar também todos os que estão compondo a Mesa, os que nos acompanham por aqui e os que nos acompanham de forma *online*.

É uma grande satisfação estar aqui, em nome da Fundação Telefônica Vivo, que, há mais de duas décadas, atua em prol da educação pública brasileira, contribuindo com o desenvolvimento de competências digitais de professores e de estudantes da educação básica e, com isso, contribuindo com a garantia dos direitos de aprendizagem a todos os estudantes.

Os desafios atuais pedem esforços coletivos de atores públicos e privados.

Da Pned, dos quatro eixos aqui citados e também bem estruturados, eu vou focar mais nos primeiros dois, olhando para a inclusão digital e a educação digital escolar.

Gostaria de começar reconhecendo a importância dos avisos que a gente tem até agora, com relação à orientação e à promoção de ferramentas *online,* e de um olhar do autodiagnóstico, tão importante também sobre competências digitais, midiáticas e informacionais.

Desde o ano passado, a Anita bem trouxe, o Ministério da Educação disponibiliza o referencial de saberes digitais docentes e a respectiva ferramenta de autodiagnóstico para os professores de todo o país. É um passo muito importante, porque, sem dados, a gente não tem diagnóstico, e, com isso, não é possível direcionar os esforços para as reais necessidades de cada contexto. Esse é até um ponto que a Bruna, que está nos acompanhando de forma *online,* também do Mato Grosso, faz como pergunta, em relação à redução das desigualdades. É preciso ter intencionalidade, garantir universalização e ter monitoramento.

Também gostaria de valorizar aqui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que contribui com outro ponto da Pned também, que é a implementação, a integração da infraestrutura necessária em todas as escolas, para o uso intencional e pedagógico dos equipamentos e da tecnologia. Isso é superimportante.

É necessário também que todos os professores tenham acesso em todos os ambientes da escola, porque a gente está falando que o processo de desenvolvimento e o processo de educação acontecem em diferentes lugares.

Destaco também essas diretrizes operacionais nacionais sobre o uso dos dispositivos digitais. A gente está falando aqui da importância de se ter o uso intencional e pedagógico.

Quero fortalecer aqui a importância de uma aprendizagem com e sobre tecnologia e que precisa de diretrizes e orientações para garantir o que a gente vem falando aqui de uso crítico, seguro e com protagonismo dos estudantes. Por isso, o uso dos aparelhos celulares para as atividades pedagógicas, mediado pelos professores – isso é superimportante, essa mediação dos professores e também para os estudantes que precisam, por conta de recursos de acessibilidade –, é considerado adequado e precisa ser também fomentado dentro dessas escolas.

Isso também está relacionado com um ponto que a Izabela, que nos assiste de forma *online,* de Pernambuco, trouxe como questionamento.

Quero destacar também a importância da proteção dos direitos digitais, em especial das crianças e dos adolescentes, conforme a LGPD.

Também quero reconhecer a importância na Pned de alguns pontos complementares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Pned está articulada com a BNCC Computação – a gente também escutou isso agora –, e a BNCC prevê essa progressão das competências digitais, no sentido do desenvolvimento das respectivas habilidades dos estudantes.

Faz sentido, no ensino médio, ter o componente curricular específico. A gente está falando de um aprofundamento muito importante nessas habilidades digitais. Para isso, a gente precisa da formação adequada dos professores.

Na Fundação, a gente atua também em parceria com algumas redes estaduais e municipais de educação, e muitas escolheram implementar, de forma transversal, a BNCC Computação.

Esse é um caminho importante também para ser levado em consideração, a partir de cada contexto, tendo em vista as competências específicas que os professores precisam ter para conseguir contribuir com o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, nos seus diferentes momentos de desenvolvimento.

Também temos outros desafios, como a alocação dos professores e outras variáveis relacionadas à implementação.

Então, é possível caminhar aqui para profissionais especializados, para os componentes curriculares específicos, em todas as etapas de ensino, articulando, e também nesse equilíbrio de reconhecimento da potência da transversalidade desse tema na formação de todos os estudantes.

A Karina, do Rio de Janeiro, também trouxe uma pergunta conectada com esse tema.

Aproveito para ressaltar que os cursos disponibilizados no Avamec, como já foi exposto aqui hoje, trazem contribuições de formação continuada aos professores, o que é um processo superimportante.

Também temos o desafio de oferecer formações presenciais aos professores que tenham um nível baixo de competências digitais. Então, isso precisa também ser articulado nos diferentes contextos.

Precisamos também de outras iniciativas nessa frente, uma vez que cerca de 30% dos professores, hoje, com os dados aos quais a gente tem acesso, têm as competências digitais consideradas adequadas para o uso com intencionalidade pedagógica. Isso, no sentido de ter o estudante no foco do processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

O Plano Nacional de Educação, com as metas que traz, tem um papel muito importante. A gente precisa, todo mundo, avaliar isso de forma conjunta, monitorar isso de forma conjunta.

Trago também aqui um ponto de atenção em relação ao que traz a Pned, no que tange à formação inicial dos professores da educação básica e da educação superior, em competências digitais ligadas à cidadania digital e à capacidade desse uso de tecnologia, independentemente da sua área de formação.

Então, a gente tem pontos importantes e transversais para todo mundo, e, depois, há a importância de um afunilamento para um aprofundamento específico. Então, é preciso reforçar essa dimensão nas diretrizes curriculares nacionais das licenciaturas, no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, no Enade e também na Prova Nacional Docente.

Também será preciso acompanhar o marco legal da inteligência artificial no Brasil, que traz questões de letramento digital, dos sistemas utilizados para os processos de acesso às instituições de

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ensino, bem como a avaliação e monitoramento dos estudantes. A gente tem aqui uma integração total com o uso ético e seguro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIA ROITBURD – ... e que precisa dialogar com a Pned e com a BNCC Computação.

Por fim, eu gostaria de valorizar aqui, entre outras ações já destacadas, o guia lançado pelo Ministério da Educação, que traz aqui norteadores importantes para a implementação do currículo, que contempla a educação digital e midiática, e que estimula também o regime de colaboração entre estados e municípios para essa implementação; e o MEC RED, que é essa plataforma interativa com recursos educacionais digitais, disponível para professores e que os apoia de forma prática e objetiva.

A gente precisa fortalecer as políticas e diretrizes existentes para avançar na implementação. Iniciativas voltadas à educação digital e midiática são importantes para o enfrentamento – como bem disse aqui, Senadora – dos desafios do uso responsável das tecnologias.

É preciso trabalhar a tecnologia a favor das aprendizagens, do desenvolvimento para leitura do mundo, do protagonismo e do aumento das oportunidades...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIA ROITBURD – ... a todos os cidadãos do país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Lia Roitburd, Gerente Sênior de Implementação da Fundação Telefônica Vivo.

Eu registro a presença do Senador Esperidião Amin aqui também. E também já anuncio que nós temos mais dois oradores, o Dr. Neri e a Dra. Julia. Na sequência, eu também vou passar a palavra à Deputada Angela Amin, autora do projeto em questão, que se encontra conosco remotamente.

Então, Senador, no momento em que quiser falar também, fique à vontade.

Eu passo, agora, a palavra ao Dr. Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É Neri mesmo. Se o senhor não chamá-lo de Neri, ele vai ficar...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ah, sim. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... puxando o bigode. E aí ele fala mais.

Mas eu só falarei, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, com a palavra o Dr. Neri dos Santos, por oito minutos. Eu peço para controlar o tempo por aí também.

Obrigado.

O SR. NERI DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já aproveito também para agradecer o gentil convite do Senador Flávio Arns. Eu estou aqui hoje em Curitiba, estou na cidade do Senador, e quero aproveitar também para cumprimentar o Senador Esperidião Amin, do meu estado.

Objetivamente, de fato tive um problema e só agora eu consegui adentrar a sala aqui do Zoom, mas eu queria salientar aquilo que nós fizemos em Florianópolis, no Conselho Municipal de Educação, para implementar a Lei 14.533, tendo em vista que a gente não tinha ainda um decreto do Presidente da República que regulamentasse a lei.

É claro que o MEC tomou algumas iniciativas, como já foi salientado anteriormente. E qual foi a trilha que nós utilizamos para a implementação? A transformação digital está atingindo todos os setores da atividade humana, e um dos setores que está sendo mais atingido, sem sombra de dúvida, é a educação.

Transformação digital subentende três etapas bem definidas, e o que nós estamos percebendo hoje é aquilo que a gente chama de etapa tecnológica, mas a transformação digital tem, como eu disse, três etapas: tecnológica, organizacional e social.

Do ponto de vista tecnológico, fundamentalmente, é a transformação de todos os dados, informações, conhecimento e competências, que antes eram analógicas, agora em um formato digital. Então, é claro que, se eu tenho hoje tudo estruturado digitalmente, é fundamental capacitar as pessoas para esse novo mundo. Então, muito bem salientado pela representante da Fundação Telefônica Vivo, sem sombra de dúvida, o grande desafio que o país tem é capacitar os professores de nível fundamental, de nível médio e mesmo de nível superior, porque a grande maioria dos nossos colegas docentes são analfabetos do ponto de vista digital. Eles precisam ter uma competência digital – letramento digital e de dados – que esse novo contexto vai exigir.

O segundo nível é o organizacional, não é mais tecnológico, de que, em grande parte das empresas do Brasil e na administração pública, nós estamos ainda longe, mas, objetivamente, em termos educacionais, é a mudança do modelo pedagógico. Tudo o que nós temos hoje, a visão, por exemplo, do construtivismo sociointeracionista de Vygotsky, serve para a era industrial, não serve para a era digital. Então, nós temos que utilizar uma nova pedagogia, exige uma mudança, em termos pedagógicos, utilizando, sobretudo, a chamada teoria conexionista ou conectivista, que é a pedagogia do século XXI para a era digital. Então, eu tenho que mudar a pedagogia e eu tenho que mudar uma outra coisa importante no processo de ensino-aprendizagem, porque, de fato, digamos assim, eu empurro a educação para a sociedade. Agora, eu tenho que focar na aprendizagem e numa educação mais puxada pela sociedade.

A sociedade está exigindo competências que hoje aqueles profissionais que estão saindo da universidade efetivamente não têm, seja na área tecnológica, seja na área de saúde; na área de humanas, nem se fala. Existe, digamos assim, uma dicotomia entre a formação que nós estamos tendo nas instituições de ensino superior e aquilo que o mercado está exigindo.

E o terceiro nível é o social. E aí, o nível social, que eu diria talvez o mais relevante e a que poucos países do mundo chegaram lá na transformação digital, é a mudança de cultura, a mudança de crenças, a mudança de valores, a mudança de comportamento, enfim. Neste caso, eu preciso realmente capacitar as pessoas para esse novo mundo, porque a única forma de mudar a cultura é via educação, não existe outra alternativa. Então, de fato, as crianças que estão no ensino fundamental, os

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

jovens, adolescentes que estão no ensino médio e, efetivamente, já as pessoas de maior idade que já estão na universidade precisam ter uma formação adequada para este momento que o mundo está vivendo, e o país não pode ficar para trás, o Brasil está literalmente ficando para trás. Neste ano, por exemplo, o Pisa já vai utilizar toda a parte de competências digitais no teste, no qual o Brasil já está muito atrasado. Vocês imaginem, se tiver alguma exigência de competência digital, o Brasil vai ficar ainda mais para trás. No ano que vem, o Pisa já vai exigir inteligência artificial na educação e aí é uma questão ainda mais longe das nossas preocupações.

Então, eu diria o seguinte: primeiro, nós temos que capacitar os professores em todos os níveis educacionais; segundo, nós temos que melhorar a nossa infraestrutura, mudando, inclusive, as salas de aula. Nós não temos... Nesse novo momento, não vão ser mais salas de aula tipo INSS, serão ambientes de aprendizagem. A gente vai aprender inclusive na sala de aula.

Portanto, uma das coisas fundamentais é também a implantação da educação em tempo integral. Nós começamos em Florianópolis, a partir já deste ano, primeiro, no fundamental I, a partir da 5ª série do fundamental I, em tempo integral, e também da 9ª série do fundamental II, em tempo integral. A cada ano nós vamos abaixando, com o apoio, inclusive, da fundação, em que foi feita referência anteriormente, da Fundação Telefônica Vivo, e também do movimento Todos Pela Educação, que foi implementado, baseado, evidentemente, nas documentações do MEC, na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação, na Resolução nº 16, também do Conselho Estadual de Educação, e em nossa Resolução nº 2 do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis.

Essas resoluções estão totalmente alinhadas, fundamentando aquilo que deveria ser a regulamentação da Lei 14.533, que, infelizmente, até hoje não saiu. Nós precisaríamos dessa regulamentação porque lá está prevista, conforme foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, a utilização dos recursos do Fust, não só para capacitação dos professores e para infraestrutura, mas sobretudo para conectividade daquelas escolas que ficam mais afastadas.

Eu hoje, por exemplo, no aeroporto de Curitiba, que convenhamos é um aeroporto importante, não tive conectividade para entrar nesta audiência pública, só para vocês terem uma ideia.

Portanto, eu acredito que nós teríamos que também pensar naquelas pessoas que já estão no mercado de trabalho, com uma capacitação como o movimento Brasil Digital está propondo, de capacitar aquelas pessoas que já estão também no mercado de trabalho.

Basicamente era isso o que eu gostaria de dizer e agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Marcos Pontes teve que participar de uma reunião, e eu o estou substituindo novamente, mas quero agradecer ao Neri dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis.

Obrigado pela participação, importantíssima.

Passamos para a última convidada, que é a Julia Sant'Anna, Diretora-Executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), remotamente.

A SRA. JULIA SANT'ANNA (*Por videoconferência.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Desculpe-me.

A SRA. JULIA SANT'ANNA (*Por videoconferência.*) – Senador Flávio Arns, agradeço...

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, estamos ouvindo bem.

A SRA. JULIA SANT'ANNA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agradeço muito o convite.

Queria cumprimentar a Anita, com todo o carinho, e parabenizá-la pelo trabalho muito importante que o MEC vem fazendo nesse sentido.

Quero saudar também o Conselheiro Israel, a Senadora, claro, Teresa Leitão, que eu não sei se segue nos acompanhando, e todos os que estão aqui nos assistindo e acompanhando a reunião.

Eu queria dizer que este momento é um momento muito feliz em que a gente tem a possibilidade, a perspectiva, nesse processo de evolução da regulamentação da lei, de se debruçar sobre um tema que eu acredito ser muito importante.

Quero lembrar a todos vocês que o PNE prevê, no seu descritivo, uma das metas que tem como caminho assegurar o nível adequado de aprendizagem em educação digital para 60% dos estudantes da educação básica.

Nós temos, junto ao Congresso, discutido e participado das discussões em relação à revisão do PNE –, isso é extremamente importante. Mas me pergunto se não seria o momento, Senadores e colegas todos que nos acompanham, de a gente se debruçar mais sobre o tema de como medir educação digital no Brasil, porque eu acho que nós temos uma alegria agora, de um financiamento que caminha, graças aos recursos disponibilizados pelo Governo Federal e à viabilização dos recursos do leilão do 5G.

Anita, a alegria que a gente tem tido ao ver caminhando o processo de execução dos recursos do Fust, que foi uma grande vitória de diversos atores do Governo, conseguindo concatenar questões que estavam há décadas por caminhar, e agora a gente vê esse recurso caminhando. E devemos festejar esses números que a Anita traz e todo o processo de trabalho técnico em evolução cuidadosa, ali na Secretaria de Educação Básica, que já celebra esses 60% de conectividade no Brasil. Isso traz um guia para facilitar a vida dos gestores subnacionais em relação à aquisição e manutenção de equipamentos.

E sobre todo o processo que a Lia também trouxe... Eu queria reconhecer que tudo o que a Lia Roitburd traz, eu assino embaixo, porque é muito importante o trabalho que a gente vem fazendo em conjunto no terceiro setor. O Cieb é uma organização do terceiro setor responsável por essa articulação entre diversas organizações, que trabalham diretamente imbuídas no tema da educação básica, com um acompanhamento bastante próximo das secretarias subnacionais e também do Governo Federal, nesse objetivo de a gente conseguir começar a organizar esse processo da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, como a Anita trouxe, numa explicação bastante estratégica e breve – o que é difícil, né, Anita? –, mas que traz diversos setores e dimensões que precisam ser tratadas. Se a gente não conseguir, em breve, ter a facilidade de mensurar o que é educação digital, a gente não vai dar a possibilidade de esses gestores subnacionais estarem imbuídos também e num direcionamento muito claro nesse cumprimento dos famosos 60% dos estudantes em nível adequado de aprendizagem em educação digital.

Eu acho, Senadores, que nós já estamos em um momento, tanto em relação ao financiamento quanto em relação a políticas públicas, bastante maduros para que esta Casa e, claro, o Executivo...

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sob a liderança do Executivo, comecemos a discutir qual vai ser esse índice e como é a composição desse índice, que trará essa visão do que é educação digital, pelo menos na educação básica, que, como a Anita falou, abarca um grande número de estudantes e que vai trazer mais clareza em relação a isso.

Já caminhando um pouco para o fim da minha fala – eu queria fazer uma fala muito breve mesmo, até porque a gente já está no fim da audiência –, quero reforçar essa visão de que educação digital não se faz sem alguns pontos fundamentais, que já estão muito consolidados no processo de discussão da educação básica no Brasil e com ações muito claras, trazendo, primeiramente, o ponto de internet de alta qualidade para fins pedagógicos, e o Governo Federal já traz uma regulamentação sobre esse indicador precisamente.

É preciso entender a quantidade de equipamentos necessários em uma escola para que se entenda que ali já se tem a infraestrutura básica em relação a esse processo de desenvolvimento da educação digital. Isso também já é regulamentado. Já se vê, simplificando um pouquinho aqui os parâmetros, que é desejável pelo menos que se tenha dez estudantes para cada equipamento em funcionamento nas escolas públicas brasileiras.

É necessário viabilizar a larga escala desse instrumento que o MEC lançou com o referencial anterior dos saberes digitais. Então, deve-se garantir que todas as secretarias de educação estão fazendo um pleno acompanhamento do diagnóstico e das trilhas formativas junto aos seus professores, à sua equipe, imbuída aí de fazer o processo ensino-aprendizagem caminhar muito bem.

Também um ponto mais recente foi que o MEC, como a Lia comentou, lançou o guia recentemente desse monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular de computação. Será que seremos hábeis e conseguiremos em breve fazer esse processo da construção do que a gente pode entender como sendo um índice? Será que abriremos espaço para discutir esse processo?

Queria citar também aos ouvintes e às pessoas que estão nos assistindo remotamente, como a Lia comentou, que a gente vai conseguir garantir essa relação entre a educação digital e o processo de aprendizagem, com redução das desigualdades de aprendizagem no Brasil, quando a gente conseguir compor, mensurar esses índices, considerando as diferentes realidades brasileiras, a partir do momento em que a gente conseguir identificar uma rede e entender o grau dela de maturidade na implementação da educação digital – a gente já tem um referencial internacionalmente reconhecido no Brasil, que é o nosso Ideb –, e, se a gente tivesse um Ideb da educação digital, seria extremamente importante.

O que eu queria dizer é que a gente já tem tudo necessário para isso. Há o financiamento em pleno curso, não é, Anita? Há uma política pública caminhando e há um processo de monitoramento. Eu acho que o que nos falta agora, talvez – e é muito pouca coisa –, é botar a mão em todas essas diversas formas de mensuração, conseguir enxugar o máximo isso e produzir esse indicador que vai nos permitir fazer esse cruzamento entre como aquela rede está em relação à implementação da educação digital e o processo relacionado ao seu Ideb, o Ideb de cada uma das escolas, nessa busca pela redução da desigualdade de aprendizagem no Brasil, algo que é tão importante.

Senador, muito obrigada, essa era a minha fala.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Júlia Sant'Anna, Diretora-Executiva do Centro de Inovação para Educação Brasileira.

Eu quero dizer a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que todas as falas e apresentações ficarão disponíveis aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, bem como na Comissão de Educação, já que a audiência é conjunta.

Ao mesmo tempo, o que a gente observa é que, apesar do pouco tempo para a explanação, a convergência foi muito importante e interessante, o que vai nos permitir inclusive trabalharmos, como foi sugerido, em conjunto, para os encaminhamentos legislativos e outros da nossa parte, para que esses pontos todos possam ser abordados.

Então, a gente fica muito feliz.

Eu vou passar também uma rodada final para alguém que queira acrescentar alguma coisa. Só que, antes disso, quero destacar a presença do Senador Esperidião Amin aqui, meu grande amigo, Senador conhecido também de todo o Brasil – e é uma honra sempre tê-lo aqui participando. Mas temos também, remotamente, a Deputada Angela Amin – não é, Senador Esperidião Amin? Não sei se o senhor a conhece, mas... (*Risos.*)

Já faz algum tempo, não é? E que bom!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estou aprendendo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está aprendendo. (*Risos.*)

Está bem.

Então, eu passo a palavra para a manifestação da Deputada Angela Amin.

Com a palavra.

Com muita alegria. Aliás, V. Exa. foi minha Presidente na Comissão de Educação lá na Câmara dos Deputados também.

Com a palavra.

A SRA. ANGELA AMIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Presidente, naquele momento, nós fizemos a avaliação dos dez anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Cumprimento o meu amigo Flávio Arns, que eu acho que tem um grande trabalho a favor... (*Falha no áudio.*)

E tenho certeza de que esta audiência pública fará com que nós possamos reacender a importância dessa lei.

Eu fui Relatora da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional na década de 70. Depois, tive a oportunidade, conforme já relatei, de fazer a avaliação dos dez anos... E fui autora do projeto que define a Política Nacional de Educação Digital.

Nós tivemos aí um esforço muito grande, debates além das Comissões, um debate no Centro de Estudos Avançados da Câmara dos Deputados. Isso tudo está documentado através de um livro e também com acesso *online*, colocando a importância de uma mudança da didática nas nossas escolas. Eu tenho formação na área. Eu sou oriunda da área da educação desde da época de infância – a minha mãe foi professora, diretora de escola –, e, sem dúvida, a educação era assunto diário na nossa casa.

Então, com esse avanço da LDB em relação ao que o mundo evoluiu, nós não podemos deixar de fazer com que as nossas escolas e os profissionais da área da educação venham a ser preparados

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o mundo digital. Discute-se, eu tenho acompanhado, a questão da criança e a internet. Se nós não prepararmos essa criança com relação aos conteúdos que ela pode acessar, e toda a família na questão ética, muito pouco nós vamos evoluir para impedir isso que está acontecendo.

Então, é o conhecimento que vai fazer com que a sociedade brasileira mude de postura e faça da tecnologia a evolução real no nosso crescimento em termos de conhecimento e do conhecimento das nossas crianças dentro da escola. O trabalho aqui no estado tem sido feito muito intensamente. Eu tenho me reunido sistematicamente com... (*Falha no áudio.*)

com o Presidente do Conselho Municipal de Educação, que foi o meu coorientador no mestrado e no doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina e entende do processo e da importância dessa evolução. E foi o grupo dele que nos ajudou a construir essa lei.

Então, avançar, regulamentar e fazer com que lá na ponta esse conhecimento possa atingir as nossas crianças realmente é de fundamental importância para que nós tenhamos uma educação diferenciada, uma educação atualizada, fazendo com que essa criança venha a estar sendo preparada, com que os alunos venham estar sendo preparados para esse novo mundo. Nós não cresceremos, em termos de educação, se nós não dermos esse passo necessário, utilizando as tecnologias que estão à nossa disposição para fazer com que o conhecimento realmente possa evoluir com relação às nossas crianças.

Nós temos projetos sendo construídos com a Universidade Federal de Santa Catarina que fazem a diferença. É projeto na área da sustentabilidade, na área de realidade aumentada, com 12 conteúdos já trabalhados, para que esse conteúdo possa ser levado ao nosso estudante de maneira diferenciada. O nível de atenção e de envolvimento da criança nas nossas escolas é totalmente diferente. Eu gostaria de aqui agradecer tanto ao França, que realmente participou ativamente das nossas discussões na Câmara dos Deputados, quanto ao próprio Prof. Neri, que lá esteve. As entidades da área, as empresas de tecnologia – e eu cito a Vivo – participaram ativamente colocando-se à disposição para essa evolução.

Eu tenho certeza de que essa união de esforços com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, o Congresso Nacional e as empresas que nos fornecem a tecnologia de acesso vai poder fazer com que nós tenhamos um momento diferente da educação e, sem dúvida, a evolução se faz necessária.

Eu gostaria muito de agradecer ao Ministro Senador Marcos Pontes, com quem nós discutimos muito o projeto de lei, na época de todo o passar pela Câmara e pelo Senado. E hoje ele está numa figura diferente, já entendendo a importância desse projeto, para que nós possamos evoluir. Muito obrigada ao Senador Flávio Arns e àqueles que nos ouvem. E continuo à disposição para esses debates.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço-lhe, cara Angela Amin. É uma alegria revê-la e escutar o seu encaminhamento muito pertinente e bom, como sempre.

Eu pergunto ao Senador Esperidião Amin se quer usar da palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Uso, sim, Presidente. É só para registrar minha satisfação pela realização da reunião. Eu sou um dos requerentes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que cada um trouxe, dentro das suas atribuições e responsabilidades, a sua contribuição. Acho que a ex-Deputada Angela, como autora do projeto, foi bom ter participado, até porque, dentro das suas possibilidades, ela continua tratando do assunto. É uma das inspiradoras, por exemplo, desses 12 exemplos de realidade aumentada, que são realmente um sucesso em Santa Catarina. Já foram objeto, inclusive, de reportagem. Isso está sendo desenvolvido no LabTeC, da Universidade Federal de Santa Catarina, *campus* de Araranguá, e envolve estagiários, o Ministério de Ciência e Tecnologia, inclusive na atual gestão, que prestigiou, visitou, aprovou, e acho que isso também é importante, dando continuidade a essa prática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu próprio me entusiasmei muito com isso, mas este é um dos muitos recursos, um dos muitos recursos para os quais nós temos que preparar o professor. O aluno até precisamos preparar menos, porque quem tem menos popa carrega menos preconceitos.

Eu lembrava que o Senador Flávio Arns começou a dar aulas, segundo confessou, em 1970. A primeira vez que eu assumi a função de professor com a responsabilidade do diário de classe – lembra? – foi em 1968.

Imagine quantas oportunidades de reciclagem nós deveríamos ter aproveitado, quantas nós aproveitamos efetivamente para aquilo que a senhora chamou de aperfeiçoamento contínuo. É contínuo e até abrupto, porque é uma verdadeira correria de evolução tecnológica, mas o fato é que nós temos que estabelecer uma meta para isso, também no Plano Nacional de Educação, além de na legislação e na regulamentação que são devidas pelo Executivo.

O MEC já produziu alguns documentos que eu li e apreciei, gostei. Acho que todos estamos conscientes da responsabilidade. O que nós temos é que ter missões, tarefas, metas e avaliação. Muito obrigado a todos pela realização.

E não posso deixar de me congratular com a autora do projeto, que deve se sentir muito recompensada pelo fato de que o projeto está sendo valorizado da maneira mais importante, ou seja, está sendo dada sequência e consequência ao seu escopo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Esperidião Amin. É que antigamente a gente começava a dar aulas como criança ainda. Isso no milênio passado, então era outra realidade. Não, mas eu fui professor de redação em cursinho, com 20 anos de idade, é verdade.

Muito bem, passamos então naquilo que eu falei. Eu penso realmente que todas as apresentações, eu acompanhei todas elas, foram muito interessantes, importantes e, como eu disse, convergentes.

A tarefa nossa agora, como Comissão também, é organizar esse material, porque é muito rico em termos do que foi exposto, para vermos os caminhos, a legislação, o Conselho Nacional e como a gente pode contribuir como Congresso Nacional para essa finalidade, mas eu penso que está tudo muito bem delineado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma questão de transformar isso em realidade, que é o grande desafio sempre, de vida inteira também, mas a gente tem que lutar.

Você falou que, hoje à tarde, inclusive eu sou Relator, nós vamos colocar em Plenário o Projeto 2.628, que é a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e lá já vem apontada também a necessidade da educação, novamente digital para as famílias, para as crianças, para a sociedade, que é um conjunto que tem que ser abordado nesse sentido, mas que bom.

Então, é só um comentário, assim, rápido para a gente não se prolongar muito, porque, senão, o pessoal vai dizer que está almoçando ou alguma coisa.

A gente passa, então, novamente, para cada um.

Começamos com a Anita Martinez Stefani, que é do MEC.

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI (Para expor.) – Obrigada.

Acho que, em um minuto, somente agradeço novamente aos Senadores o convite, a todos da mesa pelas contribuições e também a quem participou *online*.

Concordo absolutamente, Senador, que é preciso reconhecer os avanços que o Brasil tem feito, ao longo dos últimos anos, em relação a este tema, tanto do ponto de vista legal quanto também da execução. Acho que existem muitos desafios, mas a gente vem sendo, inclusive, reconhecido internacionalmente pelos esforços na região, no que tange pelo menos à parte da educação.

Em termos de formação, eu acho que muito se falou do que a gente precisa proteger, mas a gente precisa, cada vez, mais fortalecer também os adultos responsáveis seja na escola, seja em casa, para esse trabalho de educação digital e midiática.

Aí a formação de professores é essencial. A gente falou de várias oportunidades formativas já disponíveis, que eu reforço aqui, mas também, como o Conselheiro Israel falou, há o trabalho que as redes de ensino precisam fazer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANITA GEA MARTINEZ STEFANI – ... presencialmente, nos seus territórios.

Agradeço novamente.

Tem muitas perguntas. Infelizmente, a gente não vai poder responder, mas isso mostra, Senador o quanto este tema é de interesse da sociedade e a importância de estarmos falando sobre ele.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo, em seguida, presencialmente, a palavra à Cláudia, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, Coordenadora-Geral de Educação Científica da Secretaria de Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Com a palavra.

A SRA. CLÁUDIA FERREIRA DE MAYA VIANA (Para expor.) – Também agradeço a oportunidade deste debate rico, que foi realizado com tantas convergências.

Sinalizo que, em relação às perguntas, há duas que questões que foram colocadas, assim, com muita força. Uma é sobre o acesso aos equipamentos; e a outra, sobre o enfrentamento das desigualdades.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No Programa Mais Ciência na Escola, a gente tem enfrentado isso, priorizando as escolas que estão em território mais vulneráveis, com ações afirmativas para distribuição de bolsas. Acho que essa é uma experiência que pode servir como modelo e que está inspirando muitos secretários municipais e estaduais de educação.

O Programa Mais Ciência na Escola está tramitando aqui, no Senado, na perspectiva de se tornar uma lei, o Programa Mais Ciência na Escola em composição com o Programa Nacional de Popularização, que também é voltado ao combate à desinformação, enfim.

A nossa expectativa é de que, com essa aprovação, nós possamos ter uma política de Estado no Brasil voltada a oferecer educação digital com ferramentas como clubes de ciência, com laboratórios de tecnologias digitais, com a formação de professores.

Em relação à formação de professores, um desafio é o tempo que os professores têm para se dedicar à questão da formação. No programa, a gente tem trabalhado por meio do oferecimento de bolsas para os professores, com as secretarias de educação, por meio da disponibilização de horas; e, com a ICTs que lideram, as universidades e institutos federais, enfim, por meio da certificação desse aprendizado, com especializações, estimulando esses professores, para eles possam se dedicar à questão da formação.

Então, é isso.

Quero agradecer aqui pela oportunidade e, enfim, dizer que a gente se coloca à disposição para continuar trabalhando aí conjuntamente, para ter uma educação digital que possa fortalecer crianças e adolescentes, potencializar também a presença deles e o estímulo às carreiras científica e tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos novamente a participação da Cláudia, do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), e também da Anita, como eu já fiz.

Passamos também para o nosso convidado remoto, o Dr. Francisco Antonio Soeltl, que é Presidente do Instituto Brasil Digital. Aliás, quero parabenizá-lo também pela fala muito objetiva, muito boa e importante.

Com a palavra.

O SR. FRANCISCO ANTONIO SOELTL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns, e a todos os presentes, ao Senador, Esperidião Amin, que ainda está conosco, e à Deputada Angela Amin, enfim.

Nosso papel é de articulação e colaboração. Foi dito aqui a importância disso. Nesse sentido, Israel, eu acho que vale a pena tratarmos um pouco disso, porque, sem a articulação e sem a colaboração, pode ter recurso financeiro, mas não vamos ter a capacitação de professores. As capacitações dos professores passam também pela cooperação. Não adianta a gente achar que só fazendo cursos, eles vão absorver tudo isso, entendeu?

Hoje, pelo *learning by doing,* você tem 70% do que necessita para ter um bom desempenho no ambiente informal de aplicação desse conhecimento. Então, nós temos que trabalhar muito em regulamentação, e as diretrizes são necessárias, na liberação dos recursos por emendas parlamentares para agilizar essa questão de atendimento aos municípios, em especial aqueles que são mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

necessitados, e no compartilhamento das experiências daqueles municípios que já estão à frente, em Floripa e em São José dos Campos.

Muito bem, nesse sentido, nós do Instituto Brasil Digital nos colocamos à disposição de vocês para ajudar. Nosso papel é estruturante. Ele não é de execução final, mas é de alinhamento. E, nesse contexto final, eu diria: a 14.533 é a espinha dorsal do que nós chamamos de uma estratégia brasileira para educação e capacitação digital. Mais do que educação, nós temos a demanda, no curto prazo, dos atores da economia. Nós temos que trabalhar nas duas coisas e olhar um plano de país que tenha uma estratégia única que olhe esse conjunto, e não isoladamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo. É muito bom o trabalho. A participação de V. Exa. é muito clara, muito didática, muito objetiva. Parabéns! Apreciamos sobremaneira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só uma ressalva. Eu queria que a ata, com todo o respeito ao carinho com que se diz Floripa, botasse entre parênteses Florianópolis, muito embora Floripa seja uma expressão carinhosa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas todos nós conhecemos bem Floripa. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E se quiser dizer também "a capital dos manezinhos", nós aceitamos. Até mané nós gostamos de ser.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está bom.

Mas é uma expressão, assim, muito carinhosa, não é?

Eu passo, em seguida, a palavra ao Israel Batista – é um prazer tê-lo, como já mencionei –, que é Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

O SR. ISRAEL BATISTA (Para expor.) – Senador Flávio Arns, foi muito importante fazer este encontro; aqui, a gente debate caminhos possíveis. E, se eu puder deixar uma sugestão de foco, eu diria que, para formação digital e para educação digital midiática, nós precisamos fazer um esforço de mutirão de formação docente – formação de professores.

Historicamente, no Brasil, os professores são refratários a qualquer nova tecnologia, justamente porque não se sentem seguros no desenvolvimento de um plano pedagógico que utilize essas tecnologias. Durante a pandemia, a gente teve, pela primeira vez na história, uma pesquisa que mostrou a diminuição dessa resistência docente às novas tecnologias. Então, eu acho que é o momento de a gente aproveitar.

Eu quero informar, aqui – uma boa notícia –, que os cursos do Avamec já foram utilizados em todo o ciclo completo, pelos 300 mil professores, que estavam sendo esperados para o final do ano que vem, ou seja, a procura foi tão grande que já se bateu a meta de formação de 300 mil professores; ou seja, a educação clama por um amplo atendimento nesse setor e por uma política que realmente traga inovação.

Senador, eu também queria colocar aqui que nós vivemos um momento de grande preocupação com a educação midiática. Além da educação digital, esse campo do saber é muito importante. Nós temos um bombardeio de informações falsas que hoje assolam as redes sociais e a internet. Quando se desmente uma informação falsa, nós já temos dez outras informações falsas para

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

serem desmentidas, numa estratégia conhecida como *firehosing;* e a escola não está preparada para enfrentar esse universo.

A mentira, hoje, na internet está mais sofisticada, porque ela é composta por elementos de verdade, meticulosamente colocados, para que a mentira seja defendida como uma argumentação robusta, e elementos de verdade também meticulosa e propositalmente omitidos, para construir a informação enviesada. E, num país que vive uma crise de aprendizagem tão grave como o nosso, fica muito difícil enfrentar a sofisticação da indústria de produção de *fake news* no nosso país.

Então, é um desafio muito grande manter a aprendizagem no ritmo certo e, ao mesmo tempo, trazer inovações que permitam navegar neste mundo hiperconectado e com um excesso de informações que nos preocupa.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Israel Batista, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica.

Parabéns pela participação! Obrigado, como agradeci aos demais expositores e expositoras.

Passo, em seguida, a palavra a Lia Roitburd, Gerente Sênior de Implementação da Fundação Telefônica Vivo.

A SRA. LIA ROITBURD (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Queria parabenizar também todos os presentes e agradecer, mais uma vez, a oportunidade de contribuir com este debate tão importante.

Vou ser bem breve. Acho importante destacar que ser nativo digital não significa conseguir fazer o melhor uso das tecnologias. Por isso, a gente realmente precisa garantir essa aprendizagem com tecnologia e sobre tecnologia para todos em todas as escolas e também o uso de tecnologia a favor da aprendizagem de outros conteúdos e áreas de conhecimento e, com isso, realmente monitorar esse avanço na educação pública do país.

Acho que, como último ponto aqui, deve-se garantir que todos os gestores públicos tenham dados para tomada de decisão. Em suma, a gente deve focar aqui em um olhar para indicadores, metas e mecanismos de avaliação.

Sigo à disposição nesse caminho necessário para a educação pública brasileira. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço novamente a você, Lia, da Telefônica Vivo, Gerente Sênior de Implementação da Fundação.

A Júlia Sant'Anna ainda nos acompanha também eu acho. Está aí. Agora estou vendo já aqui, na tela também. Passo a palavra então, se me permite chamar, com todo o respeito, a você, que é Diretora-Executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

A SRA. JULIA SANT'ANNA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Por favor, Senador, sim.

Agradeço muito e parabenizo esta audiência, o interesse dos Senadores, a disposição para discutir sobre esse tema, e queria acompanhar a sugestão de foco do Conselheiro Israel. Acho que podemos considerar esses próximos semestres os semestres do foco de formação em competências digitais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que uma sugestão para todos aqueles que acompanham o processo de implementação territorialmente é não deixar de considerar o uso da transparência que o MEC traz em relação à conectividade em cada um desses territórios. Se o território já está em um bom estágio de conectividade em cada uma das suas escolas, é o momento, sim, de o secretário em questão dar um foco muito grande em relação à formação em competências digitais. Então, fica aqui o meu acompanhamento a essa sugestão.

Um abraço a todos e muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado pela participação novamente, Júlia.

A Deputada Angela Amin está conectada. Pergunto se quer fazer algum comentário adicional. Esteja à vontade. Com a palavra.

A SRA. ANGELA AMIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Mais uma vez, obrigada, Senador Flávio Arns.

O Prof. Francisco, que tem, sem dúvida, sido um grande aliado nesse processo de implantação dessa legislação, na preparação do cidadão para esse novo mundo, realmente é um grande parceiro. Nós participamos de várias discussões com ele, e entendo que ele foi um grande articulador para esta audiência. Eu entendo essa união de esforços do Executivo, Legislativo, Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais, e gostaria muito de agradecer a participação, nesta audiência, do nosso Relator.

Várias vezes, nós discutimos a importância da aprovação da lei e agora ele, no Conselho, pode ser o nosso braço de atuação para que nós possamos avançar nessa legislação. Concordo plenamente com ele que preparar o profissional da área da educação é peça fundamental para o sucesso. Além do acesso, além dos equipamentos, se nós não tivermos o capital humano preparado para esse novo momento de avançar na área da educação, muito pouco nós conseguiremos.

Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Agradeço a todos os que se esforçaram para a realização deste evento. E saio feliz; saio feliz, com a certeza de que nós poderemos avançar.

Um abraço a todos e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado de novo, Angela Amin, que tem uma trajetória tão importante na vida pública brasileira, seja no Legislativo, no Executivo ou na sociedade também. Então, parabéns pelo trabalho.

Eu quero novamente, antes de encerrar esta audiência pública, enaltecer a participação dos expositores e expositoras. Quero dizer que a audiência foi muito interessante, muito boa, apontando para os caminhos e para os desafios que a sociedade enfrenta.

Todo esse material está disponível para vocês todos que nos acompanham pelo Brasil, pelos meios de comunicação. Vamos organizar esse material para que tenhamos, a partir desta audiência, os indicadores do que deve ser enfrentado e organizado para avançarmos naquilo que é importante nessa área, seja na nova realidade, Israel, que você colocou também, que não é só do Brasil, é do mundo inteiro, e na dificuldade que tem, mas tudo passa pela qualificação do professor ou pela educação dos próprios educandos também e, obviamente e por consequência, da sociedade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se nós pensarmos que temos em torno de 40 milhões de estudantes na educação básica, se nós ao mesmo tempo pensarmos que cada um desses alunos tem pai, tem mãe, tem irmão, vamos dizer, aí, isso já é mais da metade da população do Brasil, que pode ser impactada por uma educação de qualidade midiática, para levar um novo conceito.

Sempre passamos por isto: como enfrentar esses dilemas atuais da desinformação, eventualmente, do ódio e coisas semelhantes. Quer dizer, passa pela educação em si e, claro, também passa pela legislação evitar que essas coisas eventualmente aconteçam. Se você desinformar sobre coisas importantes intencionalmente, havendo ódio, rancor e tal, coisas que não fazem parte da cultura brasileira, da sociedade, dos ideais brasileiros, a chave de tudo isso, a importância é a gente qualificar as pessoas, sejam crianças, adolescentes, adultos e a sociedade.

Então, obrigado de novo. Agradeço sempre aos nossos amigos aqui da Secretaria – não é, Leomar? – e a todo o grupo, que se desdobra para que tudo dê certo.

Ao mesmo tempo, agradecer aos meios de comunicação que fazem com que todo este debate chegue ao Brasil inteiro, obrigado por todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6654893898

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e dois minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes e Ciro Nogueira, e dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Chico Rodrigues, Dra. Eudócia, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixa, ainda, de comparecer o Senador Marcos do Val, conforme o Requerimento 533/2025-CDir. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 19, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), com a finalidade de debater sobre a incorporação de novas tecnologias para pacientes diagnosticados com Amiloidose Hereditária por Transtirretina (TTR) em falha terapêutica no SUS, com a participação de Luciana Costa Xavier, Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde (MS), representante do Ministério da Saúde e da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec); Ramiro Nóbrega Sant'Ana, Defensor Público do Distrito Federal; Márcia Waddington Cruz, Neurologista responsável pelo Centro de Referência em Amiloidoses da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Bárbara Coelho, Presidente da Associação Brasileira de Amiloidose Hereditária Associada à Transtirretina (ABPAR); e Jorge Luiz Neves, Paciente com amiloidose hereditária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a incorporação de novas tecnologias para pacientes diagnosticados com amiloidose hereditária por

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

transtirretina (TTR) em falha terapêutica no SUS, em cumprimento ao Requerimento nº 19/2025 - CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia), de minha autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário virtual, remotamente, da Comissão – quero dar as boas-vindas aos convidados e convidadas e agradecer pela participação muito importante para debater este assunto:

- Luciana Costa Xavier, que é Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde, também a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). Seja muito bem-vinda, Luciana Xavier;

- Ramiro Nóbrega Sant'Ana, Defensor Público do Distrito Federal;

- Márcia Waddington Cruz, neurologista responsável pelo Centro de Referência em Amiloidoses da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seja muito bem-vinda também, Dra. Márcia;

- Bárbara Coelho, Presidente da Associação Brasileira de Amiloidose Hereditária Associada à Transtirretina. Seja muito bem-vinda, Bárbara, também; e

- Jorge Luiz Neves, paciente com amiloidose hereditária.

Eu gostaria só de enfatizar dois aspectos. Em primeiro lugar, nós temos a presença do paciente, da associação, da área médica, do Ministério da Saúde, representando não só o Ministério da Saúde – a Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias –, mas a própria Conitec também, que é a comissão nacional, e do Defensor Público.

É importante que as pessoas que nos acompanham só entendam que nós vamos dar a primeira palavra para o paciente, depois para a associação. Por que isso? Porque nós temos que atuar em função daquilo que o paciente e a família trazem. A preocupação dessas pessoas tem que ser a preocupação dos órgãos públicos, da Defensoria Pública e do Senado Federal. Então, vamos sempre escutar o paciente e a família.

Ao mesmo tempo, depois deles, a Dra. Márcia... Não, Márcia não, a Dra... Desculpe-me, também... A doutora pelo Centro de Referência da Amiloidose. Ramiro, Bárbara... Lógico, a Dra. Márcia. Desculpe-me. A Dra. Márcia que vai fazer o apanhado da área médica; quer dizer, o paciente conversa, a família apresenta, a Dra. Márcia, como médica neurologista, explica, e o órgão público, o Senado e nós, vamos dizer o que nós podemos fazer para que as preocupações externadas possam ser colocadas numa perspectiva de encaminhamento, de solução. Certo? Então, esse é o primeiro ponto, até para que as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação saibam disso.

Agora, quando nós falamos de uma doença rara, isso pode estar sendo abordado pela Comissão de Direitos Humanos, porque é cidadania, dignidade, é respeito, é um direito fundamental do cidadão. Pode estar sendo discutido do ponto de vista da educação, ou seja, como que tipo de educação oferecer quando existem problemas de saúde decorrentes de doenças raras – pode haver necessidade de adequações, adaptações, então, a discussão também acontece lá –, ou na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), porque há o tratamento, eventualmente, fisioterapia, fonoaudiologia, dispensação de medicamentos – isso é saúde... (*Falha no áudio.*)

... nós queremos discutir, é prioridade da Comissão discutirmos ciência, pesquisa, tecnologia, incorporação de tecnologias e inovações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma interface que acontece entre várias Comissões, todas elas extremamente relevantes, sob pontos de vista diferentes. Isso é importante que se enfatize, porque alguém pode dizer: "Mas por que em ciência e tecnologia?". Porque nós queremos que as universidades, a Fiocruz, tantas iniciativas importantes que existem pelo Brasil sejam valorizadas, prestigiadas, para que a pesquisa aconteça; e que se coloquem à disposição do público iniciativas dos nossos pesquisadores e pesquisadoras – isso é importante, sob todos os pontos de vista.

Tudo vai ser explicado de maneira adequada, e agradeço sempre à Secretaria, que organiza todo evento. E nós temos uma justificativa do requerimento que eu gostaria de ler para que o assunto ficasse, assim, conhecido preliminarmente em termos da audiência.

A justificação do requerimento para a realização desta audiência.

Passo a ler.

Necessitamos de ações urgentes que garantam o acesso a terapias modernas e adequadas para pacientes diagnosticados com amiloidose hereditária por transtirretina (TTR) com apresentação neurológica.

Medicamentos como a inotersena e a vutrisirana são direcionados a adultos em falha terapêutica com as opções atualmente disponíveis, ou no estágio 2 da doença, que não possuem tratamento e cuidado disponíveis no SUS.

O cenário é alarmante: a Conitec já avaliou essas opções e recomendou sua não incorporação ao SUS, com resultados negativos divulgados em 04 de outubro de 2024, para inotersena; e, em 20 de fevereiro de 2025, para vutrisirana. Esta decisão compromete gravemente a qualidade de vida e a expectativa de sobrevida de um número significativo de pacientes que não têm alternativas adequadas de tratamento.

É preocupante saber que mais de 40% dos pacientes em estágio 1 da doença podem não responder ao tratamento disponível no SUS. Além disso, muitos pacientes enfrentam o diagnóstico tardio, o que os leva a procurar tratamento apenas quando já estão em estágio 2, condenando-os a uma falta de opções terapêuticas. A amiloidose hereditária TTR, com apresentação neurológica, é uma condição raramente diagnosticada, progressiva e fatal. Portanto, é fundamental que se priorizem a inclusão de novas tecnologias e alternativas de tratamento para atender àqueles que não respondem adequadamente às terapias existentes. Negar o acesso a essas opções é, de fato, condenar esses pacientes a um sofrimento prolongado e, muitas vezes, à morte prematura.

Vale mencionar que muitos pacientes dependem atualmente de decisões judiciais para continuarem seus tratamentos. Muitos enfrentam incertezas sobre a continuidade do tratamento, enquanto outros não têm mais acesso ao Judiciário para buscar novas opções terapêuticas.

A realização de uma audiência pública é, sem dúvida, essencial para incentivar um diálogo abrangente e construtivo entre todos os envolvidos: o Ministério da Saúde, no geral, a comunidade científica – está aqui presente também, com a Dra. Márcia, que é neurologista, da comunidade científica, estudiosa desse assunto –, os pacientes, os familiares e as associações, a fim de encontrar soluções viáveis e sustentáveis, para assegurar um atendimento digno e integral aos portadores de amiloidose hereditária no Brasil.

Eu acho que até a justificativa reforça aquele ponto de vista de que a gente pensa, do ponto de vista da saúde, da educação, dos direitos humanos e da ciência e tecnologia, incorporações de novas tecnologias. Eu quero dizer que não só nós, mas também o Ministério da Ciência e Tecnologia tem a área de doenças raras como uma das áreas prioritárias de abordagem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço novamente a presença de todos. Quero só ler as perguntas que já chegaram pelos canais que a gente já mencionou rapidamente. Eu peço, inclusive, que a secretaria repasse aos expositores as perguntas para, na medida do possível, irem incorporando, porque eu sei que, pelas explicações, muitas das perguntas já serão respondidas.

Sthephania, de Minas Gerais: "Qual é a previsão para que essas novas tecnologias estejam disponíveis para os pacientes no SUS?";

Sérgio, de São Paulo: "A amiloidose hereditária por transtirretina em falha terapêutica, nessa proposta, inclui o transplante de fígado? Existe um grau de prioridade?";

Jéssica, de Santa Catarina: "Como o SUS garantirá que as novas tecnologias para amiloidose hereditária por transtirretina sejam acessíveis e seguras para todos os pacientes?".

Comentários.

Ana, de São Paulo – é um comentário –: "O SUS é o melhor [abrem-se aspas] plano de saúde do mundo. Sei que irão ajudar [...] sem prejuízos, não só neste caso, mas em outros também". Quero dizer para Ana que eu concordo sobre ser o melhor plano de saúde também.

Mais algumas perguntas.

Carlos, do Rio de Janeiro: "Qual a estratégia do SUS para garantir equidade no acesso, evitando que [...] [só] quem tem dinheiro ou [...] [ação judicial] consiga [...] [os] medicamentos?";

Anísio, do Ceará pergunta: "Há protocolos clínicos do SUS para guiar médicos no uso dessas novas terapias?"

Leliane, do Distrito Federal: "Quais cuidados de enfermagem são essenciais na adoção de novas terapias para ATTR [amiloidose hereditária por transtirretina] em falha terapêutica no SUS?".

Ludmylla, de Goiás: "Como garantir acesso rápido a essas tecnologias para pacientes em falha terapêutica?".

Felipe, do Paraná: "A incorporação de novas tecnologias no SUS é algo necessário, mas como fazê-lo de forma eficaz e dentro do orçamento disponível?".

Muito bem, essas perguntas já foram repassadas aos caros expositores e expositoras, a quem a gente agradece de novo a participação.

Passamos, então, em primeiro lugar, a palavra para o Sr. Jorge Luiz Neves.

Seja bem-vindo, não é, Jorge? Ele é aposentado e pessoa com amiloidose hereditária. Como eu disse antes, vamos principalmente escutar; não é ouvir, é escutar. Escutar é prestar atenção e pensar no que fazer em termos de encaminhamentos.

Com a palavra, Jorge.

O SR. JORGE LUIZ NEVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

Antes de mais nada, quero agradecer ao Senador por esta oportunidade de a gente poder discutir sobre as nossas necessidades como pacientes. Esta chance é sempre muito bem-vinda para nós.

Bom, eu vou explicar e explanar um pouco o problema da doença, que é bastante difícil de ser diagnosticada. A maioria dos pacientes passam por vários especialistas com diagnósticos errados, tratamentos errados. Eu levei, pelo menos, quatro anos para conseguir o diagnóstico correto. Isso aconteceu por acaso, por conhecer uma médica neurologista que estuda isso – inclusive é amiga da Dra. Márcia –, aqui em Pernambuco. O que acontece? Vem a luta para se conseguir medicação.

Existe um medicamento já incorporado ao SUS, mas... Como eu vou dizer? Ele não consegue atender quem já começa com o estágio 2, que foi o meu caso, e a maioria dos pacientes. Por quê? Para se obter a medicação, você já tem que estar agravado, dificuldade de andar, essas coisas todas. Quase,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vamos dizer assim, estar no estágio 2 para conseguir o medicamento. O medicamento não atende bem a quem está no estágio 2, ele não funciona bem – esse incorporado ao SUS.

Aí começa a batalha da gente, porque a médica chega e diz: "Olha, a gente tem uma outra medicação. Tem a opção do transplante também, que é uma cirurgia invasiva e tudo, e é difícil de conseguir". Aí ela indica um outro medicamento. No caso, hoje, é o vutrisiran, mas eu tomo um outro medicamento, que é do mesmo laboratório, o patisiran, que é uma aplicação a cada 21 dias.

Eu obtive isso por meio de judicialização. Eu acho que, de certa forma, é um consenso geral de que não é a melhor maneira de você obter uma medicação. Primeiramente, porque existe o custo para o próprio Governo, em relação à judicialização, essa coisa toda. Nem todo mundo vai ter acesso a um advogado para entrar com processo. A Defensoria Pública tem muito processo, e é trabalhoso.

Depois que você consegue dar entrada no processo para judicialização, você leva pelo menos de oito meses a um ano para obter a solução do processo, obter a liminar para poder conseguir o medicamento. E aí vêm mais uns três ou quatro meses, ou às vezes mais, como no meu caso, em que eu levei oito meses para receber a primeira dose. E a primeira dose já é uma melhoria grande para gente, porque melhora um pouco a nossa mobilidade e os problemas intestinais que a gente tem durante o processo da doença; você já consegue um declínio dos sintomas mais fortes – isso com a medicação.

Agora, com o vutrisiran, você tem uma aplicação a cada três meses; quer dizer, já te dá uma liberdade maior e o efeito é mais prolongado. Então, é muito importante que isso seja concedido para nós no SUS.

Como é que eu vou dizer? A gente participar da... Eu já participei de reunião da Conitec. Nós simplesmente comprovamos, o laboratório comprovou e existem estudos clínicos comprovando a eficácia do medicamento, com a melhoria. Eu tenho depoimento de quem conseguiu o medicamento pela Justiça. Tinha uma pessoa, aqui, do interior de Pernambuco que estava acamada já, não conseguia levantar da cama, e, com a primeira dose desse vutrisiran, ela já conseguia até ir ao supermercado fazer compras para ela. Ela teve a independência que ela não tinha.

E aí o que aconteceu? O próprio ministério falha na entrega do medicamento. Essa parada do tratamento e a falha de fornecimento do medicamento são bastante prejudiciais. Ela, inclusive, voltou a ficar acamada.

Um outro amigo de São Paulo que conseguiu na Justiça, pelo plano de saúde, o vutrisiran também já me disse várias vezes: "Jorge, troca o patisiran pelo vutrisiran"; mas eu tenho medo de, nessa troca, ter uma falha grande e eu ficar muito tempo sem medicamento. Já aconteceu comigo falha de fornecimento, e eu passei três meses, no ano passado, e mais três meses, neste ano, sem receber o medicamento, por falha de fornecimento do ministério. E aí o que acontece? Os sintomas se agravam rápido demais, a doença evolui rápido demais e você não consegue retornar ao estágio em que você estava; você não consegue recuperar o ganho que tinha tido.

Então, isso é bastante prejudicial. A gente tem dificuldade de caminhar, risco de queda, a gente não consegue segurar as coisas direito, porque a força da mão é bastante reduzida – são vários problemas. A perda muscular da gente é muito grande.

Quando eu comecei a investigar a doença, eu pesava 90kg; perdi 30kg e fiquei com 60kg por causa da doença – tudo por perda muscular. Já fiz cirurgia na vista porque tinha depósito amiloide no vítreo. Eu tive que extrair o vítreo, implantar uma lente e hoje, graças a Deus, estou bem. Fiz cirurgia de túnel do carpo, que também é outro problema que é ocasionado pela doença – vai obstruindo os nervos e essa coisa toda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quando você tem uma tecnologia que, de certa forma, é inovadora, mas é comprovado cientificamente que surte efeito, e a gente não tem a possibilidade de obter esse medicamento com mais facilidade, é bastante ruim para todo mundo.

Eu acho que deveria ter um consenso melhor da Saúde em relação a isso. O SUS pode muito bem fornecer. Eu reconheço que é um medicamento muito caro, as pessoas normais não têm condição de pegar e comprar o medicamento, o valor é bastante alto, mas é o tal negócio: qual é o valor que se tem da vida?

Eu hoje me sinto capaz de trabalhar, mas não consigo trabalhar, porque o meu serviço era inspetor de pintura, trabalhava em plataformas da Petrobras, em navios da Petrobras, fazendo inspeção para controle de corrosão e tudo. Hoje em dia, eu não consigo subir uma escada direito, eu não consigo entrar num tanque de navio para fazer uma inspeção. Então, graças a Deus, mesmo já com o tempo de serviço para me aposentar – quer dizer, à época, graças a Deus, eu já tinha o período para aposentadoria –, não era uma coisa que eu queria, eu queria continuar trabalhando, só que eu não posso mais, e veio a aposentadoria. Felizmente, eu consigo hoje continuar vivendo com a aposentadoria, mas nessa tensão sempre de ter ou não o medicamento na hora certa, porque a descontinuidade do tratamento é bastante prejudicial para a gente. Então, hoje, psicologicamente, a gente é bastante afetado, a família é bastante afetada.

Quando eu descobri o meu diagnóstico, eu fui descobrir que meu avô, 60 anos atrás, faleceu com amiloidose. À época, não se conhecia o diagnóstico, mas o que está no atestado médico dele é uma das vertentes da amiloidose. Há 25 anos, meu pai faleceu com amiloidose. Ele já reclamava dos sintomas e tudo, e a gente até brincava com ele: "Pô, pai, para com isso! Como é que está no sol e está sentindo frio na mão?" – não era frio, era dormência –, mas aí a gente dizia: "Pô, quer tomar remédio toda hora e tal", e aí vai... E, mais recentemente, três anos atrás, foi o meu irmão mais velho, e eu vi como o meu irmão faleceu. Aí foi o mais pesado, porque eu estive com ele em novembro. Ele já tinha pedido à minha cunhada para colocar um saco plástico na cabeça dele, porque ele queria morrer, não aguentava mais viver daquele jeito. Para tudo precisava de assistência: ele já não se levantava da cama, era carregado para a cadeira de rodas, da cadeira de rodas para a cadeira do papai, para ir ao sanitário, para tomar banho; para tudo, ele precisava de ajuda. E aí, quando a minha cunhada me falou isso, eu peguei e fui ao Sul – ele morava em Porto Alegre – fazer uma visita a ele para levantar o astral – eu já estava tomando a medicação –, aí cheguei e vi o estado em que ele estava. Aquilo me assustou bastante. A gente vê que não tem o que fazer sem medicação, e ele não conseguiu o medicamento. Então, essas coisas são bastante chocantes para a família toda.

Eu tenho hoje quatro sobrinhos, que são diagnosticados já com amiloidose, mas, como não têm sintoma, não têm acesso à medicação. É uma coisa também que eu acho que sairia mais barato, vamos dizer assim, o custo seria menor se, a partir do diagnóstico, você já pudesse fazer alguma coisa; só que não tem o que fazer, você tem que esperar ter o sintoma grave – sintoma de dormência nos pés, de falta de movimento e essa coisa toda – para poder solicitar o medicamento. Tem os exames que têm que ser feitos, eletroneuromiografia e essa coisa toda.

E, além da medicação, a gente tem que ter um acompanhamento tremendo: consulta com cardiologista, porque a amiloidose afeta o coração também; fisioterapia constante – você tem que fazer fisioterapia pelo menos duas a três vezes por semana –; nutricionista; gastro; tudo isso. E os médicos, vamos dizer assim, você tem que procurar os médicos especializados porque, quando você vai conversar com algum médico e fala de amiloidose, nem todo médico a conhece a fundo. Não é muito

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conhecida do pessoal e, vamos dizer assim, não existe muito interesse em estudá-la. São poucos os médicos. Eu acho que a Dra. Márcia sabe disso, ela está sabendo da dificuldade de se conseguir médico especializado e que conheça a doença.

Então, tudo isso – como é que eu vou dizer – psicologicamente afeta bastante a gente. Até a chegada do diagnóstico é bastante difícil. E quando a gente escuta o diagnóstico, que no meu caso foi por acaso, realmente... A minha sogra teve um AVC e ficou internada. No internamento dela, a minha esposa conheceu a neurologista que a tratou na UTI. Conversando com ela, ela disse: "Olha, eu acho que o seu marido tem amiloidose", e indicou uma médica. Quando a minha esposa me ligou dizendo: "Olha, conversei com a neurologista aqui e ela me disse que talvez você tenha amiloidose".

O que se faz hoje em dia? A gente vai direto no Google. Coloquei lá: "amiloidose". Quando eu vi sobre amiloidose, o prognóstico era de três a cinco anos de vida. Isso era o que estava escrito lá no Google. Então, quando você recebe esse impacto, é bastante chocante. Quando eu fiz a consulta com a especialista, ela pegou e disse: "Olha, você tem tratamento. Antigamente se usava o transplante, mas hoje em dia você tem medicamento. Então a gente vai tentar controlar. Não consigo reverter a doença totalmente, mas o que a gente consegue é estabilizá-la, para que ela não progrida mais, mas para isso a gente tem que ter continuidade do tratamento". É um tratamento que é para o resto da vida, então você ficar dois, três meses sem medicação é uma regressão tremenda no sintoma, no que você já tinha melhorado.

Eu acho que era o que eu podia falar da amiloidose, do meu sentimento, que é o sentimento de qualquer paciente que tem essa doença. É uma doença ainda pouco conhecida – vamos dizer assim –, de diagnóstico difícil, porque ela se confunde com outras. Eu fui diagnosticado com polineuropatia dos membros periféricos e comecei um tratamento, que não adiantou nada. Aí você vai fazendo os tratamentos errados e com isso a doença vai progredindo cada vez mais.

Então, eu acho que isto é o que eu podia fazer, dar uma explanada no que é a amiloidose, por ser pouco conhecida. Eu sei que tem gente que tem problemas maiores do que o meu. Vamos dizer assim, você tem outras doenças raras que são bem mais prejudiciais. Uma coisa que eu disse logo no início sobre o preço do medicamento e tudo, eu falei: "Caramba, eu não sabia que eu valia tanto", porque, no fundo, no fundo, é um valor alto por ano para me manter vivo. Aí um amigo meu chegou para mim e falou assim: "É, mas você já viu o quanto você produziu para o país, o quanto você pagou de imposto?". Eu: "Pô, é...", mas mesmo assim acho caro.

Deveria existir não sei se uma negociação maior com os laboratórios, como o senhor disse, uma pesquisa maior da Fiocruz, dos institutos, das universidades, para a gente descobrir um tratamento nacionalizado, vamos dizer assim, porque hoje é difícil você conseguir uma quebra de patente de um medicamento caro desse jeito. Eu sei que tem outras doenças que têm valores mais altos ainda, mas eu acho que é aquela coisa assim: quanto vale uma vida? Isso é que é o pior. E é um direito nosso, a nossa Constituição diz que a gente tem direito à saúde. Então é bom a gente ter o apoio dos políticos, dos órgãos oficiais, do próprio governo em relação a isso.

Acho que o que eu podia explanar era o que eu falei. Quero agradecer, mais uma vez, por esta oportunidade de comentar sobre a amiloidose e buscar tratamentos mais eficazes para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos, Jorge Luiz Neves. Muito interessante, boa e necessária a sua exposição. Ficaram extremamente claros os desafios, as angústias, apontando, inclusive, para a importância da pesquisa nessa área, para que a gente... Tem tanta gente qualificada, boa, nas

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades, na Fiocruz, que tem que receber um incentivo, para que essa pesquisa ajude nos desafios, e nós temos competência para que muitas dessas coisas aconteçam no Brasil.

Obrigado, por enquanto, Jorge. Aí você acompanhe também as falas das outras pessoas.

Passamos, em seguida, à Bárbara Coelho, que é Presidente da Associação Brasileira de Amiloidose Hereditária Associada à Transtirretina.

Seja muito bem-vinda, Bárbara.

A SRA. BÁRBARA COELHO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – E quero dizer da importância de ter uma associação brasileira que trata do assunto para organizar o povo para participar juntos. Juntas sempre as pessoas são mais fortes.

Com a palavra, então, Bárbara.

A SRA. BÁRBARA COELHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Muito obrigada pela oportunidade de trazer aqui a nossa causa.

Vou abreviar o meu histórico pessoal dentro desse contexto da amiloidose. A minha mãe... Todos nós da Abpar, que trabalhamos como voluntários na Abpar – todos nós –, somos ou pacientes ou cuidadores de amiloidose hereditária. No meu caso, a minha mãe vem de uma família de 16 irmãos e, em 2017, a minha mãe, depois de muitos anos também buscando um nome para a doença de que ela estava acometida – porque era claro que ela estava doente, mas nós não conseguíamos fechar um diagnóstico –, foi diagnosticada, e aí a gente começou a juntar as peças.

A minha mãe já havia perdido seis irmãos sem diagnóstico, e não restou dúvida de que os irmãos faleceram por causa de amiloidose, o meu avô também. E, diante do diagnóstico da minha mãe, o médico recomendou que todos os irmãos vivos fizessem esse teste também: mais três irmãs da minha mãe foram diagnosticadas e mais um irmão. Eu fiz o teste também e eu não sou paciente de amiloidose.

Então, do ano passado para agora, minha mãe perdeu mais dois irmãos. Eu tive certeza de que, daquele momento, daquele diagnóstico em diante – era tudo muito incerto –, eu iria pausar a minha vida para cuidar da minha mãe. Assim foi feito, e eu cuido da minha mãe até hoje. Minha mãe tem 81 anos, a doença já evoluiu, ela já não está andando mais. E todo mês eu tenho muito trabalho, tenho que correr atrás de documentos para judicializar um medicamento para ela. Então eu resolvi compartilhar esse meu trabalho com pessoas que estavam também buscando algum tipo de tratamento para amiloidose.

Através de um médico, eu descobri que existia a associação. Eu entrei como uma cuidadora e, posteriormente, o meu representante regional, que me atendia, faleceu – ele era transplantado, portador também de amiloidose hereditária –, e eu fui convidada para atuar como colaboradora regional no meu estado, Minas Gerais. Estou desde o ano passado como Presidente da associação. Como somos voluntários, nós trocamos os postos a cada três anos. Eu represento, em média, 500 famílias, hoje, de pacientes de amiloidose hereditária.

Quase sempre esses pacientes... O primeiro diagnóstico de uma família... Quando esse paciente nos encontra, ele já está no segundo para o terceiro estágio da doença. Porque ela é progressiva e, sem tratamento, às vezes, esse paciente só vai progredindo. E hoje tem apenas um medicamento incorporado no SUS para atender esses pacientes, e esse medicamento traz um benefício para esses pacientes: é um estabilizador dessa proteína e traz benefício apenas para o primeiro estágio da doença, quando os pacientes começam a precisar já de algum apoio para andar, uma bengala, e já começam a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ficar incapacitados de trabalhar, de fazer suas funções normais, perdem suas capacidades laborais e a maioria tem que se aposentar.

O impacto emocional dessas famílias, todas afetadas também, é enorme. Eu sempre enfatizo o papel de um cuidador, que é o meu caso também, porque eu já vivo há dez anos em... eu vivo por conta de tratar da minha mãe.

Os medicamentos que a gente trouxe aqui em questão, para tentar incorporar para o paciente no segundo estágio da doença, foram todos submetidos a estudos clínicos, eles são todos aprovados pela Anvisa – e a Dra. Márcia, posteriormente, vai falar que... Eu acho que, de todas as negativas que a gente recebeu de incorporação desses medicamentos, em nenhuma foi contestada a eficácia desses medicamentos, nem a segurança; muito pelo contrário, é comprovada a urgência e a necessidade desses medicamentos. A resposta que nós tivemos, todas as vezes, foi a questão do impacto orçamentário.

Então, eu não sei, assim como o Senador iniciou hoje aqui esta audiência... O senhor mencionou que, como cidadãos, como uma sociedade civil, é muito importante que todos nós... a partir daqui, que as dúvidas sejam sanadas, mas que nós tenhamos essa consciência de colaboração com essas famílias, com esses portadores de amiloidose. Se a questão é impacto orçamentário, é possível, posteriormente, algum tipo de negociação com a indústria, para que possamos chegar a um resultado efetivo para esses pacientes, né?

Então, nós viemos aqui para solicitar que seja feita essa incorporação, que seja revisada essa questão de impacto orçamentário.

Os nossos pacientes, hoje, já buscam um diagnóstico num estágio tardio. E eu acho que muitos desses pacientes, assim como o Jorge disse, poderiam, sim, continuar trabalhando, contribuindo com a nação, e parece que estão precificando vidas mesmo. A gente, como associação representando esses pacientes, eu acho que a gente trabalha muito, muito: eu não fico um dia sem trabalhar, apesar de ser um trabalho voluntário. Eu divido o meu dia com os cuidados, os muitos cuidados que eu tenho que ter com a minha mãe, que já nem anda mais, depende de mim para tudo – se eu não ficasse por conta dela, a gente teria que contratar uma pessoa –, e esse é o cenário de todos esses pacientes.

Então, nós viemos aqui hoje pedir essa incorporação. Nós acompanhamos as indústrias, a gente consegue ver a evolução dos medicamentos. Hoje tem tratamento para esses pacientes. Às vezes, a gente é convidado para congressos internacionais, em que a gente se senta com outras associações de outros países, e o assunto quase sempre é: "O meu médico trocou o meu medicamento por um melhor, que está sendo mais efetivo". E, infelizmente, já há alguns anos, o nosso assunto, quando a gente vai para esses congressos, é que ainda não temos tratamento aqui para esses pacientes.

A questão da judicialização é muito difícil. A maioria dos pacientes não tem nem a condição... Quando não se tem a condição financeira para buscar um advogado, é possível ser assistido pela Defensoria Pública – inclusive, a minha mãe toma um medicamento para acometimento cardíaco através de judicialização –, mas a maioria dos pacientes já não tem nem saúde mais para correr atrás disso.

Nós perdemos vidas todos os dias na associação. Nós perdemos familiares. Eu diria que convivo com a amiloidose desde que eu nasci. Meu avô morreu 45 anos atrás. Eu tenho tios que faleceram sem diagnóstico: hoje os meus primos começaram a ter os sintomas e agora descobriram que, certamente, os pais morreram de amiloidose também. Eu tenho falado sobre a minha família, mas é porque é um

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

caso real, assim como o do Jorge, que a gente traz do que são os sintomas, o impacto emocional que atinge todas essas famílias.

Esse seria o nosso apelo hoje. Essa é uma doença endêmica, progressiva. Nenhum paciente de amiloidose pediu para ter essa doença. Então, eu acho que nós todos deveríamos exercer algum papel para tentar, com efetividade, assistir a esses pacientes, pois já existe o tratamento. Foram quatro tentativas de incorporação de medicamentos, em que não foi contestada a eficácia. Então, é muito importante que isso seja lembrado para tentarmos o que mais puder ser feito para a gente conseguir ajudar esses pacientes.

São vidas que são pausadas, são famílias impactadas. Como o Jorge mesmo disse, ele teve que parar de trabalhar. Minha mãe também... Eu diria que ela até hoje estaria trabalhando. Minha mãe é costureira. Ela empurra o tecido para dentro de uma máquina de costura hoje com a ajuda de uma chave de fenda. Emocionalmente é isso que a mantém viva.

Mas a pessoa tem filhos, tem família, aquela incerteza de se o filho também herdou – esse teste só pode ser feito com os pacientes acima de 18 anos. Eu tenho visto também várias famílias em que vários familiares optaram por não fazer o teste genético, por medo e pela questão de saberem que não tem uma garantia de tratamento ainda incorporado no Sistema Único de Saúde. E o preço desse medicamento é muito alto.

Então, eu estou à disposição para quaisquer dúvidas que eu possa trazer aqui para vocês, mas o nosso apelo é para que seja revista essa questão da não incorporação dos medicamentos já existentes e para que a gente chegue a isso de uma forma efetiva. Todo mundo tem um compromisso aqui, como o Senador falou, para, posteriormente, a gente tentar resolver essa questão dessa incorporação dos medicamentos.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui, trazer voz para essa associação, relatos pessoais meus também, que já convivo há dez anos com os tratamentos de amiloidose hereditária. Agradeço muito a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Nós que agradecemos a você, Bárbara Coelho, Presidente da Associação Brasileira de Amiloidose Hereditária Associada à Transtirretina.

Só quero também externar palavras sempre de coragem, de esperança, de organização. Se já é difícil tendo uma associação brasileira, imagine se cada um estivesse sozinho aí. Então é importante todos e todas que nos acompanham pelo Brasil estarem juntos com uma associação brasileira, porque aí a luta é coletiva, por uma boa causa, né? Vou sempre dizer, somos fiéis à causa do bom atendimento das pessoas e das famílias.

E o seu depoimento também foi muito importante, assim como havia sido importante o do Jorge, como paciente; você, não como paciente, mas com toda a família, como você relatou, sendo afetada também por esse desafio, e a associação. No que nós pudermos contribuir com a associação, estamos à disposição também.

Muito bem.

A SRA. BÁRBARA COELHO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Então, nós falamos com o paciente, a família, a associação, e agora vem o ponto de vista médico para mostrar as pesquisas, os entendimentos, os encaminhamentos. E para isso nós temos, com muito prazer, a participação da Dra. Márcia Waddington Cruz, que é Neurologista e responsável

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo Centro de Referência em Amiloidoses da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Parabéns pelo trabalho e peço transmitir também o abraço para todos da UFRJ.

Com a palavra, então, Dra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador pela honra e pela oportunidade de esclarecer um pouco e ajudar os pacientes, a todas as autoridades presentes e à Abpar, que sempre depositou em mim muita confiança, ao longo dos anos.

Eu vou compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Só não está em tela cheia.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Eu coloquei agora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agora sim, está ótimo. Muito bom.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Bom, então, voltando, estou na UFRJ desde 1988 e, desde 1989, eu me ocupo desse centro de referências, que, claro, foi crescendo à medida que os tratamentos foram surgindo. Eu sou a investigadora principal, quer dizer que eu coordeno estudos clínicos com todas essas drogas que foram surgindo ao longo do tempo. Eu acompanho desde o transplante de fígado até as drogas de que eu vou falar a seguir, drogas que visam estabilizar, drogas que visam silenciar a produção dessa proteína anômala. Então, esse é o meu conflito de interesses, mas é, ao mesmo tempo, aquilo que eu faço ao longo dos anos e que é inerente à profissão e ao tratamento desses pacientes.

Para quem não conhece a amiloidose, muito rapidamente, eu tenho dez minutos, então eu tenho que escolher o que falar. Eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Dra. Márcia, a gente até mudou. Você tem 15 minutos para falar, foi o tempo que a gente destinou para as outras pessoas também. Então, por favor.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada. De qualquer forma, eu preparei uma apresentação que visa ser sucinta e corroborar o pleito dos pacientes.

Então, o que é essa amiloidose? A amiloidose é uma doença que é decorrente do depósito de amiloide. Temos um amiloide marcado em vários tecidos: na glândula salivar, no nervo periférico, no coração. E de onde vem esse amiloide? Uma vez que está lá nos tecidos, ele causa lesão. Ele vem de uma proteína que é produzida no fígado, que se chama transtirretina, que é esta aqui, com essa estrutura quaternária. Quando ocorre uma mutação, uma simples troca de aminoácido, essa proteína se torna instável na circulação, acaba por se fragmentar em monômeros; esses monômeros vão se dobrando de forma inadequada, se depositam nos tecidos sob forma de amiloide, e aí então vem a doença. Vai depender do tecido onde ela se deposita. Ela vai se depositar em tudo quanto é lugar, daí a gravidade da doença.

Nós temos as duas mutações mais comuns no mundo. Essa V30, que é a substituição do aminoácido valina por metionina, que é da nossa origem portuguesa; e essa outra mutação, a 122, isoleucina por valina, vem da nossa afrodescendência. Todas as duas... Nós fomos premiados com as duas principais mutações; temos, portanto, doença de todo tipo.

A forma de manifestação vai depender da mutação, conforme eu já disse. Então, se nós estivermos lidando com essa mutação da nossa origem portuguesa, nós teremos uma doença

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

principalmente neurológica e principalmente de pacientes jovens, entre os seus vinte e poucos anos, trinta. Se for a mutação de origem africana, será principalmente uma doença cardíaca. Mas, mais cedo ou mais tarde, esses pacientes evoluem para um lado ou para o outro, isso para não mencionar tantas outras mutações, e vão ter uma doença sistêmica, uma doença que afeta múltiplos órgãos.

Como o Jorge já muito bem falou, se a mutação – e eu acredito que seja essa V30 a dele – se apresentar após os 50 anos de idade, ela já se apresenta como uma doença tanto neurológica quanto cardíaca. Então nós estamos lidando com uma doença sistêmica; uma doença que é severa, é progressiva, é fatal, se não for tratada corretamente; afeta múltiplos órgãos – eu não vou entrar nesses detalhes todos, mas é só para os senhores terem uma noção da complexidade dos múltiplos órgãos e tecidos que podem ser atingidos pelo depósito de amiloide, com a consequente disfunção –; e a sobrevida vai de dois a dez anos, a depender de inúmeros fatores. Por exemplo, para a mutação V30, ela pode ser mais lenta; para a mutação 122, devido ao fato de afetar o coração logo de início, vai ser mais grave. Então, se não tratada ou se não tratada corretamente, é uma doença que evolui inexoravelmente para o óbito.

Eu vou apresentar a seguir algumas fotos, para que os senhores tenham uma noção da gravidade da doença, muito no tocante ao aspecto neurológico, porque eu sou neurologista. Então, os pacientes precocemente perdem a capacidade de perceber o frio, o calor, a dor, eles se queimam. Às vezes se abrem úlceras tróficas, como essas, que podem evoluir para amputações. Até o estágio final da doença, que é esse, por desnutrição, diarreias, vômitos, que são coisas muito graves. Nós não queremos mais ver esse tipo de coisa.

Existem estágios da doença, conforme já foi dito aqui – aquele estágio sempre clássico –, estágios 1, 2 e 3. No estágio 1 é aquele paciente que só tem alterações sensitivas ou sensitivas e motoras, mas ainda é capaz de caminhar sem auxílio. No estágio 2, já se passaram quatro ou cinco anos de doença, ele necessita de apoio para caminhar. E o estágio 3 é aquele paciente que não caminha, está restrito ao leito ou à cadeira de rodas.

Como é que evoluiu o tratamento? Primeiramente, eu queria dizer que só 5% das doenças raras têm um tratamento eficaz, e a amiloidose é uma delas. Então nós estamos diante de uma coisa rara, que nós temos obrigação de diagnosticar e tratar adequadamente, porque é, de certa forma, um privilégio podermos tratar.

Nos anos 90, surgiu o transplante de fígado como opção terapêutica. Mais tarde, em 2011, foi aprovado na Europa e, mais tarde, no Brasil, drogas que estabilizam essa molécula, a transtirretina. Lembrem que eu disse que ela sofre mutação e fica instável, então esses estabilizadores tendem a deixar a molécula estável e interromper essa cascata inexorável de desagregação e de deposição em tecidos e doença.

Aqui, o primeiro transplante de fígado, que eu acompanhei, do Prof. Silvano Raia, do Instituto do Fígado, em São Paulo. Mais tarde, essa plaquinha, que me foi dada por um dos nossos pacientes do Rio de Janeiro. E o transplante de fígado, então, ficou durante muito tempo como sendo o único tratamento. Mas, evidentemente, ele não pode ser o tratamento para o número de casos que nós temos, que não é negligenciável, é da ordem das centenas ou milhares, no Brasil. Ainda há uma especulação em relação a isso, porque nós não temos registros, mas os registros que já existem realmente corroboram que nós caminhamos por esse número de pacientes. E não pode ser, não pode servir como tratamento para todo mundo, até porque existem vários outros aspectos médicos a serem considerados, como a progressão da doença e como a falta de órgãos para todos, etc., etc.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o primeiro medicamento aprovado, como eu já disse, na Europa, em 2011, no Brasil, em 2018, foi o tafamidis, que é essa droga que se liga, estabiliza a molécula e evita então a desagregação e o restante. Foi uma conquista muito importante, um trabalho junto à Conitec, uma dedicação muito grande da Conitec em incorporar essa medicação e tornar disponível, através do SUS, em todo o território nacional – aproveito aqui para também dizer que sou fã do SUS –, mas que, porém, não resolve tudo. Nós gostaríamos muito – todos – que fosse a solução para tudo, mas não é.

Eu vou mostrar quais são essas necessidades não atendidas que exatamente fazem parte do pleito dos pacientes, principalmente aqueles pacientes que não respondem ao tafamidis.

Por exemplo, na minha casuística de vida real, os que não respondem são mais ou menos, digamos assim, um terço, por diversas medidas que nós fizemos; e, nas casuísticas mundiais, por exemplo, como a de Portugal... Eu já citei que a nossa mutação principal vem de Portugal. Então, eles têm casuísticas muito grandes e já estudaram muito bem, e ficou bem determinado que existem aqueles que não respondem, aqueles que respondem parcialmente e aqueles que respondem. Aqueles que respondem quase sempre são aqueles que iniciam o tratamento o mais cedo possível, coisa que nem sempre é possível por diversas situações, além daqueles que já estão numa fase mais avançada; quer dizer, o paciente pode começar precocemente, mas, por inúmeros motivos individuais, que estão sendo estudados, não responde adequadamente ao tafamidis, que é essa droga que é disponível no SUS, ou ele pode já estar numa fase mais avançada, naquela fase estágio 2, quando ele precisa de auxílio para caminhar. E, dentro da minha casuística de um tempo atrás, isso é mais ou menos 24% dos pacientes.

Eu vou dar um exemplo aqui de vida real, de um paciente jovem, com essa dificuldade para caminhar, já em estágio 2. E percebam o peso corporal, como o paciente está emaciado, emagrecido, com baixa qualidade de vida, essa neuropatia causa disautonomia. Todo o controle que o sistema nervoso autonômico faz, do batimento cardíaco, da motilidade gastrointestinal, dos esfíncteres, tudo isso está comprometido, então esse paciente, além dessa dificuldade para caminhar e da desnutrição, que vem de vômitos, de diarreia, tem que usar uma sonda, ele também tem doença cardíaca – eu não vou entrar aqui no âmbito da doença cardíaca, não é a minha área, mas ela é muito importante – e tem doença renal também.

Vejam, esse paciente infelizmente já veio a óbito, ele veio a óbito por conta desse tipo de úlcera, que se forma devido à neuropatia. Então, nós não estamos diante de qualquer doença, qualquer neuropatia, é uma neuropatia gravíssima. Eu já mostrei isso aqui, as queimaduras, as úlceras, que muitas vezes evoluem para osteomielite. Aí o nosso paciente teve que... não amputou, mas precisou colocar todos esses pinos cirúrgicos, as amputações, e esse é o final de vida.

Então, se eu puder voltar aqui um eslaide, que é este... Nós falamos, então, do transplante nos anos 90, dos estabilizadores – esse é distribuído pelo SUS a partir de 2018 –, mas existem os silenciadores. Entre outras coisas, entre outras drogas, existem esses silenciadores, aquelas moléculas que vão lá no interior do fígado e causam o que a gente chama de *knockdown*, cessam a produção da transtirretina. Já existem silenciadores de primeira geração, de segunda geração, nós temos que... O tempo passou, em 2015 começaram os de primeira geração, atualmente nós já estamos com os de segunda geração. Esses tratamentos já foram publicados em várias casuísticas – eu vou parar de compartilhar a minha tela –, já foram publicados em revistas de alto impacto, todos estão convencidos da eficácia, no mundo inteiro os pacientes já têm acesso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho participado sempre da reunião da Conitec, sempre entro como consultora, quando eles me pedem, e eu também tenho notado todo o trabalho deles no sentido de reconhecer a eficácia das medicações, das diversas que existem. Fizeram menção principalmente a duas, mas existem até outras.

E é importante que a gente faça alguma coisa, que incorpore alguma coisa, para atender a essas necessidades não atendidas, que são aqueles pacientes que não respondem à droga distribuída atualmente pelo SUS ou aqueles que estão numa fase mais avançada. E o preço a se pagar por não tratar adequadamente é esse que eu mostrei aos senhores aí, no que toca à sobrevida, no que toca à qualidade de vida, etc., etc. E, muito embora tenha havido esse esforço por parte da Conitec, ainda não se chegou a um acordo, e a decisão final foi a de não incorporação, mas é fundamental que nós cheguemos a algum meio-termo.

Eu termino e agradeço muito, mais uma vez, a oportunidade de poder ajudar a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradecemos muito a você, Dra. Márcia Cruz – quero até repetir aqui –, Neurologista e responsável pelo Centro de Referência em Amiloidoses da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). E quero parabenizá-la pelo trabalho também. São quase quatro décadas, né? Você mencionou 1989, não é?

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – De 1989, 1990, são...

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – ... quase quarenta anos. Olha, é muita segurança, muito apontamento.

E algo que a gente discute muito também é o custo-benefício, porque uma pessoa bem tratada é uma pessoa... É claro que tem o custo do medicamento, mas, se não for tratada, ela vai para o hospital, tem os problemas decorrentes da doença, precisa ser atendida, a família deixa de trabalhar, porque afeta a família toda também. Então, isso tudo também tem que ser levado em conta, mas parabéns pelo trabalho, pela pesquisa.

E quero dizer que a gente fica à disposição na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para que possamos também, sob sua orientação, articular iniciativas que vocês julguem relevantes que o Congresso Nacional aborde.

Agradecemos muito e queremos manter esse contato na sequência, porque uma audiência pública tem que apontar aspectos que têm que ser aprofundados depois, na sequência, também junto com o Executivo, o Legislativo, as famílias e os pesquisadores da área, como é o seu caso.

Parabéns pelo trabalho.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo, em seguida, a palavra à Luciana Costa Xavier, que é Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde, do Ministério da Saúde, representando também a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

Com a palavra, então, a Dra. Luciana Costa Xavier.

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá. Bom dia, Senador Flávio Arns.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na sua pessoa, eu queria cumprimentar os colegas que participam conosco aqui desta audiência pública, as pessoas que nos acompanham virtualmente.

Como o senhor já apresentou, sou Luciana, servidora do Ministério da Saúde, atualmente Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde, do Dgits (Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde), que também é responsável pela Secretaria-Executiva da Conitec.

Então, é um prazer poder participar e discutir com vocês. Fico muito feliz com a fala das pessoas que me antecederam. Eu acho que a gente consegue ter uma discussão – foram apresentações bem condizentes.

Eu trouxe uma rápida apresentação da Conitec, do que já foi feito até aqui. Eu vou tentar compartilhar e, se eu não conseguir, eu vou pedir ajuda para o pessoal aí da Secretaria, tá?

Só um instante, então, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Se você precisar de ajuda, a Secretaria está à disposição também. Ah, sim!

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Eu acho que agora foi, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Acho que está dando certo. Só falta a tela cheia ainda.

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Então, só um minutinho. Vou voltar aqui para o início.

Para começar, eu acho que todos vocês já sabem, mas é sempre importante...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Luciana, desculpe-me até estar interrompendo, mas a Secretaria pode orientar, só para aparecer... porque senão depois você não vai conseguir passar o...

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Os eslaides? Mas eu estou conseguindo aqui. Posso continuar, então?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Passe um só para ver se consegue passar, senão a gente tem que colocar na tela cheia, porque não está na tela cheia.

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Ah, não está? Para mim está.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Não.

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Então, deixe-me interromper aqui e compartilhar mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – O Leomar, com a Secretaria, se houver qualquer problema, ele... (*Pausa.*)

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Está bem, vou fazer isso já então. (*Pausa.*)

Deu certo agora? Está em tela cheia para vocês? (*Pausa.*) Não?

Então, se vocês puderem pôr por aí, por favor... (*Pausa.*)

Isso, eu prefiro, já que aqui eu não estou conseguindo colocar na tela cheia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agora está perfeito.

Você só vai pedindo para o pessoal passar, quando for necessário, para o seguinte. Está bem?

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Está ótimo. Muito obrigada. Então, podemos começar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Desculpe aí a interrupção.

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Que isso!

Próximo eslaide, por favor.

Então, eu acho que muitos já conhecem, mas é sempre importante lembrar o que é a Conitec, quem é a Conitec. É um órgão colegiado permanente que integra a estrutura do Ministério da Saúde e tem por objetivo assessorar o Ministério da Saúde nas atribuições relativas à incorporação, à exclusão ou a alterações em tecnologias no SUS, bem como na constituição ou alteração de protocolos clínicos. Então, quero deixar claro que não é a Conitec que decide: a Conitec recomenda ao Ministério da Saúde, e o Ministério da Saúde é quem toma a decisão.

Próximo eslaide, por favor.

A Conitec, como funciona hoje, não foi sempre assim. Então, esse processo de usar avaliação de tecnologias em saúde começou lá em 2006, mas a Conitec, como funciona hoje, esse processo foi instituído em 2011, por meio de uma lei, de um decreto, que também foram aprimorados até se chegar à constituição que a gente tem hoje, às regras de funcionamento e como que a gente trabalha.

Próximo eslaide, por favor.

Quais foram as mudanças advindas da criação da Conitec? Temos prazos a serem cumpridos, o prazo para avaliação é de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90. A Conitec não avalia o uso de procedimentos experimentais. Todos os temas submetidos à avaliação da Conitec são disponibilizados para consulta pública. E temos também que a incorporação, as avaliações, a recomendação são baseadas em evidências de eficácia e segurança e também em estudos de avaliação econômica, principalmente o estudo de custo-efetividade.

O próximo, por favor.

E quais são as competências da Conitec? Emitir relatórios com recomendações sobre incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias no SUS, bem como a constituição ou a alteração de protocolos; e propor também a atualização da Rename (relação nacional de medicamentos essenciais). Então, como eu disse, a Conitec emite relatório, recomenda, e é o Ministério da Saúde quem decide.

E como é que a Conitec está organizada hoje? De acordo com o último decreto, nós temos três comitês. Temos um Comitê de Medicamentos, que discute questões relacionadas a medicamentos; um Comitê de Produtos e Procedimentos, que discute exames, equipamentos, uma série de questões que não são relacionadas a medicamentos; e temos também um Comitê de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, que discute os protocolos que o Ministério da Saúde está elaborando, que também vão para consulta pública e passam por discussão com esse grupo de membros.

E aí, temos a Secretaria-Executiva da Conitec, que é realizada, que é exercida pelo Dgits, que é o departamento no qual eu trabalho e que integra a estrutura do Ministério da Saúde, ficando sob responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Próximo, por favor.

Quem compõe a Conitec? Hoje são 15 membros. Então, a gente tem representantes das secretarias do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Conselho Nacional de Saúde, dos Conselhos de Secretários estaduais e

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

municipais de Saúde, do Conselho Federal de Medicina, da Associação Médica Brasileira e também um representante do Núcleo de Avaliação de Tecnologias. Então esses 15 membros, em conjunto, se reúnem mensalmente – hoje mesmo, a gente está tendo reunião da Conitec – para discutir os pedidos de avaliação que chegam até a comissão.

Lembrando sempre que a Conitec precisa ser demandada. Então qualquer pessoa, associação, instituição pode demandar a Conitec. A gente precisa receber esse pedido para fazer esse processo de avaliação de tecnologias. E como eu disse, lá quando eu falei das questões legais, a gente tem um prazo. Então, a partir do momento em que a Conitec recebe um pedido, ela tem 180 dias para fazer essa avaliação; pode ser prorrogado por mais 90. A Conitec emite uma recomendação, e o Ministério da Saúde decide. Essa decisão é publicada no *Diário Oficial da União*, então tem lá a portaria incorporando ou não incorporando. E depois as áreas técnicas têm um prazo de 180 dias para disponibilizar o que foi incorporado no SUS, então para comprar medicamento, para fazer pactuação, para organizar a rede assistencial.

O próximo eslaide, por favor.

E aí, qual é a ferramenta, o cerne do trabalho da Conitec? É um processo chamado ATS, que é um processo de avaliação de tecnologias em saúde, "é um processo multidisciplinar que usa métodos explícitos para determinar o valor de uma [determinada] tecnologia". Só lembrando que isso não acontece só no Brasil, vários sistemas de saúde públicos, como o Sistema Único de Saúde, principalmente em países como Canadá, Inglaterra, Austrália, utilizam essa metodologia. E o objetivo, então, dessa metodologia é trazer informações para tomada de decisão e promover principalmente a equidade, a eficiência e a qualidade do Sistema Único de Saúde. Então a ATS é a nossa ferramenta de trabalho.

Para todo processo, todo pedido de avaliação que chega à Conitec, é elaborado um relatório de recomendação, que tem uma série de informações em relação à doença, à tecnologia, quais são as evidências, questões relacionadas à avaliação econômica, de impacto orçamentário, perspectiva do paciente – a gente sempre tem, nas reuniões da Conitec, os pacientes que são convidados para falar –, como é que está a experiência internacional em relação ao uso daquela tecnologia, se tem novas tecnologias para chegarem ao mercado, quais são as contribuições que foram recebidas durante a consulta pública. Então é um documento muito técnico, muito robusto, que tem todas essas informações, que são trabalhadas durante o processo de avaliação pela Conitec.

Próximo, por favor.

E aí, quais são os parâmetros que são levados em consideração para a tomada de decisão? A gente tem aspectos clínicos relacionados àquela tecnologia, em relação à eficácia, à segurança, à efetividade. Aspectos relacionados ao paciente também são levados em consideração, como fatores éticos, qual é a aceitabilidade, talvez se o paciente prefere uma tecnologia em relação a outra, por questões de posologia ou de conveniência. Temos também alguns aspectos organizacionais, de como o sistema público de saúde brasileiro está organizado, quais são as questões relacionadas à difusão da tecnologia, aceitabilidade, logística, se precisa de rede de frio ou não, se os centros de saúde ou as unidades estão preparadas para receber aquele paciente, para fazer diagnóstico, se precisa de uma outra tecnologia – porque, muitas vezes, não adianta só ter o medicamento, se a gente tem dificuldade de exame ou de outros procedimentos para diagnóstico.

E também são levados em consideração os aspectos econômicos, de impacto orçamentário, qual é o recurso que o SUS, que o Ministério da Saúde vai precisar para prover aquela tecnologia. São levados

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em conta também fatores de custo-oportunidade, de custo-efetividade: aquela nova tecnologia, em relação ao que o ministério, o SUS já oferece, o que ela vai fornecer a mais e por quanto? Então atualmente a gente já tem um limiar de custo-efetividade estabelecido, em que pese a gente não ter um limiar estabelecido para doenças raras ou ultrarraras. Tem uma flexibilização aí desse limiar como um parâmetro que também é levado em consideração.

Então esse aqui é só um resgate. Eu sei que estou conversando aqui com pessoas que entendem bem desse processo, do que a Conitec faz, mas eu acho que é importante resgatar que não é apenas um critério, são vários aspectos que são levados em consideração para a recomendação da Conitec.

Próximo, por favor.

Em relação a esse grupo de condições clínicas relacionadas à transtirretina, a Conitec já trabalhou muito disso. Então a gente teve um pedido de avaliação em 2018, quando foi a incorporação do tafamidis meglumina para PAF. Tivemos um outro pedido em 2022, que foi o tafamidis meglumina para cardiopatia, e aí não foi incorporado. Em 2023, tivemos dois pedidos de incorporação, do inotersena e da patisirana, e não foram recomendados. Em 2024, tivemos, de novo, dois pedidos de avaliação de inotersena, agora para um grupo menor, para uma população menor; também não foi recomendada a incorporação. E tivemos também um pedido de avaliação do tafamidis para pacientes com cardiopatia; nesse caso, foi recomendada a incorporação. E, este ano, também tivemos a avaliação do pedido de incorporação de vutrisirana, e também não foi recomendado.

Eu acho que as pessoas que me antecederam já falaram desses processos. Então a Conitec já avaliou, as empresas já demandaram, e o que a gente teve incorporado foi só a incorporação do tafamidis meglumina e do tafamidis 61mg.

Na sequência...

Próximo, por favor.

... eu tenho um histórico um pouco mais detalhado em relação a essas incorporações, quem pediu, quem foram os demandantes. Em todas as vezes, os demandantes foram os próprios detentores do registro, os laboratórios fabricantes. E aí, o que é que a gente tem? Como eu disse, em 2018, foi incorporado o tafamidis para amiloidose associada à transtirretina em pacientes adultos com polineuropatia. E houve a recomendação, condicionada a uma negociação de preço e PCDT. Então esse PCDT foi publicado já, e esses pacientes estão tendo acesso, a Dra. Márcia já falou, o paciente, a associação de pacientes. Então a gente já tem os pacientes usando o tafamidis.

Na sequência...

Próximo, por favor.

... a gente teve o pedido de incorporação do tafamidis para os pacientes com cardiomiopatia. E aí não foi recomendado. Por quê? Já foi até comentado aqui, os membros concordaram que tem uma demanda para uma condição clínica rara, tem boa evidência, mas tinha uma razão de custo-efetividade e o impacto orçamentário alto, e algumas incertezas relacionadas à população elegível. Isso lá em 2022.

Na sequência...

Próximo, por favor.

... então, em 2023, foi avaliada a incorporação de inotersena e da patisirana. Além desse rito normal, que é a avaliação da Conitec, esses dois pedidos de avaliação foram submetidos a uma audiência pública. A legislação permite, então as empresas votaram, discutiram isso um pouco mais, compararam, houve uma comparação de um com o outro. A patisirana apresentava alguns resultados melhores em alguns aspectos. E finalmente, na sequência, não recomendou a incorporação desses

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos, em relação ao impacto orçamentário elevado, que prejudicaria a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde.

Próximo, por favor.

E aí...

Desculpe-me, pode voltar: é 2024.

Na sequência, pessoal...

Aí, obrigada.

Na sequência, a gente teve um outro pedido do inotersena, de novo, para um grupo de pacientes menor, em que talvez seria um impacto orçamentário menor, mas o plenário viu algumas incertezas em relação aos estudos para esse subgrupo, e também, de novo, um valor de custo-efetividade incompatível com o limiar que a gente tem estabelecido.

E aí, também em 2024, teve mais uma vez a decisão de incorporar o tafamidis, e, dessa vez, para pacientes com cardiomiopatia.

Na sequência, o próximo, por favor.

E a última avaliação que a gente teve foi da vutrisirana, que foi para pacientes diagnosticados com amiloidose em estágio 2, e em que não foi recomendada a incorporação. A gente... Como eu trago aqui, em um trecho do relatório: "Mesmo após ampla discussão e entendendo a necessidade médica, a eficácia do [...] [tratamento] e os esforços da empresa com o desconto apresentado [foi apresentado um desconto pela empresa, mas, ainda assim], [...] os resultados apresentados [...] [na] avaliação econômica tornam a tecnologia não sustentável para o SUS".

O próximo, por favor.

O que a gente tem hoje? Então, a gente tem um PCDT das amiloidoses associadas à transtirretina, e ele prevê o tratamento com tafamidis – ou meglumina ou 61mg –, transplante hepático, apoio psicológico e social e aconselhamento genético.

Então, em que pese todo esse esforço da Conitec de avaliação de todos esses medicamentos, o que foi percebido? Tem evidências, mas a gente tem ainda um impacto orçamentário muito alto, considerando o limiar que a gente tem estabelecido, considerando a preocupação com a sustentabilidade do SUS.

Então, o que a gente pode deixar aqui de sugestão de encaminhamento ou para reflexão? A gente viu uma tentativa da empresa em conceder um desconto para a compra, mas esse desconto ainda é insuficiente para os padrões que o SUS, com o Ministério da Saúde, precisariam para tornar essa tecnologia custo-efetiva.

Então, a gente precisaria, talvez, de uma mobilização maior junto à empresa, em relação à oferta de um desconto maior, capaz de viabilizar a incorporação dessas tecnologias para o tratamento dessas condições clínicas.

E, também, a gente percebe uma necessidade de aumentar o orçamento do Ministério da Saúde, para que essas e outras tecnologias possam ser viabilizadas, porque, com o que a gente tem hoje, não é possível. Como eu disse, a gente já viu que tem eficácia, que a evidência é boa, mas a questão que prejudica, que dificulta essa recomendação, são esses aspectos orçamentários e financeiros em relação a essas tecnologias. Tá bom?

Então era isso o que eu trouxe aqui, para apresentar para os senhores, e fico à disposição para contribuir com essa discussão, tirar alguma dúvida.

Muito obrigada pela oportunidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço a participação inicial da – de você, permita-me chamá-la de você, com todo o respeito – Luciana Costa Xavier, que é Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde, representando, nesta audiência pública, a Conitec também, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Único de Saúde.

Obrigado pela apresentação.

Passamos em seguida a palavra ao Defensor Público do Distrito Federal.

Até eu quero explicar, Dr. Ramiro, que a gente começou com o paciente; fomos para a associação nacional que se organiza para defender os direitos, necessidades dessas pessoas e famílias; fomos depois para a parte científica – vamos dizer –, com a Dra. Márcia, que já, há quase 40 anos, se dedica com muita competência a essa área; passamos ao Ministério da Saúde; e, agora – vamos dizer –, é a Defensoria Pública, que pensa nesses aspectos todos do ponto de vista dos direitos, da cidadania, do apoio às famílias e aos pacientes.

E quero externar, inclusive, o meu respeito absoluto à instituição Defensoria Pública. Parabéns para todos os defensores públicos do Brasil. Precisaríamos ter muito mais defensores e defensoras, porque é o acesso da população, do povo organizado, à Justiça.

Então, seja muito bem-vindo, Dr. Ramiro.

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia ao senhor

Estão ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Estamos ouvindo. Um pouquinho baixinho – é que a gente já tem um problema de audição junto, então...

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (*Por videoconferência.*) – Vou tentar falar mais alto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agora está bom.

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (*Por videoconferência.*) – É que eu tinha... Não sei por que não está querendo funcionar. Estou usando o áudio do computador.

Felizmente a obra que estava acontecendo aqui ao lado de casa parou agora, para a gente poder conversar.

Senador, eu agradeço muito o convite à sua pessoa, e agradeço muito pelo que aqui já aprendi, principalmente com o Jorge, ouvindo o depoimento dele e o de cada um de vocês na sua luta: a associativa, a luta na clínica e a luta na organização do SUS, porque a Dra. Luciana, aqui, muito bem expôs os desafios que a Conitec tem na avaliação e incorporação dos medicamentos.

Eu vou tentar trazer um outro viés, um outro aspecto, que é multifacetado, que é o do sistema de justiça. E aí foi mencionado algumas vezes, e, normalmente, com uma sensação – tanto pela Presidente da associação quanto pelo Jorge –: "Olha, é quase um mal necessário. Gostaria muito de ir até o meu médico, minha médica, ter a prescrição e ir até uma farmácia do SUS e buscar o medicamento", mas isso não tem acontecido para as pessoas com amiloidose e não tem acontecido para várias pessoas, principalmente para as pessoas com doenças raras, e aí o acesso ao sistema de justiça é a alternativa.

É uma alternativa que é custosa, e eu percebo isso. Eu sou defensor público desde o chão de fábrica. Atendo desde 2011 pessoas, todos os dias, para esse tipo de atendimento – atendi milhares e milhares de pessoas. Sou estudioso da área, fiz mestrado e doutorado sobre esse assunto da judicialização da saúde e faço um acompanhamento institucional em fóruns muito privilegiados, como

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Senado, como no Conselho Nacional de Justiça – sou membro do Fórum Nacional do Conselho Nacional de Justiça.

Então, eu tenho observado – desde a motivação das pessoas até a movimentação das instituições – como o sistema de justiça tem se integrado com a administração do SUS, com os movimentos sociais e com a própria organização do sistema de saúde, para tentar, ali, ser um auxiliar na oferta dos tratamentos.

O sistema de justiça evoluiu muito nesses últimos tempos, e nós tivemos um grande marco, que é o Tema 1.234 e o Tema 6. As associações inclusive me indicaram ao senhor, e o senhor, gentilmente, me convidou para que eu trouxesse essa visão.

Desde o início, é claro que o ideal é que as políticas públicas sejam ofertadas administrativamente e as pessoas tenham um acesso mais rápido, porque, de fato, o acesso via Judiciário é demorado, lento e tem um desgaste para as pessoas. Nós enfrentamos problemas de acesso à Justiça, mas felizmente a defensoria tem lidado muito bem com esse tipo de problema.

Mas todos esses aspectos que nós indicamos aqui como sendo problemas da judicialização se exacerbaram a partir de 2024, com a adesão do Supremo Tribunal Federal, que aqui, para resumir, quero registrar que é uma decisão desfavorável aos pacientes – muito desfavorável – e tomada de uma forma que merece críticas.

E, com isso, eu peço licença ao senhor para compartilhar uma apresentação, porque talvez ela possa ser útil.

Os senhores conseguem ver?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Sim, está perfeito.

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (*Por videoconferência.*) – Muito bem.

Tem um detalhe para a gente entender o que aconteceu, Senador, no Supremo Tribunal Federal, no final do ano passado: é a gente compreender que a judicialização da saúde não é uma coisa nova; ela está aí desde 2003... Eu atuo com judicialização desde 2003, 2004. Quando eu ainda era estudante de Direito eu já pesquisava a área, então, eu tenho uns 20 anos de pesquisa na área – um pouquinho mais – e uma atuação de 14 anos como defensor público.

A jurisprudência, que é a decisão e o posicionamento dos tribunais, evoluiu muito nesses 20 anos, mas ela tem como marco principal, em 2009, uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal. Essa audiência pública foi muito importante, porque foi a primeira vez que todos os atores se sentaram em uma audiência, com todo mundo observando, e trouxeram seus pontos de vista. E uma das conclusões daquele momento, no que tange às pessoas com doenças raras, é que não existia uma política para doenças raras. Tanto é que a Política Nacional de Doenças Raras surge em 2014, cinco anos depois dessa audiência, embora a necessidade já estivesse aí há muito tempo.

E não existia a Conitec. Essa instituição, da qual hoje a Dra. Luciana muito bem expõe a estrutura, não existia. Então, um dos problemas que foi apontado naquele momento foi a falta de uma instituição para isso, e, a partir daquelas iniciativas ali tomadas no Supremo, acelerou-se a criação da Conitec, que foi criada em 2011, dois anos depois. Então, o interessante é que a judicialização da saúde é uma mola propulsora da organização da incorporação de tecnologia no sistema. A Lei 12.401, que cria a Conitec e organiza a incorporação de tecnologia no sistema de saúde, é fruto da judicialização também. E não só nesse momento aconteceu, outros aconteceram depois.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018, a gente tem uma primeira grande decisão de um tribunal brasileiro que é obrigatória a ser seguida pelos juízes, chamada de repercussão geral. Essa decisão é a decisão chamada de Tema 106, do STJ, em 2018. Depois, nós temos o Tema 500, do STF, que tem a ver com medicamentos não registrados na Anvisa, o Tema 793, que tem a ver com a repartição do custeio desses medicamentos que são comprados e, mais recentemente, em 2024, essa decisão do Supremo.

Eu quero mostrar para os senhores que tudo o que hoje o Supremo discutiu já tem um histórico de 15 anos de decisões que iam num sentido e, dessa vez, o Supremo mudou sensivelmente a sua posição.

A ideia de que o produto tem que ter registro na Anvisa, a ideia de que eu tenho que ter os protocolos do SUS como a principal alternativa, de que eu tenho que justificar por que eu estou pedindo um tratamento que não está no protocolo – por exemplo, uma falha terapêutica, que são vedados os tratamentos experimentais –, tudo isso já estava sedimentado no entendimento dos tribunais desde 2009.

Foi isso que o Supremo decidiu em 2009, e o STJ decidiu, quase dez anos depois, algo muito semelhante, dizendo: "Olha, paciente, você quer um medicamento que o SUS não incorporou? Você tem que me dar boas razões para isso. Tem que provar que esse medicamento é necessário para o seu tratamento, que você usou as alternativas do SUS, que elas não funcionaram e que o medicamento que você está pedindo tem uma evidência científica de que funciona". Era isso que era solicitado, e me parece muito razoável.

E assim evoluiu a jurisprudência, inclusive em relação a medicamentos sem registro na Anvisa. Eu não vou me ater aqui muito ao detalhe, porque a gente tem um tempo que tem que ser bem utilizado. Mas, em 2020, o Supremo entra numa discussão sobre quem paga a conta, sobre como fica a repartição das competências, a repartição do custeio. E o Supremo tomou uma decisão que não foi muito bem compreendida, uma decisão que não foi muito clara, e cada tribunal brasileiro seguiu por um caminho.

Nesse meio tempo, em 2024, em nova decisão dos Temas 6 e 1.234, a judicialização da saúde continuou aumentando de forma muito consistente, com 685 mil ações ajuizadas no ano de 2023 e 663 mil no ano de 2024, um aumento aí de 20%, 30% de ações para cada ano. E restou uma questão, além do aumento das judicializações em si, em relação a como a gente faz com os municípios e, principalmente, com os pequenos estados brasileiros.

Tem município e tem estado que estão respondendo por ações judiciais de medicamentos de milhões de reais e isso está inviabilizando alguns municípios e, eventualmente, alguns estados. Essa é uma reportagem da *Folha*, de 2024, alguns meses antes do julgamento do Supremo, por isso que eu a estou usando como exemplo. E aí o Supremo se sentou para se debruçar sobre essa questão aqui: "Quem é o ente responsável pelo pagamento?".

Essa resposta deveria ser dada no âmbito do Tema 1.234 – quem é o responsável pelo pagamento? Mas tinha um outro tema em julgamento no Supremo, que era o Tema 6, que perguntava: "Quais são os critérios constitucionais para que uma pessoa tenha acesso a um medicamento que não está incorporado?".

O Supremo, então, tinha essa discussão aqui para fazer: "Quando uma ação vai para a Justiça Federal, em que é a União que vai pagar, e quando ela pode ficar na Justiça estadual, em que quem vai pagar é o Estado?". Ele decide fazer uma coisa diferente; ele decide fazer uma Comissão. Esta Comissão se reúne e começa a definir vários assuntos. Só que ela era uma Comissão para definir competência, quem era competente. E ela entra em cinco questões: sobre competência, sobre definição do que são

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos não incorporados – que era importante –, segundo a plataforma nacional... E entra em duas que não tinham muito a ver com isso. Uma delas tinha a ver com custeio, mas não só sobre quem pagava a conta; começou-se a definir regras para como fazer sequestro de verba pública. Isso é muito importante, porque tem tudo a ver com a dificuldade que o Jorge disse aqui para gente. E essa aqui: diretrizes estritas ao controle jurisdicional. Ele entrou numa seara para dizer quais são os requisitos que um juiz deve avaliar para que uma pessoa possa ter acesso a um medicamento que o SUS não incorporou.

Esses dois medicamentos que a gente está discutindo aqui, por exemplo, a inotersena e o vutrisirana – difícil falar esses nomes. Se alguém não concordar com o que a Conitec fez e pedir, e tiver boas justificativas... Quais são os requisitos para isso? Só que isso não era objeto desse julgamento. E porque não era, porque o objeto do julgamento era só a repartição de competência, o Supremo Tribunal Federal fez o quê? Ele montou uma Comissão paritária entre membros da União e dos estados e municípios.

Veja bem: metade membros da União, metade estados e municípios. Por que não um terço de cada um? Porque o que estava em embate era a visão do Ministério da Saúde versus a visão das secretarias estaduais e municipais. Para que houvesse um equilíbrio, foi metade de um lado, metade do outro. A União ficou com o dobro de membros dos outros entes, porque os outros entes estavam em bloco, juntos.

Então, a solução foi uma Comissão paritária equilibrada. Isso se mostrou na votação final, em que eu estava presente – eu fui o representante das defensorias públicas brasileiras lá, para observar, não para votar, só para observar – e a votação final foi de dez a dez.

Aqui eu trouxe um eslaide para mostrar as definições, mas eu vou avançar um pouco mais e dizer o seguinte.

Em relação ao que deveria ter sido definido, sobre quem é competente, o Supremo homologou uma decisão e considerou que o medicamento não incorporado é não só aquele medicamento que não está na lista, mas também o medicamento que está na lista para uma doença e você o está pedindo para outra, ou você o está pedindo fora do protocolo clínico que uma das subcomissões da Conitec escolhe. Isso é o medicamento não incorporado. Não é só o que não está na lista. É o que está na lista, mas eu não consigo acessar, porque não atende ao protocolo. É uma visão ampla do que é um medicamento não incorporado.

Então, ele não fez essa diferença, o que é muito importante. Eu não vou descer ao que é essa importância não, mas eu vou trazer qual foi a decisão principal do Supremo em relação à competência. Ele tomou uma decisão clara: se o custo do medicamento é acima de 210 salários mínimos, o que hoje dão R$318 mil, essa ação tem que ir para a Justiça Federal. E o Supremo deu critérios claros de como se calcular isso. Se o custo for abaixo de R$318 mil, o tratamento anual, isso vai para a Justiça estadual. E tem lá um mecanismo em que a União auxilia os estados e municípios que forem condenados, principalmente os estados, a pagarem esse valor. Tem um apoio, um custeio da União.

Alcançou-se uma decisão muito boa, muito clara para o sistema de justiça e justa entre os membros ali que representavam os três entes da Federação, a União, os estados e os municípios, os três níveis da Federação, porque tinha uma composição paritária que fez um bom acordo sobre isso. E a gente tem visto funcionar muito bem essa questão da competência. Inclusive, para ter muito cuidado, o Supremo Tribunal Federal falou o seguinte: "Olha, do que ficou para trás, mantém-se onde está o processo, para não ter uma dança de processo, uma migração. Vai valer daqui para frente". Ótimo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Só que o que aconteceu? O Supremo Tribunal Federal foi além. Ele definiu também os critérios para acesso a medicamentos. E, ao fazer isso, tomou essa definição, aplicando-a aos tratamentos, na verdade, aos tratamentos judicializados, às ações já em curso. E o que aconteceu? Trouxe requisitos muito mais rigorosos e isso, inclusive, causou a revisão de vários processos e a interrupção de tratamentos em curso.

Eu vou explicar o que é esse aumento do rigor, de que eu estou falando.

A Defensoria – eu botei aqui embaixo – tentou mudar isso aqui e não conseguiu. E aí eu estou dizendo aqui: "O Tema 1.234 além dos seus limites", com o Supremo Tribunal julgando algo que não estava no processo. E aí isso criou um grande problema, porque, quando o assunto era divisão de custeio, a gente tinha uma composição paritária, mas, quando eles começaram a discutir quais eram os critérios para os pacientes acessarem os medicamentos, a composição era absolutamente parcial, ilegítima e não paritária. Por quê? Dos 24 membros, apenas uma pessoa era do controle social, uma pessoa era paciente – de nome Priscila –, e os outros 23 eram, de alguma forma, representantes da gestão federal, estadual ou municipal, procuradores de Estado. Então, nós tínhamos ali uma discussão de quais eram os requisitos para que uma pessoa, um paciente tivesse direito de acesso a um medicamento, vamos dizer assim, contra a avaliação que foi feita pelo SUS, e só tinha representante do SUS! É como se a gente fosse discutir aqui superendividamento bancário e o Senado montasse uma comissão com 23 banqueiros e um representante dos consumidores, dos correntistas. Foi isso que o Supremo fez. Aí, o procedimento se tornou bem injusto, e o resultado acabou sendo injusto, e em que sentido? Injusto no sentido de que aumentou muito o rigor para acesso a esses medicamentos que não estão incorporados pela Conitec e, portanto, não incorporados ao SUS.

Mas, além disso, o Supremo Tribunal Federal definiu que, quando for feito um sequestro de verba pública para a compra de um medicamento – e acontece muito! O Jorge deixou isso muito claro, a Presidente da associação deixou muito claro que muitas vezes vem a ordem judicial e não é cumprida. O Jorge falou: "Demorei oito meses para receber". Por quê? Porque muitas vezes vem a ordem judicial contra o estado, contra a União, contra o Estado da Bahia, contra o Estado do Rio, contra a União; enfim, se isso não era cumprido, a gente tinha o caminho do sequestro de verba pública. Mas o Supremo Tribunal Federal destacou alguns requisitos e fixou um preço máximo, que é o preço máximo de venda ao Governo.

O preço máximo de venda ao Governo é um preço de atacado; o Governo compra em atacado. Daí, começou-se a exigir que os pacientes conseguissem orçamentos de um preço de atacado numa situação de varejo. Com isso, vários tratamentos que já tinha dificuldade para se iniciar começaram a ser interrompidos ou a demorar mais ainda para se iniciar, porque as pessoas começaram a ter muita dificuldade de conseguir orçamentos a preço de atacado numa compra de varejo. Inclusive, o Supremo Tribunal falou que o Judiciário, que cada juiz deveria, vamos dizer assim, "dar seu jeito", tomar as atitudes para que essas empresas, essas indústrias fornecessem isso, fornecessem o orçamento a um preço adequado, mas não é o que nós estamos vendo nos processos. Nós estamos vendo... Eu tenho aqui vários processos que eu estou acompanhando – recebo 30, 40 por dia – de pessoas que não estão conseguindo esse orçamento. Sofrimento e interrupção dos tratamentos tem sido a consequência.

Vou trazer para o senhor quais foram os quatro pontos que as defensorias levaram ao Supremo Tribunal Federal para que ele revisse a sua decisão, e ele não reviu. O primeiro foi em relação a esse uso do preço máximo de venda ao Governo, que é um preço de atacado. A gente pediu que fosse usado o preço máximo ao consumidor, que é um preço de varejo. Isso não foi acatado. O outro é considerar que

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a pessoa, para conseguir ter acesso ao medicamento que a Conitec rejeitou – que é o caso desses dois medicamentos que a gente está discutindo aqui –, teria que provar uma ilegalidade do ato de incorporação da Conitec; além disso, a pessoa teria que provar uma alta qualidade na evidência científica, o que é muito difícil para os raros. E o quarto ponto que as defensorias trouxeram foi a aplicação imediata desse entendimento.

Então, as pessoas entraram com ações, muitas vezes oito, seis, quatro anos atrás, sob um paradigma do que era necessário provar, e agora veio uma mudança das regras do jogo enquanto o jogo acontecia.

Bom, vou trazer rapidamente para os senhores quais são esses requisitos, para entender como isso tem prejudicado...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Se pudesse, Dr. Ramiro, ir para a conclusão, em função do tempo...

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

A conclusão, Excelência, é que o procedimento que foi tomado no Supremo Tribunal Federal acabou sendo injusto e não democrático. Por quê? Porque ele não trouxe os pacientes para a discussão, e, com isso, duas coisas muito complicadas aconteceram para os pacientes de doenças raras.

A primeira delas é que, agora, as pessoas com doenças raras, caso o medicamento não tenha sido incorporado pela Conitec, têm que provar uma ilegalidade do ato da Conitec. A pergunta é: como se prova a ilegalidade de um ato de uma instituição instituída que pode não incorporar por razões técnicas e por razões políticas? Ela pode não incorporar porque entende que o medicamento é muito caro. Como é que eu provo que isso é ilegal? E o que é provar uma ilegalidade? É ilegal para a situação da pessoa? A gente ficou num âmbito de incerteza, insegurança jurídica, e vários pacientes agora estão tendo o seu tratamento indeferido, única e exclusivamente na avaliação da Conitec de custo-efetividade – isso, de uma decisão tomada sem participação dos pacientes, numa comissão formada praticamente apenas por gestores.

A segunda questão é que foi exigido que se prove a eficácia do medicamento com medicina baseada em evidências de alta qualidade, e isso apenas com estudos randomizados e estudos de revisão sistemática de duplo-cego. São tipos de estudo – Senador Flávio, eu não tenho tempo aqui de tecer em detalhes – que exigem determinados protocolos de pesquisa que pessoas com doenças raras não conseguem cumprir. Não há um número de pacientes existente no contexto brasileiro para fazer essas pesquisas, em muitos desses casos, então, por vezes, é impossível para pessoas com doenças raras e também para tratamentos pediátricos fazer o tipo de pesquisa que dá o alto nível de evidência científica que o Supremo agora exige para que se solicite.

Esses entendimentos, esses dois requisitos rigorosos foram aplicados a todos os processos em curso, e isso não é exigido, por exemplo, de planos de saúde, o que traz uma assimetria do tratamento entre pacientes do SUS e pacientes de planos de saúde. Os requisitos para superar o rol da ANS são muito menos exigentes! Isso trouxe uma desigualdade injusta no acesso a tratamentos, e isso compromete a própria ideia de trazer ao SUS igualdade no acesso à saúde, que era a própria intenção dessa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Então, nós tivemos uma situação em que o Supremo forma uma comissão, define a sua composição, exclui os usuários, homologa um acordo, cria uma súmula, e isso passa a ser aplicado a

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

todos os juízes e juízas, que têm que seguir isso, e a toda a administração pública. Isso, Excelência, tem o efeito de uma lei. Isso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agora... É só porque eu estou preocupado com o tempo, Dr. Ramiro.

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (*Por videoconferência.*) – Ah, sim. Eu encerrei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – É porque a gente deu para todo mundo 15 minutos.

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Senador, então eu encerro dizendo que essas decisões tiveram o efeito de uma lei, uma lei que traz um problema, e aí eu encerro para colocar que, hoje, para qualquer população de doenças raras, ter a sua exigência de acesso a algum medicamento avaliado pela Conitec é um momento de apreensão e receio. Por quê? Porque se a Conitec avaliar e incorporar, ótimo, isso foi incorporado; se a Conitec incorporar e rejeitar, isso vai trazer um obstáculo quase intransponível para que eles tenham acesso a esses medicamentos pela Justiça. Tudo isso foi feito numa decisão que, infelizmente, não contou com a participação dos usuários.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço ao Sr. Dr. Ramiro, que é Defensor Público do Distrito Federal. Eu até lamento não olhar com mais tempo nesta audiência pública, mas todo o material ficará disponível na página da Comissão de Ciência e Tecnologia para consulta de todas as pessoas que nos acompanham pelo Brasil.

Eu já queria até convidá-lo para nós detalharmos com mais profundidade os argumentos trazidos, com a participação da Consultoria do Senado, para ver o que pode ser feito dentro do Congresso Nacional a partir da sua apresentação e já fazermos uma reunião de trabalho nesse sentido. Então, se o senhor concordar, se V. Exa. concordar, a gente faz isso na sequência, também, porque é um material muito bom, e lamento, inclusive, que a gente não possa ter o tempo nesta audiência.

Muito bem. O nosso tempo já está, assim, chegando ao seu limite.

Eu vou passar de novo a palavra aos expositores para, em dois minutos, fazerem alguma consideração que achem importante.

Eu gostaria só que houvesse um comentário também, da parte da Dra. Márcia – porque alguns medicamentos não foram incorporados: a vutrisirana, a inotersena e o tafamidis –: qual é a consequência disso para os pacientes? O processo de negociação tem que sempre continuar. Eu cito, por exemplo, a atrofia muscular espinhal, para a qual, no processo de negociação, passando o tempo, chegou a um quinto do valor original; era bem alto e passou a um quinto. E qual é a prevalência dos casos na população em geral? Isso é importante.

Também para a Doutora... Para a Doutora...

Poxa vida, eu estou aqui com um problema.

... Para a Dra. Luciana, que é do Ministério da Saúde, representando a Conitec... Inclusive, nesta audiência, só na composição não constou lá o que foi colocado na Lei 15.120, de 7 de abril de 2025, que haverá um "assento destinado ao representante [...] da sociedade civil de caráter nacional [...] [e] de ocupação rotativa [...] preenchido pela entidade cuja representatividade seja afeta à condição de saúde analisada". Então, haverá mais um lugar para a sociedade civil na composição, de acordo com essa lei, de abril de 2025. Isso é muito importante, porque dá voz à área, dentro das reuniões da Conitec.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas passo a palavra... Porque também o Jorge mencionou uma coisa que eu considerei muito importante, que é essa falta de certeza de que o medicamento estará disponível, os autorizados. Como é que isso está acontecendo também?

Passo então a palavra, de maneira mais rápida, para o Jorge Luiz Neves, agradecendo a participação, aposentado e paciente com também a situação de amiloidose hereditária.

Com a palavra, Jorge. (*Pausa.*)

Está presente aí?

O SR. JORGE LUIZ NEVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Estou sim.

Bom dia.

É porque...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Ah, sim. Desculpe-me.

Pois não.

O SR. JORGE LUIZ NEVES (*Por videoconferência.*) – Essa falta de medicamento, como eu comentei, já ocorreu comigo. Eu tomo um medicamento, a patisirana, já há três anos; quatro anos, para falar a verdade. E, todo início de ano, existe a falta do medicamento. Então, o que é que acontece? A gente tem que estar com o advogado bem atento para alertar a juíza, no caso a que atende o meu caso, para que ela force o Ministério da Saúde, aí faz aquele bloqueio de verba, no valor do medicamento. A gente tem que estar buscando proposta do laboratório e isso tudo leva uns três meses, mais ou menos; foram os períodos em que eu fiquei sem medicamento, em 2023, 2024, e agora em 2025 também.

Então, essa falha de fornecimento do medicamento é uma falha, vamos dizer assim, do sistema de compra do Ministério da Saúde, acredito eu, que não dá andamento numa sequência ideal para se ter o medicamento em estoque, já que tem alguns pacientes já com esse tratamento, entendeu? Então, essa falha acontece.

Aí, o advogado, como é que eu vou dizer, tem que tomar ciência, a gente dá ciência ao advogado e ele começa a buscar de novo o fornecimento, a complementação do fornecimento.

Eu passei o início deste ano sem medicamento – janeiro, fevereiro e março – e agora eu tenho medicamento até novembro, mas quando chega agora em setembro eu já começo a alertar a juíza para o fornecimento, para a segunda dose do início de novembro.

Agora teve uma outra surpresa para a gente, que é uma segunda decisão do STF, que foi divulgada na sexta-feira, se eu não me engano. Dia 28, ele tomou a decisão de que inclusive os processos já em andamento, ou seja, o meu tratamento já fica sujeito a não receber o medicamento por fornecimento do Ministério. Isso foi o que o STF divulgou dia 28 agora, uma decisão final lá em relação a esse processo que estava em andamento lá em 2024.

Então, é isso que eu tinha para falar.

E quero agradecer, mais uma vez, essa colaboração sua e de todo o Senado a nosso favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço, nós que agradecemos a você, Jorge Luiz Neves, parabéns pela fala, pela apresentação. O que você aponta é mais uma razão para nós nos sentarmos, Dr. Ramiro, com calma para analisarmos junto à consultoria do Senado também, no que o Congresso Nacional pode atuar em função do que o Jorge acabou de mencionar.

Parabéns, Jorge, conte com o Senado Federal nessa caminhada, nessa luta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE LUIZ NEVES (*Por videoconferência.*) – E contem comigo também, podem contar comigo para o que for necessário. Para qualquer esclarecimento, estou à disposição. A gente está sempre disposto...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado, abração aí.

O SR. JORGE LUIZ NEVES (*Por videoconferência.*) – Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Passa a palavra à Bárbara Coelho, que é Presidente da Associação Brasileira de Amiloidose Hereditária Associada à Transtirretina.

Com a palavra então, Bárbara.

A SRA. BÁRBARA COELHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, mais uma vez, eu preciso agradecer esta oportunidade. Nós passamos anos em busca de um órgão que pudesse nos ouvir, entender a nossa causa, as nossas demandas. Durante esse trajeto, a gente perde familiares...

E eu preciso agradecer também muito ao Sr. Ramiro, porque a minha mãe tem quatro anos que usa um medicamento judicializado através da Defensoria Pública do meu município, onde eu sou muito bem assistida. E eu vejo que a Defensoria, eu não posso falar por todos, mas, aqui no meu município, está aqui para nos defender mesmo, para abraçar a nossa causa. E, onde é possível conseguir esse medicamento, eles estão sempre do nosso lado. Então, eu quero agradecer muito e enobrecer o trabalho desses defensores.

Vamos sair aqui desta reunião, conforme eu falei anteriormente, eu espero que cada um com uma consciência, com uma responsabilidade de trazer alguma resposta para esses pacientes, visto que existem os medicamentos, então eu acho que já não é muito mais... É difícil justificar que a gente está perdendo vidas, que essas pessoas estão deixando de trabalhar por falta de medicamento.

Eu acho que juntos somos mais fortes e eu, principalmente, saio daqui de verdade com esse senso de responsabilidade. Vou aguardar uma resposta, para finalmente poder trazer uma resposta para todas as pessoas, as famílias que são impactadas por essa doença.

Eu agradeço imensamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Parabéns, Bárbara, continue firme.

A sua... (*Falha no áudio.*)

... a importância de uma associação. Juntos somos mais fortes! Um anima o outro, não deixa o outro desanimar. Tem problema? Vamos juntos, vamos em frente. Importante, contem com a gente.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Márcia Cruz, que é neurologista, responsável pelo Centro de Referência em Amiloidoses da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Quero, novamente, externar os parabéns, um trabalho de muita profundidade, competência; e saber que existe, assim, um centro de referência tão importante, tão bom no Brasil.

Com a palavra, Dra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada pelo elogio, pelo reconhecimento, pelo convite.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista médico, não existe mais dúvida. O Dr. Ramiro muito bem citou que, muitas vezes, esses estudos são criticados, porque lidam com populações pequenas e, muitas vezes, não conseguem ter o rigor científico de outros; mas, do ponto de vista da amiloidose, esses estudos foram evoluindo ao longo do tempo e não há dúvida quanto à eficácia, quanto ao perfil de segurança, inclusive porque as drogas foram evoluindo. Nós fomos falando de transplante, estabilizadores, silenciadores de primeira geração, segunda.

Há um esforço muito grande, também, de toda a comunidade científica nacional, no sentido de diagnosticar precocemente, manter equipes multidisciplinares para atender esses pacientes, realizar os ensaios clínicos, porque, enquanto essas drogas estão em ensaios clínicos, protocolos, aprovados pela Anvisa, pela Conep, etc., os pacientes recebem essa medicação, todas elas, sem custo algum e vão receber pelo resto da vida, mas isso não alcança a totalidade dos pacientes. Então, esses ficam, quando não respondem ao tafamidis, ficam sem ter o que usar.

E, como bem já disseram vários aqui, a judicialização é um processo oneroso, é um processo lento. Para cada dose é uma nova declaração que tenha sido feita, são declarações com sete ou oito páginas, e eu conto nos dedos de uma mão aqueles pacientes que têm condições de ir adiante com relação a isso.

Então, eu reconheço o trabalho da Conitec, como já foi muito bem explanado pela Dra. Luciana aqui, no sentido de tentar colocar isso tudo dentro do orçamento, mas, de alguma forma, nós temos que chegar a uma conta que seja boa para todo mundo. Reconheço também a necessidade de que esses preços sejam reduzidos e que caibam dentro do SUS – e eu acho que tem que ser um esforço de todos nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Só poderia dizer a prevalência do... Não sei se...

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Nós não temos ainda um registro único que possa dar um número exato. Existe uma publicação, da qual eu participei a um tempo atrás, que usou casos já muito bem... a prevalência muito bem determinada em países da Europa, como, por exemplo, Espanha, como Portugal, como Inglaterra, extrapolados para nossa população – isso apenas para mutação V30 –, e o número estimado é em torno de 5 mil.

Na realidade, é maior, porque depois nós temos as outras mutações aí, principalmente, a 122.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Agradeço, Dra. Márcia, e, inclusive, reitero o convite para a orientação desse centro de referência em relação ao trabalho da própria Comissão (*Falha no áudio.*) ... tecnologia, pesquisa, tantas coisas novas que vêm acontecendo nessa área no mundo, e sempre à disposição para que a amiloidose hereditária, também objeto dessa audiência, possa também receber essa atenção.

A SRA. MÁRCIA WADDINGTON CRUZ (*Por videoconferência.*) – Obrigada. Fico ao dispor...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Ficamos à disposição também.

Passo em seguida a palavra à Luciana Costa Xavier, que é Coordenadora-Geral de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde e representa aqui também a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.

Com a palavra, Luciana.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

A gente quer agradecer o convite, a oportunidade de apresentar o nosso trabalho, de discutir. Percebi que aqui não temos divergências, estamos todos imbuídos da mesma missão. Então, não tem divergência em relação à evidência, já foi isso bem colocado. Então, a questão que eu acho que fica para trabalharmos em conjunto é essa questão de redução de preço – a Dra. Márcia também enfatizou essa questão. Então, se pudermos fazer conjuntamente uma articulação com a indústria, enfim, se o Legislativo puder ajudar em relação a essa situação, a gente está à disposição para continuar a discussão.

E quero colocar que foi bem apresentada pelo senhor a questão da Lei 15.120. Ela foi sancionada em 7 de abril e tem 180 dias para entrar em vigor. Então, o Ministério da Saúde já está trabalhando para essa regulamentação, e a gente espera que, nas próximas reuniões da Conitec, a gente já vai ter a composição dos comitês alterados para inclusão de um membro das organizações da sociedade civil, tá? Então, isso já está em andamento, em breve já estará sendo executado.

No mais, quero agradecer mais uma vez o convite, colocar o Ministério da Saúde e a Conitec à disposição para participar desta e de outras discussões relacionadas ao nosso trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Luciana, e até aponto para Bárbara, que é Presidente da associação brasileira, porque justamente a mudança dessa lei foi para que as entidades nacionais representativas, de fato, da área pudessem também participar desse processo de decisão, o que é muito importante, né? Parabéns!

Obrigado, Dra. Luciana. Transmita também um abraço ao Ministro Padilha e a todos do Ministério da Saúde.

A SRA. LUCIANA COSTA XAVIER (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Passo em seguida a palavra ao Dr. Ramiro Nóbrega Sant'Ana, Defensor Público do Distrito Federal. Ele foi bastante elogiado também pela Bárbara, na figura do defensor público municipal, mas eu quero estender esse elogio para toda a Defensoria Pública do Brasil, porque é, assim, a esperança de muitas pessoas em nosso país.

Com a palavra, Dr. Ramiro.

O SR. RAMIRO NÓBREGA SANT'ANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bárbara, Jorge, nós conhecemos a luta de vocês em cada aspecto, cada dificuldade, processos e tratamentos; Dra. Márcia, nós conhecemos as dificuldades que os médicos têm nesse descompasso entre a prescrição adequada e a capacidade de acesso aos medicamentos. Nós compreendemos todas as vicissitudes, os problemas enfrentados pela Conitec, Dra. Luciana, que precisa, sim, ter uma avaliação de custo-benefício e está num cenário em que a capacidade de produção industrial brasileira de medicamentos está reduzida. Então, a gente tem que pensar no complexo industrial da saúde. Isso vai ser um caminho para a Conitec conseguir trabalhar melhor, ter mais recursos.

E todos esses aspectos, Senador, estão aí reunidos, e o melhor lugar para reavaliá-los é o Senado Federal, é o Parlamento brasileiro. Peço ao senhor – e ofereço toda a ajuda da Defensoria Pública, a *expertise* que nós tivermos com que nós pudermos contribuir – para que possamos alcançar um marco legal, um marco normativo que componha as dificuldades da gestão, mas também leve em conta as

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

necessidades dos pacientes e dê ferramentas para que médicos e médicas no Brasil inteiro, como a Dra. Márcia, possam dar as prescrições e conseguir dar acesso aos tratamentos adequados aos pacientes.

Muito obrigado pela oportunidade e coloco sempre a Defensoria à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos.

Essa será a prioridade, não há dúvida, a partir da semana que vem: trabalharmos no Congresso Nacional, avaliando os dados que a Defensoria Pública, através da sua pessoa, tem já de todo o processo. Isso vai auxiliar no encaminhamento de algo que seja bom, adequado, de acordo com a realidade, mas, principalmente atendendo a pessoa, com uma doença rara. São 8 mil doenças raras no Brasil, mais ou menos – em torno disso –; só 700 das quais têm algum tipo de encaminhamento, e a amiloidose hereditária é uma delas.

Então, é também de se verificar, não no caso da amiloidose, mas como trabalharmos nesse conjunto, para que a gente possa ter assim os encaminhamentos adequados. E eu sempre penso muito na pesquisa – inclusive, com toda a competência que o Brasil tem –, para não ficarmos dependentes unicamente de descobertas externas, que a pesquisa seja valorizada para se encontrar soluções, sejam medicamentosas, de interrupção de doença ou até de cura, eventualmente. A gente vê tantas coisas boas acontecendo nessa área, que o Brasil participe intensamente desse esforço.

Mas eu quero agradecer. Então, permitam-me chamar vocês, expositores e expositoras. Da minha parte, apreciei muito a audiência pública, ficou bastante clara em termos dos desafios que a área enfrenta.

Quero agradecer a todos e a todas que nos acompanharam pelo Brasil, mandando perguntas, comentários. A página, o *site* da Comissão fica disponível para mais comentários, sugestões – muita gente deve estar acompanhando esses assuntos em nosso país. Os meios de comunicação do Senado, que transmitem para o Brasil todo essa iniciativa, e também sempre a consultoria do Senado, que inclusive faz parte da Comissão também, e a própria Secretaria, que faz um trabalho sempre exemplar, obrigado novamente. A gente é muito grato a vocês todos.

Penso que, assim, concluídas essas observações e tendo cumprido os objetivos da audiência pública, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3371661209

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Romário e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Ciro Nogueira, Weverton, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Eduardo Girão, Leila Barros e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Promover, na forma de Seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil. 3º Painel - Proteção e Responsabilidades na Formação Esportiva. **Participantes:** Sr. Paulo Afonso Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte; Sr. Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); Sra. Carolinne Gomes Neves de Carvalho, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte (DPPIE) do Ministério do Esporte; Sr. Jairo Fernando Luciano, Presidente da Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica de Ponta Grossa (representante de: Pais de atletas); Sra. Tatiane de Andrade Rosa, Presidente da Associação de Pais e Atletas de Natação (APAN-WS) (representante de: Pais de atletas); Sr. Leandro Luy Peixoto, Vereador do Município de Itajaí-SC, Coordenador Técnico da Seleção Brasileira de Natação em Águas Abertas, ex-atleta de alto rendimento e idealizador do Projeto Nadar; e Sra. Ana Sofia Valente, Presidente da Comissão de Atletas da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 38, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em São Paulo, com o objetivo de visitar a sede do Comitê Paralímpico Brasileiro." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Ao anunciar a matéria para deliberação, o vice-presidente da Comissão, Senador Chico Rodrigues, subscreveu o requerimento. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 39, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer o CT Time Brasil e a Sede do Comitê Olímpico do Brasil." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Ao anunciar a matéria para deliberação, o vice-presidente da Comissão, Senador Chico Rodrigues, subscreveu o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues
Vice-Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de setembro de 2025.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes: audiência pública interativa; e deliberativa.

Primeira parte: audiência pública interativa. Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de promover, na forma de seminário, o diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil: "3º Painel – Proteção e Responsabilidades na Formação Esportiva", em atenção ao Requerimento 20, de 2025, CEsp, de autoria da Senadora Leila Barros.

Antes de chamar os convidados para tomarem lugar à mesa, eu gostaria de dizer que, por motivo de compromissos anteriormente assumidos e não menos relevantes, a Senadora Presidente Leila Barros pediu para que eu, como Vice-Presidente, presidisse esta audiência pública. Portanto, faço essa justificativa, podendo a qualquer momento a Senadora Leila Barros se apresentar aqui na Comissão.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados: Sr. Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar; Sra. Carolinne Neves, Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte, do Ministério do Esporte. (*Pausa.*)

Os demais convidados estão *online:* o Sr. Paulo Afonso Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, que participará por videoconferência; o Sr. Paulo Henrique Perna Cordeiro, Secretário Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, que participará por videoconferência; a Sra. Tatiane de Andrade Rosa, Presidente da Associação de Pais e Atletas de Natação (Apan-WS), que participará por videoconferência; e o Sr. Jairo Fernando Luciano, Presidente da Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica, de Ponta Grossa, que participará por videoconferência.

Informo também que foi convidado o Ministério Público da União, que não indicou representante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Exposições iniciais.

Com a palavra o Sr. Paulo Afonso Quermes, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, que participará por videoconferência.

O SR. PAULO AFONSO QUERMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas! Eu saúdo o Presidente da mesa, os convidados, a Carolinne, nossa colega aqui da secretaria, que está participando. É uma alegria estar aqui, hoje, para debatermos acerca desse tema tão importante.

A Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, na verdade, é responsável por diversos programas, projetos, eventos que visam à formação, na verdade, de toda a sociedade brasileira, mas o foco principal é dos jovens. Eu diria para vocês que nós temos hoje, na secretaria, basicamente três projetos que se colocam diretamente focados na juventude brasileira.

Primeiro – acho que são dois projetos que muitos conhecem –, é o projeto Segundo Tempo. Hoje nós desenvolvemos projetos no Brasil todo e principalmente vinculados com o Ministério da Educação. Nós estamos presentes hoje, basicamente com atividades esportivas para a juventude, em milhares de escolas e colégios do Brasil como um todo.

E também temos o Programa Esporte e Lazer da Cidade, que também tem uma referência fundamental e tem uma representatividade muito significativa. Então, nós temos, na secretaria, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade de desenvolver programas, projetos e eventos, e o nosso foco fundamental hoje é a formação da nossa juventude.

Aqui na secretaria, nós temos uma concepção de que nós precisamos trazer aquilo que a Lei brasileira Geral do Esporte preconiza, que é a formação esportiva, a cultura esportiva para a vida toda. E aproveitando que nós estamos hoje neste momento de diálogo, de participação, eu diria que nós estamos, neste momento, construindo o Plano Nacional do Esporte e ali nós colocamos a necessidade de focarmos efetivamente na formação e na cultura esportiva para toda a população brasileira, mas principalmente para a juventude. Nós realizamos alguns seminários internamente e percebemos que hoje nós temos uma cultura talvez da inatividade esportiva no Brasil, e é importante que nós retomemos esse sentido da cultura do esporte no Brasil.

Para que vocês tenham uma noção, hoje nós temos, aqui na secretaria, somente por ação de medidas parlamentares, nós temos hoje 370 projetos que estão sendo desenvolvidos no Brasil que atendem mais de 200 mil pessoas, ou jovens principalmente, de 6 a 24 anos.

Então, esses projetos estão espalhados pelo Brasil todo, atendendo essa juventude, principalmente, vinculados a alguma ONG ou OSCIPs, vinculados também a prefeituras e outras instituições que desenvolvem projetos esportivos no Brasil.

Somente pela lei de incentivo – e daqui a pouco a nossa diretora vai poder trazer mais dados, ela está presente aí na reunião – nós temos, somente este ano, mais de R$46 milhões que foram captados e destinados a projetos que trabalham com jovens no Brasil, beneficiando talvez quase 100 mil jovens no Brasil. Então, eu acho que isso é muito significativo.

Acerca dos nossos projetos... Esses dias eu estive em uma outra reunião aí na Câmara dos Deputados e disse que nos últimos anos nós temos vivenciado um processo de retenção de recursos e temos tido dificuldades de executar os nossos programas no Brasil todo. Mas neste momento, nós temos nove projetos sendo atendidos no Brasil. São quase mil atendidos no total, principalmente pessoas, crianças, jovens e adolescentes, de 6 a 17 anos, e foram investidos quase R$2 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês podem perceber que, olhando para o Brasil, talvez nós precisemos avançar muito ainda no que diz respeito à proteção e, principalmente, à oferta de projetos para as nossas juventudes.

Nós temos ainda outros projetos que estão sendo desenvolvidos no Brasil. Para que vocês percebam, aqui no Ministério do Esporte, principalmente na Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social, o nosso foco é chegar lá na ponta, que a política pública do esporte, que a cultura do esporte possa chegar à população que mais necessita e precisa, efetivamente, de ter a experiência e acessar a política pública do esporte no Brasil.

Então, eu digo a vocês que, neste momento, nós temos 360 projetos no Brasil, mais de 220 mil pessoas sendo atendidas, principalmente com foco de 6 a 24 anos, e no total, neste ano, nós já investimos basicamente R$320 milhões nesses projetos.

E aí eu preciso, neste momento, reconhecer que muitos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas têm direcionado suas emendas parlamentares para eventos, projetos e programas aqui no Ministério do Esporte que atendam principalmente essa população que hoje nós caracterizamos de 6 aos 24 anos.

Obviamente, nós temos no Brasil muitas outras experiências. Para que vocês tenham uma noção, só de 2020 a 2025, nós tivemos 1.408 projetos direcionados a essa população, à juventude. E, basicamente, então, esses projetos atendem diversas modalidades, mas o público efetivamente é essa comunidade de 6 a 24 anos, que precisa ser atendido.

Nós precisamos avançar muito. E eu aproveito este momento para dizer que é preciso que nós tenhamos recursos, que o Ministério do Esporte precisa ter mais recursos para ampliar o seu trabalho, principalmente com foco nessa população jovem – eu diria não somente jovem – das cidades ou das grandes cidades do Brasil, mas nós precisamos chegar lá no interior, trabalharmos com os jovens ribeirinhos, com os jovens indígenas, com os jovens quilombolas. Nós precisamos avançar, e precisamos avançar efetivamente atendendo a essa população.

Obviamente, fora do Ministério ou da Secretaria aqui do Ministério do Esporte, vocês vão perceber que, daqui a pouco também, nós temos vários outros projetos, hoje, para outras atividades desportivas voltadas para a juventude no Brasil, que serão apresentadas e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam não somente ter aporte financeiro, mas, principalmente, reconhecimento por parte do Parlamento e da sociedade brasileira.

Então, é uma alegria nós aqui na secretaria estarmos abertos, dialogando.

Muitas vezes, a minha função aqui na secretaria é receber Prefeitos, Vereadores e pessoas que trabalham com o desporto no Brasil, mas, muitas vezes, eu preciso reconhecer e dizer a vocês que eu tenho que dar a notícia de que nós estamos sem recursos para atender os milhares de projetos que chegam e são apresentados aqui na Snelis.

É uma alegria estar aqui, debater e continuar dialogando com vocês.

Um bom trabalho, um bom diálogo para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço a participação do Sr. Paulo Afonso Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE).

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, saúdo o Senador Chico, que preside esta audiência, externando também a satisfação de a Confederação Brasileira do Desporto Escolar ter sido convidada a participar deste fórum tão importante.

Caso a Senadora Leila não consiga chegar a tempo, o senhor, por favor, Senador, passe para ela a nossa manifestação de gratidão.

Bom, quando o Brasil fala, quando o povo brasileiro fala, pensa em esporte, a primeira coisa que vem à mente é o esporte de rendimento, porque foi isso que a nossa sociedade aprendeu a ver nas redes sociais, nos canais de TV abertos. Raramente, a gente encontra, em disponibilidade em canal aberto, um esporte educacional, um esporte de participação, um esporte de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa sociedade aprendeu a se espelhar nos ídolos fabricados pelo esporte de rendimento. Isso é muito positivo, porque isso inspira a população à prática esportiva, mas, ao mesmo tempo, resume a visão do conceito do esporte.

Então, nós vamos apresentar aqui um sistema, um "cossistema", um subsistema paralelo ao rendimento que, de alguma forma, interage com o rendimento. Por ser na escola, os alunos iniciam a sua carreira esportiva, e muitos deles migram para o esporte de rendimento.

Nós somos uma entidade legalmente instituída e reconhecida como a entidade de administração esportiva do desporto escolar. O nosso sistema esportivo difere um pouco do sistema esportivo federativo do rendimento, uma vez que, no sistema federativo, a base desse sistema é composta pelos clubes: Flamengo, Pinheiros e assim sucessivamente. Eles desenvolvem a atividade de formação esportiva e esses atletas migram para o sistema federativo vinculados às federações estaduais de cada modalidade, e todas essas federações estão vinculadas às confederações nacionais, que, por sua vez, são filiadas ao Comitê Olímpico Brasileiro, que é a entidade responsável por promover a política do olimpismo no território nacional.

A CBDE difere justamente na sua base. A base do sistema escolar é composta pelas escolas, sejam elas privadas, públicas, estaduais, municipais ou federais. Então, todas as escolas que compõem o sistema de ensino regular no Brasil são filiadas naturalmente às nossas federações estaduais de desporto escolar. A CBDE possui 27 federações filiadas; portanto, todo o território nacional, todas as unidades federativas compõem o sistema da CBDE. E dentro do sistema da CBDE, as competições são realizadas entre escolas e não entre seleções, como usualmente acontece nas modalidades.

Qual é a grande vantagem de as escolas serem as representantes? A vantagem é que o esporte educacional transcende a condição apenas de desempenho esportivo, ele inclui esportivamente parte daqueles alunos que normalmente não teriam oportunidades no sistema federativo, que prioriza única e exclusivamente a performance esportiva. Então, vamos dar uma ideia do que seria um torneio, um campeonato de voleibol, por exemplo, entre escolas. Nem sempre os alunos daquela escola são os melhores do estado, são a seleção. É possível que, entre aqueles alunos, tenha um aluno que não teria a chance de estar na seleção, mas vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar das competições da CBDE, porque a sua escola ganhou o estadual. Aquele aluno prova, experimenta e vivencia todo esse processo de formação esportiva e de fortalecimento dos conceitos que o esporte agrega à formação cidadã. Na vida adulta, parte daqueles alunos que se destacam esportivamente migram para o esporte de rendimento, mas a maioria permanece cidadão, desempenhando suas funções profissionais e estarão impactados da mesma forma pelos conceitos do esporte.

E o mais bonito de apresentar é que, nesse subsistema paralelo, o esporte educacional, o esporte escolar brasileiro já ocupa o topo do mundo quando se leva em consideração o quadro geral de medalhas da nossa maior competição esportiva escolar mundial, chamada Gymnasiade. Na Gymnasiade, que seria a olimpíada escolar mundial, nós temos duas faixas etárias: uma categoria que é sub-18, que vai de 15 a 18 anos, e uma categoria sub-15, que estaria ali entre 12 e 15 anos. O Brasil, nas últimas edições da Gymnasiade, na categoria sub-18, ficou entre os três países com o maior número de medalhas no quadro geral.

Ora, se nós formos analisar o esporte de rendimento, o Comitê Olímpico Brasileiro, que desempenha um excelente trabalho, vem arduamente trabalhando para que, nas últimas décadas, tente colocar o Brasil no *top* 10, ou seja, entre os dez países no quadro geral de medalhas e, infelizmente, não conseguimos ainda. Nossa melhor classificação, acredito que foi um 13º lugar.

Já no escolar, nessa categoria sub-18, o Brasil consegue ficar entre os três melhores países. Desde Brasília 2013, quando a CBDE trouxe, pela primeira vez, uma edição da Gymnasiade para o continente americano, e realizamos aqui em Brasília, quando o Brasil ficou em terceiro lugar. De lá até os dias atuais, o Brasil nunca mais saiu desse *top* 3 no quadro geral de medalhas – na Turquia em 2015, em Marrocos em 2018, na Normandia em 2022 e a última edição no Bahrein em 2024, quando o Brasil ocupou o topo do quadro geral de medalhas.

Já na categoria sub-15, que é uma competição recente no sistema internacional – anteriormente nós só tínhamos o sub-18 –, no sub-15, o Brasil em 2023, quando realizamos aqui dentro do Parque Olímpico, no legado das Olimpíadas 2016, nós trouxemos quase 3 mil atletas de todo o mundo, e o Brasil ficou em primeiro lugar no quadro geral de medalhas. Na última

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

edição agora em 2025, já este ano, nós continuamos entre os três, no 3º lugar, numa competição que aconteceu na Sérvia.

Isso demonstra que o investimento que o Governo brasileiro vem fazendo no esporte, principalmente no esporte de base, nos dá esperança de que nos próximos ciclos olímpicos, esses atletas que agora, nessa fase escolar, já começam a experimentar competições de alto nível, em competições internacionais, possam se desenvolver cada vez mais, possibilitando transformar o Brasil na tão sonhada pátria esportiva, que hoje é o *slogan* da atual gestão do COB: "Juntos por uma pátria esportiva".

Eu fico muito feliz quando vejo os representantes do ministério, principalmente o Sr. Paulo Quermes, quando ele se refere ao empenho que o Ministério do Esporte, e aí eu tenho que fazer uma menção ao nosso Ministro, o André Fufuca, que vem realizando um excelente trabalho, mas o Secretário Paulo foi muito feliz quando destacou a importância da Secretaria de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social e a quantidade de projetos que vêm sendo desenvolvidos nessa base esportiva do Brasil, em que o esporte educacional está inserido.

Então, voltamos agora para o recorte do rendimento. Nós sabemos que clubes são importantíssimos na formação dos nossos atletas. Nós sabemos que as confederações das modalidades têm um papel fundamental, liderados pelo COB...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO – ... mas nós destacamos, neste momento, também a participação expressiva do esporte educacional na formação, na base do esporte no Brasil.

Muito obrigado. Eu acho que deu para falar bastante.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito bem. A apresentação também do Sr. Antônio Hora Filho, Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar... V. Sa., inclusive, nos alimenta de esperança ao vermos o desempenho do Brasil no *ranking* entre essas duas faixas, sub-15 e sub-18. Então, isso realmente mostra que o trabalho que o Governo está fazendo, a organização, e a própria CBDE está fazendo, empenhada em levar e mostrar ao mundo exatamente que aqui no Brasil nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos preocupados também com o esporte, para chegar ao esporte olímpico, esporte de rendimento, que começa, obviamente, nessas categorias.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO – Senador, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra V. Sa.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO – Para a gente finalizar a apresentação da CBDE, nós temos um vídeo de uma atleta que participou dessa última edição na Sérvia, a Renata. Ela é uma nadadora, foi uma revelação, acredito que ganhou seis medalhas nessa competição internacional, e, por iniciativa própria da Renata, ela quis gravar um vídeo para ela mesma do futuro. É bem sugestivo, bem engraçado, e eu gostaria de finalizar a apresentação...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Parabéns à Renata por sua empolgação e, acima de tudo, seu exemplo para a juventude que é competitiva e pode, obviamente, aquecer o esporte, inicialmente, nessa primeira fase, entre os jovens.

Passando para o terceiro orador, com a palavra a Sra. Carolinne Neves, Diretora da Lei de Incentivo ao Esporte do Ministério do Esporte.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Oi...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Antes, mesmo me antecipando, Carolinne, eu quero registrar aqui e agradecer a presença dos seguintes representantes da Confederação Brasileira de Desporto Escolar: Simone Simon, chefe de gabinete; Carine do Nascimento, Presidente da Federação Matogrossense de Desporto Escolar; Aurélio Rocha, Conselheiro de Administração; Anne Affiune, Diretora de Governança; Ana Sofia Valente, Presidente da Comissão de Atletas.

Agradeço a presença de vocês aqui e, obviamente, a Comissão, a CEsp, e o Senado ficam orgulhosos de tê-los aqui participando, de uma forma ativa, de uma audiência pública como esta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Carolinne Neves.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – Bom dia.

Antes de tudo, eu queria parabenizar a nossa querida Senadora Leila, que tem feito um trabalho excelente à frente desta Comissão e foi muito atuante na aprovação da nossa Lei de Incentivo ao Esporte. Já somos amigos desta Casa nessa política importante, e isto eu vejo como a deliberação do que foi falado lá na época da aprovação da lei: que esses debates tinham que continuar, que teríamos que agora pontuar quais são os gargalos na área do esporte voltado para o jovem, o adolescente, e na primeira infância também.

Queria saudar o nosso querido Senador Chico, por também estar conosco aqui, presidindo esta mesa – é nosso amigo também –, e outros, que estão em casa, ao vivo e aqui presencialmente também.

Gente, vou ser bem prática, tentar ser bem objetiva, porque isto é uma pauta bem positiva e eu acho que é algo que tem que ser discutido sempre, porque é o nosso futuro; ou melhor: é o nosso presente. O jovem, o adolescente, a criança é o hoje. Então, nossa responsabilidade é formar, preparar, mostrar o caminho e desenvolver políticas que vão dar parâmetros para eles se desenvolverem, seguirem o destino, o futuro, e continuarem com um legado que muitos já passaram e não podemos deixar ser esquecido.

Eu preparei uns eslaides falando um pouco diferente, porque o nosso Secretário Paulo tem feito um trabalho excelente junto ao ministério, à Secretaria de Lazer, a Sneaelis, como também o nosso Ministro tem cobrado muito da gente essa atuação através das políticas públicas de uma forma eficaz, que realmente venham a acontecer, cobrando os resultados, cobrando os números. Estamos aqui por isso, juntamente com a Aspar, que também tem feito um trabalho excelente aqui no Congresso, sempre presente, trazendo para a gente aquilo que está sendo discutido no Congresso, para estarmos aqui participando e trazendo resposta – né? –, porque o Brasil precisa de resposta. Estamos aqui mostrando o nosso trabalho.

Então, antes de tudo, de falarmos um pouco sobre a importância, que já foi falada e sabemos que tem, eu queria só fazer um recorte um pouco da questão histórica, porque este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate não é novo. O que estamos falando aqui é algo que já vem sendo discutido há muito tempo, de uma forma tímida, porque não existia a estrutura que temos hoje para debater isso.

Mas, lá da época da evolução, lá da época antiga, já se falava nisso. O esporte no mundo acontecia de uma forma bem colonial, de uma forma bem tímida. Não existia o esporte de uma forma tão efetiva, as atividades eram feitas de forma lúdica.

Então, passando o tempo, a partir do século XX, podemos observar que o esporte já aconteceu de forma mais moderna. O futebol ficou mais popular na elite. Então, foi-se crescendo, foi-se expandindo e aí, lá pela primeira metade do século XX, podemos ver que o esporte, a educação física já foi mais obrigatória nas escolas – nas escolas –, onde temos crianças, adolescentes e jovens. Lá já houve uma preocupação na formação desses jovens voltada para o esporte.

Aí veio, lá em 1985, a ditadura militar, quando o Governo promove o esporte como uma ferramenta de nacionalismo.

Passando mais um tempo, chegamos a 1988, com a redemocratização e a Constituição, em que o esporte foi reconhecido como um direito social – como um direito social.

E, hoje, no século XXI, o esporte é uma cidadania. Então, o esporte hoje é direito de todos. O esporte tem que ser acessível para todos.

Então, este debate, hoje, eu acho que é só a continuidade daqueles que não desistiram e que acreditam realmente que o esporte faz parte da vida do ser humano.

Então, a evolução do Brasil para os jovens foi de prática cultural indígena, lá inicialmente, africana e popular também, para um esporte moderno importado da Europa, antigamente restrito à elite, e, com o tempo, foi-se incorporando nas escolas, através de políticas públicas, até ser reconhecido pela nossa Constituição. Então, assim, o esporte hoje é algo inclusivo e democrático. E hoje lutamos, com políticas públicas que o Ministério do Esporte tem, para democratizar o esporte, levando para todos, acesso a todos.

Então, essa é a meta do Ministro Fufuca, essa é a meta do Secretário Paulo, essa é a meta nossa, como Diretora da lei de incentivo, que estamos ali, porque a lei de incentivo hoje é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma de fomento, de estruturar o esporte para que, através de projetos sociais, ele seja acessível e chegue a todo o Brasil.

Então, dentre todas as políticas públicas que existem no Ministério do Esporte, das quais o nosso Secretário falou, a lei de incentivo está incluída. Então, hoje a lei de incentivo é uma forma de incentivo ao esporte, uma forma de fomento, em que ela é desenvolvida através de políticas públicas sociais nos estados.

Então, assim, nós temos números, resultados. Quem conhece... Com certeza vocês já têm acesso, foi discutido no Congresso, e estamos aqui para defender e falar da importância.

Então, tudo que eu vou falar aqui, de forma bem prática, são resultados que conseguimos visualizar também através de ações da lei de incentivo, dos projetos incentivados por essa política.

Primeiro, nos jovens, podemos ver um benefício muito grande nos aspectos físico e socioemocional; o desenvolvimento físico e de saúde que esses jovens conseguem ter, estimulando o crescimento, o desenvolvimento e o fortalecimento dos músculos nessa formação estrutural, desenvolvida pela questão de saúde física – músculos, ossos; melhora da coordenação motora, agilidade, equilíbrio, resistência.

Esses esportes inseridos para esses jovens também trabalham muito a questão do aspecto social e de convivência. O nosso Presidente aqui da confederação sabe disso, dos resultados que se tem quando se fala da questão social, do resultado que nós temos também na questão de convivência, porque o esporte ensina a ganhar e a perder, a cair e a levantar. E, através desses projetos, desse ensino, a gente consegue formar um cidadão. Como ele falou, anteriormente era ser um campeão, um medalhista; hoje, focamos mais em tornar um cidadão, um cidadão com caráter, para saber o que é, saber o seu destino, saber o rumo a tomar, com dignidade. E, se o resultado for uma medalha, ótimo. O Brasil precisa, temos talentos aqui, temos pessoas preparadas e capacitadas para isso.

Também temos benefícios na formação de caráter e valores, como eu já falei, emocionais, cognitivos e perspectiva para o futuro. Aquele jovem, aquela criança, desde a base, quando é inserida no esporte, tem acesso ao esporte, consegue formar a sua característica, o seu futuro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela começa a ver um norte para o seu futuro. Isso é fato. Com certeza aqui tem pessoas que já passaram por isso, se identificaram no esporte e hoje vivem o que vivem, são o que são porque passaram pelo esporte. Então, o esporte traz esse benefício, e a lei de incentivo colabora muito com isso, de forma bem efetiva, de forma mesmo bem clara, porque ela faz isso: ela dá recursos, ferramentas para que aquele projeto social, que na maioria das vezes já acontece, se fortaleça, cresça e consiga alcançar mais jovens e inserir mais pessoas no esporte.

Então, ela foi criada através da Lei 11.438, que vai ser revogada agora; estamos aguardando o nosso Presidente sancionar. É a principal forma de mecanismo de forma de práticas esportivas no Brasil, e o papel relevante dela é a formação de jovens. Então, a lei de incentivo faz parte da formação do jovem, faz parte da vida do jovem, e ela permite também que pessoas físicas ou jurídicas... Então, quer dizer, com a lei de incentivo todo mundo ganha: o jovem ganha, o Governo ganha e o empresário ganha. Então, assim, é a única forma que consegue envolver todo mundo de forma positiva. E eles são aplicados em projetos sociais voltados para o esporte, para desportos em diferentes áreas: educacionais, participação ou de rendimento.

Impactos. Qual o impacto que essa lei vai ter na vida desse jovem? Qual o impacto que essa política pública vai ter na vida desse jovem? Primeiro, um acesso democrático, onde não existe preconceito, não existe cor, raça, não existe religião. É acesso ao esporte. Nesses projetos, todo mundo é igual, todo mundo fica nivelado, todo mundo tem as mesmas possibilidades. Ele tem uma formação integral que vai além do rendimento esportivo; ele promove valores como disciplina, respeito, cooperação e cidadania, que eu creio, desses, seja o mais importante para que a gente possa formar um cidadão; e ajuda também o desenvolvimento físico, emocional, como eu falei; e inclusão social...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO – No esporte, a lei de incentivo é bem inclusiva.

Fora isso, há a descoberta de talentos. No meio desse projeto, dessas ações, também se consegue isso.

Então, existem muitos desafios, nós já sabemos, grandiosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço só mais um minutinho. Esse aqui já acabou.

Precisamos formar, nesse conjunto de possibilidades, profissionais qualificados; precisamos que essas políticas públicas sejam mais efetivas e que tenhamos mais políticas públicas voltadas para o esporte; precisamos fortalecer, na questão dos desafios econômicos e sociais, os recursos, para que a gente venha a desenvolver melhor essa política.

Então, resumindo, os principais desafios para a implantação de uma formação esportiva para jovens envolvem a falta de infraestrutura, profissionais – que é a realidade que nós temos hoje – e políticas públicas.

Então, de uma forma geral, o esporte muda a vida, está inserido na vida do jovem, e resta a nós, como gestores esportivos, fazer isso acontecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer a participação da Carolinne Neves e dizer que nós temos aqui uma série de perguntas do e-Cidadania. Depois eu passarei para a resposta, mas eu vou fazer pelo menos umas duas perguntas para dar satisfação aos internautas. Poderá responder um dos dois ou os dois apenas resumirem a resposta.

Juliete, de Minas Gerais, pergunta: "Como instituições, famílias e o poder público podem prevenir violências na formação esportiva de crianças e adolescentes?".

Gostaria de saber...

O Antônio Hora falará primeiro.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO (Para expor.) – Olha, no meu entendimento, o esporte, como instituição esporte, compõe uma rede de proteção social. Então, quando a gente fala que a criança... A Sra. Carolinne foi muito feliz quando ela disse: "Olha, na escola tem nossa criança, nosso jovem, nosso adolescente, e ali também está inserido o professor de Educação Física, que é o profissional responsável pela iniciação esportiva". Então, o ambiente é um ambiente saudável e protegido. Com as famílias participando no processo da educação, participando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como ator ativo junto à comunidade escolar, tendo professores, família e Estado como instituição, é um ambiente de proteção.

Dificilmente um atleta esportivo se envolve em situações adversas da sociedade. Normalmente, os jovens, quando são atraídos para atividades que não colaboram com a sua formação cidadã, estão desprotegidos, estão num ambiente que permite a invasão desses males da sociedade atual.

Então, a pergunta da Juliete é muito boa. Quero dizer que, realmente, com a participação efetiva da família e com o fortalecimento das práticas esportivas na escola, a gente cria um ambiente mais saudável para os nossos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Farei outra pergunta, e um dos dois pode responder também, para adiantar.

Marcelo, do Distrito Federal: "Como as instituições esportivas estão se adequando às novas exigências legais de prevenção a abusos e outras formas de violência contra crianças?".

A Juliete vai responder... Perdão, a Carolinne Neves vai responder.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – A Juliete fez a pergunta.

É só para acrescentar algo. Quanto à família, cuidador, que não tem pai, não tem mãe, mas tem um tio, tem uma tia, tem uma avó, o que nós temos que fazer é deixar acabar com essa cultura de colocar toda a responsabilidade da família na escola, na instituição. Então, ele falou muito bem que o projeto participação da família na escola é fundamental. Então, o pai e a mãe, o cuidador, têm que começar... A primeira forma de prevenir a violência é começar a acompanhar os passos dos seus filhos, é estar ali vendo o que está acontecendo de fato, desde a hora de colocar no ônibus para ir para a escola até a hora de buscar – saber. Nisso tem se pecado muito no meio da família. Então, a maior forma de prevenção é essa.

E as instituições, eu vejo assim, que... Eu vou falar das instituições, porque são acompanhadas pela lei de incentivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu vejo que muitas delas estão seguindo aqueles planejamentos anuais de prevenções de acordo com o ECA, plano de proteção contra a violência à criança e ao adolescente. E isso eu vejo que está crescendo muito, está se falando mais, estamos conseguindo chegar mais aonde estão os índices de violência, aonde a violência realmente acontece. As instituições precisam ser cobradas, sim. Nos projetos que são cadastrados para a lei de incentivo, nós conseguimos visualizar ações pontuais para essas práticas de violência contra a criança e o adolescente, até porque os conselhos tutelares, os conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente contra a violência, os CMDCA's, eu vejo que também estão acompanhando isso. Uma falha ou outra de uma instituição por não cumprir o seu papel, quando chega até nós, a gente consegue fazer uma campanha para se ter essa política de prevenção, desde a escola até os projetos sociais.

O senhor quer acrescentar alguma coisa sobre a ação de vocês enquanto instituição?

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO (Para expor.) – A CBDE tem uma política muito rígida na proteção dos nossos jovens, porque o nosso público-alvo são menores de idade, eles estão sempre fora do seu ambiente familiar, porque eles viajam para competir nos nossos eventos. Então, além da responsabilidade de termos um ambiente favorável ao desempenho esportivo, nós temos que salvaguardar a tutela temporária da sociedade brasileira. São os filhos de quem está ouvindo aí que estão sob a nossa responsabilidade.

Nesse sentido, a política é muito rígida. Nós temos aqui dois representantes, que é a Sra. Anne Affiune, que é Diretora de Governança e Processos, e a Ana Sofia, que é a Presidente da Comissão de Atletas. Essas duas mulheres têm um papel importantíssimo em relação a essa prevenção aos abusos dentro da prática esportiva na CBDE. A própria Comissão de Atletas promove seminários, conscientizando não só os adultos, mas também os menores de idade, para desenvolverem mecanismos de autoproteção. Então, ao primeiro sinal de que algo está transcorrendo fora do nosso código de ética, o jovem já procura um membro da Comissão de Atletas, que já se reporta à Diretoria de Governança e Processos, e a gente aciona imediatamente a nossa Comissão de Ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro do ambiente da CBDE, nós temos um ambiente totalmente protegido, porque nós temos políticas rígidas e temos atores independentes que fiscalizam e monitoram todo esse processo em que as crianças estão inseridas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado aos dois pela explicação, e aos dois internautas.

Quero fazer o registro aqui e agradecer a presença do Robson Aguiar, Vice-Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, e do Vereador Leandro Peixoto, do Município de Itajaí, Santa Catarina, coordenador técnico da seleção brasileira, idealizador do Projeto Nadar, projeto social para jovens.

Muito obrigado pela presença, Vereador Leandro.

Com a palavra a Sra. Tatiane de Andrade Rosa, Presidente da Associação de Pais e Atletas de Natação (Apan WS), que participará por videoconferência.

A SRA. TATIANE DE ANDRADE ROSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Estou representando a Apan WS, que é a Associação de Pais e Atletas de Natação WS, aqui de Curitiba. Nós surgimos em 2019, com a intenção de ajudar os atletas na parte de fomento para poder baixar os custos do esporte, que ficavam elevados para cada família.

A equipe WS já existe há vários anos, porém a Apan há apenas seis anos, e nós estamos trabalhando nesse caminho de formar atletas, conseguir formar atletas de alto rendimento, para que possam participar de competições esportivas em níveis mundiais, porque, em nível nacional, nós já temos, graças a Deus, temos seis atletas hoje com índice para participar de campeonatos nacionais.

Atendemos hoje crianças que vão de 8 até 18 anos. Temos 34 atletas no nosso quadro. Esses atletas chegam para a gente de forma espontânea, por busca espontânea, porque nós não temos como captar esses alunos em escolas, então eles vêm ao clube. No próprio clube em que a gente está, a gente faz a peneira entre os alunos que participam da natação e outros que vêm de fora, quando a gente abre a seleção eles vêm para tentar entrar na equipe. Então é dessa forma que a gente tem os nossos atletas, por busca espontânea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A natação, a gente sabe que é um esporte de alto custo, não só a manutenção da piscina, mas também a manutenção de todo o equipamento, assim como vários esportes. O desafio que a gente tem hoje é conciliar, principalmente quando o atleta chega ao ensino médio, escola e treinamento. Por quê? Hoje o ensino médio, com o ensino médio integral, acaba pegando esse tempo que o atleta tinha de treinamento. Então ele precisa hoje estar na escola, no tempo regular, fazer o estudo integral, o contraturno, e não sobra tempo para o treinamento. Então, esse é um grande problema que a gente tem encontrado hoje. Quando esses atletas já estão no nível de 14, 15 anos, estão chegando ao juvenil, conseguindo altos índices, muitos deles têm que desistir justamente por essa falta de conseguir conciliar escola e treinamento, porque, como é um treinamento de alto rendimento, precisa ser todos os dias, não tem como estar conciliando isso, então eles acabam sendo prejudicados.

Nós temos hoje, na associação, vários projetos em parceria com o município. Nesse sentido, o Município de Curitiba é muito aberto ao patrocínio de esportes, pela lei de incentivo de esporte também, a gente conseguiu, no ano passado, porém, a gente está tendo dificuldade em conseguir as empresas para poder fazer essa captação de recursos.

E é isso o que, no momento, tenho para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Tatiane de Andrade Rosa, você trata de um tema extremamente recorrente. É necessário que haja um resgate para que se possa realmente haver maior organização, maior disponibilidade de recursos, enfim, para viabilizar, porque a natação é um esporte que dá uma visibilidade enorme, tanto para os jovens, quanto para as escolas, logicamente, e finalmente, nas disputas olímpicas, para o país.

Então, as suas explicações estão sendo todas cadastradas aqui e acompanhadas para que, no relatório final, depois, a Presidenta da Comissão, a Senadora Leila Barros, conhecida, campeã, todos a conhecem, uma atleta de alto rendimento do vôlei, possa apresentar essas proposições.

Eu vou fazer outra pergunta, apenas para adiantar e, no final, eu deixo as perguntas para os participantes desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Alan, de Tocantins, pergunta: "Como indicadores nacionais podem monitorar a efetividade das políticas de proteção infantojuvenil no esporte?".

Antônio Hora.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO (Para expor.) – Olha, é uma pretensão muito grande, enquanto Presidente de uma entidade privada, falar em nome de uma nação. Então, eu não me sinto qualificado, mas, de qualquer forma, eu posso dar uma contribuição.

A CBDE tem um planejamento estratégico e estabelece os seus próprios indicadores de desempenho, suas próprias metas. Tudo isso está lincado aos nossos pilares estratégicos. Então, esse planejamento foi elaborado com a participação de todos os *stakeholders*, todos os colaboradores, escolas, famílias, atletas, técnicos, árbitros, federações, Governo. Todos os atores que compõem o cenário da nossa atuação esportiva foram consultados e colaboraram com o nosso planejamento estratégico. Quando nós estabelecemos lá um pilar estratégico de inclusão esportiva, todas as ações são voltadas para garantir que o maior número de alunos seja ativamente esportivo. Quando a gente estabelece lá o pilar de educação e cultura, a gente garante que no evento esportivo não apenas ele pratique esporte, mas ele também possa fazer uma formação, uma campanha de conscientização, que ele possa desfrutar de momentos culturais com outros estados ou outros países, ou seja, todos esses objetivos estão entrelaçados, e temos indicadores de desempenho que são monitorados pela diretoria de governança e processos.

É muito específica a minha resposta, mas, como eu falei, seria pretensão minha falar por uma nação.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – De qualquer forma, Antônio, como Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar, você faz uma síntese do que, na verdade, são indicadores de tendência. Isso já é bom porque tanto a audiência aqui presente quanto os internautas e aqueles que assistem a esta sessão, neste momento, a esta audiência pública podem avaliar exatamente, em termos de conteúdo, qual é a finalidade exatamente de atendermos nessa proteção infantojuvenil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Jairo Fernando Luciano, Presidente da Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica de Ponta Grossa, que participará por videoconferência.

O SR. JAIRO FERNANDO LUCIANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Muito obrigado por poder participar com vocês.

Eu sou o Presidente da Apag, daqui de Ponta Grossa. A Apag é a Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica. É uma associação sem fins lucrativos que foi feita pela minha sogra, na verdade, em 2001. Até 2012, mais ou menos, ela ficou meio inativa porque era um sonho da minha sogra – minha esposa foi ginasta, participou das seleções ali na Unopar Londrina –, e, a partir de 2013, a gente assumiu a associação. Só que o nosso grande problema hoje é a questão de incentivo.

Em 2022, a gente conseguiu a utilidade pública para tentar dar um caminho, um seguimento maior para as crianças e jovens aqui de Ponta Grossa. Como a nossa associação é a única no momento aqui de Ponta Grossa que é federada, a gente participa das competições da federação e futuramente a gente quer participar até da CBG também. Só que, como a gente fala, a gente é uma associação pequena, de pais e amigos. Então, para a gente hoje, o que é mais difícil conseguir, a gente vai atrás, a gente está tentando, é a Lei de Incentivo ao Esporte. A gente tem muita dúvida sobre isso. Como eu disse, eu sou novo nesse ramo de ginástica rítmica, meu esporte era outro, eu trabalhava mais com esporte e lazer, mas a gente está tentando.

A nossa escola, atualmente, conta, em média, com uns 80 alunos. Muitos deles são alunos bolsistas, que a gente pega, a nossa seleção... Também a gente não tem uma seleção própria, então a gente vai mais no boca a boca; é um pai que gosta, que vai lá e fala para outro...

E o que eu posso dizer mais sobre a nossa associação é que a gente está disputando e tentando abrir um leque maior, porque a gente vê que, hoje em dia, a ginástica rítmica, a natação e o handebol são esportes que, a meu ver, ainda não têm aquela visibilidade maior no cenário nacional. Então, a gente está tentando ver se a gente consegue fazer um incentivo maior, tentando buscar dar um incentivo maior para essas crianças. A minha filha hoje é atleta de ginástica rítmica, e eu sei como é difícil, como é complicada a vida de um pai. Então, a gente tenta sempre dar o apoio para a família para tentar deixá-la o mais confortável possível para poder confiar na gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu tenho a dizer creio que seja isso, né? Tenho muitas dúvidas que eu queria ver se eu consigo retirar nesta sessão. Mas é isso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu, até por sugestão da Carolinne, vou pedir ao Vereador Leandro Peixoto, do Município de Itajaí, Santa Catarina, para que você possa fazer, em cinco minutos, um resumo da sua experiência na captação de atletas e no acompanhamento e controle dessa atividade tão importante para o esporte inicial nessas categorias.

O SR. LEANDRO LUY PEIXOTO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador. Obrigado pela oportunidade. Bom dia, Carolinne, Sr. Antônio, que preside uma importante entidade do nosso país, em especial nessa base de formação.

Estou Vereador hoje em Itajaí, mas vim de uma formação esportiva. Sempre fui atleta, cheguei a nadar campeonato sul-americano, cheguei a nadar campeonato mundial, mas o mais importante que o esporte construiu para mim acredito que foi essa base de formação de fato; me deu a oportunidade de hoje ter conseguido idealizar e ajudar a formação do Nadar, lá em Itajaí, que hoje tem toda a nossa região ali da foz do Rio Itajaí e contempla quase 7 mil alunos de natação e outras modalidades paralelas.

Dando essa formação, dando essa base importante para eles, o esporte é capaz de levar essas crianças muito mais além. Se vai se tornar um atleta olímpico, não importa; mas basicamente o esporte vai dar a formação que elas precisam para se tornarem adultos disciplinados, adultos competitivos, adultos que vão saber lidar com frustração, porque hoje a gente tem uma geração muito dificultosa em relação a isso.

O esporte pode, sim, dar essa base para toda essa geração que está vindo, e por isso a importância dessa base de formação, de a gente estar incentivando-a cada vez mais, dado que o esporte – é unânime – é uma ferramenta de transformação social absurda, que capta muito fácil a criança, capta o adulto, para se manter saudável, capta... Hoje temos dados alarmantes no nosso país: 33% dos nossos adolescentes estão obesos ou acima do peso, por conta de telas, por conta da fuga, da falta de espaços esportivos – e nisso se pode estar trabalhando, é nisso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem trabalhado fortemente para poder ampliar, oferecer, oportunizar o esporte na vida de cada criança dessas lá, regionalmente, mas tentando ampliar para todo o Brasil.

No esporte em que me formei, tocamos, junto com o campeão olímpico César Cielo, que se mudou para Itajaí por conta do projeto social e que está fazendo uma ampliação... Conseguimos montar um núcleo modular e tivemos o primeiro modelo instalado no bairro São Paulo, em Navegantes, que é um bairro de extrema vulnerabilidade social. Conseguimos montar uma piscina de atendimento gratuito às crianças daquele bairro; hoje atendemos quase 800 crianças e idosos dentro daquele bairro, que nunca teriam acesso a isso. Quando eu falo de oportunizar o esporte a essas pessoas, não é formar unicamente atletas, mas mostrar para eles que é possível, mostrar que cada uma dessas crianças que está começando lá vai poder chegar à frente se quiser ser um atleta, vai ter a oportunidade. Isso pode, sim, mudar a vida dela, com uma bolsa de estudo daqui para a frente, mudar a vida de toda aquela família, levando saúde, levando educação para dentro da casa, levando segurança, porque, como bem falou o Sr. Antônio, uma criança formada no esporte dificilmente, muito dificilmente, vai ser um adulto fora de um padrão social esperado, né? É importante.

E aí eu provoco os senhores, através da própria Comissão, para que a gente tente, através aqui do Senado, chegar ao COB e ao CBC. Eu tive a oportunidade, durante essa minha construção de vida, de hoje estar como coordenador técnico da Seleção Brasileira de Águas Abertas, e a gente tem enfrentado alguns desafios. Por quê? Em nível mundial, já temos a categoria de 12 anos acima, contando com uma formação de base, contando com uma formação esportiva dessas crianças – em nível mundial. Tivemos agora uma chinesa de 12 anos, quinta do mundo do campeonato mundial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO LUY PEIXOTO – Então, tem, sim, crescido a formação, e não é precoce; tem, sim, crescido a formação esportiva, mas tanto o CBC quanto o COB levam como base 14 anos completos para poder investir numa criança dessas, sendo que o mundo todo está numa tendência de ser já a partir de 12. Então, hoje, nem o CBC nem o COB financiam viagens internacionais para uma criança dessa que hoje teria a oportunidade e condição técnica para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provoco a Comissão para que seja possível interceder, trabalhar, discutir junto com essas entidades, porque se pode, sim, estar influenciando na formação de toda uma geração do esporte do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer ao Vereador Leandro Peixoto pela apresentação, mostrando parte da sua experiência nessa área, o que, na verdade, contribui também para esta audiência pública.

Como última oradora, eu gostaria de convidar a Ana Sofia, Presidente da Comissão de Atletas da CBDE, para falar, por cinco minutos, da sua experiência.

A SRA. ANA SOFIA VALENTE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer a oportunidade e vou me apresentar, falando sobre duas vertentes: um pouquinho da minha experiência como atleta e, hoje, como gestora.

Eu sou Ana Sofia Valente, Presidente da Comissão de Atletas da CBDE, profissional de educação física formada há cinco anos e sou lá de Belém do Pará, do norte. Fui atleta de natação... Acredito que a modalidade de natação está em peso hoje. (*Risos.*)

Fui diversas vezes campeã paraense, fui campeã brasileira, medalhista sul-americana, e trafeguei por aqueles caminhos do alto rendimento também.

Eu gostaria de enfatizar a minha participação no desporto escolar. Fui atleta do sistema CBDE com 16, 17 anos, pude experimentar um pouco desses dois caminhos que nós estamos debatendo hoje, mas gostaria de falar na condição de representante dos atletas.

Hoje, eu vejo a importância que foi a minha participação no ramo do desporto escolar, porque, naquele momento de 16, 17 anos, a gente está naquela transição ali, no finalzinho de escola, pegando aquela pressão de Enem, de vestibular... Acredito que o principal diferencial na minha vida e na minha rotina foi a questão de ter participado de um evento da CBDE, no qual eu tive a oportunidade de nadar, ganhei três medalhas – duas de bronze e duas de prata –, mas ali naquele momento foi o primeiro impacto que eu tive ao observar a diferença do que era escolar e do que era alto rendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No alto rendimento, como todos sabem aqui, e na natação principalmente, cheguei a participar de diversos campeonatos brasileiros no Corinthians, no Pinheiros, a gente ia para a competição financiada, a muito custo, pelos meus pais, que também não tinham muitas condições. Nos estados do Norte – e eu falo como atleta –, em certos momentos, a gente se vê como invisíveis ou como esquecidos. Essa foi uma das experiências que mais impactou a minha carreira como atleta.

E eu gostaria de falar aqui um pouquinho também de uma vertente da CBDE, que procura democratizar o esporte em todo o país. Como o Presidente Hora falou, nós temos entidades federativas filiadas à CBDE nos 27 estados, e isso possibilita a todos os atletas, aqueles que têm condições ou não de estarem dentro do esporte, terem a oportunidade de não só participar de eventos nos seus estados, mas também de participar em outros estados e conhecer novas culturas, do nosso grande Brasil.

Com isso, eu gostaria de trazer que, hoje, como professora de educação física e gestora, eu pude ver outro lado da moeda, agora dentro da CBDE. A gente está diretamente trabalhando com a equipe da CBDE e a governança, no sentido de proporcionar a melhor experiência para aquele atleta.

Como já fui do sistema, a gente sempre pensa, eu e a minha equipe... Só contextualizando o que é a Comissão de Atletas da CBDE, nós somos formados por 15 representantes, cada representante ali de uma região do país. Assim, a gente consegue alcançar o máximo de representatividade dos nossos atletas.

O nosso principal objetivo é o bem-estar do atleta, e a maioria de nós da Comissão de Atletas já foi atleta do sistema. Então, a gente consegue ser essa ponte entre os atletas e a CBDE.

Quando o Presidente Hora falou sobre a segurança que os nossos atletas têm no sistema CBDE,é que a Comissão de Atletas está diretamente ligada aos atletas durante todo o período dos nossos eventos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA SOFIA VALENTE – Em todos os momentos, a gente está ali do lado do atleta, então, quando o atleta está passando por alguma dificuldade, tanto psicológica quanto de segurança, com relação à pressão psicológica dos técnicos ou pressão mesmo da família, que existe, eles acionam a Comissão de Atletas, e a Comissão de Atletas aciona a CBDE, para a gente pensar em políticas e em projetos, para que a gente consiga proporcionar a esses atletas uma melhor experiência dentro dos nossos eventos.

Então, eu agradeço a oportunidade. Eu acho que vocês conseguiram entender um pouquinho da diferença do desporto escolar e do desporto de alto rendimento na vida do atleta. E eu acredito que a CBDE, como a maior entidade do desporto escolar no Brasil, fez muita diferença na minha vida, e hoje eu luto para que os atletas e jovens de hoje em dia possam ter a mesma possibilidade de experiência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer à Ana Sofia, Presidente da Comissão de Atletas da CBDE, pela exposição, pelo resumo didático e, obviamente, alcançado por todos, mesmo pelos que não fazem parte da atividade.

E encerrando a presença dos convidados, passo agora aos nossos convidados, por até dois minutos, para considerações finais, principalmente aos dois presentes: Carolinne Neves e Antônio Hora Filho.

A SRA. CAROLINNE GOMES NEVES DE CARVALHO (Para expor.) – Quero agradecer a oportunidade. Quero aqui deixar já provocados mais debates sobre essa pauta, que venhamos a conversar mais sobre isso. Realmente lá na ponta, realmente na educação, falar mais sobre a questão da base, formar... A questão escolar é muito importante.

Só quero dizer também que eu estudei em escola pública de tempo integral, lá descobri o vôlei, joguei vôlei, estudei em escola particular com bolsa escolar para jogar naquele time. Não segui a carreira porque peguei outros rumos, mas me tornei uma boa mãe, uma boa profissional e hoje estou aqui defendendo, porque eu sei da importância que é o esporte, tanto no âmbito escolar quanto no âmbito social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim, eu acho que nós aqui estamos representando esse povo, esse grupo, muitas vezes vulnerável, que precisa sim de voz. Então aqui viemos ser essas vozes aqui em nível nacional, para defender essas políticas e levar o esporte para todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Antônio Hora.

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO (Para expor.) – Parabéns, Carolinne, me sinto plenamente representado pela sua fala. Eu só queria incluir que a CBDE, além de trazer também os atletas para a gestão da entidade, nós temos outras políticas, por exemplo, a política de equidade de gênero. Nas competições da CBDE, nós garantimos que a metade dos participantes seja mulheres. Isso é algo diferente e que a CBDE saiu na frente.

Temos também outra política que é incluir os estados que historicamente estavam afastados das práticas esportivas, a exemplo de Roraima, Rondônia, Acre, Sergipe. Então, o projeto do JEBs, que é o nosso maior projeto hoje, inclui em iguais condições, igual quantidade de participantes, todos os estados.

Nós temos aqui o Prof. Hélcio, que é Diretor do Colégio Amorim, o maior incentivador privado do esporte escolar brasileiro. É uma escola que faz um investimento próximo de R$10 milhões por ano de bolsas para que atletas como a senhora possam ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO HORA FILHO – ... uma formação numa escola de qualidade particular, e que possam seguir suas carreiras profissionais quando não optarem pela vida esportiva.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Gente, nós ficamos extremamente gratificados e em nome também da Senadora Leila Barros, Presidente desta Comissão. É uma lástima ela não poder estar presente – ela que é atleta, que conhece a linguagem de vocês com mais propriedade –, mas, de qualquer forma, ela está presidindo no Senado agora, no Plenário do Senado, um evento em relação ao aniversário do Hospital Universitário de Brasília, ela que é Senadora por Brasília.

Tenho certeza de que, quanto aos dados aqui apresentados, ela deverá ter conhecimento e, é lógico, fazer uma extensão do que vocês falaram aqui, para tentar otimizar todos os meios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós possamos contribuir definitivamente com esse segmento, que é importantíssimo na formação de atletas no país.

Portanto, quero agradecer a presença dos convidados que participaram desta audiência pública. Certamente a participação de todos colaborará com a formação esportiva dos jovens do Brasil.

Peço que aguardem em seus lugares, pois realizaremos, na sequência, a deliberação de dois requerimentos.

Segunda parte, deliberativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 38, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em São Paulo, com o objetivo de visitar a sede do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Subscrito por mim.

Votação.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 39, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer o CT Time Brasil e a Sede do Comitê Olímpico do Brasil.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Subscrito por mim.

Votação.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Informações sobre participação nas diligências.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores interessados em participar das diligências externas ao Comitê Paralímpico Brasileiro e ao Comitê Olímpico do Brasil, aprovadas nesta reunião, deverão manifestar-se por meio de *e-mail* à Secretaria desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta excelente sessão, que foi muito produtiva, inclusive pelo nível de profissionalismo que cada um de vocês que aqui se manifestou apresentou, deixando como herança ensinamentos e, acima de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, sugestões que podem ser aproveitadas por esta Comissão de Esporte do Senado da República.

Deus os abençoe e muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Teresa Leitão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Romário, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 423, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o reconhecimento da prática do futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo) ao Projeto de Lei n° 423, de 2025. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 434, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o reconhecimento da prática da altinha ou altinho como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei n° 434, de 2025, com a Emenda nº 1 - CEsp. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 40, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como parte da avaliação da política pública da Comissão de Esporte aprovada no Requerimento n° 6/2025, em 26/03/2025, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. O referido Programa é uma iniciativa do Governo Federal voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de outubro de 2025.

Sras. e Srs. Senadores, convidados presentes, autoridades do esporte e todos que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado, inicio mais esta reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal, compartilhando com todos um momento muito especial que vivi nos últimos dias.

Eu tive a honra de acompanhar, como convidada, a fase final do Campeonato Mundial Masculino de Vôlei, realizada em Manila, nas Filipinas, a convite da Federação Internacional de Voleibol e da Federação Nacional de Voleibol das Filipinas, e de autoridades filipinas, em especial à Senadora Pia Cayetano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retornar àquele país, em que vivi uma história de sucesso e vitórias com a camisa da seleção brasileira, quando participávamos do Grand Prix do Mundial de Vôlei, e em que tive muito amor e carinho por parte do povo das Filipinas, foi para mim, sinceramente, um motivo de profunda emoção. As homenagens que recebi, vindas de uma torcida que jamais me apagou da sua lembrança, trouxeram à tona recordações da época em que a então jogadora Leila pôde sentir dentro e fora das quadras a força e o calor humano daquele povo.

Eu não posso deixar de registrar a minha gratidão por esse reconhecimento e por tudo que vivi nesses dias. Na verdade, foram quase 30 horas, quase 30 horas de ida, mais 30 de volta, para ficar só 48 horas. Loucura, né, gente? Mas valeu cada momento, cada minuto ali no país. Sinceramente, nem nos meus melhores pensamentos eu iria imaginar ter tamanha recepção de um povo que está do outro lado do planeta, um fuso horário de 11 horas, e, depois de 25 anos – nós estamos falando de um hiato de 25 anos, um hiato geracional de 25 anos – você ser recebida... Está aqui a Ana Moser que jogou comigo, que participou comigo de inúmeras missões pela seleção brasileira de vôlei.

Eu vivi aquilo, eu fui junto com a Ricarda, que também jogou com a gente. Então, foi algo muito emocionante. Só para vocês terem noção, tem uma Leila na seleção nacional, e, por onde eu andava, tinha – sem brincadeira – eu vi ali umas... Eu conheci umas dez Leilas, de pessoas, de meninas, numa faixa etária de 17 a 22 anos, que tinham os seus nomes em homenagem à minha pessoa. Nossa, realmente foi algo muito interessante.

Além das homenagens, eu cumpri uma agenda institucional com Senadores e autoridades das Filipinas, sempre levando o esporte como o tema central das nossas conversas.

Tivemos a oportunidade de dialogar sobre a cooperação e o intercâmbio esportivo e políticas públicas que podem inspirar tanto o Brasil quanto aquele país.

E, por fim, eu tive a satisfação de testemunhar, ao longo da quadra, o final do Mundial Masculino de Vôlei entre as duas seleções – da Itália e da Bulgária – e a honra de entregar as medalhas aos campeões da seleção italiana.

Mas, senhoras e senhores, a vida esportiva brasileira também segue, trazendo-nos motivos de orgulho e notícias importantes. Eu não poderia deixar de iniciar registrando o feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extraordinário, há cerca de duas semanas, do nosso medalhista olímpico aqui de Brasília, de Sobradinho, o Caio Bonfim, que conquistou o inédito ouro, na marcha atlética de 20km, no Mundial de Atletismo, em Tóquio, depois de ter sido prata na prova dos 35km, dias antes.

Mais este feito do nosso Caio, somado a toda a sua brilhante carreira, confirma que ele se tornou um dos maiores atletas da história do nosso país e, certamente, confirma que é um dos maiores marchadores do mundo na atualidade, e ainda trará muitas alegrias não só para Brasília, mas para todo o nosso país.

No vôlei de praia, a Carol e a Rebecca brilharam, ao vencer a Thâmela e a Vic de virada, conquistando a etapa do Circuito Mundial, etapa que foi no Rio de Janeiro, no último final de semana.

No boxe, Arrison Junior sagrou-se bicampeão brasileiro, em torneio que garantiu ainda quatro medalhas para Roraima.

Já na natação, o Brasil brilhou no Mundial Paralímpico, com as conquistas de ouro do Gabrielzinho e da Mariana Gesteira, e terminou a competição com a honrosa sexta colocação.

Na ginástica artística, o Brasil encerrou sua participação na Copa do Mundo da Hungria, com cinco pódios. A nossa Flávia Saraiva encantou o mundo com o ouro, na trave, e sua já tradicional dancinha. Tivemos também a dobradinha no solo de Júlia Soares, conquistando a prata, e Júlia Coutinho, de apenas 15 anos, com o bronze, além do bronze, Ana Luiza Lima, nas barras assimétricas. E ainda houve a conquista masculina da medalha de prata, nas barras paralelas, de Caio Souza.

A todos esses atletas eu quero, em nome de toda a nossa Comissão, dar os parabéns.

E, falando em ginástica, é importante registrar que Brasília foi confirmada como sede do Campeonato Brasileiro de Ginástica Artística para 2026. A cidade também foi escolhida para ser a capital do Mundial de Paraciclismo, em 2029, consolidando-se, cada vez mais, como centro de grandes eventos, além do Mundial de Marcha Atlética, que vai ser no próximo ano aqui também em Brasília. Vamos torcer para o Caio, vamos torcer para o Brasil. Com certeza, eu tenho... Eu e o Chico – não é, Chico? – temos participações, ali, confirmadíssimas, na torcida pelos nossos atletas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre a capital, registro que os Jogos da Juventude Caixa Brasília 2025 chegaram ao fim, com grande sucesso, reunindo milhares de jovens atletas de todo o país e deixando um legado para a nossa cidade, em termos de estrutura.

Por fim, senhoras e senhores, eu não posso encerrar esta fala sem registrar, com imenso pesar, a perda de um ícone na narração esportiva brasileira, o jornalista Paulo Soares, o nosso Amigão da Galera, que nos deixou na última – ontem, não é? – segunda-feira, aos 63 anos.

Paulo Soares foi um dos principais narradores e apresentadores do nosso país. Tive a honra de ter jogos narrados por ele e sempre admirei sua competência e a capacidade única de transmitir com emoção, narrar com emoção o esporte brasileiro, o esporte mundial. Mais do que um narrador, segundo todos os testemunhos, era um ser humano mais do que especial, a ponto de ter se tornado verdadeiramente o amigão, o amigão de todos nós.

Eu recordo ainda da dupla icônica que formou com Antero Greco, que partiu há um ano e meio. Juntos marcaram época no programa SportsCenter, levando informação, descontração e paixão pelo esporte a milhões de brasileiros. E hoje nos conforta imaginar que ambos estão novamente juntos em um plano, em algum plano, claro, fazendo a alegria de quem puder ouvi-los, né? Mas a quem teve a oportunidade de ver a narração, ver os comentários de ambos... Realmente, vão deixar saudade para todos nós que amamos o esporte.

Aos familiares, amigos e colegas de profissão, deixo aqui, em nome da Comissão de Esporte, nossos sinceros sentimentos e também toda solidariedade da nossa Casa à família e aos amigos.

Bom, nós vamos à pauta. Ela vai ser muito rápida hoje, mas nós temos uma sequência ainda de audiências públicas – né, Flávio? – para o mês de outubro.

Só um minuto.

Vamos agora aos comunicados da Presidência.

Comunicamos que, em atenção ao pedido feito por esta Comissão, por meio do Ofício 138/2025, CEsp, o Ministério do Esporte encaminhou à Comissão as respostas aos Requerimentos nºs 26 e 33, de 2025, referentes aos programas: Programa Paradesporto Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Rede, respondido pela Secretaria Nacional de Paradesporto; e o Programa Segundo Tempo, respondido pela Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social. As respostas já foram encaminhadas aos Senadores, membros e disponibilizadas na página da nossa Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu gostaria mais uma vez de registrar aqui a presença da Ana Moser e do Rafael Lane, que representam a Atletas Pelo Brasil; e da Sra. Samira Socorro Nunes de Souza e do Sr. Natanael Pereira Barros, da Associação Petrolinense de Atletismo, da cidade de Petrolina, em Pernambuco. Sejam todos bem-vindos.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão. Então, nós vamos para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 423, DE 2025

- Terminativo -

Dispõe sobre o reconhecimento da prática do futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concedo a palavra agora ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Esporte, Senador Chico Rodrigues, para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Bom dia a todos e a todas.

Antes, eu não poderia deixar de fazer o registro aqui, com muita alegria, apesar da juventude latejante e inquieta, pela passagem do aniversário da Senadora Leila Barros ontem. Está saindo do forno o seu aniversário, não é? Então, deixe-me dizer a ela que Deus a abençoe, lhe dê ainda muitas vitórias e conquistas na sua vida, muita saúde, muita alegria, junto com a sua família, com o seu esposo e seus filhos. E, obviamente, que se alargue o caminho para o retorno no próximo ano ao Senado da República por Brasília. Então, quero deixar aqui esse registro, porque, na verdade, ela é uma gigante, tanto no esporte quanto na vida.

Vou pedir a V. Exa. para apresentar a análise desse PL do nosso querido Senador Romário, o PL nº 423, que dispõe sobre o reconhecimento da prática de futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.

Análise.

Conforme disposto no inciso IV do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Esporte opinar sobre proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que o PL nº 423, de 2025, contribui para dar lastro institucional a uma prática já difundida no país, favorecendo a formulação de políticas públicas consistentes sem criar obrigações onerosas para a administração pública.

Nesse sentido, é da nossa compreensão que o reconhecimento formal da modalidade funcionará como sinalização regulatória para programas de fomento, editais, parcerias e calendário de eventos, ampliando o alcance social do esporte com baixo impacto fiscal e administrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista social e econômico, a proposição potencializa benefícios de saúde pública, prevenção e convivência comunitária, além de estimular o turismo esportivo e a economia do entorno de praças, parques e praias em que o futevôlei é praticado.

Em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, da Constituição Federal) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Quanto à constitucionalidade material, juridicidade e técnica legislativa, o PL precisa de reparos.

O art. 3º do PL possui característica meramente autorizativa. A previsão de que o Poder Executivo poderá regulamentar a futura norma é inócua, visto que a competência para expedir decretos e regulamentos já é uma prerrogativa do Executivo, conforme estabelece o art. 84, IV, da Constituição Federal.

Ademais, o trecho que sugere "a criação de uma comissão" representa um vício de iniciativa indireto, ao invadir a competência privativa do Chefe do Executivo para legislar sobre a criação de órgãos da administração pública (art. 61, §1º, da Constituição Federal).

Ao tentar autorizar o que não poderia determinar, há violação ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Constituição Federal), com potencial interferência na autonomia e na esfera de gestão do Executivo, que tem a discricionariedade para decidir sobre a conveniência e oportunidade de tais atos. Assim, propomos a supressão integral do art. 3º para garantir a higidez constitucional do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à técnica legislativa, há referências, nos arts. 2º e 3º do texto, à prática do esporte "altinha". Trata-se de aparente erro material, já que o PL trata da modalidade esportiva denominada futevôlei.

Por essas razões, apresentamos junto ao voto emenda substitutiva que consolida os referidos ajustes.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 423, de 2025, na forma do substitutivo a seguir:

EMENDA Nº 1-CEsp (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 423, DE 2023
Dispõe sobre o reconhecimento da prática do futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Fica reconhecido o futevôlei como modalidade esportiva.
Art. 2º A prática do futevôlei será promovida e facilitada por meio das seguintes diretrizes:
I – Inclusão de espaços públicos adequados para a prática do futevôlei em praças, parques e praias;
II – Realização de eventos esportivos e culturais que incentivem a prática e a divulgação da modalidade;
III – Capacitação de monitores e treinadores para orientação de iniciantes e desenvolvimento de habilidades;
IV – Parcerias com instituições de ensino para a inclusão do futevôlei nas atividades extracurriculares;
V – Criação de campanhas de conscientização sobre os benefícios da prática do futevôlei para a saúde física e mental;
VI – Criação de parcerias com organizações esportivas e sociais para a promoção do futevôlei em comunidades carentes.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pelo relatório, e o parabenizo, Senador Chico Rodrigues.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Essa votação será nominal.

Eu queria consultar aqui a equipe da Comissão se poderíamos fazer a leitura dos dois projetos, já que os dois projetos são terminativos, e aí faríamos a votação, pode ser? (*Pausa.*)

Então, eu vou passar para o item 2, e abriremos o painel para as votações. Eu acho que é mais profícuo se fizermos assim.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 434, DE 2025

- Terminativo -

Dispõe sobre o reconhecimento da prática da altinha ou altinho como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta

Eu vou conceder a palavra agora ao Senador Chico Rodrigues para a leitura do seu segundo relatório. Na sequência, a votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu peço a V. Exa. para ir à análise do projeto – porque o relatório está completo, já é de conhecimento de todos –, que dispõe sobre o reconhecimento da prática da altinha ou altinho como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.

Da análise.

Conforme disposto no inciso IV do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Esporte opinar sobre proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva.

No mérito, destaca-se que o Projeto de Lei nº 434, de 2025, confere respaldo institucional a uma prática já consolidada no país, favorecendo a formulação de políticas públicas consistentes sem impor encargos excessivos à administração pública.

O reconhecimento formal da modalidade atua como sinal regulatório para programas de fomento, editais, parcerias e calendário de eventos, ampliando o alcance social do esporte com impacto fiscal e administrativo reduzido.

Sob a ótica social e econômica, a medida reforça benefícios relacionados à saúde pública, à prevenção e à convivência comunitária, além de fomentar o turismo esportivo e dinamizar a economia das áreas urbanas e litorâneas onde a altinha é praticada.

Em decorrência do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

No que respeita à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade material, juridicidade e técnica legislativa, o PL precisa de reparos.

O art. 3º do PL possui característica meramente autorizativa. A previsão de que o Poder Executivo poderá regulamentar a futura norma é ineficaz, visto que a competência para expedir decretos e regulamentos já é uma prerrogativa do Executivo, conforme estabelece o art. 84, IV, da Constituição Federal. Ademais, o trecho que sugere "a criação de uma comissão" representa um vício de iniciativa indireto, ao invadir a competência privativa do Chefe do Executivo para legislar sobre a criação de órgãos da administração pública (art. 61, §1º, da CF).

Ao tentar autorizar o que não poderia determinar, há flagrante violação ao princípio da separação dos Poderes (art. 2º da CF), com potencial interferência na autonomia e na esfera de gestão do Executivo, que tem a discricionariedade para decidir sobre a conveniência e oportunidade de tais atos. Assim, propomos a supressão integral do art. 3º para garantir a higidez constitucional do projeto.

Por essas razões, apresentamos emenda supressiva que consolida os referidos ajustes.

Voto, Sra. Presidente, que é o que interessa neste projeto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 434, de 2025, com a emenda a seguir:

> EMENDA Nº 1-CEsp
> Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 434, de 2025, renumerando-se o artigo seguinte.

Esse é o relatório, ao tempo em que, Sra. Presidente, deixo aqui, mais uma vez, o registro da iniciativa do nosso também craque Romário, que, obviamente, apresenta esses projetos que ele conhece com precisão cirúrgica, com minudência de detalhes, pela importância desses esportes nas quadras, nas praias, enfim, inclusive, como instrumento de turismo também – por que não? –, quando a gente vê, nas competições municipais, estaduais, federais, internacionais, a prática desses esportes já tomando conta, dominando os campos e as quadras do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, deixo o registro aqui, mais uma vez, o elogio, até sem muita necessidade de fazer o elogio ao Senador Romário, que tem uma contribuição enorme ao esporte brasileiro; assim como a Senadora Leila Barros, aqui presente; e também a, não menos craque, atleta Ana Moser, que hoje está aqui, participando também desta sessão deliberativa, e na apresentação e encaminhamento de voto e aprovação, para que sejam realmente sancionados esses dois projetos, de autoria do nosso colega Senador Romário.

Portanto, esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Eu acho que não é menos craque não. Aliás, a Ana Moser foi a mais craque. Não é, Aninha? Pois é, a Aninha é uma liderança absoluta da nossa geração e uma inspiração para as que vieram depois, com certeza.

Bom, essa votação do substitutivo será nominal. Vai ser em bloco, tá?

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 423, de 2025, e o Projeto de Lei 434, de 2025, nos termos dos relatórios apresentados.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim", tá?

E as Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Registro a presença aqui do Senador Sérgio Petecão. Bom dia, Petecão!

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Bom dia!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Peço para a nossa Secretaria entrar em contato com as assessorias para votação. (*Pausa.*)

Enquanto nós aguardamos a votação dos colegas, dos Senadores, nas duas matérias, eu vou para o item 3, que é simbólico, é um requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 40, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como parte da avaliação da política pública da Comissão de Esporte aprovada no Requerimento nº 6/2025, em 26/03/2025, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. O referido Programa é uma iniciativa do Governo Federal voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

A votação dela será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, item 3 da pauta.

Agora vamos aguardar finalizar a votação em bloco dos dois itens, itens 1 e 2 da pauta. (*Pausa.*)

Nós chegamos ao quórum de votação. Consulto os Senadores se podemos encerrar. Senador Chico, podemos? Já chegamos no quórum, não é? (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação.

A votação está encerrada.

Podemos abrir, por favor, o placar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Houve 7 SIM; nenhum NÃO.

E também nenhuma abstenção.

O projeto está aprovado, com a Emenda 1, da CEsp, ao Projeto 423, de 2025. Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas. O substitutivo aprovado será agora apreciado em segundo turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado.

Aprovado o Projeto de Lei 434, de 2025, com a Emenda 1-CEsp. Essa matéria será encaminhada à Secretaria da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

O próximo turno suplementar vai ficar para a próxima reunião, já avisando que, na próxima, nós teremos uma audiência pública muito importante, comandada pela Senadora Teresa Leitão, sobre o Programa Segundo Tempo, um programa que já está há anos... A gente sabe que tem realmente algumas críticas feitas ao programa, e é importantíssimo nós termos aqui principalmente o Governo Federal, no caso o Ministério do Esporte, para tratarmos sobre o programa, porque são recursos investidos, e a gente sabe que ele precisa melhorar. Precisamos ouvir os responsáveis e, acima de tudo, saber como o Senado Federal pode, de alguma forma, ajudar no sentido da execução do programa.

O item 3 já foi aprovado. (*Pausa.*)

Eu quero agradecer ao Senador Chico Rodrigues, que foi Relator dos dois projetos, o PL 423 e o PL 434. Quero parabenizar o Senador Romário e o requerimento também para audiência pública cuja requerente foi a Senadora Mara Gabrilli, que trata sobre o paradesporto, sobre o Programa Paradesporto.

E vamos agora ao encerramento.

Quero agradecer a participação de todos. Foi rápido, mas, na próxima semana, como falei, teremos uma audiência pública importantíssima aqui na nossa Comissão de Esporte, capitaneada pela Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, já agradecendo aos servidores da nossa Comissão, aos Senadores e a todos os presentes, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima quarta.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Leila Barros e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e oito minutos e reaberta às onze horas e dezenove minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 37/2025 - CEsp, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 7/2025 - CEsp, de autoria Comissão de Esporte. **Finalidade:** Reunir e compreender as avaliações qualificadas sobre a execução e os impactos do Programa Segundo Tempo (PST). **Participantes:** Sr. Paulo Afonso Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte (representante de: Secretário Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social); Sr. Thiago Izzo Storch, Diretor da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU; e Sra. Juliana Marta Antunes Ramos, Pesquisadora. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei nº 423, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o reconhecimento da prática do futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Desculpem-me pelo atraso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2025. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira parte, teremos uma audiência pública interativa; e a segunda parte será uma reunião deliberativa.

A parte interativa da audiência pública tem o objetivo de reunir e compreender as avaliações qualificadas sobre a execução e os impactos do Programa Segundo Tempo, em atenção ao Requerimento 37, de 2025, e ao Requerimento 7, de 2025 também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados e convidada: o Sr. Paulo Afonso Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, já agradecendo a sua presença; o Sr. Thiago Izzo Storch, Diretor da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU, agradeço também a presença; a Sra. Juliana Marta Antunes Ramos, Pesquisadora, que participará por videoconferência.

Informo também que foi convidado o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer, mas não pôde comparecer nem indicou representante.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e ao fim a palavra será concedida a quem se inscrever e para complementações também dos convidados.

O tempo é marcado ali por aquele relógio. Ele apita, não é? É até um pouco estridente. Quando ele apitar, falta um minuto para as conclusões, mas nós temos tempo de ir modelando as necessidades da mesa.

Então, de início, já passo a palavra para o Sr. Paulo Afonso Quermes, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social.

Antes, só uma explicaçãozinha, se me permite, Sr. Paulo, aos que nos acompanham também. Esta audiência realiza-se aqui porque cada Comissão pode indicar um programa do Governo para análise. E nós indicamos aqui, por requerimento, que o programa de Governo desta Comissão de Esporte a ser analisado fosse o Programa Segundo Tempo. O objetivo é analisar, compreender, ter acesso ao desenvolvimento do programa e talvez, no processo também, indicar algumas sugestões de reposicionamento. Isso é um modelo, assim, normal, eu diria, uma coisa que acontece em todas as Comissões aqui da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora o Sr. Paulo com a palavra para os seus dez minutos iniciais.

O SR. PAULO AFONSO QUERMES (Para expor.) – Bom dia a todos e todas. Eu agradeço o convite por estar aqui, na pessoa da Senadora Teresa Leitão, e aproveito para felicitá-la pelo aniversário ocorrido no dia de ontem.

Para nós do Ministério do Esporte é uma alegria, porque, nas últimas décadas, nós temos constituído alguns programas muito significativos que atuam no campo do esporte e do lazer no Brasil, e o Segundo Tempo é caracterizado como um desses programas.

Eu aproveito para iniciar minha fala retomando uma fala da Senadora Teresa Leitão, quando ela enviou o requerimento para que nós estivéssemos aqui. Ela diz o seguinte:

> O Programa Segundo Tempo constitui uma das mais relevantes políticas públicas de esporte implementadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. Sua concepção se fundamenta na democratização do acesso ao esporte, na promoção da inclusão social e na garantia de oportunidades às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Aproveitando essa fala e esse escrito da Senadora Teresa Leitão, eu queria dizer que, talvez nas últimas três décadas, o Brasil construiu uma metanoia, uma mudança de mentalidade no que diz respeito ao esporte no Brasil. Era preciso que o Brasil deixasse de ser apenas o país do futebol e das peladas e percebesse o esporte como política pública efetiva.

Eu acho que, nas últimas três décadas, nós temos feito um trabalho, principalmente desta nova concepção do esporte: primeiro, o esporte é fundamento para a qualidade de vida; segundo, o esporte precisa ser uma ação que chegue à população em todo o decurso de sua vida – não é um momento, não é uma etapa somente da vida, mas é a vida toda como uma ação.

É por isso, então, que eu diria para vocês que os quatro programas que foram construídos no Ministério do Esporte... Eu queria ressaltar isto: todos os programas que existem hoje no Ministério – o PST, que é o nosso foco, o PST-Universitário, o Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Vida Saudável, todos eles – têm como percurso o esporte no decorrer da vida, desde o início e para a vida toda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é muito importante essa concepção. Ela, cada vez mais, está presente na vida do povo brasileiro e vem sendo reconstruída. Eu acho que, na escuta das universidades, das instituições que trabalham com esporte, foi possível que nós fizéssemos essa construção.

Mais recentemente, nós fizemos algumas alterações nesses programas, principalmente percebendo a necessidade dessa questão que a Senadora traz, de chegar efetivamente aos mais vulneráveis. E nós trouxemos agora, por exemplo, os quilombolas, os indígenas, os encarcerados e – principalmente, talvez – uma outra população que precisa: os assentados da reforma agrária. No Brasil, a gente nunca falou um pouco sobre isto: como é importante que a política pública do esporte possa chegar até essas populações, e, na reformulação que nós fizemos, já acolhida pelo Conselho Nacional do Esporte, consta essa dimensão.

Eu não vou ficar falando muito, a exposição já está aqui colocada, ela tem...

Eu só queria ressaltar, por exemplo, dos dois programas, que o Programa Segundo Tempo-Padrão é uma iniciativa do Ministério do Esporte destinada a democratizar e está voltada à população mais vulnerável. Talvez não tenhamos evoluído o tanto que nós queríamos, mas, nas últimas três décadas, eu acho que nós avançamos muito, principalmente por essa concepção do esporte como uma política pública fundamental.

Sabemos que ainda não temos um plano nacional – vamos ter, esperamos que tenhamos – e que, muitas vezes, não conseguimos avançar na perspectiva de chegar a essa população mais vulnerável – talvez, eu diria, os ribeirinhos, os quilombolas –, mas avançamos, nesse decurso, com bastante continuidade. E acho que isso é importante.

Então, esse programa tem essa força.

E, no programa universitário, obviamente, é permitir que também os destinatários que estão no ensino superior possam ter acesso a essa política pública. Aqui, talvez, com uma diferença que eu acho que é muito importante ser ressaltada: que o esporte na universidade também pode ser uma transição para o esporte de alto rendimento. Talvez, no Brasil, nós não tenhamos ainda focado tanto nessa dimensão. Outros países já avançaram um pouco mais do que nós, mas é importante nós termos isto em mente: que o esporte, no âmbito da universidade, também é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa perspectiva, então, de democratizar, de dar acesso é muito importante nos objetivos gerais dos programas. Aqui nós temos os objetivos específicos que ainda colocam a perspectiva de presença do programa na realidade dos territórios, na realidade das pessoas e nas demandas efetivas das políticas públicas no Brasil.

Eu acho que isso é importante, porque um programa que quer efetivamente consolidar a política pública no Brasil precisa entender a realidade brasileira, entender a realidade dos territórios, da população e ter isso como um foco de sua ação. E, em termos de filosofia e fundamentos, os nossos programas todos, o PST-Padrão e também o Universitário, trazem essas dimensões.

E aí, quando a Senadora traz para a gente a demanda, como nós estamos do ano de 2023 para cá, o que eu gostaria de informar é o seguinte. No ano de 2023, nós do Ministério do Esporte, na secretaria nacional, publicamos editais para todos os nossos programas, inclusive aquele do Skate por Lazer, em que, atualmente, não temos nenhuma atividade, e, por incrível que pareça, foi no segundo semestre – o Governo acabava de assumir, nós fizemos a publicação do edital. Mais de 2 mil municípios concorreram e mais de 300 instituições da sociedade civil também concorreram para desenvolver programas, e, no caso específico do PST, nós conseguimos classificar 563 municípios e 93 instituições da sociedade civil que mostraram competência e conhecimento para desenvolver os programas dos territórios.

O que é que aconteceu? O resultado foi publicado em maio. No segundo semestre, nós tentamos abrir todo o processo de empenho para pagamento, e aí recebemos a notícia da junta especial orçamentária do Governo de que, naquele momento, tendo em vista a política de déficit zero, não seria possível fazer o aporte naquele segundo semestre do ano de 2023.

Como o edital continuava válido, em 2024, logo no início do ano, nós tentamos novamente fazer todo o processo de pagamento para as prefeituras e para as instituições.

Novamente tivemos a negação, porque não havia o orçamento para cumprir com aquilo que nós havíamos definido nos editais.

Aí, então, foi bastante difícil, da nossa parte, porque nós não tínhamos recursos. Nós, diversas vezes, dialogamos na Casa Civil, mas mesmo assim não conseguimos os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao final do ano, por um esforço do Ministro André Fufuca, nós conseguimos um recurso, não muito grande, de R$12 milhões a R$16 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO AFONSO QUERMES – ... para pagar os processos que foram melhor classificados, e nós fizemos a convocação de 24 municípios e de 12 instituições da sociedade civil.

Dos 24 municípios, 22 estavam com problema no Cauc e não conseguiram receber os recursos; dois conseguiram e estão realizando, neste ano de 2025, o programa. E as instituições da sociedade civil estão executando.

O que nós temos hoje, então, eu diria para vocês, é que... O programa continua sem ser efetivo? Não. Talvez a grande evolução do PST, nesse momento, seja que ele faz parte do Programa Escola em Tempo Integral. Nós estamos chegando a quase 6 mil unidades educacionais no Brasil. Isso eu considero um avanço significativo.

Nós temos utilizado todo o material pedagógico, todas as orientações que nós construímos, nas últimas duas décadas, e estamos com a missão agora de renovar o material pedagógico e fortalecer a parceria com o MEC, para, efetivamente, chegarmos a todas as escolas de tempo integral – todas – com as atividades esportivas.

Meu tempo está acabando. Deixem-me andar um pouco mais rápido aqui.

O que é que nós temos hoje, então? Eu queria colocar alguns desafios, talvez algumas perspectivas do que seria interessante dialogar nesta Casa Legislativa.

Doutor... Poderia ir para o último eslaide para mim, fazendo o favor? Rapidinho, para que eu finalize...

Deixe-me colocar aqui, eu estou também com a apresentação.

O primeiro desafio que nós, como ministério, trazemos é garantir o orçamento e priorizar a sua execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O orçamento do Esporte é pequeno, mas, se nós conseguirmos efetivamente executá-lo, nós chegaremos, possivelmente, às populações mais vulneráveis, priorizando essas populações.

Depois, é trabalhar para que o Parlamento indique, para que as ações orçamentárias ou as propostas que chegam... Para vocês terem uma ideia, hoje nós temos 5.218 emendas parlamentares sendo analisadas por nós, e 96% delas tratam do esporte, de ações muito vinculadas àquilo que está no PST e também no Pelc, mas não trazem efetivamente o nome dos programas. São ações municipalizadas.

Para nós, isso é uma dificuldade, porque a ação está sendo desenvolvida, mas não aparece o programa do Governo lá na ponta.

Uma outra questão – algo que nós desejamos muito e por que ansiamos – é garantir que os recursos das apostas possam efetivamente vir para o ministério e financiar os programas.

Hoje, nós temos quase R$3 bilhões parados, o que daria, talvez, para lançarmos editais novamente, não só para pagarmos aquilo que ficou para trás, mas também para olharmos para o futuro e fazermos novos editais dos nossos programas, principalmente do PST. Depois, é dar continuidade à parceria MEC e Mesp, atuando no ambiente da escola integral, que é fundamental.

Bom, eu agradeço: muito obrigado.

Fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Paulo Afonso.

Eu quero, no momento, registrar e agradecer a presença, ou aqui ou *online*, da Sra. Ana Carolina Lopes, Relações Governamentais e Institucionais do TCU; do Sr. William Oliveira, da Rede Esporte pela Mudança Social; do Sr. Marcelo Bittencourt, da Rede Esporte pela Mudança Social; do Sr. Ricardo Vidal, da Confederação Brasileira de Atletismo; do Sr. José Carlos Pinheiro, do Comitê Olímpico Brasileiro; do Sr. Gerencio de Bem, do Ministério do Esporte; e do Sr. David Baker, da Confederação Brasileira de Vela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos com um problema que a assessoria veio agora me relatar, pelo qual eu quero pedir a compreensão dos senhores: nós estamos em busca de alguém que me substitua aqui por dez minutos ou de alguém que me substitua na CTFC pelos mesmos dez minutos. Eu queria ver se eu poderia dar essa saidinha.

Antes... (*Pausa.*)

Conseguiu? (*Pausa.*)

Certo.

E eu retorno, está certo?

A Comissão está funcionando aqui junto. Aí, eu vou lá, faço a tarefa e volto.

Agradeço a compreensão. (*Pausa.*)

Está certo.

Vamos suspender por dez minutos a audiência, enquanto eu dou um pulinho aqui na outra Comissão, que é concomitante a esta.

(*Suspensa às 11 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 19 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, retomando agora a continuidade da nossa audiência pública, vou passar a palavra para o Sr. Thiago Izzo Storch, Diretor da Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos do TCU (Tribunal de Contas da União), para seus dez minutos iniciais.

O SR. THIAGO IZZO STORCH (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, agradeço o convite da Senadora Teresa e também a parabenizo pelo seu aniversário.

Eu fiz aqui uma apresentação, tem muitos eslaides, mas eu priorizei aqueles mais importantes, e a gente avança até onde a gente conseguir.

O tribunal tem atuação, todos os anos, no Programa Segundo Tempo, mas, em termos de auditorias, de fiscalizações dedicadas ao programa, os trabalhos feitos já têm algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, algumas informações aqui vão estar um pouco defasadas, mas vão ser pertinentes, em razão de atualizações que tivemos no marco legislativo da área do esporte.

Então, para vocês verem, na atuação mais recente do tribunal sobre o programa, e aí pegando a perspectiva 2023 a 2025, a atuação se limitou a tomadas de contas especiais, quando há a constatação de algum dano ao Erário na execução dos recursos. Em 2024, houve uma produção de conhecimento – que é um estudo administrativo, não é um processo que vai a julgamento – sobre o esporte educacional, e, dentro desse estudo, o PST foi analisado. E a última fiscalização foi realizada entre 2018 e 2019, e eu vou começar falando sobre essa fiscalização.

Foi uma auditoria na Política Nacional de Desporto Educacional, de natureza operacional, ou seja, buscava avaliar eficiência e efetividade desse objeto.

Não existe, de maneira formal, uma política nacional de desporto educacional, mas várias ações que caminham nesse sentido. E por que é que esse trabalho foi feito? Porque a Constituição coloca como prioridade, na alocação dos recursos públicos, essa manifestação esportiva, a educacional.

Dentro, então, dessa fiscalização, o PST foi analisado, e o próprio relatório de auditoria expressa que o Programa Segundo Tempo é a principal intervenção do Governo Federal na manifestação do desporto educacional. É uma política extremamente importante de promoção da cidadania através do esporte.

Uma coisa que foi pontuada à época... Lembrando que essa auditoria foi realizada entre 2018 e 2019. Então ali, em 2019, já na gestão da ex-Secretaria Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania.

Os gestores à época foram entrevistados, também foram entrevistados gestores locais, e uma constatação da equipe foi a de que o modelo – novamente, isso, assim, não é uma crítica, mas uma dificuldade desse modelo – baseado em convênios, muitas das vezes, não estabelece um vínculo entre os entes federativos. É algo muito pontual e que sofre muitas descontinuidades com mudanças de gestão. Porém, há uma perspectiva de mudança desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cenário, a partir da implementação do Sistema Nacional do Esporte. Vou comentar um pouco mais sobre isso mais à frente.

Ah, é aqui mesmo, não é?

Então, o tribunal enxerga como uma grande oportunidade, a partir da nova Lei Geral do Esporte, aprovada em 2023, a efetiva implementação do sistema, com a pactuação das responsabilidades dos entes federativos e uma articulação efetiva das várias ações, inclusive da manifestação do desporto educacional, no qual o PST se encaixa, de modo a fazer com que essas parcerias sejam perenes e voltadas a resultados mais duradouros.

O Dr. Paulo também já comentou que a eventual aprovação do Plano Nacional do Esporte também é fundamental na promoção de um vínculo mais efetivo entre as partes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. THIAGO IZZO STORCH – Não pode ser PNE. Já temos um PNE, não é?

À época, um dos achados da auditoria foi um enfraquecimento do PST em relação a recursos, núcleos instalados e público atendido. Mas aí eu faço uma observação: esse é o cenário constatado à época, e esse cenário sofreu uma mudança significativa, e vou apresentar dados acerca disso.

No relatório de auditoria, foi feita uma análise, de 2008 a 2017, e a gente vê uma gangorra em relação aos recursos orçamentários disponibilizados, com uma queda expressiva no período, ali, de 2014 a 2017. E é bem curioso, porque é a partir de 2017 – de 2017 e 2018 – que a gente vai começar a ter um aumento constante dos recursos orçamentários alocados à política pública, com uma impulsão ainda maior a partir de 2023.

E aí, também, só para destacar, as ações orçamentárias que foram analisadas não são exclusivas do Programa Segundo Tempo. O que é que acontece? Até, salvo engano, o Plano Plurianual de 2011, você tinha um programa temático, dentro do orçamento, específico para o PST. Então, era muito fácil, numa consulta aos sistemas de administração financeira e orçamentária, você levantar o que estava sendo aplicado na política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje houve uma mudança – e isso não é feito pelo Ministério do Esporte – geral, dentro da lógica do PPA. São programas temáticos mais amplos, e, com isso, as ações orçamentárias também são mais amplas e congregam diferentes intervenções. Por exemplo, a Ação 20JP, que é a principal ação orçamentária hoje que executa o Programa Segundo Tempo, também executa outras políticas públicas, como o Pelc (Programa Esporte e Lazer da Cidade). Mas, analisando a 20JP, a gente consegue ter, em grande medida, o que está acontecendo com o PST também. O.k.?

Aqui é a abrangência do atendimento do PST, de 2014 a 2017. Então, naquele cenário de enfraquecimento da política, com redução de municípios atendidos, de núcleos instalados e de público beneficiado.

Outra coisa, também interessante, que foi constatada à época: uma descontinuidade da parceria entre Ministério do Esporte... Minto: entre Secretaria Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania, e Ministério da Educação. Mas, como o Dr. Paulo já pontuou, a parceria foi restabelecida. Isso é muito benéfico à política pública.

E um último ponto dessa auditoria que chama a atenção: o PST tem, também, como outras políticas públicas, uma perspectiva de equidade.

Fico muito feliz de escutar que as políticas do ministério também estão lançando o seu olhar para grupos socialmente marginalizados, historicamente marginalizados, como quilombolas, indígenas... Isso é muito importante, essa preocupação é muito importante. Mas, um dos critérios, dos possíveis critérios, para a execução da política, é que você faça as ações em áreas de vulnerabilidade socioeconômica.

Então, a equipe de auditoria, à época, fez um cruzamento entre a municipalidade e o IDH da municipalidade e constatou que municípios com IDH mais alto tinham um acesso maior à política. Porém, a própria equipe fez a seguinte observação: "A princípio, a gente não consegue afirmar, categoricamente, que o princípio da equidade não está sendo observado, porque, mesmo em municípios com maior IDH, você tem bolsões de vulnerabilidade socioeconômica". E um ponto que, à época, a secretaria também expressou foi o seguinte: "Olha, o edital está aberto e nem sempre você tem a demanda daquela localidade pela política pública".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, um ponto – um desafio, na verdade – é o possível viés de seleção, no seguinte sentido: os municípios que têm uma estrutura administrativa melhor, que geralmente são os municípios mais ricos, tendem a ter uma capacidade maior de acessar a política pública. Então, esse é um grande desafio – que não apenas o Ministério do Esporte tem, mas outros Ministérios também têm, nessas transferências de recursos discricionárias, voluntárias – de induzir que a política chegue também a municípios que tenham maior dificuldade administrativa.

Acho que aqui não avançou o eslaide.

Ah, perfeito.

Então, aqui já comentamos, o possível viés de seleção negativa, em razão disso...

E aí, esse acórdão, decorrente desse trabalho, Acórdão nº 2.033, de 2019, fez vários encaminhamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO IZZO STORCH – Os dois mais interessantes, que têm uma relação com o PST: uma recomendação ao ministério – à secretaria, à época – que fortalecesse as parcerias institucionais com o Ministério da Educação – Ministério da Defesa –, que executa o Programa Forças no Esporte, e também com os entes federativos, para poder tornar a parceria do PST mais perene, mais duradoura – e acredito que, hoje, a perspectiva, na verdade, é o fortalecimento do Sistema Nacional do Esporte –, e também uma recomendação – para finalizar aqui – sobre o plano, tendo como *benchmarking*, como parâmetro, o Plano de Ações Articuladas.

Essa recomendação, hoje, encontra-se defasada, mas a lógica não.

É o seguinte: no Ministério da Educação, as políticas de descentralização de recursos discricionários não vinculados é feita com a seguinte lógica: os entes federativos fazem um diagnóstico da sua rede, nesse Plano de Ações Articuladas, e, a partir daí, o MEC e o FNDE conseguem saber em que tipo de ação aquele município, aquele local, mais precisa de recursos. Formação de professores? Acessibilidade nas escolas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi feita uma recomendação à Secretaria de Esporte, nesse sentido, que implementasse um plano de ações articuladas, para poder captar esse diagnóstico da rede de esporte da municipalidade, do estado, e, com isso, também traçar metas e objetivos, pactuar metas e objetivos que agregassem maior valor à sociedade.

Hoje, novamente, considerando o Sistema Nacional do Esporte, que já está aprovado em lei, acredito que a lógica é você conseguir construir esse sistema no qual você vai ter os planos de esporte locais, no qual você vai ter os sistemas de informação e indicadores de esporte, e, com isso, você vai conseguir impulsionar as metas e os resultados da política.

Última consideração, que também pode ser um viés de seleção negativo...

É claro, o PST não precisa necessariamente ser realizado no ambiente escolar, mas, muitas das vezes, é. À época da fiscalização, só 31% das escolas da rede pública do Brasil tinham quadras esportivas, e esse dado nem capta a informação da conservação da quadra, apenas a existência. Hoje em dia, 38%, segundo o censo da escolar de 2024.

Então, também é possível que, talvez, as escolas com a maior dificuldade de promoverem práticas esportivas também tenham, às vezes, dificuldade de conseguir acessar a política, justamente pelas dificuldades de infraestrutura.

Então, a parceria entre MEC, FNDE e Ministério do Esporte é essencial para impulsionar o PST.

Com isso, termino a minha fala.

Agradeço. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, muito esclarecedora.

Na hora do debate, a gente pontua algumas coisas.

E vamos para nossa última convidada, de maneira *online*, a Sra. Juliana Antunes Ramos, pesquisadora, que participará por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos e todas.

Eu vou tentar organizar aqui, para compartilhar minha apresentação, só um minuto. (*Pausa.*)

Vocês podem confirmar se conseguem visualizar a apresentação?

O.k.? Certo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Estamos conseguindo, Juliana. (*Pausa.*)

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Gostaria de primeiro agradecer o convite da Comissão de Esporte do Senado Federal, agradecer esse convite de poder falar um pouco da pesquisa que eu venho desenvolvendo, juntamente ali com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde, sob a coordenação do Prof. Dr. Dirceu Santos Silva. Essa pesquisa foi uma pesquisa de mestrado.

Acho que é importante também dizer que, além dessa vivência enquanto pesquisadora, eu tive a oportunidade de atuar também enquanto professora no PST. Atuei tanto como estagiária quanto como coordenadora de núcleo e como coordenadora pedagógica. Então, tive a oportunidade de ter essa vivência numa perspectiva de gestão também do programa. Então, para mim, é muito importante, é muito relevante, e fico muito feliz por estar aqui, por poder compartilhar esses dados e também por entender a importância dessa temática para esta Comissão.

Eu vou tentar... Como eu vou tentar trabalhar dentro do tempo, mas inicialmente qual seria a nossa proposta? Trabalhar com uma introdução rapidamente, com um histórico e os fundamentos do programa, com o planejamento do PST ao longo dos governos, com a gestão e a estrutura operacional, com a abrangência, e trazer alguns desafios e perspectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, acho que é algo importante para nós pensarmos que o esporte entra como um direito individual, um dever de Estado na Constituição Federal de 1988, que traz destaque para destinação prioritária de recursos públicos para o esporte na sua manifestação educacional.

A gente tem uma legislação que estabelece as manifestações esportivas: educacional, participação e rendimento.

Mais à frente, inicialmente, agora em 2023, nós temos a definição também, com a Lei Geral do Esporte, que traz os níveis da prática esportiva: formação esportiva, excelência esportiva, esporte para toda a vida, as quais também dialogam com o esporte educacional, numa perspectiva de formação esportiva.

É importante a gente dizer também que a Lei Geral do Esporte traz também, no seu art. 10, uma definição de esporte educacional.

Então, permanece essa perspectiva da importância, da relevância do esporte educacional enquanto um direito social, um direito de todos, como já foi dito, de ter acesso ao esporte.

O PST tem uma expressão histórica. Foi criado... A criação do Mesp, do Ministério do Esporte, em 2003...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Juliana, com licença.

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (*Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A tela está parada na primeira lâmina. É isso mesmo?

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (*Por videoconferência*.) – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está parada. Você está falando, mas ela não está acompanhando.

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (*Por videoconferência*.) – Desculpe-me. Vou tentar... Só um minutinho. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conseguem visualizar agora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está na tela: contexto histórico.

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (*Por videoconferência*.) – Certo.

Quando eu a passo?

Está o.k., não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É, agora passou para quadro dois...

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (*Por videoconferência*.) – O.k. Então, retomo daqui.

Então, a gente traz esse contexto histórico, quanto à criação do Mesp. E o PST é criado em 2003.

É interessante a gente pensar que tem um destaque nessa estruturação do Ministério do Esporte, ao atendimento a todas as manifestações esportivas. A Secretaria Nacional de Esporte Educacional é na qual se materializa o PST em sua criação.

É importante a gente pensar que o PST, quando é criado, parte de uma criação de uma portaria interministerial, entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação.

Ele vai avançar com parcerias com o Mais Educação, e ele se mantém em diferentes governos.

A gente passa pela extinção do Ministério do Esporte, em 2019; em 2023, há a recriação do Ministério, e a gente vai observar o lançamento, nessa reestruturação, como já foi dito aqui pelo Sr. Paulo Afonso, do edital de chamamento público, de 2023, e a reestruturação, na perspectiva do programa.

É interessante que, no programa, nesse contexto, nós fizemos um apanhado de como esse programa foi se desenhando, ao longo dos anos, nos diferentes governos. A gente observa a sua expressão histórica, a sua importância, o atendimento ao esporte educacional, a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva de esporte ali, enquanto esporte social, enquanto acesso à população, no caso, crianças e adolescentes. E ele esteve presente ali em diferentes governos.

Inclusive, ali a gente traz o plano plurianual do Governo Lula, de 2004 a 2007 e também de 2008 a 2011, e a gente vai observar ali o Programa Segundo Tempo já estruturado, enquanto programa finalístico.

Posteriormente, ele se mantém no planejamento da gestão.

Então, a gente vai observando a expressão histórica desse programa.

A partir do planejamento ali do Governo Dilma/Temer, a gente vai observar que teve essas mudanças, quanto à estruturação do plano plurianual, o que já foi falado aqui nesta manhã.

Os programas são agrupados em programas temáticos e são colocados seus objetivos, mas a gente observa que, entre os objetivos do programa temático, está ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Então, a gente observa que o Programa Segundo Tempo vai se tornar uma ação dentro desse objetivo. Ele se mantém também nos diferentes governos e vai tendo diferentes contornos, de acordo com a gestão.

Em 2020 e 2023, o Programa Segundo Tempo, o esporte... O Ministério do Esporte é reduzido a uma secretaria, vinculado ali ao Ministério da Cidadania. O esporte se torna um programa ali dentro dos diversos programas desenvolvidos pelo Ministério da Cidadania.

A gente vai observar que já tinha uma proposição, a gente vai observar na literatura, para que o programa, o Segundo Tempo, seja descontinuado e substituído por um novo programa. Então, a gente vai observando esses contornos que causam ali a descontinuidade.

Nós acompanhamos o relatório da Comissão de transição do Governo Lula, no seu terceiro mandato, e uma das questões que vão ser apontadas por esta Comissão é a descontinuidade de alguns programas que vêm se constituindo como uma política pública efetiva e importante, e é mencionado o PST.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente observa que, posteriormente a isso, em 2023, foi algo muito positivo, porque ele retoma com o edital, como já foi mencionado aqui nesta manhã. Eu fiquei muito feliz de ouvir também essa preocupação de acesso às pessoas com vulnerabilidade, em vulnerabilidade social, essa preocupação da abrangência do programa.

Então, ele retoma com esse edital.

Mas, nisso, a gente vai observando que, ao longo dos anos, o programa passa por diferentes contornos, de acordo com as diferentes gestões que estão ali à frente pelos diferentes governos.

A gente entende a importância da configuração do direito ao esporte educacional, a importância do PST, do acesso, da democratização do acesso ao esporte educacional, que já é estabelecido ali na Constituição Federal, essa importância da democratização da gestão e da participação, as questões que envolvem ali a reversão do quadro atual, injustiças, inclusão...

Esses elementos estão colocados...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS – ... vão sendo colocados princípios para o programa, como o direito à cidadania e à participação irrestrita.

Também são levantados princípios como cooperação, coeducação, corresponsabilidade, respeito às regras, inclusão, regionalismo, emancipação e totalidade.

Então, a gente observa a importância desse programa, no sentido de trazer a democratização realmente do acesso, a democratização da gestão, a participação.

Eu compartilho com a Comissão este material, porque, obviamente, respeitando o tempo, eu não vou poder me estender nisso, mas a gente fez um apanhado das diferentes modificações por que passaram as diretrizes do programa, e aí a gente vai observar que, ao longo dos anos, inicialmente, os objetivos estavam focados nas questões educacionais e tinham uma aproximação maior com a escola. O programa vai se delineando, ao longo dos anos, não só na questão dos objetivos, mas do público alvo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um legado do programa que eu acho que é importante a gente trazer aqui e refletir sobre isso foram as formações, o processo de formação continuada.

O programa buscou uma consistência pedagógica. Ele buscou consistência, a partir de equipes colaboradoras, formou parcerias entre as universidades públicas e o Ministério do Esporte, deixou um legado pedagógico, produção de materiais didáticos, mais de 30 obras, ali, entre 2004 e 2019, tratando de diversas temáticas... Então, isso é um legado que o programa deixa.

Acho que é importante ser refletido também como é que está sendo estruturada, neste novo momento, a perspectiva das formações pedagógicas, da formação dos trabalhadores do PST.

Esta é uma figura que mostra como era o processo de desenvolvimento pedagógico do programa, o planejamento e o planejamento de núcleo, enfim...

Eu vou avançar.

Aqui nós nos debruçamos em buscar como foi a produção científica voltada ao programa, ao PST, e aí tem os anos das publicações. Então, o programa também gerou produção científica e trouxe a academia para o debate. Isso é muito interessante.

E, aí, uma das fragilidades, que já foi bem falada aqui nessa manhã, é a questão das dificuldades do programa em descentralizar nos municípios mais vulneráveis, com os índices de desenvolvimento humano menores. Então, aí existem dados.

A gente dialogou com alguns autores que atuaram em pesquisas, buscando compreender como era essa descentralização do programa, como era a abrangência, e aí a gente vai observar que os municípios com melhores indicadores e uma estrutura melhor para o esporte vão conseguir ter mais acesso – isso já foi mencionado aqui nessa manhã também.

Então, são questões que precisam de atenção, para que a gente possa pensar no desenho do programa, nas perspectivas que o programa pode ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente traz esses dados, que vão nos falar também que o programa, em determinado momento, atuou com as organizações da sociedade civil. Isso foi retomado agora, no edital de 2023.

Mesmo com essa descentralização com diferentes entes – município, estado e terceiro setor –, a gente vai observar a dificuldade de atingir todas as regiões. Existiu, ali, a gente vai ver um destaque para as Regiões Sul e Sudeste, em relação a firmar convênios com o programa.

A gente traz alguns dados dos beneficiários e o alcance nos municípios, o que já foi dito na fala anterior. Inclusive, nós dialogamos com o relatório que o Tribunal de Contas produziu.

Já encerrando aqui, trago alguns desafios e perspectivas.

Acho que é importante nós pensarmos na relevância do PST enquanto maior programa social voltado ao esporte educacional. Então, o programa se mantém em diferentes governos, porém, vai sofrer implicações, por conta das mudanças de gestão. Então, é algo que também precisa ser pensado.

A importância de estudos, também para ver como que vai se materializar a partir desse edital de 2023.

Como já disse, foi apresentado aqui pelo Paulo Afonso dados, como que o programa vem se efetivando, a preocupação em chegar aos locais vulneráveis.

Então, são questões que são importantes, são desafios estruturais, porque tem essa descontinuidade, como já foi dito, inclusive pela fala sobre a diminuição do atendimento em determinado momento.

Esse modelo de convênio acaba criando, talvez, essa competição ali entre os diferentes entes, talvez uma perspectiva de adesão, agora, com a sinalização do Sistema Nacional de Esportes, que traz claras as competências da União, dos estados, dos municípios... Então, como que isso pode se articular, para que, de fato, haja uma cobertura total do programa, para que de fato se concretize esse objetivo, que é democratizar o acesso.

As questões das instabilidades de orçamento também, que implicam, impactam ali no desenvolvimento da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente traz uma reflexão que foi mencionada já por todas as falas, sobre a questão da perspectiva de programas, de parcerias com o Ministério da Educação. Então, acho que isso é importante.

Talvez uma reflexão valha a pena sobre o formato de editais, uma perspectiva de programa por adesão, talvez em parceria com escolas, em que o programa vá sendo ampliado progressivamente, tendo esse olhar para o contexto escolar, nessa perspectiva já da escola integral, como já foi mencionado aqui que já tem sido uma preocupação do Ministério do Esporte, e sobretudo a presença do Ministério da Educação nisso, até porque nós acabamos de ouvir a fala aí sobre a questão da estrutura dos nossos espaços, que precisa ser considerada também.

Então, a gente entende essa necessidade, sim, de aproximação com a escola, uma perspectiva de transversalidade com a educação.

Já foi realizado, em 2025, um encontro da rede de intersetorialidade com a educação, promovido pelo MEC. O grupo de pesquisa aqui do GPPPELES, que é o grupo de pesquisa a que eu estou vinculada, coordenado pelo Prof. Dirceu Santos Silva, participou desse encontro, trocando experiências e dialogando a respeito das possibilidades de políticas intersetoriais entre educação e esporte. Inclusive, o interessante é que vai gerar um capítulo de livro em que vai enfatizar as políticas públicas de esporte e educação nessa perspectiva intersetorial.

Então, talvez pensar, de repente, num recurso de ambos os ministérios, perspectivas de emendas parlamentares que possam garantir que se chegue a mais locais, que essa política, de fato, seja democratizada, continue em constante crescimento.

Um ponto também importante: o fortalecimento da formação profissional, como já foi dito; a importância da formação. Inclusive, foi um legado que foi deixado. Então, acho que é importante a gente ter esse olhar para a formação desses profissionais, juntamente com a avaliação que já foi mencionada também.

E, aí, a gente traz reflexões sobre a importância, talvez, de pensar uma política de Estado, em que haja garantia de continuidade, porque acho que, hoje, os desafios do programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente são vinculados à questão da continuidade das ações. E que isso tudo seja orientado por uma justiça social.

E o nosso propósito, o maior objetivo, obviamente, acho que de todos que estamos aqui buscando debater sobre o PST, é que haja o direito de acesso ao esporte.

Eu encerro aqui.

Eu peço desculpas, porque eu creio que extrapolei alguns minutinhos do tempo, e agradeço a todos pela oportunidade de estar aqui compartilhando com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sem problemas, Juliana. Nós aqui agradecemos também a sua contribuição.

Nessa parte final, nós vamos proceder da seguinte maneira: eu vou fazer a leitura do que nos chegou pelo e-Cidadania. Algumas das perguntas eu já percebo que foram respondidas antecipadamente na exposição inicial. E vou fazer alguma consideração também para a gente voltar a palavra para vocês, se assim o desejarem, durante uns cinco minutinhos, está certo?

Então, vamos lá.

Raíssa, do Mato Grosso: "Como o PST garante acesso igualitário ao esporte em regiões com pouca infraestrutura e alta vulnerabilidade?".

Ana, de Goiás: "O programa prevê a formação de educadores sociais dentro das comunidades atendidas?".

Luiz, do Paraná: "O PST contribui para reduzir a evasão escolar?".

Cristiane, de Minas Gerais: "Como o PST tem contribuído para a inclusão social de crianças e jovens?".

E há alguns comentários.

Gabriel, de Pernambuco: "Democratizar o acesso à prática esportiva e à cultura é uma das principais ferramentas para se construir um país melhor".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elias, de Goiás: "O PST precisa ser [mais bem] divulgado [...] para a população. O objetivo é ajudar os jovens a serem inclusos nos esportes, e isso é muito importante".

Da minha parte, o que eu destaco aos nossos ilustres participantes desta audiência é uma certa sintonia na análise do programa. É um programa de longo alcance; é um programa com rebatimentos sociais de inclusão através da educação muito forte. E uma coisa que para mim chama muito a atenção positivamente – e acho que a gente precisa talvez ampliar essa característica do programa – é a relação com a educação: o programa se dá na escola. Evidentemente, não poderia ser diferente, mas me parece que ele não é simplesmente uma ocupação do tempo. Ele não pode ser simplesmente botar os meninos na escola no segundo horário. Integrado com as escolas em tempo ampliado, que a gente pretende que sejam de fato escolas de educação integral, ele assume, a meu ver, uma perspectiva de dialogar mais fortemente com um componente curricular no qual a gente encontra muita dificuldade, que é a Educação Física.

Educação Física é um componente curricular, não necessariamente uma prática de esportes. E nós temos muita polêmica com os Conselhos de Educação Física, que querem que os nossos professores, que são regidos pelos estatutos do magistério, pelos planos de cargos e carreiras, só possam, por exemplo, coordenar jogos escolares, organizar os estudantes para o Programa Segundo Tempo se forem filiados ao conselho. Isso é uma polêmica nacional que já vai rolando há muitos anos. Eu, quando era Presidente do sindicato, já tive que socorrer professores numa quadra porque eles estavam sendo impedidos pelo conselho de continuar ali coordenando uma equipe que estava jogando voleibol, futebol, não me lembro o quê.

Então, acho que o Segundo Tempo, à medida que ele ganha esse aspecto pedagógico de integração à organização curricular da escola – e aí é muito da relação com o MEC –, incide positivamente sobre essa dimensão mais ampla da interdisciplinaridade.

Ele pode incidir também no que foi notado, tanto por Juliana quanto pelo TCU, sobre a precariedade ainda de nossas quadras, as quadras escolares que existem dentro das escolas. E onde não houver escola com espaço para quadra escolar, onde vai se desenvolver o Segundo Tempo? Tudo isso precisa do apoio da gestão da escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para mim, esse é um ponto fortíssimo do programa, ao qual eu também vou dedicar um pouco minha análise quando for apresentar o resultado do relatório.

No mais, agradeço muito. Acho que o programa se afirma com altos e baixos. A gente sabe que, também, orçamento é muito intenção política de Governo, prioridade de ações é muito posição política de Governo, mas os três e todos os que também se manifestaram através do e-Cidadania destacam a importância dessa continuidade. Política pública boa é a que, quando está dando certo, tem continuidade e, dentro dessa continuidade, devem-se fazer os ajustes e os aperfeiçoamentos necessários.

Então, muito obrigada a todos vocês. Eu devolvo a palavra para as considerações finais.

Sr. Paulo Afonso.

A gente vai na mesma ordem, viu, Juliana? Fique aí só esperando um "tiquinho".

O SR. PAULO AFONSO QUERMES (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

De fato, eu gostaria de dizer que, apesar de que eu já disse isso do avanço, nós temos enormes desafios ainda. Eu penso que o PST não existe sem o ambiente escolar e não pode ser uma ação isolada de educação física: a gente precisa entender o esporte como um processo cultural que diz respeito às realidades, mas que esteja integrado a todo o currículo da escola. Se nós continuarmos pensando a atividade de educação física desconectada de todo o currículo, nós não vamos avançar. Nós precisamos entender isto, que é um processo cultural, e nós precisamos criar toda uma concepção do esporte como um fundamento para a vida e que a educação é fundamental.

Depois, ele é importante para a formação, de fato, das nossas crianças, jovens e adolescentes. Ele tem um impacto muito forte. Todos os relatos... Se vocês observarem, as produções que foram feitas pelas universidades, tal como pesquisas, como a Juliana fez, mostram esse impacto: como ele tem uma marca na presença das juventudes, inclusive reorientando opções de vida dessas juventudes a partir do esporte, do lazer e da compreensão das realidades dos territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, ele tem impacto na redução da evasão; isso está comprovado, os estudos feitos principalmente pela equipe da UnB e da UFMG mostram essa dimensão. E, principalmente, eu acho que, na perspectiva da educação, eu concordo plenamente com a senhora, Senadora, que, também, nós precisamos... Quando nós dialogamos lá no Ministério, agora, sobre retomar os materiais pedagógicos, eles precisam impactar os gestores e os educadores.

E, também, quando falamos de educação, esta não pode ser uma ação que é relegada ao professor de Educação Física. No PST, por exemplo, nós insistimos agora, na reformulação que nós fizemos, nós achamos que é fundamental mantermos o educador social do esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Que é uma das perguntas.

O SR. PAULO AFONSO QUERMES – E é o educador social do esporte, porque, em muitas regiões vulneráveis, você não tem sequer um professor de Educação Física. Se há uma exigência do conselho, nós... Por exemplo, na Região Amazônica, muitas cidades não têm sequer um professor de Educação Física nas escolas que estão lá. E aí, é importante, mesmo que não haja esse professor de Educação Física, é importante ter esse educador, e muitas vezes, esse educador tem uma inserção na comunidade.

Vamos imaginar uma comunidade quilombola, indígena, num outro território, de assentamento da reforma agrária, em que esse educador tem um papel fundamental. Não queremos, de forma alguma, diminuir a presença do professor de Educação Física, mas reforçar que esporte é mais amplo. É mais amplo, tá?

Bom, acho que são essas as minhas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o nosso representante do Tribunal de Contas, para suas considerações finais.

O SR. THIAGO IZZO STORCH (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retomando a sua fala sobre as quadras, um aspecto muito importante das quadras esportivas, em boa parte dos nossos municípios, é que nelas ocorre não apenas a prática esportiva, mas também, muitas vezes, a festa do município ocorre na quadra, ações comunitárias de vacinação ocorrem na quadra. Então, como o investimento em infraestrutura esportiva transcende o próprio esporte.

Mas, finalizando, eu gostaria de enfatizar algo que a Juliana também comentou, sobre a importância que a estruturação do Sistema Nacional do Esporte terá para uma universalização, uma democratização dessas políticas esportivas, sobretudo na manifestação do esporte educacional. Por quê? Acredito eu que o modelo a ser implementado, regulamentado e implementado, será semelhante, por exemplo, ao que está acontecendo com o Sistema Nacional de Cultura, e é também semelhante ao modelo do Plano de Ações Articuladas, do FNDE, que é um modelo por adesão, como a Juliana bem comentou. Ou seja, as municipalidades, os entes não vão precisar participar de convênios, de edital a edital, para ter acesso a esses recursos. A partir da adesão, eles vão poder utilizar, você vai ter transferências fundo a fundo, e eles vão poder executar as políticas de uma forma muito menos burocratizada.

E aí obviamente, dentro desse sistema, os entes, com o apoio técnico do Ministério, vão precisar estruturar esses componentes essenciais do sistema, como o plano local do esporte, os sistemas de informações e indicadores. E a partir daí, vai ser possível verificar, com mais precisão, se os segmentos vulnerabilizados estão sendo atendidos, que foi um comentário de alguém no e-Cidadania. E, com isso, a gente também vai conseguir estruturar melhor a efetividade da priorização constitucional da canalização dos recursos para o esporte educacional.

Lembrando, a nova Lei Geral do Esporte, dentro do sistema, como elemento estruturante do sistema, prevê o Fundo Nacional do Esporte e os Fundos Subnacionais do Esporte. Inclusive, nesse fundo nacional, com descentralização para os entes federados, serão canalizados os recursos lotéricos de titularidade do ministério, que atualmente são até encaminhados para as secretarias, mas que ainda não há – e há um encaminhamento recente do tribunal para o Ministério do Esporte nesse sentido – uma regulamentação de como esses recursos devem ser aplicados. Não são recursos do Segundo Tempo, mas são recursos que podem, sim, potencializar essas ações locais destinadas ao esporte educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade e coloco aqui a unidade técnica, o tribunal à disposição da Senadora, da Comissão e de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Pois não.

O SR. PAULO AFONSO QUERMES (Para expor.) – Somente um esclarecimento: na semana passada, nós publicamos uma portaria que regulamenta agora a distribuição de recursos. E, eu acho que tem uma outra questão fundamental: é que, se nós criarmos o sistema, nós também vamos implementar a efetividade dos conselhos de esportes municipais, porque, ainda, o Brasil não descobriu a importância que os conselhos municipais... Nós temos diversos conselhos setoriais, mas o de esporte ficou esquecido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO AFONSO QUERMES – Justamente.

Eu acho que isso é fundamental em se tratando de distribuição, acompanhamento e controle de recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Você cria uma rede de organização. Nós aprovamos ontem o Sistema Nacional de Educação. Eu até brincava com Paulo Afonso dizendo que não pode ser "SNE" o Sistema Nacional do Esporte, senão vai ficar igual ao Sistema Nacional de Educação. Talvez botem um essezinho aí, fique SNEs, para diferenciar.

Mas foi uma coisa discutida durante mais de 30 anos, para vocês terem uma ideia de como é complexo, mas, ao mesmo tempo, necessário e muito salutar.

Juliana, vou passar agora para você, para os seus cinco minutos de complementação e considerações finais.

A SRA. JULIANA MARTA ANTUNES RAMOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, acho que alguns pontos eu gostaria de destacar nesse final são: a questão do planejamento pedagógico da escola – isso é muito importante, quando a gente pensa em uma política intersetorial. Então nós precisamos, sim, o programa precisa ter essa proximidade, essa proposta intersetorial e estar alinhado, sim, com o planejamento pedagógico –; a formação pedagógica, que é importante para que nós possamos dialogar com os professores, para que eles possam compreender como é a organização das diretrizes, os objetivos do programa; e, mais uma vez, reforço a importância dessa parceria de uma política intersetorial.

Eu creio que, como já foi mencionado aqui, o Sistema Nacional do Esporte vai trazer essa perspectiva do Sinesp. O Sistema Nacional do Esporte traz uma perspectiva, sim, de organização, no caso, o papel dos entes federados. Isso é fundamental para a descentralização do programa, para a organização disso dentro dos municípios, dentro do papel do Estado, dentro de como a União vai coordenar toda essa organização.

E eu queria fazer um último destaque para o Decreto 11.766, que foi publicado em 1º de novembro de 2023, que instituiu a Rede de Desenvolvimento do Esporte. Essa rede tem o papel, tem a finalidade de servir como mecanismo de governança intersetorial e intergovernamental para o fomento da prática esportiva e de atividade no país, no âmbito do Sistema Nacional do Esporte.

Então, eu creio que isso é algo importante, que deve ser refletido – a importância dessa rede –, porque, como já foi colocado, nós temos desafios, e desafios sendo, talvez, discutidos, debatidos e organizados a partir de uma rede, com o objetivo realmente de que haja o fomento da prática esportiva no país.

Então, eu gostaria de reforçar esse papel, para que, de fato, haja a efetivação da intersetorialidade das políticas públicas, para que haja indicadores de monitoramento dessas ações que são realizadas na implementação dessas políticas, para que sejam também, adequadas às diferentes realidades locais, porque, de fato, a gente fala de um país de grande território e de grande diversidade de questões, que envolvem o Índice de Desenvolvimento Humano, a organização de...

Alguns possuem um conselho municipal de esporte constituído, um conselho estadual, outros, ainda não. Alguns têm um ambiente organizacional mais robusto, outros, como já foi até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falado pelo Paulo Afonso, às vezes, têm dificuldade até de ter profissionais para atuar na política.

Então, essa perspectiva de atuar em rede eu creio que merece uma atenção especial, e a gente já tem até um decreto colocado para isso. Acho que vale a pena a gente se debruçar sobre esse decreto, pensar em ações efetivas para que seja materializada essa política nessa perspectiva intersetorial, como já foi bem colocado aqui nessa manhã, e que, de fato, haja avanços. Acho que já são significativos os avanços, mas que haja esse avanço quanto à democratização do acesso ao esporte educacional. E, nessa perspectiva, de nós pensarmos na rede, acho que é essencial nós pensarmos também no papel das universidades para que elas estejam contribuindo também a partir de pesquisas.

Eu quero reforçar isso e agradecer à Senadora Teresa Leitão por esse convite, por trazer a pesquisa para o debate também. Eu acho que isso é muito importante.

Seria isso.

Agradeço e devolvo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Feitas todas as considerações finais, destaco também o que foi levantado a respeito dos instrumentos de convênios, editais, que estão também na pauta de todos os nossos expositores.

Agradeço a presença de todos, com contribuições muito válidas.

Desta análise do programa, que não vai se deter a isso, mas para o quê esta audiência foi bastante importante, nós vamos fazer um relatório. O relatório é apresentado na Comissão para aprovação, para emendas, e, depois, a gente se compromete a entregar o relatório com a nossa contribuição também a todos vocês.

Muito obrigada.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Pausa.*)

A segunda parte já é a reunião deliberativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matéria apresentada à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1.

2ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 423, DE 2025

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre o reconhecimento da prática do futevôlei como modalidade esportiva e estabelece diretrizes para sua promoção e facilitação.*

Autoria do Projeto: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado – porque estamos no turno suplementar, não precisa de votação –, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E0D8871C007259F2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.